EDWARD McNALL BURNS

História da Civilização Ocidental

Do Homem das Cavernas Até a Bomba Atômica

EDITORA GLOBO

CAPA ORIGINAL

EDWARD McNALL BURNS

História da
CIVILIZAÇÃO
OCIDENTAL

Do Homem das Cavernas
Até a Bomba Atômica

EDITÔRA GLOBO

EDWARD McNALL BURNS
PROFESSOR DE HISTÓRIA DA RUTGERS UNIVERSITY

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Volume I

Tradução de LOURIVAL GOMES MACHADO, LOURDES SANTOS MACHADO e LEONEL VALLANDRO

2ª. EDIÇÃO
5ª. impressão
Revista e atualizada de acordo com a 4ª. Edição norte-americana

Mapas de LIAM DUNNE

EDITORA GLOBO

À MEMÓRIA DE MINHA MÃE
Que primeiro me inspirou o desejo de saber

PREFÁCIO

Este livro, publicado pela primeira vez em 1941, sofreu uma revisão parcial em 1946 e uma revisão completa em 1948. De então para cá ocorreram muitos fatos que põem em maior evidência o caráter revolucionário do mundo contemporâneo. Podemos ver agora com maior clareza as inquietantes tendências da nossa época. Para descrever fenômenos tais como o declínio da Europa Ocidental, a ascensão da Rússia e dos Estados Unidos, a luta de poderes entre Oriente e Ocidente, as revoltas nacionalistas contra o imperialismo e as terríveis conquistas no campo da energia atômica e termonuclear, bem como para emitir juízo sobre esses fenômenos, tornava-se necessária uma nova edição da História da Civilização Ocidental. Mas a presente edição não se limita a trazer acréscimos à sua predecessora. Se muito material novo foi acrescentado, também se eliminou boa parte do antigo e vários capítulos foram reescritos. As alterações mais notáveis, que o autor confia sejam melhoramentos, compreendem a inserção de um capítulo sobre as culturas pré-literárias, a adição de materiais sobre a Inglaterra medieval, as Cruzadas e a Guerra dos Cem Anos, a refundição dos capítulos relativos à democracia e o nacionalismo e capítulos novos que giram em torno dos fatos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial e da ascensão dos Estados Unidos. Não poupamos esforços para simplificar o estilo sempre que possível e para pôr o texto em dia com as mais recentes descobertas da erudição histórica. Foram introduzidos quadros cronológicos, além de certo número de novos mapas e ilustrações; e, por último, as listas de leituras selecionadas também passaram por uma revisão.

O fim deste trabalho é apresentar uma descrição concisa das lutas, ideais e conquistas do homem, desde a sua origem mais remota até os tempos atuais. Devido às limitações de espaço, a exposição teve, no entanto, de restringir-se, em princípio, à Ásia Ocidental, ao norte da África, à Europa e às Américas. Em geral, a evolução havida na parte do mundo situada a leste da Pérsia só figura no quadro na medida em que esteja intimamente relacionada com a história do Ocidente. Mas, dentro dos limites acima traçados, o objetivo foi retratar o drama da civilização como um todo uno. Nenhum dos atos ou cenas mais importantes desse drama foi esquecido ou desprezado. As civilizações anteriores aos gregos não foram tratadas como um mero prólogo, mas como fases significativas da luta interminável do homem para dominar o seu ambiente e resolver os seus problemas. Se alguma idéia filosófica se encontra na base da narrativa, é ela a profunda convicção de que a maioria dos progressos até hoje realizados pelo homem resultou do desenvolvimento da inteligência e da tolerância, e de que nisso reside a maior esperança de um mundo melhor no futuro.

Como o indica o seu título, este livro não é exclusivamente, nem mesmo fundamentalmente, uma história política. Sem negar a importância dos fatos políticos, não vemos neles a substância inteira da história. De um modo geral, esses fatos são subordinados ao desenvolvimento das instituições e idéias ou apresentados como ponto de partida de movimentos culturais, sociais e econômicos. Pensa o autor que os efeitos da Peste Negra não foram menos importantes do que os resultados da Guerra dos Cem Anos e que é mais valioso compreender o significado de Newton e Darwin do que ser capaz de enumerar os reis franceses da casa dos Bourbons. De acordo com esta visão mais ampla da história, coube mais espaço aos ensinamentos de Aristóteles e dos estóicos do que às façanhas militares de Alexandre Magno ou de Júlio César.

Na preparação desta obra o autor contou com a cooperação inteligente e com os sábios conselhos de muitas pessoas cujos serviços não há termos que possam elogiar condignamente. Deseja expressar a sua gratidão em especial ao Prof. Philip L. Ralph, do Lake Erie College, que não só leu e criticou os originais na íntegra, mas também escreveu as seções sobre música. O Prof. Ross J. S. Hoffman da Fordham University também examinou a maior parte dos originais e fez valiosas sugestões para a sua melhoria. O Deão Harry Orlinsky, do Instituto Judaico de Religião, e Nathaniel Zimskind, do Hebrew Union College, contribuíram com a revisão do capítulo sobre os hebreus, salvando o autor de numerosas escorregadelas. O Prof. Peter Charanis, da Rutgers University prestou eficiente auxílio no preparo das seções antiga e medieval e os Profs. Henry R. Winkler e Samuel C. McCulloch, no da moderna. Os capítulos de história antiga foram lidos e criticados pelo Prof. J. W. Swain, da Universidade de Illinois, e os referentes ao mundo medieval e à Renascença, pelo Prof. Edgar N. Johnson, da Universidade de Nebraska. As seções sobre literatura moderna foram submetidas a exame crítico pelo Prof. Rudolf Kirk, do Departamento de Inglês da Rutgers University, e pela Dra. Clara Marburg Kirk, antiga professôra-adjunta de inglês em Bryn Mawr. Outras pessoas, ainda, prestaram valiosa ajuda em relação a algumas partes do original, e entre elas precisam ser citados o Sr. August Meier, assistente do diretor da Fisk University; os Profs. Mark M. Heald, lrving S. Kull, L. Ethan Ellis, Sidney Ratner, George P. Smith e David L. Cowen, da Rutgers University; e os Profs. Oscar L. Falnes e Henry H. B. Noss, da Universidade de Nova Iorque. Beulah H. Van Riper, secretária do Departamento de Ciências Políticas da Rutgers University, contribuiu com a elaboração dos quadros cronológicos e encarregou-se de grande parte do trabalho de secretaria necessário à preparação do livro. O autor lucrou imensamente com as cartas de crítica enviadas a

convite dos editores, por centenas de professores que usaram ou se propuseram usar a História da Civilização Ocidental como manual de ensino. Finalmente, o autor pecaria por omissão se deixasse de confessar a sua dívida para com sua esposa, pelo auxílio que lhe prestou nas pesquisas, pela correção de provas tipográficas, compilação de dados bibliográficos e organização do índice alfabético.

E. McN. B.
New Brunswick, N. J.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Parte 1

A Aurora da História

Até hoje ninguém sabe qual foi o berço da espécie humana. Há, entretanto, indícios de que possa ter sido a parte sul da África Central ou talvez a Ásia Central, ou ainda a parte sul desta. As condições climáticas dessas regiões eram de molde a favorecer a evolução de uma variedade de tipos humanos, partindo de antepassados primatas. Do seu lugar ou lugares de origem, representantes da espécie humana migraram para a Ásia oriental e sul-oriental, para o norte da África, a Europa, e finalmente a América. Durante centenas de séculos permaneceram em estado primitivo, levando uma existência, de início, pouco melhor que a dos animais superiores. Cerca de 5000 a.C., alguns deles, especialmente favorecidos em matéria de localização e clima, desenvolveram culturas superiores. Essas culturas, baseadas no conhecimento da escrita e num progresso considerável no tocante às artes, às ciências e à organização social, nasceram na parte do mundo conhecida como o Oriente Próximo. Essa região estende-se da fronteira ocidental da Índia ao Mediterrâneo e às margens do Nilo. Ali floresceram, em diferentes períodos entre 5.000 e 300 a.C., os poderosos impérios dos egípcios, babilônios, assírios, caldeus e persas, além de pequenos estados como os dos cretenses, sumerianos, fenícios e hebreus. Em outras partes do mundo os inícios da civilização foram retardados. Ainda por volta de 2000 a.C. nada havia, na China, que merecesse o nome de vida civilizada. E, com exceção da ilha de Creta, não houve civilização na Europa senão mais de um milênio depois.

A AURORA DA HISTÓRIA

PALEONTOLÓGICO PERÍODO	PERÍODO GEOLÓGICO	FORMAS CARACTERÍSTICAS DE VIDA	PERÍODO CULTURAL	PROGRESSOS CARACTERÍSTICOS
Arqueozóico — há 2 bilhões de anos	Arqueano	Ausência de vestígios definidos; prováveis formas unicelulares		
Proterozóico — há 1 bilhão de anos	Pré-cambriano	Só invertebrados; vermes, algas		
Paleozóico — há 500 milhões de anos	Cambriano Ordoviciano Siluriano Devoniano Carbonífero Permiano	Moluscos, esponjas Insetos, primeiros vertebrados Corais, tubarões, algas marinhas Peixes pulmonares, crustáceos Primeiros anfíbios Grandes anfíbios, fetos		
Mesozóico — há 300 milhões de anos	Triássico Jurássico Cretáceo	Répteis gigantescos Répteis diversificados, aves Marsupiais, peixes ósseos, aves, árvores		
Cenozóico — há 50 milhões de anos	Eoceno Oligoceno Mioceno Plioceno	Mamíferos primitivos, primeiros primatas Símios primitivos, antepassados dos macacos; roedores, camelos Antepassados dos grandes símios, árvores de folhagem cáduca Antepassados do homem, mamíferos modernos		
	Pleistoceno (Período Glaciário) 1 milhão — -25 000 a.C.	Espécies humanas primitivas, outros primatas	Paleolítico inferior	Linguagem falada, conhecimento do fogo, sepultamento dos mortos, armas e utensílios de pedra.
	Holoceno ou Recente (25 000 a.C.-)	Animais e raças humanas atuais	Paleolítico superior Neolítico Homem civilizado	Agulhas, arpões, anzóis, magia, arte, organização social Agricultura, domesticação de animais, navegação, instituições Bronze, ferro, escrita, arte, tecnologia, ciência, literatura, etc.

CAPÍTULO 1

A Idade da Pedra ou as culturas pré-literárias

A história humana inteira pode ser dividida em dois períodos, a Idade da Pedra e a Idade dos Metais. A primeira é às vezes denominada Idade Pré-Literária, ou seja, o período anterior à invenção da escrita. A segunda coincide com o período da história baseada em registros escritos. A Idade Pré-Literária cobre pelo menos 95 por cento da existência humana e não termina senão nas proximidades do ano 3000 a.C. A Idade dos Metais é praticamente sinônima da história das nações civilizadas. A Idade da Pedra subdivide-se em Paleolítico (antiga idade da pedra) e Neolítico (nova idade da pedra). Cada uma delas recebe o nome do tipo de armas e utensílios de pedra caracteristicamente fabricados durante o período. Assim, durante a maior parte do Paleolítico era comum afeiçoar os instrumentos retirando lascas de uma pederneira ou outra pedra e conservando o núcleo restante, que se usava como "machado manual". Na fase terminal do período, eram as próprias lascas que se usavam como facas ou pontas de lança, rejeitando-se o núcleo. O Neolítico viu os instrumentos de pedra lascada ceder o passo aos instrumentos feitos de pedra desgastada pelo atrito e polidas.

Os nomes dos períodos mencionados deixam muito a desejar. Foram inventados numa época em que o estudo das culturas primitivas se encontrava ainda na infância. Atualmente se admite que nem sempre é possível traçar uma linha divisória nítida entre fases de cultura, com base nos métodos de fabricação de armas e instrumentos. Isto se aplica em especial às fases mais avançadas. Ademais, os tipos de armas e instrumentos nem sempre representam os traços mais significativos que distinguem uma cultura de outra. Sem embargo, esse método de denominação tem-se revelado bastante cômodo e continuará sem dúvida a ser usado indefinidamente.

1. CULTURA DO PALEOLÍTICO INFERIOR

O período Paleolítico pode ser datado, grosso modo, de 500.000 a 10.000 a.C. Costuma-se dividi-Ia em duas fases, uma mais antiga ou Paleolítico Inferior, e outra mais moderna ou Paleolítico Superior. A primeira foi muito mais longa que a segunda, cobrindo pelo menos 75 por cento de todo o período. Durante essa época, pelo menos quatro espécies humanas habitaram a terra. Uma delas foi o famoso Pithecanthropus erectus, ou seja, "homem-macaco em pé", do qual foram encontrados restos de esqueleto na ilha de Java; em 1891. Dessa vez não se descobriu mais que uma abóbada craniana, um fêmur, três dentes e parte de uma mandíbula. Mais recentemente, porém, têm sido desenterrados outros fragmentos, pertencentes à mesma espécie ou a uma espécie similar. Em resultado, é hoje possível reconstituir todo o crânio do Pitecantropo. Ficou assente que a sua capacidade craniana era quase o dobro da de um gorila macho, mas apenas dois terços da do homem moderno.
O segundo contemporâneo conhecido do Paleolítico Inferior foi o Sinanthropus pekinensis, cuja ossamenta foi encontrada na China, cerca de quarenta milhas a sudoeste de Pequim (Peiping), entre 1926 e 1930. Depois desta última data localizaram-se nada menos de trinta e dois esqueletos do tipo Sinantropo, tornando possível uma reconstituição completa da cabeça, pelo menos, dessa antiga espécie. Os antropologistas em geral admitem que Sinantropo e Pitecantropo são mais ou menos da mesma época e que ambos provàvelmente descendem do mesmo tipo ancestral. Até uma data recente, muitos cientistas acreditavam que o chamado "Homem de Piltdown", cujos fragmentos foram encontrados na Inglaterra em 1.911, fosse um coevo das espécies de Java e Pequim; mas em 1953 tornou-se público e notório que a pretensa espécie primitiva não passava de uma mistificação perpetrada por alguém, com o provável intuito de conquistar fama científica. Os fragmentos, que incluíam uma abóbada craniana e uma mandíbula, tinham sido habilmente alterados. A mandíbula era, na realidade, a de um macaco, submetida a tratamento químico para parecer muito antiga, ao passo que o crânio não tinha mais de 50.000 anos de idade.
Provas muito mais fidedignas existem de um outro homem paleolítico, embora esse não tenha aparecido senão numa fase avançada do período. Trata-se do homem de Fontéchevade, cujos restos foram encontrados em

1947 no departamento de Charente (sudoeste da França). Embora os achados consistissem em simples fragmentos de crânios, alguns havia suficientemente intactos para permitir que se tomassem medidas exatas. Além disso, não só a camada geológica que os continha, mas também a camada imediatamente superior achavam-se completas e intactas, de maneira que não houve dificuldade em determinar-Ihes a era cronológica. A certos respeitos, o homem de Fontéchevade parecia-se mais com o homem moderno do que alguns antepassados de época mais recente. As dimensões da abóbada craniana, por exemplo, coincidiam mais ou menos com as dos atuais europeus. Fato mais interessante ainda, as pronunciadas saliências da região das sobrancelhas, tão características da maioria dos homens primitivos, estavam ausentes, e a construção da testa apresentava notável semelhança com a nossa própria. Em compensação, a caixa craniana tinha uma espessura excepcional e a abóbada era baixa. O homem de Fontéchevade devia o grande desenvolvimento do seu cérebro à extraordinária largura, e não à altura, do respectivo crânio.
Durante os últimos 25.000 anos do Paleolítico Inferior surgiu uma quarta espécie de homem pré-histórico. Era o Homo Neanderthalensis, famoso como um antigo troglodita ou homem das cavernas. Fragmentos do seu esqueleto foram descobertos pela primeira vez no vale do Neander, perto de Düsseldorf, no noroeste da Alemanha, em 1856. Depois disso têm ocorrido numerosos outros achados em lugares tão distantes entre si como a Bélgica, a Espanha, a Itália, a Iugoslávia, a Rússia e a Palestina. A tal ponto se parecia o homem de Neanderthal com o moderno que foi classificado como espécie do mesmo gênero (Homo). A semelhança, contudo, não era de modo algum perfeita. A estatura média dos homens de Neanderthal não excedia 1,62 m. Tinham eles o queixo fugidio e fortes arcadas superciliares. Se bem que a testa se inclinasse para trás e a abóbada do crânio fosse baixa, é evidente que possuíam cérebros de tamanho considerável, pois a sua capacidade craniana média era levemente superior à dos caucasianos modernos. Quanto ao que isso possa ter significado com respeito à inteligência, é impossível determiná-Io.
São, na verdade, escassos os conhecimentos positivos que temos da cultura dos homens do Paleolítico Inferior. Suas habilidades e sua ciência adquirida devem ter sido ínfimas, mesmo em confronto com as dos povos primitivos de nossos dias. Apesar disso, o Pitecantropo e os seus sucessores não eram

simples macacos que esquecessem num momento os triunfos obtidos por acaso. Possuíam indubitavelmente a faculdade da palavra, que lhes permitia comunicar aos companheiros e transmitir às gerações posteriores o que haviam aprendido. Não é exagero presumir que também possuíssem a capacidade de raciocinar, ainda que muito pouco desenvolvida. Quase desde o início, portanto, devem ter feito uso de instrumentos, empregando a sua inteligência em afeiçoar armas e utensílios que suprissem as deficiências da força muscular. Na origem, devia tratar-se de simples galhos arrancados às árvores para servir de porretes. Com o tempo veio-se a descobrir que era possível lascar as pedras de forma a dar-Ihes um gume cortante. A parte mais grossa era então segura na palma da mão, ou talvez encabada em resina. Assim se desenvolveu o chamado machado manual, que parece ter desempenhado simultaneamente as funções de rachador, serra, faca e raspador.

Antes que o Paleolítico Inferior chegasse ao fim, o homem de Neanderthal parece ter abandonado em grande parte o uso do machado de mão. Métodos aperfeiçoados de lascar a pedra deram-lhe o ensejo de utilizar-se principalmente das próprias lascas. Daí resultou o aparecimento de pontas de lança, perfuradores, bem como de facas e raspadores muito mais eficientes.

Também foram encontrados indícios de um certo progresso da cultura não material. Nas entradas das cavernas em que vivia ou em que, pelo menos, se refugiava o homem neanderthalense, descobriram-se eiras em que era trabalhado o sílex e lareiras de pedra onde, ao que parece, eram alimentadas enormes fogueiras. Isto sugere a origem da cooperação e da vida grupal, e talvez os rudes primórdios de instituições sociais. Maior significação pode ser emprestada à prática neanderthalense de dispensar cuidados aos defuntos, enterrando-os em sepulturas rasas junto com utensílios e outros objetos de valor. Isso indica, talvez, o desenvolver-se de um sentimento religioso, ou pelo menos a crença em alguma espécie de sobrevivência depois da morte.

2. CULTURA PALEOLÍTICA SUPERIOR

Cerca de 30.000 a.C., a cultura da Antiga Idade da Pedra passou do estágio do Paleolítico Inferior para o do Paleolítico Superior. Este último período não durou mais que uns duzentos séculos, ou seja, de 30.000 a 10.000 a.C. Um tipo novo e superior de ser humano dominou a terra durante esse tempo. Biologicamente, os homens de que falamos estão intimamente relacionados com o homem moderno. Seus predecessores, os de Neanderthal tinham cessado de existir como variedade distinta. Ignora-se o que foi feito deles. De acordo com a opinião de alguns, foram provavelmente exterminados pelos seus vencedores ou pereceram por escassez de alimentos, Segundo outra escola, perderam a sua identidade pelo simples cruzamento com os recém-chegados. Uma das suas ramificações, em alguma área remota do globo, bem pode ter fornecido os antepassados da nova raça que agora se tornava dominante.
O nome usado para designar os homens do Paleolítico Superior é o de Cro-Magnon, pois foi na caverna de Cro-Magnon, situada no departamento francês de Dordogne, que se descobriram algumas das relíquias mais típicas. Os homens de Cro-Magnon eram altos, espadaúdos e eretos, atingindo a 1,80 m a estatura média masculina. Tinham a fronte alta, o mento bem desenvolvido e uma capacidade craniana aproximadamente igual à média moderna. As pronunciadas arcadas superciliares, tão características das espécies anteriores, haviam desaparecido. É uma questão debatida a possibilidade de terem deixado descendentes. Não parecem ter sido exterminados; antes, porém, julga-se que tenham sido impelidos para as regiões montanhosas e, mais tarde, absorvidos pelas raças posteriores.
A nova cultura apresenta-se com assinalada superioridade em relação à anterior. Não só os instrumentos e utensílios são mais bem-feitos, senão que existem em maior variedade. Já não se fabricam apenas com lascas de pedra ou hastes de osso; outros materiais são usados em abundância, especialmente o chifre de rena e o marfim. Como exemplos de artefatos mais complicados podem-se apontar a agulha de osso, o anzol, o arpão, o lança-dardos ou propulsor e, bem no fim do período, o arco e a flecha. O uso de roupas é indicado pelo fato de ter o homem do Paleolítico Superior feito botões e trabelhos de osso e chifre e de ter inventado a agulha. Não sabia tecer pano, mas as peles de animais costuradas umas às outras provaram ser um substituto satisfatório. Também se encontrou grande número de dentes de animais e conchas perfurados, o que leva a crer que o

homem de Cro-Magnon fazia pingentes e colares para adornar-se. É certo que cozinhava a comida, pois foram descobertos numerosos fogões, evidentemente usados para assar carne. Nas proximidades de um deles, em Solutré, no sul da França, havia um acúmulo de ossos carbonizados, contendo os restos de 100.000 animais de grande porte. Embora o homem de Cro-Magnon não construísse casas, salvo algumas choupanas simples, erigidas em regiões onde escasseavam os abrigos naturais, a sua vida não era totalmente nômade. Indícios encontrados nas cavernas por ele habitadas mostram que essas cavernas foram usadas, pelo menos temporariamente, durante anos consecutivos.

Com respeito aos elementos não materiais há também indicações de que a cultura do Paleolítico Superior representa um notável progresso. A vida grupal tornou-se mais regular e mais altamente organizada do que antes. A profusão de ossos carbonizados em Solutré e alhures denota a cooperação na caça e a partilha da presa em grandes festins da comunidade. A surpreendente perícia revelada na feitura de armas e instrumentos e a técnica altamente desenvolvida das criações artísticas seriam difíceis de conseguir sem uma certa divisão de trabalho. Parece certo, por isso, contarem as comunidades do Paleolítico Superior com artistas profissionais e artífices especializados. Para chegarem a adquirir talentos tais, certos membros da comunidade devem ter passado por longos períodos de adestramento e dedicado todo o seu tempo à prática das suas especialidades. Conseguintemente, deviam ser sustentados pelo resto do grupo. Teria assim surgido uma aristocracia, cujos membros mais altamente colocados gozariam de bastante prestígio para se tornarem dirigentes com autoridade limitada.

Existem provas suficientes de que o homem de Cro-Magnon tinha idéias muito evoluídas sobre um mundo de forças invisíveis. Dispensava mais cuidados aos corpos dos defuntos que o homem de Neanderthal, pintando os cadáveres, cruzando-lhes os braços sobre o peito e depositando, nas sepulturas, pingentes, colares e armas e instrumentos ricamente lavrados. Formulou um complicado sistema de magia simpática, destinado a aumentar a sua provisão de alimentos. Baseia-se a magia simpática no princípio de que, se imitarmos um resultado desejado, produziremos automaticamente esse resultado. Aplicando esse princípio, o homem de Cro-Magnon fez pinturas nas paredes das suas cavernas, representando a

captura de renas na caça, ou esculpiu imagens do urso das cavernas com o flanco trespassado por azagaias. Em outras ocasiões modelou bisões ou mamutes em argila e depois mutilou-os com golpes de dardo. Tais representações visavam, evidentemente, facilitar os próprios efeitos representados, concorrendo assim para o bom êxito do caçador e tornando mais fácil a luta pela existência. Encantamentos e cerimônias acompanhavam, talvez, a execução das pinturas e imagens, e é provável que o trabalho de produzi-Ias fosse realizado enquanto a verdadeira caçada estava em andamento.
O período Paleolítico Superior apresentou ligeiro progresso intelectual. O homem de Cro-Magnon sabia contar e com ele surgem as primeiras notações numéricas da história da humanidade. Consistiam em vários objetos, como por exemplo um propulsor de dardo ou azagaia com entalhes, ou um dente de veado com riscos horizontais feitos por um instrumento cortante e usado como pingente. Em todos esses casos trata-se provavelmente de contas de animais abatidos na caça. Existe uma tênue possibilidade de que o homem de Cro-Magnon tenha criado um sistema primitivo de escrita. Descobriram-se alguns sinais muito interessantes, apresentando o aspecto de caracteres de linguagem escrita. Podem, no entanto, não passar de símbolos representativos de objetos naturais, pois abundam os indícios de que a arte desse período tendia freqüentemente para o convencionalismo. Deve-se, por isso, considerar como muito problemático o conhecimento da escrita no Paleolítico Superior.
A suprema realização do homem de Cro-Magnon foi a sua arte - realização tão original e tão resplandecente que deveria ser incluída entre as Sete Maravilhas do Mundo. Nada ilustra tão bem como esse fato o grande abismo cavado entre a cultura do Paleolítico Superior e tudo quanto a precedeu. A arte do período compreende quase todos os ramos que a cultura material de então tornava possíveis. Tanto a escultura como a pintura, o entalhe e a gravação se acham representados. Faltavam, porém, as artes da cerâmica e da arquitetura, pois a olaria ainda não fora inventada nem tampouco se construíam edifícios, a não ser do tipo mais rudimentar.
A arte por excelência do homem de Cro-Magnon foi a pintura. Nela se exibe o maior número e variedade dos seus talentos: o discernimento no uso das cores, a meticulosa atenção aos detalhes, a capacidade de empregar a escala ao representar um grupo, e acima de tudo o seu gênio para o

naturalismo. A arte dos povos primitivos modernos se assemelha à arte infantil; pinta as coisas, não como estas são, mas de acordo com preconceitos ingênuos da sua mente. A arte do Paleolítico Superior era notàvelmente isenta dessas tendências e mostrava a firme resolução de copiar a natureza com a máxima fidelidade.

Especialmente digna de nota é a habilidade com que o pintor representa o movimento. Uma grande porção dos seus murais figura animais correndo, saltando, pastando, ruminando ou enfrentando o caçador que os acua. Muitas vezes eram empregados artifícios engenhosos para dar a ilusão de movimento. O principal dentre eles era o que consistia em pintar ou desenhar contornos adicionais para indicar o espaço dentro do qual se moviam as pernas ou a cabeça do animal. Mas o plano era executado com tanta habilidade que não dava nenhuma idéia de artifício.

O significado da arte do homem das cavernas lança um jorro de luz sobre muitos problemas relativos à mentalidade e aos costumes primitivos. Até certo ponto, é indubitável que ela foi a expressão de um verdadeiro senso estaico. O homem de Cro-Magnon sentia, evidentemente, certo prazer na linha graciosa, na disposição simétrica ou na cor viva. É prova disto o fato de haver pintado e tatuado o seu corpo, assim como o de ter usado adornos. Mas as suas principais obras de arte dificilmente teriam sido produzidas com o fim de criar coisas belas. Tal possibilidade deve ser excluída por várias razões. Em primeiro lugar, as melhores pinturas e desenhos são geralmente encontrados nas paredes e nos tetos das mais escuras e inacessíveis partes das cavernas. A galeria de pinturas de Niaux, por exemplo, acha-se a mais de meia milha na entrada da caverna. Ninguém poderia ver as criações do artista a não ser à luz imperfeita de fachos ou lâmpadas primitivas que deviam fumegar e espirrar horrivelmente, uma vez que o único combustível para iluminação era a gordura animal. Além disso, há sinais de que o homem de Cro-Magnon olhava com grande indiferença a sua obra de arte, depois de terminada. Não lhe dedicava uma afeição crescente com a passagem dos anos, nem mesmo despendia muito tempo em admirá-Ia. Pelo contrário, muitas vezes usava a mesma superfície para uma nova produção. Encontraram-se numerosos exemplos de pinturas ou desenhos superpostos a outros mais antigos, do mesmo tipo ou de tipo diferente. O importante não era, evidentemente, a obra acabada em si mesma, mas o ato de fazê-Ia.

Para o homem paleolítico a arte era um assunto muito sério. A verdadeira finalidade de quase toda ela não era agradar aos sentidos, mas ao que parece, tornar mais fácil a luta pela existência aumentando o suprimento de animais usados na alimentação. O próprio artista não era um esteta, mas um mágico, e sua arte era uma forma de magia destinada a promover o êxito do caçador. Nesse objetivo reside a sua verdadeira significação e o fundamento de quase todas as suas qualidades características. Sugere, por exemplo, a razão real pela qual os animais de caça constituíam o tema quase exclusivo dos grandes murais e por que são muito raras as representações de plantas e objetos inanimados, Ajudam-nos a compreender o descaso do homem de Cro-Magnon pelas pinturas depois de terminadas e o seu interesse predominante pelo processo de fazê-Ias. Finalmente, os propósitos mágicos explicam em grande parte o gênio espetacular do artista, pois acreditava-se que a própria existência da comunidade dependia da competência com que ele cumprisse as suas obrigações. e, por conseguinte, nenhum esforço era poupado para lhe dar o adestramento mais completo possível.

A cultura do Paleolítico Superior teve um fim prematuro cerca de 10.000 a.C. A decadência interna, exemplificada pelo declínio da arte, parece ter sido uma das causas. Não é possível determinar exatamente os fatores responsáveis. Um deles pode ter sido a impaciência em relação aos métodos antigos e a procura de maneiras de abreviá-Ios, donde resultaram a padronização e a perda de originalidade. Uma causa mais patente e sem dúvida mais eficaz do declínio da cultura em seu conjunto foi a destruição parcial das fontes alimentares. À medida que a última geleira se retirava cada vez mais para o Norte, o clima da Europa meridional tornava-se muito quente para as renas, que pouco a pouco foram migrando para as margens do Báltico. O mamute, por essa ou por outras razões, acabou por extinguir-se. Milhares de representantes da magnífica espécie de Cro-Magnon provavelmente pereceram. Alguns seguiram as renas para o Norte, mas é significativo que tenham deixado atrás a sua arte. Aqueles que permaneceram no habitat original foram obrigados a aplicar todas as energias numa luta puramente física pela sobrevivência.

3. CULTURA NEOLÍTICA

O último estágio da cultura pré-literária é conhecido como o período Neolítico, ou Nova Idade da Pedra. O nome foi adotado porque as armas e instrumentos de pedra passaram então a ser feitos pelo método do polimento mediante o atrito, ao invés da fratura e separação de lascas, como nos períodos anteriores. Os portadores da cultura neolítica foram novas variedades de homem moderno que se espalharam pela África e pelo sul da Europa, vindas da Ásia ocidental. Como nada está a indicar que esses novos elementos tivessem sido exterminados ulteriormente, ou que tivessem migrado em massa, devemos considerá-Ias como os antepassados imediatos da maioria dos povos que hoje habitam a Europa.

É impossível fixar datas exatas para este período. Sua cultura não se estabeleceu solidamente na Europa antes de 3.000 a.C., mais ou menos, embora certamente tenha origens muito anteriores. Há provas de sua existência no Egito já em 5.000 a.C. e razões para acreditar que ele começou em época não menos distante no sudoeste da Ásia. Também se nota grande variação nas datas que assinalam o seu término. Pouco depois do ano 4.000 foi suplantado, no Egito, pela primeira civilização histórica. Salvo na ilha de Creta, não desapareceu em parte alguma da Europa antes do ano 2.000 e, na Europa setentrional, muito mais tarde ainda. Em certas regiões do globo ainda não terminou. Os nativos de algumas ilhas do Pacífico, das regiões árticas da América e das selvas do Brasil ainda se acham na fase de cultura neolítica, exceto no tocante a alguns costumes que adquiriram dos exploradores e missionários.

A muitos respeitos, a nova idade da pedra foi a era mais importante na história do mundo até então. O nível do progresso material atingiu novas alturas. O homem neolítico exercia maior domínio sobre o meio do que qualquer dos seus predecessores. Tinha menos probabilidades de perecer devido a uma mudança das condições climáticas ou porque viesse a falhar uma parte dos seus recursos alimentares. Essa decisiva vantagem resultou, sobretudo, do desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais. Enquanto todos os homens que viveram anteriormente eram coletores, o homem neolítico era produtor de alimentos. O cultivo da terra e a manutenção de rebanhos e manadas proporcionavam-lhe fontes muito mais seguras de alimentos e, em certas épocas, lhe garantiam sobras. Tais circunstâncias tornavam possível um aumento mais rápido da população, estabilizaram a existência e favoreciam o desenvolvimento de instituições.

Tais foram os elementos de uma grande revolução social e econômica cuja importância seria quase impossível exagerar.
A nova cultura também é importante pelo fato de ter sido a primeira a distribuir-se por todo o mundo. Embora algumas culturas anteriores, em especial as dos homens de Neanderthal e Cro-Magnon, tivessem tido considerável difusão, elas se limitaram em grande parte às áreas continentais acessíveis do Velho Mundo. O homem neolítico penetrou em todas as regiões habitáveis da superfície do globo - desde as tundras do Ártico até as selvas tropicais. Partindo de vários centros de origem, parece ter alcançado todos os recantos de um e do outro hemisfério. Viajou distâncias incríveis, tanto por água como por terra, e acabou por ocupar todas as ilhas dos grandes oceanos, mesmo as mais remotas. Nem o próprio Havaí, situado a 6.500 quilômetros do continente asiático, escapou ao seu raio de ação. Sem dúvida, aproou a sua embarcação primitiva para algum ponto visível, sendo depois desviado da rota e, por um acidente feliz, dando à costa antes que a fome o matasse. É difícil supor que tenha chegado lá intencionalmente e por seu próprio engenho. Mas, fosse como fosse, o fato é que lá chegou, pois quando o homem branco ali aportou os nativos das ilhas havaianas tinham, essencialmente, o mesmo tipo e cultura que o homem neolítico de qualquer outro lugar.
Os fatores que originaram essa admirável difusão não podem ser determinados com precisão científica. Tem-se por certo que o homem neolítico inventou os primeiros barcos e jangadas, sem os quais nunca poderia ter transposto os confins da Ásia, da África e da Europa. Mas o motivo que o levou a penetrar em selvas ardentes, redutos das montanhas e regiões áridas e desoladas como o Labrador e a Patagônia permanece um mistério insolúvel. Não podemos senão conjeturar que o incremento da população tenha imposto a procura constante de novas áreas de caça e talvez de terras de pastagem ou de cultivo. Os indivíduos mais jovens e mais aventurosos deviam andar continuamente em busca de novas regiões, na esperança de melhorarem a sua condição econômica.
O historiador teria dificuldade em superestimar a importância das migrações neolíticas, cujo resultado líquido foi difundir por todo o mundo um padrão semelhante de cultura. Os poucos elementos que lograram sobreviver ao desaparecimento das culturas anteriores foram quase totalmente submergidos. Isto significa que não temos, hoje, meio de

descobrir senão em pequena parte o que se passava na mente do homem paleolítico: se ele acreditava que o governo é um mal, que a propriedade privada é sagrada, ou que o mundo foi tirado do nada. O fato de encontrarmos certas idéias na mentalidade primitiva de hoje não prova que sejam inseparáveis da massa do sangue da espécie, pois é necessário não esquecer que todas as raças primitivas existentes são beneficiárias ou vítimas de uma herança comum.

A invenção de barcos e jangadas não foi o único exemplo de engenho técnico por parte do homem neolítico. Ele criou as artes do tecido de malha, de fiar e de tecer pano. Foi o primeiro a fabricar cerâmica e sabia fazer fogo artificialmente, pelo atrito. Construiu casas de madeira e barro secado ao sol. Na fase final do período descobriu as possibilidades dos metais e uns poucos instrumentos de cobre e ouro foi acrescentado ao seu arsenal. Como as artes da fundição e da refinação eram ainda totalmente ignoradas, o uso dos metais limitou-se aos mais maleáveis, ocasionalmente encontrados em estado puro e sob a forma de pepitas.

As verdadeiras pedras angulares da cultura neolítica foram, contudo, a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura. Sem a existência destes fatores seria inconcebível que ela tivesse atingido a complexidade que atingiu. Mais do que a qualquer outra coisa, deve-se-Ihes o gênero de existência estabilizado, o crescimento das povoações e das instituições sociais. Estimularam a divisão do trabalho e a prática do intercâmbio. Obrigaram constantemente o homem a procurar novos métodos de utilizar os recursos naturais, levando-o desse modo a aumentar o seu equipamento material e o seu estoque de conhecimentos.

Supõe-se geralmente que o primeiro animal a ser domesticado tenha sido o cão, na suposição de que ele andasse sempre a rondar os acampamentos do caçador a fim de apanhar ossos e sobejos de carne. Com o tempo, ter-se-ia descoberto que ele podia ser usado na perseguição da caça miúda e quiçá também como guarda do acampamento. Depois de ter sido bem sucedido na domesticação do cachorro, o homem neolítico teria voltado logicamente a sua atenção para outros animais, em especial para aqueles que usavam como alimento. Antes do fim do período, pelo menos cinco espécies a vaca, o cão, a cabra, a ovelha e o porco - tinham sido adaptados à satisfação das suas necessidades. Isso, contudo, não sucedeu com todos eles em todas as partes do mundo. As tribos neolíticas da América absolutamente não

domesticaram animais, a não ser o cão sem pêlo em certas partes do México, a lhama e a alpaca no planalto andino e o porquinho-da-índia e o peru em algumas regiões.

O lugar exato em que se originou a agricultura nunca foi positivamente determinado. Tudo que sabemos é que as gramíneas bravas, antepassados prováveis dos cereais, têm sido encontradas em numerosos lugares. Certos tipos de trigo são nativos da Ásia Menor, do Cáucaso e da Mesopotâmia. Assinalaram-se ancestrais silvestres da cevada no norte da África, na Pérsia, na Ásia Menor e no Turquestão. Embora seja provável que essas fossem as primeiras plantações da agricultura neolítica, não eram de nenhum modo as únicas. Cultivavam-se também o painço, as hortaliças e numerosas frutas. O linho era plantado no Velho Mundo por causa da sua fibra têxtil e, em algumas localidades, já se iniciara o cultivo da papoula para a obtenção de ópio. No Novo Mundo era o milho o único cereal conhecido, mas os ameríndios cultivavam numerosos outros produtos, inclusive o tabaco, o feijão, abóboras, morangas e batatas.

Java Neanderthal Pequim Cro-Magnon

Aspecto dos quatro tipos de homem paleolítico

O HOMEM PRIMITIVO E SUAS OBRAS

(American Museum of Natural History.)

Arte paleolítica da Gruta de Altamira, na Espanha: bisão agachado, voltando a cabeça para trás.

Utensílios do Paleolítico Inferior: (1) "coup-de-poing" ou machado manual; (2) raspador; (3) instrumento de cortar carne. Utensílios e adornos do Paleolítico Superior: (4) ponta de arpão, feita de osso; (5) lâmina de faca ou ponta de lança, feita de sílex; (6) contas ou pingentes, de dente de alce.

1 2 3 4 5 6

Agricultura neolítica: Homens e mulheres, em território que é hoje alemão, usando arados, enxadas e esterroadores de ponta de pedra. (De H. F. Cleland, "Our Prehistoric Ancestors"; segundo K. Schumacher.)

Habitações neolíticas: Os exemplos aqui mostrados são reconstituições de habitações lacustres da Suíça. Para fins de defesa, eram habitualmente construídas sôbre estacas. (American Museum of Natural History.)

Historicamente, a feição mais importante da cultura neolítica foi sem dúvida o desenvolvimento das instituições. Uma instituição pode ser definida como um conjunto de crenças e atividades grupais, organizado de maneira mais ou menos permanente com vistas na consecução de algum objetivo do grupo. Costuma incluir um corpo de costumes e tradições, um código de regras e padrões, e complementos físicos tais como edifícios, meios punitivos e facilidades para a comunicação e a doutrinação. Visto que o homem é um ser social, alguns desses elementos existiram provavelmente desde os tempos mais recuados, mas as instituições em sua forma plenamente desenvolvida parecem ter sido uma realização do período neolítico.

Uma das mais antigas instituições humanas é a família. Os sociólogos não concordam quanto à sua definição. Historicamente, no entanto, a família sempre significou uma unidade mais ou menos permanente, composta dos

pais e de sua prole, e servindo os fins de proteção dos pequenos, divisão do trabalho, aquisição e transmissão de propriedade, e conservação e transmissão de crenças e costumes. A família não é hoje, nem nunca foi de caráter exclusivamente biológico. Como a maioria das instituições, evoluiu através de um longo período de convenções variáveis que lhe deram uma natureza multiforme e uma diversidade de funções.

Nos tempos neolíticos a família parece ter existido tanto sob a forma poligâmica como sob a monogâmica. O termo "poligamia" é usado pelos sociólogos para designar qualquer tipo de matrimônio plural - quer uma pluralidade de maridos, quer de esposas. A designação científica da primeira é "poliandria" e da segunda, "poliginia". A poliandria sempre parece ter sido rara. Na época atual, limita-se a algumas comunidades de esquimós, às tribos Wahumas da África Oriental, à Índia meridional e ao Tibete. Parece desenvolver-se sob condições de extrema pobreza, em que vários homens precisam reunir os seus recursos para comprar ou sustentar uma esposa, ou em que o infanticídio feminino é praticado como meio de controlar o crescimento da população. Este último costume não tarda a produzir um excesso de indivíduos masculinos. Quanto à poliginia, surge sob uma variedade de condições. Em alguns casos ela resulta de uma preponderância das mulheres. A existência do caçador de focas do Ártico, por exemplo, é tão arriscada que em algumas aldeias o número de homens pode chegar a menos de metade do número de mulheres. Em certos casos, recorreu-se à poliginia como meio de aumentar rapidamente a população. Visto como um homem pode procriar muito mais filhos do que uma mulher pode dar à luz, certos povos como os antigos hebreus ou os mórmons primitivos encorajaram a prática de desposar mais de uma mulher, a fim de que o grupo se multiplicasse ràpidamente, resguardando-se assim da absorção ou aniquilação por parte de vizinhos hostis. Um terceiro fator de que se originou a poliginia foi o gesto da exibição. Governantes e outros homens ricos mantinham uma pluralidade de esposas como sinal ostensivo de opulência. O rei Salomão tinha um harém de 700 esposas e 300 concubinas, não necessariamente em razão de um apetite sexual desmedido, mas a fim de impressionar outros monarcas com a sua capacidade de sustentar tão numerosa família. Também lhe interessavam, como é natural, as alianças políticas com o maior número possível de monarcas vizinhos, e casar com as filhas destes era um excelente meio de firmar tais alianças.

Uma segunda instituição, desenvolvida sob forma mais complexa pelo homem neolítico, foi a religião. Devido às suas infinitivas variedades, é ela mais difícil de definir, mas o que segue talvez seja aceito como definindo o que é essa instituição no seu caráter básico: "A religião é em toda parte a expressão, sob uma forma ou outra, de um sentimento de dependência em face de um poder exterior a nós mesmos, poder cuja natureza é lícito qualificar de espiritual ou moral." Os antropólogos modernos põem em relevo o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença como de ritos. Os ritos, na maioria dos casos, vieram em primeiro lugar; os mitos, dogmas e teologias foram racionalizações ulteriores. O homem primitivo dependia universalmente da natureza - da sucessão regular das estações, da queda de chuvas nas ocasiões apropriadas, do crescimento das plantas e da reprodução dos animais. Esses fenômenos naturais não ocorreriam a não ser que ele cumprisse certos sacrifícios e ritos. Instituiu, assim, cerimônias destinadas a fazer chover, nas quais se borrifava água sobre espigas de milho para imitar a precipitação da chuva. As danças rituais dos índios americanos tinham muitas vezes uma significação análoga. A totalidade dos habitantes de uma aldeia, ou mesmo dos componentes de uma tribo, vestiam peles de animais e arremedavam os hábitos e atividades de alguma espécie da qual dependessem para a obtenção de alimento. Pareciam ter a vaga noção de que, com o imitar o gênero de vida da espécie, estavam contribuindo para garantir a sobrevivência dela.
Mas havia outro elemento cuja presença era manifesta na religião primitiva. Referimo-nos ao elemento do medo. Os homens primitivos de nossos tempos, pelo menos, vivem num estado constante de alarma e de terror. Como disse um velho médico-feiticeiro esquimó ao explorador Knud Rasmussen: "Nós não cremos, nós tememos." Tudo que é estranho e mal conhecido está repleto de perigos. O selvagem não só teme a doença e a morre, mas também a fome, a seca, as tempestades, os espíritos dos morros e os animais que ele próprio matou. Toda desgraça, perda ou malogro é precursora de outras calamidades do mesmo gênero, a não ser que a má influência causadora seja apaziguada, paralisada ou aniquilada. Para a obtenção de tais fins, os encantamentos, sortilégios e outros recursos de poder mágico parecem ser uma necessidade imprescindível.

Segue-se daí que grande parte da religião do homem consiste em precauções rituais para afastar o mal. Por nenhum selvagem se arriscará a atravessar a nado um rio perigoso sem primeiro procurar ganhar o seu beneplácito por meio de orações e encantamentos. O esquimó que mata um urso polar deve presenteá-Ia com armas e utensílios que lhe sejam agradáveis; se o urso é fêmea, a dádiva consiste em facas de uso feminino e em estojos de agulhas. Tais presentes são necessários para apaziguar a cólera da alma do animal morto e evitar que ela opere malefícios. Na África Ocidental, o caçador que matou um hipopótamo desentranha-o e, completamente nu, penetra na carcaça para banhar todo o seu corpo no sangue do animal. Enquanto faz isso reza para o espírito do hipopótamo a fim de que este não lhe guarde rancor por tê-Ia matado e de que não incite outros hipopótamos a vingar o morto atacando a canoa do matador.

Entre a espécie de religião que acabamos de descrever e as religiões teológicas como o judaísmo, o cristianismo e o islã, não parecem existir senão as mais vagas conexões. A maioria dos homens neolíticos achavam-se e acham-se ainda hoje num estágio pré-Iógico. O seu pensamento assemelha-se muito mais ao de uma criança que ao do homem civilizado. Não fazem distinção clara entre objetos animados e inanimados, nem entre o natural e o sobrenatural. Não reconhecem milagres porque, para eles, nada é impossível ou absurdo. Do mesmo modo, não existem acidentes casuais, pois tudo que acontece tem um significado místico. Se uma criança cai no fogo é que alguém lhe lançou um feitiço, e os pais não descansarão enquanto não encontrarem o culpado. A maioria dos homens primitivos atuais mal concebem o que seja uma causa natural. Algumas tribos rejeitam completamente a idéia de morte natural. Outras não têm noção do processo da geração e do nascimento. Não percebem nenhuma relação definida entre a coabitação sexual e a reprodução. A união dos sexos, nada faz senão preparar o caminho para que um espírito penetre no corpo da mulher e a torne grávida.

A primeira revolução intelectual na história da humanidade foi provavelmente a passagem da base pré-Iógica da religião primitiva para o tipo de pensamento religioso que repousa sobre uma crença em deuses benévolos e uma explicação filosófica do universo. Ninguém sabe como se realizou a transição. Ao que parece, algumas tribos conceberam a idéia de que seres sobrenaturais sob forma humana seriam mais capazes de ouvir e

atender as súplicas dos viventes do que espíritos desencarnados ou fantasmas. Como a quase totalidade dos homens pré-históricos acreditava na sobrevivência da alma humana após a morte do corpo e como os médicos-feiticeiros eram venerados por toda parte, parece possível que os espíritos de alguns destes tenham sido transferidos para os cumes das montanhas ou para habitações celestes e adorados como deuses. Em certos casos, talvez, o despertar do senso moral conduziu à crença em um ou mais deuses como defensores da retidão e da justiça. Tais idéias, sem dúvida, surgiriam desde o começo no espírito de homens excepcionais, resultando daí que em certas regiões a crença numa divindade bondosa e única bem podia coexistir com os mais primitivos terrores de fantasmas e feiticeiros. Fosse qual fosse a sua origem, as divindades pessoais eram veneradas pelas mais antigas civilizações e parece certo que as crenças relativas a essas divindades surgiram durante a fase de cultura neolítica.
Ainda outra grande instituição que foi desenvolvida pelo homem neolítico é o estado. A guisa de definição, podemos descrever o estado como uma sociedade organizada que ocupa um território definido e possui um governo efetivo, independente de controle externo. A essência do estado é a soberania, ou o poder de fazer e executar leis, preservando a ordem social pela punição daqueles que infringem essas leis. Não se deve confundir um estado com uma nação. Esta é um conceito étnico, usado para designar um povo unido por laços de língua, costumes ou origem racial, por um passado comum ou pela crença num comum destino. Uma nação pode ocupar ou não um território definido, mas não possui o elemento da soberania. Pode até não ter um governo independente, como, por exemplo, os poloneses durante o largo período em que estiveram submetidos ao jugo austríaco, alemão e russo. Nos nossos tempos a maioria das nações são também estados, mas isso se deve principalmente à fragmentação dos impérios russo, austríaco, alemão e turco no fim da primeira guerra mundial.
A não ser em tempo de crise, o estado não existe na grande maioria das sociedades primitivas - fato que indica, provavelmente, ter sido a sua gênese bastante tardia na fase de cultura neolítica. A maior parte das comunidades selvagens não têm um sistema permanente de tribunais, nem força policial, nem um governo com poderes coercivos. O costume toma o lugar da lei, a vendeta é a única maneira de ministrar justiça e quase não existe o conceito de crime contra a comunidade. Os crimes do homem

primitivo são na sua maioria "agravos" ou delitos privados em cuja punição nenhuma autoridade pública toma parte. A aceitação do wergeld ou preço do sangue é uma prática comum e até atos como o assassínio são considerados simples danos causados à família da vítima. Já que a família foi privada de um membro valioso, a reparação adequada é um pagamento em dinheiro. Sendo este recusado, a família pode indenizar-se em espécie matando o ofensor ou um membro da família do ofensor. Praticamente as únicas ofensas à sociedade são as violações de tabus, ou proibições religiosas, mas a sua punição é religiosa e não política.

A origem do estado encontra-se provavelmente numa variedade de fatores. Há fundamento, por certo, na suposição de que o desenvolvimento da agricultura tenha sido um dos mais importantes. Em certas regiões como o vale do Nilo, onde uma população numerosa vivia da cultura intensiva de uma área limitada de solo fértil, um alto grau de organização social era absolutamente indispensável. Os antigos costumes não seriam suficientes para definir os direitos e deveres numa sociedade como essa, com o seu elevado padrão de vida, a sua distribuição desigual da riqueza e o vasto campo que oferecia ao embate dos interesses pessoais. Novas medidas de controle social se tornariam necessárias, medidas que dificilmente poderiam ser postas em prática por outro meio que não a instituição de um governo revestido de autoridade soberana e a submissão a esse governo; em outras palavras; pela criação de um estado. Esse resultado não se obteria no espaço de um dia, nem mesmo de um ano. As formas iniciais de controle público seriam poucas e de caráter tentativo, mas se estenderiam pouco a pouco, até que por fim se formaria um estado, não necessariamente despótico, porém armado de plena autoridade.

Certo número de estados antigos evidentemente deveram a sua origem a causas militares. isto é: foram fundados para fins de conquista, para a defesa contra a invasão ou para tornar possível a expulsão de um invasor de dentro das fronteiras do país. O estabelecimento da monarquia dos hebreus parece ter-se devido à primeira dessas razões. Como a guerra pela conquista de Canaã não fosse muito bem sucedida, o povo hebreu implorou ao seu chefe Samuel que lhe desse um rei, a fim de que eles fossem "como todas as nações", com um soberano poderoso para mantê-Ias em ordem e conduzi-Ios à vitória na batalha. Basta observar como a guerra moderna, tanto ofensiva como defensiva, reforça e amplia os poderes do governo, para

compreender como influências semelhantes poderiam ter dado origem ao estado.

Alguns antropólogos modernos dão grande importância à liderança como fator na origem do estado. Fazem ver que em tempo de crise um indivíduo dotado de qualidades de comando invariavelmente se eleva da multidão e assume o controle. Num naufrágio, por exemplo, um dos ocupantes de cada escaler salva-vidas assume o comando, racionando a água e os alimentos, se os há, e mantendo os seus companheiros em ordem. Entre os boximanes da Austrália e entre os esquimós não existem instituições políticas de nenhuma espécie em tempos ordinários. Mas quando surge uma emergência alguém se coloca à frente do grupo e o bando informe de caçadores assume o caráter de um estado rudimentar. Entre os povos que têm uma existência mais estabilizada o líder tem-se tornado freqüentem ente uma espécie de chefe político, presidindo a uma "máquina" e dispensando festas e outros favores. Às vezes ele é reverenciado como um ser quase divino, como um símbolo da unidade e da interdependência do grupo. Imagina-se que os indivíduos vivam por meio dele, assim como os diversos órgãos e membros de um corpo vivem por meio da cabeça.

Conquanto se possam encontrar provas para apoiar todas as hipóteses acima, elas não devem ser encaradas como as únicas explicações possíveis. A religião contribuiu indubitavelmente para o aparecimento do estado em certas áreas. Os xamãs e pajés exercem amiúde uma espécie de soberania. É certo que não dispõem de nenhuma força física, mas o seu poder de impor penalidades religiosas e infundir terror no espírito dos seus adeptos lhes confere um grau de autoridade coerciva que não é para desprezar. Com toda probabilidade, alguns deles se fizeram reis. Concebe-se que em outros casos o estado tenha surgido da natural expansão da vida grupal, com as resultantes complexidades e conflitos. À medida que a população aumenta dentro de áreas limitadas, a lei consuetudinária e a administração familiar da justiça revelam-se insuficientes e faz-se sentir a necessidade da organização política como substituto. No domínio da política como em todas as demais esferas relacionadas com as origens sociais, não existe explicação única que possa acomodar-se a todos os fatos.

CAPÍTULO 2

Natureza e Origem das Civilizações

1. CULTURAS E CIVILIZAÇÕES

Designamos pelo nome de culturas as fases do progresso humano até agora descritas. Essa palavra e comumente usada para indicar as sociedades ou períodos que ainda não alcançaram o conhecimento da escrita e cujo nível de cultura geral de evolução é ainda relativamente primitivo.

Mas o termo tem outros significados. Aplica-se por vezes às realizações intelectuais e artísticas, à literatura, à arte, à música, à filosofia e à ciência. Alguns historiadores o empregam para designar todo o entrelaçamento complexo de idéias, realizações, tradições e características de uma nação ou império em determinada época.

O termo civilização também possui uma variedade de sentidos. Oswald Spengler, o historiólogo alemão, referia-se às civilizações como fases decadentes de culturas altamente desenvolvidas. Quando um grande povo ou império se achava em pleno viço ele caracterizava-lhe o complexo social e intelectual como uma cultura. Quando começava a envelhecer, ossificando-se e estagnando, ele o descrevia como uma "civilização". O ilustre historiador inglês Arnold J. Toynbee também encara a história mundial como uma sucessão de unidades culturais, mas designa cada uma das unidades primárias, através de todo o seu desenvolvimento, pelo termo de "civilização", Com base num critério em grande parte quantitativo, estabelece distinção entre civilizações e “sociedades primitivas". Estas últimas são relativamente efêmeras, restringem-se a limites geográficos relativamente estreitos e são abraçadas por um número relativamente pequeno de seres humanos.

O termo civilização tem ainda outro sentido. Uma vez que cada cultura possui feições próprias e uma vez que algumas culturas são mais

desenvolvidas do que outras, podemos muito apropriadamente falar de uma civilização como de uma cultura superior. Dizemos, pois, que uma cultura merece o nome de civilização quando atingiu um nível de progresso em que a escrita tem largo uso, em que as artes e as ciências alcançaram certo grau de adiantamento e as instituições políticas, sociais e econômicas se desenvolveram suficientemente para resolver ao menos alguns dos problemas de ordem, segurança e eficiência com que se defronta uma sociedade complexa. Tal o sentido em que o termo será usado através de todo o resto deste livro.

2. FATORES DETERMINANTES DA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

Quais as causas que contribuem para o aparecimento das civilizações? Quais os fatores que lhes determinam o desenvolvimento? Por que certas civilizações alcançam um nível muito mais alto de evolução do que outras? O esclarecimento de tais questões constitui um dos objetivos principais dos sociólogos. A maioria deles chegou a convicções bem definidas quanto ao valor relativo das possíveis respostas. Alguns concluíram que os fatores geográficos são os mais importantes. Outros põem em relevo os recursos econômicos, as fontes alimentares, o contato com civilizações mais velhas e assim por diante. Comumente se admite uma variedade de causas, mas uma delas é salientada como predominante.

As mais populares dentre as teorias que explicam o aparecimento das culturas superiores são provavelmente aquelas que pertencem ao âmbito da geografia. Entre elas goza de preeminência a hipótese do clima. A teoria climática, defendida no passado por notabilidades como Aristóteles e Montesquieu, teve sua exposição mais eloqüente na obra de um geógrafo americano, Ellsworth Huntington. O Dr. Huntington reconhecia a importância de outros fatores, mas insistia em que nenhuma nação, antiga ou moderna, alcançou o mais alto nível cultural a não ser sob a influência de um estímulo climático. Descrevia o clima ideal como aquele em que a temperatura média raramente cai abaixo do valor ótimo mental de 4°C ou se eleva acima do valor ótimo físico de 18°C. Mas a temperatura não é o único elemento importante. A umidade também é essencial, e deveria variar em

torno de 75%. Por último, o clima não deve ser uniforme; tempestades ciclônicas ou tempestades comuns, resultando em mudanças diárias do tempo, devem ter a freqüência e a intensidade necessárias para purificar de quando em quando a atmosfera e produzir aquelas súbitas variações de temperatura que parecem ser necessárias para estimular e revitalizar o homem.

Muito se pode dizer em favor da hipótese climática. Há certamente algumas zonas da terra que, sob as condições atmosféricas vigentes, nunca poderiam ter sido o berço de uma cultura superior. São muito quentes ou muito úmidas, muito frias ou muito secas. Tal é o caso das regiões que se estendem além do Círculo Ártico, das grandes áreas desérticas e das selvas da índia, América Central e Brasil. Existem indícios, ademais, de que alguns desses lugares nem sempre estiveram submetidos a um clima tão desfavorável como o que ali prevalece agora. Vários recantos inóspitos da Ásia, da África e da América revelam traços inequívocos de condições mais salubres no passado. Aqui e ali são encontradas ruínas de cidades e metrópoles, em lugares onde o atual suprimento de água parece absolutamente insuficiente. Estradas atravessam desertos que hoje são intransponíveis. Pontes cavalgam leitos de rios que por muitos anos não têm tido água. Esses fenômenos e outros análogos, observados por viajantes em regiões desérticas, parecem fornecer prova de que o fator climático, na história, não pode ser totalmente desprezado.

Os mais notórios testemunhos da importância cultural das alterações climáticas são os que se relacionam com a civilização dos maias. Esta civilização floresceu na Guatemala, em Honduras e na Península de Iucatã (México), aproximadamente entre os anos 400 e 1.500 d.C. Entre as suas conquistas figuram a fabricação do papel, a invenção do zero, a perfeição do calendário solar e o desenvolvimento de um sistema de escrita parcialmente fonética. Grandes cidades foram construídas; realizaram-se notáveis progressos na astronomia; e arquitetura e escultura alcançaram um elevado nível de perfeição. Hoje, quase tudo que resta dessa civilização está em ruínas. Inúmeros fatores, sem dúvida, conspiraram para produzir esse fim prematuro, inclusive guerras mortíferas entre as tribos, mas a mudança climática parece ter sido um deles. Os remanescentes das grandes cidades estão hoje rodeados, na sua maioria, por uma selva onde grassa a malária e a agricultura é difícil. Mal podemos acreditar que a civilização maia ou

qualquer outra pudesse ter alcançado a maturidade sob tais condições. É provável, portanto, que o clima da região maia fosse diferente, até cinco ou seis séculos atrás, do que é na atualidade.
A hipótese, porém, está exposta à crítica em vários pontos. Os indícios de mudança climática em escala considerável estão ainda longe de ser concludentes: Não há nada a indicar, por exemplo, que o clima da Grécia ou de Roma na antiguidade fosse mais revigorante. do que é hoje. Indubitavelmente, as condições de umidade na antiga Grécia eram mais favoráveis, mas não existe prova de que a temperatura se tenha alterado. Tampouco e possível explicar o declínio da civilização no Egito e na Mesopotâmia por meio de mudanças radicais nas condições atmosféricas. A evidência parece ser de que os fatores econômicos e sociais, tais como o exaurimento dos recursos, a escravidão sempre crescente e os hábitos de indolência, tiveram efeitos muito mais sérios. A segunda das teorias geográficas sustenta que a topografia da superfície do globo tem sido o principal elemento condicionador da origem das civilizações. Um famoso defensor dessa teoria foi o alemão Karl Ritter, que viveu na primeira metade do século XIX. Afirmava Ritter que a forma e a configuração dos continentes são de grande importância quando oferecem vantagens para o desenvolvimento cultural. Os continentes que possuem uma costa irregular e condições geográficas diversificadas proporcionam os únicos meios favoráveis ao progresso das nações. Quanto mais compacto e homogêneo for um continente, mais atrasados serão os seus habitantes.
Em todo o território será uniforme a cultura, e a ausência de bons portos limitará o contato com o mundo exterior. O resultado será a estagnação. Já, em contraste, os povos que vivem em continentes como a Europa, com a sua costa fortemente recortada e sua variedade de condições geográficas, desfrutam importantes vantagens. Sua terra é acessível pela água até bem no interior. Numerosas baías, portos e ilhas ao largo da costa tornam fácil a navegação e quebram o isolamento, de outro modo inevitável. Em conseqüência, não é estranhável que a Europa tenha sido capaz de desenvolver "a mais alta de todas as civilizações".
Ainda mais famoso como expoente da teoria topográfica foi o historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-62). Buckle dividia os principais ambientes do homem em duas classes: 1) os que estimulam a imaginação, 2) os que aguçam o entendimento. Para ilustrar os primeiros apresenta o

exemplo da índia, onde as obras da natureza são de "espantosa magnitude", intimidando o homem e imbuindo-o do sentimento da sua própria insignificância. Por essa razão os nativos torturam-se a si mesmos, inventam deuses cruéis e terrificantes e praticam uma religião de orgias horrendas. São pessimistas e fatalistas, negam qualquer valor à vida e repudiam a capacidade do homem para compreender e controlar o seu mundo. Como um exemplo da segunda classe de ambiente Buckle cita a Grécia, onde o aspecto da natureza é mais normal e "menos ameaçador para o homem". Tal meio, argumenta ele, promove a elevação do homem, gera uma atitude de otimismo e estimula o sentimento de confiança nos poderes da inteligência humana. Por esse motivo, não era para ele um milagre ter sido a Grécia capaz de produzir uma das mais brilhantes culturas do mundo e alguns dos mais atilados pensadores críticos de todos os tempos.
A teoria topográfica parece ter ainda menos argumentos a confirmá-Ia do que a hipótese do clima. Nenhum geólogo reconheceria que as anfractuosidades da costa ou a altitude das montanhas tenham passado por grandes alterações no decurso dos tempos históricos. A Grécia não tem hoje menos portos que no tempo de Péricles, nem o Monte Olimpo se elevou, nos últimos anos, a proporções de "espantosa magnitude"; apesar disso, os gregos modernos não podem ser classificados como um povo dotado de altas qualidades criadoras. Se a influência topográfica em determinada época favoreceu o pensamento racional e contribuiu para desenvolver a auto-confiança e a alegria da realização, por que teria cessado de agir essa influência? A teoria não explica tampouco de que modo um país como a Suíça pôde tornar-se em nossos dias um dos centros mais esclarecidos da Europa. Por outro lado, não há como negar que uma costa irregular e extensa facilita o desenvolvimento do comércio e representa, assim, uma importante vantagem para a difusão e aquisição de conhecimentos.
Segundo alguns filósofos da história, a maioria das grandes culturas históricas foi fundada por nômades. O expoente máximo dessa teoria foi um alemão, Franz Oppenheimer. Sustentam, ele e os seus seguidores, que os povos nômades foram os conquistadores das culturas primitivas e os fundadores do estado e da sociedade complexa. A exploração do trabalho dos vencidos e a confiscação das suas riquezas, supõe-se, habilitaram os conquistadores a viver com facilidade e luxo. Arvoraram-se em classe aristocrática e recrutaram para seu entretenimento todos os talentos do país.

Vieram, com o correr do tempo, a estimular ativamente o progresso das ciências e das artes, como símbolos da sua vida de lazer e da sua posição privilegiada. Só eles tinham tempo para gozar tais coisas e, além disso, a proteção dispensada a artistas e homens de letras era um forma conspícua de ostentação e luxo.
Ninguém contestará que a alimentação dos pastores nômades consistindo, como consiste, em carne e leite, seja altamente nutritiva. Em razão disso, o nômade possui reservas ilimitadas de energia e infunde vida nova às populações estagnadas, onde quer que vá.
Ainda que brutal e prepotente, ele não obstante organiza, impõe a disciplina e cria as desigualdades de condição e classe que parecem ser necessárias como bases do desenvolvimento cultural. Além disso, os costumes e a alimentação dos povos pastores são particularmente propícios a um rápido aumento da população. A forma de casamento é em geral poligâmica e a abundante provisão de leite animal "encurta o período de aleitamento para as mães, permitindo, assim, que nasça e chegue até a idade adulta um maior número de crianças". Daí resulta que, periodicamente, os nômades transpõem os seus limites territoriais e invadem e conquistam as terras dos povos sedentários.
Certa espécie de provas podem ser aduzidas em abundância para corroborar esta teoria. Não poucas das grandes culturas do passado parecem ter sido fundadas por nômades conquistadores. Três grandes reservatórios humanos parecem ter despejado, de tempos em tempos, inundações de povos que se espalharam pelas áreas mais férteis do Velho Mundo. Das terras de pastagem situadas ao norte do deserto da Arábia vieram os babilônios, os assírios e os caldeus, que conquistaram uns após outros o vale do Tigre e do Eufrates. Das estepes da Ásia Central. irromperam os medos, persas, hindus e, provàvelmente, a maioria dos antepassados dos povos europeus. O próprio deserto da Arábia foi o ponto de partida das migrações hebréias para a terra de Canaã e das conquistas dos muçulmanos. Nenhuma dessas áreas focais se presta para a agricultura, sendo elas até hoje habitadas por nômades. Segue-se que os povos citados deviam viver inicialmente sob um regime de economia pastoril, se bem que alguns deles já houvessem abandonado rebanhos e manadas quando realizaram as suas grandes conquistas.

Mas a teoria dos nômades tem as suas deficiências na explicação da origem das culturas superiores. É certo que não nos podemos servir dessa teoria para explicar todas elas. A civilização egípcia, por exemplo, parece ter sido criação de um povo que se sustentava primariamente pela agricultura. Os fenícios, que vieram da Babilônia mais ou menos no ano 2.000 a.C., para fundar uma cultura marítima no vale do Líbano, devem ter-se acomodado às artes pacíficas do cultivo do solo muito tempo antes dessa migração. Além disso, há razões para crer que a maioria das grandes invenções e descobrimentos que constituíram a base original da civilização foram feitos por povos pacíficos e sedentários. Tal parece ter sido o caso no tocante ao desenvolvimento da irrigação, à matemática, à astronomia e até aos sistemas de escrita. Afirmava o economista e filósofo americano Thorstein Veblen que os povos nômades não contribuíram com coisa alguma de importante, salvo poesias e, por outro lado, credos e cultos religiosos. Não se pode negar, no entanto, que os nômades infundiram energia nova na cultura das populações sedentárias e provavelmente instigaram os habitantes a uma atividade que resultou, com o tempo, em novas conquistas para a civilização. Além disso, as circunstâncias em que se deu a expansão inicial de povos tais como os babilônios, assírios, hebreus e muçulmanos quase não deixam dúvida de que o fato desses povos terem fundado civilizações se deveu em grande parte às condições da existência nômade.

3. POR QUE AS MAIS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES COMEÇARAM EM DETERMINADAS REGIÕES

Ainda se discute acaloradamente para saber qual das grandes civilizações da antiguidade foi a primeira. A maioria das opiniões parece favorável à egípcia, não obstante um número respeitável de autoridades advogar os direitos do vale do Tigre e do Eufrates. Outros especialistas preferem o Elam, região situada a leste do vale do Tigre-Eufrates e margeando o Golfo Pérsico. Embora não se deva descurar a opinião de nenhum cientista competente, há mais fortes razões para acreditar que os vales do Nilo e do Tigre-Eufrates foram os berços das mais antigas culturas históricas. Essas duas áreas eram, geograficamente, as mais favorecidas da região chamada Crescente Fértil. Aí foi encontrado maior número de artefatos de

antiguidade incontestável do que em qualquer outra parte do Oriente Próximo.
Além disso, o progresso nas artes e nas ciências tinha atingido um nível sem par em ambas essas áreas já pelas alturas do ano 3.000 a.C., quando quase todo o resto do mundo estava ainda mergulhado na ignorância. Se os alicerces desse progresso foram de fato assentados em outros lugares, parece estranho que tenham desaparecido, embora ninguém possa prever, naturalmente, o que o alvião dos arqueólogos virá a descobrir no futuro.
Das diversas causas que determinaram o aparecimento remoto de civilizações nos vales do Nilo e do Tigre-Eufrates, parece ter sido o fator geográfico o mais importante. Ambas as regiões apresentavam a vantagem de possuir uma área limitada de solo extremamente fértil. Ainda que se prolongue por uma extensão de 1.150 quilômetros, o vale do Nilo não mede mais de 16 km de largura em alguns lugares, sendo a sua amplitude máxima de 50 km. A área total é de menos de 26.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície um pouco inferior à do Estado de Alagoas. Através de séculos incontáveis o rio tinha cavado um vasto canhão ou desfiladeiro, limitado de cada lado por penhascos cuja altura vai de uns 50 a 300 metros. O leito do canhão era coberto por um rico depósito aluvial que, em alguns lugares, alcançava uma profundidade de 10 metros. O solo era de uma uberdade tão espantosa que nada menos de três colheitas anuais se podiam obter da mesma terra. Esse largo e extenso canhão constituía a área cultivável do antigo Egito. Muitos milhões de habitantes estavam ali concentrados. No tempo da dominação romana a população do vale era de cerca de sete milhões, e não seria, provavelmente, muito menor na época dos faraós. Para além dos rochedos nada havia, a não ser o deserto: deserto da Líbia a oeste e deserto da Arábia ao nascente. Na língua do antigo Egito, "montanhês" era sinônimo de estrangeiro; "subir" equivalia a viajar para o exterior e "descer" era a expressão popular correspondente a voltar para a pátria vindo do estrangeiro.

No vale do Tigre-Eufrates predominavam condições semelhantes. Como no Egito, os dois rios ofereciam excelentes facilidades para o transporte interior e neles enxameavam os peixes e as aves ribeirinhas, fonte abundante de alimentação proteínica. A distância entre o Tigre e o Eufrates era, em dado ponto, aproximadamente trinta quilômetros, sendo que em nenhuma parte do vale inferior excedia oitenta quilômetros. O fato de ser deserta a terra circundante impedia o povo de se dispersar numa extensão muito grande do território. O resultado, como no Egito, foi a fusão dos habitantes numa sociedade compacta, sob condições que facilitaram um rápido intercâmbio de idéias e de descobertas. Com o crescimento da população tornou-se cada vez mais urgente a necessidade de órgãos de controle social. Incluídos entre esses órgãos estavam o governo, as escolas, os códigos morais e sociais e as instituições de produção e distribuição de riqueza. Ao mesmo tempo as condições da vida tornavam-se mais complexas e artificiais, exigindo o registro das coisas realizadas e a perfeição de técnicas novas. Entre as conseqüências disso estão a invenção da escrita, a prática de fundir os metais, as operações matemáticas, o desenvolvimento da astronomia e os primeiros rudimentos de física. Com

essas conquistas a civilização venceu a primeira grande prova a que foi submetida.
As influências climáticas também desempenharam seu papel em ambas as regiões. A atmosfera do Egito é seca e revigorante. Mesmo os dias mais quentes não causam nada do desconforto opressivo que freqüentemente é sentido em regiões mais para o norte, durante a estação estival. A temperatura média do inverno varia de 13 graus, no Delta, a 19 graus vale acima. A média do verão é de 28 graus e ocasionalmente é alcançada uma máxima de 50 graus, mas as noites são sempre frescas e a umidade é extremamente baixa. Exceto no Delta, a precipitação de chuvas ocorre em quantidades insignificantes, mas a deficiência de umidade atmosférica é contrabalançada pelas inundações anuais do Nilo, que se dão de julho a outubro. Também muito importante do ponto de vista histórico é a ausência total de malária no Alto Egito, ao mesmo tempo que, na região costeira, essa doença é praticamente desconhecida. A direção dos ventos dominantes é, do mesmo modo, um fator favorável de não pequena importância. Durante mais de nove meses o vento procede do norte, soprando em direção contrária à corrente do Nilo. O efeito é simplificar imensamente o problema do transporte. O tráfego rio acima, com a propulsão do vento a compensar a força do rio, não apresenta maior dificuldade do que o tráfego rio abaixo. Este fator deve ter oferecido, nos tempos antigos, enorme vantagem por promover a facilidade de comunicação entre populações numerosas, algumas das quais estavam separadas por centenas de quilômetros.
As condições climáticas, na Mesopotâmia, não parecem ter sido tão favoráveis quanto no Egito. O calor do verão é mais implacável, a umidade um pouco mais alta e as doenças tropicais fazem sentir a sua presença. Por outro lado, a queda da chuva é mais abundante, alcançando uma média de 7,5 cm por ano, isto é, o triplo da quantidade de precipitação pluvial no delta do Nilo. Acresce que os ventos abrasadores do Oceano Índico, embora enervantes para os seres humanos, sopram sobre o vale justamente na estação em que são necessários ao perfeito sazonar dos frutos da tamareira. Mais do que qualquer outra coisa, foi o ótimo rendimento da tâmara, o artigo principal de alimentação no Oriente, que incitou populações numerosas e estabelecerem-se no vale dos dois rios. Por fim, a fusão da neve das montanhas do norte produzia, na planície babilônica, uma inundação anual semelhante à do Egito. Isso tinha como efeito prover o solo

de umidade e recobri-lo com uma camada de lama de incomparável fertilidade.
A mais importante de todas as influências geográficas foi, todavia. o fato de não ser abundante a queda de chuvas em ambas as regiões, o que constituía um incitamento à iniciativa e à capacidade inventiva. A despeito das inundações anuais dos rios, era insuficiente a umidade deixada no solo para que se produzissem colheitas abundantes. Poucas semanas depois de terem as águas retrocedido, a terra ressequia-se e ficava dura como pedra. Era, conseqüentemente, necessária a irrigação a fim de tirar inteiro proveito da riqueza do solo. Em resultado disso, complicados sistemas de represas e canais de irrigação foram construídos há nada menos de 5.000 anos atrás, tanto no Egito como na Mesopotâmia. A habilidade matemática, a perícia dos engenheiros e a cooperação social necessária à execução desses projetos foram de importância vital para o pleno desenvolvimento da civilização.
Permanece sem resposta satisfatória a pergunta: qual das duas civilizações, a egípcia ou a mesopotâmica, foi a mais antiga? Há vários fatos que parecem sugerir a prioridade do Egito. Acima de tudo, os habitantes do vale do Nilo gozavam de vantagens geográficas que eram negadas aos nativos da Mesopotâmia: uma atmosfera menos enervante, um clima dos mais salubres e a disponibilidade de metais e boa pedra de construção. Além disso, o Egito estava bem protegido contra a invasão e contra a mistura com povos mais atrasados. A leste e a oeste estendia-se o deserto impérvio; ao norte, uma costa sem portos; e, ao sul, as barreiras rochosas de uma série de cataratas obstavam às incursões dos selvagens africanos. Somente pelos dois ângulos setentrionais podia o território ser penetrado com facilidade. Contrastando com isso, a Mesopotâmia era relativamente desprotegida. Nenhuma das sua fronteiras oferecia um grau apreciável de segurança. Apresentava-se como uma tentação constante às hordas famintas de nômades das montanhas e desertos circundantes. Em conseqüência disso, o progresso da evolução cultural estava sujeito a freqüentes interrupções provocadas pela invasão de tribos salteadoras.
Até há poucos anos atrás a maioria dos historiadores parecia ter como assente que a civilização egípcia era a mais antiga das duas. Sua convicção se baseava nas conclusões de dois egiptólogos que se contam entre os mais famosos do mundo, James H. Breasted e Alexandre Moret. Entre as duas

guerras mundiais do século XX, porém, vieram à luz certos fatos que pareciam provar uma considerável influência mesopotâmica no vale do Nilo, em data tão recuada como a de 3.500 a.C. Essa influência era exemplificada pelo uso de sinetes cilíndricos, métodos de construção arquitetônica, motivos artísticos e elementos de um sistema de escrita indubitavelmente originado na Mesopotâmia. O fato de esses progressos terem ocorrido no vale do Tigre-Eufrates em época tão remota parecia indicar a imensa antiguidade da civilização mesopotâmica. Não provava, entretanto, que ela fosse mais antiga do que a egípcia, pois as inovações que mencionamos não foram simplesmente copiadas nem assimiladas com espírito servil. Pelo contrário, os egípcios modificaram-nas radicalmente para adaptá-Ias ao seu complexo cultural. Em face disto, parece-nos que a única conclusão legítima é a de que ambas as civilizações eram muito antigas e, de um modo geral, se desenvolveram paralelamente.

ANTIGAS CIVILIZAÇÕES DO ORIENTE PRÓXIMO

POLÍTICO	CULTURAL	ECONÔMICO	RELIGIOSO
Domínio sumeriano na Mesopotâmia, *ca.* 4500-2000 a.C.	Calendário solar no Egito, *ca.* 4000 a.C.		Epopéias da Criação e do Dilúvio na Mesopotâmia, *ca.* 4000 a.C.
Período pré-dinástico no Egito, *ca.* 4000-3200 a.C.	Escrita hieroglífica no Egito, *ca.* 3500 a.C. Desenvolvimento da irrigação e da matemática, astronomia rudimentar no Egito e na Mesopotâmia, *ca.* 3500-2500 a.C.	Desenvolvimento da servidão na Mesopotâmia e no Egito, *ca.* 3500 a.C.	Culto egípcio do sol, *ca.* 3500 a.C.
Antigo Império do Egito, *ca.* 3200-2300 a.C.	Escrita cuneiforme, *ca.* 3200 a.C. Invenção do princípio do alfabeto no Egito, *ca.* 3000 a.C.		Religião ética no Egito, *ca* 3000 a.C.
Civilização egéia, *ca.* 3000-1000 a.C.	Construção das grandes pirâmides no Egito, *ca.* 2700 a.C. Filosofia no Egito, *ca.* 2500 a.C.		Crença egípcia na imortalidade pessoal, *ca.* 2500 a.C.
Médio Império do Egito, *ca.* 2100-1788 a.C.	Código de Dungi, *ca.* 2100 a.C.	Indústria em larga escala no Egito e em Creta, *ca.* 2000 a.C.	
Império Hitita, 2000-1200 a.C.			Bruxaria e adoração de demônios na Babilônia, *ca.* 1900 a.C.
Antigo reino da Babilônia, 1900-1600 a.C.	Código de Hamurabi, *ca* 1790 a.C.		
Os hicsos ocupam o Egito, 1750-1580 a.C.			

CAPÍTULO 3

A Civilização Egípcia

A Fase de cultura neolítica chegou ao seu fim, em algumas partes do mundo, pouco depois de 5.000 a.C. Parece ter desaparecido no vale do Nilo antes que em qualquer outro lugar, mas a área banhada pelos rios Tigre e Eufrates não ficou muito atrás. O declínio da cultura neolítica marcou o fim do que chamamos período pré-literário na história do homem. Foi substitui do gradualmente por padrões mais complexos de cultura, baseados no conhecimento da escrita e comumente chamados civilizações. Mas a invenção da escrita não foi a única feição distintiva dessa nova ordem. Os instrumentos de pedra foram quase inteiramente suplantados por utensílios de bronze e outros metais. Além disso, calendários foram inventados; a religião, o estado e outras instituições desenvolveram-se em mais alto grau; a arte tornou-se mais refinada e houve avanços consideráveis na ciência e, por fim, no comércio e na indústria. Os progressos em tal terreno parecem ter sido muito rápidos no Egito; não somente isso, senão que também as realizações dos egípcios lançaram os alicerces de grande parte do trabalho de outros povos. É conveniente, portanto, que comecemos o nosso estudo das culturas históricas pelo aparecimento da civilização nas margens do Nilo.

1. O PERÍODO PRÉ-DINÁSTICO

Uma vez que não houve, até mais ou menos 3.200 a.C., um estado unificado duradouro no vale do Nilo, os séculos que vão de 4.000 a 3.200 são conhecidos como período pré-dinástico. Na parte inicial do período vamos encontrar a região dividida em certo número de cidades-estados ou "nomos", cada um deles independente, embora, é claro, cooperando com os demais quanto aos fins econômicos. Logo após o começo do quarto milênio

deu-se uma fusão de estados que levou à formação de dois grandes reinos um ao norte e outro ao sul. Ninguém sabe como ocorreram essas consolidações, mas é possível que se tenham efetuado por acordo voluntário ou aquiescência pacífica ao governo de um soberano capaz. São escassos os indícios de conquista militar. Esses reinos duraram até o fim do período, se bem que pareçam ter estado unidos por breve espaço de tempo, logo depois da sua fundação.

A compleição racial do Egito pré-dinástico era essencialmente a mesma que se observa em épocas posteriores. Os habitantes pertenciam ao ramo mediterrâneo da raça caucásica. Eram baixos, de tez escura, cabeça alongada, cabelos lisos e pretos, olhos fundos e nariz levemente aquilino. Alguns mostravam traços de cruzamentos negróides e líbios e, possivelmente, de sangue semita ou de outros povos da Ásia Ocidental. O idioma continha vestígios de elementos semíticos, que indicariam, do mesmo modo, relações estreitas com alguns dos nativos da Ásia. Seja como for, os egípcios não eram uma raça pura e nada indica que os fatores raciais em si mesmos tenham desempenhado papel importante no desenvolvimento da sua cultura.

O período pré-dinástico não foi de nenhum modo insignificante na história cultural do Egito. Houve notáveis progressos nas artes e ofícios, e até mesmo em algumas ciências. Instrumentos, armas e ornamentos eram habilmente confeccionados de pedra, cobre e ouro. Descobriram-se novos processos de acabamento, vidragem e decoração dos artefatos de cerâmica, o que habilitou os egípcios desse período a fazer vasilhas de utilidade e excelência artística não inferior às de quaisquer outras produzidas pelos seus descendentes de época mais adiantada. Outras realizações importantes foram o desenvolvimento de um sistema eficiente de irrigação, o saneamento de terras pantanosas e a confecção de tecidos de linho de qualidade verdadeiramente superior.

Mas isso não é tudo. Há testemunhos de que os egípcios do período pré-dinástico desenvolveram um sistema de leis baseado nos costumes, sistema esse cercado de tamanho prestígio que mais tarde se impôs ao próprio faraó. Parece ter também entrado em uso um sistema de escrita. Apesar de nunca se ter encontrado um exemplar de tal escrita, os espécimes que possuímos da Primeira Dinastia são de natureza tão complexa que devem ter-se originado muito tempo antes. Os egípcios desse período inventaram, ainda.

o primeiro calendário solar da história do homem. Parece ter-se baseado no reaparecimento anual da estrela Sírius e dividia o ano em doze meses de trinta dias cada um, com cinco dias de festa adicionados ao fim de cada ano. De acordo com o cômputo dos egiptólogos modernos, esse calendário foi posto em vigor por volta de 4.200 a.C. A existência de um calendário exato nessa época prova que a matemática, e possivelmente as demais ciências, já haviam alcançado um grau considerável de desenvolvimento.

2. HISTÓRIA POLÍTICA SOB OS FARAÓS

Cerca do ano 3.200 a.C. os reinos do norte e do sul do Egito foram reunidos numa só unidade política, aparentemente pela segunda vez, embora a primeira união tivesse sido efêmera. O fundador tradicional do novo estado foi Menés, que ipso facto se tornou o fundador da Primeira Dinastia. Seguiram-se em ordem ininterrupta cinco outras dinastias, até 2.300 a.C. Durante as duas primeiras, a capital conservou-se em Tínis, no Alto Egito. A Terceira Dinastia transferiu a sede do governo para Mênfis, na orla meridional do Delta, tendo em vista as vantagens de uma localização mais central das funções administrativas. Ali permaneceu ela pelo espaço aproximado de cinco séculos. O período que vai de mais ou menos 2.800 a 2.300 a.C. é, por esse motivo, denominado Período Menfita, enquanto toda a época correspondente às seis primeiras dinastias é conhecida pelo nome de Antigo Império.

O governo do Antigo Império não alcançou, na realidade, o grau de absolutismo pessoal que comumente se lhe atribui. Era mais uma teocracia do que uma autocracia. O absolutismo do rei era exercido não em seu próprio nome, mas como vigário do deus. De acordo com a concepção predominante, era o deus, como personificação da justiça e da ordem social, que de fato governava - o monarca era seu agente. Não há dúvida de que o próprio rei era considerado divino, como filho do deus solar Re. Tal era o respeito votado ao rei que não se podia mencioná-Io pelo nome, mas cumpria referir-se a ele como o "faraó", do egípcio per-o, que significa "casa grande" ou "casa real". Não podia ele casar com qualquer pessoa que não fosse sua parenta próxima, para que o sangue divino se não contaminasse com uma estirpe inferior. Deve-se notar, no entanto, que em

todos os atos oficiais a lei antiga, que se acreditava encarnar a vontade divina, limitava-lhe a autoridade. Não estava acima da lei, mas sujeito a ela. Conseqüentemente, compará-Io com os monarcas de direito divino de tempos mais modernos é compreender mal a sua função.
Não havia separação entre o estado e a igreja no Antigo Império. Os principais subordinados do faraó eram, em primeiro lugar, os sacerdotes, sendo ele próprio o sumo sacerdote. Mas possuía, também, outros agentes: um vizir ou primeiro ministro, um tesoureiro real, um arquiteto-chefe, um superintendente de obras públicas, um juiz supremo e quarenta e dois nomarcas. Estes últimos eram os governadores dos nomos ou províncias em que estava dividido o reino. Eram a princípio designados pelo faraó, presumindo-se que executassem a sua vontade, mas gradualmente tornaram seus cargos hereditários e foram usurpando prerrogativas de soberania. Sendo os nomos sobrevivências das antigas cidades-estados, restava ainda algo do sentimento regionalista que encorajava os governos locais a desafiarem a autoridade central.
O título de faraó era hereditário, mas o privilégio também envolvia responsabilidades. O príncipe herdeiro fazia comumente um aprendizado, sob a orientação de seu pai, como superintendente das obras públicas ou ministro. Desse modo já chegava ao trono como estadista esclarecido e adestrado, familiarizado com as necessidades do reino e instruído nas grandes empresas públicas de mineração, construção de obras públicas e irrigação. Era muito bom que assim fosse, pois, como rei, seria obrigado pelo costume a devotar grande parte de seu tempo à inspeção e administração dos vários projetos traçados para satisfazer aos interesses nacionais. A divindade que aureoIa os reis não isentava o faraó de árduos serviços em prol do bem público.
Quanto já foi dito acerca da importância da lei egípcia sugere a conclusão de que se deveria observar regularmente uma administração de justiça de alta qualidade. Tal era o caso. Ainda que o Antigo Império não possuísse uma classe bem definida de juízes profissionais, os funcionários administrativos que serviam, em dadas ocasiões, no caráter de juízes, eram instruídos em direito e gloriavam-se de sua justiça imparcial na decisão dos casos, Compunha a divisão judiciária do governo um conjunto de seis tribunais, para os quais eram designados, de tempos a tempos, funcionários administrativos para servirem como juízes. Acima de todos eles estava o

juiz supremo, que às vezes ocupava simultaneamente o cargo de primeiro ministro. Em certas circunstâncias podia-se recorrer ao próprio faraó. Nenhuma espécie de causa, ao que parece, era excluída da jurisdição regular dos tribunais. Assentamentos mostram que mesmo os casos de traição na família do rei eram examinados com o mesmo escrupuloso respeito pelo processo legal demonstrado nos casos de ofensas de menor importância. Os faraós do Antigo Império não tinham, ainda, aprendido a infame distinção entre crimes políticos e crimes comuns, que foi estabelecida pelos governantes de alguns estados modernos.

O governo do Antigo Império fundava-se numa política de paz e de não-agressão. Neste particular constituía um caso quase único entre os antigos estados. O faraó não tinha exército permanente nem qualquer outra coisa que possa ser considerada como uma milícia nacional. Cada nomo possuía a sua milícia local, mas era comandada por autoridades civis e, quando chamada ao serviço ativo, devotava em geral sua energia ao trabalho nas obras públicas. Em caso de ameaça de invasão, as várias unidades se reuniam por convocação do faraó e colocavam-se sob o comando de um de seus subordinados civis. Salvo em tais ocasiões, o chefe do governo nunca possuía uma força militar à sua disposição. Os egípcios do Antigo Império, na sua maioria, contentavam-se em seguir o seu destino e deixavam as demais nações em paz. As razões disso podem ser atribuídas à posição privilegiada de sua região, ao fato de possuírem uma terra de fertilidade inesgotável e de ser seu estado um produto da necessidade de cooperação, em lugar de ter nascido de proezas bélicas.

Depois de um sólido milênio de paz e relativa prosperidade, o Antigo Império chegou ao seu termo mais ou menos em 2.300 a.C. Inúmeras causas parecem ter contribuído para isso: a usurpação do poder pelos nomarcas, a persistência do particularismo, isto é, do sentimento dos direitos provinciais, o incremento do individualismo, os pesados tributos impostos ao povo por faraós com grandiosos projetos de desenvolvimento nacional. O período que se seguiu é chamado de Idade Feudal. Salvo durante alguns intervalos de ordem e progresso, caracterizou-se pela anarquia, pelo aumento do poder dos nobres, pela revolução social das massas e pela invasão das tribos negróides e asiáticas. Não terminou senão com o aparecimento da XI Dinastia, mais ou menos no ano 2.000,

acontecimento que introduziu a fase seguinte da história egípcia, que é conhecida como Médio Império.

O governo do Médio Império era consideravelmente mais fraco do que o do Antigo Império. As dinastias dos faraós conservavam uma suserania nominal, mas uma autoridade cada vez maior concentrava-se nas mãos dos nomarcas e dos nobres de grau inferior. A glória desses homens era governar como déspotas benevolentes, desempenhando nas suas jurisdições locais as funções que legitimamente pertenciam ao chefe de estado. Também foram, a seu tempo, assediados pelas massas, do que resultou tornarem-se os faraós da XII Dinastia capazes de recuperar, depois de 2.000 a.C., um quinhão de seu primitivo poder. O próprio povo foi recompensado com designações para cargos governamentais e com concessões de terra e outorga de direitos a certas funções especiais. Parece que se concederam privilégios, até então reservados a poucos, à população total, sem atender às condições de nascimento ou nível social. Por essa razão o governo da XII Dinastia é, às vezes, citado como o primeiro império democrático da história. O período de seu governo foi uma época áurea de justiça social e de empreendimento intelectual.

Com o fim de XII Dinastia o Egito entrou em outra era de caos interno e de invasões estrangeiras, que durou mais de dois séculos - de 1.788 a 1.580 a.C. Os documentos do tempo são escassos, mas parecem indicar que a desordem interna resultou de uma contra-revolução dos nobres. Os faraós foram novamente reduzidos à impotência e grande parte do progresso social da época precedente ruiu por terra. Aproximadamente em 1.750, o país sofreu uma invasão dos hicsos ou Reis Pastores, um povo de língua semítica, da Ásia Ocidental. Estenderam um governo nominal a todo o reino, embora sua soberania real se limitasse, provavelmente, ao Delta. A eficiência militar dos hicsos é comumente atribuída ao fato de possuírem cavalos e carros de guerra, mas certamente sua vitória se tornou mais fácil graças à dissenção entre os próprios egípcios. Como conquistadores, seu governo influenciou profundamente a história egípcia. Não somente familiarizaram os conquistados com novos métodos de guerra, mas também, com o submetê-Ios todos ao agravo de uma tirania estrangeira, capacitaram-nos a esquecer suas diferenças e os uniram numa causa comum. Desse modo abriu-se o caminho para a restauração de um governo forte sobre todo o reino.

Próximo ao fim do século XVII os governantes do Alto Egito promoveram uma revolta contra os hicsos, movimento que acabou tendo a colaboração dos nativos do vale. Cerca de 1.580 a.C, todos os conquistadores que não tinham sido mortos ou escravizados foram expulsos da região. O herói dessa vitória, Amósis I, fundador da XVIII Dinastia, tornou-se déspota do Egito. O regime que estabeleceu era muito mais fortemente consolidado do que qualquer outro de até então. No grande ressurgimento de nacionalismo que acompanhou a luta contra os hicsos foi aniquilado o patriotismo local e, com ele, o poder dos nobres. Muitos dos nomarcas se opuseram à subida de Amósis e seu triunfo final tornou insustentável a posição daqueles e não lhes deixou outra alternativa senão a de abandonarem suas pretensões à soberania.

O período que se segue à ascensão de Amósis tem o nome de Novo Império, ou império propriamente dito. Estendeu-se de 1.580 a 1.090 a.C., sendo a região governada, nessa época, por três sucessivas dinastias faraônicas: a XVIII, a XIX e a XX. A política dominante do estado não era mais pacífica e isolacionista, pois um espírito de agressivo imperialismo rapidamente perverteu a nação. As causas dessa mudança não são difíceis de encontrar. O ardor militar, gerado pela luta bem sucedida contra os hicsos, incitou o desejo de outras vitórias. A enorme máquina militar criada para expulsar o invasor provara ser um auxiliar do poder do faraó, valioso demais para ser imediatamente posto fora de uso. Além disso, existia o medo, real ou imaginário, de novas invasões vindas da Ásia Ocidental.

O primeiro passo no sentido de uma nova política foi dado pelos sucessores imediatos de Amósis ao realizarem incursões progressivas pela Palestina adentro e ao reclamarem a soberania sobre a Síria. A ambição de império alcançou seu auge alguns anos depois, durante o reinado de Tutmósis III, que subiu ao trono em 1.479 a.C. Com um dos maiores exércitos dos tempos antigos, ele aniquilou prontamente toda a resistência da Síria e tornou-se finalmente senhor de um vasto domínio que se estendia do Eufrates às longínquas cataratas do Nilo. Fenícios, cananeus, hititas e assírios reconheceram sua soberania ou pagaram-lhe tributos. Nunca conseguiu, porém, a união dos povos conquistados como súditos leais e sua morte foi o sinal para uma revolta que se alastrou peal Síria. Os sucessores de Tutmósis abafaram o levante e lograram manter o império unido por algum tempo, mas o derradeiro desastre não pôde ser evitado. Tinham-se

anexado mais territórios do que se podiam dirigir eficazmente; o afluxo de riquezas para dentro do Egito enfraquecera a fibra nacional com o culto da corrupção e do luxo, ao mesmo tempo que revoltas constantes solapavam a soberania do estado, não restando qualquer esperança de restabelecimento. Pelo século XII a maioria das províncias conquistadas tinham sido perdidas para sempre.
O governo do Novo Império se assemelhava ao do Antigo Império, exceto um ser mais absoluto. A base do governo do faraó era, agora, antes a força militar que a unidade nacional. Um exército profissional estava sempre a postos e, com ele, podia-se submeter os súditos. O filho mais velho do faraó, que no Antigo Império fazia um aprendizado como vizir ou primeiro ministro, tornara-se o oficial de mais alto posto no exército permanente. Quase nenhum vestígio de autoridade local permaneceu. A nação estava dividida em mais de cinqüenta unidades administrativas, muitas das quais puramente arbitrárias, e para cada uma delas era designado um "conde" ou governador como representante direto do governo do monarca. Muitos dos antigos nobres tornaram-se cortesãos ou membros da burocracia real sob o completo domínio do rei. O faraó não era, ainda, um monarca por direito divino, mas a extensão de seu poder começara a se aproximar da dos déspotas mais modernos.
O último dos grandes faraós foi Ramsés III, que governou de 1.198 a 1.167 a.C. Foi sucedido por uma longa linhagem de nulidades que lhe herdaram o nome, mas não a habilidade. Em meados do século XII o Egito foi atingido pelos numerosos infortúnios atinentes à invasão de bárbaros e à decadência social. Líbios e núbios afluíam à região e gradualmente rebaixavam-lhe os padrões culturais. Ao mesmo tempo, parece que os próprios egípcios tinham perdido o talento criador; seu intelecto como que fora transviado pelas seduções da magia e da superstição. O resultado inevitável foi tornar-se sua vida social dominada por um grosseiro formalismo religioso. Alcançar a imortalidade por meio de processos mágicos era, nesse tempo, o interesse predominante dos homens de todas as classes. O processo de declínio foi também apressado pelo poder crescente dos sacerdotes que, por fim, usurparam as prerrogativas reais e ditaram os decretos do faraó.
Dos meados do século X até quase os fins do VIII, uma dinastia de bárbaros tíbios ocupou o trono dos faraós. Os líbios foram sucedidos por uma linhagem de etíopes ou núbios que vieram das regiões desérticas situadas a

oeste do Alto Nilo. Em 670 o Egito foi conquistado pelos assírios, que conseguiram manter sua supremacia somente por oito anos. Depois do colapso do domínio, assírio, em 662, os egípcios readquiriram a independência, do que resultou um brilhante renascimento cultural. Estava este, no entanto, condenado a um fim prematuro, pois em 525 a.C. a região foi conquistada pelos persas. A antiga civilização nunca mais reviveu.

ARTE EGÍPCIA

Estátuas colossais à frente do Templo de Abu-Simbel, que é cavado no rocha. Note-se nos rostos a expressão de poder e de segurança. (Foto do Departamento de Arte da Rutgers University.)

O Templo de Amenófis e Ramsés III, em Carnac. As estátuas exibem o rígido formalismo comum na escultura egípcia. (Foto do Departamento de Arte da Rutgers University.)

Reconstituição do Templo de Edfu. O imenso pórtico, os obeliscos, as colunas e as filas de esfinges são elementos característicos dos templos egípcios. (Gravura do Bettmann Archive.)

Jovens bailarinas — pintura mural egípcia. Apesar de sua maneira convencional, o artista conseguiu dar uma personalidade distinta a cada uma das bailarinas retratadas e um tom geral de graça e movimento.

Retrato de Seti I, da XIX Dinastia, escultura egípcia em relêvo. A face é quase que a única parte individualizada dêste retrato. Observe-se a apresentação frontal dos ombros e o comprimento igual de todos os dedos.

O colosso de Ramsés II (XIX Dinastia). Apesar de ser quase moderna por suas linhas duras, cubistas, esta estátua é tipicamente egípcia pela expressão imperturbável do rosto e pelo tratamento convencional dos ombros, dos braços e das pernas.

3. A RELIGIÃO EGÍPCIA

A religião desempenhou um papel predominante na vida dos antigos egípcios. A descrição dos egípcios pelos gregos como "os mais religiosos

dos homens" é de algum modo exagerada; não há, contudo, negar que a crença no sobrenatural tenha sido tão importante para a cultura do vale do Nilo quanto para qualquer outra civilização, passada ou presente. A religião deixou sua marca em quase todos os setores da vida egípcia. A arte era uma expressão de simbolismo religioso; a literatura e a filosofia estavam embebidas de ensinamentos religiosos. O governo do Antigo Império era, em grande parte, uma teocracia: e mesmo os faraós militares do Novo Império diziam governar em nome do deus. O potencial econômico e os recursos materiais eram desperdiçados, em grandes quantidades, na construção de tumbas complicadas e na manutenção de um corpo eclesiástico suntuoso.

A religião dos antigos egípcios evoluiu, em vários estágios, de um simples politeísmo para um monoteísmo filosófico. Parece que no começo cada cidade ou distrito possuiu suas divindades locais, isto é, deuses tutelares da localidade ou personificações de forças da natureza. A unificação do país no Antigo Império foi conseqüência não somente de uma consolidação do território, mas também de uma fusão de divindades. Todas as divindades protetoras foram consubstanciadas nos deus solar Re ou Ra. Em tempos posteriores, com a ascensão de uma dinastia tebana ao poder, essa divindade passou a se chamar vulgarmente Amon (Amen) ou Ammon-Re, nome do deus principal de Tebas. Os deuses que personificavam as forças produtivas da natureza se fundiram numa divindade chamada Osíris, que era, também, o deus do Nilo. Através de toda a história do Egito essas duas grandes forças que disciplinavam o universo, Re e Osíris, rivalizaram entre si pela conquista da supremacia. Outras divindades, como veremos, eram também reconhecidas, mas ocupavam um posto de visível subordinação àquelas.

Durante o período do Antigo Império o culto do sol, corporificado na adoração de Re, foi o sistema dominante de crença. Servia como religião oficial, cuja função principal era dar imortalidade ao estado e ao povo, coletivamente. O faraó era o representante vivo da fé na terra e, através da sua lei, mantinha-se a lei do deus. Prevalecia, também, a crença de que a mumificação do corpo do faraó e a sua conservação num túmulo eterno contribuiria para a existência eterna da nação. Mas Re, além de divindade protetora, era também o deus da retidão, da justiça, da verdade e o protetor da ordem moral do universo. Não oferecia benefícios espirituais ou mesmo recompensas materiais aos homens como indivíduos, nem se interessava de

qualquer modo pela felicidade cotidiana. A religião solar não era uma religião para as massas, exceto na medida em que a felicidade destas coincidia com a prosperidade do estado.
O culto de Osíris, como já observamos, começou como uma religião da natureza. O deus personificava o crescimento da vegetação e das forças criadoras do Nilo. A figura de Osíris estava envolta em complicada lenda. Em tempos remotos corria a crença de que ele agira como um guia benévolo que ensinava a seu povo a agricultura e outras artes práticas e lhe ditava leis. Depois de algum tempo foi traiçoeiramente morto por um irmão perverso, de nome Set, e seu corpo feito em pedaços. Sua esposa Ísis, que também era sua irmã, saiu à procura dos pedaços, reuniu-os e milagrosamente restituiu-lhe a vida. O rei ressuscitado reconquistou o trono e continuou seu governo benéfico por certo tempo, descendo finalmente aos infernos para servir de juiz dos mortos. Horus, seu filho póstumo, ao alcançar a maturidade vingou a morte do pai, matando Set.
Esta lenda parece ter sido, a princípio, apenas um mito da natureza. A morte e a ressurreição de Osíris simbolizavam a retirada das águas do Nilo no outono e a volta da inundação na primavera. Mas, depois de algum tempo, a lenda de Osíris assumiu uma significação mais profunda. As qualidades humanas das divindades nela contidas - a solicitude paternal pelos súditos, a fiel devoção da esposa e do filho - tocaram a sensibilidade do egípcio médio, que assim se tornava capaz de ver suas próprias tribulações e triunfos refletidos na vida dos deuses. E, o que era mais importante ainda, a morte e a ressurreição de Osíris passaram a ser encaradas como o penhor duma promessa de imortalidade pessoal para o homem. Assim como o deus triunfara da morte e da sepultura, assim também podia o indivíduo que o seguisse fielmente adquirir vida imortal. Finalmente, a vitória de Horus sobre Set , parecia uma prefiguração da vitória final do bem sobre o mal.
Com a percepção crescente dessas conseqüências implícitas, o culto de Osíris tornou-se gradativamente o ramo mais popular da religião egípcia. A adoração do grande deus-sol exigia tão altos poderes de abstração que interessou muito pouco ao homem comum. Especialmente durante o período do Médio Império, quando o individualismo atingiu sua maior plenitude, o culto popular recebeu mais do que o quinhão merecido de atenção. O resultado não foi totalmente feliz. Osíris era essencialmente o deus da morte, não recompensava os homens nesta vida. Em conseqüência

deste seu culto, a mente das massas egípcias voltava-se cada vez mais para a outra vida. Atribuiu-se demasiada importância à garantia da salvação no outro mundo e importância insuficiente à cooperação com Re a fim de promover o reinado da justiça neste mundo. O culto solar não morreu durante o Médio Império, mas passou evidentemente para um segundo plano.

As idéias egípcias sobre a vida após a morte atingiram seu completo desenvolvimento no período final do Médio Império. A princípio. pensava-se que o morto continuasse sua existência na tumba. A fim de assegurar-Ihes imortalidade, os corpos tinham que contar com uma provisão de alimentos e de outras coisas essenciais à vida. Homens ricos deixavam largas doações aos sacerdotes para que estes se encarregassem de fornecer sustento às múmias por quanto tempo durassem esses fundos. Com o amadurecimento da teologia, foi, no entanto, adotada uma concepção menos ingênua da vida extraterrena. Acreditava-se então que os mortos deveriam comparecer diante de Osíris para ser julgados de acordo com suas ações na terra. O processo de julgamento compreendia três estágios. No primeiro, exigia-se que o morto declarasse ser inocente de quarenta e dois pecados, inclusive o homicídio, o furto, a mentira, a cobiça, o adultério, a blasfêmia, a ira, o orgulho e a desonestidade em transações comerciais. Após desonerar-se desse rol de vícios o defunto era obrigado a afirmar suas virtudes. Devia confessar que satisfizera as vontades dos deuses, que dera "pão ao faminto, água ao sedento, vestira o despido e dera condução a quem não possuía um barco". No terceiro e último estágio, o coração do réu era posto na balança em face de uma pena, símbolo da verdade, para se determinar a exatidão do que afirmara. De acordo com a concepção egípcia, o coração representava a consciência, que denunciaria o falso testemunho.

Todos os mortos que passassem pelas provas desse sistema de julgamento entravam num reino celestial de gozos físicos e prazeres simples. Aí, em alagadiços cheios de lotos e nenúfares, caçariam gansos selvagens e os abateriam com inesgotável sucesso. Ou então poderiam construir casas no meio de pomares com frutos deliciosos em safras sempre abundantes. Encontrariam lagos repletos de lírios nos quais poderiam navegar, lagoas de água brilhante onde se banhariam e sombrias florestas habitadas por pássaros canoros e por toda a sorte de criaturas gentis. Os infelizes cujos

corações revelassem vidas viciosas eram condenados à fome e à sede perpétuas num lugar escuro, para sempre privado da gloriosa luz de Re.

A religião egípcia atingiu sua mais completa perfeição por volta do fim do Médio Império e do começo do império propriamente dito. Por esse tempo o culto solar e o de Osíris tinham-se fundido de maneira a preservar os melhores atributos de ambos. A Re, cuja função era a de deus dos vivos, defensor do bem no mundo, conferia-se quase a mesma importância que a atribuída às funções de Osíris, dispensador da imortalidade e juiz dos mortos. É bem nítido, a essa altura, o caráter ético da religião. Repetidamente os homens confessavam seu desejo de praticar a justiça por ser tal conduta do agrado do grande deus-sol.

Logo após o estabelecimento do Novo Império a religião que acabamos de descrever sofreu uma séria adulteração. Seu significado ético foi largamente desvirtuado e a superstição e a magia ganharam ascendência. A causa principal parece ter sido uma desvalorização intelectual ocorrida ao tempo da longa guerra de expulsão dos hicsos. O rigor da luta favoreceu o desenvolvimento de atitudes irracionais. O resultado foi um notável aumento de poder dos sacerdotes, que exploravam o terror das massas em proveito próprio. Ávidos de lucro, inauguraram a prática da venda de feitiços mágicos, que tinham supostamente o poder de evitar que o coração dos mortos denunciasse o verdadeiro caráter destes. Vendiam também fórmulas que, asseveravam, inscritas em rolos de papiro e colocadas nas tumbas, eram valiosas para facilitar a entrada do morto no reino dos céus. O conjunto dessas fórmulas constituía o chamado Livro dos Mortos. Contrariamente à impressão geral, não se tratava de uma Bíblia egípcia, mas de uma mera coleção de inscrições mortuárias. Algumas delas proclamavam a pureza moral do morto; outras ameaçavam os deuses com desastres, a menos que fosse por eles assegurada a recompensa eterna às pessoas cujos nomes registravam. Todas eram compradas na crença de que garantiam livre ingresso ao reino de Re. As boas ações e a consciência pura tinham caído da moda.

Esta degradação da religião provocada pelos sacerdotes, que a transformaram num sistema de magia fraudulenta, levou finalmente a uma grande reforma ou revolução religiosa. O chefe desse movimento foi o faraó Amenotep IV, que começou a reinar por volta de 1.375 a.C. Depois de algumas tentativas infrutíferas para reprimir os principais abusos, resolveu

eliminar todo o sistema. Expulsou os sacerdotes dos templos, suprimiu dos monumentos públicos os nomes das divindades tradicionais e ordenou ao povo que adorasse um novo deus, que chamou Áton, antiga denominação do sol físico. Mudou seu próprio nome de Amenotep ("Amon repousa") para Ikhnáton, que quer dizer "Áton está satisfeito". Ikhnáton é o nome pelo qual é, geralmente, designado na história.
Mais importante do que essas mudanças materiais foi o novo conjunto de doutrinas enunciado pelo faraó reformador. Antes de mais nada, ensinou uma religião monoteísta universal; Áton, declarava, era o único deus existente, não somente o deus do Egito, mas de todo o universo. Restaurou, do melhor modo possível, o princípio ético da religião nacional, insistindo em ser Áton o autor da ordem moral do mundo e o recompensador da integridade e pureza do coração humano. Figurou o novo deus como o criador eterno e o sustentáculo de tudo quanto beneficia o homem, como pai celestial que vigia com atenção benevolente todas as criaturas. Concepções como essas, de um Deus uno, justo e benévolo, só foram atingidas de novo no tempo dos profetas hebreus, uns 600 anos depois.
A revolução de Ikhnáton não teve sucesso duradouro. Os faraós que o sucederam no governo do Império não se inspiravam no mesmo idealismo devotado. Isto se aplica particularmente ao famoso Tutenkhamen que permitiu que os sacerdotes corruptos e mercenários retomassem seu antigo poder. O resultado foi uma revivescência e uma expansão gradual das mesmas antigas superstições que tinham prevalecido antes do reinado de Ikhnáton. Para a grande massa do povo o significado ético da religião perdera-se para sempre, e eles foram mais uma vez entregues à ignorância e à cobiça do clero. Entre as classes educadas, no entanto, a influência dos ensinamentos de Ikhnáton prolongou-se por algum tempo. Ainda que o deus Áton não fosse mais reconhecido, as qualidades que ele representava continuaram a merecer profunda reverência. O fato é que a minoria educada transferiu os atributos de Áton a Amon-Re. A tradicional divindade solar era aclamada como o único deus e a corporificação da retidão, da justiça e da verdade. Era adorada, além disso, como um ser misericordioso e amado, "que ouve as orações, que dá a mão ao pobre, que encoraja o fraco". É preciso notar, também, que a esse monoteísmo ético adicionava-se um elemento de salvação pessoal pelo arrependimento. Os filósofos religiosos

desse tempo desenvolveram a nova idéia de que o deus suspenderia a punição do pecador penitente que implorasse com humildade o perdão.
A adesão de uns poucos indivíduos esclarecidos a essas nobres idéias não foi suficiente para salvar a religião de uma degeneração completa e da ruína. O desenvolvimento da superstição, a popularidade da magia e o poderio desenfreado de um clero corrupto foram extremamente funestos, e seus efeitos não podiam ser suplantados por doutrinas elevadas. Por fim, todo o sistema de crença e de adoração foi engolfado no formalismo e na ignorância, no fetichismo, na adoração de animais, na necromancia e noutras magias grosseiras. O mercadejar dos sacerdotes era mais despudorado do que nunca e a principal função da religião organizada veio a ser a venda de fórmulas e feitiços que abafariam a consciência e enganariam os deuses, levando-os a conceder a salvação eterna. A verdadeira tragédia consiste, naturalmente, no fato de exercer a religião, ao decair, efeitos mortais sobre o resto da cultura. A filosofia, a arte e o governo estavam tão intimamente ligados à religião, que todos eles soçobraram ao mesmo tempo.

4. REALIZAÇÕES INTELECTUAIS DOS EGÍPCIOS

I. Filosofia

A filosofia do antigo Egito era, sobretudo, ética e política, embora ocasionalmente se possa encontrar traços de concepções filosóficas mais largas. A idéia, por exemplo, de que o universo é regido por uma mente ou uma inteligência aparece, de tempos a tempos, nas obras dos sacerdotes e dos sábios. Foi pela primeira vez expressa numa inscrição conhecida como o Drama Menfítico, que deve datar do fim do quarto milênio, e foi revivida por Ikhnáton dois mil anos depois. A idéia a tal ponto se distancia das crenças antropomórficas comuns aos antigos povos que parece quase incrível encontrá-Ia desenvolvida por uma das civilizações mais amigas; mas tal foi o caso. Outras idéias filosóficas dos egípcios desse tempo incluíam a concepção de um universo eterno, a noção de ciclos de acontecimentos, que se reproduziam constantemente, e a doutrina das causas naturais.

O mais antigo exemplo de filosofia ética está contido nas Máximas de Ptahotep, que foi vizir de um dos faraós da V Dinastia por volta de 2.500 a.C. O trabalho consiste em uns quarenta parágrafos de sábios conselhos, deixados pelo vizir para a educação do filho. Cerca da metade deles são aforismos de sabedoria prática que visam guiar o moço na consecução do sucesso na vida. Outros, no entanto, incutem uma moral de teor muito alto. O filho é aconselhado a ser delicado, tolerante, bondoso e jovial, mas, acima de tudo, a ser reto e justo, mesmo com o sacrifício de seus próprios interesses, pois "o poder da retidão é o único que perdura". O autor aconselha, também, o repúdio da cobiça, da sensualidade, do orgulho e insiste na moderação e na continência. Ainda que essas máximas sejam elementares, não deixam de ter alta significação, por serem as primeiras expressões de idealismo moral em toda a literatura do mundo.
Durante o Médio Império a filosofia ética desenvolveu uma linha mais sinuosa. Na verdade, seus característicos predominantes são as atitudes de pessimismo e de desilusão. Diversas causas conspiraram para produzir esse resultado. Para começar, a antiga fé na religião de Re fora destruída. Os homens não acreditavam mais que a preservação dos despojos materiais do faraó pudesse assegurar a imortalidade da nação. Em segundo lugar, a dissolução do império uno, o predomínio da desordem social e a invasão estrangeira causaram um sentimento de insegurança e desalento. Por fim, o amadurecimento intelectual fez com que parecessem ingênuas e sem fundamento as antigas concepções da vida. A conseqüência disso foi uma tendência ao extremo oposto, isto é, a não acreditar em nada.
Um exemplo característico da nova orientação filosófica é a Canção do Harpista que um dos faraós da XI Dinastia mandou gravar na parede de seu túmulo-santuário por volta de 2.100 a.C. Dava largas a uma filosofia de completo ceticismo no tocante à outra vida: "Ninguém de lá regressa para nos contar como eles vivem." Os deuses não são reconhecidos, exceto Re, que é concebido como uma força impessoal e cega. Nenhuma importância é dada às tradicionais recompensas à virtude e ao esforço. A fama, a riqueza e o poder são ilusões vãs. A morte é o destino comum, tanto do faraó como de seu servo, e ninguém sabe a hora em que ela chegará. O caminho lógico a ser procurado pelo homem é, conseqüentemente, guiar-se pelos desejos, prodigalizar-se prazeres enquanto possa. A indulgência consigo mesmo não é, porém, suficiente. O homem deve, também, esforçar-se por ganhar um

bom nome, dando "pão ao que não tem terras" e por outros trabalhos de benemerência.
O último dos grandes filósofos éticos do antigo Egito foi Amenemope, que viveu no fim da época imperial. Escreveu um tratado de trinta capítulos, que se chamou A Sabedoria de Amenemope. Sua filosofia era bem mais imbuída de teologia do que a de seus predecessores. Flui, através de toda a obra, uma consciência inalterável de Deus como o arquiteto do destino humano. Cumpre aos homens, portanto, ser tolerantes com a fraqueza do próximo e perdoar as suas transgressões, auxiliando o desamparado e aquele que já está com um pé na sepultura, pois "Deus derruba e constrói cada dia. E faz um milhar de humildes segundo o seu desejo e põe um milhar como capatazes sobre os outros". O autor aconselha, também, seus discípulos a ganhar o pão pelo próprio esforço, a se contentarem com pouco e a confiar em Deus para ter paz de espírito. A Sabedoria de Amenemope tem especial significação pelo fato de ter sido traduzida para o hebreu e de serem copiadas dela seções inteiras do Livro dos Provérbios.
Um sacerdote de Heliópolis foi o primeiro de uma série de filósofos egípcios cujos interesses eram predominantemente políticos. Viveu nos anos que se seguiram ao colapso do Antigo Império. Seu nome (Khekheperre-soneb) é de tão formidável comprimento que se costuma designá-lo como o Sacerdote de Heliópolis. Foi o autor da mais antiga acusação contra a sociedade e do primeiro libelo contra as altas classes pela sua injustiça para com os pobres. "O homem pobre", dizia, "não tem força para livrar-se daquele que é mais forte do que ele." A miséria reina por toda a terra. Aqueles que nasceram para dirigir são degenerados e covardes. A própria sociedade é corrupta e complacente. O autor não recomenda reformas específica, mas, como sugere Breasted, muitas de suas reflexões poderiam perfeitamente enquadrar-se nas obras dos críticos sociais de nossos dias.
Com a ascensão da XI Dinastia, cerca de 2.100 a.C., o Egito voltou a uma aparente ordem e prosperidade. É natural que a filosofia política da época reflita tão fagueira mudança. A mais famosa amostra dessa filosofia é um trabalho que recebeu o titulo de Discurso do Camponês Eloqüente. É desconhecida sua autoria, mas provavelmente foi escrito a mando de um faraó inteligente que queria inculcar altos padrões de moralidade oficial nos seus súditos e impressionar o público com a justiça do seu governo. Foi

composto em forma narrativa e conta a história de um camponês roubado por um funcionário inescrupuloso. A vítima apela para o superior do funcionário que, a instâncias do faraó, a anima a desabafar todas as suas queixas e a expor sua concepção da justiça administrativa. No decorrer do arrazoado o camponês afirma que os funcionários do estado têm as seguintes obrigações: agir como pais dos órfãos, maridos das viúvas e irmãos dos abandonados; prevenir o roubo e proteger o miserável; executar a punição dos que a merecem; julgar imparcialmente e não afirmar falsidades; promover um tal estado de harmonia e prosperidade que ninguém possa sofrer fome, frio ou sede. Os filósofos políticos têm emitido poucos conceitos sobre as funções dos dirigentes que sejam mais nobres do que estes. Não devemos supor que os sentimentos expressos fossem realmente dum camponês. A história é fictícia. A filosofia que contém reflete os ideais de um faraó esclarecido.

II. Ciência

Os ramos da ciência que primeiro ocuparam a atenção dos egípcios foram a astronomia e a matemática. Ambas se desenvolveram com fins práticos: prever a época das inundações do Nilo, traçar os planos das pirâmides e dos templos e resolver os intrincados problemas de irrigação e de controle público das funções econômicas. Os egípcios não eram cientistas puros. Tinham escasso interesse pela natureza do universo físico em si mesmo - fato que talvez explique os seus progressos medíocres na ciência da astronomia. Aperfeiçoaram o calendário solar, como já vimos, fizeram mapas dos céus, identificaram as principais estrelas fixas e conseguiram algum sucesso na determinação exata das posições dos corpos celestes. Quase todas essas realizações se verificaram no período pré-dinástico do Antigo Império. Em tempos posteriores declinou o interesse pela astronomia.

A ciência da matemática foi mais largamente desenvolvida. Os egípcios lançaram os fundamentos de pelo menos duas das disciplinas matemáticas comuns: a aritmética e a geometria. Sabiam realizar as operações matemáticas da soma, subtração e divisão, apesar de nunca terem descoberto um modo de multiplicar mais prático do que aquele que consiste

numa série de adições. Inventaram o sistema decimal, mas não possuíam um símbolo para o zero. As frações causavam-Ihes alguma dificuldade: todas as de numerador maior do que 1 tinham que ser divididas em parcelas, cada uma com o 1, como numerador, antes de poderem ser usadas nos cálculos matemáticos. A única exceção era a fração 2/3, que os escribas aprenderam a usar tal como se apresentava. Os egípcios compreendiam, também, a diferença entre a progressão aritmética e a geométrica e inventaram o ábaco. Alcançaram surpreendente habilidade na mensuração, computando com precisão as áreas dos triângulos, retângulos e hexágonos. Calculavam em 3.16 a razão entre a circunferência de um círculo e seu diâmetro. Aprenderam a calcular o volume das pirâmides e do cilindro, e até o volume do hemisfério.

O terceiro ramo da ciência em que os egípcios realizaram alguns trabalhos notáveis foi a medicina, apesar de ter sido lento, até o Médio Império, o progresso nessa especialidade. A primitiva prática da medicina era conservadora e corrompida em grande escala pela superstição, mas um documento datado de 1.700 a.C. revela uma concepção bastante adequada do diagnóstico e do tratamento científicos. Os médicos egípcios, freqüentemente, eram especialistas: alguns eram oculistas, outros dentistas, outros cirurgiões, especialistas em doenças do estômago etc. No decurso de seu trabalho fizeram numerosos descobrimentos de valor duradouro. Reconheceram a importância do coração e tiveram uma vaga idéia do significado da pulsão. Adquiriram certo grau de habilidade no tratamento de fraturas e realizaram operações simples. Diversamente de alguns povos de épocas mais tardias, apontavam como causa das moléstias os fatores naturais. Descobriram o valor dos catárticos, observaram as propriedades curativas de numerosas drogas e compilaram a primeira farmacopéia que se conhece. Muitos de seus medicamentos, tanto científicos como mágicos, foram levados para a Europa pelos gregos e são ainda empregados pelos camponeses em regiões isoladas.

Os egípcios pouco fizeram em outros campos científicos. Apesar de serem realizado façanhas de engenharia que rivalizam com a perícia da mecânica moderna, seus conhecimentos de física eram os mais rudimentares possíveis. Conheciam o princípio do plano inclinado, mas ignoravam a roldana e, provavelmente, também, o rolo. Embora fosse pequeno o seu conhecimento de química, ao menos deram o nome a essa ciência. Deve

também ser consignado, em seu favor, um considerável progresso na metalurgia, a invenção do relógio de sol e do de água, o fabrico do papel e do vidro. Com todas as suas deficiências como cientistas puros, igualaram realmente os romanos nas realizações práticas e foram muito além dos hebreus e dos persas.

III. Escrita e Literatura

Os egípcios desenvolveram sua primeira forma de escrita no período pré-dinástico. Esse sistema, conhecido como hieroglífico (termo derivado do grego, significando gravura sagrada), foi inicialmente composto de sinais pictográficos para designar objetos concretos. Gradualmente alguns desses sinais tomaram um sentido convencional e foram usados para representar conceitos abstratos. Outros caracteres foram introduzidos para designar sílabas separadas, que podiam ser combinadas para formar palavras. Finalmente foram adicionados, logo no início do Antigo Império, vinte e quatro símbolos, representando cada um deles um único fonema consonantal da voz humana. Assim o sistema hieroglífico de escrita, em época bem remota, veio a incluir três tipos separados de caracteres: pictográficos, silábicos e alfabéticos.

A última etapa nessa evolução da escrita teria sido a separação dos caracteres alfabéticos dos não-alfabéticos e o uso exclusivo dos primeiros nas comunicações escritas. Os egípcios relutaram em dar esse passo decisivo. Suas tradições de conservantismo impeliam-nos a seguir os antigos hábitos. Apesar de fazerem uso constante dos caracteres consonantais, não os empregavam comumente como um sistema independente de escrita. Isso foi deixado para os fenícios, que o fizeram 1.500 anos depois. Não obstante, deve ser atribuída aos egípcios a invenção do princípio do alfabeto. Foram eles os primeiros a perceber o valor dos símbolos singulares para representar sons isolados da voz humana. Os fenícios apenas adotaram esse princípio, basearam nele seu próprio sistema de escrita e difundiram a idéia entre as nações vizinhas. Em última análise, portanto, foi na verdade o alfabeto egípcio o antepassado de todos os demais que vieram a ser usadas no mundo ocidental. Os egípcios deixaram também dois outros sistemas de escrita além do hieroglífico: o hierático,

que era uma forma cursiva de escrita empregada para fins práticos; e o demótico , que era uma forma simplificada e mais popular do hierático.
A literatura egípcia era em grande parte filosófica e religiosa. O primeiro tipo já foi discutido. Sem dúvida, os melhores representantes do segundo foram o Drama Menfítico, o Hino ao Rei-Sol, de Ikhnáton, e os hinos de devoção pessoal que sobreviveram do período do Novo Império. O Drama Menfítico, escrito por volta de 3.000 a.C., é um diálogo teológico no qual vários deuses discorrem sobre as doutrinas da religião solar. O objeto desse trabalho, aparentemente, era promover a adoração nacional do rei-sol Re. Seu tema predominante é a idéia que Re é o árbitro do destino humano, o autor do bem e o doador de vida ao "pacífico" e de morte "ao culpado". O Hino de Ikhnáton, composto pelo grande faraó reformador do século XIV a.C., é uma ode magnífica em louvor da majestade, da providência e da justiça de Áton, o "único deus perante o qual nenhum outro existe". Constitui a suprema expressão do conceito egípcio do monoteísmo universal.
Uma literatura de qualidade emocional mais profunda e exemplificada pelos hinos de devoção pessoal, escritos durante os duzentos ou trezentos anos que se seguiram à morte de Ikhnáton. Esses hinos afirmam, igualmente, a crença num único Deus, mas o chamam pelo nome mais antigo de Amon e celebram antes sua adorável bondade do que seu esplendor e majestade. É aclamado como "o senhor da doçura que dá vida a todos os que ama" e dispensa seu carinho afetuoso às humildes criaturas. É misericordioso, prudente e justo, perdoa aqueles que imploram pelo seu nome. "Não me punas pelos meus inumeráveis pecados" é uma súplica comum a ele dirigida. Eis um excerto típico de um desses hinos:

Tu, oh Amon, és o senhor do silêncio
Que acodes ao chamado do pobre.
Quando, em minha aflição, chamo por ti,
Tu vens para salvar-me.
Dá, pois, alento a quem se prostra diante de ti,
E não deixes que eu caia em escravidão.

Ao lado dos trabalhos filosóficos e religiosos havia muitos escritos de caráter mais simples. Entre os vários tipos que chegaram até nós figuram

canções populares cantadas pela gente simples durante o seu trabalho, histórias de viagens e aventuras, odes de vitória na guerra e encantadores versos de amor, que sugerem o estilo e a riqueza de imagens do Cântico dos Cânticos de Salomão. A mais famosa das composições individuais é a História dos Dois Irmãos, considerada por algumas autoridades como a fonte da história de José e da mulher de Putifar, do Velho Testamento. A literatura popular do Egito é especialmente significativa pela sua influência, pois grande parte de seu conteúdo foi copiado por povos orientais posteriores, e também pela luz que lança sobre a vida das camadas populares. Descreve o egípcio comum no seu estado normal de resignação satisfeita e de alegria nos prazeres simples. Revela uma sociedade comparativamente liberta das formas grosseiras de tirania e ignorância. Temos a impressão de um padrão de vida que não era excessivamente pobre e mesquinho, e no qual ao menos a classe média podia adquirir os rudimentos de uma educação e escapar a uma vida de trabalho penoso e ingrato.

5. O SIGNIFICADO DA ARTE EGÍPCIA

Uma interpretação unilateral não bastaria para explicar o significado da arte egípcia. Seus fins eram variados e os ideais que se propunha representar mudavam com as variações das tendências da história política e social. Exprimia, em geral, as aspirações de uma vida nacional coletivizada. Não era arte pela arte, nem servia para comunicar as reações do indivíduo em face dos problemas de seu mundo pessoal. Contudo, houve ocasiões em que foram destruídas as convenções de uma sociedade comunal e coube a supremacia a uma arte individual espontânea, sensível à beleza de uma flor ou ao idealismo irradiante de um rosto moço. Poucas vezes foi inteiramente abafado o talento egípcio para a reprodução fiel da natureza. Até o formalismo rígido da arquitetura oficial era geralmente suavizado por toques de naturalismo: as colunas imitando troncos de palmeiras, os capitéis de flores de loto e algumas estátuas de faraós não eram tipos convencionais, mas reproduções individuais.
Na maioria das civilizações em que os interesses da sociedade são colocados acima dos de todos os seus membros a arquitetura é, ao mesmo

tempo, a arte mais típica e a mais altamente desenvolvida. O Egito não constituiu uma exceção. Tanto no Antigo como no Médio ou no Novo Império, os problemas de edificação absorveram o talento dos artistas. Ainda que a pintura e a escultura não fossem de modo algum primitivas, tinham, contudo, como função primária o embelezamento dos templos. Somente em certas oportunidades alcançaram a situação de artes independentes.

Exemplos característicos da arquitetura do Antigo Império são as pirâmides, a primeira das quais já devia estar construída em 2.700 a.C. Um espantoso acervo de trabalho e engenho foi despendido na sua execução. O historiador grego Heródoto calculava que tivessem sido empregados, durante 20 anos, para completar a pirâmide de Khufu (Quéops), em Gizé, 100.000 homens. Sua altura total atinge quase 150 m e mais de dois milhões de blocos de pedra calcária nela empregados estão ajustados com uma precisão que poucos pedreiros modernos poderiam repetir. Em alguns lugares a largura das juntas não ultrapassa um milésimo de polegada. Foi também necessário um alto grau de capacidade matemática e de engenharia para construir as complicadas passagens e abóbadas do seu interior.

Comumente o significado das pirâmides é mal compreendido. Há uma teoria corrente de que a falência do sistema econômico mal orientado compeliu os faraós a empregar seus súditos na edificação de inúteis monumentos de pedra. Mas essa teoria é refutada pelo fato de já estarem construídas as pirâmides quando a civilização egípcia se encontrava ainda na infância. Pode-se, certamente, encontrar algumas provas de decadência econômica no terceiro milênio a.C., mas o significado real das pirâmides era político e religioso. Sua construção foi um ato de fé que exprimia ambição de dar ao estado permanência e estabilidade. Tumbas indestrutíveis dos soberanos, acreditava-se serem elas garantias da imortalidade do povo, pois o faraó era a corporificação da vida nacional. É possível, também, que fossem destinadas a servir como símbolos da adoração do sol. Como as mais altas construções do Egito, captariam os primeiros raios do sol nascente e refleti-los-iam na direção do vale.

Canteiros talhando blocos de pedra. Quatro homens com maços e escopros estão dando aos blocos uma superfície lisa. À esquerda, em baixo, um dêles é auxiliado por dois outros, que controlam a exatidão do seu trabalho. Estas figuras são de um mural de Tebas, datando de cêrca de 1 500 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

Durante o Médio e o Novo Império, o templo tomou o lugar da pirâmide como forma principal de arquitetura. Não era mais considerada tão importante a conservação dos restos materiais do faraó, nem subsistia inteiramente a mesma fé crédula na identificação entre o governante e a nação. Por outro lado, havia quase o mesmo interesse pelas estruturas de proporções maciças que expressariam a força nacional e a crença na eternidade da cultura. Essas estruturas, porém, não eram tumbas. Os mais famosos exemplos delas foram os templos de Carnac e Luxor, construídos durante o Novo Império. Muitas de suas colunas gigantescas e ricamente lavradas ainda estão de pé como testemunhas silenciosas de um esplêndido talento arquitetônico.

O característico principal dos templos egípcios era o seu volume maciço. O templo de Carnac. com o comprimento de cerca de 400 metros, é o maior edifício religioso que já se construiu. Somente em sua nave central caberia qualquer das catedrais góticas da Europa. Mas, não obstante seu enorme vulto, não era ainda suficiente para satisfazer a paixão de grandeza dos seus construtores. Empregavam-se artifícios especiais para fazer com que o edifício parecesse maior do que realmente era. Como exemplo, podemos citar o seguinte: a altura do teto diminuía progressivamente a partir da

entrada até o fundo, a fim de dar a ilusão de uma longa perspectiva e, por conseguinte, de uma vasta extensão do plano do piso. As colunas dos templos tinham proporções espantosas. A maior delas contava vinte metros de altura, com mais de 6 metros de diâmetro. Calculou-se que, nos capitéis que as completavam poderia ser acomodada uma centena de homens.

Os egípcios procuraram deliberadamente dar a seus templos excessiva grandeza em tamanho e solidez na construção. Não sacrificaram completamente a beleza e a proporção - grande parte da decoração é cheia de vida e, muitas vezes, o desenho mostra uma grande preocupação com a simetria. Mas a impressão de grandioso e de maciço era, evidentemente, o cuidado principal, sobretudo nos templos do Novo Império. Comprova esta conclusão o fato de não serem, de modo algum, os materiais usados na construção do templo, de consistência fraca ou precária. Não é que as paredes de muitos metros de espessura e as colunas de diâmetro enorme se tornassem necessárias por causa da escolha de um material capaz de esfarelar-se; ao contrário, os egípcios usavam unicamente a pedra mais dura. Somos levados a acreditar, em conseqüência, que a finalidade real do seu estilo de construção era simbolizar as concepções do orgulho nacional e da glória imperial, a força e a estabilidade do estado. Muitos outros povos imperialistas, como os assírios e os romanos, ambicionaram expressar a majestade de seus feitos em construções grandiosas. Talvez a tendência da arquitetura moderna, identificando beleza com grandeza, seja um reflexo de idêntico orgulho de conquista.

Como já foi dito, a escultura e a pintura egípcia serviam principalmente como auxiliares da arquitetura. A primeira era muitíssimo prejudicada por convenções que lhe restringiam o estilo e o significado. As estátuas dos faraós eram comumente de tamanho colossal. As produzidas durante o Novo Império tinham alturas que variavam de vinte a trinta metros. Algumas delas eram coloridas para imitar a vida e, freqüentemente, tinham olhos embutidos de cristal de rocha. Quase sempre as figuras apresentam-se rígidas, com os braços cruzados sobre o peito ou estendidos aos lados do corpo, os olhos fitos em frente. Os semblantes mostram-se, em geral impassíveis, não traindo qualquer emoção. Praticavam-se, freqüentemente, distorções anatômicas: o comprimento das coxas precisava ser aumentado, acentuadas as linhas retas dos ombros, ou então faziam-se todos os dedos das mãos de igual comprimento. As figuras dos relevos são ainda menos

conformes com a natureza. O rosto apresenta-se de perfil, com o olho de frente; o torso acha-se em posição frontal, enquanto as pernas são representadas de perfil. Constituíam esses característicos as tendências gerais, devendo-se, porém, notar que não eram constantes. Ocasionalmente o artista conseguia bom êxito ao desafiar, em parte, as convenções, como o podem provar algumas imagens, de grande semelhança, dos últimos faraós. O exemplo mais notável é a bela cabeça, feita em pedra calcária, de lkhnáton, encontrada alguns anos atrás em Amarna e que claramente retrata o misticismo sonhador da alma do grande reformista.
Não é difícil penetrar o significado da escultura egípcia. Sem dúvida, o tamanho colossal das estátuas dos faraós pretendia simbolizar sua força e a do estado que representavam. É significativo ter aumentado o tamanho dessas estátuas à medida que o império se expandia e que o governo se tornava mais absoluto. As convenções de rigidez e impassibilidade que dominavam não somente as estátuas dos soberanos, mas também as esculturas de caráter menos formalista, como a figura do Escriba sentado, pretendiam expressar uma vida nacional estável e imune ao tempo. Ali estava uma nação que, de acordo com o ideal, não era abalada em seus fundamentos pelas mudanças incertas da sorte, mas permanecia firme e imperturbável. Os retratos de seus chefes, conseqüentemente, não podiam demonstrar ansiedade, medo ou triunfo, mas uma calma imperturbável através dos tempos. Do mesmo modo, a deformação anatômica pode ser interpretada como uma tentativa deliberada para exprimir algum ideal nacional. Certamente não há razão para se acreditar que fosse praticada por ignorância das leis de proporção ou por incapacidade de copiar as formas naturais. Muito possivelmente pretendiam negar a mortalidade. Julgava-se talvez que a existência eterna do povo dependia de serem seus líderes investidos de atributos que negassem sua morte como seres humanos comuns. O mais eloqüente artifício adotado com esse fim era a representação do corpo do faraó com uma cabeça de deus, mas outros exemplos de retratos idealísticos tinham provavelmente o mesmo objetivo.

Fabricação de tijolos secados ao sol. A lama do Nilo (em geral misturada com farelo ou palha) está sendo puxada com enxada, carregada em baldes e acumulada em montes. No chão, dispostos em fileira, estão três tijolos, do último dos quais está sendo retirada a fôrma de madeira que se usou para moldá-los. Sentado, um capataz com um bastão. Os tijolos prontos são carregados por meio de uma canga passada sôbre os ombros. De uma pintura mural de Tebas, cêrca de 1500 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

Ainda que a maior parte das pinturas egípcias tenha perecido, as que sobreviveram são bastante libertas de convenções políticas e religiosas. Certamente não eram dominadas por elas na mesma extensão que o eram a arquitetura e a escultura. A razão disso talvez possa ser encontrada no fato de se ter a pintura desenvolvido mais tarde e não ter tido tempo para ser oprimida por um grande acervo de tradições. A religião exerceu sua influência, mas de um modo positivo. As melhores pinturas foram as criadas durante o reinado de lkhnáton e imediatamente depois dele. A doutrina desse rei reformador, com sua reverência pela natureza como obra feita pelas mãos de Deus, criara uma revivescência do naturalismo na arte, que se evidencia especialmente na pintura. Como resultado, os murais desse período revelam verdadeiro talento para a representação das cenas naturais. Têm um valor especial quando retratam o movimento. Apanhavam o flagrante do touro bravio saltando no pântano, a corrida doida do veado amedrontado e o nado fácil dos patos na lagoa. Mesmo as pinturas do grande templo de Luxor exerciam um atrativo semelhante sobre os sentidos; o teto azul cravejado de estrelas, as flores e árvores estampadas nas colunas e nas paredes testemunhavam quanto o artista sabia apreciar a beleza de seu ambiente natural.

6. VIDA SOCIAL E ECONÔMICA

A organização social do Egito distinguia-se por um surpreendente grau de maleabilidade. Jamais se desenvolveu um sistema inflexível de casta. Todos os homens eram iguais perante a lei. Ainda que naturalmente existissem graus de desigualdade econômica, ninguém se sentia aprisionado para sempre na sua categoria social, a menos que se tratasse de um membro da família real. Mesmo os servos parece terem sido capazes de se elevar acima de sua humilde condição. Quanto aos homens livres, era comum passarem de uma condição a outra. Tal estrutura da sociedade diferia profundamente do regime estratificado que existia em outras partes do Oriente, como, por exemplo, na Índia e na Mesopotâmia.

Durante a maior parte da história do Egito a população esteve dividida em cinco classes: a família real; os sacerdotes; os nobres; a classe média dos escribas, mercadores, artífices e lavradores; e, por último, a classe dos servos. No Novo Império foi adicionada uma sexta classe - a dos soldados profissionais, que se situavam imediatamente abaixo dos nobres. Nesse período foram também capturados milhares de escravos, e estes, durante certo tempo, formaram uma sétima classe. Desprezados tanto pelos homens livres como pelos servos, eram forçados a trabalhar nas pedreiras do governo e nas terras pertencentes aos templos. Aos poucos, no entanto, foram sendo alistados no exército e até no serviço pessoal do faraó. Desse modo, deixaram de constituir uma classe separada. A posição relativa das várias classes da sociedade mudava de tempos em tempos. No Antigo Império, os nobres e os sacerdotes tinham a supremacia entre todos os súditos do faraó. No Médio Império, foi a vez da classe comum. Escribas, mercadores, artífices e servos rebelaram-se contra os nobres e arrebataram concessões do governo. É especialmente digno de nota o papel preponderante que mercadores e indústrias desempenharam nesse período. A fundação do império propriamente dito, acompanhada, como foi, pela extensão das funções administrativas, deu origem à ascendência de uma nova nobiliarquia, formada principalmente por burocratas. O poder dos sacerdotes também cresceu com o desenvolvimento da magia e da superstição.

Meninas jogando bola. De um mural egípcio, mais ou menos de 2 000 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

O abismo que separava o padrão de vida das classes superiores e inferiores do Egito era quase tão profundo quanto o conhecido hoje, na Europa e na América. Os nobres abastados viviam em esplêndidas vilas que se erguiam no meio de jardins fragrantes e bosques umbrosos. Sua alimentação constava de uma rica variedade de artigos como carne de toda espécie, aves domésticas, bolos, frutas, vinho, cerveja e doces. Comiam em vasilhas de

alabastro, ouro e prata, e adornavam-se com tecidos suntuosos e jóias de valor. Contrastando com esta, a vida do pobre era na verdade miserável. Os operários das cidades viviam em bairros superpovoados, constituídos por choças de tijolos com teto de palha. Seus únicos trastes eram bancos, caixas e alguns jarros de cerâmica tosca. Os camponeses, nas grandes fazendas, gozavam uma vida onde era menor a concentração, mas não era maior a abundância.

Jôgo egípcio chamado "o vaso", que aqui se representa como sendo jogado num tabuleiro circular com pedrinhas esféricas. Desconhecem-se as regras do jôgo. De um relêvo, mais ou menos de 2 700 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

A unidade social básica entre os egípcios era a família monogâmica. Nenhum homem, nem mesmo o faraó, podia ter mais de uma esposa legal. A concubinagem, no entanto, era uma instituição respeitada pela sociedade. As mulheres gozavam de uma situação verdadeiramente invejável, pois, na realidade, a família egípcia era quase matriarcal. A descendência traçava-se pela linha feminina e a autoridade do avô materno sobre os filhos era maior do que a do próprio pai. Foram os egípcios quase o único povo oriental que permitiu às mulheres a sucessão no trono. Outra prática social fora do comum era o casamento com pessoas da mesma família. O soberano, como filho do grande deus-sol, tinha que desposar uma irmã ou qualquer outra mulher de sua parentela próxima, a fim de que o sangue divino se não contaminasse. O resto da população comumente seguia hábito idêntico. Até agora os historiadores foram incapazes de descobrir quaisquer traços positivos de degenerescência racial causada por essa prática, sem dúvida

por ser a raça egípcia, fisicamente, bastante forte para se mostrar imune a ela.
O sistema educacional desse antigo povo era mais ou menos o que se podia esperar duma sociedade altamente integrada. Mantidas pelo tesouro, existia um certo número de escolas públicas organizadas para o ensino de milhares de escribas, que se faziam indispensáveis no papel de amanuenses e contadores, bem assim como nas funções administrativas do governo. Muitos deles também se empregavam a serviço dos proprietários de terras e dos homens de negócio mais importantes. Essas escolas eram franqueadas a todos os jovens promissores, sem qualquer consideração de classe. Ao que parece, a instrução era mantida gratuitamente pelo governo, dada a necessidade vital de homens preparados. Somente os assuntos de inteira utilidade incluíam-se no currículo, pois o fim não era a educação em seu sentido lato, mas o preparo prático. A despeito de suas limitações, essas escolas ofereciam aos moços pobres, mas talentosos, um meio de escapar a uma vida de trabalho sem esperança.
O sistema econômico dos egípcios repousava principalmente numa base agrária. A agricultura era variada e grandemente desenvolvida, e o solo produzia excelentes colheitas de trigo, cevada, painço, legumes, frutas, linho e algodão. Teoricamente, a terra constituía propriedade do rei, mas em períodos remotos este doara grande parte delas aos seus súditos e, por isso, na prática muitos indivíduos eram proprietários. O comércio não teve grande papel até 2.000 a.C., mas depois dessa data subiu rapidamente a uma importância de primeira plana. Estabeleceu-se um comércio florescente com a ilha de Creta, a Fenícia, a Palestina e a Síria. Os principais artigos de exportação consistiam em trigo, tecidos de linho e cerâmica fina. A importação limitava-se dum modo geral ao ouro, prata, marfim e madeira.
A manufatura constituía um ramo da vida econômica de não menor significado que o comércio. Já em 3.000 a.C., grande número de pessoas eram ocupadas em atividades industriais, na maior parte em ofícios especializados. Em épocas posteriores, estabeleceram-se oficinas que empregavam vinte ou mais pessoas, sob o mesmo teto e com certo grau de divisão de trabalho. As indústrias principais eram a cantaria, a construção de navios e a manufatura de cerâmica, vidro e tecidos.

Jôgo de damas numa mesa baixa, com sete pedras para cada jogador. De um relêvo mural de 2700 a. C., aproximadamente. (Metropolitan Museum of Art.)

Desde épocas remotas os egípcios tinham feito progressos no aperfeiçoamento das técnicas de comércio. Conheciam elementos de contabilidade e de escrituração. Seus mercadores emitiam pedidos e recibos de mercadorias. Inventaram a escritura de propriedade, o contrato escrito e o testamento. Apesar de não possuírem nenhum sistema de cunhagem, chegaram a ter, não obstante, um padrão monetário. Argolas de cobre e de ouro, de moeda-argola egípcia o mais antigo sistema de circulação na história das civilizações. Provavelmente só era usado para as transações maiores. Os negócios simples dos camponeses e dos citadinos mais pobres continuaram, sem dúvida, a se fazer na base da troca direta.
O sistema econômico egípcio sempre foi coletivista. Desde os mais remotos tempos as energias do povo foram dirigidas dentro de normas socialistas. Concebiam-se como idênticos os interesses do indivíduo e os da sociedade. As atividades produtivas da nação inteira giravam em torno das imensas empresas do estado e o governo por muito tempo continuou sendo o maior dos empregadores. Deve-se notar, contudo, que durante o Antigo e o Médio Império esse coletivismo não foi completo, deixando largo campo à iniciativa particular. Os mercadores dirigiam pessoalmente seus negócios; muitos artífices tinham lojas próprias e, com o correr dos tempos, um número cada vez maior de camponeses elevaram-se à condição de lavradores independentes. O governo continuava a tomar conta das

pedreiras e das minas, a construir pirâmides e templos e a lavrar as propriedades reais.

O mais alto desenvolvimento do controle estatal se deu com a fundação do Novo Império. A extensão que tomava o absolutismo militar e a crescente freqüência das guerras de conquista aumentaram a necessidade de maiores rendas e de uma produção ilimitada de mercadorias. A fim de atender a essa necessidade, o governo estendeu seu controle sobre todos os departamentos da vida econômica. A totalidade das terras cultiváveis tornou-se propriedade do faraó, tanto em teoria como na prática. Ainda que vastos territórios fossem concedidos aos favoritos do rei, grande parte do solo era trabalhada por servos e escravos reais. A antiga classe média independente desapareceu quase por completo. Os serviços dos artífices eram reclamados para o levantamento dos magníficos templos e para a manufatura dos apetrechos de guerra, enquanto o comércio exterior se tornava monopólio do estado. À medida que o Império marchava para a ruína o governo absorvia cada vez mais as atividades econômicas do povo.

Exceto no reinado de Ikhnáton, sempre existiu uma aliança aviltante entre os faraós do Novo Império e os sacerdotes. Levados pela cobiça do poder e dos proveitos materiais, os membros da hierarquia eclesiástica apoiavam os imperadores em suas ambições de domínio despótico. Como recompensa era-Ihes concedida isenção de tributos e uma grande parcela da riqueza nacional. Prisioneiros de guerra Ihes eram entregues em tal número que chegaram a ser donos de dois por cento da população do país como escravos do templo. Além disso, recebiam dos seus generosos patronos uma sétima parte da terra arável, centenas de milhares de cabeças de gado e aproximadamente uma centena de navios. Empregavam grande número de artífices na manufatura de amuletos e de objetos funerários, que vendiam com enorme lucro aos devotos iludidos. É indubitável que essas empresas clericais significavam um sério desvio dos recursos nacionais e, por esse motivo, contribuíram para a decadência econômica e social. Uma parte desproporcionada da riqueza do Egito estava sendo desperdiçada em propósitos estéreis da igreja e do estado, em preparativos para o além-túmulo e na conquista de um império.

7. AS REALIZAÇÕES EGÍPCIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA NÓS

Poucas civilizações antigas soprepujam a egípcia em importância para o mundo moderno. Mesmo a influência dos hebreus não teve maior extensão. Da terra dos faraós vieram o germe e o estímulo de numerosas conquistas intelectuais dos tempos posteriores. A filosofia, a aritmética, a geometria, a astronomia, a escrita e a literatura tiveram seu marco inicial nessa época. Os egípcios desenvolveram, também, um dos mais antigos sistemas de jurisprudência e de teoria política. Aperfeiçoaram as conquistas práticas da irrigação e da engenharia, o fabrico de cerâmica, vidro e papel. Foram o primeiro povo a ter uma clara concepção da arte com fins outros que não os utilitários, e estabeleceram princípios arquitetônicos destinados a largo uso no futuro. Entre eles são notáveis a coluna, a colunata, o obelisco e o clerestório.

De maior significação ainda foram as contribuições egípcias no campo da religião e da ética individual e social. Com exceção dos persas, os habitantes das margens do Nilo foram o único povo do mundo antigo a erigir uma religião nacional em torno da doutrina da imortalidade da alma. Tanto os sacerdotes como os sábios egípcios foram os primeiros a pregar o monoteísmo universal, a providência divina, o perdão dos pecados e as recompensas e punições depois da morte. A teoria ética egípcia foi a fonte na qual várias nações foram buscar suas normas de moralidade pessoal e social, pois ela compreendia não somente a condenação do assassínio, do furto e do adultério, mas incluía, também, elevadas concepções de justiça, de benevolência e da igualdade de todos os homens.

Tão impressionante é o vulto das realizações egípcias que alguns historiadores, ardentes admiradores dessa cultura, chegaram à conclusão de que as civilizações posteriores se distinguiram principalmente pela sua falta de originalidade. De acordo com esse ponto de vista, os seres humanos nos últimos 3.000 anos pouco mais fizeram do que copiar e adaptar conhecimentos e descobertas herdadas do Egito. Pretende-se ter sido o vale do Nilo o nascedouro de cada instituição e crença Que veio ocupar posição de importância fundamental na cultura das épocas mais recentes. Vêem-se ali a fonte das doutrinas básicas de todas as grandes religiões do mundo, os

princípios do direito e da moralidade, os fundamentos do progresso científico (as formas de organização econômica. Presenteados com uma herança tão rica, todos os povos subseqüentes seguiram o caminho do menor esforço e se contentaram em aplicar o que lhes foi transmitido pelo passado. Em última análise, tudo é explicado como sendo de origem egípcia. Embora seja essa interpretação claramente exagerada, pode prestar serviço prevenindo-nos contra uma possível subestima das contribuições duradouras da civilização egípcia.

CAPÍTULO 4

A Civilização Mesopotâmica

A segunda das mais antigas civilizações do mundo foi, provavelmente, a que começou no vale do Tigre e do Eufrates mais ou menos em 3.500 ou 3.000 a.C. Por conveniência, os historiadores se referem a essa civilização como "mesopotâmica", embora seja às vezes o termo Mesopotâmia restringido à parte norte da terra que fica entre os dois rios. A civilização mesopotâmica era completamente diferente da egípcia. Sua história política é assinalada por interrupções bruscas. Sua composição racial era menos homogênea e sua estrutura social e econômica oferecia campo mais largo à iniciativa individual.

Talvez fossem mais profundas as diferenças entre os ideais, a religião e as atitudes sociais dos dois povos. A cultura egípcia era predominantemente ética; a mesopotâmica, jurídica. O desprezo dos egípcios pela vida, excetuando-se o período do Médio Império, era geralmente uma atitude de alegre resignação, relativamente liberta de superstições grosseiras. A atitude mesopotâmica, ao contrário, era melancólica, pessimista e inquietada por terrores mórbidos. Enquanto o nativo do Egito acreditava na imortalidade da alma e dedicava grande parte de seus esforços à preparação da vida futura, seu contemporâneo mesopotâmio vivia no presente e olhava com indiferença seu destino no além-túmulo. Finalmente, a civilização do vale do Nilo compreendia conceitos de monoteísmo, uma religião de amor e igualdade social; a do Tigre-Eufrates era mais egoísta e desdenhosa. Sua religião raramente ultrapassou o estágio dum politeísmo primitivo e seus ideais de justiça se limitavam em grande parte à observância literal dos termos de um contrato.

1. HISTÓRIA POLÍTICA

Os pioneiros no desenvolvimento da civilização mesopotâmica foram os chamados sumerianos, que se estabeleceram na parte baixa do vale do Tigre-Eufrates, entre 3.500 e 3.000 a.C. Sua origem precisa é desconhecida, mas parece que vieram do planalto da Ásia Central. Falavam uma língua sem relação com qualquer outra por nós conhecida, muito embora sua cultura apresentasse certa semelhança com a mais primitiva civilização da Índia. Com pequena ou nenhuma dificuldade subjugaram os nativos que já se achavam no vale, um povo misterioso que acabava de emergir da fase neolítica.
Mais ou menos em 2.550 a.C. os sumerianos foram dominados por Sargão I, chefe de uma nação semítica que se havia estabelecido numa região do vale conhecida por Acad. Foi esse o prelúdio da fundação do primeiro grande império semítico na Ásia Ocidental, pois logo depois Sargão submeteu os elamitas e todos os outros povos do norte da Síria até o Mediterrâneo. Mas, como tantos outros estados que tiveram suas raízes na conquista, esse império foi de curta duração. A morte de Sargão foi o sinal para a primeira de uma série de revoltas sumérias. Não obstante serem essas revoltas sufocadas, enfraqueceram o estado e abriram o caminho para a sua destruição pelos guti, um feroz povo bárbaro do norte. Finalmente, cerca de 2.300 a.C., os sumerianos, tendo à frente a cidade de Ur, rebelaram-se com sucesso contra o governo dos guti e estabeleceram seu poder sobre todo o território de Sumer e Acad. O mais famoso rei do novo estado foi Dungi, que se atribuiu o grandiloqüente título de "rei das quatro regiões da terra" e tentou repetir as façanhas militares de Sargão I.
O novo império sumério não sobreviveu à morte de Dungi. Foi anexado pelos elamitas no século XXI e, mais ou menos no ano 2.000 a.C., conquistado por um povo semita conhecido pelo nome de amoritas, que vieram das orlas do deserto da Arábia. Desde a época em que fizeram da povoação de Babilônia a capital de seu império, são comumente chamados babilônios ou antigos babilônios, para distingui-Ios dos neobabilônios ou caldeus, que ocuparam o vale muito mais tarde. A ascensão dos antigos babilônios inaugurou a segunda fase importante da civilização do Tigre-Eufrates. A dominação dos sumerianos encerrara-se nessa época, embora sobrevivesse grande parte da sua cultura. Os babilônios estabeleceram um estado autocrático e durante o reino de Hamurabi, seu mais famoso rei, estenderam seu domínio no norte até a Assíria. Mas depois dessa época o

império entrou em franco declínio, até que finalmente foi destroçado pelos cassitas, aproximadamente em 1.750 a.C.
Com a queda dos antigos babilônios sobreveio um período de retrocesso, que durou seiscentos anos. Os cassitas eram bárbaros e não demonstraram nenhum interesse pelas realizações culturais de seus predecessores. A sua única contribuição foi a introdução do cavalo no vale do Tigre e do Eufrates. A antiga cultura teria morrido completamente se não fosse em parte adotada por outro povo semita que, já pelas alturas de 3.000 a.C., fundara um pequenino império no planalto de Assur, cerca de 800 quilômetros a montante do rio Tigre. Esse povo veio a chamar-se assírio e a sua posterior ascensão ao poder marcou o início do terceiro estágio no desenvolvimento da civilização mesopotâmica. Mais ou menos em 1.300 a.C., começaram a se expandir e logo depois se fizeram donos de todo o vale do norte. No século X conquistaram o que ainda restava em poder dos cassitas, na Babilônia. Seu império alcançou o auge nos séculos VIII e VII, sob Sargão II (772-705 a.C.), Senaqueribe (705-681) e Assurbanipal (668-626), chegando a incluir quase todo o mundo civilizado da época. Um após outro, caíram vítimas das proezas militares desses imperadores, a Síria, a Fenícia, o Reino de Israel e o Egito. Somente o pequeno Reino de Judá foi capaz de resistir às hostes de Nínive, provavelmente devido a um surto de peste nas fileiras do exército de Senaqueribe.
Ainda que brilhantes, os sucessos dos assírios não perduraram muito. Os novos territórios foram tão ràpidamente anexados que o império logo atingiu um tamanho impossível de se governar. Ora, o gênio dos assírios para o governo era inferior ao seu gosto pela conquista. As nações subjugadas se ressentiam do despotismo cruel que lhes fora imposto e, como desse o império sinais de desagregação interna, decidiram reconquistar sua liberdade. O golpe de morte foi dado pelos kaldi ou caldeus, uma nação de semitas que se estabelecera no sudeste do vale dos dois rios. Sob o comando de Nabopolassar, que servira aos imperadores assírios como governador provincial, organizaram uma revolta e finalmente capturaram Nínive em 612 a.C.
Nabopolassar teve como sucessor seu filho Nabucodonosor, que governou até 562 a.C. Durante o reinado deste último os caldeus estabeleceram o seu domínio sobre um novo império cosmopolita no Oriente Próximo. Os últimos vestígios da autoridade dos assírios foram eliminados em todas as

partes mais importantes do Crescente Fértil. Mesmo o Reino de Judá, que com tanto sucesso desafiara os "lobos" assírios, seria fácil presa da energia implacável de Nabucodonosor. O templo de Jerusalém foi saqueado e incendiado e o rei Zedequias, depois de lhe tirarem a vista, marchou com muitos milhares de seus súditos para o cativeiro na Babilônia.
Mas o império dos caldeus não sobreviveu por muito tempo à morte do maior de seus chefes. Durante o governo de sucessores de Nabucodonosor a nação entregou-se ao saudosismo, à adoração dos feitos dos antigos babilônios, que, por ignorância, eram reverenciados como avoengos. Contendas ciumentas surgiram entre os imperadores e os sacerdotes, e os medos, uma nação tributária da fronteira de leste, iniciaram uma série de distúrbios. A maior razão do declínio do império caldeu foi, porém, a cobiça insaciável de seu fundador. Essa ambição de poder e de glória o levou a repetir os desatinos dos monarcas assírios que o precederam, conquistando um império desmesurado e humilhando povos orgulhosos. As palavras escritas na parede, que se diz ter Baltasar visto no seu famoso festim, teriam servido para Nabucodonosor.
Em 539 a.C. ruiu o império dos caldeus, após uma existência de menos de um século. Foi derrubado por Ciro, o Persa, "sem batalha e sem luta", como ele próprio declarou. A fácil vitória parece ter sido possibilitada pelo auxílio dos judeus e pela conspiração dos sacerdotes da Babilônia para entregar a cidade a Ciro, como um ato de vingança contra o rei caldeu, cuja política não lhes agradava. Parece que também os membros de outras classes influentes consideraram os persas como libertadores.
Embora o estado persa incorporasse todos os territórios que anteriormente tinham feito parte dos impérios mesopotâmicos, ele incluía, além deles, muitas outras províncias. Além disso, foi o veículo de uma cultura nova e diferente. Portanto, a queda da Caldéia deve ser considerada como o marco final da história política da Mesopotâmia.

2. ORIGENS SUMÉRIAS DA CIVILIZAÇÃO

Mais do que a qualquer outro povo, a civilização mesopotâmica deve sua feição aos sumerianos. Muito do que costumava ser atribuído aos babilônios e aos assírios, sabe-se, agora, ter sido desenvolvido pela nação que os

precedeu. O sistema de escrita era de origem suméria e também a religião, as leis e grande parte das práticas científicas e comerciais. O talento criador dos conquistadores subseqüentes manifestou-se, de modo particular, apenas na evolução das técnicas de governo e das táticas militares, assim como no desenvolvimento das artes.

Através da maior parte de sua história os sumerianos viveram numa frouxa confederação de cidades-estados, unida unicamente para fins militares. À frente de cada uma estava um patesi, que acumulava as funções de primeiro sacerdote, comandante do exército e superintendente do sistema de irrigação. Ocasionalmente, um desses governadores, mais ambicioso, teria estendido seu poder sobre um certo número de cidades e assumido o título de rei. No entanto, foi só na época de Dungi, mais ou menos em 2.300 a.C., que todos os sumerianos se uniram sob a autoridade única de um chefe da sua nacionalidade.

O sistema econômico sumério era relativamente simples e ensejava um campo mais largo aos empreendimentos individuais do que geralmente se concebia no Egito. A terra nunca fora propriedade exclusiva do rei, quer na prática, quer teoricamente. Nem o comércio nem a indústria constituíam monopólio do governo. Por outro lado, as massas populares pouco tinham que pudessem considerar de sua propriedade. Os servos contavam-se em grande número, porém mesmo aqueles que eram nominalmente livres não gozavam de uma situação muito melhor, uma vez que eram forçados a pagar altas taxas e a trabalhar em obras públicas. A escravidão, no sentido estrito da palavra, não era uma instituição importante. Muitos dos que eram considerados como escravos não passavam, na realidade, de servos que haviam hipotecado sua pessoa por dívidas. Não parece que formassem uma classe muito degradada. Podiam ter propriedades, trabalhar por salário quando seu amo não tinha necessidade deles e até casar com mulheres livres. Sem dúvida, a grande maioria era de nacionalidade suméria, fato que ajuda a explicar esse tratamento bastante liberal.

A agricultura era o principal interesse econômico da maior parte dos cidadãos, sendo os sumerianos ótimos lavradores. Devido ao seu conhecimento de irrigação, conseguiam fartas colheitas de cereais e de frutos subtropicais. Sendo a terra dividida em grandes propriedades que se achavam nas mãos dos governantes, dos padres e dos oficiais do exército, o cidadão rural médio ou era um rendeiro ou um servo. No comércio estava a

segunda fonte da riqueza nacional. Um ativo intercâmbio se estabelecera com todos os paises vizinhos, girando em torno da troca de metais e de madeiras, procedentes do norte e do oeste, por produtos agrícolas e mercadorias manufaturadas das regiões inferiores do vale. Quase todas as técnicas usuais de negócios tinham grande desenvolvimento; usavam-se habitualmente faturas, recibos, notas promissórias e cartas de crédito. O costume requeria que as transações fossem confirmadas em contrato escrito, assinado por testemunhas. Os mercadores empregavam vendedores que viajavam até regiões distantes e vendiam mercadorias em comissão. Em todas as transações maiores serviam como dinheiro barras ou lingotes de ouro e de prata, sendo a unidade-padrão de troca um siclo de prata, do valor aproximado de dois dólares ao câmbio moderno.
A mais alta realização dos sumerianos foi o seu sistema de leis. Esse produto de uma evolução gradual dos usos locais foi incorporado finalmente numa compilação de leis por Dungi, depois dos meados do terceiro milênio. Sobreviveram na sua forma original somente alguns fragmentos dessa compilação, mas o famoso código de Hamurabi, o rei babilônico, é hoje tido como não sendo mais do que uma revisão do código de Dungi. Posteriormente, esse código tornou-se a base do direito de quase todos os povos semitas: babilônios, assírios, caldeus e hebreus.
Eis aqui o que se deve considerar como sendo os característicos principais do direito sumério:

(1) A lei de talião - "olho por olho, dente por dente, braço por braço etc.".

(2) Administração da justiça em caráter semiprivado. Incumbia à própria vítima ou à sua família trazer o ofensor à justiça. O tribunal funcionava principalmente como árbitro na disputa entre o queixoso e o réu, e não como um agente do estado para manter a segurança pública, embora os agentes da lei pudessem auxiliar a execução da sentença.

(3) Desigualdade perante a lei. O código dividia a população em três classes: patrícios ou aristocratas; burgueses ou cidadãos comuns; servos e escravos. As penalidades eram aplicadas de acordo com a classe da vítima, mas também, em alguns casos, de acordo com a classe do ofensor. A morte ou a mutilação de um patrício era uma ofensa muito maior do que um crime

semelhante cometido contra um burguês ou um escravo. Por outro lado, sendo um patrício o ofensor, era ele punido mais severamente do que o seria um homem de situação inferior pelo mesmo crime. A origem dessa curiosa lei provavelmente se baseava em considerações de disciplina militar. Uma vez que os patrícios eram oficiais do exército e, conseqüentemente, os principais defensores do estado, não era admissível que dessem livre curso às suas paixões ou se abandonassem a uma conduta dissoluta.

(4) Distinção insuficiente entre o homicídio acidental e o intencional. O acusado não era punido com a pena de morte, mas tinha de pagar uma multa à família da vítima, baseando-se isso, aparentemente, na teoria de serem os filhos propriedade dos pais e as esposas, propriedade dos maridos.

Tanto quanto o direito, a religião dos sumerianos ilustra as concepções sociais e o caráter da cultura desse povo. Não, conseguiram desenvolver uma religião de alta espiritualidade; ela, entretanto, ocupava um lugar importante em sua vida. Para começar, era politeísta e antropomórfica. Acreditavam num dado número de deuses e deusas, tendo cada um deles uma personalidade distinta, com atributos humanos. Para citar alguns, temos Shamash, o deus do sol; Enlil, o senhor da chuva e do vento; Istar, a deusa do princípio feminino na natureza. Ainda que os sumerianos tivessem uma divindade especial da peste na pessoa do deus Nergal, sua religião era realmente monística, no sentido de considerar todas as divindades como capazes tanto do bem como do mal. Shamash, por exemplo, como deus do sol, dava calor e luz em benefício do homem, mas podia também mandar seus raios abrasadores para crestar o solo e secar as plantas tenras antes que se tivesse tempo de colher seus frutos. O dualismo religioso, envolvendo a crença em divindades inteiramente separadas do bem e do mal, só apareceu, na civilização mesopotâmica, muito depois.
A religião suméria destinava-se exclusivamente não oferecia qualquer esperança quanto à outra uma existência meramente temporária, num lugar desolado e sombrio que mais tarde veio a se chamar Sheol. Lá, as almas dos mortos permaneciam um certo tempo, talvez durante uma geração ou coisa parecida, e depois desapareciam. Ninguém podia almejar a ressurreição num outro mundo e uma existência eterna e feliz como compensação aos males desta vida; a vitória da tumba era completa. De acordo com essa

crença, os sumerianos não dispensavam qualquer cuidado particular aos corpos de seus mortos. Não se praticava a mumificação nem se construíam túmulos complicados. Os cadáveres eram, comumente, enterrados sob o piso da casa, sem caixão e com muito poucas coisas para o uso da alma.

Nem o conteúdo espiritual nem o ético representavam papel de real importância nessa religião. Como vimos, os deuses não eram seres superiores, mas criaturas vazadas no molde humano, com larga dose das fraquezas e das paixões do homem mortal. Tampouco eram os objetivos da religião mais espirituais. Não ministrava bênçãos sob a forma de consolação, elevação da alma ou união com Deus. Quanto a beneficiar o homem, só o fazia na forma de proveitos materiais: colheitas abundantes e prosperidade nos negócios. Do mesmo modo, as doutrinas e formas de adoração eram quase todas destituídas de significado ético. A religião não prescrevia nem impunha padrões de moralidade. As obrigações impostas aos indivíduos eram principalmente rituais. Posto que os deuses freqüentemente se irritassem com os homens e desencadeassem sua ira sobre eles, esta não era provocada por ofensas aos mandamentos divinos, mas ao fato de o homem não mostrar o respeito devido às divindades e não atender às necessidades destas.

A verdadeira natureza da religião suméria é revelada nas famosas narrativas épicas da Criação e do Dilúvio, que, posteriormente, serviram de base a muitas histórias hebraicas do Velho Testamento. O mito da Criação conta o triunfo mágico do Deus Marduc sobre os deuses ciumentos e covardes que o criaram, a formação do mundo com os despojos de um de seus rivais mortos, e finalmente, para dar de comer aos deuses, a confecção do homem com barro e sangue de dragão. Toda essa narrativa era grosseira e revoltante, não apresentando nada que apelasse para o senso espiritual ou moral. Rivalizava com ela em barbarismo a versão suméria do Dilúvio. Cheios de inveja do homem, os deuses resolveram destruir completamente a raça dos mortais, afogando-os. Um deles, no entanto, revelou o segredo a um habitante da terra, seu favorito, ensinando-lhe a construir uma arca para a salvação da sua pessoa e da sua espécie. A inundação imperou durante sete dias, até que toda a terra ficou coberta pela água. Os próprios deuses "se agachavam como cães de encontro à parede". Finalmente o turbilhão sossegou e as águas baixaram. O homem favorito e seus irmãos saíram da arca e ofereceram um sacrifício em ação de graças. Esfomeados, devido à

longa privação de alimentos, os deuses "aspiraram o doce cheiro e juntaram-se como moscas sobre o sacrifício", decidindo nunca mais cometerem a loucura de tentar a destruição do homem.

No campo da atividade intelectual os semerianos não realizaram grande coisa. Produziram, no entanto, um sistema de escrita que estava destinado a ser usado durante milhares de anos após o desaparecimento de sua nação. É a famosa escrita cuneiforme, que consiste em caracteres em forma de cunha, gravados em tabuletas de argila com uma haste de ponta quadrada. Apesar de ser a princípio um sistema pictográfico, pouco a pouco se transformou num conjunto de sinais silábicos e fonéticos, orçando aproximadamente em trezentos e cinqüenta. Nenhum alfabeto jamais se derivou dele. Os sumerianos nada escreveram que merecesse o nome de filosofia, mas iniciaram-se, de maneira rudimentar, no campo científico. Descobriram os processos de multiplicação e divisão e até a extração da raiz quadrada e cúbica. Seus sistemas de numeração e de pesos e medidas era duodecimal, com o número sessenta como unidade mais comum. Inventaram o relógio de água e o calendário lunar, sendo este último uma divisão inexata do ano em meses, baseada nos ciclos lunares. A fim de harmonizá-lo com o ano solar, de tempos a tempos adicionava-se um mês extraordinário. A astronomia era pouco mais do que astrologia e a medicina, um curioso misto de ervanaria e magia. O receituário dos médicos consistia principalmente em feitiços para exorcizar os espíritos maus que se acreditava serem a causa das moléstias.

Como artistas, os sumerianos salientaram-se nos trabalhos de metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. Produziram alguns espécimes notáveis de arte naturalista em suas armas, vasos, jóias, e também representações de formas humanas e animais que revelam ao mesmo tempo habilidade técnica e dotes de imaginação. Evidentemente, as convenções religiosas não tinham então qualquer influência proibitória e, por isso, o artista ainda podia seguir livremente seus impulsos. A arquitetura, por outro lado, era nitidamente inferior, devido, sem dúvida, às limitações impostas pela escassez de bons materiais de construção. Uma vez que não havia pedra no vale o arquiteto dependia de tijolos secados ao sol, cujas possibilidades decorativas eram naturalmente escassas. O edifício sumério característico, amplamente copiado pelos seus sucessores semitas, foi o ziggurat, uma construção em forma de torre composta de sucessivos

terraços, erigida sobre uma plataforma e encimada por um pequeno templo. A construção era maciça, de linhas monótonas, e revelava pouco engenho arquitetônico. Os túmulos reais e as casas particulares apresentavam maior originalidade. Nesses é que se empregavam ocasionalmente as invenções suméricas do arco, da abóbada e da cúpula, e até a coluna, às vezes, era usada.

3. AS “CONTRIBUIÇÕES" DOS ANTIGOS BABILÔNIOS

Apesar de os antigos babilônios constituírem uma nação estrangeira, viveram em contato com os sumerianos um tempo bastante longo para serem profundamente influenciados por eles. Não possuíam cultura própria digna deste nome quando chegaram ao vale e, em geral, apropriaram-se simplesmente do que os sumerianos já tinham desenvolvido. Com tão excelentes bases para a formação de uma cultura poderiam ter realizado progressos notáveis, mas isso não aconteceu. Quando encerraram sua história, a civilização do vale do Tigre-Eufrates não se achava mais avançada do que nos tempos em que ali chegaram.

Em primeiro lugar, entre as mudanças significativas que os antigos babilônios introduziram na sua herança cultural podem ser mencionadas a renovação política e a do direito. Como conquistadores militares, mantendo em sujeição numerosas nações vencidas, julgaram necessário estabelecer um estado consolidado. Os vestígios do antigo sistema de autonomia local foram varridos e a autoridade do rei de Babilônia tornou-se suprema. Adotou-se um sistema de tributação régia, bem como o serviço militar obrigatório. O sistema de leis também foi transformado de acordo com as novas condições. Cresceu a lista de crimes contra o estado e os funcionários do rei desempenharam um papel mais ativo na apreensão e punição dos infratores, ainda que fosse impossível ser qualquer criminoso perdoado sem o consentimento da vítima ou de sua família. Aumentou consideravelmente a severidade das penas, em especial contra os crimes que envolvessem sinais de traição ou sedição. Infrações aparentemente triviais como "vadiagem" e "desordem numa taberna" tornavam-se puníveis de morte, sem dúvida pela crença de que poderiam alimentar atividades desleais ao rei. Enquanto sob a lei suméria o acoitamento de escravos fugitivos era

punível somente com uma multa, a lei babilônia transformou-o em crime capital. De acordo com o código sumério, o "escravo que contestasse os direitos do amo sobre a sua pessoa devia ser vendido; o código de Hamurabi prescrevia que lhe fosse cortada a orelha. O adultério também foi transformado em infração grave, ao passo que na lei suméria não levava necessariamente ao divórcio. Em alguns particulares o novo sistema legal revelou certo progresso. As mulheres e crianças vendidas por dívida não podiam ser conservadas sob escravidão por mais de quatro anos, enquanto a escrava que tivesse um filho do amo absolutamente não podia ser vendida.
As leis dos antigos babilônios refletiam também, de certo modo, um desenvolvimento mais amplo do comércio que o existente na cultura anterior. A prova de que aqueles que negociavam por lucro gozavam de uma posição privilegiada na sociedade está no fato de serem as cláusulas do código de Hamurabi baseadas no princípio: "o comprador que se acautele". Os legisladores babilônios não acreditavam, todavia, num regime de competição livre. O comércio, as transações bancárias e a indústria eram submetidos a uma regulamentação cuidadosa pelo estado. Havia leis concernentes à sociedade comercial, ao armazenamento e à mediação, leis referentes a escrituras, testamentos, empréstimos de dinheiro a juros e ainda uma grande quantidade de outras leis. Quem negociasse sem um contrato escrito ou sem testemunhas podia ser punido com a morte. A agricultura, que ainda constituía a ocupação da maioria dos habitantes, também não escapava à regulamentação. O código prescrevia penalidades ao não cultivo de um campo e ao negligenciamento dos diques e canais. Tanto a propriedade pública da terra quanto a posse privada eram permitidas; mas, qualquer que fosse o proprietário, o rendeiro era obrigado a pagar como aluguel dois terços de tudo o que produzisse.
A religião sofreu nas mãos dos antigos babilônios numerosas mudanças, tanto superficiais como profundas. Divindades veneradas pelos sumerianos foram esquecidas e outras erigidas em substituição. Marduc, primitivamente deus local da cidade de Babilônia, foi elevado à mais alta hierarquia. Istar continuou sendo a deusa principal. Tamuz, seu irmão e amante, que não tivera significado especial na religião suméria, tornou-se nessa época a terceira das divindades mais importantes. Sua morte no outono e ressurreição na primavera simbolizavam a morte e a revivescência da vegetação. Mas a morte e a ressurreição do deus tinha mais do que um

significado simbólico; ao menos vagamente, eram concebidas como as causas reais dos próprios processos da natureza. Não continham, no entanto, qualquer significado espiritual, não prometendo a ressurreição dos mortos ou a imortalidade da alma. Os antigos babilônios não desprezavam o mundo do além menos que os sumerianos.

Igualmente digno de nota foi o aumento da superstição. A astrologia, a previsão do futuro e outras formas de magia cresceram de importância. Uma consciência mórbida do pecado substituiu aos poucos a atitude essencialmente amoral dos sumérios. Além disso, houve um incremento na adoração dos demônios. Nergal, o deus da peste, chegou a ser considerado como um monstro terrível que buscava todas as oportunidades para abater suas vítimas. Hordas de outros demônios e espíritos malévolos escondiam-se na escuridão e cruzavam os ares, espalhando no seu caminho o terror e a destruição. Não havia defesa contra eles, exceto os sacrifícios e os sortilégios mágicos. Se o antigo babilônio não inventou a feitiçaria, foi pelo menos o primeiro povo "civilizado" a dar-lhe um lugar de grande importância. As leis prescreviam a pena de morte contra ela e há provas de ter sido bastante temido o poder dos feiticeiros. Se o desenvolvimento da demonologia e da feitiçaria se deveu a um aumento de insalubridade do clima do vale dos dois rios ou se à própria mentalidade sombria do povo, é questão sem resposta, mas é provável que a primeira seja a melhor explicação.

Parece não haver dúvida quanto a ter sofrido a civilização mesopotâmica, nos seus aspectos culturais e artísticos, um declínio parcial durante o período da dominação babilônica. Não foi este o primeiro exemplo de retrocesso cultural na história, mas foi um dos mais flagrantes. Nada de importância foi adicionado às descobertas científicas dos sumerianos e algumas delas parecem ter sido abandonadas ou esquecidas. A literatura demonstrou algum progresso sobre as obras anteriores, principalmente na famosa epopéia de Gilgamesh, narração dos grandes feitos de um aventureiro sobrenatural. Embora a maioria das lendas fosse de origem suméria, os poetas babilônios é que as vazaram num vigoroso estilo descritivo. Uma espécie de protótipo do Livro de Jó, o chamado Jó Babilônio, também foi escrito nesse período. Conta a história de um piedoso sofredor que é castigado pelos deuses sem saber por que e contém maduras reflexões sobre o desamparo do homem e os mistérios

impenetráveis do universo. Não deixa de ter mérito como um exemplo de filosofia oriental. A arte, por outro lado, decaiu francamente. Os babilônios careciam de interesse criador e de talento para emular o frescor e a habilidade dos entalhes e gravações dos sumerianos. Além disso, a escultura achava-se dominada pelas convenções religiosas e políticas, o que sufocava toda originalidade.

4. A TRANSFORMAÇÃO TRAZIDA PELO IMPÉRIO ASSÍRIO

Foram os assírios que, entre todos os povos da área mesopotâmica, depois da época dos sumerianos, passaram pela mais completa evolução autônoma. Durante vários séculos eles levaram uma existência relativamente isolada no seu pequeno planalto da parte superior do vale do Tigre. Com o tempo vieram a cair sob a influência dos babilônios, mas não antes de estar o curso de sua própria história em parte fixado. Conseqüentemente, o período da supremacia assíria (de mais ou menos 1.300 a 612 a.C.) teve um caráter mais pronunciado que qualquer outra era da história mesopotâmica.

Os assírios eram antes de tudo uma nação de guerreiros, não por diferirem racialmente dos outros povos semitas. mas, graças às condições especiais de seu próprio ambiente. Sua situação apresentava notável semelhança com a dos japoneses modernos, salvo quanto a viverem num planalto em vez dum arquipélago. Os recursos limitados de sua terra natal e o perigo constante de ataques por parte de nações hostis da circunvizinhança forçaram-nos a desenvolver hábitos belicosos e ambições imperialistas no momento em que a população começou a ultrapassar as possibilidades de subsistência. Portanto, não é de se estranhar fosse ilimitada a sua cobiça territorial. Quanto mais conquistavam, mais sentiam a necessidade de conquistar a fim de proteger o que já haviam ganho. Cada êxito feliz excitava a ambição e robustecia mais do que nunca as cadeias do militarismo. O desastre era inevitável.

As exigências da guerra determinaram o traço característico da organização assíria. O estado era uma grande máquina militar. Os comandantes do exército constituíam, ao mesmo tempo, a classe mais rica e mais poderosa. Não só participavam da pilhagem de guerra, mas também freqüentemente

lhes eram concedidas imensas propriedades como recompensa de suas vitórias. Ao menos um deles, Sargão II, atreveu-se a usurpar o trono. As forças militares em si mesmas representavam a última palavra em matéria de preparação bélica. O exército permanente excedia em número ao de qualquer outra nação do Oriente Próximo. Armamentos novos e aperfeiçoados e técnicas de combate superiores conferiam aos soldados assírios vantagens insuperáveis. Espadas de ferro, arcos pesados; longas lanças, aríetes, fortalezas sobre rodas e couraças, escudos e capacetes metálicos, eis alguns exemplos do seu poderoso equipamento.
Mas espadas, lanças e máquinas bélicas não eram seus únicos instrumentos de combate. Os assírios também lançavam mão do terror como meio de subjugar o inimigo. Infligiam aos soldados capturados em batalha e, às vezes, também aos não combatentes, crueldades indescritíveis, como o esfolamento em vida, o empalamento, a amputação das orelhas, narizes e órgãos sexuais e, depois, exibiam em gaiolas as vítimas mutiladas, para servir de advertência às cidades que ainda não se tinham rendido. O relato dessas crueldades não é tirado de histórias horripilantes propaladas por seus inimigos, mas dos próprios documentos assírios. Seus cronistas ufanavam-se delas como de triunfos e o povo os tinha como garantias de segurança e de poder. Eis aí por que os assírios foram a nação mais odiada da antiguidade.
O pacifismo tem muito proveito a tirar da história militar da Assíria. Não há melhor ilustração da inutilidade da preparação bélica e do delírio da força bruta. Poucas vezes o declínio de um império foi tão veloz e tão completo, pois, a despeito dos seus magníficos armamentos e da liquidação dos seus inimigos, o período assírio de esplendor imperial durou pouco mais de um século. Nação após nação conspirou contra eles e, finalmente, conseguiram sua destruição. Seus inimigos exerceram tremenda vingança. A região toda foi tão intensamente saqueada e o povo tão completamente escravizado ou exterminado, que se torna difícil distinguir na história subseqüente qualquer influência assíria. O poder e a segurança, que se pretendia alcançar por meio da força militar, provaram ser, afinal, uma irrisão. Se a Assíria fosse totalmente indefesa o seu destino não poderia ter sido pior.
Tão completamente absorvidos pelas atividades militares, os assírios inevitavelmente descurariam, de certo modo, as artes pacíficas. O progresso que conseguiram foi em grande parte condicionado por fatores bélicos. Não

houve maior desenvolvimento da indústria e do comércio, pois os assírios desprezavam tais ocupações como inferiores à dignidade de um povo militar. Em contraste com os milhares de tijoletas comerciais deixadas pelos antigos babilônios, somente umas poucas centenas foram encontradas em Nínive. O mínimo de indústria e de comércio que se não podia dispensar foi deixado aos arameus, um povo intimamente ligado aos fenícios e aos hebreus. Quanto aos assírios, preferiam obter seu sustento da agricultura. O sistema latifundiário incluía tanto propriedades públicas como privadas. Por razões não muito claras, os templos possuíam a maior parte das terras cultivadas. Apesar de também serem extensas, as propriedades da coroa eram constantemente diminuídas pelas doações a oficiais do exército. Numerosos cidadãos particulares possuíam, também, propriedades livres.

Nem a ordem econômica, nem a social eram sólidas. As freqüentes campanhas militares esvaíam as energias e os recursos da nação. Com o decorrer do tempo os oficiais do exército tornaram-se uma aristocracia farta, que delegava seus deveres a subordinados e se devotava a prazeres e esbanjamentos. A influência estabilizadora de uma classe média próspera e inteligente era afastada pela lei que só permitia aos estrangeiros dedicar-se a atividades comerciais. Ainda mais sério, talvez, foi o tratamento dispensado às classes mais baixas: os servos e os escravos. Os primeiros compreendiam a massa da população rural. Alguns deles cultivavam determinados tratos do domínio de seus amos e ficavam com uma parte do que produziam. Outros nada possuíam, nem mesmo um pedaço de terra para cultivar, dependendo, para prover à própria subsistência, da procura de braços para o trabalho de cada estação. Eram todos extremamente pobres e sujeitos ao trabalho adicional obrigatório nas obras públicas e ao serviço militar obrigatório. Os escravos, que formavam principalmente uma classe de trabalhadores urbanos, dividiam-se em dois tipos diferentes: os escravos domésticos, que executavam trabalhos caseiros e às vezes empreendiam negócios para seus amos, e os prisioneiros de guerra. Os primeiros não eram numerosos, sendo-Ihes concedida grande liberdade e até mesmo a posse de propriedades. Os últimos suportavam miséria maior. Presos por pesados grilhões, eram compelidos a trabalhar até à exaustão na construção de estradas, canais e palácios.

Nunca se comprovou se os assírios adotaram ou não o direito dos antigos babilônios. Sem dúvida foram influenciados por ele, mas muitas feições

características do código de Hamurabi tinham desaparecido completamente, em especial a lei de talião e o sistema de graduação das penalidades de acordo com a classe da vítima e do ofensor. Enquanto os babilônios prescreviam as mais drásticas punições para os crimes de incitamento à traição ou à sedição, os assírios as reservavam para infrações tais Como o aborto ou as perversões, provavelmente pelo interesse militar de prevenir o declínio da taxa de natalidade. Outro contraste é apresentado pelas leis assírias, que garantiam uma maior sujeição da mulher: as esposas eram tratadas como bens dos maridos, o direito de divórcio era exclusividade do homem, permitia-se a poligamia e a todas as mulheres casadas era proibido aparecer em público sem um véu na face. Esse foi, de acordo com o Prof. Olmstead, o início da segregação oriental das mulheres.

É fácil de compreender que uma nação militar como a dos assírios não tivesse alcançado um lugar de projeção no campo das realizações intelectuais. A atmosfera das campanhas militares não é favorável à reflexão ou à pesquisa desinteressada, ainda que possam as exigências do sucesso nas campanhas levar a um certo acúmulo de conhecimentos pela necessidade de se resolverem os problemas práticos. Em tais circunstâncias, os assírios realizaram algum progresso científico. Parece que dividiram o círculo em 360 graus e que localizavam pontos da superfície da terra por meio de qualquer coisa parecida com as nossas coordenadas geográficas. Reconheceram e deram o nome a cinco planetas e conseguiram certo êxito da previsão dos eclipses. Visto que a sanidade dos exércitos é coisa importante, a medicina recebeu atenção considerável. Mais de 500 drogas, tanto vegetais como minerais, foram catalogadas, com indicações para seu uso. Foram descritos os sintomas de várias doenças, que geralmente se atribuíam a causas naturais, embora fossem comumente empregados como métodos de cura os encantamentos e se prescrevessem misturas repugnantes para a expulsão de demônios.

No domínio da arte os assírios sobrepujaram os antigos babilônios e, ainda que sob forma diferente, pelo menos igualaram o trabalho dos sumerianos. A escultura foi a arte mais desenvolvida, em especial no tocante aos baixos-relevos. Estes representavam incidentes dramáticos da guerra e da caça, com extrema fidelidade à natureza e vívida reprodução do movimento. Os assírios deleitavam-se em retratar a bravura fria do caçador em face do maior perigo, a ferocidade dos leões acossados e a agonia e morte dos

animais feridos. Por infelicidade, essa arte se limitava quase completamente aos dois temas: guerra e esporte. Seu fim era glorificar os empreendimentos da classe dominante. A arquitetura classificava-se em segundo lugar do ponto de vista da excelência artística. Os palácios e os templos assírios eram construídos de pedra, em vez de tijolos de barro como nos velhos tempos. Seus característicos principais eram o arco e a cúpula. A coluna também foi usada, mas nunca com grande sucesso. O principal defeito dessa arquitetura era a sua grandeza excessiva que, parece, os assírios consideravam como sinônimo de beleza.

A cultura assíria atingiu seu auge no século VII, sob o reinado de Assurbanipal. Homem possuidor de consideráveis dotes de espírito, foi talvez o único soberano assírio a devotar alguma atenção ao ensino e às artes. Ordenou a seus escribas que coligissem todos os escritos babilônicos, sobre qualquer assunto, e os trouxessem para a biblioteca real de Nínive. Quando necessário, autorizava revisões tendentes a harmonizar o antigo ensino com os conhecimentos mais modernos. Sob o patrocínio de Assurbanipal a biblioteca real veio a conter mais de 22.000 tabuletas. Muitas delas eram fórmulas mágicas, mas incluídas no lote encontravam-se milhares de cartas, documentos comerciais e crônicas militares. O próprio rei escreveu uma autobiografia e numerosas cartas que revelam certo talento literário. Contudo, a mais importante das composições originais assírias eram as narrativas de campanhas militares, que, na sua forma adornada ao extremo e deliberadamente exagerada, representam uma das mais primitivas tentativas de literatura histórico-patriótica.

5. A RENASCENÇA CALDAICA

A civilização mesopotâmica entrou em seu estágio final com a destruição da Assíria e o estabelecimento da supremacia caldaica. Esse estágio é comumente chamado neobabilônico, porque Nabucodonosor e seus seguidores restauraram a capital em Babilônia e tentaram reviver a cultura da época de Hamurabi. Como era de esperar, a tentativa não foi bem sucedida. A metamorfose assíria havia imprimido a essa cultura vários traços profundos e inapagáveis. Além disso, os caldeus tinham a sua própria história, à qual não podiam fugir inteiramente. Não obstante, conseguiram

ressuscitar um certo número de velhas instituições e ideais. Restauraram a antiga lei e a literatura, o essencial da forma de governo dos antigos babilônios e o sistema econômico de seus supostos antepassados, com a predominância da indústria e do comércio. Não foram capazes de ir além.

Na religião é que o fracasso dos caldeus foi mais nítido. Apesar da restauração de Marduc no seu posto tradicional de chefe da hierarquia sagrada, o sistema de crença era pouco mais do que superficialmente babilônico. O que os caldeus realmente fizeram foi desenvolver uma religião astral. Os deuses foram despidos de suas limitações humanas e exaltados como seres transcendentes e onipotentes. Chegaram a ser identificados com os próprios planetas. Marduc se tornou Júpiter; Istar, Vênus; e assim por diante. Posto que não de todo alheios ao homem, perderam, é certo, o caráter de seres humanos que podiam ser lisonjeados e coagidos pela magia. Governavam o universo de um modo quase mecânico. Embora suas intenções imediatas fossem algumas vezes discerníveis, seus fins últimos eram inescrutáveis.

Dois resultados verdadeiramente significativos derivaram dessas pasmosas concepções. O primeiro foi uma atitude de fatalismo. Uma vez que os atos dos deuses ficavam além da compreensão, tudo o que o homem tinha a fazer era resignar-se com sua sorte. Cumpria, por conseguinte, submeter-se de maneira absoluta aos deuses, neles confiar cegamente, na vaga esperança de que os resultados finais seriam bons. Desse modo surge, pela primeira vez na história, a concepção da piedade como submissão, concepção que foi adotada por diversas outras religiões, como veremos nos capítulos subseqüentes. Para os caldeus não implicava ela nenhum significado supraterreno: a resignação às calamidades desta vida não valiam de justificação na outra. Os caldeus não tinham interesse algum pela vida futura. A submissão podia trazer algumas recompensas terrestres, mas tal como a concebiam, em essência, não era meio para alcançar qualquer fim. Era antes a expressão de uma atitude de desespero, de humildade em face de mistérios impenetráveis.

O segundo grande resultado do incremento de uma religião astral foi o desenvolvimento de uma consciência espiritual mais forte, como revelam os hinos de penitência de autores desconhecidos e as orações atribuídas a Nabucodonosor e a outros reis, como intérpretes da nação que eram. Na maioria desses escritos apela-se para os deuses como seres elevados que se

preocupam com a justiça e a retidão dos homens, embora nem sempre se delineie nítida a distinção entre a moral ritual e a moral genuína. Sustentou um historiador que esses hinos teriam sido usados pelos hebreus com pequenas variações, exceto quanto à substituição do nome do deus caldeu pelo de Iavé.
Com os deuses promovidos a um plano tão alto, talvez fosse inevitável que se rebaixassem os homens. Criaturas possuidoras de corpos mortais não podiam ser comparadas a seres transcendentes, impassíveis, que habitavam as estrelas e guiavam os destinos da terra. O homem era uma criatura rasteira, mergulhada na iniqüidade e na covardia, e raramente merecedora de se aproximar dos deuses. A consciência do pecado, presente já nas religiões babilônico-assíria, atingiu nessa época a um grau de intensidade quase patológica. Nos hinos, os filhos do homem são comparados a prisioneiros, amarrados de pés e mãos, consumindo-se na escuridão. Seus pecados são "sete vezes sete". Sua miséria é aumentada pelo fato de sua natureza corrupta os arrastar ao pecado impremeditado. Nunca, até então, se haviam considerado os homens tão irremediavelmente depravados, nem fora a religião sobrecarregada por tão triste concepção da vida.
É bastante curioso não ter, ao que parece o pessimismo dos caldeus afetado gravemente sua moral. Tanto quanto se sabe, eles não se abandonaram aos rigores do ascetismo. Não mortificavam a carne, nem mesmo praticavam o abandono de si mesmo. Aparentemente, tinham como certo que o homem não podia evitar o pecado, por mais que o tentasse. Mostram-se tão presos aos interesses materiais da vida e à busca dos prazeres dos sentidos quanto os povos que os precederam. Parece, mesmo, que foram ainda mais cobiçosos e sensuais. Referências ocasionais à reverência, à benevolência e à pureza do coração como virtudes, à opressão, à calúnia e à ira como vícios, aparecem em seus hinos e preces, mas de mistura com concepções ritualistas de limpeza ou falta de limpeza e com expressões do desejo de satisfações físicas. Quando os caldeus oravam, nem sempre era por poderem os deuses torná-Ios bons, mas, com maior freqüência, porque eles lhes poderiam conceder longos anos, descendência numerosa e uma vida de prazeres.
Ao lado da religião, a cultura caldaica diferia da dos sumerianos, babilônios e assírios principalmente no que diz respeito às realizações científicas. Os caldeus foram, sem dúvida. os mais capazes cientistas de toda a história

mesopotâmica, apesar de se limitarem suas conquistas principalmente à astronomia. Criaram o mais perfeito sistema de registro cronológico até então imaginado, inventando a semana de sete dias e a divisão do dia em doze horas duplas, de 120 minutos cada uma. Guardaram assentamentos minuciosos de suas observações dos eclipses e de outros fenômenos celestes durante mais de 350 anos, até muito depois da queda do império. Duas de suas mais notáveis realizações foram efetuadas por astrônomos cujos nomes chegaram até nós. No século VI a.C. Nabu-Rimannu calculou a duração correta do ano com uma aproximação de vinte e seis minutos, e mais ou menos uma centena de anos depois Kidinnu descobriu e provou a variação anual da inclinação do eixo da terra.

A força instigadora da astronomia caldaica era a religião. O principal objetivo dos mapas celestes e da coleção de dados astronômicos era descobrir o futuro que os deuses tinham preparado para a raça humana. Sendo os próprios planetas deuses, podia-se melhor adivinhar o futuro pelo movimento dos corpos celestes. Por essa razão a astronomia era principalmente astrologia. Outras ciências, que não a astrologia, continuavam em situação inferior, por não se relacionarem intimamente com a religião. Em particular a medicina mostrou pequeno adiantamento além do alcançado pelos assírios. A mesma coisa quanto aos restantes aspectos da cultura caldaica. A arte distinguia-se apenas por sua maior magnificência. A literatura, dominada pelo gosto das antiguidades, revelava uma monótona falta de originalidade. Os escritos dos antigos babilônios foram extensamente copiados e reeditados, mas ganharam pouca coisa de novo.

6. O LEGADO MESOPOTÂMICO

Não obstante a qualidade relativamente inferior da civilização mesopotâmica, sua influência foi pouco menor que a do Egito. De uma ou de outra das quatro nações mesopotâmicas recebemos um considerável número de nossos elementos culturais mais comuns: o ano de doze meses, a semana de sete dias; o fato de os mostradores de nossos relógios conterem os números de um até doze, correspondentes à divisão caldaica do dia em doze horas duplas; a crença nos horóscopos; a superstição de fazer o plantio

de acordo com as fases da lua; os doze signos do zodíaco; o círculo de 360 graus; e o processo aritmético da multiplicação.
A influência exercida por eles em várias nações da antiguidade foi ainda mais significativa. Os persas sofreram profundamente a influência da cultura caldaica. Os hititas, que ajudaram os cassitas na destruição dos babilônio mais ou menos em 1.750 a.C., adotaram as tabuletas de argila, a escrita cuneiforme, a epopéia de Gilgamesh e muito da religião da nação que conquistaram. A religião babilônica influenciou também os fenícios, como se evidencia da adoração de Astarte (Istar) e Tamuz. Dos sumerianos ou dos antigos babilônios, os cananeus herdaram grande parte de seu direito e também muitas de suas crenças religiosas. Os principais herdeiros da cultura mesopotâmica foram, porém, os hebreus. Provavelmente já pelas alturas de 1.400 a.C., um de seus patriarcas, Abraão, viveu por algum tempo em Ur, cidade do baixo Eufrates. Numerosos traços mesopotâmicos foram também adquiridos indiretamente, através do contato com os cananeus e com os fenícios. Foi, possivelmente, desse modo que os hebreus se apoderaram das lendas da Criação e do Dilúvio e dum sistema de direito que tinham sua origem última na civilização mesopotâmica. Uma influência ainda maior foi exercida durante o período do Cativeiro, de 586 a 539 a.C. No espaço desses 47 anos os judeus viveram, pela primeira vez, em contato intimo com uma nação rica e poderosa. A despeito do ódio aos opressores, adotaram inconscientemente muitos de seus costumes. Há provas, por exemplo, de que a predileção dos judeus pelo comércio foi adquirida por influência da cultura mercantil da Babilônia. Além disso, muita coisa do simbolismo, pessimismo, fatalismo e demonologia dos caldeus passou para a religião de Judá, corrompendo-a grandemente.
As instituições e crenças mesopotâmicas exerceram também sua influência sobre os gregos e os romanos, embora de modo indireto. A filosofia estóica, com suas doutrinas do determinismo e do pessimismo, deve ter refletido esta influência em certa medida, pois seu criador Zenão era semita, provavelmente um fenício. Melhor exemplo duma origem mesopotâmica possivelmente será encontrado em práticas romanas tais como a adivinhação, a adoração de planetas como deuses e o uso do arco e da abóbada. Muitos desses elementos foram introduzidos entre os romanos pelos etruscos, povo de origem asiática ocidental. Outros foram trazidos pelos próprios romanos em conseqüência de suas campanhas militares na

Ásia Menor. Comprova-se a existência, ao menos nos últimos séculos da história imperial, de nativos da região mesopotâmica residindo em Roma, pelo fato de usarem os romanos o nome de "caldeu" como sinônimo de "astrólogo" e de recorrerem a eles em numerosas ocasiões, como previsores do futuro.

CAPÍTULO 5

A Civilização da Pérsia Antiga

A Caldéia, como vimos, foi a última nação a apresentar uma cultura essencialmente mesopotâmica. Em 539 a.C. os persas conquistaram o vale dos dois rios e, logo depois, todo o império dos reis caldeus. A civilização estabelecida pelos persas foi, porém, uma civilização realmente nova. Conquanto adotassem muita coisa do patrimônio caldeu, não fizeram qualquer esforço concomitante para preservar intacta a antiga cultura e introduziram muitos elementos novos, oriundos de outras fontes. Sua religião era inteiramente diversa, enquanto sua arte se compunha de elementos tomados de quase todos os povos. que haviam conquistado. Não levaram avante o interesse caldeu pela ciência, nem pelo desenvolvimento dos negócios e da indústria. Finalmente, convém lembrar que o império dos persas incluía muitos territórios que nunca tinham sido submetidos aos reis caldeus.

1. O IMPÉRIO E SUA HISTÓRIA

Relativamente pouca coisa se conhece a respeito dos persas antes do século VI a.C. Até essa época parece terem levado uma existência obscura e pacífica na costa oriental do Golfo Pérsico. Sua terra natal oferecia vantagens muito modestas. A leste era enclausurada por altas montanhas e sua costa não possuía portos. Os vales férteis do interior, no entanto, eram capazes de oferecer farta subsistência a uma população limitada. Exceto quanto ao desenvolvimento de uma religião bem arquitetada, esse povo pouco progredira culturalmente. Não possuía sistema de escrita, mas falava um idioma intimamente relacionado com o sânscrito e com as línguas da Europa antiga e moderna. Somente por essa razão é que é classificado como um povo indo-europeu. Na aurora de sua história não constituía uma nação

independente, pois eram os persas vassalos dos medos, um povo aparentado com eles que regia um grande império do norte, a leste do rio Tigre.
Em 559 a.C. um príncipe chamado Ciro tornou-se rei de uma tribo persa do sul. Aproximadamente cinco anos depois, fêz-se governador de todos os persas e, então, concebeu a ambição de dominar os povos vizinhos. Ficou na história como Ciro o Grande, um dos mais sensacionais conquistadores de todos os tempos. Dentro do pequeno espaço de vinte anos fundou um vasto império, maior do que qualquer outro que já existira. É impossível acreditar que seu êxito se devesse inteiramente à força de sua própria personalidade. Para começar, foi aceito pelos medos como rei logo depois de se tornar monarca dos persas. As razões disso não são bem conhecidas. De acordo com várias tradições, era neto ou genro de um rei medo. Talvez um vago sentimento de consangüinidade nacional impelisse medos e persas a se unirem sob um chefe comum. Seja como for, a "conquista" dos medos por Ciro foi realizada com tão pequena oposição que pouco mais significou que uma mudança de dinastia. Ciro aproveitou-se também da dissensão interna do estado caldeu, como salientamos no capítulo precedente, e do estado de decadência dos impérios do Oriente Próximo. Além disso, as condições geográficas da terra dos persas eram particularmente propícias à idéia do imperialismo. A área limitada de terra fértil, a falta de outros recursos e as ricas regiões vizinhas convidando à conquista tomavam virtualmente inevitável que a nação rompesse os limites de seu território primitivo logo que começou a se fazer sentir a pressão da pobreza.
A primeira das conquistas autênticas de Ciro foi o império da Lídia, que ocupava a metade ocidental da Ásia Menor e separava-se da terra dos medos somente pelo rio Hális. Percebendo as ambições dos persas, Creso, o famoso rei da Lídia, determinou iniciar uma guerra preventiva para salvar sua nação da conquista. Estabeleceu alianças com o Egito e Esparta, feito o que consultou o oráculo grego de Delfos sobre a conveniência de um ataque imediato. Segundo Heródoto, o oráculo respondeu que se ele atravessasse o Hális e assumisse a ofensiva, destruiria um grande exército. Assim o fez, mas o exército destruído foi o seu. Suas forças foram completamente derrotadas e seu pequeno e próspero reino anexado como província do estado persa. Sete anos depois, em 539 a.C., Ciro aproveitou-se de descontentamentos e conspirações no império caldeu para submeter a cidade de Babilônia. Sua vitória foi fácil, pois teve, dentro da própria

cidade, a ajuda dos judeus e dos sacerdotes caldeus insatisfeitos com a política de seu rei. A conquista da capital caldéia tornou possível estender rapidamente o controle sobre todo o império e, desse modo, anexar o Crescente Fértil aos domínios de Ciro.
O grande conquistador morreu em 529 a.C., aparentemente vítima de ferimentos recebidos numa guerra com tribos bárbaras. Logo depois uma série de perturbações pôs em perigo o estado que fundara. Como muitos construtores de impérios, tanto anteriores como posteriores, ele devotara demasiada energia à conquista e muito pouca ao desenvolvimento interno. Sucedeu-o no trono seu filho Cambises, que conquistou o Egito em 525 a.C. Durante a ausência do novo rei uma revolta alastrou-se por todas as suas possessões asiáticas. Caldeus, elamitas e até os medos esforçavam-se para reaver a sua independência. O primeiro ministro do reino, incitado pelos sacerdotes, organizou um movimento para dar posse do trono a um pretendente que não passava de um títere dos conspiradores. Sabendo do que acontecia na sua terra, Cambises regressou do Egito com suas tropas mais fiéis, mas foi assassinado em viagem. A mais séria das revoltas foi finalmente esmagada por Dario, um poderoso nobre que matou o pretendente e apossou-se do trono.
Dario I, ou o Grande, como é um tanto inexatamente chamado, dominou o império de 521 a 486 a.C. Ocupou os primeiros anos de seu reinado em reprimir revoltas de povos submetidos e em reforçar a organização administrativa do estado. Em ambas essas tarefas conseguiu êxito considerável, mas suas ambições de poder levaram-no longe demais. A pretexto de reprimir as incursões dos citas, atravessou o Helesponto, conquistou uma grande parte da costa da Trácia e dessa forma provocou a hostilidade dos atenienses. Além disso, aumentou a opressão sobre as cidades jônicas da costa da Ásia Menor, que tinham caído sob o domínio persa com a conquista da Lídia. Interferiu em seu comércio, impôs-Ihes tributos mais pesados e forçou os seus cidadãos a servir nos exércitos imperiais. O resultado imediato foi uma revolta das cidades jônicas, com o apoio de Atenas. Quando Dario tentou punir os atenienses pela sua participação na rebelião, encontrou-se envolvido numa guerra com quase todos os estados da Grécia.
A derrota decisiva dos persas nessa guerra foi o ponto de reversão de sua história. A força ofensiva do império esfacelou-se definitivamente e, como

os interesses do povo estivessem centralizados em torno da glória militar, desapareceu a influência unificadora. A nação submergiu lentamente na estagnação e na decadência. O último século e meio de sua existência foi assinalado por assassínios freqüentes, revoltas de governos provinciais e invasões de bárbaros, até que finalmente, em 330 a.C., sua independência foi aniquilada pelos exércitos de Alexandre Magno.

Muito se escreveu sobre a liberalidade e a eficiência do governo persa, mas parece duvidoso que tenha sido bastante superior às dos governos de outros impérios anteriores. Mesmo sendo verdade que nem Ciro nem qualquer de seus sucessores tenha imitado o terrorismo dos assírios, a política dos déspotas persas não era isenta de opressão. De outro modo, teria sido algo difícil justificar a freqüência das insurreições contra eles. O certo é que eles impuseram elevados tributos às nações conquistadas, no valor de 700 talentos de prata anuais para o Egito e de 1.000 talentos para a Caldéia, para não falar no fato de terem forçado os cidadãos dessas nações a servir no exército e de os terem excluído dos empregos públicos. Desvantagens como essas mal contrabalançam o privilégio de manter os costumes, as leis e as religiões locais, que os persas concediam aos povos subjugados.

Em teoria, o rei persa era um monarca absoluto que governava pela graça do deus da luz. Nenhuma constituição ou princípio de justiça limitava sua autoridade soberana. Na prática, porém, devia deferência aos principais nobres do reino e dispensar alguma consideração aos costumes antigos e às leis tradicionais dos medos e dos persas. Para efeitos de administração local o império era dividido em vinte e uma províncias, cada uma das quais se encontrava sob o mando de um sátrapa ou governador civil. Apesar de absoluto em todos os assuntos de jurisdição civil, o sátrapa não tinha autoridade militar. As forças militares eram confiadas ao comandante das guarnições em toda a província. Como uma salvaguarda adicional designava-se um secretário para cada província a fim de examinar a correspondência do sátrapa e denunciar quaisquer provas de deslealdade. E, finalmente, para maior segurança, o rei enviava inspetores especiais uma vez por ano, com uma poderosa guarda, a fim de visitar cada província e investigar a conduta do governo.

O IMPÉRIO PERSA SOB DARIO I (521-485 a.C.)

Esses funcionários, conhecidos como Olhos e Ouvidos do Rei, eram geralmente membros da família real ou outras pessoas em quem o monarca podia depositar toda a confiança. Apesar de trabalhoso e caro, o sistema funcionou tão ineficientemente que as revoluções dos sátrapas figuraram entre as causas principais da queda da Pérsia.

Quase todas as atividades do governo imperial visavam fins de eficiência militar e de segurança política. Dario I, principalmente, envidou esforços para adestrar os jovens de nacionalidade persa em hábitos que os tornassem aptos à vida militar. Procurou incutir nas classes superiores as virtudes da austeridade. da lealdade e da honra e impedir que sucumbissem ao luxo e ao vício. Todos os seus esforços foram afinal em vão, pois os persas não puderam resistir mais do que os assírios às tentações de um poder e de uma riqueza inesperados. Outro trabalho importante do governo foi a construção de uma esplêndida rede de estradas, a melhor que se conheceu antes da época dos romanos. A mais famosa era a Estrada Real, de cerca de 2.500 quilômetros de extensão, que ligava Susa, perto do Golfo Pérsico, a Sárdis, na Ásia Menor. Tão bem conservada era essa estrada real que os mensageiros do rei, viajando dia e noite, podiam cobrir sua extensão total em menos de uma semana. Quase todas as províncias eram ligadas a uma ou outra das quatro capitais persas: Susa, Persépolis, Babilônia e Ecbátana.

Ainda que contribuindo naturalmente para o desenvolvimento do comércio, essas estradas foram construídas com o objetivo principal de facilitar o controle sobre as partes remotas do império.

2. A CULTURA PERSA

A cultura persa, no sentido estrito das realizações intelectuais e artísticas derivou em grande parte das civilizações anteriores da Mesopotâmia, do Egito e também alguma coisa da Lídia e da Palestina do Norte. Seu sistema de escrita era originalmente o cuneiforme babilônico, mas com o tempo inventaram um aIfabeto de trinta e nove letras, baseado no dos arameus que comerciavam em suas fronteiras. Em ciência nada fizeram, exceto adotar, com ligeiras modificações, o calendário solar dos egípcios e favorecer as viagens de exploração, como fatores auxiliares do comércio. Merecem louvor, também, por terem difundido o conhecimento da cunhagem Iídia através de muitas partes da Ásia ocidental.

Foi a arquitetura dos persas, no entanto, que deu a mais positiva expressão do caráter eclético da sua cultura. Copiaram o estilo das plataformas elevadas e das construções em terraços tão comuns na Babilônia e na Assíria. Imitaram, também, os touros alados, os tijolos vidrados e brilhantemente coloridos e ainda outros motivos decorativos da arquitetura mesopotâmica. Mas ao menos dois dos característicos principais da construção mesopotâmica não foram em absoluto usados pelos persas: o arco e a abóbada. Em lugar deles adotaram o pilar e a colunata do Egito. Elementos como a disposição interior e o uso do motivo da palmeira e do loto na base das colunas também acusam influência egípcia muito nítida. Por outro lado, o acanalamento das colunas e as volutas ou cartuchos inferiores dos capitéis não eram egípcios, mas sim gregos, tomados de empréstimo não diretamente à Grécia, mas às cidades jônicas da Ásia Menor. Se há algo de original na arquitetura persa, estará no fato de ser puramente secular. As grandes construções persas não eram templos, mas palácios. As mais famosas foram as magníficas residências de Dario e de Xerxes, em Persépolis. A última delas, construída à feição do templo de Carnac, tinha um enorme salão central de audiências, com uma centena de

colunas e rodeado por inúmeras salas que serviam de escritórios e de alojamento para os eunucos e as mulheres do harém real.

3. A RELIGIÃO ZOROÁSTRICA

A influência mais duradoura deixada pelos antigos sem dúvida, a da sua religião. N a maior parte dos cultura não deixaram mais que uma leve impressão nos povos circunvizinhos, e mesmo essa impressão não durou muitos séculos, o que era inevitável, pois quando apareceram no palco da história não passavam de um povo semibárbaro. Quanto à religião, no entanto, o caso é bem outro. Sua doutrina religiosa tinha origem antiga, já estava amplamente desenvolvida ao iniciarem suas conquistas, e a atração dessa doutrina era tão forte e tão maduro estava o ambiente para aceitá-Ia, que se espalhou por quase toda a Ásia Ocidental. Revolucionou outras religiões, abalou crenças secularmente enraizadas. Até hoje, o conceito que os povos formam do universo tem sido ao mesmo tempo enaltecido e pervertido por ela.

Embora se possam encontrar raízes dessa religião em época tão remota como o século XV a.C., seu verdadeiro fundador foi Zoroastro, que parece ter vivido aproximadamente uma centena de anos antes de Ciro. Do seu nome provém o de zoroastrismo, aplicada à religião. Somos levados a crer que ele concebera a missão de purificar as crenças tradicionais de seu povo, eliminando o politeísmo, o sacrifício de animais, a magia, e elevando a adoração a um plano mais espiritual e ético. Que o movimento encabeçado por Zoroastro era o corolário natural da transição para uma cultura agrícola mais civilizada, evidencia-se pela fato de aconselhar ele o culto à vaca e pela prescrição do cultivo da terra como dever sagrado. A despeito de seus esforços reformadores, sobreviveram, como geralmente acontece, muitas das velhas superstições que gradualmente se fundiram com os novos ideais.

Em muitos aspectos, a zoroastrismo tinha um caráter único entre as religiões que existiram no mundo até então. Primeiro, era dualístico e não monístico como as religiões suméria e babilônica, nos quais o mesmo deus era capaz tanto do bem como do mal, e também não tinha qualquer pretensão ao monoteísmo, como as religiões do Egito e dos judeus na sua fase mais perfeita. Duas grandes divindades regiam a universo: uma,

Ahura-Mazda, infinitamente boa e incapaz de qualquer fraqueza, personificava os princípios da luz, da verdade e da retidão; a outra, Ahriman, traiçoeira e maligna, presidia as forças das sombras e do mal. As duas empenhavam-se em desesperada luta pela supremacia. Posto que mais ou menos equivalentes em poder, o deus da luz por fim triunfaria e a mundo seria salvo das forças do mal.

Em segundo lugar, a zoroastrismo era uma religião escatológica. "Escatologia" é a doutrina das coisas últimas ou finais. Incluía ideais tais como a vinda de um Messias, a ressurreição dos mortos, o julgamento final e a trasladação do redimido para um paraíso eterno. De acordo com a crença zoroástrica, a mundo duraria doze mil anos. No fim de nove mil anos ocorreria a segunda vinda de Zoroastro, como um sinal e uma promessa da redenção final dos bons. Isso seria seguido, a seu tempo, pelo nascimento miraculoso de Saashyant, o messias, cuja missão consistiria em aperfeiçoar os bons como uma preparação para o fim do mundo. Finalmente, chegaria o grande último dia, quando Ahura-Mazda derrotaria Ahriman e a precipitaria no abismo. Os mortos erguer-se-iam então das tumbas para ser julgados segundo os seus merecimentos. Os justos entrariam no gozo imediato da bem-aventurança, enquanto os maus seriam sentenciados às chamas do inferno, ainda que, no fim, todos se salvariam, pois o inferno persa, diferentemente do cristão, não durava para sempre.

Do que já foi dito é fácil inferir o caráter positivamente ético da religião zoroástrica. Apesar de conter sugestões de predestinação e de que alguns foram eleitos desde o começo dos tempos para ser salvos, em sua essência permanecia a convicção de que o homem possuía livre arbítrio, de que era livre de pecar ou de não pecar e de que seria recompensado ou punido na vida futura, de acordo com sua conduta na terra. As virtudes recomendadas pela religião formavam uma lista grandiosa. Algumas eram nitidamente de origem econômica ou política: diligência, respeito aos contratos, obediência aos governantes, procriação de uma prole numerosa e cultivo do solo ("Aquele que semeia o grão, semeia santidade"). Outros tinham um significado mais amplo: Ahura-Mazda recomendava que os homens fossem fiéis, amassem e auxiliassem uns aos outros do melhor modo que pudessem, que fossem amigos do pobre e que praticassem a hospitalidade. A essência dessas virtudes mais amplas acha-se talvez expressa em outubro dos

decretos do deus: "Todo aquele que der de comer a um crente irá para o Paraíso".
As formas de conduta proibidas eram suficientemente numerosas e variadas para cobrir a lista completa dos Sete Pecados Mortais do cristianismo medieval e muitos mais. Orgulho, gula, indolência, cobiça, ira, luxúria, adultério, aborto, calúnia e dissipação encontravam-se entre os mais típicos. Cobrar juros de empréstimo a alguém da mesma religião era apontado como "o pior dos pecados" e o acúmulo de riquezas era severamente reprovado. As restrições a que os homens tinham de obedecer incluíam também uma espécie de preceito áureo negativo: "Só é bom aquele que não faz a outro o que não for bom para si mesmo." Cabe acrescentar que o zoroastrismo original condenava o ascetismo. Infligir sofrimento a si mesmo, jejuar e mesmo suportar dores excessivas era proibido sob o fundamento de que prejudicavam tanto a alma quanto o corpo, tornando os seres humanos incapazes para os deveres da agricultura e da procriação. O ideal persa tradicional era antes a temperança do que a abstinência completa.
O zoroastrismo tem significado especial por ser uma religião revelada, aparentemente a primeira do seu gênero na história do mundo ocidental. Acreditava-se que seus adeptos fossem os únicos possuidores da verdade, não por serem mais doutos do que outros homens, mas por partilharem dos segredos do deus. Como partes da substância divina, naturalmente participavam de sua sabedoria, não certamente no todo, mas em certa parcela. A verdade que possuíam era, por essa razão, oculta e não podia ser deduzida pela lógica ou descoberta pela investigação intelectual. Parte dela apresentava-se sob a forma de escritos sagrados, como o Avesta que se acreditava ter baixado do céu, mas outra grande parte consistia em revelações orais recebidas de Mazda por Zoroastro e transmitidas a seus discípulos. Contrariamente à opinião geral, as religiões reveladas não têm sido tão comuns na história do mundo. Os egípcios não possuíam livros sagrados ou qualquer registro da lei divina, nem tampouco as nações mesopotâmicas. As religiões da Grécia e de Roma não se apoiavam, igualmente, numa Verdade enunciada pelos deuses. O zoroastrismo, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo são as únicas crenças que tiveram a revelação divina como um de seus elementos essenciais. Esse foi, sem dúvida, um fator que aumentou a força dessas religiões, mas também favoreceu, até certo ponto, o seu dogmatismo e intolerância.

4. A HERANÇA MÍSTICA E EXTRATERRENA DA PÉRSIA

A religião dos persas, tal como foi ensinada por Zoroastro, não permaneceu por muito tempo em seu estado original. Foi corrompida principalmente pela persistência de superstições primitivas, pela magia e pela ambição do clero. Quanto mais a religião se estendia, tanto mais nela se enxertavam essas relíquias do barbarismo. Com o passar dos anos, a influência de crenças de outras terras, particularmente as dos caldeus, determinou novas modificações. O resultado final foi desenvolvimento de uma poderosa síntese na qual o primitivo sacerdotalismo, o messianismo e o dualismo dos persas se combinavam com o pessimismo e o fatalismo dos neobabilônios.

Dessa síntese emergiu, aos poucos, uma profusão de cultos, semelhantes em seus dogmas básicos, mas concedendo a eles valores diferentes. O mais antigo dos cultos era o mitraísmo, nome que se deriva de Mitra, o principal lugar-tenente de Mazda na luta contra as forças do mal. Mitra, a princípio apenas uma divindade menor da religião zoroástrica, encontrou finalmente agasalho no coração de muitos persas como deus mais merecedor de adoração. A razão dessa mudança foi, provavelmente, a auréola emocional que cercava os acidentes de sua vida. Acreditava-se que nascera num rochedo, em presença de um pequeno - grupo de pastores, que lhe trouxeram presentes em sinal de reverência pela sua grande missão na terra. Passou então a sujeitar todos os seres vivos que encontrava, conquistando e tornando úteis ao homem muitos deles. Para melhor desempenhar essa missão, fez um pacto com o sol, obtendo calor e luz para que as plantações pudessem florescer. O mais importante de seus feitos foi, contudo, a captura do touro divino. Agarrando o animal pelo chifres, lutou desesperadamente até forçá-lo a entrar numa caverna, onde, em obediência a uma ordem do sol, o matou. Da carne e do sangue do touro provieram todas as espécies de ervas, grãos e outras plantas valiosas para o homem. Mal esses feitos foram realizados, Amimam provocou uma seca na terra, mas Mitra enfiou a sua lança numa rocha e as águas dela borbulharam. Em seguida o deus do mal mandou um dilúvio, mas Mitra mandou construir uma arca para permitir a salvação de um homem com os seus rebanhos. Depois de terminados os seus trabalhos, Mitra participou de um festim sagrado com o sol e subiu aos céus. No devido tempo voltará e dará a todos os crentes a imortalidade.

O ritual do mitraísmo era complicado e significativo. Incluía uma complexa cerimônia de iniciação em sete estágios ou graus, o último dos quais firmava uma amizade mística com o deus. Longas provas de abnegação e mortificação da carne constituíam complementos necessários ao processo de iniciação. A admissão à completa participação no culto habilitava uma pessoa a participar dos sacramentos, sendo o mais importante o batismo e uma refeição sagrado de pão, água e, possivelmente, vinho. Outras observâncias incluíam a purificação lustral (ablução cerimonial com água santificada), a queima de incenso, os cânticos sagrados e a guarda dos dias santos. Destes últimos, eram exemplos típicos o domingo e o dia vinte e cinco de dezembro. Imitando a religião astral dos caldeus, cada dia da semana era dedicado a um corpo celeste. Uma vez que o sol, como fonte de luz e fiel aliado de Mitra, era o mais importante desses corpos, seu dia era, naturalmente, o mais sagrado. O dia vinte e cinco de dezembro possuía, também, significação solar: sendo a data aproximada do solstício do inverno, marcava a volta do sol de sua longa viagem ao sul do Equador. Era, em certo sentido, o "dia do nascimento do sol", uma vez que assinalava a renovação de suas forças vivificadoras para benefício do homem.
Não se sabe exatamente quando a adoração de Mitra se transformou num culto definido, mas sem dúvida não foi depois do século IV a.C. Seus característicos se estabeleceram firmemente durante o período de fermentação social que se seguiu ao colapso do império de Alexandre, e sua expansão nessa época foi muitíssimo rápida. No último século a.C. foi introduzido em Roma. embora tivesse pequena importância na própria Itália até o ano 100 d.C. Fazia conversos principalmente nas classes mais baixas - soldados, estrangeiros e escravos. Finalmente, atingiu a situação de uma das mais populares religiões do Império, tornando-se o principal concorrente do cristianismo e do próprio velho paganismo romano. Depois de 275, no entanto, sua força decaiu rapidamente. É impossível avaliar a influência que esse extraordinário culto exerceu. Não é difícil perceber sua semelhança superficial com o cristianismo, mas certamente isso não quer dizer que os dois fossem idênticos, ou que um fosse derivação do outro. Não obstante, é provável que o cristianismo, o mais jovem dos dois rivais, tenha tomado de empréstimo um bom número dos aspectos externos do mitraísmo, conservando, ao mesmo tempo, virtualmente intacta a sua filosofia essencial.

Um dos principais sucessores do mitraísmo na transmissão da herança persa foi o maniqueísmo, fundado por Mani, um sacerdote de origem ilustre de Ecbátana, aproximadamente em 250 d.C. Como Zoroastro, achava que sua missão na terra era reformar a religião dominante, mas obteve pequena simpatia em seu próprio país e teve que se contentar com aventuras missionárias na Índia e na China Ocidental. Mais ou menos em 276, foi condenado e crucificado pelos seus próprios rivais persas. Depois da morte de Mani, os ensinamentos deste foram levados por seus discípulos praticamente a todos os países da Ásia Ocidental e, por fim, à Itália, mais ou menos em 330. Grande número de maniqueus ocidentais, inclusive o grande Agostinho, acabaram por se tornar cristãos.

De todos os ensinamentos do zoroastrismo, o que causara a mais profunda impressão na mente de Mani fora o dualismo. Era, por conseguinte, natural que se tornasse a doutrina central da nova fé. Mas Mani deu a essa doutrina interpretação mais larga do que tivera nas religiões precedentes. Concebeu não simplesmente duas divindades empenhadas numa luta inexorável pela supremacia, mas todo um universo dividido em dois reinos, sendo um a antítese do outro: um, o reino do espírito dominado por um Deus eternamente bom; outro, o reino da matéria sob o domínio de Satã. Somente substâncias "espirituais" como o fogo, a luz e as almas dos homens eram criadas por Deus. Tinham sua origem em Satã a escuridão, o pecado, o desejo e todas as coisas corporais e materiais. A própria natureza humana era má, pois os primeiros pais da raça receberam seus corpos físicos do rei das trevas.

As inferências morais desse dualismo rigoroso eram demasiado evidentes. Uma vez que tudo quanto se relacionasse com a sensualidade e o desejo era trabalho de Satã, o homem devia esforçar-se por se libertar o mais completamente possível da escravidão de sua natureza física. Devia refrear todos os prazeres dos sentidos, abster-se de comer carne, de beber vinho e de satisfazer o desejo sexual. Até o casamento era proibido, pois levaria à geração de novos corpos físicos para povoar o reino de Satã. Além disso, o homem dominaria a carne por meio de jejuns prolongados e penitências corporais. Reconhecendo que essa norma de austeridade seria muito dura para mortais comuns, Mani dividiu a raça humana em "perfeitos" e "seculares". Somente os primeiros eram obrigados a submeter-se à norma completa como um ideal que todos deviam almejar. À segunda categoria

cumpria somente evitar a idolatria, a avareza, a fornicação, a falsidade e a ingestão de carne. A fim de ajudar os filhos dos homens na luta contra o poder das trevas, Deus enviava, de tempos em tempos, profetas e redentores a fim de confortá-Ios e inspirá-Ios. Noé, Abraão, Zoroastro, Jesus e Paulo eram enumerados entre esses emissários divinos, mas o último e maior de todos era Mani.

É muito difícil estimar a influência do maniqueísmo, mas sem dúvida ela foi considerável. Pessoas de todas as classes do império romano, incluindo alguns membros do clero católico, adotaram suas doutrinas. Na sua forma cristianizada, tornou-se uma das seitas principais da igreja primitiva e forneceu a base essencial da heresia albigense, ainda nos séculos XII e XIII. Inspirou extravagantes especulações cristãs em torno do dualismo entre Deus e o diabo e entre o espírito e a matéria. Não somente contribuiu para o ascetismo cristão, mas também fortaleceu as doutrinas do pecado original e da depravação do homem, tais como as ensinaram alguns teólogos. Foi, finalmente, a grande fonte da famosa dicotomia dos padrões éticos estabelecida por Santo Agostinho e outros Padres da Igreja: 1) um padrão de perfeição para poucos (os monges e as freiras), que se retirariam do mundo e levariam vida santa para exemplo dos demais; e 2) um padrão socialmente viável para os cristãos comuns.

O terceiro culto mais importante, que se desenvolveu como legado da religião persa, foi o gnosticismo (do grego gnosis, que significa conhecimento). O nome do seu fundador é desconhecido, bem assim como a data da sua origem, mas certamente existia já no primeiro século da nossa era. Atingiu o auge da popularidade na última metade do segundo século. Ainda que granjeasse alguns seguidores na Itália, sua influência se limitou, sobretudo, ao Oriente Próximo.

O misticismo era o característico que mais distinguia dos outros este culto. Os gnósticos negavam que as verdades da religião pudessem ser descobertas pela razão ou que se pudessem tornar inteligíveis. Consideravam-se como os detentores exclusivos de uma secreta sabedoria espiritual revelada por Deus, sabedoria essa de absoluta importância como guia da fé e da conduta. Suas observâncias religiosas eram também altamente esotéricas, isto é, tinham um significado oculto conhecido unicamente pelos iniciados. Os sacramentos em grande profusão, batismos

inumeráveis, ritos místicos e o uso de fórmulas e números sagrados são os melhores exemplos desses ritos.

Foi enorme a influência conjunta desses vários tipos de religião persa. Muitos deles foram lançados numa época de condições sociais e políticas particularmente favoráveis à sua expansão. O fim do lmpério de Alexandre, mais ou menos em 300 a.C., inaugurou na história do mundo antigo um período singular. Foram derrubadas as barreiras internacionais, houve uma extensa migração e caldeamento de povos, e o colapso da antiga ordem social despertou profunda desilusão e um vago anseio de salvação individual. A atenção dos homens se centralizou, como nunca mais acontecera desde a queda do Egito, nas compensações da vida futura. Em tal terreno as religiões do tipo descrito estavam destinadas a medrar como erva nova. Sendo sobrenaturais, místicas e messiânicas, ofereciam na irrealidade que buscavam os homens o verdadeiro refúgio de um mundo de ansiedade e confusão.

A herança deixada pelos persas, ainda que não tenha sido exclusivamente religiosa, continha muito poucos elementos de natureza secular. A forma de governo característica desse povo foi adotada pelos monarcas romanos de época avançada, não no seu aspecto puramente político, mas no seu caráter de despotismo de direito divino. Quando imperadores como Diocleciano e Constantino I invocavam a autoridade divina como base do seu absolutismo e exigiam que os súditos se prostrassem na sua presença, estavam, em realidade, identificando o estado com a religião como os persas tinham feito na época de Dario. São também discerníveis traços da influência persa em certos filósofos helenistas, mas ainda aqui essa influência foi essencialmente religiosa, pois se limitou quase inteiramente às teorias místicas dos neoplatônicos e dos seus aliados filosóficos.

CAPÍTULO 6

A Civilização Hebraica

Nenhum dos povos do antigo Oriente, com exceção, talvez, dos egípcios, teve maior importância para o mundo moderno do que os hebreus. Foram eles, já se sabe, que nos deram grande parte do substrato da religião cristã, como os mandamentos, as histórias da criação e do dilúvio, o conceito de Deus como legislador e juiz, e ainda mais de dois terços de sua Bíblia. As concepções hebraicas da moral e da teoria política influenciaram também profundamente as nações modernas, em especial aquelas em que a fé calvinista foi particularmente vigorosa. Por outro lado, é necessário lembrar que os próprios hebreus não desenvolveram sua cultura no vácuo. Não foram mais capazes que qualquer outro povo de fugir à influência das nações circunvizinhas. A religião hebraica, em conseqüência disso, continha numerosos elementos cuja origem egípcia ou mesopotâmica é evidente. A despeito de todos os esforços dos profetas para expurgar a fé hebraica de corrupções estrangeiras, muitas permaneceram e outras foram adicionadas depois. Como em breve descobriremos, a lei hebraica baseou-se largamente em fontes da antiga cultura babilônica, ainda que certamente com modificações. A filosofia hebraica era em parte egípcia e em parte grega; muito antes mesmo de ser escrito o Livro de Jó, existia já um antigo drama babilônico de caráter semelhante. Ninguém pode negar, por certo, que os hebreus fossem capazes de realizações originais; mas ainda assim não podemos passar por alto o fato de terem sido eles grandemente influenciados pelas civilizações mais antigas que os rodeavam.

1. ORIGENS HEBRAICAS E RELAÇÕES COM OUTROS POVOS

A origem do povo hebreu constitui um problema ainda confuso. Certamente não constituíam uma raça à parte, nem possuíam qualquer caráter físico capaz de distingui-Ios nitidamente dos povos vizinhos. A origem do seu nome é duvidosa. Segundo alguns ele deriva de khabiru ou habiru, apelativo dado pelos seus inimigos e significando "estrangeiro", "vagabundo" ou "nômade". De acordo com outras autoridades ele se relaciona com a palavra Ever ou Eber, a qual designava os que procediam do outro lado do Eufrates. Seja qual for a sua origem, o nome parece ter sido aplicado originalmente a vários povos imigrantes, restringindo-se mais tarde aos israelitas.
A maioria dos historiadores admitem que o berço primitivo dos hebreus foi o Deserto da Arábia. A primeira vez que os fundadores da nação de Israel aparecem na história é, contudo, no noroeste da Mesopotâmia. Já em 1.800 a.C., segundo todas as probabilidades, um grupo de hebreus sob a chefia de Abraão se estabelecera ali. Mais tarde o neto de Abraão, Jacó, conduziu uma migração para o poente e iniciou a ocupação da Palestina. Foi de Jacó, subseqüentemente chamado Israel, que os israelitas derivaram o seu nome. Em época incerta, mas posterior a 1.700 a.C., algumas tribos israelitas, em companhia de outros hebreus, desceram ao Egito para escapar às conseqüências da fome. Segundo parece, instalaram-se nas vizinhanças do Delta e foram escravizados pelo governo do Faraó. Por volta de 1300-1250 a.C. os seus descendentes encontraram um novo líder no indômito Moisés, que os libertou da servidão, conduziu-os à Península do Sinai e converteu-os ao culto de Iavé. Até então Iavé tinha sido a divindade dos povos pastores hebreus que habitavam o Sinai. Utilizando como núcleo o culto iavista, Moisés uniu as várias tribos de seus seguidores numa confederação por vezes chamada Anfictionia de Iavé. Foi essa confederação que desempenhou o papel dominante na conquista da Palestina ou Terra de Canaã.
Como refúgio para os filhos de Israel, a Palestina deixava muito a desejar com suas chuvas escassas e sua topografia escabrosa. Era, em grande parte, uma região estéril e inóspita. Comparada, porém, com os desertos da Arábia, representava um verdadeiro paraíso e não surpreende que os condutores do povo de Israel a tenham descrito como uma "terra que emana leite e mel". Grande parte dela já estava ocupada pelos cananeus, outro povo de língua semita, que lá viveu durante séculos. Graças ao contato com babilônios, hititas e egípcios, os hebreus haviam desenvolvido uma cultura

que nada tinha de primitiva. Praticavam a agricultura e o comércio. Conheciam o uso do ferro e a arte de escrever, e tinham adaptado as leis do código de Hamurabi às necessidades de sua existência mais simples. Sua religião, que também se derivava em grande parte de Babilônia, era cruel e sensual, incluindo sacrifícios humanos e a prostituição no templo.
Foi um processo lento e difícil a conquista hebraica da terra de Canaã. Poucas vezes as tribos se uniram num ataque combinado e, mesmo quando o faziam, as cidades inimigas estavam assaz fortificadas para resistir à captura. Depois de se empenharem varias gerações em lutas esporádicas, os hebreus conseguiram tomar unicamente as colinas de pedra calcária e alguns dos vales menos férteis. Nos intervalos das guerras, misturavam-se livremente com os cananeus e adotaram não pequena parcela de sua cultura. Antes de terem oportunidade de completar a conquista, encontraram-se em face de um inimigo novo e mais terrível. os filisteus, que chegaram à Palestina procedentes da Ásia Menor e das ilhas do mar Egeu. Mais fortes que os hebreus e os cananeus, os novos invasores ocuparam rapidamente o país e forçaram os hebreus a entregar grande parte do território que já haviam ganho. É dos filisteus que a Palestina deriva o seu nome.

2. CRÔNICA DE ESPERANÇAS E FRACASSOS POLÍTICOS

A crise produzida pelas conquistas dos filisteus não desencorajou os hebreus, mas, ao contrário, concorreu para uni-Ios e intensificar seu ardor guerreiro. Além disso, levou-os diretamente à fundação da monarquia hebraica, mais ou menos em 1.025 a.C. Até esse tempo a nação fora governada por "juízes", que possuíam pouco mais do que a autoridade de chefes religiosos. Mas a partir de então, sentindo uma necessidade mais premente de organização e disciplina, o povo começou a pedir um rei para governá-Io, marchar à sua frente e participar de suas batalhas. O primeiro homem escolhido para preencher essa função foi Saul, um "moço na flor da idade e belo", pertencente à tribo de Benjamim.
A despeito de sua popularidade inicial, o reinado do rei Saul não foi feliz, tanto para a nação como para o próprio governante. Apenas vagas indicações são dadas na narrativa do Velho Testamento quanto às causas

disso. Saul incorreu evidentemente no desagrado de Samuel, o último dos grandes juízes, que esperava conservar o poder mantendo-se nos bastidores. Não tardou a aparecer em cena o ambicioso Davi, que, com o encorajamento de Samuel, executou habilidosas manobras para solapar o apoio popular ao rei. Lançando sua campanha pessoal contra os filisteus, conseguiu sangrentos triunfos, uns após outros. Contrastando com isso, os exércitos de Saul experimentaram reveses desastrosos. Finalmente o próprio rei, tendo recebido grave ferimento, pediu ao escudeiro que o matasse. Não aquiescendo este, o rei matou-se com a própria espada.
Davi então tornou-se rei e governou por quarenta anos. Seu reinado foi um dos mais gloriosos períodos da história hebraica. Bateu em toda a linha os filisteus e reduziu o território destes a uma estreita faixa de costa, no sul. Uniu as doze tribos num estado forte, sob um monarca absoluto, e começou a construção de uma magnífica capital em Jerusalém. Mas, o governo forte, a glória militar e o esplendor material não deixavam de ter os seus percalços para o povo. Suas conseqüências inevitáveis era a tributação pesada e a conscrição. Em conseqüência, antes que Davi morresse, ouviam-se em certas partes do reino francos murmúrios de descontentamento.
Davi teve como sucessor seu filho Salomão, o último dos reis da monarquia unificada. Como resultado das aspirações nacionalistas dos tempos posteriores, Salomão tem sido descrito pela tradição hebraica como um dos mais sábios, mais justos e esclarecidos governantes de toda a história. Os fatos de sua vida oferecem pequena base para tal crença. O que se pode dizer em seu favor é que foi um diplomata ladino e um ativo protetor do comércio. Em grande parte sua política era opressora, ainda que essa opressão não fosse por certo exercida deliberadamente. Ambicionando copiar o luxo e a magnificência de outros déspotas orientais, estabeleceu um harém de 700 esposas e 300 concubinas e completou a construção de suntuosos palácios, estábulos para 4.000 cavalos e um suntuoso templo em Jerusalém. Sendo, como era, a Palestina pobre de recursos, grande parte do material para os projetos de construção tinha de ser importado. Ouro, prata, bronze e cedro eram comprados em tais quantidades que as rendas provenientes da taxação e dos impostos arrecadados do comércio não bastavam para pagá-Ios. A fim de compensar o deficit, Salomão cedeu vinte cidades e recorreu ao sistema de trabalho obrigatório. Cada três meses, eram 30.000 hebreus recrutados e mandados à Fenícia para trabalhar nas

florestas e minas de Hirão, rei de Tiro, de quem tinham sido comprados os mais caros materiais.

As extravagâncias e a opressão de Salomão produziram agudo descontentamento entre seus súditos. A morte do rei, em 935 a.C., foi o sinal para uma franca revolta. As dez tribos do norte recusaram submeter-se a seu filho Reoboão, separaram-se e fundaram um reino à parte. Diferenças regionais desempenharam também seu papel no esfacelamento da nação. Os hebreus do norte eram mundanos, acostumados a uma vida urbana e ao infiltramento de influências estrangeiras. Ao contrário, as duas tribos do sul compunham-se na maioria de pastores e lavradores, leais à religião de seus pais e odiando os hábitos do estrangeiro. Talvez bastassem tais diferenças para oportunamente dividir a nação.

(Ao alto.) Sinête cilíndrico caldeu. Êstes sinêtes eram usados pelos sumerianos e outros povos mesopotâmicos para apor assinaturas em contratos, documentos etc., escritos em tabuletas de argila. À esquerda está a impressão completa na argila. (Metropolitan Museum of Art.)

A caça do leão, exemplo característico dos relevos assírios. Os assírios eram mestres no retratar cenas de violência e de ferocidade dos animais. (Metropolitan Museum of Art.)

ARTE DOS POVOS MESOPOTÂMICOS

Touro alado assírio, que está no Oriental Institute *de Chicago. Desconhece-se o seu significado exato, mas devia ter a intenção de simbolizar a veneração dos militaristas assírios pela fôrça e pela rapidez.* (Oriental Institute.)

Arquitetura assíria. Reconstituição do palácio de Sargão II, em Khorsabad-Dur-Sarrukin, construído em 772 a. C. A tôrre é um remanescente do zigzurat sumério. (Bettmann Archive.)

Vasos cretenses, trabalhados em lindos relevos. As cenas representam lutas de boxe, touradas e outras atividades peculiares a um povo esportivo. (Bettmann Archive.)

Duas mulheres assistindo, de um carro, a uma caçada de javalis. O artista não deixa dúvidas quanto à emoção experimentada pelos espectadores em ocasiões como esta. (Metropolitan Museum of Art.)

A ARTE E A VIDA NA CIVILIZAÇÃO EGÉIA

Caça do javali — pintura cretense. Embora obedecendo a certas convenções, a principal qualidade desta, como de outras pinturas de Creta, é o naturalismo. (Metropolitan Museum of Art.)

Modelos de casas cretenses. Ainda que interessados sobretudo pelos interiores bonitos e cômodos, êstes modelos mostram não serem seus arquitetos indiferentes à variedade e ao aspecto agradável da fachada exterior. (Metropolitan Museum of Art.)

Depois da separação, as dez tribos do norte vieram a ser conhecidas como o reino de Israel, enquanto as tribos sulistas formavam o reino de Judá. Durante mais de dois séculos os dois pequenos estados mantiveram existências separadas, mas em 722 a.C., o reino de Israel foi conquistado pelos assírios. Seus habitantes foram disseminados através do vasto império dos conquistadores, acabando por se absorverem na população circundante, muito mais numerosa. Desde então têm sido chamadas as Dez Tribos Perdidas de Israel. O reino de Judá conseguiu sobreviver por mais de cem anos, desafiando com sucesso a ameaça assíria. Mas em 586 a.C., como já sabemos, foi destruído pelos caldeus, sob Nabucodonosor. Estes pilharam e queimaram Jerusalém, levando seus principais cidadãos para Babilônia. Quando Ciro, rei da Pérsia, conquistou os caldeus, libertou os judeus e permitiu que regressassem à sua terra natal. Poucos desejaram voltar e um

considerável espaço de tempo se escoou antes que fosse possível reconstruir o templo. De 539 a 332 a.C., a Palestina foi estado vassalo da Pérsia. Em 332 a.C., Alexandre a conquistou e depois de sua morte a região ficou sob o governo de Ptolomeu. Em 63 a.C., tornou-se protetorado romano. Sua história política, como comunidade judaica, acabou-se em 70 d.C., depois de uma revolta desesperada que os romanos puniram destruindo Jerusalém e anexando o país como província. Seus habitantes aos poucos se dispersaram pelas outras partes do Império.

3. A EVOLUÇÃO DA RELIGIÃO HEBRAICA

Muito poucos povos na história passaram por uma evolução religiosa comparável à dos hebreus. Seu ciclo de desenvolvimento abrange todo o caminho que vai das mais cruas superstições até as concepções espirituais e éticas mais sublimes. Isso pode em parte ser explicado por meio da posição geográfica especial ocupada pelo povo hebreu. Localizados como foram, depois da conquista de Canaã, no caminho de ligação entre o Egito e as maiores civilizações da Ásia, estavam da religião destinados a sofrer uma extraordinária variedade hebraica de influências.

É possível distinguir, na evolução da religião hebraica, ao menos cinco períodos diferentes. O primeiro pode ser chamado período pré-mosaico, indo desde as mais primitivas origens do povo até aproximadamente 1.100 a.C. Esse período caracterizou-se, a princípio, pelo animismo, pela adoração de espíritos que residiam em árvores, montanhas, poços e fontes sagradas, ou mesmo em pedras de forma especial. Eram praticadas também, nesse tempo, diversas formas de magia: necromancia, magia imitativa, sacrifícios de bodes expiatórios etc. O animismo gradualmente cedeu lugar aos deuses antropomórficos. Sabe-se que algumas das novas divindades receberam nomes; cada uma delas era designada comumente pelo nome genérico de "el", isto é, "deus". Eram deuses tutelares de lugares especiais e possivelmente de tribos distintas. Não se conhecia nesse tempo nenhuma adoração nacional de Iavé.

O segundo período, que se estendeu do século XII ao IX a.C., foi o da "monolatria" nacional. O termo pode ser definido como a adoração exclusiva de um único deus, sem, no entanto, negar a existência de outros

deuses. Devido principalmente à influência de seu chefe Moisés, os hebreus adotaram então, como divindade nacional, um, deus cujo nome parece ter sido escrito "Jhwh". Ninguém sabe como se pronunciava essa palavra, mas os especialistas em geral concordam que era proferida como se estivesse escrito Yahweh. O significado é outro mistério. Perguntando Moisés a Iavé o que devia dizer ao povo quando este quisesse saber que deus o tinha enviado, Iavé respondeu: "EU SOU o QUE SOU, e acrescentou : Assim dirás aos filhos de Israel: EU SOU enviou-me a vós." Nem nesse tempo, nem em qualquer outro período da história antiga, os hebreus se referiram ao seu deus denominando-o “Jeová". Este último nome foi o resultado de um erro cometido pelos hebraístas cristãos do século XIII.
No tempo de Moisés e por dois ou três séculos depois, Iavé foi uma divindade bastante singular. Era concebido quase exclusivamente em termos antropomórficos. Possuía um corpo físico, para não falar das qualidades emocionais dos homens. Era caprichoso, por vezes, e algum tanto irascível, tão capaz de julgamentos maus e raivosos quanto de bons. Suas decisões freqüentemente eram arbitrárias e punia os homens que pecassem sem intenção, com a mesma presteza com que punia aqueles cuja culpa fosse real. A onipotência dificilmente seria um atributo a que pudesse Iavé pretender, pois seu poder se limitava ao território ocupado pelos próprios hebreus. Quando Naaman, o sírio, decidiu tornar-se um seguidor de Iavé, só pôde resolver o problema do domínio territorial levando consigo duas bestas carregadas de boa terra da Palestina. Mas, a despeito desses defeitos de seu caráter e de sua autoridade, os hebreus reverenciavam seu Deus como único guia e salvador, protetor das viúvas e dos órfãos e o estrênuo vingador dos agravos da nação.
A religião desse período não era nem essencialmente ética nem profundamente espiritual. Iavé era venerado como legislador supremo e inflexível mantenedor da ordem moral do universo. De acordo com a narração bíblica, ele ditou os Dez Mandamentos a Moisés no cume do Monte Sinai. Não obstante, os biblistas versados no Velho Testamento não aceitam em geral essa tradição. Admitem que um Decálogo primitivo tenha existido nos tempos de Moisés, mas duvidam que os Dez Mandamentos, na forma em que são conservados no Livro do Êxodo, datem de época anterior ao século VII. De qualquer forma, é evidente que o Deus de Moisés se interessava quase tanto pelos sacrifícios e pela observância dos ritos como

pela boa conduta e pela pureza do coração. Além disso, a religião não se preocupava fundamentalmente com os assuntos espirituais. Nada oferecia além de recompensas materiais nesta vida, e nenhuma na vida futura. Finalmente, a "monolatria" estava misturada com certos elementos de fetichismo, magia e mesmo superstições grosseiras que ficaram dos tempos mais primitivos, ou outras que foram adquiridas paulatinamente dos povos vizinhos. Variavam esses elementos desde a adoração da serpente até aos sacrifícios sangrentos e licenciosas orgias de fertilidade.

Pelas alturas do século IX a crença hebraica estava necessitando urgentemente de uma reforma interna. A superstição e a idolatria tinham progredido constantemente com o passar dos anos, ao ponto que mal se podia distinguir a adoração de Iavé da adoração dos ídolos fenícios e assírios. Os primeiros a sentir a necessidade de mudanças drásticas foram os chefes de seitas ascéticas como os nazireus e recabitas, que denunciavam a corrupção estrangeira e clamavam pela volta ao que pensavam ser a piedade singela de seus pais. Com o fim de acentuar sua aversão por tudo que era estrangeiro, condenavam os refinamentos da vida civilizada e incitavam o povo a morar em tendas. Seu trabalho foi seguido pelo do fanático pregador Elias, que arrancou dos altares os sacerdotes dos cultos de Baal e os matou com suas próprias mãos. Não obstante sua cruzada contra os cultos estrangeiros, Elias não negava a existência daqueles deuses, mas insistia em ser Iavé o deus da retidão e a única divindade que os hebreus deviam adorar.

O trabalho realmente importante de reforma religiosa foi realizado, no entanto, pelos grandes profetas: Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. Suas inovações representam o terceiro período do desenvolvimento da religião hebraica o período da revolução profética, que ocupou os séculos VIII e VII a.C. Os grandes profetas eram homens de visão muito mais larga do que Elias ou do que os chefes das seitas ascéticas. Sua atitude era progressista, pois não pediam o retorno a uma época de simplicidade do passado, mas ensinavam que a religião devia ser imbuída de uma nova filosofia e de uma nova concepção dos seus próprios fins. Três doutrinas básicas formavam a substância desses ensinamentos: 1) monoteísmo (Iavé é o senhor do universo, os deuses de outras nações não existem); 2) Iavé é exclusivamente um deus da retidão; ele não é realmente "Onipotente, mas Sua força é limitada pela justiça e pela bondade; o mal deste mundo vem dos homens e

não de Deus; 3) os fins da religião são principalmente éticos: Iavé não faz nenhuma questão de ritos e sacrifícios, mas sim de que os homens "aspirem à justiça, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos e defendam as viúvas". Ou, como Miquéias se expressou: "Que é que o Senhor requer de ti, senão que pratiques a justiça, ames a misericórdia e acompanhes humildemente o teu Deus?".

Nessas doutrinas estava contido um repúdio categórico de quase tudo o que a religião mais antiga representava. Em outras palavras, sua aceitação envolvia uma revolução religiosa, que apresentava importantes aspectos sociais e políticos. A riqueza se concentrara nas mãos de poucos. Milhares de pequenos lavradores tinham perdido sua liberdade e passado à sujeição de ricos proprietários. Se dermos crédito ao testemunho de Amós, o suborno era tão corrente nas cortes de justiça que o querelante num processo de execução de dívida, somente por dar ao juiz um par de sapatos, receberia, em ganho de causa, o acusado como escravo. A ameaça da dominação assíria pairava como uma sombra sobre essa situação. A fim de capacitar a nação a enfrentar essa ameaça, acreditavam os profetas que deveriam os abusos sociais ser escorraçados e o povo unido sob uma religião expurgada de corrupções alienígenas.

Os resultados dessa revolução não devem ser mal interpretados. Ela destruiu algumas das mais atrozes formas de opressão e extirpou grande parte dos barbarismos que se haviam insinuado na religião, vindo de fontes estrangeiras. Mas a fé hebraica ainda não era uma religião que cogitava da apresentasse clara semelhança com o judaísmo moderno. Mostrava escassa índole espiritual e quase nenhum traço de caráter místico. Em lugar de cogitar da vida do além, era orientada para esta vida. Seus fins eram sociais e éticos - promover uma sociedade justa e harmônica e diminuir ou reprimir a desumanidade do homem para com o homem - mas não cogitava em conferir a salvação individual depois da morte. Além disso, não havia crença no céu ou no inferno, ou em Satã como um poderoso opositor de Deus. As sombras dos mortos subiam ao Sheol, onde demoravam algum tempo no pó e na obscuridade, e depois desapareciam.

Não obstante, os ideais da revolução profética representavam, provavelmente, a mais alta perfeição da religião hebraica. Depois dessa época a sua degenerescência foi devida, mais uma vez, aos efeitos corruptores das influências externas. A primeira dessas influências fêz-se

sentir durante o período do Cativeiro da Babilônia, de 586 a 539 a.C., que constituiu o quarto período na evolução religiosa. Como resultado do contato com os neobabilônios, os judeus adotaram as idéias do pessimismo, do fatalismo e do caráter transcendental de Deus. Não mais conceberam Iavé como relacionado intimamente com os problemas sociais do seu povo, mas como um ser onipotente e inacessível cujo característico essencial era a santidade. Seus pensamentos não eram pensamentos de homem, nem seus hábitos os dos mortais. O dever principal do homem era submeter-se completamente à sua vontade inescrutável. As formas da religião também sofreram uma alteração profunda. Numa tentativa desesperada para preservar a identidade dos judeus como nação, seus chefes adotaram ou restauraram costumes e ditames que serviriam para distingui-Ios como um povo particular. A instituição do sábado, as formas de adoração na sinagoga, a prática da circuncisão e complicadas distinções entre alimentos puros e impuros assumiram, então, importância fundamental. Conquanto seja verdade que muitas dessas práticas tinham tido origem antes do exílio, por muitos anos não foram consideradas como elementos essenciais da religião. Além disso, os profetas tinham negado energicamente sua importância. O desenvolvimento de extensas regulamentações para a conduta do ritual aumentou inevitavelmente o poder dos sacerdotes, dando como resultado a transformação gradual do judaísmo numa religião eclesiástica.

O último período significativo da evolução da religião hebraica foi o período de após exílio, ou da influência persa. Pode-se dizer que ele se estendeu de 539 a cerca de 300 a.C. Talvez já se tenha dito o bastante para indicar o caráter da influência persa. Lembremos que, segundo o último capítulo, o zoroastrismo era uma religião dualística, messiânica, extraterrena e esotérica. No período que se seguiu ao exílio, essas mesmas idéias ganharam uma aceitação mais ampla entre os judeus. Adotaram a crença em Satã como o Grande Inimigo e o autor do mal. Desenvolveram uma escatologia, inclusive certas concepções como a da vinda do redentor espiritual, a da ressurreição dos mortos e a do julgamento final. Voltaram sua atenção para a salvação num mundo extraterreno, como sendo mais importante do que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada. Afirmava-se, por exemplo, que o Livro de Ezequiel fora preparado por Deus no céu e dado ao homem cujo nome traz, com a

recomendação de que o "comesse". A seu tempo desenvolveu-se a idéia de que outros livros tinham sido ditados diretamente por Iavé a alguns de seus fiéis. Com a adoção de crenças como essas, a fé hebraica evoluiu para longe do estrito monoteísmo e da simples religião ética dos tempos dos profetas.

4. CULTURA HEBRAICA

A certos respeitos, o gênio hebraico era inferior a alguns de outras grandes nações da antiguidade. Em primeiro lugar, não revelava nenhum talento científico. Nenhuma descoberta importante foi realizada pelos hebreus em qualquer dos ramos da ciência. Nem tinham particular disposição para apropriar-se dos conhecimentos alheios. Não conseguiam construir uma ponte ou um túnel, a não ser do tipo mais primitivo. Não se sabe se isso era devido a uma falta de interesse por tais coisas ou se era ocasionado pela complexa absorção nos assuntos religiosos. Em segundo lugar, parece terem sido quase completamente destituídos de habilidade artística. Os únicos exemplos de arte glíptica hebraica consistem na gravação de sinetes, semelhantes aos dos sumerianos e hititas e usados para por assinaturas. Não possuíam arquitetura, escultura ou pintura dignas de menção. O famoso templo de Jerusalém absolutamente não era construção hebraica, mas produto da capacidade fenícia, pois Salomão importara artífices de Tiro para executar as tarefas mais complicadas.

Foi antes no direito, na literatura e na filosofia que o gênio hebraico se exprimiu de modo mais perfeito. Ainda que todos esses assuntos se ligassem intimamente à religião, apresentavam aspectos seculares. O mais belo exemplo de direito judaico é o Código Deuteronômico, que constitui o núcleo do Deuteronômio. A despeito de suas pretensões a uma origem muito antiga, era provavelmente um fruto da revolução profética. Baseava-se, em parte, numa Lei do Pacto, bastante anterior, que por sua vez se derivava das leis dos cananeus e antigos babilônios. Suas disposições eram, em geral, mais esclarecidas que as do Código de Hamurabi. Uma delas recomendava a liberalidade para com o pobre e o estrangeiro. Outra ordenava a libertação do escravo hebreu que tivesse servido durante seis anos e insistia em que não fosse mandado embora com as mãos vazias. Uma terceira assentava que os juízes e outros funcionários deviam ser

escolhidos pelo povo e proibia que aceitassem presentes ou mostrassem de qualquer forma parcialidade. Uma quarta condenava a feitiçaria, a adivinhação e a necromancia. A quinta denunciava a punição de crianças pela culpa dos pais e afirmava o princípio da responsabilidade individual pelo pecado. Uma sexta proibia a cobrança de juros em qualquer tipo de empréstimo feito de um judeu a outro. A sétima dispunha que ao fim de cada sete anos houvesse uma remissão das dívidas. "Todo credor remitirá ao seu próximo o que lhe tem emprestado; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão... salvo quando entre vós não houver pobres." Como era de esperar, dadas as circunstâncias de que se originou, o principal fim do Código Deuteronômico era infundir na sociedade judaica um caráter mais democrático e igualitário. Seus autores não estavam interessados em princípios abstratos. Não condenavam, por exemplo, a escravidão como um mal em si mesma: procuravam unicamente prevenir a escravidão permanente dos judeus. Não obstante, é inegável que esse código era política e socialmente mais democrático do que as leis de qualquer outra nação oriental, com exceção dos egípcios. Ao próprio rei era vedado acumular grandes riquezas ou abandonar-se às ostentações do luxo. Não se devia tolerar nenhum despotismo militar do tipo assírio ou babilônico. O rei não estava acima da lei, mas muito claramente submetido a ela. Devia levar sempre consigo uma cópia do código e “nele ler todos os dias de sua vida... para que seu coração não se eleve sobre os seus irmãos e não se aparte do mandamento". Além disso, seu poder e o de seus funcionários era estritamente limitado. A administração da justiça era deixada quase inteiramente nas mãos do povo. Nos casos de culpabilidade controversa a decisão cabia aos mais velhos da cidade, mas a punição ordenada pelo código seria infligida pela família da vítima ou por toda a comunidade. Era também proibida a conscrição civil para serviço no estrangeiro; concedia-se isenção militar ao homem que construísse uma casa nova, plantasse uma nova vinha ou se casasse com uma nova esposa, e até mesmo ao homem que fosse "medroso e de coração tímido... a fim de que o coração de seus irmãos não se derreta como o seu coração".

A literatura hebraica foi, indiscutivelmente, a melhor que o Oriente antigo produziu. Quase tudo o que dela restou se conserva no Velho Testamento e nos chamados livros apócrifos. Com exceção de alguns fragmentos, como o cântico de Débora no Livro dos Juízes, 5, não é na verdade tão antiga

quanto comumente se supõe. Os especialistas admitem atualmente que o Antigo Testamento originou-se de uma série de compilações e revisões nas quais os velhos e os novos fragmentos se consolidaram, sendo em geral atribuídos a um autor antigo, como, por exemplo, Moisés. A mais remota dessas redações não foi, porém, feita senão em 850 a.C. A maioria dos livros do Velho Testamento são de origem ainda mais nova, com exceção, por certo. de algumas das crônicas. Como facilmente se compreende, os livros filosóficos são de data posterior. Possivelmente muito poucos dos Salmos foram escritos antes do período do Cativeiro, ainda que grande número deles seja atribuído ao rei Davi. Os mais recentes são os livros do Eclesiastes, de Ester e de Daniel, compostos não antes do século III. Do mesmo modo os Apócrifos, ou seja, os livros de duvidosa autoridade religiosa, não viram a luz do dia antes de estar quase extinta a civilização hebraica. Alguns, como o livro dos Macabeus, I e lI, relatam acontecimentos do século II a.C. Outros, inclusive a Sabedoria de Salomão e o Livro de Enoc, foram escritos sob a influência da filosofia greco-oriental.

Nem todos os escritos dos hebreus tinham alto mérito literário. Um número considerável era formado de crônicas repisativas e monótonas. Apesar disso, a maioria deles, quer em forma de canto militar, profecia, poema lírico ou dramático, eram ricos de ritmo, imagens concretas e vigor emocional. Poucas passagens de qualquer literatura superam a escarninha acusação dos abusos sociais que o profeta Amós proferiu:

"Ouvi isto, vós que engolis o necessitado e fazeis perecer os indigentes da terra, dizendo: quando passará a lua nova para vendermos o nosso cereal, e o sábado para abrirmos os celeiros, para diminuirmos a medida e aumentarmos o siclo e servirmo-nos de balanças falsas, para comprarmos o pobre por prata e o necessitado por um par de sandálias, e para lhes vendermos, por bom preço, até as cascas do nosso trigo?"

O mais belo dos poemas de amor hebraicos foi o Cântico dos Cânticos, ou Cântico de Salomão. Muito provavelmente seu tema se derivava de um antigo hino ou motivo cananeu, celebrando a afeição apaixonada da Sulamita ou a deusa da fertilidade pelo seu amante, o Dod; esse hino, porém, havia muito que perdera seu significado original.

Os seguintes versos são típicos de sua beleza sensual:

Eu sou a rosa de Sharon, e a açucena dos vales.
Como a açucena entre os espinhos, assim é a minha amada entre as donzelas.

Meu amado é cândido e rubicundo, o primeiro entre dez mil.
A sua cabeça é como o ouro mais puro;
Os seus cabelos são crespos e negros como o corvo.
Os seus olhos são como olhos de pombas junto às torrentes das águas.
Lavados em leite e como pedras bem engastadas.
As suas faces são como canteiros de bálsamo, como flores aromáticas;
Os seus lábios são açucenas que destilam mirra cheirosa.

Quão belos são os teus pés calçados de sandálias, ó filha de príncipe!
As juntas das tuas coxas são como colares fabricados por mão de mestre.

Poucas autoridades negariam ser o Livro de Jó a suprema realização do gênio literário hebraico. A obra tem a forma de um drama sobre a luta trágica entre o homem e o destino. Seu tema central é o problema do mal: como se explica que o justo sofra enquanto os olhos do ímpio andam esbugalhados de gordura? É uma história antiga, muito provavelmente adaptada de um escrito babilônio de conteúdo semelhante, mas os hebreus nele introduziram uma percepção mais profunda das possibilidades filosóficas do assunto. A figura principal - Jó - um homem de irrepreensível virtude, é subitamente colhido por uma série de desastres: é despojado de sua propriedade, seus filhos são mortos e seu corpo atormentado por dolorosa enfermidade. A princípio, a atitude de Jó é de resignação estóica, pois se deve aceitar o mal como se aceita o bem. Mas, com o acúmulo de seus sofrimentos, mergulha no desespero. Amaldiçoa o dia em que nasceu e apostrofa a morte, no seio da qual "o ímpio cessa de inquietar e o cansado encontra descanso".
Segue-se um extenso debate entre Jó e seus amigos sobre o significado do mal. Estes tomam o ponto de vista hebreu tradicional, segundo o qual todo o sofrimento é punição de pecados cometidos e todos os que se arrependem são perdoados e fortalecidos no caráter. Mas Jó não se convence com nenhum desses argumentos. Dividido entre a esperança e o desespero,

procura reexaminar o problema sob todos os ângulos. Considera até a possibilidade de que a morte não seja o fim e de que haja algum ajustamento da balança no além. Mas recai no desespero e chega a considerar Deus como um demônio onipotente, destruindo sem misericórdia quanto ordena Seu capricho ou Sua ira. Finalmente, apela em sua angústia ao Deus todo-poderoso para que se revele e faça conhecer ao homem o Seu caminho. Deus, apresentando-se num redemoinho, responde com uma magnífica exposição das formidáveis obras da natureza. Convencido de sua própria insignificância e da inexprimível majestade de Deus, Jó humilha-se e penitencia-se no pó e na cinza. Não se chega, afinal, a qualquer solução para o problema do sofrimento individual. Não se faz qualquer promessa de recompensa numa vida extraterrena, nem se esforça Deus em refutar o pessimismo sem esperança de Jó. O homem deve encontrar conforto na reflexão filosófica de que o universo ultrapassa a sua pessoa e de que Deus não pode realmente, na prossecução de Seus sublimes fins, limitar-se aos padrões humanos de eqüidade e bondade.
Como filósofos, os hebreus sobrepujaram todos os outros povos anteriores aos gregos, excetuando-se possivelmente os egípcios. Apesar de não serem brilhantes metafísicos e de não terem construído grandes teorias sobre o universo, interessaram-se pela maior parte dos problemas relacionados com a vida e o destino do homem. Seu raciocínio era antes pessoal que abstrato. Seus mais antigos escritos de caráter nitidamente filosófico são talvez o Livro dos Provérbios e o livro apócrifo do Eclesiástico. Na sua forma final ambos são de composição recente, mas grande parte do material neles contido é sem dúvida bem antiga. Nem tudo ali é original, pois uma considerável parcela foi tomada de fontes egípcias, especialmente dos escritos de Amenemope, que viveu mais ou menos em 1000 a.C. A filosofia dos Provérbios e do Eclesiástico não é muito profunda e pode ser considerada como representativa da adolescência intelectual da nação hebraica. É quase completamente ética, mas apela acima de tudo para as considerações de prudência e não para a vontade de Deus ou para quaisquer padrões absolutos de justiça e injustiça. Seus ensinamentos principais são: quem for moderado, diligente, prudente e honesto será certamente recompensado com a prosperidade, uma vida longa e um bom nome entre os homens. Somente em algumas passagens isoladas reconhecem-se motivos mais elevados de simpatia ou respeito pelos direitos dos outros; eis

um exemplo: "O que escarnece do pobre exprobra Aquele que o criou; o que se alegra com a calamidade não ficará impune."
Uma filosofia muito mais profunda e crítica está contida no Eclesiastes, um livro do Antigo Testamento que não deve ser confundido com o apócrifo Eclesiástico, acima mencionado. O autor do Eclesiastes é desconhecido. Por uma razão qualquer foi atribuído a Salomão, mas certamente não é de sua autoria, pois inclui doutrinas e formas de expressão desconhecidas dos hebreus durante centenas de anos depois de sua morte. Os críticos modernos não o datam de antes do século lII a.C. As idéias básicas da filosofia desse livro podem ser sumariadas como se segue:
1) Mecanismo. O universo é uma máquina que marcha eternamente, sem acusar qualquer objetivo ou fim. Nada há de novo sob o sol; não há progresso, mas mera repetição sem fim do passado. A aurora e o pôr do sol, o nascimento e a morte não são mais do que fases isoladas de ciclos que constantemente se repetem.
2) Determinismo. O homem é uma vítima dos caprichos do destino. Não há relação necessária entre esforço e êxito: "A corrida não é feita para o rápido, nem a batalha para o forte, nem ainda o sustento para o prudente... mas a todos acontece o tempo e a sorte."
3) Ceticismo. É impossível conhecer as últimas causas. Não há provas de existir uma alma ou uma vida depois da morte. Homens e animais são semelhantes: "todos vêm do pó e voltam para o pó".
4) Pessimismo. Tudo é vaidade e inquietação de espírito. Fama, riqueza, prazeres extravagantes são armadilhas e, no fim, desilusão. Ainda que a sabedoria seja melhor que a loucura, ela própria não é uma chave segura para a felicidade, pois o aumento de sabedoria traz uma percepção mais nítida do sofrimento. Somente uma boa reputação e a alegria no trabalho executado pelas próprias mãos são dignas de grande apreço.
5) Moderação. Os extremos do ascetismo, bem como os extremos do prazer, devem ser evitados. "Não sejas reto demais... não sejas ímpio demais; por que deverias morrer antes de teu dia?" (19).

5. A MAGNITUDE DA INFLUÊNCIA HEBRAICA

A influência dos hebreus, como a de quase todas as demais nações do Oriente, foi principalmente religiosa e ética. Embora seja verdade que o Velho Testamento serviu como fonte de inspiração para grande parte da literatura e da arte da Renascença e das civilizações modernas recentes, deve-se isso principalmente ao fato de a Bíblia constituir já, como parte da herança religiosa, assunto de conhecimento comum. A mesma explicação pode ser aplicada ao uso do Velho Testamento como fonte de direito e de teoria política pelos calvinistas do século XVI e por muitos outros cristãos, tanto depois como antes desse tempo.
Mas esses fatos não significam que a influência hebraica tenha sido pequena. Pelo contrário, a história de quase todas as civilizações ocidentais, durante os últimos dois milhares de anos, teria sido radicalmente diferente sem a herança de Judá, pois não se deve esquecer que as crenças hebraicas faziam parte dos fundamentos principais do cristianismo. A relação entre as duas religiões é freqüentemente mal interpretada. Costuma-se apresentar o movimento inaugurado por Jesus de Nazaré como uma revolta contra o judaísmo, mas esse fato constituía só um ângulo da questão. Pouco antes da era cristã a nação judaica se dividira em três seitas principais: uma seita de maioria - a dos fariseus, e duas outras de minoria - a dos saduceus e a dos essênios. Os fariseus representavam a classe média e a parte mais instruída do povo comum. Acreditavam na ressurreição, em recompensas e punições depois da morte e na vinda de um messias político. Ardentemente nacionalistas, advogavam a participação no governo a fiel observância do ritual antigo. Infelizmente, consideravam todas as partes da lei como tendo a mesma importância virtual, quer se referissem a assuntos de cerimonial, quer a obrigações de ética social.
Representando uma camada social completamente as seitas minoritárias discordavam dos fariseus tanto nas questões religiosas como nas políticas. Os saduceus, que incluíam os sacerdotes e as classes mais ricas, eram famosos por negar a ressurreição e as recompensas e punições na vida extraterrena. Ainda que, ao menos temporariamente, tenham favorecido a aceitação da ordem romana, sua atitude em relação à lei antiga era ainda mais inflexível do que a dos fariseus. A seita dos essênios, a menor delas, foi talvez a mais influente. Seus membros, que eram tirados das classes mais baixas, praticavam o ascetismo e pregavam o misticismo como meios de protesto contra a riqueza e o poder dos sacerdotes e dos governantes.

Comiam e bebiam apenas o suficiente para se manterem vivos, possuíam todos os seus bens em comum e consideravam o casamento um mal necessário. Longe de ser patriotas fanáticos, encaravam o governo com indiferença e se recusavam a prestar juramento em qualquer contingência. Acentuavam mais os aspectos espirituais da religião do que o ritual e insistiam particularmente na imortalidade da alma, na vinda de um messias religioso e na iminente destruição o mundo.

Todos os ramos do judaísmo, com exceção dos saduceus, exerceram forte influência sobre o desenvolvimento do cristianismo. Na verdade, muitos cristãos encaram a sua religião como o próprio judaísmo completado e aperfeiçoado. Foi às fontes judaicas que o cristianismo foi buscar a sua cosmogonia, os Dez Mandamentos e uma boa parte da sua teologia. O mesmo Jesus, embora condenasse o legalismo e a hipocrisia dos fariseus, não repudiava todos os princípios da seita. Como eles, reverenciava os profetas, acreditava nas recompensas e castigos depois da morte e considerava os judeus como o povo eleito de Deus. Ao invés de abolir a Lei, como em geral se supõe, exigia o seu cumprimento, mas insistindo em que isso não se devia tornar parte predominante da religião. Até que ponto as crenças e práticas da religião cristã foram moldadas pelo judaísmo mais radical dos essênios, é questão que nunca recebeu resposta satisfatória. A influência permanente deve ter sido pequena. Sem embargo, sabemos que muitos cristãos primitivos praticavam o ascetismo, olhavam o governo com indiferença, tinham os seus bens em comum e acreditavam na iminência do fim do mundo. Isso não significa, por certo, que o cristianismo fosse uma simples adaptação de crenças e práticas emanadas do judaísmo. Devido a vários fatores, continha ele muitos elementos próprios; mas este é um assunto que será mais conveniente discutir alhures.

Também foi considerável a influência ética e política dos hebreus. Suas concepções morais tornaram-se um fator dominante do desenvolvimento da atitude negativa em face da ética, que prevaleceu por tanto tempo nos países do Ocidente. Para os antigos hebreus, a "retidão" consistia principalmente na observância de tabus. Se bem que uma moral positiva de caridade e justiça social tivesse feito rápidos progressos na época dos profetas, essa moral foi, por sua vez, em parte obscurecida pelo reflorescimento da influência dos sacerdotes durante o período que se seguiu. Em resultado disso, a Torá ou Pentateuco, que continha o código de conduta pessoal do

judeu, chegou a ficar saturada de proibições ritualísticas. Com respeito à influência política o quadro é mais imponente. Os ideais hebreus do governo limitado, da soberania da lei e da consideração pela dignidade e pelo valor do indivíduo contam-se entre as grandes influências formadoras que plasmaram o desenvolvimento da moderna democracia. É universalmente admitido, hoje, que as tradições do judaísmo não contribuíram menos que a influência do cristianismo e da filosofia estóica para promover o reconhecimento dos direitos do homem e o desenvolvimento da sociedade livre.

CAPÍTULO 7

As Culturas Hitita e Egéia; Culturas Menores

ALGUMAS outras culturas do Oriente Próximo requerem mais que uma referência de passagem. As principais entre elas são as culturas hitita, egéia, lídia e fenícia. A importância dos hititas residiu primariamente no seu papel de intermediários entre Oriente e Ocidente. Foram eles um dos grandes elos de ligação entre as civilizações do Egito, do vale do Tigre-Eufrates e da região do Mar Egeu. Parece certo, além disso, que foram os primeiros descobridores do ferro. Introduziram o uso desse metal entre os povos circunvizinhos, que não tardaram a adotá-Io em lugar do bronze. A civilização egéia é significativa pelas suas notáveis realizações nas artes, pelo espírito de liberdade e pela coragem das suas tentativas. Ainda que muitas de suas realizações tenham perecido, há provas de que os gregos deveram muito a esses povos. A religião grega, por exemplo, continha numerosos elementos egeus. É provável que fossem igualmente de origem egéia o amor dos gregos pelo atletismo, o seu sistema de pesos e medidas, o conhecimento da navegação e talvez muitas de suas tradições artísticas. Quanto aos fenícios, ninguém poderia negar a importância da difusão, que a eles se deve, do conhecimento do alfabeto através do mundo civilizado circundante. Os Iídios, por sua vez, passaram à história como os criadores do primeiro sistema de cunhagem.

1. OS HITITAS

Até mais ou menos oitenta anos atrás, pouco se conhecia dos hititas além de seu nome. Admitia-se comumente não terem eles desempenhado papel de nenhuma significação no drama da história. As raras referências feitas aos hititas na Bíblia davam a impressão de serem pouco mais que uma tribo semibárbara. Mas, em 1870, foram encontradas em Hamath, na Síria,

algumas pedras com inscrições singulares. Foi esse o ponto de partida de uma extensa pesquisa, que continuou até hoje com poucos interrupções. Não tardaram a ser descobertas dezenas de outros monumentos e grande número de tabuletas de argila, espalhados por quase toda a Ásia Menor e pelo Oriente Próximo, até ao vale do Tigre-Eufrates. Em 1907 a pá dos escavadores pôs a nu alguns restos de uma antiga cidade, próxima ao vilarejo de Boghaz-Keui, na província da Anatólia. Escavações ulteriores revelaram, por fim, as ruínas de uma grande capital fortificada, que é conhecida como Hatusas ou Cidade Hitita. Dentro de seus muros foram descobertos mais de 20.000 documentos e fragmentos, sendo grande parte constituída por leis e decretos, dos quais um bom número já se encontra decifrado.

À base desses achados e de outras provas que gradualmente se foram acumulando, tornou-se logo claro terem sido os hititas, outrora, os senhores de um poderoso império que cobria grande parte da Ásia Menor e se estendia até as vizinhanças do Alto Eufrates. Em certa época esse império incluiu também a Síria e mesmo porções da Fenícia e da Palestina. Os hititas alcançaram o zênite de seu poder nos anos compreendidos entre 2.000 a 1.200 a.C. No último século desse período, empenharam-se em longa e exaustiva guerra com o Egito, guerra essa que influiu bastante na queda dos dois impérios. Ambos tornaram-se incapazes de reaver suas forças. Depois de 1.200 a.C., Carchemish, no rio Eufrates, tornou-se por algum tempo a principal cidade hitita, antes porém como centro comercial do que como capital de um grande império. Os dias de glória imperial tinham-se acabado. Finalmente, depois de 717 a.C., todos os territórios hititas restantes foram conquistados e absorvidos pelos assírios, lídios e frígios.

São problemas ainda não resolvidos a proveniência dos hititas e suas ligações raciais. A crer nas pinturas egípcias, alguns deles parecem ter sido de tipo mongolóide. Todos tinham enormes narizes aduncos, frontes fugidias e olhos oblíquos. A maioria dos arqueólogos modernos coloca no Turquestão o seu lugar de origem e considera-os relacionados com os gregos. Falavam uma língua indo-européia, cujo segredo foi desvendado durante a primeira guerra mundial pelo orientalista tcheco Hrozny. Desde então têm sido decifrados milhares de tabuletas de argila contendo as leis e

os registros oficiais do império. Esses documentos revelam uma civilização mais próxima da dos antigos babilônios que de qualquer outra.
Os elementos de que dispomos não são ainda suficientes para tornar possível uma avaliação exata da civilização hitita. Alguns historiadores modernos referem-se a ela como se estivesse em nível idêntico ao da civilização mesopotâmica ou até ao da egípcia. Talvez isso seja verdade do ponto de vista material, pois os hititas tiveram sem dúvida alguma um conhecimento extensivo da agricultura e uma vida econômica em geral altamente desenvolvida. Extraíam grande quantidade de prata, cobre e chumbo, que vendiam às nações circunvizinhas. Descobriram a mineração e o uso do ferro, tornando utilizável esse material para o resto do mundo civilizado. O comércio foi também uma de suas principais atividades econômicas. Parece, com efeito, que, na expansão de seu império, dependeram quase tanto da penetração comercial quanto da guerra.
Por outro lado, nada há que indique por ora qualquer nítida superioridade no terreno das aquisições intelectuais, se bem que, certamente, ninguém possa dizer o que revelarão as futuras pesquisas. Os milhares de tabuletas de argila recuperados parecem ser acima de tudo documentos relacionados com negócios, leis e religião. A literatura dos hititas consistia mormente em mitologia, inclusive adaptações da epopéia de Gilgamesh e das lendas da Criação e do Dilúvio dos antigos babilônios. Nada tinham que mereça o nome de filosofia, nem há indícios duma originalidade científica fora das artes metalúrgicas. Evidentemente possuíam certo dom para o aperfeiçoamento da escrita, pois, além de uma escrita cuneiforme modificada que derivaram da mesopotâmica, desenvolveram também um sistema hieroglífico de caráter parcialmente fonético.
Uma das realizações mais significativas dos hititas foi o seu sistema legal. Refletindo, embora, a influência babilônica, era em larga parte original. Aproximadamente duzentos artigos isolados ou decretos completos, versando sobre grande variedade de assuntos, foram traduzidos. Refletem uma sociedade relativamente urbana e requintada, mas submetida a um minucioso controle governamental. Os proprietários de toda a terra eram o rei ou os governos das cidades. Faziam-se concessões aos indivíduos somente como recompensa de serviços militares e sob a condição estrita de ser a terra cultivada. Se algum beneficiário deixava de cumprir tais obrigações, revertiam suas terras para o Estado. Nas próprias leis se

estabeleciam os preços de grande número de mercadorias - não só artigos de luxo e produtos industriais, mas também de alimentação e vestuário. Os salários e os pagamentos de serviços eram do mesmo modo minuciosamente prescritos, sendo o pagamento das mulheres fixado em menos da metade do homem.

Globalmente, o direito hitita era mais humano que o dos antigos babilônios. A morte era punição estabelecida tão-só em oito casos, entre os quais crimes como a feitiçaria, relações sexuais com animais e furtos de objetos pertencentes ao palácio. Mesmo o assassínio premeditado era punível somente por uma multa. A mutilação não figura como pena, a não ser para o incêndio premeditado ou para o roubo, quando cometidos por um escravo. O contraste com as crueldades da lei assíria é muito mais flagrante. Nos decretos hititas não há um exemplo sequer de punições cruéis como o esfolamento, a "castração e o empalamento, que os soberanos de Nínive julgavam necessários à manutenção de sua autoridade". Infortunadamente, permanecem imersas em mistério as causas que determinaram esse espírito mais liberal dos legisladores hititas. Talvez tivessem o bom senso de perceber que a justiça é mais importante do que a força na preservação de uma sociedade bem ordenada.

A arte dos hititas não possuía mérito especial. Tanto quanto sabemos, incluía somente a escultura e a arquitetura. A primeira era tosca e ingênua, mas ao mesmo tempo revelava uma frescura e um vigor raríssimos nas obras dos povos orientais. Grande parte dela compõe-se de relevos representando cenas de guerra e da mitologia. A arquitetura, volumosa e pesada, mostra-nos templos e palácios acachapados, construções desadornadas com pequenos pórticos de duas colunas e grandes leões de pedra guardando a entrada.

Pouco se sabe a respeito da religião hitita além do fato de que possuía uma mitologia complicada, inúmeras divindades e formas de culto de origem mesopotâmica. O nome da divindade masculina principal parece ter sido Addu, um deus da tempestade constantemente representado com um feixe de raios saindo da mão. O posto principal da hierarquia era dado, contudo, à deusa-mãe da fertilidade, cujo nome se desconhece. Adoravam também um deus do sol e uma multidão de divindades, algumas das quais, aparentemente, não tinham nenhuma função particular. Os hititas parecem ter acolhido no seu panteão quase todos os deuses dos povos que conquistaram e até das nações que deles compravam mercadorias. As práticas religiosas incluíam a adivinhação, o sacrifício, as cerimônias de purificação e as orações. Nada pôde ser encontrado nos documentos que indicasse ter sido a religião, em qualquer sentido, uma religião ética.

O maior valor histórico dos hititas reside, provavelmente, no papel que desempenharam como intermediários entre o vale do Tigre-Eufrates e as partes mais ocidentais do Oriente Próximo. Foi, sem dúvida, principalmente desse modo que certos elementos culturais da Mesopotâmia foram transmitidos a povos como os cananeus e os hicsos e, talvez, aos povos das ilhas do Egeu. Mas a própria cultura hitita não deixou de exercer uma influência direta. Refletia-se nitidamente nos costumes sociais dos frígios, que floresceram nos últimos anos da era pré-cristã. Algumas autoridades sustentam que os troianos, que foram atacados pelos gregos no século XII a.C., eram aliados dos hititas. Se isso for verdade, será quase inelutável a conclusão de que a cultura troiana teria sofrido a influência hitita. Visto que os troianos mantinham estreitas relações com os cretenses, se é que não eram da mesma raça, é razoável supor um certo intercâmbio cultural entre os hititas e os principais centros da civilização egéia.

2. A CIVILIZAÇÃO EGÉIA

Por uma estranha coincidência, o descobrimento da existência das civilizações hitita e egéia, foi feito quase ao mesmo tempo. Antes de 1870, quase ninguém imaginava que uma grande civilização tivesse florescido nas ilhas do Egeu e no litoral da Ásia Menor centenas de anos antes do aparecimento dos gregos. Os estudantes da IIíada naturalmente conheciam as referências a um povo estranho que se dizia ter residido em Tróia e o qual raptara a formosa Helena e fora punido pelos gregos com o cerco e a destruição de sua cidade. Supunha-se comumente, porém, que essas histórias fossem meros produtos da imaginação poética.

O primeiro descobrimento de um centro de cultura egéia não foi realizado por um arqueólogo profissional, mas por um negociante alemão aposentado, que se chamava Heinrich Schliemann. Fascinado, desde adolescente, pelas histórias relatadas nos versos épicos de Homero, resolveu dedicar sua vida às pesquisas arqueológicas, tão logo tivesse rendimentos que o habilitassem a realizá-Ia. Felizmente para ele e para o mundo, acumulou uma fortuna graças ao petróleo russo e então se retirou dos negócios para despender o seu tempo e o seu dinheiro na realização dos seus sonhos da juventude. Em 1870 começou a escavar em Tróia. Dentro de poucos anos tinha descoberto partes de nove cidades diferentes, cada qual construída sobre as ruínas de sua predecessora. Identificou a segunda dessas cidades com a Tróia da Ilíada, embora se tenha provado mais tarde que Tróia era a sexta. Depois de realizar sua primeira grande ambição, iniciou escavações no território continental grego e descobriu finalmente duas outras cidades egéias: Micenas e Tirinta. O trabalho de Schliemann foi logo seguido pelo de outros investigadores, especialmente pelo inglês sir Arthur Evans, que descobriu Cnosso, a resplandecente capital dos reis de Creta. Até a presente data foi cuidadosamente pesquisada mais da metade das localidades egéias e acumulou-se grande cópia de conhecimentos sobre vários aspectos da sua cultura.

Parece que a civilização egéia se originou na ilha de Creta, sendo seus estabelecimentos na Grécia Continental e na Ásia Menor devidos, evidentemente, à expansão. Em poucos outros exemplos da história tem a interpretação geográfica das origens culturais, tão justa aplicação. Creta possuía um clima benigno e uniforme, nem quente a ponto de tornar o

homem preguiçoso, nem tão frio que exigisse uma vida de lutas incessantes. Embora o solo fosse fértil, a área era limitada; em conseqüência, com o crescimento da população, os homens se viram compelidos a aguçar a imaginação e a inventar novos meios de ganhar a vida. Alguns emigraram, outros fizeram-se marinheiros, mas um grande número permaneceu na terra natal, produzindo mercadorias para exportar. Assim se tornaram uma nação industrial e comercial, com cidades prósperas e numerosos contatos com o mundo civilizado que os circundava. Além disso, havia provisões naturais de cobre, ouro, prata, chumbo e bons materiais de construção. E, finalmente, as belezas naturais que abundavam por quase toda a parte estimularam o desenvolvimento de uma arte maravilhosa.

A civilização egéia foi uma das mais antigas na história do mundo. Já em 3.000 os naturais de Creta haviam realizado a transição do período neolítico para a idade dos metais e, provavelmente, para a da escrita. A primeira etapa foi completada sob a direção das cidades de Cnosso e Festo, mais ou menos em 1.800 a.C. Cerca de uma centena de anos depois, ocorreu uma tremenda calamidade. O grande palácio de Cnosso foi demolido e, também, as principais construções de várias outras cidades. Não pôde ser determinado exatamente o que aconteceu, mas há fundamentos para se julgar que a causa do desastre tenha sido um terremoto seguido de uma revolução. Seja como for, uma nova dinastia subiu ao trono, adotou-se um novo sistema de escrita e outros elementos da vida passada foram mudados.

Depois de mais ou menos cinqüenta anos de incerteza a civilização egéia alcançou novos píncaros em brilhantismo e força. Foram reconstruídas Tróia e as cidades de Creta e fundaram-se novos centros em Micenas e Tirinta. Logo depois, a hegemonia cretense se estendeu por sobre as partes restantes do mundo egeu. Mas não devia durar muito a nova era de poder e esplendor. No século XVI a.C. um grupo de bárbaros gregos, conhecidos como aqueus, investiu contra o Peloponeso e finalmente conquistou Micenas. Absorvendo gradativamente a cultura dos vencidos, tornaram-se ricos e poderosos senhores dos mares. Mais ou menos em 1.400 a.C. subjugaram a cidade de Cnosso e, logo depois, toda a ilha de Creta passou para o seu poder. Embora já não fossem um povo primitivo, parece que nunca apreciaram os mais belos aspectos da cultura egéia. Em resultado, esse período de supremacia de Micenas caracterizou-se por um declínio dos egeus na arte e, provavelmente, também no campo intelectual. No século

XII os aqueus guerrearam com os troianos e saíram vitoriosos, mas menos de dois séculos depois eles mesmos sofreram uma invasão bárbara. As novas hordas eram também gregas, mas pertenciam ao grupo conhecido como os dórios. Sua cultura era relativamente primitiva, salvo o fato de possuírem armas de ferro. Viveram vários séculos na parte continental da Grécia e aos poucos foram avançando em direção ao sul. Aproximadamente em 1.200 a.C., iniciaram a conquista das cidades micênicas. Duzentos anos depois, a civilização egéia passara para o limbo da história.
O caráter racial do povo egeu pôde ser determinado com bastante exatidão. A ilha de Creta, pelo menos, tem oferecido dados arqueológicos em suficiente abundância para não deixar dúvida quanto à origem mista dos seus antigos habitantes, cujos antepassados parecem ter vindo da Síria e da Anatólia e eram estreitamente aparentados aos hititas e aos primeiros invasores da Índia. Além disso, o fato de que os seus artistas os pintavam como indivíduos de cabeça alongada, pequena estatura, corpo esbelto e cabelos negros e ondulados constitui indício de parentesco entre eles e os egípcios. Embora ocupassem território grego, não eram, em absoluto, gregos no significado histórico da palavra. Os verdadeiros gregos, como veremos mais adiante, eram de origem étnica totalmente diversa.
A civilização egéia foi provavelmente uma das mais livres e progressistas de todo o Oriente Próximo. O governante era conhecido pelo título de Minos, que equivalia mais ou menos ao de faraó. O fato de ser o termo usado, acidentalmente, com referência a um deus mostra que era um título de divindade. Entretanto, Minos não era um guerreiro feroz como os reis assírios e persas, seu exército profissional era pequeno; não possuía grandes cidades fortificadas, nem há qualquer indício da prática da conscrição militar. Possuía uma grande e eficiente armada, mas se destinava à defesa contra o ataque externo e à proteção do comércio, e não a subjugar os cidadãos na terra natal.
Por outro lado, havia uma arregimentação da indústria, mas não se sabe para que fim. O rei era o principal capitalista e empresário do país. As fábricas ligadas ao seu palácio produziam, em larga escala, cerâmica de ótima qualidade, tecidos e artigos de metal. Alguns desses produtos destinavam-se a suprir as necessidades da corte, mas grande número deles eram vendidos tanto no interior como no exterior. Embora não fosse proibida a empresa privada, os possuidores de estabelecimentos menores

sofriam naturalmente certa desvantagem em competir com o rei. Não obstante, floresceram numerosas fábricas pertencentes a particulares, sobretudo em cidades que não a capital. Gúrnia, por exemplo, possuía fundições para a manufatura de bronze; Terásia, refinarias de óleo de azeitona e Festo, fábricas de cerâmica. Deve-se compreender que esses estabelecimentos, tantos os reais como os particulares, eram fábricas quase que em todos os sentidos modernos da palavra. Apesar de não usarem maquinaria acionada a força motriz, empenhavam-se na produção em larga escala e havia divisão de trabalho, controle centralizado e supervisão dos trabalhadores.

O povo egeu de quase todas as classes parece ter levado uma vida feliz e bastante próspera. Se de fato existia a escravidão, certamente desempenhava um papel bem pouco importante. As casas dos mais pobres quarteirões das cidades industriais, como Gúrnia, eram construídas com solidez e comodidade, muitas vezes com seis ou oito peças, embora, está claro, não saibamos quantas famílias nelas residiam. A julgar pelo número de inscrições achadas nas casas de gente comum, a alfabetização era quase universal. As mulheres gozavam de completa igualdade em relação aos homens. Sem consideração de classe, não havia atividade pública que lhes fosse vedada e nenhuma ocupação da qual não pudessem participar. Creta possuía seus toureiros femininos e até mesmo mulheres lutadoras. As senhoras das camadas superiores devotavam grande tempo à moda. Vestidas com seus corpetes bem justos e saias em forma de sino, guarnecidas de folhos que não estariam fora de estilo no século XIX europeu, porfiavam umas com as outras no atrair a atenção quando estavam nos camarotes dos teatros ou nos outros numerosos centros de diversões.

Os naturais da área do Egeu deleitavam-se com jogos e competições de todo tipo. O xadrez, a dança, as corridas e o boxe rivalizavam na atração que exerciam sobre o povo. Os cretenses foram os primeiros a construir teatros de pedra, nos quais os desfiles e a música entretinham grandes públicos. Mas a mais popular de todas as diversões, ao menos como espetáculo, era o cavalgar touros como nos rodeios de nossos dias. Esse esporte não era tão cruel quanto as modernas touradas, por isso que não havia picador para torturar o touro nem matador para sacrificá-Ia. Assim que o animal ficava bastante enfurecido, para investir, de cabeça baixa, um atleta o agarrava pelos chifres, saltava sobre o lombo, fazia algumas

piruetas perigosas e depois pulava para o chão. De certo modo, faltava a essas exibições a trágica beleza que Ernest Hemingway viu nas touradas espanholas, mas eram sem dúvida mais humanas.
A religião dos súditos do Minos era uma mistura de estranhos característicos. Em primeiro lugar, era matriarcal. A divindade principal não era um deus, mas uma deusa que dominava todo o universo: o mar e o céu não menos que a terra. Todas as coisas existentes emanavam dela. Mas era principalmente como corporificação da fecundidade e, em conseqüência, como fonte de toda a vida, que assumia significado especial. Nessa função era amiúde representada como uma madona de seios nus, carregando o infante sagrado ou vigiando-o com ternura. Acompanhavam-na constantemente a serpente e a pomba, quiçá como símbolos de sua força geradora e de suas qualidades de sabedoria e de misericórdia. A princípio não parece ter sido adorada qualquer divindade masculina, porém mais tarde foi associado um deus à deusa, como seu filho e amante. Ainda que, como os filhos divinos em inúmeras outras religiões, morresse e ressurgisse dos mortos, nunca foi considerado de grande importância pelos cretenses.
A religião egéia tinha, em segundo lugar, um caráter totalmente monístico. A deusa-mãe era tanto a fonte do mal como do bem, mas nunca com sentido mórbido ou terrificante. Embora trouxesse no seu rastro a tempestade e espalhasse a destruição, isso apenas servia para renovar a natureza. A própria morte era interpretada como um pré-requisito condicional da vida. Não se sabe se a religião envolvia quaisquer objetivos éticos. Seus fiéis punham sem dúvida as esperanças numa feliz sobrevivência no outro mundo, ainda que isso não constituísse necessariamente uma recompensa das boas ações praticadas na terra. Os mortos eram solicitamente enterrados e providos de quase tudo o que pudesse contribuir para o seu conforto e prazer. Os principais suprimentos que acompanhavam os mortos de qualquer classe e idade eram: alimentos, bebidas, objetos de toilette, lâmpadas, navalhas, espelhos e jogos. Além disso, dava-se ao caçador sua lança; ao marinheiro, uma miniatura de seu barco favorito; às crianças seus brinquedos; e aos homens ricos, efígies de seus servos. Nunca se encontraram sinais de qualquer crença num lugar de punição futura.
Havia ainda outros característicos curiosos: a adoração de animais (o touro, o veado e o minotauro, que era metade touro e metade homem), a adoração de árvores sagradas, a veneração de objetos sagrados, que provavelmente

eram símbolos da reprodução (o machado de dois gumes, o pilar e a cruz) e o emprego de sacerdotisas em lugar de sacerdotes para executar os ritos do culto. Indubitavelmente, o ato de adoração mais importante era o sacrifício. Nos grandes festivais religiosos eram apresentadas, como oferendas de agradecimento à deusa e ao seu filho, centenas de animais e grande quantidade de cereais e frutas. É duvidoso, no entanto, que tais sacrifícios representassem, em qualquer sentido, uma expiação de pecados cometidos. Eram, antes, feitos com o fim de oferecer sustento às divindades e colocar o homem em estado de amizade sacramental com elas. A idéia oriental do bode expiatório, ou o derramamento de sangue para a remissão de pecados, parecem ter sido estranhos ao espírito egeu.

Durante cerca de oitenta anos após o descobrimento da civilização egéia, o seu sistema de escrita permaneceu um dos enigmas da história. Por volta de 1950, no entanto, o orientalista tcheco Bedrich Hrozny, que já havia decifrado a escrita hitita, logrou desvendar o mistério das inscrições cretenses. Mostrou ele que esse povo dominante do Egeu possuiu não apenas um sistema de escrita, mas três: uma escrita hieroglífica e duas lineares, que foram usadas em épocas sucessivas. Por infortúnio, os espécimes atualmente decifrados muito pouco revelam sobre a natureza da cultura egéia. Se existem escritos literários ou filosóficos, é questão até agora sem resposta. O problema das realizações científicas não apresenta tantas dificuldades, uma vez que temos relíquias materiais para nos orientar. Os descobrimentos arqueológicos feitos na ilha de Creta indicam que os seus antigos habitantes eram talentosos inventores e engenheiros. Construíam excelentes estradas de concreto, com cerca de três metros e meio de largura. Quase todos os princípios fundamentais da moderna engenharia sanitária eram conhecidos pelos planeadores do palácio de Cnosso, graças ao que a família real de Creta, no século XVII a.C., gozava de confortos e conveniências que não eram desfrutados pelos mais ricos monarcas dos países ocidentais no século XVII da nossa era.

A arte é a realização do povo egeu que, mais do que qualquer outra, parece refletir a vitalidade e a independência de sua cultura. Excetuando-se a dos gregos, nenhuma outra arte do mundo antigo pode se igualar a ela. Seus traços característicos eram a delicadeza, a espontaneidade e o naturalismo. Não pretendia glorificar a ambição de uma arrogante classe dominante ou inculcar doutrinas religiosas, mas exprimir a satisfação do homem comum

com o mundo de beleza que o rodeava. Em conseqüência, era notavelmente liberta da influência retardadora da tradição. Não tinha competidora, além disso, na universalidade de suas aplicações, pois se estendia não somente às pinturas e às estátuas, mas até aos mais humildes objetos de uso cotidiano.
Das artes maiores, a arquitetura foi a menos desenvolvida. Os grandes palácios não eram realmente construções muito belas, mas estruturas caprichosas que visavam principalmente a amplitude e o conforto. À medida que um maior número de funções era absorvido pelo estado, os palácios se alargavam para acomodá-Ias. Novas partes anexavam-se às já construídas ou empilhavam-se sobre elas, sem qualquer consideração de ordem ou simetria. Os interiores, no entanto, eram decorados com belas pinturas e guarnições. Pode-se dizer que a arquitetura cretense se assemelhou ao moderno estilo internacional no sacrificar a forma à utilidade e a beleza externa aos interiores agradáveis e acolhedores.
A pintura foi a suprema arte do mundo egeu. Quase toda ela consistia em afrescos murais, embora se encontrassem, de quando em quando, relevos pintados. Os murais dos palácios cretenses foram, em toda a linha, os melhores de quantos sobreviveram dos antigos tempos. Revelavam com perfeição os notáveis dons do artista minóico: a dramaticidade instintiva, o senso do ritmo, o sentimento dos aspectos mais característicos da natureza. Gostava de pintar a doida corrida do veado amedrontado, o andar disfarçado do felino perseguindo a presa entre as ervas, ou o lírio gracioso pendendo da haste delgada.
Haviam, também, alcançado um nível bem elevado de perfeição a escultura, a cerâmica e a lapidação de pedras preciosas. A escultura dos cretenses diferia da de qualquer outro povo do Antigo Oriente. Nunca se valeu do tamanho como estratagema para dar a idéia de força. Os cretenses não produziram colossos como os do Egito nem relevos semelhantes aos da Babilônia, que representavam um rei de proporções gigantescas a desbaratar inimigos pequeninos. Preferiam, ao invés, as esculturas em miniatura. Quase todas as estátuas de seres humanos ou divindades que os arqueólogos têm encontrado são menores do que o tamanho natural. A arte plástica dos egeus não era também essencialmente propagandística. A finalidade predominante, no caso da pintura, era expressar o prazer individual proporcionado pela cor e pelo drama do ambiente. Do mesmo modo, a cerâmica delicadamente pintada, delgada como uma casca de ovo,

as adagas e as facas habilmente lavradas e tauxiadas, as pedras preciosas e os sinetes de desenho variado, revelam um domínio quase incrível do material e um respeito pela forma e pela beleza naturais.

Muito se tem escrito sobre o significado da civilização egéia e suas relações com as culturas dos povos vizinhos. Para alguns historiadores, ela não passa de um mero prolongamento da civilização egípcia. Podem citar-se inúmeros fatos em defesa desse ponto de vista: ambas as nações pertenciam à mesma raça; seus governos assemelhavam-se quanto ao caráter teocrático; ambas as sociedades continham elementos de matriarcado e coletivismo econômico. Mas só até aí pode ir a comparação. As diferenças eram tão nítidas quanto as semelhanças. O povo egeu não construiu grandes pirâmides ou templos magníficos; somente na pintura sua arte se assemelhava de perto à egípcia. Os sistemas de escrita das duas civilizações parecem ter sido de origem completamente independente, como evidencia o fato de pouco ajudar o conhecimento do egípcio na decifração da escrita cretense. Enquanto a religião egípcia era um complicado sistema ético, baseado na adoração de um deus do sol feito de retidão e justiça, a religião dos egeus venerava uma deusa da natureza sem qualquer indício de fins éticos. Os dois povos diferiam, finalmente, em sua filosofia básica da vida. Os egípcios acreditavam no sacrifício dos interesses pessoais em prol da glória e da eternidade do estado e consideravam as recompensas na existência futura como uma justa compensação pelas boas ações na terra. Os egeus eram individualistas, tratavam de viver suas vidas feitas de aprazível atividade e interessavam-se pela vida do além tão só como uma extensão de sua existência terrestre prazenteira e satisfatória.

Não é fácil avaliar a influência da civilização egéia. Os filisteus, que provinham de algum recanto do mundo egeu, introduziram certos aspectos dessa cultura na Palestina e na Síria. Há razões para acreditar que muitos elementos da arte fenícia, assim como as lendas de Sansão, do Velho Testamento, foram, na realidade, tomadas aos filisteus. É provável também que as tradições religiosas e estéticas dos cretenses, e talvez alguma coisa de seu espírito de liberdade, tenham influenciado os gregos. Mas uma considerável parte da civilização egéia perdeu-se ou foi destruída. Em seguida à queda de Cnosso iniciou-se uma era de obscurantismo que durou quase quatrocentos anos. Os conquistadores eram bárbaros, incapazes de

apreciar grande parte da cultura do povo que dominaram e, conseqüentemente, deixaram que ela perecesse.
A despeito de sua influência limitada, a civilização egéia tem importância para os estudiosos de história, pois foi Creta uma das poucas nações dos antigos tempos que asseguraram, mesmo aos seus cidadãos mais humildes, uma razoável parcela de felicidade e de prosperidade, vivendo livres da tirania de um estado despótico e de um clero insidioso e astuto. A ausência aparente de escravidão. de punições brutais, de trabalho forçado e de conscrição militar, juntamente com uma igualdade virtual entre as classes e a nobilitação da mulher - tudo compõe um regime em flagrante contraste com o dos impérios asiáticos. Se forem ainda necessários testemunhos adicionais para salientar esse contraste, eles serão encontrados na arte das várias nações. O escultor ou o pintor egeu não se gloriava em representar a destruição dos exércitos ou o saque das cidades, mas em retratar paisagens floridas, festas alegres, emocionantes exibições de proezas atléticas e cenas semelhantes, próprias de uma existência livre e pacífica. Por fim, a civilização egéia é significativa pelo parentesco com o que muitas vezes pensamos ser o espírito moderno. Isso é claramente exemplificado pela inclinação do povo ao conforto e à opulência, pelo seu amor aos divertimentos, seu individualismo, seu gosto pela vida e a coragem de tudo submeter à experiência.

3. OS LÍDIOS E OS FENÍCIOS

Quando caiu o império hitita, no século VIII antes da nossa era, seu sucessor nas principais áreas de domínio foi o reino da Lídia. Os lídios estabeleceram o seu poder sobre o que é hoje território da República Turca, na Anatólia. Não tardaram a obter o controle das cidades gregas da costa da Ásia Menor e de todo o planalto ao poente do rio Hális. Mas esse poder foi de curta duração. Em 550 a.C., Creso, o fabuloso rei dos lídios, julgou ver uma boa oportunidade de acrescentar aos seus domínios o território dos medos. a leste daquele rio. O rei medo acabava de ser deposto por Ciro, o chefe dos persas. Antecipando um fácil triunfo para os seus exércitos, Creso lançou-se à conquista das terras de além-Hális. Após uma batalha indecisa com Ciro, tornou à sua capital (Sárdis), em busca de reforços. Ali, Ciro

apanhou-o desprevenido num ataque de surpresa, capturou e incendiou a cidade. Os lídios nunca se refizeram do golpe e em pouco tempo todo o seu território, inclusive as cidades gregas da costa, passaram para o domínio de Ciro o Grande.
Falavam os lídios uma língua indo-européia e eram provavelmente uma mistura de povos nativos da Ásia Menor e elementos étnicos procedentes da Europa Oriental. Aproveitando as vantagens de uma posição favorável e da abundância de recursos naturais, desfrutavam um dos mais altos padrões de vida da antiguidade. Eram famosos pelo esplendor dos seus carros blindados e pela profusão de ouro e objetos de luxo que os cidadãos possuíam. A riqueza dos seus reis era lendária, como o atesta a frase feito "rico como Creso". As principais fontes dessa prosperidade eram o ouro extraído das torrentes, a lã dos milhares de ovelhas que pastavam nas colinas e os lucros auferidos do extenso tráfico entre o vale do Tigre-Eufrates e o Mar Egeu. Mas, com toda a sua opulência e oportunidades de lazer, a civilização não deve aos lídios mais que uma única contribuição original. Referimo-nos à cunhagem de moeda com eletro ou "ouro branco", uma liga natural de ouro e prata, encontrada nas areias de um dos seus rios. Até então, todos os sistemas monetários tinham consistido em argolas ou barras de metal, de peso determinado. As novas moedas, de vários tamanhos, traziam gravado o valor que lhes era conferido, de maneira mais ou menos arbitrária, pelo soberano que as emitia.
Em contraste com os lídios, que ganharam a ascendência em resultado da queda dos hititas, os fenícios lucraram com a desintegração da supremacia egéia. Mas os fenícios não foram conquistadores nem construtores de um império. Exerceram a sua influência através das artes pacíficas e especialmente do comércio. Durante a maior parte da sua história, o sistema político fenício foi uma vaga confederação de cidades-estados que freqüentemente compravam a sua segurança pagando tributo a potências estrangeiras. O território ocupado era a estreita faixa de terra entre os montes do Líbano e o Mediterrâneo. Com os seus bons portos e a sua posição central, estava admiravelmente situado para o comércio. Entre os grandes centros comerciais figuravam Tiro, Sidon e Beirute. Sob a hegemonia do primeiro, a Fenícia alcançou o zênite do seu esplendor cultural entre os séculos X e VIII a.C. Durante o século VI passou para o

domínio dos caldeus e posteriormente dos persas. Em 332 a.C. Tiro foi destruída por Alexandre Magno, após um cerco de sete meses.
Os fenícios eram um povo de língua semítica, parente próximo dos cananeus. Revelaram muito pouco gênio criador, mas foram notáveis adaptadores das inovações alheias. Não produziram nenhuma arte original digna desse nome e suas contribuições literárias são insignificantes. A religião fenícia, como a dos cananeus, caracterizava-se pelos sacrifícios humanos ao deus Moloc e por ritos licenciosos de fecundidade. Distinguiam-se, contudo, nas manufaturas especializadas, na geografia e na navegação. Eram famosos através do mundo antigo pelas suas indústrias de vidro e metal e pelo seu corante de púrpura, extrai do de um molusco encontrado nos mares vizinhos. Fizeram tais progressos na arte da navegação que podiam marear à noite, à luz das estrelas. Entre os povos menos aventurosos a estrela polar foi conhecida, durante algum tempo, como a "estrela dos fenícios". Um navio tripulado por fenícios passa por ter circunavegado a África. O feito mais duradouro desse povo foi, todavia, o ter completado e difundido um alfabeto baseado em princípios que os egípcios haviam descoberto. A contribuição fenícia consistiu na adoção de um sistema de sinais que representavam os sons da voz humana e na eliminação de todos os caracteres pictográficos e silábicos. Os egípcios, como já vimos, tinham dado o primeiro desses passos, porém não o segundo.

Parte 2

As Civilizações Clássicas: Grécia e Roma

DEPOIS de 600 a.C. os centros de civilização do mundo ocidental não mais se limitaram ao Oriente Próximo. Na Grécia e na Itália caminhavam, então, para a maturidade duas novas culturas. Ambas haviam começado a evoluir muito antes, mas a civilização da Grécia não iniciou seu pleno desenvolvimento senão por volta de 600 a.C., ao passo que os romanos, antes de 500 a.C., apenas acenavam com a promessa de realizações originais. Cerca de 300 a.C., a civilização grega propriamente dita chegava a seu fim e era suplantada por uma nova cultura, que representava uma fusão de elementos derivados da Grécia e do Oriente Próximo. Foi essa a civilização helenística, que se estendeu até mais ou menos o início da era cristã e que compreendia não só a península grega, mas também o Egito e grande parte da Ásia a ocidente do rio Indo. O característico básico que distingue essas três civilizações, entre tantas que tinham existido antes, é o secularismo. A religião não absorve mais os interesses do homem na extensão em que o fazia no antigo Egito ou nas nações da Mesopotâmia. O estado, agora, está acima da igreja e o poder dos sacerdotes na determinação das diretrizes da evolução cultural foi totalmente destruído. Além disso, os ideais de liberdade humana e o interesse pelo bem-estar do homem como indivíduo sobrepujaram largamente o despotismo e o coletivismo do velho Oriente Próximo.

AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS DA GRÉCIA E DE ROMA

(As datas sem indicação de era são a. C.)

POLÍTICA	ARTES E LETRAS	FILOSOFIA E CIÊNCIA	ECONOMIA	RELIGIÃO
Idade Homérica, 1200-800				Desenvolvimento da religião mundana e amoral dos gregos, 1200-800
Fundação de Roma, *ca.* 1000				
Início das cidades-estados da Grécia, *ca.* 800	*Ilíada* e *Odisséia*, *ca.* 800			
			Revolução econômica e colonização na Grécia, 750-600	
Idade dos tiranos na Grécia, 650-500	Arquitetura dórica, 650-500		Ascensão da classe média na Grécia, 750-600	
Reformas de Sólon, 594-560		Tales de Mileto, 640-546 Pitágoras, 582?-507		
Reformas de Clístenes, 508-502	Ésquilo, 525-456			
Queda da monarquia e fundação da república em Roma, *ca.* 500	Fídias, 500?-432			
	Arquitetura jônica, *ca.* 500-400			
Lutas entre patrícios e plebeus em Roma, 500-287	Sófocles, 496-406			Culto dos mistérios órficos e eleusinos, 500-100
Guerra dos gregos e persas, 493-479	Heródoto, 484-425	Protágoras, 481?-411		
Liga de Delos, 479-404		Sócrates, 469-399		
Perfeição da democracia ateniense, 461-429	Eurípides, 480-406	Hipócrates, 460-377? Demócrito, 460?-362?		
Lei das Doze Tábuas, em Roma, 445	Tucídides, 471?-400? Partenon, *ca.* 470	Sofistas, *ca.* 450-400		
Guerra do Peloponeso, 431-404	Aristófanes, 448?-380?	Platão, 427-347		

A PRIMITIVA ARTE GREGA

Vaso do começo do século V a. C., com pinturas que representam mulheres servindo-se duma fonte pública. Os vasos pintados, que se colocavam entre os principais produtos de Atenas e Corinto, têm valor não só como obras de arte, mas também pelas informações que nos dão da vida grega em seus primórdios. (Bettmann Archive.)

Estátua de mármore do tipo apolíneo, provàvelmente dos fins do século VII a. C. A escultura grega ainda estava, neste tempo, sob a influência egípcia, como se pode ver pelo penteado e pela posição dos braços e dos pés desta figura. (Metropolitan Museum of Art.)

Relêvo, mais ou menos de 500 a. C., representando uma luta e outras cenas dum festival atlético. O atleta da esquerda está prestes a saltar, enquanto o da direita se prepara para lançar o dardo. (Museum of Fine Arts de Boston.)

Um antepassado do banho de chuveiro, tal como aparece num vaso pintado dos fins do século VI a. C. Os atletas estão se lavando e friccionando o corpo com óleo, depois de se exercitarem na palestra ou no ginásio. A água jorra das bicas da parede, que têm a forma de cabeças de pantera. (Museum of Fine Arts de Boston.)

Cabeça de jovem, cópia romana duma estátua grega mais ou menos de 450 a. C. Feições assim, tendentes a um tipo ideal, são características de Fídias e seus discípulos. (Metropolitan Museum of Art.)

Hermes com Dioniso menino, por Praxiteles (século IV a. C.). O deus Hermes é representado como um jovem esbelto e gracioso, simbolizando o humanismo da religião grega. A fisionomia sugere uma atitude de repouso e satisfação filosófica. (Departamento de Arte da Rutgers University.)

ESCULTURA CLÁSSICA GREGA

O lanceiro de Policleto. Tida como bom exemplo da escultura idealista do século V, esta estátua representa mais um tipo do que um determinado indivíduo. Ela comunica um sentimento de fôrça física controlada. (Departamento de Arte da Rutgers University.)

Afrodite, uma peça grega do século V, de grande graça e ritmo nas formas do corpo e na roupagem.

Declínio da democracia na Grécia, 400	Arquitetura coríntia, *ca.* 400-300	Aristóteles, 384-322	
Supremacia tebana na Grécia, 371-362			
Conquista macedônica da Grécia, 338-337	Praxiteles, 370?-310?	Epicuro, 342-270	
Conquistas de Alexandre Magno, 336-323		Zenon (o Estóico), 336-264	
Divisão do império de Alexandre, 323		Euclides, 323?-285	
		Aristarco, 310-230	Desenvolvimento da publicidade e dos seguros, 300 a. C.-100 d. C.
			Comércio mundial helenístico, 300 a. C.-100 d. C.
			Economia monetária internacional, 300 a. C.-100 d. C.
Lei Hortênsia (Roma), 287		Arquimedes, 287?-212	Desenvolvimento da servidão nos impérios helenísticos, 300 a. C.-100 d. C.
Guerras Púnicas, 264-146			Crescimento das metrópoles, 300 a. C.-400 d. C.
		Eratóstenes, 276?-195?	Desenvolvimento da escravidão em Roma, 250-100
			Ascensão da classe média em Roma, 250-100
		Herófilo, 270?-150	Declínio do pequeno agricultor em Roma, 250-100
		Políbio, 205?-123?	

AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS DA GRÉCIA E DE ROMA

(As datas sem indicação de era são a. C.)

POLÍTICA	ARTES E LETRAS	FILOSOFIA E CIÊNCIA	ECONOMIA	RELIGIÃO
			Crises e desemprêgo no mundo helenístico, 200 a. C.-100 d. C.	Culto dos mistérios orientais em Roma, 250-50
			Declínio da escravidão no mundo helenístico, 200 a. C.-100 d. C.	
Revolta dos Gracos, 133-122		Cépticos, 200-100		Desenvolvimento do misticismo e da religião extraterrena, 200
		Introdução do estoicismo em Roma, *ca.* 140		
	Vergílio, 70 a. C.-19 d. C.	Cícero, 106-43		
Ditadura de Júlio César, 46-44	Horácio, 65 a. C.-8 d. C.	Lucrécio, 98-55		
Principado de Augusto César, 27 a. C.-14 d. C.		Sêneca, 3 a. C.-65 d. C.	Declínio da escravidão em Roma, 27 a. C.-476 d. C.	Difusão do mitraísmo em Roma, 27 a. C.-270 d. C.
	Tácito, 55?-117 d. C.			
	Coliseu, *ca.* 80 d. C.			Primeira perseguição dos cristãos em Roma, *ca.* 65 d. C.
Invasões de bárbaros em Roma, *ca.* 100-476 d. C.		Marco Aurélio, 121-180 d. C.		
Direito romano completado pelos grandes juristas, *ca.* 200 d. C.		Galeno, 130-200? d. C.		
		Neoplatonismo, 250-600 d. C.		
Diocleciano, 284-305 d. C.			Desenvolvimento da servidão e do feudalismo extralegal em Roma, 300-500 d. C.	Início da tolerância dos cristãos em Roma, 311 d. C.
Constantino I, 306-337 d. C.				O cristianismo torna-se religião oficial do império romano, 380 d. C.
Teodósio I, 379-395 d. C.				
Deposição do último imperador romano, 476 d. C.				

CAPÍTULO 8

A Civilização Helênica

ENTRE todos os povos do mundo antigo; o que melhor refletiu o espírito do homem ocidental foi o helênico ou grego. Nenhuma daquelas outras nações deu provas de tão forte dedicação à causa da liberdade ou de uma crença tão firme na nobreza das realizações humanas. Os gregos glorificavam o homem como a mais importante criatura do universo e recusavam submeter-se às imposições dos sacerdotes ou dos déspotas, e até a se humilhar ante os deuses.

Sua atitude era essencialmente laica e racionalista; exaltavam o espírito de livre exame e colocavam o conhecimento acima da fé. Foi, em grande parte, devido a tais razões que exaltaram sua cultura ao mais alto nível que o mundo antigo estava destinado a atingir. Os gregos não começaram, porém, do nada. É preciso lembrar que os alicerces de muitas de suas realizações já tinham sido assentados por certos povos orientais. Os rudimentos de sua filosofia e de sua ciência foram fornecidos pelos egípcios. O alfabeto grego provinha do fenício. E, provavelmente em extensão muito maior do que julgamos, a compreensão helênica da beleza e da liberdade se devia à influência egéia.

1. TEMPOS HOMÉRICOS

Para entender a evolução da civilização helênica é necessário nos reportarmos ao primeiro período de sua história: os tempos homéricos que se estenderam aproximadamente de 1.200 a 800 a.C. Foi então que se formou a raça grega e se lançaram as bases de grande parte do desenvolvimento social e político dos séculos subseqüentes. Nem toda a glória da Grécia pode ser reportada aos tempos homéricos, mas não é menos verdade que algumas das mais típicas instituições e atitudes dos

gregos no seu apogeu foram modificações de formas remanescentes daqueles tempos.
Provavelmente o lugar de origem dos gregos achava-se algures no vale do Danúbio. Quando começaram suas migrações para a península grega, mais ou menos em 2.000 a.C., parece que era uma mistura das raças alpina e nórdica, predominando a primeira. Cruzaram-se depois com os nativos mediterrâneos que já se haviam estabelecido na Grécia, principalmente nas regiões do sul e nas ilhas do Egeu. Por conseguinte, é perfeito absurdo tentar qualquer explicação do gênio grego tomando por base a pureza de sua raça, pois ninguém sabe, na realidade, qual dos principais elementos de mistura veio afinal a predominar. Tudo que se pode afirmar é que os helenos eram uma raça mista que falava uma língua de filiação indo-européia.
Por volta de 1.200 a.C. os gregos haviam ocupado grande parte da zona norte da península e umas poucas localidades espalhadas ao longo da costa. A princípio infiltraram-se vagarosamente, trazendo consigo suas manadas e rebanhos, e se estabeleceram nas áreas menos densamente povoadas. Muitos desses primeiros imigrantes parecem ter pertencido ao grupo que mais tarde veio a ser conhecido como os jônios. Outro grupo, formado pelos aqueus, dirigiu-se mais para o sul, conquistou Micenas e Tróia e, por fim, dominou Creta. Logo depois de 1.200 iniciaram-se as grandes invasões dos dórios, que atingiram seu ponto culminante mais ou menos dois séculos depois. Alguns desses dórios estabeleceram-se na Grécia continental, mas muitos deles ganharam o mar, conquistando a parte leste do Peloponeso e as ilhas do sul do Egeu. Cerca de 1.000 anos a.C. capturaram Cnosso, o principal centro da civilização minóica na ilha de Creta.
Quer fossem aqueus, jônios ou dórios, todos os gregos da época homérica possuíam essencialmente a mesma cultura, que era relativamente primitiva em seus caracteres. Só no último século desse período tiveram conhecimento da escrita. Embora existam provas de terem, alguns dos jônios que migraram para a margem da Ásia Menor, adotado já em 900 a.C., o alfabeto fenício, os da Europa não fizeram uso dele até muito depois. Temos, conseqüentemente, que considerar os gregos homéricos, em grande parte de sua história, como um povo pré-literário cujas produções intelectuais não iam muito além do desenvolvimento de cantos populares, baladas e pequenas epopéias cantadas e embelezadas pelos bardos em seu

peregrinar de uma aldeia para outra. Grande parte desse material foi finalmente reunida numa grande epopéia cíclica, por um ou mais poetas, e passada à forma escrita no século IX a.C. Embora nem todos os poemas desse ciclo tenham chegado até nós, os mais importantes - a Ilíada e a Odisséia - nos fornecem o mais rico tesouro de informações sobre os ideais e os costumes dos tempos homéricos.
As instituições políticas dos gregos homéricos eram muitíssimo primitivas. Cada pequena comunidade de aldeias era independente de controle externo, mas a autoridade política era tão fraca que não seria exagero dizer que o estado existia apenas no nome. O rei não podia fazer ou mandar executar leis, nem administrar justiça. Não recebia remuneração de qualquer espécie, mas tinha de cultivar sua terra para prover ao sustento próprio, como qualquer outro cidadão. Praticamente, suas únicas funções eram militares e sacerdotais. Comandava o exército em tempo de guerra e sacrificava aos deuses para conservá-Ios em boa paz com a comunidade. Embora cada pequeno grupo de aldeias tivesse seu conselho de nobres e sua assembléia de guerreiros, nenhum desses corpos tinha organização definida ou o caráter jurídico de um órgão de governo. As obrigações do primeiro eram aconselhar e assistir o rei, evitando ao mesmo tempo que ele assumisse poderes despóticos. As funções da segunda consistiam em ratificar as declarações de guerra e aprovar os tratados de paz. Quase sempre o costume tomava o lugar da lei e a administração da justiça tinha caráter privado. Até o assassínio premeditado era punível unicamente pela família da vítima. Embora, na verdade, as disputas fossem às vezes submetidas ao julgamento do rei, em tais casos ele agia simplesmente como árbitro e não como juiz. Na realidade, a consciência política dos gregos desse tempo estava tão pouco desenvolvida que não concebiam o governo como uma força indispensável à preservação da ordem social. Quando Ulisses, rei de Ítaca, esteve ausente durante vinte anos, não foi designado regente para substituí-Io nem convocada nenhuma sessão do conselho ou da assembléia. Ninguém parece ter pensado que uma suspensão completa do governo, mesmo por um tempo tão longo, fosse assunto de grave importância.
O padrão de vida social e econômica era assombrosamente simples. Embora o tom geral da sociedade descrito nos cantos épicos seja aristocrático, não havia em realidade uma estratificação rígida de classes. Qualquer guerreiro que realizasse na guerra um ato de bravura excepcional poderia tornar-se

nobre. O trabalho manual não era considerado degradante e, aparentemente, não havia ricos ociosos. Parece claro, pelo conteúdo dos versos homéricos, que houve trabalhadores dependentes, de certo tipo, os quais lavravam as terras dos nobres e os serviam como fiéis guerreiros, mas é duvidoso que fossem realmente escravos, pois eram tratados como membros da família do nobre e não podiam ser vendidos a estranhos. As ocupações básicas eram a agricultura e a pecuária. Não havia especialização de trabalho, exceto em se tratando de certos ofícios, como a carpintaria de carros, a cutelaria, a ourivesaria e a olaria. Geralmente a própria família fabricava os seus instrumentos, tecia o seu pano e preparava o seu alimento. Tão longe estavam os gregos desse tempo de ser um povo comerciante, que não possuíam, na sua língua, a palavra "mercador" e a troca era o único sistema de comércio.

Para os gregos dos tempos homéricos, a religião significava principalmente um sistema para: 1) explicar o mundo físico de maneira que afastasse os seus mistérios inquietantes e desse ao homem um sentimento da íntima ligação com ele; 2) explicar as paixões tempestuosas que se apoderam dos homens, levando-os a perder o domínio de si mesmo, qualidade que os gregos consideravam essencial ao êxito na guerra; 3) obter benefícios concretos como a boa sorte, uma vida longa, a habilidade no seu ofício e colheitas abundantes. Nem nesse nem em qualquer outro período de sua história, esperaram os gregos que sua religião os salvasse do pecado ou lhes concedesse dons espirituais. De acordo com a concepção que tinham dela, a piedade não era nem um assunto de conduta nem de fé. Por conseguinte, sua religião não compreendia mandamentos ou dogmas, nem rituais ou sacramentos complicados. Todo o homem era livre de acreditar no que lhe aprouvesse e conduzir sua vida como melhor entendesse, sem temer a ira dos deuses. Talvez não seja exagero dizer que essa libertação do dogmatismo e do medo do sobrenatural foi um dos fatores que mais contribuíram para o progresso intelectual e artístico dos gregos.

Como quase todos sabem, as divindades da religião homérica eram simples seres humanos ampliados. Era necessário, realmente, que assim fosse para que os gregos se sentissem bem no mundo que governavam. Seres remotos, onipotentes, como os deuses de grande parte das religiões orientais, teriam inspirado antes medo do que uma sensação de segurança. O que os gregos desejavam não era necessariamente deuses de grande poder, mas divindades

com as quais pudessem tratar em pé de igualdade. Por isso, dotavam seus deuses de atributos semelhantes aos seus, isto é, de corpos humanos e de fraquezas e desejos também humanos. Imaginavam a grande família de divindades a brigar freqüentemente umas com as outras, necessitando de alimento e sono, misturando-se livremente com os homens e, mesmo, tendo por vezes filhos de mulheres mortais. Diferiam dos homens somente por se alimentarem de ambrósia e néctar, o que lhes conferia imortalidade. Não moravam no céu ou nas estrelas, mas no alto do Monte Olimpo, um pico do norte da Grécia, com cerca de 3.000 metros da altura.
A religião era politeísta e nenhuma das divindades se elevava muito acima das demais. Zeus, o deus do céu e manejador do raio, que às vezes era chamado pai dos deuses e dos homens, freqüentemente recebia menos atenções do que ApoIo, o deus do sol, que podia predizer o futuro, ou ainda que Atena, a deusa da guerra e protetora das artes. Visto que os gregos não tinham nenhum Satã, sua religião não pode ser considerada dualística. Quase todas as suas divindades eram capazes tanto do mal como do bem, pois às vezes enganavam os homens e os induziam em erro. O que mais se parecia com um deus do mal era Hades, que presidia ao mundo infernal. Ainda que os poemas homéricos se refiram a ele como "implacável e intransigente" e como o deus que mais odiava os mortais, nunca se supôs que tivesse desempenhado papel ativo em questões terrenas. Não era considerado como a causa da peste, dos terremotos ou da fome. Não fazia o homem cair em tentação nem agia contra os desígnios bem intencionados de outros deuses. Em suma, não era realmente considerado como outra coisa senão um guarda do reino dos mortos.
Os gregos dos tempos homéricos eram quase completamente indiferentes ao que lhes aconteceria depois da morte. Não só não consagravam nenhum cuidado aos corpos dos mortos, mas até freqüentemente os cremavam. Supunham, no entanto, que as sombras ou os fantasmas dos homens sobreviviam por certo tempo após a morte do corpo. Com raras exceções, iam todos para a mesma morada - o reino escuro de Hades, situado debaixo da terra. Não era nem um paraíso nem um inferno: ninguém era recompensado por suas boas ações ou punido pelos seus pecados. Cada uma das sombras parecia levar o mesmo tipo de vida que sua corporificação humana tivera na terra. Os poemas homéricos fazem ocasionalmente menção a dois outros reinos: o dos Campos Elísios e o do Tártaro, o que à

primeira vista parece contradizer a idéia da não existência de recompensas e punições no além. Mas os poucos indivíduos que gozavam o sossego e o conforto dos Campos Elísios nada tinham feito para merecer tais bênçãos; eram tão-só pessoas a quem os deuses tinham favorecido em sua escolha. O reino do Tártaro absolutamente não era uma morada dos mortos, mas uma prisão para as divindades rebeldes.
O culto na religião homérica, consistia principalmente em sacrifícios. As oferendas, no entanto, eram feitas não como uma expiação do pecado, mas apenas para agradar os deuses e induzi-Ios a conceder favores. Em outras palavras, a prática religiosa era externa e mecânica e não estava muito distante da magia. A reverência, a humildade e a pureza de coração não participavam essencialmente dela. O adorador precisava somente desempenhar a sua parte do contrato, executando o sacrifício indicado, e os deuses cumpririam a sua. Uma tal religião não requeria instituições complicadas. Mesmo o sacerdócio profissional era desnecessário. Uma vez que não havia mistérios e sacramentos, um homem podia celebrar os ritos simples tão bem como qualquer outro. Em regra, cada chefe de família implorava o favor dos deuses para ela e o rei desempenhava a mesma função para com a comunidade em geral. Embora seja verdade que videntes ou profetas fossem consultados, por se acreditar que eram diretamente inspirados pelos deuses e podiam, em conseqüência, predizer o futuro, eles não constituíam uma classe sacerdotal. Além disso, a religião homérica não incluía cultos ou relíquias sagradas, dias santificados ou qualquer sistema de adoração em templos. O templo grego não era uma igreja ou lugar de reunião religiosa, e nele não se realizavam quaisquer cerimônias. Era, sim, um santuário que os deuses podiam ocasionalmente visitar e usar como morada temporária.
Como já foi indicado, a moral dos gregos da idade homérica tinha apenas uma vaga ligação com sua religião. Embora seja verdade que os deuses estavam geralmente dispostos a apoiar o direito, não se consideravam no dever de combater o mal e fazer prevalecer a justiça.
Ao dispensar recompensas aos homens, pareciam ser levados mais pelo capricho e pela gratidão que lhes inspirava a oferenda de sacrifícios do que por qualquer consideração de índole moral. O único crime que puniam era o perjúrio, e mesmo isso sem grande coerência. Parece, pois, justificar-se a conclusão de que a moral da época homérica não se apoiava em qualquer

base de sanções sobrenaturais. Talvez seu verdadeiro - fundamento fosse militar. Quase todas as virtudes louvadas nos cantos épicos eram aquelas que podem fazer do indivíduo um melhor soldado: bravura, autodomínio, patriotismo, sabedoria (no sentido de astúcia), devotamento aos amigos e ódio aos inimigos. Não havia concepção do pecado no sentido cristão de atos iníquos dos quais o pecador se arrepende ou pelos quais oferece expiação.

No fim dos tempos homéricos o grego já se havia iniciado no caminho dos ideais sociais, que deveria seguir nos séculos subseqüentes. Era otimista, convencido de que a vida merecia ser vivida por si mesma, e não via qualquer razão para considerar a morte como uma libertação feliz. Era egoísta, esforçando-se pela plena afirmação do eu. Por isso, rejeitava a mortificação da carne e todas as formas de abnegação que pudessem implicar em frustração da vida. Não via nenhum mérito em se humilhar ou em oferecer a outra face. Era um humanista que adorava antes o finito e o natural do que o extraterreno e o sublime. Por essa razão recusava revestir seus deuses de qualidades que inspirassem medo ou formar qualquer concepção do homem como criatura depravada e pecaminosa. Era, finalmente, ainda mais devotado à liberdade que a maioria de seus descendentes do período clássico.

2. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES-ESTADOS

Aproximadamente em 800 a.C., as comunidades de aldeias dos tempos homéricos, que se baseavam principalmente em organizações de clã, começaram a ceder lugar a unidades políticas maiores. A medida que aumentava a necessidade de defesa, ia sendo construída uma acrópole ou cidadela, em local elevado, e crescia em torno dela uma cidade como sede de governo para toda uma comunidade. Surgiu desse modo a cidade-estado, a mais famosa unidade de sociedade política desenvolvida pelos gregos. Podem ser encontrados exemplos dela em quase todas as partes do mundo helênico. As mais conhecidas foram: Atenas, Tebas e Mégara, no continente; Esparta e Corinto, no Peloponeso; Mileto na costa da Ásia Menor, e Mitilene e Cálcis, nas ilhas do Egeu. Essas cidades variavam enormemente, tanto em área como em população. Esparta, com cerca de

8.000 quilômetros quadrados, e Atenas, com 2.750, tinham incomparavelmente a maior extensão; as outras tinham, em média, menos de 250 quilômetros quadrados. No auge de seu poder, Atenas e Esparta, cada qual com uma população de cerca de 400.000 almas, contavam com uma força numérica aproximadamente três vezes maior do que a dos estados vizinhos.

Com poucas exceções, as cidades-estados tiveram uma evolução política semelhante. Começaram sua história como monarquias. Durante o século oitavo transformaram-se em oligarquias. Mais ou menos cem anos depois, em média, as oligarquias foram derrubadas por ditadores ou tiranos, como os denominavam os gregos, querendo com o termo significar que eram usurpadores que governavam ilegalmente, fosse ou não pela opressão. Finalmente, nos séculos VI e V, estabeleceram-se as democracias ou, em alguns casos, "timocracias", isto é, governos baseados sobre uma classificação das propriedades para o exercício dos direitos políticos.

De um modo geral, pode-se com facilidade determinar as causas dessa evolução política. A primeira mudança adveio como resultado da concentração da riqueza agrária. Aumentando o poder econômico dos possuidores de grandes terras, resolveram eles arrebatar a autoridade política do rei e dá-Ia a um conselho, que em geral manobravam. Por fim, aboliram completamente a monarquia. Seguiu-se então um período de rápidas mudanças econômicas e de perturbações políticas. A crescente escassez de terra forçou muitos gregos a imigrar e procurar novos lares em regiões inabitadas. Conseqüentemente, fundaram-se numerosas colônias, sendo a maioria delas ao longo das margens dos mares Egeu e Jônio, mas havia outras até nas costas do Mar Negro, a leste, e na Itália e Espanha, a oeste. A procura de novos mercados para o comércio também ajudou em parte essa expansão. Resultou daí uma verdadeira revolução econômica no mundo grego. O comércio e a indústria passaram a ser as principais atividades, cresceu a população urbana e a riqueza assumiu novas formas. A classe média ascendente uniu-se, então, com os lavradores esbulhados na luta contra a oligarquia dos latifundiários. O fruto natural desses acerbos conflitos de classe foi a ditadura. Encorajando esperanças extravagantes e prometendo a supressão do caos, demagogos ambiciosos conseguiram o suficiente apoio popular para capacitá-Ios a assumir o poder, desafiando as constituições e as leis. Por fim, o descontentamento com o governo

despótico, o aumento do poder econômico e da consciência política dos cidadãos comuns levaram à fundação de democracias ou de oligarquias liberais.
Infelizmente, o espaço de que dispomos não permite uma análise da história política de cada uma das cidades-estados gregas. Exceto nas partes mais recuadas da Tessália e do Peloponeso, pode-se concluir com segurança que o desenvolvimento interno de todas elas acompanhou a descrição que fizemos acima, embora, sem dúvida, tivessem ocorrido variações menores devidas às condições locais. Os dois mais importantes estados helênicos - Esparta e Atenas merecem um estudo mais detalhado.

3. ESPARTA: UM ACAMPAMENTO EM ARMAS

A história de Esparta foi a grande exceção na evolução política das cidades-estados. A despeito de serem seus cidadãos da mais pura linhagem dórica, não conseguiram progredir no sentido de uma ordem democrática. Seu governo, pelo contrário, degenerou rapidamente numa forma mais próxima do absolutismo oriental. Também culturalmente a nação estagnou. As causas de tais fatos eram devidas, em parte, ao isolamento. Cercados de montanhas a nordeste e a oeste, e sem bons portos, os espartanos tinham poucas oportunidades de lucrar com os progressos do mundo exterior. A par disso, não surgiu uma classe média para ajudar as massas na luta pela liberdade.
A verdadeira explicação, no entanto, encontra-se no militarismo. Os espartanos chegaram ao Peloponeso oriental como um exército invasor. Durante séculos lutaram para subjugar os nativos micenenses que ali encontraram. Em 800 a.C., quando finalmente conseguiram dominar toda a Lacônia, os costumes militares estavam tão fortemente enraizados, que deles não puderam se desvencilhar. Em conseqüência, enquanto outros estados gregos conquistavam terras por meio da colonização, Esparta, com o crescimento de sua população, inevitavelmente teve de decidir-se pela luta armada.
Ao oeste do Taígeto estende-se a planície fértil da Messênia. No fim do século VIII os espartanos resolveram conquistá-Ia. A aventura foi bem sucedida e o território messênio anexado à Lacônia. Aproximadamente

cinqüenta anos depois, os messênios obtiveram o auxílio de Argos e desencadearam uma revolta. A guerra que se seguiu foi violentíssima; a própria Lacônia foi invadida e a salvação dos espartanos parece ter-se devido unicamente à morte do comandante argivo e aos inflamados discursos do poeta-espadachim Tirteu. Desta vez os vencedores não hesitaram. Confiscaram as terras dos messênios, assassinaram e expulsaram seus chefes e forçaram as massas à escravidão.

Pouquíssimos aspectos da vida dos espartanos deixaram de ser condicionados pelas suas empresas militares. Subjugando e despojando os inimigos, escravizaram-se sem querer a si mesmos, pois viveram os restantes séculos de sua história num temor mortal de insurreições. Esse medo explica o conservantismo do povo, sua resistência teimosa às mudanças, afastando qualquer inovação que lhes enfraquecesse o sistema. Pode, também, ser atribuído à mesma causa o provincialismo espartano, Amedrontados pela perspectiva de que idéias perigosas pudessem ser introduzidas no país, condenaram as viagens e proibiram o comércio com o exterior. A necessidade de manter uma supremacia absoluta da classe dos cidadãos sobre uma enorme população de escravos exigia disciplina férrea e completa subordinação do indivíduo; daí o coletivismo espartano, que se estendeu por todos os ramos de sua vida social e econômica. Finalmente, o atraso cultura dos espartanos se devia em grande parte à atmosfera de rudeza e de ódio inevitáveis, dadas as acerbas lutas para conquistar os messênios e conservá-los sob severa repressão.

A constituição espartana, que a tradição atribui ao antigo legislador Licurgo, dispunha sobre a organização de um governo que preservasse as formas do antigo sistema dos tempos homéricos. Em lugar de um rei, no entanto, havia dois, representando famílias diferentes e categoria elevada. Os soberanos espartanos gozavam, porém, de poucos poderes, sendo estes, sobretudo, de caráter militar e sacerdotal. Um segundo ramo do governo, com maior autoridade, era o conselho composto pelos dois reis e vinte e oito nobres, maiores de sessenta anos. Esse corpo supervisionava o trabalho de administração, elaborava medidas para submetê-Ias à assembléia e funcionava como tribunal supremo nos processos criminais. O terceiro órgão de governo, a assembléia, aprovava ou rejeitava as propostas do conselho e elegia todos os funcionários públicos, exceto os reis. A mais alta autoridade sob a constituição espartana era, porém, um conselho de cinco

membros conhecidos como éforos, Os Éforos eram virtualmente o governo. Presidiam ao conselho e à assembléia, controlavam o sistema educacional e a distribuição da propriedade, censuravam as vidas dos cidadãos e exerciam o direito de veto sobre toda a legislação. Tinham também poder para determinar o destino dos recém-nascidos, iniciar ações judiciais junto ao conselho e até depor os reis, se os prognósticos religiosos parecessem desfavoráveis. Desse modo, era o governo espartano uma franca oligarquia. A despeito de serem os éforos escolhidos pela assembléia para um mandato anual, eram reelegíveis indefinidamente e desfrutavam tão vasta autoridade que quase nenhuma ramificação do sistema escapava ao seu controle. Além disso, deve-se ter em mente que a própria assembléia não era um corpo democrático. Nem sequer a totalidade elos cidadãos, que formavam pequena minoria na população total, tinha direito de participar dela, só o fazendo aqueles homens de alta situação política cujas rendas os qualificassem para o alistamento na infantaria pesada.
A população de Esparta, que ao atingir o seu maior crescimento contava mais ou menos 400.000 almas, dividia-se em três classes principais. A camada dominante era constituída pelos esparciatas, descendentes dos primeiros conquistadores. Embora nunca excedessem um vigésimo da população total, somente os esparciatas tinham privilégios políticos. Em seguida vinham os periecos, isto é, os que "moravam em redor". A origem dessa classe é incerta, mas provavelmente compunha-se de povos que em certa época tinham sido aliados dos espartanos ou se haviam submetido voluntariamente ao seu domínio. Em retribuição de seus serviços, como camada intermediária entre a classe dominante e os servos, os periecos tinham permissão de comerciar e dedicar-se à manufatura. No sopé da escala estavam os ilotas ou servos da gleba, desprezados e perseguidos pelos seus amos.
Dessas classes, somente a dos periecos gozava de berdade apreciáveis. Sendo embora verdade que a condição econômica dos ilotas não deva ser descrita em termos de absoluta miséria, por isso que podiam guardar para si uma boa parte do que produziam nas propriedades de seus amos, eram submetidos a um tratamento pessoal tão vergonhoso, que constantemente se sentiam infelizes e revoltados. Em certas ocasiões obrigavam-nos a fazer exibições de bebedeira e de danças lascivas para demonstrar à mocidade espartana os efeitos de tais práticas. No começo de cada ano, se dermos

crédito ao testemunho de Aristóteles, os Horos declaravam guerra aos ilotas, com o fim presumível de dar aparência legal ao assassínio de alguns deles pela polícia secreta, sob suspeita de deslealdade.

Aqueles que nasciam na classe dos esparciatas eram condenados a uma escravidão digna durante a maior parte de sua existência Forçados a se submeter à mais severa disciplina e ao sacrifício dos interesses individuais, nada mais eram do que engrenagens de uma vasta máquina. Sua educação limitava-se quase exclusivamente aos exercícios militares, completados por desumano regime de castigos corporais com açoite e tendo por fim enrijecê-Ios para os deveres da guerra. Entre vinte e sessenta anos, consagravam todo seu tempo ao serviço do estado. Embora o casamento fosse praticamente obrigatório, não era permitida a vida familiar. Os cidadãos masculinos tinham que viver em barracas, sob severa vigilância, mas supunha-se que arranjassem meio de escapar à noite e visitar em segredo as esposas. Segundo as palavras de Plutarco, "esses encontros, sendo assim difíceis e raros..., faziam com que unissem os corpos sadios e vigorosos, com as afeições frescas e vivas e sem a saciedade e o embotamento trazidos pela facilidade do acesso e a longa permanência de um com o outro". Evidentemente, os espartanos adotavam a ingênua opinião de que há uma correlação positiva entre o apetite sexual e a saúde da descendência. Não era permitido o ciúme entre marido e mulher. Os maridos cuja saúde declinasse tinham que passar suas esposas a homens mais robustos do que eles, para assegurar o máximo de descendentes vigorosos. As crianças, naturalmente eram propriedade do estado.

A organização econômica de Esparta visava quase que unicamente garantir a eficiência militar e a supremacia da classe dos cidadãos. As melhores terras eram de propriedade do estado e, de início, tinham sido divididas em tratos iguais doados aos esparciatas, a título de propriedade inalienável. Mais tarde, tanto essas glebas como as terras pobres foram vendidas ou trocadas, com o que alguns cidadãos se tornaram mais ricos que outros. Os ilotas, que executavam todo o trabalho de cultivo do solo, pertenciam também ao estado e eram cedidos a seus amos juntamente com a terra. Estes eram proibidos de emancipá-los ou vendê-Ias fora do país. O trabalho dos ilotas provia o sustento de toda a classe dos cidadãos, a cujos integrantes não era permitido tomar parte em qualquer empreendimento

econômico que não o agrícola. O comércio e a indústria ficavam reservados exclusivamente aos periecos.
O sistema econômico espartano é freqüentemente descrito pelos historiadores modernos como comunista. É verdade que certos meios de produção (como os ilotas e a terra) constituíam propriedade coletiva, ao menos em teoria, e que os componentes masculinos da classe dos espardatas contribuíam de seu bolso para o rancho comum nas sociedades a que pertenciam. Salvo, porém, estas exceções um tanto duvidosas, o sistema ficava bem longe tanto do comunismo como da anarquia. Faz parte da essência do comunismo que todos os instrumentos de produção pertençam à comunidade, que ninguém possa viver da exploração do trabalho alheio e que a classe trabalhadora seja a classe dirigente. Em Esparta, o comércio e a indústria estavam em mãos de particulares, os ilotas eram forçados a contribuir com parte do que produziam para prover à subsistência de seus amos, e os privilégios políticos eram reservados a uma aristocracia hereditária, não realizando a maioria dos membros desta qualquer trabalho socialmente útil. Com seu militarismo. sua polícia secreta, seu governo de minoria e sua economia fechada, o sistema espartano talvez se pareça mais de perto com o fascismo do que com o comunismo.

4. O TRIUNFO E A TRAGÉDIA DE ATENAS

Atenas começou sua história sob condições bem diferentes das que prevaleceram em Esparta. A Ática não sofrera nenhuma invasão armada ou qualquer duro conflito entre raças opostas. A penetração jônia fora gradual e quase sempre pacífica. Como resultado disso, nenhuma casta militar impôs seu predomínio sobre um povo vencido. Além disso, a riqueza da Ática consistia antes em jazidas minerais e esplêndidos portos, do que em recursos agrícolas. Por isso, Atenas não permaneceu um estado predominantemente agrário, e dentro em pouco desenvolveu um comércio próspero e uma cultura essencialmente urbana.
Até meados do século VIII a.C., Atenas, como os outros estados gregos, fora uma monarquia. Durante o século seguinte, o conselho de nobres ou Areópago, como veio a ser chamado, aos poucos despojou o rei de seus

poderes. A transição para a ordem oligárquica foi tanto a causa como o efeito de um aumento da concentração da riqueza. A introdução da cultura da vinha e da oliveira proporcionou, mais ou menos nessa época, o desenvolvimento da agricultura como um grande empreendimento capitalista. Visto que os vinhedos e os olivais exigiam tempo considerável para produzirem, somente os lavradores que dispunham de recursos abundantes podiam prosperar. Seus vizinhos mais pobres e menos parcimoniosos depressa se atolaram em dívidas, principalmente porque o trigo começava a ser importado a preços ruinosos. O pequeno lavrador não tinha outra alternativa senão hipotecar sua terra e depois sua família e a si próprio, na vã esperança de algum dia encontrar um meio de libertar-se. Muitos homens dessa classe acabaram como servos, quando não puderam mais pagar as hipotecas.

Levantaram-se, então, gritos de desespero e ouviram-se ameaças de revolução. A classe média citadina aderiu à causa dos camponeses, exigindo que o governo se tornasse mais liberal. Finalmente, em 594 a.C., todos os partidos concordaram na indicação de Sólon como magistrado com amplos poderes para realizar reformas. As medidas postas em vigor por Sólon implicavam em ajustamentos tanto políticos como econômicos. Os primeiros incluíam: 1) a criação de um novo conselho, o Conselho dos Quatrocentos, e a admissão de elementos da classe média entre os seus membros; 2) a libertação das classes inferiores, tornando-se seus componentes elegíveis para a assembléia; e 3) a organização de um tribunal supremo, aberto a todos os cidadãos e eleito pelo sufrágio masculino universal, com poderes para julgar os recursos das decisões dos magistrados. As reformas econômicas beneficiaram os agricultores pobres, cancelando as hipotecas existentes, proibindo para o futuro a escravização por dívida e limitando a quantidade de terra que podia cada individuo possuir. Sólon não descurou a classe média. Introduziu um novo sistema de cunhagem destinado a dar a Atenas vantagens no comércio exterior, impôs pesadas penas à ociosidade, ordenou que todo homem ensinasse aos filhos um ofício e ofereceu plenos direitos de cidadania aos artífices estrangeiros que se radicassem no país.

Por importantes que fossem essas reformas, não aquietaram o descontentamento. Os nobres sentiam-se vexados com a perda de alguns de seus privilégios. As classes média e inferior estavam insatisfeitas porque

ainda continuavam excluídas das funções da magistratura e porque o Conselho do Areópago conservava os seus poderes intactos. Pior ainda era ter Sólon, como alguns governantes modernos, tentado desviar o povo de seus problemas internos persuadindo-o a se empenhar em aventuras militares no exterior. Foi revivida uma antiga divergência com Mégara e Atenas comprometeu seu destino em guerras incertas. O caos e a desilusão que se seguiram possibilitaram a vitória de Pisístrato, o primeiro tirano ateniense, em 560 a.C. Tentando ser um déspota benevolente, aboliu não obstante muitas das liberdades que o povo já obtivera, e Hípias, um de seus dois filhos que o sucedeu, foi um opressor implacável e vingativo.
Em 510 a.C. Hípias foi derrubado por um grupo de nobres com a ajuda de Esparta. Desencadearam-se novos conflitos de classe até que Clístenes, um aristocrata inteligente, recrutou o apoio das massas para eliminar seus rivais da cena. Tendo prometido concessões ao povo em recompensa do seu auxílio, reformou o governo de maneira tão radical que, desde então, ficou conhecido como o pai da democracia ateniense. Aumentou consideravelmente o número de cidadãos, conferindo plenos direitos a todos os homens livres que residiam na região nessa época. Estabeleceu um novo Conselho dos Quinhentos e transformou-o em órgão principal do governo, com poderes para submeter medidas à assembléia e o controle supremo das funções executiva e administrativa. Os membros desse corpo deviam ser escolhidos, por sorteio, de uma lista de candidatos submetidos pelos demos ou distritos. Qualquer cidadão do sexo masculino, com mais de trinta anos, era elegível. Sendo tão grande o Conselho, devia ser dividido em dez comissões de cinqüenta membros, encarregando-se cada uma dos trabalhos do governo por um mês. Clístenes ampliou também a autoridade da assembléia, dando-lhe o poder de discutir e aceitar ou rejeitar as medidas sugeridas pelo Conselho, declarar guerra, consignar verbas e examinar as contas dos magistrados em fim de exercício. Por fim, acredita-se que Clístenes tenha inventado a instituição do ostracismo, pela qual qualquer cidadão que se tornasse perigoso ao estado podia ser enviado a um exílio honroso por um período de 10 anos. Este estratagema visava, muito claramente, eliminar os homens de cujas ambições ditatoriais se suspeitava.
A democracia ateniense atingiu sua mais alta perfeição na época de Péricles (461-429 a.C.). Foi nesse período que a assembléia adquiriu autoridade para apresentar projetos de lei, sem prejuízo de seus poderes de ratificar ou

rejeitar propostas do Conselho. Foi nele, também, que o famoso Conselho dos Dez Generais alcançou uma posição comparável, grosso modo, a do Gabinete inglês. Os generais eram escolhidos pela assembléia pelo prazo de um ano e podiam ser reeleitos indefinidamente. Péricles ocupou a posição de estratego-chefe ou presidente do Corpo de Generais por mais de trinta anos. Os generais não eram simplesmente comandantes do exército, mas os principais funcionários legislativos e executivos do estado, assumindo paulatinamente grande parte das prerrogativas que Clístenes dera ao Conselho dos Quinhentos. Embora dispondo de grande poder, não podiam tornar-se tiranos, pois sua política tinha de ser submetida a uma revisão da assembléia e, com facilidade, poderiam ser demitidos acabado o mandato de um ano, ou a qualquer tempo, se acusados de mau comportamento. Foi, finalmente, na época de. Péricles que o sistema judiciário ateniense foi desenvolvido ao máximo. Não mais existia uma corte suprema para ouvir os recursos das decisões dos magistrados, mas sim uma série de tribunais populares com autoridade para julgar toda espécie de causas. No começo de cada ano, uma lista de 6.000 cidadãos das várias partes da região era formada por sorteio. Com base nessa lista, escolhiam-se os membros dos júris que serviriam nos processos privados, alcançando o seu conjunto 201 a 1.001 cidadãos. Cada júri constituía um tribunal com o poder de decidir, por maioria de votos, sobre todas as questões. Embora um dos magistrados o presidisse, não tinha prerrogativas de juiz; o próprio júri era o juiz e não havia apelo de sua decisão. Seria difícil imaginar um sistema mais completamente democrático.

A democracia ateniense diferia da moderna em vários aspectos. Antes de mais nada, não se estendia a toda a população, mas somente à classe dos cidadãos. Conquanto seja verdade que no tempo de Clístenes (508-502 a.C.) os cidadãos provavelmente representavam a maioria dos habitantes, graças à inclusão dos residentes estrangeiros, na época de Péricles já formavam claramente uma minoria. Caberá observar, no entanto, que, dentro de seus limites, a democracia ateniense era mais completamente aplicada do que a moderna. A escolha por sorteio de todos os magistrados, excetuados os Dez Generais, a restrição de todos os mandatos a um ano e a adoção inflexível do princípio da maioria, mesmo em julgamentos judiciais, constituíam exemplos de uma confiança serena na capacidade política do homem mediano, que poucas nações modernas estariam inclinadas a aceitar. A

democracia de Atenas diferia também do ideal contemporâneo pelo fato de ser direta, não representativa. Contrariamente ao ponto de vista tradicional, os atenienses admitiam o princípio da representação, mas nunca o aplicaram, exceto de forma limitada, na seleção dos membros do Conselho dos Quinhentos. Não buscavam ser governados por homens de reputação e capacidade; o que os preocupava fundamentalmente era assegurar a cada cidadão a participação no controle de todos os negócios públicos. Numa palavra, seu ideal não era a eficiência governamental, mas a democracia.

No último século de sua existência como estado independente, Atenas se empenhou em duas grandes guerras. A primeira, a guerra com a Pérsia, foi uma repercussão da expansão daquele império na área oriental do Mediterrâneo. Os atenienses ofenderam-se com a dominação de seus parentes jônios da Ásia Menor e ajudaram-nos na luta pela libertação. Os persas responderam mandando um poderoso exército e uma grande frota para atacar os gregos. Embora toda a Grécia estivesse ameaçada de conquista, os atenienses agüentaram a parte mais dura da luta, repelindo o invasor. Esparta, principalmente, prestou pequeno auxílio até quase o fim da guerra. Esta, que começou em 493 a.C. e durou, com intervalos de paz, mais ou menos catorze anos, é comumente considerada como uma das mais importantes na história do mundo. A vitória decisiva dos gregos pôs fim à ameaça de conquista persa e impediu, pelo menos durante algum tempo, a submissão dos ideais helênicos de liberdade ao despotismo oriental. A guerra teve, também, o efeito de revigorar a democracia em Atenas e de tornar o estado a força principal na Grécia.

Outra das grandes lutas, a guerra do Peloponeso com Esparta, teve resultado de caráter bem diferente. Em lugar de ser outro marco miliário na marcha de Atenas para a supremacia, terminou em tragédia. Atenas foi tão completamente humilhada que nunca mais desempenhou papel proeminente na política grega. As causas desta guerra interessam particularmente ao estudante da decadência das civilizações. A primeira e mais importante foi o desenvolvimento do imperialismo ateniense. No Último ano da guerra com a Pérsia, Atenas ligou-se a um grupo de outros estados gregos para a formação de uma aliança ofensiva e defensiva, conhecida como a Liga de Delos. Quando foi concluída a paz, a Liga não se dissolveu, pois muitos gregos temiam que os persas voltassem. Com o correr dos tempos, Atenas paulatinamente transformou a Liga num império naval para a defesa de seus

próprios interesses. Usou os fundos do tesouro comum para fins particulares seus. Tentou reduzir todos os outros membros à condição de vassalos e, quando um deles se rebelava, dominava-o pela força, apoderava-se de sua marinha e impunha-lhe tributos como se fosse um país conquistado. Tais métodos arrogantes despertaram as suspeitas dos espartanos, temerosos de que a hegemonia ateniense visse a se estender sobre toda a Grécia.

Uma segunda causa pode ser encontrada nas diferenças culturais entre Atenas e Esparta. Atenas era democrática, progressista, urbana, imperialista e avançada intelectual e artisticamente. Esparta era aristocrática, conservadora, agrária, provinciana e culturalmente atrasada. Onde esses sistemas contrastantes coexistem lado a lado, é quase impossível impedir conflitos. Entre atenienses e espartanos reinava, já havia algum tempo, uma atitude de hostilidade. Os primeiros consideravam os segundos como perfeitos bárbaros. Os espartanos acusavam os atenienses de tentarem exercer domínio sobre os estados do norte do Peloponeso e de encorajar os ilotas à rebelião. Os fatores econômicos também desempenharam grande papel na eclosão do conflito. Os atenienses ambicionavam dominar o Golfo de Corinto, a principal rota de comércio com a Sicília e a Itália meridional. Assim se tornaram inimigos mortais de Corinto, o principal aliado de Esparta.

A guerra, que se desencadeou em 431 a.C. e durou até 404, acarretou medonhas calamidades para os atenienses. Seu comércio foi destruído, sua democracia arruinada e sua população dizimada por uma terrível peste. Não menos prejudicial foi a degradação moral que veio na esteira dos reveses militares. A traição, a corrupção e a brutalidade contavam-se entre os males desencadeados nos últimos anos do conflito. Em certa ocasião os atenienses chegaram a dizimar toda a população masculina do estado de MeIos e a escravizar as mulheres e crianças, unicamente pelo crime de se recusarem a romper a neutralidade. Por fim, abandonada por todos os seus aliados, exceto Samos, e com as vias de abastecimento cortadas, Atenas teve de enfrentar a alternativa de submeter-se ou morrer de fome. Os termos impostos foram assaz drásticos: destruição de suas fortificações, entrega de todas as possessões estrangeiras e praticamente de toda a marinha, e submissão a Esparta como estado dependente.

5. DERROCADA POLÍTICA - OS ÚLTIMOS DIAS

A guerra do Peloponeso não pôs fim somente à supremacia de Atenas; destruiu a liberdade de todo o povo grego e marcou a ruína do gênio político helênico. Depois da guerra, Esparta consolidou o seu poder sobre toda a Hélade, Oligarquias, garantidas pelas tropas espartanas, estados substituíram as democracias onde quer que estas existissem. A confiscação de propriedades e o assassínio eram os métodos comumente empregados para combater a oposição. Embora em Atenas, depois de um certo tempo, fossem destituídos os tiranos e restaurado temporariamente o governo livre, Esparta mostrou-se capaz de dominar o resto da Grécia por mais de trinta anos. Em 371 a.C., no entanto, Epaminondas, de Tebas, destroçou o exército lacedemônio em Leuctras, iniciando assim um período de supremacia tebana. Infelizmente, Tebas mostrou-se pouco mais sábia e tolerante no governo do que Esparta, e nove anos depois organizou-se uma coligação para libertar as cidades gregas de seu novo opressor. Não conseguindo dissolver a aliança, os tebanos deram-lhe batalha no campo de Mantinéia. Ambos os lados proclamavam vitória, mas Epaminondas foi morto e, logo depois, o poder de seu império eclipsou-se.

A longa sucessão de guerras tinha levado os estados gregos à exaustão. Embora ainda permanecesse intacta a glória de sua cultura, politicamente estavam prostrados e indefesos. Seu destino foi em breve decidido com o aparecimento de Filipe da Macedônia. Exceto quanto a ligeiro verniz de cultura helênica, os macedônios eram bárbaros, mas Filipe, antes de se tornar seu rei, aprendera a comandar um exército no tempo em que fora refém entre os tebanos. Percebendo a fraqueza dos estados do sul, resolveu conquistá-Ios. Uma série de rápidos sucessos culminou na vitória decisiva de Queronéia, em 338 a.C., e logo depois lhe deu o domínio de toda a Grécia, com exceção de Esparta. Volvidos dois anos, Filipe foi assassinado em conseqüência de uma disputa familiar.

O domínio da Hélade passou então às mãos de seu filho Alexandre, um moço de vinte anos. Depois de eliminar pela morte todos os possíveis aspirantes ao trono e de dominar algumas débeis revoltas dos gregos, Alexandre concebeu o grandioso projeto de conquistar a Pérsia. Sucederam-se as vitórias até que, no pequeno espaço de doze anos, todo o antigo Oriente Próximo, do Indo ao Nilo, foi anexado à Grécia sob o domínio

pessoal de um único homem. Alexandre não viveu para gozar seus feitos por longo tempo. Em 323 a.C. caiu doente com a febre dos pântanos da Babilônia e morreu com a idade de 33 anos.

É difícil avaliar o significado da carreira de Alexandre. Escravo de suas emoções e capaz das mais vis injustiças, mesmo para com seus amigos, merece pouquíssimo a grandeza que lhe foi atribuída. Conquanto fosse inquestionavelmente um gênio militar, deixou poucos atestados concretos de capacidade construtiva. Sua ambição era governar à maneira de um rei-deus oriental, e não de acordo com os avançados ideais helênicos de liberdade e justiça. Além disso, parece ter-se exagerado consideravelmente a sua influência na expansão da cultura grega. A Pérsia, depois da conquista de Alexandre, não adotou grande número de instituições e costumes helênicos. Exceto nas cidades da embocadura do Nilo, o Egito conservou-se egípcio. A influência das conquistas de Alexandre manifestou-se antes na direção oposta: abriram caminho a uma inoculação de orientalismo na Europa, tal como nunca dantes ocorrera; inoculação de fato tão forte, que

praticamente podia-se dar por findos os dias da civilização helênica propriamente dita.

6. O PENSAMENTO E A CULTURA HELÊNICOS

I. Filosofia

Com o que ficou dito nos capítulos precedentes, não restará dúvidas sobre ser errônea a noção popular de que toda a filosofia se originou na Grécia. Séculos antes, os egípcios já se haviam consagrado à elucidação da natureza do universo e os problemas sociais e éticos do homem. A realização dos gregos foi, antes, o desenvolvimento da filosofia num sentido mais vasto do que ela anteriormente tivera. Tentaram achar respostas para todas as questões concebidas no tocante à natureza do universo, ao problema da verdade e ao sentido e finalidade da vida. A magnitude de sua obra é atestada pelo fato de ter sido a filosofia desde então, em grande parte, um debate sobre a validade das diferentes conclusões gregas.

A filosofia grega teve suas origens no século VI a.C., com os trabalhos da chamada Escola de Mileto, cujos componentes eram naturais da cidade deste nome, grande centro comercial situado no litoral da Ásia Menor. A filosofia milésia era materialista, científica e monista. O problema que sobremaneira atraiu a atenção desses filósofos foi o da natureza física do mundo. Acreditavam que todas as coisas podem ser reduzidas a certo elemento primário ou matéria original, que era a fonte dos mundos, das estrelas, dos animais, das plantas e dos homens, e ao qual tudo voltaria no fim. Tales, o fundador da escola, percebendo que todas as coisas contêm umidade, ensinava que a substância elementar era a água. Anaximandro insistia em que o elemento não podia ser uma coisa especial como a água ou o fogo, mas uma substância "não gerada e imperecível" que “contém e dirige todas as coisas". Chamava a essa substância o Infinito ou o Ilimitado. Evidentemente, o que ele tinha em mente era uma matéria indeterminada da qual se formavam as coisas individuais. O terceiro membro da Escola, Anaxímenes, afirmava que a matéria original do universo era o ar. A primeira vista parece ter ele dado um passo para trás, voltando à idéia de ser algum dos elementos a fonte da qual tudo provinha. Mas não foi assim,

pois, na realidade, Anaxímenes escolheu o ar como substância geradora porque ele proporciona uma interpretação quantitativa do universo. Em outras palavras, afirmava que a diferença essencial entre as coisas consistia meramente na quantidade de substância básica nelas contida. O ar, quando rarefeito, torna-se fogo; quando condensado, transforma-se sucessivamente em "vento, vapor, água, terra e pedra.

Embora parecendo ingênua em suas conclusões, a filosofia da escola de Mileto tinha real importância. Deitou abaixo as crenças mitológicas dos gregos sobre a origem do mundo e as substituiu por uma explicação puramente racional. Reviveu e ampliou as idéias egípcias sobre a eternidade do universo e a indestrutibilidade da matéria. Sugeriu muito claramente, em especial nos ensinamentos de Anaximandro, o conceito da evolução no sentido de uma mudança rítmica, de uma criação e decomposição contínua. E não parecerá injustificada a conclusão de que a interpretação quantitativa do universo, de Anaxímenes, ajudou a preparar o caminho para a concepção atômica da matéria.

Antes do fim do século VI a filosofia grega tomou uma orientação metafísica, isto é, deixou de se ocupar com os problemas do mundo físico e transferiu sua atenção para questões abstrusas como a natureza do ser, o sentido da verdade, a posição do divino no esquema das coisas. Como primeiros representantes da nova tendência, temos os pitagóricos, que interpretaram a filosofia, sobretudo, em sentido religioso. Pouco se sabe a respeito deles, salvo ter seu chefe, Pitágoras, emigrado da ilha de Samos para o sul da Itália e fundado uma comunidade religiosa em Crotona. Ele e seus discípulos aparentemente ensinavam ser a vida especulativa o mais alto bem, mas, para alcançá-lo, o homem devia purificar-se dos apetites maléficos da carne. Sustentavam que a essência das coisas não é uma substância material, mas um princípio abstrato - o número. A sua principal importância reside nas distinções nítidas que estabeleceram entre o espírito e a matéria, a harmonia e a discordância, o bem e o mal. Talvez não seja desacertado considerá-los como os verdadeiros introdutores do dualismo no pensamento grego.
Ainda outros gregos desse período concentraram sua atenção no problema da permanência e da mudança. Desse problema derivam-se as questões da natureza da matéria, da essência última do universo e do poder da razão para descobrir a verdade. O ponto de vista de alguns filósofos, em especial de Parmênides, era de que a natureza real das coisas consiste na estabilidade ou permanência, sendo a mudança e a diversidade puras ilusões dos sentidos. Parmênides queria dizer com isso que, sob as mudanças superficiais que se dão em torno de nós, há algo que realmente persiste. Não nos é dado percebê-Io com nossos sentidos, mas podemos descobrir-lhe a existência pelo raciocínio. Diretamente oposta a essa era a posição de Heráclito, que afirmava que a permanência é uma ilusão e somente a mudança é real. O universo, assegurava, está em estado de fluxo constante, de modo que é impossível entrar duas vezes no mesmo regato. A criação e a destruição, a vida e a morte, são apenas o verso e o reverso do mesmo quadro. Ao afirmar tais pontos de vista, Heráclito estava, no fundo, sustentando que as coisas que vemos e ouvimos constituem toda a realidade. A evolução ou a mudança constante é a lei do universo. A árvore ou a pedra que estão hoje aqui, amanhã não estarão mais; não existe nenhuma substância última imutável por toda a eternidade.

A solução final do problema da permanência e da mudança foi dada pelos atomistas. O fundador da teoria atômica foi Leucipo, mas o principal filósofo a quem se deve seu desenvolvimento foi Demócrito, que viveu em Abdera, na costa da Trácia, na segunda metade do século V. Como o próprio nome o diz, os atomistas afirmavam que os componentes últimos do universo são os átomos, infinitos em número, indestrutíveis e indivisíveis. Embora diferindo em tamanho e forma, são idênticos quanto à composição química. Devido ao movimento que lhes é inerente, estão eternamente a se unir, a se separar e a se reunir em arranjos diferentes. Todo objeto ou organismo do universo é, pois, o produto de um concurso fortuito de átomos. A única diferença entre o homem e a árvore consiste no número e no arranjo diferentes de seus átomos. Eis aí uma filosofia que representava o ponto mais alto das tendências materialistas do primitivo pensamento grego. Demócrito negava a imortalidade da alma e a existência de um mundo espiritual. Ainda que possa isso parecer estranho à compreensão de algumas pessoas, era um idealista em moral, afirmando que "o bem significa não somente não fazer o mal, mas antes não desejar fazer o mal".
Mais ou menos nos meados do século V a.C., iniciou-se uma revolução intelectual na Grécia. A ascensão do homem médio, o desenvolvimento do individualismo e a necessidade de solução para os problemas práticos ocasionaram uma reação contra os antigos hábitos de pensamento. Em conseqüência disso, os filósofos abandonaram o estudo do universo físico e dirigiram suas cogitações para assuntos mais intimamente relacionados com o próprio homem. Os primeiros expoentes da nova tendência intelectual foram os sofistas. Originalmente este termo significava "aqueles que são sábios", mas veio a ser usado mais tarde no sentido pejorativo de homens que empregam um raciocínio especioso. Como grande parte de nosso conhecimento dos sofistas derivava-se, até há bem pouco tempo, de Platão, um dos mais severos críticos da escola, eram eles comumente considerados como tendo sido os inimigos de tudo o que havia de melhor na cultura helênica. Pesquisas modernas mostraram o erro de um juízo tão excessivo, ainda que alguns componentes do grupo não tivessem o sentimento de responsabilidade social e revelassem absoluta falta de escrúpulo no fazer com que "a pior causa parecesse a melhor".
O maior de todos os sofistas foi indubitavelmente Protágoras, nascido em Abdera, que ensinou quase toda a vida em Atenas. Seu dito famoso, "o

homem é a medida de todas as coisas", congrega a essência da filosofia sofista. Com isto queria ele dizer que a vontade, a verdade, a justiça e a beleza são relativas às necessidades e interesses do próprio homem. Não há verdades absolutas ou padrões eternos de direito e justiça. Sendo a percepção dos sentidos a fonte exclusiva do conhecimento, só pode haver verdades particulares, válidas para um certo tempo e um certo lugar. Do mesmo modo, a moral varia de povo para povo. Em certos casos, os espartanos animam o adultério tanto por parte das esposas como dos maridos; os atenienses segregam suas mulheres e até lhes recusam uma vida social normal. Qual desses padrões é o certo? Nenhum é certo num sentido absoluto, pois não há cânones absolutos do certo e do errado, decretados eternamente nos céus para atender a todos os casos.

Ambos são, porém, certos no sentido relativo de que só o julgamento do homem determina o que é bom.

Alguns dos últimos sofistas foram muito além dos ensinamentos de seu grande mestre, Górgias, por exemplo, perverteu o ceticismo de Protágoras na doutrina de que a mente humana nada pode conhecer senão o que vem de suas impressões subjetivas. "Nada existe", diz ele; "se algo existisse, não poderia ser conhecido; ainda que um homem conseguisse apreendê-Io, mesmo assim seria um segredo, impossível de ser comunicado a seus semelhantes". O individualismo necessariamente implícito nos ensinamentos de Protágoras foi desviado por Trasímaco para a doutrina de que todas as leis e costumes são puras expressões da vontade do mais forte e do mais astuto buscando o seu próprio proveito e que, por isso, o homem sábio é o "perfeito injusto" que se coloca acima das leis e se preocupa com a satisfação de seus próprios desejos.

Há, apesar disso, muita coisa admirável nos ensinamentos de todos os sofistas, mesmo dos mais extremistas. Condenavam sem exceção a escravidão e o exclusivismo racial dos gregos. Eram defensores da liberdade, dos direitos do homem comum e do ponto de vista prático e progressista. Perceberam a loucura da guerra e ridicularizaram o tolo chauvinismo de muitos atenienses. Seu mais importante trabalho talvez tenha sido o alargamento da filosofia para incluir, não somente a física e a metafísica, mas ainda a ética, a política e a epistemologia, isto é, a ciência do conhecimento. Como disse Cícero, eles "desceram a filosofia dos céus para as moradas dos homens".

Era inevitável que o relativismo, o ceticismo e o individualismo dos sofistas despertassem tenaz oposição. No julgamento dos gregos, mais conservadores, essas doutrinas pareciam levar diretamente ao ateísmo e à anarquia. Se não há verdade eterna e se a vontade e a justiça dependem dos caprichos do individuo, então nem a religião, nem a moral, nem o estado, nem a própria sociedade podem durar muito tempo. O resultado dessa convicção foi o surto de um novo movimento filosófico, baseado na teoria de que a verdade é real e de que existem padrões absolutos. Os chefes desse movimento foram os três homens mais famosos, talvez, da história da filosofia: Sócrates, Platão e Aristóteles.
Sócrates nasceu em Atenas, em 469 a.C., de família humilde, sendo seu pai um escultor e sua mãe, uma parteira. Ninguém sabe como recebeu educação, mas o certo é que estava familiarizado com os ensinamentos dos pensadores gregos que o antecederam, presumivelmente devido a uma vasta leitura. A impressão de que era um simples discutidor de mercado é totalmente infundada. Tornou-se filósofo por sua própria conta, principalmente para combater as doutrinas dos sofistas, e em breve reuniu em torno de si um círculo de admiradores que incluía os dois jovens aristocratas, Platão e Alcibíades. Em 399 foi condenado à morte sob a acusação de "corromper a juventude e introduzir novos deuses". A verdadeira razão dessa iníqua sentença foi o trágico resultado que trouxe aos atenienses a guerra do Peloponeso. Dominado pelo ressentimento e pelo desespero, o povo voltou-se contra Sócrates por causa de suas ligações com os aristocratas, inclusive com o traidor Alcibíades, e de sua crítica às crendices populares.
Como Sócrates nada escreveu, os historiadores tiveram de enfrentar um problema ao pretenderem determinar a extensão dos seus ensinamentos. É considerado, em geral, sobretudo como um professor de ética, sem qualquer interesse pela filosofia abstrata e sem o intuito de fundar uma nova escola de pensamento. Certas indicações de Platão sugerem, no entanto, que grande parte da famosa teoria das Idéias era, na realidade, de origem socrática. De qualquer modo, podemos ter razoável certeza de que Sócrates acreditava num conhecimento estável e universalmente válido, o qual o homem podia possuir bastando para isso que seguisse o método certo. Tal método consistia na troca e na análise de opiniões, estabelecendo e pondo à prova definições provisórias, até que finalmente pudesse ser destilada de

todas elas uma essência da verdade reconhecida por todos. Sócrates argumentava que deste modo o homem podia descobrir princípios permanentes de direito e de justiça, independentes dos desejos egoístas dos seres humanos. Acreditava, além disso, que o descobrimento de tais princípios racionais de conduta seria um guia infalível para a vida virtuosa, pois negava que aquele que verdadeiramente conhecesse o bem pudesse jamais preferir o mal.

O mais importante dos discípulos de Sócrates foi Platão, que nasceu em Atenas, em 427 a.C., filho de pais nobres. Seu verdadeiro nome era Aristocles, sendo "Platão" um apelido que se supõe ter-lhe dado um de seus mestres por causa dos seus ombros largos. Aos vinte anos juntou-se ao círculo de Sócrates, nele permanecendo até a trágica morte de seu mestre. Parece ter também colhido inspiração em outras fontes, sobretudo nos ensinamentos de Parmênides e Pitágoras. Ao contrário de seu grande mestre, era um escritor prolífero, embora alguns dos trabalhos a ele atribuídos sejam de autoria duvidosa. As mais famosas das obras platônicas são os diálogos, tais como a Apologia, Protágoras, Fedro, Tímon e a República. Dedicava-se ao acabamento de um outro grande trabalho - As leis - quando a morte o colheu aos oitenta e um anos de idade.

Os objetivos de Platão, ao desenvolver sua filosofia, eram semelhantes aos de Sócrates, embora de certo modo mais amplos: 1) combater a teoria da realidade como um fluxo desordenado e substituí-Ia por uma interpretação do universo considerado como essencialmente espiritual e obediente a um plano: 2) refutar as doutrinas sofísticas do relativismo e do ceticismo e 3) fornecer uma base segura para a ética. A fim de alcançar esses objetivos desenvolveu a célebre doutrina das Idéias. Admitia que a relatividade e a mudança constante são característico, do mundo das coisas físicas, do mundo que percebemos com nossos sentidos. Negava, porém, que esse mundo constituísse todo o universo. Há um reino mais alto e espiritual, composto de formas eternas ou Idéias, que só a mente pode conceber. Não são, porém, meras abstrações criadas pelo homem, mas sim entes espirituais. Cada uma delas é o arquétipo ou modelo de certa classe especial de objetos ou de relações entre objetos na terra. Há, pois, Idéias de homem, de árvore, de forma, de tamanho, cor, proporção, de beleza e justiça. A mais alta de todas é a Idéia do Bem, que é a causa ativa e a finalidade orientadora

de todo o universo. As coisas que percebemos por meio de nossos sentidos são apenas cópias imperfeitas das realidades supremas - as Idéias.

A filosofia ética e religiosa de Platão estava intimamente relacionada com sua doutrina das Idéias. Como Sócrates, ele acreditava que a verdadeira virtude tinha sua base no conhecimento. Mas o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e variável, consistindo, pois a verdadeira virtude na apreensão racional das Idéias eternas de bondade e justiça. Relegando o físico para um plano inferior, deu à sua ética um sabor levemente ascético. Considerava o corpo como um obstáculo ao espírito e ensinava que somente a parte racional da natureza do homem é nobre e boa. Contrastando com alguns de seus continuadores pósteros, não exigia que os apetites e as emoções fossem totalmente negados, mas insistia em sua subordinação estrita à razão. Platão nunca deixou inteiramente clara sua concepção de Deus. Algumas vezes referia-se à Idéia do Bem como se fosse uma força divina de ordem subordinada, outras vezes, como se fosse a criadora suprema e a dominadora do universo. É possível que esta última afirmação representasse o seu verdadeiro pensamento. De qualquer modo, é certo que concebia o universo como sendo espiritual quanto à natureza e governado por objetivos inteligentes. Rejeitava tanto o materialismo como o mecanicismo. Quanto à alma, considerava-a não somente como imortal, mas como preexistindo desde toda a eternidade.

Como filósofo político, Platão inspirava-se no ideal de construir um estado livre de perturbações e de disputas egoístas dos indivíduos e das classes. Os fins que ele desejava atingir não eram nem a democracia nem a liberdade, mas a harmonia e a eficiência. De acordo com isso, propôs na República o famoso plano duma sociedade cuja população se distribuía em três classes principais, correspondentes às funções da alma. A classe mais baixa, representando a alma apetitiva, incluiria os lavradores, os artífices e os comerciantes ou mercadores; a segunda classe, representando o elemento empreendedor ou vontade, seria formada pelos soldados; enquanto a classe mais alta, representando a razão, compreenderia a aristocracia intelectual. De cada uma dessas classes esperava-se a realização das tarefas para as quais tinha maior aptidão. A função da classe mais baixa seria a produção e a distribuição dos bens em benefício de toda a comunidade; a dos soldados, a defesa; ao passo que a aristocracia, dada a sua aptidão especial para a filosofia, desfrutaria o monopólio do poder político. A divisão do povo

nessas categorias não se basearia no nascimento ou na riqueza, mas seria feita por um processo de seleção que levasse em conta a capacidade de cada indivíduo para aproveitar a educação que lhe fosse dispensada. Assim, os lavradores, os artífices e os mercadores seriam aqueles que demonstrassem a mais baixa capacidade intelectual, ao passo que os reis-filósofos seriam aqueles que se mostrassem mais bem dotados.
O último dos grandes representantes da tradição socrática foi Aristóteles, que nasceu em Estagira, em 384 a.C. Com a idade de dezessete anos entrou para a Academia de Platão, aí permanecendo como discípulo e mestre durante vinte anos. Em 343 foi convidado pelo rei Filipe da Macedônia para mestre do jovem Alexandre. Talvez a história ofereça poucos exemplos mais notáveis de talento mal empregado, do que esse. Sete anos depois voltou a Atenas, onde passou a dirigir uma escola própria, conhecida como o Liceu, atividade que exerceu até a sua morte em 322 a.C. Aristóteles escreveu muito mais do que Platão, abordando uma variedade enorme de assuntos. Seus trabalhos principais incluem tratados de lógica, meta física, retórica, ética, ciências naturais e política. Um número considerável de escritos que se atribuem a ele nunca foram encontrados.
Embora Aristóteles se interessasse tanto quanto Platão e Sócrates pelo conhecimento absoluto e pelos princípios eternos, sua filosofia diferia da deles em vários aspectos importantes. Em primeiro lugar, tinha maior consideração pelo concreto e pelo prático. Em contraste com Platão, o esteta, e com Sócrates, que dizia nada poder aprender das árvores e das pedras, Aristóteles era um cientista profundamente interessado pela biologia, pela medicina e pela astronomia. Além disso, era menos inclinado do que seus predecessores aos assuntos espirituais. Por fim, não compartilhava das fortes simpatias de ambos pela aristocracia.
Aristóteles concordava com Platão em que os universais, as Idéias (ou as formas, como ele as chamava) são reais e em que o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e inexato. Recusava, no entanto, atribuir, como seu mestre, uma existência independente aos universais e reduzir as coisas materiais a pálidos reflexos de suas formas espirituais. Ao contrário, afirmava que forma e matéria são de importância igual, ambas eternas, não podendo existir uma isolada da outra. É a união das duas que dá ao universo seu caráter essencial. As formas são as causas de todas as coisas; são as forças cujo fim é modelar o mundo da matéria, produzindo os objetos e

organismos infinitamente variados que nos cercam. Toda evolução, tanto cósmica como orgânica, resulta da interação entre forma e matéria. Assim, a presença da forma homem no embrião humano modela e dirige o desenvolvimento deste até que, por fim, evolve como ser humano. Conquanto também o movimento mecânico da própria matéria desempenhe certo papel no processo, o fator determinante é a ação da forma, orientada para um fim. A filosofia aristotélica pode, por essa razão, ser considerada como intermediária entre o espiritualismo transcendental de Platão e o materialismo mecanicista dos atomistas. Sua concepção do universo era teleológica, isto é, concebia-o como governado por uma finalidade; recusava, porém, considerar o espiritual como eclipsando completamente a sua corporificação material.

Que Aristóteles tenha concebido Deus precipuamente como uma Causa Primeira é o que se podia esperar da predominância da atitude científica na sua filosofia. Diferente da Idéia do Bem de Platão, o Deus de Aristóteles não realizava um fim ético. Seu caráter era o de um Primeiro Motor, fonte original do movimento orientado que se achava contido nas formas. Não era em qualquer sentido um Deus pessoal, pois sua natureza era a de uma inteligência pura, desprovida de qualquer sentimento, vontade ou desejo. Parece que Aristóteles não deixou lugar em seu sistema religioso para a imortalidade individual; todas as funções da alma, exceto a razão criadora, que de maneira alguma era individual, dependiam do corpo e pereciam com ele.

A filosofia ética de Aristóteles era menos ascética que a de Platão. Não considerava o corpo como a prisão da alma, nem acreditava que os apetites físicos são necessariamente maus em si mesmos. Pensava que o mais alto bem para o homem consiste na sua auto-realização, isto é, no exercício daquela parte. de sua Aristóteles natureza que mais verdadeiramente o distingue como ser humano. A auto-realização seria, portanto, idêntica à vida da razão. Mas esta depende da combinação adequada de certas condições físicas e mentais. O corpo deve ser conservado em boa saúde e as emoções sob o necessário controle. A solução será encontrada no termo médio, pelo qual se mantém o equilíbrio entre a sensualidade excessiva de um lado e a negação ascética de outro. Isso era simplesmente a reafirmação do característico ideal helênico da sophrosyne (nada em excesso).

Embora tenha incluído em sua Política abundante material descritivo e analítico sobre a estrutura e as funções do governo, tratou principalmente dos aspectos mais amplos da teoria política. Considerava o estado como a instituição suprema para a consecução do bem-estar dos homens e, por essa razão, interessava-se profundamente em conhecer sua origem e desenvolvimento, bem assim como pelas melhores formas que ele pudesse assumir. Afirmando que o homem era um animal social e político por natureza, negava que o estado fosse um produto artificial das ambições de poucos ou dos desígnios de alguns. Pelo contrário, sustentava que ele tinha sua base nos próprios instintos do homem e que a vida civilizada era impossível fora de seus limites. Considerava como o melhor dos estados, não a monarquia, a aristocracia ou a democracia, mas uma politeia - que ele definia como uma comunidade intermediária entre a aristocracia e a democracia. Seria, essencialmente, um estado sob o controle da classe média, mas Aristóteles tencionava fazer com que os membros dessa classe fossem suficientemente numerosos, pois advogava medidas preventivas da concentração da riqueza. Defendia a instituição da propriedade privada, mas se opunha ao entesouramento pelos ricos além do necessário a uma vida inteligente. Recomendava ao governo a distribuição de dinheiro aos pobres para a compra de pequenas lavouras ou para "iniciarem-se no comércio e na agricultura", e assim alcançarem a prosperidade e a dignidade.

II. Ciência

Ao contrário do que supõe a crença popular, o período da civilização helênica, estritamente falando, não constituiu uma grande época científica. A grande maioria das conquistas científicas comumente consideradas como gregas viram a luz no período helenístico, quando não mais predominava a cultura helênica, mas uma mistura de helênico e oriental. Os interesses dos gregos, na época de Péricles e no século que se seguiu, eram principalmente especulativos e artísticos, não havendo grande devotamento ao conforto material ou ao domínio do universo físico. Por conseqüência, com exceção de alguns desenvolvimentos importantes na matemática, na biologia e na medicina, foram relativamente pequenos os progressos científicos.

O fundador da matemática grega foi, segundo parece, Tales de Mileto, que se supõe ter formulado vários teoremas mais tarde incluídos na geometria de Euclides. Entre eles contam-se os seguintes: 1) o círculo é cortado em duas partes iguais por qualquer diâmetro; 2) os ângulos da base de um triângulo isósceles são iguais; 3) se duas linhas retas se cruzam, os ângulos opostos pelo vértice são iguais. Talvez mais significativo fosse o trabalho dos pitagóricos, que desenvolveram uma complexa teoria dos números, classificando-os em várias categorias, tais como ímpares, pares, primos, compostos, duplamente pares, perfeitos etc. Supõe-se que tenham também descoberto a teoria das proporções e provado, pela primeira vez, que a soma dos três ângulos de qualquer triângulo é igual a dois ângulos retos. A mais famosa de suas realizações foi, porém, a descoberta do teorema atribuído ao próprio Pitágoras: o quadrado da hipotenusa de qualquer triângulo retângulo é igual à soma dos quadrados dos catetos. Hoje acredita-se que o primeiro grego que desenvolveu a geometria como ciência foi Hipócrates de Quios, que não deve ser confundido com o médico Hipócrates, de Cós.
O primeiro grego a manifestar interesse pela biologia foi o filósofo Anaximandro, que desenvolveu uma rudimentar teoria da evolução orgânica, baseada no princípio da sobrevivência através da progressiva adaptação ao meio. Os primeiros animais, asseverava ele, viveram no mar, que no princípio cobria toda a superfície da terra. Quando as águas se retiraram, alguns organismos foram capazes de se ajustar a seu novo ambiente e de tornarem-se animais terrestres. O produto final desse processo de evolução foi o próprio homem. O verdadeiro fundador da ciência biológica foi, no entanto, Aristóteles. Devotando muitos anos de sua vida ao cuidadoso estudo da estrutura, dos hábitos e do crescimento dos animais, revelou inúmeros fatos que não seriam redescobertos senão a partir do século XVII. A metamorfose de vários insetos, os hábitos reprodutivos da enguia, o desenvolvimento embriológico do tubarão (como o embrião se nutre no útero graças à placenta, tal como acontece com os fetos dos mamíferos) - são apenas amostras da estupenda extensão de seus conhecimentos. Seu estudo das estruturas homólogas foi tão importante, que ele é comumente considerado o pai da anatomia comparada. Infelizmente, cometeu alguns erros. Negou a sexualidade das plantas e aceitou, sem criticar, alguns mitos antigos como o das cabras que respiravam pelos ouvidos e o dos abutres que eram fecundados pelo vento.

Embora subscrevesse a teoria geral da evolução, acreditava na geração espontânea de algumas espécies de vermes e insetos.

ARQUITETURA GREGA

Teatro de Dioniso em Atenas, construído aproximadamente em 340 a. C. Os dramas gregos eram invariàvelmente representados ao ar livre. O Teatro de Dioniso, acomodando cêrca de 15 000 espectadores, foi erigido de modo a aproveitar o declive do terreno. (Metropolitan Museum of Art.)

Templo chamado de Teseu, em Atenas, tido geralmente como um dos mais perfeitos monumentos em estilo dórico.

Reconstituição do interior do Partenon, mostrando a resplendente estátua feita de ouro e marfim, de Atená, a deusa protetora da cidade. Esta, como quase tôdas as esculturas do Partenon, era uma obra de Fídias. (Metropolitan Museum of Art.)

A GRÉCIA E A ÉPOCA HELENÍSTICA

Pórtico das Virgens, na face

...ou ao Erecteu de Atenas. Este belo templo jônico, dedicado ao lendário rei Erecteu, foi construído durante a guerra do Peloponeso. O Pórtico das Virgens (Cariátides) simboliza talvez uma procissão de jovens trazendo oferendas ao sacrário.

Templo de Atená Vitoriosa, em Atenas, um dos mais encantadores exemplos do gracioso estilo jônico. Planejado por Péricles, em 430 a. C., provàvelmente não se completou antes dos fins do século V. (Depart. de Arte da Rutgers University.)

Estátua duma velha vendedora do mercado. É tida como bom exemplo do realismo helenístico. Na época helenística o declínio do idealismo e da arte helênica deu lugar a uma tendência para retratar os aspectos humildes da vida e para exprimir compaixão ante o sofrimento humano. (Metropolitan Museum of Art.)

Moedas helenísticas (vêem-se versos e reversos das mesmas moedas). Os objetos de uso comum dêste período mostram, muitas vêzes, a mesma beleza de linhas das obras de pura arte. (American Numismatic Society.)

Também a medicina grega iniciou-se com os filósofos. Seus pioneiros foram Empédoc1es, expoente da teoria dos quatro elementos (terra, ar, fogo e água) e Alcméon, um discípulo da escola pitagórica. O primeiro descobriu que o e sangue flui do coração e volta a ele, e que os poros da pele auxiliam o trabalho das trocas respiratórias. Alcméon introduziu a prática de dissecar corpos de animais, descobriu o nervo óptico, a trompa de Eustáquio, e sabia que o cérebro é o centro do sistema nervoso. Mais importantes ainda foram os trabalhos de Hipócrates de Cós, nos séculos V e IV. Se esse grande médico não tivesse contribuído com outra coisa além da refutação da explicação sobrenatural das doenças, ainda assim mereceria ser chamado

pai da medicina. Martelava os ouvidos de seus alunos com a doutrina de que "cada doença tem uma causa natural e sem causas naturais nada acontece". Além disso, pelos seus métodos de estudo meticuloso e pela comparação dos sintomas, lançou os fundamentos da clínica médica. Descobriu o fenômeno da crise na moléstia e fez progredir a prática da cirurgia. Embora tivesse um largo conhecimento de drogas, confiava muito mais no valor terapêutico da dieta e do repouso. O principal fato em seu desfavor é o desenvolvimento da teoria dos quatro humores: a idéia de que a moléstia se deve a uma excessiva quantidade de bile amarela, bile preta, sangue e fleuma no organismo. A prática da sangria foi a lastimável conseqüência dessa teoria.

III. Literatura

Em geral, o meio mais comum de expressão literária na época de formação dos povos é a narração épica de feitos heróicos. É uma forma bem adaptada aos dias das primeiras explorações, cheios de batalhas e vigorosas aventuras, quando ainda não houve tempo de serem os homens atemorizados pelo mistério das coisas. Os mais famosos poemas épicos gregos - a Ilíada e a Odisséia foram escritos justamente no fim da época homérica. O primeiro tem como tema o amor e a ira de Aquiles; o segundo descreve as peregrinações e a volta de Ulisses. O supremo mérito literário de ambos reside em seus enredos cuidadosamente tramados, na música de sua poesia, na atração sensual de suas imagens, no realismo com que são retratados os caracteres e no domínio da gama completa das emoções. Exerceram influência quase incalculável nos escritores que vieram depois. Seu estilo e linguagem inspiraram a férvida poesia emotiva do século VI e eles foram uma fonte infalível de enredos e temas para os grandes trágicos da Idade Áurea.

Os três séculos que se seguiram aos tempos homéricos distinguiram-se, como já vimos, por mudanças sociais profundas. O padrão de vida rural deu lugar a uma sociedade urbana de complexidade cada vez maior. A fundação de colônias e o desenvolvimento do comércio criaram novos hábitos de vida. Indivíduos até então submersos no anonimato adquiriram consciência de sua força e de sua importância. Era inevitável que essas mudanças se

refletissem em novas formas de literatura, em especial naquelas de expressão mais pessoal. A primeira a ser desenvolvida foi a elegia, que provavelmente se destinava a ser antes declamada do que cantada com acompanhamento musical. As elegias variavam em tema, desde as reações individuais diante do amor até o idealismo dos patriotas e reformadores. Eram, no entanto, dedicadas em geral à melancólica reflexão sobre as desilusões da vida ou a amargas lamentações sobre a perda de prestígio. Sobressaíram entre os autores de versos elegíacos Sólon, o legislador, Mimnermo e Teógnis.

No século VI e no começo do V, a elegia foi gradualmente cedendo lugar à poesia lírica, cujo nome se deriva do fato de ser cantada ao som de lira. O novo tipo de poesia era especialmente adaptado à expressão dos sentimentos apaixonados, dos amores e ódios violentos, despertados pela luta de classes. Era também empregado com outros fins. Tanto Alceu como Safo usaram-no para descrever a beleza pungente do amor, a graça delicada da primavera e o esplendor das estrelas numa noite de verão. Entrementes, alguns outros poetas desenvolveram o coral lírico, pretendendo exprimir antes os sentimentos da comunidade que os de um indivíduo. O maior de todos os escritores deste grupo foi Píndaro, de Tebas, que escreveu durante a primeira metade do século V. Os versos de Píndaro tomam a forma de odes de louvor às vitórias de atletas e às glórias da civilização helênica. São também significativos pelas suas concepções religiosas e morais. Píndaro nutria a idéia de ser Zeus o deus da retidão, que puniria o mau com a "mais terrível condenação" e recompensaria o bom com uma vida "em que não se conhecem as lágrimas".

A suprema realização literária dos gregos foi o drama trágico. Como tantas outras grandes obras desse povo, tinha suas raízes na religião. No festival dedicado à adoração de Dioniso, o deus da primavera e do vinho, um coro de homens vestidos de sátiros ou homens-bodes cantava e dançava em torno de um altar, representando várias partes de um ditirambo ou coral lírico que contava a vida do deus. Em certo momento destacava-se do coro uma figura principal para recitar as passagens importantes da história. O verdadeiro drama nasceu mais ou menos no início do século V, quando Ésquilo introduziu um segundo "ator" e relegou o coro a um plano secundário. O nome "tragédia", que veio a ser aplicado a esse drama, derivava provavelmente da palavra grega tragos, que quer dizer bode.

A tragédia grega forma nítido contraste com as tragédias de Shakespeare ou de Eugene O'Neill. Em primeiro lugar, é mínima a ação desenrolada no palco; o trabalho principal dos atores consistia em recitar os incidentes de um enredo que já era familiar ao público, pois a história vinha de lendas populares. Em segundo lugar, a tragédia grega consagrava pequena atenção ao estudo da complicada personalidade individual. Não havia desenvolvimento de caracteres pessoais moldados pelas vicissitudes de uma longa vida. As personagens não são propriamente indivíduos, mas sim "tipos". No palco apresentavam-se os atores com máscaras a fim de disfarçar qualquer característico que servisse para distingui-Ios nitidamente do resto da humanidade. Além disso, a tragédia grega difere da variante moderna por ter como tema o conflito entre o homem e o universo e não o choque de personalidades individuais ou conflito do homem consigo mesmo. O destino trágico que prostrava os caracteres principais nessas peças era externo ao próprio homem. Era provocado pelo fato de alguém ter cometido um crime contra a sociedade e, assim, ofendido os desígnios morais do universo. Devia seguir-se a punição para restaurar o equilíbrio da justiça retributiva. Por fim, o objetivo das tragédias gregas não era apenas representar o sofrimento e interpretar as ações humanas, mas retratar a conduta ideal do heleno numa situação angustiosa e purificar as emoções do público representando o triunfo da justiça.
Como já indicamos, o fundador da tragédia grega foi Ésquilo (525-456 a.C.). Embora se suponha que tenha escrito cerca de oitenta peças, somente sete sobreviveram em sua forma completa, contando-se entre elas: Os Persas, Os Sete contra Tebas, Prometeu Acorrentado, e a trilogia conhecida como Orestíades. Culpa e castigo é o tema comum de quase todas elas. O segundo dos dramaturgos, Sófocles (496-406), é considerado por muitos como tendo sido o maior de todos. Seu estilo era mais trabalhado e sua filosofia mais profunda que a de seu predecessor. Foi autor de mais de cem peças, dezoito das quais receberam o primeiro ou segundo prêmio. Mais do que qualquer outro escritor na história grega, ele personificou o ideal helênico do "nada em excesso". Sua atitude se distinguia pelo amor à harmonia e à paz, pelo respeito inteligente à democracia e pela profunda simpatia com que encara as fraquezas humanas. As mais famosas de suas peças hoje conhecidas são Édipo Rei, Antígona e Electra.

O trabalho do último dos dramaturgos, Eurípides (480-406) reflete um espírito bem diferente. Era um céptico, um individualista, um humanista que sentia prazer em ridicularizar os mitos antigos e as "vacas sagradas" da época. Como pessimista azedo que se irritava com as flechadas de seus críticos conservadores, gostava de humilhar o orgulhoso e exaltar o humilde nas peças que escrevia. Foi o primeiro a dar ao homem comum, mesmo ao mendigo e ao camponês, um lugar no drama. Eurípides também é famoso pela sua simpatia para com o escravo, pela condenação da guerra e pelos protestos contra o costume de excluir as mulheres da vida social e intelectual. Devido ao seu humanismo, à sua tendência de descrever os homens como realmente eram (ou mesmo um pouco piores) e à introdução do amor no drama, é freqüentemente considerado um modernista. Não devemos esquecer, no entanto, que em outros aspectos suas peças eram perfeitamente condizentes com o modelo helênico. Não punham em cena ações violentas, não mostravam a evolução do tipo individual ou o conflito de personalidades de modo mais marcado do que os trabalhos de Sófocles ou de Ésquilo. Entre as mais conhecidas tragédias de Eurípides estão Alceste, Medéia e As Mulheres Troianas.
A comédia helênica era positivamente inferior à tragédia. Parece, como as tragédias, ter-se derivado dos festivais dionisíacos, mas não atingiu pleno desenvolvimento a não ser mais tarde, no século V a.C. Seu único representante de importância foi Aristófanes (448 ?-380?), um aristocrata um tanto incivil e briguento que viveu em Atenas. A maior parte de suas peças representam sátiras contra os ideais políticos e intelectuais da democracia radical de seu tempo. Em Os Cavaleiros fustigava os políticos incompetentes e ambiciosos pelas suas temerárias aventuras imperialistas. Em As Rãs ridicularizava Eurípides pelas inovações que introduzira no drama. Reservou As Nuvens para castigar os sofistas, classificando entre eles Sócrates, por ignorância ou por malícia. Conquanto fosse um hábil poeta, dotado de humor sutil e de grande poder imaginativo, suas idéias se baseavam geralmente em meros preconceitos.
Nenhum comentário da literatura grega estaria completo sem a menção de dois grandes historiadores da Idade Áurea. Heródoto, o "pai da história", nasceu em Halicarnasso, na Ásia Menor (484-425). Viajou longamente pelo Império Persa, Egito, Grécia e Itália, colhendo grande cópia de dados interessantes sobre vários povos. Seu famoso relato da grande guerra entre

gregos e persas espraia-se tanto sobre os assuntos de fundo que o trabalho se parece quase a uma história mundial. Encarava essa guerra como uma luta épica entre o Oriente e o Ocidente, em que Zeus concedeu aos gregos a vitória sobre um poderoso exército de bárbaros.
Se Heródoto merece ser chamado o pai da história, tanto mais merece seu contemporâneo mais moço, Tucídides, ser considerado o fundador da história científica. Influenciado pelo ceticismo e pragmatismo dos sofistas, Tucídides preferiu trabalhar com base em provas cuidadosamente examinadas, rejeitando opiniões, lendas e boatos. O assunto de sua História foi a guerra entre Esparta e Atenas, que descreveu científica e desapaixonadamente, salientando a complexidade das causas que produziram tão desastrosa luta. Seu fim era apresentar um registro exato, que pudesse ser estudado com proveito pelos estadistas e generais de todos os tempos, e deve-se reconhecer que alcançou completo êxito. Se qualquer defeito houve em seu método histórico, estará em ter salientado demais os fatores políticos em detrimento dos sociais e econômicos.

7. O SIGNIFICADO DA ARTE GREGA

A arte reflete, talvez melhor que a literatura, o verdadeiro caráter da civilização helênica. O grego era essencialmente materialista e tinha do mundo um conceito objetivo. Platão e os adeptos das religiões místicas foram certamente exceções, mas poucos outros gregos demonstraram interesse por um universo de realidades espirituais. É natural, por conseguinte, que os símbolos materiais da arquitetura e da escultura tenham exemplificado melhor os ideais que o grego alimentava.
Que exprimia a arte grega? Acima de tudo, simbolizava o humanismo - a glorificação do homem como a mais importante criatura do universo. Embora muitas esculturas representassem deuses, isso não diminui em nada o seu caráter humanístico. As divindades gregas grega existiam para o proveito do homem, de modo que ao glorificá-Ias, este glorificava a si próprio. Certamente nada havia de místico ou de teocêntrico nos aspectos religiosos da arte grega. Tanto a arquitetura como a escultura encarnavam os ideais de equilíbrio, harmonia, ordem e moderação. A anarquia e o excesso eram odiosos à mentalidade do grego, mas também o era ao

repressão absoluta. Por conseqüência, sua arte demonstrava qualidades de simplicidade e de contenção dignificadora - liberta, por um lado, de extravagâncias decorativas e, por outro, de convenções restritivas. Além disso, a arte grega era uma expressão da vida nacional. Seus fins não eram somente estéticos, mas também políticos: simbolizavam o orgulho do povo na sua cidade e aumentavam a consciência de unidade. O Partenon de Atenas, por exemplo, era o templo de Atena, a deusa protetora que presidia à vida una do estado. Oferecendo-lhe um belo templo, que podia ser freqüentem ente visitado, os atenienses demonstravam seu amor pela cidade e a esperança na ininterrupta prosperidade desta.
A arte dos helenos diferia, em interessante variedade de aspectos, da de quase todos os povos que os sucederam. Como a maior parte das tragédias de Ésquilo e de Sófocles, era universal. Tanto a escultura como a pintura interessam-se pouco em retratar personalidades. Em geral, os seres humanos representados não eram indivíduos, mas tipos. A arte grega diferia, além disso, da arte da maioria dos povos ulteriores, por seus objetivos éticos. Não era uma arte praticada por amor à simples decoração ou para exprimir a filosofia individual do artista, mas um meio de enobrecimento do homem. Isso não quer dizer que fosse didática no sentido de ser seu mérito determinado pela lição de moral que ensinava; antes, porém, admitia-se que exemplificava aspectos da vida essencialmente artísticos em si mesmos. O ateniense, pelo menos, não estabelecia distinção nítida entre as esferas ética e estética; a beleza e o bem eram na realidade idênticos. Por essa razão, a verdadeira moral consistia numa vida racional, na fuga à grosseria, aos excessos de mau gosto e outras formas de conduta que fossem esteticamente ofensivas. Por fim, a arte grega pode ser diferenciada da maior parte das formas posteriores por não ter sido "naturalista". Embora desse maior atenção à descrição de belos corpos humanos, isso nada tinha a ver com a fidelidade à natureza. O grego não se interessava em interpretar a natureza por amor à natureza, mas em expressar ideais humanos.
A história da arte grega divide-se naturalmente em três grandes períodos. O primeiro, que pode ser chamado período arcaico, cobre os séculos VII e VI. Durante a maior parte dessa fase a escultura foi dominada pela influência egípcia, como se pode ver pela frontalidade e rigidez das estátuas, com os seus ombros quadrados e um dos pés ligeiramente avançado. Perto do fim

do período, no entanto, essas convenções foram postas de parte. Os principais estilos arquitetônicos também nasceram nesse período, sendo então construídos vários templos de aparência tosca. O segundo período, que ocupou o século V, testemunhou perfeição completa tanto da arquitetura como da escultura. A arte desse tempo era absolutamente idealista. Durante o século IV, que foi o último período da arte helênica, a arquitetura declinou e a escultura apresentou novos característicos. Veio a refletir mais nitidamente as reações do artista como indivíduo, incorporou traços de realismo e perdeu parte de seu caráter, que era a expressão do orgulho cívico.
Apesar de toda a sua excelência artística, a arquitetura do templo grego é uma das formas estruturais mais simples. Seus elementos essenciais eram, na realidade, somente cinco: 1) a cela ou núcleo da construção, que era um compartimento retangular para acomodar a estátua do deus; 2) as colunas, que formavam o pórtico e circundavam a cela; 3) o entablamento ou arquitrave, que ficava sobre as colunas e suportava O teto; 4) o próprio teto, formando empena; 5) o pedimento, ou seja a seção triangular sob essa empena. Desenvolveram-se dois estilos arquitetônicos, apresentando modificações em alguns dos elementos enumerados. O mais popular foi o dórico, que fez uso de uma coluna mais pesada e fortemente estriada, completada na parte superior por um capitel liso. O outro, o jônico, possuía colunas mais delgadas e mais graciosas, com ligeiro estriado, base tripla e um capitel em voluta. O chamado estilo coríntio, que era essencialmente helenístico, diferia do jônico, sobretudo, por ser mais ornamentado. O Partenon, o mais belo exemplar da arquitetura grega, é uma construção de fundo dórico, mas reflete algo da graça e da sutileza da influência jônica.
De acordo com a opinião dominante entre os críticos, a escultura grega atingiu o auge de seu desenvolvimento no trabalho de Fídias (500 ?-432?). Suas obras-primas foram a estátua de Atena do Partenon e a estátua de Zeus, do Templo de Olímpia. Além disso, projetou e fiscalizou a execução dos relevos do Partenon. As principais qualidades de sua obra eram a grandeza da concepção, o senso patriótico, a proporção, a dignidade e a discrição. Quase todas as suas figuras são representações idealizadas de divindades e criaturas mitológicas sob forma humana. O segundo dos mais importantes escultores do século V foi Miron, famoso pela estátua do discóbolo e pela glorificação de outros tipos atléticos. Chegaram até nós os

nomes de três grandes escultores do século IV. O mais dotado deles foi Praxíteles, célebre pelos seus retratos de divindades humanizadas, com corpos delgados e graciosos e semblantes que refletem serenidade filosófica. O mais conhecido de seus trabalhos é a estátua de Hermes com Dioniso menino. Seu contemporâneo mais velho, Escopas, distinguiu-se como escultor emocional. Uma de suas mais bem-sucedidas criações foi a estátua de um extático religioso, um adorador de Dioniso, em estado de exaltação mística. No fim do século, Lisipo introduziu na escultura qualidades ainda mais fortes de realismo e de individualismo. Foi o primeiro grande mestre do retrato realista como estudo de caráter pessoal.

A B C

Detalhes das três famosas ordens da arquitetura grega. A. *Dórica;* B. *Jônica;* C. *Coríntia.* (University Prints).

8. A VIDA ATENIENSE NA IDADE ÁUREA

A população de Atenas, nos séculos V e IV, dividia-se em três grupos distintos: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos, que orçavam por 160.000, eram somente aqueles nascidos de pais cidadãos, exceção feita de alguns introduzidos acidentalmente na classe, graças a leis especiais. Os metecos, que provàvelmente não. excediam um total de 100.000, eram moradores estrangeiros, sobretudo gregos não atenienses, embora houvesse também fenícios e judeus. Salvo pelo fato de não terem privilégios políticos e de geralmente não poderem possuir terras, os metecos gozavam de oportunidades iguais às dos cidadãos. Podiam dedicar-se à ocupação preferida a participar de quaisquer atividades sociais e intelectuais. Contrariamente a uma tradição corrente, os escravos atenienses jamais constituíram a maioria da população. Parece que seu número máximo não excedeu de 140.000. No conjunto eram muito bem tratados e amiúde recompensados com a alforria pela prestação de serviços fiéis. Podiam trabalhar em troca de remuneração e possuir propriedades, ocupando alguns deles posições de responsabilidade, tais como cargos públicos subordinados e a gerência de bancos.
A vida em Atenas contrasta de maneira frisante com a da maior parte das outras civilizações. Um de seus principais característicos era o maravilhoso grau de igualdade social e econômica que prevalecia entre seus habitantes. Embora muitos deles fossem pobres, havia poucos ricos. O salário médio era praticamente o mesmo para todas as classes de trabalhadores, especializados ou não. Quase todos, quer cidadãos, metecos ou escravos, comiam a mesma comida, vestiam o mesmo tipo de roupa e participavam dos mesmos divertimentos. Essa igualdade era reforçada em parte pelo sistema de liturgias, isto é, serviços prestados ao estado por homens ricos, em especial sob a forma de contribuições para custear representações dramáticas, equipar a marinha ou ajudar os pobres.
Um segundo característico notável da vida ateniense era a quase ausência de confortos e luxos. Parte disso se devia à baixa renda da massa popular. Professores, escultores, pedreiros, carpinteiros e trabalhadores comuns recebiam o mesmo salário-padrão de uma dracma (mais ou menos R$ 12,60 ao câmbio atual) por dia. Outro fator era o clima suave, que tornava possível uma vida simples. Mas, qualquer que seja a causa, persiste o fato de terem os atenienses, em comparação com os padrões modernos, suportado uma existência excessivamente modesta. Nada conheciam destas

coisas comuns: relógios, sabão, jornais, roupa de algodão, açúcar, chá e café. Suas camas não tinham molas, as casas não eram servidas por esgotos e a alimentação consistia principalmente em bolos de cevada, cebola e peixe, regados com vinho diluído. Em relação à roupa, não gozavam de melhores condições. Uma peça retangular de pano enrolada em torno do corpo, presa por alfinetes nos ombros e atada com uma corda em torno da cintura servia de vestuário principal. Para sair o grego envolvia o corpo num manto maior, por cima dessa roupa. Ninguém usava meias e poucos possuíam outro calçado além das sandálias.

Talvez o característico mais surpreendente da vida ateniense, para o estudioso moderno, seja a atitude predominante de indiferença para com a riqueza. O grego não podia considerar isso como a mais importante coisa da vida. Almejava viver de maneira tão interessante e satisfatória quanto lhe fosse possível, sem despender seus dias suando para conseguir um pouco mais de conforto para a família. Tampouco se interessava em acumular dinheiro para adquirir poder ou prestígio. O que cada cidadão realmente desejava era uma pequena fazenda ou negócio, que lhe fornecesse uma renda razoável e, ao mesmo tempo, lhe deixasse o tempo suficiente para se consagrar à política; às trelas do mercado e às atividades intelectuais ou artísticas, no caso de ter talento para fruí-Ias.

Supõe-se freqüentemente que o ateniense era demasiado preguiçoso ou esnobe para trabalhar de rijo a fim de conseguir luxo e tranqüilidade. Não era esse o caso. É verdade que havia algumas ocupações às quais ele não se dedicaria, por considerá-Ias degradantes ou perniciosas à liberdade moral. Ele não ficaria corcunda cavando prata ou cobre numa mina, pois tal trabalho destinava-se unicamente a escravos do mais baixo nível intelectual. Por outro lado, há muitas provas de que a grande maioria dos cidadãos atenienses não olhava com desdém o trabalho manual. Muitos deles trabalhavam em suas fazendas e em suas lojas como obreiros independentes. Centenas de outros ganhavam a subsistência como assalariados, trabalhando para o estado ou para seus concidadãos. Há casos registrados de cidadãos, metecos e escravos que trabalhavam lado a lado, todos com o mesmo salário, na construção de edifícios públicos e, pelo menos num desses casos, era um escravo o capataz da turma.

A despeito da expansão do comércio e do aumento de população, a organização econômica da sociedade ateniense permaneceu

comparativamente simples. A agricultura e o comércio eram sem dúvida as atividades mais importantes. Até a época de Péricles, a maioria dos cidadãos ainda vivia no campo. A indústria não se desenvolvera o bastante. Bem poucos exemplos de produção em larga escala são conhecidos, e mesmo esses se relacionam exclusivamente com a manufatura de cerâmica e de apetrechos de guerra. O maior estabelecimento do tempo parece ter sido uma fábrica de escudos, de propriedade de um meteco que empregava 120 escravos. Não havia nenhuma outra com mais de metade do seu tamanho. As minas eram as que absorviam a maior quantidade de trabalho, mas eram de propriedade do estado e arrendadas, por seções, a pequenos contratantes para serem trabalhadas por escravos. - A totalidade da indústria era executada em pequenas oficinas de propriedade de artífices individuais, que produziam suas mercadorias por encomenda direta do consumidor.

A religião sofreu algumas transformações notáveis na Idade Áurea. O primitivo politeísmo e antropomorfismo dos mitos homéricos foram em grande parte suplantados, ao menos entre os intelectuais, pela crença num Deus criador e sustentador da lei moral. Tal doutrina era ensinada por muitos dos filósofos, pelo poeta Píndaro e pelos dramaturgos Ésquilo e Sófocles. Outras conseqüências importantes decorreram dos cultos dos mistérios. Estas novas formas da religião tornaram-se populares no século VI, devido à ânsia por uma fé emotiva compensadora das desilusões da vida. A mais importante delas era o culto órfico, que se desenvolvia em torno do mito da morte e da ressurreição de Dioniso. Uma outra era o culto eleusino, que tinha por tema central o rapto de Perséfone por Plutão, deus dos infernos, e sua libertação final por Deméter, a grande Mãe da Terra. Inicialmente, ambos esses cultos tinham como fim a invocação das forças propícias da natureza, mas depois vieram a assumir um significado mais profundo. Exprimiam, para seus adeptos, as idéias de sacrifício vicário, de salvação na vida extraterrena e de união pelo êxtase com a divindade. Embora totalmente incompatíveis com o espírito da religião tradicional, exerceram irresistível atração sobre certas classes de gregos e difundiram amplamente a crença na imortalidade pessoal. A maioria do povo, no entanto, parece ter mantido sua fé na religião ligada a este mundo, otimista e mecânica, de seus ancestrais, e demonstrado pouco interesse pelo sentimento de pecado ou pelo desejo de salvação na vida do além.

Falta ainda considerar rapidamente a posição da família na Atenas pos séculos V e IV. Embora o casamento continuasse a ser uma instituição importante para a procriação dos filhos, que se tornariam os cidadãos do estado, há razão para se crer que a vida familiar tivesse declinado. Ao menos os homens das classes mais prósperas passavam a maior parte do tempo longe de suas famílias. As esposas, relegadas a uma posição inferior, deviam permanecer reclusas em casa. O lugar de companheiras sociais e intelectuais dos maridos foi ocupado por mulheres estranhas, as famosas heteras, algumas das quais eram naturais das cidades jônias e demonstravam grande cultura. O próprio casamento assumiu o caráter de um arranjo político e econômico, destituído de elementos românticos. Os homens casavam para assegurar a legitimidade ao menos a alguns de seus filhos e para adquirir propriedades por meio do dote. Era também necessário, naturalmente, ter alguém para tomar conta da casa. Mas os maridos não consideravam as esposas como suas iguais e não apareciam em público com elas, nem encorajavam sua participação em qualquer forma de atividade social ou intelectual.

9. AS REALIZAÇÕES GREGAS E SUA SIGNIFICAÇÃO PARA NÓS

Nenhum historiador consciencioso negaria que as realizações dos gregos foram das mais notáveis na história do mundo. Sem grandes extensões de solo fértil ou abundância de recursos minerais, conseguiram desenvolver uma civilização mais elevada e de aspectos mais variados que a de qualquer das nações mais ricamente dotadas do Oriente. Contando somente com uma limitada herança cultural do passado para lhes servir de base, alcançaram culminâncias intelectuais e artísticas que desde então têm servido de principal fonte de inspiração ao homem em sua busca da sabedoria e da beleza. Parece razoável concluir também que eles organizaram a vida de modo mais normal e racional que a maior parte dos outros povos que se sucederam no palco da história. A ausência de perturbações violentas, exceto no período mais antigo; a raridade dos crimes brutais; a satisfação com divertimentos simples e uma riqueza modesta - tudo isso indica bem claramente uma vida feliz e satisfeita. Além disso, a sadia atitude moral do

grego ajudou-o a conservar-se quase inteiramente liberto da instabilidade nervosa e dos conflitos emocionais, que têm feito tantos estragos na sociedade moderna. O suicídio, por exemplo, era extremamente raro na Grécia.

Devemos nos precaver, no entanto, contra certos julgamentos sem base crítica que às vezes são expendidos acerca das realizações gregas. Não devemos supor que todos os naturais da Hélade fossem tão cultos, judiciosos e livres quanto os cidadãos de Atenas ou das cidades jônias do outro lado do Egeu. Os espartanos, os árcades, os tessálios e possivelmente a maioria dos beócios, sempre foram incultos e atrasados, do começo ao fim de sua história. Além disso, a própria civilização ateniense não era isenta de defeitos. Permitia certa exploração do fraco, especialmente dos escravos ignorantes que trabalhavam nas minas. Baseava-se num princípio de exclusivismo racial que considerava estrangeiro qualquer homem que não tivesse ambos os pais atenienses e, por conseqüência, negava direitos políticos à maioria dos habitantes do país. Seus estadistas não foram suficientemente esclarecidos para evitar as armadilhas do imperialismo e mesmo da guerra de agressão. Por fim, a atitude de seus cidadãos nem sempre era tolerante e justa. Sócrates foi morto por causa de suas opiniões e dois outros filósofos - Anaxágoras e Protágoras - foram forçados a deixar o país.

Não é verdade, tampouco, que a influência helênica tenha tido a magnitude que comumente se supõe. Nenhum estudioso inteligente pode aceitar a opinião sentimental de Shelley : "Todos somos gregos: nossas leis, nossa literatura, nossa religião, nossas artes têm raízes na Grécia." Nossas leis, na realidade, não se enraízam na Grécia, mas nas civilizações helenística e romana. Boa porção de nossa poesia, indubitavelmente, é de inspiração grega, mas tal não é o caso do grosso de nossa literatura em prosa. Nossa religião certamente não é grega; o espírito do cristianismo vem do Oriente. Mesmo as nossas artes beberam forma e conteúdo tanto em Roma como na Grécia. Na realidade, a civilização moderna é o resultado da convergência de inúmeras influências oriundas de uma variedade de fontes. A influência da Grécia foi parcialmente ofuscada pelas heranças do Oriente. Próximo, dos romanos e dos germanos. Parece ser a filosofia o único segmento da civilização grega que se incorporou, virtualmente intacto, à cultura moderna.

A despeito de tudo isso, a aventura helênica teve uma significação profunda para a história do mundo, por isso que foram os gregos os fundadores de quase todos aqueles ideais que comumente julgamos peculiares ao Ocidente. As civilizações do antigo Oriente, com exceção, em certo grau, da hebraica, da egípcia e da egéia, foram dominadas pelo absolutismo, pelo supernaturalismo, pelo clericalismo, pela negação tanto do corpo como do espírito e pela sujeição do indivíduo ao grupo. Seu regime político era o reino da força concretizado num monarca absoluto, o qual se apoiava num clero poderoso. Sua religião consistia na adoração de deuses onipotentes, que exigiam que o homem se humilhasse e desprezasse a si mesmo para maior glória deles. A cultura, nesses impérios poderosos, servia, sobretudo, como um instrumento para engrandecer o poder do estado e aumentar o prestígio dos governantes e dos sacerdotes.
Por contraste, a civilização da Grécia, principalmente na sua forma ateniense, fundava-se em ideais de liberdade, de otimismo, de secularismo, de racionalismo, de glorificação tanto do corpo como do espírito e de grande respeito pela dignidade e mérito do indivíduo. Se o indivíduo alguma vez se submetia, era à lei da maioria. A religião era terrena e prática, servindo ao interesse dos humanos. A adoração dos deuses era um meio de enobrecimento do homem. Em contraposição ao clericalismo do Oriente, os gregos absolutamente não possuíam. sacerdócio organizado. Mantinham os sacerdotes em segundo plano e recusavam-Ihes, em quaisquer circunstâncias, o poder de definir dogmas ou de governar o intelecto. Além disso, excluíam-nos do controle da esfera moral. A cultura dos gregos foi a primeira a se basear no primado da inteligência - ou seja, na supremacia do espírito de livre exame. Não havia assunto que temessem analisar ou questão que considerassem excluída do domínio da razão. Em extensão jamais verificada em épocas anteriores, o entendimento superou a fé, e a lógica e a ciência superaram a superstição.

CAPÍTULO 9

A Civilização Helenística

A MORTE de Alexandre Magno, em 323 a.C., marcou o início de uma nova época na história do mundo. A civilização helênica propriamente dita chegou então ao seu termo. A fusão de culturas e a mistura de povos, resultante das conquistas de Alexandre, pôs fim à maior parte dos ideais encarnados pelos gregos dos primeiros tempos. Aos poucos, foi surgindo uma nova forma de civilização, baseada num misto de elementos gregos e orientais. A essa nova civilização, que se estendeu até aproximadamente o início da era cristã, costuma-se dar o nome de helenística.

Apesar de ser às vezes a época helenística considerada como um mero capítulo final da história grega, isso não é de modo algum acertado. Os séculos que seguiram a morte de Alexandre foram tão nitidamente diversos da Idade Áurea da Grécia que não podem, com exatidão, ser apreciados como uma continuação desta. Embora a língua da nova era fosse grega e os homens de nacionalidade grega continuassem a desempenhar papel saliente em inúmeras atividades, o espírito da cultura era em grande parte oriental. O ideal clássico da democracia foi sobrepujado por um despotismo talvez mais rigoroso que os do Egito ou da Pérsia. A devoção helênica à simplicidade e à moderação cedeu lugar à extravagância na arte, ao devotamento ao luxo e aos excessos desenfreados. O sistema econômico ateniense de produção em pequena escala foi suplantado pelo desenvolvimento de vultosos negócios e por uma concorrência impiedosa. Embora continuasse o progresso na ciência, a sublime confiança no poder do espírito, que caracterizara os ensinamentos da grande maioria dos filósofos, de Tales a Aristóteles, foi absorvida pelo derrotismo e, por fim, pelo sacrifício da lógica à fé. Devido a essas mudanças, parece justificável concluir que a Época Helenística constituiu realmente um período de

civilização nova, tão distinta da grega quanto o é a civilização moderna da cultura da Idade Média.

1. HISTÓRIA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES

Quando Alexandre morreu, em 323 a.C., não deixou herdeiro legítimo para lhe suceder. O parente masculino mais próximo era um débil mental, seu meio-irmão. A tradição conta que, quando em seu leito de morte os amigos lhe pediram que designasse um sucessor, ele respondeu vagamente: - "O melhor homem." Após a morte do Macedônio, seus generais mais altamente graduados trataram de dividir o império entre si. Alguns dos comandantes mais jovens protestaram contra esse conluio e seguiu-se uma série de guerras, que culminou na decisiva batalha de Ipso, em 301 a.C. O resultado de tal batalha foi uma nova divisão entre os vitoriosos. Seleuco se apossou da Pérsia, da Mesopotâmia e da Síria; Lisímaco assumiu o controle sobre a Ásia Menor e a Trácia; Cassandro estabeleceu-se na Macedônia; e Ptolomeu adicionou, ao seu primitivo domínio do Egito, a Fenícia e a Palestina. Vinte anos depois esses quatro estados foram reduzidos a três, quando Seleuco derrotou e matou Lisímaco em batalha, apropriando-se de seu reino. Nesse meio tempo, grande parte dos estados gregos tinham-se revoltado contra as tentativas do rei da Macedônia para submetê-Ios a seu poder. Unindo-se em ligas defensivas, vários deles conseguiram manter sua independência durante quase um século. Por fim, entre 146 e 30 a.C., quase todo o território helenístico passou para o domínio romano.
A forma dominante de governo, na época helenística, foi o despotismo de reis que se inculcavam, pelo menos, semi-divinos. Os governantes dos dois mais poderosos estados - O Império Selêucida no Ocidente da Ásia e o Império Ptolemaico no Egito - diziam exercer o poder por autoridade divina e fizeram mesmo, esforços no sentido de sua deificação. Um monarca selêucida, Antíoco IV, adotou o título de "Epifânio" ou "Deus Manifesto". Os últimos membros da dinastia de Ptolomeu assinavam seus decretos como "Theos" (Deus) e reviveram o costume de casar com uma irmã, que fora seguido pelos faraós como meio de preservar de contaminação o sangue divino da família real. Somente no reino da Macedônia foi o despotismo temperado por um relativo respeito às liberdades dos cidadãos.

Duas outras instituições políticas desenvolveram-se como subprodutos da civilização helenística: as ligas aquéia e etólia. Já vimos que a maioria dos estados gregos se rebelara contra o domínio macedônico, após a divisão do império de Alexandre. A fim de melhor preservar sua independência, inúmeros desses estados formaram alianças, que gradualmente se expandiram e se tornaram ligas confederadas. Os estados do Peloponeso, com exceção de Esparta e da Élida, foram unificados na liga aquéia, ao passo que a federação etólia incluía quase toda a Grécia Central, com exceção de Atenas. A organização dessas ligas era essencialmente a mesma em ambos os casos. Cada uma delas possuía um conselho federal, composto de representantes das cidades que lhes delegavam o poder de decretar leis sobre assuntos de interesse geral. Uma assembléia, a cujos postos podia aspirar qualquer cidadão dos estados federados, decidia das questões de guerra e paz e nomeava funcionários. A autoridade executiva e militar era investi da em um general, eleito por um ano e reelegível somente em anos alternados. Embora essas ligas sejam amiúde descritas como estados federados, eram bem pouco mais do que confederações. A autoridade central, como o governo dos Estados Norte-Americanos sob o Estatuto da Confederação, dependia dos governos locais no tocante à taxação e às tropas. Além disso, os poderes delegados ao governo central limitavam-se principalmente a assuntos de guerra e paz, de cunhagem, de pesos e medidas. A maior significação dessas ligas está em terem encarnado o princípio do governo representativo e em constituírem o que a Grécia teve de mais parecido com uma união nacional voluntária.

2. ASPECTOS SIGNIFICATIVOS DA EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

A história da civilização helenística assinala uma evolução econômica unicamente comparável, em magnitude, às revoluções comerciais e industriais da era moderna. Podem ser apontadas várias causas importantes: 1) possibilidade de comunicação, resultante das conquistas alexandrinas, com uma vasta área de comércio que ia do Indo ao Nilo; 2) ascensão dos preços em conseqüência da entrada em circulação do enorme tesouro persa de ouro e prata, do que resultou um incremento nas inversões e nas

especulações; 3) o estímulo dado pelos governos ao comércio e à indústria com o fito de aumentar as rendas do estado. O resultado final da cooperação desses fatores foi o desenvolvimento de um sistema de produção de comércio e de finanças em larga escala, sendo o estado o principal capitalista e empresário.

A agricultura foi tão atingida pelos novos desenvolvimentos quanto qualquer outro ramo da vida econômica. O mais notável fenômeno foi a concentração da propriedade agrária e a degradação da população agrícola. Uma das primeiras coisas que os sucessores de Alexandre fizeram foi confiscar as fazendas dos grandes proprietários e adicioná-Ias aos domínios reais. A terra adquirida desse modo era concedida aos favoritos do rei ou arrendada em condições extremamente vantajosas para a coroa. Aos rendeiros, em geral, era vedado deixar as terras antes de finda a colheita e não podiam vender a safra até que o rei tivesse tido oportunidade de vender a parte que recebia como aluguel, ao mais alto preço que o mercado pudesse oferecer. Quando alguns rendeiros entravam em greve ou tentavam fugir, eram adstringidos à gleba como servos hereditários. Muitos pequenos lavradores independentes tomaram-se também servos ao se atolarem em dívidas, dada a incapacidade de competir com a produção em larga escala.

Procurando utilizar todos os recursos estatais em proveito dos cofres do governo, os monarcas do Egito e do império selêucida incrementaram e regulamentaram a indústria e o comércio. Os Ptolomeus fundaram, em quase todas as cidades e aldeias, fábricas e oficinas que eram propriedade do governo e por ele administradas em seu próprio benefício. Além disso, assumiram o controle de todas as empresas particulares, fixando os preços que os proprietários podiam cobrar e manobrando os mercados no interesse da coroa. Um plano semelhante de regimentação da indústria, embora em escala menor, foi posto em prática pelos soberanos selêucidas da Ásia Ocidental. Em geral, o comércio foi deixado por uns e outros nas mãos de particulares, mas estava sujeito a pesados tributos e regulado de forma que assegurasse ao rei uma parte substancial dos lucros. Todas as facilidades eram oferecidas pelo governo para o encorajamento de novas aventuras comerciais. Foram melhorados os portos, expedidos navios de guerra para policiar os mares, e construíram-se estradas e canais. Além disso, os Ptolomeus recorreram a famosos geógrafos a fim de descobrir novas rotas para terras distantes e, assim, conquistou mercados valiosos. Como resultado de tais métodos o Egito desenvolveu um comércio florescente, com uma variedade muito ampla de produtos. Ao porto de Alexandria vieram ter especiarias da Arábia, cobre de Chipre, ouro da Abissínia e da Índia, estanho da Bretanha, elefantes e marfim na Núbia, prata do norte do Egeu e da Espanha, finos tapetes da Ásia Menor e até seda da China. Os lucros auferidos pelo governo, e até mesmo por alguns comerciantes, alcançaram às vezes 20 e 30%.

Outras provas do grande desenvolvimento econômico da época helenística podem ser encontradas na ampliação das finanças. Uma economia monetária internacional, baseada em moedas de ouro e prata, tornou-se então comum a todo o Oriente Próximo. Os bancos, em geral de propriedade do governo, desenvolveram-se, sendo eles as principais instituições de crédito que serviam às especulações comerciais de todos os gêneros. Devido à abundância de capital, a cota dos lucros baixou pouco a pouco de 12%, no século III, a 7%, no século II. A especulação, o açambarcamento de mercados, a intensa concorrência, o crescimento das grandes empresas comerciais e o desenvolvimento dos seguros e da propaganda, são outros índices significativos dessa época notável.

De acordo com os dados existentes, a época helenística, ao menos durante os primeiros dois séculos, foi um período de prosperidade. Embora sérias crises se seguissem amiúde ao colapso da falsa prosperidade trazida pela especulação, parece que tiveram duração curta. A prosperidade real ter-se-ia limitado primordialmente aos governantes, às classes superiores e aos mercadores. Não se estendeu, por certo, aos camponeses, ou mesmo aos operários das cidades. O salário diário dos especializados ou não, caiu no século III a respectivamente R$ 8,40 e R$ 4,20, em confronto com o salário de R$ 12,60 que todos os operários da época de Péricles ganhavam. Por outro lado, o custo da vida subiu consideravelmente. Para agravar ainda mais esse estado de coisas, o desemprego nas grandes cidades tornou-se um problema tão sério que o governo teve de fornecer gratuitamente trigo a muitos habitantes. A escravidão declinou no mundo helenístico, em parte devido à influência da filosofia estóica, mas principalmente por serem os salários tão baixos que era mais barato contratar um operário livre do que comprar e manter um escravo.

Um resultado interessante das condições sociais e econômicas da época helenística foi o crescimento das grandes metrópoles. A despeito de residir ainda no campo a maioria da população, a monotonia da vida rural começou a entediar a muitos e fez com que afluíssem para as cidades, onde, se não era mais fácil a vida, era pelo menos mais interessante. Mas as razões principais podem ser encontradas na expansão da indústria e do comércio, no aumento do funcionalismo e em desejar o lavrador independente escapar aos trabalhos pesados da servidão. As cidades multiplicaram-se e cresceram nos impérios helenísticos, quase tão rapidamente quanto na América no século XIX. Algumas delas atingiram a importância de metrópoles, por assim dizer da noite para o dia. Antioquia, na Síria, quadruplicou sua população num só século. Selêucia, no Tigre, surgiu do nada e atingiu o tamanho de uma grande cidade com muitas centenas de milhares de habitantes em menos de dois séculos. A maior e mais famosa de todas as metrópoles helenísticas foi Alexandria, no Egito, com muito mais de 500.000 habitantes, possivelmente com quase 1.000.000. Nenhuma outra cidade dos tempos antigos, nem mesmo Roma, sobrepujou-a em tamanho e esplendor. Suas ruas eram bem pavimentadas e traça das regularmente. Possuía esplêndidos edifícios e parques públicos, um museu e uma biblioteca com 750.000 volumes. Foi o mais brilhante centro da cultura

helenística, principalmente no campo da pesquisa científica. No entanto, a massa do seu povo formava uma multidão infeliz, sem nenhuma participação na vida brilhante e luxuosa levada à sua volta, muito embora fosse em parte custeada pelo fruto do seu trabalho.

3. CULTURA HELENÍSTICA: FILOSOFIA, LITERATURA E ARTE

A filosofia helenística passou por uma evolução especial ou, talvez fosse melhor dizer, um retrocesso. Na fase inicial ainda estava sob a influência do pensamento grego e, conseqüentemente, mostrou uma consideração elementar para com a razão como chave para a solução dos problemas do homem. Durante o que podemos considerar como segundo período, o ceticismo em face de toda a verdade e de todos os valores levou à total rejeição da razão. Ao aproximar-se o fim desta civilização, a filosofia degenerou num misticismo estéril, trazendo como conseqüência o descrédito de todos os avanços intelectuais, quer baseados na razão quer na experiência. A despeito das diferenças fundamentais de seus ensinamentos, os filósofos da época helenística concordavam todos num ponto: a necessidade de achar um meio de salvar-se o homem dos rigores e dos males da existência.

As primeiras e as mais importantes filosofias helenísticas foram o epicurismo e o estoicismo, ambos surgidos mais ou menos em 300 a.C. Seus fundadores foram respectivamente Epicuro e Zenon, que residiram em Atenas, embora o primeiro tivesse nascido na ilha de Samos e o último em Chipre, sendo provàvelmente de origem fenícia. O epicurismo e o estoicismo tinham muitos caracteres comuns. Ambos eram individualistas, não se interessavam diretamente pelo bem-estar da sociedade, mas pelo bem do indivíduo. Ambos eram materialistas, negando categoricamente a existência de quaisquer substâncias . espirituais; mesmo os seres divinos e a alma eram considerados como formados de matéria. Tanto no estoicismo como no epicurismo havia traços nítidos de indiferença, uma vez que ambos achavam fúteis os esforços do homem e sugeriam um refúgio no quietismo oriental como um fim a ser alcançado pelo sábio. Por último, as duas filosofias eram semelhantes no seu nominalismo e no seu sensualismo,

pois ensinavam que os conceitos são apenas nomes e que todo conhecimento se funda na percepção dos sentidos.
Mas, em vários aspectos, os dois sistemas diferiam bastante. Zenon e seus discípulos mais conhecidos, Cleantes e Crisipo, ensinavam que o cosmos é um todo ordenado no qual todas as contradições são resolvidas no interesse final do bem. Consequentemente, o mal é relativo; os infortúnios particulares dos seres humanos não do espírito passam de incidentes necessários à perfeição final pelo fatalismo do universo. Tudo o que acontece está rigidamente determinado de acordo com um fim racional. O homem não é senhor do seu destino; este é um elo numa cadeia ininterrupta. É-se livre somente no sentido de se poder aceitar o destino ou rebelar-se contra ele, Mas, seja de aceitação ou de rebeldia a atitude adotada, não se pode vencê-Io. O dever supremo do homem é submeter-se à ordem do universo, sabendo que essa ordem é boa; em outras palavras, resignar-se tão voluntariamente quanto possível ao seu destino. Por meio de tal ato de resignação alcançará a mais alta felicidade, que consiste na tranqüilidade do espírito. O indivíduo mais verdadeiramente feliz é, portanto, aquele que pela afirmação da sua natureza racional consegue um perfeito ajustamento de sua vida à finalidade cósmica e expurga sua alma de todo o amargar e de todos os protestos lamurientos contra as adversidades da sorte, Os estóicos desenvolveram uma teoria ética e social que concordava plenamente com sua filosofia geral acima descrita. Acreditando consistir o mais alto bem na tranqüilidade do espírito, naturalmente salientavam como virtudes cardeais o dever e a auto-disciplina. Reconhecendo que os males do indivíduo são quinhão de todos, ensinavam os homens a ser tolerantes e generosos no trato com os demais. Negavam as distinções de raça e afirmavam que todos os homens são irmãos, como filhos de um só Deus. Diversamente do que faziam os cínicos, seus contemporâneos, não recomendavam ao homem fugir à sociedade, mas induziam-no a participar dos negócios públicos, como um dever de todo cidadão de espírito racional. Condenavam a escravidão e a guerra, mas estava bem longe de seus; desígnios pregar uma cruzada moral contra esses males. Acreditavam que os possíveis resultados das violentas mudanças sociais poderiam ser piores do que os males que se propunham curar. Além disso, que diferença fazia que ficasse o corpo escravizado, desde que o espírito fosse livre? A despeito de seu caráter negativo, a filosofia estóica foi o mais nobre produto da época helenística.

Seu igualitarismo, seu pacifismo e seu humanitarismo foram agruras, não somente de posteriores.
Ao passo que os estóicos iam buscar em Heráclito grande parte de sua concepção do universo, os epicuristas derivavam sua metafísica principalmente de Demócrito. Epicuro ensinava que os componentes básicos de todas as coisas são átomos diminutos e indivisíveis e que a mudança e o desenvolvimento resultam da combinação ou da separação dessas partículas. Com isso, embora aceitando o materialismo dos atomistas, Epicuro rejeitava o mecanismo absoluto defendido por eles. Negava que um movimento automático e mecânico dos átomos pudesse ser a causa de todas as coisas do universo. Embora admitisse que os átomos se movem para baixo em linhas perpendiculares, devido ao seu peso, insistia em dotá-Ios de uma capacidade espontânea para se desviarem da perpendicular e, assim, combinarem-se uns aos outros. O principal intuito dessa modificação especial da teoria atômica era tornar possível a crença na liberdade humana. Se os átomos só fossem capazes de movimento mecânico, o homem, feito de átomos, ficaria reduzido à situação de um autômato e seria o fatalismo a lei do universo. Epicuro, com esse repúdio da interpretação mecanicista da vida, estava provavelmente mais próximo do espírito helênico do que Demócrito ou os estóicos.
A filosofia ética dos epicuristas baseava-se na doutrina que aponta o prazer como o mais alto bem do homem. Não incluíam, porém, todas as formas de sensualidade na categoria de prazer genuíno. Os chamados prazeres do homem depravado deviam ser evitados, pois todo excesso carnal deve ser compensado pela cota correspondente de dor. Por outro lado, uma satisfação moderada dos apetites corporais é permissível e pode ser considerada como um bem em si mesma. Melhor ainda é o prazer intelectual, a consideração sóbria das razões de escolha de algumas coisas e do afastamento de outras, e a madura reflexão sobre as satisfações gozadas anteriormente. O mais alto de todos os prazeres consiste, todavia, na serenidade da alma, na ausência completa do dor tanto física como moral. Esse fim pode ser melhor realizado pela eliminação do medo, particularmente do medo do sobrenatural, pois é essa a principal fonte de inquietação espiritual. O homem deve reconhecer, pelo estudo da filosofia, que a alma é material e, por isso, não pode sobreviver ao corpo; que o universo age por si mesmo e que os deuses não intervêm nas questões

humanas. Os deuses vivem longe do mundo e estão muito preocupados com sua própria felicidade para se preocuparem com o que se passa na terra. Pois que não recompensam nem punem os homens, tanto nesta vida como numa outra, não há motivo para serem temidos. Assim os epicuristas chegam, por via diversa, à mesma conclusão geral dos estóicos: o supremo bem é a tranqüilidade do espírito.

Tanto a ética como a teoria política dos epicuristas apóiam-se inteiramente numa base utilitária. Em contraste com os estóicos, não insistiam na virtude como um fim em si mesma, mas ensinavam que o homem devia ser bom unicamente para aumentar a própria felicidade. Negavam, do mesmo modo, a existência de uma justiça absoluta; as leis e as instituições são justas somente na medida em que contribuem para a felicidade do indivíduo. Todas as sociedades complexas estabelecem certas regras necessárias, visando a manutenção da segurança e da ordem. Os homens obedecem a elas apenas por ser-Ihes isso vantajoso. Assim, a origem e a existência do estado estão baseadas diretamente no interesse individual. De um modo geral, Epicuro não atribuía grande importância nem à vida política nem à social. Considerava o estado como uma mera conveniência e aconselhava o homem bem-avisado a que não participasse da vida pública. Diversamente dos cínicos, não propunha ao homem o abandono da civilização e o retorno à natureza; ademais, sua concepção da mais feliz das existências era essencialmente passiva e indiferente. O homem sábio reconhecerá que não pode extirpar os males do mundo, por mais exaustivos e sagazes que sejam os seus esforços; por isso, retirar-se-á para "cultivar seu jardim", estudar filosofia e gozar da convivência de uns poucos amigos da mesma têmpera.

Uma filosofia mais radicalmente derrotista foi a proposta pelos céticos. Embora o ceticismo tivesse sido fundado por Pirro, um contemporâneo de Zenon e Epicuro, só alcançou o zênite de sua popularidade aproximadamente um século depois, sob a influência de Carnéades (214-129 a.C.). A principal fonte de inspiração dos céticos foi o ensinamento sofístico de que todo o conhecimento se deriva da percepção dos sentidos e, conseqüentemente, deve ser limitado e relativo. Tiraram daí a conclusão de que nada podemos provar. Como as impressões dos nossos sentidos nos enganam, nenhuma verdade pode ser certa. Tudo o que podemos dizer é que as coisas parecem ser tais ou quais; mas não sabemos como realmente são. Não temos conhecimento definido do sobrenatural, do significado da vida

ou, mesmo, do justo e do injusto. Segue-se que o caminho sensato a ser seguido é a suspensão do juízo; somente ela pode levar à felicidade. Se o homem abandonar a busca infrutífera da verdade absoluta e deixar de se inquietar com o bem e o mal, atingirá aquela equanimidade de alma que é a mais alta satisfação que pode a vida oferecer. Os cépticos interessavam-se ainda menos que os epicuristas, pelos problemas sociais e políticos. Seu ideal era aquele, tipicamente helenístico, de fuga do indivíduo a um mundo que ele não podia nem entender nem reformar.
O pensamento helenístico alcançou seu ponto mais baixo com as filosofias do judeu Filon e dos neopitagóricos, no último século a.C. e no primeiro de nossa era. Os expositores desses dois sistemas em geral concordavam nos seus ensinamentos básicos, sobretudo no seu ponto de vista predominantemente religioso. Acreditavam num Deus transcendente, tão distante do mundo que era de todo impossível aos mortais conhecê-Io. Concebiam o universo como nitidamente dividido em espírito e matéria. Consideravam mau tudo quanto fosse físico e material; a alma do homem está aprisionada no corpo, do qual só se pode fugir pela absoluta negação e mortificação da carne. A atitude desses pensadores era mística e não intelectual: a verdade não vem nem da ciência nem da razão, mas da revelação. As fracas deduções do espírito humano não merecem senão desprezo. O fim último da vida é realizar uma união mística com Deus, abandonar-se ao divino. A literatura helenística é significativa, sobretudo, pela luz que lança sobre a fisionomia dessa civilização. Grande parte de seus escritos eram pobres em originalidade ou em profundidade de pensamento, mas saíram das mãos dos copistas numa profusão quase incrível, se considerarmos que era desconhecida a arte de imprimir. Os nomes de pelo menos 1.100 autores já foram catalogados, e outros mais são adicionados todos os anos. Grande parte do que escreviam era de ínfima qualidade, sendo comparável aos suplementos dominicais e às novelas baratas de nossos dias. Contudo, houve obras bem acima da mediocridade e umas poucas que alcançaram os mais altos padrões estabelecidos pelos gregos.
Os tipos principais da poesia helenística foram o drama, o poema bucólico e a farsa. O teatro, quase que exclusivamente cômico, é representado, sobretudo, pelas peças de Menandro, completamente diferentes das comédias de Aristófanes. Distinguiam-se antes pelo naturalismo do que

pela sátira, mais pela preocupação com os aspectos menos dignos da vida do que com as questões sociais e políticas. Seu tema dominante era o amor romântico, com suas dores e prazeres, intrigas e seduções, culminando num casamento feliz. O maior autor de poemas bucólicos e de farsas foi Teócrito de Siracusa, que escreveu na primeira metade do século III a.C. Suas pastorais, como o nome indica, celebram o encanto da vida campestre e idealizam os prazeres simples do povo rústico. Por outro lado, as farsas descrevem num colorido diálogo, as brigas, as ambições e as atividades variadas da burguesia nas grandes metrópoles.
O campo da prosa era dominado pelos historiadores, pelos biógrafos e pelos autores de utopias. lndubitavelmente o mais capaz dos escritores de história foi Políbio de Megalópolis, que viveu no século II a.C. Do ponto de vista da atitude científica e do amor à verdade, provàvelmente só cede o primeiro lugar, entre todos os historiadores da antiguidade, a Tucidides, sendo que ainda o supera pela compreensão que tinha da importância das forças sociais e econômicas. Se bem que grande parte das biografias fossem de caráter leve e anedótico, sua tremenda popularidade é um testemunho eloqüente do gosto literário da época. Ainda mais significativa era a voga de que gozavam as utopias, isto é, descrições de estados ideais. No fundo, todas elas descreviam uma vida de igualdade social e econômica, livre de opressão, ambições e desavenças, numa ilha imaginária ou numa região distante e estranha. Nesses paraísos geralmente o dinheiro era desconhecido, o comércio proibido, a propriedade era sempre comum e todos os homens tinham de trabalhar com suas mãos para produzir o necessário à sua vida. Há motivos para supor que a profusão dessa literatura utópica fosse conseqüência direta da depravação e injustiça da sociedade helenística e da consciência da necessidade de reforma.
A arte helenística conservou somente algumas das qualidades superiores da arte dos gregos. Em lugar do humanismo, do equilíbrio e da moderação que caracterizavam a arquitetura e a escultura da Idade Áurea, passaram a dominar o realismo exagerado, o sensacionalismo e a voluptuosidade. Os simples e sérios templos dóricos e jônicos cederam lugar a palácios luxuosos, vivendas custosas, complicados edifícios públicos e monumentos que simbolizavam o poder e a riqueza. Um exemplo típico é o grande farol de Alexandria, que atingia uma altura de quase 120 metros, com três andares decrescentes e, no topo, oito colunas para sustentar a luz. Do

mesmo modo, a escultura mostrou tendências para o extravagante e o sentimental. Muitas estátuas e figuras em relevo eram imensas e algumas delas quase grotescas. Os característicos da grande maioria delas eram o violento emocionalismo e o realismo sórdido. Entre os exemplos desse tipo de escultura podem ser mencionados o Laocoon e o friso do Grande Altar de Zeus em Pérgamo, com seus deuses gigantes, animais ferozes e monstros híbridos, empenhados em furioso combate, simbolizando a luta dos gregos contra os troianos. Mas nem toda a escultura helenística era demasiado exuberante ou grotesca. Parte dela se distinguia por uma calma, equilíbrio e compaixão pelo sofrimento humano que lembram os melhores trabalhos dos artistas do século IV. Entre as estátuas Que exemplificam essas qualidades superiores estão a Afrodite de Melos (Vênus de Milo) e a Vitória Alada de Samotrácia.

4. A PRIMEIRA GRANDE ERA DA CIÊNCIA

A época mais brilhante da história da ciência, antes do século XVII da nossa era, foi o período da civilização helenística. Na verdade, muitas realizações da época moderna dificilmente seriam possíveis sem as descobertas dos cientistas de Alexandria, Siracusa, Pérgamo e outras grandes cidades do mundo helenístico. As razões dês se desenvolvimento fenomenal da ciência nos séculos posteriores à queda do império de Alexandre podem ser indicadas. O próprio Alexandre havia contribuído monetariamente para o progresso da pesquisa. Mais importante foi o estimulo trazido à perquirição intelectual pela fusão da ciência dos caldeus e dos egípcios com os estudos dos gregos. Um terceiro fator, possivelmente, seria o novo interesse pelo luxo e pelo conforto e a procura de conhecimentos práticos capazes de possibilitar ao homem a solução dos problemas de uma existência desordenada e insatisfatória.
As ciências que receberam maior atenção na época helenística foram a astronomia, a matemática, a geografia, a medicina e a física. A química, como ciência pura, era praticamente desconhecida. Exceto os trabalhos de Teofrasto, que foi o primeiro a reconhecer a sexualidade das plantas, as ciências biológicas foram também muito descuidadas. Nem a química, nem a biologia tinham qualquer relação definida com o comércio ou com as

formas então existentes de indústria e, aparentemente, não eram consideradas como de grande valor prático.
O mais famoso dos primeiros astrônomos desse tempo foi Aristarco de Samos (310-230 a.C.), que às vezes é chamado "o Copérnico helenístico". Com sua descoberta de ser a imobilidade aparente das estrelas “fixas” devida à enorme distância da terra, foi o primeiro a formar uma concepção adequada das enormes dimensões do universo. O seu principal título de glória está, contudo, em haver deduzido que a terra e outros planetas giram em torno do sol. Infelizmente, essa dedução não foi aceita por seus sucessores. Ela entrava em conflito com os ensinamentos de Aristóteles e com as idéias antropocêntricas dos gregos. Além disso, não estava em harmonia com a crença dos judeus e de outros orientais, que formavam um grande contingente da população helenística. Além deste, o único astrônomo de grande importância da época helenística foi Hiparco, que realizou os seus mais valiosos trabalhos em Alexandria, na última metade do século II a.C. Suas contribuições principais foram a invenção do astrolábio e do globo celeste, a preparação do melhor mapa dos céus conhecido na antiguidade, o cálculo aproximadamente correto do diâmetro da lua e de sua distância da terra, e o descobrimento da precessão dos equinócios. A fama de Hiparco foi mais tarde ofuscada, no entanto, pela reputação de Ptolomeu de Alexandria, o último dos astrônomos helenísticos. Embora Ptolomeu tenha feito poucas descobertas originais, sistematizou o trabalho dos outros. Sua obra principal, o Almagesto, baseada na teoria geocêntrica, foi legada à Idade Média como o repositório clássico da antiga astronomia. Havia, diretamente ligadas à astronomia, duas outras ciências: a matemática e a geografia. O matemático helenístico de maior renome foi certamente Euclides (ca. 323 - ca. 285 a.C.), erroneamente considerado como o fundador da geometria. Até os meados do século XIX seus Elementos de Geometria foram a base aceita para o estudo desse ramo da matemática. Grande parte do material contido nessa obra não era original, mas compilado como uma síntese das descobertas alheias. O mais original dos matemáticos helenísticos foi provavelmente Hiparco, que estabeleceu os fundamentos da trigonometria plana e esférica.
A geografia helenística deveu grande parte de seu desenvolvimento a Eratóstenes (ca. 276 - ca. 194 a.C.), astrônomo, poeta, filólogo e bibliotecário de Alexandria. Por meio de relógios de sol, colocados

centenas de quilômetros uns dos outros, calculou a circunferência da terra com um erro de menos de 300 quilômetros. Executou o mapa mais exato de até então, com a superfície da terra dividida em graus de latitude e longitude. Expôs a teoria de serem na realidade todos os oceanos um único e foi o primeiro a sugerir a possibilidade de alcançar a índia navegando pelo ocidente. Um de seus sucessores, Possidônio da Síria, dividiu a terra em cinco zonas climáticas ainda hoje aceitas e explicou o movimento das marés pela influência da lua.
Talvez nenhum dos avanços helenísticos na ciência tenha ultrapassado em importância os progressos da medicina. Particularmente significativo foi o trabalho de Herófilo de Calcedônia, que realizou suas pesquisas em Alexandria, mais ou menos no começo do século III. Foi sem contestação o maior anatomista da antiguidade e, segundo Galeno, o primeiro a praticar a dissecação humana. Entre seus mais importantes feitos estão uma descrição detalhada do cérebro, incluindo uma tentativa de distinção entre as funções de suas várias partes; o descobrimento do significado da pulsação e de seu emprego no diagnóstico de doenças; a distinção entre tendões e nervos e a relação entre estes e o cérebro; e ainda a descoberta de conterem as artérias somente sangue - e não uma mistura de sangue e ar, como Aristóteles havia ensinado - sendo sua função levar o sangue do coração para todas as partes do corpo. Seria difícil exagerar o valor desta última descoberta para o estabelecimento das bases do conhecimento da circulação.
O mais hábil dos sucessores de Herófilo foi Erasístrato, que viveu em Alexandria aproximadamente nos meados do século III. É considerado o fundador da fisiologia como ciência independente. Não somente praticou a dissecação, mas acredita-se que tenha adquirido boa parte de seus conhecimentos sobre as funções do corpo graças à vivisseção. Descobriu as válvulas do coração, estabeleceu distinção entre nervos motores e sensitivos e ensinou que as últimas ramificações das artérias e das veias têm conexão entre si. Foi o primeiro a rejeitar completamente a teoria humoral da doença e a condenar a sangria excessiva como método de cura. Infelizmente esta teoria foi depois revivida por Galeno, o grande enciclopedista da medicina que viveu no Império Romano, no século II da nossa era.
Antes do século III a.C. a física tinha sido um ramo da filosofia. Foi erigida em ciência experimental independente por Arquimedes de Siracusa. Como físico, Arquimedes descobriu a lei da flutuação dos corpos mergulhados

num líquido, ou seja, o peso específico, e formulou com exatidão científica os princípios da alavanca, da roldana e do parafuso. Entre as suas memoráveis invenções contam-se a roldana composta, o parafuso tubular para bombear água, a hélice usada para o lançamento de navios, um planetário e as lentes convexas. Ainda que tenha sido chamado o "técnico ianque da antiguidade", há indicações de que não dava grande valor a seus inventos mecânicos e preferia consagrar o tempo à pesquisa científica pura.
Outros indivíduos da época helenística dedicaram-se de bom grado à ciência aplicada. Salientando-se entre eles, podemos citar Heron de Alexandria, que viveu no último século a.C. O número de invenções que se lhe atribuem é quase inacreditável. A lista inclui: uma bomba de incêndio, um sifão, uma bomba de pressão, um órgão hidráulico, uma máquina que se fazia funcionar mediante a introdução de uma moeda numa fenda, uma catapulta acionada por ar comprimido, um termoscópio e até uma máquina a vapor. É impossível dizer quais dessas invenções são realmente suas, mas parece certo terem existido realmente tais aparelhos, nesse tempo ou logo depois. Não obstante, o progresso global da ciência aplicada foi comparativamente pequeno, talvez pelo fato de continuar a ser o trabalho manual tão abundante e barato que não interessava ainda nesse tempo substituí-Io pelo trabalho mecânico.

5. A RELIGIÃO NA ÉPOCA HELENÍSTICA

Se há aspecto da civilização helenística que sirva mais que os outros para acentuar o contraste com a cultura helênica, é a nova orientação tomada pela religião. A religião cívica dos gregos, tal como existia na época das cidades-estados, desaparecera então quase completamente. Para a maioria dos intelectuais, seu lugar foi ocupado pelas filosofias do estoicismo, epicurismo e ceticismo. Os menos inclinados à filosofia voltaram-se para a adoração da Fortuna ou tornaram-se adeptos do ateísmo dogmático de Teodoro e Evêmero. Este último foi o autor da famosa doutrina, de nome evemerismo, que ensina que todos os deuses foram em sua origem monarcas, conquistadores, heróis ou qualquer outro tipo de homens notáveis.

Entre as massas, a tendência para adotar as religiões emocionais de origem oriental era ainda mais nitidamente manifesta. Os mistérios órficos e eleusinos atraíam mais devotos do que nunca. A adoração da deusa-mãe egípcia Ísis, em certa época, quase atingiu as proporções de religião mundial. Do mesmo modo a religião astral dos caldeus disseminou-se rapidamente, sendo seu produto principal - a astrologia - recebido com entusiasmo fanático por todo o mundo helenístico. Tão forte foi a atração exercida por ela, que chegou a influir bastante no eclipse da ciência e da razão nos séculos II e I a.C. A mais poderosa de todas as influências, porém, deveu-se às derivações do zoroastrismo, particularmente do mitraísmo e do gnosticismo. Apesar de todos os cultos de origem oriental se assemelharem entre si em suas promessas de salvação extraterrena, o mitraísmo e o gnosticismo tinham uma mitologia de maior significado ético, um desprezo mais entranhado por este mundo e uma definição mais clara da doutrina da salvação por um redentor personificado. Tais idéias satisfaziam os anelos emocionais do vulgo, convencido como estava da inanidade desta vida e disposto ao engodo das promessas extravagantes de melhores coisas no mundo porvindouro. Se é lícito julgar pelas condições atuais, algumas doutrinas desses cultos devem ter exercido sua influência também sobre membros das classes mais altas. Mesmo o observador mais superficial da sociedade moderna sabe que o pessimismo, o misticismo e a crença no além não se limitam aos humildes. Em alguns casos, a mais aguda desilusão desta vida e os mais profundos anseios místicos são encontrados entre aqueles que têm os bolsos recheados.

Um fator de positiva importância para a evolução religiosa da época helenística foi a dispersão dos judeus. Em conseqüência da conquista da Palestina por Alexandre, em 332 a.C., e da conquista romana, aproximadamente três séculos depois, milhares de judeus emigraram para várias partes do mundo mediterrâneo. Calcula-se que um milhão deles vivia no Egito no primeiro século da era cristã e que 200.000 habitavam a Ásia Menor. Misturaram-se livremente com outros povos, adotando a língua grega e não pequena porção da cultura helênica que ainda sobrevivia dos séculos passados. Desempenharam, ao mesmo tempo, um papel saliente na difusão das crenças orientais. Sua própria religião, graças à influência persa, havia já assumido um caráter espiritual e messiânico. Seu filósofo mais importante desse tempo - Filon de Alexandria - desenvolveu um corpo de

doutrinas que representa o ponto máximo atingido pelo misticismo. Muitos judeus helenizados converteram-se por fim ao cristianismo e constituíram poderoso instrumento da propagação dessa religião fora da Palestina.

6. UMA ANTECIPAÇÃO DA ÉPOCA MODERNA?

Com a possível exceção da romana, nenhuma outra cultura dos antigos tempos parece ter prefigurado tão claramente o espírito da época moderna, quanto a civilização helenística. Nela, como no mundo moderno, podia-se encontrar uma considerável variedade de formas de governo, o desenvolvimento do militarismo, o declínio do respeito pela democracia e uma tendência para o regime totalitário. Grande parte da evolução econômica e social, característica da época helenística, lembra do mesmo modo a experiência contemporânea: o desenvolvimento dos grandes negócios, a expansão do comércio, o zelo pela exploração e pela descoberta, o interesse pelos inventos mecânicos, a concorrência desapiedada entre os comerciantes, a preocupação com o conforto e a obsessão da prosperidade material, o desenvolvimento das metrópoles com áreas congestionadas de habitações insalubres e um vasto abismo entre ricos e pobres. No campo da intelectualidade e da arte, a civilização helenística também mostrou uma feição muito próxima da moderna. Exemplifica-o o exagerado valor atribuído à ciência, a estreita especialização nos estudos, a tendência ao realismo e ao naturalismo, a abundância de literatura medíocre e a popularidade do misticismo coexistindo com o extremo ceticismo e a descrença dogmática.

Devido a essas nítidas semelhanças surgiu a tendência de certos escritores para considerar nossa civilização como decadente. Isso, porém, se baseia em parte na falsa suposição de ter sido a cultura helenística uma continuação degenerada da civilização grega. Pelo contrário, ela foi um novo organismo social e cultural nascido de uma fusão de elementos gregos e orientais. Ademais, as diferenças entre a civilização helenística e a do mundo contemporâneo são talvez tão importantes quanto as suas semelhanças. A mentalidade política helenística era essencialmente cosmopolita; nada existia nela que se possa comparar ao patriotismo nacionalista dos tempos atuais. A despeito da notável expansão do comércio

na época helenística, jamais adveio uma revolução industrial, por razões já salientadas. Por fim, a ciência helenística era de certo modo mais limitada que a de hoje. A ciência pura moderna é, em larga extensão, uma espécie de filosofia - uma aventura do espírito no reino do desconhecido. Não obstante as freqüentes afirmações em contrário, grande parte dela é gloriosamente desinteressada e assim, provavelmente, continuará sendo.

A VIDA E A CULTURA DE ROMA

A casa do Poeta Trágico, em Pompéia, segundo a reconstituição de Niccolini. Com suas paredes e tetos ricamente pintados e seu piso de mosaico, é sem dúvida um exemplo típico dos ambientes luxuosos em que decorria a vida dos romanos opulentos. (Do Bettmann Archive.)

Arco de Constantino em Roma. Entre os principais monumentos da arquitetura romana contam-se os arcos de triunfo decorados com esculturas e relevos, construídos para comemorar as vitórias dos imperadores romanos. (Bureau Italiano de Turismo.)

Mosaico romano de Antioquia. Os mosaicos, como êste encontrado na Síria, são as mais bonitas e, talvez, as mais originais obras de arte produzidas pelos romanos. O desenho complicado foi conseguido pela junção de pequeninas peças de mármores coloridos — processo que a cultura bizantina assimilou. (Worcester Art Museum.)

As Termas de Caracala (reconstituição). Muitos imperadores romanos, principalmente Caracala e Diocleciano, construíram magníficas termas ou banhos públicos que eram muitíssimo freqüentadas por tôdas as classes. Na gravura vê-se o salão central dos banhos mornos.

A VIDA E A CULTURA DE ROMA

A ponte do Gard, em Nimes, na França, um dos melhores aquedutos romanos. É um fruto magnífico do talento para a engenharia. Tem cêrca de 50 metros de altura.

Forno e moinho de trigo pompeianos. A vida em Pompéia, do século I da era cristã, chegara a tal grau de complexidade que a panificação se fazia em larga escala. (Foto do Bureau Italiano de Turismo.)

CAPÍTULO 10

A Civilização Romana

MUITO antes de entrar a Grécia em declínio, uma nova civilização, derivada em grande parte da grega, havia começado a desenvolver-se nas margens do Tibre, na Itália. Com efeito, ao entrarem os gregos em sua Idade Áurea, Roma já era uma força dominante na península itálica. Por mais seis séculos seu poder continuou crescendo e ela ainda mantinha a supremacia no mundo civilizado quando a glória da Grécia não era mais que uma recordação.

Os romanos, contudo, nunca igualaram os gregos nas realizações intelectuais e artísticas. As causas podem ser, em parte, de ordem geográfica. A Itália não possuía recursos minerais, exceto algum mármore excelente e pequenas quantidades de cobre, ouro e ferro. Sua extensa costa possui unicamente dois bons portos: em geral Tarento e Nápoles. Por outro lado, a quantidade de terra fértil do solo italiano é muito maior que a da Grécia. Em conseqüência, os romanos estavam destinados a permanecer um povo essencialmente agrícola durante a maior parte de sua história. Nunca desfrutaram o estímulo intelectual trazido pelo comércio como o exterior. Além disso, a topografia da Itália é tal que a península se tornava mais fàcilmente acessível à invasão do que a Grécia. Os Alpes não opunham uma barreira eficaz à afluência dos povos da Europa Central, ao passo que a costa, sem acidentes em inúmeros pontos, acenava à conquista pelo mar. Conseqüentemente, a dominação do país pela força era mais comum do que a mistura pacífica dos imigrantes com os colonos já estabelecidos. Por essa razão, os romanos absorveram-se em preparativos militares quase desde o momento em que se estabeleceram no solo italiano, uma vez que eram forçados a defender suas próprias conquistas contra novos invasores.

1. DOS PRIMÓRDIOS À QUEDA DA MONARQUIA

Testemunhos arqueológicos indicam que a Itália foi habitada, pelo menos, desde a época do Paleolítico Superior. Nesse tempo, o território era ocupado por um povo intimamente ligado à raça de Cro-Magnon do sul da França. No período neolítico aí vieram ter povos da raça mediterrânea, alguns provindos do norte da África e outros da Espanha e da Gália. O início da Idade do Bronze assistiu a várias novas invasões. Da região lacustre ao norte dos Alpes vieram os primeiros imigrantes de língua indo-européia. Eram pastores e lavradores que introduziram o cavalo e o carro de rodas. Sua cultura baseava-se no uso do bronze, embora pareçam ter adquirido, depois do ano 1.000 a.C., o conhecimento do ferro. Esses invasores indo-europeus passam por ser os antepassados de grande parte dos chamados povos itálicos, inclusive os romanos. Quanto à raça, ligavam-se possivelmente aos invasores helênicos da Grécia.
Entre os séculos XII e VI a.C., dois outros povos imigrantes ocuparam partes diferentes da península itálica: os etruscos e os gregos. De onde vieram os primeiros, é questão que nunca foi satisfatoriamente respondida. Numerosos especialistas acreditam que fossem nativos de alguma região do Oriente Próximo, provàvelmente da Ásia Menor. Apesar de sua escrita nunca ter sido decifrada, restam suficientes provas materiais indicativas da natureza da sua cultura. Tinham um alfabeto baseado no grego, uma habilidade incomum nas artes metalúrgicas, um florescente comércio com o Oriente e uma sombria religião dedicada à adoração de espíritos malignos. Legaram aos romanos o conhecimento do arco e da abóbada, a prática da adivinhação e o divertimento cruel dos combates de gladiadores. Os etruscos não estabeleceram um grande império, contentando-se com dominar os povos itálicos do norte e do oeste do Tibre e com explorar-Ihes as riquezas e o trabalho. Os gregos localizaram-se principalmente ao longo do litoral sul e sudoeste da Itália e da Sicília. Seus estabelecimentos mais importantes foram Tarento, Siracusa e Nápoles, cada um deles constituindo uma cidade-estado completamente independente. Dos gregos, os romanos derivaram o seu alfabeto, um certo número de conceitos religiosos e muito de sua arte e mitologia.
Os verdadeiros fundadores de Roma foram os povos itálicos que viviam na região do Lácio, ao sul do Tibre. Embora se desconheça a data da fundação da cidade, o fato não se deu, provavelmente, depois de 1.000 a.C. A data tradicional de 753 a.C. foi inventada pelos escritores romanos posteriores.

O Lácio compreendia certo número de cidades, mas Roma, dada a sua localização estratégica, não tardou a exercer uma suserania efetiva sobre algumas das cidades mais importantes. Sucederam-se as conquistas até que, pelos fins do século VI a.C., o território dominado pelo estado romano abrangia provavelmente toda a planície latina, desde as faldas dos Apeninos até o Mediterrâneo.
A evolução política de Roma, nesse primeiro período, assemelhou-se em muitos aspectos à das comunidades gregas no estágio de sua formação histórica, mas estava longe de igualá-Ia. Desde os primórdios, parece que os romanos tiveram mais interesse pela autoridade e pela estabilidade política do que pela liberdade e pela democracia. Seu estado era, essencialmente, uma extensão do princípio da família patriarcal a toda a comunidade, exercendo o rei um domínio sobre os súditos, comparável ao do chefe de família sobre os seus dependentes. Mas, assim como era a autoridade patriarcal limitada pelos costumes e pelo requisito de respeitar a vontade dos filhos adultos, a soberania do rei era limitada pela antiga constituição, que ele não podia mudar sem o consentimento dos principais do reino. Suas prerrogativas não eram precipuamente legislativas, mas executivas e judiciais. Punia as infrações da ordem, impondo comumente a pena de morte ou a de açoites. Julgava todas as questões civis e criminais, mas não tinha autoridade para conceder perdão sem o consentimento da assembléia. Embora sua ascensão ao cargo dependesse da confirmação do povo, não podia ser deposto e ninguém realmente podia impugnar-Ihes os régios poderes.
Além do rei, o governo romano desse tempo contava com uma assembléia e um Senado. A primeira compunha-se de todos os cidadãos em idade militar. Sendo, em teoria, uma das principais fontes do poder soberano, esse órgão tinha o direito de veto absoluto a qualquer proposta que o rei apresentasse no sentido de modificar a lei. Ademais, determinava os perdões a ser concedidos e se devia ser declarada a guerra agressiva. Era, contudo, um órgão essencialmente ratificador, sem qualquer direito à iniciativa em matéria de legislação ou a recomendar mudanças políticas. Seus membros não podiam sequer falar, exceto quando convidados a fazê-lo pelo rei. O senado, ou conselho dos anciãos, contava entre os seus membros os chefes dos vários clãs que formavam a comunidade. Mais do que os cidadãos comuns, os dirigentes dos clãs representavam, sem dúvida, O poder

soberano do estado. O rei não passava de um deles, a quem delegavam o exercício ativo de sua autoridade. Quando vagava a função real, o poder imediatamente revertia ao senado até que fosse confirmada pelo povo a sucessão do novo monarca. Em tempos comuns, a principal função do senado era discutir as propostas do rei, ratificadas pela assembléia, e vetá-Ias no caso de violarem os direitos estabelecidos pelos costumes tradicionais. Eram, assim, quase impossíveis as mudanças fundamentais da lei, mesmo quando a maioria dos cidadãos se dispunha a sancioná-Ias. Tal atitude entranhadamente conservadora das classes dominantes persistiu até o fim da história romana.

Pelos fins do século VI a.C. a inveja que os senadores tinham ao rei cresceu de tal modo que a monarquia foi liquidada e estabeleceu-se uma oligarquia republicana. Ainda que a verdadeira natureza dessa revolução tenha sido, sem dúvida, a de um movimento da aristocracia para conquistar o poder, podem também ter desempenhado seu papel nela certos fatores nacionalistas. A tradição conta que o último dos reis romanos foi um etrusco cuja família, os Tarquínios, tinha usurpado as funções reais alguns anos antes. Os romanos dos séculos posteriores pintaram com cores sombrias as truculências desses soberanos, insinuando que a derrubada da monarquia resultou principalmente de uma revolta contra opressores estrangeiros. Mas era provavelmente inevitável que a classe dos senadores mais cedo ou mais tarde concretizasse suas ambições pelo monopólio da força, como o fizeram os nobres alguns séculos antes nas cidades-estados gregas.

2. O INÍCIO DA REPÚBLICA

A história da república romana, por mais de dois séculos após a sua fundação, consistiu quase totalmente em guerras. As causas determinantes dessa série de conflitos não são fáceis de explicar. É possível que da deposição dos Tarquínios tenham resultado atos de represália de seus parentes que habitavam os países vizinhos. É concebível, também, que outras nações limítrofes aproveitassem a confusão proveniente da revolução para arrebatar algumas porções do território romano. Mas a razão predominante foi, sem dúvida, a cobiça territoriaI. Os romanos já eram

então um povo orgulhoso e agressivo, com uma população de rápido crescimento. Aumentando o número de habitantes, tornou-se cada vez mais urgente a necessidade de expansão para novos territórios. Essa é a causa que parece ter determinado as guerras com os volscos e équos no começo do século V. A expansão romana, a expensas desses povos, despertou a inveja de outras nações poderosas. Em primeiro lugar, a república teve que lutar com a poderosa cidade etrusca de Veios, localizada a pequena distância ao norte, no outro lado do Tibre. Depois de anos de assédio, a cidade foi destruída, seus habitantes vendidos como escravos e seus territórios anexados ao domínio romano. Aproximadamente em 390 a.C., ferozes tribos gaulesas aproveitaram-se da exaustão temporária de Roma para invadir a república. Capturaram e saquearam a cidade, mas por fim aceitaram o resgate de 1.000 libras de ouro. Os romanos tiveram depois de haver-se com as revoltas de certos povos anteriormente dominados, como os équos, os volscos e várias outras nações latinas. A repressão dessas revoltas despertou a desconfiança dos estados vizinhos e o apetite de novos triunfos por parte dos vitoriosos. Sucederam-se, até 265 a.C., novas guerras que pareciam intermináveis. Roma conquistara toda a planície itálica.

Essa longa série de conflitos militares repercutiu de maneira profunda na história subseqüente de Roma. Teve más conseqüências para os interesses dos cidadãos pobres e favoreceu a concentração da terra nas mãos dos proprietários ricos. Os longos períodos de serviço militar forçaram os lavradores comuns a negligenciar o cultivo do solo, de que resultou se endividarem e, freqüentemente, perderem suas fazendas. Muitos deles se refugiaram nas cidades, até serem depois aproveitados como rendeiros de grandes propriedades nos territórios conquistados. As guerras ocasionaram também a confirmação do caráter agrário da nação romana. A repetida aquisição de novas terras tornou possível absorver toda a população nos trabalhos agrícolas. Em conseqüência disso, não houve necessidade de desenvolver a indústria e o comércio como meios de subsistência. Por fim, como acontecera em Esparta, as guerras romanas de conquista escravizaram a nação a um ideal militar, retardando-lhe assim o desenvolvimento cultural.

Durante esse período da jovem república, Roma sofreu algumas mudanças políticas significativas. Não foram tanto devidas à revolução do século VI como aos acontecimentos dos anos posteriores. A revolução que derribou a

monarquia era tão conservadora quanto o pode ser uma revolução. Seu principal efeito foi substituir o rei por dois cônsules eleitos e elevar a posição do senado investindo-o do controle sobre os fundos públicos e do veto aos atos da assembléia. Os próprios cônsules eram, em geral, senadores e agiam como representantes de sua classe. Não governavam conjuntamente, mas a cada um deles se atribuía a absoluta autoridade executiva e judiciária de que antes dispusera o rei. Se surgisse um conflito entre eles, o senado poderia ser chamado a decidir, ou então, em caso de grave emergência, poderia ser nomeado um ditador, por um prazo nunca superior a seis meses. Em outros aspectos, o governo permaneceu idêntico ao da monarquia.

Não muito tempo após o advento da república, teve início uma luta dos cidadãos comuns por uma maior participação no poder político. Antes do fim da monarquia a população romana fora dividida em duas grandes classes: os patrícios e os plebeus. Os primeiros eram aristocratas e ricos proprietários que, ao que parece, descendiam dos antigos chefes de clã. Monopolizavam os cargos do senado e da magistratura. Os plebeus eram o povo comum: pequenos agricultores, artífices e comerciantes. Muitos eram clientes ou agregados dos patrícios, obrigados a se baterem por eles. a prestar-lhes apoio político e a cultivar-lhes as propriedades em retribuição da proteção recebida. Os gravames suportados pelos plebeus eram numerosos. Compelidos a pagar pesados impostos e forçados a servir no exército em tempo de guerra. viam-se não obstante excluídos de qualquer participação no governo, exceto quanto a tomar parte na assembléia. Além disso, eram vítimas de decisões injustas nos processos judiciais. Nem mesmo sabiam quais os direitos de que gozavam, pois as leis não eram escritas e ninguém, a não ser os cônsules, tinha o direito de interpretá-Ias. Em questões de dívidas permitia-se freqüentemente que o credor vendesse o devedor como escravo. A fim de obter um alívio a tal situação, os plebeus se rebelaram logo no começo do século V a.C.

A primeira vitória dos plebeus foi alcançada aproximadamente em 470 a.C., quando forçaram os patrícios a concordar com a eleição de certo número de tribunos, os quais teriam o poder de proteger os cidadãos por meio do veto aos atos ilegais dos magistrados. Essa conquista foi seguida da exigência vitoriosa duma codificação das leis, mais ou menos 445 a.C. Disso resultou a publicação da famosa Lei das Doze Tábuas, assim chamada por ter sido

escrita em tabuletas de madeira. Embora a Lei das Doze Tábuas viesse, em tempos posteriores. a ser reverenciada pelos romanos como uma espécie de carta das liberdades populares, na realidade nada tinha disso. Perpetuava em grande parte os antigos costumes, sem sequer abolir a escravização por dívida. No entanto, capacitou o povo a conhecer a sua situação em face da lei e permitiu o recurso à assembléia contra sentenças de morte lavradas por magistrado. Aproximadamente uma geração depois, os plebeus alcançaram a elegibilidade a certos cargos como os de magistrados inferiores e, em 362 a.C.. foi eleito o primeiro cônsul plebeu. Como o costume antigo estabelecia que os cônsules, depois de completar seu mandato, entravam automaticamente para o senado, desaparecia assim o monopólio patrício dos cargos senatoriais. A vitória final dos plebeus deu-se em 287 a.C., com a aprovação da Lei Hortênsia (assim chamada por causa de seu autor, o ditador Quinto Hortênsio), a qual estabelecia que as decisões tomadas pela assembléia se tornavam obrigatórias para todo o povo, quer o senado as aprovasse, Quer não.

O significado dessas mudanças não deve ser mal interpretado Não constituíam uma revolução para conquistar maior liberdade individual, mas somente para frear o poder dos magistrados e conceder ao homem comum uma participação maior no governo. O estado, em seu todo, continuava tão despótico como sempre o fora, pois a sua autoridade sobre os cidadãos não era sequer posta em dúvida. Como diz Theodor Mommsen, os romanos, desde o tempo de Tarquínio até o de Graco, "nunca abandonaram realmente o princípio de que o povo não devia governar, mas ser governado". Graças a essa atitude a atribuição de amplos poderes legislativos à assembléia parece não ter passado de mera formalidade, pois o senado continuou a governar como antes. Nem teve também qualquer efeito liberalizador a admissão dos plebeus à senatoria. Tão alto era o prestígio dessa instituição e tão profunda a veneração romana pela autoridade, que os novos membros logo submergiram no conservantismo dos velhos. Além disso, o fato de os magistrados não receberem remuneração impedia que os cidadãos mais pobres pleiteassem cargos públicos.

Parece que os romanos já tinham realizado então certo progresso intelectual e social, mas em ritmo lento. Os tempos eram ainda duros e cruéis. Apesar de ter sido adotada a escrita já no século VI, pequeno era seu uso, salvo para copiar leis, tratados, inscrições funerárias e romanas, orações. Visto

que a educação se limitava àquela ainda dada pelo pai no tocante aos esportes viris, às artes práticas e às virtudes militares, provavelmente a grande maioria do povo continuava a ser analfabeta. As principais ocupações da massa da população ainda eram a guerra e a agricultura. Alguns artífices podiam ser encontrados nas cidades e verificara-se um pequeno desenvolvimento do comércio, evidenciado pela fundação, no século IV, de uma colônia marítima em Óstia. A relativa insignificância do comércio romano, nessa época, é, contudo, claramente revelada pelo fato do país não possuir sistema monetário padronizado até 269 a.C.
Foi no período inicial da república que a religião romana assumiu o caráter que estava destinada a conservar durante a maior parte da história da nação. Em muitos aspectos, essa religião assemelhava-se à dos gregos, possivelmente por se derivar da mesma fonte a cultura de ambos os povos. Ambas as religiões eram terrenas e práticas, sem qualquer conteúdo espiritual ou ético. As relações entre o homem e os deuses eram externas e mecânicas, constituindo uma espécie de negócio ou contrato entre as duas partes, a fim de obter proveitos mútuos. As divindades das duas religiões tinham funções semelhantes: Júpiter correspondia mais ou menos, no seu caráter de deus dos céus, a Zeus; Minerva, como padroeira dos artesãos, a Atena; Vênus, a Afrodite, como deusa do amor; Netuno, a Posseidon, como deus do mar, e assim por diante. Tal como a grega, a religião romana não possuía dogmas, sacramentos ou qualquer crença em recompensas e punições numa vida futura.
Havia, contudo, diferenças significativas. A religião romana era nitidamente mais política e menos humanística em seus objetivos. Servia, não para glorificar o homem ou fazê-Io sentir-se à vontade neste mundo, mas sim para proteger o estado contra seus inimigos e para aumentar-lhe o poder e a prosperidade. Os deuses eram menos antropomórficos. Com efeito, somente em resultado das influências gregas e etruscas é que se apresentavam como divindades pessoais, tendo sido anteriormente adorados como "numes" ou espíritos animísticos. Os romanos jamais conceberam seus deuses em disputas entre si ou envolvendo-se com seres humanos, como acontecia com as divindades homéricas. Por fim, a religião romana continha um elemento muito mais forte de sacerdotalismo do que a grega. Os sacerdotes ou pontífices, como se chamavam, formavam uma classe organizada, um ramo do próprio governo. Não somente dirigiam as cerimônias sacrificiais,

mas também eram depositários de um complicado conjunto de tradições sagradas e de leis que somente eles podiam interpretar. Deve ficar claro, no entanto. que tais pontífices não eram sacerdotes no sentido de intermediários entre os romanos e seus deuses; não confessavam, não perdoavam pecados nem administravam sacramentos.
A moral dos romanos, nesse período como nos posteriores, não tinha quase nenhuma relação com a religião. Os romanos não pediam a seus deuses que os fizessem bons, mas que concedessem favores materiais à comunidade e à família. A moral era um assunto de patriotismo e de respeito à autoridade e à tradição. As virtudes cardeais eram: a bravura, a honra, a autodisciplina, a reverência pelos deuses e pelos antepassados e o cumprimento dos deveres para com o país e a família. A lealdade para com o estado precedia tudo mais. Para o bem do estado os cidadãos deviam estar prontos a sacrificar não somente sua própria vida, mas, se necessário, as vidas das pessoas de sua família e as de seus amigos. Era motivo de profunda admiração a coragem com que certos cônsules obedientemente mandavam matar os próprios filhos, por infringirem estes a disciplina militar. Poucos povos na história européia, com exceção dos espartanos e talvez dos alemães contemporâneos, tomaram tão a sério o problema da segurança nacional ou subordinaram de modo tão completo o indivíduo aos interesses do estado.

3. AS GUERRAS FATÍDICAS COM CARTAGO

Cerca de 265 a.C., como já sabemos, Roma conquistara e anexara toda a Itália. Orgulhosa e confiante em sua força, era quase inevitável que se lançasse a novas campanhas imperialistas. A próspera ilha da Sicília não se achava ainda sob o domínio romano e os senhores da Itália não podiam olhar com indiferença a situação reinante em outras partes do mundo mediterrâneo. Inclinavam-se, então, a interpretar qualquer mudança do status quo como uma ameaça à própria soberania e segurança. Foi por essas razões que Roma, depois de 264 a.C., se viu envolvida numa série de guerras com outras grandes nações, o que alterou de modo decisivo o curso de sua história.
A primeira e a mais importante dessas guerras foi a luta com Cartago, grande império marítimo que se estendia ao longo da costa norte da África,

desde a Numídia até o Estreito de Gibraltar. Cartago fora, primitivamente, uma colônia fenícia fundada no século IX a.C. No século VI pôs termo às suas relações com a metrópole e gradativamente se desenvolveu como uma nação rica e poderosa. A prosperidade de suas classes superiores baseava-se no comércio e na exploração dos depósitos de prata e estanho da Espanha e da Grã-Bretanha, e de produtos tropicais do norte da África Central. As condições internas do país estavam longe de ser ideais. Parece que os cartagineses não tinham noção de liberdade e de governo organizado. O suborno despudorado e a opressão desenfreada das massas eram os métodos empregados comum ente pela plutocracia para manter sua posição de domínio. A forma de governo em si mesma pode ser descrita como uma oligarquia. Na chefia do sistema havia dois magistrados ou sufetos, que exerciam poderes semelhantes aos dos cônsules romanos. Os verdadeiros governadores, no entanto, eram trinta príncipes-mercadores, que constituíam um conselho dentro do senado. Por meios constitucionais e outros, esses homens controlavam as eleições e dominavam todos os demais ramos do governo. Os restantes 270 membros do senado parece que só eram convocados em ocasiões especiais. A despeito dessas deficiências políticas, Cartago tinha uma civilização superior à de Roma quanto ao luxo e às conquistas científicas, quando se iniciou a luta entre os dois países.

O primeiro embate com Cartago começou em 264 a.C. A causa principal foi a inveja romana ante a expansão cartaginesa na Sicília. Cartago já controlava a zona ocidental da ilha e estava ameaçando as cidades gregas de Siracusa e de Messana, na costa leste. No caso dessas cidades serem capturadas, cessaria qualquer possibilidade de ocupação romana da Sicília. Em face desse perigo, Roma declarou guerra a Cartago com a esperança de forçá-Ia a voltar ao seu domínio africano. Vinte e três anos de luta trouxeram por fim a vitória para os generais romanos. Cartago foi obrigada a entregar suas possessões na Sicília e a pagar a indenização de 3.200 talentos, ou seja, aproximadamente, três e meio milhões de dólares.

Mas os romanos foram incapazes de resistir aos efeitos do seu triunfo. Tiveram de envidar nele tão heróicos esforços que quando finalmente o alcançaram isso os tornou mais arrogantes e cúpidos do que nunca. Em resultado, a luta com Cartago veio a renovar-se em duas outras ocasiões. Em 218 a.C. os romanos interpretaram como uma ameaça aos seus interesses a tentativa dos cartagineses de reconstruírem o império na

Espanha, e retrucaram com uma declaração de guerra. Essa luta prolongou-se por um período de dezesseis anos. A Itália foi assolada pelos exércitos de Aníbal, o famoso comandante cartaginês, cujas táticas têm sido copiadas pelos especialistas militares contemporâneos. Embora Roma conseguisse escapar à derrota por um triz, o patriotismo de seus cidadãos e a chefia do brilhante general Cipião salvaram, por fim, a situação. Cartago foi ainda mais humilhada que da primeira vez. Viu-se obrigada a abandonar todas as suas possessões, exceto a capital com os territórios africanos circunvizinhos, e a pagar uma indenização de 10.000 talentos.

O ânimo vingativo e a avareza dos romanos chegaram ao auge mais ou menos nos meados do século II a.C. Por esse tempo Cartago havia recuperado uma pequena parcela de sua prosperidade anterior, suficiente, contudo, para despertar a inveja e o temor dos seus vencedores. Nada satisfaria agora os magnatas sanatoriais a não ser a completa destruição de Cartago e a expropriação de seu território. Em 149 a.C. o senado enviou um ultimato aos cartagineses, exigindo que abandonassem a sua cidade e se estabelecessem pelo menos a dez milhas da costa. Equivalendo tal exigência a uma sentença de morte para uma nação que dependia do comércio, foi ela repelida, como sem dúvida já o esperavam os romanos. O resultado foi a terceira guerra púnica, que se estendeu de 149 a 146 a.C. Raramente o mundo testemunhou uma guerra mais desesperada e bárbara. O assalto final à cidade foi levado aos próprios lares dos nativos e deu-se então uma medonha carnificina. Quando finalmente quebrou-se a resistência dos cartagineses, os poucos cidadãos que restavam para se render foram vendidos como escravos e a cidade, outrora magnificente, arrasada até os alicerces. O território passou a ser uma província romana e as melhores áreas distribuídas como propriedades senatoriais.

As guerras com Cartago tiveram enormes efeitos sobre Roma. Em primeiro lugar levaram-na a entrar em conflito com os governos do leste do Mediterrâneo, e daí a abrir caminho para a dominação do mundo. Durante a segunda guerra púnica, Filipe V da Macedônia fizera uma aliança com Cartago e conspirara com o rei da Síria para a divisão do Egito entre eles. Para punir Filipe e impedir a execução de seus planos, Roma enviou um exército ao Oriente. Daí resultou a conquista da Grécia e da Ásia Menor e o estabelecimento de um protetorado no Egito. Assim, antes do fim do século II virtualmente toda a área mediterrânea estava sob o domínio romano. A

conquista do Oriente helenístico levou à introdução em Roma de idéias e costumes semi-orientais, mudando, como logo veremos, todo o aspecto da vida cultural.
Indubitavelmente, o efeito mais importante das guerras púnicas foi a grande revolução social e econômica que desabou sobre Roma nos séculos III e II a.C. Os incidentes dessa revolução podem ser assim enumerados: 1) um grande aumento da escravidão devido à captura e venda de prisioneiros de guerra; 2) desaparição progressiva do pequeno lavrador como resultado do estabelecimento do sistema de cultivo em áreas conquistadas e da introdução de trigo barato, oriundo das províncias; 3) o crescimento de uma multidão citadina desprotegida, composta de lavradores e operários empobrecidos, que tinham perdido suas ocupações por causa do trabalho servil; 4) o aparecimento de uma classe média composta de mercadores, usurários e "publicanos", ou seja, detentores de contratos governamentais para explorar minas, construir estradas e cobrar impostos; e 5) aumento do luxo e da ostentação vulgar, especialmente entre os parvenus que enriqueciam com os lucros de guerra.
Em conseqüência dessa revolução econômica e social, Roma passou de uma república de pequenos fazendeiros a uma nação composta em grande parte de parasitas e escravos. Embora a propriedade nunca tivesse sido equitativamente distribuída, o abismo que então passou a separar ricos e pobres foi muito mais profundo do que antes. As velhas idéias de disciplina e devoção ao estado enfraqueceram consideravelmente e os homens começaram a fazer do prazer e da riqueza os seus deuses. Alguns membros da aristocracia senatorial esforçaram-se por obstar às más tendências e restaurar as virtudes simples do passado. O grande chefe desse movimento foi Catão o Antigo, que invetivou os novos ricos pela vida regalada que levaram e tentou dar um exemplo aos seus compatriotas executando trabalhos pesados na sua propriedade rural e morando numa casa de chão batido e sem cal nas paredes. Seus esforços, porém, tiveram pequeno efeito. Os ricos continuaram a abandonar-se a prazeres dispendiosos e a rivalizar no desperdício vulgar da riqueza. Decaiu ao mesmo tempo a moralidade pública. Coletores de impostos pilhavam as províncias e empregavam os seus lucros ilícitos em comprar os votos dos pobres. As massas infelizes da cidade passaram a esperar que os políticos as alimentassem e oferecessem para seu divertimento espetáculos cada vez mais brutais. O efeito total foi

tão sério que alguns autores datam deste período o começo da decadência de Roma.

4. EMBATES E LUTAS DO PERÍODO FINAL DA REPÚBLICA

O período que se estendeu do fim das guerras púnicas, em 146 a.C., à ascensão de Júlio César, em 46 a.C., foi dos mais turbulentos da história de Roma. Entre essas datas a nação colheu amplamente os frutos da violência semeada durante as guerras de conquista. Foram ocorrências comuníssimas desta época: acerbos conflitos de classe, assassínios, furiosas lutas entre ditadores rivais, guerras e insurreições. Mesmo os escravos contribuíram com sua parte para a desordem geral: primeiro em 104 a.C., quando saquearam a Sicília, e novamente em 73 a.C., quando 70.000 deles, sob a chefia de Espártaco, mantiveram os cônsules em xeque por mais de um ano. Espártaco, por fim, foi morto em batalha e seis mil de seus adeptos foram capturados e crucificados.

O primeiro período da luta de classes iniciou-se com a revolta dos Gracos. Estes eram principalmente os campeões dos lavradores sem terra contra a aristocracia senatorial, mas tinham também conseguido algumas adesões entre a classe média. Em 133 a.C., Tibério Graco, sendo eleito tribuna, persuadiu a assembléia a decretar uma lei que limitava a cerca de 125 hectares a terra que qualquer um podia possuir e estabelecia a entrega do excedente ao estado para arrendar aos cidadãos pobres, mediante um pagamento nominal. Antes que a lei pudesse ser executada, expirou o mandato de Tibério como tribuno. Por essa razão resolveu ele candidatar-se à reeleição, violando as disposições constitucionais que limitavam o mandato dos magistrados a um ano. Esse ato ilegal deu aos senadores um pretexto para recorrerem à violência. Acompanharam as eleições sangrentos motins em que Tibério e trezentos de seus adeptos foram chacinados por clientes e escravos da aristocracia.

Nove anos depois, Caio Graco, o irmão mais jovem de Tibério, renovou a luta pelos desprotegidos. Eleito tribuno para o ano 123 a.C., fez passar uma lei que determinava a distribuição mensal de trigo ao povo da cidade, pela metade do preço do mercado. Em seguida preparou um ataque aos poderes

do senado, mas foi derrotado na reeleição para tribuno em 121 e estigmatizado como inimigo do estado. Como recusasse submeter-se a julgamento perante o senado, foi proclamado contra ele o estado de guerra. Depois de desbaratados seus partidários, Caio persuadiu um escravo fiel a matá-lo. Em seguida, três mil adeptos seus foram condenados à morte. Deve-se procurar o significado primordial do caso dos Gracos no modo por que ele ilustra a incapacidade política dos romanos e os perigos do seu estreito conservantismo. Tem também importância pelos maus precedentes que estabeleceu para o futuro. O senado, recorrendo à violência, deu um exemplo de apelo à força, que os demagogos dos anos posteriores não tardaram a seguir.

A despeito disso, não era fatal o desaparecimento do governo constitucional depois da queda dos Gracos. Os romanos poderiam ainda ter conseguido uma solução de ajuste para os seus problemas, se pelo menos tivessem evitado a guerra. Mas disso eram incapazes, uma vez que a criação de um tão vasto império acarretava freqüentes conflitos com as nações vizinhas. Em 111 a.C. começou uma grande luta com Jugurta, rei da Numídia, no norte da África. Seguiram-se campanhas para punir os invasores gauleses e uma guerra contra Mitridates do Ponto, que se estava aproveitando do desgoverno dos romanos no Oriente para estender seu domínio na Ásia Menor. Os heróis dessas guerras invariavelmente voltavam à Itália para se tornar chefes de uma ou outra das grandes facções políticas.

O primeiro dos heróis conquistadores a se aproveitar de sua reputação militar foi Mário, que em 107 a.C. foi elevado ao consulado pelas massas e reeleito cinco vezes depois disso. Infelizmente, Mário não era um estadista e nada fez em favor de seus adeptos além de demonstrar a facilidade com a qual um chefe militar pode anular a oposição, desde que tenha atrás de si um exército. Depois da morte de Mário, em 86 a.C., os aristocratas tentaram por sua vez o governo pela força. Seu campeão foi Sila, vitorioso na guerra contra Mitridates. Indicado em 82 a.C., para ditador, por um prazo ilimitado, Sila tratou de exterminar os seus opositores e de restaurar os poderes primitivos do senado. Até o veto senatorial sobre os atos da assembléia foi restabelecido, ao mesmo tempo que se restringia enormemente a autoridade dos tribunos. Depois de três anos de ditadura, Sila resolveu mudar a pompa do poder pelos prazeres dos sentidos e se

retirou para uma vida de luxo e despreocupações em sua propriedade da Campânia.

Não era de esperar que as "reformas" de Sila permanecessem intactas depois de ter ele abandonado o seu posto, por isso que o resultado de seus decretos fora dar o controle a uma aristocracia hipócrita e egoísta. Surgiram então inúmeros novos líderes para esposar a causa do povo. Os mais famosos deles foram Pompeu e Júlio César. Durante um certo tempo uniram suas energias e recursos num plano para conseguir o controle do governo, mas dentro em pouco tornaram-se rivais e procuraram superar-se mutuamente em promessas para captar o apoio popular. Pompeu ganhou fama como conquistador da Síria e da Palestina, enquanto César dedicava os seus talentos a uma série de brilhantes incursões contra os gauleses, adicionando ao estado romano os territórios que hoje pertencem à Bélgica e à França. Em 52 a.C., depois de uma série de desordens populares em Roma, o senado inclinou-se por Pompeu e conseguiu sua eleição como cônsul único. César foi declarado inimigo do estado e Pompeu conspirou com a facção senatorial para despojá-Io de todo poder político. Disso resultou uma luta de morte entre os dois. Com o famoso dito "A sorte está lançada", César cruzou o Rubicão (49 a.C.) e iniciou uma marcha sobre Roma. - Pompeu fugiu para o Oriente, na esperança de organizar um exército suficiente para retomar o domínio da Itália. Em 48 a.C. encontraram-se as forças dos dois rivais em Farsália, na Tessália. Pompeu foi derrotado e logo depois assassinado por agentes do rei do Egito.

Após demorar-se algum tempo na corte da cativante Cleópatra, no Egito, César voltou a Roma. Não havia já ninguém que tentasse disputar-lhe o poder. Com a ajuda de seus veteranos atemorizou o senado e fez com que este anuísse a todos os seus desejos. Em 46 a.C. tornou-se ditador por dez anos e, no ano seguinte, ditador perpétuo. Além disso, assumiu quase todos os outros títulos da magistratura que pudessem aumentar o seu poder. Foi cônsul, tribuna, censor e sumo pontífice. Obteve do senado ampla autoridade para declarar guerra e paz e o controle das rendas do estado. Para todos os fins práticos estava acima da lei, sendo os demais agentes do governo simples criados seus. Pouca dúvida parece haver quanto à sua intenção de fazer-se rei; de qualquer modo, por acusarem-no disso foi assassinado em 44 a.C. por um grupo de conspiradores, sob a chefia de Bruto e Cássio, que representavam a antiga aristocracia.

Desde essa época, pelos séculos fora, os estudiosos de história têm sido cegados pelo culto do herói na apreciação da carreira política de César. É, sem dúvida, um erro proclamá-Io salvador de sua pátria ou louvá-Io como o maior estadista de todos os tempos, pois destruiu os característicos essenciais da república e tornou o problema do governo mais difícil para seus sucessores. Roma precisava, nesse tempo, não do domínio da força, por mais eficientemente que se pudesse exercer, mas duma esclarecida tentativa de corrigir as iniqüidades do seu regime político e econômico. Não obstante ser verdade que César executou numerosas reformas, nem todas elas foram realmente fundamentais. Com a ajuda de um astrônomo grego reviu o calendário oficial para harmonizá-Io com o calendário solar egípcio de 365 dias, com um dia a mais adicionado cada quatro anos. Investigou as irregularidades na distribuição dos cereais públicos e reduziu o número de beneficiados para menos de 50%. Fez planos para a codificação das leis e aumentou a penalidade para os crimes comuns. Deu importante passo para eliminação das distinções entre italianos e provinciais, ao conferir a cidadania a milhares de espanhóis e gauleses. Instalou muitos de seus veteranos e um número considerável de citadinos pobres nas terras não aproveitadas, não somente na Itália, mas em todo o império, e ordenou aos donos de grandes propriedades que empregassem ao menos um cidadão livre para cada dois escravos. Por outro lado, nada fez para reduzir as mais clamorosas desigualdades na distribuição da riqueza ou para aumentar os direitos das massas descontentes. Se tivesse vivido mais, talvez sua folha de serviços fosse melhor. Nada há, porém, que prove que ele, na realidade, tivesse as qualidades de estadista exigidas pela época.

5. ROMA SE INTELECTUALIZA

Nos últimos dois séculos de história republicana, Roma sofreu a influência da civilização helenística. Disso adveio um modesto florescimento da atividade intelectual e um impulso a mais para as mudanças sociais, além das que as guerras púnicas haviam causado. Deve-se notar, no entanto, que vários componentes do complexo helenístico de cultura nunca foram adotados pelos romanos. A ciência da época helenística, por exemplo, foi

em boa parte ignorada e o mesmo se pode dizer quanto à arte dessa civilização.
Um dos mais notáveis efeitos da influência helenística foi a adoção do epicurismo e do estoicismo por numerosos romanos das classes elevadas. O mais famoso expoente romano da filosofia epicurista foi Lucrécio (98-55 a.C.), autor de um poema didático intitulado "Da natureza das Coisas". Ao escrever esse trabalho. Lucrécio estava animado pelo desejo de explicar o universo de maneira que libertasse o homem do medo do sobrenatural, que ele considerava o principal obstáculo à paz do espírito. Os mundos e todas as coisas neles contidas, ensinava Lucrécio, eram resultados fortuitos da combinação dos átomos. Embora admitisse a existência de deuses, concebia-os como vivendo numa paz eterna, não criando nem governando o universo. Tudo é produto da evolução mecânica, inclusive o próprio homem e seus hábitos, instituições e crenças. Estando o espírito indissoluvelmente ligado à matéria, a morte significa extinção completa; por conseguinte, nenhuma parte da personalidade humana pode sobreviver para ser recompensada ou punida numa existência extraterrena. A concepção de vida feliz de Lucrécio era, talvez, ainda mais negativa que a de Epicuro, pois assegurava que aquilo de que o homem necessita não é o prazer, mas "paz e um coração puro".
O estoicismo foi introduzido em Roma por Panécio de Rodes.
aproximadamente em 140 a.C. Embora logo viessem a ser incluídos entre seus adeptos numerosos chefes influentes da vida pública, seu mais ilustre representante foi Cícero (106 - 43 a.C.), o famoso orador e estadista. Posto que Cícero confessasse ser um seguidor do sincretismo filosófico, que se supunha ser uma fusão de platonismo, aristotelismo e estoicismo, na verdade as suas idéias derivavam-se muito mais do estoicismo que de qualquer outra fonte. Suas principais obras éticas - De Officiis e Tüsculanae Disputationes - refletem de modo manifesto as doutrinas de Zenon e da escola deste. A base da filosofia ética de Cícero era a premissa de que basta a virtude para a felicidade e de que o mais alto bem é a tranqüilidade do espírito. Concebia como homem ideal aquele que, orientado pela razão, chegou à indiferença em relação à tristeza e à dor. Em política, Cícero superou consideravelmente os estóicos anteriores. Foi um dos primeiros a negar que o estado seja superior ao indivíduo e a ensinar que o governo tem sua origem num pacto entre os homens para sua proteção mútua. Na sua

República estabeleceu a idéia de uma lei superior de justiça eterna, colocada acima dos estatutos e decretos do governo Essa lei não é feita pelo homem, mas é um produto da ordem natural das coisas e pode ser descoberta pela razão. É a fonte daqueles direitos aos quais todos os homens são chamados a participar como seres humanos e que os governos não devem atacar. Como poderemos ver adiante, essa doutrina influenciou consideravelmente o desenvolvimento do direito romano empreendido pelos grandes juristas dos séculos II e III da nossa era. Devido às suas contribuições para o pensamento político e à sua urbanidade e tolerância, Cícero merece ser tido como um dos maiores homens que Roma produziu. Ele encarnava o espírito da nação no que esse tinha de melhor.
A influência helenística impulsionou em larga escala o progresso literário romano nos dois últimos séculos da república. Tornou-se então moda entre as altas classes aprender a língua grega e tentar reproduzir em latim algumas das formas mais populares da literatura helenística. Os mais notáveis resultados foram as comédias de Plauto e de Terêncio, que procuraram imitar a "Comédia Nova" de Menandro; os versos apaixonados de Catulo; as obras históricas de Salústio, que, a despeito de suas tendências cesaristas, podem ser classificadas como as mais científicas que se escreveram em Roma; e as cartas, ensaios e orações de Cícero, que são em geral consideradas como os mais primorosos exemplos de prosa latina.
Alguns dos primeiros escritores romanos chegam, por vezes, quase a igualar a originalidade e o requinte artístico dos gregos da época clássica. Plauto, por exemplo, revela, de quando em quando, ineditismo de pontos de vista, percepção filosófica e capacidade para a sátira social. Sendo de origem humilde, comprazia-se em ridicularizar os costumes e as instituições tão caras às classes respeitáveis. Permitiu, no entanto, que o seu gênio fosse falseado por uma excessiva submissão aos caracteres e aos temas comuns à comédia helenística. Depois dele, o drama latino degenerou num formalismo sem vida. O outro dos mais originais escritores desse período foi Catulo (84-54 a.C.), um dos maiores poetas líricos de todos os tempos. É mais conhecido pelos seus poemas de amor apaixonado, que descrevem as torturas do seu "rabicho” pela esposa dissoluta de um político proeminente. Durante anos não foi capaz de se libertar dessa paixão. embora enlouquecido pelos ciúmes. Mas nem toda a sua poesia se prendia à expressão de emoções pessoais. Parece ter sido um ardente republicano, e

na última parte de sua vida escreveu grosseiras sátiras contra Pompeu e César, pelas suas ambições demagógicas.
A conquista do mundo helenístico acelerou o processo de mudança social que começara com as guerras púnicas. Os efeitos patentearam-se com toda a evidência no desenvolvimento do luxo, na maior cisão entre as classes e num novo surto da escravidão. O povo da península itálica, que orçava por dois milhões no fim da república, viera a se dividir em quatro castas principais: a aristocracia, os équites, os cidadãos e os escravos. A aristocracia compreendia a classe dos senadores, num total de trezentos cidadãos e suas famílias. A maioria deles herdava a categoria, embora ocasionalmente pudesse um plebeu conseguir admissão ao senado depois de ter exercido o consulado durante um ano. Grande parte dos aristocratas ganhava a vida como detentores de cargos públicos ou proprietários de latifúndios. A ordem dos équites, ou cavaleiros, era formada de contratadores do governo, banqueiros e dos mercadores mais ricos. A princípio esta classe foi formada pelos cidadãos que possuíam rendas suficientes para capacitá-Ios a servir, à sua própria custa, na cavalaria, mas o termo équites passou depois a ser aplicado a todos os que, não pertencendo à classe senatorial, possuíam propriedades que excedessem um valor aproximado de 20.000 dólares. Os cavaleiros eram os principais responsáveis pelos gostos vulgares e pela exploração dos pobres e dos camponeses. Como banqueiros, habitualmente cobravam juros de 12% e três ou quatro vezes mais quando podiam. A grande maioria dos cidadãos era composta de plebeus. Alguns deles eram lavradores independentes, outros eram trabalhadores industriais, mas o maior número pertencia à plebe citadina. Quando Júlio César tornou-se ditador, 320.000 cidadãos estavam literalmente sendo sustentados pelo estado.
Os escravos romanos não eram considerados propriamente como homens, mas como instrumentos de produção, como bois ou cavalos cujo trabalho se tratava de explorar em proveito de seus amos. Não obstante alguns deles serem estrangeiros bem educados e inteligentes, não possuíam nenhum dos privilégios concedidos aos escravos de Atenas. A política de seus senhores era tirar deles o máximo possível de trabalho durante os anos da mocidade e, depois, libertá-Ios para serem alimentados pelo estado quando se tornassem velhos e inúteis. Constitui um triste comentário da civilização romana o fato de que quase todo o trabalho produtivo do país era feito por

escravos. Praticamente produziam quase todo o suprimento alimentar da nação, pois era bem insignificante a contribuição dos poucos agricultores independentes que ainda restavam. Pelo menos 80% dos operários empregados nas fábricas ou nas lojas eram escravos ou antigos escravos. Muitos componentes da população servil estavam, contudo, empregados em atividades não produtivas. Uma forma lucrativa de investimento para a classe dos negociantes era a propriedade de escravos treinados como gladiadores, que se podiam alugar ao governo, ou a candidatos políticos, para ser utilizados na recreação do povo. O desenvolvimento do luxo também exigia o emprego de milhares de escravos no serviço doméstico. Um homem de grande fortuna devia ter seus porteiros, liteireiros, correios (uma vez que o governo da república não possuía serviço postal), criados particulares e pedagogos ou tutores dos filhos. Em algumas grandes vivendas havia criados especiais com a única incumbência de friccionar o amo após o banho ou cuidar de suas sandálias.

As crenças religiosas dos romanos tinham-se alterado de várias maneiras nos últimos dois séculos da república, devido primordialmente à extensão do poderio romano sobre a maior parte dos estados helenísticos. Primeiro surgiu a tendência das classes superiores a abandonar a religião tradicional e abraçar as filosofias do estoicismo e do epicurismo. Mas muitos indivíduos do povo também acharam que não mais os satisfazia a adoração dos antigos deuses. Era muito formal e mecânica, e exigia demasiado no tocante ao dever e ao auto-sacrifício para preencher as necessidades das massas, cujas vidas se tinham tornado vazias e sem sentido. Além disso, a Itália atraíra uma onda de imigrantes do Oriente, grande parte dos quais tinham uma formação religiosa totalmente diversa da dos romanos. Resultou dai uma rápida propagação dos mistérios orientais, que satisfaziam aos anseias de uma religião mais emotiva e ofereciam a recompensa de uma imortalidade bem-aventurada aos miseráveis e humilhados da terra. Do Egito veio o culto de Ísis e de Osíris (ou Sarápis, como era então chamado comumente o deus), ao mesmo tempo que era trazida da Frigia a adoração da Deusa-Mãe, com seus sacerdotes eunucos e suas orgias selvagens e simbólicas. A atração exercida por esses cultos era tão forte que os decretos do senado contra eles se tornaram impotentes. No último século a.C. penetrou na Itália o culto persa do mitraísmo, destinado a sobrepujar mais tarde todos os outros em popularidade.

6. O PRINCIPADO OU PERÍODO INICIAL DO IMPÉRIO

(27 a.C. - 284 d.C.)

Pouco antes de morrer, em 44 a.C., Júlio César adotara como único herdeiro seu sobrinho-neto Otávio, então um moço de dezoito anos que estudava sossegadamente na Ilíria, no outro lado do Mar Adriático. Sabendo da morte do tio, Otávio apressou-se a voltar a Roma para assumir o controle do governo. Logo verificou que tinha de compartilhar suas ambições com dois poderosos amigos de César: Marco Antônio e Lépido. No ano seguinte, os três formaram uma aliança com o fim de esmagar o poder da facção aristocrática responsável pelo assassínio de César. Os métodos empregados não recomendaram os novos chefes. Os membros proeminentes da aristocracia foram perseguidos e mortos, e suas propriedades confiscadas. A mais famosa das vitimas foi Cícero, brutalmente assassinado pelos soldados de Marco Antônio. Embora Cícero não tivesse participado da conspiração contra a vida de César, era temido como o mais brilhante defensor da antiga constituição. Os verdadeiros assassinos - Bruto e Cássio - fugiram e organizaram um exército de 80.000 republicanos, mas foram finalmente derrotados por Otávio e seus companheiros, em 42 a.C. Mais ou menos oito anos depois, surgiu entre os próprios coligados uma desinteIigência, inspirada principalmente pela inveja que Marco Antônio tinha a Otávio. O desfecho final, em 31 a.C., foi a ascensão triunfal do herdeiro de César como o homem mais poderoso do estado romano.
A vitória de Otávio inaugurou um novo período da história de Roma, o mais glorioso e próspero conhecido pela nação. Ainda que estivessem longe de ser resolvidos os problemas de ordem e de paz, findara-se a mortal contenda civil e o povo teve então a primeira oportunidade de mostrar o que os seus talentos podiam realizar. Diversamente de seu eminente tio, parece que Otávio não alimentava ambições despóticas. Estava decidido, em todo caso, a preservar as formas, se não a substância do governo constitucional. Aceitou os títulos de Augusto e de Imperador, conferidos pelo senado e pelo exército. Ocupou vitaliciamente os cargos de pró-cônsul e de tribuno, mas recusou fazer-se ditador ou mesmo cônsul para toda a vida, a despeito dos pedidos da plebe para que assim fizesse. O título que preferia para designar

sua autoridade era o de Princeps, ou Primeiro Cidadão do Estado. Por essa razão o período de seu governo e do de seus sucessores leva o nome de Principado, ou primeiro período do Império, a fim de distingui-Io do período da República (século VI a.C. a 27 a.C.) e do segundo período do Império (284-476).
Otávio, ou Augusto, como passou a ser mais comum ente chamado, governou a Itália e as províncias durante quarenta e quatro anos (31 a.C. 14 d.C.). No começo desse período governou pela força militar e pelo consentimento geral, mas em 27 a.C. o senado deu-lhe a série de cargos e títulos já citados. Sua obra, como estadista, igualou pelo menos em importância a de seus mais famosos predecessores. Entre as reformas de Augusto contam-se o estabelecimento de novas formas de taxação, a criação de um sistema centralizado de tribunais, sob sua fiscalização direta, e a concessão de considerável autonomia administrativa às cidades e províncias. Lançou os fundamentos de um aperfeiçoado serviço postal para toda a nação. Insistia na experiência e na inteligência como qualidades essenciais à nomeação para os cargos administrativos. Na sua qualidade de pró-cônsul, assumiu o controle direto dos governadores provinciais e puniu severamente os desvios de dinheiro e extorsões. Aboliu o antigo sistema de arrematar a cobrança dos impostos nas províncias, que dera lugar a tantos abusos flagrantes, e designou representantes pessoais para a arrecadação, com vencimentos fixos. Não se limitou, porém, às reformas políticas. Fez promulgar leis que tinham por fim impedir os males sociais e morais mais notórios do tempo: o divórcio, a limitação da prole e o adultério. Pela moderação de sua própria vida privada procurou desencorajar os hábitos suntuosos e estabelecer um precedente para o retorno às virtudes antigas.
Depois da morte de Augusto, em 14 d.C., Roma teve poucos dirigentes esclarecidos e capazes. Muitos de seus sucessores foram tiranos brutais, que desperdiçaram os recursos do estado e mantiveram o país em agitação com atos de violência sanguinária. Já em 68 a.C. o exército começou a participar da escolha do Princeps, do que resultou ser o chefe do governo, em várias ocasiões, pouco mais que um ditador militar. Entre 235 e 284 dominou completa anarquia dos vinte e seis homens que nessa época ocuparam o poder, somente um escapou à morte violenta. Na realidade, nos 270 anos que se seguiram à morte de Augusto, Roma teve no máximo quatro ou cinco imperadores que mereçam referências abonadoras. A lista poderia

incluir Nerva (96-98), Trajano (98-117), Antonino Pio (138-161), Marco Aurélio (161-180) e talvez Vespasiano (70-79) e Adriano (117-138).
Como pode ser explicado esse quase fracasso do gênio político dos romanos no melhor período de sua história? Admite-se em geral ter sido isso causado pela ausência de uma lei definida que regulasse a sucessão hereditária no cargo de Princeps. Mas tal explicação baseia-se num conceito completamente errado da natureza da constituição romana nesse tempo. O governo que Augusto estabeleceu não pretendia ser uma monarquia. Embora o Princeps fosse virtualmente um autocrata, a autoridade de que gozava emanava, em princípio, exclusivamente do senado e do povo de Roma, não havendo um direito ao governo inerente à descendência imperial. Conseqüentemente, a explicação precisa ser procurada em outros fatores. Os romanos estavam então colhendo a tempestade que fora semeada nas lutas civis dos fins da república. Tinham-se acostumado à solução pela violência dos problemas difíceis. Além disso, as longas guerras de conquista e o esmagamento das revoltas dos bárbaros rebaixaram o valor da vida humana aos olhos do próprio povo e favoreceram o alastramento do crime. Em conseqüência disso, era praticamente inevitável que homens de caráter corrompido conseguissem guindar-se aos mais altos cargos políticos.

7. A CULTURA E A VIDA NO PRIMEIRO PERÍODO DO IMPÉRIO

Do ponto de vista da variedade de interesses intelectuais e artísticos, o período do Principado sobrepujou todas as outras épocas da história romana. A maior parte desses progressos situa-se, no entanto, entre os anos de 27 a.C. e 200. Foi então que a filosofia romana atingiu sua feição característica. Esse período também conheceu o tímido despertar de um interesse pela ciência, o desenvolvimento de uma arte característica e a produção das melhores obras literárias. Depois do ano 200, a decadência econômica e política sufocou todo desenvolvimento cultural posterior.
O estoicismo era então a filosofia dominante entre os romanos. Ainda persistia a influência do epicurismo, que se exprimia de quando em quando nas obras dos poetas, mas deixara de ser popular como sistema. As razões

do triunfo do estoicismo não são difíceis de ser apontadas. Com o seu encarecimento do dever, da autodisciplina e da sujeição à ordem natural das coisas, coadunava-se com as antigas virtudes dos romanos e com os seus hábitos conservadores. Além disso, sua insistência nas obrigações cívicas e sua doutrina de cosmopolitismo tocavam diretamente a mentalidade política romana e o orgulho dum império mundial. Por outro lado, o epicurismo era demasiado negativista e individualista para se harmonizar com as tradições coletivistas da história romana. Parecia não somente repudiar a idéia de qualquer finalidade no universo, mas até negar o valor do esforço humano. Uma vez que os romanos eram antes homens de ação que pensadores especulativos, o ideal epicurista do filósofo solitário, mergulhado no problema de sua própria salvação, não podia atraí-los em definitivo. É preciso notar, no entanto, que o estoicismo desenvolvido nos dias do Principado era algo diferente do de Zenon e de sua escola. As antigas teorias físicas tomadas de Heráclito tinham sido repudiadas e um interesse mais amplo pela política e pela ética tomara-Ihes o lugar. Havia também, no estoicismo romano, certa tendência a assumir um sabor mais caracteristicamente religioso do que se observava na filosofia original.

Três apóstolos eminentes do estoicismo viveram e ensinaram em Roma, nos dois séculos que se seguiram ao governo de Augusto: Sêneca (3 a.C. - 65), um milionário que foi durante certo tempo conselheiro de Nero; Epicteto, o escravo (60? - 120); e o imperador Marco Aurélio (121-180). Todos eles concordavam em ser a serenidade íntima o fim último a desejar e em que a verdadeira felicidade só pode ser encontrada na submissão à benevolente ordem do universo. Pregavam o ideal da virtude pela virtude, deploravam a depravação da natureza humana e incitavam a que se obedecesse à consciência como voz do dever. Sêneca e Epicteto adulteraram sua filosofia com anseios tão profundamente místicos, que quase a tornaram uma religião. Adoravam o cosmos como algo de divino, governado por uma Providência todo-poderosa que ordena tudo o que acontece visando um fim superior. A submissão à ordem da natureza equivalia, assim, a se colocar em harmonia com a vontade de Deus e era, por conseguinte, concebida como um dever religioso. O último dos estóicos romanos, Marco Aurélio, era mais fatalista e alimentava menos esperanças. Embora não rejeitasse a concepção de um universo ordenado e racional, não partilhava nem a fé nem o dogmatismo dos primeiros estóicos. Não confiava numa imortalidade

bem-aventurada para equilibrar os sofrimentos dos homens na vida terrestre. Vivendo numa época melancólica, inclinava-se a conceber o homem como uma criatura maltratada pela sorte e para quem não servia de consolo a perfeição do cosmos. Não obstante, insistia que os homens deviam continuar a viver nobremente, não se abandonando a uma sensualidade grosseira nem prorrompendo em irritados protestos, mas extraindo a maior satisfação possível duma digna resignação ao sofrimento e da tranqüila submissão à morte.

As realizações literárias dos romanos ligavam-se diretamente à sua filosofia, o que é particularmente manifesto nos trabalhos dos escritores mais notáveis da época de Augusto. Horácio, por exemplo, nas suas famosas Odes, serve-se com abundância dos ensinamentos tanto dos epicuristas como dos estóicos. Limitou-se, no entanto, ao interesse pelas doutrinas no que diziam respeito à conduta da vida, pois, como a maioria dos romanos, tinha pouca curiosidade de conhecer a natureza do mundo. Desenvolveu uma filosofia que combinava a justificação epicurista do prazer com a bravura estóica em face da adversidade. Embora nunca reduzisse o prazer a uma mera ausência de dor, era bastante atilado para saber que só é possível experimentar o mais alto prazer pelo exercício do controle racional. Talvez os versos seguintes expressem, tão bem como quaisquer outros, a essência de sua concepção da vida:

Sê forte na desgraça; encara a dor
Com fronte altiva; mas quando o vento
É favorável demais, sê não menos prudente
E reduz o pano.

Do mesmo modo Vergílio dá uma amostra do espírito filosófico dessa época. Embora suas Églogas se prendessem até certo ponto ao ideal epicurista do prazer tranqüilo, Vergílio era antes um estóico. Sua visão utópica de uma era de paz e de abundância, seu melancólico sentimento da tragédia do destino humano, sua idealização de uma vida em harmonia com a natureza indicam uma herança intelectual semelhante à de Sêneca e de Epicteto. A mais famosa obra de Vergílio - a Eneida é, como muitas Odes de Horácio, uma glorificação propositada do imperialismo romano. Ela é, de fato, uma epopéia imperial, contando os trabalhos e os triunfos da

fundação do estado, suas tradições gloriosas e seu destino magnífico. Os únicos outros grandes escritores da época de Augusto foram Ovídio e Tito Lívio. O primeiro, o maior dos poetas elegíacos romanos, foi o representante principal das tendências cínicas e individualistas de seu tempo. Suas obras, ainda que brilhantes e sagazes, por vezes refletem os gostos dissolutos do tempo e a popularidade delas dá uma triste amostra do malogro dos esforços de Augusto na regeneração da sociedade romana. A maior credencial de Tito Lívio reside na sua habilidade como estilista. Como historiador, era lastimosamente deficiente. Seu mais importante trabalho - uma história de Roma está repleto de narrativas dramáticas e pitorescas que pretendem antes despertar emoções patrióticas do que apresentar uma verdade imparcial.
A literatura do período que se seguiu à morte de Augusto também mostrava tendências intelectuais e sociais em conflito. Os romances de Petrônio e de Apuleu e os epigramas de Marcial são exemplos de um gênero individualista que geralmente se consagra à descrição aos aspectos mais mesquinhos da vida. A atitude dos autores é amoral: seu objetivo não é instruir ou nobilitar o espírito, mas contar uma história divertida ou tornear uma frase satírica. Um ponto de vista completamente diverso é o apresentado pelas obras dos outros autores mais importantes da época: Juvenal, o satírico, e Tácito, o historiador. Juvenal escreveu sob a influência dos estóicos, mas com acanhada inteligência e visão estreita. Laborando em erro ao julgar que as vicissitudes da nação eram devidas à degenerescência moral, criticava os vícios de seus conterrâneos com a fúria de um evangelista. Atitude algo semelhante caracteriza a obra de Tácito, seu contemporâneo mais jovem. Tácito, que foi o mais famoso dos historiadores romanos, descreveu os acontecimentos de sua época não inteiramente com o propósito de realizar uma análise cientifica, mas em grande parte com o fim de fazer uma acusação moral. Nos Anais e nas Histórias, pintou um quadro sombrio de caos político e de corrupção social. A descrição que faz dos costumes dos antigos germanos, na Germânia, servia para salientar o contraste entre as virtudes varonis de uma raça incorrupta e os vícios afeminados dos romanos decadentes. Quaisquer que sejam seus deméritos como historiador, era um mestre da ironia e do aforismo brilhante. Referindo-se à jactanciosa Pax Romana, faz com que um capitão bárbaro diga: "Criaram um deserto e chamam a isso paz".

O período do Principado foi aquele em que, pela primeira vez, a arte romana assumiu o caráter especial de expressão da vida nacional. Antes dês se tempo, o que passava por arte de Roma na verdade era importado do Oriente helenístico. Os exércitos conquistadores trouxeram para a Itália carros carregados de estátuas, relevos e colunas de mármore, como parte do saque da Grécia e da Ásia Menor. Tais peças se tornaram propriedade dos publicanos e dos banqueiros ricos e foram utilizadas como adorno em suas mansões suntuosas. Aumentando a procura, fizeram-se centenas de cópias, resultando daí que, no fim da república, Roma chegou a possuir uma profusão de objetos de arte que não tinham maior significação cultural do que Rembrandts e Botticellis em casa de algum corretor moderno. A aura de glória nacional que envolveu o começo do Principado estimulou o desenvolvimento de uma arte mais essencialmente indígena. O próprio Augusto se jactava de ter encontrado em Roma uma cidade de tijolos e de ter deixado uma cidade de mármore. Permaneceu, contudo, boa parte da antiga influência helenística até que se esgotasse o talento dos próprios romanos

As artes que melhor exprimiram o caráter dos romanos foram a arquitetura e a escultura. Ambas eram monumentais, pretendendo simbolizar antes o poder e a grandeza do que a liberdade do espírito ou a alegria de viver. Como elementos fundamentais, a arquitetura contava o arco redondo, a abóbada e a cúpula, embora fosse, às vezes, empregada a coluna coríntia, especialmente. na construção dos templos. Os materiais mais comumente usados eram o tijolo, os blocos esquadriados de pedra e o concreto, sendo este último em geral recoberto com um revestimento de mármore. Freqüentemente adicionavam-se como adorno, nas construções públicas, entablamentos esculpidos e fachadas, construídos sobre colunatas ou arcadas. Copiando modelos helenísticos e mostrando pequena relação com o resto da estrutura, a maioria desses artifícios decorativos eram vulgares e incongruentes. A arquitetura romana dedicou-se, principalmente, a fins utilitários. Os mais notáveis exemplos eram edifícios públicos, anfiteatros, banhos públicos, estádios para corridas e casas particulares. Quase todos eram de proporções maciças e de construção sólida. Entre os maiores e mais famosos contavam-se o Panteon, cuja cúpula tinha um diâmetro de quase 45 metros, e o Coliseu, que podia acomodar 65.000 espectadores por ocasião dos combates de gladiadores. A escultura romana incluía como formas

principais os arcos de triunfo e as colunas, os relevos narrativos, altares, bustos e estátuas. Eram seus caracteres distintivos a individualidade e o naturalismo. Ainda mais do que a própria arquitetura, servia para expressar a vaidade e o culto do poder da aristocracia romana, muito embora algumas dessas obras se salientassem por raras qualidades de harmonia e de graça.

Como cientistas, os romanos realizaram relativamente pouco, tanto nesse como em qualquer outro período. Raramente um homem de sangue latino fez qualquer descobrimento de importância fundamental. Tal fato parece estranho quando nos lembramos de que os romanos desfrutavam a vantagem de ter como fundamento para a sua, a ciência helenística. Desprezaram, porém, a oportunidade quase completamente. Por quê? Em primeiro lugar, isso se devia à circunstância de estarem os romanos absorvidos em problemas de governo e de conquista militar. Forçados a se especializar em direito, política e estratégia, tinham pouco tempo para investigar a natureza. Uma razão mais importante era terem eles um espírito demasiadamente prático. Não possuíam nem aquele fogo divino que impele o homem a se perder na procura de um conhecimento ilimitado, nem uma vigorosa curiosidade intelectual a respeito do mundo em que viviam. Em resumo, não eram filósofos. Contrariamente à noção popular, o espírito prático não é por si mesmo condição suficiente para levar muito longe o progresso científico. A ciência moderna teria sem dúvida morrido de inanição, há muito tempo, se dependesse exclusivamente do trabalho de inventores e tecnólogos.

Devido, sobretudo, a essa falta de talento para a ciência pura, as realizações dos romanos limitaram-se quase inteiramente à engenharia e à organização de serviços públicos. Construíram maravilhosas estradas, pontes e aquedutos. Dotaram a cidade de Roma de um suprimento diário de água superior a 1 bilhão de litros. Instalaram os primeiros hospitais do mundo ocidental e o primeiro sistema de medicina pública em benefício da classe pobre. Mas os seus escritores científicos eram deploravelmente destituídos de espírito crítico. O mais afamado e típico deles foi Plínio o Velho, que em 77 d.C. completou uma volumosa enciclopédia de "ciência", a que chamou História Natural. A obra era reconhecidamente uma compilação, que se supõe baseada nos escritos de quase 500 autores diferentes. Os assuntos discutidos variam desde a cosmologia até a economia. A despeito da riqueza de materiais que contém, o trabalho é de valor limitado. Plínio era

totalmente incapaz de distinguir entre um fato e uma lenda. Dava às histórias mais fantásticas de prodígios e presságios o mesmo valor que aos fatos mais solidamente comprovados. Descrevia as maravilhas de um povo primitivo que tinha os pés voltados para trás, de um país onde as mulheres concebiam na idade de cinco anos e morriam na de oito, de um peixinho do Mediterrâneo que fazia parar os navios pela sua mera aderência a eles. Outro conhecido autor de uma enciclopédia científica foi Sêneca, o filósofo estóico, que a mandado de Nero se suicidou em 65 d.C. Sêneca era menos crédulo que Plínio, mas não apresentava maior originalidade. Além disso, afirmava que o fim de todo estudo científico deveria ser divulgar os segredos morais da natureza. Se algum latino existiu que possa ser considerado como um cientista original, foi Celso, que floresceu durante o reinado de Tibério. Celso escreveu um criterioso tratado de medicina, incluindo um excelente manual de cirurgia, mas há fortes suspeitas de que todo o trabalho tenha sido compilado, se não mesmo traduzido do grego. Entre as operações descritas por ele contam-se a extração de amídalas, operações de catarata e de papo, e a cirurgia plástica.
Não estaria completa a exposição dos aspectos científicos da civilização romana se não se mencionasse o trabalho dos cientistas helenísticos que viveram na Itália ou nas províncias durante o período do Principado. Quase todos eram médicos. O mais notável, apesar de aparentemente não ser o mais original, foi Galeno de Pérgamo, que exerceu sua atividade em Roma por várias vezes, na última metade do século II. Embora sua fama resida principalmente na enciclopédia médica em que sistematiza os ensinamentos alheios, merece mais consideração pelos seus próprios experimentos, que por pouco não o levaram a descobrir a circulação do sangue. Não somente ensinou, mas também provou que as artérias conduzem sangue e que o secionamento da menor delas é suficiente para exaurir todo o sangue do corpo em pouco mais de meia hora. Mas Galeno não foi o único médico helenístico que nesse tempo contribuiu com ensinamentos importantes. Ao menos dois outros têm credenciais para merecer mais consideração do que lhes é comumente dispensada: Sorano de Éfeso, o maior ginecologista da antiguidade e inventor do espéculo; e Rufo de Éfeso, que fez a primeira descrição exata do fígado e do ritmo do pulso, sendo também o primeiro a recomendar a fervura da água suspeita antes de ser bebida.

A sociedade romana mostrou, sob o Principado, as mesmas tendências gerais que nos últimos dias da república. Podem ser salientadas, no entanto, algumas diferenças significativas. A escravidão começou a declinar, graças à influência da filosofia estóica e à abundância de trabalho livre. A despeito dos esforços de Augusto para limitar a alforria dos escravos, cresceu constantemente o número de homens livres. Imiscuíram-se por quase todos os campos de atividade, inclusive o funcionalismo civil. Muitos conseguiram tornar-se proprietários de pequenas casas de comércio e alguns mesmo enriqueceram. O desenvolvimento da instituição da clientela não é estranho a esse movimento. Os cidadãos que tinham perdido suas propriedades ou se viam excluídos dos negócios pela concorrência de libertos empreendedores, tornavam-se amiúde "clientes" ou dependentes de aristocratas ricos. Em troca de pequena remuneração em alimentos ou dinheiro, essa "nobreza esfarrapada" servia os grandes magnatas, aplaudindo-Ihes os discursos e bajulando-os quando apareciam em público. Tornou-se praticamente obrigatório para todos os homens de grande fortuna o costume de manter uma comitiva desses miseráveis aduladores.
Embora se exagerem freqüentemente os fatos, o período do Principado parece ter sido uma época de decadência moral. O divórcio tornou-se tão comum entre as altas classes, que nem mais se comentava. De acordo com os registros, havia em Roma, durante o reinado de Trajano, 32.000 prostitutas e, a julgar pelo testemunho de alguns dos mais famosos escritores, era muitíssimo comum o homossexualismo e até estava na moda. Parece que os crimes de violência aumentavam enquanto a corrupção política era submetida a um controle mais severo. Mas a mais séria acusação moral que se pode fazer contra essa época diz respeito ao desenvolvimento do gosto pela crueldade. Os grandes jogos e espetáculos tornaram-se mais sanguinários e revoltantes que nunca. Os romanos não achavam mais graça em meras exibições de proezas atléticas; exigia-se até dos pugilistas que enrolassem nas mãos tiras de couro cheias de ferro ou chumbo. O mais popular de todos os divertimentos eram os combates de gladiadores no Coliseu ou em outros anfiteatros, capazes de acomodar milhares de espectadores. As lutas entre gladiadores não eram absolutamente novidade, mas assumiram, então, um caráter muito mais requintado. Não somente assistia a elas o canalha ignorante, mas também ricos aristocratas e freqüentemente o próprio chefe do governo. Armados de

lança ou adaga, os dois gladiadores lutavam com o acompanhamento de gritos selvagens e pragas do público. Quando um dos combatentes caia ferido, incapaz de prosseguir na luta, era privilégio da multidão decidir se devia ser poupado ou se a adaga adversária devia mergulhar no seu coração. No decorrer de um único espetáculo as lutas sucediam-se uma após outra. Se a arena ficava muito embebida de sangue, era recoberta com uma camada da areia e o odioso programa continuava. Grande parte dos gladiadores eram sentenciados ou escravos, mas alguns eram voluntários, pertencentes mesmo a classes respeitáveis. O imperador Cômodo, indigno filho de Marco Aurélio, entrou na arena várias vezes, requestando os aplausos da multidão.

Não obstante seu baixo nível moral, a época do Principado caracterizou-se por um interesse ainda mais profundo pelas religiões salvadoras do que sucedeu na República. O mitraísmo conquistou nessa época milhares de adeptos, absorvendo a maioria dos devotos da Deusa-Mãe e de Ísis e Sarápis. Aproximadamente em 40 d.C., apareceram em Roma os primeiros cristãos. A nova seita cresceu rapidamente e conseguiu por fim derrubar o mitraísmo de sua posição de mais popular dos cultos, Durante algum tempo o governo romano não se mostrou mais hostil em relação ao cristianismo do que o fora com as outras religiões místicas. Embora seja verdade que Nero mandou matar alguns membros da seita, pois necessitava de um bode expiatório para o desastroso incêndio de 64 d.C., não houve qualquer perseguição sistemática dos cristãos até o reinado de Décio, aproximadamente duzentos anos depois. Mesmo nessa época, a perseguição foi inspirada mais por considerações políticas e sociais do que por motivos religiosos. Devido ao seu interesse pelas coisas extraterrenas e a sua recusa aos juramentos costumeiros nos tribunais ou a participar da religião cívica, os cristãos eram considerados como cidadãos desleais e elementos perigosos. Além disso, seus ideais de humildade e de não resistência, sua pregação contra os ricos e o costume de celebrar reuniões que pareciam secretas fizeram com que os romanos suspeitassem deles como inimigos da ordem estabelecida. Por fim a perseguição tornou-se contraproducente. Intensificou o zelo dos que sobreviveram, resultando daí que a nova fé se espalhou mais rapidamente do que nunca.

O estabelecimento, por Augusto, de um governo estável inaugurou um período de prosperidade para a Itália, o qual durou mais de dois séculos. O

comércio estendeu-se a todas as partes do mundo conhecido, chegando mesmo à Arábia, à índia e à China. A manufatura alcançou proporções apreciáveis, particularmente no que se refere à cerâmica, produtos têxteis e artigos de metal e vidro. Como resultado do método de rotação de culturas e da técnica da fertilização do solo, a lavoura floresceu como nunca. A despeito disso, a situação econômica estava longe de poder ser considerada sólida. A prosperidade não era uniformemente distribuída, mas limitava-se às classes superiores. Uma vez que persistia tão forte quanto no passado o estigma ligado ao trabalho manual, a produção forçosamente tinha que diminuir com o declínio do número de escravos. Pior ainda era o fato de ter a Itália uma balança de comércio decididamente desfavorável. O pequeno desenvolvimento industrial que se verificara não era de modo algum suficiente para fornecer um número razoável de artigos de exportação, a fim de compensar a procura de artigos de luxo importados das províncias e do exterior. Conseqüentemente. a Itália aos poucos exauriu sua reserva de metais preciosos. No século III eram já evidentes os sinais de um colapso econômico.

8. O DIREITO ROMANO

Há uma geral concordância em afirmar que o legado mais importante deixado pelos romanos às culturas que os sucederam foi o seu sistema de direito. Esse sistema resultou de uma evolução gradual, que podemos considerar como tendo começado com a proclamação da Lei das Doze Tábuas, aproximadamente em 445 a.C. Nos últimos anos da república, a Lei das Doze Tábuas foi modificada e praticamente invalidada pelo desenvolvimento de novos precedentes e princípios. Estes se originaram de várias fontes: das modificações dos costumes, dos ensinamentos dos estóicos, das decisões dos juízes, mas especialmente dos editos dos pretores. Os pretores romanos eram magistrados que tinham autoridade para definir e interpretar a lei em cada processo e emitir instruções ao júri para a decisão de cada caso. O júri decidia tão-só questões de fato; todas as questões de direito eram decididas pelo pretor e geralmente suas interpretações tornavam-se preceitos firmados para decisões, no futuro, de

casos semelhantes. Foi assim erigido um sistema de jurisprudência que de certa maneira se assemelha à common law dos ingleses.
Foi sob o Principado, no entanto, que o direito romano atingiu seu mais alto desenvolvimento. Este último progresso deveu-se, em parte, à expansão do direito num campo mais amplo de jurisdição, abrangendo as vidas e propriedades dos estrangeiros, bem como dos cidadãos da Itália. Mas a razão primordial foi o fato de Augusto e seus sucessores terem dado a certos juristas eminentes o direito de expender opiniões, ou responsa, como eram chamadas, nos processos em julgamento nos tribunais. Os mais ilustres desses homens nomeados periodicamente foram Gaio, Ulpiano, Papiniano e Paulo. Embora muitos deles ocupassem altos postos da magistratura, tinham originalmente ganho reputação como advogados e autores de obras jurídicas. As responsa desses juristas vieram a formar uma ciência e uma filosofia do direito e foram aceitas como bases da jurisprudência romana. Exemplo típico do respeito do romano pela autoridade foi o serem as idéias desses homens adotadas prontamente, mesmo quando destruíam crenças consagradas pela tradição, como às vezes acontecia.
O direito romano, tal como se desenvolveu sob a influência dos juristas, compreendia três grandes ramos ou divisões: o jus civile, o jus gentium e o jus naturale. O jus civile era essencialmente a lei de Roma e de seus cidadãos. Como tal existia tanto na forma escrita como na não escrita. Incluía os estatutos do senado, os decretos do Princeps, os editos dos pretores e também alguns costumes antigos que tinham força de lei. O jus gentium era a lei considerada comum a todos os homens, sem levar em consideração a sua nacionalidade. Era ele que autorizava as instituições da escravidão e da propriedade privada e definia os princípios da compra e venda, das sociedades e do contrato. Não era superior ao direito civil, mas o completava, aplicando-se especialmente aos habitantes estrangeiros do império.
O ramo mais interessante, e em muitos aspectos o mais importante do direito romano, era o jus naturale ou direito natural. Não era absolutamente um produto da prática jurídica, mas uma filosofia. Os estóicos tinham desenvolvido a idéia de uma ordem racional da natureza, que é a corporificação da justiça e do direito. Afirmavam que todos os homens são por natureza iguais e detentores de certos direitos que os governos não têm

autoridade para transgredir. O pai do direito natural como princípio legal não foi, no entanto, nenhum dos estóicos helenísticos, mas Cícero. "O verdadeiro direito", afirma ele, "é a razão justa, consoante à natureza, comum a todos os homens, constante, eterna. Promulgar decretos contra esta lei é proibido pela religião; nem pode ser ela revoga da ainda mesmo parcialmente, nem temos, quer pelo senado quer pelo povo, o poder de nos livrar dela". Essa lei antecede ao próprio estado e qualquer governante que a desafiar torna-se automaticamente um tirano. Alguns dos últimos estóicos - Sêneca em particular - desenvolveram a doutrina de um estado primordial da natureza em que todos os homens eram iguais e nenhum deles era explorado por outro. Com o tempo, a iniqüidade e a cobiça de alguns fizeram nascer a escravidão e a propriedade privada; por esse motivo, o governo tornou-se necessário para a proteção do fraco. Com exceção de Gaio, que identificou o jus naturale com o jus gentium, todos os grandes juristas subscreveram concepções da lei da natureza, muito semelhantes às dos filósofos. Embora os juristas não considerassem essa lei como uma limitação automática do jus civile, pensavam não obstante que ela constituía um grande ideal a que as leis e decretos dos homens eram obrigados a se sujeitar. Constituiu uma das mais nobres realizações da civilização romana esse desenvolvimento do conceito de uma justiça abstrata como princípio legal.

9. O PERÍODO FINAL DO IMPÉRIO (284-476)

O último período da história romana, de 284 a 476, começa com a ascensão de Diocleciano, quando o governo de Roma se tornou finalmente uma indisfarçável autocracia. É verdade que, desde algum tempo, o governo constitucional pouco mais era que uma ficção, mas a partir dessa data qualquer pretensão de manter a república foi posta de lado. Tanto na teoria como na prática, a mudança foi completa. Não mais prevaleceu a doutrina de ser o governante um mero agente do senado e do povo; era agora tido como soberano absoluto, presumindo-se que o povo lhe confiara todo o poder. Diocleciano adotou os atributos e o ritual de um déspota oriental. Substituiu o simples traje militar do Princeps por um manto de púrpura bordado de ouro. Exigia que todos os seus súditos, ao serem admitidos em

audiência, se prostrassem diante dele. É desnecessário dizer que o senado foi então excluído por completo do governo. Não foi formalmente abolido, mas reduzido à situação de um conselho municipal e de um clube da plutocracia. A principal razão dessas mudanças políticas encontra-se indubitavelmente no declínio econômico do século III. O povo perdera a confiança em si próprio, como freqüentemente acontece em tais circunstâncias, e estava pronto a sacrificar todos os seus direitos por um tênue vislumbre de segurança.

O Panteon de Roma, construído pelo Imperador Adriano. Dedicado às divindades dos sete planêtas, é um testemunho do cosmopolitismo religioso dos romanos. O elemento caracteristico interno é a cúpula, com um diâmetro de mais de 50 metros e que ao cabo de 1800 anos, permanece virtualmente intata. (Foto do "Art Reference Bureau".)

A VIDA E A CULTURA ROMANAS

Busto de Júlio César, mostrando a tendência à individuação da escultura romana no retrato. (Do Bettmann Archive.)

A Maison Carrée, pequeno templo romano com colunas coríntias, em Nimes, na França.

A CIVILIZAÇÃO BIZANTINA

Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, construída por Justiniano no século VI. É um magnífico exemplo de estilo arquitetônico bizantino. A grande cúpula, cobrindo uma área central quadrada, descansa em quatro arcos maciços e pendentes, isto é, segmentos duma cúpula ainda maior. Ver diagrama. A tremenda pressão oblíqua da cúpula exige o apoio dos dois enormes pilares de cantaria e das meias cúpulas que se vêem na fotografia. Os minaretes e as construções menores foram acrescentados mais tarde pelos árabes. (Foto do "Art Reference Bureau".)

Contas de um colar. Os artífices bizantinos primavam na joalheria, nos esmaltes, nos brocados e em outros artigos de luxo. (Do Metropolitan Museum of Art.)

Prato de prata representando Davi e Golias, e placa em ouro e esmalte, com a figura de Cristo. (Do Metropolitan Museum of Art.)

Os sucessores de Diocleciano continuaram a manter o sistema de absolutismo. Os mais famosos deles foram Constantino I (306-337), Juliano (360-363) e Teodósio I (378-395). Constantino é mais conhecido por ter fundado uma nova capital, chamada Constantinopla, no lugar da antiga Bizâncio, e pela sua política de tolerância religiosa para com os cristãos.

Contrariamente à crença comum, não fez do cristianismo a religião oficial do Império; seus vários editos, expedidos em 313, davam simplesmente ao cristianismo uma igualdade de situação com os cultos pagãos, pondo fim desse modo à política de perseguição. Posteriormente, concedeu certos privilégios ao clero cristão e determinou que seus filhos fossem educados na nova fé, mas continuou a manter o culto imperial. Embora tenha sido aclamado pelos historiadores da Igreja como Constantino o Grande, sua ação favorável ao cristianismo foi originalmente ditada por motivos políticos. Uma geração após a morte de Constantino, o imperador Juliano tentou estimular uma reação pagã. Sofrera a influência da filosofia neoplatônica e considerava o cristianismo um produto de superstições judaicas. Como último dos grandes imperadores pagãos, foi estigmatizado pelos historiadores cristãos com o nome de Juliano, o Apóstata. Outro soberano proeminente de Roma, nesse período de declínio, foi Teodósio I que, a despeito da carnificina de milhares de cidadãos inocentes, por causa de imaginárias acusações de conspiração, também é conhecido pelo cognome de "o Grande". A principal importância do reinado de Teodósio reside em seu decreto de 380, ordenando que se tornassem cristãos ortodoxos todos os seus súditos. Alguns anos depois condenou a participação em qualquer dos cultos pagãos como um ato de traição.
Do ponto de vista do progresso cultural, o período do Império é de pequena significação. Com o estabelecimento de um estado despótico e a degradação do intelecto pelas religiões místicas e extraterrenas foi dado um golpe de morte no talento criador. Os poucos trabalhos literários dessa época se caracterizaram por uma demasiada preocupação com a forma e pelo descuido do conteúdo. Uma retórica estéril e artificial tomou, nas escolas, o lugar do estudo dos clássicos, ao passo que a ciência se extinguia completamente. À parte os ensinamentos dos Padres da Igreja, que serão discutidos mais adiante, a filosofia dominante da época era o neoplatonismo. Esta filosofia, pretendendo ser uma continuação do sistema de Platão, era na realidade uma extensão das doutrinas dos neopitagoricos e de Filon, o judeu. O primeiro de seus ensinamentos básicos era o emanatismo: tudo o que existe procede de Deus numa corrente contínua de emanações. A fase inicial do processo é a emanação da alma do mundo. Desta provêm as Idéias divinas ou formas espirituais e depois as almas das coisas particulares. A emanação final é a matéria. Mas esta não tem forma

ou qualidade própria, é simplesmente a privação do espírito, o resíduo que sobra depois que os raios espirituais emanados de Deus já se consumiram. Segue-se que a matéria deve ser desprezada como símbolo do mal e da escuridão. A segunda grande doutrina neoplatônica era o misticismo. A alma do homem constituía originalmente uma parte de Deus, mas separou-se dele devido à sua união com a matéria. O mais alto fim da vida seria a reunião mística com o divino, que pode ser realizada pela contemplação e pela libertação da alma da sua condição de escrava da matéria. O homem deveria envergonhar-se de possuir um corpo físico e procurar subjugá-Ia por todos os modos possíveis. Conseqüentemente, o terceiro ensinamento principal dessa filosofia era o ascetismo.

O verdadeiro fundador elo neoplatonismo foi Plotino, que nasceu no Egito aproximadamente em 204. Nos últimos anos de sua vida ensinou em Roma e fez muitos discípulos entre as classes superiores. Seus principais sucessores foram Porfírio, Jâmblico e Proclo, tendo cada um deles diluído a filosofia em superstições cada vez mais extravagantes, A despeito do seu ponto de vista antiintelectual e da sua completa indiferença pelo estado, o neoplatonismo tornou-se tão popular em Roma, nos séculos III e IV, que quase suplantou o estoicismo. Fato algum poderia exprimir com mais eloqüência a extensão do declínio social e intelectual experimentado pela nação romana.

10. DECADÊNCIA E MORTE

Em 476 O último dos imperadores do Ocidente, o insignificante Rômulo Augústulo, foi deposto e um chefe bárbaro assumiu o título de rei de Roma. Embora esse fato passe comumente por ter assinalado o fim da história romana, não foi na realidade senão o incidente final de um longo processo de desintegração. A queda de Roma não ocorreu com dramática subitaneidade, mas prolongou-se durante cerca de dois séculos. Grande parte da civilização já se extinguira antes do colapso do Império. Na verdade, para todos os fins práticos a história cultural de Roma, a partir dos meados do século III, pode ser considerada como pertencente à Era de Obscurantismo.

Tem-se escrito mais sobre a queda de Roma do que sobre a morte de qualquer outra civilização. Muitas e variadas têm sido as teorias que surgiram para explicar a tragédia. Historiadores moralistas encontraram a causa nos indícios de libertinagem desenterrados em Pompéia ou revelados nas sátiras de Juvenal e de Marcial. Esqueceram, no entanto, que esse foi um característico do início do Principado e que nos séculos que precederam o colapso do Império, a moralidade tornou-se muito mais austera devido à influência de religiões ascéticas. Historiadores de tendências sociológicas atribuíram a queda ao declínio da natalidade, um fator que freqüentemente tem sido considerado como de mau presságio para o mundo moderno. Mas nada há que possa indicar ter podido Roma salvar-se se tivesse uma população maior. A civilização ateniense atingiu o píncaro de sua glória naqueles mesmos séculos em que mais estritamente se limitou o desenvolvimento da população.

Se há algum fator primário que mais do que qualquer outro tenha contribuído para determinar a queda da civilização romana, foi ele o imperialismo. Quase todos os males que desabaram sobre o país se ligavam de um modo ou de outro à conquista de um grande império. Esse fato foi em grande parte responsável pelo aparecimento da multidão urbana, pelo desenvolvimento da escravidão, pela discórdia entre as classes e pela clamorosa corrupção política. Também o imperialismo foi parcialmente responsável pelas invasões bárbaras, pela exaustão dos recursos do estado a fim de manter uma imensa máquina militar e pelo influxo de idéias estrangeiras, que os romanos não puderam assimilar prontamente. É, sem dúvida, enganosa a idéia de Roma ter-se tornado uma nação civilizada como resultado de suas conquistas. Em lugar disso, as sucessivas vitórias obtidas fizeram com que o povo dominante se tornasse cobiçoso e prepotente. Na verdade, ela se apropriou de grande parte da cultura helenística depois da conquista do Oriente Próximo, mas os elementos verdadeiramente valiosos dessa cultura acabariam por ser adquiridos de qualquer modo, graças à expansão normal do comércio, ao mesmo tempo que se evitariam as conseqüências maléficas da dominação de vastas áreas pela força.

Merecem análise duas outras causas intimamente relacionadas com o imperialismo. A primeira delas foi a revolução social e econômica que varreu a Itália nos séculos III e IV da nossa era. Essa revolução,

radicalmente diversa da ocorrida nos séculos III e II a.C., teve os seguintes característicos: 1) o desaparecimento do dinheiro da circulação e a volta a uma economia natural; 2) o declínio da indústria e do comércio; 3) o crescimento da escravidão e o aparecimento de um feudalismo extralegal; 4) a extensão do controle governamental a grande parte da esfera econômica; e 5) a transição de um regime de iniciativa individual para um regime de condição social hereditária. A causa primária dessa revolução parece ter sido a balança desfavorável do comércio com as províncias. A fim de reprimir o escoamento de metais preciosos do país, o governo, em lugar de fomentar as manufaturas para exportação, valeu-se do arriscado expediente de aviltar a moeda. Nero iniciou essa prática e seus sucessores a continuaram até o ponto em que a proporção de metal vil, na cunhagem romana, chegou a 98,5%. O resultado inevitável foi o desaparecimento do dinheiro da circulação. O comércio não pôde mais manter-se, os salários tinham de ser pagos em alimento e vestuário e os impostos, cobrados em espécie. Isso, por sua vez, ocasionou um declínio na produção, até que o governo interveio com uma série de decretos que prendiam os camponeses à terra e compeliam todos os homens das cidades a seguir a ocupação de seus pais. Os grandes proprietários, desde que passaram a ter o controle sobre um grupo numeroso de servos, entrincheiraram-se nas suas propriedades, desafiaram o governo central e governaram como magnatas feudais. O povo das cidades, privado da liberdade de viver sua própria vida, mergulhou aos poucos na miséria e no desespero.

Ninguém pode apresentar uma lista exaustiva das causas da decadência de Roma. Entre outras de menor importância encontram-se as seguintes: 1) a injusta política tributária que pesava mais fortemente sobre a classe média e assim desencorajava o surto de novos empreendimentos econômicos; 2) o estigma social ligado ao trabalho, tendo como resultado a escolha deliberada, por milhares de indivíduos, da condição humilhante de clientes, que eles preferiam ao trabalho útil; 3) a tendência da aristocracia a excluir as massas de qualquer participação efetiva no governo, a despeito da teoria oficial de ser o povo soberano; e 4) as desastrosas pestes de origem asiática, que se desencadearam em 166 e 252 d.C., despovoando partes inteiras da Itália e abrindo, desse modo, o caminho para as incursões bárbaras. A última dessas causas deve ser adicionado o fato de que, não se cultivando as terras ao longo da costa baixa devido à concorrência do trigo das

províncias, nelas se alastrou a malária. Não se pode calcular a extensão em que essa doença corroeu o vigor da raça latina, mas deve ter sido considerável.

11. A HERANÇA ROMANA

Somos tentados a acreditar que o mundo moderno deve muitíssimo aos romanos: em primeiro lugar, porque Roma está mais perto de nós no tempo do que qualquer outra civilização da antiguidade; em segundo, porque Roma parece mostrar um parentesco muito íntimo com o temperamento moderno. Muitas vezes se têm salientado as semelhanças entre a história romana e a história da Grã-Bretanha ou da América, nos séculos XIX e XX. A evolução econômica romana cobriu todo o caminho que vai do ruralismo simples até um sistema urbano complexo, com problemas de desemprego, monopólio, enormes diferenças de fortuna e crises financeiras. Do mesmo modo, a sociedade romana teve seus fenômenos "modernos" de divórcio, baixa do nível da natalidade e predileção por divertimentos espetaculares. O Império Romano, à semelhança do que aconteceu com a Inglaterra e os Estados Unidos da América, fundou-se na conquista e em visões de um Destino Manifesto. Não se deve esquecer, no entanto, que o espírito de Roma era o do homem clássico e, conseqüentemente, as semelhanças entre a civilização romana e as modernas não são tão importantes como parecem. Como já salientamos, os romanos desprezavam as atividades industriais e eram incrivelmente ingênuos em assuntos científicos. Não tinham também qualquer idéia do estado nacional moderno; as províncias eram meros apêndices, não sendo consideradas como partes integrantes do organismo político. Foi em grande parte por esta razão que os romanos nunca desenvolveram um sistema adequado de governo representativo. Finalmente, a concepção romana de religião era muitíssimo diferente da nossa. Seu sistema de culto, como o dos gregos, era externo e mecânico, e não íntimo ou espiritual em qualquer sentido. O que o cristão considera como o mais alto ideal de piedade - uma atitude emocional de amor para com o divino - era olhado pelo romano como grosseira superstição.
Não obstante, a civilização romana não deixou de exercer uma influência definida sobre as culturas posteriores. A forma, senão o espírito, da

arquitetura romana conservou-se na arquitetura eclesiástica da Idade Média e sobrevive até o presente nas linhas da maioria de nossos edifícios públicos. A escultura do tempo de Augusto vive também nas estátuas eqüestres, nos arcos e colunas comemorativos e nos retratos em pedra dos estadistas e generais que adornam os bulevares e os parques. Embora sujeito a novas interpretações, o direito dos grandes juristas tornou-se parte importante do Código de Justiniano e assim comunicou-se posteriormente à Idade Média.
Os advogados modernos e especialmente os juízes americanos citam, amiúde, máximas criadas por Gaio ou Ulpiano. Além disso, os códigos de quase todos os paises contemporâneos do Continente Europeu incorporaram muito do direito romano. Esse direito teve notáveis repercussões no fortalecimento do direito de propriedade privada. Não deve ser esquecido, ainda, que as obras literárias romanas inspiraram em grande parte o reflorescimento do saber que se espalhou pela Europa no século XII e atingiu seu zênite na Renascença. Talvez não seja bastante conhecido o fato de ter sido a organização da igreja católica, para não falarmos em boa parte de seu ritual, adaptada da estrutura do estado romanu e do complexo da religião romana. Por exemplo, o Papa ainda hoje ostenta o titulo de Sumo Pontífice (Pontifex Maximus), que era usado para designar a autoridade do imperador como chefe da religião cívica. O elemento mais importante, porém, da influência romana, foi provavelmente a idéia da autoridade absoluta do estado. No juízo de quase todos os romanos, com exceção de alguns filósofos como Cícero e Sêneca, o estado era legalmente onipotente. Apesar de muitos romanos terem possivelmente detestado a tirania, o que na realidade temiam era apenas a tirania pessoal, considerando perfeitamente legítimo o despotismo do senado como órgão da soberania popular. Tal concepção sobrevive até os nossos dias na convicção popular de que o estado não pode errar e, particularmente, nas doutrinas dos filósofos políticos absolutistas que dizem não ter o indivíduo direitos além dos que o estado lhe confere.

Parte 3

As Novas Civilizações Religiosas do começo da Idade Média

NO PERÍODO que se estendeu de 284 a 476, a civilização romana foi fortemente influenciada por um renascimento das idéias orientais de despotismo, de outra vida, de pessimismo e fatalismo. Em meio da desgraça econômica e da decadência cultural, os homens perderam o interesse pelas realizações terrenas e começaram a almejar as graças espirituais numa vida depois da morte. Tal mudança de atitude foi devida, em última análise, à difusão das religiões orientais, particularmente do cristianismo. Quanto por fim se extinguiu o Império Romano, a vitória do orientalismo era quase completa. Daí proveio a evolução de uma nova civilização, em parte composta de elementos tomados da Grécia e de Roma, mas tendo a religião como fator dominante de quase todas as suas realizações. Ao todo, três novas culturas surgiram: a civilização da Europa Ocidental dos começos da Idade Média, a civilização bizantina e a civilização sarracena. Os períodos correspondentes à história dessas três civilizações se sobrepõem em parte. A civilização da Europa Ocidental dos começos da Idade Média se estende aproximadamente de 400 a 800. Embora Constantino tenha estabelecido sua capital no local da antiga Bizâncio, no século IV, a civilização bizantina não iniciou sua evolução independente a não ser depois de 500. Sobreviveu até a captura de Constantinopla pelos turcos, em 1453. A civilização sarracena floresceu do século VII ao fim do século XIII.

AS CIVILIZAÇÕES RELIGIOSAS DO COMÊÇO DA IDADE MÉDIA

Europa Ocidental	Império Bizantino	Sarracenos
Ascensão do Papado, 50-300		
Migrações e invasões germânicas, 100-600		
Desenvolvimento do colonato, *ca.* 200-500		
	Início do monasticismo, *ca.* 300	
	Concílio de Nicéia, 325	
	Constantinopla torna-se capital, 330	
Invasões da Inglaterra pelos anglo-saxões, 400-600		
Declínio da indústria e do comércio, 400-800		
Tomada de Roma pelos visigodos, 410		
Cidade de Deus, de S. Agostinho, 413-426		
Origem das Sete Artes Liberais, *ca.* 450	Movimento monofisita, 450-565	
Dinastia Merovíngia na França, 481-751		
Domínio ostrogodo na Itália, 493-552		
Consolação da Filosofia, de Boécio, 523		
	Reinado de Justiniano, 527-565	
	Revisão e codificação das leis romanas, 527-535	
	Construção da igreja de Santa Sofia, 527-565	
	Conquista bizantina da Itália, 535-552	
Conquista da Itália pelos lombardos, 568		Maomé, 570?-632
		A Hégira, 622
		Tomada de Meca, 630
		Conquista da Pérsia, do Egito, da Palestina, da Síria, do norte da Africa Africa e da Espanha, 632-732
		Divisão do Islã em seitas (sunitas, xiitas e sufis), *ca.* 640
	Movimento iconoclástico, 725-850.	
Batalha de Tours, 732		

Europa Ocidental	Império Bizantino	Sarracenos
Dinastia Carolíngia, 752-887		Desenvolvimento das manufaturas de aço e tecidos, dos lavôres em couro e da fabricação de papel
Desenvolvimento do feudalismo, 800-1300		
Império de Carlos Magno, 800-814		
Tratado de Verdun, 843		
Santo Império Romano, 962-		

		Sistema de algarismos hindu-arábicos, *ca.* 1000
		Comércio mundial dos sarracenos, *ca.* 1000-1500
	Separação das igrejas oriental e ocidental, 1054	
	Batalha de Manzikert, 1071	
As Cruzadas, 1096-1204		Cultivo do algodão, açúcar, laranjas, limões, bananas, café, *ca.* 1150
		Transmissão das obras completas de Aristóteles à Europa, *ca.* 1150
	Tomada de Constantinopla pelos cruzados da 4.ª Cruzada, 1204	
Peste Negra, 1347		Transmissão da bússola e do astrolábio à Europa, *ca.* 1400
	Tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, 1453	

CAPÍTULO 11

A Civilização da Europa nos começos da Idade Média

FOI DURANTE a Renascença que surgiu o costume de dividir a história do mundo em três grandes épocas: antiga, medieval e moderna. Tal classificação veio a ser aceita com uma convicção quase dogmática. Ela se coaduna com a crença do homem comum, de que este nosso planeta só testemunhou dois grandes períodos de progresso: o tempo dos gregos e dos romanos e a época das invenções modernas. Entre esses dois períodos localiza-se a Idade Média, considerada como um interregno de profunda ignorância e superstição, no qual o homem viveu com os olhos vendados, esquecido das maravilhas do conhecimento e interessado somente em fugir às misérias deste mundo e aos tormentos do inferno. A própria palavra "medieval" tem um significado odioso na mentalidade comum contemporânea. Tornou-se sinônimo de reacionário e contrário ao progresso. Desse modo, quando um reformador moderno deseja exprobrar as idéias de um adversário conservador, tudo o que tem a fazer é estigmatizá-Ias como "medievais". Sem dúvida ele ficaria muito surpreendido se soubesse que as doutrinas sociais e econômicas de alguns pensadores medievais eram, na realidade, bastante semelhantes às nossas.
A causa dessa confusão reside na idéia convencional de que todo o período medieval que se estende desde a queda de Roma até o começo da Renascença Italiana constitui uma unidade cultural, de que, por exemplo, os ideais e as instituições do século VI eram os mesmos que os do século XIII. Nada pode estar mais longe da verdade. Na realidade o período medieval abarca, na Europa Ocidental, duas civilizações tão diversas uma da outra quanto a Grécia de Roma, ou a Renascença dos séculos XIX e XX. A primeira dessas civilizações, que começou mais ou menos em 400, quando se completou virtualmente o processo da decadência de Roma, e se

prolongou até 800, é a dos começos da Idade Média. Somente este período é que se caracterizou pela maioria dos atributos comum ente designados como "medievais". A cultura dos começos da Idade Média representou sem dúvida, em certos aspectos, uma volta ao barbarismo. O intelecto não só estagnou, mas até mergulhou em abismos profundos de ignorância e credulidade. A atividade econômica baixou aos níveis primitivos de troca direta e ruralismo, enquanto o ascetismo mórbido e o desprezo por este mundo substituía as atitudes sociais normais. Com a Renascença carolíngia do século IX iniciou-se, no entanto, uma nova vida na Europa. O espírito humano alçou-se a píncaros magníficos na literatura, na filosofia e na arte. Daí surgiu outra das grandes culturas da história, caracterizada ao mesmo tempo pelo progresso intelectual e por um alto grau de prosperidade e liberdade. Na verdade esta civilização medieval posterior, que durou até o fim do século XIII, teve mais pontos de semelhança com a idade moderna do que muita gente pensa.

1. AS BASES CRISTÃS DA PRIMITIVA CULTURA MEDIEVAL

Três fatores principais se combinaram para produzir a civilização européia dos começos da Idade Média: o cristianismo, a influência dos bárbaros germânicos e a herança das culturas clássicas, O efeito do terceiro foi provavelmente menor que o dos outros. Fora do âmbito da filosofia, as civilizações grega e helenística tiveram uma influência relativamente pequena, Se bem que a herança romana fosse ainda poderosa, os homens do começo da Idade Média rejeitaram certos aspectos dela como incompatíveis com o cristianismo e barbarizaram boa parte do resto.

O principal alicerce da nova cultura foi a religião cristã, cujo fundador, Jesus de Nazaré, nasceu numa cidadezinha da Judéia por volta do começo da era cristã e foi executado cerca de trinta anos depois, no reinado de Tibério. Seu apostolado parece não ter durado mais que uns três anos. Sem lar e sem ocupação regular, levou uma vida simples e ascética, cercado de alguns humildes discípulos. Pregou com eloqüência em defesa dos pobres e dos oprimidos, denunciou a impostura e a cobiça e proclamou a esperança de salvação num outro mundo, por meio da fé e do arrependimento.

Acreditava, segundo parece, ter a missão divina de salvar a humanidade do erro e do pecado. Ao cabo dos seus três anos de pregação, foi condenado por um tribunal judeu e entregue aos romanos para que o crucificassem. O verdadeiro motivo dessa condenação parece ter sido que os sacerdotes conservadores o consideravam como um rebelde contra as tradições sagradas e receavam que a sua pretensão de ser o Messias criasse dificuldades com o governador romano. Os judeus, como povo, não são responsáveis pela crucificação.
A crucificação de Jesus assinala um ponto decisivo da história cristã. A princípio a morte do Mestre foi considerada pelos discípulos como o fim das suas esperanças. Esse desespero, porém, não tardou a desvanecer-se, pois começaram a circular boatos de que ele estava vivo e fora visto por alguns dos seus adeptos mais chegados. O restante dos fiéis convenceram-se sem dificuldade de que ele ressuscitara dos mortos e era realmente um ser divino. Recobrando a coragem, reorganizaram o pequeno grupo e puseram-se a pregar e a testemunhar em nome do seu chefe martirizado. Foi dessa maneira obscura que nasceu mais uma das grandes religiões do mundo, destinada a abalar os fundamentos do próprio império romano.
Jamais houve, entre os cristãos, um acordo perfeito quanto aos verdadeiros ensinamentos de Jesus de Nazaré. Os únicos registros merecedores de fé são os quatro Evangelhos, mas o mais antigo deles só foi escrito pelo menos uma geração depois da morte de Jesus. Segundo criam os seus adeptos ortodoxos, o fundador do cristianismo revelou-se como o Cristo, divino Filho de Deus, enviado a este mundo para sofrer e morrer pelos pecados da humanidade. Estavam convictos de que, após três dias passados no sepulcro, ele ressuscitara dos mortos e subira aos céus, de onde voltaria para julgar o mundo. Os Evangelhos deixam, pelo menos, bem claro que ele incluiu entre os seus ensinamentos básicos os seguintes: 1) a fraternidade dos homens sob um Deus Pai; 2) o Preceito Áureo ("assim como quereis que vos façam os homens, assim fazei também vós a eles"); 3) o perdão e o amor aos inimigos; 4) pagar o mal com o bem; 5) a abnegação de si mesmo; 6) a condenação da hipocrisia e da cobiça; 7) a oposição ao cerimonialismo como essência da religião; e 8) a ressurreição dos mortos e a iminência do fim do mundo, após o que seria fundado o Reino dos Céus.
Alguns sucessores de Jesus ampliaram o cristianismo e dotaram-no de uma teologia mais apurada. Foi o principal deles o Apóstolo Paulo,

originalmente conhecido como Saulo de Tarso. Embora de nacionalidade judaica, Paulo não era natural da Palestina, mas um judeu da Diáspora (dispersão), nascido na cidade de Tarso, no sudeste da Ásia Menor. Teve contato com a filosofia estóica, mas foi, talvez, mais profundamente influenciado pelo gnosticismo. Finalmente convertido ao cristianismo, devotou as suas ilimitadas energias à propagação dessa fé por todo o Oriente Próximo. Seria quase impossível superestimar a importância do seu trabalho. Negando que Jesus tivesse sido enviado apenas como redentor dos judeus, proclamou o cristianismo como religião universal. Mais ainda: acentuou acima de tudo a idéia de Jesus como o Cristo, o Deus-Homem que existe desde a criação do mundo e cuja morte na cruz foi uma expiação oferecida pelos pecados da humanidade. Não só rejeitou as obras da Lei (isto é, do ritualismo judaico) como de importância primordial na religião, mas afirmou a sua absoluta desvalia em obter a salvação. O homem é pecador por natureza, e por isso só pode ser salvo pela fé e pela graça de Deus, "mediante a redenção que há em Cristo Jesus". Segue-se, segundo Paulo, que o destino do homem na vida futura depende quase inteiramente da vontade de Deus; pois "porventura não tem o oleiro poder sobre o barro, para fazer da mesma massa um vaso para honra e outro para desonra?" Ele tem misericórdia "de quem quer, e a quem quer endurece".

Ao começar a Idade Média o triunfo do cristianismo sobre todas as religiões rivais estava quase consumado. O edito de tolerância do imperador Galério, em 311, importava já numa confissão de que essa fé era demasiado forte para ser eliminada pela perseguição. Por uma série de decretos promulgados entre 380 e 392 foi o cristianismo reconhecido como única religião legal do império romano. Como explicar esse triunfo? Talvez ele se devesse, mais que tudo, ao caráter sintético do cristianismo. Aí estava uma religião que, em última análise, incorporava elementos oriundos de uma grande variedade de fontes. Muitos deles foram tomados do judaísmo: o nome da divindade, a cosmogonia, a história do mundo, os Dez Mandamentos e doutrinas tais como a do pecado original e a da providência divina. Além disso, algumas das doutrinas éticas eram, na realidade, de origem judaica. Embora muitos desses elementos tenham sido modificados por Jesus e pelos seus seguidores, não pode haver dúvida quanto à grande importância das contribuições hebraicas para o cristianismo.

Mas é evidente que a nova religião colhera muitas coisas de outras fontes que não a judaica. Em capítulo anterior demos uma idéia da sua dívida para com as diversas religiões de origem persa. O zoroastrismo já havia familiarizado o mundo antigo com os conceitos da outra vida, do eterno conflito entre o bem e o mal e outros semelhantes. O gnosticismo desenvolvera a crença na revelação secreta e propalara a idéia de um homem primordial ou homem-Deus encarnando-se sob forma humana. O mitraísmo atraíra a atenção para certas formas de ritual como o batismo, o uso da água benta e a celebração do domingo e do dia 25 de dezembro como datas sagradas. Como suplemento a essas influências, havia a da filosofia estóica, que familiarizara as classes educadas com os ideais de cosmopolitismo e de fraternidade dos homens. Em resumo: os mistérios e a filosofia helenística haviam criado um vasto depósito de doutrinas e práticas em que o cristianismo podia abastecer-se, ao mesmo tempo que conservava o seu caráter distintivo. A igreja primitiva foi um organismo que se nutriu de todo o mundo pagão, selecionando e incorporando uma grande variedade de idéias e práticas que não eram incompatíveis com a sua natureza. A atração do cristianismo tornou-se, por esse motivo, mais universal que a de qualquer outra religião antiga.
As outras razões principais do triunfo do cristianismo podem ser resumidas em poucas palavras. Dava ele, às mulheres, plenos direitos a participarem do culto, enquanto o mitraísmo, o mais forte de seus primitivos rivais, as excluía. Desfrutou a vantagem de quase cinqüenta anos de perseguição sistemática por parte do governo romano - fato que fortaleceu enormemente a coesão do movimento, uma vez que aqueles que permaneciam na fé deviam estar prontos para morrer pelas suas convicções. Enquanto grande parte das outras religiões giravam em torno de figuras imaginárias, criaturas de lendas grotescas, o cristianismo possuía como fundador um indivíduo histórico, de personalidade bem definida. Por último, o triunfo do cristianismo é parcialmente explicado pelo fato de exercer maior atração sobre os pobres e oprimidos do que qualquer dos outros mistérios. Embora incluísse o ideal da igualdade de todos os homens perante Deus, seu fundador e alguns discípulos deste condenaram o rico e exaltaram o humilde. Propagou uma nova moral extraordinariamente democrática, tendo como virtudes primordiais a brandura, a humildade e o amor aos próprios inimigos. Talvez fossem essas as qualidades finais capazes de encontrar

uma pronta aceitação entre as massas desesperadas, que desde muito tempo haviam perdido a esperança de melhorar a sua condição material.
Mal conseguira o cristianismo vencer seus rivais, desenvolveu-se a desinteligência dentro das próprias fileiras cristãs. Isso se deveu, em parte, aos elementos heterogêneos de que se formara a religião e também a certas atitudes de transigência assumidas pelos seus chefes à medida que se afirmava o êxito do movimento. Uma razão fundamental parece ter sido o conflito entre as tendências intelectuais e emotivas dentro da religião. Como representantes das primeiras havia duas seitas importantes de cristãos "subordinatistas": os arianos e os nestorianos. Ambas concordavam na recusa de aceitar o que então se tornara a doutrina ortodoxa da Trindade. Sob a influência da filosofia grega, rejeitaram a idéia de que Cristo pudesse ser igual a Deus. Os arianos afirmavam que o Filho fora criado pelo Pai e, conseqüentemente, não tinha a eternidade deste, nem era formado da mesma substância. Seus principais adversários eram os atanasianos, que sustentavam ser o Pai, o Filho e o Espírito Santo absolutamente iguais e compostos de substância idêntica. Os nestorianos romperam com o resto da igreja, batendo-se por que Maria fosse chamada mãe de Cristo, mas não mãe de Deus, querendo com isto dizer, naturalmente, que consideravam o Cristo algo menos que divino.
Entre as seitas que acentuavam o caráter emotivo do cristianismo, as mais importantes foram a dos gnósticos e a dos maniqueus. Tanto uns como outros eram ascetas e místicos ao mais alto grau. Acreditando ser a genuína verdade religiosa um produto exclusivo da revelação, inclinavam-se a olhar com suspeita qualquer tentativa de racionalizar a fé cristã. Opunham-se também à tendência para a mundanidade que começava a se manifestar entre grande parte do clero. Gnósticos e maniqueus não eram, originalmente, seitas cristãs, mas muitos deles acabaram por se converter à nova fé. Os que se tornaram cristãos conservaram as suas antigas doutrinas de exagerado espiritualismo e desprezo pela matéria como um mal. Naturalmente, de envolta com tudo isso ia uma invencível desconfiança ante todas as modalidades de conhecimento humano. As doutrinas de todas essas seitas, com exceção da dos atanasianos, foram por fim condenadas como heresias pelos concílios da igreja.
Não obstante a condenação de muitas crenças como heresias, o corpo da doutrina cristã nunca se fixou firmemente durante o primeiro período da

Idade Média. Todos Os cristãos acreditavam, certamente, em um Deus criador e rei do universo, na remissão do pecado e em recompensas e punições depois da morte. Mas havia muita confusão e incerteza no tocante a muitas outras questões de dogma. Mesmo o dogma da Trindade continuou a ser um pomo de discórdia por muitos séculos. Muitos cristãos do Oriente jamais aceitaram a concepção extrema dos atanasianos, adotada pelo Concílio de Nicéia, em 325, sobre a relação entre o Pai e o Filho. Além disso, não havia, nesse tempo, uma teoria nitidamente formulada sobre o número e a natureza precisa dos sacramentos, nem estava definitivamente estabelecida a doutrina dos poderes do clero. Havia, em geral, dois pontos principais de discordância que afetavam todos os debates. Alguns crentes mais devotos se agarravam fortemente a um ideal de cristianismo semelhante ao da época apostólica, quando a igreja era uma comunidade de místicos, cada um deles guiado nos assuntos de fé e de conduta pela iluminação interior. Outros consideravam a igreja cristã como uma sociedade organizada, prescrevendo suas próprias regras para o governo de seus membros de acordo com as exigências práticas da época.

O desenvolvimento da organização cristã foi um dos fatos mais importantes de toda a era medieval. Já durante os primeiros séculos desse período, a igreja e as instituições a elas ligadas transformaram-se numa estrutura complexa, que por fim se tornou o arcabouço da própria sociedade. À medida que o império romano decaía no Ocidente, a igreja assumiu muitas de suas funções e ajudou a manter a ordem no meio do caos que se generalizava. O fato de nem tudo se haver perdido no naufrágio foi devido em grande parte à influência estabilizadora da igreja organizada. Ajudou a civilizar os bárbaros, a estimular os ideais de justiça social e a preservar e transmitir a cultura antiga.

A princípio, a organização da igreja era muito simples. As primeiras congregações cristãs reuniam-se nas casas de seus membros e ouviam o testemunho espiritual de vários confrades que passavam por ter estado em comunicação direta com o Espírito Santo. Não se reconhecia qualquer distinção entre clero e leigos. Cada igreja independente tinha um certo número de oficiantes, conhecidos em geral como bispos e anciãos; cujas funções eram presidir aos serviços, disciplinar os fiéis e distribuir esmolas. Gradativamente, sob a influência dos mistérios pagãos, o ritual do cristianismo alcançou um tal grau de complexidade que o clero profissional

pareceu se tornar indispensável. A necessidade de defesa contra a perseguição e o desejo de atingir uma uniformidade de crença também favoreceram o desenvolvimento de uma organização eclesiástica. Em conseqüência disso, mais ou menos pelo começo do século II veio a ser reconhecido um bispo, em cada cidade importante, como padre superior de todo o clero dos arredores. A esfera de sua jurisdição correspondia à da civitas, a menor unidade administrativa do Estado romano. Multiplicando-se o número das congregações e crescendo a influência da igreja, devido à adoção do cristianismo como religião oficial de Roma, começaram a aparecer distinções de grau entre os próprios bispos. Aqueles que tinham suas sedes nas cidades maiores vieram a ser chamados metropolitanos, com autoridade sobre o clero de toda a província. No século IV foi criada a dignidade ainda mais alta de patriarca, para designar aqueles bispos que governavam as comunidades cristãs mais antigas e maiores, em cidades como Roma, Constantinopla, Antioquia e Alexandria, com as regiões vizinhas. Desse modo, em 400 o clero cristão chegara a abranger uma hierarquia definida de patriarcas metropolitanos, bispos e sacerdotes.
O ponto máximo de todo esse desenvolvimento foi o advento da primazia do bispo de Roma ou, em outras palavras, o aparecimento do papado. Devido a várias razões, o bispo de Roma gozava de preeminência sobre os demais patriarcas da igreja. A cidade imperial era venerada pelos fiéis como o teatro em que se haviam desenrolado as missões dos apóstolos Pedro e Paulo. Nasceu a tradição de ter Pedro fundado o bispado de Roma e de que, conseqüentemente, todos os sucessores dele eram herdeiros de sua autoridade e prestígio. Do século III em diante essa tradição alargou-se ainda com a teoria de que Pedro fora designado por Cristo como seu vigário na terra e recebera dele as chaves do reino dos céus, com poder para punir os homens pelos seus pecados e mesmo absolvê-Ios de culpa. Essa teoria, conhecida como a doutrina da Sucessão de Pedro, tem sido adotada desde então pelos papas como base de seus direitos à autoridade sobre a igreja. Os bispos de Roma também gozavam a vantagem de caramente haver um imperador com soberania efetiva no Ocidente, depois da transferência da capital imperial para Constantinopla. Finalmente, em 455, o imperador Valentiniano III promulgou um decreto determinando que todos os bispos ocidentais se submetessem à jurisdição do Papa. Não se deve supor, no entanto, que a igreja já houvesse adotado uma forma monárquica de

governo. Os patriarcas do Oriente consideraram as reivindicações papais como uma atrevida presunção e até muitos bispos do Ocidente continuaram por algum tempo a não tomar conhecimento delas.
A organização da igreja não se limitava de modo algum à hierarquia eclesiástica. Em qualquer estudo das instituições cristãs deve ser dado um lugar proeminente ao monasticismo. Decorrente do ascetismo, torna-se necessário examinar primeiro as relações entre este ideal e a religião cristã. O cristianismo primitivo só em parte era ascético. Nem Jesus, nem seus discípulos imediatos praticaram quaisquer extremos de mortificação. É verdade que Jesus não se casou, que disse não ter um lugar para descansar a cabeça, e acreditava-se que tivesse jejuado durante quarenta dias no deserto; esses exemplos, porém, dificilmente poderiam ter encorajado os excessos patológicos de mortificação da carne a que se entregaram os eremitas dos séculos III e IV. Temos, por isso, de examinar outras causas adicionais que hajam determinado o desenvolvimento desse ascetismo posterior. Talvez possam ser consideradas como fundamentais as seguintes:

1) O desejo de protestar contra o mundanismo crescente da igreja, alimentado por muitos cristãos piedosos. Quanto mais pudessem colocar-se no extremo oposto à vida suntuosa de alguns membros do clero, mais eficiente se tornaria o protesto.

2) A escolha da auto-tortura mórbida como um substituto do martírio. Com a cessação da perseguição pelos romanos, desapareceram todas as possibilidades de conquistar uma áurea de glória celestial morrendo pela fé. Continuava, porém presente, exigindo um canal de escape, o desejo de dar, pela humilhação e pelo sofrimento, uma demonstração do ardor religioso de cada um.

3) O desejo de alguns cristãos, sinceramente devotados à fé, de dar um exemplo de piedade exaltada e altruísmo para servir de inspiração aos confrades mais fracos. Muito embora a maioria não pudesse atingir este ideal, elevar-se-ia o nível geral de moralidade e piedade.

4) A influência de outras religiões orientais, especialmente do gnosticismo e do maniqueísmo, com seu espiritualismo exagerado, seu desprezo por este

mundo e seu anseio de degradar a carne.

Os primeiros ascetas cristãos foram eremitas, que se retiravam do mundo para levar uma existência solitária no ermo ou no próprio deserto. Parece que essa forma de ascetismo se originou no Egito, no século III. Daí se expandiu por outras províncias orientais do império e continuou a se popularizar por mais de uma centena de anos. Acabou numa espécie de mania religiosa, caracterizada por excessos mórbidos. Sabemos de eremitas ou anacoretas que pastavam nos campos à maneira dos animais, que rolavam nus sobre arbustos espinhentos ou viviam em charcos infestados de serpentes. O famoso S. Simeão Estilita passou um verão inteiro "como uma planta enraizada no chão" e, depois, começou a construção de sua célebre coluna. Elevou-a até uma altura de 18 metros e passou os restantes trinta anos de sua existência no topo dela. Absurdos como esses, embora não sendo típicos da atitude da maioria dos cristãos da época, eram provavelmente um resultado natural de se conferir importância demasiada ao aspecto espiritual da vida.
Com o tempo, veio a diminuir a intensidade da histeria anacorética. Certos ascetas cristãos, mais práticos, chegaram à conclusão de que a vida solitária do eremita não era benéfica para a alma, pois algumas vezes levava o homem à loucura. Como resultado dessa conclusão. surgiu o monasticismo. Em geral se cita Pacômio, que viveu no Egito, nos meados do século IV, como o fundador do mais antigo mosteiro. O movimento iniciado por ele foi continuado por S. Basílio, bispo da Capadócia, que foi o primeiro a organizar um regulamento para o governo de uma ordem monástica. Desaprovando a mortificação levada ao extremo, S. Basílio exigia que os monges se disciplinassem pelo trabalho útil. Não deviam empenhar-se em jejuns prolongados ou em degradantes lacerações da carne, mas eram forçados a prestar voto de pobreza e de humildade e a expender muitas horas do dia em silenciosa meditação religiosa. O tipo de organização monástica de S. Basílio veio a ser universalmente adotado no mundo cristão oriental. Muitas das instituições por ele inspiradas ainda podem ser vistas, empoleiradas em altos rochedos a que só se pode ganhar acesso por meio de intermináveis escadas de mão ou sendo-se guindado em cestos. A história do monasticismo na Europa Ocidental começou também no século IV, quando se fundaram em Roma comunidades ascéticas do tipo egípcio. Não

houve, no entanto, vida conventual de importância no Ocidente até o século VI, quando S. Bento traçou a sua famosa regra, que por fim se tornou o modelo de quase todos os monges da cristandade latina. A ordem beneditina impunha votos semelhantes aos da ordem de S. Basílio, tais como a pobreza, a obediência, o trabalho e a devoção. Se havia alguma diferença essencial, residia ela possivelmente na maior importância dada pelo sistema beneditino à organização controlada. O abade de cada mosteiro praticamente tinha autoridade ilimitada para disciplinar os monges sob seu domínio. A ordem de S. Basílio baseava-se mais na suposição de que cada monge se disciplinaria a si mesmo.

Seria inútil exagerar a influência do monasticismo na sociedade dos começos da Idade Média. Em geral, os monges foram os melhores lavradores da Europa; arrotearam terras incultas, drenaram pântanos e fizeram muitos descobrimentos relativos à melhoria do solo. Conservaram algumas técnicas de construção dos romanos e realizaram progressos dignos de nota em muitas artes industriais, principalmente no entalhe de madeira, no trabalho em metais, na tecelagem, na fabricação de vidro e de cerveja. Alguns escritores modernos afirmam, até, que os fundamentos da Revolução Industrial foram de fato lançados nos mosteiros medievais. Além disso, eram os monges que escreviam a maior parte dos livros, copiavam os manuscritos antigos e mantinham a maioria das escolas e bibliotecas e quase todos os hospitais que existiram nos começos da Idade Média. O desenvolvimento do monasticismo afetou, também, profundamente a história da igreja e levou a uma divisão nas fileiras do clero. Vivendo de acordo com uma regra definida ou regula, os monges passaram a ser chamados clero regular; ao passo que os sacerdotes, bispos e arcebispos que desempenhavam sua atividade em meio às coisas do mundo (soeculum), foram, daí em diante, conhecidos como clero secular. Desenvolveu-se entre os dois grupos uma intensa rivalidade, tendo os monges, por vezes, organizado movimentos de reforma contra o mundanismo dos sacerdotes. Os monges beneditinos gozavam da especial predileção dos papas e foi em parte devido a uma aliança entre o papado e as ordens monásticas que aqueles conseguiram estender seu poder sobre a Igreja.

2. AS BASES GERMÂNICAS DA NOVA CULTURA

Foi a influência dos bárbaros germânicos o segundo dos fatores mais importantes que contribuíram para produzir a civilização dos começos da Idade Média. Não foram os únicos povos do norte a tomar parte na formação desse tipo de sociedade. Não podem de modo algum ser consideradas insignificantes as contribuições dos celtas na Bretanha e na Irlanda, nem a dos eslavos na Europa central e oriental. Não obstante, a influência dos germanos revelou-se a mais poderosa. Os antigos germanos eram um povo de crânio alongado, de raça predominantemente nórdica e de língua indo-européia. Os especialistas não concordam a respeito do lugar de sua origem, mas parece terem migrado para o norte da Europa vindos da Ásia Ocidental. No começo da era cristã, achavam-se eles divididos em diversas nações: escandinavos, vândalos, godos, francos, alemanos, burgúndios, frisões, anglo-saxões, holandeses etc. Tinham originalmente, na língua e na raça, certa afinidade com os gregos e com os romanos.

Durante séculos, várias nações de bárbaros germânicos realizaram incursões no território romano. Às vezes vinham como exércitos invasores, mas em geral se infiltravam vagarosamente, trazendo consigo suas famílias e pertences e ocupando áreas despovoadas ou abandonadas. Muitos foram trazidos por comandantes e governadores romanos. Júlio César impressionara-se com o seu valor guerreiro e alistara milhares deles nos seus exércitos. Podiam ser encontrados na guarda pessoal de quase todos os imperadores. Por fim, no tempo de Constantino, constituíam a massa dos soldados da totalidade do exército romano. Muitos também foram arregimentados no serviço civil e o governo fixou milhares deles como colono ou servos nas grandes propriedades. Nessas circunstâncias, não surpreende muito a conquista final de Roma pelos germanos. Eram uma raça viril e enérgica, que constantemente aumentava de número e, à medida em que alguns deles ganhavam terreno na Itália, outros eram tentados pelas oportunidades de pilhagem. De sua parte, os romanos freqüentemente exploravam os que já se encontravam no Império e assim davam aos da mesma raça um motivo para o ataque. Embora já no século II a.C. se houvessem iniciado as invasões armadas na Itália, repetindo-se várias vezes depois dessa época, não houve incursões verdadeiramente desastrosas até os séculos IV e V. Em 378 os visigodos, enraivecidos com a opressão imperial,

agitaram o estandarte da revolta. Esmagaram um exército romano em Adrianópolis e depois marcharam rumo ao oeste, Itália à dentro. Em 410, sob o comando de Alarico, capturaram e saquearam Roma, dirigindo-se mais tarde para o sul da Gália. Em 455 Roma foi saqueada pelos vândalos, que, emigrando de seu primitivo território entre o Ôder e o Vístula, fundaram um reino na província de Cartago. Outras nações germânicas dirigiram-se também para a Itália e, antes do fim do século V, todo o império romano do Ocidente estava sob domínio bárbaro.
Nosso conhecimento da antiga sociedade germânica provém principalmente da Germânia de Tácito, escrita em 98. A literatura e o direito dos próprios germanos também oferecem muitas informações, mas não passaram à forma escrita senão depois de começados os efeitos das influências romana e cristã. Quando Tácito escreveu sua obra, os bárbaros germanos tinham alcançado um nível de cultura igual ao dos gregos homéricos. Não tinham escrita nem qualquer conhecimento das artes. Suas casas eram construídas de madeira bruta recoberta de barro. Embora tivessem feito certos progressos na agricultura, preferiam os riscos das expedições de pilhagem ao trabalho trivial da lavoura. Quase todo o trabalho era executado pelas mulheres, pelos velhos e por outros dependentes. Quando não estavam lutando ou caçando, os guerreiros despendiam a maior parte de seu tempo dormindo e bebendo. O jogo e a embriaguez constituíam sérios vícios, mas, se dermos crédito ao testemunho de Tácito, a moralidade sexual era singularmente pura. Prevalecia o casamento monogâmico, exceto nos casos em que se permitia que o chefe tivesse mais de uma esposa, por razões políticas. O adultério era raro e severamente punido, e o divórcio, quase desconhecido. Em algumas tribos proibia-se mesmo um novo casamento das viúvas.
As instituições econômicas e políticas dos germanos eram as que convinham a um povo que apenas iniciava uma existência sedentária. O diminuto volume de comércio fundava-se unicamente num regime de troca; o gado continuava a ser o principal elemento de riqueza. Ainda é questão debatida se a propriedade agrícola era individual ou coletiva, mas parece haver pequena dúvida quanto à posse e uso em comum das florestas e dos pastos. Possivelmente a comunidade controlava a distribuição das novas terras à medida que iam sendo adquiridas, distribuindo como propriedades individuais as porções aráveis. Há indícios de ter-se a classe dos

proprietários ricos, em algumas tribos, constituído em aristocracia. Embora Tácito conte que os germanos tinham escravos, parece provável que a maioria de seus dependentes fossem servos, pois possuíam casas e pagavam a seus amos unicamente uma porção daquilo que produziam. Sua servidão resultava não somente da captura em batalha, mas também de dívidas e especialmente do jogo desenfreado, em que o homem apostava a sua própria liberdade quando já tinha perdido tudo o mais. O estado quase não existia. O direito era um produto do costume e a administração da justiça ficava, em grande parte, nas mãos dos particulares. Embora os germanos possuíssem seus tribunais tribais, as funções desses órgãos resumiam-se à mediação entre o autor e o réu. Dava-se ao primeiro o direito de levar o acusado a julgamento e executar as penalidades prescritas pelo direito comum. O tribunal decidia unicamente das provas exigidas de cada litigante para determinar a validade de sua alegação. Comumente isso consistia em juramentos e ordálios, que eram encarados como apelos ao julgamento dos deuses. A mais importante de todas as instituições políticas era a assembléia geral dos guerreiros. Essa instituição, porém, não tinha poderes legislativos senão no que dizia respeito à interpretação dos costumes. Suas funções principais resumiam-se a decidir questões de guerra e de paz e, se a tribo devia migrar para um novo local. Inicialmente as tribos germanas não tinham reis. Possuíam chefes eleitos pelos homens livres, mas esses eram pouco mais que oficiantes do cerimonial. Em tempo de guerra era eleito um chefe militar com poderes extraordinários, mas uma vez acabada a campanha cessava a sua autoridade. Não obstante, como as guerras aumentassem tanto em freqüência como em duração, alguns chefes militares tornaram-se na realidade reis. Apesar disso, conservava-se geralmente a formalidade da eleição.

A influência dos germanos na história medieval, embora não tenha sido tão importante como muitas vezes se imagina, foi bastante ampla para merecer uma consideração especial. Acima de tudo, devem-se a eles muitos elementos do feudalismo: 1) a concepção da lei como uma imposição dos costumes e não como expressão da vontade do soberano; 2) a idéia de lei como uma propriedade pessoal do indivíduo, que ele podia levar aonde quer que fosse, em oposição à concepção romana de lei limitada a um território definido; 3) o conceito da relação contratual entre governantes e súditos, compreendendo obrigações recíprocas de proteção e de obediência; 4) a

teoria de uma relação honrosa entre o senhor e o vassalo, derivada da instituição germânica do comitatus ou bando militar, pelos quais se obrigavam os guerreiros, por juramentos de honra e de lealdade, a lutar pelo seu chefe e a servi-Ios; 5) o processo pelo ordálio, que era o meio comum de demanda nos tribunais feudais; e 6) a idéia da soberania eletiva.

3. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS COMEÇOS DA IDADE MÉDIA

A história política da Europa Ocidental, de 476 a 800, tem relativamente pouco interesse, a não ser para os especialistas. Alguns dos traços mais importantes merecem, no entanto, certa atenção. Após a deposição do último imperador romano do Ocidente, proclamou-se rei da Itália um comandante germânico de nome Odoacro. Mas, em 493, a Itália foi conquistada pelos ostragodos sob o comando de Teodorico, um dos chefes bárbaros mais hábeis e inteligentes. Até quase o fim de seus 33 anos de reinado, Teodorico estabeleceu na Itália uma ordem mais esclarecida do que a que o país conhecera no tempo de muitos Césares. Favoreceu a agricultura e o comércio, reparou edifícios públicos e estradas, patrocinou o ensino e preceituou a tolerância religiosa. Nos últimos anos tornou-se, porém, rabugento e suspicaz, acusando alguns de seus fiéis subordinados de conspirarem com a aristocracia romana para eliminá-lo. Muitos deles foram mortos, inclusive o filósofo Boécio. Pouco depois de se tornar imperador em Constantinopla, em 527, Justiniano empreendeu a reconquista da Itália e das províncias do Ocidente. Só em 552 baqueou finalmente o poder dos ostrogodos. A longa guerra arruinou totalmente a Itália e abriu caminho para a invasão lombarda em 568. Os lombardos conseguiram conservar grande parte da península sob o governo de duques semi-independentes até a conquista de Carlos Magno, nos fins do século VIII.
O mais forte estado ocidental do primeiro período da Idade Média não se estabeleceu na Itália, mas na França. Em 481 o famoso Clóvis tornou-se rei da importante tribo dos francos sálios, que habitavam a margem esquerda do Reno. Em menos de vinte anos. Clóvis conquistou quase todo o território hoje pertencente à França e mais uma porção da Germânia. A adoção do cristianismo ortodoxo trouxe-lhe o apoio do clero e tornou possível a

subseqüente aliança entre os reis francos e os papas. A dinastia merovíngia, fundada de fato por ele, ocupou o trono do reino dos francos até 751. Por mais de um século os sucessores de Clóvis continuaram a política de inflexível despotismo daquele, anexando o território dos inimigos, dominando a igreja e explorando as terras do reino como se fossem suas propriedades particulares. Cerca de 639, no entanto, a linhagem real começou a degenerar. Uma série de indivíduos fracos, de vida curta, os chamados "reis indolentes", herdaram a coroa de seus valentes antecessores. Absorvidos na cata de prazeres, esses jovens sem valor delegaram grande parte da autoridade real à seus principais subordinados - os mordomos do paço. Nada mais natural poderia acontecer do que o afastamento final dos reis merovíngios por esses funcionários importantes, a quem tinham confiado o poder. O mais capaz e empreendedor deles foi Carlos Martel, que por suas campanhas contra as invasões dos mouros e a maneira por que abafou as rebeliões internas, pode ser considerado o segundo fundador do estado dos francos. Não obstante, contentou-se em gozar as regalias do poder e não se arrogou o título de rei. Isso ficou para seu filho, Pepino o Breve, que se fez eleger rei dos francos em 751. Assim findou a dinastia merovíngia. A nova dinastia ficou conhecida como carolíngia, por causa do nome do mais famoso de seus representantes - Carolus Magnus ou Carlos Magno.
Para a maioria dos estudantes de história, Carlos Magno representa um dos dois ou três homens mais importantes de todo o período medieval. Foi aclamado por alguns de seus contemporâneos como um novo Augusto, que traria paz e prosperidade à Europa Ocidental. Não se pode negar que tenha estabelecido um governo eficiente, muito fazendo para combater as tendências à desagregação que haviam tomado impulso durante o reinado dos últimos merovíngios. Não somente aboliu o cargo de mordomo do paço, mas também eliminou os duques tribais e colocou todos os poderes de governo local sob a responsabilidade de pessoas nomeadas pessoalmente por ele - os condes. Para prevenir os abusos de autoridade por parte destes, nomeou também missi dominici, ou mensageiros reais, Que visitavam os condados e comunicavam ao rei quaisquer atos de injustiça do governo. Autorizou os missi a instalar tribunais próprios, a fim de ouvir as queixas de opressão e até, nos casos extremos, demitir os funcionários locais. Modificou o antigo sistema de justiça privada, autorizando os condes a

intimar as pessoas a comparecerem perante os tribunais e investindo os magistrados num maior controle do processo judicial. Reviveu a instituição romana da inquirição sob juramento, pela qual eram intimadas por agentes do rei, um certo número de pessoas a declarar sob juramento o que sabiam sobre qualquer crime praticado na localidade. Essa instituição sobreviveu à queda do estado carolíngio e foi levada à Inglaterra pelos normandos, onde por fim se tornou um fator importante na origem do sistema do grand jury. Embora o remanescente da estrutura política fundada por Carlos Magno perecesse em grande parte com o fim da dinastia, o precedente de governo forte estabelecido por ele indubitavelmente influenciou muitos reis franceses da Idade Média e também os imperadores germanos. Deve-se advertir, no entanto, que a glória do império de Carlos Magno repousava em alicerces sangrentos. Nos quarenta e três anos de seu reinado, de 771 a 814, comandou nada menos que 54 guerras. Houve somente um povo da Europa ocidental contra quem ele não lutou - os ingleses. Como a maioria de suas campanhas foi bem sucedida, anexou ao domínio dos francos a maior parte da Europa central e a Itália do norte e do centro. Algumas dessas conquistas só foram, porém, possíveis mercê de tremendo derramamento de sangue e do recurso a medidas da mais dura crueldade. A campanha contra os saxões encontrou resistência tão obstinada que, por fim, Carlos Magno ordenou a decapitação de 4.500 deles. Típico do espírito da época foi ter-se feito tudo isso sob pretexto de induzir os pagãos a adotar o cristianismo.
Na realidade, foi a constante intervenção de Carlos Magno nas questões religiosas que conduziu ao clímax de toda a sua carreira - sua coroação como imperador romano pelo Papa Leão III. Havia algum tempo que Leão lutava com dificuldades. Acusado de tirânico e dissoluto, despertara a indignação do povo de Roma que, em 799, lhe deu uma severa lição e o obrigou a fugir da cidade. Atravessando as montanhas, foi ter à Germânia, onde implorou o auxílio de Carlos Magno. O grande rei fê-Io voltar para a Itália e ajudou a restaurá-Io no trono pontifício. No natal de 800, quando Carlos se ajoelhou para orar na igreja de S. Pedro, o Papa reconhecido colocou sobre a sua cabeça uma coroa, enquanto toda a multidão o saudava como “Augusto coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos". É particularmente difícil julgar a significação desse acontecimento. Tem-se apresentado Carlos como surpreendido e embaraçado com a honra. Mas a causa real da sua irritação foi,

provavelmente, ter de aceitar uma coroa das mãos do papa. Há provas de que já tinha desenvolvido, de sua parte, certo plano ambicioso para reviver o poder imperial no Ocidente. Além disso, não considerava de modo algum sua própria autoridade como limitada por uma soberania superior da igreja. Legislava livremente em assuntos religiosos, fiscalizava todas as nomeações para cargos eclesiásticos e dava instruções aos sacerdotes e aos bispos, quer quanto à moral, quer quanto aos sermões. Não obstante, o fato de ter sido a coroação aclamada por muitos contemporâneos de Carlos Magno como um sinal de volta à idade de ouro patenteia a sua importância mais que trivial. O império carolíngio, então fundado, absolutamente não foi concebido como o início de um novo estado, mas como uma reinstalação do Império dos Césares. A grandeza de Roma deveria ser ressuscitada. Estaria mais em harmonia com a verdade quem interpretasse o fato como uma expressão do despertar cultural e político do Ocidente. Teoricamente, o Império, com sua capital em Constantinopla ainda incluía a Itália e as áreas circundantes da Europa. O estabelecimento de um império no Ocidente a simbolizava a existência de um abismo cada vez maior entre o cristianismo latino e Bizâncio. Finalmente, o fato de Carlos Magno ter sido coroado por Leão III deu aos papas do segundo período medieval um baluarte para as suas pretensões de supremacia. Podiam alegar terem sido eles, na realidade, os fundadores do império, agindo, é claro, como representantes de Deus.

O IMPÉRIO DE CARLOS MAGNO NO ANO DE 814

Nos começos do primeiro período medieval, grande parte do que é hoje a Inglaterra achava-se ainda sob o domínio romano. Mas no século V os romanos foram obrigados a retirar-se, devido às dificuldades cada vez maiores que lhes causavam as invasões germânicas da Itália. Pouco depois era a Inglaterra submergida por hordas de saxões, anglos e jutos vindos do Continente. Esses povos traziam consigo os costumes e instituições da sua mãe-pátria, os quais eram semelhantes aos dos outros bárbaros germânicos. Escorraçando para as montanhas de Gales e da Cornualha os nativos celtas da região, não tardaram a fundar ali os seus reinos. Em dado momento, o número destes chegou a ser sete - Nortúmbria, Estânglia, Kent, Essex, Sussex, Wessex e Mércia - todos mutuamente suspicazes e hostis. No século IX algumas tribos dinamarquesas aproveitaram-se das lutas entre os reis saxões para tentar conquistá-los. No esforço de derrotar os novos inimigos, os sete reinos uniram-se numa forte confederação sob a chefia de Wessex e de seu famoso governante, Alfredo o Grande. O rei Alfredo reorganizou o exército, infundiu novo vigor no governo local, revisou e ampliou as leis. Além disso, fundou escolas e fomentou o interesse pela literatura e por outros elementos de uma cultura nacional.

Os sucessores do rei Alfredo foram homens de menos fibra. Um deles, Etelredo o Irresoluto, abandonou o reino aos dinamarqueses e fugiu para o

Continente. Seu filho, Eduardo o Confessor, mais ilustre pela piedade religiosa do que pelas qualidades de estadista, permitiu que os assuntos do seu governo fossem dirigidos pelo duque de Normandia, do outro lado da Mancha. Uma vez morto Eduardo, o duque, posteriormente conhecido como Guilherme o Conquistador, reivindicou a coroa da Inglaterra. Desembarcando um exército em Sussex, no ano de 1066, apanhou desprevenido o rei inglês Haroldo e derrotou-o na batalha de Hastings. Haroldo tombou ferido de morte e suas forças desintegraram-se. Optando aparentemente pela prudência, os magnatas sobreviventes ofereceram a coroa ao duque Guilherme. A batalha de Hastings é considerada um ponto decisivo da história da Inglaterra, porquanto pôs termo ao período de supremacia anglo-saxônia e preparou o caminho para a fundação de um estado nacional sob os sucessores de Guilherme.

A maioria dos depoimentos sobre a vida econômica do primeiro período da Idade Média apresenta a sombria descrição duma volta a condições primitivas e, em alguns casos, de verdadeira miséria. Foi particularmente rápido o declínio da Itália na segunda metade do século V. Atingiram, então, seu ímpeto máximo as forças postas em jogo pela revolução econômica dos dois séculos precedentes. O comércio e a indústria extinguiram-se ràpidamente; terras que antes tinham sido produtivas transformaram-se em matagais e a população declinou de maneira tão assustadora, que foi decretada uma lei proibindo a toda mulher entrar para o convento antes da idade de 40 anos. Enquanto os grandes proprietários territoriais dilatavam o seu controle sobre a agricultura e também sobre muitas funções governamentais, um número cada vez maior de pessoas pertencentes às massas populares transformavam-se em servos. Durante o reinado de Teodorico esse processo de declínio econômico foi até certo ponto sustado graças à proteção que aquele dispensou à agricultura e ao comércio, bem como à redução dos tributos. Mas Teodorico foi incapaz de abolir a servidão ou de sustar a concentração da riqueza agrária, pois precisava do apoio da aristocracia. Depois de sua morte, voltaram novamente a operar as forças da decadência. A Itália poderia ter preservado o grau de prosperidade que alcançara sob o rei ostrogodo, se não fosse a luta de reconquista de Justiniano. O longo conflito militar levou o país à beira do barbarismo. A peste e a fome completaram a destruição causada pelos exércitos contendores. Os campos foram deixados sem cultivo, ao

mesmo tempo que se suspendiam muitas atividades urbanas. Os lobos passeavam pelo país devorando os cadáveres insepultos. Era tão grande o perigo de morte pela fome que em certas regiões apareceu o canibalismo. Somente nas cidades maiores as funções normais da civilização prosseguiram de modo regular.
A transformação econômica, no território que hoje é conhecido como a França, seguiu um padrão bem parecido com o da Itália, mas se processou em ritmo mais lento. Nos tempos de Roma, a Gália do sul tivera um florescente comércio e uma indústria considerável. No fim do século IX, no entanto, a estagnação era quase completa. As ruas da cidade de Marselha cobriram-se de ervas e capim, enquanto o próprio porto ficava deserto por mais de duzentos anos. Em algumas outras cidades do Mediterrâneo e do interior continuou a ser praticado o comércio em escala bem diminuta, em grande parte por judeus e sírios, e depois por lombardos; mesmo, porém, as atividades desses homens tornaram-se progressivamente mais difíceis com o aumento do banditismo, com o mau estado das estradas e o desaparecimento do dinheiro da circulação geral. A história econômica da França também se caracterizou pelo desenvolvimento de um feudalismo irregular, semelhante ao que medrou na Itália. Muitas das causas dessa situação prendiam-se à política dos reis merovíngios e carolíngios. Quase todos eles recompensavam seus oficiais com a outorga de terras. Tanto Pepino o Breve como Carlos Magno seguiram o exemplo de Carlos Martel, expropriando terras da Igreja e entregando-as a seus principais coadjuvantes como prêmio de serviços militares. Mais grave era a prática da outorga de imunidades ou isenções da jurisdição dos condes. Primeiramente essas imunidades eram outorgadas apenas como favores aos bispos e abades para protegê-Ios contra funcionários inescrupulosos, mas depois passaram a ser conferidas também a nobres seculares. Seu efeito legal era tornar o detentor sujeito unicamente à jurisdição do rei; como este se encontrava bastante longe e em geral preocupado com outros assuntos, os nobres aproveitavam-se da oportunidade para aumentar sua própria independência. Contribuíram também para o desenvolvimento de uma estrutura ainda mais extensamente feudal da sociedade as guerras, o banditismo e a opressão, que obrigavam os cidadãos fracos a procurar a proteção de seus vizinhos mais poderosos. Resultou daí uma tendência para a divisão da população em duas classes distintas: uma aristocracia proprietária e os servos.

Mosaico do vestíbulo de Santa Sofia, recentemente descoberto sob a camada de tinta sobreposta pelos muçulmanos. O mosaico representa o Imperador Justiniano (à esquerda) oferecendo a igreja, e o Imperador Constantino oferecendo a cidade de Constantinopla à Virgem e seu filho. (Bizantine Institute.)

Faixas de lavoura nos campos do Palatinado Renano. Os métodos de cultivo representados nesta gravura lembram os do sistema de campo-aberto. *(Ver p. 198.)* (German Tourist Information Office.)

A VIDA NA ÉPOCA FEUDAL

Semeando, gradeando e enxotando corvos em frente do castelo. (Miniatura do Livro de Horas do Duque de Berry.)

Carnaval aldeão, segundo um quadro de Pedro Breughel. Embora Breughel tenha vivido no século XVI, a vida dos camponeces pouco mudara desde o fim da Idade Média. Estas festividades constituíam um dos poucos divertimentos dos camponeses. (Metropolitan Museum of Art.)

4. REALIZAÇÕES INTELECTUAIS DOS COMEÇOS DA EUROPA MEDIEVAL

Falando de modo geral, a mentalidade da Europa no primeiro período da Idade Média não foi de nível muito elevado. A superstição e a credulidade caracterizaram freqüentemente até o trabalho de muitos dos maiores escritores. Constituiu também traço característico de grande parte do esforço intelectual a inclinação mais pela compilação do que pela realização original. Eram poucos os que continuavam a se interessar pela filosofia ou pela ciência, exceto na medida em que esses assuntos pudessem servir para fins religiosos. Tal atitude levava, naturalmente, a interpretações místicas do conhecimento e à aceitação de fábulas como fatos quando pareciam conter significado simbólico para a religião. A despeito de tudo isso, o espírito da época não submergira irremediàvelmente nas trevas. A luz do saber antigo nunca se extinguiu por completo; mesmo alguns dos mais piedosos sacerdotes da igreja de boa vontade reconheciam o valor da literatura clássica. Além disso, alguns homens desse período, se não possuíam gênio criador, pelo menos tinham uma capacidade para a erudição em nada inferior à dos melhores dias da Grécia.

Quase todos os filósofos dos começos da Idade Média podem ser classificados ou como cristãos ou como pagãos, embora alguns pareçam ser seguidores nominais da igreja, que no fundo se guiavam pelo espírito da filosofia pagã. Os filósofos cristãos tendiam a se dividir em duas escolas diversas: 1) os que defendiam a primazia do dogma e 2) os que acreditavam que as doutrinas da fé podiam ser iluminadas pela luz da razão e orientadas no sentido de se harmonizarem com os mais valiosos frutos do pensamento pagão. A tradição dogmática na filosofia cristã iniciou-se originalmente com Tertuliano, um sacerdote de Cartago, que viveu lá pelo começo do século III. Para ele, o cristianismo era um sistema de leis sagradas que devia ser integralmente aceito como fé. Deus era um soberano absoluto, cujos decretos nenhum mortal tinha o direito de discutir. O conhecimento humano nada valia para a religião; na verdade, pois que Cristo viera e os homens já possuíam os evangelhos, não cabia qualquer nova curiosidade. Tal como Tertuliano a considerava, a sabedoria do homem era mera tolice diante de Deus, e, quanto mais um dogma da fé fosse contraditado pela razão, mais mérito haveria em aceitá-Io.

Embora poucos padres cristãos fossem tão longe quanto Tertuliano no desprezo pelo esforço intelectual, vários houve que aderiram ao seu princípio geral de não estarem os dogmas de fé sujeitos à prova da razão.

Santo Ambrósio, o grande bispo de Milão do século IV, foi um deles, não obstante seu espírito evoluído e o liberalismo da sua filosofia social. Seu contemporâneo, São Jerônimo, foi outro. Mas, deles, o de maior influência foi o Papa Gregório I (540-604), conhecido na história da igreja como São Gregório Magno. Rebento de uma rica família de senadores, Gregório desprezou as seduções da riqueza e do poder para se dedicar à vida da igreja. Transformou o palácio de seu pai num convento e deu aos pobres todo o resto da fortuna que herdara. Em seus trabalhos de teologia deu grande importância à penitência como elemento essencial à remissão dos pecados e fortaleceu a idéia de ser o purgatório um lugar onde mesmo os justos deviam sofrer a fim de diminuir suas culpas e assim se purificarem para a entrada nos céu. Talvez melhor do que qualquer outro, desenvolveu a doutrina segundo a qual o sacerdote, ao celebrar a missa, coopera com Deus na realização do milagre de repetir e renovar o sacrifício de Cristo na cruz.

Foram Clemente de Alexandria e Orígenes os mais eminentes filósofos cristãos que podem ser apontados como representativos da tradição racionalista. Ambos viveram no século III e foram profundamente influenciados pelo neoplatonismo e pelo gnosticismo, embora não tivessem aderido inteiramente a um ou a outro desses sistemas. Longe de desprezar o conhecimento humano, julgavam que os melhores pensadores gregos tinham, na realidade, antecipado os ensinamentos de Jesus e que o cristianismo lucra ao ser posto em harmonia com os ensinamentos pagãos. Embora Clemente e Orígenes não possam ser classificados como racionalistas no sentido moderno do termo, visto que baseavam grande parte de suas crenças na fé, reconheceram, todavia, a importância da razão como base fundamental do conhecimento, quer religioso quer secular. Negavam a onipotência divina e ensinavam que o poder de Deus é limitado pela sua bondade e sabedoria. Rejeitavam o fatalismo de muitos de seus adversários e insistiam em que o homem modela pelo livre arbítrio, enquanto na terra, o curso de sua ação. Nem o universo, nem qualquer coisa nele contida, diziam, foram criados no tempo; pelo contrário, o processo de criação é eterno, sendo as velhas coisas suplantadas pelas novas numa sucessão sem fim. Tanto Clemente como Orígenes condenavam o ascetismo extremo de alguns de seus correligionários mais zelosos; deploravam, em particular, que homens como Tertuliano tivessem a tendência de falar do casamento como uma simples forma legalizada da carnalidade. Afirmavam,

ao contrário, que o matrimônio e a procriação são necessários não somente ao bem da sociedade, mas também à perfeição do próprio homem. Finalmente, sustentavam que o fim de toda a punição futura é a purificação e não a vingança. Em conseqüência, a punição no inferno não pode ser eterna, pois mesmo o mais infame dos pecadores deve ser por fim redimido. Se assim não fosse, Deus não poderia ser um Deus de bondade e de misericórdia.

O mais erudito e talvez o mais original entre todos os primeiros filósofos cristãos foi Santo Agostinho. Na medida em que é possível classificá-Io, ele ocupa uma posição intermediária entre Clemente e Orígenes, de um lado, e, de outro, Tertuliano e Gregório. Apesar de colocar a verdade revelada acima da razão, reconhecia a necessidade de uma explicação intelectual para a sua crença. Nascido em 354, filho de pai pagão e de mãe cristã, Agostinho durante a maior parte de sua vida foi dilacerado por impulsos contraditórios. Quando jovem entregou-se aos prazeres sensuais, dos quais em vão tentou escapar, embora admita, nas "Confissões", que os seus esforços não eram muito sinceros. Mesmo depois de ficar noivo não pôde resistir à tentação de tomar uma nova amante. Entrementes, quando tinha quase dezoito anos, foi atraído para a filosofia pela leitura do livro Hortensius de Cícero. Passou de um sistema para outro, incapaz de em qualquer deles encontrar satisfação espiritual. Durante um curto período esteve considerando as possibilidades do cristianismo, mas a impressão que teve deste foi de ser muito tosco e supersticioso. Então, durante nove anos foi maniqueu, mas por fim se convenceu de que era essa uma fé decadente. A seguir foi atraído pelo neoplatonismo e, finalmente, voltou ao cristianismo, depois de ter ouvido a pregação de Ambrósio. Embora só se tenha batizado aos trinta e três anos, Agostinho alçou-se rapidamente à dignidade eclesiástica. Em 395 tornou-se bispo de Hipona, na África do norte, cargo que ocupou até morrer, em 430.

Como filósofo, Agostinho derivou grande parte de suas teorias dos neoplatônicos. Acreditava na verdade absoluta e eterna, e no conhecimento instintivo que Deus implanta no espírito dos homens. Afirmava existirem certos conceitos básicos do conhecimento que não são produtos subjetivos do pensamento humano, mas que já existem no nosso espírito desde o nascimento, como reflexos da verdade eterna. Nesses conceitos podemos confiar, como em padrões imutáveis de justiça e de direito.

Conseqüentemente, é injustificável o ceticismo. O conhecimento de suprema importância é o de Deus e de Seu desígnio de redimir a humanidade. Embora a maior parte desse conhecimento possa advir da revelação contida nas Escrituras, é dever do homem compreendê-Io na medida do possível, para fortalecer a sua fé. Com base nessa conclusão, Santo Agostinho desenvolveu sua famosa concepção da história humana como o desdobramento da vontade divina. Tudo o que já aconteceu ou que acontecerá no futuro representa somente um episódio na realização do plano divino. A totalidade dos seres humanos compreende duas grandes divisões: aqueles a quem Deus predestinou à salvação eterna constituem a Cidade de Deus; todos os demais pertencem à Cidade Terrestre. O fim do drama da história virá com o dia do Juízo, quando os poucos abençoados que compõem a Cidade de Deus envergarão as vestes da imortalidade, enquanto a vasta multidão do reino terrestre será lançada no fogo do inferno. De acordo com Santo Agostinho, todo o significado da existência humana está nisso.

A teologia de Santo Agostinho faz parte integrante de sua filosofia. Acreditando, como fazia, numa divindade que controla a ação do universo nos seus menores detalhes, naturalmente salientava a onipotência de Deus e estabelecia limites ao livre arbítrio. Sendo o homem pecaminoso por natureza, a vontade tem de lutar contra a inclinação de fazer o mal. Embora o homem tenha o poder de escolher entre o bem e o mal, é Deus quem dá o motivo ou "inspiração" para a escolha. Por conseguinte, o homem virtuoso deve agradecer a Deus o ter podido optar pelo caminho da virtude. Deus criou o mundo sabendo que alguns homens atenderiam ao "convite" divino para viverem como santos e que outros resistiriam e recusariam cooperar. Desse modo, Deus predestinou uma parte do gênero humano a salvar-se e abandonou o restante à perdição; em outras palavras, Ele fixou para toda a eternidade o número dos habitantes da cidade celeste. Isso não quer dizer que Ele tenha eleito alguns para a salvação e negado a todos os demais a oportunidade de salvarem-se, mas sim que sabia infalivelmente, desde toda a eternidade, que alguns não desejariam ser salvos. Foi enorme a influência de Santo Agostinho. A despeito de serem seus ensinamentos levemente modificados pelo Concílio de Orange, em 529, e ainda mais pelos teólogos do segundo período medieval, é ainda hoje reverenciado como um dos mais importantes Padres da Igreja Católica. Lutero e outros reformadores

protestantes também o tinham na mais alta estima, se bem que as interpretações por eles dadas aos seus ensinamentos diferissem muitas vezes da interpretação católica.

Praticamente, a única escola de filosofia pagã da Europa no período inicial da Idade Média foi o neoplatonismo, cujas doutrinas já foram discutidas no capítulo precedente. Houve, no entanto, um outro pensador isolado que não se pode classificar definitivamente, quer como pagão quer como cristão. É bem possível que tenha sido cristão, se bem que não mencione a igreja nem o nome de Cristo na sua obra principal. Chamava-se Boécio. Nascido mais ou menos em 480, de uma família aristocrática, Boécio tornou-se o principal conselheiro de Teodorico, o rei ostrogodo. Desaveio-se depois com esse monarca, foi acusado de traição e lançado no cárcere. Em 523 foi morto. O principal trabalho filosófico de Boécio, escrito enquanto se consumia na prisão, intitula-se Consolação da Filosofia. Seu tema dominante é a relação entre o homem e o universo. O autor trata de problemas como o do destino, do governo divino do mundo e do sofrimento individual. Depois de pesar cuidadosamente as várias concepções sobre a fortuna, chega à conclusão de que a verdadeira felicidade identifica-se com a compreensão filosófica de que o universo é verdadeiramente bom e o mal, apenas aparente. Fazendo ver que os homens que se entregam aos impulsos violentos ou sofrem as aguilhoadas do remorso, ou se tornam escravos de suas paixões, procura demonstrar que o vício nunca fica sem punição nem a virtude sem recompensa. Embora pareça admitir a imortalidade da alma, não se refere a nenhuma crença definidamente cristã como fonte de consolação. Sua atitude é essencialmente a dos estóicos, colorida por certo misticismo neoplatônico. Poucos tratados de filosofia foram mais populares na Europa medieval do que a Consolação da Filosofia. Não somente foi traduzida para quase todas as línguas vivas, mas apareceram também numerosas imitações dela.

A história da literatura dos começos da Idade Média caracterizou-se, primeiramente, por um declínio do interesse pelas obras clássicas e, depois, pelo desenvolvimento de uma tosca originalidade que, por fim, abriu caminho ao desenvolvimento de novas tradições literárias. No século V já começara a decair o gosto pela boa literatura latina. Alguns dos padres cristãos, educados em escolas pagãs, procuravam desculpar-se de seu apego às obras antigas; outros as denunciavam expressamente, mas a atitude que

em geral prevalecia era a de Santo Agostinho. O grande bispo de Hipona dizia que todos os homens deveriam continuar a estudar os clássicos pagãos, não pelo valor estético ou pelo interesse humano que apresentam, "mas visando tornar o julgamento mais agudo e mais apto para penetrar o mistério da Palavra Divina". A língua latina também sofreu os efeitos de uma barbarização gradual da cultura. Muitos teólogos pareciam achar quase ímpio um cristão escrever muito bem. O papa Gregório I, ao compor seus comentários para as Escrituras, confessava considerar muitíssimo impróprio "acorrentar o Oráculo Celeste" às regras da gramática. Conseqüentemente, o latim medieval acabou por se corromper numa lamentável confusão de mudanças de sintaxe e de ortografia e pela introdução de novas palavras usadas na conversação. Nos fins do período, contudo, as línguas nacionais, que tinham evoluído aos poucos de uma fusão de dialetos bárbaros, com alguma mistura adicional de elementos latinos, começaram a ser empregadas em toscas obras poéticas. Em conseqüência disso houve novo e vigoroso desenvolvimento literário, que atingiu seu auge, aproximadamente, no século XIII.
O exemplo mais conhecido dessa literatura em língua vernácula é o poema épico anglo-saxão Beowulf. Escrito pela primeira vez mais ou menos no século VIII, esse poema compreende antigas lendas dos povos germânicos do noroeste da Europa. É uma história de lutas, de viagens marítimas e de aventuras heróicas contra dragões mortíferos e forças da natureza. O fundo da narrativa é pagão, mas o autor do trabalho induziu nela algumas qualidades do idealismo cristão. Beowulf é importante não só como um dos mais antigos exemplares de poesia anglo-saxônia, mas também pela descrição que oferece da sociedade dos ingleses e de seus antepassados nos começos da Idade Média. Muitos outros exemplos da literatura popular dessa época também foram escritos em inglês antigo. Incluem os hinos de Caedmon e numerosas elegias com descrições das rudes virtudes da primitiva cultura bárbara. Nenhuma exposição da literatura vernácula desse tempo estaria, porém, completa sem uma menção das produções irlandesas. A Irlanda passou, no fim do século VI e no começo do VII, por um brilhante renascimento que fez do país um dos lugares mais esplendentes da chamada "Idade das Trevas". Sem gozar o benefício de qualquer influência latina. os monges e os poetas irlandeses escreveram histórias de aventuras

fantásticas em terra e nos mares, e centenas de poemas de cores ricas e generosa compreensão da natureza humana.
Ao lado dos trabalhos teológicos, as principais produções dos autores que escreveram em latim durante a primeira fase da Idade Média são as obras históricas de Orósio, Gregório de Tours e Beda. A pedido de Santo Agostinho, um sacerdote espanhol chamado Orósio escreveu os Sete Livros contra os Pagãos. Não se distinguindo nem pela exatidão, nem pelo encanto literário, essa obra se propunha ser uma história do mundo, mostrando que as calamidades que atingiram as nações antigas foram devidas à sua perversidade. O bispo Gregório de Tours, contemporâneo de Clóvis, também escreveu com o intuito de defender a fé. Na sua História dos Francos justifica os assassínios de Clóvis como tendo sido praticados a serviço da igreja. Embora seu trabalho contenha informações interessantes sobre os acontecimentos desse tempo, é prejudicado pelos relatos sobre o poder milagroso das relíquias sagradas e pela sua tendência de dar uma interpretação sobrenatural a todas as ocorrências. Inegavelmente a melhor das obras históricas do primeiro período medieval foi a de Beda o Venerável, intitulada História Eclesiástica da Inglaterra. Beda era um monge inglês que viveu entre 673 e 735. Mais interessado, aparentemente, na erudição do que na meditação devota, consagrou-se com tanto afinco aos estudos que ganhou a reputação de ser um dos homens mais cultos de seu tempo. Prestou cuidadosa atenção às fontes ao coligir material para a sua história. Não hesitou em rejeitar as afirmações de algumas das mais respeitáveis autoridades, quando lhe pareciam erradas, e quando baseava uma afirmação na mera tradição oral era bastante honesto para confessá-Io.
Não estaria completo este apanhado das conquistas intelectuais da primeira fase da Idade Média se não fizéssemos referência aos desenvolvimentos verificados no campo da educação. Depois do reinado de Teodorico desapareceu rapidamente o antigo sistema romano de escolas públicas. Em algumas cidades italianas sobreviveram as escolas municipais até a própria Renascença, mas em todo o resto da Europa Ocidental os mosteiros praticamente monopolizaram a educação. O homem que mais fez para converter os mosteiros em instituições de ensino foi Cassiodoro, antigo secretário-chefe de Teodorico. Depois de deixar o serviço civil, Cassiodoro fundou um mosteiro em sua antiga propriedade da Apúlia e fez com que os monges trabalhassem na cópia de manuscritos. O precedente por ele

estabelecido foi sendo aos poucos adotado em quase todas as instituições beneditinas. Cassiodoro insistiu também em que os seus monges fossem adestrados para o ensino e com esse fim preparou um currículo baseado em sete assuntos que vieram a ser chamados as Sete Artes Liberais. Esses assuntos foram divididos, presumivelmente por Boécio, no trivium e no quadrivium. O primeiro incluía a gramática, a retórica e a lógica, que se supunha serem as chaves do conhecimento, enquanto o quadrivium compreendia assuntos de conteúdo mais definido: a aritmética, a geometria, a astronomia e a música.

Os manuais usados nas escolas monásticas eram na maioria elementares. Em algumas das melhores escolas, no entanto, estudavam-se traduções das obras de Aristóteles sobre lógica. Mas em parte alguma se dedicava atençã0 à ciência de laboratório, e a história era grandemente descuidada. Não se possibilitava preparo profissional de qualquer espécie, exceto para a carreira eclesiástica. O ensino era, naturalmente, privilégio de poucos; em regra geral, as massas não recebiam instrução, salvo a que adquirissem acidentalmente, e mesmo muitos membros da aristocracia secular eram analfabetos. Todavia, com todas as suas limitações, esse sistema de educação muito contribuiu para salvar a cultura européia de um eclipse total. Merece ainda ser lembrado que as melhores escolas dos mosteiros e das catedrais - especialmente as de Yarrow e York, na Inglaterra - deram o impulso principal às primeiras revivescências do conhecimento que ocorreram na segunda fase da Idade Média.

CAPÍTULO 12

As Civilizações Bizantina e Sarracena

O CHAMADO período medieval da história não diz respeito somente à Europa. A história medieval inclui duas outras civilizações além das culturas do início da Idade Média européia e da Época Feudal, que a sucedeu. São as civilizações bizantina e sarracena. Embora ocupassem territórios no continente europeu, a maior parte de seus impérios se localizava na África e na Ásia. De maior significado é o fato de serem, sobretudo, orientais, os característicos de ambas as civilizações. A religião foi o fator dominante na vida e nas realizações de ambas, embora os sarracenos fossem muçulmanos e o povo bizantino, cristão. Os dois estados ligavam-se de maneira tão íntima à igreja que os seus governos eram essencialmente teocráticos. Além disso, ambas as civilizações caracterizavam-se por atitudes de pessimismo e de fatalismo, e por tenderem a atribuir ao ponto de vista místico uma supremacia sobre o racional. Deve-se notar, no entanto, que os sarracenos, principalmente, fizeram notáveis contribuições à filosofia e à ciência, ao passo que o Império Bizantino teve enorme importância pela sua arte e pelo seu trabalho de conservação de inúmeras conquistas culturais dos gregos e dos romanos.

1. O IMPÉRIO BIZANTINO E SUA CULTURA

No século IV Constantino fundou uma nova capital para o Império Romano, no local da antiga colônia grega de Bizâncio. Quando se desintegrou a metade ocidental do Império, Bizâncio (ou Constantinopla como a cidade passou a ser comumente chamada) sobreviveu como capital de um poderoso estado que incluía as províncias dos Césares no Oriente Próximo. Aos poucos esse estado veio a ser conhecido como o Império Bizantino, embora não fosse, antes ao século VI, claramente reconhecida a

existência de uma civilização bizantina. Mesmo depois dessa data, muitos acreditavam que Roma tivesse simplesmente mudado seu centro de gravidade para o Oriente.
Embora a história bizantina tenha abrangido um período equivalente ao da Idade Média, o padrão cultural era bem diferente ao A cultura que dominava na Europa Ocidental. A civilização bizantina, mais bizantina possuía um caráter muito mais pronunciadamente oriental. Não só Constantinopla entestava com o Oriente, mas também grande parte dos territórios do Império se localizava fora da Europa. Os mais importantes dentre eles eram: a Síria, a Ásia Menor, a Palestina e o Egito. Além disso, elementos gregos e helenísticos entraram na formação da cultura bizantina em porção maior do que aconteceu na Europa Ocidental. A língua predominante do estado oriental era o grego, ao mesmo tempo que se caracterizavam como profundamente helenísticas as tradições literárias, artísticas e científicas. Por último, o cristianismo do Império Bizantino diferia do da Europa Latina por ser mais místico, abstrato e pessimista, e por estar mais completamente sujeito ao controle político.
A população dos territórios sob o governo bizantino compreendia um grande número de nacionalidades. A maioria dos habitantes eram gregos e orientais helenizados: sírios, judeus, armênios, egípcios e persas. Além disso, as partes européias do Império incluíam numerosos bárbaros, especialmente eslavos e mongóis. Havia, também, alguns germanos, mas em geral os imperadores de Constantinopla conseguiram desviar as invasões germânicas para o Ocidente. Por outro lado, foi-Ihes muito mais difícil obstar aos avanços dos eslavos e dos mongóis. A pátria original dos eslavos, um povo de cabeça redonda e de raça alpina, provàvelmente ficava no nordeste dos Montes Cárpatos, sobretudo no que hoje constitui a região sudoeste da Rússia. Sendo um pacífico povo agrícola, raramente recorriam à invasão armada, mas aos poucos, desde que surgia uma oportunidade, expandiam-se em territórios pouco habitados. Não somente dirigiram-se para os vastos territórios despovoados da Rússia Central, mas também ocuparam muitas regiões abandonadas pelos germanos e, daí, aos poucos, se infiltraram através das fronteiras do Império Oriental. No século VII formavam o mais numeroso povo de toda a península balcânica e de toda a Europa a leste dos germanos. Os habitantes mongólicos da Europa incluíam os búlgaros e os ávaros, que chegaram à Europa vindos das estepes da

região que forma hoje a Rússia Asiática. Ambos esses povos eram pastoris, dotados de grande energia e dos hábitos guerreiros peculiares a esse modo de existência. Depois de penetrarem no vale do Danúbio, muitos deles forçaram a passagem para o território bizantino. Foi a fusão de alguns desses povos mongóis com os eslavos que deu nascimento às nações modernas dos búlgaros, dos sérvios e outros.

Têm muito pouca significação para a época moderna os detalhes do desenvolvimento político bizantino. O início da história do Império caracterizou-se por lutas para repelir os bárbaros germanos. A confiança inspirada pelo sucesso dessas lutas animou o imperador Justiniano a empreender a reconquista da Itália e do Norte da África, mas grande parte da Itália foi logo depois abandonada aos lombardos e o norte da África, aos muçulmanos. No início do século VII, Bizâncio iniciou contra a Pérsia uma grande guerra que acabou por esgotar completamente ambos os impérios, deixando seus territórios abertos à conquista sarracena. Em 750 o estado bizantino tinha perdido todas as suas possessões fora da Europa, com exceção da Ásia Menor. Depois de esmorecer o ímpeto da invasão sarracena, Bizâncio experimentou uma ligeira recuperação, tendo até retomado a província da Síria, a ilha de Creta e alguns pontos da costa italiana, bem como certos territórios da Península Balcânica que tinham sido conquistados pelos bárbaros. No século XI, entretanto, o Império foi atacado pelos turcos que rapidamente devastaram as províncias orientais e aniquilaram no ano de 1071, em Manzikert, um exército bizantino de 100.000 homens. O imperador Romano Diógenes foi aprisionado e resgatado mediante um milhão de moedas de ouro. Logo depois o governo apelou para o auxílio do Ocidente. Como resultado, surgiram as Cruzadas, lançadas primeiramente contra os muçulmanos, mas que por fim se converteram em ataques de pilhagem contra o território bizantino. Em 1204 os cruzados capturaram Constantinopla e trataram a cidade "com mais barbarismo do que o bárbaro Alarico, oitocentos anos antes, tratara Roma". Mas mesmo esses desastres não foram fatais. No fim do século XIII e no começo do XIV, o Império mais uma vez recobrou até certo ponto o antigo poder e prosperidade. Sua história chegou ao termo, afinal, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453.

Durante esse longo período de aproximadamente 1.000 anos a estabilidade do domínio bizantino foi freqüentemente ameaçada, não só por agressões estrangeiras, mas também por intrigas palacianas, motins militares e lutas violentas entre as facções políticas. Como se pode, então, explicar que o Império tenha durado tanto, mormente se levarmos em consideração a rápida decadência do Ocidente nos primeiros séculos desse período? Talvez a principal razão esteja em ser a civilização bizantina em boa parte oriental e, por isso, relativamente estável. As mudanças sociais não ocorriam com excessiva rapidez nem a evolução cultural passava por ciclos violentos de declínio e ressurreição. Em geral o povo bizantino contentava-se com as tradições do passado, em vez de se aventurar destemerosamente a novas conquistas intelectuais. Esse aspecto conservador de sua cultura ajudou a nação a preservar-se de rápido declínio. Os fatores geográficos e econômicos talvez tenham tido influência ainda maior. A localização de Constantinopla tornara-a quase inexpugnável: cercada de água por três lados e com o quarto defendido por uma alta muralha, a cidade era praticamente capaz de resistir quanto tempo desejasse. Além disso, o Oriente Próximo não sofreu um declínio na indústria e no comércio, como o da Itália no começo da Idade das Trevas. O governo bizantino possuía, ademais, um tesouro repleto, que a qualquer momento podia ser utilizado

para fins de defesa. As rendas do estado foram avaliadas na colossal quantia de cinqüenta milhões de dólares por ano.
O governo do Império Bizantino assemelhava-se ao de Roma depois de Diocleciano, exceto quanto a ser ainda mais despótico e teocrático. O imperador era soberano absoluto, com poder ilimitado sobre todos os setores da vida nacional. Seus súditos não somente se prosternavam diante dele, mas ao fazer-lhe uma petição usualmente diziam-se seus escravos. Além disso, a dignidade espiritual do imperador não era de modo algum inferior à sua força temporal. Era o vigário de Deus, com uma autoridade religiosa equiparada à dos apóstolos. Embora alguns imperadores fossem administradores capazes e dedicados, a maior parte das funções efetivas do governo era exercida por uma vasta burocracia, muitos de cujos membros se distinguiam por sua alta eficiência. Um grande exército de amanuenses, inspetores e espiões mantinha um controle minucioso sobre a vida e as posses de cada habitante do país.
O sistema econômico era tão estritamente regulamentado quanto o do Egito helenístico. O Império Bizantino foi descrito, mesmo, como o "paraíso do monopólio, do privilégio e do paternalismo". O estado exercia controle absoluto sobre quase todos os gêneros de atividade. O salário de cada trabalhador e o preço de cada produto eram fixados por decreto governamental. Em muitos casos não podia o indivíduo nem sequer escolher sua própria ocupação, uma vez que ainda se mantinha o sistema de corporações estabelecido no extinto Império Romano. Cada trabalhador herdava sua condição de membro desta ou daquela corporação, e as muralhas que cercavam cada organização eram hermeticamente fechadas. Também o produtor não gozava de maior liberdade. Não podia fixar por si mesmo a quantidade ou a qualidade da matéria-prima que desejava comprar, nem lhe era permitido adquiri-Ia diretamente. Não podia determinar o total da produção, nem em que condições venderia o produto. Todos esses assuntos eram regulamentados pela associação comercial a que pertencia, sendo esta, por sua vez, submetida à supervisão do governo. A fim de tornar menos dispendiosa a administração do sistema, os imperadores encorajavam negociantes rivais e trabalhadores a fazerem-se delatores uns dos outros. O governo possuía e movimentava certo número de grandes empresas industriais. Entre as principais contavam-se a da pesca da púrpura ou múrice, as minas, as fábricas de armamentos e os

estabelecimentos têxteis. Em certa época tentou-se estender o monopólio à indústria da seda, mas as fábricas do governo foram incapazes de atender aos pedidos e foi preciso permitir que as manufaturas particulares reiniciassem a produção.

O regime agrícola desenvolvido na última fase do Império Romano também se perpetuou e se estendeu nos territórios bizantinos. Grande parte da terra estava dividida em propriedades muito extensas, comparáveis aos latifúndios da Itália. Salvo nas regiões acidentadas e montanhosas, havia muito poucos lavradores independentes. Nas áreas mais ricas, a população agrícola se constituía quase que inteiramente de rendeiros e de servos. O número destes últimos aumentou no século V, quando o imperador Anastácio promulgou um decreto proibindo de jamais saírem do lugar onde viviam todos os camponeses que tinham trabalhado numa propriedade agrícola particular durante trinta anos. O objetivo dês se decreto era assegurar um mínimo de produção agrícola, mas sua conseqüência natural foi prender os camponeses ao solo e torná-los verdadeiros servos dos seus senhorios. A concentração da riqueza agrária nas mãos da igreja foi outro traço característico da vida agrícola do Império Bizantino. Os mosteiros, particularmente, passaram a figurar entre os mais ricos proprietários do país. Com a crescente dificuldade de fazer da lavoura um meio de vida e com a popularidade - cada vez maior do ascetismo, grande número de lavradores procuravam refúgio no claustro, doando suas terras às instituições que os admitiam. As propriedades adquiridas pela igreja não eram cultivadas nem pelos monges nem pelos sacerdotes, mas pelos servos. Durante os séculos VII e VIII ocorreu uma transformação econômica. Muitos servos recuperaram a liberdade e tornaram-se donos das terras que cultivavam. Mas por volta do século XI as grandes propriedades haviam reaparecido e a classe dos camponeses independentes cessou virtualmente de existir.

Nenhum outro assunto parece ter absorvido tão completamente o interesse do povo bizantino quanto a religião. Discutiam questões religiosas com a mesma veemência com que os cidadãos do mundo moderno disputam sobre a questão do controle governamental versus propriedade privada ou da democracia versus totalitarismo. Deleitavam-se com certas sutilezas teológicas que seriam consideradas por nossos contemporâneos como estéreis e triviais. Gregório de Nissa, um dos Padres da própria igreja

bizantina, assim descrevia Constantinopla no século IV: Todos os lugares estão cheios de pessoas que falam de coisas ininteligíveis - as ruas, os mercados, as praças e as encruzilhadas. Pergunto quantos óbolos tenho de pagar; em resposta filosofam sobre o nascido e o não nascido. Quero saber o preço do pão e alguém me responde: - "O pai é maior do que o Filho". Pergunto se o meu banho está pronto e dizem-me: "O Filho foi feito do nada".
As mais sérias questões religiosas foram, no entanto, as derivadas dos movimentos monofisita e iconoclasta, embora nenhum desses dois movimentos tivesse caráter exclusivamente religioso. Os monofisitas eram assim chamados por afirmarem que Cristo possuía uma única natureza - sendo essa natureza divina. Tal doutrina, quiçá um reflexo do desprezo votado pelos neoplatônicos a tudo que fosse físico ou material, contradizia inteiramente a doutrina oficial do cristianismo. O movimento monofisita, iniciado já no século V, atingiu o auge no reinado de Justiniano (527-565). Seu maior baluarte localizava-se na Síria e no Egito, onde representava a expressão do ressentimento nacionalista contra o jugo de Constantinopla. Ao ocupar-se desta seita, Justiniano colocou-se entre dois fogos. Ele ambicionava não somente unificar seus súditos dentro da obediência a uma única fé, mas também desejava conquistar o apoio de Roma. Por outro lado, relutava em tomar quaisquer medidas para reprimir os monofisitas, em parte devido à força destes e também porque sua esposa, a popular atriz Teodora, pertencia à seita. Foi finalmente a vontade dela que prevaleceu. No século VII os monofisitas se separaram da igreja oriental. Essa seita sobrevive até hoje no Egito, na Síria e na Armênia como ramo importante do cristianismo.
O movimento iconoclasta foi lançado, mais ou menos em 725, por um decreto do imperador Leo III, que proibia o uso de imagens nos templos. Na igreja oriental chamava-se ícone a qualquer imagem de Deus, de Cristo ou de santo. Iconoc1astas, ou quebradores de imagens, foi como se tornaram conhecidos os que condenavam o uso de ícones no culto. O movimento iconoclástico resultou de inúmeros fatores. Em primeiro lugar, tinha uma certa afinidade com o movimento monofisita na sua oposição a tudo o que fosse sensual ou material na religião. Era, além disso, um protesto contra o paganismo e o mundanismo da igreja. Mas talvez representasse, acima de mais nada, uma revolta de certos imperadores contra o poderio crescente do

sistema eclesiástico. Os mosteiros, particularmente, absorviam tão grande porção da riqueza nacional e afastavam tantos homens do serviço militar e das ocupações úteis, que dentro em breve entraram a solapar a vitalidade econômica do Império. Como os monges retiravam grande parte de seus proventos da manufatura e da venda de ícones, era natural que o movimento dos imperadores reformistas concentrasse seus ataques contra o uso de imagens na igreja. Tinham, já se vê, o apoio de muitos súditos piedosos, descontentes com o que consideravam uma corrupção da religião por práticas idólatras.

Embora continuando até pleno século IX, a luta contra a adoração de imagens não foi além da eliminação das esculturas; os ícones pintados acabaram por ser novamente aceitos. Todavia, a controvérsia iconoclástica não teve apenas esse significado superficial. Pode-se dizer que representou um estágio importante no conflito irreprimível entre as tradições romanas e as orientais, conflito que ocupou tão largo espaço na história bizantina. Os que defendiam o uso de imagens acreditavam em geral numa religião eclesiástica em que os símbolos e as cerimônias constituíam auxiliares indispensáveis do culto. A maioria de seus opositores eram místicos e ascetas que condenavam qualquer forma de instituição, da mesma forma que a veneração de objetos materiais, e se batiam por uma volta à espiritualidade do cristianismo primitivo. Muitos ideais dos iconoclastas eram semelhantes aos dos reformadores protestantes do século XVI, e pode-se dizer que o próprio movimento foi uma antecipação da grande revolta de Lutero e de Calvino contra os elementos considerados pagãos da religião católica romana. Por fim, a controvérsia iconoclástica foi uma causa poderosa da separação entre os ramos grego e romano da igreja, em 1054. Mesmo não sendo inteiramente bem sucedido, o ataque ao uso de imagens propagou-se o bastante para despertar acerbo antagonismo entre os cristãos orientais e ocidentais. O papa excomungou os iconoclastas e passou a buscar junto dos reis francos o apoio que recebia anteriormente dos imperadores bizantinos. Desde essa época, foi-se acentuando a separação entre as duas divisões principais do cristianismo.

As condições sociais do Império Bizantino apresentavam contraste notável com as da Europa Ocidental na primeira fase da Idade Média. Enquanto grandes zonas da Itália e do sul da França haviam baixado quase completamente ao nível primitivo do ruralismo, a sociedade bizantina

continuava a manter seu caráter essencialmente urbano e suntuário. Só na cidade de Constantinopla vivia cerca de um milhão de pessoas, sem falar nos milhares que residiam em Tarso, Nicéia, Edessa, Tessalônica e outros grandes centros urbanos. Os mercadores, banqueiros e industriais igualavam-se aos grandes proprietários de terras como membros da aristocracia, pois não havia a tendência, que existira em Roma, de desprezar o homem que auferia seus rendimentos da indústria ou do comércio. Os ricos viviam elegante e comodamente, cultivando como arte superior a satisfação de gostos opulentos. Uma grande parte da atividade industrial da nação era absorvida na produção de artigos de luxo para atender às necessidades das classes mais ricas. A seguinte lista compreende apenas alguns poucos artigos da produção suntuária das fábricas e oficinas, tanto públicas como particulares: magníficas vestimentas de lã e de seda entrelaçada de fio de ouro e prata, tapeçarias de brocado e damasco esplendidamente coloridas, primorosos artefatos de vidro e porcelana, evangelhos com iluminuras e raros e caríssimos adereços.

A vida das classes inferiores era, em comparação, pobre e mesquinha, mas apesar disso é bem provável que o homem comum do Império Bizantino estivesse em melhores condições que o cidadão médio de muitas das outras partes do mundo cristão desse tempo. O largo desenvolvimento industrial e comercial e o alto grau de estabilidade econômica ofereciam oportunidade ao emprego de milhares de trabalhadores urbanos, exceto no período das invasões dos muçulmanos, quando Constantinopla se viu abarrotada de refugiados que não podiam ser absorvidos pelo sistema econômico. Mesmo a sorte dos servos adscritos às terras de alguns grandes proprietários seculares era possivelmente superior à dos camponeses da Europa ocidental, pois que o poder de exploração dos senhorios ao menos era regulamentado por lei. Não obstante, a condição dos servos era bastante má, pois estavam condenados a uma vida de ignorância e estúpida rotina, limitada ao horizonte estreito em que nasciam. Sua condição era inalteràvelmente determinada pelo simples acidente de nascerem de pais servos. A população bizantina compunha-se também de uma percentagem considerável de escravos, mas grande parte deles eram empregados em serviços domésticos e gozavam, sem dúvida, duma existência mais ou menos confortável.

O nível de moralidade do Império mostrava certos contrastes um tanto chocantes. O povo bizantino, a despeito de seus antecedentes gregos, não tinha na aparência nenhuma aptidão para as virtudes tipicamente helênicas do equilíbrio e da moderação. Em lugar do meio termo, parecia preferir sempre os extremos. Por conseguinte, encontravam-se freqüentemente, lado a lado com a mais extravagante intemperança, a mais humilde auto-negação e até a laceração da carne. As qualidades contraditórias de sensualidade e de piedade, de caridade e de crueldade, eram comumente encontradas na mesma camada social ou até nos mesmos indivíduos. Por exemplo, o grande imperador reformista Leo III tentou abolir a servidão, mas também introduziu a mutilação como pena judiciária. A vida na corte imperial e entre alguns membros do mais alto clero parece ter-se caracterizado pela indolência, pelos vícios elegantes, pelas maneiras efeminadas e pela intriga. Em razão disso, a própria palavra "bizantino" veio a sugerir sensualidade elegante e refinamentos de crueldade.
No campo intelectual, o povo bizantino mostrou-se pouco capaz de originalidade. Relativamente poucas descobertas ou contribuições em quaisquer dos campos do conhecimento podem, na realidade, ser-lhes atribuídas. Sua realização mais digna de nota foi, talvez, a revisão e a codificação das antigas leis romanas. Depois da época dos grandes juristas (séculos II e III) decaiu o gênio criador dos jurisconsultos romanos e nada de novo foi acrescentado à filosofia e à ciência do direito. Continuou, no entanto, a crescer o volume dos decretos. No século VI, as leis romanas já continham numerosas disposições contraditórias e obsoletas. Além disso, as condições tinham mudado tão radicalmente que muitos dos antigos princípios legais não tinham mais aplicação, principalmente devido ao regime de despotismo oriental e à adoção do cristianismo como religião oficial. Quando Justiniano subiu ao trono, em 527, resolveu imediatamente fazer uma revisão e uma codificação do direito existente para harmonizá-Io com as novas condições, adotando-o como base legal do seu governo. A fim de realizar tal trabalho nomeou uma comissão de juristas sob a supervisão de seu ministro Triboniano. Dentro de dois anos a comissão publicou os primeiros resultados de seus trabalhos - o Código, uma revisão sistemática de todas as leis que tinham sido promulgadas desde o reinado de Adriano até o de Justiniano. O Código foi depois completado pelas Novelas, que continham a legislação de Justiniano e de seus sucessores

imediatos. Cerca de 532, a comissão completou o Digesto - um sumário de todos os escritos dos grandes juristas. O produto final do trabalho de revisão foram as Institutas, um compêndio dos princípios legais que se refletiam tanto no Digesto como no Código. A combinação desses quatro produtos do plano de consolidação constitui o Corpus Juris Civilis, ou o "corpo do direito civil".

Do ponto de vista histórico, as duas mais importantes partes do Corpus Juris foram, indubitavelmente, as Institutas e o Digesto. Eram esses que continham a filosofia do direito e do governo que viera a prevalecer no tempo de Justiniano. Existe a crença, muito comum, mas um tanto inexata, de ser essa filosofia a mesma de Ulpiano, Papiniano e de outros grandes juristas de três séculos atrás. Embora se conservasse, na verdade, grande parte da antiga teoria, foram introduzidas algumas mudanças fundamentais. Em primeiro lugar, o jus civile alcançara uma completa desnacionalização jamais conhecida nos tempos romanos e tornara-se aplicável aos cidadãos das mais diversas nacionalidades. O jus naturale era agora tido como divino e, portanto, superior a todos os decretos dos homens - uma concepção que estava destinada a ter larga aceitação na filosofia medieval posterior. Houve também uma tendência dos juristas de Justiniano a falar do imperador como o único legislador, na suposição de que o povo entregara todo o seu poder a ele. Em outras palavras, o direito clássico romano estava sendo revisado para atender às necessidades de um monarca oriental cuja soberania só era limitada pela lei de Deus.

No tocante às demais conquistas intelectuais bizantinas há relativamente pouco a dizer. A nação produziu dois filósofos de importância ao menos secundária: João de Damasco, no século VIII, e Miguel Pselo, no século XI. Aquele, às vezes, é considerado como o fundador do método escolástico, porquanto foi o primeiro a combinar a autoridade de Aristóte1es com a das Escrituras e dos Padres da Igreja na construção de uma apologia racional da fé. Sua Fonte de Sabedoria mereceu alta consideração dos grandes escolásticos ocidentais do século XIII. Miguel Pselo possuía, talvez, o espírito mais crítico de todos os filósofos bizantinos. Tendo sido um apóstolo da liberdade de pensamento e o chefe de um renascimento pagão, é por vezes comparado a Voltaire. Na sua maior parte, a literatura bizantina constava de compilações e obras religiosas, especialmente enciclopédias, comentários, hinos e vidas de santos. Escreveram-se também alguns

poemas líricos e épicos e numerosas obras históricas. Procópio, contemporâneo de Justiniano, foi sem dúvida o historiador mais famoso. A despeito de sua inclinação para o mexerico escandaloso na sua célebre História Secreta, outros trabalhos dele contêm informações valiosas sobre os acontecimentos da época.

As realizações bizantinas no campo da ciência talvez fossem até certo ponto, melhores do que nos demais ramos do conhecimento. A maior parte desse progresso ocorreu nos primeiros anos do Império, graças, quiçá, a um remanescente de influência helenística. À primeira Idade Áurea seguiu-se um longo período de estagnação, até meados do século X, quando se iniciou uma renovação devida, em grande parte, à influência muçulmana e à proteção do imperador Constantino VII. Mas nenhuma dessas eras de progresso durou mais de dois séculos. Os principais cientistas do primeiro período foram João, o Gramático, Aécio e Alexandre de Trales, todos do século VI. João, o Gramática, merece maior consideração pelos seus trabalhos no campo da física do que por qualquer de suas contribuições à gramática. É digno de menção especial por ter sido o primeiro a recusar as teorias tradicionais do movimento e da gravidade. Não somente antecipou o conceito da inércia, mas rejeitou a idéia de que a velocidade da queda dos corpos é diretamente proporcional ao seu peso e negou a impossibilidade de se criar um vácuo. Os outros dois cientistas do primeiro período foram enciclopedistas de medicina. Embora a influência de Alexandre de Trales sobrepujasse a de Aécio, o trabalho deste último foi mais original. Aécio escreveu não somente a primeira descrição da difteria, mas também o melhor tratado das doenças dos olhos, publicado até então. O único cientista notável do último período foi Simeão Seth, que também era médico. Seu principal trabalho foi um dicionário médico, em que se definiam as propriedades curativas de numerosas drogas, havia pouco, descobertas pelos hindus e sarracenos.

Os gostos do povo bizantino, inclinado ao luxo e ao esplendor, expressavam-se abundantemente na sua arte. Esta não era, contudo, um mero emblema de deleite sensorial, mas mostrava-se profundamente condicionada pelos ideais peculiares à própria civilização. Por exemplo, a forte corrente de ascetismo proibia a glorificação do homem; em conseqüência disso, a escultura não teve grandes possibilidades de desenvolvimento. A arte que mais se destacou foi a arquitetura, que tinha de

ser mística e extraterrena. Além disso, sendo a civilização bizantina um composto de elementos romanos e orientais, era inevitável que a sua arte combinasse o amor à grandiosidade e o talento da engenharia romana com a variedade de colorido e a riqueza de detalhes característicos do Oriente.

A suprema obra artística da civilização bizantina foi a igreja de Santa Sofia (Santa Sabedoria), construída com enorme dispêndio de dinheiro pelo imperador Justiniano. Embora projetada por arquitetos de sangue helênico, muito diferia de qualquer templo grego. Seu fim não era exprimir o orgulho do homem em si mesmo ou a satisfação com esta vida, mas simbolizar o caráter introspectivo e espiritual da religião cristã. Eis por que os arquitetos deram pouca atenção à aparência externa do edifício. Nas paredes exteriores não usaram senão tijolos recobertos com argamassa; não empregaram revestimentos de mármore, colunas graciosas nem cornijas esculpidas. O interior, no entanto, era decorado com mosaicos ricamente coloridos, com folhas de ouro, colunas de mármore de várias cores e pedaços de vidro colorido, colocados de quina para refletir os raios solares de modo que cintilassem como pedras preciosas. Por essa razão, também, o edifício foi construído de tal modo que parecia não vir nenhuma luz de fora, mas nascer toda ela no interior.

A planta estrutural de Santa Sofia constituía algo novo na história da arquitetura. Sua característica principal era a aplicação do princípio da cúpula numa construção de forma quadrada. Primeiramente a igreja foi construída em forma de cruz, devendo ser erigida sobre o quadrado central uma magnífica cúpula que dominaria toda a estrutura. O problema principal estava em ajustar o hemisfério da cúpula sobre a área quadrada que tinha de cobrir. A solução encontrada foi construir quatro grandes arcos nascidos de pilares colocados nos cantos do quadrado central. Fez-se assim com que a extremidade da cúpula repousasse nas chaves dos arcos, enchendo com alvenaria os espaços curvos triangulares entre estes. Resultou daí uma estrutura arquitetônica de extraordinária solidez, que ao mesmo tempo tornava possível um estilo de grandeza majestosa e até de alguma delicadeza no acabamento. A grande cúpula de Santa Sofia tem um diâmetro de 32 metros e alcança uma altura de mais de 50 metros, a contar do piso. Foram abertas tantas janelas à sua volta que a cúpula parece não ter nenhum suporte e estar suspensa no ar.

As outras artes bizantinas incluíam a escultura em marfim, os objetos de vidro com relevos, os brocados, as iluminuras em manuscritos, a ourivesaria e a joalheria, e muita pintura. Esta, porém, não se desenvolveu tanto como as outras artes. Os artistas bizantinos em geral preferiam os mosaicos. Eram desenhos conseguidos pela combinação de pequenos pedaços de vidro ou de pedra coloridos, formando padrões geométricos, figuras simbólicas de plantas e animais, ou mesmo uma cena rebuscada de significado teológico. As representações dos santos e de Cristo eram comumente deformadas para criar a impressão de intensa piedade.

É, em geral, subestimada a importância da civilização bizantina. Foi ela, sem dúvida, o fator mais poderoso na determinação do rumo da evolução da Europa Oriental. A civilização imperial da Rússia baseou-se em grande parte nas instituições e nas realizações de Bizâncio. A igreja russa foi um reflexo da chamada igreja ortodoxa grega ou igreja oriental, que se desligou de Roma em 1054. O czar, como chefe da igreja e do estado, ocupava uma posição análoga à do imperador em Constantinopla. Também eram de origem bizantina a arquitetura, o calendário e grande parte do alfabeto russo. Talvez o próprio despotismo do regime stalinista possa ser, de algum modo, reportado à velha tradição de ordem absolutista na Rússia, que, em última análise, se deve à influência bizantina.

Mas a influência da civilização bizantina não se limitou à Europa Oriental. Seria difícil superestimar a dívida do Ocidente para com os eruditos de Constantinopla e dos territórios vizinhos, que copiaram e conservaram manuscritos, prepararam antologias de literatura grega e escreveram enciclopédias que enfeixavam os conhecimentos do mundo antigo. Além disso, os eruditos bizantinos exerceram influência notável na Renascença Italiana. A despeito de terem os imperadores orientais perdido finalmente o controle da Itália, muitos de seus antigos súditos continuaram a viver lá e alguns outros fugiram para as cidades italianas depois da repressão do movimento iconoclasta. As relações culturais entre o Oriente e o Ocidente foram também favorecidas pelo largo comércio entre Veneza e Constantinopla, na Idade Média. Conseqüentemente, as bases para um reflorescimento do interesse pelos clássicos gregos já tinham sido lançadas muito antes de Manuel Chrysoloras e outros eminentes eruditos gregos chegarem à Itália, no século XV. Do mesmo modo, a arte bizantina influiu na arte da Europa Ocidental. Alguns especialistas consideram os vitrais das

catedrais góticas como uma adaptação dos mosaicos das igrejas orientais. Muitas das mais famosas igrejas italianas, como, por exemplo, a de S. Marcos, em Veneza, foram construí das partindo de uma fiel imitação do estilo bizantino. A pintura bizantina também influenciou a da Renascença, especialmente a da escola veneziana e a de El Greco. Finalmente, foi o Corpus Juris de Justiniano que possibilitou realmente a transmissão do direito romano à segunda fase da Idade Média e ao mundo moderno.

2. O ISLÃ E A CIVILIZAÇÃO SARRACENA

A história da civilização sarracena começou pouco bizantina e terminou pouco tempo antes. As datas são, aproximadamente, 630 a 1.300. Em muitos aspectos a civilização sarracena foi uma das mais importantes do mundo ocidental, não só por ter sido a órbita de uma nova religião que atraiu milhões de adeptos, mas principalmente porque sua repercussão na Europa cristã suscitou mudanças sociais e intelectuais que só podem ser qualificadas como revolucionárias. O termo "sarraceno" significava originalmente "árabe", mas depois veio a ser aplicado a qualquer adepto da fé muçulmana, sem consideração de nacionalidade. Alguns sarracenos eram judeus, outros persas e sírios. Não obstante, foram os árabes os fundadores dessa civilização e por isso se torna necessário examinar a cultura desse povo, nas vésperas de sua expansão para além dos limites da terra natal.
Por volta do fim do século VI, o povo da Arábia dividira-se em dois grupos principais: os árabes urbanos e os beduínos. Os primeiros, residindo em cidades como Meca e Yathrib, eram comerciantes e pequenos artífices. Muitos deles sabiam ler e alguns eram relativamente ricos. Na sua maioria, os beduínos eram nômades, alimentando-se de tâmaras, da carne e do leite dos animais que criavam. Ignorantes e supersticiosos praticavam o infanticídio e ocasionalmente o sacrifício humano. Freqüentemente se envolviam em guerras sanguinárias pela posse de poços e oásis. Nem os beduínos nem os árabes urbanos possuíam governo organizado. O clã e a tribo faziam às vezes de estado. Quando um membro de um clã praticava algum crime contra um membro de outro, a questão era resolvida por uma vendeta que às vezes se prolongava até serem mortas dezenas de pessoas, de parte a parte. A religião em geral era politeísta, embora alguns citadinos

mais bem educados tivessem adotado a crença em Alá como o único Deus. Desde tempos imemoriais Meca era uma cidade sagrada. Lá estava o relicário conhecido como a Caaba, que se dizia conter uma pedra preta enviada milagrosamente do céu. Os homens que tomavam conta desse relicário formavam a tribo dos coraixitas, grupo que mais se aproximava do que se poderia chamar, antes das migrações, uma aristocracia árabe.

É uma questão quase insolúvel o indagar se a civilização sarracena teria surgido sem a presença da religião muçulmana. Em geral, afirma-se, é necessário uma nova religião para unir um povo e imbuí-lo do ardor da causa comum. Contudo, outras nações se expandiram antes disso e realizaram grandes coisas sem a influência duma crença particularmente inspiradora. Não obstante, no caso dos árabes foi uma nova religião que indubitavelmente gerou, de maneira decisiva, a força propulsora do desenvolvimento de sua civilização. Por conseguinte, precisamos consagrar uma atenção especial à origem e à natureza dessa religião.

O fundador da nova fé nasceu em Meca, mais ou menos em 570. Filho de pais que pertenciam a um dos clãs mais pobres da tribo dos coraixitas recebeu o nome árabe comum de Muhammad (Louvado), donde a forma portuguesa Maomé. Não se sabe nada sobre o início de sua vida, exceto que ficou órfão ainda criança e que foi criado sucessivamente pelo avô e pelo tio. É incerto se aprendeu a ler e a escrever, mas o mais provável é que tenha recebido alguma educação, visto pertencer à tribo principal. Quando tinha mais ou menos vinte e cinco anos tornou-se empregado de uma rica viúva e talvez tenha acompanhado as caravanas enviadas por esta até o norte da Síria. Logo depois casou com ela, tendo assim garantidos o conforto e a segurança para dedicar todo o seu tempo aos interesses religiosos.

Ninguém sabe exatamente quais as influências que levaram Maomé a se tornar o fundador de uma nova religião. Parece que era dotado de natureza altamente emocional e talvez fosse um epilético. Fosse como fosse era acometido de certos ataques convulsivos, durante os quais acreditava ouvir vozes do céu. Bem cedo conheceu numerosos judeus e cristãos que viviam em cidades do norte da Arábia e parece ter-se impressionado profundamente com as crenças religiosas desses estrangeiros. Supõe-se, além disso, que tenha compreendido que as condições sociais e morais de seu país eram más e precisavam de reforma. Começou por denunciar a

cupidez dos plutocratas de Meca e por reprovar as lutas sanguinárias e a prática do infanticídio entre o seu povo. Pouco a pouco passou a se considerar o instrumento designado por Deus para desviar o povo árabe do caminho da perdição.

A pregação de Maomé não foi, de início, particularmente bem sucedida. Depois de ter, por quase nove anos, comunicado a revelação de Alá a todos os que o ouviam, conseguira reunir poucos convertidos fora de sua família. Naturalmente estavam contra ele os coraixitas ricos e mesmo o povo comum de Meca, que, em geral, era indiferente às suas palavras. Até então não tentara levar a sua mensagem aos beduínos. Em 619 resolveu procurar campo mais promissor para a propagação dos seus ensinamentos. Ouvira dizer que a cidade de Yathrib, situada na rota setentrional das caravanas, se achava dividida desde algum tempo por tremenda discórdia facciosa e que havia alguma oportunidade, para um chefe neutro, de se estabelecer e assumir o mando. Enviou certo número de agentes para explorar cuidadosamente o terreno e finalmente, em setembro de 622, ele e o restante de seus adeptos resolveram abandonar de vez a cidade sagrada de Meca e aventurar-se em novas terras. Essa migração para Yathrib é conhecida pelos maometanos como a Hégira, de uma palavra árabe que significa "fuga", e é para eles tão importante que a tomaram como início de sua era e datam todos os acontecimentos a partir desse ano.

Maomé mudou o nome de Yathrib para Medina (isto é, Medinat en-Nabi, "Cidade do Profeta") e rapidamente conseguiu estabelecer-se como governador da cidade. Mas conseguir meios para sustentar seus adeptos era coisa algo mais difícil e, além disso, os judeus de Medina rejeitavam sua chefia. Nessas circunstâncias, Maomé começou a recrutar o apoio dos beduínos para desencadear uma guerra santa contra seus inimigos. Num único ano foram massacrados aproximadamente seiscentos judeus e, depois disso, os adeptos do Profeta praticaram seus ataques de pilhagem contra as caravanas de mercadores de Meca. Quando estes pegaram em armas para resistir, sofreram tremenda derrota. Em 630, Maomé entrou triunfalmente em Meca. Matou alguns de seus principais inimigos e destruiu os ídolos do templo, mas a Caaba foi preservada e Meca escolhida como a cidade santa da fé maometana. Dois anos depois Maomé morreu, mas vivera o suficiente para ver a religião que fundara tornar-se um culto militante e bem sucedido.

As doutrinas da religião maometana, tais como foram desenvolvidas pelo profeta, são realmente muito simples. Giram em torno da crença em Deus, que é chamado pelo antigo nome árabe de Alá, e em Maomé, seu profeta. Esse Deus deseja que os homens sejam bondosos para com seus semelhantes, clementes para com os devedores, honestos e capazes de perdoar; além disso, todos deveriam abster-se da prática do infanticídio, da carne de porco, das bebidas inebriantes e do litígio de sangue. A religião também prescrevia certas obrigações piedosas. As principais dentre elas eram: a esmola aos pobres, o jejum durante o dia no mês sagrado de Ramadã, a prática da prece cinco vezes por dia e de uma peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida. Mas, contrariamente à crença geral, a religião do Profeta está bem longe de ser um culto rigidamente formalista e mecânico. Confere tanta importância à pureza de coração e à prática das boas ações quanto o cristianismo e o judaísmo. Inúmeras passagens do Alcorão, que constitui as Escrituras maometanas, oferecem farta base para essa conclusão. Uma delas declara que "a piedade não está em voltar o rosto para o nascente ou para o poente, mas é pio aquele que crê em Deus, no juízo final, nos anjos, nas Escrituras e nos profetas; aquele que, por amor a Deus, desembolsa sua fortuna em favor de seus parentes, dos órfãos, dos necessitados, do viandante e do pedinte, e para prestar resgate". Uma outra afirma que o mais alto mérito é: "... libertar o cativo, ou alimentar, num dia de fome, o órfão de seu sangue ou o miserável que jaz no chão". Além disso, não há sacramentos no sistema de culto pregado por Maomé, nem existem sacerdotes na igreja maometana. A própria religião é oficialmente conhecida como "Islã", palavra que significa "submissão ou rendição completa a Deus". O nome oficial do crente é "muçulmano", derivado do particípio do mesmo verbo de que "Islã" é o substantivo verbal.
As fontes religiosas do Islã são até certo ponto duvidosas. Indubitavelmente o judaísmo é uma delas. Maomé ensinava que os árabes eram descendentes de Ismael, o filho mais velho de Abraão. Além disso, grande parte dos ensinamentos do Alcorão são muito semelhantes às doutrinas do Antigo Testamento: estrito monoteísmo, sanção da poligamia e proibição da usura, da adoração de imagens e da ingestão de carne de porco. O cristianismo também é fonte muitíssimo importante. Maomé considerava o Novo Testamento, bem como o Antigo, um livro inspirado por Deus, e a Jesus como uma das maiores figuras de uma grande linhagem de profetas. Além

disso, as doutrinas maometanas da ressurreição do corpo, do juízo final, das recompensas e punições depois da morte e da existência dos anjos derivavam-se mais provàvelmente do cristianismo que de qualquer outra crença. Por outro lado é preciso lembrar que o cristianismo que Maomé conheceu estava muito longe de ser a forma ortodoxa. Quase todos os cristãos que viviam na Síria, bem como os da própria Arábia, eram ebionitas ou nestorianos. Foi talvez por essa razão que Maomé sempre viu em Jesus um ser humano, filho de José e Maria, e não um deus.

Não muito depois de ter aparecido o islamismo, seus adeptos se dividiram num certo número de seitas que tinham pontos de semelhança com as derivações do cristianismo. As três seitas mais importantes dos muçulmanos são: os sunitas, os xiitas e os sufistas. As duas primeiras têm caráter tanto político como religioso. Os sunitas afirmavam que o chefe do estado islamita e sucessor do profeta devia ser eleito pelos representantes de todo o Islã, segundo o antigo costume árabe de eleição dos chefes tribais. Em assuntos religiosos, sustentavam que devia ser aceita como fonte válida de crença a sunna, ou seja, as tradições que se desenvolveram à margem do Alcorão. Os xiitas se opunham à elevação de qualquer pessoa ao mais alto posto político e religioso, sem que fosse aparentada com o próprio profeta, quer pelo sangue quer por casamento. Dum modo geral, representam no islamismo o ideal absolutista, oposto ao ideal democrático dos sunitas. Os xiitas são contra a aceitação de qualquer outra fonte de ensinamentos religiosos além do Alcorão. Os sufistas eram adeptos de um ideal místico e ascético. Negando completamente a validade do juízo racional, sustentavam que a única verdade segura sobre qualquer assunto é a que procede da revelação divina. Acreditam só ser possível ao homem participar dessa revelação divina pela tortura do corpo, que liberta a alma para a união mística com Deus. Muitos dos faquires e derviches atuais da Índia e da Pérsia pertencem à seita sufista.

A história política da civilização sarracena prende-se intimamente ao desenvolvimento da religião. Como já vimos, Maomé tornou-se o fundador não só de uma religião, mas também de um estado árabe, com a capital em Medina. Após a morte do Profeta, em 632, seus companheiros escolheram como sucessor a Abu-Bekr, um dos mais antigos adeptos da fé e sogro de Maomé. Ao novo governador foi dado o nome de califa, isto é, sucessor do Profeta. Depois da morte de Abu-Bekr foram escolhidos dois outros califas

entre os mais antigos discípulos de Maomé. Em 656, no entanto, iniciou-se uma longa luta para a posse do poder supremo no Islã. Em primeiro lugar, os xiitas conseguiram depor um membro da família dos Omíadas e eleger como califa Ali, marido da filha de Maomé, chamada Fátima. Cinco anos depois, Ali foi morto e os Omíadas voltaram ao poder. Logo a seguir transferiram a capital para Damasco e erigiram sua família em dinastia reinante, com uma corte luxuosa, imitando o modelo bizantino. Em 750 os xiitas revoltaram-se novamente, sendo desta vez, chefiados por um membro da família dos Abássidas, a qual era aparentada, ainda que remotamente, com o Profeta. Os Abássidas apoderaram-se do trono e mudaram a capital para a cidade de Bagdá, no rio Tigre, onde governaram como déspotas orientais por mais de três séculos. Alguns deles destacaram-se como protetores da cultura, particularmente Harun-ar-Raxid (786-809) e AI-Mamun (813-33).

Nesse meio tempo, uma grande onda de expansão sarracena varrera a Ásia, a África e a Europa. Quando Maomé morreu, em 632, o poder do seu pequeno estado provavelmente não se estendia além de um terço da península arábica. Uma centena e anos depois, quase a metade do mundo civilizado estava sob a dominação muçulmana. O império sarraceno estendeu-se das fronteiras da Índia até o Estreito de Gibraltar e os Pireneus. Uma depois da outra, foram conquistadas com assustadora rapidez a Pérsia, a Síria, o Egito, a África do Norte e a Espanha. Como se explica essa prodigiosa expansão? Contrariamente ao que muita gente acredita, ela não se deveu primariamente a motivos religiosos. Os sarracenos não se haviam lançado a uma grande cruzada para impor suas crenças ao resto do mundo. Naturalmente ocorriam, de tempos em tempos, surtos de fanatismo, mas, via de regra, os muçulmanos desse período não se preocupavam muito com o fato das nações conquistadas aceitarem ou não a sua religião. Os povos subjugados recebiam um tratamento bastante benigno. Contanto que entregassem as suas' armas e pagassem o tributo que lhes era imposto, podiam conservar suas próprias crenças e costumes. Judeus e cristãos viveram à vontade no império muçulmano durante séculos e alguns deles se alçaram a posições de proeminência nos círculos políticos e intelectuais.

Na verdade, os fatores econômicos e políticos foram causas da expansão sarracena, muito mais importantes do que a religião. Em primeiro lugar, precisamos ter em mente que a maioria dos árabes constituía uma raça

prolífica de nômades. Sendo os homens polígamos, a prática ocasional do infanticídio estava longe de prevenir um rápido crescimento da população. Além disso, a Arábia atravessava um sério período de seca, que se estendeu por muitos anos pouco após o início do século VII. Alguns oásis, que anteriormente produziam boas colheitas de tâmaras e bom pasto para rebanhos e manadas, estavam sendo absorvidos aos poucos pelo deserto circundante. Crescia a tal ponto o descontentamento entre as tribos famintas, que elas se teriam servido de qualquer pretexto para pilhar as regiões vizinhas. Os ataques iniciais ao território bizantino parecem ter-se originado de uma revolta de mercenários árabes na Síria. Os chefes da rebelião apelaram para os adeptos do Profeta, em Medina, os quais devido à conquista de Meca já gozavam de alguma reputação no tocante a proezas militares. A resposta a esse apelo foi uma grande onda militar invasora que logo fez dos árabes os senhores não só da Síria, mas também da Pérsia, da Palestina e do Egito. Finalmente, devemos lembrar que as conquistas dos muçulmanos foram facilitadas por já se terem batido até à exaustão, no século precedente, os impérios bizantino e persa, e de estarem então seus governos tentando encher novamente os cofres públicos com uma tributação mais pesada. A conseqüência disso foi estarem prontos muitos habitantes desses impérios a receber os árabes como libertadores.

O declínio do império sarraceno foi quase tão rápido quanto a sua ascensão. Os árabes não possuíam experiência política e, além disso, o império por eles conquistado era demasiado vasto em extensão e composto de uma mistura tão heterogênea de povos, que estes jamais poderiam ser fundidos numa unidade política forte e coesa. Mas o sectarismo e a discórdia facciosa foram motivos muito mais poderosos da queda. Os sunitas e os xiitas nunca foram capazes de reconciliar as suas diferenças, e progressivas desinteligências entre místicos e racionalistas também ajudaram a enfraquecer a religião, que era a base do estado. Em 929, alguns membros da família dos Omíadas conseguiram fundar um califado independente em Córdova, na Espanha. Logo depois, os descendentes de Ali e de Fátima proclamaram-se soberanos independentes de Marrocos e do Egito. Nesse meio tempo, os califas de Bagdá iam aos poucos sucumbindo aos efeitos debilitantes dos costumes orientais. Imitando as práticas dos monarcas orientais, encantoaram-se cada vez mais na reclusão de seus palácios e logo tornaram-se títeres dos seus vizires persas e depois das tropas mercenárias turcas. Em 1057, entregaram todo o seu poder temporal ao sultão dos turcos seldjúcidas, que dois anos antes se havia apoderado de Bagdá. Para todos os fins práticos isso marcou a extinção do império sarraceno, embora grande parte do seu território continuasse a ser governado por povos que adotavam a fé muçulmana - os turcos seldjúcidas até a metade do século XII e os turcos otomanos, do século XV a 1918.
As conquistas intelectuais dos sarracenos superaram a todas as que a Europa cristã pôde alcançar antes do século XII. Isso se deveu, em parte, à energia dos sarracenos, à confiança que tinham em si próprios e, também, ao fato de terem entrado na posse de uma brilhante herança intelectual ao conquistar a Pérsia e a Síria. Em ambos esses países tinham sobrevivido às tradições do conhecimento grego. Numerosos médicos de nacionalidade grega foram atraídos para as cortes dos reis persas, ao passo que na Síria havia excelentes escolas de filosofia e de retórica, e inúmeras bibliotecas cheias de cópias de obras de filósofos, cientistas e poetas helênicos. Certamente seria tolice pensar que muitos dentre os árabes tivessem capacidade para apreciar essa herança cultural; sua missão consistiu antes em oferecer o encorajamento e as facilidades para que outros pudessem se utilizar dela.

A filosofia sarracena foi, em essência, um composto de aristotelismo e de neoplatonismo. Seus ensinamentos básicos podem ser descritos assim: A razão é superior à fé como fonte de conhecimento; as doutrinas da religião não devem ser abandonadas inteiramente, mas cumpre que sejam interpretadas pelos espíritos esclarecidos em sentido figurado ou alegórico; quando encaradas desse modo, podem ministrar um conhecimento filosófico puro, que não se coloca em conflito com a razão, mas a completa. O universo nunca teve início no tempo, mas é eternamente criado; é uma série de emanações de Deus. Tudo o que acontece é predeterminado por Deus; cada acontecimento é um elo duma cadeia inquebrável de causas e efeitos; tanto os milagres como a providência divina são, conseqüentemente, impossíveis. Embora Deus seja a primeira causa de todas as cousas, Ele não é onipotente; Sua força é limitada pela justiça e pela bondade. Não há imortalidade para a alma individual, pois nenhuma substância espiritual pode existir separada de sua corporificação material; somente a alma do universo vive para sempre, uma vez que a matéria em si mesma é eterna.

O desenvolvimento da filosofia sarracena limitou-se a dois grandes períodos de florescimento; os séculos IX e X no califado de Bagdá e o século XII na Espanha. Entre os filósofos do Oriente salientaram-se três grandes nomes: AI Kindi, AI Farabi e Avicena. O primeiro deles morreu mais ou menos em 870 e o último nasceu em 980. Todos eles parecem ter sido de nacionalidade turca ou persa. No século XI, sob a chefia de Algazel, a filosofia sarracena no Oriente degenerou em fundamentalismo religioso e em misticismo. Como os sufistas, de quem tirou grande parte de suas doutrinas, Algaze1 negava a competência da razão e incitava à confiança na fé e na revelação. Depois de sua época a filosofia se extinguiu no califado de Bagdá. Foi Averróis ou Averroés, de Córdova (1126-98), o mais célebre dos filósofos do Ocidente e possivelmente o maior de todos os pensadores sarracenos. Foi, sobretudo, profunda a sua influência nos escolásticos cristãos do século XIII.

Em assunto algum os sarracenos avançaram tanto quanto na ciência. Suas realizações neste campo foram, com efeito, as melhores que o mundo conhecera desde o fim da civilização helenística. Os sarracenos foram notáveis astrônomos, matemáticos, físicos, químicos e médicos. A despeito da reverência que sentiam por Aristóteles, não hesitaram em criticar a sua

idéia de um universo de esferas concêntricas, tendo a terra como centro, e admitiram a possibilidade de que a terra girasse em torno de seu eixo e em volta do sol. Seu celebrado poeta Ornar Khayyam arquitetou, talvez, o mais exato calendário já imaginado pelo espírito humano. Parece que ele apresentava o erro de um único dia em 3.770 anos, comparado com o erro de um dia em 3.330 anos, do calendário gregoriano, que presentemente está em uso no mundo ocidental. Os sarracenos também foram matemáticos capazes e desenvolveram de modo considerável a álgebra e a trigonometria, levando-as além do nível alcançado nos tempos helenísticos. Apesar de não terem inventado o famoso sistema numérico "arábico", foram eles que o adaptaram do sistema indiano, tornando-o utilizável no Ocidente. Os físicos sarracenos fundaram a ciência da óptica e tiraram muitas e valiosas conclusões relativas à teoria das lentes da velocidade, transmissão e refração da luz. Como é sabido, a química dos muçulmanos era um prolongamento da alquimia, a famosa pseudociência baseada no princípio de que todos os metais tinham a mesma essência e de que os metais vis podiam, por conseguinte, transmudar-se em ouro, dependendo isso unicamente de ser encontrado o meio apropriado - a pedra filosofal. Mas os esforços dos cientistas, neste campo, de modo algum se limitavam a tão infrutífera questão. Alguns até negavam toda a teoria da transmutação dos metais. Graças a um sem-número de experiências, tanto de químicos como de alquimistas, foram descobertas diversas substâncias e compostos novos; contam-se entre eles o carbonato de sódio, o alume, o bórax, o bicloreto de mercúrio, o nitrato de prata, o salitre e os ácidos nítrico o sulfúrico. Além disso, os cientistas muçulmanos foram os primeiros a descrever os processos químicos da destilação, da filtração e da sublimação.
As conquistas no campo da medicina foram tão notáveis quanto essas. Os médicos sarracenos aplicaram os conhecimentos contidos nas obras médicas da época helenística, mas pelo menos alguns deles não se contentaram com isso. Avicena descobriu a natureza contagiosa da tuberculose, descreveu a pleurisia e algumas variedades de doenças nervosas, mostrando que a enfermidade pode espalhar-se pela contaminação da água e do solo. Sua principal obra médica - o Canon - foi venerada na Europa como uma obra valiosa, até o século XVII. Um contemporâneo mais velho de Avicena, de nome Rásis, foi o maior clínico do mundo medieval. Seu feito supremo foi ter descoberto a verdadeira natureza da

varíola. Outros médicos muçulmanos descobriram o valor da cauterização e dos adstringentes, diagnosticaram o câncer do estômago, prescreveram antídotos para os casos de envenenamento e fizeram com que progredisse muitíssimo o tratamento das moléstias dos olhos. Reconheceram, ademais, o caráter altamente infeccioso da peste, esclarecendo que ela pode ser transmitida pela roupa, por comer e beber em vasilhas contaminadas e ainda pelo contato pessoal. Finalmente, os sarracenos excederam a todos os outros povos medievais na organização de hospitais e no controle do exercício da medicina. Há informação digna de fé sobre a existência de, pelo menos, trinta e quatro grandes hospitais localizados nas principais cidades da Pérsia, da Síria e do Egito. Parece que foram organizados dentro de um sistema muito parecido com os dos hospitais modernos. Cada um deles tinha suas enfermarias especiais para determinadas doenças, seu dispensário e sua biblioteca. Os médicos-chefes e os cirurgiões davam aulas para estudantes e graduados, submetiam-nos a exames e expediam diplomas ou licenças para clinicar. Mesmo os possuidores de sanguessugas, que em geral eram barbeiros, tinham de submetê-Ias periodicamente à inspeção.

Os muros de Carcassonne, cidade do sudoeste da França. As cidades medievais eram geralmente circundadas de fortificações. As muralhas maciças que aqui se vêem foram construídas no século XI ou XII.

A Rathaus (Municipalidade) de Münster, na Alemanha ocidental. Excelente exemplo de estilo gótico secular.

Recanto da aldeia medieval de Nördlingen, na Alemanha. A necessidade de proteção contra os invasores ocasionou o congestionamento das construções no interior dos muros.

Interior da igreja monástica da abadia-fortaleza de Mont-Saint-Michel, cuja parte mais velha data do século XIII. Este aspecto mostra quatro vãos e o transepto em estilo românico; mais no fundo, o côro em gótico "flamboyant", construído em período posterior. Cada vão mostra a arcada da nave, a galeria do trifório e o clerestório.

VIDA E CULTURA DA ÉPOCA FEUDAL

Cenas num mosteiro. O despenseiro dos monges prova a cerveja. Monges representados nos túmulos dos duques de Borgonha. Um copista de convento.

No terreno literário, os sarracenos buscaram inspiração quase que inteiramente na Pérsia. Se acaso conheceram alguma coisa da poesia clássica dos gregos, evidentemente acharam-na de pouco interesse. Daí serem suas obras ricas de colorido, imaginosas, sensuais e românticas, mas, com poucas exceções, sem grandes atrativos para o intelecto. Os mais conhecidos exemplos de sua poesia são o Livro dos Reis, de AI-Firdausi (935-1020), e os Rubaiyat, de Omar Khayyam (ca. 1048 - ca. 1124). O Livro dos Reis não trata absolutamente de nenhum tema da civilização muçulmana; é um poema épico que celebra as glórias do império persa medieval. Não obstante, seus 60.000 versos foram escritos sob o patrocínio

de soberanos muçulmanos. Os Rubaiyat, tal como no-los dá a tradução inglesa de Edward Fitzgerald, parecem também refletir muito mais as qualidades de uma verdadeira cultura persa do que os ideais dos próprios árabes. Sua filosofia mecanicista, seu ceticismo e seu hedonismo são muito semelhantes aos do Livro do Eclesiastes, do Velho Testamento. O mais famoso exemplo da literatura sarracena em prosa é a coleção denominada Mil e Uma Noites, que reúne histórias escritas principalmente durante os séculos VIII e IX. O material da coleção inclui fábulas, anedotas, contos familiares e histórias de aventuras eróticas derivadas das literaturas de várias nações, desde a China até o Egito. A importância principal desses contos reside no quadro que apresentam da vida requintada dos muçulmanos durante os melhores dias do califado de Bagdá.
A arte da civilização muçulmana tinha de ser por força um produto eclético, pois os árabes possuíam tão poucas raízes artísticas quanto os hebreus. Suas fontes originais foram Bizâncio e a Pérsia. Da primeira vieram muitos característicos estruturais da sua arquitetura, especialmente a cúpula, a coluna e o arco. É possível que a influência persa tenha fornecido os desenhos complicados e artificiais que foram usados praticamente em todas as artes como motivos decorativos. Tanto da Pérsia como de Bizâncio veio a tendência de subordinar a forma à cor rica e quente. Em geral, a arquitetura é considerada a mais importante das artes sarracenas, porquanto o desenvolvimento tanto da pintura como da escultura achava-se entravado por preconceitos religiosos que proibiam a representação da forma humana. A arte arquitetônica não se limitou às mesquitas ou igrejas. Compreendia ainda palácios, escolas, bibliotecas, vivendas particulares e hospitais. A arquitetura sarracena tinha, na verdade, um caráter muito mais acentuadamente secular do que qualquer outra da Europa medieval. Entre os seus elementos principais contavam-se as cúpulas em forma de bulbo, os minaretes, os arcos em ferradura e as colunas torcidas, juntamente com os rendilhados de pedra, as barras alternadas de mosaicos pretos e brancos e os caracteres árabes como motivos decorativos. Como no estilo bizantino, dava-se relativamente pouca atenção à ornamentação exterior. As chamadas artes menores dos muçulmanos incluíam: a tecedura de maravilhosos tapetes e cobertores, magníficos lavores de couro, a manufatura de sedas e brocados, trabalhos de tauxia, louças de vidro esmaltado e cerâmica pintada. A maioria dos produtos dessas artes era embelezada com padrões

de desenhos geométricos entrelaçados, plantas, frutos e flores, caracteres árabes e animais fantásticos. Constituem prova convincente da vitalidade da civilização muçulmana a riqueza e a variedade desses trabalhos, produzidos a despeito de uma religião que freqüentemente mostrava tendências puritanas.

O desenvolvimento econômico da civilização sarracena permanece até hoje uma das maravilhas da história. Em certas áreas que durante séculos quase nada haviam produzido, os muçulmanos literalmente fizeram o deserto florir como um jardim. Construíram magníficas cidades, onde somente aldeias imundas desfiguravam a paisagem. Os produtos da sua indústria eram conhecidos da China até a França e do interior da África às margens do Báltico. Superaram os cartagineses no estabelecimento de um vasto império comercial. As razões desse espantoso desenvolvimento econômico não são fáceis de explicar. Talvez ele se deva, de certo modo, à longa experiência com o comércio que muitos árabes tinham tido na sua terra natal. Quando um campo mais largo lhes foi franqueado, aplicaram nele toda a sua habilidade. Também auxiliou a extensão das vias comerciais a difusão da língua árabe num vasto território. Uma grande variedade de recursos nas diferentes seções do império servia, além disso, para estimular a troca dos produtos de uma região com os de outra. A razão principal, no entanto, foi decerto a energia dos próprios conquistadores, juntamente com o espírito de aventura que os levava a explorar todas as possibilidades de aumentar a sua riqueza e poder. Não hesitavam em se arriscar ou penetrar em regiões desconhecidas. Incluíam-se entre os mais audazes marinheiros e exploradores que já apareceram no cenário da história.

O comércio e a indústria formavam as bases principais da riqueza nacional. Os sarracenos utilizaram muitos dos instrumentos comerciais familiares ao mundo moderno: cheques, recibos, conhecimentos, cartas de crédito, associações comerciais, companhias por ações e ainda vários outros. Os mercadores muçulmanos penetraram no sul da Rússia e até nas regiões equatoriais da África. Caravanas de milhares de camelos viajaram por terra até às portas da índia e da China. Os navios muçulmanos sulcaram novas rotas no Oceano Índico, no Golfo Pérsico e no Mar Cáspio. Exceto quanto ao Mar Egeu e à rota Veneza-Constantinopla, os sarracenos dominaram todo o Mediterrâneo quase como se ele fosse um lago particular. Mas uma tão vasta expansão comercial dificilmente teria sido possível sem um

correspondente desenvolvimento da indústria, uma vez que era a capacidade do povo de uma região para transformar os recursos naturais em produtos exportáveis que fornecia a base de grande parte do comércio. Quase todas as grandes cidades se especializaram em certa variedade de manufatura. Mossul era um centro de fabricação de tecidos de algodão; Bagdá especializou-se em artefatos de vidro, jóias, cerâmica e sedas; Damasco tornou-se famosa pelo seu fino aço e pelo seu "damasco" ou linho estampado em relevo; Marrocos salientou-se na manufatura de couros e Toledo, pelas suas excelentes espadas. Os produtos dessas cidades não compreendiam, é claro, todos os manufaturados pelos sarracenos. Eram ainda fabricados pelos artífices das várias cidades: drogas, perfumes, tapetes, tapeçarias, brocados, tecidos de lã, cetim, produtos de metal e muitos outros. Com os chineses, os muçulmanos aprenderam a fabricar papel, indústria cujos produtos tinham grande procura não somente dentro do império, mas também na Europa. Os homens que trabalhavam nas várias indústrias se organizavam em corporações sobre as quais o governo limitava-se a exercer uma supervisão geral para prevenir práticas fraudulentas. Em geral, as próprias corporações regulavam a maneira por que os seus membros deviam conduzir os negócios. O controle da economia pelo estado era muitíssimo menos rígido que no Império Bizantino.

Do que ficou dito sobre o comércio e a indústria, não se deve concluir que fosse descuidada a agricultura no império muçulmano. Pelo contrário, os sarracenos desenvolveram a lavoura a um nível jamais alcançado por qualquer outro povo do mundo medieval. Repararam a aumentaram os sistemas de irrigação construídos originalmente pelos egípcios, sumerianos e babilônios. Aterraram os declives das montanhas da Espanha a fim de plantá-Ios com vinhas, e lá, como em outras partes, transformaram por meio da irrigação terras estéreis em regiões de grande produção. Especialistas ligados aos palácios imperiais e às vivendas dos ricos consagravam muita atenção à jardinagem ornamental, ao cultivo de arbustos e flores de rara beleza e deliciosa fragrância. É quase inacreditável a variedade apresentada pelos produtos das quintas e pomares muçulmanos. O algodão, o açúcar, o linho, o arroz, o trigo, o espinafre, os espargos, os damascos, os pêssegos, os limões e as azeitonas eram culturas comuns em quase toda parte, ao passo que nas regiões mais quentes se plantavam bananas, café e laranjas. Algumas fazendas constituíam grandes propriedades, nas quais trabalhavam

servos e escravos e ainda camponeses livres como rendeiros, mas a maior parte da terra dividia-se em pequenas propriedades cultivadas pelos próprios donos.

Quase incalculável foi a influência da civilização sarracena na Europa Medieval e na Renascença, e alguma coisa dela certamente persistiu até hoje. A filosofia dos sarracenos foi quase tão importante como o cristianismo no fornecimento de uma base para o pensamento escolástico do século XIII, uma vez que foram os muçulmanos que tornaram acessíveis ao Ocidente as obras completas de Aristóteles e indicaram de modo mais completo o uso que se podia fazer de tais obras em apoio da doutrina religiosa. As conquistas científicas dos muçulmanos representavam contribuições ainda mais duradouras. A lista dessas contribuições inclui: a numeração arábica, a álgebra, descobertas médicas como o fenômeno do contágio e a natureza da varíola e do sarampo, numerosas drogas e compostos, e os processos químicos da sublimação e da filtragem. Embora a atividade dos sarracenos no campo literário não tenha sido tão extensa quanto na ciência, foi muito importante a sua influência literária. As baladas dos trovadores e alguns outros exemplares da poesia amorosa da França medieval inspiraram-se diretamente nas obras sarracenas. Algumas histórias das Mil e Uma Noites transparecem no Decameron de Boccaccio e nos Canterbury Tales de Chaucer, ao passo que o Livro dos Reis de Firdausi ofereceu a Matthew Arnold, escritor inglês do século XIX, o material para a sua história Sohrab and Rustum. Do mesmo modo, a arte sarracena teve uma influência de profundo significado, particularmente sobre a arquitetura gótica. Um número surpreendentemente grande de elementos arquitetônicos das catedrais góticas parece ter derivado das mesquitas e dos palácios muçulmanos. Uma relação incompleta incluiria: os arcos lobulados, as janelas rendilhadas, o arco ogival, o uso de caracteres e arabescos como recursos decorativos e possivelmente as abóbadas com nervuras. A arquitetura dos castelos medievais do segundo período era cópia ainda mais fiel das plantas de edifícios muçulmanos, em especial das fortalezas da Síria.

Finalmente, os sarracenos exerceram profunda influência no desenvolvimento econômico da segunda fase da Europa medieval e também do começo da Europa moderna. O reflorescimento do comércio que teve lugar na Europa ocidental durante os séculos XI, XII e XIII dificilmente

teria sido possível sem o desenvolvimento da indústria e da agricultura dos muçulmanos, que estimulou a procura de novos produtos no Ocidente. Dos muçulmanos os europeus ocidentais adquiriram o conhecimento da bússola, o astrolábio, a arte de fabricar papel e talvez a produção da seda, embora o conhecimento desta última possa ter sido obtido um pouco antes, do Império Bizantino. Além disso, é provável que o desenvolvimento, pelos muçulmanos, das sociedades comerciais por ações, cheques, cartas de crédito e outros instrumentos das transações comerciais tenha larga relação com o início da revolução comercial da Europa, mais ou menos em 1400. Talvez seja mais claramente revelada a extensão da influência sarracena pelo grande número de palavras de origem árabe e persa usadas atualmente. Entre elas podemos citar: tráfico, tarifa, risco, cheque, magazine, álcool, cifra, zero, álgebra, musselina e bazar.

Parte 4

A segunda fase da Idade Média e a Renascença

DE MODO ALGUM a totalidade da história da Europa Ocidental durante a Idade Média se caracterizou pela estagnação e pelo barbarismo. Não será demais insistir que o período convencionalmente chamado Idade das Trevas na realidade não foi além do ano 800. Logo depois desse ano houve numerosos movimentos de despertar intelectual, que culminaram por fim num brilhante florescimento de cultura nos séculos XII e XIII. O progresso na Europa Ocidental, do século IX ao fim do século XIII, foi, de fato, tão notável que as realizações desse período podem com toda a justiça ser consideradas como uma nova civilização. Embora algumas dessas realizações fossem postas de lado no período subseqüente da Renascença, certo número delas foram preservadas e até hoje exercem sua influência. A civilização da última fase da Idade Média ou Época Feudal e a da Renascença têm, na verdade, muito mais traços comuns do que usualmente se imagina. Ambas se distinguiram pelo humanismo, por um novo interesse pelo homem como a criatura mais importante do universo. Ambas se interessaram muito mais pelas coisas deste mundo, em oposição aos interesses extraterrenos da primeira fase da Idade Média. Tanto na Época Feudal como na Renascença houve uma tendência para glorificar a vida de aventura e de conquista, em lugar dos antigos ideais cristãos de humildade e aniquilamento do eu. Por fim, é preciso lembrar que o ideal renascentista de reverência pelos clássicos da literatura grega e latina originou-se realmente na Época Feudal.

A SEGUNDA FASE DA IDADE MÉDIA E A RENASCENÇA

EUROPA EM CONJUNTO	EUROPA MERIDIONAL	EUROPA SETENTRIONAL
Desenvolvimento do feudalismo, 800-1300		Unificação da Inglaterra sob os reis saxões, 802-
Tratado de Verdun, 843		
Ascensão da monarquia papal, 850-1000		
Escolasticismo, 850-1300		Fundação da monarquia nacional na França, 987
Movimento de Cluny, 950-1100		
Arquitetura românica, 1000-1150		
Revivescimento do comércio com o Oriente, 1050-1150		
Luta entre os poderes secular e espiritual, 1050-1350		
Separação entre as igrejas do Oriente e do Ocidente, 1054		
Fundação do Colégio dos Cardeais, 1059		Conquista da Inglaterra pelos normandos, 1066
As Cruzadas, 1096-1204		Romances de cavalaria, 1100-1300
Corporações de mercadores e artífices, 1100-1300		
Crescimento das cidades, 1100-1300		
Desenvolvimento do sistema sacramental da igreja, 1100-1300		
Primeiras universidades, *ca.* 1150		Santo Império Romano (Hohenstaufen), 1152-1254
Arquitetura gótica, 1150-1300	S. Francisco de Assis, 1182-1226	
Ordens de frades, 1200-		Rogério Bacon, 1214?-1294
Quarto Concílio de Latrão, 1215		Magna Carta, 1215
		S. Tomás de Aquino, 1225?-1274?
	Dante, 1265-1321	Origem do Parlamento na Inglaterra, 1265-1295
		Liga Hanseática, 1300-1500
Declínio do feudalismo, 1300-1500		
Ascensão do capitalismo, 1300-1500		
Desenvolvimento das instituições bancárias e da economia monetária, 1300-1600		Instituição dos Estados-Gerais na França, 1302
		Boccaccio, 1313-1375

Europa em conjunto	Europa Meridional	Europa Setentrional
Peste Negra, 1347		Guerra dos Cem Anos, 1337-1453
	Savonarola, 1452-1498	Renascença cristã, 1400-1500
	Leonardo da Vinci, 1452-1519	Guerra das Rosas na Inglaterra, 1455-1485
	Maquiavel, 1469-1527	Erasmo, 1466?-1536
	Miguel Ângelo, 1475-1564	Copérnico, 1473-1543
		Dinastia Tudor na Inglaterra, 1485-1603
	Unificação da Espanha, 1492	Montaigne, 1533-1592
	Cervantes, 1547-1616	Sir Francis Bacon, 1561-1626
	Galileu, 1564-1642	Shakespeare, 1564-1616
		Sir William Harvey, 1578-1657

CAPÍTULO 13

A Civilização da Época Feudal: Instituições Políticas e Econômicas

MUITO antes da famosa Renascença dos séculos XIV e subseqüentes, a Europa Ocidental começara lentamente a emergir da ignorância e do barbarismo da Idade das Trevas. Já no ano 800 podiam-se notar sinais do início desse lento despertar. Durante os cinco ou seis séculos que se seguiram, a cristandade latina despiu-se dos velhos agasalhos hibernais do arrependimento e da vida extraterrena e vestiu o traje mais leve do homem que está disposto a viver neste mundo e a modelar o ambiente em proveito próprio. As causas dessa mudança de atitude foram muitas e variadas: o contato com as civilizações bizantina e sarracena, a maior segurança econômica, os efeitos revitalizadores das invasões nórdicas e a influência da educação monástica. Mais tarde, o ressurgimento do comércio nos séculos XI e XII e o crescimento das cidades trouxeram um surto de prosperidade que estimulou enormemente o progresso da cultura. Os resultados dessas numerosas causas refletiram-se numa brilhante civilização intelectual e artística que alcançou o zênite do seu desenvolvimento no século XIII. Foi, sem dúvida, o regime feudal o elemento mais característico da estrutura social e política dessa civilização e, por isso, podemos com acerto nos referir a esse tipo de cultura como a civilização da Época Feudal. Não devemos, no entanto, esquecer a extrema importância que assumiu, a partir do século XII, o papel desempenhado nas cidades pelas classes comercial e industrial.

1. AS ORIGENS DO REGIME FEUDAL

O feudalismo pode ser definido como uma estrutura descentralizada da sociedade, na qual os poderes do governo eram exercidos por barões sobre pessoas que deles dependiam economicamente. É um sistema de suserania e vassalagem, no qual o direito de governar é concebido como um direito de propriedade, cabendo a quem quer que possua um feudo. A relação entre o suserano e seus vassalos é uma relação contratual, que envolve obrigações recíprocas. Em troca da proteção e assistência econômica que recebem, os vassalos devem obedecer ao seu senhor ou suserano, servi-Io lealmente e, em geral, compensá-Io com tributos ou impostos correspondentes aos serviços que ele presta no interesse dos primeiros. Assim definido, o feudalismo não se limitou ao segundo período medieval. Houve regime feudal em diversos outros períodos da história do mundo, como, por exemplo, em muitas partes do Império Romano e durante toda a primeira fase da Idade Média. O feudalismo do segundo período da Idade Média diferia, no entanto, dos exemplos anteriores por constituir um tipo legalmente reconhecido de estrutura social. Não se procurava justificá-Io como um substituto grosseiro do governo centralizado, antes, porém, era glorificado como um sistema ideal, mais ou menos como atualmente idealizamos a democracia e o estado nacional.
Como se originou o feudalismo dos últimos tempos da Idade Média? De certo modo, foi um prolongamento de antigas instituições romanas. Entre essas está a clientela. Desde tempos remotos, os cidadãos romanos que passavam dificuldades procuravam a proteção de patronos ricos, tornando-se seus clientes ou dependentes pessoais. Na confusão que acompanhou o declínio do Império, a clientela se alargou muitíssimo. Outra dessas instituições romanas foi o sistema do colonato. Numa tentativa desesperada para refrear o declínio da produção agrícola, durante a revolução econômica dos séculos III e IV, o governo do Império ligou indissoluvelmente ao solo numerosos trabalhadores e rendeiros agrícolas como colonos ou servos, colocando-os, na realidade, sob o controle dos proprietários dos grandes latifúndios. O precarium foi também uma instituição que se desenvolveu na época da decadência do Império Romano. Originalmente constituía um empréstimo de terra a um rendeiro que a cultivaria e pagaria a renda ao proprietário. Se, a qualquer momento, o rendeiro deixasse de pagar a renda, o proprietário tinha o direito de cassar-lhe a posse. Mais tarde, o precarium assumiu freqüentemente a forma de entrega da terra por um proprietário

pequeno a um poderoso magnata, por causa de insolvência ou necessidade de proteção. Ao mesmo tempo que fazia isso, o pequeno lavrador obrigava-se a cultivar a terra e a pagar renda pelo seu uso. As duas últimas instituições - o colonato e o precarium - muito contribuíram para o desenvolvimento de um feudalismo extralegal na antiga história romana, uma vez que aumentaram a riqueza e a importância dos grandes latifundiários. Com o decorrer dos tempos, esses homens tenderam a ignorar ou desafiar o governo central e a arrogar-se poderes de senhores absolutos das suas propriedades Tributavam os seus dependentes, faziam leis que regulavam os negócios destes e administravam o que então passava por ser a justiça.

O feudalismo do segundo período da Idade Média também se derivou em grande parte de importantes desenvolvimentos econômicos e políticos do período inicial. Um deles foi o crescimento da instituição do beneficium, que parece ter sido posta em prática pela igreja como uma modificação do precarium. O beneficium consistia na concessão de um "benefício", ou seja, o direito de usar uma terra contra prestação de renda ou serviços. No século VII, os reis merovíngios adotaram a prática de recompensar seus condes e duques com benefícios, cimentando desse modo um vínculo entre a administração pública e a posse territorial. Não muito depois, Carlos Martel e os reis carolíngios recorreram à concessão de benefícios aos nobres locais como uma maneira de recompensar o fornecimento das tropas montadas que se bateram contra os mouros. Disso resultou um aumento da dependência do governo central em relação aos principais latifundiários de todo o país. Também foi acelerado o desenvolvimento do regime feudal pela concessão, pelos reis francos, de imunidades a alguns detentores de benefícios. As imunidades isentavam as terras pertencentes a um nobre secular ou eclesiástico da jurisdição dos agentes do rei. A conseqüência natural foi o exercício da autoridade pública pelo próprio nobre como um soberano mais ou menos independente, só nominalmente submetido à suserania do rei. Os outros fatos mais importantes da primeira fase da Idade Média, que aceleraram a expansão de uma organização feudal da sociedade, foram as invasões dos nórdicos, dos magiares e dos muçulmanos. Nos séculos VIII e IX esses povos começaram a fazer rápidas incursões nas regiões colonizadas da Europa Ocidental, pilhando as áreas mais ricas e às vezes massacrando os habitantes. Os ataques dos nórdicos, em particular,

eram muito temidos. À vista disso, muitos pequenos lavradores que até então se tinham mantido independentes procuraram a proteção de seus vizinhos mais poderosos, que amiúde possuíam tropas armadas e fortalezas nas quais se podia encontrar abrigo.

Mas, se não fosse a influência germânica, o feudalismo nunca teria adquirido o caráter peculiar que veio a possuir no fim da Idade Média, pois foram os germanos que forneceram os ideais de honra, de lealdade e de liberdade que passaram a ocupar no sistema um lugar de considerável importância. Já se mencionou a instituição germânica do comitatus como uma fonte da teoria e da prática feudal. O comitatus era um grupo formado pelos guerreiros e pelo seu chefe, com obrigações mútuas de serviço e de lealdade. Embora os guerreiros prestassem um juramento pessoal de proteger e defender seu chefe e este, em retribuição, se comprometesse fornecer-Ihes cavalos e armas, a relação entre as duas partes era totalmente diversa da que existira entre os clientes romanos e os seus protetores. Nela não se discernia, absolutamente, qualquer elemento de servilismo; os guerreiros eram praticamente iguais aos seus chefes, pois que todos se

empenhavam nas mesmas atividades belicosas, cujo alvo eram a glória e a pilhagem. Esse ideal duma relação de honra e de lealdade, existente no comitatus, mais tarde se fixou no feudalismo com respeito às relações entre senhores e vassalos. A prática feudal da homenagem, pela qual os vassalos juravam fidelidade numa cerimônia de submissão ao seu suserano, também era provavelmente uma derivação do comitatus. Finalmente, a concepção feudal do direito como um produto do costume e não da autoridade, e mais, como uma propriedade pessoal do indivíduo que podia levá-Io consigo para onde quer que fosse, também pode ser atribuída à influência germânica.

2. O FEUDALISMO COMO ESTRUTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

Como sistema de governo, o feudalismo englobava certo número de concepções básicas. Em primeiro lugar, como já vimos, incluía a noção de que o direito de governar era um privilégio pertencente a todo possuidor de um feudo, O feudo, implicando esse privilégio obrigações muito definidas, cuja violação podia acarretar a perda do feudo, Envolvia, em segundo lugar, a idéia de que todo governo se baseia num contrato. Os governantes devem concordar em governar dentro da justiça, de acordo com as leis tanto humanas como divinas. Os súditos devem prometer obediência enquanto seus dirigentes governarem com justiça. No caso de uma das partes violar o contrato, a outra fica livre de suas obrigações e tem o direito de iniciar uma ação de reparação. Com terceira concepção, o feudalismo baseava-se num ideal de soberania limitada e na oposição à autoridade absoluta, não importando por quem fosse exercida. O governo feudal devia ser um governo de leis, não de homens. Nenhum governante, de qualquer categoria que fosse, tinha o direito de impor a sua vontade pessoal aos súditos para atender aos ditames do próprio capricho. Dentro da teoria feudal, na verdade, nenhum dirigente tinha o direito de legislar; a lei era produto do costume ou da vontade de Deus. A autoridade do rei ou do barão limitava-se à promulgação do que se poderia chamar decretos administrativos, visando a boa execução da lei. É muito difícil determinar se os ideais do feudalismo foram postos em prática com menos êxito do que os ideais dos sistemas políticos em geral. A maioria das pessoas, devido aos seus

preconceitos contrários a tudo que é medieval, sem dúvida responderá afirmativamente a esta pergunta. No entanto, a revolta contra a opressão não ocorria com freqüência na segunda fase da Idade Média, muito embora fosse comum ente doutrinada a existência do direito de rebelião contra o governante que se tornasse tirânico.
Tanto na teoria como na prática, o regime feudal era um sistema de suserania e vassalagem, baseado na concessão e posse de feudos. Em sua essência, o feudo era um benefício que se tornara hereditário. No entanto, nem sempre consistia numa área de terra, pois podia também ser um cargo oficial, uma posição ou o direito de cobrar tributos numa ponte, o de cunhar moeda ou de estabelecer mercados e auferir-lhes os proventos. O homem que doava o feudo era um senhor ou suserano, qualquer que fosse a sua categoria, e aquele que o recebia a fim de possuí-Io e transmití-Io a seus descendentes era um vassalo, quer fosse um cavaleiro, um conde ou um duque. Via de regra, o rei era o mais alto suserano. Logo abaixo dele vinham os grandes nobres, de vários títulos, como sejam duques, condes, "earls”, na Inglaterra ou "margraves", na Alemanha. Por sua vez, esses nobres dividiam os seus feudos e concediam as subdivisões a nobres inferiores, que assim passavam a ser vassalos daqueles e comumente eram chamados viscondes e barões. No grau mais baixo da escala ficavam os cavaleiros, cujos feudos não podiam ser divididos. Desse modo, de acordo com a ordem geral das coisas, cada senhor, exceto o rei, era vassalo de algum outro senhor, e todo vassalo, exceto o cavaleiro, era senhor de outros vassalos. Esse arranjo, aparentemente lógico e bem ordenado, era, porém, perturbado por inúmeras irregularidades. Havia vassalos na posse de feudos recebidos de vários senhores, não sendo todos da mesma categoria. Havia senhores cujos vassalos recebiam feudos do mesmo suserano do qual dependiam aqueles. E em alguns casos havia reis que, na realidade, recebiam feudos de alguns de seus condes ou duques e eram, conseqüentemente, de certo modo vassalos de seus próprios vassalos.
Além disso, deve-se sempre ter em mente que o feudalismo não era o mesmo em todos os países da Europa Ocidental. Muitos de seus característicos, que comumente se supõe serem universais, eram encontrados apenas na França, onde o sistema estava mais amplamente desenvolvido, ou, na melhor hipótese, em mais um ou outro dos demais países. Por exemplo, a lei da primogenitura, pela qual o feudo era herdado

inteiro pelo filho mais velho, não existia em absoluto na Alemanha, onde também as distinções sociais não eram tão nitidamente definidas como em França. Ademais, não se achavam incluídos no regime feudal nem todas as terras nem todos os habitantes dos países europeus. Grande parte dos lavradores das regiões acidentadas e montanhosas da França, da Itália e da Alemanha não possuíam suas terras em regime de feudo, mais sim em plena posse, como as tinham possuído durante muitos séculos os seus antepassados.
Cada membro da nobreza feudal estava envolvido numa complicada rede de direitos e obrigações, que variavam de acordo com a sua situação de suserano ou de vassalo. Os direitos mais importantes do suserano eram: servir de curador legal no caso de qualquer dos feudos doados por ele ser herdado por um menor; o direito de reversão, ou seja, o de receber de volta o feudo de um vassalo que morresse sem herdeiros; o de confisco, ou o direito de reaver o feudo de um vassalo por motivo de violação de contrato. O último desses direitos, no entanto, só podia ser exercido depois de ter sido o vassalo condenado por um tribunal composto de seus iguais. Havia duas obrigações muito importantes, que incumbiam a todo suserano. Primeiro, devia dispensar proteção militar aos seus vassalos para prevenir ataques inimigos; segundo, devia prestar-Ihes assistência judiciária, o que comumente significava a convocação de um tribunal para julgar das queixas por eles apresentadas. O próprio suserano não fazia mais que presidir ao tribunal; a decisão em si mesma era dada pelos outros vassalos, uma vez que era princípio cardeal da justiça feudal não poder um nobre ser julgado senão por seus pares. Além desse privilégio de só ser julgado pelos seus iguais, o nobre, na sua situação de vassalo, tinha somente um outro direito importante - o de repudiar seu senhor por atos de injustiça ou por negligência em dispensar a devida proteção. As obrigações dos vassalos eram, porém, mais numerosas. Tinham de prestar serviço militar durante certo número de dias em cada ano, comparecer ao tribunal do senhor, resgatá-Io no caso de ser ele aprisionado e pagar uma pesada taxa quando herdava ou vendia um feudo.
Certamente a sociedade feudal era em alto grau aristocrática. Era um regime de condição social fixa, não de iniciativa individual. Em quase todos os casos, as várias classes da nobreza deviam suas posições à herança, embora um grau de nobreza pudesse ocasionalmente ser conferido a um

plebeu por serviços prestados ao rei. Raramente era possível a um homem conseguir promoção no sistema pelo próprio esforço ou inteligência. Pode-se, todavia, encontrar uma exceção muito importante no caso dos ministenales da Alemanha e dos Países-Baixos. Os ministeriales, como seu próprio nome indica, constituíam uma classe de funcionários administrativos sob a ordem feudal. Eram carregados da guarda de castelos, da cobrança de tributos nas portas das cidades, pontes, mercados etc. Dentre eles, alguns dos mais capazes conseguiam ser bailios ou administradores de cidades ou distritos, servindo a um grande príncipe ou bispo, ou ainda ao próprio imperador. Sua posição era tão altamente vantajosa que conseguiram, por fim, invadir as camadas mais baixas da nobreza e formar uma classe inferior de cavaleiros.
A vida da nobreza feudal dificilmente teria sido a existência idílica descrita com freqüência nas novelas românticas. Embora fosse, sem dúvida, cheia de fatos excitantes, havia também muita fadiga e os homens morriam muito moços. Cientistas modernos, examinando cuidadosamente esqueletos da época medieval, calcularam que, nesse tempo, o índice mais alto de mortalidade corresponde à idade de 44 anos, ao passo que presentemente ocorre mais ou menos aos 72. Além disso, eram bastante medíocres as condições de vida, mesmo para os nobres mais ricos. Até quase os fins do século XI, o castelo feudal não passava de um tosco fortim de madeira e mesmo os grandes castelos de pedra dos tempos posteriores estavam bem longe de ser modelos de conforto e comodidade. Os quartos eram escuros e úmidos e as paredes de pedra nua, frias e tristes. Até depois do restabelecimento do comércio com o Oriente, que introduziu o uso de tapetes e estofos, os pisos eram em geral recobertos com esteiras de junco ou palha, sendo colocada de tempos em tempos uma nova camada, quando a antiga se inutilizava com a imundície dos cães de caça. A alimentação dos nobres e de suas famílias, embora fosse copiosa e substancial, não era particularmente variada nem apetitosa. Os elementos principais da alimentação eram carne e peixe, queijo, couve, nabos, cenouras, cebola, feijão e ervilha. As únicas frutas obtidas com abundância eram as maçãs e as pêras. Não conheciam o café nem o chá, e tampouco as especiarias, mesmo algum tempo depois de estabelecido o comércio com o Oriente. Por fim o açúcar também foi introduzido, mas durante muito tempo custou um preço elevado e era tão raro que o vendiam até como droga.

Embora os nobres não trabalhassem para ganhar a vida, seu tempo não era gasto na ociosidade. As convenções de sua sociedade ditavam uma vida ativa de guerra, violentas aventuras e esportes. Não somente se empenhavam em guerras por pretextos fúteis para a conquista de feudos vizinhos, mas também lutavam pelo simples amor à luta como uma aventura excitante. Isso trouxe tanta violência que a igreja interveio com a "Paz de Deus", no século X, e completou esse tratado, no século XI, com as "Tréguas de Deus". A "Paz de Deus" deitava solenes anátemas contra quem quer que violasse lugares de culto, roubasse dos pobres ou injuriasse membros do clero. Mais tarde, a mesma proteção foi estendida aos mercadores. A "Trégua de Deus" proibia absolutamente a luta desde "as vésperas de sexta-feira até o amanhecer de segunda", e também desde o Natal até a Epifania (Dia de Reis, 06 de janeiro), e durante a maior parte da primavera, do fim do verão e do começo do outono. O propósito desta última regulamentação era sem dúvida proteger os camponeses nas estações do plantio e da colheita. A penalidade contra qualquer nobre que violasse a trégua era a excomunhão. Se tais regras tivessem sido mantidas por mais alguns séculos, talvez os homens tivessem, por fim, abandonado a guerra como desarrazoada e infrutífera. Mas a própria igreja, ao promover as Cruzadas, foi realmente responsável por torná-Ias letra morta, e as guerras santas contra os infiéis travaram-se com muito maior barbarismo que o nascido das rixas miúdas dos nobres feudais entre si.
Até uma época relativamente avançada da Idade Média, as maneiras da aristocracia feudal não eram de modo algum refinadas e gentis. A glutonaria era vício comum e um beberrão moderno ficaria perplexo à vista da quantidade de vinho e de cerveja consumida durante uma tertúlia num castelo medieval. Ao jantar, todos cortavam a carne com o próprio punhal e comiam com as mãos. Os ossos e os restos eram jogados ao chão para que os cachorros, sempre presentes, os disputassem. Tratavam as mulheres com indiferença e algumas vezes com desprezo e brutalidade, pois que o mundo, naqueles tempos, pertencia aos homens. Nos séculos XII e XIII, no entanto, as maneiras das classes aristocráticas foram consideravelmente suavizadas e melhoradas pelo desenvolvimento do que se conhece hoje como cavalaria. Era esta o código social e moral de feudalismo, o conjunto dos seus mais altos ideais e a expressão das suas virtudes. As origens desse código eram principalmente cristãs e germanas, mas a influência sarracena também

desempenhou certo papel no seu desenvolvimento. A cavalaria exaltava o ideal do cavaleiro não somente bravo e leal, mas generoso, fiel, reverente, bondoso para com o pobre e o indefeso, e desdenhoso das vantagens injustas e do ganho sórdido. Mas talvez, acima de tudo, o cavaleiro perfeito deveria ser o namorado perfeito. O ideal cavaleiresco fazia do amor à sua dama um verdadeiro culto, com um complicado cerimonial que o nobre e arrojado moço não deveria esquecer. Daí terem sido as mulheres, no fim da Idade Média, elevadas a uma situação muito mais alta do que a que tinham gozado na Europa durante o início daquele período. A cavalaria também impunha ao cavaleiro a obrigação de lutar em defesa de causas nobres. Constituíam deveres especiais seus defender a igreja e pôr à disposição dos interesses dela a sua espada e a sua lança.

A principal unidade econômica do regime feudal era a herdade senhorial, sem prejuízo de ter o próprio sistema senhorial, além do aspecto econômico, uma feição política. A herdade senhorial era, geralmente, o domínio de um cavaleiro. Senhores de posição mais alta possuíam muitas herdades, chegando freqüentemente o número destas às centenas ou aos milhares. Ninguém sabe o tamanho médio dessas unidades econômicas, mas a menor delas parece ter compreendido pelo menos 120 ou 150 hectares. Cada uma delas compreendia uma ou mais aldeias, as terras cultivadas pelos camponeses, a floresta e as pastagens comuns, a terra pertencente à igreja paroquial e a casa senhorial, que abarcava a melhor terra cultivável do feudo. Exceto quanto à casa senhorial, toda a terra arável se dividia em três porções principais: o terreno de plantio da primavera, o de plantio do outono e o pousio. Eram revezados entre si de ano em ano, de modo que o terreno que num ano fora de plantio primaveril, no seguinte seria outonal; e assim por diante. Esse era o famoso sistema dos três campos, que parece ter surgido na Europa Ocidental por volta do século VIII. A agricultura senhorial orientava-se também largamente pelo sistema do campo-aberto. O lote concedido a cada camponês não era uma área compacta do feudo, mas consistia em certo número de faixas localizadas em cada uma das três porções principais do terreno arável. Tais faixas cujo tamanho era em média de meio hectare, geralmente estavam separadas apenas por uma estreita faixa da gleba não arada. Aparentemente o principal objeto desse sistema era dar a cada servo um quinhão eqüitativo de cada uma das três espécies diferentes de terra. Ao cultivar essas nesgas

de terra, os camponeses trabalhavam em cooperação, principalmente porque, estando suas porções espalhadas, era lógico que um grupo de homens combinasse seus esforços para lavrar todas as faixas de uma dada área. Além disso, nenhum camponês possuía o número suficiente de bois para puxar o tosco arado de madeira num solo duro.

Excetuando-se o nobre e sua família, o padre da paróquia e possivelmente alguns funcionários administrativos, toda a população do feudo era formada de pessoas de condição servil. Estas compreendiam pelo menos quatro classes diferentes: os vilões, os servos, os seareiros e moradores, e os escravos. Embora, ao fim de certo tempo, os vilões e os servos quase não apresentassem distinção entre si, houve em dada época diferenças acentuadas entre eles. Os vilões eram, originalmente, pequenos lavradores que tinham entregue individualmente suas terras a um vizinho poderoso. Os antepassados dos servos, com freqüência, tinham sido submetidos coletivamente, junto com toda a aldeia a que pertenciam. Os vilões eram rendeiros perpétuos, não estando ligados pessoalmente ao solo, ao passo que os servos estavam presos a ele e eram vendidos juntamente com a terra a que se ligavam. Outra diferença a ser assinalada é a de estar o vilão sujeito apenas a obrigações incluídas nos termos de seu contrato comum, ao passo que o servo podia ser explorado quase que ao sabor das conveniências de seu senhor. Por fim, o vilão só podia ser tributado dentro dos limites fixados pelo costume; o servo, porém, podia sê-lo ao arbítrio do senhor. No século XIII, no entanto, desapareceu grande parte dessas diferenças e é notável não terem sido os vilões rebaixados ao nível dos servos, mas sim terem estes alcançado o nível daqueles. Ainda que as outras classes dependentes do feudo fossem muito menos numerosas que a dos vilões e a dos servos, algumas palavras devem ser ditas sobre elas. Os seareiros e moradores eram homens tão pobres, que não tinham nenhuma categoria definida no regime feudal. Diferindo até dos servos mais ínfimos, não tinham qualquer porção de terra que pudessem cultivar para ganhar o seu sustento. Viviam em pequenas cabanas ou choupanas e alugavam-se aos vilões ricos ou faziam trabalhos avulsos para o senhor feudal. Continuaram a existir alguns escravos durante a época feudal, tendo, contudo, o seu número constantemente diminuído. Não se adaptavam bem ao tipo de economia senhorial, pois o feudo não era uma grande propriedade cultivada, mas um conglomerado de pequenos sítios sob arrendamento perpétuo. Os poucos escravos encontradiços eram empregados, sobretudo, como criados domésticos. Depois do ano 1.000 a escravidão, como instituição, extinguiu-se praticamente na Europa Ocidental.
Como todos os outros membros das classes subordinadas dentro do feudalismo, os vilões e os servos estavam presos a numerosas obrigações.

Embora, à primeira vista, estas pareçam ter sido demasiado opressivas, é necessário lembrar que substituíam tanto as rendas como os impostos. As mais importantes dessas obrigações eram a capitação, o censo, a talha, as banalidades, as prestações e a corvéia. A capitação, ou imposto por cabeça, atingia unicamente os servos; o censo era uma espécie de renda paga somente pelos vilões e homens livres; a talha era uma certa percentagem sobre quase tudo que se produzia nas terras tanto dos vilões como dos servos; as banalidades, uma compensação paga ao senhor pelo uso do moinho da vila, do lagar, dos tonéis de cerveja, do forno do pão e também por morarem na vila. As prestações eram um tipo de hospitalidade forçada. O conde ou o barão local, nas suas viagens de um para outro solar, tinha o direito de ser hospedado durante os poucos dias que passava em cada aldeia. Conseqüentemente, era dever dos camponeses fornecer alimentação e alojamento para o grande senhor e sua comitiva, e até para os cavalos e cachorros. Essa obrigação não podia ser exigida mais de três vezes no ano e, em algumas localidades, tornou-se inteiramente obsoleta. A última espécie de obrigações dos camponeses era a corvéia, que consistia no trabalho forçado que os vilões e os servos deviam executar no cultivo do domínio do senhor e na construção e reparação de estradas, pontes e represas.

Nem com a maior boa vontade poderia a sorte do camponês medieval ser considerada invejável. Pelo menos durante as estações de plantio e colheita, ele trabalhava do nascer ao pôr do sol e eram poucas as recompensas desse trabalho. Seu lar, em geral, era uma cabana miserável, construída de varas trançadas e recobertas de barro. Servia como única saída para a fumaça um buraco no telhado de palha. O piso era a terra nua, freqüentemente fria e encharcada pela chuva e pela neve. A cama do camponês era uma caixa cheia de palha e a cadeira em que se refestelava, um mocho de três pés. Sua alimentação era grosseira e sempre a mesma, constituída de pão preto ou misto, com algumas verduras de sua horta no verão e no outono, queijo e sopa, carne e peixe salgados que freqüentemente eram mal curados e tinham de ser comidos meio podres. Sofria fome quando as colheitas eram más e havia até casos de morte por inanição. Era, é claro, invariavelmente analfabeto, vítima de temores supersticiosos e, algumas vezes, da desonestidade de intendentes inescrupulosos. Tantas eram as aflições de sua monótona existência, que se extinguia nele toda sensibilidade moral que

porventura possuísse. Um viajante medieval descrevia como, no verão, "vira a maioria dos camponeses, no dia de feira, andar pelas ruas e pelas praças da vila sem qualquer roupa, nem mesmo calças, para se refrescarem". Como alguns monges, estranhando o que viam, protestassem indignados, eles responderam asperamente: "O senhor tem alguma coisa que ver com isto?". Mas talvez o aspecto mais lamentável da vida do camponês fosse o fato de ser ele uma criatura desprezada e rebaixada. Tanto os acólitos dos nobres como os citadinos quase sempre se referiam a eles em termos desdenhosos e odiosos. Diziam que todos os camponeses eram velhacos, estúpidos, mesquinhos, vesgos e feios, que tinham "nascido do esterco de burro" e "que o diabo não os queria no inferno porque cheiravam muito mal".

Cena numa aldeia medieval. Entre as atividades representadas estão a lavra, a moagem e a matança de porcos para alimentação. No canto direito da gravura vêem-se dois frades distribuindo pão e sopa ao pobres. (Gravura do Metropolitan Museum of Art.)

Não obstante, os camponeses gozavam de algumas vantagens que contribuíam para equilibrar a balança de suas misérias. Nada significavam

para eles muitos temores e incertezas que inquietam os humildes dos tempos modernos. Corriam pouco perigo de perder o emprego ou de não ter garantias na velhice. Era princípio estabelecido no direito feudal que o camponês não podia ser privado de sua terra. Se esta fosse vendida, o servo ia com ela e conservava o direito de cultivar seu lote como o fizera antes. Quando ficava muito velho ou fraco para trabalhar, era dever do senhor cuidar dele até o fim dos seus dias. Embora trabalhasse duro nas épocas de maior labuta, na realidade tinha mais dias de folga do que os concedidos aos trabalhadores de hoje. Em algumas partes da Europa, eles atingiam um sexto do ano, sem contar os domingos. Além disso, o senhor feudal devia dar uma festa aos seus campônios depois de findo o plantio da primavera e depois de realizada a colheita, como também nos principais dias santos. Finalmente, o camponês não tinha a obrigação de prestar serviço militar. Suas colheitas podiam ser espezinhadas pelas patas dos cavalos e seu gado arrebatado pelos exércitos dos nobres guerreiros, mas pelo menos não era compelido a sacrificar a vida em benefício de um ditador fanfarrão ou de capitalistas cobiçosos de mercados.

Logo depois de ter atingido o auge de seu desenvolvimento, o feudalismo começou a dar sinais de decadência. Pelos fins do século XIII o declínio já ia bastante adiantado na França e na Itália. O sistema durou mais tempo na Alemanha e na Inglaterra, mas em 1.500 já estava quase extinto em todos os países da Europa Ocidental. Sobreviveram, todavia, muitos remanescentes até muito mais tarde, podendo-se ainda encontrá-Ios em meados do século XIX, na Europa central e oriental. Não é difícil apontar as causas do declínio do regime feudal. Muitas delas estavam intimamente associadas às revolucionárias mudanças econômicas dos séculos XI e seguintes. A volta do comércio com o Oriente Próximo e o desenvolvimento das grandes cidades ocasionaram uma procura sempre crescente dos produtos agrícolas. Os preços subiram e, como conseqüência disso alguns camponeses tornaram-se capazes de comprar sua liberdade. Além disso, a expansão do comércio e da indústria criou novas oportunidades de emprego e tentou muitos servos a fugir para as cidades. Desde que conseguiam escapar, era quase impossível trazê-Ios de volta. Uma outra causa econômica foi a abertura de novas terras ao cultivo, principalmente devido aos preços mais altos dos produtos do solo. A fim de levar os camponeses a desbastar florestas e drenar pântanos, era freqüentemente necessário prometer-Ihes a

liberdade. A Peste Negra que varreu a Europa no século XIV, embora não fosse exatamente um fator econômico, trouxe resultados bastante semelhantes aos das causas já mencionadas. Em outras palavras, produziu escassez de trabalho e desse modo fez com que se tornassem mais insistentes os pedidos de liberdade de parte dos servos que sobreviveram. O sistema senhorial era praticamente impossível com um camponês livre, e assim se abateu um dos principais sustentáculos do regime feudal.

Também tiveram grande importância as causas políticas da queda do feudalismo. Uma delas foi a criação de exércitos profissionais e a oportunidade oferecida aos aldeões de se tornarem soldados mercenários. Outra foi a adoção de novos métodos de guerra que tornavam os cavaleiros menos indispensáveis como classe militar. Como terceira causa pode ser citada a situação caótica produzida pela Guerra dos Cem Anos e as insurreições camponesas que daí resultaram. A quarta foi a influência das Cruzadas na eliminação dos nobres poderosos, no movimento pela adoção da taxação direta e em tornar necessária a venda de privilégios a comunidades de servos, como meio de obter dinheiro para equipar os exércitos. Provavelmente, porém, a causa política mais importante foi o aparecimento, sobretudo na França e na Inglaterra, de fortes monarquias nacionais. Por vários meios, no fim da época feudal, os ambiciosos reis desses países destituíram pouco a pouco os nobres de toda autoridade política.

3. O APARECIMENTO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

Logo após a morte de Carlos Magno, em 814, caiu por terra o governo forte que ele construíra na Europa Ocidental. Nesse ano, pelo Tratado de Verdun, seus netos concordaram em dividir o Império Carolíngio em três partes distintas. As duas porções maiores formaram os reinos da França Oriental e da França Ocidental, que correspondem de modo geral aos atuais territórios da Alemanha e da França. Uma larga faixa de terra entre as duas porções formou um reino intermediário que incluía os atuais territórios da Bélgica, da Holanda, da Alsácia e da Lorena. Tal foi o início de algumas das divisões políticas mais importantes do mapa da Europa atual.

Entretanto, os três reinos passaram rápida e completamente à dominação feudal. Os verdadeiros governantes não foram os descendentes do grande rei carolíngio, mas uma hoste de pequenos príncipes, condes e duques. Os próprios reis desceram ao nível de meros suseranos feudais, dependentes dos nobres locais para a obtenção de seus soldados e rendimentos. Conquanto fosse ainda bem grande a sua preponderância moral como reis, praticamente não tinham autoridade verdadeira sobre o povo. Por volta do fim do século XII, no entanto, começaram a aparecer em França certos sinais de mudança dessa situação. Em 987, o último dos fracos monarcas carolíngios foi destronado pelo Conde de Paris, Hugo Capeto. Os descendentes direitos deste ocuparam o trono francês por mais de trezentos anos. Ainda que nem Hugo nem qualquer de seus sucessores imediatos tenha exercido o grau de soberania que comumente associamos à função real, diversos Capetos posteriores foram governantes poderosos. Muitos fatores auxiliaram esses reis a estabelecer sua posição de domínio. Em primeiro lugar, tiveram bastante sorte para, durante centenas de anos, ter filhos que lhes sucedessem, e muitas vezes um filho único. À vista disso, não houve lutas mortais por causa do direito de sucessão, nem qualquer necessidade de dividir o domínio real com parentes desgostosos, capazes de defender sua pretensão ao trono. Em segundo lugar, a maioria desses reis viveram até idade avançada e, assim, seus filhos já eram homens maduros quando subiram ao trono. Não houve, por isso, regências que retalhassem o poder real durante a menoridade de um príncipe. Outro fator foi a expansão do comércio, que ofereceu aos reis novas fontes de rendimentos, capacitando-os a encontrar poderosos aliados no seio da burguesia para sua luta contra os nobres. Finalmente, deve-se levar em consideração a astúcia e o vigor de muitos dos próprios reis.

O primeiro dos reis Capetos que pode ser considerado como um dos fundadores da monarquia nacional na França foi Filipe Augusto (1180-1223). Embora Filipe jamais se tivesse considerado, talvez, senão como um suserano feudal mais alto, a maioria dos seus atos políticos teve como efeito enfraquecer seriamente a estrutura feudal. Quando concedia feudos aos seus vassalos exigia destes o compromisso de que, antes de mais nada, os subvassalos jurariam fidelidade a ele próprio. Ávido de rendas, trocava o mais que podia as obrigações feudais por pagamentos em dinheiro: vendia alvarás a cidades e lançou impostos especiais sobre os judeus e sobre todas

as pessoas que recusassem tomar parte nas cruzadas para conquistar aos muçulmanos o reino de Jerusalém. Nomeou bailios e senescais para supervisionar a administração da justiça nos tribunais feudais e para fazer valer os direitos do rei como suserano. Apesar de continuar dependendo de seus vassalos quanto ao fornecimento de tropas, tomou algumas providências para a fundação de um exército nacional submetido ao seu próprio controle. Assalariou soldados aos milhares e compeliu as cidades a fornecerem recrutas escolhidos entre seus próprios moradores. Empenhou-se de tal modo em relegar os nobres para um plano secundário, que conseguiu quadruplicar os domínios reais e transferir muitas funções feudais para as suas próprias mãos.

O segundo dos mais ativos reis que agiram em favor da consolidação do poder monárquico na França foi Luís IX (1226-70). Poucos governantes da história tiveram, sem dúvida, personalidade mais interessante. Luís era uma estranha mistura de devoção exagerada, benevolência astuciosa e ambicioso espírito prático. Às vezes imitava a vida de um monge, usava um cilício, jejuava escrupulosamente e fazia-se flagelar com pequenas correntes. Amiúde recebia pobres em sua mesa, considerando seu dever lavar os pés dos miseráveis e, algumas vezes, até servir leprosos. Dada a grande reputação de piedade que gozava e o seu martírio por ocasião da cruzada a Tunes foi canonizado apenas 27 anos depois de sua morte. Mas Luís IX não foi apenas um asceta. Encontrou tempo para instalar hospitais, abolir o duelo judiciário e emancipar milhares de servos do domínio real, tendo o cuidado de fazer com que cada um pagasse uma taxa em troca da liberdade. Trabalhou, ademais, para aumentar o poder monárquico por meio de todos os engenhosos estratagemas que pôde imaginar. Estendeu o direito de recurso das decisões dos tribunais feudais para o seu tribunal e incitou seus jurisconsultos a criar uma categoria de casos que só poderiam ser submetidos à jurisdição do rei. Essa categoria era bastante ampla para incluir casos de traição e, praticamente, todas as violações da paz. Dispôs que só o seu próprio dinheiro poderia ser aceito em todas as partes do reino. Tentou, com vigor, mas sem inteiro êxito, refrear o poder dos nobres, vedando-Ihes o direito de guerrear por iniciativa particular. Talvez a mais significativa medida entre quantas tomou, tenha sido a de assumir pessoalmente o poder de decretar ordenações para todo o país, sem o prévio consentimento de seus vassalos. Nada, talvez, poderia ter expressado uma

negação mais enérgica dos princípios feudais do que essa medida, pois, de acordo com a teoria feudal, o rei não podia afastar-se da lei vigente sem a aprovação dos grandes do reino.
A evolução da monarquia nacional na França Medieval foi levada ainda mais longe durante o reinado de Filipe IV (1285-1314), ou Filipe o Belo, como é mais comumente chamado. A política este rei foi determinada em grande parte por um acréscimo da necessidade de rendimentos, mas resultou também, até certo ponto, da popularidade crescente do direito romano, incluindo a doutrina básica da soberania absoluta do estado. A ambição de levantar dinheiro não somente fez com que Filipe expulsasse os judeus e os banqueiros italianos e confiscasse suas propriedades, mas ainda o levou a transformar quase todos os tributos feudais em impostos diretos. Foi, porém, a sua tentativa de taxar os bens da igreja que alcançou significação mais alta. Tal tentativa desencadeou uma irada contenda com o Papa, que teve dois resultados importantes: 1) a sujeição da igreja católica francesa ao rei; 2) a convocação do que veio a ser considerado como o primeiro parlamento da história francesa. Para apurar a opinião de seus súditos em relação à contenda com o Papa, Filipe convocou, em 1302, uma assembléia do clero, dos nobres leigos e dos representantes das cidades. Sendo essas as principais classes ou "estados" de todos os seus súditos, a assembléia passou a ser conhecida como Estados Gerais. Foi convocada por Filipe, em duas outras ocasiões, para aprovar novas modalidades de taxação. Seus sucessores imitaram o precedente com maior ou menor regularidade, até 1614. Está claro que os Estados Gerais não eram concebidos como uma assembléia legislativa independente, mas sim como um corpo de consultores do rei. Foi somente sob a influência do liberalismo do século XVIII que os homens passaram a considerá-Ia um verdadeiro parlamento. Por outro lado, uma vez que incluía representantes alheios à nobreza, a sua instituição pode ser considerada como um passo a mais na transformação do governo francês, levando-o a assumir um caráter nacional em vez de feudal.
O poder monárquico, na França, consolidou-se ainda mais em resultado da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Essa guerra originou-se de numerosas causas. A principal foi, sem dúvida, o velho conflito entre os reis ingleses e franceses em torno de certos territórios da França. No fim do século XIII os monarcas da Inglaterra ainda conservavam parte da Guiena e da Gasconha,

como vassalos da coroa francesa. Os monarcas franceses não se conformavam com a presença de um poder estrangeiro no seu solo nacional. Receavam, além disso, que o interesse dos ingleses no comércio de lãs da Flandres redundasse numa aliança com os burgueses flamengos contra o seu soberano, o rei da França. O que ainda mais agravava a situação era que Eduardo III, que sucedera ao trono da Inglaterra em 1327, alimentava pretensões à coroa francesa por ser neto de Filipe o Belo, pelo lado materno. Sentindo a inevitabilidade da guerra, decidiu fazer valer os seus direitos, na esperança de que isso lhe fornecesse um pretexto conveniente para conquistar as cidades flamengas.
A Guerra dos Cem Anos prolongou-se por mais de um século, embora a luta não fosse de modo algum contínua. As hostilidades entre os dois exércitos foram interrompidas per várias tréguas e acompanhadas de algumas sublevações sangrentas, tanto de citadinos como de camponeses. Durante a maior parte do conflito os exércitos ingleses foram, em geral, vitoriosos. Eram mais bem organizados, disciplinados e equipados. Além disso, a Inglaterra não sofria os extremos de discórdia interna que assolavam os franceses. Por volta de 1420 o duque de Borgonha desertara a causa da França e toda a metade setentrional do país achava-se ocupada por soldados ingleses. Pouco depois ocorreu o mais dramático incidente da guerra, infundindo novo ânimo nos exércitos franceses e preparando o caminho para a sua vitória final. Uma jovem camponesa simples e devota, Joana d'Arc, apresentou-se afirmando ter sido encarregada por Deus de "expulsar os ingleses de todo o reino da França". Embora não tivesse instrução alguma, "não conhecendo A nem B", sua piedade e sinceridade causaram tão funda impressão nos soldados franceses que acreditaram firmemente estar sendo conduzidos por um anjo descido dos céus. Em poucos meses Joana libertou quase toda a França central e levou o delfim Carlos VII a Reims, onde foi ele coroado rei de França. Mas, em maio de 1430, Joana d'Arc foi aprisionada pelos borguinhões e entregue aos ingleses. Estes, que a consideravam como uma feiticeira, nomearam um tribunal eclesiástico especial para processá-Ia por heresia. Decidindo pela sua culpabilidade, entregaram-na os juízes ao braço secular em 30 de maio de 1431, sendo ela, então, queimada viva na praça pública de Ruão.
Como sucede muitas vezes com os mártires, Joana foi mais poderosa morta do que viva. Sua memória perdura até hoje na França, como a

personificação de uma causa patriótica. Os anos que seguiram a sua morte testemunharam uma série ininterrupta de triunfos para as armas francesas. Em 1453 a tomada de Bordéus, derradeiro reduto dos ingleses, pôs termo à guerra. Dos outrora extensos domínios ingleses na França, só restava o porto de Calais. Mas a Guerra dos Cem Anos fez mais do que expelir os estrangeiros do território francês: acrescentou a pedra de coroamento à consolidação do poder real no país. As tentativas de controlar o governo, tanto por parte dos Estados Gerais como da alta nobreza, haviam abortado. A despeito da confusão e dos sofrimentos da guerra, a França emergira com bastante consciência nacional para permitir a consolidação dos poderes reais dentro de um regime de monarquia absoluta. A consumação dês se processo assinalou a transição final do feudalismo para algo que se assemelhava a um estado moderno.

O desenvolvimento da monarquia nacional na Inglaterra remonta ao reinado de Guilherme o Conquistador. A conquista da ilha por este, em 1066, resultou no estabelecimento de uma monarquia mais forte do que a que havia existido previamente, sob os reis saxões. A resultante ampliação de poder não foi necessariamente propositada. O rei Guilherme fez poucas mudanças de grande alcance. Em geral, conservou as leis e instituições saxônias. Trouxe do Continente certos elementos de feudalismo, mas teve o cuidado de impedir uma descentralização excessiva. Exigia de seus vassalos um juramento de fidelidade a ele próprio, com precedência sobre o que prestavam aos seus suseranos imediatos. Proibiu a guerra privada e reteve, como prerrogativa real, o direito de cunhar moeda. Ao conceder terras aos seus sequazes, raramente Ihes dava propriedades extensas e indivisas. Transformou o antigo witan, ou conselho consultivo dos reis anglo-saxões, numa curia regis, ou assembléia do rei, composta principalmente de seus próprios cortesãos e subordinados administrativos. Ao terminar o seu reinado a constituição da Inglaterra estava bastante modificada, mas as alterações tinham sido tão graduais que poucos se apercebiam da sua importância.

Os sucessores imediatos de Guilherme o Conquistador continuaram a política do pai, mas depois da morte de Henrique I, em 1135, desencadeou-se uma violenta disputa entre pretendentes rivais ao trono e o país foi lançado no abismo da anarquia. Quando Henrique II subiu ao trono, em 1154, encontrou o tesouro vazio e os barões instalados no poder. Seus

objetivos imediatos foram, por isso, aumentar as rendas reais e reduzir o poder dos nobres. A fim de conseguir o primeiro deles, estabeleceu a prática de comutar regularmente a obrigação feudal do serviço militar num pagamento em dinheiro, prática essa que passou a ser conhecida como scutage, e lançou os primeiros impostos ingleses sobre a propriedade e sobre a renda. Na sua guerra contra os nobres, demoliu centenas de castelos que tinham sido construídos sem autorização e cerceou a jurisdição dos tribunais feudais. Mas por certo compreendeu que o poder dos barões só poderia ser definitivamente restringido por meio de mudanças na lei e nos trâmites da justiça, pois reuniu à sua volta um corpo de eminentes jurisconsultos para aconselhá-Ia sobre as leis que deviam ser postas em vigor. Além disso, seguiu a prática já estabelecida de nomear juizes itinerantes para administrar a justiça nas várias partes do reino. Esses juízes, viajando de uma região a outra, aplicavam uma lei uniforme em todos os recantos do país. Os precedentes criados pelas suas decisões suplantaram gradualmente os costumes locais e vieram a ser reconhecidos como o direito consuetudinário inglês (common law). Também expediu ordens aos xerifes para que apresentassem aos juizes, quando estes chegassem ao seu condado, grupos de homens familiarizados com as condições locais. Esses homens deviam relatar, sob juramento, todos os casos de homicídio, incêndio premeditado, roubo ou outros crimes semelhantes de que houvessem tido conhecimento desde a última visita dos juízes. Essa foi a origem do júri de instrução (grand jury). Outra das reformas de Henrique possibilitava a qualquer das partes de uma ação cível comprar um mandado que obrigava o xerife a trazer à presença do juiz o autor e o réu, juntamente com doze cidadãos conhecedores dos fatos. Pedia-se então aos doze que declarassem, sob juramento, se as afirmações do autor eram verídicas, e o juiz daria a decisão de acordo com a resposta. Dessa prática surgiu a instituição do júri ordinário (petty jury ou trial jury).
Nos reinados dos filhos de Henrique - Ricardo I e João o feudalismo desfrutou um reflorescimento parcial. Salvo pelo espaço de seis meses em seus dez anos de reinado, Ricardo esteve sempre ausente da Inglaterra, empenhado na Terceira Cruzada ou defendendo suas possessões no continente. Enraiveceram-se, além disso, muitos barões com as pesadas taxas que tiveram de ser impostas para pagar as despesas militares. A revolta feudal atingiu o auge no reinado do rei João, que talvez não tenha

sido um tirano pior que os seus predecessores. Tinha, porém, a infelicidade de ter dois poderosos inimigos - o rei Filipe Augusto, da França, e o Papa Inocêncio III; era inevitável que os barões se aproveitassem da oportunidade para retomar o poder, na ocasião em que perdeu para Filipe grande parte de suas possessões em território francês e sofreu uma derrota humilhante às mãos do Papa. Em 1215 obrigaram João a assinar a famosa Magna Carta, um documento que permanece até hoje como parte importante da constituição britânica. A interpretação popular dada à Magna Carta é, na realidade, errônea. Não pretendia ser uma Declaração de Direitos ou uma carta das liberdades do homem comum; pelo contrário, era um documento feudal, um contrato feudal escrito, no qual o rei, como suserano, se comprometia a respeitar os direitos tradicionais dos seus vassalos. Sua grande importância, na época, residia em ser uma expressão do princípio do governo limitado, da idéia de que o rei está submetido à lei. Algumas de suas prescrições feudalistas se prestaram, no entanto, mais tarde, a uma aplicação mais ampla. Por exemplo, a declaração de que nenhum homem podia ser aprisionado ou punido "exceto pelo julgamento legal de seus pares ou pela lei da terra".

ARQUITETURA GÓTICA

Interior da catedral de Notre Dame, em Paris. A figura dá uma impressão nítida da elevada construção da arquitetura gótica, dos arcos em ogiva e das abóbadas nervuradas que permitiam tal construção.

A catedral de Amiens. Construída no século XIII, representa a mais alta expressão da arquitetura gótica. Aqui se vê, em seu maior desenvolvimento, a ornamentação exterior e a predominância da escultura e dos vitrais. A catedral de Amiens, como muitas catedrais góticas, tem tôrres diferentes

A Fuga para o Egito, *de Giotto. O calor e a humanidade desta cena exemplificam o naturalismo religioso introduzido na pintura da Renascença por Giotto, no século* XIV. (Foto Alinari.)

O Nascimento de Vênus, *por Sandro Botticelli. Demonstra o gôsto pagão quatrocentista pelas formas do corpo e pelo atrativo sensual da mitologia clássica.*

A oposição dos barões continuou no reinado de Henrique III, filho de João. Conseguiram, então, considerável apoio da classe média e encontraram um novo chefe em Simão de Montfort. Desencadeou-se uma guerra civil, na qual o rei foi aprisionado. Em 1265, Simão de Montfort, desejando assegurar o apoio popular para os seus planos de limitação dos poderes da coroa, convocou uma assembléia ou parlamento que incluía não apenas os nobres e os elementos do clero mais altamente colocados, mas também dois cavaleiros de cada condado e dois cidadãos de cada uma das cidades mais importantes. Trinta anos depois, esse expediente de um parlamento composto de membros das três grandes classes tornou-se um órgão regular do governo, quando Eduardo I, em 1295, convocou o chamado Model Parliament. O objetivo de Eduardo, ao convocar esse parlamento, não era introduzir uma reforma democrática, mas somente ampliar a estrutura política, fazendo com que o rei dependesse menos dos nobres. Não obstante, estava estabelecido o precedente de se reunirem sempre os representantes dos comuns e das duas classes superiores para aconselhar o rei. Ao findar o reinado de Eduardo III (1327-77) achava-se o Parlamento dividido, para todos os fins práticos, em duas câmaras que haviam ampliado

o seu controle sobre a tributação e começavam a assumir autoridade legislativa. Em capítulos posteriores trataremos da evolução subseqüente do Parlamento inglês até transformar-se no poder soberano da nação.
No século XIV, a Inglaterra foi profundamente afetada por mudanças econômicas que se haviam iniciado um pouco antes no Continente. O desenvolvimento do comércio e da indústria, o crescimento das cidades, o uso mais comum do dinheiro, a escassez do trabalho foram fatores que enfraqueceram muito o sistema senhorial e, conseqüentemente, solaparam o poder feudal. Além disso, a Guerra dos Cem Anos aumentou os poderes militares e financeiros dos reis e tendeu a torná-Ios mais independentes do apoio dos barões. O feudalismo na Inglaterra extinguiu-se, por fim, numa grande luta entre facções rivais pelo controle da coroa. Essa luta, conhecida como a Guerra das Rosas, durou de 1455 a 1485. A morte de grande número de nobres e o desgosto do povo em face da desordem contínua capacitaram o novo rei Henrique Tudor, ou Henrique VII, a estabelecer a ordem mais bem consolidada que o país já conhecera até então.
Ainda que no século XV o regime feudal se extinguisse na Alemanha e um pouco antes, na Itália, em nenhum desses países se estabeleceu uma monarquia nacional senão muito depois do fim da Idade Média. O poder dos duques alemães e o do Papa sempre se mostraram fortes demais para serem vencidos. Se alguns dos imperadores alemães se tivessem contentado em permanecer no seu país, teriam logrado construir uma ordem centralizada, mas insistiam em interferir na Itália, contendendo assim com os papas e encorajando revoltas nos seus próprios domínios.
Quando, em 911, extinguiu-se o ramo oriental da dinastia carolíngia, os alemães voltaram à sua antiga prática de eleger o rei. A primeira escolha recaiu em Conrado da Francônia. Este, por sua vez, foi sucedida por Henrique I, o fundador da dinastia saxônia. A figura mais famosa dessa dinastia foi o filho de Henrique, de nome Oto o Grande, que se tornou rei em 936. Desde o início de seu reino, Oto pareceu nutrir ambições de se tomar algo mais do que mero rei da Alemanha. Ele mesmo se coroou em Aachen (Aix-Ia-Chapelle), provavelmente para sugerir a idéia de que era o sucessor legítimo de Carlos Magno. Logo depois interveio nos negócios italianos atribuiu-se o título de rei dos lombardos. Daí restava somente um passo para se ver comprometido com o papado. Em 961, Oto atendeu a um apelo do papa João XII para protegê-Io contra os seus inimigos, e, em

janeiro do ano seguinte, como recompensa, foi coroado imperador de Roma. Ainda que o império de Oto o Grande se limitasse à Alemanha e à Itália, o seu fundador acreditava, sem dúvida, poder ainda aumentá-Io, abarcando talvez toda a cristandade latina. Esse império não em, absolutamente, concebido como um novo estado, mas como uma continuação do império carolíngio e do império dos Césares.

No século XII, a coroa de Oto o Grande passou a pertencer à família dos Hohenstaufen, cujos representantes mais notáveis foram Frederico Barbarroxa e Frederico II. Ambos esses governantes se excederam na luta para concretizar suas pretensões à dignidade imperial. Frederico Barbarroxa deu ao império da Alemanha e da Itália o nome de Santo Império Romano, baseando-se na teoria de ser aquele um império universal estabelecido diretamente por Deus e colocado no mesmo nível da igreja. Frederico II, que foi rei da Sicília, da Itália e do Santo Império Romano, interessou-se muito mais pelo seu reino do sul do que pela Alemanha. Não obstante, acreditava, tão firmemente quanto seu avô Barbarroxa, num império universal, como a mais alta força secular da Europa Ocidental. Mas achava que o único caminho possível para tornar realidade suas pretensões imperiais era fundar um estado forte na Sicília e na Itália do sul e, depois, estender o seu poder para o norte. Conseqüentemente, tratou de organizar o império do sul sob um regime de despotismo por direito divino. Destruiu quase que de um só golpe os vestígios do feudalismo. Organizou um exército profissional, introduziu a tributação direta e aboliu o julgamento por ordálio e por duelo judiciário. Caracterizou como ato de verdadeiro sacrilégio discutir sequer os estatutos e as decisões do imperador. Estabeleceu um controle rígido sobre o comércio e a indústria e criou os monopólios governamentais do comércio do trigo, das operações de câmbio, da manufatura de artigos têxteis e outros. Chegou mesmo a antecipar os ditadores modernos numa campanha de apuração racial, dizendo que "quando os homens da Sicília se ligam a filhas de estrangeiros, deturpa-se a pureza da raça". Parece que esquecia o fato de já estar misturado o sangue da maior parte do seu povo com infusões sarracenas, gregas, italianas e normandas, e de que ele próprio era metade alemão e metade normando.

Frederico II não obteve maior êxito que seus predecessores na tentativa de incrementar o poder do Santo Império. Seu grande erro foi ter-se esquecido

de conquistar o apoio da classe média nas cidades, como o fizeram, na França, os Capetos. Sem isso era impossível romper a barreira da oposição papal. Depois que Frederico morreu, em 1250, os papas trataram de aniquilar os membros remanescentes da linha Hohenstaufen. Em 1273, RodoIfo de Habsburgo foi eleito para o trono imperial, mas o Santo Império Romano que ele e seus sucessores governaram raramente foi muito poderoso. Quando finalmente abolido em 1806, por Napoleão, era pouco mais do que uma ficção política.

4. A VIDA URBANA NA ÉPOCA FEUDAL

Nem todos os habitantes da Europa Ocidental, na época feudal, viviam, é claro, em castelos, solares ou aldeias rurais. Milhares deles residiam em cidades e vilas e, pelo menos desde o século XI, as atividades das classes urbanas foram tão importantes quanto as lutas e os galanteios dos nobres, ou a faina agitada dos camponeses. Na verdade, as cidades foram os verdadeiros centros de quase todo o progresso intelectual e artístico do segundo período da Idade Média.

As mais antigas cidades medievais da Europa Ocidental foram, sem dúvida, aquelas que haviam sobrevivido aos tempos romanos. Fora da Itália, porém, contavam-se na realidade muito poucas. Outras surgiram como resultado de várias causas. Muitas eram cidades que tinham aumentado de tamanho e de importância por serem sedes de bispados. Outras brotaram da transformação de mosteiros em centros de comércio e de indústria. Algumas, ainda, desenvolveram-se partindo de castelos e de fortalezas junto aos quais o povo vivia por necessidade de proteção. Mas, certamente, o maior número delas originou-se do renascer do comércio que se iniciou no século XI. As principais cidades que podem ser incluídas nesta última classe são as de Veneza, Gênova e Pisa. Seus mercadores não tardaram a estabelecer um florescente comércio com o Império Bizantino e com as grandes cidades muçulmanas de Bagdá, Damasco e Cairo. Os produtos trazidos pelos mercadores provocaram grande procura não somente na Itália, mas também na Alemanha, na França e na Inglaterra. Devido a isso, abriram-se novos mercados e grande número de pessoas pôs-se a imitar os produtos importados do Oriente Próximo. As cidades e as vilas

multiplicaram-se tão rapidamente que, em algumas regiões, pela alturas do século XIV, metade da população tinha sido desviada das atividades agrícolas para as comerciais e industriais.
Como era de esperar, localizavam-se no sul as maiores cidades da Europa feudal. Palermo, na ilha da Sicília, com provavelmente 300.000 habitantes, sobrepujava a todas as outras em tamanho e provavelmente também em magnificência. A metrópole do norte da Europa era Paris, com uma população, no século XIII, de mais ou menos 240.000 habitantes. As únicas outras cidades com uma população de 100.000 habitantes ou mais eram Veneza, Florença e Milão. Ainda que a Inglaterra tivesse dobrado o número de seus habitantes entre os séculos XI e XIV, apenas uns 45.000 viviam em Londres, no século XIII. No fim da Idade Média, quase todas as cidades da Europa Ocidental tinham conquistado certo grau de independência do controle feudal. Seus cidadãos tinham inteira liberdade de dispor de sua propriedade como quisesse, de casar com quem lhes agradasse e de se locomover a seu arbítrio. Todos os encargos feudais foram abolidos ou comutados em pagamentos de dinheiro; tomaram-se disposições para que as causas que envolviam habitantes das cidades fossem julgadas nos tribunais municipais. Algumas das cidades maiores e mais ricas eram quase inteiramente livres, tendo governos organizados, com funcionários eleitos, para administrar os seus negócios. Isso particularmente ocorria no norte da Itália, na Provença, no norte da França e na Alemanha. Tal liberdade era assegurada por vários modos: freqüentemente pela compra, de quando em quando pela violência e, algumas vezes, pelo aproveitamento da fraqueza dos nobres ou da sua preocupação com as disputas em que se empenhavam. Em geral, o governo dessas cidades era dominado por uma oligarquia de mercadores, mas em alguns casos prevalecia a democracia. As eleições anuais de magistrados eram relativamente comuns, sendo por vezes empregado o sufrágio universal, ao passo que em algumas cidades os ricos eram completamente despidos de direitos e o governo controlado pelas massas.
A maioria das cidades medievais cresceu tão rapidamente que teria sido quase impossível estabelecer elevados padrões de higiene e conforto para os habitantes, ainda que houvesse o necessário conhecimento e inclinação para fazê-Io. O superpovoamento era tamanho que, por vezes, 16 pessoas viviam em três compartimentos. Parte desse congestionamento se devia à

necessidade que tinham as cidades de se proteger contra os nobres e os bandidos. Para atender a essa necessidade foi preciso construir muralhas em torno de cada cidade, com portas que podiam ser fortemente trancadas, deixando do lado de fora os rapinantes. Naturalmente, seria muito trabalhoso pôr abaixo essas muralhas e construir outras, todas as vezes que houvesse um aumento significativo de população, embora isso por fim tivesse de ser feito, e várias vezes, em muitas das cidades principais. O valor das terras localizadas dentro dos muros alcançou níveis fantásticos e favoreceu a existência de uma classe rica que vivia de rendas, composta comumente dos principais elementos da corporação dos mercadores. Devido ao alto preço da terra, as casas eram construídas com andares superiores que se projetavam sobre a rua, e mesmo a cumeada das muralhas era utilizada para casas pequenas e jardins. As ruas eram estreitas e tortuosas e geralmente ficavam por séculos sem calçamento. O uso da pavimentação iniciou-se na Itália, no século XI, espalhando-se então gradativamente para o norte, mas nenhuma viela de Paris teve piso sólido até 1184, época em que Filipe Augusto pavimentou uma única via pública, diante do Louvre. Nessas cidades, com o espaça tão limitado, as ruas serviam como campo comum de folgue dos aos meninos e rapazes. Foram muitos os protestos dos mais velhos e do clero contra as lutas, os jogos de bola e de malha nas ruas. "Constantemente reclamavam, com toda razão, contra o jogo da bola, pois não era um esporte regular, com um número fixo de jogadores, mas uma luta selvagem entre partidos adversários que pretendiam à viva força levar a bola através das ruas, de um lado para outro da cidade, resultando, muitas vezes, em pernas fraturadas".
Na maioria das cidades medievais as condições sanitárias eram muitíssimo inferiores às da Roma antiga. Quase todas elas dependiam, para seu suprimento de água, de poços ou rios, donde a ocorrência comum de surtos de febre tifóide. Embora algumas cidades tivessem esgotos subterrâneos, parece que nenhuma delas tomou qualquer providência no tocante à coleta de lixo. Em geral, a imundície era jogada à rua para ser afinal levada pela chuva ou consumida pelos porcos e cachorros que por ali vagabundeavam. As condições de Paris, no século XII, podem ser ilustradas pelo fato de ter morrido um filho de Luís VI, quando um porco, que estava fossando o entulho da rua de S. Jaques, meteu-se entre as pernas do seu cavalo e jogou-o ao solo.

Ofícios medievais. O padeiro e o tecelão. (Gravuras pertencentes ao Metropolitan Museum of Art.)

As instituições econômicas básicas das cidades medievais eram as corporações. Entre as corporações dos mercadores e dos artífices, as primeiras eram as mais antigas, tendo-se desenvolvido desde o século XI. A princípio incluía tanto comerciantes como artífices, mas quando a indústria se especializou mais, as corporações primitivas foram divididas em organizações separadas de artífices e mercadores. As principais funções das corporações dos mercadores eram manter o monopólio do mercado local para os seus membros e assegurar um sistema econômico estável, sem concorrência. Para realizar esses objetivos, a corpo ração limitava duramente o comércio feito na cidade por mercadores estrangeiros, garantia à todos os seus membros o direito de participar em qualquer compra de mercadorias realizada por um outro membro, exigia que todos eles cobrassem preços uniformes pelos artigos que vendiam, punia drasticamente os açambarcadores do mercado e proibia muitas formas de propaganda. Em alguns casos essas regras eram reforçadas por posturas municipais, pois os principais membros da corporação eram freqüentemente os mais poderosos funcionários da administração urbana. Em outros casos, porém, os métodos usados eram mais diretos. Um mercador inglês de arenques queixava-se de que "por ter vendido sua mercadoria a um preço mais baixo do que outros comerciantes da cidade de Yaxley... eles o

assaltaram, bateram-lhe e trataram-no cruelmente, deixando-o por morto e sem esperança de salvar-se".
Cada uma das corporações de ofício era composta de três classes diversas: os mestres, os jornaleiros e os aprendizes. Somente os dois primeiros, porém, eram ouvidos na direção dos negócios da corporação e, por volta do fim da Idade Média, mesmo os jornaleiros perderam grande parte de seus privilégios. Os mestres foram sempre os aristocratas da indústria medieval; possuíam suas oficinas, empregavam outros trabalhadores e eram responsáveis pelo adestramento dos aprendizes. Todo o sistema corporativo trabalhava, em grande parte, em seu benefício. O jornaleiro era um artífice que trabalhava por salário nas oficinas dos mestres. Em algumas partes da Alemanha era costume passarem os jovens jornaleiros um ano errando pelo país, aceitando serviços ocasionais (chamava-se isto Wanderjahre) , antes de se estabelecerem num lugar qualquer. Mas nas outras partes da Europa parece que ele vivia, em geral, com a família do mestre. Os jornaleiros laboriosos e inteligentes podiam, depois de certo tempo, tornar-se mestres, juntando dinheiro suficiente para instalar sua própria oficina e passando por um exame que às vezes incluía a apresentação de uma obra-prima de seu ofício. Como em alguns ofícios especializados de hoje, só era possível a entrada numa corporação medieval passando-se por um aprendizado, cujo tempo variava de dois a sete anos, sendo mais comum o período maior. O aprendiz ficava sob inteiro controle do mestre, que em geral se encarregava da instrução do menino em matérias elementares e da formação do seu caráter, ao mesmo tempo que lhe ensinava o ofício. Comumente o aprendiz não recebia remuneração alguma, exceto a alimentação, o alojamento e o vestuário. Quando se acabava o período de aprendizado, tornava-se um jornaleiro. Na decadência da Idade Média, às corporações tornaram-se cada vez mais exclusivistas. Foram prolongados os períodos de aprendizagem e os jornaleiros encontravam cada vez maior dificuldade para se tornarem mestres. As próprias corporações passaram a ser dominadas pelos membros mais ricos, que se esforçavam por restringir o ofício às suas próprias famílias. Daí ficar reduzida a grande massa dos trabalhadores à situação de proletários, condenados a permanecer como empregados durante toda a vida. Muitos proprietários de oficinas deixaram, então, de trabalhar por suas mãos e tornaram-se exclusivamente capitalistas e empregadores.

Ofícios medievais. O alfaiate e o sapateiro. (Gravuras do Metropolitan Museum of Art.)

As funções das corporações de ofício eram semelhantes às exercidas pelas organizações dos mercadores, acrescendo ainda a obrigação de manter os padrões de qualidade. Os artífices ambicionavam, tanto quanto os mercadores, manter o monopólio de seus ramos de atividades e impedir qualquer concorrência verdadeira entre os que produziam um mesmo artigo. Conseqüentemente, exigiam uniformidade de salários, proibiam o trabalho fora das horas estabelecidas e estatuíam regulamentos complicados que orientavam os métodos de produção e a qualidade dos materiais usados. Foram até ao extremo de desencorajar novas invenções e descobertas, a menos que fossem aproveitadas por todos e também por todos adotada. Não permitiam, em absoluto, que alguém exercesse seu ofício numa cidade sem antes se tornar membro da corporação. Mas, a despeito de todas essas regulamentações, evidentemente havia um bom número de fraudulentos. Sabemos de moleiros que roubavam parte do trigo de seus fregueses, de tapeceiros que estofavam os colchões com lanugem de sementes de cardo e de trabalhadores em metal que substituíam o cobre pelo ferro e o douravam. Havia também, entre os mestres, a tendência de empregarem operários que não eram de modo algum jornaleiros e que não haviam terminado a sua aprendizagem.

As corporações medievais não tinham qualquer relação real com os sindicatos de hoje, a despeito da semelhança superficial com as associações modernas organizadas na base de ofícios separados, com as de carpinteiros, encanadores e eletricistas. Mas as diferenças são muito mais fundamentais. Ao contrário do sindicato moderno, as corporações de ofício não se limitavam estritamente à classe operária, pois os mestres-artesãos eram capitalistas detentores dos meios de produção, e tanto eram empregadores como trabalhadores. Além disso, incluíam não somente homens que eram trabalhadores manuais, mas alguns que poderiam hoje ser classificados como profissionais inteiramente fora das classes operárias. Havia, por exemplo, corporações de tabeliães, médicos e farmacêuticos. Finalmente, a corpo ração de ofício tinha uma amplitude muito maior de objetivos. Era realmente, em si mesma, um sistema industrial em miniatura, combinando as funções da sociedade industrial, da associação mercantil e dos sindicatos modernos.
Tanto as corporações de ofício como as de mercadores desempenhavam outras funções além das relacionadas diretamente com a produção e o comércio. Desempenhavam o papel de associações religiosas, sociedades beneficentes e clubes sociais. Cada corporação tinha o seu santo padroeiro e os seus membros comemoravam juntos os principais dias santificados e festas da igreja. Com a secularização gradual do teatro, as representações de milagres e mistérios foram transferidas da igreja para a feira e as corporações assumiram o encargo de apresentá-Ias. Além disso, cada organização acudia às necessidades de seus membros que adoecessem ou se encontrassem em dificuldades de qualquer espécie. Destinavam fundos a socorrer viúvas e órfãos. Um membro que já não fosse capaz de trabalhar ou tivesse sido posto na prisão pelos seus inimigos, poderia contar com os colegas para ajudá-Io. Até as dívidas de um confrade sem sorte podiam ser assumidas pela corporação, se fosse sério o estado de suas finanças.

Ofícios medievais. O dentista e o barbeiro. (Gravuras do Metropolitan Museum of Art.)

A teoria econômica em que se baseava o sistema corporativo era grandemente diversa da que domina na sociedade capitalista. Refletia, antes de tudo, algo do sabor ascético do cristianismo. Aos olhos da igreja, o principal objetivo da vida devia ser a salvação da alma. Tudo do sistema mais poderia ser relegado a um plano secundário. Não convinha que os homens despendessem muita energia na procura do luxo ou mesmo que se esforçassem para viver com demasiado conforto. A religião, ademais, baseava-se na idéia de que a riqueza é um obstáculo ao sossego de sua alma. Santo Ambrósio, um dos mais influentes Padres da Igreja, referira-se mesmo à propriedade privada como "uma usurpação execrável". A teoria econômica da última fase da Idade Média foi influenciada, no entanto, não só pelo cristianismo, mas também pelas doutrinas aristotélicas do meio termo e do justo preço e pela condenação da usura. Esta teoria compreendia os seguintes postulados básicos:

1) O fim da atividade econômica é oferecer mercadorias e serviços à comunidade e capacitar cada membro da sociedade a viver com conforto e segurança. Seu objetivo não é fornecer oportunidades para que alguns se tornem ricos à custa de muitos. Os homens que se estabelecem nos negócios

com o objetivo de ganhar o máximo de dinheiro possível não são melhores do que piratas ou ladrões. A única finalidade legítima do comércio ou de qualquer outro negócio é prover à subsistência de uma família, proporcionar assistência aos pobres ou alguma vantagem pública, a fim de que não falte ao país nada do que é necessário à vida.
2) Toda a mercadoria tem seu "preço justo", que é igual ao seu custo de produção. Nenhum mercador tem o direito de vender qualquer artigo por mais do que o seu valor, acrescentando uma pequena soma pelo serviço que ele presta com o tornar essas mercadorias aproveitáveis pela comunidade. Aproveitar-se da escassez para elevar os preços ou cobrar o máximo que o mercado comporta é cometer pecado mortal.
3) Nenhum homem tem direito a uma porção de bens terrenos maior do que precisa para atender às suas necessidades razoáveis. Qualquer excesso que possa vir ter às suas mãos não é justamente seu, mas pertence à sociedade. S. Tomás de Aquino, o maior de todos os filósofos medievais, ensinava mesmo que se o homem rico recusar a repartir sua fortuna com o pobre, é perfeitamente justo que se lhe tome o excesso.
4) Nenhum homem tem direito a uma recompensa financeira, a não ser que se empenhe em trabalho socialmente útil ou incorra em riscos reais, provenientes de uma aventura econômica. A cobrança de juros por empréstimos que não representem risco verdadeiro constitui o pecado da usura. A teoria econômica medieval estaria, portanto, em conflito com a prática contemporânea socialmente aceita de inverter fundos em apólices de altos dividendos, visando um lucro certo, mas aprovaria o rendimento modesto das ações comuns.
Seria insensato, por certo, supor que esses alevantados ideais de um sistema econômico quase inteiramente isento de interesse lucrativo tivessem sido, alguma vez, praticados à risca. Como já vimos, não faltavam entre os membros das corporações as manifestações de cobiça. Mais ainda: o sistema corporativo não-capitalista não se estendia a todas as esferas da atividade econômica medieval. Por exemplo, nunca foi aplicado com sucesso ao comércio internacional. Raras vezes possuía um mercador ou um artífice recursos suficientes para se empenhar na importação ou exportação de mercadorias. Conseqüentemente, foi preciso formar companhias ou associações de mercadores. As mais famosas dessas associações da Idade Média foram os Merchants of the Staple e a Hansa Teutônica. Os primeiros,

organizados no século XIII, controlavam a exportação de lã da Inglaterra e a importação de mercadorias das cidades manufatureiras flamengas, como Bruges e Antuérpia. De origem um pouco mais antiga, segundo parece, a Hansa Teutônica era uma associação de mercadores alemãs empenhados na troca de peles, peixes, âmbar, couro, sal e trigo da região báltica pelos vinhos, especiarias, tecidos, frutas e outros produtos do ocidente e do sul. No século XIV essa associação transformou-se na Liga Hanseática, com a participação de 80 cidades e sob a chefia das cidades de Lübeck, Hamburgo e Bremen. Tanto os Merchants of the Staple como a Hansa eram organizações essencialmente lucrativas e as atividades de seus membros prefigurava o desenvolvimento da economia capitalista na Revolução Comercial.

CAPÍTULO 14

A civilização da Época Feudal: desenvolvimento religioso e intelectual

TEMOS salientado mais de uma vez que a civilização da Europa Ocidental, entre 800 e 1300, foi profundamente diversa da que existiu no começo do período medieval. Em nenhum setor o contraste foi mais flagrante do que na esfera religiosa e intelectual. A atitude religiosa e intelectual da primeira fase da Idade Média era o produto de uma época de transição e de um enorme caos. A estrutura política e social romana se desintegrara e linda não emergira um novo regime para substituí-Ia. Daí o ter-se o pensamento dessa época orientado diretamente para o pessimismo e para as preocupações extraterrenas. Naquelas condições de barbarismo e de decadência, não parecia haver muita esperança para o futuro terreno do homem, nem muitos motivos para confiar nos poderes do espírito. Mas, depois do século IX, essas atitudes pouco a pouco deram lugar a sentimentos mais otimistas e a um interesse crescente pelas coisas terrenas. As causas originais relacionavam-se diretamente com o progresso da educação monástica, com o aparecimento de um governo mais estável e com um aumento de segurança econômica. Mais tarde, outros fatores, como a influência das civilizações sarracena e bizantina e a prosperidade das cidades e vilas, levaram a cultura da época feudal a um apogeu magnífico de realizações intelectuais, nos séculos XII e XIII. Ao mesmo tempo, a religião tomou um aspecto menos abstrato e se transformou numa instituição mais profundamente preocupada com os assuntos desta vida.

1. O NOVO CRISTIANISMO

Na época feudal o cristianismo passou por tantas mudanças essenciais, em contraste com os seus característicos do início da Idade Média, que por pouco poderia ser descrito como uma nova religião. Para sermos precisos, período da continuaram a ser aceitos os principais artigos de Idade Média fé, como a existência de um só Deus, a crença na Trindade e a esperança de salvação num mundo vindouro. Mas, alguns outros elementos da religião de Santo Agostinho e de Gregório Magno foram inteiramente modificados ou eliminados, e outros, diferentes, os substituíram. A transformação se iniciou mais ou menos em 850 e alcançou o auge no século XIII, sob a influência de líderes como S. Tomás de Aquino, S. Francisco e Inocêncio III.

Talvez as mudanças mais importantes tenham sido as relacionadas com a matéria doutrinária e as atitudes religiosas. A religião da primeira fase da Idade Média era pessimista, fatalista e, ao menos teoricamente, se opunha a tudo quanto fosse terreno, como um compromisso com o diabo. Considerava-se o homem em si mesmo como fraco e incapaz de quaisquer boas ações, a menos que fosse favorecido pela graça de Deus. O próprio Deus era onipotente, escolhendo de acordo com os Seus desígnios aqueles seres humanos que entrariam no paraíso e deixando todo o resto seguir o caminho da perdição. No século XIII, entretanto, vieram a prevalecer concepções religiosas bastante diferentes. A vida neste mundo foi considerada então de extrema importância, não apenas como uma preparação para a eternidade, mas também em si própria. A natureza humana deixou de ser considerada totalmente depravada. Portanto, o homem podia colaborar com Deus no empenho de conseguir a sua salvação. Ao invés de pôr em relevo a onipotência de Deus, os filósofos e teólogos passaram a acentuar a justiça e a misericórdia divinas.

A primeira grande sinopse da teologia da segunda fase da Idade Média foram as Sentenças de Pedra Lombardo, escritas na segunda metade do século XII. Uma exposição mais ampla da doutrina estava contida na Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino e nas decisões dos concílios da Igreja, especialmente o Quarto Concílio de Latrão, em 1215. Os elementos mais importantes dessa nova teologia eram, talvez, a teoria do clero e a dos sacramentos. Houve, é certo, sacerdotes e sacramentos na igreja muitos antes dos fins da época feudal, mas não se formulavam ainda nitidamente nem as funções exatas dos primeiros, nem a natureza precisa dos segundos. Passou, então, a firmar-se a teoria de que os sacerdotes, em virtude de sua

ordenação por um bispo e pela sua confirmação ulterior pelo Papa, herdavam uma porção da autoridade conferida por Cristo ao apóstolo Pedro. Isso queria dizer, na realidade, que o sacerdote tinha o poder de cooperar com Deus na realização de certos milagres e de absolver os pecadores das conseqüências temporais da sua maldade.
Foi principalmente devido a influência de Pedro Lombardo que se fixou em sete o número dos sacramentos aceitos. Sete eram e ainda são: batismo, confirmação, penitência, eucaristia, matrimônio, ordem e extrema-unção. A igreja romana define o sacramento como um meio pelo qual a graça divina é comunicada aos homens. A teoria sacramental, tal como passou a ser aceita nos últimos séculos da época feudal, incluía certo número de doutrinas distintas. Essas doutrinas são as seguintes: primeira, os sacramentos são meios indispensáveis para alcançar a graça de Deus e nenhum indivíduo pode salvar-se sem eles; segunda, os sacramentos são automáticos em seus efeitos. Em outras palavras, afirmava-se não depender a eficiência dos sacramentos do caráter do padre que o administra. O padre pode ser um homem bastante indigno, mas os sacramentos em suas mãos permanecem tão impolutos como se administrados por um santo. Finalmente, desde o Quarto Concílio de Latrão, a doutrina da transubstanciação tornou-se parte integrante da teoria dos sacramentos. Essa doutrina significa que o sacerdote, num dado momento da cerimônia eucarística, coopera realmente com Deus na realização de um milagre pelo qual o pão e o vinho do sacramento se transformam ou se transubstanciam no corpo e no sangue de Cristo. Essa transformação é, já se vê, considerada como uma mudança unicamente na essência, pois os "acidentes" do gosto e da aparência permanecem os mesmos.
A adoção dessas duas teorias fundamentais - a do sacerdócio e a dos sacramentos - teve efeitos poderosos na exaltação do poder do clero e em tornar a religião da igreja latina quase tão mecânica quanto o antigo paganismo romano. O catolicismo medieval, no entanto, salvou-se de modificada degenerar num sistema puramente ritualista devido a dois outros traços que caracterizaram o período final do feudalismo. Um deles foi a adoção, pelos principais teólogos, de uma filosofia racionalista, e o outro, e desenvolvimento do humanismo. A influência da filosofia racionalista será discutida mais adiante, neste capítulo. O humanismo na religião se exprimiu de vários modos: pela revolta contra o ascetismo egoísta dos monges e

ermitões, pelo naturalismo de S. Francisco e principalmente, talvez, pela veneração dos santos e da Virgem Maria. Através de todo o último período da Idade Média, a veneração ou a "invocação" das santos foi uma prática extremamente difundida, em particular entre as pessoas do povo. Para um homem comum, Deus e Cristo eram seres remotos e sublimes, que dificilmente se poderiam importar com os pequeninos problemas dos homens. Mas os santos eram humanos; uma pessoa podia pedir-Ihes favores que hesitaria em suplicar a Deus. Por exemplo, uma moça podia pedir o auxílio de Santa Inês para ajudá-Ia a encontrar marido. Ainda mais popular do que a invocação dos santos era a adoração da Virgem Maria, que, nos séculos XII e XIII, quase chegou a constituir uma religião em si mesma. Indubitavelmente, constitui uma das mais fortes expressões da tendência humanista da religião medieval a devoção a Maria como Mãe bela e compassiva, pois era venerada não somente como a mulher ideal, mas também como Nossa Senhora das Dores. Acreditava-se que a aflição que sofrera com a morte trágica de seu filho a dotava de uma simpatia especial pelas dores da humanidade. Embora reverenciada como a Rainha do Céu, era, acima de tudo, a deusa desta vida.
Também ocorreram na época feudal significativos desenvolvimentos na organização eclesiástica e na adoção de novas formas de disciplina religiosa. Em 1059 foi criado um Colégio dos Cardeais como um corpo eleitoral do Papa. Originalmente os membros dessa assembléia eram os diáconos, os padres e os bispos de algumas igrejas de Roma. Mais tarde foram nomeados certos elementos altamente graduados do clero de quase todos os países do mundo ocidental, embora o Colégio incluísse uma maioria de italianos até 1946. Presentemente há 70 lugares e são necessários dois terços dos votos para eleger o Papa, que é invariavelmente um cardeal. Antes de 1059, os papas tinham sido escolhidos de forma muito variável. Nos primeiros tempos eram eleitos pelo clero da diocese de Roma, mas depois foram muitas vezes nomeados por nobres poderosos e, freqüentemente, por imperadores alemães. A investidura do direito exclusivo de eleição no Colégio dos Cardeais fez parte de um grande movimento de reforma, que visava libertar a igreja do controle político. O outro desenvolvimento importante na organização religiosa foi o da monarquia papal. Nicolau I (858-67) foi o primeiro dos papas que alcançou êxito considerável no estender sua supremacia sobre toda a hierarquia

eclesiástica. Intervindo em disputas entre bispos e arcebispos, forçou todos eles a se submeterem à sua autoridade direta. Nicolau foi seguido, na entanto, por uma série de pontífices fracos e a monarquia papal só se restabeleceu no reinado de Gregório VII (1.073-85), alcançando o mais alto nível do seu desenvolvimento medieval durante o pontificado de Inocêncio III (1.198-1216).

Nos últimos séculos da época feudal a igreja realizou tentativas sistemáticas para estender sua autoridade moral sobre todos os seus.

membros leigos, fossem eles de alta ou baixa condição. Os principais métodos adotados foram a excomunhão e a exigência da confissão auricular.

A excomunhão não foi absolutamente usada antes do século XI. Seus efeitos eram expulsar um individuo da igreja e privá-Io de todos os privilégios de um cristão. O corpo do excomungado não podia ser enterrado em campo santo e sua alma era entregue temporariamente ao inferno. Todos os outros cristãos ficavam proibidos de se associar a ele, sob pena de compartilhar do seu destino. Por vezes, o decreto de excomunhão contra um rei ou nobre poderoso era fortalecido pelo estabelecimento de um interdito na região por ele governada. O interdito, retirando grande parte dos benefícios da religião aos súditos de um governante, tinha como objetivo provocar o ressentimento contra ele e forçá-Io a se submeter à igreja. Tanto a excomunhão como o interdito, demonstraram ser armas poderosas, até mais ou menos o fim do século XIII; depois disso, sua eficácia diminuiu. Por um decreto do Quarto Concílio de Latrão, em 1215, a igreja adotou a exigência de que todo indivíduo fizesse, ao menos uma vez por ano, uma confissão oral de seus pecados a um padre e depois se submetesse à pena imposta, para se tornar apto a receber e eucaristia. O resultado desse decreto foi dar ao sacerdote a autoridade de um tutor moral sobre todos os indivíduos da sua paróquia.

Muito antes da grande Reforma do século XVI, o catolicismo medieval sofreu uma série de reformas que visavam restaurar as instituições da igreja a fim de fazê-Ias retornar ao anterior estado de pureza, ou torná-Ias mais úteis à sociedade. O primeiro desses movimentos reformadores foi o movimento cluniacense, cujo nome vem do mosteiro de Cluny, fundado em 910. O objetivo original desse movimento era simplesmente reformar o monasticismo. Os mosteiros beneditinos, a bem dizer os únicos que

existiam na Europa Ocidental durante o século X, tinham-se corrompido e estavam caindo rapidamente sob o controle dos nobres feudais. Em conseqüência, os chefes do movimento cluniacense tomaram como objetivo o fortalecimento das regras de piedade de castidade entre os monges e a libertação dos próprios conventos da dominação feudal. Mas, no século XI, o movimento ganhara um significado muito mais amplo. Seus objetivos, então, eram tão diferentes dos originais que freqüentemente são designados como o Novo Movimento de Cluny. Não mais se contentavam os reformadores tão-só com purificar a vida conventual e libertá-Ia das garras do feudalismo secular; seus objetivos primordiais eram, agora, eliminar a corrupção e os interesses terrenos de toda a igreja, abolir o controle feudal tanto sobre o clero secular como sobre os monges e estabelecer a supremacia absoluta do papa em assuntos eclesiásticos. Antes de mais nada, concentraram seus ataques sobre a simonia, que era interpretada como abrangendo a compra e a venda de cargos da igreja, todas as formas de nomeação para cargos eclesiásticos que fossem contrárias ao direito canônico, e a investidura dos bispos e dos abades nos símbolos do seu poder espiritual por autoridades seculares. Além disso, os reformadores exigiam o celibato para todo o clero. Quase todos esses pontos de seu programa visavam constituir uma igreja inteiramente independente dos grandes nobres, despojando-os, em especial, do poder de fazer nomeações de bispos, abades e sacerdotes. O movimento despertou tremenda oposição, pois abalava as próprias bases das relações feudais estabelecidas entre os governantes seculares e o clero. Afinal, grande parte do programa foi posta em prática, graças principalmente ao zelo fanático de chefes como Hildebrando, o "santo Satanás", que em 1073 se tornou o papa Gregório VII.

No fim do século XI os monges de Cluny tinham começado a cair no mesmo lamaçal de interesses terrenos que os seus irmãos mais velhos, os beneditinos, que eles pretendiam reformar. O resultado foi o desencadeamento de novos movimentos que visavam um exemplo ainda maior de pureza e de austeridade por parte do clero regular. Em 1084 fundou-se a ordem cartuxa, com regras mais rigorosas do que as até então adotadas no Ocidente. Os monges cartuxos tinham de viver em celas, jejuar três dias por semana, a pão e água, usar cilício e passar todo o seu tempo rezando, meditando e executando trabalhos manuais. Alguns anos depois

foi fundada a ordem cisterciense, em Cister (Citeaux) na Borgonha, e logo mostrou ser uma das mais populares delas todas. Nos meados do século XII, mais de trezentos conventos cistercienses recebiam convertidos de todas as partes da Europa Ocidental. Embora não fossem tão estritos nas exigências de ascetismo individual como os cartuxos, os fundadores dessa ordem trataram de estabelecer regras suficientemente severas para servirem de enérgico protesto contra o luxo e a ociosidade dos monges de Cluny. Só se permitia um regime alimentar vegetariano e era rigorosamente observado o preceito do trabalho manual. Tanto a ordem cisterciense como a cartuxa acabaram seguindo o mesmo caminho que as suas predecessoras, em parte devido à acumulação de riquezas, e também porque a vida conventual dentro dos antigos moldes já não era compatível com os ideais da época.
O aparecimento dos frades, no século XIII, constituiu sem dúvida o movimento de reforma mais significativo. Embora os frades sejam, freqüentemente, considerados apenas como mais uma espécie de monges, eram na realidade bastante diferentes. Originalmente não eram, em absoluto, membros do clero, mas homens leigos. Ao invés de se encerrarem em mosteiros, devotavam todo o seu tempo ao trabalho de beneficência, à pregação e ao ensino. O desenvolvimento das novas ordens foi o sintoma de uma tentativa para harmonizar a religião com as necessidades de um mundo que já havia deixado completamente para trás a Idade das Trevas. Chegara-se então a compreender que o principal interesse da religião não era capacitar alguns monges egoístas a salvar suas próprias almas a expensas da sociedade, mas, sim, ajudar a fazer deste mundo um lugar onde a vida fosse mais feliz e a arrancar a grande massa da humanidade do atoleiro de ignorância e pecado.
O fundador da primeira ordem de frades foi S. Francisco de Assis (1182-1226). Filho de um rico mercador, o jovem Francisco desgostou-se da inútil vida de vaidade e de prazeres que lhe cumpria levar e resolveu tornar-se um servo dos pobres. Renunciando a todos os seus bens e vestindo andrajos de mendigo, empreendeu a sua grande missão pregando a salvação nos mais escuros recônditos das cidades italianas e provendo às necessidades dos pobres, doentes e desprotegidos. Pedia esmolas para dar aos leprosos e outras desgraçadas vítimas da pobreza e do infortúnio. A filosofia de S. Francisco, se assim pode ser chamada, era bastante diferente da de muitos outros próceres cristãos. A maior parte dessa filosofia baseava-se quase

literalmente nos ensinamentos de Jesus. S. Francisco seguiu Jesus no seu desprendimento, na sua dedicação à pobreza, encarada como um ideal, na sua indiferença pela doutrina e no seu desprezo às formalidades e cerimônias. Além disso, era profundo o seu amor por todas as criaturas que o cercavam e mesmo pelos objetos da natureza inanimada. Via uma revelação de Deus no sol, no vento, nas flores, em tudo que existia, para o uso e o prazer do homem. Seus discípulos contavam que ele nunca apagava um fogo, mas tratava-o reverentemente e que ensinava o irmão que cortava e trazia a lenha para o fogo a nunca cortar uma árvore inteira, para que alguma parte dela ficasse intacta, por amor Àquele que sobre o madeiro de uma cruz operou a nossa salvação. Por fim, precisa ficar claro que S. Francisco não era um asceta no sentido preciso do termo. Embora se privasse de confortos e prazeres, não desprezava o corpo nem praticava lacerações na carne para conseguir a salvação da alma. Com o abandono das posses terrenas visava principalmente vencer o orgulho e colocar-se ao nível daqueles a quem desejava ajudar.
A ordem dominicana foi a segunda ordem de frades, fundada mais ou menos em 1215 por S. Domingos, um nobre espanhol que viveu no sul da França. Os dominicanos adotaram como missão principal o combate à heresia. Vendo na instrução o melhor meio para alcançar esse fim, preparam-se para refutar os argumentos dos pagãos e dos céticos por meio do estudo aplicado. Muitos membros dessa ordem alcançaram posições de docentes nas universidades e contribuíram grandemente para o progresso da filosofia e da teologia. No século XIV, tanto a ordem dominicana como a franciscana se tinham distanciado muito dos ensinamentos de seus fundadores, mas continuaram a exercer forte influência na civilização do fim da Idade Média. A maioria dos filósofos e cientistas dos séculos XIII e XIV eram dominicanos ou franciscanos.

2. A LUTA ENTRE AS AUTORIDADES SECULAR E ESPIRITUAL

O desenvolvimento da igreja na época feudal coincidiu com o aparecimento de ambiciosos chefes políticos. Tomou-se praticamente inevitável um conflito entre as autoridades secular e espiritual, pois que muitas vezes se

sobrepunham as jurisdições reivindicadas por cada uma delas. A luta iniciou-se em 1.075 e continuou com intensidade variada até em pleno século XIV. Podem ser distinguidos no conflito dois períodos separados, o primeiro terminando em 1.122 e o segundo começando mais ou menos vinte anos depois.
Os dois grandes contendores do primeiro período foram o papa Gregório VII e o imperador alemão Henrique IV. A disputa entre esses dois poderosos rivais foi conseqüência direta do novo movimento de Cluny, que Gregório chefiara durante algum tempo, antes de se tornar papa. Como já foi anteriormente salientado, um dos objetivos fundamentais desse movimento era libertar a igreja do controle secular. Durante um período de muitos anos estabelecera-se a norma de que um bispo, um abade ou um padre que ocupasse a sua posição como um feudo deveria ser investido nos símbolos de seu cargo pelo rei ou nobre que lhe concedera o feudo. Essa prática, conhecida como investidura leiga, era um vexame contínuo para os reformadores zelosos como Gregório, pois temiam fosse impossível a supremacia papal enquanto o clero devesse fidelidade a suseranos seculares. Mas não era essa a única questão em jogo; havia também o problema do direito do papa a exercer autoridade temporal. Não há certeza quanto à extensão da jurisdição temporal reclamada por Gregório. Do exame de alguns de seus decretos depreende-se, por vezes, que ele se considerava o governante supremo do mundo, sendo todos os príncipes e reis seus meros vassalos. Mas grandes conhecedores da teoria política medieval negam que isso fosse verdade. Afirmam que a concepção de Gregório acerca de sua autoridade era simplesmente a de um pastor das ovelhas de Cristo e que nunca reivindicou um direito ilimitado de criar e depor governantes seculares e anular-Ihes os decretos. Intervinha unicamente para proteger os interesses da igreja e os direitos religiosos dos cristãos. Essa era, naturalmente, uma autoridade bem extensa, mas não chegava a se confundir com o direito de governar todo o mundo como um autócrata.
A luta entre Henrique e Gregório foi uma das mais renhidas da Idade Média. Quando Henrique recusou obedecer aos decretos do papa que proibiam as investiduras leigas, Gregório ameaçou excomungá-Io. O rei retrucou denunciando o papa como um falso monge e ordenando-lhe que descesse do trono para "ser condenado pelos séculos em fora". Diante disso, Gregório não somente excomungou Henrique, mas também declarou vago o

trono do imperador e dispensou todos os seus súditos de presta-lhe fidelidade. Em face da revolta dos seus vassalos, Henrique não teve outra alternativa senão fazer as pazes com o papa. É uma história conhecida e não precisa ser novamente contada aqui, a de como ele viajou através dos Alpes até Canossa, no norte da Itália, durante um tremendo inverno, para implorar o perdão do papa. Mais tarde Henrique teve a sua vingança, quando conduziu um exército à Itália, estabeleceu no trono um anti-papa e obrigou Gregório a fugir de Roma. O grande apóstolo da reforma morreu no exílio, em 1085.
O primeiro período do conflito teve fim com a Concordata de Worms, um acordo ratificado em 1.122 por uma assembléia de príncipes alemães e de delegados do clero e do papa. O acordo era um compromisso segundo o qual os futuros bispos seriam investidos nos símbolos da sua autoridade política pelo rei, tendo de jurar lealdade a ele como vassalos, mas ficava reservado ao arcebispo o direito de investi-Ios nos símbolos de suas funções espirituais. Não tardou muito, no entanto, que a luta se renovasse, e dessa vez em escala ainda maior. Antes do seu termo, no século XIV, nela tinham-se imiscuído quase todos os monarcas da Europa Ocidental. Entre eles figuram os imperadores do Santo Império Romano, Frederico Barbarroxa e Frederico II, os reis franceses Filipe Augusto e Filipe o Belo, e o rei inglês João. Os principais papas contendores foram Inocêncio III, Inocêncio IV e Bonifácio VIII. Os debates, nesse segundo período da luta foram mais numerosos que no primeiro. Incluíram, na Alemanha, o localismo contra a centralização, o direito dos soberanos do Santo Império a governar a Itália, a libertação de cidades italianas do domínio alemão e o direito dos reis a tributar os bens da igreja. Além disso, os papas estavam então estendendo as suas pretensões à autoridade temporal um ponto ou dois além do que fora estabelecido por Gregório VII. Inocêncio III declarou que "é dever do papa olhar pelos interesses do Império Romano, pois que este deve a sua origem e a sua autoridade final ao papado". Inocêncio IV parece ter ido ainda além, reivindicando jurisdição sobre todos os assuntos temporais e sobre todos os seres humanos, fossem ou não cristãos. Todavia, não devemos esquecer que nenhum desses papas, na realidade, pretendia o poder absoluto. Reclamavam uma autoridade não legislativa, mas judicial, ou, em outras palavras, uma autoridade para julgar e punir os governantes pelos seus pecados. O debate principal era sobre se os governantes seriam

responsáveis pelos seus atos oficiais diretamente perante Deus, ou indiretamente por intermédio do papa.
O segundo período do conflito teve enormes efeitos não somente na Europa medieval, mas também das épocas subseqüentes. Por algum tempo os papas foram quase todos bem sucedidos. Com o auxílio das cidades lombardas e dos duques rebeldes da Alemanha, reprimiram as ambições dos imperadores do Santo Império e por fim destruíram inteiramente o poder do próprio Império. Por meio de interditos, Inocêncio obrigou Filipe Augusto a receber novamente a esposa que repudiara e forçou o rei João a reconhecer como feudos do papado a Inglaterra e a Irlanda. No começo do século XIV, no entanto, Bonifácio VIII sofreu uma derrota humilhante por parte de Filipe o Belo, da França. Como resultado do desentendimento acerca da tentativa de tributar os bens da igreja, feita por Filipe, Bonifácio foi aprisionado pelos soldados do rei e um mês depois morreu. Foi escolhido para sucedê-Io o arcebispo de Bordéus e a sede pontifícia transferiu-se para Avinhão, na França, onde permaneceu durante 70 anos. Mas houve ainda outros efeitos. Muitos cristãos piedosos passaram a acreditar, então, que os papas estavam levando longe demais as suas ambições políticas e esquecendo as suas funções espirituais. Em conseqüência disso o papado desprestigiou-se, abrindo o caminho para o repúdio à sua autoridade até em assuntos religiosos. Da mesma maneira, a intromissão do papa na política interna de vários países levou a um fortalecimento do nacionalismo, especialmente na. Inglaterra e na França. Por fim, a luta estimulou a atividade intelectual. Como cada partido procurasse justificar o seu ponto de vista, nasceu o interesse pelas obras antigas, incentivou-se o estudo do direito romano e foram feitas muitas contribuições valiosas para a teoria política.

3. AS CRUZADAS

Não será talvez, inexato considerar as Cruzadas como a principal expressão do imperialismo medieval. Parece ser verdade, infelizmente, que quase todas as civilizações, mais cedo ou mais tarde, desenvolvem tendências expansionistas. Algumas delas, por certo, foram muito mais culpadas do que outras, mas o imperialismo tem sido, ate certo ponto, um característico

quase constante de todas elas. Parece ser um fruto natural da crescente complexidade da vida econômica e do orgulho causado por um sistema real ou imaginariamente superior.
Se bem que as Cruzadas não fossem de nenhum modo um movimento exclusivamente religioso, não se pode negar a importância do fator religioso como uma de suas causas. O século em que elas foram lançadas era uma época em que a religião ocupava lugar predominante no pensamento dos homens. O cristão medieval tinha uma convicção profunda do pecado. Temia-lhe as conseqüências sob a forma de uma condenação eterna e ansiava evitá-Ias por meio de atos de penitência. Durante centenas de anos, o tipo mais popular de penitência tinham sido as peregrinações aos lugares santificados. Uma viagem à Terra Santa, se possível, era a ambição dileta de todo cristão. No século - XI, o revivescimento religioso determinado pelo movimento reformista de Cluny, mais a abertura do comércio com o Oriente Próximo, estimularam um interesse muito maior pelas peregrinações à Palestina. Centenas de pessoas reuniam-se aos bandos errantes que desfilavam através da Europa Central e Oriental, dirigindo-se para o Levante. Em 1065, o bispo de Bamberg conduziu uma grande horda de 7.000 alemães para visitarem os lugares santos de Jerusalém e arredores. Certamente nem todos os que se reuniam a essas migrações em massa eram inspirados pelo fervor religioso. As peregrinações ofereciam uma oportunidade para a aventura e até, algumas vezes, para o lucro. Além disso, poderia haver melhor ocasião para escapar, durante toda uma estação, às responsabilidades desta vida e divertir-se, além do mais? Todos os peregrinos que voltavam traziam histórias de maravilhosos espetáculos que tinham visto, e, assim, despertavam em muitos outros o desejo de seguir-Ihes o exemplo. Sem essas peregrinações em massa, talvez nunca se tivesse desenvolvido o interesse pela conquista da Terra Santa.
Outras causas religiosas devem também ser mencionadas. Durante algum tempo, nos fins do século XI, as perspectivas de supremacia papal não pareceram muito promissoras. Gregório VII fora apeado do trono pontifício e morrera no exílio, em 1085. Seu sucessor foi um amigo idoso que desceu à sepultura após um ano de fracassos. Os cardeais escolheram então um homem mais jovem e mais vigoroso, que adotou o nome de Urbano II. Tinha sido Urbano um nobre francês que renunciara ao mundo para se fazer monge em Cluny. Mais tarde se tornou o talentoso assistente de Gregório

VII. Eleito papa por sua vez em 1088, dedicou-se ao sonho glorioso de unir todas as classes de cristãos no apoio à igreja. Quem sabe se não conseguiria até forçar uma conciliação dos ramos oriental e ocidental da cristandade? De qualquer modo, uma guerra contra os infiéis para salvar os Santos Lugares da profanação possibilitaria aos cristãos latinos esquecerem as suas diferenças e unirem-se sob a liderança do Papa. Não era a primeira vez que o papado inspirava ou abençoava guerras em prol da religião. Predecessores de Urbano tinham dado sua bênção à conquista normanda da Inglaterra; às campanhas de Roberto Guiscard contra os gregos heréticos da Itália e às guerras dos cristãos contra os mouros na Espanha. Enfeixar todos esses esforços num grande empreendimento contra o mundo inteiro dos infiéis pareceria apenas a culminância lógica dos acontecimentos passados.
Durante mais de um século os chefes religiosos da Europa tinham-se sentido inquietos com as lutas generalizadas entre os nobres. A despeito da Paz de Deus e da Trégua de Deus, as guerras dos barões e cavaleiros continuavam a ser uma ameaça para a segurança da igreja. Os direitos do clero, dos camponeses e de outros não-combatentes eram amiúde espezinhados; os mercadores eram assaltados e os edifícios religiosos, pilhados e incendiados. Contra essas depredações de pouco valia a pena da excomunhão. Não é de admirar, portanto, que os papas se tivessem voltado para a idéia de proteger a igreja e os seus membros mediante uma diversão do ardor militar dos nobres para uma guerra santa contra os pagãos: Outra causa religiosa foram, ainda, os remanescentes de idealismo deixados pelo novo movimento de Cluny. Movimentos dessa espécie, que atingem profundamente a natureza emotiva do homem, despertam em geral maior entusiasmo do que o necessário para alcançar seus objetivos imediatos. Um pouco desse excedente pareceu então encontrar novos meios de exteriorização, do mesmo modo como, tempos depois, o fanatismo despertado pelas próprias cruzadas iria extravasar-se na perseguição aos judeus.
É suficiente ler o discurso do Papa Urbano II, no Concilio de Clermont, convidando os nobres de França a pegar em armas para a conquista da Palestina, para descobrir algumas das mais importantes causas econômicas das Cruzadas. Estimulava-os a não se deixarem deter por coisa alguma, uma vez que a terra que vós habitais, fechada de todos os lados pelo mar e circundada por picos de montanhas, é demasiadamente pequena para a

vossa grande população: a sua riqueza também não abunda, mal fornece o alimento necessário aos seus cultivadores... Tomai o caminho do Santo Sepulcro; arrebatai aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmos. Essa terra em que, como diz a Escritura, "jorra leite e mel" foi dada por Deus aos filhos de Israel. Jerusalém é o umbigo do mundo; a terra é mais que todas frutífera, como um novo paraíso de deleites. Há indícios, também, de que já ia prejudicando a fertilidade do solo o sistema senhorial de cultivo e, em conseqüência disso, um bom número de nobres tinham começado a se endividar. Além disso, a regra da primogenitura criara na França e na Inglaterra o problema dos filhos mais moços. Era difícil obter novos feudos e tornavam-se raras as posições eclesiásticas. Daí tender essa prole excedente dos nobres a formar uma classe revoltada e desordeira, atenta a qualquer ensejo de despojar um vizinho fraco de sua propriedade. Diante de tais problemas, os nobres da Europa Ocidental não esperaram segundo convite para atender ao apelo do papa Urbano.

A causa imediata das Cruzadas foi o avanço dos turcos seldjúcidas no oriente Próximo. Mais ou menos em 1.050, esse povo viera para a Ásia Ocidental e dominara o califado de Bagdá. Logo depois conquistaram a Síria, a Palestina e o Egito. Em 1.071, destroçaram um exército bizantino em Manzikert e então varreram a Ásia Menor e capturaram Nicéia, a algumas milhas de distância de Constantinopla. Depois da morte do grande sultão Malik Shah, em 1.092, começou a se desintegrar o império seldjúcida. A ocasião pareceu então oportuna a Alexius Comnenus, o imperador bizantino, para tentar a reconquista de suas possessões perdidas. Compreendendo a dificuldade da tarefa, porquanto o seu próprio governo estava exausto em resultado de lutas anteriores, enviou em 1.095 um apelo ao Papa, provavelmente pedindo auxílio para recrutar soldados mercenários. Urbano II, o pontífice reinante, aproveitou-se largamente dessa oportunidade. Convocou, em Clermont, um concílio de nobres e elementos do clero francês, e exortou-os com um discurso inflamado a guerrear essa amaldiçoada raça dos turcos. Empregou todos os engenhosos artifícios da eloqüência para despertar a fúria e a cupidez de seus ouvintes, salientando particularmente as horríveis atrocidades que, segundo ele, os turcos estavam cometendo contra os cristãos. Conta-se que quando acabou o discurso, todos os presentes gritaram a uma voz: "Deus o quer!", e correram a prestar o juramento do cruzado. O apelo de Urbano II foi logo

depois do Concílio de Clermont, seguido pela pregação apaixonada de Pedro, o Eremita, que incitou entre os camponeses um furioso entusiasmo pela causa santa. Na primavera de 1.096, conduziu uma grande multidão deles da França e da Alemanha até Constantinopla. A maioria dos seus seguidores eram homens ignorantes, pobremente equipados e sem nenhum conhecimento da guerra. Quando começaram a saquear a capital bizantina, o imperador embarcou-os prontamente para a Ásia Menor, através do Bósforo, e ali foram presa fácil dos turcos.
A primeira das cruzadas organizadas não partiu senão algum tempo depois, em 1.096. A maioria dos que participaram dela eram franceses e normandos, sob a chefia de Godofredo de Bouillon, do Conde Raimundo de Tolosa e de Boemundo, procedente do reino normando da Sicília. Entre 1.096 e 1.244 foram lançadas mais três grandes cruzadas e um certo número de outras menores. Somente a primeira dessas expedições conseguiu algum sucesso na demolição do domínio turco sobre os territórios cristãos. Em 1.098 a maior parte da Síria fora capturada, e um ano depois tomaram Jerusalém. Tais ganhos, no entanto, não foram duradouros. Em 1.187 Jerusalém foi recapturada pelos muçulmanos sob o comando de Saladino, sultão do Egito. Antes do fim do século XIII, desapareceram todos os pequeninos estados fundados pelos cruzados no Oriente Próximo.
O insucesso final das cruzadas deveu-se a vários fatores. Para começar, as expedições geralmente eram muito mal organizadas; freqüentemente não havia um comando único e comandantes rivais brigavam entre si. Além disso, os exércitos vitoriosos estavam sempre cercados por enorme população estrangeira, o que aumentava a dificuldade de conservar o território conquistado. Em algumas das últimas expedições perdera-se inteiramente de vista o objetivo original de conquistar aos turcos a Terra Santa. A Quarta Cruzada, por exemplo, transformou-se numa gigantesca incursão de saque contra Constantinopla. Mas houve também uma outra causa que não se pode passar em claro: o conflito de ambições entre o Oriente e o Ocidente. Tudo indica que, ao apelar para o auxílio do papa, Alexius Comnenus manifestara o desejo de proteger as igrejas cristãs do Oriente. Mas não era esse o seu objetivo primordial. Tinha chegado à conclusão de que os tempos estavam maduros para uma ofensiva em grande escala contra os turcos. Não se interessava apenas, nem mesmo principalmente, em expulsá-Ios da Terra Santa, mas em reconquistar todas

as províncias asiáticas do seu império. Por outro lado, o papa Urbano II alimentava o sonho grandioso de uma guerra santa em que tomaria parte toda a cristandade latina para escorraçar os infiéis da Palestina. Sua finalidade primordial não era socorrer o Império Bizantino, mas fortalecer a cristandade latina, exaltar o papado e talvez restaurar a união das igrejas oriental e ocidental. Uma causa adicional de atrito entre o Oriente e o Ocidente foi a ambição, que nutriam os mercadores italianos, de estenderem o seu império comercial. Cobiçavam o trágico que passava por Constantinopla e estavam prontos para capturar ou destruir a cidade em seu próprio proveito.

Dentro de uma tendência comum para superestimar a importância das guerras, as Cruzadas, em certa época, foram consideradas como a causa principal de quase todo o progresso europeu da última fase da época feudal. Supunha-se que tinham contribuído para o crescimento das cidades, para a ruína do feudalismo e para a introdução, na Europa Latina, da filosofia e da ciência muçulmanas. A maioria dos historiadores, por várias razões, dão atualmente um valor muito limitado a tal suposição. Em primeiro lugar, antes do início das Cruzadas já se iniciara o progresso da civilização da época feudal. Em segundo, as classes instruídas da Europa em geral não participaram das expedições militares e os soldados que estiveram no Oriente eram totalmente destituídos da capacidade intelectual necessária para uma apreciação da cultura muçulmana. Em terceiro, pouquíssimos exércitos chegaram até os verdadeiros centros da civilização muçulmana, que não eram Jerusalém ou Antioquia, mas Bagdá, Damasco, Toledo e Córdova. O progresso intelectual europeu nos séculos XII e XIII se deve muito mais ao restabelecimento do comércio com o Oriente Próximo e ao trabalho de estudiosos e tradutores na Espanha e na Sicília, do que a qualquer influência das guerras santas contra os turcos. As cruzadas não foram também responsáveis diretas pelas mudanças políticas e econômicas do fim da Idade Média. O declínio do feudalismo, por exemplo, deveu-se principalmente à Peste Negra, à expansão da economia urbana e ao aparecimento das monarquias nacionais. Por sua vez, estas só em grau muito pequeno foram efeitos das Cruzadas.

Que efeitos, então, poderão ser atribuídos às grandes guerras santas contra o Islã? De certo modo, apressaram a emancipação do povo. Os nobres que precisavam muito de dinheiro venderam, mais cedo do que o teriam feito em outras condições, privilégios a moradores de cidade e a comunidades de servos. Além disso, muitos camponeses aproveitaram-se da ausência dos nobres para se libertarem da escravidão do solo. Entre outros efeitos econômicos, podem ser citados uma crescente procura de produtos do Oriente, o desenvolvimento dos negócios bancários e a eliminação de Constantinopla como mediadora do comércio entre o Oriente e o Ocidente. Veneza, Gênova e Pisa passaram então a monopolizar virtualmente o comércio da área mediterrânea. Acresce, ainda, que as Cruzadas tiveram alguma influência no fortalecimento das monarquias na França e na Inglaterra, por terem eliminado nobres poderosos e oferecido um pretexto para a tributação direta. As conseqüências políticas, no entanto, foram relativamente pequenas. No domínio da religião, onde poderíamos esperar os resultados mais decisivos, muito poucos podem ser citados, salvo efeitos negativos. É impossível provar que os papas houvessem aumentado o seu poder ou a sua reputação por terem desencadeado as Cruzadas. Ao contrário, à medida que o verdadeiro caráter das expedições se tornava mais claro, parece que o papado sofreu uma certa queda de prestígio. Houve, no

entanto, um aumento de fanatismo religioso, que se expressou de maneira especial numa selvagem perseguição aos judeus. Esse povo infortunado sofreu quase que em toda parte. Foram cruelmente espancados e às vezes até mortos pela multidão enraivecida. Naturalmente, a fúria contra eles devia-se, em parte, a motivos econômicos, pois que eram os principais prestamistas do tempo. Não obstante, é significativo o fato de ter o anti-semitismo uma de suas principais fontes nas guerras santas contra o islamismo. Por fim, é certo que as Cruzadas tiveram alguma influência na expansão dos conhecimentos geográficos e no incentivo às viagens e às explorações, muito embora tais resultados se devam ainda mais à expansão gradual do comércio.

4. O ESPÍRITO DO PERÍODO FINAL DA IDADE MÉDIA

O início do progresso intelectual da época feudal data da chamada renascença carolíngia do século IX. Foi um movimento iniciado por Carlos Magno ao trazer para a sua corte, em Aix-Ia-Chapelle, os mais notáveis eruditos que pode encontrar. O imperador foi levado em parte pelo interesse na cultura, mas também pelo desejo de encontrar padrões uniformes de ortodoxia que pudessem ser impostos a todos os seus súditos. Felizmente parece ter concedido, aos sábios que importou, uma parcela bem grande de liberdade na prossecução dos seus estudos. Resultou daí uma renascença do intelecto que ganhou suficiente impulso para se estender aos reinados de vários sucessores de Carlos Magno. Entre os chefes do movimento podem ser citados: Alcuíno, diretor da escola real; João Escoto Erígena, o filósofo racionalista; e Walafrid Strabo, o poeta. Depois da renascença carolíngia o progresso intelectual na Europa Ocidental foi, por algum tempo, relativamente lento. Um breve surto sob o patrocínio de ato, na Alemanha, durante o século X, foi seguido por um desenvolvimento mais vigoroso dos estudos clássicos na Itália e na França, depois do ano 1.000. O auge das realizações intelectuais da época feudal só foi atingido, porém, nos séculos XII e XIII.

I. Filosofia

A realização filosófica mais notável da segunda fase da Idade Média foi o famoso sistema conhecido como escolástica. Define-se comumente esse sistema como uma tentativa para harmonizar a razão com a fé, ou para fazer a filosofia servir os interesses da teologia. Mas tal definição não basta para dar uma idéia precisa do espírito escolástico. Os grandes pensadores da Idade Média não limitaram seus interesses aos problemas da religião. Pelo contrário, como os filósofos de qualquer outra época, eles sentiam o anseio de responder às grandes questões da vida, quer pertencessem à religião, à política, à economia ou à metafísica. Talvez a melhor maneira de explicar a verdadeira natureza da escolástica seja defini-Ia pelos seus característicos. Em primeiro lugar, era racionalista e não empírica; em outras palavras, baseava-se antes no primado da lógica do que no da ciência ou no da experiência. Os filósofos escolásticos, do mesmo modo que os pensadores gregos da escola socrática, não acreditavam que a mais alta verdade pudesse advir da percepção sensorial. Admitiam que pelos sentidos os homens podiam adquirir um conhecimento das aparências das coisas, mas afirmavam que a natureza real ou essencial do universo é descoberta principalmente pela razão. Em segundo lugar, a filosofia escolástica era autoritária. Nem mesmo a razão era considerada instrumento suficiente para a aquisição de todo o conhecimento, pois as deduções da lógica precisavam ser amparadas pela autoridade das escrituras, dos Padres da Igreja e especialmente de Platão e Aristóteles. Terceiro: a filosofia escolástica assumia uma posição predominantemente ética. Seu fim cardeal era descobrir como o homem podia melhorar esta vida e assegurar a salvação na vida extraterrena. O filósofo escolástico era um humanista no sentido de se interessar principalmente pelo homem. Seu universo era um todo compacto e ordenado, criado para o benefício da raça humana. Quarto: o pensamento escolástico, diferindo da filosofia moderna, não se preocupava primordialmente com as causas e relações subjacentes; seu objetivo era antes descobrir os atributos das coisas. Supunha-se que o universo fosse estático e que, portanto, bastava explicar o significado e a finalidade das coisas, sem investigar-lhes a origem e evolução.

Uma das questões fundamentais em torno da qual se processou a evolução do pensamento escolástico foi a questão dos universais. Alguns filósofos escolásticos afirmavam que os "universais", ou conceitos abstratos, não são meras palavras, mas têm uma existência própria, real e independente. Por

exemplo, o estado, de acordo com este ponto de vista, não é simplesmente o nome de um grupo de indivíduos, mas uma coisa em si mesma, que certamente não pode ser percebida pelos sentidos, mas que pode ser apreendida pela razão. Os indivíduos que vivem no estado derivam seu caráter de cidadãos do fato de participarem da qualidade universal daquele. Do mesmo modo, todas as outras coisas particulares adquirem seu caráter distintivo das espécies ou categorias a que pertencem. Este ponto de vista, que na Idade Média era conhecido como realismo extremo, tendia naturalmente a exaltar o grupo ou a instituição acima do indivíduo. Nem todos os filósofos escolásticos, porém, aceitavam essa posição extrema. Alguns, sob a influência de Aristóteles, afirmavam que o universal não é uma entidade capaz de existir em si mesma, mas é meramente a essência do objeto particular, sua qualidade intrínseca ou eqüidade. Desse modo, o universal não é um mero nome - é real, mas não pode existir independente ou separadamente de uma coisa individual. Esta doutrina é conhecida como realismo moderado, realismo aristotélico ou conceitualismo. O realismo extremo floresceu do século IX até o fim do século XI. Os grandes escolásticos dos séculos XII e XIII foram realistas moderados.
As origens do realismo moderado já podem ser encontradas nos ensinamentos de Pedro Abelardo (1079-1142), uma das mais notáveis figuras da história do pensamento. Este belo e talentoso francês foi educado nas melhores escolas de Paris e alcançou grande reputação, antes de chegar aos trinta anos, pela sua habilidade dialética. Durante muito tempo ensinou em Paris, atraindo grandes multidões com as suas conferências sobre filosofia e teologia. Embora fosse um monge, seus hábitos de vida estavam muito longe de ser ascéticos. Era orgulhoso, briguento e egoísta, alardeador de seus triunfos intelectuais e mesmo de suas proezas amorosas. Afirmava possuir tais atributos de beleza e mocidade que "não temia a recusa de qualquer mulher que dignasse honrar com o seu amor". Seu trágico caso com Heloísa, que ele descreve pungentemente na obra autobiográfica A História dos meus Infortúnios, acabou por levá-Io à ruína. Mas, como filósofo, Abelardo tinha justo motivo para se orgulhar. A ele se deve a introdução da doutrina do conceitualismo, que suplantou rapidamente as abstrusas cogitações dos antigos escolásticos. Além disso, foi provavelmente o mais crítico de todos os pensadores medievais. Na sua mais famosa obra filosófica, Sic et Non (Sim e Não), denunciou grande

número de surrados argumentos baseados na autoridade, que eram comumente aceitos no seu tempo. O prefácio desse trabalho contém uma afirmação que exprime claramente as suas convicções quanto à importância vital do raciocínio crítico. "Pois a primeira chave da sabedoria é chamada interrogação, diligente e incessante... Pela dúvida somos levados à investigação e pela investigação percebemos a verdade".

Os grandes dias da escolástica vieram no século XIII, sobretudo em conseqüência dos trabalhos de Alberto Magno e de seu famoso discípulo Santo Tomás de Aquino. Esses homens tiveram a vantagem de poder estudar a obra completa de Aristóteles, pouco antes traduzida de exemplares que se achavam em poder dos sarracenos. Alberto Magno, o único sábio que, em todos os tempos, foi honrado com o título de "Grande", nasceu na Alemanha em 1.193. Em sua longa e ativa existência trabalhou como professor, especialmente em Colônia e na Universidade de Paris. Admirador profundo de Aristóteles, esforçou-se por imitar o exemplo desse antigo mestre, tomando para campo de estudos todo o conjunto dos conhecimentos. Suas obras incluem mais de vinte volumes sobre assuntos que vão da botânica à fisiologia, da alma à criação do universo. Freqüentemente tomava uma atitude cética em relação às autoridades clássicas e tentou fundamentar suas conclusões na razão e na experiência. Referindo-se a mitos antigos, como o dos avestruzes que comiam ferro, costumava dizer: "mas isso não foi provado pela experiência". Definia a ciência natural "não como um simples conhecimento recebido de outrem, mas como a investigação das causas dos fenômenos naturais".

Tomás de Aquino, o mais famoso dos filósofos escolásticos, nasceu no sul da Itália, mais ou menos em 1.225. Seguindo o exemplo do grande Alberto, ingressou na ordem dos dominicanos e devotou toda a sua vida ao magistério. Aos 25 anos tornou-se professor da Universidade de Paris. Sua obra mais famosa foi a Suma Teológica, mas escreveu também sobre muitos outros assuntos, inclusive política e economia. Os objetivos fundamentais de Santo Tomás eram; 1) demonstrar a racional idade do universo, e 2) estabelecer a primazia da razão. Acreditava que o universo fosse um todo ordenado, governado por uma finalidade inteligente. Todas as coisas foram criadas para tornar possível a realização do grande plano cristão de promover a justiça e a paz na terra e salvar a humanidade num mundo vindouro. A filosofia de Santo Tomás de Aquino implicava uma serena

confiança na capacidade do homem para conhecer e compreender o seu mundo. As grandes Sumas que escreveu representavam uma tentativa para construir, com base na lógica e na sabedoria do passado, vastos sistemas de conhecimento que não deixassem mistério algum a resolver. Embora se baseasse abundantemente na autoridade de Aristóteles, considerava a razão como a chave principal da verdade. Mesmo em face da religião sua atitude era essencialmente mais intelectual do que emocional; para ele, a piedade era mais um assunto de conhecimento que de fé. Admitia que algumas doutrinas do cristianismo, como a crença na Trindade e a criação do mundo dentro do tempo, não podiam ser provadas pelo intelecto, mas negava que fossem contrárias à razão, pois o próprio Deus é um ser racional. Como discípulo de Aristóteles, Santo Tomás ensinava que o mais alto bem para o homem é a compreensão de sua verdadeira natureza, o que, afirmava ele, consiste no conhecimento de Deus, que em boa parte pode ser atingido nesta vida pela razão, mas que somente se realizará com perfeição na vida futura. A influência de Santo Tomás não só foi de máxima importância em seu tempo, mas sobreviveu até hoje.
No fim do século XIX o papa Leão XIII exortou os bispos da igreja a que "restaurassem a áurea sabedoria de S. Tomás e a espalhassem pelos quatro cantos da terra em defesa da fé, para o bem da sociedade e proveito de todas as ciências". Recomendou S. Tomás como mestre e guia de todos aqueles que se dedicam a estudos superiores.
No fim do século XIII a escolástica havia começado a declinar. Essa decadência se deveu em parte aos ensinamentos de João Duns Escoto, o último dos escolásticos. Como membro da ordem franciscana, Duns Escoto inclinava-se a salientar na religião o aspecto emocional e prático ao invés do intelectual. Concebia a piedade antes como um ato da vontade que como um ato do intelecto. Confiando menos que Santo Tomás nos poderes da razão, excluiu totalmente, da esfera da filosofia, grande número das doutrinas da religião. Faltava-lhe somente um passo para negar que fosse qualquer crença religiosa capaz de demonstração racional; tudo deveria ser aceito pela fé ou totalmente rejeitado. Quando esse marco foi por fim alcançado pelos sucessores de Duns Escoto, rapidamente adveio a ruína da escolástica.
A popularidade crescente do nominalismo foi outra razão principal do declínio da escolástica. Embora o nominalismo seja com freqüência

considerado como um ramo da escolástica, os nominalistas de fato se opunham fundamentalmente a quase tudo o que pensavam os escolásticos. Negavam que os "universais" tivessem qualquer realidade, que fossem algo mais que meras abstrações inventadas pelo espírito para exprimir as qualidades comuns a um certo número de objetos ou organismos. Somente as coisas individuais são reais. Bem longe de imitar a confiança que os escolásticos depositavam na razão, os nominalistas a contradiziam afirmando que todo conhecimento tem sua fonte na experiência. Qualquer coisa alheia ao campo da experiência concreta deve ser aceita com base na fé, se é que deve ser aceita; as verdades da religião não podem ser demonstradas pela lógica. Embora alguns dos primeiros nominalistas tendessem para o ceticismo religioso, a maioria deles se tornaram místicos. O nominalismo floresceu no século XIV e, por alguns anos, foi a filosofia mais popular da Europa Ocidental. O expoente mais completo dessa época foi o franciscano inglês Guilherme de Occam. A importância particular do nominalismo reside em ter lançado as bases do progresso científico da Renascença e dos movimentos religiosos místicos que contribuíram para desencadear a revolução protestante.

Muitos filósofos medievais devotaram grande atenção à questão da autoridade política; para alguns deles, mesmo, essa questão constituía o principal motivo de interesse. Os teóricos políticos da época feudal concordavam, substancialmente, em grande parte de sua filosofia. Quase todos eles tinham abandonado a idéia dos Padres da Igreja, de que o estado foi estabelecido por Deus como um remédio para o pecado e que, por conseguinte, o homem deve prestar obediência fiel mesmo ao tirano. Tornou-se, então, geralmente aceito que o estado é um produto da natureza social do homem e que quando a justiça é o princípio orientador do governante, o governo é um bem positivo e não necessariamente um mal. Em segundo lugar, a grande maioria dos filósofos da época feudal era de opinião que toda a Europa Ocidental deveria constituir uma comunidade única, sob um só governante supremo. Poderiam existir nas várias partes do continente muitos reis ou príncipes subordinados, mas um suserano supremo, quer fosse o papa, quer o imperador, deveria exercer a mais alta jurisdição. O mais notável dentre os que defenderam a supremacia do imperador foi Dante, em sua obra De Monarchia. Ao lado do papa estavam o inglês João de Salisbury (cerca de 1.115-80) e Tomás de Aquino. Quase

sem exceção, os teóricos políticos da época feudal acreditaram no governo limitado. Não viam motivo para qualquer forma de absolutismo. João de Salisbury chegou até a defender o direito que os súditos de um tirano tinham de matá-Io. A bem dizer, toda a teoria do segundo período medieval se baseava no princípio de que a autoridade de qualquer governante, quer fosse papa, imperador ou rei, era essencialmente judiciária. A função dele era somente aplicar a lei e não fazê-Ia ou alterá-Ia a seu alvitre. Os medievais, na verdade, absolutamente não concebiam a lei como imposição de um soberano, mas como o produto do costume ou da ordem divina da natureza. Por outro lado, os teóricos políticos da Idade Média não eram democratas, pois nenhum deles acreditava no governo da maioria. O homem que mais se aproximou de uma exposição do ideal democrático foi Marsiglio de Pádua, no século XIV. Defendia a idéia de que o povo deveria ter o direito de eleger o monarca e até de depô-Io, caso fosse necessário. Acreditava também num órgão representativo com o poder de legislar. Marsiglio, entretanto, não era defensor de uma soberania popular ilimitada. Na realidade, definia a democracia como uma forma degradada de governo. A idéia que tinha de governo representativo era a representação dos cidadãos, mais de acordo com a qualidade do que simplesmente com o número, e achava que os poderes legislativos desse órgão representativo deviam limitar-se a decretar os estatutos reguladores da estrutura do governo.

II. Ciência

Dificilmente poder-se-á qualificar de imponente o acervo das realizações científicas da época feudal. Aliás, era de se esperar isso, dada a absorção do interesse pelos demais campos de atividade intelectual. Não é preciso mencionar mais que os nomes de alguns poucos indivíduos que se dedicaram à ciência. Um dos mais originais dentre eles foi Adelardo de Bath, que viveu no princípio do século XII. Não somente condenava a confiança na autoridade, mas dedicou muitos anos de sua vida à investigação direta da natureza. Descobriu alguns fatos importantes sobre as causas dos terremotos, as funções de várias partes do cérebro e os processos

da respiração e da digestão. Foi talvez o primeiro cientista, desde a época helenística, a afirmar a indestrutibilidade da matéria.
Entre todos os cientistas medievais o de espírito mais tenaz foi o famoso imperador do Santo Império, Frederico II, cujo reinado ocupou a primeira parte do século XIII. Frederico era cético em relação a quase tudo. Negava a imortalidade da alma e foi acusado de ter escrito uma brochura intitulada Jesus, Moisés e Maomé, os três grandes impostores. Mas não se satisfazia somente com a sátira. Para satisfazer sua ilimitada curiosidade realizou por conta própria várias experiências, contando-se entre elas a prova da incubação artificial dos ovos e a que fez com abutres, vendando-lhes os olhos para determinar se encontravam o alimento pela visão ou pelo olfato. Afirmava-se, até, que ele fechara um homem num tonel de vinho para provar que a alma morre com o corpo. Suas mais significativas contribuições para a ciência foram feitas, no entanto, como protetor da cultura. Sendo um ardente admirador da cultura muçulmana, levou para PaIermo eruditos ilustres a fim de traduzirem para o latim as obras dos sarracenos. Subsidiou grandes cientistas, particularmente Leonardo de Pisa, o mais brilhante matemático do século XIII. Além disso, Frederico instituiu medidas para fazer progredir a medicina. Legalizou a prática da dissecção, estabeleceu um sistema de exames e de licenças para os médicos e fundou a Universidade de Nápoles, com uma das melhores escolas médicas da Europa.

Alquimistas no laboratório. Note-se a grande variedade de instrumentos empregados e os óculos usados pelo experimentador. (Gravura do Metropolitan Museum of Art.)

Inegavelmente, o mais conhecido dos cientistas medievais é Rogério Bacon (ca. 1.214-94), talvez por ter previsto certas invenções modernas, tais como as carruagens sem cavalo e as máquinas voadoras. Na realidade. Bacon era muito menos crítico do que Frederico II, pois acreditava que todo conhecimento devia contribuir para a glória da teologia, a rainha das ciências. Adelardo de Bath, além disso, o precedeu de mais de um século na defesa e no uso do método experimental. Não obstante, Bacon, devido à sua vigorosa preconização da pesquisa exata, merece um alto posto entre os cientistas medievais. Negava que tanto a razão como a autoridade pudessem dispensar conhecimentos válidos, a não ser quando baseadas na pesquisa experimental. Além disso, ele próprio realizou certos trabalhos práticos de grande valor. Suas obras sobre ótica foram tidas como clássicas durante vários séculos. Descobriu muitos fatos relacionados com as lentes de aumento e parece mais do que provável que tenha inventado o microscópio. Não somente foi o melhor geógrafo da época, mas, ao que parece, o primeiro cientista a perceber a imprecisão do calendário Juliano e a reclamar a sua revisão.

III. Educação

Os avanços da filosofia e da ciência no último período da Idade Média teriam sido em grande parte impossíveis sem o progresso educacional ocorrido entre os séculos IX e XIV. A renascença carolíngia determinou a fundação de melhores escolas e bibliotecas em muitos conventos da Europa Ocidental. No entanto, em conseqüência dos movimentos de reforma religiosa do século XI, os conventos começaram a se descuidar da educação, resultando daí que as instituições educacionais monásticas foram sendo gradualmente sobrepujadas pelas escolas das catedrais. Algumas destas últimas se desenvolveram mais tarde em instituições que poderiam ser consideradas equivalentes aos colégios atuais, e que proporcionavam excelente ensino nas chamadas artes liberais. Isso é, sobretudo, verdadeiro das escolas anexas às catedrais de Canterbury, Chartres e Paris. Mas, sem dúvida, o aparecimento das universidades representa a realização educacional mais importante da Idade Média.
O termo universidade significava originalmente uma associação ou corporação. Muitas das universidades medievais eram, de fato, muitíssimo semelhantes às corporações profissionais, organizadas com o objetivo de preparar e licenciar professores. A palavra, aos poucos, veio a significar uma instituição educacional que continha uma escola de artes liberais e uma ou mais faculdades de finalidade profissional (direito, medicina ou teologia). Não se sabe qual foi a universidade mais antiga. Pode ter sido a de Salerno, que, já no século X, era um centro de estudos médicos. As universidades de Bolonha e de Paris também são muito antigas, tendo a primeira sido instalada por volta de 1150 e a segunda, antes do fim do século XII. Vêm depois, em ordem de antiguidade, instituições famosas como as de Oxford, Cambridge, Montpellier, Salamanca, Roma e Nápoles. Não houve universidades na Alemanha até o fim do século XIV, quando escolas desse tipo foram organizadas em Praga, Viena, Heidelberg e Colônia. No fim da. Idade Média, tinham sido fundadas mais ou menos oitenta universidades na Europa Ocidental.
Praticamente todas as universidades da Europa Medieval eram organizadas segundo um dos dois modelos então existentes. Na Itália, na Espanha e no sul da França, o padrão em geral era o da universidade de Bolonha, na qual os próprios estudantes formavam uma associação ou corporações. Contratavam professores, pagavam-lhes salários e os multavam e destituíam quando descuravam o cumprimento do dever ou ministravam instrução

deficiente. Quase todas essas instituições do sul eram de caráter secular e especializadas em direito e medicina. As universidades do norte da Europa modelavam-se pela de Paris, que não era uma corporação de estudantes, mas de professores. Incluía as quatro faculdades de artes, de teologia, de direito e de medicina, cada uma delas dirigida por um deão eleito. Na grande maioria das universidades do norte os principais ramos de estudo eram as artes e a teologia. Antes do fim do século XIII vieram a ser fundadas escolas autônomas dentro da Universidade de Paris. A escola original nada mais era do que uma casa doada aos estudantes pobres, mas logo chegou-se à conclusão de que a disciplina seria mantida com muito mais facilidade se todos os estudantes morassem nas escolas. Por fim esses colégios, ao mesmo tempo que continuavam a ser residências, tornaram-se centros de instrução. Embora no continente europeu tivessem deixado de existir a maioria dessas instituições, as universidades de Oxford e Cambridge, na Inglaterra, ainda mantêm o padrão de organização federal, copiado do de Paris. As escolas que as compõem são, praticamente, unidades educacionais independentes.

Ainda que as universidades modernas tenham copiado muito, dos seus protótipos medievais, o programa de estudos mudou radicalmente. Nenhum dos currículos da Idade Média incluía um número razoável de aulas de história ou de ciências naturais, e pouca coisa continham de matemática e literatura clássica. O educador tradicionalista moderno, que acredita formarem a espinha dorsal do ensino universitário a matemática e os clássicos, não encontrará base para os seus argumentos na história das universidades medievais. Do estudante da Idade Média exigia-se, antes de tudo, que dedicasse quatro ou cinco anos ao estudo do trivium - gramática, retórica e lógica ou dialética. Se fosse aprovado nos exames, receberia o grau preliminar de bacharel em artes, que não lhe conferia nenhuma habilitação especial. Para assegurar um lugar na vida profissional, precisava dedicar alguns anos a mais para conquistar um grau superior, como o de mestre em artes, doutor em direito ou doutor em medicina. Para obter o grau de mestre tinha de passar três ou quatro anos estudando o quadrivium, que se compunha do estudo de aritmética, geometria, astronomia e música. Essas matérias não eram, em absoluto, o que os seus nomes implicam nos nossos dias. Seu conteúdo era altamente filosófico. Por exemplo, a aritmética incluía principalmente o estudo da teoria dos números, ao passo

que o da música se preocupava, sobretudo, com as propriedades do som. As exigências para o grau de doutor eram, em geral, mais severas e incluíam uma formação mais especializada. No fim da Idade Média tinha sido ampliado para 14 anos o curso que em Paris habilitava ao doutorado em teologia e o grau não podia ser conferido a não ser que o candidato tivesse pelo menos trinta e cinco anos de idade. Tanto os graus de mestre como os de doutor eram títulos de docência. Até o título de doutor em medicina equivalia ao de professor de medicina e não ao de médico prático.
A vida do estudante medieval diferia em muitos pontos da dos seus colegas contemporâneos. O corpo discente de qualquer universidade não era um grupo homogêneo, mas se compunha de várias nacionalidades. O jovem francês ou alemão que desejasse estudar direito teria certamente de ir a Bolonha ou a Pádua, assim como o jovem italiano interessado em teologia se inscreveria provavelmente em Paris. Em geral o corpo universitário era uma comunidade independente, ficando os estudantes, desse modo, isentos da jurisdição das autoridades políticas. Um resto da antiga autonomia universitária pode ser constatado no fato de algumas universidades alemãs ainda possuírem prisões próprias. Pouquíssimos estudantes medievais tinham livros e raramente encontravam uma biblioteca onde pudessem tomá-Ios emprestados. Por conseguinte, o método de estudo consistia principalmente em tomar enorme quantidade de notas das aulas dos mestres, em tabuinhas enceradas, e depois analisá-Ias e discuti-Ias. A educação dos moços devia ser adquirida antes através da lógica e da memória, do que de extensas leituras ou pesquisas. Em outros aspectos, no entanto, a vida do estudante da Idade Média não era muito diferente da de agora. O estudante medieval nada conhecia das competições esportivas entre colégios, mas em compensação tinha as rixas violentas com os "valentões" da cidade para absorver seus excessos de energia. Nas universidades medievais, como nas de hoje, havia forte contraste entre o tipo do estudante sincero e inteligente, e o do vadio desabusado e frívolo. Ouvimos falar muito de radicalismo e irreverência nos colégios modernos, mas essas tendências não eram de modo algum desconhecidas nas universidades da Idade Média. Muitas dessas instituições foram vigorosamente denunciadas como focos de heresia, paganismo e mundanismo. Dizia-se que o jovem "procura a teologia em Paris, o direito em Bolonha e a medicina em Montpellier, mas em nenhum lugar uma vida

que agrade a Deus". Os estudantes de Paris tiveram até que ser admoestados, certa vez, para que cessassem de jogar dados no altar de Notre Dame, depois de uma festa de dia santo.

IV. Literatura

Ninguém que tenha um conhecimento um pouco aprofundado da literatura da época feudal poderá imaginar todo o período medieval como uma era de trevas e de interesses extra-mundanos, pois grande parte dessa literatura exprime um humanismo, um prazer de viver tão espontâneo, alegre e jovial quanto a atitude revelada por qualquer das obras literárias da Renascença dos séculos XIV e seguintes. Na verdade, o espírito da literatura da última fase da Idade Média estava muito mais próximo do espírito da Idade Moderna do que muitos imaginam. A verdadeira proporção da literatura religiosa para o número total das obras produzidas na época feudal não era, provavelmente, maior do que a que se pode encontrar na época presente.
As obras desse período da Idade Média podem, em primeiro lugar, ser classificadas em literatura latina e vernácula. A revivescência dos estudos clássicos nas escolas das catedrais e nas mais antigas universidades ensejaram a produção de excelentes poesias. Os melhores exemplos foram os versos da lírica secular, particularmente os escritos por um grupo de poetas conhecidos como os goliardos. Os goliardos tiraram seu nome do fato de costumarem referir-se a si mesmos como discípulos de Golias. Ninguém sabe quem era esse Golias, mas o professor Haskins pensa que devia ser o diabo. A escolha de tal mestre seria, sem dúvida, bastante apropriada, pois a maioria dos poetas goliardos eram considerados pela igreja como dissolutos da mais baixa estofa, para os quais nada era suficientemente sagrado para escapar ao ridículo. Escreveram paródias do credo, paródias das missas e mesmo imitações burlescas dos evangelhos. Seus versos líricos eram de espírito puramente pagão, celebrando as belezas das mudanças das estações, a vida despreocupada das estradas, os prazeres da bebida e do jogo, e em particular as alegrias do amor. Os autores desses versos brincalhões e satíricos eram, na sua maior parte, estudantes boêmios, embora alguns pareçam ter sido homens de idade mais avançada. O nome de quase todos eles é desconhecido. A sua poesia reveste-se de significado

especial como o primeiro protesto veemente, que foi, contra o ideal ascético do cristianismo.
As estrofes seguintes, tiradas das Confissões de Golias, podem ser consideradas como bem típicas do que eles escreviam:

Padre, discreto entre os discretos,
Dá-me absolvição!
É grata a morte que me leva,
É doce extinguir-me,
Pois meu coração sofre
Da meiga doença que a beleza traz;
Todas as mulheres que não alcancei
Possuo em minha ilusão.

É tão difícil conseguir
Que a natureza se renda
E, junto às belas, corar e fingir
Que se é o campeão da inocência!
Nós, os moços, não submeteremos jamais
Nossos desejos à lei severa,
Nem afastarmos do pensamento
Esses corpos macios e ternos.

A literatura medieval não foi, de modo algum, escrita toda em latim. Com o desenrolar da época feudal tornaram-se meio de expressão cada vez mais popular as línguas nacionais francesa, alemã, espanhola, inglesa e italiana. Até o começo do século XII, quase toda a literatura das línguas vernáculas apresenta-se sob a forma de poemas épicos. Entre os exemplos principais podem ser citados: A Canção de Rolando (francesa), A Canção dos Niebelungs (alemã), as eddas e as sagas dos nórdicos, e o Poema do Cid (espanhol). Esses poemas descrevem uma sociedade feudal viril, mas sem polimento, na sua primeira fase de evolução, quando os feitos valorosos nas batalhas pelo suserano representavam o cumprimento dos mais altos ideais cavalheirescos. O heroísmo, a honra e a lealdade eram praticamente os únicos temas. O caráter das poesias épicas era quase que inteiramente masculino. Quando, por acaso, se mencionavam mulheres, era quase

sempre em tom de condescendência. O herói devia mostrar a mais alta dedicação ao seu superior, mas não se considerava desdouro que espancasse a própria esposa.

Nos séculos XII e XIII a sociedade feudal da Europa Ocidental atingiu o mais alto píncaro de seu desenvolvimento. A aristocracia feudal, graças aos progressos do conhecimento ao contato com a civilização mais avançada dos muçulmanos, adotou novas atitudes e interesses. A cavalaria, com os seus característicos de glorificação da mulher e sua exaltação da bondade e do refinamento de maneiras, foi aos poucos tomando o lugar da antiga concepção do ideal feudal, que se limitava às virtudes belicosas. Os primeiros trabalhos literários que refletiram e em parte inspiraram essa mudança de idéias foram os poemas dos trovadores. A terra natal dos trovadores (troubadours) foi o sul da França, particularmente a região conhecida como Provença. Localizava-se aí uma das áreas de maior civilização da Europa feudal. Ela conhecera o contato direto da influência sarracena da Espanha e parece que também conservara uma herança muito extensa da Roma antiga. A religião dominante na Provença era uma continuação do maniqueísmo, encarnada nos ensinamentos da seita cristã herética dos chamados albigenses. Talvez tenha havido certa relação entre o espírito de independência religiosa e o vigor e a originalidade da cultura. Quaisquer que sejam as razões, não pode haver dúvida de que os trovadores da Provença tenham iniciado um movimento de enorme importância na literatura da segunda fase da Idade Média. O amor romântico era o tema central de seus versos. A mulher foi então enaltecida como nunca. Seus encantos sedutores, outrora condenados pelos monges e Padres da Igreja como verdadeiras obras do demônio, foram então exaltados até às nuvens. Mas não era uma paixão sensual o amor dos trovadores pelas senhoras das cortes feudais; era uma emoção vaga, quase mística, que podia ser satisfeita com um sorriso ou com qualquer recordação insignificante da soberba deusa, objeto da afeição dos cancioneiros. Deve-se também salientar o fato de não ser o amor romântico o único assunto pelo qual se interessavam os travadores. Muitos escreveram sátiras mordazes contra a rapacidade e a hipocrisia do clero e um deles até dirigiu a Deus um vigoroso "poema de censura". A tradição literária criada pelos troubadours foi continuada pelos trouveres no norte da França e pelos minnesinger, na Alemanha.

Foram os romances do ciclo do rei Artur as mais importantes de quantas obras exprimiram os ideais da aristocracia feudal. O material desses romances consistia em lendas tecidas em torno da vida de um chefe celta denominado Artur, que fora o herói da luta contra os invasores anglo-saxões da Grã-Bretanha. No século XII, alguns escritores normandos e franceses, particularmente Marie de France e Chrétien de Troyes, interessaram-se por essas lendas como fundo de cena para o ideal cavalheiresco. Nasceu daí um certo número de romances de amor e de aventura, famosos tanto pela sua narrativa colorida como pela beleza poética que apresentavam. Tempos depois, os mais conhecidos desses romances foram adaptados e completados por poetas alemães. Wolfram de Eschenbach desenvolveu o que é, em geral, considerado com a versão mais perfeita da lenda de Parsifal, enquanto Godofredo de Estrasburgo deu à história de Tristão e Isolda a sua forma clássica medieval. Ainda que esses romances difiram na forma e no conteúdo, pode-se, no entanto, dizer que apresentam certos característicos comuns. Todos eles glorificavam a aventura em si mesma e ensinavam que a experiência mais profunda e variada é o único caminho seguro para a sabedoria. Todos eles se esforçavam para estabelecer como obrigações do cavaleiro as boas maneiras, a proteção ao fraco e o socorro aos infelizes, além de outras, como honra, fidelidade e bravura. Outro elemento universal era a força redentora do amor, muito embora nem todos os autores concordassem quanto à forma que esse amor devia assumir. Alguns afirmavam que devia ser a afeição fiel entre marido e mulher, mas outros se batiam pelo amor livre de qualquer laço matrimonial. No espírito de certos grupos posteriores, só era possível o amor verdadeiro entre o cavaleiro e sua amante, nunca entre marido e mulher. Por fim, nos melhores desses romances estava quase sempre presente um elemento de tragédia. Na verdade, uma obra como o Tristão, de Godofredo de Estrasburgo, quase poderia ser considerada como o protótipo da moderna literatura trágica. Foi, certamente, um dos primeiros a desenvolver a idéia do sofrimento individual como tema literário e a assinalar a linha divisória imprecisa que separa o prazer da dor. Para ele, amar é sofrer, e o sofrimento e a morte são capítulos integrantes do livro da vida.

No século XIII, os mercadores e os artífices das cidades tinham alcançado uma posição de poder e de influência igual, se não superior a dos nobres feudais. Podemos, portanto, logicamente esperar que tivesse sido criada

uma literatura para atender ao gosto dos burgueses. Entre os exemplos mais notáveis de tais obras encontram-se o romance de Aucassin e Nicolette e as pequenas histórias em verso conhecidas como fabliaux. O romance de Aucassin e Nicolette assemelha-se em muitos aspectos aos romances da cavalaria. O herói Aucassin é um jovem nobre e as exigências imperiosas do amor constituem o tema principal do romance, mas o enredo freqüentemente se perde em caminhos bem diferentes dos ideais cavalheirescos. Aucassin se apaixonou perdidamente, não pela esposa bem-nascida de um nobre, mas por Nicolette, uma jovem escrava sarracena. Prevenido de que sofrerá no inferno se não abandonar a sua amada, o herói responde que não se importa, pois no inferno gozará a companhia de quantos realmente viveram. A história também difere bastante dos romances de cavalaria em suas ocasionais expressões de simpatia pelo camponês. Mas foram os fabliaux as obras que indubitavelmente mais interessaram as classes urbanas. Eram histórias escritas não para edificar ou instruir, mas principalmente para divertir. Quase sempre ricamente recheadas de indecências, revelam grande desprezo pelo aparato da cavalaria, com seu amor romântico e sua procura idiota da aventura. Muitos deles eram também fortemente anticlericais e não mostravam muita consideração pelo espírito religioso. Quase sempre os alvos de sua zombaria eram monges e padres. Os fabliaux são significativos como expressões do crescente mundanismo das classes urbanas e como precursores de um forte realismo que floresceria mais tarde nas obras de escritores como Chaucer e Boccaccio.

As supremas realizações do talento literário medieval foram duas grandes obras-primas, escritas nos séculos XIII e XIV. A primeira foi o Romance da Rosa de Guilherme de Lorris e João de Meun, e a segunda, a Divina Comédia de Dante. Cada uma delas é, a seu modo, uma espécie de síntese da civilização da última fase da Idade Média. O Romance da Rosa compreende duas partes: os primeiros 4.000 versos foram iniciados por Guilherme de Lorris, mais ou menos em 1.230; a outra parte, quase três vezes maior, foi acabada por João de Meun, aproximadamente em 1.265. As duas partes são inteiramente diversas: a primeira é uma alegoria que trata do culto do amor cavalheiresco, enquanto a segunda é um elogio da razão. João de Meun era bastante céptico a respeito do valor da aristocracia feudal da sociedade medieval, odiava a superstição e satirizava as ordens

monásticas, o papado e muitas outras instituições de seu tempo. Encarnava a atitude zombeteira e realista da burguesia, enquanto seu predecessor, Guilherme de Lorris, simbolizava o espírito romântico e místico da cavalaria. A obra desses dois homens, tomada em conjunto, oferece uma espécie de guia do fim da Idade Média.
Sem dúvida a mais profunda das obras medievais foi a Divina Comédia de Dante Alighieri (1265 -1321). Não se sabe muito sobre a vida de Dante, exceto que era filho de um advogado florentino e que na mocidade participou das atividades políticas de sua cidade. A despeito de sua absorção pela política, conseguiu completo domínio dos conhecimentos literários e científicos do seu tempo. Em 1.302 o partido a que pertencia foi destituído do poder em Florença e ele teve de passar o resto de seus dias fora da cidade natal. Parece que a maior parte de seus trabalhos foram escritos durante esse período de exílio. Dante deu simplesmente o nome de Comédia à sua obra principal, mas seus admiradores, durante a Renascença Italiana, sempre se referiam a ela como Divina Comédia e foi esse o título com que chegou até nós. Na forma, a obra pode ser considerada como um drama das lutas, tentações e redenção final da alma. Mas é, naturalmente, muito mais do que isso, pois inclui um repositório completo da cultura medieval, uma síntese magnífica da filosofia escolástica, da ciência, da religião e dos ideais econômicos e éticos da grande época feudal. Seu tema dominante é a salvação da humanidade pela razão e pela graça divina, mas contém, além dessa, muitas outras idéias. O universo é concebido como um mundo finito cujo centro é a terra e no qual tudo existe para o bem do homem. Todos os fenômenos naturais se explicam em relação com o plano divino de paz e justiça na terra e salvação na vida futura. Os seres humanos possuem o livre arbítrio para escolher o bem e evitar o mal. O pior dos pecados que o homem pode cometer é a traição ou o abuso de confiança; os menos graves são os que resultam da fraqueza da carne. Dante era, sob muitos aspectos, um humanista. Experimentava o mais vivo prazer com o convívio dos autores clássicos; quase adorava Aristóteles, Sêneca e Vergilio. Preferiu Vergilio a qualquer teólogo cristão para personificar a filosofia e deu a outros pagãos ilustres um lugar muito confortável no purgatório. Por outro lado, não hesitou em colocar no inferno vários papas eminentes. Pelo seu poder de imaginação e pelo calor e vigor do seu estilo, merece Dante ser classificado como um dos maiores poetas de todos os

tempos, mas para o historiador ele assume especial importância pelo quadro completo que nos oferece da mentalidade dos fins da Idade Média.

5. A ARTE E A MÚSICA NA ÉPOCA FEUDAL

Se houve uma tendência que o homem medieval se esforçou por evitar, foi a de especializar-se em qualquer ramo determinado de atividade. Concebia todo o campo do conhecimento como um só, dominado pela lógica como chave da sabedoria. Não somente o universo, mas tudo que ele continha era criado para um só fim: a felicidade do homem. O ideal predominante era a unidade na filosofia, na religião e no governo. A mesma paixão da unidade foi transportada para o domínio da arte, resultando daí que tanto a escultura como a pintura se subordinaram à arquitetura A época feudal produziu dois grandes estilos arquitetônicos: o românico e o gótico. O românico foi primordialmente um produto da revivescência monástica e atingiu seu pleno desenvolvimento no século e meio que se seguiu ao ano 1.000. Era, fundamentalmente, uma arquitetura eclesiástica, simbolizando o orgulho das ordens monásticas e o fastígio do seu poder. É claro que, como a renascença de Cluny atingiu a igreja inteira, o estilo românico não se limitou aos mosteiros. Não obstante, é significativo que os edifícios românicos mais imponentes fossem as casas da ordem cluniacense. Os traços essenciais desse estilo de construção eram o arco redondo, as paredes maciças, enormes pilastras, janelas pequenas, interiores escuros e a predominância das linhas horizontais. A simplicidade dos interiores era às vezes mitigada por mosaicos ou afrescos de cores vivas, mas o estilo da construção não era de molde a encorajar uma ornamentação esmerada. Além disso, o espírito religioso em que era concebido esse gênero de arquitetura não favorecia qualquer apelo aos sentidos. As igrejas e os mosteiros deviam ser lisos e escuros por dentro, a fim de criar uma atmosfera propícia à devoção extraterrena. Alguns arquitetos da Europa meridional conseguiram, no entanto, livrar-se dessa sombria tradição monástica e decoraram freqüentemente as suas igrejas com uma primorosa escultura simbólica.
No fim do século XII e no século XIII, a arquitetura gótica suplantou a românica em popularidade. O aumento da riqueza, o progresso da cultura, a

expansão dos interesses seculares e o orgulho das cidades agora livres e prósperas determinaram a procura de um estilo arquitetônico mais aprimorado, que exprimisse os ideais de uma nova época. Ademais, o renascimento monástico já esgotara as suas forças. A arquitetura gótica foi quase exclusivamente urbana. Seus monumentos não eram mosteiros erigidos sobre penhascos solitários, nas catedrais, sés de bispados, localizadas nas cidades mais importantes. Deve-se compreender, no entanto, que a catedral da Idade Média não era uma simples igreja, mas um centro da vida da comunidade. Abrigava geralmente uma escola e uma biblioteca e, por vezes, era usada como câmara municipal. O povo de toda a comunidade tomava parte na sua construção e com justa razão a considerava como propriedade cívica. Na verdade, muitas catedrais góticas nasceram da rivalidade entre uma cidade e outra. Por exemplo, o povo de Siena ficou descontente com a sua modesta igreja depois que foi concluída a catedral de Florença e resolveu construir uma outra nova, em escala muito mais pretensiosa. Amiúde as ambições dos cidadãos iam muito além das suas possibilidades, resultando daí ficarem inacabadas muitas construções. Os arquitetos da catedral de Chartres, por exemplo, planejaram diversas torres muito mais altas, que nunca se completaram.

A B C

Êstes três esboços (que não obedecem à mesma escala) mostram a evolução da planta baixa da catedral medieval. A é a planta duma basílica cristã dos primeiros tempos, a igreja de Santa Maria Maggiore, construída em Roma no século IV. Vê-se que é uma construção simples, retangular, com a nave ladeada por colunatas e alas laterais. B é a igreja de São Miguel, em Pavia, construída no século XII, em estilo românico, com uma abside alongada e um transepto que lhe dão a configuração de uma cruz latina. C é a catedral de Amiens, gótica, do século XIII. É êste um plano gótico típico — as alas laterais continuam à volta do côro e da abside, formando o ambulatório do qual irradiam as capelas, e o transepto se apresenta completamente desenvolvido, com alas laterais.

A arquitetura gótica foi um dos mais complexos estilos de construção que já existiram. Seus elementos básicos eram, o arco ogival, a abóbada nervurada, de arestas, e o arcobotante exterior. Esses recursos tornaram possível uma construção muito mais leve e mais elevada do que o teriam permitido os arcos redondos e as pilastras aderentes do estilo românico. Na verdade, a catedral gótica pode ser descrita como um esqueleto de pedra entremeado de enormes janelas. Entre os outros característicos encontram-se as elevadas flechas, as janelas em rosácea, delicados rendilhados de pedra, fachadas primorosamente esculpidas, colunas múltiplas e o uso de gárgulas ou figuras de monstros míticos como motivo de decoração. Nas melhores catedrais, a ornamentação concentrava-se geralmente no exterior. Com exceção dos vitrais e dos lavores complicados dos madeiramentos e dos altares, os interiores eram bastante simples é, às vezes, quase severos. Mas o interior de uma catedral gótica nunca era sombrio ou escuro. Os vitrais, ao invés de excluir a luz, a glorificavam, captando os raios solares e difundindo-os com uma riqueza e uma vivacidade de cores que a natureza, por si, dificilmente poderia ter produzido, mesmo nos seus instantes de maior esplendor.

O significado da arquitetura gótica costuma ser mal interpretado. Até o seu próprio nome, que a qualifica como uma arte de origem bárbara, foi a princípio um termo pejorativo aplicado pelos homens da Renascença, na intenção de exprimirem o seu desprezo por tudo quanto fosse medieval. Muitos, ainda hoje, consideram a catedral gótica como o produto de uma civilização ascética, de interesse extraterrenos. Nada pode ser mais inexato. Se algum significado espiritual tinha a arquitetura gótica, era como símbolo de uma religião que passara a reconhecer a importância desta vida. Mas, como já vimos, a catedral era mais do que uma igreja. Era, em grande parte, a expressão do novo espírito secular que resultara do crescimento das cidades e do progresso do esclarecimento. Muitas das cenas representadas nos vitrais - o trabalho de uma padaria, por exemplo - não tinham qualquer significado religioso direto. Além disso, a arquitetura gótica era humanística, e em grau não pequeno. O positivo apelo aos sentidos, revelado pela refulgência colorida dos vitrais e pela escultura naturalista dos santos e das Virgens, é prova cabal de que o interesse do homem pela sua própria natureza humana e pelo mundo da beleza natural já não era

considerado pecaminoso. Por fim, a arquitetura gótica foi uma expressão do gênio intelectual medievo. O desenho complicado, o perfeito equilíbrio entre os empuxos e as resistências e a imponente altura das construções representavam não somente um triunfo da técnica raciocinada, mas também o desejo de ultrapassar os confins do conhecimento e ir mais além, até os mais altos reinos da verdade. Cada catedral em si mesma, com a sua detalhada profusão de esculturas da vida animal e vegetal e de figuras simbólicas, era uma espécie de enciclopédia dos conhecimentos medievais uma epopéia cultural em pedra.

A B

Cortes transversais, pelos janelas, de (A) Abbaye-aux-hommes, em estilo românico, e (B) catedral de Amiens, em gótico francês. Notem-se em A os arcos, assim como o método de sustentação da abóbada da nave pelas meias-abóbadas da galeria do trifório. Em B, os arcos ogivais construídos para efeito de maior altura da nave central e, no conjunto, a estrutura mais leve. Vêem-se os arcobotantes típicos, que transferem para grandes pilares maciços de alvenaria o empuxo da abóbada da nave central, aliviando a estrutura principal.

A música da época feudal foi o produto de uma evolução que remontava bem longe, aos inícios da história medieval européia. O ponto de partida dessa evolução foi o desenvolvimento do cantochão, tradicionalmente atribuído ao papa Gregório Magno. Era o canto gregoriano uma melodia simples e sem acompanhamento, cantada por um solista ou por um coro em uníssono. Essa forma simples de arte forneceu a base de quase toda a música medieval. Lá pelo século X começaram a manifestar-se os primeiros sinais de um sistema harmônico, ainda que as combinações tonais escolhidas a princípio fossem um tanto austeras, sendo as mais típicas dentre elas as sucessões de quartas e quintas. Com o decorrer do tempo

foram acrescentados outros intervalos, enriquecendo aos poucos o colorido do conteúdo. É significativo, no entanto, que faltasse por completo o conceito moderno de uma harmonia subordinada a uma melodia. Cada nova voz adicionada devia ser interessante por si mesma e não como parte do conjunto sonoro. Desse modo, o novo desenvolvimento se fazia no sentido do contraponto ao invés da harmonia; era antes polifônico do que monofônico. No século XIII, já se adquirira grande habilidade em entrelaçar, num conjunto agradável, duas, três e até quatro vozes independentes. Como parte do quadrivium ensinado nas universidades, era a música uma matéria secamente teórica e formal - um ramo da física, antes de mais nada. Mas quando utilizada para fins práticos pelos compositores da igreja, era uma coisa viva em plena evolução. Alguns compositores chegaram mesmo, no seu zelo pela novidade e pela experimentação, a escolher cantigas populares das tabernas, inclusive a letra, como base sobre a qual teciam, em contraponto, as palavras sagradas da missa. A esse respeito, devemos salientar que existia uma música secular distinta da sacra. Era, também, principalmente vocal, mas, em contraste com a música sacra, acentuadamente rítmica, cantada com acompanhamento instrumental, e empregava as línguas vernáculas. Incluía tanto a música popular de origem anônima como também, nos fins da época feudal, as canções dos troubadours, dos trouveres e dos minnesinger, alguns dos quais eram talentosos compositores. Por fim, a música secular trouxe a sua influência à arte mais significativa e séria produzida pela igreja.

1.

Passer - in - vénit si - bi dómum, et túrtur nídum, ubi re - pó - nat púl -

los sú - os: al - tá - ri - a tú - a Dó - mi - ne vir - tú - tum, Rex mé -

us, et Dé - us mé - us: be - á - ti qui há - bi - tant in dó - mo

tú - - a, in saé - culum saé - cu - li lau - dá - bunt te.

Canto gregoriano em notação de cantochão: Passer invenit — *Comunhão (do* Liber usualis, *556). O texto compreende os versículos 3 e 4 do Salmo 83 (84): "Até o pardal acha casa, e a andorinha um ninho para si, onde ponha os seus filhinhos; êsses são os teus altares, ó Senhor dos Exércitos, rei meu e Deus meu. Felizes são os que habitam na tua casa: para sempre hão de te louvar."* (De Gustav Reese, *Music in the Middle Ages,* p. 168.)

CAPÍTULO 15

A Civilização da Renascença na Itália

Pouco depois de 1300 havia começado a decair a maioria das instituições e dos ideais característicos da época feudal. A cavalaria, O próprio feudalismo, o Santo Império Romano, a autoridade universal do papado e o sistema corporativo do comércio e da indústria iam aos poucos enfraquecendo e terminariam por desaparecer completamente. Estava praticamente finda a grande época das catedrais góticas, a filosofia escolástica começava a ser ridicularizada e desprezada, e aos poucos, mas com eficácia, ia sendo minada a supremacia das interpretações religiosas e éticas da vida. Em lugar de tudo isso, surgiam gradualmente novas instituições e modos, de pensar cuja importância é suficiente para imprimir, aos séculos que se seguiram, o cunho de uma civilização diferente. O nome tradicionalmente aplicado a essa civilização, que se estendeu de 1.300 a cerca de 1.650, é o de Renascença.

O termo Renascença deixa muito a desejar do ponto de vista da exatidão histórica. É comumente interpretado como significando que no século XIV houve um súbito reviver do interesse pela cultura clássica da Grécia e de Roma. Mas isso está longe de ser verdade. De modo algum foi raro, na época feudal, o interesse pelos clássicos. Autores como João de Salisbury, Dante e os poetas goliardos eram admiradores tão entusiásticos da literatura grega e latina como quaisquer outros que tenham vivido no século XIV. Na verdade, a chamada Renascença foi, em grande parte, simplesmente a culminação de uma série de renascimentos cujo início pode ser localizado no século XI. Todos esses movimentos se caracterizaram pela reverência aos autores antigos. Mesmo nas escolas das catedrais e dos mosteiros, Cícero, Vergílio, Sêneca e mais tarde Aristóteles foram alvo, freqüentemente, de uma veneração igual à que se consagrava a qualquer dos santos.

A Renascença foi muito mais do que o simples reviver da cultura pagã. Abrangeu, em primeiro lugar, um notável acervo de novas realizações no campo da arte, da literatura, da ciência, da filosofia, da política, da educação e da religião. Embora baseadas muitas delas nos fundamentos clássicos, não tardaram a expandir-se para além dos limites da influência grega e romana. Na verdade, a maioria dos progressos renascentistas em matéria de pintura, de ciência, de política e de religião muito pouco tinham que ver com a herança clássica. Em segundo lugar, a Renascença incorporou certo número de ideais e atitudes dominantes que passam comumente por ter marcado a norma do mundo moderno. Destacam-se entre eles o otimismo, os interesses terrenos, o hedonismo, o naturalismo e o individualismo; mas o mais importante de todos foi o humanismo. No seu sentido mais amplo, o humanismo pode ser definido como a glorificação do humano e do natural, em oposição ao divino e ao extraterreno. Assim concebido, foi ele o coração e a alma da Renascença, uma vez que incluía praticamente todos os outros ideais já mencionados. O humanismo também tem o sentido mais restrito de entusiasmo pelas obras clássicas, devido ao seu interesse humano. É este o sentido em que foi freqüentemente empregado pelos homens da Renascença.
Não só foi a Renascença muito mais do que um reviver do conhecimento pagão, senão que, a certos respeitos, ligava-se intimamente ao espírito do período final da Idade Média. O orgulho dos feitos humanos refletido na arquitetura com a Idade gótica, o naturalismo dos fabliaux e de Aucassin e Média Nicolette, O secularismo das ordens de frades e a busca de conhecimentos e de compreensão nas universidades, tudo isso prefigurava nitidamente os ideais dominantes dos séculos XIV e seguintes. Por outro lado, não seria muito acertado considerar a Renascença apenas como um capítulo final da civilização da Idade Média. Muitas das novas atitudes e realizações discrepavam francamente da perspectiva cósmica medieval. Os homens não mais concebiam o universo como um sistema finito de esferas concêntricas a girar em torno da terra e existindo para a glória e salvação do homem. O reviver, já no século XV, da teoria heliocêntrica sugeria um cosmos de extensão infinitamente maior, em que a terra não era senão um dos numerosos mundos. Afastava-se, assim, para muito mais longe o objetivo do conhecimento humano, pois que o universo, de acordo com a

nova concepção, já não podia ser explicado tão fácil e simplesmente, em termos da epopéia cristã.
Também de vários outros modos a civilização da Renascença contrastou fortemente com a da Idade Média. A cavalaria passara a ser comumente tratada com desprezo. A filosofia escolástica era da mesma forma desdenhada como uma mistura imbecil de lógica e de dogmas religiosos. A condenação medieval dos negócios com o fito no lucro fora completamente relegada ao olvido pelos gananciosos mercadores e banqueiros de todas as cidades da Europa. O coletivismo da Idade Média - a absorção do indivíduo na corporação, na igreja e na ordem social a que cada um pertencia - cedeu lugar a um furioso egoísmo que glorificava quase todas as formas de auto-afirmação e guindava o orgulho da condição de um pecado mortal à de uma alta virtude. Os contrastes mais impressionantes eram, talvez, os que se observavam no campo da política. O ideal medievo de uma comunidade universal sob a autoridade soberana do imperador ou do papa não tinha nenhum significado para os filósofos políticos da Renascença. Afirmavam, ao invés disso, que cada estado, qualquer que fosse o seu tamanho, devia ser absolutamente livre de todo e qualquer controle externo. Rejeitavam também, infelizmente, as doutrinas medievais de um governo limitado e as bases éticas da política. Admitia-se agora, em geral, que a autoridade do governante não estava submetida a qualquer limitação, e alguns chegavam a asseverar que o príncipe, no exercício das suas funções oficiais, não devia obediência aos cânones da moralidade; tudo quanto fosse necessário para manter o seu próprio poder ou o poder do estado que governava, justificava-se por si mesmo. Um filósofo da Idade Média dificilmente teria tolerado tais doutrinas.

1. AS CAUSAS DA RENASCENÇA

A maior parte das causas da Renascença já foram indicadas. Foram, de um modo geral, exatamente os mesmos fatores que estimularam a renovação intelectual e artística dos séculos XII e XIII, isto é: 1) a influência das civilizações sarracena e bizantina; 2) o surto de um comércio florescente; 3) o crescimento das cidades ; 4) a renovação do interesse pelos estudos clássicos nas escolas dos mosteiros e das catedrais; 5) o desenvolvimento de

uma atitude crítica e cética, exemplificada pela filosofia de homens como Abelardo e Roscelino; e 6) a fuga progressiva à atmosfera de misticismo e ascetismo da primeira fase da Idade Média. A essas precisam ser acrescentadas algumas outras causas que foram, na realidade, elementos do renascimento medieval dos séculos XII e XIII: a) a revivescência dos estudos de direito romano, com o impulso que deu à expansão dos interesses seculares; b) o incremento dos interesses intelectuais, possibilitado pelo aparecimento das universidades; c) o aristotelismo da filosofia escolástica, com o seu apelo para a autoridade de um pensador pagão; d) os progressos do naturalismo na literatura e na arte; e) o desenvolvimento de um espírito de pesquisa científica, demonstrado nos trabalhos de Adelardo de Bath, Rogério Bacon e Frederico II. Pouco depois de se ter iniciado o movimento renascentista, a sua marcha foi acelerada pela influência dos protetores da cultura, tanto leigos como eclesiásticos. Entre os primeiros distinguiram-se a família dos Médicis, de Florença, a dos Sforza, de Milão, os Este de Ferrara e Afonso o Magnânimo, de Nápoles. A maioria desses mecenas eram ricos mercadores que se tinham tornado déspotas das cidades-repúblicas em que viviam. Entre os patronos eclesiásticos podem-se citar alguns papas como Nicolau V, Pio II, Júlio II e Leão X. A atitude desses pontífices destoava singularmente do que seria de esperar de ocupantes do trono de Pedro, o pescador. Não mostravam o menor interesse pela teologia ou pela conversão dos ímpios. Estipendiavam, à custa dos cofres da igreja, homens que atacavam abertamente as doutrinas fundamentais do cristianismo. Nicolau V, por exemplo, tinha como secretário papal o célebre Lourenço Valla, que declarou apócrifo um importante documento da igreja e pregava uma filosofia de prazeres carnais. Apesar da incongruência da sua atitude, o trabalho desses papas foi de inestimável valor para o progresso cultural, pois dispensaram proteção a alguns dos mais brilhantes artistas e literatos da Renascença.

Antes de darmos por finda a discussão dos fatores determinantes da Renascença, será conveniente tratar de duas causas a que se costuma atribuir importância decisiva. Uma delas são as Cruzadas e a outra, a invenção da imprensa. No capítulo precedente salientamos ter sido diminuta a influência intelectual das Cruzadas. A introdução da cultura muçulmana na Europa ocorreu como resultado do trabalho dos eruditos nas bibliotecas de Toledo e de Córdova, e também da tentativa deliberada de Frederico II

para minar o poder da igreja mediante a difusão de uma cultura pagã em seus domínios. Somente na medida em que enfraqueceram o feudalismo, diminuíram o prestígio do papado e contribuíram para dar às cidades italianas o monopólio do comércio no Mediterrâneo, podem as Cruzadas ser consideradas em qualquer medida responsáveis pelo início de uma civilização renascentista. E mesmo esses resultados são atribuíveis, em grande parte, a outros fatores.

Embora a invenção da imprensa tenha sido um feito da mais alta importância, talvez menos ainda que as Cruzadas possa ser considerada como causa direta da Renascença. Em primeiro lugar, chegou muito tarde. Que saibamos, não havia nenhuma prensa em atividade antes dos meados do século XV. O mais antigo escrito que se conhece como tendo sido impresso com tipos móveis data de 1.454. Por essa época já se encontrava em pleno florescimento a Renascença italiana, que se iniciara século e meio antes. Além disso, muitos dos primeiros humanistas eram decididamente hostis à nova invenção. Consideravam-na uma engenhoca dos bárbaros alemães e não permitiam que os seus trabalhos fossem impressos, temendo que, em conseqüência de uma difusão excessiva, eles fossem mal-compreendidos pelos ignorantes. Deve-se também notar que as primeiras casas editoras se interessavam muito mais em lançar livros religiosos e histórias populares do que em imprimir as obras da nova cultura. Os opúsculos de devoção, os livros de ofícios da igreja, as obras dos teólogos e as coleções de lendas antigas constituíam o tipo de leitura que mais atrativos tinha para o público dessa época e eram, por isso, mais lucrativos para os impressores do que qualquer das obras profundas dos humanistas. Parece amplamente justificada a conclusão de que a invenção da imprensa não teve outro resultado senão contribuir em pequena medida para expandir e acelerar o movimento renascentista em sua fase avançada, particularmente na Europa setentrional. A maioria dos benefícios dessa invenção só se fizeram sentir depois de finda a Renascença.

2. A RENASCENÇA NA ITÁLIA

Já dissemos que a Renascença teve seu início na Itália. Por que isso? Em primeiro lugar, a Itália tinha uma tradição clássica mais vigorosa do que

qualquer outro país da Europa ocidental. Através de todo o período medieval os italianos tinham conseguido manter a crença de que eram descendentes dos antigos romanos. Volviam os olhos com orgulho para a sua ascendência, esquecendo naturalmente as infiltrações de sangue lombardo, bizantino, sarraceno e normando a que, de tempos a tempos, fora submetida a sua raça. Nas escolas municipais de algumas cidades italianas ainda sobreviviam traços do antigo sistema romano de educação. Também se podiam descobrir remanescentes do velho espírito pagão na atitude essencialmente amoral dos italianos. As considerações éticas, em geral, não pesavam na vida deles com a força com que o faziam entre os europeus setentrionais. Poucos italianos parecem ter-se escandalizado com o fato de ter o papa Alexandre VI filhos ilegítimos, ou de ser Júlio II um político finório e desbocado chefe dos exércitos papais. É também verdade que a Itália tinha uma cultura mais profundamente secular do que a maioria das outras terras da cristandade latina. As universidades italianas foram originalmente fundadas mais para o estudo do direito e da medicina que para o da teologia e, com exceção da Universidade de Roma, poucas tinham qualquer ligação eclesiástica. Além de tudo isso, a Itália sofreu a pressão direta das influências culturais das civilizações bizantina e sarracena. Por fim - e talvez seja este o fator mais importante - as cidades italianas foram as principais beneficiárias do restabelecimento do comércio com o Oriente. Durante anos, os portos marítimos de Veneza, Nápoles, Gênova e Pisa desfrutaram o monopólio virtual do comércio do Mediterrâneo, ao mesmo tempo que os mercadores de Florença, Bolonha, Placência e outras cidades da planície lombarda serviam como intermediários principais no comércio entre a Europa do sul e do norte. A prosperidade econômica assim adquirida foi a base primordial do progresso intelectual e artístico.

I. O ambiente político da Renascença italiana

Presume-se, em geral, que um governo organizado e eficiente seja a condição necessária ao desenvolvimento de uma cultura superior. Não foi esse, porém, o caso da civilização que estamos considerando. A Renascença surgiu no meio de um torvelinho político. Não só a Itália não era um estado unificado quando se iniciou o movimento, mas também, durante toda a

história deste, o país permaneceu em estado de turbulência. Rebeliões facciosas e acerbas disputas entre estados pequeninos seguiam-se umas às outras em rápida sucessão. Diversas foram as causas desse caos. Ao revoltarem-se contra o coletivismo medieval, com a sua condenação do orgulho e o seu encarecimento da modéstia, os homens foram ao extremo oposto da glorificação e do engrandecimento do eu. Foram então consideradas justificáveis quase todas as formas de egoísmo: a luta pelo poder ou pela riqueza, a busca do prazer material ou artístico, a eliminação implacável dos rivais. Era, talvez, inevitável que tal mudança na atitude social levasse ao bandoleirismo político, ao aparecimento de aventureiros ávidos de transformar diferenças partidárias em contendas furiosas, capazes de abrir caminho à conquista do poder. Outra causa estava no fato de se acharem os cidadãos mais importantes tão profundamente absortos no afã de ganhar dinheiro que não tinham muito tempo para se preocuparem com assuntos de governo. Como se opunham, acima de tudo, a perder tempo no serviço militar, insistiam em que os seus governos empregassem tropas mercenárias. Daí o aparecimento de bandos de soldados profissionais, sob o comando de chefes chamados condottieri, que vendiam os seus serviços a quem melhor pagasse. Como qualquer um poderia ter previsto, alguns desses condottieri vieram a tornar-se suficientemente fortes para assumir o controle dos governos pelos quais se batiam. A turbulência da política italiana dessa época também se devia, em boa parte, à intensa rivalidade comercial entre as principais cidades. Com efeito, quase todas as guerras de maior vulto se originaram de tentativas desta ou daquela cidade para dominar as rotas comerciais ou para destruir o comércio de uma cidade competidora.

No começo da Renascença a Itália encontrava-se dividida numa multidão de pequeninos estados. Quase todos eles eram cidades-repúblicas independentes que, no período final da Idade Média, conseguiram libertar-se da dominação do Santo Império. No curso de sua luta pela liberdade, algumas delas tinham adotado uma forma de governo bastante democrática. Em meio ao tumultuar da Renascença desapareceram, no entanto, todos os traços dessa democracia. Uma após outra, as cidades caíram sob o domínio de usurpadores poderosos. Já em 1.311 o governo de Milão fora transformado numa ditadura encabeçada pela família Visconti. Quando os Visconti se extinguiram, em 1.450, seu poder passou para Francisco. Sforza,

um dos mais famosos condottieri. Em 1434 a república de Florença caiu sob o domínio do esclarecido plutocrata Cosme de Médicis. Embora Cosme não tivesse título oficial, foi aceito como ditador de fato pelo povo da cidade, principalmente porque este ansiava por se libertar das dissensões partidárias. Os Médicis dominaram a política florentina durante sessenta anos. Depois do grande Cosme, o principal representante da família foi o seu neto Lourenço, cognominado o "Magnífico". A esses dois homens se deve, em grande parte, o ter a cidade de Florença permanecido por tão longo tempo o mais brilhante centro da Renascença italiana. A república de Veneza também sofreu mudança semelhante, passando da democracia moderada ao regime despótico. Ali, porém, a autoridade ditatorial foi exercida por uma oligarquia e não por um único indivíduo. Um pequeno número das famílias mais ricas exerciam controle absoluto sobre as eleições para o senado, para o conselho supremo e para o cargo de doge, ou presidente vitalício. Os próprios Estados da Igreja, cobrindo ampla faixa de território que se estendia através da parte central da península, não discrepavam da feição geral do governo renascentista. Exceto por serem mais ricos, os papas dessa época quase não se distinguiam dos demais potentados italianos. Faziam e desrespeitavam tratados, assalariavam condottieri para guerras de conquista e não tinham escrúpulo na escolha dos meios com que se livravam dos rivais importunos.
Não somente se caracterizou a história da Renascença italiana pela expansão do governo despótico, senão que também houve, por parte dos estados maiores e mais poderosos, uma nítida tendência para absorverem os menores. Sob o governo de Gian Galeazzo Visconti (1.378-1.402), a cidade-estado de Milão submeteu e anexou quase todas as cidades da planície lombarda. Essa expansão despertou as apreensões de Veneza. Daí resolverem os mercadores dessa cidade conquistar um império interior que protegesse as rotas comerciais com a Europa Central. Em 1.454, já tinha Veneza conseguido anexar quase todo o nordeste da Itália, inclusive a rica cidade de Pádua e uma parte considerável do território que fora anteriormente conquistado por Milão. A república de Florença não ficou atrás no desenvolvimento das ambições expansionistas. Antes do fim do século XIV fora tomada quase toda a região da Toscana, e em 1.406 a grande cidade mercantil de Pisa sucumbiu à dominação florentina. O papado também participou do movimento geral de acréscimo territorial.

Nos reinados de papas mundanos e empreendedores como Alexandre VI (1.492-1.503) e Júlio II (1.503-13) a dominação pontifícia se estendeu a quase todos os pequenos potentados da Itália central. Em resultado de toda essa expansão, no começo do século XVI quase toda a península italiana achava-se submetida aos cinco estados mais poderosos: o ducado de Milão, as repúblicas de Veneza e Florença, o reino de Nápoles e os Estados da Igreja.

OS ESTADOS ITALIANOS DURANTE A RENASCENÇA (cêrca de 1494)

II. A cultura literária e artística da Renascença italiana

Não existe nenhum vasto abismo a separar a literatura renascentista italiana da literatura do fim da Idade Média. A grande maioria dos feitos literários registrados entre 1.300 e 1.550 já se deixavam prefigurar por uma ou outra das diferentes tendências surgidas nos séculos XII e XIII. O próprio Francisco Petrarca (1.304-74), denominado o pai da literatura italiana renascentista, estava muito próximo da mentalidade medieval. Usava o mesmo dialeto toscano que Dante escolhera como base de uma língua literária italiana. Além disso, acreditava firmemente no cristianismo como caminho da salvação para o homem e cultivava, por vezes, um ascetismo monacal. Suas obras mais conhecidas, os sonetos que dedicou à sua amada Laura, participavam do mesmo tom que as poesias cavaleirosas de amor dos trovadores do século XIII. Ainda que Petrarca tenha sido vastamente aclamado como pai do humanismo, o humanismo que ele fundou diferia muito pouco do de muitos poetas medievais. O que havia de novo em Petrarca era a intensa absorção na sua própria personalidade e a devoção apaixonada tanto pelos clássicos gregos como pelos latinos. Mesmo nesse ponto, a novidade consistia antes numa questão de grau. Não é muito exato chamar Petrarca "o primeiro dos modernos".
Giovanni Boccaccio (1.313-75), a segunda grande figura da literatura renascentista italiana, não foi um gênio muito mais original. Como Petrarca, Boccaccio era um florentino, filho ilegítimo de um próspero mercador. Tendo o pai escolhido para ele a carreira dos negócios, foi enviado a Nápoles para fazer o seu aprendizado na filial da grande casa bancária florentina dos Bardi. O jovem Boccaccio, porém, começou logo a demonstrar mais ardor pelo culto das musas do que pelo cálculo de juros. Era, talvez, natural que assim acontecesse, pois Nápoles era um centro de vida aprazível sob um céu langoroso e de ricas tradições poéticas emanadas das terras dos sarracenos e dos trovadores. Era um ambiente especialmente talhado para estimular as fantasias poéticas da mocidade. Boccaccio também encontrou inspiração no amor apaixonado que dedicou à bela esposa de um cidadão napolitano. Quase todos os seus primeiros trabalhos são poemas e romances (narrações em verso) que tratam dos triunfos e das torturas desse amor. Aos poucos a sua habilidade na arte de contar histórias atingiu a perfeição e o jovem escritor acabou descobrindo que a prosa era um meio mais adequado aos seus objetivos. Seu primeiro trabalho de valor no novo estilo foi Fiammetta, um precursor da novela psicológica. Mas a

obra mais notável de Boccaccio foi incontestavelmente o Decameron, que escreveu por volta de 1.348, depois de regressar para Florença. Compõe-se o Decameron de uma centena de histórias que o autor põe na boca de sete damas jovens e três rapazes. As histórias não formam uma novela que gire em torno de um tema contínuo, mas são unidas pelo estratagema artificial de fazê-Ias contar por um grupo de pessoas cuja única finalidade é matar o tempo durante sua estada forçada numa vivenda dos arredores de Florença, para escaparem às devastações da Peste Negra. Embora alguns dos contos fossem provavelmente inventados por Boccaccio, muitos deles foram tirados dos fabliaux, das Mil e Uma Noites e de outras fontes medievais. Diferem, em geral, dos seus modelos medievais por serem um pouco mais licenciosos, egoísticos, anti-clericais e mais profundamente preocupados com uma franca justificação da vida carnal; mas o Decameron decididamente não constitui, como muitos pensam, o primeiro protesto enérgico contra os ideais ascéticos e impessoais da fase inicial da Idade Média. Sua verdadeira importância reside no fato de haver estabelecido o modelo da prosa italiana e exercido uma influência considerável nos escritores renascentistas de outros países.

A morte de Boccaccio, em 1.375, assinala o fim do primeiro período da literatura italiana da Renascença, período que é freqüentemente denominado Trecento. A época que se seguiu, conhecida como Quattrocento, distinguiu-se pelo revivescimento da língua latina. O entusiasmo pelos clássicos atingiu então tais alturas que ninguém concebia fosse possível escrever em outra língua que não a dos grandes mestres da Roma antiga. O italiano de Dante e de Boccaccio foi desprezado como uma língua grosseira de açougueiros e padeiros. Tal atitude, como é natural, não favorecia o desenvolvimento dos talentos superiores, pois tendia a erigir em alvo supremo do esforço literário a imitação fiel dos modelos latinos. Não é de estranhar, portanto, que a maioria dos escritores dessa época - homens como Poggio, BeccadeIli, FileIfo e Pontano - sejam lembrados como simples figuras de segundo plano, cujo mérito principal consiste no paganismo militante e no gosto pelos temas eróticos. A obra desses homens representa um dos mais avançados extremos a que devia chegar a reação contra a fé e a moral cristãs. O Quattrocento foi também o período em que a paixão dos estudos gregos alcançou o auge. Antes desse tempo os humanistas italianos pouco êxito haviam tido nas suas tentativas de

aprender a língua grega e descobrir os tesouros da cultura helênica. Mas em 1.393 um famoso erudito de Constantinopla, Manuel Chrysaloras, chegou a Veneza com a missão de implorar, em nome do imperador bizantino, o auxílio do Ocidente numa guerra contra os turcos. Quase imediatamente aclamado pelos italianos como um apóstolo do glorioso passado helênico, conseguiram por fim persuadi-Ia a aceitar a cátedra de clássicos gregos na Universidade de Florença. Nos começos do século XV imigraram para a Itália vários outros eruditos bizantinos. Dentre eles podem ser citados, como os mais notáveis, Pléthon e Bessárion, filósofos platônicos. Parece ter sido considerável a influência que esses homens exerceram ao difundir informações sobre as obras dos antigos gregos. Seja como for, não tardou muito que estudiosos italianos começassem a fazer viagens a Constantinopla e outras cidades bizantinas, em busca de manuscritos. Entre 1.413 e 1.423, por exemplo, um tal Giovanni Aurispa de lá trouxe perto de duzentos e cinqüenta livros manuscritos, inclusive obras de Sófocles, Eurípides e Tucídides. Foi assim que muitos clássicos helênicos, em especial as obras dos dramaturgos, dos historiadores e dos primeiros filósofos, foram postos à disposição do mundo moderno.

A última grande época no desenvolvimento da literatura renascentista italiana foi o Cinquecento, ou período que se estendeu de 1.500 a 1.550 aproximadamente. O italiano alçou-se então a um plano de completa igualdade com o grego e o latim, deu-se uma fusão mais perfeita das influências clássicas e modernas e alcançou-se uma originalidade maior, tanto da forma como do conteúdo. Mas a capital literária da Renascença italiana deixara de ser Florença. Em 1.494 essa cidade caiu sob o domínio do reformador fanático Savonarola e, embora os Médicis fossem restaurados no poder cerca de dezoito anos depois, a brilhante capital italiana logo se tornou vítima de disputas partidárias e da invasão estrangeira. Durante a primeira metade do século XVI a cidade de Roma elevou-se gradativamente à posição de capital cultural, graças, sobretudo, ao patrocínio da igreja, em particular sob o reinado de Leão X (João de Médicis). Esse resplandecente pontífice era filho de Lourenço, o Magnífico. A influência do pai fora suficiente para fazê-lo nomear cardeal com a idade de catorze anos. Conta-se que ao ser elevado ao trono de S. Pedro, em 1.513, disse: "Vamos gozar o papado uma vez que Deus no-lo deu." E não há dúvida que ele o fez, pois foi um magnífico esbanjador, prodigalizando

recompensas a artistas e escritores e financiando a construção de belas igrejas.
As principais formas de literatura cultivadas no Cinquecento foram as poesias épica e bucólica, o drama e a história. O mais eminente dos poetas épicos foi Ludovico Ariosto (1.474-1.533), autor de um longo poema intitulado Orlando Furioso. Embora utilizando, em grande parte, materiais colhidos nos romances de aventuras e nas lendas do ciclo arturiano, essa obra difere radicalmente de toda a épica medieval. Incorporava muita coisa derivada de fontes clássicas, faltava-lhe a qualidade impessoal dos romances medievais e era totalmente destituída de idealismo. Ariosto escreveu para fazer rir os homens e encantá-los com descrições felizes do sereno esplendor da natureza e da ardente beleza do amor. Sua obra representa a desilusão da última etapa da Renascença, a perda da esperança e da fé e a tendência de procurar consolação no prazer estético. O desenvolvimento da poesia bucólica, nessa época, reflete provavelmente uma atitude similar de desencanto e perda de confiança. Como o próprio nome o sugere, o romance bucólico glorifica a vida simples nos ambientes rústicos e exprime o anseio por uma idade áurea de prazeres não deturpados, livre dos cuidados e das frustrações de uma sociedade urbana artificial. O principal autor desse tipo de literatura na Itália renascentista foi Jacopo Sannazaro (1.458-1.530), que deu à sua principal obra o título de Arcádia.

(Em cima à esquerda.) Madonna e Bambino, *painel de altar duma igreja de Veneza, por Giovanni Bellini. Este artista combina o sentimento de fé e o humanismo simples com a paixão dos venezianos pela côr e pelo esplendor mundano.* (Anderson.)

(Em cima, à direita.) A Virgem das Rochas, *de Leonardo da Vinci.* *Ver p. 407.* (Arte Reference Bureau.)

ARTE RENASCENTISTA
ITALIANA

Retrato de Ângelo Doni, *de Rafael. Embora mais famoso por suas Madonas, os retratos de Rafael o colocam entre os maiores artistas do gênero.* (Alinari.)

A criação de Adão, *de Miguel Angelo, um dos afrescos da série famosa do teto da Capela Sixtina em Roma. Ver p. 409.* (Metropolitan Museum of Art.)

ARTE DA RENASCENÇA ITALIANA

Retrato de Afonso d'Este, *de Ticiano. As notas dominantes são a opulência e a acentuação dum caráter enérgico. Ticiano foi um dos maiores mestres da côr, da forma e da riqueza de contextura.* (Metropolitan Museum of Art.)

No campo do teatro os italianos jamais alcançaram senão um sucesso mediano. Foi particularmente digno de nota o seu fracasso como autores de tragédias, a despeito de conhecerem bastante bem os modelos clássicos, dos quais poderiam ter tirado proveito. Os italianos, ao que parece, eram demasiado individualistas para se deixarem influenciar profundamente pela concepção grega de um conflito trágico entre o homem e a sociedade e

demasiado otimistas para remoer sofrimentos pessoais. O espírito nacional estava voltado antes para as compensações da vida do que para os seus aspectos sinistros e aterradores. O verdadeiro talento do italiano residia na descrição naturalística, no desenvolvimento de temas ligeiros e alegres e na expressão do egotismo pessoal. Era natural, portanto, que as suas melhores obras de teatro fossem comédias, em particular comédias satíricas, e não tragédias. O primeiro e o maior dos comediantes italianos foi um homem que é muito mais conhecido como filósofo político - Nicolau Maquiavel (1.469-1.527). O mais belo produto da sua capacidade dramática foi uma obra intitulada Mandrágora, que tem sido qualificada como "a peça mais poderosa e perfeita escrita em língua italiana". Cintilante de espírito lascivo e baseada em incidentes típicos da vida de Florença, a cidade natal do autor, a comédia é uma terrível sátira da sociedade renascentista.
Tanto nessa como nas outras obras que escreveu, Maquiavel revela a sua apreciação cínica da natureza humana. Parece achar todos os seres humanos velhacos e tolos no fundo, com a sua baixeza e estupidez mal encobertas por um tênue verniz de refinamento e cultura. O único comediógrafo restante que merece menção é Pedro Aretino (1.492-1.556), natural de Arezzo, na Toscana. Filho ilegítimo e menosprezado de um homem mundano, Aretino cultivou uma atitude de amarga rebelião e um estilo venenoso que deram força e causticidade às suas obras, mas o trouxeram em apuros constantes. Satirizou todas as instituições da sociedade convencional, muitas vezes na mais grosseira das linguagens. Suas cinco comédias são importantes, sobretudo, por terem dado o exemplo de uma descrição direta da vida como verdadeiro modelo de literatura dramática. Os historiadores da fase áurea da Renascença italiana mostraram um espírito crítico e um grau de objetividade como não se tinha visto igual desde o fim do mundo antigo. Foi Maquiavel o primeiro deles na ordem cronológica, se bem que não quanto ao valor. Na sua principal obra histórica, que é um relato da evolução da república florentina até a morte de Lourenço de Médicis, Maquiavel excluía rigorosamente todas as interpretações teológicas e procurava descobrir as leis naturais que governam a vida de um povo. Francisco Guicciardini (1.483-1.540), um seu contemporâneo mais moço, é mais científico nos métodos de análise. Tendo sido por muitos anos embaixador de Florença e governador de territórios pontifícios, desfrutava Guicciardini a incomparável vantagem de estar

familiarizado com a vida política cínica e tortuosa da sua época. Seus principais dons de historiador são a capacidade da análise minuciosa e realista e uma incrível sutileza em desvendar os móveis ocultos das ações humanas. A obra-prima de Guicciardini é a História da Itália, narração pormenorizada e desapaixonada da sorte mutável desse país, de 1.492 a 1.534. Nenhum estudo dos historiadores renascentistas estaria completo sem a menção de Lourenço Valla (1.406-57), que pode ser considerado com justiça o pai da critica histórica. Mediante um exame cuidadoso do estilo literário de certos documentos tidos como verídicos, chegou por fim a refutar-lhes a autenticidade. Provou a falsidade da famosa "Doação de Constantino", demolindo desse modo uma das bases principais da supremacia papal, pois esse documento pretendia ser uma outorga dos mais altos poderes espirituais e temporais no Ocidente, feita pelo imperador Constantino ao papa. Além disso, Valla negou que o chamado Credo dos Apóstolos tivesse sido escrito por estes e assinalou numerosas deturpações na Vulgata do Novo Testamento, em confronto com os textos gregos mais antigos. Seus métodos críticos serviram posteriormente para estimular um ataque muito mais extenso dos humanistas do norte às doutrinas e às práticas da igreja organizada.

A despeito da riqueza de obras literárias brilhantes, as mais soberbas realizações da Renascença italiana pertencem ao domínio da arte. Entre todas as artes primou, indubitavelmente, a pintura. A evolução da pintura italiana seguiu uma marcha mais ou menos paralela à da história da literatura. No período inicial do Trecento houve, contudo, apenas um artista notável que merece ser equiparado a Petrarca e Boccaccio na literatura. Seu nome é Giotto (1276-1336). Com ele a pintura alcançou definitivamente a posição de arte independente, apesar de seu mestre Cimabue já ter feito algumas tentativas nesse sentido. Giotto foi predominantemente um naturalista. Ilustrando a sua habilidade em reproduzir a vida na tela, conta-se que a imagem de uma mosca desenhada por ele enganou de tal maneira Cimbue que este tentou enxotar o inseto com a mão. Giotto também revelou um talento acima do comum na representação do movimento, particularmente em afrescos como São Francisco pregando aos pássaros, O massacre dos inocentes e nas suas cenas da vida de Cristo.

Foi, entretanto, só no período do Quattrocento que a pintura italiana atingiu realmente a maioridade. Já então o aumento da riqueza e o triunfo parcial

do espírito secular haviam libertado bastante a arte do serviço da religião. A igreja deixara de ser a única protetora dos artistas. Se bem que os assuntos bíblicos fossem comumente utilizados, não raro se misturavam com temas não-religiosos. Tornou-se então popular a pintura de retratos com o intuito de revelar os mistérios ocultos da alma. Ao lado das pinturas que se dirigiam principalmente ao intelecto, outras havia cuja única finalidade era deleitar a vista com a opulência das cores e a beleza das formas. O Quattrocento caracterizou-se também pela introdução da pintura a óleo, provavelmente importada de Flandres. O uso da nova técnica teve, sem dúvida, muito que ver com os progressos artísticos desse período. Já que o óleo não seca tão depressa como a água, o pintor podia agora trabalhar com mais vagar, demorando-se nos detalhes mais difíceis da pintura e fazendo correções, quando necessárias.
A maioria dos pintores do Quattrocento foram florentinos. O primeiro dentre eles foi um jovem precoce, chamado Masaccio. Embora tenha morrido com 27 anos, Masaccio inspirou o trabalho de pintores italianos durante um século inteiro. É em geral considerado o primeiro realista da arte da Renascença. Além disso, introduziu na sua obra um elemento de universalidade que teve profunda influência sobre muitos de seus sucessores. Os seus melhores quadros, A expulsão de Adão e Eva do Paraíso e A moeda do tributo, não representam temas específicos, mas emoções simples, comuns à humanidade de todos os tempos. Masaccio foi também o primeiro a conseguir um êxito notável em dar unidade de ação a grupos de figuras e em criar o efeito da espessura dos objetos por meio da luz e da sombra.
Os mais conhecidos pintores que seguiram diretamente as pegadas de Masaccio foram Fra Lippo Lippi e Botticelli. Como o seu nome indica, Fra Lippo Lippi era membro de uma irmandade religiosa, o que não o impediu de comunicar um interesse intensamente humano às suas obras. Para os seus retratos de santos e madonas escolheu, como modelos, homens e mulheres comuns de Florença. Costumava pintar o Menino Jesus como uma robusta criança que parecia muito capaz de, a qualquer instante, pôr-se a puxar os cabelos da mãe ou explodir numa zanga pouco espiritual. É provável que sua principal contribuição para a pintura tenha sido uma tradição de análise psicológica. Parece ter sido o primeiro a fazer do rosto o espelho da alma. Seu discípulo mais famoso, Sandro Botticelli (1.447-

1.510), levou ainda mais longe o método do tratamento psicológico. A despeito de uma sensibilidade pelas coisas da natureza, que o levou a pintar com tanta delicadeza e habilidade o encanto sutil da juventude, os céus de verão e o tenro frescor da primavera, Botticelli tinha, na realidade, um interesse mais profundo pela beleza espiritual da alma. Como outros homens do seu tempo, era fortemente influenciado pelo neo-platonismo e sonhava com uma reconciliação dos pensamentos cristão e pagão. Em conseqüência disso, muitos dos rostos que pintou revelam uma tristeza pensativa, um anelo místico das coisas divinas. Mas de modo algum tinham todos os seus trabalhos um fundo religioso. Alegoria da primavera e Nascimento de Vênus baseiam-se inteiramente na mitologia clássica e pouco mais sugerem além de um prazer absorvente no desabrochar da vida e uma saudade romântica das glórias da Grécia e da Roma antigas.

Entre os mais notáveis pintores florentinos conta-se Leonardo da Vinci (1.452-1.519), um dos gênios mais completos e onímodos que já existiram. Não somente foi um pintor talentoso, mas também escultor, músico e arquiteto de capacidade incomum, além de brilhante matemático, cientista e filósofo. Era fruto da união ilícita de um advogado eminente e de uma mulher de condição humilde. Muito moço ainda, foi colocado pelo pai sob a responsabilidade de Verrocchio, escultor e pintor de certo renome e o mais célebre professor florentino de arte. Aos vinte e cinco anos Leonardo já se salientara suficientemente como pintor para merecer a proteção de Lourenço, o Magnífico. Parece, porém, que, ao cabo de cinco ou seis anos começou a sentir-se insatisfeito com as idéias intelectuais e artísticas dos Médicis a aceitou prazerosamente a oferta de um emprego regular na corte dos Sforza, em Milão. Foi sob o patrocínio dos Sforza que produziu algumas das melhores obras de toda a sua vida. A atividade de Leonardo, que se estende dos últimos anos do século XV às primeiras duas décadas do século XVI, assinala o início do período áureo da Renascença italiana.

Como pintor, Leonardo insurgiu-se contra a tradição corrente de imitar os modelos clássicos. Acreditava que toda arte devia basear-se num estudo científico da natureza. Não pretendia, no entanto, limitar o seu interesse às meras aparências superficiais das coisas. Estava convencido de que os segredos da natureza se acham profundamente ocultos e de que o artista precisa examinar a estrutura de uma planta ou penetrar as emoções de uma alma humana com a meticulosa diligência de um anatomista que disseca um

cadáver. Parece ter sido especialmente fascinado pelo grotesco e pelo incomum na natureza. Gretas profundas da terra, penedos anfractuosos, plantas e animais raros, embriões e fósseis - tais os fenômenos que adorava estudar, evidentemente na crença de que este misterioso universo deixa adivinhar melhor os seus segredos no fantástico e no insólito do que nas coisas corriqueiras e banais. Pela mesma razão devotava mais tempo ao estudo de tipos humanos excepcionais, perambulando muitas vezes durante horas inteiras pelas ruas, à procura de um rosto que revelasse a beleza e o terror, a sinceridade e a hipocrisia, da personalidade oculta por trás dele. Em resultado dessa seleção deliberada dos temas, as pinturas de Leonardo têm uma qualidade de realismo que se aparta decididamente do tipo comum. Em geral não pintava os aspectos da natureza como aparecem ao observador casual, mas procurava apresentá-Ios como símbolos de suas próprias reflexões filosóficas. Foi um dos pintores mais profundamente intelectuais que já existiram.

Admite-se, geralmente, serem as obras-primas de Leonardo da Vinci a Virgem das Rochas, a Última Ceia e Mona Lisa. O primeiro desses quadros é típico não só da sua maravilhosa capacidade técnica, mas também da sua paixão pela ciência e da sua crença no universo como um todo bem ordenado. As figuras formam uma composição geométrica, sendo cada rocha e cada planta representada em minucioso detalhe. A Última Ceia, pintada na parede do refeitório de Santa Maria delle Grazie, em Milão, é um estudo de reações psicológicas. Um Cristo sereno, resignado com o seu terrível destino, acaba de anunciar aos seus discípulos que será atraiçoado por um deles. O propósito do artista é retratar o misto de emoções de surpresa, horror e culpa que transparecem nas fisionomias dos discípulos à medida que começam a perceber o sentido da afirmação do mestre. O terceiro dos grandes triunfos de Leonardo, a Mona Lisa, reflete igual interesse pelas variadas nuanças da alma humana. Ainda que Mona Lisa seja o retrato de uma mulher de carne e osso, a esposa de um napolitano chamado Francesco del Giocondo, é muito mais que uma mera semelhança fotográfica. Um ilustre crítico de arte e filósofo do século XIX chamou-o um retrato da mulher universal, "uma vida perpétua a incorporar milhares de experiências". Em outras palavras, o famoso semblante de Mona Lisa não é tanto o de uma mulher determinada como o da humanidade feminina. Nele estão englobados todos os pensamentos e sentimentos, os triunfos e as

derrotas, a simpatia e a brutalidade da mulher através de incontáveis séculos. A Mona Lisa também se distingue como concretização suprema da habilidade do artista em pintar os jogos de luz e sombra. Em lugar da antiga técnica que consistia em mostrar uma transição gradual da luz para a obscuridade, Leonardo introduziu o novo método de pontilhar as partes mais escuras com manchinhas de luz e vice-versa. Em muitos quadros seus, isso tinha por efeito circundar os rostos de uma tênue bruma, acentuando-lhes a expressão terna e pensativa. Para ele, o jogo das luzes e sombras era uma manifestação ainda mais significativa da natureza do que a cor e o desenho. A insistência nessa particularidade levou-o a iluminar algumas das figuras de fundo dos seus quadros, ao mesmo tempo que dava a outras uma sugestão de recôndito mistério.
O fim do Quattrocento, ou início do apogeu da Renascença, foi assinalado pelo aparecimento de outra famosa escola de pintura italiana, a chamada escola veneziana. Entre os seus principais representantes contam-se Ticiano (1.477-1576), Giorgione (1.478-1.510) e Tintoreto (1518-1594). Dos três, talvez tenha sido Ticiano o maior. A obra de todos esses homens reflete a vida luxuosa e o amor ao prazer que caracterizavam a próspera cidade comercial de Veneza.
Os pintores venezianos não tinham nenhuma preocupação com os temas filosóficos e psicológicos típicos dos trabalhos da escola florentina. Seu objetivo era interessar antes os sentidos do que o espírito. Deleitavam-se em pintar paisagens idílicas e deslumbrantes sinfonias de cor. Como tema, escolhiam não somente a opulenta beleza do pôr do sol em Veneza e o prateado dos lagos ao luar, mas também o. esplendor, criado pelos homens, das jóias cintilantes, cetins e veludos ricamente coloridos e magníficos palácios. Nessa subordinação da forma e do sentido à cor e à elegância, refletiam-se não somente os gostos suntuosos de uma burguesia rica, mas também traços bem definidos de influência oriental, procedentes de Bizâncio, que ali se haviam infiltrado durante a fase final da Idade Média.

Todos os outros grandes pintores do apogeu da Renascença viveram no Cinquecento. Foi nesse período que a evolução da arte alcançou o auge e que surgiram os primeiros sinais de decadência. Roma era, então, quase que o único centro artístico importante da península italiana, se bem que as tradições da escola florentina ainda exercessem poderosa influência. Entre

os pintores eminentes desse período, dois há que merecem particularmente a nossa atenção. Um dos mais famosos de todos foi Rafael (1.483-1.520), natural de Urbino, talvez o artista mais popular de toda a Renascença. A perdurável atração do seu estilo se deve antes ao encanto que lhe é próprio, ao seu humanismo simples, do que a qualquer poder do pensamento ou fervor emocional intrínseco. Ainda que Rafael tenha sido um admirador ardente de Leonardo da Vinci e tenha copiado muitas feições técnicas da obra dês se pintor, em geral se manteve fiel aos ideais de doçura e de piedade, herdados dos seus primeiros professores. Tendia a glorificar a forma e a cor em si mesmas e a desprezar o sentido intelectual. Jamais perturbado pelas perplexidades mentais de Leonardo ou pelos tormentos emocionais de Miguel Ângelo, dedicou-se a cultivar um tipo ideal de beleza como um fim em si mesmo e à expressão de sentimentos religiosos. Entre as suas maiores obras contam-se a Escola de Atenas e a Madona Sixtina.
O maior gigante da pintura no Cinquecento foi Miguel Ângelo (1.475-1.564). Assediado pelas agruras da pobreza, importunado por parentes cúpidos e dilacerado pelos conflitos emocionais da sua própria natureza tempestuosa, Miguel Ângelo apresenta-se como uma das mais trágicas figuras da história da arte. Seus negros pressentimentos amiúde aparecem refletidos na obra que lhe saía das mãos, sendo por isso algumas das suas pinturas trabalhadas em excesso e quase morbidamente pessimistas. Não obstante, o sentido de tragédia que dava às cenas descritas não é na verdade pessoal, mas universal. À maneira dos dramaturgos gregos, concebia o destino trágico dos mortais como exterior ao homem, como um produto da ordem cósmica. Se houve tema que dominou toda a obra de Miguel Ângelo, foi o humanismo na sua forma mais intensa e eloqüente. Considerava como únicos temas legítimos da arte o pathos e a nobreza do homem. Nada significavam para ele as rochas, as árvores e as flores, nem mesmo como fundo. A maior realização de Miguel Ângelo como pintor foi a série de afrescos que pintou no teto da Capela Sixtina e nas paredes acima do altar. Já o simples trabalho material exigido pela realização dessa tarefa era prodigioso. Durante quatro anos e meio mourejou ele no alto de um andaime, em geral com o rosto voltado para cima, cobrindo os 560 metros quadrados de teto com perto de quatrocentas figuras, muitas das quais mediam até três metros de estatura. A série compreende numerosas cenas da grande epopéia da raça humana, de acordo com a lenda cristã. Entre elas

estão Deus separando a luz das trevas. Deus criando a terra, A criação de Adão, A queda do homem, O dilúvio etc. A cena culminante é O juízo final, que Miguel Ângelo terminou cerca de trinta anos depois, na parede por trás do altar. Essa cena, por vezes apontada como a mais famosa pintura do mundo, representa um Cristo hercúleo condenando à perdição a grande maioria da humanidade. Ainda que seja cristão o assunto, o espírito é inteiramente pagão, como o deixam ver as figuras nuas e musculosas e a insinuação de uma divindade cruel que pune os homens além do que merecem. Em nenhum outro lugar a concepção que Miguel Ângelo fazia da tragédia universal se acha mais vigorosamente expressa do que nessa obra da sua velhice solitária.
Como já vimos, a escultura medieval não era uma arte independente, mas uma mera auxiliar da arquitetura. Durante a Renascença italiana iniciou-se uma evolução gradativa cujo efeito final foi libertar a escultura dessa servidão e erigi-Ia em arte autônoma, freqüentemente consagrada a fins seculares. Se bem que a obra de alguns artistas anteriores tivesse influído no rumo dessa evolução, o primeiro grande mestre da escultura renascentista foi Donatello (1.386?-1.466). Emancipou a sua arte dos maneirismos góticos e introduziu uma nota de individualismo mais vigorosa que a de qualquer dos seus predecessores. Sua estátua de Davi erguendo-se triunfante sobre o corpo de Golias prostrado estabeleceu um precedente de naturalismo e de glorificação do nu que, muitos anos depois, os escultores estavam destinados a seguir. Donatello produziu também a primeira estátua eqüestre monumental em bronze desde os tempos dos romanos, a figura dominadora do condottiere Gattamelata.
Um dos maiores escultores da Itália renascentista, e provavelmente de todos os tempos, foi Miguel Ângelo. Na realidade, o campo artístico preferido por ele era a escultura. A despeito do seu sucesso como pintor, considerava-se desprendado para esse trabalho. Se foi particularmente feliz como escultor é questão discutível, pois quebrou algumas obras em que havia despendido meses de trabalho e imprimiu a outras o mesmo caráter de irremediável pessimismo que marcou grande parte da sua pintura. O propósito dominante que motivou toda a escultura de Miguel Ângelo foi a expressão do pensamento em pedra. Sua arte estava acima de qualquer naturalismo, pois subordinava a natureza à força e ao ímpeto das suas idéias. Outros característicos da sua obra são o uso da deformação para obter efeitos

poderosos, a preocupação com os temas de desilusão e de tragédia e a tendência a exprimir suas idéias filosóficas em forma alegórica. A maior parte das obras-primas que produziu destinavam-se a embelezar túmulos, o que está em significativa consonância com o interesse absorvente que demonstrava pela morte, particularmente na velhice. No túmulo do papa Júlio II, que nunca foi terminado, esculpiu as famosas figuras do Escravo acorrentado e de Moisés. O primeiro, que provavelmente é até certo ponto autobiográfico, representa uma força e um talento imensos, reprimidos pelos grilhões do destino. A estátua de Moisés é talvez o principal exemplo, na escultura, do uso que Miguel Ângelo fazia da deformação anatômica para aumentar o efeito de intensidade emocional. Seu propósito evidente é expressar a ira arrebatada do profeta ante a deslealdade dos filhos de Israel para com a fé de seus pais.
Outros exemplos da obra de Miguel Ângelo como artista plástico produzem uma impressão ainda mais profunda. Nos túmulos dos Médicis de Florença executou ele algumas figuras alegóricas que representam idéias abstratas, como a tristeza e o desespero. Duas delas são conhecidas pelos nomes tradicionais de Aurora e Ocaso. A primeira é a figura de uma mulher voltando a cabeça semi-erguida como alguém que é arrancado de um sono sem sonhos para acordar e sofrer. O Ocaso é a figura de um homem possante que parece sucumbir ao peso da miséria humana que o cerca. Não se sabe se essas figuras alegóricas pretendiam simbolizar os desastres que colheram a república de Florença ou somente exprimir o sentimento pessoal de decepção e derrota do artista. À medida que a vida de Miguel Ângelo se aproximava do fim, tendia ele para introduzir na sua escultura uma qualidade emocional mais exagerada e espetacular. Isto se aplica, sobretudo, à Pietá, que destinava para o seu próprio túmulo. A Pietá é uma estátua da Virgem Maria, cheia de angústia, junto ao corpo de Cristo morto. A figura que se ergue por trás da Virgem é provavelmente a imagem do próprio Miguel Ângelo a contemplar a tragédia brutal que parecia resumir a realidade da vida. Essa interpretação profunda, mas torturada da existência humana trouxe, de maneira talvez muito apropriada, a escultura da Renascença ao seu ponto final.
Muito mais do que a pintura ou a escultura, a arquitetura renascentista tinha as suas raízes no passado. O novo estilo de construção era eclético, uma mescla de elementos derivados da Idade Média e da antiguidade pagã. Não

foram, porém, nem o estilo helênico nem o gótico, mas o romano e o românico que forneceram inspiração à arquitetura da Renascença italiana. Nem o grego nem o gótico jamais encontraram campo propício na Itália. O românico, ao contrário, foi capaz de lá florescer, uma vez que condizia mais com as tradições italianas, ao mesmo tempo que a persistência de uma grande admiração pela cultura latina tornava possível uma revivescência do estilo romano. Eis aí por que os grandes arquitetos da Renascença adotaram em suas construções os planos das igrejas e mosteiros românicos e copiaram os motivos decorativos das ruínas da Roma antiga. Resultou daí uma arquitetura baseada na planta baixa cruciforme (transepto e nave) e incorporando os elementos decorativos da coluna e do arco ou da coluna e do dintel, a colunata e freqüentemente a abóbada. Predominavam as linhas horizontais e, embora muitas dessas construções fossem igrejas, os ideais que expressavam eram os ideais puramente seculares da alegria de viver e do orgulho das realizações humanas. O mais belo exemplo de arquitetura renascentista é a igreja de S. Pedro, em Roma, construída sob o patrocínio dos papas Júlio II e Leão X e projetada pelos mais célebres arquitetos da época: Bramante, Rafael e Miguel Ângelo. Profusamente decorada com suntuosas pinturas e esculturas, é até hoje a igreja mais magnificente do mundo.

III. A filosofia e a ciência da Itália Renascentista

A impressão comum de que a Renascença representa em todos os campos um nítido progresso em relação à Idade Média não corresponde rigorosamente à verdade. Tal não se deu, em especial, no campo da filosofia. Os primeiros filósofos dessa época rejeitaram a escolástica, que dera um lugar de grande relevo ao exercício da razão humana, e chafurdaram num pântano de superstições infantis e puerilidades místicas. Como a escolástica fizera de Aristóteles o seu deus intelectual, a maioria dos primeiros humanistas resolveu voltar a Platão. Os chefes desse movimento foram homens como Gemisto Pléthon (1.355-1450), Marcílio Ficino (1.433-99) e Pico de Mirândola (1.463-94), pertencendo a maioria deles à Academia Platônica, fundada por Cosme de Médicis. Infelizmente,

o platonismo desses homens estava longe de ser puro. O grosso da sua filosofia era formado pelos ensinamentos neo-platônicos de Plotino, combinados com vários acréscimos mitológicos que se haviam acumulado através da Idade Média. Os expoentes dessa filosofia seguiam o que acreditavam ser os ensinamentos de Platão com a mesma cegueira crítica de um medieval em sua devoção por Aristóteles. Na verdade, um dos grandes objetivos da Academia era reconciliar o platonismo com o cristianismo, construindo assim uma nova fé em que a veneração do passado pagão igualasse em importância a promessa de uma vida futura. Pico de Mirândola deu um passo mais além e insistiu numa religião universal composta de platonismo, cristianismo e cabala judaica, esse misto fantástico de magia, numerologia e misticismo que fora elaborado principalmente pelos seguidos de Filon e pelos neo-pitagóricos, desde os tempos pré-cristãos até o fim da Idade Média.
Mas nem todos os humanistas italianos foram admiradores extáticos de Platão. Alguns deles, no zelo de fazer reviver a cultura pagã, pensaram em despertar novamente o interesse por Aristóteles, mas por Aristóteles em si mesmo e não como baluarte do cristianismo. Outros tornaram-se estóicos, epicuristas e céticos. Os filósofos mais originais da Renascença italiana foram Lourenço ValIa, Leonardo da Vinci e Nicolau Maquiavel. Já mencionamos as arrojadas e sensacionais aventuras de Lourenço ValIa no campo da crítica histórica. Não foi ele menos anti-convencional como filósofo. Declarando-se adepto de Epicuro, reconhecia o prazer tranqüilo como o mais alto bem, condenava o ascetismo como absolutamente vão e sem valor e sustentava que é irracional morrer pela pátria. Conquanto Leonardo da Vinci nada tenha escrito que mereça o nome de tratado de filosofia, ainda assim pode ser considerado como um filósofo no verdadeiro sentido da palavra, por isso que foi um dos primeiros a condenar inequivocamente a confiança na autoridade como fonte de verdade, além de encarecer o emprego do método indutivo. Talvez valha a pena, sobretudo em tempos agitados como os nossos, tomar nota de suas críticas à guerra, que ele chamou "a mais bestial das loucuras". Escreveu que "é coisa infinitamente atroz tirar a vida a um homem" e até recusou divulgar o segredo de uma de suas invenções, temendo que fosse usada por governantes sem escrúpulos para aumentar o barbarismo da guerra.

Nicolau Maquiavel é, sem dúvida, o mais famoso e também o mais infame filósofo político da Renascença italiana. Nenhum homem fez mais do que ele para subverter as doutrinas políticas básicas da Idade Média, em especial as idéias de governo limitado e as bases éticas da política. Confessava francamente sua preferência pelo absolutismo como necessário para consolidar e fortalecer o estado e expressava o mais profundo desprezo pela idéia medieval de uma lei moral a limitar a autoridade do governante. Para ele o estado era um fim em si mesmo. A suprema obrigação do governante é manter o poder e a segurança do país que governa. Sejam quais forem os meios necessários para capacitá-lo a cumprir essa obrigação, não deve o príncipe hesitar em adotá-los. Nenhuma consideração de justiça, de clemência ou de santidade dos tratados deverá interpor-se no seu caminho. Cínico no modo pelo qual encarava a natureza humana, Maquiavel afirmava que todos os homens são movidos exclusivamente por interesses egoístas, em particular pela ambição de poder pessoal e prosperidade material. Por conseguinte, o chefe de estado nunca deverá fiar-se na lealdade ou na afeição dos seus súditos. Deve supor que todos os homens são potencialmente seus rivais e tratar de lançá-Ios uns contra os outros, em proveito próprio. Maquiavel também rejeitava a idéia medieval de que uma sociedade estática é a melhor de todas. Afirmava, pelo contrário, que um estado tem de se expandir e desenvolver ou resignar-se a uma ruína certa. Apesar dos vitupérios que lhe têm valido os seus ensinamentos imorais, Maquiavel continua sendo um vulto importante na história da teoria política. Não somente o divórcio por ele estabelecido entre a política e a ética, mas também a sugestão de uma lei positiva criada pelo estado e mantida pela força física, ao invés de uma lei natural, são credenciais para qualificá-Io como o verdadeiro fundador das modernas concepções de governo. Notabiliza-se ainda por ter sido o primeiro realista importante em teoria política, desde os tempos de Políbio. Descrevia o estado, não de acordo com algum elevado ideal, mas como na realidade era em seu tempo. É apenas deplorável que as partes essenciais dessa descrição tenham desde então servido de base às práticas da maioria dos governantes.

A mentalidade estreita dos primeiros humanistas da Itália não somente retardou o progresso da filosofia, mas também embaraçou o avanço da ciência. Esses homens, como vimos, não tinham espírito crítico; aceitavam a autoridade dos neo-platônicos com uma credulidade digna da Idade das

Trevas. Além disso, o seu interesse se concentrava na arte e na literatura, não na ciência. Indubitavelmente, essa atitude pode ser atribuída em parte ao fato de que os chefes da Renascença, durante certo tempo, só tiveram um conhecimento limitado das realizações culturais gregas. O reflorescimento pagão, nos seus inícios, foi acima de tudo um reflorescimento da antiguidade latina; e o leitor deve lembrar-se de que as contribuições dos romanos para a ciência foram extremamente escassas e medíocres. Mas, a despeito da influência desfavorável do humanismo inicial, a Itália se tornou no século XV o mais importante centro de descobrimentos científicos da Europa renascentista. De todas as partes do continente vinham homens para estudar nas suas universidades e tirar proveito das pesquisas dos seus sábios eminentes. Foi na Itália que se assentaram os alicerces de quase todos os descobrimentos importantes dos séculos XV e XVI. Isso ocorreu, em particular, nos campos da astronomia, da matemática, da física e da medicina.

O grande feito da astronomia foi o revivescimento e a comprovação da teoria heliocêntrica. Contrariamente à opinião popular, essa conquista não resultou do trabalho de um só homem, mas de vários. Devemos estar lembrados de que a idéia do sol como centro do nosso universo tinha sido concebido originalmente pelo astrônomo helenístico Aristarco, no século III antes da era cristã. Cerca de quatrocentos anos depois, no entanto, a teoria de Aristarco fora suplantada pela explicação geocêntrica de Ptolomeu. Por mais de doze séculos, a teoria de Ptolomeu foi a conclusão universalmente aceita acerca da natureza do mundo físico. Os romanos parecem nunca tê-Ia posto em dúvida e os filósofos sarracenos e escolásticos adotaram-na como dogma fundamental. Foi, pela primeira vez, abertamente atacada em meados do século XV por Nicolau de Cusa, que negou fosse a terra o centro do universo. Logo depois, Leonardo da Vinci ensinou que a terra gira em torno do seu eixo e negou a realidade das revoluções aparentes do sol. Em 1496 o polonês hoje famoso, Nicolau Copérnico, foi à Itália para completar os seus estudos de direito civil e canônico. Freqüentou durante dez anos as universidades de Bolonha, Pádua e Ferrara, acrescentando ao seu curso de direito os de matemática e medicina. Passou também a se interessar pela astronomia e trabalhou durante alguns anos com os principais professores dessa ciência. Voltando à Polônia, organizou um observatório particular e passou muitas noites em claro, a estudar os céus. Como não tinha

telescópio, só podia fazer algumas observações com instrumentos grosseiros que inventara para medir a altura e a posição do sol e de algumas estrelas. Sua conclusão de que os planetas giram em torno do sol baseou-se principalmente em cálculos matemáticos e em sugestões recebidas de cientistas italianos, ou colhidas nas obras dos astrônomos antigos. Temendo a hostilidade da igreja, não publicou os resultados dos seus trabalhos senão em 1543. As provas tipográficas desse livro, cujo título era sobre as revoluções das esferas celestes, foram-lhe apresentadas em seu leito de morte.
A mais importante prova astronômica da teoria heliocêntrica foi fornecida pelo maior dos cientistas italianos, Galileu Galilei (1564-1642). Com um telescópio que aperfeiçoou até alcançar um poder amplificador de 30 vezes, descobriu os satélites de Júpiter, os anéis de Saturno e as manchas do sol. Pôde, do mesmo modo, estabelecer que a Via-Láctea é uma aglomeração de corpos celestes independentes do nosso sistema solar e fazer uma idéia das enormes distâncias das estrelas fixas. Embora muitos se voltassem contra eles, esses descobrimentos de Galileu aos poucos convenceram a maioria dos cientistas de que era verdadeira a principal conclusão de Copérnico. O triunfo final da idéia costuma ser chamado Revolução Copernicíana. Poucos acontecimentos de maior significação se têm verificado na história intelectual do mundo, pois ele subverteu a concepção medieval do universo e preparou o caminho para as idéias modernas do mecanicismo, do cepticismo e do tempo e do espaço como grandezas infinitas. Infelizmente, contribuiu também para o dec1ínio do humanismo e a degradação do homem, visto que o arredava da sua posição majestática de centro do universo, reduzindo-o a um mero grão de pó na máquina cósmica infinita.
Entre os físicos da Renascença, estão em primeiro plano Leonardo da Vinci e Galileu. Mesmo na hipótese de que Leonardo tivesse fracassado completamente como pintor, suas contribuições para a ciência lhe dariam direito a uma fama eterna. Entre elas, sobressaem as que se relacionam com o campo da física. As suas pesquisas no setor da hidráulica e da hidrostática foram muito além de tudo quanto até então se havia tentado. A conclusão formulada por ele, de que "todo peso tende a cair em direção ao centro pelo caminho mais curto", continha o núcleo da lei da gravitação. Além das suas conquistas no campo da ciência pura, estabeleceu os princípios de uma variedade impressionante de invenções, inclusive um barco mergulhador,

uma máquina a vapor, um carro de guerra blindado e uma serra para cortar mármore. Galileu é famoso, sobretudo, como físico, devido à sua lei da queda dos corpos. Considerando com ceticismo a teoria tradicional de que os corpos caíam com uma velocidade diretamente proporcional ao seu peso, demonstrou, mediante experiências realizadas na torre inclinada de Pisa, que a distância percorrida na queda aumenta na proporção do quadrado do tempo levado a percorrê-Ia. Rejeitando as idéias escolásticas do peso e da leveza absolutas, mostrou serem "esses termos puramente relativos, pois todos os corpos têm peso, mesmo aqueles que, como o ar, são invisíveis; no vácuo, todos os objetos cairiam com velocidade igual. Ainda muito moço, fora levado pela observação do oscilar de uma lâmpada, na catedral de Pisa, ao descobrimento do importante princípio do isocronismo do pêndulo. Galileu parece ter tido uma concepção mais ampla da gravitação universal do que Leonardo da Vinci, pois percebeu que a força que mantém a lua nas vizinhanças da terra e faz com que os satélites de Júpiter girem em redor desse planeta é, na essência, a mesma força que faz com que a terra atraia os corpos para a sua superfície. Nunca, no entanto, formulou esse princípio como lei nem deduziu todas as suas conseqüências, como faria Newton cerca de cinqüenta anos depois.
Também é admirável o quadro das conquistas italianas no campo das ciências relacionadas com a medicina. Já no século XIV um médico chamado Mundinus havia introduzido a prática da dissecação na Universidade de Bolonha, considerando-a como a única fonte legítima de conhecimento anatômico. Algum tempo depois Falópio descobriu os ovidutos humanos, ou trompas de Falópio, e Eustáquio descreveu a anatomia dos dentes, tornando a descobrir o tubo que tem o seu nome e que faz comunicar o ouvido médio com a garganta. Alguns médicos italianos ofereceram contribuições valiosas para o conhecimento da circulação do sangue. Um deles descreveu as válvulas do coração, a artéria pulmonar e a aorta, enquanto outro localizou as válvulas das veias. Ainda mais importante foi o trabalho de alguns estrangeiros que viveram e ensinaram na Itália. André Vesálio, natural de Bruxelas, deu a conhecer a primeira investigação minuciosa do corpo humano, baseada na investigação direta. Como resultado das numerosas dissecações que efetuou, pôde corrigir muitas superstições antigas, inclusive uma sobre a existência de certo osso incorruptível, que passava por ser o núcleo em torno do qual se processaria

a ressurreição do corpo. Vesálio é geralmente considerado o pai da anatomia moderna. Dois outros médicos de nacionalidade estrangeira muito deveram ao progresso da medicina na Itália; são eles o espanhol Miguel Servet (1.511-53) e o inglês William Harvey (1.578-1657). Servet descobriu a pequena circulação, ou circulação pulmonar, do sangue. No seu trabalho intitulado Erros relativos à Trindade (seu maior interesse era a teologia, mas praticava a medicina para viver), descreve como o sangue deixa o ventrículo esquerdo do coração, é levado aos pulmões para ser purificado e depois volta ao coração, sendo distribuído por este órgão a todas as partes do organismo. Não tinha, porém, a menor idéia da volta do sangue ao coração pelas veias. Coube a William Harvey, que estudara sob a direção dos médicos italianos em Pádua, completar esse descobrimento. Fê-Io depois do seu regresso à Inglaterra, cerca de 1.610. Na sua Dissertação sobre o movimento do coração, mostrou que uma artéria amarrada por uma ligadura se enche de sangue na parte voltada para o coração, enquanto a parte contrária se esvazia, e que efeitos exatamente opostos se verificam quando a ligadura é feita numa veia. Por meio desses experimentos chegou à conclusão de que o sangue circula constantemente do coração para todas as partes do corpo e destas para aquele.

3. O DECLÍNIO DA RENASCENÇA ITALIANA

Logo depois de 1.550 a Renascença na Itália chegou ao seu termo, depois de dois séculos e meio de uma história gloriosa. Estão muito longe de ser bem claras as causas desse desaparecimento um tanto repentino. Talvez possamos colocar em primeiro lugar na lista a perda da supremacia econômica. Parece fora de dúvida que a brilhante cultura das cidades italianas tenha repousado largamente num fundo de prosperidade econômica, resultante do monopólio comercial italiano com o Oriente Próximo, depois da queda dos impérios muçulmano e bizantino. O descobrimento do Novo Mundo, no fim do século XV, levou os centros de comércio a se mudarem rapidamente da área mediterrânea para a costa do Atlântico. Em conseqüência disso esgotou-se a seiva da cultura italiana. Entre as outras causas do declínio podem ser mencionadas a reforma católica e a instabilidade política. Serão discutidos no próximo capítulo os

efeitos da primeira delas como instigadora do fanatismo e da intolerância. A instabilidade da vida política italiana nasceu do desenfreado individualismo reinante e do ciúme entre os pequenos estados. A maioria das repúblicas-cidades eram governadas por déspotas que às vezes se mantinham no poder graças a processos dignos dos gangsters modernos. Embora esses governantes possuíssem notável capacidade, não raro acontecia passar sua autoridade a herdeiros fracos e incompetentes. Como exemplo, podemos citar o caso de Lourenço o Magnífico, cuja morte, em 1.492, foi seguida pela ascensão, como ditador de Florença, de seu encantador, mas incrivelmente estúpido filho Pedro.
Talvez possa ser apontada uma outra causa da decadência da cultura renascentista italiana na persistência da ignorância e da superstição nos meios populares. Embora fosse possível aos homens de condição humilde alçarem-se ao círculo mágico do gênio intelectual e artístico, poucos, na verdade, chegaram a fazê-Io e mesmo esses tendiam geralmente a desprezar a massa que tinham deixado para trás. Sem um sistema de educação universal, era inevitável que permanecesse ignorante a grande massa do povo. Sob a magnífica estrutura da arte e do conhecimento italianos ardiam as brasas da superstição, prontas a estalar em chamas ao sopro do primeiro fanático. Talvez seja esta a verdadeira explicação da famosa questão Savonarola. Jerônimo Savonarola nasceu em Ferrara, em 1.452, sendo filho de um perdulário sem profissão. Embora vivesse numa cidade alegre e mundana, sua primeira educação, dirigida pela mãe e pelo avô, parece ter sido principalmente religiosa. Aos 19 anos enamorou-se apaixonadamente da filha de um vizinho aristocrata. A moça o repeliu com desprezo e logo depois ele resolveu renunciar ao mundo e entrar para o mosteiro dominicano de Bolonha. Em 1.482 foi transferido para Florença, onde estava no auge do poder Lourenço o Magnífico. Quanto mais tempo Savonarola permanecia em Florença, tanto mais se assombrava com a frivolidade e o paganismo que via em torno de si. Dentro de dois ou três anos começou a pregar no jardim do convento e nas igrejas da cidade, infundindo no coração de seus ouvintes o temor do castigo que os atingiria se eles não renunciassem ao pecado. Sua ardente eloqüência e sua aparência ascética e impressionante atraíam grandes massas de povo atemorizado. Em 1.494, seu poder sobre a multidão alcançara tais proporções que se tornou virtualmente o ditador de Florença. E então, durante quatro longos anos, a

alegre metrópole toscana foi submetida a um governo puritano que sobrepujava em austeridade a qualquer outro conhecido na Itália desde os dias de Gregório Magno. Devotava-se metade do ano à abstinência da quaresma e o próprio casamento era desaconselhado. Os cidadãos recebiam ordem de entregar seus artigos de luxo assim como os livros e pinturas considerados imorais; todas essas obras do demônio eram queimadas em praça pública, na célebre "feira das vaidades". Mas um belo dia o povo cansou-se do governo do macilento monge, seus inimigos conspiraram contra ele e, em 1.498, a instâncias do Papa e sob falsas acusações de heresia, foi condenado à morte. Embora o caso Savonarola não constitua em si mesmo uma causa primordial do declínio da civilização renascentista, é importante como indício da difusão desigual dos conhecimentos e, conseqüentemente, dos frouxos alicerces sobre os quais se construíra tal civilização.

CAPÍTULO 16

A expansão da Renascença

ERA INEVITÁVEL que um movimento tão vigoroso quanto a Renascença italiana se expandisse por outros países. Durante anos houvera uma procissão contínua de estudantes vindos da Europa setentrional para a Itália, a fim de se aquecer ao aprazível clima intelectual de Florença, Milão e Roma. Além disso, as mudanças econômicas e sociais no norte e no ocidente da Europa haviam seguido, por algum tempo, um caminho mais ou menos paralelo às da Itália. Por todas as partes o feudalismo estava sendo suplantado por uma economia capitalista e um novo individualismo sobrepunha-se à estrutura corporativa da sociedade abençoada pela igreja na Idade Média. Interesses comuns, econômicos e sociais, favoreceram o desenvolvimento de uma cultura semelhante. Não se deve supor, entretanto, que a Renascença no norte e no ocidente da Europa tenha sido exatamente a mesma que no sul. Os italianos e os teutônicos diferiam de maneira marcada no temperamento e nas raízes históricas. Os italianos, alegres, descuidados e despidos de rigidez moral, inclinavam-se a procurar na arte e na literatura o meio mais propício para a expressão de seus sentimentos. Além disso, eram herdeiros das tradições clássicas que ainda mais alimentavam os seus interesses estéticos. Por outro lado, o europeu setentrional, devido à luta mais árdua pela existência, tendia para objetivos mais sérios e práticos. Inclinava-se a encarar os problemas da vida de um ângulo moral ou religioso: tudo era questão de bem ou de mal, a nada se atribuía valor só por ser belo. Como resultado dessas diferenças, a Renascença da Europa setentrional foi um movimento muito menos nitidamente artístico do que a Renascença do sul. Ainda que a pintura tenha florescido nos Países-Baixos, em outros lugares teve um desenvolvimento limitado e a escultura foi totalmente descuidada. Os esforços principais dos povos setentrionais limitavam-se à literatura e à filosofia, muito amiúde

com objetivos religiosos e práticos. Além disso, o humanismo do norte não seguiu seu predecessor italiano pelos caminhos floridos do paganismo, mas em geral permaneceu leal à fé cristã, por mais severamente que criticasse a igreja organizada.

A história política dos países do norte e do ocidente da Europa na época renascentista revela traços algo semelhante aos verificados na Itália. Houve a mesma transição de um regime feudal descentralizado e fraco para um governo absoluto de príncipes despóticos. Ocorreu também a extinção do poder político das corporações e a absorção de suas prerrogativas de soberania pelo estado. A diferença principal pode ser encontrada no fato de que muitos estados fora da Itália começavam a assumir o caráter de unidades nacionais. Cada um deles ocupava um território de tamanho considerável e compreendia uma população ligada por certos laços de língua e uma vaga consciência de sua unidade como povo. Mas, na maior parte, esses grandes organismos políticos eram criação de monarcas ambiciosos que tinham eliminado o poder dos nobres locais e conglobaram os diminutos principados destes em imensos impérios dinásticos. Na Inglaterra esse processo foi favorecido pela chamada Guerra das Rosas, uma série de lutas sangrentas que se iniciou mais ou menos em 1.455, entre facções de barões rivais. Foram tantos os nobres mortos nessas guerras e tão profundo foi o descontentamento causado por tão longo período de desordem, que a dinastia dos Tudors, fundada por Henrique VII em 1.485, logo se tornou capaz de esmagar por completo os remanescentes do poder feudal. Os vultos mais famosos dessa dinastia foram Henrique VIII e a rainha Elisabet; podem ambos ser considerados como os verdadeiros fundadores do governo despótico na Inglaterra, com o apoio da classe média, que desejava maior proteção de seus interesses comerciais do que lhes podia dar o regime feudal.

No caso da França, foi também uma guerra que levou à instalação de um estado consolidado, mas essa guerra representava uma contenda antes internacional que interna. Foi a Guerra dos Cem Anos (1.337-1.453) a luta que proporcionou aos reis franceses a oportunidade de exterminar a soberania feudal. Em resultado desse conflito, cujo objetivo inicial fora expulsar os ingleses da França e quebrar sua aliança comercial com as cidades flamengas, nasceu no povo francês uma consciência nacional, foram desacreditados os nobres que haviam obedecido às suas próprias

ambições egoísticas e a monarquia valorizou-se por ter salvo o país da ruína. No espaço de trinta anos o astuto e inescrupuloso Luís XI (1.461-83) estendeu o domínio real a toda a França, com exceção de Flandres e da Bretanha. Sua política preparou o caminho para o governo absoluto dos Bourbons. Por volta dos fins do século XV ainda um outro país importante da Europa ocidental começou a surgir como estado nacional. Esse país foi a Espanha, unida em parte pelo casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, em 1.469, e também pelas exigências de uma longa guerra contra os mouros. Sob Filipe II (1.556-98) a Espanha alcançou um lugar de primeira plana entre os governos europeus. Além da Itália, a Alemanha foi o único país importante que na época da Renascença não se transformou em estado consolidado. Embora na verdade se consolidasse a autoridade política em alguns dos reinos alemães, o país como um todo continuou a ser uma simples parte do Santo Império, então sob a chefia dos monarcas da casa de Habsburgo, da Áustria. A soberania desses imperadores era uma mera ficção, principalmente porque durante a Idade Média tinham desperdiçado as energias numa vã tentativa de estender seu domínio à Itália, possibilitando assim aos duques alemães garantirem-se no poder.

1. A RENASCENÇA INTELECTUAL E ARTÍSTICA NA ALEMANHA

Um dos primeiros países a receber em cheio a influência do movimento humanístico italiano foi a Alemanha. Deveu-se isso não só à proximidade dos dois países, mas também à migração em larga estala dos estudantes alemães para as universidades italianas. A influência desse humanismo teve, porém, pequena duração e seus frutos foram de certo modo escassos e medíocres. Não se pode dizer quais teriam sido os resultados se a Alemanha não fosse tão cedo lançada ao torvelinho da luta religiosa. A verdade, no entanto, é que a Revolução Protestante excitou o ódio e a intolerância, inimigos inevitáveis do ideal humanístico. Valorizou-se então a fé e a intolerância, ao passo que tudo que se assemelhasse ao culto do homem ou à reverência pela antiguidade pagã era considerado obra do demônio.
É quase impossível fixar uma data para o início da Renascença alemã. Em algumas cidades prósperas do sul, como Augsburgo, Nuremberg, Munique

e Viena, houve vigoroso movimento humanístico importado da Itália desde 1.450. No começo do século XVI esse movimento enraizou-se firmemente nos meios universitários, especialmente nas cidades de Heidelberg, Erfurt e Colônia. Seus representantes mais notáveis são Ulrich von Hutten (1.488-1.523) e Crotus Rubianus (1.480-1.539). Ambos se interessavam mais pelas possibilidades do humanismo como expressão de protesto religioso e político do que pelos seus aspectos literários. Von Hutten, especialmente, usou de seus dotes de escritor para satirizar o mundanismo e a cobiça do clero e para proferir tremendas diatribes em defesa do povo alemão contra seus inimigos. Ele próprio era um rebelde, encolerizado contra quase todas as instituições da ordem estabelecida. A principal credencial de Von Hutten e de Rubianus para a celebridade é a autoria da obra intitulada Cartas de Homens Obscuros, uma das sátiras mais espirituosas que se pode encontrar na história da literatura. As circunstâncias em que essa obra foi escrita são tão prodigiosamente típicas das que ocorrem com freqüência na evolução das nações, que merecem um relato. Um douto humanista da Universidade de Heidelberg, chamado Johann Reuchlin, alimentava um entusiasmo apaixonado pelo estudo das obras hebraicas. Por criticar certas interpretações teológicas do Antigo Testamento foi selvagemente atacado pelos fanáticos cristãos e, por fim, arrastado ante o inquisidor geral da igreja católica na Alemanha. Numerosos panfletos foram publicados por ambas as facções da contenda e a questão logo se dividiu entre a liberdade e a tolerância de um lado e, de outro, o autoritarismo e a corolice. Quando ficou claro que os argumentos racionais nada estavam conseguindo, os amigos de Reuchlin resolveram fazer uso do ridículo. Rubianus e von Hutten publicaram uma série de cartas supostamente escritas por alguns adversários de Reuchlin, com assinaturas ridículas como Ziegenmelker (ordenhador de cabras), Honiglecker (papa-mel) e Mistlader (carregador de esterco). Heinrich Chafmaul (boca de carneiro), pretenso autor de uma das cartas, confessava-se apavorado com a possibilidade de ter pecado mortalmente por comer na sexta-feira um ovo que continha um pinto. O autor de outra dessas cartas jactava-se da brilhante "descoberta" de que Júlio César não poderia ter escrito os Comentários das guerras gaulesas, pois estivera demais ocupado com suas operações militares, até mesmo para ter aprendido a língua latina. É impossível dizer até que ponto essas cartas

lograram solapar a influência da hierarquia católica na Alemanha; de qualquer modo o efeito foi considerável, pois gozaram de ampla circulação.
A Renascença alemã na arte limitou-se à pintura e à gravura, representadas principalmente pelos trabalhos de Albrecht Dürer (1.471-1.528) e Hans Holbein (1.497-1.543). Ambos esses artistas sofreram profunda influência das tradições italianas, ainda que se note na sua obra uma boa dose do sombrio realismo do espírito alemão. As mais famosas pinturas de Dürer são: A adoração dos Magos, Os quatro Apóstolos e Cristo crucificado. O último é um estudo de trágico desespero. Mostra o corpo do pálido galileu estendido sobre a cruz, tendo como fundo um céu negro e sinistro. O bruxuleio de luz no horizonte não faz mais que acrescentar ao efeito sombrio da cena. Certas gravuras mais conhecidas de Dürer também possuem os mesmos característicos. A sua Melancolia representa a figura de uma mulher com asas muito pequenas para poder voar, meditando desesperançada sobre os problemas da vida, que parecem desafiar todas as soluções. Na sua mão está um compasso e, espalhados pelo chão, outros instrumentos com os quais o homem tem esperado controlar a natureza. Hans Holbein, o outro grande artista da Renascença alemã, ficou célebre principalmente por seus retratos e desenhos. Os retratos que fez de Erasmo, de Henrique VIII, de Jane Seymour e de Ana de Cleves contam-se entre os mais famosos do mundo. Exemplo de seus desenhos é o chamado Cristo na sepultura. Representa o corpo do Filho de Deus com olhos saltados e boca entreaberta, tão abandonado na morte quanto o cadáver de um criminoso comum. Provavelmente o objetivo do artista foi expressar a extrema degradação que o Salvador sofreu pela redenção do homem. No fim da vida, Holbein desenhou também muitos quadros religiosos, satirizando os abusos da igreja católica que passavam por ser a principal justificação da Revolução Protestante. Foi um dos muito poucos artistas de vulto a dedicar seu talento à causa protestante.
O único alemão que, durante o período da Renascença, contribuiu de modo significativo para a ciência foi Johann Kepler (1.571-1.630). Sendo adepto ardente dos ensinamentos de Copérnico, aperfeiçoou a teoria do notável polonês provando que os planetas se movem numa órbita elíptica e não circular em torno do sol. Pode-se por isso dizer que destruiu o último vestígio importante da astronomia de Ptolomeu, que afirmava estarem os planetas engastados em perfeitas esferas cristalinas. Além disso, as leis do

movimento planetário formuladas por Kepler foram de enorme valor por ter inspirado a Newton o famoso princípio da gravitação universal. Há ainda outro cientista de nacionalidade alemã cujo trabalho pode, com propriedade, ser discutido neste ponto, embora tenha nascido nas vizinhanças de Zurique, mais ou menos no fim do século XV. O nome desse homem é Theophrastus von Hohenheim, mas ele preferiu ser conhecido como Paracelso, sugerindo com isso que se julgava superior a Celso, o grande médico romano. Embora muitas referências dêem Paracelso como um charlatão e impostor, na realidade não está provado que ele o fosse.
Ao menos mostrou-se bastante capaz como clínico para ser nomeado, em 1 527, professor de medicina na Universidade de Basiléia e médico da cidade. Ademais, cabe-lhe o mérito especial de ter recorrido diretamente à experiência para o conhecimento das moléstias e sua cura. Em lugar de seguir os ensinamentos dos autores antigos, fez extensas viagens, estudando casos de doenças em vários meios e experimentando inúmeras drogas. Negava que fosse função do químico procurar a pedra filosofal e insistia na íntima correlação da química e da medicina. Sua contribuição especifica mais importante talvez tenha sido o descobrimento da relação entre o cretinismo dos filhos e o bócio dos pais.

2. A RENASCENÇA CULTURAL NOS PAÍSES-BAIXOS

A despeito do fato de não se libertarem os Países-Baixos da dominação estrangeira até o século XVII, constituíram, não obstante, um dos mais esplêndidos centros de renascimento cultural fora da Itália. Pode-se encontrar a explicação disso na riqueza das cidades holandesas e flamengas e nas importantes ligações comerciais com a Europa meridional. Já em 1.450 haviam ocorrido nos Países-Baixos importantes progressos artísticos, inclusive o desenvolvimento da pintura a óleo. Foi ali também que se imprimiram alguns dos primeiros livros. Embora na verdade não tenha tido a Renascença nessa região um alcance mais alto do que em outras partes da Europa setentrional, suas realizações, em conjunto, revestem-se de um brilho excepcional.
A história da literatura e da filosofia renascentista nos Países-Baixos começa e acaba com Desidério Erasmo, aclamado universalmente como o

Príncipe dos Humanistas. Erasmo era filho de um padre e de uma criada e nasceu perto de Rotterdam, provavelmente em 1.466. Em sua primeira educação foi favorecido com a excelente instrução ministrada na escola dos "Irmãos da Vida Comum", em Deventer; após a morte dos pais, seus tutores o colocaram num mosteiro agostiniano. Aí o pequeno Erasmo encontrou pouca religião e nenhuma instrução sistemática, mas gozou de bastante liberdade para ler o que quisesse. Devorou todos os clássicos que pôde ter à mão e as obras de muitos dos Padres da Igreja. Quando contava mais ou menos 30 anos, obteve permissão para deixar o mosteiro e matricular-se na Universidade de Paris, onde completou o curso e obteve o grau de bacharel em teologia. Erasmo, porém, nunca exerceu as funções ativas do sacerdócio, preferindo em lugar disso ganhar a vida ensinando e escrevendo. Pela continua leitura dos clássicos elaborou um estilo latino não notável pela finura e delicadeza, que tudo quanto escrevia era lido por um vasto público. Mas o amor de Erasmo pelos clássicos não nascera de um interesse pedante. Admirava-os porque eles tinham sido a expressão dos verdadeiros ideais de naturalismo, tolerância e humanitarismo que ocupavam lugar tão alto em seu próprio espírito. Estava pronto a acreditar que pagãos como Cícero e Sócrates mereciam muito mais o título de santos do que muitos cristãos canonizados pelo Papa por causa de milagres fortalecedores da fé dos crédulos. Em 1.536 Erasmo morreu em Basiléia, depois de uma existência longa e dedicada sem vacilações à defesa do estudo, dos altos padrões de gosto literário e da vida racional. Muito acertadamente, é considerado como o homem mais civilizado de sua época.

Como filósofo do humanismo, Erasmo foi a encarnação dos mais altos ideais da Renascença nos países setentrionais. Convencido da inata bondade do homem, acreditava que toda a miséria e injustiça possivelmente desapareceria se fosse permitido à pura luz da razão penetrar nas escuras cavernas da ignorância, da superstição e do ódio. Não sendo de modo algum um fanático, pregava uma atitude liberal, razoável e conciliatória em lugar da feroz intolerância ante o mal. Repugnavam-lhe a violência e a paixão da guerra, fosse entre sistemas, classes ou nações. Grande parte de seus ensinamentos e escritos era dedicada à causa da reforma religiosa. Embora chocado com o estúpido cerimonialismo, dogmatismo e superstição da igreja católica, dominantes no seu tempo, não se coadunava com seu temperamento levantar uma cruzada contra eles. Procurava, sobretudo, por

meio da ironia suave e ocasionalmente pela sátira feri na, expor o irracionalismo em todas as suas formas e propagar uma religião humanista de piedade simples e conduta nobre, baseada no que chamava "filosofia de Cristo". Ainda que a sua crítica à fé católica tenha contribuído muito para apressar a Revolução Protestante, recuou desgostoso ante o fanatismo dos luteranos. Não teve também muita simpatia pela revivescência científica do seu tempo. Como a maioria dos humanistas, acreditava que dar demasiada importância à ciência seria incrementar um grosseiro materialismo e afastar o interesse dos homens da influência nobilitante da literatura e da filosofia.
As principais obras de Erasmo são: O elogio da loucura, no qual ele satiriza a pedantaria e o dogmatismo dos teólogos e a ignorância e credulidade das massas; Colóquios familiares, e o Manual do cavaleiro cristão, no qual condena o cristianismo eclesiástico e se bate pela volta aos ensinamentos simples de Jesus, "que nada mais nos ordenou senão o amor ao próximo". Numa obra menos famosa, intitulada A lamentação da Paz, exprime o horror à guerra e o desprezo pelos príncipes despóticos.
A Renascença artística dos Países-Baixos limitou-se quase que exclusivamente à pintura; nesse campo sobressaem as realizações da escola flamenga. A pintura flamenga tem como razão, e não das menores, de sua excelência, o ser uma arte autóctone. Ali não houve influências clássicas, nenhuma estátua antiga a ser imitada e nenhuma tradição viva das culturas bizantina e sarracena. Até relativamente bem tarde, mesmo a influência italiana foi de pequena monta. A pintura de Flandres era, antes, o produto espontâneo de uma sociedade urbana viril e próspera, dominada por mercadores ambiciosos e interessados na arte como um símbolo de seus gostos luxuosos. O trabalho de quase todos os principais pintores - os van Eycks, Hans Memling e Roger van der Weyden - mostram essa inclinação para pintar as virtudes sólidas e respeitáveis de seus clientes. Distinguem-se também pelo seu poderoso realismo, por uma atenção infatigável aos detalhes da vida quotidiana, por um colorido brilhante e por uma piedade profunda e sem crítica. Hubert e Jan van Eyck salientaram-se pela sua Adoração do Cordeiro, um painel de altar pintado para uma igreja de Gand, logo depois do início do século XV. Considerada por alguns críticos como a obra mais insigne da escola flamenga, representa uma profundidade de sentimento religioso e um fundo de experiência comum não encontrados na arte italiana. Foi o primeiro grande trabalho da Renascença executado com

a nova técnica da pintura a óleo, processo que se acredita ter sido inventado pelos van Eycks. Hans Memling e Roger van der Weyden, os outros dois pintores flamengos do século XV, são famosos, respectivamente, pelo naturalismo e pela expressão de intensidade emocional. Mais ou menos uma centena de anos depois apareceu Peter Breughel, o artista setentrional mais independente e mais dotado de consciência social. Deixando de lado as tradições religiosas e burguesas dos seus predecessores, Breughel preferiu pintar a vida do homem comum. Gostava de pintar os prazeres violentos da gente do povo nas festas de casamento e nas feiras de aldeia ou ilustrar provérbios com cenas tiradas da vida da gente humilde, rente com a terra. Conquanto fosse suficientemente realista para nunca idealizar os personagens que apresentava, sua atitude em relação a eles era nitidamente simpática. Empregou também o seu talento em condenar a tirania do regime espanhol nos Países-Baixos. Um de seus quadros O Massacre dos Inocentes descreve o assassínio de mulheres e crianças pelos soldados espanhóis. Raramente a grande arte tem sido usada com tanta eficácia como arma de protesto político.

3. A RENASCENÇA FRANCESA

A despeito dos fortes interesses artísticos do povo francês, demonstrado pela perfeição da sua arquitetura gótica na Idade Média, foram relativamente de pequena importância as realizações dos artistas desse país na época da Renascença. Houve um pequeno progresso na escultura e um modesto avanço na arquitetura. Foi nesse tempo que se construiu o Louvre, no lugar de edifício mais antigo que tinha o mesmo nome, enquanto numerosos castelos erigidos no país representavam uma tentativa mais ou menos bem sucedida de combinar a graça e a elegância do estilo italiano com a solidez do castelo medieval. Tampouco foi a ciência completamente negligenciada, ainda que tivessem sido poucas as realizações de monta. Incluem elas as contribuições de François Viête (1.540-1.603) à matemática e de Ambroise Paré (1.517-90) à cirurgia. O primeiro inventou os modernos símbolos algébricos e desenvolveu a teoria das equações, para a qual fora preparado o terreno pelos italianos Nicolau Tartaglia (1.500-57) e Jerônimo Cardano (1.501-76). Paré aperfeiçoou o método de tratamento dos

ferimentos por arma de fogo, substituindo as ataduras e os ungüentos por aplicações de óleo em ebulição. Deve-se a ele também a introdução do ligamento das artérias como um meio de deter o fluxo de sangue nas grandes amputações.
Os feitos mais notáveis da Renascença francesa ocorreram, porém, no campo literário e filosófico, ilustrado especialmente pelas obras de François Rabelais (1.490?-1.553) e Michel de Montaigne (1.533-92). Como Erasmo, Rabelais foi educado por um monge, mas logo depois de tomar as ordens sagradas deixou o mosteiro para estudar medicina na Universidade de Montpellier. No curto espaço de seis semanas terminou o curso que o habilitava ao grau de bacharel e doutorou-se mais ou menos cinco anos depois, tendo nesse meio tempo servido como médico público em Lião, além de ensinar e editar obras médicas. Parece que desde o início ele entremeou suas atividades profissionais com tentativas literárias desta ou daquela ordem. Escreveu almanaques para o povo, sátiras contra charlatães e astrólogos e caricaturas das superstições populares. Em 1.532 Rabelais publicou a primeira edição do Gargântua, que mais tarde reviu e acresceu de outro livro intitulado Pantagruel. Gargântua e Pantagruel eram originariamente os nomes de lendários gigantes medievais que se salientaram pela sua prodigiosa força e pelo seu enorme apetite. O relato das aventuras de Rabelais serviu como veículo para a expressão de seu espírito vigoroso e maleável e de sua filosofia de exuberante humanismo. Numa linguagem bem longe de poder considerar-se como delicada, satiriza as práticas da igreja, ridiculariza a escolástica, zomba das superstições e põe a nu todas as formas de hipocrisia e de repressão. Nenhum homem da Renascença foi um individualista tão radical ou mostrou maior zelo em glorificar o humano e o natural. Para ele, todos os instintos do homem eram sãos, contanto que não pretendessem tiranizar outros homens. Assim como Erasmo, acreditava na bondade inerente do homem, mas, diferindo do grande príncipe dos humanistas, manteve-se pagão, rejeitando não somente o dogma cristão, mas também a moralidade cristã. Sua famosa descrição da abadia de Theleme, construída por Gargântua, pretendia mostrar o contraste entre a sua concepção de liberdade e o ideal ascético cristão. Em Theleme não havia relógio concitando aos deveres, nem votos de celibato ou de perpétua submissão. Os hóspedes podiam retirar-se quando quisessem, mas enquanto lá permaneciam moravam juntos, "de acordo com sua livre

vontade e prazer. Levantavam-se da cama quando queriam, comiam, bebiam e trabalhavam quando bem entendiam e para tal se sentiam dispostos. Ninguém os acordava ou os constrangia... uma vez que Gargântua assim estabelecera. Em toda a sua regra não havia senão uma única cláusula - Faze o que quiseres".
Michel de Montaigne foi um homem de temperamento e formação bem diferentes. Seu pai era católico e sua mãe, uma judia convertida à fé protestante. Quase desde o dia do nascimento, submeteram o filho a um meticuloso sistema de educação. Todas as manhãs era acordado por uma música suave e atendido durante o dia por criados proibidos de falar outra língua que não o latim. Aos seis anos de idade já possuía preparo suficiente para entrar no Colégio de Guienne, em Bordéus, e aos 13 iniciou o estudo de direito. Depois de praticar a advocacia por algum tempo e de exercer vários cargos públicos, aos 37 anos retirou-se para o seu morgado a fim de consagrar o resto da vida ao estudo, à contemplação e ao cultivo das letras. Como sempre fora de saúde delicada, achou então mais necessário do que nunca poupar as suas forças. Além disso, sentia-se chocado com os rancores e a discórdia que via em torno de si e por essa razão ansiava por encontrar um refúgio na reclusão intelectual.
As idéias de Montaigne estão todas contidas nos seus famosos Ensaios escritos durante os anos de retiro. A essência da sua filosofia é o ceticismo em relação a qualquer dogma ou verdade definitiva. Conhecia por demais a diversidade de crenças entre os homens, a babeI de costumes estranhos revelada pelas descobertas geográficas e as conclusões perturbadoras da nova ciência, para aceitar a idéia de que qualquer seita pudesse ser senhora exclusiva da "verdade revelada aos santos de uma vez por todas". Parecia-lhe que a religião e a moral eram produtos do costume como a moda ou a maneira de comer. Pensava que não se pode alcançar Deus pelo conhecimento e que é tão tolo "lastimar que não vivamos daqui a cem anos, como seria lastimar que não tenhamos vivido há cem anos atrás". Os homens devem ser encorajados a desprezar a morte e a viver nobre e humanamente nesta vida, ao invés de almejar piedosamente uma existência de além-mundo, que, no mínimo, é duvidosa. Montaigne era tão cético em relação a qualquer postulado final da verdade em filosofia como em ciência. Ensinava que as conclusões da razão são às vezes falazes e que os sentidos nos enganam com freqüência. Quanto mais depressa os homens se

convencerem de que não há certeza de nada, mais oportunidade terão de escapar à tirania que nasce da superstição e do fanatismo. O caminho da salvação está na dúvida, não na fé. O cinismo é um segundo elemento da filosofia de Montaigne. Não podia ver diferença real entre a moral dos cristãos e a dos infiéis. Cada seita, assinalava, ataca as outras com ferocidade igual, exceto quanto a "não haver ódio tão absoluto quanto o que é cristão". Não podia, do mesmo modo, reconhecer valor em cruzadas ou em revoluções que se propusessem destruir um sistema para estabelecer um outro. No seu modo de ver, todas as instituições humanas eram quase tão fúteis umas como as outras e, por conseguinte, parecia-lhe uma loucura tomarem-nas os homens tão a sério que se empenhassem em guerras para substituir esta por aquela. Nenhum ideal, afirmava, vale a queima de nosso vizinho. Em sua atitude no tocante às questões éticas, Montaigne não era um defensor grosseiro da carnalidade como Rabelais, não tendo, por outro lado, qualquer simpatia pelo ascetismo. Parecia-lhe ridículo tentar o homem negar a sua natureza física e desvalorizar tudo quanto se relaciona com os sentidos. "Sentemo-nos no mais alto trono do mundo", declarava, "e ainda estaremos sentados sobre o nosso próprio traseiro". A filosofia de Montaigne, colorida que era de fuga e desencanto, marcou um fim apropriado à Renascença francesa. Mas, a despeito de sua atitude negativa, fez mais bem ao mundo do que muitos de seus contemporâneos, que fundaram novas fés ou inventaram novas escusas para a escravização dos súditos pelos reis. Não só o ridículo de que cobriu a feitiçaria ajudou a apagar as labaredas dessa histeria cruel, mas também a influência dos seus ensinamentos céticos não teve efeito menor no combate ao fanatismo em geral e na preparação do caminho para uma tolerância mais ampla no futuro.

4. A RENASCENÇA ESPANHOLA

Durante o século XVI e o início do XVII a Espanha refulgiu no auge de sua glória. Suas conquistas no Hemisfério Ocidental proporcionaram riqueza aos nobres e mercadores espanhóis e lhe deram uma posição na vanguarda dos estados europeus. Não obstante esses fatos, a nação espanhola não foi uma das vanguardeiras da renascença cultural. Seus cidadãos, parece,

estavam por demais absorvidos no saque dos territórios conquistados para dedicar grande atenção às atividades intelectuais e artísticas. Além disso, a longa guerra com os mouros engendrara um espírito de carolice e a posição da igreja era muito forte, ao passo que a expulsão dos judeus, no fim do século XV, privara o país do talento que mal tinha para dar. Por essas razões, a Renascença espanhola se limitou a um número muito pequeno de realizações no campo da pintura e da literatura, ainda que algumas delas igualassem em valor as melhores produzidas noutros países.
A pintura espanhola foi profundamente marcada pela acerba luta entre cristãos e mouros. Exprime, por isso, uma intensa preocupação religiosa e versa sobre temas angustiosos e trágicos. Seus fundamentos são medievais, com a mescla de certas influências de Flandres e, mais tarde, da Itália. O primeiro pintor espanhol eminente é Luiz de Morales (1.517-86), freqüentemente chamado "O Divino". Suas madonas, seus crucificados e suas imagens da Mater Dolorosa estampam a mais aguda devoção à ortodoxia católica, considerada por muitos espanhóis dessa época como um dever tanto religioso como patriótico. O mais talentoso artista da Renascença espanhola não foi, porém, um espanhol, mas um imigrante, vindo da ilha de Creta. Seu verdadeiro nome era Domingos Theotocópuli, mas é comum ente chamado EI Greco. Depois de estudar por algum tempo com Ticiano em Veneza, EI Greco, aproximadamente em 1.575, estabeleceu-se em Toledo até a sua morte, em 1.614. Sendo um inflexível individualista por temperamento, parece que EI Greco sofreu muito pequena influência da escola veneziana quanto às cores quentes e à alegria serena do esplendor dos cetins. Em lugar disso, quase toda a sua arte é caracterizada por um emocionalismo febril, pela pura tragédia ou por arrebatadas fugas para o sobrenatural e o místico. Suas figuras são quase sempre as de fanáticos esqueléticos e quase loucos, as cores frias e acinzentadas, enquanto as cenas de sofrimento e morte parecem armadas de propósito para dar a impressão de horror. Entre as suas obras famosas estão O enterro do Conde de Orgaz, Pentecostes, e A visão apocalíptica. Melhor que qualquer outro artista, EI Greco exprimiu o inflamado zelo religioso do povo espanhol nos dias do fanatismo jesuítico e da Inquisição.
A literatura da Renascença espanhola apresenta certas tendências em comum com as da pintura. Isso é particularmente verdadeiro do teatro, onde com freqüência são apresentadas peças alegóricas que descrevem o mistério

da transubstanciação ou apelam para o fervor religioso. Outras produções dramáticas insistem em temas de orgulho político ou cantam os méritos da burguesia e exprimem desprezo pelo mundo do feudalismo em ruínas. O mais alto representante dos dramaturgos espanhóis é Lope de Vega (1.562-1.635), o mais prolífico autor de peças teatrais que o mundo literário já conheceu. Pensa-se que tenha escrito nada menos de 1.500 comédias e mais de 400 alegorias religiosas. Desse total chegaram aos nossos dias 500 obras. Seus dramas seculares podem ser divididos principalmente em duas classes: 1) as peças de "capa e espada", que pintam intrigas violentas e exageram os ideais de honra das classes superiores, e 2) as peças de grandeza nacional, que celebram as glórias da Espanha no seu auge e representam o rei como o protetor do povo contra uma nobreza viciosa e degenerada. Outro dramaturgo notável da Renascença espanhola é Tirso de Molina (1.571-1.648), cuja fama reside principalmente na sua dramatização da história de Don Juan, um nobre perverso que termina destruindo a si mesmo por um misto de bravura e vilania.
Poucos negarão que o escritor mais bem dotado da Renascença espanhola tenha sido Miguel de Cervantes (1.547-1.616). Sua grande obra-prima, Dom Quixote, já foi até dada como "incomparavelmente o melhor romance já escrito". Composto nas melhores tradições da prosa satírica espanhola, conta as aventuras de um cavalheiro espanhol (Dom Quixote) que ficou meio desequilibrado em virtude da leitura constante de romances de cavalaria. Com a mente cheia de todas as espécies de aventuras fantásticas, aos 50 anos parte finalmente pela estrada incerta da vagabundagem cavaleirosa. Imagina que moinhos de vento são gigantes enfurecidos, e rebanhos de ovelhas, exércitos de infiéis, cabendo-lhe o dever de desbaratá-Ios com a espada. Em sua imaginação enferma, toma estalagens por castelos e as criadas, por damas galantes perdidas de amor por ele. Os galanteios que elas não tinham a intenção de fazer, ele os repelia mui polidamente, a fim de provar a devoção que consagrava à sua Dulcinéia. Posta em contraste com o ridículo cavaleiro andante, há a figura de seu fiel escudeiro Sancho Pança. Este representa o ideal do homem prático, com os pés na terra e satisfeito com os prazeres concretos do comer, beber e dormir. Todo o livro é uma sátira pungente do feudalismo, particularmente das pretensões dos nobres como campeões da honra e do direito. Sua enorme

popularidade foi uma prova cabal de que a civilização medieval estava quase totalmente extinta, mesmo na Espanha.

5. A RENASCENÇA NA INGLATERRA

A Inglaterra, como a Espanha, gozou de uma idade áurea no século XVI e no começo do XVII. Embora ainda não estivesse fundado seu grande império colonial, começara não obstante a colher enormes lucros da produção de lã e do comércio com o Continente. Seu governo fora, pouco antes, consolidado sob o domínio dos Renascença Tudors e estava incrementando a prosperidade da classe média, objeto de especial solicitude. As classes comerciais da Inglaterra desfrutavam excepcionais vantagens sobre suas rivais dos outros países. Contribuíram também para o florescimento de uma brilhante cultura na Inglaterra o desenvolvimento da consciência nacional, o despertar do orgulho do poder estatal e a expansão do humanismo vindo da Itália, da França e dos Países-Baixos. Não obstante, a Renascença inglesa limitou-se principalmente à filosofia e à literatura. As artes não floresceram, devido talvez à influência calvinista que começou a se fazer sentir nos meados do século XVI.
Os mais antigos filósofos da Renascença inglesa podem ser descritos simplesmente como humanistas. Conquanto não desprezassem o valor dos estudos clássicos, interessavam-se acima de tudo pelos aspectos mais práticos do humanismo. A maioria deles desejavam um cristianismo mais simples e mais racional e almejavam um sistema educativo liberto do domínio da lógica medieval. Outros preocupavam-se precipuamente com a liberdade individual e a correção dos abusos sociais. O maior desses primeiros pensadores foi Sir Thomas More, julgado pelos humanistas contemporâneos como "superior a todo o seu povo". Depois de uma brilhante carreira como advogado e presidente da Câmara dos Comuns foi nomeado, em 1529, Lorde ChanceIer (presidente da Câmara dos Pares). Não fazia muito tempo que ocupava essa posição quando incorreu no desfavor de Henrique VIII. Ainda que More estivesse bem longe de ser um católico ortodoxo, não simpatizava com a intenção do rei de estabelecer uma igreja nacional sob o domínio do estado. Quando, em 1.534, recusou prestar o Juramento da Supremacia, o qual reconhecia o rei como o chefe da

igreja da Inglaterra, foi encerrado na Torre de Londres. Um ano depois foi julgado por um júri parcial, condenado e decapitado. A filosofia de More está contida na sua Utopia, que publicou em 1.516. Esse livro, que pretende descrever uma sociedade ideal numa ilha imaginária, na realidade é uma acusação dos terríveis abusos do tempo - a pobreza e a riqueza imerecidas, as punições drásticas, a perseguição religiosa e a matança insensata da guerra. Os habitantes de Utopia possuíam todos os seus bens em comum, trabalhavam somente seis horas por dia, sobrando, assim, tempo a todos para as atividades intelectuais e para a prática das virtudes naturais da sabedoria, moderação, fortaleza e justiça. O ferro é o metal precioso "porque é útil", a guerra e a vida conventual são abolidas e toleram-se todos os credos que reconheçam a existência de Deus e a imortalidade da alma. A despeito da crítica que se faz à Utopia, de ser deficiente em penetração e originalidade, parece justificável a conclusão de que os ideais de humanidade e de tolerância do autor estão consideravelmente além da grande maioria dos homens de sua época.

ESCULTURA RENASCENTISTA ITALIANA

Pietà, *de Miguel Ângelo, esculpida pelo artista para o seu próprio túmulo. Atualmente está na catedral de Florença. Ver p. 411.* (Metropolitan Museum of Art.)

Gattamelata, *de Donatello. Esta imponente estátua de um* condottiere *foi, sem dúvida, o primeiro monumento eqüestre em bronze feito desde o tempo dos romanos.* (Rudolph Lesch.)

Jan Arnolfini e sua mulher, *por Jan van Eyck (1434). Jan e seu irmão Hubert, os maiores dos primitivos pintores flamengos, passam por ter inventado a pintura a óleo.* (Rudolph Lesch.)

Melancolia, *gravura de Albrecht Dürer. Ver p. 425.* (Metropolitan Museum of Art.)

A RENASCENÇA FORA DA ITÁLIA

Vista de Toledo, *de El Greco. O famoso cretense, que viveu na Espanha, modificava e deformava a natureza para aumentar a intensidade da expressão dramática.* (Metropolitan Museum of Art.)

Mulher com alaúde, *de Jan Vermeer. Vermeer é notável pela finura, pela delicadeza e pela capacidade de retratar a vida cotidiana dos burgueses da Holanda, então próspera nação comercial.*

O pensador que passou para a história como o maior de todos os filósofos renascentistas ingleses é Sir Francis Bacon. Nascido em 1.561, filho de um alto funcionário do governo, Bacon foi educado em meio do luxo até a idade de 17 anos, quando a morte do pai o obrigou a trabalhar para viver. Daí por diante, a ambição dominante de sua vida foi obter uma posição pública proveitosa, que o habilitasse a cultivar seus interesses intelectuais. Possivelmente essa mania de segurança explique a moralidade suspeita da sua carreira pública. Quando se apresentava ocasião, não hesitava em dissimular suas verdadeiras idéias, ora sendo desleal para com os amigos, ora participando de desvios de dinheiro público. Em 1.618 foi nomeado Lorde Chanceler, mas depois de três anos apenas de exercício do cargo, foi acusado de suborno. A despeito de seus protestos sobre não ter nunca influenciado em suas decisões a aceitação do dinheiro dos litigantes, foi condenado a pagar uma multa equivalente a 200.000 dólares e a ficar preso

na Torre, "ao arbítrio do rei." Jaime I perdoou a multa e limitou a pena de prisão a quatro dias. Bacon dedicou os restantes cinco anos de sua vida a escrever, particularmente para completar a terceira edição aumentada dos seus ensaios. Entre as suas obras de maior valor estão o Novum Organum e O progresso do conhecimento.

A monumental contribuição de Bacon à filosofia foi a glorificação do método indutivo. Não foi, em absoluto, o descobridor desse método, mas entronizou-o como base indispensável do conhecimento exato. Acreditava que todos os pesquisadores passados da verdade haviam tropeçado na escuridão por serem escravos de idéias preconcebidas ou prisioneiros dos calabouços da lógica escolástica. Afirmava que, para poder vencer esses obstáculos, o filósofo deve voltar-se para a observação direta da natureza, para a acumulação dos dados concretos sobre os fenômenos e para o descobrimento das leis que os governam. Só a indução, acreditava, é a chave mágica que poderá abrir os segredos da verdade. A autoridade, a tradição e a lógica silogística devem ser cuidadosamente evitadas como uma praga. Mas, por admiráveis que sejam estes ensinamentos, foram honrados pelo próprio Bacon quase tanto pela infração como pela observância. Acreditava ele na astrologia, na adivinhação e na feitiçaria. Por mais êxito que tenha tido no libertar o seu espírito dos dogmas antigos, não foi um cientista suficientemente sagaz para perceber a validade da teoria de Copérnico. Além disso, a distinção que estabeleceu entre o conhecimento comum e as verdades da religião dificilmente se harmonizaria com a zelosa defesa da indução. "Os sentidos", escrevia ele, "são como o sol que torna visível a face da terra, mas esconde a dos céus." Para a nossa viagem ao reino da verdade celeste, precisamos "abandonar o pequeno barco da razão humana e embarcar na nau da igreja, que é a única a possuir a bússola divina que orienta para o caminho certo. As estrelas da filosofia não serão de maior utilidade para nós. Assim como somos obrigados a obedecer à lei divina, ainda que a nossa vontade não consinta, do mesmo modo somos obrigados a acreditar na palavra de Deus, embora a nossa razão se choque com isso. Quanto mais absurdo e incrível for um mistério divino, maior honra faremos a Deus acreditando nele". Em suma, não vai grande distância entre Rogério Bacon, no século XIII, e Francisco Bacon, no XVII.

Também na literatura a Inglaterra seguiu muito mais de perto as pegadas de seus precursores medievais do que o fizeram os escritores renascentistas de qualquer outro país, com exceção da Itália. Na verdade, é bastante difícil dizer quando precisamente se iniciou a Renascença na literatura inglesa. A grande obra de Chaucer, As histórias de Canterbury, escrita por volta do fim do século XIV, é comum ente considerada como medieval; entretanto, manifesta um tão pronunciado espírito de mundanismo e de forte desprezo por tudo que é místico, quanto o que se pode encontrar nas obras de Shakespeare. Se qualquer diferença essencial houve entre a literatura inglesa da última fase da Idade Média e a da época da Renascença, essa diferença consistiu num individualismo mais audaz, num sentido mais forte do orgulho nacional e num interesse mais profundo pelos temas de importância filosófica. O primeiro grande poeta depois de Chaucer foi Edmond Spenser (1.552?-99). Sua criação imortal, The Faerie Queene é uma colorida epopéia da grandeza da Inglaterra nos dias da rainha Isabel. Ainda que escrito sob a forma de uma alegoria moral, para exprimir o desejo de uma volta às virtudes da cavalaria, por parte do autor, celebra também a alegria da vitória e muito de exaltação de viver típica do humanismo renascentista. A rica música do estilo e a abundância de incidentes pitorescos conferiram ao poema uma eterna popularidade.
As mais esplêndidas realizações dos ingleses da época elisabetana pertencem, porém, ao teatro. Desde o tempo dos gregos, os escritores de tragédias e comédias não tinham atingido ponto tão alto quanto o alcançado na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII. Especialmente depois de 1.580, apareceu uma plêiade de teatrólogos cujo trabalho sobrepujou tudo o que havia precedido durante um espaço de cerca de dois mil anos. Incluídos nessa plêiade estão luminares como Christopher Marlowe, Beaumont e Fletcher, Ben Jonson e Shakespeare, dos quais o primeiro e o último são os mais importantes para o historiador. Melhor que qualquer outro em seu tempo, Christopher Marlowe sintetiza o egoísmo insaciável da Renascença - o perpétuo anseio da plenitude da vida, de um conhecimento e uma experiência ilimitadas. Sua existência, breve, mas tempestuosa, foi uma sucessão de aventuras escandalosas e ardentes revoltas contra as restrições do convencionalismo, até terminar perdendo a vida numa rixa de taberna, antes que tivesse completado trinta anos. A mais conhecida de suas obras se intitula Doutor Fausto e é baseada na lenda de Fausto, na qual o herói vende

a alma ao diabo em troca do poder de sentir todas as possíveis sensações, experimentar todos os possíveis triunfos e conhecer todos os mistérios do universo.

William Shakespeare, o maior gênio da história do drama depois de Eurípides, nasceu em 1.564, duma família de pequenos comerciantes da província na cidade-feira de Stratford-on-Avon. Sua vida tem mais névoas de obscuridade a envolvê-Ia do que a história de muitos outros grandes homens. Sabe-se que deixou a cidade natal mais ou menos aos 12 anos e que acabou em Londres, à procura de um emprego no teatro. A tradição relata que durante algum tempo ganhou a vida guardando os cavalos dos freqüentadores ricos do teatro. Não se sabe como, por fim, tornou-se ator e, ainda mais tarde, escritor de peças, mas há indícios de que aos 28 anos já adquirira, como autor, uma reputação capaz de fazer inveja aos seus rivais. Antes de retirar-se para a sua cidade natal de Stratford, mais ou menos em 1.610, para aí passar tranqüilamente o resto de seus dias, escreveu quase 40 peças, quer só, quer em colaboração com outros, para não falar de 150 sonetos e de dois poemas descritivos.

Ao prestar homenagem à universalidade do gênio de Shakespeare, não devemos esquecer o fato de que também ele é filho da Renascença. Sua obra mostra o cunho profundo de grande parte das virtudes e dos defeitos do humanismo renascentista. Quase tanto como Boccaccio ou Rabelais, ele personifica o intenso amor pelas coisas humanas e terrenas, característico de quase todos os maiores escritores a partir do fim da Idade Média. Além disso, como a maioria dos humanistas, mostrou limitada preocupação com os problemas políticos e os valores científicos. Por assim dizer, a única teoria política que o interessava profundamente era saber se a nação tinha mais oportunidades para prosperar sob um bom rei que fosse fraco ou sob um rei mau, mas forte. Embora fosse muito amplo o seu conhecimento das ciências do tempo, para ele estas consistiam principalmente na alquimia, astrologia e medicina. A força e a amplitude do intelecto de Shakespeare estavam muito longe, porém, de serem limitadas pelos estreitos horizontes do tempo em que viveu. Conquanto raras obras de seus contemporâneos sejam atualmente muito lidas, as peças de Shakespeare ainda conservam sua posição de uma espécie de Bíblia secular em toda parte onde se fala a língua inglesa. A causa disso reside não somente no incomparável dom de expressão do autor, mas em especial no seu espírito cintilante e na sua

análise profunda dos caracteres humanos, batidos pelas tempestades da paixão e experimentados pelos caprichos do destino.
Os dramas de Shakespeare agrupam-se em três categorias principais. Os escritos nos primeiros anos seguem a tradição das peças então existentes e refletem em geral a confiança do autor no sucesso pessoal. Incluem comédias como O sonho de uma noite de verão e o Mercador de Veneza, um certo número de peças históricas e a tragédia lírica Romeu e Julieta. Pouco antes de 1.600, parece ter passado por uma mudança de temperamento. O disciplinado otimismo das primeiras peças foi suplantado por uma desilusão profunda que o levou a desconfiar da natureza humana e a acusar o universo inteiro. Nasce daí um grupo de dramas caracterizados pela amargura, por um pathos acabrunhador e por uma indagação aflita do mistério das coisas. A série começa com a tragédia de idealismo intelectual que é o Hamlet, prossegue com o cinismo de Measure for Measure e All's Well That Ends Well e culmina com as tragédias cósmicas de Macbeth e do Rei Lear. Talvez o famoso discurso de Gloucester na última dessas peças possa ilustrar a profundidade do pessimismo do autor, nesse tempo:

Como moscas nas mãos de meninos travessos, assim somos nós para os deuses; Eles nos matam para se divertir.

O terceiro grupo de dramas inclui os escritos durante os últimos anos da vida de Shakespeare, possivelmente depois de seu retiro. Entre eles estão Conto de inverno e Tempestade. Todos podem ser descritos como romances idílicos. Aflição e tristeza passam a ser encaradas como simples sombras num belo quadro. A despeito da tragédia individual, o plano divino do universo é de certo modo benévolo e justo.

6. PROGRESSOS RENASCENTISTAS NO TERRENO DA MÚSICA

Nos séculos XV e XVI a música na Europa ocidental atingiu um ponto tão alto de desenvolvimento, que constitui, juntamente com a pintura e a escultura, um dos aspectos mais brilhantes da atividade renascentista. Ao passo que as artes plásticas eram estimuladas pelo estudo dos modelos

antigos, a música floresceu naturalmente, como fruto de uma evolução independente que já vinha fazendo progressos desde a cristandade medieval. Como antes, ocupavam a vanguarda homens experimentados nos serviços da igreja, mas o valor da música popular já era então apreciado e seus princípios foram combinados aos da música sacra, com decisiva vantagem para o colorido e o interesse emocional. Tornou-se menos nítida a distinção entre música sacra e profana e a maioria dos compositores não restringiu suas atividades a um só desses campos. Embora constituísse o tratamento contrapôntico das vozes o centro dos interesses, ainda se continuou a escrever para instrumentos e rapidamente cresceu o uso destes para acompanhamento. A música não era mais considerada como simples diversão ou como mero auxiliar do culto, mas como uma arte independente.

Pontos diferentes da Europa disputavam entre si a primazia na música. Como nas outras artes, o progresso ligava-se ao patrocínio cada vez mais generoso possibilitado pela expansão comercial, e centralizava-se nas cidades prósperas. No século XV, o primeiro plano era ocupado pelas cidades da Holanda e da Borgonha. A escola holandesa levou o contraponto vocal à perfeição técnica. Embora seus membros tendessem a exibir um engenho excessivo, prestaram, não obstante, um real serviço fornecendo modelos de excelente maestria. No século XVI, os italianos conseguiram igualar a habilidade de seus mestres do norte e largamente os ultrapassaram na subordinação da técnica ao efeito artístico. Pela primeira vez na Itália, o calor, a cor e a límpida beleza tornaram-se os característicos predominantes da arte coral. Na esplêndida catedral bizantina de S. Marcos, em Veneza, tornou-se mais pronunciada a tendência para os efeitos vivos e brilhantes e salientou-se o uso de coros duplos cantando antifônicamente. Desse modo define-se uma semelhança entre as escolas venezianas de pintura e de música. Em Roma, por outro lado, como se pode ver refletido particularmente no coro pontifício, houve uma submissão mais estrita à tradição e uma acentuação do elemento ritual. O maior expoente da escola romana e o compositor cujos trabalhos assinalam o auge da música daquele tempo em seus aspectos religiosos é Palestrina (1.526-94). Nas suas missas e motetes se encontram tão perfeitamente unidas a habilidade técnica e a intensidade da emoção, que os resultados correspondem aos mais exigentes requisitos artísticos. A música de Palestrina, embora seja rica de colorido, é relativamente simples na estrutura e evita sempre as extravagâncias. Sua

clareza e pureza tonal atraem imediatamente o ouvinte, tendo ao mesmo tempo, como se dá com freqüência na grande arte, um quê de indefinível que desafia a análise. Desenvolvimentos comparáveis aos que se deram na Itália surgiram na Áustria e no sul da Alemanha. Orlandus Lassus, chefe do coro da corte de Munique, de 1.560 a 1.590, foi um rival de Palestrina no tratamento do estilo contrapôntico e mostrou grande variedade de interesse e de estilos. O progresso na Inglaterra foi facilitado pelo patrocínio dos Tudors, que eram amantes da música. Talvez as ligações comerciais entre a Inglaterra e as cidades flamengas tenham fornecido um estímulo inicial, mas os compositores ingleses tinham suficiente fertilidade e originalidade para fugirem ao servilismo de meros imitadores dos modelos continentais. A escola inglesa salientou-se no desenvolvimento do madrigal, em que a sutileza e o interesse ininterrupto da técnica contrapôntica aperfeiçoada eram aplicados aos temas seculares. Esses madrigais nunca deixaram de encantar, dada a sua vitalidade e frescura. O nível geral de proficiência musical parece ter sido maior nos dias da rainha Elisabet do que nos nossos. Os cantos a diversas vozes era um passatempo popular nos lares e em reuniões sociais sem cerimônia, e a leitura à primeira vista constituía uma capacidade que se esperava de qualquer pessoa bem educada.

Instrumentos musicais do século XVI. Em baixo, à esquerda, está um pequeno órgão com um fole, movido pelo homem sentado à frente do executante. O instrumento parecido com uma caixa, que está sôbre a mesa, é um clavicórdio. O tubo triangular com cordas no canto direito inferior, é um Trummscheit *alemão.* (Metropolitan Museum of Art.)

Concluindo, pode-se salientar que, enquanto amadurecia o contraponto, nasceu o nosso moderno sistema harmônico, abrindo-se desse modo caminho para novas experimentações. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a música da Renascença não constitui uma mera fase evolutiva, mas uma realização magnífica em si mesma, com seus mestres que se colocam entre os maiores de todos os tempos. Os compositores

Palestrina e Lassus são representantes tão dignos do triunfo artístico da Renascença quanto os pintores Rafael e. Miguel Ângelo. Os séculos XV e XVI, acertadamente chamados "idade áurea do canto", nunca foram sobrepujados na realização das possibilidades de beleza inerentes à voz humana. Sua herança, por muito tempo descuidada, a não ser em certos meios eclesiásticos, voltou a ser apreciada há poucos anos atrás e está agora ganhando popularidade graças à dedicação de grupos interessados em música, que trabalham para a sua revivescência.

7. A RENASCENÇA NA RELIGIÃO

Nenhum quadro histórico da época renascentista estaria completo sem uma menção da Renascença na religião, ou como é comumente chamada, da Renascença cristã. Foi um movimento quase completamente independente da Revolução Protestante, que será discutida no próximo capítulo. Os chefes da Renascença cristã eram, em geral, humanistas e não protestantes. Alguns deles nunca desertaram a fé católica; seu objetivo era purificar essa fé no que ela tinha de mais essencial, e não destruí-Ia. Muitos deles achavam a carolice dos primeiros protestantes tão repugnante aos seus ideais religiosos quanto quaisquer abusos da igreja católica. O ímpeto original da Renascença cristã parece ter vindo dos "Irmãos da Vida Comum", um grupo de homens piedosos que mantinham escolas nos Países-Baixos e na Alemanha Ocidental. Seu objetivo era propagar uma religião simples de piedade prática, liberta do dogmatismo e do ritual da igreja organizada. O mais célebre de seus primeiros adeptos foi Tomás de Kempis, que, mais ou menos em 1.425, escreveu ou editou um livro intitulado A imitação de Cristo. Esse livro, ainda que apresentando um tom profundamente místico, repudiava não obstante a excessiva extraterrenalidade dos místicos medievais e insistia num retorno à simplicidade dos ensinamentos de Jesus. Durante mais de um século, a Imitação foi mais lida na Europa do que qualquer outro livro, com exceção da Bíblia.
Por volta de 1.500 a Renascença cristã havia-se associado definitivamente ao humanismo setentrional. Escritores e filósofos de todos os países emprestaram seu apoio ao movimento. Salientaram-se entre eles Sebastian

Brant, na Alemanha, John Colet e Sir Thomas More, na Inglaterra, Erasmo, nos Países-Baixos, e figuras de menor realce na França e na Espanha. Os ensinamentos religiosos desses homens concordavam totalmente com os ideais humanísticos, tal como eram entendidos na Europa setentrional. Acreditando que a religião devia existir para o bem do homem e não em benefício de uma igreja organizada ou mesmo para a glória de um Deus inefável, interpretavam o cristianismo acima de tudo em termos éticos. Consideravam, se não como positivamente danosos, pelo menos, como supérfluos grande parte de seus elementos teológicos e sobrenaturais. Do mesmo modo, pouco lhes interessavam os sacramentos ou as cerimônias de qualquer espécie e ridicularizavam as superstições relacionadas com a veneração de relíquias e a venda de indulgências. Embora reconhecessem a necessidade de uma certa organização eclesiástica, negavam a autoridade absoluta do Papa e não queriam admitir que os padres fossem realmente essenciais como intermediários entre o homem e Deus. Em suma, o que esses humanistas cristãos desejavam realmente era a superioridade da razão sobre a fé, a primazia da conduta sobre o dogma e a supremacia do indivíduo sobre o sistema organizado. Acreditavam que essa religião simples e racional pudesse ser alcançada, não através de uma revolta violenta contra a igreja católica, mas por meio de uma vitória gradual sobre a ignorância e a eliminação de abusos.

O declínio da cultura renascentista nos países da Europa setentrional e ocidental deu-se menos abruptamente que na Itália. Na verdade, a mudança a certos respeitos foi tão suave, que o que houve foi uma simples fusão entre o velho e o novo. Por exemplo, as realizações científicas não fizeram mais que expandir-se, embora com o correr dos tempos se desse uma nítida transferência de interesse dos ramos matemático e físico para o biológico. Além disso, a arte renascentista da Europa setentrional evolveu gradualmente para o barroco, que dominou o século XVII e o começo do XVIII. Por outro lado, o humanismo, no sentido renascentista de exaltação do homem e indiferença por tudo o mais, praticamente morreu depois do século XVI. Em filosofia houve desde então uma tendência a exaltar o universo e a relegar o homem a um papel insignificante, como vítima desamparada de um destino todo-poderoso. Quando por fim se extinguiu a Renascença setentrional, isso se deveu principalmente, talvez, à herança de rigorismo e de irracionalidade deixada pela Revolta Protestante. É este,

porém, um assunto que pode ser discutido com maior propriedade no capítulo seguinte.

Parte 5

A Civilização Ocidental Moderna (1.517-1.789): Mercantilismo, Absolutismo, Racionalismo

EM 1517 iniciou-se na Alemanha e acabou se expandindo por muitos outros países um grande movimento religioso conhecido como Revolução Protestante. Essa revolução religiosa não somente contribuiu para pôr fim à Renascença, mais foi, em grande parte, o produto de fatores tais como o nacionalismo, o individualismo e o capitalismo, que são hoje reconhecidos como traços característicos da Idade Moderna. Por essas razões pode-se justificadamente considerar a Revolução Protestante como tendo inaugurado o período inicial da civilização moderna. Este período caracterizou-se também por outros desenvolvimentos. Entre os anos de 1.500 e 1.700, a revolução comercial alcançou o seu auge, subvertendo a economia estática das corporações medievais e estabelecendo um regime dinâmico de operações comerciais com fins lucrativos. Essa época, em seu conjunto, salientou-se pelo desenvolvimento de um governo absoluto e pelo aparecimento de poderosos estados nacionais, que substituíram o regime feudal descentralizado da Idade Média. Finalmente, entre os anos 1.600 e 1.789, ocorreu uma revolução intelectual que culminou na entronização da razão e no desenvolvimento do conceito mecanicista de um universo governado por leis inflexíveis.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1517-1789

Europa em conjunto	Europa Ocidental	Europa Central e Oriental
Formação da economia capitalista, 1300-1500		
Desenvolvimento do sistema bancário, 1300-1600	Cativeiro Babilônico do Papa, 1308-1378	
Desenvolvimento da economia monetária, 1300-1600		
O Grande Cisma, 1378-1417		
O sistema doméstico, 1400-1750	Erasmo, 1466?-1536	
	Maquiavel, 1469-1527	
O movimento das tapagens, 1400-1800		
Viagens de descobrimento e exploração, 1450-1600	Miguel Ângelo, 1475-1564	Copérnico, 1473-1543
	Dinastia Tudor na Inglaterra, 1485-1603	Martinho Lutero, 1483-1546
	Rabelais, 1490-1553	
Reforma Católica, 1500-1563		João Calvino, 1509-1564
		Início da Revolução Protestante, 1517
		Movimento zuingliano na Suíça, 1519-1529
		Surto dos anabatistas, *ca.* 1520
		Revolta dos Cavaleiros, 1522-1523
		Revolta dos Camponeses, 1524-1525
	Montaigne, 1533-1592	
Fundação da Sociedade de Jesus, 1534	Henrique VIII funda a igreja anglicana, 1534	
Concílio de Trento, 1545-1563		
	Cervantes, 1547-1616	
	Sir Francis Bacon, 1561-1626	
	Shakespeare, 1564-1616	
	Galileu, 1564-1642	
	Revolta dos Países-Baixos, 1565-1609	
	Monteverdi, 1567-1643	
	O Compromisso Elisabetano, 1570	
	Massacre de S. Bartolomeu, 1572	

Europa em conjunto	Europa Ocidental	Europa Central e Oriental
Primórdios do direito internacional: Hugo Grotius, 1583-1645	Rubens, 1577-1640 Sir William Harvey, 1578-1657 A Invencível Armada, 1588 Dinastia Bourbon na França, 1589-1792	
Sociedades por ações, 1600-	Edito de Nantes, 1598 Velásquez, 1599-1660	
Arquitetura barroca, 1600-1750		
Classicismo literário e artístico, 1600-1750		Cameralismo, 1600-1800
Mercantilismo, 1600-1789		
Companhias de monopólio, 1600-1850		
Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648	Rembrandt, 1606-1669 Colbert, 1619-1683	
Deísmo, 1630-1800	Filosofia racionalista, 1637-1700 Revolução Puritana na Inglaterra, 1640-1649	
Início do moderno sistema estatal, 1648		
Tratado de Vestfália, 1648	*Commonwealth* e Protetorado na Inglaterra, 1649-1659 Restauração da dinastia Stuart, 1660-1688 Milton, *Paraíso Perdido*, 1667	
Iluminismo, 1680-1800	Revogação do Edito de Nantes, 1685	
	Lei da gravitação de Newton, 1687 Revolução Gloriosa na Inglaterra, 1688-1689	J. S. Bach, 1685-1750
Guerra da Liga de Augsburgo, 1688-1697	John Locke, *Dois tratados do govêrno civil*, 1690 Voltaire, 1694-1778 Banco da Inglaterra, 1694	Pedro o Grande da Rússia, 1689-1725
Revolução Agrícola, 1700-1800		
Arquitetura rococó, 1700-1800		
Guerra da Sucessão Espanhola, 1702-1714	União da Inglaterra com a Escócia, 1707	
Época dos déspotas esclarecidos, 1740-1796		

Europa em conjunto	Europa Ocidental	Europa Central e Oriental
Romantismo, 1750-1800	Rousseau, *O contrato social*, 1754	Mozart, 1756-1791
Guerra dos Sete Anos, 1756-1763	Início do sistema fabril, *ca.* 1770	Catarina a Grande da Rússia, 1762-1796
	Joseph Priestley descobre o oxigênio, 1774	
	Adam Smith, *A riqueza das nações*, 1776	
	Lavoisier descobre a indestrutibilidade da matéria, 1789	Kant, *Crítica da razão pura*, 1781
	Edward Jenner desenvolve a vacina contra a varíola, 1796	Goethe, *Fausto*, 1790-1808

CAPÍTULO 17

A Época da Reforma

(1.517-ca. 1.600)

O CAPÍTULO precedente mostrou o desabrochar de uma cultura maravilhosa que marcou a transição da Idade Média para o mundo moderno. Ficou evidenciado que essa cultura, chamada Renascença, era quase tão caracteristicamente um eco do passado quanto um prenúncio do futuro. Grande parte da sua literatura, arte e filosofia, assim como todas as suas superstições, tinham raízes profundas na antiguidade clássica ou nos lendários séculos da Idade Média. O próprio espírito do humanismo estava imbuído de veneração pelo passado. Só na ciência, na política na vigorosa afirmação do direito de viver cada qual uma existência tão indiferente às convenções e tão temerária quanto desejasse, é que havia algo realmente novo. Mas a Renascença, em sua última fase, foi acompanhada pelo desenvolvimento de um outro movimento - a Reforma, que, de certo modo, prenunciava mais nitidamente a Idade Moderna. Este movimento compreendeu duas fases principais: a Revolução Protestante, que irrompeu em 1.517 e levou a maior parte da Europa setentrional a separar-se da igreja romana, e a Reforma Católica, que alcançou o auge em 1.560. Embora a última não seja qualificada de revolução, na verdade o foi em quase todos os sentidos do termo, pois efetuou uma alteração profunda em alguns dos característicos mais notáveis do catolicismo dos fins da Idade Média.

Em muitos aspectos, a Renascença e a Reforma tiveram íntima relação entre si. Ambas foram produtos dessa poderosa corrente de individualismo que, nos séculos XIV e XV, tantos danos causou à ordem estabelecida. Ambas tinham causas econômicas comuns no desenvolvimento do capitalismo e no aparecimento de uma sociedade burguesa. Uma e outra compartilhavam o caráter de um retorno às fontes originais: no primeiro

caso, às realizações literárias e artísticas dos gregos e romanos; no segundo, às doutrinas dos Padres da Igreja. A despeito, porém, dessas importantes semelhanças, seria certamente inexato considerar a Reforma como um mero aspecto religioso da Renascença. Os princípios dirigentes dos dois movimentos apresentam, na realidade, pouca coisa em comum. A essência da Renascença era o gozo desta vida e a indiferença pelo sobrenatural. O princípio da Reforma foi a extraterrenalidade e o desprezo pelas coisas da carne como muitíssimo inferiores às do espírito. No julgamento dos humanistas, a natureza do homem era intrinsecamente boa; do ponto de vista dos reformadores, era indizivelmente corrupta e depravada. Os chefes da Renascença acreditavam na razão e na tolerância; os adeptos de Lutero e Calvino encareciam a fé e o conformismo. Embora tanto a Renascença como a Reforma visassem restabelecer o passado, cada um delas se orientava num sentido completamente diverso. O passado que os humanistas procuravam reviver era a antiguidade greco-romana, embora, na realidade, continuassem a seguir um número muito maior de tradições da última fase da Idade Média do que estariam dispostos a reconhecer, particularmente no terreno literário. Os reformadores, pelo contrário, estavam interessados, sobretudo, na volta aos ensinamentos de São Paulo e Santo Agostinho; não só rejeitavam a idéia humanista de um revivescimento das realizações pagãs, mas - pelo menos os protestantes propunham-se alijar praticamente todo o conjunto das instituições e doutrinas do fim da Idade Média.
Por tais razões, parece justificável concluir que a Reforma não foi realmente parte do movimento renascentista. Na verdade, representou uma ruptura muito mais violenta com a civilização da época feudal do que o movimento chefiado pelos humanistas. Os reformadores radicais rejeitavam em bloco as teorias e práticas fundamentais do cristianismo do século XIII. Até a religião simples de amor e altruísmo para melhoria do homem, tal como a pregava S. Francisco de Assis, parece ter-Ihes repugnado quase tanto quanto os mistérios da teoria dos sacramentos e as bombásticas reivindicações de poder espiritual e temporal de Inocêncio III. Em essência, os frutos religiosos desse conflito com o cristianismo medieval perduram até hoje. Além disso, a Reforma estava intimamente ligada a certas tendências políticas que persistiram através dos tempos modernos. O nacionalismo, como veremos, foi uma das causas principais da Revolução

Protestante. Conquanto seja certo que alguns humanistas escreveram sob a influência do orgulho nacional, a maioria deles talvez era levada por considerações totalmente diversas. Muitos desdenhavam a política, interessando-se somente pelo homem como indivíduo; outros, incluindo-se entre eles o grande Erasmo, eram decididamente internacionalistas. A Reforma Protestante, por outro lado, dificilmente teria ganho adeptos se não houvesse associado sua causa à poderosa maré montante dos ressentimentos nacionais da Europa setentrional contra um sistema de tirania eclesiástica cujo caráter chegara a ser reconhecido como predominantemente italiano. Por isso, bem como pelas razões já mencionadas, parece não ser infundado considerar a Reforma como o limiar do mundo moderno. E quando falamos de Renascença em religião, devemos pensar não na Reforma, mas na chamada Renascença Cristã, iniciada pelos "Irmãos da Vida Comum" e levada às suas últimas conseqüências pelos ensinamentos de Sir Thomas More e Erasmo. A suposição comum de que Lutero "chocou o ovo que Erasmo pusera" é verdade somente em parte. O pássaro descascado por Lutero pertencia a uma espécie mais rija e mais bravia do que qualquer que pudesse ter descendido do Príncipe dos Humanistas.

1. A REVOLUÇÃO PROTESTANTE

A Revolução Protestante precedeu de múltiplas causas, grande número das quais relacionadas com as condições políticas e econômicas da época. Nada menos exato do que julgar a revolta contra Roma um movimento exclusivamente religioso. Se não fossem as mudanças políticas essenciais ocorridas na Europa setentrional e o desenvolvimento de novos interesses econômicos, possivelmente o catolicismo romano não teria sofrido mais do que uma evolução gradual, talvez de acordo com os ensinamentos da Renascença cristã. Não obstante, sendo as causas religiosas as mais evidentes, cumpre tratar delas em primeiro lugar.
Para a maioria dos primeiros adeptos de Lutero, o movimento por ele desencadeado valia principalmente como uma rebelião contra os abusos da igreja católica. Historiador algum pode negar, qualquer que seja seu credo religioso, a existência de tais abusos. Por exemplo, muitos dos clérigos romanos eram incrivelmente ignorantes. Alguns, tendo obtido a posição por

meios irregulares, eram incapazes de entender o latim da missa que deviam celebrar. Havia até casos de padres que não sabiam recitar o padre-nosso em língua alguma. Além disso, grande número de clérigos levava vida escandalosa. Ao passo que alguns papas e bispos viviam numa magnificência principesca, os padres humildes procuravam aumentar as rendas das suas paróquias montando e mantendo tabernas, casas de jogos ou outros estabelecimentos lucrativos. Não só alguns monges habitualmente esqueciam os votos da castidade, mas muitos membros de todas as categorias do clero obviavam a dureza da regra do celibato sustentando amantes, ou "esposas espirituais", como eram às vezes chamadas. De Alexandre VI, um dos mais famosos papas das vésperas da Revolução Protestante, conta-se ter tido oito filhos ilegítimos, sete dos quais nascidos antes de sua eleição ao papado. Havia também numerosos males relacionados com a venda de dignidades eclesiásticas e dispensas. Tal como sucedia com a maior parte dos postos civis, no tempo da Renascença os cargos da igreja eram habitualmente vendidos a quem mais pagasse. Calcula-se que o papa Leão X fruía uma renda anual de mais de um milhão de dólares, resultante da venda de mais de dois mil cargos eclesiásticos. Tal abuso tornava-se ainda mais sério por serem os homens que compravam esses cargos fortemente tentados a cobrar altos emolumentos pelos seus serviços, a fim de ressarcir-se da despesa. Uma segunda forma repelente de venalidade religiosa era a venda de dispensas. Uma dispensa pode ser definida como a isenção de qualquer lei da igreja ou de qualquer voto feito anteriormente. Nas vésperas da Reforma, as dispensas mais comumente vendidas eram as isenções do jejum ou das leis matrimoniais da igreja. Por exemplo, primos em primeiro grau poderiam casar-se desde que pagassem uma taxa equivalente a 2,16 dólares, ao passo que para graus mais próximos de parentesco, como o caso de tio e sobrinha, a taxa alcançava trinta vezes essa soma, dependendo das possibilidades do pretendente.
Mas a venda de indulgências e a veneração supersticiosa de relíquias são os abusos que parecem ter feito sentir com mais urgência a necessidade de uma reforma. Uma indulgência é a remissão, em parte ou na totalidade, do castigo temporal do pecado - isto é, do castigo nesta vida e no purgatório, pois não passa por ter qualquer influência sobre a punição no inferno. A teoria em que se baseia a indulgência tem seu fundamento na famosa doutrina do Tesouro de Merecimento, desenvolvida pelos teólogos

eclesiásticos no século XIII. De acordo com essa doutrina, Jesus e os santos, devido às suas "supérfluas" de que deram provas na terra, acumularam no céu um excesso de merecimento. Esse excesso constitui um tesouro de graça sobre o qual o papa pode sacar em benefício dos mortais comuns. Originalmente, as indulgências não eram concedidas em troca de pagamento em dinheiro, mas apenas como prêmio a obras de caridade, jejuns, participação numa cruzada ou coisa parecida. Foram os papas da Renascença, com a sua insaciável cupidez, os primeiros a iniciar a venda de indulgências como negócio lucrativo; e os métodos que empregavam não eram nada escrupulosos. O comércio de "perdões" passava muitas vezes para as mãos de banqueiros que os negociavam à base de comissão. Como exemplo, podemos citar os Fuggers, de Augsburgo, que se encarregava de vender indulgências para Leão X, com a permissão de embolsar um terço da receita. O único objetivo do negócio era, naturalmente, angariar tanto dinheiro quanto fosse possível. Em conseqüência, os agentes dos banqueiros iludiam os ignorantes fazendo-Ihes crer que as indulgências eram passaportes para o céu. Por volta do século XVI o nefando tráfico havia atingido as proporções de um escândalo gigantesco.
Durante séculos, antes da Reforma, a veneração de relíquias sagradas tinha sido um elemento importante do culto católico. Acreditava-se que os objetos usados por Cristo, pela Virgem e pelos santos possuíssem uma milagrosa virtude curativa ou protetora para qualquer pessoa que os tocasse ou lhes chegasse perto. Era inevitável, porém, que tal crença desse ensejo a inúmeras fraudes. Tornava-se fácil convencer camponeses supersticiosos de que qualquer lasca de madeira velha era um fragmento da verdadeira cruz. Evidentemente, não faltavam negociantes de relíquias para se aproveitarem dessa credulidade. Os resultados foram fantasticamente além do que se pode acreditar. De acordo com Erasmo, as igrejas da Europa possuíam pedaços de madeira da verdadeira cruz em quantidade suficiente para construir um navio. Na menos de cinco tíbias do jumento montado por Jesus quando entrou em Jerusalém eram exibidas em lugares diferentes, para não falar em doze cabeças de João Batista. Martinho Lutero afirmou num libelo dirigido ao seu inimigo, o arcebispo de Mogúncia, que este dizia possuir "uma libra inteira do vento que soprou para Elias na caverna do Monte Horeb, além de duas penas e um ovo do Espírito Santo".

É convicção dos autores modernos, no entanto, que os abusos da igreja católica não foram as causas primárias da Revolução Protestante. Essas condições tinham mesmo começado a melhorar pouco antes do início da revolta. Muitos católicos piedosos haviam espontâneamente iniciado a agitação em prol de uma reforma que, com o tempo, viria por certo eliminar a maioria dos males notórios do sistema. Mas, como amiúde acontece em se tratando de revoluções, o remédio viera muito tarde. Outras forças de índole mais irresistível haviam, aos poucos, tomado impulso. Entre essas forças de natureza religiosa avultava a reação crescente contra a filosofia do fim da Idade Média, com a sua sutil teoria dos sacramentos, a sua crença na necessidade das boas obras para suplementar a fé e a sua teoria da autoridade divina delegada aos padres.
Reportando-se aos capítulos precedentes, o leitor se lembrará de que dois sistemas diferentes de teologia se haviam desenvolvido no seio da igreja medieval. O primeiro deles, formulado principalmente pelos seguidores de S. Agostinho na primeira fase da Idade Média, baseava-se teologia: o nos ensinamentos das Epístolas de S. Paulo. Presumia um Deus onipotente que descortina todo o drama do universo num simples relancear de olhos. Nem mesmo um pardal cairá da árvore em que está pousado senão em conseqüência de um decreto divino. Sendo a natureza humana irremediavelmente depravada, é tão impossível ao homem realizar boas ações quanto a um cardo produzir figos. O homem depende inteiramente de Deus, não só quanto à graça capaz de preservá-Io do pecado, mas também quanto ao seu destino depois da morte. Somente poderão salvar-se aqueles mortais a quem Deus, por razões Suas, predestinou a ganhar a vida eterna. Tal era, em ligeiro escorço, o sistema de doutrina geralmente conhecido como augustinismo. Era uma teologia muito acomodada à época de caos que se seguiu à desintegração do mundo clássico. Os homens de então inclinavam-se ao fatalismo e aos interesses extraterrenos, pois parecia estarem à mercê de forças que não podiam controlar. O sistema, porém, nunca morreu de todo. Em certos meios conservou-se intacto durante séculos, e em particular na Alemanha, onde os progressos da última fase da civilização feudal foram relativamente lentos. Para Lutero e para muitos adeptos seus, parecia ele a mais lógica interpretação da fé cristã.
Com o desenvolvimento de uma vida mais abundante nas cidades da Europa meridional e ocidental, era de esperar que a filosofia pessimista do

angustinismo fosse substituída por um sistema que, de certo modo, restaurasse o homem no orgulho da sua condição. A mudança foi também acelerada pelo desenvolvimento de uma organização dominante da igreja. A teologia agostiniana, colocando o destino do homem inteiramente nas mãos de Deus, parecia implicar que as funções de uma igreja organizada eram pouco menos que desnecessárias. Por certo nenhum pecador podia confiar nas ministrações dos padres para aumentar as suas possibilidades de salvação, uma vez que aqueles que deviam ser salvos já tinham sido "eleitos" por Deus desde toda a eternidade. O novo sistema de crença cristalizou-se, por fim, durante os séculos XII e XIII, nas obras de Pedro Lombardo e S. Tomás de Aquino. Sua premissa principal era a idéia de que o homem fora dotado por Deus de livre arbítrio, com o poder de escolher o bem e evitar o mal. O homem não podia, no entanto, fazer essa escolha inteiramente sem auxílio, pois se lhe faltasse o apoio da graça divina era muito provável que caísse em pecado. Por conseguinte, era-lhe necessário receber os sacramentos, meios indispensáveis para que a graça de Deus se comunicasse ao homem. Dos sete sacramentos da igreja, os três mais importantes para o homem eram o batismo, a penitência e a eucaristia. O primeiro apagava a mancha do pecado original; o segundo absolvia da culpa o pecador contrito, ao passo que o terceiro assumia particular importância por sua ação de renovar os efeitos redentores do sacrifício de Cristo na cruz. Afora o batismo, nenhum dos sacramentos podia em hipótese alguma ser ministrado por qualquer pessoa estranha ao clero. Os membros deste, havendo herdado do apóstolo Pedro o poder das chaves, eram os únicos que tinham autoridade para cooperar com Deus no perdão dos pecados e realizar o milagre da eucaristia, pelo qual o pão e o vinho se transubstanciavam na carne e no sangue do Salvador.

A Revolução Protestante foi, em larga medida, uma rebelião contra o segundo desses sistemas de teologia. Ainda que as doutrinas de Pedro Lombardo e S. Tomás de Aquino se tivessem incorporado à teologia oficial da igreja, nunca foram universalmente aceitas. Aos cristãos educados sob a influência agostiniana, davam a impressão de diminuir a soberania de Deus e contradizer os claros ensinamentos de Paulo, segundo os quais a vontade do homem é escrava e a sua natureza, indescritivelmente vil. Pior ainda, na opinião desses críticos, era o fato de que a nova teologia fortalecia muitíssimo a autoridade do clero. Em suma, o que os reformadores queriam

era a volta a um cristianismo mais primitivo do que aquele que predominava desde o século XIII. Inclinavam-se fortemente a rejeitar qualquer doutrina ou prática que não fosse expressamente sancionada pelas Escrituras, em especial pelas Epístolas Paulinas, ou que não fossem reconhecidas pelos Padres da Igreja. Por esse motivo, condenavam não apenas a teoria do sacerdócio e o sistema sacramental da igreja, mas também certos aditamentos medievais à fé, tais como o culto da Virgem, a crença no purgatório, a invocação dos santos, a veneração das relíquias e a regra de celibato do clero. Relativamente pouco tinham que ver com isso as razões ligadas ao racionalismo ou ao ceticismo. Embora seja certo que Lutero ridicularizou a veneração das relíquias como uma forma de superstição, no fundo os primeiros protestantes encaravam a razão com mais desconfiança ainda do que os próprios católicos. Seu ideal religioso repousava nos dogmas agostinianos do pecado original, da depravação total do homem, da predestinação e da escravidão da vontade - dogmas que eram certamente mais difíceis de justificar com base na razão do que os ensinamentos liberais de S. Tomás.
Algumas outras causas merecem ao menos um ligeiro comentário. Uma delas foi o declínio do respeito ao papado, conseqüência do chamado "Cativeiro Babilônico" e do Grande Cisma. O "Cativeiro Babilônico" originou-se no começo do século XIV de uma disputa entre o rei Filipe IV da França e o papa Bonifácio VIII. Os soldados prenderam o papa e este morreu pouco depois, não podendo resistir aos efeitos da humilhação. Volvido algum tempo, foi eleito para o trono de S. Pedro o candidato pessoal de Filipe e a capital pontifícia transferiu-se para Avinhão, no vale do Ródano, onde permaneceu por quase 70 anos. Rodeados de influências francesas, os papas que reinaram em Avinhão não se furtaram à pecha de subserviência aos interesses da França. No espírito de muitos cristãos o papado cessara de ser uma instituição internacional para degradar-se à condição de mero joguete de um poder secular. Em 1378 o chefe da igreja sofreu uma perda ainda maior de prestígio. Uma tentativa de restaurar o papado na sua capital primitiva resultou na eleição de dois papas, um em Avinhão e outro em Roma, cada um dos quais ruidosamente se proclamava o sucessor direto do apóstolo Pedro. A conseqüente divisão da igreja em duas facções é conhecida como o "Grande Cisma". Embora o mal tivesse

sido finalmente sanado pelo Concílio de Constança, em 1417, seria difícil superestimar-lhe os efeitos no enfraquecimento da posição do papado.
Outro fator de certa importância no aceleramento da Revolução Protestante foi a influência dos místicos e dos primeiros reformadores. Por mais de dois séculos antes de Lutero, tinha sido o misticismo uma das mais populares formas de expressão religiosa na Europa setentrional. Não é por mera casualidade que a grande maioria dos místicos foram alemães ou naturais dos Países-Baixos. Salientaram-se entre eles Mestre Eckhart, Henrique Suso e João Tauler, que viveram todos no século XIV. Embora nenhum desses homens pregasse abertamente a rebelião contra o sistema católico, opunham-se com veemência ao caminho ritualístico da salvação preconizado pela igreja medieval. Na sua versão da religião, o indivíduo atingiria o supremo lugar no céu pela extinção dos desejos egoístas e pela absoluta sujeição da alma a Deus. Não seriam necessários nem sacramentos nem milagres- sacerdotais. A fé e uma profunda piedade conseguiriam maiores maravilhas em reconciliar o pecador com Deus do que todas as missas do calendário da igreja. A par dos místicos, certo número de reformadores pré-Reforma exerceram considerável influência no preparo do terreno para a Revolta Protestante. No fim do século XIV, um professor de Oxford chamado João Wyclif lançou contra o sistema católico um ataque que antecipou em grande parte as fulminações de Lutero e Calvino. Denunciou a imoralidade do clero, condenou as indulgências e o poder temporal da igreja, recomendou o matrimônio dos sacerdotes, insistiu na autoridade suprema das Escrituras como fonte de fé e negou a transubstanciação, embora admitisse, como Lutero mais tarde, que Cristo está de fato presente no pão e no vinho. A maioria dos ensinamentos de Wyclif foram ulteriormente transportados para a Europa central pelos estudantes tchecos de Oxford. Foram ativamente propagados na Boêmia por João Russ, que, em 1415, sofreu o suplício da fogueira. Lutero reconheceu a sua enorme dívida para com o mártir boêmio.
Como movimento político, a Revolta Protestante resultou principalmente de duas causas: primeiro, a formação de uma consciência nacional no norte da Europa; e, segundo, o aparecimento de governos despóticos. Já desde os fins da Idade Média fazia-se notar um crescente espírito de independência entre muitos povos fora da Itália. Esses povos tinham passado a considerar a sua vida nacional como soberana e a não tolerar qualquer interferência de

origem externa. Em especial, inclinavam-se a encarar o papa como um estrangeiro a quem não assistia o direito de intrometer-se nos negócios internos da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Tal sentimento já se havia manifestado na Inglaterra em meados do século XIV, ao serem promulgados os famosos Estatutos de Provisores e de Praemunire. Os primeiros tornavam sem valor as nomeações feitas pelo papa para cargos eclesiásticos na Inglaterra, ao passo que o segundo proibia o recurso a Roma das decisões dos tribunais ingleses. Em 1438, uma lei ainda mais radical do que essas foi decretada pelo rei da França. A lei francesa, conhecida como a Pragmática Sanção de Bourges, abolia praticamente toda autoridade papal no país, inclusive o poder de fazer nomeações e o direito de cobrar tributos. Transferiu-se aos magistrados civis o poder de regular os assuntos religiosos nos seus distritos. Um decreto posterior estabeleceu a pena de morte para qualquer agente do papa que introduzisse no país uma bula em contradição com a Pragmática Sanção. À Alemanha, a despeito de não haver ali uma sólida unidade política, de nenhum modo faltava o sentimento nacional, que se exprimia em ataques violentos da Dieta Imperial ao clero e em numerosos decretos dos governantes dos estados independentes, proibindo as nomeações eclesiásticas e a venda de indulgências sem seu consentimento.

A formação de uma consciência de autonomia nacional em todos esses países marchou a passo igual com o aparecimento de governos despóticos. Seria difícil, na verdade, determinar até que ponto esse sentimento foi espontâneo e até que ponto foi estimulado por príncipes ambiciosos com o fito em aumentar o seu poder. De qualquer modo, é certo que as pretensões dos governantes a uma autoridade absoluta tinham de resultar fatalmente numa atitude de desafio a Roma. Não era de esperar que um déspota tolerasse a exclusão da religião da sua esfera de controle. Não lhe era possível ser déspota enquanto houvesse uma dupla jurisdição dentro do seu reino. O apetite de controle sobre a igreja, por parte dos príncipes, foi aguçado originalmente pelo restabelecimento do direito romano, com a sua doutrina da delegação de todos os poderes pelo povo ao governante secular. A isso deve ser somado o efeito dos ensinamentos da Wyclif na Inglaterra e de Pierre Dubois (1.250-1.312) na França, segundo os quais o poder temporal do papa devia ser transferido para o rei. Passar dessa doutrina à idéia de que toda a autoridade papal podia com justiça ser assumida pelo

chefe de estado era uma conclusão relativamente fácil. Mas, quaisquer que tenham sido as razões dessa evolução, não pode haver dúvida de que a causa original do crescente antagonismo a Roma tenha sido a ambição dos príncipes seculares de colocar a igreja sob o seu domínio.

Finalmente, há ainda a considerar as causas econômicas da Revolução Protestante. As mais importantes dentre elas foram o desejo de se apossar das riquezas da igreja e o ressentimento contra a tributação papal. No curso da sua história, desde o início da Idade Média, a igreja tinha-se transformado num vasto império econômico. Era, por grande diferença, a maior proprietária de terras na Europa ocidental, sem falar no seu enorme acervo de bens móveis, sob a forma de ricas alfaias, jóias, metais preciosos etc. A estimativa da extensão das terras possuídas pelos bispados e mosteiros, no século XVI, atinge o total de um terço do território da Alemanha e um quinto do da França. Algumas dessas possessões tinham sido adquiridas pela igreja a título de concessões feitas pelos reis e pelos nobres, mas a maior parte provinha de doações e legados de cidadãos piedosos. A caça aos legados era uma ocupação favorita do clero já no século XII, como se evidencia por um decreto do papa Alexandre III, segundo o qual nenhum testamento seria válido a menos que fosse feito em presença de um padre. A existência de tão grandes riquezas nas mãos da igreja provocava a profunda acrimônia não só dos reformadores ascéticos do século XVI, mas também de milhares de leigos. Os reis, suspirando por mais exércitos e armadas, tinham urgente necessidade de aumentar as suas rendas. A lei católica, no entanto, proibia a tributação dos bens da igreja. Tal isenção significava uma sobrecarga para os outros proprietários, sobretudo para os mercadores e banqueiros prósperos. Além disso, na Alemanha, a pequena nobreza estava ameaçada de extinção em vista do colapso da economia senhorial. Muitos desses pequenos nobres lançavam olhares cobiçosos às terras da igreja. Se fosse possível encontrar uma escusa para expropriar essas terras, a sua difícil situação ficaria bastante aliviada.

Pouco antes da Revolução Protestante, a tributação papal assumira uma imensa variedade de formas irritantes. A mais universal, talvez, senão a mais onerosa era o chamado "vintém de Pedro", uma arrecadação de um dólar aproximadamente por ano sobre cada lar da cristandade. É preciso frisar que essa taxa se adicionava ao dízimo, o qual devia representar um

décimo da renda de cada cristão, pago para sustentar a igreja paroquial. Havia, além disso, os inumeráveis emolumentos pagos ao tesouro pontifício por indulgências, dispensas, recursos de decisões judiciárias etc. Num sentido muito real, o dinheiro recolhido da venda de cargos eclesiásticos e das "anatas", ou comissões arrecadadas sobre a renda do primeiro ano de cada bispo ou padre, eram também formas de tributação papal, uma vez que os pagantes tratavam de reembolsar-se por meio de um aumento das coletas populares. A principal objeção contra esses impostos não estava, porém, em serem tão numerosos e pesados. A famosa acusação de alguns escritores católicos modernos, de que os protestantes desejavam simplesmente uma religião mais barata, não tem bons fundamentos na realidade. O verdadeiro motivo das queixas contra os tributos papais era o escoamento de grande parte da riqueza dos países setentrionais em proveito da Itália. Economicamente, a situação era mais ou menos a mesma que seria se as nações do norte da Europa tivessem sido conquistadas por um príncipe estrangeiro que lhes impusesse tributos. Alguns alemães e ingleses também se escandalizavam com o fato de a maior parte do dinheiro recolhido não ser despendida para fins religiosos, mas desperdiçada pelos papas mundanos na manutenção de uma corte suntuosa. A principal razão de ressentimento, todavia, era financeira e não moral.
Uma terceira e muito importante causa econômica da Revolta Protestante foi o conflito entre as ambições da nova classe média e os ideais ascéticos do cristianismo medieval. Já mostramos, em capítulo anterior, que os filósofos católicos dos fins da Idade Média desenvolveram uma bem elaborada teoria com o objetivo de guiar o cristão em assuntos de produção e comércio. Essa teoria fundava-se na premissa de que o negócio com viso no lucro é essencialmente imoral. Ninguém tinha direito a mais do que uma retribuição razoável em troca dos serviços prestados à comunidade. Toda riqueza adquirida além dessa quantia devia ser entregue à igreja, em beneficio dos necessitados. O mercador ou artífice que procurasse enriquecer a expensas do povo não passaria, na realidade, de um gatuno comum. Obter vantagem sobre um rival nos negócios, açambarcando o mercado ou reduzindo os salários, era contrário à toda lei e moralidade. Igualmente pecaminosa era a detestável prática da usura, isto é, a cobrança de juros por empréstimos que não envolvessem risco verdadeiro. Isso era puro roubo, uma vez que privava a outra parte de ganhos que lhe

pertenciam legitimamente; era contrário à natureza, pois capacitava o homem que emprestava dinheiro a viver sem trabalhar.
Embora essas doutrinas não fossem de modo algum universalmente respeitadas, mesmo pela própria igreja, continuaram a formar parte integrante do ideal católico até o fim do período renascentista. Mesmo até hoje não foram inteiramente abandonadas, como mostrará o nosso estudo do catolicismo liberal dos séculos XIX e XX. A época da Renascença, no entanto, foi acompanhada pelo desenvolvimento de um sistema econômico nitidamente incompatível com a maioria dessas doutrinas. Um capitalismo implacável, dinâmico, baseado no princípio de que "o maior devora o menor", suplantou a antiga economia estática das corporações medievais. Os comerciantes e industriais já não se contentavam com um mero "salário" em troca dos serviços prestados à coletividade. Exigiam lucros e não compreendiam que a igreja tivesse o direito de decidir o que cada um deveria ganhar. Os salários eram bons para os trabalhadores servis, que não têm capacidade nem iniciativa para se lançarem à consecução das grandes recompensas. Junte-se a tudo isso o desenvolvimento do sistema bancário, que significava um conflito ainda mais violento com o ideal ascético da igreja. Enquanto o negócio de empréstimos de dinheiro estivera nas mãos de judeus e muçulmanos, pouco importava que a usura fosse estigmatizada como um pecado. Mas agora que os cristãos estavam amontoando riquezas para financiarem os empreendimentos de reis e mercadores, a questão mudava de figura. A nova geração de banqueiros não gostava nada de ouvir dizer que o seu lucrativo comércio de dinheiro contrariava as leis divinas. Isso lhes parecia uma inepta tentativa de hipócritas lamurientos para se tornarem únicos senhores de todas as coisas boas da vida. Como foi, então, que a Itália não rompeu com a igreja católica em vista do extenso desenvolvimento, que datava já do século XIII, do sistema bancário e do comércio em cidades como Florença, Gênova e Milão? A explicação está, provavelmente, na influência mais forte do paganismo sobre a Itália renascentista do que sobre qualquer outro país da Europa. Grandes banqueiros como os Médicis de Florença eram cristãos apenas no nome. Mesmo os italianos que eram cristãos em algo mais que no nome não levavam geralmente muito a sério as suas crenças. Seu modo de encarar a religião assemelhava-se ao dos antigos romanos - exterior e mecânico, e não ético ou espiritual. Para os europeus do norte, em contraste, a religião

tinha um significado mais profundo. Concebiam-na principalmente como um sistema de moral imposto por um Deus irascível. Causava-Ihes, por isso, profunda perturbação qualquer incoerência entre a sua vida terrena e as doutrinas da fé. Quando ocorria tal conflito, só havia duas alternativas possíveis: ou modificar a sua conduta pessoal para se adaptarem à fé, ou escolher uma nova religião. Como se tratasse de optar entre o desinteresse ascético e a eliminação do sistema que condenava a riqueza, não é difícil prever que caminho tomariam.

Antes de encerrar este estudo das causas, é importante considerar brevemente as razões pelas quais a Revolução Protestante se iniciou na Alemanha. Em primeiro lugar, temos o fato de se encontrar a Alemanha numa situação de certo atraso em relação à maioria dos demais países da Europa ocidental. Tinha sido tocada apenas de leve pela Renascença e era ainda muito forte ali a herança da Idade das Trevas. Em conseqüência, o espírito religioso estava mais profundamente enraizado do que na Itália, na França ou na Inglaterra. Em segundo lugar, a Alemanha era, em maior escala do que outras regiões, vítima dos abusos católicos. Os reis da França e da Inglaterra tinham conseguido desafiar com sucesso o papa na questão das nomeações para os cargos eclesiásticos e dos recursos à cúria romana. A Alemanha, porém, não tinha um governante poderoso que lhe defendesse os interesses. Foi, sobretudo, por essa razão que Leão X a escolheu como o campo mais promissor para a venda de indulgências. Os males relacionados com esse tráfico teriam sido insuportáveis, provavelmente, a qualquer nação. Por fim, os fatores econômicos assumiam, ali, grande importância. A igreja possuía na Alemanha uma porção enorme das melhores terras cultiváveis e o país fervia de descontentamento por causa de uma transição demasiado rápida da sociedade feudal para uma economia de lucros e salários. Era de certo modo inevitável que o desagrado, tanto dos cavaleiros como dos camponeses, explodisse numa revolta. A pequena nobreza via-se ameaçada de ruína pela concentração das terras em grandes propriedades, enquanto os camponeses estavam sendo imprensados entre a alta dos preços e a perda dos privilégios feudais. Defrontando-se com tais dificuldades, ambas as classes voltaram-se contra a igreja, na qual viam a sua opressora mais rica e mais séria. Os mercadores e os banqueiros, por motivos diferentes, mas não menos poderosos, não se mostraram remissos em oferecer o seu apoio.

I. A Revolta Luterana na Alemanha

Ao raiar do século XVI estava a Alemanha madura para a revolução religiosa. Só faltava encontrar um líder capaz de unir os elementos descontentes e emprestar às suas reivindicações um verniz teológico aceitável. Esse homem não demorou a aparecer. Chamava-se Martinho Lutero e nascera na Turíngia, em 1483. Seus genitores tinham sido camponeses, mas o pai, logo depois do casamento, abandonara o campo para trabalhar nas minas de Mansfeld. Alcançara ali uma relativa prosperidade e chegara a ser conselheiro da vila. Apesar disso, o ambiente em que decorreu a primeira infância de Martinho estava longe de ser ideal. Em casa, por desobediências triviais, era espancado até sangrar; povoavam-lhe o espírito de terrores medonhos com histórias de demônios e feiticeiras. Algumas dessas superstições não o abandonaram até o fim da vida. Os pais queriam que ele fosse advogado e, com esse fim em vista, matricularam-no aos dezoito anos na Universidade de Erfurt. Durante os primeiros quatro anos Lutero estudou muito, alcançando renome pouco comum como aluno. Mas em 1505, ao voltar de uma visita à casa, foi surpreendido por violenta tempestade. No terror de ser fulminado por um Deus furioso, fez a Santa Ana a promessa de tornar-se monge. Pouco depois ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt. Durante algum tempo, parece ter-se entregue quase inteiramente à mais intensa reflexão sobre o estado da sua alma. Perseguido pela idéia de ter inúmeros pecados, esforçava-se desesperadamente para alcançar a paz espiritual por meio de jejuns e torturas. Mas, voltando-lhe as antigas solicitações da carne, convenceu-se por fim de que nenhum esforço de sua parte poderia salvá-lo. Finalmente, lendo S. Paulo e S. Agostinho, concluiu que nenhuma virtude humana tem valor a não ser quando santificada pela graça de Deus, a qual é largamente dispensada aos eleitos. Descobriu que toda a humanidade é pecadora por natureza, mas que Deus escolhe alguns para a vida eterna e os dota de graça para levarem uma existência justa. Depois, baseando-se na Epístola de S. Paulo aos romanos, desenvolveu a famosa doutrina da justificação pela fé. Com isso queria significar que o homem só se pode tornar merecedor aos olhos de Deus pela absoluta submissão à vontade divina. As chamadas boas obras da igreja - jejuns, peregrinações e sacramentos - de nada valem na realidade.

Tampouco a intercessão dos padres ou dos santos podem ter qualquer efeito sobre a redenção do homem. Essa doutrina da justificação pela fé, opondo-se à salvação pelos sacramentos e pelas demais boas obras da igreja, é geralmente considerada a pedra angular da revolta luterana.
Muitos antes, porém, de ter completado o seu sistema teológico, foi Lutero convidado a fazer conferências sobre Aristóteles e a Bíblia na Universidade de Wittenberg, recentemente fundada por Frederico o Sábio, da Saxônia. Enquanto ele se desempenhava da incumbência, sobreveio um acontecimento que fez saltar a centelha da Revolução Protestante. Em 1517, um frade dominicano sem princípios, chamado Tetzel, apareceu na Alemanha vendendo indulgências. Decidido a arranjar a maior soma possível de dinheiro para o papa Leão X e para o arcebispo de Mogúncia, a quem servia, Tetzel deliberadamente inculcava as indulgências como bilhetes de entrada para o céu. Embora proibido de entrar na Saxônia, veio até as fronteiras desse estado e muitos habitantes de Wittenberg correram a comprar a salvação por preço tão atraente. Lutero estarreceu-se ante essa descarada exploração do povo ignorante. Formulou, pois, uma série de 95 teses ou declarações, atacando a venda de indulgências, e afixou-as à porta da igreja, de acordo com o uso do tempo, no dia 31 de outubro de 1517. Mais tarde mandou-as imprimir e enviou-as aos seus amigos em várias cidades. Logo se tornou evidente que as 95 teses exprimiam os sentimentos de uma nação. Em toda a Alemanha Lutero foi saudado como o chefe enviado por Deus para quebrar o poder de um clero arrogante e hipócrita. Dentro em pouco, fervia uma violenta reação contra a venda de perdões. Tetzel foi expulso do país, depois de ter sido quase linchado. Começara por fim a revolta contra Roma.
Era inevitável que o papa resolvesse intervir ao ver-se privado do produto da venda de indulgências. Já no começo de 1.518 ordenou ao geral da ordem dos agostinhos que obrigasse o frade rebelde a retratar-se. Lutero não somente recusou fazê-Io mais ainda publicou um sermão em que afirmava, com mais vigor do que antes, as suas idéias. Se medidas mais enérgicas não foram tomadas contra ele nessa ocasião, foi por estar Leão X muito ocupado com as próximas eleições imperiais. Durante mais de dois anos o impetuoso frade ficou imune de perseguições, protegido que era pelo seu amigo, o eleitor Frederico da Saxônia. Passou esse tempo a escrever panfletos para difundir as suas doutrinas e fazer com que não esmorecesse o

entusiasmo dos adeptos. Forçado por seus críticos a responder questões sobre muitos assuntos alheios às indulgências, aos poucos chegou à conclusão de que a sua religião era totalmente irreconciliável com a da igreja romana. Não havia outra alternativa senão romper em definitivo com a fé católica. Em 1520 os seus ensinamentos foram formalmente condenados por uma bula de Leão X e Lutero recebeu ordem de retratar-se dentro de sessenta dias, sob pena de ser considerado herético. Respondeu queimando publicamente a proclamação do papa. Por esse ato foi excomungado, com ordem de ser entregue ao braço secular para receber o devido castigo. A Alemanha, nessa época, ainda se achava teoricamente sob o governo do Santo Império. Carlos V, que acabava de ser elevado ao trono do periclitante império, estava ansioso por se livrar o quanto antes do insolente rebelde, mas não se atrevia a agir sem a aprovação da Dieta Imperial. Por esse motivo, Lutero foi intimado em 1.521 a comparecer perante uma reunião da dieta em Worms. Sendo também hostis à igreja muitos dos príncipes e eleitores que compunham a assembléia, nada de especial se fez, a despeito da teimosa recusa de Lutero a retirar uma só palavra do que havia dito. Finalmente, depois de alguns membros já terem voltado para casa, o imperador fez passar um edito estigmatizando e pondo fora da lei o frade turbulento. Mas Lutero já se havia refugiado no castelo de seu amigo, o eleitor da Saxônia. Ali permaneceu até passar todo perigo de prisão pelos soldados do imperador. Pouco depois Carlos ausentou-se para dirigir a guerra contra a França e o edito de Worms nunca foi posto em execução.

De então em diante, até a sua morte em 1.546, Lutero se ocupou com o trabalho de estabelecer uma igreja alemã independente. A despeito do conflito fundamental entre as suas crenças e a teologia católica, conservou bom número de elementos do sistema romano. Com o passar dos anos tornou-se mais conservador do que muitos adeptos seus e comparou alguns deles a Judas traindo o Mestre. Embora a princípio tivesse atacado a transubstanciação, acabou por adotar uma doutrina que apresentava pelo menos uma semelhança superficial com a teoria católica. Chamou a essa doutrina "consubstanciação", para indicar que o corpo e o sangue de Cristo estão realmente presentes ao lado do pão e do vinho. Sustentava que as palavras imputadas a Cristo no Novo Testamento, "Este é o meu corpo", eram verdadeiras ao pé da letra, embora contrárias à razão; negava, no

entanto, que se desse qualquer mudança no pão e no vinho como resultado de um milagre sacerdotal. Do mesmo modo, conservou a prática católica de elevar a hóstia ou pão sagrado da Eucaristia para a adoração dos fiéis. Contudo, as mudanças que operou foram suficientemente drásticas para manter o caráter revolucionário da nova religião. Substituiu o latim pelo alemão nos serviços religiosos. Rejeitou todo o sistema eclesiástico composto de papa, arcebispos, bispos e padres como guardiões das chaves do reino do céu. Abolindo o monasticismo e insistindo no direito de casarem-se os sacerdotes, avançou muito no sentido de destruir a barreira que os havia separado dos leigos, conferindo-Ihes uma posição especial como representantes de Deus na terra. Eliminou todos os sacramentos, com exceção do batismo e da eucaristia, e negou que mesmo esses tivessem qualquer poder sobrenatural de trazer a graça dos céus à terra. Uma vez que continuava a dar maior valor à fé do que às boas obras como caminho para a salvação, era natural que rejeitasse práticas formais como o jejum, as peregrinações, a veneração de relíquias e a invocação dos santos. Por outro lado, as doutrinas da predestinação e da suprema autoridade das Escrituras receberam na nova religião um lugar mais preeminente do que na antiga. Finalmente, Lutero abandonou a concepção católica da superioridade da igreja sobre o estado. Ao invés de ter bispos submetidos ao papa na qualidade de vigário de Cristo, organizou a sua igreja sob a direção de superintendentes que deviam ser funcionários do governo.
Lutero não foi, naturalmente, o único responsável pelo sucesso da Revolução Protestante. Na formulação dos princípios da nova fé, foi habilmente auxiliado por Filipe Melanchton, um professor de grego e anteriormente humanista da Universidade de Wittenberg. Foi Melanchton que redigiu a Confissão de Augsburgo (1.530), ainda hoje aceita como o credo da igreja luterana. A subversão do catolicismo na Alemanha foi também ajudada pela irrupção de uma revolta social. Em 1.522-23 ocorreu uma feroz rebelião de cavaleiros. Esses pequenos nobres, como já vimos, estavam sendo empobrecidos pela concorrência das grandes propriedades e pela transição para uma economia capitalista. Consideravam como causa principal da sua miséria a concentração da riqueza territorial nas mãos dos grandes príncipes da igreja. Fervorosos nacionalistas sonhavam com uma Alemanha unida e livre do domínio dos poderosos latifundiários e dos padres cúpidos. Os chefes desse movimento foram Ulrich von Hutten, que

de humanista se transformara em ferrenho adepto de Lutero, e Francis von Sickingen, um célebre barão-salteador e soldado de aventura. A esses homens o evangelho de Lutero parecia oferecer um excelente programa para uma guerra em prol da liberdade da Alemanha. Se bem que essa rebelião fosse rapidamente esmagada pelos exércitos dos arcebispos e dos nobres mais ricos, parece ter tido um efeito considerável em persuadir os sustentáculos do antigo regime de que seria pouco prudente opor uma resistência encarniçada ao movimento luterano.
A revolta dos cavaleiros foi seguida, em 1.523-25, por uma sublevação ainda mais violenta das classes inferiores. Se bem que a maioria dos participantes fossem camponeses, ligaram-se também ao movimento muitos trabalhadores pobres das cidades. As causas dessa segunda rebelião foram de certo modo semelhantes às da primeira: a alta do custo da vida, a concentração da propriedade territorial e o radicalismo religioso inspirado pelos ensinamentos de Lutero. Mas os camponeses e os proletários também foram instigados à ação por muitos outros fatores ainda. A decadência do regime feudal havia eliminado a relação paternal entre nobre e servo. Em seu lugar surgira um simples nexo monetário entre empregador e empregado. A única obrigação que tinham agora as classes superiores era a de pagar salários. Quando atingido pela doença ou pelo desemprego, o trabalhador tinha de se arranjar como melhor pudesse com os seus parcos recursos. Além disso, estava sendo rapidamente aboli da a maioria dos antigos privilégios de que gozavam os servos na propriedade senhorial, como o pascigo dos seus rebanhos nas terras comuns e a coleta de lenha na floresta. Para agravar ainda mais a situação, os senhorios tentavam agora enfrentar a alta dos preços exigindo maiores rendas dos camponeses. Por fim, a ira das classes inferiores fora provocada pelos efeitos do restabelecimento do direito romano, que tinham sido resguardar os direitos dos proprietários e fortalecer o poder do estado para defender os interesses dos ricos.

A VIDA NA RENASCENÇA ITALIANA

Vista de Veneza no século XV. O edifício com arcos e colunas é o palácio do Doge. Por detrás dêle, a catedral de S. Marcos e o famoso "Campanile". De particular interêsse é o movimento de embarcações no primeiro plano. (Metropolitan Museum of Art.)

Florença na época renascentista. Malgrado o notável progresso cultural, a sociedade da Renascença era por vêzes rude e brutal, como demonstra esta execução pública na Piazza della Signoria. *À esquerda vê-se a cúpula da Catedral e à direita* o Palazzo Vecchio *e a* Loggia dei Lanzi. (Bettmann Archive.)

Uma das vilas dos Médicis em Florença, nos fins do século XV. De um desenho do pintor flamengo George Utens. (Bettmann Archive.)

A Loggia dei Lanzi *em Florença, primoroso exemplo da arquitetura renascentista. A estátua de bronze do primeiro plano é o "Perseu" de Benvenuto Cellini.*

Porta de bronze, do Batistério de Florença, por Lorenzo Ghiberti. As cenas são tiradas do Velho Testamento. (Rudolf Lesch.)

ARTE RENASCENTISTA ITALIANA

O Palácio Pitti em Florença, começado por Brunelleschi mais ou menos em 1400. A construção maciça, como que de fortaleza, sobretudo do primeiro pavimento, atesta as condições políticas turbulentas da Renascença Italiana. Os Pitti eram rivais dos Médicis.

Uma grande parte do povo espezinhado que participou da chamada Revolta dos Camponeses pertencia a uma seita religiosa conhecida pelo nome de anabatistas. Esse nome significa "rebatizadores" e provém de que os membros da seita afirmavam ser inútil o batismo das crianças, insistindo num batismo por imersão total quando o indivíduo alcançasse a idade da

razão. Mas não era essa, na realidade, a sua doutrina essencial. Os anabatistas eram individualistas extremos em matéria de religião. Tomavam ao pé da letra o ensinamento de Lutero, de que cada um tem o direito de seguir os ditames da sua própria consciência. Não só rejeitavam a doutrina católica do sacerdócio, mas negavam ainda a necessidade de qualquer clero, sustentando que cada indivíduo devia seguir a orientação da "luz interior". Não admitiam que a revelação divina tivesse cessado com a redação do último livro do Novo Testamento, afirmando que Ele continuava a falar diretamente a alguns dos Seus servos eleitos. A religião dos anabatistas era, em conjunto, altamente emocional, dando grande valor às visões e aos arroubos extáticos. Muitos adeptos esperavam o fim do mundo próximo e o estabelecimento de um reino de Cristo, de justiça e de paz, no qual teriam eles um lugar preeminente. Os anabatistas, porém, eram mais do que um simples grupo de extremistas religiosos; representavam também as tendências sociais mais radicais do seu tempo. Embora seja provavelmente um exagero catalogá-Ios como comunistas, é certo que condenavam a acumulação de riqueza e ensinavam ser dever dos cristãos partilhar os seus bens entre si. Além disso, não reconheciam qualquer distinção de condição ou de classe, proclamando todos os homens iguais aos olhos de Deus. Muitos deles também abominavam os juramentos, condenavam o serviço militar e recusavam pagar impostos aos governos que se empenhassem em guerras Suas doutrinas representavam a manifestação extrema do fervor revolucionário gerado pelo movimento protestante.

A Revolta dos Camponeses, de 1.524-25, iniciou-se no sul da Alemanha e espalhou-se rapidamente para o norte e para o ocidente, até envolver quase todo o país. A princípio teve mais o caráter de uma greve que de uma revolução. Os rebeldes contentavam-se com apresentar petições, tentando persuadir pacificamente os seus senhores a conceder-Ihes um alívio da opressão. Mas, passados alguns meses, o movimento caiu sob o domínio de fanáticos como Tomás Münzer, que pregavam uma luta a ferro e fogo contra a nobreza e o clero perversos. Na primavera de 1.525, os camponeses desencaminhados começaram a saquear e a incendiar os mosteiros e castelos, e até a assassinar alguns dos seus adversários mais odiados. Os nobres voltaram-se então contra eles com uma fúria diabólica, matando indiscriminadamente tanto os que resistiam como as criaturas indefesas. Por incrível que pareça os senhores eram encorajados nessa selvageria por

vários reformadores, inclusive o próprio Lutero. Num panfleto intitulado Contra as hordas ladras e assassinas dos camponeses, incitava ele quantos pudessem a perseguir os rebeldes como a cães raivosos, a "ferir, estrangular e apunhalar, secreta ou publicamente, e fazê-Ios lembrar-se de que não há nada mais virulento, daninho e diabólico do que um homem revoltado".
Mas a brutal repressão da Revolta dos Camponeses não marcou o fim das atividades revolucionárias das classes oprimidas. Em 1.534, um grupo de anabatistas apoderou-se do governo da cidade episcopal de Münster, na Vestfália. Milhares de adeptos acorreram das regiões vizinhas e Münster se tornou uma Nova Jerusalém onde foram postas em prática todas as fantasias acumuladas do setor lunático do movimento. As propriedades dos não-crentes foram confiscadas e introduziu-se a poligamia. Um certo João de Leyden assumiu o título de rei, proclamando-se sucessor de Davi com a missão de conquistar o mundo e exterminar os pagãos. Mas, ao cabo de pouco mais de um ano de tal regime, Münster foi recapturada pelo seu bispo e os chefes de Sião morreram entre horríveis torturas. Esse segundo desastre foi o ponto final na revolta dos desfavorecidos do século XVI. Convencendo-se da inutilidade da violência, abandonaram os dogmas fanáticos dos seus chefes tombados e retornaram ao quietismo religioso de antes. Renunciaram ao próprio nome de anabatista, como à maior parte das doutrinas econômicas radicais. Muitos camponeses oprimidos e deserdados aderiram à seita dos menonitas, fundada por Menno Simons (1.492-1.559), cujos ensinamentos derivavam em grande parte dos seguidos pelos primitivos anabatistas. Outros fugiram para a Inglaterra, onde se tornaram os antepassados espirituais dos quacres.

II. A revolta de Zuínglio e de Calvino na Suíça

A forma especial de protestantismo desenvolvida por Lutero não logrou grande popularidade fora do seu ambiente nativo. Além da Alemanha, só os países escandinavos adotaram o luteranismo como religião oficial. Mas o vigor da revolta luterana se fez sentir em várias outras terras. Tal foi especialmente o caso da Suíça, onde o nacionalismo se vinha fortalecendo havia séculos. No fim da Idade Média, os valentes pastores e camponeses dos cantões suíços haviam impugnado aos austríacos o direito de governá-Ios e finalmente, em 1499, obrigaram o imperador Maximiliano a

reconhecer-lhes a independência, não só em relação à casa dos Habsburgos, mas também ao Santo Império Romano. Tendo sacudido o jugo de um imperador estrangeiro, era pouco provável que os suíços se submetessem indefinidamente a um papa, também estrangeiro. Além disso, as cidades de Zurique, Basiléia, Berna e Genebra tinham-se transformado em florescentes empórios comerciais. Suas populações eram dominadas por sólidos burgueses que encaravam com desprezo crescente o ideal católico da glorificação da pobreza. Ali também o humanismo setentrional encontrara acolhida, benévola nos espíritos cultos, do que resultara uma sadia desconfiança ante as superstições clericais. Erasmo tinha vivido durante alguns anos em Basiléia. Finalmente, a Suíça fora escorchada pelos vendedores de indulgências em medida apenas inferior à da Alemanha, ao passo que a cidade de Berna fora teatro de certas fraudes monacais particularmente notórias.
O pai da Revolução Protestante na Suíça foi Ulrico Zuínglio. Apenas algumas semanas mais moço do que Lutero, Zuínglio era filho de um próspero magistrado que lhe pôde dar excelente educação. Freqüentou as universidades de Viena e de Basiléia, completando nesta última o curso que lhe conferia o grau de mestre. Enquanto estudante consagrou quase todo o seu tempo à filosofia e à literatura, sem qualquer interesse pela religião, a não ser no tocante às reformas práticas dos humanistas cristãos. Embora se ordenasse com a idade de vinte e dois anos, seu objetivo principal ao vestir a sotaina era aproveitar os ensejos que isso lhe traria para cultivar os seus pendores literários. Durante cerca de oito anos continuou, portanto, a aceitar a proteção do papa, sem levar a sério o voto de celibato. Em 1.519, todavia, sofreu uma dessas conversões repentinas que são tão típicas nas histórias dos reformadores religiosos. Tal mudança de atitude parece ter-se devido a duas causas principais: uma infecção quase fatal de peste bubônica e a influência de Lutero. Não se sabe qual das duas ocorreu primeiro, mas ambas tiveram poderoso efeito. A partir de então Zuínglio tornou-se um fervoroso cruzado, não só em prol de uma religião mais pura, mas também do rompimento com a igreja católica. Aceitou quase todos os ensinamentos de Lutero, exceto o da consubstanciação. Sustentando que o pão e o vinho eram meros símbolos do corpo e do sangue de Cristo, Zuínglio reduziu o sacramento da eucaristia a uma simples comemoração. Orientou tão bem as forças anticatólicas que em 1.528 quase todo o norte da Suíça tinha

abandonado a antiga fé. Mas quando tentou estender a sua cruzada aos cantões florestais, mais conservadores, chocou-se com uma resoluta oposição. Em 1.529 estalou uma guerra civil que, ao cabo de dois anos, resultou na derrota das forças zuinglianas e na morte do seu incomparável chefe. Pela Paz de Kappel (1.531) os protestantes concordaram em que a escolha de uma religião para cada zona da Suíça fosse feita pelos governos cantonais.

Dos cantões do norte, a Revolta Protestante da Suíça estendeu-se a Genebra. Essa bela cidade, localizada à beira do lago do mesmo nome, perto da fronteira francesa, gozava a duvidosa vantagem de possuir um duplo governo. O povo devia lealdade a dois suseranos feudais: o bispo local e o conde de Sabóia. Como esses nobres governantes conspirassem para tornar mais absoluto o seu poder, os cidadãos rebelaram-se contra eles. Resultou daí a expulsão de ambos da cidade e a fundação de uma república livre. Mas o movimento dificilmente teria logrado êxito sem o auxílio prestado pelos cantões do norte. Não tardou muito, pois, que pregadores protestantes de Zurique e Berna começassem a aparecer em Genebra. Além disso, uma vez que os chefes da revolução política estavam excomungados por se haverem levantado em armas contra o bispo, era natural que se mostrassem favoráveis à idéia da adoção de uma nova religião pela sua cidade.

Foi nessa conjuntura que João Calvino chegou a Genebra. Embora destinado a desempenhar papel tão proeminente na história da Suíça, não era deste país, mas da França. Nascera em Noyon, na Picardia, em 1.509. A mãe morrera quando ele era ainda muito pequeno e o pai, que não gostava de crianças, confiara-o aos cuidados de um amigo aristocrata. Ao atingir o nível da instrução superior foi enviado à Universidade de Paris, onde, devido ao seu temperamento bilioso e à mania de apontar faltas alheias, foi cognominado "o caso acusativo". Mais tarde, em obediência aos desejos do pai, foi estudar direito em OrIéans. Ali caiu sob a influência de discípulos de Lutero, a ponto de se tornar suspeito de heresia. Conseqüentemente, em 1.534, quando o governo começou a atacar as pessoas de fé vacilante, Calvino fugiu para a Suíça. Estabeleceu-se por algum tempo em Basiléia e depois mudou-se para Genebra, que ainda se achava convulsionada pela revolução política. Começou logo a pregar e a arregimentar os seus adeptos, de tal forma que em 1.541 tanto o governo como a religião, tinham caído

completamente sob o domínio de Calvino. Até a sua morte, em 1564, causada pela asma e pela dispepsia, governou - a cidade com mão de ferro. A história possui poucos exemplos de homens de índole mais sombria e mais teimosamente convicto da verdade das suas idéias.
Sob o governo de Calvino, Genebra transformou-se numa oligarquia religiosa. A autoridade suprema era exercida pela Congregação do clero, que preparava todas as leis e as submetia à aprovação do Consistório. Este último órgão, composto, além do clero, por doze anciãos representantes do povo, tinha como função principal a fiscalização da moral pública e particular. Essa função era levada a cabo não somente por meio da punição da conduta anti-social, mas por uma devassa constante na vida particular de cada indivíduo. A cidade foi dividida em distritos e uma comissão do Consistório visitava casa por casa, a intervalos irregulares, a fim de investigar os hábitos dos moradores. Até as formas mais inofensivas de frivolidade humana eram estritamente proibidas. Dançar, jogar cartas, ir ao teatro, trabalhar ou divertir-se no Dia do Senhor, tudo isso era punido como crime. Os estalajadeiros não deviam permitir que qualquer pessoa comesse ou bebesse sem primeiro dar graças, nem que qualquer cliente ficasse fora da cama depois das nove horas, a menos que fosse para espionar a conduta alheia. Escusamos de dizer que as penalidades eram severas. Não somente o assassínio e a traição classificavam-se como crimes capitais, mas também o adultério, a feitiçaria, a blasfêmia e a heresia, sendo esta última, em especial, suscetível de ampla interpretação. Durante os quatro primeiros anos de governo calvinista em Genebra houve nada menos de cinqüenta e oito execuções, numa população total que não ia além de 16.000 habitantes. No entanto, os bons efeitos de toda essa severidade parecem ter sido mínimos. Segundo Preserved Smith, houve mais casos de vício em Genebra depois da Reforma do que antes.
A essência da teologia de Calvino está contida nas Instituições da religião cristã, publicadas pela primeira vez em 1.536 e revistas e aumentadas várias vezes depois. Suas idéias se assemelham às de S. Agostinho mais do que às de qualquer outro teólogo. Concebia o universo sob a dependência absoluta da vontade de um Deus onipotente que criou todas as coisas para sua maior glória. Por culpa de Adão, todos os homens são pecadores por natureza, amarrados de pés e mãos à herança de mal a que não podem escapar. Não obstante, Deus, em sua alta sabedoria, predestinou alguns homens à

salvação e condenou todo o resto da humanidade aos tormentos do inferno. Nada que os seres humanos façam pode alterar-lhes o destino; mesmo antes de nascer, já estão marcadas as almas com a bênção ou com a maldição divina. Mas, na opinião de Calvino, isso não significava que o cristão devesse ficar indiferente à sua conduta na terra. Se ele fosse um dos eleitos, Deus incutiria nele o desejo de fazer o bem. Um caráter de elevada moral é indício, ainda que não infalível, de que o seu possuidor foi escolhido para sentar-se no trono da glória. Além disso, os predestinados sentirão também o desejo de reformar os maus, a despeito da certeza de que estes nunca poderão ser salvos. Tais esforços são inspirados por Deus simplesmente porque é Sua vontade que os eleitos se consagrem a glorificá-Io. Pelo exposto, conclui-se que o sistema calvinista não encorajava os seus adeptos a descansar de braços cruzados, na certeza de que o seu destino estava traçado. Nenhuma religião cultivou mais intenso zelo na conquista da natureza, na atividade missionária ou na luta contra a tirania política. A razão disso reside, provavelmente, na crença calvinista de que o instrumento eleito de Deus devia tornar-se merecedor de tão alta condição, Com o Senhor ao seu lado, não se amedrontava fàcilmente com os leões que pudessem espreitar-lhe o caminho.

A religião de Calvino diferia da de Lutero em muitos aspectos. Em primeiro lugar, era mais legalista. Enquanto o reformador de Wittenberg atribuía maior valor à orientação da consciência individual, o ditador de Genebra colocava acima de tudo a soberania da lei. Concebia Deus como um poderoso legislador que houvesse transmitido, nas Escrituras, um conjunto de regras que deviam ser obedecidas ao pé da letra. Em segundo lugar, a fé calvinista estava mais próxima do Velho Testamento que a luterana. Isso se patenteia na atitude de um e de outro com relação à observância do Dia do Senhor. A maneira por que Lutero encarava o domingo era semelhante à que prevalece na Europa continental moderna. Exigia, é certo, que os seus adeptos fossem à igreja, mas não que se abstivessem de qualquer trabalho ou prazer durante o resto do dia. Calvino, pelo contrário, reviveu o antigo sábado judaico com os seus rigorosos tabus contra tudo que pudesse ser suspeitado de mundanismo. Em terceiro lugar, a religião de Genebra estava mais intimamente associada aos ideais do novo capitalismo. As simpatias de Lutero dirigiam-se para os nobres e, pelo menos uma vez, ele censurou acremente a cupidez dos magnatas das finanças. Calvino santificou os

empreendimentos do comerciante e do prestamista, colocando em alto plano, no seu sistema ético, as virtudes comerciais da economia e da diligência. Por fim, o calvinismo, em confronto com o luteranismo, representa uma fase mais radical da Revolução Protestante. Como já vimos, o frade alemão havia conservado muitos característicos do culto romano e até alguns dogmas católicos. Calvino rejeitou tudo que lhe cheirava a "papismo". A organização da sua igreja era de molde a excluir todos os traços do sistema episcopal. As congregações deviam escolher os seus próprios presbíteros e pregadores, ao mesmo tempo que um colégio superior de ministros governaria toda a igreja. Foram implacavelmente eliminados o ritual, a música instrumental, os vitrais, os quadros e as imagens, ficando a religião, em conseqüência, reduzida a "quatro paredes nuas e um sermão". Até as comemorações do Natal e da Páscoa eram rigorosamente proibidas.
A popularidade do calvinismo não se limitou à Suíça. Expandiu-se pela maior parte dos países da Europa ocidental onde o comércio e as finanças se tinham tornado atividades preponderantes. Os huguenotes da França, os puritanos da Inglaterra, os presbiterianos da Escócia e os protestantes da Holanda eram todos calvinistas. Foi ela, eminentemente, a religião da burguesia, ainda que, como é natural, atraísse convertidos de outras camadas sociais. Teve enorme influência em moldar a ética dos tempos modernos e em acoroçoar o ímpeto revolucionário da classe média. Foram adeptos dessa fé os que tiveram parte saliente nas revoltas iniciais contra o despotismo na Inglaterra e na França, para não falarmos do papel que desempenharam ao contribuir para a derrubada da tirania espanhola na Holanda.

III. A Revolução Protestante na Inglaterra

Na Inglaterra, o golpe inicial contra a igreja romana não foi dado por um entusiasta religioso como Lutero ou Calvino, mas pelo chefe do governo. Isso não quer dizer, no entanto, que a Reforma inglesa representasse um movimento exclusivamente político. Henrique VIII não teria conseguido fundar uma igreja inglesa independente se essa decisão não fosse endossada por grande número de seus súditos. E não faltavam razões para que fosse prontamente oferecido tal apoio. Embora os ingleses se tivessem libertado

até certo ponto do domínio papal, o orgulho nacional tornara-se tão grande que a menor subordinação a Roma era sentida como uma afronta. Além disso, a Inglaterra fora teatro, por algum tempo, de viva agitação em favor da reforma religiosa. Não morrera ainda a recordação dos fulminantes ataques de Wyclif, no século XIV, à cobiça dos padres, ao poder temporal dos papas e dos bispos e ao sistema sacramental da igreja. Fator de considerável importância fora ainda a influência dos humanistas cristãos John Colet e Sir Thomas More ao condenarem as superstições do culto católico. Finalmente, pouco após desencadear-se a Revolta Protestante na Alemanha, idéias luteranas foram levadas à Inglaterra por pregadores errantes e pela circulação de panfletos impressos. Em resultado de tudo isso, a monarquia inglesa, ao cortar os laços que a prendiam a Roma, desfrutou as simpatias dos seus súditos mais influentes.
O conflito com o papa foi precipitado pelas dificuldades domésticas de Henrique VIII. Durante dezoito anos estivera casado com Catarina de Aragão e tinha apenas uma filha valetudinária para suceder-lhe. A morte, em tenra idade, de quase todos os filhos varões desse matrimônio era uma cruel decepção para o rei, que desejava um herdeiro masculino para perpetuar a dinastia dos Tudors. Isso, porém, não era tudo, pois Henrique se apaixonara profundamente por Ana Bolena, uma dama de honor de olhos negros, e resolvera fazê-Ia rainha. Apelou, pois, em 1527, para o papa Clemente VII, pedindo anulação do seu casamento com Catarina. Sua Santidade ficou entre dois fogos. Se recusasse satisfazer Henrique, a Inglaterra estaria provavelmente perdida para a fé católica. Por outro lado, se concedesse o decreto de anulação provocaria a ira do imperador Carlos V, que era sobrinho de Catarina. Carlos já tinha invadido a Itália e ameaçava o papa com a perda do poder temporal. Não parecia haver outra saída para Clemente senão procrastinar. A princípio, sob pretexto de resolver a questão na Inglaterra, delegou poderes ao legado pontifício e ao cardeal Wolsey para instalarem um tribunal de inquirição a fim de determinar se o casamento de Catarina fora ou não legal. Depois, ao cabo de longa demora, a causa foi transferida para Roma. Henrique perdeu a paciência e decidiu tomar as rédeas nas suas próprias mãos. Em 1.531 convocou uma assembléia do clero e, sob a ameaça de puni-Ios por violação do Estatuto de Praemunire caso se submetessem ao legado pontifício, induziu-os a reconhecê-Io como chefe da igreja inglesa “tanto quanto o

permite a lei de Cristo". Em seguida persuadiu o Parlamento a decretar uma série de leis abolindo todos os pagamentos de rendas ao papa e proclamando a igreja anglicana uma unidade nacional independente, submetida à autoridade exclusiva do rei. Volvidos poucos anos, em 1.534, tinham sido rompidos todos os laços que ligavam a Roma a igreja da Inglaterra.

Mas os decretos que Henrique VIII fizera passar não transformavam a Inglaterra num país verdadeiramente protestante. Embora à abolição da autoridade papal se seguisse uma extinção gradual dos mosteiros e o confisco das suas riquezas, a igreja permanecia católica quanta à doutrina. Os Seis Artigos adotados pelo Parlamento em 1.539, a mando do rei, não deixavam lugar para dúvidas sobre a ortodoxia oficial. Confissão auricular, missas em sufrágio dos mortos e celibato clerical, tudo isso foi confirmado ao mesmo tempo que se cominava a pena de morte na fogueira aos que negassem o dogma católico da eucaristia. Sem embargo, não pode ser desprezada a influência que teve nessa época uma minoria de protestantes. O seu número crescia sempre e, durante o reinado de Eduardo VI, sucessor de Henrique, chegaram mesmo a ganhar ascendência. Como o novo rei tinha apenas nove anos de idade ao herdar a coroa, tornou-se inevitável que a política do governo fosse uma política de bastidores. Os homens mais ativos nesse trabalho foram Tomás Cranmer, arcebispo de Canterbury, e os duques de Somerset e Northumberland, os quais dominaram sucessivamente o conselho de regência. Todos esses três potentados tinham fortes pendores protestantes. Em conseqüência, as cerimônias e artigos de fé da igreja da Inglaterra foram submetidos a uma rigorosa revisão. Permitiu-se o casamento dos sacerdotes; o inglês substituiu o latim nos serviços religiosos; o uso das imagens foi abolido e instituídos novos artigos de fé repudiando todos os sacramentos, exceto o batismo e a comunhão, e afirmando o dogma luterano da justificação pela fé. Quando o jovem Eduardo morreu, em 1.553, tudo fazia crer que a Inglaterra passara definitivamente para o campo protestante.

As aparências, porém, enganam muitas vezes. Nunca foram elas tão enganadoras como na Inglaterra, ao findar-se o reinado de Eduardo. A maioria do povo não quisera despegar-se dos usos da sua antiga fé e já se havia configurado uma reação contra os métodos autoritários dos protestante radicais. Além disso, os ingleses, no tempo dos Tudors, tinham-

se acostumado a obedecer à vontade dos seus soberanos. Era uma atitude alimentada pelo nacionalismo e pelo desejo de ordem e prosperidade. A sucessora de Eduardo VI foi a rainha Maria, a triste e desgraciosa filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão. Era inevitável que Maria fosse católica e que abominasse a revolta contra Roma, por isso que a origem do movimento estava, para ela, dolorosamente associada aos sofrimentos de sua mãe. Não é de estranhar, pois, que ao subir ao trono tentasse atrasar os ponteiros do relógio. Não somente restabeleceu a celebração da missa e a regra do celibato clerical, mas fez com que o Parlamento votasse a volta incondicional da Inglaterra ao aprisco papal. Mas essa política terminou, por várias razões, em lamentável fracasso. Em primeiro lugar, Maria laborou no mesmo erro que os seus predecessores ao pôr em prática mudanças demasiadamente radicais para o temperamento da época. O povo da Inglaterra, ainda não maduro para uma revolução luterana ou calvinista, tampouco estava disposto a aceitar a submissão imediata a Roma. Uma causa ainda mais séria do fracasso foi, provavelmente, o ter-se casado a rainha com Filipe, o ambicioso herdeiro do trono espanhol. Seus súditos temeram que essa união trouxesse complicações externas, senão mesmo a dominação espanhola. Quando Maria se deixou arrastar a uma guerra com a França, na qual a Inglaterra foi obrigada a entregar Calais, seu último pedaço de território no continente europeu, o país chegou à beira da rebelião. A morte pôs fim, em 1.558, ao inglório reinado de Maria.
O problema de decidir-se pela religião católica ou pela protestante foi deixado à sucessora de Maria, sua irmã consangüínea Elisabet, filha da esperta Ana Bolena. Embora tivesse sido educada como protestante, não tinha convicções religiosas muito profundas. Seu interesse principal era a arte de governar e não desejava ver o seu reino dividido por disputas religiosas. Decidiu-se, conseqüentemente, por uma política de moderação, recusando aliar-se tanto a católicos extremos como a protestantes fanáticos. Tão bem se ateve a essa atitude que, por alguns anos, enganou o papa fazendo-lhe supor que poderia voltar ao catolicismo. Não obstante, era demasiado nacionalista para pensar sequer em restabelecer a vassalagem a Roma. Uma das primeiras coisas que fez depois de se tornar rainha foi ordenar a aprovação de um novo “Ato de Supremacia", pelo qual o soberano da Inglaterra era proclamado chefe supremo da igreja anglicana independente. A decisão final, completada por volta de 1.570, foi um

compromisso tipicamente inglês. A igreja tornou-se protestante, mas certos pontos de fé foram conservados suficientemente vagos para que pudessem ser aceitos por um católico moderado sem grande choque para a sua consciência. Além disso, manteve-se a forma episcopal da organização eclesiástica e uma boa parte do ritual católico. Esse ajuste permaneceu em vigor até muito tempo depois da morte de Elisabet, em 1603. Na verdade, muitos de seus elementos sobreviveram até os nossos dias e é bem significativo que a moderna igreja anglicana seja bastante maleável para incluir em seu seio facções tão diversas quanto os anglo-católicos, que diferem dos seus confrades romanos apenas na rejeição da supremacia papal, e os anglicanos da “igreja baixa" (low church), que são protestantes tão radicais quanto os luteranos.

Enquanto a Inglaterra se empenhava na obra de conciliação entre os extremos do catolicismo e do protestantismo, a Escócia, sua vizinha do norte, se comprometia numa ruptura mais violenta com o passado. O ramo escocês da igreja católica era, na entrada do século XVI, um dos mais corruptos da Europa. Gozando os frutos das suas vastas possessões, o clero dividia o seu tempo entre uma ociosidade luxuosa e a intriga política. Mas tal estado de coisas não podia durar muito. A Escócia tinha uma nobreza cobiçosa e indômita, ansiosa de se atirar às terras da igreja na primeira oportunidade. A situação política, ademais, estava bem longe de satisfazer os elementos patriotas. A rainha Maria Stuart não passava de uma criança quando subiu ao trono, em 1.542, sendo a regência assumida por sua mãe, que pertencia à família francesa dos Guises. Como estes fossem católicos exaltados, o catolicismo passou a se associar, no espírito de muita gente, com a dominação francesa. Em 1.557 estalou uma revolta que, dois anos depois, se havia alastrado por todo o reino. A chefia do movimento não tardou a cair nas mãos de um vigoroso e obstinado pregador chamado João Knox, que fora discípulo de Calvino em Genebra. Knox eliminou todos os vestígios de catolicismo na Escócia e fundou uma igreja presbiteriana de base calvinista radical. O país estava tão maduro para a transformação que logo após a morte da regente, em 1.560, o presbiterianismo foi proclamado religião oficial do povo escocês.

2. A REFORMA CATÓLICA

Como salientamos no início deste capítulo, a Revolução Protestante foi apenas uma das fases do grande movimento conhecido como Reforma. A outra fase foi a Reforma Católica, ou Contra-Reforma, como é comumente chamada, na suposição de que o objetivo primário dos seus orientadores tivesse sido limpar os currais de Augias da igreja católica a fim de obstar à expansão do protestantismo. Estudos recentes, no entanto, mostraram que, os primórdios do movimento reformista católico foram em tudo, independentes da Revolução Protestante. Na Espanha, durante os últimos anos do século XV, uma revivescência religiosa iniciada pelo cardeal Ximenes, com a aprovação da monarquia, agitou profundamente o país. Fundaram-se escolas, eliminaram-se os abusos dos mosteiros e os padres foram instigados a aceitar suas responsabilidades pastorais. Embora o movimento tivesse sido lançado originalmente com o fim de fortalecer a igreja na guerra contra os heréticos e infiéis, teve o efeito de regenerar em grau considerável a vida espiritual da nação. Também na Itália, desde o início do século XVI, um grupo de clérigos fervorosos vinha trabalhando para tornar os sacerdotes da sua igreja mais dignos da missão que lhes cumpria desempenhar. A tarefa era difícil, dado o paganismo da Renascença e o exemplo de depravação apresentada pela corte papal. A despeito desses obstáculos, o movimento resultou na fundação de diversas ordens religiosas consagradas a altos ideais de piedade e serviço social. Salientaram-se entre elas a ordem dos teatinos e a dos capuchinhos. A primeira era uma organização de padres que faziam votos monásticos de pobreza, castidade e obediência, enquanto a segunda era uma irmandade de frades que se empenhavam em seguir as pegadas de S. Francisco.
Mas as chamas da reforma católica não fizeram mais que bruxulear até que a Revolução Protestante começou a ameaçar seriamente a antiga fé. Nenhum dos papas se preocupou às deveras com a necessidade de uma reforma senão quando toda a nação alemã pareceu estar na iminência de gravitar para a órbita luterana. O primeiro dos Santos Padres a tentar uma purificação da igreja foi Adriano VI, de Utrecht, o primeiro papa não italiano eleito depois de um período de quase século e meio, e o último na história. O seu reinado de apenas vinte meses foi, porém, demasiadamente curto para que pudesse realizar muita coisa; em 1.523 sucedeu-lhe um Médicis, Clemente VII, que governou durante onze anos, e a campanha contra os abusos da igreja só foi reencetada no pontificado de Paulo III

(1534-49). Ele e três de seus sucessores, Paulo IV (1.555-59), Pio V (1.566-72) e Xisto V (1.585-90), foram os mais zelosos cruzados em prol de uma reforma que haviam presidido à Santa Sé desde os tempos de Gregório VII. Reorganizaram as finanças papais, preencheram os cargos da igreja com padres conhecidos pela sua austeridade e foram inexoráveis com os clérigos que persistiam na ociosidade e no vício. Foi sob a orientação desses papas que a Reforma Católica alcançou o auge. Infelizmente, foram também responsáveis pelo restabelecimento da Inquisição, que caíra em desuso durante a Renascença italiana.
A ação direta dos papas reformistas foi completada pelos decretos de um grande concílio convocado em 1.545 por Paulo III. Esse concílio, que se reuniu na cidade de Trento, na fronteira italiana, e funcionou, com intermitências, de 1.545 a 1.563, foi um dos mais importantes da história da igreja. Convocado com o objetivo principal de redefinir as doutrinas da fé católica, muitas das decisões que tomou nesse sentido tiveram alta significação. Reafirmou, sem exceção, os dogmas atacados pela Reforma Protestante. Declarou que as boas obras são tão necessárias para a salvação quanto a fé. Manteve a teoria dos sacramentos como meios indispensáveis para alcançar a graça. Do mesmo modo foram confirmadas, como elementos essenciais do sistema católico, a transubstanciação, a sucessão apostólica do clero, a crença no purgatório, a invocação dos santos e a regra do celibato para os padres. Na muito debatida questão da verdadeira fonte da fé cristã, atribuiu-se igual autoridade à Bíblia e à tradição dos ensinamentos apostólicos. Não só foi expressamente mantida a supremacia papal sobre todos os sacerdotes e prelados, mas chegou-se a sugerir que a autoridade do papa transcendia a do próprio concílio da igreja. Por essa concessão era restabelecida a forma monárquica do governo da igreja. O grande movimento dos séculos XIV e XV, que tentara estabelecer a autoridade superior do concílio geral, foi completamente desdenhado.
O Concílio de Trento não se limitou a tratar de assuntos relacionados com o dogma. Formulou, também, importante legislação com o fim de eliminar os abusos e pôr novamente em vigor a disciplina da igreja sobre os seus membros. Foi categoricamente proibida a venda de indulgências e suspendeu-se temporàriamente a sua própria concessão por motivos alheios ao dinheiro. Negou-se a bispos e padres o direito de gozar de mais de um benefício, para que nenhum deles pudesse enriquecer com a percepção de

uma pluralidade de rendas. A fim de pôr cobro à ignorância do clero, prescreveu-se que em cada diocese fosse fundado um seminário de teologia. Em último lugar, o concílio estabeleceu uma censura dos livros para evitar que idéias heréticas corrompessem o espírito daqueles que permaneciam fiéis à fé católica. Foi nomeada uma comissão para organizar um índex ou lista de obras que não deviam ser lidas. A publicação dessa lista pelo papa, em 1.564, resultou na instituição formal do Índex dos Livros Proibidos como parte integrante da maquinaria da igreja. Mais tarde foi fundado um órgão, conhecido como Congregação do Índex, para revisar essa lista de tempos em tempos. Ao todo, já se fizeram mais de quarenta revisões. A maioria dos livros condenados é composta de tratados teológicos e não parece ter sido grande o efeito no sentido de retardar o progresso do conhecimento. Nem por isso a instituição do Índex deixou de ser um sintoma do câncer maligno da intolerância, a que não escaparam católicos nem protestantes.

A Reforma Católica nunca teria sido tão completa e tão bem sucedida como o foi se não participassem dela os jesuítas, ou membros da Companhia de Jesus. Foram eles que realizaram, no Concílio de Trento, a maior parte do difícil trabalho político que capacitou os papas a dominar esse conclave nas suas últimas e mais importantes sessões. Foram também os jesuítas os principais promotores da volta da Polônia e do Sul da Alemanha ao rebanho católico. O fundador da Companhia de Jesus foi Inácio de Loyola, um fidalgo espanhol da região basca. A princípio, a sua existência não parece ter sido muito diferente da de outros espanhóis da sua classe; teve, como eles, uma vida de aventuras amorosas e de pilhagens como soldado do rei. Na época, porém, em que a Revolução Protestante ia tomando vulto na Alemanha, foi ele gravemente ferido numa batalha com os franceses. Enquanto convalescia, leu uma piedosa vida de Jesus e algumas lendas de santos que operaram profunda transformação na sua natureza emotiva. Oprimido pelo remorso da existência vã que havia levado, resolveu tornar-se um soldado de Cristo. Após um período de torturas mórbidas infligidas a si mesmo, durante as quais tinha visões de Satanás, de Jesus e da Trindade, foi para a Universidade de Paris a fim de conhecer melhor a fé que pretendia servir. Reuniu ali à sua volta um pequeno grupo de discípulos dedicados, com a ajuda dos quais fundou, em 1.534, a Companhia de Jesus. Os membros tomaram votos monásticos e comprometeram-se a fazer uma

peregrinação a Jerusalém. Com esse fim partiram para a Itália, pretendendo embarcar em Veneza. Como vissem a sua peregrinação bloqueada por uma guerra com os turcos, alistaram-se na cruzada pela reforma católica, que estava justamente começando na Itália. Em 1.540 a organização foi aprovada pelo papa Paulo III e, a partir dessa data, cresceu ràpidamente. Quando Loyola morreu, em 1.556, contava ela nada menos de 1.500 membros.

A companhia de Jesus foi, sem comparação, a mais batalhadora das ordens religiosas católicas inspiradas pelo zelo espiritual do século XVI. Não era uma simples sociedade monástica, mas um regimento de soldados que haviam jurado defender a fé. Como armas, não tinham balas nem lanças, mas a eloqüência, a persuasão, a instrução nas verdadeiras doutrinas e, se necessário, a espionagem e a intriga. A organização era moldada pelo padrão de uma companhia militar, com um geral no posto de comandante-em-chefe e uma disciplina férrea imposta aos membros. Toda individualidade era suprimida e de cada um e de todos exigia-se uma obediência de soldados ao general. Somente as quatro classes mais elevadas tinham qualquer participação no governo da ordem. Esse pequeno grupo, conhecido como os "professos do quatro votos", elegia vitaliciamente o geral e funcionava como corpo consultivo nos assuntos importantes, mas, como os demais, estava preso por uma obediência cega.

Como já demos a entender, as atividades da Companhia de Jesus eram numerosas e variadas. Em primeiro lugar e, antes de mais nada, concebiam-se a si mesmos como defensores da verdadeira religião. Com esse objetivo em vista, obtiveram do papa a autorização para padres seculares, a fim de ter acesso ao púlpito e pregar a verdade como oráculos de Deus. Outros serviram como espiões da Inquisição na guerra sem tréguas contra a heresia. Em todo o seu trabalho seguiam, como guia infalível, a orientação da Santa Madre Igreja. Não levantavam dúvidas nem tentavam resolver mistérios. Loyola ensinava que, se a igreja decidisse que o branco era preto, o dever de seus filhos era acreditar. Os jesuítas, porém, não se limitavam a defender a fé contra os ataques de protestantes e heréticos; ansiavam por propagá-Ia até os mais longínquos recantos do globo, por tornar católicos os budistas, os muçulmanos e os parses da Índia, e até mesmo os selvagens incultos dos continentes recém-descobertos. Muito antes de findar o movimento da Reforma, havia missionários jesuítas na África, no Japão e

na China, na América do Norte e do Sul. Outra atividade importante dos soldados de Loyola foi a educação. Fundaram, aos milhares, colégios e seminários na Europa e na América e insinuaram-se também em instituições mais antigas. Durante séculos tiveram o monopólio da educação na Espanha e um quase monopólio na França. O fato de haver a igreja católica recuperado muito de sua força a despeito da secessão protestante deveu-se, em grande parte, às atividades múltiplas e dinâmicas dos jesuítas.

3. A HERANÇA DA REFORMA

O resultado mais flagrante da Reforma foi a divisão da cristandade ocidental numa multidão de seitas hostis. Já não havia, como na Idade Média; um único rebanho e um único pastor para toda a Europa latina e teutônica. O norte da Alemanha e os países escandinavos tinham-se tornado luteranos; a Inglaterra adotara um protestantismo sui generis, de meio-termo, ao passo que na Escócia, Holanda e Suíça francesa triunfava o calvinismo. Do vasto domínio que outrora prestara obediência ao Vigário de Cristo, restavam somente a Itália, a Áustria, a França, a Espanha e Portugal, a Alemanha do sul, a Polônia e a Irlanda; e mesmo, em alguns desses países, agressivas minorias protestantes constituíam um vexame constante para a maioria católica. Por estranho que pareça, essa fragmentação do cristianismo em facções rivais acabou trazendo consideráveis benefícios à humanidade. Contribuiu, com o tempo, para refrear a tirania eclesiástica, promovendo desse modo a liberdade religiosa. À medida que as seitas proliferavam em diversos países, foi-se percebendo, aos poucos, que nenhuma delas poderia tornar-se bastante forte para impor a sua vontade às demais. Fez-se sentir a necessidade da tolerância mútua para que todas pudessem sobreviver. Certamente não foi esse o único fator do progresso da tolerância religiosa, mas não é possível negar-lhe a importância.

Se outros resultados benéficos teve a Reforma, consistem sem dúvida no impulso adicional dado ao individualismo, no debilitamento parcial do dogmatismo e da superstição e no progresso da instrução popular. Afirmando o direito ao juízo pessoal e simplificando o ritual e a organização, os chefes da Revolução Protestante libertaram o homem de algumas das coerções do eclesiasticismo medieval. Seria erro, contudo,

supor que os luteranos, calvinistas e anglicanos acreditassem realmente, nessa época, numa genuína liberdade religiosa. Não tinham o menor interesse em tolerar quem quer que dissentisse das suas respectivas ortodoxias. A bem dizer, tudo que fizeram foi estabelecer um novo e mais vigoroso precedente para o desafio à autoridade e às crenças de uma igreja universal. Com isso promoveram a auto-afirmação na esfera religiosa, mais ou menos no mesmo grau em que ela já existia nos campos político e econômico. Um segundo efeito benéfico da Reforma foi o incremento dado à educação das massas. A Renascença, com o seu interesse absorvente pelos clássicos, tivera o infeliz resultado de perturbar o currículo das escolas, dando exagerada importância ao grego e ao latim e restringindo a educação à aristocracia. Os luteranos, os calvinistas e os jesuítas mudaram tudo isso. Desejosos de propagar as suas respectivas doutrinas, fundaram escolas para as massas, nas quais até o filho do sapateiro ou do camponês podia aprender a ler a Bíblia e os opúsculos teológicos. Estudos práticos foram muitas vezes introduzidos em lugar do grego e do latim, e é significativo que algumas dessas escolas tenham por fim aberto suas portas à nova ciência.
Mas é impossível qualificar de benéficos todos os efeitos da Reforma. Um dos seus maus frutos foi a série de guerras religiosas que convulsionou a Europa durante quatro decênios. A primeira a desencadear-se foi a Guerra da Liga de Schmalkalden (1.546-47), provocada por Carlos V num esforço para restaurar a unidade do Santo Império Romano sob a fé católica. Em alguns meses conseguiu submeter os príncipes protestantes da Alemanha, mas foi incapaz de obrigar os súditos desses príncipes a voltarem à religião romana. A contenda foi por fim resolvida por um tratado, a Paz Religiosa de Augsburgo (1.555), pela qual cada príncipe alemão podia escolher livremente o luteranismo ou o catolicismo como religião do seu povo. Desse modo, a religião de cada estado passava a depender da religião do seu governante - um acordo tipicamente em harmonia com as tradições despóticas da época. Uma luta muito mais sanguinária ocorreu na França entre 1.569 e 1.589. Ali os protestantes, ou huguenotes, como eram chamados, estavam em franca minoria, mas entre eles contavam-se alguns dos membros mais hábeis e influentes das classes comercial e financeira. Além disso, formavam um partido político envolvido em conspirações contra os católicos, com o fim de conquistar o poder. Em 1.562 uma facção de ultracatólicos sob a chefia do duque de Guise forçou a ascensão ao poder

e, com suas ameaças de perseguição aos huguenotes, mergulhou o país na guerra civil. A luta culminou, dez anos depois, na pavorosa matança do dia de São Bartolomeu. A regente Catarina de Médicis, num esforço desesperado para pôr fim à luta, tramou com os Guises o assassínio dos chefes protestantes. A conspiração desencadeou as torpes paixões do populacho parisiense, sendo mortos, numa única noite, dois mil huguenotes. A guerra arrastou-se por muitos anos ainda e só teve fim quando Henrique IV, em 1598, promulgou o Edito de Nantes, garantindo a liberdade de consciência aos protestantes.

Em muitos aspectos, a Revolta dos Países-Baixos também foi um episódio das lutas religiosas instigadas pela Reforma. Muito depois de se iniciar a Revolução Protestante na Alemanha, os países hoje conhecidos como Bélgica e Holanda continuavam ainda a ser governados como domínios da coroa espanhola. Embora o luteranismo e o calvinismo tivessem lançado raízes nas cidades, os protestantes dos Países-Baixos não representavam mais que uma fração da população total. Com o correr do tempo, no entanto, aumentou o número de calvinistas até que passaram a constituir a maioria dos citadinos, pelo menos, nas províncias holandesas do norte. A interferência do governo espanhol na liberdade religiosa da seita provocou uma revolta desesperada em 1.565. As causas religiosas, naturalmente, não foram as únicas. O sentimento nacionalista constituiu, também um fator de primeira importância, em especial diante da insistência de Filipe II da Espanha em tratar os Países-Baixos como meras províncias. Além disso, havia sérios motivos de queixa de natureza econômica, como a tributação elevada e as restrições impostas ao comércio em benefício dos mercadores espanhóis. Por outro lado, o ódio religioso foi largamente responsável pela aspereza da luta. Filipe II considerava todos os protestantes como traidores e estava decidido a expulsá-Ios dos territórios sob o seu domínio. Em 1.567 enviou o fanático Duque de Alba com dez mil soldados para subjugar a revolta dos Países-Baixos. Durante seis anos Alba aterrorizou a região, matando centenas de rebeldes e torturando ou prendendo milhares de outros. Os protestantes revidaram com selvageria quase igual e a guerra prosseguiu no seu bárbaro curso até 1.609. Terminou com a vitória dos protestantes, em grande parte devida à bravura e ao espírito de sacrifício de Guilherme, o Taciturno, que fora o chefe inicial daqueles. O principal resultado da revolta foi a fundação de uma república holandesa

independente, compreendendo os territórios atualmente incluídos na Holanda. As províncias do sul ou belgas, nas quais a maioria do povo era católica, voltaram ao domínio espanhol.
A luta entre nações e seitas não foi o único tipo de barbarismo que a Revolta instigou diretamente. Como outros exemplos, basta lembrar as atrocidades perpetradas pela Inquisição católica, a selvagem perseguição dos anabatistas na Alemanha e a feroz intolerância dos calvinistas contra os católicos. A horrível perseguição à feitiçaria, que será discutida no capítulo seguinte, também foi, em alto grau, um fruto das sementes de fanatismo espalhadas pela Reforma. Tomada em conjunto, a extensão da intolerância foi muito maior nessa época, do que em qualquer outra da história do cristianismo, sem excetuar a das Cruzadas. Por mais de uma vez, as vítimas da perseguição foram filósofos ou cientistas ilustres, de cujos talentos o mundo desse tempo não podia prescindir. O mais eminente dos mártires da nova cultura, morto pelos católicos, foi Giordano Bruno. A despeito da sua filosofia de um panteísmo místico, Bruno formulou, de maneira algo alarmante, um certo número de axiomas cardeais da ciência moderna. Afirmou a eternidade do universo, reviveu a teoria atômica da matéria e negou que os corpos celestes contivessem qualquer elemento superior não encontrado na terra. Em parte por esses ensinamentos, e em parte também pelo seu panteísmo e pela rejeição dos milagres, foi arrastado ao tribunal da Inquisição e queimado na fogueira em 1.600. Uma das vítimas da perseguição calvinista em Genebra foi Miguel Servet, o descobridor da pequena circulação do sangue. Servet era acusado de ter rejeitado as doutrinas da Trindade e da predestinação e de ensinar que a Palestina era uma terra estéril, contradizendo a descrição do Velho Testamento, segundo o qual o país manava leite e mel. Em 1.553 foi condenado à morte por fogo lento. Alguns admiradores de Calvino têm objetado que o reformador de Genebra se opôs à queima de Servet, pois preferia que fosse decapitado! Mesmo, porém, as provas desse discutível gesto de misericórdia estão longe de ser concludentes.
Além da perseguição movida aos homens de saber, a Reforma foi ainda, por outros motivos, um golpe no progresso da cultura. O objetivo dos reformadores protestantes era incentivar a confiança absoluta na fé e a crença na Bíblia como fonte última da religião e da verdade. Isso os levava a desprezar a atividade intelectual como uma impudente tentativa de

afirmar a independência do homem em relação a Deus. Lutero fulminou a razão como a "prostituta do diabo" e conjurou os seus adeptos a "contentarem-se com a revelação e não tentar entender". Tanto ele como Melanchton condenaram o sistema astronômico de Copérnico, alegando ser contrário às Escrituras. A atitude dos chefes da Reforma católica não foi melhor. O Concílio de Trento incluía em seus decretos oficiais o seguinte: "Quando Deus ordena que acreditemos, não é para nos deixar perscrutar-Lhe os divinos julgamentos nem indagar das suas razões e causas, mas exige uma fé absoluta... A fé, por conseguinte, não só exclui qualquer dúvida, mas o próprio desejo de submeter a sua verdade à demonstração", Isso parecia discrepar de um dos princípios cardeais da filosofia católica do 'fim da Idade Média. "Submeter a verdade à demonstração" era justamente o que os mestres da escolástica do século XIII haviam considerado mais essencial.
Por fim, a Reforma teve um efeito pernicioso sobre a arte. Embora Lutero tivesse alguns dotes de sensibilidade estética, os seus seguidores absorveram-se por demais nas controvérsias teológicas para se preocuparem com que a arte sobrevivesse ou perecesse. Calvino tomou uma atitude mais positiva. Condenou como totalmente ímpio e imoral tudo quanto falasse aos sentidos. Pensava que o uso de qualquer quadro ou imagem nas suas igrejas profanaria o culto divino. Os próprios reformadores católicos foram apenas ligeiramente menos hostis, a despeito das magníficas tradições da sua igreja como protetora da arte renascentista. O Concílio de Trento adotou severas restrições à representação da forma humana e um artista de segunda ordem foi contratado para pintar calções e camisolas nas figuras nuas do Juízo Final de Miguel Ângelo. À vista de atitudes como essa, que refletiam o fanatismo e a intolerância dos reformadores, torna-se difícil acreditar que o movimento por eles iniciado constituísse um marco do progresso humano. Se as reformas da igreja católica tivessem sido realizadas através da esclarecida filosofia dos humanistas cristãos ao invés de o serem pela revolução religiosa, seria bem possível evitar os trágicos frutos de violência e irracionalismo. Mas talvez a lógica dos acontecimentos políticos e econômicos dos séculos XV e XVI tenha tornado inevitável a revolução.

CAPÍTULO 18

A Revolução Comercial e a Nova Sociedade

(1400-1700)

OS TRÊS últimos capítulos descreveram com bastante minúcia a transição intelectual e religiosa do mundo medieval para o moderno. Observamos que a Renascença, apesar dos seus muitos laços de parentesco com a Idade Média, proferiu sentença de morte contra a filosofia escolástica, solapou à supremacia da arquitetura gótica e destruiu as concepções medievais da política e do universo. Ficou também claro que, antes de haver a Renascença completado a sua obra, uma poderosa torrente de revolução religiosa arrancou o cristianismo dos seus alicerces medievais e preparou o caminho para atitudes espirituais e morais de acordo com as tendências da nova época. É escusado dizer que tanto a Renascença como a Reforma foram acompanhadas de transformações econômicas fundamentais. Na verdade, as sublevações de ordem intelectual e religiosa dificilmente teriam sido possíveis se não ocorressem alterações drásticas no padrão econômico medieval. Essa série de mudanças que assinala a transição da economia estática e contrária ao lucro, dos fins da Idade Média, para o dinâmico regime capitalista do século XV e seguintes, é conhecida como Revolução Comercial.

1. CAUSAS E INCIDENTES DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

Não são muito claras as causas que deram início à Revolução Comercial por volta de 1.400. Isso se deve a ter sido a primeira fase do movimento mais vagarosa do que comumente se supõe. Na medida em que é possível

isolar causas particulares, as seguintes podem ser apontadas como básicas: 1) a conquista do monopólio comercial do Mediterrâneo pelas cidades italianas; 2) o desenvolvimento de um lucrativo comércio entre as cidades italianas e os mercadores da Liga Hanseática, no norte da Europa; 3) a introdução de moedas de circulação geral, como o ducado veneziano e o florim toscano; 4) a acumulação de capitais excedentes, fruto das especulações comerciais, marítimas ou de mineração; 5) a procura de materiais bélicos e o estímulo dado pelos novos monarcas ao desenvolvimento do comércio, a fim de criar mais riquezas tributáveis; e 6) a procura de produtos oriundos do Extremo Oriente, estimulada pelas narrativas de viajantes, em especial pela fascinante descrição das riquezas da China, publicada por Marco Polo depois de voltar de uma viagem a esse país, nos fins do século XIII. Essa combinação de fatores deu aos homens do começo da Renascença novos horizontes de opulência e poder e dotou-os com parte do equipamento necessário à expansão dos negócios. Daí por diante, era inevitável que se sentissem insatisfeitos com o acanhado ideal das corporações medievais, que proibia o comércio lucrativo.
A Revolução Comercial, no entanto, não teria atingido tamanha amplitude se não fossem as viagens ultramarinas de descobrimento, As viagens iniciadas no século XV. Não é difícil perceber as razões que determinaram a realização dessas viagens. Consistiram elas principalmente na ambição espanhola e portuguesa de tomar parte nos proventos do comércio com o Oriente. Desde algum tempo esse comércio vinha sendo monopolizado pelas cidades italianas, donde resultava que a Península Ibérica se via obrigada a pagar altos preços pelas sedas, perfumes, especiarias e tapeçarias importadas da Ásia. Era, portanto, muito natural que os mercadores espanhóis e portugueses tentassem descobrir uma nova rota para o Oriente, livre do controle italiano. Uma segunda causa das viagens de descobrimento foi o fervoroso proselitismo dos espanhóis. Sua bem sucedida cruzada contra os mouros gerara um excedente de zelo religioso que se traduzia no desejo de converter os pagãos. A tais causas deve-se ajuntar o fato de terem os marinheiros cobrado mais coragem para se aventurarem no mar alto, graças aos progressos do conhecimento geográfico e à introdução da bússola e do astrolábio. Os efeitos de tais ocorrências não devem, no entanto, ser exagerados. É positivamente errônea a vulgarizada idéia de que todos os europeus, antes de Colombo, acreditavam ser chata a terra. A partir

do século XII, seria quase impossível encontrar um homem instruído que não aceitasse o fato da esfericidade do nosso planeta. Além disso, a bússola e o astrolábio eram conhecidos na Europa muito antes de qualquer marinheiro sonhar com, uma travessia do Atlântico, salvo os nórdicos. A bússola fora trazida pelos muçulmanos no século XII, provavelmente da China. Quanto ao astrolábio, sua introdução é de data ainda mais antiga.
Se excetuarmos os nórdicos, que descobriram a América por volta do ano 1.000 d.C., os pioneiros da navegação oceânica foram os portugueses. Pelos meados do século XV haviam descoberto e colonizado as ilhas da Madeira e dos Açores e explorado a costa africana para o sul, até a Guiné. Em 1.497, Vasco da Gama, o seu mais bem sucedido navegador, contornou a extremidade meridional da África e, no ano seguinte, chegou à Índia. Entrementes, o marinheiro genovês Cristóvão Colombo tinha-se convencido da possibilidade de atingir a Índia pelo Ocidente. Repelido pelos portugueses, dirigiu-se aos soberanos espanhóis, Fernando e Isabel, e obteve o apoio deles para o seu plano. Sua histórica viagem e os respectivos resultados são conhecidos por todos, de forma que não precisamos repeti-Ios aqui. Ainda que tenha morrido na ignorância do verdadeiro feito que realizara, os seus descobrimentos constituíram a base das pretensões espanholas à posse de quase todo o Novo Mundo. Seguiram-se a Colombo outros descobridores, representando a coroa espanhola, e, a pouco trecho, os conquistadores Cortés e Pizarro. Daí resultou a fundação de um vasto império colonial que incluía a atual porção sudoeste dos Estados Unidos, a Flórida, o México, as Antilhas, a América Central e toda a América do Sul, com exceção do Brasil.
Os ingleses e os franceses não tardaram a seguir o exemplo espanhol. As viagens de João Cabot e de seu filho Sebastião, em 1.497-98, forneceram uma base às pretensões inglesas na América do Norte, embora nada tenha havido que merecesse o nome de império britânico no Novo Mundo antes da colonização da Virgínia, em 1.607. No começo do século XVII o explorador francês Cartier remontou o S. Lourenço, dando assim à sua pátria um semblante de direito ao Canadá oriental. Mais de cem anos depois, as expIorações de Joliet, La Salle e do Padre Marquette permitiram que os franceses se estabelecessem no vale do Mississipi e na região dos Grandes Lagos. Após a sua vitória na guerra pela independência, os holandeses também participaram da luta peta obtenção de um império

colonial. A viagem de Henrique Hudson, subindo o rio que tem o seu nome, conduziu à fundação da Nova Holanda em 1623, mas cerca de quarenta anos depois foram forçados a entregá-Ia aos ingleses. As possessões mais valiosas dos holandeses, no entanto, eram Malaca, as Molucas e os portos da Índia e da África tomados aos portugueses no começo do século XVII.

Foram quase incalculáveis os resultados dessas viagens de descobrimento e da fundação dos impérios coloniais. Para começar, expandiram o comércio, que até então se limitara ao tráfico do Mediterrâneo, e deram-lhe as proporções de um empreendimento mundial. Pela primeira vez na história os navios das grandes potências marítimas singravam os sete mares. O pequeno, mas sólido monopólio do tráfico oriental, mantido pelas cidades italianas, foram completamente destruídos. Gênova, Pisa e Veneza mergulharam daí por diante em relativa obscuridade, ao passo que nos portos de Lisboa, Bordéus, Liverpool, Bristol e Amsterdã se acotovelavam os navios e os armazéns dos seus comerciantes não tinham espaço suficiente para conter as mercadorias. Um segundo resultado foi o tremendo aumento no volume do comércio e na variedade dos artigos de consumo. Às especiarias e tecidos do Oriente haviam-se ajuntado as batatas, o tabaco e o milho da América do Norte; o melaço e o rum das Antilhas; o cacau, o chocolate, a quina e a cochonilha da América do Sul; e ainda o marfim, os escravos e as penas de avestruz da África. Além desses artigos, até então desconhecidos ou obtidos apenas em quantidade ínfima, o suprimento de outros produtos já conhecidos aumentou enormemente. Tal foi em especial o caso do café, do açúcar, do arroz e do algodão, os quais passaram a ser importados em tais quantidades do Hemisfério Ocidental que deixaram de ser mercadorias de luxo.

O mais importante resultado do descobrimento e conquista das terras de além-mar foi, provavelmente, a expansão do suprimento de metais preciosos. Calcula-se que quando Colombo descobriu a América a quantidade de ouro e prata em circulação na Europa não ultrapassava duzentos milhões de dólares. Por volta de 1.600, o volume dos metais preciosos naquele continente atingira o pasmoso total de um bilhão de dólares. Parte dele era fruto das pilhagens feitas pelos espanhóis nos tesouros dos incas e astecas, mas o grosso provinha das minas do México, da Bolívia e do Peru. Os efeitos desse fenomenal aumento das reservas de metal precioso só podem ser qualificados de momentosos. Nenhuma outra

causa influiu de maneira tão decisiva no desenvolvimento da economia capitalista. Os homens possuíam, agora, a riqueza sob uma forma que podia ser convenientemente armazenada para uso subseqüente, e é desnecessário lembrar que a acumulação de riqueza para investimento futuro constitui um característico essencial do capitalismo. Além disso, como o ouro e a prata vieram a ser empregados principalmente como símbolos de utilidades e não como utilidades em si mesmas, o ideal medieval do comércio como uma troca de coisas equivalentes perdeu a sua razão de ser e foi substituído, pela concepção moderna do negócio com mira no lucro. Por fim, o rápido afluxo de metais preciosos estimulou a especulação. O valor do ouro e da prata passava por largas flutuações à medida que se descobriam novas jazidas ou se perdiam as esperanças de um farto rendimento. Essas flutuações influíam nos preços das mercadorias, resultando daí que os mercadores e os banqueiros eram tentados a jogar nas possibilidades futuras.

Os incidentes ou característicos da Revolução Comercial já foram parcialmente indicados pelo anterior exame das causas. O mais importante dentre eles foi a ascensão do capitalismo. Reduzido à expressão mais simples, o capitalismo pode ser definido como um sistema de produção, distribuição e troca em que a riqueza acumulada é empregada pelos seus possuidores individuais com fins lucrativos. Os traços distintivos do sistema são o empreendimento privado, a concorrência e o negócio com fito no lucro. Geralmente, compreende também o sistema de salários como forma de pagamento dos trabalhadores, isto é, uma forma de pagamento baseada, não na quantidade de riqueza que estes criam, mas na sua capacidade de competir uns com os outros para conseguir empregos. Além disso, é um sistema dinâmico, fundado na premissa de que todo produtor ou comerciante tem o direito de incrementar os seus negócios pelo estímulo à procura dos artigos que tem a vender. Como já foi salientado, o capitalismo é a antítese direta da economia semi-estática das corporações medievais, na qual se concebiam a produção e o comércio como orientados no sentido de beneficiar a sociedade, com uma remuneração apenas razoável dos serviços prestados, ao invés de lucros ilimitados. Ainda que o capitalismo não tenha alcançado a completa maturidade senão no século XIX, quase todos os seus característicos essenciais se desenvolveram durante a Revolução Comercial.

Outro fato importante dessa revolução foi o desenvolvimento do sistema bancário. Devido à vigorosa condenação da usura, os negócios bancários

mal eram considerados respeitáveis durante a Idade Média. Durante muitos séculos, o pouco que se realizou nesse sentido foi virtualmente monopolizado pelos muçulmanos e judeus. No tempo das Cruzadas, os mosteiros e os templários emprestavam dinheiro para financiar as expedições ou atender às necessidades dos soldados depois que chegavam ao Oriente, mas nenhum desses casos pode ser considerado como exemplo de uma operação bancária no sentido moderno do termo. A justificação dos empréstimos não era econômica, mas religiosa, e mesmo assim considerava-se necessário evitar o anátema lançado sobre a usura, aceitando presentes ao invés de cobrar juros. Só no século XIV foi que o empréstimo de dinheiro se estabeleceu solidamente como empresa comercial. As verdadeiras fundadoras desse gênero de negócios com mira no lucro foram algumas das grandes casas comerciais das cidades italianas. Salientou-se entre elas a firma dos Médicis, em Florença, com um capital de 7.500.000 dólares para financiar as suas atividades. O emblema comercial dessa firma - o cacho de três bolas de ouro - continua a ser ainda hoje, no mundo ocidental, a conhecida insígnia das casas de penhor. No século XV, os negócios bancários tinham atingido a Alemanha meridional, a França e os Países-Baixos. A principal firma do norte era a dos Fuggers, de Augsburgo, com um capital de vinte milhões de dólares. Os Fuggers emprestaram dinheiro a reis e bispos, serviram como corretores do papa na venda de indulgências e adiantaram os fundos graças aos quais Carlos V pode comprar a sua eleição ao trono do Santo Império Romano. Dirigiam os seus negócios com tanta astúcia e tão implacavelmente perseguiam os seus devedores - chegando a ameaçar o próprio imperador como se fosse um traficantezinho qualquer - que a firma auferiu um lucro anual de 54% durante década e meia, no século XVI. O aparecimento dessas casas bancárias particulares foi seguido pela fundação de bancos públicos ou, pelo menos, parcialmente controlados pelo governo, os quais se destinavam a atender às necessidades monetárias dos estados nacionais. O primeiro em ordem cronológica foi o Banco da Suécia (1.656), mas era ao Banco da Inglaterra, fundado em 1.694, que estava reservado o papel de maior importância da história econômica. Embora até 1.946 não se achasse tecnicamente sob o controle do governo, foi o banco de emissão deste e o depositário dos fundos públicos.

O desenvolvimento do sistema bancário fez-se acompanhar necessariamente da adoção de vários instrumentos auxiliares das transações financeiras em larga escala. As facilidades de crédito se expandiram de tal forma que um comerciante de Amsterdã podia comprar mercadorias de um outro, em Veneza, mediante uma letra de câmbio emitida por um banco da sua cidade. O comerciante veneziano embolsava o seu dinheiro apresentando a letra de câmbio ao banco local. Os dois bancos, mais tarde, acertavam as suas contas pelo confronto dos respectivos balanços. Com o tempo, chegou-se a estabelecer um sistema bastante perfeito de compensação internacional que possibilitava a liquidação de um grande volume de contas com pequeníssima troca de dinheiro. Entre as outras facilidades para a expansão do crédito figuravam a adoção do sistema de pagamento por cheque nas transações locais e a emissão de notas bancárias como substitutos do ouro e da prata. Ambos esses expedientes foram introduzidos pelos italianos e gradualmente adotados na Europa setentrional. O sistema de pagamento por cheque assumiu especial importância por aumentar o volume do comércio, uma vez que os recursos de crédito dos bancos puderam então expandir-se muito além do montante real dos seus depósitos.

A Revolução Comercial não se limitou, é claro, ao desenvolvimento do comércio e do sistema bancário. Incluiu, também, modificações fundamentais nos métodos de produção. O sistema de manufatura desenvolvido pelas corporações de ofício da última fase da Idade Média caminhava a passos rápidos para a extinção. As próprias corporações, dominadas pelos mestres, tinham-se tornado egoístas e exclusivistas. Delas participavam, comumente, tão-só umas poucas famílias privilegiadas. Além disso, estavam tão fossilizadas na tradição que eram incapazes de ajustar-se às novas condições. E mais ainda, haviam surgido novas indústrias que eram completamente alheias ao sistema corporativo. Exemplos característicos foram a mineração, a fundição de minérios e a indústria da lã. O rápido desenvolvimento dessas empresas foi estimulado por progressos técnicos tais como a invenção da roda de fiar e do tear para tecer meias e o descobrimento de um novo método de fundir latão que economizava quase metade do combustível anteriormente empregado. Nas indústrias de mineração e fundição de minérios adotou-se uma forma de organização muito semelhante à que chegou até nós. As ferramentas e

instalações pertenciam aos capitalistas, enquanto os operários eram meros percebedores de salários, sujeitos aos azares dos acidentes, do desemprego e das doenças profissionais.
A modalidade mais típica de produção industrial era, porém, o sistema doméstico, introduzido originalmente na indústria de tecelagem da lã. Deriva ele o seu nome do fato de ser o trabalho executado em sua própria casa pelos artífices, em lugar de o ser na oficina de um artesão-mestre. Visto como as várias tarefas da manufatura do produto eram distribuídas por empreitada, mais ou menos dentro do moderno regime de exploração máxima do trabalhador, o sistema é também conhecido como sistema de encomenda. Não obstante a escala diminuta da produção, a organização era inteiramente capitalista. A matéria-prima era comprada por um empresário e transferida aos trabalhadores Individuais, cada um dos quais devia perfazer a respectiva tarefa em troca de um pagamento estipulado. No caso da indústria de tecelagem, a lã era distribuída em primeiro lugar aos fiandeiros e depois, sucessivamente, aos tecelões, pisoeiros e tingidores. Uma vez pronto o pano, o industrial o recolhia e vendia no mercado livre pelo melhor preço que pudesse conseguir. O sistema doméstico não se restringia, naturalmente, à manufatura do pano de lã. Com o correr do tempo, estendeu-se a muitos outros campos de produção. Harmonizava-se muito bem com a nova glorificação da riqueza e com a concepção de uma economia dinâmica. O capitalista podia, agora, deitar para um canto as velhas objeções contra o lucro. Não havia associações de rivais para criticar a qualidade dos seus produtos ou os salários que pagava aos seus operários. O melhor de tudo, talvez, é que podia expandir os seus negócios como bem lhe conviesse e introduzir novas técnicas capazes de reduzir os custos ou aumentar o volume da produção.
Indubitavelmente o sistema doméstico apresentava vantagens para os próprios trabalhadores, em especial quando comparado com a sua sucessora - a fábrica. Embora os salários fossem baixos, não havia horário de trabalho e, geralmente, cada um podia aumentar os rendimentos da família cultivando um pequeno pedaço de terra e colhendo, pelo menos, algumas hortaliças. Além disso, as condições de trabalho em casa eram mais saudáveis do que nas fábricas e o trabalhador dispunha da família para ajudá-Io nas tarefas mais simples. Também deve ser considerada como uma positiva vantagem a ausência da supervisão de um capataz e do medo de ser

despedido por motivos fúteis. Por outro lado, não se pode esquecer que os operários estavam por demais espalhados para se organizarem com eficiência, visando uma ação conjunta. Conseqüentemente, não tinham meios de se protegerem contra os empregadores desonestos que lhes sonegavam parte dos salários ou os forçavam a aceitar o pagamento em gêneros. É também verdade que, nos últimos tempos da Revolução Comercial, os operários se tornaram cada vez mais dependentes dos capitalistas, que haviam passado a fornecer não somente as matérias-primas, mas também as ferramentas e utensílios. Em alguns casos, os operários eram reunidos em grandes oficinas centrais e obrigados a trabalhar dentro de uma rotina fixa. A diferença entre isso e os métodos intensivos do sistema fabril era tão-somente questão de grau.

Que a Revolução Comercial acarretaria grandes mudanças na organização dos negócios era coisa que se poderia prever desde os primeiros passos. A unidade dominante de produção e comércio na Idade Média era a oficina ou o armazém de propriedade de um individuo ou de uma família. A sociedade comercial era também bastante comum, a despeito da grave desvantagem que representava a responsabilidade ilimitada de cada um dos sócios pelos débitos da firma. Evidentemente, nenhuma dessas unidades se adaptava bem a negócios que envolvessem grandes riscos e um enorme emprego de capital. O primeiro resultado das tentativas para conseguir uma organização comercial mais adequada foi a formação das companhias regulamentadas. Tratava-se de associações de comerciantes unidos num empreendimento comum. Os associados não operavam uma fusão de capitais; concordavam apenas em cooperar para proveito de todos e em obedecer a certas regras definidas. Em geral, o objetivo da combinação era manter em certa parte do mundo um monopólio comercial. Os sócios freqüentem ente pagavam contribuições para a manutenção de docas e trapiches e, em particular, para a proteção contra os "entrelopos", como eram chamados os comerciantes que tentavam quebrar o monopólio. Um dos mais notáveis exemplos dês se tipo de organização foi uma companhia inglesa conhecida como os "Merchant Adventurers", fundada com o objetivo de comerciar com os Países-Baixos e a Alemanha.

No século XVI, a companhia regulamentada foi em grande parte suplantada por um novo tipo de organização, ao mesmo tempo mais sólida e de alcance mais amplo. Era a sociedade por ações, formada mediante a subscrição de

quotas de capital por um número considerável de inversores. Os que compravam ações podiam ou não tomar parte nas atividades da companhia, mas tanto num caso como no outro eram co-proprietários do negócio e, como tais, tinham direito a participar dos lucros na proporção do dinheiro empregado. A sociedade por ações apresentava numerosas vantagens sobre a sociedade de responsabilidade ilimitada e sobre a companhia regulamentada. Em primeiro lugar, era uma unidade permanente, não estando sujeita à reorganização todas as vezes que um dos membros morria ou se retirava. Em segundo, acabou por estabelecer-se na base de uma responsabilidade limitada, isto é: cada sócio só era responsável pelos débitos da companhia na proporção do seu investimento de capital. E, em terceiro, tornava possível um acúmulo muito maior de capital, graças à ampla distribuição das ações. Em resumo, possuía quase todas as vantagens de uma sociedade anônima moderna, exceto quanto a não ter personalidade jurídica, com os direitos e privilégios garantidos aos indivíduos. Se bem que a maioria das primeiras sociedades por ações tivessem sido fundadas para empreendimentos comerciais, mais tarde algumas se organizaram para fins industriais. Entre as principais organizações de mercadores, umas havia que eram também companhias privilegiadas, isto é, possuíam cartas de privilégio do governo que lhes concediam o monopólio do comércio em certa localidade e lhes conferiam ampla autoridade sobre os habitantes. Graças a um privilégio desse tipo, a Companhia Inglesa das Índias Orientais governou a índia como se fosse um estado particular, até 1.784, e em certo sentido até 1.858. Famosas foram também a Companhia Holandesa das Índias Orientais, a Companhia da Baía de Hudson, a Companhia de Plymouth e a Companhia de Londres. Esta última fundou a colônia da Virgínia e governou-a durante certo tempo como se fora propriedade sua.

Cunhagem de moedas no século XVI. (Metropolitan Museum of Art.)

Resta ainda considerar um característico da Revolução Comercial, que foi o desenvolvimento de uma economia monetária mais eficiente. O dinheiro estivera em uso, é claro, desde a revivescência do comércio no século XI. Não obstante, eram raras as moedas cujo valor fosse reconhecido fora do seu local de origem. Por volta de 1.300, o ducado veneziano e o florim florentino, valendo cada um cerca de 2,25 dólares, tinham ganho considerável aceitação dentro da Itália e mesmo nos mercados internacionais do norte da Europa. De nenhum país se pode dizer, entretanto, que possuísse um sistema monetário uniforme. Em quase toda parte reinava grande confusão. Moedas emitidas por reis circulavam lado a lado com o dinheiro dos nobres locais e até com os maravedis muçulmanos. Além disso, os padrões monetários sofriam freqüentes modificações e as próprias moedas eram muitas vezes adulteradas. Um método usado comumente pelos reis para fazer crescer as suas rendas era aumentar a proporção dos metais mais baratos nas moedas que emitiam. O desenvolvimento do comércio e da indústria na Revolução Comercial acentuou, porém, a necessidade de sistemas monetários mais estáveis e uniformes. O problema foi resolvido pela adoção, por todos os estados mais importantes, de um sistema-padrão de dinheiro para ser usado em todas as transações dentro dos seus limites. Muito tempo se passou, entretanto, antes que a reforma se completasse. A Inglaterra iniciou a elaboração de uma cunhagem uniforme no reinado de Elisabet, mas a tarefa não ficou terminada antes do fim do século XVI. A França não conseguiu reduzir o seu dinheiro aos modernos padrões de simplicidade e comodidade senão no tempo de Napoleão. A despeito de tão longas dilações, parece acertado concluir que as moedas nacionais foram realmente uma conquista da Revolução Comercial.

2. O MERCANTILISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA

A Revolução Comercial foi acompanhada, em suas últimas fases, pela adoção de um novo corpo de doutrinas e de normas práticas conhecido como mercantilismo. No seu sentido mais amplo, o mercantilismo pode ser definido como um sistema de intervenção governamental para promover a

prosperidade nacional e aumentar o poder do estado. Se bem que seja muitas vezes considerado como um programa de ordem exclusivamente econômica, os seus objetivos eram em grande parte políticos. A finalidade da intervenção nos assuntos econômicos não era apenas expandir o volume da indústria e do comércio, mas também trazer mais dinheiro para o tesouro do rei, o que lhe permitiria construir armadas, apetrechar exércitos e fazer o seu governo temido e respeitado em todo o mundo. Devido a essa íntima associação com as ambições dos príncipes, empenhados em aumentar o seu próprio poder e o dos estados que dirigiam, o mercantilismo tem sido às vezes chamado estatismo. O sistema, certamente, nunca teria existido se não fora o desenvolvimento de uma monarquia absoluta em lugar da estrutura fraca e descentralizada do feudalismo. Não o criaram, porém, os reis sozinhos. Como era natural, os novos magnatas dos negócios prestaram-Ihes entusiástico apoio, pois o favorecimento ativo do comércio pelo estado lhes traria vantagens evidentes. O apogeu do mercantilismo foi o período entre 1.600 e 1.700, mas muitos de seus característicos sobreviveram até o fim do século XVIII.
Se houve um princípio que desempenhasse o papel central na teoria mercantilista, foi a doutrina do metalismo. Essa doutrina O metalismo estabelece que a prosperidade de uma nação é determinada pela quantidade de metais preciosos de comércio existente dentro dos seus limites. Quanto mais favorável ouro e prata um país possui, tanto mais dinheiro o governo poderá recolher em impostos e tanto mais rico e poderoso se tornará o estado. O surto tomado por uma tal idéia era alimentado pelo conhecimento da prosperidade e poder da Espanha, que pareciam resultar diretamente do afluxo de metais preciosos procedentes das colônias americanas. Mas que poderiam fazer os países que não tivessem colônias produtoras de ouro ou prata? Como conseguiriam tornar-se ricos e poderosos? Os mercantilistas tinham uma resposta pronta para essas perguntas. A nação que não tivesse acesso direto ao ouro e à prata devia tentar aumentar o seu comércio com o resto do mundo. Se o governo de uma tal nação tomasse medidas para fazer com que o valor das exportações excedesse constantemente o das importações, a entrada de ouro e prata no país superaria a saída. Chamava-se a isso manter uma "balança de comércio favorável". Para tal, três medidas principais tornavam-se necessárias: primeiro, tarifas elevadas para reduzir o nível geral das importações e impedir completamente a entrada de

certos produtos; segundo, prêmios às exportações; e terceiro, um amplo fomento da indústria, para que o país tivesse a maior quantidade possível de mercadorias para vender ao estrangeiro.
A teoria mercantilista incluía também certos elementos de nacionalismo econômico, paternalismo e imperialismo. O primeiro significa o ideal de uma nação que se basta a si mesma. A política de favorecer novas indústrias não tinha em vista apenas aumentar as exportações, mas também tornar o país independente dos fornecimentos estrangeiros. Da mesma forma, os mercantilistas argumentavam que o governo devia exercer as funções de um zeloso guardião sobre as vidas dos seus cidadãos. O casamento precisava ser encorajado e regulamentado a fim de aumentar constantemente a população. Cumpria que o governo exercesse um controle cuidadoso sobre os salários, as horas de trabalho, os preços e a qualidade dos produtos. Impunha-se uma assistência generosa à pobreza, inclusive a assistência médica gratuita para os que não pudessem pagá-Ia. Essas coisas não seriam feitas, no entanto, dentro de qualquer espírito de caridade ou justiça, mas principalmente para que o estado pudesse repousar sobre sólidas bases econômicas e para que tivesse, em caso de guerra, o apoio de cidadãos numerosos e sadios. Finalmente, os mercantilistas advogavam a aquisição de colônias. Aqui, também, o objetivo principal não era beneficiar individualmente os cidadãos da metrópole, mas tornar a nação forte e independente.
Os tipos de possessões mais ardentemente desejadas eram aquelas que pudessem aumentar os fundos nacionais de metais preciosos. Na falta delas, seriam muito aceitáveis as colônias que fornecessem produtos tropicais, abastecimentos navais ou quaisquer outros artigos que a metrópole não pudesse produzir. Baseava-se esse imperialismo na teoria de que as colônias existiam para benefício dos estados possessores. Por tal razão, não se lhes permitia dedicarem-se à indústria ou à navegação. Sua função era produzir matérias-primas e consumir o máximo possível de produtos manufaturados. Desse modo robusteceriam as indústrias da metrópole, dando-lhe assim uma vantagem na luta pelo mercado mundial.

ARTE DA ÉPOCA BARROCA

Velha na Poltrona, *de Rembrandt, o pintor flamengo de maior conteúdo filosófico. Rembrandt é notável pelos seus profundos estudos da natureza humana. Exercia maestria sôbre um largo campo, incluindo retratos individuais ou em grupo, paisagens e águas-fortes.* *Ver p. 566.* (Metropolitan Museum of Art.)

O Grupo Alegre, *de Franz Hals. As obras mais expressivas de Hals são as que ilustram, como esta, as dores e alegrias dos humildes, mas, como os outros pintores flamengos, êle também retratou a vida dos burgueses abastados.* (Metropolitan Museum of Art.)

Mariana d'Áustria (*mulher de Filipe IV da Espanha*), *por Diego Velasquez, cujos soberbos retratos celebram a pompa e o poder da côrte espanhola.*

ARTE DA ÉPOCA BARROCA

Vênus e Adônis, *de Pedro Paulo Rubens. Rubens pintou temas clássicos que concebia em largas proporções e executava com soberbo vigor e liberdade.*

A maioria dos que escreveram sobre a teoria mercantilista não eram economistas profissionais, mas homens de ação pertencentes ao mundo dos negócios. A melhor exposição do assunto parece ter sido a de Thomas Mun, um comerciante de destaque e diretor, por muitos anos, da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Sua obra principal foi publicada

postumamente, em 1.664, sob o título England's Treasure by Forraign Trade, or The Ballance of Our Forraign Trade Is the Rule Of Our Treasure (isto é, mais ou menos: "A riqueza da Inglaterra pelo comércio estrangeiro, ou A balança do nosso comércio estrangeiro é a reguladora da nossa riqueza.") Além de numerosos outros campeões pertencentes às fileiras do comércio, o mercantilismo também encontrou defensores em alguns filósofos políticos. Entre eles figuram advogados da monarquia absoluta como o francês Jean Bodin (1.530-96) e o inglês Thomas Hobbes (1.588-1679), naturalmente predispostos a apoiar qualquer política que aumentasse a riqueza e o poder do governante. Conquanto a maioria dos apologistas do mercantilismo se interessasse por ele principalmente como um meio de promover uma balança de comércio favorável, outros o concebiam como uma espécie de paternalismo com vistas em aumentar a prosperidade interna do país. O inglês Edward Chamberlayne, por exemplo, defendia uma política de certo modo semelhante às idéias atuais sobre os empreendimentos governamentais. Recomendava que o estado destinasse abundantes fundos para o auxílio aos pobres e para a construção de obras públicas como meio de estimular os negócios.
As tentativas de pôr em prática a doutrina mercantilista assinalaram a história da maioria das nações da Europa ocidental nos séculos XVI e XVII. Evidentemente a Espanha teve a vantagem inicial, devido ao afluxo de metais preciosos proveniente do seu império americana. E, embora os espanhóis não precisassem de recorrer a meios artificiais a fim de trazer dinheiro para dentro do país, o seu governo manteve assim mesmo um controle rigoroso sobre o comércio e a indústria. A política de quase todas as demais nações orientava-se no sentido de remediar a falta de colônias produtoras de ouro e prata pela conquista de um quinhão maior no comércio de exportação. Isso naturalmente implicava um programa de prêmios, tarifas e extensa regulamentação da indústria e da navegação. A política mercantilista foi resolutamente adotada na Inglaterra durante o reinado de Elisabet e continuada pelos monarcas da casa dos Stuarts e por Oliver Cromwell. A maioria desses governantes se empenharam numa furiosa disputa pela aquisição de colônias, concederam privilégios de monopólio a companhias comerciais e procuraram, por múltiplos meios, controlar as atividades econômicas dos cidadãos. Os exemplos mais interessantes de legislação mercantilista na Inglaterra foram, em primeiro lugar, as leis

elisabetanas destinadas a eliminar a ociosidade e estimular a produção, e, em segundo, as Leis de Navegação. Por uma série de leis decretadas no fim do século XVI, Elisabet autorizou os juizes de paz a fixar preços, regulamentar as horas de trabalho e obrigar todo cidadão fisicamente capaz a trabalhar em alguma atividade útil. A primeira das Leis de Navegação foi promulgada em 1651, no governo de Cromwell. Visando anular o predomínio holandês no comércio de transportes, determinava que todos os produtos coloniais exportados para a metrópole fossem embarcados em navios ingleses. Uma segunda Lei de Navegação, aprovada em 1660, confirmava a primeira, proibindo, ademais, o envio direto de certos "artigos enumerados" para os portos do continente europeu - em especial do tabaco e do açúcar. Tais produtos deviam ser enviados primeiro à Inglaterra, de onde, após o pagamento dos direitos alfandegários, poderiam ser reembarcados para outros portos. Ambas essas leis baseavam-se no princípio de que as colônias deviam servir para enriquecer a metrópole.

Durante a Revolução Comercial os estados alemães estavam por demais ocupados com problemas internos para tomarem parte ativa na luta pelas colônias e pelo comércio ultramarino. Em conseqüência disso, o mercantilismo alemão interessou-se principalmente em aumentar a força interna do estado. Apresentava o duplo caráter de um nacionalismo econômico e de um programa de sociedade planificada. Mas escusamos de dizer que o planejamento se fazia com a mira principal em beneficiar o governo e só acidentalmente se interessava pelo povo. Devido ao seu objetivo dominante de aumentar as rendas do estado, os mercantilistas alemães são conhecidos como "cameralistas" (de Kammer, nome dado ao tesouro real). A maioria deles eram advogados e professores de finanças. As idéias cameralistas foram postas em prática pelos reis Hohenzollerns da Prússia, notadamente por Frederico Guilherme I (1.713-40) e por Frederico o Grande (1.740-86). A política desses monarcas assumia a forma de um plano múltiplo de intervenção e controle na esfera econômica, visando aumentar a riqueza tributável e fortalecer o poder do estado. Drenaram-se pântanos, abriram-se canais, fundaram-se novas indústrias com o auxílio do governo e os camponeses receberam instruções sobre as culturas que deviam plantar. A fim de que a nação se tornasse auto-suficiente no mais breve tempo possível, foram proibidas as exportações de matérias-primas e as importações de produtos manufaturados. O grosso das rendas advindas

dessas medidas era aplicado em objetivos militares. O exército regular da Prússia foi aumentado, por Frederico o Grande, para 160.000 homens.
Talvez a aplicação mais completa do mercantilismo, em todos os seus aspectos, tenha sido a que se verificou na França sob Luís XIV (1.643-1.715). Isso se deveu, em parte, a ser o estado francês a encarnação perfeita do absolutismo e também, em parte, à política de Jean-Baptiste Colbert, chefe de ministério do grand monarque entre 1.661 e 1.683. Contrariamente a uma opinião bastante difundida, Colbert não foi um teorizador mais sim um político prático que ambicionava o poder pessoal e procurava por todos os meios multiplicar as oportunidades de enriquecimento da classe média, a que pertencia. Aceitou o mercantilismo, não como um fim em si mesmo, mas como o meio mais conveniente de aumentar a riqueza e o poder do estado, conquistando assim a aprovação do seu soberano. Nem por isso, contudo, a maioria das suas medidas políticas deixou de pautar-se inteiramente pela doutrina mercantilista. Tinha a firme convicção de que a França devia adquirir a maior quantidade possível de metais preciosos. Para isso proibiu a exportação de dinheiro, impôs altas tarifas aos produtos manufaturados estrangeiros e concedeu prêmios liberais para estimular o desenvolvimento da navegação francesa. Foi também, principalmente com esse fim que fomentou o imperialismo, esperando melhorar a balança de comércio favorável mediante a venda de produtos manufaturados às colônias. Comprou, portanto, as ilhas de Martinica e Guadalupe nas Antilhas, favoreceu o estabelecimento de colônias em S. Domingos, no Canadá e na Luisiana e fundou entrepostos comerciais na Índia e na África. Era, além disso, tão devotado ao ideal da auto-suficiência como qualquer cameralista da Prússia. Subsidiou novas empresas instalou certo número de indústrias do estado e até fez com que o governo comprasse mercadorias que não eram realmente necessárias, só para manter em pé certas companhias. Estava, no entanto, resolvido a conservar a indústria manufatureira sob rigoroso controle, a fim de que as companhias comprassem da França ou de suas colônias as matérias-primas e produzissem os artigos necessários à grandeza nacional. Conseqüentemente, impôs à indústria uma regulamentação minuciosa que prescrevia quase todos os detalhes do processo de manufatura. Por fim, deve-se mencionar que Colbert tomou algumas medidas diretas para aumentar o pode político na nação. Proveu a França de uma armada de quase trezentos navios,

recrutando cidadãos das províncias marítimas e a criminosos para tripulá-Ios. Procurou estimular o rápido crescimento da população desencorajando os jovens de se tornarem monges ou freiras e isentando de quaisquer impostos as famílias com dez ou mais filhos.
Pelo que foi dito, parece ter ficado bastante claro que o mercantilismo foi a expressão econômica lógica do absolutismo político dos séculos XVI e XVII. Por isso, teve ele muito de comum com o fascismo. Tanto os mercantilistas como os fascistas desejavam acorrentar o sistema econômico ao carro da grandeza nacional. Uns e outros acreditavam num rígido controle da produção e da distribuição da riqueza, principalmente como meio de conseguir o poderio militar. Uns e outros abraçaram o imperialismo com o mesmo objetivo fundamental de adquirir fontes de matérias-primas que a metrópole não podia produzir e conseguir uma vazão para os produtos manufaturados. Embora tanto os fascistas como os mercantilistas fizessem um fetiche da auto-suficiência, nem uns nem outros acreditavam numa economia completamente fechada, pois todos eles tentavam vender o máximo possível no exterior, sem comprar, em troca, mais do que o estritamente necessário. Mercantilistas e fascistas baseavam-se também no princípio de que os fundos governamentais deviam ser utilizados no estímulo aos negócios e ao emprego e de que era preciso tomar medidas para encorajar um forte crescimento da população. Havia, porém, uma importante diferença econômica entre os dois sistemas. Os mercantilistas interpretavam a riqueza nacional em função da quantidade de metais preciosos existente no país. Não concebiam o uso do crédito governamental como um meio para tirar a "riqueza" do nada, emitindo obrigações aos bancos e depois valendo-se dessas obrigações como lastro para novas emissões de dinheiro, que por sua vez seria pago ao povo em troca de mercadorias e serviços, Os fascistas rejeitavam inteiramente a teoria metalista da riqueza, negando que o ouro ou a prata desempenhassem um papel indispensável na vida econômica da nação. Tendiam a considerar os produtos da terra e do trabalho humano como fontes exclusivas da riqueza nacional.

3. RESULTADOS DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

É desnecessário dizer que a Revolução Comercial foi um dos desenvolvimentos mais significativos da história do mundo ocidental. Todo o quadro da vida econômica moderna teria sido impossível sem ela que deslocou as bases do comércio do plano local e regional da Idade Média para a escala mundial que desde então o tem caracterizado. Exaltou, além disso, o comércio com finalidade lucrativa, santificou a acumulação de riqueza e estabeleceu a concorrência como base da produção e do comércio. Numa palavra, é à Revolução Comercial que se devem quase todos os elementos que vieram a constituir o regime capitalista.
Esses não foram, porém, os seus únicos resultados. A Revolução Comercial também deu surto às primeiras grandes especulação, muito semelhantes àquelas com que se habituou, muito a contragosto, o mundo moderno. O afluxo de metais preciosos, a rápida alta dos preços e o encarecimento da riqueza como finalidade da vida fomentaram um espírito de jogo nos negócios, o qual nunca teria sido possível dentro da economia estática da Idade Média. A rápida expansão dos negócios nos primeiros tempos da Revolução levou os homens a pensar que se poderia fazer fortuna do dia para a noite. Projetaram-se inúmeras empresas para toda espécie de fins absurdos - tornar doce a água salgada ou fabricar máquinas de moto-contínuo - e milhares de compradores de ações morderam a isca. Um grupo de agentes velhacos chegou até a vender ações de uma companhia cujo objetivo era tentadoramente descrito como "um empreendimento que seria revelado em tempo oportuno". Calculou-se que nada menos de um milhão e meio de dólares foram invertidos nesses projetos insensatos durante os primeiros anos do século XVIII.
O auge do frenesi especulativo foi atingido no escândalo dos Mares do Sul e no do Mississipi, por volta de 1.720. O primeiro resultou da inflação do capital da Companhia dos Mares do Sul, na Inglaterra. Os incorporadores dessa companhia concordaram em assumir a responsabilidade de cerca de cinqüenta milhões de dólares da dívida nacional e, em troca, receberam do governo inglês a exclusividade do comércio com a América do Sul e as ilhas do Pacífico. As perspectivas de lucro pareciam quase ilimitadas. As ações da companhia subiram ràpidamente de cotação até serem vendidas por mais de dez vezes o seu valor nominal. Quanto mais subiam, mais crédulo se mostrava o povo. Gradualmente, porém, cresceu a suspeita de que as possibilidades da empresa tinham sido superestimadas. As róseas

esperanças cederam o lugar ao temor e os compradores fizeram tentativas frenéticas para desfazerem-se de suas ações por qualquer preço. A falência foi o resultado inevitável.
Ao mesmo tempo que se alimentava a quimera dos Mares do Sul na Inglaterra, os franceses eram arrastados por uma onda semelhante de loucura especulativa. Em 1.715, um escocês chamado John Law, que fora obrigado a fugir da Inglaterra por ter matado o seu rival numa disputa amorosa, estabeleceu-se em Paris, depois de ter sido bem sucedido em várias aventuras de jogo em outras cidades. Persuadiu o regente da França a adotar um plano seu de pagar a divida nacional mediante uma emissão de papel-moeda, concedendo-lhe o privilégio de organizar a Companhia do Mississipi para a colonização e a exploração da Luisiana. À medida que os empréstimos governamentais eram remidos, aqueles que recebiam o dinheiro eram levados a comprar ações da companhia. Em breve as ações começaram a subir vertiginosamente, alcançando afinal uma cotação de quarenta vezes o seu valor original. Quase todos aqueles que podiam juntar algumas moedas lançaram-se na porfia pela riqueza. Contavam-se histórias de açougueiros e alfaiates que passavam por ter ficado milionários comprando algumas ações para jogar na alta. Mas, à medida que se tornava evidente que a companhia jamais poderia pagar dividendos capazes de compensar tais preços, os inversores mais prudentes começaram a vender as suas ações. O alarma disseminou-se e em breve estavam todos tão ansiosos por vender como antes tinham estado por comprar. Em 1.720 o escândalo estourou, gerando tremendo pânico. Milhares de pessoas, que haviam vendido as suas propriedades para comprar ações a um preço fantástico, ficaram completamente arruinadas. O colapso das companhias dos Mares do Sul e do Mississipi arrefeceu um pouco a paixão pública pelo jogo. Não tardou muito, porém, que se reavivasse a cobiça dos lucros especulativos e as orgias de agiotagem que acompanharam a Revolução Comercial repetiram-se muitas vezes durante os séculos XIX e XX.
Entre outros resultados da Revolução Comercial podem citar-se a ascensão da burguesia ao poder econômico, o início da europeização do mundo e o restabelecimento da escravidão. Cada um deles exige breve comentário. No fim do século XVII a burguesia se tornara a classe econômica dominante em quase todos os países da Europa ocidental. Dela faziam parte os comerciantes, os banqueiros, os proprietários de navios, os principais

acionistas e os empresários de indústrias. Essa subida ao poder deveu-se principalmente ao aumento da riqueza e à tendência de se aliarem aos reis contra os remanescentes da aristocracia feudal. Mas o poder da burguesia, por enquanto, era puramente econômico. Foi só no século, XIX que a supremacia política da classe média se tornou realidade. Por europeização do mundo deve entender-se a transplantação dos hábitos e da cultura europeus para outros continentes. Em resultado do trabalho dos comerciantes, missionários e colonos, as Américas do Norte e do Sul assumiram rapidamente a feição de apêndices da Europa. Na Ásia não houve mais do que um início de transformação, mas era o bastante para deixar prever as tendências dos tempos posteriores, quando até o Japão e a China adotariam as locomotivas ocidentais e os óculos de aros de tartaruga.
O resultado mais deplorável da Revolução Comercial foi o restabelecimento da escravidão. Como vimos no estudo da Idade Média, por volta do ano 1.000 a escravidão havia praticamente desaparecido da civilização européia. Mas o desenvolvimento da mineração e das fazendas de plantação nas colônias inglesas, espanholas e portuguesas provocou enorme procura de trabalhadores não especializados. A principio tentou-se escravizar os índios americanos, mas estes, em geral, se mostraram demasiado rebeldes à sujeição. O problema foi resolvido no século XVI pela importação de negros africanos. Durante os seguintes duzentos anos ou mais a escravidão negra fez parte integrante do sistema colonial europeu, mormente nas regiões fornecedoras de produtos tropicais.
Por fim, a Revolução Comercial teve grande importância em preparar o caminho para a Revolução Industrial. Isso se deu por várias razões. Primeiro, a Revolução Comercial criou uma classe e capitalistas que constantemente procuravam novas oportunidades para empregar os seus lucros excedentes. Segundo, a política mercantilista, com a importância que atribuía à proteção das indústrias incipientes e à produção de mercadorias para exportação, deu um poderoso estímulo ao desenvolvimento das manufaturas. Terceiro, a fundação dos impérios coloniais inundou a Europa de novas matérias-primas e aumentou muitíssimo o suprimento de certos produtos até então considerados como de luxo. A maior parte deles precisava ser manufaturada antes de passar ao consumidor. Em conseqüência, surgiram novas indústrias completamente livres de qualquer regulamentação corporativa que porventura ainda subsistisse. O exemplo

mais frisante foi a manufatura de tecidos de algodão, e é ainda bastante significativo ter sido ela a primeira indústria a se mecanizar. Por último, a Revolução Comercial caracterizou-se pela tendência de adotar os métodos fabris em certos ramos de produção, a par de aperfeiçoamentos técnicos tais como a invenção da roda de fiar, a do tear de fazer meia e o descobrimento de um processo mais eficiente para reduzir minérios. Não é difícil perceber a conexão entre tais fatos e os progressos mecânicos da Revolução Industrial.

4. PROGRESSOS REVOLUCIONÁRIOS NA AGRICULTURA

Em larga medida, as transformações profundas que se operaram na agricultura durante os séculos XVII e XVIII podem ser consideradas como efeitos da Revolução Comercial. A alta dos preços e o aumento da população urbana, por exemplo, fizeram com que a agricultura se tornasse um negócio rendoso, tendendo assim a promover a sua absorção pelo sistema capitalista. Além disso, o desenvolvimento da indústria da lã na Inglaterra levou muitos proprietários rurais a substituir o cultivo do solo pelo pastoreio como fonte principal de renda. Houve, porém, outras causas que não tinham nenhuma relação direta com a Revolução Comercial. Uma delas foi a falta de braços, devida à Peste Negra e à evasão dos camponeses para as cidades e vilas a fim de aproveitarem as oportunidades de uma vida melhor, nascidas do restabelecimento do comércio com o Oriente Próximo. Uma outra foi o arroteamento de novas fazendas em que vigorava o sistema do trabalho livre e da iniciativa individual. As Cruzadas e a Guerra dos Cem Anos constituíram uma terceira causa, por terem determinado o enfraquecimento do poder dos nobres e solapado a estrutura da antiga sociedade. O efeito conjunto desses fatores foi a destruição do sistema senhorial e o aparecimento de uma agricultura erigida sobre bases de certo modo semelhantes às modernas. A transformação foi mais completa na Inglaterra, mas também em outros países houve progressos no mesmo sentido.

O primeiro entre os fatos marcantes da revolução agrícola foi o abandono do antigo sistema senhorial de cultivo. Sob o regime medieval, o solar com

as terras circundantes era a parte do feudo reservada ao proveito exclusivo do senhor. O trabalho de cultivo dessas terras devia ser realizado pelos servos, como uma das obrigações devidas àquele. Mas, à medida em que aumentava o número de servos emigrantes ou dizimados pela Peste Negra, tornava-se impossível exigir o cumprimento dessa obrigação, assim como o de muitas outras. Os senhores recorreram então ao expediente de arrendar as terras do solar aos camponeses, recebendo a renda quer em produtos, quer em dinheiro. Aos poucos, o sistema de arrendamento se estendeu às outras porções aráveis do feudo, donde resultou converterem-se os proprietários feudais de outrora em senhorios do tipo moderno. Simultaneamente com esses fatos, ocorria a eliminação gradual do sistema de "campo aberto". Este, como os leitores devem lembrar-se, era o sistema pelo qual as terras dos camponeses se dividiam em faixas disseminadas pelas várias partes do feudo e cultivadas em comum. O objetivo principal parece ter sido uma divisão eqüitativa das áreas melhores e piores de cultivo. O sistema começou a desintegrar-se com a alta dos preços dos produtos agrícolas no fim da Idade Média. Os camponeses mais astutos e ambiciosos desgostavam-se cada vez mais da lavoura cooperativa. Convencidos de que poderiam ganhar mais dinheiro como lavradores individuais, negociavam entre si faixas de terra, arrendavam porções do domínio do senhor feudal e, aos poucos, iam reunindo toda a sua terra em blocos compactos. Quando por fim se completou esse processo, conhecido como a consolidação dos lotes, um grande passo fora dado no sentido de abolir a agricultura senhorial.

A terceira ocorrência importante da revolução agrícola foi o movimento das tapagens, que teve considerável repercussão na Inglaterra. Esse movimento assumiu dois aspectos principais: primeiro, o cercamento das terras comuns de mata e pastoreio, abolindo desse modo os direitos comunais que os camponeses tinham gozado, de apascentar os seus rebanhos e colher lenha nas partes não cultivadas da propriedade senhorial; segundo, o fato de grande número de camponeses serem desapossados dos direitos de arrendamento ou de outros direitos de locação sobre as terras aráveis. Ambas essas formas de tapagem representavam sérios reveses para a população rural. Durante séculos os direitos dos camponeses sobre a pastagem comum e as terras de mata haviam constituído um elemento essencial do seu plano de subsistência e era-lhes muito difícil passar sem

eles. Mas, a sorte dos que se viam inteiramente esbulhados dos seus direitos de arrendamento ainda era bem pior. Na maioria dos casos eram obrigados a tornar-se jornaleiros sem terras, ou então miseráveis mendigos. A principal razão que determinou o movimento das tapagens foi o desejo, por parte dos antigos proprietários feudais, de converter a maior área possível dos seus domínios em terras de pastio para carneiros, em vista do alto preço que podia conseguir então pela lã. Geralmente começavam por cercar as terras comunais, como propriedade sua. Amiúde seguia-se também a isso a conversão de grande parte das lavouras de trigo em campos de pastio, donde resultava o despejo daqueles camponeses, em especial, cujos direitos de arrendamento não eram muito sólidos. As tapagens começaram no século XIV e prosseguiram até além do período da Revolução. Comercial. Ainda em 1.819 estavam sendo aprovadas pelo parlamento britânico centenas de ordenações autorizando o despejo de rendeiros e a tapagem de grandes propriedades. Nos séculos XVIII e XIX o processo foi acelerado pela ambição dos capitalistas que desejavam alçar-se à aristocracia tornando-se gentlemen-farmers (fazendeiros por esporte). O movimento das tapagens completou a transformação da agricultura inglesa num empreendimento capitalista.
A fase final da revolução agrícola que acompanhou ou seguiu a Revolução Comercial foi a introdução de novas culturas e de melhorias no equipamento mecânico. Nenhum desses progressos se tornou manifesto antes do começo do século XVIII. Foi mais ou menos por essa época que Lord Townshend descobriu na Inglaterra o valor do cultivo do trevo como meio de impedir a exaustão do solo. Não só o trevo reduz muito menos a fertilidade do solo do que o fazem os cereais, mas ainda melhora a qualidade da terra pela acumulação de nitrogênio e por torná-Ia mais porosa. A plantação desse vegetal de tempos em tempos tornava desnecessário o antigo sistema de deixar cada ano um terço da terra em pousio. Além disso, o trevo em si mesmo constituía uma ótima forragem de inverno para os animais, contribuindo assim para a criação de um gado mais numeroso e melhor. Muito poucos melhoramentos mecânicos foram introduzidos na agricultura dessa época, mas tiveram importância nada desprezível. Em primeiro lugar, houve a adoção do arado de metal, que permitia abrir sulcos mais largos e profundos do que seria possível obter com os primitivos arados de madeira herdados da Idade Média. Durante

certo tempo os lavradores relutaram em adotar essa inovação, na crença de que o ferro envenenaria o solo, mas a superstição acabou por abandonada. O outro aperfeiçoamento mecânico importante desse período foi a semeadeira para grãos. A adoção desse invento eliminou o velho e anti-econômico método de semear à mão, deixando a maior parte das sementes à flor da terra, onde era comida pelas aves. Por significativos que fossem esses melhoramentos, a verdadeira mecanização da agricultura só se deu, no entanto, já em pleno século XIX.

5. A NOVA SOCIEDADE

Profundas modificações da estrutura social acompanham inevitavelmente as revoluções econômicas ou intelectuais. A sociedade criada pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução Comercial, embora conservando alguns característicos da Idade Média, era na realidade muito diferente, nos seus traços fundamentais, daquela que a precedera. Para começar, a população da Europa, havia aumentado consideravelmente. O número de habitantes da Itália e da Inglaterra crescera de cerca de um terço durante o século que foi de 1.500 a 1.600. No mesmo período, a população estimada da Alemanha subiu de doze para vinte milhões. Em 1.378, Londres contava mais ou menos 46.000 almas; em 1.605, a cifra elevava-se a aproximadamente 225.000. As razões desse aumento têm estreita relação com os desenvolvimentos econômicos e religiosos do tempo. Nos países do norte, a extinção do celibato do clero e o encorajamento do matrimônio foram indubitavelmente fatores que contribuíram para esse resultado. Muito mais importante, contudo, foi o aumento dos meios de subsistência determinado pela Revolução Comercial. Não somente novos gêneros, como as batatas, o milho e o chocolate, se incorporaram ao abastecimento alimentar, mas também outros produtos já conhecidos, entre os quais o açúcar e o arroz, puderam então ser consumidos pelos europeus em quantidade muito maior e, conseqüentemente, por preço mais baixo. Além disso, as novas oportunidades de ganhar a vida no comércio e na indústria capacitaram a maioria dos países a sustentar uma população maior do que teria sido possível dentro da economia predominantemente agrária da Idade

Média. É significativo que o grosso desse aumento tenha ocorrido nas cidades e nas vilas.
Um fato ainda mais importante do que o aumento da população foi a crescente igualdade e fluidez das classes. A Renascença, a Reforma e a Revolução Comercial que as acompanhou foram todas, em certo sentido, movimentos niveladores. Se há fato que se destaque na história social da Renascença, é a indiferença cada vez maior com que os homens desse período encaravam a posição social hereditária. É certo que eles ainda prezavam certos títulos e atributos da nobreza, mas o ingresso nessa classe já não era estritamente condicionado pelo acaso do nascimento. Quase qualquer um que dispusesse de dinheiro suficiente podia tornar-se nobre, especialmente na Itália. Um rifão comum da época era: "vasculha um cavaleiro e encontrarás dentro dele um mercador". Em larga medida, o que determinava a posição de um homem na estima pública eram mais os feitos pessoais ou a fortuna do que a linhagem. É significativo não pertencerem à nobreza a maioria dos homens que alcançaram posição de destaque na cultura renascentista. Alguns deles, como Miguel Ângelo e Shakespeare, provinham de famílias bastante humildes. Pelo menos quatro foram bastardos: Boccaccio, Aretino, Leornardo da Vinci e Erasmo. A influência da Renascença no sentido de promover a igualdade social é também ilustrada pela ascensão das profissões liberais a uma posição de dignidade que nunca tinham conhecido na Idade Média. O artista, o escritor, o advogado, o professor de universidade e o médico assumiram uma importância comparável à que desfrutam na sociedade moderna. Isso é confirmado pelos rendimentos conhecidos de muitos deles. Miguel Ângelo recebia do papa uma pensão anual de 5.200 dólares. Rafael deixou bens avaliados em nada menos que 140.000 dólares. Erasmo pôde manter um nível de existência então considerado luxuoso, graças aos presentes e favores que recebia dos seus protetores. Ainda que poucos historiadores subscrevam hoje sem reservas a afirmação de Nietzsche, segundo o qual a Reforma foi simplesmente uma revolta das massas ignorantes contra os seus superiores, não se pode esquecer a influência debilitadora que esse movimento teve sobre a antiga aristocracia. Santificando a acumulação de riqueza, contribuiu muito para entronizar a classe média. Quanto ao terceiro dos grandes movimentos niveladores, a Revolução Comercial, basta lembrar que ela oferecia a qualquer cidadão ambicioso ou de sorte

numerosas oportunidades de fazer fortuna, guindando-se assim aos mais altos escalões da hierarquia social.
A situação das classes inferiores não melhorou mente à da burguesia. Alguns historiadores negam que se tenha verificado qualquer melhoria, mas a questão é controversa. É verdade que os salários se mantiveram muito baixos: os pedreiros e carpinteiros ingleses recebiam, por volta de 1.550, apenas dez centavos de dólar diários. Fizeram-se, mesmo, tentativas para proibir legalmente qualquer aumento no nível dos salários, como na Inglaterra por meio do "Estatuto dos Trabalhadores" de 1.351. Também é verdade terem ocorrido numerosas greves e insurreições das classes inferiores. As mais sérias foram a Grande Revolta na Inglaterra, em 1.381, e a chamada Revolta dos Camponeses na Alemanha, em 1.524-25. Em ambas, grande número de trabalhadores das cidades juntaram-se aos camponeses. Mas deram-se também levantes em que tomou parte exclusivamente o proletariado urbano, como, por exemplo, a revolta dos trabalhadores de Florença, entre 1.379 e 1.382, ao verem-se privados do direito de associação e de participar no governo da cidade. Essa revolta, como as demais, foi reprimida com uma dureza implacável. Por mais violentas que tenham sido tais convulsões, não podemos afirmar que indicassem um estado de miséria entre as classes inferiores. Deve-se compreender que, em épocas de transição, o espírito de revolta anda no ar. Não são poucos os indivíduos incapazes de se ajustar às condições de um mundo em transformação e, por conseguinte, suscetíveis de se tornarem pregadores de descontentamento. Além disso, a julgar pelo que sucedeu em movimentos posteriores desse gênero, o próprio fato de ocorrerem revoltas pode ser interpretado como sinal de que a sorte dos trabalhadores não era tão deplorável. Em geral, os homens não se rebelam a não ser quando a sua situação econômica tenha melhorado o bastante para lhes dar certa esperança de êxito. Por fim, é quase impossível acreditar que entre as classes trabalhadoras não houvesse ninguém que compartilhasse da prosperidade crescente da época. Provavelmente nunca é bem verdadeiro afirmar que todos os pobres fiquem mais pobres à proporção que os ricos se tornam mais ricos.
Como já indicamos mais de uma vez, tanto a Renascença como a Reforma foram, em grande parte, produtos de uma revolta contra a repressão do indivíduo. Os anseios de independência pessoal não se satisfizeram com o

êxito inicial desses movimentos, mas pelo contrário, à medida que passava o tempo, renovaram-se com vigor crescente. Particularmente na Renascença, espalhou-se pela Itália e daí se comunicou aos países setentrionais um desejo insaciável de experimentar todas as sensações do poder e do prazer. Por vezes o individualismo exuberante rebentou todos os diques da humildade e do comedimento, elevando-se a alturas fantásticas de presunção e jactância. O exemplo clássico é o egoísmo despudorado que transpira da Autobiografia de Benvenuto Cellini (1.500-71) Era tão forte a revolta contra a humildade e a modéstia cristãs que os homens não mais consideravam inconveniente vangloriar-se dos seus feitos ou mesmo enaltecê-Ios além do seu valor. O novo desejo de auto-afirmação ilimitada exprimiu-se também na maneira de vestir. A Renascença foi uma época de incomparável esplendor nos adornos pessoais Os homens das classes mais ricas envergavam magníficos trajes de veludo e renda, porfiando em obter os efeitos mais surpreendentes de cor e variedade. Houve uma época em que cada florentino ditava a moda para si mesmo. É desnecessário dizer que as mulheres não ficaram atrás nas tentativas de melhorar os dons da natureza. Tornou-se comum o uso de cabelos postiços e de uma infinita variedade de loções de beleza para o rosto e mesmo para os dentes e para as pálpebras. No século XVI, Catarina de Médicis introduziu o uso dos espartilhos, que, pelo menos no seu caso, se justificava por uma real necessidade. Ambos os sexos abusavam dos perfumes, impregnando-se deles com uma abundância que seria hoje considerada enjoativa. Nas festas italianas, até as mulas eram perfumadas com ungüentos cheirosos.
O nível de moralidade durante os séculos da Renascença não foi muito elevado, especialmente se o aferirmos pelos padrões puritanos modernos. Não precisamos acreditar em todas as histórias fabulosas sobre os pecados dos Bórgias para compreender que, pelo menos na Itália, a época foi violenta e grosseira: O assassínio político e o jogo eram extremamente comuns. Até os papas mantinham em Roma uma grande loteria. Os vícios mais terríveis eram, provavelmente, os relacionados com o sexo e com a vingança pessoal. O declínio dos ideais de amor cortês da época feudal, a par da glorificação dos impulsos naturais, fez proliferar o adultério. Poucos homens das classes superiores - e poucas mulheres, também - parecem ter mostrado grande consideração pela santidade das relações matrimoniais. As moças eram cuidadosamente protegidas pelas suas famílias, mas uma vez

casada a mulher era considerada presa legítima de qualquer dos rivais do marido. A prostituição também floresceu, até que, no século XVI, virulentas epidemias de sífilis obrigaram as autoridades a impor restrições. Mas em nenhum desses vícios demonstraram os italianos mais proficiência do que na refinada arte do assassínio. Tinha-se por assentado que todo homem de brio tomaria tremenda vingança contra quem quer que lhe ultrajasse a honra; e a lei não interferia nesses assuntos. O grande egoísta Cellini jactava-se de ter assassinado numerosos rivais, ficando completamente impune. Os atos de vingança pessoal não deviam, no entanto, ser executados de maneira inábil ou brutal. O código do cavalheiro exigia engenhosos requintes de crueldade. A história que segue, contada por Burckhardt, pode servir para ilustrar o que isso significava:

No distrito de Aquapendente, três meninos guardavam gado quando um deles teve esta lembrança: "Vamos ver como se faz para enforcar!" Enquanto um deles estava trepado nos ombros do outro e o terceiro, depois de enfiar o laço no pescoço do primeiro, amarrava a corda a um galho de carvalho, apareceu um lobo e os dois que estavam livres fugiram, deixando o outro pendurado. Mais tarde encontraram-no morto e o enterraram. No domingo, o pai do infeliz veio trazer-lhe pão e um dos dois confessou o que acontecera e mostrou-lhe a sepultura. O velho então matou-o com uma faca, abriu-lhe o corpo, tirou o fígado e deu-o para comer ao pai do menino, em sua casa. Depois do jantar, contou-lhe de quem era o fígado. Foi o sinal para o início de uma série de assassínios recíprocos entre as duas famílias; dentro de um mês tinham sido mortas trinta e seis pessoas, tanto homens como mulheres.

Na Europa setentrional os males mais flagrantes parecem ter sido a corrupção política e a embriaguez. Quando, em 1.601, o landgrave de Hesse e o eleitor palatino fundaram uma Ordem da Temperança, numa vã tentativa de estimular a sobriedade entre os nobres, suas regras foram tachadas de excessivamente severas porque só permitiam, a cada membro, catorze copos de vinho por dia. As maneiras eram grosseiras e ambos os sexos usavam uma linguagem abundantemente recheada de blasfêmias e obscenidades. A "boa rainha Bess" da Inglaterra envergonhava até os seus mais rudes ministros quando se punha a soltar palavrões. Mais deplorável

ainda era a desumanidade com que eram tratados os infortunados. A sorte dos escravos e dos dementes era, talvez, a mais digna de lástima. Com a mira nos grandes lucros, os negros eram caçados como animais selvagens na costa da África e embarcados para as colônias americanas. Talvez seja interessante notar que o inglês que introduziu esse tráfico execrável, o capitão John Hawkins, batizou o navio em que transportava as suas vítimas com o nome de "Jesus". Visto ser a loucura considerada como uma forma de possessão demoníaca, não é estranho que os doentes mentais fossem tratados cruelmente. Em geral eram encerrados em barracões imundos e açoitados sem piedade, a fim de expulsar os demônios dos seus corpos. Uma diversão favorita dos nossos antepassados era organizar grupos para visitar os manicômios e atormentar os alienados.

O efeito imediato da Reforma no sentido de melhorar as condições de moralidade parece ter sido insignificante. Isso talvez possa ser explicado em parte pela volta à letra do Velho Testamento. Mas a principal causa foi, provavelmente, o antagonismo entre as seitas. O estado de guerra jamais é favorável ao desenvolvimento de uma alta moralidade. Quaisquer que tenham sido as razões, continuaram tendo livre curso a licenciosidade e a brutalidade. Até alguns dos clérigos mais intimamente identificados com a obra de reforma religiosa não poderiam de modo algum ser chamados homens de princípios inatacáveis. Um conhecido de Lutero não parece ter encontrado dificuldades em conseguir uma nova paróquia depois de ter sido expulso de outra, como sedutor. Vários reformadores protestantes consideravam a poligamia menos pecaminosa do que o divórcio, baseando essa opinião no fato de ser a primeira admitida pelo Velho Testamento, ao passo que o segundo era proibido pelo Novo. Tão duvidosa era a moralidade do clero católico que os reformadores dessa fé acharam necessário introduzir o confessionário fechado a fim de proteger as penitentes femininas. Anteriormente, tanto os homens como as mulheres deviam ajoelhar-se diante do padre enquanto confessavam os seus pecados. Foram também lamentáveis os efeitos da Reforma sobre as virtudes da veracidade e da tolerância. Tanto os reformadores católicos como os protestantes estavam tão obcecados pela justiça da sua causa que não hesitavam em lançar mão de quase qualquer gênero de falsidade, calúnia ou repressão que parecesse garantir a vitória para o seu grupo. Lutero, por exemplo, justificou expressamente a mentira no interesse da religião, ao

passo que era proverbial a reputação dos jesuítas como sofismadores e perniciosos maquinadores em proveito da igreja. Ninguém parece ter alimentado a menor dúvida de que, em assuntos de religião, os fins justificam os meios. Em geral, as maneiras e costumes eram quase tão grosseiros e brutais quanto os padrões de moralidade. A vida tinha poucas das amenidades que são inseparáveis da nossa existência moderna. Não só os contemporâneos de Erasmo e de Shakespeare estavam submetidos a graves desconfortos, mas até lhes faltavam os meios mais comuns de resguardar a sua vida íntima. O recurso habitual para a higiene do corpo eram as casas de banho, freqüentadas pelos dois sexos. O viajante solitário que pousava numa estalagem tinha quase certeza de ser convidado a partilhar o seu leito com um estranho. Muitos dos divertimentos mais comuns distinguiam-se por característicos análogos de indelicadeza. Os bailes populares eram pouco mais que turbulentos forrobodós acompanhados de beijos e abraços. Entre os esportes favoritos dos homens de todas as classes figurava o assalto ao urso (bearbaiting), um ameno passatempo em que cães selvagens eram instigados contra um urso acorrentado. Os esforços dos calvinistas para impedir esse gênero de diversão revelaram-se infrutíferos - talvez porque aquelas piedosas criaturas se contristassem mais com o prazer que ele causava aos espectadores do que com o sofrimento infligido ao urso. Havia, é claro, outros divertimentos menos tumultuosos e cruéis. O tênis, jogado com bolas de lã, gozava de tamanha popularidade que só em Paris existiam 250 canchas. Os jogos de cartas também tinham numerosos aficionados. Um deles, conhecido como "triunfo" ou "trunfo", inventado na Inglaterra no século XVI, foi o precursor do whist e do bridge.
A adoção generalizada dos hábitos do tabaco e do café no século XVI contribuiu de certo modo para suavizar as maneiras, especialmente na medida em que esses excitantes brandos diminuíam o apetite pelas bebidas alcoólicas. Embora o tabaco tivesse sido introduzido na Europa pelos espanhóis cerca de cinqüenta anos após o descobrimento da América, outro meio século se passou antes que um grande número de europeus adotassem o hábito de fumar. A princípio, acreditou-se que a planta possuía milagrosos poderes curativos, e era mencionada como "o divino tabaco" e "nossa santa erva nicotiana". O uso do fumo foi popularizado pelos exploradores ingleses, especialmente por Sir Walter Raleigh, que o aprendera com os

índios da Virgínia. Disseminou-se rapidamente por todas as classes da sociedade européia, apesar da investida do rei Jaime I. A enorme popularidade alcançada no século XVI pelo uso do café teve efeitos sociais ainda mais importantes. As casas de consumo de café, ou "cafés", proliferaram através da Europa e não tardaram a converter-se numa instituição. Não só ofereciam à maioria dos homens um meio de fugir à vida doméstica confinada e monótona, mas desviavam outros dos sórdidos excessos das tabernas e casas de tavolagem. Além disso, favoreciam o aguçamento dos espíritos e estimulavam certa polidez de maneiras, mormente por se terem tornado o lugar de encontro favorito dos literatos do tempo. Se dermos crédito ao testemunho dos historiadores ingleses, raros eram os empreendimentos sociais ou políticos que não tivessem relação íntima com os cafés. Alguns destes foram, na verdade, os pontos de reunião de facções rivais que depois se transformaram em partidos políticos. Em Londres, segundo Macaulay:

Havia cafés em que os melhores médicos podiam ser consultados... Havia cafés puritanos em que não se ouvia uma única praga e onde homens de cabelos escorridos discutiam, em voz fanhosa, sobre os eleitos e os réprobos; cafés de judeus onde cambistas de olhos pretos, vindos de Veneza ou Amsterdã, se saudavam mutuamente; e, como acreditavam os bons protestantes, os cafés papistas eram os lugares onde os jesuítas tramavam outro grande incêndio por cima das xícaras e fundiam balas de prata para matar o rei.

A despeito dos seus notáveis progressos intelectuais e artísticos o período de modo algum ficou isento de superstições grosseiras. Mesmo no apogeu da Renascença, estranhas e perniciosas falácias continuavam a ser aceitas como verdades irrefutáveis. As massas ignorantes aferravam-se às suas crenças em duendes malignos, sátiros e feiticeiros, e ao temor do diabo, cuja maldade acreditavam ser a causa de moléstias, fome, tempestades e loucura. Mas a superstição não se abrigava apenas no espírito dos ignorantes. O famoso astrônomo João Kepler acreditava na feitiçaria e tinha como principal fonte de renda os almanaques que escrevia, com predições do futuro de acordo com os sinais e portentos do céu. Sir Francis Bacon não só acreditava na superstição corrente da astrologia, mas também contribuiu

para fortalecer a crença na feitiçaria. O esclarecimento renascentista teria, com o tempo, eliminado grande parte dessas perniciosas superstições se não houvesse ocorrido uma reação durante a Reforma. A proeminência dada à fé pelos reformadores, o seu desprezo da razão e da ciência e as suas incessantes alusões às astúcias do diabo incentivaram uma atitude mental decididamente favorável ao preconceito e ao erro. Além disso, o furor do ódio despertado pelas controvérsias religiosas tomou completamente impossível ao homem comum encarar com serenidade e inteligência os seus problemas sociais e individuais.

A pior de todas as superstições que floresceram nesse período, foi, indubitavelmente, a crença na feitiçaria. Não fora ela de modo algum desconhecida na Idade Média ou mesmo no começo da Renascença, mas jamais alcançou as proporções de uma perigosa loucura senão depois do início da Revolução Protestante. É significativo que as perseguições tenham atingido o ponto mais alto de virulência naqueles mesmos países em que o conflito religioso explodiu com maior ferocidade, isto é, na Alemanha e na França. A superstição da feitiçaria foi uma conseqüência direta da crença em Satanás, que obcecava os espíritos de tantos reformadores. Lutero afirmava ter falado muitas vezes com o Maligno e acrescentava que ao cabo de algumas discussões o havia reduzido ao silêncio, chamando-lhe nomes que não se escrevem. Calvino insistia em que o papa jamais fazia nada a não ser aconselhado pelo diabo, seu padroeiro. Em geral, a tendência de cada facção de teólogos era atribuir todas as vitórias dos seus adversários aos poderes sobrenaturais do Príncipe das Trevas. Com tais superstições a prevalecer entre os chefes religiosos, não é de admirar que a massa dos seus adeptos tenha agasalhado idéias extravagantes e hediondas. Desenvolveu-se a crença de que o demônio era realmente mais poderoso do que Deus e de que ninguém tinha garantida a sua existência e a salvação da sua alma. Supunha-se que Satanás não só tentava os mortais a pecar, mas até os forçava a isso, enviando os seus agentes sob forma humana, para seduzir durante o sono homens e mulheres. Esse era o sumo grau da sua maldade, pois punha em perigo as possibilidades de salvação.

De acordo com a definição dos teólogos, a feitiçaria consistia na venda da própria alma ao diabo em troca da aquisição de poderes sobrenaturais. Acreditava-se que a mulher que houvesse realizado tal transação ficava capacitada a lançar sobre os seus vizinhos toda espécie de sortes maléficas -

fazer com que lhes adoecesse e morresse o gado, com que lhes falhassem as colheitas ou com que os seus filhinhos caíssem no fogo. Mas os dons mais preciosos que Satanás conferia era o poder de tornar cegos os maridos a respeito da má conduta de suas esposas e o de fazer com que as mulheres gerassem filhos idiotas ou aleijados. Pensa-se comumente que as chamadas feiticeiras eram velhas megeras desdentadas cujos hábitos excêntricos e línguas venenosas as tinham tornado objetos de suspeita e temor por parte de quem as conhecia. Sem dúvida um bom número das vítimas dos processos de 1.692, em Salem, no Massachusetts, pertencia de fato a esse tipo. Os escritores do continente europeu, no entanto, imaginavam geralmente a feiticeira como "uma moça linda e perversa", e uma grande percentagem das que foram mortas na Alemanha e na França eram adolescentes ou mulheres casadas que ainda não tinham atingido os trinta anos.

As primeiras perseguições contra a feitiçaria foram as que resultaram das cruzadas lançadas contra os heréticos pela Inquisição Papal, no século XIII. Com o aumento da intolerância em face da heresia, era talvez inevitável que os membros de certas seitas, como a dos albigenses, fossem acusados de negociar com o diabo. Mas o total das perseguições realizadas nesse período foi relativamente pequeno. Uma segunda campanha contra a feitiçaria foi iniciada em 1.484 pelo papa Inocêncio III, o qual recomendou aos seus inquisidores que fizessem uso da tortura a fim de obter provas. Mas, como já vimos, foi só depois de ter começado a Revolução Protestante que a perseguição à feitiçaria assumiu as proporções de uma histeria aguda. O próprio Lutero contribuiu para instigá-Ia, aconselhando que se desse morte às feiticeiras com menos consideração e misericórdia do que se tinha com os criminosos comuns. Outros reformadores não tardaram a seguir-lhe as pegadas. Sob a administração de João Calvino, em Genebra, foram queimadas ou esquartejadas trinta e quatro mulheres em 1.545, sob acusação desse crime. A partir dessa época as perseguições espalharam-se como uma peste. Mulheres, moças e até crianças eram torturadas com agulhas enfiadas sob as unhas, assando-se-Ihes os pés ao fogo ou esmagando-se-Ihes as pernas sob grandes pesos até que a medula espirrasse dos ossos, a fim de obrigá-Ias a confessar orgias repelentes com os demônios. É impossível dizer até que ponto as perseguições se deviam ao simples sadismo ou à cobiça dos magistrados, que às vezes tinham

permissão de confiscar os bens dos condenados. O certo é que eram poucos os que não consideravam justificável a queima das feiticeiras. Um dos mais ardentes defensores dos processos foi o filósofo político Jean Bodin. Ainda no século XVIII, John Wesley afirmava que renunciar à crença na feitiçaria era renunciar à Bíblia.

As perseguições à feitiçaria atingiram o ponto culminante nos últimos anos do século XVI. Nunca se conhecerá o número exato das vítimas, mas certamente não foi menor que 30.000. Sabe-se de cidades alemãs em que nada menos de 900 pessoas foram mortas num só ano e de aldeias em que praticamente não ficou viva uma só mulher. Depois de 1.600 esse desatino se foi acalmando pouco a pouco no continente europeu, embora ainda continuasse por alguns anos na Inglaterra. Não é difícil encontrar as razões de tal fato. Em parte, ele se deveu a terem os próprios perseguidores voltado à razão, especialmente à medida em que aos poucos se dissipava a névoa de suspeita e ódio produzida pelas lutas religiosas. Mas as causas principais foram a revivescência do racionalismo e a influência de cientistas e de filósofos céticos. Justamente quando estava no auge o frenesi da queima de feiticeiras, certos advogados começaram a duvidar do valor das provas admitidas nos processos. Em 1.584, um jurista inglês chamado Reginald Scott publicou um livro em que condenava como irracional a crença na feitiçaria e afirmava que a maior parte dos tenebrosos crimes confessados pelas rés eram meras ficções de cérebros doentes. Eminentes cientistas como Pierre Gassendi (1.592-1.655) e William Harvey também atacaram as perseguições. O mais eficaz de todos os protestos, porém, veio da pena de Montaigne. O ilustre cético francês dirigiu as mais vigorosas flechas do seu ridículo contra a insensatez grotesca dos processos de feitiçaria e a crueldade de homens como Bodin, que pretendia fossem as feiticeiras mortas sob simples suspeita.

Do que foi dito nos parágrafos precedentes não se deve concluir que o período da Renascença, da Reforma e da Revolução Comercial tenha sido uma época de universal depravação. Havia, naturalmente, numerosos indivíduos tão afáveis e tolerantes como quaisquer outros que viveram em tempos menos borrascosos. Um deles foi Sir Philip Sidney que ferido de morte e torturado pela sede no campo de batalha, deu o seu copo de água a um humilde soldado com estas simples palavras: "A tua necessidade é maior do que a minha." Não devemos também esquecer que essa foi a

época de Sir Thomas More e de Erasmo, que eram pelo menos tão civilizados quanto a maioria dos homens que os historiadores escolhem para exaltar. A enorme popularidade do Livro do Cortesão, escrito por Castiglione, serve também para mostrar que o período não foi irremediavelmente bárbaro. Esse manual que alcançou mais de uma centena de edições, propunha o ideal de um cavaleiro não apenas valente na batalha e dotado de todas as prendas sociais, mas também cortês, singelo e justo. A despeito de tudo isso, permanece de pé o doloroso fato de que, para um grande número de homens, a ética tinha perdido o seu verdadeiro significado. O objetivo principal passara a ser a satisfação do eu e a vitória na luta para moldar o mundo de acordo com o sistema de crença que cada um adotava. Talvez tais fatos fossem conseqüências inevitáveis da transição caótica da sociedade impessoal da Idade Média para uma nova sociedade.

CAPÍTULO 19

A época do Absolutismo

(1.485-1.789)

TORNA-SE necessário agora voltar atrás e tentar analisar os importantes desenvolvimentos políticos que acompanharam o nascimento da civilização moderna. Durante os séculos XIV e XV o regime feudal descentralizado da Idade Média esfacelou-se e foi gradualmente substituído por estados dinásticos de governo absoluto. Isso se deveu a numerosas causas, algumas das quais já foram amplamente discutidas. A posição dos nobres enfraqueceu-se devido ao desenvolvimento da economia urbana, à queda do sistema senhorial na agricultura e aos efeitos das Cruzadas, da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos. Esses fatores por si sós não teriam, contudo, lançado necessariamente as bases de uma monarquia absoluta. Podiam do mesmo modo ter levado ao caos ou ao governo democrático das massas. Por conseguinte, devemos procurar outras causas que expliquem o aparecimento dos governos despóticos. Indubitavelmente, a mais importante delas foi a Revolução Comercial. A fundação dos impérios coloniais e a aplicação da política mercantilista trouxeram aos reis uma abundância de riqueza que podiam usar para equipar exércitos e armadas e para ampliar o seu poder político. Além disso, a expansão dos negócios acentuava a necessidade de um governo forte. Os mercadores, banqueiros e manufatureiros do século XV ainda não estavam em condições de manter-se sobre os seus próprios pés. Não só o comércio corria certo perigo, representado pelos ataques de piratas e bandidos, mas as indústrias incipientes necessitavam da proteção que só um estado poderoso pode oferecer. Em conseqüência, a classe média desse período inicial prestou um apoio quase ilimitado às ambições dos governantes despóticos. Finalmente, a Revolução Protestante contribuiu em não pequena parte para a

onipotência dos reis. Destruiu a unidade da igreja cristã, aboliu a suserania papal sobre os governantes seculares, favoreceu o nacionalismo e incitou os reis da Europa setentrional a estenderem a sua autoridade sobre os assuntos religiosos como sobre os civis. Em resultado desses diversos fatores, foram completamente removidos os obstáculos ao governo absoluto.

1. DESENVOLVIMENTO E DECADÊNCIA DO GOVERNO ABSOLUTO NA INGLATERRA

Os verdadeiros fundadores do governo despótico na Inglaterra foram os Tudors. Henrique VII, o primeiro rei dessa dinastia, subiu ao trono em 1.485, ao terminar a Guerra das Duas Rosas, em que facções rivais de nobres haviam lutado entre si até a exaustão. Tamanho era o descontentamento causado pelas devastações dessa guerra que muitos cidadãos se regozijaram com o advento da monarquia absoluta como substituto da anarquia. A classe média, sobretudo, desejava a proteção de um governo consolidado. Foi essa a razão principal do notável êxito dos Tudors em orientar a consciência dos seus súditos e submeter a nação à sua vontade inflexível. É preciso acrescentar que os mais célebres membros da dinastia - Henrique VIII (1.509-47) e Elisabet I (1.558-1.603) - conquistaram boa parte do seu poder graças a terem mantido astutamente a aparência de um governo popular. Sempre que desejavam decretar medidas de aceitação duvidosa, recorriam à formalidade de obter a aprovação parlamentar; ou então, quando queriam mais dinheiro, manobravam de tal modo que as desapropriações parecessem concessões voluntárias dos representantes do povo. Mas o poder legislativo, sob esses soberanos, prestava-se a quase tudo. Convocavam irregularmente o Parlamento e limitavam as legislações a períodos muito breves; interferiam nas eleições e enchiam as duas câmaras com os seus favoritos; adulavam, engabelavam ou ameaçavam os membros, conforme o caso, para obter-lhes o apoio.
Em 1.603 a rainha Elisabet, a última dos Tudors, morreu sem deixar descendentes diretos. O parente mais próximo era um primo, o rei Jaime VI da Escócia, que se tornou então soberano dos dois países sob o nome de Jaime I. Sua ascensão ao trono assinala o início da perturbada história dos Stuarts, a última dinastia absolutista da Inglaterra. Curiosa mescla de

teimosia, vaidade e erudição, o rei Jaime foi com muita propriedade chamado, por Henrique IV da França, "o imbecil mais sábio da cristandade". Embora gostasse de ser adulado pelos seus cortesãos com o título de Salomão Inglês, não teve sequer o bom senso de se contentar, como os seus predecessores Tudors, com o poder absoluto de fato, fazendo questão de tê-Io também de direito. Fez sua a doutrina francesa do direito divino dos reis, sustentando que "assim como é ateísmo e blasfêmia disputar o que Deus pode fazer, também é presunção e grande desacato da parte de um súdito disputar o que o rei pode fazer". Em sua alocução de 1.609 ao parlamento, declarou que "os reis são com justiça chamados deuses, pois exercem uma espécie de poder divino na terra".
Que essas ridículas pretensões à autoridade divina despertariam a oposição do povo inglês era um resultado que até o próprio Jaime deveria ter sido capaz de prever. A despeito das hábeis maquinações dos Tudors e de desejar a classe média um governo estável, a Inglaterra ainda mantinha tradições de liberdade que não podiam ser desdenhadas. O ideal feudal de um governo limitado, expresso pela Magna Carta, não morrera de todo. Além disso, a política do novo rei era de molde a despertar o antagonismo até de alguns dos seus súditos mais conservadores. Insistia em aumentar as suas rendas com novas modalidades de impostos que de modo algum tinham sido sancionados pelo parlamento; e, quando os líderes desse órgão protestaram, ele rasgou cheio de ira a representação e dissolveu as duas câmaras. Interferiu na liberdade de comércio concedendo monopólios e extravagantes privilégios a companhias protegidas. Conduziu as relações exteriores sem levar em conta os interesses econômicos de alguns dos mais poderosos cidadãos. Desde os dias de Hawkins e de Drake os comerciantes ingleses ambicionavam destruir o império colonial da Espanha. Desejavam abertamente uma renovação da guerra que, com esse objetivo, se iniciara no reinado de Elisabet. Jaime, porém, concertou a paz com a Espanha e entrou em negociações para casar seu filho com a filha do rei espanhol. Além de tudo isso, a política religiosa do monarca inglês era desagradável a muitos de seus súditos. Anglicano pedante e obstinado, Jaime desconfiava de qualquer religião que não se harmonizasse com as suas idéias sobre as relações entre a igreja e o estado. Mas, durante a Revolução Protestante, grande número de ingleses da classe média se haviam convertido ao calvinismo. Aos poucos vieram a formar uma seita conhecida como os

puritanos, devido ao seu desejo de "purificar" de todos os traços de catolicismo a 'igreja anglicana. Não só pregavam uma moral ascética e exigiam a eliminação dos ritos e observâncias "papistas", mas também condenavam o sistema episcopal de governo da igreja. Por esse motivo o rei Jaime os considerava como traidores virtuais e ameaçava "pô-Ios para fora do país". No seu entender, a recusa de submeter-se aos bispos nomeados pelo rei identificava-se com a deslealdade ao próprio soberano. Foram essas as sementes de um conflito irreprimível que em breve iria abalar os fundamentos do governo britânico.

O primeiro dos reis Stuarts morreu em 1.625 e foi sucedido por seu filho Carlos I. O novo monarca tinha uma aparência mais régia do que o pai, mas alimentava as mesmas idéias pretensiosas acerca do poder real. Conseqüentemente, não tardou a entrar em desavença com os puritanos e com os líderes da oposição parlamentar. Como no caso de Jaime, o conflito foi precipitado por questões de tributação. Logo depois de sua ascensão ao trono Carlos envolveu-se numa guerra com a França. Necessitava urgentemente de dinheiro. Como o parlamento recusasse conceder mais do que as verbas costumeiras, procurou forçar empréstimos internos e puniu os refratários aboletando-Ihes soldados em casa ou jogando-os na prisão sem processo. O fruto dessa tirania foi a famosa Petição de Direito, que os líderes do parlamento obrigaram Carlos a assinar em 1.628. Esse documento, que se compara à Magna Carta como a segunda grande carta das liberdades inglesas, declarava ilegais todos os impostos não aprovados pelo parlamento. Condenava também o aboletamento de soldados em casas particulares e proibia as prisões arbitrárias e a aplicação da lei marcial em tempo de paz.

A assinatura da Petição de Direito, porém, não pôs fim ao conflito. Carlos voltou dentro em pouco às antigas artimanhas para conseguir dinheiro por vários meios irregulares. Repôs em vigor leis feudais obsoletas e cobrou multas de todos os que as violavam. Obrigou burgueses ricos a solicitar o título de cavaleiros, pelo qual tinham de pagar taxas elevadas. Vendeu monopólios a preços exorbitantes e advertiu os juízes a que elevassem as custas nos processos criminais. Mas o mais impopular de todos os seus expedientes para conseguir dinheiro foram as chamadas contribuições navais (ship money). De acordo com um antigo costume, as cidades costeiras inglesas deviam contribuir com navios para a armada real. Como

as necessidades da armada fossem agora atendidas por outros meios, Carlos foi de opinião que essas cidades deviam contribuir com dinheiro e começou a aplicar o novo imposto não somente às cidades costeiras, mas também às do interior. As contribuições navais irritaram particularmente a classe média e serviram para robustecer a oposição desse grupo à tirania monárquica. Seguindo o desajuizado exemplo do pai, Carlos também despertou o antagonismo dos calvinistas. Nomeou arcebispo de Canterbury um clérigo chamado William Laud, cujas simpatias eram francamente pela "igreja alta" anglicana. Ultrajou o sabatismo dos puritanos autorizando jogos públicos aos domingos. Pior ainda, tentou impor o sistema episcopal de governo da igreja aos presbiterianos escoceses, que eram calvinistas ainda mais radicais do que os puritanos. O resultado. foi uma rebelião armada dos seus súditos do norte.

A fim de obter dinheiro para punir a resistência dos escoceses, Carlos viu-se por fim obrigado a convocar o parlamento em 1.640, depois de mais de onze anos de governo autocrático. Com esse ato, colocava-se inadvertidamente à mercê dos seus adversários. Os líderes da Câmara dos Comuns, sabendo muito bem que o rei nada podia fazer sem dinheiro, determinaram tomar nas suas mãos as rédeas do governo. Aboliram as contribuições navais e os tribunais especiais que tinham servido como instrumentos da tirania. Denunciaram e aprisionaram na Torre de Londres o arcebispo Laud e o Conde de Strafford, principais auxiliares do rei. Decretaram uma lei proibindo que o monarca dissolvesse o parlamento e prescrevendo que este se reunisse em sessão pelo menos uma vez cada três anos. Carlos respondeu com uma demonstração de força a essas violações das suas prerrogativas. Invadiu com a sua guarda a Câmara dos Comuns e tentou prender cinco dos líderes principais. Todos eles escaparam, mas ficara profundamente cavado o abismo entre o rei e o parlamento, tornando inevitável uma luta aberta. Ambos os partidos reuniram tropas e prepararam-se para o apelo às armas.

Esses acontecimentos marcaram o início de um período de guerra civil que durou de 1.642 a 1.649. Foi uma luta ao mesmo tempo política, econômica e religiosa. Do lado do rei estavam a maioria dos principais nobres e latifundiários, os católicos e os anglicanos fiéis. Entre os adeptos do parlamento contavam-se, em geral, os pequenos proprietários de terra, os comerciantes e os manufatureiros. A maior parte deles eram puritanos ou

presbiterianos. Os partidários do rei eram comumente conhecidos sob o aristocrático nome de "cavaleiros". Seus adversários, que cortavam o cabelo curto em sinal de desprezo à moda de usar cabelos anelados, receberam a alcunha derrisória de roundheads (cabeças-redondas). A princípio os realistas, que tinham a vantagem da experiência militar, saíram vitoriosos de quase todos os encontros. Em 1.644, no entanto, o exército parlamentar foi reorganizado e logo depois mudou a sorte da guerra. As forças dos cavaleiros sofreram tremendas derrotas em Marston Moor e Naseby, e em 1.646 o rei foi forçado a render-se. A luta ter-se-ia encerrado, não fora uma dissensão no seio do partido parlamentar. A maioria dos seus membros, que eram então presbiterianos, estavam prontos a restaurar Carlos no trono como uma monarca de poder limitado, dentro dos termos de um ajuste pelo qual a fé presbiteriana seria imposta à Inglaterra como religião de estado. Mas uma minoria radical de puritanos, conhecidos como os "independentes", desconfiava de Carlos e insistia na tolerância religiosa para si mesmos e para todos os demais protestantes. Seu chefe era Oliver Cromwell, que assumira o comando do exército dos cabeças-redondas. Aproveitando-se da discórdia entre as fileiras dos seus adversários, Carlos recomeçou a guerra em 1.648, mas ao cabo de breve campanha teve de reconhecer que a sua causa estava perdida.

A segunda derrota do rei deu aos independentes o domínio indiscutível da situação. Cromwell e seus amigos resolveram então dar fim àquele "homem de sangue", o monarca Stuart, e remodelar o sistema político de acordo com os seus próprios desejos. Efetuaram uma depuração do corpo legislativo pela força militar, expelindo 143 presbiterianos da Câmara dos Comuns; depois, com o Rump Parliament - isto é, o parlamento restante, de cerca de 60 membros - trataram de eliminar a monarquia. Foi aprovada uma lei que redefinia a traição de modo a aplicar-se aos agravos cometidos pelo rei. Instalou-se depois uma Alta Corte de Justiça especial e Carlos foi julgado por ela. Sua condenação era simples questão de formalidade. Em 30 de janeiro de 1.649 foi decapitado em frente do seu palácio de Whitehall. Pouco tempo depois foi abolida a câmara dos pares e a Inglaterra tornou-se uma república oligárquica. Completou-se assim a primeira fase da chamada Revolução Puritana.

O trabalho de organizar o novo estado, que recebeu o nome de Commonwealth, ficou inteiramente nas mãos dos independentes. Uma vez

que continuava com o órgão legislativo o Rump Parliament, a mudança realmente fundamental que ocorreu foi na natureza do poder executivo. Em lugar do rei, criou-se um conselho de estado composto de quarenta e um membros. Cromwell, apoiado pelo exército, em breve passou a dominar os dois órgãos. Com o decorrer do tempo, no entanto, exasperou-se com as tentativas dos legisladores para perpetuarem-se no poder e para se aproveitarem do confisco da fortuna dos seus inimigos. Conseqüentemente, invadiu o Rump em 1.653 com um destacamento de tropas e ordenou aos membros que se dispersassem, informando-os de que o Senhor Jeová já não necessitava dos seus serviços. Seguiu-se a instalação de uma ditadura virtual, sob uma constituição escrita por oficiais do exército. Amplos poderes eram concedidos a Cromwell como "Lorde Protetor" vitalício e o seu cargo tornou-se hereditário. A princípio um parlamento exerceu autoridade limitada, fazendo leis e criando impostos, mas em 1.655 os seus membros foram abruptamente despedidos pelo Lorde Protetor. Daí em diante o governo nada mais foi do que uma autocracia apenas disfarçada. Cromwell enfeixava agora nas mãos uma soberania muito mais despótica do que a dos Stuarts. Afirmando que a sua autoridade provinha de Deus, restabeleceu virtualmente o direito divino dos reis.
Era de esperar que o governo de Cromwell lutasse com dificuldades, uma vez que repousava apenas no apoio de uma pequena minoria da nação britânica. Antes que o Commonwealth completasse um ano deram-se distúrbios na Irlanda e na Escócia. Os elementos descontentes da Irlanda, que desde 1.641 vinha sendo um foco de rebelião, recusaram-se a reconhecer o governo de Cromwell. Na Escócia, o príncipe Carlos, filho mais velho de Carlos l, fora proclamado rei e os realistas de um extremo ao outro das Ilhas Britânicas estavam aderindo à sua causa. No espaço de poucos meses Cromwell dominou a revolta dos irlandeses, declarando ao regressar a Londres, em 1.650, que as pavorosas chacinas que havia perpetrado em Drogheda e Wexford eram "o justo julgamento de Deus sobre os miseráveis bárbaros" insurretos. Em seguida derrotou o exército escocês e forçou o príncipe Carlos a procurar asilo no Continente. Cromwell também teve aborrecimentos com as facções religiosas. Sua política de tolerância geral, exceto no tocante aos anglicanos e católicos, continuava a sofrer oposição por parte da maioria dos puritanos e presbiterianos, que tanto uns como os outros desejavam uma igreja oficial.

O fato de ter conseguido manter-se no poder durante nove anos deveu-se a três fatores principais: 1) a força do exército; 2) as vantagens comerciais que concedeu à classe média, especialmente pela Lei de Navegação de 1.651 e pelos tratados com a Holanda e a França; e 3) suas vitórias nas guerras contra os espanhóis e holandeses.
Em setembro de 1.658 morreu o intrépido Protetor. Sucedeu-lhe o seu bem-intencionado, mas irresoluto filho Ricardo, que só conseguiu sustentar-se no posto até maio do ano seguinte. Talvez mesmo um homem de fibra mais rija tivesse por fim caído, pois o país estava cansado das austeridades do governo calvinista. Nem o Commonwealth nem o Protetorado tiveram jamais o apoio da maioria do povo inglês. Os realistas consideravam os independentes como usurpadores. Os republicanos detestavam a monarquia disfarçada que Cromwell tinha implantado. Católicos e anglicanos ressentiam-se de ver taxados de criminosos os seus respectivos cultos. Até alguns membros da classe média tinham começado a suspeitar de que a guerra de Cromwell com a Espanha trouxera mais prejuízos do que vantagens por ter comprometido o comércio inglês com as Índias Ocidentais. Por essas e por outras razões semelhantes, foi geral o júbilo quando, em 1.660, um parlamento recém-eleito convidou o príncipe Carlos a voltar à Inglaterra e a ocupar o trono de seu pai. O novo rei tinha a reputação de um alegre boêmio de moralidade maleável e sua ascensão ao trono foi saudada como uma feliz libertação do sombrio governo de soldados e fanáticos. Além disso, comprometia-se a não reinar como déspota, mas a respeitar o parlamento e a observar a Magna Carta e a Petição de Direito, pois confessava não ter muito desejo de "recomeçar as suas viagens". A Inglaterra entrou no período chamado Restauração, que compreendeu os reinados de Carlos II (1.660-85) e de seu irmão Jaime II (1.685-88). A despeito desse início auspicioso, muitos dos antigos problemas não foram verdadeiramente resolvidos, mas apenas dissimulados pela crença de que a nação havia reassumido a antiga estabilidade.
Pelos fins do século XVII a Inglaterra passou por uma segunda transformação política, conhecida como a Revolução Gloriosa de 1.688-89. Algumas das causas advieram da política adotada por Carlos II. Esse amável soberano era extravagante e preguiçoso, mas por vezes resolvia fazer o país conhecer quem mandava nele. Sua atitude acentuadamente favorável aos católicos despertou nos patriotas ingleses o temor de que a

nação pudesse ser levada mais uma vez à condição de subserviência a Roma. Pior ainda, a despeito dos seus compromissos prévios, mostrou certa disposição para desafiar a autoridade do parlamento. Em 1.672 suspendeu as leis contra os católicos e outros dissidentes; e nove anos depois resolveu dispensar completamente o poder legislativo. A política de Carlos II foi continuada de forma mais insolente por seu irmão, que lhe sucedeu em 1.685. Jaime II era um católico declarado e parecia decidido a fazer dessa fé a religião oficial da Inglaterra. Violou abertamente uma resolução parlamentar que exigia que todos os detentores de cargos oficiais aderissem à igreja anglicana e procurou preencher importantes postos do exército e do funcionalismo civil com os seus adeptos católicos. Continuou a prática de seu irmão, que consistia em isentar os católicos das incapacidades jurídicas impostas pelo parlamento, chegando até a exigir que os bispos anglicanos lessem, nas respectivas igrejas, os seus decretos sobre esse assunto. Enquanto os adversários de Jaime II esperaram que este tivesse como sucessora uma de suas duas filhas protestantes, estavam inclinados a tolerar-lhe o governo arbitrário, temendo lançar novamente o país na guerra civil. Mas quando o rei teve um filho de sua segunda mulher, que era católica, a revolução tornou-se inevitável. Receava-se que o jovem príncipe fosse inoculado com as doutrinas do pai e que a Inglaterra, em conseqüência, se visse presa por tempo indefinido aos grilhões de um governo despótico e papista. A fim de prevenir tal resultado, afigurou-se necessário depor o rei.

A revolução de 1.688-89 absolutamente não viu correr sangue. Um grupo de políticos pertencentes às classes alta e média convidou o príncipe Guilherme de Orange e sua mulher Maria, a filha mais velha de Jaime II, a ocuparem conjuntamente o trono da Inglaterra. Guilherme partiu da Holanda com um exército e ocupou Londres sem disparar um só tiro. Abandonado até por aqueles a quem considerava como leais defensores, o rei Jaime refugiou-se na França. O trono inglês foi então declarado vago pelo parlamento e a coroa foi oferecida aos novos soberanos. No decorrer do ano de 1.689 o parlamento aprovou numerosas leis destinadas a salvaguardar os direitos dos ingleses e a proteger o seu próprio poder contra as intromissões da coroa. Em primeiro lugar apareceu uma lei prescrevendo que as verbas do tesouro fossem fixadas para o espaço de um único ano. A seguir promulgou-se o Toleration Act, concedendo liberdade religiosa a

todos os cidadãos, menos os católicos e os unitários. Por fim, no dia 16 de dezembro, foi aprovado o famoso Bill of Rights (lei dos direitos dos cidadãos). Provia ao julgamento pelo júri e afirmava o direito de recurso ao governo para reparação de injustiças. Condenava a fiança excessiva, as punições cruéis e as multas exorbitantes. Proibia o rei de suspender a execução das leis ou de lançar impostos sem permissão do parlamento. Essa lei, mais ampla em suas determinações do que a Petição de Direito de 1.628, era sustentada por um parlamento que tinha, agora, o poder de se fazer obedecido.
Seria quase impossível exagerar o significado da revolução de 1.688-89. Assinalando o triunfo final do parlamento sobre o rei, punha termo definitivamente à monarquia absoluta na Inglaterra. Nunca mais uma cabeça coroada, naquele país, desafiaria o legislativo como o fizeram os Stuarts - nem mesmo Jorge III, celebrizado pela lenda da América Colonial como "aquela besta do rei inglês". A revolução também desferiu o golpe de morte na teoria do direito divino dos reis. Teria sido impossível a Guilherme e Maria negar o fato de haverem recebido a coroa do parlamento. E a autoridade deste para determinar quem devia ser o rei ainda foi robustecida pela aprovação do Act of Sattlement, em 1.701. Essa lei estatuía que, com a morte de Ana, irmã mais moça de Maria, a coroa caberia à eleitora Sofia de Hanôver ou a qualquer dos seus herdeiros que fosse protestante. Havia cerca de quarenta pessoas com melhores credenciais para o trono do que Sofia, mas foram todas arbitrariamente eliminadas pelo parlamento, por serem católicas. Por fim, a Revolução Gloriosa muito contribuiu para as revoluções americana e francesa dos fins do século XVIII. O exemplo dos ingleses pondo por terra o governo absoluto valeu como poderosa inspiração aos inimigos do despotismo em outras terras. Foi o ideal revolucionário inglês de um governo limitado que forneceu a essência da teoria política de Voltaire, Jefferson e Paine. E uma porção considerável do Bill of Rights foi incorporada à Declaração dos Direitos do Homem, em 1.789, na França, e às dez primeiras emendas à Constituição Americana.

2. A MONARQUIA ABSOLUTA NA FRANÇA

O despotismo monárquico, na França, foi o produto de uma evolução gradual. Alguns de seus antecedentes datam dos reinados de Filipe Augusto, Luís IX e Filipe IV, nos séculos XIII e XIV. Esses reis consolidaram o poder real tomando mercenários a seu serviço, substituindo as obrigações feudais pela tributação nacional, arrogando-se o poder de administrar justiça e restringindo a autoridade do papa na direção dos assuntos eclesiásticos dentro do seu reino. A Guerra dos Cem Anos (1.337-1.453) trouxe aos reis da França um novo aumento de poder. Tornaram-se então capazes de introduzir novas formas de tributação, de manter um vasto exército permanente e de abolir a soberania dos nobres feudais. Os membros desta classe foram aos poucos reduzidos ao nível de cortesãos, cujos títulos e prestígio dependiam principalmente do monarca.
A tendência para o absolutismo foi sustada no século XVI, quando a França se viu envolvida numa guerra com a Espanha e dilacerada por uma luta sangrenta, no seu próprio solo, entre católicos e huguenotes. Nobres ambiciosos aproveitaram-se da confusão para afirmar o seu poder e impugnaram a sucessão ao trono. Em 1.593, Henrique de Navarra, que quatro anos antes se havia proclamado rei sob o nome de Henrique IV, restabeleceu a paz no perturbado reino. Embora tivesse sido chefe da facção huguenote, Henrique percebeu que a nação jamais o aceitaria a não ser que renunciasse à religião calvinista. Com a irreverente afirmação de que "Paris bem valia uma missa", adotou formalmente a fé católica. Em 1.598 promulgou o Edito de Nantes, garantindo a liberdade de consciência e os direitos políticos a todos os protestantes. Afastados assim os motivos de controvérsia religiosa, Henrique pôde consagrar-se à obra de reconstrução do reino, para a qual contou com a eficiente assistência de seu primeiro ministro, o Duque de StiIIy. Inflexível, enérgico e avarento, SuIIy foi um digno precursor de Colbert no século XVII. Durante anos o rei e o seu fiel auxiliar trabalharam para restaurar as finanças desmanteladas da França. SuIIy dedicou seus esforços principalmente à reforma fiscal, visando eliminar a corrupção e o desperdício ao mesmo tempo que aumentava as receitas do tesouro real. Empenhou-se também em fomentar a prosperidade agrícola drenando pântanos, melhorando terras devastadas, subsidiando a criação de gado e abrindo mercados estrangeiros para os produtos do solo. O rei ocupou-se, sobretudo, com o incremento da indústria e do comércio. Introduziu na França a manufatura na seda, encorajou outras indústrias por

meio de subsídios e monopólios e firmou tratados comerciais favoráveis com a Inglaterra e a Espanha. Não se limitou, porém, às reformas econômicas. Profundamente interessado em aniquilar o poder renascente da nobreza, seus esforços nesse sentido foram coroados de êxito, restabelecendo a monarquia na posição de domínio que havia desfrutado no fim da Guerra dos Cem Anos. Seu governo foi inteligente e benévolo, mas nem por isso deixou de ser despótico.

O reinado de Henrique foi encerrado em 1610 pelo punhal de um fanático louco. Os anos que se seguiram foram cheios de incerteza e de confusão, até 1.624, quando Luís XIII, que com a idade de nove anos sucedera a Henrique, confiou a direção do reino ao cardeal Richelieu. Os únicos objetivos do inexorável ministro eram: primeiro, deitar por terra todas as limitações à autoridade do rei e, segundo, elevar a França à posição de nação mais poderosa da Europa. Tratando-se da obtenção desses fins, não permitia que nada se lhe interpusesse no caminho. Reprimiu implacavelmente tanto os nobres descontentes como os huguenotes, mantendo um exército de espiões e cortando as conspirações pela raiz

mediante execuções em massa. Embora incentivasse a instrução e protegesse a literatura, negligenciou os interesses do comércio e permitiu que a concussão e a extravagância florescessem no seu governo. Além disso, o espírito belicoso com que o primeiro ministro conduziu os negócios exteriores envolveu a França em guerras dispendiosas. Sua realização mais importante foi, talvez, o estabelecimento de um sistema sob o qual intendentes, ou agentes do rei, se encarregavam da administração local. A finalidade visada era centralizar o governo de toda a nação sob o domínio da coroa e assim extirpar quaisquer remanescentes de autoridade feudal. Quando Richelieu morreu, em 1.642, o caminho estava quase completamente aplainado para o despotismo.

A monarquia absoluta na França atingiu o zênite nos reinados dos três últimos reis Bourbons, antes da Revolução. O primeiro desses três monarcas foi Luís XIV (1.643-1.715), que encarnou, mais do que qualquer outro soberano da sua época, o ideal do absolutismo. Orgulhoso, extravagante e autoritário, Luís nutria as idéias mais exaltadas possíveis acerca da sua posição de rei. Não só acreditava ter recebido de Deus o encargo de reinar, mas para ele, a sorte do estado estava intimamente ligada à sua própria pessoa. A famosa frase que lhe é atribuída - l'état c'est moi - talvez não seja textualmente exata, mas exprime com toda a clareza a concepção que ele fazia da sua autoridade. Escolheu o sol como seu emblema oficial para simbolizar a crença de que a nação recebia dele o sustento e a glória, como os planetas os recebem do verdadeiro sol. Talvez se possa dizer em favor de Luís XIV que nenhum homem trabalhou mais do que ele "no ofício de rei". Fiscalizava pessoalmente todos os setores do governo e considerava os seus ministros como meros funcionários cujo único dever era obedecer às suas ordens. Tudo indica, no entanto, que o país lucraria mais se Luís tivesse sido menos solícito. Interferiu em alguns planos de Colbert para reformar o regime tributário e desperdiçou os recursos que esse ministro lutara para ajuntar. O Rei-Sol, por si mesmo, pouco contribuiu para melhorar o governo da França. Seguiu, em geral, a orientação política de Henrique IV e de Richelieu na consolidação do poder nacional a expensas das autoridades locais e em reduzir os nobres a meros parasitas da corte. Mas qualquer bem que possa ter feito foi completamente eclipsado pelas suas guerras loucas e pela sua política reacionária em matéria de religião Em 1.685 revogou o Edito de Nantes, que concedera a

liberdade de consciência aos huguenotes. Em resultado disso, grande número de seus súditos mais inteligentes e prósperos abandonou o país.
Até o início da Revolução, em 1.789, a forma do governo francês permaneceu essencialmente tal como a deixara Luís XIV. Seus sucessores Luís XV (1715-74) e Luís XVI (1774-92) também afirmavam governar por direito divino, mas nenhum dos dois desejou emular com o Grande Monarca no entusiasmo pelo trabalho e na atenção minuciosa dispensada aos negócios do estado. Luís XV era um dissoluto indolente que dividia o seu tempo entre o jogo, a caça e as aventuras amorosas com as damas da corte. Os problemas do governo causavam-lhe indizível tédio, e quando era obrigado a presidir à mesa do conselho "bocejava, falava pouco e não pensava absolutamente nada". Seu neto e sucessor, o infortunado Luís XVI, era um homem de caráter fraco e inteligência obtusa. Indiferente à política, distraía-se atirando em veados da janela do palácio e com os seus passatempos de serralheiro e pedreiro amador. Em 1789, no dia em que a multidão assaltou a Bastilha, ele escreveu no seu diário uma única palavra: "Nada". No entanto, ambos esses monarcas mantiveram um governo que, se não mais despótico, foi pelo menos mais arbitrário do que qualquer dos precedentes. Permitiram que os seus ministros encarcerassem, sem julgamento, pessoas suspeitas de deslealdade; dissolveram as cortes por terem recusado aprovação aos seus decretos e levaram o país à beira da bancarrota com as suas guerras dispendiosas e com a sua despreocupada prodigalidade para com amantes e favoritos indignos. Dificilmente teriam conseguido melhor êxito se tivessem o propósito deliberado de tornar inevitável a revolução.

3. O ABSOLUTISMO NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

A Prússia, a Áustria e a Rússia foram os três outros países em que o despotismo floresceu em escala mais grandiosa. O fundador do governo absoluto na Prússia foi o grande-eleitor Frederico Guilherme, contemporâneo de Luis XIV. Não somente foi o primeiro membro da família Hohenzollern a exercer completa soberania sobre o seu país, mas também submeteu os seus três domínios - a Prússia, o Brandeburgo e Cleves - a um governo centralizado, abolindo as dietas locais e

transformando o seu pequeno exército numa força militar nacional. A obra do grande eleitor foi continuada e ampliada por seu neto, conhecido como Frederico Guilherme I (1.713-40), visto que já ostentava o título de rei da Prússia. Esse monarca avarento governou os seus súditos como um patriarca hebreu, regulamentando-Ihes a vida privada e encarregando-se pessoalmente de corrigir-Ihes os desvios. A paixão dominante da sua vida era o exército, que ele aumentou para mais do dobro e treinou até fazê-Io funcionar com a eficiência de uma máquina. Chegou ao ponto de vender a mobília do palácio a fim de assoldadar recrutas para o seu famoso regimento dos "Gigantes de Potsdam". Diz-se que raptava aqueles a quem não conseguia comprar por dinheiro.
O mais célebre déspota prussiano foi Frederico II (1.740-86), comumente chamado Frederico o Grande. Adepto fervoroso das doutrinas reformadoras da nova filosofia racionalista, Frederico foi a figura principal entre os "déspotas esclarecidos" do século XVIII. Dizendo-se não o amo, mas apenas "o primeiro dos servos do estado", escrevia ensaios para provar que Maquiavel estava errado e levantava-se às cinco da manhã para iniciar, dentro de uma rotina espartana, a direção pessoal dos assuntos públicos. Fez da Prússia, sob muitos aspectos, o estado mais bem governado da Europa, abolindo a tortura dos acusados, fundando escolas elementares e promovendo a prosperidade da indústria e da agricultura. Como admirador de Voltaire, a quem hospedou por algum tempo na sua corte, tolerava todas as seitas religiosas. Mas essa benevolência para uso interno não se refletia no campo das relações internacionais. Frederico despojou a Áustria da Silésia, conspirou com Catarina da Rússia para desmembrar a Polônia e contribuiu um pouco mais do que lhe competia para as guerras sangrentas do século XVIII.
O apogeu do absolutismo na Áustria verificou-se durante os reinados de Maria Teresa (1.740-80) e de José II (1.780-90). Sob o governo da bela mais exaltada imperatriz organizou-se um exército nacional, os poderes da igreja foram cerceados no interesse de um governo centralizado e deu-se grande difusão à instrução elementar e superior.
Ao contrário da maioria dos déspotas contemporâneos, Maria Teresa era sinceramente devotada à causa da moral cristã. Embora houvesse participado do desmembramento da Polônia para ressarcir-se da perda da Silésia, fê-lo com graves apreensões - atitude que provocou o dito

escarninho de Frederico o Grande: "Ela chora, mas abocanha o seu quinhão." As reformas de Maria Teresa foram grandemente ampliadas, pelo menos no papel, por seu filho José II. Inspirado pelos ensinamentos dos filósofos franceses, José resolveu reformar o seu império de acordo com os mais altos ideais de justiça e de razão. Não só planejou reduzir os poderes da igreja pelo confisco das terras eclesiásticas e pela supressão dos mosteiros, mas até chegou a dar, a judeus e heréticos, privilégios idênticos aos dos católicos. Aspirou, além disso, a humilhar os nobres e a melhorar a condição das massas. Decretou a emancipação dos servos e prometeu liberá-Ios das obrigações feudais devidas aos seus senhores. Desejava universalizar a educação e forçar os nobres a pagar a sua quota de impostos. Mas a maioria dos planos magníficos do imperador ruiu por terra. Foi derrotado nas guerras com o estrangeiro. Despertou o antagonismo não somente dos nobres e do clero, mas também dos orgulhosos húngaros, privados de qualquer direito a um governo autônomo. Perdeu as simpatias dos camponeses por lhes ter imposto o serviço militar obrigatório. Era tão pouco propenso quanto Luís XIV ou Frederico o Grande a sacrificar o poder pessoal e a glória nacional, mesmo no interesse dos seus sublimes ideais.

A monarquia absoluta prevaleceu na Rússia durante a maior parte da história dessa nação. Na verdade, desde o século XV até o XX o povo russo praticamente não conheceu outra forma de governo. O primeiro dos czares da Rússia foi Ivan o Grande (1.462-1.505). Assumindo o título de czar (isto é, césar), proclamou-se o sucessor do último imperador bizantino, que perecera na tomada de Constantinopla, em 1453. Ivan o Grande sacudiu o jugo da opressão mongólica, uniu os vários principados russos e estendeu o seu domínio até o Oceano Ártico e os Montes Urais. Pouco depois Ivan o Terrível (1.533-84) reprimiu os boiardos, ou nobres latifundiários, e dilatou ainda mais as fronteiras no oriente e no sul. Mas a Rússia ainda era apenas uma fração do poderoso império que se fundaria mais tarde. Durante o século XVI, elementos emigrados da região circunvizinha de Moscou ocuparam em rápida sucessão as planícies férteis dos vales do Don, do Dnieper e do Volga. Organizados em bandos semi-militares para se protegerem contra os nativos hostis, os pioneiros desse movimento eram comumente chamados cossacos. Por volta do fim do século XVII, outros

colonos se estabeleceram na vastidão do território siberiano, estendendo assim o domínio russo até o Pacífico.
Mas a Rússia era ainda um estado quase exclusivamente oriental, tendo-se expandido, sobretudo, na direção de leste. Sua religião, seu alfabeto e seu calendário tinham sido copiados dos bizantinos, ao passo que muitos de seus habitantes tinham sangue tártaro nas veias. O primeiro dos czares a dar ao império um caráter parcialmente europeu foi Pedro o Grande (1.682-1.725), o mais poderoso autocrata que até então ocupara o trono da Rússia. Com absoluto desprezo pelos costumes antigos, Pedro empenhou-se em fazer com que os seus súditos mudassem de modo de vida. Proibiu a reclusão oriental das mulheres e ordenou que ambos os sexos adotassem a moda européia no trajar. Tornou obrigatório entre os membros da corte o uso do tabaco. Mandava os grandes nobres comparecerem à sua presença e, com as próprias mãos, tosava-Ihes as abundantes barbas. A fim de consolidar o seu poder absoluto, aboliu todos os vestígios de autonomia local e organizou um sistema de polícia nacional. Com o mesmo objetivo aniquilou a autoridade do patriarca da igreja ortodoxa e colocou todos os assuntos religiosos sob a jurisdição de um Santo Sinodo submetido ao seu próprio controle. Profundamente interessado na ciência e na técnica ocidental, fez viagens à Holanda e à Inglaterra para adquirir conhecimentos sobre a construção naval e a indústria. Imitou a política mercantilista das nações ocidentais, melhorando a agricultura e estimulando o comércio e a indústria. A fim de ganhar "janelas para o ocidente" conquistou territórios ao longo da costa do Báltico e transferiu a sua capital de Moscou para S. Petersburgo, a nova cidade fundada por ele na embocadura do rio Neva. O bem que fez foi, porém, grandemente ultrapassado pelas suas guerras perdulárias e pela sua crueldade diabólica. Matou milhares de pessoas sob a alegação de conspirarem contra ele, e as cabeças que rolavam no chão da praça fronteira ao palácio eram, muitas vezes, decepadas pessoalmente pelo grande czar.
O outro dos mais célebres monarcas russos da época do absolutismo foi Catarina a Grande (1.762-96), que antes do seu casamento era uma princesa alemã. Amiúde classificada como um dos "déspotas esclarecidos", Catarina correspondia-se com filósofos franceses, fundou hospitais e orfanatos e até exprimiu a esperança de virem a ser libertados os servos russos. Era, porém, despudoradamente cruel e sem escrúpulos. Organizou uma revolta contra o

marido semi-louco, Pedro III, e foi cúmplice no seu assassinato. Ordenou que se aplicasse o cnute às costas nuas de reformadores sinceros. Sua confessada simpatia pelos camponeses não a impediu de tomar-Ihes as terras para doar grandes propriedades aos seus favoritos. Em resumo, o governo de Catarina, na prática, diferiu muito pouco do de seus predecessores semi-bárbaros. Sua importância principal reside em ter continuado a obra de Pedro o Grande, introduzindo na Rússia as idéias ocidentais e convertendo o país numa formidável potência da política européia.

4. AS GUERRAS DOS DÉSPOTAS

Entre 1.485 e 1.789, o número de anos de paz na Europa foi literalmente superado pelo dos anos de guerra. Os primeiros conflitos tiveram caráter principalmente religioso e já foram comentados no capítulo referente à Reforma. A partir de 1.600, a maioria das guerras assumem a natureza de lutas pela supremacia entre os poderosos déspotas das grandes nações. Mas a religião também foi um fator de algumas delas, bem como a cobiça das classes comerciais. Em geral, os motivos nacionalistas desempenharam menor papel do que nas guerras dos séculos XIX e XX. Povos e territórios não passavam de peças a ser movimentadas de um lado para outro no jogo do engrandecimento dinástico.

A luta armada, no século XVII, girou em torno de um duelo titânico entre os Habsburgos e os Bourbons. A princípio senhores da Áustria, os Habsburgos havia aos poucos estendido o seu poder também à Boêmia e à Hungria. Além disso, o chefe da dinastia era ainda aureolado pelo que restava da dignidade de imperador do Santo Império Romano. Desde o tempo de Carlos V (1.519-56) um ramo dos Habsburgos governava a Espanha, Milão e o Reino das Duas Sicílias. Conseqüentemente, no começo do século XVII, o mais sério obstáculo que se erguia contra o domínio da Europa por essa família era o reino da França, governado pelos Bourbons. A luta entre as duas dinastias era quase inevitável.

Embora tenha envolvido também muitas outras questões, a Guerra dos Trinta Anos (1.618-48) pode ser encarada como a primeira fase dessa luta. A causa inicial da guerra foi a ambição dos Habsburgos, que desejavam

utilizar-se dos triunfos da Reforma Católica como meio de ampliar o seu próprio poder na Europa Central. Isso despertou a oposição dos nobres protestantes da Alemanha, ao mesmo tempo que na Boêmia, onde muitos habitantes se haviam convertido ao calvinismo, declarava-se uma revolta aberta. Um grupo de nobres tchecos penetrou à força no palácio dos representantes do imperador, em Praga, e jogou-os pela janela. Seguiu-se a isso a proclamação do estado independente da Boêmia, tendo como rei Frederico, o eleitor calvinista do Palatinado. A guerra, então, começou às deveras. O êxito dos Habsburgos em abafar a revolta boêmia e em punir Frederico, tomando-lhe as terras do vale do Reno, arrastou à luta os governos protestantes da Europa setentrional. Não somente os príncipes alemães, mas ainda o rei Cristiano IV da Dinamarca e Gustavo Adolfo da Suécia se juntaram à cruzada contra a agressão austríaca - com a segunda intenção, é claro, de expandir os seus próprios domínios. Em 1.630 os franceses intervieram com doações de armas e dinheiro aos aliados protestantes; e depois de 1.632, quando Gustavo Adolfo morreu no campo de batalha, foi a França que suportou o embate da luta. Não se tratava mais de um conflito religioso, mas essencialmente de uma disputa entre as casas de Bourbon e de Habsburgo pelo domínio do continente europeu. Os objetivos imediatos da cardeal de Richelieu, que dirigia a política de Luís XIII, eram tomar a Alsácia ao Santo Império e enfraquecer a posição dos Habsburgos espanhóis na Holanda e na Itália. Durante algum tempo as forças francesas sofreram reveses, mas o gênio organizador de Richelieu e do cardeal Mazarino, que lhe sucedeu em 1.643, alcançou finalmente a vitória para a França e os seus aliados. A paz foi restabelecida na dilacerada Europa pelo Tratado de Vestfália, em 1648.
A maioria dos resultados da Guerra dos Trinta Anos foram positivos males. O Tratado de Vestfália confirmou a posse do território da Alsácia e dos bispados de Metz, Toul e Verdun pela França; a Suécia recebeu territórios na Alemanha; a independência da Holanda e da Suíça foi formalmente reconhecida e o Santo Império reduziu-se a uma mera ficção, visto que todos os príncipes alemães eram reconhecidos como soberanos, com o poder de guerrear, de firmar a paz e de governar os seus estados como bem entendessem. Mas a maior parte dessas mudanças outra coisa não fez senão lançar as bases de acerbas disputas internacionais futuras. Além disso, a guerra causou uma pavorosa devastação na Europa central. Poucos conflitos

militares, desde o começo da história, terão talvez acarretado tamanhas desgraças à população civil. Calcula-se que nada menos de metade do povo da Alemanha e da Boêmia perdeu a vida em conseqüência da fome, das doenças e dos ataques de soldados brutais com a mira na pilhagem. Os exércitos de ambos os lados saquearam, torturaram, incendiaram e mataram de modo a transformar regiões inteiras em verdadeiros desertos. Na Saxônia, um terço das terras ficou sem cultivo e alcatéias de lobos vagueavam pelas ruínas de aldeias outrora prósperas. Em meio a tanta miséria, era inevitável que decaíssem a instrução e as conquistas intelectuais de toda espécie, com o resultado de que a civilização foi retardada, na Alemanha, de pelo menos um século.

A Guerra dos Trinta Anos não pôs fim, sequer, à rivalidade entre os Bourbons e os Habsburgos. Embora a França, pelo Tratado de Vestfália, tivesse conseguido notáveis ganhos, continuava a ter junto da sua fronteira várias possessões do inimigo. A Espanha ao sul, as províncias belgas ao norte e o Franco-Condado a leste eram ainda governados pelos Habsburgos espanhóis, ao passo que os parentes austríacos destes não haviam de modo algum renunciado aos seus direitos sobre as províncias do vale do Reno. Ao assumir pessoalmente a direção da política francesa, depois da morte de Mazarino, em 1.661, Luís XIV resolveu proceder a uma revisão dessas fronteiras. Primeiro fez uma tentativa para conquistar as províncias belgas, o que o envolveu numa guerra não só com a Espanha, mas por fim com a Holanda, com o Império Austríaco e com o eleitor de Brandeburgo. Quando pretendeu aumentar as suas modestas conquistas dessa guerra pela intriga diplomática, formou-se contra ele uma poderosa aliança chefiada pelo imperador Leopoldo da Áustria. A guerra que se seguiu, conhecida como Guerra da Liga de Augsburgo (1.688-97), representou uma nova fase da luta entre Habsburgos e Bourbons. Nas suas disputas anteriores Luís XIV contara com a neutralidade da Inglaterra, dada a rivalidade tradicional entre esse país e a Holanda. Mas desde a Revolução Gloriosa a Inglaterra tinha um novo rei na pessoa de Guilherme III, ex-stadhouder da Holanda e inimigo implacável da França. Guilherme prontamente aderiu à Liga de Augsburgo, dando as mãos à Áustria, Espanha, Suécia e vários estados alemães. Com uma combinação tão forte contra ele, Luís foi por fim obrigado a pedir paz.

Em 1.700 o rei francês julgou encontrar uma nova oportunidade: Nesse ano morreu Carlos II, rei da Espanha, sem deixar filhos nem irmãos que lhe sucedessem e legando os seus domínios em testamento ao neto de Luís XIV. A Áustria opôs-se a essa indicação e formou nova aliança com a Inglaterra, a Holanda e Brandeburgo. A Guerra da Sucessão da Espanha, que se iniciou em 1702, quando Luís tentou fazer valer os direitos de seu neto, foi a última fase importante da luta entre Bourbons e Habsburgos. Pela Paz de Utrecht (1.713-14) o neto de Luís XIV teve permissão de ocupar o trono espanhol, sob a condição de que jamais se unissem a França e a Espanha. A França cedeu a Nova-Escócia e a Terra-Nova à Inglaterra, e a Espanha cedeu Gibraltar; os Habsburgos austríacos anexaram as províncias belgas, Nápoles e Milão. A mais importante das guerras dos déspotas no século XVIII foi a Guerra dos Sete Anos (1.756-63), conhecida na história norte-americana como the French and lndian War. As causas dessa luta relacionavam-se intimamente com alguns dos conflitos anteriores já discutidos. Um dos principais fatores das guerras da Liga de Augsburgo e da Sucessão da Espanha fora a rivalidade comercial entre a Inglaterra e a França. Ambos esses países disputavam a supremacia no desenvolvimento do comércio ultramarino e do império colonial. A Guerra dos Sete Anos não foi, portanto, mais do que a culminação da luta que se vinha travando havia perto de um século. As hostilidades começaram muito apropriadamente na América, em resultado da disputa pela posse do vale do Ohio. Não tardou a entrar em jogo a questão fundamental do domínio do continente norte-americano pela Inglaterra ou pela França. Por fim, quase todos os grandes países da Europa se colocaram de um lado ou do outro. Luís XV da França deu apoio ao seu parente, o monarca Bourbon da Espanha. Uma luta pela posse da Silésia, iniciada em 1.740 entre Frederico o Grande e Maria Teresa, foi logo absorvida pela disputa maior. A Guerra dos Sete Anos alcançou assim as proporções de uma espécie de conflito mundial, com a França, a Espanha, a Áustria e a Rússia alinhadas contra a Inglaterra e a Prússia na Europa, enquanto as forças coloniais inglesas e francesas se batiam pela supremacia não só na América, mas também na Índia.
O êxito da Guerra dos Sete Anos teve enorme importância para a história posterior da Europa. Frederico o Grande obteve uma vitória decisiva sobre os austríacos e forçou Maria Teresa e desistir de todas as suas pretensões à Silésia. A aquisição desse território aumentou a área da Prússia de mais de

um terço, elevando assim o império dos Hohenzollerns à posição de potência de primeira ordem. A luta pela supremacia colonial redundou, para a Inglaterra, num sensacional triunfo. Do seu outrora magnífico império americano a França perdeu tudo, exceto duas ilhotas na costa da Terra-Nova, Guadalupe e algumas outras possessões nas Antilhas, e uma parte da Guiana na América do Sul. Permitiu-se-Ihe que conservasse os seus privilégios comerciais na Índia, mas com a proibição de construir fortificações ou de manter tropas nesse país. A França ficou então mutilada e quase sem esperanças de reabilitar-se. Seu tesouro estava exausto, seu comércio arruinado e suas possibilidades de domínio do continente europeu completamente desfeitas. Esses desastres, determinados pela política estúpida dos governantes franceses, muito ajudaram a preparar o terreno para a grande revolução de 1.789. A Inglaterra, pelo contrário, ficou a cavalgar as ondas, tanto no sentido literal como no figurado, pois o triunfo na Guerra dos Sete Anos assinalou época na sua luta pelo domínio dos mares. A riqueza proveniente da expansão comercial favoreceu os comerciantes ingleses, aumentando-Ihes assim o prestígio político e social. Mais importante que tudo isso, talvez foi ter-lhe proporcionado a vitória na luta pelas colônias uma abundância de matérias-primas que lhe permitiu colocar-se à testa da Revolução Industrial.

5. A TEORIA POLÍTICA DO ABSOLUTISMO

A conduta autocrática dos déspotas dos séculos XVI, XVII e XVIII não foi puramente invenção deles. Como sublinhamos no começo deste capítulo, foram encorajados por diversos fatores sociais e políticos pelos quais não eram os únicos responsáveis. A essas causas deve ser adicionada uma outra: a influência da teoria política. Alguns dos Stuarts e dos Bourbons, por exemplo, encontravam a justificação da sua política nos filósofos que exprimiam as idéias do tempo em obras sistemáticas e vigorosas. Essas idéias não eram certamente as do vulgo, mas refletiam os desejos daqueles a quem John Adams chamava "os ricos, os bem-nascidos e os capazes".
Um dos primeiros filósofos que apoiaram as ambições absolutistas dos monarcas foi Jean Bodin (1.530-96), cujo zelo nas perseguições às feiticeiras lhe mereceu o epíteto de "Procurador Geral do Diabo". Bodin não

foi tão extremado quanto alguns de seus colegas na exaltação do poder monárquico. Concordava com os filósofos medievais quanto a estarem os governantes submetidos à lei divina e até reconhecia que o príncipe tinha o dever moral de respeitar os tratados que assinava. Mas Bodin dispensava qualquer espécie de parlamento. Negava enfaticamente a um órgão legislativo o direito de impor quaisquer limites ao poder monárquico. E, ao mesmo tempo que admitia serem tiranos os príncipes que violassem a lei divina ou a lei da natureza, não concedia aos súditos desses príncipes qualquer direito de rebelião contra eles. A autoridade do príncipe vem de Deus e a obrigação suprema do povo é a obediência passiva. A revolução deve ser evitada a todo custo, pois destrói a estabilidade que é a condição necessária do progresso social. A contribuição principal de Bodin, se assim pode ser chamada, foi a sua doutrina da soberania, que ele definia como "o poder supremo sobre cidadãos e súditos, sem restrições determinadas pelas leis". Com isso queria dizer que o príncipe, que é o único soberano, não está preso a leis feitas pelos homens. A sua autoridade não sofre restrições legais de qualquer espécie - nada, exceto a obediência à lei moral ou natural ordenada por Deus. Bodin é também importante pela sua teoria da origem do estado. Rejeitando a antiga doutrina feudal da base contratual da autoridade política, afirmava ser o estado uma derivação da família patriarcal. O príncipe está para com os seus súditos na mesma relação autocrática do pai para com os filhos. Como soberano, tem uma autoridade perpétua e humanamente ilimitada para fazer a lei e impô-Ia aos seus súditos.
O mais notável de todos os apóstolos do governo absoluto foi o inglês Thomas Hobbes (1.588-1.679). Escrevendo durante a Revolução Puritana e em estreita ligação com os realistas, Hobbes sentia-se desgostado com a direção que os acontecimentos haviam tomado na sua pátria e ansiava pelo restabelecimento da monarquia. No entanto, o seu materialismo e a sua doutrina da origem secular da realeza fizeram com que não fosse muito simpático aos Stuarts. Para título da sua obra principal escolheu o nome de Leviatã, indicando a concepção que fazia do estado como um monstro todo-poderoso. Todas as associações dentro do estado, dizia ele, são meros "vermes nas entranhas de Leviatã". A essência da filosofia política de Hobbes relaciona-se diretamente com a sua teoria da origem do governo. Ensinava que no começo todos os homens viviam em estado natural, sem

estarem sujeitados a qualquer lei que não fosse o brutal interesse próprio. Muito longe de ser um paraíso de inocência e de bem-aventurança, o estado natural era uma condição de universal sofrimento. Todos faziam guerra a todos. A vida do indivíduo era "solitária, pobre, sórdida, bruta e breve". A fim de escapar a essa guerra de todos contra todos, os homens acabaram unindo-se entre si para formar uma sociedade civil. Assentaram um contrato pelo qual cediam todos os seus direitos a um soberano suficientemente forte para protegê-Ios contra a violência. Desse modo o soberano, embora não fosse parte no contrato, tornava-se o recipiente da autoridade absoluta. O povo dava-lhe tudo em troca do grande dom da segurança. Em contraste com Bodin, Hobbes não reconhecia qualquer lei natural ou divina a limitar a autoridade do príncipe. O governo absoluto, afirmava ele, foi estabelecido pelo próprio povo e, conseqüentemente, este não tem razão de queixa quando o governante se torna um tirano; o povo não tem qualquer direito que o príncipe seja obrigação a respeitar. Baseando-se na dedução pura, sem recorrer de qualquer modo à religião ou à história, Hobbes chega à conclusão de que é lícito ao rei governar despoticamente - não porque tenha sido escolhido por Deus, mas porque o povo lhe deu o poder absoluto.
Em certo sentido, o grande holandês Hugo Grotius (1.583-1.645) também pode ser considerado um expoente do absolutismo, embora para ele a questão do poder dentro do estado estivesse mais ou menos subordinada à questão mais ampla das relações entre os estados. Vivendo na época das lutas religiosas na França, da revolta dos Países-Baixos e da Guerra dos Trinta Anos, Grotius sentiu a necessidade de um conjunto de normas que reduzissem a um padrão de razão e de ordem as relações dos governos entre si. Escreveu a sua famosa obra Do Direito da Paz e da Guerra para provar que os princípios elementares da justiça e da moralidade deviam prevalecer entre as nações. Extraiu alguns desses princípios do jus gentium romano e outros do direito natural da Idade Média. Tão bem expôs a sua causa que tem sido considerado desde então como um dos principais fundadores do direito internacional. Sua doutrina central era a idéia de que todo estado independente, sem levar em conta o seu tamanho, deve ser tratado como plenamente soberano e titular de direitos iguais. Essa soberania jamais deve ser infringida por qualquer outro poder. Tal doutrina, infelizmente, levou ao culto da honra nacional como uma coisa sagrada. Qualquer ofensa ao orgulho de uma nação - um insulto à sua bandeira ou a prisão de um

diplomata - é ainda muito capaz de desencadear a guerra. Mas a aversão de Grotius pela turbulência política também o inspirou a defender o governo despótico. Não compreendia que a ordem pudesse ser preservada dentro do estado a não ser que o governante possuísse uma autoridade ilimitada. Sustentava que no começo o povo se submetera voluntariamente a um soberano ou fora obrigado a submeter-se à força superior; mas em ambos os casos, uma vez que estabelecera um governo, tinha de obedecer-lhe cegamente até o fim.
As teorias que acabamos de discutir não eram simplesmente as de uns poucos filósofos encerrados na sua torre de marfim, mas antes idéias amplamente aceitas numa época em que a ordem e a segurança eram consideradas mais importantes do que a liberdade. Refletiam, em especial, o desejo, por parte das classes comerciais, de desfrutar o maior grau possível de estabilidade e proteção no interesse dos seus negócios. O mercantilismo e a política dos déspotas andavam de mãos dadas com as novas teorias do governo absoluto. O dito: "o estado sou eu", atribuído a Luís XIV, não era apenas a fanfarronada impudente de um tirano, mas quase chegava a exprimir a concepção dominante do governo, pelo menos na Europa continental. Aqueles que tinham uma posição responsável na sociedade acreditavam realmente que o rei era o estado. Dificilmente teriam concebido um governo capaz de proteger-Ihes e assistir-Ihes as atividades econômicas, a não ser organizado sobre a base de uma autoridade centralizada e despótica. Sua atitude não era muito diversa da de alguns contemporâneos nossos, que acreditam ser a ditadura, sob uma forma ou outra, a única porta de entrada para os campos ensolarados da segurança e da fartura. Parece ser verdade que o despotismo floresce unicamente nas épocas difíceis de transição ou em períodos de incerteza ou de perigo, quando os homens começam a desesperar de resolver os seus problemas pelo esforço individual. Não é essa uma condição normal da sociedade, mas sim essencialmente anormal, e que abrange apenas uma fração da história humana. As nações, em geral, tratam de livrar-se dos seus césares logo que o povo recupera suficiente confiança na própria força. De qualquer modo, foi isso o que aconteceu na Inglaterra, no fim do século XVII, e também na França cerca de cem anos depois.

CAPÍTULO 20

A Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII

POR UMA das mais estranhas ironias da história, o período em que arrogantes déspotas dominavam as nações do continente europeu foi um período de estupendas realizações intelectuais. Para quem, no entanto, compreende as forças subterrâneas que atuaram nessa e nas épocas precedentes, o progresso cultural dos séculos XVII e XVIII nada tem de especialmente misterioso. Os monarcas absolutos, é claro, nada tiveram que ver com ele. Ainda que alguns desses monarcas, como Frederico o Grande, houvessem tido contatos com a filosofia e a ciência, nenhum pode ser considerado com justiça um protetor da cultura. O progresso intelectual do seu tempo deveu-se, antes, a fatores decorrentes dos principais movimentos econômicos e culturais da história européia desde o fim da Idade Média. Exemplos característicos são a influência da Renascença, a prosperidade crescente das classes média e inferior e o dilatar-se dos horizontes intelectuais determinado pelo descobrimento de terras longínquas e de povos exóticos.

As conquistas da filosofia e da ciência nos séculos XVII e XVIII, juntamente com as novas atitudes que daí resultaram, constituem o que comumente se chama Revolução Intelectual. Falar dessa revolução como um acontecimento sem precedente nos anais da humanidade levaria, porém, a uma concepção errônea da história. Em diversas ocasiões anteriores tinham-se verificado desenvolvimentos que chegaram ao ponto de subverter antigos hábitos de pensar, tão bem como o fizeram os descobrimentos dos séculos XVII e XVIII. Podem-se encontrar exemplos no radicalismo e no individualismo dos sofistas do século V a.C., em Atenas, e nos efeitos profundamente perturbadores da revivescência do paganismo e do mundanismo no fim da Idade Média. - Não obstante, a Revolução

Intelectual dos séculos XVII e XVIII teve um alcance, de certo modo, mais amplo do que qualquer dessas transformações anteriores, e os seus resultados foram, talvez, mais significativos para a nossa geração atual.

1. A FILOSOFIA NO SÉCULO XVII

Talvez possamos dizer, sem grande esforço de imaginação, que a Revolução Intelectual teve uma tríplice paternidade. Seus pais foram René Descartes, Sir Isaac Newton e John Locke. Mais tarde trataremos de Newton e de Locke; neste ponto é necessário examinar os ensinamentos do famoso francês que inaugurou o movimento filosófico dominante do século XVII. René Descartes (1.596-1.650), soldado de fortuna, matemático e físico, foi um inabalável defensor do racionalismo na filosofia. Não foi, por certo, o primeiro expoente da razão como caminho do conhecimento, mas o seu racionalismo diferia do pregado pela maioria dos pensadores que o precederam - os escolásticos medievais, por exemplo - na rígida exclusão na autoridade. Desdenhava a consulta aos livros, por mais venerável que fosse a reputação dos seus autores. Convencido de que tanto as opiniões tradicionais como as impressões comuns da humanidade são guias pouco fidedignos, resolveu adotar um novo método inteiramente isento da influência de ambos. Esse método foi o instrumento matemático da dedução pura. Consistia em partir de verdades ou axiomas simples e evidentes por si mesmos, como na geometria, e depois raciocinar com base neles para chegar às conclusões particulares. Descartes acreditava ter encontrado um axioma de tal ordem no seu famoso princípio: "Penso, logo existo." Partindo daí, afirmava ser possível deduzir um conjunto perfeitamente lógico de conhecimentos universais - provar, por exemplo, que Deus existe, que o homem é um animal pensante e que o espírito é distinto da matéria. Essas "verdades", declarava ele, são tão infalíveis quanto as verdades da geometria, como frutos, que são, do mesmo método infalível.
Mas Descartes não é importante apenas como pai do novo racionalismo; deve-se-Ihe também, em parte, a introdução do conceito de um universo mecanicista. Ensinava que todo o mundo material, tanto orgânico como inorgânico, pode ser definido em função da extensão e do movimento. "Dai-me a extensão e o movimento", afirmou certa vez, atrevidamente, "e

construirei o universo." Toda a substância física universal, segundo ele, move-se continuamente numa série de turbilhões ou vórtices, alguns infinitamente pequenos e outros suficientemente grandes para obrigar os planetas a revolver em torno dos seus sóis. Cada objeto particular - um sistema solar, uma estrela ou a própria terra é uma máquina automática impulsionada por uma força oriunda do movimento original imprimido por Deus ao universo. Descartes não excluía desse plano mecanicista geral nem mesmo o organismo dos animais e dos homens. O mundo físico é um só. O comportamento dos animais e as reações emotivas dos homens decorrem automàticamente de estímulos internos e externos. No entanto, insistia em que o homem se distingue de todas as demais criaturas por possuir a faculdade de raciocinar. O pensamento não é uma forma de matéria, mas uma substância inteiramente diversa, implantada no corpo do homem por Deus. Localiza-se na glândula pineal, situada no alto do crânio. Ao lacto desse dualismo de espírito e matéria, Descartes também acreditava em idéias inatas. Ensinava que, como as verdades evidentes por si mesmas não têm relação com a experiência sensorial, devem ser inerentes ao próprio espírito. O homem não as aprende por via dos sentidos; mas percebe-as instintivamente por fazerem parte, desde a nascença, do seu aparelhamento mental.

Dos vários ensinamentos de Descartes, o novo racionalismo e o mecanicismo foram, indubitavelmente, os que tiveram mais influência. Na verdade, essas duas doutrinas quase bastavam em si mesmas para provocar uma revolução, por isso que envolviam o repúdio de quase todas as orientações teológicas do passado. O filósofo já não precisava acatar a revelação como fonte da verdade; a razão passou a ser então considerada como o único manancial de conhecimento, ao mesmo tempo, que a idéia de um significado espiritual do universo era posta de parte qual se fosse um traje velho e imprestável. Os princípios cartesianos do racionalismo e do mecanicismo foram adotados de uma forma ou de outra pela maioria dos filósofos do século XVII. Seus mais notáveis sucessores intelectuais foram o judeu holandês Benedito (ou Baruch) Espinosa e o inglês Thomas Hobbes, que já conhecemos como filósofo político. Espinosa nasceu em Amsterdã no ano de 1.632 e morreu desterrado da sua comunidade quarenta e cinco anos depois. Seus pais pertenciam a um grupo de judeus emigrados que tinham fugido à perseguição em Portugal e na Espanha, refugiando-se

na Holanda. Moço ainda, Espinosa sofreu a influência de um discípulo de Descartes, passando em conseqüência a criticar certos dogmas da fé judaica. Por isso foi expulso da sinagoga, amaldiçoado pelos altos sacerdotes e pelos veneráveis, e banido da comunidade do seu povo. De 1.656 até a morte viveu em várias cidades de Holanda, provendo à sua parca subsistência como polidor de lentes. Durante esses anos desenvolveu a sua filosofia, na qual incorporava o racionalismo e o mecanicismo, mas não o dualismo de Descartes. Sustentava Espinosa que só existe uma substância essencial no universo, da qual o espírito e a matéria não passam de aspectos diferentes. Essa substância única é Deus, que se identifica com a própria natureza. Tal concepção do universo era, certamente, puro panteísmo, mas baseava-se na razão e não na fé e pretendia exprimir as idéias científicas da unidade da natureza e da continuidade de causa e efeito. Não é destituído de significação o fato de haver declarado o maior cientista do nosso tempo, Albert Einstein, que a sua idéia de Deus era idêntica à de Espinosa.

Muito mais do que Descartes, Espinosa interessava-se pelas questões éticas. Tendo chegado bem cedo em sua vida à conclusão de que as coisas que o homem mais preza - riqueza, prazer, poder e fama - são vazias e vãs, resolveu pesquisar se existe um bem perfeito capaz de proporcionar uma felicidade irrestrita e duradoura a todos os que o alcançam. Por meio do raciocínio geométrico, tentou provar que esse bem perfeito consiste no "amor a Deus", isto é, na adoração da ordem e da harmonia da natureza. Se os homens chegarem a compreender que o universo é uma bela máquina, cujo funcionamento não pode ser interrompido em benefício deste ou daquele indivíduo, alcançarão aquela serenidade de espírito pela qual se têm batido os filósofos através dos tempos. Só nos podemos libertar de esperanças irrealizáveis e de temores abjetos reconhecendo no nosso íntimo que a ordem da natureza está inalteràvelmente fixada e que o homem não pode mudar o seu destino. Em outras palavras, conquistamos a verdadeira liberdade quando compreendemos que não somos livres. Mas, apesar de todo o seu determinismo, Espinosa era um ardente apóstolo da tolerância, da justiça e da vida racional. Escreveu em defesa da liberdade religiosa e, malgrado o tratamento cruel de que foi alvo, deu em sua vida particular um nobre exemplo de bondade, humanidade e isenção de paixões vingativas.

O terceiro dos grandes racionalistas do século XVII foi Thomas Hobbes. Mais velho do que Descartes ou Espinosa, Hobbes sobreviveu a ambos. Concordava com os seus dois contemporâneos na crença de que a geometria fornecia o único método apropriado à busca da verdade filosófica. Negava, porém, a doutrina das idéias inatas, sustentando que a origem de todo conhecimento está na percepção sensorial. Recusou-se também a aceitar tanto o dualismo de Descartes como o panteísmo de Espinosa. Segundo Hobbes, não existe absolutamente nada senão a matéria. O pensamento não é mais do que um movimento do cérebro ou talvez uma forma sutil de matéria, mas de modo algum uma substância distinta. Também a Deus, caso possamos acreditar na sua existência, deve ser atribuído um corpo físico. Em ponto algum do universo existe qualquer coisa de espiritual que possa ser concebida pela mente. Era esse o materialismo mais radical desde os tempos de Lucrécio. Combinava-se, naturalmente, com o mecanicismo, como acontece quase sempre com o materialismo. Sustentava Hobbes que não só o universo, mas o próprio homem é suscetível de uma explicação mecânica. Tudo o que o homem faz é determinado por apetites ou aversões e estes, por sua vez, são herdados ou adquiridos por experiência. Segue-se que o livre arbítrio é impossível, uma vez que a vontade do homem resulta de desejos ou hábitos já entranhados na sua natureza. De maneira análoga, Hobbes afirmava não existirem normas absolutas do bem e do mal. O bem é simplesmente aquilo que dá prazer, o maI o que traz sofrimento. E, uma vez que os homens diferem constitucionalmente uns dos outros, também devem variar as concepções do prazer e da dor, e o bem e o mal só podem ser relativos. Desse modo, o materialismo e o mecanicismo de Hobbes evoluíram para o hedonismo.

2. O ILUMINISMO

O ponto culminante da Revolução Intelectual em filosofia foi um movimento conhecido com Iluminismo. Iniciado na Inglaterra por volta de 1.680, rapidamente se difundiu, atingindo a maior parte dos países do norte da Europa e não deixando de ter influência também na América. A manifestação suprema do Iluminismo verificou-se, contudo, na França, e o período em que ele se revestiu de verdadeira importância foi o século

XVIII. Poucos movimentos históricos tiveram efeitos tão profundos no sentido de moldar o pensamento dos homens e de orientar o curso das suas ações. A filosofia do Iluminismo erigiu-se sobre certo número de concepções fundamentais, sobressaindo entre elas as seguintes:
1) A razão é o único guia infalível da sabedoria. Todo conhecimento tem suas raízes na percepção sensorial, mas as impressões dos nossos sentidos não são mais do que o material bruto da verdade, o qual precisa ser purificado no cadinho da razão antes que o possamos utilizar para explicar o mundo ou para indicar o caminho de uma vida melhor.
2) O universo é uma máquina governada por leis inflexíveis que o homem não pode desprezar. A ordem da natureza é absolutamente uniforme e de nenhum modo comporta milagres ou qualquer outra forma de intervenção divina.
3) A melhor estrutura da sociedade é a mais simples e a mais natural. A vida do "nobre selvagem" é preferível à do homem civilizado, com as suas convenções obsoletas que só servem para perpetuar a tirania do clero e dos governantes. A religião, o governo e as instituições econômicas deveriam ser expurgados de todo artificialismo e reduzidos a uma forma coerente com a razão e a liberdade natural.
4) Não existe pecado original. O homem não é congenitamente depravado, mas levado a cometer atos de crueldade e de baixeza por padres intrigantes e déspotas belicosos. A infinita perfetibilidade da natureza humana, e, portanto, da própria sociedade, seria facilmente exeqüível se os homens tivessem a liberdade de seguir as diretrizes da razão e dos seus instintos inatos.
A inspiração do Iluminismo proveio, em parte, do racionalismo de Descartes, Espinosa e Hobbes, mas os verdadeiros fundadores do movimento foram Sir Isaac Newton (1.642-1.727) e John Locke (1.632-1.704). Ainda que Newton não tenha sido um filósofo no sentido comum da palavra, sua obra teve a mais profunda significação para a história do pensamento. Seu feito grandioso foi submeter toda a natureza a uma interpretação mecânica precisa. Durante a última fase da Renascença Galileu descobrira a lei da queda dos corpos na superfície da terra, enquanto Johann Kepler deduzira os princípios do movimento planetário. Estava reservado a Newton estender a idéia das leis físicas invariáveis a todo o universo. O seu famoso princípio, "cada partícula de matéria, no universo,

atrai todas as outras partículas com uma força inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas e diretamente proporcional ao produto das respectivas massas", foi considerado válido não somente para a terra, mas para todos os sistemas solares através dos espaços infinitos. Partindo daí, era fácil chegar à conclusão de que todos os acontecimentos da natureza são governados por leis universais, capazes de ser formuladas com tanta precisão quanto os princípios matemáticos. Descobrir essas leis é a principal ocupação da ciência, e é dever do homem permitir-Ihes a livre ação. Estava dado o golpe de morte na concepção medieval de um universo regido por uma finalidade benévola; os homens tinham passado a habitar um mundo em que a sucessão dos acontecimentos era tão automática como o tique-taque de um relógio. A filosofia newtoniana não excluía a idéia de Deus, mas despojava-o do poder de guiar as estrelas nas suas órbitas ou de fazer parar o sol.

A influência de John Locke foi muito diferente da de Newton, mas nem por isso menos importante. Locke foi o pai de uma nova teoria do conhecimento que deu a nota fundamental da filosofia iluminista. Rejeitando a doutrina cartesiana das idéias inatas, afirmou que todo o conhecimento humano deriva da percepção sensorial. Essa teoria, conhecida como sensacionismo, já fora estabelecida por Hobbes, mas foi Locke o primeiro dos filósofos modernos a desenvolvê-Ia de forma sistemática. Sustentava ele que a mente humana ao nascer é uma tábula rasa, um "papel em branco" no qual absolutamente nada está escrito. Nem mesmo contém a idéia de Deus ou qualquer noção de certo e errado. Só quando o recém-nascido começa a ter sensações, a perceber por intermédio dos seus sentidos o mundo exterior, é que alguma coisa se registra na sua mente. As idéias simples que resultam diretamente da percepção sensorial são, porém, apenas as bases do conhecimento; nenhum ser humano poderia viver inteligentemente só com elas. Essas idéias simples precisam ser integradas e fundidas em idéias complexas. Tal é o papel da razão ou entendimento, que tem o poder de combinar, coordenar e organizar as impressões recebidas dos sentidos, construindo assim um sistema utilizável de verdades gerais. Tanto a sensação como a razão são indispensáveis - uma para fornecer ao espírito a matéria-prima do conhecimento e a outra para trabalhá-Ia, dando-lhe uma forma significativa. Foi essa combinação de sensacionismo e de racionalismo que constituiu um dos elementos básicos

da filosofia iluminista. Locke tem grande importância, também, pela sua defesa da tolerância religiosa e pela sua teoria política liberal, que será discutida no capítulo 21, II volume.
O Iluminismo alcançou o apogeu da sua glória na França, durante o século XVIII, sob a influência de Voltaire e de outros críticos da ordem estabelecida. Voltaire, ou François Marie Arouet, como se chamava originalmente, simboliza o Esclarecimento mais ou menos como Lutero simboliza a Reforma e Leonardo da Vinci, a Renascença italiana. Filho da burguesia, Voltaire nasceu em 1.694 e, a despeito da sua constituição delicada, viveu até onze anos antes de rebentar a Revolução Francesa. Bem cedo mostrou gosto por escrever obras satíricas e envolveu-se em numerosas questões por ter ridicularizado nobres e funcionários pomposos. Em conseqüência de um dos seus panfletos foi encarcerado na Bastilha e depois exilado para a Inglaterra. Ali permaneceu durante três anos, concebendo profunda admiração pelas instituições inglesas e escrevendo a sua primeira obra filosófica, que intitulou Cartas inglesas. Nesse livro divulgava as idéias de Newton e de Locke, aos quais passara a considerar como dois dos maiores gênios que já tinham existido. A maioria das suas obras posteriores - o Dicionário filosófico, Candide, as histórias e muitos dentre os poemas e ensaios - relacionam-se também com a exposição da doutrina de que o mundo é governado por leis naturais e a razão e a experiência concreta são os únicos guias seguros que o homem pode seguir. Voltaire desprezava o fácil otimismo segundo o qual os males de cada um fazem o bem de todos e tudo marcha da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis. Via, muito ao contrário, o sofrimento, o ódio, a discórdia e a opressão por toda parte. Somente no seu país utópico do Eldorado, que imaginou existir em alguma parte da América do Sul, havia liberdade e paz. Ali não havia monges, padres, processos ou prisões. Os habitantes conviviam sem malícia nem cobiça, adorando a Deus segundo os ditames da razão e resolvendo os seus problemas por meio da lógica e da ciência. Mas uma vida tão idílica só era possível por estar essa terra separada dos "assassinos arregimentados da Europa" por montanhas intransponíveis.
Voltaire é mais conhecido como um campeão da liberdade individual. Considerava como totalmente bárbaras todas as restrições à liberdade de expressão e de opinião. Numa carta escrita a um dos seus adversários figura esta frase, amiúde citada como o mais alto exemplo de tolerância

intelectual: "Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-Io". Se havia, porém, uma forma de opressão que Voltaire odiasse acima de todas as outras, era a tirania da religião organizada. Trovejou contra a monstruosa crueldade da igreja em torturar e queimar homens inteligentes que se atreveram a pôr em dúvida os seus dogmas. Com referência a todo o sistema de ortodoxia perseguidora e privilegiada, adotou como lema a frase écrasons l'infâme. Não era menos violento em seus ataques à tirania política, especialmente quando esta resultava na matança de milhares de criaturas para satisfazer as ambições dos déspotas. "É proibido matar", dizia ele com sarcasmo, "e, portanto, todos os assassinos são punidos, a não ser que o façam em larga escala e ao som de trombetas".

Entre os outros filósofos franceses do Iluminismo merecem menção Denis Diderot, Jean d'Alembert, Claude Helvetius e o Barão de Holbach. Todos viveram na segunda metade do século XVIII. Diderot e d'Alembert foram os principais componentes de um grupo conhecido como os Enciclopedistas, devido à sua colaboração na Grande Enciclopédia, que pretendia ser uma suma completa dos conhecimentos filosóficos e científicos da época. De um modo geral, ambos concordavam com o racionalismo e o liberalismo de Voltaire. Diderot, por exemplo, afirmava que "os homens jamais serão livres enquanto não seja estrangulado o último rei com as tripas do último padre". D'Alembert, embora aceitando as tendências racionalistas e individualistas do Esclarecimento, diferia da maior parte dos seus companheiros por advogar a difusão das novas doutrinas entre o povo. A atitude geral dos seus contemporâneos, principalmente de Voltaire, era desprezar o homem comum e considerá-Io como um simples labrego sem possibilidade de salvação, dada a sua ignorância e grosseria. Para d'Alembert, porém, a garantia única de progresso residia no esclarecimento universal. Sustentava, por isso, que as verdades da razão e da ciência deviam ser ensinadas às massas, na esperança de que um dia o mundo inteiro pudesse libertar-se do obscurantismo e da tirania.

O renome de Helvetius e de Holbach advém principalmente de suas idéias extremistas sobre o sensacionismo, o materialismo e o mecanicismo. Ambos afirmavam que todas as nossas faculdades mentais, inclusive a própria memória e o juízo, têm suas raízes na percepção sensorial.

Argumentavam que nada existe a não ser a substância física e que os homens diferem dos animais inferiores unicamente por serem mais complexos. Defendendo doutrinas como essas, era inevitável que reduzissem ao mínimo a importância da religião. A seu ver, a fé num Deus pessoal e em recompensas e punições após a morte não tem nenhuma utilidade prática, nem como explicação do mundo nem como base da boa conduta. Helvetius, em especial, sustentava que o interesse próprio, consistente na procura do prazer e na fuga à dor, é um alicerce mais que suficiente para a moral. Acreditava que as más intenções dos homens seriam refreadas pelo temor da represália e que o sentimento de prazer resultante de um ato desinteressado sobrepujaria qualquer elemento de dor. É-lhe freqüentemente atribuída a invenção da famosa frase: "o maior bem do maior número". Holbach foi além de qualquer dos seus contemporâneos no extrair deduções lógicas da teoria do mecanicismo. Ensinava que o universo nada mais é do que matéria perpetuamente em movimento, que nunca teve começo e jamais terá fim. Cada objeto e cada organismo nele contido adquire corpo e forma do contínuo fluxo da matéria. Isso representava uma volta à antiga concepção grega de um universo eterno em constante processo de evolução.
Embora o Iluminismo tivesse assumido muito menos importância na Alemanha do que na França ou na Inglaterra, a verdade é que deu origem ali a algumas idéias progressistas. O mais conhecido entre os chefes alemães do movimento é Gotthold Lessing (1.729-81), que foi, sobretudo, dramaturgo e crítico, mas não deixou de ser também um filósofo de concepções humanas e amplas. A essência da sua filosofia é a tolerância, fundamentada na convicção sincera de que nenhuma religião tem o monopólio da verdade. Na sua peça, Natã, o sábio, expunha a idéia de que a nobreza de caráter não tem relação necessária com as crenças teológicas. Sustentava que, historicamente, os homens de espírito caritativo tinham sido tão comuns entre os muçulmanos e judeus como entre os cristãos. Em grande parte por esse motivo, condenava abertamente a adesão a qualquer sistema dogmático, ensinando que o desenvolvimento de cada uma das grandes religiões mundiais (inclusive o cristianismo) representava simplesmente um passo na evolução espiritual da humanidade. Um dos amigos e discípulos de Lessing tornou-se o principal filósofo judeu do Iluminismo. Referimo-nos a Moisés Mendelssohn (1.729-86), que era um

produto doentio do gueto da cidade alemã de Dessau. Concordando com Lessing em que as religiões deviam ser julgadas pelos seus efeitos sobre a conduta dos que as adotam, Mendelssohn aconselhava aos seus irmãos de raça a que renunciassem à idéia de serem o Povo Eleito de Deus. Deviam considerar o judaísmo tão-só como uma entre várias religiões boas. Recomendava também que os judeus renunciassem ao seu exclusivismo, que cessassem de ansiar pela volta a Sion e se adaptassem às exigências cívicas dos países em que viviam. Seus ensinamentos, juntamente com os de Moisés Maimonides, o grande racionalista judeu do século XII, figuram entre as principais fontes do que veio a ser conhecido desde então como judaísmo reformista.

Dois outros nomes costumam ser incluídos entre os dos filósofos do Iluminismo: o do escocês David Hume (1.711-76) e o do francês Rousseau (1.712-78). Nenhum dos dois, no entanto, concordava inteiramente com a maioria dos seus contemporâneos. Hume é famoso, sobretudo, pelo seu ceticismo. Erigiu a sua teoria do conhecimento sobre o sensacionismo de Locke, mas foi muito além deste no sentido de reduzir a importância da razão. Segundo Hume, o espírito é um mero feixe de impressões, derivadas exclusivamente dos sentidos e ligadas umas às outras por hábitos de associação. Em outras palavras, aprendemos por experiência a associar o calor ao fogo e a alimentação ao pão. Se nunca tivéssemos experimentado por nós mesmos a sensação de calor, nenhuma faculdade raciocinadora do nosso espírito seria capaz de nos levar à conclusão de que o fogo produz calor. Mas a repetição constante do fato de sentirmos geralmente calor quando vemos uma chama gera o hábito de associar a ambos no nosso espírito. A isso se reduz todo conhecimento. Visto que toda idéia no espírito nada mais é senão a cópia de uma impressão sensorial, segue-se que nada podemos saber das causas finais, da natureza das coisas ou da origem do universo. Tampouco podemos demonstrar a existência de Deus ou provar a imortalidade da alma. Na verdade, não podemos ter certeza de nenhuma das conclusões da razão, salvo aquelas que, como os princípios matemáticos, possam ser verificadas pela experiência concreta. Todas as outras são provavelmente produtos dos sentimentos e desejos, de impulsos e temores animais. Negando dessa forma a competência da razão, Hume colocava-se quase que inteiramente à margem da principal corrente intelectual do Iluminismo. E, de fato, ajudava a preparar a sua liquidação.

Jean-Jacques Rousseau, do mesmo modo, repudiou muitas das pressuposições fundamentais que vinham de Newton e de Locke. Incurável desadaptado que era, a chafurdar no atoleiro das suas paixões, seria assombroso se Rousseau tivesse defendido as teorias racionalistas do Iluminismo. A neurose parece ter invadido setores inteiros da sua personalidade. Fracassou em quase todas as ocupações a que se dedicou. Pregou sublimes ideais de reforma educacional, mas abandonou os seus próprios filhos num asilo de enjeitados. Brigava com todo mundo e deleitava-se em auto-revelações mórbidas. Foram, indubitavelmente, essas qualidades de temperamento as principais responsáveis pela sua revolta contra as frias doutrinas intelectuais dos seus contemporâneos. Afirmava que adorar a razão como guia infalível da conduta e da verdade é agarrar-se a um caniço quebrado. Certamente a razão tem a sua utilidade, mas não vale como resposta completa. Nos problemas realmente vitais da existência é mais seguro confiar nos sentimentos, seguir os nossos instintos e emoções. Esses são os caminhos da natureza, e por isso levam mais facilmente à felicidade do que as lucubrações artificiais do intelecto. "O homem que pensa é um animal depravado". Mas, não obstante o seu desprezo pela razão, Rousseau em outros aspectos concordava inteiramente com o ponto de vista do Iluminismo. Exaltou a vida do "nobre selvagem" com mais fervor ainda do que qualquer dos seus companheiros. No seu ensaio premiado, Discurso sobre as artes e as ciências, contrasta a liberdade e a inocência do homem primitivo com a tirania e a perversão da sociedade civilizada, chegando a insistir em que o progresso da cultura é fatal à felicidade humana. Compartilhava a aversão do Iluminismo para com toda sorte de restrições à liberdade individual, embora se interessasse muito mais pela liberdade e igualdade das massas do que os outros reformadores do seu tempo. Considerava a origem da propriedade privada como fonte principal dos infortúnios sociais.
Seria quase impossível fixar os limites da influência de Rousseau. Como o primeiro escritor importante a sustentar a validez das conclusões ditadas pela emoção e pelo sentimento, ele é comum ente considerado o pai do romantismo. Ainda cinqüenta anos depois da sua morte continuava a Europa banhada em lágrimas literárias e era difícil encontrar um filósofo com bastante coragem para defender a infalibilidade da razão. O seu lema da "volta à natureza" forneceu a base de um verdadeiro culto dedicado à

busca de uma vida simples. Tão rapidamente se espalhou a nova moda que acabou por ser adotada pelos afetados cortesãos de Versalhes. Até a rainha planejou uma elegante aldeia rural num canto dos terrenos do palácio e se divertia brincando de leiteira. A influência de Rousseau não se limitou, porém, a fundar o romantismo e a encorajar uma devoção sentimental à natureza. Os seus dogmas da igualdade e da soberania popular, apesar de serem com freqüência, mal interpretados, tornaram-se as divisas dos revolucionários e de milhares de adversários mais moderados do regime dominante. E, como mostraremos no capítulo 21, II volume, foi a filosofia política de Rousseau que forneceu a verdadeira inspiração do ideal moderno do governo da maioria.

Já foram dadas algumas indicações sobre as doutrinas religiosas do Iluminismo, mas é preciso dizer mais sobre este ponto, visto ser a religião um assunto de vital importância para todos os que nesse tempo procuravam remodelar a sociedade. A mais típica filosofia religiosa iluminista foi o deísmo. Seu criador parece ter sido um inglês chamado Lord Herbert de Cherbury (1.583-1.648). No século XVIII as doutrinas deístas foram propagadas por homens como Voltaire, Diderot e Rousseau, na França; Alexander Pope, Lord Bolingbroke e Lord Shaftesbury, na Inglaterra; e Thomas Paine, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, na América. Não satisfeitos em condenar os elementos irracionais da religião, os deístas passaram a denunciar todas as formas de fé organizada. O cristianismo não foi mais poupado do que as outras. As religiões instituídas eram estigmatizadas como instrumentos de exploração, que astutos velhacos tinham inventado para poderem pilhar as massas ignorantes. Como dizia Voltaire: "o primeiro teólogo foi o primeiro espertalhão que encontrou o primeiro tolo". Os propósitos dos deístas não eram, porém, todos destrutivos. Não se interessavam somente em demolir o cristianismo, mas também em construir uma religião mais simples e mais natural para substituí-Io. Os princípios fundamentais dessa nova religião eram mais ou menos os que se seguem: 1) existe um Deus único que criou o universo e estabeleceu as leis naturais que o regem; 2) Deus não intervém nos negócios dos homens, neste mundo; Ele não é uma divindade caprichosa, como o Deus dos cristãos e dos judeus, que faz "um vaso para a honra e outro para a desonra" segundo a Sua fantasia; 3) orações, sacramentos e ritos não passam de pantomimas inúteis; não é possível embair ou subornar

a Deus, levando-o a violar as leis naturais em benefício deste ou daquele indivíduo; 4) o homem é dotado de livre arbítrio para escolher entre o bem e o mal; não há predestinação de alguns para ser salvos e de outros para ser condenados, mas as recompensas e punições na vida futura são determinadas exclusivamente pela conduta de cada um aqui na terra.
Apesar da ingenuidade de muitos dos seus postulados, foi enorme a influência do Iluminismo. Nenhum outro movimento, com exceção talvez do humanismo, contribuiu mais para dissipar as névoas acumuladas de superstição e de coibição ilógica que ainda envolviam o mundo ocidental. O racionalismo iluminista ajudou a quebrar os grilhões da tirania política e a enfraquecer o poder dos padres sem consciência. O seu ideal de liberdade religiosa foi o fator preponderante na ulterior separação entre a igreja e o estado e em libertar os judeus das antigas restrições. O humanitarismo contido no combate à opressão serviu para inspirar a agitação em prol de uma reforma penal e da abolição da escravatura. O desejo de estabelecer uma ordem social natural contribuiu para que se pleiteasse a extinção dos restos do feudalismo e o fim dos monopólios e privilégios injustos. Se o Iluminismo teve algum mau resultado, foi sem dúvida o desenvolvimento exagerado do individualismo. A libertação da tirania política e religiosa traduzia-se, infelizmente, com demasiada facilidade no direito de satisfazerem os fortes a sua cobiça econômica a expensas dos fracos.

3. DESCOBRIMENTOS CIENTÍFICOS REVOLUCIONÁRIOS

Os principais escopos científicos da Revolução Intelectual seguiram, em geral, as diretrizes traçadas durante a última fase da Renascença. Significa isto que as atenções se concentraram, sobretudo, nas ciências físicas. Os primeiros descobrimentos de monta verificaram-se no campo da matemática e da física. No começo do século XVII René Descartes inventou a geometria analítica, uma fusão da geometria e da álgebra. Logo depois surgiu o desenvolvimento do cálculo infinitesimal por Sir Isaac Newton e Gottfried Wilhelm Leibniz (1.646-1.716). Compreendendo a análise matemática das quantidades sujeitas a variação contínua, o cálculo é

um instrumento essencial de cômputo na engenharia e nos ramos superiores da mecânica.

lndubitavelmente, o físico mais ilustre da Revolução Intelectual foi Sir Isaac Newton. Como já foi salientado, as suas conclusões orientaram o pensamento filosófico durante uma centena de anos. Sua influência no campo científico foi ainda mais duradoura. A física newtoniana permaneceu virtualmente incontestada até o século XX. Foi em 1.687 que Newton publicou a sua famosa lei da gravitação universal. Baseada em parte nos trabalhos de Galileu, essa lei estabelecia um só princípio unificador para todo o mundo material. Afastava, ademais, todas as dúvidas quanto à validez da hipótese coperniciana e colocava o estudo da mecânica celeste sobre sólidas bases científicas. As pesquisas de Newton na física não se limitaram, porém, ao problema da gravitação. Organizou uma série de tábuas, de enorme valor para a navegação, por meio das quais podiam ser previstas com exatidão as sucessivas posições da lua entre as estrelas. Suas contribuições no terreno da análise espectral, e especialmente a conclusão de que as cores do arco-íris resultam da decomposição da luz branca, levaram ao descobrimento posterior de que todas as gradações de luz provêm de diferenças na estrutura atômica. Newton compartilha com Galileu a honra de ser o pai da física moderna.

Durante a Revolução Intelectual foram feitos alguns progressos preliminares no tocante à compreensão dos fenômenos elétricos. No começo do século XVII o inglês William Gilbert descobriu as propriedades do ímã e introduziu na língua a palavra "eletricidade". Outros cientistas logo se interessaram pelo assunto e resultados sensacionais foram previstos para os experimentos feitos com o maravilhoso "fluido", Um douto jesuíta chegou a sugerir que duas pessoas poderiam comunicar-se à distância por meio de agulhas magnéticas que apontassem simultaneamente para letras idênticas do alfabeto. Um trabalho de maior vulto foi realizado por Stephen Gray (morto em 1.736) e Charles Dufay (1.698-1.739), os quais descobriram que as substâncias diferem umas das outras em condutividade e que existem duas espécies de eletricidade, a positiva e a negativa. No fim do século XVIII, Alexandre Volta (1.745-1.827) construiu a primeira pilha e provou a identidade entre o "magnetismo animal" e a eletricidade. Outro feito de grande importância nesse campo da física foi a invenção, em 1.746, da garrafa de Leyde para armazenar energia elétrica. Baseando-se

principalmente nessa invenção, Benjamin Franklin pôde demonstrar que o raio e a eletricidade são idênticos. Na sua famosa experiência do papagaio, em 1.752, conseguiu, durante uma trovoada, carregar uma garrafa de Leyde com a eletricidade atmosférica.
Quase tão espetacular quanto o progresso da física foi o desenvolvimento da química. Se algum cientista pode ser considerado o fundador da química moderna, esse título cabe a Robert Boyle (1.627-91). Filho de um nobre irlandês, Boyle tornou-se célebre em 1.661 com a publicação da sua obra O Químico Cético, ou Dúvidas e Paradoxos Químico-físicos. Refutava nesse livro não só as teorias dos alquimistas, mas também as dos médicos-químicos que seguiam a orientação de Paracelso. Contribuiu muito, desse modo, para dar à química o caráter de uma ciência pura. Além disso, Boyle estabeleceu a distinção entre uma mistura e um composto, aprendeu muita coisa sobre a natureza do fósforo, extraiu álcool da madeira, sugeriu a idéia dos elementos químicos e reviveu a teoria atômica. Nenhum cientista antes dele havia antecipado de forma tão notável os conhecimentos da química moderna.
A despeito dos trabalhos de Boyle, durante perto de cem anos a química quase não fez novos progressos. A razão disso residia, em parte, na ampla aceitação de idéias errôneas no tocante a assuntos como o calor, a chama, o ar e a combustão. O mais comum desses erros era a chamada teoria flogística. O "flogisto" passava por ser o princípio ativo ou substância mística do fogo, que fazia com que a chama ardesse e queimasse combustível. Na segunda metade do século XVIII ocorreram importantes descobrimentos que destruíram por fim essa teoria e abriram caminho para a interpretação exata de algumas das reações químicas mais familiares. Primeiro surgiu o descobrimento, feito por Joseph Black mais ou menos em 1.755, de que um gás se desprende durante a combustão da pedra calcária, gás que ele provou ser oriundo da própria pedra e não do fogo. Chamou "ar fixo" a essa emanação, que mais tarde se verificou ser dióxido de carbono. Em 1.766, Henry Cavendish, um dos homens mais ricos da Inglaterra, comunicou ter descoberto um novo tipo de gás obtido mediante o tratamento do ferro, do zinco e de outros metais pelo ácido sulfúrico. Cavendish mostrou que esse gás, atualmente conhecido como hidrogênio, não podia por si mesmo alimentar a combustão, e, contudo, era rapidamente consumido pela chama em contato com o ar. Em 1.774 o oxigênio foi

descoberto por Joseph Priestley, que durante alguns anos havia aproveitado os seus lazeres de ministro da igreja unitária para realizar alguns importantes experimentos no campo das ciências naturais. Verificou que uma vela queimava com extraordinário vigor quando colocada dentro do novo gás - o que indicava claramente que a combustão não era determinada por qualquer princípio misterioso inerente à própria chama. Alguns anos após esse descobrimento, Cavendish demonstrou que o ar e a água, considerados desde a antiguidade como elementos, são respectivamente uma mistura e um composto, sendo o primeiro formado de oxigênio e nitrogênio e a segunda, de oxigênio e hidrogênio.
O golpe final na teoria flogística foi vibrado por Antoine Lavoisier (1.743-94), um dos maiores cientistas da Revolução Intelectual, chamado por alguns "o Newton da química”. Lavoisier demonstrou que combustão e respiração não são mais do que formas de oxidação, a primeira rápida e a segunda lenta. Deu nome ao oxigênio e ao hidrogênio, demonstrou que o diamante é uma forma de carbono e afirmou ser a própria vida, em essência, um processo químico. Mas o seu maior feito foi, sem dúvida, o ter criado a química quantitativa graças ao seu descobrimento da lei da conservação da matéria. Encontrou prova de que "embora a matéria possa mudar de estado numa série de reações químicas, a sua quantidade não se altera, conservando-se a mesma no fim como no começo de cada operação, o que se pode verificar por meio de pesagens". Lavoisier morreu na guilhotina com a idade de 51 anos, vítima do Terror na Revolução Francesa.
Apesar de terem sido as ciências físicas as que receberam maior atenção durante a Revolução Intelectual, as ciências biológicas não foram de modo algum descuradas. Um dos maiores entre os biólogos seiscentistas foi Robert Hooke (1.651-1703), o primeiro homem a ver e descrever a estrutura celular das plantas. Esse feito foi seguido a breve trecho pelos trabalhos de Marcelo Malpighi (1.628-94), que demonstrou a sexualidade das plantas e comparou a função das folhas com a dos pulmões dos animais. Mais ou menos na mesma época um fabricante holandês de microscópios, Anton van Leeuwenhoek (1.632-1.723), descobriu os protozoários e as bactérias e fez a primeira descrição do espermatozóide humano. O século XVII também assinalou alguns progressos em embriologia. Por volta de 1.670 um médico holandês, Jan Swammerdam, descreveu minuciosamente a história da vida

de certos insetos, desde o estado de larva até a maturidade, e comparou a transformação do girino em rã ao desenvolvimento do embrião humano.
Sob muitos aspectos, o fim do século XVII pareceu marcar o declínio da originalidade nas ciências que tratam dos seres vivos. Durante os seguintes cem anos os biólogos tenderam cada vez mais a concentrar os seus esforços na descrição e classificação dos conhecimentos já adquiridos. O mais brilhante classificador dos conhecimentos biológicos foi Carl von Linné, um cientista sueco (1.707-78), mais comumente conhecido pelo seu nome latinizado de Lineu. Nas suas obras O sistema da natureza e Filosofia botânica, Lineu dividiu todos os seres naturais em três reinos: mineral, animal e vegetal. Cada um desses reinos foi por ele subdividido em classes, gêneros e espécies. Inventou o sistema de nomenclatura biológica ainda em uso, no qual cada animal ou planta é designado por dois nomes científicos, o primeiro dos quais denota o gênero e o segundo, a espécie. Desse modo, chamou ao homem Homo sapiens. Embora alguns condenassem Lineu pela presunção de dar nomes novos aos animais que Adão já havia denominado, a sua classificação foi amplamente adotada, mesmo no tempo dele. Malgrado certos defeitos, que foi preciso corrigir, essa classificação ainda conserva o seu valor. Lineu também é importante por ter admitido que o número das espécies não foi necessariamente fixado ao tempo da Criação. Sugeriu, até, que os botânicos bem poderiam dedicar os seus talentos à produção de novas plantas por meio do cruzamento de espécies diferentes.
O segundo grande gênio da biologia descritiva no século XVIII foi o francês Buffon (1.707-88). Sua obra História natural, em 44 volumes, embora pretendendo ser praticamente uma síntese de toda a Ciência, tratava, sobretudo, dos animais e do homem. Grande parte do material dessa obra era extraída dos trabalhos de outros cientistas ou de narrativas de viajantes, mas o autor revelava uma habilidade incomparável em sistematizar um vasto conjunto de conhecimentos e em enriquecê-Io com as suas brilhantes interpretações pessoais. O principal mérito de Buffon está em ter reconhecido a íntima relação entre o homem e os animais superiores. Posto que nunca se tenha resolvido a aceitar a teoria evolutiva com todas as suas conseqüências, não deixava de sentir-se fortemente impressionado pelas extraordinárias semelhanças que notava, sem exceção, entre as espécies superiores. Pensava que o homem, o cavalo, o jumento e os macacos podiam todos ser considerados membros de uma só família e

admitia a possibilidade de que o conjunto inteiro das formas orgânicas tivesse descendido de um único tipo primordial.
O desenvolvimento da fisiologia e da medicina progrediu um tanto vagarosamente durante o século XVII. As razões disso parecem ter sido diversas. Uma delas foi o preparo insuficiente dos médicos, muitos dos quais começavam a sua carreira profissional quase sem outro adestramento que não fosse uma espécie de aprendizado sob a orientação de um clínico mais velho. Outro motivo foi o descrédito geral de que era alvo a cirurgia, tida como mero ofício, qual o de barbeiro ou o de ferreiro. Talvez o mais sério de todos os obstáculos fosse o preconceito contra a dissecação de cadáveres humanos para estudo anatômico. Ainda em 1.750, as escolas de medicina onde isso se praticava corriam o risco de ser destruídas pelas multidões furiosas. A despeito de tais obstáculos, foi possível realizar alguns progressos. Por volta de 1.680, Malpighi e Leeuwenhoek confirmaram o famoso descobrimento de Sir William Harvey observando diretamente o fluxo do sangue através da rede de capilares que ligam as artérias às veias. Mais ou menos ao mesmo tempo, Thomas Sydenham, um eminente médico de Londres, propunha uma nova teoria da febre como uma tentativa da natureza para expelir matérias mórbidas do organismo. Em sua essência, a teoria é ainda geralmente aceita; certas descobertas recentes a confirmam, mesmo, de modo positivo.
Os progressos da medicina durante o século XVIII foram um tanto mais rápidos. Entre as conquistas mais notáveis estão o descobrimento da pressão sanguínea, o início da histologia ou anatomia microscópica, a aquisição de alguns conhecimentos sobre a química da digestão, o desenvolvimento da autópsia como auxiliar do estudo das moléstias e a identificação da escarlatina como doença diferente da varíola e do sarampo. Mas os grandes marcos do progresso da medicina nesse período foram a adoção da inoculação e o desenvolvimento da vacinação contra a varíola. O conhecimento da inoculação originou-se no Oriente Próximo, onde vinha sendo empregada havia muito pelos muçulmanos. A notícia sobre essa prática foi transmitida à Inglaterra em 1.717 pelas cartas de Lady Montagu, esposa do embaixador britânico na Turquia. No entanto, a primeira aplicação sistemática do processo no mundo ocidental deveu-se aos esforços dos grandes chefes puritanos, Cotton e Increase Matter, que imploraram aos médicos de Boston inoculassem os seus pacientes, na

esperança de sustar uma epidemia de varíola que se manifestara em 1.721. Nos meados do século, a inoculação passara a ser geralmente empregada pelos médicos da Europa e da América. Em 1.796 um método mais brando de vacinação foi descoberto por Edward Jenner, o qual mostrou ser desnecessária a inoculação direta de seres humanos com o vírus mortífero da varíola: uma vacina fabricada no corpo de um animal podia ser tão eficiente quanto ela e tinha muito menos probabilidade de acarretar resultados desastrosos. Vastas perspectivas eram assim abertas para a eliminação de moléstias contagiosas.

De todas as principais ciências dos nossos dias, a única que realmente surgiu durante a Revolução Intelectual foi a geologia. Até então as teorias sobre a evolução da terra tinham estado subordinadas em grande parte à física e à astronomia. O primeiro cientista que dedicou atenção exclusiva ao estudo sistemático das rochas, com o fim de compreender a história do nosso planeta, foi James Hutton. Em 1.785 comunicou ele as suas conclusões à Sociedade Real de Edimburgo numa memória intitulada Teoria da terra. Foi nessa obra que formulou de modo completo a sua famosa hipótese "uniformitarista", que desde então tem constituído a base da geologia. Essa hipótese estabelece que os processos geológicos do passado foram essencialmente os mesmos que os atuais. Do mesmo modo como a terra está sendo, em nossos dias, lentamente modificada pela ação dos rios, dos ventos, das perturbações internas e outras causas semelhantes, assim também foi constantemente alterada por agentes análogos nas mais remotas épocas do passado. Era essa uma conclusão verdadeiramente revolucionária, pois equivalia a refutar a afirmação bíblica de que a terra foi criada, em sua forma atual, no espaço de uns poucos dias.

4. O CLASSICISMO NA ARTE E NA LITERATURA

Se algum objetivo dominante se pode distinguir na arte e na literatura dos séculos XVII e XVIII, é o desejo de preservar ou de recapturar o espírito da Grécia e da Roma antigas. Os artistas e escritores da Revolução Intelectual esforçaram-se por imitar os modelos clássicos. Escolhiam títulos e temas clássicos para as suas obras e aformoseavam-nas, sempre que possível, com alusões à mitologia antiga. Deplorando a destruição da civilização antiga

pelos "bárbaros cristãos", não podiam dar grande valor às realizações culturais dos séculos posteriores. Desprezavam em particular a Idade Média como uma longa noite de ignorância e barbarismo. Sem dúvida a maior parte deles teria concordado com a frase de Rousseau, segundo a qual as catedrais góticas "eram uma vergonha para os que tiveram a paciência de construí-Ias". Em todas essas atitudes, os homens da Revolução Intelectual estavam seguindo as pegadas dos humanistas. A devoção para com as conquistas da antiguidade clássica era, pelos menos, um dos elementos importantes da cultura renascentista que ainda não morrera. Não se deve esquecer, contudo, que o classicismo dos séculos XVII e XVIII não era, de modo algum, exatamente o mesmo que o dos humanistas. Por via de regra, foi muito mais sentimental, grandioso e extravagante. Além disso, era menos sincero, visto que servia amiúde para glorificar monarcas cínicos e os seus cortesãos frívolos e corruptos. Por fim, o classicismo tinha passado a ser um tema talvez ainda menos universal do que o fora na época da Renascença. Um certo número de grandes artistas e escritores dos séculos XVII e X VIII procuraram escapar inteiramente a essa influência.
As principais artes que se desenvolveram na época da Revolução Intelectual foram a arquitetura e a pintura. A escultura deixou de ser uma arte independente, como o fora na Renascença, tendo sido relegada à sua função anterior de mera auxiliar na decoração de edifícios. O estilo dominante da arquitetura do século XVII foi o chamado barroco. Originário da Itália difundiu-se pela França, Inglaterra e Espanha e acabou sendo adotado nas igrejas, palácios, teatros líricos, museus e edifícios públicos de todos os países ocidentais. Ainda hoje, nas capitais européias, os nossos olhos deparam com eles para onde quer que se dirijam. Entre os monumentos célebres desse estilo, ainda existentes, contam-se o palácio do Luxemburgo e os palácios maiores de Versalhes, na França, a catedral de São Paulo em Londres, os edifícios públicos de Viena e Bruxelas e os palácios dos czares em Peterhof, perto de Leningrado, na Rússia. Os mais notáveis arquitetos do barroco foram Giovanni Bernini (1.598-1.680), que projetou a colunata e a praça fronteira à igreja de São Pedra, em Roma, e Sir Christopher Wren (1.632-1.723), cuja obra-prima foi a catedral de São Paulo. O estilo barroco passava por ser baseado na arquitetura da Roma antiga, mas era muito mais exuberante do que qualquer coisa produzida pelos romanos. Suas características principais eram a grandeza excessiva, a artificialidade, a

ornamentação extravagante e o amplo uso de elementos clássicos como a coluna, a cúpula e representações escultórias de cenas mitológicas. Era tal a abundância de detalhes decorativos acrescentados à superfície dos edifícios que estes davam muitas vezes a impressão de terem sido esculpidos, como os altares das igrejas medievais. Uma paixão semelhante pelo esplendor e pela magnificência refletia-se no enriquecimento dos interiores com dourados e prateados, espelhos cintilantes e mármores coloridos. Em seu conjunto, a arquitetura barroca pode ser considerada como um símbolo da ascensão de poderosos estados dinásticos e do interesse absorvente pelo luxo, engendrado pela Revolução Comercial.

Durante o século XVIII o pesado e pomposo estilo arquitetônico da época de Luís XIV cedeu o lugar a novas adaptações do clássico. A primeira que se desenvolveu foi a arquitetura rococó, na França, assim chamada devido às fantásticas volutas e desenhos de conchas que, com freqüência, eram empregados na decoração. O rococó diferia do barroco não só por ser mais leve, mas também pela impressão de graça e de suntuoso refinamento que pretendia criar. Em lugar da luta pelo poder dinástico e pelo império colonial, eram agora a indolente despreocupação e as maneiras elegantes da corte de Luís XV que davam o tom à sociedade francesa. Parecia ser necessária uma arquitetura mais delicada e efeminada para acompanhar essa mudança. Exemplos famosos de estilo rococó são o Petit Trianon, de Versalhes (no qual ainda se vê o mecanismo pelo qual a mesa de jantar de Luís XV subia por uma abertura do assoalho), e o palácio de Sans Souci, em Potsdam, construído por Frederico o Grande. Nos meados do século XVIII manifestou-se uma reação contra o rococó e o barroco e fizeram-se esforços para produzir uma imitação mais verídica e menos florida do clássico. Os melhores resultados foram conseguidos, talvez, na Inglaterra e nas colônias americanas, com o desenvolvimento do chamado estilo georgiano, conhecido deste lado do oceano como arquitetura colonial. Embora o georgiano conservasse alguns elementos do barroco - as colunas, as águas-furtadas e algumas vezes a cúpula - ele tinha ao menos o mérito clássico da simplicidade.

A evolução da pintura durante os séculos XVII e XVIII acompanhou de certo modo a da arquitetura. Os maiores pintores que podem ser considerados como expoentes da tradição barroca são os flamengos Peter Paul Rubens (1.577-1.640) e Anthony van Dyck (1.599-1.641), e o

espanhol Diego Velásquez (1.599-1.660). Rubens não foi apenas o mais genial dos três, mas também o maior de todos os pintores flamengos. Em obras famosas como As Parcas fiando e Vênus e Adônis combinou ele temas clássicos com a cor suntuosa e a opulência tão do agrado dos ricos burgueses e nobres do seu tempo. A carne rosada e as formas arredondadas dos seus exuberantes nus estão em perfeita consonância com a vitalidade robusta da época. Tanto Rubens como o seu bem-dotado aluno Anthony van Dyck são célebres pelos seus retratos de governantes e nobres. Esses retratos foram pintados dentro de uma maneira altamente aristocrática, dando-se pleno realce aos aparatosos detalhes do vestuário elegante e aos magníficos acessórios do fundo. Os mais conhecidos retratos de van Dyck são os dos reis ingleses Jaime I e Carlos I e de suas famílias. Velásquez, o terceiro grande artista da tradição barroca, foi o pintor da corte de Filipe IV da Espanha. Grande parte da sua obra consiste em representações de cabeças reais banhadas por uma luz suave a prateada, mas vazias de significado ou de expressão emocional.
Também para o estilo rococó da arquitetura se pode encontrar um equivalente na pintura. Isto se aplica, sobretudo, à França, onde vários artistas, sob a influência de Antoine Watteau (1.684-1.721) e François Boucher (1.703-70), levaram ao extremo a tradição de elegância aristocrática. Suas obras eram sentimentais, decorativas e muitas vezes frívolas - qualidades que as tornavam admiravelmente adaptadas para adornar os arrebicados palácios dos reis e dos nobres. Tendências de certo modo semelhantes são reveladas por grande parte das pinturas produzidas na Inglaterra durante o século XVIII. Os retratos de Sir Joshua Reynolds (1.723-92) e de Thomas Gainsborough (1.727-88) não só eram elegantes e sentimentais, mas amiúde chegavam a ser artificiais até a falsidade. Empenhavam-se em representar os mais apagados membros da aristocracia inglesa como distintas e esclarecidas eminências sociais e por vezes retrataram damas comuns da corte em impressionantes poses clássicas - como, por exemplo, os quadros de Sir Joshua Miss Emily Potts como Taís e Miss Siddons como a Musa da Tragédia. Em abono de Gainsborough deve-se dizer, no entanto, que ele não se limitou a pintar retratos de clientes ricos; também se distinguiu na pintura de paisagens, em que revela considerável sentimento dos aspectos variáveis da natureza.

Todos os pintores até agora mencionados foram, de certo modo, expoentes da influência clássica. Houve, porém, outros, tanto num como no outro século, que não se deixaram agrilhoar pelas convenções artísticas dominantes. O mais notável dentre eles foi Rembrandt van Rijn (1.606-69), hoje universalmente aclamado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Filho de um moleiro abastado de Leyde, Rembrandt pôde começar bem jovem a sua educação artística. Sob a orientação de uma série de mestres nativos aprendeu a técnica do colorido sutil e da representação hábil do que é raro na natureza. Famoso aos vinte e cinco anos, mais tarde enfrentou maus dias, mormente em conseqüência da má colocação do seu dinheiro e da incompreensão com que as suas obras mais profundas foram recebidas pela crítica. Em 1.656 foi despojado pelos credores de tudo que possuía, até das toalhas de mesa, e expulso da sua própria casa. Esses reveses parecem ter servido principalmente para alargar-lhe e aprofundar-Ihe a filosofia, pois no mesmo ano Rembrandt produziu algumas das suas maiores obras. Como pintor, ele sobrepujou a todos os demais membros da escola holandesa e merece ser equiparado aos grandes mestres da Renascença italiana. Nenhum outro artista teve uma compreensão mais aguda dos problemas e provações da natureza humana ou mais intensa percepção dos mistérios da vida. Seus retratos, inclusive os auto-retratos, estão imbuídos de uma qualidade introspectiva e da sugestão de que nem tudo foi expresso. Os assuntos que gostava de pintar não eram os incidentes da mitologia clássica, mas rabinos solenes, mendigos esfarrapados e cenas do Velho e do Novo Testamento, ricas de dramaticidade e de interesse humano. Entre as suas obras mais conhecidas contam-se O Bom Samaritano, A mulher Adúltera, As Bodas de Sansão e A Ronda Noturna.
Dois outros notáveis artistas do período da Revolução Intelectual afastaram-se também muitíssimo das tradições clássicas. O primeiro foi o holandês Frans Hals (1.580-1.666) e o segundo o espanhol Francisco Goya (1746-1.828). Como o seu grande contemporâneo Rembrandt, Hals insistia em escolher os assuntos de seu agrado sem indagar se eles se conformavam ou não com as idéias dos críticos elegantes. A maior parte de suas obras são retratos realistas. Adorava pintar o sorriso imbecil dos beberrões das tavernas, o entusiasmo ingênuo dos atores e cantores ambulantes ou a dor confusa de algum miserável pária espesinhado pela sociedade. Goya não foi apenas um rebelado contra os padrões artísticos aceitos, mas também um

revolucionário político e social. Detestava a aristocracia, desprezava a igreja e ridicularizava a hipocrisia da sociedade respeitável. Reservava, porém, o seu mais profundo desprezo para a monarquia absoluta. O seu Carlos IV a Cavalo foi chamado "o mais impudente retrato de rei que já se pintou". Goya também fez uso dos seus talentos para denunciar a crueldade da guerra, especialmente durante o período em que a Europa foi devastada pelos exércitos de Napoleão.

A história da literatura dos séculos XVII e XVIII revela tendências perfeitamente harmonizadas com as da arte. O ideal literário predominante era o classicismo, que em geral significava não só a imitação premeditada das formas clássicas, mas também uma ardente devoção pela razão como filosofia de vida, na suposição de que os gregos e romanos tivessem sido antes de mais nada racionalistas. Embora o classicismo não se tenha limitado a um país só, o seu principal centro foi a França. Ali viveu, durante o reinado de Luís XIV, um brilhante grupo de poetas e dramaturgos que deram mais glória autêntica ao seu país do que jamais o fizeram os audazes feitos diplomáticos e guerreiros do Grande Monarca. Os membros mais famosos desse grupo são Jean de La Fontaine (1.621-95), Pierre Corneille (1.606-84), Jean Racine (1.639-99) e Jean-Baptiste Poquelin (1.622-73), muito mais conhecido pelo seu pseudônimo de Molière. O trabalho desses escritores mostrava, em grande parte, qualidades semelhantes às do barroco na arte: o estilo era decorativo, empolado, afetado e artificial, deixando transparecer, em geral, a tendência de subordinar o conteúdo à forma. O poeta mais talentoso do grupo foi La Fontaine, célebre pelas suas Fábulas, em que os hábitos de vários animais servem para sugerir e muitas vezes para satirizar os característicos humanos, mais ou menos à maneira do clássico Esopo. Os outros três foram dramaturgos. Corneille e Racine escreveram grandiosas tragédias baseadas no que pensavam ser os princípios da Poética de Aristóteles, mas exaltando ao mesmo tempo o ideal seiscentista do francês que segue a orientação da razão e molda o seu próprio destino pela força da vontade. Molière, de todos o menos respeitador do formalismo antigo, foi o mais original dos comediógrafos franceses. Poucos críticos da natureza humana existiram tão penetrantes como ele. "A missão da comédia", disse certa vez, "é representar em geral todos os defeitos dos homens, e em particular dos homens do nosso tempo". A fraqueza humana que ele mais gostava de ridicularizar era a pretensão - a

toda vaidade dos arrivistas que afetam uma cultura acima da sua inteligência ou a pomposidade dos médicos ignorantes que se arrogam uma competência infalível. Mas com toda a sua propensão para a sátira, Molière sentia certa piedade diante dos infortúnios humanos. Em algumas de suas peças a simpatia e até a melancolia dão as mãos à finura de espírito e ao sarcasmo cortante. Seu gênio tinha, talvez, uma amplidão maior do que o de qualquer outro dramaturgo depois de Shakespeare.

A Inglaterra conheceu também uma exuberância de produções literárias em estilo clássico. O primeiro grande mestre desse estilo aplicado à literatura inglesa foi o famoso poeta puritano John Milton (1.608-74). Milton, o principal filósofo da revolução puritana, escreveu a defesa oficial da decapitação de Carlos I e mais tarde ocupou o cargo de secretário das línguas estrangeiras sob o Commonwealth de Cromwell. Quase todas as suas obras adotam a fraseologia rica e majestosa da tradição clássica, ao mesmo tempo que muitos dos trabalhos menores giram em torno de temas extraídos da mitologia clássica. Milton não era, porém, menos puritano do que classicista. Nunca pôde desfazer-se da idéia de que a essência da beleza é a moralidade. O seu Comus termina com a severa advertência: "Amai a virtude, só ela é livre". Além disso, interessava-se profundamente pelos problemas teológicos. Sua maior obra, o Paraíso Perdido, é uma síntese das crenças religiosas da época em que viveu e uma epopéia majestosa da fé protestante. Mas, embora puritano, as idéias por ele externadas nessa obra distanciam-se grandemente do dogma calvinista. Seus temas principais são: a responsabilidade moral do individuo e a importância do saber como instrumento da virtude. O homem perde constantemente o paraíso na vida por permitir que a paixão triunfe sobre a razão como inspiradora dos seus atos. Milton também jogou aos ventos a doutrina calvinista na sua Areopagítica, talvez a mais eloqüente defesa, em língua inglesa, da liberdade de pensamento.

O classicismo na literatura inglesa atingiu o zênite no século XVIII com a poesia de Alexander Pope (1.688-1.744) e com as obras de um grupo de mestres da prosa. Pope foi o maior expoente em verso das doutrinas mecanicistas e deístas do Iluminismo. Em trabalhos como o Ensaio sobre o homem e o Ensaio sobre a crítica, expõe a opinião de que a natureza é governada por leis inflexíveis e de que o homem deve estudar e seguir a natureza se quiser introduzir um pouco de ordem nos assuntos humanos. Os

principais mestres da prosa que escreveram sob a influência do classicismo foram o jornalista e escritor de ficção popular Daniel Defoe (1.660-1.731), o satirista Jonathan Swift (1.667-1.745), o filósofo cético David Hume (1.711-76) e seu contemporâneo idealista, o bispo Berkeley (1.685-1.753); e, por fim, o historiador Edward Gibbon (1.737-94), autor da obra Declínio e queda do Império Romano.

A época do classicismo na prosa inglesa também assistiu ao nascimento do romance moderno. A nova forma literária fora de certo modo antecipada pelo Robinson Crusoé de Daniel Defoe, história imaginária baseada nas aventuras de um marinheiro naufragado que passara cinco anos numa desolada ilha ao largo da costa do Chile. Mas o verdadeiro romance moderno, com o seu enredo mais ou menos complexo de comportamento humano e a sua análise da vida e do amor, surgiu da obra de Samuel Richardson (1.689-1.761) e Henry Fielding (1.707-54). Em 1.740 Richardson publicou o seu trabalho Pâmela, ou A virtude Recompensada, um intricado e pedantesco relato das tentativas de um certo Mr. B. para seduzir a sua virtuosa criada. Nove anos depois foi publicada o livro de Fielding, A história de Tom Jones, aclamado por alguns críticos como a maior novela da língua inglesa. Rico de humor e encerrando uma colorida descrição de maneiras e costumes, é também isento do sentimentalismo das obras de Richardson. As novelas de Richardson e Fielding forneceram a inspiração de muitas outras, não só na Inglaterra, mas também no continente europeu.

Num trecho anterior deste capítulo vimos que a filosofia racionalista e mecanicista do lluminismo fora seguida de uma reação romântica, expressa em primeiro lugar pelos ensinamentos de Rousseau. Veremos agora que um desenvolvimento quase idêntico ocorreu na literatura. A partir de cerca de 1.750, manifestou-se uma reação contra o intelectualismo e o formalismo pomposo próprios da tradição clássica. Um grupo de escritores reclamou então a volta à simplicidade e ao naturalismo, atendendo-se menos ao homem como criatura racional do que aos seus instintos e sentimentos. J á não era considerado desairoso para o poeta mostrar simpatia, piedade ou qualquer das suas emoções mais profundas; o coração devia governar a cabeça, pelo menos todas as vezes que entrassem em jogo problemas vitais para a felicidade humana. A natureza deixou de ser encarada como uma máquina fria e automática e passou a ser adorada como a corporificação da

beleza, da sublimidade e do encanto, ou ternamente venerada como fonte de proteção e de consolo. Deus deixou de ser uma mera Causa Primeira e começou a ser identificado com o próprio universo ou misticamente adorado como a alma da natureza. Ainda outro elemento do ideal romântico foi a glorificação do homem comum, muitas vezes acompanhada de uma generosa compaixão pelo fraco e pelo oprimido. Embora parte dessa simpatia pelos humildes estivesse implícita no humanitarismo iluminista, a maioria dos líderes desse movimento tinham diminuto respeito pelas massas. Sob a influência do romantismo, o vaqueiro e o camponês humilde ocuparam na literatura o lugar que havia muito lhes era devido.
Embora o romantismo literário da França tivesse suas raízes, em obras sentimentais como o Emílio e A nova Heloísa de Rousseau, foi na Grã-Bretanha e na Alemanha que o movimento se desenvolveu de maneira mais vigorosa. Entre os poetas românticos do século XVIII na Inglaterra, podem ser citados: Thomas Gray (1.716-71), autor da Elegia escrita num cemitério campestre, e, até certo ponto, Oliver Goldsmith (1.728-64), que celebrou a inocência rústica de Auburn, "a mais linda aldeia da planície". O mais original de todos, no entanto, foi o escocês Robert Burns (1.759-96). Nos seus versos singelos, escritos em dialeto, receberam a mais delicada expressão o sentimento romântico da natureza e a simpatia pelo homem comum. Nenhum escritor inspirou maior ternura pelas coisas mais humildes da terra ou encheu a humanidade de um respeito mais profundo para com aqueles que labutam pelo seu pão. Além disso, Burns não teve igual entre os poetas do seu tempo no combinar um patético extraordinário com uma delicada nota de humor. Possuía o raro dom de ser apaixonadamente ardente sem ser solene. Nos derradeiros anos do século XVIII, dois outros poetas românticos iniciaram a sua atividade literária em terra inglesa. Chamavam-se William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge. Mas, como ambos produziram a maior parte de suas obras já no século XIX, seu estudo ficará melhor num capítulo posterior. O movimento romântico na literatura alemã desenvolveu-se sob a brilhante orientação de Friedrich Schiller (1.759-1.805) e Johann Wolfgang von Goethe (1.749-1.832). Schiller cresceu durante o período do Sturm und Drang (Tempestade e Luta), quando os escritores em toda a Alemanha atacavam as restrições e convenções e tentavam libertar da dominação estrangeira a cultura de sua pátria. Em conseqüência, o seu romantismo em geral abrangeu como

elementos principais a idealização dos feitos heróicos e a glorificação das lutas pela liberdade. Embora algumas de suas peças estejam penetradas de um forte individualismo, em particular Os salteadores e A donzela de Orleans, a concepção que Schiller tinha da liberdade parece ter sido intimamente aparentada com o nacionalismo. Isto se revela de forma bem clara em Guilherme Tell, um drama da luta dos suíços contra a tirania austríaca. O interesse pelo destino pessoal do herói é aí muito nitidamente subordinado à questão mais vasta da independência nacional. Algumas vezes o herói chega até a aparecer sob um aspecto bem desfavorável. Essa faceta nacionalista da obra de Schiller foi, provavelmente, a que maior influência teve sobre os escritores alemães posteriores.
O maior nome da história da literatura alemã é indubitavelmente o do contemporâneo mais velho de Schiller, Johann Wolfgang von Goethe. Os dois homens conviveram durante alguns anos na corte do Duque de Weimar. Nascido em Francforte no seio de uma família abastada, Goethe preparou-se para a carreira do direito, mas não tardou a descontentar-se com os limites do conhecimento nessa profissão. Seu espírito infatigável levou-o ao estudo da medicina e depois ao das belas-artes e das ciências naturais. Chegou até a explorar as profundezas da alquimia e da astrologia; nesse meio tempo, contudo, prosseguia os seus trabalhos literários, que havia iniciado aos dezesseis anos. Sua primeira obra importante é As mágoas do jovem Werther, novela romântica sobre um moço perdido de amor que se mata com a pistola do seu rival e amigo. Escrita num estilo sentimental e impetuoso, alcançou enorme popularidade não só na Alemanha mas também na Inglaterra e na França. Embora o autor pretendesse aparentemente exprimir a idéia de que a fraqueza de caráter é o maior de todos os pecados, a obra veio a ser considerada como o símbolo de um profundo descontentamento com o mundo e como base de uma ardente revolta. Em 1.790, Goethe publicou a primeira parte do seu drama Fausto, que finalmente completou em 1.831, um ano antes de morrer. Universalmente reconhecido como a maior obra de Goethe, o Fausto não só enfeixa a filosofia pessoal deste, mas também exprime o espírito dos tempos modernos como poucas obras o fizeram. A primeira parte reflete um pouco da qualidade de rebelião do Sturm und Drang, mas na segunda cresce a convicção de que não é suficiente libertar-se das imposições; o indivíduo precisa continuar na busca incessante do domínio de todos os

conhecimentos e do enriquecimento da vida através de uma experiência ilimitada. Considerado em conjunto, o drama é um símbolo de perpétua inquietação, desse anseio jamais satisfeito pela plenitude da vida, que se tornou um dos traços mais característicos da civilização moderna.

5. A MÚSICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Como já observamos em capítulo precedente, o século XVI marcou a culminância de uma era de evolução musical caracterizada por maciças obras corais de estrutura polifônica. O século XVII, por contraste, foi, sobretudo, um período de transição, patenteando várias tendências experimentais que alcançaram um rico amadurecimento no século XVIII. O primeiro fator de importância fundamental da nova era foi o aparecimento da música instrumental. Convém lembrar que a música do Ocidente florescera a princípio como uma arte da voz humana e não é de admirar que se tenha passado algum tempo antes que se fizesse uma idéia clara das diferentes possibilidades inerentes à criação de música por meios mecânicos. Nota-se considerável progresso nos instrumentos de teclado, em particular o órgão, que já nos fins do século XVII havia alcançado virtualmente a sua forma atual. O piano, inventado no começo do século seguinte, só muito depois conseguiu suplantar os seus protótipos - a espineta e o cravo. (Mozart foi o primeiro grande músico a reconhecer as possibilidades do piano e a compor para ele.) O violino chegou à perfeição no primeiro terço do século XVIII e é notável que nunca tenham sido sobrepujados os melhores produtos desse período, provindos das oficinas das famílias Amati, Stradivarius e Guarnieri, do norte da Itália. Entrementes estavam sendo lançadas as bases da orquestra moderna, graças à tendência de agrupar instrumentos aparentados, como, por exemplo, a família do violino (instrumentos de cordas tocados com um arco) e a família da flauta (instrumentos de sopro feitos de madeira). O aparecimento da ópera constitui a segunda inovação importante dessa era. Nascida na Itália por volta de 1.600, a ópera representava uma tentativa de empregar a música como veículo de expressão dramática e inspirava-se tanto no drama clássico grego como nos "mistérios" medievais. Se bem que ainda imperfeitamente desenvolvida, ela tornou-se uma forma de divertimento muito popular e o

seu rápido êxito teve o efeito infeliz de prejudicar-lhe o aperfeiçoamento artístico. Logo estagnou numa forma convencional que carecia tanto de originalidade musical como de sinceridade dramática - um estado de degenerescência no qual permaneceu até passar por uma reforma radical no século XVIII. Mas, apesar das suas limitações, a ópera merece atenção por procurar combinar diversas artes, por ter um cunho nitidamente secular e por oferecer um meio de vida aos músicos até então dependentes quase por completo da proteção dos nobres e da igreja.

Na dianteira do progresso da música instrumental na primeira metade do século XVIII está o nome de João Sebastião Bach (1.685-1.750), uma das maiores figuras de toda a história da música. Por muitas gerações, os Bachs da Turíngia tinham-se distinguido como músicos através da Alemanha e a alta reputação da família talvez explique, em parte, a subestimação de J. S. Bach pelos seus contemporâneos. Unia ele, a uma imaginação ilimitada e a uma vasta inteligência, heróico poder de disciplina e incansável zelo no trabalho. Mercê de uma vida inteira dedicada ao estudo, tornou-se senhor de todas as formas existentes de expressão; e em quase todos os ramos da música séria, com exceção da ópera, exerceu assinalada e benéfica influência. Revolucionou a técnica da execução em instrumentos de teclado. Além disso, deve-se a ele em grande parte a adoção da moderna escala "temperada", que possibilita tocar em qualquer tom que se deseje, sem reafinar o instrumento. A este respeito deve-se observar que Bach foi o verdadeiro fundador da moderna música para órgão e que compôs muito do que de melhor existe nesse terreno. Nas suas mãos a fuga para órgão - uma forma contrapôntica submetida às regras mais estritas possíveis - tornou-se não só uma brilhante façanha técnica, mas também um veículo da mais profunda emoção. Embora tenha composto vários tipos de música instrumental, seus trabalhos mais conhecidos, afora as peças para órgão, são para execução coral, compostos principalmente para a liturgia do serviço luterano. Vão desde arranjos de simples corais de origem popular até missas grandiosas. Um dos maiores e mais fecundos músicos de todos os tempos, Bach não mostrava nenhuma das irritantes excentricidades que passam geralmente por fazer parte do "temperamento artístico". Era sossegado e digno, mas por outro lado bondoso, piedoso, leal aos amigos e dedicadíssimo à sua enorme família (casou-se duas vezes e teve vinte filhos). Irônica mas bem típica foi a apreciação e a recompensa material

limitadíssima que lhe dispensaram. Sua constante atividade como regente, executor e professor não foi suficiente para vencer a luta contra a pobreza e a viúva de João Sebastião viu-se forçada a acabar seus dias no asilo de Leipzig. Tinha ele tamanha sofreguidão de publicar as suas obras que aprendeu sozinho a arte da gravura em cobre; mesmo assim, grande parte de suas composições permaneceu inédita por mais de um século após a morte do autor. Desde então a sua influência tem crescido sem cessar, ao ponto de ser ele alçado à altura de um semi-deus pelos seus veneradores. Ninguém lhe rendeu mais profunda homenagem do que alguns músicos revolucionários da nossa geração.

G. F. Händel (1.685-1.759), entre todos os seus contemporâneos, só cede a primazia a Bach. Como este, Handel foi um magnífico organista, mas as suas obras principais tomaram outro rumo. Depois de alcançar fácil êxito na ópera de estilo italiano, voltou-se para o tratamento dramático dos temas religiosos, criando assim o moderno oratório. O mais célebre desses oratórios é o Messias, que ele compôs em três semanas. Em contraste com Bach, Händel alcançou em vida uma grande popularidade, especialmente na Inglaterra, onde se naturalizou. A venda de suas obras e uma generosa pensão da corte hanoveriana prodigalizaram-lhe uma renda farta e foi um dos poucos grandes compositores a conhecer a prosperidade.

Tanto o campo instrumental como o da ópera foram abrangidos pelos importantes desenvolvimentos da última parte do século XVIII. A ópera elevou-se por fim ao nível da excelência artística. Aperfeiçoaram-se formas de composição instrumental cuja influência, desde então, tem sido predominante: a sonata, o concerto e, acima de tudo, a sinfonia. Finalmente, a orquestra organizou-se sobre as suas bases modernas essenciais. As realizações dessa época foram tão importantes, em especial o desenvolvimento da orquestra sinfônica, que ela passou a ser conhecida como o período "clássico" da história da música. As duas figuras que mais autenticamente representam o progresso desse tempo são os austríacos Haydn e Mozart.

Joseph Haydn (1.732-1.809), filho de um pobre construtor de carros, teve de lutar pela vida desde cedo. Conseguiu uma boa educação musical, em grande parte como autodidata, mas as agruras por que passou no começo da vida deixaram na sua personalidade uma marca de servilismo. As muitas humilhações que tanto ele como Mozart sofreram de seus superiores em

categoria social são exemplos eloqüentes do esnobismo do século XVIII e da sua pequena consideração pelos gênios de origem obscura. No entanto, os imensos dotes de Haydn fizeram com que fosse grandemente aclamado nos meios musicais europeus e lhe trouxeram, por fim, relativo conforto financeiro. Devido à sua afabilidade de trato, era afetuosamente chamado "Papá Haydn" pelos músicos que trabalhavam sob a sua direção. Embora tenha escrito bastante para vozes, a sua grandeza reside principalmente nas peças instrumentais, cerca de setecentas em número, sendo as mais notáveis entre elas os quartetos para cordas e as sinfonias. Compôs mais de cem sinfonias e estabeleceu definitivamente o padrão desse supremo gênero orquestral. As sinfonias de Haydn são de uma estrutura notavelmente bem delineada e lógica, e, embora por vezes precisas demais para o gosto moderno, seu calor, sinceridade e alegria permitiram-lhes conservar a popularidade que merecem.

Wolfgang Mozart (1.756-91), que, ao contrário de Haydn, nasceu numa família de músicos, é provavelmente o mais extraordinário exemplo que se conhece de prodígio musical. Compôs aos cinco anos, tocou em público aos seis e publicou trabalhos quando tinha sete anos. Foi bom que a sua carreira tivesse começado cedo, pois terminou aos 35 anos, quando as capacidades do compositor estavam em marcado desenvolvimento. Sua morte prematura pode ser atribuída às circunstâncias difíceis em que viveu - pelas quais, entretanto, é parcialmente responsável a sua própria extravagância, característica de muitos artistas vienenses. Profundamente endividado por ocasião de morrer, foi enterrado na vala comum. A despeito da sua breve existência, conseguiu sobrepujar Haydn no campo da sinfonia. Não menos importante foi a sua contribuição para a ópera, um gênero que exercia forte atração sobre ele. Nos fins do século XVIII o talentoso C. W. Gluck muito fizera no sentido de revitalizar a ópera e reintegrá-Ia nos seus objetivos dramáticos. Mozart consagrou ao mesmo escopo o seu gênio superior. Sem rejeitar inteiramente o padrão convencional, escreveu várias óperas para libretos tanto em língua italiana como em alemão, as quais valem ainda hoje como obras-primas. As mais notáveis entre elas são talvez A flauta mágica e Don Giovanni. Ainda que as suas obras dêem amplas provas de uma extrema habilidade e de uma intuição segura, por vezes até profética de futuras tendências, a qualidade mais atraente delas é a graciosa musicalidade. Mozart possuía como ninguém o dom da melodia - com

exceção, talvez, de Franz Schubert. A superioridade das suas sinfonias sobre as de Haydn consiste na riqueza lírica, nos surpreendentes contrastes harmônicos e na maior audácia de concepção.

6. IDEAIS E REALIDADES SOCIAIS DA ÉPOCA DO ILUMINISMO

Um movimento tão profundamente perturbador para a sociedade do Ocidente como o foi a Revolução Intelectual não podia deixar de fazer sentir os seus efeitos sobre os costumes sociais e os hábitos individuais. Tais efeitos são particularmente visíveis no século XVIII, durante o apogeu do Iluminismo. É claro que nem todo o progresso social dessa época pode ser atribuído às influências intelectuais; uma boa parte dele se deveu à pletórica prosperidade determinada pela expansão dos negócios durante a Revolução Comercial. Não obstante, o progresso da filosofia e da ciência contribuiu marcadamente para varrer as teias de aranha dos velhos preconceitos e construir uma sociedade mais liberal e humana.

Já se falou da influência do Iluminismo no sentido de promover a reforma social. Uma expressão típica dessa influência foi a agitação em prol da revisão dos códigos penais iníquos e de um tratamento mais brando dos prisioneiros. Em ambos os casos a reforma era urgente. Em quase todos os países as penas cominadas mesmo para pequenos delitos eram excessivamente severas, sendo punido de morte o roubo de um cavalo ou de uma ovelha, ou o furto de apenas cinco xelins. Na primeira metade do século XVIII foram adicionados, na Inglaterra, nada menos de sessenta crimes à lista dos que estavam sujeitos à pena capital. O tratamento dispensado aos falidos e presos por dívidas era também vergonhoso. Espancados e reduzidos à fome por cruéis carcereiros, morriam aos milhares nas prisões imundas. Tais condições acabaram por provocar as simpatias de vários reformadores, entre os quais se salientou Cesare Beccaria, um jurista de Milão profundamente influenciado pelas obras dos filósofos racionalistas franceses. Em 1.764 publicou ele o seu famoso tratado Dos delitos e das Penas, no qual condenava a teoria corrente de que as penalidades deviam ser tão duras quanto possível, a fim de refrear os criminosos potenciais. Insistindo em que o objetivo dos códigos criminais

deveria ser não a vingança, mas a prevenção do crime e a reforma dos reincidentes, batia-se pela abolição da tortura, indigna das nações civilizadas. Condenava do mesmo modo a pena capital como contrária aos direitos naturais do homem, uma vez que não pode ser revogada em caso de erro. O livro de Beccaria causou verdadeira sensação. Foi traduzido em doze línguas e instigou esforços para melhorar tais condições em muitos países. No fim do século XVIII haviam-se realizado consideráveis progressos no sentido de atenuar a severidade das penas, abolir a prisão por dívidas e dar trabalho e melhor alimentação aos detentos.

O espírito humanístico do Iluminismo expandiu-se também em outras direções. Diversos cientistas e filósofos, especialmente Buffon e Rousseau, denunciaram os males da escravidão e da guerra. Muitos outros condenaram o tráfico de escravos. Os esforços dos intelectuais nesse sentido foram entusiasticamente secundados pelos chefes de alguns grupos religiosos, em especial por eminentes quacres da América. O próprio John Wesley, tão conservador em muitas questões sociais, estigmatizou a escravidão como abominável. O pacifismo foi outro ideal de muitos dos novos pensadores liberais. As reflexões de Voltaire sobre a guerra, já apontadas, não constituem de nenhum modo o único exemplo de tais sentimentos. As críticas de Helvetius e de Holbach não foram menos arrasadoras. Até o sentimental Rousseau percebia o que havia de ilógico na tentativa de Grotius para estabelecer uma distinção entre guerras justas e injustas. Da pena de outros filósofos iluministas emanaram vários planos engenhosos para assegurar uma paz perpétua, inclusive o projeto de uma liga das nações com poderes para empreender uma ação conjunta contra os agressores.

Era talvez natural que a agitação humanitária pela reforma fosse acompanhada de uma expansão da simpatia pelas classes inferiores. Isso foi especialmente visível na fase final do Iluminismo. Com o progresso da razão e a exaltação crescente dos direitos naturais do homem, a forte reação contra os males da escravidão e da guerra traduziu-se por fim num protesto contra todas as formas de sofrimento e opressão. Desse modo, começou-se a consagrar mais atenção aos infortúnios dos pobres do que se tinha feito desde o tempo dos sofistas. Ademais, a classe média, movida pela ambição de destronar a aristocracia, necessitava do apoio dos humildes camponeses e trabalhadores urbanos. Devido a fatores como esses, surgiu entre os pensadores influentes a tendência de esposar a causa do homem comum.

Em especial, disseminou-se o desprezo pela linhagem régia ou aristocrática. Thomas Paine ecoou os sentimentos de muitos quando disse que um só lavrador honesto valia muito mais do que todos os bandidos coroados que já haviam existido. O grande economista escocês Adam Smith deplorou o hábito de sentir maior piedade por um patife entronizado como Carlos I do que pelos milhares de cidadãos comuns chacinados na guerra civil. Vários filósofos franceses do Iluminismo foram bastante mais longe em suas profissões de simpatia pelas massas. Gabriel de Mably (1.709-85), o marquês de Condorcet (1.743-94) e Rousseau bateram-se por uma igualdade absoluta de privilégios e liberdades para todos os homens. Mably e Condorcet, pelo menos, perceberam que isso só se poderia conseguir por meio de uma redistribuição da riqueza. Embora não tenham proposto o socialismo, afirmavam que a propriedade da terra deveria ser dividida em partes iguais, para que se tornasse praticamente impossível a exploração do pobre pelo rico.

Um dos desenvolvimentos sociais mais significativos da Revolução Intelectual foi a revolta contra a moral cristã, em especial contra as suas bases sobrenaturais. Em capítulo anterior observamos que uma revolta semelhante ocorrera durante a Renascença, exemplificada, sobretudo, pelos ensinamentos de homens como Lourenço Valla, Maquiavel e Rabelais. A Reforma, no entanto, operou uma viravolta nessa tendência e estabeleceu um sistema ético mais rigoroso, em certos aspectos, que o da Idade Média. Nos fins do século XVII e no século XVIII o pêndulo voltou novamente atrás. Os filósofos iluministas tentaram separar por completo a ética da religião e encontrar uma base, quer racionalista, quer psicológica: para a conduta humana. Entre os que adotaram a atitude racionalista salientou-se Anthony Ashley Cooper, terceiro conde de Shaftesbury (1.671-1.713). Shaftesbury afirmava que todo ser humano é dotado pela natureza de um senso inato de decência, o qual é suficiente para capacitá-Io a julgar com acerto em questões fundamentais sobre o que é direito ou errado. Esse senso moral inerente ao homem desenvolve-se no espírito do indivíduo antes que ele tenha amadurecido o bastante para ter uma idéia muito definida sobre Deus ou a outra vida. Deve existir, por conseguinte, uma moral básica independente das sanções sobrenaturais. Com o desenvolvimento das faculdades raciocinadoras do homem essa moral básica se amplia e passa a abranger todo campo do julgamento ético. As idéias de Shaftesbury sobre o

que é direito ou errado diferiam um tanto, porém, das dos moralistas tradicionais. Negava que qualquer ato fosse verdadeiramente virtuoso uma vez que o motivasse a esperança de uma recompensa ou o medo da punição, tanto nesta vida como na outra. Pretendia reviver a concepção grega da virtude como o equivalente, em essência, da harmonia, da proporção e do bom gosto. "Não é certo", perguntava ele, "que o que é belo é harmonioso e proporcionado; que o que é harmonioso e proporcionado é verdadeiro; e que o que é ao mesmo tempo belo e verdadeiro é, em conseqüência, agradável e bom?"
A maioria dos filósofos iluministas inclinava-se a crer que a moral tem suas raízes nos instintos naturais do indivíduo ou em considerações de utilidade social. Como já vimos, a doutrina de uma base instintiva encontrou expressão nos ensinamentos de Helvetius e Holbach, que afirmavam ser toda a conduta humana determinada pelo interesse próprio, pela procura do prazer e pela fuga ao sofrimento. Acreditavam que uma educação adequada capacitaria o indivíduo a perceber que o seu interesse próprio não consiste em prejudicar a outrem e que, com o tempo, não seria necessária mais que uma pequeníssima repressão.
David Hume e Adam Smith desenvolveram uma teoria de certo modo mais ampla, sustentando que a moral é em grande parte determinada peia simpatia refletida. O homem, diziam eles, tem a tendência de se colocar na situação das pessoas que o rodeiam e de imaginar o que sentiria em circunstâncias semelhantes. Se a condição alheia é miserável, ele próprio experimenta dor, ao passo que a felicidade dos outros lhe proporciona uma sensação de prazer. Em conseqüência, o homem é impelido pela natureza a fazer aquelas coisas que possam causar a felicidade dos seus semelhantes e especialmente a evitar aquelas que causem sofrimento. Esta filosofia ética foi desenvolvida em todos os detalhes na obra de Adam Smith intitulada Teoria dos sentimentos morais (1.759).
A revolta contra os ideais éticos expostos pelos teólogos não só se refletiu nos livros dos filósofos, mas também revelou-se nos costumes e práticas predominantes do período. O século XVIII foi, em particular, uma época de elegância requintada e de vida amena, em franca discrepância com os tabus ascéticos da igreja. As casas dos nobres eram esplendidamente adornadas com espelhos brilhantes, candelabros de cristal e graciosos sofás e poltronas, ricamente estofados de brocados de seda. Os homens das classes

superiores usavam perucas empoadas, casacos de veludo com rendas nos punhos, meias de seda e calções em tons de pastel. Desde os dias da Renascença não tinha a moda desempenhado papel tão dominante na vida de ambos os sexos. Os hábitos de comportamento individual caracterizavam-se também por qualidades análogas de elegância e artificialidade. A forma era tudo; a substância, nada. As damas e cavalheiros da melhor sociedade dirigiam os mais exagerados cumprimentos mesmo àqueles a quem odiavam cordialmente e rebaixavam-se de modo asqueroso na presença dos seus superiores sociais. Num tratado satírico de etiqueta, publicado por volta de 1.750, o modo de fazer uma reverência na corte era descrito como segue, não sem certa parcela de verdade: "desviar-se o cortejador pouco a pouco da perpendicular, até que toda a espinha seja apresentada à pessoa a quem ele reverencia, como se lhe dissesse: Vossa Excelência dar-me-á a honra de uma coça?".
O fato é que, entre as classes superiores, as maneiras substituíam em grande parte a moral. As damas e cavalheiros que dançavam o majestoso minuete e portavam-se com graça tão encantadora costumavam ridicularizar o amor conjugal como o remanescente de um passado bárbaro. O adultério estava na moda e era considerado quase uma virtude. Algumas vezes o marido convivia amigavelmente com os amantes da esposa, pois ninguém nessa culta sociedade teria o mau gosto de demonstrar qualquer sentimento de ciúme. A prostituição não só encontrava justificadores, mas também defensores e os bordéis tinham comumente permissão de permanecer abertos aos domingos, embora os teatros fossem forçados a fechar as portas. A atitude predominante com respeito às relações entre os sexos parece ter sido a de Buffon, que disse: "No amor não há nada de bom senão o lado físico".
A sociedade do século XVIII teve também os seus aspectos violentos e brutais, que em grande parte eram sobrevivências dos dias turbulentos da Renascença. A despeito da severidade das leis penais, o banditismo era ainda muito comum. Em muitas cidades grandes, maltas de desordeiros vagueavam à noite pelas ruas, ao passo que salteadores infestavam as estradas do interior. Em Londres, tais desordeiros chamavam-se Mohawks e seus divertimentos favoritos, além do roubo, eram espancar agentes da polícia, "virar mulheres de cabeça para baixo" e arrancar os olhos a quem quer que se lhes tentasse opor. A embriaguez continuava mais ou menos no

mesmo pé que antes, se bem que o consumo de bebidas fortes pelas classes mais pobres pareça ter aumentado. Foi por volta desse tempo que o gim se tornou popular, especialmente na Inglaterra, como a bebida do pobre. Persistiam também com a mesma intensidade o jogo e os passatempos e esportes cruéis. Ainda outro vício dominante desse período era o duelo, embora se limitasse principalmente às classes superior e média. O cavalheiro de brio devia vingar-se de qualquer insulto real ou imaginário desafiando o ofensor para um combate mortal à espada ou à pistola. Até um estadista do porte de William Pitt, o moço, sentiu-se na obrigação de enfrentar um adversário no chamado campo de honra.

É preciso observar, no entanto, que o quadro das condições sociais no século XVIII não era totalmente tenebroso. Por um lado, houve uma nítida melhoria no padrão de vida, com toda a certeza no que toca à classe média e, possivelmente, também para os mais pobres. Prova-o o aumento do consumo per capita de açúcar, chocolate, café e chá, os quais não representam meros substitutos de outros alimentos ou bebidas, mas positivos acréscimos à alimentação comum. A procura cada vez maior de tecidos de linho e algodão, bem como de artigos de luxo tais como as mobílias de mogno desenhadas por Chippendale, Hepplewhite, Sheraton e outros mestres, pode ser tomada como um novo indício de crescente prosperidade, ao menos entre aqueles que não ocupavam os mais ínfimos degraus da escala social. Outro aspecto muito favorável da vida desse tempo foi a grande redução do índice de mortalidade. Isso resultava de diversas causas, sendo talvez a mais importante o combate eficiente à varíola, graças à inoculação e à vacinação. Um segundo fator foi a instalação de maternidades, que, juntamente com os métodos obstétricos aperfeiçoados, reduziu, na segunda metade do século, a mortalidade infantil de mais de 100% e a das mães de mais de 200%. Por fim, o progresso da higiene, bem como a adoção de hábitos mais asseados por parte de pessoas de todas as classes, contribuiu em não pequena parte para dominar várias moléstias e para prolongar a vida.

FIM DO VOLUME I

EDWARD McNALL BURNS

PROFESSOR DE HISTÓRIA DA RUTGERS UNIVERSITY

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Volume II

Tradução de LOURIVAL GOMES MACHADO, LOURDES SANTOS MACHADO e LEONEL VALLANDRO

2ª. EDIÇÃO

5ª. impressão

Revista e atualizada de acordo com a 4ª. Edição norte-americana

Mapas de LIAM DUNNE

EDITORA GLOBO

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Parte 6

A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA (1789-1914): DEMOCRACIA, NACIONALISMO, INDUSTRIALISMO

Com a Revolução Francesa, tem início uma segunda fase da história da civilização ocidental moderna. Foi profunda a influência exercida sobre o mundo moderno por esse acontecimento, que adveio entre os anos de 1789 e 1799. Liquidou o mercantilismo e os remanescentes do feudalismo, contribuindo assim para estabelecer a supremacia política da classe média. Foi, além disso, uma das fontes principais do nacionalismo militante, do individualismo econômico e do princípio da soberania das massas. Vários destes resultados — em especial o nacionalismo, a democracia e a supremacia da classe média — persistiram durante todo o século passado e o começo do nosso, podendo ser contados entre os característicos dominantes dessa época. Não devemos esquecer, ao mesmo tempo, que a história das nações ocidentais desde a Revolução Francesa até o deflagrar da Primeira Guerra Mundial foi radicalmente condicionada por outros fatores. Entre eles, o mais relevante foi a Revolução Industrial, que se iniciou por volta de 1760 e se prolongou até os nossos dias. Foram consequências de monta dessa revolução a urbanização da vida moderna, o aparecimento de novas classes sociais e de novas filosofias econômicas e políticas, o renascimento do imperialismo e uma melhora geral dos padrões de vida. Permitindo, além disso, que os países sustentassem uma população muito maior do que teria sido possível sob um regime de economia agrícola, ela contribuiu para o notável aumento da população européia, que em 1914 ultrapassava já o dobro da de 1789.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1789-1914

AMÉRICA	GRÃ-BRETANHA	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
O Grande Despertar, 1740-1810	Invenção da máquina a vapor, 1769 William Wordsworth, 1770-1850 Início do sistema fabril, *ca.* 1770	Fisiocratas, 1750-1800	Beethoven, 1770-1827
Revolução Americana, 1775-1783 Declaração de Independência dos E. Unidos 1776	Adam Smith, *A riqueza das nações*, 1776 Economia clássica, 1776-1830		Emanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, 1871
Constituição dos E. Unidos adotada, 1787 Barco a vapor de John Fitch, 1788		Declaração dos Direitos do Homem na França, 1789 Revolução Francesa, 1789-1799	Friedrich Liszt, 1789-1846
Carta de Direitos, 1791 Thomas Paine, *Os Direitos do Homem*, 1791	Utilitarismo, 1790-1870 Edward Jenner inventa a vacina contra a varíola, 1796		
Revolução jeffersoniana, 1828-1837		Golpe de estado de Napoleão, 1799 Romantismo na literatura e nas artes, 1800-1900 Victor Hugo, 1802-1885 Primeiro Império Francês, 1804-1814	F. Schubert, 1797-1828
	Renascimento da teoria atômica, 1810 Charles Dickens, 1812-1870	Batalha de Waterloo, 1815	Richard Wagner, 1813-1883 Congresso de Viena, 1814-1815 Decretos de Carlsbad, 1819 Feodor Dostoievski, 1821-1881
Doutrina de Monroe, 1823			
Revolução jacksoniana, 1828-1837	Primeira estrada de ferro, 1825	Henrik Ibsen, 1828-1906 Revolução de Julho na França, 1830 Realismo na literatura e nas artes, 1830-1914 Independência da Bélgica, 1831	Leon Tolstoi, 1828-1910 Independência da Grécia, 1829
	Primeiro *Reform Act*, 1832		Unificação da Alemanha, 1833-1871
Mecanização da agricultura, 1835- Emprêgo do éter como anestético, 1842 Telégrafo, 1844	Movimento cartista, 1838-1848	Emile Zola, 1840-1904	Tchaikovski, 1840-1893
	Revogação das Leis dos Cereais, 1846	Revolução de Fevereiro na França, 1848	Lei da conservação da energia, 1847 *Manifesto Comunista*, 1848
	Lei de dissipação da energia, 1851	Segunda República na França, 1852	Unificação da Itália, 1848-1870
Primeiro poço de petróleo, 1859	Processo Bessemer, 1856 Charles Darwin, *Origem das Espécies*, 1859 J. S. Mill, *Da Liberdade*, 1859	Segundo Império na França, 1852-1870	Guerra da Criméia, 1854-1856
Guerra Civil, 1861-1865	Cirurgia antisséptica, 1865 Segundo *Reform Act*, 1867		Emancipação dos servos na Rússia, 1861 Guerra Austro-Prussiana, 1866 Monarquia dual estabelecida pelo *Ausgleich*, 1867
		Guerra Franco-Prussiana, 1870-1871 Impressionismo, 1870-1890	

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1789-1914 *(Continuação)*

América	Grã-Bretanha	Europa Ocidental	Europa Central e Oriental
		Comuna de Paris, 1871 Invenção do dínamo, 1873 Teoria bacteriana, 1875 Terceira República na França 1875-1940	Lei das garantias pontifícias, 1871 Império Alemão, 1871-1918 *Kulturkampf*, 1872-1886
Telefone, 1876			Motor de combustão interna, 1876 Guerra Russo-Turca, 1877-1878 Congresso de Berlim, 1878
	Herbert Spencer, *Dados da Ética*, 1879		
Pragmatismo, 1880-1930 Início do capitalismo financeiro, 1890 Populismo, 1890-1897		Post-impressionismo, 1890 Questão Dreyfus, 1894-1905 Descobrimento dos raios-X, 1895	Tripla Aliança, 1882-1914 Estrada de ferro Berlim-Bagdá, 1890-1907 Ivan Pavlov descobre o reflexo condicionado, *ca.* 1895 Motor Diesel, 1897
William James, *A Vontade de crer*, 1897 Guerra Hispano-Americana, 1898			
Movimento progressista, 1901-1916 Primeiro vôo em aeroplano, 1903	Guerra dos Bôeres, 1899-1902	Primeira Conferência de Haia, 1899 Hugo de Vries, Teoria das mutações, 1901 Cubismo, 1903- *Entente cordiale*, 1904 Separação entre a Igreja e o Estado na França, 1905	Telégrafo sem fio, 1899 Guerra Russo-Japonêsa, 1904-1905 Fundação da psicanálise, *ca.* 1905 Revolução Russa de 1905 Teorias de Einstein, 1905-1910
Ford Modêlo T, 1908	*Parliament Act* de 1911	Segunda Conferência de Haia, 1907 *Triple Entente*, 1907 Descobrimento dos prótons e elétrons, *ca.* 1910	Revolução dos Jovens Turcos, 1908 Crise da Bósnia, 1908 Guerras Balcânicas, 1912-1913

CAPÍTULO 21

A Revolução Francesa (1789-1799)

Profundas modificações assinalam a história política da última parte do século XVIII. Esse período assistiu à agonia do sistema peculiar de governo e de estruturação social que se desenvolvera na época dos déspotas. Na Inglaterra tal sistema se achava praticamente abolido por volta de 1689, mas ainda persistia em outras partes da Europa, ossificandose e corrompendo-se cada vez mais com o passar dos anos. Floresceu em todos os países maiores sob a influência combinada do militarismo e da ambição, por parte dos monarcas, de consolidarem o seu poder a expensas dos nobres. Mas quase não houve lugar em que se apresentasse sob uma forma tão abominável como na França, durante o reinado dos três últimos Bourbons. Luís XIV foi a encarnação suprema do poder absoluto. Seus sucessores, Luís XV e Luís XVI, arrastaram o governo aos derradeiros extremos da extravagância e da irresponsabilidade. Além disso, os súditos desses reis eram bastante esclarecidos para sentirem vivamente os seus agravos. Não é de estranhar, portanto, que a França tenha sido o teatro de violenta sublevação para derribar um regime que desde muito vinha sendo odiado e desprezado pelos cidadãos mais inteligentes do país. Não estaremos muito errados se interpretarmos a Revolução Francesa como o clímax de um século de oposição que tomara corpo pouco a pouco, oposição ao absolutismo e à supremacia de uma aristocracia decadente.

1. AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Para facilidade de estudo, podemos dividir as causas da Revolução Francesa em três categorias principais: políticas, econômicas e intelectuais. Esta divisão, naturalmente, é um tanto arbitrária, por não existir verdadeira distinção entre as classes consideradas. As causas intelectuais, por exemplo,

e até certo ponto também as políticas, eram em grande parte econômicas na sua origem. Não obstante, visando uma simplificação do assunto, podemos considerá-las em separado. Uma das principais causas políticas já foi mencionada: o governo despótico dos Bourbons. Durante quase duzentos anos o governo da França tinha sido uma autocracia. Nos séculos XIV, XV e XVI havia-se reunido com intervalos irregulares uma espécie de parlamento conhecido como os Estados Gerais e composto de representantes do clero, da nobreza e do povo. Depois de 1614, porém, não tornou a ser convocado. Daí por diante foi o rei o único detentor do poder soberano. Num sentido muito real, era ele o estado. Podia fazer quase tudo que a sua vontade imperiosa ditasse, sem receio de "impeachment" ou de restrições legislativas de qualquer espécie. Escusava de preocupar-se com questões de constitucionalidade ou relativas aos direitos naturais dos seus súditos. Podia atirar homens à prisão sem processo, bastando para isso uma ordem real, ou lettre de cachet. Podia impedir qualquer crítica à sua política impondo uma censura rígida à imprensa ou restringindo a liberdade de palavra. Deve-se convir, no entanto, que a tirania dos reis franceses tem sido amiúde exagerada. Na prática, houve relativamente pouca interferência no que os homens escreviam ou diziam, em especial durante os reinados de Luís XV e Luís XVI. Nenhuma ação desses monarcas coibiu o espírito mordaz de Voltaire ou suprimiu os livros radicais de Rousseau. Pelo contrário, os ataques destes e de outros filósofos aumentaram de virulência à medida que se aproximava a Revolução. A explicação, já se vê, não deve ser procurada num possível liberalismo de Luís XV ou de seu atoleimado neto, mas antes na indiferença de ambos para com a política.

Uma segunda causa política da Revolução Francesa foi o caráter ilógico e caótico do governo. A confusão reinava em quase todos os setores. A estrutura política resultava de um desenvolvimento longo e irregular, iniciado na Idade Média. Novos órgãos tinham sido criados de tempos a tempos para tratar de questões particulares, sem que se levassem em consideração os já existentes. Em consequência havia grande superposição de funções e numerosos funcionários sem nenhuma utilidade recebiam emolumentos dos cofres públicos. Conflitos de jurisdição entre repartições rivais amiúde atrasavam, durante meses a fio, a solução de problemas de vital importância. Por quase toda parte as qualidades dominantes do sistema eram a ineficiência, o desperdício e o suborno. Mesmo nos assuntos

financeiros não havia mais regularidade do que em outros ramos da administração pública. Não só o governo funcionava sem orçamento mas também raramente havia escrituração. Tampouco se fazia uma distinção clara entre as rendas do rei e as do estado. Pior ainda era o proceder-se sem regra alguma à arrecadação dessas rendas. Ao invés de nomear coletores oficiais, o rei usava o antigo sistema romano de arrendar a arrecadação a corporações particulares e a indivíduos, permitindo que retivessem como lucro tudo que conseguissem arrancar do povo além da soma estipulada. Condições semelhantes de desorganização prevaleciam no campo do direito e das normas judiciais. Quase todas as províncias da França tinham o seu código especial baseado nos costumes locais. Destarte, um ato punível como crime no sul do país, onde era mais forte a influência romana, podia ser inteiramente ignorado pela lei numa província do centro ou do norte. Essa falta de uniformidade era sobretudo mortificante para as classes comerciais, amiúde envolvidas em transações com partes distantes do país.

A causa política mais decisiva veio, provavelmente, das guerras desastrosas a que se lançou a França no século XVIII. As revoluções não se fazem com ataques esporádicos a um sistema ainda no seu verdor, por mais opressiva que seja a política deste. Antes que possa verificar-se uma grande sublevação política e social (que e como cumpre definir uma revolução verdadeira) parece ser necessário que ocorra um quase colapso na ordem existente. Alguma coisa precisa acontecer para produzir uma condição de caos, pondo a nu a incompetência e a corrupção do governo e provocando tal gravame e aversão que muitos daqueles que até o momento defendiam o antigo regime se voltem contra ele. Nada melhor para conseguir tal fim do que uma derrota humilhante, ou pelo menos sérios reveses num conflito com uma potência estrangeira. Na verdade, é quase impossível conceber qualquer das grandes revoluções modernas senão como consequência de guerras longas e desastrosas. O primeiro dos conflitos que prepararam o terreno para a Revolução Francesa foi a Guerra dos Sete Anos (1756-63), travada durante o reinado de Luís XV. Nessa luta a França bateu-se contra a Inglaterra e a Prússia e, a despeito do auxílio da Áustria e, por algum tempo, da Rússia, sofreu uma derrota esmagadora. Em resultado a França viu-se compelida a entregar quase todas as suas possessões coloniais. Era natural, e aliás bastante justificável, que a culpa dessa catástrofe fosse atribuída à incompetência do governo. Os efeitos do golpe agravaram-se

ainda quando Luís XVI decidiu, 1778, intervir na Guerra da Independência Americana. Se bem que a França se achasse desta vez ao lado dos vencedores, o custeio das frotas e dos exércitos no Hemisfério Ocidental, durante mais de três anos, arruinou virtualmente o governo. Como veremos, foi essa condição de angústia financeira em face de uma carga intolerável de dívidas a causa direta do atrito entre o rei e a classe média e do consequente desencadeamento da revolução.

Passando às causas econômicas da Revolução Francesa, devemos notar antes de tudo que o sofrimento generalizado entre as massas populares não foi uma delas. A difundida crença que a revolução se desencadeou porque a maioria do povo curtia fome por falta de pão e a rainha disse "comam bolo" está longe de ser uma verdade histórica. A despeito da perda do seu império colonial, a França nas vésperas da Revolução era ainda uma nação rica e próspera. Havia mais de dois séculos que a burguesia francesa se locupletava com os lucros de um comércio expansionista, enquanto as classes inferiores colhiam pelo menos algumas migalhas caídas da mesa dos ricos. É mesmo opinião dos historiadores modernos que os camponeses da França no século XVIII desfrutavam uma situação superior à dos camponeses dos demais países da Europa, com exceção da Inglaterra. Que essa situação tendia ainda para melhorar, provam-no o declínio da servidão durante o século que precedeu a Revolução e o fato de que uma proporção cada vez maior de camponeses se tornavam proprietários de terra. Havia, sem dúvida, muita miséria entre os moradores dos bairros pobres de Paris, sobretudo durante o rigoroso inverno de 1788-89. Mas não foi essa gente que fez a Revolução; apenas participou dela após ter sido deflagrada por outros. Nunca será demais acentuar que a Revolução Francesa foi desencadeada como um movimento da classe média. Seus objetivos iniciais interessavam principalmente à burguesia. Como os líderes dessa classe necessitassem do apoio de uma percentagem maior da população, endossaram naturalmente as queixas dos camponeses. Mas os proletários pobres foram pouco menos que esquecidos.

Quais foram, então, as verdadeiras causas econômicas? Talvez devamos colocar em primeiro lugar na lista a ascensão da classe média a uma posição de extraordinário poder e prestígio. A emergência de um novo grupo econômico com o sentimento dos agravos sofridos e da sua própria força e importância parece ser condição necessária ao deflagrar de qualquer

revolução. Essa classe nunca se compõe de míseros rebotalhos humanos, desgraçados, famintos e desesperados. Pelo contrário, suas fileiras devem estar imbuídas de um sentimento de confiança inspirado pelo sucesso prévio e fortalecido pela crença de que um esforço a mais trará maiores vantagens no futuro. Durante os anos de prosperidade que precederam a Revolução a burguesia francesa passara a ser a classe económica dominante. Afora a terra, quase toda a riqueza produtiva estava em suas mãos. Controlava os recursos do comércio, da manufatura e das finanças. Além disso, parece que os seus membros cada ano se tornavam mais ricos. Em 1789 o comércio exterior da França alcançou o total jamais atingido de 1.153.000.000 de francos. Mas o efeito principal dessa prosperidade crescente foi avivar o descontentamento dos burgueses. Por mais dinheiro que acumulasse um negociante, um industrial, um banqueiro ou um advogado, os privilégios políticos continuavam a ser-lhe negados. Não tinha quase nenhuma influência na corte, não podia partilhar das honrarias mais altas e, com exceção da escolha de alguns funcionários locais sem importância, não podia sequer votar. Além disso, era olhado como um inferior pela nobreza ociosa e frívola. De tempos a tempos, um orgulhoso conde ou duque consentia no casamento de seu filho com a herdeira de um rico burguês; mas depois, era provável que seguisse o costume de aludir a esse casamento como a "adubagem de suas terras". À medida que a classe média se tornava mais opulenta e mais cônscia da sua própria importância, era inevitável que os seus membros passassem a melindrar-se com tais tentativas de discriminação social. Mas o que acima de tudo fez da burguesia uma classe revolucionária foi os grandes comerciantes, financistas e industriais pretenderem um poder político correspondente à sua posição econômica. Entretanto, as pretensões políticas não foram a única conseqüência da crescente prosperidade da classe média: também se clamava cada vez mais pelo abandono da política mercantilista, Em tempos passados o mercantilismo fora entusiasticamente acolhido pelos mercadores e manufatureiros, porque proporcionava novos mercados e incentivava o comércio. Mas isso fôra no início da Revolução Comercial, quando o comércio ensaiava ainda os primeiros passos. À medida que o comércio e a indústria se desenvolviam durante os séculos subseqüentes a burguesia adquiria cada vez mais confiança na sua capacidade de se manter por si própria. Resultava daí uma tendência crescente para considerar os

regulamentos mercantilistas como restrições opressivas. Os comerciantes viam com maus olhos os monopólios de que gozavam companhias protegidas e a interferência na sua liberdade de comprar em mercados estrangeiros. Os industriais irritavam-se com as leis de controle dos salários, com o tabelamento de preços e as restrições impostas à aquisição de matérias-primas fora da França e de suas colónias. Tais eram apenas algumas das mais incômodas regulamentações aplicadas por um governo que agia com o duplo objetivo do paternalismo e da auto-suficiência econômica. Em tais condições, talvez não seja de espantar que viesse a classe média a encarar a pura liberdade económica como um paraíso que merecia ser conquistado a qualquer preço. Seja como for, dificilmente pode haver dúvidas quanto a ter sido uma das principais causas da Revolução Francesa o desejo, por parte dos homens de negócio, de se livrarem do mercantilismo.

Um terceiro fator, de caráter precipuamente econômico e que muito contribuiu para acender o rastilho da Revolução Francesa, foi o sistema de privilégios arraigado na sociedade do velho regime. Antes da Revolução, a população da França se dividia em três grandes classes ou "estados": a primeira se compunha do clero, a segunda dos nobres e a terceira do povo. O Primeiro Estado compreendia, na realidade, duas categorias diferentes: 1) o clero superior, composto dos cardeais, arcebispos, bispos e abades, e 2) o clero inferior, formado pelos padres das paróquias. Embora todos esses servidores da Igreja passassem por fazer parte de um grupo privilegiado, um vasto abismo separava os dois níveis. Os membros do clero inferior eram amiúde tão pobres quanto os seus mais humildes paroquianos e em geral tendiam para simpatizar com o homem comum. O clero superior, em contraste, vivia na abundância e privava com as rodas elegantes e alegres da corte. Não compreendendo mais que 1% da população total, possuía, não obstante, cerca de 20% de toda a terra, sem falar de enormes riquezas compostas de castelos, obras de arte, ouro e jóias. Muitos bispos e arcebispos tinham rendimentos que orçavam em centenas de milhares de francos. Como é natural, muitos desses opulentos prelados pouco se interessavam pelos assuntos religiosos. Alguns se envolviam na política, ajudando o rei a manter o poder absoluto. Outros jogavam ou cultivavam vícios ainda mais escandalosos. Não se pode, certamente, afirmar que todos fossem depravados e remissos no cumprimento dos seus deveres

profissionais, mas o número dos corruptos, prepotentes e viciados era bastante grande para convencer muita gente de que a igreja estava podre até o cerne e os seus próceres roubavam o povo e dilapidavam os recursos da nação.
O Segundo Estado, que compreendia a nobreza secular, dividia-se também em duas castas subordinadas. No alto estavam os "nobres da espada", cujos títulos remontavam aos suseranos feudais da Idade Média. Abaixo deles colocavam-se os "nobres da toga", cujos avós tinham comprado algum cargo judicial que lhes conferia um título de nobreza e o direito de usar uma imponente beca de magistrado. Se bem que comumente menosprezados pelos seus colegas de linhagem mais antiga, os nobres da toga formavam sem contestação possível o elemento mais inteligente e progressista das classes superiores. Vários deles se tornaram reformadores ardorosos e alguns desempenharam papel proeminente na própria Revolução. Pertenciam a esta categoria críticos famosos da ordem estabelecida como Montesquieu, Mirabeau e Lafayette. Eram "os nobres da espada que realmente constituíam a classe privilegiada do Segundo Estado. Monopolizavam, juntamente com o clero superior, as principais posições do governo, delegando o verdadeiro trabalho a subordinados. Donos, embora, de vastas propriedades rurais, residiam habitualmente em Versalhes e confiavam aos seus intendentes e mordomos a tarefa de arrancar aos camponeses o suficiente para atender às suas necessidades suntuárias. Entre esses perdulários de sangue azul raros eram, na verdade, os que desempenhavam alguma função útil. Pareciam acreditar que os seus únicos deveres para com a sociedade fossem adular o rei, cultivar os refinamentos da vida da corte e, de quando em quando, proteger a arte clássica decadente. Num sentido muito real, a maioria deles eram parasitas a consumir uma riqueza que outros produziam com o suor do seu rosto. Entre os mais valiosos privilégios do clero e da nobreza contavam-se os relativos aos impostos, e o iníquo sistema tributário pode ser considerado como outra causa econômica da Revolução Francesa. Muito antes de 1789 os impostos tinham passado, naquele país, a se agrupar em dois tipos principais. Primeiro havia os impostos diretos, que compreendiam a "talha", ou imposto sobre a propriedade real e pessoal; a "capitação", ou imposto por cabeça; e a "vintena", ou imposto sobre a renda, a princípio na proporção de 5%, mas elevando-se comumente, no século XVIII, a 10 e 11%. Os tributos

indiretos, ou taxas acrescentadas ao preço das mercadorias e pagas em última análise pelo consumidor, compreendiam mormente os direitos sobre mercadorias importadas do estrangeiro ou expedidas de uma província francesa para outra. Além disso a “gabela”, ou taxa sobre o sal, pode também ser considerada uma forma de imposto indireto. Durante algum tempo a produção do sal fora, na França, um monopólio do Estado, e cada habitante era obrigado a comprar anualmente pelo menos sete libras desse artigo nas salinas do governo. Ao custo da produção era adicionada uma taxa onerosa, donde resultava ser o preço para o consumidor frequentemente de 50 ou 60 vezes o verdadeiro valor do sal. Embora excessivamente pesados, os impostos indiretos eram em geral distribuídos de maneira equitativa. Dificilmente poderia alguém esquivar-se a pagá-los, fosse qual fosse a sua condição social. Com a maioria dos impostos diretos, porém, o caso era bem diferente. O clero, graças ao princípio medieval de que a propriedade da igreja não podia ser tributada pelo estado, não estava sujeito ao pagamento da “talha” nem da “vintena”. Os nobres, em particular os de categoria superior, valiam-se de sua influência junto ao rei para obter isenção, praticamente, de todas as tributações diretas. Em consequência, o ónus principal de fornecer fundos ao governo recaía sobre o povo, ou seja o Terceiro Estado, e como os artesãos e operários quase nada possuíam que pudesse ser taxado, eram os camponeses e a burguesia os mais sacrificados.
Como derradeira causa econômica da Revolução Francesa podemos apontar a sobrevivência de restos do feudalismo na França, ainda em 1789. Se bem que o sistema feudal tivesse desaparecido desde muito tempo, restavam alguns vestígios dele que serviam como úteis instrumentos para manter o poder do soberano e as prerrogativas da nobreza. Em algumas zonas atrasadas do país ainda subsistia a servidão, cujas proporções, todavia, não devem ser exageradas. A maior estimativa até agora feita do número de camponeses que viviam em condição servil é de 1.500.000, para uma população rural de pelo menos 15.000.000. A grande maioria dos camponeses era formada de homens livres. Uma parte considerável era dona das terras que cultivava. Outros eram rendeiros ou trabalhadores assalariados, mas parece que a maioria eram meeiros que lavravam as terras dos nobres em troca de uma parte da colheita, geralmente um terço ou a metade. Entretanto, apesar de serem inteiramente livres, esses camponeses estavam sujeitos a obrigações que vinham desde a época feudal. Uma das

mais odiosas era o pagamento de um censo ao senhor que, em tempos passados, fora dono da terra. Outra era a doação, feita ao nobre da localidade, de uma parte do produto da venda de qualquer pedaço de terra. Em acréscimo a tudo isso os camponeses tinham de contribuir com as “banalidades”, ou supostas compensações pelo uso de várias servidões dá propriedade senhorial. Na Idade Média, cada um pagava essa taxa para poder servir-se do moinho de trigo, do lagar e do forno de pão. A despeito de muitos camponeses, no século XVIII, possuírem tais instalações e não mais aproveitarem as facilidades oferecidas pelo senhor, as “banalidades” continuavam a ser cobradas na importância original.

As mais exasperantes de todas as relíquias do feudalismo eram, talvez, a “corvéia” e os privilégios de caça da nobreza. A corvéia. outrora um compromisso de trabalhar, entre outras coisas, na construção de estradas e pontes dentro do domínio senhorial, transformara-se numa obrigação devida ao governo. Durante várias semanas de cada ano o lavrador era forçado a abandonar as suas lidas para dedicar-se à reparação das estradas reais. A nenhuma outra classe da população era exigida a execução de tais serviços.

Ainda mais vexativos eram para os elementos rurais os privilégios de caça dos nobres. Desde tempos imemoriais o direito de cultivar o esporte cinegético era considerado como um distintivo de aristocracia. O homem bem-nascido devia ter plena liberdade de entregar-se a esse emocionante passatempo onde quer que lhe aprouvesse. Naturalmente, uma coisa tão insignificante como os direitos de propriedade dos camponeses não podia constituir obstáculo para ele. Em algumas partes da França proibia-se aos lavradores a capina ou a ceifa na época da procriação, para não molestar os ninhos das perdizes. Coelhos, gralhas e raposas não podiam ser mortos apesar da devastação que faziam nas searas ou entre as aves domésticas e animais novos. Acresce que o camponês devia conformar-se com ver os seus campos, em qualquer tempo, espezinhados pelos cavalos de um despreocupado bando de nobres caçadores.

Todos os grandes levantes sociais dos tempos modernos têm tido o seu fundamento de causas intelectuais. Para que um movimento possa atingir as proporções de uma verdadeira revolução é necessário que se apoie num corpo de idéias que forneçam não só um programa de ação mas também uma visão gloriosa da nova ordem a ser por fim instaurada. Em grande parte, tais ideias são produtos de ambições políticas e econômicas, mas a

seu tempo assumem o caráter de fatores independentes. Causas originalmente secundárias ou derivadas, acabam por se transformar em causas primárias. A sua realização passa a ser aceita como um objetivo em si e conquista o devotamento dos homens como o evangelho de uma nova religião. As causas intelectuais da Revolução Francesa foram, em essência, um fruto do Iluminismo. Esse movimento produziu duas interessantes teorias políticas que desde então têm exercido sua influência pelos anos em fora. A primeira foi a teoria liberal de Locke, Voltaire, Montesquieu e outros, a segunda foi a teoria democrática de Rousseau. Ainda que fundamentalmente opostas, tinham elas certos elementos em comum. Ambas se baseavam na premissa de que o estado é um mal necessário e de que o governo repousa sobre uma base contratual. Cada uma tinha a sua doutrina de soberania popular, embora discrepassem quanto à interpretação. E, finalmente, ambas defendiam até certo ponto os direitos naturais do indivíduo.

O pai da teoria política liberal dos séculos XVII e XVIII foi John Locke (1632-1704), se bem que algumas de suas doutrinas já tivessem sido sugeridas pelas obras de John Milton (1608-74), James Harrington (1611-77) e Algernon Sidney (1622-83). A filosofia política de Locke está exposta mormente no Segundo tratado do governo civil, publicado em 1690. Desenvolvia ele neste livro uma teoria de governo limitado com a qual se propunha, em parte, justificar o novo sistema de governo parlamentar estabelecido na Inglaterra como resultado da Revolução Gloriosa. Segundo ele, todos os homens viviam originalmente num estado natural em que prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas e não existia governo de espécie alguma. A única lei era a lei da natureza, que cada indivíduo punha em execução por sua própria conta a fim de proteger os seus direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade. Não tardaram, porém, a perceber os homens que os inconvenientes do estado natural superavam de muito as vantagens. Como cada um tentasse impor os seus próprios direitos, os resultados inevitáveis eram a confusão e a insegurança. Consequentemente, os indivíduos convieram em estabelecer uma sociedade civil, instituir um governo e ceder-lhe certos poderes. Esse governo não era, porém, um governo absoluto. O único poder que se lhe conferia era o de executar a lei natural. Uma vez que o estado nada mais é do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, sua autoridade “não pode ser

maior do que aquela que essas pessoas possuíam no estado natural, antes de formarem um grupo social e de cederem-na à comunidade". Todos os direitos que não são exoressamente cedidos ficam reservados às próprias pessoas. Se o governo se exceder ou abusar da autoridade explicitamente outorgada pelo contrato político, torna-se tirânico e o povo tem então o direito de dissolvê-lo ou de se rebelar contra ele e derrubá-lo.

Locke condenava o absolutismo sob todas as formas. Denunciou a monarquia despótica, mas não foi menos severo em suas críticas à soberania absoluta dos parlamentos. Embora defendesse a supremacia do poder legislativo, considerando o executivo acima de tudo como um agente seu, recusava, não obstante, conceder um poder ilimitado aos representantes do povo. Alegando que o governo fora instituído entre os homens para a preservação da propriedade (que definia geralmente como compreendendo a vida, a liberdade e os bens materiais), negava autoridade a qualquer agente político para usurpar os direitos naturais do indivíduo. A lei da natureza, que corporifica esses direitos, é uma limitação automática imposta a todos os ramos do governo. Ainda que a grande maioria dos representantes do povo reclamasse a restrição da liberdade de palavra ou o confisco e a redistribuição da propriedade, tal coisa não se poderia fazer legalmente. Se, por outro lado, fosse feita ilegalmente, justificaria a adoção de medidas eficazes de resistência por parte da maioria dos cidadãos. Locke cuidava muito mais de proteger a liberdade individual que de promover a estabilidade ou o progresso social. Se fosse forçado a escolher, teria preferido os males da anarquia aos do despotismo sob qualquer forma.

Poucos filósofos políticos têm exercido mais influência do que Locke na história do mundo Não só as suas doutrinas dos direitos naturais, do governo limitado e do direito de resistência à tirania foram uma fonte importante da teoria da Revolução Francesa, senão que também encontraram pronta aceitação na América. Delas deriva quase todo o fundamento teórico da revolta colonial contra a opressão britânica. Reíletemse com tal evidência na Declaração de Independência dos Estados Unidos que passagens inteiras deste documento dão a impressão de ter sido copiadas do Segundo tratado. Os princípios de Locke influíram também na redação da Constituição e sobretudo nos argumentos com que Hamilton, Madison e Jay instavam, no Federalist, pela sua adoção. Mais tarde, quando o novo governo promulgou a Lei dos Estrangeiros e a Lei de Sedição, foi

escudando-se principalmente nas teorias de Locke que Madison e Jefferson, nas revoluções da Virgínia e do Kentucky, apelaram para os diversos estados a fim de que resistissem a essa usurpação de poder. Na França, os maiores expoentes da teoria política liberal foram Voltaire (1694-1778) e o Barão de Montesquieu (1689-1755). Como já foi salientado, Voltaire considerava o cristianismo ortodoxo como o pior dos inimigos da humanidade, mas também votava grande desprezo ao governo despótico. Durante o seu exílio na Inglaterra estudara os livros de Locke, cujas vigorosas afirmativas de liberdade individual lhe causaram profunda impressão. Voltando para a França, ainda relativamente moço, dedicou o resto da sua vida em grande parte à luta pela liberdade intelectual, religiosa e política. Em comum com Locke, Voltaire concebia o governo como um mal necessário, com poderes que deviam limitar-se ao de fazer observar os direitos naturais. Sustentava que todos os homens são dotados pela natureza de direitos iguais à liberdade, à propriedade e à proteção das leis. Não era, porém, um democrata. Inclinava-se a ver a forma ideal de governo quer numa monarquia esclarecida, quer numa república dominada pela classe média. Nunca perdeu o temor das massas. Receava até que os seus ataques à religião organizada pudessem incitar a multidão a atos de violência. Conta-se que, após ter sido assaltado e roubado por alguns camponeses, frequentou a igreja durante certo tempo a fim de convencer os aldeões de que ainda acreditava em Deus.

Um pensador político mais profundo e sistemático do que Voltaire foi o Barão de Montesquieu, seu contemporâneo mais velho. Embora sendo, como Voltaire, um estudioso de Locke e admirador ardente das instituições britânicas, Montesquieu foi uma figura sem par entre os filósofos políticos do século XVIII. O seu célebre Espírito das Leis introduziu novos métodos e novas concepções na teoria do estado. Ao invés de tentar fundar uma ciência do governo pela dedução pura, seguiu o método aristotélico de estudar os sistemas políticos concretos, tal como se supunha que tivessem funcionado no passado. Inclinando-se a desdenhar as idéias de Locke sobre os direitos naturais e a origem contratual do estado, ensinou que o significado da lei natural deve ser procurado nos fatos da história. Negou, além disso, que existisse uma forma perfeita de governo, adequada a todos os povos em quaisquer condições. Afirmava, ao contrário, que as instituições políticas, para ser eficazes, devem harmonizar-se com as

condições físicas e o nível de progresso social das nações a que pretendem servir. Por isso achava que o despotismo é mais apropriado aos países de vasto território, a monarquia limitada aos de tamanho médio e o governo republicano aos pequenos. Para o seu próprio país, a França, a forma de governo mais aconselhável parecia-lhe ser a monarquia limitada, uma vez que considerava a nação grande demais para ser transformada em república, a não ser dentro dos moldes de uma federação.

Montesquieu é sobretudo famoso pela sua teoria da separação dos poderes. Admitia que é tendência natural do homem abusar de qualquer parcela de poder que lhe seja confiada e que, por conseguinte, todo governo, seja qual for a sua forma, é suscetível de degenerar em despotismo. A fim de prevenir tais resultados, a autoridade do governo deve ser dividida nos seus três ramos naturais: o poder legislativo, o executivo e o judiciário. Todas as vezes que se permite sejam enfeixados dois ou mais desses poderes nas mesmas mãos a liberdade parece, declarava ele. O único meio eficaz de impedir a tirania é capacitar cada ramo do governo a agir como um freio para os outros dois. O executivo, por exemplo, deve dispor do veto para impedir as transgressões do legislativo. A legislatura, por sua vez, deverá ter o poder do "impeachment" para restringir o executivo. E, por fim, deve existir um judiciário independente, munido de poderes para proteger os direitos individuais contra os atos arbitrários tanto do legislativo como do executivo. Esta teoria favorita de Montesquieu não visava, por certo, facilitar a democracia. Bem ao contrário, seu objetivo principal era o de impedir a supremacia absoluta da maioria, expressa como normalmente o seria pelos representantes do povo no corpo legislativo. É um exemplo típico da aversão que a burguesia daquela época votava a qualquer forma de governo despótico, fosse ele de uma minoria ou mesmo da maioria. Mas nem por isso teve menos influência o princípio de separação dos poderes de Montesquieu. Foi incorporado ao primeiro governo estabelecido durante a Revolução Francesa e adotado, com pequenas modificações, na Constituição dos Estados Unidos.

O segundo dos grandes ideais políticos que constituiu parte importante dos fundamentos intelectuais da Revolução Francesa foi o ideal da democracia. Em contraste com o liberalismo, a democracia se interessava, e ainda se interessa, menos pela defesa dos direitos individuais do que pela instauração do governo popular. Na verdade, em seu significado histórico

ela é inseparável da idéia de soberania das massas. O desejo da maioria dos cidadãos é a lei suprema da nação, porque a voz do povo é a voz de Deus. Supõe-se em geral que num regime democrático a vontade da minoria continue a desfrutar inteira liberdade de expressão, mas isso não acontece necessariamente. O único direito soberano da minoria é o de tornar-se maioria. Enquanto um grupo qualquer permanecer como minoria, os seus componentes não poderão reivindicar nenhum direito de ação individual além do controle do estado. Muitos expoentes da democracia na nossa geração hão de negar que isto seja verdade e afirmarão com veemência o seu devotamento à liberdade da palavra e da imprensa como direitos que o governo não pode infringir legalmente. Tal atitude, porém, se origina da mescla de liberalismo que se observa no ideal democrático corrente. Na verdade, democracia e liberalismo são hoje usados como se fossem expressões sinônimas. Na sua origem, entretanto, eram ideais perfeitamente distintos. A democracia histórica também incluía a crença na igualdade natural de todos os homens, a oposição aos privilégios hereditários e uma fé inabalável na sabedoria e na virtude das massas. O fundador da democracia tal como ficou acima descrita foi Jean-Jacques Rousseau (1712-78). Como Rousseau foi também o pai do romantismo, era natural que as suas ideias políticas tivessem um forte colorido sentimental. Além disso, a coerência nem sempre foi uma virtude cardeal do seu raciocínio. As mais significativas de suas obras de teoria política são o Contrato social e o Discurso sobre a origem da desigualdade. Defendia, em ambas, a tese em voga de que o homem viveu originalmente no estado natural — o qual, em constraste com Locke, êle considerava como um verdadeiro paraíso. Não era pesado a ninguém manter os seus direitos contra os demais. Havia, na verdade, pouquíssimas oportunidades de conflito, uma vez que durante muito tempo não existiu a propriedade privada e cada homem era igual a seu semelhante. Mas por fim surgiram certos males, devidos mormente ao fato de alguns homens terem demarcado pedaços de terra e dito a si mesmos: “Esta terra é minha.” Foi assim que se desenvolveram vários graus de desigualdade e, em consequência, passaram logo a dominar nas relações humanas a “impostura fraudulenta”, a “pompa insolente” e a “ambição insaciável”. A única esperança de garantir os direitos de cada um foi então organizar uma sociedade civil e ceder todos esses direitos à comunidade. Isto se realizou por meio de um contrato social em que cada indivíduo

concordava em se submeter à vontade da maioria. Foi assim que nasceu o estado. Rousseau desenvolveu uma concepção de soberania completamente diversa da dos liberais. Ao passo que Locke e os seus adeptos haviam ensinado que somente uma parte do poder soberano é cedida ao estado, permanecendo o resto nas mãos do povo, Rousseau sustentava que a soberania é indivisível e que toda ela passa à comunidade quando se constitui a sociedade civil. Insistia, além disso, em que ao homologar cada indivíduo o contrato social, fazia entrega de todos os seus direitos à comunidade e concordava em se submeter inteiramente à vontade geral. Segue-se daí que o poder soberano do estado não está sujeito a quaisquer limitações. A vontade geral, expressa pelo voto da maioria, é o tribunal de última instância. O que a maioria decide é sempre justo no sentido político e tornase absolutamente obrigatório para cada um dos cidadãos. O estado, que na prática significa a maioria, é legalmente onipotente. Isso, porém, não implica realmente, de acordo com Rousseau, que a liberdade do indivíduo seja aniquilada. Pelo contrário, a sujeição ao estado tem o efeito de fortalecer a liberdade autêntica. Ao cederem os seus direitos à comunidade, os indivíduos não fazem mais que trocar a liberdade animal do estado de natureza pela verdadeira liberdade de criaturas racionais obedientes à lei. Obrigar um indivíduo a submeter-se à vontade geral é, conseqüentemente, tão-só "forçá-lo a ser livre". É preciso compreender, aliás, que quando Rousseau falava no estado não queria referir-se ao governo. Considerava o estado como a comunidade politicamente organizada, cuja função soberana é expressar a vontade geral. A autoridade do estado não pode ser representada, mas deve expressar-se diretamente através da promulgação, pelo próprio povo, de leis fundamentais. O governo, por outro lado é simplesmente o agente executivo do estado. Não tem por função formular a vontade geral mas tão-somente executá-la. Além disso, a comunidade pode estabelecer ou destituir o governo "sempre que o desejar". Seria difícil exagerar a influência da teoria política de Rousseau. Seus dogmas de igualdade e de supremacia da maioria foram a principal inspiração da segunda etapa da Revolução Francesa. Entre os seus discípulos mais fervorosos contavam-se doutrinários radicais como Robespierre. Mas a influência de Rousseau não se confinou dentro dos limites do país natal. Algumas de suas teorias passaram à América e encontraram eco em certos princípios da democracia jacksoniana, embora seja muitíssimo improvável

que a maioria dos sequazes de Jackson tivesse jamais ouvido falar em Rousseau. Os idealistas românticos alemães que, no começo do século XIX, glorificaram o estado como “Deus na história”, também parecem ter a sua dívida para com a filosofia do Contrato social. Das doutrinas rousseaunianas da onipotência legal do estado e de que a verdadeira liberdade consiste na submissão à vontade geral não era difícil passar à exaltação do Estado como um objeto de culto e à redução do indivíduo ao papel de um simples dente na engrenagem política. Embora Rousseau tivesse sugerido que a maioria ficaria submetida a restrições morais e insistido no direito do povo a “derrubar” o governo, isso não bastava para contrabalançar os efeitos da importância conferida à soberania absoluta.

Como derradeira causa intelectual da Revolução Francesa cumpre mencionar, ao menos de passagem, a influência da nova teoria econômica.

Na segunda metade do século XVIII alguns escritores brilhantes começaram a atacar os postulados tradicionais no tocante ao controle público da produção e do comércio. O alvo principal da sua crítica era a política mercantilista. A nova teoria econômica alicerçava-se em grande parte nas concepções básicas do Iluminismo, em especial na idéia de uma mecânica universal governada por leis inflexíveis. Passou a prevalecer então o conceito de que a esfera da produção e da distribuição da riqueza estava submetida a leis não menos irresistíveis que as da física e da astronomia. A nova teoria econômica também pode ser considerada como complemento natural do liberalismo político. Os objetivos principais de ambos eram assaz semelhantes: reduzir os poderes do governo a um mínimo compatível com a segurança e preservar para o indivíduo a maior parcela possível de liberdade na prossecução dos seus intentos.

Os primeiros campeões dessa nova atitude em face dos problemas econômicos foram os componentes de um grupo conhecido como os fisiocratas. Os mais eminentes dentre eles foram Francois Quesnay (1694-1774), autor do Tableau Economique, a bíblia da fisiocracia; o Marques de Mirabeau (1715-89), pai do ilustre orador e líder da Revolução Francesa; Dupont de Nemours (1739-1817), antepassado da família Dupont dos Estados Unidos; e Anne Robert Turgot (1727-81), ministro das finanças durante breve período, sob Luís XVI. Os fisiocratas condenaram desde o início a doutrina mercantilista. Um dos seus grandes objetivos era provar que os empreendimentos naturais como a agricultura, a mineração e a pesca

são mais importantes para a prosperidade nacional do que o comércio. A natureza, afirmavam eles, é a verdadeira produtora de riquezas, e por conseguinte devem ser mais prezadas aquelas indústrias que realmente exploram os seus recursos e destes extraem coisas de valor para o homem. O comércio é essencialmente estéril, visto que se limita a transferir de uma pessoa para outra mercadorias já existentes. Com o correr do tempo estas doutrinas vieram a ser subordinadas a uma nova idéia que os fisiocratas colocaram acima de todas as demais. Era a idéia de libertar a atividade econômica das restrições sufocantes impostas pelo estado. Exigiam os fisiocratas que êle se abstivesse de qualquer interferência nos negócios, exceto na medida em que isso fosse indispensável à proteção da vida e da propriedade. Nunca se deveria fazer nada para embaraçar a ação das leis econômicas naturais. Esta doutrina era concisamente expressa pela pitoresca máxima: Laissez faire et laissez passer, le monde va de lui-même (deixai fazer e deixai passar, o mundo marcha sozinho). O ideal do laissez faire não tardou a incorporar outras concepções como a da santidade da propriedade privada e a dos direitos de livre contrato e livre produção. Era, assim, uma verdadeira antítese da política restritiva do mercantilismo. O maior de todos os economistas da época do Iluminismo e um dos mais brilhantes de todos os tempos foi Adam Smith (1723-90). Natural da Escócia, Smith começou a sua carreira como prelecionador de literatura inglesa na Universidade de Edimburgo, sendo pouco depois contemplado com a cadeira de lógica do Glasgow College. Em 1759 tornou-se famoso com a publicação da Teoria dos sentimentos morais. Conquanto se viesse interessando desde algum tempo pelos problemas de economia política, esse interesse só tomou vulto após uma estada de dois anos na França, para onde tinha ido como preceptor do jovem Duque de Buccleuch. Travou conhecimento ali com os corifeus da escola fisiocrática e aprouve-lhe verificar que certas teorias destes coincidiam com as suas. Descreveu a economia de Quesnay, "com todas as suas imperfeições", como "a coisa mais próxima da verdade que já se publicou sobre os princípios dessa ciência". Nunca se alistou, porém, sob o estandarte dos fisiocratas, apesar da inegável influência que muitas doutrinas da escola exerceram sobre êle. Em 1776 publicou a Indagação da natureza e das causas da riqueza das nações, geralmente considerada como o mais influente tratado de economia que já se escreveu. Nessa obra asseverava que o trabalho, mais do que a

agricultura ou a generosidade da natureza, é a verdadeira fonte de riqueza. Embora aceitasse em síntese o princípio do laissez faire, admitindo que a melhor maneira de promover a prosperidade geral seria permitir que cada um seguisse os seus próprios interesses, era de opinião que certas formas de interferência governamental seriam desejáveis. O estado deveria intervir para prevenir a injustiça e a opressão, fazer progredir a educação e proteger a saúde pública, bem assim como para manter empresas necessárias que o capital privado nunca poderia instalar. Apesar dessas limitações bastante amplas ao princípio do laissez faire, a Riqueza das nações de Smith tornouse a sagrada escritura dos economistas individualistas dos séculos XVIII e XIX. Sua influência como causa da Revolução Francesa foi indireta, mas nem por isso deixou de ser profunda. Fornecia uma resposta categórica aos argumentos mercantilistas, fortalecendo assim a ambição, por parte da burguesia, de pôr termo a um sistema político que continuava a bloquear o caminho da liberdade econômica.

2. A DERRUBADA DO VELHO REGIME

No começo do estio de 1789 o vulcão do descontentamento na França entrou em erupção. A causa imediata deste fato foi o iminente colapso financeiro, resultado das guerras dispendiosas e das extravagâncias reais. A dívida pública, que em 1786 alcançara um total equivalente a 600 milhões de dólares, crescia cada vez mais de ano para ano. As receitas existentes mal bastavam para pagar os juros, sem falar na amortização do capital. A única esperança de desafogo parecia consistir no lançamento de novos impostos. Com este fim em vista Luís XVI convocou em 1787 uma Assembléia de Notáveis, confiando em que os principais magnatas do reino se dispusessem a arcar com uma parte do ônus fiscal. Os nobres e bispos, no entanto, recusaram abrir mão do seu privilégio de isenção de impostos. Foi então que se fez ouvir a exigência de uma convocação dos Estados Gerais. Esta assembléia, composta de representantes dos três grandes estados ou classes da nação, daria a conhecer ao rei a vontade do povo no tocante à maneira de enfrentar crise financeira. No verão de 1788 Luís XVI cedeu ao clamor popular, marcando para maio do ano seguinte a reunião dos Estados Gerais.

Mal se haviam congregado as três ordens quando surgiu uma controvérsia sobre o sistema de votação. Nos primeiros Estados Gerais, instaurados no século XIV por Filipe o Belo, cada uma das classes —o clero, a nobreza e o povo — tinha votado como uma unidade. Mas isso fora numa época em que o terceiro Estado quase não tinha significação. Durante os séculos seguintes a burguesia crescera e passara a ser o grupo económico mais poderoso da nação. Era, portanto, inevitável que. os líderes burgueses não se conformassem com uma disposição pela qual os votos das duas classes superiores poderiam obstar a tudo que o Terceiro Estado pretendesse fazer. Exigiram, pois, que as três ordens formassem uma assembléia única e o voto fosse individual. Uma vez que já se tinha concedido aos plebeus um número de representantes igual ao das duas outras classes juntas, era evidente que o Terceiro Estado, conseguindo o apoio ocasional de alguns elementos descontentes da nobreza ou do clero, tornar-se-ia capaz de controlar toda a assembléia. Ao cabo de um mês de disputas, em 17 de junho, o Terceiro Estado tomou a audaciosa decisão de proclamar-se Assembléia Nacional e convidou os representantes das classes privilegiadas a participar dos trabalhos. Muitos atenderam ao convite. No espaço de dois dias a maioria do clero havia aderido, bem assim como alguns nobres. Mas então o rei interveio. Na manhã de 20 de junho, quando os deputados rebeldes quiseram reunir-se no seu salão, encontraram as portas guardadas por soldados. Não havia outra alternativa senão submeterse ou desafiar o poder soberano do próprio monarca. Confiantes no apoio da maioria do povo, os representantes deste e seus aliados retiraram-se para um recinto das vizinhanças, usado ora como academia de equitação, ora como quadra de jogo da péla. Ali, sob a chefia de Mirabeau e do padre Sieyès, comprometeram-se por um juramento solene a não se separar enquanto não houvessem redigido uma constituição para a França. Esse Juramento do Jogo da Péla, em 20 de junho de 1789, foi o verdadeiro início da Revolução Francesa. Reivindicando a autoridade de reconstituir o governo em nome do povo, os Estados Gerais não apenas protestavam contra o governo arbitrário de Luís XVI, mas também afirmavam o seu direito de agir como o poder supremo da nação. A 27 de junho o rei reconheceu virtualmente esse direito, ordenando aos demais representantes ãas classes privilegiadas que se reunissem ao Terceiro Estado como membros de uma Assembléia Nacional.

O curso da Revolução Francesa assinalou-se por três grandes fases, a primeira das quais se estendeu de junho de 1789 a agosto de 1792. Durante a maior parte deste período os destinos da França estiveram nas mãos da Assembléia Nacional, dominada pelos líderes do Terceiro Estado. Foi, em conjunto, uma fase moderada, uma fase da classe média. As massas não tinham ainda conquistado nenhuma parcela de poder político nem estavam em condições de assumir o controle do sistema econômico. Afora a destruição da Bastilha, em 14 de julho de 1789, e o assassínio de alguns componentes da guarda real, houve relativamente pouca violência tanto em Paris como em Versalhes. Em algumas zonas do interior, contudo, prevalecia um espírito mais turbulento. Muitos camponeses, impacientando-se com a demora na concessão de reformas, resolveram tomar o caso nas próprias mãos. Armados de forcados e foices, dispuseram-se a deitar abaixo tudo que pudessem do antigo regime. Demoliram castelos de nobres detestados, saquearam mosteiros e residências de bispos e assassinaram alguns dos infelizes aristocratas que ofereceram resistência. Essas violências, ocorridas na maior parte durante o verão de 1789, muito contribuíram para atemorizar as classes superiores, levando-as a abrir mão de alguns dos seus privilégios. Os resultados mais importantes da primeira fase da Revolução Francesa foram as conquistas da Assembléia Nacional entre 1789 e 1791. O primeiro deles foi a destruição dos remanescentes do feudalismo. Deveu-se isso em grande parte à atitude de rebeldia demonstrada pelos camponeses. No começo de agosto de 1789 a Assembléia Nacional recebeu notícias tão alarmantes sobre a anarquia reinante nas aldeias que muitos deputados não tardaram a reconhecer a necessidade urgente de se fazerem certas concessões. A 4 de agosto um certo nobre propôs, em eloquente discurso, que todos os seus pares renunciassem aos privilégios feudais. Esta moção provocou o entusiasmo tempestuoso da Assembléia, em parte devido ao medo e em parte, ao zelo revolucionário. Nobres, clérigos e burgueses porfiavam entre si na sugestão de reformas. Antes de findar a noite tinham sido varridos inúmeros resquícios da velha estrutura dos direitos adquiridos. Aboliram-se expressamente os dízimos e as obrigações feudais dos camponeses. A servidão foi eliminada. Declararam-se extintos os privilégios de caça dos nobres, a isenção de impostos e os monopólios de toda sorte foram sacrificados como contrários a igualdade natural. Conquanto os nobres não

tivessem renunciado a todos os seus direitos, o efeito final dessas reformas das “Jornadas de Agosto” foi anular as distinções de classe e de nível social e colocar todos os franceses em igualdade de situação perante a lei.

Após derribar os privilégios a Assembléia consagrou-se ao preparo de uma carta de liberdades. O resultado foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em setembro de 1789. Parcialmente modelada pelo Bill of Rights, dos ingleses e adotando os ensinamentos dos filósofos políticos liberais, a Declaração francesa é um típico documento da classe média. Tanto a propriedade como a liberdade, a segurança e a “resistência à opressão” são declaradas direitos naturais. Ninguém pode ser despojado de suas posses a não ser em caso de necessidade pública, e sob a condição estrita de ser “prévia e equitativamente indenizado”. Cumpre, outrossim, ter na devida consideração os direitos individuais. A liberdade de palavra, a tolerância religiosa e a liberdade da imprensa são declaradas invioláveis. Todos os cidadãos têm direito a tratamento igual nos tribunais. Ninguém pode ser preso ou punido de qualquer forma senão em virtude de processo judiciário. A soberania reside no povo e os funcionários do governo tornam-se passíveis de demissão no caso de abusarem dos poderes que lhes são conferidos. Não se faz qualquer referência aos direitos do homem comum a uma parte equitativa da riqueza por ele produzida, nem tampouco à proteção do estado aos incapacitados de ganhar a vida. Os autores da Declaração dos Direitos não eram socialistas nem estavam particularmente interessados no bemestar econômico das massas.

Outro feito importante da Assembléia Nacional foi a secularização da igreja. No antigo regime o clero superior fora uma casta privilegiada, recompensando os favores que lhe prestava o rei com seu sólido apoio ao governo absoluto. Em consequência, a igreja passara a ser considerada como um instrumento de cobiça e opressão quase tão odioso quanto a própria monarquia. Acresce que as instituições eclesiásticas possuíam vastas propriedades e o novo governo revolucionário necessitava urgentemente de fundos. Portanto, em novembro de 1789 a Assembléia Nacional resolveu confiscar as terras da igreja e usá-las como garantia para a emissão de assignats (papel-moeda). Em julho do ano seguinte foi posta em vigor a Constituição Civil do Clero, dispondo que todos os bispos e padres fossem eleitos pelo povo e ficassem submetidos à autoridade do estado. Percebendo salários pagos pelo tesouro público, eram obrigados a

jurar fidelidade à nova legislação. A secularização da igreja implicava numa separação parcial de Roma. O objetivo visado pela Assembléia era fazer da igreja católica da França uma verdadeira instituição nacional, conservando apenas uma submissão nominal ao Vaticano. Como o Papa condenasse esses dispositivos e proibisse qualquer bispo ou padre de aceitá-los, resultou daí a divisão do clero francês em dois grupos diferentes. Uma minoria prestou juramento de fidelidade à Constituição Civil e passou daí em diante a ser conhecida como o clero "juramentado". Quanto aos demais, alguns fugiram do país, mas muitos ali permaneceram e se uniram aos nobres reacionários no empenho de excitar o ódio contra todo o programa da revolução.

Oficina de impressão da Renascença, segundo uma gravura flamenga. (Metropolitan Museum of Art.)

O Baile, *de Abraão Bosse.* (Metropolitan Museum of Art.)

PRIMÓRDIOS DA SOCIEDADE MODERNA

O Anti-semitismo no século XVII. A multidão saqueia as casas dos judeus de Francfort no dia 22 de agôsto de 1614. (Metropolitan Museum of Art.)

Camponêses Dançando, *de Albrecht Dürer.* (Metropolitan Museum of Art.)

Escola do Século XVII, *de Abraão Bosse.* (Metropolitan Museum of Art.)

Loja de sapatos do século XVII, *de Abraão Bosse.* (Metropolitan Museum of Art.)

Miss Sparrow, *de Thomas Gainsborough. Típico retrato aristocrático da Inglaterra do século* XVIII. (*Ver p.* 566)

Cena matutina em Londres, *segundo uma gravura de William Hogarth.*

A ARTE E A VIDA NO SÉCULO XVIII

A Tourada, *de Francisco Goya. O realismo de Goya, com seu interêsse pelo homem do povo, antecipou o famoso realismo do século* XIX. (*Ver p.* 567)

Só em 1791 a Assembléia conseguiu completar a sua tarefa primordial de redigir uma nova constituição para o país. Tinham sido muito numerosos os problemas de interesse mais imediato a absorver-lhe a atenção. Além disso, o governo autocrático já era uma coisa do passado. A constituição, tal como foi finalmente promulgada, valia como testemunho eloquente da posição dominante que então gozava a burguesia. A França não se tornou uma república democrática, mas sim uma monarguia moderada em que o poder supremo era virtualmente monopolizado pelos favorecidos da fortuna. O privilégio do voto restringia-se aos que pagassem um imposto direto equivalente a três dias de salário, enquanto a elegibilidade para os cargos

importantes era limitada aos cidadãos de certas posses. No tocante à estrutura do governo, o característico principal era a separação dos poderes. Os fundadores do novo sistema haviam feito suas as idéias de Montesquieu sobre a independência do legislativo, do executivo e do judiciário. O poder de fazer leis era confiado a uma Assembléia Legislativa eleita indiretamente pelo povo, de acordo com um processo semelhante àquele que se adotou originalmente para a escolha do presidente dos Estados Unidos. O rei foi privado do controle que havia exercido sobre o exército, a igreja e a administração local. Proibia-se aos seus ministros comparecerem à Assembléia e ele próprio não tinha qualquer interferência no processo da legislação, salvo o veto suspensivo que, aliás, podia ser anulado pelo voto da Assembléia em três seções consecutivas. Destarte o novo sistema, ainda que muito afastado da monarquia absoluta, decididamente não era um governo que as massas pudessem considerar como seu.
No verão de 1792 a Revolução Francesa entrou numa segunda fase que durou cerca de dois anos. Este período diferiu do primeiro em muitos aspectos. Para começar, a França era agora uma república. A 10 de agosto a Assembléia Legislativa votou a suspensão do rei e ordenou que se elegesse uma Convenção Nacional para redigir uma nova constituição. Desta vez a eleição se faria por sufrágio universal masculino. Pouco depois Luís XVI foi submetido a julgamento, sob a acusação de conspirar com estrangeiros contra a Revolução, e em 21 de janeiro de 1223 foi decapitado. Ademais de seu caráter republicano, a segunda fase diferiu da primeira em ser dominada pelas classes inferiores. O curso da Revolução já não era ditado por membros mais ou menos conservadores da burguesia. O lugar destes fora tomado por extremistas que representavam o proletariado de Paris e a filosofia liberal de Voltaire e Montesquieu cedera o passo às doutrinas radicais e igualitárias de Rousseau. Outra diferença consistiu no caráter mais violento e sanguinário desta segunda fase. Foi o período não só da execução do rei mas também dos massacres de setembro (1792) e do regime de Terror, que se estendeu do verão de 1793 ao verão do ano seguinte.
Que fatores poderão explicar esta espetacular transição de uma fase relativamente moderada, dominada pela classe média, para uma fase de radicalismo e de agitações? Em primeiro lugar, podemos mencionar as esperanças frustradas do proletariado. No seu início, a Revolução parecera

acenar com promessas maravilhosas de igualdade e justiça para todos os cidadãos. Isto se aplica particularmente à Declaração dos Direitos, muito embora encarecesse ela a inviolabilidade da propriedade privada. Ao cabo, porém, de três anos de revolução social e política, era tão difícil quanto antes ao operário urbano ganhar o seu pão — senão mais difícil ainda, em vista da desorganização econômica. E não era só: depois de adotada a Constituição de 1791 o homem comum descobriu que nem mesmo votar podia. Tornava-se cada vez mais claro que ele não tinha feito outra coisa senão mudar de patrões. Num tal estado de espírito, não podia deixar de sentir-se seduzido pelas pregações dos extremistas que prometiam conduzilo a uma canaã de segurança e fartura. Uma segunda causa dessa transição para uma fase radical foi o impulso adquirido pela própria Revolução. Todos os grandes movimentos dessa espécie geram uma atmosfera de descontentamento, a qual é respirada mais profundamente por alguns homens do que por outros. Resulta daí o aparecimento de uma espécie de revolucionário profissional, eternamente insatisfeito por mais que se tenha realizado. Acusa os chefes da revolução em sua fase preliminar com maior violência ainda do que condena os adeptos do antigo regime. Para ele, as mais horríveis matanças e o mais completo caos não são um preço demasiado a pagar pela realização dos seus ideais. Assassinará os seus mais íntimos companheiros, tão logo discordarem dele, com a mesma presteza com que liquidará o mais detestado reacionário. É o equivalente político do fanático religioso para quem a espada e a fogueira são os instrumentos indicados para apressar a vinda do reino da virtude e da paz de Deus. Mas a causa mais importante da vitória dos radicais talvez tenha sido a guerra com o estrangeiro. Em vários países europeus a marcha da Revolução Francesa vinha sendo encarada com crescente sobressalto pelos governantes reacionários. Isto se verificava sobretudo na Áustria e na Prússia, onde se haviam refugiado numerosos "emigrados", ou monarquistas franceses, que procuravam convencer os soberanos daqueles países do perigo que a Revolução representava para a Europa. Além disso, a rainha francesa Maria Antonieta, que pertencia à família dos Habsburgos, fazia desesperados apelos ao imperador para que viesse em auxílio de seu marido. Em agosto de 1791 os governantes da Áustria e da Prússia lançaram con juntamente a Declaração de Pillnitz, em que afirmavam ser a restauração da ordem e dos direitos reais na França uma "questão de

comum interesse para todos os soberanos europeus". Como era natural, essa declaração causou vivo ressentimento entre os franceses, visto que não podia ser interpretada de outra maneira senão como uma clara ameaça de intervenção. Acresce que a perspectiva de um conflito com inimigos estrangeiros era do agrado de muitos revolucionários. Enquanto a facção moderada esperava que um êxito militar consolidasse a lealdade do povo ao novo regime, numerosos radicais clamavam pela guerra, contando em segredo com uma derrota dos exércitos franceses para desacreditar de todo a monarquia. Poder-se-ia então proclamar a república e as heróicos soldados do povo converteriam a derrota numa vitória e levariam os benefícios da liberdade a todos os povos oprimidos da Europa. Inspirada nessas considerações, a Assembléia votou pela guerra no dia 20 de abril de 1792. Conforme esperavam os radicais, as forças francesas sofreram sérios reveses. Em agosto os exércitos conjugados da Áustria e da Prússia haviam atravessado a fronteira e ameaçavam tomar Paris. O furor e o desespero apossaram-se da capital. Prevalecia a crença de que os desastres militares resultavam de conluios traiçoeiros do rei e de seus adeptos conservadores com o inimigo. Em consequência disto surgiu um vigoroso apelo em prol de uma ação enérgica contra todos os que fossem suspeitos de deslealdade à Revolução. Foi acima de tudo essa situação que colocou os extremistas em evidência e os capacitou a dominar a Assembléia Legislativa e pôr termo à monarquia.

De 1792 a 1795 — isto é, durante a segunda fase da Revolução e por mais um ano ainda — o poder dirigente da França foi a Convenção Nacional. Originariamente eleita como uma assembléia constituinte, seu papel devia ser o poder a um governo regular. De fato, a nova constituição ficou pronta em 1793, mas a desordem reinante impediu que fosse posta em vigor.

Justificando-se com o estado de emergência nacional, a Convenção manteve-se no poder ano após ano. Após a primavera de 1793 delegou as suas funções executivas a um grupo de nove (mais tarde doze) de seus membros, conhecido como o Comité de Salut Public (Junta de Segurança Pública). Este órgão tinha a seu cargo as relações exteriores, a fiscalização do comando do exército e a aplicação do regime de Terror. Quanto à própria Convenção, compunha-se de numerosas facções que representavam outras tantas correntes de opinião radical. As mais importantes eram a dos girondinos e a dos jacobinos. Os primeiros, que tomavam assento à direita

na Convenção, apoiavam-se sobretudo nas províncias e tendiam a desconfiar do proletariado. Eram republicanos, porém não democratas extremistas. Seus adversários jacobinos, que se sentavam à esquerda, contavam-se entre os radicais mais intransigentes da Revolução.
Embora a maioria deles procedesse da classe média, eram ardentes discípulos de Rousseau e defensores militantes do proletariado urbano. Acusavam os girondinos de desejar uma "república aristocrática" e de planejar a desunião da França mediante um sistema federal em que os "departamentos" seriam engrandecidos a expensas de Paris. Entre os líderes da Convenção Nacional figuram algumas das personalidades mais interessantes e dramáticas da história moderna. No grupo dos girondinos tornaram-se famosos Thomas Paine (1737-1809) e o Marquês de Condorcet (1743-94). Continuando a sua brilhante atividade de panfletário da Revolução Americana, Paine embarcara para a Inglaterra, decidido a abrir os olhos do povo desse país para "a loucura e a estupidez do governo". Em 1791 publicou sua célebre obra Os Direitos do Homem, que era um ataque virulento ao livro de Edmund Burke, Reflexões sobre a revolução da França, aparecido no ano anterior. Os Direitos do Homem causou sensação, especialmente depois das mal inspiradas tentativas do governo para apreendê-lo. Acusado de traição, o autor conseguiu fugir para a França antes de ser preso. Em 1792 foi eleito para a Convenção Nacional e imediatamente ganhou preeminência como um dos mais moderados líderes dessa assembléia. Instava pela abolição da monarquia mas opunha-se à execução do rei, alegando que isso iria alienar a simpatia dos americanos. Incorreu por fim na suspeita de alguns extremistas e escapou da guilhotina por puro acaso.
O Marquês de Condorcet era um homem de temperamento mais brando que Paine, embora tivesse propensões filosóficas semelhantes. Tendo começado como discípulo de Voltaire e Turgot, foi posteriormente bem mais longe do que esses liberais burgueses nos seus pedidos de reforma. Não só condenava os males do absolutismo, do mercantilismo, da escravidão e da guerra, como o fizeram muitos pensadores esclarecidos da época, mas também foi um dos primeiros a sustentar que o principal escopo de todo governo deveria ser o de combater a pobreza. Julgava possível atingir em grande parte essa finalidade pela abolição dos monopólios e privilégios, do direito de primogenitura e da vinculação dos bens de raiz. O afastamento

desses obstáculos permitiria uma ampla distribuição da propriedade, especialmente da agrária, habilitando assim a maioria dos cidadãos a conquistar a independência económica. Patrocinava também as pensões para os velhos e o sistema bancário cooperativo para proporcionar condições favoráveis de crédito. No auge do Terror, Condorcet foi posto fora da lei por haver denunciado a violência dos jacobinos e teve de fugir para salvar a sua vida. Disfarçado como carpinteiro, vagueou esfomeado pelo interior do país até que uma noite suspeitaram dele e o jogaram à prisão. Na manhã seguinte encontraram-no estendido no chão, morto. Não se sabe ao certo se morreu de frio e em consequência das provações por que passara, ou se tomou um veneno que carregava, ao que se dizia, num anel.

Entre os líderes das facções extremistas salientaram-se Marat, Danton e Robespierre. Jean Paul Marat (1743-93) tinha estudado medicina e em 1789 já granjeara bastante fama na sua profissão para ser contemplado com um grau honorário pela Universidade de Sto. André, da Escócia. Quase desde o início da Revolução apresentou-se como o campeão do povo, opondo-se às asserções dogmáticas dos seus colegas burgueses da Assembléia, inclusive a idéia de que a França devia moldar o seu governo pelo da Grã-Bretanha, que ele sabia ser oligárquico na forma. Em breve tornou-se vítima de perseguições, sendo obrigado a procurar refúgio em esgotos e enxovias, mas isso não o levou a desistir das tentativas para incitar o povo a defender os seus direitos. Em 1793 foi apunhalado no coração por Charlotte Corday, uma moça fanaticamente devotada aos girondinos. Em contraste com Marat, Georges Jacques Danton (1759-94) só alcançou preeminência quando a Revolução já estava no seu terceiro ano, mas, como aquele, orientou a sua atividade no sentido de instigar as massas à rebelião. Eleito em 1793 para a Junta de Segurança Pública, teve importante papel na organização do Terror. Mas, com o passar do tempo, parece ter-se cansado de tanta desumanidade e revelado uma propensão fatal para a transigência. Isso deu uma oportunidade aos seus adversários da Convenção e, em abril de 1794, foi enviado para a guilhotina. Conta-se que ao galgar os degraus do cadafalso disse: “Mostrem a minha cabeça ao povo; não é todos os dias que ele vê coisa parecida.”

O mais famoso e talvez o maior de todos os líderes extremistas foi Maximiliano Robespierre (1758-94). Pertencente a uma família que passava por ser de origem irlandesa, Robespierre estudou direito e não tardou a

conquistar um êxito modesto como advogado. Em 1782 foi nomeado juiz criminal, mas em breve resignou o cargo por não ter coragem de impor uma sentença de morte. De temperamento nervoso e tímido, nunca demonstrou grande capacidade prática, mas procurava compensar essa falha com uma devoção fanática aos princípios. Abraçara a crença na filosofia de Rousseau como a grande esperança de salvação para toda a humanidade. A fim de pô-la em prática estava pronto a empregar todos os meios que pudessem ser eficazes, sem levar em consideração o que isso viesse a custar para si ou para os outros. Essa fervorosa lealdade a uma doutrina que exaltava as massas acabou por lhe granjear uma multidão de adeptos. Tal era o favoritismo de que gozava entre o público que pôde usar até o fim da vida os calções, as meias de seda e o cabelo empoado característicos da velha sociedade. Em 1791 tornou-se o oráculo do Clube dos Jacobinos, já então expurgado de todos que não fossem os elementos mais radicais. Mais tarde foi eleito presidente da Convenção Nacional e membro da Junta de Segurança Pública. Embora seu papel tivesse sido insignificante ou nulo na instauração do regime de Terror, foi largamente responsável pela extensão desse regime. Chegou mesmo a justificar a crueldade como necessária e, portanto, como um expediente louvável para promover o progresso da Revolução. Nas últimas seis semanas de sua ditadura virtual rolaram no cadafalso de Paris nada menos de 1.285 cabeças. Mais cedo ou mais tarde, porém, tais métodos teriam de ser fatais a ele próprio. Em 28 de julho de 1794, Robespierre juntamente com vinte e um de seus auxiliares imediatos foram guilhotinados sem mais julgamento que o que ele costumava conceder aos seus adversários.

É provável que as verdadeiras proporções da violência durante a segunda fase da Revolução jamais venham a ser conhecidas. Muitas histórias de horrível carnificina que circularam nesse tempo e mais tarde eram exageradas ao extremo. Nenhuma rua se tornou vermelha de sangue, nem os rios ficaram atulhados de cadáveres. Não obstante, é certo que a matança foi estarrecedora. Durante o período do Terror, que se estendeu de setembro de 1793 a julho de 1794, as estimativas mais fidedignas orçam o número de execuções em aproximadamente 20.000 para toda a França. Uma lei promulgada em 17 de setembro de 1793 tornava objeto de suspeição quem quer que tivesse tido ligações com o governo dos Bourbons ou com os girondinos; e nenhuma pessoa que fosse suspeita, ou de quem se

desconfiasse ser suspeita, estava a salvo de perseguições. Quando, algum tempo depois, perguntaram ao padre Sieyès o que fizera para distinguir durante o Terror, respondeu lacônicamente: "Sobrevivi". Em última análise, entretanto, deve-se reconhecer que a mortandade durante a Revolução Francesa foi muito menor do que na maioria das guerras civis e internacionais. As 20.000 vítimas do Terror não suportam comparação, por exemplo, com as centenas de milhares de vidas ceifadas pela Guerra de Secessão norte-americana. Napoleão Bonaparte, que muitos cultuam como um herói, foi responsável, no mínimo, por um número de mortes vinte vezes maior do que as causadas pelo Comité de Salut Public. Está claro que com isto não pretendemos desculpar a selvajaria do terror, mas tão-somente corrigir uma imagem deformada.

A despeito da violência do Terror, a segunda fase da Revolução Francesa caracterizou-se por algumas realizações muito valiosas. Chefes como Robespierre, malgrado o seu fanatismo, não deixavam de ser humanitários sinceros e não seria crível que perdessem a oportunidade de iniciar reformas. Entre os seus feitos mais significativos contam-se a abolição da escravidão nas colônias e da prisão por dívida, a adoção do sistema decimal de pesos e medidas e a supressão do direito de primogenitura, de forma que a propriedade não fosse mais herdada exclusivamente pelo filho mais velho e sim dividida em porções substancialmente iguais entre todos os herdeiros imediatos. A Convenção procurou também suprir as deficiências dos decretos da Assembléia Nacional que aboliam os vestígios do feudalismo, estabelecendo medidas no sentido de uma liberdade maior no gozo das oportunidades econômicas. Os bens dos inimigos da Revolução foram confiscados em benefício do governo e das classes inferiores. As grandes propriedades foram parceladas e oferecidas à venda em condições muito favoráveis aos cidadãos mais pobres. As indenizações anteriormente prometidas aos nobres pela perda dos seus privilégios foram abruptamente canceladas. A fim de refrear o aumento do custo da vida a lei fixou os preços máximos do trigo e de outros artigos de primeira necessidade, ao mesmo tempo que os comerciantes aproveitadores eram ameaçados com a guilhotina. Também foram adotadas medidas reformistas no setor religioso. Houve um momento, durante o Terror, em que se tentou abolir o cristianismo e erigir em seu lugar o culto da Razão. Dentro desse espírito adotou-se um novo calendário, fazendo começar o ano na data da

proclamação da República (22 de setembro de 1792) e dividindo os meses de modo a eliminar o domingo cristão. Ao conquistar o poder, Robespierre substituiu esse culto da Razão por uma religião deísta que compreendia o culto de um Ser Supremo e a crença na imortalidade da alma. Finalmente, em 1794, a Convenção adotou o critério mais sensato de fazer da religião um assunto particular de cada um. Resolveu-se estabelecer uma separação completa entre a igreja e o estado e tolerar todas as crenças que não fossem positivamente hostis ao governo.

No verão de 1794 o Terror chegou ao seu termo e, logo depois, a Revolução entrou na terceira e última fase. O acontecimento que assinalou essa mudança foi a Reação Termidoriana, cujo nome deriva do mês de termidor (mês do calor – 19 de julho a 18 de agosto) do novo calendário. A execução de Robespierre a 28 de julho de 1794 representava a completação de um ciclo. A Revolução havia devorado os seus próprios filhos. Um após outro, tinham caído os gigantes radicais: primeiro Marat, depois Hébert e Danton, e por fim Robespierre e Saint-Just. Os únicos líderes que restavam na Convenção eram homens de tendências mais moderadas. Com o decorrer do tempo, inclinavam-se para um conservantismo crescente e para o emprego de toda espécie de chicana política que servisse para mantê-los no poder. Mais uma vez a Revolução passou, aos poucos, a refletir os interesses da burguesia. Foi então desfeita grande parte da obra extremista dos radicais. Revogaram-se a lei dos preços máximos e a dos “suspeitos”. Os prisioneiros políticos foram soltos, os jacobinos tiveram de procurar esconderijos e a Junta de Segurança Pública foi despojada dos seus poderes despóticos. A nova situação possibilitou a volta dos padres, dos monarquistas e outros emigrados, os quais vieram juntar o peso da sua influência às tendências conservadoras.

Em 1795 a Convenção Nacional adotou uma nova constituição que apunha o sinete da aprovação oficial à vitória das classes abastadas. A nova lei orgânica, conhecida como a Constituição do Ano III, concedia o sufrágio a todos os cidadãos adultos do sexo masculino que soubessem ler e escrever, mas estes só poderiam votar em eleitores que escolheriam, por sua vez, os membros do Corpo Legislativo; e para ser eleitor era preciso possuir uma fazenda ou qualquer outra propriedade cuja renda anual equivalesse, no mínimo, a cem dias de trabalho. Ficava assim assegurado que a autoridade do governo derivaria efetivamente de cidadãos de fortuna considerável. O

Corpo Legislativo compor-se-ia de duas câmaras: uma câmara baixa ou Conselho dos Quinhentos, e um senado ou Conselho dos Anciãos. Não sendo praticável restaurar a monarquia, por se temer a volta da antiga aristocracia ao poder, o poder executivo foi investido numa junta — o Diretório — composta de cinco homens que seriam indicados pelo Conselho dos Quinhentos e eleitos pelo Conselho dos Anciãos. A nova constituição não só incluía uma declaração dos direitos mas também uma especificação dos deveres do cidadão. Ocupava lugar de destaque entre estes últimos a obrigação de ter presente ao espírito que "é sobre a manutenção da propriedade... que assenta toda a ordem social".

Ninguém poderia esperar que um sistema tão categoricamente contrário aos direitos das massas pudesse florescer sem oposição. Nem bem a Constituição do Ano III fora posta em vigor, os jacobinos organizaram, sob a chefia de "Graco" Babeuf, um movimento para derribá-la. Esse homem, redator-chefe da Tribuna do Povo e fundador da Sociedade dos Iguais, tem sido muitas vezes chamado o primeiro socialista moderno. Mas, ao que parece, o verdadeiro socialismo estava bem longe dos seus objetivos, que não diferiam muito dos demais jacobinos radicais. Visava ele uma sociedade em que todos os homens seriam proprietários em proporções substancialmente iguais. A fim de atingir esse escopo, exigia que se procedesse à confiscação e à redistribuição do excesso de fortuna dos ricos. Em setembro de 1796 os seus adeptos, em número aproximado de 17.000, lançaram um ataque contra a guarnição militar de Grenelle, na esperança de que esta passasse para o seu lado e se juntasse a eles numa marcha sobre Paris. O tentame redundou em lamentável fracasso. Pouco depois Babeuf e seu principal ajudante foram condenados por traição, sendo executados em maio do ano seguinte. Isso pôs fim à derradeira tentativa de converter a Revolução Francesa num movimento em prol da melhoria econômica das classes inferiores.

A terceira fase da Revolução Francesa teve pequena importância histórica em comparação com as outras duas. Tomada em conjunto, foi um período de estagnação, de corrupção generalizada e de cinismo. Tinha-se volatilizado o ardente zelo reformador que caracterizara as duas fases precedentes. Os membros do novo governo interessavam-se muito mais pelas oportunidades de proveito pessoal do que pelos planos brilhantes dos filósofos para recompor o mundo. O suborno era concomitância habitual do

lançamento e arrecadação de impostos, bem assim como do emprego de fundos públicos. Até alguns membros do Diretório exigiam peitas, com toda a desfaçatez, em troca de favores que tinham a obrigação de conceder no exercício de suas funções normais. Essa cobiça cínica nas altas esferas não podia deixar de ter seus efeitos nas normas gerais da sociedade. Não é de surpreender, portanto, que o período do Diretório tenha sido uma época de louca extravagância e dissipação, de desenfreada competição pela riqueza. A especulação e o jogo tendiam a relegar a um plano secundário os negócios honestos. Enquanto a fome rondava os bairros pobres de Paris os aproveitadores acumulavam fortunas e ostentavam sem pejo os seus ganhos adquiridos a expensas do povo. A tanto chegaram as gloriosas promessas da Revolução, arrastadas na lama até mesmo por alguns que a princípio haviam jurado defendê-las!

No outono de 1799 encerrou-se a era da Revolução Francesa. O acontecimento que assinalou esse fim foi o golpe de estado de Napoleão Bonaparte, em 18 brumário (9 de novembro). Esse, contudo, não foi mais que o golpe de misericórdia. Já desde algum tempo o regime instaurado pela Constituição do Ano III vinha pairando à beira do colapso. Embora tivesse sido temporariamente fortalecido por algumas vitórias militares — pois ainda prosseguia a guerra contra os inimigos estrangeiros da Revolução — por fim até esse apoio falhou. Em 1798-99, a política agressiva do Diretório envolveu a França numa luta com nova coligação de adversários poderosos: Grã-Bretanha, Áustria e Rússia. A sorte das batalhas não tardou a mudar. Um após outro, caíram por terra os estados satélites que os franceses haviam levantado em sua fronteira oriental. Os exércitos da república foram expelidos da Itália. Tornou-se logo evidente que as conquistas dos anos anteriores iam reduzir-se a nada. Enquanto isso, o Diretório vinha sofrendo uma perda ainda maior de prestígio em virtude da sua conduta dos negócios interiores. Milhares de pessoas estavam revoltadas com a vergonhosa corrupção dos funcionários públicos e com a sua desumana indiferença ante as necessidades dos pobres. O que ainda mais agravava a situação era a séria crise financeira, pela qual o governo era em parte responsável. A fim de atender às despesas de guerra e aos gastos extravagantes de administradores incapazes, multiplicaram-se as emissões de assignats, ou papel-moeda. Os resultados inevitáveis foram uma tremenda inflação e um completo caos. Dentro de pouco tempo os

assignats sofreram enorme depreciação, até não serem aceitos por mais de 1% do seu valor nominal. Em 1797 as condições tinham piorado de tal forma que circulação. Durante o período de caos financeiro milhões de cidadãos não houve outro remédio senão repudiar todo o papel-moeda em precavidos e respeitáveis, que tinham conseguido acumular certas posses, viram-se reduzidos ao nível de proletários. O efeito natural foi convertê-los em inimigos rancorosos do governo constituído.
Foi nessas condições deploráveis que se tornou relativamente fácil a ascensão de Bonaparte. O sentimento de revolta ante a venalidade e a indiferença do governo, o rastilho de ódio deixado pelas agruras da inflação, a humilhação resultante das derrotas militares — tais foram os fatores que encorajaram a convicção largamente difundida de que o regime em vigor era intolerável e só o aparecimento de um “homem a cavalo” poderia salvar a nação da ruína. Em outras palavras, Napoleão subiu ao poder em condições bastante similares às que presidiram ao nascimento de ditaduras mais recentes na Alemanha e na Itália. Mas está claro que o jovem Bonaparte era um herói militar, o que não se dava com Hitler ou Mussolini. Em 1795 tornara-se benquisto aos amigos da lei e da ordem por haver defendido a Convenção Nacional com uma “rajada de metralha” contra um levante de insurretos parisienses. Mais tarde cobrira-se de glória com as suas campanhas na Itália e no Egito. É verdade que as notícias de seus êxitos neste último país tinham sido um pouco exageradas, mas convenceram os patriotas franceses de que tinham nele, ao menos, um general em cuja capacidade podiam depositar absoluta confiança. Além disso, ninguém podia contestar que ele expulsara os austríacos da Itália e anexara à França a Sabóia, Nice e as províncias austríacas dos Países-Baixos. Não é muito de admirar que Napoleão passasse a ser considerado o homem do momento. Seu nome tornou-se um símbolo da grandeza nacional e dos gloriosos feitos da Revolução. E, à medida que crescia o sentimento de repulsa contra o Diretório, era ele mais do que nunca saudado como o herói incorruptível que salvaria a nação da vergonha e do desastre.

3. OS BONS E OS MAUS FRUTOS DA REVOLUÇÃO

Ainda que a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder como ditador militar tenha marcado o início de uma nova era, não anulou de forma alguma a influência da Revolução Francesa. Efetivamente, como se verá no próximo capítulo, o próprio Napoleao manteve algumas das conquistas revolucionárias e assumiu a atitude de campeão invencível da igualdade e da fraternidade, se não da liberdade. Mas, ainda que ele não tivesse agido desse modo, a herança da Revolução teria indubitavelmente sobrevivido. Um movimento que tão profundamente abalara as bases da sociedade jamais poderia ter passado à história sem deixar um rastro de momentosos resultados. Sua influência repercutiu através de quase todo o século XIX e fêz-se sentir em muitas nações do mundo ocidental. A nova paixão da liberdade foi a força propulsora de numerosas insurreições e "revoluções" que pontilharam o período entre 1800 e 1850. A primeira a ocorrer foi a sublevação dos espanhóis contra José Bonaparte, em 1808. Seguiu-se-lhe uma verdadeira epidemia de distúrbios revolucionários entre 1820 e 1831, em países como a Grécia, a Itália, a Espanha, a França, a Bélgica e a Polônia. Finalmente, os movimentos revolucionários de 1848 estavam longe de ser completamente alheios ao grande levante francês de 1789, pois que a maioria deles se inspirava no mesmo entusiasmo nacionalista e em ideais semelhantes de liberdade política.
A Revolução Francesa também teve outros resultados de caráter mais duradouro e mais benéfico para a humanidade em geral. Foi, antes de mais nada, um vigoroso golpe contra a monarquia absoluta. Daí em diante, poucos reis ousaram arrogar-se uma autoridade ilimitada. Mesmo quando, em 1814, um Bourbon foi restaurado no trono da França, não demonstrou quaisquer pretensões à missão divina de governar como bem lhe aprouvesse. Em segundo lugar, a Revolução Francesa fez desaparecer quase todos os remanescentes de um feudalismo em plena decadência, inclusive a servidão e os privilégios feudais dos nobres. Todas as corporações foram abolidas para nunca mais reviver. Posto que subsistissem ainda alguns vestígios do mercantilismo, os seus dias, como doutrina política acatada pelos governos, estavam positivamente contados. Embora a separação entre a Igreja e o Estado, consumada em 1794, acabasse sendo anulada por Napoleão, não deixou de fornecer um precedente para o divórcio definitivo da religião e da política, não só na França mas também em muitos outros países. Entre os restantes resultados benéficos da Revolução podem ser

mencionados a abolição da escravidão nas colônias francesas, a eliminação da prisão por dívidas, o cancelamento do direito de primogenitura e uma distribuição mais ampla das terras, graças ao parcelamento das grandes propriedades. Por fim, as bases de duas das mais importantes realizações de Napoleão — as reformas educacionais e a codificação das leis — foram assentadas, na realidade, pelos chefes da Revolução.
Não se pode negar, por outro lado, que a Revolução Francesa também tenha tido os seus frutos amargos. Foi ela em grande parte responsável pelo desenvolvimento do nacionalismo "chauvinista" como ideal dominante. O nacionalismo, está claro, nada apresentava de novo. Pode ser encontrado quase que na própria origem das mais antigas civilizações. Manifestou-se na obsessão dos hebreus de serem o Povo Eleito e no exclusivismo racial dos gregos. Mesmo em sua forma européia moderna, tem raízes que se estendem ao século XIII. Sem embargo, o nacionalismo só se tornou uma força realmente virulenta e avassaladora depois da Revolução Francesa. Foi o orgulho do povo francês pelo que tinha realizado e a sua determinação de preservar tais conquistas que deram origem ao patriotismo fanático tão bem exemplificado pela sua emocionante canção guerreira, a Marselhesa. Pela primeira vez na história moderna, uma nação inteira se punha em pé de guerra. Em contraste com os exércitos profissionais relativamente pequenos do passado, a Convenção Nacional, em 1793, alistou cerca de 800.000 homens, ao passo que milhões de outras, atrás das linhas de combate, dedicavam as suas energias à gigantesca tarefa de eliminar os desacordos internos. Operários, camponeses e burgueses, todos cerraram fileiras sob o lema de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" como em defesa de uma causa sagrada. O cosmopolitismo e o pacifismo dos filósofos iluministas ficaram completamente esquecidos. Mais tarde esse patriotismo militante contaminou outras terras, contribuindo com o peso da sua influência para alimentar as idéias exaltadas de superioridade nacional e os ódios raciais. Por fim, a Revolução Francesa teve por consequência uma deplorável depreciação da vida humana. A carnificina de milhares de pessoas durante o Terror, muitas vezes sem que lhes pudesse ser assacada qualquer culpa, mas simplesmente como meio de infundir pavor nos inimigos da Revolução, tendeu a criar a impressão de que a vida do homem pouco ou nada valia em confronto com os nobres objetivos do partido que ocupava o poder. Essa impressão talvez contribua para explicar a relativa indiferença com que,

alguns anos depois, a França aceitou o sacrifício de centenas de milhares de seus filhos para satisfazer as ambições ilimitadas de Napoleão.

CAPÍTULO 22

A época do romantismo e da reação (1800-1830)

O século que se seguiu à Revolução Francesa foi um período de mudanças rápidas e profundas. Em confronto com ele, a vida nas épocas precedentes parece quase estacionária. Jamais, em tão breve espaço de tempo, houve alterações tão radicais nos modos de vida ou uma subversão em tão larga escala de tradições veneráveis. Uma avalancha de inventos novos acelerou o ritmo da vida a um ponto que ultrapassava os mais ousados sonhos de Leonardo da Vinci ou de Newton. A população da Europa cresceu de 180 milhões, ao findar a Revolução Francesa, para o total quase incrível de 460 milhões em 1914. Nunca se tinha verificado, em épocas anteriores, algo semelhante a tal acréscimo em pouco mais de um século. Em consequência dessa e de outras mudanças a vida do homem moderno assumiu um grau de complexidade e variedade até então desconhecido. Os novos ideais sociais e políticos multiplicaram-se em desconcertante confusão. Foi uma época de alterações contínuas, de tendências em conflito e de agudas divergências sobre os problemas sociais. Não se deve imaginar, todavia, que o século XIX se houvesse desligado por completo dos períodos precedentes. Tal suposição seria particularmente falsa no tocante aos anos que vão de 1800 a 1830. Foi, sobretudo, a época da reação à Revolução Francesa — reação vigorosa contra a liberdade e a igualdade, revolta contra a razão e a ciência, e tentativa de obrigar o homem a aceitar uma vez mais o jugo da autoridade.

1. O SIGNIFICADO DE NAPOLEÃO

Já vimos que o golpe de estado de Napoleão Bonaparte pusera fim definitivamente à Revolução Francesa. Por esse motivo o período de seu

governo, de novembro de 1799 a abril de 1814 e durante os Cem Dias que foram de março a junho de 1815, pode ser justamente considerado como a fase inicial da reação do século XIX contra as idéias liberais que tinham tornado possível a Revolução. É certo que Napoleão afirmava simpatizar com alguns desses ideais, mas a forma de governo que estabeleceu era muito pouco compatível com qualquer deles. Seu verdadeiro objetivo, no que se referia à obra da Revolução, era manter aquelas conquistas que se coadunassem com a glória nacional e com as suas próprias ambições de glória militar. Em outras palavras, alimentou e fortaleceu o patriotismo revolucionário e levou avante as realizações de seus predecessores que se podiam adaptar aos objetivos de um governo centralizado. Mas a liberdade no sentido de inviolabilidade dos direitos individuais nada significava para ele; chegou mesmo a declarar que o povo francês necessitava de igualdade e não de liberdade. Além disso, interpretava a igualdade como significando pouco mais que uma oportunidade igual para todos, sem levar em conta o nascimento, isto é, se não se propôs restaurar a servidão ou devolver as terras à velha nobreza, também não pensou em impor qualquer restrição à atividade econômica dos ricos.

A fim de compreender o significado histórico de Napoleão é necessário conhecer alguma coisa da sua vida particular e do papel que desempenhou nos acontecimentos dramáticos que precederam a sua ascensão ao poder. Nascido em 1769 numa cidadezinha da Córsega, exatamente um ano depois de ter sido a ilha cedida a França, Napoleão pertencia a uma família orgulhosa mas empobrecida, detentora de um título de nobreza conferido pela república de Gênova. Em 1779 ingressou numa escola de Brienne, na França, e cinco anos depois foi admitido na academia militar de Paris. Parece que como estudante teve uma existência infeliz, abstendo-se de todos os prazeres sociais, comendo pão seco para economizar e acirrando-se cada vez mais contra os franceses, a quem acusava de escravizar os seus conterrâneos da Córsega. Não se distinguiu em nenhuma das disciplinas acadêmicas, com exceção da matemática, mas aplicou-se tão assiduamente à ciência militar que com a idade de dezesseis anos conquistou o posto de subtenente de artilharia. O progresso da Revolução e as guerras com o estrangeiro deram-lhe oportunidade de promoção rápida, pois muitos dos oficiais nomeados pelo antigo regime tinham fugido do país. Em 1793 era já o Coronel Bonaparte, com a difícil missão de expulsar os ingleses de

Toulon. Logo depois era recompensado com a promoção a general de brigada. Em 1795 defendeu a Convenção Nacional contra um levante de reacionários parisienses e no ano seguinte foi-lhe confiado o comando da expedição contra os austríacos na Itália. O brilhante sucesso alcançado nessa campanha elevou-o à categoria de herói nacional. Seu nome andava em todas as bocas. Os políticos temiam-no e porfiavam em satisfazer-lhe todos os desejos. Ao mesmo tempo que as classes favorecidas o adoravam como um baluarte contra o radicalismo, muitas pessoas do povo se iludiam com os seus melífluos protestos de dedicação à doutrina revolucionária. Para todos aqueles cujas emoções tinham sido inflamadas pelo novo patriotismo êle encarnava o símbolo da vitória e a esperança num futuro glorioso.

Se as condições na França fossem mais estáveis do que eram em 1799, é provável que Napoleão Bonaparte nunca tivesse passado de um talentoso oficial do exército. Já vimos, porém, que a situação nesse ano e nos precedentes era extremamente caótica. As desgraças de um povo já vergado pelas atribulações de uma longa revolução juntavam-se a corrupção, a falta de escrúpulo dos aproveitadores e a ruína financeira. O estado de desespero era tão profundo que milhares de homens acolheram o novo despotismo como uma esperança de melhora. Além disso, o governo do Diretório estava carcomido pela intriga. Um dos seus membros, o padre Sieyès, conspirava mesmo para derrubá-lo e andava à cata de um herói popular que o auxiliasse no intento. Mas o triunfo de Napoleão também se deveu a certas qualidades intrínsecas da sua personalidade. Era astuto, egotista e sem escrúpulos. Teve bastante sagacidade para perceber que o povo estava cansado da desordem e da corrupção e almejava a volta à estabilidade. Convencido de que fora tocado pela mão do Destino, resolveu não permitir que nada obstasse à realização das suas altas ambições. Não respeitava princípios ou teorias, não agasalhava dúvidas ou perplexidades, não sentia picadas de consciência. Sabia mentir e enganar aparentando uma sinceridade perfeita. Era dotado, além disso, de infatigável energia. Passa por ter sustentado que duas horas de sono por dia eram suficientes para um homem, quatro para uma mulher e “oito para um imbecil”. Conquistava a afeição dos soldados com a sua resistência às fadigas e privações e com a sua inesgotável capacidade de atender pessoalmente a todos os detalhes de que dependesse o êxito de uma campanha militar. Por fim, tinha uma aguda

intuição do dramático, o dom da eloquência e o poder magnético de inspirar aos seus subordinados a mais absoluta dedicação. Sabia tirar o máximo proveito dos ambientes e situações, enchendo as imaginações dos que o cercavam com visões magníficas de glória e poder.

O novo regime instituído por Napoleão após o golpe de estado a 18 brumário era uma autocracia mal disfarçada. A constituição, ridigida pelos próprios conspiradores, criava uma forma de governo conhecida como o Consulado. O poder executivo era exercido por três Cônsules, os quais deviam nomear um Senado. Este, por sua vez, escolheria os membros do Tribunato e do Corpo Legislativo numa lista de candidatos indicados por sufrágio popular. O Primeiro Cônsul, que naturalmente era o próprio Bonaparte, tinha autoridade para propor todas as leis, além do poder de nomear toda a administração, controlar o exército e conduzir as relações exteriores. O Tribunato discutia as leis sem votá-las, após o que o Corpo Legislativo as aceitava ou rejeitava sem ter o privilégio de debatê-las. Em muitos casos a aprovação final das medidas legislativas era dada pelo Senado, que decidia sobre todas as questões de constitucionalidade. Vê-se, deste modo, que todo o sistema dependia, em última análise, da vontade do Primeiro Cônsul. No entanto, os autores da constituição simulavam acatar a soberania popular, restabelecendo o princípio do sufrágio universal masculino. Em dezembro de 1799 o novo instrumento de governo foi submetido ao "referendum" popular e aprovado por esmagadora maioria.

Terminada a apuração dos votos viu-se (ou pelo menos assim se disse) que apenas 1562 num total superior a três milhões se haviam pronunciado contra. A constituição assim adotada entrou em vigor a 1.° de janeiro de 1800, mas, como ainda estivesse em uso o calendário revolucionário, é conhecida como a Constituição do Ano VIII.

Conquanto Napoleão se tivesse tornado um monarca absoluto em quase tudo, salvo no nome, ainda não estava satisfeito. Em 1802 obteve o consentimento do povo para tornar vitalício o seu cargo de Primeiro Cônsul, ao qual a constituição marcara a duração de dez anos. Só restava tornar a sua posição hereditária. Em 1804, por meio de outro plebiscito, obteve permissão para converter o Consulado num império. Pouco depois, entre imponentes cerimônias realizadas na catedral de Notre Dame, colocou uma coroa na própria cabeça e assumiu o título de Napoleão I, Imperador dos Franceses. O que o inspirou a tomar tal resolução foi, em parte, a

recrudescência da oposição. Várias tentativas tinham sido feitas nos últimos tempos para tirar-lhe a vida e tramavam-se contra ele complots realistas. Dezenas e dezenas de pessoas eram presas por simples suspeitas, escolhendo-se dentre elas as mais proeminentes para sofrerem punição exemplar. O Duque de Enghien foi fuzilado diante de uma sepultura aberta, após um simulacro de processo. O General Pichegru foi encontrado estrangulado na sua cela. Tendo-se livrado assim de seus principais inimigos, Napoleão chegou evidentemente à conclusão de que o melhor meio de resguardar-se contra futuros contratempos do mesmo gênero seria fundar uma dinastia própria, frustrando assim as intenções de todos os pretendentes da casa dos Bourbons. Especialmente se obtivesse a bênção da igreja para o seu governo, poucos ousariam fazer-lhe oposição. Por este motivo fez vir de Roma o papa Pio VII para oficiar na sua coroação, embora tivesse o cuidado de frisar que Sua Santidade estava agindo como mero agente de Deus e não como um soberano internacional com poderes para criar ou depor um imperador.

É infelizmente verdade que a fama de Napoleão Bonaparte assenta, sobretudo, nas suas empresas militares. Sua obra de estadista foi, todavia, muito mais importante. Neste último setor trouxe ele, pelo menos, algumas contribuições notáveis para a civilização. Ratificou a redistribuiçao de terras levada a efeito pela Revolução, permitindo destarte que o camponês médio continuasse a ser um lavrador independente. Expurgou a administração da desonestidade e do desperdício, reformou o sistema tributário e fundou o Banco Francês para promover um controle mais eficiente dos negócios fiscais. Drenou pântanos, alargou portos, construiu pontes e uma rede de estradas e canais. A maioria dessas obras foram realizadas sobretudo com objetivos militares, mas também em parte para conquistar o apoio das classes comerciais Centralizou além disso o governo da França, dividindo o país em “departamentos” de extensão uniforme, cada qual sob a administração de um prefeito que recebia ordens de Paris. Seu feito de maior importância foi, talvez, a conclusão da reforma educacional e da judiciária, iniciadas durante a Revolução. Ordenou a instalação de escolas públicas elementares em cada aldeia, de liceus nas cidades importantes e de uma escola normal em Paris, encarregada de preparar professores. Como complemento a essas mudanças, colocou as escolas militares e técnicas sob a direção do estado e fundou uma universidade

nacional para supervisionar todo o sistema. Nunca, porém, reservou mais de um quarto do orçamento para a instrução pública, resultando daí que menos de metade do número total das crianças francesas eram educadas a expensas do estado. Em 1810, com o auxílio de um corpo de juristas, completou o famoso Código Napoleão, uma revisão e codificação das leis civis e criminais com base nos planos elaborados pela Convenção Nacional. A despeito das suas disposições excessivamente severas — a pena de morte, por exemplo, era mantida nos casos de furto e os parricidas deviam ter as mãos decepadas antes da execução — o Código Napoleão foi acolhido como a obra de um segundo Justiniano. Com certas modificações, permaneceu durante mais de um século como lei vigente na França e na Bélgica, ao mesmo tempo que partes consideráveis dele eram incorporadas aos sistemas jurídicos da Alemanha, da Itália, da Suíça, da Luisiana e do Japão.

A obra de Napoleão incluiu muitas outras alterações no sistema político da França. Em primeiro lugar, restaurou a união entre a igreja católica e o estado. Em 1801 assinou uma Concordata com o papa, estipulando que os bispos seriam nomeados pelo Primeiro Cônsul e o governo pagaria salários ao clero. Ainda que a igreja católica não tivesse recuperado o monopólio legal que desfrutara no antigo regime, pois eram toleradas também outras religiões, passou a ocupar uma posição nitidamente vantajosa que a capacitou a aumentar o seu poder nos anos seguintes. Somente em 1905, quando a Concordata de 1801 foi por fim rescindida, o catolicismo voltou a uma situação de igualdade em relação às outras religiões. Napoleão também pode ser acusado de cercear as liberdades dos seus súditos, quase desde o momento em que subiu ao poder. Aboliu o julgamento pelo júri em certos casos, impôs uma censura rigorosa à imprensa e suspendeu muitos jornais que suspeitava de serem hostis à sua política. Tão eficiente era o seu controle em toda a nação que nem um só jornal francês noticiou a desastrosa derrota sofrida pela armada de Napoleão em Trafalgar senão após o colapso do império, volvidos mais de oito anos. Além de tudo isso, Napoleão perverteu a educação utilizando-a para fins patrióticos e para a glorificação das suas ambições pessoais. Ordenou que se ensinassem todas as crianças, nas escolas, a amar o seu imperador, a obedecer-lhe e a “oferecer preces fervorosas pela sua segurança”.

Não seria possível nem desejável, num livro desta espécie, apresentar um relato pormenorizado dos empreendimentos de Napoleão como cabo de guerra. Todavia, o assunto não pode ser totalmente omitido, porquanto os resultados das suas campanhas tiveram efeito considerável na orientação do curso da história. Talvez se possa dizer, em seu abono, que nem todas as guerras em que se empenhou foram provocadas por ele. Com sua ascensão ao poder, em 1799, herdou do Diretório a luta com a Segunda Coligação composta da Inglaterra, da Áustria e da Rússia. Valendose da lisonja e da intriga, Napoleão rapidamente conseguiu a retirada da Rússia, podendo então voltar contra a Áustria todas as forças de que dispunha. Conduzindo os seus batalhões de escol através das traiçoeiras gargantas dos Alpes, na primavera 1800, lançou-se sobre os austríacos no vale do Pó e esmagou-os como entre as mandíbulas de um torno. Pouco depois o imperador Habsburgo pediu a paz. Em 1801, a Inglaterra era o único inimigo ainda em campo. Como não possuísse uma armada verdadeiramente poderosa, Napoleão achou que os ingleses estavam fora do seu alcance e preferiu negociar a paz a lutar. Em 1802 aceitou a Paz de Amiens, pela qual a Inglaterra concordava em ceder as possessões coloniais apreendidas durante a guerra, com exceção das ilhas de Trinidad e Ceilão. Napoleão podia agora dedicar-se inteiramente à consolidação do seu poder no interior.
A Paz de Amiens mostrou ser apenas uma trégua. Por vários motivos, a Inglaterra e a França entraram novamente em luta no ano seguinte. Os ingleses estavam alarmados com a extensão da influência de Napoleão na Itália e nos Países-Baixos e com a aliança por ele firmada com a Espanha.
Napoleão sentia-se irritado com a recusa dos ingleses a se retirarem de Malta, de acordo com o Tratado de Amiens. Mas a razão principal do reinício da guerra foram, sem dúvida, as ambições económicas tanto de ingleses como de franceses. Os comerciantes e industriais da Inglaterra temiam que Napoleão em breve se tornasse bastante poderoso para reconquistar o império colonial que a França perdera na Guerra dos Sete Anos. O astuto corso, por seu lado, contava com a destruição da prosperidade britânica como o meio mais seguro de ganhar a simpatia da burguesia francesa, que considerava como o seu mais valioso arrimo. Conquanto a guerra tivesse sido declarada em maio de 1803, as verdadeiras hostilidades não se iniciaram senão depois de certo tempo. Ambos os campos gastaram mais de um ano em preparativos — os franceses

organizando uma esquadra para invadir a Inglaterra e os ingleses conquistando uma série de aliados. Em 1805 estava formada a Terceira Coligação contra a França, da qual faziam parte a Inglaterra, a Áustria, a Rússia e a Suécia.

Nessa contingência Napoleão recorreu à sua velha tática de tentar aniquilar em primeiro lugar os inimigos continentais. Abandonando provisoriamente a pretensão de invadir a Inglaterra, em outubro de 1805 lançou um exército contra os austríacos, perto da cidade de Ulm, e pouco depois tomou Viena. Em dezembro desse mesmo ano obteve em Austerlitz uma vitória decisiva sobre um exército conjugado de austríacos e russos. Resultou daí o ser a Áustria eliminada do campo da guerra, dentro das condições de um tratado de paz que a privava de três milhões de seus súditos e a reduzia à condição de uma potência de segunda ordem. Tomada de pânico à perspectiva de enfrentar uma sorte idêntica, a Prússia ofereceu então combate. Napoleão aceitou sem perda de tempo, e antes de um ano os exércitos de Frederico Guilherme III estavam fora de luta. O Corso marchou em triunfo através de Berlim e submeteu a maior parte do país ao governo dos seus generais. Em seguida, voltou a sua atenção para os russos e, derrotando-os em Friedlsnd no mês de junho de 1807, fêz sentir ao czar Alexandre I a conveniência da paz. Em julho, Napoleão e Alexandre encontraram-se em Tilsit, cidade prussiana, a fim de assentar os termos do acordo. Por mais singular que pareça, os dois imperadores resolveram tornar-se aliados. Formaram uma espécie de parceria para controlar os destinos da Europa. Em troca da promessa de cooperar no boicote ao comércio britânico com o Continente, Napoleão dava carta branca a Alexandre para fazer o que quisesse com a Finlândia e tomar certos territórios à Turquia. Ao mesmo tempo impôs à Prússia uma punição esmagadora, subtraindo-lhe metade do território, obrigando-a ao pagamento de indenizações astronômicas e reduzindo-a praticamente à situação de estado vassalo da França.

A estrela do Petit Caporal estava então no zênite. Era senhor de quase todo o continente europeu a oeste da Rússia. Destruíra o que ainda restava do Santo Império Romano e reunira a maioria dos estados alemães, com exclusão da Áustria, numa Confederação do Reno da qual ele próprio se nomeava Protetor. Não somente estendera as fronteiras da França mas também criara, como seu domínio pessoal, um novo reino italiano que compreendia o vale do Pó e o que fora outrora a república de Veneza. Além

disso, colocara parentes e amigos em alguns dos tronos restantes da Europa. Seu irmão José tornara-se rei de Nápoles, seu irmão Luís rei da Holanda e seu irmão Jeronimo rei da Vestfália. Escolhera um amigo, o rei da Saxônia, para ser o soberano do ducado de Varsóvia, uma nova Polônia criada principalmente com os territórios que haviam sido tomados à Prússia.
Desde os tempos de Carlos V, era a primeira vez que um só homem dominava tão grande parte da Europa. Todavia, a posição de Napoleão estava longe de ser segura, pois ainda lhe restava enfrentar a "desprezível nação de mercadores" do outro lado da Mancha. Tendo perdido para os ingleses a grande batalha naval de Trafalgar (outubro de 1805), resolveu esgotar-lhes as forças pelo método indireto de arruinar-lhes o comércio. Em 1806 e nos anos seguintes, estabeleceu o famoso Bloqueio Continental, uma organização em que todos os estados títeres da França eram obrigados a cooperar com ela no boicote às mercadorias inglesas. Privando a Inglaterra dos seus mercados, esperava Napoleão empobrecê-la a tal ponto que o povo se voltasse contra o governo e o forçasse a capitular. Pelo Tratado de Tilsit, como já salientamos, lograra trazer a própria Rússia para essa organização.
A história da carreira de Napoleão, de 1808 a 1815, é uma crônica do declínio gradual da sua fortuna. Desde que havia deposto o Diretório, em 1799, até a Paz de Tilsit, em 1807, elevara-se ininterruptamente a alturas que um Alexandre ou um César poderiam ter invejado. Mas pouco após essa última data as suas dificuldades começaram a se multiplicar, até que por fim o levaram à ruína. A explicação desse declínio inexorável pode ser encontrada em diversos fatôres. Em primeiro lugar, Napoleão tornava-se cada vez mais egocêntrico com o passar dos anos e, portanto, menos inclinado a aceitar conselhos, mesmo de seus subordinados mais capazes.
Continuava a acalentar a idéia de ser um eleito do Destino e essa ideia se transformou numa obsessão, num fatalismo supersticioso que lhe roubava a agilidade do espírito. Em segundo lugar, o seu militarismo agressivo provocou inevitável reação por parte das vítimas. Quanto mais se evidenciava que as conquistas napoleônicas não passavam de sórdidos frutos de uma ambição maníaca de poder, mais forte era a resolução, por parte dos vencidos, de reconquistar a sua liberdade. Povos que, enganados pelas aparências, o haviam acolhido anos atrás como o apóstolo da liberdade revolucionária, voltaram-se então contra ele e o odiaram como a um simples opressor estrangeiro. Mais ainda: o militarismo começara a

produzir os seus efeitos dentro da própria França. Os ossos de centenas de milhares de soldados, a flor da juventude francesa, tinham sido disseminados no pó dos campos de batalha de toda a Europa. Tornava-se cada vez mais sério o problema não só de preencher os claros nas fileiras do exército, mas também de manter o nível da produção agrícola e industrial.
Finalmente, o Bloqueio Continental mostrou ser uma arma de dois gumes.
Na verdade, causou maiores danos à França e aos seus aliados do que à Inglaterra. Patenteou-se a impossibilidade de forçar a exclusão dos produtos britânicos do Continente, uma vez que a maioria dos países dominados por Napoleão eram nações agrícolas que insistiam na troca dos seus produtos pelas mercadorias manufaturadas na Inglaterra. Além disso, os ingleses haviam revidado com uma série de decretos reais que tornavam passíveis de apresamento todos os navios que comerciassem com a França ou com os seus aliados. O resultado foi privar o império napoleônico de todas as suas fontes de abastecimento nos países neutros.
O primeiro episódio que marcou o começo do declínio de Napoleão foi a revolta espanhola irrompida no verão de 1808. Em maio desse ano Napoleão enganara o rei e o príncipe herdeiro desse país, levando-os a abrir mão de seus direitos ao trono, e promovera seu irmão José de rei de Nápoles a rei da Espanha. Mas nem bem o novo monarca havia sido coroado quando estalou uma revolta popular. Embora mandasse um exército para debelá-la, Napoleão nunca pôde dominar completamente a rebelião. Estimulados e auxiliados pelos ingleses, os espanhóis sustentaram uma série de guerrilhas que ocasionaram infinitas despesas e aborrecimentos ao grande cabo de guerra francês. Além disso, a coragem com que a Espanha resistia ao invasor despertou em outros povos um espírito de rebeldia, de que resultou não poder mais Napoleão contar com a docilidade de muitas de suas vítimas.
A segunda fase da queda do aventureiro corso foi assinalada pela ruptura de sua aliança com a Rússia. Como país puramente agrícola, a Rússia vira-se a braços com uma dura crise econômica quando não pôde mais, em razão do Bloqueio Continental, trocar o excesso de sua produção de cereais por produtos manufaturados ingleses. A consequência disso foi que o czar Alexandre resolveu fechar os olhos ao comércio com a Inglaterra, não dando ouvidos aos protestos de Paris ou respondendo-lhes com evasivas. Em 1811 Napoleão chegou à conclusão de que não podia mais tolerar esse

desrespeito ao Bloqueio Continental. Reuniu um exército de 600.000 homens e, no verão de 1812, pôs-se em marcha para punir o czar. A campanha terminou em horrível desastre. Os russos, sem oferecer resistência, atraíram os franceses cada vez mais para o interior do seu território. Somente quando o inimigo estava nas cercanias de Moscou foi que ofereceram batalha, em Borodino. Derrotados nesse encontro, permitiram que Napoleão ocupasse a sua antiga capital. Mas, na mesma noite da entrada dos franceses, manifestaram-se na cidade incêndios de origem suspeita. Quando as chamas finalmente declinaram, pouco mais restava do que as paredes tisnadas do Kremlin para abrigar as tropas invasoras. Na esperança de que o o czar acabasse por se render, Napoleão deixou-se ficar durante mais de um mês entre as ruínas e só em 22 de outubro resolveu iniciar a marcha de regresso. Essa demora foi um erro de consequências fatais. Muito antes de ter alcançado a fronteira, o terrível inverno russo caiu sobre ele. Rios engrossados, montanhas de neve e lamaçais sem fundo retardaram e quase detiveram a retirada. Além das calamidades de um frio insuportável, das doenças e da fome, guerrilhas de cossacos surgiam dentre a nevasca para atacar as tropas exaustas. Cada manhã, o miserável remanescente a se arrastar na fuga deixava para trás círculos de cadáveres à volta das fogueiras da noite anterior. Em 13 de dezembro, alguns milhares de soldados alquebrados, famintos e quase loucos atravessaram a fronteira da Alemanha — uma ínfima porção daquele que se intitulara orgulhosamente o “Grande Exército”. Perto de 300.000 vidas tinham sido sacrificadas na aventura da Rússia.

O resultado desastroso dessa campanha destruiu o mito da invencibilidade de Napoleão. Prussianos e austríacos não tardaram a cobrar coragem e, com o auxílio dos russos, uniram-se numa Guerra de Libertação. Bonaparte organizou rapidamente um novo exército e marchou para arrasar os revoltosos. Na primavera e no verão de 1813 conseguiu algumas vitórias modestas, mas foi finalmente encantoado em Leipzig por um exército aliado de 500.000 homens. Aí, de 16 a 19 de outubro, travou-se a célebre Batalha das Nações que redundou em completa derrota para Napoleão. Seu grande império então ruiu como um castelo de cartas; os estados vassalos o abandonaram e a própria França foi invadida. Em 31 de março de 1814 os aliados vitoriosos entraram em Paris. Treze dias depois Napoleão assinou o Tratado de Fontainebleau, desistindo de todos os seus direitos ao trono da França. Em troca, era-lhe concedida uma pensão de dois milhões de francos anuais e a plena soberania sobre a ilha de Elba, situada no Mediterrâneo à vista de sua terra natal, a Córsega. Os vencedores, juntamente com o senado francês, dedicaram-se então à tarefa de reorganizar o governo da França. Resolveu-se, de comum acordo, restaurar a dinastia dos Bourbons na pessoa de Luís XVIII, irmão do rei que, em 1793, fora mandado para a guilhotina. Teve-se, no entanto, o cuidado de estipular que não haveria uma restauraçãG completa do antigo regime. Deu-se a entender a Luís XVIII que não deveria tocar nas reformas políticas e econômicas que ainda

sobreviviam como frutos da Revolução. Atendendo a essa exigência, o novo soberano promulgou uma carta que confirmava as liberdades revolucionárias dos cidadãos e estabelecia uma monarquia moderada.
Mas a restauração de 1814 teve vida curta. O imperador exilado começava a impacientar-se no seu pequenino reino ilhéu e aguardava ansiosamente a primeira oportunidade de escapar. Essa oportunidade apresentou-se na primavera de 1815, quando os aliados se desavieram a propósito do destino a dar à Polónia e à Saxônia. Além disso, o povo francês manifestava sinais de descontentamento com o prosaico governo de Luís XVIII e com a insolência dos nobres do antigo regime que tinham voltado. Foi em tais circunstâncias que Napoleão fugiu de Elba e desembarcou na costa meridional da França a 1º. de março. Foi recebido em toda parte com alegria delirante pelos camponeses e pelos ex-soldados. Oficiais enviados para prendê-lo bandeavam-se para o seu lado com regimentos inteiros, compostos de seus velhos camaradas de armas. Em 20 de março, após uma marcha triunfal através do país, Napoleão entrou na capital. Luís XVIII, que jurara morrer em defesa do trono, já se achava a caminho da Bélgica. Napoleão, porém, não devia gozar por muito tempo do seu novo triunfo. Quase imediatamente após tomar conhecimento da sua fuga de Elba, os aliados puseram de lado as suas disputas, declararam o Corso fora da lei e prepararam-se para depô-lo à força. A 12 de junho de 1815 Napoleão deixou Paris com o maior número de forças que pudera reunir, na esperança de derrotar as tropas inimigas sem lhes dar tempo de invadir o país. Seis dias depois, em Waterloo, na Bélgica, foi fragorosamente derrotado pelo Duque de Wellington à frente de um exército coligado de ingleses, holandeses e alemães. Perdidas todas as esperanças, Napoleão voltou a Paris, abdicou uma segunda vez e fêz planos de fugir para a América. Como encontrasse, porém, a costa fortemente guardada, foi obrigado a procurar refúgio num navio britânico. Em seguida foi exilado pelo governo da Inglaterra em Santa Helena, uma ilha rochosa do Atlântico Sul. Ali morreu em 5 de maio de 1821, só e amargurado. Ao fazer uma estimativa final do significado de Napoleão Bonaparte, não devemos esquecer que o seu nome tem sido grandemente enaltecido pela lenda. Os mitos criados pelos patriotas e cultores de heróis elevaram a sua reputação a proporções quase sobrenaturais. Com a única exceção de Jesus Nazareno, é ele a personagem histórica sobre quem mais se tem escrito. Mas teria ele merecido realmente

uma fama tão exaltada? É uma questão pelo menos discutível. Napoleão não era de forma alguma um gênio universal que possuísse todos os conhecimentos ou uma notável sabedoria. Afora a matemática, pouco conhecia de qualquer outra ciência e tão limitado era o seu alcance em economia que não o salvou dos erros colossais do Bloqueio Continental. Ainda que fosse indubitavelmente um tático de grande habilidade, os dislates da campanha da Rússia mostram que mesmo em assuntos militares ele não era infalível. Mas os piores de todos eram os seus defeitos de caráter. Era inescrupuloso e sem princípios, capaz dos mais vis embustes até contra os seus amigos. Além disso, o seu egoísmo sem medida o tornava friamente indiferente ao derrame de sangue, como uma fera que tritura os ossos da presa inerme. Depois de ter sacrificado 300.000 homens na aventura da Rússia, teve a temeridade de anunciar à nação, como consolo às esposas e mães, que “o Imperador jamais se sentira tão bem na vida”. Seu valor real consiste em ter contribuído para preservar algumas das grandes conquistas da Revolução Francesa. Negou-se a restaurar o sistema de privilégios que florescera no tempo dos Bourbons, ainda que pudesse facilmente ter tomado tal medida. Confirmou a abolição da servidão e do direito de primogenitura e permitiu que os camponeses conservassem as terras adquiridas graças ao parcelamento das grandes propriedades. Mais ainda: foi a causa pelo menos indireta da difusão dos ideais revolucionários em outros países. Foi, por exemplo, a esmagadora derrota por ele infligida à Prússia em 1806 que persuadiu os governantes dessa nação a adotar as principais reformas da Revolução Francesa como único meio de levantar novamente o país para esmagar o opressor. Em 1807-8 o governo prussiano, sob o Barão vom Stein e o chanceler Hardenberg, aboliu a servidão e franqueou as diversas profissões e ocupações aos homens de todas as classes sociais. Infelizmente, essas medidas foram acompanhadas de uma erupção de nacionalismo extremo que teve expressão característica na adoção do serviço militar obrigatório, um dos expedientes despóticos empregados pelo próprio Napoleão.

2. O CONGRESSO DE VIENA E O CONCERTO EUROPEU

Após a queda de Napoleão, um irresistível desejo de paz e de ordem apoderou-se do espírito das classes conservadoras nos países vitoriosos. Quase tudo que havia acontecido desde que o detestado Corso alcançara o poder passou a ser encarado como um horrível pesadelo. Em certos meios desejava-se voltar ao status quo de 1789, anular a obra da Grande Revolução e renovar o poder e o esplendor do antigo regime. O governo dos Estados Pontifícios tratava de suprimir a iluminação das ruas em Roma como uma perigosa inovação, ao mesmo tempo que o Eleitor de Hesse tornava a impor o uso da peruca aos seus leais soldados. Os maiores estadistas compreendiam, no entanto, que uma restauração completa da velha ordem não seria possível. Era evidente, por exemplo, que o povo francês não toleraria o restabelecimento da escravidão ou a devolução das terras confiscadas à nobreza e ao clero. Portanto, embora o corpulento Luís XVIII tivesse sido reposto no trono, ficava subentendido que ele devia continuar a governar de acordo com a Carta de 1814. Como, por outro lado, algumas das potências vitoriosas não estivessem dispostas a ceder os territórios conquistados a expensas da França, fêz-se mister modificar os planos, amiúde sugeridos, de restabelecer as fronteiras européias no estado em que se encontravam ao tempo de Luís XVI.

O trabalho de decidir o destino da Europa após a conclusão da longa guerra que envolvera quase todo o mundo ocidental foi realizado, em sua maior parte, pelo Congresso de Viena. Chamar esse corpo de "congresso" é uma impropriedade de termo, pois na realidade jamais ocorreu uma sessão plenária de todos os delegados. Como na Conferência de Versalhes, mais de uma centena de anos depois, as decisões vita foram realmente tomadas por pequenas comissões. Não obstante, a reunião de Viena foi encenada com tal pompa e esplendor que até o mais insignificante dos seus membros sentia estar participando de acontecimentos que marcariam época. Calcula-se que o governo austríaco, na qualidade de hospedeiro, gastou cerca de quinze milhões de dólares com os magnificentes banquetes, bailes e paradas militares que organizou na capital danubiana. Os principais delegados, no entanto, compunham uma constelação principesca que eclipsava facilmente os representantes mais modestos. Nada menos de seis monarcas estavam presentes: o czar da Rússia, o imperador da Áustria e os reis da Prússia, da Dinamarca, da Baviera e de Württemberg. A Inglaterra era representada por Lord Castlereagh e por Wellington, o "Duque de Ferro". Da França veio

o hábil intrigante Talleyrand, que tinha sido bispo sob Luís XVI, ministro do exterior na corte de Napoleão, e agora se dispunha a abraçar a causa reacionária.

Os papéis dominantes no Congresso de Viena foram desempenhados por Alexandre I e por Metternich. O dinâmico czar é uma das figuras mais desconcertantes da história. Educado na corte voluptuosa de Catarina a Grande, tivera um preceptor francês jacobino que lhe instilara as doutrinas de Rousseau. Em 1801 sucedeu ao pai assassinado e durante as duas décadas seguintes surpreendeu os seus colegas coroados revelando-se o monarca mais liberal da Europa. Após a derrota de Napoleão na campanha da Rússia, Alexandre começou a dar mostras de um pendor crescente para o misticismo, concebendo a missão de converter os governantes de todos os países aos ideais cristãos de justiça e de paz. Mas o principal efeito da loquacidade com que protestava a sua dedicação à "liberdade" e ao "esclarecimento dos povos" foi alarmar os conservadores, levando-os a suspeitar de uma conspiração para estender o poder moscovita à Europa inteira. Acusavam-no de intrigar com os jacobinos de toda parte para substituir a França onipotente por uma Rússia todo-poderosa. A outra figura proeminente do Congresso de Viena foi Klemens von Metternich, nascido em 1773 em Coblença, no vale do Reno, onde seu pai era embaixador austríaco nas cortes de três pequenos estados alemães. Em seus dias de estudante na Universidade de Estrasburgo, o jovem Metternich testemunhara alguns excessos de violência da multidão revolucionária e era a isso que atribuía a sua invencível aversão às inovações políticas. Terminados os estudos, ingressou na diplomacia e durante quarenta anos foi ministro do exterior. Fomentou ativamente a discórdia entre Napoleão e o czar Alexandre, depois que estes se tornaram aliados em 1807, e contribuiu para promover o casamento de Napoleão com a arquiduquesa austríaca Maria Luísa. Em 1813 foi elevado à dignidade de príncipe hereditário do Império Austríaco. No Congresso de Viena, Metternich distinguiu-se como homem de maneiras encantadoras e como mestre da intriga. Suas duas grandes obsessões eram o ódio às alterações políticas e sociais e o temor da Rússia. Havia mesmo uma relação entre ambas. Não só receava as revoluções em si mesmas, senão que receava ainda mais as possíveis revoluções inspiradas pelo czar "jacobino" a fim de impor a supremacia russa à Europa. Foi por esse motivo que se mostrou partidário da brandura

para com a França na hora da derrota e, em certo momento, esteve disposto a preconizar a restauração de Bonaparte como imperador dos franceses, sob a proteção e a suserania da casa dos Habsburgos.

A idéia básica que orientou os trabalhos do Congresso de Viena foi o princípio de legitimidade. Este princípio foi inventado por Talleyrand como meio de proteger a França contra punições drásticas por parte de seus vencedores, mas acabou sendo adotado por Metternich como expressão apropriada da política geral de reação. Significava o termo que as dinastias reinantes da Europa nos tempos pré-revolucionários deviam ser restauradas e que cada país devia readquirir essencialmente os territórios que possuía em 1789. De acordo com esse princípio Luís XVIII foi reconhecido como o soberano "legítimo" da França, ao mesmo tempo que se confirmava a restauração da Casa de Orange na Holanda, da Casa de Sabóia no Piemonte e na Sardenha, e dos reis Bourbons da Espanha e das Duas Sicilias. A França foi obrigada a pagar uma indenização de 700.000.000 de francos, mas as suas fronteiras permaneceram, em essência, as mesmas que em 1789. Outros arranjos territoriais também obedeceram ao critério da volta ao status quo. Permitiu-se que o papa recuperasse as suas possessões temporais na Itália; a Suíça foi restaurada como uma confederação independente, com a sua neutralidade garantida pelas potências principais, ao passo que o reino da Polónia, fundado por Napoleão, era abolido e o país novamente dividido entre a Rússia, a Áustria e a Prússia. Mas o Congresso de Viena não foi menos cínico em violar o princípio de legitimidade do que a Conferência de Versalhes em espezinhar a doutrina da autodeterminação dos povos. Em ambos os casos, motivos de conveniência e de cobiça nacional fizeram esquecer a devoção aos ideais. Estavam os elegantes príncipes de Viena ainda longe de completar a restauração do antigo mapa da Europa quando começaram a diluir o princípio de legitimidade no seu curioso sistema de compensações. O propósito real desse sistema era dar a algumas das potências maiores o ensejo de satisfazer a sua fome de despojos. Permitiu-se à Inglaterra, por exemplo, conservar os valiosos territórios que tomara aos holandeses, aliados, por algum tempo, dos franceses. Entre essas ricas presas contavam-se a África do Sul, uma parte da Guiana na América Meridional e a ilha de Ceilão. Então, para compensar aos holandeses a perda de tão grande parte do seu império, tomaram-se medidas para transferir à Holanda as províncias austríacas dos Países-

Baixos, ou seja a Bélgica. Como isso implicasse num sacrifício para a Áustria, os Habsburgos foram recompensados com um extenso pedaço de terra na Itália, anexando a república de Veneza, o ducado de Milão e colocando, além disso, membros da sua família nos tronos da Toscana, de Parma e de Módena. Destarte quem saía lucrando era a Áustria, com a formação de um império compacto que ocupava uma posição dominante na Europa Central. Outra série de compensações semelhantes foi levada a efeito a fim de recompensar a Rússia pela participação na derrota de Napoleão. O czar pôde conservar a Finlândia, que fora tomada à Suécia em 1809. Esta, por sua vez, foi indenizada com a aquisição da Noruega, tomada à Dinamarca. Todos esses arranjos se fizeram com total desrespeito aos interesses dos povos neles envolvidos. Não obstante diferirem os belgas radicalmente dos holandeses em matéria de cultura e religião, foram forçados a submeter-se ao governo da Holanda. Também não se teve a menor consideração pelos interesses dos noruegueses ao transferi-los para a soberania da Suécia. Como no caso do acordo de Versalhes, em 1919, esses crimes contra as nacionalidades prepararam o terreno para o desenvolvimento de rancorosos conflitos no futuro.
Um dos principais objetivos de Metterniche de outros corifeus da reação era fazer do acordo de Viena um baluarte permanente do status quo. Com esse fim em vista, criaram a Quádrupla Aliança da Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia como um instrumento para manter o acordo intacto. Em 1818 a França foi admitida na combinação, convertendo-a destarte numa Quíntupla Aliança que, durante alguns anos, funcionou como uma espécie de Liga das Nações encarregada de fazer cumprir o sistema de Metternich. Também é muitas vezes denominada “Concerto Europeu”, uma vez que os seus membros se comprometiam a cooperar na supressão de quaisquer distúrbios decorrentes de tentativas dos povos para depor os seus governos “legítimos” ou mudar as fronteiras internacionais. No espírito dos liberais e nacionalistas da época, a Quíntupla Aliança era muitas vezes confundida com outra combinação também nascida do acordo de Viena. Referimo-nos à chamada Santa Aliança, um produto do idealismo sentimental do czar Alexandre I. Em setembro de 1815 Alexandre propôs que os monarcas da Europa tomassem “como seu único guia... os preceitos de Justiça, Caridade Cristã e Paz” e que baseassem as relações internacionais, bem assim como o tratamento dos seus súditos “nas sublimes verdades ensinadas pela Santa

Religião do Nosso Salvador...” Mas nenhum dos seus reais colegas o tomou a sério, Embora muitos tivessem assinado o ajuste proposto por ele, tendiam a considerar aquilo tudo como um palavriado místico. O fato é que a Santa Aliança nunca passou de uma série de votos piedosos. A verdadeira arma garantidora do triunfo da reação não foi ela, mas o Concerto Europeu. Os objetivos da Quíntupla Aliança foram conseguidos principalmente graças a uma série de congressos internacionais que se reuniram entre 1818 e 1822. Ao todo, foram quatro: o de Aix-la-Chapelle em 1818, o de Troppau em 1820, o de Laibach em 1821 e o de Verona em 1822. Foi no segundo deles, o de Troppau, que se revelou mais descaradamente o verdadeiro caráter da Aliança. Seus delegados firmaram um acordo que patenteava a intenção, por parte das grandes potências, de intervirem pela força das armas na repressão de qualquer revolta capaz de ameaçar a estabilidade da Europa. Essa política de intervenção chegou a ser posta em prática em duas ocasiões diferentes. Após uma insurreição no Reino das Duas Sicílias, em que o monarca Bourbon, Fernando I, foi obrigado a jurar fidelidade a uma constituição liberal, Metternich convocou o Congresso de Laibach em 1822. Chamado à presença do congresso, o rei Fernando recebeu ordem de anular o juramento e foi persuadido a solicitar o auxílio de um exército austríaco para marchar sobre Nápoles. O resultado foi ser revogada a constituição e restaurado Fernando na sua posição de soberano autocrático. Em 1822 convocou-se o Congresso de Verona para tratar de uma insurreição na Espanha, a qual também tivera o efeito de forçar o rei a subscrever uma constituição liberal. Depois de muitas altercações entre as potências sobre as medidas a ser tomadas pira esmagar a revolta, decidiu-se que o rei da França enviaria um exército à Espanha para ajudar o seu parente Bourbon. Não só a revo!ta foi prontamente dominada mas também a essa intervenção seguiu-se a mais negra reação que até aquela data se tinha visto na Europa. Centenas de apaixonados liberais foram mortos; maior número ainda foi trancafiado em enxovias da mais sórdida espécie. E não deixa de apresentar interesse o fato de algumas das bárbaras medidas do rei espanhol terem resultado da instigação direta dos chefes da Quíntupla Aliança.

Construção manual de uma carruagem. De uma gravura antiga. (Metropolitan Museum of Art.)

Cabalando votos, *segundo uma gravura de Hogarth. A peita parece ter sido o principal lubrificante da máquina eleitoral.* (Metropolitan Museum of Art.)

A ARTE E A VIDA NO SÉCULO XVIII

A carruagem do "Lord Mayor" nas ruas de Londres, *duma gravura de Hogarth.* (Metropolitan Museum of Art.)

Primoroso salão de música rococó. (Palácio de Sans Souci, de Frederico o Grande.)

Uma tecelagem do século XVIII, segundo a Enciclopédia *de Diderot. Note-se que todos os operários são crianças.*

Embora a intervenção estrangeira se limitasse à Espanha e ao Reino das Duas Sicílias, não foram esses, de modo algum, os únicos países em que ocorreram conflitos violentos entre liberais e conservadores, pois o sistema de Metternich não só incluía a subjugação das revoltas nos pequenos países mas também um regime de dura repressão interna por parte dos governos das grandes potências. Mas, quanto mais cega e furiosa a política de repressão, mais se multiplicavam os levantes contra ela. Na Grã-Bretanha o governo dos tones (conservadores), favorável à aristocracia territorial, suscitou a poderosa oposição de intelectuais radicais como Wilham Godwin, dos poetas Shelley e Byron e das novas classes industriais. Como os seus protestos fossem silenciados por leis que proibiam os comícios públicos e amordaçavam a imprensa, alguns dos líderes mais encarniçados tramaram em 1820 a conspiração da Cato Street para assassinar todo o gabinete tory. A conjura, foi naturalmente descoberta e cinco dos conspiradores mandados para o patíbulo. Na França, o modesto compromisso com as idéias progressistas que Luís XVIII incluíra na Carta de 1814 pareceu insuportável aos conservadores ferrenhos daquele país. Consequentemente, os anos entre 1815 e 1820 foram repletos de desavenças

ferozes e às vezes sangrentas entre os ultrarealistas e os seus adversários liberais e moderados. Em 1820, o assassínio do sobrinho do rei por um liberal fanático amedrontou de tal forma o povo que os ultra-realistas passaram a dominar o parlamento. Seguiu-se uma série de leis reacionárias que fizeram a França recuar ainda mais para o atoleiro do antigo regime. Estabeleceu-se uma rigorosa censura da imprensa e revogaram-se as garantias da liberdade individual. O controle da instrução pública foi entregue ao clero católico. O sistema eleitoral foi modificado de modo a assegurar aos ricos uma grande maioria no parlamento. Em 1824 a vitória das forças da reação foi ainda mais fortalecida pela morte de Luís XVIII e pela ascensão de Carlos X, seu irmão e chefe dos ultra-realistas.

Lutas semelhantes ocorreram na Europa central e oriental, com resultados quase idênticos. Na Alemanha, os estudantes das universidades organizaram sociedades secretas e participaram de tempestuosas agitações contra os regimes odiosos. Essas revoltas incipientes culminaram no assassínio do dramaturgo Kotzebue, reacionário notório e espião russo, por um estudante exaltado. Esse fato convenceu Metternich, que dominava a Confederação Germânica, de que toda a Europa Central estava a ponto de ser engolfada numa revolução radical. Diante disso, forçou a aprovação, pela Dieta federal, de um programa de medidas repressivas conhecido como os Decretos de Carlsbad (1819). Estabeleciam eles que toda universidade teria um inspetor oficial, que os professores rebeldes fossem demitidos de seus cargos, que as sociedades de estudantes fossem dissolvidas e a imprensa submetida a uma estrita censura. A execução implacável dos Decretos de Carlsbad fêz o movimento liberal na Alemanha cair numa obscuridade da qual só saiu em 1848.

Entrementes, a mudança de atitude do czar Alexandre I provocara alguns murmúrios de descontentamento na atrasada Rússia. Tempo houve em que Alexandre fora um dos mais esclarecidos monarcas da Europa. Fundara escolas e universidades. Emancipara alguns servos e formara planos de libertar os demais. Chegara até a acalentar a idéia de conceder uma constituição escrita. Mas depois de 1818 virou reacionário e fez penitência, com saco e com cinza, dos pecados liberais da sua mocidade. Essa viravolta do czar foi o sinal para o surto de um movimento de oposição entre oficiais do exército e intelectuais. Ao morrer Alexandre em 1825, os chefes desse movimento resolveram obstar a que a reação se desenvolvesse ainda mais.

Organizaram a Revolta Dezembrista para forçar a ascensão ao trono do Grão-duque Constantino, um liberal, em lugar de seu indomável irmão Nicolau. Infelizmente, Constantino recusou solidarizar-se com a rebelião e Nicolau dominou-a rapidamente. O reinado que se seguiu foi um dos piores da história da Rússia. Não se satisfazendo com abolir a liberdade da imprensa, Nicolau organizou um sistema de polícia secreta e converteu a Rússia num gigantesco acampamento militar em que cada movimento dos cidadãos podia ser vigiado e controlado pelo governo. A despeito do que pareciam ser vitórias duradouras para a causa da reação, em 1830 o sistema de Metternich começou a esboroar-se. A primeira brecha foi a retirada da Inglaterra da Quíntupla Aliança. Já em 1822 os ingleses tinham recusado participar do plano de Metternich para abafar a revolução da Espanha. Pouco depois, repudiaram peremptoriamente toda a política de intervenção nos negócios dos países estrangeiros. Não quer isso dizer que os ingleses daquela época fossem mais liberais do que os seus aliados do Continente, mas sim que a Revolução Industrial estava forçando a Inglaterra a procurar novos mercados para os seus produtos manufaturados. Por esse motivo opunha-se vigorosamente a uma política exterior que hostilizasse outras nações e prejudicasse as suas relações comerciais com estas. Tinha desenvolvido um comércio lucrativo com os países da América Central e do Sul, havia pouco libertadas da submissão à Espanha, e receava que o sistema de Metternich pudesse ser utilizado para forçar essas antigas colônias a voltar para o domínio espanhol. Levada por essas considerações, resolveu desligar-se da Quíntupla Aliança. Mais ou menos ao tempo em que a Inglaterra ia enfraquecendo os laços que a prendiam ao Concerto da Europa, a Rússia começou a alimentar ambições que ameaçavam a supremacia do sistema de Metternich. Havia alguns anos que os russos aguardavam ansiosamente a desagregação do Império Otomano, da qual dependeria a sua fácil expansão nos Balcãs. A oportunidade surgiu para eles depois de 1821, quando os gregos desencadearam uma rebelião contra o governo turco. Todavia, como o czar Alexandre I ainda estivesse preso pela lealdade à doutrina legitimista, nenhuma iniciativa se tomou antes da sua morte, em 1825. Seu sucessor, Nicolau I, não tinha escrúpulos dessa sorte. Especialmente ao observar, na Inglaterra e na França, expressões da mais profunda simpatia pelos gregos na sua luta contra um opressor de outra religião, resolveu acudir-lhes em auxílio. Em 1828 declarou guerra à

Turquia, e em pouco mais de um ano um exército russo chegava quase até as portas da capital otomana, forçando o sultão a assinar o Tratado de Andrinopla. Pelos termos desse tratado a Turquia reconhecia a independência da Grécia, concedia autonomia à Sérvia e permitia o estabelecimento de um protetorado russo sobre as províncias que mais tarde viriam a formar o reino da Rumânia. Contribuindo, destarte, para desmembrar o império de um governante "legítimo", a Rússia, bem encorajada pela Inglaterra e pela França, desferiu um poderoso golpe no sistema de estagnação política que Metternich se esforçava por manter, Para todos os fins práticos, o império dos czares deixara de pertencer à Quíntupla Aliança. O sistema de Metternich foi ainda mais enfraquecido pela série de revoluções que irromperam na Europa Ocidental em 1830. A primeira delas foi a Revolução de Julho, na França, de que resultou a queda de Carlos X, o último dos Bourbons de linhagem direta. Como dissemos anteriormente, Carlos X, que havia sucedido a Luís XVIII em 1824, era a encarnação perfeita do espírito de reação. Sua atitude obstinada e vingativa inspirou um ódio implacável, principalmente entre os burgueses, que se ressentiam da redução dos juros sobre as obrigações públicas e da tentativa de Carlos para privar do direito de voto três quartas partes dos eleitores. Acumulando-se os indícios de que o rei estava resolvido a governar em completo desprezo ao parlamento, levantaram-se barricadas nas ruas. Após inúteis esforços para subjugar a insurreição com um remanescente de tropas fiéis, Carlos abdicou e fugiu para a Inglaterra. Os líderes da burguesia escolheram então como seu sucessor Luís Filipe, pertencente ao ramo Orleans da casa dos Bourbons e antigo jacobino que desempenhara papel ativo na Revolução de 1789. O novo governo foi proclamado como uma monarquia constitucional baseada no princípio da soberania popular e a bandeira branca dos Bourbons foi substituída pela tricolor, criada originalmente pelos apóstolos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Logo após a Revolução de Julho na França, irrompeu uma revolta nas províncias belgas dos Países-Baixos. O leitor certamente se lembrará de que, pelo acordo de Viena de 1815, a Bélgica, ou sejam as províncias austríacas dos Países-Baixos, fora submetida ao governo da Holanda a despeito de óbvias diferenças de língua, nacionalidade e religião entre belgas e holandeses. Outro motivo de atritos eram os interesses econômicos divergentes dos dois povos. Enquanto os holandeses se dedicavam

principalmente ao comércio e à agricultura, os belgas eram sobretudo industriais. Essas diferenças, combinadas com a estúpida tirania do rei holandês, incitaram os belgas a proclamar sua independência no outono de 1830. A revolta foi olhada com simpatia pelo novo governo da França e também pelos ingleses, na esperança de que isso viesse a beneficiar o seu comércio. Conseqúentemente, no ano seguinte foi firmado em Londres um acordo internacional que reconhecia a independência da Bélgica como uma monarquia constitucional. Os holandeses não tiveram outro remédio senão concordar. Em 1839 a independência e a neutralidade da Bélgica foram garantidas por todas as grandes potências.
O movimento revolucionário de 1830 espalhou-se por vários outros países, mas os resultados não foram tão favoráveis. Na Itália, estalaram revoltas nos Estados Pontifícios contra Gregório XVI, um reacionário zeloso e amigo dos Habsburgos, e em Parma e Módena contra os títeres austríacos que ali governavam. Em todos esses casos, porém, as tropas austríacas foram chamadas à cena e restauraram sem demora os governos depostos. O único resultado duradouro foi estimular o nacionalismo italiano e despertar um ódio mórbido aos austríacos. Em terra alemã, as insurreições ocorridas em vários ducados e reinos menores tiveram como fruto a adoção de constituições moderadas, mas os governos dos dois mais importantes estados alemães — a Prússia e a Áustria —tinham-se tornado tão poderosos que os grupos da oposição permaneciam paralisados pelo medo. A única outra revolta de proporções sérias foi a insurreição dos poloneses em 1831, uma desesperada tentativa desse povo tão castigado para recuperar a sua independência dá Rússia. Se os poloneses tivessem sido tão afortunados quanto os belgas em obter o auxílio de nações estrangeiras, poderiam ter vencido. Mas os ingleses e franceses estavam, na ocasião, muito ocupados com os negócios da Europa Ocidental e não prestaram mais do que um apoio verbal. O czar Nicolau I pôde assim esmagar a revolta com bárbara severidade. Centenas de chefes insurretos foram fuzilados ou exilados para os ermos da Sibéria e passou-se a governar a Polônia como província conquistada. No entanto, essas vitórias isoladas dos reacionários contra povos como o polonês e o italiano não conseguiram livrar da morte certa o regime fundado por Metternich. Como instrumento para preservar a estagnação interna, persistiu na Áustria e em algumas partes da Itália até 1848, mas como sistema de repressão internacional sua sentença já tinha

sido lavrada pela defecção da Inglaterra e pelos levantes vitoriosos da Bélgica e da Grécia.

3. O TRIUNFO DO CONSERVANTISMO NO DOMÍNIO DAS IDÉIAS

Assim como, de 1800 a 1830, houvera uma luta entre liberais e conservadores na esfera política, também houve um embate semelhante no domínio das idéias. O resultado desta segunda luta não foi muito diferente do da primeira. Em geral, durante todo esse período foram as doutrinas dos intelectuais reacionários que tiveram a supremacia. A ordem foi colocada acima da liberdade. Deu-se prioridade aos interesses dos grupos, da sociedade e especialmente do estado sobre os do indivíduo. O encarecimento da fé, da autoridade e da tradição sobrepujou a crença do século XVIII na primazia da razão e da ciência. Um grupo de filósofos franceses, sob a inspiração de Joseph de Maistre (1754-1821), procurava inaugurar um renascimento católico em que a piedade mística, o supernaturalismo e a crença na infalibilidade da igreja seriam as luzes que guiariam os passos dos homens, preservando-os das armadilhas do ceticismo e da anarquia. Vários fatores contribuíram para promover essa ascendência dos princípios conservadores. Houve, em primeiro lugar, a influência do romantismo, fundado por Rousseau, com a sua negação da eficácia da razão e a preponderância dada à emoção e ao sentimento. Havia também a tendência, comum em todas as épocas, de muitos escritores e pensadores acompanharem a maré da política dominante que nesse período, está claro, era conservadora. O fator mais importante, porém, pelo menos no início, foi provavelmente a reação sentimental causada pelos horrores da Revolução Francesa. Todos os que tinham sido aterrorizados pela violência desse movimento inclinavam-se a lançar a culpa sobre o racionalismo, o materialismo e o individualismo do período iluminista. Por essa razão estavam dispostos a saltar para o extremo oposto da glorificação da fé, da autoridade e da tradição. Tal era, em especial, a atitude expressa por Edmund Burke, o famoso orador britânico e estadista whig dos fins do século XVIII. Embora não tivesse vivido bastante para ver o fim da Revolução Francesa, Burke denunciou esse movimento com todo o fogo da

sua eloquência. A Revolução, para ele, era uma tentativa de repudiar a sabedoria acumulada dos séculos. Sustentava que o mundo não se pode reconstruir num dia. Uma geração não tem o direito de se arvorar em juiz das necessidades futuras da sociedade. As instituições e tradições que nos são legadas pelo passado têm um valor permanente. Violentá-las é ameaçar os elementos vitais da própria civilização.

A corrente de idéias que constitui a mais perfeita expressão da época reacionária é a filosofia alemã do idealismo romântico. Esta filosofia tira o seu nome do fato de ter sido uma combinação da teoria romântica da verdade com a concepção idealista do universo, isto é: não era nem racionalista nem materialista no sentido rigoroso destes termos. Reconhecia, pelo contrário, a validade do conhecimento intuitivo ou instintivo ao lado daquele que nos vem da razão e procurava explicar o universo num sentido pelo menos em parte espiritual. Os idealistas românticos também divergiam acentuadamente do individualismo e do humanismo da filosofia do século XVIII. Consideravam o indivíduo como destituído de qualquer importância, a não ser enquanto membro de algum grupo social. Portanto, argumentavam eles, o bem do grupo deve vir em primeiro lugar e o do indivíduo resultará dele automaticamente. A sociedade e o estado são organismos sociais, produtos de uma evolução natural, e não criações artificiais do homem em seu próprio proveito. O "estado natural" é coisa que jamais existiu, nem a sociedade política foi fundada por um pacto social. Por conseguinte, o indivíduo não pode reivindicar um conjunto de direitos invioláveis além da jurisdição da sociedade organizada. Seu dever é antes submeter os interesses próprios aos do grupo, conquistando assim a verdadeira liberdade, que consiste na obediência à lei e no respeito à tradição acumulada.

O filósofo que forneceu a inspiração inicial ao idealismo romântico foi um pequeno alemão metódico do século XVIII. Chamava-se Emanuel Kant e nascera em Königsberg, em 1724; em 1804 morreu na sua cidade natal sem nunca ter saído dela, a não ser durante um breve período em que foi preceptor numa aldeia das cercanias. Devotando a maior parte de sua vida ao ensino, o amadurecimento de suas idéias filosóficas foi muito lento. Já homem maduro, referia-se ainda satiricamente aos metafísicos como gente que mora nas altas torres da cogitação abstrusa, "onde costuma soprar muito vento". Só aos 57 anos foi que completou a sua primeira grande obra,

a Crítica da razão pura. Como filósofo, Kant deve muito aos grandes espíritos do Iluminismo, especialmente no que diz respeito às idéias políticas. Ao contrário da maioria dos seus continuadores, acreditava nos direitos naturais do homem e defendia mesmo a separação dos poderes como uma proteção, necessária à liberdade do cidadão. No campo filosófico, porém, distancia-se enormemente do racionalismo do século XVIII. Dividia o universo em dois mundos: o reino da natureza física, ou o mundo dos fenômenos, e o reino da realidade última ou o mundo dos números. Os métodos de conhecimento aplicáveis a esses dois reinos são inteiramente diversos. A percepção sensorial e a razão só nos podem dar o conhecimento do reino dos fenômenos, ou mundo das coisas físicas. Mas no reino mais alto, no reino espiritual que é o mundo da realidade última, tais métodos não têm utilidade. Como todo conhecimento ordinário se baseia, em última análise, na percepção dos sentidos, não podemos provar pela razão ou pela ciência que Deus existe, que a vontade do homem é livre ou que a alma é imortal. Não obstante, somos justificados em afirmar essas verdades. Temos, por exemplo, a convicção irresistível de que a virtude e a felicidade estão inseparavelmente ligadas, de que o universo é governado por uma lei moral e, por conseguinte, um ser divino deve presidir aos destinos dos homens. Tal conclusão está inteiramente fora do alcance da ciência, mas é ditada por sentimentos demasiadamente fortes para que os possamos desprezar como meras ilusões. No reino dos noúmenos, a fé, a intuição e a convicção profunda são instrumentos tão válidos de conhecimento quanto a lógica e a ciência no reino dos fenômenos.
Os discípulos imediatos de Kant tenderam em geral para uma filosofia mais abstrata e metafísica do que a do mestre. É este especialmente o caso de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e de Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854). Ambos pensavam que o mundo da mente ou do espírito é o mundo real e que o indivíduo só realiza a sua verdadeira natureza pondo-se em harmonia com os fins universais. A mente humana nada pode conhecer da realidade, exceto na medida em que é informada e guiada pelo supremo ego ou inteligência universal. É dever do indivíduo permitir que a intuição descubra as exigências desse superego, ajustar a elas a sua vida e assim libertar-se da escravidão dos sentidos. A filosofia de Fichte e Schelling evolucionou para uma espécie de panteísmo espiritual, com um espírito do mundo a dirigir toda a vida e toda a atividade para uma meta final de

sublime perfeição. Fichte também tem considerável importância como filósofo político. Foi um dos primeiros apóstolos do nacionalismo coletivista na Alemanha. Ao tempo das invasões napoleônicas propagou entre os seus compatriotas o ideal de uma Alemanha unida e poderosa, cuja missão era colocar-se à frente do mundo civilizado. Ensinou que esse estado devia governar tendo em vista somente a justiça e a prosperidade de todos os súditos. Cumpria-lhe, pois, regular os preços e assegurar a cada indivíduo uma parte proporcional da riqueza da nação. Além disso, o estado devia ser uma unidade econômica auto-suficiente; o comércio exterior seria reduzido a um mínimo absoluto e, quando indispensável, levado a efeito pelo próprio governo. É desnecessário salientar a íntima semelhança entre algumas destas idéias e a política adotada pela nação alemã em dias mais recentes.

O filósofo mais influente do movimento idealista romântico foi, sem dúvida, Georg Wilhelm Hegel (1770-1831). Durante muito tempo professor de filosofia na Universidade de Berlim, Hegel conquistou numerosos adeptos e, através deles, foi por muitos anos um fator poderoso na formação das correntes intelectuais. Na verdade, a sua influência em certos meios parece ser ainda maior atualmente do que no seu tempo. A doutrina central da filosofia de Hegel é a ideia de evolução finalista. Considerava o universo como num estado de fluxo em que tudo tende a passar ao seu oposto. Em particular, cada instituição ou organismo social ou político desenvolve-se até a maturidade, desempenha a sua missão, após o que dá lugar a algo diferente. Mas o antigo nunca é inteiramente destruído; o conflito entre os opostos resulta por fim numa fusão, na criação de um novo organismo formado de elementos tirados dos dois extremos. Este processo repete-se infindas vezes, e cada nova fase representa um melhoramento do que existira antes. A concepção hegeliana de evolução não era, porém, mecanicista. Acreditava que todo o processo era guiado pela razão universal ou Deus. A evolução, segundo ele, é o desdobramento de Deus na história.
Sustentava, além disso, que a guerra dos opostos conduzirá finalmente a uma meta benéfica. Descrevia esta meta como sendo o estado perfeito, no qual os interesses do cidadão coincidiriam inteiramente com os da sociedade. A verdade é que Hegel adorava o estado com muito mais misticismo do que qualquer dos outros idealistas românticos. Para ele a liberdade consistia na sujeição à sociedade política e o indivíduo não tinha

direitos que o estado devesse respeitar; pois, sem o estado, ele não passaria de um animal. “O Estado é a Ideia Divina tal como existe na terra”. O idealismo romântico projetou a sombra de sua influência em muitas direções. Sob uma ou outra de suas formas, foi adotado como o principal evangelho de quase todos os conservadores. Os homens de igreja, que tinham sido molestados pelos ataques dos deístas e dos céticos, acolheram jubilosamente uma filosofia que reconhecia os méritos da fé e exaltava o mundo do espírito. Os que tinham interesse na manutenção da ordem alegraram-se com o novo culto da tradição e da autoridade e com a condenação implícita da revolução. Aos governantes eram particularmente gratos os ensinamentos políticos de Hegel, o qual gozava de tamanho prestigio na corte prussiana que os seus inimigos o chamaram “o filósofo oficial”. Tanto a doutrina de Hegel como a de Fichte fortaleceram a onda crescente do nacionalismo e, por fim, contribuíram com a sua cota para a inundação devastadora do fascismo. Mas o idealismo romântico também teve outros frutos que não eram exatamente do gosto de seus expoentes principais. Um dos contemporâneos mais moços destes, Arthur Schopenhauer (1788-1860), deduziu da idéia de uma força universal a dirigir todo crescimento e todo movimento uma filosofia de absoluto pessimismo. Ensinava que essa força é a vontade — um desejo cego, inconsciente, de sobreviver que existe nos indivíduos e nas espécies. Como a vontade de viver está presente ern todas as formas vivas e como ela leva o forte a devorar o fraco, este mundo é o pior dos mundos possíveis. O egoísmo, a dor e o sofrimento são inseparáveis da vida e, por isso, o caminho da felicidade para o homem consiste na negação da vida, negação tão completa quanto possível, à maneira dos ascetas orientais. Outro dos estranhos rebentos do idealismo romântico foi a filosofia da história de Karl Marx. Este filósofo deve a Hegel muito de sua célebre doutrina do materialismo histórico. Ambos acreditavam numa evolução progressiva, mercê do choque entre sistemas opostos, resultando finalmente numa sociedade perfeita, lias enquanto Hegel supunha que a meta final seria um estado perfeito, Marx afirmava que ela seria o comunismo. Os dois homens diferiam também na concepção do processo dialético, isto é, da luta entre os opostos. Hegel interpretava a evolução histórica como um desdobramento do espírito do mundo ou razão universal; Marx sustentava que as mudanças históricas resultam de fatôres económicos. O grande líder socialista

jactavase de ter encontrado a filosofia de Hegel de pernas para o ar e de tê-la endireitado.
Foi na Alemanha que o idealismo romântico gozou de mais popularidade. Em outros países, particularmente na Inglaterra e na França, onde o Iluminismo havia lançado raízes mais fortes, o tom geral da filosofia era mais liberal. O principal sistema inglês dos começos do século XIX foi o utilitarismo, fundado por Jeremy Bentham (1748-1832). Embora fosse de compleição débil e nervosa, Bentham deu provas de prodigiosa capacidade intelectual durante a maior parte de sua longa vida. Começou a estudar latim com apenas três anos de idade e aos quinze graduou-se em Oxford. Quase septuagenário, ainda propunha planos para reformar as prisões e abrir canais através dos istmos de Panamá e Suez. Sua principal obra filosófica, Princípios de Moral e de Legislação, foi publicada em 1789. O utilitarismo deriva seu nome do ensinamento fundamental de Bentham, segundo o qual o critério supremo a que se deve conformar toda crença ou instituição é o critério da utilidade. Esta, para ele, consistia em contribuir para a maior felicidade do maior número. Qualquer doutrina ou prática que não correspondesse a este requisito deveria ser imediatamente rejeitada, por mais veneráveis as tradições em que assentasse. A despeito do seu significado social, o ideal de Bentham era o ápice do individualismo. Não só afirmava ser o interesse da comunidade simplesmente a soma dos interesses dos indivíduos que a compõem, mas tinha a franqueza de admitir que os móveis do indivíduo são puramente egoístas. O grande impulsionador da ação humana é o desejo de experimentar o prazer e de evitar a dor. Conseqüentemente, a sociedade deve dar a cada um dos seus membros completa liberdade de seguir os seus legítimos interesses. Como cada indivíduo sabe melhor do que qualquer outro o que constitui o seu próprio bem, a melhor maneira de promover o bem da sociedade é conceder a cada um de seus componentes a máxima liberdade de ação. Bentham estava firmemente convencido de que isso não significava uma volta à vida das selvas. Insistia em que cada homem seria obrigado a respeitar os direitos de seu semelhante pelo temor à represália e em que os homens obedeceriam às leis pela simples razão de que “os danos prováveis da obediência são menores do que os danos prováveis da desobediência”.
O mais fiel discípulo de Bentham foi James Mill (1773-1836), mas o maior de todos os filósofos utilitários foi o filho mais velho deste, John Stuart Mill

(1806-73). Educado exclusivamente por seu pai, John sobrepujou o próprio Bentham como prodígio intelectual. Aprendeu o alfabeto grego com a idade de três anos e ao completar oito já lera no original toda a obra de Heródoto e uma parte considerável de Platão. Com apenas treze anos completou um curso intensivo de história, lógica escolástica e filosofia aristotélica. Suas maiores obras são a Lógica, os Princípios de Economia Política, o ensaio Da Liberdade e o Governo Representativo. Como filósofo, John Stuart Mill englobou quase todas as tendências do pensamento inglês iniciadas por Locke, Hume e Bentham, isto é: foi um sensualista, um cético quanto à verdade final e um defensor do ponto de vista liberal e prático. Mas foi também um pensador original e independente que apresentou várias contribuições próprias. Fundou um novo sistema de lógica baseado na experiência como origem de todo conhecimento. Afirmava que todas as chamadas verdades evidentes por si mesmas, inclusive os próprios axiomas da matemática, são simples inferências derivadas dos fatos observados de ser a natureza uniforme e de todo efeito ter uma causa. O conhecimento não provém de idéias matas nem de uma intuição mística. Ainda que Mill concordasse com os ensinamentos de Bentham em conjunto, rejeitava a doutrina (a "filosofia suína", como a chamou certa vez Thomas Carlyle) segundo a qual os únicos móveis determinantes da conduta humana seriam a busca do prazer e a fuga à dor. De acordo com Mill, a conduta do indivíduo é muitas vezes influenciada pelo simples hábito e pelo desejo de harmonizar-se com os seus semelhantes. Afirmava, ademais, que os próprios prazeres diferem em qualidade, argumentando que é melhor ser "um Sócrates insatisfeito do que um tolo contente". Na última parte de sua vida, Mill também modificou bastante o individualismo de Bentham. Ao mesmo tempo que repudiava o socialismo pela razão de que este implicaria na destruição da liberdade individual, preconizava a intervenção do estado em grau considerável, no interesse dos seus cidadãos menos afortunados. Almejava um tempo futuro em que "a sociedade já não se dividirá entre ociosos e laboriosos, em que a lei que diz que aqueles que não trabalham não devem comer será aplicada não só aos pobres, mas indistintamente a todos...".

No Continente europeu, o que mais se aproxima de uma filosofia liberal e prática é o positivismo de Augusto Comte (1798-1857). O positivismo deve o seu nome à doutrina de Comte, segundo a qual o único conhecimento

válido é o conhecimento positivo, ou seja o conhecimento oriundo das ciências. A filosofia de Comte pode portanto ser classificada, juntamente com o utilitarismo, entre as filosofias empíricas, que compreendem aquelas que derivam toda a verdade da experiência ou da observação do mundo físico. Comte rejeitava a metafísica como absolutamente fútil; homem algum pode descobrir a essência oculta das coisas — porque estas ocorrem assim e não de outra maneira, ou qual é o sentido e o fim último da existência. Tudo que sabemos é como as coisas acontecem, as leis que regem a sua ocorrência e as relações existentes entre elas. É possível que tal conhecimento não dê a solução de todos os problemas que aguilhoam a nossa curiosidade, mas é o limite que a mente humana é capaz de alcançar. Além disso, é um conhecimento útil e prático que pode ser utilizado para melhorar a humanidade. Se houve objetivo que dominasse toda a filosofia de Comte, foi êle a procura de meios de melhorar as relações entre os homens. Não concordava com Bentham quanto a serem as ações dos indivíduos motivadas unicamente pelo interesse pessoal. Acreditava, ao contrário, que os homens são influenciados por impulsos mais nobres de altruísmo, ou amor ao próximo, não menos que pelos instintos egoístas. O grande objetivo de todo ensino social deveria ser o de promover a supremacia do altruísmo (palavra inventada por Comte) sobre o egoísmo. Na convicção de que tal finalidade só poderia ser alcançada por meio de um apelo ao sentimento do amor e do sacrifício pessoal, Comte desenvolveu o que ele chamava a religião da Humanidade, a qual deveria unir os homens numa devoção comum à justiça, à caridade e à benevolência. Conquanto essa religião não incluísse nenhuma crença no sobrenatural, era provida de extenso ritual e mesmo de uma Trindade e de um sacerdócio. Ridicularizada pelos seus críticos como “um catolicismo sem cristandade”, representa não obstante uma tentativa de construir um sistema de crença com a finalidade de promover o progresso social.

4. O ROMANTISMO NA LITERATURA E NAS ARTES

No capítulo sobre a Revolução Intelectual observamos que, por volta do fim do século XVIII, iniciou-se uma revolta romântica contra as tendências clássicas dominantes na literatura. A essência do romantismo era a

glorificação dos instintos e emoções em oposição ao culto do intelecto. Incluía também elementos como uma profunda veneração da natureza, o desprezo ao formalismo, o amor sentimental aos humildes e, muitas vezes, o zelo ardoroso de reformar o mundo. Entre os chefes do novo movimento, quando ainda em sua infância, contam-se Rousseau, Thomas Gray, Oliver Goldsmith, Robert Burns e Friedrich Schiller. Após o início do século XIX o romantismo floresceu rapidamente, atingindo por volta de 1830 o zênite do seu desenvolvimento. Já não se limitava apenas à literatura, mas, como veremos em breve, era uma força vital na pintura e, em considerável proporção, também na música. Embora ainda tivesse de competir em certos campos com o classicismo, sobretudo na França durante o período napoleonico, foi inegavelmente a mais vigorosa influência literária e artística das primeiras décadas do século XIX.

O romantismo na literatura teve as suas raízes mais profundas e extensas na Inglaterra. Seus dois grandes profetas do começo do século XIX foram os poetas William Wordsworth (1770-1850) e Samuel Taylor Coleridge (1 772-1834). Wordsworth é famoso pela sua adoração mística da natureza, não só das belezas meramente superficiais mas especialmente como a corporificação de um espírito universal que une todas as coisas vivas num parentesco divino. Acreditava que o culto da natureza pelos sentidos despertaria no homem uma compreensão mais profunda da nobreza da vida e lhe permitiria ouvir “a música silenciosa e triste da humanidade”, aumentando-lhe assim o amor e a compaixão para com os seus semelhantes.

O principal dom de Coleridge era o de tornar crível o mágico e o fantástico. Embora vagueasse por vezes nas selvas densas da metafísica, logrou produzir, nas estrofes mágicas de O velho marinheiro, algumas das páginas imaginativas mais coloridas da literatura inglesa. Este trabalho revela o seu extraordinário poder de combinar um sentimentalismo terno, quase feminino, com empolgantes descrições de terrores estranhos, sobrenaturais, de fantasmas e espectros que surgem dos lôbregos abismos das emoções para atormentar o homem com o sentimento do seu desamparo.

Talvez os mais típicos de todos os poetas românticos ingleses tenham sido John Keats (1795-1821), Percy Bysshe Shelley (1792-1822) e George Gordon, Lord Byron (1788-1824).

Keats difere de muitos de seus contemporâneos por identificar a beleza com a paixão intelectual, mais ou menos como os gregos identificavam a beleza

com o bem. A substância do seu credo é expressa pelos famosos versos da Ode a uma urna grega : "A beleza é verdade, a verdade é beleza — isto é tudo quanto conheceis na terra e tudo quanto necessitais conhecer." Sua concepção era a de uma beleza ideal que perdura ainda que as flores feneçam e o encanto da mocidade se extinga. Os outros dois desses poetas do ciclo romântico inglês, poetas que morreram tão moços, interessam-se muito mais pelas questões políticas e sociais. Embora pertencessem às classes superiores, ambos se rebelaram contra o conservantismo obstinado e consagraram os seus talentos a fazer apelos apaixonados em prol da justiça e da liberdade. Expulso de Oxford sob a acusação de ateísmo, Shelley foi, durante alguns anos, discípulo de William Godwin, o anarquista filósofo. Se bem que tivesse mais tarde modificado em parte o radicalismo da sua mocidade, deixando que o seu pensamento se perdesse cada vez mais em vaporosas abstrações, nunca esqueceu o ódio à injustiça nem abandonou as esperanças numa aurora dourada de ventura e liberdade. Byron, que aos dez anos herdara o título de barão, era, ainda mais do que Shelley, um poeta de desafios tempestuosos, de ousadia romântica e de risos sardônicos ante a hipocrisia e a arrogância da raça humana. Não só pelos característicos da sua altiva personalidade, mas também pelos escândalos que envolveram a sua existência e pela franqueza e audácia do seu estilo poético, ele personificou para a época o espírito do homem romântico. Sua morte, ocorrida quando lutava ao lado dos gregos na guerra de independência contra a Turquia, foi a digna coroação de uma vida aventurosa e efêmera.

Nem todos os escritores românticos ingleses se limitaram à poesia. O mais importante dos que conquistaram uma fama duradoura tanto na poesia como na prosa foi Sir Walter Scott (1771-1832), um tory muito erudito, mas sem grande sutileza. Educado desde pequeno no sentimento do orgulho familiar pelas ricas lendas da sua herança ancestral, Scott jamais sucumbiu às tendências de rebeldia que caracterizaram amiúde a tradição romântica.

No que tange aos ideais políticos, aceitava as coisas como elas eram e até se comprazia nas vantagens de fortuna e posição social. Como escritor, era francamente passadista. Tanto na poesia como na prosa, procurou ressuscitar as lendas heróicas e pitorescas do seu ambiente escocês. Seus trinta e dois romances históricos, tratam principalmente da Escócia medieval, numa época tão remota como o século XII. A principal importância de Scott consiste em ter introduzido um novo elemento no

romantismo literário — a veneração do passado. Seus romances, que foram inquestionavelmente as obras de ficção mais populares e mais influentes do começo do século XIX, cercaram de uma auréola a Idade Média e a libertaram do desdém com que era encarada, mercê dos preconceitos clássicos do Iluminismo. Com exceção dos dramas de Schiller e de Goethe, discutidos num capítulo precedente, a literatura romântica dos países continentais mal suporta comparação com a da Inglaterra. O único outro escritor importante da Alemanha foi Heinrich Heine (1797-1856), um judeu ortodoxo que mais tarde se converteu ao cristianismo por conveniência. Como Shelley e Byron, Heine foi um individualista e um crítico implacável do con.servantismo obstinado. Dedicou quase toda a sua vida ativa ao que gostava de chamar a "guerra de libertação da humanidade". Não foi, porém, apenas um fino satirista e um crítico mordaz da fatuidade e da reação. O seu Livro de Canções revela dotes líricos de ternura e melancolia e possui um encanto melódico que poucos outros poetas do seu tempo lograram ultrapassar. Foi chamado com muito acerto "um rouxinol aninhado na peruca de um Voltaire".
Na França como na Inglaterra, o romantismo oscilou entre o antiracionalismo místico, por um lado, e a valorosa defesa da liberdade individual e da reforma social, pelo outro. O principal expoente da tendência anti-racionalista é François de Chateaubriand (1768-1848), uma espécie de padrasto do romantismo francês. Chateaubriand encontrava nos mistérios do cristianismo e na "santa inocência" do povo humilde a mais sublime beleza do universo. Juntamente com Joseph de Maistre e com outros, foi o profeta de um renascimento cristão que se propunha trazer os homens de volta a uma era de fé, salvando-os assim dos perigos da razão. O aspecto libertário e individualista do romantismo francês encontrou sua melhor expressão na obra de George Sand (1804-76) e na de Victor Hugo (1802-85). A primeira, cujo verdadeiro nome era Aurore Dupin, escreveu novelas sobre a vida do campo com um encanto idílico que lhe granjeou a afeição de inúmeros leitores. Foi uma das primeiras a escolher camponeses e trabalhadores humildes como heróis de ficção. Mais tarde se tornou advogada zelosa do republicanismo e do direito das mulheres ao amor fora da convenção matrimonial. Um romancista de influência muito vasta foi Victor Hugo, que por muitos anos encarnou a força viva do romantismo francês. Profundamente interessado pelos assuntos públicos, foi eloquente

campeão da liberdade política e da justiça para as criaturas colhidas pelas malhas do destino. Sua obra mais conhecida é Os Miseráveis, narrativa épica da redenção de uma alma purificada pelo heroísmo e pelo sofrimento, e veemente libelo contra as iniqüidades sociais. Ao apreciar a importância do romantismo literário como fator de progresso social e intelectual devemos, em primeiro lugar, advertir nas suas graves insuficiências. O desprezo que até os mais liberais dentre os românticos votavam à razão e à análise científica era certamente um sério entrave a qualquer solução duradoura do problemas da humanidade. Além disso, o sentimentalismo exagerado de que davam prova fazia por vezes cair no ridículo as suas mais louváveis intenções. Os excessos de sentimento não são fáceis de controlar. Soltar a rédea às emoções em determinado sentido é correr o risco de um desequilíbrio de julgamento em outros. Eis por que vemos Victor Hugo lançando furiosas invectivas contra Napoleão III, a quem chamou "Napoleão o Pequeno", após entoar hinos de louvor a Napoleão I. Foi talvez por esta razão que o liberalismo de tantos românticos acabou cedendo lugar ao nacionalismo, como no caso de Schiller, ou mesmo a uma desesperada reação, como ocorreu com Wordsworth. Apesar dessas fraquezas, porém, a literatura romântica teve certo número de resultados benéficos, combatendo a opressão sob muitas de suas formas e proclamando a nobreza do homem comum. Não será talvez arriscado afirmar que foram esses elementos de força os que sobreviveram para influenciar a obra de escritores como Dickens, George Eliot e John Ruskin, nos meados e no fim do século XIX.

Antes da queda de Napoleão quase não se observa nenhum avanço do movimento romântico no terreno da arte. Isto se aplica especialmente à França, que tem sido a mais fecunda fonte de progresso artístico nos tempos modernos. Com o deflagrar da Revolução Francesa manifestou-se forte reação contra o elegante estilo rococó do antigo regime. Mas, ao invés de criarem uma nova tradição, os artistas revolucionários voltaram simplesmente ao que julgavam ser um classicismo puro, na suposição de que ele estava em harmonia com os ideais racionalistas da nova ordem. O advento de Napoleão não trouxe qualquer mudança perceptível. O Petit Caporal gostava de se imaginar um César ou um Alexandre moderno. Daí o ter adotado a águia imperial romana como um de seus emblemas, dando ao seu filho o título de Rei de Roma e erigindo colunas, templos e arcos de

triunfo em Paris. Sob tais influências, não é surpreendente que se tenha cristalizado na França, durante as duas primeiras décadas do século XIX, um movimento artístico classicista dotado de vitalidade incomum. Atingiu o auge na pintura, sob a direção de Jacques David (1748-1825) e de Jean Auguste Ingres (1780-1867). A obra destes dois homens caracteriza-se pela ordem e pelo comedimento, por uma rigorosa atenção à forma e por uma rica seleção de temas tirados da mitologia greco-romana.

Não obstante o vigor do renascimento clássico, não era possível resistir à força da influência romântica que transbordava os canais da literatura e da filosofia. Depois de Waterloo o período do Iluminismo e da revolução foi dado definitivamente como encerrado. Já não parecia haver motivo para tentar preservar os ideais de uma época finda. Em consequência, o classicismo na pintura foi rapidamente suplantado pelo romantismo. O grande propugnador do novo estilo na França foi Eugène Delacroix (1798-1863), que se deleitava em pintar lutas pela liberdade e cenas dramáticas da história medieval, de que pode servir de exemplo a Entrada dos Cruzados em Constantinopla. A sobriedade e o comedimento da pintura clássica cediam o lugar a um emocionalismo tempestuoso cujo efeito era frequentemente realçado por violentas manchas de cor. A obra de Delacroix foi igualada, até certo ponto, pela dos paisagistas românticos. O principal destes foi Camille Corot (1796-1875), chefe da "escola de Barbizon", assim chamada por causa de uma aldeia do mesmo nome que fica próxima de Paris. Entre outros que seguiram o mesmo caminho conta-se o inglês J. M. W. Turner (1775-1851). Os paisagistas românticos eram tão inclinados às efusões de sentimentalismo quanto o próprio Delacroix, mas no seu caso tratava-se de um sentimentalismo mais tranquilo. Eram poetas da natureza que envolviam as florestas, as torrentes e as montanhas numa bruma suave de terna adoração.

Pelo que sabemos da influência do romantismo na literatura e na pintura, poderíamos naturalmente esperar que também a arquitetura tivesse sido profundamente atingida por essa influência. No entanto, tal não se deu. Embora seja verdade que, sob inspirações românticas, um movimento se iniciou em 1840 com o objetivo de reviver o gótico medieval, os resultados foram de modesta importância. Construíram-se, por certo, grande número de igrejas com altas torres e arcos ogivais, e ainda alguns edifícios públicos do mesmo gênero, mas o que se supunha ser o gótico puro não passava

amiúde de um grosseiro ecletismo composto de elementos que só em parte eram tirados do gótico. Em geral a influência clássica permaneceu bastante forte e durante quase todo o século XIX as variações do barroco continuaram a ser o estilo preferido de construção. Só por volta de 1900 é que vamos encontrar indícios positivos do desejo de criar uma arquitetura nova e original que mais autenticamente exprimisse a nossa civilização.
Na música, como na pintura e na literatura, as primeiras três décadas do século XIX constituíram uma época eminentemente romântica. O espírito romântico na música se manifestou de vários modos. Havia a inclinação de rebelar-se contra a rigidez do classicismo do século XVIII e a busca da intensidade e do calor da expressão, de preferência à elegância de estilo. Os românticos não consideravam a música essencialmente como uma beleza objetiva, mas sobretudo como um meio de exprimir estados de alma. Não bastava agradar: era preciso que ela dissesse alguma coisa, que despertasse uma vibração simpática no ouvinte. Fizeramse tentativas para captar nos sons os vários aspectos da natureza e, acima de tudo, os sentimentos e as paixões humanas. Até certo ponto os compositores, como os poetas, responderam ao fervilhante drama político que se desenrolava aos seus olhos, em especial insuflando as chamas crescentes do nacionalismo. Todos esses traços são ilustrados pelo desenvolvimento, nesse período, da ópera alemã, que foi chamada ópera romântica para distingui-la de sua congênere, a ópera clássica italiana. Desvencilhando-se das sutilezas artificiais no interesse do vigor dramático, empregava motivos puramente germânicos, comprazia-se numa atmosfera de lutas heróicas e procurava inspirar o amor à terra alemã. C. M. von Weber, o gênio orientador do movimento, foi um digno sucessor de Gluck e de Mozart como vitalizador da ópera. O romantismo foi também encarnado por dois dos maiores gigantes musicais da época: Beethoven e Schubert. Ludwig van Beethoven (1770-1827) nasceu em Bonn, na Alemanha Ocidental, mas passou a maior parte do seu período produtivo em Viena, então considerada a capital musical da Europa. Sua vida parece justificar o rifão segundo o qual a grande arte é um fruto do sofrimento. A pobreza e um pai ríspido infelicitaram-lhe a infância e sua vida adulta foi uma sucessão de dificuldades, ocasionadas em grande parte pela sua falta de espírito prático e pela sua índole irascível. Não só era rude nas maneiras, desleixado no vestir, franco e até grosseiro nas expressões, mas também demasiadamente sensível e desconfiado, amiúde injuriando os

seus amigos mais íntimos devido a ressentimentos oriundos de faltas imaginárias. Malgrado tais defeitos, logrou conquistar a lealdade dos amigos e fascinar e humilhar a aristocracia vienense, tanto masculina como feminina. A destemida independência de pensamento e de ação que soube conservar em meio a uma sociedade aristocrática contrasta nitidamente com o servilismo de um Haydn e pressagia uma nova era. A fonte principal do sofrimento de Beethoven foi a surdez que começou a incomodá-lo quando não tinha ainda 30 anos e que se tornou completa nos últimos anos da sua vida. Por esse motivo, não só foi forçado a deixar de tocar em público, mas também nunca ouviu executar muitas de suas melhores obras. Essa moléstia, longe de diminuir-lhe a produtividade, fez com que se voltasse cada vez mais para dentro de si mesmo. Beethoven iniciou a sua carreira como pianista, dotado de um incrível talento para tocar de improviso, e a série de sonatas para piano que compôs tem sido desde então parte indispensável do repertório desse instrumento. Sua única ópera é representada de quando em quando, mas as melhores composições de Beethoven encontram-se no campo da música de câmara e da sinfonia. Embora não tivesse modificado substancialmente as formas musicais, usou de completa liberdade no tratamento dos temas, combinando com sucesso o espírito romântico e a disciplina do classicismo. Ninguém compreendia melhor do que ele a dedicação que a arte exige; trabalhava incessantemente para aperfeiçoar as suas ideias, revisando cada composição uma infinidade de vezes antes de dá-la por acabada. Sua emocionante Terceira Sinfonia, completada em 1804, tinha sido composta em honra de Napoleão, mas quando Beethoven soube que o seu herói estava tratando de fazer-se imperador rasgou raivosamente a capa em que havia escrito o nome de Bonaparte. Subsequentemente a obra se tornou conhecida como “Sinfonia Heróica”. Se bem que fosse criticado pelos conservadores como um inovador amigo de dissonâncias, a pureza dos seus métodos não tardou a ser reconhecida e, ao contrário de Bach, Beethoven foi aclamado em vida. As mudanças que, com a passagem dos anos, sem têm operado nos gostos e na expressão musical não lhe diminuíram de modo algum a estatura; é ele, incontestavelmente, o titã da música do século XIX.

O segundo dos grandes compositores dessa época, Franz Schubert (1797-1828), passou quase toda a vida em Viena, sua cidade natal. Pode ser comparado a Mozart tanto pela brevidade da sua existência, cerca de quatro

anos mais curta que a deste, como pela fluência do seu talento melódico. Contrastava, porém, com ele pelo parco conhecimento técnico. Tudo que compunha — e o seu legado é prodigioso — fazia-o como que por instinto e amiúde com incrível rapidez. Tal era a avalancha de suas canções que os editores receavam inundar o mercado com as obras de um único homem e recusaram pagar mais que uma ínfima quantia pela maior parte das suas produções. Embora transbordante de gênio criador, Schubert era incapaz de abrir caminho no mundo. Evitando a sociedade burguesa, levou uma existência precária entre um reduzido círculo de poetas e escritores até que a sua constituição cedeu ao peso das privações. O romantismo é a própria essência das obras de Schubert. Suas canções refletem todas as variedades de estados de alma e a sua alegria, melancolia ou riqueza patética exercem um atrativo penetrante e universal. Compôs quase todos os gêneros, inclusive óperas, missas, quartetos para cordas e nada menos de dez sinfonias, embora não tenha completado todas elas. As obras instrumentais ressentem-se de certa falta de controle e de uma abundância melódica que chega a ser excessiva. Pouco antes de morrer, Schubert convenceu-se das desvantagens que lhe impunha a deficiência do seu preparo técnico e resolveu corrigir a falha com um estudo pertinaz. Alguns críticos asseveram que ele foi, dos compositores de todos os tempos, o mais bem dotado pela natureza e, se a sua carreira não houvesse terminado tão cedo, ter-se-ia notabilizado tanto quanto Bach ou Beethoven. O caso desse artista a quem deixaram praticamente morrer de fome, sem conseguir realizar os seus planos, por assim dizer desconhecido até em Viena, é uma das tragédias da história da música.

CAPÍTULO 23

A Revolução Industrial dos séculos XIX e XX

Durante o período que foi de 1400 até aproximadamente 1700 a civilização moderna atravessou a sua primeira revolução econômica. Foi ela a Revolução Comercial, que extirpou a economia semi-estática da Idade Média e a substituiu por um capitalismo dinâmico dominado por comerciantes, banqueiros e armadores de navios. Mas a Revolução Comercial não foi mais que o ponto de partida de rápidas e decisivas mudanças no campo econômico. Não tardou a seguir-se-lhe uma Revolução Industrial, que não só ampliou ainda mais a esfera dos grandes empreendimentos comerciais mas ainda se estendeu aos domínios da produção. Tanto quanto é possível reduzi-la a uma fórmula sintética, podese dizer que a Revolução Industrial compreendeu: 1) a mecanização da indústria e da agricultura; 2) a aplicação da força motriz à indústria; 3) o desenvolvimento do sistema fabril; 4) um sensacional aceleramento dos transportes e das comunicações; e 5) um considerável acréscimo do controle capitalista sobre quase todos os ramos de atividade econômica. Embora a Revolução Industrial já se houvesse iniciado em 1760, não adquiriu todo o seu ímpeto antes do século XIX. Muitos historiadores dividem o movimento em duas grandes fases, servindo o ano de 1860 como marco divisório aproximado entre ambas. O período de 1860 até os nossos dias é por vezes denominado Segunda Revolução Industrial.

1. O COMPLEXO DE CAUSAS

A Revolução Industrial nasceu de uma multiplicidade de causas, algumas das quais são mais antigas do que habitualmente se pensa. Talvez convenha considerar em primeiro lugar os aperfeiçoamentos iniciais da técnica. As maravilhosas invenções dos fins do século XVIII não nasceram já

completas, como Minerva da testa de Júpiter. Pelo contrário, já desde algum tempo havia um interesse mais ou menos fecundo pelas inovações mecânicas. O período da Revolução Comercial assistira à invenção do relógio de pêndulo, do termômetro, da bomba aspirante, da roda de fiar e do tear para tecer meias, sem falar dos melhoramentos introduzidos na técnica de fundir minérios e na obtenção do bronze. Mais ou menos em 1580 foi inventado um tear mecânico que fazia fitas, sendo capaz de tramar vários fios ao mesmo tempo. Houve também importantes progressos técnicos em outras indústrias, como a de vidraria, relojoaria, apareIhamento de madeira e construção naval. Várias dessas primeiras invenções tornavam necessária a adoção de métodos fabris. Por exemplo, a máquina de organsinar seda bruta, inventada na Itália por volta de 1500, tinha de ser instalada numa vasta construção e exigia uma turma considerável de trabalhadores. Nos Temple Mills, à margem do Tamisa, acima de Londres —segundo uma descrição feita em 1738 por Daniel Defoe — o cobre era convertido em caldeiras e panelas por meio de enormes martelos movidos a força hidráulica. Esses melhoramentos técnicos iniciais mal se podem comparar em importância aos que se verificaram depois de 1760, mas mostram que a era da máquina não surgiu de um dia para outro. Entre outras causas de primeira importância contam-se algumas consequências mais diretas da Revolução Comercial. Esse movimento provocara o surto de uma classe de capitalistas que procuravam constantemente novas oportunidades de investimento para o seu excesso de riqueza. A princípio essa riqueza podia ser facilmente absorvida pelo comércio, pelos empreendimentos de mineração, pelas especulações bancárias ou pelas construções navais, mas com o correr do tempo as oportunidades em tais campos se tornaram bastante limitadas. Em consequência, havia uma disponibilidade crescente de capitais para o desenvolvimento da manufatura. Mas dificilmente teria ocorrido um desenvolvimento rápido se não houvesse uma procura cada vez maior de produtos industriais. Tal procura deveu-se em grande parte à fundação de impérios coloniais e ao acentuado crescimento da população européia. Estamos lembrados de que um dos objetivos primários da aquisição de colônias fora o de encontrar novos mercados para os produtos manufaturados na metrópole. Como prova de que tal finalidade fora satisfatoriamente atingida registra-se o fato de, só no ano de 1658, terem sido embarcados da Inglaterra para a Virgínia nada menos de 24.000 pares

de sapatos. Ao mesmo tempo, os mercados potenciais da Europa iam-se alargando com rapidez, dada a curva ascendente da população dos países ocidentais. Na Inglaterra o número de habitantes subiu de quatro milhões em 1600 a seis milhões em 1700 e a nove milhões no fim do século XVIII. A população da França elevou-se de 17.000.000 em 1700 a 26.000.000 cerca de cem anos mais tarde. Até que ponto esse aumento foi um efeito dos progressos da medicina no século XVIII e em que medida se deveu ele à maior abundância de alimentos decorrente da expansão do comércio? É uma questão discutível, mas a influência do segundo destes fatores não pode ser desprezada. Finalmente, a Revolução Comercial estimulou o crescimento das manufaturas graças à sua doutrina básica do mercantilismo. A política mercantilista visava, entre outras coisas, aumentar a quantidade de artigos manufaturados disponíveis para a exportação a fim de garantir uma balança de comércio favorável.

A despeito da importância das causas já mencionadas, a Revolução Industrial teria sido sem dúvida retardada se não fosse a necessidade de melhoramentos mecânicos fundamentais em certos campos de produção. Aí por volta de 1700, a procura de carvão para as fundicões de ferro tinha exaurido de tal modo as reservas de lenha que várias nações da Europa Ocidental se viram ameaçadas pelo desflorestamento. Cerca de 1709 uma solução parcial foi encontrada por Abraham Darby, ao descobrir que o coque podia ser utilizado na fundição. Mas, para se obter o coque necessário, era preciso minerar carvão em quantidade muito maior do que até então se tinha feito. Como o principal obstáculo à extração fosse a acumulação de água nas minas, a necessidade do novo combustível levou à procura de uma fonte de energia capaz de acionar as bombas. Vários experimentos relacionados com essa pesquisa resultaram finalmente na invenção da máquina a vapor. Uma necessidade ainda mais premente de mecanização existia na indústria têxtil. Com a crescente procura dos tecidos de algodão nos séculos XVII e XVIII, tornou-se simplesmente impossível fornecer o fio necessário com as rodas de fiar primitivas ainda em uso. Mesmo depois de se porem a trabalhar todas as mulheres e crianças em disponibilidade, a procura não pôde ser satisfeita. Na Alemanha, até os soldados nos quartéis foram postos a fiar algodão. Como a necessidade se fizesse sentir cada vez mais, as sociedades científicas e as empresas industriais ofereceram prêmios a quem apresentasse métodos aperfeiçoados

de fiação. Em 1760, por exemplo, a "English Society of Arts" instituiu um desses prêmios para uma máquina que capacitasse uma pessoa a fiar seis fios simultaneamente. O resultado de todos esses esforços foi o desenvolvimento da máquina de fiar e do tear hidráulico, precursores de uma série de importantes inventos na indústria têxtil. Não tardando a ficar demonstrada a viabilidade de tais máquinas, a mecanização não podia deixar de estender-se às demais manufaturas.

2. POR QUE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL COMEÇOU NA INGLATERRA

À primeira vista pode parecer estranho que o pequeno reino insular não só se tenha tornado o líder industrial do mundo, mas que haja conservado essa posição por mais de um século. Pretende um filósofo moderno que a Inglaterra, ainda em pleno século XVIII, era "o país mais pobre da Europa Ocidental". É certo que ela não possuía uma grande variedade de produtos dentro das suas fronteiras. Não estava tão perto de bastar-se a si mesma quanto a França ou a Alemanha. Seus recursos agrícolas já não chegavam para satisfazer-lhe as necessidades e o exaurimento das florestas da ilha tinha sido notado desde o tempo dos Stuarts. O carvão e o ferro, geralmente considerados como as suas maiores riquezas, não assumiram grande importância industrial senão no século XIX. Mas, ao lado dessas condições adversas, havia outros fatòres que faziam a balança pender decididamente para o lado da Inglaterra. Talvez devamos colocar no cabeçalho da lista de condições favoráveis o fato de ter sido a Inglaterra o país que mais lucrou com a Revolução Comercial. Ainda que a França tivesse, pelas alturas de 1750, um comércio exterior calculado em 200 milhões de dólares anuais, em confronto com os 160 milhões de dólares da Inglaterra, não se deve esquecer que a população francesa era, no mínimo, três vezes maior do que a inglesa. Acresce que a França havia alcançado o limite máximo da sua expansão imperial e que uma parte considerável dos lucros do seu comércio exterior era desviada, através de empréstimos e de impostos, para a manutenção de um exército oneroso e de uma corte frívola e extravagante.
A Inglaterra, por seu lado, mal iniciava ainda a sua idade áurea de poder e prosperidade. Já havia adquirido as mais valiosas colónias do Hemisfério

Ocidental e em breve iria consolidar a supremacia imperial e comercial pela derrota dos franceses na Guerra dos Sete Anos. Além disso, uma proporção bem maior dos lucros da Inglaterra no comércio ultramarino ficava disponível para os investimentos produtivos. O seu governo estava relativamente livre de corrupção e de gastos perdulários. Os seus efetivos militares custavam menos que os da França e as suas rendas eram coletadas com muito mais eficiência. Em consequência, os comerciantes e armadores ingleses dispunham de uma margem mais ampla de lucros excedentes, que eles estavam ansiosos por inverter em todos os negócios concebiveis que pudessem tornar-se fonte de proveitos adicionais.

À vista de tais fatos, não é de surpreender que a Inglaterra se tivesse alçado à posição cie principal nação capitalista no começo do século XVIII. Em parte alguma haviam as sociedades por ações alcançado tamanho desenvolvimento. As operações sobre valores já eram negócio legal quando foi fundada, em 1698, a Bolsa de Fundos Públicos de Londres. Por volta de 1700, Londres estava capacitada a competir com Amsterdã como capital financeira do mundo. Acrescentese a isso que a Inglaterra possuía, talvez, o melhor sistema bancário da Europa. No ápice desse sistema achava-se o Banco da Inglaterra, fundado em 1694. Embora estabelecido com o fim de levantar fundos para o governo, a sua organização era a de uma empresa privada. Os seus fundos eram de propriedade particular e a sua direção não estava submetida a qualquer controle oficial. Não obstante, sempre operou em íntima colaboração com o governo e desde os primeiros tempos constituiu importante fator de estabilização das finanças públicas. Assegurada destarte a estabilidade financeira do governo, os grandes empreendedores comerciais e industriais podiam desenvolver os seus negócios sem o temor de uma bancarrota nacional ou de uma inflação ruinosa. É cabível observar a este propósito que nada ou quase nada de semelhante se verificou nas finanças do país de além-Mancha até a fundação do Banco Francês, durante o período napoleônico.

Há indícios de não ter sido pequena a influência dos fatores políticos e sociais na origem da Revolução Industrial inglesa. Embora o governo britânico estivesse longe de ser democrático, era pelo menos mais liberal do que a maioria dos governos continentais. A Revolução Gloriosa de 1688-89 muito fizera para estabelecer o conceito da soberania limitada. Tornara-se geralmente aceita a doutrina de que o poder do estado não deve estender-se

além da proteção dos direitos naturais do indivíduo à liberdade e ao gozo da propriedade. Sob a influência de tal doutrina o Parlamento aboliu velhas leis que criavam monopólios especiais e interferiam na livre concorrência. Os princípios mercantilistas continuaram a ser aplicados ao comércio com as colônias, mas na esfera dos negócios metropolitanos foi pouco a pouco revogado um grande número de restrições. Ademais, a Inglaterra já começava então a ser encarada como um asilo para os refugiados de outros países. Mais de 40.000 huguenotes fixaram-se nas suas aldeias e cidades quando foram expulsos da França, em 1685, pela revogação do Edito de Nantes. Frugal, enérgico e ambicioso, esse elemento instilou novo vigor na nação inglesa. Thomas Huxley afirmou, muito mais tarde, que uma gota de sangue huguenote nas veias valia milhares de libras esterlinas. Que a influência desses exilados no progresso industrial não foi insignificante, atesta-o o fato de as manufaturas de cutelaria e de vidro inglesas terem continuado por algum tempo a usar nomes franceses. Também as condições sociais eram nitidamente favoráveis ao desenvolvimento da indústria. A nobreza britânica deixara de ser uma casta exclusivamente hereditária e estava se convertendo com rapidez numa aristocracia da riqueza. Quase todos os que faziam fortuna tinham a possibilidade de elevar-se às mais altas camadas sociais. William Pitt, o moço, afirmava que qualquer homem com uma renda de dez mil libras anuais devia ter direito a ser par do reino, por mais humilde que fosse a sua origem. Tais condições valiam por um prêmio ao sucesso nos negócios. Algumas outras causas devem ser acrescentadas para completar o quadro. Em primeiro lugar, mencionemos o fato de ser o clima úmido das ilhas britânicas especialmente propício à fabricação de tecidos de algodão, não permitindo que o fio se torne quebradiço e se rompa facilmente quando retesado pelo tear mecânico. E basta lembrar que foi a mecanização da indústria têxtil que inaugurou a era da máquina. Em segundo lugar, o sistema corporativo de produção com as suas complicadas restrições nunca se enraizou tão fortemente em solo inglês como nos países continentais. As próprias regulamentações já estabelecidas tinham sido eliminadas, especialmente nos condados setentrionais, pelos fins do século XVII. Foi esta, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a Revolução Industrial principiou na Inglaterra setentrional de preferência à região mais próxima do Continente. Por último, como a riqueza naquela época estivesse mais uniformemente

distribuída na Inglaterra do que na maioria das outras nações, os fabricantes ingleses puderam dedicar-se à produção em larga escala de artigos baratos e comuns, ao invés de produzirem pequenas quantidades de mercadorias de luxo. Este fator influiu consideravelmente na adoção dos métodos fabris a fim de obter um rendimento maior. Na França, ao contrário, havia procura de artigos de luxo para satisfazer os gostos de uma pequena camada de perdulários elegantes. Uma vez que a qualidade da mão-de-obra constituía requisito fundamental desse tipo de produção, era pequeno o incentivo à invenção de máquinas.

3. HOMENS E MÁQUINAS DOS PRIMEIROS TEMPOS

A fase inicial da Revolução Industrial, que vai de cerca de 1760 a 1860, testemunhou um desenvolvimento fenomenal da aplicação da maquinaria à indústria, o qual lançou os alicerces da nossa civilização mecânica moderna. Como vimos, o primeiro ramo da indústria a ser mecanizado foi a manufatura de tecidos de algodão. Não era essa uma das indústrias tradicionais dos ingleses, senão um empreendimento recente em que cada empresário podia experimentar quase todos os métodos que desejasse. Além do mais, era um negócio em que os lucros dependiam da produção intensiva. A fim de que a indústria pudesse realizar progressos era necessário encontrar meios de obter um maior volume de fio do que jamais se poderia conseguir com o instrumental primitivo ainda em uso. O primeiro dispositivo que veio atender a essa necessidade foi a spinning jenny ou máquina de fiar inventada por James Hargreaves em 1767. Essa máquina, assim chamada em homenagem à esposa do inventor, cujo nome era Jenny, era na realidade uma roda de fiar composta, capaz de produzir oito fios ao mesmo tempo. Infelizmente, os fios que produzia não eram bastante fortes para ser utilizadas como fibras longitudinais, ou urdimento, do tecido de algodão. Só com a invenção do bastidor hidráulico de Richard Arkwright, cerca de dois anos depois, é que se tornou possível a produção intensiva de ambas as modalidades de fio de algodão. Finalmente, em 1779, outro inglês, Samuel Crompton, combinou certos característicos da spinning jenny e do bastidor hidráulico numa máquina de fiar híbrida que ele, com propriedade, denominou mule (mula). Essa máquina foi sendo

progressivamente aperfeiçoada até que, vinte anos mais tarde, tornou-se capaz de produzir simultaneamente quatrocentos fios da melhor qualidade.

Entretanto, os problemas da indústria de algodão ainda não estavam inteiramente resolvidos. A invenção das máquinas de fiar tinha suprido sobejamente a falta de fio, mas fazia-se sentir agora a escassez de tecelões. Os que se dedicavam a esta profissão podiam exigir salários tão altos que, ao que se dizia, costumavam pavonear-se nas ruas com notas de cinco libras enfiadas na fita do chapéu e almoçavam ganso assado aos domingos. Tornou-se logo evidente que o único remédio para essa falta de tecelões seria a invenção de uma máquina automática que tomasse o lugar do tear manual. Muitos declararam tal coisa impossível, mas o Rev. Edmund Cartwright, um pastor do condado de Kent, não se deixava desanimar tão facilmente. Dizia consigo que, se a maquinaria automática podia ser aplicada à fiação, não havia motivo para que não o fosse também à tecelagem. Como tivesse poucos conhecimentos de mecânica, contratou um carpinteiro e um ferreiro para pôr em prática as suas ideias. O resultado foi o tear mecânico, que Cartwright patenteou em 1785. Muitos anos se passaram, contudo, antes de êle estar suficientemente aperfeiçoado para ter mais que um êxito modesto. Somente por volta de 1820 foi que logrou substituir amplamente os métodos mais primitivos de tecelagem.

Entrementes, a invenção de uma máquina para separar o caroço da fibra do algodão possibilitou um fornecimento abundante de algodão em bruto por preço baixo. Foi essa máquina o descaroçador inventado em 1792 por Eli Whitney, um mestre-escola da Nova Inglaterra.

Algumas das novas invenções da indústria têxtil contribuíram para o desenvolvimento do sistema fabril. O bastidor hidráulico, a spinning mule e o tear mecânico eram máquinas grandes e pesadas que não podiam ser instaladas nas casas dos trabalhadores. Todas elas se destinavam, com o tempo, a ser acionadas por força motriz, e além disso custavam tão caro que ninguém, a não ser um abonado capitalista, poderia comprá-las. Era portanto inevitável que fossem instaladas em grandes edifícios e que os trabalhadores empregados em fazê-las funcionar ficassem sob a supervisão do proprietário ou de um gerente. Tais eram os traços essenciais do sistema fabril na sua forma original. Muito apropriadamente, o verdadeiro fundador do sistema foi Richard Arkwright, o inventor do bastidor hidráulico. Graças à sua indomável perseverança e imenso tino para os negócios, Arkwright

elevou-se da condição de simples barbeiro e cabeleireiro até se tornar o primeiro capitão de indústria. Trabalhando habitualmente das cinco da manhã às nove da noite, lutou com obstáculos durante anos. Encontrou tenaz oposição por parte dos poderosos interesses da indústria de lã. Suas oficinas foram depredadas por multidões de trabalhadores enfurecidos, os quais temiam que as máquinas de Arkwright os deixassem sem emprego. Foi acusado, talvez com alguma razão, de ter roubado a outros a idéia do bastidor hidráulico. Afirma-se que despendeu ao todo cerca de 60.000 dólares antes que os seus projetos começassem a dar lucro. Fundou a sua primeira fábrica, movida por força hidráulica, em 1771. Custa acreditar que o sistema fabril pudesse ter assumido grande importância sem o aperfeiçoamento da máquina a vapor. As rodas hidráulicas eram vagarosas e nem sempre se dispunha de cursos de água com força suficiente para movê-las. Outras fontes de energia foram experimentadas, com resultados ainda menos satisfatórios. O tear mecânico original, inventado por Cartwright, era movido por uma vaca, ao passo que alguns de seus sucessores empregaram cavalos e até um cão terranova. Sabia-se, havia séculos, que o vapor d'água podia ser utilizado como fonte de força motriz. Grosseiras máquinas a vapor tinham sido construídas por Heron de Alexandria no século I antes de Cristo, por Leonardo da Vinci durante a Renascença e por vários outros nos primórdios da idade moderna. Nenhuma delas, entretanto, fora aproveitada em coisa mais útil do que fazer girar o espeto nas cozinhas dos reis ou obrar milagres nos tempos antigos. O primeiro homem a empregar a força do vapor com propósitos industriais foi Thomas Newcomen, que, em 1712, inventou uma tosca mas eficiente máquina a vapor para bombear água das minas de carvão inglesas. Pelos meados do século estava em uso aproximadamente uma centena desses engenhos. Algumas eram de enormes proporções e podiam fazer o trabalho de mais de cinqüenta cavalos; uma delas tinha um cilindro de seis pés (1,80 m) de diâmetro. Até as menores podiam gerar mais força motriz do que a maioria das rodas hidráulicas. Malgrado o seu imenso valor para a indústria mineira, a máquina de Newcomen ressentia-se de defeitos que a impediam de ser usada em larga escala para fins industriais em geral.

Para começar, desperdiçava tanto combustível como força. Era construída de tal maneira que depois de cada movimento do êmbolo o vapor tinha de ser condensado pela aspersão de água fria no cilindro. Isso significava que o

cilindro devia ser novamente aquecido antes do percurso seguinte, e tais aquecimento e resfriamento alternados retardavam grandemente a velocidade da máquina. Em segundo lugar, o "amigo do mineiro" (assim se chamava a bomba de Newcomen) só se adaptava ao movimento em linha reta requerido pelo bombeamento; ainda não fora descoberto o meio de converter a ação retilínea do êmbolo num movimento rotativo. Ambos esses defeitos foram finalmente remediados por James Watt, um construtor de aparelhos científicos da Universidade de Glasgow. Em 1763 Watt foi encarregado de corrigir um modelo da máquina de Newcomen. Enquanto se dedicava a isso, concebeu a idéia de que ela podia ser muitíssimo melhorada com a adição de uma câmara especial para condensar o vapor, de maneira a eliminar a necessidade de resfriar o cilindro. Em 1769 patenteou sua primeira máquina com o acréscimo desse dispositivo. Mais tarde, inventou uma nova disposição de válvulas que permitiam a injeção de vapor em ambas as extremidades do cilindro, fazendo com que o êmbolo trabalhasse tanto para a frente como para trás. Em 1782 descobriu um meio de converter a ação do êmbolo em movimento circular, capacitando assim o motor a mover a maquinaria das fábricas. Infelizmente, o gênio inventivo de Watt não era igualado pela sua habilidade comercial. Confessava que "preferia enfrentar um canhão carregado a acertar uma conta duvidosa ou a fechar um negócio". O resultado foi endividar-se ao tentar colocar as suas máquinas no mercado. Foi salvo por Matthew Boulton, próspero negociante de ferragens de Birmingham. Os dois formaram uma sociedade por comandita em que Boulton era o sócio capitalista, e pelo ano de 1800 a firma já havia vendido 289 motores para fábricas e minas.

Poucas invenções tiveram maior influência na história dos tempos modernos que a da máquina a vapor. Ao contrário do que geralmente se pensa, não foi a causa inicial da Revolução Industrial mas sim, em parte, um efeito desta. O motor de Watt, pelo menos, nunca se teria tornado realidade se não fosse a procura de uma fonte eficiente de energia para mover as pesadas máquinas já inventadas na indústria têxtil. Por outro lado, é indiscutível que o aperfeiçoamento da máquina a vapor promoveu um desenvolvimento mais rápido da industrialização. Deu uma nova importância à produção do carvão e do ferro. Possibilitou, como veremos em seguida, uma revolução nos transportes. Abriu oportunidades quase ilimitadas à aceleração das manufaturas, tornando as nações industrializadas

as mais ricas e poderosas do mundo. Antes do desenvolvimento da máquina a vapor, as reservas de energia estavam, em grande parte, à mercê das variações do tempo atmosférico. Durante as secas, a baixa dos rios podia forçar os moinhos a restringir suas atividades ou mesmo a suspendê-las por completo. Os navios, nas travessias do oceano, atrasavam-se semanas inteiras por falta de vento. De ora em diante, porém, haveria um fornecimento constante de energia que poderia ser aproveitada quando necessário. Não é, portanto, exagero afirmar que a invenção de Watt assinalou o verdadeiro começo da era da força motriz.

Uma das indústrias que deveram o seu rápido desenvolvimento ao aperfeiçoamento da máquina a vapor foi a manufatura de ferro e de produtos deste metal. Se bem que muitas das novas máquinas, como a spinning jenny e o bastidor hidráulico, pudessem ser construídas de madeira, as máquinas a vapor exigiam material mais resistente. Além disso, os seus cilindros deviam ser calibrados com a maior precisão possível a fim de evitar a perda de vapor, o que necessitava um progresso considerável na produção de máquinas-ferramentas e nos métodos científicos da manufatura do ferro. O pioneiro deste trabalho foi John Wilkinson, um fabricante de canhões. Em 1774, Wilkinson patenteou um método de calibrar cilindros, método que reduzia a margem de erro a uma quantidade diminuta para aquela época. Mais tarde dedicou-se à construção de lanchões de ferro e à produção de chapas para pontes metálicas. Jamais escrevia uma carta sem mencionar o ferro em cada página e dispôs no seu testamento que o enterrassem num caixão de ferro. Ainda mais importantes que as contribuições de Wilkinson foram as realizações de outro inglês, Henry Cort, um empreiteiro naval. Em 1784 Cort inventou o método da pudlagem, que consiste em agitar o ferro em fusão a fim de eliminar grande percentagem do seu conteúdo de carbono. Isso possibilitava a produção de um metal de qualidade superior, quase tão duro quanto o ferro forjado e muito mais barato. Dois anos mais tarde Cort inventou o laminador para a fabricação de chapas de ferro. Essas duas inovações revolucionaram a indústria. Em menos de vinte anos a produção de ferro na Inglaterra quadruplicou e o preço caiu a uma fração do que era antes.

As transformações fundamentais nos processos de produção, que acabamos de descrever, foram logo seguidas de momentosas inovações no setor dos transportes. Os primeiros sinais de uma melhora positiva nos métodos de

viajar começaram a surgir nas proximidades de 1780. Foi por essa época que se começou a tratar seriamente, na Inglaterra, da construção de canais e de estradas de pedágio. Nas alturas de 1830, quase todas as grandes estradas tinham sido drenadas e empedradas, ao passo que as principais vias fluviais se achavam ligadas por uma rede de 4.000 quilômetros de canais. A melhoria das estradas possibilitou um serviço de diligências mais rápido. Em 1784 o diretor-geral dos correios inaugurou um serviço postal com carruagens que corriam continuamente, dia e noite, cobrindo uma distância de 200 quilômetros em vinte e quatro horas. Ao findar o século diligências especiais, conhecidas como "máquinas voadoras", ligavam entre si todas as cidades principais do país, alcançando por vezes a velocidade extraordinária de 15 ou 16 quilômetros por hora. Mas o progresso verdadeiramente importante nos transportes só começou após a adoção generalizada da máquina a vapor como fonte segura de energia. Fizeram-se tentativas para adaptar o vapor às diligências e alguns desses antepassados do automóvel moderno chegaram realmente a correr nas estradas. A mais bem sucedida foi uma que Richard Trevithick construiu em 1800 e que chegou a percorrer 150 quilômetros na estrada de Londres a Plymouth. Aos poucos ganhou terreno a idéia de que seria mais proveitoso utilizar a máquina a vapor para puxar uma fieira de carruagens sobre carris de ferro. Já existiam algumas dessas estradas de ferro para transportar carvão, mas os carros eram tirados por cavalos. Deve-se o aparecimento da primeira estrada de ferro a vapor a George Stephenson, um mecânico autodidata que só aprendera a ler aos dezessete anos. Trabalhando como maquinista numa mina de carvão, dedicava as suas horas de folga a fazer experimentos com locomotivas. Em 1822 convenceu das vantagens da tração a vapor um grupo de homens que estavam projetando uma estrada de ferro para o transporte de carvão entre Stockton e Darlington e foi nomeado engenheiro da linha com carta branca para executar os seus planos. O resultado foi a inauguração, três anos depois, da primeira estrada de ferro com máquina a vapor. As locomotivas que ele construiu para essa linha alcançavam a velocidade de 24 quilômetros horários, inaudita para a época. Em 1830 projetou a famosa Rocket (Foguete), que começou a correr sobre os trilhos da estrada Manchester-Liverpool com uma velocidade quase dupla da dos primeiros modelos. Antes de Stephen-son morrer, em 1848, cerca de 10.000

quilômetros de estradas de ferro tinham sido construídas na Inglaterra e mais ou menos outro tanto nos Estados Unidos.
Entrementes, a máquina a vapor ia sendo paulatinamente aplicada ao transporte fluvial. Neste setor foram os americanos e não os ingleses que tomaram a dianteira. Ainda hoje se discute sobre quem, precisamente, pode ser apontado como o inventor do barco a vapor. Há indícios de terem contribuído para ele vários indivíduos. A crer nos registros da época, o primeiro que conseguiu movimentar um barco exclusivamente a vapor foi um mecânico da Virgínia chamado James Rumsey. Em 1785, na presença de George Washington, conduziu ele a sua máquina contra a corrente do Potomac a cerca de sete quilômetros por hora. Pouco depois um outro americano, John Fitch, construiu um barco que chegou a transportar passageiros durante alguns meses, em 1790, no rio Delaware. O barco a vapor de Fitch assume particular importância pelo fato de possuir uma hélice em lugar da roda de pás empregada por todos os demais inventores. Mas Fitch jamais conseguiu fazer do seu invento um sucesso financeiro. Após inúteis tentativas de interessar os governos na adoção daquele, suicidou-se em 1798. Ainda a um terceiro americano, Robert Fulton, é atribuído o mérito de haver convertido o barco a vapor num êxito comercial. É duvidoso que Fulton fosse mais inventivo do que Rumsey ou Fitch, mas teve bastante tino financeiro para conseguir fundos com um rico capitalista e soube, além disso, manter-se em evidência perante o público. Em 1807 foi aclamado como um herói nacional quando o seu Clermont, equipado com uma máquina de Boulton & Watt e uma roda de pás, fêz todo o percurso entre Nova York e Albany sem o auxílio de velas. Estava inaugurada a era da navegação a vapor. Dentro em breve, barcos de rodas semelhantes aos de Fulton percorriam os rios e lagos não só da América mas também da Europa. Em abril de 1838 os primeiros vapores, o Sirius e o Great Western, cruzaram o Atlântico. Dois anos mais tarde Samuel Cunard fundou a famosa “Cunard Line”, oferecendo um serviço transoceânico regular com navios inteiramente movidos a vapor.
O progresso mais significativo das comunicações na primeira fase da Revolução Industrial foi a invenção do telégrafo. Já em 1820 o físico francês Ampere havia descoberto que o eletromagnetismo podia ser usado para transmitir mensagens por meio de um fio entre pontos distantes. Só faltava inventar aparelhos eficientes para transmitir e receber os despachos.

Experimentos nesse sentido foram tentados por vários indivíduos, três dos quais alcançaram êxito quase simultaneamente. Em 1837 foram inventados sistemas de telégrafo elétrico pelo alemão Karl Steinheil, pelo inglês Charles Wheatstone e pelo americano Samuel Morse. Só em 1844, porém, foi que se instalou a primeira linha telegráfica dotada de bastante eficiência para poder ser explorada com fins comerciais. Foi ela a linha entre Baltimore e Washington, construída a instâncias de Morse e em vista dos melhoramentos que ele próprio havia introduzido na sua invenção. Uma vez iniciados, os sistemas telegráficos multiplicaram-se em todo o mundo. Dentro em breve todas as cidades importantes achavam-se ligadas entre si e em 1851 foi lançado um cabo através do Canal da Mancha. O coroamento veio com a inauguração do primeiro cabo transatlântico, em 1866, por iniciativa do capitalista americano Cyrus Field.

No nosso estudo da Revolução Comercial vimos que esse movimento se fizera acompanhar, especialmente na Inglaterra, de momentosas mudanças na agricultura, tais como a liquidação do sistema senhorial, a tapagem das terras comuns e a junção dos lotes individuais. A Revolução Industrial também teve as suas repercussões na agricultura, as quais se fizeram notar sobretudo nos primeiros sessenta anos do século XIX. Entre elas figuram o aperfeiçoamento das raças de gado, a introdução de novas culturas, como a da beterraba açucareira, que passou a ser plantada em larga escala na Alemanha e na França, e o desenvolvimento da química agrícola por Justus von Liebig (1803-73), que tornou possível a produção de adubos artificiais. A agricultura também sofreu, nesse período, a influência da mecanização. Criaram-se melhores arados e grades e generalizou-se o emprego da debulhadora. Em 1834 o fazendeiro americano Cyrus McCormick tirou patente da sua ceifadeira mecânica e logo depois começou a fabricá-la em Chicago. Em 1860 essas máquinas eram vendidas numa média de 20.000 por ano. Em consequência das várias melhorias apontadas, a agricultura em todo o mundo gozou de uma prosperidade sem precedentes, que durou até a grande crise de 1873.

4. A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Aproximadamente em 1860 a Revolução Industrial entrou numa nova fase, tão diferente da que a precedera que alguns historiadores propõem chamá-la Segunda Revolução Industrial. Os principais acontecimentos que a anunciaram foram em número de três: a invenção do processo Bessemer na siderurgia, em 1856; o aperfeiçoamento do dínamo por volta de 1873 ; e a invenção do motor de combustão interna, em 1876. De um modo geral, os característicos que servem para distinguir a Segunda Revolução Industrial da primeira são: 1) a substituição do ferro pelo aço como material industrial básico; 2) a substituição do vapor pela eletricidade e pelos produtos do petróleo como principais fontes de força motriz; 3) o desenvolvimento da maquinaria automática e de um alto grau de especialização do trabalho; 4) o uso de ligas, de metais leves e dos produtos da química industrial; 5) mudanças radicais nos transportes e comunicações;
6) o desenvolvimento de novas formas de organização capitalista; e 7) a extensão da industrialização à Europa Central e Oriental e mesmo ao Extremo Oriente. É necessário dizer algumas palavras a respeito de cada um desses fatos marcantes.
Havia séculos que se conheciam os métodos de fabricação de aço. Já no ano 1000 os sarracenos produziam excelentes espadas de aço em Damasco. Desde os fins da Idade Média os europeus também tinham aprendido a preparar o cobiçado metal. Mas os métodos eram morosos e difíceis, e o produto saía muito caro. Em 1856, Sir Henry Bessemer descobriu que a injeção de um jato de ar no ferro em fusão eliminava quase todo o carbono, convertendo assim o ferro em aço. O resultado foi fazer baixar o preço deste metal a menos de um sétimo do custo primitivo. Quando se verificou que o novo processo só podia ser aplicado a minérios de alto teor, dois químicos ingleses, Sidney Thomas e P. C. Gilchrist, trataram de melhorá-lo. Em 1878 descobriram um método pelo qual o ferro mais inferior, com alto teor de fósforo, podia converter-se em aço. As consequências foram pasmosas. Não só o ferro fosfórico da Inglaterra começou a ser usado, mas também enormes jazidas da Lorena, da Bélgica e dos Estados Unidos se tornaram, de súbito, imensamente valiosas. Entre 1880 e 1914 a produção de aço da Grã-Bretanha subiu de 2 a 7 milhões de toneladas, na Alemanha de 1 a 15 milhões e nos Estados Unidos de 1.600.000 a 28 milhões. O aço suplantou quase completamente o ferro para trilhos ferroviários, para o arcabouço de grandes edifícios, para pontes e outros fins que exigiam um

metal barato mas de alta tenacidade. O afastamento do vapor como fonte básica de força motriz resultou acima de tudo da invenção do dínamo, uma máquina capaz de converter a energia mecânica em energia elétrica. Se bem que o princípio do dínamo tivesse sido formulado por Michael Faraday em 1851, nao se conheceu, antes de 1873, nenhuma máquina desse tipo que se prestasse para fins práticos. A partir dessa data a utilização da energia elétrica na maquinaria industrial progrediu a passos de gigante. O vapor começou a ser gradualmente relegado a um plano inferior, sendo usado sobretudo para mover dínamos. Em certas regiões, mormente onde o carvão era escasso, foi ele substituído, rnesmo para esse fim, pela energia hidráulica. Em 1929 a eletricidade fornecia dois terços da força motriz requerida pela indústria britânica, sendo a proporção ainda maior na Alemanha. A A.E.G. (Allgemeine Elektrizitätsgesellschaft), com a fabricação de motores, geradores e outros equipamentos elétricos, tornou-se a maior unidade industrial da Europa. Um segundo invento revolucionário foi o da utilização dos produtos do petróleo como nova fonte de energia. Já havia algum tempo que se conhecia o petróleo quando o seu valor foi descoberto. A princípio, em meados do século XIX, era tido como uma curiosidade. Rotulado como "óleo dos índios" ou "óleo dos sênecas", era vendido nos Estados Unidos pelas suas propaladas virtudes medicinais. Mesmo depois de conhecida a sua utilidade como lubrificante, o petróleo teve limitado emprego em razão da sua escassez. Em 1859 Edwin L. Drake resolveu o problema do abastecimento perfurando o primeiro poço petrolífero perto de Titusville, na Pensilvânia. Aos poucos descobriram-se novos usos para o produto, embora durante muitos anos a maior parte dele se destinasse à fabricação de querosene para lampiões. Em 1876, entretanto, Nikolaus Otto inventou o primeiro motor de combustão interna bem sucedido. Foi esse o marco inicial de uma série de progressos que assinalaram a aurora de uma era motorizada. Alguns anos depois Gottlieb Daimler adaptou o motor de combustão interna ao uso da gasolina em lugar do gás natural e Karl Benz equipou-o com a faísca elétrica para inflamar o combustível. O aperfeiçoamento do carburador nas proximidades de 1890 por outro alemão, de nome Maybach, também muito contribuiu para aumentar as potencialidades da gasolina como fonte de energia. Finalmente, em 1897, Rudolf Diesel inventou um motor de combustão interna que já não usava gás nem gasolina, mas óleo cru. A instalação de motores Diesel

em locomotivas e navios ameaça eliminar o vapor como fonte direta de energia até nesses seus últimos redutos da indústria de transportes.

Entre as feições mais típicas da Segunda Revolução. Industrial contaram-se a introdução da maquinaria automática, um enorme desenvolvimento da produção em massa e a extrema divisão do trabalho nos processos de fabricação. Estas três coisas têm caminhado juntas desde os anos que precederam imediatamente a Primeira Guerra Mundial. Exemplo característico do desenvolvimento da maquinaria automática foi a invenção da célula fotoelétrica ou "olho elétrico", que pode ser empregada para ligar e desligar comutadores, abrir portas, classificar ovos, inspecionar produtos enlatados, contar folhas de papel e medir-lhes a espessura, e até para acusar dinheiro falso. Inventaram-se máquinas para dirigir e fazer funcionar outras máquinas, bem assim como para executar séries inteiras de processos de fabricação que outrora absorviam muito trabalho humano. A maquinaria automática não só favoreceu um extraordinário desenvolvimento da produção em massa, senão que o volume das mercadorias produzidas cresceu consideravelmente com a adoção da correia transportadora sem fim. A idéia foi inicialmente copiada por Henry Ford, mais ou menos em 1908, dos enfardadores de carne de Chicago, os quais usavam um trólei suspenso para fazer circular as carcaças ao longo de uma fila de magarefes. Ford aperfeiçoou gradualmente o processo, até poder montar um chassi completo do seu famoso "Modelo T" em uma hora e trinta e três minutos. Mais recentemente, o sistema da correia transportadora e da linha de montagem, em que o trabalhador repete o dia inteiro uma tarefa simples e monótona, foi adotado em todas as fábricas de automóveis dos Estados Unidos, bem como em muitas outras indústrias. Tem ele proporcionado ao mundo uma espantosa abundância de mercadorias e reduzido o preço de certos artigos que constituíam anteriormente um luxo só acessível aos ricos; ninguém, contudo, é capaz de prever ainda os graves efeitos que poderá ter sobre o espírito e o moral dos operários.

As transformações recentes dos métodos de produção têm provindo não só da invenção de máquinas complicadas mas também do papel cada vez mais dominante eme a ciência vem desempenhando na indústria. A verdade é que as descobertas importantes da Segunda Revolução Industrial têm emanado com mais frequência dos laboratórios de física ou química do que do cérebro dos inventores natos. A supremacia da ciência no campo da

indústria deixou-se entrever pela primeira vez quando William Henry Perkin obteve, em 1856, a primeira anilina, ou seja o primeiro corante extraído do coltar (alcatrão mineral). Foi esse o início de um maravilhoso desenvolvimento da química sintética. Descobriu-se que desse mesmo alcatrão mineral era possível extrair literalmente centenas de corantes, além de uma infinita variedade de outros produtos, tais como o anil, a aspirina, o óleo de gaultéria, a essência de flores de laranja, a sacarina, o ácido fênico e a essência de baunilha. Com o passar dos anos, muitas substâncias novas foram adicionadas à lista dos produtos sintéticos. Inventaram-se métodos para obter papel de polpa de madeira, para sintetizar ácido nítrico com os elementos do ar, para extrair glicose e amido do milho e seda artificial das fibras de madeira. Nestes últimos anos realizaram-se notáveis progressos na criação de matérias plásticas obtidas de várias substâncias, tais como a caseína, o fenol e derivados do carvão e do coque. Os guidões de alguns dos mais recentes modelos de automóveis são feitos, em última análise, de carvão, água, acetato e celulose. Já se tem produzido borracha artificial de boa qualidade por vários processos baseados no uso quer do carvão, quer do petróleo. Os químicos também vieram em auxílio de muitas antigas indústrias, descobrindo meios de utilizar subprodutos até então desvaliosos ou aumentando rendimento das fontes de matéria-prima existentes. O caroço de algodão, por exemplo, é transformado em celulóide, em cosméticos, em pólvora sem fumaça e azeite de cozinha, ao passo que o processo de refinação da gasolina pelo "cracking" elevou a mais do dobro o rendimento da mesma quantidade de petróleo.

O emprego dos metais leves e das ligas de ferro está em nossos dias intimamente ligado aos progressos da química industrial. O mais antigo dos metais leves, o alumínio, embora descoberto em 1828, não começou a ter um uso generalizado senão por volta de 1900. É extraído de uma argila conhecida pelo nome de bauxita, a qual abunda em certos países como a França, a Iugoslávia e os Estados Unidos. Como a produção do alumínio é mais cara que a do aço, o seu uso, até hoje, temse limitado em grande parte aos motores de automóveis e aviões, caixilhos e telas de janela e utensílios de cozinha. O magnésio, um metal muito mais raro, foi empregado na construção de aviões durante a Segunda Guerra Mundial e de então para cá tem sido adaptado a outros usos restritos. Obtido inicialmente pela eletrólise do cloreto de magnésio, é hoje fabricado em larga escala com

água do mar. Não menos importantes que os metais leves são as chamadas ligas do ferro, que incluem o manganês, o cromo, o tungstênio, o vanádio, o mojibdeno e alguns outros metais. Encontrados sobretudo em países como a China, a Turquia, a Rússia, a Índia e a Rodésia, são indispensáveis à indústria moderna. Só elas podem comunicar ao aço a dureza e a tenacidade exigidas pela produção de máquinas-ferramentas. Juntamente com outros materiais de primeira necessidade que se encontram disseminados por países distantes entre si, elas constituem um excelente exemplo da interdependência econômica das várias partes do mundo contemporâneo.
A segunda fase da Revolução Industrial presenciou uma revolução nos transportes e nas comunicações, talvez maior que a da primeira. Depois de 1860 verificou-se uma atividade febril na construção de vias férreas. Antes dessa data, havia no máximo uns 50.000 quilômetros de trilhos assentados no mundo inteiro. Em 1890, a quilometragem elevara-se a 32.000 só na Grã-Bretanha, a 42.000 na Alemanha e a 270.000 nos Estados Unidos. O próprio serviço ferroviário foi muito melhorado pela invenção do freio de ar comprimido, em 1868, e pela introdução do carro-dormitório, do carrorestaurante e do sistema de sinais automáticos de bloqueio logo depois. Nos últimos tempos tem-se dado muita atenção ao aumento da velocidade dos trens. Composições aerodinâmicas equipadas com motores Diesel percorrem grandes distâncias à velocidade média de 120 ou mais quilômetros por hora. Desde 1918, no entanto, as estradas de ferro têm sido grandemente prejudicadas pela concorrência de novas formas de transporte. Sirva de ilustração a queda do número de passageiros dos trens americanos, que foi de 1.200.000.000 em 1920 e de 434.000.000 em 1933. Durante o mesmo período, o volume das cargas baixou de 2.400.000.000 de toneladas para 1.300.000.000. Em 1950 o número de passageiros transportados tinha subido para apenas 488.000.000, apesar de um aumento de população avaliado em 20%. No mesmo ano, o volume das cargas foi de 2.700.000.000 de toneladas, mas só o futuro poderá dizer se se tratou ou não de um acréscimo temporário devido à guerra da Coréia e ao estímulo que esta ofereceu à indústria.
O maior concorrente das estradas de ferro é, já se vê, o automóvel com os seus derivados — o ônibus e o caminhão. Impossível apontar um indivíduo determinado como inventor do automóvel, embora sejam vários os que reivindicam essa honra. Tanto Daimler como Benz construíram veículos a

gasolina na Alemanha pelas alturas de 1880, mas os seus inventos eram pouco mais do que triciclos motorizados. O primeiro a adaptar o princípio do motor de combustão interna a uma carruagem parece ter sido o francês Levassor. Em 1887 criou ele um veículo com motor na frente, em que a transmissão ao eixo traseiro se fazia por meio de uma embreagem, um eixo e engrenagens redutoras e diferenciais. Tanto quanto se pode saber, foi o primeiro automóvel da história. Evidentemente, muitas outras invenções eram necessárias para fazer do automóvel um meio de condução eficiente e confortável. Não foram das menos importantes o pneumático, que J. B. Dunlop aperfeiçoou em 1888, e o arranque automático inventado por Charles Kettering mais ou menos em 1910. Mas o automóvel continuaria sendo indefinidamente um luxo para os ricos se Henry Ford não tivesse resolvido produzir um carro acessível às pessoas de posses medianas. Em 1908 iniciou a fabricação do seu Modelo T, na teoria de que poderia ganhar mais dinheiro vendendo uma grande quantidade de carros baratos, com pequena margem de lucro, do que oferecendo um produto caro a uns poucos privilegiados. Outras companhias seguiram-lhe o exemplo, donde resultou tornar-se a indústria automobilística, já em 1928, o mais importante ramo da produção norte-americana.
Desde a década de 1920 a aviação tem-se tornado uma das principais formas de transporte e a fabricação de aviões, uma importante indústria.
Como a invenção do automóvel, a do aeroplano não pode ser atribuída a uma só pessoa. A idéia de que um dia o homem seria capaz de voar é na verdade bem antiga. Não somente foi sugerida por Roger Bacon no século XIII, mas chegou a concretizar-se em alguns planos definidos de máquinas voadoras concebidas pelo espírito fecundo de Leonardo da Vinci. Não obstante, o nascimento da aviação como uma possibilidade mecânica data da última década do século passado. Foi por essa época que Otto Lilienthal, Samuel P. Langley e outros iniciaram seus experimentos com máquinas mais pesadas do que o ar. O trabalho de Langley foi continuado pelos irmãos Wright, que, em 1903, realizaram o primeiro vôo bem sucedido num aeroplano movido a motor. A partir de então o progresso foi rápido. Em 1908 os irmãos Wright voaram perto de cem milhas (160 km). No ano seguinte Louis Blériot atravessou a Mancha no monoplano havia pouco inventado por ele. Em 1911 um outro francês, Prier, realizou um vôo direto de Paris a Londres. Durante a Primeira Guerra Mundial cada uma das

nações beligerantes fêz todos os esforços possíveis para utilizar as possibilidades do avião como instrumento de morte. Em resultado disso, amiudaram-se os progressos no planejamento e na eficiência. Não devemos esquecer, entretanto, que mesmo sem a guerra o progresso teria sido rápido, pois, desde que uma invenção obtém sucesso, os aperfeiçoamentos se sucedem em progressão geométrica. Em todo caso, por volta de 1919 a aceitação geral do aeroplano como meio de transporte levou a estabelecer um serviço regular entre Londres e Paris. Atualmente linhas de passageiros, expressas e postais ligam quase todas as cidades importantes do mundo. Durante o ano de 1952 as várias companhias com serviços regulares nos Estados Unidos transportaram um total de mais de 23.000.000 de passageiros. Os primórdios da Revolução Industrial, ou seja a era do carvão e do ferro, trouxeram consigo apenas um progresso importante nas comunicações. Foi ele, como já vimos, a invenção do telégrafo, que já em 1860 estava em pleno uso. A era da eletricidade e do motor de combustão interna foi acompanhada pelo aperfeiçoamento de várias invenções que anularam, por assim dizer, o tempo e as distâncias na divulgação de notícias e na comunicação com lugares longínquos. Em primeiro lugar surgiu o telefone, cuja invenção se atribui geralmente a Alexander Graham Bell, se bem que algumas horas apenas depois de ele ter requerido patente em Washington, no dia 15 de fevereiro de 1876, Elisha Gray se apresentou praticamente com a mesma ideia. A seguir veio o telégrafo sem fio, inventado por Guglielmo Marconi com base nos descobrimentos de Heinrich Hertz e outros a respeito da transmissão das ondas eletromagnéticas através do éter. Em 1899 Marconi transmitiu uma mensagem sem fio através do Canal da Mancha e, dois anos mais tarde, através do Atlântico. A invenção do telégrafo sem fio aplainou o caminho para o desenvolvimento do rádio, do telefone sem fio e da televisão. O primeiro tornou-se possível graças aos trabalhos de Lee De Forest, o inventor da válvula eletrônica, e o segundo pelas descobertas de Poulsen e Fessenden. As rádio-transmissões comerciais iniciaram-se em 1920 e o serviço telefônico entre a Inglaterra e os Estados Unidos foi inaugurado em 1927. Deve-se ao escocês J. L. Baird o milagre da televisão que, apesar de ter surgido em 1926, somente cerca de vinte anos depois pôde ser adaptado ao uso prático.

A precedente lista de invenções não esgota em absoluto o registro dos progressos mecânicos da Segunda Revolução Industrial. Devemos mencionar especialmente a invenção da luz elétrica, uma das que mais contribuíram, em toda a história, para o bem-estar da raça humana. Não só aumentou o conforto e a segurança da vida contemporânea mas também foi uma dádiva preciosa para os mineiros, sem falar de muitas operações difíceis da cirurgia moderna que seriam impossíveis sem ela. A luz elétrica foi concebida em primeiro lugar por Sir Humphrey Davy, aproximadamente em 1820, mas só se tornou um êxito comercial em 1879, quando Thomas A. Edison inventou a lâmpada de filamento incandescente. Mesmo depois disso foram necessários inúmeros melhoramentos para que seu uso se generalizasse. Somente ao completar o imigrante austríaco Nikola Tesla os seus experimentos com a corrente alternada, em 1888, é que foi possível instalar sistemas de iluminação nas ruas e nas casas de cidades inteiras.
Entre outras conquistas mecânicas importantes do período iniciado em 1860 contam-se a invenção da linotipo por Ottmar Mergenthaler, o aperfeiçoamento da refrigeração artificial por J. J. Coleman e outros, a invenção da máquina de escrever por Charles Sholes e Carlos Glidden e o desenvolvimento da fotografia cinematográfica, que se deve principalmente a Edison.
A Segunda Revolução Industrial distinguiu-se desde o início não só por meros avanços técnicos, mas ainda mais notadamente pelo desenvolvimento de novas formas de organização capitalista. De um modo geral, a era do carvão e do ferro foi também a era das pequenas empresas. Pelo menos até os meados do século XIX, a sociedade coletiva ainda era a forma dominante de organização comercial. É certo que muitas dessas sociedades comerciavam em larga escala, mas não se podiam comparar com as gigantescas companhias de época mais recente. Seu capital consistia principalmente em lugros reaplicados no negócio e os sócios, em geral, tinham uma parte ativa no trabalho de direção. Também tinham sido formadas muitas companhias por ações, mas, salvo quanto à estabilidade e à responsabilidade limitada, estas pouco diferiam das sociedades coletivas. Todos esses tipos de organização, na medida em que se ocupavam com a manufatura, a mineração ou os transportes, podem ser considerados como formas de capitalismo industrial. Durante a Segunda Revolução Industrial, especialmente depois de 1890, o capitalismo industrial foi em grande parte

sobrepujado pelo capitalismo financeiro, um dos desenvolvimentos mais decisivos da época moderna. O capitalismo financeiro tem quatro característicos principais: 1) o domínio da indústria pelos bancos de investimentos e pelas companhias de seguros; 2) a formação de imensas acumulações de capital; 3) a separação entre a propriedade e a direção; e 4) o aparecimento dos holdings ou companhias detentoras. Cada um destes fatos requer uma breve explanação. Um dos primeiros exemplos de domínio da indústria pelo bancos de investimentos foi a formação da "United States Steel Corporation" em 1901, com o auxílio de J. P. Morgan & Cia. Desde então as instituições financeiras passaram a controlar um número sempre crescente de companhias americanas. É verdade que não possuem todo o capital dessas companhias, nem mesmo uma fração considerável dele. Muitas das grandes companhias de hoje têm centenas de milhares de acionistas. Mas a grande maioria dessas pessoas são absenteístas que pouco ou nada influem na política da instituição, e algumas de suas ações nem sequer dão direito a votar nas assembleias. Os bancos e as companhias de seguros exercem o controle, em alguns casos, pela posse de uma maioria de ações com direito a voto e, em outros casos, por meio de empréstimos flutuantes feitos sob condições que conferem amplos poderes aos emprestadores ou lhes dão direito a uma representação junto às diretorias.

As gigantescas acumulações de capital que vieram a caracterizar a organização industrial moderna incluem os trustes, as fusões de empresas e os cartéis. Todos eles são organizados para a mesma finalidade: restringir ou suprimir a concorrência. Os trustes são combinações de todos ou quase todos os produtores de certos artigos a fim de controlar-lhes o preço e a produção. As fusões ocorrem entre companhias que produzem os mesmos artigos ou artigos relacionados. Diferem dos primeiros pelo fato de as unidades constituintes perderem completamente a sua individualidade, "fundindo-se" numa nova companhia. Os cartéis podem ser definidos como associações livres de companhias independentes com o propósito principal de restringir a concorrência na venda dos seus produtos. Diferem tanto dos trustes como das fusões de empresas em não constituírem entidades corporativas. Não emitem ações e não têm uma direção centralizada. Podem funcionar tanto na escala nacional como na internacional. Durante a década de 1930 alguns governos europeus favoreceram a formação de cartéis

nacionais no intuito de fortalecer as suas indústrias contra a concorrência estrangeira. Mas os mais interessantes, e talvez os mais importantes tipos de cartéis são aqueles que transpõem as fronteiras internacionais. Antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, algumas companhias americanas tinham formado cartéis com companhias similares da Alemanha, estabelecendo uma troca de patentes e descobertas e dividindo entre si os mercados mundiais para evitar a concorrência.

O terceiro elemento do capitalismo financeiro é a separação entre a propriedade e a direção. Os verdadeiros proprietários das empresas industriais são os milhões de pessoas que empregaram as suas economias em ações; a direção está nas mãos de um grupo de funcionários e de diretores eleitos por uma minoria de acionistas que monopolizaram as ações com direito a voto ou reuniram as procurações dos seus colegas absenteístas. Em alguns casos, os funcionários pouco mais são do que empregados assalariados, possuindo uma insignificante percentagem do capital da companhia. Não é raro o caso, até, de preferirem eles inverter os seus ganhos excedentes em empresas mais sólidas do que aquelas a que presidem. O capitalismo financeiro inclui, por fim, o desenvolvimento dos holdings ou companhias detentoras como uma das formas básicas de organização capitalista. O holding é um estratagema pelo qual certo número de unidades de produção são reunidas sob o controle de uma companhia que lhes monopoliza a maioria das ações. A companhia detentora não se dedica à produção, mas a sua renda consiste nos honorários dos diretores e nos dividendos pagos pelas unidades produtoras. Se bem que a justifique, por vezes, o fato de promover a integração da indústria e facilitar a expansão dos negócios, é ela na realidade um símbolo do triunfo do financista sobre a figura fora da moda do capitalista produtor. É preciso salientar, por último, que desde 1860 a industrialização se tem estendido a quase todos os países do mundo civilizado. Na era do carvão e do ferro a produção mecanizada se restringira principalmente à Grã-Bretanha, França, à Bélgica e aos Estados Unidos; e a primeira, é claro, estava muito mais adiantada do que os demais. Depois de 1860, a industrialização disseminou-se rapidamente e todas as grandes potências vieram, com o tempo, a colher com abundância os seus benefícios e os seus males. A adoção dos novos métodos fêz-se notar em particular na Alemanha. Antes de 1860 os estados alemães tinham sido predominantemente agrários e pelo

menos 60% do seu povo tirava a subsistência do solo. Pelas alturas de 1914, o império dos kaisers era a maior nação industrial da Europa, produzindo mais aço do que a Inglaterra e colocando-se à frente do mundo inteiro na manufatura de produtos químicos, corantes de anilina e equipamento elétrico e científico. São vários os fatores principais de tão prodigiosa expansão. Em primeiro lugar, não existia na Alemanha a tradição do laissez-faire. Desde muitos anos os seus economistas vinham pregando que o estado devia intervir de todos os modos possíveis para promover o poderio econômico da nação. Conseqüentemente, foi fácil ao governo fortalecer indústrias fracas, nacionalizar as estradas de ferro e administrá-las no interesse do comércio, e até mesmo encorajar o desenvolvimento dos trustes. Em segundo lugar, o povo alemão estava habituado à disciplina, à submersão da personalidade individual no seio do grupo. A Prússia sempre fora um estado militar e o seu sistema de inculcar a ordem e a obediência pelo serviço militar obrigatório era encarado como o alicerce do império. Como terceira razão podemos mencionar a importância dada nas escolas ao ensino das ciências aplicadas, donde resultava uma abundante reserva de técnicos que podiam ser empregados pelas companhias industriais por salários muito baixos. As famosas fábricas de munição Krupp, em Essen, possuíam um corpo de cientistas experimentados maior que o de qualquer universidade do mundo. Em último lugar, mas não entre os menos importantes, está o fato de ter a Alemanha adquirido, em virtude da sua vitória sobre a França em 1870, as ricas jazidas de ferro da Lorena, que chegaram a fornecer três quartos do minério necessário à sua indústria básica do aço.

A industrialização não atingiu a Europa Oriental tão rapidamente quanto à Alemanha, nem progrediu tanto ali. Não obstante, em 1890 iniciou-se na Rússia um desenvolvimento considerável do sistema fabril e dos transportes mecanizados. Nesse país como na Alemanha, a Revolução Industrial foi em parte uma consequência do apoio governamental. Sob a influência de Sérgio de Witte, notável ministro sob Alexandre III e Nicolau II, o governo dos czares cobrou direitos proibitivos sobre as mercadorias importadas e tomou dinheiro emprestado à França para subvencionar a construção de estradas de ferro e numerosas empresas industriais. Esses e outros esforços deram resultados pasmosos. Em 1914 a Rússia produzia mais ferro do que a França, sua produção de carvão tinha-se elevado a mais do dobro e, na

indústria têxtil, o país colocava-se em quarto lugar no mundo. Havia nada menos de três milhões de pessoas a trabalhar nas manufaturas, enquanto alguns estabelecimentos industriais empregavam 10.000 operários. Na Itália e no Japão, a Revolução Industrial também progrediu em grande parte devido à intervenção do estado, pelo menos na sua fase inicial. Em ambos esses países o movimento começou por volta de 1880 e ao deflagrar a Primeira Guerra Mundial havia completado um ciclo de nítido progresso. Na Itália, o governo ampliou o sistema ferroviário e promoveu tal desenvolvimento das indústrias de seda e algodão que as exportações italianas aumentaram de quase 300% entre 1895 e 1914. As realizações japonesas foram ainda mais notáveis. Em 1914, o pequeno império insular tinha 10.000 quilômetros de estradas de ferro, quase que totalmente de propriedade do estado. Sua indústria têxtil estava perto de igualar a da Inglaterra, ao passo que o montante do seu comércio estrangeiro havia subido de virtualmente zero a cerca de 700.000.000 de dólares.

5. A SOCIEDADE NA ERA DA MÁQUINA

Em capítulos próximos teremos ocasião de observar alguns dos efeitos políticos da Revolução Industrial. Por ora, hasta tomar conhecimento dos resultados sociais. Não há dúvida que a maior parte das mudanças sociais importantes do século XIX e do começo do século XX se originaram das grandes transformações econômicas desse período. Um dos mais palpáveis e também um dos mais decisivos desses fatos foi, talvez, o enorme aumento da população. Entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial a população de quase todos os países civilizados cresceu numa proporção sem precedentes. Já em 1800 notavam-se alguns indícios desse fenômeno, em especial na Inglaterra, onde o aumento, durante a segunda metade do século XVIII, foi de aproximadamente 50%. Mas o grosso desse crescimento espetacular veio mais tarde. Entre a batalha de Waterloo e a declaração da Primeira Guerra Mundial, quase quadruplicou a população da Inglaterra e do País de Gales. A da Alemanha subiu de aproximadamente 25.000.000 em 1815 a quase 70.000.000 uma centena de anos depois. O número de habitantes da França quase duplicou entre a queda de Napoleão e a Guerra Franco-Prussiana, ao passo que o total da população russa se

elevou a mais do dobro nos cinquenta anos anteriores a 1914. A despeito de fatores adversos, como a fome na Irlanda e na Rússia, a emigração para a América e moléstias resultantes do congestionamento das cidades, a população global da Europa subiu de 190.000.000 em 1800 a 460.000.000 em 1914.

Para descobrir as razões desse crescimento inaudito precisamos examinar diversos fatores. Em primeiro lugar, ele se deveu até certo ponto aos efeitos da Revolução Comercial, que aumentou o vigor da raça proporcionando-lhe uma alimentação mais abundante e variada. Em segundo, foi uma consequência da instalação de hospitais infantis e de maternidades, bem assim como do progresso da ciência médica, que conseguiu praticamente eliminar, pelo menos na Europa Ocidental e dos Estados Unidos, a varíola, o escorbuto e a cólera. Uma terceira causa foi possivelmente a influência do nacionalismo, do desenvolvimento do orgulho racial e da obsessão patriótica. Povos dotados de uma sólida convicção da sua própria superioridade e confiantes na vitória em lutas futuras costumam proliferar com grande rapidez. Tais eram as qualidades que caracterizavam a maioria das nações no século XIX. Como os antigos hebreus, desejavam uma descendência numerosa a fim de sobrepujar as seus inimigos ou na esperança de difundir a sua cultura superior entre os povos atrasados da terra. Mas a mais importante de todas as causas, pelo menos na Europa, parece ter sido a influência da Revolução Industrial ao capacitar áreas limitadas a sustentar um grande número de indivíduos. Isto se tornou possível não só por ter a mecanização da agricultura aumentado a produtividade do solo, mas também porque o sistema fabril multiplicou as possibilidades de ganhar a vida por outros meios que não o cultivo da terra.

Os países ricos de recursos industriais puderam então sustentar um número de indivíduos muitas vezes maior do que teria sido possível numa economia de base agrária. Depois da Primeira Guerra Mundial, essa concentração de trabalhadores na indústria tem suscitado problemas embaraçosos. Em resultado da estrangulação do comércio internacional, muitos países acharam quase impossível manter em funcionamento os seus sistemas industriais, a não ser expandindo a produção de armamentos e adotando um extenso programa de construções públicas.

Antes que a segunda fase da Revolução Industrial tivesse completado o seu curso, a curva de crescimento da população começou a mostrar uma

tendência para baixar. Essa tendência foi notada primeiramente na França, onde o aumento do número de habitantes havia quase cessado já em 1870. Depois de 1918 um fenômeno semelhante se manifestou em outros países. Em geral, calcula-se que a Inglaterra atingirá um nível estacionário em 1960 e os Estados Unidos aproximadamente em 1990. Por trás dessa tendência atuam duas causas principais: o cerceamento da imigração e o decréscimo do índice de natalidade. O primeiro tem impedido o preenchimento de áreas pouco povoadas e o alívio ao congestionamento dos países mais antigos. Houve tempo em que o excedente de habitantes dos países superpovoados da Europa podia buscar uma nova pátria nos Estados Unidos ou nas repúblicas da América do Sul. A emigração desses contingentes não só aumentava a população dos países em que se estabeleciam mas também, por diminuir a densidade de população da sua terra natal, possibilitava também ali a expansão numérica. O resultado foi, em todo o decurso do século XIX, um considerável aumento da população total do mundo ocidental. Mas a causa predominante da diminuição do índice de crescimento foi o declínio do excesso de nascimentos sobre os óbitos. Desde cerca de 1880 o índice de natalidade, na Europa Ocidental, diminuiu em média da metade. Na Inglaterra, esse índice caiu de 36.3 por mil em 1876 a 14,8 por mil em 1934. Durante aproximadamente o mesmo período, a queda na Alemanha foi de 40,9 para 17,5, menos do que o suficiente para manter um nível estacionário. As razões desse violento declínio não se encontram na pobreza ou nas agruras do trabalho, mas sim na ascensão do padrão de vida, que faz dos filhos antes um inconveniente que uma vantagem. O sentimento de rebelião e de desilusão da mocidade, que veio na esteira da Primeira Guerra Mundial, foi uma causa cooperante. Durante a Segunda Guerra Mundial muitos países acusaram um forte acréscimo do número de nascimentos, mas os sociólogos consideram isso como um fenômeno secundário que pouco influirá na tendência dominante.

Um efeito da Revolução Industrial intimamente relacionado com o crescimento demográfico foi a urbanização crescente da sociedade ocidental. Pelas alturas de 1914 as condições artificiais da vida urbana tinham-se tornado uma norma aceita por imensa percentagem de habitantes das nações industrializadas. O ritmo da urbanização foi particularmente impressionante em países como a Alemanha e a Inglaterra. Na primeira, ainda em 1840, havia apenas duas cidades com 100.000 habitantes ou mais; em 1910, o número destas tinha-se elevado a quarenta e oito. Na Inglaterra, durante os últimos trinta anos do século XIX, cerca de um terço da população rural abandonou definitivamente a vida agrícola. O recenseamento inglês de 1901 revelou que o número de pessoas que trabalhavam na lavoura era apenas de cerca de 20% dos trabalhadores industriais. Nos Estados Unidos, a despeito da sua riqueza em recursos agrícolas, houve um movimento semelhante de fuga à terra, ainda que em ritmo mais lento. Em 1915 a proporção de americanos que viviam em áreas urbanas tinha-se elevado a cerca de 40%, e em 1920 a mais da metade. As causas desse afluxo para as cidades grandes e pequenas foram os crescentes atrativos da vida urbana e o constante declínio da procura de braços para a agricultura, em consequência da mecanização da lavoura. Isso teve tanto bons como maus efeitos. A fuga ao solo libertou grande número de homens

e mulheres do isolamento da vida rural, da tirania do tempo atmosférico, da idiotia dos costumes primitivos e de uma enfadonha existência de trabalho solitário em terras ingratas. Mas, ao mesmo tempo, transformou muitos deles em joguetes ou instrumentos dos seus empregadores capitalistas. Alguns se tornaram verdadeiros autômatos que executavam a sua tarefa maquinalmente, com pequeno senso de responsabilidade ou compreensão do seu lugar no quadro econômico e sem nada para lhes estimular os esforços a não ser a esperança de um salário que lhes permitisse viver. Se isso os livrava dos azares das pragas e das secas, também os expunha aos novos perigos da perda de emprego resultante da superprodução e colocava-os à mercê de um sistema sobre o qual não tinham nenhum controle.

Um terceiro grande resultado da Revolução Industrial foi a criação de duas novas classes: a burguesia industrial e o proletariado. A primeira, composta dos proprietários de fábricas, minas e estradas de ferro, arregimentou-se ao lado da antiga classe média de comerciantes, banqueiros e advogados. Com o seu número e a sua influência assim fortalecidos, essa burguesia mista logo deixou de ser uma classe média e tornou-se, para todos os fins, o elemento dirigente da sociedade. Em alguns casos isso se conseguiu empurrando para o segundo plano a antiga aristocracia territorial, em outros pela fusão com ela. Mas nem bem os capitalistas e empresários tinham conquistado a ascendência, começaram a dividir-se. Os grandes banqueiros e magnatas da indústria e do comércio passaram a constituir a alta burguesia, com ambições um tanto diferentes das da pequena burguesia, constituída pelos pequenos comerciantes, pelos pequenos industrialistas e pelos membros das profissões liberais. A tendência da alta burguesia era absorver-se cada vez mais no capitalismo financeiro. Os seus componentes se dedicavam à especulação com fundos públicos, ao lançamento de novas empresas com vistas no lucro imediato, sem levar em consideração o que pudesse advir mais tarde, e à reorganização de negócios já existentes, que passavam a controlar para fins de monopólio ou especulação. Para os dirigentes dessa classe, qualquer forma de intervenção do estado era execrável; sustentavam que o livre empreendimento era essencial ao progresso econômico. A pequena burguesia, por outro lado, começou a mostrar sinais de um interesse vital pela estabilidade e pela segurança. Em muitos países, os membros desta classe puseram-se a propugnai- medidas para obstar à especulação, assegurar a estabilidade dos preços e eliminar as

cadeias de lojas e os monopólios, chegando até a preconizar a nacionalização das utilidades públicas. Foi, em parte, este grupo que prestou o mais forte apoio a Mussolini e Hitler nos primeiros tempos.
A Revolução Industrial também fêz surgir um proletariado que se tornou suficientemente forte, com o tempo, para desafiar a supremacia burguesa. Em certo sentido, o proletariado existe desde a aurora da civilização, uma vez que o termo inclui todos os indivíduos que dependem de um salário para ganhar a vida. Os trabalhadores livres da Grécia e da Roma antigas foram proletários, e também o eram os jornaleiros, os seareiros e agregados da Idade Média. Mas antes da Revolução Industrial os assalariados formavam unia pequena parte da classe trabalhadora, pois a maioria dos que trabalhavam para viver estavam presos à agricultura, primeiramente como servos e mais tarde como rendeiros e meeiros. Além disso, os poucos proletários existentes tinham escassa consciência de classe. A Revolução Industrial, concentrando grande número de trabalhadores nas cidades e submetendo-os a abusos comuns, despertou neles um certo espírito de solidariedade e imbuiu-os de comuns aspirações. Não obstante, o seu poder como classe econômica foi limitado. durante muitos anos, por uma legislação severa. Nenhuma nação ocidental, por exemplo, concedeu o direito de greve senão depois de 1850. E somente nos fins do século XIX puderam os trabalhadores organizados exercer uma influência ponderável na política dos seus governos. Nem mesmo o mais bilioso dos críticos poderia negar que a Revolução Industrial trouxe grandes benefícios materiais aos habitantes das nações ocidentais. É incontestável que ela ofereceu ao homem contemporâneo enormes quantidades de mercadorias e um número assombroso de petrechos para proporcionar-lhe facilidade e conforto. Mas terão as várias classes da sociedade participado de tais benefícios numa proporção mais ou menos equitativa? Esta é uma questão totalmente diversa. Parece não haver dúvida quanto a terem os salários reais, isto é, os salários em função do poder aquisitivo, subido muito rapidamente no decurso do século XIX. Um ilustre economista, Sir Josiah Stamp, calculou que o inglês médio, em 1913, era quatro vezes mais bem remunerado, sob o ponto de vista do que os seus rendimentos lhe permitiam adquirir, do que os seus tataravós em 1801. Entre 1880 e 1930 os salários reais, na Inglaterra, aumentaram de 50% em média e os salários dos operários menos bem pagos tiveram um acréscimo ainda maior. Aumentos

semelhantes verificaram-se na Alemanha e na França. Nos Estados Unidos, o salário médio semanal dos trabalhadores industriais subiu de 54% entre 1909 e 1940, se bem que a semana média de trabalho tivesse baixado de 51,7 para 38,3 horas. Não são menos notáveis os indícios de melhora dos padrões de vida. Na Alemanha, o consumo médio de carne por cabeça aumentou de 17 quilos em 1818 para 52 quilos em 1912. As cifras relativas ao consumo do mesmo artigo nos Estados Unidos mostram um aumento de 53 quilos em 1935 para 63,5 quilos em 1951. Entre 1918 e 1951, o número de telefones nos Estados Unidos triplicou virtualmente, enquanto o número de automóveis se tornava mais de seis vezes maior. Neste último ano, o país tinha um telefone para cada 3 ½ pessoas e um automóvel para cada 3 3/5. Seria difícil provar que os trabalhadores americanos, pelo menos, não participaram desse aumento da prosperidade geral. Por outro lado, é inegável que a distribuição da riqueza dos Estados Unidos estava longe de ser equitativa. Em 1943, aquela décima parte das famílias americanas que tinham os rendimentos mais baixos recebiam apenas 1,5 percento da renda global do país, enquanto a décima parte mais favorecida recebia 34,2 percento desse total.

O ano de 1949 foi o último antes que a Guerra da Coréia começasse a elevar apreciavelmente a renda nacional dos Estados Unidos. Durante esse ano, o rendimento bruto ajustado de todos os americanos que encaminharam suas declarações às repartições do imposto sobre a renda montou a cerca de 161 bilhões de dólares. Esta cifra abrange salários, ordenados, rendas propriamente ditas, juros e dividendos percebidos por indivíduos ou por famílias. Não inclui, porém, os lucros das entidades coletivas. Como se vê, os rendimentos pessoais dos americanos estavam longe de achar-se equitativamente distribuídos, embora a situação fosse bastante melhor do que quinze anos atrás. O gráfico acima revela que 60% percebiam rendimentos anuais inferiores a 3.000 dólares e mais de um terço tinha de contentar-se com menos de 2.000 dólares. 51 milhões de pessoas auferiam rendimentos bastante elevados para incidir no imposto sobre a renda, mas isso representava apenas pouco mais de metade da população maior de 21 anos. Se bem que muitos dos indivíduos isentos do imposto fossem agricultores cujos rendimentos não podiam ser devidamente calculados em dinheiro, permanecia a evidência de que muitos americanos que trabalhavam para viver não chegavam a perceber salários vitais. (Diretoria da Renda Interna do Departamento do Tesouro dos E. Unidos, “Statistics of Income for 1949”, p. 12.)

Além disso, é pelo menos duvidoso que a mecanização da indústria tenha contribuído tanto como comumente se supõe para o bem-estar material das classes trabalhadoras. Escrevendo em 1848, John Stuart Mill punha em dúvida que todas as invenções mecânicas até então conhecidas houvessem aliviado a labuta cotidiana de um único ser humano. Esse julgamento não seria talvez exagerado se fosse repetido mesmo em relação aos nossos dias. Em muitos casos, o trabalhador comum de hoje parece continuar sujeito às mesmas tarefas extenuantes de sempre. Os dispositivos economizadores de trabalho capacitam o operário a produzir mais, mas é duvidoso que realmente lhe poupem muito trabalho. Seja qual fôr a situação atual, é indubitável que nos primórdios da Revolução Industrial a introdução das máquinas não representou grande vantagem para o trabalhador. Fizeram elas, muitas vezes, com que homens robustos e capazes fossem alijados dos seus empregos pelo trabalho mais barato de mulheres e de crianças. Além disso, muitas fábricas, particularmente as de tecidos, eram piores do que prisões. Tinham janelas pequenas que em geral se conservavam fechadas a

fim de manter a umidade necessária à manufatura do algodão. A atmosfera viciada, o calor sufocante, a falta de higiene, a par de horários intoleráveis, reduziam inúmeros operários a pobres criaturas macilentas e minadas pela tísica, arrastando bom número deles ao alcoolismo e ao crime. Acresce que as novas cidades industriais se desenvolveram tão rapidamente e de maneira tão desordenada que, durante certo tempo, as condições de habitação dos pobres foram abomináveis. Ainda em 1840, em Manchester, um oitavo das famílias da classe operária vivia em porões. Outras amontoavam-se em miseráveis habitações coletivas, com até doze pessoas a morar num só quarto. Eram tão pavorosas essas condições que os empregados das fábricas inglesas tinham, no começo do século XIX, um nível de vida talvez inferior ao dos escravos nas plantações americanas. Ao lado desses males, porém, é preciso levar em conta que a Revolução Industrial facilitou a organização dos operários, capacitando-os a usar o poder da ação coletiva para obter salários mais altos e, por fim, a melhoria das condições de trabalho. Além disso, é incontestável que as classes inferiores foram beneficiadas pela baixa de preços decorrente da produção em massa.

6. AS NOVAS DOUTRINAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

A Revolução Industrial produziu uma messe completa de teorias económicas — parte delas para justificar a nova ordem, parte para submetêla à análise crítica e o restante como evangelho de reforma social. Assim que o sistema fabril se consolidou e os lucros começaram a encher os cofres dos novos senhores do mundo, alguns dos mais francos e combativos dentre eles levantaram-se em defesa dos seus privilégios. Ao fazê-lo, demonstravam amiúde uma fria indiferença para com a situação das massas e uma impudente confiança no seu próprio direito ao domínio do planeta, confiança que teria causado inveja aos nobres do antigo regime. Alguns apologistas do novo sistema evoluíram mesmo para um tipo de Bourbons econômicos, desconhecendo todo o passado e fechando os olhos aos perigos do futuro. Essa atitude era expressa por doutrinas segundo as quais a propriedade privada era inviolável, cada qual tinha o direito de fazer o que quisesse com o que era seu e a pobreza era sempre o resultado da preguiça e da incompetência. Alguns corifeus do novo capitalismo chegaram a afirmar que a pobreza é um bem para as massas, uma vez que as ensina a respeitar os seus superiores e a ser agradecidas à Providência pelos escassos benefícios que recebem. Um clérigo inglês, escrevendo por volta de 1830,

expôs o ponto de vista de que era uma lei da natureza o serem alguns pobres, a fim de que os misteres sórdidos e ignóbeis da comunidade pudessem ser desempenhados. Opinava que desse modo era muito aumentado o cabedal de felicidade humana, pois "os mais delicados não somente ficam aliviados de trabalhos penosos e ingratos e daquelas ocupações ocasionais que os tornariam infelizes, mas também podem... seguir as profissões que mais se ajustem aos seus diversos temperamentos e que mais úteis sejam ao estado".

Mas algumas dessas teorias econômicas, mesmo defendendo o ideal capitalista, eram mais desinteressadas. Isto se aplica, pelo menos em certa medida, aos ensinamentos dos economistas clássicos ou economistas liberais, como às vezes sao chamados. O fundador da economia clássica foi Adam Smith, cuja obra discutimos no Capítulo 21. Embora Smith houvesse escrito antes de o capitalismo industrial ter alcançado o seu completo desenvolvimento e alguns dos seus ensinamentos não se harmonizassem de todo com a interpretação estrita do laissez-faire, havia, nas inferências gerais da sua teoria, justificativa suficiente para aclamá-lo como o profeta dos ideais capitalistas. As doutrinas específicas dos economistas clássicos foram, no entanto, em grande parte obra dos discípulos de Smith, inclusive escritores eminentes como Thomas R. Malthus, David Ricardo, James Mill e Nassau Senior. Os elementos principais da teoria, subscritos pela maioria desses homens, podem ser sumariados assim:

1) Individualismo econômico. Cada indivíduo tem o direito de usar para seu melhor proveito a propriedade que herdou ou adquiriu por qualquer meio lícito. Deve ser permitido a cada pessoa fazer o que quiser com o que é seu, enquanto não transgredir idêntico direito dos demais. Como cada um é quem melhor sabe o que pode torná-lo feliz, a sociedade tirará o máximo proveito quando permitir que cada um de seus membros siga as suas próprias inclinações.

2) Laisses-faire. As funções do estado deveriam ser reduzidas ao mínimo compatível com a segurança pública. Compete ao governo limitarse ao papel de modesto policial, mantendo a ordem e protegendo a propriedade, mas jamais intervindo por qualquer forma no desenrolar dos processos econômicos.

Obediência à lei natural. Existem leis imutáveis a operar no setor econômico como em todas as esferas do universo. Exemplos disso são a lei

da oferta e da procura, a lei dos lucros decrescentes, a lei da renda etc. Tais leis devem ser reconhecidas e respeitadas; deixar de fazê-lo é desastroso.
Liberdade de contrato. Cada indivíduo deve ter a faculdade de negociar o contrato mais favorável que possa obter de qualquer outro indivíduo. Em especial, a liberdade dos trabalhadores e empregadores para combinar entre si a questão do salário e das horas de trabalho não deve ser embaraçada por leis ou pelo poder coletivo dos sindicatos de trabalhadores.
Livre concorrência e livre-câmbio. A concorrência serve para manter os preços baixos, para eliminar os produtores ineptos e assegurar a máxima produção compatível com as necessidades públicas. Conseqüentemente, não se devem tolerar monopólios ou quaisquer leis que fixem os preços em benefício de empreendedores incompetentes. Cumpre, além disso, abolir todas as tarifas protetoras a fim de forçar cada país a se empenhar na produção daquelas mercadorias que está mais capacitado a produzir. Isso também terá o efeito de manter os preços baixos.
Vários discípulos de Adam Smith contribuíram com teorias próprias. Thomas R. Malthus (1766-1834) introduziu, por exemplo, o elemento de pessimismo que fêz com que a nova economia fosse estigmatizada como a "ciência melancólica". Malthus, um clérigo da igreja anglicana e reitor de uma paroquiazinha do Surrey, deu à luz em 1798 o seu memorável Ensaio sobre a população. Publicado originalmente sob a forma de um opúsculo, o Ensaio foi o fruto de algumas discussões que o autor manteve com seu pai sobre a perfectibilidade do homem. O velho Malthus era um adepto de Rousseau, mas impressionou-se tanto com os argumentos do filho contra o otimismo superficial daquele filósofo que insistiu com ele para que os escrevesse. A obrinha provocou sensação imediata e foi, durante muitos anos, tema de discussões. Em 1803 foi ampliada em livro, com base em pesquisas mais extensas que o autor levara a efeito para refutar os seus críticos. A essência da teoria malthusiana é a afirmação de que a natureza prescreveu limites inflexíveis ao progresso humano no que toca à felicidade e à riqueza. Devido à voracidade do apetite sexual, a população tem uma tendência natural para aumentar mais depressa do que os meios de subsistência. Existem, é verdade, alguns freios poderosos como a guerra, a fome, a doença e o vício; mas estes, quando agem de maneira eficiente, aumentam ainda mais o peso dos padecimentos humanos. Segue-se que a pobreza e a dor são inevitáveis. Mesmo que se promulgassem leis

distribuindo equitativamente a riqueza, a condição dos pobres só por algum tempo melhoraria; dentro em breve começariam a gerar famílias numerosas, resultando daí que a situação final da sua classe seria tão má quanto a inicial. Na segunda edição de sua obra Malthus advogava o retardamento do matrimônio como um meio de aliviar a situação, mas continuava a acentuar o perigo de que a população viesse a sobrepujar qualquer possível aumento dos meios de subsistência.

Os principais ensinamentos de Malthus foram adotados e desenvolvidos por David Ricardo (1772-1823), uma das mais penetrantes se não uma das mais vastas inteligências do século XIX. Era Ricardo um judeu inglês que abraçou o cristianismo aos vinte e um anos de idade e casou com uma quacre. Aos vinte e cinco havia feito fortuna na Bolsa e logo se tornou um dos homens mais ricos da Europa. Como economista, Ricardo é famoso em primeiro lugar pela sua teoria do salário de subsistência. De acordo com essa teoria, os salários tendem para um nível apenas suficiente para capacitar os trabalhadores "a subsistir e perpetuar a sua raça, sem aumento nem diminuição". Para Ricardo, esta era uma lei férrea a que não havia escapar. Se temporariamente os salários subissem acima do padrão de subsistência, a população aumentaria e a consequente competição pelos empregos forçaria rapidamente aqueles a voltar ao seu antigo nível. Como a lei de Malthus, na qual se baseia, esta teoria esquecia o fato de que as famílias com um padrão crescente de vida tendem a limitar a sua prole. Ricardo é conhecido, em segundo lugar, pelos seus ensinamentos relativos à renda. Sustentava que esta é determinada pelo custo da produção nas terras mais pobres que devem ser cultivadas e, por conseguinte, à medida que um país se enche de gente uma porção cada vez maior da renda social é retida pelos proprietários rurais. Embora fosse êle próprio um grande proprietário, acusou os que viviam das rendas de suas terras como os maiores inimigos tanto dos capitalistas como dos trabalhadores. Por fim, Ricardo é importante pela sua teoria do trabalho como fundamento do valor, teoria que influenciou uma das principais doutrinas do socialismo marxista. Dava, no entanto, certo significado também ao papel do capital na determinação do valor — uma idéia que Marx abominava.

Em seus últimos anos Ricardo teve amiudados contatos com um interessante grupo de reformadores ingleses, conhecidos como os "radicais filosóficos". Entre os seus líderes havia figuras proeminentes como Jeremy

Bentham, James Mill, o historiador George Grote e o cientista político John Austin. O mais notável economista entre eles foi James Mill (1773-1836), que já mencionamos pela reputação de que goza como filósofo utilitário. Conquanto hoje seja difícil considerar os ensinamentos de James Mill como radicais, tiveram eles um caráter bastante liberal para mostrar que a economia clássica nem sempre era obscurantista e reacionária. As doutrinas expostas em seus Elementos de Economia Política incluem princípios como os seguintes: 1) o principal objetivo dos reformadores práticos deveria ser o de evitar que a população cresça com demasiada rapidez, pois que a riqueza utilizável para fins de produção não aumenta na mesma proporção que o número de habitantes ; 2) o valor dos artigos comerciais depende inteiramente do montante de trabalho necessário para produzi-los; e 3) a valorização da terra que não provém do trabalho, mas resulta exclusivamente de causas sociais, como por exemplo a construção de uma nova fábrica nas vizinhanças, deveria ser fortemente tributada pelo estado. Esta última doutrina, baseada na teoria da renda de Ricardo, estava destinada a gozar de ampla aceitação na Inglaterra. Sob uma forma modificada, foi incorporada ao evangelho do Partido Liberal nos primeiros anos do século XX e inspirou o célebre orçamento de Lloyd George para 1909. O mais capaz dos economistas clássicos que apareceram depois de Ricardo foi, talvez, Nassau William Senior (1790-1864). Foi o primeiro professor de economia política em Oxford e também ilustre advogado, tendo desempenhado vários encargos reais. Como a maioria dos seus predecessores, Nassau considerava a economia como uma ciência dedutiva. Afirmava que todas as suas verdades podiam ser derivadas de um número limitado de grandes princípios abstratos. Felizmente, ele próprio nem sempre se atinha a esse método, em particular ao tratar de questões de caráter só parcialmente econômico. Destarte, ao mesmo tempo que defendia o princípio do laissez-faire batia-se por uma interferência governamental crescente em assuntos como a saúde, a habitação e a educação. Sua principal contribuição foi a teoria de que a abstinência cria um direito à riqueza. Admitia que o trabalho e os recursos naturais são os instrumentos primários do valor, mas sustentava que a abstinência era um instrumento secundário. Argumentava, a partir daí, que o capitalista que se priva de gozar toda a sua riqueza a fim de acumular um excedente para empregá-lo em novos negócios tem direito aos lucros da produção. A sua abstinência

implica em sacrifício e dor, não menos que o trabalho do operário. Conseqüentemente, é injusto dar toda a recompensa a este último. A má reputação de Sénior provém sobretudo de êle ter condenado as exigências de uma redução da jornada de trabalho, formuladas pelas uniões trabalhistas. Tinha a convicção sincera, mas errada, de que todo o lucro líquido de uma empresa industrial resulta da última hora de trabalho. Portanto, diminuir o dia de trabalho importaria em eliminar os lucros, donde adviria o fechamento das fábricas. Por causa desta doutrina foi êle alcunhado pelos seus críticos "Senior da Última Hora". A maioria dos economistas clássicos ou liberais foram cidadãos britânicos, em parte porque o liberalismo econômico se harmonizava melhor com o liberalismo político, que era mais forte na Inglaterra do que em qualquer outro país europeu, e em parte porque os industriais ingleses começavam a perceber importantes vantagens numa política de livrecâmbio com o resto do mundo. No Continente europeu, entretanto, as condições eram inteiramente diversas. Ali ainda persistiam as antigas tradições de governo forte. Além disso, os manufatores continentais estavam tentando construir organizações industriais capazes de competir com as inglesas. Para consegui-lo era necessário dispor do patrocínio e da proteção do estado. Não é de surpreender, portanto, que a maioria dos adversários do liberalismo econômico pertencesse aos países continentais. Não obstante, pelo menos um dos críticos mais capazes dessa escola foi um inglês: o brilhante filósofo utilitário John Stuart Mill (1806-73). Embora Mill, como economista, seja frequentemente colocado entre os liberais, a verdade é que ele repudiou algumas das mais sagradas premissas destes. Em primeiro lugar, rejeitava a universalidade da lei natural. Admitia existirem leis imutáveis que governam a produção, mas afirmava que a distribuição da riqueza pode ser regulada pela sociedade em proveito da maioria dos seus membros. Em segundo lugar, advogava certas medidas que divergiam mais radicalmente da doutrina do laissez-faire do que as recomendadas por qualquer dos seus precursores. Não se opunha à legislação para abreviar em certas condições a jornada de trabalho e acreditava que o estado pode muito bem tomar certas providências preliminares no sentido de redistribuir a riqueza, mediante a tributação das heranças e a apropriação do produto da valorização indébita da terra. No quarto livro dos seus Princípios de Economia Política insiste na abolição do sistema de salários e almeja uma sociedade composta de

cooperativas de produtores, em que os trabalhadores seriam donos das fábricas e elegeriam os dirigentes. Por outro lado, não se deve esquecer que Stuart Mill era demasiado individualista para ir muito longe no sentido do socialismo. Desconfiava do estado e a verdadeira razão pela qual defendia as sociedades cooperativas não era exaltar o poder do proletariado mas dar a cada trabalhador os frutos do seu trabalho.
O mais conhecido dos economistas alemães que pregaram teorias opostas às da escola clássica foi Friedrich List (1789-1846), o qual deveu a inspiração de algumas de suas idéias a uma estada de sete anos na América. List condena as doutrinas do laissez-faire e da liberdade do comércio internacional. Sustentando que a riqueza de uma nação é determinada menos pelos recursos naturais do que pela força produtiva dos seus cidadãos, declarava que é dever dos governos promover as artes e as ciências e fazer com que cada indivíduo empregue o máximo de sua capacidade na cooperação em prol do bem comum. Exaltava o desenvolvimento integral da nação como fato de suma importância, sem levar em conta os efeitos sobre as fortunas imediatas dos cidadãos particulares. Opinando que as manufaturas são essenciais a tal desenvolvimento, pedia a imposição de tarifas protetoras até que as novas indústrias fossem capazes de competir com as de qualquer outro país. List é o precursor de uma grande linhagem de economistas alemães que se propuseram fazer do estado o guardião da produção e da distribuição da riqueza. O objetivo desses homens era menos o de garantir a justiça para o indivíduo do que a ideia de consolidar a unidade e aumentar o poder da nação. Acreditavam que o governo não só devia impor tarifas protetoras mas também regular e planejar o desenvolvimento da indústria, de modo a estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo. Em geral, suas ideias representam uma mistura de nacionalismo económico e de coletivismo, fornecendo assim a base de algumas teorias alemãs mais recentes.
Encontramos em seguida um grupo de teóricos que se interessam mais pela justiça social do que em descobrir leis econômicas ou em lançar as bases da prosperidade nacional. Os primeiros representantes dessa atitude mais radical são os socialistas utópicos, assim chamados por terem apresentado programas idealistas de sociedades cooperativistas em que todos trabalhariam em tarefas apropriadas e compartilhariam os resultados dos seus esforços comuns. Os socialistas utópicos eram, em grande parte,

herdeiros do Iluminismo. Como os filósofos desse movimento, acreditavam que todo crime e toda cobiça são frutos de um mau ambiente. Se os homens pudessem libertar-se de hábitos viciosos e de uma estrutura social que facilita a escravização do fraco pelo forte, todos viveriam juntos em paz e harmonia. Conseqüentemente, os socialistas utópicos recomendavam a fundação de comunidades-modelo, capazes, tanto quanto possível, de se bastarem a si mesmas, em que a maior parte dos instrumentos de produção fossem de propriedade coletiva e cujo governo fosse organizado principalmente sobre uma base voluntária. Entre os primeiros propagadores de tais planos está o francês Charles Marie Fourier (1772-1837), mas o mais sensato e realista de todos é Robert Owen (1771-1858). Natural do País de Gales, Owen passou de artífice-aprendiz a co-proprietário e gerente de um grande cotoni-fício em New Lanark, na Escócia. Construiu ali novas casas para os seus operários, reduziu-lhes a jornada de trabalho de 14 para 10 horas e instalou escolas gratuitas para os filhos dos trabalhadores. A forte depressão resultante das guerras napoleônicas convenceu-o de que a ordem econômica precisava urgentemente de uma reforma. Como muitos têm feito desde então, concluiu que o sistema de lucro era a causa de todas as perturbações. É o lucro, afirmava ele, que coloca o operário na impossibilidade de comprar as coisas que produz. Daí resultam a superprodução, as crises periódicas e o desemprego. Como solução, Owen propunha a organização da sociedade em comunidades cooperativas em que a única recompensa de cada um fosse uma remuneração proporcional às horas reais de trabalho. Algumas comunidades desse tipo foram de fato instaladas, sendo as mais famosas as de Orbiston, na Escócia, e a de New Harmony, no estado norte-americano da Indiana. Por várias razões, todas elas fracassaram dentro de curtíssimo espaço de tempo. Uma forma de socialismo mais influente foi o chamado "socialismo científico" de Karl Marx (1818-83). Filho de um advogado judeu que se convertera ao cristianismo por motivos de interesse profissional, Marx nasceu em Treves, perto de Coblença, na Renânia. O pai planejou para ele uma carreira de advogado burguês e, com esse fim em vista, matriculou-o na Universidade de Bonn. O jovem Marx, no entanto, logo se desgostou do direito e abandonou os estudos jurídicos para se atirar à filosofia e à história. Depois de passar um ano em Bonn transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde caiu sob a influência de um grupo de discípulos de Hegel que

desviavam os ensinamentos do mestre num sentido levemente radical. Embora Marx se tivesse doutorado em filosofia pela Universidade de Iena, em 1841, seus pontos de vista críticos impediram-no de realizar a sua ambição, que era tornar-se professor universitário. Voltou-se então para o jornalismo, dirigindo vários periódicos radicais e colaborando em outros. Em 1848 foi preso sob a acusação de alta traição, por ter participado do movimento revolucionário da Prússia. Apesar de absolvido por um júri pequeno-burguês, foi em seguida expulso do país. Entrementes fizera-se amigo íntimo de Friedrich Engels (1820-95), que foi por todo o resto da vida seu discípulo e alter ego. Em 1848, ambos publicaram o Manifesto Comunista, o "primeiro grito do socialismo moderno que nascia". Desde essa data até a sua morte em 1883, Marx viveu quase exclusivamente em Londres, lutando com a pobreza, escrevendo de quando em quando artigos para a imprensa (alguns dos quais vendeu à New York Tribune, a cinco dólares cada um), mas passando em geral o tempo a compulsar, da manhã à noite, empoeirados manuscritos da Biblioteca do Museu Britânico a fim de colher material para uma grande obra da economia política. Em 1867 publicou o primeiro volume dessa obra. que recebeu o título de O Capital. Depois de sua morte foram dados à luz outros dois volumes, com base nos seus manuscritos revistos e editados por Engels.

Nem todos os ensinamentos de Karl Marx eram completamente originais. Devia algumas de suas idéias a Hegel, outras a Louis Blanc e provavelmente outras ainda a Ricardo. Não obstante, Marx foi o primeiro a combinar essas idéias num vasto sistema e a dar-lhes o seu pleno significado como explicação dos fatos econômicos. Como a teoria marxista se tornou uma das filosofias mais influentes dos tempos modernos, é necessário compreender-lhe as premissas fundamentais. As mais importantes dentre elas são as seguintes:

A interpretação econômica da história. Todos os grandes movimentos políticos, sociais e intelectuais da história têm sido determinados pelo ambiente econômico em que surgiram. Marx não pretendia que o motivo econômico fosse a única explicação do comportamento humano, mas afirmava que toda transformação histórica fundamental, sejam quais forem os seus característicos superficiais, tem resultado de alterações nos métodos de produção e de troca. Assim, a Revolução Protestante foi, na essência,

um movimento econômico; as discordâncias quanto a credos religiosos não passavam de “véus ideológicos” a ocultar as causas reais.
O materialismo dialético. Cada sistema económico particular, baseado em padrões definidos de produção e de troca, cresce até alcançar um ponto de máxima eficiência, após o que começam a desenvolver-se contradições e fraquezas internas que trazem consigo a sua rápida decadência. Enquanto isso, vão-se estabelecendo pouco a pouco os fundamentos de um sistema oposto, o qual acaba por substituir o antigo ao mesmo tempo que lhe absorve os elementos mais valiosos. Esse processo dinâmico de evolução histórica prosseguirá por meio de uma série de vitórias da nova ordem sobre a antiga, até que seja atingida a meta perfeita do comunismo. Depois disso, sem dúvida haverá ainda mudanças, mas serão mudanças dentro dos limites do próprio comunismo. A luta de classes. Toda a história é feita de lutas entre as classes. Na antiguidade, tratava-se de uma luta entre amos e escravos, entre patrícios e plebeus; na Idade Média, de um conflito entre os mestres das corporações e os jornaleiros; nos nossos tempos, o choque ocorre entre a classe capitalista e o proletariado. A primeira compreende aqueles cuja renda principal resulta da posse dos meios de produção e da exploração do trabalho alheio. O proletariado inclui aqueles cuja subsistência depende principalmente de um salário, os que precisam vender a força do seu braço para viver.
A doutrina da mais-valia. Toda riqueza é criada pelo trabalhador. O capital nada cria, mas êle próprio é criado pelo trabalho. O valor de todas as utilidades é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-las. O trabalhador, porém, não recebe o valor total do que o seu trabalho cria; ao invés disso, recebe um salário que, por via de regra, é suficiente apenas para capacitá-lo a subsistir e a reproduzir a sua raça. A diferença entre o valor que o trabalhador produz e o que ele recebe é a mais-valia, que vai para as mãos do capitalista. Em geral, ela consiste em três elementos diversos : juros, renda e lucros. Como o capitalista não cria qualquer destas coisas, segue-se que êle é um ladrão que se apropria dos frutos da fadiga do trabalhador.
A teoria da evolução socialista. Quando o capitalismo tiver recebido o golpe de morte às mãos dos operários, seguir-se-á uma fas, e de socialismo que terá três característicos: a ditadura do proletariado; a remuneração de acordo com o trabalho realizado; a posse e a administração, pelo estado, de

todos os meios de produção, distribuição e troca. O socialismo, porém, destina-se a ser mera transição para algo superior. Em tempo oportuno seguir-se-á o comunismo, meta final da evolução histórica. O comunismo .significará, antes de mais nada, uma sociedade sem classes. Ninguém viverá da propriedade, mas todos viverão unicamente do trabalho. O estado desaparecerá então e será relegado ao museu de antiguidades, "juntamente com o machado de bronze e a roda de fiar". Nada o substituirá, exceto associações voluntárias para controlar os meios de produção e suprir as necessidades sociais. Mas a essência do comunismo é o pagamento segundo as necessidades. O sistema de salários será completamente abolido. Cada cidadão deverá trabalhar de acordo com as suas capacidades e terá direito a receber do monte total das riquezas produzidas uma quantia proporcional às suas necessidades. Esse é, de acordo com a concepção marxista, o apogeu da justiça.

A influência de Karl Marx nos séculos XIX e XX só pode ser comparada à influência de Voltaire e Rousseau no século XVIII. Sua doutrina da interpretação econômica da história é admitida até por historiadores que não são seus adeptos. Possui discípulos em todas as nações civilizadas do planeta, e também em muitos países atrasados. Na Rússia é quase um deus, sendo o seu dogma do materialismo dialético adotado ali não só como fundamento da economia mas como norma a que se devem conformar também a ciência, a filosofia, a arte e a literatura. Em todas as nações industrializadas, antes da Primeira Guerra Mundial, havia um partido socialista de considerável importância, sendo o da Alemanha o que teve mais forte representação no Reichstag depois de 1912. Em quase toda parte o desenvolvimento do socialismo tem exercido uma influência vital na promulgação de leis de seguro social e de salário mínimo, bem como na tributação da renda e das heranças com a mira numa redistribuição da riqueza. Marx, está claro, não se interessava por essas coisas como fins em si mesmas, mas as classes governantes acabaram convencendo-se da necessidade de adotá-las como uma posta de carne a ser jogada à fera socialista. Os socialistas em geral também deram o seu apoio ao movimento cooperativista, à encampação das estradas de ferro e dos serviços de utilidade pública, bem assim como a inúmeros planos para proteger os trabalhadores e os consumidores contra o poder do capitalismo monopolizador.

Pelos fins do século XIX os adeptos de Marx dividiram-se em duas facções. A maioria, em quase todos os países, aderiu às doutrinas de uma seita conhecida como os revisionistas, os quais como o nome indica, acreditam que as teorias de Marx devem ser revistas para se porem de acordo com as condições mutáveis. A outra facção era formada pelos marxistas ortodoxos, que sustentavam não dever ser modificada uma só linha dos ensinamentos do mestre. Além dessa divergência de atitude geral, havia também diferenças específicas. Enquanto os revisionistas advogavam a marcha para o socialismo por meios pacíficos e graduais, os marxistas ortodoxos eram revolucionários. Aqueles concentravam a sua atenção nas reformas imediatas, de acordo com o lema: "Menos por um futuro melhor, mais por um presente melhor"; estes exigiam a ditadura do proletariado, ou nada. Os líderes da facção majoritária inclinavam-se a reconhecer os interesses particulares das nações, eram propensos a aludir ao dever para com a pátria e frequentemente apoiavam os pedidos dos seus governos para que se aumentasse es armamentos e se prolongasse a duração do serviço militar. Os marxistas ortodoxos, por outro lado, eram internacionalistas intransigentes ; apegavam-se à sentença de Marx, segundo a qual o proletariado mundial é uma grande irmandade, e eram hostis ao pátriotismo e o nacionalismo, como estratagemas capitalistas para lançar poeira nos olhos dos operários. De modo geral, foram os revisionistas que ganharam o controle dos partidos socialistas na maioria das nações ocidentais. Tanto o Partido Social-Democrático da Alemanha como o Partido Socialista Unificado da França e o Partido Socialista dos Estados Unidos eram largamente dominados pela facção moderada. Na Inglaterra, a direção do Partido Trabalhista foi ocupada em várias ocasiões pelos socialistas "fabianos", assim chamados por causa da sua política de contemporização que imitava a tática de Fábio, general romano das guerras contra Cartago. Aproximadamente em 1918 a maioria dos marxistas ortodoxos desligaram-se definitivamente dos partidos socialistas, e desde então são conhecidos como comunistas. Entretanto, o marxismo ortodoxo na sua forma comunista tem revelado, nos últimos anos, a tendência de modificar o internacionalismo de Marx e exaltar o patriotismo e a defesa do país natal. Isso foi observado em particular na Rússia e em alguns dos seus satélites durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos subsequentes.

Muitos idealistas sociais do século XIX e do começo do século XX eram socilitados pelos desejos contraditórios de melhorar o bem-estar da sociedade por meios coletivistas e de conquistar um máximo de liberdade para o indivíduo. Já vimos que os próprios marxistas visavam a abolição final do estado. Mas o dilema coletivismo-individualismo recebeu muito mais atenção da parte dos anarquistas. Numa definição estrita, o anarquismo significa oposição a todo governo baseado na força. Os adeptos desta filosofia têm admitido, em geral, a necessidade de uma certa forma de organização social, mas condenam o estado coercitivo como absolutamente incompatível com a liberdade humana. Quanto à questão do que deveria ser feito com o sistema económico, os anarquistas discordavam profundamente entre si. Alguns eram puros individualistas, afirmando que os direitos do homem a possuir e usar a propriedade só devem estar submetidos às "leis da natureza. O pai do anarquismo, William Goldwin (1756-1836), acreditava que se a terra fosse tão gratuita como o ar não seria necessária qualquer outra mudança na estrutura económica. Na opinião do anarquista francês Pierre Proudhon (1809-65), seria suficiente que a sociedade desse crédito gratuito e ilimitado a cada um para assegurar a justiça econômica. Tal plano, segundo êle, impediria que qualquer indivíduo monopolizasse os recursos da terra e garantiria a todos os cidadãos económicos e industriosos a plena recompensa dos seus trabalhos.
Mas os primeiros anarquistas que exerceram verdadeira influência foram os que combinaram o ódio ao estado com uma filosofia coletivista definida. Em primeiro plano entre eles, encontramos os três grandes aristocratas russos Mikhail Bakunin (1814-76), Piotr Kropotkin (1842-1921) e Leon Tolstoi (1828-1910). Embora seja muitas vezes classificado como anarquista-comunista, Bukunin achava-se, na realidade, muito mais próximo do socialismo. Esteve mesmo, durante algum tempo, ligado aos adeptos de Marx na Associação Internacional de Trabalhadores, fundada em Londres no ano de 1864. O seu programa de uma nova sociedade incluía a propriedade coletiva dos meios de produção, a abolição da mais-valia e o pagamento de acordo com o trabalho realizado. Em outras palavras, assemelhava-se muito ao programa do marxismo na sua fase socialista, com a diferença, naturalmente, de não admitir a conservação do estado. Bakunin é também famoso como o pai do anarquismo terrorista. Advogando a subversão do estado e do capitalismo pela violência, inspirou o que mais

tarde veio a ser chamado “propaganda pela ação” e que consistia em atrair a atenção para a causa anarquista assassinando alguns estadistas proeminentes ou exploradores detestados. É aos adeptos de Bakunin que se atribuem os assassinatos do presidente McKinley dos Estados Unidos, do presidente Carnot da França e do rei Humberto I da Itália. Mas os anarquistas mais inteligentes da escola coletivista condenavam essas táticas. O príncipe Kropotkin, por exemplo, condenava o emprego da violência individual em quaisquer condições. Acreditava que um esforço revolucionário final seria necessário, mas preferia que o estado fosse enfraquecido por métodos pacíficos, convencendo-se gradualmente o povo de ser ele um mal desnecessário, uma instituição que alimenta a guerra e existe sobretudo para capacitar alguns homens a explorar os outros. Do ponto de vista da reforma econômica, Kropotkin era comunista. Sustentava que toda propriedade, exceto os objetos de uso pessoal, deve ser possuída socialmente e que o pagamento se deve fazer na base das necessidades de cada um.

O mais famoso dos anarquistas coletivistas e uma das figuras mais interessantes dos tempos modernos é o conde Leon Tolstoi. Embora mais conhecido pelos seus romances, que serão comentados num capítulo ulterior, Tolstoi foi também um dos maiores filósofos russos. Suas idéias nasceram de um violento conflito emocional e da procura quase desesperada de uma maneira de viver que pudesse satisfazer-lhe a inteligência irrequieta. Abandonou-se durante algum tempo a uma dissipação elegante, tentou desafogar o seu espírito perturbado por meio de obras filantrópicas e acabou abandonando tudo isso para viver como um simples camponês. Chegou à conclusão de que não se podia fazer nenhum progresso no sentido de remediar os males da sociedade enquanto as classes superiores não renunciassem aos seus privilégios, adotando a existência humilde daqueles que labutam pelo seu pão. Isso, porém, seria apenas o começo. Todo individualismo egoísta devia igualmente desaparecer, toda riqueza devia ser depositada num fundo comum e abolidos todos os instrumentos de coerção. Tolstoi baseava grande parte da sua filosofia no Novo Testamento, em especial no Sermão da Montanha. Encontrava nos ensinamentos de Jesus — a mansidão, a humildade a nãoresistência — os princípios essenciais de uma sociedade justa. Acima de tudo condenava a violência, para qualquer fim que fosse empregada. A violência brutaliza o

homem; coloca quem a pratica à mercê dos seus inimigos; e enquanto a força puder ser utilizada como arma, será quase impossível confiar nos métodos civilizados. Merecem ser citadas algumas palavras de Tolstoi sobre este assunto:

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Maquinismo automático: um laminador contínuo para aço. Note-se a pequena participação do braço humano. (U. S. Steel Corporation.)

Produção em massa: um caço gigantesco despeja aço nos moldes de lingotes. (Bethlehem Steel Corporation.)

Indústria mecanizada — enorme estampadora e cortadora usada na produção de capotas de automóveis. (General Motors Company.)

Produtos sintéticos: tenda de oxigênio feita de lucite. Também usada para inalações de penicilina. (E. I. Dupont de Nemours Co.)

A REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES

Primitivo barco transoceânico — o "Adriatic" — da linha Collins. Êsse vapor americano com velas auxiliares, lançado ao mar em 1856, marcou o início da evolução dos modernos navios de luxo. (Culver Ser.)

O primeiro trem a entrar na cidade de Washington: "Atlantic" e seus pitorescos vagões, construídos em 1832. (B. & O. R. R.)

Um transatlântico de após-guerra: O Carônia *alcançando o pôrto de Nova York em sua viagem inaugural de 11 de janeiro de 1949.* (Cunard White Star Line.)

Trem moderno aerodinâmico, com motor Diesel. (Gen. Motors Comp.)

Um DC-6, avião de 58 passageiros, sobrevoando as nuvens. (Douglas Aircraft Co.)

Quando um governo é derrubado pela violência e a autoridade passa para outras mãos, essa nova autoridade não será de modo algum menos opressiva do que a anterior. Pelo contrário, obrigada a se defender de seus

inimigos exasperados pela derrota, será ainda mais cruel e despótica do que a sua predecessora, como sempre tem acontecido em períodos de revolução... Seja qual for o partido que ganhe a ascendência, será forçado, para introduzir e manter o seu próprio sistema, não somente a se servir de todos os métodos anteriores de violência, mas também a inventar outros novos.

A terceira das grandes filosofias radicais engendradas pela Revolução Industrial foi o sindicalismo, cujo maior expoente é Georges Sorel (1847-1922). O sindicalismo exige a abolição tanto do capitalismo como do estado e a reorganização da sociedade em associações de produtores. Assemelha-se ao anarquismo na oposição ao estado; mas, ao passo que os anarquistas pedem a abolição da força, os sindicalistas desejam mantê-la, mesmo depois de destruído o estado. O sindicalismo também tem pontos de contato com o socialismo, por agasalharem ambos a ideia da propriedade coletiva dos meios de produção; mas, em lugar de fazer do estado o proprietário e administrador dos meios de produção, os sindicalistas pretendem delegar essas funções aos sindicatos de produtores. Destarte, todas as usinas siderúrgicas seriam possuídas e dirigidas pelos trabalhadores da indústria de aço, as minas de carvão pelos mineiros, e assim por diante. Além disso, os sindicatos tomariam o lugar do estado, cada um governando os seus membros em todas as atividades destes como produtores. Nos demais assuntos, os trabalhadores ficariam livres de qualquer interferência. Não existiriam, é claro, leis regulamentadoras da moral ou da religião, pois o sindicalismo é uma filosofia inteiramente materialista. Por outro lado, os seus fundadores não alimentavam qualquer ilusão quanto à capacidade das massas para o autogoverno. Sorel considerava o homem médio como uma espécie de carneiro, capaz únicamente de seguir o guia do rebanho. Opinava, portanto, que a autoridade dirigente dos sindicatos deveria ser francamente exercida pelos poucos inteligentes. Outro elemento de suma importância na teoria sindicalista é a doutrina da ação direta. Significa ela o oposto da ação política e pode ser considerada como incluindo a greve geral e a sabotagem, sendo esta qualquer tipo de atividade daninha utilizada com o fim de prejudicar o empregador capitalista. A influência do sindicalismo tem-se limitado em grande parte aos países latinos da Europa e aos Estados Unidos. Na França, durante certo tempo, gozou de imensa popularidade na C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho). Na Itália, as suas doutrinas do

domínio da minoria, da ação direta e da organização da sociedade em sindicatos foram adotadas, com modificações, pelos fascistas. Na América, muitos elementos da filosofia sindicalista foram incorporados aos programas da I.W.W. (Trabalhadores Industriais do Mundo), uma organização que floresceu aproximadamente entre 1905 e 1920.

Por último, não devemos esquecer os socialistas cristãos, os menos radicais entre todos os críticos da economia capitalista. O pai do socialismo cristão é Robert de Lamennais (1782-1854), um padre católico francês que tentou revivificar a religião cristã como instrumento de reforma e de justiça social. Idéias semelhantes foram externadas pelo conde Henri de Saint-Simon (1760-1825) em seu livro O novo cristianismo. Da França, o movimento espalhou-se à Inglaterra, onde foi adotado por alguns intelectuais protestantes, especialmente pelo romancista Charles Kingsley (1819-75). Em seus primeiros tempos, o socialismo cristão foi pouco mais que um pedido de aplicação dos ensinamentos de Jesus aos problemas criados pela indústria, mas nos últimos anos começou a assumir uma forma mais concreta. Em 1891, Leão XIII, o "papa dos trabalhadores", lançou a sua famosa encíclica Rerum novarum em que revive sob uma feição moderna a atitude econômica liberal de Santo Tomás de Aquino. Embora a encíclica reconhecesse de maneira expressa a propriedade privada como um direito natural e repudiasse vigorosamente a doutrina marxista da luta de classes, condenava em termos veementes os lucros ilimitados. Apelava para os empregadores a fim de que respeitassem a dignidade dos seus operários como homens e como cristãos e não os tratassem "como instrumentos para fazer dinheiro nem vissem neles apenas o músculo e a força física". Como propostas específicas para mitigar o rigor do regime industrial, recomendava a legislação fabril, a formação de sindicatos de trabalhadores, o aumento do número de pequenos proprietários rurais e a limitação das horas de trabalho.

A publicação da encíclica deu poderoso impulso ao desenvolvimento do socialismo cristão entre os católicos liberais. Nos países europeus, antes da Primeira Guerra Mundial, os partidos católicos desempenharam frequentemente um papel ativo, por vezes em colaboração com os marxistas moderados, no movimento em prol da legislação social. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito ao Partido do Centro na

Alemanha, ao Partido Socialista Cristão na Áustria e à Ação Liberal na França.

CAPÍTULO 24

A ascendência da democracia e do nacionalismo (1830-1914)

Após as revoluções de 1830, muitas nações do mundo ocidental experimentaram um renascimento da democracia. Na Europa, a Grã-Bretanha tomou a dianteira, mas a França, a Alemanha, a Suíça, a Holanda, a Bélgica e a Itália não lhe ficavam muito atrás. Por último, até a Espanha, a Turquia e os reinos balcânicos adotaram pelo menos certas formas de governo democrático. O que interessava à maioria desses países era a democracia governamental e política, tipificada pelos parlamentos, pelo sufrágio universal masculino e pelo governo de gabinete. Somente ao aproximar-se o fim do período foi que se começou a pensar a sério na democracia social ou econômica. Havia o temor natural de que ela constituísse uma grave ameaça para a posição da aristocracia hereditária ou obrigasse os tubarões da indústria a devolver uma parte das suas riquezas em proveito dos desfavorecidos.

Para compreender o verdadeiro sentido da democracia é preciso considerar-lhe as origens históricas. Como ideal político, ela se enraíza na filosofia de Rousseau. Foi, acima de tudo, a doutrina rousseauniana da soberania absoluta da maioria, combinada com a deificaçao do homem comum por ele e por outros românticos, que nos deu o ideal expresso pelo anexim: "a voz do povo é a voz de Deus". É isto, principalmente, o que a democracia política tem significado: que cabe à maioria do povo o direito de falar pela nação inteira e que, na formação dessa maioria, todos os cidadãos devem ter igualdade de voto. A maquinaria do estado democrático inclui, portanto, o sufrágio universal, eleições frequentes, o devido controle popular sobre os funcionários do governo e outras coisas semelhantes. Para que essa maquinaria funcione com eficiência, os cidadãos devem ter o direito de organizar partidos políticos e de escolher cada um livremente o seu partido.

A liberdade de palavra e a liberdade da imprensa também são consideradas elementos essenciais do ideal democrático. Mas a nenhum desses direitos se confere um caráter absoluto e nenhum deles é colocado fora do controle da maioria. É verdade que se fossem completamente aniquilados a democracia cessaria de existir; mas a maioria pode indubitavelmente restringi-los em caso de perigo evidente e imediato para a segurança pública. Destarte, tem sido prática habitual dos governos democráticos proibir os discursos que advoguem em público a revolução pela violência e fechar os jornais que defendam doutrinas tidas como particularmente perigosas. Hoje em dia, muitas pessoas eminentes que se consideram bons democratas exigem que se negue a liberdade de expressão pública aos fascistas e comunistas. Na realidade, a democracia nao requer outra coisa senão que sejam toleradas todas as ideias não acompanhadas pela ameaça de violência e que as minorias pacíficas não sejam obstadas nos seus esforços para converter-se em maioria. O ideal político que afirma o direito absoluto do cidadão a falar, escrever e viver como bem lhe aprouver, enquanto isso não for lesivo aos seus vizinhos, não é a democracia mas o individualismo. O progresso da democracia entre 1830 e 1914 foi acompanhado por um vigoroso desenvolvimento do nacionalismo e dos seus derivados, o imperialismo e a luta pelo poder entre as nações. O nacionalismo pode ser definido como um programa ou ideal baseado na consciência de nacionalidade. Essa consciência ou sentimento de nacionalidade depende de vários fatores. Um povo pode considerar-se uma nação devido a particularidades de raça, língua, religião ou cultura. Na maioria dos casos, porém, os fatôres da unificação dos diversos grupos são uma história comum e aspirações comuns quanto ao futuro, ou a crença num destino comum. Só elementos dessa sorte podem justificar a existência da Bélgica, da Suíça e dos Estados Unidos como nações, já que em todos os três existem importantes diferenças de língua, de religião ou de ambas — para não falar das diferenças de fundo étnico. Embora o nacionalismo tenha sido a certos respeitos uma força benéfica, em especial nos primeiros tempos, quando não raro assumia a forma de lutas pela liberdade, de um modo geral ele foi e continua sendo uma influência perniciosa, particularmente quando se expressa sob as formas do chauvinismo, do militarismo e das ambições de conquistar e dominar.

O nacionalismo foi, incontestavelmente, uma das forças mais poderosas que moldaram a história do mundo ocidental entre 1830 e 1914. De sentimento vago que era nos primeiros séculos da era moderna, acabou por se converter num verdadeiro culto. Para milhões de iludidos ele se tornou mais forte do que a religião, sobrepujando o cristianismo no seu apelo aos sentimentos e ao espírito de sacrifício por uma causa sagrada. Morria-se pela honra da bandeira com a mesma alegria com que os mártires haviam dado a vida pela glória da Cruz. Embora coexistindo amiúde com a democracia e o liberalismo, o nacionalismo militante era mais poderoso que qualquer dos dois e muitas vezes contrariava ou sufocava a ambos. Fomentado pelo ideal de fraternidade da Revolução Francesa, o nacionalismo evoluiu através de duas fases. De 1800 a cerca de 1848, pouco mais foi do que uma lealdade sentimental a um grupo cultural e linguístico e um anelo de libertar-se da opressão estrangeira. Depois de 1848 converteuse num movimento ativo. em prol da grandeza nacional e do direito de cada povo unido por laços culturais e étnicos a decidir dos seus próprios destinos. Suas manifestações mais extremas tomaram a forma de um culto exaltado do poder político e de uma devoção servil a doutrinas de superioridade racial e a falsos conceitos de honra nacional. Sob tais formas, era virtualmente sinônimo do chauvinismo, essa espécie de patriotismo vanglorioso que se expressa pela sentença: "Minha pátria, com razão ou sem ela."

1. A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA NA GRÃ-BRETANHA

A evolução da democracia na Grã-Bretanha compreende três aspectos fundamentais: a extensão do sufrágio, o desenvolvimento do sistema de governo de gabinete e a ascensão gradual da Camara dos Comuns à supremacia.

Antes de 1832, o sistema de votação e representação na Inglaterra era extremamente pouco democrático. Somente em pouquíssimos burgos (círculos eleitorais) podia a maioria dos cidadãos exercer o direito do voto.

Nas zonas rurais esse privilégio se limitava a um punhado de proprietários mais ricos. De um total de cerca de 650 membros da Câmara dos Comuns, apenas um terço podia-se dizer eleito na verdadeira acepção da palavra. Os restantes eram indicados por magnatas locais ou escolhidos por grupelhos

de grandes proprietários ou por membros de corporações favorecidas. Em alguns casos os mandatos eram abertamente vendidos ou alugados por um certo número de anos. O pior era que a distribuição das deputações fora desequilibrada pela migração para os centros industriais do norte. Enquanto muitas das novas cidades, como Birmingham e Manchester, com mais de 100.000 habitantes cada uma, não tinham absolutamente nenhuma representação, aldeias quase despovoadas do sul continuavam a enviar nada menos de dois ou três deputados à Câmara dos Comuns. Uma dessas aldeias, Old Sarum, era uma colina deserta; outra, Dunwich, desaparecera sob as águas do mar; mesmo assim, tanto uma como a outra eram ainda representadas no Parlamento, graças à notável capacidade inglesa de alimentar uma ficção muito tempo depois de terem desaparecido os fatos que a justificam. A despeito da enfatuada assertiva do duque de Wellington, de que o sistema político acima descrito era "perfeitamente satisfatório", havia grande agitação contra ele. Não só o povo comum mas também a classe média estavam profundamente desgostosos com um regime em que o poder era, por assim dizer, um monopólio da aristocracia agrária. Entusiasmados com o sucesso da Revolução de julho de 1830 na França, os whigs ingleses, sob a chefia de Lord John Russell e do conde Grey, iniciaram um movimento em prol da reforma eleitoral. Foram muito auxiliados em seus esforços por um grupo de radicais sob a liderança de Francis Place, um alfaiate autodidata que fizera fortuna graças à sua astúcia, consagrando-se depois às causas progressistas. Como o Duque de Wellington, primeiro ministro na ocasião, não quisesse ceder na questão da reforma, Place induziu os seus partidários a suspender o pagamento de impostos e a retirar todo o dinheiro que tinham depositado nos bancos. Espalhou cartazes por todo o país, com a legenda: "Para acabar com o Duque, neguemos-lhe o nosso Ouro." Quando a corrida ao Banco da Inglaterra ameaçou tornar-se séria, Wellington renunciou. O Conde Grey formou então um novo gabinete e o famoso Projeto de Reforma de 1832 converteu-se em lei. Embora tivesse um caráter excessivamente moderado para as pretensões de muitos radicais, constituía ainda assim um avanço notável. Conferia o direito de voto à maioria dos homens adultos da classe média e a quase todos os pequenos proprietários e rendeiros rurais; continuavam, porém, excluídas do sufrágio as imensas legiões de trabalhadores agrícolas e industriais. A proporção dos eleitores subiu de

cerca de um para cem habitantes a um para 32. Além disso, o projeto introduzia algumas reformas profundas na representação. As aldeias com menos de 2.000 habitantes perderam o direito de eleger deputados à Câmara dos Comuns, enquanto as cidades um pouco maiores tiveram a sua representação reduzida à metade. As cadeiras que assim ficaram livres nos Comuns foram distribuídas entre as grandes cidades industriais do norte.

O "Reform Act" de 1832 estabeleceu definitivamente a supremacia da classe média. Nas eleições que logo se seguiram, os whigs, que começavam então a chamar-se "liberais", obtiveram maioria na Câmara dos Comuns. Os tories, daí por diante mais conhecidos como conservadores", também começaram a cortejar a classe capitalista. Resultou daí uma onda de atos parlamentares nitidamente favoráveis aos interesses burgueses. Um deles concedia mais amplas franquias nas eleições locais, capacitando a classe média a assumir o governo dos burgos. Um segundo destinava verbas à manutenção de escolas por sociedades privadas, a fim de dar educação aos filhos dos pobres. Um outro, a célebre Poor Law (Lei da Pobreza) de 1834, abolia a assistência pública salvo para' os doentes e velhos, e dispunha que todos os pobres fisicamente capazes fossem obrigados a ganhar o seu sustento nos asilos (workhouses) a que eram recolhidos. Esta lei se baseava na teoria de que o próprio indivíduo é culpado da sua pobreza e, consequentemente, os pobres devem ser forçados a trabalhar como punição da sua indolência. O coroamento de todo esse período de legislação burguesa foi a revogação, em 1846, das Leis dos Cereais. Eram estas uma forma de tarifas protetoras que beneficiavam os proprietários de terras. Tais como foram revisadas em 1822, estabeleciam que nenhum grão estrangeiro podia ser importado, a menos que o preço do trigo inglês se elevasse a 70 ou mais xelins por quarter (290 litros). Se o preço ultrapassasse este nível, permitia-se a entrada do trigo estrangeiro, mas sob pesada tarifa. O resultado era acarretar pingues lucros aos proprietários rurais ingleses e manter o preço do pão num nível excessivamente elevado. Havia mais de vinte anos que os capitalistas industriais reclamavam a abolição dessas tarifas, baseando-se em dois argumentos : elas os obrigavam a pagar salários mais altos e limitavam a venda de produtos manufaturados ingleses no exterior. Só em 1846, porém, foi que lograram o seu intento. A revogação das Leis de Cereais encaminhou a Inglaterra para uma política de livre-câmbio que continuou em vigor até depois da Primeira Guerra

Mundial. Nenhuma dessas conquistas, que concorriam para firmar a supremacia da classe média, trouxe grandes benefícios imediatos ao proletariado. As jornadas de trabalho, nas fábricas, eram ainda despropositadamente longas e, a despeito da rápida expansão da indústria, a prosperidade crescente continuava a ser interrompida por períodos de crise. Além disso, o Parlamento era surdo a todos os reclamos das classes inferiores por uma participação nas franquias eleitorais. O grande estadista liberal, Lord John Russell, declarou positivamente que as reformas concedidas em 1832 eram as últimas. Em face de tal resistência, muitos trabalhadores urbanos chegaram à conclusão de que a única esperança de melhoria era lutar pela completa democratização do governo britânico. Alistaram-se, pois, com grande entusiasmo sob a bandeira do cartismo, um movimento organizado em 1838 e a cuja frente se achavam Feargus O'Connor e William Lovett. O cartismo derivava o seu nome da célebre Carta do Povo, um programa constante de seis pontos: 1) o sufrágio universal masculino; 2) igualdade de direitos eleitorais; 3) o voto secreto; 4) legislaturas anuais; 5) abolição do censo eleitoral (requisitos de propriedade) para os membros da Câmara dos Comuns; e 6) remuneração das funções parlamentares. Conquanto alguns cartistas preconizassem o uso da violência, a maioria limitou as suas atividades a demonstrações em massa e ao encaminhamento de petições ao Parlamento. Em 1848, sob o estímulo da Revolução de Fevereiro da França, os líderes prepararam-se para um esforço gigantesco. Uma procissão de 500.000 operários devia dirigir-se às câmaras do Parlamento a fim de apresentar uma petição-monstro e forçar os parlamentares, pelo medo, a conceder reformas. As classes governantes foram tomadas de pânico. O velho e pugnaz Duque de Wellington foi novamente chamado a comandar as tropas. Além das tropas regulares, foilhe dada uma força especial de 170.000 agentes da força pública — um dos quais era o dúbio sobrinho de Napoleão, que dentro em breve se tornaria imperador da França. Mas no dia marcado para a demonstração (10 de abril de 1848) chovia a cântaros. Em lugar do meio milhão de operários que deviam marchar na parada compareceu apenas a décima parte desse número. Quando a petição foi apresentada ao Parlamento, verificou-se que continha menos de metade dos propalados seis milhões de assinaturas, inclusive alguns evidentemente fictícios, como "Wellington", "a Rainha" e "o Primeiro Ministro".

Embora o cartismo houvesse fracassado, o espírito representado por ele continuou a viver; e é significativo que todos os seis pontos, com a única execão da exigência de legislaturas anuais, tenham sido posteriormente incorporados à constituição britânica. Nos anos que se seguiram ao fiasco de 1848 as forças da democracia revigoraram-se pouco a pouco e, sob a orientação de chefes mais práticos, realizaram consideráveis progressos. Em 1858 obteve-se do governo conservador de Lord Derby a abolição do censo eleitoral para os candidatos à Câmara dos Comuns. Em 1866, o movimento democrático ganhara tal impulso que os líderes de ambos os partidos porfiavam em solicitar o seu apoio. Resultou daí o Reform Act de 1867, que o conservador Disraeli fez passar no Parlamento depois que os liberais da velha geração haviam recusado, no ano anterior, acompanhar Gladstone na promulgação de um projeto mais moderado. Essa reforma conferia o direito de votar a todos os homens moradores das cidades que tivessem residência própria, sem levar em consideração o valor desta, e também a todos os que pagassem um aluguel não inferior a dez libras anuais. Uma vez que só os mais pobres trabalhadores industriais não eram capazes de preencher tais condições, a massa do proletariado ficava automaticamente capacitada a votar. Em 1884 os liberais, por sua vez, ampliaram ainda mais o direito do voto. O Reform Act desse ano, o terceiro na grande série de reformas eleitorais, foi patrocinado por Gladstone. Seu principal dispositivo consistia em estender ao campo as vantagens até então gozadas pelos habitantes das cidades, conferindo destarte o direito de voto à quase totalidade dos trabalhadores agrícolas.
A democratização do sistema eleitoral britânico só se completou em 1918. É verdade que durante o século XIX se havia concedido o sufrágio às três classes principais de cidadãos: à classe média pela Lei de 1832, aos trabalhadores A Lei de industriais pela Lei de 1867 e aos trabalhadores rurais pela Lei de 1884. No entanto, a Grã-Bretanha ainda não tinha o sufrágio universal masculino. Após deflagrar a Primeira Guerra Mundial, ainda havia cerca de dois milhões de homens adultos que, por uma razão ou outra, estavam impossibilitados de votar. Alguns eram trabalhadores sem domicílio fixo; outros eram demasiadamente pobres para preencher sequer os requisitos mínimos estabelecidos pelos segundo e terceiro Reform Acts. Por outro lado, havia cerca de 500.000 homens ricos que ainda conservavam o privilégio do voto plural. Em 1918 foi feita por fim uma

séria tentativa para remediar o mais flagrante desses males. Pela lei chamada "de Representação Popular" aboliram-se virtualmente todos os antigos requisitos de propriedade para votar. Daí por diante os cidadãos britânicos depositariam o seu sufrágio nas urnas, não como proprietários ou ocupantes de prédios de tal ou tal valor, mas simplesmente como cidadãos. A única exceção a essa regra era o privilégio de um segundo voto concedido aos graduados universitários e a qualquer pessoa que ocupasse um prédio, para fins de negócio, em outro distrito que não o de sua residência. Deve-se salientar, finalmente, que a Lei de 1918 concedia o direito de voto a todas as mulheres de mais de 30 anos que possuíssem propriedades ou fossem esposas de proprietários. Somente uma década depois a idade limite foi reduzida a 21 anos, a mesma que para os homens. Mesmo, porém, antes da adoção do chamado "flapper vote" (voto das moças), quase 40% do total dos habitantes da Grã-Bretanha estavam habilitados a votar nas eleições nacionais, em confronto com os 3% aproximados de 1831. O segundo fator principal da evolução da democracia na Grã-Bretanha foi o desenvolvimento do sistema de governo de gabinete. Sem esse fato, a Inglaterra poderia muito bem ter continuado a ser simplesmente uma monarquia limitada. É preciso entender que o gabinete não é um mero conselho de ministros, mas o órgão soberano do governo. É uma comissão do Parlamento, responsável perante a Câmara dos Comuns, que exerce a suprema autoridade legislativa e executiva em nome do rei. Não só resolve todas as questões de política geral, mas é dele que se origina quase toda a legislação; e, enquanto permanece no poder, determina quais os projetos de lei que devem ser aprovados. Se for derrotado na Câmara dos Comuns em alguma questão fundamental, terá de renunciar imediatamente ou de "apelar para o povo" — isto é, dissolver o Parlamento e convocar uma nova eleição para consultar a opinião dos eleitores. Em outras palavras, o gabinete tem a inteira responsabilidade da direção dos negócios públicos, submetendo-se unicamente à vontade do povo e dos seus representantes na Câmara dos Comuns. Quando os ingleses falam no "governo de Sua Majestade", o que têm em mente é o gabinete. Quando o partido que se acha no poder perde uma eleição e, com ela, o controle sobre a Câmara dos Comuns, o líder do partido da oposição forma imediatamente um novo gabinete. Enquanto aguarda a sua vez de tornar-se primeiro ministro, percebe honorários como chefe da Leal Oposição de Sua

Majestade. Como quase todos sabem, o sistema de gabinete resultou de uma lenta evolução de precedentes. Não se origina de nenhum estatuto ou carta fundamental e até hoje baseia-se únicamente no costume. Sua história não remonta além da Revolução Gloriosa. Houve, é verdade, um chamado gabinete no reinado de Carlos II, mas não passava de um corpo de conselheiros. Só depois de suplantada a supremacia do rei pela do Parlamento foi que se estabeleceu o princípio de que os principais ministros de coroa deviam ser responsáveis perante o poder legislativo. Quando Guilherme e Maria subiram ao trono em 1689, acederam à exigência de que os conselheiros escolhidos por eles fossem do agrado da legislatura. Durante algum tempo escolheram os seus ministros em ambos os partidos maiores, mas como se tornasse mais premente a necessidade de manter relações harmoniosas com o Parlamento, restringiram gradualmente a sua escolha ao partido que estivesse em maioria. Desse modo foi estabelecido o precedente de que todos os principais ministros deviam merecer a confiança do grupo dominante no Parlamento. O gabinete, porém, não era ainda um órgão poderoso. Só se tornou tal no reinado de Jorge I (1714-27). Era Jorge um botuso príncipe do estado alemão de Hanôver, o qual, como não falasse nem entendesse a língua inglesa, resolveu confiar aos seus ministres todo o trabalho do governo. Jamais compareceu às reuniões do gabinete e permitiu que esse órgão passasse para a direção de Sir Robert Walpole. Embora sempre tivesse recusado o título, Walpole foi na verdade o primeiro chefe de gabinete no sentido moderno. Foi o primeiro a exercer a dupla função de primeiro ministro e de líder do partido majoritário na Câmara dos Comuns. Instalou o seu quartel-general no n.° 10 da Downing Street, que até hoje continua a ser a residência oficial dos primeiros ministros britânicos. Ao sofrer, em 1742, uma derrota na Câmara dos Comuns, resignou o cargo imediatamente, não obstante ainda merecer a inteira confiança do rei. Tal foi a evolução inicial do sistema de gabinete. Conquanto a maioria dos precedentes em que se baseia já tivesse sido estabelecida nos meados do século XVIII, ainda tinha um caminho espinhoso a percorrer. Alguns membros do Parlamento antipatizavam com o sistema, que parecia implicar numa cessão parcial da supremacia parlamentar. Durante o turbulento reinado de Jorge III houve uma tentativa para acabar com o governo de gabinete e voltar aos tempos em que os ministros eram responsáveis perante o rei. Ainda que geralmente bem intencionado, Jorge não era muito

inteligente e não compreendia que a era da soberania real havia passado.
Tampouco, aliás, compreendiam muitos de seus súditos a implantação de um sistema em que o monarca nada mais fazia do que reinar, enquanto os seus ministros governavam o país como chefes do partido que detinha a maioria das cadeiras na Câmara dos Comuns. Só pelos meados do século XIX foi o sistema de gabinete universalmente aceito ou compreendido plenamente como parte integrante da constituição britânica. O seu funcionamento foi pela primeira vez descrito em termos claros por Walter Bagehot no seu livro English Constitution, publicado em 1867. Em época mais recente acrescentou-se certo número de novos precedentes, sendo o principal deles o que estabelece que, no caso de ser o gabinete derrotado na Câmara dos Comuns, o primeiro ministro e os seus colegas têm a opção entre renunciar imediatamente e apelar para o país num grande referendum nacional.

Não foi menos importante na evolução da democracia política na GrãBretanha a transformação da Câmara dos Comuns no ramo mais poderoso do Parlamento. Até o século XVIII a Câmara dos Pares, composta de nobres hereditários e dos príncipes da igreja, gozou de uma dignidade e influência muito maior. O primeiro passo no sentido de estabelecer a supremacia da câmara representativa foi dado no governo de Walpole, ao adotar-se o princípio de que o gabinete seria responsável exclusivamente perante os Comuns. No começo do século XIX firmou-se o precedente de dar à câmara baixa a palavra final em assuntos financeiros. Os Pares, no entanto, dispunham ainda de enorme poder. Possuíam o direito do veto à legislação em geral e os únicos freios que os impediam de usar e abusar dele eram o temor ao ressentimento público e a autoridade do primeiro ministro, que podia ameaçá-los, numa emergência, com a criação de novos pares. Além disso, como a câmara alta formava invariavelmente um baluarte dos tories, os planos favoritos dos gabinetes liberais eram não raro frustrados. A situação alcançou um ponto crítico ém 1909, quando os Pares rejeitaram o orçamento preparado por David Lloyd George, chanceler do Tesouro (isto é, ministro das finanças) e secundado pelo gabinete Asquith. O primeiro ministro dissolveu o Parlamento e apelou para o eleitorado. Embora o seu partido não tivesse obtido senão uma modesta vitória, convenceu-se de que a nação estava a seu favor e começou a preparar um projeto de lei para cortar as asas à Câmara dos Pares. Essa lei, conhecida

como o Parliament Act de 1911, foi finalmente aprovada mercê da ameaça de inundar a câmara alta com uma maioria de pares liberais. O Parliament Act estabelecia que os projetos de leis financeiras entrassem em vigor um mês depois de passar na Câmara dos Comuns, quer fossem aprovados pelos Pares, quer não; quanto à demais legislação, a câmara alta tinha somente um veto suspensivo: os projetos ordinários que fossem aprovados pelos Comuns em três sessões consecutivas tornavam-se leis ao cabo de dois anos, a despeito da oposição do outro ramo do legislativo. Pode-se, pois, afirmar com segurança que a câmara eleita pelo povo tornou-se a partir de então, para todos os fins práticos, o verdadeiro órgão legislativo da Grã-Bretanha.

2. DEMOCRACIA E NACIONALISMO NA FRANÇA

Após a tentativa frustrada de instalar, no segundo período da grande Revolução, um regime de igualdade, a França até 1875 fez poucos progressos no sentido da implantação de um governo democrático. É certo que o reinado de Luís Filipe, inaugurado após a Revolução de julho de 1830, foi muito mais liberal que o de seu predecessor, Carlos X, mas ainda estava longe de representar o governo das massas. Luís Filipe guiava-se pela burguesia e ignorava sistematicamente o proletariado. O censo eleitoral foi na verdade reduzido, mas ainda assim somente 200.000 franceses tinham o direito de votar. Quando os líderes das massas apelaram para o primeiro ministro Guizot a fim de que o voto fosse liberalizado, ele respondeu cinicamente: "fiquem ricos". Pelas alturas de 1848, o rei e os seus ministros haviam provocado a aversão de tantos cidadãos franceses que estes estavam prontos a enfrentar os riscos de uma nova revolução para derrubar a monarquia.
A revolução francesa de 1848 é conhecida como Revolução de Fevereiro. Suas causas foram múltiplas. Uma delas era a exigência de um governo mais democrático, por parte da imensa maioria do povo. Outra era o sentimento de revolta causado pela corrupção de Luís Filipe e dos seus íntimos; convictos, como Luís XV em tempos idos, de que o dilúvio não tardaria a vir, tratavam de enriquecer o mais depressa possível à custa do povo. Uma terceira causa foi o descontentamento dos católicos com a

atitude visivelmente anticlerical do “rei-cidadão”, que nomeara primeiro ministro o protestante Guizot e permitira que este mostrasse parcialidade contra as escolas católicas. Outra causa ainda foi a disseminação do socialismo no seio do proletariado industrial. Durante os meses de privações da crise que se iniciou em 1847, muitos trabalhadores tinham-se convertido ao socialismo de Louis Blanc, com o seu projeto de instalação de oficinas nacionais para dar emprego e prosperidade a todos. Mas a Revolução de Fevereiro foi também um fruto do nacionalismo, fator que estava destinado a suplantar todos os demais. Como “rei da burguesia”, Luís Filipe colocava os negócios em primeiro plano. Os seus principais defensores capitalistas estavam decididos a não permitir que a França se envolvesse em qualquer guerra capaz de ameaçar-lhes o comércio ou os investimentos. Recusaram, por isso, ceder aos clamores dos que exigiam uma intervenção em favor dos poloneses contra a Rússia ou dos italianos contra a Áustria. Isto enfureceu os patriotas franceses que sonhavam com a glória nacional e com a restauração da França na posição de líder entre as potências européias. Por volta de 1847 o governo de Luís Filipe havia alienado as simpatias da quase totalidade dos seus súditos, salvo uma pequena minoria de ricos. A oposição mais decidida, porém, vinha dos socialistas e dos patriotas, tanto republicanos como monarquistas. Em 1847 esses grupos organizaram uma campanha de demonstrações-monstros e de banquetes políticos, destinada a inculcar no espírito do rei a necessidade de reforma. Como o governo se alarmasse e proibisse uma demonstração programada para o dia 22 de fevereiro de 1848, levantaram-se barricadas nas ruas e dois dias depois Luís Filipe era obrigado a abdicar. Um governo provisório, composto de republicanos e socialistas, assumiu o controle do estado e em abril realizaram-se eleições para uma Assembléia Constituinte. Os resultados do sufrágio decepcionaram os socialistas, pois que os reacionários e os partidos da classe média tinham-se coligado para proteger os interesses da propriedade privada. Furiosos e desiludidos, os radicais de Paris tornaram a insurgir-se. Durante três terríveis dias, em junho, travaram-se lutas sangrentas nos bairros pobres da capital. Finalmente foi esmagada a insurreição, os seus chefes fuzilados e 4.000 rebeldes deportados para as colônias. A maioria burguesa da Assembléia Constituinte pôde então redigir, sem mais contratempos, um projeto de constituição para a Segunda República. O documento, em sua forma definitiva, era parcialmente

copiado da constituição norte-americana. Continha uma declaração de direitos, adotava o sufrágio universal masculino e a separação dos poderes. À testa do executivo achava-se um presidente eleito pelo povo para um período de quatro anos; o povo devia eleger também uma Assembleia Legislativa formada por uma só câmara. Finda a sua tarefa, os autores da constituição marcaram a data de 10 de dezembro de 1848 para a primeira eleição presidencial.

Quatro candidatos concorreram a essa eleição: um republicano moderado, um socialista, um católico e um homem que tinha uma promessa para todos — Luís Napoleão Bonaparte. Mais de sete milhões de votos foram depositados nas urnas; deste total, o republicano moderado recebeu cerca de 1.500.000, o socialista 370.000, o católico 17.000, e os restantes —quase 5.500.000 — foram dados a Luís Napoleão. Quem era esse homem que gozava de tão pasmosa popularidade, chegando a conquistar quase três vezes mais votos que todos os outros candidatos reunidos? Luís Napoleão Bonaparte (1808-73) era sobrinho de Napoleão e filho de Luís Bonaparte, que durante alguns anos fora rei da Holanda. Após a queda do tio, Luís Napoleão marchou para o exílio, vivendo principalmente na Alemanha e na Suíça. Regressou à França depois da Revolução de Julho de 1830 e foi preso ao cabo de alguns anos por haver tentado provocar uma insurreição em Bolonha. Em 1846, porém, fugiu para a Inglaterra, onde foi generosamente suprido de dinheiro pelos reacionários tanto ingleses como franceses. No verão de 1848, a situação na França era tal que ele compreendeu que podia voltar sem perigo. Efetivamente, foi recebido de braços abertos por homens de todas as classes. Os conservadores buscavam um salvador que lhes protegesse as propriedades contra os ataques dos radicais. Os proletários tinham-se deixado seduzir pelo ouropel dos planos de prosperidade expostos no seu livro A extinção do pauperismo e pelo fato de ele ter-se correspondido com Louis Blanc e com Proudhon, o anarquista. Entre essas duas classes havia uma grande multidão de patriotas e entusiastas, para quem o simples nome de Napoleão era um símbolo incomparável de glória e de grandeza. Foi principalmente a essa multidão que o sobrinho do Corso deveu o seu extraordinário triunfo. Na expressão de um velho camponês: “Como deixar de votar nesse homem, eu que tive o nariz gelado na Rússia?”

Alimentando sonhos grandiosos de emular o tio, Luís Napoleão não se contentou por muito tempo em ser simples presidente da França. Começou desde logo a usar da sua posição a fim de preparar o caminho para outra mais elevada. Conquistou o apoio dos católicos permitindo-lhes recuperar o controle sobre as escolas e enviando uma expedição à Itália para restabelecer o poder temporal do papa na Itália. Deu lambujens aos trabalhadores e à burguesia, sob a forma de pensões de velhice e de leis para incrementar os negócios. Em 1851 ofereceu-se-lhe a primeira grande oportunidade de desfechar um golpe na república, A Assembléia, dominada pela burguesia, havia aprovado uma lei que limitava de cerca de um terço o sufrágio. Luís Napoleão percebeu o ensejo de fazer-se passar por um campeão dos direitos das massas. Como os legisladores negassem obediência à sua ordem de restaurar o sufrágio universal, dissolveu a Assembléia, proclamou-se ditador temporário e convidou o povo a concederlhe o direito de redigir uma nova constituição. No plebiscito realizado a 21 de dezembro de 1851, foi autorizado por uma maioria esmagadora (7.500.000 contra 640.000 votos) a proceder como entendesse. A nova constituição, posta em vigor no mês de janeiro seguinte, convertia o presidente num ditador de fato. Com a sua magistratura prolongada para dez anos, tinha o poder exclusivo de propor leis, declarar a guerra e firmar a paz. O corpo legislativo era nominalmente conservado, mas não podia apresentar nem emendar projetos de leis, nem mesmo modificar qualquer cláusula do orçamento. Entretanto, o pequeno César ainda não se deu por satisfeito. Nada era capaz de contentá-lo, senão a dignidade imperial que havia aureolado o seu famoso tio. Volvido exatamente um ano, Luís Bonaparte convocou um novo plebiscito e, com a aprovação de 95% do eleitorado, assumiu o título de Napoleão III, imperador dos franceses. As massas crédulas não tardariam a ver aonde as ia conduzir a adoração de um nome mágico e o culto de uma aparatosa lenda.

O segundo império francês durou de dezembro de 1852 a setembro de 1870. O seu fundador e preservador governou por métodos semelhantes aos dos demais césares, antes e depois dele. Estimulou uma grandiosa prosperidade drenando pântanos, construindo estradas, melhorando portos, subsidiando ferrovias e abrindo uma imponente rede de bulevares em Paris. Cultivou a estima das classes inferiores declamando frases revolucionárias e arquitetando planos pseudo-socialistas, como o auxílio do governo às

cooperativas de consumo e uma variedade de formas de seguro para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, tomou todas as medidas para não ser incomodado pelos radicais. Submeteu a imprensa a uma rigorosa vigilância e controlou as eleições pagando as despesas dos candidatos oficiais e exigindo dos outros um juramento de fidelidade ao imperador. Tampouco deixou de aproveitar as oportunidades de abrilhantar o seu regime com uma política exterior agressiva. Anexou a Argélia e estabeleceu um protetorado sobre a Indochina. Em 1854, sob o pretexto de proteger os monges católicos da Turquia, lançou-se à Guerra da Criméia com a Rússia. Apoiado pela Grã-Bretanha, pela Turquia e, durante algum tempo, também pela Sardenha, conseguiu sair vitorioso do conflito. Apesar de ter derramado, em dois anos de luta, o sangue de 75.000 soldados franceses, pôde ainda gozar os aplausos da multidão e tomar atitudes de árbitro dos destinos da Europa.
Já em 1860 o esplendor da fama de Napoleão tinha começado a ofuscar-se. O primeiro golpe sério ao seu prestígio resultou da sórdida aventura de 1858 na Itália. Nessa data havia ele formado uma aliança com os nacionalistas italianos para ajudá-los a expulsar os austríacos, mas ao perceber que os seus aliados pretendiam consolidar toda a península num estado nacional e destruir o poder temporal do papa, desertou-os imediatamente. Com isso afastou as simpatias de milhares dos seus adeptos mais liberais, que o acusaram de ter abandonado um brioso povo à opressão austríaca. Em 1862 Napoleão interveio no México. Enviou um exército para fundar um império naquele país e ofereceu o trono ao Arquiduque Maximiliano da Áustria. Mas, ao terminar a guerra civil americana, o governo dos Estados Unidos obrigou as tropas francesas a retirar-se e pouco depois Maximiliano era capturado e fuzilado pelos mexicanos. Em consequência dessa aventura trágica e brutal, a oposição a Napoleão recrudesceu fortemente. Após as eleições de 1869, pareceu-lhe necessário fazer algumas concessões. Concordou, daí por diante, em tornar os seus ministros responsáveis perante o legislativo, em permitir a venda pública de jornais e em abandonar a política de subsidiar os candidatos oficiais às eleições. Em 1870 resolveu fazer uma tentativa de recuperar o seu prestígio mediante um golpe de audácia na política externa. O governo da Espanha acabava de ser deposto e os revolucionários ofereceram a coroa ao príncipe Leopoldo de Hohenzollern, primo do rei da Prússia. Simulando ver nesse fato um perigo para a França, Napoleão informou o rei prussiano de que

consideraria como casus belli a ascensão de um príncipe Hohenzollern ao trono da Espanha. Muito sensatamente, o príncipe Leopoldo recusou a coroa; isso teria satisfeito qualquer um, mas não satisfez Napoleão, que estava decidido a cercar-se de glória mediante uma humilhação brutal imposta à Prússia. Exigiu, pois, do rei Guilherme I o compromisso de jamais permitir que um membro da sua família se apresentasse como candidato ao trono da Espanha. Mais adiante veremos como Bismarck torceu a recusa de Guilherme de maneira a precipitar uma guerra entre a Prússia e a França. Basta dizer aqui que a França foi fragorosamente derrotada numa campanha que durou apenas algumas semanas. Após a batalha de Sedan (2 de setembro de 1870) o próprio Napoleão foi feito prisioneiro, e dois dias depois o seu governo era posto abaixo por um grupo de republicanos em Paris.

Com o colapso do Segundo Império, organizou-se um governo provisório para dirigir o país até que fosse elaborada a nova constituição. Em fevereiro de 1871 realizaram-se eleições para uma assembléia nacional constituinte, sendo escolhidos 500 monarquistas e apenas 200 republicanos. Explica-se isto pelo fato de terem os republicanos, durante a campanha eleitoral, insistido na continuação da guerra, enquanto os monarquistas a consideravam definitivamente perdida, só restando à França negociar com o inimigo as condições mais favoráveis possíveis. Isso não quer dizer que a maioria do povo francês preferisse a monarquia, mas sim que almejava a paz. Por sorte, os monarquistas achavam-se irremediavelmente divididos.

Nem bem a Assembléia Nacional se reuniu, cindiram-se em três facções irreconciliáveis. Os menos numerosos eram os imperialistas, descoroçoados adeptos de Napoleão III, que se apegavam à tênue esperança de que o seu governo pudesse ser restaurado. Acirradamente opostos a eles e uns aos outros, havia os legitimistas e os orleanistas. Os primeiros exigiam que a coroa fosse dada ao neto de Carlos X, ao passo que os segundos apoiavam as pretensões do neto de Luís Filipe. A furiosa discórdia entre os monarquistas adiou por quase quatro anos a decisão definitiva quanto à forma permanente a ser assumida pelo governo francês. Por fim, os orleanistas preferiram solidarizar-se com os republicanos a permitir que os legitimistas triunfassem, e em janeiro de 1875 a Assembléia Nacional aprovou a primeira de uma série de leis constitucionais que reconheciam a

forma republicana do governo. Foi esse o verdadeiro início da Terceira República na França.
A constituição da Terceira República consistiu em três leis orgânicas adotadas em 1875 pela Assembléia Nacional. Embora emendas e precedentes houvessem determinado algumas mudanças, conservou a sua forma essencial até a dissolução oficial da Terceira República, em 9 de julho de 1940. O governo estabelecido por essa constituição figurava entre os mais democráticos do mundo. Havia um Parlamento, com uma câmara baixa eleita por sufrágio universal masculino, e um presidente eleito pelo Parlamento. O característico principal era, no entanto, o sistema de gabinete, copiado em grande parte do da Inglaterra. Os poderes mais importantes do governo eram exercidos por um ministério responsável perante o Parlamento. O presidente representava a figura mais apagada que é possível encontrar entre os chefes de estado. Se bem que um político dinâmico pudesse exercer, nesse cargo, uma influência considerável, em especial na orientação das relações estrangeiras, o presidente da França em geral era pouco mais que um governante titular. Todos os seus atos oficiais deviam ser subscritos — isto é, aprovados — por um membro do gabinete. Havia, por outro lado, várias diferenças importantes entre o sistema de gabinete francês e o britânico. Enquanto na Inglaterra o gabinete inclui somente os ministros principais e alguns outros que o primeiro ministro possa designar, na França ministério e gabinete eram uma e a mesma coisa. Esse ministério ou gabinete era responsável não só perante a câmara baixa, ou Câmara dos Deputados, mas também perante o Senado, eleito indiretamente pelo povo; na Inglaterra, o gabinete fica submetido exclusivamente à Câmara dos Comuns. A mais importante diferença consistia em não ter o primeiro ministro francês autoridade efetiva para dissolver o Parlamento. É verdade que a constituição escrita lhe conferia originalmente tal autoridade, mas foi mais tarde anulada por certos precedentes. Significava isso que os membros da legislatura podiam derrubar os gabinetes à vontade, sem incorrer no risco de ter de se apresentar à reeleição. No caso de serem derrotados em qualquer das câmaras, o primeiro ministro e os seus colegas não tinham alternativa senão renunciar. Com a possível exceção da multiplicidade de partidos, nada contribuía tanto para a instabilidade do sistema francês. Acontecia por vezes que os gabinetes eram incapazes de conservar o apoio da maioria do

Parlamento durante mais de poucas semanas ou mesmo de alguns dias. Ainda que frequentemente se deplorasse tal instabilidade, era na realidade o fruto de uma reação natural do povo francês em face dos regimes ditatoriais anteriores. Mesmo depois de adotada a constituição republicana de 1875, a vitória da democracia não foi de modo algum completa na França. Durante alguns anos a república teve de lutar com elementos reacionários resolvidos a restaurar uma forma qualquer de governo autocrático. Entre 1887 e 1889, enfrentou uma perigosa crise com o episódio Boulanger. Era Georges Boulanger um general do exército e antigo ministro da guerra que alimentava ambições napoleônicas. Apelando para o orgulho ferido dos patriotas franceses, clamava por uma guerra de desforra contra a Alemanha, no que era entusiasticamente aplaudido. Tomou como cavalo de batalha certos escândalos recém-descobertos do regime republicano, e graças a isso subiu no conceito dos monarquistas, bem assim como dos católicos conservadores que odiavam os republicanos por causa do seu programa anticlerical. Dentro em pouco era o homem mais popular da França. Por toda a parte as multidões aclamavam o seu "bravo general", crentes de que um novo Bonaparte havia surgido no seu seio. Lisonjeado e estimulado por esses aplausos, Boulanger resolveu apelar para as urnas como prova mais tangível do apoio nacional. Apresentou-se à eleição para a Câmara de Deputados em todos os distritos onde podia ser admitido e venceu, por margens consideráveis, dez vezes seguidas no espaço de seis meses. Em janeiro de 1889 coroou essa série de vitórias conseguindo uma maioria esmagadora em Paris, onde prevaleciam os radicais. Parecia que agora nada obstaria à sua ascensão ao poder como ditador militar. Mas, felizmente para a república, esse ídolo adorado pelo populacho e pelas senhoras nos salões tinha frágeis pés de barro. Quando o governo, por fim, se encheu de coragem e mandou prendê-lo como culpado de conspiração, Boulanger fugiu ingloriamente para a Bélgica. Dois anos depois, meteu uma bala nos miolos diante da sepultura da amante.

O ignominioso colapso do movimento boulangista não pôs fim às tentativas de desacreditar a república. Na década de 1890 os reacionários adotaram o anti-semitismo como pretexto para a consecução dos seus objetivos. O fato de certos banqueiros judeus terem sido envolvidos recentemente em negócios escandalosos com políticos deu margem aos monarquistas para acusar o governo de estar contaminado pela corrupção, apontando como

principais culpados os gananciosos judeus. Os católicos eram levados a crer que os políticos judeus tinham ditado a legislação anticlerical do regime republicano. Com tais acusações pairando no ar, não é de estranhar que o anti-semitismo acabasse por inflamar-se numa explosão violenta. Em 1894 um capitão de artilharia judeu chamado Alfred Dreyfus foi acusado, por uma camarilha de oficiais monarquistas, de ter vendido segredos militares à Alemanha. Levado a conselho de guerra, foi condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo (Guiana Francesa). A princípio a condenação foi aceita como merecida punição de um traidor, mas em 1897 o Coronel Picquart, chefe recém-nomeado do Serviço Secreto, declarou ter chegado à conclusão de que os documentos em que se baseava a sentença condenatória tinham sido falsificados. Iniciou-se um movimento em favor de uma revisão do processo, revisão que o Ministério da Guerra apressou-se a recusar. Dentro em pouco, toda a nação se achava dividida entre amigos e adversários do desventurado capitão. Ao lado de Dreyfus estavam os republicanos radicais, os socialistas, as pessoas de tendências liberais e humanitárias e figuras eminentes da literatura como Emile Zola e Anatole France. Os antidreyfusistas incluíam os monarquistas, os clericais, os antisemitas, os militares, um número considerável de operários conservadores e de sinceros mas iludidos patriotas. Dreyfus foi finalmente posto em liberdade por uma ordem do executivo em 1899, sendo seis anos mais tarde isentado de toda culpa pelo Supremo Tribunal e reintegrado no exército, onde o aguardava a promoção imediata ao posto de major e uma insígnia da Legião de Honra. O efeito do caso Dreyfus foi desmantelar por completo o movimento monarquista na França. A partir de então, os adeptos desse movimento foram gradualmente reduzidos à insignificância política, como simples "punhado de velhas nozes a entrechocar-se dentro de um saco". Conforme já demos a entender, o caso Dreyfus não foi senão um dos episódios de uma luta mais vasta em torno da questão da igreja e do Estado. Desde o começo da sua história a Terceira República havia revelado um pendor anti-clerical. Seus fundadores não eram necessariamente ateus, mas acreditavam que uma igreja poderosa, com a ambição de estender a sua influência política e social, constituía uma ameaça para o governo republicano. Os objetivos dos anticlericais eram obstar a essa influência, reduzir os privilégios econômicos da igreja católica e destruir a ascendência que o clero havia conquistado sobre a educação. As raízes do anticlericalismo estendiam-se

em várias direções. Em parte, ele resultava da Revolução Industrial, pois esta favorecia os interesses materialistas e intensificava a luta entre a burguesia e o antigo regime, com o qual se costumava identificar a igreja. Era também, em certa medida, um fruto do desenvolvimento da ciência e das filosofias cépticas e liberais, frequentemente empregadas como armas para combater o conservantismo religioso. Mas a causa principal da sua difusão foi, por certo, o impulso tomado pelo nacionalismo militante. Não só a igreja católica tinha forçosamente tendências internacionalistas, mas os papas, ainda na década de 1860, afirmavam os seus direitos ao poder temporal e fulminavam anátemas contra os governantes que pretendessem criar estados onipotentes. Por toda parte onde o nacionalismo se tornasse poderoso, os clericais quase infalivelmente passavam a ser considerados como os grandes inimigos.

Na França, o anticlericalismo alcançou o apogeu da sua fúria entre 1875 e 1914. A grande maioria dos líderes da Terceira República eram hostis à Igreja e não podiam deixar de sê-lo, pois a hierarquia católica ajudava os monarquistas em todas as oportunidades. Os clericais conspiraram com os monarquistas no apoio dado a Boulanger, e ainda mais ativamente com os militaristas e os anti-semitas na tentativa de desacreditar a república durante o caso Dreyfus. Mas afinal rebentou-lhes a bomba na mão. O resultado do caso Dreyfus não só foi o dobre de finados do monarquismo mas também suscitou um ataque furioso a igreja. Em 1901 o governo fez passar a Lei das Associações, que proibia a existência, na França, de qualquer ordem religiosa não autorizada pelo estado. Em 1904 seguiu-se outra lei que vedava o ensino, tanto nas escolas públicas como nas particulares, a todos os membros das ordens religiosas. Finalmente, em 1905 foi aprovada a Lei de Separação, que, como o nome indica, dissolvia a união entre a igreja e o estado. Pela primeira vez desde 1801, os adeptos de todos os credos eram colocados em pé de igualdade. Daí por diante o clero católico deixaria de receber vencimentos do tesouro público. Embora algumas dessas medidas tenham sido levemente modificadas nestes últimos anos, o clericalismo continua, para a maioria dos franceses, envolto numa densa nuvem de suspeita.

3. DEMOCRACIA E NACIONALISMO NA EUROPA CENTRAL

A Revolução de Fevereiro na França acendeu o rastilho de uma série de revoltas na Europa Central, começando por um levante na Áustria, em 13 de março. Multidões de estudantes e de trabalhadores amotinaram-se em Viena e forçaram a renúncia do último pilar do antigo regime, o príncipe Metternich. Amedrontado pela recusa das suas tropas a atirar contra os rebeldes, o imperador prometeu uma constituição para a Áustria alemã, excluindo a Hungria e as possessões italianas. A constituição que veio a ser finalmente adotada dispunha sobre a responsabilidade do ministério perante o Parlamento e estabelecia um sistema eleitoral liberal, ao mesmo tempo que as remanescentes obrigações feudais dos camponeses eram abolidas pela assembleia que a redigiu. Quase imediatamente os húngaros aproveitaram-se da desordem reinante em Viena para instalar um governo liberal e em abril de 1849, sob a chefia de Luís Kossuth, proclamaram a independência da República Húngara. Mas nenhuma dessas revoluções teve sucesso duradouro, pois logo se viram enredadas nas discórdias do nacionalismo. Os liberais húngaros não se mostraram mais inclinados do que os austríacos a conceder às nacionalidades submetidas os privilégios que reclamavam para si mesmos. Daí poderem os Habsburgos incitar o ressentimento dos eslavos e usá-los proveitosamente para refrear as ambições das nacionalidades dominantes. No verão de 1849 o imperador havia conseguido derrubar a república húngara e revogar a constituição austríaca. Do naufrágio salvou-se somente a isenção, para os camponeses, das obrigações feudais devidas aos nobres. Prosseguiu, todavia, o descontentamento até ser firmado, em 1867, um compromisso entre austríacos e húngaros. Esse compromisso, conhecido como o Ausgleich, estabelecia uma monarquia dual em que o chefe da Casa dos Habsburgos fazia simultaneamente o papel de imperador da Áustria e de rei da Hungria.
Cada uma das duas partes do império tornava-se praticamente autônoma, com o seu ministério e o seu parlamento próprios. Três ministros — o da guerra, o das finanças e o dos negócios exteriores — zelavam pelos interesses do estado como um todo, em suas respectivas esferas. Esse arranjo, que permitia tanto aos magiares da Hungria como aos alemães da

Áustria governarem como raças dominantes, sobreviveu até o desmembramento do império dual em 1918.
Uma semana depois de se ter iniciado em Viena, o movimento revolucionário de 1848 espalhou-se aos estados alemães. Desde 1815 esses estados tinham formado, juntamente com a Áustria, os trinta e oito membros da Confederaçao Germânica. Os vários príncipes mantinham ciosamente a sua semi-independência, mas entre o povo difundia-se cada vez mais o desejo da unificação num estado nacional. Os homens de negócio batiam-se por esse ideal, na convicção de que ele faria florescer o comércio. Os nacionalistas exigiam-no, alegando a unidade de cultura e de raça. Em consequência, a revolução alemã de 1848 teve o duplo caráter de uma cruzada em prol de um governo mais liberal e de um movimento de unificação. A princípio, ambos esses objetivos pareceram apresentar grandes promessas de êxito. Durante o mês de março de 1848 foram arrancadas concessões a quase todos os governantes alemães — em alguns casos, promessas de constituições; em outros, ministérios liberais, ou ainda a liberdade de palavra da imprensa. Em maio do mesmo ano, liberais e nacionalistas convocaram uma grande convenção nacional em Francforte a fim de redigir uma constituição para uma Alemanha unificada. Foi essa a célebre Assembléia de Francforte, composta de altivos delegados de todos os estados da Confederação. A Assembléia conseguiu aprovar uma declaração de direitos, mas logo caiu num imbroglio sem solução a respeito de outros assuntos constitucionais. Quando a maioria dos delegados concordou em fazer da nova Alemanha uma monarquia constitucional, os republicanos entraram em dissidência. Houve também acaloradas discussões sobre a conveniência de incluir ou não a Áustria e sobre o problema de quem deveria reinar. Ao ser decidido que somente as províncias alemãs da Áustria seriam admitidas, o governo austríaco ordenou aos seus delegados que regressassem. Esperando ainda estabelecer uma união em escala menos ambiciosa, a Assembléia ofereceu a coroa ao rei Frederico Guilherme IV da Prússia, mas o indeciso monarca recusou com medo de se incompatibilizar com a Áustria e também porque relutava em ter relações com uma convenção revolucionária. A Assembleia de Francforte dispersou-se pouco depois, desalentada, sem ter absolutamente nada para apresentar como resultado dos seus esforços. A maioria das reformas que tinham sido conseguidas sem a sua intervenção também se

foram evaporando aos poucos, e milhares de revolucionários abandonaram o país, indo buscar refúgio nos Estados Unidos.
Estava reservado ao firme realismo de Bismarck levar a cabo a unificação da Alemanha. Otto von Bismarck (1815-98) pertencia pelo nascimento à classe dos junkers ou nobres rurais, que durante séculos fornecera ao estado prussiano o grosso dos seus burocratas e das altas patentes do seu exército. Depois de frequentar as universidades de Göttingen e de Berlim como estudante medíocre, mas como bom duelista e farrista, tornou-se funcionário público mas não tardou a ser demitido em virtude dos seus hábitos irregulares e dissipados. Durante algum tempo a natureza indomável de Bismarck desafogou-se no liberalismo, mas o seu casamento com a piedosa filha de um aristocrata das vizinhanças veio mudar tudo isso. De rebelde soturno e cínico, converteu-se num valente defensor da religião e num trove jante reacionário em política. Durante o movimento revolucionário de 1848 serviu no parlamento prussiano como fiel sustentáculo da monarquia de direito divino. Fez parte de um grupo de aristocratas intransigentes que instaram com o rei da Prússia para que não aceitasse a "coroa vergonhosa" oferecida pela Assembléia de Francforte. Mais tarde, Bismarck ajudou a organizar o partido conservador, dedicado a proteger os interesses dos junkers, da igreja oficial e do exército, e a erigir uma Prússia poderosa como núcleo da futura nação alemã. Em 1862, o rei Guilherme I nomeou-o presidente do conselho de ministros da sua adorada Prússia.
Na consolidação dos estados alemães numa nação unida Bismarck observou uma série de fases, com habilidade quase diabólica. Em primeiro lugar projetou eliminar a Áustria da sua posição de hegemonia na Confederação Alemã. Como meio preliminar de alcançar esse objetivo, entrou em disputa com a Dinamarca sobre a posse do Schleswig-Holstein. Essas províncias, habitadas mormente por alemães, estavam em situação anômala. Desde 1815 o Holstein fora incluído na Confederação Germânica, mas ambos os territórios estavam sujeitos à suserania do rei da Dinamarca. Quando, em 1864, um soberano deste país tentou anexálos, Bismarck convidou a Áustria a participar de uma guerra contra a Dinamarca. Seguiu-se uma breve campanha, ao cabo da qual o rei dinamarquês teve de renunciar a todas as suas pretensões sobre o Schleswig-Holstein em favor da Áustria e da Prússia. Adveio então a decorrência pela qual Bismarck esperava

ansiosamente: uma contenda entre os vencedores em torno da divisão dos despojos. O resultado final foi lançarem-se ambos à guerra em 1866. Sabendo que os Habsburgos teriam o auxílio dos estados alemães meridionais, Bismarck formou uma aliança com a Itália, prometendo recompensá-la, após a vitória, com a cessão de Veneza. O conflito que se seguiu, conhecido como a Guerra das Sete Semanas, terminou pele fácil triunfo da Prússia. A Áustria foi forçada a abandonar as suas reivindicações sobre o Schleswig-Holstein, a ceder Veneza à Itália e a consentir na dissolução da Confederação Germânica. Imediatamente após a guerra Bismarck procedeu à união de todos os estados alemães situados ao norte do rio Meno numa Confederação Germânica do Norte. A constituição dessa união, que o grande ministro se jactava de ter redigido numa só noite, estabelecia que o rei da Prússia seria o presidente hereditário da Confederação e que haveria uma câmara alta representando os governos de cada estado confederado e uma câmara baixa eleita por sufrágio universal masculino.

O passo final na consecução da unidade alemã foi a Guerra Franco-Prussiana. Já conhecemos o papel desempenhado por Napoleão III ao provocar uma crise com a Prússia sobre a questão da sucessão espanhola. A atitude de Bismarck, porém, não foi menos provocadora. Sabia que uma guerra com a França seria o melhor meio de estimular um nacionalismo alemão na Baviera, no Württemberg e nos demais estados ao sul do Meno. Conseqüentemente, quando foi informado pelo rei Guilherme I, em Eras, de que fora repelida a exigência francesa no sentido de serem os Hohenzollern para sempre excluídos do trono espanhol, achou que era chegado o momento de agir. Decidiu tornar público o telegrama recebido de Ems de maneira a fazer supor que o rei Guilherme insultara o embaixador francês. Não tardou a concretizar-se a sua predição de que isso teria o efeito de "um pano vermelho sacudido diante do touro gaulês". Quando foi recebida na França a notícia truncada do que sucedera em Ems, um clamor de ira percorreu imediatamente toda a nação. Em 15 de julho de 1870 os ministros de Napoleão solicitaram ao corpo legislativo que aprovasse a declaração de guerra; a aprovação foi dada com apenas dez votos contrários. Nem bera havia começado a luta, os estados da Alemanha Meridional alinharam-se ao lado da Prússia, na crença de que estava sendo vítima de uma agressão. Tal foi o início de uma guerra que devia ter efeitos tremendos sobre a história

subsequente da Europa. Desde o princípio os prussianos levaram vantagem. A eficiência disciplinada da sua máquina militar ressaltou em franco contraste com a desastrada inécia dos franceses. Os abastecimentos das tropas de Napoleão eram de uma lamentável ineficiência, e um dos seus generais não conseguiu, durante alguns dias, localizar o exército que devia comandar. O resultado poderia ser previsto desde o começo. Após a captura de Napoleão em Sedan, no mês de setembro, e a tomada de Paris quatro meses mais tarde, a guerra foi oficialmente encerrada pelo Tratado de Francforte. A França cedeu a maior parte da Alsácia e da Lorena e concordou em pagar uma indenização de um bilhão de dólares.

A Guerra Franco-Prussiana destruiu um império e criou outro. Já vimos que depois de ser Napoleão III aprisionado em Sedan o seu governo foi derrubado em Paris e instaurou-se uma república provisória. Nas terras de além-Reno, a grande explosão de entusiasmo patriótico possibilitou a Bismarck a anexação dos estados meridionais à Confederação Germânica do Norte. Durante o desenrolar da guerra foram negociados tratados, estipulando que toda a Alemanha se uniria num império sob os Hohenzollern. Esses acordos foram oficialmente postos em vigor em magnificente cerimônia celebrada no palácio de Luís XV, em Versalhes, a 18 de janeiro de 1871, ocasião em que Guilherme I da Prússia recebeu o título de imperador da Alemanha. Bismarck, então alçado à dignidade de príncipe, tornou-se o primeiro chanceler do império.

Sem receber mais que as modificações indispensáveis, a constituição da Confederação Germânica foi aceita como constituição do novo império. O governo assim criado não tinha senão dois característicos que podiam ser positivamente considerados como democráticos: por um lado, o sufrágio universal masculino nas eleições nacionais e, pelo outro, o parlamento com uma câmara baixa, ou Reichstag, eleita pelo voto popular. A outros respeitos, o sistema se adaptava muito bem ao governo conservador. Ao invés de copiar o sistema de gabinete, o chanceler e os demais ministros eram responsáveis unicamente perante o imperador. Este não era um simples chefe nominal, dispondo ao contrário de extensa autoridade sobre o exército e a marinha, as relações exteriores, a promulgação e a execução das leis. Podia, ademais, declarar a guerra se as costas ou o território do império fossem atacados, e na qualidade de rei da Prússia controlava um terço dos votos no Bundesrat, câmara alta do parlamento imperial. Não

obstante, o império alemão não era uma autocracia completa. Embora o kaiser pudesse influenciar a promulgação das leis, não tinha direito de veto. Todos os tratados que negociasse tinham de ser aprovados pelo Bundesrat e não podia obter dinheiro sem o consentimento do Reichstag. Na verdade, este último órgão estava longe de ser uma simples sociedade de debates, como alegaram muitas vezes os inimigos da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, tinha poderes legislativos virtualmente equivalentes aos do Bundesra e foi bastante forte para arrancar concessões a diversos chanceleres. Em 1913, o Reichstag por pouco não conseguiu estabelecer o governo de gabinete. Por ocasião de uma disputa com o Chanceler von Bethmann-Hollweg sobre a tirania militar na Alsácia, os membros da câmara baixa votaram uma moção de desconfiança no governo e exigiram que o chanceler renunciasse. Uma resolução de negar autorização de créditos até que Bethmann abandonasse o cargo deixou de ser aprovada por ínfima margem de votos. Como a república na França, o novo império alemão também teve suas desavenças com a igreja. O movimento anticlerical alemão do século XIX é conhecido como Kulturkampf, ou "luta pela cultura", iniciada por Bismarck em 1872. Os motivos de Bismarck eram quase que exclusi- AlemaniM vãmente nacionalistas. Não era ele um cético nem Kulturkampf um materialista, mas um fervoroso luterano. Não obstante, percebeu em certas atividades católicas uma ameaça ao poder e à estabilidade do estado que acabava de criar. Desagradava-lhe principalmente o apoio que os padres católicos continuavam a dar ao movimento em prol dos direitos dos estados da Alemanha meridional e às queixas dos alsacianos e poloneses. Alarmouse, outrossim, com as recentes afirmações da autoridade papal de intervir em assuntos seculares e com a promulgação, em 1870, do dogma da infalibilidade do papa. Além disso, estava ansioso por obter um apoio mais entusiasta da parte dos "nacional-liberais" burgueses no fortalecimento das bases do novo império. Por essas razões resolveu desferir tamanho golpe na influência católica na Alemanha que esta nunca mais pudesse tornar-se um fator de importância na política nacional ou local. Suas armas foram uma série de leis e de decretos promulgados entre 1872 e 1875. Em primeiro lugar, induziu o Reichstag a expulsar todos os jesuítas do país. Em seguida, fêz passar no Landstag prussiano as chamadas Leis de Maio, que colocavam os seminários sob o controle do estado e capacitavam o governo

a regular a nomeação de bispos e padres. Ninguém podia ser nomeado para qualquer cargo eclesiástico se não fosse cidadão alemão e, ainda assim, somente depois de um exame oficial. Ao mesmo tempo era estabelecida a obrigatoriedade do casamento civil, mesmo que já se tivesse realizado a cerimônia religiosa. Por ocasião da execução dessas medidas foram presos seis dos dez bispos católicos da Prússia e centenas de padres tiveram de abandonar o país.

Embora Bismarck houvesse ganho algumas das batalhas mais importantes da Kulturkampf, acabou perdendo a campanha. Foram diversas as causas desse fracasso. Em primeiro lugar, o chanceler incompatibilizou-se com os seus adeptos progressistas por haver recusado atender-lhes às exigências de responsabilidade para os ministros. Em segundo lugar, o partido católico, ou do Centro, bateu-se tão eficazmente em favor do claro perseguido e adotou um programa econômico tão inteligente que se tornou o partido político mais forte da Alemanha. Nas eleições de 1874, conseguiu quase um quarto das cadeiras do Reichstag. Em terceiro lugar, Bismarck estava alarmado com o desenvolvimento do socialismo e sobressaltou-se ainda mais quando os campeões dessa filosofia, os social-democratas, fizeram aliança com os centristas. Se continuassem a crescer no mesmo ritmo, esses dois partidos não tardariam a constituir maioria no Reichstag. Na esperança de impedir tal resultado, Bismarck relaxou aos poucos a perseguição aos católicos. Entre 1878 e 1886 foi revogada quase toda a odiosa legislação e a Kulturkampf caiu no olvido, como tantos outros erra; de estadistas. A igreja católica foi, assim, praticamente restituída à sua antiga posição na Alemanha.

Entrementes, os acontecimentos na Itália tinham seguido um rumo quase paralelo aos que resultaram na unificação da Alemanha. A Itália em 1848, como os leitores devem estar lembrados, era um amontoado de diminutos estados. Os mais importantes dentre os independentes eram o reino da Sardenha ao norte, os Estados Pontifícios na região central e o reino das Duas Sicílias ao sul. As antigas republicas da Lombardia e de Veneza pertenciam à Áustria, ao passo que a Toscana, Parma e Módena eram governadas por dependentes dos Habsburgos. À medida que o fervor revolucionário de 1848 se alastrava pela península os governantes, um após outro, concederam reformas democráticas. Carlos Alberto da Sardenha levou a palma a todos os demais com o seu célebre Estatuto Fundamental,

que instituía as liberdades civis e urna forma parlamentar de governo. Logo se evidenciou, porém, que os italianos estavam mais interessados no nacionalismo do que na democracia. Havia alguns anos que os patriotas românticos vinham sonhando com o Risorgimento — a ressurreição do espírito italiano que restauraria a nação na posição de domínio glorioso que havia desfrutado na antiguidade e durante a Renascença. Para consegui-lo, admitia-se universalmente que toda a Itália devia fundir-se num estado só.
Havia, porém, considerável divergência de opinião quanto à forma que convinha dar ao novo governo. Os idealistas moços seguiam a orientação de Giuseppe Mazzini (1805-72), que trabalhava com sincera dedicação pelo estabelecimento de uma república. Os patriotas de mentalidade religiosa acreditavam que a solução mais viável seria federalizar os estados italianos sob a presidência do papa. A maioria dos nacionalistas mais moderados advogavam uma monarquia constitucional erigida sobre os alicerces do reino da Sardenha. As aspirações deste terceiro grupo cristalizaram-se gradualmente sob a chefia de um astuto nobre sardo, o Conde Camillo di Cavour (1810-61). Em 1850 foi ele nomeado ministro do comércio e agricultura do seu estado natal e, 1852, primeiro ministro. A campanha pela unificação da península italiana iniciou-se com a luta para expulsar os austríacos. Em 1848 organizaram-se revoltas nos territórios que se achavam sob o domínio dos Habsburgos e um exército de libertação saiu da Sardenha para auxiliar os rebeldes. Esse movimento terminou, porém, em fracasso. Foi então que Cavour, como novo chefe da campanha, recorreu a métodos menos heróicos porém mais práticos. Em 1855, a fim de atrair as simpatias da Inglaterra e da França, entrou ao lado desses países na Guerra da Criméia apesar de não ter nenhuma contenda com a Rússia. Em 1858 teve um encontro secreto com Napoleão III e preparou o ambiente para uma guerra italiana de libertação. Napoleão concordou em cooperar na expulsão dos austríacos da Itália em troca da cessão da Sabóia e de Nice à França. Em 1859 foi devidamente provocada uma guerra com a Áustria e durante certo tempo tudo correu bem para os aliados franco-italianos. Mas após a conquista da Lombardia Napoleão inesperadamente retirou-se, receoso de uma derrota final e temendo incompatibilizar-se com os seus compatriotas católicos por causa do auxílio prestado a um governo francamente antielerical. Abandonada assim pelo seu aliado, a Sardenha foi incapaz de expulsar os austríacos de Veneza. Não obstante, tirou considerável proveito

da guerra, pois anexou a Lombardia, ao mesmo tempo que os ducados da Toscana, de Parma e de Módena, bem como a parte setentrional dos Estados Pontifícios, resolviam unir-se a ela, num ímpeto de entusiasmo nacionalista. Com o seu território original mais que dobrado a Sardenha tornou-se então, por grande diferença, o estado mais poderoso da Itália.

O segundo passo na consolidação da unidade italiana foi a conquista do reino das Duas Sicílias. Esse reino era governado por um Bourbon, Francisco II, alvo do ódio universal dos seus súditos italianos. Em maio de 1860 um aventureiro romântico e independente, chamado Giusêppe Garibaldi, dispôsse, com o seu famoso regimento de mil "camisas-vermelhas", a salvar da opressão os seus compatriotas italianos. Após ter libertado a Sicília numa campanha de três meses, marchou sobre Nápoles, onde o povo já se achava revoltado. Em novembro, todo o reino de Francisco II havia caído nas mãos do jovial aventureiro. A princípio, parece que Garibaldi pretendeu converter o território numa república independente, mas foi finalmente persuadido a entregá-lo ao reino da Sardenha. Com a maior parte da península agora sob um único governo, Vítor Manuel II da Sardenha assumiu o título de rei da Itália (17 de março de 1861). Veneza estava ainda em poder dos austríacos, mas em 1866 estes foram forçados pelos prussianos a cedê-la à Itália como recompensa à participação do reino peninsular na Guerra das Sete Semanas. Faltava somente anexar Roma para completar a unificação da Itália. A Cidade Eterna resistira até então à conquista, graças sobretudo ao auxílio militar prestado ao papa por Napoleão III. Mas em 1870 o início da Guerra Franco-Prussiana obrigou a Esfinge das Tulherias a retirar as suas tropas. Era uma ótima oportunidade que não se podia deixar escapar. Em setembro de 1870 soldados italianos ocuparam Roma, que em julho do ano seguinte se tornou capital do reino unido.

A ocupação de Roma colocou o reino da Itália em conflito com a Santa Sé. Na verdade, todo o movimento de unificação se havia caracterizado pela hostilidade à igreja. Isso era inevitável, uma vez que o papa governava como príncipe secular os Estados Pontifícios e fulminava com a sua cólera aqueles que pretendiam despojá-lo dos seus domínios a bem de uma Itália unida. À medida que, um após outro, esses estados iam sendo anexados, fechavam-se as portas aos mosteiros e confiscava-se grande parte dos bens da igreja. Após a ocupação de Roma em 1870 fez-se uma tentativa para

resolver o problema das relações entre o estado e a Santa Sé. Em 1871 o parlamento italiano promulgou a Lei das Garantias Pontifícias, a qual se propunha definir a situação do papa como soberano reinante. Eralhe conferida plena autoridade sobre os edifícios e jardins do Vaticano e de Latrão, bem como o direito de nomear e receber embaixadores. Além disso, era-lhe dada a franquia dos correios, telégrafos e estradas de ferro da Itália e destinava-se-lhe, a título de indenização, uma pensão anual de aproximadamente 645.000 dólares. O pontífice então reinante, Pio IX, imediatamente rejeitou essa lei sob a alegação de que os assuntos que diziam respeito ao papa só podiam ser resolvidos por um tratado internacional com a sua própria participação. Entrementes, fechou-se no Vaticano e recusou ter qualquer contato com um governo que tratara tão vergonhosamente o Vigário de Cristo na terra. Seus sucessores continuaram esse encarceramento voluntário até 1929, quando uma série de acordos firmados entre o governo fascista e Pio XI conseguiu o que parece ter sido um ajuste satisfatório da contenda.

O Rapto de Rebecca, *por Eugène Delacroix. Os pintores românticos socorriam-se freqüentemente da história e da lenda para arranjar assuntos ricos de interêsse emocional. Esta cena é de "Ivanhoe" Ver p. 656.* (Metropolitan Museum of Art.)

Mulher com ancinho, *de Jean François Millet. As cenas humildes da vida campónia são comuns na arte romântica. Ver p. 816* (Metropolitan Museum of Art.)

ROMANTISMO E REALISMO NO SÉCULO XIX

O Pensador, *de Augusto Rodin. Exemplo de realismo na escultura, parecendo sugerir que as faculdades intelectuais do homem são inseparáveis de sua herança animal. Ver p. 821.* (Metropolitan Museum of Art.)

Carro de 3.ª classe de estrada de ferro, *de Honoré Daumier. Os pintores realistas do século XIX são notáveis pela simpatia com que encaram o povo humilde. Ver p. 816.* (Art Reference Bureau.)

Paisagem, *de Paul Cézanne, o principal inspirador da maioria das tendências da arte moderna. Sua pintura distingue-se pelas qualidades esculturais de solidez e profundidade. Ver p. 818.* (Metropolitan Museum of Art.)

O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA

Almôço dos remadores, *de Auguste Renoir, famoso impressionista francês. Ver p. 818.* (Philips Memorial Gallery.)

Alguns pequenos estados da Europa central e centro-ocidental chegaram a fazer mais progressos na democracia do que os seus vizinhos maiores. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, todos eles possuíam o sistema de governo de gabinete. Além disso, o sufrágio universal masculino fora adotado na Suíça, na Bélgica e nos países escandinavos. A Noruega e a Dinamarca deram mais um passo à frente, estendendo o direito de voto às mulheres, A Bélgica, a Suécia e a Suíça adotaram a representação proporcional e esta última república fêz largo uso do referendum e da iniciativa-popular na legislação. A representação proporcional é um meio de garantir a representação não só da maioria, mas também das minorias. Dentro desse sistema, cada partido político tem no corpo legislativo um número de representantes diretamente proporcional ao número dos seus eleitores. A iniciativa popular e o referendum são instrumentos de democracia direta. Pela primeira, uma certa percentagem do eleitorado pode propor uma lei e obrigar o parlamento a pô-la na ordem do dia. O referendum consiste em submeter certas leis à aprovação ou rejeição final por parte do povo. Salvo a representação proporcional, que foi adotada para uso limitado em eleições locais na Grã-Bretanha, nenhum desses expedientes conquistou grande número de adeptos nos países maiores.

4. DEMOCRACIA E NACIONALISMO NA EUROPA ORIENTAL

Falar de progresso democrático nos países da Europa Oriental antes da Primeira Guerra Mundial seria provocar a zombaria. Na Rússia, por exemplo, o governo do império czarista em 1914 não diferia muito do que fora cem anos atrás. Não obstante, a história russa depois de 1850 testemunhou algumas mudanças consideráveis para melhor. Embora muitas delas fossem de índole mais social e econômica do que política, é inegável que importavam numa melhora de vida para o povo e podem com propriedade ser examinadas aqui. O primeiro grande período de reforma foi o reinado de Alexandre II (1855-81). Devotado ao dever e genuinamente interessado pelo bem-estar dos seus súditos, Alexandre foi sem dúvida um dos melhores imperadores da Rússia. Não tinha a menor intenção de renunciar ao poder despótico, mas pelo menos estava decidido a exercê-lo

de modo benévolo. Suas reformas enquadram-se em três tipos principais: económicas, políticas e educacionais. As primeiras consistiram em libertar os camponeses da sujeição aos nobres. Um modestíssimo passo já fora dado nesse sentido por Alexandre I (1801-25) nas províncias bálticas, mas a grande maioria dos camponeses russos continuava na situação de servos.
Em 3 de março de 1861, sexto aniversário da sua ascensão ao trono, Alexandre II promulgou um decreto que relegava todo o sistema de servidão aos arquivos empoeirados da história. Os servos converteram-se em homens livres, não mais adscritos à gleba nem obrigados a trabalhar para os nobres. Durante alguns anos o governo dedicou-se a comprar porções das propriedades dos nobres para entregá-las aos camponeses. Essas terras não eram dadas a indivíduos, mas sim às comunidades das aldeias, ou mirs, para serem loteadas entre os seus membros. Os mirs deviam cobrar destes o dinheiro destinado a indenizar o governo, em prestações pagas durante um período de 49 anos. Por esse motivo, às vezes se diz que Alexandre liberou os camponeses dos nobres para fazê-los servos do estado. O rendimento crescente das terras dos camponeses (de seis alqueires de trigo, em 1861, a dez alqueires, em 1910) é, porém, um indício eloquente de que o mujique não se limitara a trocar de senhor.
De menor significado, mas de modo algum destituídas de importância, foram as reformas de Alexandre nos setores político e educacional. Em 1862 aboliu ele os poderes judiciários da antiga burocracia e criou um sistema de tribunais de justica nos moldes ocidentais, com juízes de carreira e julgamento por júri. Em 1864 concedeu a cada província o direito de eleger um zemstvo ou assembléia provincial, a qual se comporia dos principais proprietários e de delegados escolhidos por citadinos e camponeses. Os zemstvos teriam autoridade para legislar em assuntos tais como estradas, educação, saúde pública e assistência à pobreza. Admiráveis em teoria como instrumentos da participação do povo na gestão dos negócios locais, essas assembléias eram, amiúde, lamentavelmente prejudicadas pela inexperiência política dos seus membros e por conflitos de interesse entre os camponeses e os grandes proprietários. As reformas educacionais de Alexandre consistiram em subsídios do governo para a instalação de escolas elementares e institutos técnicos, no afrouxamento da censura e na introdução de estudos científicos no programa das

universidades. Na maioria desses setores planejou ele muito mais do que foi capaz de realizar.
Depois de 1865, Alexandre II sucumbiu à reação e tratou de anular grande parte da sua obra anterior de soberano benévolo. Submeteu os atos dos zemstvos ao veto do governo imperial. Re-fortaleceu a polícia secreta e restaurou os velhos métodos de punição arbitrária dos acusados de crimes políticos. Pôs novamente em vigor a censura e ordenou que as universidades eliminassem as ciências dos seus programas, concentrando a atenção dos estudantes em assuntos que provocassem menos inquirição e dúvida. Como se pode explicar tal inversão de atitude da parte do grande "Czar Libertador"? Em parte, ela exprimia a desilusão ante a indiferença de uma boa porção do povo a quem as suas reformas pretendiam ajudar. Afogados em hábitos de fatalismo oriental, os camponeses não pareciam mostrar muita gratidão nem mesmo pela sua liberdade. Por outro lado, os intelectuais radicais e os líderes das massas citadinas zombavam dos esforços esclarecidos do czar como meros paliativos. Mas havia razões mais fortes e determinar essa reviravolta de sentimentos de Alexandre, tais como uma série de atentados contra a sua vida e a revolta dos poloneses em 1863. Os elementos conservadores da corte valiam-se de todas as oportunidades para lhe fazer ver que essas manifestações eram um resultado direto da sua política liberal. Pouco a pouco, lograram convencê-lo de que qualquer nova concessão aos elementos rebeldes poria em perigo todo o sistema governamental. Seria difícil imaginar conselho mais estúpido. Ao invés de impor silêncio aos descontentes pelo medo, a revivescência dos antigos métodos de repressão serviu apenas para incitar uma atividade revolucionária em escala mais vasta do que antes. Com o passar dos anos, o próprio Alexandre se certificou disso e resolveu voltar mais uma vez à senda da reforma. Era tarde, porém. No mesmo dia do ano de 1881 em que assinou um decreto autorizando comissões a preparar novos planos liberais, foi morto pela bomba de um terrorista.
Os anos que se seguiram à morte de Alexandre II assinalaram a maré enchente da reação contra toda a política de reformas. O novo czar, Alexandre III (1881-94), governou baseado na teoria de que a Rússia nada tinha de comum com a Europa Ocidental, pois o povo russo fora educado durante séculos no despotismo e na piedade mística e sem eles estaria completamente perdido. Ideais ocidentais como o racionalismo e o

individualismo solapariam a fé pueril das massas e mergulhariam a nação num negro abismo de anarquia e crime. Do mesmo modo, as instituições ocidentais do julgamento pelo júri, do governo parlamentar e da educação livre só poderiam dar frutos abomináveis se fossem implantadas em solo russo. Guiando-se por tais princípios, Alexandre III instaurou um regime de repressão cruel e vingativa. Cerceou de todos os modos possíveis os poderes dos zemstvos, aumentou a autoridade da polícia secreta e até entregou o governo dos mirs a nobres ricos escolhidos pelo estado. Tal orientação foi continuada, embora de forma relativamente menos rigorosa, por seu filho Nicolau II, que era um homem muito mais fraco do que Alexandre. Ambos esses czares eram adeptos fervorosos da russificação e fizeram uso ilimitado dela para fortalecer o seu poder. A russificação não era senão o equivalente, sob uma forma ainda mais implacável, dos movimentos nacionalistas similares de vários países. Seu objetivo era disseminar entre todos os súditos do czar a língua, a religião e a cultura da Grã-Rússia, ou Rússia propriamente dita, simplificando assim a tarefa de governá-los. Visava acima de tudo os poloneses, finlandeses e judeus, por serem essas nacionalidades consideradas como as mais perigosas. Resultou, inevitavelmente, em certos atos de cruel opressão. Tirou-se aos finlandeses a sua constituição; os poloneses foram obrigados a estudar a sua própria literatura em traduções russas; altos funcionários do governo czarista foram coniventes em pogroms contra os judeus. No pior desse? massacres — o de Kishinev, em 1903 — centenas de judeus foram exterminados por cristãos fanáticos que uma sórdida propaganda havia arrastado ao delírio. As barbaridades da russificação muito contribuíram para o de flagrar do movimento revolucionário de 1905. Mas houve ainda outras causas subjacentes. A revolução industrial, que estava em marcha desde cerca de 1890, determinou o congestionamento das cidades, o desenvolvimento de uma classe operária militante e uma sucessão de agudas crises econômicas. Uma segunda causa, intimamente relacionada com essa, foi a multiplicação dos partidos radicais. O mais antigo desses partidos, se assim se pode chamá-lo, era formado pelos niilistas. Eram, quase todos eles, intelectuais tão desgostados com a civilização russa que acreditavam ser necessário arrasar completamente a estrutura política e social. Glorificando a razão e a ciência, declaravam não acreditar em nada que assentasse na fé. Daí se originava o seu nome (do latim nihil, nada). Enquanto os niilistas eram por

via de regra individualistas, os seus sucessores foram principalmente coletivistas. Os grupos mais importantes que seguiam esta orientação eram os anarquistas, adeptos de Bakunin e, mais tarde, de Kropotkin e Tolstoi — os social-revolucionários e os socialdemocratas. Os dois últimos partidos diferiam entre si sob vários aspectos. Os social-revolucionários eram um partido essencialmente camponês, se bem que a maioria dos seus líderes procedessem das classes intelectuais. Adotando como lema: “Toda a terra para todo o povo”, reclamavam a divisão das grandes propriedades para serem distribuídas entre os mirs. Muitos pregavam também o terrorismo como meio de forçar as classes superiores a atender às suas pretensões. Contrastando com eles, os socialdemocratas eram um grupo marxista que defendia os interesses do proletariado e instavam pela ação unida das massas em lugar do terrorismo individual. Em 1903 esse partido cindiu-se em duas facções, seguindo uma linha de clivagem muito semelhante à que dividia os marxistas em outros países. A maioria, composta de marxistas ortodoxos, organizou-se sob o nome de bolcheviques, enquanto a minoria de socialistas evolutivos passava a ser conhecida como os mencheviques.
A causa imediata do movimento revolucionário foi o calamitoso resultado da guerra russo-japonesa. À medida que chegavam as notícias das sucessivas derrotas dos exércitos do czar na frente de batalha da Mancharia, o povo russo começava a compreender, como nunca o fizera antes, que o sistema de tirania irresponsável sob o qual vivia era visceralmente corrompido e incompetente. Membros da classe média que até então haviam recusado associar-se com os revolucionários juntaram-se então a eles nos clamores por uma mudança. Operários radicais organizaram greves e fizeram demonstrações em todas as cidades importantes. Pelo outono de 1905, quase toda a população urbana se havia alistado numa greve de protesto. Negociantes fechavam as lojas, industrialistas suspendiam o trabalho nas fábricas, advogados recusavam-se a defender causas nos tribunais e até lacaios e cozinheiros desertavam os seus ricos patrões. Não tardou a tornar-se evidente, até para o obtuso czar, que o governo teria de ceder. Em 30 de outubro publicou ele o seu famoso Manifesto de Outubro, em que dava garantias de liberdades individuais, prometia eleições moderadamente liberais para uma Duma, ou legislatura nacional, e afirmava que daí em diante nenhuma lei seria válida sem a aprovação dela. Esse manifesto marcou o ponto culminante do movimento revolucionário.

Durante os dois anos seguintes Nicolau assinou uma série de decretos que o convertiam virtualmente em letra morta. Em 1906 privou a Duma do controle sobre os negócios exteriores, o exército, a marinha e as questões constitucionais, e aboliu o seu poder de punir os ministros negando aprovação ao orçamento. Em 1907, decretou que a Duma fosse eleita indiretamente, dentro de princípios classistas, por alguns colégios eleitorais. Os proprietários rurais mais ricos escolheriam 60% dos eleitores, os camponeses 22%, os negociantes 15% e os operários 3%. Daí por diante o corpo legislativo ficou bloqueado pelos adeptos obedientes do czar.
Não é difícil descobrir as razões desse recuo do movimento revolucionário. Em primeiro lugar, o exército permaneceu leal ao seu comandante supremo. Conseqúentemente, após o término da guerra com o Japão, em 1905, o czar dispôs de enorme quantidade de tropas que podiam ser utilizadas, se necessário, para dizimar os revolucionários. Em segundo lugar, Nicolau pôde fortalecer as defesas do seu regime decadente com dinheiro emprestado pela França. O auxílio francês não se baseava numa simpatia pelo governo autocrático, mas na existência de uma aliança militar entre os dois países. Uma razão ainda mais importante do declínio do movimento foi a cisão ocorrida nas próprias fileiras dos revolucionários. Após a publicação do Manifesto de Outubro, grande número de burgueses começaram a assustar-se com as ameaças dos radicais e declararam-se convencidos de que a revolução não devia ir mais longe. Retiraram completamente o seu apoio e passaram desde então a ser conhecidos como os "outubristas". Os negociantes e profissionais mais liberais, sob o nome de democratas constitucionalistas ou "cadetes", sustentavam que a oposição devia continuar até que o czar fosse obrigado a estabelecer um governo modelado pelo da Inglaterra. Essa divisão fatal tornou a classe média politicamente impotente. Por fim, surgiu a discórdia no seio do proletariado. Muitos operários perderam a coragem e abandonaram os seus líderes radicais. Tentativas posteriores de empregar a greve geral como arma contra o governo redundaram em lamentável fracasso.
O movimento revolucionário de 1905 não foi, no entanto, um fracasso total. A cruel vingança posta em prática pelos sabujos do czar convenceu muita gente de que o governo deste não era a autocracia benévola que se supunha, mas uma tirania obstinada e brutal. A insurreição patenteou as massas os seus principais erros e mostrou-lhes quais as forças em que deveriam

confiar para obter sucesso no futuro. Algumas das concessões obtidas não desapareceram de todo. A Duma, por exemplo, não foi abolida. Continuou a servir como um meio pelo qual ao menos um remanescente disperso dos opositores da reação se podia fazer ouvir. É significativo que a revolução de 1917 tivesse começado na própria Duma. Mas havia mais ainda. O movimento de 1905 convenceu alguns dos mais sagazes conselheiros do czar de que não era muito seguro adotar uma política de conservantismo intransigente. Daí a concessão de certo número de reformas que visavam apaziguar as classes rebeldes. Entre as mais significativas estão as reformas agrárias adotadas pelo primeiro-ministro Stolypin entre 1906 e 1911. Incluíam elas: 1) a transferência de dois milhões de hectares de terras da coroa para os camponeses; 2) a permissão, dada ao camponês, de retirar-se do mir e estabelecer-se como lavrador independente; e 3) o cancelamento das prestações relativas à compra de terras pelos camponeses e ainda não pagas por estes. O proletariado também não ficou completamente esquecido. Promulgaram-se decretos permitindo a formação de sindicatos, reduzindo a jornada de trabalho (na maioria dos casos a um máximo de dez horas) e criando os seguros contra doenças e acidentes. Em 1914, parecia que a Rússia estava a caminho de transformar-se numa nação capitalista estável e próspera.

Nas terras balcânicas, durante o século XIX, os acontecimentos mais dramáticos foram antes exemplificativos de nacionalismo que de democracia. As raras manifestações da segunda constituíram simples decorrências de expressões do primeiro. Antes de 1829, toda a península balcânica — banhada pelos mares Egeu, Negro e Adriático — estava sob o domínio dos turcos. Mas durante os oitenta e cinco anos seguintes ocorreu um desmembramento gradual do império turco dos Balcãs. Em alguns casos a subtração de territórios foi perpetrada por potências europeias rivais, em particular pela Rússia e pela Áustria; mas em geral resultou de revoltas nacionalistas por parte dos súditos cristãos do sultão. Em 1829, ao concluirse a primeira guerra russo-turca, o Império Otomano foi obrigado a reconhecer a independência da Grécia e a conceder autonomia à Sérvia e às províncias da Valáquia e da Moldávia, sob a proteção da Rússia. Como consequência da Guerra da Criméia a Rússsia teve de renunciar ao domínio sobre a Moldávia e a Valáquia, donde resultou unirem-se as duas províncias em 1862 numa Rumânia virtualmente independente. Com o decorrer dos

anos espalhou-se em outros territórios balcânicos o ressentimento contra o governo otomano. Em 1875-76 ocorreram insurreições na Bósnia, na Herzegovina e na Bulgária, as quais foram reprimidas com sanguinária violência pelo sultão. Relatos de atrocidades contra os cristãos ortodoxos deram pretexto à Rússia para renovar a sua luta secular pela dominação dos Balcãs. Nessa segunda guerra russo-turca (1877-78) os exércitos do czar conseguiram uma vitória esmagadora. Pelo Tratado de San Stefano, que pôs termo ao conflito, ficou estabelecido que o sultão entregaria quase todo o seu território europeu, com exceção de um remanescente em redor de Constantinopla. Nessa conjuntura, porém, as grandes potências intervieram. A Áustria e a Inglaterra, sobretudo, opunham-se vigorosamente a que a Rússia assumisse jurisdição sobre uma parte tão extensa do Oriente Próximo. Consequentemente, o czar foi obrigado a submeter o Tratado de San Stefano a uma revisão no Congresso de Berlim, em 1878. O Tratado de Berlim, que foi então firmado, restituiu grande parte do território conquistado à Turquia, permitindo no entanto que a Rússia conservasse a Bessarábia; a Tessália foi dada à Grécia e a Bósnia e a Herzegovina colocadas sob o controle administrativo da Áustria. Sete anos mais tarde os búlgaros, a quem o Tratado de Berlim concedera certo grau de autonomia, tomaram à Turquia a província da Rumélia Oriental e, em 1908, fundaram o reino independente da Bulgária.

No ano em que ocorreu este último desmembramento a própria Turquia foi submergida pela maré no nacionalismo. Havia já algum tempo que os seus cidadãos mais esclarecidos vinham-se desgostando cada vez mais com a fraqueza e a incompetência do governo do sultão. Sobretudo entre aqueles que tinham sido educados nas universidades da Inglaterra e da França, crescia de ano para ano a convicção de que o seu país precisava ser rejuvenescido pela introdução das idéias ocidentais de ciência, patriotismo e democracia. Organizando-se numa sociedade conhecida como os “Jovens Turcos”, forçaram em 1908 o sultão a estabelecer um governo constitucional. No ano seguinte, como se concretizasse um movimento reacionário, depuseram o sultão reinante, Abdul Hamid II, e colocaram no trono, como soberano titular, o seu desmiolado irmão Maomé V. Os verdadeiros poderes do governo foram então enfeixados nas mãos do grão-vizir e de ministros responsáveis perante um parlamento eleito. Infelizmente, essa revolução não trouxe nenhum acréscimo de liberdade aos

súditos nãoturcos do império. Pelo contrário, os Jovens Turcos lançaram um poderoso movimento para otomanizar os súditos cristãos do sultão. Ao mesmo tempo, os distúrbios que precederam e acompanharam a revolução abriram caminho para novos desmembramentos. Em 1908 a Áustria anexou as províncias da Bósnia e da Herzegovina, que o Tratado de Berlim lhe permitia unicamente administrar, e em 1911-12 a Itália fêz guerra a Turquia pela conquista de Trípoli.

A EUROPA DEPOIS DO CONGRESSO DE BERLIM (1878)

5. MOVIMENTOS EM PROL DA REFORMA SOCIAL

Pelos fins do século XIX começou a ganhar terreno a idéia de que não era suficiente a democracia política. A responsabilidade dos gabinetes perante os parlamentos e a concessão do direito de votar a todos os cidadãos pareceram assuntos de importância relativamente pequena enquanto os operários permanecessem à mercê de um sistema industrial baseado numa concorrência implacável. Conseqüentemente, em alguns países iniciou-se a agitação em prol daquilo que algumas vezes se denomina democracia econômica. De acordo com a definição comum, a democracia econômica encarna a idéia de que todos os homens devem ter as mesmas oportunidades

de desenvolver ao máximo as suas capacidades latentes. Não é sinônima do antigo conceito liberal de igualdade perante a lei, o qual, como observava ironicamente Anatole France, garantia ao pobre como ao rico igual direito de dormir debaixo das pontes e mendigar o seu pão. Democracia econômica significa que não é lícito arrebanhar crianças nas fábricas para serem exploradas por empregadores egoístas, que os velhos não devem ser atirados ao monte de rebotalhos imprestáveis quando toda a energia de seus corpos foi exaurida pela máquina desumana, nem é justo que os operários arquem com todo o peso dos acidentes da indústria, do desemprego e da doença. Em suma, ela envolve uma modificação bastante drástica do ideal do laissez-faire, que parecia tão inexpugnável na segunda metade do século XIX.

Cumpre não esquecer, por outro lado, que o declínio do laissez-faire não foi resultado exclusivo do movimento em prol da democracia econômica. A forma original frequentemente assumida pela modificação no continente europeu foi o protecionismo, introduzido pela burguesia em ascensão no intuito de afastar a concorrência da lnglaterra. Era o protecionismo por vezes acompanhado de subsídios diretos, de que encontramos exemplo na liberalidade dos governos italiano e francês para com a indústria da seda e vários ramos da agricultura. Em nações como a Alemanha, a Itália e a Rússia, as estradas de ferro, as linhas telegráficas e telefônicas ou foram

instaladas pelo estado ou nacionalizadas mais tarde, tendo em vista principalmente a eficiência militar. Na França, as indústrias manufatoras de tabaco e de fósforos foram encampadas pelo estado como fontes de renda pública e eram administradas como monopólios do governo. Mesmo uma boa parte da legislação social promulgada nos países continentais se inspirava em razões de nacionalismo, militarismo e paternalismo. Os governos desejavam conquistar a lealdade de todas as classes do povo e assegurar, em tempo de guerra, farto suprimento de carne para canhão.
A primeira das grandes potências a pôr em vigor um programa completo de legislação social foi a Alemanha, sob a orientação do seu astuto mas despótico chanceler, o Príncipe de Bismarck (1815-98). Não são difíceis de penetrar as razões que levaram a Alemanha a tomar a dianteira neste assunto. Ao contrário da Inglaterra e da França, nunca fora afetada de maneira profunda pelo liberalismo do século XVIII, não tendo por isso fortes tradições individualistas ou de laissez-faire. Enquanto os seus filósofos políticos pregavam insistentemente, a sujeição do indivíduo ao estado, os seus economistas inculcavam doutrinas de auto-suficiência nacional e de paternalismo. O próprio Bismarck afirmava que era dever do estado regular todas as funções sociais de acordo com o interesse nacional e zelar pelos cidadãos mais fracos “para que não fossem atropelados ou espezinhados na estrada da vida”. Tinha, porém, outras razões ainda para se empenhar no que parecia ser uma defesa dos direitos dos operários. Estava ansioso por solapar a crescente voga do socialismo roubando-lhe uma parte da sua força. Num discurso pronunciado no Reichstag, confessou francamente o seu intento de segurar os operários contra a doença e a velhice, de modo que “esses senhores (os social-democratas) entoariam em vão o seu canto de sereia”. Além de tais objetivos, tinha também em mente finalidades militares. Desejava fazer do proletário alemão um soldado leal e, até certo ponto, salvaguardar-lhe a saúde dos efeitos debilitantes do trabalho fabril. O programa de legislação social de Bismarck foi iniciado em 1883-84 com a adoção de leis que seguravam os operários contra a doença e os acidentes. Tais leis foram logo seguidas de outras que estabeleciam uma rígida inspeção fabril, limitavam o emprego de mulheres e crianças, fixavam um máximo de horas de trabalho, instalavam agências públicas de emprego e seguravam os operários contra a incapacidade decorrente da velhice. Em 1890, quando Bismarck foi forçado a abandonar

a vida pública, a Alemanha tinha adotado, com exceção do seguro contra o desemprego, quase todos os elementos constituintes do padrão de legislação social que a partir dessa época se tornou familiar à maioria das nações ocidentais. Outros países do continente europeu não tardaram a seguir o exemplo da Alemanha. Em 1885 a Áustria estabeleceu uma jornada máxima de onze horas nas fábricas e dez horas nas minas, e em 1887-88 instituiu o seguro dos operários industriais contra a doença e os acidentes.
A França e a Itália só mais tarde se juntaram a esse movimento, mas o programa que então adotaram foi de alcance mais amplo. Uma lei francesa de 1892 não só regulamentava o emprego de mulheres e crianças mas também prescrevia uma jornada máxima de dez horas para todos os trabalhadores; em 1905 esse limite foi reduzido para nove horas. Outros decretos do parlamento francês asseguravam o serviço médico gratuito para todos os trabalhadores e suas famílias, ofereciam proteção às atividades dos sindicatos e obrigavam os empregadores a indenizar os operários por danos físicos. A pedra de coroamento desse sistema de legislação foi acrescentada em 1910 com a aprovação de uma lei que instituía pensões de velhice não só para os operários industriais, de acordo com a prática usual, mas também para os empregados domésticos e trabalhadores agrícolas. A série de leis promulgadas na Itália equivalia mais ou menos a essa, salvo quanto a ausência de serviço médico gratuito. As leis italianas foram completadas, no entanto, por uma outra datada de 1912, a qual nacionalizava os seguros de vida e continha disposições incentivadoras das cooperativas de consumo. Devido às suas fortes tradições individualistas, a Inglaterra atrasou-se de vários anos em relação às outras grandes potências da Europa Ocidental. Houvera, é certo, algum progresso anterior, exemplificado por leis que proibiam o emprego de mulheres e crianças no trabalho subterrâneo das minas; mas o governo inglês não adotou medidas amplas de reforma social senão depois de 1905, quando o partido liberal rejuvenescido subiu ao poder. Sob a liderança de Gladstone, a velha geração de liberais, que representava principalmente as classes comerciais, estivera comprometida com os princípios do laissez-faire. Suas energias tinham sido absorvidas em larga dose por problemas de reforma política e pela questão do home ride (autonomia) para a Irlanda. Mas em 1898, com a morte de Gladstone, a direção do partido passou para mãos mais moças. Alguns dos novos líderes — Herbert Asquith, David Lloyd George, John Morley e Winston Churchill

— eram idealistas entusiásticos, resolvidos a mover uma “guerra sem quartel” à miséria. Subindo ao poder em 1905, esses ardentes reformadores decidiram alijar as idéias fora de moda adotadas pelo seu partido e transformar a Inglaterra num paraíso de equidade econômica para todos. Durante os anos que se seguiram, até o início da Primeira Guerra Mundial, conseguiram fazer aprovar o mais notável programa de legislação reformista desde a Revolução Gloriosa. Em primeiro lugar vieram a Lei de Indenização dos Trabalhadores, de 1906, e a Lei de Aposentadorias, em 1908. A seguir, a Lei das Câmaras Gremiais, de 1909, que autorizava comissões especiais a fixar os salários mínimos dos operários dos sweatshops (oficinas em que se impunha um excesso de trabalho com pequeno ordenado) ; três anos depois, o princípio dos salários mínimos foi estendido à indústria mineradora do carvão. Em 1911 o gabinete liberal fez passar no Parlamento a grande Lei Nacional de Seguros, que introduzia um sistema de seguros contra doença para todos os assalariados e estabelecia o seguro contra o desemprego para os operários de obras e construções. As disposições dessa lei contra o desemprego atingiam mais de dois milhões de trabalhadores especialmente sujeitos às consequências dos períodos de crise.

A essa lista de reformas sociais mais correntes do governo liberal devem ser adicionadas outras quase sem precedentes. Em 1901 a Câmara dos Pares dera a sua famosa decisão no caso da Estrada de Ferro de Taff Vale, afirmando que os sindicatos operários podiam ser responsabilizados pelos danos causados à propriedade no decurso das greves. Em parte para aplacar os chefes trabalhistas, o governo liberal fêz aprovar a sua Lei de Litígios do Trabalho de 1906, colocando os fundos dos sindicatos ao abrigo das ações judiciais por perdas e danos. Em 1909 o parlamento liberal promulgou uma lei permitindo a desapropriação das zonas de cortiços e autorizando as autoridades locais a tomar as medidas necessárias para oferecer moradias condignas aos pobres. Essa lei estabeleceu o precedente para a construção de habitações coletivas em enorme escala nos anos seguintes, especialmente no período posterior a 1918. Entre as mais significativas reformas sociais do regime liberal contam-se certas medidas incluídas no orçamento de Lloyd George para 1909. Nesse notável programa fiscal, David Lloyd George não só se propunha aumentar as taxas do imposto comum sobre a renda mas também cobrar uma sobretaxa sobre a renda dos ricos.

Recomendava ainda que o governo confiscasse 20% do produto da valorização indébita da terra e lançasse um pesado imposto sobre todas as terras não aproveitadas cujo valor fosse estimado em mais de 50 libras esterlinas por acre (0,4 hectare). Tais medidas tinham um duplo propósito: aumentar a receita para poder destinar maiores verbas às aposentadorias e diminuir as grandes fortunas. Esperava-se que o imposto sobre a valorização e sobre as terras não aproveitadas contribuísse para quebrar o monopólio latifundiário dos nobres mais ricos — de magnatas como o Duque de Westmmster, que possuía 600 acres em Londres, e do Marquês de Bute, proprietário de metade da área de Cardiff, com cerca de 20.000 casas construídas. Repelido pela Câmara dos Pares, o orçamento de Lloyd George transformou-se afinal em lei depois que os liberais foram confirmados no poder pelas eleições de 1910.

6. O NOVO IMPERIALISMO

Não muito tempo após o começo do século XIX, o tipo de imperialismo alimentado pela Revolução Comercial entrou em vias de extinção. Poucos homens públicos havia ainda que se propusessem defendê-lo; alguns até o condenavam categoricamente, sustentando que as colônias não valiam o que custava adquiri-las e mantê-las. As causas dessa mudança de atitude podem ser encontradas em fatores tais como a decadência do mercantilismo e o interesse absorvente pelo desenvolvimento interno que acompanhou as primeiras fases da Revolução Industrial. À decadência desse primeiro imperialismo seguiu-se uma pronunciada acalmia na luta pela conquista de possessões externas até por volta de 1870, quando essa atividade se renovou com maior vigor e em escala mais ampla. Além das diferenças quantitativas, o novo imperialismo apresentava outros notáveis contrastes com o antigo. Enquanto a luta pelo império durante a Revolução Comercial se limitava mormente ao Hemisfério Ocidental e às ilhas tropicais, os teatros principais do imperialismo, a partir de 1870, foram a África e a Ásia. O imperialismo da época mercantilista orientava-se principalmente no sentido de engrandecer o poder e a riqueza do estado — acumular ouro nos cofres públicos, para que o governo pudesse manter exércitos e equipar armadas; o novo imperialismo agia em benefício dos cidadãos ricos da

metrópole, proporcionando saída às suas mercadorias e oportunidades de emprego para o seu capital excedente. As matérias-primas mais ardentemente desejadas pelos imperialistas dos primeiros tempos eram o ouro, a prata, os produtos tropicais e os abastecimentos navais; os novos imperialistas interessavam-se pouco por tais coisas, mas buscavam avidamente territórios ricos em ferro, cobre, petróleo, manganês e trigo. Como última diferença podemos assinalar o fato de que o antigo imperialismo em geral desencorajava a emigração em larga escala para as colônias, ao passo que um dos objetivos principais do novo é a aquisição de colônias para abrigar o excesso de população das metrópoles. Os maiores fatores do revivescimento do imperialismo após 1870 podem, indubitavelmente, ser encontrados na Segunda Revolução Industrial. A industrialização, ao alastrar-se por muitos outros países além da Inglaterra, determinou extensa competição por mercados e por novas fontes de matérias-primas. A despeito do problema de encontrar saída para o excesso de produtos manufaturados, o governo da maioria dos países acabou cedendo à pressão dos capitalistas que reclamavam tarifas protetoras. Resultou daí uma produção ainda mais elevada e a consequente procura de novas colônias como mercados de escoamento para os produtos que a metrópole não podia consumir. Em tais condições tornou-se virtualmente impossível a prossecução do regime de livre-câmbio internacional, que parecia tão promissor para a paz e a prosperidade do mundo. Como já observamos, alguns países do continente europeu haviam adotado tarifas protetoras durante a década de 1880. Também os Estados Unidos fechavam as suas portas cada vez mais hermeticamente à entrada de produtos estrangeiros. Nada, talvez, contribuiu tanto para estimular o imperialismo das potências européias do que o receio de perderem em breve os seus mercados costumeiros dos países vizinhos e da América. Mas nem todos os motivos do novo imperialismo foram econômicos. Cerca de 1870 ou logo depois, a população de algumas nações industrializadas começou a crescer em demasia; daí desejarem os governos a posse de novos territórios em que pudesse ser instalado o excesso de habitantes, não deixando todavia de ser cidadãos e possíveis soldados da pátria. Por fim, o novo imperialismo foi em grande parte um produto do nacionalismo e do desenvolvimento de um amplo programa de atividades apostólicas por parte das igrejas da Europa e da América.

Se alguém merece o título de pai do novo imperialismo, esse homem é provavelmente Leopoldo II, rei da Bélgica. Em 1876 Leopoldo tomou posse do rico território do rio Congo, na África (aproximadamente dez vezes maior do que a Bélgica) e conservou-o praticamente sob o seu domínio pessoal até 1908, quando o vendeu por gorda quantia ao governo belga. Pouco depois de Leopoldo II ter dado o exemplo, a Inglaterra e a França começaram a mostrar um interesse mais profundo que nunca pelo desmembramento da África. A primeira estabeleceu um protetorado no Egito por volta de 1882 e subsequentemente apossou-se do Sudão Egípcio, da Rodésia, de Uganda e da África Oriental Inglesa a título de colônias. Em 1902, ao cabo de três anos de guerra, os ingleses lograram conquistar as repúblicas dos boeres (Estado Livre de Orange e Transval), que em 1909 foram anexadas à Colónia do Cabo e a Xatal para formar o domínio da África do Sul, com governo próprio. Os planos da França relativos ao território africano já vinham de 1830, quando esse país estabeleceu o controle sobre alguns portos argelinos. Em 1857 os franceses tinham conseguido conquistar e anexar o resto da Argélia. Mas os seus esforços para fundar um império no Continente Negro não tomaram realmente vulto senão em 1881. Nesse ano ocuparam a Tunísia e a partir de então instalaram-se progressivamente no Saara, no Congo Francês, na Guiné Francesa, no Senegal e no Daomé. Em 1905 quase todos os melhores territórios da África achavam-se monopolizados pelos belgas, ingleses e franceses.
A entrada da Alemanha e da Itália na competição pelas colônias africanas foi retardada pela complexidade dos seus problemas internos. Ambas essas nações tinham recentemente completado longas campanhas de unificação e ainda estavam envolvidas em sérias disputas com o papado. Além disso, os governantes de uma e de outra não se interessavam muito por possessões distantes. Bismarck, por exemplo, ambicionava consolidar o seu império doméstico e manter a posição de liderança que a Alemanha conquistara nos negócios da Europa continental. Declarou, certa vez, que a amizade da Inglaterra valia mais para ele do que "vinte colônias pantanosas da África". No entanto, o próprio Bismarck acabou sendo convencido pelos comerciantes, industriais e magnatas da navegação a entrar na corrida pelo império africano. Em 1884 proclamou o protetorado alemão sobre o Sudoeste Africano, feito o que apossou-se, em rápida sucessão, da África

Oriental Alemã, do Camerum e da Togolândia. Cerca de 1888 os italianos chegaram à conclusão de que eles também precisavam ter uma parte do que ainda restava da África. Estabeleceram uma cabeça de ponte na Somália, situada na costa oriental, e dali tentaram reduzir a um protetorado a Abissínia, país limítrofe. O resultado foi uma das derrotas mais desastrosas já sofridas por uma nação moderna. As forças italianas foram tão completamente destroçadas pelos abissínios em Ádua, no ano de 1896, que até 1935 a Itália não fêz novas tentativas para conquistar o Leão de Judá. Suas únicas aquisições importantes em território africano, entre 1896 e 1914, foram Trípoli e a Cirenaica, que conquistou aos turcos em 1912 e uniu sob a nova denominação de Líbia.

Entrementes, as potências européias começavam a demarcar novas concessões para si mesmas no continente asiático. Muito antes de 1870 algumas nações européias se haviam empenhado em aventuras de conquista territorial no Oriente. Já em 1582 os russos tinham atravessado os Urais e, em menos de um século, alcançaram o Pacífico. Em 1763, após eliminar os

seus rivais franceses na posse da Índia, os ingleses começaram a subjugar e desenvolver esse país, cuja maior parte foi convertida, em 1858, em possessão da coroa britânica. Em consequência da chamada Guerra do Ópio (1842), a Inglaterra forçou os chineses a ceder Hong Kong, e poucos anos depois os franceses estabeleceram um protetorado na Indochina. Em 1858 a Rússia tomou posse de todo o território ao norte do rio Amur e pouco depois fundou a cidade de Vladivostok (Senhora do Oriente), também em território extorquido à China. Mas foi só por volta de 1880 que as principais nações militares e industrializadas começaram a sonhar com a divisão de toda a Ásia em colônias e esferas de influência. A mais rica de todas as presas era certamente o Império Chinês, com os seus quatrocentos milhões de habitantes e a sua área igual à da Europa. Pode-se dizer que a Inglaterra iniciou as atividades com a anexação da Birmânia, em 1885. Dez anos depois travou-se a primeira guerra sino-japonesa (1894-95), em resultado da qual o Japão obteve a ilha de Formosa e a renúncia da China a todas as suas pretensões sobre a Coréia, que o Império do Sol Nascente por fim anexou e rebatizou com o nome de Chôsen. Nos últimos anos do século XIX, diversas potências européias que recentemente haviam protestado contra a agressão japonesa trataram de abocanhar novas fatias de território chinês. Em 1897 a Alemanha convenceu-se de que só poderia vingar o assassínio de dois missionários seus apossando-se da baía de Kiaochow e exigindo o direito exclusivo de construir estradas de ferro e explorar as minas da península de Xantum. Já no ano seguinte, a Rússia extorquiu o direito de construir uma estrada de ferro entre a Manchúria Chinesa e Vladivostok, enquantos os ingleses e franceses pleiteavam e obtinham o controle completo de importantes portos da costa chinesa. Por volta de 1898, parecia estar a independência da China fadada a rápida extinção. A generalidade dos europeus, pelo menos, presumia que a porção suleste do império cairia sob a esfera de influência da França, que a Inglaterra e a Alemanha dividiriam entre si a porção central e que a Rússia e o Japão competiriam para obter o que restasse no norte.

Entre os dois séculos, o imperialismo na China foi detido por três acontecimentos extraordinários. O primeiro e o menos importante foi a proclamação pelos Estados Unidos, em 1898, da política de "porta aberta". Embora essa política fosse pouco mais que uma expressão vazia aos olhos dos outros governos, não há dúvida que ela infundiu nos chineses a esperança de que os Estados Unidos se ressentiriam das agressões imperialistas das outras potências, e talvez se opusessem a tais agressões. Teve repercussão muito maior uma manifestação de violenta resistência por parte dos próprios chineses. Em 1900, a Sociedade dos Punhos Unidos, comumente chamada os "Boxers", organizou um movimento para expulsar do país os "diabos estrangeiros". Houve extensas depredações, as legações de Pequim foram sitiadas e mortos centenas de estrangeiros, inclusive o

ministro alemão. Embora o governo chinês lhe prestasse apoio, a revolta foi finalmente dominada por uma força expedicionária composta de ingleses, russos, japoneses, alemães, franceses e americanos. A terceira e mais importante causa do declínio temporário do imperialismo na China foi a rivalidade entre os próprios espoliadores. Algumas grandes potências começaram a desconfiar que os seus competidores estivessem tentando abarcar uma parte maior do que a que lhes competia no saque. Essa desconfiança tornou-se particularmente aguda entre a Inglaterra, a Rússia, a Alemanha e o Japão. Em 1902 os ingleses e os japoneses formaram uma aliança para proteger contra os abusos dos russos e dos alemães certas áreas que esperavam desenvolver. Quando, em 1904, se tornou evidente que a Rússia pretendia anexar a Manchúria, os japoneses declararam a guerra. O conflito terminou no ano seguinte com uma vitória decisiva para o Japão. A Rússia foi forçada a entregar Porto Artur ao seu rival e a reconhecer a supremacia japonesa na Coréia. Esses acontecimentos, porém, não fizeram mais que retardar a espoliação da China. Em 1912 recomeçaram as mesmas atividades imperialistas quando a Inglaterra se arrogou, praticamente, direitos de soberania no Tibete. No ano seguinte a Rússia estabeleceu um protetorado sobre a enorme província da Mongólia Exterior, que o governo soviético teimosamente insiste em conservar. Destarte, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial a independência da China estava ainda muito longe de achar-se a coberto da cupidez de nações que pretendiam representar um nível superior de cultura.

7. A POLÍTICA DE PODER E A PAZ ARMADA

Os conflitos e lutas nacionais pelo império são ingredientes comuns daquilo que se chama política de poder. A expressão designa a cata de poder por estados soberanos, como um fim em si mesmo ou como meio para a consecução de outros fins. Os métodos empregados têm incluído tradicionalmente quase todas as formas de burla e trapaça já inventadas pela astúcia humana. Nações que mantêm oficialmente relações pacíficas espionam-se umas às outras, emitem ameaças e contra-ameaças, formam alianças e contra-alianças e tentam lograr-se mutuamente. Por fim, quando o medo e a cobiça passam a prevalecer sobre tudo mais, recorrem à guerra.

Embora se costume encobrir a realidade crua com o verniz dos chás de embaixada e das formalidades oficiais, a regra fundamental da política de poder é a lei das selvas.
A política de poder não é nova. Data ela das origens do moderno sistema de estados, nos séculos XVI e XVII. Seus métodos foram adotados por Richelieu e por Frederico o Grande, para só citarmos dois estadistas. O primeiro pináculo de seu desenvolvimento não foi alcançado, todavia, senão depois de 1830. Por essas alturas havia-se esboroado o sistema internacional de Metternich. Daí por diante, na maioria dos casos, cada nação teria de arranjar-se por si e tanto pior para as que ficassem pra trás.
As lutas internacionais pelo poder, pelo prestígio, pela segurança e pelo império constituíram uma porção cada vez maior da história política do mundo ocidental até a primeira grande culminação dessas lutas na guerra de 1914.
Seria erro, entretanto, supor que os habitantes do mundo ocidental não tivessem outra preocupação além das rivalidades de poder e dos conflitos brutais pelo engrandecimento nacional. O período que vai de 1830 a 1914 distinguiu-se por um progresso considerável no desenvolvimento do direito e da organização internacionais. Várias conferências, sobretudo a Primeira e a Segunda Conferências de Haia, respectivamente em 1899 e 1907, conseguiram formular alguns significativos princípios novos de direito internacional. Entre eles contavam-se a proibição do uso de balas explosivas e de gases venenosos, bem como a disposição que proscrevia o emprego da força com o fim de cobrar dívidas inteiramente. Em 1885, quatorze nações assinaram uma convenção comprometendo-se a lutar pela extinção da escravatura e em 1909 foi adotado um conjunto de regras, conhecidas como a Declaração de Londres, as quais definiam os direitos e deveres dos neutros em caso de guerra naval.
O desenvolvimento da organização internacional entre 1830 e 1914 é exemplificado por diversas instituições novas. Em 1874 foi criada a União Postal Internacional para facilitar a transmissão de malas postais entre nações e no ano seguinte fundou-se a União Telegráfica Internacional. Na Primeira Conferência de Haia (1899), as nações ali representadas decidiram criar um tribunal internacional de arbitragem. Conhecido a partir de então como a Corte Permanente de Haia, consistia ele num corpo de juízes entre os quais cada parte de um litígio podia escolher dois árbitros e estes quatro,

por sua vez, escolheriam um quinto. A instituição funcionou com êxito, até 1914, na arbitragem de quinze litígios entre nações, inclusive uma séria controvérsia entre a Alemanha e a França, a respeito da intervenção francesa em Marrocos.
Mas o progresso do direito e da organização internacionais, considerável como era, não se mostrou à altura das necessidades da época. Cerca de 1914, quase haviam cessado de existir as condições econômicas e políticas favoráveis à manutenção da paz. O benéfico sistema de livrecâmbio, dentro do qual a Inglaterra supria o capital e os produtos manufaturados, enquanto o resto do mundo fornecia os alimentos e as matérias-primas, tornara-se virtualmente uma coisa do passado. A Inglaterra continuava interessada em manter o status quo, de que por tão longo tempo havia tirado proveito, mas certas nações do continente europeu almejavam subvertê-lo. A Alemanha, em particular, possuía agora uma florescente indústria própria e estava ansiosa por encontrar mercados em zonas até então monopolizadas pelos ingleses. O desenvolvimento simultâneo do nacionalismo e do militarismo corria parelhas com a expansão das ambições econômicas. Em tais circunstâncias, somente a maquinaria internacional mais poderosa e eficiente seria capaz de preservar a paz. Mas o tribunal de Haia era fraco. Na realidade, não era um tribunal, mas uma simples lista de árbitros. Como não tinha jurisdição compulsória, os governos podiam submeter-lhe as suas disputas ou não, conforme lhes conviesse. Acresce que todas as tentativas das potências para regular os armamentos por acordo internacional terminaram em fracasso. A competição armamentista intensificou os receios e transformou o sistema de estados independentes numa sementeira de guerras.
Durante os três últimos quartéis do século XIX a civilização ocidental se construiu sobre uma multidão de estados. Variavam grandemente em superfície e população, mas, com exceção de um só, nenhum deles era bastante poderoso para impor a sua vontade aos demais. A exceção era naturalmente a Grã-Bretanha, com um sistema industrial altamente desenvolvido e uma armada igual em força às armadas conjuntas de duas quaisquer das outras potências que se tomassem. Em razão do seu poderio industrial, naval e também financeiro, a Inglaterra conseguia manter o resto das nações européias numa espécie de equilíbrio. Eis aí por que não ocorreram conflitos de importância nesse continente entre o fim das

campanhas napoleônicas e o deflagrar da Primeira Guerra Mundial. Não será perfeitamente correto atribuir esse fato à influência exclusiva da Inglaterra, visto que a maioria das outras nações estavam demasiado absorvidas em problemas de desenvolvimento interno para dar muita atenção aos negócios exteriores. Não obstante, a chamada Paz dos Cem Anos foi em larga medida uma Pax Britannica.

Por volta de 1900 o equilíbrio europeu começou a desajustar-se. Vários fatores se combinaram para produzir esse resultado. O mais importante deles foi a unificação e a industrialização da Alemanha. Antes de 1871 essa região se achava fragmentada em numerosos estados pequenos, sendo o maior de todos a Prússia. A derrota da França na Guerra Franco-Prussiana mudou esse estado de coisas. A Alemanha progrediu rapidamente, de tal modo que em 1900 havia deixado a França muito para trás em poder industrial e não tardaria a ultrapassar a Grã-Bretanha. Entrementes, a sua população crescera, ao passo que o número dos franceses havia permanecido mais ou menos estacionário. Em 1898 o kaiser convenceu-se de que a Alemanha devia possuir uma armada, a fim de aumentar o seu prestígio como potência mundial e proteger o seu comércio em expansão.

Dentro em pouco os ingleses viram-se na incapacidade de manter o padrão tradicional de lima armada igual em força às armadas conjuntas de duas outras potências quaisquer. Com uma marinha poderosa, uma indústria em pleno florescimento e uma posição geográfica de primeira ordem, a Alemanha parecia destinada a tornar-se a nação dominante da Europa. O seu poder e a sua prosperidade inspiravam temor e inveja aos países vizinhos. Mas a Alemanha, a França e a Inglaterra não eram as únicas nações cuja situação como grandes potências havia mudado. Após a sua unificação em 1870, a Itália elevou-se a uma posição quase igual a da França. A Áustria, pelo contrário, ia em declínio devido aos movimentos nacionalistas que começavam a tomar vulto entre os numerosos eslavos abrangidos pelas suas fronteiras.

Cerca de 1900, seis grandes potências — Alemanha, França, Rússia, Itália, Áustria-Hungria e Grã-Bretanha — competiam entre si pelo poder, pela segurança e pelas vantagens econômicas. Cada uma delas tinha objetivos especiais, cuja realização considerava essencial aos seus interesses nacionais. A Alemanha concentrava as suas ambições em torno da expansão para leste. Depois de 1890 os capitalistas e imperialistas alemães

começaram a sonhar com um Drang nach Osten (arremetida para leste) e planejaram a construção de uma estrada de ferro de Berlim a Bagdá para facilitar o controle econômico do Império Otomano. A Áustria também volvia os olhos nessa direção, mas visava os Balcãs ao invés da Ásia Ocidental. O seu domínio sobre Trieste e outras porções da costa do Adriático era um tanto precário, visto que boa parte desse território era habitada por italianos. Se pudesse abrir uma estrada para o Egeu através dos Balcãs o seu acesso ao mar estaria mais garantido. Com o passar dos anos, Áustria e Alemanha tornavam-se cada vez mais dependentes uma da outra, a primeira por causa dos contratempos com os eslavos tanto dentro como fora das suas fronteiras, a segunda pelo temor crescente de se ver cercada. Em 1879 Bismarck firmou com a Áustria uma aliança que se renovou e fortaleceu nos anos subsequentes. Era uma aliança com um cadáver, mas os alemães apegaram-se a ela com desespero à medida que se exacerbavam as tensões internacionais.
Os objetivos da França eram ditados, em grande parte, pelo desejo de refrear ou contrabalançar o poderio crescente da Alemanha. A França esperava reaver a Alsácia-Lorena, que assumira repentinamente grande valor com o descobrimento, feito em 1878 por Sidney Thomas e P. C. Gilchrist, de um método para converter em aço os minérios pobres de ferro. Havia mais, porém: os franceses estavam decididos a acrescentar Marrocos ao seu império africano, sem levar em conta os interesses de outras potências nesse país lamentavelmente mal governado. Os motivos do governo de Paris eram ao mesmo tempo econômicos e políticos. O Marrocos possuía ricas jazidas minerais, mas também seria valioso do ponto de vista estratégico e como reserva de tropas para compensar a escassez de potencial humano na metrópole. A ambição suprema da Rússia era obter o controle do Bósforo e dos Dardanelos. Desde o começo do século XIX considerava isso como a sua "missão histórica". O cumprimento dessa missão impediria que a sua frota ficasse engarrafada no Mar Negro em caso de guerra com uma potência naval. Dar-lhe-ia, ademais, o acesso indisputado ao Mediterrâneo e provavelmente a posse de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia herdaria os Balcãs. Acresce que, se os agentes do czar alcançassem Constantinopla antes dos alemães, poderiam converter num sonho vão a estrada de ferro Berlim-Bagdá. Mas a Rússia imperial tinha ainda outras ambições.

Cobiçava o acesso ao Golfo Pérsico e ao Oceano Índico, e durante anos tentou converter a Pérsia em protetorado russo. Esforçava-se também por obter melhores saídas para o Pacífico e procurou, como já vimos, estender o seu controle à Manchúria. Aspirava finalmente por desempenhar, através do pan-eslavismo, o papel de guia e protetora de todos os povos eslavos da Europa Oriental, inclusive os que se achavam sob o domínio da Áustria-Hungria. É desnecessário sublinhar que cada uma dessas ambições constituía uma ameaça para o status quo.

As políticas de poder da Grã-Bretanha e da Itália não dependiam tanto do que viesse a fazer tal ou tal outra nação. Para dizer a verdade, a política da Inglaterra era dirigida contra quase todo o mundo. Não suspeitava menos das ambições russas em Constantinopla do que das alemãs. Ainda em pleno século XX, desconfiava da França. Seus grandes objetivos eram: 1) manter as linhas vitais de comunicação do império; 2) conservar desimpedidas as vias marítimas para as suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e 3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma delas jamais se tornasse bastante forte para atacá-la. Qualquer ação de um outro país que ameaçasse criar um impedimento a esses objetivos vitais (como, aliás, sucedeu muitas vezes) provocava ato contínuo a hostilidade da Inglaterra, que procurava colocar a intrusa no seu lugar por meio da pressão diplomática, formando uma aliança contra ela ou lançando-se à guerra, como finalmente fêz contra a Alemanha, em 1914. As ambições da Itália antes desta data eram quase exclusivamente territoriais. Não tinha um grande império que defender nem era a sua segurança ameaçada por qualquer fonte externa. No entanto, cobiçava Trípoli no norte da África, que esperava tomar à Turquia, e a "Itália irredenta", isto é, sobretudo Trieste e o Tirol Meridional, que ainda se achavam nas mãos da Áustria. Pouco antes de 1900 o Império Japonês começou a tomar parte ativa na política de poder. Durante a segunda metade do século XIX esse reino do Extremo-Oriente saiu do seu isolamento oriental e passou por uma transformação que assombrou o mundo. O feudalismo foi abolido e estabeleceu-se um estado altamente centralizado, com uma constituição modelada pela do Império Alemão. A ciência, o industrialismo, a educação universal e a conscrição foram importadas do Ocidente. Cada cidade grande teve os seus bondes, os seus arranha-céus e a sua iluminação elétrica, se bem que, na opinião da maioria dos entendidos, isso tudo não passasse de

um verniz ocidental na superfície de uma cultura que continuava a ser fundamentalmente oriental. Em 1895, como já vimos, o Japão inflingiu à China uma derrota decisiva, tomando-lhe Formosa e conseguindo carta branca na Coréia. Em 1904-5, os generais e almirantes do micado surpreenderam ainda mais o mundo com a vitória sobre a Rússia. Esses êxitos militares valeram ao império extremo-oriental uma posição virtualmente indisputada entre as grandes potências. Um dos fatos que mais claramente exprimiam as realidades da política de poder era o crescimento do militarismo. Uma vez que as nações do mundo viviam num estado de anarquia internacional, era quase inevitável que os seus temores e suspeitas conduzissem a corrida armamentista. A Europa, especialmente, converteu-se num arraial em armas. Depois de 1870 cada uma das principais potências desse continente, com exceção da Grã-Bretanha, adotou a conscrição e o adestramento militar universal. Não só isso, mas adotaram também a crença de que a segurança nacional dependia quase inteiramente do grau de preparação militar e naval. Depois de cada pânico aumentava o tamanho dos exércitos e das armadas, até que, pelas alturas de 1914, todos os países importantes, além de muitos países pequenos, estavam a cambalear sob um fardo que num mundo mais sensato seria considerado intolerável. Havia, é verdade, homens cheios de humanidade e sabedoria que reconheciam o perigo e faziam tudo que deles dependia para afastá-lo. Eram, porém, muito mais numerosos os que não só negavam a existência de qualquer perigo mas ainda sustentavam intrepidamente que o militarismo representava um benefício positivo. Theodore Roosevelt alegava que o treinamento para a guerra era necessário para preservar as “qualidades varonis e aventurosas” de um povo. O marechal von Moltke e Heinrich von Treitschke viam no conflito militar um dos elementos divinos do universo e um “remédio terrível” para a raça humana. O filósofo francês Ernest Renan justificava a guerra como uma condição do progresso, “ferroada que não deixa um país adormecer”. Se bem que a disseminação de tais doutrinas não fosse a principal causa do militarismo, não há dúvida que ela fortaleceu a posição daqueles que acreditavam nos armamentos e na guerra como os melhores métodos de resolver os problemas mundiais.

CAPÍTULO 25

A Ascenção dos Estados Unidos

O país a que chamamos Estados Unidos da América do Norte começou a sua história como um apêndice da Europa. Com exceção dos ameríndios, todos os seus habitantes originais eram europeus. Falavam línguas européias e trouxeram consigo os hábitos, as idéias e as conquistas da civilização européia. Durante longo tempo, muitos deles encararam a América como uma terra onde se vinha buscar ouro e prata e onde se colhiam abundantes safras de tabaco e anil para depois voltar ao Velho Mundo e ali levar uma existência farta e luxuosa. Já no século XVIII, porém, os americanos tinham começado a pensar no seu país como uma nação individualizada, com um caráter e um destino próprios. Com a passagem do tempo aumentou o sentimento de independência nacional e numerosas modificações foram sendo introduzidas no padrão cultural europeu. A civilização americana jamais se divorciou das suas origens ultramarinas, mas adquiriu um número cada vez maior de características peculiares à proporção que a nação crescia e se tornava mais poderosa. Em 1914 os Estados Unidos haviam superado a maioria dos países europeus na edificação de uma sociedade democrática e eram pelo menos seus iguais na dedicação aos ideais de grandeza nacional.

1. A JUVENTUDE DA NAÇÃO

Pelos meados do século XVIII as treze colônias britânicas da América do Norte, fundadas entre 1607 e 1682, já tinham saído da infância. Os interesses predominantes não eram mais interesses de colonos. Os ideais e os hábitos de pensar divergiam, em muitos casos, dos da metrópole. O sistema económico atingira uma maturidade que inspirava aos americanos um sentimento de confiança em si mesmos e de relutância a se deixarem

sujeitar mais tempo pela autoridade britânica. Os ingleses, por sua vez, tinham fomentado essa autoconfiança com a política de “negligência salutar” para com as colônias, que desde bastante tempo vinham adotando. Não é de surpreender, portanto, que os americanos marchassem firmemente para a independência. Muitos anos depois de ter sido ela oficialmente proclamada, John Adams caracterizou com muito acerto a situação ao escrever que “a revolução já se fizera antes de ter começado a guerra. A revolução estava no espírito e no coração do povo”. São bem conhecidas as causas da Revolução Americana, ou Guerra da Independência, de acordo com uma denominação mais exata. Em primeiro lugar deve ser colocada a oposição à política mercantilista do governo britânico, de que nos dão exemplo várias leis promulgadas pelo Parlamento com o fim de regular o comércio e arrecadar rendas. As mais antigas eram as Leis de Comércio e Navegação (1660-72), que interdiziam o comércio da Inglaterra com as colônias em navios que não fossem de propriedade ou de construção inglesa e proibiam a exportação de certos “artigos enumerados”, tais como o tabaco, o açúcar e o algodão, para qualquer país que não fosse a Inglaterra. Em geral essas leis não eram observadas com muito rigor ou método, mas em 1764 o Parlamento fêz um tentativa para dar mais eficiência ao sistema, mediante a chamada Lei do Açúcar. Reduzia esta as tarifas sobre certas importações, mas criava taxas adicionais sobre o açúcar, os vinhos, o café, a seda e o linho comprados pelas colônias às Índias Ocidentais francesas e espanholas. E, o que era mais importante, reformava o serviço aduaneiro estabelecendo regras mais rigorosas para a arrecadação de direitos. Os comerciantes da Nova-Inglaterra, acostumados à frouxidão na observância da lei, enfureceram-se ao ver que não teriam mais a possibilidade de importar açúcar e melaço daquelas colônias latinas. Haviam desenvolvido um lucrativo comércio nesses artigos, de que vendiam grandes partidas aos destiladores de rum.

A Lei do Açúcar de 1764 propunha-se não somente regular mas também aumentar as rendas. A Guerra dos Sete Anos, ou “Guerra dos Franceses e dos índios”, como era chamada na América, deixara o tesouro britânico extremamente comprometido. Como houvesse beneficiado a América, muitos estadistas ingleses eram de opinião que as colônias deviam arcar com uma parte da dívida. Foi assim que George Grenville, ministro do Tesouro, introduziu no Parlamento certo número de medidas fiscais

relativas àquelas, culminando na fatídica Lei do Selo de 1765. Essa lei mandava afixar estampilhas do valor de meio pêni até vinte xelins em todos os jornais, folhetos, contas comerciais, documentos legais e outros papéis do mesmo gênero. O imposto não seria muito oneroso, se bem que os comerciantes receassem um forte escoamento da moeda, pois todos os conhecimentos de embarque incidiriam na taxa e as estampilhas só podiam ser compradas com dinheiro sonante. Não obstante, a lei suscitou uma oposição tempestuosa e violenta por parte de todas as classes. Advogados, banqueiros, especuladores em terras e jornalistas atacaram-na com fúria e pregaram o boicote às mercadorias inglesas. Uma multidão investiu através das ruas tortuosas de Boston e depredou a residência do governador Hutchinson. De New Hampshire à Georgia a lei foi desrespeitada; os agentes que vendiam as estampilhas eram postos para fora das suas repartições e as próprias estampilhas, publicamente queimadas.
Outra causa da Revolução, de capital importância, foi a intromissão britânica nos interesses latifundiários dos colonos do Oeste. Por uma Proclamação Régia de 1763, todo o território que a Inglaterra adquirira na Guerra dos Sete Anos foi organizado em quatro regiões: Granada (incluindo várias ilhas das Índias Ocidentais), Flórida Oriental, Flórida Ocidental e Quebec. Mais sério ainda era o fato de ficarem reservadas ao uso exclusivo dos índios todas as terras do Oeste situadas entre os montes Alleghany e o Mississipi, e entre as Flóridas e Quebec. Proibia-se aos colonos adquirir terras ou estabelecer-se nessa região. Com um só golpe de pena eram anuladas todas as pretensões que eles vinham alimentando havia anos sobre as terras ocidentais. Em 1774 o Parlamento procurou remediar a situação promulgando uma nova lei relativa às terras do Oeste, a chamada Lei de Quebec. Destinava-se ela a corrigir certos erros da Proclamação de 1763, mas pareceu ter corrigido para pior, uma vez que todo o território ao norte do rio Ohio era anexado à Província de Quebec. Frustravam-se destarte as pretensões territoriais de quatro colônias a essa região. Como todas as revoluções, a que ocorreu na América entre 1775 e 1781 teve as suas bases ideológicas. Por motivos que não são bem claros, os líderes políticos coloniais hauriram a sua inspiração nos filósofos ingleses do século XVII ao invés de se dirigirem aos da sua própria época. Foram Locke, Sydney, Harrington, Milton e, até certo ponto, Sir Edward Coke que forneceram a Samuel Adams, Thomas Paine e Thomas Jefferson as armas intelectuais

mais eficazes. De tais fontes lhes veio a idéia de que os ingleses, onde quer que vivessem, tinham direitos fundamentais que o governo britânico não podia infringir. Foi também nelas que colheram as doutrinas do estado natural, do contrato social, da lei da natureza, do direito a revolta e de que não deve haver tributação sem representação.
As mais fundamentais de todas as causas ideológicas foram, talvez, as teorias antagônicas da representação e da soberania do Parlamento. Os líderes coloniais sustentavam que o verdadeiro representante devia ser um representante autêntico, isto é, um homem que vivesse no distrito cujos interesses dizia representar. Entre os ingleses, a teoria predominante era a da "representação virtual", que significava a representação das classes ao invés das zonas geográficas. Dentro dessa teoria, cada aristocrata do império era virtualmente representado pela nobreza britânica e cada indivíduo do povo pelos membros da Câmara dos Comuns, não importa onde estivessem localizados os distritos que os haviam eleito. Não era menos aguda a divergência na questão da soberania do Parlamento. Os filósofos coloniais, de acordo com a teoria do século XVII, rejeitavam a doutrina da soberania investida nos reis, nos parlamentos ou em quem quer que fosse. Os constitucionalistas britânicos tinham desenvolvido pouco a pouco a teoria da onipotência legal do Parlamento. Na expressão de seu ilustre líder, Sir William Blackstone: "O poder e a jurisdição do Parlamento são tão transcendentes e absolutos que não podem ser confinados dentro de quaisquer limites, quer no interesse de causas, quer de pessoas... Ele pode, numa palavra, fazer tudo que não seja naturalmente impossível. Esse conceito recebeu sanção legal em 1766 com a promulgação da Lei Declaratória, a qual afirmava em termos inequívocos a autoridade do Parlamento para "fazer leis e estatutos com força e validez suficientes para obrigar as colônias, seja em que caso for".
Os incidentes que precipitaram o deflagrar da Revolução Americana são demasiadamente conhecidos para exigir grandes comentários. Em março de 1770 uma companhia de soldados ingleses, estacionada em Boston para proteger os funcionários britânicos, foi tomada de pânico e fez fogo sobre uma multidão amotinada. Ao dissipar-se a fumaça dos tiros verificou-se que quatro americanos jaziam mortos na neve. Foi esse o célebre Massacre de Boston. Em dezembro de 1773 ocorreu o Boston Tea Party, em que um grupo de cidadãos disfarçados de índios lançaram ao mar uma partida de

chá, como ato de represália contra o monopólio desse artigo, que o governo britânico havia concedido à poderosa Companhia das Índias Orientais. A Inglaterra revidou fechando o porto de Boston até que o chá fosse pago, aumentando o poder dos subordinados do rei em Massachusetts e ordenando a deportação dos delinquentes políticos para a Inglaterra, a fim de serem submetidos a processo. O general Gage, comandante da guarnição britânica de Boston, foi encarregado de executar esses "Decretos Intoleráveis", como os chamavam os colonos. Na primavera de 1775 foi informado de que os patriotas estavam armazenando munições em Concord. Na noite de 18 de abril enviou um destacamento para confiscá-las. Mas os patriotas tiveram conhecimento do plano e tomaram suas medidas para frustrá-lo. Na manhã seguinte, quando chegaram em Lexington, os ingleses encontraram um bando decidido de minute-men estendidos em linha através do campo baldio da vila. Na confusão e no pânico resultantes alguém disparou um tiro. Dentro em pouco o tiroteio generalizou-se e os americanos foram dispersados, deixando oito dos seus mortos no baldio. Os ingleses prosseguiram a marcha para Concord, mas ao regressarem a Boston foram atacados por minute-men emboscados atrás de muros, árvores e casas. Quando o alquebrado e apavorado destacamento tornou a entrar finalmente em Boston, havia perdido 247 homens, entre mortos e feridos. As batalhas de Lexington e Concord assinalaram o começo da revolução. A Revolução Americana revestiu-se de múltiplos aspectos. A princípio foi um protesto violento contra os alegados atos de tirania do governo britânico. Quase ninguém pensava ainda em independência, conquanto alguns acalentassem idéias de reorganizar o império sob um soberano comum e dando autonomia às diversas regiões. Em menos de um ano tornou-se dominante o clamor pela independência e em 4 de julho de 1776 foi assinada uma declaração proclamando que "estas Colônias Unidas são, e devem ser de direito, estados livres e independentes". Mas a Revolução também tinha, de certo modo, o caráter de um levante político e social. Em muitos estados, radicais como Samuel Adams e Thomas Paine dispunham de bastante influência para realizar reformas de vasto alcance. As novas constituições adotadas em 1776 não se limitavam a substituir o governo britânico pelo governo colonial. Privavam os governadores do direito de veto, reduziam-lhes o mandato para um ano e submetiam-nos à supremacia da legislatura. Em alguns estados foram

estabelecidos complicados entraves e equilíbrios de poderes a fim de impedir qualquer forma de despotismo. A Pensilvânia, o Vermont e a Georgia adotaram legislaturas unicamerais. Era quase inevitável que essas reformas políticas fossem acompanhadas de esforços no sentido de uma reforma social. Alguns estados atacaram os fundamentos da aristocracia: a primogenitura, os dízimos, os censos pagos em troca da quitação de serviços feudais e a vinculação dos bens de raiz. Outros procederam à separação entre a igreja e o estado ou aboliram as qualificações religiosas para a elegibilidade aos cargos públicos. Também foram postas em vigor certas leis econômicas radicais. Vários estados confiscaram as terras da coroa e as propriedades principescas de ricos lealistas, dividindo-as entre pequenos fazendeiros e veteranos da guerra. Ao terminar esta, os radicais tornaram-se bastante poderosos em alguns estados para fazerem passar leis em benefício das classes devedoras. Tomaram elas a forma de leis suspensivas, que suspendiam o pagamento de juros e capital nas hipotecas; de leis de ressarcimento, que impunham a aceitação de terras ou de produtos a preços determinados, em pagamento de dívidas; e, por fim, de leis de papelmoeda. Em 1786 uma rebelião armada em defesa dos devedores alastrou-se pela parte central de Massachusetts. Chefiada por Daniel Shay, antigo capitão do exército, tinha por finalidade impedir que os tribunais se reunissem e emitissem sentenças sobre o pagamento de dívidas. Acabou por ser esmagada, mas não antes que uma multidão enfurecida ameaçasse pôr cerco à sede do governo estadual.

A ameaça de radicalismo econômico aliada à fraqueza dos governos, tanto do central como dos estaduais, fêz surgir a exigência de revisões drásticas na constituição nacional. Desde 1776 as colônias vinham sendo governadas, como um grupo, pelos Artigos de Confederação. Estes, como o seu nome implica, instituíam um governo confederado porém não federal ou centralizado. Todo poder derivava dos governos estaduais e só se podia exercer através deles. A autoridade central não podia agir contra indivíduos. O seu “grande vício, e vício radical”, como acentuou Alexander Hamilton, era o poder de legislar apenas para “estados ou governos na sua capacidade coletiva, em contraposição com os indivíduos de que são formados”. Isso resultava em sérios inconvenientes quando se tratava de arrecadar rendas ou de obter soldados para servirem no exército. Pelas alturas de 1786 tinhase tornado tão séria a ameaça à segurança da

propriedade e à ordem e estabilidade do governo que a maioria dos líderes conservadores estavam prontos para efetuar mudanças fundamentais. Em setembro desse ano reuniu-se em Anápolis uma convenção para estudar os problemas do comércio interestadual. Mas, como apenas cinco estados se tivessem feito representar, Madison e Hamilton induziram os delegados a convocar uma nova convenção para maio do ano seguinte. Essa segunda assembléia devia tratar de um problema muito mais vasto: a revisão dos Artigos de Confederação a fim de torná-los “mais adequados às exigências da União”.

Noite estrelada, *de Vincent Van Gogh. Quadro que exemplifica as audaciosas concepções dêste pintor. Estrêlas, nuvens e montanhas, tudo parece vibrar e revolutear, animado do mesmo movimento. Os ciprestes do primeiro plano simbolizam a morte.* (Museum of Modern Art.)

O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA

(Ver pp. 818 a 820)

O Modêlo, *por Pablo Picasso — um exemplo de cubismo mostrando a redução da forma a padrões geométricos.* (Walter P. Chrysler Jr.)

Paisagem taitiana, *de Paul Gauguin. Uma cena das Ilhas dos Mares do Sul, característica do primitivismo de grande parte dos quadros de Gauguin.* (Metropolitan Museum of Art.)

A lição de piano, *de Henri Matisse. O que ressalta aqui é antes a interpretação pessoal do artista do que a forma em si.* (Museum of Modern Art.)

Colhedores de algodão, *por Thomas Benton, ilustrando o interêsse dos artistas norte-americanos contemporâneos pelas cenas humildes de sua terra. Exemplifica ainda a disposição triangular predominante em muitas obras de Benton.* *Ver p. 1006.* (Metropolitan Museum of Art.)

Europa e o Touro, *de Carl Milles. Esta obra de notável escultor sueco-americano reflete o sentimento da união entre o homem e a natureza animada e inanimada.* (Worcester Art Museum.)

ARTE CONTEMPORÂNEA

(À ESQUERDA) Pássaro no espaço *(cromo polido), por Constantin Brancusi. Exemplo de extrema abstração na escultura, em que a forma natural se subordina à interpretação.* (Museum of Modern Art.)

(À DIREITA) Tarde de novembro, *de Charles Burchfield. Esta pintura apresenta uma cena americana com tons sombrios. Quase todos os detalhes sugerem a labuta penosa e a solidão.* (Metropolitan Museum of Art.)

A convenção de 1787 reuniu-se em Filadélfia de maio a setembro, com as portas fechadas. Como o principal delegado, James Madison, houvesse tomado copiosas notas, dispomos do que parece ser uma relação completa e exata do que parece ser uma relação completa e exata do que ali aconteceu. Desde o começo, a maioria dos delegados mostrou-se propensa a riscar os

Artigos de Confederação e redigir um novo instrumento. Foi isso, em essência, o que fizeram. A Constituição finalmente aprovada quase nada mais continha dos Artigos. Conferia-se ao novo governo uma esfera de autoridade soberana que os estados não tinham o poder de invadir. Os alicerces do sistema assentavam em parte no próprio povo, pelo menos no que tocava à eleição da Câmara de Representantes e à escolha do Colégio Eleitoral. Era instituído um executivo poderoso, com autoridade para vetar as decisões do Congresso e para fazer executar as leis pelos seus próprios agentes. Criou-se também um judiciário federal, e alguns dos pais da pátria, pelo menos, pretendiam que o Supremo Tribunal exercesse o poder de revisão judicial, isto é, a anulação dos atos do Congresso e dos legislativos estaduais que estivessem em conflito com a Constituição. Por fim, a própria Constituição e as leis e tratados firmados em cumprimento dela eram proclamados lei suprema do país. Os juízes de todos os estados deviam observá-la à risca, sem levar em conta as disposições em contrário contidas nas constituições ou leis estaduais.
Consideram alguns autores que a adoção da Constituição de 1787 operou uma contra-revolução nos Estados Unidos. É certo que a maioria dos delegados que desempenharam um papel proeminente nos trabalhos da convenção eram homens de posses e de idéias conservadoras. Não estava presente nenhum dos velhos agitadores, como Samuel Adams, Thomas Paine e John Hancock. Thomas Jefferson achava-se na França como ministro. Dos delegados que compareceram, a maior parte pareciam considerar a democracia como sinônimo virtual de governo do populacho. Edmund Randolph afirmava que todos os males de que o país havia sofrido recentemente eram atribuíveis às "turbulências e loucuras da democracia". James Madison pensava que o povo cedia com demasiada facilidade aos impulsos violentos para que se pudesse confiar-lhe jamais um poder ilimitado. O objetivo principal dos pais da federação americana não era entronizar as massas mas fundar uma república que garantisse a estabilidade e protegesse os direitos da propriedade contra as tendências niveladoras das maiorias. Por esse motivo adotaram um complicado sistema de limitações e equilíbrio de poderes, inventaram um Colégio Eleitoral para escolher o presidente da nação, criaram um judiciário poderoso e confiaram a escolha dos senadores às legislaturas dos diversos estados. Esses princípios refletiam uma positiva reação contra a democracia extrema do

período revolucionário e dos anos imediatos. Já não dominavam os ideais revolucionários da glorificação do povo, da defesa dos direitos do homem e da desconfiança para com os tribunais e o poder executivo. Não obstante, o sistema político criado pelos fundadores era liberal em confronto com outros governos da época. O Presidente, pelo menos, não era um monarca, nem era o Senado uma câmara de nobres. As primeiras décadas da história dos Estados Unidos sob a sua nova Constituição foram assinaladas por um crescimento e uma expansão fenomenais. Em 1790, quando se procedeu ao primeiro censo, o país tinha uma população de 3.900.000. Em 1830 essa população se havia elevado a 12.800.000 e em 1860, a 31.400.000. Em 1790 a União compreendia 17 estados com uma área total de 2.300.000 km2. Em 1830 havia 27 estados e a área primitiva fora mais que dobrada. Em 1860 o número de estados subira para 35 e a área havia ultrapassado o triplo da primitiva. Esse período caracterizou-se também por uma atividade febril no desenvolvimento dos transportes. Em primeiro lugar veio a era da construção de canais. O estado de Nova York estabeleceu o precedente atacando em 1817 as obras do canal de Erie, destinado a ligar o lago Erie ao rio Hudson. Completado em 1825, reduzia ele de 120 a 14 dólares por tonelada o custo do frete de Búfalo a Nova York. A Pensilvânia projetou um canal de ligação entre Filadélfia e Pittsburg, com estradas de ferro auxiliares, de tração animal, e planos inclinados nas regiões montanhosas. Alguns estados comprometeram-se de tal modo nesse gênero de negócios que foram à bancarrota. Mesmo, porém, que tivessem alcançado êxito financeiro, as vias navegáveis internas nunca poderiam oferecer um sistema completo de transportes. Também eram necessários os meios de transporte terrestre. Reconhecendo essa necessidade, o Congresso destinou em 1806 uma pequena verba para iniciar uma grande Estrada Nacional que devia, quando ficasse pronta, ir de Cumberland, no estado de Maryland, a S. Luís.
As novas verbas, no entanto, foram concedidas com parcimônia e a estrada levou perto de cinquenta anos a completar-se. Muitas milhas de estradas gerais foram construídas pelos estados, porém nunca em quantidade suficiente para atender às necessidades. Em 1825 iniciou-se um movimento que estava destinado a eclipsar em importância todos os outros projetos relativos a vias de comunicação. Foi ele a construção da via férrea chamada Baltimore and Ohio Railroad, que foi aberta ao tráfego de tração animal em 1830. Durante o resto do século XIX a construção de estradas de ferro

absorveu tão grande parte dos recursos financeiros e do trabalho humano da nação quanto qualquer outra atividade econômica.

O desenvolvimento e a expansão das primeiras décadas não se limitaram aos aspectos materiais. Verificaram-se também notáveis progressos da democracia. De 1789 e 1801 o governo esteve nas mãos dos federalistas, que representavam os grandes proprietários de terras, o poder do dinheiro e os interesses dos conservadores em geral. Nesta última data os republicanos-democratas obtiveram o controle do governo graças à eleição de Thomas Jefferson para a presidência em 1800. Tal acontecimento é muitas vezes denominado Revolução Jeffersoniana, na suposição de que Jefferson fosse o campeão das massas e dos direitos políticos dos desfavorecidos. Há certo perigo, contudo, em levar demasiadamente longe essa interpretação. A certos respeitos, as idéias de Jefferson estavam bem longe de ser democráticas no sentido histórico do termo. Ao invés de seguir Rousseau, era ele um discípulo de Locke. Acreditava que o melhor governo é aquele que menos governa e opunha-se energicamente à soberania ilimitada da maioria. Concebia o sistema político ideal como uma aristocracia "da virtude e do talento" cujo princípio orientador seria o respeito à liberdade pessoal. Além disso, comparava o populacho das grandes cidades a chagas no corpo humano e desprezava a massa dos trabalhadores industriais como "alcoviteiros do vício e os instrumentos pelos quais costumam ser subvertidas as liberdades de uma nação". Todavia, não se pode negar que o movimento jeffersoniano tivesse certos objetivos democráticos de capital importância. Seus líderes eram vigorosos adversários dos privilégios de nascimento ou de fortuna. Pugnavam pela revogação da primogenitura e da vinculação de bens, assim como pela abolição das igrejas oficiais. Chefiaram a campanha em prol do acréscimo de uma Carta de Direitos à Constituição Federal e a eles se deveu quase que exclusivamente o êxito dessa campanha. Embora professando dedicação ao princípio da separação de poderes, na verdade acreditavam na supremacia dos representantes do povo e olhavam com aversão as tentativas do executivo e do judiciário para aumentarem o seu poder. Três dos mais característicos ideais do próprio-Jefferson eram o governo descentralizado, as revisões periódicas das constituições e leis e a importância da instrução pública. Encarecia o valor do governo local ao ponto de advogar assembleias primárias semelhantes aos comícios das vilas da Nova-

Inglaterra para o exercício de uma boa parte dos poderes públicos. Insistia em que as constituições e leis fossem submetidas à aprovação do povo cada dezenove ou vinte anos, um futuro indefinido. Na sua velhice, completou os planos de um bem-elaborado sistema de instrução pública. A instrução seria gratuita para todas as crianças nas escolas elementares e tanto os colégios distritais como as universidades estaduais instituiriam bolsas de estudos para um número limitado de estudantes, cuja seleção se faria com base na inteligência e na cultura adquirida. Por esse método Jefferson procurava garantir a oportunidade igual para todos e não somente para os bem-nascidos e os ricos. As pessoas assim educadas ficariam disponíveis para a seleção de aristocratas naturais por parte de cidadãos esclarecidos, com bastantes conhecimentos para saberem reconhecer os homens de valor.

Ao findar a guerra de 1812 com a Inglaterra a democracia jeffersoniana havia caducado quase por completo. Todo movimento democrático do futuro deveria partir de outras premissas e assentar sobre novos alicerces. Não só a guerra criou novos problemas e desviou as atenções das necessidades de reforma, mas também o aspecto econômico do país havia passado por numerosas alterações. O povo das cidades adquirira consciência da sua importância política e começara a reclamar privilégios. O que mais pesava na balança, porém, era o fato de que o domínio do Sul baluarte da democracia jeffersoniana, havia passado à história. Em resultado da aquisição da Luisiana e da colonização do Território de Noroeste, novas fronteiras tinham surgido. A vida nessas regiões, caracterizava-se por uma rude liberdade e independência em que não havia lugar para esnobismos e distinções de classes. Na luta pela sobrevivência, as qualidades que prevaleciam eram a esperteza e a disposição para trabalhar rijo. Nascimento e educação pouca valia tinham. Em consequência disso, uma nova democracia, que acabou por encontrar o seu líder em Andrew Jackson, cristalizou-se rapidamente em torno do princípio supremo da igualdade. Os democratas jacksonianos consideravam todos os homens como iguais, não só nos direitos mas também nos privilégios. Defendiam, portanto, o sufrágio universal masculino, a eletividade e a rotatividade de todos os cargos públicos. Como, para eles, um homem valia outro qualquer, rejeitavam a ideia de que fossem necessários conhecimentos ou talentos especiais para os postos do governo. Foram ao ponto de franquear aos cidadãos comuns certos cargos como o de inspetor de condado e o de

superintendente das escolas. Paradoxalmente, os democratas jacksonianos eram favoráveis a um executivo forte. Restituíram o poder do veto aos governadores estaduais, prolongaram-lhes os mandatos e aclamaram o presidente dos Estados Unidos como o verdadeiro representante da vontade do povo. A explicação parece residir no fato de terem passado a considerar as câmaras legislativas como redutos de "interesses especiais".

2. A VERDADEIRA REVOLUÇÃO AMERICANA

Como observamos atrás, havia uma certa impropriedade na aplicação do termo "Revolução Americana" aos acontecimentos que se desenrolaram entre 1775 e 1781. A luta desses anos tomou sobretudo o aspecto de uma guerra pela independência. É verdade que houve indícios de transformação política e social, manifestados especialmente nas novas constituições estaduais e nas medidas tomadas contra os lealistas e os aristocratas, mas não ocorreram deslocamentos de classes como durante a Revolução Francesa ou a Revolução Russa de 1917. De um modo geral, as mesmas classes de antes continuaram no poder após a independência. Homens abastados como Robert e Gouverneur Morris, John Hancock e Alexander Hamilton, não desempenharam papel menos ativo na Revolução do que pobretões como Samuel Adams e Thomas Paine. Uma transformação muito mais radical da sociedade americana ocorreu menos de um século depois que a independência se tornara realidade. O acontecimento que deu início e essa transformação foi a Guerra Civil, também chamada Guerra de Secessão ou Guerra entre os Estados. Antes da Guerra Civil, como sublinhou Charles A. Beard, a classe mais poderosa dos Estados Unidos era a aristocracia de plantadores do Sul. Dos dezesseis presidentes, nove tinham sido sulistas; também o foram 14 dos 24 secretários de estado, 15 dos 20 presidentes da Câmara de Representantes e 21 dos 35 ministros do Supremo Tribunal. O Partido Democrático, dominado em geral por sulistas, obteve uma maioria relativa de votos populares em 8 das 10 eleições presidenciais sobre as quais dispomos de cifras. Mesmo em 1860, os votos combinados dos dois ramos do Partido Democrático superaram os do candidato republicano, Abraham Lincoln, por uma margem de cerca de 5.000. A guerra e os acontecimentos subsequentes vieram inverter as posições. As

rédeas do poder foram então empunhadas por uma nova classe de homens ambiciosos, self-made men, formada em parte de fazendeiros livres do Oeste e em parte de capitalistas industriais das cidades do Leste. Os agrários do Sul foram crivados de incapacidades civis e jurídicas, economicamente cerceados e privados de todos os resquícios de autoridade política. Durante o turbulento período de pós-guerra, audaciosos empreendedores do Norte tiraram proveito das abundantes oportunidades para a especulação em terras, construção de estradas de ferro e exploração de recursos minerais. Também se valeram ao máximo do poder político para fortalecer o seu controle sobre o governo e usá-lo na promoção dos seus interesses econômicos. A causa mais óbvia do pavoroso conflito entre Norte e Sul que assolou os Estados Unidos de 1861 a 1865 foi a escravidão. Os primeiros escravos negros tinham sido trazidos da África para a Virgínia em 1619. Durante perto de dois séculos o número foi crescendo vagarosamente e o problema da escravidão não assumiu proporções sérias. Pelos fins do século XVIII havia entre os próprios sulistas muitas pessoas contrárias a essa instituição, que ansiavam por ver extinta tão cedo quanto possível. Crescia o número daqueles que alforriavam os seus escravos em testamento e que contribuíam com dinheiro para vários planos de fazer regressar os negros à África. Mas em 1793, com a invenção do descaroçador de algodão, a situação mudou completamente de figura. Da noite para o dia a produção dessa fibra converteu-se de uma atividade econômica em crise, com um futuro duvidoso, numa empresa tremendamente lucrativa. O rendimento total cresceu de 4.000 fardos em 1790 a 175.000 em 1810 e a 4.000.000 em 1860. O algodão tornou-se o rei da economia e o sistema das plantações com o seu corolário, a escravidão, enraizou-se firmemente no Sul. Entretanto, seria erro supor que a guerra tivesse nascido de uma tentativa do Norte para obrigar o Sul a abandonar a escravidão. Até quase as vésperas da luta, as opiniões entre os nortistas estavam longe de ser unânimes em favor da abolição. Os abolicionistas eram comumente considerados como fanáticos perturbadores da ordem pública e por vezes brutalmente maltratados por causa das suas pregações. Em 1835 uma multidão enfurecida assaltou William Lloyd Garrison, amarrou-lhe uma corda ao pescoço e arrastou-o pelas ruas de Boston. Dois anos depois, outra multidão em Illinois linchou Elijah P. Lovejoy, diretor de um jornal abolicionista. O que mais preocupava a maioria dos nortistas era

a extensão da escravatura aos territórios. Estavam dispostos a tolerá-la no Sul, mas opunham-se à sua intrusão no Território da Luisiana ou nas regiões do Sudoeste, conquistadas ao México em 1848. Pretendiam organizar essas áreas em estados livres que seriam colonizados por emigrantes da Nova-Inglaterra e da costa central do Atlântico, desejosos de adquirir terras. Talvez o Sul houvesse anuído a esses planos se as duas partes do país permanecessem essencialmente iguais em poder e influência, mas não era isso o que acontecia. Embora Norte e Sul contassem o mesmo número de estados ainda em 1840, as respectivas populações diferiam grandemente. Os habitantes do norte elevavam-se a 9.728.000 e os do Sul, a 7.334.000. Isso dava ao Norte um total de 135 cadeiras na Câmara de Representantes, enquanto o Sul tinha apenas 87. Queixava-se John C. Calhoun de que, devido a essa disparidade de números, o Norte teria uma maioria perpétua no Colégio Eleitoral e poderia, portanto, impedir que um sulista jamais se tornasse presidente.

À medida que a marcha dos acontecimentos se encaminhava para um conflito armado ia avultando mais e mais o antagonismo regional como verdadeira causa da Guerra Civil. O Sul era agrícola, o Norte ia num ritmo crescente de industrialização. Como produtor de matérias-primas regionais para exportação, o primeiro opunha-se às tarifas protetoras, uma vez que estas aumentavam o preço das importações. O segundo via no protecionismo uma medida indispensável para que as suas indústrias pudessem manter-se contra a concorrência estrangeira. Do ponto de vista do Norte, era necessário um governo central forte para realizar melhoramentos internos e manter a ordem e a estabilidade essenciais à continuação da prosperidade nacional. Os estadistas nortistas sustentavam, portanto, que a secessão e a revogação das leis federais pelos estados eram ilegais, que o governo central derivava a sua autoridade do povo em conjunto e que a União era mais antiga que os estados. Profundamente cônscios do caráter peculiaríssimo das suas instituições, os líderes sulistas contavam reduzir ao mínimo as atividades do governo central. Afirmavam que a soberania residia nos estados individualmente, que os estados haviam criado a União e que o governo federal não passava de um agente daqueles. Como cada estado ingressara na União por sua vontade própria, era livre de retirar-se dela quando isso fosse da sua conveniência. Tinha, outrossim, o direito de revogar todo ato do governo central que prejudicasse os seus interesses.

Com o decorrer do tempo as questões relacionadas com o regionalismo e os direitos dos estados encadeavam-se cada vez mais Intimamente à questão da escravatura. Parecia aos sulistas que o único meio de defender os interesses da sua região seria insistir no direito de introduzir a escravidão nos novos territórios, na esperança de poderem organizar pelo menos alguns deles como estados escravistas e restabelecer assim o equilíbrio entre Norte e Sul. O reconhecimento do caráter fundamental dessa questão pelos nortistas foi exemplificado pela organização do Partido do Solo Livre (Free Soil Party) em 1848, com o objetivo principal de excluir a escravidão dos territórios. Outra ilustração nos é fornecida por uma sangrenta guerra no Kansas, em 1854-56, entre imigrantes anti-escravistas da Nova-Inglaterra e guerrilheiros escravistas vindos do estado vizinho de Missouri.
Em 1857 o Sul regozijou-se com o que parecia ser uma grande vitória para o seu ponto de vista de que a escravidão não podia ser proscrita em territórios sujeitos ao governo federal. Em 6 de março desse ano o Supremo Tribunal, pela voz do seu presidente, o juiz Taney, emitiu sentença sobre a famosa causa Scott versus Sanford. Dred Scott era escravo de um oficialmédico do exército norte-americano. Seu amo levou-o do Missouri ao Illinois, daí para o Território de Minnesota, onde a escravidão tinha sido proibida pelo Compromisso do Missouri, e finalmente trouxe-o de volta a este estado. Ali solicitou ele a sua alforia, alegando o fato de ter residido por duas vezes em solo livre. O Supremo Tribunal rejeitou as suas alegações declarando inconstitucional o Compromisso do Missouri. O Congresso não tinha o direito de proibir a escravidão nos territórios, pois isso importava em esbulhar de suas propriedades os sulistas que para lá pretendessem dirigirse. O presidente Taney declarava também que nenhum negro, fosse êle livre ou escravo, tinha o direito de promover ações perante os tribunais federais. Os negros não eram cidadãos dos Estados Unidos e nenhuma lei do Congresso ou decreto de legislatura estadual lhes podia conferir essa dignidade. Ao ser adotada a Constituição, eram considerados seres subordinados e inferiores. Jamais fora intenção dos criadores daquele instrumento dar-lhes igualdade de direitos e privilégios com os membros da raça caucásica. O juiz Taney parece ter sido inspirado por motivos nobres.
Esperava que uma resposta definitiva do Supremo Tribunal decidiria uma vez por todas a questão da escravatura nos territórios, evitando assim a guerra civil. Os nortistas, no entanto, condenaram quase unanimemente a

decisão. Admitiam a possibilidade de ser ela perfeitamente constitucional, mas declaravam que havia uma lei mais alta do que a Constituição, e muitos deles estavam prontos a defender essa lei pela força. Ao invés de evitar a guerra civil, a decisão do caso Dred Scott foi um dos fatores que mais contribuíram para torná-la inevitável.

A causa imediata que deflagrou o conflito armado foi a eleição de Abraham Lincoln para a presidência em 1860. Lincoln era o candidato do Partido Republicano, fundado seis anos antes com o objetivo declarado de opor-se à extensão da escravatura. Jim 1856 os republicanos haviam indicado John C. Fremont para a presidência e feito a campanha eleitoral sob o "slogan": Free soil, free speech, and Fremont (Solo livre, liberdade de palavra e Fremont). Quatro anos depois, adotou uma vasta plataforma que visava agradar a quase toda gente no Norte, com exceção dos abolicionistas radicais. Prometia melhoramentos internos, tarifas elevadas no interesse da indústria e uma quarter-section (160 acres) de terra gratuita para os que desejassem estabelecer-se no Oeste. Na questão da escravatura, tomava uma posição bem definida: nenhuma interferência com a instituição nos estados do Sul, mas exclusão absoluta dos territórios. A despeito da moderação da sua plataforma no tocante à questão da escravatura, o triunfo do Partido Republicano na eleição de 1860 foi considerado pelos sulistas quase como o equivalente de uma declaração de guerra. O candidato do partido não era abolicionista; tinha ido mesmo ao ponto de declarar-se favorável a uma emenda constitucional que protegesse a escravidão no Sul. Mas dissera também, dois anos antes da eleição, que o país não podia continuar "meio escravista e meio livre", e prosseguira nas investidas contra a decisão do caso Dred Scott, que o Sul considerava quase como a única esperança de restabelecer o equilíbrio entre as duas partes da nação. Sem esse equilíbrio seria para sempre impossível impedir que o Norte impusesse o seu dispendioso sistema de tarifas e de melhoramentos internos a uma região agrária que não queria saber de tais coisas.

Tão logo houve certeza de que Lincoln tinha sido eleito, a Carolina do Sul separou-se da União. O movimento alastrou-se como uma epidemia e foi crescendo o número de estados que anunciavam a sua retirada. Em 8 de fevereiro de 1861 os delegados de sete estados secessionistas reuniram-se em Montgomery, no Alabama, e fundaram os Estados Confederados da América. Jefferson Davis foi escolhido para presidente e Alexander H.

Stephens para vice-presidente. Um mês mais tarde adotava-se uma constituição semelhante à dos Estados Unidos, com algumas notáveis exceções. A Constituição confederada limitava o mandato do presidente a um único período de seis anos. Reconhecia expressamente e protegia a escravidão dos negros. Dava ao Congresso o poder de criar verbas unicamente por solicitação especial do Presidente. Autorizava o Presidente a vetar verbas nos projetos orçamentários. Concedia aos membros do gabinete o privilégio de ter cadeiras no Congresso e de participar nos debates. Ao negarem lealdade aos Estados Unidos e ao estabelecerem um novo governo, os estadistas do Sul alegavam não fazer outra coisa senão exercer um direito conferido pela declaração de Independência: o direito de "alterar ou abolir" uma forma de governo sempre que ela se tornasse fatal "à vida, à liberdade e à busca da felicidade". Ao que respondia o Norte, pela boca do Presidente Lincoln, que o direito de revolta mencionado na Declaração de Independência só se aplicava aos governos tirânicos. Não podia existir o direito de abolir o governo mais livre e mais democrático do mundo.

A Guerra Civil seguiu o seu curso trágico durante quatro pavorosos anos. Iniciou-se com o ataque ao Forte Sumter, em 12 de abril de 1861, e terminou com a rendição de Robert E. Lee na casa do tribunal de Appomatox, em 9 de abril de 1865. Desde o começo o Norte contou com decisivas vantagens. Tinha uma população de 19.000.000 em confronto com os 8.500.000 da Confederação e dispunha de recursos financeiros muito superiores. Possuía também uma armada, que faltava ao Sul, e uma estrutura econômica muito mais diversificada e altamente desenvolvida. Quase todos os estabelecimentos fabris estavam localizados no Norte, ao passo que o Sul não era sequer auto-suficiente no abastecimento de víveres.

Por outro lado, a Confederação tinha uma tradição militar, um litoral tão extenso que quase impossibilitava o bloqueio, e a vantagem ainda mais positiva de lutar no seu próprio território. Foi fácil aos seus chefes persuadir o povo de que não necessitava fazer outra coisa senão agüentar-se até que o Norte cansasse e abandonasse a luta. Durante os primeiros dois anos as perspectivas do Sul pareceram justificar o otimismo. Os seus exércitos conseguiram vencer ou pelo menos esquivar a derrota na maioria das batalhas e as possibilidades de auxílio estrangeiro era particularmente animadoras. Mas em 1862 operou-se uma reviravolta. Em setembro desse

ano o general Lee atravessou com um poderoso exército o rio Potomac, na intenção de tomar a ponte ferroviária de Harrisburg e cortar a União em duas partes. O general George B. McClellan, com um exército nortista duas vezes maior, avançou ao seu encontro. Os dois exércitos entrechocaram-se junto ao regato de Antietam, em Maryland. Embora não tivessem sofrido uma derrota decisiva, a exaustão obrigou as tropas de Lee a retirar através do Potomac. Se tivessem alcançado o seu objetivo poderiam continuar o avanço para o norte, tomando Filadélfia e até Nova York. Lee fez outra tentativa de invadir o Norte em julho de 1863, mas teve de retirar novamente após ser detido pelas forças do general Meade em Gettysburg.
Depois de Antietam a sorte das batalhas foi constantemente desfavorável aos sulistas. As esperanças de auxílio estrangeiro evaporaram-se e Lincoln aproveitou-se do rumo favorável tomado pelos acontecimentos para proclamar a emancipação dos escravos em todos os estados ou porções de território ainda em guerra com a União. Essa proclamação transformou a Guerra Civil numa cruzada cujo fervor contribuiu para garantir a vitória das forças do Norte.
Os resultados da Guerra Civil foram momentosos. Mais de 200.000 homens foram mortos ou morreram em consequência dos ferimentos recebidos em combate e outros 413.000 pereceram por doença, por acidente ou por outras causas. Muitos abolicionistas, sem dúvida, consideravam justificável esse holocausto de vidas, uma vez que a escravidão foi para sempre extinta pelo acréscimo da 13ª Emenda à Constituição, pouco antes de terminar a guerra. Posteriormente, a 14ª Emenda conferiu os direitos de cidadania aos negros emancipados e a 15ª proibiu que se negasse o sufrágio a qualquer cidadão por motivos de raça, cor, ou condição servil anterior. Mas a Guerra Civil também teve outros efeitos. Deixou o Sul prostrado, atormentado por temores e preconceitos e incapaz, por vários anos, de tomar parte na evolução democrática do país. Os sulistas que haviam participado da rebelião foram privados pelo Congresso do direito de votar e de exercer qualquer cargo do governo, resultando daí que alguns dos antigos estados confederados caíram sob o domínio de negros analfabetos ou de políticos aventureiros (carpetbaggers) vindos do Norte. A 14ª Emenda não só conferia a cidadania aos antigos escravos mas também continha uma disposição de enorme importância para o desenvolvimento econômico do país. A disposição a que nos referimos proibia a qualquer estado “tirar a

vida, a liberdade ou a propriedade a qualquer pessoa, sem o devido processo judicial". Os porta-vozes do alto comércio sustentavam que a palavra "pessoa" nesse texto significava não só as pessoas físicas mas também as pessoas jurídicas. Em 1886 o Supremo Tribunal adotou esse ponto de vista. O resultado foi dar um tremendo estímulo ao crescimento e à expansão das companhias, tornando-as, por várias décadas, virtualmente imunes à regulamentação. Não havia, por assim dizer, atos dos legislativos estaduais fixando salários mínimos ou limitando as jornadas de trabalho que não pudessem ser impugnados por atentarem contra a propriedade das companhias "sem o devido processo judicial". Poucas coisas contribuíram mais do que essa para promover a revolução econômica norte-americana subsequente à Guerra Civil.

3. A VOLTA À REFORMA

A Guerra Civil e a controvérsia anterior sobre a escravidão e os direitos dos estados lavraram a sentença de morte da Revolução Jacksoniana. Depois de 1840 os progressos democráticos e mesmo o interesse pela democracia foram relativamente destituídos de importância. Se bem que muitas vezes aclamada como uma luta pela liberdade e pela igualdade, a Guerra Civil introduziu um período de caçada frenética ao dólar e de brutal exploração, que Mark Twain muito apropriadamente denominou a Era Dourada. Até por volta de 1890 a atitude predominante consistiu em encarar as riquezas naturais dos Estados Unidos como uma grande churrascada em que tinha o direito de participar qualquer um que conseguisse abrir caminho até os espetos. A filosofia econômica mais aceita era a do laissez-faire e da livre concorrência, aquilo que mais tarde veio a ser chamado "robusto individualismo". A pobreza era considerada um distintivo de inécia e a riqueza, um sinal infalível de virtude. A competição econômica fazia pendant à luta pela existência e à sobrevivência dos mais aptos na ordem biológica. Quanto mais implacável a competição, melhor seria, pois assim eram eliminados com mais rapidez os fracos e os incompetentes. Torna-se desnecessário frisar que o predomínio de doutrinas como essas não encorajava os movimentos em benefício das massas desfavorecidas. Não obstante, tais movimentos acabaram por surgir e já na década de 1890

haviam alcançado um vigoroso desenvolvimento. Se bem que todos houvessem começado como veículos do descontentamento de classe, a maioria deles chegaram a tornar-se dignos sucessores das democracias jeffersoniana e jacksoniana. Seus líderes pugnavam pelo que consideravam o direito inato da grande massa de cidadãos. O primeiro movimento de importância após a Guerra Civil foi o dos "Greenbackers", nas décadas de 1870 e 1880. Originalmente uma expressão do descontentamento dos fazendeiros sobrecarregados de dívidas, recebeu também o apoio do economista Henry C. Carey e do industrialista Peter Cooper, que em 1876 foi candidato do Partido Nacional Independente, comumente chamado Greenback Party, à presidência da nação. A finalidade principal do movimento era estabelecer o que hoje se chama uma moeda dirigida. Significa isto que o governo, pela emissão de greenbacks (notas do Tesouro), aumentaria o meio circulante de modo a acompanhar o ritmo do crescimento da população e do desenvolvimento económico do país. Davase grande significação ao fato de ter o dinheiro em circulação baixado de 58 dólares per capita em 1865 a 17 dólares em 1876. Alegava-se que essa escassez da moeda vinha causando sérias dificuldades aos devedores, em especial aos fazendeiros, que haviam tomado dinheiro emprestado para comprar terras a preços elevados durante a Guerra Civil ou pouco depois dela. O que eles necessitavam era um aumento do meio circulante, o qual provocaria uma alta nos preços dos produtos que tinham para oferecer, permitindo-lhes assim resgatar as suas hipotecas. Mas os "Greenbackers" também tinham outros objetivos. Pleiteavam a taxação dos rendimentos e a restrição da venda de terras públicas aos colonizadores. Em 1888, esperando conquistar o apoio dos trabalhistas, ampliaram a sua plataforma que passou a incluir a encampação das estradas de ferro e dos telégrafos, o voto feminino e a eleição direta dos senadores federais.

Um movimento mais vasto e mais viril que o dos "Greenbackers" foi o movimento populista da década de 1890. Também dessa vez o apoio mais valioso partiu dos fazendeiros. A melhoria dos preços dos produtos agrícolas pouco antes de 1890 havia feito silenciar os pedidos de inflação da moeda, mas estes recrudesceram na década seguinte, quando a crise começou a negrejar no horizonte. Dessa vez o movimento tomou a forma de uma agitação em favor da cunhagem de prata na proporção de 16 para 1 de ouro. Objetivo seria o mesmo : aumentar os preços dos gêneros alimentícios

e dos produtos não beneficiados, que haviam baixado a níveis anormais, e permitir destarte que os produtores pagassem as suas dívidas. A cunhagem de prata também teria a vantagem de agradar aos mineiros do Oeste e aos fazendeiros do Oeste e do Sul. Na campanha de 1892 os populistas indicaram James B. Weaver, de Iowa, para a presidência da União, com uma plataforma que advogava o imposto progressivo sobre a renda, caixas económicas postais, a encampação das estradas de ferro, das linhas telegráficas e telefónicas, a eleição direta dos senadores federais e um período presidencial único. O general Weaver recebeu mais de um milhão de votos populares e os votos eleitorais de quatro estados. Quatro anos depois os populistas reiteraram a sua plataforma, com alguns acréscimos de menor importância. Entrementes, os bimetalistas tinham assumido o controle do Partido Democrático e indicado para presidente um jovem e fluente orador de Nebraska, chamado William J. Bryan, cujo discurso denunciando as tentativas de "crucificar a humanidade numa cruz de ouro" empolgara a convenção. Como a convenção dos democratas incluía na sua plataforma quase tudo que os populistas defendiam, estes últimos não tiveram remédio senão endossar Bryan como seu candidato. A campanha que se seguiu foi uma das mais sensacionais na história dos Estados Unidos. Os populistas foram atacados como ateus e comunistas e Bryan como um perigoso demagogo que não passava de um instrumento daqueles. A eleição resultou numa vitória para o candidato republicano, William McKinley, com 7.100.000 votos contra 6.500.000 dados a Bryan.

A eleição de 1896 assinalou o apogeu do movimento populista. O partido apresentou candidatos em 1900, mas o velho fervor tinha-se extinguido. Vários fatores contribuíram para isso. O malogro da safra de trigo na Índia em 1896 foi seguido de uma safra pobre na Europa em 1897. Os fazendeiros americanos que tinham trigo para exportar lucraram com a alta dos preços. Mais importantes ainda foram o descobrimento de ricos depósitos de ouro no Klondike e na África do Sul e a invenção do processo de cianetação para extrair ouro dos minérios pobres. Em consequência disso a produção mundial do metal amarelo elevou-se a mais do dobro em quatro anos. Teve começo um novo período de prosperidade e os campeões da prata já não puderam alegar que as existências de ouro eram insuficientes para as necessidades monetárias do país. Não era de esperar, todavia, que o idealismo engendrado pelos movimentos dos "Greenbackers"

e dos populistas morresse de todo. Nos primeiros anos do século XX ele tornou a levantar-se como a Fênix das cinzas da derrota e adquiriu suficiente ímpeto para se tornar, pelas alturas de 1914, uma das forças mais vitalizantes da história da república. Cristalizando-se no Movimento Progressista, diferia das suas encarnações interiores em apresentar um interesse intelectual e urbano mais vasto e em preocupar-se com uma variedade maior de questões. Seus líderes incluíam não só oradores e estadistas da pradaria do Mississipi mas também filósofos como John Dewey, reformadores cívicos como Tom L. Johnson e Lincoln Steffens, educadores como Charles Van Hise, da Universidade de Wisconsin, e David Starr Jordan, da Stanford University, e publicistas como Walter Lippmann e Herbert Croly.
As primeiras formulações da doutrina progressista parecem ter sido a Idéia de Wisconsin e o Sistema de Oregon. A primeira, que foi obra de Charles Van Hise e de Robert M. La-Follette, batia-se pelas eleições preliminares diretas, pela reforma tributária, pela regulamentação das estradas de ferro e principalmente pelo uso das facilidades da universidade estadual com o fim de promover o governo pelo povo. O Sistema de Oregon era um conjunto de propostas de reformas que acabaram por ser amplamente adotadas. Incluíam elas o voto secreto, o registro dos votantes, a iniciativa popular e o referendum, as eleições preliminares diretas, a cassação de mandatos pelo voto popular e leis que restringissem as contribuições e outras despesas das campanhas eleitorais, com o fim de desmantelar as máquinas políticas. Com o decorrer do tempo o movimento veio a abranger quase todas as doutrinas populistas, com exceção das referentes à moeda. Muitos de seus líderes também eram partidários do short ballot e da representação proporcional. O primeiro era um plano para restringir as eleições populares aos principais funcionários legislativos e executivos, que seriam então estritamente responsáveis pelos seus atos políticos. Todos os demais funcionários seriam nomeados, em geral de acordo com regulamentos de serviço público. A finalidade do short ballot é aliviar o ônus da escolha para o eleitor, permitindo assim que ele expresse as suas preferências de maneira mais inteligente. Como dissemos num capítulo anterior, a representação proporcional é um sistema pelo qual se dá representação aos partidos políticos na razão direta da sua força eleitoral. Esse sistema garante cadeiras

no corpo legislativo não somente ao partido que conquistou a maioria de votos, mas também aos partidos de minoria.
O Movimento Progressista alcançou o apogeu entre os anos de 1910 e 1916. O primeiro destes anos assistiu à famosa Revolta dos Insurgentes. Um grupo de deputados republicanos-progressistas da Câmara Federal, chefiado por George W. Norris, representante de Nebraska, uniu-se aos democratas na rebelião contra o exercício de poderes autocráticos pelo presidente da Câmara, Joseph G. Cannon. Conseguiram excluir o presidente da Comissão do Regulamento e em tornar eletivas tanto essa comissão como todas as demais. Orgulhosos e otimistas em consequência dessa vitória, os Insurgentes ambicionaram outros triunfos. Em janeiro de 1911 organizaram a Liga Republicana Progressista Nacional, em aliança com alguns senadores, entre os quais LaFollette, de Wisconsin, e Jonathan Bourne, de Oregon. Adotaram vima plataforma que combinava os principais elementos da Ideia de Wisconsin e do Sistema de Oregon e pensaram seriamente em recomendar a candidatura de LaFollette para a presidência. Alguns progressistas, no entanto, eram favoráveis à indicação de Theodore Roosevelt, que findara o seu mandato presidencial em 1909 e vinha de realizar uma expedição de caça na África. Afigurava-se aos seus admiradores que, como ídolo popular, ele tinha muito mais probabilidades de vencer a eleição do que LaFollette.
Tendo perdido a indicação do Partido Republicano em 1912, Roosevelt e os seus adeptos entraram em dissidência. Pouco depois realizaram a sua própria convenção e fundaram o Partido Progressista, apresentando Roosevelt como candidato. O entusiasmo não conheceu limites. Os delegados desfilaram na sala da convenção cantando "Avante soldados de Cristo". O próprio candidato declarou: "Estamos em Harmagedon e batemo-nos pelo Senhor." Na campanha, subsequente Roosevelt rotulou o seu programa como o "Novo Nacionalismo". Este título propunha-se dar a idéia de um forte governo nacional que tomaria medidas positivas para proteger o povo contra os interesses gananciosos. Tais medidas incluiriam a regulamentação rigorosa dos negócios por uma comissão federal, a proibição do trabalho das crianças e dos interditos nas disputas trabalhistas, um salário mínimo para as mulheres, a jornada de oito horas para as mulheres e as crianças, as indenizações por acidente de trabalho, a criação de um Ministério do Trabalho, a aposentadoria e o seguro contra a doença e

o desemprego. Às propostas já conhecidas do sufrágio universal, da eleição direta dos senadores federais, da iniciativa popular, do referendum e da cassação de mandatos pelo voto popular acrescentava Roosevelt a rejeição, pelo povo, de decisões judiciárias. Se fosse posta em prática esta sua doutrina, a mais radical de todas, teria dado ao povo o direito de revogar a decisão de qualquer tribunal que declarasse inconstitucional um ato do legislativo. Se bem que Roosevelt tivesse sido derrotado na campanha de 1912, o resultado da eleição não deixou de ser uma vitória para as idéias progressistas, pois o candidato vencedor era um progressista em tudo, menos no nome. Era ele Woodrow Wilson, candidato do Partido Democrático. Com a cisão dos republicanos o triunfo ficara garantido para os democratas, contanto que acertassem em escolher um candidato progressista. Não foi fácil preencher esta condição. Champ Clark, do Missouri, favorito dos conservadores, era quem tinha por si o maior número de delegados à convenção. Felizmente para os progressistas, Bryan estava decidido a impedir a escolha de um candidato que contasse com o apoio quer dos banqueiros de Nova York, quer de Tammany Hall. No 46° escrutínio foi finalmente indicado Wilson. Governador de New Jersey e ex-reitor da Universidade de Princeton, Woodrow Wilson foi um dos presidentes norte-americanos mais excepcionais. Não era em absoluto um político e notabilizara-se sobretudo como homem de estudos e grande educador. Tornara-se governador de New Jersey em 1910 principalmente porque os democratas necessitavam de um candidato "respeitável" para poder vencer os seus poderosos antagonistas. Uma vez no governo, tratara logo de repudiar os chefes políticos e de fazer passar no legislativo uma série de importantes reformas. Seu programa de candidato à presidência reproduzia muitas das propostas de Roosevelt. Tomava, no entanto, uma atitude mais enérgica contra os trustes, pedia tarifas mais baixas e negavase a advogar a rejeição popular das decisões judiciárias. Wilson foi empossado em 4 de março de 1913. Durante três anos empregou o melhor de seus esforços na realização do seu programa progressista. Foi, em larga medida, bem sucedido. Combateu eficazmente os protecionistas e forçou o Congresso a reduzir os direitos sobre 900 artigos. Instituiu o sistema da Reserva Federal, destinado a proporcionar uma melhor regulamentação das transações bancárias e uma moeda e regime de crédito mais flexíveis. Obteve a promulgação da Lei Clayton contra os trustes, a qual proibia os

diretores de ligação entre as companhias e a discriminação de preços para impedir a concorrência. Fundou a Comissão Federal de Comércio, com o poder de emitir mandados de desistência contra as companhias que empregassem métodos desleais de concorrência. Entre as suas outras realizações contavam-se uma lei das oito horas para as estradas de ferro interestaduais, uma lei do trabalho infantil que proibia o comércio interestadual com os produtos do trabalho de crianças e um sistema federal de empréstimos agrários para fornecer aos fazendeiros um crédito mais fácil do que o que eles podiam obter nos bancos comerciais. A todo esse programa deu o nome magnificente de Nova Liberdade. Teve ele, no entanto, um fim prematuro quando as ameaças de guerra com a Alemanha começaram a escurecer o céu. Depois de 1916 Wilson teve a atenção tão completamente absorvida pelos problemas do conflito internacional que não lhe sobrou tempo nem energia para as reformas internas. O resultado foi passar o progressismo à história mais ou menos como tinham feito no século anterior a democracia jeffersoniana e a democracia jacksoniana. Cada um desses movimentos foi detido pelo deflagrar de uma guerra — o primeiro pela guerra de 1812 com a Inglaterra, o segundo pela guerra mexicana de 1846-48 e pela Guerra Civil de 1861-65, e o terceiro pela conflagração mundial de 1914-18.

4. OS ESTADOS UNIDOS E O MUNDO

Nenhuma idéia, talvez, se acha tão difundida quanto a de que os Estados Unidos têm seguido, durante a maior parte da sua história, uma política isolacionista. O isolacionismo foi, na verdade, o sonho de milhares de americanos. Os primeiros de seus antepassados que chegaram a este continente traziam a resolução de sacudir dos pés o pó da Europa. A opressão que muitos deles tinham sofrido no Velho Mundo e a dura travessia do Atlântico faziam com que a América lhes parecesse uma Terra de Promissão. A Europa, por contraste, afigurava-se corrupta e degenerada, perpetuamente envolvida em guerras dinásticas e em lutas pelo equilíbrio de poder. Ainda nas vésperas da independência americana, advertia Thomas Paine no seu opúsculo Common Sense que “o verdadeiro interesse da América é conservar-se ao largo das disputas européias”. Idéias

semelhantes levaram o presidente Washington a aconselhar a nação a que não “entrelaçasse o seu destino com o de qualquer parte da Europa”. A expressão clássica do isolacionismo americano foi, porém, um “slogan” frequentemente atribuído a Washington, mas que na realidade foi formulado por Jefferson. No seu discurso inaugural, o terceiro presidente recomendou aos seus compatriotas que tivessem “paz, comércio e sincera amizade com todas as nações — mas alianças comprometedoras com nenhuma”. A doutrina isolacionista continuou a ser pregada através do século XIX e pelo nosso século a dentro. Sua formulação mais famosa foi, sem dúvida, a Doutrina Monroe de 1823. Exprimia ela o receio de que a Quíntupla Aliança (Áustria, Rússia, Inglaterra, Prússia e França) fizesse uso do seu poder combinado para tornar a impor o jugo espanhol às repúblicas do Hemisfério Ocidental que haviam proclamado a sua independência da Espanha. Havia também o temor de que após fazer isso a Aliança se voltasse contra os Estados Unidos a fim de eliminar a verdadeira sementeira de ideias revolucionárias. Declarava a Doutrina que qualquer tentativa das potências européias para estender o seu sistema ao Novo Mundo seria considerada pelos Estados Unidos como “uma ameaça à sua paz e segurança”. Também continha a desinteressada disposição de que os Estados Unidos se absteriam de tomar parte em qualquer guerra entre as potências européias, “em assuntos que lhes dissessem respeito”, e não interviriam nos negócios internos de qualquer dessas potências. A Doutrina Monroe foi, durante mais de um século, a grande estrêla-guia da política exterior norte-americana. A ela se recorreu em 1867 para expulsar os franceses do México, depois que Napoleão III se aproveitou da Guerra Civil para estabelecer um império títere ao sul do Rio Grande. Foi invocada contra os ingleses em 1895, para forçá-los a aceitar a intervenção norte-americana numa questão de limites entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. O temor de que ela fosse aplicada em 1903 induziu a Alemanha a desistir de um bloqueio da costa venezuelana que havia empreendido a fim de obrigar aquela infeliz república a admitir as pretensões de alguns capitalistas alemães.

Desgraçadamente, a Doutrina Monroe também foi empregada algumas vezes como um instrumento para promover o “destino manifesto” dos Estados Unidos. Já em 1820, expansionistas ardentes como Henry Clay tinham proclamado que era destino dos Estados Unidos submeter ao seu

domínio todo o continente norte-americano, inclusive as ilhas ao largo da costa. Em 1845 foi anexado o Texas, pouco depois o Território do Oregon, e em 1848 a maior parte das terras que constituem atualmente os estados de Novo México, Arizona e Califórnia foram tomadas ao México. Nas vésperas da Guerra Civil fazia-se agitação no Sul pela aquisição de Cuba, e o Norte seguiu esse exemplo durante a guerra formulando exigências sobre a anexação do Canadá. Em 1895 o secretário de estado do presidente Cleveland, Richard Olney, declarou que os Estados Unidos eram "praticamente soberanos neste continente" e que o seu fiat era lei "para os vassalos a quem eles limitam a sua intercessão". Os mais importantes usos ou abusos da Doutrina Monroe, no século XX pelo menos, disseram respeito ao Canal de Panamá e às perturbações internas nas repúblicas da América Central e das Antilhas. Em 1901 o governo dos Estados Unidos obteve o consentimento da Grã-Bretanha na anulação do Tratado Clayton-Bulwer, de 1850, o qual dava aos ingleses direitos iguais em qualquer canal que fosse aberto no Istmo do Panamá. Mas havia outro obstáculo no caminho. O Istmo do Panamá pertencia à República Colombiana, cujo governo não estava disposto a ceder os seus direitos, a não ser mediante uma forte indenização. Como fosse rejeitada a oferta norte-americana de 10.000.000 de dólares à vista e uma anuidade de 250.000 dólares, os líderes panamenhos organizaram uma revolta. Tinham a certeza de que os Estados Unidos lhes dariam proteção e garantiriam virtualmente o êxito do empreendimento. O começo da revolta foi marcado para o dia em que um cruzador norte-americano entrasse no porto de Cólon. Tudo funcionou com exatidão cronométrica. Os revolucionários prenderam os funcionários colombianos do istmo e proclamaram a independência da República do Panamá. Os fuzileiros navais norte-americanos impediram qualquer esforço eficaz do governo colombiano para debelar a revolução e quatro dias depois o Departamento de Estado em Washington reconhecia o governo rebelde como autoridade soberana no Panamá. Os colombianos ruminaram o seu ressentimento até 1921, quando os Estados Unidos, desejosos de obter acesso ao petróleo colombiano, concederam ao governo uma indenização de vinte e cinco milhões de dólares. A aquisição da Zona do Canal tornou mais importante que nunca para os Estados Unidos a existência de governos estáveis nas repúblicas circunvizinhas. Mas sucedia também que muitos desses estados se estavam convertendo rapidamente em colônias

econômicas do Colosso do Norte. Tanto banqueiros americanos como alguns capitalistas europeus tinham emprestado vultosas somas aos governos da América Central e das Antilhas. Quando esses governos deixavam de pagar as suas dívidas o espectro da intervenção européia começava a assombrar aquelas plagas. Em 1904 esse perigo a ameaçar a República Dominicana, que havia atravessado uma orgia de discórdia e de sangue, deu ao presidente Theodore Roosevelt um pretexto para emitir o princípio que veio a ser conhecido mais tarde como o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Nele, o homem do Porrete Grande anunciava que "a delinquência ou a impotência crônica" de qualquer dos estados independentes do Hemisfério Ocidental poderia forçar os Estados Unidos, "ainda que com relutância", a exercer poderes de polícia internacional. Já que, de acordo com a Doutrina Monroe, os governos europeus eram proibidos de intervir, seria dever do governo de Washington encaminhar-se para as repúblicas turbulentas, pôr-lhes a casa em ordem a obrigá-las ao pagamento das dívidas. Dentro dessa política a intervenção armada foi levada a efeito não só por Theodore Roosevelt na República Dominicana, mas por Wilson nela e no Haiti, e por Taft e Coolidge na Nicarágua. O Corolário Roosevelt permaneceu em vigor até 1930, quando foi repudiado pelo Memorando Clark, emitido por J. Reuben Clark, subsecretário de estado na administração Hoover.

A história da política exterior norte-americana pode ser dividida com propriedade em duas fases: do começo a 1898, e de 1898 a atualidade. Durante a primeira os Estados Unidos abstiveram-se em geral de intervir nos negócios do Velho Mundo e de entrar no jogo da política internacional de poder. É verdade que houve exceções aparentes. Jefferson enviou navios de guerra ao Mediterrâneo para eliminar os ninhos de piratas da Barbaria e os Estados Unidos, como nação, participaram em escala considerável tanto das guerras da Revolução Francesa como das guerras napoleônicas. Mas o objetivo de todas essas atividades era essencialmente a promoção de interesses domésticos. Não implicavam em tentativas de conquistar colônias distantes ou de desempenhar qualquer papel nas emulações dos impérios estrangeiros.

A partir de 1898 os Estados Unidos adotaram uma nova orientação com respeito à política exterior. Seus interesses já não se limitavam ao Hemisfério Ocidental. A manutenção de um equilíbrio de poder na Europa

e as rivalidades dos grandes impérios na Ásia também pesavam na balança. No verão de 1898 o governo dos Estados Unidos, agindo por solicitação de um pequeno grupo de imperialistas, tomou uma das decisões mais fatídicas da sua história. Referimo-nos à destruição da armada espanhola no porto de Manilha, a qual preparou o caminho para a anexação das Filipinas. O pretexto era o fato de achar-se a grande república norte-americana em guerra com a Espanha, mas o verdadeiro objetivo era bem diferente. Os responsáveis por essa aventura — Theodore Roosevelt, subsecretário da Marinha; Henry Cabot Lodge, senador por Massachusetts; Albert J. Beveridge, senador por Indiana; e Alfred T. Mahan, almirante da marinha norte-americana — acreditavam que as Filipinas eram valiosas em si mesmas do ponto de vista estratégico e econômico, mas que sobretudo seriam uma preciosa cunha de entrada para a exploração do comércio com a China. Nenhuma dessas expectativas se concretizou na realidade. Ao invés disso, a posse das Filipinas serviu principalmente para envolver os Estados Unidos na política de poder do Extremo-Oriente. Cada acréscimo de poder do Japão ou da Rússia, cada extensão da esfera de influência alemã ou francesa na China parecia uma ameaça aos interesses norte-americanos. Entre 1898 e 1914 o governo dos Estados Unidos interveio por várias vezes, tanto pública como secretamente, na política do Velho Mundo. Em 1899, quando se tornou evidente que as potências predatórias, notadamente a Alemanha, a França, a Rússia e o Japão, estavam tratando de repartir todo o Império Chinês em esferas de influência, o secretário de estado John Hay, instigado em segredo pelos ingleses, formulou a Política da Porta Aberta. Ao contrário do que comumente se julga, essa política não estabelecia a igualdade comercial na China, mas dispunha apenas que as várias potências não deviam fazer discriminação em favor dos seus súditos com respeito aos privilégios comerciais nas respectivas esferas de influência. Mesmo sob essa forma limitada ela não recebeu a aprovação definida de nenhuma das grandes potências, salvo a Grã-Bretanha. Em 1905 o presidente Theodore Roosevelt interveio na guerra russo-japonesa para induzir os beligerantes a depor as armas e assinar o Tratado de Portsmouth. Se bem que ambos os adversários estivessem quase exaustos, a intervenção americana chegou numa conjuntura favorável ao Japão. Roosevelt era prójaponês e via na Rússia a maior ameaça a um equilíbrio de poder no Extremo-Oriente. No mesmo ano, com a Alemanha e a França às testilhas por causa de Marrocos,

Roosevelt tomou providências para levar os dois países a resolver as suas diferenças numa conferência internacional. A conferência reuniu-se em 1906 no porto de Algeciras, na Espanha, com a presença de dois delegados norte-americanos, e Roosevelt, que tinha forte inclinação pela França, gabou-se, com mais fanfarronada do que respeito à verdade, de ter abatido a proa ao kaiser "com muita decisão". Nos anos subsequentes o mesmo presidente norte-americano autorizou acordos com o Japão, dando-lhe carta branca na Coréia e recebendo em troca o reconhecimento japonês dos direitos americanos nas Filipinas e piedosos compromissos quanto à independência da China.

CAPÍTULO 26

Progresso intelectual e artístico durante a época da democracia e do nacionalismo

Costuma-se chamar Revolução Intelectual aos progressos realizados pela cultura nos séculos XVII e XVIII. Seria igualmente acertado aplicar esse termo aos progressos intelectuais do período que vai de 1830 a 1914. Nunca antes, em período tão breve de tempo, havia o espírito humano produzindo descobertas e idéias estimulantes em tão assombrosa profusão. E, inegavelmente, uma boa porção delas eram tão revolucionárias em seus efeitos quanto as que mais o tinham sido no passado. No entanto, a revolução intelectual que se processou entre 1830 e 1914 diferiu em muitos aspectos da dos séculos XVII e XVIII. Para principiar, a tradição dedutiva ou racionalista estava quase completamente extinta. Essa decadência do racionalismo refletia-se em nítido declínio da importância relativa da filosofia. De fato, na nova era a filosofia pouco mais foi, amiúde, do que um simples eco da ciência. Não que os problemas do universo tivessem sido finalmente solucionados ou que o homem houvesse perdido a capacidade de pensar, mas as ciências passaram a ser encaradas como única fonte fidedigna de conhecimento. Houve, é certo, alguns pensadores que se rebelaram contra a nova tendência; mas poucos tinham a intrepidez de advogar um revivescimento da dedução pura ou do ponto de vista místico na busca da verdade. Em outras palavras, foi quase completa a vitória do empirismo, ou seja daquela filosofia que deriva as suas verdades mais da experiência concreta que do raciocínio abstrato.

1. O APOGEU DA CIÊNCIA

Em confronto com todas as épocas precedentes, o período que vai de 1830 a 1914 assinala o apogeu do progresso científico. As conquistas desse período não só foram mais numerosas mas também devassaram mais profundamente os segredos das coisas e revelaram a natureza do mundo e do homem, projetando sobre ela uma luz até então insuspeitada. Deu-se amplo desenvolvimento a cada um dos antigos ramos da ciência, ao mesmo tempo que mais de uma dezena de ramos novos eram acrescentados aos já existentes. O fenomenal progresso científico dessa época resultou de vários fatores. Deveu-se, até certo ponto, ao estímulo da Revolução Industrial, à elevação do padrão de vida e ao desejo de conforto e prazer. Encarar, porém, a ciência moderna como uma espécie de conhecimento essencialmente prático seria desconhecer-lhe a importância. Um Einstein ou um Eddington não são menos alheios aos problemas da vida cotidiana do que o eram Santo Tomás de Aquino ou Alberto Magno. A ciência pura ocupa mesmo, na época moderna, uma posição algo semelhante à da escolástica no século XIII. É, ao mesmo tempo, um substituto da lógica como disciplina do espírito e a expressão de um insaciável desejo de conquista de todos os conhecimentos, de um domínio intelectual do universo. Os escolásticos empregavam métodos de todo diferentes, mas os seus objetivos e esperanças eram os mesmos. Embora nenhuma das ciências tenha sido descurada entre 1830 e 1914, foram as ciências biológicas e a medicina que tiveram maior desenvolvimento. O feito mais notável da biologia foram as novas explicações dadas da teoria da evolução orgânica. Já vimos que esta teoria remonta pelo menos a Anaximandro, no século VI antes da era cristã, e que foi aceita por muitos dos grandes espíritos da antiguidade. Sabemos também que ela foi renovada no século XVIII pelo filósofo Barão de Holbach, pelo poeta Goethe e pelos cientistas Buffon e Lineu. Nenhum desses homens, porém, apresentou provas suficientes nem explicou como funciona o processo da evolução. O primeiro a desenvolver uma hipótese sistemática da evolução orgânica foi o biólogo francês Jean Lamarck (1744-1829). O princípio básico da hipótese de Lamarck, publicada em 1809, é o da hereditariedade dos caracteres adquiridos. Afirmava ele que um animal submetido a uma mudança de meio ambiente adquire novos hábitos que, por sua vez, se refletem em modificações estruturais. Esses caracteres adquiridos da estrutura orgânica, segundo acreditava Lamarck, são transmissíveis à descendência, donde

resulta surgir, após uma série de gerações, uma nova espécie animal. Embora os seus sucessores tivessem encontrado poucos fatos para confirmar a hipótese, ela dominou o pensamento biológico durante mais de cinquenta anos. Não está totalmente desacreditada, mas não se lhe confere senão uma validade parcial. Uma hipótese muito mais científica da evolução orgânica foi a de Charles Darwin, publicada em 1859. Darwin nasceu em 1809 e era filho de um médico da província. Embora tivesse chegado aos setenta e três anos, era de constituição fraca e durante a maior parte de sua vida adulta não parece ter gozado um só dia de saúde normal. Atendendo ao desejo do pai, começou a estudar medicina em Edimburgo, mas logo desistiu e foi cursar teologia em Cambridge. Naquela universidade dedicou o melhor de seu tempo à história natural e só conseguiu o décimo lugar na sua turma, entre os que não se candidataram às honras acadêmicas. Em 1831 obteve uma nomeação como naturalista sem vencimentos a bordo do navio Beagle, que se preparava para realizar uma expedição científica à volta do mundo. O cruzeiro durou quase cinco anos e deu a Darwin uma esplêndida oportunidade de entrar em contato direto com as múltiplas variedades da vida animal. Notou as diferenças entre a fauna das ilhas e as espécies correspondentes que habitam o interior dos continentes, e observou as semelhanças entre os animais vivos e os fósseis de espécies extintas encontrados no mesmo local. Foi um preparo magnífico para o trabalho ao qual dedicaria toda a sua vida. Ao voltar dessa viagem, leu por acaso o Ensaio sobre a população de Malthus e chamou-lhe a atenção a tese de que por toda a natureza nascem muito mais indivíduos do que os que podem sobreviver e, por conseguinte, os mais fracos devem perecer na luta pela subsistência. Finalmente, ao cabo de mais vinte anos de vastas e cuidadosas pesquisas, deu a público sua obra Origem das espécies, cuja influência sobre o pensamento moderno não foi provavelmente igualada pela de nenhum outro livro.

A hipótese de Darwin, apresentada na Origem das espécies (1859), é conhecida como teoria da seleção natural. Significa esta expressão que é a natureza ou o meio que seleciona entre a descendência dos seres vivos aquelas variações que estão destinadas a sobreviver e perpetuar-se. Darwin salientava em primeiro lugar que os progenitores de cada espécie geram um número de descendentes maior do que o que pode sobreviver. Afirmava que, em resultado disso, trava-se entre a descendência uma luta pelo

alimento, pelo abrigo, pelo calor e outras condições necessárias à vida. Nessa luta, certos indivíduos levam vantagem graças ao fator da variação, o que significa que não existem dois descendentes exatamente iguais. Alguns nascem fortes, outros fracos; alguns têm chifres maiores ou garras mais afiadas do que os seus irmãos, ou talvez uma coloração que lhes permite confundir-se melhor com o ambiente e assim enganar os inimigos. São esses membros mais favorecidos da espécie que saem vitoriosos na luta pela existência; quanto aos outros, são geralmente eliminados antes de atingirem a idade da reprodução. Embora admitisse, com Lamarck, que os caracteres adquiridos podem ser herdados, Darwin não os considerava de importância fundamental na evolução. Para ele, a variação e a seleção natural eram os fatores principais da origem das espécies. Em outras palavras, ensinava que os indivíduos dotados de características favoráveis transmitem as suas qualidades herdadas aos respectivos descendentes, através de incontáveis gerações, e que as sucessivas eliminações dos menos aptos farão surgir finalmente uma nova espécie. Deve-se salientar, em último lugar, que Darwin aplicava o seu conceito de evolução não só aos animais mas também ao homem. Na sua segunda grande obra, A ascendência do homem (1871), tentou demonstrar que a raça humana descende originalmente de algum antepassado simiesco, há muito tempo extinto, mas que foi provavelmente o tronco comum dos antropóides existentes e do homem.
A hipótese darwiniana foi desenvolvida e melhorada por vários biólogos que o sucederam. Cerca de 1890 o alemão August Weismann (1834-1914) rejeitou categoricamente a idéia de que os caracteres adquiridos pudessem ser herdados. Realizou experimentos com o fim de demonstrar que as células somáticas (isto é, do corpo) são essencialmente distintas das células reprodutoras e que de modo algumas modificações das primeiras poderiam afetar as segundas. Concluía, portanto, que as únicas qualidades transmissíveis à descendência são aquelas que já estavam presentes no plasma germinativo dos pais. Em 1901 o botânico holandês Hugo de Vries (1848-1935) publicou a sua célebre teoria das mutações, baseada em grande parte nas leis da hereditariedade descobertas pelo monge austríaco Gregor Mendel (1822-84). Sustentava De Vries que a evolução não resulta de pequenas variações, como queria Darwin, mas de diferenças radicais ou mutações, que surgem em proporções mais ou menos definidas entre a descendência. Quando qualquer dessas mutações é favorável à

sobrevivência num dado meio, os seus portadores saem naturalmente triunfantes na luta pela existência. Não só os descendentes desses indivíduos herdarão essas qualidades, mas de tempos a tempos aparecerão novos indivíduos mutantes, alguns dos quais ainda mais bem adaptados a sobrevivência do que os seus pais. Destarte pode surgir uma nova espécie dentro de um número limitado de gerações. A teoria das mutações de De Vries corrigiu um dos principais pontos fracos da hipótese darwiniana. São tão mínimas as variações que Darwin considerava como fonte das mudanças evolutivas que seria necessário um tempo incrivelmente longo para se produzirem novas espécies. De Vries tornou possível conceber a evolução como processando-se por saltos repentinos.

Depois da exposição e da comprovação da evolução orgânica, a conquista biológica mais importante foi, sem dúvida, o desenvolvimento da teoria celular. A estrutura celular das plantas já fora descrita por Robert Hooke no século XVII, mas estava reservado a um biólogo alemão, Theodor Schwann (1810-82), deduzir todas as consequências da descoberta de Hooke. Mostrou Schwann, por volta de 1835, que não só as plantas mas também os animais se compõem de células e que, salvo as formas mais simples, todos os seres vivos crescem e amadurecem pela divisão e multiplicação dessas diminutas unidades estruturais. Alguns anos depois descobriu-se que todas as células se compõem essencialmente da mesma substância, a que Hugo von Mohl (1805-72) deu o nome de protoplasma. Outro avanço importante da biologia nesse período foi o desenvolvimento da embriologia. O pai da moderna ciência embriológica foi o teuto-russo Karl Ernst von Baer (1792-1876), que, aproximadamente em 1830, formulou a famosa lei da recapitulação. Essa lei, depois aperfeiçoada par Ernest Haeckel (1834-1919), estabelece que, durante o período embrionário, cada indivíduo recapitula ou reproduz as várias fases importantes da evolução da espécie a que pertence.

A embriologia não foi o único ramo da biologia que se desenvolveu durante o século XIX. Os trabalhos de Schwann, von Mohl e outros conduziram à fundação da citologia, ou estudo científico das células. Mais ou menos em 1865, Louis Pasteur lançou as bases da ciência bacteriológica com o seu memorável ataque à teoria da geração espontânea. Até então supunha-se que as bactérias e outros organismos microscópicos se originassem espontaneamente da água ou de matérias animais e vegetais em

decomposição. Pasteur logrou convencer o mundo científico de que todas as formas existentes de vida, por mais diminutas que sejam, só podem ser reproduzidas por seres vivos. Foi essa a sua famosa lei da biogênese (todas as formas conhecidas de vida provêm de uma vida preexistente).
Ainda mais espetaculares do que as realizações no setor da biologia foram os progressos da medicina. Após o descobrimento da vacina contra a varíola, feito por Jenner em 1796, o seguinte passo importante no desenvolvimento da medicina moderna foi a introdução do éter como anestésico geral. A princípio atribuiu-se tal feito a William T. G. Morton, um dentista de Boston, mas sabe-se hoje que um médico da Geórgia, de nome Crawford W. Long, realizou em 1842 a primeira operação com o auxílio do éter. Essa descoberta não só diminuía os sofrimentos do paciente mas também permitia que o cirurgião agisse com mais calma e vagar, aumentando assim o número de operações bem sucedidas. Entretanto, muita gente continuava a morrer em consequência da técnica rudimentar dos médicos. Esse mal fazia-se sentir sobretudo na obstetrícia, até que se descobriram métodos para afastar a possibilidade de infecção. Em 1847 o médico húngaro, Ignaz Semmelweiss descobriu que, lavando as mãos numa solução antisséptica, podia reduzir de mais de quatro quintos o índice de mortalidade nas intervenções obstétricas. Por volta de 1865 o inglês Joseph Lister (1827-1912), que é considerado o pai da cirurgia antisséptica, estendeu essa prática a todo o campo cirúrgico. Logrou Lister sensacionais resultados na prevenção das infecções limpando as feridas e os instrumentos cirúrgicos com ácido fênico e empregando categute fenicado nas suturas cirúrgicas. Em 1883 foi recompensado pelo governo inglês com um título de nobreza e em 1897 elevado à dignidade de par do reino.
O marco mais significativo do progresso da medicina na segunda metade do século XIX foi, sem dúvida, a teoria microbiana das doenças. Nenhuma outra conquista, provavelmente, contribuiu tanto como essa para o domínio das mais terríveis doenças que aflingem a humanidade. A teoria microbiana e obra, sobretudo, de Louis Pasteur e Robert Koch. Pasteur certificara-se, para todos os efeitos, da origem microbiana das doenças desde que havia estabelecido a sua lei da biogênese, mas não conseguira convencer a classe médica. Como fosse um químico, os médicos inclinavam-se a olhar os seus trabalhos com desprezo, certos de que ele nada podia saber dos sagrados arcanos da medicina. Admitiam a existência de micróbios, mas

consideravam-nos mais como prováveis efeitos do que como causas das moléstias. O ensejo de provar a validade da teoria apresentou-se com o surto de uma epidemia de carbúnculo que estava matando centenas de milhares de vacuns e ovinos na Alemanha e na França. Cerca de 1875, Robert Koch (1843-1910), um obscuro médico provinciano da Prússia Oriental, iniciou uma série de experimentos para provar que o carbúnculo era causado pelos organismos microscópicos em forma de bastonetes, encontrados no sangue dos animais doentes. Injetou em camundongos esse sangue contaminado e observou que logo adoeciam e morriam. Fez culturas dos bacilos, alimentando-os com batatas, e verificou que eles por si sós, quando introduzidos nos organismos dos animais, eram tão mortais quanto o sangue. Entrementes, Pasteur também estivera entregue a pesquisas sobre o carbúnculo. Em 1881 foi desafiado pelos médicos seus inimigos a realizar uma demonstração pública com reses. Dividiu os animais em dois grupos. No primeiro inoculou bacilos enfraquecidos do carbúnculo e aos segundos deixou como estavam. Poucos dias depois injetou em todo o gado bacilos virulentos. Para confusão dos seus adversários, todos os animais que não tinham sido previamente inoculados morreram, enquanto todos os outros se salvaram. Impossível contestar, daí por diante, a teoria de que os micróbios eram a causa da moléstia.

Uma vez positivamente estabelecida a teoria microbiana, as conquistas da medicina multiplicaram-se com rapidez. Os talentos de Pasteur e de Koch não estavam de modo algum exauridos. O primeiro criou, em 1885, um método de tratamento da hidrofobia, uma das mais horríveis doenças conhecidas pela humanidade. Como resultado desse feito, reduziu-se a menos de 1% o coeficiente de mortalidade de uma moléstia até então quase sempre fatal. Em 1882 Robert Koch descobriu os bacilos da tuberculose e da cólera asiática. No espaço de poucos anos foram isolados os germes de outras moléstias ainda, como a difteria, a peste bubônica, o tétano e a doença do sono. Produziram-se soros e antitoxinas para o tratamento de algumas dessas enfermidades, surgindo em primeiro lugar a antitoxina da difteria, descoberta em 1892 por Emil von Behring (1854-1917). Já pelos fins do século puderam ser empregados meios eficientes de combate à malária e à febre amarela, graças ao descobrimento de que ambas são propagadas por certas variedades de mosquitos. Também foi grande o progresso no tratamento da sífilis. Após ter sido identificado o bacilo em

1905, August von Wassermann descobriu um reagente para revelar a sua presença no corpo humano. Em 1910 Paul Ehrlich conseguiu uma nova droga, conhecida como "salvarsan", que se revelou um específico eficaz contra a moléstia nas suas fases primária e secundária. Ainda mais tarde, o patologista austríaco Wagner von Jauregg descobriu que a febre determinada pela inoculação da malária ou por outros meios tem notáveis efeitos no tratamento de fases avançadas da doença, tais como a sífilis cerebral ou paralisia geral progressiva.

Finalmente, é preciso salientar que ao deflagrar a Primeira Guerra Mundial já se havia iniciado o estudo das glândulas de secreção interna e das vitaminas. O primeiro passo para o conhecimento das glândulas de secreção interna ou endócrmas foi dado em 1901, quando o cientista japonês Takamine isolou a adrenalina segregada pelas glândulas supra-renais e demonstrou a sua utilidade na regulação do funcionamento do coração. Cerca de 1912, descobriu-se que a glândula pituitária produz uma substância de vital importância para o crescimento apropriado do corpo. Essas descobertas possibilitaram um desenvolvimento considerável, em tempos mais recentes, da terapia glandular, inclusive métodos para a cura de certas formas de idiotia pela administração de hormônios da glândula tireóide. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial um bioquímico inglês demonstrou que uma alimentação sadia não requer apenas amiláceos, gorduras, açúcares e proteínas, mas também certos "fatores acessórios" encontrados somente em determinados alimentos. Esses fatores foram logo denominados vitaminas e iniciaram-se pesquisas com o fim de determinar-lhes a natureza. Em 1915 um cientista americano da Johns Hopkins University, E. V. McCollum, provou que existiam pelo menos duas vitaminas: a vitamina A, contida na manteiga, na gema de òvo e nos óleos de fígado de peixe, e a vitamina B, encontrada com mais abundância no fermento, nas carnes magras, nos cereais integrais e nas verduras. Investigações posteriores revelaram a existência de pelo menos três dessas misteriosas substâncias, todas elas essenciais ao crescimento e à prevenção das moléstias. O descobrimento das vitaminas revestiu-se de particular importância no tocante ao domínio das doenças de desnutrição, como o beribéri, o escorbuto e o raquitismo.

O registro das conquistas das ciências físicas antes do último quartel do século XIX é, de certo modo, menos impressionante. Salientam-se, todavia,

três conquistas desse período preliminar. Por volta de 1810 John Dalton (1766-1844), um mestre-escola inglês da seita dos quacres, reatualizou a teoria atômica da matéria e defendeu-a com tal firmeza que não tardou a ser adotada como uma das premissas básicas do pensamento científico. Em 1847 Hermanri von Helmholtz (1821-94) formulou o princípio da conservação da energia ou a primeira lei da termodinâmica, baseando-se em descobertas anteriores do inglês James Joule (1818-89). Estabelece essa lei que a energia total do universo é constante, que pode passar de uma forma a outra mas não pode ser criada nem destruída. Em 1851 surgiu a segunda lei da termodinâmica, ou lei da dissipação da energia. Explicada sistematicamente pela primeira vez por William Thompson (Lord Kelvin), sustenta ela que, embora a energia total do universo permaneça invariável, a quantidade de energia útil diminui constantemente. Poucas descobertas têm tido influência mais fecunda sobre as conclusões dos astrônomos e também de alguns filósofos. Será talvez lícito afirmar que o período compreendido entre cerca de 1870 e 1914 superou todos os demais, desde os tempos de Copérnico, quanto ao número de descobrimentos revolucionários nas ciências físicas. É mesmo de duvidar que tenha havido jamais um período em que tantas concepções científicas consagradas tenham sido tão vigorosamente atacadas ou destruídas. Em primeiro lugar, as teorias mais antigas sobre a luz, a eletricidade e a energia foram submetidas a uma extensa revisão. Por volta de 1865, Clerk Maxwell (1831-79) demonstrou que a luz parece comportar-se de modo bastante semelhante ao das ondas eletromagnéticas. Em 1887 o físico alemão Heinrich Hertz provou a existência de ondas elétricas de alta frequência a propagarem-se através do espaço com a velocidade e outros característicos da luz. O descobrimento do raio-X por Wilhelm von Röntgen, em 1895, levou os cientistas a indagar se raios semelhantes não se produziriam espontaneamente na natureza. Essa suspeita foi confirmada pelo descobrimento do urânio em 1896 e, dois anos depois, de um elemento muito mais ativo, o rádio, por Madame Curie. Cerca de 1903 os físicos ingleses Ernest Rutherford e Frederick Soddy desenvolveram a teoria da desintegração, explicando como vários elementos radioativos se decompõem para formar elementos menos complexos, produzindo ao mesmo tempo emanações de energia elétrica. O resultado direto desses vários descobrimentos foi a conclusão de que a luz,

a eletricidade, os raios-X e todas as demais formas de energia são essencialmente a mesma coisa.
Dessa conclusão era relativamente fácil passar a uma revisão completa do conceito de matéria. Já em 1892, Hendrik Lorentz arriscara a hipótese de que a matéria não é composta de átomos sólidos e indivisíveis como supunham os gregos e John Dalton, mas o próprio átomo é composto de unidades menores, de natureza elétrica. Cerca de 1910, Ernest Rutherford e o cientista dinamarquês Niels Bohr descreveram o átomo como uma espécie de sistema solar em miniatura, composto de um núcleo que contém um ou mais prótons carregados positivamente, e em torno do qual gira um certo número de elétrons carregados negativamente. Como veremos, essa concepção foi modificada em época mais recente, mas ainda permanece de pé a sua ideia principal: a de que a eletricidade constitui a base da matéria.
O clímax da revolução nas ciências físicas foi alcançado com a publicação das teorias de Einstein. Originalmente expostas sob uma forma restrita em 1905, foram ampliadas e receberam aplicação mais geral dez anos depois. Einstein atacava não só as antigas concepções da matéria mas, a bem dizer, todo o edifício da física tradicional. A doutrina que lhe deu maior fama foi o princípio de relatividade. Durante a maior parte do século XIX os físicos tinham admitido como axioma que o espaço e o tempo eram absolutos. Supunha-se que o espaço estivesse preenchido por uma substância impalpável chamada éter, meio através do qual ocorria a transmissão dos movimentos vibratórios da luz. Os planetas também se moviam nele, como navios a seguir rotas definidas num vasto oceano. O movimento dos corpos celestes era, portanto, medido em relação a esse éter mais ou menos estacionário, exatamente como a velocidade de um veículo pode ser medida em função das distâncias vencidas numa estrada. Mas certas experiências complexas, realizadas por físicos ingleses e americanos em 1887, desacreditaram virtualmente a hipótese do éter. Einstein tratou então de reconstruir o plano do universo dentro de um arranjo completamente diferente. Sustentou que o espaço e o movimento, ao invés de serem absolutos, são relativos um ao outro. Os objetos não têm apenas três dimensões, mas quatro. Aos tradicionais comprimento, largura e espessura acrescentou Einstein a nova dimensão do tempo e representou todas as quatro como fundidas numa síntese a que deu o nome de “contínuo espaço-tempo”. Procurava dessa forma explicar a ideia segundo a qual a massa

depende do movimento. Corpos a mover-se com grande velocidade têm proporções diferentes de tamanho e peso das que teriam em repouso. Também está inclusa na física de Einstein a concepção de um universo finito — isto é, finito no espaço. O reino da matéria não se estende infinitamente, pois o universo tem limites. Conquanto tais fronteiras não sejam de modo algum definidas, há pelo menos uma região além da qual nada existe. O espaço curva-se sobre si mesmo, de modo a fazer do universo uma esfera gigantesca dentro da qual estão contidas as galáxias, as estrelas, os sistemas solares e os planetas. O período entre 1830 e 1914 caracterizou-se também por um vasto desenvolvimento das ciências sociais. Muitas dessas matérias são de origem relativamente recente. Antes do século XIX, quase todos os esforços do homem para analisar o seu meio social restringiam-se à história, à economia e a filosofia. A primeira das novas ciências sociais a se desenvolver foi a sociologia, criada por Augusto Comte (1798-1857) e elaborada por Herbert Spencer (1820—1903). Segue-se a fundação da antropologia por James Prichard (1786-1848) e Sir Edward Burnett Tylor (1832-1917). Embora definida por vezes, vagamente, como a "ciência do homem", a antropologia é mais comumente restringida a assuntos como a evolução física do homem, o estudo dos tipos humanos existentes, das culturas pré-históricas e das instituições e costumes primitivos. Por volta de 1870 a psicologia desligou-se da filosofia e tornou-se uma ciência autônoma. Após a sua criação na Alemanha sob a orientação de Wilhelm Wundt (1832-1920), foi ela desenvolvida pelos americanos William James (1842-1910) e G. Stanley Hall (1846-1924). Na década de 1890, os trabalhos do russo Ivan Pavlov (1849-1936) imprimiram-lhe uma nova orientação. Graças a experimentos realizados em animais, descobriu Pavlov o chamado reflexo condicionado, uma forma de comportamento em que reações naturais são produzidas por um estímulo artificial. Mostrou ele que, acostumando-se um cão a ser alimentado imediatamente depois do soar de uma campainha, acaba reagindo a esse som com a segregação de saliva exatamente como se o experimentador lhe pusesse o alimento diante dos olhos ou lhe fizesse sentir o cheiro daquele. Essa descoberta sugeria a conclusão de que o reflexo condicionado é um elemento importante do comportamento humano e levou os psicólogos a concentrarem-se na experimentação fisiológica como chave do conhecimento dos mecanismos mentais.

Antes da agricultura mecanizada. Ceifa de centeio com um ceifador de mão. (Caterpillar Tractor Co.)

A primeira segadeira do mundo, inventada por Cyrus MacCormick em 1831. (International Harvester Co.)

A REVOLUÇÃO NA AGRICULTURA

Uma combinada em ação nos campos de trigo de Idaho. Esta máquina colhe e trilha o grão ao mesmo tempo. (Caterpillar Tractor Co.)

Fazendo o deserto florir. Os efeitos da irrigação patenteiam-se no contraste entre a condição natural do deserto do Arizona (em baixo) e os viçosos pomares e campos à outra margem do canal.

Um mascate de campanha exibe as suas mercadorias.

Nova York na década dos 80 — cena na parte baixa da Broadway.

VIDA SOCIAL NO SÉCULO XIX

(Ilustrações do Bettmann Archive)

Desfile de bicicletas em Newport, 1880. Note-se a escolta policial. A bicicleta foi inventada na França, mais ou menos em 1865.

Cortiços em Londres, 1860. As condições de vida marcadas pelo congestionamento e insalubridade figuram entre os principais efeitos da Revolução Industrial.

Carrossel em Paris, 1874. Os adultos parecem monopolizar esse divertimento.

Após o início do século XX os psicólogos se dividiram em muitas escolas opostas. Um grupo de discípulos de Pavlov fundou um tipo de psicologia fisiológica conhecida como “behaviorismo”. O behaviorismo é uma tentativa de estudar o ser humano como um organismo puramente

fisiológico — isto é, de reduzir todo o comportamento (behavior) humano a uma série de reações físicas. Conceitos como os de mente e consciência são relegados ao catálogo das velharias, como termos vagos e sem utilidade. Para o behaviorista só têm importância as reações dos músculos, nervos, glândulas e vísceras. Não existe essa coisa que se chama comportamento psíquico independente; tudo que o homem faz é físico. O pensamento é, em essência, uma forma de falar consigo mesmo. Toda emoção ou ideia complexa não passa de um grupo de reações fisiológicas produzidas por certos estímulos do ambiente. Tal era a interpretação extremamente mecanicista dos atos humanos oferecida por alguns discípulos de Pavlov. Submetida a diversas modificações, ela exerce ainda um forte atrativo sobre aqueles que acreditam que a psicologia deveria ser uma ciência tão objetiva quanto a física ou a química. A outra das mais importantes escolas psicológicas surgida depois do início do século foi a psicanálise, fundada por Sigmund Freud (1856-1939), um médico austríaco. A psicanálise interpreta o comportamento humano principalmente em função da vida mental subconsciente ou inconsciente. Freud admitia a existência da mente consciente, mas considerava o subconsciente muito mais importante na determinação dos atos do indivíduo. Encarava o homem exclusivamente como uma criatura egoísta, movida por impulsos de poder, autoconservaçao e sexo. Esses impulsos são demasiado fortes para que se possa dominá-los, mas, visto que a sociedade estigmatizou como pecaminosa a sua livre satisfação, costumam ser repelidos para o subconsciente, onde permanecem indefinidamente como desejos recalcados. É raro, porém, que fiquem de todo submersos. Vêm à superfície nos sonhos ou manifestam-se nos lapsos de memória, em temores, em obsessões e em várias formas de comportamento anormal. Acreditava Freud que a maioria dos casos de doenças mentais e nervosas resultam de conflitos violentos entre os instintos naturais e as restrições impostas por uma falsa moral. As suas investigações e as teorias que sobre elas edificou deixaram um cunho profundo na literatura e nas artes.

2. AS NOVAS TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS

A maioria dos movimentos filosóficos das últimas décadas do século XIX e do princípio do século XX foram grandemente influenciados pelo progresso da ciência. As filosofias evolucionistas de Spencer, Huxley e Haeckel nos fornecem um exemplo característico. O primeiro desse trio, Herbert Spencer (1820-1903), foi uma das figuras de maior influência dos tempos modernos. Pertencente a uma família de metodistas e quacres ingleses de modestos recursos, recusou a oferta de alguns parentes que se dispunham a mandá-lo para Cambridge, preferindo instruir-se por si mesmo e ser independente. Trabalhou por algum tempo como engenheiro civil na estrada de ferro Londres-Birmingham. Foi mais tarde subdiretor do Economist, mas demitiu-se ao herdar 500 libras de um tio. A despeito da sua condição humilde, pouco se interessava pela riqueza ou pelo poder. Era, além disso, inclinado à indolência, lendo sem método algum e desprezando livros sérios que não lhe despertavam o interesse. Durante anos a sua vida foi desorganizada e as suas ambições não tiveram objetivo fixo. Engendrava idéias de invenções por atacado e enchia cadernos com planos de apaga-velas, saleiros patenteados, cadeiras de rodas e outros aparelhos engenhosos. Seus primeiros trabalhos escritos versavam sobre problemas políticos e econômicos, sendo o mais importante deles a Estática Social, publicada em 1850. Só por volta dos quarenta anos é que se interessou seriamente pela filosofia. Completou sua obra em três volumes, a Filosofia Sintética, com a idade de setenta e seis. A nota fundamental da filosofia de Spencer é a idéia da evolução como lei universal. Profundamente impressionado pela Origem das Espécies de Darwin, enriqueceu ele a hipótese da seleção natural com uma frase que passou desde então a fazer parte integrante desta: "a sobrevivência do mais apto". Sustentava que não só os indivíduos e as espécies estão sujeitos à mudança evolutiva, mas também os planetas, os sistemas solares, os costumes, as instituições e as idéias éticas e religiosas. Tudo, no universo, completa um ciclo de nascimento, desenvolvimento, decadência e extinção.

Alcançado o fim do ciclo, o processo começa mais uma vez e se repete eternamente. Por estranho que possa parecer, Spencer não era mecanicista. Afirmava que na base do processo evolutivo deve haver alguma Potência sobrenatural e encarava geralmente a evolução como sinônima, em última análise, de progresso. Mas referia-se a essa Potência como o Incognoscível e dizia que ela devia ser excluída da consideração científica. A capacidade

de conhecimento do homem limita-se à matéria e ao movimento, aos fatos da experiência sensória ; o campo da especulação não deve ir além dessas coisas. Como filósofo político, Spencer foi um vigoroso campeão do individualismo. Condenava o coletivismo como um remanescente da sociedade primitiva, como um característico das fases iniciais da evolução social, quando os indivíduos ainda não se haviam separado da massa amorfa. Tinha tal aversão ao estado que preferia entregar pessoalmente os originais das suas obras aos editores a confiá-los a um agente da tirania como o correio.

Os outros dois filósofos da tradição evolucionista, Huxley e Haeckel, aceitaram muitas das hipóteses fundamentais da teoria spenceriana. Thomas Henry Huxley (1825-95) defendeu a doutrina da evolução não só com argumentos lógicos mas também com um acervo convincente de fatos científicos, pois a par de filósofo foi também um biologista brilhante. "Homem de queixo quadrado, ávido de controvérsia", gloriava-se do título "buldogue de Darwin". Seu célebre livro O Lugar do homem na Natureza exerceu quase tanta influência quanto a Origem das Espécies na conversão do mundo aos princípios evolucionistas. Huxley tinha, porém, interesses mais amplos do que a simples defesa da evolução orgânica. Como Spencer, propunha-se estender o conceito evolutivo a todos os grandes problemas que perturbam o sono dos homens. Afirmava que as instituições sociais e os ideais éticos, ao invés de serem ordenados por Deus, são simples produtos da herança biológica. "As ações que chamamos pecaminosas são parte integrante da luta pela existência". Embora não rejeitasse a possibilidade de um poder sobrenatural, asseverava que "não existe prova da existência de um ser tal como o Deus dos teólogos". Via no cristianismo "uma mistura de alguns dos melhores e alguns dos piores elementos do paganismo e do judaísmo, moldada na prática pelo caráter inato de certos povos do Ocidente". Uma boa parte de sua filosofia é abrangida pela famosa doutrina do agnosticismo, palavra inventada por ele para expressar o seu desprezo em face da atitude de certeza dogmática simbolizada pelas crenças dos antigos gnósticos. Segundo a formulação de Huxley, é o agnosticismo a doutrina de que nem a existência, nem a natureza de Deus ou o sentido último do universo são cognoscíveis. Não se trata de ateísmo, mas simplesmente de afirmar que o homem não sabe nem jamais poderá

saber se existe um Deus e se o universo é governado por uma finalidade, ou se não passa de uma máquina cega.
O mais intransigente dos filósofos evolucionistas foi Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919). Começando a vida como médico em Berlim, as manias dos clientes desgostaram-no da profissão e não tardou a voltar-se para uma ocupação mais do seu agrado, a de professor de zoologia. Foi o primeiro cientista continental de renome a aceitar sem reservas o darwinismo. Com a idade de sessenta e cinco anos sumariou as suas conclusões num livro que intitulou O enigma do universo. A filosofia de Haeckel compreende três doutrinas principais: ateísmo, materialismo e mecanicismo. Não aceitava em absoluto o agnosticismo de Huxley nem a hipótese de uma Potência Incognoscível, de Spencer, afirmando ao contrário, dogmàticamente, que nada de espiritual existe. O universo, segundo ele, compõe-se unicamente de matéria em constante processo de mudança de uma forma para outra. Esse processo é tão automático como o fluxo e o refluxo das marés. Não há diferença fundamental entre a matéria viva e a inanimada; apenas a primeira é mais complexa. A vida original surgiu da combinação espontânea dos elementos essenciais do protoplasma. Dessas formas mais primitivas de protoplasma derivaram por evolução, através dos processos de seleção natural, todas as espécies complexas que hoje conhecemos. Haeckel considerava a mente humana um produto da evolução, tal qual o corpo. Difere ela apenas em grau da dos animais inferiores. Memória, imaginação, percepção, pensamento, tudo isso são simples funções da matéria; a psicologia eleve ser encarada como um ramo da fisiologia. Tal era a compacta filosofia materialista e determinista que parecia a Haeckel e aos seus adeptos uma consequência lógica da nova biologia.
As obras de um outro alemão — Friedrich Nietzsche — revelam também uma nítida influência da idéia de evolução. Nietzsche, porém, não era cientista, nem se interessava pela natureza da matéria ou pelo problema da verdade. Foi essencialmente um poeta romântico, glorificando a luta pela existência para compensar a sua própria vida de homem fraco e infeliz. Nascido em 1844 e filho de um pastor luterano, formou-se em letras clássicas em Leipzig e em Bonn. Com a idade de vinte e cinco anos foi nomeado professor de filologia na Universidade de Basiléia. Dez anos depois, a sua saúde precária obrigou-o a aposentar-se. Viveu a década

seguinte em constantes sofrimentos, passando de uma estação de cura a outra, numa busca infrutífera de melhora. A crer no seu próprio testemunho, cada ano encerrava, para ele, duzentos dias de dor. Em 1888 foi atacado de loucura incurável, permanecendo no asilo de alienados até a sua morte em 1901.
A filosofia de Nietzsche está contida em obras como Assim falava Zaratustra, Genealogia da Moral e Para além do Bem e do Mal. Sua idéia básica é a de que deve deixar agir livremente a seleção natural entre os seres humanos, como entre às plantas e os animais. Acreditava que uma constante eliminação dos incapazes acabaria por produzir uma raça de super-homens — não meramente uma raça de gigantes físicos, mas de homens que se distinguiriam acima de tudo pela coragem moral e pela força de caráter. Aqueles a quem se deveria deixar perecer na luta são os fracos morais, os ineptos e os covardes, que não têm força nem coragem para disputar com nobreza um lugar ao sol. Mas para que tal processo de seleção natural pudesse agir com eficácia seria preciso afastar previamente os obstáculos religiosos. Exigia Nietzsche, portanto, que se pusesse abaixo a supremacia do cristianismo e dó judaísmo. Ambas essas religiões, dizia ele, são cultos orientais que glorificam as virtudes dos escravos e outras criaturas espezinhadas. Exaltam, e transformam em virtudes, qualidades que deveriam ser consideradas vícios: a humildade, a resignação, a mortificação da carne e a piedade para com os fracos e incompetentes. A entronização dessas qualidades impede a eliminação dos incapazes, preservando-os para que infiltrem o seu sangue degenerado nas veias da raça. Nietzsche admirava as antigas virtudes germânicas da bravura, da força, da lealdade, da honra e da astúcia. Definia o bem como “tudo que eleva no homem o sentimento do poder, o desejo do poder e o próprio poder”, enquanto o mal era “tudo que nasce da fraqueza”. No fim do período que estamos estudando a filosofia começou a refletir as incertezas e a confusão das ciências. A revolução operada na física pelos descobrimentos relativos à estrutura da matéria fez com que muitos pensadores perdessem a confiança no otimismo de Spencer e no universo mecanicista de Haeckel. Alguns abandonaram inteiramente o mecanicismo e o materialismo; outros adotaram atitudes de ceticismo e desespero ou procuraram refúgio no culto da beleza. É sintomática da nova orientação uma filosofia americana muito difundida, o pragmatismo. Fundada por Charles Peirce (1839-1914), foi

desenvolvida num sistema de amplas proporções por William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952). O pragmatismo deriva o seu nome do ensinamento que lhe constitui a base: toda idéia que resista à prova pragmática — isto é, que dê resultados práticos — deve ser aceita como verdade, contanto, naturalmente, que não entre em conflito com a experiência. Em outras palavras, se a crença num Deus pessoal, ou mesmo numa multidão de deuses, proporciona paz ou satisfação espiritual a um indivíduo qualquer, tal crença é verdadeira para ele. Os pragmatistas zombavam de todos os esforços para descobrir a verdade absoluta ou para determinar a natureza última da realidade. Abandonavam a metafísica como inútil e ensinavam que todo conhecimento deve ser buscado não como um fim em si mesmo mas como um instrumento para a melhoria das condições na terra. É preciso também mencionar que os pragmatistas rejeitavam todas as formas de determinismo concebidas em termos quer espirituais, quer materiais. Combatiam as interpretações do universo que tornam o homem escravo de um princípio rígido ou o colocam à mercê de um Destino onipotente. Protesto muito mais decidido contra o mecanicismo e o materialismo foi o dos neo-idealistas. Entre os chefes desta escola figuram o italiano Benedetto Croce (1866-1952), o inglês F. H. Bradley (1846-1924) e o americano Josiah Royce (1855-1916). O neo-idealismo foi essencialmente um composto das doutrinas de Hegel e de Kant. Do primeiro vinha a tendência de glorificar o estado e subordinar o indivíduo ao grupo; do segundo, a idéia das verdades paralelas da religião e da ciência, que jamais entram em conflito por pertencerem a ramos distintos.
Admitiam os neo-idealistas que o universo revelado pela ciência é uma máquina gigantesca que tritura sem cessar e que o homem é um átomo indefeso. Isso, porém, não os perturbava, pois afirmavam que era apenas parte da verdade. A ciência não é senão um fraco instrumento que nos mostra as coisas como que refletidas num espelho embaciado. Temos outros métodos de conhecimento que nos capacitam a perceber não já simples aparências superficiais, mas a realidade. Se nos resolvermos a seguir as mais profundas convicções do nosso ser, veremos o universo como uma cidade de Deus coroada de estrelas, governada com um fim benévolo e repleta de esperanças para o homem desorientado que procura o seu caminho Verdades como essas, alcançadas pela intuição, têm mais validez que quaisquer descobrimentos feitos pelo cientista por meio do telescópio.

Destarte logravam os neo-idealistas conservar a sua fé na religião e na perfeição última, contra os ataques dos céticos e dos materialistas.
Alguns outros filósofos apresentavam conclusões bem diversas. O grupo conhecido como os neo-realistas desprezava a tendência de procurar refúgio na fé ou em qualquer outra forma de fuga à razão. Admitiam que os fatos da ciência realistas não fossem a verdade completa ou final, mas argumentavam que eles são a única verdade suficientemente concreta para poder servir como orientação da vida. Achavam que o divórcio entre a filosofia e a ciência era calamitoso e que uma parte imensa das desgraças do mundo se deve ao desenvolvimento do misticismo. Embora reconhecendo que a ciência coloca na frente cio homem um universo frio e estranho, não viam nisso motivo para agarrar-se às saias da fé. Ainda que o homem não seja mais do que um punhado de átomos cuja única imortalidade consiste em misturar-se à poeira dos séculos, isso não o impede de viver nobremente e de lutar com denodo para vencer aqueles males que estiver em seu poder subjugar. Pelo menos lhe é dado salvaguardar o respeito próprio esforçando-se por orientar as forças da natureza em seu próprio bem e no de seus semelhantes, evitando qualquer ação que possa causar sofrimento aos outros e nutrindo "os pensamentos sublimes que lhe enobrecera a breve jornada; desdenhando os terrores pusilânimes do escravo do Destino para prestar culto diante do altar que construiu com as suas mãos". Tal era especialmente a filosofia do inglês Bertrand Russell (1872- ?), um dos mais eminentes neo-realistas e um dos grandes autores de obras filosóficas do século XX.
Falta ainda considerar as idéias daqueles pensadores que buscaram refúgio na torre de marfim da satisfação estética. Concebendo o homem como vítima inerme de forças cegas e irresistíveis, recomendavam-lhe que procurasse todo o consolo que pudesse encontrar num culto sábio e perspicaz da beleza. Reconheciam, naturalmente, que nem todos podiam ser artistas, mas insistiam em que a maioria dos homens pode aprender a viver artisticamente. A nova atitude mental foi introduzida por Walter Pater, ensaísta e crítico inglês dos fins do século XIX, o qual ensinava que o mais alto consolo da vida consiste em discernir o esplendor do espetáculo que se desenrola aos nossos olhos e em preencher a nossa breve passagem pela terra com experiências ricas e requintadas. Anatole France (1844-1924) feria uma nota um tanto diferente, propondo um evangelho de calmo

desespero em face de um Destino implacável. As realidades da vida, pensava ele, são insuportáveis a não ser que se desenvolva o gosto da ironia. A felicidade consiste na reflexão filosófica sobre as loucuras e os absurdos do espetáculo humano, com uma compreensão tolerante para com os erros dos homens. O mais conhecido de todos os filósofos da satisfação estética foi provavelmente Jorge Santayana (1863-1952), nascido em Madrid, mas que desde cedo passou a residir nos Estados Unidos. A Filosofia de Santayana distinguia-se por um cepticismo polido, pela recusa a acreditar na autoridade divina de qualquer sistema de ideias ou a se deixar seduzir por planos de sociedade perfeita. Duvidava de quase tudo, chegando a afirmar que as leis da ciência não são mais do que as regularidades observadas dos fenômenos, as quais de forma alguma podem ser tomadas como verdades finais. Via na desilusão o começo da sabedoria, pois somente ela permite encarar os problemas da vida em suas justas proporções. Não reconhecendo certeza absoluta em coisa alguma, acreditava que se devia procurar o prazer na satisfação apurada dos sentidos. A sabedoria está em assumir o papel do artista e gozar com sereno desprendimento todo o colorido e a poesia que este mundo tem para oferecer.

3. A ÉPOCA DO REALISMO NA LITERATURA

A tendência dominante na literatura ocidental, de cerca de 1830 a 1914, foi sem dúvida o realismo. O classicismo estava então praticamente morto, embora o romantismo subsistisse como tendência secundária até perto do fim do século. De tempos em tempos surgiam outros movimentos, mas nenhum deles igualou o ímpeto e a popularidade do realismo. Antes da Primeira Guerra Mundial o realismo literário distinguiu-se por certas qualidades extraordinárias. Era, acima de tudo, um protesto contra o sentimentalismo e a extravagância dos românticos. Os realistas descreviam a vida não em função de um ideal emotivo, mas de acordo com os rudes fatos revelados pela ciência e pela filosofia. Em segundo lugar, o realismo caracterizava-se por um interesse absorvente nos problemas psicológicos e sociais, analisando minuciosamente as tendências antagónicas do comportamento humano e descrevendo as lutas do indivíduo para sobrepor-

se às desilusões do ambiente. Por fim, deve-se salientar que os realistas eram em geral governados por esta ou aquela concepção científica ou filosófica em voga no seu tempo. A maioria, talvez, eram deterministas, convictos de que os mortais são vítimas irresponsáveis da hereditariedade e do meio. Outros eram guiados pelo conceito de evolução, interpretando a natureza humana como formada em grande parte pelas qualidades bestiais herdadas dos antepassados primitivos. Outros ainda, empolgados pelo fervor da reforma social, pintavam as iniqüidades do drama humano dentro de um cenário sórdido, demonstrando assim a necessidade de acabar com a pobreza, eliminar a guerra e tratar mais humanamente os infratores das leis da sociedade. O realismo como movimento literário autônomo surgiu inicialmente na França. Seus expoentes máximos foram quatro grandes romancistas cuja influência se estendeu muito além dos limites da sua terra natal. O primeiro na ordem cronológica, e talvez também quanto ao mérito, foi Honoré de Balzac (1799-1850). Na sua estupenda Comédia Humana patenteou ele com franqueza brutal a estupidez, a cobiça e a baixeza dos homens e das mulheres, em especial dos pertencentes à burguesia. Deleitava-se em pôr a nu os motivos ocultos das ações humanas e em revelar a corrupção que se esconde sob o polido exterior da sociedade respeitável. Uma expressão ainda mais precisa da tradição realista pode ser encontrada na obra de Gustave Flaubert (1821-80). Seu romance mais famoso, Madame Bovary, é uma análise fria da degradação humana, um estudo do trágico conflito entre os sonhos românticos e as tristes realidades da existência cotidiana. Conquanto o livro tenha sido condenado como obsceno e o seu autor processado por publicar uma obra imoral, alguns críticos o aclamam como um dos maiores romances da literatura moderna. Obras realistas de um tipo algo diferente brotaram da pena de Emile Zola (1840-1902). Com efeito, Zola é por vezes classificado antes como um naturalista do que como um realista, para significar que visava acima de tudo uma apresentação exata e científica dos fatos da natureza, sem qualquer colorido de filosofia pessoal. Mas a verdade é que Zola tinha um ponto de vista filosófico bem definido. O ambiente de miséria em que transcorreu a sua juventude encheu-o de profunda simpatia pelo homem comum e despertou nele a paixão da justiça social. Embora retratasse a natureza humana como frágil e propensa ao vício e ao crime, alimentava as suas esperanças de que uma positiva melhora poderia advir da criação de

uma sociedade mais equitativa. Muitos de seus romances tratam de problemas sociais como o alcoolismo, as taras hereditárias, a pobreza e a doença. Foi ativo defensor da Terceira República e já no fim da vida teve papel saliente na denúncia da monstruosa hipocrisia dos acusadores do capitão Dreyfus. A quarta das grandes figuras do realismo francês antes da Primeira Guerra Mundial foi Anatole France (1844-1924). Na seção anterior deste capítulo dissemos que Anatole France pregou um evangelho de cinismo sábio e tolerante. Embora satirizasse a loucura humana, raras vezes se deixou levar a externar uma legítima indignação. Sua deusa era a Ironia, uma divindade clemente e bondosa que “nos ensina a rir dos maus e dos tolos a quem, sem ela, poderíamos ter a fraqueza de desprezar e odiar”. A sua tolerância para com o mal não era, entretanto, ilimitada. Uniu-se a Zola num vigoroso ataque aos perseguidores de Dreyfus e emprestou seu apoio a muitas outras causas impopulares. No fim da vida convenceu-se tão firmemente da injustiça da sociedade moderna que se aliou aos socialistas. Suas obras compreendem uma coleção variada de ensaios cépticos, contos maliciosos e sátiras ferinas dirigidas contra a religião e a política. Entre elas sobressaem A Ilha dos Pinguins, A revolta dos anjos, O jardim de Epicuro e Taís.

A literatura realista da Inglaterra abrange os trabalhos da grande maioria dos romancistas e dramaturgos vitorianos. Entre os primeiros romancistas que empregaram os métodos do realismo estão William Makepeace Thackeray (1811-63) e Charles Dickens (1812-70). Thackeray foi o romancista da aristocracia alegante, embora estivesse longe de admirar-lhe todas as qualidades. Comprazia-se em expor os escândalos das altas rodas e em ridicularizar as fraquezas das pessoas dessa classe. Como a maioria dos vitorianos do primeiro período, inclinava-se a moralizar de cima a respeito dos males da humanidade. Assim como Thackeray foi o representante das classes superiores, Dickens foi o portavoz das inferiores. Em romances como Oliver Twist, Nicholas Nickleby, Dombey and Son e David Copperfield, descreveu com pungente simpatia a triste sorte dos pobres. Denunciou os horrores das workhonses e descreveu em páginas corrosivas as delongas da justiça e o tratamento desumano a que eram submetidos os encarcerados por dívidas. Se bem que amiúde se deixasse arrastar a excessos de sentimentalismo, seus livros contribuíram bastante para acelerar a marcha da reforma social.

Os livros de Thackeray e Dickens não foram senão pálidos precursores do realismo expresso pelos romancistas ingleses dos fins da época vitoriana. Entre estes gigantes sobressaem George Meredith (1828-1909) e Thomas Hardy (1840-1928). Meredith iniciou a sua carreira de autor de novelas filosóficas e psicológicas em 1859, ao publicar The Ordeal of Richard Feverel, mas foi somente um quarto de século mais tarde que se tornou famoso como mestre do realismo. Embora a sua linguagem seja muitas vezes obscura e a sua filosofia um tanto mística, é inegável que tratou dos problemas humanos como artista genial. Nenhum motivo era demasiado vasto para a sua tela e nenhum assunto demasiado sutil para a sua análise. O mais famoso realista do último período vitoriano foi, sem dúvida, Thomas Hardy. Em narrativas bem conhecidas como The Return of the Native, Jude the Obscure e Tess of the D'Urbervilles, exprime a sua concepção dos homens como joguetes de um destino inexorável. O universo é belo, ensinava ele, mas de forma alguma acolhedor, e a luta dos indivíduos com a natureza, uma deplorável batalha contra forças invencíveis. Se existe Deus, ele se limita a observar com indiferença os indefesos habitantes do formigueiro humano a arrastar-se para o sofrimento e a morte. Cumpre notar que a atitude de Hardy era, em essência, uma atitude de piedade para com os seus semelhantes. Considerava o homem não como um animal depravado, mas como um grão de pó apanhado entre as rodas de uma máquina cósmica. Ao iniciar-se o século XX o realismo na literatura inglesa tomou uma orientação nitidamente diversa. O período de 1900 a 1914 foi uma época de grandes progressos no setor da reforma social e de magníficos sonhos quanto ao futuro. Era natural que esse espírito de confiança e de esperança se refletisse nas grandes obras literárias. O primeiro gênio a tocar a alvorada da nova era foi George Bernard Shaw (1856-1952). Nascido em Dublim de pais anglo-irlandeses, Shaw foi para Londres com a idade de vinte anos e começou a ganhar a vida fazendo crítica de arte e de teatro nos jornais. Logo se interessou pelo socialismo e tornou-se líder da Sociedade Fabiana, cuja finalidade era promover o marxismo evolutivo. Shaw combinava o entusiasmo pelo socialismo com a dedicação à filosofia materialista, uma sólida fé no valor da ciência com um desprezo cáustico pelos artificialismos da sociedade burguesa. Por volta de 1900 havia encontrado o seu verdadeiro lugar na literatura como autor de dramas realistas. Daí em diante escreveu um número assombroso de peças

sobre assuntos que vão da prostituição ao socialismo, do Exército de Salvação à evolução criadora. Na maioria dos casos, não são peças teatrais no sentido convencional da palavra. São veículos para a expressão das suas idéias, em que o enredo é completamente eclipsado pelo diálogo espirituoso e incisivo. Não menos didático no tom é o realismo de H. G. Wells (1866-1946). Filho de um jogador profissional de criquete, Wells dedicou o começo de sua vida ao ensino de ciências numa escola particular. Como no caso de Shaw, foi uma mistura de socialismo e de fé nas promessas da ciência que forneceu a inspiração da sua obra de escritor. A maioria das novelas que publicou antes de 1914 descreviam utopias científicas em que a fadiga e a pobreza seriam eliminadas por maravilhosos progressos da técnica, enquanto a superstição e a guerra seriam banidas por uma educação adequada. Sua concepção da tragédia da vida não era a de uma luta vã contra a natureza, mas a da escravização do indivíduo por instituições caducas e ideais pervertidos. Entre as novelas mais conhecidas dos seus primeiros tempos contam-se Tono Bungay, Anne Veronica e The History of Mr. Polly. O realismo foi também ura movimento vigoroso em muitos outros países. Na Alemanha pode ser exemplificado com os dramas de Gerhardt Hauptmann (1862-1946) e pelo primeiro grande romance de Thomas Mann (1875-1955). Hauptmann foi um dramaturgo preocupado com as questões sociais, indo buscar os seus principais temas na velha luta das classes operárias contra a pobreza e os maus tratos infligidos pelos patrões. Escreveu também peças satíricas e outras simbólicas, sobre conflitos psicológicos. O primeiro grande romance de Thomas Mann foi publicado em 1903. Intitulado Buddenbrooks, conta a história da ascensão e do declínio de uma grande família de comerciantes de Lubeck. A narrativa é apresentada com a mesma atenção paciente aos detalhes significativos que caracteriza as obras posteriores do autor.

O mais eminente de todos os realistas teutões foi, sem dúvida, Henrik Ibsen (1828-1906). Se bem que nascido na Noruega, Ibsen contava entre os seus ascendentes sobretudo dinamarqueses e alemães. Anos de pobreza e de dura labuta no começo da vida deixaram no seu espírito uma impressão duradoura, convertendo-o num homem amargurado e cheio de ressentimentos. Até a idade de vinte e dois anos, quase toda a sua instrução foi adquirida por meio de incansáveis leituras. Seus primeiros dramas não foram muito bem recebidos e quando ainda jovem resolveu abandonar o

país natal. Residiu primeiro na Itália e depois na Alemanha, e só voltou definitivamente para a Noruega em 1891. Suas obras caracterizam-se, acima de tudo, por uma acre rebelião contra a tirania e a ignorância da sociedade. Em dramas como Os pilares da sociedade, Peer Gynt e O inimigo do povo, satiriza sem piedade as convenções e instituições. A esse desprezo pela hipocrisia e pela tirania social aliava-se uma atitude de profunda desconfiança para com o governo da maioria. Desprezava a democracia como a entronização de chefes sem princípios, capazes de tudo para obter votos que os perpetuem no poder. São de uma das personagens de O inimigo do povo estas palavras: "Uma minoria pode acertar — a maioria erra sempre."

Apesar do vigor da tradição puritana nos Estados Unidos, o realismo como tradição literária teve ali uma importância considerável. Podem encontrar-se traços dele já nos meados do século XIX, nas novelas de Herman Melville (1819-91). Sua obra-prima, Moby Dick, combina uma esplêndida descrição das maravilhas e terrores da natureza com uma pesquisa profunda dos mistérios do universo e do homem. Mas só muitos anos depois o realismo se tornou uma força dominante. Pelos fins do século XIX um grupo de jovens romancistas começou a escrever abertamente sobre os abusos políticos e sociais, de maneira a despertar por vezes um anseio de reforma. Stephen Crane descreveu alguns dos aspectos menos românticos da guerra em The Red Badge of Courage. Mark Twain fustigou a simulação e a hipocrisia numa série de novelas, sendo a mais famosa delas Huckleberry Finn. A encarniçada especulação dos altos financistas forneceu tema para o Octopus ("O Polvo") de Frank Norris. O mais típico dos realistas anteriores a 1914 é, porém, Theodore Dreiser (1871-1945). Seu primeiro romance Sister Carrie ("Carolina"), foi publicado em Londres em 1901 e na América em 1907, depois de muitas dificuldades com editores tímidos. Foi seguido, anos depois, por dois outros do mesmo gênero: Jennie Gerhardt e O Gênio. Os romances de Dreiser caracterizamse por um rígido determinismo que não reconhece qualquer objetivo no universo ou significação na vida. Impregnou-os ele, porém, de simpatia pelos seus insignificantes personagens que lutam sem esperança contra as forças do infortúnio.

Uma outra grande literatura que atingiu a maioridade durante a época do realismo foi a russa. No entanto, os limites divisórios dos vários movimentos literários na Rússia estão longe de ser nítidos. Alguns dos

grandes romancistas combinavam o realismo com atitudes essencialmente românticas, enquanto outros eram idealistas incorrigíveis. Entre os nomes mais salientes estão os de Ivan Turgueniev (1818-83), Feodor Dostoievski (1821-81) e Leon Tolstoi (1828-1910). Turgueniev, que passou grande parte da existência na França, foi o primeiro romancista russo a se tornar conhecido na Europa Ocidental. Sua obra principal, Pais e Filhos, descreve com delicadeza e melancolia a luta entre duas gerações. O herói é um niilista (termo introduzido por Turgueniev), convencido de que em toda a ordem social nada existe que mereça ser preservado. Dostoievski teve uma vida quase tão trágica quanto a de qualquer personagem dos seus romances. Condenado aos vinte e oito anos por atividades revolucionárias, foi exilado para a Sibéria, onde suportou quatro anos horríveis. A existência que levou depois foi atormentada pela pobreza, por aborrecimentos de família e ataques epilépticos. Como novelista, preferiu descrever o lado pior da vida, explorando a angústia de criaturas infortunadas, arrastadas à prática de atos ignominiosos pelos seus sentimentos animalescos e primitivos e pela intolerável mesquinhez das suas existências. É um mestre da análise psicológica, sondando com uma intensidade quase mórbida os motivos que impelem a agir os espíritos deformados. Ao mesmo tempo, seus romances estão imbuídos de uma larga simpatia e da mística convicção de que a alma do homem só pode ser purificada pelo sofrimento. As obras mais conhecidas de Dostoievski são Crime e Castigo e Os irmãos Karamasov.
É opinião geral que a honra de ter sido o maior romancista russo deve ser repartida entre Dostoievski e Tolstoi. Comunista-anarquista e fervoroso encomiasta da vida simples dos camponeses, Tolstoi nao tinha o determinismo convicto do autor de Crime e Castigo. Entretanto, na sua Guerra e Paz, epopéia grandiosa das condições da Rússia durante o período da invasão napoleônica, expõe a tese de que os indivíduos ficam à mercê do destino quando se desencadeiam poderosas forças elementares. Outra sua obra célebre, Ana Karenina, é o estudo da tragédia que se embosca atrás da procura da satisfação dos desejos egoístas. O herói, Levine, é na realidade o próprio Tolstoi que encontra por fim o refúgio contra a dúvida e as vaidades da existência mundana num amor místico pela humanidade. À medida que envelhecia, Tolstoi se afirmava cada vez mais como o apóstolo de um evangelho social. Em novelas como Sonata a Kreutser e Ressurreição, condenava ele a maioria das instituições da sociedade civilizada e apelava

aos homens para que renunciassem ao egoísmo e à cobiça, ganhassem a vida pelo trabalho manual e cultivassem as virtudes da pobreza, da humildade e da não-resistência. Deu ele próprio o exemplo fazendo doação de seus bens à esposa e adotando o traje e a alimentação singela dos camponeses. Seus últimos anos foram dedicados principalmente a combater males como a guerra, a pena capital e a defender as vítimas de perseguições.
Seria erro acreditar que o realismo desfrutasse a adesão exclusiva do mundo literário entre 1840 e 1914. O romantismo continuou a ser muitíssimo popular, sobretudo na poesia. Entre os poetas desse período que cultivaram uma atitude essencialmente romântica destacam-se Robert Browning (1812-89) e Alfred Tennyson (1809-92). Browning é conhecido pelo seu senso dramático e pelos penetrantes estudos de caracteres humanos, mas, como genuíno vitoriano, concebia o homem como um ser moral e o universo como dirigido com um propósito benévolo. O seu otimismo apresenta-se em pronunciado contraste com o fatalismo e o pessimismo de muitos realistas. Conhecia a baixeza das paixões humanas, mas jamais perdeu a fé no triunfo final da bondade e da verdade. Alfred Tennyson foi um poeta muito mais famoso no seu tempo. Em 1850 tornou-se "poeta laureado" (poeta oficial da corte) e em 1884 foi feito Lord Tennyson. Seu mérito, no entanto, consiste principalmente na magia das palavras. A maioria dos seus poemas distingue-se antes pela pintura e pela música verbais do que pelas idéias. O seu domínio da cor e do ritmo permitiam-lhe revestir os pensamentos mais comezinhos de um vigor e um brilho que pareciam dotá-los de um sentido sublime e original. Apesar do muito que se esforçou por ser um pensador, raras vezes fez mais do que repetir algumas idéias correntes da época vitoriana. Cantou loas à virtude e ao patriotismo e exumou lendas medievais para reviver as glórias da corte do rei Artur. A obra em que conseguiu ser mais profundo é In memoriam, escrita por ocasião da morte de um amigo muito querido. É uma série de poemas líricos em que o autor passa de estados de dúvida e desespero a uma esperança confiante num "longínquo acontecimento divino, para o qual se dirige toda a criação". Três outros escritores ingleses podem também ser considerados como representantes da tradição romântica. Os dois primeiros, Thomas Carlyle (1795-1881) e John Ruskin (1819-1900), foram ensaístas e críticos; o outro, Rudyard Kipling (1865-1936), foi um poeta e autor de

contos populares. Thomas Carlyle é talvez mais conhecido pela teoria de que os indivíduos heróicos são os construtores da história e pelas suas críticas incisivas à cultura do século XIX. São objetos especiais da sua cólera o industrialismo, a democracia, o materialismo, a ciência e o utilitarismo. Sofrendo de dispepsia crônica, pareceu muitas vezes rabugento e despropositado. Não foi, entretanto, um mero pessimista ou um caturra. Tinha uma percepção aguda das verdadeiras fraquezas de muitas instituições modernas e antecipou algumas idéias européias contemporâneas sobre o direito dos fortes a governar. Carlyle e Ruskin possuíam várias qualidades em comum. Ambos tinham a tendência de reportar-se à Idade Média. Nenhum dos dois dava grande valor à democracia. Tanto um como o outro detestavam o regime fabril e abominavam o materialismo cru da ciência do século XIX. A filosofia de Ruskin, no entanto, aproxima-se mais da do esteta e do reformador social. Revoltava-o não só a pobreza e a degradação do sistema fabril mas também a sua fealdade. Condenava a luta feroz do capitalismo pelo lucro e instava para que os operários fossem tratados como sócios de indústria, com direito a uma porção mais generosa do fruto do seu trabalho. O romantismo de Rudyard Kipling era de uma espécie totalmente diversa. Não tinha o menor interesse pelos aspectos sociais ou artísticos do sistema industrial. Cantou em sua poesia as glórias do imperialismo britânico, pintando a subjugação dos hindus e africanos como um fascinante empreendimento apostólico para livrar o gentio das trevas. Suas narrativas em prosa versam principalmente sobre aventuras e são ricas de ternura sentimental pelos encantos da Índia, mas sem grande significado quanto às idéias.

4. O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA

De 1830 até cerca de 1860, a tendência dominante na pintura foi sem dúvida o romantismo. Suas mais significativas expressões podem ser encontradas nas obras dos pré-rafaelitas e de Jean François Millet (1814-75). A figura principal do movimento pré-rafaelita foi Dante Gabriel Rossetti (1828-82), um inglês de ascendência italiana, mais conhecido como poeta do que como pintor. Rossetti e os seus discípulos visavam fazer voltar a pintura à simplicidade, ao imediatismo e ao naturalismo que

acreditavam ter sido seus característicos na Idade Média e no começo da Renascença. Deploravam profundamente todas as tendências artificiais e decorativas que surgiram com Rafael. Repudiando o ideal da beleza pura, sustentavam que a arte, para ser digna desse nome, deve relacionar-se diretamente com a vida e ser útil, tanto no sentido de atender às necessidades dos homens como no de conter uma mensagem intelectual.

Jean François Millet foi um pintor muito maior do que qualquer componente do grupo pré-rafaelita. Ainda que filiado à escola de Barbizon, Millet nem sempre lhe seguiu a tradição, que era a pintura romântica de paisagens. Seu interesse dominante consistia em pintar as lutas dos humildes trabalhadores contra a pobreza e os cruéis caprichos da natureza. Nos seus quadros Homem com enxada e O semeador, interpreta a dura existência do camponês de uma maneira bem digna dos seus sucessores realistas. Mas no Angelus e no Caminho entre o trigal revela uma propensão romântica para a piedade sentimental e a intensidade do colorido.

O desenvolvimento do realismo na pintura do século XIX é geralmente associado à obra de Gustave Courbet (1819-77) e de Honoré Daumier (1808-79). Ambos se preocupavam em apresentar os fatos da vida tal qual os viam, fazendo-o muitas vezes de um modo grosseiro e satírico. Rebelavam-se contra as tradições clássicas e românticas e tinham profunda consciência do significado social da arte. Simpatizando visceralmente com as classes humildes, em particular com a pobreza das cidades, compraziam-se em pintar cenas de sordidez e miséria e em expor à execração os vícios e as fraquezas da burguesia farta. Daumier, em particular, foi um poderoso satirista dos males sociais e políticos. Ridicularizou a corrupção dos funcionários subalternos, os pomposos disparates de advogados e juízes e a devoção hipócrita dos ricos. Courbet alcançou grande popularidade ao recusar desdenhosamente a cruz da Legião de Honra oferecida por Napoleão III. Tanto Courbet como Daumier foram ardorosos defensores das vítimas da opressão e da exploração, desempenhando na pintura um papel de certo modo semelhante ao de Dickens e Zola na literatura. Nem todos os seus quadros, naturalmente, assumiram a forma de uma condenação social. Muitos deles retraíam, com doçura e simpatia, singelas cenas da vida dos pobres. Fosse qual fosse o tema, esforçavam-se por apresentá-los sem os embelezamentos sentimentais das escolas românticas.

O primeiro movimento inteiramente original da pintura do século XIX foi o impressionismo. Em certo sentido, o impressionista é um realista, pois pretende pintar unicamente aquilo que vê e se interessa essencialmente pela interpretação científica da natureza. Sua técnica, porém, e diferente das dos realistas originários. Os impressionistas não pintavam as cenas do mundo ambiente como se lhes apresentariam depois de um estudo cuidadoso ou de uma análise atenta. Pelo contrário, procuravam transmitir as impressões imediatas dos seus sentidos, deixando que o espírito do observador preenchesse os detalhes adicionais. Resultava daí, muitas vezes, um gênero de pintura que, à primeira vista, parecia nada ter de naturalista. As figuras eram comumente deformadas; representavam-se objetos inteiros por meio de alguns detalhes significativos e pinceladas de cores primárias eram colocadas lado a lado, sem a menor transição. Convencidos de que a luz é o principal fator determinante da aparência dos objetos, os impressionistas abandonavam os ateliers pelos campos e florestas, buscando captar as fugidias alterações que cada deslocamento momentâneo das luzes e das sombras introduzia nos cenários naturais. A ciência lhes ensinara que a luz se compõe de uma fusão de cores primárias, como se vê no espectro solar. Por conseguinte, resolveram usar quase exclusivamente essas cores. Preferiam, por exemplo, conseguir o efeito do verde na natureza dispondo lado a lado pinceladas de azul e de amarelo e deixando que o olho as misturasse. Alguns desses quadros, quando vistos de perto, parecem não passar de borrões coloridos, mas, se os observarmos à distância, aos poucos se reduzem a um desenho natural em que se podem distinguir, mais ou menos claramente, montanhas, árvores, casas e outros objetos.

Como muitos outros movimentos artísticos dos tempos modernos, o impressionismo nasceu na França. Foi fundado aproximadamente em 1870 por Edouard Manet (1832-83), em quem deixara profunda impressão o estudo dos velhos mestres espanhóis, sobretudo de Velasquez. Os maiores de todos os impressionistas foram, provavelmente, Claude Monet (1840-1920) e Auguste Renoir (1841-1919). Monet foi talvez o principal expoente do novo modo de interpretar a paisagem. Seus quadros não têm plano ou desenho no sentido convencional; ao invés de retratar, sugerem sutilmente os contornos dos rochedos, das árvores, montanhas e campos. Profundamente interessado pelo problema da luz, saía de casa ao amanhecer com uma braçada de telas a fim de pintar o mesmo motivo sob uma dúzia

de aspectos momentâneos. Já se disse, a respeito de uma de suas obras-primas, que “a luz é a única personagem importante do quadro”. A obra de Renoir mostra uma variedade maior que a de qualquer outro de seus colegas. Seus assuntos incluem não somente paisagens mas também retratos e cenas da vida contemporânea. É sobretudo famoso pelos seus nus róseos e ebúrneos, pintados de um modo que lembra Ticiano ou Rubens. Usou ele o conhecido recurso das manchas de sol para dar maior relevo a certas partes do quadro, mas apresentava os seus temas com mais solidez de formas do que os outros componentes do grupo. É, até hoje, o mais popular dos impressionistas.

Por mais de vinte anos o impressionismo floresceu como estilo dominante de pintura em quase todos os países do Ocidente. Mas na década de 1890 cedeu a palma da popularidade a um novo movimento que é chamado, na falta de melhor nome, pós-impressionismo. Os pósimpressionistas criticavam a falta de forma e de volume na obra dos seus predecessores. Sustentavam que as figuras representadas pela pintura deviam ser tão sólida e completamente moldadas quanto as dos escultores. Censuravam, outrossim, a preocupação dos impressionistas com os aspectos ocasionais e momentâneos da natureza e deploravam-lhes a indiferença pelas idéias. Exprimir um sentido qualquer, na opinião deles, devia ser o propósito fundamental da arte; a forma e a técnica não são um fim em si mesmas, sendo importantes apenas na medida em que contribuem para exprimir um sentido. O pós-impressionismo não foi somente uma reação contra o impressionismo mas, pelo menos em suas tendências fundamentais, representava uma revolta contra as fórmulas rotineiras do passado. Era uma expressão do caos e da crescente complexidade da era da máquina. Simbolizava a inquietação e a desorientação que acompanharam o nascimento de uma nova sociedade nos últimos anos do século XIX. Foi o começo de quase tudo que chamamos arte moderna.

O pintor que lançou os fundamentos do pós-impressionismo foi Paul Cézanne (1839-1906), hoje saudado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Natural do sul da França, Cézanne vagabundeou pelo mundo da arte como num sonho. Sempre esperançoso de alcançar um objetivo mais alto, pouco lhe interessavam as obras que havia terminado. O filho, para se distrair, recortava as janelas de algumas de suas obras-primas e a criada usava outras para limpar o fogão. Cézanne encarava essas

calamidades com bastante calma, convicto de que no futuro produziria coisas muito melhores. O fim que almejava como pintor era representar de tal modo a natureza que os objetos, na tela plana, parecessem ter o relevo e a profundidade da escultura. Para consegui-lo recorria a leves deformações, aplicava a tinta em espessas camadas e modelava as figuras com um cuidado meticuloso. Foi tão bem sucedido que, segundo se disse, "depois de Cézanne não há mais razão para se fazer escultura". A influência de Cézanne foi reforçada e ampliada por dois outros artistas da corrente pós-impressionista. Um deles foi Paul Gauguin (1848-1903), francês de ascendência peruana, e o outro o holandês Vincent Van Gogh (1853-90). Ambos foram revolucionários nos métodos. Gauguin repudiou todas as restrições da pintura tradicional. Afirmando que o artista não deve ser escravo nem da natureza nem do passado, introduziu em suas pinturas um simbolismo exótico e as mais surpreendentes adaptações de cor. Sua finalidade primária era dar um sentido emocional à natureza, retratar o mundo de acordo com os seus sentimentos subjetivos. Gauguin é também importante como símbolo da desilusão que, pelos fins do século XIX, se alastrou nos círculos intelectuais e artísticos. Desalentado com a complexidade e o artificialismo da civilização, fugiu para as ilhas da Oceania e passou a última década da sua vida pintando as cores ardentes e luxuriantes de uma sociedade primitiva e incontaminada. Foi o precursor de um vasto movimento primitivista da pintura do século XX. Durante certo tempo cultivou a amizade do pintor holandês Van Gogh, mas essa amizade cessou abruptamente certa noite em que despertou e viu o outro avançando para ele armado de uma faca. Van Gogh era indubitavelmente um desequilibrado: cortou uma de suas orelhas e levou-a a uma senhora que o tinha ofendido e acabou suicidando-se. Não obstante, não se pode negar-lhe o gênio. Provavelmente jamais foram igualadas a energia vibrante e a emoção turbulenta de suas obras. A fim de exprimir a intensidade dos seus sentimentos, trabalhava com uma pressa febril, aplicando diretamente na tela pequenos vermes de cor violenta que espremia dos tubos de tinta. Van Gogh tem sido a principal inspiração de quase todos os pintores modernos que vêem na expressão das idéias subjetivas a função exclusiva da arte.

Nos anos que vão de 1900 ao início da Primeira Guerra Mundial a arte moderna passou por ainda outro desenvolvimento revolucionário. Primeiro, Henri Matisse (1869-1954) deu amplas proporções ao uso da deformação

iniciado por Cézanne e desenvolveu pouco a pouco um tipo de pintura que repudiava definitivamente as idéias consagradas sobre os valores estéticos. Essa tendência foi levada muito mais longe ainda por Pablo Picasso (1881-?), um catalão que chegou a Paris em 1903 e fundou o cubismo. A arte de Picasso deve o seu nome à tentativa de reduzir cada figura ou objeto aos seus elementos geométricos fundamentais. Baseia-se na doutrina certa vez enunciada por Cézanne, de que a melhor maneira de exprimir as idéias fundamentais de forma seria por meio de cubos, cones, cilindros etc. Picasso tomou esse princípio ao pé da letra. O cubismo, porém, é muito mais do que isso. Emprega não só a deformação mas, em alguns casos, um verdadeiro esquartejamento. O artista pode separar as várias partes de uma figura e tornar a arranjá-las de modo diferente do natural. O objetivo é, em parte, simbolizar o caos da vida moderna, mas também exprimir a repulsa às ideias tradicionais de forma — repudiar a concepção da arte como mera "boniteza". Foi também com essa finalidade que os cubistas extremos em geral se abstiveram de usar a cor.

Outro rebento importante do pós-impressionismo que surgiu antes da Primeira Guerra Mundial foi o futurismo. O pai espiritual do futurismo foi o poeta Filippo Tommaso Marinetti, que mais tarde desempenhou um papel ativo no lançamento do fascismo italiano. Em 1910, Marinetti e um grupo de discípulos publicaram um famoso manifesto em que pediam a guerra sem tréguas aos ideais estéticos do passado. Condenavam o culto dos mestres clássicos, a dedicação servil às ruínas romanas e à arte da Renascença, a "obsessão erótica", o "purismo", o sentimentalismo, o quietismo e a adoração da natureza. Como pintores, os futuristas procuravam glorificar a máquina e as conquistas da ciência moderna. Consideravam uma imbecilidade que o artista, rodeado pelas maravilhas da moderna era científica, passasse o seu tempo a devanear sobre paisagens pastoris ou tentando reviver as belezas da mitologia clássica. Baseando-se na descoberta da física, de que a energia é a realidade fundamental da natureza, insistiam em que o movimento deveria constituir o tema principal da arte. Conseqiien-temente, resolveram esfacelar as formas de maneira a dar a ilusão do tremido e da vibração. Deleitavam-se em pintar o movimento de um animal a correr, a velocidade de um automóvel ou a força e a beleza de alguma complicada máquina industrial. O futurismo exerceu decidida influência, mormente na decoração interna de modernos arranha-

céus, estações ferroviárias e edifícios públicos. Embora a escultura houvesse florescido com abundância na época da democracia e do nacionalismo, ofereceu relativamente pouco que se pudesse considerar como importante. Na maioria dos casos era uma imitação do barroco — grandiosa, pesada e exuberantemente decorativa. Desenvolveu-se em grande parte com fins patrióticos, aformoseando monumentos comemorativos da grandeza nacional. Mas nos últimos anos do século XIX houve pelo menos um escultor cuja obra se salientou como original. Foi ele o francês Auguste Rodin (1840-1917), que tem sido comparado a Miguel Ângelo, por quem foi fortemente influenciado. Rodin foi acima de tudo um realista, mas refletia também as correntes do romantismo e do impressionismo. Interessava-se pela análise psicológica, pela origem animal do homem e pela sua luta contra as forças da natureza. Sua obra mais impressionante é A porta do Inferno, inspirada pela Divina Comédia de Dante. É uma representação trágica dos sofrimentos da grande massa humana condenada pelas paixões da sua natureza animal. Rodin é talvez mais conhecido pela sua estátua do Pensador, que sugere a evolução do homem a partir das espécies inferiores. Logo após a aurora do século XX a escultura começou a mostrar certos traços em comum com a pintura pós-impressionista. Tornou-se cada vez mais abstrata e deformada, exprimindo o ímpeto da revolta contra a beleza amaneirada e o sentimentalismo. Assim como na escultura, a influência do passado também era enorme na arquitetura. Até quase o fira do século XIX a arte do construtor continuou a ser governada por princípios . clássicos e medievais. Em geral era o clássico que predominara, como o mostra especialmente a sobrevivência do barroco maciço e enfeitado. Monumentos desse estilo são a Ópera de Paris (1864-71), o edifício do Reichstag (1882-94) e a catedral protestante de Berlim (1888-95). Em alguns casos os edifícios barrocos do século XIX foram embelezados com formas de construção tomadas de fontes bizantinas, egípcias, chinesas, mouriscas e hindus. O resultado foi um ecletismo sem precedentes, testemunhando as ambições imperialistas das nações europeias. Mas esse desenvolvimento do barroco foi acompanhado por uma ressurreição vigorosa do gótico. A renovação do interesse pela arquitetura gótica foi um produto da tendência romântica de exaltar tudo que fosse medieval. Exatamente como os poetas haviam desenterrado as antigas lendas dos cavaleiros andantes, houve também um retorno ao estilo de

construção do século XIII. Destarte, o gótico foi "dotado em larga escala na construção de igrejas, universidades e até mesmo em alguns edifícios públicos e sedes de parlamentos. A maior de todas essas monstruosidades é, talvez, o arranha-céus Woolworth, de Nova York, com os seus arcos ogivais e arcobotantes ornamentais que pouca ou nenhuma relação têm com a finalidade geral da construção. De 1880 a 1890, certos arquitetos da Europa e da América se aperceberam de que os estilos dominantes de construção estavam longe de se harmonizar com as realidades da civilização moderna. Daí o lançamento de um novo movimento arquitetônico, o funcionalismo. Seus principais pioneiros foram Otto Wagner (1841-1918), na Alemanha, e Frank Lloyd Wright (1869- ?), nos Estados Unidos. O princípio básico do funcionalismo é a idéia de que a aparência de um edifício deverá proclamar o seu verdadeiro uso e objetivo. Não deve haver acréscimo de frisos, colunas, rendilhados e ameias somente porque algumas pessoas consideram bonitos tais ornamentos. A verdadeira beleza consiste na sinceridade, numa adaptação honesta dos materiais ao objetivo que pretendem servir. O funcionalismo inclui também a idéia de que a arquitetura deverá exprimir direta ou simbolicamente as feições características da cultura contemporânea. A ornamentação, por conseguinte, deverá restringir-se àqueles elementos que reflitam a era da ciência e da máquina. O homem moderno não acredita nos ideais gregos de harmonia, equilíbrio e moderação, nem nas virtudes medievais da devoção e da cavalaria, mas sim no poder, na eficiência, na velocidade e no conforto. São esses os ideais que devem encontrar expressão na arte. Não parece haver dúvida quanto a ser o estilo funcional de construção um dos mais importantes desenvolvimentos arquitetônicos desde a Renascença. Entre todos os estilos que têm sido adotados nestes últimos trezentos anos, é o único realmente original. Conhecido também como arquitetura moderna ou estilo internacional, é a melhor aproximação que já se obteve de um uso eficiente dos formidáveis recursos mecânicos e científicos do mundo contemporâneo. Permite uma aplicação honesta de novos materiais como o cromo, o vidro, o aço e o concreto, e estimula o engenho dos construtores a descobrir outros mais. Embora muita gente não goste da sua simplicidade severa, da sua angulosidade e das suas linhas cubístas, a arquitetura funcional indubitavelmente firmou conceito para o futuro. Foi adotada em incontáveis casas de apartamentos, hotéis, edifícios públicos, lojas e

residências particulares, não só nos Estados Unidos mas em todas as nações industrializadas do mundo.

5. A MÚSICA NA ÉPOCA DA DEMOCRACIA E DO NACIONALISMO

O romantismo não se extinguiu na música tão cedo como na Literatura e nas outras artes. Alcançou o auge no terço médio do século XIX e continuou a ser uma tendência importante até os nossos dias. Muitas das mudanças ocorridas na expressão e nos ideais musicais durante a última parte do século são comparáveis às tendências da literatura e das artes plásticas, mas é difícil traçar paralelos exatos. Por exemplo, conquanto se impusesse o realismo, não podia ser levado ao extremo numa arte que não é essencialmente descritiva nem pictórica. Foi tão fecundo esse período que o espaço de que dispomos só nos permitirá discutir os característicos mais salientes e os compositores de maior eminência.
O romantismo acentuou-se na obra de dois compositores alemães coetâneos e amigos, Robert Schumann (1810-56) e Félix Mendelssohn (1809-47). Schumann distinguiu-se na composição de canções, de música de câmara e para piano. Sendo um dos compositores mais românticos, foi ao mesmo tempo um dos mais intelectuais. Como editor e escritor estimulou o desenvolvimento da erudição musical e a apreciação das conquistas da história da música. Entre os serviços prestados por ele encontra-se a publicação de riquezas olvidadas entre o acervo das canções de Schubert. A demência que obscureceu os dois últimos anos da vida de Schumann foi particularmente trágica, dado o valor do seu caráter e da sua influência. Félix Mendelssohn era neto do filósofo judeu Moisés Mendelssohn. Como no caso de Schumann, entre os seus dotes sobressaíam também os da personalidade. Suas composições, embora de sabor romântico, são notavelmente simétricas e não rompem com as formas estabelecidas. Exprimem quase sempre uma disposição risonha, talvez porque o autor, nascido numa família próspera, estava a salvo das agruras da vida. Entre as suas obras de maior valor contam-se o oratório intitulado Elias e a música para o Sonho de uma noite de verão, esta última escrita aos dezessete anos.

Chopin e Liszt são também compositores românticos de grande fama. Frederico Chopin (1810-49), nascido na Polônia de mãe polonesa e pai francês, passou a maior parte da vida em Paris. Escreveu quase exclusivamente para piano e fêz pleno uso das qualidades de expressão emocional desse instrumento. Sendo essencialmente um poeta do som, impregnou de tremenda sentimentalidade as suas pequenas peças. Embora tivesse conquistado a popularidade, teve uma vida agitada, evidentemente colorida em excesso pela melancolia da sua imaginação criadora. Seu caso de amor com a romancista George Sanei (Aurore Dupin) terminou de modo infeliz; aos quarenta anos morreu tuberculoso. Franz Liszt (1811-86) passou a maior parte de sua longa existência em Paris e na cidade alemã de Weimar. Bem cedo distinguiuse como pianista de concertos e é comumente considerado como o maior executante de todos os tempos nesse instrumento. Mais tarde dedicou-se intensamente à composição, com resultados brilhantes se não de valor duradouro. Schumann e Mendelssohn haviam cultivado o romantismo com moderação; Chopin levou-o à beira da sentimentalidade e Liszt conduziu-o ao extremo do sensacionalismo. Seu faro para os efeitos exóticos reveia-se com maior sucesso no tratamento dos temas nativos da Hungria. Liszt relacionou-se com muitos vultos da literatura francesa e demonstrou real interesse pelas correntes revolucionárias do seu tempo. Exerceu influência sobretudo pelos concertos e aulas de piano, pela regência de orquestras e pelas atividades filantrópicas em benefício de músicos necessitados. Prestou incalculável serviço a Wagner com o seu generoso auxílio quando aquele estava sendo escorraçado da Alemanha. Richard Wagner (1813-83), a mais notável figura musical da segunda metade do século XIX, foi um revolucionário radical no mundo da arte. Interessou-se inicialmente pelo drama, e quando se voltou para a música foi atraído sobretudo pelas suas possibilidades dramáticas. Fêz relativamente tarde o aprendizado musical, que foi em grande parte autodidático, mas apesar disso satisfatório. Nas suas óperas, que são chamadas com mais propriedade dramas musicais, usa a técnica de combinar entre si a ação, as palavras, a música e os efeitos cênicos; seu ideal era, na verdade, a fusão de todas as artes num todo harmônico. O que daí resultou foi algo bem diferente da ópera convencional. Wagner dispensava a divisão arbitrária dos atos em cenas e punha de lado todos os acessórios artificiais; tomava grandes liberdades com a harmonia e

apartava-se dos modelos melódicos estereotipados. Buscava um fluxo contínuo de música, libertado da tirania da forma mas sensível a todas as exigências da expressão. Sob vários aspectos, as suas óperas, especialmente as últimas, que incluem o famoso Anel dos Nibelungen, são aparentadas aos dramas gregos. Os libretos tratam de deuses e heróis da mitologia teutônica, desenrolam-se num plano ideal e são ricos de significado moral; mais importante do que tudo isso é o fato de ser usada a orquestra como fundo para a ação e para comunicar o espírito da peça, exatamente como o fazia o coro no teatro grego. Conquanto a obra de Wagner seja romântica na essência e idealista na finalidade, introduziu nela um elemento realista empregando uma frase musical periodicamente repetida (leitmotiv) para identificar cada personagem importante do drama. Como era de esperar, os seus impulsos revolucionários, que não se limitavam inteiramente à estética, desencadearam uma tempestade sobre a sua cabeça, forçando-o a deixar durante certo tempo a Alemanha. Os últimos vinte anos da sua vida, no entanto, testemunharam a execução triunfal das suas obras, em especial na Ópera de Bayreuth, construída sob a direção do próprio Wagner e que tem sido desde então um santuário musical.
Uma força tão penetrante como o nacionalismo não podia deixar de influenciar a música. Na maioria dos países europeus e mesmo nos Estados Unidos, a música folclórica passou a ser estudada por especialistas ou integrou-se nas composições cultas. Muitos compositores eram patriotas fervorosos. O italiano Verdi foi obrigado pelas autoridades austríacas, por motivos políticos, a modificar o enredo de uma das suas óperas. São exemplos da influência nacionalista as obras dos boêmios Smetana (+ 1884) e Dvorak (+ 1904) e do norueguês Grieg (+ 1907). A maioria dos devotos da música nacional, entretanto, não se desviaram demasiadamente das formas consagradas de expressão, mas trouxeram sua contribuição ao patrimônio europeu comum. César Franck (+ 1890), belga de nascimento e fundador da moderna escola francesa de composição, distingue-se pelo seu misticismo extraterreno. O finlandês Jan Sibelius (1865-1957), conquanto tenha celebrado sentimentos nacionais no seu poema sinfônico Finlândia, exibe qualidades tão universais que se torna impossível classificá-lo como um simples nacionalista. Com sete sinfonias a seu haver, é um dos compositores modernos mais bem conceituados.

Uma das mais notáveis escolas nacionais de música que surgiram foi a russa. Durante a maior parte do século XIX os músicos russos contentaram-se em seguir a orientação dos franceses, italianos e alemães. Mesmo um compositor brilhante como Tchaikovski (1840-93) não introduziu verdadeiras inovações. Finalmente, porém, foram abertos novos caminhos, em especial por Borodin, Mussorgski e Rimski-Korsakov, tendo-se prolongado a vida deste último até o século XX. Nenhum desses homens teve formação profissional, circunstância que torna ainda mais notáveis os seus feitos. Embora não virassem as costas às escalas e à harmonia tradicionais européias, introduziram na composição um novo ponto de vista, uma indiferença para com a ortodoxia e uma valorização entusiástica das canções e danças do folclore eslavo. Essas qualidades conquistaram para a Rússia um lugar de primeiro plano na música moderna.

Antes de encerrar-se o período que estamos considerando, diversas tendências divergentes começaram a manifestar-se, exprimindo a insatisfação com as velhas formas que caracterizavam todas as artes. Algumas dessas orientações constituíam pontos de partida novos e outras, um retorno aos ideais do passado. O florescimento do romantismo não importava na extinção da tradição clássica. Não só os românticos usavam continuamente as fórmulas clássicas, mas até certos compositores eram, por assim dizer, clássicos puros. Preeminente entre estes últimos foi Johannes Brahms (1833-97). Profundamente intelectual e sutil, Brahms foi o sucessor de Beethoven na música de câmara e na sinfônica, e não perde ao ser comparado a ele. Embora Richard Strauss (1864-1949) tivesse começado como um clássico, a sua paixão das experiências não tardou a evidenciar-se em toda a liberdade, primeiro nos seus poemas sinfônicos habilmente orquestrados e depois nos seus dramas musicais. Estes últimos, malgrado certas semelhanças superficiais, diferem essencialmente das óperas de Wagner. Ao passo que Wagner era a encarnação do romantismo, Strauss era um realista que lançava mão de todos os recursos da orquestra moderna para converter a música num meio pictórico capaz de evocar no ouvinte imagens concretas e por vezes triviais. Não se contentando em despertar emoções intangíveis, como tinham feito os românticos, propunhase pintar quadros meticulosos, afirmando que seria perfeitamente possível descrever até uma colher de chá por meio de sons musicais. O conteúdo do seu resoluto realismo vai desde o balar de carneiros e o ranger de asas de

moinho no Dom Quixote até as idéias filosóficas abstraías em Assim falava Zaratustra (baseado num texto de Nietzsche).
Outra manifestação, de significado talvez mais duradouro que o realismo de Strauss, foi o impressionismo criado pelo compositor francês Claude Débussy (1862-1918). Como os pintores impressionistas, Debussy abandonou a rigidez do desenho e a intelectualidade na tentativa de traduzir em música o êxtase ou a qualidade patética de um estado de espírito ou de um momento particular. Também como os impressionistas do pincel,. movia-se livremente de um som para outro sem modulação (transição). O melhor de Debussy é talvez quando aplica diretamente a sua imaginação sensitiva à evocação do jogo de imagens implícitas na vastidão do mar, nos caprichos do luar ou no devaneio amoroso de um fauno durante uma tarde de verão. Rejeitando a forma precisa e a beleza abstraía como imperativos da arte, procurava satisfação não no realismo da vida mas num mundo fantástico de sonhos e sombras.

PARTE 7 - A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914—

NACIONALISMO, DEMOCRACIA, DITADURA

UMA boa parte dos caracteres distintivos da época em que vivemos tem sua origem na Guerra Mundial de 1914-1918. Essa guerra criou uma multidão de problemas novos, alimentou atitudes de cinismo e desilusão e levantou sérias dúvidas quanto ao futuro da civilização moderna. Ao invés de minorar certos males como o nacionalismo e o militarismo, intensificouos e fêz com que se ulcerassem e se tornassem mais malignos do que nunca. Além disso, a guerra transtornou o equilíbrio econômico das nações industrializadas, alimentou a inflação e a expansão exagerada e abriu caminho para crises e depressões. Conquanto a vitória dos Aliados tenha encorajado temporariamente a democracia, seu fruto final foi uma série de ditadores que se alçaram ao poder nas nações deirotadas e insatisfeitas. Por fim, em 1939, os ressentimentos acumulados durante duas décadas explodiram numa nova guerra, cujas consequências derradeiras para a civilização moderna ninguém pode ainda prever.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914

INTERNACIONAL	AS AMÉRICAS	INGLATERRA	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
Tríplice Aliança, 1882-1914 Revolução Diplomática, 1890-1907 Estrada de ferro Berlim-Bagdá, 1890-1914				Pan-eslavismo, 1890-1914 Expressionismo na arte, 1893 Pangermanismo, 1895-1914
Entente Cordiale, 1904-1923 Conferência de Algeciras 1906 *Triple Entente*, 1907-1917 Crise da Bósnia, 1908 Guerras Balcânicas, 1912-1913				Movimento da Grande Sérvia, 1900-1914 Supremacia industrial da Alemanha, 1900-1914
Assassínio do Arquiduque Francisco Fernando, 1914 Primeira Guerra Mundial, 1914-1918 Os Estados Unidos entram na guerra, 1917		A. N. Whitehead, *A organização do pensamento*, 1916	Impressionismo na música, 1918 Super-realismo, 1918	Queda do Czar, 1917 Revolução bolchevista, 1917 Expressionismo na música 1918 Revolução na Alemanha, 1918
Tratado de Versalhes, 1919 Liga das Nações, 1919-1939				O. Spengler, *Decadência do Ocidente*, 1918 Primeiro regime comunista na Hungria, 1919 República de Weimar, 1919-1933
Invasão do Vale do Ruhr pelos franceses, 1923	John Dewey, *Reconstrução Filosófica*, 1920	Primeiro govêrno trabalhista, 1924	Queda da monarquia na Espanha, 1931	NEP na Rússia, 1921-1929
	Eugene O'Neill, *Strange Interlude*, 1920 Renascimento da pintura no México, *ca.* 1921 Descobrimento da insulina, 1922	Greve geral, 1926 Segundo govêrno trabalhista, 1929-1931 Descobrimento da penicilina, 1930	Introdução das sulfas, 1935 Frente Popular na França, 1936-1938	Revolução fascista na Itália, 1922
Pacto de Locarno, 1925 Pacto de Paris, 1928			Guerra civil na Espanha, 1936-1939 Existencialismo, *ca.* 1938	Inflação catastrófica na Alemanha, 1923 Morte de Lenin, 1924 Thomas Mann, *A montanha mágica*, 1924 Ditadura de Stalin, 1924-1953
O Japão invade a Manchúria, 1931 Os pagamentos de reparações são cancelados pela Alemanha, 1932	Grande depressão, 1929-1934 Regionalismo na arte, EE. UU., *ca.* 1930 Os EE. UU. abandonam o padrão-ouro, 1933 NRA, 1933-1935 *New Deal*, 1933-1939 Descobrimento da estreptomicina, *ca.* 1940 *Fair Deal* nos EE. UU., 1945-1953	Abandono do padrão-ouro, 1931 Descobrimento dos nêutrons, 1932 Abandono do livre-câmbio, 1932	Regime de Franco na Espanha, 1939-?	
Conferência de Desarmamento de Genebra, 1932-1934				Primeiro Plano Qüinqüenal na Rússia, 1929-1933
Conferência Econômica Mundial, 1933 Pacto naval anglo-alemão, 1935 Aliança Franco-soviética, 1935	Descobrimento da cortisona, 1948			Revolução nazista na Alemanha, 1933 Desintegração atômica, 1939
Conquista da Etiópia pela Itália, 1935-1936 Hitler remilitariza a Renânia, 1936		Terceiro govêrno trabalhista, 1945-1950	Quarta República na França, 1946-?	Neo-ortodoxia, *ca.* 1940

CAPÍTULO 27

A primeira guerra mundial

A gloriosa era de ciência, democracia e reforma social discutida nos capítulos precedentes terminou numa das mais horrorosas guerras de toda a história. À primeira vista isso pode parecer um paradoxo. Não obstante, devemos lembrar que o período compreendido entre 1830 e 1914 tinha certos característicos absolutamente alheios ao progresso político, social ou intelectual. Sendo uma época de democracia, o foi também de imperialismo. Se é verdade que nunca se despendeu tanto dinheiro no interesse do bem-estar social, as verbas militares e navais também aumentaram enormemente. A despeito dos notáveis avanços no campo da ciência e da educação, superstições cruéis e insensatas continuaram a medrar onde menos seria de esperar. O nacionalismo agressivo e belicoso alastrou-se como uma peste. Líderes intelectuais da França, inclusive o romancista Zola, instigaram um ódio apaixonado contra a Alemanha. Do outro lado do Reno, poetas e professores divinizavam o espírito alemão e cultivavam um arrogante desprezo pelos eslavos. Ensinava-se aos ingleses que eles eram o povo mais civilizado da terra e que o seu direito de estabelecer "o domínio sobre palmeiras e pinheiros" provinha de uma autoridade nada menos que divina. Diante disso, não parecerá talvez estranho que os Jovens Turcos, educados nas universidades da Europa Ocidental, tivessem, de volta à sua pátria, massacrado o "gado cristão" do sultão na Macedônia.

1. AS CAUSAS SUBJACENTES DA GUERRA

Desde que Tucídides escreveu a sua narrativa clássica da luta entre Esparta e Atenas, tornou-se hábito dos historiadores dividir os fatores responsáveis pela guerra em causas imediatas e causas subjacentes. Algumas das causas

subjacentes ou remotas da Primeira Guerra Mundial remontam à história européia de um século atrás. A maioria delas, porém, data de cerca de 1870. Isto se aplica particularmente às causas econômicas, que muitos historiadores consideram como bases de todas as demais. A causa econômica que geralmente colocam no cabeçalho da lista é a rivalidade industrial e comercial entre a Alemanha e a Inglaterra. No capítulo sobre a Revolução Industrial mostramos que a Alemanha, após a fundação do império em 1871, atravessou um período de desenvolvimento econômico pouco menos que milagroso. Em 1914, estava produzindo mais ferro e aço do que a Inglaterra e a França juntas. Em produtos químicos, corantes de anilina e na manufatura de instrumentos científicos achava-se à frente do mundo inteiro. Os produtos da sua indústria desalojavam os congêneres ingleses de quase todos os mercados da Europa continental, bem como do Extremo Oriente e da própria Inglaterra. Talheres com o dístico "Made in Germany" eram vendidos até em Sheffield, o maior centro de cutelaria inglesa, e lápis fabricados na Baviera eram encontrados sobre a mesa da Câmara dos Comuns. Além disso, o império dos kaisers tinha começado a desafiar a supremacia britânica nos transportes. Em 1914 a Hamburg-Amerika Linie e o Lloyd Norte-Alemão contavam-se entre as maiores linhas de navegação do mundo. Dois de seus navios tinham arrebatado sucessivamente o campeonato de velocidade do Atlântico aos barcos britânicos e o Imperator, lançado à água em 1912, era o maior navio do mundo. Há indícios de que certos interesses britânicos começavam a alarmarse seriamente com a ameaça da competição alemã. Esse sentimento chegou ao paroxismo por volta do fim do século, quando a Saturday Review de Londres estampou a seguinte opinião: "Se a Alemanha fosse extinta amanhã, não haveria depois de amanhã um só inglês no mundo que não fosse mais rico do que é hoje. Nações lutaram durante anos por uma cidade ou por um direito de sucessão ; e não se deve lutar por um comércio de duzentos e cinquenta milhões de esterlinos?... A Inglaterra despertou afinal para o que é inevitável e constitui ao mesmo tempo a sua mais grata esperança de prosperidade. Germaniam esse delendam". Conquanto essa opinião não fosse nem oficial nem representativa do pensamento da nação como um todo, refletia a exasperação de alguns cidadãos influentes. Depois de 1900 o ressentimento diminuiu por algum tempo, mas tornou a inflamar-se nos anos que precederam o deflagrar da guerra. Parecia reinar a forte

convicção de que a Alemanha estava movendo à Inglaterra uma guerra econômica deliberada e implacável, visando tomar-lhe os mercados por meios fraudulentos e escorraçar os seus navios dos mares. Permitir que a Alemanha saísse vitoriosa dessa luta significaria para a Inglaterra o fim da sua prosperidade e uma grave ameaça à sua existência nacional. Os cidadãos britânicos que se preocupavam com tais assuntos viam a sua pátria como vítima inocente da agressividade alemã e sentiam-se plenamente justificados em tomar quaisquer medidas que se fizessem necessárias para defender a sua posição.

Também os franceses estavam alarmados com a expansão industrial alemã. Em 1870 a França fora despojada dos extensos depósitos de ferro e carvão da Lorena, que passaram contribuir para o crescimento industrial da Alemanha. É verdade que os franceses ainda tinham ferro em abundância nas ricas jazidas de Briey, na fronteira oriental, mas receavam que a sua inimiga viesse um dia a arrebatar-lhes também isso. Acresce que a França se via na necessidade de importar carvão, o que lhe feria o orgulho quase tanto quanto a perda do ferro. Havia ainda várias outras causas de atrito econômico que muito contribuíram para provocar a guerra. A ambição russa de obter o controle de Constantinopla e de outras porções do território turco entrava em conflito com os planos dos alemães e austríacos, que queriam para si o Império Otomano como um paraíso de privilégios comerciais. Rússia e Áustria também rivalizavam entre si na obtenção do monopólio comercial dos reinos balcânicos da Sérvia, da Rumânia, da Bulgária e da Grécia. A Áustria estava tão ansiosa de evitar que esses países caíssem na órbita russa quanto desejosa estava a Rússia de estender o seu poder a todos os eslavos da Europa Oriental. Havia, por fim, um agudo antagonismo econômico entre a Alemanha e a França com respeito ao direito de explorar os recursos minerais e as oportunidades comerciais do Marrocos.

Até certo ponto, a construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá foi uma causa econômica da guerra, embora tivesse efeitos políticos não menos importantes. A conclusão dessa estrada envolvia, como é de ver, o assentamento de uma Iinha do Bósforo a Bagdá pelo rio Tigre, uma vez que já existia a ligação ferroviária entre Berlim e Constantinopla. De Bagdá talvez pudesse ser estendida até o Golfo Pérsico, abrindo assim um caminho mais curto para a Índia. Os planos da estrada de ferro tinham sido traçados por uma companhia alemã desde 1890. Considerando os riscos

demasiadamente grandes para ser empreendidos por eles sós, os capitalistas alemães convidaram, banqueiros ingleses e franceses para cooperarem. O capital seria dividido igualmente entre os três países e a Inglaterra e a França teriam a mesma representação que a Alemanha na diretoria. O ciúme e a desconfiança, contudo, fizeram com que a proposta fosse rejeitada pelos governos britânico e francês. Os ingleses parecem ter receado que as linhas vitais do seu império corressem perigo, bem assim como os seus interesses econômicos na Pérsia e na Mesopotamia. Os políticos franceses, por seu lado, parecem ter cedido à pressão por parte da Rússia, a qual temia que uma estrada de ferro a atravessar a Turquia ressuscitasse a "enferma do Levante" e adiasse indefinidamente a partilha dos seus bens. Em 1913-14 foi concluída uma série de acordos entre ingleses, franceses e alemães para a construção de ferrovias turcas sobre a base de uma divisão do Império Otomano em esferas de influência. A essas alturas, porém, a amizade internacional estava ferida de morte, sobretudo porque a Alemanha já havia completado cerca de 600 quilômetros da linha de Bagdá.
É impossível aquilatar o verdadeiro valor das causas econômicas subjacentes da guerra. Tiveram certamente influência, mas não tão importante, talvez, quanto em geral se acredita. Para começar, a rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha tem sido provavelmente exagerada. Em 1914 a Inglaterra não corria perigo de ser reduzida ao nível de uma potência industrial de terceira categoria. É verdade que o seu comércio exterior já não crescia tão rapidamente como o da Alemanha, mas assim mesmo crescia. Durante os quarenta anos subsequentes à guerra franco-prussiana o comércio alemão expandiu-se na proporção de 130%, enquanto para a sua rival o crescimento não passou de 40%. Ainda em 1913 os ingleses exportaram mercadorias no valor de 525 milhões de libras e os alemães, de 495 milhões. Do mesmo modo, devemos absternos de atribuir demasiada gravidade à competição entre a Rússia e a Alemanha. A Rússia não era ainda uma grande nação capitalista, com um excesso de produtos que tivesse necessidade de vender no exterior. Dependia muito mais da importação. Em 1912, por exemplo, seus embarques de produtos acabados constituíram apenas 2% do total das exportações, ao passo que o volume das mercadorias manufaturadas foi mais de dez vezes maior. E é significativo que proviesse da Alemanha uma porção considerável destas

últimas. Por outro lado, não devemos esquecer que sempre há indivíduos poderosos que são prejudicados pela concorrência estrangeira. Tais pessoas invariavelmente exercem a maior pressão possível para forçarem os seus governos a uma ação agressiva. Convém lembrar também que as rivalidades econômicas resultam amiúde em atrito político. Os ingleses temiam, por exemplo, que o gigantesco desenvolvimento industrial da Alemanha ocidental tornasse indispensável ao império do kaiser o controle de Antuérpia e Amsterdã. O resultado final seria a anexação da Bélgica e da Holanda pela Alemanha, com sério prejuízo para a posição estratégicas da Inglaterra. Entre as causas políticas da Primeira Guerra Mundial desempenhou papel proeminente o nacionalismo. Esse fator, como explicamos anteriormente, tinha raízes que remontavam pelo menos à Revolução Francesa. Nos começos do século XX, porém, ele passou a assumir uma variedade de formas particularmente perigosas. As principais dentre elas eram o plano da Grande Sérvia, o pan-eslavismo na Rússia, o movimento de révanche na França e o movimento pangermânico. Os dois primeiros relacionavam-se intimamente entre si. Pelo menos desde o começo do século XX a pequena Sérvia sonhava estender a sua jurisdição sobre todos os povos que passavam por ser da mesma raça e cultura que os seus próprios cidadãos. Alguns desses povos habitavam as então províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina. Outros incluíam os croatas e eslovenos das províncias meridionais da Áustria-Hungria. Depois de 1908, quando a Áustria repentinamente anexou a Bósnia e a Herzegovina, o plano da Grande Sérvia dirigiu-se exclusivamente contra o império dos Habsburgos. Assumiu a forma de uma agitação para provocar o descontentamento entre os súditos eslavos da Áustria, na esperança de afastá-los desta e unir à Sérvia os territórios que eles habitavam. Daí adveio uma série de perigosas conspirações contra a paz e a integridade da Monarquia Dual, e o clímax fatídico dessas conspirações foi o assassínio do herdeiro do trono austríaco em 28 de junho de 1914. Em muitas de suas atividades os nacionalistas sérvios foram auxiliados e instigados pelos pan-eslavistas da Rússia. O pan-eslavismo baseava-se na teoria de que todos os eslavos da Europa Oriental constituíam uma grande família. Argumentava-se por conseguinte que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos, deveria ser guia e protetora das suas pequenas irmãs dos Balcãs. Era preciso encorajar estas últimas a voltar os olhos para a Rússia sempre que os seus interesses

corressem perigo. Os sérvios, búlgaros e montenegrinos, nas suas lutas contra a Áustria ou a Turquia, deviam saber que sempre teriam um amigo poderoso e simpatizante no outro lado dos Cárpatos. O pan-eslavismo não era apenas o ideal interessado alguns nacionalistas ardentes, mas fazia verdadeiramente parte da política oficial do governo russo. Muito contribui para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria.

Outra das formas malignas de nacionalismo que contribuíram para a guerra de 1914 foi o movimento francês pela revanche. Desde 1870 os patriotas exaltados da França vinham almejando um ensejo de vingar a derrota sofrida na guerra franco-prussiana. É quase impossível, para quem não é europeu, formar uma concepção justa do ascendente que tinha essa idéia sobre o espírito de milhões de franceses. Era cuidadosamente cultivada pela imprensa amarela e servida aos escolares como iguaria cotidiana da sua nutrição intelectual. O conhecido político Raymond Poincare dizia não ver razão para que a sua geração continuasse a viver, a não ser a de reaver as

províncias perdidas da Alsácia e da Lorena. Deve-se compreender, no entanto, que essa idéia nunca passou, provavelmente, da opinião de uma minoria do povo francês. Por volta de 1914, era fortemente combatida pelos socialistas e por muitos líderes liberais.

É difícil avaliar a influência do pangermanismo como uma modalidade de nacionalismo antes de 1914. O nome do movimento passa, em geral, por derivar da Liga Pangermânica, fundada por volta de 1895. Essa liga advogava particularmente a expansão da Alemanha, que deveria incorporar todos os povos teutônicos da Europa Central. Os limites do império seriam estendidos até abranger a Dinamarca, a Holanda, o Luxemburgo, a Suíça; a Áustria e a Polônia até Varsóvia. Alguns líderes não se contentavam sequer com isso, exigindo também um grande império colonial e uma ampla expansão para leste, até os Balcãs e a Ásia Ocidental. Faziam questão de que povos como os búlgaros e turcos se tornassem pelo menos satélites do Reich. Embora a Liga Pangermânica fizesse muito ruído, dificilmente poderia alimentar a pretensão de representar a nação alemã. Ainda em 1912 não contava mais de 17.000 membros e as suas violentas críticas ao governo eram mal recebidas por muita gente. Não obstante, certas doutrinas suas tinham vivido em estado latente por mais de um século no pensamento alemão. O filósofo Fichte ensinara que os alemães, em virtude da sua superioridade espiritual, tinham a missão de impor a paz ao resto da Europa. Conceitos de arianismo e de supremacia nórdica também contribuíram para a idéia de que os alemães eram divinamente predestinados a persuadir ou obrigar as “raças inferiores” a aceitarem a sua cultura. Por fim, os esforços de filósofos como Heinrich von Treitschke para divinizar o estado e glorificar o poder como instrumento de política nacional ajudaram a incutir no espírito de muitos alemães das classes média e superior a intolerância para com as outras nações e a crença no direito da Alemanha a dominar os seus vizinhos mais fracos.

O nacionalismo dos tipos que acabamos de descrever teria sido quase suficiente de per si para mergulhar um número considerável de nações européias na voragem da guerra. Mas o conflito dificilmente teria assumido as proporções que assumiu se não fosse o sistema de alianças múltiplas. Foi esse sistema que transformou a contenda local entre a Áustria e a Sérvia numa guerra geral. Quando a Rússia interveio em favor da Sérvia, a Alemanha sentiu-se obrigada a acudir em defesa da Áustria. A França

estava ligada à Rússia por laços estreitos e a Inglaterra foi arrastada ao conflito devido, pelo menos em parte, aos seus compromissos com a França. O sistema de alianças, além disso, era uma fonte de suspeita e de edo. Impossível esperar que a Europa continuasse indefinidamente dividida em campos opostos de força mais ou menos igual. As condições não podiam deixar de mudar com a passagem do tempo. Os motivos que originalmente tinham levado determinadas nações a associar-se a outras perdiam a sua importância, desaparecendo assim a base da aliança. Veremos, por exemplo, a Itália abandonar praticamente a aliança com a Alemanha e a Áustria, às quais parecera, de começo, tão ansiosa por juntar-se. O resultado foi unir mais fortemente as suas antigas aliadas e aumentar-lhes a obsessão de estarem cercadas por um anel de potências hostis.
A evolução do sistema de alianças múltiplas remonta à década de 1870 e seu arquiteto inicial foi Bismarck. Em essência, os objetivos do Chanceler de Ferro eram pacíficos. A Prússia e os seus aliados alemães tinham saído vitoriosos da guerra com a França e o recem-criado império germânico era o estado mais poderoso do Continente. Almejava Bismarck, acima de tudo, preservar os frutos dessa vitória; nada indica que ele estivesse a planejar novas conquistas. Não obstante, perturbava-o o receio de que a França pudesse iniciar uma guerra de desforra. Era pouco provável que tentasse sozinha uma tal coisa, mas podia fazê-lo auxiliada por uma outra potência. Conseqüentemente, Bismarck resolveu isolar a França ligando todos os seus possíveis amigos à Alemanha. Em 1873 conseguiu formar uma aliança simultânea com a Áustria e a Rússia — a chamada Liga dos Três Imperadores. Essa combinação era entretanto de caráter precário. Desfez-se depois do Congresso de Berlim, em 1878, quando a Rússia acusou a Alemanha e a Áustria de escamotear-lhe os frutos da guerra que acabava de ter com a Turquia. Extinta a Liga dos Três Imperadores, Bismarck cimentou uma nova aliança, agora muito mais forte, com a Áustria. Em 1882 essa parceria expandiu-se na célebre Tripla Aliança, com a adesão da Itália. Os italianos não aderiram por amor aos alemães ou aos austríacos, mas sim levados pela cólera e pelo medo. Despeitava-os o fato de ter a França anexado a Tunísia (1881), um território que consideravam como legitimamente seu. Além disso, os políticos italianos ainda andavam às testilhas com a igreja e receavam que os clericais da França subissem ao poder e enviassem um exército francês para defender o papa. Nesse meio

tempo foi ressuscitada a Liga dos Três Imperadores. Conquanto durasse apenas seis anos (1881-87), a Alemanha conseguiu manter a amizade com a Rússia até 1890! Destarte, ao cabo de pouco mais de uma década de manobras políticas Bismarck lograra realizar as suas ambições. Por volta de 1882 a França estava praticamente impossibilitada de obter o auxílio de amigos poderosos. A Áustria e a Itália achavam-se unidas à Alemanha pela Tríplice Aliança e a Rússia, após três anos de ausência, havia retornado ao arraial bismarckiano. O único auxílio possível era o da Inglaterra; mas, com respeito aos assuntos continentais, os ingleses tinham voltado à sua política tradicional de "esplêndido isolamento". Por conseguinte, no que dizia respeito ao perigo de uma guerra de vingança a Alemanha pouco tinha a temer. Mas, se Bismarck ou qualquer outra pessoa imaginava que tal segurança era permanente, estava-lhe reservada uma triste decepção. Entre 1890 e 1907 a Europa passou por uma revolução diplomática que aniquilou praticamente a obra de Bismarck. É verdade que a Alemanha ainda tinha a Áustria ao seu lado, mas perdera a amizade tanto da Rússia como da Itália, ao mesmo tempo que a Inglaterra saíra do sen isolamento para entrar em ajustes com a Rússia e a França. Esse deslocamento do equilíbrio de poderes teve resultados fatídicos. Convenceu os alemães de que estavam rodeados por um anel de inimigos e, portanto, tinham de fazer o que estivesse ao seu alcance para conservar a lealdade da Áustria, ainda mesmo que fosse preciso prestar apoio às temerárias aventuras desta no estrangeiro. Seria difícil encontrar melhor ilustração da futilidade de se confiar num sistema de alianças para preservar a paz. Não é necessário procurar muito longe as causas dessa revolução diplomática. Em primeiro lugar, desavenças entre Bismarck e o novo kaiser, Guilherme II, determinaram o afastamento do chanceler em 1890. Seu sucessor, o Conde Caprivi, estava interessado principalmente numa tentativa de cultivar a amizade da Inglaterra e por isso deixou caducar o tratado com a Rússia. Em segundo lugar, o desenvolvimento do paneslavismo na Rússia colocou o império do czar em conflito com a Áustria. Na contingência de escolher entre a Áustria e a Rússia, a Alemanha muito naturalmente preferiu a primeira. Em terceiro lugar, o estabelecimento de laços financeiros entre a França e a Rússia abriu caminho inevitavelmente para uma aliança política. Em 1888-89 tinham sido lançados, na Bolsa de Paris, empréstimos russos no valor aproximado de 500 milhões de dólares. As obrigações, oferecidas a preço

convidativo, foram prontamente compradas pelos capitalistas franceses. A partir de então, grande número de cidadãos influentes da França passaram a ter um interesse direto nos destinos políticos da Rússia. Uma quarta causa foi o abandono do isolacionismo pela Inglaterra, mudança essa devida a várias razões: uma delas foi a preocupação causada pelo crescente poder econômico da Alemanha; outra, o fato de terem os ingleses e os franceses descoberto, por volta de 1900, uma base de cooperação para a partilha da África do Norte. Uma última causa da revolução diplomática foi a mudança de atitude da Itália em relação à Tríplice Aliança. Pelas alturas de 1900 estavam os republicanos franceses consolidados no poder, não tendo pois a Itália mais que temer uma intervenção monárquico-clerical em favor do papa. Além disso, a maioria dos italianos tinha-se conformado com a perda da Tunísia e tratava apenas de reaver os territórios em poder da Áustria e de ganhar o apoio da França para a conquista de Trípoli. Por essas razões a Itália perdeu o interesse em manter a lealdade à Tríplice Aliança. O primeiro resultado importante da revolução diplomática foi a Triple Entente. Chegou-se a ela por uma série de estágios. Em 1890 a Rússia e a França iniciaram uma aproximação política que aos poucos amadureceu numa aliança. O convênio militar secreto assinado pelos dois países em 1894 estabelecia que uma das partes iria em auxílio da outra em caso de ataque pela Alemanha, ou pela Áustria ou Itália apoiada pela Alemanha; e que, em caso de mobilização por parte de qualquer dos componentes da Tríplice Aliança, tanto a Rússia como a França mobilizariam imediatamente todas as suas forças e as colocariam tão próximo das fronteiras quanto possível. Essa Aliança Dual entre a Rússia e a França foi seguida pela Entente Cordiale entre a França e a Inglaterra. Durante as duas últimas décadas do século XIX, ingleses e franceses haviam tido amiudadas e sérias altercações a respeito de colônias e comércio. As duas nações quase chegaram às vias de fato em 1898, em Fachoda, no Sudão Egípcio. Subitamente, porém, a França abandonou todas as suas pretensões a essa parte da África e iniciou negociações para um entendimento amplo em relação a outras contendas. O resultado foi a conclusão, em 1904, da Entente Cordiale. Não era uma aliança formal, mas um acordo amigável sobre muitos assuntos. O que continha de mais importante eram certos artigos secretos referentes à partilha do Norte da África. A França concordava em dar carta branca à Inglaterra no Egito, e em troca a

Inglaterra consentia na aquisição de quase todo o Marrocos pelos franceses. O passo final na formação da Triple Entente foi a conclusão de um entendimento mútuo entre a Inglaterra e a Rússia. Também aqui não houve aliança formal. As duas potências chegaram simplesmente, em 1907, a um acordo relativo às suas ambições na Ásia. O núcleo desse acordo consistia na divisão da Pérsia em esferas de influência. A Rússia ficaria com a parte do norte e a Inglaterra, com a do sul. Uma porção mediana seria conservada, pelo menos temporariamente, como zona neutra sob o governo do seu soberano legítimo, o xá. Destarte, em 1907 as grandes potências da Europa achavam-se alinhadas em dois campos hostis — a Tríplice Aliança e a Triple Entente. Enquanto, porém, esta última ia em vias de desenvolvimento, a primeira foi muitíssimo enfraquecida pela defecção da Itália. Já vimos que por volta de 1900 os motivos que levaram a Itália a juntar-se à Tríplice Aliança haviam perdido a sua importância. Não somente se observava uma decidida frieza nas relações ítalo-austríacas mas também os nacionalistas italianos clamavam incessantemente por um império na África. Por isso, em 1900 o governo firmou um acordo secreto com a França, estipulando que em troca da plena liberdade de ação em Trípoli a Itália se absteria de qualquer interferência nas ambições francesas sobre o Marrocos. Em 1902 os dois países concluíram outro pacto secreto, pelo qual cada um se comprometia a manter a neutralidade em caso de ataque por uma terceira potência. A obrigação subsistia mesmo que alguma das partes, por motivo de uma ameaça à sua honra ou à sua segurança, se visse obrigada a "tomar a iniciativa da declaração de guerra". Sendo os termos "honra" e "segurança" suscetíveis de ampla interpretação, é evidente que a Itália estava, na realidade, comprometendo-se a permanecer neutra em quase qualquer guerra que viesse a estalar entre a França e a Alemanha. Sua obrigação anterior, decorrente da Tríplice Aliança, de ajudar a Alemanha no caso de um ataque francês ficava assim praticamente anulada. O auge da deslealdade foi alcançado pela Itália no "Acordo de Racconigi" de 1909, com a Rússia. Por esse acordo o governo de Roma prometia "encarar com benevolência" as pretensões russas ao controle dos Estreitos e de Constantinopla, em troca do apoio diplomático à conquista de Trípoli. A fortuna da Triple Entente esteve também sujeita a flutuações. Foi ela um tanto fortalecida entre 1905 e 1912 por uma série de "conversações" militares e de acordos não-oficiais entre a Inglaterra e a França. Consistiam

estes mormente em planos pormenorizados dos estados-maiores britânico e francês para uma ação conjunta dos dois exércitos, na eventualidade de ser a França atacada pela Alemanha. Mais tarde foram assumidos certos compromissos de cooperação naval entre a Inglaterra e a França, de um lado, e a Inglaterra e a Rússia do outro. Mas a coalizão foi seriamente enfraquecida em 1909, em consequência da recusa da Inglaterra e da França a apoiar a Rússia na sua disputa com a Áustria em torno da anexação da Bósnia-Herzegovina por esta última. Outra ameaça à integridade da Triple Entente surgiu em 1913, quando a Inglaterra colaborou com a Alemanha e a Áustria no desígnio de forçar a Sérvia a abandonar suas pretensões à Albânia. Embora as Potências Centrais pretendessem ver na Triple Entente uma poderosa coligação contra elas, na realidade era tão instável quanto a Tríplice Aliança. As ambições russas sobre Constantinopla entravam em conflito com os interesses britânicos na mesma localidade. Os próprios ingleses pareciam por vezes afagar a idéia de lançar as potências continentais umas contra as outras. Daí a sua tendência a vacilar entre o apaziguamento da Alemanha e o encorajamento à França. Até quase os fins de julho de 1914, nem os inimigos da Inglaterra nem os seus aliados podiam ter absoluta certeza sobre a decisão que ela tomaria. A última das causas subjacentes da Primeira Guerra Mundial a ser considerada foi uma série de crises internacionais que puseram em perigo a paz européia entre 1905 e 1913. Houve, ao todo, cinco crises de grave importância: três suscitadas pela questão marroquina e duas relacionadas com disputas na Europa Oriental. Conquanto a maioria delas tivesse sido afastada por meio de compromissos, todas deixaram um legado de suspeita e ressentimento.
Em alguns casos, a guerra só foi evitada por estar na ocasião demasiadamente fraca uma das partes para oferecer resistência. Daí o sentimento de humilhação, o rancor reprimido que em ocasião futura teria de explodir. Outro efeito dessas crises foi lançar alguma luz sobre as verdadeiras simpatias das grandes potências. Destarte se evidenciou, durante a terceira crise marroquina, que a Inglaterra reconhecia uma comunhão de interesses com a França. Do mesmo modo, a atitude assumida pela Itália mostrou que esse país estava longe de ser um membro seguro da Tríplice Aliança.

A crise marroquina nasceu de um entrechoque de interesses econômicos franceses e alemães. No começo do século XX era o Marrocos um país

independente, governado por um sultão. Seu território, porém, era relativamente rico em minerais e produtos agrícolas, que as nações européias cobiçavam. O que despertava principalmente a cupidez dos franceses e alemães eram as jazidas de ferro e manganês e as excelentes oportunidades de comércio. Em 1880 as principais potências do mundo haviam assinado a Convenção de Madrid, estabelecendo que os representantes de todas as nações teriam privilégios econômicos iguais no Marrocos. Mas os franceses não se satisfizeram por muito tempo com tal combinação. Em 1903 o seu comércio marroquino ultrapassava o de qualquer outro país e a França almejava nada menos que um monopólio.
Além disso, cobiçavam o Marrocos como uma reserva de tropas e como um baluarte na defesa da Argélia. Por conseguinte, em 1904 a França entrou em acordo com a Inglaterra para estabelecer uma nova ordem no território do sultão. Os artigos do acordo que foram dados à publicidade enunciavam a louvável resolução das potências signatárias de manter a independência do Marrocos. Os artigos secretos prescreviam justamente o contrário. Em época oportuna, o Marrocos seria desmembrado. Uma pequena porção fronteira a Gibraltar seria dada à Espanha e o resto caberia à França. A Grã-Bretanha, como vimos, tinha como recompensa a liberdade de ação no Egito.
Foi esse acordo de 1904 que precipitou a encarniçada disputa entre a França e a Alemanha. Em 1905, alguns funcionários do governo alemão farejaram a trapaça. Resolveram obrigar a França a desistir de suas pretensões sobre Marrocos, ou então oferecer compensações. Em 1905 o chanceler von Bülow induziu o kaiser a desembarcar no porto marroquino de Tânger e pronunciar ali um discurso declarando que a Alemanha estava pronta a defender a independência de sultão. O resultado foi uma crise que levou a Europa a dois passos da guerra. A fim de resolver a disputa reuniu-se em 1906, na localidade espanhola de Algeciras, um congresso internacional. Embora confirmasse a soberania do sultão, a conferência reconhecia ao mesmo tempo os interesses especiais da França nos domínios daquele. Esse resultado convinha admiravelmente aos franceses, que podiam agora penetrar na terra dos mouros sob o manto da legalidade. Em 1908 deu-se uma segunda crise e em 1911 uma terceira, ambas resultantes de tentativas dos alemães para proteger o que consideravam seus legítimos direitos no Marrocos. A terceira crise revestiu-se de particular importância por causa

da atitude positiva assumida pelos ingleses. Em julho de 1911 David Lloyd George, no seu célebre discurso da Mansion House (Prefeitura de Londres), virtualmente ameaçou de guerra a Alemanha se esta tentasse estabelecer uma base na costa marroquina. A controvérsia em torno de Marrocos foi resolvida nos fins de 1911, quando a França concordou em ceder uma porção do Congo Francês à Alemanha. O governo do kaiser abandonou então todas as pretensões sobre Marrocos e informou os franceses de que podiam fazer o que entendessem com esse país. Pouco depois todo o território, com exceção da estreita nesga concedida à Espanha, foi adicionado ao império colonial da França. Nenhuma das partes, todavia, esqueceu os ressentimentos nascidos da contenda. Os franceses afirmavam ter sido vítimas de uma chantagem pela qual lhe fora arrebatado um território valioso. Os alemães alegavam que a porção do Congo cedida pela França não era compensação suficiente para a perda de privilégios econômicos em Marrocos. Mais sérias ainda que o caso marroquino foram as duas crises balcânicas. A primeira foi a crise da Bósnia, em 1908. Pelo Congresso de Berlim, em 1878, as duas províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina tinham sido colocadas sob o controle administrativo da Áustria, se bem que o Império Otomano conservasse ainda a posse legitima. A Sérvia também cobiçava esses territórios, que duplicariam a extensão do seu reino e lhe colocariam as fronteiras nas imediações do Adriático. Subitamente, em 5 de outubro de 1908, a Áustria anexa as duas províncias, numa franca violação ao Tratado de Berlim. Os sérvios ficaram furiosos e apelaram para a Rússia. O governo do czar ameaçou com a guerra até que a Alemanha enviou uma áspera nota a S. Petersburgo, anunciando a sua firme intenção de apoiar a Áustria. Como a Rússia ainda não se houvesse refeito inteiramente da guerra com o Japão e não estivesse em condições de guerrear com a Alemanha e a Áustria unidas, acabou por informar os sérvios de que eles teriam de esperar um momento mais favorável. A opinião dominante na Europa Ocidental era de crítica veemente à Áustria. Censuravam-na por ter violado o direito internacional e por perturbar temerariamente o equilíbrio de poderes. Não se sabia então que a responsabilidade da crise também recaía, em boa parte, sobre os ombros do ministro russo do Exterior, Alexandre Izvolski. Em setembro de 1908 Izvolski firmara um acordo secreto com o Conde Aerenthal, seu colega austríaco, no castelo deste em Buchlau, prometendo a não-interferência da

Rússia na anexação das duas províncias se a Áustria desse seu apoio à ambição russa de abrir os Estreitos. Izvolski foi, porém, impedido de levar a efeito a sua parte do pacto pela oposição da Inglaterra e da França. Quando Aerenthal consumou a anexação, Izvolski voltou-se contra ele numa atitude de inocência ofendida. A crise da Bósnia foi, indubitavelmente, uma das causas mais importantes da Primeira Guerra Mundial. Seria quase impossível mencionar um outro fator isolado que tivesse provocado tanta malquerença entre as nações. Insuflou a ira dos sérvios contra a Áustria e encorajou-os a solicitar o apoio da Rússia. Convenceu os imperialistas de S. Petersburgo de que teriam de lutar eventualmente não só contra a Áustria, mas também contra a Alemanha. Efeito não menos importante foi o de levar a França a uma aproximação mais estreita com a Rússia. Depois de ver frustrados os seus planos em 1908, Isvolski renunciou ao cargo de ministro e aceitou a sua nomeação como embaixador em Paris. Ali, de 1910 a 1914, trabalhou com magistral habilidade para fazer da França uma aliada leal da Rússia. Parece ter exercido considerável influência junto a Poincaré.
A inimizade austro-sérvia foi ainda mais intensificada pelas guerras dos Balcãs. A primeira dessas guerras foi, em parte, um fruto do programa de otomanização posto em prática pelos Jovens Turcos. Relatos de atrocidades cometidas pelo governo do sultão contra os eslavos da Macedônia despertaram as simpatias dos povos balcânicos da mesma raça e serviram de pretexto para um ataque ao território turco. Em 1912 a Sérvia, a Bulgária, o Montenegro e a Grécia, com o encorajamento da Rússia, formaram a Liga Balcânica para a conquista da Macedônia. A guerra iniciou-se em outubro de 1912 e em menos de dois meses a resistência turca foi completamente desmantelada. Surgiu então o problema da divisão dos despojos. Por tratados secretos, negociados antes do início das hostilidades, fora prometida à Sérvia a Albânia, além de uma generosa fatia da Macedônia ocidental. Mas então a Áustria, receosa como sempre de qualquer aumento do poder sérvio, interveio na conferência de paz e obteve o apoio da Inglaterra e da França para o reconhecimento da Albânia como estado independente. Para os sérvios isso foi a última gota. Dir-se-ia que o governo dos Habsburgos estava disposto a bloquear-lhes sistematicamente todas as tentativas de expansão, pelo menos na direção de oeste. Desde então tornou-se ainda mais rancorosa a agitação antiaustríaca na Sérvia e na província vizinha da Bósnia. Conquanto os sérvios tivessem conseguido

forçar os búlgaros a ceder uma porção das suas conquistas na Macedônia, isso não era compensação suficiente para a perda da Albânia, que teria oferecido uma saída para o mar.

2. O CAMINHO DE HARMAGEDON

Como todos sabem, a causa imediata da Primeira Guerra Mundial foi o assassínio do Arquiduque Francisco Fernando, em 28 de junho de 1914. Foi a faísca lançada ao barril de pólvora das suspeitas e ódios acumulados. Sem embargo, não foi um, fato tão trivial como muita gente pensa. Na realidade teve um significado muito mais profundo do que geralmente se imaginava fora da Furopa Central. Francisco Fernando não era simplesmente uma figura inútil da nobreza austríaca; era um homem que em breve se tornaria imperador. O monarca reinante, Francisco José, atingira os oitenta e cinco anos e a sua morte era esperada a cada momento. Por isso, o assassínio do herdeiro do trono foi considerado muito justamente como um ataque ao estado. A reação dos austríacos foi, de certo modo, semelhante ao que teria sido a dos americanos se, por exemplo, o vice-presidente dos Estados Unidos fosse assassinado, durante uma visita ao Texas, por um bando de nacionalistas mexicanos.

O assassino de Francisco Fernando foi um estudante bosníaco chamado Princip. Isto, porém, não é nem metade da história. Princip não passava de um instrumento dos nacionalistas sérvios. O assassínio, embora tenha ocorrido em Sarajevo, capital da Bósnia, resultou de uma conspiração urdida em Belgrado. Os conspiradores eram membros de uma sociedade secreta oficialmente conhecida como “União ou Morte”, mas comumente chamada “Mão Negra”. Documentos importantes vieram à luz ultimamente, mostrando que o governo sérvio tinha conhecimento da conspiração. Nem o primeiro ministro nem qualquer dos seus colegas, porém, tomou medidas eficazes para impedir-lhe a execução ou, pelo menos, alertar o governo austríaco. Isto leva, naturalmente, a indagar dos motivos que levaram a agir os assassinos. O principal deles parece ter sido o plano de reorganização do império dos Habsburgos, que se sabia estar sendo arquitetado por Francisco Fernando. Esse plano, denominado trialismo, incluía uma proposta no sentido de transformar a Monarquia Dual numa monarquia tríplice. Além da

Áustria alemã e da Hungria magiar, já então praticamente autônoma, haveria uma terceira unidade semiindependente composta pelos eslavos. Tal coisa era exatamente o que os nacionalistas sérvios não desejavam. Temiam que, se tal acontecesse, os seus consanguíneos croatas e eslovenos se conformassem com o domínio dos Habsburgos. Decidiram, portanto, eliminar Francisco Fernando antes que se tornasse imperador da Áustria-Hungria. Ainda depois de terminada a guerra, pensava-se na Europa e nos Estados Unidos que o assassínio do arquiduque tivesse sido obra de bosníacos descontentes. Mas nas semanas que se seguiram imediatamente à tragédia as autoridades austríacas procederam a um inquérito que confirmou as suas suspeitas quanto à origem servia da conspiração. Por conseguinte, no dia 23 de julho enviaram ao governo sérvio um severo ultimato que continha onze exigências. Entre mitras coisas, a Sérvia devia fechar os jornais anti-austríacos, liquidar as sociedades patrióticas secretas, excluir do governo e do exército todas as pessoas culpadas de propaganda anti-austríaca e aceitar a colaboração das autoridades austríacas na eliminação do movimento subversivo contra o império dos Habsburgos. A 25 de julho, dentro do prazo-limite de quarenta e oito horas, o governo sérvio transmitiu a sua resposta. Era um documento ainda hoje sujeito a variadas interpretações. Do total de onze exigências, somente uma era categoricamente repelida e cinco eram aceitas sem reservas. O chanceler alemão considerou-o como uma capitulação quase completa e o kaiser afirmou que todos os motivos para a guerra tinham desaparecido. A Áustria, no entanto, declarou insatisfatória a resposta servia, rompeu as relações diplomáticas e mobilizou parte do seu exército. Os próprios sérvios não parecem ter nutrito ilusões de agradar à Áustria, visto que três horas antes de transmitir a resposta haviam dado ordem de mobilizar as tropas. Neste ponto, a atitude de outras nações assume extrema importância. Com efeito, algum tempo antes disso, diversos governantes de grandes potências haviam assumido atitudes bem definidas. Já em 18 de julho Sazonov, ministro russo do exterior, avisara a Áustria de que a Rússia não toleraria qualquer tentativa de humilhar a Sérvia. Ao tomar conhecimento do ultimato à Sérvia o governo russo ordenou uma série de preparativos para pôr o país em pé de guerra. Foram canceladas as licenças dos oficiais, recolhidas as tropas aos quartéis, acumularam-se estoques de provisões e declarou-se o estado de guerra nos setores limítrofes à Alemanha e à

Áustria. Em 24 de julho Sazonov disse ao embaixador alemão: “Eu não odeio a Áustria, desprezoa. A Áustria está procurando um pretexto para engolir a Sérvia, mas nesse caso a Rússia fará guerra à Áustria”. O governo de Moscou contava com o apoio da França ao assumir essa atitude beligerante. Mais ou menos a 20 de julho Raymond Poincaré, que se tornara presidente da República Francesa, fêz uma visita a S. Petersburgo. Insistiu com Sazonov para que “fosse firme” e evitasse qualquer compromisso capaz de resultar em perda de prestígio para a Triple Entente. Preveniu o embaixador austríaco de que “a Sérvia contava com amigos sinceros entre o povo russo e a Rússia tinha uma aliada, a França”. A atitude da Alemanha nesses dias críticos foi aparentemente mais moderada. Se bem que o kaiser ficasse chocado e enfurecido com o assassínio do arquiduque, o seu governo não formulou qualquer ameaça nem tomou deliberações especiais para a guerra senão depois de dar motivo para alarma à atitude da Rússia. Infelizmente, porém, tanto o kaiser como o chanceler von Bethmann-Hollweg adotaram a premissa de que uma punição severa deveria ser aplicada sem mais delongas à Sérvia. Esperavam com isso colocar as potências diante de um fato consumado e evitar assim uma guerra geral. Em 30 de junho o kaiser declarou:
“Agora ou nunca! Devemos pôr tudo em pratos limpos com os sérvios, e isso já”. A 6 de julho Bethmann-Hollweg prestou ao ministro das relações exteriores da Áustria um compromisso que foi interpretado por este último como um cheque em branco. O governo austríaco era informado de que o kaiser “estaria ao lado da Áustria, de acordo com as obrigações assumidas em tratado e com a sua antiga amizade”. Ao dar essa garantia, Bethmann e o seu imperial chefe estavam jogando com a esperança de que a Rússia não interviesse em auxílio da Sérvia, ficando assim a disputa limitada ao âmbito local. Mais tarde, quando descobriram ser vã tal esperança, procuraram conter a Áustria. Tentaram persuadi-la a que limitasse sua ação a uma ocupação temporária de Belgrado, como garantia de que os termos do ultimato seriam observados. Como isso falhasse, Bethmann chegou até a ameaçar a Áustria com o rompimento da aliança caso Berchtold persistisse em não aceitar os seus conselhos. Todos esses esforços, porém, chegaram muito tarde, pois a guerra entre a Áustria e a Sérvia já havia começado.
A Áustria declarou guerra à Sérvia em 28 de julho de 1914. Por um efêmero e ansioso momento, houve a tênue possibilidade de circunscrever-se o

conflito. Foi ele, todavia, rapidamente transformado numa guerra de maiores proporções pela ação da Rússia. A 29 de julho, Sazonov e a clique militar persuadiram o czar a emitir uma ordem de mobilização geral, não só contra a Áustria mas também contra a Alemanha. Antes, porém, que fosse a ordem executada, Nicolau mudou de idéia ao receber um apelo urgente do kaiser para que o ajudasse a preservar a paz. A 30 de julho, Sazonov e o general Tatichtchev trataram de fazer com que o czar mudasse mais uma vez de idéia. Durante mais de uma hora procuraram convencer o relutante autocrata de que todo o sistema militar deveria ser posto em movimento. Por fim, o general Tatichtchev comentou: "Sim, é difícil tomar uma decisão", ao que Nicolau retrucou, com mostras de irritação: "Eu decidirei", e assinou a ordem de mobilização imediata. Sazonov correu ao telefone para comunicar a notícia ao chefe do estado-maior. Dessa vez tinham sido tomadas todas as precauções para evitar um arrependimento de última hora por parte do czar. Providenciara-se para que a ordem fosse imediatamente telegrafada a todo o país e para que o chefe do estado-maior quebrasse o seu telefone e se sumisse durante todo o dia. Na manhã seguinte, numa remota aldeia siberiana, um viajante inglês foi despertado por uma comoção diante da sua janela, seguida pela alvoroçada pergunta de um camponês: "Sabe da notícia? Estamos em guerra".

Já não havia possibilidade de recuar diante do abismo. Os alemães estavam alarmados com os preparativos de guerra dos russos. A última medida tomada pelo governo do czar tornava a situação muito mais crítica, uma vez que nos círculos militares alemães, assim como nos franceses e russos, mobilização geral significava guerra. A França menos que o czar pudesse de algum modo suspender o processo depois de iniciado, tanto a Alemanha como a Áustria seriam obrigadas a pegar em armas contra a Rússia. E, se a Alemanha entrasse no conflito, a França indubitavelmente faria o mesmo. Ao saber que o decreto do czar tinha sido posto em execução o governo do kaiser expediu um ultimato a S. Petersburgo, exigindo que a mobilização cessasse dentro de doze horas. Na tarde de 1.° de agosto o embaixador alemão solicitou uma entrevista com o ministro russo das relações exteriores. Rogou a Sazonov que desse uma resposta favorável ao ultimato alemão. Sazonov respondeu que a mobilização não podia ser detida, mas que a Rússia estava disposta a entrar em negociações. O embaixador reiterou o seu pedido uma segunda e uma terceira vez, acentuando as

terríveis consequências de uma resposta negativa. Sazonov terminou dizendo: “Não tenho outra resposta para lhe dar.” O embaixador entregou então uma declaração de guerra ao ministro e, sem poder conter as lágrimas, retirou-se da sala. Nesse meio tempo, os ministros do kaiser tinham também enviado um ultimato à França, exigindo que ela desse a conhecer as suas intenções. O primeiro ministro Viviani respondeu, em 1.° de agosto, que a França agiria “de acordo com os seus interesses” e ordenou imediatamente a mobilização. Em 3 de agosto a Alemanha declarou guerra à França.

Todos os olhares voltaram-se então para a Inglaterra. Que faria ela agora, ao ver que os dois outros membros da Triple Entente se haviam atirado à guerra ? Durante algum tempo, depois de ter-se tornado crítica a situação no Continente, a Inglaterra vacilou. Tanto o gabinete como a nação estavam divididos. Sir Edward Grey e Winston Churchill advogavam uma atitude resoluta em favor da França, com o recurso às armas se os interesses britânicos fossem ameaçados. Alguns de seus colegas, porém, encaravam com pouco entusiasmo uma intervenção da Inglaterra nas disputas continentais. Por todo o país havia também uma oposição considerável contra a participação em conflitos que não fossem de interesse vital para a Inglaterra. Conquanto Grey tivesse em várias ocasiões animado os russos e franceses a contar com o auxílio inglês, só depois de ter recebido promessas de apoio dos líderes do partido conservador é que tomou compromissos formais. Em 2 de agosto informou os franceses de que “se a esquadra alemã entrasse na Mancha ou cruzasse o Mar do Norte para realizar operações hostis contra a costa ou os navios franceses, a esquadra britânica dispensaria toda a proteção que estivesse a seu alcance”.

Diante dessa promessa feita à França, era difícil acreditar que a Inglaterra pudesse permanecer muito tempo fora da guerra, mesmo que a neutralidade da Bélgica não tivesse sido violada. Com efeito, ainda em 29 de julho Sir Edward Grey advertira o embaixador alemão em Londres, de maneira “amistosa e privada”, de que se a França fosse arrastada ao conflito a Inglaterra lhe seguiria os passos. Não obstante, foi a invasão do território belga que forneceu o motivo imediato para que a Inglaterra desembainhasse a espada. Em 1839, juntamente com as outras grandes potências, assinara ela um tratado garantindo a neutralidade da Bélgica. Além disso, havia um século que a Grã-Bretanha seguia a política de impedir o dominio dos

Países-Baixos, que lhe ficavam fronteiros no outro lado do estreito, por qualquer nação poderosa do Continente. Mas o famoso Plano Schlieffen dos alemães dispunha que a França fosse atacada pela Bélgica. Por conseguinte, pediram ao governo belga permissão para enviar tropas através do seu território, prometendo respeitar a independência da nação e indenizar os belgas de todas as depredações causadas às suas propriedades. Como a Bélgica recusasse, as tropas alemãs começaram a atravessar a fronteira. O ministro britânico do Exterior compareceu imediatamente ao Parlamento e declarou que o seu país devia acorrer em defesa do direito internacional, protegendo as pequenas nações. Argumentou que a paz em tais circunstâncias seria um crime moral e que a Inglaterra perderia o respeito dos países civilizados se deixasse de cumprir os seus compromissos de honra nessa ocasião. Os aplausos com que foi recebido o seu discurso na Câmara dos Comuns não lhe deixaram dúvidas quanto à atitude desse órgão. No dia seguinte, 4 de agosto, o gabinete resolveu mandar um ultimato a Berlim, exigindo que a Alemanha respeitasse a neutralidade belga e desse até a meia-noite uma resposta satisfatória. Os ministros do kaiser não tiveram outra resposta a dar senão que se tratava de uma necessidade militar e que era questão de vida ou de morte para a Alemanha poderem os seus soldados alcançar a França pelo caminho mais fácil e mais rápido. Quando o relógio bateu meia-noite, estavam em guerra a Inglaterra e a Alemanha. Outras nações foram rapidamente lançadas no terrível sorvedouro. Em 7 de agosto os montenegrinos juntaram-se aos seus consanguíneos sérvios na luta contra a Áustria. Duas semanas depois o Japão declarou guerra à Alemanha, em parte devido a sua aliança com a Inglaterra, mas sobretudo com o objetivo de conquistar as possessões alemãs do Extremo-Oriente. Em 1.° de agosto a Turquia negociou uma aliança com a Alemanha e em outubro iniciou o bombardeio dos portos russos do Mar Negro. Destarte, a maioria das nações positivamente ligadas por alianças ingressaram no conflito em sua fase inicial, quer de um lado, quer do outro. A Itália, no entanto, embora ainda fosse oficialmente um membro da Tríplice Aliança, proclamou a sua neutralidade. Insistiam os italianos em que a Alemanha não estava fazendo uma guerra defensiva e, por conseguinte, não tinham a obrigação de auxiliá-la. Nada diziam, está claro, sobre o seu acordo secreto com a França, firmado em 1902. A Itália manteve-se neutra até maio de 1915, quando, seduzida por promessas

secretas da cessão de territórios austríacos e turcos, lançou-se à guerra ao lado da Triple Entente.

O tumulto e a excitação que acompanharam o início da grande hecatombe de 1914 há muito que se extinguiram, mas continua de pé a importante questão de saber-se quem foi o responsável pela horrível conflagração. Os historiadores que examinaram os fatos declaram com unanimidade quase absoluta que não se pode considerar como culpada nenhuma nação em particular. A culpa deve ser dividida entre a Sérvia, a Áustria, a Rússia, a Alemanha, a França e, talvez, a Inglaterra e a Itália também. É impossível determinar, todavia, qual a parte que cabe a cada um desses países. Parece justo afirmar que nenhuma das grandes potências desejava realmente uma guerra geral, mas a política adotada por algumas delas tornavam tal guerra inevitável. A Alemanha, por exemplo, considerou essencial aos seus interesses apoiar a Áustria na temerária decisão desta de punir a Sérvia, embora estivesse lançando com isso um desafio à Rússia. Os alemães aparentemente esperavam que a Rússia negasse ouvidos ao desafio, mas não tinham certeza e estavam disposto a jogar no escuro, com risco de provocar uma guerra geral. Os próprios russos talvez não tivessem nenhuma intenção de guerrear a Alemanha ou mesmo a Áustria, mas não vacilaram em ameaçar o status quo conspirando para obter o controle dos Estreitos, nem em favorecer o nacionalismo sérvio ao ponto de fazer perigar a segurança da Áustria-Hungria. Do mesmo modo a França, no tocante à sua política marroquina, visava objetivos que sem dúvida lhe pareciam razoáveis, mas que não poderiam ser alcançados senão à custa dos interesses alemães. E assim por diante. A ambição econômica e a preocupação com a segurança ou com a grandeza nacional levaram muitos estados europeus a adotar linhas de ação que colocaram o continente à beira da guerra. A guerra ern si mesma não era o objetivo, mas foi o resultado inevitável quando se tornou impossível conciliar as ambições nacionais antagônicas. Considerar a Grande Loucura de 1914 como obra de um único indivíduo é ainda mais absurdo do que encará-la como a conspiração diabólica de uma só nação. Atualmente está mais que provado que o kaiser, tantas vezes representado como o Anjo das Trevas, foi menos culpado do que geralmente se crê. É verdade que gostava de fazer discursos jactanciosos, gabando-se, por exemplo, de ter permanecido ao lado da Áustria, na sua “armadura resplandecente”, por ocasião da crise da Bósnia e

referindo-se a si mesmo como o “Altíssimo”. Mas o seu controle sobre o governo alemão diminuía de mês para mês. Raramente consagrava mais de duas horas por dia aos negócios públicos e em geral fazia apenas uma vaga idéia do que estava ocorrendo. Os verdadeiros negócios de estado eram dirigidos pelos seus ministros. Nenhum destes, porém, pode ser acusado de planejar deliberadamente a guerra. O chanceler von Bethmann-Hollweg foi tomado de profunda prostração nervosa nos trágicos dias finais. Tinha sido um dos últimos estadistas europeus a abandonar as esperanças de paz. Quando por fim compreendeu que a horrível catástrofe já não podia ser evitada, por pouco não enlouqueceu. Outros estadistas, talvez, mostraram mais sangue-frio, mas a maioria deles simulou, pelo menos, tentar impedir o conflito. Na realidade, a Primeira Guerra Mundial foi um movimento de proporções demasiado vastas para ter sido causado em seu todo por planos individuais. Conquanto a maíor parte dos políticos então no poder tenham sido de certo modo responsáveis, a culpa que lhes coube consistia antes da estupidez do que nas intenções criminosas. Provavelmente, poucos deles desejaram de fato a guerra, mas deixaram-se arrastar a situações difíceis e tiveram de recorrer a expedientes perigosos para evitar uma perda de prestígio. A maioria acreditava, como acreditam ainda hoje os estadistas, na fanfarronada e na ameaça como métodos de forçar um governo rival a ceder. Por vezes tais táticas surtiam efeito, como em 1909, quando o chanceler von Bulow fêz a Rússia recuar da posição assumida na crise da Bósnia. Mesmo nas circunstâncias maís favoráveis, porém, o blefe entre nações está repleto de tremendos riscos. Em grande parte, também, os indivíduos que ocupavam os postos de mando em 1914 não passaram de instrumentos de forças muito mais poderosas que eles. Sazonov e Izvolski não criaram o pan-eslavismo na Rússia, do mesmo modo que o movimento de revanche na França não foi invenção de Poincaré. A Primeira Guerra Mundial foi um produto do chauvinismo, de ambições de prestígio nacional, da competição capitalista pelos mercados e por novos campos de investimento, dos ódios seculares entre as nações e dos temores suscitados pelas crises e pelas corridas armamentistas. Quando tais fatores se combinam para governar a constelação dos acontecimentos, primeiros-ministros e ministros do Exterior pouco mais são do que meros joguetes do destino.

Num sentido ainda mais amplo, a conflagração de 1914 foi a consequência virtualmente inevitável do sistema de política de poder que havia cerca de trezentos anos vinha fazendo a infelicidade do continente europeu. Esse sistema baseava-se na doutrina de que cada estado é absolutamente soberano e, por conseguinte, tem o direito de seguir a política exterior que parecer mais adequada aos seus interesses. Se um estado, a fim de obter matérias-primas ou melhorar as suas defesas, achava conveniente lançar as suas garras sobre o território de um vizinho fraco, fazia-o sem trepidar e não havia ninguém para lhe negar tal direito. A maioria das grandes nações da Europa procurava conseguir a segurança para si estabelecendo uma espécie de equilíbrio de forças. Infelizmente, porém, cada uma tentava inclinar a balança em seu favor, em geral formando alianças para depois fortalecê-las ao máximo. Isso conduzia, entre as nações não incluídas nessas alianças, ao receio de serem cercadas, à formação de contra-alianças e aos esforços para anular qualquer coisa que se assemelhasse a uma liga de inimigos. Pelas alturas de 1914 as nações do mundo se encontravam quase num estado de natureza, sem nenhuma autoridade eficaz para refreá-las ou para julgarlhes as contendas. Era, virtualmente, uma condição de anarquia internacional.

3. A PROVA DE SANGUE

No evangelho profético conhecido como o Apocalipse conta-se que as forças do bem e do mal se concentrarão no “grande dia de Deus” para travarem batalha em Harmagedon. Dir-se-ia que o autor desconhecido estava pensando no titânico conflito em que se engolfaram as nações européias em 1914. Isso porque poucos admitiam que aquela guerra fosse uma luta entre potências imperialistas rivais ou um produto dos ciúmes nacionalistas; era, ao invés, representada pelos porta-vozes de ambos os campos como uma cruzada contra as forças do mal. Mal havia começado o conflito, os líderes políticos da Inglaterra e da França caracterizaram-no como um denodado esforço para salvaguardar os direitos dos fracos e preservar a supremacia do direito e da moral internacionais, Em 6 de agosto de 1914, o primeiro ministro Asquith declarou que a Inglaterra entrara na luta para defender “o princípio de que as nacionalidades menores não

devem ser esmagadas pela vontade arbitrária de uma potência forte e dominadora". Do outro lado do Canal da Mancha, o presidente Poincaré asseverava pomposamente aos seus compatriotas que a França não tinha outro objetivo senão o de defender "perante o universo a Liberdade, a Justiça e a Razão". Mais tarde, em consequência da pregação de escritores e oradores eloquentes como H. G. Wells, Gilbert Murray e Woodrow Wilson, a cruzada da Entente converteuse numa guerra "para acabar com todas as guerras", "assegurar a democracia no mundo" e redimir a humanidade da maldição do militarismo. No campo adversário, os subordinados do kaiser faziam tudo que podiam para justificar os esforços militares da Alemanha. A luta contra os Aliados era representada ao povo alemão como uma cruzada em prol de uma Kultur superior e como uma batalha para proteger a pátria contra a perversa política de cerco das potências da Entente.

A Primeira Guerra Mundial foi singular sob vários aspectos. Não só inaugurou dezenas de armas novas mas também introduziu métodos de luta que diferiam radicalmente dos usados na maioria dos conflitos anteriores. Salvo breves ataques de infantaria, a guerra aberta desapareceu quase que desde o início. Depois das primeiras semanas os exércitos antagonistas se instalaram numa vasta rede de trincheiras, das quais partiam assaltos, comumente ao lusco-fusco da madrugada, a fim de desalojar o inimigo. De um modo geral a luta foi um prélio de resistência em que a vitória dependeu principalmente dos recursos naturais é da possibilidade, para os Aliados, de obterem do outro lado do Atlântico provisões quase ilimitadas de dinheiro, alimentos e munições. Não erraremos talvez se dissermos que a Primeira Guerra Mundial se distinguiu por uma selvajaria maior do que qualquer outra luta armada anterior dos tempos modernos. O uso dos gases venenosos, das metralhadora, do lança-chamas e das balas explosivas cobrou um tributo de mortes e de medonhos ferimentos absolutamente inédito, sem precedentes mesmo nas longas campanhas de Napoleão. Muito característico dessa selvageria foi o fato de ter excedido o número de civis mortos nos bombardeios aéreos, nos massacres, pela fome e pelas epidemias, o número de soldados que pereceram em combate. Por fim, a Primeira Guerra Mundial levou a palma a todas as demais pelo enorme tamanho dos seus exércitos. Ao todo, cerca de 65.000.000 de homens lutaram, durante períodos mais ou menos longos, sob as bandeiras das

diversas nações beligerantes. Foi o clímax da tendência progressiva para a guerra em massa, tendência que datava dos tempos da Revolução Francesa.
À medida que o conflito se prolongava por quatro pavorosos anos, um número cada vez maior de nações se empenhava na luta, de um lado ou do outro. Vimos que a Itália retardou a sua entrada até a primavera de 1915. A Bulgária juntou-se às Potências Centrais em setembro de 1915 e a Rumânia aliou-se ao campo oposto cerca de um ano depois. Mas o acontecimento que por fim fêz pender a balança em favor da vitória da Entente foi a declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, em 6 de abril de 1917. Os Estados Unidos entraram na guerra por diversas razões. A maioria dos seus cidadãos eminentes eram de origem britânica. Isso sucedia em geral com os reitores de universidades, os principais ministros protestantes, os magnatas da imprensa e os altos funcionários públicos. As tradições culturais do país, a sua teoria jurídica e política e as bases da sua literatura vinham sobretudo da Inglaterra. As agências britânicas de propaganda tiraram o máximo proveito desses laços étnicos e culturais e fomentaram habilmente entre os americanos a crença de que as nações da Entente estavam lutando em defesa da civilização. A propaganda alemã, pelo contrário, era tosca e inepta; e quando ela falhou, os agentes alemães e austríacos tentaram provocar greves e sabotagem nas fábricas de munições norte-americanas. A Alemanha vinha sendo alvo do temor e da desconfiança dos americanos desde a guerra de 1898 com a Espanha, quando um almirante alemão passou por ter criado obstáculo à tomada de Manilha pelo comodoro Dewey. O seu sistema de fazer guerra em 1914, e em particular a violação da neutralidade da Bélgica, faziam recrudescer esse temor e essa desconfiança. Poucas semanas depois de se iniciarem as hostilidades alguns americanos entraram a chamar os alemães de "hunos".
Poderosas forças econômicas também muito contribuíram para despertar a simpatia do povo americano para com a causa da Entente. Em 1915 os Estados Unidos tinham-se tornado o principal fornecedor de munições e de outros materiais bélicos à Inglaterra, à Rússia e à França. Esse tráfico alcançou tais proporções que transformou uma depressão, iniciada em 1913, em resplandecente prosperidade. A maioria dos artigos não era comprada a dinheiro mas a crédito, ou paga por meio de empréstimos lançados nos Estados Unidos. Em abril de 1917, pelo menos um bilhão e meio de dólares em obrigações dos governos aliados tinham sido vendidos ali. Conquanto

não haja provas de que os compradores dessas obrigações tenham exercido pressão direta sobre o presidente Wilson para levar a nação à guerra, não deixa de ser verdade que um número considerável de cidadãos influentes estavam financeiramente interessados numa vitória da Entente. Outra causa fundamental que induziu os Estados Unidos a se tornarem uma nação beligerante foi a decisão final do presidente Wilson, de que o seu país devia desempenhar um papel dominante na reestruturação do mundo quando terminasse a guerra. Sonhava estabelecer uma nova ordem mundial baseada numa Liga de Nações que preservasse no futuro a justiça e punisse os agressores. Durante a maior parte da guerra recusara-se a acreditar que um campo ou o outro tivesse a razão exclusivamente do seu lado. Ainda em dezembro de 1916 havia declarado que os objetivos de guerra de ambos os grupos de beligerantes lhe pareciam ser essencialmente os mesmos. Ainda estava convencido de que a "paz sem vitória" e sem humilhações nem penalidades drásticas seria o fundamento necessário do novo regime de concórdia duradoura entre as nações. No fundo, porém, acreditava que a "autocracia" e o "militarismo" germânicos constituíam grandes obstáculos à realização do seu ideal. Como o governo alemão repelisse os seus esforços em prol da paz e mostrasse uma decisão crescente de ganhar a guerra pela implacabilidade e pelo desprezo ao direito internacional, essa convicção fortaleceu-se enormemente. Não tinha ainda nenhum motivo de disputa com o povo alemão, mas acreditava que as tendências recentes do governo daquele país não lhe deixavam outra alternativa senão esmagá-lo pela força. Uma causa subjacente final foi a preocupação do governo americano com a manutenção do equilíbrio de poderes na Europa. Durante anos, fora doutrina dominante no Departamento de Estado e entre os oficiais do exército e da marinha que a segurança dos Estados Unidos dependia de um equilíbrio de forças no Velho Mundo. Não era admissível que uma potência estabelecesse a sua supremacia sobre toda a Europa. Enquanto a Grã-Bretanha fosse bastante forte para impedir essa supremacia, a América não corria perigo. Crêem alguns entendidos que as autoridades norte-americanas estavam acostumadas a encarar a marinha britânica como o escudo da segurança deste continente e não podiam conceber uma mudança de tal situação. A Alemanha, por outro lado, não só desafiava a supremacia naval britânica mas ameaçava levar o povo inglês à rendição pela fome e tornar-se senhora de toda a Europa. A causa direta da participação americana na

Primeira Guerra Mundial foi a guerra submarina dos alemães. Foi, porém, muito mais do que uma causa imediata ordinária. Consideram-na alguns historiadores como o mais importante de todos os fatores, alegando que sem ela os americanos nunca teriam entrado na guerra. Quando esta começou a Alemanha possuía apenas uma pequena frota de submarinos, mas aumentou-lhes rapidamente o número. Em 4 de fevereiro de 1915 o governo do kaiser anunciou que os navios neutros que se dirigissem para os portos britânicos seriam torpedeados sem aviso prévio. O presidente Wilson replicou a esse desafio declarando que os Estados Unidos considerariam a Alemanha "estritamente responsável" por qualquer dano causado à vida ou aos bens de norte-americanos. A advertência não produziu efeito. Os alemães estavam convencidos de que o submarino era uma das suas armas mais valiosas e consideravam-se justificados em usá-lo como represália ao bloqueio britânico. Violaram os compromissos de respeitar os direitos dos americanos e continuaram a afundar de quando em quando navios de passageiros, causando por vezes a morte de cidadãos americanos. Como os ministros do kaiser anunciassem que a 1.° de fevereiro de 1917 dariam início a uma guerra submarina irrestrita, Wilson rompeu as relações diplomáticas com o governo de Berlim. A 2 de abril compareceu perante uma sessão conjunta das duas casas do Congresso e solicitou uma declaração de guerra. A declaração foi aprovada quatro dias depois, contra apenas seis votos negativos no Senado e cinquenta na Câmara de Representantes.

Num livro como este não é possível nem desejável fazer um relato completo da história militar da Primeira Guerra Mundial. Como todos sabem, o teatro principal da guerra foi a frente ocidental, que incluía a Bélgica e o leste da França, desde os Vosgos até o Mar do Norte. Aí, por um breve período, os alemães varreram tudo que encontravam pela frente, avançando até 22 quilômetros de Paris em apenas um mês de guerra. Não conseguiram, porém, tomar a cidade. Os franceses descobriram um ponto fraco nas linhas alemãs e rechaçaram as hostes do kaiser para o vale do rio Marne, onde, nos começos de setembro de 1914, se deu uma série de combates conhecida como a primeira batalha do Marne. Embora nenhum dos campos pudesse anunciar uma vitória decisiva, era evidente que o avanço alemão tinha sido sustado. Essa batalha também é importante por ter assinalado o fim da guerra aberta. Ambos os exércitos construíram um

complicado sistema de trincheiras e alojaram-se atrás de redes de arame farpado. Dessa data até a primavera de 1918 a guerra na frente ocidental ficou, por assim dizer, empatada. Conquanto os ingleses e franceses conseguissem vantagens consideráveis, não puderam alcançar uma vitória esmagadora que obrigasse a Alemanha a pedir a paz. Mas em março de 1918 os alemães lançaram um poderoso ataque que ameaçou, por certo tempo, levar de vencida a resistência dos exércitos aliados. Seguiu-se uma contra-ofensiva dos franceses, ingleses e americanos que continuou por todo o verão, entrou pelo outono a dentro e finalmente pôs termo à guerra.

Nas frentes oriental e meridional as Potências Centrais mantiveram-se vitoriosas durante muito mais tempo. No fim de agosto de 1914 o avanço russo foi repentinamente detido em Tannenberg, na Prússia Oriental, e pouco depois os generais do cazar iniciaram uma retirada ao longo de toda a frente. Em 1915 os alemães e austríacos tomaram quase toda a Polônia russa e a Lituânia, transformando todos os contra-ataques russos em derrotas desastrosas. Depois que o czar foi destronado pela revolução de março de 1917, a Rússia retirou-se praticamente da guerra. O governo provisório envidou tentativas para renovar a luta, mas o povo estava tão descoroçoado que nada se conseguiu. Em março de 1918 o governo bolchevique concluiu um tratado de paz. Nesse meio tempo a Rumânia tinha sido conquistada pelos alemães e a Sérvia fora reduzida à impotência pelos austríacos e búlgaros. Na frente meridional, os italianos conseguiram manter os austríacos encurralados por mais de dois anos e até conquistar pequenas porções do escabroso território do litoral nordeste do Adriático.

Mas, pelos meados de 1917, começaram a se cansar da estrênua luta. O derrotismo grassava tanto no governo como entre as tropas. Em outubro os austríacos romperam as defesas da fronteira e desbarataram o desmoralizado exército italiano em Caporetto. Foram feitos 200.000 prisioneiros, sem falar de imensa quantidade de armas e munições. Foi um golpe que abalou profundamente os italianos, e do qual mal conseguiram refazer-se antes do fim da guerra.

Enquanto ia ainda acesa a luta nas várias frentes, fizeram-se várias tentativas para iniciar as negociações de paz. Na primavera de 1917, socialistas holandeses e escandinavos resolveram convocar uma conferência socialista internacional a reunir-se em Estocolmo, tencionando traçar planos para terminar a luta, os quais pudessem ser aceitos por todos os

beligerantes. O soviete de Petrogrado abraçou a idéia e, a 15 de maio, emitiu um apelo aos socialistas de todas as nações para que mandassem delegados à conferência e persuadissem os seus governos a aceitar uma paz "sem anexações nem indenizações, sobre a base da autodeterminação dos povos". Os partidos socialistas de todos os países principais, tanto de um campo como do outro, acolheram entusiasticamente essa fórmula e estavam ansiosos por enviar delegados à conferência, mas o projeto foi abandonado quando os governos inglês e francês negaram permissão a qualquer de seus súditos para participar dela. A prova de que os governantes dos estados da Entente não temiam essas propostas unicamente por terem emanado de socialistas está no fato de haverem rejeitado com a mesma veemência uma fórmula semelhante sugerida pelo papa. Em 1º. de agosto desse mesmo ano o papa Bento XV fêz um apelo aos vários governos para que renunciassem a quaisquer indenizações, para que as disputas internacionais fossem resolvidas no futuro por arbitragem, os armamentos fossem reduzidos, Instituídas as zonas ocupadas aos seus donos, e se convocassem plebiscitos para decidir sobre o destino de territórios como a Alsácia-Lorena, a Polônia e o Trentino. Ninguém se mostrou disposto a tomar a sério essas propostas. Woodrow Wilson, como porta-voz dos Aliados, declarou que seriam impossíveis as negociações de paz em quaisquer condições enquanto a Alemanha permanecesse sob o governo do kaiser. As Potências Centrais diziam encarar com bons olhos as sugestões do Sumo Pontífice, mas recusavam comprometer-se no tocante a indenizações e restituições, especialmente a restauração da Bélgica.

A mais famosa de todas as propostas de paz foi o programa de Wilson, constante de quatorze itens, que o presidente norte-americano incorporou na sua mensagem ao Congresso em 8 de janeiro de 1918. Em resumo, os 14 Pontos eram os seguintes: 1) "acordos públicos, negociados publicamente", ou seja a abolição da diplomacia secreta; 2) liberdade dos mares; 3) eliminação das barreiras econômicas entre as nações; 4) limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança"; 5) ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas; 6) evacuação da Rússia; 7) restauração da independência da Bélgica; 8) restituição da Alsácia e da Lorena à França; 9) reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis"; 10) desenvolvimento autônomo

dos povos da Áustria-Hungria; 11) restauração da Rumânia, da Sérvia e do Montenegro, com acesso ao mar para a Sérvia; 12) desenvolvimento autônomo dos povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente"; 13) uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas" e com acesso para o mar e 14) uma Liga de Nações. Em diversas outras ocasiões, no decorrer de todo o ano de 1918, Wilson reafirmou em discursos públicos que esse programa formava a base da paz pela qual trabalharia. Milhares de cópias dos 14 Pontos foram espalhadas pelos aviões aliados sobre as trincheiras alemãs e atrás das linhas, num esforço de convencer tanto os soldados quanto o povo de que as nações aliadas se estavam esforçando por estabelecer uma paz justa e duradoura.
Ao terminar o verão de 1918 a longa e horrível carnificina aproximava-se do fim. A grande ofensiva lançada em julho pelos ingleses, franceses e americanos desferiu sucessivos golpes esmagadores contra os batalhões alemães, obrigando-os a recuar quase até a fronteira belga. No fim de setembro, a causa das Potências Centrais estava perdida. A Bulgária retirou-se da guerra a 30 desse mês. Nos primeiros dias de outubro o novo chanceler alemão, o Príncipe Max de Baden, um liberal, apelou para o presidente Wilson propondo negociações de paz na base dos 14 Pontos. Mas a luta continuou, porque Wilson tinha voltado à sua primitiva exigência de que os alemães apeassem o kaiser do trono. Pouco depois, os aliados restantes da Alemanha viram-se à beira do colapso. A Turquia rendeu-se no fim de outubro. O império dos Habsburgos estava sendo desintegrado pelas revoltas dos eslavos. Além disso, uma ofensiva austríaca não só fora infrutífera mas incitara os italianos a uma contraofensiva que resultou na tomada de Trieste e na captura de 300.000 prisioneiros. A 3 de novembro o imperador Carlos, que sucedera em 1916 a Francisco José, assinou um armistício que pôs a Áustria fora da guerra. A Alemanha ficou então com a impraticável tarefa de continuar sozinha a luta. O moral das tropas decaía rapidamente. O bloqueio causava tamanha escassez de alimentos que o povo corria o perigo de ser dizimado pela fome. Os abalos revolucionários que se vinham fazendo sentir desde havia algum tempo transformaram-se em violento terremoto. Em 8 de novembro foi proclamada uma república na Baviera. No dia seguinte, quase toda a Alemanha estava convulsionada pela revolução. Publicou-se em Berlim um

decreto anunciando a abdicação do kaiser e bem cedo na manhã do dia 10 o neurótico imperador embarcou para o exílio na Holanda. Entrementes, o governo da nação havia passado para as mãos de um conselho provisório chefiado por Friedrich Ebert, líder dos socialistas no Reichstag. Ebert e os seus colegas tomaram medidas imediatas para concluir as negociações de um armistício. As condições impostas pelos Aliados estabeleciam a aceitação dos 14 Pontos, com três modificações. Primeiro, o ponto referente à liberdade dos mares fora riscado, de acordo com o pedido da Inglaterra. Segundo, a restauração das zonas invadidas devia ser Interpretada de modo a incluir reparações. Terceiro, não se exigia mais autonomia para os povos vassalos da Áustria-Hungria, mas independência. Além disso, tropas das nações aliadas ocupariam certas cidades do vale do Reno; o bloqueio continuava em vigor; e a Alemanha devia entregar 5.000 locomotivas, 150.000 vagões ferroviários e 5.000 caminhões, tudo em bom estado. Duras como eram essas condições, o governo alemão não teve outro remédio senão aceitar. Às cinco horas da manhã de 11 de novembro dois delegados da nação derrotada encontraram-se na escura floresta de Compiègne com o Marechal Foch e assinaram os papéis que punham termo oficialmente à guerra. Seis horas mais tarde foi dada às tropas a ordem de cessar fogo. Nessa noite, milhares de pessoas dançaram nas ruas de Londres, Paris e Roma, presas do mesmo delírio com que haviam saudado as declarações de guerra.

A vitória fora finalmente conquistada, mas que trágica vitória! De um total de mais de 42 milhões de homens mobilizados pelos Aliados, pelo menos 7 milhões tinham perdido a vida; 5 milhões morreram em ação ou em consequência de ferimentos; os restantes tinham sido dados como "desaparecidos" depois das batalhas. Mais de 3 milhões de outros ficaram totalmente incapacitados, muitos deles com mutilações tão horríveis que melhor seria tivessem perecido. Vê-se, destarte, que quase um quarto dos soldados alistados nos exércitos aliados foram vitimados pela guerra. Isso teria sido um preço terrível mesmo que se concretizassem todos os ganhos que, por hipótese, deveriam decorrer de uma vitória da Entente. Mas poucos foram, na verdade, os ganhos permanentes. A guerra que seria "o fim de todas as guerras" não fêz mais do que lançar as sementes de um novo e mais pavoroso conflito no futuro. A autocracia do kaiser foi certamente destruída, mas estava preparado o terreno para novos despotismos que

fariam o império de Guilherme II parecer um paraíso de liberdade. Além disso, a Primeira Guerra Mundial nada fêz para reprimir quer o militarismo, quer o nacionalismo. Vinte anos depois de finda a luta havia quase duas vezes mais homens em armas do que em 1913 e as rivalidades nacionais e ódios raciais estavam mais profundamente arraigados do que nunca. Esses fracassos não se deveram ao fato de terem os Aliados ganhado a guerra, mas sim, como veremos, ao de terem perdido a paz.

4. A PAZ DOS VENCEDORES

A chamada paz, que se firmou nas várias conferências realizadas em 1919 e 1920, quase não tem precedentes nos anais das nações modernas. Foi antes uma paz imposta do que negociada. Ao invés de ser um acordo entre vencedores e vencidos, concluído em redor de uma mesa de debates, pretendia assumir o caráter de "uma sentença imposta por um tribunal". Nenhum alemão ou austríaco foi admitido às conferências, até que os documentos ficaram completos e prontos para receber as assinaturas dos culpados. Os motivos desse procedimento quase inédito devem ser procurados na torrente de paixões desencadeadas durante a guerra. As massas tinham sido levadas a acreditar que toda a razão e a justiça estavam de um lado e, portanto, que cumpria tratar os inimigos como criminosos. Esse sentimento não se restringia aos países da Entente. Se as Potências Centrais tivessem conquistado a vitória, dificilmente teriam concedido maiores oportunidades para a negociação de um acordo. A conferência convocada em Paris para estabelecer as condições de paz com a Alemanha esteve teoricamente reunida de janeiro a junho de 1919. Só se realizaram, porém, seis sessões plenárias. A maioria dos delegados poderia muito bem ter ficado em casa. Todos os assuntos importantes da conferência foram tratados por pequenas comissões. A princípio havia um Conselho dos Dez, formado pelo presidente e pelo secretário de estado dos Estados Unidos e pelos primeiros-ministros e ministros do Exterior da Grã-Bretanha, da França, da Itália e do Japão. Pelos meados de março, como esse órgão parecesse de manejo excessivamente difícil, foi reduzido a um Conselho dos Quatro, do qual faziam parte o presidente dos Estados Unidos e os primeiros-ministros da Inglaterra, da Itália e da França. Um mês depois o

Conselho dos Quatros transformou-se num Conselho dos Três, quando o primeiro-ministro Orlando se retirou abespinhado da Conferência porque Wilson recusara conceder à Itália tudo que ela exigia.

O caráter definitivo do Tratado de Versalhes foi fixado quase que inteiramente pelos chamados "Três Grandes" — Wilson, Lloyd George e Clemenceau. Seria quase impossível encontrar três estadistas com personalidades mais diferentes entre si. Wilson era um idealista inflexível, acostumado a dar ordens e convencido de que as forças da equidade estavam do seu lado. Quando se defrontava com realidades desagradáveis, como eram os tratados secretos entre os governos da Entente para a divisão dos despojos, tinha o hábito de pô-las de parte como coisas destituídas de importância e acabava esquecendo-as como se nunca tivesse ouvido falar nelas. Embora conhecesse pouco as tortuosas maquinações da diplomacia européia, o seu temperamento inflexível não lhe permitia aconselhar-se com os seus colegas nem ajustar os seus pontos de vista aos destes. David Lloyd George era um astuto advogadozinho de Gales que sucedera a Asquith como primeiro-ministro da Inglaterra em 1916. Sua habilidade e seu humor céltico valeram-lhe o sucesso em muitas ocasiões em que Wilson fracassou; mas era acima de tudo um político — matreiro, ignorando as condições européias e indiferente mesmo aos seus mais graves enganos. Clemenceau dizia dele:

"Imagino que esse homem saiba ler, mas duvido que jamais leia alguma coisa."

O terceiro componente do grande triunvirato era o velho e cético primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau. Nascido ainda na década de 1830, Clemenceau fora jornalista nos Estados Unidos logo depois da Guerra Civil. Mais tarde angariara a alcunha de "Tigre" como inimigo implacável dos clericais e monarquistas. Pugnara pela república nos tempestuosos dias do episódio boulangista, do caso Dreyfus e da luta pela separação entre a igreja e o estado. Por duas vezes tinha visto a França invadida e a sua existência correr grave perigo. Agora a situação se invertera e os franceses, no pensar de Clemenceau, deviam tirar todas as vantagens da oportunidade. Somente conservando debaixo de rígido controle a Alemanha prostrada é que a França poderia garantir a sua segurança.

Desde o começo, os principais arquitetos do Tratado de Versalhes tiveram pela frente dois problemas bastante embaraçosos. Um deles era o que fazer

com os 14 Pontos. Não podia haver dúvida de que eles tinham sido a base da rendição da Alemanha em 11 de novembro. Era igualmente indiscutível que Wilson os apresentara como o programa da Entente para uma paz permanente. Os povos do mundo tinham, por conseguinte, todo o direito de esperar que os 14 Pontos constituíssem o modelo do Tratado de Versalhes, sujeitos tão-somente às três emendas introduzidas antes da assinatura do armistício. Mas qual foi o resultado? Entre os mais altos dignitários da conferência, nem um só homem, com exceção do próprio Wilson, levava a sério os 14 Pontos. Conta-se que Clemenceau dissera em ar de mofa: "Até Deus se contentou com dez mandamentos, mas Wilson precisa de quatorze". No final das contas o presidente dos Estados Unidos só pôde salvar, e assim mesmo sob uma forma modificada, três artigos do seu famoso programa: o sétimo, que prescrevia a restauração da Bélgica; o oitavo, que exigia a restituição da Alsácia-Lorena à França; e o último, que instituía a Liga das Nações. Os outros foram desdenhados ou modificados a tal ponto que perderam a sua significação original. Citemos dois exemplos: o ponto 4, que exigia a redução dos armamentos, foi aplicado somente às nações derrotadas; e o ponto 11, pelo qual eram restauradas a Rumânia, a Sérvia e o Montenegro, foi alterado de modo a permitir que a Rumânia dobrasse o seu território e que a Sérvia engolisse o Montenegro!

A segunda questão embaraçosa era a da atitude a tomar com respeito aos tratados secretos. Enquanto a guerra seguia o seu curso, diversas transações clandestinas tinham sido negociadas pelos governos da Entente, relativas à divisão dos despojos. Em março de 1915 ficara assentado que a França recuperaria a Alsácia-Lorena e controlaria a margem esquerda do Reno e que a Grã-Bretanha e a França dividiriam entre si as colônias alemãs da África, enquanto a Rússia se apoderaria de Constantinopla e do Polônia alemã e austríaca. Em abril desse mesmo ano a Itália foi induzida a entrar na guerra ao lado dos Aliados pela promessa de lhe serem concedidos territórios austríacos e turcos, inclusive Trieste, o sul do Tirol e uma porção da Dalmácia. Depois desses, ainda houve acordos para dar a Armênia à Rússia e quase todo o resto do Império Otomano à Inglaterra e à França, sem falar na entrega, ao Japão, das concessões alemãs na China e das ilhas oceânicas alemãs situadas ao norte do equador. É impossível dizer por quanto tempo esses tratados teriam permanecido secretos se não fosse a revolução na Rússia. Ao galgarem o poder em novembro de 1917 os

bolcheviques resolveram desacreditar a guerra por todos os meios possíveis. Devassaram, portanto, os arquivos do czar, trazendo a público certos documentos interessantíssimos. Pouco depois os tratados secretos eram estampados pelo Manchester Guardian e pelo New York Evening Post. Os estadistas da Entente reunidos na Conferência de Versalhes viram-se, pois, na impossibilidade de negar a existência de tais tratados. Durante algum tempo Wilson esforçou-se para que eles fossem repudiados e chegou a negar permissão para que a Itália tomasse o porto de Fiúme, no Adriático; mas no tocante à maioria dos outros acordos acabou por ceder. O resultado foi que a distribuição dos territórios tomados às nações vencidas seguiu com notável precisão as linhas traçadas pelos acordos secretos. Wilson permitiu até que o Japão se apoderasse das concessões alemãs na China, a despeito de terem os chineses feito a guerra do lado dos Aliados. Nos fins de abril de 1919 estavam prontos para ser submetidos ao inimigo os termos do Tratado de Versalhes e a Alemanha recebeu ordem de enviar seus delegados para ouvi-los. A 29 desse mês uma delegação chefiada pelo Conde von Brockdorff-Rantzau, ministro do Exterior do governo republicano provisório, chegou a Versalhes e foi encarcerada sem tardança num hotel, sendo virtualmente tratada como prisioneira. Uma semana depois os membros da delegação tiveram ordem de comparecer perante os representantes dos Aliados, a fim de conhecerem a sentença imposta à sua nação. Como von Brockdorff-Rantzau protestasse dizendo que os termos eram duros demais, informou-o Clemenceau de que a Alemanha teria exatamente três semanas para resolver se assinaria ou não. Entretanto, foi preciso prolongar o prazo, pois os chefes do governo alemão preferiram demitir-se a aceitar o tratado. Sua atitude foi resumida pelo chanceler Philip Scheidemann numa frase incisiva: “Qual a mão que não secaria depois de tentar prender a si mesma e a nós nestes grilhões?” Os Três Grandes fizeram então alguns arranjos subsidiários, principalmente a instâncias de Lloyd George, e a Alemanha foi notificada de que às sete horas da tarde de 23 de junho proceder-se-ia à invasão do país se este não tivesse aceito o tratado. Pouco depois das cinco horas, um novo governo provisório anunciou que se rendia ante a “força esmagadora” e acedia aos termos dos vencedores. Em 28 de junho, quinto aniversário do assassínio do Arquiduque Francisco Fernando, representantes do governo alemão e dos

Aliados reuniram-se no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes e apuseram suas assinaturas ao Tratado.

Estilo funcional aplicado a um arranha-céus moderno. As construções dêste estilo tiram proveito dos mais recentes materiais — ligas de aço, alumínio, tijolos de vidro — e proporcionam um máximo de luz e ventilação. (Philadelphia Savings Fund Building.)

Fábrica em estilo moderno. As fábricas dêste tipo são encontradas mormente nas indústrias mais novas e mais prósperas. (Industrial Tape Corp.)

ARQUITETURA MODERNA

Casa inglêsa em estilo funcional. O desenho não é determinado pelos conceitos tradicionais de beleza, mas pela finalidade de cada parte do edifício. (F. S. Lincoln.)

Edifícios de apartamentos da cidade de Nova York, financiados pela "Metropolitan Life Insurance Co.". Ao fundo avistam-se os arranha-céus do centro da cidade. (Thomas Airviews)

ARTES DECORATIVAS
NOS SÉCULOS
XVIII e XIX

Salão de recepção georgiano. Traços característicos são o painel clássico acima da lareira, os móveis Chippendale e o papel da parede com desenhos chineses. (Metropolitan Museum of Art.)

Interior Luiz XV. Os móveis e o remate decorativo das paredes refletem a elegância e o formalismo da côrte de Luiz XV. (Metropolitan Museum of Art.)

Interior vitoriano. O mobiliário custoso e pesado revela o gôsto da nova classe média do século XIX. (Metropolitan Museum of Art.)

As disposições do Tratado de Versalhes podem ser esboçadas em linhas gerais. A Alemanha devia entregar a Alsácia-Lorena à França, Eupen e Malmédy à Bélgica, o Schleswig setentrional à Dinamarca e a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental à Polônia. As minas de carvão da bacia do Sarre seriam cedidas à França, que teria o direito de explorá-las durante quinze anos. Ao terminar esse prazo o governo alemão poderia tornar a

comprá-las. Quanto ao próprio território do Sarre, seria administrado pela Liga das Nações até 1935, data em que se realizaria um plebiscito para decidir se ele continuaria submetido à Liga, se voltaria para a Alemanha ou se seria concedido à França. Em consequência dessas disposições territoriais a Alemanha era despojada de um sexto das suas terras aráveis, dois quintos do seu carvão, dois terços do seu ferro e sete décimos do seu zinco. A Prússia Oriental ficava separada do resto do território alemão e o porto de Danzig, quase inteiramente teutônico, era submetido ao controle político da Liga das Nações e ao domínio econômico da Polônia. Além disso, a Alemanha era forçada a entregar à Inglaterra, à França e à Bélgica praticamente todos os seus navios mercantes de algum valor, um oitavo do seu gado e enormes quantidades de carvão, materiais de construção e máquinas. Foi, naturalmente, desarmada. Entregou todos os submarinos e toda a marinha de superfície, com exceção de seis couraçados pequenos, seis cruzadores ligeiros, seis destróieres e doze torpedeiros. Foi-lhe proibido ter qualquer aviação militar ou naval e limitou-se o seu exército a 100.000 homens, entre oficiais e soldados, os quais seriam recrutados por alistamento voluntário. A fim de prevenir qualquer novo ataque futuro à França ou à Bélgica, não se lhe permitiu manter soldados nem construir fortificações no vale do Reno. Por último, a Alemanha e seus aliados foram responsabilizados por todas as perdas e danos sofridos pelos governos da Entente e seus cidadãos "em consequência da guerra que lhes fora imposta pela Alemanha e pelos seus aliados". Era essa a chamada cláusula da culpa da guerra do tratado (artigo 231), mas foi também a base para as reparações alemãs. O problema de saber quanto teria de pagar a Alemanha em reparações foi tratado com ardilosa astúcia. O total das perdas e danos sofridos pelos governos da Entente e seus cidadãos em resultado direto da guerra não ultrapassava provavelmente dez bilhões de dólares. Tal soma, porém, nunca teria contentado os Aliados. Os franceses, em particular, faziam questão de arruinar a Alemanha de modo tão completo que esta nunca mais pudesse recuperar o seu poderio econômico e militar. Por conseguinte, resolveu-se incluir nas "perdas e danos" despesas tais como as pensões pagas às famílias dos soldados, os empréstimos belgas de guerra e o custo da manutenção dos exércitos aliados que ocuparam o vale do Reno. Deixou-se a uma Comissão de Reparações nomeada pelos governos aliados o problema de fixar o total que a Alemanha deveria pagar. Em 1921 a

comissão apresentou o seu relatório, fixando o montante na suma colossal de 33 bilhões de dólares, o triplo da quantia sugerida pelos peritos economistas da Conferência de Versalhes. É claro que em toda a Alemanha não havia tanto dinheiro, mas os vencedores esperavam que no espaço de alguns anos fosse possível cobrar a maior parte dele.

De um modo geral, o Tratado de Versalhes aplicava-se únicamente à Alemanha. Pactos separados foram redigidos para ajustar contas com os seus aliados — a Áustria, a Hungria, a Bulgária e a Turquia. A forma definitiva desses tratados menores foi dada principalmente por um Conselho dos Cinco, composto de Clemenceau como presidente e de um delegado dos Estados Unidos, um da Inglaterra, um da França e um da Itália. O ajuste com a Áustria, firmado em setembro de 1919, é conhecido como o Tratado de St. Germain. Impunha à Áustria o reconhecimento da independência da Hungria, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Polônia e a cessão de grandes porções do seu território a esses novos países. Era, ademais, obrigada a entregar à Itália Trieste, o Tirol meridional e a península da Ístria. Ao todo, a porção austríaca da Monarquia Dual foi despojada de três quartos da sua área e de três quartos da sua população. Alguns dos territórios cedidos eram habitados em grande parte por alemães — como, por exemplo, o Tirol e a região das montanhas dos sudetos, concedida à Tchecoslováquia. A nação austríaca ficou reduzida a um estado pequeno, sem acesso para o mar, com quase um terço da sua população concentrado na cidade de Viena. A única esperança de prosperidade para o país residia numa união com a Alemanha, mas isso era estritamente proibido pelo tratado. As disposições do Tratado de St. Germain poderiam resumir-se numa única sentença: "A Áustria renuncia a viver."

O segundo dos tratados menores foi o de Neuilly, com a Bulgária, assinado em novembro de 1919. Na suposição, sem dúvida, de que ela não tomara parte ativa na provocação da guerra, a Bulgária foi tratada com mais brandura do que as outras Potências Centrais. Não obstante, teve de entregar quase todos os territórios que adquirira desde a primeira guerra balcânica. A Dobrudja voltou para a Rumânia, a Macedônia ocidental para o novo reino da Iugoslávia e a Trácia ocidental para a Grécia. Todas essas regiões eram habitadas por numerosas minorias búlgaras. Como a Hungria fosse agora um estado independente tornavase necessário impor-lhe um tratado separado; foi ele o Tratado do Trianon, assinado em junho de 1920.

Exigia que a Eslováquia fosse cedida à república da Tchecoslováquia, a Transilvânia à Rumânia e a Croácia-Eslavônia à Iugoslávia. Há poucos exemplos de tão flagrante violação do princípio de autodeterminação dos povos. Numerosas partes da Transilvânia tinham uma população composta de mais de 50% de húngaros. A Eslováquia incluía não somente os eslovacos mas quase um milhão de magiares e aproximadamente 500.000 rutenos. Daí o ter irrompido na Hungria, depois da guerra, um fanático movimento irredentista orientado para a recuperação dessas províncias perdidas. É oportuno acrescentar que o Tratado do Trianon reduziu o território da Hungria de 325.000 para 90.000 quilômetros quadrados e a sua população de 22 para 8 milhões. O ajuste final de contas com a Turquia resultou de circunstâncias excepcionais. Os tratados secretos haviam cogitado da transferência de Constantinopla e da Armênia para a Rússia e da divisão, entre a Inglaterra e a França, da maior parte do que restava da Turquia. Mas a retirada da Rússia do campo da guerra após a revolução bolchevique, juntamente com as exigências da Itália e da Grécia no sentido de obterem o cumprimento das promessas que lhes tinham sido feitas, impunham uma revisão considerável do plano primitivo. Por fim, em agosto de 1920 assinou-se em Sèvres, perto de Paris, um tratado que foi submetido ao governo do sultão. Estabelecia ele que a Armênia fosse organizada como uma república cristã, que a maior parte da Turquia européia fosse entregue à Grécia, que a Palestina e a Mesopotâmia se convertessem em mandatos britânicos, que a Síria se tornasse um mandato da França e que a Anatólia meridional fosse reservada como esfera de influência da Itália. Do velho Império Otomano não restariam mais que a cidade de Constantinopla e as partes setentrional e central da Ásia Menor. Intimidado pelas forças aliadas, o decrépito governo do sultão concordou ern assinar esse tratado. Mas um governo revolucionário, constituído de nacionalistas turcos e organizado em Angora sob a chefia de Mustafá Kemal, resolveu impedir que fosse posto em execução o Tratado de Sèvres. As forças de Kemal riscaram do mapa a república da Armênia, enxotaram os italianos da Anatólia e reconquistaram a maior parte do território turco europeu que fora dado à Grécia. Por fim, em novembro de 1922, ocuparam Constantinopla, depuseram o Sultão e proclamaram a república. Consentiram então os Aliados numa revisão da paz. Em 1923 um novo tratado foi concluído em Lausanne, na Suíça, permitindo aos turcos conservar praticamente todo o território que haviam

conquistado. Embora bastante reduzida no tamanho em comparação com o antigo Império Otomano, a república turca tinha ainda uma área de cerca de 780.000 quilômetros quadrados e uma população de 13 milhões. Em cada um dos cinco tratados que puseram termo à guerra com as Potências Centrais figurava o Convênio da Liga das Nações. A criação de uma liga em que todos os estados, tanto grandes como pequenos, cooperassem para a preservação da paz, era o velho sonho dourado do presidente Wilson. Fora essa, na verdade, uma das principais razões que o levaram à entrar na guerra. Acreditava que a derrota da Alemanha seria um golpe mortal vibrado no militarismo e que seria possível estabelecer então o controle das relações internacionais por uma comunidade de poderes, ao invés do complicado e ineficiente equilíbrio de pores. Mas, para conseguir que a Liga fosse aceita, viu-se obrigado a transigir em numerosos pontos. Permitiu que a sua idéia primitiva de uma redução dos armamentos "ao nível mínimo condizente com a segurança interna" fosse formulada de maneira que lhe dava um sentido completamente diverso, dizendo "segurança nacional" em lugar de "segurança interna". Para induzir os japoneses a aceitar a Liga, concordou em deixar-lhes as antigas concessões alemãs na China. A fim de agradar aos franceses, sancionou a exclusão tanto da Alemanha quanto da Rússia, a despeito de sua velha insistência de que ela deveria incluir todas as nações. Esses inconvenientes eram bastantes sérios, mas a Liga recebeu um golpe mais grave ainda quando foi repudiada pela própria nação cujo presidente a havia criado. Instalada sob auspícios tão desfavoráveis, a Liga jamais conseguiu êxitos brilhantes na consecução dos objetivos do seu fundador. Somente em poucos casos logrou afastar o espectro da guerra, e em todos eles as partes litigantes eram nações pequenas. Concertou, em 1920, uma disputa entre a Suécia e a Finlândia a respeito das ilhas Aland. Em 1925 impediu um ataque grego à Bulgária, graças à ameaça de boicote econômico. Em 1932 evitou que o Peru e a Colômbia entrassem em guerra por causa da província de Letícia. Mas em todas as disputas em que se envolviam uma ou mais grandes potências a Liga não obteve sucesso. Nada fêz no caso da usurpação de Vilna pela Polônia, em 1920, porque a Lituânia, a nação esbulhada, não tinha amigos, enquanto a Polônia contava com o poderoso auxílio da França. Quando, em 1923, houve uma ameaça de guerra entre a Itália e a Grécia, os italianos recusaram submeter-se à intervenção da Liga e o litígio teve de ser arbitrado

por uma mediação direta da Inglaterra e da França. Além disso, em todas as grandes crises dos últimos anos a Liga foi desafiada ou desdenhada. O Japão zombou da sua autoridade ao tomar a Manchúria em 1931 e o mesmo fêz a Itália ao conquistar, em 1935, a Etiópia. Em setembro de 1938, quando surgiu a crise da Tchecoslováquia, o prestígio da Liga baixara tanto que quase ninguém pensou em recorrer a ela. Por outro lado, é preciso salientar que o grande projeto de Wilson justificou a sua existência de outras maneiras menos espetaculares. Reprimiu o tráfico internacional de ópio e ajudou países pobres e atrasados na profilaxia das moléstias contagiosas. Suas agências coligiram valiosas estatísticas sobre as condições do trabalho e da economia mundial. Realizou plebiscitos em zonas disputadas, superintendeu a administração de cidades internacionalizadas, ajudou a acomodar refugiados políticos e raciais e iniciou, com grande eficiência, a codificação do direito internacional. Realizações como essas devem certamente ser consideradas como formando uma base sólida para uma futura cooperação entre as nações.

Capítulo 28

Ditadura e democracia entre duas guerras

A degradação dos ideais liberais e democráticos não foi das consequências menos trágicas da Primeira Guerra Mundial. Por algum tempo muita gente iludiu-se pensando que aconteceria o contrário. Defensores ardentes da causa dos Aliados afirmavam que a luta contra a Alemanha era uma santa cruzada em prol dos direitos da humanidade, visando destruir o militarismo e o governo irresponsável". Na verdade, a guerra parecia ter realizado alguns desses objetivos. Não só o militarismo foi destruído nos países derrotados mas também o rol das repúblicas européias aumentou muito com o acréscimo da Alemanha, Áustria, Polônia, Finlândia, Turquia e Tchecoslováquia. Até a Rússia absolutista pareceu durante certo tempo haver adotado um regime liberal. Não tardou muito, no entanto, que a maior parte dessas visões de progresso democrático mostrassem não passar de vãs ilusões. O legado de histeria, ressentimentos e ódios deixados pela guerra era certamente a pior das atmosferas imagináveis para a sobrevivência do respeito ao indivíduo ou da confiança no governo popular. Alquebradas pela severidade da paz, as nações vencidas perderam a fé no valor da liberdade e sucumbiram ao engodo dos governos fortes como um meio de escapar àquilo que consideravam uma escravidão. Nem mesmo entre as nações vitoriosas estavam muito garantidas a democracia e a liberdade. A tremenda conflagração havia subvertido tão completamente a ordem econômica que os governos da Inglaterra e da França ficaram abalados nos próprios alicerces. Além disso, o caos e as privações oriundas da guerra acarretaram a rápida queda do regime liberal na Rússia e prepararam o caminho para o triunfo do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Por mais de vinte anos após o armistício, o destino da democracia dependeu de um equilíbrio mais instável do que em qualquer outro período desde os meados do século XIX.

1. A REVOLUÇÃO FASCISTA NA ITÁLIA

Foi à Itália a primeira das nações da Europa Ocidental a repudiar os ideais liberais e democráticos. Isso pode causar estranheza, uma vez que a Itália havia guerreado ao lado das potências vitoriosas. É preciso, porém, ter em mente que o sentimento nacionalista italiano vinha sendo contrariado havia muitos anos. Repetidas vezes, suas aspirações de poder e de império tinham-se chocado com rudes decepções. Em 1881 as esperanças de apossar-se da Tunísia foram subitamente desfeitas com a anexação desse país pela França. A tentativa de conquistar a Abissínia na década de 1890 terminara numa esmagadora derrota imposta por nativos bárbaros, na batalha de Ádua. O efeito de tais reveses foi despertar um sentimento de humilhação e vergonha, particularmente no espírito da geração mais jovem, e favorecer uma atitude de desprezo para com o regime político vigente. A culpa dos fracassos da Itália era atribuída menos às nações estrangeiras do que à própria classe governante do país. Os membros dessa classe eram apontados ao escárnio popular como velhos degenerados, cínicos, vacilantes, derrotistas e corruptos. Muito antes da Primeira Guerra Mundial já se falava em revolução, da necessidade de uma depuração drástica que livrasse o país dos governantes incompetentes.

Essa espécie de nacionalismo mórbido conquistou ampla popularidade. Recebeu forte apoio de um grupo de intelectuais que haviam adotado a filosofia de Hegel. Entre os chefes desse grupo figuravam Giovanni Gentile e Giuseppe Prezzolini, que mais tarde vieram a ser aclamados como filósofos do fascismo. Tomando como axioma fundamental a ideia hegeliana de que o estado é a manifestação suprema de Deus na terra, queriam que os italianos esquecessem os seus interesses individuais e de classe num esforço comum para ressuscitar a grandeza da pátria. A Itália, no seu modo de ver, tinha a missão gloriosa de iluminar o mundo civilizado como havia feito sob o império romano e na época da Renascença. O lema desse grupo era: “Nada pelo indivíduo, tudo pela Itália.” Um evangelho ainda mais frenético e irracional foi propagado pelos futuristas, sob a liderança do vociferante Filippo Tommaso Marmetti. O futurismo, que nascera como um movimento literário e artístico, não tardou a assumir significado político. Seus desvairados apóstolos condenavam toda forma de escravização ao passado. Denunciavam o liberalismo, a democracia, o

pacifismo, o quietismo e todos os outros ideais que, a crer neles, eram da predileção dos decrépitos estadistas italianos. Glorificavam outrossim a guerra como "a única higiene do mundo", o instrumento necessário para rejuvenescer a nação e dar "mil encantos à vida e um pouco de gênio aos imbecis".

A instalação da ditadura fascista na Itália, porém, jamais teria sido exequível sem os efeitos desmoralizadores e humilhantes da Primeira Guerra Mundial. A função principal dos exércitos italianos fora impedir que os austríacos se tornassem senhores da frente meridional, enquanto os ingleses, franceses e americanos tratavam de dominar a Alemanha nas linhas de batalha da Flandres. Para esse fim teve a Itália de mobilizar mais de cinco milhões e meio de homens, dos quais perto de 700.000 foram mortos. O custo financeiro direto de sua participação na luta ultrapassou 15 bilhões de dólares. Tais sacrifícios, por certo, não foram maiores do que os dos ingleses e franceses, mas a Itália era um país pobre. Além disso, quando chegou a hora de dividir os despojos, depois de finda a luta, os italianos receberam menos do que esperavam. Não só foram esbulhados de Fiúme por insistir Wilson em dar à Iugoslávia um porto no Adriático, mas também não foram admitidos a participar na distribuição das colônias alemãs da África. Se bem que a Itália tivesse efetivamente recebido a maior parte dos territórios austríacos que lhe foram prometidos pelos tratados secretos, sustentavam não ser essa uma recompensa proporcional aos seus sacrifícios e à sua valiosa contribuição para a vitória da Entente. A princípio os nacionalistas voltaram a sua ira contra Wilson, devido à "humilhação de Versalhes", mas ao cabo de pouco tempo retornaram ao antigo hábito de exprobrar os governantes da Itália. Sustentavam que o país tinha sido ludibriado mercê da covardia e da inécia de homens como o primeiro-ministro Orlando. Esse renovamento do desprezo para com a velha geração governante, cujos componentes eram acusados como "imundos parasitas do melhor sangue da nação", muito contribuiu para desenvolver o espírito revolucionário.

Sob numerosos outros aspectos ainda, a guerra foi uma causa da revolução. Dela resultou a inflação da moeda com a consequente alta de preços, especulação e aproveitamento. Os salários normalmente teriam também subido se a procura de empregos não houvesse excedido de muito a oferta, devido à volta de milhões de soldados à vida civil. Além disso, os negócios

estavam parcialmente paralisados pelas greves extensas e amiudadas e pelo fechamento dos mercados estrangeiros. A mais grave consequência da guerra talvez tenha sido, pelo menos em relação à classe superior e à media, o desenvolvimento do radicalismo econômico. À medida que cresciam as privações e o caos, os socialistas abraçaram uma filosofia análoga ao bolchevismo. Em 1918 o partido decidiu ingressar na Internacional de Moscou. Nas eleições de novembro de 1919 conquistou cerca de um terço das cadeiras da Câmara de Deputados. No inverno seguinte os operários socialistas assumiram O controle de cerca de cem fábricas e tentaram administrá-las em benefício do proletariado. O radicalismo alastrou-se também pelas zonas rurais, onde se organizaram as chamadas “ligas vermelhas” para dividir as grandes propriedades e forçar os proprietários agrários a reduzir as rendas. Em 1921, porém, tinha praticamente passado o perigo da bolchevização da Itália. O radicalismo revolucionário acalmou-se após a volta de uma delegação que fora à Rússia estudar as condições in loco e após o fracasso das tentativas dos operários para administrar as fábricas. Não obstante, as classes proprietárias tinham passado por um grande susto e estavam por isso dispostas a apoiar o desenvolvimento do fascismo, na esperança de salvar da confiscação pelo menos uma parte dos seus bens.
A causa imediata da revolução fascista foi o colapso do regime parlamentar. A paralisação dos negócios e a condição de quase anarquia que reinava em muitas partes do país tornavam praticamente impossível a arrecadação de uma receita adequada. Daí avultarem cada vez mais os deficits orçamentários. A essa dificuldade juntava-se um impasse parlamentar. Nas eleições de 1921 quatro partidos diferentes obtiveram forte representação na Câmara dos Deputados, mas nenhum deles tinha maioria. Os dois maiores, o Partido Socialista e o Partido Popular (católico), andavam constantemente em rixa; nenhum dos dois queria apoiar um gabinete chefiado por um membro do outro. Em resultado disso tornava-se quase impossível o funcionamento do governo. Raras vezes conseguia um ministério permanecer no poder o tempo suficiente para deixar algo realizado. Estava praticamente paralisada a máquina legislativa. Com o correr do tempo foi aumentando o descontentamento causado pelas intermináveis contendas entre os partidos. Pelas alturas do outono de 1922 o parlamento já não tinha, por assim dizer, um único amigo em todo o país. Os jornais denunciavam

não só a insanável situação parlamentar mas todo o sistema de governo das maiorias. Isso não era novidade para a Itália, pois muita gente, nos anos anteriores à guerra, havia considerado o regime parlamentar como importação estrangeira. Não obstante, a propagação intensiva da ideia muito contribuiu para encorajar os adeptos militantes do governo de um só homem. É impossível dizer até que ponto o sucesso do movimento fascista dependeu da liderança de Mussolini. Indubitavelmente a sua eloquência fogosa, as suas poses napoleônicas e a sua crueldade maquiavélica exerceram poderosa atração sobre os fracos de espírito e de corpo que tinham sido educados no culto romântico de Júlio César e de Garibaldi.
Benito Mussolini nasceu em 1883 e era filho de um ferreiro socialista. A mãe era professora primária e, em atenção aos seus rogos, Benito ingressou numa escola normal, formando-se professor. Desinquieto e insatisfeito, porém, não tardou a deixar a Itália para empreender novos estudos na Suíça. Dedicou ali parte do seu tempo aos livros e o resto a mendigar o seu sustento e a escrever artigos para os jornais socialistas. Acabou sendo expulso do país por fomentar greves nas fábricas. De regresso à Itália, abraçou definitivamente a carreira do jornalismo e tornou-se por fim diretor do Avanti, o principal diário socialista. Por essa época, suas idéias eram uma mistura de formas contraditórias de radicalismo. Dizia-se marxista, mas o seu socialismo era mesclado de doutrinas tomadas aos sindicalistas. O grande líder socialista, Sorel, referiu-se mesmo a ele, certa vez, como o mais promissor dos seus discípulos. Mussolini foi também influenciado pelo chauvinismo e durante algum tempo fêz-se o campeão ardoroso de uma luta contra a Áustria a fim de retomar as províncias “irredentas”. Por outro lado, opôs-se à guerra com a Turquia pela conquista de Trípoli e foi preso por tentar impedir a partida de tropas.
É lícito talvez dizer que Mussolini jamais foi um radical por convicção sincera e raciocinada, mas limitava-se simplesmente a seguir as inclinações de um temperamento rebelde. Nenhum homem que possuísse uma filosofia definida poderia ter virado a casaca tão amiúde quanto ele o fez. Não só condenou o imperialismo que mais tarde praticaria com tamanho zelo, mas também, antes da guerra, difamou a igreja, depreciou o rei e chamou a bandeira da sua nação “um farrapo bom para plantar num monte de esterco”. Quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, Mussolini insistiu em que a Itália permanecesse neutra. Mas nem bem

adotara essa atitude, começou a pregar a participação ao lado da Entente. Em outubro de 1914 já tinha passado com armas e bagagens para o campo intervencionista. Destituído da sua posição de diretor do Avanti, fundou um novo jornal, Il Popolo d'Itália, cujas colunas dedicou a incentivar o entusiasmo pela guerra. Considerou como vitória pessoal a decisão do governo, tomada na primavera seguinte, de combater ao lado dos Aliados. Alistou-se como soldado em setembro de 1915 e, após algum tempo, conquistou as divisas de cabo. Em fevereiro de 1917 foi ferido pela explosão de um morteiro de trincheira e teve licença de voltar ao seu posto de diretor de Il Popolo, pois esperava-se que ele pudesse estimular o arrefecido entusiasmo do povo italiano. Daí por diante, trabalhou zelosamente pela revolução fascista. A palavra fascismo tem uma origem dupla. Deriva em parte do latim fasces, o machado rodeado de um feixe de varas que simbolizava a autoridade do estado romano; liga-se também à palavra italiana fascio, que significa grupo ou bando. Os fasci foram organizados desde outubro de 1914 como unidades de agitação que visavam impedir a Itália a dar sua adesão à causa da Entente. Eram compostos de idealistas jovens, futuristas, nacionalistas fanáticos, empregados da classe média entediados e de inadaptados de todos os tipos. Mussolini tornou-se o chefe do fascio de Milão. Depois que a Itália entrou na guerra, os grupos fascistas dedicaram-se a combater o derrotismo. Veio então o período do "esquadrismo", de 1918 a 1921. As atividades esquadristas compreendiam uma campanha de terrorismo contra todos os que fossem considerados inimigos do povo. Os métodos consistiam em táticas brutais como a de espancar a vítima até a inconsciência, a de arrancar-lhe os dentes ou administrar-lhe doses maciças de óleo de rícino. Também se praticavam o rapto e o assassínio. A maior parte das agressões foram perpetradas contra radicais, mas em alguns casos as vítimas eram aproveitadores ou proprietários rurais que se negavam a reduzir as rendas. Em Florença, alguns lojistas teimosos apanharam e tiveram suas lojas fechadas a cadeado, com este aviso na porta: "Fechado por motivo de roubo reiterado". O próprio Mussolini declarou certa ocasião que "seria um bom exemplo pendurar nos lampiões alguns atravessadores". Mas essas tentativas para atrair as classes mais pobres não tiveram acolhida muito entusiástica por parte do proletariado, pois em muitas regiões da Itália os filhos de ricos

industrialistas e de proprietários rurais eram demasiado conhecidos como discípulos de Mussolini.
A plataforma original do movimento fascista foi preparada por Mussolini em 1919. Era um documento surpreendentemente radical que, entre outras coisas, exigia o sufrágio universal, a abolição do senado, a instituição legal da jornada de oito horas, um pesado imposto sobre o capital, o confisco de 85% dos lucros de guerra, a aceitação da Liga das Nações, a “oposição a todos os imperialismos” e a anexação de Fiúme e da Dalmácia. Essa plataforma foi mais ou menos aceita oficialmente até maio de 1920, quando foi suplantada por outra de caráter muito mais conservador. Com efeito, o novo programa omitia todas as referências à reforma econômica e consistia unicamente na condenação do “socialismo dos políticos” e em algumas vagas afirmações sobre a “reivindicação” dos princípios em torno dos quais se tinha travado a guerra. Nem com a primeira, nem com a segunda plataforma conseguiram os fascistas grande sucesso político. Mesmo depois das eleições de 1921, tinham somente 35 representantes na Câmara dos Deputados.
Mas os fascistas compensavam o seu reduzido número com uma agressividade disciplinada e uma enérgica resolução. Quando o antigo regime se tornou tão decrépito que abdicou praticamente de todas as suas funções, prepararam-se para tomar posse do governo, Em setembro de 1922 Mussolini começou a falar abertamente em revolução e lançou o grito “A Roma!” Em outubro apresentou ao governo um ultimato em que exigia novas eleições, uma política externa vigorosa e cinco pastas no gabinete para si e para os seus partidários. Como o primeiro-ministro e o parlamento não tomassem conhecimento dessas exigências, iniciou-se a marcha sobre Roma. Em 28 de outubro um exército de cerca de 50.000 milicianos fascistas ocupou a capital. O primeiro-ministro renunciou e no dia seguinte Vítor Manuel III convidou Mussolini para organizar um gabinete. Assim, sem disparar um só tiro, as legiões de camisas-negras haviam assumido o controle do governo italiano. A explicação de tal fato deve ser procurada não na força do fascismo, mas no caos criado pela guerra e na falta de uma dedicação firme do povo italiano ao regime constitucional.
Essa, no entanto, foi apenas a primeira fase da revolução fascista, uma vez que o fascismo envolve não somente o controle pessoal da máquina política mas também mudanças profundas que atingem os próprios fundamentos da

estrutura política e econômica. Em julho de 1923 Mussolini forçou a aprovação, pelo parlamento, de uma nova lei eleitoral segundo a qual o partido que conquistasse a maioria de votos numa eleição nacional receberia automaticamente dois terços das cadeiras da Câmara dos Deputados. Na primeira eleição realizada dentro da vigência dessa lei os fascistas alcançaram não só mais sufrágios do que qualquer outro partido, mas dois terços da votação total. Quando o novo Parlamento se reuniu, em maio de 1924, o líder socialista Matteotti acusou os políticos fascistas de desonestidade e de violência nas recentes eleições. Em 10 de junho Matteotti foi raptado e assassinado por bandidos camisas-negras, de acordo com ordens emanadas do gabinete. O crime provocou violenta reação acompanhada de clamores insistentes para que os fascistas abandonassem o poder. Mas por fim a tempestade amainou e Mussolini pôde dedicar-se à tarefa de introduzir alterações radicais no sistema político. Em 1925 cassou as licenças de todos os advogados antifascistas e aboliu a autonomia das cidades e vilas. No ano seguinte atingiu o clímax ao declarar ilegais todos os partidos políticos, exceto aquele que chefiava, e ao abolir oficialmente o sistema de gabinete. Daí por diante o primeirominístro seria responsável unicamente perante o rei, ao mesmo tempo que as funções do Parlamento se restringiam à ratificação de decretos. O sistema político e econômico da Itália fascista era oficialmente conhecido como estado corporativo. Significava isso, em primeiro lugar, que o governo se apoiava em bases econômicas. O povo era representado no governo, não como cidadãos que habitavam determinados distritos, mas na sua qualidade de produtores. O estado corporativo, porém, encarnava igualmente a idéia de que os interesses individuais e de classe deviam subordinar-se aos interesses do estado. Não devia haver luta de classe entre o capital e o trabalho; eram rigorosamente proibidas as greves e os lockouts. Em caso de conflito entre empregados e empregadores, cabia ao estado a autoridade última para intervir e impor um acordo. O princípio corporativo compreendia também o repúdio completo do laissez-faire. Embora se mantivesse em grande parte a propriedade privada e os capitalistas fossem reconhecidos Como “classe socialmente produtiva”, os veneráveis princípios da economia clássica foram jogados aos ventos. Toda atividade econômica do cidadão era submetida à regulamentação e qualquer empresa industrial ou comercial podia ser encampada se assim o exigissem os interesses nacionais. A idéia

do estado corporativo era um elemento de enorme importâcia na teoria fascista, que, todavia, não se limitava de modo algum a esse princípio. As outras doutrinas principais podem ser sumariadas do modo que segue:
1) Totalitarismo. O estado enfeixa todos os interesses e toda a lealdade dos seus súditos. “Nada deve haver acima do estado, nada fora do estado, nada contra o estado.” Visto que o estado nada pode realizar a não ser que os seus súditos se identifiquem com um objetivo comum, só pode existir um partido fascista, uma imprensa fascista e uma educação fascista.
2) Nacionalismo. A nação é a mais alta forma de sociedade que a raça humana pode desenvolver. Tem alma e vida próprias, distintas das vidas e das almas dos indivíduos que a compõem. Jamais poderá haver uma verdadeira harmonia de interesses entre dois ou mais povos distintos. Por conseguinte, o internacionalismo é uma grosseira perversão do progresso humano. É preciso tornar forte e grande a nação, pela autosuficiência, por um exército poderoso e pela rápida elevação do índice de natalidade.
3) Idealismo. A filosofia do fascismo era uma filosofia idealista, no sentido de renunciar à interpretação materialista da história. A nação, segundo Mussolini, podia tornar-se qualquer coisa que desejasse; seu destino não estava traçado para sempre pela posição geográfica ou pela extensão dos recursos naturais. O idealismo desenvolveu-se originariamente como um protesto contra o derrotismo dos anteriores governantes da Itália, segundo os quais o país estava fadado a permanecer uma potência de terceira ordem por não ter carvão. 4) Romantismo. A razão jamais poderá ser um instrumento adequado para a solução dos grandes problemas nacionais. O intelecto precisa ser completado pela fé mística, pelo auto-sacrifício e pelo culto do heroísmo e da força. “O espírito fascista é vontade, não intelecto.”
5) Autoritarismo. A soberania do estado é absoluta. O cidadão não tem direitos, mas apenas deveres. O que as nações necessitam não é de liberdade, mas de trabalho, ordem e prosperidade. A liberdade é “um cadáver em putrefação”, um dogma cediço da Revolução Francesa. O estado deveria ser governado por uma elite que tivesse provado, pela força e por uma compreensão superior dos ideais nacionais, o direito de governar.
6) Militarismo. A luta é a origem de todas as coisas. As nações que não se expandem acabarão por fenecer e morrer. A guerra exalta e enobrece o homem, e regenera os povos ociosos e decadentes.

Nenhum espírito despreconcebido poderá negar que o regime fascista da Itália tivesse a seu crédito algumas realizações Dotáveis. Em junho de 1940, quando o país entrou na guerra, o governo tinha reduzido o analfabetismo, conseguido o que parecia ser uma solução satisfatória da velha contenda com a Santa Sé e eliminado a Máfia, ou organização da Mão Negra, na Sicília. Conseguira também certo número de melhoramentos na esfera econômica. Ensinando a agricultura científica aos camponeses, aumentara de cerca de 20% a produtividade do solo. Os subsídios e as tarifas protetoras haviam expandido enormemente a produção industrial, em especial a de artigos como a seda, o rayon e os automóveis. Entre 1923 e 1933 a Itália duplicou os seus recursos de força hidrelétrica Fizeram-se, ademais, grandes progressos na drenagem de pântanos, construção de obras públicas e em salvar bancos e companhias dos efeitos funestos da depressão.

Mas o balanço teve também o seu passivo. A tentativa de tornar a Itália auto-suficiente tivera como resultado uma grande alta de preços para certos artigos. Se bem que os negócios e as condições de emprego fossem indubitavelmente mais estáveis do que nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial, nada indicava que o padrão de vida dos trabalhadores houvesse experimentado uma melhora sensível. É verdade que os salários subiram, mas em vista da alta de preços e do movimento no sentido de prolongar as horas de trabalho, é duvidoso que tenha ocorrido um aumento verdadeiro nos salários reais. Acresce que os italianos foram obrigados a comprar a estabilidade e a ordem a preço de uma mortal uniformidade de pensamento e ação —condição que o próprio Mussolini descrevera, em 1914, como de "tédio e imbecilidade". Não se deve esquecer também que o governo fascista se envolveu em duas dispendiosas aventuras no setor das guerras estrangeiras: a conquista da Etiópia, em 1935-36, e a intervenção na guerra civil espanhola de 1936-39. Havia poucos indícios de que qualquer desses empreendimentos tivesse sido bem recebido pelo povo italiano, ou de que os proveitos para o país viessem a compensar os sacrifícios.

2. O TRIUNFO NAZISTA NA ALEMANHA

A Alemanha sucumbiu ao fascismo muito depois da Itália, sobre tudo por se acharem temporariamente desacreditadas as forças do nacionalismo e do militarismo, em consequência da derrota sofrida na Primeira Guerra Mundial. De 1918 a 1033 a Alemanha foi uma república. A revolução que determinou a queda do kaiser, em novembro de 1918, levou ao poder uma coalizão de socialistas, centristas e democratas. Em 1919 os líderes desses partidos redigiram a Constituição de Weimar, um instrumento de governo notável pelos seus numerosos caracteres progressistas. Estabelecia o sufrágio universal, a representação proporcional, o sistema de gabinete e uma carta de direitos, garantindo não só as liberdades civis tradicionais mas também o direito do cidadão ao emprego, à educação e à proteção contra os riscos de uma sociedade industrial. Mas a república fundada por essa constituição teve de lutar, desde o começo, com sérias dificuldades. Conspiravam contra ela reacionários e outros extremistas. O sofrimento e o caos resultantes das deficiências da paz teriam destruído a confiança em quase qualquer regime. Junte-se a isso o fato de que o povo alemão tinha pouca experiência do governo democrático. A república de Weimar não nascera da vontade da maioria da nação, e sim de uma revolução imposta à Alemanha na hora da derrota.
Numerosos e variados foram os fatores que conduziram ao triunfo final do fascismo alemão. Em primeiro lugar, há a considerar o sentimento de humilhação oriundo da derrota na guerra. Entre 1871 e 1914 a Alemanha librara-se nas alturas do prestígio político e cultural. Até 1900, pelo menos, foi a principal potência do continente europeu. Suas universidades, sua ciência, sua filosofia e sua música eram conhecidas e admiradas no mundo inteiro. Atingira também fabulosa prosperidade, e em 1914 havia ultrapassado a Inglaterra e os Estados Unidos em vários setores de produção industrial. Veio então o golpe esmagador de 1918. O país despenhou-se do seu pináculo e ficou à mercê de inimigos poderosos. Isso era incompreensível para o povo alemão, que não podia acreditar que os seus invencíveis exércitos tivessem realmente fracassado no campo de batalha. Difundiu-se rapidamente a lenda de que a nação fora “apunhalada nas costas” pelos socialistas e judeus do governo. Pouca verdade havia, é claro, em tal acusação, mas ajudava a mitigar o orgulho ferido dos patriotas alemães. Um segundo fator importante que contribuiu para o desenvolvimento do nazismo foi a catastrófica inflação de 1923. Resultou

ela, em grande parte, da invasão e ocupação do vale do Ruhr por um exercito francês, em janeiro desse ano. Encorajados pelo governo, os mineiros e operários siderúrgicos da bacia do Ruhr declararam-se em greve. O governo tentou sustentá-los emitindo enormes quantidades de papel-moeda. Seria impossível imaginar política mais desastrosa. O marco alemão, que já estava depreciado em razão dos pagamentos de reparações e da forte sangria das reservas de ouro, começou então a despenhar-se ladeira abaixo. Em 1.° de agosto de 1923 eram necessários mais de um milhão de marcos para comprar um dólar americano, em confronto com a proporção de 4,2 marcos por dólar, que vigorava antes da guerra. A depreciação continuou num ritmo fantástico, de tal forma que em novembro o marcopapel havia perdido todo o valor. Era cotado em Berlim à razão de dois trilhões e meio por dólar. Como os lavradores não quisessem mais aceitálo em pagamento de sua produção, não havia alternativa para o governo senão lançar uma nova moeda corrente apoiada em riqueza tangível. Foi o que se fez nos fins de 1923, sendo os novos marcos trocados pelos antigos à razão de um para um trilhão. Os efeitos dessa inflação seguida pelo repúdio da moeda foram desastrosos ao extremo para certas classes. Membros da pequena burguesia que viviam de salários ou de rendas fixas viram-se reduzidos à mais negra pobreza. Muitos cidadãos que tinham casa própria foram obrigados a vendê-la para ter com que comer. Por outro lado, milhares de astutos especuladores enriqueceram — quer jogando nas flutuações do marco, quer adquirindo valiosas propriedades comerciais ou industriais mediante módica entrada para pagarem o resto futuramente por uma ninharia, graças à depreciação da moeda. Por desgraça, alguns desses mágicos da especulação eram judeus, mas havia também um bom número de alemães de puro sangue empenhados em tais transações. Fossem quais fossem os seus perpetradores, elas contribuíram poderosamente para excitar o descontentamento na camada inferior da classe média.

Podem ser mencionadas ainda algumas causas do aparecimento e desenvolvimento do nacional-socialismo. Há o fato de ter sido a Alemanha sempre um estado militar, imbuído de tradições de disciplina e ordem. Para muita gente o exército nao era apenas o símbolo da segurança, mas da grandeza nacional. As qualidades de obediência e regimentação, concretizadas pela vida militar, eram virtudes altamente apreciadas pelos

alemães. Por isso, muitos patriotas inquietavam-se profundamente com a frouxidão e a irresponsabilidade que pareciam caracterizar o regime republicano. Afirmava-se que Berlim tinha desbancado Paris da posição de cidade mais frívola e imoral da Europa. Outra causa, de importância não pequena, foi o medo ao bolchevismo. Os adeptos dessa filosofia na Alemanha denominaram-se, a princípio, espartacistas; mais tarde mudaram esse nome para o de comunistas. Nas eleições presidenciais de 1932 os comunistas depositaram nas urnas cerca de seis milhões de votos, ou seja mais de um sétimo do total. Como havia sucedido na Itália, muitos capitalistas e proprietários alarmaram-se com o que consideravam o perigo crescente de uma revolução bolchevista e deram secretamente o seu apoio à causa fascista, como o menor dos dois males, Parece evidente que o grande fator que levou a cabo e apressou o triunfo final dos nazistas foi a Grande Depressão. Isso é evidenciado pelo fato de que o partido nunca pudera conquistar mais de 32 cadeiras no Reichstag antes das eleições de 1930. O movimento, que a princípio contava entre os seus convertidos principalmente membros descontentes e desenraizados da camada inferior da classe média, bem como antigos oficiais do exército incapazes de adaptar-se à vida civil, recebeu depois de 1929 o apoio adicional de agricultores, estudantes universitários e milhões de desempregados. Os agricultores acorriam ao partido na esperança de obterem alguma compensação para o colapso dos preços dos seus produtos e algum alívio para o peso esmagador das suas dívidas e impostos. Os estudantes universitários, cujo número aumentara de 60% desde 1914, voltavam-se para o movimento porque não parecia haver a menor possibilidade de fazerem uso um dia da sua instrução. Todas as profissões estavam superlotadas e a situação piorava cada vez mais com o passar do tempo. Os milhões de desempregados que se alistaram sob a bandeira de Hitler pertenciam, em grande parte, à geração mais nova. Rapazes que nunca tinham tido um emprego e, por conseguinte, encontravam dificuldade em obter auxílio como desempregados, deixavam-se aliciar facilmente pelas promessas tentadoras dos charlatães nazistas. Grande número de homens mais velhos também se tornaram suas vítimas, especialmente aqueles que já tinham tido emprego como trabalhadores não especializados ou funcionários de escritório. Constituíam estes a classe dos “esquecidos”, porquanto a maior parte não se filiava a qualquer organização, não tendo

por isso meios de exercer pressão sobre o governo. Em 1932 o número registrado de desempregados na Alemanha era de seis milhões; o número verdadeiro, porém, elevava-se indubitavelmente a muito mais. No fim desse ano o comércio e a produção haviam diminuído a ponto de pararem quase por completo. Membros de todas as classes não sabiam mais o que fazer, tomados de confusão e de terror. Nunca, na história da nação, o futuro parecera tão negro. A maioria não era ainda nazista, mas estava presa de tal desespero que teria aceitado qualquer messias que prometesse libertála da confusão e do medo. Para quase todos eles a perda da liberdade política e intelectual representava um pequeno sacrifício a fazer em troca da vantagem inapreciável da segurança econômica. As origens do fascismo alemão remontam a 1919, quando um grupinho de sete homens se reuniu numa cervejaria de Munique e fundou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Dentro em pouco, o mais obscuro dos sete surgia como o chefe. Chamava-se ele Adolf Hitler e tinha nascido em 1889, sendo filho de um pequeno funcionário aduaneiro da Áustria. O começo da sua vida foi infeliz e desajustado. Rebelde e indisciplinado desde a infância, parece ter sido sempre oprimido por um sentimento de frustração. Na escola, perdia tempo desenhando retratos e por fim resolveu ser pintor. Com esse fim em vista dirigiu-se em 1909 para Viena, esperando ingressar na Academia. Foi, porém, reprovado no exame vestibular e durante quatro anos arrastou uma existência obscura como trabalhador ocasional e pintor de pequenos esboços e aquarelas que por vezes conseguia vender a humildes lojas de arte. Enquanto isso, ia alimentando alguns preconceitos políticos de índole violenta. Fêz-se admirador ardente de certos políticos antisemitas de Viena e, como identificasse judaísmo com marxismo, odiava também esta filosofia. Tornou-se igualmente adepto do arianismo extremo, adorando as qualidades da orgulhosa nação alemã e desprezando a Áustria-Hungria pela sua falta de homogeneidade racial. Quando rebentou a Primeira Guerra Mundial estava Hitler vivendo em Munique e, embora cidadão austríaco, alistou-se imediatamente no exército bávaro. Serviu durante os quatro anos da guerra, distinguindo-se o bastante para ser condecorado com a Cruz de Ferro e promovido a cabo. Foi ferido e gaseado pelo menos duas vezes; e foi durante uma convalescença no hospital, pouco antes do armistício, que resolveu tornar-se político.

A revolução nazista começou de modo aparentemente inofensivo. No verão de 1932 o sistema parlamentar entrou em falência. Nenhum chanceler podia conservar a maioria no Reichstag uma vez que os nazistas recusavam apoio a qualquer gabinete que não fosse chefiado por Miller e os comunistas negavam-se a colaborar com os socialistas. Em janeiro de 1933 um grupo de reacionários —industrialistas, banqueiros e Junkers — convenceram o presidente von Hindenburg a nomear Hitler chanceler, evidentemente na esperança de poderem controlá-lo. Ficou combinado que haveria apenas três nazistas no gabinete e que Franz von Papen, um aristocrata católico, ocuparia o cargo de vice-chanceler. Os patrocinadores desse plano, porém, não haviam sabido avaliar a tremenda revivescência de sentimento nacional que se ocultava por trás do movimento nazista. Hitler não tardou em tirar o máximo proveito dessa nova oportunidade. Começou por intimidar o maior número possível de seus adversários, suprimindo as uniões trabalhistas e tomando medidas drásticas contra socialistas e comunistas. Persuadiu von Hindenburg a dissolver o Reichstag e a convocar uma nova eleição para 5 de março. O pleito se realizou num ambiente de intensa excitação. Poucos dias antes o edifício do Reichstag fora devorado por um incêndio que Hitler sustentava ser de origem comunista. Mas, a despeito dessa tentativa de amedrontar a nação invocando o espectro do bolchevismo, os nazistas não conseguiram obter a maioria dos votos populares, conquistando apenas 288 cadeiras no Reichstag, de um total de 647. Não obstante, os 52 membros eleitos pelos seus aliados, os nacionalistas, conferiam-lhes uma pequena maioria. Ao reunir-se pela primeira vez, em 21 de março, o novo Reichstag concedeu a Hitler poderes praticamente ilimitados. Pouco depois a bandeira da república de Weimar foi arriada e substituída pela suástica do nacional-socialismo. A nova Alemanha foi proclamada como o Terceiro Reich, sucessor do império medieval dos Hohenstaufen e do império Hohenzollern dos kaisers.

Tais acontecimentos, é claro, assinalavam apenas a fase inicial da revolução nazista. Dentro de pouquíssimos meses eram introduzidas outras mudanças ainda mais profundas. A Alemanha converteu-se num estado altamente centralizado com a abolição do princípio federativo. Foram postos fora da lei todos os partidos políticos, com exceção do nazista. O controle totalitário estendeu-se à imprensa, à educação, ao teatro, ao cinema e ao rádio, sem falar em muitos ramos da produção e do comércio. Impuseram-

se duras penalidades aos judeus, eliminando-os das posições governamentais, privando-os da cidadania, vedando-lhes toda atividade teatral ou publicitária e fechando-lhes praticamente as portas das universidades. A medida que progrediam os trabalhos de reforma nacional os elementos radicais do partido atreveram-se a reclamar maior atenção para os aspectos socialistas do programa nazista. Uma facção liderada por Ernst Roehm começou a criticar o conservantismo do governo, em vista do que Hitler acusou Roehm de conspirar para derrubá-lo. Daí resultou o famoso Expurgo Sangrento de 30 de junho de 1934, em que Roehm e pelo menos cem outros foram assassinados por Hitler, por Goering e pela polícia secreta. Isso, todavia, não significava uma vitória definitiva para os conservadores. Com o passar dos anos, todo o regime pareceu tender cada vez mais para uma orientação radical. A nova tendência alcançou o auge em 1938, com a extensão do controle do partido ao exército, com a destituição de Hjalmar Schacht, um banqueiro de opiniões um tanto conservadoras, da sua posição de ditador econômico, e com a instituição de uma cruzada fanática contra os judeus para expeli-los do Reich ou eliminá-los completamente.

Encarado em sua filosofia, o fascismo alemão assemelhava-se em grande número de pontos essenciais à variante italiana. Ambos eram coletivistas, autoritários, nacionalistas, militaristas e românticos (no sentido de serem anti-intelectuais). Havia, apesar disso, diferenças notáveis. O fascismo italiano nunca tivera um fundamento racista. É certo que, depois da formação do eixo Roma-Berlim, Mussolini promulgou alguns decretos anti-semitas, mas a maioria deles não parece ter sido executada com muito rigor. Por contraste, o nacional-socialismo fazia do fator racial um dos pilares centrais da sua teoria. Sustentavam os nazistas que a chamada raça ariana, a qual passava por ter nos nórdicos os seus representantes mais perfeitos, era a única, em toda a história, que havia feito contribuições notáveis para o progresso humano. Afirmavam ainda que as realizações e as qualidades mentais de um povo são determinadas pelo sangue. Destarte, as realizações dos judeus permaneciam para sempre judaicas ou orientais, por mais tempo que eles tivessem vivido num país ocidental. Seguia-se daí que nenhuma ciência, literatura ou música procedentes de judeus jamais poderiam representar verdadeiramente a nação alemã. É evidente que essa doutrina racial não passava, em grande parte, de pura coonestação. O verdadeiro

motivo pelo qual os nazistas perseguiam os judeus parece ter sido o de necessitarem de um bode expiatório sobre quem pudessem lançar a culpa dos males que assolavam o país.

Havia também outras diferenças, tanto na teoria como na prática. A despeito de ser a Alemanha um dos países do mundo mais altamente industrializados, o nacional-socialismo tinha um característico sabor campesino que faltava ao fascismo italiano. A chave da teoria nazista estava contida na frase Blut und Boden (sangue e solo). A palavra "solo" exprimia não só profunda reverência pela bela terra natal mas também sólida afeição pelos camponeses, que eram considerados a encarnação das mais admiráveis qualidades da raça alemã. Nenhuma classe da população foi mais morosamente tratada pelo governo nazista. Essa alta consideração pela gente do campo vinha sem dúvida, em parte, da circunstância de serem eles os cidadãos mais prolíficos da nação e, por conseguinte, os mais valiosos do ponto de vista militar mas também pode ser explicada pela reação dos líderes nazistas contra tudo o que a cidade representava — não apenas o intelectualismo e o radicalismo, mas também a alta finança e os complicados problemas de uma sociedade industrial. Como arrivistas de origem obscura, os nazistas procuravam compensar o seu sentimento de inferioridade com a glorificação da vida simples. Ainda outra diferença entre as variedades italiana e alemã do fascismo era o fato de não se ter desenvolvido completamente nesta última o estado corporativo. É certo que ambos aboliram o direito de greve e sujeitaram por inteiro ao controle político as atividades econômicas; mas na Alemanha não havia representação direta dos interesses econômicos no governo. Os membros do Reichstag continuavam a ser eleitos por distritos geográficos e o estado mantinha o seu caráter exclusivamente político. Pode-se dizer, finalmente, que o nacional-socialismo tinha um cunho mais exaltado e fanático do que o fascismo italiano. Era comparável a uma nova religião, não só pelo dogmatismo e pelo ritual mas também pela furiosa intolerância e pelo zelo expansionista.

A despeito das profundas mudanças teóricas, permitiu-se a persistência de algumas das formas do antigo governo alemão. Tecnicamente, a nação era ainda uma república. Enquanto von Hindenburg viveu não se atentou contra a sua posição de presidente. Ao morrer o velho marechal, em agosto de 1934, Hitler acrescentou a autoridade de presidente à que já possuía como

chanceler. Com o consentimento da nação, expresso em plebiscito, adotou o novo título de Füher und Reichskanzler (Líder e Chanceler do Reich). O parlamento alemão foi também conservado, pelo menos no nome. Passou, todavia, a ser um órgão unicameral, constituído tão-somente pelo Reichstag. Com a abolição dos direitos dos estados tornara-se supérflua a câmara alta ou Reichsrat, que os representava. Consequentemente, foi também abolida em 1934. Na realidade, porém, essa mudança foi de pequeno significado, pois o próprio Reichstag passou a ser convocado apenas de raro em raro e não tinha praticamente poder algum. Era, por assim dizer, pouco mais que uma platéia para os discursos de Hitler.

O significado do fascismo, alemão ou italiano, é ainda matéria de controvérsia para os estudiosos das tendências de nossos tempos. Sustentam alguns que ele foi simplesmente a entronização da força pelos grandes capitalistas, numa tentativa de salvar da destruição o seu sistema agonizante. Isso, porém, não se coaduna com todos os fatos. Nem o fascimo italiano, nem o nacional-socialismo mostraram a princípio qualquer inclinação para proteger os interesses dos monopólios ou dos financistas especuladores. Na verdade, a julgar pelas plataformas originais, seu objetivo era justamente o oposto. É certo, no entanto, que o êxito de ambos os movimentos dependeu em parte do apoio dos grandes proprietários e capitães da indústria. Uma segunda interpretação do fascismo pretende explicá-lo como uma reação de devedores contra credores, dos lavradores contra os banqueiros e industriais, dos pequenos negociantes contra a alta finança e as práticas monopolistas. Ainda outros estudiosos do movimento o interpretam como uma revolta contra o comunismo, uma reversão ao primitivismo, um fruto do desespero das massas, um protesto contra as fraquezas da democracia ou uma manifestação suprema de chauvinismo. É provável que o fascismo fosse todas essas coisas juntas, e muitas mais ainda. Podemos pelo menos estar certos de que foi a mais complicada forma de cesarismo até então surgida. Como as suas predecessoras, era um produto do orgulho nacional e de uma necessidade de força e eficiência na solução dos problemas de uma sociedade caótica. Foi, porém, enormemente complicado pela Segunda Revolução Industrial e pela desilusão e colapso econômico que se seguiram à Primeira Guerra Mundial.

3. O REGIME COMUNISTA NA RÚSSIA

Se bem que a Rússia tivesse lutado na guerra ao lado das potências que por fim obtiveram o triunfo, foi a primeira das nações beligerantes a mergulhar na revolução. Não é difícil encontrar as razões desse fato. A condução da guerra pelo governo russo distinguiu-se por uma corrupção generalizada e uma incompetência sem limites. O senil primeirominist ro mostrou-se incapaz de controlar a cobiça dos fornecedores rapaces ou de refrear as ambições egoístas dos seus subordinados. O czar, homem sem força de vontade, deixou-se levar cada vez mais pela influência da supersticiosa czarina, que por sua vez era um joguete nas mãos de um infame santarrão chamado Rasputin. Os soldados eram mandados para a frente sem fuzis e insuficientemente supridos de sapatos, capotes e cobertores. Os feridos algumas vezes morriam de frio ou de gangrena por não haver cirurgiões nem instalações hospitalares para atendê-los. Na retaguarda, o sistema ferroviário desorganizou-se por completo, determinando a falta de alimentos não só para o exército mas também para as cidades congestionadas. Acresciam a esses males uma série de derrotas esmagadoras infligidas pelo inimigo. Conquanto a Rússia tivesse mobilizado 15 milhões de homens, foi incapaz de cumprir o seu papel na frente oriental. Em 1915 os alemães tinham penetrado profundamente no seu território e no fim do ano seguinte o poder de resistência dos exércitos russos estava praticamente aniquilado. A revolução na Rússia passou por uma série de fases de certo modo semelhantes às da grande Revolução Francesa de 1789. A primeira dessas fases iniciou-se em março de 1917, com a abdicação forçada do czar. A causa primordial desse fato foi o descontentamento com a direção da guerra. Houve, porém, muitos outros fatores, como a inflação e a consequente alta de preços, a escassez de alimentos e de carvão nas áreas urbarias, o afluxo de camponeses para as cidades, a pregação dos radicais e o legado de rancores deixado pela revolta de 1905. Com a deposição do czar o governo passou para as mãos de um ministério provisório organizado por líderes políticos da Duma em colaboração com representantes dos trabalhadores de Petrogrado. Os membros mais importantes do novo gabinete eram o primeiro-ministro, Lvov; o ministro do Exterior, Paulo Milyukov; e o ministro da Justiça, Alexandre Kerenski. Com exceção de Kerenski, um social-revolucionário,

quase todos os demais ministros eram liberais burgueses. Concebiam a revolução principalmente como a transformação da autocracia numa monarquia constitucional modelada pela da Grã-Bretanha. Com tal objetivo em vista, lançaram uma proclamação das liberdades civis, libertaram milhares de presos, permitiram que os exilados políticos voltassem ao país e planejaram a eleição de uma assembléia constituinte. O governo provisório cometeu, porém, o erro fatal de tentar forçar a Rússia a continuar a guerra. Em 18 de março Milyukov lançou uma declaração na qual dizia que o governo respeitaria as "obrigações internacionais" assumidas pelo czar e continuaria lutar até a vitória final. Ele e a maioria dos seus colegas eram tão imperialistas quanto o antigo regime. Esperavam ainda ganhar Constantinopla e tudo mais que fora prometido nos tratados secretos. Mas a massa do povo estava mortalmente cansada dos anos de privações e luta. Tudo o que desejava era a paz e uma oportunidade de voltar à vida normal. Por conseguinte, em maio, quando Milyukov reiterou a sua promessa de apoiar os Aliados, as críticas foram tão veementes que ele teve de renunciar. O governo foi então reorganizado, ficando Kerenski como ministro da Guerra e nele tomando parte alguns socialistas. Em julho Kerenski tornou-se primeiro-ministro, à frente de um gabinete composto principalmente de marxistas moderados e de social-revolucionários. Rogou aos Aliados que consentissem numa paz com base na ausência de anexações e indenizações, e, como isso não fosse aceito, insistiu em que a Rússia devia continuar a guerra. Provocou igualmente oposição restabelecendo a pena de morte no exército e anunciando que o governo não reconheceria nenhuma apropriação de terras pelos camponeses. Em setembro tentou instalar uma ditadura, alienando destarte as simpatias dos seus partidários mais moderados. Desde esse momento a sua sorte ficou decidida.

A queda do regime de Kerenski assinala o fim da primeira fase da revolução russa. A segunda fase começou imediatamente depois, com a ascensão dos bolcheviques ao poder em 7 de novembro de 1917. Os bolcheviques pertenciam originariamente ao partido socialdemocrático, mas em 1903 esse partido cindira-se em duas facções: uma maioria chamada de bolcheviques, os quais eram marxistas ortodoxos, e uma minoria ou facção menchevique, composta de revisionistas. Logo após a deposição do czar, começaram os bolcheviques a traçar os planos de uma revolução socialista. Insinuaram-se no soviete (conselho de deputados dos trabalhadores e

soldados) de Petrogrado e acabaram por arrebatar o controle aos mencheviques e social-revolucionários. Organizaram uma Guarda Vermelha armada e apossa-ram-se dos pontos estratégicos de toda a cidade. A 7 de novembro estava tudo pronto para o grande golpe. Soldados da Guarda Vermelha ocuparam quase todos os edifícios públicos e prenderam por fim os membros do governo, embora o próprio Kerenski tivesse fugido. Dessa forma, os bolcheviques conquistaram o poder com pouquíssima luta. Sua fácil vitória foi possibilitada pelo colapso completo da autoridade de Kerenski. Além disso, o seu lema de "Paz, Terra e Pão" transformara-os em heróis aos olhos dos soldados desgostosos com a guerra, dos camponeses famintos de terra e dos pobres das cidades a míngua de pão.
Os dois principais protagonistas do drama bolchevista foram Vladimir Lenin e Leão Trotski. O primeiro, cujo nome verdadeiro era Vladimir Ulianov, nascera em 1870. Seu pai era inspetor de escolas e conselheiro de estado, o que lhe conferia direito a um posto na pequena nobreza. Um filho mais velho, Alexandre, fora enforcado por participar de uma conspiração contra a vida do czar, mas isso não parece ter lançado qualquer estigma sobre a família, pois no mesmo ano da execução de seu irmão Vladimir foi admitido na Universidade de Kazan. Entretanto, foi expulso logo depois por comprometer-se em atividades subversivas. Mais tarde ingressou na Universidade de S. Petersburgo e em 1891 formou-se em direito. Desde então dedicou toda a sua vida à causa da revolução socialista. De 1900 a 1917 viveu principalmente na Alemanha e na Inglaterra, tendo sido durante a maior parte desse tempo diretor do jornal bolchevista Tskra ("A Chispa"). Como a maioria dos revolucionários russos, escrevia sob pseudônimo, assinando os seus artigos como N. Lenin. Quando estalou a revolução, em março de 1917, estava residindo na Suíça. Com a ajuda dos alemães conseguiu chegar até à Rússia e assumiu imediatamente a chefia do movimento bolchevista. Lenin possuía todas as qualidades necessárias para obter sucesso como figura revolucionária. Era um político hábil e um orador eficientíssimo. Absolutamente convencido da justiça da sua causa, abatia os seus adversários com o ardor e a selvageria de um Robespierre. Por outro lado, não tinha nenhuma ambição de riqueza ou de glória pessoal. Vivia em dois aposentos do Kremlin e trajava pouco melhor do que um operário comum. O suntuoso mausoléu de mármore que lhe foi consagrado em Moscou e onde o seu corpo é conservado num caixão de vidro desde

que morreu em 1924, forma vivo contraste com a simplicidade da sua existência.
O mais proeminente dos lugares-tenentes de Lenin foi o brilhante, mas voluntarioso Leão Trotski. De seu nome verdadeiro Lyov Bronstein, nascera em 1879 e seus pais eram judeus de Odessa, pertencentes a classe média. Parece ter sido o espalha-brasas da política revolucionária durante a maior parte da sua vida. Antes da revolução, recusou identificar-se com esta ou aquela facção, preferindo continuar como marxista independente. Embora colaborasse com Lenin na direção da Chispa, só em 1917 se tornou bolchevista. Devido à participação que teve no movimento revolucionário de 1905, foi exilado para a Sibéria, mas conseguiu fugir, levando durante alguns anos uma existência errante em várias capitais da Europa. Em 1916 foi expulso de Paris por exercer atividades pacifistas e refugiou-se nos Estados Unidos. Ao saber da queda do czar tentou voltar à Rússia, foi detido por agentes britânicos em Halifax e por fim solto a pedido de Kerenski. Chegou à Rússia em abril e imediatamente começou a tramar a queda do governo provisório e mais tarde do próprio Kerenski. Sua participação no triunfo bolchevista consistiu em organizar e disciplinar a Guarda Vermelha e em desapossar os mencheviques e social-revolucionários do controle sobre o soviete de Petrogrado. Tornou-se ministro do Exterior e posteriormente comissário da Guerra no governo chefiado por Lenin.
Mal haviam galgado o poder, os bolcheviques começaram a fazer algumas alterações drásticas no sistema político e econômico. Proclamaram o novo governo como uma ditadura do proletariado e, como as eleições para uma assembléia constituinte resultassem numa maioria de deputados da oposição, dissolveram a assembléia pela força. Em 8 de novembro Lenin decretou a nacionalização das terras e deu aos camponeses o direito exclusivo de fazer uso delas. Em 29 de novembro foi transferido para os operários o controle das fábricas, e um mês depois anunciou-se que todos os estabelecimentos industriais de alguma importância seriam tomados pelo governo. Também os bancos foram nacionalizados pouco depois da vitória bolchevista. Mas o problema mais urgente era a terminação da guerra. Após algumas tentativas frustradas para convencer os Aliados a consentirem numa paz sem anexações nem indenizações, Trotski assinou um armistício com a Alemanha em 15 de dezembro. Seguiu-se, em março

de 1918, a paz de Brest-Litovski, que punha fim oficialmente à guerra no tocante à Rússia. Os termos do tratado eram brutais. Exigia-se que a Rússia evacuasse a Estônia e a Finlândia, reconhecesse a independência da Ucrânia e permitisse às Potências Centrais determinar o status da Polônia, da Letônia e da Lituânia, "de acordo com as populações desses países". Tais perdas eram graves, por certo, mas devemos recordar que as províncias cedidas não simpatizavam com o bolchevismo e que o novo governo dificilmente poderia tê-las conservado. Além disso, foi imposta à Rússia uma indenização de apenas um bilhão e meio de dólares, em confronto com a quantia vinte e duas vezes maior com que a Alemanha seria onerada em Versalhes.

Apenas haviam concluído a paz com as Potências Centrais, os bolcheviques viram-se a braços com uma terrível guerra civil. Os proprietários e capitalistas não se conformaram com a perda de seus bens. Além disso, os Aliados estavam decididos a punir a Rússia e para isso enviaram tropas a este país a fim de apoiar as forças dos generais reacionários. Resultou daí uma prolongada e sangrenta luta entre os Vermelhos ou bolcheviques de um lado, e os Brancos, ou seja os reacionários e seus aliados estrangeiros, do outro. De parte a parte foram cometidas horríveis barbaridades. Os Brancos chacinavam os habitantes das aldeias tomadas, tanto homens como mulheres e crianças. Os Vermelhos instauraram o reinado do Terror a fim de eliminar espiões e contra-revolucionários. Foi criada uma comissão extraordinária, conhecida como a "Tchekà", para prender e punir sem processo as pessoas suspeitas. Ninguém conhece o número exato das suas vítimas, mas os conhecedores do assunto avaliam-no unanimemente em milhares. A "Tchekà" recorria por vezes a execuções em massa, como em agosto de 1918, quando um social-revolucionário tentou assassinar Lenin. Mas finalmente declinou o terror. No fim de 1920 estava praticamente terminada a guerra. Os bolcheviques tinham escorraçado quase todos os soldados estrangeiros do país e forçado os generais reacionários a abandonar a luta.

A guerra civil foi acompanhada de um pavoroso colapso econômico.

Em 1920 a produção total não passou de 13% do que tinha sido em 1913.

A fim de compensar a escassez de mercadorias o governo aboliu o pagamento de salários e distribuiu provisões aos operários, em proporção às suas necessidades mínimas. Foi proibido todo comércio particular e

requisitado tudo que os camponeses produziam além daquilo que precisavam para não morrer de fome. Tal sistema não constituía um comunismo puro, como se tem afirmado muitas vezes, mas apenas um expediente para esmagar a burguesia e obter o máximo possível de abastecimentos para o exército em campanha. Foi abandonado logo que a guerra terminou. Em 1921 substituíram-lhe a Nova Política Econômica (NEP), que Lenin definiu como "um passo atrás para poder dar dois passos à frente". A NEP autorizava a manufatura privada e o comércio particular em pequena escala, reintroduzia o pagamento de salários e permitia que os camponeses vendessem o seu trigo no mercado livre. A nova política continuou em vigor até 1928, quando foi adotado o primeiro dos famosos Planos Quinquenais. Em 1939 tinham sido completados dois desses planos e um terceiro estava em via de execução. Seus objetivos principais eram completar o processo de socialização, transformar a Rússia num grande país industrial e promover a evolução no sentido de uma sociedade comunista sem classes.

Entrementes, a morte de Lenin, ocorrida em janeiro de 1924, precipitou uma luta titânica entre dois de seus lugares-tenentes pela posse do poder. Fora da Rússia, supunha-se em geral que Trotski seria o sucessor do chefe morto. Não tardou porém a transparecer que o fogoso comandante do Exército Vermelho tinha um rival formidável no corpulento e misterioso José Stalin. Nascido em 1.879 e filho de um camponês sapateiro da Geórgia, Stalin recebeu parte da sua educação num seminário, de onde no entanto foi expulso com a idade de dezessete anos por "falta de vocação religiosa", e desde então dedicou-se à atividade revolucionária. Foi exilado nada menos de seis vezes para os ermos gelados do norte; cinco vezes conseguiu escapar, e na sexta foi posto em liberdade pelo governo provisório. Em 1917 tornou-se secretário geral do partido comunista, posição que lhe permitiu construir uma máquina partidária. A batalha entre Stalin e Trotski não foi simplesmente uma luta pelo poder pessoal, senão que também envolvia pontos fundamentais de política. Sustentava Trotski que o socialismo na Rússia só poderia alcançar completo êxito quando o capitalismo fosse eliminado dos países vizinhos. Insistia, por isso, numa cruzada constante pela revolução mundial. Stalin estava disposto a abandonar temporariamente o programa da revolução mundial a fim de concentrar-se na construção do socialismo na própria Rússia. Sua estratégia

para o futuro imediato era essencialmente nacionalista. Em 1927 Trotski foi expulso do partido comunista e dois anos depois desterrado do país. É interessante notar que Lenin não tinha em muito alto apreço nenhum dos dois rivais. No seu testamento político criticou em Trotski "a excessiva autoconfiança" e a preocupação demasiada com detalhes administrativos. Foi, porém, muito mais severo com Stalin, condenando-o como "brutal demais" e "caprichoso", e instando com os camaradas para que "encontrassem um meio" de alijá-lo da sua posição à frente do partido.

Cerca de 1934 o regime bokhevista começou a assumir um novo aspecto, a certos respeitos mais conservador, que deveria talvez ser considerado a terceira fase da revolução russa. Caracterizou-se por algumas inovações significativas. Primeiro, houve o restabelecimento de certos processos capitalistas, como o pagamento de juros sobre os depósitos monetários e a emissão de obrigações com prêmios. Segundo, aumentou muito a desigualdade nos salários. Alguns trabalhadores manuais não recebiam senão 100 rublos por mês, enquanto os empregados especializados das indústrias pesadas e certos funcionários administrativos chegavam a perceber vencimentos mensais de 6.000 rublos. Os membros do partido comunista já não se limitavam a 6.000 rublos anuais, como no tempo em que Lenin estava no poder. Em terceiro lugar, as leis sobre o casamento e o divórcio tornaram-se mais severas e as mulheres foram incitadas a ter mais filhos. A primitiva idéia de abolir a família burguesa parecia coisa definitivamente relegada ao passado. Em quarto lugar, houve uma revivescência do militarismo, do nacionalismo e do interesse por tomar parte no jogo da política internacional de poder. O exército teve os seus efetivos mais que dobrados e foi reorganizado de acordo com o modelo ocidental. O patriotismo, que os velhos marxistas ortodoxos desprezavam como uma forma de propaganda capitalista, foi exaltado como uma virtude soviética. Do mesmo modo, fazia-se notar uma tendência crescente para afastar o internacionalismo de Marx, esforçar-se por tornar a Rússia auto-suficiente e desempenhar um papel ativo na diplomacia à moda antiga. Vendo o nazismo firmemente consolidado na Alemanha, os mandantes do Kremlin parecem ter chegado à conclusão de que a Rússia necessitava de amigos. Juntamente com os seus esforços de organizar um grande exército e dar auto-suficiência econômica ao país, adotaram uma política de cooperação com as nações ocidentais. Em 1934 entraram para a Liga das

Nações e em 1935 trocaram compromissos de aliança militar com a França. Evidencia-se, no entanto, que o verdadeiro motivo de tais gestos foi introduzir uma cunha entre a Alemanha, de um lado, e a Inglaterra e a França do outro. Seja como fôr, quando os líderes soviéticos começaram a desconfiar, em 1938-39, que a Inglaterra e a França estavam favorecendo a expansão de Hitler para leste, não hesitaram em firmar um pacto de não-agressão com o governo nazista. A filosofia original do bolchevismo, hoje mais conhecido como comunismo, foi desenvolvida principalmente por Lenin, não como uma nova forma de pensamento mas como uma interpretacão estrita do evangelho marxista. Sem embargo, desde o principio houve certos desvios dos ensinamentos do mestre. Enquanto Marx afirmava que uma fase capitalista devia preparar o caminho para o socialismo, Lenin negava que isso fosse necessário e insistia em que a Rússia podia saltar diretamente de uma economia feudal para uma economia socialista. Em segundo lugar, Lenin encarecia, muito mais que o fundador do movimento, o caráter revolucionário do socialismo. Marx acreditava, é certo, que na maioria dos casos a revolução seria necessária, mas inclinava-se mais a deplorar o fato do que a aplaudi-lo. Além disso, no seu discurso de 1872 em Amsterdã, havia declarado que “há certos países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que os trabalhadores podem esperar alcançar os seus fins por meios pacíficos”. Por último, o bolchevismo difere do marxismo na sua concepção do governo proletário. Nada indica que Marx tivesse jamais encarado a possibilidade de um estado totalitário de trabalhadores, tão arbitrário e opressivo nos seus métodos de governo quanto o facismo. É verdade que falou em “ditadura do proletariado”, mas entendia por isso uma ditadura de toda a classe operária sobre os remanescentes da burguesia. Dentro das fileiras dessa classe prevaleceriam as formas democráticas. Lenin, no entanto, instituiu o ideal da ditadura de uma elite, de uma minoria selecionada, a exercer supremacia não apenas sobre a burguesia mas também sobre a massa dos próprios proletários. Na Rússia, essa elite é o partido comunista, cujos quadros têm variado de 1.500.000 a 6.000.000 de membros. Desde a revolução boichevista a Rússia teve três constituições. A primeira foi a constituição da R.S.S.F.R. (República Socialista-Soviética Federativa Russa), adotada em 1918. Estabelecia ela uma forma de governo para todo o território então sob o domínio bolchevista —mormente a Grande-Rússia e a Sibéria ocidental.

O governo era constituído à feição de uma pirâmide, ficando os sovietes de operários e camponeses na base e, no vértice, um Conselho de Comissários do Povo. Nos anos subsequentes os simpatizantes do bolchevismo ganharam o controle dos governos da Ucrânia e da Rússia Branca, bem como do Azerbajã, da Armênia russa e da Geórgia. Resultou daí a formação, em 1923, da U.R.S.S. (União de Repúblicas Socialistas-Soviéticas). A constituição da U.R.S.S., adotada no mesmo ano, limitavase a estender a toda a união a forma de governo da R.S.S.F.R. Cada república tinha os seus sovietes e o seu conselho de comissários próprio. No alto de toda a estrutura havia um Congresso Pan-Soviético, um Comitê Executivo Central eleito pelo Congresso, e um Conselho de Comissários da União, eleito pelo Comitê Central.
Em 1936 redigiu-se uma nova constituição, que no ano seguinte foi aprovada pelo voto popular, entrando em vigor a 1.° de janeiro de 1938. Sob muitos aspectos é ela bem diferente das que a precederam. Para começar, estabelece uma união de onze repúblicas ao invés das cinco (mais tarde sete) que existiam sob a constituição de 1923. Muito mais importante é o fato de ter a nova constituição abolido o sistema de eleição indireta e as limitações ao direito de voto anteriormente em vigor. A Rússia tem hoje o sufrágio universal para todos os cidadãos maiores de dezoito anos, os quais elegem não só os sovietes locais mas também os membros de um parlamento nacional. Além disso, a votação é secreta. A estrutura do governo assemelha-se bastante à de outras repúblicas federais. O mais alto órgão do poder estatal é o Conselho Supremo da U.R.S.S., composto de duas câmaras: o Conselho da União e o Conselho das Nacionalidades. O primeiro tem 600 membros eleitos pelo povo por um período de quatro anos. O Conselho das Nacionalidades conta cerca de 400 membros, escolhidos pelos governos das diversas repúblicas, geralmente com a mesma duração de mandato. Ambas as câmaras têm poderes legislativos iguais. Para representá-lo entre as sessões, o Conselho Supremo escolhe um Comitê de trinta e sete membros, conhecido como o Presidium. Esse órgão tem também poderes para promulgar decretos, declarar a guerra e anular os atos dos funcionários administrativos que sejam contrários à lei. O mais alto órgão executivo e administrativo é o Conselho de Ministros, igualmente eleito pelo Conselho Supremo. Cada ministro é chefe de um departamento, como o da Guerra, o dos Negócios Exteriores, o das Estradas de Ferro, o da

Indústria Pesada, o da Indústria Leve e assim por diante. Finalmente, a constituição de 1936 encerra uma declaração de direitos. Os cidadãos têm garantido o direito ao emprego, ao descanso, à assistência na velhice ou em caso de invalidez, e até os privilégios tradicionais da liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de religião.

A constituição de 1936 foi saudada por muita gente, tanto dentro como fora da Rússia, como prova de que Stalin e os seus companheiros tinham-se orientado finalmente para a democracia liberal. No papel, as disposições referentes ao sufrágio universal, à eleição direta, ao voto secreto e à declaração de direitos pareciam incontestavelmente progressistas. Mas, na prática, nada indicava que tivesse havido uma mudança real nos velhos processos bolchevistas. Os cidadãos da Rússia não gozavam mais liberdade de palavra ou de imprensa do que haviam gozado antes. A razão fundamental de não oferecer a constituição mais que benefícios nominais é, evidentemente, o fato de que o verdadeiro poder na União Soviética permanecia nas mãos do partido comunista, o único partido cuja existência é admitida ali. Os órgãos do governo eram e ainda são pouco mais que os porta-vozes da vontade do partido. A organização deste compreende um Comitê Central de 125 membros, o qual escolhe um Presidium de 25 membros e 11 suplentes. O Presidium substitui o Politburo, principal órgão do partido antes de 1952, e não deve ser confundido com o Presidium do governo. Este é composto sobretudo de figuras de segundo plano. O do partido inclui os homens mais poderosos do país e determina as linhas básicas de política que o governo deve seguir. É também digno de nota que o próprio período em que estava sendo promulgada a constituição tenha testemunhado uma nova onda de prisões e execuções em massa de indigitados “trotskistas, espiões e sabotadores”.

NA TERRA DOS SOVIETES

Praça Vermelha de Moscou. Durante o dia inteiro, centenas de pessoas aguardam a sua vez de penetrar no mausoléu de mármore junto à muralha do Kremlin e contemplar os despojos de Lenin. (Sovfoto.)

Produção em linha de montagem. Fábrica de Automóveis Stalin, em Moscou. (Sovfoto.)

Distribuição preliminar de lucros no escritório de uma granja coletiva da República Soviética do Turcmenistão. Um ábaco faz as vêzes de máquina de calcular. (Sovfoto.)

Depois da batalha. Destroços e cadáveres de japoneses alastram as areias de Tarawa após a tomada da "Gibraltar do Pacífico" pelos fuzileiros navais norte-americanos. (U. S. Marine Corps.)

A GUERRA E SUAS VÍTIMAS

Escola para crianças mutiladas, na Itália. O menino do primeiro plano, totalmente cego e com os dois antebraços amputados, aprende a ler com a língua. (Gertrude Samuels, New York Times Magazine.)

Talvez já se tenha dito o suficiente para mostrar que a revolução bolchevista não teve apenas um caráter político mas também produziu profundos resultados econômicos e sociais. Pelas alturas de 1939 a manufatura e o comércio privados tinham sido abolidos quase por completo. Fábricas,

minas, estradas de ferro e serviços de utilidade pública eram de propriedade exclusiva do estado. Os armazéns ou eram empresas governamentais ou cooperativas de produtores e consumidores. A agricultura também tinha sido quase completamente socializada. As fazendas do estado cobriam quase 10% da terra e as fazendas coletivas, organizadas sobre bases cooperativas, ocupavam praticamente tudo que restava. Não menos revolucionárias foram as mudanças verificadas na esfera social. A religião tornou-se insignificante como fator na vida do povo. Na verdade, o cristianismo era ainda tolerado, mas as igrejas tinham sido reduzidas em número e negava-se-lhes permissão de desempenhar qualquer atividade beneficente ou educacional. Além disso, exigia-se dos membros do partido comunista que fossem ateus. O comunismo não só renuncia a toda crença no sobrenatural mas tenta cultivar uma nova ética. O objetivo primário é criar uma moral positiva, baseada no dever para com a sociedade, em lugar da velha moral negativa fundamentada na idéia do pecado pessoal. As virtudes cardeais dessa moral positiva são o devotamento ao trabalho, o respeito pela propriedade pública, a disposição ao sacrifício pessoal no interesse da sociedade e a lealdade indefectivel à pátria soviética e ao ideal socialista. O abismo que separa a moral comunista da moral dos países burgueses é exemplificado pela consagração de um monumento, em Moscou, no ano de 1939, a um menino de doze anos que denunciou o próprio pai à polícia secreta por ter homiziado alguns inimigos de Stalin.
Como quer que se encare a filosofia comunista, é difícil negar que o regime soviético tem algumas realizações notáveis a seu crédito. Entre as principais podem ser mencionadas as seguintes: 1) a redução da analfabetismo de uma proporção de 50%, no mínimo, para menos de 20%; 2) uma acentuada melhora dos métodos agrícolas e um rendimento superior do solo; 3) expansão considerável da industrialização, sobretudo quando comparada com os níveis a que havia descido a economia nacional ao terminar a guerra civil; 4) a introdução de uma economia planificada, a qual pelo menos funciona com bastante êxito para impedir a superprodução; 5) o oferecimento de oportunidades educacionais e culturais a grande número de pessoas do povo; e 6) a criação de um sistema oficial de assistência às mães que trabalham e aos seus filhinhos, bem como de assistência médica e hospitalização gratuita para a maioria dos cidadãos.

Por outro lado, não se pode esconder que tais progressos foram comprados a preço muito alto. O programa de socialização e industrialização foi levado avante com tal ímpeto que o interesse individual dos cidadãos ficou quase esquecido. Por exemplo, a excessiva proeminência dada pelos Planos Quinquenais à indústria pesada e à fabricação de armamentos redundou numa escassez de bens ao consumidor e, consequentemente, numa alta fantástica de preços. Mesmo com as reduções feitas em 1953, um traje masculino de boa qualidade ainda custava 2.600 rublos. Para ganhar essa quantia, um trabalhador mediano devia labutar 900 horas, ou seja aproximadamente 18 semanas. Um par de sapatos custa de 180 a 350 rublos, o que é também um preço assustador em confronto com o salário mensal médio de 600 rublos. Não se deve esquecer tampouco que o regime bolchevista impôs à Rússia uma tirania tão extrema quanto a do czar. Na verdade, o número de suas vítimas condenadas à escravidão dos campos de trabalho excede provavelmente o número daqueles que os czares enviavam ao exílio na Sibéria. E é significativo que quase todos os bolcheviques da velha guarda (com exceção do próprio Stalin) que tomaram parte na revolução de novembro de 1917 tenham sido mais tarde fuzilados ou desterrados.

4. AS DEMOCRACIAS ENTRE DUAS GUERRAS

Em 1939, somente três das grandes potências — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — continuavam na lista dos países democráticos. Entre os estados menores, a democracia sobrevivia na Suíça, na Holanda, na Bélgica, na Finlândia, nas monarquias escandinavas, em algumas repúblicas latino-americanas e nos domínios autônomos da Comunidade Britânica. Quase todo o resto do mundo sucumbira ao despotismo sob uma forma ou outra. A Itália, a Alemanha e a Espanha eram fascistas; a Rússia, comunista; a Hungria, dominada por uma oligarquia de latifundiários; enquanto a Polônia, a Turquia, a China e o Japão eram, em essência, ditaduras militares. De um modo geral, esse seccionamento correspondia a uma divisão entre nações favorecidas e nações desfavorecidas - as primeiras incluindo as democracias e as segundas, as ditaduras. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos eram países fartos, ricos de império territorial e

de recursos minerais. A Itália, a Alemanha e o Japão eram nações famintas às quais faltavam tanto os mercados como as matérias-primas para que os seus parques industriais pudessem funcionar com êxito. Tal estado de coisas não se fundava em condições naturais. Não fossem as tarifas e outras restrições à importação, os mercados da Índia seriam tão acessíveis à Alemanha e ao Japão quanto o eram à Inglaterra e a Itália poderia, não menos que a França, dispor das matérias-primas da África do Norte. Dadas, porém, as barreiras tarifárias, tornava-se impossível à Alemanha comprar o minério de ferro da Lorena, uma vez que a França fechava as portas às suas exportações e, sem a venda de produtos exportados, ela não conseguia dinheiro para importar. A solução encontrada pela Alemanha foi entrar em acordo com certos países, como a Suécia e a Espanha, para a realização de permutas. Em troca da compra de quantidades especificadas de produtos manufaturados alemães, adquiria ela nesses países um valor equivalente em minério de ferro. Tais arranjos eram complicados e raras vezes davam resultados satisfatórios. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que os próprios países democráticos nem sempre gozavam dias serenos de segurança e fartura. Muitos deles vinham sendo assolados quase ininterruptamente, desde a Primeira Guerra Mundial, pelas dívidas, pelo desemprego e pela estagnação dos negócios.
Seria impossível descrever a história de todas as democracias entre as duas guerras, ou sequer analisar por miúdo os desenvolvimentos internos ocorridos em qualquer delas. Em conjunto, podemos estabelecer três períodos: 1) uma fase de depressão aguda, de 1918 a 1923; 2) uma fase de relativa prosperidade, de 1923 a 1929; e 3) uma fase de depressão crônica, de 1929 em diante. Durante as duas primeiras foram envidados esforços para continuar a orientação política de antes de 1914, se bem que se tornassem necessários, como era natural, alguns ajustamentos. Mas o período de depressão crônica testemunhou alterações de índole muito mais extrema. Por quase toda parte notava-se um pendor para a produção planificada, com uma intervenção governamental cada vez maior na economia e uma tendência a consolidar o poder do Estado.
A mais velha e mais poderosa das democracias européias encontrouse em posição crítica ao terminar a Primeira Guerra Mundial: o comércio exterior da Inglaterra fora em grande parte destruído. O país estava profundamente endividado com os Estados Unidos e não podia arrecadar o dinheiro que

emprestara aos seus aliados europeus. Além disso, a procura de produtos manufaturados ingleses declinara abruptamente devido ao fato de se haverem instalado, durante a guerra, tecelagens de algodão no Japão e na Índia e de estarem os australianos tecendo eles mesmos a sua lã. Ao apropriar-se da frota mercante alemã a Inglaterra não fizera senão prejudicar-se, pois os estaleiros de Clyde ficaram então às moscas. Houve também uma queda na procura do carvão inglês depois que os franceses começaram a extrair milhões de toneladas desse mineral das minas alemãs. Em consequência de fatores tais, a Inglaterra não tardou a verificar que um milhão de seus operários estavam impossibilitados de encontrar emprego e tinham de ser sustentados pelo governo. Em 1921, esse número tinha-se elevado a dois milhões.

O gabinete de coalização formado durante a guerra sob a chefia de David Lloyd George pouco fêz para remediar os males econômicos da Inglaterra, salvo instituir um auxílio aos desempregados e impor tarifas limitadas sobre os produtos de algumas indústrias básicas. Em 1922 os conservadores forçaram Lloyd George a resignar e organizaram um novo gabinete com Stanley Baldwin à frente. Nas eleições de 1923 os conservadores perderam a maioria para o Partido Trabalhista, cujo líder, Ramsay MacDonald, apresentara-se às urnas com uma plataforma em que propunha a nacionalização das minas e das estradas de ferro, subsídios oficiais para a construção de moradias e um imposto sobre as fortunas que excedessem o equivalente de 25.000 dólares. A gestão de MacDonald como primeiro-ministro durou apenas dez meses. Pouco pôde realizar, além da promulgação de uma lei que estabelecia o auxílio oficial à construção de milhares de casas que seriam alugadas pelo equivalente de 2,25 dólares semanais. Em outubro de 1924 foi derrotado na Câmara dos Comuns, sob a acusação de simpatizar com o comunismo. A eleição que se seguiu deu uma maioria de mais de duzentas cadeiras aos conservadores, embora, na realidade, estes houvessem obtido uma minoria do voto popular.

Apoiados por tão esmagadora maioria da Câmara dos Comuns, os conservadores lograram manter-se no poder até 1929. Baldwin foi novamente primeiro-ministro, à frente de um gabinete composto de industrialistas sem imaginação, de aristocratas de monóculo e de calejados políticos da velha escola. Esse período de supremacia tory foi de relativa prosperidade. Os negócios reanimaram-se, houve uma modesta melhora na

situação das indústrias leves e o desemprego caiu cerca de 50%. Mas a mineração de carvão, a construção naval e a construção imobiliária continuavam ainda estagnadas. Em maio de 1925 os mineiros entraram em greve e os operários da maior parte das indústrias pesadas e dos transportes abandonaram também o trabalho, numa demonstração de simpatia. Foi essa a famosa "greve geral", que tanto atemorizou as classes capitalistas. Durou nove dias e terminou em enorme fracasso. Não só os trabalhadores não lucraram nada com ela, mas também o governo incitou o povo contra os grevistas pela rede de radiodifusão, de propriedade pública, e em 1927 promulgou uma rancorosa Lei das Uniões e Litígios Trabalhistas. Essa lei proibia as greves gerais, os piquetes de grevistas e praticamente vedava a arrecadação de fundos pelos sindicatos de trabalhadores para serem aplicados em objetivos políticos. Em outros assuntos, o governo trabalhista pôde apresentar resultados mais construtivos. Ampliou os dispositivos referentes às pensões de viúvas e órfãos, às aposentadorias, e concedeu o voto a todas as mulheres que não tivessem obtido esse privilégio pelo "Reform Act" de 1918.

Nas eleições de 1929 os conservadores foram derrotados e, pela segunda vez, Ramsay MacDonald tornou-se primeiro-ministro da Inglaterra. Como em 1924, dependia ele, para obter maioria na Câmara dos Comuns, de um remanescente de liberais que ainda conseguiam fazer-se eleger. Foi, por isso, novamente incapaz de realizar grande coisa. É verdade que logrou abolir os subsídios para o treinamento militar nas escolas e restaurar os direitos civis dos "pacifistas conscientes", mas foi incapaz de promover a causa do socialismo e mesmo de revogar a legislação antitrabalhista do regime Baldwin. O Partido Trabalhista conseguiu permanecer no poder até o verão de 1931. Já então a Inglaterra ia-se afundando no charco da grande depressão. Em agosto o número de desempregados elevou-se a 2.700.000. As reservas-ouro decresciam rapidamente, ao mesmo tempo que se previa para o fim do ano fiscal um déficit orçamentário de 200 milhões de dólares. A braços com tal crise, MacDonald e alguns de seus colegas resolveram reduzir o auxílio aos desempregados, bem como todos os salários e pensões, na esperança de salvar o crédito nacional. Incapaz, porém, de obter o apoio de uma maioria dentro do seu próprio gabinete, o primeiro-ministro resignou a 25 de agosto de 1931. No dia seguinte formou o chamado

Governo Nacional, composto de representantes dos três partidos, mas com uma maioria de conservadores.
O Governo Nacional assim organizado continuou no poder através das piores fases da depressão e por fim conseguiu pôr a Inglaterra novamente em pé. De 1931 a 1935 foi chefiado por MacDonald e durante os dois anos subsequentes, por Baldwin. A política adotada por esses homens foi relativamente conservadora, mas mesmo assim representava um desvio considerável dos caminhos usuais. Em setembro de 1931 foram suspensos os pagamentos em ouro, em consequência da retirada de depósitos estrangeiros do Banco da Inglaterra numa proporção de milhões de libras por dia. Agindo assim, a Inglaterra abandonava o padrão-ouro e a maioria das outras nações do mundo apressaram-se a seguir o seu exemplo. No começo de 1932 MacDonald inaugurou um sistema de protecionismo, instituindo tarifas que, em certos casos, se elevavam a 100%. A partir de 1933 envidaram-se esforços para fazer reviver a prosperidade da agricultura inglesa. Foi aprovada uma série de Leis de Mercado (Marketing Acts) que se propunham melhorar os níveis de preço dos produtos agrícolas. Essas leis autorizavam dois terços dos produtores de qualquer mercadoria a planejar a quantidade e o preço do seu produto. Tal plano seria então aprovado pelo Parlamento e teria força de lei. Em acréscimo a esses vários expedientes o Governo Nacional ampliou os subsídios à construção naval e imobiliária, diminuiu as taxas de juros sobre os empréstimos públicos e particulares e aumentou o.s impostos sobre a renda, reduzindo ao mesmo tempo as isenções. No ano fiscal de 1935-36 conseguiu-se restabelecer o equilíbrio orçamentário. Com exceção das Leis de Mercado, da adoção de tarifas protetoras e do abandono do padrão-ouro, a maior parte das medidas tomadas pelo gabinete estavam inteiramente de acordo com a economia ortodoxa. Nenhuma tentativa foi feita para elevar os preços mediante a inflação da moeda ou para estimular a prosperidade por meio de gastos deficitários. Não se tratou tampouco de manter quem quer que fosse no seu emprego a expensas do governo. Visava-se antes criar uma atmosfera de estabilidade e de confiança que estimulasse o afluxo de investimentos particulares para canais produtivos. Talvez se possa encontrar uma medida justa do êxito dessa política no fato de ter o desemprego sofrido uma redução de 2.400.000, em 1933, para 1.130.000 em julho de 1937.

Durante a maior parte do período que se estende de 1918 a 1939, tanto a política interna como a externa da França foram ditadas alternativamente por dois grupos muito poderosos. O primeiro era formado de capitalistas das finanças, de banqueiros e de membros do Comité des Forges, como era chamada a associação dos dirigentes das indústrias francesas do ferro e do aço. Esses homens acreditavam num governo forte e eram inimigos de todas as formas de radicalismo econômico. Sua maior ambição depois da guerra foi unir o carvão e o coque do Sarre e do Ruhr ao ferro da Lorena, pois sem os primeiros este último é de limitado valor. Também defendiam vigorosamente as alianças com a Polônia e as nações da Pequena Entente, talvez porque a maior parte delas fossem possíveis clientes para empréstimos de dinheiro francês e contratos de compra de munições fabricadas na França. O outro grupo era composto de pequenos industriais, pequenos comerciantes e membros da classe dos rentiers, os quais viviam da renda de pequenos investimentos de capital. Esse grupo almejava apaixonadamente a segurança. Não queria que a nação se expandisse, nem mesmo estavam interessados em enriquecer, mas o que desejavam acima de tudo era conservar aquilo que possuíam. Tinham antipatia aos altos negócios e consideravam o financeiro especulador como um inimigo não menor do que o próprio comunista.
De 1918 a 1924 o primeiro desses grupos ocupou o poder, durante algum tempo sob a chefia do presidente Poincaré e do primeiro-ministro Clemenceau. Esses homens e os seus partidários defendiam a paz punitiva e esperavam fazer a Alemanha pagar todos os custos da guerra. Como já vimos, foi Poincaré quem em 1923 enviou tropas ao vale do Ruhr. Há fortes suspeitas de que o seu objetivo não era unicamente punir a Alemanha pelo alegado inadimplemento das reparações, mas anexar a região à França. Mas, qualquer que tenha sido o seu propósito, o projeto fracassou e Poincaré teve de renunciar ao cargo. Sucedeu-lhe em 1924 Edouard Herriot, líder dos radical-socialistas, os quais representavam melhor do que qualquer outro partido os interesses dos pequenos negócios e da classe dos rentiers. Foi breve, porém, a passagem de Herriot e dos seus colegas moderados pelo poder. Os conservadores tinham enfraquecido o crédito do governo contraindo onerosos empréstimos para pagar as despesas da guerra e da restauração das áreas invadidas. Esperava-se que o ônus pudesse ser transferido para a Alemanha, e quando isso provou ser um sonho insensato

o franco começou a cair. Como Herriot não tivesse nenhum plano aceitável aos ricos para salvar a moeda, foi derrubado. Em 1926 Poincaré voltou ao poder como primeiro-ministro e restaurou o crédito governamental mediante um implacável regime de economias. Com isso, o franco subiu até aproximadamente um quinto do seu valor normal, e nesse nível foi estabilizado em 1928.

A Grande Depressão só veio a afetar seriamente a França depois que a maioria dos demais países estavam prontos para ser vendidos em leilão. A razão desse fato estava na equilibrada vida econômica da nação francesa. A população dividia-se quase igualmente entre as atividades urbanas e rurais. Os negócios faziam-se sobretudo por pequenas empresas e milhões de pessoas eram independentes de qualquer patrão. Sem embargo, a França não podia resistir indefinidamente ao choque. Quando ele por fim chegou, em 1932, seguiu-se um período de caos político. Os gabinetes sucediam-se uns aos outros com assustadora rapidez e comunistas e fascistas faziam motins nas ruas. Finalmente, em 1936, uma coligação chamada Frente Popular conseguiu ganhar uma eleição nacional. Era composta dos três partidos da esquerda — radicalsocialistas, socialistas e comunistas. Seu chefe, na ocasião, era Léon Blum, um intelectual de renome pertencente ao partido socialista. O governo da Frente Popular é famoso sobretudo pelas suas reformas econômicas, e também pela nova orientação que deu à política exterior. Nacionalizou a indústria de munições e reorganizou o Banco Francês de modo a privar os duzentos maiores acionistas do monopólio sobre o crédito. Instituiu a semana de quarenta horas, com férias anuais obrigatórias para todos os trabalhadores urbanos. Cancelou as reduções dos vencimentos pagos pelo governo, iniciou um programa de obras públicas, reorganizou a indústria hulheira e desvalorizou o franco em cerca de 30%. A fim de beneficiar os lavradores, criou um Departamento do Trigo para fixar o preço e regular a distribuição desse cereal. Na esfera da política estrangeira consolidou uma firme aliança com a Inglaterra e em todas as questões europeias submeteu-se à liderança britânica. Todas essas realizações se deveram a Léon Blum, que ocupou a chefia do gabinete de junho de 1936 a junho de 1937. Até março de 1938 a sua política foi continuada, com ligeiras modificações, por Camille Chautemps. Pouco depois caiu o regime da Frente Popular, com a ascensão de Edouard Daladier. Conquanto fosse um radical-socialista, Daladier mostrou pouco

interesse pela reforma econômica. Alegando a necessidade de mais trabalho para apressar as preparações da defesa nacional, revogou a semana de quarenta horas. Mais tarde, como se agravasse a crise internacional, obteve o consentimento do legislativo para governar o país mediante decretos de emergência.

De todas as democracias, nenhuma teve uma história tão variada e descomedida entre as duas guerras quanto os Estados Unidos. Nenhuma delas alcançou píncaros econômicos tão vertiginosos e poucas mergulharam em abismos tão profundos. Ao findar a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos eram a nação mais rica e poderosa do mundo. Enquanto os países da Europa se digladiavam nos campos de batalha, a grande república americana se apossava dos seus mercados, penetravalhes nos campos de investimento e expandia enormemente a sua própria indústria e agricultura. Devendo, antes da guerra, cerca de três bilhões de dólares aos países europeus, era agora credora dos mesmos numa importância aproximada de onze bilhões. Tudo isso contribuía para uma época áurea de poder e prosperidade nos Estados Unidos. É verdade que foi interrompida por forte depressão em 1920-21, mas esse pequeno contratempo não tardou a passar e a marcha para a frente prosseguiu. De 1922 a 1929 os Estados Unidos gozaram sete anos dos mais fartos que já se registraram na história de qualquer nação. O padrão de vida do seu povo era o mais alto do mundo. Em 1930, de cada cinco habitantes um possuía automóvel. Havia mais de 13.000.000 de rádios nos lares americanos, e mais telefones do que em todo o resto do mundo tomado em conjunto. Felizmente, nem toda a nova riqueza era gasta em comodidades e luxo. Em 1929 a venda de livros elevara-se ao dobro do que fora em 1919, embora a população tivesse aumentado apenas 16%. As verbas aplicadas na educação pública subiram de aproximadamente 500 milhões de dólares nas vésperas da Primeira Guerra Mundial para mais de 2.300 milhões em 1930.

Não obstante, a prosperidade dos Estados Unidos no após-guerra tinha boa parte dos seus alicerces na areia. A princípio essa prosperidade foi artificialmente estimulada pelos altos preços da fase da guerra. Os fazendeiros do Centro-Oeste, atolaram-se em dívidas comprando terras nas regiões áridas do Nebrasca e Oklahoma ocidentais e do Colorado oriental, na crença de que o trigo continuaria para sempre a ser vendido a mais de dois dólares o alqueire. Quando o preço, em 1923, caiu a 93 centavos,

viram-se agrilhoados pelas suas hipotecas. Não foram os lavradores, naturalmente, os únicos tentados à superexpansão pelos preços fantásticos; abriram-se muito mais minas de carvão e fábricas do que era necessário para atender à procura normal. Uma segunda fraqueza da prosperidade norte-americana residia na desigualdade da distribuição. Os lucros dos milionários cresceram numa proporção muito maior do que os rendimentos das massas. Ao passo que o valor dos produtos manufaturados subia de cerca de dez bilhões de dólares entre 1923 e 1929, o aumento de salários não foi além de 600 milhões. O terceiro fundamento instável da prosperidade norte-americana eram os empréstimos estrangeiros. Devido aos lucros de guerra, muitos cidadãos do país tinham em 1919 um excesso de capitais a empregar. A maior parte dele foi aplicado na expansão da indústria nacional, mas uma proporção considerável seguiu para o exterior. Em 1929 os empréstimos particulares norte-americanos nos países estrangeiros montavam a cerca de 16 bilhões de dólares. Uma boa parte desse dinheiro não era invertida na produção, mas utilizada na compra de mercadorias norte-americanas. Quando, em virtude das condições incertas da política européia, se exigiu o pagamento dos empréstimos, esse mercado estancou-se.

Em 1929 rebentou a grande bolha de sabão. Pelos meados de setembro os especuladores da Bolsa de Nova York começaram a vender os seus títulos. O mercado parou de subir, por algum tempo flutuou inquieto e por fim, a 24 de outubro, esboroou-se num desenfreado tumulto de vendas. Alguns líderes das finanças e da política tentaram infundir confiança no público, mas todos aqueles que conheciam um pouco a história financeira do país compreenderam que o fim tinha chegado. As causas da catástrofe desafiam ainda uma explicação perfeitamente satisfatória, mas as subjacentes parecem relacionar-se intimamente com o ímpeto dado à especulação e à superexpansão pela Primeira Guerra Mundial. Um segundo fator, talvez de não menor importância, foi a recusa da maioria dos capitalistas a ceder aos consumidores sob a forma de preços mais baixos, ou aos trabalhadores sob a forma de salários mais altos, uma percentagem suficiente dos lucros da produção em massa. Uma terceira causa foi a desastrosa política tarifária do governo norte-americano, a qual provocava retaliações por parte das alfândegas estrangeiras, chegando quase a destruir o comércio internacional. Ainda em 1930 o presidente Hoover, contrariando o parecer

de mais de mil economistas, assinou a Lei Hawley-Smoot que levantava aos mais altos níveis conhecidos na história da nação os direitos de importação sobre muitos artigos. O efeito desse ato foi, indubitavelmente, agravar a crise. A maioria das outras medidas tomadas pela administração Hoover para sustar o declínio econômico foram mais louváveis. Incentivou a abertura de verbas vultosas para obras públicas. Decretou uma moratória sobre as dívidas intergovernamentais e os pagamentos de reparações, de 1.° de julho de 1931 a 30 de junho de 1932. Criou uma Corporação Financeira de Reconstrução com autoridade para emprestar dinheiro aos bancos e às estradas de ferro, e também por fim aos estados, para assistência pública. Nenhum desses expedientes, contudo, pareceu dar muito bons resultados, e em novembro de 1932 Hoover, concorrendo à reeleição, foi derrotado pelo candidato democrata, Franklin D. Roosevelt. O governo Roosevelt passou a introduzir alterações tão radicais na vida econômica norte-americana que, para alguns, elas constituíam pouco menos de uma revolução. O chefe de estado procurava não somente livrar a nação do pânico mas também adotar uma nova política econômica, um "New Deal" que traria uma vida mais farta a massa dos homens esquecidos". Seus primeiros objetivos, no entanto, eram menos a reforma do que a assistência e a recuperação. Com o sistema bancário em estado de colapso, com pelo menos quinze milhões de trabalhadores sem emprego e com o preço do trigo no nível mais baixo a que havia chegado desde os tempos da rainha Elisabet I, não parecia haver alternativa senão escorar o que ainda restava da estrutura econômica, na esperança de que o céu viesse a clarear num futuro não muito distante. Os esforços iniciais nesse sentido tomaram a forma de medidas financeiras. Os bancos foram fechados em todo o país por um período de dez dias e proibiu-se a exportação de ouro e prata. A seguir foi proibida a acumulação de ouro ou de depósitos desse metal no Tesouro, e pouco depois a nação abandonava oficialmente o padrão-ouro. Convencido da necessidade de uma alta de preços para salvar da ruína os produtores de mercadorias básicas, Roosevelt obteve autorização do Congresso para inflacionar o meio circulante emitindo três bilhões de dólares em papel-moeda. Como essa medida não tivesse o efeito desejado, reduziu o teor de ouro do dólar a 59 centavos. Também foram adotadas medidas para eliminar os abusos financeiros. A fim de impedir as epidemias periódicas de falências bancárias, o Congresso criou a "Federal Deposit Insurance Corporation", a

qual passaria a segurar os depósitos bancários até a quantia de 5.000 dólares. Foram impostas várias restrições ao uso do crédito bancário para fins de especulação; os bancos comerciais tiveram ordem de se desfazerem dos bancos de títulos a eles filiados e instituiu-se uma Comissão de Câmbio e Valores para regular as trocas de mercadorias e ações, eliminar os "pools", as vendas fictícias de títulos e outros estratagemas destinados a influenciar os mercados, bem assim como para fiscalizar a emissão de novos títulos.

Um problema não menos urgente era o de dar trabalho aos milhões de desempregados. Destinaram-se verbas de bilhões de dólares para a demolição de "favelas", o combate à erosão do solo, o reflorestamento, a eletrificação rural, instituições educativas e profissionais e a construção de estradas de rodagem, escolas, usinas geradoras de energia e hospitais. Os fundos para a execução de muitos desses projetos foram estabelecidos pelo "National Industrial Recovery Act" (lei de recuperação industrial) de 1933. Essa lei visava desconcentrar o trabalho reduzindo as horas de atividade em cada indústria, mas também se propunha estimular os negócios, criando assim novos empregos. Instituía a "National Recovery Administration" (NRA) a fim de ajudar os produtores industriais a organizar códigos reguladores da produção, das horas de trabalho e dos salários em cada uma das várias indústrias. Seu objetivo principal era impedir a concorrência excessiva e a superprodução, capacitando destarte os homens de negócios a perceber um lucro razoável e a pagar salários elevados. As premissas principais em que se baseava eram as de que a economia norte-americana havia alcançado uma fase de maturidade, de que o problema da produção fora resolvido e de que a preocupação dominante para o futuro deveria ser uma distribuição mais equitativa do poder aquisitivo entre a grande massa dos cidadãos. O advento da NRA foi saudado com grande entusiasmo. Efígies da "Depressão" foram queimadas em público e calcula-se que, no espaço de um ano, mais de quatro milhões de desempregados voltaram ao trabalho. Mas em 1935 o Supremo Tribunal, por voto unânime, declarou inconstitucional o "National Industrial Recovery Act". O fundamento técnico era a delegação do poder legislativo a órgãos administrativos, mas é de supor que os deploráveis efeitos da lei no sentido de fortalecer o monopólio (uma vez que ela suspendia as leis contra os trustes) contribuíram bastante para determinar essa decisão do Tribunal.

A assistência ao agricultor também era considerada uma necessidade capital pelo governo Roosevelt. Conforme já acentuamos, a inflação da moeda devia ser um dos meios de alcançar esse objetivo. Mas o presidente também acreditava que a agricultura se ressentia, em grau ainda maior que a indústria, da superprodução. Consequentemente, na primavera de 1933 induziu o Congresso a aprovar o "Agricultural Adjustment Act" (AAA), cujo dispositivo mais importante consistia em autorizar a Secretaria da Agricultura a entrar em ajustes com os fazendeiros para que, em troca de subsídios do governo, eles consentissem em reduzir as áreas cultivadas dos produtos de primeira necessidade. A área de alguns desses produtos chegou a ser reduzida de perto de um terço. Os preços subiram em proporção ainda maior, uma vez que a receita destinada aos subsídios provinha de um imposto sobre o beneficiamento, imposto esse que os beneficiadores transferiam ao consumidor. A lei também estatuía que milhões de acres de terras marginais fossem retirados ao cultivo e os seus cultivadores reinstalados alhures, em solo mais fértil. Como no caso da indústria, o governo Roosevelt não admitia que houvesse quaisquer perspectivas para a expansão da produção agrícola. Tomava-se como axioma que os mercados estrangeiros eram, de um modo geral, relíquias do passado e que a agricultura norte-americana teria doravante de ser conduzida sobre uma base de auto-suficiência. Apenas no Departamento de Estado, onde Cordell Hull se esforçava por criar laços econômicos mais íntimos entre as nações mediante acordos comerciais recíprocos, fazia-se notar um certo otimismo quanto à possibilidade de expandir o comércio internacional. Em 1936, os mesmos juízes federais que haviam posto abaixo a Lei de Recuperação Industrial declararam inconstitucional o AAA. Dessa vez, porém, registraram-se três votos em contrário. Talvez por essa razão o governo não se deixou abater pela derrota, conseguindo fazer aprovar uma nova lei que colimava, por métodos diferentes, os mesmos resultados que a primeira.
Certos autores têm aventado a teoria de que houve, na realidade, dois "New Deals": o primeiro estendendo-se de 1933 a 1935 e preocupado acima de tudo com a assistência e a recuperação; e o segundo de 1935 a 1939, consagrado principalmente à reforma. Conquanto não seja possível traçar uma linha nítida de demarcação, há certa dose de verdade nessa teoria. Pelas alturas de 1935 a recuperação ia bastante adiantada, embora estivesse longe de ser completa, e a assistência fora proporcionada em tão generosa

escala que nenhuma família americana tinha motivos para recear a miséria. Além disso, haviam surgido bastantes obstáculos no seio do próprio governo, tornando mais urgente a necessidade de reforma. Uma das primeiras medidas destinadas a efetuar alterações radicais foi a Lei Wagner, que garantia o direito às negociações coletivas na indústria e autorizava a maioria dos trabalhadores de cada fábrica a escolher o sindicato que realizaria as negociações em nome de todos os trabalhadores. A segunda foi a Lei Wheeler-Rayburn, que instituía a regulamentação federal da produção e transmissão de energia elétrica no comércio interestadual e lançava uma "sentença de morte" sobre todos os "holdings" não integrados que explorassem uma indústria de utilidade pública. Uma terceira foi a Lei de Segurança Social, que estabelecia o seguro contra o desemprego, as pensões de velhice, o auxílio financeiro às mães e crianças desvalidas e às crianças aleijadas. Uma quarta foi o "Fair Labor Standards Act" (lei de normas equitativas do trabalho), que abolia o trabalho de crianças, fixava um salário horário mínimo e preparava a adoção da semana máxima de quarenta horas em 1940. Ainda outra medida reformadora foi desenvolvida durante o primeiro e o segundo "New Deals". Foi ela a aplicação do princípio de produção de força pelas autoridades públicas a fim de obter um padrão de custos pelo qual pudessem ser aferidos os gastos das companhias particulares. O projeto inicial que visava essa finalidade foi a Tennessee Valley Authority (TVA), criada em 1933. Entre outros do mesmo gênero contam-se o da represa de Grand Coulee, no estado de Washington, e o da represa de Bonneville, no baixo rio Colômbia.

Poucos historiadores poderão negar que o "New Deal" tenha sido um dos acontecimentos mais importantes na história das nações modernas. Como os seus resultados contribuíram mais para preservar do que para destruir o capitalismo, dificilmente se poderá chamá-lo uma revolução. Não obstante, ele fêz mais em prol do lavrador e do trabalhador assalariado do que, provavelmente, qualquer das chamadas revoluções da história norte-amerieana. Os rendimentos dessas classes aumentaram perto de 100% após a fase mais negra da depressão e, o que é talvez mais importante, elas haviam conquistado um grau de segurança econômica que jamais conheceram antes. Por outro lado, alguns problemas cruciais continuavam sem solução. O mais sério deles era o desemprego. Em 1939, após seis anos de "New Deal", os Estados Unidos ainda tinham mais de 9.000.000 de

trabalhadores sem colocação — cifra essa que excedia o número total de desempregados do resto do mundo. Por quê? Eis uma pergunta quase impossível de responder. Talvez porque os governos da maioria das outras nações industrializadas se interessaram mais pela recuperação do que pela reforma econômica. Provavelmente, também, porque os Estados Unidos tinham experimentado, na década de 1920, uma expansão muito maior do que a Inglaterra, a França ou a Alemanha, sendo por isso mais difícil para os norte-americanos do que para os outros o retorno ao nível de 1929.

CAPÍTULO 29

À volta à anarquia internacional

Nem a vitória dos Aliados em 1918 nem a prosperidade febril da década de 1920 trouxeram paz e liberdade ao mundo aflito. Talvez, em última análise, ambas tenham sido obstáculos à consecução de tão desejáveis resultados. Os Aliados não atentaram nas lições da terrível provação de que haviam surgido vitoriosos. Sucumbindo às tentações do poder e da cobiça, deitaram a perder a sua vitória. A prosperidade da década de 1920 assentava sobre alicerces tão inconsistentes e estava tão mal distribuída que carregava no próprio bojo os germes da catástrofe econômica. Em 1939 a civilização ocidental estava pronta para ser submetida a outra grande prova da sua capacidade de sobreviver ao desastre.

1. O FRACASSO DA PAZ WILSONIANA

Após um intervalo tragicamente breve de menos de duas décadas, a paz concluída em 1919-20 jazia esboroada em ruínas. No final das contas não passara de um armistício e, mais uma vez, o mundo marchava rapidamente para a guerra. As causas dessa falência da paz são hoje suficientemente claras. Para começar, certas cláusulas dos tratados eram por demais severas ou, pelo menos, imprudentes ao extremo. Os seus autores menosprezaram os Quatorze Pontos e as outras promessas que tinham levado os alemães a crer que a paz seria fundada numa justiça e numa liberalidade sem precedentes. O cálculo das reparações violava de maneira flagrante o acordo pré-armistício de 5 de novembro de 1918, no qual se declarava expressamente que a Alemanha só deveria pagar indenizações “pelos danos causados às populações civis dos Aliados e aos seus bens”. O Artigo 231 do Tratado de Versalhes, que considerava a Alemanha e as outras Potências Centrais como únicas culpadas da guerra, era historicamente inexato e

psicologicamente desastroso. Forçados a admitir a sua culpa, tornou-se para os alemães um ponto de honra insurgir-se contra a acusação e procurar vingar-se dos que a faziam. Não menos grave foi o erro em que incorreram os estadistas da Conferência de Paris ao tratar Alemanha e Rússia como nações fora da lei. Já teria sido bastante mau converter uma delas em pária, mas relegar ambas a essa categoria era simplesmente cortejar o desastre. A desgraça sempre procura companheiros, entre nações não menos que entre indivíduos. Por conseguinte, os dois países começaram a solicitar a amizade um do outro já em 1922, com a assinatura do Tratado de Rapallo que restabelecia as relações diplomáticas e comerciais recíprocas e cancelava as dívidas e reivindicações anteriores à guerra. Mesmo a ascensão de Hitler não afetou, durante alguns meses, a atitude amistosa do governo russo para com a Alemanha.

Considerando hoje a questão com a sabedoria da posteridade, parece-nos que havia na própria natureza da paz wilsoniana algo que a condenava ao malogro. Os tratados de 1919-20 tinham-se tornado obsoletos a muitos respeitos, mesmo antes de secar a tinta das assinaturas. Em essência, eram tratados que tentavam oferecer uma solução à moda do século XIX para um problema do século XX. De acordo com a doutrina da autodeterminação dos povos, fracionavam a Europa num número ainda maior de unidades políticas independentes do que as que existiam em 1914. O resultado foi estimular as contendas, as rivalidades, a competição comercial e armamentista numa escala maior do que nunca. O que a Europa necessitava em 1919 não era uma proliferação de estados rivais e potencialmente inimigos, mas um programa que introduzisse maior unidade. Algumas medidas pelo menos deveriam ter sido tomadas para impedir as guerras tarifárias e o insensato afã de conquistar a auto-suficiência, que outro feito não podia ter senão uma deterioração brutal dos padrões de vida. Foi uma deficiência fatal dos tratados o fato de se ter descurado em tão larga medida a solução dos problemas econômicos.

Mesmo, porém, que a paz wilsoniana tivesse sido mais perfeita, é ainda possível que viesse a terminar em fracasso. A lógica de tal conclusão está em que as duas potências mais interessadas na sua manutenção, a Inglaterra e a França, não podiam chegar a um acordo quanto às orientações políticas que cumpria seguir. Os ingleses tinham uma idéia, os franceses outra completamente diversa. Quase que a única coisa a unilos era a conveniência

de obstar à expansão do bolchevismo. Obsedados pelo receio de que a Alemanha recobrasse as forças e procurasse vingarse da sua derrota, os franceses punham todo o empenho na execução rígida das condições impostas pelos tratados. Interessavam-se mais pela segurança da sua nação do que pela recuperação econômica da Europa. Para conseguir essa segurança não lhes pareceu bastante confiar na Liga das Nações. Tentaram completar a segurança oferecida pela Liga com um novo sistema de alianças que visava rodear as nações derrotadas com uma cintura de aço. Entre 1919 e 1927 a França concluiu pactos com a Bélgica, a Polônia e os membros da Pequena Entente (Tchecoslováquia, lugoslávia e Rumânia). Os governos de todos esses países eram encorajados a manter grandes exércitos, tomar dinheiro emprestado à França e trazer debaixo de rigorosa vigilância as atividades da Alemanha e dos seus antigos satélites.
A política da Inglaterra com respeito à manutenção da paz nesses anos fatídicos foi quase que o oposto da política francesa. Separados do resto da Europa pelo Canal da Mancha, os ingleses não se sentiam levados a preocupar-se tanto com a segurança nacional. Além disso, como nação de comerciantes, tinham um interesse vital pela recuperação econômica do Continente. A Alemanha fora, por sinal, um dos melhores clientes da Grã-Bretanha antes da guerra. Por conseguinte, à medida que crescia a falta de trabalho nas áreas industriais do Reino Unido o governo britânico se voltava cada vez mais para uma política de reconciliação com a sua exinimiga. Cumpria reduzir ou adiar os pagamentos de reparações, e talvez mesmo cancelá-los finalmente, para que a Alemanha pudesse refazer-se e mais uma vez oferecer excelente mercado para as exportações britânicas. A Inglaterra interessava-se também em restabelecer o velho sistema de equilíbrio de poder. Uma Alemanha forte fazia-se pois necessária para refrear as ambições da França e ao mesmo tempo opor um baluarte à maré crescente do comunismo. O conflito entre as políticas inglesa e francesa foi dramaticamente ilustrado em 1923, quando o primeirоministro Poincaré mandou um exército ocupar o vale do Ruhr em punição da alegada falta de pagamento de reparações por parte da Alemanha. Os ingleses negaram apoio a essa decisão e o resultado foi dissolver-se a Entente Cordiale. Inglaterra e França não se tornaram novamente aliadas senão em 1936.
Algumas autoridades em história recente acentuam a recusa dos Estados Unidos a ratificar o tratado como uma das causas do malogro da paz.

Alega-se que ao rejeitar o tratado o Senado norte-americano traiu a causa do internacionalismo e atrasou de um século a marcha do progresso. Embora uma tal conclusão seja indubitavelmente exagerada, é possível argumentar que a adoção de uma política isolacionista por aquele país favoreceu o revivescimento da política de poder na Europa. Se os Estados Unidos tivessem aceito o tratado e ingressado na Liga das Nações, a Inglaterra e a França poderiam ser levadas a depositar mais confiança na Liga e talvez se mostrassem menos inclinadas a voltar aos antiquados métodos de preservar a paz pelo equilíbrio de poder. A França, em particular, poderia ter sido menos inflexível na sua resolução de manter a Alemanha num estado de sujeição e impotência. Livre da obsessão da própria segurança, talvez se tivesse interessado mais em curar as feridas da Europa.

Nem todos percebem com clareza as razões da rejeição, pelos Estados Unidos, do tratado que o seu próprio presidente havia negociado. Acreditam muitos que ela tivesse sido obra exclusiva dos reacionários ferrenhos e dos nacionalistas impenitentes. Entretanto, senadores tão progressistas como Robert M. LaFollette e George W. Norris votaram contra a ratificação, ao mesmo tempo que periódicos de idéias tão internacionalistas como The Nation e The New Republic condenavam o tratado. Condenaram-no, é claro, não por causa do seu internacionalismo mas porque o consideravam injusto e uma sementeira de novas e mais terríveis guerras para o futuro. Houve por todo o país uma reação tanto contra a guerra como contra a paz. Espalhou-se a convicção de que Tio Sam fora meter-se no que não era da sua conta. Entrara na guerra por motivos nobres e idealistas, mas as nações européias mostraram-se incapazes de se desfazer dos antigos hábitos de avançar no território dos vizinhos, realizar transações secretas e apunhalar-se mutuamente pelas costas. Melhor seria para Tio Sam lavar as mãos e não se envolver mais para o futuro com gente tão incorrigível.

Isso, porém, não esgota a lista das causas. A política partidária também desempenhou um papel considerável na rejeição do tratado. Em outubro de 1918 o presidente Wilson cometera o erro de apelar ao povo norte-americano para que confirmasse a sua política escolhendo um Congresso democrático nas próximas eleições. Embora uma análise posterior demonstrasse que a maioria do eleitorado havia votado pelos democratas, os votos estavam distribuídos de tal maneira que os republicanos ganharam o

controle tanto do Senado como da Câmara. O resultado foi negarem certos líderes republicanos a Wilson o direito de falar daí por diante em nome do povo norte-americano. Ainda assim o tratado poderia ter sido ratificado se não fosse o profundo abalo de saúde de que foi vítima o presidente no decurso da campanha que realizou através do país. Durante perto de oito meses não se avistou com o seu gabinete e apenas os documentos mais importantes eram submetidos à sua apreciação. Embora a sua doença consistisse na realidade em um ataque de paralisia, espalhou-se o boato de que havia enlouquecido. Por desgraça, Wilson recusou delegar a quem quer que fosse a chefia da luta pelo tratado. Isso fêz com que a campanha fosse adiada, permitindo assim que a oposição reorganizasse as suas forças. Outro fator ainda que laborou contra o tratado foi a recusa de Wilson a aceitar quaisquer reservas ao Convênio da Liga, além das poucas que tinham sido feitas antes da assinatura do tratado do qual esse convênio fazia parte. Quando se realizou a votação final, em março de 1920, quarenta e nove senadores declararam-se a favor da ratificação com reservas e trinta e cinco contra. Como os votos afirmativos não atingissem a maioria de dois terços requerida para a aprovação, o tratado foi rejeitado. Wilson, no entanto, estava em posição difícil. Alegava que, se aceitasse novas reservas, teria de voltar a Paris para conseguir a aprovação dos demais signatários; e, como outras nações procurariam infalivelmente impor também as suas reservas, seria necessário recomeçar todo o trabalho de negociação dos tratados.

2. TENTATIVAS DE SALVAR A PAZ

Durante a década de 1920 foram feitas diversas tentativas para salvar a paz, que não parecia irremediavelmente perdida. A primeira de alguma importância foram os Acordos de Locarno. Em 1925 os estadistas da Europa resolveram aceitar a sugestão do ministro alemão do Exterior, Gustav Stresemann, no sentido de que Alemanha e França se comprometessem a respeitar o status quo nas fronteiras do Reno. Daí resultou uma série de tratados negociados em outubro de 1925 pelos delegados da Alemanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália, Polônia e Tchecoslováquia. As três primeiras nações concordaram em respeitar para sempre as suas fronteiras mútuas e em nunca entrarem em guerra umas com

as outras a não ser em “legítima defesa”. A Grã-Bretanha e a Itália assinaram como fiadoras do acordo. A Alemanha assumia o compromisso de nunca tentar revisar um tratado pela força das armas e de solucionar por meios pacíficos todas as disputas futuras com a França, a Bélgica, a Tchecoslováquia e a Polônia. Os Acordos de Locarno foram aclamados por toda parte como os arautos de uma nova era. Estadistas e jornalistas entoavam hinos de louvor ao “espírito de Locarno”, como se se tratasse de uma panaceia capaz de curar rapidamente todos os males da Europa. Os franceses desejavam criar a impressão de que a Alemanha reconhecera por fim a justiça das condições da paz e jamais tentaria revisá-las. Mas não era bem assim. A Alemanha não se comprometera de modo algum a respeitar as suas fronteiras orientais de então, com as quais estava ainda mais insatisfeita do que com os arranjos feitos no lado ocidental. Além disso, obrigava-se a solucionar pacificamente apenas os problemas futuros. Mais ou menos tudo que os Acordos de Locarno conseguiram foi salvaguardar temporariamente as fronteiras do Reno. Isso era, sem dúvida, um resultado valioso, mas não eliminava o perigo de uma nova guerra européia.

Semelhante no propósito e nos resultados aos Acordos de Locarno foi o célebre Pacto de Paris, ou Pacto Briand-Kellogg, que se originou do movimento norte-americano em prol da interdição da guerra, fundado por volta de 1925. Eram líderes influentes desse movimento S. O. Levinson, um advogado de Chicago, o Dr. C. C. Morrison, diretor do Christian Century, e o senador pelo estado de Idaho, William E. Borah. A maioria deles tinha em pouca conta a Liga das Nações. Acreditavam que o melhor meio de abolir a guerra seria induzir o maior número possível de nações a pô-la fora da lei como um crime e um pecado. Na primavera de 1927 o professor James T. Shotwell expôs algumas dessas idéias ao ministro francês do Exterior, Briand. Pouco depois Briand lançou um apelo ao povo norte-americano para que os Estados Unidos e a França se unissem num acordo renunciando mutuamente à guerra. Três semanas mais tarde Nicholas Murray Butler, reitor da Columbia University, escreveu ao New York Times uma carta em que desafiava o governo norte-americano a aceitar a proposta francesa. O resultado foi uma avalanche de manifestações de opinião por parte do povo americano, favorável não só à sugestão de Briand mas também a um programa mais amplo de renúncia à guerra por todas as nações. Quase todas as organizações pacifistas prestaram o seu

apoio e o governo foi bombardeado com petições, as quais traziam dois milhões de assinaturas. A pressão tornou-se tão forte que o secretário de estado, Frank B. Kellogg, foi obrigado a agir. Nos fins de 1927 enviou uma nota a Paris, recomendando que a França e os Estados Unidos convidassem todas as nações a aderir a um pacto de condenação da guerra. Em agosto de 1928 reuniram-se em Paris os representantes de quinze nações e afixaram suas assinaturas a um pacto em que renunciavam à guerra como "instrumento de política nacional" e dispunham que a solução das disputas internacionais, "fosse qual fosse a sua natureza ou a sua origem", jamais seria procurada "a não ser por meios pacíficos". Dentro de um tempo relativamente curto, quase todos os países do mundo anunciaram a sua adesão a esse acordo.
Desgraçadamente, porém, o Pacto de Paris foi pouco mais que um gesto louvável. Se as suas cláusulas pudessem ter sido obedecidas à risca, ele teria dado às nações do mundo a segurança que reclamavam, tornando quase realidade o ideal de um mundo sem guerras. Mas as circunstâncias em que foi adotado impossibilitavam a obtenção de tais resultados. Com a aprovação do secretário Kellogg, a Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano emitiu uma interpretação declarando que nada, no tratado, prejudicava o direito dos Estados Unidos a lançar-se à guerra em defesa própria. O governo britânico, por seu lado, reivindicou plena liberdade de ação em certas regiões onde, sustentava ele, a Inglaterra tinha interesses vitais e essenciais à sua "paz e segurança". Como outras potências fizessem reservas do mesmo gênero, o efeito foi reduzir o Pacto a uma série de generalidades sem significação. É quase impossível conceber uma guerra que ambos os adversários não procurassem justificar como uma medida tomada em defesa própria ou a fim de proteger interesses vitais.

3. O FRACASSO DO DESARMAMENTO

Outro fato que apressou a volta à anarquia internacional foi o fracasso do desarmamento. Representou ele um choque para a geração que havia lutado por uma paz duradoura na Primeira Guerra Mundial. Presumia-se geralmente que um dos elementos essenciais de tal paz seria uma redução drástica dos armamentos. O presidente Wilson dera expressão a esse

sentimento no quarto de seus Quatorze Pontos, o qual prescrevia a limitação das armas ao nível mínimo consentâneo com a segurança interna. A Conferência de Paz negou-se a aceitar essa proposta nos termos em que estava vazada, resolvendo ao invés incorporar ao Convênio da Liga das Nações a declaração de que os componentes da Liga reconheciam a conveniência de reduzir os armamentos ao ponto mínimo “compatível com a segurança nacional e com a necessidade de fazer cumprir, por ação conjunta, as obrigações internacionais”. O Conselho da Liga recebeu o encargo de formular planos para tal redução. Não foi a Liga das Nações, mas o governo dos Estados Unidos que tomou a iniciativa das primeiras medidas no sentido de limitar os armamentos depois da Primeira Guerra Mundial. As razões disso baseavam-se em grande parte no interesse nacional. O Japão tinha emergido da guerra como a maior potência naval do Extremo Oriente. Achando-se a Rússia e a Alemanha temporariamente incapacitadas, não restava nenhum contrapeso para impedir o engrandecimento nipônico. A China estava quase à mercê do Japão e era bem possível que os interesses americanos se vissem ameaçados. A menos que os Estados Unidos construíssem uma grande armada para operar ao largo da costa asiática, não haveria possibilidade de restabelecer o equilíbrio de poder no Extremo Oriente. Mas o governo norte-americano relutava a incorrer nas despesas de uma tal expansão naval. Por isso, em 1921, o presidente Harding enviou convites para uma conferência sobre o desarmamento naval e o Extremo Oriente, a reunir-se em Washington. Nove nações fizeram-se representar: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália, o Japão, a China, a Holanda, a Bélgica e Portugal. A conferência iniciou os seus trabalhos em novembro de 1921 e deu-os por terminados em fevereiro do ano seguinte.
Pelo menos superficialmente, a Conferência Naval de Washington foi coroada de brilhante êxito. Estabeleceu uma tonelagem máxima para os couraçados e cruzadores pesados, fixando, no tocante a eles, a proporção de 5:5:3 para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Japão respectivamente. Alem disso, dentro de um período de dez anos não seria permitida a construção de nenhum vaso de guerra importante. Os delegados também concordaram na conclusão de certos tratados para a proteção dos seus interesses no Extremo Oriente. Um deles era um Tratado de Quatro Potências, pelo qual os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e o Japão se

comprometiam a respeitar mutuamente as suas possessões insulares do Pacífico. O outro era um Tratado de Nove Potências, pelo qual todas as nações representadas na conferência concordavam em respeitar a independência e a integridade territorial da China, bem assim como a observar o princípio da Porta Aberta. Por outro lado, a conferência nada fêz no sentido de imitar a competição relativamente aos vasos de guerra menores. Devido, em grande parte, à oposição da França, as proporções adotadas quanto aos couraçados e cruzadores pesados não foram aplicadas aos cruzadores ligeiros, destróieres, submarinos e outras embarcações. A limitação extensiva dos efetivos navais era um problema muito mais difícil do que reduzir o número de vasos como os couraçados, cujo valor sob as condições da guerra moderna muitos peritos estavam começando a pôr em dúvida.

Nos anos subsequentes várias tentativas foram feitas para limitar os armamentos navais mediante acordo direto entre nações, porém com medíocres resultados. Uma conferência convocada em Genebra, em 1927, redundou em fracasso total porque a França e a Itália negaram-se a enviar delegados e porque a Inglaterra e os Estados Unidos não conseguiram chegar a um acordo quanto aos tipos de armamentos que cumpria limitar. Na Conferência de Londres, realizada em 1930, as táticas adotadas pela França, Itália e Japão criaram tamanha atmosfera de desconfiança que várias potências inseriram cláusulas chamadas de “escada rolante” nos acordos que assinaram, mediante as quais se reservavam o direito de elevar a sua tonelagem caso alguma outra potência ameaçasse exceder os limites estipulados. A mais trágica das conferências de desarmamento foi a que se reuniu em Genebra em fevereiro de 1932. Essa conferência diferiu a dois respeitos das suas predecessoras. Em primeiro lugar, realizou-se sob os auspícios da Liga das Nações. Segundo, a sua finalidade não era apenas o desarmamento naval mas a redução das armas de qualquer categoria. Delegados de sessenta e um países compareceram à conferência e mais de trezentas propostas foram submetidas a discussão. A delegação francesa propôs que todos os aviões de bombardeio fossem entregues à Liga das Nações e que outras armas “ofensivas” fossem colocadas à disposição da Liga. Os ingleses recomendaram a abolição de tais armas. Em nome do presidente Hoover, os delegados americanos propuseram a abolição de todos os aviões de bombardeio, dos canhões pesados móveis e das armas de

guerra química, bem como a redução de um terço de todas as forças terrestres existentes que excedessem 100.000 homens. Maxim Litvinov, representante da União Soviética, pediu a destruição de todos os armamentos, insistindo em que "o meio de desarmar-se era desarmar-se". Mas nem uma só dessas recomendações logrou obter o apoio de mais que um punhado de delegados. Finalmente, quando se evidenciou que a Alemanha não se satisfaria com nada menos que a igualdade de armas com os seus ex-inimigos, as negociações entraram em colapso.
A Conferência de Genebra não foi oficialmente dissolvida. Ao invés disso, as delegações começaram a voltar uma a uma para casa, à medida que as esperanças se iam desvanecendo. Em outubro de 1933 retiraram-se os delegados da Alemanha. Fizeram-se alguns débeis esforços para induzi-los a voltar; mas em vão, pois a revolução nazista do mês de março precedente havia colocado no poder em Berlim um regime que não estava interessado no desarmamento, mas sim no rearmamento. No verão de 1934 os trabalhos da conferência estacaram por completo. O orçamento militar nazista, anunciado em abril, afigurou-se a muitos um funesto indício da resolução alemã de desrespeitar todas as restrições aos armamentos impostas pelo Tratado de Versalhes. Por toda a França começou-se a falar em guerra preventiva. Poucos anos depois, quase todas as potências estavam empenhadas numa corrida armamentista que ultrapassava tudo que a Europa havia visto desde 1914.

4. O FRACASSO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Além do fracasso do desarmamento, nada talvez contribuiu mais para a anarquia internacional entre as duas guerras do que a incapacidade do mundo para refazer-se da Grande Depressão. A recuperação subsequente às crises econômicas do século XIX e do começo do século XX tinha sido quase automática. Por vezes um aumento da provisão de ouro, devido ao descobrimento de novos depósitos, tinha contribuído para esse fim, mas nenhuma manipulação do meio circulante nem vastos do governo em obras públicas tinham sido considerados necessários. Além disso, quando o declínio dos negócios chegava ao termo e tinha início a recuperação, acontecia invariavelmente que a produção se elevava a novos níveis,

superiores aos que tinham sido atingidos anteriormente. Mas a depressão que começou em 1929 foi diferente. A espiral da deflação parecia quase não ter fim. O preço do trigo caiu ao mais baixo nível desde os tempos da rainha Elisabet I. O milho rendia tão pouco no mercado que em certos casos os plantadores preferiram queimá-lo como combustível. Os governos recorreram a expedientes drásticos para deter o declínio. Levantaram-se embargos contra o resgate do papel-moeda em ouro. A fim de oferecer emprego e estimular os negócios, destinaram-se em alguns países verbas enormes à construção de estradas, pontes, represas, esgotos, aeroportos e fortalezas. Em face do grave desequilíbrio orçamentário, tomavam-se por vezes medidas especiais para ocultar ao público as proporções aterradoras da dívida nacional. Nenhum desses expedientes, porém, parecia dar resultados apreciáveis. Embora se tivesse verificado uma recuperação parcial por volta de 1935, ela não foi bastante longe, antes da Segunda Guerra Mundial, no sentido de restaurar os níveis de 1929. As causas disso não são fáceis de averiguar, mas o fato é que a depressão da década de 1930 não teve paralelo a muitos respeitos. Os mercados destruídos ou perdidos durante a Primeira Guerra Mundial nunca foram devidamente recuperados.
Por motivo de guerras ou revoluções, o mundo estava ainda cheio de áreas perigosas onde a ameaça de incidentes explosivos mantinha continentes inteiros em estado de nervosismo. A cobrança de reparações e dívidas de guerra desorganizava os sistemas monetários nacionais e transtornava a distribuição do ouro mundial. Dois terços dele acabaram por se concentrar nos Estados Unidos e uma boa parte do restante na França. O mais grave, porém, era que o nacionalismo econômico com as suas tarifas elevadas, cotas de importação, controles de câmbio e acordos para a realização de permutas tornava virtualmente impossível a recuperação do comércio internacional. Em 1933, este havia descido a apenas um quarto das cifras anteriores a depressão. Em 1918 o presidente Wilson proclamara como um dos objetivos da paz a demolição das barreiras econômicas e o estabelecimento de uma igualdade de condições de comércio entre as nações do mundo. Quinze anos depois, as barreiras econômicas estavam mais altas do que nunca e o comércio em condições de igualdade parecia um sonho utópico.

No outono de 1931 a situação do mundo industrializado começou a tornar-se desesperada. Em maio desse ano a Creditanstalt, a maior e mais

conceituada casa bancária de Viena, declarou-se insolvente. Pouco depois o grande Darmstädter Bank, da Alemanha, fechava as portas. A Bolsa de Títulos de Berlim suspendeu as operações e dezenas de firmas comerciais alemãs abriram falência. O pânico espalhou-se pela Europa central e ocidental, não tardando a alcançar as Ilhas Britânicas. Pelos meados de setembro o Banco da Inglaterra estava perdendo ouro à razão de 90 milhões de dólares por dia. No mundo inteiro as nações começaram a correr as escotilhas, precavendo-se contra tempestades ainda mais violentas no futuro. Em 21 de setembro, como já dissemos, o governo britânico proibiu o resgate do papel-moeda em ouro. Pelos fins de 1936, nenhum estado no mundo inteiro possuía um lastro áureo livremente conversível para o seu papel-moeda. Os governos não se limitaram a abolir o padrão-ouro; lançaram mão de toda sorte de expedientes engenhosos que lhes foi possível imaginar para resguardar os seus países contra as perturbações vindas de fora. A França e a Bélgica, por exemplo, passaram a efetuar todas as suas importações sobre uma base de cotas. Em 1932 a Inglaterra abandonou a sua tradicional política de livre-câmbio e envidou esforços para consolidar o seu império numa compacta unidade econômica por meio de um sistema de tarifas preferenciais imperiais. O Japão e a Itália trataram de conquistar impérios pela espada, o primeiro na Manchúria e na China setentrional, a segunda na Etiópia. Tanto num caso como no outro, o objetivo principal era multiplicar os recursos econômicos, tornando assim as respectivas metrópoles mais independentes dos fornecimentos estrangeiros.
Cumpre acrescentar que algumas medidas foram tomadas durante a década de 1930 a fim de evitar o completo caos que não podia deixar de resultar das tentativas de cada nação para solucionar os seus problemas à custa das outras. Em 21 de junho de 1931 o presidente Hoover propôs uma moratória de um ano sobre todos os pagamentos intergovernamentais, inclusive dívidas e reparações. Infelizmente a França mostrou-se pouco entusiasmada com o plano e só em 6 de julho foram completados os preparativos. Por essa altura a Alemanha encontrava-se à beira de uma crise bancária que anulou todos os possíveis efeitos benéficos da moratória. Em junho e julho de 1932, representantes da Inglaterra, da França, da Bélgica, da Itália, da Alemanha e do Japão reuniram-se em Lausanne, na Suíça, e concluíram um acordo que abolia praticamente as reparações. Também dessa vez a decisão veio demasiado tarde. Se tivesse sido tomada pelo menos dois anos antes,

talvez evitasse uma crise financeira na Europa Central. Administrada quando a Alemanha já se achava quase em estado de colapso, com os lobos nazistas uivando à porta, seus resultados foram nulos.
O último dos esforços para introduzir no caos uma certa aparência de ordem econômica foi a convocação da Conferência Econômica Mundial que se reuniu em Londres nos meses de junho e julho de 1933. A iniciativa partiu tanto da Liga das Nações como de Ramsay MacDonald, primeirominístro da Grã-Bretanha, o qual tinha uma sublime fé na eficácia das conferências para curar os males do mundo. Compareceram os delegados de sessenta e seis nações, incluindo todas as grandes potências. Pensava-se, pelo menos na Europa, que três importantes assuntos constituiriam o programa das discussões. O primeiro seriam as dívidas intergovernamentais, o segundo as tarifas e o terceiro a estabilização das moedas nacionais. Com respeito a este último, todavia, não havia base para acordo. A França, líder das nações que ainda não haviam abandonado o ouro, batia-se pelo restabelecimento do padrãoouro internacional. A Inglaterra advogava uma estabilização imediata das moedas em relação umas às outras, para que se pudesse restaurar finalmente aquele padrão. Por algum tempo a atitude dos Estados Unidos foi obscura. Ainda em 16 de maio o presidente Roosevelt pronunciara-se publicamente em favor da restauração. Mas a tentativa feita pouco depois por peritos ingleses e americanos para congelar o valor da libra e do dólar nos níveis vigentes foi seguida por uma baixa dos preços das ações e mercadorias americanas. Roosevelt pareceu então mudar de idéia. Receando que todo o seu programa em favor de uma alta inflacionária dos preços nos Estados Unidos corresse perigo, increpou asperamente a Conferência de Londres, declarando que o esforço do governo norteamericano para elevar os preços era “a mais importante contribuição” que podia fazer. “O sólido sistema econômico interno de uma nação”, asseverou ele, “é um fator maior da sua prosperidade do que o valor de troca da sua moeda em relação às moedas das demais nações.” Essa mensagem foi um jato de água fria para as esperanças da conferência, que se dissolveu a 27 de julho sem ter realizado nada de concreto. A partir de então as nações ficaram livres de seguir a política monetária ou tarifária que lhes aprouvesse. Mas a liberdade no tocante a tais assuntos não era mais do que um sinônimo de anarquia econômica.

5. NA SENDA DE MUNIQUE

Os historiadores do futuro encararão provavelmente a década de 1930 como um dos períodos mais críticos da história mundial. Durante esse período a maioria das potências introduziram profundas alterações na sua política estrangeira, alterações essas que causaram grandes estragos no cenário internacional e conduziram a amarga provação da década seguinte. As potências descontentes recorreram a políticas de "dinamismo", isto é, de fanfarronada, intimidação ou agressão direta. As potências satisfeitas abandonaram o programa de segurança coletiva construído com base na Liga das Nações e substituíram-no pela ignominiosa política de "apaziguamento". O apaziguamento pode ser definido como a política daqueles que, por medo ou indolência, fazem concessões a uma iiação agressiva e inescrupulosa. Tais concessões são invariavelmente feitas a expensas de algum país mais fraco. Quanto ao próprio apaziguador, nada sacrifica; na verdade, o seu motivo habitual para assim agir é o desejo de evitar a entrega de alguma posse valiosa. O apaziguamento não é nenhuma novidade. Foi empregado em 1913, quando a Inglaterra e a França apoiaram a intimidação da Sérvia pela Áustria a fim de obrigá-la a abandonar as suas reivindicações sobre a Albânia. Recorreu-se novamente a ele em 1919, quando o presidente Wilson permitiu que o Japão conservasse as antigas concessões alemãs da China pelo receio de que os nacionalistas japoneses repudiassem a Liga das Nações. É preciso estabelecer uma distinção clara entre apaziguamento e política de conciliação. Esta última representa uma tentativa de aplacar um inimigo mediante atos de benevolência e justiça. Se bem que o apaziguamento possa ser benévolo do ponto de vista do beneficiário, nada tem a ver com a justiça.

O primeiro exemplo notável de apaziguamento entre as duas guerras verificou-se no tocante à crise da Manchúria. Durante anos o Japão havia cobiçado a rica província da Manchúria, que teoricamente pertencia à China, devido ao seu trigo. Em 1931 resolveu dar o golpe. O pretexto depósitos de xisto petrolífero, ao seu carvão e ferro e ao seu solo fértil, adaptado à cultura da soja e do foi fornecido pelo Incidente de Mukden, de 18 de setembro, ou seja uma explosão na Estrada de Ferro da Manchúria Meridional, de propriedade nipônica. A responsabilidade de tal ato não foi fixada até hoje, mas os japoneses acusaram imediatamente os soldados

chineses. Embora o dano causado fosse insignificante (cerca de 70 centímetros de linha destruídos), os oficiais japoneses na Manchúria puseram em movimento toda a sua máquina militar. Mukden foi tomada após breve combate, seguindo-se logo a ocupação de uma boa parte da província. O governo chinês apelou para a Liga das Nações, que nomeou uma comissão investigadora sob a chefia de Lord Lytton, antigo vice-rei da Índia. A comissão procedeu à execução da sua tarefa com todo o vagar. Somente ao cabo de cinco meses alcançou o Extremo Oriente, e seis outros se passaram na coleção de provas. Quando ela por fim publicou o seu relatório, condenando tibiamente a agressão, o Império do Sol Nascente não só estava firmemente entrincheirado na Manchúria mas ainda havia anexado novas porções da China norte-oriental. Nenhuma das potências tomou quaisquer medidas para refrear ou punir o Japão, exceto os Estados Unidos; e a ação do governo norte-americano se limitou a emitir a Doutrina Stimson, declarando que o seu país se negaria a reconhecer qualquer situação no Extremo Oriente que resultasse de uma violação do Pacto Briand-Kellogg. Não foram propostas penalidades militares ou econômicas e, se o fossem, provavelmente não seriam tomadas em consideração. A atitude dominante entre as outras potências era a de indiferença. O Foreign Office britânico era, nessa ocasião, dirigido por Sir John Simon, um liberal da ala direita que jamais demonstrara grande interesse pela segurança coletiva. Alguns políticos conservadores esperavam restabelecer a Aliança Anglo-Japonesa, a que a pressão canadense e americana havia posto termo em 1922. Receosos da Rússia e desconfiando da China, sonhavam utilizar-se do Japão para contrabalançar a ambas. Acresce que qualquer ação punitiva contra o Japão teria como efeito quase infalível provocar represálias contra os vastos interesses britânicos no Extremo Oriente. Mas a principal razão da indiferença britânica foi, provavelmente, a crise financeira com que lutava o país. Em setembro de 1931 a Inglaterra entrou na fase mais séria da depressão. A 21 desse mês, exatamente três dias após o Incidente de Mukdeix, foi ela obrigada a abandonar o padrão-ouro. Sobrecarregados de ansiedade quanto ao futuro, os seus cidadãos não se sentiam dispostos a envolver-se em novas complicações fora do Império. A França, na ocasião, estava ocupadíssima em manter a sua própria segurança. Atormentada pelas exigências da Alemanha, que queria a igualdade de armamentos, inclinava-se ainda menos do que a Inglaterra a assumir

responsabilidades internacionais em terras distantes. Até 1935 não tornaram a ocorrer exemplos flagrantes de apaziguamento. No outono desse ano Mussolini mandou um exército invadir a Etiópia. O rei desse país apelou para o Conselho da Liga das Nações, a qual por felicidade se encontrava em sessão. Com uma presteza desacostumada em tais circunstâncias, o Conselho estigmatizou a Itália como nação agressora e resolveu aplicar sanções econômicas contra ela. As sanções deviam incluir um embargo de armas e a proibição de empréstimos e da venda de certas mercadorias à nação italiana. A Inglaterra e a França ficaram profundamente alarmadas com isso. Convencidas de que os Estados Unidos não cooperariam, receavam que a tentativa de punir a Itália fracassasse, fazendo-os incorrer gratuitamente na inimizade italiana. A França, em especial, temia a perda da Itália como aliada potencial em caso de dificuldades com a Alemanha. Conseqüentemente, os estadistas de Londres e Paris trataram de fazer com que as sanções econômicas não incluíssem a proibição da venda de petróleo e seus produtos. Isso equivalia quase a garantir a vitória da Itália, cujos exércitos eram parcialmente mecanizados, enquanto os da sua adversária só possuíam equipamentos primitivos. Não ficou nisso, porém, a generosidade dos políticos britânicos e franceses. No fim de 1935 Sir Samuel Hoare, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, e Pierre Lavai, primeiro-ministro da França, arquitetaram um plano secreto segundo o qual seria permitido a Mussolini conservar dois terços da Etiópia em troca da cessão, a este malfadado país, de um corredor para o Mar Vermelho. Se bem que o plano nunca fosse levado a efeito, graças à explosão de ira popular que provocou tanto na Inglaterra como na França, quaisquer novas tentativas para refrear ou punir a Itália foram abandonadas. Em maio de 1936 Mussolini completou a conquista do Leão de Judá e proclamou a fundação do Império Italiano.

Diante do êxito alcançado por Mussolini no desrespeito ao regime do direito e da ordem internacionais, era de esperar que Hitler por sua vez tentasse alcançar algumas vitórias pelo método do atrevimento e do desafio. Em 1935 anunciou ele em público o restabelecimento da conscrição e do treinamento militar universal. Ameaçando organizar uma enorme força aérea, conseguiu fazer com que os ingleses assinassem um acordo naval permitindo que a Alemanha construísse vasos de guerra até o nível de 35% da marinha britânica. Nos fins de 1936, tinha um exército de 800.000

conscritos e 108 navios de guerra já construídos ou em construção. Seu segundo ato importante de desafio foi enviar tropas à Renânia em março de 1936, a fim de ocupar essa região desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes. Assim fazendo, violava não só o Tratado de Versalhes mas também os Acordos de Locarno. Alegava como pretexto que a recém-negociada aliança franco-soviética havia destruído a validez dos tratados de Locarno. Apesar das fortes razões jurídicas contra ele, a Inglaterra e a França não fizeram virtualmente nada para impedi-lo de realizar o seu intento. Os franceses protestaram vigorosamente, mas os ingleses recusaram-se a sair da sua calma. E sem o auxílio britânico a França nada podia fazer, pois estava quase paralisada no interior pelas greves e pela guerra de classes.

O apaziguamento dos ditadores na Renânia e na Etiópia liquidou praticamente tudo quanto restava da segurança coletiva. Embora a Liga tivesse feito uma bonita demonstração de coragem ferreteando a Itália como agressora da Etiópia, isso se devera sobretudo a pressão da opinião pública e à influência das nações menores. Quanto à atitude dos governos que teriam de contribuir com o poder econômico, militar e naval para apoiar as decisões da Liga, foi frouxa e irresoluta. Após a remilitarização da Renânia, mesmo as nações menores perderam a fé nos esforços coletivos para manter a paz. A Suíça e os estados escandinavos anunciaram que para o futuro não se reconheceriam automaticamente obrigados pelo sistema da Liga de aplicar sanções contra as nações agressoras. A Bélgica persuadiu a Inglaterra e a França a liberá-la de todas as obrigações assumidas nos Acordos de Locarno, a fim de possibilitar-lhe a volta à tradicional posição de neutralidade. Também o Canadá procurava impedir a Grã-Bretanha de assumir compromissos que pudessem envolver o Império na guerra. Tanto dentro como fora da Liga as nações passaram a interessar-se acima de tudo pela sua própria segurança, à medida que o temor de uma nova catástrofe se apossava de governos e povos. Antes de 1936 houve poucos indícios de colaboração entre os ditadores no desafio às potências favorecidas. Ainda em abril de 1935 Mussolini unira-se à Grã-Bretanha e à França na chamada Frente de Stresa, comprometendo-se a defender a independência da Áustria e os tratados de Locarno e denunciando o rearmamento alemão. Mas o deflagrar da guerra civil da Espanha, no verão de 1936, veio mudar por completo a situação. Durante mais de um século a Espanha estivera

dividida entre grupos hostis de reacionários, monarquistas e clericais por um lado, e liberais burgueses, anticlencais e socialistas pelo outro. Em 1931, uma revolução incruenta resultara na fundação de uma república e na promulgação de leis drásticas contra o exército, os latifundiários e a igreja. Em julho de 1936 irrompeu a contra-revolução sob a chefia de generais descontentes e com o encorajamento secreto dos governantes fascistas da Itália e da Alemanha. Cada um dos dois ditadores estava diretamente interessado no resultado da luta. Mussolini via uma oportunidade de ganhar o controle das ilhas Baleares, podendo assim atacar a Inglaterra em Gibraltar. O domínio da Espanha e do Mediterrâneo ocidental também lhe permitiria cortar a linha de comunicações da França com o respectivo império africano. Não era menor o interesse de Hitler pela vitória dos rebeldes espanhóis, a qual lhe permitiria enfraquecer a posição da França colocando-lhe nas fronteiras um novo estado fascista, e lhe daria acesso ao cobre e ao ferro da região de Bilbao. Podia, além disso, usar a Espanha como campo de experiência para algumas de suas armas novas. Com tais objetivos em vista, os ditadores iniciaram um período de íntima colaboração que continuou até a queda de Mussolini, na Segunda Guerra Mundial. Em outubro de 1936 anunciaram a formação do Eixo Roma-Berlim e no ano seguinte Mussolini assinou o Pacto Anti-Comintern, de que já faziam parte a Alemanha e o Japão. A guerra civil da Espanha prolongou-se durante três anos sangrentos, custando a vida de quase um milhão de homens. De começo a fim apresentou aspectos de luta internacional, porquanto a Rússia forneceu dinheiro, algumas armas e assistência técnica aos republicanos ou legalistas, ao passo que a Alemanha e a Itália ofereciam um auxílio mais generoso aos insurretos de Franco. Essa guerra conduziu a novo apaziguamento por parte das potências democráticas. Levadas pelo medo de que a luta intestina da Espanha degenerasse num conflito internacional, a Inglaterra e a França adotaram uma política de não-intervenção. Esperavam que todas as potências interessadas cooperassem com elas, mas como isso não se verificasse fecharam os olhos à ativa intervenção da Alemanha e da Itália. O receio de uma nova guerra mundial não era, entretanto, o único motivo que as inspirava. Os conservadores ingleses desconfiavam do radicalismo de alguns legalistas e temiam que a Rússia adquirisse uma influência predominante nos assuntos espanhóis. A atitude da França foi determinada por fatores complexos. O primeiro ministro Blum, à testa de

um governo de Frente Popular, teria indubitavelmente preferido a vitória dos republicanos. Não tinha, porém, as mãos livres. Fora levado ao poder com base numa plataforma de reformas econômicas e sociais. A fim de poder realizá-las era necessário não despertar um antagonismo excessivo por parte da direita. Além disso, precisava do apoio da Inglaterra contra a ameaça constante do outro lado do Reno. Em abril de 1939 quase todas as potências, inclusive os Estados Unidos, concederam reconhecimento diplomático ao governo de Franco, implantado pelos insurretos vitoriosos.

Já antes de ter a luta na Espanha alcançado o seu deplorável termo a política de apaziguamento chegara ao auge numa região diferente da Europa. Havia anos que Hitler e os seus sequazes nazistas vinham lançando olhares venenosos e cúpidos na direção da Tchecoslováquia. Acusavam esse estado de ser um punhal apontado para o coração da Alemanha, mas ao mesmo tempo cobiçavam-lhe as indústrias e o bastião de montanhas a dominar um dos caminhos para o Oriente. Na primavera de 1938 lançaram a sua campanha de conquista. A fim de preparar o caminho, decidiram em primeiro lugar completar a anexação da Áustria. Depois da Primeira Guerra Mundial nascera em ambos os países um movimento em prol da Anschluss, ou união da Alemanha e da Áustria, mas os tratados de paz

impediram-lhe a consumação. Em 15 de março de 1938 Hitler entrou em Viena e proclamou a anexação quase sem uma palavra de protesto por parte dos meios oficiais. Destarte ficou a Tchecoslováquia quase inteiramente cercada por território alemão. Em seguida os nazistas intensificaram a pressão sobre o governo tcheco. Não lhes faltou pretexto para tal. A parte ocidental da Tchecoslováquia (a região dos Sudetos) era habitada por alemães que constituíam uma minoria descontente. Hitler esposou a causa desse grupo, ofereceu-lhes uma pátria no Reich e atiçou as chamas do descontentamento. A crise esteve iminente em maio de 1938, depois que os alemães dos Sudetos apresentaram em Praga uma lista de exigências, reclamando a autonomia completa para si e a rescisão das alianças tchecas com a Rússia e a França. Mas o governo tcheco mobilizou o seu exército e Hitler achou que a hora do destino ainda não era chegada.

Durante o verão de 1938 a Inglaterra resolveu intervir para forçar uma solução do problema dos Sudetos. Convencido de que a disputa com a Tchecoslováquia iria mergulhar a Europa na voragem da guerra, o primeiro-ministro Neville Chamberlain decidiu lançar mão de todos os meios para apaziguar o ditador alemão. Em agosto enviou a Praga Lord Runciman, ostensivamente como mediador, mas na realidade para exercer os seus poderes de persuasão junto ao governo tcheco. À medida que os acontecimentos se precipitavam para uma crise, a Europa e a América foram tomadas de pânico ante a perspectiva de uma nova guerra mundial. Apelos frenéticos foram dirigidos a Hitler para que negociasse, um deles oriundo do presidente Roosevelt. O primeiro-ministro Chamberlain tomou o avião para conferenciar com o chanceler alemão em Berchtesgaden e mais tarde em Godesberg, prometendo exercer pressão sobre os tchecos para que anuíssem às “razoáveis” exigências de Hitler. Por fim, depois de ter a Inglaterra mobilizado a sua frota e após uma conversação telefônica com Mussolini, o Führer concordou a 28 de setembro em encontrar-se com Chamberlain, o primeiro-ministro francês Daladier e Mussolini numa conferência das quatro potências em Munique. O resultado foi a rendição completa ao violento e arrogante chanceler. Nos primeiros dias de outubro as províncias dos Sudetos da Tehecoslováquia foram anexadas à Alemanha nazista.

O acordo de Munique teve consequências que só podem ser qualificadas de momentosas. Transferiu à Alemanha a quinta parte da superfície da

Tchecoslováquia, inclusive minérios valiosos e os Estabelecimentos Skoda, uma das maiores fábricas de munições da Europa. Reduziu a Tchecoslováquia à impotência, uma vez que a sua fronteira estratégica tinha desaparecido e as suas alianças com amigos supostamente poderosos mostraram não ter valor algum. Em março de 1939 Hitler abocanhou o que ainda restava da infeliz república. Separou da Eslováquia as províncias tchecas da Boêmia e da Morávia e anexou-as à Alemanha. Simultaneamente estabeleceu um protetorado sobre a Eslováquia e pouco depois permitiu que a Hungria absorvesse a Ucrânia Carpática, na extremidade oriental da república tcheca. Os efeitos não pararam aí, todavia. A Rússia ficou profundamente ofendida com essa aparente tentativa de resolver, sem consultá-la, problemas que eram de seu interesse vital. Os líderes soviéticos tinham certeza de que o acordo de Munique fora um plano diabólico da Inglaterra e da França para salvar as suas peles desviando para leste a expansão nazista. Isso fêz recrudescer as desconfianças moscovitas para com o Ocidente e foi, sem dúvida alguma, um dos principais fatores responsáveis pelo Pacto Germano-Soviético de 23 de agosto de 1939, o qual deixava o caminho livre a Hitler para atacar a Polônia. O jogo da perfídia internacional não era exclusividade das potências ocidentais. Já que a Inglaterra e a França, ao dirigirem-se para Munique, em nada haviam pensado a não ser nos seus próprios interesses, a Rússia iria agora tratar dos seus.

CAPÍTULO 30

A segunda guerra mundial

Em setembro de 1939 a Europa tornou a mergulhar no abismo. A paz de 1919-20 mostrara não passar de um armistício e milhões de pessoas viram-se envolvidas num conflito cujo horror superava tudo quanto se havia presenceado antes. O nome pelo qual é geralmente conhecido esse conflito não está bem aplicado. Não foi ela a segunda guerra mundial da história, mas fêz parte de uma série que data dos começos do sistema moderno de estados. O professor Arthur M. Schlesinger, de Harvard, afirma que foi na realidade a décima. O fato é que conflitos como a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra dos Sete Anos e as guerras napoleônicas foram conflagrações mundiais em tudo menos no nome. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais envolveram muitas nações, mas isso se deveu em grande parte à circunstância de se haver completado sobre uma área maior a europeização do globo e de ter, por conseguinte, o sistema europeu de estados uma extensão mais ampla.

1. CAUSAS SUBJACENTES

Até certo ponto, as duas guerras mundiais tiveram causas quase idênticas. Isto se aplica ao nacionalismo e ao que já foi discutido nestas páginas como a condição de anarquia internacional. A paz de 1919-20 visava corrigir ambos esses males. Na realidade, pouco fêz para mitigar um ou o outro. É até possível sustentar que, acentuando o direito de autodeterminação dos povos e criando novos problemas de minorias, a paz tornou o nacionalismo mais virulento do que nunca. A Liga das Nações, se lhe fosse dado funcionar de acordo com os sonhos dos seus fundadores, poderia talvez ter oferecido um remédio contra a anarquia internacional. Não há, porém, certeza disso, porquanto ela se fundava em princípios que limitavam

grandemente a sua capacidade de manter a lei e a ordem universais. Era uma liga de governos, não uma federação de povos. Na essência, era pouco mais do que uma conferência de diplomatas como tantas outras, uma conferência permanente, um pouco mais bem organizada do que o velho Concerto Europeu. Os estados que a compunham conservavam a sua soberania e independência, com a liberdade de manter e empregar forças armadas, bem como de conduzir as suas políticas estrangeiras mais ou menos como lhes aprouvesse. As lutas em torno do equilíbrio de poder foram outra causa subjacente de ambas as guerras. Mas a luta que provocou a Segunda Guerra Mundial foi bastante diversa da que havia precedido a conflagração de 1914. A Primeira Guerra Mundial modificou profundamente o equilíbrio ou falta de equilíbrio entre os estados. Reduziu a Alemanha e a Rússia temporariamente ao nível de potências de segunda ordem e eliminou a Áustria completamente da lista. Deu uma espinhosa primazia à Inglaterra e à França na Europa e fortaleceu grandemente a posição dos Estados Unidos, convertendo-os na principal nação credora do mundo e permitindo-lhes expandir o seu comércio sobre áreas até então dominadas pela Inglaterra e pela Alemanha.

O mais importante de tudo foi, talvez, o ter a Primeira Guerra Mundial dividido as nações do mundo em potências favorecidas e desfavorecidas. As primeiras incluíam a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França e a Rússia. A Grã-Bretanha era a menor delas, mas o seu império abrangia 33,5 milhões de quilômetros quadrados, um quarto da superfície das terras de todo o mundo, e era habitado por 500 milhões de pessoas, um quarto da população total do globo. A França tinha um império de 10 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 100 milhões de habitantes. Nem os Estados Unidos nem a Rússia dispunham de vastas possessões ultramarinas, mas a área de ambos esse países era extensa e rica em recursos naturais. O primeiro media 8.740.000 quilômetros quadrados de superfície e contava com uma população de 130 milhões. A U.R.S.S. estendia-se sobre uma área de 21 milhões de quilômetros quadrados e era habitada por nada menos de 170 milhões de pessoas. A posição das potências desfavorecidas — a Alemanha, a Itália e o Japão — parecia, em confronto, realmente lastimável. As três juntas tinham uma área de menos de 4 milhões de quilômetros quadrados para acomodar uma população metropolitana que ultrapassava o total conjunto da Grã-Bretanha e dos

Estados Unidos. Os patriotas alemães podiam acentuar que o cidadão médio do seu país tinha uma área de apenas 0,01 de quilômetro quadrado à sua disposição, enquanto o súdito médio da Grã-Bretanha podia lançar mão da riqueza e das oportunidades econômicas de mais de 7 quilômetros quadrados de território imperial.

Os sofismas dessa maneira de encarar o assunto eram raramente percebidos. Para o nacionalista alemão parecia suficiente que os padrões de vida da Inglaterra fossem mais altos que os do seu país para provar que a repartição vigente da superfície da terra era injusta. Estava, por conseguinte, disposto a subverter o status quo por qualquer meio ao seu alcance. Talvez a astúcia diplomática alcançasse o fim visado, mas se assim não fosse recorreria à guerra. Os italianos e japoneses dispunham de argumentos ainda mais fortes para demonstrar a injustiça da ordem estabelecida, uma vez que os padrões de vida dos seus países eram inferiores aos da Alemanha. Nenhuma dessas nações parecia querer reconhecer que os padrões de vida de alguns países pequenos da Europa, total ou quase totalmente desprovidos de impérios coloniais, equiparavamse mais ou menos ao padrão médio da Inglaterra. Tal se verificava no caso da Suíça e da Suécia, e talvez também da Dinamarca e da Noruega. Na realidade, não há provavelmente nenhuma conexão real entre a extensão do império de uma nação e o seu nível de prosperidade — a não ser, é claro, que se façam severas restrições ao comércio internacional, como as que tinham sido adotadas durante a Grande Depressão. Mas a Alemanha, a Itália e o Japão tinham numerosos motivos de ressentimento, e apresentar-se aos olhos do mundo como nações desfavorecidas contribuía para justificar a sua belicosa política estrangeira.

Nenhuma exposição das causas subjacentes da Segunda Guerra Mundial estaria completa sem um exame do papel desempenhado pela Segunda Revolução Industrial. Como mostramos num capítulo anterior, esse movimento teve importantes e perturbadores efeitos sobre a sociedade moderna. Promoveu o desenvolvimento de monopólios, fusões de companhias, cartéis, holdings, cadeias de lojas e outros instrumentos de um capitalismo gigantesco que impunha ao pequeno comerciante condições de concorrência às quais ele era amiúde incapaz de resistir. Criou uma enorme classe composta de empregados de escritório, vendedores, técnicos, agentes de publicidade, contadores, corretores de seguros e outros semelhantes. Sem organização e muitas vezes insuficientemente remunerados, esses

elementos tornavam-se presa fácil dos demagogos que prometiam salvá-los não só dos seus exploradores capitalistas mas também dos socialistas, os quais ameaçavam tirar-lhes o meio de vida e forçá-los a converter-se em trabalhadores manuais. A Segunda Revolução Industrial também produziu, em escala nunca vista até então, o desemprego decorrente dos progressos da técnica. Por último, resultou de tempos a tempos numa produção de mercadorias muito superior à procura efetiva. Essa superprodução não apenas foi causa de depressões mas levou à adoção de expedientes desesperados para salvar o sistema económico do colapso completo. Foram fixados os preços de inúmeros artigos. Proibiu-se aos negociantes vender mais barato que os seus colegas. Ordenou-se aos fazendeiros que procedessem à matança dos porquinhos recém-nascidos e limitassem a produção das suas lavouras a cotas determinadas. Os governos europeus forçaram os produtores de certas matérias básicas como o ferro, o aço e o carvão a formarem cartéis, a fim de impedir a superprodução proveniente da concorrência. Tais métodos eram elementos bem conhecidos da tendência para a autarquia, ou nacionalismo económico. Na medida em que reduziam o comércio internacional e intensificavam o antagonismo entre as nações, contribuíram para tornar a guerra inevitável.

A mais séria causa econômica da Segunda Guerra Mundial foi, indubitavelmente, a Grande Depressão. Contribuiu ela de diversos modos para fazer deflagrar a guerra. Em primeiro lugar, intensificou o nacionalismo econômico. Atarantados com os problemas do desemprego e da estagnaçao dos negócios, os governos recorreram as tarifas elevadas, numa desesperada tentativa de preservar o mercado interno para os seus produtores. Quando a eficácia das tarifas mostrou ser insuficiente, voltaram-se para o controle da moeda, os acordos comerciais bilaterais e a proibição direta de importações. Em 1934 todos os países importantes do mundo haviam abandonado o padrão-ouro, na esperança de auferir algumas vantagens temporárias nos mercados de exportação. Nenhum desses métodos alcançou os seus objetivos a não ser durante breve espaço de tempo. Os resultados finais foram uma confusão indescritível, um estrangulamento parcial do comércio e um antagonismo ainda mais profundo entre as nações.
A depressão também teve outros efeitos, mais difíceis de aquilatar. Em primeiro lugar, foi responsável por um aumento considerável dos armamentos. O propósito original da intensificação do programa de

armamentos foi muitas vezes de ordem interna: estimular os negócios e diminuir o desemprego; mas o efeito internacional foi o de fomentar a suspeita e o receio. O primeiro país a empreender a expansão dos armamentos em larga escala foi a Alemanha, em 1935. Os resultados alcançados em poucos anos causaram assombro no mundo inteiro. O desemprego desapareceu e os negócios floresceram como nunca. Seria demasiado esperar que outros países descontentes não copiassem o exemplo da Alemanha. Do mesmo modo, a depressão resultou numa nova onda de expansionismo militar orientado para a conquista de territórios limítrofes como meio de solucionar os problemas econômicos. O Japão tomou a iniciativa em 1931, com a invasão da Mancharia. Uma das causas principais desse fato foi o declínio das exportações japonesas de seda crua e tecidos de algodão. Como a nação estivesse incapacitada de pagar as necessárias importações de carvão, ferro e outros minerais, os militaristas nipônicos consideraram-se justificados em apoderar-se da Manchúria, onde esses materiais poderiam então ser comprados com moeda japonesa.

Por fim, a Grande Depressão teve efeitos intimamente relacionados com os fatores que precipitaram diretamente a guerra. A crise tchecoslovaca, por exemplo, talvez nunca tivesse ocorrido se não fosse a péssima situação econômica em que se encontrava a região dos Sudetos, região altamente industrializada cujos habitantes eram vítimas do desemprego em maior escala do que o resto da população do país. Mas acima de tudo a depressão foi a causa principal do triunfo do nazismo na Alemanha. O partido nazista teria provavelmente permanecido fraco e ineficaz se não fosse o afluxo de milhões de adeptos procedentes das fileiras dos agricultores e dos desempregados, bem como dos membros atemorizados da classe dos funcionários de escritório. Cheios de desespero em face da vertiginosa espiral do declínio econômico, esses elementos convenceram-se de que o capitalismo, o socialismo e a democracia tinham fracassado e estavam prontos a agarrar-se a qualquer galho que os livrasse de se afundarem ainda mais nas areias movediças da depressão. Alguns membros das classes superiores também tinham chegado à conclusão de que o partido nazista era o único capaz de salvar a nação da derrocada política e econômica. Segundo Konrad Heiden, o pequeno grupo que persuadiu o presidente von Hindenburg a nomear Hitler para o posto de chanceler acreditava que só o líder nazista tinha probabilidade de governar o país com o apoio de uma

maioria do Reichstag. Supunham-se capazes de controlá-lo, visto que um deles, von Papen, seria vicechanceler e o gabinete incluiria apenas três nazistas num total de cerca de dez ministros.
Algumas outras causas subjacentes merecem pelo menos uma menção de passagem. Uma delas foi a revolta causada nos países ocidentais pelo fanatismo do regime nazista e pela cruel perseguição movida aos judeus e outras minorias. Outra foi a desilusão resultante da Primeira Guerra Mundial. A muitos, essa guerra afigurava-se ter sido uma matança insensata sem nenhum efeito benéfico. Seus frutos tinham sido o militarismo, a ruína econômica, a intensificação do nacionalismo e a mais cruel depressão que o mundo já conhecera. Milhões de indivíduos chegaram à conclusão de que a guerra era o maior dos males e de que ela devia ser evitada a qualquer custo. Esse modo de pensar, aliado ao desejo de utilizar o fascismo como uma arma contra o comunismo, teve muito que ver com os numerosos erros cometidos pelos estadistas dos países democráticos entre 1931 e 1939. Fatos tais como o acordo Hoare-Laval, a não-intervenção na Espanha, o pacto naval anglo-alemão e o acordo de Munique deverão passar à história como algumas das supremas loucuras do século XX. Por vezes os políticos britânicos e franceses pareceram senhores do campo, já que até os últimos anos da década de 1930 os estados fascistas não se sentiam muito fortes e teriam provavelmente cedida em face da oposição unida das potências ocidentais. Mas cada novo ato de apaziguamento os encorajava a procurar outras vitórias incruentas, até que a guerra demonstrou ser o único meio de impedir que todo o continente europeu caísse sob o domínio fascista.
Antes de deixarmos o assunto das causas subjacentes da guerra, talvez convenha examiná-lo do ponto de vista de uma interpretação diferente. De acordo com uma importante escola de pensamento a que podemos chamar escola da política de poder, a maior parte dos fatores acima mencionados não merece mais que uma ligeira consideração. Os chefes dessa escola aceitariam sem dúvida as causas econômicas, mas rejeitariam quase todas as demais como insignificantes. Acentuam eles acima de tudo a importância da política de poder, sustentando que as rivalidades e lutas pelo poder têm sido as verdadeiras causas das guerras internacionais desde o começo da história moderna. Forças tais como o nacionalismo, o militarismo e o imperialismo não têm passado de instrumentos para atingir os objetivos de uma ambição de poder. Mostram que o século XVII se assinalou por uma

grande luta de poder entre a França e a Áustria, da qual a França saiu vitoriosa. Durante o século XVIII a luta principal travou-se entre a Inglaterra e a França, culminando numa vitória decisiva para aquela. Os franceses tentaram recuperar o seu poder durante as guerras da Revolução e sob Napoleão I, mas a tentativa fracassou e a Inglaterra se afirmou pouco a pouco como a nação dominante do globo. Pelos fins do século XIX, no entanto, a Alemanha começou a emular a supremacia britânica, e o resultado foi a Primeira Guerra Mundial. Depois da guerra, o conflito de ambições entre os vencedores facultou um revivescimento do poder teutônico, donde resultou estar a Alemanha, em 1939, novamente em condições de impugnar o direito das nações ocidentais a governar o mundo. A circunstância de se encontrarem a Alemanha e os seus aliados debaixo de um regime fascista pouco tinha que ver com o caso. Segundo os teóricos da política de poder, o fascismo não foi mais que um subproduto da luta secular entre as nações para se avantajarem a expensas de suas vizinhas.
Parece inegável que haja muita verdade na hipótese acima exposta. A existência do sistema estatal moderno faz com que as nações estejam quase constantemente envolvidas quer em guerras frias, quer em conflitos armados. Pois esse pretenso sistema não é, na realidade, sistema nenhum e sim uma situação de anarquia. Na sua vigência, as relações entre os estados são as mesmas que se observariam entre os indivíduos no suposto estado natural, que filósofos como Locke e Rousseau acreditavam ter existido antes da formação da sociedade política. Em outras palavras, não existe lei nem ordem a não ser as que resultem de acordos entre unidades soberanas. Ao realizar esses acordos as unidades conservam a sua plena soberania, podendo portanto repudiálos quando bem lhes aprouver. Outro elemento da hipótese que se torna difícil refutar é a asserção de que as ideologias não constituem uma causa fundamental de guerras. Se os políticos britânicos estivessem gravemente preocupados com os males do fascismo, jamais teriam adotado a política de apaziguamento, pois deviam saber muito bem que o seu efeito seria fortalecer a Itália e a Alemanha. Há mesmo indícios de que Neville Chamberlain estava perfeitamente disposto a colaborar com os governos fascistas a fim de alcançar os seus próprios objetivos. Uma das principais razões que o levaram a Munique foi o desejo de formar uma aliança quadripartida entre a Alemanha, a Itália, a França e a Grã-Bretanha para determinar os destinos da Europa. É também significativo que a

Alemanha e a Rússia se tivessem tornado aliadas em 1939 a despeito de Hitler ter qualificado os bolcheviques, pouco tempo atrás, como o "rebotalho da terra", ao passo que Stalin chamara os nazistas de "sanguinários assassinos dos trabalhadores". A hipótese da política de poder parece ressentir-se não de inexatidão, mas, como a maioria das teorias especializadas, do fato de não levar na devida conta todos os fatores. Se o nacionalismo e o militarismo não são, na origem, causas primárias de guerras, muitas vezes se tornam tais à medida que aumenta a tensão internacional.

2. O INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Parece possível descobrir pelo menos duas causas imediatas que conduziram à deflagração da Segunda Guerra Mundial. A primeira foi o desmembramento, levado a efeito por Hitler, do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939. Esse ato, uma violação flagrante do Acordo de Munique, indicava claramente que as ambições nazistas não se limitavam à aquisição de territórios habitados por minorias alemãs mas incluíam um programa muito mais vasto de expansão. O mais importante foi que ele resultou no abandono quase imediato da política de apaziguamento. Mesmo o primeiro-ministro Chamberlain convenceu-se então de que já não era possível depositar confiança em Hitler. Por conseguinte, quando o Führer começou a ameaçar a Polônia, exigindo a abolição do Corredor e a volta da cidade livre de Danzig à Alemanha, Chamberlain anunciou que a Inglaterra prestaria auxílio armado à Polônia.
Pouco depois, declarou que o seu governo iria em socorro de qualquer nação que se sentisse ameaçada pelas ambições de Hitler. Nas semanas subsequentes, tanto ingleses como franceses ofereceram garantias positivas à Grécia, à Rumânia e à Turquia. Nos meados de julho uma aliança militar foi concluída pela Inglaterra e pela França, de um lado, e pela Polónia do outro. Os termos dessa aliança eram de grande alcance. Os ingleses e franceses comprometiam-se a prestar auxílio militar à Polônia em caso de uma agressão que os poloneses considerassem como uma clara ameaça à sua independência. A única restrição era o requisito de que os próprios

poloneses resistissem à agressão — o que, em vista do poderoso apoio prometido, não chegava na realidade a constituir uma restrição.

Por que motivo tão fortes compromissos de ação militar foram insuficientes para deter Hitler? Uma das razões foi a sua evidente certeza de ter ainda alguns trunfos na mão. Parece ter confiado na sua capacidade de burlar as democracias e reduzir-lhes os compromissos a gestos vazios. Isto nos leva à consideração do Pacto Nazi-Soviético, que podemos encarar como a outra causa imediata da Segunda Guerra Mundial. Hoje não restam mais dúvidas de que uma das razões que levaram Hitler a persistir tão temerariamente em suas exigências contra a Polônia foram as suas fortes esperanças na possibilidade de cimentar algum acordo amistoso com a Rússia. Foi o que finalmente levou a cabo em 23 de agosto de 1939, quando o seu ministro do Exterior, Joachim von Ribbentrop, voou para Moscou e assinou, com o comissário Vyacheslav Molotov da União Soviética, um pacto de não-agressão e neutralidade com a duração de cinco anos. Mediante esse acordo Hitler separava a Rússia das potências ocidentais e impedia que ela lhes prestasse auxílio. Pelo visto, tinha certeza de poder atacar agora a Polônia sem temer as consequências, pois a Inglaterra e a França estariam praticamente incapacitadas de ajudá-la. Ademais, documentos recentemente publicados atestam que o Pacto Nazi-Soviético teve como complemento um protocolo secreto que dispunha sobre a divisão da Polônia entre a Alemanha e a Rússia.

Cumpre notar que a Inglaterra e a França também envidaram esforços no sentido de atrair a Rússia para o seu lado. Enquanto nazistas e soviéticos levavam avante o seu flerte secreto, representantes dos governos britânico e francês mantinham-se em conferência com funcionários russos em Moscou. Mas uma atitude de desconfiança embaraçou desde o início a ação dos negociadores. Chamberlain encarava com pouco entusiasmo a aliança com a Rússia, mas fora impelido a procurá-la pela pressão da opinião pública. Quanto aos comunistas, ainda guardavam rancor da desfeita que tinham sofrido em Munique. Consideravam a rendição de Chamberlain ante os ditadores como uma tentativa para livrar-se de Hitler voltando-o contra a Rússia. Além disso, parecem ter chegado à conclusão de que tinham mais a ganhar com a Alemanha do que com o Ocidente. As cláusulas secretas que acompanhavam o Pacto Nazi-Soviético prometiam à Rússia não só a Polônia oriental mas também a Bessarábia e a liberdade de ação na Letônia

e na Estônia. Finalmente, do ponto de vista soviético um pacto com a Alemanha apresentaria a vantagem positiva de dividir as potências capitalistas, incapacitando assim a Inglaterra e a França de utilizar a Alemanha como ponta-de-lança para um ataque capitalista à União Soviética. O perigo de uma tal eventualidade ainda se afigurava muito real aos homens do Kremlin, malgrado todos os protestos de amizade procedentes de Londres e Paris. Após a assinatura do Pacto Nazi-Soviético as relações entre a Alemanha e a Polônia não tardaram a alcançar o ponto crítico. Havia algumas semanas que as radiodifusoras de ambos os países falavam de demonstrações-monstros e “incidentes de fronteira”. Os jornais nazistas despejavam recriminações e ameaças na mais violenta das linguagens. A 24 de agosto Hitler aprestou-se para tomar posse de Danzig solicitando ao senado da cidade livre que nomeasse chefe de estado o líder nazista local. A seguir o Führer reiterou às potências ocidentais as suas exigências no tocante a Danzig e ao Corredor, instando em que esses problemas fossem resolvidos imediatamente, sem concessões, e em que a Inglaterra abandonasse a aliança com a Polônia. Chamberlain negou-se a aceitar tais condições e continuou a recomendar a Hitler que não recorresse à força, na esperança de que ainda se pudesse chegar a uma solução satisfatória por meio de negociações. Finalmente, na manhã de 1.° de setembro, o Führer anunciou que as operações militares contra a Polônia haviam começado. Como justificativas da ordem de avançar dada ao exército, alegava: 1) que a Polônia já havia mobilizado e cometido atos hostis contra a Alemanha, e 2) que a “bárbara perseguição” movida no Corredor a homens, mulheres e crianças alemães já não podia ser tolerada por uma grande nação.
Embora Hitler declarasse que lutaria até que a situação se tornasse “aceitável para a Alemanha” e que havia de “vencer ou morrer”, o seu governo não enviou nenhuma declaração de guerra. A ação contra a Polônia foi definida simplesmente como um “contra-ataque com perseguição”. Talvez ele acreditasse realmente que ao negociar um pacto com a Rússia havia frustrado tão completamente os planos das potências ocidentais que estas perceberiam a inutilidade de tentar socorrer a Polônia e daí não resultaria, portanto, nenhuma guerra geral. Se com efeito assim pensava, não tardou a desiludir-se. Ao ter conhecimento do ataque à Polônia, a Inglaterra e a França enviaram conjuntamente uma advertência à Alemanha

para que pusesse termo à agressão. Não receberam resposta. Às nove horas da manhã de 3 de setembro o embaixador britânico em Berlim entregou um ultimato pelo qual as autoridades alemãs eram informadas de que se não tomassem medidas para retirar as tropas dentro de duas horas a Grã-Bretanha declararia guerra. Às onze horas ouviu-se a voz de Neville Chamberlain — a voz de um homem fatigado e decepcionado — anunciando que o seu país se achava em guerra com a Alemanha. Falou no "rude golpe" que representava para ele o fracasso da sua "longa luta pela paz". Concluiu invocando a bênção divina para o seu povo e afirmando que era contra "as potências do mal" que a nação britânica iria lutar — "a força bruta, a má fé, a injustiça, a opressão e a perseguição". Às cinco horas da tarde, nesse mesmo dia, a França também entrou na guerra.
A campanha alemã contra a Polônia foi breve. Em menos de três semanas os exércitos poloneses foram desbaratados, seguindo-se a tomada de Varsóvia e a fuga do governo polonês para a Rumânia. Esmagados os poloneses e incapacitados de oferecer qualquer resistência, acreditava-se em todo o mundo que a Alemanha desencadearia uma Blitskrieg contra a Inglaterra e a França. Tal não se deu, entretanto. A guerra no ocidente resolveu-se numa espécie de sítio, uma "guerra de mentira" como foi chamada por muita gente nas democracias. Os combates verificados durante o resto de 1939 limitaramse em grande parte a guerra submarina, a reides aéreos contra bases navais e a encontros ocasionais entre cruzadores no íiiar. A estratégia dos inimigos da Alemanha consistia mormente em gastá-la por meio de um bloqueio e pela mera superioridade dos recursos econômicos. Sabe-se hoje que os alemães tratavam diligentemente de multiplicar as suas forças, preparando-se para desfechar um golpe esmagador na entrada da primavera.
Nem bem começara a primavera de 1940, os alemães transformaram a guerra de sítio da frente ocidental numa sangrenta guerra de ataque. O primeiro passo foi a invasão da Dinamarca e da Noruega, em 9 de abril. Tal medida tinha duas finalidades principais em vista. Uma delas era proteger a rota costeira de grande parte dos abastecimentos de ferro sueco, o qual era transportado em estrada de ferro para Narvik e daí embarcado para a Alemanha; a outra era salvaguardar o flanco setentrional no projetado ataque aos Países-Baixos e a França. Os dinamarqueses capitularam quase de imediato ante os invasores nazistas, mas os noruegueses resolveram

lutar. Se bem que os ingleses tivessem enviado tropas e navios de guerra às pressas para a Noruega, os alemães lograram assenhorear-se da maior parte do país. Três semanas após a invasão o primeiro-ministro Charriberlain reconheceu que o esforço britânico para impedir que a Noruega caísse sob o domínio alemão havia fracassado.

A 10 de maio de 1940 o mundo ouviu estarrecido a notícia de que uma avalancha de tropas alemãs havia penetrado na Holanda e na Bélgica. Os holandeses foram subjugados em cinco dias e forçados a depor as armas. Os belgas, com o auxílio de cerca de 400.000 soldados ingleses e franceses, resistiram um pouco mais. A 28 de maio, todavia, o rei Leopoldo III chegou à conclusão de que era inútil continuar a resistência e entregou o grosso do seu exército. Os ingleses e franceses, com um remanescente das tropas belgas, retiraram-se para a Flandres ocidental, onde foram pouco a pouco cercados em Dunquerque e ameaçados de aniquilamento pelos alemães. Por fim, após dias de horror e angústia, a armada britânica conseguiu evacuar a todos, com exceção de uns 65.000, graças ao concurso da força aérea, da marinha mercante e de toda sorte de embarcações que foi possível reunir.

Entrementes, outra horda de invasores nazistas havia rompido as defesas da Linha Maginot nas vizinhanças de Sedan e alastrara-se pela França. A despeito dos esforços dos soldados franceses e das ordens solenes dos seus generais para que vencessem ou morressem , raras vezes lhes foi possível deter o avanço alemão por mais de um dia. Sequiosos de vingar a humilhação sofrida em 1915 e encouraçados pelo zelo de uma filosofia revolucionária, os soldados de Hitler batiam-se como cruzados. Munidos de armas formidáveis — tanques de sessenta toneladas, lança-chamas, colunas blindadas, bombardeiros de mergulho —concentraram todas as energias na conquista do inimigo por meio de uma terrificante Blitzkrieg. Em pouco tempo o exército francês ficou reduzido a uma condição de terror e impotência. Posições que os Aliados tinham sustentado durante meses na Primeira Guerra Mundial esboroaram-se dessa vez como castelos de areia. A 11 de junho, quatro semanas após o início da campanha, os nazistas tinham alcançado o Marne. O governo francês refugiou-se em Tours e pouco depois, a fim de evitar a destruição, proclamou Paris “cidade indefesa”. A 14 de junho a Cidade Luz estava nas mãos dos alemães e o odiado emblema da suástica tremulava no topo da Torre Eiffel.

Conquanto se afigurasse, durante algum tempo, que os exércitos da França prosseguiriam na luta, o governo chegou à conclusão de que a causa estava perdida. A 17 de junho o Marechal Pétain, que se tornara primeiro-ministro na véspera, anunciou a cessação da resistência e apelou para Hitler, "de soldado para soldado", no sentido de obter uma paz honrosa. Quatro dias mais tarde, representantes da República Francesa avistaram-se com Hitler e outras autoridades do Reich vitorioso a fim de ouvir os termos do armistício. Por determinação do Führer o encontro realizou-se em Compiègne, no mesmo vagão ferroviário em que o Marechal Foch tinha ditado aos alemães os termos do armistício de 11 de novembro de 1918. A trégua agora imposta por Hitler exigia que os franceses se submetessem à ocupação de cerca de metade do seu território, desmobilizassem e desarmassem as suas forças militares e navais, pusessem em liberdade todos os prisioneiros de guerra alemães e entregassem todos os armamentos e materiais bélicos que se encontrassem no território ocupado. Por outro acordo provisório de 24 de junho, os italianos, que tinham entrado na guerra ao lado da Alemanha quatorze dias atrás, receberam o porto de Djibuti na Somália Francesa, o pleno controle da estrada de ferro de Djibuti e Adis-Abeba e o direito de ocupar uma parte da França sul-oriental.
Com a França reduzida à impotência e forçada a submeter-se à vontade dos vencedores a guerra entrou numa nova fase. A Alemanha dominava o continente e, entre os seus adversários, só o Império Britânico estava em condições de continuar a luta. Restava ainda ver se os ingleses seriam esmagados pelo rolo compressor nazista ou se sobreviveriam para repetir a sua façanha das guerras napoleônicas, ou pelo menos para restringir a vitória de Hitler. A atitude do governo indicava a disposição de arrostar qualquer perigo. Num discurso difundido pelo rádio em 17 de junho o primeiro-niinistro Winston Churchill, que sucedera a Neville Chamberlain em 10 de maio, declarou que a Grã-Bretanha "lutaria invencivelmente até que a humanidade ficasse livre da praga hitleriana".
Com surpresa de muita gente, os alemães não tentaram uma invasão da Inglaterra logo depois da queda da França. Talvez a julgassem desnecessária uma vez que a Inglaterra, com todos os seus aliados fora de combate, seria obrigada mais cedo ou mais tarde a capitular. O mais provável, porém, é que as realidades militares e geográficas os tenham dissuadido disso. Era preciso tempo para estabelecer bases na França

setentrional e reunir os milhares de lanchões e outros barcos de transporte necessários. A armada britânica continuava a ser a mais poderosa do mundo. O Canal da Mancha era uma barreira eficaz contra o emprego daqueles métodos de guerra mecanizada a que se devera a derrota da França. Tampouco se deve esquecer que a força aérea britânica, a RAF, tinha dado prova cabal do seu valor como arma defensiva em Dunquerque.
Os alemães realizaram os primeiros grandes reides aéreos contra a Grã-Bretanha em 8 de agosto de 1940. Nessa data a Luftwaffe de Goering iniciou uma série de ataques em massa que prosseguiram com fúria crescente pelo espaço de duas semanas. Centenas de aviões bombardeavam os portos, os centros industriais e as defesas aéreas por todo o país. Em setembro os alemães convenceram-se de que a eficácia dos reides diurnos era insuficiente e recorreram aos bombardeios noturnos. O resultado, para a Inglaterra, foi um longo período de indescritível horror. Milhares de casas foram danificadas ou desunidas em muitas partes do país e bairros inteiros, nas cidades, ficaram reduzidos a escombros. O mais pavoroso foram as baixas registradas entre a população civil. De agosto de 1940 a junho de 1941, quando cessaram praticamente os bombardeios em larga escala, mais de 40.000 cidadãos britânicos foram mortos pelos ataques aéreos.
Se Hitler e Goering pensavam desmantelar irreparavelmente a Inglaterra e levá-la à rendição pelo terror, tiveram uma grande desilusão. O governo de Churchill tomou medidas rápidas e eficazes para a defesa e retaliação. Ante a iminência da queda da França o Parlamento havia promulgado as pressas uma Lei de Emergência, conferindo ao gabinete autoridade absoluta sobre as vidas e propriedades dos súditos britânicos. Essa lei permitia a requisição de qualquer indústria e a conscrição da riqueza e do trabalho a serviço do estado. À medida que crescia o perigo para a nação tomaram-se providências para frustrar quaisquer táticas do género das que os alemães haviam empregado na Bélgica e na Holanda. Uma força de defesa local, a Home Guard, foi organizada e armada para enfrentar as tropas de paraquedistas. Instalaram-se redes de arame farpado nas praias e o exército foi adestrado na construção de barricadas de estrada e na proteção dos campos de pouso contra aviões inimigos. O mais importante, porém, era que a RAF não se conservava ociosa. Ainda antes de ter a Luftwaffe lançado o seu ataque total já iniciara ela o bombardeio sistemático de alvos especificados na Alemanha. Os objetivos, a princípio, foram as

comunicações e os pontos de concentração de tropas. Mais tarde o esforço principal concentrou-se na demolição das instalações portuárias e das fábricas de petróleo sintético. Alguns desses reides estenderam-se até Berlim e milhares de aviões participaram deles. O grosso da força aérea, no entanto, conservou-se em casa para repelir as incursões dos bombardeiros alemães. Nesse tipo de ação os pilotos e aviões britânicos deram provas de nítida superioridade. O Ministério do Ar asseverou que, durante o período em que a batalha esteve no auge, perto de três aviões alemães foram destruídos para cada um que os ingleses perderam.
Churchill expressou o orgulho que a nação tinha da RAF ao declarar:
"Jamais, na história dos conflitos humanos, tantos deveram tanto a tão poucos."
Antes de findar a Batalha da Inglaterra, a conflagração havia-se estendido a outros setores. Em setembro de 1940, ansiosos por demonstrar o seu valor aos seus aliados do Eixo, os italianos iniciaram uma arremetida através da África do Norte com o propósito de tomar o canal de Suez. O prêmio a ganhar era nada menos que a ruptura da linha de comunicações da Inglaterra com o seu império. Conquanto a princípio tivessem conquistado algumas vitorias espetaculares, em menos de seis meses haviam perdido para a Inglaterra quase todas as suas possessões africanas e as tropas do Duce tiveram de ser socorridas pelos alemães. Entrementes, Mussolini encontrara um pretexto para atacar a Grécia. Ainda dessa vez os resultados foram quase catastróficos. Confiantes numa vitória fácil, os generais fascistas tinham feito preparativos completamente inadequados para uma campanha como aquela em que se viram envolvidos. Em pouco mais de um mês os gregos expulsaram do seu território todos os invasores italianos. Em vista da calamitosa situação da Itália, era inevitável que Hitler interviesse na guerra dos Balcãs. Tinha, ademais, as suas razões próprias para querer amarrar ao carro de guerra teutônico as nações independentes que ainda restavam no Sudeste europeu. Todas elas eram valiosas como fontes de matérias-primas e como escalas de passagem para o Oriente Próximo. Acrescia ainda o perigo de que a Grécia, especialmente, pudesse ser usada como base de Operações pelos ingleses. Em 1.° de março de 1941, tropas alemãs ocuparam Sofia, capital da Bulgária, e em 6 de abril os exércitos do Führer invadiram a Iugoslávia e a Grécia. Como os ingleses enviassem reforços para auxiliar os gregos, a guerra nos Balcãs passou a formar um

corpo só com o conflito maior. Mas a derrota pareceu acompanhar desde o começo os passos da Inglaterra e dos seus aliados. Pelos fins de maio de 1941 tinha sido esmagada toda oposição organizada à conquista alemã. A Inglaterra ficou mais uma vez sozinha em face do formidável inimigo e sem ter um ponto de apoio sequer no continente europeu.
Em 22 de junho de 1941 a Guerra Mundial de 1939 entrou na sua terceira fase ao desencadear Hitler um poderoso ataque contra a União Soviética. Por que arriscou ele essa cartada quando ainda se achava envolvido na guerra com a Grã-Bretanha? Talvez nunca se encontre uma explicação satisfatória para isso. Algumas das razões, contudo, são bastante óbvias. Havia anos que o Führer lançava olhares cobiçosos para as riquezas da Rússia. Na primeira edição de Mein Kampf, publicada em 1925, declarara que a Alemanha se expandiria, de um modo geral, "unicamente a expensas da Rússia". Falando aos seus companheiros de partido em 1936, na cidade de Nuremberg, pintara o quadro dos alemães a "nadar em abundância" se o seu país conseguisse apoderar-se dos trigais e dos minérios da Ucrânia. Defrontando-se agora com a perspectiva de uma longa guerra com a Grã-Bretanha, compreendeu a necessidade urgente do petróleo, do manganês e outros recursos da Rússia para poder vencer. Hitler foi também influenciado por motivos estratégicos. Para derrotar a Inglaterra tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de lançar uma invasão em proporções colossais. Mas isso seria perigosíssimo com os exércitos russos na retaguarda alemã. Finalmente, havia atritos cada vez mais sérios em torno da divisão da Europa oriental em esferas de influência, de acordo com as prescrições do Protocolo Secreto de 1939. Insatisfeita com o seu quinhão original, a Rússia exigiu a Lituânia e a Bucovina Setentrional, as quais incorporou à União Soviética juntamente com a Estônia, a Letônia e a Bessarábia. Dispensando a formalidade da declaração de guerra e sem mesmo enviar um ultimato, Hitler mergulhou no seu fatídico esforço para conquistar a Rússia. O ataque foi lançado antes do amanhecer de 22 de junho de 1941, ao longo de toda a fronteira que separava os dois países.
Dentro de poucos dias a Itália, a Hungria, a Rumânia e a Finlândia uniramse aos alemães, seguindo-se mais tarde a adesão da Bulgária e da Eslováquia. Durante semanas a fio as legiões mecanizadas nazistas rodaram para a frente, num ímpeto irresistível. Pelos fins de novembro tinham alcançado Rostov, na embocadura do Don, e Kertch, na Criméia. Nesse ínterim

haviam feito rápidos progressos no norte. A 8 de setembro chegaram às margens do Neva e puseram cerco a Leningrado. Na frente central o avanço foi mais vagaroso. Fizeram-se necessários três meses para ir de Smolensk a Mojaisk, distantes entre si menos de 300 quilômetros. Nesta última cidade o avanço foi temporariamente detido, mas por volta de 20 de novembro os invasores iniciaram uma nova ofensiva que ameaçou cercar Moscou. Colunas nazistas chegaram à vista da capital e, num arranco desesperado, conseguiram atingir-lhe os subúrbios. Entretanto, Moscou não caiu. Tão tenaz foi a resistência dos russos que já em 8 de dezembro os alemães reconheciam o fracasso da ofensiva.

Como puderam os russos deter a investida nazista, diante da qual a maioria das outras nações havia capitulado? Em primeiro lugar, os comandantes do Exército Vermelho souberam tirar proveito da vastidão do seu país, atraindo os alemães cada vez mais longe das suas bases de aprovisionamento ao mesmo tempo que organizavam as suas próprias forças para uma poderosa contrs-ofensiva. Lucraram, outrossim com os erros dos nazistas. Hitler confessou ter subestimado grandemente a força dos russos. Além disso, a estratégia de toda a campanha de invasão fora concebida de uma forma que limitava seriamente as probabilidades de vitória. Ao invés de concentrar as suas forças num pequeno número de objetivos vitais, o Führer dispersou-as ao longo de uma fronteira de 2.900 quilômetros. Mas não foram esses os únicos fatores. Havia muito que os chefes soviéticos se vinham preparando para a guerra. Uma das finalidades principais visadas pelos Planos Quinquenais tinha sido aumentar o potencial bélico. Durante a vigência do Pacto Nazi-Soviético o governo de Stalin pudera acelerar a construção de instalações industriais nos Montes Urais e nas regiões metalíferas da Sibéria. Destarte, a conquista da Ucrânia ocidental não teve efeitos tão desastrosos como parecia. Acrescente-se a isso que os russos tinham tido tempo de aprender muita coisa sobre os métodos militares nazistas e tirar proveito das lições contidas na derrota de outros países. Em consequência, os seus exércitos não se atemorizaram nem se renderam assim que se viram “irremediavelmente cercados”. Muito pelo contrário, lançaram-se ao contra-ataque sempre que isso foi possível e frequentemente lograram safar-se da armadilha.

3. A GUERRA TORNA-SE GLOBAL

Antes de 7 de dezembro de 1941, duas guerras estavam sendo travadas na face da terra. Uma era a guerra européia, nascida do ataque de Hitler à Polônia em 1.° de setembro de 1939. A outra era a guerra entre o Japão e a China, que havia começado em 7 de julho de 1937. Essas duas guerras fundiram-se numa só naquele dia de dezembro de 1941, quando aviões japoneses bombardearam a grande base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, destruindo ou danificando cerca de 20 vasos de guerra e 250 aviões, e causando a morte de aproximadamente 3.000 pessoas. Poucas horas depois o governo japonês declarava guerra tanto aos Estados Unidos como à Inglaterra. As declarações de guerra multiplicaram-se então rapidamente. No dia seguinte o Congresso dos Estados Unidos reconheceu o estado de guerra com o Japão, por unanimidade no Senado e 388 votos contra 1 na Câmara de Representantes. A 11 de dezembro, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos. Dentro dos dois dias subsequentes, Rumânia, Hungria e Bulgária imitaram-lhes o exemplo. Vários países latinoamericanos cerraram fileiras ao lado dos Estados Unidos, entre os quais Cuba, Panamá, Honduras, Guatemala, Haiti, Costa Rica e Nicarágua. Em 1942 o Brasil e o México incorporaram-se aos Aliados, e nos anos seguintes todas as demais nações do Hemisfério Ocidental. Conquanto só o Brasil e o México tivessem enviado destacamentos de tropas às frentes de batalha, os outros países latino-americanos contribuíram com o seu apoio moral e com a produção de materiais básicos e estratégicos para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

A súbita erupção de violência japonesa contra o Ocidente em 7 de dezembro de 1941 não foi um acontecimento isolado. Desde setembro do ano anterior o Japão estava aliado à Alemanha e à Itália. Pelos termos do pacto de aliança, reconhecia ele “a liderança da Alemanha e da Itália no estabelecimento de uma nova ordem na Europa”; em troca, estas reconheciam a liderança japonesa na realização de um objetivo semelhante na “Grande Ásia Oriental”. Por outro lado, não há provas de que as potências do Eixo tenham colaborado intimamente na preparação do ataque a Pearl Harbor. Provavelmente Hitler teria preferido muito, na ocasião, que o Japão atacasse a Rússia. Não obstante, cometeu contra os Estados Unidos certos atos que não podiam deixar de provocar a inimizade norte-americana.

Enviou à América do Sul agentes encarregados de promover a simpatia pelo fascismo e pela causa do Eixo. Manteve uma grande frota de submarinos no Atlântico para dar caça ao comércio norte-americano, na esperança de impedir que as remessas de provisões daquele país chegassem às mãos dos seus inimigos. Seis meses antes de Pearl Harbor um desses submarinos fora ao ponto de afundar um cargueiro norte-americano, o Robin Moor, com um carregamento de trilhos de aço e de automóveis destinado à África do Sul.
Essas atividades, porém, tinham certas relações com a política exterior do governo norte-americano, a qual deixara, havia muito, de ser uma política de neutralidade. Em setembro de 1940 o presidente Roosevelt contratara a transferência de cinquenta destróieres "velhos" da armada norte-amencana para a britânica, em troca do arrendamento de bases navais e aéreas em certas possessões inglesas do Hemisfério Ocidental. Em março de 1941 o Congresso aprovou, por solicitação do presidente, a célebre "Lei de Empréstimos e Arrendamentos" (Lend-Lease Act), que autorizava o executivo a prestar aos governos em luta com o Eixo quase qualquer espécie de auxílio material "fora da guerra". No verão de 1941 a armada dos Estados Unidos começou a comboiar, os cargueiros norte-americanos e mesmo cargueiros de outros países durante parte da travessia do Atlântico.
A decorrência quase inevitável de tudo isso era uma guerra naval não declarada entre a Alemanha e os Estados Unidos. A 17 de outubro o destróier norte-americano Kearny foi torpedeado ao largo da costa da Islândia quando se achava em combate com um ou mais submarinos. Duas semanas mais tarde, outro navio americano em serviço de comboio, o destróier Keuben James, foi não só torpedeado mas afundado, com a perda de 100 vidas. Nesse ínterim o presidente Roosevelt tornava cristalinamente clara a sua atitude em face da guerra na Europa. Falando em Hyde Park a 1.° de setembro de 1941, declarou categoricamente que faria "tudo que estiver em nosso poder para esmagar Hitler e as suas forças nazistas". No seu discurso do Dia da Armada, em 27 de outubro do mesmo ano, informou o povo americano de que "as balas tinham começado a correr".
Durante esses meses críticos os militaristas japoneses pareceram prestar pouca atenção aos acontecimentos da guerra na Europa. Seu objetivo principal era agora, aparentemente, a conquista de um império no Pacífico meridional. Arrostando dificuldades na guerra contra a China, necessitavam do estanho e da borracha da Malaia e do petróleo das Índias Holandesas

para poderem vencer. A conquista destes últimos territórios, porém, não só cortaria os abastecimentos de valiosas matérias-primas mas também constituiria uma ameaça às Filipinas, provocando destarte o antagonismo dos Estados Unidos. Antes do outono de 1940 a atitude do governo de Washington para com a guerra do Extremo Oriente fora um tanto ambígua. Ainda que professando simpatia pela China, o Departamento de Estado permitira o embarque de muitas mercadorias vitais de guerra para o Japão. Mas quando o Império do Sol Nascente começou a ameaçar simultaneamente a Indochina e as Índias Holandesas houve uma viravolta definida dessa política. Em 4 de setembro de 1940 o secretário de estado Cordell Hull advertiu os japoneses de que os atos de agressão contra qualquer desses territórios teriam "um efeito desastroso" sobre a opinião norte-americana. Como, três semanas mais tarde, o Japão obtivesse licença do governo francês de Vichy para enviar tropas e provisões através da Indochina, Washington mandou sustar os embarques de sucata e aço para o império nipônico. Mas nem a política de apaziguamento nem o seu oposto pareciam capazes de conter o Japão, cujos militaristas e imperialistas estavam decididos a estabelecer o domínio japonês sobre toda a Ásia Oriental. Os Estados Unidos não estavam menos decididos a frustrar-lhes essa ambição. A ruptura do equilíbrio de poder no Extremo Oriente convinha tão pouco à grande república americana quanto a subversão desse equilíbrio na Europa. O resultado foi um impasse que quase parecia tornar inevitável a guerra. Em outubro de 1940 o ministro japonês do Exterior, Matsuoka, declarou que se os Estados Unidos continuassem "cega e teimosamente aferrados ao status quo do Pacífico" o Japão lhes faria guerra. Não obstante, ambos os governos mantiveram o simulacro de negociações — mais para ganhar tempo, talvez, do que com outro propósito. Na primavera de 1941 o secretário de estado Hull iniciou uma série de conferências com o embaixador japonês em Washington, a qual se prolongou através do verão e do outono. Em novembro o governo nipônico mandou um enviado especial, Saburo Kurusu, para cooperar com o embaixador. Era impossível, porém, conciliar os pontos de vista dos dois governos. Os japoneses insistiam no seu direito de organizar a Ásia Oriental em seu próprio benefício, enquanto os Estados Unidos exigiam que o Japão respeitasse a soberania e a integridade territorial da China e da Indochina e reconhecesse o governo nacional chinês de Chung-King. A situação foi

piorando rapidamente no decurso do verão de 1941, à medida que os exércitos japoneses aumentavam as suas usurpações no território indochinês, que o Lend-Lease era estendido à China e as exportações de petróleo para o Japão, abruptamente suspensas. Em 29 de novembro os acontecimentos atingiram uma fase tão crítica que a perspectiva pareceu quase desesperada a Cordell Hull. Declarou nessa data que “a parte diplomática das nossas relações com o Japão está prestes a findar e o assunto passará agora aos dirigentes do Exército e da Marinha”. Os emissários japoneses não interromperam, contudo, as negociações; continuaram a simular até o dia 7 de dezembro. Somente as 2,20 da tarde desse dia deram a conhecer ao Departamento de Estado a sua recusa categórica das propostas norte-americanas. Exatamente uma hora antes, os aviões nipônicos tinham iniciado o ataque a Pearl Harbor. O deflagrar da guerra global teve como resultado imediato uma série de desastres militares e navais para os Aliados. Em alguns casos, foram eles motivados pelo aturdimento e pela falta de preparação. Em outros, pelo excesso de confiança, em especial pela pendor de considerar os japoneses como soldados inferiores. Esta última ilusão não tardou a dissipar-se. No mesmo dia em que bombardearam Pearl Harbor os nipônicos desfecharam tremendos ataques contra as ilhas de Wake, Guam, Midway e contra Hong-Kong. Midway foi defendida com êxito, mas Guam sucumbiu quase de imediato. Wake resistiu até 23 de dezembro e Hong-Kong, dois dias mais. A 10 de dezembro, bombardeiros de mergulho e aviões torpedeiros japoneses afundaram o novo couraçado britânico Prince of Wales e o cruzador de batalha Repulse, únicos navios aliados de primeira classe que se encontravam no Pacífico sul-ocidental. Em 2 de janeiro de 1942 Manilha sucumbiu ante a investida das tropas japonesas e em 15 de fevereiro rendeu-se Singapura. A capitulação deste grande porto abriu caminho para a conquista das Índias Holandesas; uma após outra, em rápida sucessão, as ricas presas de Java, Sumatra, Bornéu, Celebes e Nova-Guiné caíram nas mãos dos soldados do micado. Nesse meio tempo outras forças japonesas tinham atacado a Birmânia e obrigado os exércitos de defesa a pôr-se em retirada, atravessando as montanhas para a Índia e a China. No curto espaço de três meses haviam os japoneses conquistado um vasto império de quase 4 milhões de quilômetros quadrados (cerca de metade da superfície dos Estados Unidos), com 125 milhões de habitantes. Acima de tudo, achavam-

se de posse da borracha, do estanho, do petróleo e de outras matérias-primas essenciais que lhes permitiriam prolongar indefinidamente a guerra.
Os anos de 1941 e 1 942 assinalaram o apogeu do avanço do Eixo durante a guerra. Várias batalhas podem ser consideradas como pontos de refluxo. Uma delas foi a obstinada defesa de Moscou pelos russos, em novembro e começos de dezembro de 1941. Embora Hitler se tivesse gabado pouco antes de que "a Rússia estava esmagada e nunca mais tornaria a erguer-se", foi essa a última vez que os seus exércitos chegaram perto da capital soviética. Em 1942 os generais nazistas decidiram-se por uma ofensiva limitada contra a Rússia meridional, na esperança de alcançarem o Volga e o Mar Cáspio. Se fossem bem sucedidos, teriam isolado a Russa setentrional do seu celeiro, a Ucrânia, e das jazidas de petróleo ao norte e ao sul do Cáucaso. A derrota de Stalingrado, porém, na qual os alemães perderam cerca de 300.000 homens, veio pôr fim a esse plano, Os pontos de refluxo da guerra do Pacífico ocorreram durante a primavera de 1942, com a derrota das forças japonesas pelos Estados Unidos nas batalhas do Mar de Coral e de Midway. Tais reveses barraram para sempre as tentativas nipônicas de se apossarem da Austrália e das Ilhas Havaianas, com o que teriam privado os Estados Unidos de suas bases avançadas para uma contra-ofensiva contra o Japão.
Durante o resto da guerra a iniciativa esteve quase censtantemente nas mãos das Nações Unidas. No fim de 1942 e começo de 1943, um ataque combinado dos ingleses pelo leste e dos norteamericanos pelo oeste logrou expulsar da África do Norte todos os alemães e italianos. Isso tornou possível a invasão da Itália e contribuiu para a queda de Mussolini e a rendição final do governo italiano, a 3 de setembro de 1943. Nesse ínterim os russos haviam arrebatado a iniciativa aos alemães, conseguindo mantê-la quase ininterruptamente em suas mãos a partir de então. Na primavera de 1944, as únicas cidades russas importantes que ainda continuavam na posse dos nazistas eram Minsk e Odessa. Mas o poder ofensivo das Nações Unidas não podia ser considerado completo enquanto não se abrisse uma "segunda frente" no oeste. Foi o que se fêz em 6 de junho de 1944, quando 5.000 navios aliados atravessaram a Mancha e desembarcaram na costa da Normandia o seu carregamento de soldados e de equipamento mecanizado. Mais de 100.000 homens puseram pé no Continente nesse primeiro dia, e no mês de setembro seguinte o seu número elevava-se a dois milhões.

Tornou-se então possível aos Aliados exercer pressão sobre a fortaleza européia de Hitler partindo de três direções. No sul, ingleses e norte-americanos continuavam a lutar na Itália, não contra os italianos mas contra os alemães, que haviam ocupado a maior parte do pais pouco após a queda de Mussolini. A conquista do terreno montanhoso da Itália revelou-se uma empresa formidável que não foi completada senão já quase ao findar a guerra. A pressão russa a leste manteve os alemães em fuga constante até alcançarem Berlim. Na primavera de 1945 os exércitos soviéticos tinham avançado até as margens de Ôder e proclamavam aos quatro ventos que a queda do Reich hitleriano seria questão de semanas. A 21 de abril haviam aberto caminho até os subúrbios de Berlim. Durante os dez dias subsequentes travou-se uma batalha feroz entre as ruínas e os montes de entulho. Os chefes nazistas entrincheiraram-se em abrigos subterrâneos e instigaram os seus adeptos a uma defesa fanática de cada rua. Mas a hora fatal tinha soado. A 2 de maio foi tomado o coração da cidade e a bandeira vermelha dos sovietes hasteada sobre as ruínas da Porta de Brandeburgo. Poucas horas antes Adolf Hitler, Führer de um estado que se propunha durar mil anos, matara-se no abrigo à prova de bombas da Chancelaria, O ministro da Propaganda, Goebbels, seguiu o exemplo do seu chefe. Outros altos dignitários nazistas fugiram da cidade, para suicidarem-se mais tarde ou ser aprisionados pelos exércitos vitoriosos.
Não foi menor a pressão que os Aliados exerceram sobre a Alemanha a oeste. As cabeças-de-ponte assentadas na Normandia foram gradualmente ampliadas, introduzindo-se largas cunhas no território da França setentrional ocupado pelos nazistas. Em 25 de agosto as tropas aliadas libertaram Paris, e no mês seguinte alguns destacamentos avançados alcançaram o Reno. Em dezembro os alemães tentaram contraminar o inimigo mediante um ataque de surpresa cuidadosamente planejado, visando tomar Liège e Namur e secionar em duas partes as forças aliadas. Era um golpe de desespero, talvez predestinado ao fracasso, mas os generais de Hitler conseguiram introduzir um largo “bolsão” em território aliado antes de serem detidos. No fim do inverno e na primavera do ano seguinte os Aliados retomaram a ofensiva. Em março, atravessaram o Reno em vários pontos. A 1.° de abril haviam cercado o vale do Ruhr, isolando assim a Alemanha de um dos seus mais valiosos centros industriais. A 25 de abril, soldados do Nono Exército norte-americano apertaram a mão de

soldados russos em Turgau, perto de Leipzig, à margem do rio Elba. A Alemanha estava partida em duas. Entrementes, aviões aliados munidos de bombas incendiárias e “arrasaquarteirões” haviam espalhado a morte e a destruição nas cidades alemãs. A rendição final veio no dia 7 de maio. Às 2,41 da madrugada, numa escola de Reims, na França, representantes do comando supremo alemão assinaram a capitulação incondicional. As hostilidades deviam cessar em todas as frentes à zero hora e um minuto do dia 9 de maio. A paz descera finalmente sobre a Europa exausta, após cinco anos e oito meses de carnificina e barbarismo.

A guerra no Extremo Oriente prosseguiu durante três meses ainda após o fim do conflito na Europa. Após as batalhas do Mar de Coral e de Midway, trataram de penetrar as defesas exteriores e interiores do grande império que o Japão havia conquistado. Nos fins de 1943, as defesas exteriores estavam praticamente desmanteladas. Em 1944, com a tomada de Guam, Saipan e Tinian, foram estabelecidas bases próximo às linhas de defesa interna. Era outubro do mesmo ano, a vitória norte-americana na grande batalha do Golfo de Leyte eliminou virtualmente o Japão como potência naval e abriu o caminho para a reconquista das Filipinas. No começo de abril de 1945, fuzileiros navais norte-americanos completaram a sangrenta conquista de Iwo Jima e em junho, após 82 dias de uma luta das mais desesperadas, caiu Okinawa. Os norte-americanos tinham agora pontos de apoio a menos de 800 quilômetros do território japonês propriamente dito. Tais conquistas seriam extremamente valiosas como bases para o bombardeio aéreo das cidades e indústrias japonesas. No começo de julho os dirigentes do império nipônico, na nervosa expectativa de uma invasão, estavam exortando os cidadãos a que fizessem um esforço supremo para enfrentar a crise.

O fim da guerra no Pacífico veio com a mesma subitaneidade dramática que havia assinalado o colapso da Alemanha. Em 26 de julho os chefes dos governos norte-americano, britânico e chinês lançaram uma proclamação conjunta apelando ao Japão para que se rendesse a fim de evitar a destruição. Passaram-se alguns dias sem que o governo de Tóquio respondesse. Mas no começo de agosto uma série de acontecimentos levou os senhores do Japão a mudar de idéia. No dia 3 as autoridades navais dos Estados Unidos anunciaram que tinham conseguido minar todos os portos japoneses, isolando assim o país das fontes externas de abastecimento. A 6 de agosto uma bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima, arrasando

completamente cerca de 60% da cidade. A 8 de agosto a Rússia Soviética entrou na guerra, com o propósito declarado de abreviar as hostilidades e facilitar a restauração da "paz universal". Parece certo, todavia, que os russos não foram menos influenciados pelo desejo de recuperar a sua posição no Extremo Oriente, perdida para os japoneses na guerra de 1904-5. A 9 de agosto de 1945 foi lançada uma segunda bomba atômica, dessa vez sobre Nagasaki. Na noite desse dia o presidente Truman preveniu que os Estados Unidos continuariam a usar a nova e mortífera arma até que o Japão dobrasse o joelho. A advertência parece ter produzido algum efeito, se bem seja provável que os chefes militares de Tóquio já tivessem compreendido desde algum tempo que a derrota era inevitável. Fosse como fosse, no dia seguinte o governo japonês propôs aceitar o ultimato de rendição de 26 de julho, com a ressalva de que os poderes do imperador "como chefe soberano da nação" permanecessem intatos. Replicaram os Aliados que o imperador poderia conservar a sua posição como soberano nominal, mas teria de submeterse às ordens do comandante supremo dos exércitos de ocupação. Durante três dias o mundo aguardou, aflito, a decisão dos japoneses. Às 6,10 da tarde do dia 14 de agosto a resposta foi recebida em Washington. Era uma aceitação incondicional das exigências aliadas. Nessa noite houve delirantes festejos nas cidades das nações vitoriosas. Milhões de pessoas dançavam, aclamavam e desfilavam pelas ruas entre a algazarra ensurdecedora das buzinas e das sirenas. Os mais circunspectos congregaram-se nas igrejas no dia seguinte para agradecer a Deus o fim da terrível provação. E razão de sobra tinham para isso, pois a mais ruinosa, a mais brutal e arbitrária das guerras havia passado à história.

4. OBJETIVOS DE GUERRA E PLANOS DE PAZ

Os objetivos de guerra das nações beligerantes costumam expandirse à medida que prossegue o conflito. A Segunda Guerra Mundial não constituiu exceção a essa regra. Ao anunciar, por exemplo, o seu ataque à Polônia em 1.° de setembro de 1939, Hitler não fêz nenhuma referência a planos de conquista da Europa ou de qualquer território fora da Europa. Muito pelo contrário, definiu o seu propósito como sendo simplesmente o de solucionar o problema de Danzig e do Corredor, ambos os quais sustentava serem

alemães. Negou expressamente qualquer intenção hostil para com a Inglaterra ou a França. A “muralha ocidental” da Alemanha, disse ele, seria “para todo o sempre a fronteira do Reich no oeste”. A 30 de janeiro de 1940, entretanto, começou a falar noutro tom. No seu discurso de aniversário pronunciado nessa data, afirmou que “já não se podia tolerar que a nação inglesa, de 44 milhões de almas, continuasse na posse de 40 milhões de quilóômetros quadrados da superfície do globo”, enquanto a Alemanha, com 80 milhões de almas, dispunha apenas de 590.000 quilômetros quadrados. Foi somente nos fins de 1940 que começou a levantar celeuma em torno de um conflito de ideologias. Falando aos trabalhadores de munições em 10 de dezembro, qualificou a guerra como o entrechoque de dois mundos opostos. O mundo dos seus inimigos era o do capitalismo irrestrito, do padrão-ouro, do lucro sem limites para os ricos e do desemprego e da miséria para as massas. Quanto à Alemanha, alcançara uma economia “socialista”, com restrições à cobiça, igualdade de sacrifícios e recompensas proporcionadas ao trabalho. Depois do ataque à Rússia, em junho de 1941, Hitler sentiu a necessidade de expandir ainda mais a sua interpretação do conflito. A guerra passou a ser então uma luta contra o “bolchevismo asiático”. Os dirigentes da Rússia estavam conluiados com as poderosas forças que se ocultavam por trás dos governos capitalistas numa conspiração judaica internacional para aniquilar a Alemanha.

A primeira formulação importante dos objetivos de guerra e de paz dos Aliados foi a Carta do Atlântico, assinada pelo presidente Roosevelt e pelo primeiro-ministro Churchill em 14 de agosto de 1941. Reduzidos aos pontos essenciais, seus princípios eram os seguintes:

1) A Inglaterra e o Estados Unidos não visam o engrandecimento territorial ou de qualquer outra espécie.

Não se devem fazer modificações territoriais a não ser de acordo com a vontade livremente expressa dos povos interessados. Deve-se respeitar o direito de todos os povos a escolher a forma de governo sob a qual desejam viver.

Todos os estados, grandes ou pequenos, devem ter acesso em condições iguais ao comércio e às matérias-primas do mundo. É necessário favorecer a colaboração entre as nações a fim de garantir a todas elas a melhora dos padrões de trabalho, o progresso econômico e a segurança social.

A futura paz deverá proporcionar a todas as nações os meios de viver em segurança dentro das suas fronteiras e garantir a todos os homens uma existência isenta de medo e de necessidade. A paz deve permitir a todos os homens cruzar os mares sem impedimento.

Enquanto não se estabelecer um sistema permanente de segurança geral, todas as nações que ameaçarem ou puderem ameaçar com a agressão deverão ser desarmadas.
Na ocasião em que foi assinada, a Carta do Atlântico não obrigava nenhum governo além do britânico. Os Estados Unidos eram ainda, para todos os efeitos, uma nação não-beligerante, embora estivessem prestando valioso auxílio aos inimigos do Eixo. A Carta assumiu um significado mais amplo a 2 de janeiro de 1942, quando foi publicada a Declaração das Nações Unidas. Vinte e seis nações assinaram essa declaração, inclusive a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a União Soviética e a China. Subsequentemente, quatorze outras acrescentaram as suas assinaturas. Não só cada governo consagrava todos os seus recursos à guerra e prometia nunca fazer a paz em separado, mas todos eles afirmavam a sua adesão à Carta do Atlântico.
Com a continuação da guerra as altas personagens das principais Nações Unidas avistaram-se em várias conferências a fim de resolver problemas de estratégia e determinar as condições da paz. A primeira de importância excepcional foi a conferencia realizada no Cairo em novembro de 1943, para discutir o destino do Império Japonês. Os participantes foram o presidente Roosevelt, o primeiro-ministro Churchill e o generalíssimo Chiang Kai-shek. Concordaram em que todos os territórios tomados à China pelo Japão, salvo a Coréia (Chôsen), fossem restituídos à República Chinesa. Quanto à Coréia, devia tornar-se "no devido tempo" livre e independente. Concordaram, outrossim, em que o Japão fosse despojado de todas as ilhas do Pacífico de que se apossara ou que ocupara desde 1914, bem como de "todos os outros territórios que havia tomado pela violência ou por cobiça". O destino que se daria a essas ilhas não era especificado. Os três estadistas declaravam, no entanto, que as suas nações não ambicionavam "vantagens para si mesmas" e "não alimentavam idéias de expansão territorial".

O CUSTO DA GUERRA MODERNA

O CUSTO TOTAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, COMPUTADO EM 1 384 900 000 000 DE DÓLARES (*), SERIA SUFICIENTE PARA CUSTEAR TUDO O QUE SEGUE:

Uma casa de 16 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Espanha e Portugal.

Uma biblioteca de 10 000 000 de dólares para cada cidade de 200 000 habitantes ou mais, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia.

Uma universidade de 50 000 000 de dólares para cada uma dessas cidades.

Um automóvel de 2 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca e Noruega.

Os vencimentos de 100 000 professôras e igual número de enfermeiras, a 3 000 dólares anuais, durante 100 anos.

Uma educação universitária gratuita (orçada em 6 000 dólares per capita) para cada rapaz e cada moça dos Estados Unidos entre as idades de 17 e 21 anos.

(*) De uma estimativa preparada por James H. Brady e pela American University.

A segunda das conferências importantes realizou-se em dezembro de 1943, com o encontro de Roosevelt, Churchill e Stalin em Teerã, capital do Irã. Se

bem que nenhuma grande idéia tivesse nascido dessa conferência, ela se revestiu de significação por ter sido a primeira reunião dos chefes de estado das três grandes potências aliadas. Os “Três Grandes” exprimiram a resolução de que os seus países colaborassem tanto na guerra como na paz. Reconheceram a suprema responsabilidade, que cabia a eles como a todas as nações, de prepararem uma paz que fizesse jus à boa vontade dos povos da terra e “banisse por muitas gerações o flagelo e o terror da guerra”. Encaravam com confiança o dia “em que todos os povos da terra poderão viver livres, desconhecendo a tirania, e de acordo com os seus diferentes desejos e as suas próprias consciências”. Após o encontro de Teerã não houve mais conferências de grande vulto até 1945. Em fevereiro desse ano Roosevelt e Churchill viajaram para as ensolaradas encostas da Criméia a fim de avistarem-se com Stalin. As confabulações tiveram por palco o luxuoso palácio do último dos czares, próximo à cidade balnearia de Ialta, resultando num acordo em torno de muitas questões difíceis. O relatório oficial publicado após o encerramento da conferência declarava que os Três Grandes haviam chegado a um acordo sobre os planos para a derrota da Alemanha, os termos de rendição incondicional a ser-lhe impostos e os métodos pelos quais seriam controladas as nações do Eixo e seus satélites depois da guerra. Anunciava-se, ainda, a solução de vários problemas espinhosos da Europa Oriental. A fronteira entre a Polônia e a Rússia era fixada ao longo de uma linha originariamente sugerida, em 1919, por Lord Curzon, secretário britânico do Exterior, e aceita a título provisório pelos Aliados vitoriosos. Permitia-se destarte à Rússia conservar aproximadamente o mesmo território que já havia incorporado à União Soviética em consequência do acordo Ribbentrop-Molotov de setembro de 1939. A Polônia seria compensada das suas perdas a leste por “importantes acréscimos de território” ao norte e a oeste — território tomado, naturalmente, à Alemanha. O governo existente da Polônia, instalado sob os auspícios russos, seria “reorganizado sobre uma base democrática mais ampla, com a inclusão de líderes democráticos poloneses que se encontrassem no próprio país ou no estrangeiro”. Também o governo da Iugoslávia deveria passar por uma reorganização e os Três Grandes comprometiam-se a agir de concerto na formulação das linhas políticas a seguir no tocante aos países libertados da Europa, inclusive os ex-satélites do eixo.

O PETRÓLEO NO ORIENTE MÉDIO

No século XX o Oriente Médio tornou-se um dos principais focos de rivalidades internacionais. Uma das razões dêsse fato são os milhões de barris de petróleo que jazem sob as areias do Irã, do Iraque e da Arábia. Vemos aqui uma refinaria instalada por uma companhia americana na Arábia Saudita. (Arabian American Oil Co.)

Centenas e centenas de quilômetros de oleodutos transportam o petróleo cru das jazidas situadas no deserto para os portos do Mediterrâneo e para as refinarias do Gôlfo Pérsico. Interêsses americanos controlam a maior parte do petróleo da Arábia e uma companhia inglêsa domina as jazidas do Irã meridional, ao passo que o petróleo do Iraque é explorado conjuntamente por interêsses americanos, inglêses e franceses. (Arabian American Oil Co.)

O ISRAEL MODERNO — UM ESTADO REDIVIVO

Uma fértil colônia agrícola arrancada ao deserto pelos laboriosos sionistas. (United Palestine Appeal.)

Orquestra popular em Israel. O incentivo à música constitui parte importante do programa de desenvolvimento de uma cultura nacional. (Orient Press, Tel Aviv.)

A produção de cimento tem sido desenvolvida como um ramo importante da economia israelense. As fábricas concorrem com a agricultura em oferecer emprêgo e oportunidades para negócios. (United Palestine Appeal.)

O colapso da Alemanha, a 8 de maio de 1 945, pareceu requerer uma nova conferência dos Três Grandes. Em 17 de julho José Stalin, Winston Churchill e Harry S. Truman, que havia sucedido a Franklin D. Roosevelt como presidente dos Estados Unidos em 12 de abril, reuniram-se em Potsdam, subúrbio de Berlim e centro histórico do militarismo prussiano.
Antes de dar a conferência por findos os seus trabalhos, Churchill foi

substituído por Clement Attlee, o novo primeiro-ministro trabalhista da Grã-Bretanha. A Conferência de Potsdam não foi uma conferência de paz; várias decisões suas foram anunciadas como provisórias. Algumas delas, todavia, modificaram de maneira tão radical as condições da Europa que podem, sem dúvida, ser consideradas como permanentes. As cláusulas mais importantes da declaração oficial publicada pela conferência a 2 de agosto eram as seguintes: 1) a Alemanha seria privada de extensas porções do seu território; a Prússia Oriental seria dividida em duas partes, passando a do norte (inclusive a cidade de Koenigsberg) para a Rússia e a do sul, para a Polônia; esta receberia também a antiga cidade livre de Danzig; todo o território alemão a leste dos rios Ôder e Neisse seria administrado pela Polônia enquanto não se chegasse a um acordo final; 2) o poder militar alemão seria totalmente destruído; 3) o seu poder industrial sofreria uma redução drástica; o sistema econômico seria descentralizado pela abolição dos trustes e cartéis, restringindo-se e submetendo-se a rigoroso controle a produção de substâncias químicas, metais, maquinaria e outros artigos necessários a uma economia de guerra; dar-se-ia o maior realce, na reorganização da economia alemã, ao desenvolvimento de agricultura e das "indústrias domésticas pacíficas"; 4) a Alemanha deveria pagar extensas reparações sob a forma de maquinaria, produtos manufaturados, equipamento industrial e navios mercantes; 5) o país seria dividido em quatro zonas de ocupação, as quais seriam governadas respectivamente pela Rússia, pela Inglaterra, pelos Estados Unidos e pela França. A despeito do grande número e variedade de decisões adotadas nessas conferências, não constituíam elas em absoluto uma solução completa dos problemas de após-guerra. As grandes potências não lograram harmonizar as suas vistas no tocante aos princípios fundamentais da paz. Não era menor a divergência quanto aos problemas específicos. Não haviam chegado a um acordo sobre o controle da energia atômica e problemas tais como o que se devia fazer com as colônias da Itália, a cidade de Trieste, o vale do Ruhr, os Dardanelos e o Bósforo, sobre o problema de como devia ser governada a Alemanha nem sobre as reivindicações territoriais dos gregos contra a Albânia, dos russos contra a Turquia ou dos iugoslavos contra a Áustria. Não se haviam alcançado melhores resultados com respeito aos problemas da Ásia. O destino definitivo de territórios tais como a Birmânia, a Indochina, Hong Kong e as Índias Holandesas continuava sendo um mistério. A despeito do

estabelecido pela Declaração do Cairo, o status da Coréia e da Mancharia estava ainda sujeito a grandes dúvidas. Algumas dessas questões foram resolvidas subsequentemente por negociação; outras, pelo autoengrandecimento das nações interessadas. Mas a maioria deles permanece como fontes de discórdia e de perigo para o futuro imprevisível.

CAPÍTULO 31

O Mundo Criado pela Vitória

O Mundo que saiu do cadinho da Segunda Guerra Mundial pouca semelhança tinha com os sonhos expressos pelos idealistas durante a primeira fase do conflito. Para extensas áreas do globo, era um mundo de fome e de medo, de cinzas e escombros, de desespero, sofrimento e violência. Em parte alguma, praticamente, havia indícios de que as Quatro Liberdades ou as disposições da Carta do Atlântico estivessem próximas de tornar-se realidade. As esperanças das massas de todas as nações, quanto ao advento automático da paz e da segurança assim que houvesse terminado a carnificina, foram brutalmente desfeitas. O recrudescimento da política de poder e o medo de uma nova guerra, que desta vez seria travada com armas atômicas e venenos bacteriológicos fêz com que a década de 1930 se afigurasse, por comparação, quase serena e ordeira. Não quer isto dizer que o mundo de após-guerra estivesse irremediavelmente afundado no pessimismo. Algum idealismo ainda existia; mas durante os primeiros anos, pelo menos, foi-lhe difícil ganhar terreno contra a amargura, o derrotismo e a ânsia de despedaçar qualquer obstáculo que se interpusesse à volta para as condições de anteguerra.

1. A REVOLUÇÃO DA NOSSA ERA

Uma das consequências menos manifestas e contudo importantes da Segunda Guerra Mundial foi acelerar a revolução universal que constitui uma parte tão significativa da história contemporânea. Essa revolução não nos colheu de improviso. Teve suas origens nos últimos anos do século XIX. Foi uma causa fundamental das duas guerras mundiais do século XX e encontra-se na base tanto do fascismo como do comunismo. Não é fácil definir-lhe a natureza, mas de modo geral assemelha-se aos acontecimentos

que marcaram a transição da Idade Média para os tempos modernos ou a morte do Velho Regime na França setecentista. Numa palavra, ela apresenta o padrão característico dos fatos que se têm verificado todas as vezes que um mundo velho agoniza e um mundo novo se debate por vir à luz.

Um fator básico da revolução do mundo contemporâneo tem sido o declínio da confiança no sistema econômico nascido da Revolução Industrial. Podemos chamar esse sistema econômico de capitalismo, contanto que entendamos por este termo o sistema de livre empreendimento, livre concorrência e produção com vistas no lucro, que floresceu no século XIX e no começo do nosso. À perda da fé nesse sistema não resulta de ele se ter mostrado incapaz de elevar os padrões de vida ou de funcionar com eficácia na exploração dos recursos do planeta. Pelo contrário, com relação a ambos esses escopos tem logrado um êxito pasmoso. Apesar das altas dos preços, os salários dos trabalhadores, pelo menos de 1850 para cá, revelam uma melhora considerável. Além disso, o sistema econômico das nações capitalistas deu provas de uma fenomenal capacidade de produção, graças à qual tornava acessível mesmo a famílias de modestos rendimentos uma profusão cada vez maior de produtos. O declínio da fé no capitalismo não é universal. Não tem prevalecido nos últimos anos em países como os Estados Unidos, cuja onda de prosperidade não se desmentiu de, 1946 para cá. Mas em regiões como o Oriente Médio e a Índia, onde a renda per capita mal vai além de 50 dólares anuais e onde a mortalidade infantil é cinco vezes mais alta do que nos Estados Unidos, nota-se em muitos a tendência de inquirir se algum outro sistema econômico não seria mais capaz de arrancar as massas ao atoleiro de fome e privações. Mesmo nos Estados Unidos, na década de 1930, era muito comum o pessimismo quanto ao futuro da nação dentro do regime capitalista. A numerosas pessoas ele parecia ineficaz como meio de manter o equilíbrio entre a produção e o consumo. Aproximadamente de vinte em vinte anos era preciso fazer passar pela peneira uma boa parte do sistema econômico. Enquanto não tivesse ocorrido um número suficiente de falências, quebras de bancos e cobranças executivas as rodas da produção não recomeçavam a andar. Entrementes, milhões de pessoas de poucos recursos perdiam as suas posses ou sofriam a humilhação do desemprego e de ficarem dependentes da caridade ou da assistência pública. Após a derrocada de 1929 muitos

estudiosos dos problemas econômicos chegaram à conclusão de que o período de expansão tinha chegado ao fim, pelo menos para as principais nações industrializadas. Começava a parecer que o tipo de recuperação automática que havia ajudado o mundo a safar-se das crises econômicas de 1837, 1857, 1873 e 1893 nunca mais se reproduziria. Quem sabe se o desemprego, a superprodução e a insegurança não se tornariam permanentes? Essas reflexões melancólicas só foram aliviadas pelo deflagrar da guerra em 1939 e pela "prosperidade" resultante da destruição e do desperdício em escala gigantesca. Mesmo assim, alguns cépticos ainda perguntavam o que aconteceria quando chegasse a malfadada paz, com a cessação das encomendas de aviões, tanques, jipes, e do aço e alumínio com que essas máquinas eram fabricadas.

As previsões de desastre não se realizaram, porém. A procura represada de novos automóveis, refrigeradores, aparelhos de televisão e outros artigos de longa duração revelou-se tão forte que os anos de 1945 a 1950 contam-se entre os mais prósperos da história. A intensificação da guerra fria e o começo das hostilidades na Coréia deram à produção um impulso tremendo, fazendo com que a década de 1920 parecesse, em confronto, quase um período de depressão. Nos Estados Unidos, por exemplo, o índice da produção industrial subiu de 91 em 1930 a 220 em 1951.

O aspecto mais importante da revolução da nossa era tem sido o crescimento do coletivismo. Trata-se, é claro, de uma nova consequência do declínio da fé no capitalismo. O fenômeno tem-se manifestado sob formas tão diferentes quanto o coletivismo liberal, o fascismo, o socialismo e o comunismo. Expressões características do primeiro foram as realizações do New Deal sob Franklin Roosevelt e as reformas da Frente Popular sob Léon Blum, na França. Após a Segunda Guerra Mundial o fascismo tornouse malvisto quase por toda parte, com exceção da Espanha, de Portugal e da Argentina, mas o socialismo cobrou nova vida na Grã-Bretanha e na França. A vitória decisiva do Partido Trabalhista britânico nas eleições de julho de 1945 foi seguida de um extenso programa de coletivização. O Banco da Inglaterra foi nacionalizado, e da mesma forma as estradas de ferro, as minas de carvão, a indústria de luz e força e a indústria do aço.
Junte-se a isso a adoção de um amplo sistema de medicina socializada, com assistência médica, hospitalização, drogas e enfermagem gratuitas para todos os cidadãos. O governo da Quarta República francesa, controlado

mormente por socialistas e liberais católicos, também foi longe no sentido da coletivização, procedendo ao encampamento das minas, estradas de ferro e serviços de utilidade pública, bem como da maioria dos bancos e companhias de seguros.
Uma forma muito mais extrema do movimento coletivista é, naturalmente, o comunismo. Ao começar a Segunda Guerra Mundial, nenhum país do mundo tinha governo comunista a não ser a Rússia. Viam-se partidos comunistas quase por toda parte, mas em sua maioria eram fracos e impotentes. Três anos depois da guerra os comunistas estavam senhores não só da Rússia mas da Polônia, da Tchecoslováquia, da Alemanha Oriental e de todos os estados balcânicos com exceção da Grécia. Constituíam, ademais, um quarto do eleitorado da Itália, ao passo que o número oficial de membros do partido, tanto na França como na Alemanha, era de cerca de dois milhões. Calculava-se que na Europa, fora da Rússia, existissem pelo menos onze milhões de comunistas declarados. O comunismo fêz também progressos na China, acabando por tragar o pais inteiro. Sua expansão deveu-se em parte ao poder predominante da Rússia, sobretudo naqueles países que tinham sido adjudicados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos à órbita soviética. Também foi uma consequência, em certa medida, da fome, da inflação e do caos. Entretanto, em certos países como a Alemanha, a Itália e a França a sua popularidade só se pode explicar satisfatoriamente pela perda da fé no capitalismo. Mesmo na Tchecoslováquia, cerca de 65% do sistema industrial tinha sido nacionalizado antes que os comunistas assumissem o controle do governo, em fevereiro de 1948.
Não é absolutamente certo, contudo, que o comunismo extremo venha a tornar-se uma feição permanente da civilização moderna. Talvez isso suceda em algumas partes da Ásia e da Europa Oriental, onde as tradições de liberdade e de individualismo nunca foram fortes. É provável que mesmo na Inglaterra e na França muitos elementos do socialismo sobrevivam indefinidamente no futuro, sejam quais forem os partidos que vierem a controlar o governo. Isto foi exemplificado pela volta dos conservadores ao poder na Inglaterra sob Winston Churchill, em 1951. Volvidos dois anos, o gabinete pouco mais linha feito do que dar alguns passos iniciais no sentido de desnacionalizar a indústria do aço e introduzir leves modificações no programa de saúde nacional. Nos Estados Unidos, as forças do individualismo e do livre empreendimento lograram arregimentar

uma vigorosa oposição ao coletivismo, exceto sob uma forma relativamente moderada. Na campanha presidencial de 1948, o mais radical dos candidatos achou de bom aviso declarar-se um expoente do “capitalismo progressista”, a despeito de contar com o apoio dos comunistas. O candidato eleito, Harry S. Truman, prometeu reavivar o New Deal, estendendo-o e completando-o com um Fair Deal. Suas promessas, no entanto, pareceram demasiado ambiciosas ao Congresso e o Fair Deal não passou, pela maior parte, de um conjunto de esperanças presidenciais não realizadas. Em 1953 os republicanos voltaram ao poder, após um interregno de vinte anos, e instalaram Dwight D. Eisenhower na Casa Branca. O novo governo anunciou que aboliria todos os controles de preços, substituiria a inflação da moeda pelo controle do crédito, venderia as fábricas de borracha sintética a companhias particulares e restituiria aos estados as terras petrolíferas situadas ao largo. A aceitação dessas normas políticas parecia indicar que a nação estava cansada do entusiasmo reformista de Roosevelt e Truman, se bem que ainda não se observasse grande disposição para voltar ao individualismo da década de 1920.

2. NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Antes de 1914 o rol das Potências Mundiais incluía nada menos de oito estados, entre os quais as seis nações européias — Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia e Itália — eram as mais poderosas e, de um modo geral, os verdadeiros árbitros dos assuntos mundiais. Os Estados Unidos e o Japão eram novatos cuja posição não pesava muito na balança internacional. Depois da Primeira Guerra Mundial, o número das Grandes Potências ficou reduzido a cinco. A Áustria foi eliminada para sempre e a Alemanha e a Rússia, por alguns anos. Por outro lado, os Estados Unidos e o Japão elevaram-se a posições mais altas do que as que tinham ocupado anteriormente, ao passo que o Império Britânico baixava um pouco na escala. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre as relações de poder foram muito mais subversivos. A Alemanha, a Itália e o Japão sofreram tão esmagadora derrota que não parecia haver possibilidade de voltarem a ser, antes de muitos anos, potências de primeira categoria. Oficialmente, a lista das Potências Mundiais ainda incluía cinco estados — a Rússia, os Estados

Unidos, a Grã-Bretanha, a China e a França. Eram eles os famosos Cinco Grandes, que ocupavam a posição dominante nas Nações Unidas e cujos representantes tinham autoridade para redigir os tratados de paz. Entretanto, a China e a França mal poderiam ser chamadas Grandes Potências, a não ser a título honorífico, ao passo que a Grã-Bretanha dependia tão completamente dos Estados Unidos que só de raro em raro lograva impor a sua vontade em assuntos internacionais.

Mas a Segunda Guerra Mundial teve pelo menos um outro efeito momentoso. Foi ele o de criar o que os diplomatas chamam "vácuos de poder" em várias partes do mundo. Para exemplificar, o aniquilamento da Alemanha como Grande Potência deixou um grande vazio na Europa Central. Quer isso agrade, quer não, a Alemanha durante a década de 1930 era o eixo econômico de uma porção considerável do continente europeu. As relações comerciais da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, da Escandinávia e dos Balcãs eram mais extensas com ela do que com qualquer outro país do mundo. O seu poder militar contribuía para preservar uma espécie de equilíbrio entre a Inglaterra e a França a oeste e a Rússia a leste. Mas depois que a Alemanha foi irremediavelmente esmagada esse equilíbrio desapareceu, surgindo no seu lugar um vácuo que potências fortes e ambiciosas se esforçarão por preencher. Do mesmo modo, a derrota do Japão eliminou esta potência como contrapeso à Rússia no Extremo Oriente, donde resultou formar-se um vácuo em territórios como a Manchúria, a Coreia e a China. Finalmente, o enfraquecimento da Inglaterra em consequência da guerra deixou numerosas de suas colônias e esferas de influência expostas à pressão de rivais poderosos. Não tardou a evidenciar-se a penetração russa — ou pelo menos comunista — no Oriente Médio, na Península Malaia e na Grécia. Algumas autoridades chegam a sustentar que essa luta em torno dos vácuos de poder tem sido a causa fundamental de quase todos os atritos internacionais depois da Segunda Guerra Mundial. Afirmam eles que tão cedo esses vácuos sejam preenchidos — pela sua nação ou por seus aliados — a estabilidade e a paz voltarão a habitar a terra.

Como quer que interpretemos os atritos internacionais de após-guerra, é inegável que eles existem em grande número. Na verdade, as relações entre a Inglaterra e os Estados Unidos, de um lado, e a Rússia do outro têm sido durante a maior parte do tempo as de uma trégua armada ou, como costuma ser chamada mais comumente, uma guerra fria. Durante breve período

pareceu que iria prevalecer uma atmosfera mais cordial. Em dezembro de 1945 um conselho dos ministros do Exterior dos Três Grandes reuniu-se em Moscou e, ao cabo de uma semana de brindes, banquetes e caçoadas amistosas, anunciou haver chegado a um acordo "em princípio" sobre várias questões difíceis. Não eram excluídos sequer os problemas do controle da bomba atômica e da administração da Coréia e do Japão. Por quase toda parte a comunicação foi recebida com grande júbilo, na crença de que os problemas do mundo estavam praticamente solucionados. Tratava-se, no entanto, de um rebate falso. Embora os representantes das Potências se tenham encontrado muitas vezes depois desse dia, os seus progressos foram relativamente poucos e, em geral, de mediana importância. Mais ou menos tudo de que se podiam gabar ao ser celebrado o oitavo aniversário da terminação da guerra era a organização de Trieste como território livre sob a administração do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a assinatura de tratados com o Japão e com os cinco satélites menores do Eixo. Os problemas mais sérios, tais como a paz com uma Alemanha unida, o controle das energias atómica e termonuclear e o desarmamento, continuavam tão longe de uma solução como sempre.

Os cinco tratados com os satélites do Eixo — Itália, Bulgária, Rumânia, Hungria e Finlândia — derivam a importância que possam ter sobretudo do fato de haverem alterado o mapa da Europa. O tratado com a Itália decretou a cessão de Briga e Tenda à França; da "Venezia Giulia , com exceção do Território Livre de Trieste, à Iugoslávia; e das ilhas do Dodecaneso à Grécia. Exigiu-se da Hungria que entregasse a metade oriental da Transilvânia à Rumânia. Quanto a esta, foi forçada a consentir na perda da Bessarábia e da Bucovina setentrional à Rússia, ao mesmo tempo que a Dobrudja meridional passava à Bulgária. A Finlândia, por sua vez, teve de entregar à Rússia a província de Petsamo com as suas valiosas minas de níquel. Todos os tratados dispunham sobre a desmilitarização e o pagamento de reparações que iam desde 70 milhões de dólares, no caso da Bulgária, até 360 milhões, no da Itália.

O tratado com o Japão foi assinado em setembro de 1951, numa conferência realizada em São Francisco da Califórnia com a participação dos delegados de cinquenta e uma nações. Embora pretendesse ser um tratado de conciliação, privava o Japão de todos os territórios adquiridos desde 1854 — em outras palavras, de todo o seu império ultramarino. Abandonava ele

à Rússia as Curilas e a metade meridional da ilha Sacalina, e aos Estados Unidos os arquipélagos de Bonin e Riú-Quiú. Renunciava igualmente a todos os direitos sobre Formosa, cujo status ficava indeciso. Em troca dessas concessões, permitia-se-lhe recuperar a sua soberania e rearmar-se para a sua defesa, Por um acordo separado, os Estados Unidos obtiveram o direito de continuar a ocupação militar do Japão até que este fosse capaz de defender-se a si próprio. O tratado entrou em vigor em abril de 1952 apesar da obstinada oposição da Rússia, a qual esperava ver o Japão submetido a punições drásticas que o poriam por terra, tornando-o assim uma presa fácil para o comunismo.

Por que não foram as Grandes Potências mais bem sucedidas na solução dos problemas da paz e por que, em particular, existia tanta desarmonia entre as nações ocidentais e a Rússia? Uma das razões é o fato de ter sido a sua aliança durante a guerra um simples casamento de conveniência. Cada uma das partes estava perfeitamente disposta a utilizar-se da outra, mas não havia nenhum laço de confiança ou de respeito mútuos a uni-las. Ainda em 1940 Churchill definira o sistema russo como um sistema que "apodrece a alma de uma nação", tornando-a "abjeta e faminta na paz" e "torpe e abominável na guerra". Uma segunda e mais importante razão é o conflito fundamental de objetivos entre a União Soviética e as potências ocidentais. A Inglaterra e os Estados Unidos — em especial estes últimos — sonhavam reconstruir o mundo de acordo com o padrão anterior a 1939, salvo a destruição do poder militar e econômico das nações do Eixo. Planejavam um governo descentralizado da Alemanha, a internacionalização do Ruhr e uma redistribuição das possessões coloniais da Itália e do Japão, de forma que dessem a si mesmos uma larga medida de controle. Os russos tinham concepções completamente diversas. De um modo geral, pareciam não ter feito senão pequenas modificações no seu plano de longo alcance para promover a disseminação do comunismo através do mundo inteiro. Exigiam, portanto, uma Alemanha centralizada, a qual podiam ter esperança de atrair um dia para a sua órbita. Queriam participar da administração e exploração das indústrias do Ruhr. Reclamavam um quinhão no controle do Bósforo e dos Dardanelos, bem assim como revisões territoriais a expensas da Turquia e da China. Como grande nação continental, ambicionavam um acesso mais livre aos mares — ao Mediterrâneo, ao Báltico e aos oceanos Indico e Pacífico. Além disso, os

russos inquietavam-se com o perigo de um novo ataque à pátria soviética. Embora o Exército Vermelho se tivesse portado brilhantemente na guerra contra a Alemanha, receavam que uma nova combinação de potências capitalistas, sem dúvida com os Estados Unidos à testa, conseguisse lançar um ataque mortífero à terra do comunismo. Trataram, portanto, de formar um bloco soviético na Europa Oriental, estendendo-o para oeste até Berlim e Viena e fortificando-se em pontos estratégicos do Extremo Oriente tais como Dairen, Porto Artur e a Coréia Setentrional. Intensificaram outrossim o auxílio e encorajamento aos comunistas nativos nos esforços destes para conquistar a China, a Indochina e alguns países do Oriente Próximo.

3. OS ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIA MUNDIAL

Um dos mais notáveis resultados da Segunda Guerra Mundial foi a emergência dos Estados Unidos como nação mais poderosa do mundo. Salvo a Rússia Soviética, não havia em toda a terra nenhum outro país capaz de enfrentá-los. Durante breve período, na fase final da guerra, o seu exército foi o maior do mundo e a sua armada, igual às armadas combinadas de todas as demais potências. Só a sua tonelagem em porta-aviões igualava aproximadamente a tonelagem total da armada britânica. Embora as forças terrestres tivessem sido desmobilizadas ao terminar a guerra, o poder naval foi mantido em toda a sua plenitude. Também do ponto de vista do poder econômico o país deixara muito para trás o resto das nações. Desde 1939 o seu povo havia duplicado a renda nacional e quadruplicado as suas economias. Embora constituíssem apenas 7% da população do mundo, os norte-americanos desfrutavam mais de 30% da renda mundial estimada. Pela primeira vez na história os Estados Unidos se achavam em situação de serem os árbitros dos destinos de pelo menos metade de globo. O Japão era virtualmente uma colônia sua; controlavam tanto o Atlântico como o Pacífico, policiavam o Mediterrâneo e traçavam os rumos da política internacional na Europa Ocidental. Não se deve imaginar, porém, que o seu povo tivesse fundado um paraíso na terra. A dívida nacional elevava-se agora a 260 bilhões de dólares, e só para pagar os juros dessa dívida era preciso mais dinheiro do que para custear todas as despesas do governo antes da guerra. Em 1948 o custo da vida elevara-se a

172% sobre a média de 1935-39 e uma família em cada quatro estava gastando além dos seus rendimentos. Além disso, apesar do sacrifício de bilhões de dólares e de 350.000 vidas, os Estados Unidos não haviam conquistado a segurança. Durante anos após o término da guerra os seus cidadãos viveram tão temerosos de uma nova agressão quanto tinham estado no biênio que foi de 1939 a Pearl Harbor. Depois da Segunda Guerra Mundial havia relativamente poucos indícios de que os americanos desejassem refugiar-se num isolacionismo semelhante ao que se seguira à vitória na guerra anterior. Pelo menos tal não sucedia com o seu governo. Em 1945 o Senado dos Estados Unidos ratificou quase por unanimidade de votos a Carta das Nações Unidas. Tanto no Congresso como fora dele, muito poucos eram os que clamavam pelo pagamento das quantias que a nação havia adiantado às suas aliadas sob o regime do Lend-Lease. Notava-se, pelo contrário, uma disposição quase universal para considerar esses empréstimos como doações. Por fim cancelaram-se cerca de nove décimos do total, e em 1946 um novo empréstimo de quatro bilhões de dólares para recuperação econômica foi feito à Inglaterra, a principal beneficiária do Lend-Lease. Se bem que os isolacionistas extremos resmungassem um pouco, o Congresso parece ter aprovado essas medidas na crença de que elas contribuiriam para a recuperação mundial. Já quase ninguém acreditava que os Estados Unidos pudessem viver à sua maneira e continuar a prosperar, deixando o resto do mundo entregue ao seu destino.

A mais vigorosa liderança no sentido de induzir os Estados Unidos a enfrentar as suas novas obrigações de poder e responsabilidade veio, naturalmente, do ramo executivo do governo. Em 1947 numa alocução ao Congresso, o presidente Truman fez o primeiro de uma série de importantes enunciados sobre a política estrangeira, a qual dentro em pouco se tornou conhecida como a Doutrina Truman. Sublinhando a expansão do comunismo na Europa Oriental, o presidente declarava que os Estados Unidos deviam acorrer em auxílio de qualquer país cuja “liberdade e independência” fosse ameaçada de agressão externa ou interna. Referindo-se em especial à pressão russa contra a Grécia e a Turquia, afirmava que a sobrevivência e a independência dessas nações era essencial à preservação da integridade do Oriente Médio. Pedia, por isso, que se abrisse uma verba de 400 milhões de dólares para enviar armas e auxílio econômico tanto a uma como a outra e para provê-las de comissões consultivas militares e

navais norte-americanas. Dois meses depois, maiorias bipartidárias aprovaram em ambas as câmaras do Congresso um projeto de lei que criava a verba solicitada.
O segundo enunciado de política partido do poder executivo foi o Plano Marshall, ou Programa de Recuperação Européia. Esse programa foi sugerido pela primeira vez num discurso pronunciado na Harvard University, em 5 de junho de 1947, por George C. Marshall, secretário de estado norte-americano. Dizia Marshall que se os estados da Europa chegassem a um acordo quanto ao que necessitavam para cobrir as despesas da reconstrução os Estados Unidos veriam o que poderiam fazer para ajudá-los. Declarava que a política norte-americana não se dirigia "contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos". Advertia ao mesmo tempo que qualquer governo que tentasse opor-se à recuperação ou perpetuar em seu próprio proveito a miséria humana não receberia nenhum auxílio. A proposta do secretário Marshall foi recebida com entusiasmo pelas nações européias. A própria Rússia tomou parte numa conferência preliminar dos Três Grandes a fim de estudar o que se podia fazer. Mas essa conferência terminou num impasse quando Molotov exigiu que os Estados Unidos renunciassem à idéia de um programa conjunto para toda a Europa e atendessem individualmente às necessidades de cada nação. Parecia recear que um plano conjunto pudesse ser utilizado como instrumento para organizar a Europa sob o controle norte-americano.
O Plano Marshall e a Doutrina Truman tinham entre si bastantes pontos de contato. Ambos faziam parte de uma vasta estratégia para "conter" a Rússia Soviética. No desenvolvimento da Doutrina Truman reconheceu-se francamente a necessidade de conservar a Grécia e a Turquia dentro da esfera de influência anglo-americana. O controle desses países era considerado indispensável à proteção dos interesses petroleiros ingleses e norte-americanos no Oriente Médio. Alegava-se outrossim que, se um deles ou ambos caíssem nas mãos dos comunistas, a Rússia se expandiria até o Mediterrâneo. Em outras palavras, os dois países eram considerados quase exclusivamente como peões numa gigantesca luta pelo poder. É duvidoso que o Plano Marshall tenha sido concebido originalmente como uma arma contra a Rússia. Os Estados Unidos estavam de fato interessados na recuperação econômica da Europa, como uma contribuição para a paz è

também para manter a sua própria prosperidade. Não obstante, os propugnadores do Plano usavam por vezes argumentos que criavam a impressão de estar aquele país precipuamente interessado em auxiliar a recuperação européia como meio de impedir a expansão do comunismo. Fosse como fosse, os russos tendiam a interpretar a Doutrina Truman e o Plano Marshall como manobras integrantes de uma guerra fria contra eles.

Sejam quais forem os seus métodos e os seus propósitos específicos, os Estados Unidos continuarão indubitavelmente a desempenhar um papel cada vez mais importante nos assuntos mundiais. Há trinta anos que a Grã-Bretanha e os estados da Europa continental se acham em declínio. Sofreram perdas aterradoras de potencial humano e de recursos nas duas guerras mundiais. O seu ouro e os seus câmbios estrangeiros foram drenados pelos Estados Unidos. Assistimos ao ocaso lento dos seus impérios, devido à expansão do nacionalismo e da industrialização nas áreas coloniais. O comunismo também parece ser um poderoso dissolvente dos laços imperiais, pois oferece uma filosofia de ação aos nativos que se julgam vítimas de exploradores estrangeiros. A Índia, a Birmânia e a Palestina já se libertaram do domínio britânico e a Indonésia, do domínio holandês. Talvez o seu exemplo seja seguido em breve pelo Suez e pelo Sudão. A desintegração do império francês do Oriente Próximo e do Extremo Oriente é, provavelmente, apenas questão de tempo. Se bem que algumas dessas colônias tenham deixado há anos de compensar as despesas da metrópole com o seu governo e defesa, ainda assim constituem mercados valiosos para a exportação e campos lucrativos para a inversão de capitais excedentes. Além disso, a sua perda pode representar um sério golpe para o prestígio das nações a que pertencem. É impossível, porém, continuar a mantê-las pela força em face da pressão combinada do nacionalismo e das correntes revolucionárias emanadas de Moscou.

4. A RÚSSIA COMO GRANDE POTÊNCIA

A Rússia Soviética emergiu da guerra de 1939-45 como a segunda entre as maiores potências do globo. Embora tivesse uma pequena armada, o seu exército terrestre e talvez a sua força aérea tinham-se tornado em 1948 os mais fortes do mundo. A população da União estava prestes a atingir os 200

milhões, apesar da perda de 7 milhões de soldados e 8 milhões de civis durante a guerra. Em recursos minerais a sua posição comparava-se favoravelmente com a dos países mais ricos. O território soviético continha cerca de 20% das jazidas mundiais de hulha e mais de 50% dos depósitos de ferro. Em resultado do descobrimento de ricos lençóis petrolíferos nos Urais, em 1946, a Rússia afirmava possuir nada menos de 58% das reservas mundiais de petróleo. É indubitável, por outro lado, que o seu parque industrial foi gravemente danificado pela guerra. Segundo as estimativas dos seus próprios estatísticos, 1700 cidades e povoações foram totalmente destruídas, além de mais de 60.000 quilômetros de vias férreas e 31.000 fábricas. Stalin declarou em 1946 que seriam precisos pelo menos seis ou sete anos para reparar os danos e reconstruir as áreas devastadas.
Parece razoável supor que algumas das singulares atitudes tomadas pela Rússia no seu trato com as demais nações sejam atribuíveis em certa medida às perdas terrificantes que sofreu durante a guerra. Ressentindose de ter sido obrigada a fazer tão grandes sacrifícios, tornou-se presa da obsessão da segurança como meta a ser atingida sem levar em conta o que isso pudesse custar aos seus vizinhos. Receosos de que a pobreza e as dificuldades provocassem a rebeldia do povo russo, os seus governantes adotaram uma atitude de desconfiança na sua política exterior. Era preciso induzir os russos a pensar que o seu país corria perigo iminente de um ataque por parte das potências capitalistas. Por motivos semelhantes, cumpria fazer-lhes crer que os seus chefes eram infalíveis e merecedores de uma espécie de culto até então reservado aos monarcas por direito divino. No 30.° aniversário da revolução bolchevista Stalin foi saudado como “o sol do universo inteiro”. De acordo com um novo nacionalismo que visava fortalecer a coragem do povo, a Rússia reivindicou a autoria da maior parte das invenções dos tempos modernos, desde a luz elétrica e a telegrafia sem fio até a penicilina.
Mal haviam terminado as hostilidades da Segunda Guerra Mundial, a Rússia envolveu-se na chamada guerra fria com a Inglaterra e os Estados Unidos. Na verdade, já na primavera de 1945 havia indícios de uma crescente animosidade. Impossível determinar quem iniciou a disputa. Talvez ela tenha começado quando a Rússia, pouco depois do fim da guerra, evidenciou o desejo de dominar países tais como a Rumânia, a Bulgária, a Iugoslávia e a Polônia. Embora esses países tivessem sido colocados dentro

da órbita soviética pelo Acordo de Ialta, as potências ocidentais não tencionavam provavelmente dar à Rússia outro direito senão o de estabelecer ali governos "amigos". Além disso, os Estados Unidos negaram-se a reconhecer a absorção da Estônia, Letônia e Lituânia pela União Soviética, levada a efeito em 1940. Como quer que tenha começado, a guerra fria prosseguiu com fúria cada vez maior durante os anos subsequentes. Nos começos de 1946 a Rússia empenhou-se numa disputa com o Irã. O governo iraniano acusava Moscou de recusar permissão ao envio de tropas para reprimir uma revolta na província iraniana setentrional do Azerbajã. O verdadeiro motivo das desinteligências era a alegação de que a Rússia estava tentando separar essa província do Irã e incorporá-la à União Soviética. O governo iraniano apelou para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos condenaram vigorosamente a atitude soviética. Por fim, vendo a opinião mundial fortemente voltada contra ela, a Rússia retirou as tropas que enviara para proteger o movimento separatista no Azerbajã. Nesse entrementes, a proclamação da Doutrina Truman havia provocado o furor dos líderes soviéticos. Os estadistas ocidentais foram acusados de conspirar sordidamente para forçar a Rússia à guerra, na esperança de poderem vencê-la com armas atômicas e depois repartir o mundo entre si de acordo com as suas conveniências.

Em 1947-48 a guerra fria entre a Rússia e as democracias entrou num novo período de culminância. Em junho de 1947 uma minoria comunista apoderou-se do governo na Hungria e colocou aquele estado em íntima aliança com a União Soviética. Em setembro, dois componentes do Politburo de Moscou, em companhia de potentados comunistas da Rumânia, Bulgária, Iugoslávia, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, França e Itália, realizaram uma reunião secreta na Polônia e fundaram a Agência Comunista de Informações, ou Cominform, como não tardou a ser conhecida. O nome era uma camuflagem, pois não se tratava de uma agência de informações mas de uma união de todos os partidos comunistas importantes da Europa com o fim de combater o "imperialismo dos Estados Unidos". Dirigia-se especialmente contra o Plano Marshall. Um fato muito mais sensacional foi a tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia, em fevereiro de 1948. Aos cidadãos dos países ocidentais esse acontecimento lembrou com demasiada vividez os métodos

empregados por Hitler na década de 1930. Dizia-se agora, abertamente, que Stalin não era melhor do que Hitler e talvez fosse ainda pior. Um membro do gabinete norte-amerieano asseverou que o comunismo russo era uma ameaça muito maior do que tinha sido o nazismo alemão. Jan Christian Smuts, o eminente estadista e general sul-africano, exprimiu a opinião de que seria preferível o conflito armado a continuarem as potências ocidentais a tolerar o revoltante sistema da Rússia.
Uma crise ainda mais séria teve início durante o verão e o outono de 1948. Na primavera desse ano o governo dos Estados Unidos havia traçado planos para unir as zonas norte-americana, britânica e francesa da Alemanha num único estado alemão ocidental. Também se pensara em organizar uma União Européia Ocidental (originalmente um projeto britânico), a qual seria formada da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, com o apoio militar dos Estados Unidos. A Rússia respondeu a esses planos tentando expelir as potências ocidentais de Berlim. Tratava-se de uma questão fundamental: a de quem controlaria a Alemanha. O governo dos Estados Unidos parecia estar convencido de que a recuperação da Europa não se podia levar a cabo com êxito sem o desenvolvimento e a utilização dos recursos do Ruhr e de outras áreas da Alemanha ocidental. Além disso, um forte estado alemão ocidental seria um baluarte contra a expansão da Rússia. Os Sovietes estavam decididos a impedir a organização de um estado compacto no oeste da Alemanha sob os auspícios anglo-americanos. Temiam o poder de atração que esse estado teria sobre a zona oriental por eles controlada. Ajunte-se a isso que, do ponto de vista russo, havia sempre o perigo de ser ele transformado em base de operações para um ataque ao território soviético. Tanto para o Ocidente como para o Oriente a Alemanha era a chave do controle da Europa e, para ambas as partes, controle da Europa era sinônimo de segurança. O bloqueio soviético de Berlim acabou por ser afrouxado, mas a luta pela Alemanha continuou e a cortina que separava o oriente do Ocidente cerrou-se com mais força do que nunca.
Oito anos após o término da guerra, era ainda difícil sondar os objetivos da política estrangeira russa. Sustentavam muitos observadores que o alvo visado pelos Sovietes era nada menos que a conquista do mundo. Em defesa da sua tese, podiam citar a famosa asserção de Lenin:
“é inconcebível que a república soviética continue por muito tempo a existir lado à lado com os estados imperialistas”. Podiam também citar Stalin, para

quem a fase final do socialismo na Rússia não poderia ser atingida enquanto não se estabelecessem governos proletários em pelo menos vários outros países. Podiam, outrossim, apontar a declaração do ditador russo, feita em 1926: "o poder soviético, e só o poder soviético, é capaz de arrancar o exército ao comando burguês e transformá-lo, de um instrumento de opressão do povo, num instrumento para libertar o povo do jugo da burguesia, tanto interior como exterior". O deflagrar da guerra na Coréia, em 25 de junho de 1950, pareceu confirmar esse modo de ver. Para a maioria dos ocidentais, tratava-se de evidente extensão da guerra fria sob a forma de conflito armado. A luta começou de súbito, quando tropas procedentes da parte setentrional do país, dominada pelos russos, atravessaram o paralelo 38° para atacar a república não-comunista da Coréia Meridional. Por instigação dos Estados Unidos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a invasão como uma "agressão armada" em franco menosprezo aos interesses e à autoridade das Nações Unidas e intimou os coreanos do norte a que cessassem as hostilidades e retirassem as suas tropas. Os invasores não atenderam à injunção. Dois dias após o ataque, o presidente Truman anunciou que estava enviando auxílio armado aos coreanos do sul. A 7 de julho o Conselho de Segurança autorizou os Estados Unidos a criarem um comando único para as forças das Nações Unidas na Coréia. Pouco tempo depois as tropas norte-americanas entraram em ação, numa vã tentativa de sustar a invasão vermelha. Fracas pelo número e desprovidas de equipamento pesado. Foram pouco a pouco encantoadas numa pequena área em redor do porto de Pusan, próximo à extremidade da península. Ali reuniram forças para uma contraofensiva. Tão bem sucedidos foram dessa vez os seus esforços que repeliram os coreanos do norte para além do paralelo 38°, tomaram-lhes a capital, Pyongyang, e puseram-se a avançar rapidamente em direção ao rio Yalu. Nos fins de outubro o general Douglas MacArthur, comandante das Nações Unidas, anunciou que a guerra se aproximava do fim e que a vitória completa das Nações Unidas era apenas questão de dias. Esses sonhos foram rudemente desfeitos quando os exércitos de MacArthur encontraram pela frente gigantescas forças da China comunista que tinham vindo em socorro dos coreanos do norte. Dentro em pouco os opositores da agressão estavam novamente recuando para o sul. Ao findar o ano de 1950 haviam perdido mais de metade do território conquistado durante a contra-ofensiva.

A partir de então os dois contendores se alternaram nas retiradas e ofensivas, mas na primavera de 1951 a guerra havia alcançado um ponto morto, com a linha de batalha quase estabilizada um pouco ao norte do paralelo 38°. Em junho desse ano os comunistas fizeram nascer esperanças de uma conclusão próxima do conflito, ao proporem negociações para um armistício. Durante mais de um ano os delegados de ambas as partes beligerantes lutaram por chegar a um acordo. A. principal pedra de tropeço era a repatriação dos prisioneiros. Exigiam os comunistas que todos os prisioneiros fossem devolvidos imediatamente aos respectivos países de origem, sem que os seus desejos fossem levados em conta. O governo dos Estados Unidos insistia em que a repatriação fosse voluntária, alegando que seria um crime internacional forçar comunistas convertidos a voltar para a Coréia do Norte ou a China, onde seriam certamente fuzilados como traidores. Em outubro de 1952, ao cabo de mais de cem sessões, os representantes dos Estados Unidos suspenderam as negociações do armistício.

As esperanças da terminação da guerra e de uma reconciliação entre Oriente e Ocidente reviveram de súbito em março de 1953, quando José Stalin, ditador da União Soviética pelo espaço de 29 anos, sucumbiu a um ataque cerebral e foi ocupar o seu lugar ao lado de Lenin num mausoléu de mármore junto as muralhas do Kremlin. Foi sucedido dentro de 24 horas por Jorge Malenkov, figura dominante nos quadros do partido. Gordo, oleoso, astuto e fleumático, Malenkov mostrou o desejo de modificar certas orientações políticas do seu antecessor. Talvez receasse pela estabilidade do novo regime e julgasse necessário aplacar os descontentes, ou talvez percebesse com mais nitidez do que Stalin que a guerra da Coréia poderia envolver a Rússia, como aliada da China, num conflito mortal com os Estados Unidos. Fosse como fosse, pouco após a sua elevação ao poder anunciou extensas reduções nos preços dos bens ao consumidor e cancelou as acusações feitas contra quinze médicos judeus, de terem tramado a morte de várias autoridades soviéticas. Mais significativa ainda foi a sua declaração, num discurso pronunciado em Moscou, de que não havia, entre a Rússia e qualquer outro país, nenhuma disputa ou questão que não pudesse ser resolvida “por acordo mútuo dos países interessados”. Em harmonia com essa declaração, endossou a proposta do ministro do Exterior da China no sentido de que todos os prisioneiros da guerra da Coréia que

"insistissem na repatriação" fossem devolvidos imediatamente e que os outros fossem "confiados" a uma nação neutra. Pouco depois a Rússia surpreendeu o mundo ao apoiar, com os seus satélites, uma resolução das Nações Unidas que exprimia a esperança de uma rápida terminação do conflito coreano. Esses indícios de uma aparente mudança de política frutificaram por fim num armistício assinado pelos representantes da China, da Coréia do Norte e dos Estados Unidos em julho de 1953. A organização de uma conferência para redigir o acordo oficial de paz foi deixada à determinação da Assembléia Geral das Nações Unidas.

5. NACIONALISMO VERSUS INTERNACIONALISMO

O nacionalismo lucrou e perdeu ao mesmo tempo em resultado da Segunda Guerra Mundial. Ganhou terreno, incontestavelmente, durante a longa noite da ocupação da maior parte da Europa pelos nazistas, quando se organizaram movimentos de resistência em países tais como a França, a Iugoslávia, a Holanda, a Polônia e a Grécia. Esses movimentos funcionavam quase que inteiramente às esconsas, e embora os seus métodos não fossem os sancionados pela guerra "ortodoxa", instilaram nova coragem e a esperança da libertação em povos que se achavam sob o tacão de um conquistador estrangeiro. Nos anos que se seguiram imediatamente à guerra o nacionalismo marcou uma vitória na Índia, à qual foi concedido em 1947 o direito à independência, conquanto as suas províncias muçulmanas (o Paquistão) tivessem decidido continuar como um domínio autônomo dentro da Comunidade Britânica de Nações. Em 1949 as províncias hindus constituíram-se em República da Índia, resolvendo igualmente permanecer como membro da Comunidade de Nações, mas com omissão da palavra "Britânica". O reconhecimento, pelas Nações Unidas, do novo estado de Israel na Palestina pode também ser considerado uma vitória para o nacionalismo, apesar das dificuldades que lhe estavam reservadas por causa da oposição dos árabes à existência de qualquer estado judaico na terra dos antigos hebreus. Finalmente, o nacionalismo conquistou um triunfo nas Índias Orientais Holandesas, onde os nativos, principalmente na ilha de Java, se revoltaram contra o domínio batavo e proclamaram a República da Indonésia. Vale a pena acentuar que o

nacionalismo, em quase todos esses casos, se assemelhava mais à forma que havia assumido no começo do século XIX do que aos nacionalismos de tipo mais recente. Em outras palavras, era antes um ideal libertador e democrático do que um culto do poder nacional.

FOCOS DE PERIGO NO EXTREMO ORIENTE

Países aliados dos Estados-Unidos
Outras áreas não-comunistas
Áreas comunistas
Bases militares norte americanas

Em certas regiões do mundo, no entanto, o nacionalismo parecia, em resultado da guerra, ser uma força menos poderosa do que tinha sido antes de 1939. Tal se afigurava ser a situação na Alemanha, na Itália, na Grã-Bretanha, na Bélgica, na Holanda e mesmo, em grau considerável, na França. Talvez a desilusão causada pelos frutos do nacionalismo fosse mais profunda entre esses povos do que alhures. Talvez tivessem chegado a compreender que os seus dias de grandeza como nações estavam terminados. A velha Europa, que esses países haviam dominado por tanto tempo, sofrera um eclipse e o futuro parecia pertencer às potências "periféricas" — à Rússia, aos Estados Unidos e talvez à Índia. Entre as nações importantes da Europa Ocidental só uma havia alcançado, nos fins de 1947, níveis de produção tão altos quanto os que prevaleciam dez anos atrás. Na Alemanha esses níveis montavam apenas a 50% aproximadamente e, na Europa Ocidental em conjunto, a uns escassos quatro quintos. Concentrando-se na produção de mercadorias para exportação, a Grã-Bretanha lograra tornar-se uma exceção à regra. Entretanto, a sua situação econômica estava longe de ser satisfatória. A fim de atender às despesas da guerra tivera de sacrificar cerca de 80% dos seus investimentos no estrangeiro, de forma que os rendimentos provindos dessa fonte outrora lucrativa baixaram consideravelmente. Para comprar alimentos era-lhe preciso aumentar as suas exportações muito acima dos níveis de pré-guerra, ou então depender de empréstimos norte-americanos. Infelizmente, a primeira dessas alternativas era quase excluída pelo fato de se ter tornado obsoleta uma boa parte do equipamento industrial britânico. O nacionalismo teve de recuar também ante a expansão do sentimento internacionalista durante e após a guerra. Enquanto prosseguia a luta tornou-se quase universal a convicção de que era preciso estabelecer uma nova forma de organização internacional para tomar o lugar da defunta Liga das Nações. A idéia foi incorporada à Carta do Atlântico, que pedia a criação de "um sistema permanente de segurança geral". Finalmente, na reunião dos Três Grandes realizada em Ialta no mês de fevereiro de 1945, resolveu-se convocar para 25 de abril, em São Francisco, uma conferência de todas as Nações Unidas, a qual ficaria encarregada de completar os planos de uma organização mundial. A despeito da morte trágica do presidente Roosevelt duas semanas antes, a conferência reuniu-se na data designada. A 26 de junho foi assinada a carta de uma organização que se

chamaria as Nações Unidas e teria por base o princípio da “igualdade soberana de todos os estados amigos da paz”. Seus órgãos mais importantes seriam: 1) uma Assembléia Geral composta de representantes de todos os estados iomponentes; 2) um Conselho de Segurança, composto de representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Rússia, da China e da França com assentos permanentes e de seis outros estados escolhidos pela Assembléia Geral para preencher os assentos não-permanentes; 3) um Secretariado, constituído por um Secretário Geral e pelos seus subordinados; 4) um Conselho Social e Econômico, composto de 18 membros escolhidos pela Assembléia Geral; 5) um Conselho de Mandatos, e 6) um Tribunal Internacional de Justiça.

A Carta adotada em São Francisco continha um programa para promover a paz mundial, programa que ninguém reputava perfeito mas que quase todos esperavam fosse eficaz. As mais importantes de todas as funções da nova organização são atribuídas pela Carta ao Conselho de Segurança. Cabe a este órgão a "responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais". Tem ele autoridade para investigar quaisquer disputas entre nações, recomendar métodos para que se chegue a um entendimento e, se tal for necessário para a preservação da paz, empregar

medidas diplomáticas ou econômicas contra os agressores. Se, a seu juízo, essas medidas se revelarem ou possam revelar-se ineficazes, poderá "tomar a iniciativa da ação por meio de forças aéreas, navais ou terrestres" que se fizer necessária para manter ou restaurar a ordem internacional. Prescreve a Carta aos estados componentes que ponham à disposição do Conselho de Segurança, por solicitação deste, as forças armadas para a manutenção da paz e mantenham em prontidão contingentes de força aérea nacional para o uso imediato do Conselho em casos urgentes.

A despeito dos grandes poderes em que se investia o Conselho de Segurança, estava este organizado de maneira a conferir quase que um monopólio de autoridade aos seus membros permanentes. Era crença dos Três Grandes que se reuniram em Ialta, e em especial do presidente Roosevelt, que a paz mundial dependia da harmonia entre as principais potências vencedoras da guerra. Consequentemente, determinaram que quando fosse instituído o Conselho de Segurança nenhuma iniciativa de qualquer espécie poderia ser tomada sem o consentimento unânime da Grã-Bretanha, da França, dos Estados Unidos, da China, da União Soviética e de dois outros membros mais. A própria Carta das Nações Unidas não poderia ser modificada sem a aprovação de todos os membros permanentes. Esse poder de veto absoluto conferido a cada um dos estados principais não teve de modo algum os efeitos que se esperavam dele. Ao invés de fortalecer a paz mundial, seu resultado precípuo foi paralisar a ONU e torná-la impotente em face de emergências. A causa principal foi a crescente desconfiança entre a Rússia Soviética e o Ocidente. Cada uma das partes tem-se oposto às exigências da outra com respeito ao desarmamento, ao controle da energia atômica e à admissão de novos estados. Pelas alturas de 1953 a Rússia tinha exercido nada menos de 57 vezes o seu poder de veto no Conselho de Segurança. Se bem que os Estados Unidos não se utilizassem do veto, não lhes fora difícil encontrar outros meios de exprimir a sua oposição — como, por exemplo, o de não permitir que determinados tópicos fossem incluídos na agenda. Só o feliz acidente de estar a Rússia boicotando na ocasião a ONU, por causa da recusa desta a destituir o representante do governo de Chiang Kai-shek, tornou possível adotar-se a resolução que condenava a invasão da Coréia do Sul pelos comunistas a 25 de junho de 1950.

Em confronto com os poderes do Conselho, a autoridade da maioria dos outros órgãos da ONU é bastante limitada. A Assembléia Geral destinava-se originalmente a ser sobretudo um corpo consultivo. Podia iniciar estudos, fazer recomendações e chamar a atenção do Conselho para situações capazes de pôr a paz em perigo. Fora planejada como um lugar onde as pequenas nações poderiam ventilar as suas queixas, enquanto as grandes potências, no Conselho de Segurança, governariam o mundo. Não lhe era permitido sequer fazer recomendações a respeito de qualquer disputa que estivesse sendo considerada na ocasião pelo Conselho. No verão de 1950, porém, a Assembléia Geral tomou certas medidas para remediar essas deficiências. Adotou uma série de resoluções segundo as quais, no caso de um veto impedir o Conselho de Segurança de cumprir a sua missão repressora de agressões, a Assembléia Geral pode reunir-se numa sessão de emergência dentro do prazo de vinte e quatro horas, quer por solicitação de sete membros do Conselho de Segurança, quer da maioria dos membros das Nações Unidas. A Assembléia tem então o poder de recomendar a ação coletiva por parte da estados componentes, inclusive o uso da força. Em outubro de 1950 essas resoluções foram adotadas por enorme maioria de votos na Assembléia, manifestando-se em contrário unicamente a União Soviética e os seus satélites. Os órgãos restantes da ONU têm uma grande variedade de funções. O Secretariado, composto de um Secretário Geral e de um pessoal numeroso, tem uma autoridade sobretudo administrativa. O seu trabalho, todavia, não é de simples rotina, pois o Secretário Geral pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, na sua opinião, possa ameaçar a paz internacional. O Conselho de Mandatos supervisiona todos os territórios que não têm governo autônomo, sendo administrados diretamente por várias nações sob a autoridade da ONU. As funções do Conselho Econômico e Social são as mais variadas de todas. Composto de dezoito membros eleitos pela Assembléia Geral, tem autoridade para iniciar estudos e fazer recomendações sobre assuntos internacionais de ordem social, econômica, higiênica, educacional, cultural e afins, podendo desempenhar missões dentro desses campos a pedido de membros das Nações Unidas. Sob a sua jurisdição encontram-se órgãos especializados como sejam os seguintes: a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), cuja finalidade é incrementar a cooperação internacional através da educação, da ciência e da

cultura “a fim de promover o respeito à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos”; a Organização Mundial de Saúde (WHO), que se empenha em dominar as epidemias e em ajudar as nações atrasadas a eliminar a cólera, o tifo e as doenças venéreas, bem assim como em melhorar os padrões de saúde e de higiene; e a Organização Alimentar e Agrícola (FAO), que procura aumentar a produção de alimentos encontrando remédios para as crises da agricultura, para as doenças dos animais e das plantas e as pragas de insetos, e formulando planos para a mecanização das pequenas fazendas e uma distribuição mais eficiente dos gêneros alimentícios.
As realizações da ONU durante os seus primeiros oito anos de existência compunham um quadro modestamente impressivo. Tinha induzido a Rússia Soviética a retirar as suas tropas do Irã e libertara a Síria e o Líbano da tutela dos franceses e ingleses. Nomeara uma comissão para investigar a infiltração de comunistas estrangeiros na Grécia. Pusera fim a uma sangrenta guerra entre forças holandesas e nativas na Indonésia. Tinha levado os ingleses a aquiescer na repartição da Palestina e persuadido os beligerantes judeus e árabes a firmarem uma trégua. Contribuíra para estabelecer um acordo entre a Índia e o Paquistão, impedindo assim que cerca de 400 milhões de pessoas destinada a “conter” o poder soviético. Tal era a opinião do presidente Truman e dos seus conselheiros norte-americanos, os quais completamente nos seus esforços para estabelecer o controle das armas atômicas. A despeito das disposições expressas do Artigo 26 da Carta, nada fizeram no sentido de obter uma redução geral dos armamentos. Também não conseguiram afastar o crescente atrito entre a Rússia e os Estados Unidos, uma nítida ameaça à paz internacional, assim como não puderam sequer impedir uma renovação parcial da luta na Palestina, em plena vigência do armistício. Deve-se observar, contudo, que nem todos esses malogros são atribuíveis a deficiências da ONU. Muitos deles se deveram à atmosfera de suspeita e desconfiança que prevalecia entre a Rússia e os seus adversários ocidentais. Cada uma das partes receava que a outra conquistasse alguma vantagem se a ONU tomasse uma iniciativa enérgica para impedir ou terminar uma guerra. Exemplo notável disso foi a relutância dos Estados Unidos em aprovar a aplicação de sanções militares no conflito palestiniano, no temor de que os Sovietes aproveitassem a oportunidade para se firmarem no Oriente Próximo.

À luz das condições vigorantes após a Segunda Guerra Mundial, era talvez inevitável que o internacionalismo assumisse uma variedade de formas. Alguns observadores circunspectos criticavam as Nações Unidas como uma simples réplica da velha Liga das Nações, que fora oficialmente dissolvida numa sessão final realizada em Genebra no dia 18 de abril de 1946. Dizia-se que ambas eram ligas de governos e não federações de povos. Os que assim pensavam reclamavam nada menos que uma república federal mundial, semelhante na estrutura aos Estados Unidos, com uma autêntica transferência dos poderes de soberania para um governo central. Acreditavam que o governo dessa república deveria incluir não apenas um tribunal para julgar disputas e um executivo mundial com autoridade para exercer funções policiais, mas acima de tudo um parlamento mundial que representasse os povos ao invés dos governos e fosse capaz de promulgar leis com aplicação direta aos indivíduos. Não se pretendia que as funções do estado mundial preterissem inteiramente as dos governos nacionais. Pelo contrário, somente seriam transferidos para a autoridade central poderes soberanos tais como o controle dos armamentos, das tarifas e das áreas coloniais; o resto ficaria reservado às autoridades nacionais.
Estadistas e publicistas menos imbuídos de idealismo apegavam-se à crença de que a Organização das Nações Unidas devia ser complementada por alianças militares e políticas. Convencidos de que a Rússia visava a conquista do mundo, a única coisa viável para eles era uma combinação de forças destinada a "conter" o poder soviético. Tal era a opinião do presidente Truman e dos seus conselheiros norte-americanos, os quais parecem ter catequizado a maioria dos governos da região do Atlântico.
Fosse como fosse, em abril de 1949 os representantes do Canadá, Dinamarca, Portugal, Islândia, Grã-Bretanha, França, Itália, Holanda, Noruega, Bélgica, Luxemburgo e Estados Unidos assinaram um acordo em virtude do qual era fundada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Posteriormente, a Grécia e a Turquia vieram aumentar o número de membros e a Alemanha Ocidental foi também convidada a associar-se.
Os propósitos da organização, segundo se declarava, eram proteger "a liberdade, a herança comum e a civilização" dos povos do Atlântico e prover a estabilidade e o bem-estar dessa região do globo. A agressão armada contra qualquer das partes signatárias seria encarada como uma agressão a todas elas e revidada por uma combinação de forças armadas, na

extensão necessária para repelir o agressor. Numa conferência realizada em Lisboa, em fevereiro de 1952, os membros da NATO resolveram criar uma organização permanente, com um Conselho, um Secretariado e uma sede permanente em Paris. Decidiu-se também que o comando militar conjunto, ou exército da NATO, criado em 1950, fosse aumentado de trinta para cinquenta divisões em 1953, e que a Alemanha Ocidental fosse rearmada e convidada a contribuir com doze divisões. Esperava-se que assim a NATO ficasse pronta para enfrentar qualquer emergência resultante da política expansionista da Rússia Soviética.

Pode-se dizer que o internacionalismo fez também alguns progressos dentro de uma escala geográfica mais limitada. Cerca de 1950, Robert Schuman, ministro francês das Relações Exteriores, concebeu a idéia de submeter a uma autoridade supranacional as indústrias do carvão, do ferro e do aço da Europa Ocidental. Seriam abolidas todas as barreiras tarifárias e outras restrições internacionais. Cada uma das indústrias, fosse ela de que país fosse, teria acesso igual aos mercados e às fontes de matérias-primas. O plano oferecia também a vantagem de impedir que as indústrias do Ruhr fossem jamais usadas como alicerce do imperialismo alemão. Ao cabo de meses de negociações a França, a Alemanha Ocidental, E Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo e a Itália concordaram com o plano, que começou a vigorar em agosto de 1952. Oficialmente conhecido como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, representava um passo significativo na longa e difícil estrada para uma federação européia. Tão confiantes estavam os seus líderes na importância do projeto que passaram quase imediatamente a estudar a constituição de uma união da Europa Ocidental. Traçaram um plano que incluía um conselho executivo, um parlamento de duas câmaras, um poder judiciário e uma comissão de ministros nacionais para proteger a soberania dos estados componentes. Havia grandes esperanças de que as nações envolvidas não tardassem a ratificar a constituição, mas surgiram obstáculos formidáveis, não se contando entre os menores o fato de que o plano havia amadurecido nos cérebros de juristas e estadistas e tinha pouco apoio no espírito popular. Com efeito, em certos meios havia uma forte oposição contra qualquer programa que pudesse aumentar as possibilidades de interferência norte-americana nos negócios europeus. Cansados de guerras e ameaças de guerra, numerosos elementos da população dos países continentais condenavam as exigências de alianças européias e de um

exército europeu por parte dos Estados Unidos, alegando que tais coisas tornariam quase inevitável a guerra com a União Soviética. Adotando o lema “Paz, independência e pão”, esses elementos tornaram-se bastante poderosos para vencer uma eleição na Itália em 1953 e exercer positiva influência sobre as políticas da França e da Grã-Bretanha.

CAPÍTULO 32

Cultura contemporânea (1918-1953)

Os últimos quatro capítulos descreveram um caótico desenrolar de acontecimentos na esfera política e econômica durante os trinta e cinco anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, período que parecia ser um dos mais críticos desde a Revolução Protestante. Instituições e ideais que se diria quase inexpugnáveis foram arrancados dos seus alicerces e ameaçados de destruição. Democracia, liberalismo, racionalismo e individualismo estiveram a ponto de sucumbir diante da onda devastadora da barbárie irracional. As diretrizes culturais não podiam deixar de refletir essas tendências políticas e económicas. Era de esperar, portanto, que a filosofia, a literatura e as artes se caracterizassem pelo pessimismo e pela desorientação, acompanhados em alguns casos pelo desespero e em outros pela ardente procura de uma via de escape. Ao mesmo tempo, deve-se acentuar que certas influências culturais foram, em si mesmas, parcialmente responsáveis pelo caos predominante. Algumas teorias científicas, por exemplo, tendiam a debilitar a confiança na razão como meio de adquirir conhecimento. Mais grave ainda era a influência de certos ideólogos que desenvolveram um culto do irracional, negaram a possibilidade da democracia e justificaram o regime da força.

1. PROGRESSOS REVOLUCIONÁRIOS DA CIÊNCIA

Os fundamentos da ciência contemporânea foram lançados, em sua maior parte, nos fins do século XIX e nos começos do nosso. Foi durante esse período que se passou a conceber o átomo como um sistema solar em miniatura ao invés de uma partícula sólida, que foi descoberto o fenômeno da radioatividade, que se desacreditou a hipótese do éter e se demonstrou a relatividade do tempo e do espaço. Foi durante o mesmo período que se

fundou a psicanálise, que a teoria microbiana das doenças obteve plena confirmação e se formularam as leis da hereditariedade. O desenvolvimento científico de 1918 a 1953 distinguiu-se por inovações igualmente revolucionárias, e nenhuma o foi mais do que as que se verificaram na física. Pelas alturas de 1953 tinha-se descoberto que a concepção do mundo subatômico como um sistema solar em miniatura era demasiadamente simples. Sabia-se, agora, que o átomo contém não somente prótons com carga positiva e eléctrons com carga negativa, mas também pósitrons, ou eléctrons carregados positivamente, nêutrons sem carga elétrica e mésons, que podem ser negativos ou positivos. Descobriuse que os mésons não existem apenas no interior do átomo (durante o tempo aproximado de dois milionésimos de segundo), mas são elementos importantes dos raios cósmicos que bombardeiam constantemente a terra, vindos de algum ponto do espaço. Uma hipótese recente admite a existência de um méson neutro, com uma "vida" de apenas um centésimosextilionésimo de segundo, mas que, ao se desintegrar, converte-se na energia que sustenta o universo.
Já antes do descobrimento dos nêutrons, pósitrons e mésons o mundo interior do átomo deixara de ser, para muitos cientistas, um mundo cujos atos pudessem ser previstos com base em leis naturais. Em 1927 o físico alemão Werner von Heisenberg formulou o famoso princípio de indeterminação, firmado no descobrimento de que os eléctrons, individualmente, não parecem seguir nenhuma lei definida de causa e efeito, mas saltam de uma órbita para outra sem motivo aparente. Concluiu daí que o velho princípio mecanicista de causalidade universal deixava de ter validez absoluta, e afirmou que era impossível prever com certeza os fenômenos do mundo subatômico, mas que estes podiam ser estudados do ponto de vista da probabilidade, mais ou menos como fazem as companhias de seguros ao compilar as suas estatísticas atuariais, levando em conta milhões de pessoas. Com a aceitação gradual desta hipótese o átomo reduziu-se a uma espécie de "abstração sem lei" de que é quase impossível formar uma imagem mental.

Explosão experimental de uma bomba atômica subaquática na laguna de Bikini, a 25 de julho de 1946. O jôrro de espuma e de vapor elevou-se a uma altura de cinco quilômetros e tornou a cair na laguna sob a forma de uma chuva radioativa. A "haste" do gigantesco "cogumelo" mede oitocentos metros de diâmetro. Imagine-se o efeito de uma explosão dessas no pôrto de uma grande cidade! (Associated Press.)

A ERA ATÔMICA

O ciclotrônio, ou máquina desintegradora de átomos, da Universidade da Califórnia, um dos maiores e mais poderosos do mundo. (University News Service, University of California.)

UM MUNDO SÓ OU DOIS?

Sede das Nações Unidas, em Nova York. O edifício baixo do primeiro plano é o salão da assembléia geral. Atrás dêle vê-se o edifício do secretariado, com quarenta andares. (Unations.)

A "ponte aérea" em Berlim. Em 1948, em resultado de uma disputa em tôrno da Alemanha, as fôrças de ocupação russas iniciaram um bloqueio de Berlim. Os Estados Unidos e a Inglaterra procuraram romper o bloqueio mediante um sistema de transporte aéreo de alimentos e materiais de importância vital para a cidade. (Wide World.)

Alguns dos desenvolvimentos da física que apontamos acima contribuíram para tornar possível um dos feitos mais espetaculares da história da ciência: a desintegração do átomo a fim de libertar a energia nele contida. Desde que se tornou conhecido que o átomo se compõe primariamente de energia elétrica, os físicos vinham sonhando desacorrentar essa força tremenda e

colocá-la à disposição do homem. Já em 1905 o Dr. Einstein convencera-se de que massa e energia são equivalentes e deduzira uma fórmula para converter uma na outra, fórmula essa que ele expressou da maneira que segue: E = mcz. E representa a energia em ergs, m a massa em gramas e c a velocidade da luz em centímetros por segundo. Em outras palavras, a quantidade de energia represada no átomo é igual à massa multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz. Mas nenhuma aplicação prática dessa fórmula se tornou possível antes do descobrimento do nêutron por Sir James Chadwick, em 1932. Não possuindo nenhuma carga elétrica, o nêutron é uma arma ideal para bombardear o átomo. Nem é repelido pelos prótons carregados positivamente, nem absorvido pelos eléctrons negativamente carregados. Além disso, durante o bombardeio ele produz mais nêutrons, que atingem outros átomos, fazendo com que estes por sua vez se desintegrem e criem novos nêutrons. Destarte a reação original se repete numa série quase infinita.
Em 1939 dois físicos alemães, Otto Hahn e F. Strassmann, conseguiram desintegrar átomos de urânio bombardeando-os com nêutrons. A reação inicial produzia uma cadeia de reacões, mais ou menos como uma chama que ao queimar a beira de uma folha de papel, eleva a temperatura das partes adjacentes deste o suficiente para que elas se inflamem. O potencial dos nêutrons empregados na desintegração era de apenas 1/30 de volt, enquanto o potencial libertado era de 200 milhões de volts. Não tardou a saber-se que nem todas as formas de urânio têm o mesmo valor como produtoras de energia. Só o isótopo 235, que constitui uma minúscula fração do urânio natural, é que se desintegra ao ser bombardeado com nêutrons. O urânio 238, que abrange mais de 99% do suprimento mundial, absorve os nêutrons e transforma-se em netúnio ou plutônio. Este último, no entanto, comportase de maneira muito semelhante ao urânio 235, isto é: desintegra-se e liberta grandes quantidades de energia. De então para cá tornou-se prática habitual fabricar plutônio num aparelho conhecido como pilha atômica, em que grandes quantidades de urânio 238 são expostas aos nêutrons procedentes do urânio 235. O fato de o primeiro uso a fazer-se do conhecimento da desintegração do átomo ter sido a preparação de uma bomba atômica fornece uma triste ilustração do que é a civilização moderna. A devastadora arma foi criação de uma constelação de cientistas a trabalhar para o Departamento de Guerra dos Estados Unidos. Alguns deles

eram físicos que tinham sido exilados pela tirania nazista ou fascista. Pelas alturas de 1945 a obra desse grupo tinha sido completada e em julho do mesmo ano fêz-se explodir a primeira bomba atômica, numa experiência conduzida no deserto do Novo-México, próximo ao laboratório do Departamento de Guerra sediado em Los Álamos. Em 6 de agosto a primeira bomba atômica a ser usada na guerra foi lançada sobre a cidade japonesa de Hiroshima. Nagasaki serviu de alvo à segunda bomba, em 9 de agosto. Os efeitos mortíferos da nova arma eram quase inacreditáveis. Calculou-se que uma única bomba tinha a força explosiva de 20.000 toneladas de TNT. Mais de 100.000 pessoas foram mortas nas duas cidades, extensas porções das quais desapareceram literalmente do mapa. O homem conquistara por fim o domínio da substância básica do universo, mas ninguém podia garantir que ele não tivesse criado um monstro de Frankenstein que acabaria por destruí-lo. Indagava-se amargamente o que aconteceria no futuro, quando a capacidade de produzir bombas atômicas deixasse de ser um monopólio dos anglo-americanos. Bsse monopólio findou no outono de 1949, quando a U.R.S.S., segundo provas obtidas pelo governo dos Estados Unidos, fez explodir uma bomba atômica. Ainda mais inquietantes foram as mal-veladas sugestões a respeito de uma bomba de hidrogênio, contidas nos anúncios de experiências publicados pela Comissão Norte-Americana de Energia Atômica em novembro de 1952. As experiências foram conduzidas no atol de Eniwetok, no Pacífico meridional, e, de acordo com os relatórios, uma ilha inteira desapareceu após arder em chamas durante várias horas. A bomba de hidrogênio, ou bomba H, baseia-se na fusão dos átomos de hidrogênio, processo que exige o enorme calor gerado pela desintegração dos átomos de urânio para desencadear a reação. A fusão resulta na produção de um novo elemento, o hélio, o qual pesa menos do que o total dos átomos de hidrogênio. A energia "livre" restante constitui a tremenda força explosiva da bomba H. Calcula-se que esta possua uma força equivalente a cinco milhões de toneladas de TNT, ou seja 250 vezes o poder das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Em 1953, tanto a Rússia como os Estados Unidos haviam realizado explosões experimentais de bombas de hidrogênio.

Durante o período posterior à Primeira Guerra Mundial também ee registraram notáveis progressos das ciências biológicas. Um dos mais importantes foi o descobrimento dos vírus ultramicroscópicos. São estes

organismos tão pequenos que atravessam os filtros comuns. Só por meio de filtros especiais, feitos de películas de colódio, ou pelo emprego de microscópios ultravioletas ou eletrônicos e que se lhes pode perceber a presença. São causa de uma multidão de temíveis doenças, como a varíola, o sarampo, a paralisia infantil, a gripe, a raiva, a febre amarela e o resfriado comum. Ninguém soube dizer ainda se eles devem ser classificados como seres vivos ou inanimados. Sob certos pontos de vista parecem ter as propriedades das criaturas vivas, inclusive a capacidade de reproduzir-se. Mas estão na dependência completa dos seus hóspedes vivos e permanecem inteiramente inativos quando não estão em contato com um tecido vivo. Parecem ocupar uma espécie de estágio intermediário entre o inundo orgânico e o inorgânico e são por vezes denominados "a ponte entre a vida e a morte". Talvez Aristóteles tivesse razão quando escreveu, há mais de vinte e dois séculos: "A natureza passa do reino inanimado ao animado por uma transição tão gradual que os limites que os separam são indistintos e duvidosos." De tempos a tempos, a história da medicina tem registrado descobrimentos dos quais se pode dizer sem exagero que marcaram época, pois abriram novas e muito maiores possibilidades para a eliminação das doenças. Um exemplo disso foi o descobrimento da vacina contra a varíola por Sir Edward Jenner, em 1796. Um outro foi o desenvolvimento e a prova da teoria microbiana das doenças por Louis Pasteur e Robert Koch, cerca de 1881. Entre 1918 e 1953, uma série de descobrimentos dessa categoria lançou os fundamentos de uma nova era de progresso para a medicina. Em 1935 um alemão chamado Gerhard Domagk descobriu a primeira das sulfas, dando-lhe o nome de sulfanilamida. Não tardou que outras fossem acrescentadas à lista. Cada uma delas revelou ter efeitos maravilhosos na cura ou na prevenção de doenças tais como a febre reumática, a blenorragia, a escarlatina e a meningite. Cerca de 1930, Sir Alexander Fleming descreveu o primeiro dos antibióticos, o qual passou a ser conhecido como penicilina. Os antibióticos são agentes químicos produzidos por organismos vivos e dotados do poder de matar bactérias ou de sustarlhes a multiplicação. Muitos deles originam-se de bolores, cogumelos, algas e organismos simples que vivem no solo. Com o transcorrer dos anos veio a descobrir-se que a penicilina era uma espécie de droga milagrosa, com resultados espetaculares no tratamento da pneumonia, da sífilis, da peritonite, do tétano e de muitas outras doenças até então frequentemente

fatais. Por volta de 1940, o segundo dos mais famosos antibióticos — a estreptomicina - foi descoberto pelo Dr. Selman A. Waksman. A estreptomicina parece ser promissora acima de tudo no tratamento da tuberculose, embora tenha sido usada contra numerosas outras infecções que não cedem à penicilina, como sejam a peste bubônica e a tularemia ou febre do coelho. Outros antibióticos ainda são a neomicina, também descoberta pelo Dr, Waksman, a aureomicina, eficaz contra a febre das Montanhas Rochosas, e a cloromicetina, valiosa no tratamento do tifo e da febre tifóide.

Quase tão importante quanto o descobrimento de novas drogas foi o desenvolvimento dos meios de prevenção das doenças. Assumiram estes, em sua maior parte, a forma de inoculação ou de vacina. Um exemplo característico das primeiras foi o desenvolvimento da inoculação da gamaglobulina contra a poliomielite, ou paralisia infantil. Em localidades em que esta doença ameaçava tomar proporções de epidemia, milhares de crianças foram inoculadas, ao que parece com bons resultados. Em 1953 o Dr. Jonas E. Salk, da Universidade de Pittsburgh, descobriu um método de vacinação contra a mesma doença e os testes até agora efetuados oferecem boas perspectivas de êxito. Durante a Segunda Guerra Mundial aperfeiçoou-se um notável inseticida que parece acenar com a eliminação definitiva de dois dos mais antigos inimigos da humanidade, a malária e o tifo. Popularmente conhecido como DDT, destrói os piolhos e mosquitos que transmitem essas enfermidades. Estes últimos anos assistiram também ao desenvolvimento do processo de fluoretação para prevenir a cárie dentária nas crianças e jovens. Consiste ele no simples expediente de adicionar fluoreto de sódio à água das hidráulicas municipais. O progresso nestes e noutros ramos da medicina preventiva tem assumido tais proporções que alguns cientistas predizem, para um futuro relativamente próximo, a eliminação final e completa de todas as doenças infecciosas conhecidas pelo homem. Nenhum relato das conquistas da medicina durante o período que vai de 1918 a 1953 estaria completo sem pelo menos uma menção das seguintes: o desenvolvimento da insulina pelo cientista canadense Frederick Banting, para o tratamento da diabetes; o aperfeiçoamento da radioterapia e do uso da radioatividade no tratamento do câncer; o descobrimento de novos métodos de detecção do câncer pelo emprego do isótopos radioativos como “indicadores”; os processos técnicos

de conservação do sangue e do plasma sanguíneo para transfusões; a introdução do choque de insulina e do choque elétrico no tratamento de doenças mentais; o descobrimento de grande número de vitaminas novas; o desenvolvimento de hormônios sintéticos e o seu uso na restauração da saúde de pessoas de idade; o descobrimento da atabrina como substituto do quinino no tratamento da malária; e o desenvolvimento da medicina psicossomática, baseado na percepção da importância da ansiedade, do medo e de outros fatores psicológicos como causas de úlceras, asma, hipertensão arterial e doenças cardíacas. Em 1953, a humanidade deveria estar gozando saúde como nunca desde a aurora da medicina. É lícito duvidar, porém, que assim acontecesse, pois muitas partes do mundo continuavam a sofrer os efeitos da fome e da guerra. Para as crianças da Coréia, da Índia e do Oriente Próximo, que catavam o seu alimento nas latas de lixo ou viviam de um punhado de arroz por dia, o descobrimento de algum novo membro do complexo das vitaminas B pelos pesquisadores científicos faziam, sem dúvida, pouca diferença.

2. A FILOSOFIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A história da filosofia de 1918 a 1953 apresenta, em grande parte, um quadro de pessimismo e confusão. Para a maioria dos pensadores que viveram durante esse período, os acontecimentos que se desenrolavam em torno deles justificavam a mais profunda ansiedade. A Primeira Guerra Mundial afigurou-se o início de uma nova idade das trevas. Mais tarde, a onda crescente do fascismo e o mergulho num segundo conflito mundial pareceram deixar poucas esperanças de que a civilização viesse um dia a refazer-se. É verdade que poucos filósofos se abandonaram ao desespero, mas um número cada vez maior deles foi perdendo a confiança na capacidade do homem para salvar-se sem o apoio da autoridade ou o concurso de forças sobrenaturais. Aldous Huxley voltou-se para uma combinação de misticismo hindu e cristão. George Santayana fugiu enojado da América materialista e estabeleceu-se para o resto de seus dias no Convento das Irmãs Azuis, em Roma. Tornou-se cada vez mais indiferente aos esforços dos homens para resolver os seus problemas sociais e às grandes lutas intelectuais e políticas que se travavam em redor dele. Uma

mudança ainda mais espetacular de pontos de vista ocorreu no caso do filósofo inglês C. E. M. Joad. Agnóstico, advogado da poligamia e da eutanásia e autor do Juramento de Oxford, que proibia os seus signatários de jamais lutar, em quaisquer circunstâncias, pela pátria e pelo rei, Joad converteu-se, antes da sua morte em 1953, num firme adepto da doutrina do pecado original e num defensor da fé cristã como luz orientadora da vida, num mundo em que as trevas começam a adensar-se. Uma das mais importantes dentre as filosofias que tendiam a encarar com pessimismo o homem e o seu mundo era a neo-ortodoxia do teólogo suíço-alemão Karl Barth e do norte-americano Reinhold Niebuhr. Assumindo a forma de um sistema teológico, apresentava conclusões profundas a respeito da natureza da vida e do destino do homem. Os doutores Barth e Niebuhr discutiam o universo e os seus problemas de uma maneira um tanto calvinista. Acreditavam que o universo é governado por uma divindade todo-poderosa, que submete todas as coisas aos seus propósitos inescrutáveis. Encaravam o homem como um ser moral, criado à imagem divina e responsável perante Deus pelo emprego que dá à sua vida. Acima de tudo, acentuavam o pecado como fato fundamental no mundo. O homem é uma criatura depravada e degenerada, pouco superior, pela natureza, aos animais da selva. Por conseguinte, não há esperança de salvar o mundo enquanto os seres humanos não se voltarem para Deus, arrependendo-se dos seus pecados e buscando a ajuda divina para vencerem as suas inclinações perversas. A maioria das esperanças e planos para reformar o mundo estão condenadas ao malogro enquanto a natureza humana continuar a ser o que é. Somente quando os homens se convencerem da realidade do pecado e se humilharem diante de Deus é que poderão alcançar esse respeito pelos outros que constitui a essência da democracia. A paternidade divina é o fundamento essencial da fraternidade humana.

Semelhante no propósito, mas inteiramente diversa na forma e no conteúdo, era a neo-escolástica ou neotomismo de Jacques Maritain e seus seguidores. Não se tratava de um movimento novo mas, pela maior parte, de uma continuação da neo-escolástica do século XIX. Ao passo que a neoortodoxia era exclusivamente protestante, a neo-escolástica era predominantemente católica. Ambas, no entanto, se aproximavam bastante na maneira pela qual encaravam as duas religiões. Niebuhr deplorava a excessiva liberdade de consciência permitida pelo protestantismo, enquanto

Maritain criticava a tendência católica a confiar demasiado na autoridade.
Maritain e os seus discípulos retornavam à escolástica de Santo Tomás de Aquino, que tinha, afirmavam eles, o supremo valor de exaltar a razão e dar plenitude à vida, conferindo-lhe um propósito. Não deixava por explicar nada que pudesse converter a filosofia numa fonte de conflito e exasperação. O universo era governado por um propósito inteligente e tudo podia ser explanado pela razão. Mas no século XIV a escolástica entrou em decadência e foi rapidamente substituída pelo nominalismo, que abriu o caminho para o desenvolvimento do individualismo, do materialismo e do ceticismo. Tais conceitos acabaram por demolir a confiança do homem em si mesmo como criatura racional, apearam a Deus do trono do universo e pouca coisa deixaram restar além da anarquia e do caos. Desde então o homem tem andado às testilhas consigo mesmo, ente irrequieto e exasperado que forceja por conquistar o mundo com o sacrifício da sua própria alma.
Para os neo-escolásticos, pois, a salvação do mundo dependia do desenvolvimento de uma cultura cristã baseada na sabedoria de Santo Tomás. Tinham a convicção de que nenhuma outra coisa pode conferir dignidade à natureza humana e uma significação à vida do homem.
Somente pelo retorno à fé em Deus como criador e sustentador de um universo racional podemos escapar ao sentimento de desespero que tão implacavelmente nos assedia. Ainda não chegou, porém, o dia desse renascimento cristão. Cinco séculos de história humana não podem ser liquidados numa única noite. Mas é de esperar que o atual período de tormento e miséria chegue um dia ao seu fim e alvoreça uma nova era, a qual será guiada pelo espírito do Doutor Angélico do século XIII. A despeito do seu sabor medieval a neo-escolástica atraiu muitos pensadores do mundo contemporâneo. Contou entre os seus adeptos homens de intelecto tão diverso quanto G. K. Chesterton, Etienne Gilson (da Universidade de Paris) e Mortimer J. Adler (da Universidade de Chicago).
As maiores profundezas do pessimismo filosófico foram atingidas por um movimento conhecido como existencialismo, o qual se originou na França por volta de 1938. Fundado por Jean-Paul Sartre, professor de filosofia num liceu de Paris e posteriormente um dos líderes da Resistência contra os alemães, tira ele o nome da sua doutrina de que a existência do homem como indivíduo livre é o fato fundamental da vida. Mas essa liberdade de

nada serve ao homem; é, pelo contrário, uma fonte de angústia e de terror para ele. Percebendo, embora vagamente, que é um agente livre e moralmente responsável pelos seus atos, o indivíduo sente-se um estranho num mundo ao qual não pertence. Não pode confiar num Deus benévolo nem num propósito orientador do universo, porque, segundo Sartre, todas essas idéias foram reduzidas a meras ficções pela ciência moderna. Sua única via de escape ao sentimento de solidão e desespero é o caminho do "engajamento" ou participação ativa nos assuntos humanos. Cumpre observar que além do existencialismo ateu de Sartre havia uma forma cristã, mais antiga, de existencialismo emanado dos ensinamentos de Sören Kierkegaard, teólogo dinamarquês dos meados do século XIX. Por sinal que as doutrinas de Kierkegaard também influenciaram a neo-ortodoxia de Karl Barth. Durante as décadas de 1930 e 1940 o maior expoente do existencialismo cristão foi Karl Jaspers, professor de filosofia na Universidade de Heidelberg.

Pelo menos dois filósofos da época contemporânea conservaram o seu otimismo em meio a esse clima de depressão e incerteza. Um deles era Alfred North Whitehead. Nascido na Inglaterra e filho de um ministro da religião oficial, passou os anos mais fecundos da sua vida como professor de filosofia em Harvard. Tendo começado como matemático, voltou-se para a filosofia numa tentativa de harmonizar o pensamento moderno com os descobrimentos da nova era científica. Não tardou a desenvolver um sistema cuja dívida para com Platão, Kant e Einstein era grande. A exemplo dos dois primeiros, pelo menos, a intuição para ele tinha tanto valor, como método de conhecimento, quanto a razão ou a experiência sensorial. Increpava os positivistas obstinados que cobriam de escárnio o místico, o artista e o poeta romântico. Liberal em política e em teoria social, acreditava firmemente na certeza do progresso. Tinha também uma fé inabalável na benevolência divina, mas negava-se a encarar Deus como um autócrata ocupado em impor tábuas de leis e em punir eternamente os homens por tê-las violado. Concebia-o, pelo contrário, como um Deus de amor, como "o poeta do mundo, a conduzi-lo com terna paciência por meio da sua visão da verdade, da beleza e da bondade". O defeito da maioria das religiões, sem excetuar o cristianismo, tem sido o de representar a Deus como um Deus de poder. Deus não é onipotente, do contrário seria ele o autor do mal. Sua função primordial é salvar os seres humanos do mal que

decorre inevitavelmente da luta deles pelo bem. Tal era a concepção whiteheadiana de um universo amigo em que Deus e o homem colaboram no esforço de atingir a perfeição. O segundo dos filósofos cujos ensinamentos eram fundamentalmente otimistas foi o norte-americano John Dewey. Nascido em 1859, Dewey já havia conquistado renome antes de 1918, como filósofo pragmatista. Jamais se desligou desse movimento, mas depois da Primeira Guerra Mundial começou a dedicar uma atenção crescente aos problemas especificamente humanos. Na sua célebre Reconstruction in Philosophy, publicada em 1920, instava para que a filosofia abandonasse as suas transações com a "Realidade Última e Absoluta" e "procurasse uma compensação nos esclarecimentos das forças morais que movem a humanidade". Ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, conservava uma sadia confiança nos poderes do intelecto humano. Acreditava que o homem, fazendo uso dos recursos adquiridos pela razão e pela experiência, pode resolver os seus problemas sem nenhuma ajuda sobrenatural. Em comum com os humanistas do passado, considerava os seres humanos como as criaturas mais importantes do universo e não queria admitir que fossem corruptos e depravados por natureza. Ante a maré crescente da opressão totalitária, na década de 1930, acentuou cada vez mais a importância da liberdade, a qual, juntamente com a crença na igualdade e na capacidade dos homens para formar juízos inteligentes quando guiados pela experiência e pela educação, constituía para ele a essência da democracia.

Na filosofia social e política da época estavam incluídas as teorias de alguns que desprezavam a democracia, contribuindo destarte para a agravação da crise. Os mais notáveis desses homens foram o italiano Vilfredo Pareto e o alemão Oswald Spengler. Tiveram eles como precursor o francês Georges Sorel, de quem já falamos como fundador do sindicalismo. De um modo geral, todos eles concordavam entre si no desprezo pelas massas, na crença de que a democracia é impossível, na posição anti-intelectualista e na admiração pelos chefes fortes e empreendedores. Spengler foi mais longe, talvez, do que qualquer dos outros. Embora tivesse completado por volta de 1918 uma erudita e, a certos respeitos, brilhante filosofia da história intitulada A decadência do Ocidente, suas obras posteriores eram tão cheias de preconceitos quanto os livros dos autores nazistas. Na Hora da Decisão, publicada em 1933, fulminou diatribes contra a democracia, o pacifismo, o

internacionalismo, as classes inferiores e as raças de cor. Teceu hinos aos "que se sentem nascidos e chamados a ser senhores", aos "instintos sadios, à raça, à vontade de possuir e poder". Desprezou o raciocínio frio e analítico dos intelectuais urbanos, exortando os homens a que admirassem "a profunda sabedoria das velhas famílias de camponeses". Os seres humanos, sustentava ele, são "animais de rapina", e os que negam esta conclusão não passam de "animais de rapina com os dentes quebrados".

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial presenciaram uma voga crescente da filosofia política e social conservadora. A sombra rastejante do comunismo contribuiu, sem dúvida, muito para isso, mas a tendência já se fizera sentir quando a Rússia era ainda uma aliada do Ocidente. A paternidade do novo movimento deve talvez ser atribuída a Frederico A. Hayek, um economista austríaco que havia fixado residência em Londres. Em O caminho da servidão, Hayek condenava todas as formas de interferência coletivista no capitalismo, com base no argumento de que tais interferências conduziriam ao socialismo e, por fim, ao comunismo ou ao fascismo. A supressão da liberdade econômica, sustentava ele, deve levar inevitavelmente à supressão de todas as liberdades, pois o direito do indivíduo a uma franca escolha de acordo com os seus gostos e interesses forma a própria essência da liberdade. Uma variedade mais estritamente política do neoconservantismo é exemplificada pela obra de Peter Viereck, Russell Kirk e Eric Voegelin. Todos os três esposam uma filosofia tão anti-racional e de aparência tão retrógrada que teria causado pesadelos a um Bismarck ou a um Alexander Hamilton. Viereck, por exemplo, pinta-se a si mesmo como um homem que "desconfia da natureza humana e acredita (politicamente falando) num Pecado Original que deve ser reprimido pelas sinaleiras éticas do tradicionalismo". Segundo Voegelin, a sociedade ocidental poderá salvar-se se aprendermos a venerar as instituições enraizadas na tradição e abandonarmos a crença de que o conhecimento, e não a fé, é o maior dos bens. Russell Kirk pede um renascimento da piedade familiar, a defesa da propriedade e a admissão de que "o desígnio divino governa a sociedade" e "a Providência é o instrumento indicado para as mudanças sociais".

3. A LITERATURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Os movimentos literários durante o período da depressão e das duas guerras mundiais acusaram tendências muito semelhantes às da filosofia. Em muitos casos, mesmo, era difícil dizer onde terminava a filosofia e começava a literatura. Os grandes romancistas, poetas e dramaturgos mostravam uma grande preocupação com os problemas políticos e sociais e a esperança e destino do homem. Como os filósofos, sentiam-se desiludidos pelos fatos brutais da Primeira Guerra Mundial e porque a vitória não havia cumprido as suas promessas. Muitos deles foram também profundamente afetados pelos progressos revolucionários da ciência, e em especial pelas sondagens a que a nova psicologia submetia os arcanos da mente. Ao invés de ter sido criado por Deus "logo um pouco abaixo dos anjos", o homem parecia agora ser uma criatura um pouquinho acima dos macacos. Por fim, como era natural, os literatos foram influenciados pela Grande Depressão e pelo retorno à guerra em 1939. Os dois fatores apontados conduziram a uma procura de métodos e, entre muitos escritores, a uma revisão parcial de objetivos.

Cada uma das três décadas subsequentes a 1918 pode ser considerada quase como um período literário em si, se bem que os limites entre elas estejam longe de ser nítidos. Os característicos predominantes da década de 1920 foram o desencanto, o cinismo e a preocupação com o destino trágico de indivíduos. Foi o período da chamada "geração perdida" dos moços que saíram da guerra com os ideais esfacelados. Deram-lhe o tom os primeiros romances de Ernest Hemingway e John dos Passos, a poesia de T. S. Eliot e os dramas de Eugene O'Neill. Em Adeus às armas (1929), Hemingway pintava um dos seus primeiros quadros da loucura e da sordidez da guerra, oferecendo um modelo que outros escritores não tardariam a seguir. Em romances como 1919, Dos Passos retratava o amargor e o cinismo resultantes do malogro da paz. T. S. Eliot, no poema The Waste Land (1922), apresentava uma filosofia que raiava pelo desespero. Depois que nascemos, parecia ele dizer, a vida é uma morte animada que temos de realejar incessantemente, cheios de tédio e frustração. O pessimismo de Eugene O'Neill afigurava-se algo diferente do dos seus contemporâneos. Suas tragédias mostravam o homem menos como vítima dos defeitos da sociedade do que como o lamentável escravo da sua própria natureza anormal. A maioria dos críticos há de concordar provavelmente que os maiores dramas de O'Neill são Strange Interlude (1927) e Mourning

Becomes Electra (1931). No primeiro, o teatrólogo ressuscitava o velho expediente elisabetano do aparte, mediante o qual se fazia com que cada personagem exprimisse o que realmente pensava, ao lado da frase convencional destinada aos ouvidos alheios.
A literatura da década de 1920 inclui também obras importantes de escritores como Aldous Huxley, Erich Maria Remarque, Theodore Dreiser, Sinclair Lewis, Thomas Mann e James Joyce. Excetuados os dois primeiros, todos eram romancistas com reputação firmada quando a década começou.
Aldous Huxley, em Contraponto (1928), sumariou o cinismo e o sentimento de frustração da era do jazz. Em Nada de novo na Frente Ocidental (1929), Remarque pintava, talvez com mais eficácia do que Hemingway, a brutalidade e a futilidade da guerra. O grande realista Theodore Dreiser levou às culminâncias a sua filosofia rigidamente determinista em Uma tragédia americana (1925). Sinclair Lewis triunfou com Rua Principal (Main Street, 1920) e Babbitt (1922), aquela um painel feroz da mesquinharia e estreiteza de vistas da sociedade provinciana e este, uma sátira pungente à pobreza intelectual dos cavadores de dinheiro. Thomas Mann conquistou aclamações universais com a sua Montanha mágica (1924), estudo psicológico das ilusões e deformações de valores de uma sociedade artificial e decadente. A obra do famoso romancista irlandês James Joyce foi quase inteiramente devotada à análise da mente. Influenciado a fundo pela psicanálise, tornou-se o maior expoente da escola da “corrente de consciência”. Seu principal romance, Ulisses (1922), analisava os pensamentos e experiências de um agregado heterogêneo de personagens durante um único dia, em Dublim. É, em grande parte, mais um estudo de devaneio que de ação.
Durante a década de 1930 a literatura contemporânea entrou numa nova fase. A Grande Depressão tornava obrigatória uma revisão dos métodos e propósitos da literatura. Em face do colapso econômico e das ameaças de fascismo e de guerra, pareceu que os escritores deviam procurar assuntos melhores do que a insatisfação de mulheres ociosas ou os desejos reprimidos de desajustados psicológicos. Os escritores da década anterior foram então amiúde, e em certos casos com injustiça, acusados de negativismo e irresponsabilidade. Desenvolveu-se a teoria de que a literatura devia ter um propósito sério, denunciar a baixeza, a crueldade, o barbarismo e apontar o caminho para uma sociedade mais justa. A nova

orientação foi simbolizada pelas obras de uma diversidade de escritores. John Steinbeck, em As vinhas da ira, pintou a lastimosa situação dos lavradores empobrecidos que fogem do dust bowl para a canaã californiana, onde descobrem que toda aquela boa terra foi monopolizada pelas companhias que exploram os trabalhadores. O seu romance tem sido chamado uma Cabana do Pai Tomás das classes desprivilegiadas. Alguns dramas de Robert Sherwood e os romances de André Malraux sugeriam poderosamente que a luta contra a tirania e a injustiça é o elemento principal que confere significado e valor à vida humana. There Shall Be No Night, de Robert Sherwood, idealizou a luta dos finlandeses contra a agressão russa em 1939-40. Malraux, em L'Espoir, glorificou a abnegação dos heróis legalistas na luta contra o fascismo na Espanha. Um tema algo semelhante caracteriza, pode-se dizer, o Por quem os sinos dobram de Ernest Hemingway (1940). Aqui também se sugeria fortemente que o indivíduo, ao sacrificar-se pela causa do povo, dá à vida uma significação e uma dignidade que é impossível alcançar por qualquer outro meio. Uma boa parte da literatura dessa década estava impregnada de otimismo. Raras vezes, porém, se tratava de um otimismo irrestrito. A maioria dos grandes escritores via no mundo bastante baixeza, tragédia e sofrimento, mas pelo menos ocasionalmente conseguiam descobrir uma finalidade debaixo disso tudo, de modo que a vida não tinha de ser forçosamente "uma história contada por um idiota". Alguns encontravam beleza em tudo, mesmo na tragédia e na morte. Tal era a filosofia de Thomas Wolfe, um dos intelectos mais penetrantes da sua época. Em novelas esparramadas como Of Time and the River (1937) e You Can't Go Home Again (1940), escreveu ele com aguda consciência de si próprio, do seu país e das relações deste com o mundo, do fascismo, do sexo e da morte. A despeito do seu ardente protesto contra muitas das coisas que viu e viveu, não perdeu a confiança na América que ele amava, certo de que um dia ela havia de encontrar-se a si mesma e descobrir o verdadeiro significado da democracia. Um otimismo muito mais borbulhante foi o expresso por Carl Sandburg, que intitulou um dos seus volumes de poesias O povo, sim (1937). Por fim, alguns escritores tiveram suficiente confiança no futuro para debuxar os contornos de um mundo novo que, segundo acreditavam, poderia emergir da dor e da tristeza atuais. Um exemplo notável disso foi Thomas Mann, que incorporou numa série de romances em torno da história bíblica de José no Egito o conceito

de uma fraternidade humana universal baseada na herança hebraico-cristã.
Os anos posteriores a 1940 assistiram a uma continuação das tendências da década precedente. Houve, todavia, algumas manifestações novas. Uma delas foi a volta à religião como meio de explicar um universo cada vez mais misterioso e de evitar as calamidades que pareciam decorrências inevitáveis de um excesso de conhecimento científico. Aldous Huxley, o ex-profeta de uma era de cinismo e sofisticação, aderiu ao misticismo iogue em romances como Também o cisne morre e O tempo deve parar. Franz Werfel, exilado judeu da Áustria, exaltou a simples fé no sobrenatural como meio de alcançar a paz na sua Canção de Bernadette. Outros escritores desse período também buscaram refúgio na Madre Igreja, como Evelyn Waugh (Brideshead Revisited) e Thomas Sugrue (Stranger in the Earth). Quase todos os livros supracitados foram escritos durante os tormentosos anos da Segunda Guerra Mundial. Pouco depois de terem cessado as hostilidades apareceu uma série de romances que tratavam da própria guerra. Os mais notáveis dentre eles são, talvez, The Naked and the Dead, de Norman Mailer, e All Thy Conquests, de Alfred Hayes. Descrevem os incidentes do conflito com um realismo ainda mais implacável que o das novelas anteriores de Hemingway ou Remarque. Amargurados e revoltados com a direção e o resultado da guerra, esses autores vergastavam a brutalidade e os pendores fascistas do sistema militar, pintando em cores assustadoras as terríveis tentações a que os vencedores costumam sucumbir. Ainda mais sombrio é From Here To Eternity, de James Jones, publicado em 1950, e que descreve as influências brutalizantes e corruptoras da vida dos quartéis nas vésperas de Pearl Harbor.

4. ARTES PLÁSTICAS E MÚSICA CONTEMPORÂNEA

Também nos numerosos movimentos artísticos que floresceram depois da Primeira Guerra Mundial se revelaram atitudes de pessimismo, desilusão e revolta. Até cerca de 1930 a pintura foi dominada, em grande parte, por várias expressões da tradição moderna ou pós-impressionista. O futurismo, vindo do período de pré-guerra, ainda vigorou durante algum tempo, mas a sua importância não tardou a ser eclipsada por outros movimentos de caráter não menos extremo. Talvez o mais significativo deles fosse o

expressionismo, exemplificado pelas obras do pintor alemão Jorge Grosz. O objetivo exclusivo da pintura expressionista é transmitir um significado — retratar, em especial, os sentimentos intensos do próprio artista. Conseqüentemente, a forma é desprezada e pratica-se a deformação na medida que o artista julgar necessária para representar o "estado da sua alma". Devemos ajuntar que os expressionistas mais recentes também se fizeram notar como satiristas sociais. Um movimento ainda mais radical de rebelião contra os padrões aceitos da arte e da vida foi o super-realismo, que tem no espanhol Salvador Dali o seu sumo sacerdote. Surgido por volta 1918 sob a influência conjunta da guerra e da psicanálise, o Super-realismo floresceu durante o período de niilismo que se seguiu ao armistício. O propósito dos seus adeptos não era representar a natureza, mas retratar as reações do espírito humano. Com esse fim, mergulhavam no inconsciente e tentavam fixar o conteúdo dos sonhos e as fantásticas elucubrações do devaneio, o que dava origem, em geral, a uma técnica fundamentalmente diversa da técnica da arte tradicional. Os super-realistas costumavam desdenhar os padrões convencionais de beleza e de forma. Afirmavam que, à luz da nova psicologia, o naturalismo era impossível, pois somente fora dele a arte poderia ter algum valor como expressão exata dos estados interiores. Depois de 1930 a pintura extravagante e anárquica das escolas modernistas extremas sofreu um declínio considerável. Foi substituída, em larga medida, por uma arte viril e popular do homem comum. Entre os principais representantes do novo movimento contavam-se os mexicanos Diego Rivera e José Clemente Orozco e os norte-americanos Thomas Benton, Adolph Dehn, William Gropper, Grant Wood. O objetivo fundamental desses pintores era representar as condições sociais do mundo moderno e mostrar, em detalhes sugestivos, as esperanças e as lutas dos camponeses e trabalhadores. Embora não se possa dizer que aderissem às convenções do passado, nada havia de ininteligível na sua obra, que se destinava a ser compreendida por qualquer um. Ao mesmo tempo, sentem-se em grande parte dela as ferroadas e estocadas da sátira social. Orozco, em particular, comprazia-se em vergastar a hipocrisia da igreja e a ganância e a crueldade dos plutocratas e esbulhadores.

Era inevitável que a música refletisse o espírito de desilusão que atingiu o clímax depois da Primeira Guerra Mundial. As diretrizes mais originais estavam em íntimo paralelismo com as da pintura. A mais fundamental de

todas era a revolta contra a tradição romântica, especialmente contra a sua culminância wagneriana. Muitos compositores — embora estivessem longe de formar a totalidade — chegaram ao ponto de repudiar inteiramente o ideal estético, colocando o interesse das suas obras na complexidade e novidade da estrutura ou numa pura exibição de energia. Os realistas e românticos já haviam expurgado a música da intelectualidade ; se ela fosse, agora, despojada também da beleza — argumentavam alguns — ficaria lamentavelmente pobre. Não obstante, a reação contra o esteticismo e contra o incubo da convenção harmônica conduziu ao emprego de dissonâncias cada vez mais estridentes, que por vezes raiavam na cacofonia. Os desvios das fórmulas clássicas e românticas pertencem em geral a dois tipos, designados grosso modo pelos termos impressionismo e expressionismo. O primeiro trata de explorar as qualidades dos sons musicais para sugerir sentimentos ou imagens. O segundo preocupa-se mais com a forma do que com os efeitos sensoriais e tende para a abstração. O mais perfeito expoente do impressionismo foi Debussy, seu fundador, cuja obra foi descrita em capítulo anterior. Mesmo na França a escola impressionista não teve longa duração. Com Maurice Ravel (1875-1938), o mais célebre dos compositores que refletiram a influência de Debussy, ela se tornou menos poética e pitoresca, adquirindo uma certa impassividade fria ao mesmo tempo que ganhava em firmeza de tessitura. O expressionismo, mais radical e influente do que o impressionismo, compreende duas escolas principais: a atonalidade, fundada pelo vienense Arnold Schoenberg (1874-1951), e a politonalidade, melhor exemplificada pelo russo Igor Stravinski (n. 1882). A atonalidade significa repúdio do conceito das relações tonais fixas; abole o tom. Neste tipo de música as dissonâncias constituem a regra em vez da exceção, e a linha melódica em geral alterna entre um deslizar cromático e estranhos saltos impossíveis de ser cantados. Numa palavra, os princípios comuns da composição são subvertidos. Ao emancipar-se, porém, dos laços da tradição e mesmo da lógica da estética, os atonalistas puderam concentrar toda a atenção no desenvolvimento das suas idéias subjetivas com a máxima originalidade. Tentam, com algum êxito, fazer com que o som musical se torne, não um objeto de beleza admirável em si mesmo, mas um veículo para expressar a significação interior e a estrutura elementar das coisas. Por estranho que pareça, algumas obras atonais têm um efeito profundamente emocional.

Traem um certo parentesco com o simbolismo, mostrando ao mesmo tempo a influência das teorias do inconsciente derivadas da psicanálise. A maioria dos traços distintivos da escola atonal estão vividamente incorporados no Pierrot Lunaire de Schoenberg, musicalização de um texto simbolista do poeta belga Albert Giraud. Essa fantasia, em que a cantora entoa a sua parte numa "fala cantada" especial, qualquer coisa entre o canto e a recitação, foi descrita como criadora de "um mundo de estranha fascinarão e encanto, de horrores inominados e terríveis imaginações, de beleza perversa e venenosa... de uma zombaria cáustica e destrutiva e de um humor travesso e malicioso".

A politonalidade, de que Stravinski é o mais famoso expoente, é em essência uma espécie de contraponto revolucionário que deriva a sua inspiração, em parte, de Bach e dos primitivos polifonistas. Não se satisfaz, todavia, simplesmente com entretecer melodias independentes que se harmonizem entre si, mas empreende combinar tonalidades separadas e sistemas harmônicos sem relação mútua, com resultados altamente dissonantes. É, assim, mais um exemplo de revolta contra a herança harmônica européia e difere da atonalidade mais na técnica do que no objetivo último. Mas, ao passo que os atonalistas, mercê da sua expressividade emocional, conservavam elementos do romantismo, os politonalistas tentaram fazer ressurgir as qualidades arquitetônicas da forma pura, do movimento e do ritmo, eliminando todo sentimentalismo e toda conotação sensorial. Afirmava Stravinski que a sua intenção era produzir uma música que só levasse em consideração as propriedades acústicas e que se dirigisse exclusivamente ao ouvido físico. Os seus experimentos antiestéticos e friamente desprendidos têm muito em comum com o cubismo e as diretivas similares da pintura moderna. Mas, a despeito disso, as primeiras criações realmente características de Stravinski, produções proclamadas aos quatro ventos, foram compostas em Paris para o "Ballet Russe", um gênero de arte teatral que não só se dirige a outros sentidos que não o da audição mas também se propõe delinear caracteres e emoções. A aplicação das suas teorias a tal gênero produz a sardônica expressão de seres humanos reduzidos a meros autômatos, manobrados pelos seus próprios impulsos físicos ou pela mão implacável de um destino mecânico. O estilo e os interesses de Stravinski têm passado por sucessivas mudanças; nos últimos anos ele se voltou do teatro para formas de feição mais

francamente concertantes. Sem sacrificar a sua intensa individualidade, alcançou uma crescente clareza de expressão e uma integração quase clássica do desenho estrutural.

EPÍLOGO

Chegamos agora ao fim de um longo exame da história do homem ocidental e das suas civilizações, desde os inícios mais primitivos até os tempos atuais. É o momento apropriado para fazer-nos uma série de perguntas; Qual é a significação da história? Aprendemos, ao estudá-la, alguma coisa de valor? É verdade que a história se repete? Qual é o destino da nossa própria civilização? Está ela fadada a decair e a desintegrar-se, a sucumbir diante de invasões de bárbaros, quer vindos de dentro, quer de fora, e a ser substituída por uma nova Idade das Trevas? Desde o século XVIII tornou-se moda, em certos meios, mostrar-se cético a respeito da importância da história e desfazer no valor do seu estudo. Para Herbert Spencer a história era "conversa fiada". Para Napoleão, era "uma fábula sobre a qual todos estão de acordo". Para Edward Gibbon, era "pouco mais do que um registro dos crimes, das loucuras e dos infortúnios da humanidade". O filósofo alemão Hegel sustentava que "a única coisa que os povos e os governos aprendem com o estudo da história é que nada aprendem com o estudo da história". Mas a verdade é que ninguém parece dar muita importância a essas teorias depreciativas. Todo aquele que vive muito acima do nível animal recorre constantemente às lições da história. Sim, porque toda experiência, seja ela registrada ou simplesmente recordada, é na realidade história. Ao tratar doenças, o médico moderno faz uso da medicina histórica. Pode às vezes fazer experimentos com novos remédios, mas em geral confia em tratamentos previamente desenvolvidos por pesquisadores científicos ou submetidos à prova pela experiência passada. O advogado ao defender o seu cliente e o magistrado ao julgar uma causa reportam-se aos precedentes estabelecidos em litígios análogos durante um período de decênios ou mesmo de séculos. O homem de negócios, se deseja evitar graves perdas, deve tomar em consideração as tendências do mercado e as flutuações do ciclo econômico durante um período de considerável extensão. Todas essas pessoas e um sem-número de outras se sentiriam tão impotentes quanto um navio sem leme nem velas se não fossem as "lições" da história.

Mas repete-se a história o suficiente para nos capacitar a predizer o futuro? Os acontecimentos “reproduzem-se em alguma época futura, se não exatamente os mesmos, pelo menos muito semelhantes” — quem nolo garante é nada menos que a autoridade de Tucídides. Além disso, um bom número de historiólogos conceberam um padrão uniforme a caracterizar o crescimento e o declínio das civilizações através de milhares de anos. Toynbee atribui o crescimento primariamente a uma situação de adversidade e o declínio a fatores tais como o militarismo e a guerra, a barbarização vinda de dentro e a ascensão de um “proletariado interno”. Por este último termo entende ele uma classe como a plebe urbana da antiga Roma, que está dentro de uma determinada sociedade, mas não faz parte dela. Desprezada e deserdada, essa classe rumina as suas queixas contra a sociedade e pouco a pouco a vai solapando. Oswald Spengler via o crescimento e a decadência das civilizações, ou culturas como ele as chamava, formando paralelo com as quatro estações ou com a vida de um organismo. Cada uma delas tinha a sua primavera ou fase da juventude, o seu verão ou fase adulta, o seu outono ou fase da segunda maturidade e o seu inverno ou fase senil.

Mesmo nos períodos de mais vivo otimismo, os escritores que limito meditaram sobre o significado da história têm geralmente admitido que a decadência e a desintegração hão de seguir-se à prosperidade e ao progresso. Por exemplo, os fundadores da Federação Norte-Americana encaravam com sérias apreensões o futuro da sua pátria. Enquanto a nação continuasse a ser predominantemente agrícola, com abundância de terras baratas, tudo marcharia bem. Mas o crescimento da população resultaria, dentro de poucas gerações, na formação de grandes cidades, com os seus bairros miseráveis, os seus políticos corruptos e um populacho dependente, pronto a vender o seu voto a quem melhor pagasse. O resultado final seria o aparecimento de Catilinas e de Césares que procurariam, com o apoio do proletariado, derrubar a república. Nos fins do século XIX, quando a era da ciência e da indústria na América ainda era iluminada pelos raios do sol nascente, Brooks Adams e seu irmão Henry descreveram com cores sombrias a decadência final da cultura do Ocidente. Afirmava o primeiro que toda civilização passa por duas fases, uma dominada pelo medo e a outra pela cobiça. O medo estimula a imaginação e frutifica na produção artística e nos grandes sistemas religiosos. A cobiça tudo subordina a

considerações econômicas. Evita-se ou protela-se o casamento, o índice de natalidade começa a baixar e a originalidade é sufocada por um clima de cautela. Henry Adams procurava interpretar a civilização em função de uma lei científica — a segunda lei da termodinâmica, ou lei da dissipação da energia. Predizia que a civilização do Ocidente gastaria a sua força vital e morreria de exaustão por volta de 1932.

Não parece haver dúvida de que as civilizações efetivamente envelhecem e morrem devido a várias causas. Entre elas avulta a urbanização levada ao ponto de concentrar uma grande parte da população em gigantescas áreas metropolitanas. Essa condição aumenta de tal forma a complexidade dos problemas sociais que a inteligência humana torna-se incapaz de resolvê-los. O crime, a doença, o tédio, a loucura, a corrupção e a pobreza no seio da abundância são apenas alguns dentre esses espinhosos problemas. A concentração excessiva da população, com demasia de braços empregados na indústria, tem como resultado a superprodução e o subconsumo, ocasionando depressões e tentativas de desfazer-se dos produtos, excedentes por meio do imperialismo e da guerra. Terá a nossa civilização atingido essa fase? Impossível responder à pergunta. Há, é certo, alguns presságios sinistros, mas também há sinais de esperança. A doença, pelo menos sob a forma de grandes pestilências, parece estar em vias de extinguir-se. Se o crime e a corrupção não foram eliminados, hoje lhes compreendemos melhor a natureza e as causas. A pobreza continua a nos fazer companhia, mas os padrões de vida das massas melhoraram na maioria dos casos e contam-se por milhões aqueles que se acham melhor resguardados contra a necessidade. O imperialismo, pelo menos do tipo imposto pela conquista estrangeira, parece estar em declínio, como o demonstra a liberdade recentemente lograda pela Índia, Israel, Ceilão, Paquistão, Líbia e Indonésia.

A guerra continua a ser o nosso mais grave problema, porém nem mesmo ela é necessariamente insolúvel. O desenvolvimento das armas atômicas e bacteriológicas faz com que seja encarada cada vez mais como uma monstruosidade lógica. Nestes últimos meses tem-se multiplicado os sinais de que nenhuma das duas grandes potências antagonistas deseja a guerra ou tomaria medidas que a tornassem inevitável. A despeito de todos os profetas de desgraça, o bom senso não desapareceu por completo da terra. Embora o progresso seja lento e claudicante, o mundo na verdade se move.

Há apenas vinte séculos que o sacrifício humano era praticado por um povo “civilizado” como os cartagineses. Não faz ainda cem anos que a escravidão foi abolida nos Estados Unidos e a servidão na Rússia. Se ainda não pudemos resolver todos os nossos problemas, sabemos pelo menos o que deveríamos fazer para nos vermos livres de um bom número deles. A expansão do conhecimento e a aplicação da inteligência nos fornecerão os meios de vencer o restante.

GOVERNANTES DOS PRINCIPAIS ESTADOS EUROPEUS (700-1953 d. C.)

A DINASTIA CAROLÍNGIA

Pepino, mordomo do Paço, 714
Carlos Martel, mordomo do Paço, 715-741
Pepino I, mordomo do Paço, 741; rei, 752-768
Carlos Magno, rei, 768-814; imperador, 800-814
Luís o Piedoso, imperador, 814-840

Frância Ocidental

Carlos o Calco, rei, 840-877;
imperador, 877-879
Luís II, rei, 877-879
Luís III, rei, 879-882
Carlomano, rei, 879-884

Reinos Centrais

Lotário, imperador, 840-855
Luís (Itália), imperador, 855-875
Carlos (Provença), rei, 855-863
Lotário II (Lorena), rei, 855-869

Frância Oriental

Ludwig, rei, 840-876
Carlomano, rei, 876-880
Ludwig, rei, 876-882
Carlos o Gordo, imperador, 876-887

SANTO IMPÉRIO ROMANO

Dinastia Saxônia

Oto I, 962-973
Oto II, 973-983
Oto III, 983-1002
Henrique II, 1002-1024

Dinastia Francônia

Conrado II, 1024-1039
Henrique III, 1039-1056
Henrique IV, 1056-1106
Henrique V, 1106-1125
Lotário II (da Saxônia), rei, 1125-1133; imperador, 1133-1137

Dinastia Hohenstaufen

Conrado III, 1138-1152
Frederico I (Barba-Roxa), 1152-1190

Henrique VI, 1190-1197
Filipe da Suábia, 1198-1208 } Rivais
Oto IV (Welf), 1198-1215 } Rivais
Frederico II, 1220-1250
Conrado IV, 1250-1254

Interregno, 1254-1273

Imperadores de várias dinastias

Rodolfo I (Habsburgo), 1273-1291
Adolfo (Nassau), 1292-1298
Alberto I (Habsburgo), 1298-1308
Henrique VII (Luxemburgo), 1308-1313
Luís IV (Wittelsbach), 1314-1347
Carlos IV (Luxemburgo), 1347-1378
Venceslau (Luxemburgo), 1378-1400
Rupert (Wittelsbach), 1400-1410
Sigismundo (Luxemburgo), 1410-1437

Dinastia Habsburgo

Alberto II, 1438-1439
Frederico III, 1440-1493
Maximiliano I, 1493-1519
Carlos V, 1519-1556
Fernando I, 1556-1564
Maximiliano II, 1564-1576
Rodolfo II, 1576-1612
Matias, 1612-1619
Fernando II, 1619-1637
Fernando III, 1637-1657
Leopoldo I, 1658-1705
José I, 1705-1711
Carlos VI, 1711-1740
Carlos VII (não era Habsburgo), 1742-1745
Francisco I, 1745-1765
José II, 1765-1790
Leopoldo II, 1790-1792
Francisco II, 1792-1806

REIS DA FRANÇA, DESDE HUGO CAPETO

Reis Capetos

Hugo Capeto, 987-996
Roberto II, 996-1031
Henrique I, 1031-1060
Filipe I, 1060-1108
Luís VI, 1108-1137
Luís VII, 1137-1180
Filipe II (Augusto), 1180-1223
Luís VIII, 1223-1226
Luís IX, 1226-1270
Filipe III, 1270-1285
Filipe IV, 1285-1314

Luís X, 1314-1316
Filipe V, 1316-1322
Carlos IV, 1322-1328

Casa de Valois

Filipe VI, 1328-1350
João, 1350-1364
Carlos V, 1364-1380
Carlos VI, 1380-1422
Carlos VII, 1422-1461
Luís XI, 1461-1483
Carlos VIII, 1483-1498
Luís XII, 1498-1515
Francisco I, 1515-1547
Henrique II, 1547-1559
Francisco II, 1559-1560
Carlos IX, 1560-1574
Henrique III, 1574-1589

Dinastia dos Bourbons

Henrique IV, 1589-1610
Luís XIII, 1610-1643
Luís XIV, 1643-1715
Luís XV, 1715-1774
Luís XVI, 1774-1792

Primeira República, 1792-1799

Napoleão Bonaparte, primeiro-cônsul, 1799-1804
Napoleão I, imperador, 1804-1814
Luís XVIII (Dinastia Bourbon), 1814-1824
Carlos X (idem), 1824-1830
Luís Filipe, 1830-1848
Segunda República, 1848-1852
Napoleão III, imperador, 1852-1870
Terceira República, 1870-1940
Regime de Pétain, 1940-1944
Govêrno Provisório, 1944-1946
Quarta República, 1946-

GOVERNANTES DA INGLATERRA

Reis anglo-saxões

Egberto, 802-839
Etelvulfo, 839-858
Etelbaldo, 858-860
Etelberto, 860-866
Etelredo, 866-871
Alfredo o Grande, 871-900
Eduardo o Ancião, 900-924
Ethelstan, 924-940
Edmundo I, 940-946
Edred, 946-955

Edwy, 955-959
Edgar, 959-975
Eduardo o Mártir, 975-978
Etelredo o Tardo (*Unready*), 978-1016
Canuto (dinamarquês), 1016-1035
Haroldo I, 1035-1040
Hardicanuto, 1040-1042
Eduardo o Confessor, 1042-1066
Haroldo II, 1066

Reis Anglo-normandos

Guilherme I, o Conquistador, 1066-1087
Guilherme II, 1087-1100
Henrique I, 1100-1135
Estêvão, 1135-1154

Reis Angevinos

Henrique II, 1154-1189
Ricardo I, 1189-1199
João, 1199-1216
Henrique III, 1216-1272
Eduardo I, 1272-1307
Eduardo II, 1307-1327
Eduardo III, 1327-1377
Ricardo II, 1377-1399

Casa de Lancaster

Henrique IV, 1399-1413
Henrique V, 1413-1422
Henrique VI, 1422-1461

Casa de York

Eduardo IV, 1461-1483
Eduardo V, 1483
Ricardo III, 1483-1485

Dinastia Tudor

Henrique VII, 1485-1509
Henrique VIII, 1509-1547
Eduardo VI, 1547-1553
Maria, 1553-1558
Elisabet, 1558-1603

Reis Stuart

Jaime I, 1603-1625
Carlos I, 1625-1649

Commonwealth e Protetorado, 1649-1659

Reis Stuart posteriores

Carlos II, 1660-1685
Jaime II, 1685-1688

Bento XV, 1914-1922
Pio XI, 1922-1939
Pio XII, 1939-1958

GOVERNANTES DA ÁUSTRIA E DA ÁUSTRIA-HUNGRIA

* Maximiliano I (arquiduque), 1493-1519
* Carlos I (Carlos V do Santo Império Romano), 1519-1556
* Fernando I, 1556-1564
* Maximiliano II, 1564-1576
* Rodolfo II, 1576-1612
* Matias, 1612-1619
* Fernando II, 1619-1637
* Fernando III, 1637-1657
* Leopoldo I, 1658-1705
* José I, 1705-1711
* Carlos VI, 1711-1740

Maria Teresa, 1740-1780

* José II, 1780-1790
* Leopoldo II, 1790-1792
* Francisco II, 1792-1835 (imperador da Áustria como Francisco I a partir de 1804)

Fernando I, 1835-1848
Francisco José 1848-1916 (a partir de 1867, imperador da Áustria e rei da Hungria)
Carlos I, 1916-1918 (imperador da Áustria e rei da Hungria)
República Austríaca, 1918-1938 (ditadura a partir de 1934)
República restaurada, sob a ocupação aliada, 1945-

GOVERNANTES DA PRÚSSIA E DA ALEMANHA

* Frederico I, 1701-1713
* Frederico Guilherme I, 1713-1740
* Frederico II, o Grande, 1740-1786
* Frederico Guilherme II, 1786-1797
* Frederico Guilherme III, 1797-1840
* Frederico Guilherme IV, 1840-1861
* Guilherme I, 1861-1888 (imperador da Alemanha a partir de 1871)

Frederico III, 1888
Guilherme II, 1888-1918
República de Weimar, 1918-1933
Terceiro Reich (ditadura nazista), 1933-1945
Ocupação Aliada, 1945-1952
Divisão em República Federal da Alemanha (ocidental) e República Democrática Alemã (oriental), 1949-

---

(*) Também usou o título de imperador do Santo Império Romano.
(*) Reis da Prússia.

GOVERNANTES DA RÚSSIA

Ivan III, 1462-1505
Basílio III, 1505-1533
Ivan IV, 1533-1584
Teodoro I, 1584-1598
Boris Godunov, 1598-1605
Teodoro II, 1605
Basílio IV, 1606-1610
Miguel, 1613-1645
Aléxis, 1645-1676
Teodoro III, 1676-1682
Ivan V e Pedro I, 1682-1689
Pedro I, o Grande, 1689-1725
Catarina I, 1725-1727
Pedro II, 1727-1730
Ana, 1730-1740
Ivan VI, 1740-1741
Elisabet, 1741-1762
Pedro III, 1762
Catarina II, a Grande, 1762-1796
Paulo, 1796-1801
Alexandre I, 1801-1825
Nicolau I, 1825-1855
Alexandre II, 1855-1881
Alexandre III, 1881-1894
Nicolau II, 1894-1917
República Soviética, 1917-

GOVERNANTES DA ITÁLIA

Vítor Manuel II, 1861-1878
Humberto I, 1878-1900
Vítor Manuel III, 1900-1946
Ditadura Fascista, 1922-1943 (mantida no norte da Itália até 1945)
Humberto II, 9 de maio — 13 de junho 1943
República, 1946-

FIM DO VOLUME II

Tulio Halperin Donghi

Historia contemporánea de América latina

Historia

Alianza Editorial

Humanidades

Tulio Halperin Donghi

Historia contemporánea de América latina

El libro de bolsillo
Historia
Alianza Editorial

Primera edición en «El libro de bolsillo»: 1969
Decimotercera edición, revisada y ampliada: 1996
Primera edición en «Área de conocimiento: Humanidades»: 1998
Sexta reimpresión: 2005

Diseño de cubierta: Alianza Editorial

Calle Juan Ignacio Luca de Tena, 15;
28027 Madrid; teléfono 91 393 88 88
www.alianzaeditorial.es
ISBN: 84-206-3515-4
Depósito legal: M. 25.540-2005
Fotocomposición e impresión: EFCA, S.A.
Parque Industrial «Las Monjas»
28850 Torrejón de Ardoz (Madrid)
Printed in Spain

Prólogo a la presente edición

Publicada por primera vez en versión italiana en 1967, esta *Historia contemporánea de América latina* requería ya por esa razón una ampliación destinada a integrar en ella el examen de las dos décadas largas transcurridas desde entonces. Bien pronto se hizo claro que ello no era suficiente, ya que lo ocurrido en los últimos veinte años largos ilumina con una luz distinta las etapas inmediatamente anteriores en la historia latinoamericana. En consecuencia, mientras para los primeros cinco capítulos de la versión original me limité a modificaciones menores, que reflejaban sobre todo los avances de la indagación histórica en algunos temas específicos, me decidí a reemplazar el capítulo VI y final, que cubría la etapa posterior a la crisis de 1929, por otro nuevo, consagrado a las tres décadas entre aquélla y ese otro momento de ruptura que es la Revolución cubana, antes de agregarle otro nuevo sobre la etapa abierta con ésta.

Esa reestructuración parece tanto más necesaria porque, desde una perspectiva histórica –inasequible cuando se observan las cosas demasiado de cerca–, la Latinoamérica de la segunda postguerra aparece hoy dotada de un perfil más nítido de lo que se podía advertir hace dos décadas. Pero hay todavía otras razones que la hacen aconsejable y estas últimas la tornan a la vez problemática. Este libro de 1967 está inevita-

blemente marcado por el *Zeitgeist* de su momento de origen: el problema no es entonces que la imagen que propone del pasado entonces inmediato aparece quizá demasiado borrosa, sino que la que implícitamente hace suya del presente y el futuro resulta hoy insostenible.

Estas dos décadas, en efecto, han disipado el optimismo reinante durante la más avasalladora era de prosperidad conocida por el mundo desarrollado y han hecho en parte inactual la impaciencia que no poder participar plenamente de ella despertaba en su periferia; ambas actitudes subtendían más de lo que entonces se advertía tanto los diagnósticos acerca del pasado como las propuestas para el presente: las teorías del desarrollo y las revolucionarias que por entonces disputaban el terreno se apoyaban unas y otras en anticipaciones del futuro que se les aparecían dotadas de más firme certidumbre que la más escrupulosa reconstrucción histórica y que mostraban cercana la meta a la cual veían encaminarse el proceso histórico, meta cuya conquista vendría a justificar retrospectivamente el telar de desdichas que éste en buena medida había sido. Ni una ni otra de esas fes rivales dominaba sin duda esta tentativa de historia contemporánea de Latinoamérica, pero en la relectura se me hace evidente que los supuestos que ambas compartían sin saberlo, porque eran parte de la atmósfera en que habían surgido, subtendían también un texto demasiado cauteloso para arriesgarse a la profecía.

Aunque ésta fuese cuidadosamente esquivada, no dejaba de hacerse sentir, apenas la narración histórica se acercaba a los tiempos actuales, esa tan curiosa combinación de optimista seguridad en el futuro e impaciencia ante la dificultad para alcanzarlo en la que hoy reconocemos sin dificultad un rasgo de época, y que hacía que aun la más cruda descripción del impacto alcanzado por problemas aparentemente insolubles estuviese como iluminada por la implícita confianza en que la solución llegaría en la próxima vuelta del camino. ¿Es necesario decir que de esa confianza queda muy poco en la versión que aquí se ofrece, que sin duda está a su vez marcada con el

sello de un pasado más reciente, que cuenta entre las etapas más trágicas de una historia que abunda en ellas?

Ese inevitable cambio de perspectiva no ha llevado por cierto a proponer como nueva moraleja para la exploración del pasado latinoamericano a ninguna de las hoy tan prudentes y favorecidas por la desencantada sabiduría que ha heredado de las alucinadas fes de hace veinte años la ambición de guiar la marcha de Latinoamérica hacia el futuro. Por el contrario, la única que quizá alcanzaría a proponer es otra más negativa: a saber, que en Latinoamérica, más aún que en otras regiones que han logrado sedimentar un perfil más preciso a través de una experiencia histórica más prolongada, la noción de que la consumación de los tiempos nos está esperando tras el próximo recodo en su ruta histórica es necesariamente engañosa; si sus peligros como fuente de inspiración política son ya patentes para todos, los que ofrece como guía para la exploración del pasado no son menos reales.

TULIO HALPERIN DONGHI
Berkeley, junio de 1988

Prólogo a la primera edición

Una historia de Latinoamérica independiente: he aquí un tema problemático. Problema es ya la unidad del objeto mismo; el extremo abigarramiento de las realidades latinoamericanas suele ser lo primero que descubre el observador extraño; con cautela acaso recomendable, Lucien Febvre titulaba el volumen que los *Annales* dedicaron al subcontinente *À travers les Amériques latines.* ¿Las Américas latinas, entonces, tantas como las naciones que la fragmentación postrevolucionaria ha creado? He aquí una solución que tiene sobre todo el encanto de la facilidad: son muchos los manuales que la prefieren, y alinean diligentemente una veintena de historias paralelas. ¿Pero la nación ofrece ella misma un seguro marco unitario? Cuando Simpson quiso recoger en un libro el fruto de decenios de exploración admirablemente sagaz de la historia mexicana le puso por título *Many Mexicos;* estos muchos Méxicos no eran tan sólo los que van desde el esplendor indígena hasta la revolución del siglo XX; también son los que una geografía atormentada y una historia compleja hacen subsistir lado a lado sobre el suelo mexicano. La geografía antes que la historia opone entonces a la meseta mexicana, de sombría vegetación, el desierto y la costa tropical; la que en otras naciones está en el punto de partida de diferenciaciones no me-

nos profundas: así como ocurría con las Américas latinas, el plural parece imponerse también, contra toda gramática, para reflejar los desconcertantes contrastes aun de países relativamente pequeños, como el Ecuador o Guatemala...

Problema es también la posibilidad de una consideración propiamente histórica del tema: aun sin seguir el ejemplo de quienes buscando (por caminos acaso demasiado fáciles) subrayar la originalidad latinoamericana, niegan que Latinoamérica tenga en rigor historia, es preciso admitir que, en cuanto a ciertos planos de la realidad social, la historia se mueve acaso más despacio aquí que en otras partes. De allí el avance de los exámenes ahistóricos de la realidad hispanoamericana pasada o presente; ese avance, a ratos excesivo y prepotente, si por una parte complementa las perspectivas de una *histoire événementielle* que en América latina no suele ser menos intelectualmente perezosa que en otras comarcas, no está tampoco exento de aspectos negativos; el geógrafo, el sociólogo, el antropólogo social, al ignorar la dimensión histórica de los problemas que les interesan, corren riesgo de entenderlos muy mal... No reduzcamos, sin embargo, el problema a una querella de especialistas sensibles a las limitaciones ajenas más que a las propias: la gravitación de esas ciencias del hombre que se diferencian de la historia en cuanto ponen el acento en el estudio y descripción de complejas estructuras –examinadas al margen del proceso temporal al que deben su existencia– no se debe tan sólo al contexto cultural en el cual se dan hoy los estudios latinoamericanos; es en parte requerida por el objeto mismo. Si hoy Fernand Braudel puede reivindicar como la conquista acaso más valiosa de la historiografía última el haber descubierto que la historia no es sólo ciencia de lo que cambia, sino también de lo que permanece, ese descubrimiento es para el estudioso de la América latina incomparablemente más fácil; quizá por eso mismo puede también ser a menudo menos fructífero.

Descubrir que la historia es también ciencia de lo cambiante, que tras las anécdotas coloridas o monótonas en que sue-

len perderse con delicia tantos historiadores latinoamericanos, junto con tantos de otras latitudes, existen procesos que puede ser interesante rastrear, es en cambio menos fácil; entre los relatos políticos y patrióticos y las constantes a cuyo examen se consagran otras ciencias humanas, la historia halla difícil en Latinoamérica encontrar su terreno propio.

A esa empresa difícil, orientada hacia un objeto problemático, está consagrado este libro. En él se ha querido, a pesar de todo, ofrecer una historia de la América latina moderna, a partir de la crisis de independencia que la creó. Una historia que procure no ignorar qué servidumbre imponen realidades que se presentan inmóviles no sólo en la perspectiva limitada que ofrece el trayecto temporal de una vida humana, sino también en la más amplia que proporcionan los siglos. Pero que no por eso renuncie a ser historia; es decir, examen de lo que en ese marco se transforma y a la vez lo transforma.

Una historia de América latina que pretende hallar la garantía de su unidad y a la vez de su carácter efectivamente histórico al centrarse en el rasgo que domina la historia latinoamericana desde su incorporación a una unidad mundial, cuyo centro está en Europa: la situación colonial. Son las vicisitudes de esa situación, desde el primer pacto colonial cuyo agotamiento está en el punto de partida de la emancipación, hasta el establecimiento de un nuevo pacto, más adecuado, sin duda, para las nuevas metrópolis, ahora industriales y financieras a la vez que mercantiles, pero más adecuado también para una nueva Latinoamérica más dominada que antes de la Independencia por los señores de la tierra, y una vez abierta la crisis de ese segundo pacto colonial, la búsqueda y el fracaso de nuevas soluciones de equilibrio menos renovadoras de lo que suponían a la vez sus partidarios y sus adversarios; menos renovadoras, sobre todo, de lo que las transformaciones del orden mundial exigen de los países marginales que no quieren sufrir las consecuencias de un deterioro cada vez más rápido. Y finalmente, el desequilibrio y las tensiones de la hora actual, que confluyen en conflictos planteados a escala planetaria.

Dentro de esta perspectiva se ha intentado aquí ordenar una realidad cuya riqueza no quisiera traicionarse. A pesar de todo, las limitaciones son necesarias, y este libro no pretende ser una historia total de la América latina: se buscarán en vano en él los cuadros –frecuentemente demasiado rápidos– que suelen ofrecer, paralelamente a la historia sin adjetivos, la historia literaria e ideológica a través de un puñado de nombres y fechas, y de caracterizaciones escasamente evocadoras para quienes no conocen por experiencias más directas la realidad en ellas aludida. No es ésa la única carencia que el autor se ha resignado a aceptar para su obra; muchas otras que no advierte las descubrirá sin duda el lector, cruelmente evidentes. Aun así este libro, que no se propone ser un comentario de actualidad, pero tampoco rehúye acompañar hasta hoy el avance a menudo atormentado de América latina, no ha de carecer de alguna utilidad si logra ayudar –con la perspectiva que precisamente sólo la historia podría ofrecer– a la comprensión de esta hora latinoamericana, en que los crueles dilemas que tan largamente han venido siendo eludidos se presentan con urgencia bastante como para ganar para este subcontinente, demasiado tiempo contemplado por el resto del mundo con mirada distraída, una atención por primera vez alerta, y a ratos alarmada.

Primera parte

Del orden colonial al neocolonial

Capítulo 1
El legado colonial

Todavía a principios del siglo XIX seguían siendo visibles en Iberoamérica las huellas del proceso de conquista. Las de las vicisitudes de los conquistadores mismos, que iban a fascinar a los historiadores de esa centuria: Lima, Buenos Aires, Asunción, eran el fruto perdurable de la decisión de ciertos hombres... Tras de esa versión heroica de la *histoire événementielle* no es imposible descubrir ciertos acondicionamientos objetivos de esas trayectorias fulgurantes, aparentemente regidas por una caprichosa libertad; es la vigencia perdurable de esos acondicionamientos la que asegura la continuidad entre la conquista y la más lenta colonización.

Como sabían bien quienes en el siglo XVIII se habían inclinado sobre el enigma de ese gigantesco imperio dominado por una de las más arcaicas naciones de Europa, lo que había movido a los conquistadores era la búsqueda de metal precioso. Siguiendo sus huellas, su poco afectuosa heredera la corona de Castilla iba a buscar exactamente lo mismo y organizar sus Indias con este objeto principal. Si hasta 1520 el núcleo de la colonización española estuvo en las Antillas, las dos décadas siguientes fueron de conquista de las zonas continentales de meseta, donde iba a estar por dos siglos y medio el corazón del imperio español, desde México hasta el Alto Perú; ya antes

de mediados de siglo el agotamiento de la población antillana ha puesto fin a la explotación del oro superficial del archipiélago; hacia esa fecha la plata excede ya en volumen al oro en los envíos de metal precioso a la metrópoli, y a fines de esa centuria lo supera también en valor.

Para ese momento las Indias españolas han adquirido una figura geográfica que va a permanecer sustancialmente incambiada hasta la emancipación. Sin duda las Antillas y hasta mediados del siglo XVIII el entero frente atlántico son el flanco débil de ese imperio organizado en torno a la minería andina: desde Jamaica hasta la Colonia de Sacramento en el Río de la Plata, el dominio español ha retrocedido en más de un punto (provisoria o definitivamente) ante la presión de sus rivales. Aun así, el Imperio llega casi intacto hasta 1810, y es precisamente la longevidad de esa caduca estructura la que intriga (y a veces indigna) a los observadores del siglo XVIII.

Ese sistema colonial tan capaz de sobrevivir a sus debilidades tenía –se ha señalado ya– el fin principal de obtener la mayor cantidad posible de metálico con el menor desembolso de recursos metropolitanos. De aquí deriva más de una de las peculiaridades que el pacto colonial tuvo en América española, no sólo en cuanto a las relaciones entre metrópoli y colonias, sino también en las que corrían entre la economía colonial en su conjunto y los sectores mineros dentro de ella. ¿De qué manera podía lograrse, en efecto, que las tierras que producían metálico suficiente para revolucionar la economía europea estuviesen crónicamente desprovistas de moneda? A más de la porción –nada desdeñable– extraída por la Corona por vía de impuesto, era necesario orientar hacia la metrópoli, mediante el intercambio comercial, la mayor parte de ese tesoro metálico. Ello se hacía posible manteniendo altos no sólo los costes de las importaciones metropolitanas, sino también los de comercialización, sea entre España y sus Indias, sea entre los puertos y los centros mineros de éstas. Las consecuencias de este sistema comercial para la economía hispanoamericana eran múltiples y tanto más violentas cuanto más las favorecie-

sen los datos de la geografía. La primera de ellas era la supremacía económica de los emisarios locales de la economía metropolitana: el fisco y los comerciantes que aseguraban el vínculo con la Península. La segunda era el mantenimiento casi total de los demás sectores de la economía colonial –incluso en más de un aspecto los mineros– al margen de la circulación monetaria.

Las ventajas que este sistema aportaba a la metrópoli son evidentes. Más dudoso parece que pudiese deparar algunas a los sectores a los que la conquista había hecho dominantes en las colonias; pero los puntos de vista de éstos (luego de las pruebas de fuerza de las que abundó el siglo XVI) debieron aprender a conciliarse con los de la Corona, organizadora de la economía indiana en su propio beneficio y el de la metrópoli. Esa conciliación –base de un equilibrio siempre inestable y no desprovisto de tensiones– fue posible sobre todo gracias a que (desde una perspectiva americana) el botín de la conquista no incluía sólo metálico, sino también hombres y tierras. Lo que hizo del área de mesetas y montañas de México a Potosí el núcleo de las Indias españolas no fue sólo su riqueza minera, sino también la presencia de poblaciones indígenas, a las que su organización anterior a la conquista hacía utilizables para la economía surgida de ésta.

Para la minería, desde luego, pero también para actividades artesanales y agrícolas. Hacia estas últimas se orientan predominantemente los conquistadores y sus herederos, primero como encomenderos a quienes un lote de indios ha sido otorgado para percibir de ellos el tributo que de todos modos los vasallos indígenas deben a la Corona; luego –de modo cada vez más frecuente en medio del derrumbe demográfico del siglo XVII– como dueños de tierras recibidas por mercedes reales. Sobre la tierra y el trabajo indio se apoya un modo de vida señorial que conserva hasta el siglo XIX rasgos contradictorios de opulencia y miseria. Sin duda, la situación de los nuevos señores de la tierra no ha sido ganada sin lucha, primero abierta (el precio del retorno a la obediencia en el Perú, luego de las

luchas entre conquistadores, a mediados del siglo XVI, fue una mejora en el *status* jurídico de los encomenderos) y luego más discreta contra las exigencias de la Corona y de los sectores mineros y mercantiles que contaban en principio con su apoyo: a medida que el derrumbe de la población indígena se aceleraba, la defensa de la mano de obra (en particular contra esa insaciable devoradora de hombres que era la mina) se hacía más urgente, y antes de llenar –con entera justicia– uno de los pasajes más negros de la llamada leyenda negra, la mita –el servicio obligatorio en las minas y obrajes textiles– había ganado una sólida antipatía entre señores territoriales y administradores laicos y eclesiásticos de las zonas en que los mitayos debían ser reclutados.

Los señores de la tierra tenían así un inequívoco predominio sobre amplias zonas de la sociedad colonial; no habían conquistado situación igualmente predominante en la economía hispanoamericana globalmente considerada. Esta es una de las objeciones sin duda más graves a la imagen que muestra al orden social de la colonia como dominado por rasgos feudales, por otra parte indiscutiblemente presentes en las relaciones socioeconómicas de muy amplios sectores primarios. Pero es que el peso económico de estos sectores es menor de lo que podría hacer esperar su lugar en el conjunto de la población hispanoamericana (y aun éste era desde el siglo XVII menos abrumadoramente dominante de lo que gusta a veces suponerse). Ello es así porque es la organización de la entera economía hispanoamericana la que margina a esos sectores, a la vez que acentúa en ellos los rasgos feudales. Por otra parte, éstos están lejos de aparecer con igual intensidad en el entero sector agrícola. Desde muy pronto surgen al lado de las tierras de agricultura indígena islotes de agricultura española; pese a la exigüidad de éstos, su sola supervivencia está mostrando una de las fallas de la agricultura apoyada en el trabajo indio: debiendo sostener dos estructuras señoriales a la vez (la todavía muy fuerte de origen prehispánico y la española, laica y eclesiástica a la vez) le resulta cada vez menos fácil, mientras

el derrumbe demográfico y la concurrencia de otras actividades arrebatan buena parte de su mano de obra, producir a precios bajos excedentes para el mercado.

La catástrofe demográfica del siglo XVII provocará transformaciones aun más importantes en el sector agrario: reemplazo de la agricultura por la ganadería del ovino, respuesta elaborada desde México hasta Tucumán a la disminución de la población trabajadora; reemplazo parcial de la comunidad agraria indígena, de la que el sector español se limita a extraer una renta señorial en frutos y trabajo, por la hacienda, unidad de explotación del suelo dirigida por españoles. Este último cambio es, sin embargo, muy incompleto; de intensidad y formas jurídicas variables según las comarcas, de algunas estuvo casi totalmente ausente. Es que el estímulo brutal del derrumbe demográfico no bastaba para provocarlo; era necesaria también la presencia de mercados capaces de sostener, mediante la expansión del consumo, una expansión productiva: a diferencia de la comunidad indígena, a la que la conquista ha impuesto un nuevo señor, la hacienda es una organización orientada hacia consumidores ajenos a ella.

Su triunfo es entonces limitado; se da con mayor pureza allí donde el contacto más directo con la economía metropolitana, gracias al cual los sectores mercantiles y mineros defienden mejor su parte del producto de la actividad económica, da a las economías urbanas una mayor capacidad de consumo. Ésa es sin duda la causa del ritmo relativamente más acelerado que el proceso tuvo en México, que pese al papel secundario que al principio le cupo dentro de la producción minera hispanoamericana alcanzó, desde muy pronto, una situación relativamente privilegiada en sus relaciones económicas con la metrópoli. Pero aun en México el avance de la hacienda no dará lugar al surgimiento de un asalariado rural auténtico: los salarios, aunque expresados por lo menos parcialmente en términos monetarios, de hecho son predominantemente en especie, y por otra parte el endeudamiento de los peones hace a veces ilusoria su libertad de romper la relación con el pa-

trón. No ha de olvidarse por añadidura que, entre la explotación directa de toda la tierra y la percepción pura y simple de una renta señorial, existen numerosos estadios intermedios (comparables a los bien conocidos en la metrópoli y la entera Europa) en que si el campesino cultiva para sí un lote, debe trabajar con intensidad localmente variable la tierra señorial... Esta última solución, si facilita la producción de excedentes para mercados externos, no siempre va acompañada de ella; en este punto el panorama hispanoamericano es extremadamente complejo, y estamos por cierto lejos de conocerlo bien.

De todos modos, dentro del orden económico colonial la explotación agrícola forma una suerte de segunda zona, dependiente de la mercantil y minera (en la medida en que a través de ellas recibe los últimos ecos de una economía monetaria de ritmo lento y baja intensidad), pero a la vez capaz de desarrollos propios bajo el signo de una economía de autoconsumo que elabora su propios y desconcertantes signos de riqueza. El repliegue sobre sí misma ofrece solución sólo provisional y siempre frágil al desequilibrio entre ambas zonas: hay en el sector dominante quienes se interesan en mantener entreabierta la comunicación con la que tiende a aislarse; buena parte de los lucros que las Indias ofrecen suelen cosecharse en esa frontera entre sus dos economías. Esos esfuerzos cuentan en general con el apoyo del poder político: la función del sector agrícola es, dentro del orden colonial, proporcionar fuerza de trabajo, alimentos, tejidos y bestias de carga a bajo precio para ciudades y minas; si una incorporación menos limitada del sector rural a los circuitos económicos encarecería acaso sus productos, su aislamiento total tendría la consecuencia aún más grave de hacerlos desaparecer de los mercados mineros y urbanos...

Esa combinación de intereses privados y presiones oficiales tiene acaso su expresión más típica (aunque sin duda no su manifestación más importante) en la institución del repartimiento de efectos. Para evitar que, por ausencia de una espontánea corriente de intercambios, faltase a enteras zonas rurales lo más necesario, se decide inducir esta corriente por acto de imperio: los corregidores, funcionarios ubicados por la Corona al frente de enteros distritos, ofrecerán esos productos al trueque de las poblaciones indígenas sometidas a su mando. Se adivina qué provechos dejó el sistema a funcionarios y comerciantes por ellos favorecidos: las quejas sobre las muchas cosas inútiles que se obliga a los indios a comprar -fondos de almacén que no han encontrado adquirentes en la ciudad- se hacen cada vez más ruidosas a lo largo del siglo XVIII... Pero si estos episodios dicen mucho sobre la situación real de los campesinos indígenas, también echan luz sobre las limitaciones del poder y la riqueza de los señores territoriales: la debilidad de éstos frente a la doble presión de la Corona y de los emisarios de la economía mercantil se hace sentir no sólo cuando examinamos globalmente la economía colonial hispanoamericana, sino aun si se limita el campo de observación a los rincones semiaislados que se supondría destinados a sufrir el inmitigado predominio señorial.

Menos nítida es la situación en lo que toca a las relaciones entre sectores mercantiles y mineros. Como en la explotación de la tierra, y todavía más que en ésta, se impone la diferenciación entre México y el resto del imperio. Mientras en México los mineros constituyen un grupo dotado de capital bastante para encarar a menudo autónomamente la expansión de sus explotaciones (y aun cuando deben buscarlo fuera, la comparativa abundancia hace que no deban sacrificar a cambio de él su autonomía económica real), en Perú los mineros de Potosí dependen cada vez más de los adelantos de los comerciantes, y el ritmo despiadado que a lo largo del siglo XVIII imponen a la explotación de la mano de obra, a medida que se empobrecen los filones, es en parte una tentativa de revertir sobre ésta las consecuencias de la dependencia creciente de la economía minera respecto de la mercantil.

Esta diferencia entre México y el resto del imperio (que hace que, nada sorprendentemente, en México un efectivo ré-

gimen de salariado -y con niveles de salario que observadores europeos encuentran inesperadamente altos- domine la actividad minera y aparezca en algunos sectores privilegiados de la agrícola) se vincula (como se ha observado ya) con la situación privilegiada de esta región, menos duramente golpeada por las consecuencias del pacto colonial.

Este pacto colonial, laboriosamente madurado en los siglos XVI y XVII, comienza a transformarse en el siglo XVIII. Influye en ello más que la estagnación minera -que está lejos de ser el rasgo dominante en el siglo que asiste al *boom* de la plata mexicana- la decisión por parte de la metrópoli de asumir un nuevo papel frente a la economía colonial, cuya expresión legal son las reformas del sistema comercial introducidas en 1778-82, que establecen el comercio libre entre la Península y las Indias.

¿Qué implicaban estas reformas? Por una parte la admisión de que el tesoro metálico no era el solo aporte posible de las colonias a la metrópoli; por otra -en medio de un avance de la economía europea en que España tenía una participación limitada pero real-, el descubrimiento de las posibilidades de las colonias como mercado consumidor. Una y otra innovación debían afectar el delicado equilibrio interregional de las Indias españolas; los nuevos contactos directos entre la metrópoli y las colonias hacen aparecer a aquélla como rival -y rival exitosa- de las que entre éstas habían surgido como núcleos secundarios del anterior sistema mercantil. Es lo que descubren los estudiosos del comercio colonial en el siglo XVIII, desde el Caribe al Plata, desde las grandes Antillas antes ganaderas y orientadas hacia el mercado mexicano, ahora transformadas por la agricultura del tabaco y del azúcar y vueltas hacia la Península, hasta el litoral venezolano, que reorienta sus exportaciones de cacao de México a España, y hasta las pampas rioplatenses en que se expande una ganadería cuyos cueros también encuentran salida en la metrópoli.

En los casos arriba mencionados el contacto directo con la Península comienza la fragmentación del área económica hispanoamericana en zonas de monocultivo que terminarán por estar mejor comunicadas con su metrópoli ultramarina que con cualquier área vecina. Esa fragmentación es a la larga políticamente peligrosa; si parece fortificar los vínculos entre Hispanoamérica y su metrópoli, rompe los que en el pasado han unido entre sí a las distintas comarcas de las Indias españolas.

La reforma comercial no sólo consolida y promueve esos cambios en la economía indiana; se vincula además -tal como se ha señalado- con otros que se dan en la metrópoli. Esa nueva oleada de conquista mercantil que desde Veracruz a Buenos Aires va dando, a lo largo del siglo XVIII, el dominio de los mercados locales a comerciantes venidos de la Península (que desplazan a los criollos antes dominantes) es denunciada en todas partes como afirmación del monopolio de Cádiz. Pero a su vez, quienes dominan el nudo mercantil andaluz provienen ahora de la España del Norte; Cádiz es esencialmente el emisario de Barcelona. Junto con la hegemonía mercantil de la renaciente España septentrional se afirma también -más ambiguamente- su avance industrial, que las medidas proteccionistas incluidas en el nuevo sistema comercial intentan fortalecer asegurándole facilidades en el mercado colonial. En este sentido la reforma alcanza un éxito muy limitado: el despertar económico de la España del setecientos no tiene vigor bastante para que la metrópoli pueda asumir plenamente el papel de proveedora de productos industriales para su imperio.

Estando así las cosas, los privilegios que el nuevo sistema comercial otorga a la metrópoli benefician menos a su industria que a su comercio: el nuevo pacto colonial fracasa sustancialmente porque mediante él España sólo logra transformarse en onerosa intermediaria entre sus Indias y las nuevas metrópolis económicas de la Europa industrial.

De la Hispanoamérica marcada por las huellas contradictorias de tres siglos de colonización, **México** era la región más pobla-

da, la más rica, la más significativa para la economía europea. Su capital era la ciudad más grande del Nuevo Mundo; no sólo su población, también la magnificencia de casas privadas y palacios públicos hacen de ella una gran ciudad a escala mundial, transformada por la prosperidad traída por la expansión minera del setecientos. En efecto, es la explotación de la plata del México septentrional la que sostiene el crecimiento capitalino: en toda la ceja septentrional de la meseta de Anahuac –en Querétaro, Guanajuato, San Luis Potosí–, minas nuevas y mucho más vastas, se alinean junto a las antiguas. Los reales de minas y su nueva fortuna vuelven a poner en primer plano al México del Norte; tras de ellos se expande la ganadería de las provincias interiores, que encuentra en la zona minera su centro de consumo; todavía más allá, muy débilmente pobladas, están las tierras del extremo norte, que deben sobre todo a decisiones políticas sus modestos avances demográficos: los avances rusos e ingleses en el Pacífico están anunciando nuevas amenazas para la frontera septentrional de las tierras españolas, y la Corona no quiere que ésta quede desguarnecida.

Ese México septentrional es menos indio que el central y meridional; ha sido más tocado que éste por la evolución que va desde la comunidad agraria indígena a la hacienda, en parte porque en amplias zonas de él la hacienda ganadera se implantó allí donde nunca se había conocido agricultura (y tampoco instalaciones indígenas sedentarias). Pero aun en tierras cultivadas desde tiempos prehispánicos la presencia de los reales de minas había dado estímulo a la evolución hacia la hacienda (productora para ese exigente mercado). En ese Norte en expansión son los mineros más que los hacendados quienes dominan la sociedad local; unos y otros son, por otra parte, predominantemente blancos, y ocupan las primeras filas de esa alta clase criolla que en la capital rivaliza con la peninsular, ostentando frente a ella títulos de nobleza que en el siglo XVIII no ocultan su origen venal y son como la traducción, en los términos de jerarquías sociales más antiguas, del triunfo obtenido en la lucha por la riqueza; aun en Madrid habrá un

pequeño grupo de criollos mexicanos enriquecidos por la plata, ennoblecidos por su riqueza, cuya vida ociosa y suntuosa será contemplada entre admirada y burlonamente por la nobleza metropolitana...

La inclinación de esa nueva aristocracia a la *conspicuous consumption* ha sido reprochada por ese implacable –y no siempre lúcido– crítico retrospectivo de la elite criolla del México colonial que fue Lucas Alamán. El reproche es a la vez fundado e injusto: el derroche era el desemboque de una riqueza que una vez acumulada no encontraba suficientes modos de invertirse útilmente. La agricultura del Norte era sobre todo de consumo local, la ganadería no exigía inversiones importantes, la artesanía (textil, cobre, cerámica) era el fruto del trabajo de obreros domésticos, crónicamente endeudados con los comerciantes, que encontraban demasiadas ventajas en el sistema vigente para revolucionarlo inyectando en él una parte de sus ganancias bajo la forma de inversiones de capital.

Sin duda la vigencia de este sistema hacía del México del Norte, minero y ganadero, un tributario del México central, y sólo la excepcional prosperidad de la minería mexicana impidió que esa dependencia tuviese las consecuencias que alcanzó –por ejemplo– en el Alto Perú. Ahora bien, la riqueza minera no hallaba fácil volcarse en el México central, dominado rápidamente por los grupos comerciales consolidados gracias a la hegemonía de Veracruz, que fue uno de los resultados locales de la reforma comercial de 1778. Efectivamente, los comerciantes peninsulares que, gracias a ella, conquistaron desde Veracruz el sistema mercantil mexicano, estaban también detrás del avance de una agricultura de mercado, que roía sobre las mejores tierras de maíz de la meseta, y sobre todo de sus bordes. Si la expansión del trigo fue un episodio efímero, clausurado por causa de la competencia norteamericana, que conquistó el Caribe (aun el español) luego de 1795, el avance del azúcar estaba destinado a durar. Estas transformaciones agrícolas de la meseta dejan intactas las tierras bajas de la cos-

ta atlántica, a primera vista más adecuadas para una agricultura tropical de plantación, que permanecen sin embargo despobladas, salvo en sus centros urbanos, y consagradas sólo en mínima medida a una agricultura de subsistencia.

Hay además en el México central una industria artesanal de importancia mayor que en el Norte: es la del centro textil de Puebla, donde la organización en manufacturas es antigua. Su producción se destina sobre todo al mercado interno, al que domina por entero en los sectores populares. Los comercializadores controlan la economía del textil, pero están a su vez subordinados por una red de adelantos, deudas y habilitaciones a los grandes importadores y exportadores de Veracruz, dueños, en último término, de la economía del México central y meridional.

Es el predominio de éstos el que hace que para un observador rápido México aparezca sobre todo como un país predominantemente minero: Humboldt ya observaba que, sin embargo, año más, año menos, la agricultura y la ganadería producían treinta millones de pesos contra los veintidós a veinticuatro de las minas. No sólo porque la mayor parte de esa producción era de consumo local su importancia permanecía semiescondida: todavía era la minería la actividad primaria cuyos dominadores alcanzaban a liberarse mejor de la hegemonía de los comercializadores y a ingresar en número más importante en las clases altas del virreinato. De este modo el crecimiento mexicano –muy rápido en la segunda mitad del siglo XVIII– parece hacer crecer las causas del conflicto. En primer lugar, en una clase alta inevitablemente escindida entre señores de la plata –predominantemente criollos– y grandes comerciantes (a menudo transformados en terratenientes) del México central, que son predominantemente peninsulares. Los primeros tienen su expresión corporativa en el Cuerpo de Minería, los segundos en el Consulado de Comercio; en el plano político el Cabildo de México es la fortaleza de la aristocracia criolla, frente a las magistraturas de designación metropolitana.

Toda esa clase alta es escandalosamente rica, y su prosperidad va acompañada de una muy honda miseria popular. Por el momento, este contraste –evidente para observadores extraños– no parece haber hecho temer nuevas tensiones. Lo grave era que en México el progreso tendía a acentuar las oposiciones mismas que estaban ya en su punto de partida. Se daba, en primer lugar, en medio de una rápida expansión demográfica; de menos de tres millones de habitantes a mediados del siglo XVIII, México pasa a algo más del doble medio siglo después. Pese a que la expansión de la capital (más de 130.000 habitantes en 1800) y la de las zonas mineras acrecen los sectores de economía de mercado, la mayor parte de esa expansión se hace en el sector de autoconsumo, cuya participación en el dominio de la tierra es disminuida por el avance de la agricultura comercial. He aquí un problema que va a gravitar con dureza creciente en la vida mexicana: ya es posible adivinarlo detrás de la violencia de los alzamientos de Hidalgo (que afecta al contorno agrícola de la zona minera del Norte) y de Morelos (zona de agricultura subtropical del Sur). Otro problema que afecta a sectores menos numerosos, pero más capaces de hacerse oír permanentemente, es el del desemboque para la población urbana que, en parte a causa de la inmigración forzada de campesinos, en parte por el puro crecimiento vegetativo, aumenta más rápidamente que las posibilidades de trabajo en la ciudad. No se trata ahora tan sólo de una plebe sin ocupación fija (los temibles léperos de la capital, disponibles para todos los tumultos), sino de una clase intermedia incapaz de encontrar lugar suficiente en las filas no bastante amplias de la nueva burocracia y del clero, y particularmente sensible, por eso mismo, a las preferencias que en ellas encuentran los peninsulares.

El progreso mexicano preparaba así las tormentas que lo iban a interrumpir. No por eso dejaba de ser el aspecto más brillante de la evolución hispanoamericana en la etapa ilustrada. Para la Corona, cuyo progresismo está inspirado, en parte, en criterios fiscalistas, México, capaz de proporcionar los dos

tercios de las rentas extraídas de las Indias, es la colonia más importante. Para la economía metropolitana también: la plata mexicana parece encontrar como espontáneamente el camino de la metrópoli. Sin duda, México hace en el imperio español figura de privilegiado, y la riqueza monetaria por habitante es superior a la de la metrópoli; pero no sólo esa riqueza está increíblemente concentrada en pocas manos, es por añadidura *el fruto de la acumulación de una parte mínima* del producto de la minería mexicana; año tras año, el 95 por 100 de la producción de plata toma el camino de Europa; el 50 por 100, sin contraprestación alguna, y el resto como consecuencia -por lo menos parcial- de un sistema comercial sistemáticamente orientado en favor de los productos metropolitanos.

Si México es, a fines del siglo XVIII, la más importante económicamente de las posesiones indianas, no es ya la que crece más rápidamente. **Las Antillas** españolas están recorriendo más tardíamente el camino que desde el siglo XVII fue el de las francesas, inglesas y holandesas: originariamente ganaderas, desde comienzos del siglo XVIII se orientan hacia la agricultura tropical. Es sobre todo Cuba la beneficiaria de esta expansión, acelerada luego por la ruina de Haití (que hace del oriente cubano tierra de refugio para plantadores franceses) y anticipada desde el siglo XVII por la aparición del tabaco como segundo rubro de la economía cubana al lado del ganado. Pero la fortuna del tabaco es variable y el monopolio regio de compra pone -a partir del último tercio del siglo XVIII- un límite a su expansión. La del azúcar es, por el contrario, acelerada por la coyuntura internacional: la guerra de independencia de Estados Unidos abre la economía cubana al contacto de estos aliados de España; luego el ciclo de la revolución francesa y las guerras civiles imperiales le asegura -tras de un breve paréntesis de estancamiento- una nueva y más rápida expansión. Ésta se produce en buena parte al margen del sistema comercial español, y aun en la medida en que se da dentro de éste supone un mercado consumidor más amplio que el metropolitano. La expansión azucarera -que lleva de un promedio de exportaciones de 480.000 arrobas en 1764-69 a uno de 1.100.000 en 1786-90, y alrededor de dos millones y medio para 1805- se produce en medio de una crónica escasez de capitales, en explotaciones pequeñas, que trabajan con esclavos relativamente poco numerosos (sólo en las cercanías de La Habana hay ingenios de más de 100 negros), cuyos propietarios arrastran pesadas deudas frente a los comerciantes habaneros que les han adelantado lo necesario para instalarse. El azúcar tardará en crear en Cuba una clase de plantadores ricos: enriquecerá, en cambio, rápidamente a los comerciantes que los habilitan. Consecuencias indirectas de la situación son cierto arcaísmo técnico, impuesto por la escasez de capital y pequeñez de las unidades de explotación, y la limitación de los cambios en el equilibrio racial (entre 1774 y 1817 la población negra pasó del 43,8 al 55 por 100, mientras que el número de habitantes de la isla subía de alrededor de 170.000 a alrededor de 570.000; La Habana pasaba, por su parte, entre 1791 y 1825, de los 50.000 a los 130.000 habitantes).

Frente al crecimiento de México y Cuba, **América central,** organizada en la Capitanía General de Guatemala, se mostraba más estática. De su millón y medio de habitantes, más de la mitad eran indios, menos del 20 por 100 blancos, el resto castas mezcladas y negros. El mayor predominio indígena se encuentra en el Norte, en lo que será Guatemala, tierra de grandes haciendas y comunidades indígenas orientadas hacia el autoconsumo. El Salvador, en tierras más bajas y cálidas, tiene una población más densa de indios y mestizos y una propiedad más dividida. Son los comerciantes los que dominan la zona y controlan la producción y exportación del principal producto con el que Centroamérica participa en la economía internacional: el índigo. Más al Sur, Honduras y Nicaragua son tierras de ganadería extensiva y escasamente próspera, poblada sobre todo de mestizos y mulatos; en Costa Rica, el rincón más meridional y despoblado de la capitanía, se han

instalado en la segunda mitad del siglo XVIII colonos gallegos, que desarrollan una agricultura dominada por el autoconsumo en el valle central, en torno a Cartago.

Las tierras sudamericanas del Caribe son de nuevo zonas de expansión. **Nueva Granada** tiene su principal producto de exportación en el oro, explotado desde el siglo XVI, pero cuya producción creció rápidamente en el siglo XVIII, y llegó a fines del siglo a superar la del Brasil (por su parte ya en decadencia). Pero Nueva Granada era región extremadamente compleja: integrada por una costa en que Cartagena de Indias, la ciudad-fortaleza, era el centro del poder militar español en la orilla sudamericana del Caribe, y dos valles paralelos, separados por montañas difícilmente transitables, cuyos ejes son ríos sólo navegables por trechos –el Cauca y el Magadalena–, la comarca debía adquirir sólo muy tardíamente alguna cohesión: la capital, Bogotá, ciudad surgida en medio de la meseta ganadera al este del Magdalena, encontraba una significativa dificultad para imponerse sobre sus rivales: Cartagena en la costa, Popayán en el Alto Cauca, Medellín en el Cauca medio. Esa falta de cohesión se traduce en otras formas de heterogeneidad: a la costa de población blanca y mulata se contrapone un interior predominantemente mestizo, pero con población blanca importante (más del 30 por 100 para toda Nueva Granada); por su parte, las zonas de minería, en el Alto Cauca y el Atrato, tenían también una concentración de población negra esclava. La meseta de ganadería y agricultura templada (que iba a ser uno de los núcleos de la futura Colombia) estaba en parte en manos de grandes terratenientes (es el caso de la llanura de Bogotá); en otras zonas la propiedad se halla más dividida; así en las tierras de Antioquía, intermediarias entre la zona aurífera y la costa.

Nueva Granada avanza entonces sobre líneas muy tradicionales, y su contribución a la economía ultramarina es sobre todo la de sus minas de metales preciosos: en 1788 se exportan 1.650.000 pesos en metálico y sólo 250.000 pesos en frutos (un conjunto de rubros muy variados); el desbarajuste de los años de guerra impide tener cifras igualmente representativas para las décadas que siguen. Al lado del comercio legal está el de contrabando: Jamaica, que lo domina desde el siglo XVII, es cada vez más importante para Nueva Granada. Gracias a los intérlopes el virreinato no queda desprovisto de importaciones europeas en los años de aislamiento. Pero el comercio irregular deprime toda exportación que no sea la de metálico y presiona sobre otras producciones locales: aun el trigo de la meseta halla dificultad para sobrevivir al lado del importado... Esos avances desiguales se reflejan también en la curva demográfica: alrededor de un millón de habitantes hacia 1790, pero ninguna ciudad de más de treinta mil; al lado de ello zonas rurales de población relativamente densa, como la agrícola y artesanal del Socorro, al norte de Bogotá, abrigadas contra las asechanzas de la economía mundial por un volumen de intercambio más reducido aun que en otras áreas hispanoamericanas.

A esta Nueva Granada encerrada en sí misma se contrapone una **Venezuela** volcada, por el contrario, al comercio ultramarino; su estructura interna, si es aún más compleja que la neogranadina, está también mejor integrada. Está en primer término la costa del cacao, continuada en los valles internos a los Andes venezolanos; en las zonas montañosas hay explotación pastoril de ganado menor. Entre la cordillera costeña y el Orinoco se encuentran los Llanos, poblados por marginales de las zonas de más antigua colonización y consagrados a una ganadería de vacas y mulas. Sobre el Orinoco, gracias sobre todo al esfuerzo colonizador de la España borbónica, están surgiendo algunos centros que encuentran dificultad en arraigar. Con una población que es la mitad de la neogranadina, Venezuela exporta por valor dos veces mayor que Nueva Granada. El más importante de sus rubros es el cacao (un tercio del total de las exportaciones, que excede los cuatro millones y medio de pesos); siguen el índigo, con algo más de un millón, el café y el al-

godón. La agricultura costera y de los valles andinos se encuentra en manos de grandes propietarios que usan mano de obra predominantemente esclava; esta aristocracia criolla ha obtenido en 1778-85 su victoria sobre la Compañía Guipuzcoana, que había tenido el monopolio de compra y exportación del cacao venezolano, y lo había impuesto en el mercado metropolitano, haciendo posible un gran aumento de la producción local, pero reservándose lo mejor de los lucros del negocio. Los señores del cacao, los *mantuanos* de Caracas, dominan la economía venezolana, y son lo bastante ricos para que más de uno de ellos pueda permitirse hacer vida ociosa y ostentosa en la corte madrileña (donde los marqueses del chocolate venezolano son recibidos con la misma admiración burlona que los ennoblecidos millonarios de la plata mexicana).

Los Llanos vinculan su economía a circuitos más limitados: mulas y ganado para las Antillas, cueros que alcanzan el mercado europeo (pero sólo por valores anuales de algo más de cien mil pesos) y sobre todo animales para consumo en la costa: Venezuela no pertenece a la Hispanoamérica consumidora de cereales y legumbres (maíz y fríjoles en México, arroz, fríjoles y bananas en las tierras bajas del Caribe, las Antillas y Centroamérica, maíz y trigo en Nueva Granada, maíz y tubérculos en el área andina), sino a la que devora carne, en cantidades increíbles para observadores extraños: como observa Humboldt, cada habitante de Caracas consume anualmente siete veces y media lo que cada habitante de París. Aun así, la ganadería no ofrece las mismas posibilidades de enriquecimiento que la agricultura tropical.

En el Pacífico sudamericano la presidencia de **Quito** presenta, aún más acentuada que el virreinato de Perú, la oposición entre la costa y la sierra. La costa es aquí sobre todo el ancho valle del Guayas, consagrado a la agricultura tropical exportadora para ultramar (Guayaquil produce un cacao que –si es de calidad más baja que el venezolano y sobre todo que el mexicano– es en cambio más barato); lo mismo que en Venezuela, se

desarrolla aquí una agricultura de plantación, con mano de obra esclava. Pero la mayor parte de la población se encuentra en la sierra: en 1781 son casi 400.000 en el término de Quito, y 30.000 en el de Guayaquil; en 1822, según cálculos aproximativos, 550.000 y 90.000. Si la costa es predominantemente negra (en 1781 hay en jurisdicción de Guayaquil 17.000 negros, 9.000 indios y sólo menos de 5.000 blancos), la sierra es de predominio indio (hay allí un 68 por 100 de indígenas y un 26 por 100 de blancos); su capital –Quito, con 30.000 habitantes– es todavía una ciudad inesperadamente blanca. La sierra está mal integrada a una economía de intercambio ultramarino: en algunos rincones abrigados produce algodón, utilizado en artesanías domésticas, que encuentran su camino hasta el Río de la Plata; el trigo de las tierras frías se consume en parte en la costa. Pero esas exportaciones –cuyos provechos hacen posible el lujo de Quito, donde se concentran los señores de la tierra serrana y su abundante servidumbre– no impiden que la economía de la sierra sea en buena parte de autoconsumo. Ese relativo aislamiento tiene su huella en el idioma; en Quito comienza la maciza área serrana de lenguajes prehispánicos, que se extiende hasta el Alto Perú: al revés de lo que ocurre en México, donde el uso de las lenguas indígenas es un hecho importante pero ya marginal, aquí el quechua –y en el Alto Perú el aimara– es la lengua dominante de una zona en la que el español se implanta mal, limitado a una minoría blanca de señores territoriales, corregidores y eclesiásticos, que todavía a fines del siglo XVIII delegan una parte de su poder en una clase alta indígena, a veces más aborrecida que sus mandantes.

Al sur de Quito, el virreinato de **Perú** vive una coyuntura nada fácil. La reorganización imperial de la segunda mitad del siglo XVIII ha hecho en él su primera víctima: la separación del virreinato neogranadino y, sobre todo la del rioplatense, no han afectado tan sólo la importancia administrativa de Lima; complementadas por decisiones de política comercial acaso más graves, arrebatan a Lima el dominio

mercantil de la meseta altoperuana, y –a través de él– el de los circuitos comerciales del interior rioplatense; la ofensiva mercantil de Buenos Aires triunfa también –aunque de modo menos integral– en Chile. Sobre todo la pérdida del comercio altoperuano es importante; la decadencia del gran centro de la plata no le impide ser aún el más importante de la América del Sur española. Esas pérdidas encuentran sin duda compensaciones: hay un aumento muy considerable de la producción de plata en las tierras bajoperuanas que han quedado para el virreinato de Lima, que en conjunto producen alrededor de dos millones y medio de pesos anuales hacia fines de siglo (que de todos modos sólo equivalen a la décima parte de la producción mexicana). La minería (y en ella, junto con la plata, cuenta el oro de la zona de Puno, por valor de cerca de cuatro millones de pesos anuales) seguía estando en la base de la economía y del comercio ultramarino de Perú. La sierra del Norte (un conjunto de valles paralelos a la costa, de ríos encajonados y agricultura de irrigación) es predominantemente mestiza y está mejor incorporada a circuitos comerciales relativamente amplios: sus mulas y textiles domésticos, sus aceitunas y frutas se envían a Quito o al Perú meridional. La costa es una franja de desiertos interrumpidos por breves oasis de irrigación: allí predomina una agricultura orientada hacia el mercado hispanoamericano (todavía no hacia el ultramarino): aguardiente de Pisco, consumido desde Nueva Granada hasta Chile, vino de la misma comarca, que llega hasta América central y México, algodón, que se teje en Quito; azúcar y arroz, que se distribuyen por el Pacífico sudamericano. Al lado de esa agricultura se da una artesanía muy vinculada a ella (predominantemente textil y cerámica). La sierra meridional, más ancha y maciza que la del Norte, es el gran centro de población indígena peruana, con su capital –el Cuzco– que lo fue de los incas. Allí centros agrícolas destinados a atender las zonas mineras, nudos urbanos de un comercio que vive el ritmo mismo de la minería, tienen existencia rica

en altibajos, mientras al margen de ellos una agricultura d subsistencia –basada en el maíz y la patata– y una ganader de la que se obtiene lanas variadas (de oveja, cabra, llam etc.), que se vuelcan sobre todo en la artesanía doméstic son la base de la existencia de las comunidades indígena Éstas predominan, en efecto, en la sierra, mientras la cost tiene una agricultura de haciendas y esclavos. La agricultur serrana vive oprimida por la doble carga de una clase seño rial española y otra indígena, agravada por la del aparato po lítico-eclesiástico, que vive también de la tierra. Las clases al tas locales están supeditadas a las de la capital (Lima, qu con su poco más de cincuenta mil habitantes ha quedado y detrás de México y de La Habana, y está siendo alcanzada ra pidamente por Buenos Aires y Caracas). La sede virreinal e también la de una aristocracia que une al dominio de la agr cultura costeña el del comercio del conjunto del virreinat Éste, con su poco más de un millón de habitantes (de lo cuales un 60 por 100 son indios, un 24 por 100 mestizos y u 4 por 100 negros esclavos) hace, por otra parte, figura mo desta en el cuadro de la población hispanoamericana.

Sin duda, el marco del virreinato peruano ahoga al comer cio limeño, acostumbrado a moverse en uno más ancho, obligado –ahora como antes y acaso más que antes– a divid muy desigualmente sus lucros con el comercio metropolita no del que es emisario (en Perú, como en toda Hispanoame rica, el metálico encuentra demasiado fácilmente el camin de la metrópoli). Lima conserva aún, sin embargo, algún do minio del mercado chileno, que antes ha controlado po completo. Si en la segunda mitad del siglo XVIII Chile aprend a hacer sus importaciones ultramarinas (por otra parte mu modestas), sea directamente, sea sobre todo por vía de Bue nos Aires, su comercio exportador se orienta aún hacia e Norte (sobre todo en cuanto al trigo, consumido en la cost peruana), y sigue gobernado por los mercaderes limeño dueños de la flota mercantil de El Callao (el puerto de la cap tal peruana) y poco dispuestos a renunciar a las ventajas d

mercantil de la meseta altoperuana, y –a través de él– el de los circuitos comerciales del interior rioplatense; la ofensiva mercantil de Buenos Aires triunfa también –aunque de modo menos integral– en Chile. Sobre todo la pérdida del comercio altoperuano es importante; la decadencia del gran centro de la plata no le impide ser aún el más importante de la América del Sur española. Esas pérdidas encuentran sin duda compensaciones: hay un aumento muy considerable de la producción de plata en las tierras bajoperuanas que han quedado para el virreinato de Lima, que en conjunto producen alrededor de dos millones y medio de pesos anuales hacia fines de siglo (que de todos modos sólo equivalen a la décima parte de la producción mexicana). La minería (y en ella, junto con la plata, cuenta el oro de la zona de Puno, por valor de cerca de cuatro millones de pesos anuales) seguía estando en la base de la economía y del comercio ultramarino de Perú. La sierra del Norte (un conjunto de valles paralelos a la costa, de ríos encajonados y agricultura de irrigación) es predominantemente mestiza y está mejor incorporada a circuitos comerciales relativamente amplios: sus mulas y textiles domésticos, sus aceitunas y frutas se envían a Quito o al Perú meridional. La costa es una franja de desiertos interrumpidos por breves oasis de irrigación: allí predomina una agricultura orientada hacia el mercado hispanoamericano (todavía no hacia el ultramarino): aguardiente de Pisco, consumido desde Nueva Granada hasta Chile, vino de la misma comarca, que llega hasta América central y México, algodón, que se teje en Quito; azúcar y arroz, que se distribuyen por el Pacífico sudamericano. Al lado de esa agricultura se da una artesanía muy vinculada a ella (predominantemente textil y cerámica). La sierra meridional, más ancha y maciza que la del Norte, es el gran centro de población indígena peruana, con su capital –el Cuzco– que lo fue de los incas. Allí centros agrícolas destinados a atender las zonas mineras, nudos urbanos de un comercio que vive el ritmo mismo de la minería, tienen existencia rica

en altibajos, mientras al margen de ellos una agricultura de subsistencia –basada en el maíz y la patata– y una ganadería de la que se obtiene lanas variadas (de oveja, cabra, llama, etc.), que se vuelcan sobre todo en la artesanía doméstica son la base de la existencia de las comunidades indígenas. Éstas predominan, en efecto, en la sierra, mientras la costa tiene una agricultura de haciendas y esclavos. La agricultura serrana vive oprimida por la doble carga de una clase señorial española y otra indígena, agravada por la del aparato político-eclesiástico, que vive también de la tierra. Las clases altas locales están supeditadas a las de la capital (Lima, que con su poco más de cincuenta mil habitantes ha quedado ya detrás de México y de La Habana, y está siendo alcanzada rápidamente por Buenos Aires y Caracas). La sede virreinal es también la de una aristocracia que une al dominio de la agricultura costeña el del comercio del conjunto del virreinato. Éste, con su poco más de un millón de habitantes (de los cuales un 60 por 100 son indios, un 24 por 100 mestizos y un 4 por 100 negros esclavos) hace, por otra parte, figura modesta en el cuadro de la población hispanoamericana.

Sin duda, el marco del virreinato peruano ahoga al comercio limeño, acostumbrado a moverse en uno más ancho, y obligado –ahora como antes y acaso más que antes– a dividir muy desigualmente sus lucros con el comercio metropolitano del que es emisario (en Perú, como en toda Hispanoamérica, el metálico encuentra demasiado fácilmente el camino de la metrópoli). Lima conserva aún, sin embargo, algún dominio del mercado chileno, que antes ha controlado por completo. Si en la segunda mitad del siglo XVIII Chile aprende a hacer sus importaciones ultramarinas (por otra parte muy modestas), sea directamente, sea sobre todo por vía de Buenos Aires, su comercio exportador se orienta aún hacia el Norte (sobre todo en cuanto al trigo, consumido en la costa peruana), y sigue gobernado por los mercaderes limeños, dueños de la flota mercantil de El Callao (el puerto de la capital peruana) y poco dispuestos a renunciar a las ventajas del

monopolio de compras que han organizado en torno al trigo de Chile.

El reino de **Chile,** arrinconado en el extremo sur del Pacífico hispanoamericano, es la más aislada y remota de las tierras españolas. En el siglo XVIII también él crece: la producción (y por tanto la exportación) de metales preciosos está en ascenso y llega hacia fines de siglo a cerca de dos millones de pesos anuales. Pero la economía chilena no dispone de otros rubros fácilmente exportables: si el trigo encuentra su mercado tradicional en Lima, la falta de adquirentes frena una posible expansión ganadera: los cueros de la vertiente atlántica encuentran acceso más fácil a Europa que los de Chile; el sebo tiene en Perú un mercado seguro, pero limitado. La población crece más rápidamente de lo que esa economía en lento avance haría esperar (al parecer se acerca al millón de habitantes hacia 1810) y sigue siendo abrumadoramente rural (Santiago, la capital, no llega a los diez mil habitantes) y formada de blancos y mestizos. Este avance demográfico, vinculado con la expansión del área ocupada (por conquista sobre la muy resistente frontera indígena, acelerada en el siglo XVIII gracias al nuevo interés de la metrópoli por la empresa), se da sin transformaciones notables de la estructura social: el campo es dominado por la gran propiedad, y trabajado cada vez más por labradores que explotan lotes individuales a la vez que cultivan la tierra señorial. En todo caso, la clase terrateniente se renueva en el siglo XVIII, abriéndose a no escasos inmigrantes peninsulares llegados a Chile, como a otras partes, como burócratas o comerciantes. En este último campo se da también la afirmación de un no muy numeroso grupo de mercaderes peninsulares que utilizan, sea la ruta directa a la metrópoli, sea sobre todo la de Buenos Aires.

En Chile, la oposición entre peninsulares y americanos es la dominante: la larga resistencia de los araucanos ha impedido su integración como grupo en la sociedad colonial; si el aporte indígena a la población chilena es sin duda –en la

perspectiva de casi tres siglos de dominio español– el más importante, se ha traducido en la formación de un sector mestizo en que los aportes culturales son abrumadoramente españoles, y que se distingue mal del blanco: es por lo tanto imposible medir la exactitud de los cálculos de comienzos del siglo XIX, que dan un 60 por 100 de mestizos (mientras padrones de 1778 atribuían a ese sector sólo un 10 por 100 del total); es la noción misma de mestizo la que –insuficientemente definida– explica esas oscilaciones. La población negra es escasa (cosa nada sorprendente en una región de riqueza monetaria también comparativamente pequeña); al llegar la revolución los negros y mulatos no pasan en mucho de los diez mil.

Mientras Chile permanece escasamente tocado por las transformaciones de la estructura imperial de la segunda mitad del siglo XVIII, el **Río de la Plata** es, acaso, junto con Venezuela y las Antillas, la comarca hispanoamericana más profundamente afectada por ellas. Por razones ante todo políticas (necesidad de establecer una barrera al avance portugués), la Corona aporta su apoyo decidido a un proceso que ya ha comenzado a insinuarse: la orientación hacia el Atlántico de la economía de Tucumán, de Cuyo, del Alto Perú, de Chile. Es ése un aporte decisivo al crecimiento de Buenos Aires, centro de importación de esclavos para todo el sur del imperio español desde 1714, y desde 1776 cabeza de virreinato (y, por tanto, capital administrativa del Alto Perú), a la que un conjunto de medidas que gobiernan su comercio aseguran algo más que las ventajas derivadas de su situación geográfica y la dotan de un *hinterland* económico que va hasta el Pacífico y el Titicaca. El ascenso de la ciudad es rápido; no sólo crece su población, también su aspecto se transforma desde aldea de casas de barro hasta réplica ultramarina de una ciudad de provincia andaluza.

Este crecimiento refleja el de una administración hecha más frondosa por las reformas borbónicas, pero también el de

una clase mercantil súbitamente ampliada –como en otras partes– gracias a la inmigración de la Península, y enriquecida con igual rapidez. Ese sector mercantil prospera, sobre todo, gracias a su dominio sobre los circuitos que rematan en el Alto Perú: en sus años mejores la capital del nuevo virreinato exporta por valor de algo más de cinco millones de pesos, de los cuales el 80 por 100 es plata altoperuana. Igualmente vinculada con el Norte está la economía del interior rioplatense: la de los distritos comerciales, ganaderos, artesanales de la ruta altoperuana, que envían mulas y lanas, pieles curtidas y carretas hacia el Norte minero, pero también la de los distritos agrícolas subandinos, donde gracias al riego se cultiva el trigo, la vid y la alfalfa. Unos y otros encuentran un mercado alternativo en el litoral y en su rica capital, pero los productos agrícolas han sufrido un golpe muy rudo con la aproximación económica de la metrópoli, luego de 1778: el trigo, el vino del Levante español expulsan de Buenos Aires a los de Cuyo.

Aunque menos rápidamente que su capital, el conjunto del litoral rioplatense crece en la segunda mitad del siglo XVIII a ritmo afiebrado. Más bien que las tierras dominadas desde antiguo (las de Buenos Aires y Santa Fe, que desde el siglo XVI son defendidas contra los indios para asegurar una salida al Atlántico al sur de las Indias españolas, y en que hasta mediados del siglo XVIII ha dominado una ganadería destructiva, que caza y no cría el vacuno) son las más nuevas al este del Paraná y del Río de la Plata las que se desarrollan. Sus ventajas son múltiples: aquí dos siglos de historia no han creado una propiedad ya demasiado dividida para las primeras etapas de ganadería extensiva; aquí está más cerca ese reservorio de mano de obra en que se han transformado las misiones guaraníes, luego de la expulsión de los jesuitas; aquí (al revés que en las tierras de Buenos Aires y Santa Fe) los indios no constituyen una amenaza constante; si no han abandonado su papel de saqueadores, se han constituido a la vez en intermediarios entre las tierras españolas y las portuguesas (y el contrabando de ganado al Brasil es uno de los motores de la expansión ga-

nadera). Una sociedad muy primitiva y muy dinámica se constituye en esas tierras nuevas, laxamente gobernadas desde las jurisdicciones rivales de Buenos Aires y Montevideo. Esta última ciudad, que debía ser la capital del nuevo litoral, está mal integrada a su campaña: surgida demasiado tarde, crecida sobre todo como base de la marina de guerra, le resulta difícil luchar contra el influjo de la más antigua Buenos Aires, para la cual la nueva riqueza mercantil constituye además una decisiva carta de triunfo.

Al norte del litoral ganadero las tierras de Misiones y de **Paraguay** tienen destinos divergentes. Desde la expulsión de los jesuitas Misiones ha entrado en contacto clandestino, pero cada vez más frecuente, con las tierras de colonos españoles; la estructura comunitaria indígena ha sufrido con ello; la población del territorio misionero decrece vertiginosamente (menos por la extinción o reversión al estado salvaje que gustan de suponer historiadores adictos a la memoria de la compañía que por emigración al litoral ganadero). Misiones sigue produciendo algodón (exportado bajo forma de telas rústicas) y sobre todo yerba mate, que se bebe en una infusión que los jesuitas han sabido difundir por toda la zona andina hasta Quito. Pero la producción misionera disminuye y la zona rival de Paraguay, dominada por colonos de remoto origen peninsular, triunfa: no sólo captura los mercados de yerba mate antes dominados por la compañía, también se beneficia con la política de fomento de la producción de tabaco, dirigida por la Corona contra las importaciones brasileñas; por añadidura, la expansión de la ganadería vacuna alcanza también a Paraguay.

El litoral vive dominado por los comerciantes de Buenos Aires; el pequeño comercio local es sólo nominalmente independiente, pues está atado por deudas originadas en adelantos imposibles de saldar; gracias a este predominio mercantil no surge en el litoral, hasta después de la revolución, una clase de hacendados de riqueza comparable a la de los grandes comerciantes de la capital, pese a que desde el comienzo pre-

domina la gran explotación ganadera, que utiliza peones asalariados. Los salarios son en el litoral rioplatense excepcionalmente altos, pero las necesidades de mano de obra tan limitadas que ello no frena la expansión ganadera (perjudica en cambio, cada vez más, a la agricultura cerealista, concentrada en algunos distritos rurales de Buenos Aires). La ganadería litoral tiene por principal rubro exportador a los cueros (que llegarán a enviarse a ultramar por valor de un millón de pesos anuales): la industria de carnes saladas, con destino a Brasil y La Habana, que se desarrolla en la Banda Oriental del Uruguay en los quince años anteriores a la revolución, sólo logra exportar, en los años mejores, por un valor diez veces menor.

Pero el núcleo demográfico y económico del virreinato rioplatense sigue estando en el **Alto Perú** y en sus minas (las decadentes de Potosí, las más nuevas de Oruro). En torno a las minas se expande la agricultura altoperuana, en las zonas más abrigadas del altiplano (la más importante de las cuales es Cochabamba) y una actividad textil artesanal, ya sea doméstica, ya organizada en obrajes colectivos que utilizan el trabajo obligatorio de la población indígena. Al lado de las ciudades mineras, surgen las comerciales: la más importante es La Paz, centro a la vez de una zona densamente poblada de indígenas, y abundante en latifundios y obrajes, que establece el vínculo entre Potosí y el Bajo Perú (y sufre en este aspecto con las transformaciones comerciales de fines del siglo XVIII). El Alto Perú ha sido lo bastante rico como para crear una ciudad de puro consumo: Chuquisaca, donde hallan estancia más grata los más ricos mineros de Potosí y Oruro, es además sede de una Audiencia y de una Universidad. Esa estructura relativamente compleja depende del todo de la minería, y sufre con su decadencia, agravada desde 1802 por la imposibilidad de obtener mercurio suficiente de la metrópoli. La minería consume buena parte de la mano de obra indígena, proporcionada por las tierras de comunidad y defendida por la Corona y los mineros contra las asechanzas de los propietarios blancos.

Pero la condición de los indígenas agrupados en comunidad es acaso más dura que las de los que cultivan tierras de españoles: deben, además de ofrecer en algunos casos su cuota a la mita minera (que sólo desaparecerá en 1808), mantener a caciques, curas y corregidores.

La economía y la sociedad del virreinato rioplatense muestran una complejidad que deriva, en parte, de que sus tierras han sido reunidas por decisión política en fecha reciente, luego de haber seguido trayectorias profundamente distintas. Idéntica situación en cuanto a la población: el Alto Perú es una zona de elevado porcentaje de indígenas y mestizos, con una exigua minoría blanca; por añadidura los indios –y en parte los mestizos urbanos– utilizan aún sus lenguas (quechua y aimara) y fuera de las ciudades suelen no entender español, la población negra es poco numerosa y se halla concentrada en tareas domésticas y artesanales urbanas. En el interior de las provincias rioplatenses (Tucumán y Cuyo), la población indígena era menos importante (salvo en el extremo norte); los mestizos predominaban, las tierras de comunidad eran ya excepcionales, pero el predominio de la gran propiedad no era la única situación conocida en las tierras de españoles. Había, en cambio, núcleos importantes de población negra (ésta, traída a partir del siglo XVII, luego del catastrófico derrumbe de la indígena, era, en su mayor parte, libre a fines del siglo XVIII). En el litoral las ciudades contaban con un 30 por 100 de negros y castas, entre los que predominaban los primeros; para los censos no existen casi indios ni mestizos pero, como en Chile, sus cifras parecen reflejar más bien la preponderancia de las pautas culturales españolas que un predominio de la sangre europea, desmentido por los observadores. En la campaña ganadera los negros eran más escasos, los indios (guaraníes), más frecuentes, y la indiferencia a las fronteras de casta hacía menos fácil alcanzar una imagen clara de su equilibrio. En Misiones una sociedad indígena estaba en rápido derrumbe, en Paraguay y el norte de Corrientes una mestiza (que usaba como lengua el guaraní, pero cuyos usos

culturales eran más españoles que indios) estaba sometida a una clase alta que se proclamaba (no siempre verazmente) blanca.

He aquí un cuadro complejo hasta el abigarramiento: ello no tiene nada de sorprendente si se tiene en cuenta que en él se refleja el destino divergente de las comarcas hispanoamericanas a través de la primera y la segunda colonización española; a fines del siglo XVIII un equilibrio rico en desigualdades tiende a ser reemplazado por otro que, sin eliminarlas, introduce otras nuevas. Es posible -y oportuno- señalar, junto con tantas diferencias, ciertos rasgos comunes a toda la América española. Uno de ellos es el peso económico de la Iglesia y de las órdenes, que se da, aunque con intensidad variable, tanto en México como en Nueva Granada o en el Río de la Plata, y que influye de mil maneras diversas en la vida colonial (como la mayor parte de las consecuencias no son propiamente económicas -en este aspecto la diferencia entre la propiedad civil y eclesiástica no era tan notable como hubiera podido esperarse-, se las examinará, sin embargo, más adelante). Otro es la existencia de líneas de casta cada vez más sensibles, que no se afirman tan sólo allí donde coinciden con diferencias económicas bien marcadas (por ejemplo en sociedades como la serrana de los Andes o la mexicana, donde los indios son -como los definirá luego un pensador peruano- «una raza social»), sino también donde, por el contrario, deben dar nueva fuerza a diferenciaciones que corren peligro de borrarse, sobre todo entre los blancos, los mestizos y mulatos libres. Las tensiones entre estos grupos étnicos envenenan la vida urbana en toda Hispanoamérica, desde Montevideo, una fundación de aire tan moderno en ese Río de la Plata relativamente abierto a los vientos del mundo, en que un funcionario no logra, ni aun mediante una declaración judicial que atestigua la pureza de su sangre española, esquivar una insistente campaña que lo presenta como mestizo, y por lo tanto indigno de ocupar cargos de confianza, hasta Venezuela, en que la nobleza criolla, a través de algunos de sus miembros más ilustrados,

se hace portavoz de resistencias más amplias al protestar contra la largueza con que las autoridades regias distribuyen ejecutorias de hidalguía a quienes tienen con qué pagarlas. Allí donde existe, además, el abismo entre dominadores blancos y pobladores indios, esa resistencia adquiere un tono aún más prepotente y violento, tanto más irritante porque muchos de los que son legalmente blancos sólo pueden pasar por tales porque en los dos siglos anteriores las curiosidades sobre linajes eran menos vivas.

La diferenciación de castas es, sin duda, un elemento de estabilización, destinado a impedir el ascenso de los sectores urbanos más bajos a través de la administración, el ejército y la Iglesia, a la vez que a despojar de consecuencias sociales el difícil ascenso económico obtenido por otras vías, pero su acuidad creciente revela acaso el problema capital de la sociedad hispanoamericana en las últimas etapas coloniales: si todas las fronteras entre las castas se hacen dolorosas es porque la sociedad colonial no tiene lugar para todos sus integrantes; no sólo las tendencias al ascenso, también las mucho más difundidas que empujan a asegurar para los descendientes el nivel social ya conquistado se hacen difíciles de satisfacer, en una Hispanoamérica donde el espacio entre una clase rica en la que es difícil ingresar y el océano de la plebe y las castas sigue ocupado por grupos muy reducidos. Con estas tensiones se vincula la violencia creciente del sentimiento antipeninsular: son los españoles europeos los que, al introducirse arrolladoramente (gracias a las reformas mercantiles y administrativas borbónicas) en un espacio ya tan limitado, hacen desesperada una lucha por la supervivencia social que era ya muy difícil. Por añadidura, el triunfo de los peninsulares no se basa en ninguna de las causas de superioridad reconocidas como legítimas dentro de la escala jerárquica -a la vez social y racial- vigente en Hispanoamérica: por eso mismo resulta menos fácil de tolerar que, por ejemplo, la marginación de los mestizos por los criollos blancos, que no hace sino deducir consecuencias cada vez más duras de una diferenciación jerárquica ya

tradicional. La sociedad colonial crea así, en sus muy reducidos sectores medios, una masa de descontento creciente: es la de los que no logran ocupación, o la logran sólo por debajo del que juzgan su lugar. En México, que comienza a ser arrollado por el crecimiento demográfico, o en las ciudades de la sierra sudamericana con su rígida diferenciación entre castas y españoles, o en Lima, afectada por la decadencia económica, o aun en el litoral rioplatense, en que el crecimiento económico es más rápido que el de la población, esos hijos de familia ociosos comienzan a ser, para los observadores más agudos, un problema político: de ellos no se puede esperar lealtad alguna al sistema. Problema agravado porque en lo más bajo de la escala veremos reproducirse una situación análoga: frente a los léperos de la capital mexicana, Lima, Santiago, y aun Buenos Aires, pueden exhibir también una vasta plebe sin oficio, que sobrevive precariamente gracias –como se dice– a la generosidad del clima y del suelo, gracias, sobre todo, a la modestia de sus exigencias inmediatas. Su tendencia al ocio puede ser reprochada, pero no hay duda de que el sistema mismo la alienta, en la medida en que crea a los sectores artesanales libres la competencia de los esclavos. De nuevo es impresionante volver a descubrir esta constante de la sociedad colonial hispanoamericana en Buenos Aires, que con sus cuarenta mil habitantes cumple funciones económicas y administrativas muy vastas en el sur del imperio español, pero no logra dar ocupación plena a su población relativamente reducida.

Esta característica de la sociedad urbana colonial crea una corriente de malevolencia apenas subterránea, cuyos ecos pueden rastrearse en la vida administrativa y eclesiástica y de modo más indirecto, pero no menos seguro en la literatura. Tiende, por otra parte, a agudizar el conflicto que opone a los peninsulares y el conjunto de la población hispanoamericana (en particular la blanca y la mestiza). Si no en su origen, por lo menos en sus modalidades este conflicto estuvo condicionado por las características de la inmigración desde la metrópoli. Desde el comienzo de la colonización ésta había sido relativamente poco numerosa; iba a seguir siéndolo a lo largo de la expansión del siglo XVIII: en el momento de la emancipación no llegan, sin duda, a doscientos mil los españoles europeos residentes en las Indias; esto cuando la presencia de la metrópoli y sus hijos se hace sentir de modo cada vez más vivo. En la vida administrativa como en la mercantil, los españoles europeos constituyen un sector dirigente bien pronto peligrosamente aislado frente a rivales que tienen (a veces tan sólo creen tener) apoyos más vastos en la población hispanoamericana.

Pero si dejamos de lado tensiones ricas sobre todo en consecuencias futuras, el agolpamiento de la población urbana (que sigue siendo relativamente escasa) en torno a posibilidades de ocupación y ascenso demasiado limitadas para ella, se revela como un aspecto de otro rasgo más general: la desigualdad extrema de la implantación de la sociedad hispanoamericana en el vastísimo territorio bajo dominio español. Se ha visto ya cómo casi la mitad de los trece millones de habitantes de las Indias españolas se concentraban en México: aun aquí la población se agolpaba en el Anahuac, que podía ofrecer en sus zonas nucleares paisajes rurales de tipo europeo, pero estaba orlado de desiertos, algunos naturales –es el caso del Norte–, otros creados por la pura falta de pobladores. Fuera de México, y salvo las zonas de fuerte población indígena, mal soldadas a la economía y la sociedad colonial, el desierto es la regla: antes de los intérpretes románticos de la realidad argentina, un obispo de Córdoba pudo preguntarse, hacia 1780, si la población demasiado tenue de su diócesis no hacía radicalmente imposible la disciplina social, sin la cual ni la lealtad política al soberano ni la religiosa a la Iglesia podrían sobrevivir. Y lo mismo podría repetirse en muchas partes.

Sin duda, contra ciertas críticas demasiado sistemáticas del orden español, es preciso recordar que esta distribución desigual era en parte imposición de la geografía: la violencia de los contrastes de población en Hispanoamérica se debe en parte al abrupto relieve, a las características de los sistemas hidrográficos, a las oposiciones de clima que suelen darse aun en espa-

cios pequeños. Pero las modalidades de la conquista vinieron ya a acentuarlos: al preferir las zonas de meseta (donde la adaptación de los europeos al clima era más fácil, pero sobre todo donde la presencia de poblaciones prehispánicas de agricultores sedentarios hacía posible la organización de una sociedad agraria señorial) condenó a quedar desiertas aun a tierras potencialmente capaces de sostener población densa. Aunque la expansión del siglo XVIII corrigió en algunos aspectos la concentración anterior en las zonas altas mexicanas y andinas (a ella se debe la nueva expansión antillana, la venezolana, la rioplatense) reprodujo en las zonas que valorizaba los mismos contrastes de las de más antigua colonización: a una ciudad de Buenos Aires con población sobrante se contraponía una campaña en que la falta de mano de obra era el obstáculo principal a la expansión económica; y la situación no tendía a corregirse, sino a agravarse con el tiempo (un proceso análogo puede rastrearse en Venezuela). Esos desequilibrios son consecuencia del orden social de la colonia: no sólo en las tierras en que la sociedad rural se divide en señores blancos y labradores indios, también en la de colonización más nueva y estructura más fluida las posibilidades de prosperidad que ofrece la campaña no compensan la extrema rudeza de la vida campesina: no es extraño entonces que aun los indigentes de la ciudad de Buenos Aires sólo participen en las actividades agrícolas cuando son obligados a ello por la fuerza. Aun dentro de la ciudad se reiteran actitudes análogas: la repugnancia por los oficios manuales, que es achacada a veces a perversas características de la psicología colectiva española, o bien a la supervivencia de un sistema de valoraciones propio de una sociedad señorial, se apoya en todo caso en una valoración bastante justa de las posibilidades que ellos abren a quienes tienen que luchar con la concurrencia de un artesanado esclavo, protegido por los influyentes amos en cuyo provecho trabaja. Que esta consideración es la decisiva lo muestra el hecho de que, ignorando tradiciones que también le son hostiles, la actividad mercantil es extremadamente prestigiosa (porque, sin duda, a

diferencia de la artesanal, es lucrativa). El agolpamiento de grupos humanos cada vez más vastos en torno de las limitadas posibilidades que ofrecen los «oficios de república», o las de un sistema mercantil al que contribuyen a hacer cada vez más costoso, se apoya entonces, a la vez que en consideraciones de prestigio, en una noción sustancialmente justa de las posibilidades de prosperar que dejaba abiertas el orden colonial.

Debido a esa desigual implantación, la colonización seguía concentrada –como se ha señalado ya– en núcleos separados por desiertos u obstáculos naturales difícilmente franqueables; antes de alcanzar el vacío demográfico y económico la instalación española se hace, en vastísimas zonas, increíblemente rala. En México, y pese a las tentativas de proteger esas tierras de las asechanzas de potencias rivales, la franja septentrional de las tierras españolas sigue siendo un cuasi vacío; a ambos lados de la ruta del istmo, entre Panamá y Portobelo (que había sido hasta el siglo XVIII uno de los ejes del sistema mercantil español), tierras mal dominadas la separan de Guatemala y Nueva Granada. De nuevo entre ésta y Venezuela, entre Quito y Perú, la barrera formada por los indios de guerra que siguen poblando las tierras bajas hacen preferibles las rutas montañesas. No es extraño entonces que en la monótona epopeya que los textos escolares han hecho de la guerra de independencia, algunos de los momentos culminantes los proporcione la victoria del héroe sobre la montaña y el desierto: es Bolívar irrumpiendo desde los Llanos en Nueva Granada; es San Martín cayendo a través de los Andes sobre el valle central de Chile...

Cada uno de esos núcleos tan mal integrados con sus vecinos suele carecer, además, de coherencia interna: en Nueva Granada o en el Río de la Plata los istmos terrestres (surgidos en torno a rutas esenciales que cruzan tierras nunca enteramente conquistadas) van a durar hasta bien entrado el siglo XIX. Ese escaso dominio de las tierras, sumado a los obstáculos naturales, explica la importancia que conservan los ríos en el sistema de comunicación hispanoamericana: el transpor-

te fluvial permite esquivar las dificultades que una naturaleza apenas transformada impone al terrestre; proporciona además una relativa seguridad cuando se trata de bordear zonas pobladas por indios guerreros: así ocurre con el Orinoco en Venezuela, con el Paraná-Paraguay entre Santa Fe y Asunción, en el Río de la Plata. En estas condiciones, aun atravesar las rutas axiales de una comarca puede exigir (como van a descubrir los viajeros europeos a comienzos del siglo XIX) algún heroísmo.

Un heroísmo que debe multiplicarse ante las dificultades de la geografía. Los ríos pueden ser preferibles a las rutas terrestres; aun así presentan a menudo riesgos muy serios: el Magdalena, que comunica las tierras altas de Bogotá con la costa neogranadina, es rico en saltos traicioneros, y el viajero no puede ver sin inquietud a los enormes saurios tendidos en paciente espera...

Por tierra es, desde luego, lo mismo y peor: donde las favoritas tierras altas se estrechan, la ruta se transforma en un laberinto de breñas salvajemente inhospitalarias: así en el nudo de Pasto, entre Nueva Granada y Quito. Y por otra parte la comunicación entre tierras altas y bajas suele ser mala, y no hay siempre un río que facilite la transición: la salida de la meseta de Anahuac (núcleo del México español) hacia el Atlántico y hacia el Pacífico no se da sin dificultades; aun más laboriosa es la comunicación entre las tierras altas y las bajas del Perú...

Las consecuencias de estas dificultades en cuanto a la cohesión interior de Hispanoamérica eran, sin embargo, menos graves de lo que hubiera podido esperarse. Como pudo advertir C. Lévi-Strauss, en el Brasil aun arcaico que él alcanzó a conocer, la general dificultad de las comunicaciones favorecía comparativamente a las zonas más abruptas; puesto que era preciso vencerlas a la salida misma de las capitales (en las afueras de Buenos Aires un océano de barro constituía uno de los obstáculos más graves al transporte carretero de la pampa; muy pronto, al salir de Lima sólo era posible seguir avanzando con mulas), era posible utilizar esa victoria de todos modos indispensable para alcanzar los rincones más remotos.

Mantener en uso el sumario sistema de comunicaciones internas es en todo caso una victoria extremadamente costosa, a la vez en esfuerzo humano y económico: el transporte de vino de San Juan a Salta –una ruta rioplatense relativamente frecuentada– implicaba para arrieros y mulas cuarenta días de marcha sin encontrar agua. Dejemos de lado la resignación heroica (compartida por los más encumbrados en la sociedad hispanoamericana; por la ruta fluvial del Magdalena, que provoca el mal humor y a ratos el terror de los viajeros ultramarinos del siglo XIX, han llegado a su sede bogotana prelados y virreyes, animados frente a sus riesgos e incomodidades de sentimientos más sobrios, o por lo menos más sobriamente expresados). Pero las consecuencias económicas de esas modalidades del sistema de comunicaciones son muy graves: a principios del siglo XIX, en Mendoza, una próspera pequeña ciudad en la ruta entre Buenos Aires y Santiago, en la que el comercio era menos importante que la agricultura, un 10 por 100 de la población es flotante: está formado por los carreteros... En transportes se agota entonces una parte importante de la fuerza de trabajo, a menudo escasa. Y por otra parte no es éste el único aspecto en que el peso del sistema de transportes se hace sentir. Las mulas de la montaña tienen un rendimiento limitado en el tiempo; aun en el Río de la Plata, en que la llanura facilita excepcionalmente el transporte, las carretas sólo resisten un corto número de travesías pampeanas. De allí la prosperidad de Tucumán, donde una industria artesanal produce carretas empleando cueros y maderas duras locales; de allí (por lo menos en parte) la expansión de la explotación de mulas en Venezuela, en el norte del Perú, en el Río de la Plata. Pero este consumo desenfrenado de los medios de transporte no contribuye por cierto a abaratar las comunicaciones; introduce, por el contrario, uno de los rubros más pesados en el coste total del sistema.

Gracias a él se da una Hispanoamérica a la vez integrada (en ciertos aspectos más que la actual) y extremadamente fragmentada en áreas pequeñas; una Hispanoamérica, en

suma, que recuerda a la Europa del quinientos, atravesada de una red de rutas comerciales que sólo a precio muy alto vencen las distancias y que comunican muy insuficientemente a unidades económicas diminutas. Este sistema de transportes seguía siendo más adecuado a la Hispanoamérica de la primera colonización que a la que comenzaba a esbozarse, dividida en zonas de monoproducción económicamente soldadas a ultramar: la supervivencia misma del esquema de comunicaciones que le es previo muestra hasta qué punto esta transformación sigue siendo incompleta.

Se ha visto ya cómo esta última -por limitados que aparezcan sus alcances- sólo en parte puede atribuirse a la evolución de las fuerzas internas a las Indias españolas; no hay duda de que la Corona de España, si se preocupó de dominar su rumbo, quiso y logró acelerar su ritmo. Las innovaciones dirigidas por la Corona tienen dos aspectos: el comercial y el administrativo. En lo primero lograron comenzar la transformación del comercio interregional hispanoamericano, y favorecieron el surgimiento de núcleos de economía exportadora al margen de la minería. Pero si en el aspecto propiamente comercial la transformación fue muy amplia, el cambio en el equilibrio entre los distintos rubros de producción no hace sino insinuarse: sólo Venezuela, y más tardíamente Cuba, conocen una expansión totalmente desvinculada de la minería tradicional; en México, en Nueva Granada, en el Río de la Plata -las otras regiones en expansión de Hispanoamérica-, el lugar de la minería sigue siendo dominante. La minería, si no es en ninguna parte la que proporciona la mayor parte de la producción regional, sigue dominando las exportaciones hispanoamericanas; la división entre un sector minero que produce para la exportación, y otras actividades primarias, cuyos frutos sólo excepcionalmente cruzan el océano, se mantiene vigente pese a las excepciones nuevas como el tabaco y el azúcar de Cuba, el cacao de Venezuela y Quito, los cueros del Río de la Plata.

La reforma mercantil se muestra más influyente en cuanto a las importaciones. La libertad de comercio en el marco imperial acerca a las Indias a la economía europea, abarata localmente los productos importados y hace posible entonces aumentar su volumen. Esta transformación, que corresponde al cambio de las funciones asignadas a las Indias frente a su metrópoli, no sólo está lejos de significar una incorporación plena de los potenciales consumidores hispanoamericanos a un mercado hispánico unificado; aun examinada a la luz de objetivos más modestos se revela muy incompleta: el uso de bienes de consumo importados (telas, algunos comestibles, ferretería) que se limita a las capas sociales más altas, conoce además limitaciones geográficas, y se difunde peor lejos de los puntos de ingreso de la mercadería ultramarina, que se han multiplicado en el siglo XVIII, pero no en la medida que hace teóricamente posible la reforma legal del comercio imperial, y que siguen proveyendo a precio muy alto a los distritos más alejados. A esas limitaciones se suman las que provienen de la escasez de productos exportables fuera de la minería, que sigue haciendo difícil aun a los más ricos incorporarse como consumidores a la economía mundial, o las que derivan de un sistema de comercialización particularmente gravoso para la producción primaria no minera: así en México el Norte minero está mejor provisto que el ganadero, a pesar de que las dificultades de comunicación desde Veracruz son comparables, y en Buenos Aires aun los más ricos de la zona ganadera llevan vida muy sencilla; pese a las censuras de quienes vieron en esa simplicidad un signo de barbarie, no es imposible vincularla con el encarecimiento que el sistema de comercialización imponía a los productos importados, aun a distancia tan corta del puerto de ingreso.

Con todas esas limitaciones las reformas mercantiles parecen introducir un nuevo equilibrio entre importaciones y exportaciones, menos brutalmente orientado en favor de la metrópoli. Esa innovación es balanceada por otras: en primer lugar, la que significa la conquista de los grandes circuitos comerciales hispanoamericanos por comerciantes peninsulares, cuya autonomía frente a las grandes casas de Barcelona y Cá-

diz suele ser ilusoria. En efecto, la victoria de Veracruz sobre México, la de Buenos Aires sobre Lima significan -se ha visto ya- la de una nueva capa de comerciantes peninsulares sobre quienes han dominado a una Hispanoamérica menos vinculada a la metrópoli. Pero no son sólo los comerciantes peninsulares quienes hacen sentir más duramente su presencia: es también la Corona, cuyas tentativas de reforma tienen, sin duda, motivación múltiple, pero están inspiradas por una vocación fiscalista que no se esfuerza por ocultarse. Entre mediados y fines del siglo XVIII las rentas de la Corona se triplican (pasan -muy aproximativamente- de seis a dieciocho millones de pesos); sin duda ese aumento permite la creación de una estructura administrativa y militar más sólida en Indias, pero también hace posibles mayores envíos a la Península. No es casual en este sentido que en los años de mayores transformaciones administrativas se hayan dado sublevaciones que -teniendo en otros aspectos caracteres muy variados- presentaban como rasgo común la protesta contra el peso acrecido del fisco.

Sería, sin embargo, erróneo ver detrás de la reforma administrativa (testimonio de la presencia de una España más vigorosa) tan sólo la intención de extraer mayores rentas fiscales de las Indias. Puede encontrársele también una intención de fortalecimiento político, visto sobre todo en la perspectiva militar que estaba tan presente en el reformismo ilustrado -sobre todo en el de los países marginales- y que hacía, por ejemplo, que en los desvelos por mejorar la agricultura colonial la preocupación por la extensión del cultivo del cáñamo ocupase un lugar desmesurado (porque el cáñamo podía proveer de buenas cuerdas a la marina regia). A la vez que medio para obtener otros fines, la mejora administrativa era para las autoridades españolas un fin en sí mismo: habían llegado a estar tan convencidas como sus más violentos críticos de que las insuficiencias administrativas eran tan graves que en caso de seguir tolerándoselas terminarían por amenazar la existencia misma del vínculo imperial.

Sin duda los defectos del sistema administrativo heredado -frente a las nuevas exigencias de racionalidad que se estaban abriendo paso, por otra parte bastante lentamente, en la metrópoli- eran muy evidentes. Las atribuciones de las distintas magistraturas se superponían, y las dificultades que ello provocaba se acentuaban cuando los conflictos de jurisdicción se daban muy lejos de quienes podían resolverlos, y encontraban modo de perdurar y agravarse. El esquema administrativo de las Indias nos enfrenta con autoridades de designación directa o indirectamente metropolitana (virreyes, audiencias, gobernadores, regidores) y otras de origen local (cabildos de españoles y de indios); unas y otras ejercen funciones complejas -y variables según los casos- en el gobierno de la administración, la hacienda, el ejército y la justicia. Las audiencias unen a sus funciones judiciales otras de control administrativo, y aun ejecutivas; algunas de ellas son, por otra parte, las encargadas de promulgar nuevas normas originadas en la Corona, y para ello se encuentran en comunicación directa con ésta (a través del organismo creado para entender en los asuntos americanos, el Consejo de Indias). Por añadidura, en algunos casos la presidencia de la Audiencia implica el gobierno administrativo de la zona en que ésta tiene jurisdicción (es el caso de Quito o Guatemala) bajo la supervisión a menudo bastante nominal de un virrey de jurisdicción más vasta.

Los virreyes tienen funciones de administración, hacienda y defensa que ejercen sobre territorios demasiado extensos (hasta principios del siglo XVIII hay sólo dos virreinatos en las Indias: el de México y el de Perú) para que puedan cumplirlas eficazmente; la delegación de autoridad es ineludible, pero no se la institucionaliza sino en muy pequeña medida.

Por debajo del virrey, gobernadores y corregidores son administradores de distritos más reducidos, de designación regia en el primer caso, virreinal en el segundo. Si los gobernadores suelen ser funcionarios de carrera, que a lo largo de ella son trasladados de un extremo a otro de las Indias, los corregidores son, por el contrario, figuras de arraigo local,

que no tienen renta por el cargo que ocupan, obtenido a menudo mediante compra, pero que, en cambio, pueden resarcirse mediante el sistema de repartimiento (ventas forzosas a sus gobernados).

Los cabildos de españoles son instituciones municipales organizadas sobre el modelo metropolitano; según una evolución paralela a la europea, dejan bien pronto de surgir de la elección de los vecinos para transformarse en cuerpos que se renuevan por cooptación (es el caso de los cabildos más pobres) o por venta, a veces con garantía de transmisión hereditaria. Los cabildos de españoles tienen jurisdicción administrativa y de baja justicia sobre zonas muy amplias, a menudo escasamente urbanizadas. Los de indios se crean sólo allí donde se da una población indígena densa: su existencia es una de las manifestaciones de la tendencia de los colonizadores a delegar buena parte del control de los indígenas en una elite de origen prehispánico, a la que transforman así en aliada y subordinada. Otra manifestación de la misma tendencia la encontramos en la existencia de los *caciques* (en Perú curacas) que gobiernan a los indígenas reunidos en grupos más pequeños y gozan de privilegios personales (la exención del tributo), a más de las ventajas que logran extraer de sus gobernados.

Los complejos entrelazamientos que el sistema comporta están todavía acrecidos por los medios de control extraordinario: las visitas (protagonizadas por funcionarios extraordinarios enviados desde la metrópoli para examinar y resolver situaciones especiales, surgidas de la conducta de una magistratura local o –mucho más frecuentemente– de los conflictos entre varias) y las residencias, que imponían el juicio de los funcionarios al terminar su actuación, por otros funcionarios designados en cada caso para ese fin. El resultado era desde luego la existencia de conflictos siempre renovados, dentro de cada magistratura colegiada o entre las distintas magistraturas; cada uno de esos conflictos se traducía en un alud de encendidas y contradictorias denuncias; ello llevó a que las autoridades metropolitanas, incapaces de entender qué pasaba

de veras, adoptasen generalmente una extrema prudencia en sus intervenciones directas.

Dentro del cuadro tradicional, el siglo XVIII asistirá a un proceso de creación de nuevas unidades administrativas (se forman dos nuevos virreinatos: el de Nueva Granada, creado en 1717 –suprimido en 1724 volvería a establecerse en 1739– y el del Río de la Plata, creado en 1776; se otorga mayor poder de decisión a autoridades regionales dentro de los virreinatos –es el caso de Venezuela y Quito en el de Nueva Granada; Cuba, Santo Domingo y Guatemala en el de México; Chile en el de Perú–). Pero al lado de esas transformaciones, vinculadas sobre todo a necesidades de defensa (la mayor parte de las nuevas unidades administrativas se crean en zonas amenazadas en el curso de las guerras del siglo XVIII) y destinadas a hacer más eficaz la administración, se da otra modificación de intención más ambiciosa. En la metrópoli y en las Indias se trata de erigir un aparato administrativo más sólidamente controlado por la Corona; esta tentativa, llevada adelante con un respeto formal nunca desmentido por las situaciones establecidas, se expresó en la creación del Ministerio de Indias, destinado a quitar buena parte de su poder efectivo a ese refugio de administradores coloniales retirados que había llegado a ser el Consejo de Indias. En América esa tentativa se centró en la más ambiciosa de las reformas administrativas del siglo XVIII: la creación de los intendentes de ejército y hacienda.

Sin duda ésta no hace sino trasladar a las Indias una innovación previamente introducida en España imitando el modelo francés. Pero en Hispanoamérica la creación de las intendencias (que unifica atribuciones administrativas, financieras y militares antes muy irregularmente distribuidas) significa un paso adelante en la organización de una alta burocracia formada y dirigida desde la metrópoli y constituido en su mayoría por peninsulares. Los intendentes tendrán a su cargo distritos en general más pequeños que los antiguos gobernadores; por otra parte, los requisitos que acompañan su designación son más rigurosos, y los poderes que se les asignan sobre las corpo-

raciones municipales, más amplios. Subordinados a los intendentes están los subdelegados, cuya designación termina por ser reservada por el virrey: estos funcionarios (y con ello el nuevo sistema comienza a mostrar flaquezas que continúan las del que viene a reemplazar) no son rentados, pero tienen derecho a adjudicarse un porcentaje de las tasas que cobran por el fisco: esta fuente de ingresos es juzgada preferible a la del repartimiento, que tiende a ser abolido (aunque no completamente).

¿Cuál es el resultado de esta compleja reforma? Para apreciarlo es posible examinar la historia posterior de Hispanoamérica: se descubrirá que muy pronto ha de darse esa disgregación política que la reforma intentaba esquivar. Pueden también compararse los propósitos y los resultados: se descubrirá que las reformas no logran disminuir los conflictos institucionales (a veces parecen proporcionarles tan sólo nuevos campos); se descubrirá también que los progresos contra la corrupción de la administración colonial son modestos. En uno y otro plano el fracaso parece evidente. Si comparamos la eficacia del sistema administrativo no sólo con la del que lo precedió sino también con la del que lo siguió, el juicio se hace menos negativo: en todas partes el progreso es indudable; en más de una región se necesitarán décadas para recuperar luego de la Independencia la eficiencia administrativa perdida con ella.

Ese fracaso sólo parcial era por otra parte inevitable: la Corona buscaba crear un cuerpo de administradores que fueran realmente sus agentes, y no los de los círculos de intereses locales demasiado abrigados contra la curiosidad metropolitana, pero el cuerpo que organizó era demasiado limitado en número; cada intendente se hallaba sustancialmente solo frente a un sistema de intereses consolidados, ante cuya ofensiva combinada y tenaz no sabía hasta qué punto sus superiores lo sostendrían; no es extraño que aun los más rígidamente honrados hayan buscado -aun pagando un cierto precio- apoyos en grupos locales para combatir a otros; que los más

desprejuiciados (o los más afortunados) se hayan incorporado a la solidaridad sin fisuras de los intereses locales de las zonas que gobernaban, haciendo pagar de muchas maneras su silencio cómplice. Y es difícil reprochárselo demasiado: esos intereses saben buscar alianzas en la estructura administrativa y judicial, hacer oír hasta en la corte su propia versión, tan escandalosamente contradictoria con la del intendente que aun los historiadores actuales no logran decidir si tal o cual de esos funcionarios que ha acrecentado las rentas reales es un espejo de honradez o un monstruo que, exprimiendo los últimos recursos de sus gobernados, logra enriquecerse a sí mismo a la vez que a su soberano; si el coro de alabanzas que rodea a la gestión serena de tal otro es un premio a la rectitud sumada a la habilidad o es la voz de una complicidad universal en un sistema de corrupción, del que el funcionario tan profusamente alabado es parte. Pese a todos los cambios, evitar los conflictos sigue siendo una buena política para quien quiera hacer exitosa carrera burocrática en Indias, y los conflictos se evitan mejor no provocando las iras de los localmente poderosos.

Esas limitaciones impiden entonces que la reforma administrativa haya puesto realmente en manos de la Corona el gobierno de sus Indias; el poder de los agentes del rey sigue limitado, a la vez que por la corrupción, por un margen de indisciplina que, a condición de no traducirse en rebelión abierta, podía ser muy amplio. Pero sería erróneo creer que la reforma se proponía tan sólo controlar mejor las Indias; por lo menos en parte quería colaborar en su progreso. Por eso no son contradictorias las medidas centralistas con las que ponen una parte de esa tarea a cargo de corporaciones locales; desde las que intentaban organizar en gremios a los artesanos (y que tuvieron fortuna muy variada y en general escasa) hasta las que crearon en México el cuerpo de mineros, y en más de un puerto, desde Veracruz a Buenos Aires, consulados de comercio. Órganos de justicia corporativa y representantes de los intereses del grupo que en ellos se reunía, estos cuerpos

disponían además de fondos propios, derivados de impuestos que estaban autorizados a percibir, y los invertían (con eficacia sin duda mayor que la Administración central) en obras de fomento en que el interés del sector que agrupaban era desde luego el dominante: a los mineros de México se debe la Escuela de Minas, y pese a las censuras sistemáticas de Alamán, que veía en su suntuosa sede un monumento a la derrochadora soberbia criolla, otros jueces, acaso menos parciales, juzgaron con menos severidad una institución a la que los trabajos de los Elhuyar pusieron en nivel internacional. Los consulados, por su parte, invirtieron fondos en arreglo y construcción de caminos (el famoso de Perote, entre Veracruz y México, que abría una practicable ruta carretera en el empinado ascenso de la costa a la meseta; las muchas mejoras locales introducidas en las rutas que partían de Buenos Aires), en los puertos y en otras ayudas a la navegación; también financiaban instituciones de enseñanza técnica... Igualmente, reunían los consulados información y crítica sobre la situación económica local; en esto su tarea se complementaba con la de los funcionarios de carrera, también ellos encargados de llevar adelante estas encuestas periódicas. Unos y otros suelen desempeñarse muy bien; sin duda hay algo de la parcialidad del historiador agradecido por contar con esos testigos excepcionalmente capaces de anticiparse a sus curiosidades (que faltarán de modo tan penoso luego de 1810) en la valoración que a partir de esos testimonios suele hacerse de quienes los proporcionan: alguno de los más valiosos parece provenir de funcionarios en otros aspectos extremadamente discutibles. Pero no hay duda que a través de ellos descubrimos lo que es uno de los motores de la reforma administrativa; ese deseo de crear un poder político fuerte que sirviera eficazmente al progreso de las Indias en que por un momento pudo reconocer su propio ideal más de uno de los que luego serían jefes de revoluciones.

La reforma de la administración se extiende a la esfera militar: también aquí encuentra una organización que descansa sobre todo en las fuerzas locales, a la que va a transformar

creando como núcleo de las fuerzas armadas de las Indias un ejército profesional, con soldados enganchados en la Península y ya no reclutados predominantemente entre los criminales. Para los oficiales de este ejército las reformas se preocupan de asegurar una situación social espectable, mediante fueros especiales y una buena situación en la jerarquía de precedencias que conserva algo más que un sentido ceremonial. Se ha buscado en este aspecto de la reforma borbónica el punto de partida del militarismo de los tiempos independientes; si es discutible que lo sea, lo es menos que constituye uno de sus antecedentes necesarios, en cuanto crea algo que antes en rigor no existía en Indias: un ejército. El mismo esfuerzo renovador se da en cuanto a la marina, y no deja de tener importancia, al lado de la supervivencia de los viejos centros del poder naval español (como esa gigantesca fortaleza que es Cartagena de Indias en Nueva Granada), el surgimiento de otros más nuevos: San Juan de Puerto Rico, Montevideo, Talcahuano, donde se agolpa una población de oficiales y marineros de origen metropolitano.

La preocupación por la guerra está muy cerca –en la España borbónica como en otros despotismos más o menos ilustrados– de la inquietud por el progreso técnico; ello no sólo se advierte en las grandes líneas de la política regia, sino también en la acción que en nivel más modesto ejercitan más de uno de los oficiales: en el Río de la Plata son los marinos quienes comienzan la enseñanza sistemática de las matemáticas, mientras los médicos militares inauguran la de su arte...

También la Iglesia iba a ser muy tocada por la oleada de renovación. La organización eclesiástica había estado desde los orígenes de la colonización firmemente en manos del poder real; las órdenes regulares, aunque menos directamente subordinadas, no habían escapado tampoco a un control más discreto. Constituidas en un aspecto esencial de la administración española en Indias, la Iglesia y las órdenes debían a esa situación un patrimonio cuya importancia relativa variaba según las regiones, pero que era muy importante: si contra las

denuncias de los publicistas liberales no parece que la Iglesia haya sido dueña de casi toda la tierra mexicana, no hay duda de que su patrimonio territorial era muy vasto; en Nueva Granada y en Perú se daba una situación comparable; aun en algunas de las tierras nuevas su poder económico era considerable: en Córdoba del Río de la Plata, aun luego de la expulsión de los jesuitas, la mayor parte de los esclavos pertenecían a las órdenes. Esta propiedad eclesiástica suele estar menos mal administrada de lo que proclaman sus críticos; en particular la de las órdenes parece sostener con éxito la comparación con los resultados obtenidos por los propietarios laicos, y por otra parte cuenta frente a ellos con un conjunto de ventajas, que se resumen en último término en la mejor vinculación de esos propietarios colectivos que son las órdenes con la cultura metropolitana y a la vez con la economía monetaria: el predominio local en la propiedad de esclavos –y más aún en el crédito rural– es en este sentido revelador.

A más de dominar tierras diseminadas entre las de españoles, las órdenes siguen al frente de empresas complejas que son a la vez de evangelización y gobierno: misiones y reducciones que, en las fronteras imperiales, desde las del Alto Paraná hasta las de California, cumplen una función política precisa. Sin duda la expulsión de los jesuitas ha eliminado el más importante de esos mundos semicerrados: las misiones de Paraguay están deshaciéndose bajo la égida de sacerdotes incapaces de retomar el lugar de aquellos a quienes remplazan, y de administradores laicos menos honrados que los expulsos. No sólo en este aspecto la orden jesuítica ha mostrado ser la más capaz de encarar las tareas nuevas que la nueva hora mundial e hispanoamericana impone: en el aspecto económico constituye un aparato de producción y comercio cuya eficacia supera de lejos a la de las demás órdenes; en lo cultural, a ella se deben algunos de los aportes esenciales a la ilustración hispanoamericana. Expulsados los jesuitas, es el clero secular el que domina el panorama eclesiástico en las Indias, y la Corona juzga sin duda bueno que sea así. Sin duda el clero secular no alcanza en ningún aspecto el nivel de los expulsos: en cambio, es más dócil y, en la medida en que se renueva en sus jerarquías por impulso directo de la Corona, podrá ser remodelado conforme a los deseos de ésta.

El clero secular posee también vastas riquezas (aunque muy desigualmente distribuidas según las diócesis); lo mismo que en la metrópoli y aun más que en ella, esas riquezas se vuelcan sobre obispos y cabildos catedralicios (pese a que su personal es en todas partes más reducido que la multitud de prebendados de las catedrales peninsulares) y alcanzan mal la mayor parte del clero parroquial. Éste –sobre todo en tierras de indios, pero no sólo en ellas– se resarce cargando despiadadamente a su grey: en tal rincón de Tucumán, a principios del siglo XIX, de la humilde heredad de una campesina tres lotes sin construcciones se reparten en herencia entre sus hijos: la casa queda en manos del párroco hasta que le sea pagado el servicio funerario... Ejemplos como éste surgen por todas partes; sin embargo, las excepciones existen y se hacen más numerosas a lo largo del siglo XVIII: en la hora de la revolución serán relativamente frecuentes los párrocos que frente a sus fieles no se imponen sólo por el temor al poder demasiado terreno que por mucho tiempo los ha acompañado, ni por el respeto reverencial a su investidura, sino también por una adhesión personal que los transforma sin dificultad en jefes de multitudes revolucionarias o realistas.

Hay entonces un progreso indiscutible en el personal eclesiástico secular. Éste colabora, en algunos casos con entusiasmo, en otros casos con sólo el celo que corresponde a súbditos fieles, con la obra reformadora de la Corona: una forma de Ilustración cristiana, que encuentra su modelo en el párroco de aldea, que es a la vez pastor de almas y vocero de las nuevas ciencias y técnicas; se traduce, por ejemplo, en esas láminas diseminadas desde Guatemala a Buenos Aires, que muestran a un sacerdote llevando solemnemente en sus manos ese nuevo instrumento de salvación terrena, que es la lanceta de la vacuna. La realidad es sin duda más compleja y matizada que

esas imágenes; el clero secular reproduce bastante fielmente virtudes y defectos del cuerpo administrativo del que en cierto sentido forma parte, y los cambios en las orientaciones dominantes no le impiden conservar en los niveles más altos una preocupación muy mundana por hacer carrera, expresada no sólo en la docilidad a las tendencias generales de la política regia, sino en otros signos a veces menos decorosos. En todo caso también él ha sido agitado por los impulsos renovadores que llegan de la Europa del setecientos, y –como saben los hispanoamericanos adictos a la Ilustración– es menos incapaz de transmitir ese impulso a sectores amplios de población que una estructura burocrática, a pesar de todo sumaria y vista en todas partes con una desconfianza inspirada acaso tanto por sus virtudes como por sus defectos. Es decir, que pese a todas sus limitaciones la Iglesia conserva el especialísimo lugar que le viene desde la conquista: instrumento de gobierno y pieza indispensable del poder político colonial, es la única parte de éste que las poblaciones no sienten como totalmente extraña.

El **Brasil** que va a llegar a la independencia ha sido más transformado por el siglo XVIII que Hispanoamérica. Su zona nuclear se ha trasladado del norte azucarero al centro minero; al mismo tiempo la expansión portuguesa ha proseguido hacia el norte y el sur: al norte se ha dado la expansión del Maranhão, la instalación sumaria en la Amazonia; al sur, la apertura de una nueva tierra ganadera en Río Grande.

Hasta fines del siglo XVII es Brasil un núcleo azucarero rodeado de un contorno que lo complementa, proveyéndolo de hombres y ganados. Uno y otro sufren de manera distinta las consecuencias de la decadencia azucarera, unidas a las de una recesión secular que excede el marco brasileño. La decadencia del azúcar en primer término: luego de conquistada por Holanda una parte esencial del norte brasileño, la reconquista portuguesa es llevada adelante por fuerzas locales con escaso apoyo metropolitano (encontramos aquí una primera consecuencia de las modalidades de la restauración de la independencia portuguesa en 1640: Portugal paga un precio muy alto por ella, ya que debe hacer constantes concesiones a las potencias que combaten el poder español por el cual sigue amenazado). En todo caso, reconquistados, en 1654, Recife y los distritos ocupados por los holandeses, la consecuencia es una extensión de la agricultura del azúcar a las Antillas promovida por éstos, que encuentran allí compensación a la pérdida de sus tierras brasileñas. Lo que ha sido un monopolio primero mediterráneo, luego de las islas atlánticas hispanoportuguesas y de Brasil, pasa ahora a ser un rubro de la economía colonial de Holanda, Inglaterra y, por último, Francia, que se tallan un patrimonio territorialmente exiguo, pero económicamente importantísimo en las Antillas menores y Jamaica. Frente a la concurrencia antillana, el azúcar brasileño se defiende mal: se adecúa con dificultad a un mercado mejor provisto y cuya capacidad de consumo sigue siendo limitada. A fines del siglo XVII comienza la decadencia de la economía azucarera; sin duda la palabra adquiere un sentido especial cuando se la aplica a una industria que sobrevivirá a dos siglos y medio de este proceso; en todo caso la industria azucarera brasileña se caracterizará desde ahora por cierto arcaísmo organizativo y técnico, y conocerá nuevos momentos de esplendor sólo cuando la acción conjunta del proteccionismo y la expansión de otros sectores de la economía brasileña le aseguren el dominio de un ampliado mercado interno o –más excepcionalmente– cuando hechos externos, como la catástrofe de la producción azucarera en las Antillas francesas, le devuelvan una parte del mercado mundial.

La recesión, anticipándose a la separación de España, deshace también un circuito que es muy importante para la naciente economía brasileña: el que la vincula a través de Buenos Aires con Perú. La penetración de comerciantes portugueses (sus rivales españoles la llamarán, a menudo con razón, de cristianos nuevos) ha sido muy importante hasta en la capital peruana; un comercio clandestino que amplía enormemente

el volumen del legalmente consentido entre las tierras españolas y portuguesas en América, asegura a Brasil una parte sustancial de la plata potosina; todo ello desaparece en los años inmediatamente anteriores a 1640. Sin duda cuarenta años más tarde una fundación audaz, la de la Colonia del Sacramento en la Banda Oriental del Río de la Plata, frente a Buenos Aires, rehace esa ruta, pero por una parte su importancia decrece con la de la producción potosina, y por otra sus desemboques se hallarán frecuentemente en Europa: Bahía, la capital del azúcar, a la vez que sufre con el estancamiento económico de su zona de influencia, deja de ser punto intermedio en esa ruta alternativa de la plata peruana.

La decadencia del azúcar tiene consecuencias inesperadas sobre las zonas marginales. En ellas sobrevive la que ha sido cronológicamente la primera de las formas de explotación económica de Brasil: la exportación de maderas, algo de oro y piedras preciosas, obtenidas todas por trueque con la población indígena. Pero al lado de esta actividad otras han adquirido importancia creciente: la ganadería en la retaguardia inmediata de la zona azucarera; ésta y la caza de hombres en lo que será luego el Brasil central. Tras de la tierra fértil de la costa bahiana y pernambucana comienza el *sertão*, la seca meseta esteparia donde una población mestiza explota una ganadería que, si provee de carne y bueyes de carga a la tierra del azúcar, es predominantemente de autoconsumo. Hacia el norte, la costa de lo que será Ceará y Maranhão se puebla lentamente de muy escasos colonos; su actividad más importante es la caza de indios para su venta como esclavos en las tierras de azúcar. Pero es en el centro donde esta actividad se desarrolla a ritmo cada vez más rápido: la capitanía de San Pablo se hace inmensa al abarcar el conjunto de las tierras que el centro paulista va vaciando de hombres. La expansión de esa caza del indígena no se da por casualidad en período de recesión secular: es una defensa de la economía azucarera demasiado golpeada, que no podría seguir recibiendo con ritmo creciente esclavos africanos, cuyo comercio estaba integrado en circuitos cuyo instrumento de cambio era esa moneda metálica, a la que debido a las crisis de las exportaciones los señores de ingenio tenían acceso cada vez más limitado. De este modo los hombres y el ganado de la retaguardia continental adquieren nueva importancia: luego de 1620, año de la destrucción de las misiones jesuíticas del Guayrá, en tierras dependientes del virreinato del Perú, prosigue hasta comienzos del siglo XVIII la expansión paulista hacia el sur y sobre todo hacia el oeste; al lado de los hombres, ésta busca diamantes y oro de aluvión. Hasta este momento tenemos –en un esquema que necesita ser matizado, pero que corresponde sustancialmente a la realidad– dos Brasiles: en primer lugar está el *sugar-belt* de señores de ingenio, dueños a la vez de la tierra y de los medios de fabricar el azúcar (el ingenio, que es el centro de molienda, no da por casualidad el nombre genérico a las fincas azucareras del Brasil del Norte), que hacen trabajar a una masa esclava africana y secundariamente india: la mezcla de europeos y africanos se produce rápidamente, y la presencia africana en la vida y la cultura brasileña es un rasgo que surge ahora para quedar. Esta tierra de plantaciones cuyo arcaísmo económico da a las relaciones sociales un tono que sus nostálgicos llaman patriarcal –en todo caso menos urgido por una búsqueda racional del provecho que el reinante en las Antillas–, integra a su población negra utilizando para ello lo que ha sobrevivido del cuadro institucional africano, luego de un trasplante brutal: agrupados por naciones, los negros del norte brasileño conservan –y tiñen de color cristiano– tradiciones religiosas y sociales traídas de sus tierras de origen; por eso (y porque la importación duró hasta avanzado el siglo XIX) África sigue siendo, para los negros de Brasil, tan profundamente americanizados (y a través de ellos para toda la cultura popular brasileña), una presencia viva, como no lo es, por ejemplo, para los negros de Estados Unidos o aun de las Antillas que fueron inglesas.

Al margen de las tierras del azúcar surge una población mestiza: los ganaderos del *sertão* nordestino, los cazadores de

indios del Norte y São Pablo han surgido ellos mismos de la unión de portugueses e indios; como en ciertas zonas marginales españolas (por ejemplo, el Río de la Plata o Paraguay) el imperativo de poblar la tierra se ha traducido en una febril reproducción de los conquistadores, creando organizaciones familiares cuya distancia del modelo monógamo europeo horroriza a más de un testigo. Aquí la vida es más sencilla y dura que en las tierras del azúcar; aun en lo más hondo de su crisis los señores de ingenio parecen comparativamente opulentos, y a la vez que envidiados son menospreciados por su blandura por los más rudos ganaderos y jefes de bandas del interior. Una y otra zona brasileñas (el núcleo azucarero y la movible frontera) suman una población escasa, que tiende a expandirse a gran velocidad en un espacio no limitado por obstáculos importantes, salvo la distancia misma. En efecto, si Brasil presenta una costa demasiado regular para ofrecer puertos abundantes, si la existencia (sobre todo en la zona central) de una cordillera costera relativamente alta y de un sistema hidrográfico que se vuelca sobre todo hacia el interior, hacia el Plata y el Amazonas, hacen difícil el abordaje de la meseta, una vez alcanzada ésta la regularidad del suelo, acompañada de la presencia de ríos navegables (aunque no en gran número) facilitan la penetración; falta así en Brasil esa compartimentación que la geografía misma impone a la América española. Los *ríos constituyen el vínculo esencial en el interior brasileño:* el San Francisco (que desemboca en el Atlántico al sur de Bahía) enlaza el norte y el centro, y tanto la expansión norteña como la paulista siguen las rutas fluviales. De este modo una población que hacia 1700 no excedía sin duda los cuatrocientos mil habitantes, entre los cuales eran los negros más numerosos que los blancos y mulatos, y éstos que los indios sometidos, dominaba laxamente un territorio que era ya de tres millones de kilómetros cuadrados. Fue el descubrimiento del oro (1698), y treinta años después el de los diamantes, el hecho que iba a cambiar el destino de Brasil. Las riquezas minerales surgieron en un rincón de la capitanía de San Pablo, y los paulistas trataron (con relativo éxito hasta 1708) de conservar el monopolio de su explotación. Luego de los choques de ese año debieron dejar el camino abierto a los buscadores de oro que llegaban del norte ganadero y azucarero (a veces señores de ingenios pequeños que, con todo su personal esclavo, partían a probar fortuna en la búsqueda del oro fluvial y superficial). Ouro Preto, la primera de las ciudades del oro, fue desde 1720 capital de una nueva capitanía separada de San Pablo: la de Minas Gerais. La minería produjo una nueva riqueza para Brasil, y la importación de esclavos retomó un ritmo rápido. Pero la pequeña empresa de exploración y explotación aurífera (como luego la de diamantes) admitía una multiplicidad de empresarios individuales, y provocó una inmigración metropolitana que no tuvo paralelo en Hispanoamérica; gracias sobre todo a ella, Brasil pudo alcanzar, a fines del siglo XVIII, los tres millones de habitantes. Ya para entonces la explotación minera había cerrado su ciclo de prosperidad; extendida cada vez más al interior, hacia Goiás y Mato Grosso, contribuyó a poblar menos laxamente el Brasil central. Pero éste, tras de su florecimiento minero, que está detrás del esplendor arquitectónico de Ouro Petro, debió refugiarse en una ganadería vacuna que se implantaba mal en los circuitos de comercio ultramarino. En medio de esa zona en disgregación económica, la costa en torno de Río de Janeiro, la nueva capital brasileña, era un oasis de cultivos tropicales, entre los cuales el arroz y el algodón competían con el azúcar. Aun luego de la decadencia de su nuevo núcleo, el Brasil del oro se había ampliado de modo irreversible hacia el norte y hacia el sur. Hacia el sur se da en el siglo XVIII el surgimiento de un Río Grande ganadero, comparable por sus características a las zonas nuevas del Río de la Plata que le eran contiguas: si sus cueros buscaban mercado en Europa, sus mulas y su carne seca lo habían encontrado en el centro minero y lo seguían encontrando en el norte azucarero. En el extremo norte la zona del Marañón –a la que una navegación dependiente del régimen de vientos ponía mucho más cerca de la metrópoli que el resto de Brasil– vivió

dos etapas: en la primera (dominada por las misiones de los jesuitas), la actividad económica principal era el comercio de trueque con las poblaciones indias de la hoya amazónica; la expulsión de los jesuitas y la organización de compañías comerciales inspiradas en la política de Pombal, el ministro del despotismo ilustrado portugués favoreció –en compensación de la pérdida paulatina del comercio amazónico– una agricultura tropical del arroz y sobre todo del algodón, que, agotados los recursos locales de mano de obra, recurrió ampliamente a la importación africana. Por su parte, la economía azucarera está en muy moderado ascenso hasta 1760, para sufrir un nuevo derrumbe que a fines del siglo la devuelve a los niveles de producción de cien años antes.

Pese a las nuevas importaciones de esclavos, hasta 1770 la minería los iba absorbiendo en cantidades tan grandes que privaba a las tierras azucareras de su mano de obra servil; por otra parte, la expansión de las Antillas francesas y las que se continuaban en las inglesas cerraban cada vez más el mercado europeo para el azúcar de Brasil. La revolución industrial (con su aumento del consumo del algodón), pero sobre todo la guerra, benefició a la economía agrícola brasileña: sólo el azúcar iba a tardar hasta la segunda década del siglo XIX en incorporarse a ese avance. En todo caso la prosperidad de Brasil al comienzo del siglo XIX esconde mal los profundos desequilibrios de un país que ha perdido sucesivamente su núcleo azucarero (que aunque importante, no es ya hegemónico) y su nuevo núcleo minero (mucho más rápidamente borrado a partir de 1770): son la zona de Río de Janeiro, la del Marañón, la del extremo sur, las muy inconexas que encabezan el crecimiento brasileño en ese momento decisivo.

Las alternativas de la prosperidad se vinculan también con las políticas comerciales sucesivamente adoptadas por la Corona. De comienzos del siglo XVIII es la total integración de la economía portuguesa en el área británica: aún más que la plata hispanoamericana, el oro brasileño encuentra en su metrópoli política sobre todo un lugar de paso, y los historiadores

de Brasil, en la huella de Luzio de Azevedo, no dejarán de señalar en él a uno de los estímulos de la revolución industrial inglesa. Al mismo tiempo el acuerdo con Gran Bretaña protege sobre todo el vino metropolitano, pero no defiende la producción agrícola colonial, que tiene difícil acceso al mercado británico; sólo en tiempos de Pombal se dio un intento de organizar la expansión de la agricultura colonial mediante un sistema de compañías comerciales privilegiadas. Éste tuvo éxito en el Marañón, pero fracasó en las tierras del azúcar: la compañía podía favorecer la expansión de rubros productivos para los cuales existía ya un mercado; era incapaz, en cambio, de abrirlo para una producción ya demasiado abundante como era la azucarera. Y por otra parte la aristocracia de señores de ingenio, que a principios del siglo había mantenido en Pernambuco una lucha tenaz contra los mercaderes portugueses de Recife, no entendía ceder el control del mercado local a una compañía ultramarina. Finalmente, también la del Marañón comenzó a sufrir las consecuencias de su propio éxito: la clase de plantadores cuya instalación había suscitado quería ahora independizarse de su pesada tutela, y compartir de modo menos desigual los lucros del comercio ultramarino. En 1789 las compañías privilegiadas fueron suprimidas, y ello fue considerado una victoria de los productores. La guerra iba a traer cambios más tardíos que para Hispanoamérica: incluido en el área británica, el imperio portugués no iba a sufrir en sus comunicaciones internas como el español. En cambio, la incomunicación con Europa continental, y luego la pérdida de la metrópoli, aceleraron una nueva decadencia azucarera, comenzada hacia 1760.

Esas vicisitudes se traducen en las de las exportaciones: a mediados del siglo XVIII se ha dado el apogeo del Brasil del oro, con casi cinco millones de libras como valor total de las exportaciones en 1760; quince años de decadencia conducen a un nivel de tres millones en 1776; luego comienza una recuperación lenta: tres millones y medio en 1810, cuatro en 1814. La recuperación se da gracias a un abanico de exportaciones ya no totalmente

dominado por el azúcar y el oro: en 1800 la primera se exporta por valor de algo más de un millón, el segundo por setecientas mil; en 1814 será por 1.200.000 y 300.000, respectivamente (en cambio, en 1760 un total de exportaciones de 4.800.000 se descompone en 2.400.000 de azúcar y 2.200.000 de oro). El azúcar –se advierte– ni aun en sus horas peores ha dejado de ser el principal artículo de exportación del Brasil portugués, que ni en sus momentos de mayor brillo minero ha conocido la unilateralidad de las exportaciones hispanoamericanas.

Esa importancia del sector azucarero, pese a su eterna decadencia, se manifiesta también en la demografía brasileña: en el nordeste (que en torno a Bahía se ha hecho, a la vez que azucarero, algodonero) se concentra la mayor parte de la población; de ella el 50 por 100 son negros, casi todos esclavos; el 7 por 100, indios; el 23 por 100, blancos, y el resto mestizos y mulatos. La sociedad brasileña estará menos influida por líneas de casta que la española; eso no es extraño si se piensa que la principal de las diferencias de origen estaba defendida por esa frontera legal más abrupta que era la esclavitud; por otra parte, la mayor importancia de la inmigración metropolitana influía para producir un equilibrio distinto del de Hispanoamérica. Por añadidura, en todo el Brasil septentrional y en la zona de Río de Janeiro surge una sociedad señorial íntimamente vinculada al mercado ultramarino, que tampoco tiene paralelo en Hispanoámerica. Este sector, fuerte económicamente, influyente políticamente (todo el orden en las zonas rurales depende en último término de su buena voluntad) ya ha vencido antes de la emancipación las pretensiones hegemónicas de los comerciantes de los puertos del Norte, y se apresta a tener en la vida del Brasil independiente influjo muy vivo. En el centro y el Sur no encontramos nada parecido; pese a que también aquí la gran propiedad es la regla, ésta en la base de fortunas privadas más modestas; por otra parte, la producción sólo parcialmente se dirige hacia el mercado internacional. Es decir que aquí los hacendados son económicamente menos independientes de los mercaderes de las ciudades; en cambio, la vida ganadera les da (como a los del *sertão* nordestino) bases aún más firmes de poder local; en particular en el extremo sur, el orden es custodiado (y a ratos deshecho) por los hacendados y sus pequeños ejércitos privados.

En las ciudades existe una antigua tradición mercantil: Recife y Bahía en el Norte, Río de Janeiro en el centro... En el Norte, en las etapas finales de su lucha, los señores de ingenio han encontrado a su lado a los comerciantes locales: se trataba, en efecto, de eliminar a las compañías privilegiadas, esos instrumentos de conquista de los lucros de la producción colonial por parte de la metrópoli. En Río los tiempos del oro han sido los de mayor desarrollo de los sectores mercantiles locales; luego éstos han logrado sobrevivir exportando una gama de productos más variada que en el Norte, y conservando frente a los productores una posición más sólida que allí.

La diferenciación entre productores y mercaderes tiene entonces en Brasil un sentido diferente que en Hispanoamérica: aquí hay desde el comienzo un amplio sector agrícola que produce para ultramar y tiene a su frente a una muy homogénea clase terrateniente; aquí la metrópoli, menos poderosa, no puede tener una política económica tan definida y sobre todo tan determinante como ha sido la de España. Y por añadidura también la debilidad que en otros aspectos muestra el diminuto Portugal frente a su colonia gigante influye en las relaciones sociales: sólo muy tardíamente tiene Brasil una administración colonial comparable en coherencia a la que tuvo Hispanoamérica ya en la segunda mitad del siglo XVI; ese punto de apoyo a las fuerzas que aseguran la cohesión económica entre la metrópoli y la colonia es por lo tanto menos sólido.

Del mismo modo que en Castilla, en Portugal la Corona no puede llevar adelante por sí sola la exploración y conquista: reservándose la soberanía de los territorios americanos conquistados por portugueses, reconoce muy amplias atribuciones (a la vez políticas, económicas y militares) a quienes ponen el dinero y los hombres necesarios para la empresa. El primer Brasil, el de las capitanías, es entonces un conjunto de

factorías privadas en la costa americana: no sólo su transformación en colonia de la Corona es más lenta que en Hispanoamérica (los últimos derechos privados sobre capitanías son rescatados por la Corona a cambio de dinero durante el siglo XVIII); es además menos completa: la administración regia, que sucede a la de los dueños de concesiones, debe respetar las situaciones locales de poder en medida aún mayor que en Hispanoamérica. Si desde mediados del siglo XVI esta administración comienza a organizarse, con la instalación de la capitanía general en Bahía, falta por entero en Brasil esa segunda conquista, que la corona castellana lleva adelante sobre los conquistadores. Faltan además las razones para una política análoga a la seguida por la corona de Castilla. Brasil es, por el momento –se ha dicho ya–, un conjunto de factorías escasamente rendidoras: no hay en él nada comparable al botín de metálico que la Corona disputa en el siglo XVI a los conquistadores castellanos. Cuando un nuevo Brasil (el del azúcar) surja del primitivo, junto con él surgirá una clase terrateniente cuya mano de obra no depende (como en Hispanoamérica) de las concesiones más o menos gratuitas de la Corona; está compuesta de negros esclavos comprados en el mercado. Del mismo modo en cuanto a la tierra: falta en el Brasil del azúcar esa imprecisión en la posesión jurídica de la tierra por los conquistadores que, en Hispanoamérica, sigue haciendo depender su fortuna inmobiliaria de los favores del poder político. De allí que la aparición de un sistema administrativo derivado de la Corona, que comparte atribuciones con instituciones de origen local sobre un esquema muy semejante al hispanoamericano, tenga, sin embargo, en Brasil sentido muy diferente que en las Indias de Castilla. Sin duda encontramos cámaras municipales semejantes en su estructura y su origen a los cabildos, como éstos fortalezas de oligarquías municipales que se renuevan por cooptación, por herencia o por compra de cargos. Sin duda encontramos capitanes mayores semejantes en cierto modo a los corregidores; y bajo su mando, capitanes de la espesura *(capitãos do mato)* que vigilan el orden de

las zonas rurales (en este caso la diferencia parece darse formalmente en sentido centralista: los alcaldes, que serían su equivalente hispanoamericano, dependen de los cabildos y no del poder central). Pero unos y otros tienen de hecho poderes más vastos: cuando en el siglo XVIII la acuidad creciente de los conflictos con España impulse una militarización de la vida brasileña, las milicias locales dominarán el panorama (salvo en la remota frontera meridional) y asegurarán el predominio de los poderosos locales (oligarquías urbanas, señores de ingenio, hacendados de las tierras ganaderas), dueños de ese nuevo instrumento de poder.

Todas estas diferencias nos devuelven a una esencial: en Hispanoamérica la posesión de la tierra y la de la riqueza no van juntas; en Brasil sí suelen acompañarse, y eso da a las clases dominantes locales un poder que les falta en las Indias castellanas. Por eso la creación de un poder central no puede darse en Brasil en contra de esos poderes locales que encuentran modo de dominar las instituciones creadas para controlarlos. El poder central nace aquí débil y elabora tácticas adecuadas a esa debilidad: la historia del siglo XVIII brasileño abunda en choques armados interregionales (en el Norte entre Olinda y Recife, en el centro entre norteños y paulistas en Minas Gerais) frente a los cuales el poder regio actúa como árbitro algo tímido. Quizá sea ése uno de los secretos de la supervivencia de la unidad brasileña en el siglo XIX (junto con la falta de una crisis profunda del orden administrativo colonial): este orden, en la medida que es menos exigente que el español, sobrevive mejor a la presencia de fuerzas centrífugas que son en Brasil, acaso, tan poderosas como en Hispanoamérica.

En todo caso, los progresos de la estructura administrativa son a la vez lentos e incesantes: durante la época de la unidad con España se organizan en Lisboa, sobre el modelo sevillano, instituciones de gobierno de las Indias. Luego de la restauración, y sobre todo en el siglo XVIII, el proceso avanza sobre todo en Brasil: la complejidad institucional crece; se crean nuevas divisiones administrativas a medida que la expansión

minera va poblando mejor el Brasil central e interior. En 1717, Brasil pasa a ser un reino, gobernado por un virrey, que en 1763 lleva su sede de Bahía a Río de Janeiro, el puerto del oro.

Una situación análoga se da en cuanto a la Iglesia y las órdenes. De éstas es la jesuita la más poderosa: su predominio es aún mayor que en Hispanoamérica. Pero la Compañía de Jesús debe enfrentar la hostilidad de los terratenientes contra los aspectos más originales de su actitud frente al indígena. Sin duda, algo análogo ha ocurrido, desde comienzos del siglo XVII, en algunas zonas hispanoamericanas. Pero en Brasil la compañía sólo encuentra compensación muy limitada para su insegura relación con los colonos en el establecimiento de territorios de misión: aquí éstos sólo adquieren alguna importancia en el siglo XVIII y en el remoto Amazonas. Aunque rica e influyente, también la Compañía, como el poder regio, debe enfrentar a esos sectores tanto más poderosos que en Hispanoamérica; acaso por eso su expulsión en 1759 fue seguida con indiferencia, en tanto que en la América española ella iba a figurar, aun luego de 1810, en más de una de las listas de agravios elevadas por los insurgentes contra el poder regio.

La misma influencia de los localmente poderosos se hace sentir sobre el clero secular; en particular en las tierras del azúcar los curatos eran considerados en los hechos parte del patrimonio de los dueños de tierras e ingenios, y entregados a los segundones de éstos. Aun en la jerarquía del clero regular y secular los hijos de las familias de más alto abolengo de la colonia predominaban de manera desconocida en Hispanoamérica. En esta iglesia demasiado bien integrada en la sociedad colonial, el espíritu militante, aún no extinguido en la hispanoamericana, estaba notablemente ausente. Si la inmoralidad era sin duda menos frecuente de lo que parecía a observadores más llenos de celo que de discernimiento, el espíritu mundano era, en cambio, dominante. Sin duda, la explotación de los fieles por los párrocos era menos habitual que en Hispanoamérica, donde en más de un caso ofrecía el

único medio de supervivencia para un clero de origen social modesto e insuficientemente rentado. Pero también esta superioridad aparente se vincula con el hecho de que el personal eclesiástico era en Brasil parte de esa clase dominante de base local y rural, cuyo poderío no tiene paralelo en Hispanoamérica.

Capítulo 2
La crisis de independencia

Ese edificio colonial que, a juicio de los observadores poco benévolos, había durado demasiado, entró en rápida disolución a principios del siglo XIX; en 1825 Portugal había perdido todas sus tierras americanas, y España sólo conservaba a Cuba y Puerto Rico. ¿Por qué este desenlace tan rápido? Retrospectivamente se le han buscado (y desde luego encontrado) causas muy remotas, algunas de ellas latentes desde el comienzo de la conquista; al lado de ellas se han subrayado otras cuyos efectos se habrían hecho sentir acumulativamente a partir de la segunda mitad del siglo XVIII.

Por lo menos para la América española, para la cual el problema se presenta con mayor agudeza, se han subrayado una y otra vez las consecuencias de la sólo parcialmente exitosa reformulación del pacto colonial: precisamente porque éste abría nuevas posibilidades a la economía indiana, hacía sentir más duramente en las colonias el peso de una metrópoli que entendía reservarse muy altos lucros por un papel que se resolvía en la intermediación con la nueva Europa industrial. La lucha por la independencia sería en este aspecto la lucha por un nuevo pacto colonial, que –asegurando el contacto directo entre los productores hispanoamericanos y la que es cada vez más la nueva metrópoli económica– con-

ceda a esos productores accesos menos limitados al mercado ultramarino y una parte menos reducida del precio allí pagado por sus frutos.

Al lado de la reforma económica estaba la reforma político-administrativa. Se ha visto ya cómo ésta no había resuelto los problemas fundamentales del gobierno de la América española y portuguesa: el reclutamiento de funcionarios dispuestos a defender, con una honradez que las dificultades de su tarea hacían heroica, los intereses de la Corona frente a las demasiado poderosas ligas de intereses locales. Pero no hay duda de que esa reforma aseguró a las colonias una administración más eficaz que la antes existente. Ésta era –según una fórmula incisiva de J. H. Parry– una de las causas profundas de su impopularidad, pues los colonos prefieren tener que enfrentar una admimistración ineficaz, y por eso mismo menos temible. Pero no era la única: al lado de ella estaba la tan invocada de la preferencia de la Corona por los funcionarios metropolitanos. Sin duda las alegaciones sobre la parcialidad regia estaban mejor fundadas en hechos de lo que quieren hacer suponer, por ejemplo, las estadísticas de un Julio Alemparte, y la parcialidad misma no se debía solamente a la mayor sensibilidad de la Administración a las solicitaciones que le llegaban de cerca, sino al temor de dar poder administrativo a figuras aliadas de antemano con las fuerzas localmente poderosas que seguían luchando tenaz y silenciosamente contra la pretensión de la Corona a gobernar de veras sus Indias. Con lo que la protesta contra el peninsular, que debía su carrera a su origen metropolitano, a veces escondía mal la repulsa del testigo molesto llegado de fuera del cerco de complicidades localmente dominante (y que en el mejor de los casos era preciso introducir en él mediante el soborno).

Tanto la enemiga contra los peninsulares favorecidos en la carrera administrativa (y en la militar y eclesiástica) como la oposición contra el creciente centralismo, eran sólo un aspecto de las reacciones despertadas en las colonias por la crecien-

te gravitación de una metrópoli renaciente. La misma resistencia –expresada en idéntica hostilidad hacia los peninsulares– se manifestaba frente a los cambios en la estructura comercial: ese enjambre de mercaderes metropolitanos que en la segunda mitad del siglo XVIII avanzaba sobre los puertos y los nudos comerciales de las Indias, cosechando una parte importante de los frutos de la activación económica, era aborrecido aun por quienes no habían sido afectados directamente por su triunfo.

Convendría no exagerar las tensiones provocadas por este intento de reordenación de las Indias; convendría, sobre todo, advertir más claramente que si ellas autorizaban algunas alarmas sobre el futuro del lazo colonial, de ningún modo hacían esperar un desenlace tan rápido; por el contrario, los conflictos que ellas parecían anticipar sólo hubiesen podido madurar en un futuro remoto: ellas anuncian, más bien que una cercana catástrofe, los delicados y lentos reajustes de una etapa de transición necesariamente larga.

¿En la renovación ideológica que (junto con la cultura hispánica en su conjunto) atravesaba la iberoamericana a lo largo del siglo XVIII, ha de hallarse causa menos discutible del fin del orden colonial? Pero esa renovación –colocada bajo signo ilustrado– no tenía necesariamente contenido políticamente revolucionario. Por el contrario, avanzó durante una muy larga primera etapa en el marco de una escrupulosa fidelidad a la Corona. Ello se fundaba en que, pese a todas sus vacilaciones, era ésta la más poderosa de las fuerzas renovadoras que actuaban en Hispanoamérica. La crítica de la economía o de la sociedad colonial, la de ciertos aspectos de su marco institucional o jurídico no implicaban entonces una discusión del orden monárquico o de la unidad imperial. La implicaban todavía menos por cuanto la Ilustración iberoamericana –del mismo modo que la metropolitana– estaba lejos de postular una ruptura total con el pasado: en ella sobrevivía mucho de la tradición monárquica del siglo anterior, y en más de uno de sus representantes la fe en el papel renovador de la Corona parece la racionalización de una fe más antigua en el rey como cabeza de ese cuerpo místico que es el reino.

Sin duda, ya desde fines del siglo XVIII, esta fe antigua y nueva tenía –en Iberoamérica como en sus metrópolis– sus descreídos. En este hecho indudable se ha hallado más de una vez la explicación para los movimientos sediciosos que abundan en la segunda mitad del siglo XVIII, y en los que se ve los antecedentes inmediatos de la revolución independiente. Pero ni parece evidente esta última vinculación, ni mucho menos la que se postula entre esas sediciones y la renovación de las ideologías políticas. Es fácil hacer –desde Nueva Granada hasta el Alto Perú– un censo impresionante de esos movimientos; vistos de cerca, ellos presentan una fisonomía escasamente homogénea y a la vez no totalmente nueva. Sin duda, podemos encontrar un elemento desencadenante común en las tensiones creadas por la reforma administrativa, que en manos de burócratas demasiado ávidos significó sobre todo un aumento de la presión impositiva; pero las respuestas son localmente muy variables. El episodio más vistoso es la guerra de castas que azotó en las dos últimas décadas del siglo XVIII al Perú; esta guerra, en que los alzados supieron combinar la nostalgia del pasado prehispánico con la lealtad al rey español, por hipótesis ignorante de las iniquidades que en su nombre se cometían en América, exacerbó las tensiones entre las castas peruanas: indios contra blancos y mestizos en el Bajo Perú; indios y mestizos contra blancos en el Alto Perú. En este sentido, más que ofrecer un antecedente para las luchas de independencia, estos alzamientos parecen proporcionar una de las claves para entender la obstinación con que esta área iba a apegarse a la causa del rey: una parte de su población nativa iba a ver en el mantenimiento del orden colonial la mejor defensa de su propia hegemonía, y en ésta la única garantía contra el exterminio a manos de las más numerosas castas indígenas y mezcladas.

Otros episodios menos vistosos se desarrollan con apoyos, si más limitados en el espacio, más unánimes: es el caso del al-

zamiento comunero del Socorro, en Nueva Granada. Pero su importancia inmediata fue mucho menor, y su fisonomía los acercaba a los movimientos de protesta local que habían abundado desde la conquista; más bien que la presencia de elementos nuevos que anuncian la crisis, lo que ellos ponen de manifiesto es la persistencia de debilidades estructurales cuyas consecuencias iban a advertirse cada vez mejor en la etapa de disolución que se avecinaba.

Menos discutible es la relación entre la revolución de independencia y los signos de descontento manifestados en muy estrechos círculos dentro de algunas ciudades de Latinoamérica desde aproximadamente 1790. Esos signos fueron, sin duda, magnificados primero por sus represores y luego por sus historiadores: es indudable, sin embargo, que desde México a Bogotá, donde en 1794 Antonio Nariño comenzaba su carrera de revolucionario traduciendo la Declaración de los Derechos del Hombre, a Santiago de Chile, donde en 1790 era descubierta una «conspiración de los franceses», a Buenos Aires, donde casi contemporáneamente otros franceses parecen haber logrado despertar en algunos esclavos esperanzas de próxima liberación gracias a una revolución republicana, a Brasil, donde en Minas Gerais una inconfidencia secesionista y republicana es descubierta y reprimida en 1789, en los más variados rincones de Latinoamérica hay signos muy claros de una nueva inquietud. El resultado de esos episodios eran los mártires y los desterrados. Tiradentes, agente de la inconfidencia de Minas Gerais, era el más célebre de los primeros. Por su parte, el más famoso de los segundos fue Francisco de Miranda, el amigo de Jefferson, amante de la gran Catalina, general de la Gironda, en su momento agente de Pitt, quien antes de fracasar como jefe revolucionario en su nativa Venezuela, hizo conocer al mundo la existencia de un problema iberoamericano, incitando a las potencias a recoger las ventajas que la disolución del imperio español proporcionaría a quienes quisieran apresurarla. Tras de esas trayectorias trágicas o brillantes se alinean muchas otras: desterrados en África, prisioneros en la metrópoli, emigrados que vegetan penosamente gracias a pensiones inglesas o francesas... Y al lado de ellos son más numerosos los que se mantienen en reserva: cuando Bolívar repite en un paisaje de ruinas romanas el juramento de Aníbal no es aún sino un rico muchacho criollo de Caracas que viaja por Europa acompañado de su preceptor; cuando en su Córdoba del Tucumán el deán Funes, futuro patriota argentino, recibe de amigos españoles, junto con entusiastas relaciones acerca de la Francia revolucionaria, la música del himno de los marselleses, es aún un eclesiástico que busca hacer carrera a la sombra del obispo, el intendente y el virrey. No es irrazonable ver en esta inquietud que de pronto lo invade todo el fruto del avance de las nuevas ideas políticas; que éste fue muy real lo advertiremos después de la revolución: burócratas modestos, desde los rincones más perdidos, mostrarán de inmediato una seguridad en el manejo del nuevo vocabulario político que revela que su intimidad con él data de antiguo. Pero este avance mismo es consecuencia de un proceso más amplio: lo nuevo después de 1776 y sobre todo de 1789 no son las ideas, es la existencia misma de una América republicana, de una Francia revolucionaria. Y el curso de los hechos a partir de entonces hace que esa novedad interese cada vez más de cerca a Latinoamérica: Portugal, encerrado en una difícil neutralidad; España, que pasa, a partir de 1795, a aliada de la Francia revolucionaria y napoleónica, muestran cada vez mejor su debilidad en medio de las luchas gigantescas que el ciclo revolucionario ha inaugurado. En estas condiciones aun los más fieles servidores de la Corona no pueden dejar de imaginar la posibilidad de que también esa corona, como otras, desaparezca. En la América española en particular, la crisis de independencia es el desenlace de una degradación del poder español que, comenzada hacia 1795, se hace cada vez más rápida.

El primer aspecto de esa crisis: ese poder se hace ahora más lejano. La guerra con una Gran Bretaña que domina el Atlántico separa progresivamente a España de sus Indias. Hace más difícil mandar allí soldados y gobernantes; hace imposible el

monopolio comercial. En continuidad sólo aparente y en oposición real con las reformas mercantiles de Carlos III, un conjunto de medidas de emergencia autorizan la progresiva apertura del comercio colonial con otras regiones (colonias extranjeras, países neutrales); a la vez conceden a los colonos libertad para participar en la ahora más riesgosa navegación sobre las rutas internas del Imperio.

Esta nueva política, cautamente emprendida por la Corona, es recibida con entusiasmo en las colonias: desde La Habana a Buenos Aires, todo el frente atlántico del imperio español aprecia sus ventajas y aspira a conservarlas en el futuro. Al mismo tiempo, alejada la presión de la metrópoli política y de la económica, esas colonias se sienten enfrentadas con posibilidades inesperadas: un economista ilustrado de Buenos Aires se revela convencido de que su ciudad está en el centro del mundo comercial y que tiene recursos suficientes para utilizar por sí sola las ventajas que su privilegiada situación le confiere. Y, en efecto, el comercio de Buenos Aires se mueve en un horizonte súbitamente ampliado, en que existen Hamburgo y Baltimore, Estambul y las islas azucareras del Índico, del que, en cambio, han desaparecido a la vez España e Inglaterra; en él las fuerzas de la ciudad austral parecen menos diminutas. De allí una conciencia más viva de la divergencia de destinos entre España y sus Indias, una confianza (que los hechos van a desmentir luego cruelmente) en las fuerzas económicas de esas Indias, que se creen capaces de valerse solas en un sistema comercial profundamente perturbado por las guerras europeas.

La transformación es paulatina: sólo Trafalgar, en 1805, da el golpe de gracia a las comunicaciones atlánticas de España. Y por otra parte, si el desorden del sistema comercial prerrevolucionario da posibilidades nuevas a mercaderes-especuladores de los puertos coloniales, no beneficia de la misma manera a la economía colonial en su conjunto. En esa Buenos Aires que cree ser el centro del mundo comercial, se apilan los cueros sin vender; en Montevideo forman túmulos más altos que las modestas casas; en la campana del litoral rioplatense

los ganados, sacrificados a ritmo vertiginoso hasta 1795, vuelven luego de esa fecha a poblar la pampa con ritmo igualmente rápido: las matanzas se interrumpen por falta de exportación regular. Aun en Cuba, donde un conjunto de factores muy complejos impulsa en esta etapa la expansión azucarera y cafetera, las vicisitudes del revolucionado comercio mundial imponen alternativas brutales de precios; a los años buenos de 1790 a 1796 sigue la racha negra de 1796 a 1799; en la década siguiente también los primeros cinco años de altos precios y exportación expedita son seguidos de otros muy duros. Esas alternativas provocan mayor impaciencia que las limitaciones acaso más graves pero más uniformes de etapas anteriores: como los comerciantes especuladores, también los productores a los que las vicisitudes de la política metropolitana privan de sus mercados tienden a ver cada vez más el lazo colonial como una pura desventaja; la libertad que derivaría de una política comercial elaborada por las colonias mismas pasa a ser una aspiración cada vez más viva.

Acaso más que esa aspiración pesa en la marcha a la independencia el espectáculo mismo de una metrópoli que no puede ya gobernar la economía de sus colonias, porque su inferioridad en el mar la aísla progresivamente de ellas. En lo administrativo, el agostamiento de los vínculos entre metrópoli y colonias comenzará a darse más tardíamente que en lo comercial, pero en cambio tendrá un ritmo más rápido. En uno y otro campo los quince años que van de 1795 a 1810 borran los resultados de esa lenta reconquista de su imperio colonial que había sido una de las hazañas de la España borbónica. En medio de las tormentas postrevolucionarias, esa hazaña revela, sin duda, su fragilidad, pero al mismo tiempo ha logrado cambiar demasiado a las Indias para que el puro retorno al pasado sea posible. Por otra parte, la Europa de las guerras napoleónicas –ese bloque continental ávido de productos tropicales, y sobre todo esa Inglaterra necesitada de mercados que remplacen los que se le cierran en el continente– no está tampoco dispuesta a asistir a una marginalización

de las Indias, que sólo le deje abierta, como en el siglo XVII, la puerta del contrabando. Si en el semiaislamiento de ese quinquenio pudo parecer a algunos hispanoamericanos que la ruptura del lazo colonial iba a permitir prolongar los esbozos de autonomía mercantil en curso hasta alcanzar una independencia económica auténtica, este desenlace era en los hechos extremadamente improbable.

Pero para otros (en particular para los productores que conocen en esos años afiebrados alternativas de prosperidad y ruinoso aislamiento) la independencia política no debe ser a la vez económica: debe establecer con las nuevas metrópolis económicas un lazo que sería ilusión creer que será de igualdad... He aquí algunas de las alternativas que la disolución del lazo colonial plantea ya antes de producirse. Esas alternativas no tendrán siquiera tiempo de mostrarse con claridad: en 1806, en el marco de la guerra europea, el dominio español en Indias recibe su primer golpe grave; en 1810, ante lo que parece ser la ruina inevitable de la metrópoli, la revolución estalla desde México a Buenos Aires.

En 1806 la capital del virreinato del Río de la Plata es conquistada por sorpresa por una fuerza británica; la guarnición local (pese a que desde la guerra que llevó a la conquista de la Colonia del Sacramento, Buenos Aires es -en el papel- uno de los centros militares importantes de la América española) fracasa en una breve tentativa de defensa. Los conquistadores capturan rico botín de metálico, que será paseado en triunfo en Londres; comienzan por asombrarse de encontrar tantas adhesiones, desde los funcionarios que juran fidelidad al nuevo señor, hasta los frailes que servicialmente predican sobre el texto paulino acerca del origen divino de todo poder. Las conspiraciones, sin embargo, se suceden y, finalmente, un oficial naval francés al servicio del rey de España conquista Buenos Aires con tropas que ha organizado en Montevideo. Al año siguiente, una expedición británica más numerosa conquista Montevideo, pero fracasa frente a Buenos Aires, donde se han formado milicias de peninsulares y americanos. El vi-

rrey, que en 1806 y 1807 ha huido frente al invasor, es declarado incapaz por la Audiencia; interinamente lo reemplaza Liniers, el jefe francés de la Reconquista. La legalidad no se ha roto; el régimen colonial está, sin embargo, deshecho en Buenos Aires: son las milicias las que hacen la ley, y la Audiencia ha tenido que inclinarse ante su voluntad.

Este anticipo del futuro es seguido bien pronto de una crisis más general, que comienza en la Península. Su punto de partida es muy conocido: se trata de un conjunto de hechos suficientemente dramáticos para haber apasionado a los cultores de la *histoire événementielle*, generalmente condenados a horizontes más grises. Es el estallido de un drama de corte, cuyo ritmo gobierna desde lejos Bonaparte, el paradójico protector de los Borbones de España, que lo utiliza para provocar el cambio de dinastía. Pero las consecuencias que esta secuencia tiene en España son incomprensibles fuera de un marco histórico más vasto: la guerra de Independencia española es parte de un conflicto mundial sin el cual no hubiera sido posible (no sólo importa aquí que la expulsión de los franceses haya sido lograda gracias a la presencia de un ejército expedicionario británico; ya antes de ello, lo que animó la resistencia española fue la que fuera de España encontraba el poder napoleónico, por añadidura, esa resistencia se apoyó en una movilizacion popular que -así fuesen antirrevolucionarias sus consignas- se integra muy bien en el nuevo estilo de guerrear aportado por la revolución).

La guerra de Independencia significa que nuevamente la metrópoli -ahora aliada de Inglaterra- puede entrar en contacto con sus Indias. Significa también que, de un modo o de otro, esa poderosa aliada se abre el acceso al Mercado indiano; parece surgir entonces la posibilidad de un futuro parecido a lo que fue el pasado brasileño... Pero la guerra significa, por añadidura, que la metrópoli (la España antinapoleónica, cada vez más reducida, golpeada por las victorias francesas, y que pasa de la legalidad interina del Consejo de Regencia a una revolución que no quiere decir su nombre, pero se expresa ine-

quívocamente en las Cortes liberales de Cádiz) tiene recursos cada vez menores para influir en sus Indias. En ellas estallan las tensiones acumuladas en las etapas anteriores –la del reformismo ilustrado, la del aislamiento de guerra–, las elites urbanas españolas y criollas desconfían unas de otras, ambas proclaman ser las únicas leales en esa hora de prueba; para los peninsulares, los americanos sólo esperan la ruina militar de la España antinapoleónica para conquistar la independencia; para los americanos, los peninsulares se anticipan a esa ruina preparándose para entregar las Indias a una futura España integrada en el sistema francés. Ambas acusaciones parecen algo artificiosas, y acaso no eran totalmente sinceras. Son en todo caso los peninsulares quienes dan los primeros golpes a la organización administrativa colonial.

En México reaccionan frente a la inclinación del virrey Iturrigaray a apoyarse en el cabildo de la capital, predominantemente criollo, para organizar con su colaboración una junta de gobierno que, como la metropolitana de Sevilla, gobernase en nombre del rey cautivo, Fernando VII. El 15 de septiembre de 1808, un golpe de mano de los peninsulares captura al virrey y lo reemplaza; la Audiencia, predominantemente peninsular, se apresura a reconocer el cambio. En el Río de la Plata, el cambio de alianzas de 1808 coloca a Liniers bajo una luz sospechosa; por lo menos los peninsulares prefieren creerlo así. Una tentativa del cabildo de Buenos Aires –predominantemente europeo– por destituirlo, fracasa, debido a la supremacía local de las milicias criollas. Pero en Montevideo, ciudad de guarnición, los oficiales peninsulares dominan y establecen una junta que desconoce al virrey y pretende gobernar todo el virreinato; si bien la empresa no encuentra eco, la junta disidente domina la entera jurisdicción montevideana.

Estos episodios siguen un esquema que luego ha de repetirse: son ahora fuerzas de raíz local las que se contraponen; los grandes cuerpos administrativos ingresan en el conflicto político para conferir una legitimidad por otra parte bastante dudosa a las soluciones que esas fuerzas han impuesto. Los mo-

vimientos criollos reiterarán sustancialmente el mismo esquema de los dirigidos por peninsulares: en Chile, en 1808, al morir el gobernador Muñoz de Guzmán, apoyan al jefe de la guarnición, coronel García Carrasco, contra el presidente de la Audiencia y logran hacerlo gobernador interino; Juan Martínez de Rosas, jefe intelectual de los criollos chilenos, será por un tiempo su secretario. García Carrasco termina por librarse de sus incómodos asesores, que entre tanto han transformado la estructura del cabildo de Santiago para afirmar a través de él su ascendiente, asegurando el predominio numérico de los criollos. Pero si Martínez de Rosas es confinado en el sur, el golpe recibido por la organización colonial en Chile es irreparable: el gobernador, la Audiencia, el cabildo siguen enfrentándose enconadamente mientras el marco institucional de la monarquía española cae en ruinas... En Buenos Aires, al salvar a Liniers de las asechanzas del cabildo dominado por los peninsulares, los oficiales de las milicias criollas afirman una vez más su poder; el gran rival de Liniers, el comerciante peninsular Martín de Alzaga, que desde el cabildo ha organizado la defensa de la ciudad en 1807, es confinado en el sur...

Estos movimientos criollos se habían mantenido en los límites –cada vez más imprecisos– de la legalidad. En 1809 otros iban a avanzar hasta la rebelión abierta. En el Alto Perú, viejas rivalidades oponían al presidente y los oidores de la Audiencia de Charcas, con jurisdicción sobre la región entera. El conflicto adquirió matices políticos al hacerse sentir –allí como en el resto del virreinato– los efectos de la acción de la infanta Carlota Joaquina, hermana del rey cautivo de España, refugiada desde 1808 con su esposo, el regente de Portugal, en Río de Janeiro. La infanta había comenzado a desarrollar –con no demasiada habilidad y aun menos honradez– una política personal, destinada a convencer a los notables del alborotado Río de la Plata, y aun de otros virreinatos, de las ventajas de reconocerla como soberana interina: para ello se presentaba alternativamente como abanderada del liberalismo y del antiguo régimen, de la hegemonía criolla y de la peninsu-

lar. Había encontrado ya en 1809 infinidad de catecúmenos, acaso tan sinceros como ella: algunos de los futuros jefes de la revolución de independencia no se fatigaban de denunciar ante la infanta a ese peligroso secesionista, ese republicano jacobino que era don Martín de Alzaga; la princesa, por su parte, terminó por actuar como *agent provocateur*, denunciando a las autoridades disidentes de Montevideo a los más comprometedores de sus adherentes criollos... En Charcas la infanta reclutó en sus filas al presidente Pizarro; bastó ello para que los oidores, ante el peligro de ser anticipados por su rival, prohijaran una junta local, destinada a gobernar en nombre del rey cautivo. A esta revolución de criollos blancos sigue la revolución mestiza de La Paz. Ambas son sofocadas por tropas enviadas por los virreyes de Lima y Buenos Aires, y reprimidas con una severidad que antes solía reservarse para rebeldes de más humilde origen.

En la presidencia de Quito, el presidente-intendente fue igualmente depuesto, en agosto de 1809, por una conspiración de aristócratas criollos; un senado, presidido por el marqués de Selva Alegre, pasó a gobernar sobre la entera jurisdicción. Su poder duró poco: un año después, algunos jefes del movimiento, vencidos por tropas enviadas por el virrey de Nueva Granada, eran ejecutados; también ellos habían pretendido gobernar en nombre del rey cautivo, pero no por eso dejaban de ser tenidos por rebeldes.

Esos episodios preparaban la revolución. Mostraban, en primer término, el agotamiento de la organización colonial: en más de una región ésta había entrado en crisis abierta; en otras, las autoridades anteriores a la crisis revelaban, a través de sus vacilaciones, hasta qué punto habían sido debilitadas por ella: así, en Nueva Granada, en 1809, el virrey aceptó ser flanqueado por una junta consultiva. En el naufragio del orden colonial, los puntos reales de disidencia eran las relaciones futuras entre la metrópoli y las Indias y el lugar de los peninsulares en éstas, ya que aun quienes deseaban mantener el predominio de la España europea y el de sus hijos estaban tan

dispuestos como sus adversarios a colocarse fuera de un marco político-administrativo cuya ruina era cada vez menos ocultable. En estas condiciones las fuerzas cohesivas, que en la Península eran tan fuertes, aun en medio de la crisis (porque se apoyaban en una comunidad nacional efectivamente existente), contaban en Hispanoamérica bastante poco; ni la veneración por el rey cautivo –exhibida por todos, y a menudo animada de una sospechosa sinceridad– ni la fe en un nuevo orden español surgido de las cortes constituyentes, podían aglutinar a este subcontinente entregado a tensiones cada vez más insoportables.

Pero de esos dos puntos de disidencia –relaciones con la metrópoli, lugar de los metropolitanos en las colonias– todo llevaba a cargar el acento sobre el segundo. En efecto, la metrópoli misma estaba siendo conquistada por los franceses; si era notorio que el dominio naval británico impediría que esa conquista se extendiera a las Indias, no parecía, en 1809 o 1810, que la incorporación de España al dominio napoleónico fuese un proceso reversible. Por otra parte, esta España resistente, reducida a Andalucía y luego al recinto de Cádiz, parecía dispuesta a revisar el sistema de gobierno de sus Indias, y transformarlas en provincias ultramarinas de un reino renovado por la introducción de instituciones representativas. Esto en cuanto al futuro político de las Indias; en cuanto a la economía, la alianza británica, de la que dependía para su supervivencia la España antinapoleónica, aseguraba que el viejo monopolio estaba muerto: en el Río de la Plata fue el último virrey quien, al autorizar el comercio libre con Inglaterra, puso las bases de lo que sería la economía de la Argentina independiente.

En cambio, el problema del lugar de los peninsulares en Hispanoamérica se hacía cada vez más agudo: las revoluciones comenzaron por ser tentativas de los sectores criollos de las oligarquías urbanas por reemplazarlos en el poder político. La administración colonial, con la cautela adecuada a las circunstancias, puso, sin embargo, todo su peso en favor de

los peninsulares: basta comparar la severidad nueva con que fueron reprimidos los movimientos de Quito y el Alto Perú con la reconciliación entre el virrey Cisneros, que en Buenos Aires sucedió a Liniers, y la junta disidente de Montevideo; sólo el mantenimiento del dominio militar de Buenos Aires por los cuerpos criollos impidió que los antes rebeldes dominaran por entero la vida del virreinato. En los virreyes, los intendentes, las audiencias, se veía ahora sobre todo a los agentes de la supremacía de los españoles de España sobre las altas clases locales: eso simplificó enormemente el sentido de los primeros episodios revolucionarios en la América del Sur española. En cambio, en México y las Antillas otras tensiones gravitan más que las de españoles y elites criollas blancas: en las islas la liquidación de los plantadores franceses de Haití proporcionaba una lección particularmente impresionante sobre los peligros de una escisión dentro de la población blanca. En México fue la protesta india, y mestiza, la que dominó la primera etapa de la revolución, y la condujo al fracaso, al enfrentarla con la oposición conjunta de peninsulares y criollos. Si bien también en la América del Sur española esas fronteras de la sociedad colonial que separaban las castas no dejaron de hacerse sentir variando localmente el ritmo del avance revolucionario, su influjo no bastó para detenerlo. Se permitirá, entonces, que se examine, antes que la emancipación mexicana (ese tardío armisticio entre la revolución y la contrarrevolución locales), el avance de la revolución sudamericana.

En 1810 se dio otra etapa en el que parecía ser irrefrenable derrumbe de la España antinapoleónica: la pérdida de Andalucía reducía el territorio leal a Cádiz y alguna isla de su bahía; en medio de la derrota, la Junta Suprema sevillana, depositaria de la soberanía, era disuelta sangrientamente por la violencia popular, en busca de responsables del desastre: el cuerpo que surgía en Cádiz para reemplazarla se había designado a sí mismo; era titular extremadamente discutible de una soberanía ella misma algo problemática.

Este episodio proporcionaba a la América española la oportunidad de definirse nuevamente frente a la crisis del poder metropolitano: en 1808, una sola oleada de lealtad dinástica y patriotismo español había atravesado las Indias; en todas partes había sido jurado Fernando VII y quienes en su nombre gobernaban. Dos años de experiencia con un trono vacante, y que lo seguiría estando por un futuro indefinido, los ensayos –de signo peninsular o criollo–, por definir de un modo nuevo las relaciones con la revolucionaria metrópoli, parecían anticipar ahora una respuesta más matizada. Así parecieron creerlo las autoridades coloniales que habían gobernado en nombre de Sevilla, y ahora aspiraban a seguir haciéndolo en nombre de Cádiz; por eso intentaron en casi todas partes dorar la difusión de nuevas tan alarmantes.

Esas precauciones no logran su propósito: la caída de Sevilla es seguida en casi todas partes por la revolución colonial; una revolución que ha aprendido ya a presentarse como pacífica y apoyada en la legitimidad. ¿Hasta qué punto era sincera esta imagen que la revolución presentaba de sí misma? Exigir una respuesta clara significa acaso no situarse en la perspectiva de 1810. Sin duda había razones para que un ideario independentista maduro prefiriese ocultarse a exhibirse: junto al vigor de la tradición de lealismo monárquico entre las masas populares (pero este rasgo tiende acaso a exagerarse, puesto que bastaron algunos años de revolución para hacerlo desaparecer) pesaba la coyuntura internacional que obligaba a contar con la benevolencia inglesa (y la nueva aliada de España, si podía mantener una ecuánime simpatía frente a los distintos centros locales que gobernaban en nombre del rey cautivo, no podía, en cambio, extenderla a movimientos abiertamente secesionistas). Pero, en medio de la crisis del sistema político español, el pensamiento de los revolucionarios podía ser sinceramente más fluctuante de lo que la tesis del fingimiento quiere suponer. Sobre todo, ésta tiende a olvidar algo muy importante: los revolucionarios no se sienten rebeldes, sino herederos de un poder caído, probablemente para siem-

pre: no hay razón alguna para que marquen disidencias frente a ese patrimonio político-administrativo que ahora consideran suyo y al que entienden hacer servir para sus fines.

Estas consideraciones parecen necesarias para apreciar el problema del tradicionalismo y la novedad ideológica en el movimiento emancipador: más que las ideas políticas de la antigua España (ellas mismas, por otra parte, reconstruidas no sin deformaciones por la erudición ilustrada) son sus instituciones jurídicas las que convocan en su apoyo unos insurgentes que no quieren serlo. En todas partes, en efecto, el nuevo régimen, si no se cansa de abominar del viejo sistema, aspira a ser heredero legítimo de éste: en los defensores del antiguo régimen le interesa mostrar también a rebeldes contra la autoridad legítima.

Y en casi todas partes las nuevas autoridades pueden exhibir signos –sin duda algo discutibles– de esa legitimidad que tanto les interesa. Las revoluciones, que se dan sin violencia, tienen por centro al Cabildo; esta institución municipal (que ha resistido mal a los avances de las magistraturas delegadas por la Corona en sus Indias, y –renuévese por cooptación o por compra y herencia de cargos– representa tan escasamente a las poblaciones urbanas) tiene por lo menos la ventaja de no ser delegada de la autoridad central en derrumbe; por otra parte, la institución del Cabildo Abierto –reunión de notables convocada por las autoridades municipales en las emergencias más graves– asegura en todos los casos (aun en Buenos Aires, donde el cabildo es predominantemente peninsular) la supremacía de las elites criollas. Son los cabildos abiertos los que establecen las juntas de gobierno que reemplazan a los gobernantes designados desde la metrópoli: el 19 de abril en Caracas, el 25 de mayo en Buenos Aires, el 20 de julio en Bogotá, el 18 de septiembre en Santiago de Chile. Esos gobernantes se inclinan en casi todas partes ante los acontecimientos: la Junta de Buenos Aires no se cansará de exhibir la renuncia –dudosamente espontánea– del último virrey, que previamente ha aprobado las reuniones de las que el cambio

de régimen ha surgido; también sin resistencia en Caracas el capitán general ha entregado una renuncia que es considerada signo de la legitimidad del poder que lo sustituye. En Nueva Granada y en Chile las juntas comienzan por ser presididas por los funcionarios a los que reemplazan: el virrey, en Bogotá; el anciano conde de la Conquista, gobernador interino antes instalado por la Audiencia (ella misma hostil al nuevo orden), en Santiago. Ese prudente cuidado de la legitimidad lleva la huella de lo que fueron esos primeros jefes del movimiento emancipados: abogados, funcionarios, maduros comerciantes trocados en jefes de milicias...

Por ahora la revolución es, en efecto, un drama que se representa en un escenario muy limitado: las elites criollas de las capitales toman su venganza por las demasiadas postergaciones que han sufrido; herederas de sus adversarios, los funcionarios metropolitanos, si bien saben que una de las razones de su triunfo es que su condición de americanas les confiere una representividad que todavía no les ha sido discutida –la de la entera población indiana–, y están dispuestas a abrir a otros sectores una limitada participación en el poder, institucionalizada en reformas liberales, no apoyan (no conciben siquiera) cambios demasiado profundos en las bases reales del poder político. No parecen advertir hasta qué punto su propia acción ha comenzado a destruir el orden colonial, del que piensan heredar; no adivinan que sus acciones futuras completarán esta obra destructiva. Pero ya no pueden detenerse; estos hombres prudentes han emprendido una aventura en que las alternativas, como dice verazmente la retórica de la época, son la victoria o la muerte: los ejecutados de 1809 muestran, en efecto, cuál es el destino que los espera en caso de fracasar.

Y, por mucha que sea su habilidad para envolverse con el manto de la legalidad, saben de antemano que ésta podrá ponerlos en mejor situación para combatir a sus adversarios internos, pero no doblegará la resistencia de éstos. En todas partes, funcionarios, clérigos, militares peninsulares utilizan su poder en contra de un movimiento que saben tramado en su

daño; la defensa de su lugar en las Indias la identifican (sin equivocarse) con la del dominio español. Hay así una guerra civil que surge en los sectores dirigentes; cada uno de los bandos procurará como pueda extenderla, buscar, fuera del círculo estrecho en que la lucha se ha desencadenado, adhesiones que le otorguen la supremacía.

Las primeras formas de expansión de la lucha siguen también cauces nada innovadores: las nuevas autoridades requieren la adhesión de sus subordinados. En Nueva Granada, en Chile, no encuentran, por el momento oposiciones importantes. En el Río de la Plata y en Venezuela sí las hallan: por otra parte, la revolución no ha tocado al virreinato del Perú, donde un virrey particularmente hábil, Abascal, organiza la causa contrarrevolucionaria. De la revolución surge de inmediato la guerra: hasta 1814, España no puede enviar tropas contra sus posesiones sublevadas, y aun entonces ellas sólo actúan eficazmente en Venezuela y Nueva Granada.

En el **Río de la Plata** la Junta revolucionaria envía dos expediciones militares a reclutar adhesiones: una de ellas, dirigida por Belgrano, el abogado de Salamanca y economista ilustrado, del que las circunstancias han hecho un jefe militar, fracasa en el Paraguay. Otra, tras de conquistar Córdoba, donde un foco de resistencia cuenta entre sus jefes al obispo y a Liniers (que es ejecutado), recoge las adhesiones del resto de Tucumán y ocupa casi sin resistencia el Alto Perú. Allí –primer signo de la voluntad de ampliar socialmente la base revolucionaria–, la expedición emancipa a los indios del tributo y declara su total igualdad, en una ceremonia que tiene por teatro las ruinas preincaicas de Tiahuanaco. El éxito de esta tentativa es escaso: los criollos altoperuanos se sienten, gracias a ella, más identificados con la causa del rey, y la movilización política de los indios no parece, por el momento, fácil de lograr. En julio de 1811, en Huaqui, las fuerzas enviadas por el virrey del Perú vencen a las de Buenos Aires; el Alto Perú –y con él la plata de Potosí, que ha sido la base de la economía y las finanzas virreinales– quedan perdidos para la causa revolucionaria. La frontera de la revolución se fijará (luego del avance de los realistas sobre Tucumán y Salta, y de dos contraofensivas revolucionarias de éxito efímero) en la que separaba las audiencias de Buenos Aires y Charcas; en Salta será Martín Güemes, aristocrático jefe de la plebe rural, desconfiada de la lealtad revolucionaria de la aristocracia a la vez comercial y terrateniente, quien defienda con recursos sobre todo locales esa frontera. En el Alto Perú, con la emancipación de los indios y en Salta, con el movimiento plebeyo de Güemes, los revolucionarios de Buenos Aires han mostrado que son capaces de buscar apoyos en sectores que la sociedad colonial (en la que esos mismos revolucionarios tenían lugar elevado) colocaba muy abajo. Acaso esta audacia era más fácil porque el Alto Perú y Salta estaban muy lejos, y esa política no debía tener consecuencias en cuanto a la hegemonía local de los sectores que en Buenos Aires habían comenzado la revolución. Por el contrario, en teatros más cercanos la clase dirigente revolucionaria de Buenos Aires iba a mostrarse mucho más circunspecta.

Así iba a advertirse en la política seguida frente a la Banda Oriental. La revolución de 1810 iba a ser punto de partida de una nueva disidencia de Montevideo, en la que más que las reticencias del puerto rival de Buenos Aires contaba la presión de la estación naval española y sus oficiales peninsulares. Frente a ella, el gobierno revolucionario se decidió, a duras penas, a una acción militar: en 1811 la interrumpió mediante un armisticio que daba a las fuerzas portuguesas (primero llamadas a la Banda Oriental por los disidentes de Montevideo) papel de garantes; junto con Portugal, era Gran Bretaña la que aparecía como árbitro de la situación en esa frontera entre la América española y portuguesa. Al mismo tiempo iba a darse en la Banda Oriental, primero alentado y luego hostilizado por el gobierno revolucionario, un alzamiento rural encabezado por José Artigas: el movimiento rompía más radicalmente con las divisiones sociales heredadas, debilitadas, por otra parte, por la emigración temporaria de la población uru-

guaya a tierras de Entre Ríos, ese «éxodo del pueblo oriental» que fue la respuesta de Artigas a la ocupación de la campaña uruguaya por fuerzas portuguesas, aceptada por Buenos Aires. Retomada la lucha contra el Montevideo realista, una insegura alianza se estableció entre el artiguismo oriental y el gobierno de Buenos Aires. Sin embargo, en el mismo año de 1814 en que una fuerza expedicionaria de ese gobierno, comandada por el general Alvear, conquistaba finalmente Montevideo, el artiguismo, de nuevo en ruptura desde un año antes, se extendía por lo que había sido jurisdicción de la Intendencia de Buenos Aires; las nuevas provincias de Santa Fe, Entre Ríos y Corrientes se constituían políticamente bajo la égida de Artigas, proclamado protector de los pueblos libres. En 1815, el influjo de Artigas se afirmaba efímeramente sobre Córdoba, excediendo así los límites del litoral ganadero, que había sido tributario comercial de Buenos Aires durante el régimen colonial. El movimiento artiguista encontró la decidida resistencia del gobierno revolucionario de Buenos Aires, que veía en él no sólo un peligro para la cohesión del movimiento revolucionario, sino también una expresión de protesta social que requería ser inmediatamente sofocada. Esta interpretación, válida hasta cierto punto para la Banda Oriental, lo era bastante menos para las tierras antes dependientes de Buenos Aires, donde todos los sectores sociales, capitaneados por los más grandes propietarios y comerciantes, apoyaban la disidencia artiguista. En todo caso los argumentos sin duda sinceramente esgrimidos desde Buenos Aires contra el artiguismo mostraban hasta qué punto el equipo dirigente revolucionario se mostraba apegado al equilibrio social que sus acciones debían necesariamente comprometer.

Esas coincidencias de objetivos no impidieron que ese equipo dirigente mostrara, desde el comienzo, muy graves fisuras. La junta constituida para reemplazar al virrey estuvo bien pronto dividida entre los influjos opuestos de su presidente, el coronel Saavedra, maduro comerciante altoperuano que era desde 1807 jefe del más numeroso cuerpo de milicias

criollas de Buenos Aires, y en 1809 había salvado a Liniers de las asechanzas de los peninsulares alzados, y de su secretario, el abogado Mariano Moreno, que en aquella oportunidad había figurado entre los adversarios del virrey y ahora revelaba un acerado temple revolucionario. Moreno estaba detrás de las medidas depuradoras que los hechos revelaban ineludibles: expulsión del virrey y la Audiencia, cambio del personal del Cabildo, ejecución de los jefes de la oposición cordobesa, entre ellos Liniers. Su influjo fue creciendo a lo largo de 1810; a fines de ese año, ante una tentativa –por otra parte muy poco digna de ser tomada en serio– de propaganda en favor de la coronación de Saavedra, logró de la Junta medidas que eran una humillación para éste. Su victoria era poco sólida: la política severa que era la suya, si se imponía debido a las exigencias de la hora, tendía a hacerlo impopular en la medida en que se adivinaba detrás de ella, más bien que un conjunto de recursos de excepción, la tentativa de erigir en el Río de la Plata una réplica de la Francia republicana. Por otra parte, a fines de 1810, la Junta, expresión de una revolución municipal, como había sido la de Buenos Aires, debió ampliarse para incluir representantes de los cabildos de las demás ciudades del virreinato. Ahora entraba en ella, con el deán cordobés Funes, un rival para Moreno, quien –ante la evidencia de que su facción estaba derrotada– renunció y aceptó un cargo diplomático en Londres. Nunca iba a ejercerlo; murió en la travesía... Su partido, decapitado, fue objeto, en 1811, de una persecución en regla, con juicios, destierros y proscripciones. El triunfo de los moderados se reveló también efímero; a fines de 1811 debían establecer un gobierno más concentrado –el triunvirato– para enfrentar la difícil situación revolucionaria y aplicar también ellos la política dura: a los saavedristas se debió la erección de horcas en Buenos Aires para la ejecución de Alzaga y otros conspiradores adversarios del movimiento.

Esta severidad nueva no salvó a la facción saavedrista de ser expulsada por una revolución militar en octubre de 1812; ella marcó el fin del predominio de las milicias urbanas, creadas en

1807; ahora eran los oficiales del ejército regular, ampliado por la revolución de 1810, quienes dictaban la ley. Ellos y algunos sobrevivientes de las etapas políticas anteriores formaron en la logia Lautaro, que iba a dirigir de modo apenas secreto la política de Buenos Aires hasta 1819. Entre los miembros de la logia contaban dos oficiales llegados de España en 1812; el mercurial e inquieto Alvear y el más circunspecto -por el momento menos escuchado- San Martín. Alvear era el hombre de la hora: enviado a Montevideo para recoger los laureles de una victoria ya segura, había logrado colocar a un pariente, sacado de la oscuridad de un cargo notarial en el obispado, como director supremo en reemplazo del triunvirato. Luego de la conquista de Montevideo, tomó personalmente el gobierno; en él iba a durar poco: ante la acentuación de la resistencia interna tendió a apoyarse en el ejército como instrumento de represión; al mismo tiempo -frente a lo que le parecía el fracaso de la experiencia revolucionaria- buscaba, sea en el protectorado inglés, sea en una reconciliación con la España en que había sido restaurado el rey legítimo, una salida sin victoria, pero sin derrota. Finalmente, fue la parte del ejército enviada a combatir al artiguismo litoral quien prefirió derrocar a Alvear; con su caída concluía un ciclo de la revolución rioplatense, y parecía concluir la revolución misma; aun muy cercana a su momento más alto, alcanzado en 1813, cuando una Asamblea soberana, reunida en Buenos Aires, aunque había prescindido de declarar la independencia, había dado pasos importantes en la modernización legislativa (supresión de mayorazgos y títulos nobiliarios; supresión del tribunal inquisitorial; libertad para los hijos de esclavas nacidos en el futuro) y afirmado -mediante la oficialización del escudo, la bandera y el himno- los símbolos de la soberanía que no se decidía a proclamar.

Dividida contra sí misma, expulsada nuevamente del Alto Perú, la revolución de Buenos Aires parecía ahora agonizar. La de **Chile** moría en 1814. También aquí las facciones habían deshecho la solidaridad del movimiento de apoyar su hegemonía en fuerzas necesariamente menos restringidas: el ejército, la plebe urbana... La propaganda revolucionaria adquirió intensidad mayor; la primera imprenta de Chile (importada por un comerciante norteamericano amigo de la Revolución) iba a ser usada, sobre todo, para difundir el nuevo evangelio político. Pero a principios de 1813, tropas desembarcadas del Perú en el sur de Chile (donde el nuevo régimen nunca había sido reconocido) comenzaban la lucha contra la revolución. Ésta cerraba filas para defenderse, pero fracasaba en el sitio de Chillán, transformada en fortaleza realista; caída Talca, el movimiento chileno redescubría su orientación moderada y pactaba en Lircay la reconciliación con el invasor. José Miguel Carrera logró huir de su prisión realista; en Santiago, mediante un nuevo golpe militar, expulsó al dictador moderado de la Lastra y se preparó para la última resistencia; el primero de octubre de 1814, O'Higgins era vencido en Rancagua por los realistas, mientras Carrera permanecía en la retaguardia. El general realista Osorio entraba en Santiago; los más significados revolucionarios huían a Mendoza, más allá de la cordillera, donde podían proseguir con más calma sus luchas internas: frente a Carrera y sus hermanos, jefes de las tendencias radicales, O'Higgins aparecía a la cabeza de un nuevo sector moderado, ganado ya sin reticencias a la causa revolucionaria, pero dispuesto a controlar firmemente su rumbo. Por el momento no parecía, sin embargo, que esas luchas pudiesen volver a gravitar en el futuro de Chile.

En el norte de Sudamérica las alternativas de la primera etapa revolucionaria eran aún más dramáticas. En **Venezuela** la revolución del Jueves Santo de 1810, que colocaba al frente de la capitanía a una junta de veintitrés miembros, encontraba finalmente una cabeza en Miranda. Recibido sin entusiasmo por los oligarcas, que debían su riqueza a la expansión del cacao en el litoral venezolano y controlaban el movimiento revolucionario, Miranda intentó dotarlo de un aparato militar eficaz, y a la vez radicalizarlo: en julio de 1811 lograba que -no

sin íntima perplejidad– la revolución venezolana proclamara la independencia de España. Esa revolución controlaba el litoral del cacao; el oeste y el interior seguían leales a la causa del rey, y en Coro, base naval al oeste de Caracas, el capitán Monteverde mantenía una resistencia armada, por el momento escasamente alarmante.

El terremoto de Caracas –en el que los realistas vieron un castigo celeste– pareció romper ese equilibrio demasiado apacible: Monteverde avanzó hacia el este, sin encontrar una resistencia suficientemente enérgica de Miranda, que parece haber estado animado desde el comienzo por cierto pesimismo en cuanto al futuro de la revolución venezolana. El 30 de junio la guarnición revolucionaria de Puerto Cabello se pronunciaba por la causa realista: Bolívar, que había actuado hasta el momento entre los secuaces radicales de Miranda, y era oficial en su ejército, fracasó en una tentativa de sofocar el alzamiento. Mientras tanto, el desorden crecía en las plantaciones de los jefes revolucionarios: la revolución comenzaba a alborotar a los negros y pareció llegado el momento de darla por terminada. Un armisticio la concluía: en un episodio oscuro (en el que tuvo participación Bolívar) Miranda fue entregado a los realistas, para terminar en cautiverio su complicada vida; Bolívar, que no entendía por su parte dar por terminada la lucha, se refugiaba en Nueva Granada.

Mientras los *mantuanos,* aristócratas de Caracas, daban por terminada su fútil revolución, otros continuaban la lucha: los pescadores y marineros negros y mulatos de la isla Margarita y la costa de Cumaná. Los jefes eran ahora Piar, mulato jamaicano, Bermúdez y Arizmendi. La guerra en el Este tomó pronto carácter salvaje: los alzados mataban con especial predilección a los colonos canarios, demasiado numerosos y emprendedores; éstos se constituían en columnas del orden realista, cazando revolucionarios y coleccionando los despojos de sus mortales hazañas. La tropa realista se adaptó demasiado bien a ese nuevo tipo de guerra, y los que habían desencadenado el proceso podían ahora comprobar que no era fácil

detenerlo. Mientras Mariño, el jefe del alzamiento de Cumaná, avanzaba desde el Este, Bolívar –tras una breve experiencia en la caótica revolución neogranadina– reaparecía en los Andes venezolanos: también él avanzaba con tropas abigarradas hacia Caracas, también él adoptaba el nuevo estilo de guerrear que la segunda revolución venezolana había introducido, y lo institucionalizaba el 15 de junio de 1813, decretando la guerra a muerte, el exterminio de todos los peninsulares y canarios que pudiesen caer bajo la venganza revolucionaria. En agosto entraba en Caracas, mientras Monteverde se refugiaba en Puerto Cabello.

La resistencia realista iba a encontrar un nuevo jefe en Boves; con él otra región venezolana entraba en la lucha: los Llanos, la estepa ganadera entre la rica montaña costeña del cacao y el Orinoco, límite de las tierras dominadas. Aquí, en torno de una ganadería menos próspera que la rioplatense, había surgido una humanidad mestiza de pastores jinetes, dirigidos por capataces en nombre de propietarios a menudo remotos. Boves –ex marino asturiano de turbio pasado– los iba a conducir, en nombre del rey, contra la rica Caracas. Los andinos de Bolívar, los costeros de Mariño, fueron finalmente derrotados por los llaneros de Boves; Bolívar se refugiaba nuevamente en Nueva Granada, para pasar a Jamaica; desde allí iba a dirigir un fracasado intento contra Caracas, para volver a su refugio en esa colonia británica.

Venezuela se transformaba ahora en fortaleza realista: en 1815 –primer fruto del retorno de Fernando VII al trono de España–, diez mil hombres, mandados por el teniente general Morillo, llegaban de la metrópoli y preparaban, desde Caracas, el golpe de gracia contra la revolución de Nueva Granada. Ésta había tenido una trayectoria menos trágica, pero sin duda más agitada que la venezolana. La hostilidad que en el sur del virreinato Pasto y Popayán mostraban al nuevo régimen no alarmó a sus dirigentes; tampoco parece haberlos inquietado que esas comarcas disidentes fuesen la prolongación del bloque sólidamente contrarrevolucionario que formaban

Quito y el Perú. Más daño iba a recibir la revolución neogranadina de sus propios jefes y de las tendencias dispersivas que en ella iban a dominar. En la región que albergaba a la capital virreinal, Nariño, que hacía la veces de revolucionario extremo, lograba desplazar al más moderado Lozano y erigirse en presidente de la república de Cundinamarca; ésta se resignaba mal a confundirse en las Provincias Unidas de Nueva Granada, de las que terminó por retirarse y con las que llegó a estar en lucha. Sólo en 1814, cuando los realistas del Perú habían avanzado de Popayán a Antioquía y capturado a Nariño, la Confederación neogranadina –utilizando los servicios de Bolívar– lograba, a su vez, conquistar Bogotá y, finalmente, establecer un gobierno central, incapaz, sin embargo, de hacerse obedecer en toda la zona revolucionaria de Nueva Granada. Bolívar, retornado a Nueva Granada luego de la caída de la segunda revolución venezolana, abandonó la lucha cuando se hizo evidente que, aun en su agonía, el movimiento neogranadino se resistía a unificarse. Morillo entraba primero en Cartagena y luego en Bogotá; del alzamiento del norte de Sudamérica parecía no quedar ya nada.

En 1815, entonces, sólo quedaba en revolución la mitad meridional del virreinato del **Río de la Plata;** su situación parecía aún más comprometida porque ya la lucha había dejado de ser una guerra civil americana: la metrópoli devuelta a su legítimo soberano comenzaba a enviar hombres y recursos a quienes durante más de cuatro años habían sabido defender con tanto éxito y con sólo recursos locales su causa. Las cosas, como se sabe, iban a ocurrir muy de otra manera: la razón de este vuelco suele encontrarse en la política extremadamente –y, según se dice, innecesariamente– severa que siguieron los vencedores. Sólo ella habría impedido que Hispanoamérica volviera a entregarse a los blandos encantos del antiguo régimen, mejor apreciados, luego de cuatro años de guerra civil, aun por algunos de los que habían sido revolucionarios. Pero esta explicación deja de lado un hecho de alguna importancia:

por desagradable que hubiera sido la experiencia de la guerra civil, ella y sus consecuencias seguían existiendo; aun una política menos vengativa que la de los realistas vencedores hubiera hallado muy difícil imponer un orden estable a los –sin duda escasos– partidarios irreductibles de la revolución.

Ésta no había cambiado menos a las zonas realistas que a las revolucionarias: en unas y otras sus efectos habían sido semejantes. Los políticos y militares en primer término: ellos eran particularmente intensos en Venezuela y en algunas zonas marginales del Río de la Plata, donde se había asistido a una movilización popular en vasta escala, capaz de desbordar el marco institucional preexistente. Las consecuencias de este proceso eran demasiado evidentes y alarmantes para los dirigentes políticos de uno y otro bando; allí donde alcanzaba sus extremos, la disciplina social parecía en peligro de disolverse, y las persecuciones contra los realistas o contra los patriotas, contra los peninsulares o contra los criollos, corrían riesgo constante de transformarse en una guerra caótica de los pobres contra los ricos.

Pero aun salvando estos extremos, aun los más prudentes jefes realistas y patriotas se veían obligados a entrar por un camino cuyos futuros tramos los llenaban de una alarma no inmotivada. Tenían que formar ejércitos cada vez más numerosos, en los que las clases altas sólo proporcionaban los cuadros de oficiales; eso suponía armar a un número creciente de soldados reclutados entre la plebe y las castas. Tenían que mantenerlos pasablemente satisfechos; ello implicaba una tolerancia nueva en cuanto al ascenso. Ha pasado ya el tiempo en que en el ejército real hacían carrera sobre todo los españoles de España; ahora pasan a primer plano jefes criollos, y aun algunos de los futuros generales mestizos de la Hispanoamérica independiente han alcanzado su grado en las filas realistas: así, Castilla, Santa Cruz, Gamarra en Perú y Bolivia... Tenían además que dotarlos de recursos; y aquí la política toca con la economía. Historiadores llenos de justificada admiración recordarán los sacrificios espontáneos de las elites patriotas

C.F S. Cardoso y Héctor Pérez Brignoli: *Historia económica de América Latina*, vol. 11, Barcelona, 1979.
Roberto Cortés Conde: *Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial. 1850-1930*, Buenos Aires, 1974.
Roberto Cortés Conde y Stanley S. Stein (directores): *Latin America. A Guide to its Economic History, 1830-1930*, Berkeley, 1977.
D.C.M. Platt: *Latin America and British Trade. 1806-1914*, Londres, 1973.
Gordon Connell-Smith: *Los Estados Unidos y América Latina*, México, 1974
Alain Rouquié: *L'état militaire en Amérique Latine*, París, 1982.
Charles Bergquist: *Labor in Latin America, Comparative Essays on Chile, Argentina, Venezuela and Colombia*, Stanford, 1986.
David Collier (ed): *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, 1979.

2. Estudios y publicaciones sobre países particulares

Argentina

Ricardo Levene (ed.): *Historia de la Nación Argentina*, Buenos Aires, 1936 y ss.
Vicente D. Sierra (ed.): *Historia de la Argentina*, Buenos Aires, 1956 y ss.
Tulio Halperin Donghi (ed.): *Historia Argentina*, Buenos Aires, 1972 y ss.
José Luis Romero: *Las ideas políticas en Argentina:* México, 1946.
Ricardo M. Ortiz: *Historia económica de la Argentina*, Buenos Aires, 1955.
Guido Di Tella y Manuel Zymelman: *Las etapas del desarrollo económico argentino*, Buenos Aires, 1967.
Gino Germani: *Estructura social de la Argentina*, Buenos Aires, 1955.
Bartolomé Mitre: *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*, Buenos Aires, 1887.
Emilio Ravignani: *Historia constitucional de la República Argentina*, Buenos Aires, 1926-27.
Juan Álvarez: *Ensayo sobre las guerras civiles argentinas*, Buenos Aires, 1914.
Miron Burgin: *Aspectos económicos del federalismo argentino*, Buenos Aires,1960.

Julio Irazusta: *Vida política de Juan Manuel de Rosas a través de su correspondencia*, Buenos Aires, 1941 y ss.
Natalio Botana: *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*, Buenos Aires, 1975.
Roberto Cortés Conde: *Dinero, deuda y crisis, Evolución fiscal y monetaria en la Argentina, 1862-1890*, Buenos Aires, 1989.
Roberto Cortés Conde: *El progreso argentino, 1880-1914*. Buenos Aires, 1979.
Ezequiel Gallo: *La pampa gringa*, Buenos Aires, 1982.
David Rock: *Politics in Argentina, 1890-1930. The Rise and Fall of Radicalism*, Cambridge, 1975.
Juan E. Corradi: *The Fitful Republic. Economy, Society and Politics in Argentina*, Boulder (Colorado), 1985.

Bolivia

Humberto Vázquez Machicado, José de Mesa y Teresa Gisbert: *Manual de Historia de Bolivia*, La Paz, 1958.
Herbert S. Kiein: *Bolivia. The Evolution of a Multi-ethnic Society*, Nueva York, 1982.
Luis Peñaloza: *Historia económica de Bolivia*, La Paz, 1943-54.
William Lofstrom: *The Promise and Problem of Reform: Attempted Social and Economic Change in the First Years of Bolivian Independence*, Ithaca, 1972.
Antonio Mitre: *Los patriarcas de la plata. Estructura socioeconómica de la minería boliviana en el siglo XIX*, Lima, 1981.
Augusto Céspedes: *El dictador suicida. Cuarenta años de historia de Bolivia*, Santiago de Chile, 1956.
Augusto Céspedes: *El presidente colgado*, La Paz, 1971.

Brasil

Sergio Buarque de Hollanda (ed.): *Historia general da civilizaçao brasileira*, São Paulo, 1960 y ss.
Caio Prado, Jr: *Historia económica do Brasil*, São Paulo, 1945.
Celso Furtado: *Formaçao Economica do Brasil*, Río de Janeiro, 1959.
Raimundo Faoro: Os *donos do poder: Formaçao do patronato politico brasileiro*, 2.ª ed., Porto Alegre, 1975.
Carlos Guilherme Mota: *Nordeste 1817: Estructuras e argumentos*, São Paulo, 1972.

Maria Sylvia de Carvalho Franco: *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, 1969.
Emilia Viotti da Costa. *The Brazilian Empire. Myths and Histories*, Chicago, 1985.
Robert J. Conrad: *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, 1972.
Ralph Della Cava: *Miracle at Joaseiro*, Nueva York, 1970.
Boris Fausto: *A revoluçao de 1930: Historiografia e historia*, São Paulo, 1970.
Thomas E. Skidmore: *Politics in Brazil. 1930-1964: an Experiment in Democracy*, Nueva York, 1967.
Thomas E. Skidmore: *The Politics of Military Rule in Brazil. 1964-1985*, Nueva York, 1988.

Colombia

Academia Colombiana de la Historia: *Historia extensa de Colombia*, Bogotá, 1965 y ss.
Luis E. Nieto Arteta: *Economía y cultura en la historia de Colombia*, 2.ª ed., Bogotá, 1962.
Luis Ospina Vázquez: *Industria y protección en Colombia, 1810-1930*, Medellín, 1965.
Indalecio Liévano Aguirre: *Los grandes conflictos económicos y sociales de nuestra historia*, Bogotá, 1962 y ss.
David Bushnell: *The Santander regime in Gran Colombia*, Wilmington, Delaware, 1954.
Frank Safford: *Aspectos del siglo* XIX *en Colombia*, Medellín, 1977.
Catherine Le Grand: *Frontier Expansion and Peasant Protest in Colombia, 1830-1936*, Alburquerque, 1986.
Marco Palacios: *Coffee in Colombia 1850-1970: an Economic Social and Political History*, Cambridge, 1980.
Germán Guzmán Campos, Orlando Fals Borda y Eduardo Umana Lima: *La violencia en Colombia*, Bogotá, 1962-64.

Cuba

Ramiro Guerra y Sánchez (dir.): *Historia de la nación cubana*. La Habana, 1952 y ss.
Louis A. Pérez, Jr.: *Cuba Between Reform and Revolution*, Nueva York, 1988.

Hugh Thomas: *Cuba: La lucha por la libertad*, Barcelona, 1973.
Ramiro Guerra y Sánchez: *Azúcar y población en las Antiilas*, La Habana, 1927.
Fernando Ortiz: *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, La Habana, 1940.
Manuel Moreno Fraginals: *El ingenio: El complejo económico-social cubano del azúcar*, 2a. ed., La Habana, 1978.
Raúl Cepero Bonilla: *Azúcar y abolición: Apuntes para una historia critica del abolicionismo*, La Habana, 1947.
Jorge I. Domínguez: *Cuba: Order and Revolution*, Cambridge (Mass.), 1978.
K.S. Karol: *Les guerrilleros au pouvoir*, París, 1970.

Chile

Sergio Villalobos, Osvaldo Silva, Fernando Silva, Patricio Estellé: *Historia de Chile*, Santiago, 1974 y ss.
Aníbal Pinto Santa Cruz: *Chile, un caso de desarrollo frustrado*, Santiago, 1959.
Arnold J. Bauer: *Chilean Rural Society from the Spanish Conquest to* 1930, Cambridge, 1975.
Julio Heise González: *Historia de Chile: el periodo parlamentario*, 1861-1925. Santiago, 1974 y ss.
Carmen Cariola y Osvaldo Sunkel: *Un siglo de historia económica de Chile, 1830-1930*, Madrid, 1982.
Henry W. Kirsch: *Industrial Development in a Traditional Society. The conflict of Entrepreneurship and Modernization in Chile*, Gainesville, 1977.
Barbara Stallings: *Class Conflict and Economic Development in Chile*, 1958-1973, Stanford, 1978.
Ian Roxborough, Philip O'Brien, Jackie Roddick: *Chile: The State and Revolution*, Londres, 1977.
Alain Touraine: *Vida y muerte del Chile popular*, México, 1974.
Manuel Antonio Garretón: *El proceso político chileno*, Santiago, 1983.

Ecuador

Alfredo Pareja Díez Canseco: *Historia del Ecuador*, Quito, 1968.
Andrés Guerrero: *Los oligarcas del cacao*, Quito, 1980.
Osvaldo Hurtado: *El poder político en el Ecuador*, 2.ª ed., Quito, 1977.

México

Lucas Alamán: *Historia de Méjico,* México, 1849 y ss.
Justo Sierra: *Evolución política del pueblo mexicano,* México, 1940.
Daniel Cossío Villegas: *Historia moderna de México,* México, 1955 y ss.
John Tutino: *From Insurrection to Revolution in México. Social Bases of Agrarian Violence. 1750-1940,* Princeton, 1986.
Charles A. Hale: *El liberalismo mexicano en la época de Mora, 1821-1853,* México, 1972.
Charles A. Hale: *The Transformation of Liberalism in Late XIXth Century México,* Princeton, 1989.
Alan Knight: *The Mexican Revolution,* Cambridge, 1988.
Friedrich Katz: *The Secret War in Mexico. Europe, The United States and the Mexican Revolution,* Chicago, 1981.
Héctor Aguilar Camín: *La frontera nómada: Sonora y la Revolución Mexicana,* México, 1977.
Arnaldo Córdova: *La ideologia de la Revolución Mexicana. La formación de nuevo régimen,* México, 1973.
Enrique Krauze: *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana,* México, 1976.
Jean Meyer: *La Cristiada,* México, 1973.
Nora Hamilton: *The Limits of State Autonomy: Post-Revolutionary México,* Princeton, 1982.

Paraguay

Efraín Cardozo: *Breve Historia del Paraguay,* Buenos Aires, 1965.
Julio César Chaves: *El Supremo Dictador,* Madrid, 1964.
Justo Pastor Benítez: *Carlos Antonio López,* Buenos Aires, 1949.
Pelham H. Box: *Los origenes de la guerra de la Triple Alianza,* Buenos Aires-Asunción, 1958.

Perú

Jorge Basadre: *Historia de la República del Perú,* Lima, 1946.
José Carlos Mariátegui: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana,* Lima, 1928.
Heraclio Bonilla: *Guano y burguesía en el Perú,* Lima, 1972.
Florencia E. Mallon: *The Defense of Community in Peru's Central Highlands. Peasant Struggle and Capitalist Transition, 1860-1940,* Princeton, 1 983.

Rodrigo Montoya: *Capitalismo y no capitalismo en el Perú. Un estudio histórico de su articulación en un eje regional,* Lima, 1980.
Rosemary Thorp y Geoffrey Bertram: *Peru 1890-1977. Growth and Policy in an Open Economy,* Nueva York, 1968.
Julio Cotler: *Clases, estado y nación en el Perú,* Lima, 1978.
Francois Bourricaud, *Poder y sociedad en el Perú contemporáneo,* Buenos Aires, 1967.
Alain Hertoque y Alain Labrousse: *Le Sentier lumineux du Pérou. Un nouvel intégrisme dans le tiers monde,* París, 1989.

Uruguay

Juan J. Pivel Devoto y A. R. de Pivel Devoto: *Historia de la República Oriental del Uruguay,* Montevideo, 1945.
Julio C. Rodriguez, Lucía Sala de Touron y Nelson de Torre: *Artigas y su revolución agraria, 1811-1820,* México, 1978.
Carlos Real de Azúa: *El patriciado uruguayo,* Montevideo, 1963.
José Pedro Barrán y Benjamín Nahum: *Historia rural del Uruguay moderno,* Montevideo, 1967 y ss.
Milton Vanger: *José Batlle y Ordóñez,* Buenos Aires, 1968.
José Pedro Barrán y Benjamín Nahum: *Batlle, los estancieros y el imperio británico,* Montevideo, 1979 y ss.

Venezuela

John V. Lombardi: *Venezuela. The Search for Order, The Dream of Progress,* Nueva York, 1982.
Laureano Vallenilla Lanz: *Cesarismo democrático. Estudio sobre las bases sociológicas de la constitución efectiva de Venezuela,* Caracas, 1919.
Mariano Picón Salas *et al. Venezuela independiente, 1810-1960,* Caracas, 1962.
Fundación John Boulton (ed.): *Política y economía en Venezuela, 1810-1976,* Caracas, 1976.
Germán Carrera Damas: *Boves. Aspectos socioeconómicos de la guerra de independencia,* 3.ª ed., Caracas, 1972.
Mariano Picón Salas: *Los días de Cipriano Castro. Historia venezolona del 1900,* Caracas, 1958.
José Rafael Pocaterra: *Memorias de un venezolano de la decadencia,* Caracas, 1937.
Rómulo Betancourt: *Venezuela, política y petróleo,* México, 1956.

América Central y Antillas (excepto Cuba)

Héctor Pérez Brignoli: *Breve Historia de Centroamérica,* Madrid, 1985.
Ciro F.S. Cardoso y Hectór Pérez Brignoli: *Centroamérica y la economía occidental. 1520-1930,* San José, 1977.
Víctor Bulmer Thomas: *The Political Economy of Central America since 1920,* Cambridge, 1987.
William O. Scroggs: *Filibusteros y financieros: La historia de William Walker y sus asociados,* Managua, 1974.
Thomas Herrick: *Desarrollo económico y político de Guatemala durante el período de Justo Rufino Barrios (1871-1885),* Guatemala, 1974
David Browning: *El Salvador: La tierra y el hombre,* San Salvador, 1975.
Carolyn Hall: *El café y el desarrollo histórico-geográfico de Costa Rica,* San José, 1976.
Dana G. Munro: *Intervention and Dollar Diplomacy in the Caribbean, 1900-1921,* Princeton, 1964.
Dana G. Munro: *The United States and the Caribbean Republics, 1921-1933,* Princeton, 1974.
Neil Macauley: *The Sandino Affair,* Chicago, 1967.
Thomas Anderson: *El Salvador, 1932,* 2.ª ed., San José, 1982.
Richard Adams (ed.): *Crucifixion by Power: Essays on Guatemalan National Structure, 1944-1966,* Austin, 1970.
Gabriel Aguilera Peralta *et al., Dialéctica del terror en Guatemala,* San José, 1981.
Walter La Feber: *Inevitable Revolutions: the United States and Central American,* Nueva York, 1983.
Frank Moya Pons: *Manuel de la historia dominicana,* Santiago de los Caballeros, 1981.
José Trías Monge: *Historia constitucional de Puerto Rico,* Río Piedras, 1980.
Gordon K. Lewis: *Puerto Rico: Freedom and Power in the Caribbean,* Nueva York, 1963.

Índice

guerra demasiado cercana y con las derivadas del bloqueo para sacudir la lealtad monárquica de los grandes señores criollos de la costa; luego de que los desesperados realistas habían abierto ese camino, estaba dispuesto también él a emplear el siempre disponible descontento indio de la sierra: también por esa vía la aristocracia peruana habría de ser ganada a la causa patriota, en la medida en que vería en su triunfo el atajo hacia la paz que necesitaría para poner término a la agitación indígena fomentada por ambos bandos.

Las primeras etapas de esta cautelosa conquista fueron exitosas: el desembarco en Pisco fue acompañado de un levantamiento espontáneo de Guayaquil, y seguido del de Trujillo y casi todo el norte peruano, volcado a la revolución por su gobernante, el marqués de Torre Tagle, un rico criollo que había sido designado –gracias a la nueva política adoptada por los realistas– intendente de la región. En el Sur, la campaña de la sierra agitó la retaguardia de Lima; a principios de 1821, el general en jefe realista, La Serna, derrocaba al virrey Pezuela y comenzaba conversaciones con San Martín, en el nuevo clima creado por el triunfo del constitucionalismo en España. Ambos jefes convinieron en la creación de un Perú independiente y monárquico; rechazado el proyecto por los ejércitos realistas, éstos se habían, sin embargo, debilitado con la inacción y el desgaste, y en julio los patriotas podían entrar en la capital peruana. A ello siguió la creación de un gobierno del Perú independiente, con San Martín como protector. El nuevo estado peruano iba a ser el más extremadamente conservador de todos los formados en el clima hostil al radicalismo político que dominaba luego de 1815. Ese conservadurismo no sólo reflejaba las ideas de protector de Perú; se extremaba todavía más para ganar el apoyo de la aristocracia limeña, necesario para consolidar el nuevo orden. Los hechos iban a demostrar cuán necesaria era esa cautela. Con los realistas dominando aún El Callao, Cochrane, insatisfecho con su parte en el botín de la victoria naval, había partido en busca de lucrativas aventuras en el Pacífico tropical. La campaña que proseguía en la

sierra era tan desgastadora para los libertadores como para los realistas; el proyecto originario de liberación de Perú contaba con la insuficiencia militar de los invasores, pero esperaba compensarla con apoyos locales. Si bien se había logrado al comienzo disminuir la capacidad de resistencia realista, esos apoyos habían sido y seguían siendo escasos, y la empresa peruana no tenía, aun en 1822, final visible, si no se contaba con nuevos auxilios externos.

Ellos sólo podían venir del Norte, donde Bolívar había ya realizado lo esencial de su empresa libertadora. Ésta había recomenzado en condiciones aun más desventajosas que las encontradas por San Martín: en 1817 no tenía Bolívar apoyo ninguno en Hispanoamérica, y aun en su refugio haitiano encontraba simpatías cada vez más limitadas, luego de su fracasada tentativa de 1816. La guerra del Norte iba a ser, desde el comienzo, distinta de la del Sur, y Bolívar era particularmente adecuado para ella. Descendiente de una de las familias más antiguas de Caracas, ligado con la aristocracia criolla del cacao, Simón Bolívar iba a mostrar toda esa precocidad de ingenio y temperamento, amenazada en otros casos de volcarse por falta de carriles adecuados en empresas alto irrisorias, que iba a caracterizar a tantos de los jóvenes criollos liberados de la disciplina colonial y no demasiado seguros de qué podían hacer con su libertad. En 1804, cuando tenía veintiún años, había ya hecho tumultuosa vida cortesana junto con los marqueses del cacao en Madrid, se había casado allí con una aristócrata caraqueña, había vuelto con ella a Venezuela para perderla a los pocos meses, víctima de fiebres tropicales en el traicionero paraíso serrano de Aragua. Antes de eso, había recibido sólida educación al lado de un personalísimo secuaz venezolano de Rousseau, Simón Rodríguez, y luego del más moderado y sólido Andrés Bello. Muerta su esposa, Teresa del Toro, volvió Bolívar a Europa, acompañado por su antiguo preceptor; a los veintiún años era ya un hombre íntimamente desesperado y, pese a su aparente movilidad de carácter, este rasgo estaba destinado a durar.

cuanto a esta última; sugieren, por ejemplo, que un pasado más reciente está borrando las huellas de la etapa de crecimiento hacia fuera que lo precedió: mientras quedan irremisiblemente atrás los países del Cono Sur, que ocupaban la vanguardia de la expansión latinoamericana en el medio siglo anterior a la depresión de 1929, los centros de gravedad de la Latinoamérica que comienza a perfilarse vuelven a ser a menudo los de la etapa colonial; el hecho de que la ciudad de México, al transformarse en la mayor del planeta, haya vuelto a ser como en 1810 la más populosa de Hispanoamérica constituye algo más que un símbolo de esa reversión de tendencia. Pero este retorno a primer plano de algunas de las áreas que lo ocuparon también en tiempos coloniales no autoriza a concluir que lo que vive hoy Latinoamérica es un retorno al pasado: es por el contrario el dinamismo nuevo que han adquirido las transformaciones sociales en las últimas décadas el que devuelve a la escena a actores cuya presencia había sido antes más fácil ignorar.

Muchos aspectos de la gigantesca transformación que Latinoamérica sigue hoy llevando adelante bajo una dura intemperie económica se entienden mejor cuando se los contempla en esa clave. Así, desde Mesomérica hasta las tierras andinas vemos derrumbarse las barreras que separaron a esas dos naciones que en tiempos coloniales se llaman la república de españoles y la de naturales. Con modalidades en cada caso distintas, desde esa última oleada de conquista que en Guatemala recupera toda la salvaje brutalidad de la primera, hasta la pacífica transformación de Lima en metrópoli serrana e indígena, o la presencia permanente del campesinado indio en todas la coaliciones sociopolíticas que se suceden en el poder en la Bolivia postrevolucionaria, el papel central que en las vastas transformaciones en curso está recuperando la etnia conquistada, lejos de devolver a la república de naturales la enjundia ya disminuida de la que la dotó la colonia, viene a consumar su integración en una sociedad nacional que sin duda tendrá muy pocos rasgos en común con la de aquélla.

Más que retornar al pasado, hoy Latinoamérica parece acudir al legado vivo de todos sus pasados para afrontar un presente que no se parece necesariamente más a ellos que al ayer inmediato, y ello se refleja en las más inesperadas alianzas entre arcaísmo e innovación, que han de descubrirse en los más diversos planos de la realidad latinoamericana, desde el ideológico (así, los mineros de los Andes, que reconocen tras de las acechanzas de la montaña las presencias sobrenaturales ya descubiertas por los mitayos de la colonia, mantienen a la vez lealtad a un movimiento sindical informado por las ideas de Trostsky) hasta el sociológico (así también en los Andes, organizaciones campesinas injertan en estructuras prehispánicas redefinidas bajo la égida del poder colonial otras forjadas por las experiencias de lucha social del Viejo Mundo).

Pero es sin duda en las ciudades en vertiginoso crecimiento donde esta articulación cada vez más compleja y ambigua entre presente y pasado latinoamericanos se despliega de modo más pleno. La urbanización no podría ser vista ya sin más, como hace un cuarto de siglo, como un aspecto de un proceso modernizador destinado a acercar a Latinoamérica a las pautas del mundo desarrollado. Las metrópolis que ella está plasmando son, como quiere el sociólogo británico Bryan Roberts, ciudades de campesinos, y no sólo por el origen de buena parte de los migrantes que vienen a poblarlas. Tampoco es lo más significativo que en más de un caso esos migrantes mejoren sus posibilidades económicas agregando a actividades típicamente urbanas otras que vienen de su pasado rústico (aunque no deja de ser sugestivo, por ejemplo, que Bogotá encierre en las barriadas habitadas por esos migrantes varias decenas de miles de cabezas de ganado), sino que aun para integrarse en actividades urbanas el arte de vivir madurado en el contexto rural ofrezca auxilios decisivos: tanto los reflejos políticos sedimentados en un marco autoritario y paternalista como los modos de estructuración social basados en solidaridades familiares o de grupo pequeño conservan su plena relevancia en el marco de esas metrópolis a la vez tan modernas y tan arcaicas.

aristócratas capitalinos –que habían sido tan tímidos revolucionarios– ya había mostrado cómo podía encontrar apoyos entre los agricultores y pastores de los Andes; ahora volvería a encontrarlos entre las poblaciones costeras de color de Cumaná y Margarita (ellas mismas veteranas de la revolución); y los encontraría –lo que iba a ser aún más decisivo– entre los llaneros que en 1814 lo habían expulsado del país.

Ya en la incursión de 1816 una audacia nueva se había manifestado en la promesa de liberación de los esclavos, que estaban en la base de la economía de plantación de la costa venezolana. Ahora la clave de la victoria iba a estar dada por la alianza con Páez, el nuevo jefe guerrillero que había surgido en los Llanos, esta vez con bandera patriota. Con sus hombres, los trescientos que Bolívar traía consigo y los que seguirían llegando –en especial la Legión Británica (predominantemente irlandesa), que llegó a contar algunos miles de voluntarios–, se formó la fuerza militar que llegaría al Alto Perú. La alianza con Páez significó una penetración más efectiva en el interior venezolano, pero provocó la ruptura con los caudillos revolucionarios del este costeño, y ésta remató en la ejecución de Piar por orden de Bolívar. Pese a que éste emprendió de nuevo la conquista de Caracas, el litoral había pasado para él a segundo plano, y cuando la resistencia de Morillo le cerró el acceso a la capital retornó al interior llanero y a la Guayana. Desde allí iba a cruzar los Andes con cerca de tres mil hombres: esta hazaña, juzgada imposible, sería seguida por la victoria de Boyacá, que dio a los libertadores el dominio de Bogotá y de todo el norte y centro de Nueva Granada (excepto Panamá). La república de Colombia, que debía abarcar todos los territorios que integraban el virreinato de Nueva Granada (y que en el caso de Venezuela y Quito habían tenido dependencia sólo nominal de Bogotá) comenzaba a tomar forma. El congreso de Angostura le dio sus primeras instituciones provisionales (fines de 1819); en la diminuta capital de la Guayana, al borde del Orinoco, en tierras de frontera que la colonia había ignorado y en las que la revolución había encontrado su baluarte, nacía la nación que en la mente de Bolívar debía abarcar el norte de América del Sur y dirigir el resto mediante un sistema de alianzas. Angostura parecía crear un estado federal: cada una de las regiones parcialmente liberadas –Nueva Granada y Venezuela– tendría un vicepresidente, que tomaría a su cargo las tareas administrativas, mientras el Libertador y presidente proseguía la guerra.

Ésta se desarrolló primero en Venezuela, donde retomaba por ambos bandos su carácter de lucha irregular; los mayores esfuerzos de Bolívar debieron encaminarse a mantener la cohesión de las fuerzas patriotas. A lo largo de 1820, también en Venezuela se hicieron sentir las consecuencias de la revolución liberal española: acercamientos y conversaciones entre los jefes en lucha, armisticio temporario, debilitamiento de la cohesión del bando realista, minado por las deserciones. En 1821 la victoria de Carabobo abría a Bolívar la entrada a una Caracas desierta, abandonada por buena parte de su población; en ese mismo año Quito era liberado por Sucre, lugarteniente de Bolívar, que había avanzado desde Guayaquil y vencido a los realistas en Riobamba y Pichincha; simultáneamente Bolívar reducía el foco de resistencia realista de Pasto, nudo montañés cuya población mestiza había sido ganada para la causa del rey por la vehemente predicación de su obispo y las depredaciones de las tropas patriotas.

Colombia quedaba así libre de amenazas, y Bolívar disponible para nuevas acciones contra el núcleo realista de Perú. Mientras este proceso guerrero seguía su curso, avanzaba también la organización política de la nueva república. El congreso de Cúcuta le dio en 1821 una constitución más centralista que las bases de Angostura: Venezuela, Nueva Granada y Quito perdían su individualidad, y los departamentos en que se dividía el vasto territorio colombiano debían ser gobernados por un cuerpo de funcionarios designados desde Bogotá. La tarea de organizar el nuevo estado estuvo a cargo en primer término del vicepresidente Santander, y se reveló desde el comienzo muy difícil. La modernización social debía enfren-

tar por una parte la resistencia de la Iglesia, por otra, la de los grupos favorecidos por el viejo orden, que iban desde los propietarios de esclavos del litoral venezolano, escasamente adictos a la emancipación de los negros que estaba en el programa de la nueva república, hasta los grandes mercaderes y pequeños artesanos unidos en la enemiga contra el comercio libre que los sacrificaba por igual a la preponderancia británica. Pese a la amenaza implícita en la presencia de ese bloque conservador, tanto más poderoso desde que la ruina de la causa del rey lo engrosó con los más entre sus antiguos partidarios, la república vacilaba en privarlo de sus bases de poder; temía demasiado abrir así el camino a una evolución comparable a la que en Haití llevó a la hegemonía negra, que constituía una imagen obsesiva para los dirigentes colombianos (y no sólo colombianos) en esos años revueltos.

El nuevo orden buscaba entonces retomar la tradición de moderado reformismo administrativo, que había caracterizado a las mejores etapas coloniales. Pero le resultaba difícil hacerlo: no sólo las ruinas del pasado cercano y la necesidad de seguir costeando la guerra limitaban sus recursos; era acaso más grave que no tuviese –como lo habían tenido los funcionarios progresistas de la Corona– una base de poder ajena a sus gobernados; en estas condiciones la empresa de imponer un avance sobre líneas no aceptadas por los más influyentes de entre éstos estaba condenada necesariamente al fracaso. Las tensiones creadas por ese estilo de gobierno encontraron bien pronto expresión tanto en la aparición de tendencias localistas cuanto en la apelación a Bolívar. La primera tendencia era bastante esperable; la autoridad del gobierno de Bogotá sobre Venezuela fue siempre limitada: Páez, que tenía allí autoridad puramente militar, era de hecho el árbitro de la situación local. Más grave era que también en Nueva Granada esas resistencias se hiciesen sentir, y que fueran particularmente vivas en la capital.

En Bogotá, Colombia aparecía como una continuación agravada de esas Provincias Unidas de Nueva Granada, que

sólo por conquista habían podido dominar en la vieja capital virreinal. Santander, el presidente colombiano, no era bogotano; había formado en las filas hostiles a Cundinamarca durante la Patria Vieja, y después de Boyacá había emergido como figura dominante, luego de años de guerrilla en los llanos de Nueva Granada, que parecían haberlo alejado cada vez más del clima político capitalino. Frente a él, el veterano Narino (liberado por los constitucionales de su prisión en la Península) pasaba a ser el jefe de un localismo opuesto a la vez a las tendencias innovadoras y a los grupos avanzados de las distintas ciudades del interior neogranadino en que se apoyaba al nuevo régimen. La presencia de Bolívar contribuía, por añadidura, a marcar con el sello de la provisionalidad al orden político colombiano. Era muy natural que los jefes venezolanos lo tomasen como intermediario y árbitro frente al gobierno de Bogotá; era más grave que también los opositores neogranadinos a Santander afectasen esperar una rectificación para cuando –terminada la guerra– Bolívar ejerciese de veras su autoridad presidencial. Más grave aún era que Bolívar, sin romper con su vicepresidente, dejase en pie esa esperanza. Así la república de Colombia parecía tener desde su origen un desenlace fijado el golpe de estado autoritario que iba a unir, tras el Libertador y presidente, a los inquietos militares venezolanos y a la oposición conservadora neogranadina.

Ya antes de ese desenlace, por otra parte, zonas enteras de la república estaban sometidas, no a la administración civil de Bogotá, sino a la militar ejercida directamente por el Libertador. Era el caso del sur de Nueva Granada y toda la antigua presidencia de Quito, declaradas zona de guerra aun cuando ésta había cesado de librarse allí. Y, por otra parte, la autoridad de Bolívar iba a extenderse bien pronto más allá de las fronteras de Colombia; esa iba a ser precisamente la consecuencia del pedido de apoyo que le llegaba de San Martín. El resultado inmediato de éste fue una entrevista entre ambos libertadores en Guayaquil, en julio de 1822; el hecho de que San

Martín fuese recibido como huésped del presidente colombiano en una ciudad que Perú consideraba suya, señalaba ya de qué modo estaba dada la relación de fuerzas. El contenido de las conferencias no es conocido, salvo por versiones retrospectivas de parte interesada; el resultado es un cambio muy claro. San Martín, tras de manifestarse dispuesto a seguir la lucha bajo el mando de Bolívar, debió anunciar su retiro de Perú; éste era el precio que ponía Bolívar a su auxilio, y ahora la situación había cambiado por entero desde 1817: era Bolívar y no San Martín quien tenía tras de sí a los recursos de un estado organizado.

Pero algunas de las razones invocadas por Bolívar para no correr en auxilio de Perú eran demasiado reales: Pasto, mal sometido, iba a alzarse nuevamente y exigir una más costosa y sangrienta pacificación, con deportaciones en masa; sólo después de ella pudo Bolívar pasar a Perú, a mediados de 1823. Allí encontró a la revolución en derrumbe: la constituyente de 1822 se había apresurado a aceptar la dimisión de San Martín y a reemplazarlo por un débil triunvirato. En diciembre se declaraba por la república, repudiando las negociaciones emprendidas en Europa por emisarios de San Martín para buscar un rey para el Perú. En el manejo de la guerra no se advirtió una energía comparable, y en febrero la alarmada guarnición de Lima obligaba a designar presidente de la república a José de la Riva Agüero, aristócrata limeño pasado desde muy pronto a la causa de la revolución. Riva Agüero organizó la lucha con más tenacidad, pero no con más éxito que sus predecesores; el congreso, aprovechando una nueva oleada de derrotas, que llevaron a un momentáneo abandono de Lima, y además la presencia de Sucre al frente de tropas colombianas, lo derrocó; el jefe limeño –transformado en mariscal durante su breve permanencia en el gobierno– se refugió en Trujlllo, en el sólido norte revolucionario. En la constantemente amenazada Lima, el congreso hizo presidente al marqués de Torre Tagle, y solicitó con más urgencia la presencia personal de Bolívar en Perú: ahora éste llegaba a

Lima para recibir el título de libertador y poderes militares y civiles hasta la terminación de la guerra. El congreso que tales atribuciones le había acordado siguió consagrado a la redacción de una constitución extremadamente liberal: proclamada en noviembre de 1823, no iba a ser nunca aplicada.

Bolívar encontró en Perú una situación aún más grave de lo que el puro equilibrio militar anticipaba: era la endeble revolución limeña, tardíamente nacida bajo el estímulo brutal de la invasión argentino-chilena, la que vacilaba sobre su destino futuro. Desde Trujillo, Riva Agüero trataba a la vez con Bolívar y con los realistas; proponía a estos últimos un Perú independiente, bajo un rey de la casa de los Borbones de España; en lo inmediato proyectaba una acción concertada para expulsar a Bolívar de Perú. Revelada la escandalosa negociación, Riva Agüero pudo ser apresado y deportado. Pero Torre Tagle, encargado por Bolívar de entablar negociaciones con los realistas para un armisticio, las entabla simultáneamente por su cuenta con objetivos idénticos a los de su derrocado rival; a comienzos de 1824, luego de que un motín de la guarnición argentina entregó El Callao a los realistas, el presidente de Perú pasó al campo de éstos, con su vicepresidente y numerosos diputados y funcionarios; en ninguna parte como en Lima la elite criolla debió enfrentar opciones cuyos términos le resultaban todos repulsivos, y a comienzos de 1824 el menos desagradable parecía ser de nuevo el debilitado antiguo régimen, que esperaba más blando que la hegemonía militar colombiana que reemplazaba a la chileno-argentina.

Sólo una serie de victorias militares, logradas gracias a los recursos traídos del Norte, permitió a Bolívar sobrevivir: en agosto de 1824 la victoria de Junín le abría el acceso a la sierra; el 9 de diciembre de ese año, en Ayacucho, Sucre, al frente de un ejército de colombianos, chilenos, argentinos y peruanos vencía al virrey La Serna y lo tomaba prisionero. La capitulación de La Serna ponía fin a la resistencia realista peruana, salvo en El Callao, que sería tomado en 1826. En el Alto Perú, Olañeta, un jefe realista que había sabido hallar apoyos loca-

les, que le habían dado independencia de hecho respecto de ambos bandos, y acumular una cuantiosa fortuna privada, siguió unos meses la lucha; en 1825, Sucre vencía las últimas resistencias y, solicitado por los criollos de Charcas y Potosí, patrocinaba la creación de una república que llevaría el nombre de Bolívar; de ese modo, el Alto Perú escapaba tanto a la unión con el Río de la Plata, establecida por el virreinato en 1776, cuanto a la integración con Perú, que, heredada de tiempos prehispánicos, parecía nuevamente posible como consecuencia de las vicisitudes de la guerra.

Los últimos rincones de Sudamérica escapaban así al dominio español. Desde Caracas hasta Buenos Aires, cañones y campanas anunciaban el fin de la guerra. Ésta había terminado ya en el Norte: desde 1821, México era independiente.

Era ése el desenlace de una revolución muy distinta de las sudamericanas. Mientras en el Sur la iniciativa había correspondido a las elites urbanas criollas, y éstas, pese a las inesperadas miserias que la revolución les había traído, conservaban en casi todas partes en 1825 el control del proceso que habían iniciado, en **México** la revolución comenzó por ser una protesta mestiza e india en la que la nación independiente tardaría decenios en reconocer su propio origen.

Se ha visto ya cómo en 1808 se dio en México una primera prueba de fuerza entre elites criollas y peninsulares; vencedoras las segundas, la nueva oportunidad de 1810 iba a ser aprovechada por un inesperado protagonista. El cura de Dolores, rica parroquia en el centro-norte minero, era Miguel Hidalgo, hasta entonces un representante de ese conjunto demasiado escaso de sacerdotes ilustrados que habían secundado las iniciativas innovadoras de prelados y gobernantes. La imagen que de él tenemos está dada por estos últimos, que alentaron sin excesivo entusiasmo sus proyectos (que incluían desde la explotación de la seda hasta la presentación de obras de Molière por actores reclutados entre sus parroquianos indígenas); esta imagen es por lo menos incompleta; si como jefe revolucionario, Hidalgo reveló muy grandes limitaciones, es evidente que logró contar con la adhesión de multitudes fervorosas que no se advierte cómo hubiesen podido orientarse hacia ese supuesto precursor mexicano de Bouvard y Pécuchet. En septiembre de 1810, Hidalgo proclamaba su revolución: por la independencia, por el rey, por la religión, por la Virgen india de Guadalupe, contra los peninsulares. Peones rurales, y luego los de las minas, se unieron a las fuerzas revolucionarias, que tomaron Guanajuato, donde la masacre de la Alhóndiga (el granero público en que se habían refugiado, junto con los soldados del rey, los notables peninsulares y criollos de la ciudad) y el saqueo hicieron mucho por separar del movimiento a los criollos ricos. Más allá de Guanajuato, Querétaro, San Luis Potosí y Guadalajara, cayeron ante el avance de los ejércitos rebeldes, inmensas multitudes mal armadas de composición perpetuamente variable: en octubre, la ola se acercaba a la ciudad de México; en Monte de las Cruces, los 80.000 hombres que seguían a Hidalgo fueron vencidos por los siete mil del general Trujillo; pero el vencedor, deshecho y diezmado, logró a duras penas refugiarse en la capital, cuya conquista era todavía posible. Hidalgo no se decidió a intentarla; prefirió retirarse para reorganizar sus fuerzas. La retirada le fue fatal; para sus seguidores anunciaba que (según, sin duda, habían temido siempre) el viejo orden, en cuyo derrumbe habían creído por un momento, seguía siendo el más fuerte.

La revolución se derrumbó; después de una retirada que terminó en fuga, Hidalgo fue capturado en Chihuahua y ejecutado tras de dejar un apasionado testimonio de su arrepentimiento; quien había sido hasta los cincuenta años apacible cura rural, tras de unos meses de ejercer una sangrienta jefatura revolucionaria, declaraba que en la prisión sus ojos habían visto por fin la realidad, e invitaba a sus compatriotas a no seguirlo en el camino que había llevado a su propia ruina y la del país. No iba a ser escuchado, y la revolución iba a encontrar un nuevo jefe en otro eclesiástico, José María Morelos.

A la vez encontraría un nuevo centro: no ya el noroeste de la plata y el maíz, sino el Sur, en que la meseta baja hacia el Pacífico. Lentamente, Morelos va a ganar el predominio sobre los demás jefes de pequeños grupos revolucionarios sobrevivientes, y contrarrestar las tendencias a la transacción con los realistas que comienzan a aparecer entre ellos. En 1812 domina el Sur; organiza fuerzas mejor disciplinadas que las de Hidalgo, elabora un programa que incluye la abolición de las diferencias de casta y la división de la gran propiedad en manos de enemigos, que en la tierra del azúcar, en que el cultivo de la caña margina lentamente los de subsistencia, satisface una exigencia colectivamente sentida. Deseoso de institucionalizar la revolución, convoca un congreso en Chilpancingo: en él resurgen las oposiciones que previamente había logrado vencer en el plano militar. Morelos –revelando un escrupuloso, pero por el momento suicida, respeto por el orden institucional– se inclinó ante las voluntades, dificultosamente elaboradas y algo incoherentes, del Congreso. No sólo por esta inesperada vocación parlamentaria se derrumbó la segunda revolución mexicana: a Morelos, que a partir de un movimiento indígena quería lograr una revolución nacional, moderada en su estilo pero radical en su programa, los realistas oponían un frente en que los criollos tenían lugar cada vez más importante. Una vez eliminada la herencia de rencores del pasado, atenuados por el común terror ante la revolución de Hidalgo, la unión de peninsulares y ricos criollos en defensa del orden establecido era un programa más factible que el de la revolución. También Morelos iba a ser vencido y ejecutado en 1815. Quedaban aún algunos focos de revolución: Vicente Guerrero resistía en el Sur; Félix Fernández, que había cambiado su nombre por el de Guadalupe Victoria, en Veracruz. Sofocado en lo esencial el alzamiento rural, en los años siguientes un cierto espíritu de disidencia parecía resurgir lentamente entre los criollos de la capital. No tuvo tiempo de madurar: la revolución liberal en España desencadenó súbitamente la independencia de México.

Aquí, como en América del Sur, la guerra de Independencia había abierto las filas del ejército, más aún que las de la administración y las dignidades eclesiásticas, a criollos en proporción antes desconocida: esto creaba las bases de un partido local más hostil a la revolución que adicto a la metrópoli. Por otra parte, los peninsulares tenían en México mayor gravitación que en cualquier otra comarca de las antiguas Indias; parecía inconcebible que cualquier cambio político que no incluyera una revolución social afectase seriamente a los dominadores de todo el comercio mexicano. Porque se creían dotados de suficiente fuerza local, también los peninsulares podían encarar una separación política de España. Ésta se produjo cuando el vuelco liberal de la política española pareció afectar por una parte la situación de la Iglesia, por otra la intransigencia en la lucha contra las revoluciones hispanoamericanas.

Sin duda, tanto el alzamiento de Hidalgo como el de Morelos –dirigidos ambos por eclesiásticos– habían llevado a su frente imágenes religiosas. Pero al mismo tiempo, sus revoluciones amenazaban la estructura eclesiástica y la riqueza de congregaciones y sedes episcopales; Morelos incluía explícitamente las tierras eclesiásticas entre las que habrían de ser divididas. No es extraño que la jerarquía eclesiástica se haya constituido en aliada del orden realista, que éste buscase justificación nueva en la defensa de la religión amenazada por turbas que proclamaba sin Dios ni ley. Ahora, en España, medidas semejantes a las propuestas por Morelos eran anunciadas públicamente por los grupos dominantes. Éstos mostraban además peligrosas inclinaciones a buscar un arreglo con las revoluciones hispanoamericanas: ante esa perspectiva, los defensores mexicanos de la causa del rey temían verse transformados en víctimas de la reconciliación universal: a cambio de un reconocimiento de la soberanía española en Indias, otorgar el poder local a los revolucionarios podía, en efecto, parecer desde Madrid un sacrificio escaso; un sacrificio tanto menos costoso si esos revolucionarios eran compañeros de

ideología y los leales significaban, con su adhesión al absolutismo, un peligro para la causa liberal en España y sus Indias.

He aquí, sin duda, causas muy razonables de desconfianza. Alentado por ellas, un oficial criollo, que había hecho rápida carrera por sus victorias en la lucha contra Morelos, Agustín Iturbide, se pronunció y pactó con Guerrero el plan de Iguala, que consagraba las tres garantías (independencia, unidad en la fe católica, igualdad para los peninsulares respecto de los criollos) y preveía la creación de un México independiente gobernado por un infante español cuya elección se dejaba a Fernando VII. Al pronunciamiento siguió un paseo militar: en el vasto país, Iturbide no recibió sino adhesiones, y con ellas tras de sí entraba en la capital. Como era esperable, Fernando VII se rehusaba a designar un soberano para su propio reino rebelado, pero sólo San Juan de Ulúa, la fortaleza que guardaba la entrada de Veracruz, seguía fiel al rey de España, y la independencia de México encontraba eco en la Capitanía General de Guatemala, que tras de haber permanecido bajo el dominio regio seguía ahora el destino de su vecino del Norte, de cuyo virrey había estado en tiempos coloniales en dependencia nominal.

Terminaba así la guerra de Independencia, que dejaba una Hispanoamérica muy distinta de la que había encontrado, y distinta también de la que se había esperado ver surgir una vez disipados el ruido y la furia de las batallas. La guerra misma, su inesperada duración, la transformación que había obrado en el rumbo de la revolución, que en casi todas partes había debido ampliar sus bases (al mismo tiempo que las ampliaba el sector contrarrevolucionario), parecía la causa más evidente de esa escandalosa diferencia entre el futuro entrevisto en 1810 y la sombría realidad de 1825. Pero no era la única: **Brasil** ofrece en este sentido un término de comparación adecuadísimo; allí la independencia se alcanzó sin una lucha que mereciese ese nombre, y –con todas las diferencias que de ello derivaron, y con las que desde tiempos prerrevolucionarios separaban a la América portuguesa de la española– la historia del Brasil independiente está agitada (a ratos muy violentamente agitada) por los mismos problemas esenciales que van a dominar las de los estados surgidos en la América española.

En las diferencias entre la independencia de Brasil y la de Hispanoamérica remata un proceso de diferenciación que viene de antiguo; desde la restauración de su independencia, Portugal había renunciado a cumplir plenamente su función de metrópoli económica respecto de sus tierras americanas, pronto integradas junto con la madre patria en la órbita británica; aun los esfuerzos muy reales del despotismo ilustrado portugués por aumentar la participación metropolitana en la vida brasileña habían sido necesariamente menos ambiciosos que los de la España de Carlos III; esta segunda conquista contra la cual se había erigido, acaso más que contra la primera, la revolución emancipadora hispanoamericana, era en Brasil menos significativa (aunque en algunos aspectos, por ejemplo, en las migraciones de la metrópoli a la colonia, la intensidad del acercamiento fuese mayor que en Hispanoamérica, era aquí menos completa la imposición de una nueva elite administrativa y mercantil de origen peninsular, por sobre las jerarquías locales surgidas de etapas anteriores).

Diferente en el marco local, la situación de Brasil era también profundamente diferente en la perspectiva proporcionada por la política internacional, que adquirió importancia creciente a partir de las guerras revolucionarias y napoleónicas. Portugal, luego de una primera etapa que lo mostró integrando muy en segundo plano el bloque contrarrevolucionario, se había acogido a una neutralidad fundada en el doble temor a la potencia naval británica y a la potencia terrestre francesa, que la alianza de Francia y España transformaba en amenaza directa. Cuando el bloqueo continental impidió al reino portugués seguir eludiendo la opción, quiso, a pesar de todo, seguir manteniendo su neutralidad sin sacrificar por ello sus comunicaciones ultramarinas; pese a que nunca iba a

abandonar su cautela frente a la presion francoespanola, la opcion esencial estaba desde ese momento hecha Portugal debia mantenerse en el bloque britanico, solo dentro de el podia seguir manteniendo las lineas dominantes de su circulacion economica Ante las graves consecuencias de esa decision, la Corona portuguesa siguio, sin embargo, vacilando la fuga de la corte a Rio de Janeiro fue un casi secuestro perpetrado por la fuerza naval britanica que protegia a Lisboa

La perdida de la metropoli significo un cambio profundo en la vida brasilena, ahora Rio de Janeiro, capital aun reciente de una colonia de unidad mal consolidada, se transformaba en corte regia Por otra parte, y aun mas radicalmente que en Hispanoamerica, el alineamiento al lado de Inglaterra llevaba a un cambio en el ordenamiento mercantil, por los tratados de 1810, Gran Bretaña pasaba a ser en la vasta colonia la nacion mas favorecida (sus productos pagaban tasas aduaneras menores que los metropolitanos y sus comerciantes eran liberados de la jurisdiccion de los tribunales comunes, para gozar, a la manera de los mercaderes europeos en Levante, de las ventajas de un tribunal especial)

Todo ello no se daba sin tensiones, pero la relacion de fuerzas (unida a la actitud de una Corona a la que las experiencias de los ultimos veinte anos de historia europea no incitaban a la altivez) hacia imposible que estas encontrasen manera de expresarse en cualquier resistencia, por moderada que fuese, a la inclusion directa de Brasil en la orbita britanica Todo ello habia debilitado los ya fragiles lazos entre Brasil y su metropoli politica, prueba de lo delicado de la situacion fue que, a pesar de que desde 1813 Lisboa se hallaba ya despejada de franceses y el poder de estos se derrumbaba en Espana, y desde 1815 el orden restaurado se instalaba solidamente en Europa, la corte portuguesa vacilaba en retornar a su sede originaria, era en efecto muy dudoso que Brasil aceptase volver a ser gobernado desde ella en 1817, una revolucion republicana –anticipo de las que iba a conocer el Brasil independiente– estallo en el Norte, y no fue trabajo escaso someterla Pero en

1820, la revolucion liberal estallo a su vez en Portugal el rey se decidio entonces a retornar a su reino, dejando a su hijo Pedro como regente del Brasil, una tradicion no probada, pero verosimil, quiere que al partir le haya aconsejado ponerse al frente del movimiento de independencia de todos modos inevitable

La ruptura fue acelerada por la difusion de tendencias republicanas en Brasil, y por la tendencia dominante en las cortes liberales portuguesas a devolver a la colonia a una situacion de veras colonial, mal disfrazada de union estrecha entre las provincias europeas y americanas, estas ultimas insuficientemente representadas en el gobierno central Mientras el regente don Pedro ensayaba una politica intermedia, la guerra de Independencia se libraba ya de modo informal en el sitio de las fuerzas portuguesas, encerradas en Bahia, por tropas brasilenas Finalmente, ante las exigencias de las cortes liberales, que conminaban al infante a volver a una estricta obediencia a sus directivas centralizadoras, don Pedro proclamo la independencia en Ipiranga (7 de septiembre de 1822)

El reconocimiento de este cambio no fue demasiado dificultoso, en 1825, un mediador britanico lo obtenia –no sin ejercer alguna presion– de la corte de Lisboa El imperio de Brasil, surgido casi sin lucha y en armonia con un nuevo clima mundial poco adicto a las formas republicanas, iba a ser reiteradamente propuesto como modelo para la turbulenta America espanola la corona imperial iba a ser vista como el fundamento de la salvada unidad politica de la America portuguesa, frente a la disgregacion creciente de aquella En todo caso, si la unidad iba a ser salvada, lo iba a ser dificultosamente en 1824, de nuevo el Norte estaba alzado en una confederacion republicana, y poco despues ardia la guerra en el Sur, en la Banda Oriental, donde Brasil heredaba de Portugal una nueva y discola provincia, la Cisplatina, formada por tierras antes españolas En la capital una constituyente (en las que las voces de los amigos de los rebeldes encontraban eco insolitamente franco) debia ser disuelta por el emperador, que en 1824 daria

su *carte octroyée,* prometida en el momento mismo de la disolución: pese a estas tormentas, el imperio sería liberal y parlamentario. Aunque la ausencia de una honda crisis de independencia aseguraba que el poder político seguiría en manos de los grupos dirigentes surgidos en la etapa colonial, había entre éstos bastantes tensiones para asegurar al imperio brasileño una existencia rica en tormentas. En ellas encontraremos un eco más apacible de las que conmovían a la América española; unas y otras nacían de la dificultad de encontrar un nuevo equilibrio interno, que absorbiese las consecuencias del cambio en las relaciones entre Latinoamérica y el mundo que la independencia había traído consigo.

Capítulo 3
La larga espera: 1825-1850

En 1825 terminaba la guerra de Independencia; dejaba en toda América española un legado nada liviano: ruptura de las estructuras coloniales, consecuencia a la vez de una transformación profunda de los sistemas mercantiles, de la persecución de los grupos más vinculados a la antigua metrópoli, que habían dominado esos sistemas, de la militarización que obligaba a compartir el poder con grupos antes ajenos a él... En Brasil una transición más apacible parecía haber esquivado esos cambios catastróficos; en todo caso, la independencia consagraba allí también el agotamiento del orden colonial.

De sus ruinas se esperaba que surgiera un orden nuevo, cuyos rasgos esenciales habían sido previstos desde el comienzo de la lucha por la independencia. Pero éste se demoraba en nacer. La primera explicación, la más optimista, buscaba en la herencia de la guerra la causa de esa desconcertante demora: concluida la lucha, no desaparecía la gravitación del poder militar, en el que se veía el responsable de las tendencias centrífugas y la inestabilidad política destinadas, al parecer, a perpetuarse. La explicación era sin duda insuficiente, y además tendía a dar una imagen engañosa del problema: puesto que no se habían producido los cambios esperados, suponía que la guerra de Independencia había cambiado demasiado poco,

que no había provocado una ruptura suficientemente honda con el antiguo orden, cuyos herederos eran ahora los responsables de cuanto de negativo seguía dominando el panorama hispanoamericano. La noción, al parecer impuesta por la realidad misma, de que se habían producido en Hispanoamérica cambios sin duda diferentes, pero no menos decisivos que los previstos, si está muy presente en los que deben vivir y sufrir cotidianamente el nuevo orden hispanoamericano, no logra, sin embargo, penetrar en los esquemas ideológicos vigentes (salvo en figuras cuya creciente adhesión a un orden colonial imposible de resucitar condena a la marginalidad).

Sin embargo, los cambios ocurridos son impresionantes: no hay sector de la vida hispanoamericana que no haya sido tocado por la revolución. La más visible de las novedades es la violencia: como se ha visto ya, en la medida en que la revolución de las elites criollas urbanas no logra éxito inmediato, debe ampliarse progresivamente, mientras idéntico esfuerzo deben realizar quienes buscan aplastarla. En el Río de la Plata, en Venezuela, en México, y más limitadamente en Chile o Colombia, la movilización militar implica una previa movilización política, que se hace en condiciones demasiado angustiosas para disciplinar rigurosamente a los que convoca a la lucha. La guerra de Independencia, transformada en un complejo haz de guerras en las que hallan expresión tensiones raciales, regionales, grupales demasiado tiempo reprimidas, se transforma en el relato de «sangre y horror» del que los cronistas patriotas y realistas nos dan dos imágenes simétricamente mutiladas: la violencia popular anónima e incontrolable es invocada por unos y otros como responsable única de los errores, más caritativamente juzgados, de su propio bando. La explicación es incompleta; al lado de la violencia plebeya surge (en parte como imitación, más frecuentemente como reacción frente a ella) un nuevo estilo de acción de la elite criolla que en quince años de guerra saca de sí todo un cuerpo de oficiales: éstos, obligados a menudo a vivir y hacer vivir a sus soldados

del país –realista o patriota– que ocupan, terminan poseídos de un espíritu de cuerpo rápidamente consolidado y son a la vez un íncubo y un instrumento de poder para el sector que ha desencadenado la revolución y entiende seguir gobernándola. La altanería de los nuevos oficiales da lugar a quejumbrosos relatos desde Caracas hasta Buenos Aires: no sólo son periodistas juzgados insolentes los golpeados de modo afrentoso, sino a veces magistrados y eclesiásticos quienes sufren con la resignación necesaria ese mismo destino... Pero quienes sufren esas ofensas no dejan de utilizar a esos mismos jefes en la represión de las disidencias, sea las de signo realista (y en Pasto es la salvaje violencia patriótica la que mantiene en vida la guerrilla de los montañeses realistas), sea las que se dan en el frente revolucionario (y los ejércitos de Buenos Aires dejarán un recuerdo imborrable en la vecina y artiguista Santa Fe, donde incendian todo a su paso y donde altos oficiales porteños no juzgan por debajo de su dignidad arrebatar a golpes a los más ricos santafesinos un miserable botín de joyas devotas).

Esa violencia llega a dominar la vida cotidiana, y los que recuerdan los tiempos coloniales en que era posible recorrer sin peligro una Hispanoamérica casi vacía de hombres armados, tienden a tributar a los gobernantes españoles una admiración que renuncia de antemano a entender el secreto de su sabio régimen. El hecho es que eso no es ya posible: luego de la guerra es necesario difundir las armas por todas partes para mantener un orden interno tolerable; así la militarización sobrevive a la lucha.

Pero la militarización es un remedio a la vez costoso e inseguro: desde los generales que, como Monsieur Prudhomme, consagran su espada a defender la república o, si es necesario, a derrocarla, hasta los oficiales de guardias rurales –que no siempre dejan pasar la oportunidad de transformarse en bandidos, si la posibilidad de lucro es grande–, los jefes de grupos armados se independizan bien pronto de quienes los han invocado y organizado. Para conservar su favor, éstos deben tenerlos satisfechos: esto significa gastar en armas (y más aún en

el pago de quienes las llevan) lo mejor de las rentas del Estado. Las nuevas repúblicas llegan a la independencia con demasiado nutridos cuerpos de oficiales y no siempre se atreven a deshacerse de ellos. Pero para pagarlos tienen que recurrir a más violencia, como medio de obtener recursos de países a menudo arruinados, y con ello dependen cada vez más del exigente apoyo militar. Al lado de ese ejército, en los países que han hecho la guerra fuera de sus fronteras (es el caso de Argentina, y en parte de Venezuela, Nueva Granada, Chile) pesan más las milicias rústicas movilizadas para guardar el orden local; éstas, más cercanas a las estructuras regionales de poder y también menos costosas, comienzan a veces su ingreso en la lucha política expresando la protesta de las poblaciones agobiadas por el paso del ejército regular; a medida que se internan en esa lucha se hacen también ellas más costosas; ése es el precio de una organización más regular, sin la cual no podrían rivalizar con el ejército.

Los nuevos estados suelen entonces gastar más de lo que sus recursos permiten, y ello sobre todo porque es excepcional que el ejército consuma menos de la mitad de esos gastos. Lo que la situación tiene de anómalo es muy generalmente advertido; lo que tiene de inevitable, también. La imagen de una Hispanoamérica prisionera de los guardianes del orden (y a menudo causantes del desorden) comienza a difundirse; aunque no inexacta, requeriría ser matizada. Sólo en parte puede explicarse la hegemonía militar como un proceso que se alimenta a sí mismo, y su perduración como una consecuencia de la imposibilidad de que los inermes desarmen a los que tienen las armas. La gravitación de los cuerpos armados, surgida en el momento mismo en que se da una democratización, sin duda limitada pero real, de la vida política y social hispanoamericana, comienza sin duda por ser un aspecto de esa democratización, pero bien pronto se transforma en una garantía contra una extensión excesiva de ese proceso: por eso (y no sólo porque parece inevitable) aun quienes deploran algunas de las modalidades de la militarización hacen a veces poco por ponerle fin.

Esa democratización es otro de los cambios que la revolución ha traído consigo. Pero la palabra misma lo caracteriza muy inadecuadamente, y sólo se apreciará con justeza su alcance si se tiene constantemente presente, junto con la situación postrevolucionaria, la anterior al comienzo del proceso. Adecuado o no el término elegido para designarlos, basta, en efecto, un examen cuidadoso para advertir que los cambios ocurridos en este aspecto han sido importantes.

Ha cambiado la significación de la esclavitud: si bien los nuevos estados se muestran remisos a abolirla (prefieren soluciones de compromiso que incluyen la prohibición de la trata y la libertad de los futuros hijos de esclavas, innovaciones ambas de alcances inmediatos más limitados de lo que podría juzgarse), la guerra los obliga a manumisiones cada vez más amplias; las guerras civiles serán luego ocasión de otras... Esas manumisiones tienen por objeto conseguir soldados: aparte su objetivo inmediato, buscan en algún caso muy explícitamente salvar el equilibrio racial, asegurando que también los negros darán su cuota de muertos a la lucha: es el argumento dado alguna vez por Bolívar en favor de la medida, que encuentra la hostilidad de los dueños de esclavos. La esclavitud doméstica pierde importancia, la agrícola se defiende mejor en las zonas de plantaciones que dependen de ella: todavía en 1827 es lo bastante importante en Venezuela para suscitar la obstinada defensa de los terratenientes. Pero aun donde sobrevive la institución, la disciplina de la mano de obra esclava parece haber perdido buena parte de su eficacia: en Venezuela, como en la costa peruana, la productividad baja (en la segunda región catastróficamente); lo mismo ocurre en las zonas mineras de Nueva Granada, que habían utilizado mano de obra africana. Por otra parte, la reposición plantea problemas delicados: a largo plazo la esclavitud no puede en Hispanoamérica sobrevivir a la trata, y con las trabas puestas a ésta, el precio de los esclavos –allí donde se los utiliza en actividades productivas– sube rápidamente (en la costa peruana parece triplicar en el decenio posterior a la re-

volución). Antes de ser abolida (en casi toda Hispanoamérica hacia mediados del siglo) la institución de la esclavitud se vacía de su anterior importancia. Sin duda, los negros emancipados no serán reconocidos como iguales por la población blanca, ni aun por la mezclada, pero tienen un lugar profundamente cambiado en una sociedad que, si no es igualitaria, organiza sus desigualdades de manera diferente que la colonial.

La revolución ha cambiado también el sentido de la división en castas. Sin duda, apenas si ha tocado la situación de las masas indias de México, Guatemala y el macizo andino; en las zonas de densa población indígena, el estatuto particular de ésta tarda en desaparecer aún de los textos legales, y resiste aún mejor en los hechos. Ese conservatismo de la etapa inmediatamente posterior a la revolución implica también que las zonas indias donde sobrevive la comunidad agraria (que, todavía extensas en México, lo son mucho más en las tierras andinas) no son sustancialmente disminuidas por el avance de los hacendados, de los comerciantes y letrados urbanos que aspiran a conquistar tierras. Más bien que cualquier intención tutelar de las nuevas autoridades (que, por el contrario, en la mayor parte de los casos son por principio hostiles a la organización comunitaria) es la coyuntura la que defiende esa arcaica organización rural: el debilitamiento de los sectores altos urbanos, la falta –en las nuevas naciones de población indígena numerosa– de una expansión del consumo interno y, sobre todo, de la exportación agrícola, que haga inmediatamente codiciables las tierras indias, explican que éstas sigan en manos de comunidades labriegas atrozmente pobres, incapaces de defenderse contra fuertes presiones expropiadoras y además carentes a menudo de títulos escritos sobre sus tierras.

Frente al mantenimiento del estatuto real (y a menudo también del legal) de la población indígena, son los mestizos, los mulatos libres, en general los legalmente postergados en las sociedades urbanas o en las rurales de trabajo libre los que aprovechan mejor la transformación revolucionaria: aun cuando los censos de la primera etapa independiente siguen

registrando la división en castas, la disminución a veces vertiginosa de los registrados como de sangre mezclada nos muestra de qué modo se reordena en este aspecto la sociedad postrevolucionaria.

Simultáneamente se ha dado otro cambio, facilitado por el debilitamiento del sistema de castas, pero no identificable con éste: ha variado la relación entre las elites urbanas prerrevolucionarias y los sectores, no sólo de castas (mulatos o mestizos urbanos) sino también de blancos pobres, desde los cuales había sido muy difícil el acceso a ellas. Ya la guerra, como se ha visto, creaba posibilidades nuevas, en las filas realistas aún más que en las revolucionarias: Iturbide, nacido en una familia de elite provinciana en México, y en Perú Santa Cruz, Castilla o Gamarra pudieron así alcanzar situaciones que antes les hubieran sido inaccesibles. Este proceso se da también allí donde la fuerza militar es expresión directa de los poderosos en la región (así, en Venezuela después de 1830, y en el Río de la Plata luego de 1820), pero aquí el cambio se vincula más bien que con la ampliación de los sectores dirigentes a partir de las viejas elites urbanas con otro desarrollo igualmente inducido por la revolución: la pérdida de poder de éstas frente a los sectores rurales.

La revolución, porque armaba vastas masas humanas, introducía un nuevo equilibrio de poder en que la fuerza del número contaba más que antes: necesariamente éste debía favorecer (antes que a la muy reducida población urbana) a la rural, en casi todas partes abrumadoramente mayoritaria. Y como consecuencia de ello, a los dirigentes prerrevolucionarios de la sociedad rural: al respecto, la atención concedida a los episodios revolucionarios más radicales puede llamar a error en la medida en que haga suponer que en el campo ocurrieron en esta etapa cambios radicales y duraderos del ordenamiento social. Por el contrario, en casi todas partes no había habido movimientos rurales espontáneos, y la jefatura seguía, por tanto, correspondiendo (en el nuevo orden políti-

co como en el viejo) a los propietarios o a sus agentes instalados al frente de las explotaciones; unos y otros solían dominar las milicias organizadas para asegurar el orden rural. Aun en algunas de las zonas que han conocido una radicalización marcada en la etapa revolucionaria esa hegemonía no desaparece: se mantiene, por ejemplo, en algunas del litoral argentino que siguen a Artigas. Lo que es más importante: los resultados de la radicalización revolucionaria son efímeros, en la medida en que ésta sólo preside la organización para la guerra; la reconversión a una economía de paz obliga a devolver poder a los terratenientes. En su Banda Oriental, deshecha por la guerra, Artigas (cuya preocupación por dar mejor lugar en el nuevo orden a los postergados del antiguo no puede discutirse) impone a todos los habitantes no propietarios de la campaña la obligación de llevar prueba de estar asalariados por un propietario, y pone así en manos de éstos la clave del nuevo orden rural. Sin duda, no puede hacer otra cosa si quiere que la economía de su provincia vuelva a ofrecer rápidamente saldos exportables, pero su decisión muestra muy bien de qué modo aun los jefes de los más radicales movimientos rurales debieron colaborar en la destrucción de su propia obra. Otros lo hicieron con celo aún más vivo desde que descubrieron las ventajas personales que podían derivar de dirigir la reconstrucción del orden social: en Venezuela los antiguos guerrilleros transformados en hacendados proporcionan el personal dirigente a la república conservadora.

Sin duda, la revolución no había pasado por esas tierras sin provocar bajas y nuevos ingresos en el grupo terrateniente; las ha provocado también en otras regiones de historia político-social menos agitada. Pero ha tenido otra consecuencia acaso más importante: es el entero sector terrateniente, al que el orden colonial había mantenido en posición subordinada, el que asciende en la sociedad postrevolucionaria. Frente a él las elites urbanas no sólo deben adaptarse a las consecuencias de ese ascenso: el curso del proceso revolucionario las ha perjudicado de modo más directo al hacerles sufrir los primeros embates de la represión revolucionaria o realista. Además la ha empobrecido: la guerra devora en primer término las fortunas muebles, tanto las privadas como las de las instituciones cuya riqueza, en principio colectiva, es gozada sobre todo por los hijos de la elite urbana: la Iglesia, los conventos, las corporaciones de comerciantes o mineros, donde las hay. Los consulados de comercio, por ejemplo, se transforman en intermediarios entre los comerciantes y un poder político de exigencias cada vez más exorbitantes, cuya agresiva mendicidad es temida por encima de todo. Sin duda, la guerra consume desenfrenadamente los ganados y frutos de las tierras que cruza; cuando se instala en una comarca puede dejar reducidos a sus habitantes al hambre crónica, que en algunos casos dura por años luego de la pacificación. Pero aun así deja intacta la semilla de una riqueza que podrá ser reconstituida: es la tierra, a partir de la cual las clases terratenientes podrán rehacer su fortuna tanto más fácilmente porque su peso político se ha hecho mayor.

Pero la revolución no priva solamente a las elites urbanas de una parte, por otra parte muy desigualmente distribuida, de su riqueza. Acaso sea más grave que despoje de poder y prestigio al sistema institucional con el que sus elites se identificaban, y que hubieran querido dominar solas, sin tener que compartirlo con los intrusos peninsulares favorecidos por la Corona. La victoria criolla tiene aquí un resultado paradójico: la lucha ha destruido lo que debía ser el premio de los vencedores. Los poderes revolucionarios no sólo han debido reemplazar el personal de las altas magistraturas, colocando en ellas a quienes les son leales; las ha privado de modo más permanente de poder y prestigio, transformándolas en agentes escasamente autónomos del centro de poder político. En las vacancias de éste, luego de 1825 no se verá ya a magistraturas municipales o judiciales llenar el primer plano como en el período 1808-10; la revolución ha traído para ellas una decadencia irremediable.

Un proceso análogo se da en la Iglesia: la colonial estaba muy vinculada a la Corona, y no se salva de la politización re-

volucionaria. Un jefe de la revolución de Buenos Aires señala las nuevas tareas del cuerpo eclesiástico: liberado de la opresión del antiguo régimen, debe poner su elocuencia al servicio del nuevo; quien no lo haga se revelará indigno de la libertad, y será privado de ella. No son amenazas vacías: la depuración de obispos y párrocos, expulsados, apresados, reemplazados por sacerdotes patriotas designados por el poder civil, transforma no sólo la composición del clero hispanoamericano, sino la relación entre éste y el poder político. Este cambio es espontáneo a la vez que inducido; los nuevos dirigentes de la Iglesia son a menudo apasionados patriotas, y no son sólo las consideraciones debidas al poder político del cual dependen las que los hacen figurar en primer término en las donaciones para los ejércitos revolucionarios, ofreciendo ornamentos preciosos y vasos sagrados, esclavos conventuales y ganados de las tierras eclesiásticas.

Así, la Iglesia se empobrece y se subordina al poder político; en algunas zonas el cambio es limitado y compensado por el nacimiento de un prestigio popular muy grande (así en México, en Guatemala, en Nueva Granada, en la sierra ecuatoriana). En otras partes esto no ocurre, y el proceso es agravado por las deserciones de curas y frailes; es el caso del Río de la Plata, donde sacerdotes conventuales, tras de laicizaciones que las autoridades eclesiásticas suelen conceder abundantemente, sobresalen desde Buenos Aires hasta el fondo de las provincias, en la política y en el ejército. En todo caso, el proceso no es frenado desde fuera: si la Iglesia colonial ha dividido sus lealtades entre Roma y Madrid, la revolucionaria ha quedado aislada a la vez de ambos centros. El Papa no reconoce otro soberano legítimo que el rey de España; los nuevos estados se proclaman herederos de las prerrogativas de éste en cuanto al gobierno de la Iglesia en Indias; el resultado es que administradores de sedes episcopales (ni el Vaticano ni los nuevos Gobiernos se atreven a nombrar obispos) y párrocos son designados –y a menudo removidos– por las autoridades políticas y con criterios políticos. Lo mismo que las dignidades

civiles, las eclesiásticas han perdido buena parte de las ventajas materiales que solían traer consigo; han perdido aún más en prestigio.

Debilitadas las bases económicas de su poder por el coste de la guerra (y por la rivalidad triunfante de los comerciantes extranjeros), despojados de las bases institucionales de su prestigio social, las elites urbanas deben aceptar ser integradas en posición muy subordinada en un nuevo orden político, cuyo núcleo es militar. Los más pobres dentro de esas elites hallan en esa adhesión rencorosa un camino para la supervivencia, poniendo las técnicas administrativas a menudo sumarias que son su único patrimonio supérstite al servicio del nuevo poder político; los que han salvado parte importante de su riqueza aprecian en la hegemonía militar su capacidad para mantener el orden interno, que aunque limitada y costosa es por el momento insustituible; se unen entonces en apoyo del orden establecido a los que han sabido prosperar en medio del cambio revolucionario: comerciantes extranjeros, generales transformados en terratenientes... La impopularidad que las nuevas modalidades políticas encuentran en la elite urbana, haya sido ésta realista o patriota, no impiden una cierta división de funciones en la que ésta acepta resignadamente la suya.

Esta división de funciones sigue imponiéndose todavía por otra razón. La revolución no ha suprimido un rasgo esencial de la realidad hispanoamericana, aunque ha cambiado algunos de los modos en que solía manifestarse; también luego de ella sigue siendo imprescindible el apoyo del poder político-administrativo para alcanzar y conservar la riqueza. En los sectores rurales se da una continuidad muy marcada: ahora como antes, la tierra se obtiene, no principalmente por dinero, sino por el favor del poder político, que es necesario conservar. En los urbanos la continuidad no excluye cambios más importantes: si en tiempos coloniales el favor por excelencia que se buscaba era la posibilidad de comerciar con ultramar, ésta ya no plantea serios problemas en tiempos postrevolucio-

narios. En cambio, la miseria del Estado crea en todas partes una nube de prestamistas a corto término, los agiotistas execrados de México a Buenos Aires, pero en todas partes utilizados: aparte los subidos intereses, las garantías increíbles (en medio de la guerra civil un Gobierno de Montevideo cedía desde las rentas de aduana hasta la propiedad de las plazas públicas de su capital para ganar la supervivencia, y a la vez la interesada adhesion de esos financistas aldeanos a su causa política), era la voluntaria ceguera del Gobierno frente a las hazañas de esos reyes del mercado lo que esos préstamos garantizaban. En uno y otro caso, la relación entre el poder político y los económicamente poderosos ha variado: el poderío social, expresable en términos de poder militar, de algunos hacendados, la relativa superioridad económica de los agiotistas los coloca en posición nueva frente a un estado al que no solicitan favores, sino imponen concesiones.

Esos cambios derivan, en parte, de que en Hispanoamérica hubo un ciclo de quince años de guerra revolucionaria. No fue ése, sin embargo, el único hecho importante de esos tres lustros: desde 1810 toda Hispanoamérica se abrió plenamente al comercio extranjero; la guerra se acompaña entonces de una brutal transformación de las estructuras mercantiles, que se da tanto en las zonas realistas como en las dominadas por los patriotas: si éstos han inscrito la libertad de comercio en sus banderas revolucionarias, sus adversarios dependen demasiado del favor inglés para poder hacer una política sustancialmente distinta, y terminan por abrir sus puertas al comercio extranjero, sea mediante concesiones abiertas, sea mediante autorizaciones limitadas multiplicadas en sus efectos por la indulgencia con que se las aplica.

He aquí un cambio esencial en la relación entre Hispanoamérica y el mundo; el contexto en que se dio explica en parte sus resultados: en la primera mitad del siglo XIX (salvo en los dos años afiebrados que precedieron al derrumbe de la bolsa de Londres en 1825), ni Inglaterra ni país europeo alguno realizaron apreciables inversiones de capitales en Hispanoamérica. La negativa a emprender esa aventura solía justificarse con altivas censuras al desorden postrevolucionario; esta explicación encontraba en Hispanoamérica un amplio eco, que mostraba cómo las relaciones con las nuevas metrópolis se apoyaban en una dependencia ideológica más sólida que la de la última etapa colonial. Pero si las insuficiencias del nuevo orden hispanoamericano eran tristemente evidentes, aun así la causa primera de esa negativa a intervenir a fondo en la reordenación de la economía hispanoamericana debía buscarse en la economía metropolitana misma. Aun los economistas más amigos de lo nuevo, al llegar al umbral de lo que debía ser un nuevo pacto colonial para Hispanoamérica, habían abundado en reservas frente a la temible fuerza –a la vez destructora y creadora– de la Europa que comenzaba su revolución industrial. Lo que esas reservas no habían previsto eran los desfallecimientos de esa fuerza, y eran precisamente éstos los decisivos: durante toda la primera mitad del siglo XIX Hispanoamérica entra en contacto con una Inglaterra, y secundariamente con una Europa, que sólo puede cubrir con dificultad los requerimientos de capital de la primera edad ferroviaria en el continente y en Estados Unidos.

Esa Inglaterra, esa Europa que quieren arriesgar poco en Hispanoamérica, sin duda porque el riesgo es grande, pero sobre todo porque les queda poco que arriesgar, buscan, en cambio, cosas muy precisas de la nueva relación que se ha abierto. Hasta mediados del siglo, salvo la excepción de las tierras atlánticas del azúcar, no son los frutos de la agricultura y la ganadería hispanoamericana los que interesan a los nuevos dueños del mercado; los de la minería, si más atractivos, no lo son tanto como para provocar las inversiones de capital necesarias para devolver su antigua productividad a las fuentes de metal precioso. Lo que se busca en Latinoamérica son sobre todo desemboques a la exportación metropolitana, y junto con ellos un dominio de los circuitos mercantiles locales que acentúe la situación favorable para la metrópoli. Hasta 1815, Inglaterra

vuelca sobre Latinoamérica un abigarrado desborde de su producción industrial; ya en ese año los mercados latinoamericanos están abarrotados, y el comienzo de la concurrencia continental y el agudizarse de la estadounidense invitan a los intereses británicos a un balance –muy pesimista– de esa primera etapa. Para los nuevos países que habían entrado en contacto directo con la Europa industrial en esos años decisivos, ese balance hubiera sido más matizado, pero tampoco le hubiese faltado una impresionante columna de pérdidas.

Pérdidas sobre todo para los que habían dominado las estructuras mercantiles coloniales. Éstos habían sido debilitados por la división entre un sector peninsular y uno criollo; el segundo, que había esperado prosperar con la ruina de su rival, se vio en cambio arrastrado por ella; era demasiado débil para resistir sólo a los conquistadores ultramarinos del mercado. Lo debilitaba aún más su vulnerabilidad a las presiones de un Estado indigente (los extranjeros –sobre todo los ingleses– estaban mejor protegidos por la necesidad de contar con la benevolencia de su Gobierno y por el temor a las represalias del poder naval). Pero lo debilitaba sobre todo el derrumbe de los circuitos comerciales en los que había prosperado: la ruta de Cádiz es cortada por la guerra y la revolución; a partir de 1814, el retorno de Europa continental al comercio mundial hace desaparecer las oportunidades ocasionalmente proporcionadas por economías coloniales antes aisladas de sus proveedores habituales. Y la nueva ruta dominante, la de Londres (luego de 1820, de Liverpool), concede todas las ventajas al rival ultramarino de los comerciantes criollos. Lo mismo en cuanto al transporte oceánico: la reconciliación con Inglaterra, si no eliminaba a los más aguerridos competidores de la marina mercante británica (es el caso de la norteamericana) aplastaba los esbozos de marinas locales que habían comenzado a darse en algunos puertos hispanoamericanos.

También en los circuitos internos de Hispanoamérica la guerra de Independencia introdujo innovaciones a las cuales

los debilitados grandes mercaderes locales no pudieron siempre adaptarse eficazmente: en toda la costa atlántica y en el Sur de la del Pacífico significó un paso más en la apertura directa al comercio ultramarino que había comenzado la reforma de 1778: Valparaíso, los puertos del sur de Perú y los del norte de México se transforman en centros de ese comercio; en ellos los agentes avanzados de la penetración mercantil británica triunfan con tanta mayor facilidad de posibles rivales locales por cuanto también para éstos el ambiente es extraño: derrotados en Buenos Aires, en Lima o en Veracruz, los comerciantes criollos de esos puertos encontrarían difícil desquitarse en Valparaíso, en Ilo o en Tampico... Esa derrota tiene efectos irreversibles: en toda Hispanoamérica, desde México a Buenos Aires, la parte más rica, la más prestigiosa, del comercio local quedará en manos extranjeras; luego de cincuenta años en Buenos Aires o Valparaíso, los apellidos ingleses abundarán en la aristocracia local. Aun fuera de los puertos la situación de los comerciantes extranjeros es privilegiada; en su viaje a México, al comienzo de la década del cuarenta, Fanny Calderón de la Barca podía notar cómo en todas partes las casas más ricas de los pueblos habían pasado a manos de comerciantes ingleses. Así la ruta de Liverpool reemplaza a la de Cádiz, y sus emisarios pasan a dominar el mercado como lo habían hecho los del puerto español. El cambio sin duda no se detiene aquí: el comercio de la nueva metrópoli es en muchos aspectos distinto del español. Nunca aparece más diferente que en sus comienzos: entre 1810 y 1815, los comerciantes ingleses buscan a la vez conquistar los mercados y colocar un excedente industrial cada vez más amplio. Son los años de las acciones audaces, cuando los mercaderes-aventureros rivalizan en la carrera hacia las comarcas que la guerra va abriendo, en las que quieren recoger «la crema del mercado». En esos años es destruida la estructura mercantil heredada; no serán siempre los productores quienes la añoren, pues los nuevos dueños del comercio introducen en los circuitos un circulante monetario que sus predecesores se

habían cuidado de difundir: de este modo la economía confirma a la política impulsando a la emancipación del productor rural frente al mercader y prestamista urbano.

Este proceso no va, sin embargo, muy lejos: luego de 1815 la relación así esbozada entra en crisis. Por una parte, la depresión metropolitana obliga a cuidar los precios a que se compran los frutos locales; por otra, la capacidad de consumo hispanoamericana, calculada con exceso de optimismo en los años pasados, ha sido colmada. Pero a la vez han aparecido competidores a los nuevos señores del mercado, y frente a la rivalidad norteamericana los ingleses comienzan a advertir qué debilidades se escondían bajo sus aparentes cartas de triunfo. Emisarios de una economía industrial que en parte ha financiado sus aventuras de conquista mercantil, su deber primero es volcar cantidades relativamente constantes de productos industriales (sobre todo textiles) en un mercado de capacidad de consumo muy variable. Abrumados por vastos *stocks*, se defienden mal de los navieros-comerciantes norteamericanos, que en barcos más pequeños trasladan *stocks* cuya composición pueden variar de acuerdo con las exigencias del mercado, puesto que sólo en mínima parte actúan como representantes de una industria necesitada de desemboques fijos. Frente a esos rivales, los británicos, tienden cada vez más a continuar las actitudes de los antiguos dominadores del mercado colonial latinoamericano; no es casual que, luego de 1825, se hagan abundantes las tomas de posición británicas sobre Hispanoamérica en que se hace amplia justicia al antiguo régimen.

En muchos aspectos Inglaterra es, en efecto, la heredera de España, beneficiaria de una situación de monopolio que puede ser sostenida ahora por medios más económicos que jurídicos, pero que se contenta de nuevo demasiado fácilmente con reservarse los mejores lucros de un tráfico mantenido dentro de niveles relativamente fijos. La Hispanoamérica que emerge en 1825 no es, sin embargo, igual a la anterior a 1810: en medio de la expansión del comercio ultramarino, ha aprendido a consumir más, en parte porque la manufactura

extranjera la provee mejor que la artesanía local (esos sarapes hechos en Glasgow al gusto mexicano, que son más baratos que los de Saltillo en el mismo Saltillo; esos ponchos hechos en Manchester al modo de la pampa, malos pero también baratos; la cuchillería «toledana» de Sheffield; el algodón ordinario de la Nueva Inglaterra que, antes que el británico, triunfa en los puertos sobre el de los obrajes del macizo andino). Pero al lado de esta conquista del mercado existente, estaba la creación de un mercado nuevo: los años de oferta superabundante llevaban a ventas de liquidación que si podían arruinar a toda una oleada de invasores comerciales, preparaban una clientela para quienes los seguirían. Sin duda, esa ampliación encontraba un límite en la escasa capacidad de consumo popular (un límite tanto más significativo por cuanto -contra lo que quieren tenaces prejuicios retrospectivos- buena parte de las nuevas importaciones son, en efecto, de consumo popular); la expansión de las de tejidos de algodón, que explica el mantenimiento del nivel total de las importaciones, se debe sobre todo al descenso secular del precio de esos tejidos.

Esa ofensiva industrial superó la resistencia de las artesanías locales, y toda una literatura nostálgica no se fatiga de evocar esa derrota, que fue, sin embargo, menos total y menos inmediata de lo que ella supone. Pero quizá su consecuencia más grave no fue ésa; el aumento de las importaciones, al parecer imposible de frenar (una política de prohibición no sólo era impopular, sino que privaba a los nuevos estados de las rentas aduaneras que, por presión de los terratenientes, se concentraban casi siempre en la importación y constituían la mayor parte de los ingresos públicos), significaba un peso muy grave para la economía en su conjunto, sobre todo cuando no se daba un aumento paralelo e igualmente rápido de las exportaciones. Las dificultades se presentaron aún más dramáticamente porque el interés principal de los nuevos dueños del mercado, como el de los anteriores, era obtener metálico y no frutos; ahora la fragmentación del antiguo imperio había separado a zonas enteras de sus fuentes de metal precioso (es el

caso del Río de la Plata, despojado en quince años de casi todo su circulante); aun en zonas que las habían conservado, el ritmo de la exportación, más rápido que el de producción, podía llevar al mismo resultado: así ocurría en Chile luego de la independencia; productor de plata y oro, el nuevo país no podía conservar la masa de moneda, sin embargo tan reducida, necesaria para los cambios internos.

Pero aun la exportación del circulante era insuficiente para equilibrar los déficits de la balanza comercial. En 1825, a propósito de Guayaquil, un cónsul británico se preguntaba cómo era posible un sistema por el cual, año tras año, el país importaba más de lo que exportaba. Aunque una parte del problema resulta de las valuaciones de aduana, en casi todas partes sistemáticamente bajas para los productos locales, éste está lejos de ser totalmente imaginario. Antes de la época de grandes inversiones, que fue la segunda mitad del siglo XIX, Hispanoamérica parece haber conocido una inversión extranjera menos fácilmente visible, la de una parte de las ganancias comerciales, que se traducía, por ejemplo, en algunas regiones en la compra de tierras por parte de comerciantes extranjeros. Pero esas inversiones no podían ser sino modestas, y por eso mismo el déficit comercial no podía exceder ciertos límites. Eso explica la lentitud con que crecen las importaciones, luego de que en los años revolucionarios se establece su nuevo nivel. Así la economía nos muestra una Hispanoamérica detenida, en la que la victoria (relativa) del productor –en términos sociales esto quiere decir en casi todos los casos del terrateniente– sobre el mercader se debe, sobre todo, a la decadencia de éste y no basta (salvo en ciertas situaciones estrictamente locales) para inducir un aumento de producción que el contacto más íntimo con la economía mundial no estimula en el grado que se había esperado hacia 1810; Hispanoamérica aparece entonces encerrada en un nuevo equilibrio, acaso más resueltamente estático que el colonial.

La parte que por acción y sobre todo por omisión tenía en el establecimiento de ese equilibrio la economía de las nuevas

metrópolis parece muy grande. Pero al lado de ella es preciso tomar en cuenta la que tuvo la política de las naciones que en Iberoamérica llenaban en parte el vacío dejado también en este aspecto por las viejas metrópolis. Desde el comienzo de su vida independiente, esta parte del planeta parecía ofrecer un campo privilegiado para la lucha entre nuevos aspirantes a la hegemonía. Esa lucha iba a darse, en efecto, pero –pese a las alarmas de algunos de sus agentes locales– la victoria siempre estuvo muy seguramente en manos británicas. Las más decididas tentativas de enfrentar esa hegemonía iban a estar a cargo de Estados Unidos –aproximadamente entre 1815 y 1830– y a partir de esa última fecha, de Francia.

El avance norteamericano se apoyaba en una penetración comercial que comenzó por ser exitosa: desde México a Lima y Buenos Aires, los informes consulares británicos recogidos por Humphreys denuncian, para años muy cercanos a 1825, la magnitud del peligro. Se apoyaba también en una orientación política aún más favorable que la de Gran Bretaña a la causa de los revolucionarios hispanoamericanos; intentó expresarse en el sostén a ciertas facciones revolucionarias (en general las menos moderadas): en Chile como en México, apoyando en un caso a los hermanos Carrera, en el otro a los yorkinos, los agentes consulares de la Unión enfrentaban a los sectores más conservadores, que contaban con el beneplácito británico. En su aspecto político la amenaza norteamericana se desvaneció bien pronto: los bandos que contaron con su simpatía enfrentaron rápidos fracasos; en todas partes –notaban con amargura los agentes norteamericanos– los favores de la diplomacia británica eran buscados ansiosamente y recibidos con agradecimiento, mientras que los de Estados Unidos encontraban una cortés indiferencia. En lo económico, la presencia norteamericana se desvaneció más lentamente: sostenida en un sistema mercantil extremadamente ágil, iba a perder buena parte de sus razones de superioridad cuando se rehiciera sólidamente una red de tráficos regulares; fue, sin embargo, el abaratamiento progresivo de los algodones de

Lancashire el que –al desalojar del mercado latinoamericano a los de Nueva Inglaterra, tanto más rústicos– hizo perder importancia al comercio norteamericano con Hispanoamérica.

La presencia francesa nunca significó un riesgo para el comercio británico: más que concurrente, el comercio francés era complementario del inglés, orientado como estaba hacia los productos de consumo de lujo y semilujo, y secundariamente hacia los de alimentación de origen mediterráneo, en los que Francia tendía a reemplazar a España. Pero el solo hecho de que una gran potencia continental tuviese relaciones más estrechas con Latinoamérica representaba un peligro. Fue la política francesa la que contribuyó a disiparlo: deseosa de afirmar su gravitación, la monarquía de Julio se hizo presente sobre todo a través de conflictos basados en reclamaciones en extremo discutibles; en México pudo salir con la suya en 1838; en el Río de la Plata iba a obtener, con mucho más esfuerzo, un éxito más limitado, pero tanto el éxito como el fracaso le enajenaban posibles simpatías hispanoamericanas; esa política agresiva y a la vez vacilante no ofrecía una alternativa válida a la más discreta hegemonía británica.

Éste es, en efecto, el dato dominante en la constelación internacional en que se mueve Latinoamérica. Afirmada vigorosamente durante la guerra de la Independencia (sobre todo en los años iniciales, en que el aislamiento respecto de la antigua metrópoli y de la entera Europa napoleónica –y junto con él la guerra anglonorteamericana– hacen de la Gran Bretaña el único poder externo que puede gravitar en la revolucionada Hispanoamérica, a la vez que la metrópoli efectiva de Brasil en que la corte portuguesa ha encontrado refugio) esa hegemonía se ha de consolidar en los años posteriores a 1815, en los que, sin embargo, no faltan tentativas de reconciliación de la Hispanoamérica revolucionaria y la Europa restaurada (ése es uno de los sentidos de los proyectos monárquicos). La intransigencia de España y la debilidad de las monarquías continentales los frustran; Gran Bretaña tiene ahora, como integrante de pleno derecho de la Europa de la restauración, una situación envidiable; más que nunca los revolucionarios se disputan su buena voluntad, de la que depende su propia supervivencia. La diplomacia británica se deja adular y utiliza su posición para consolidar los intereses de sus súbditos, amenazados, luego de 1815, por una ola de impopularidad creciente. En la década siguiente va a consolidar aún más esa situación privilegiada, haciendo pagar el reconocimiento de la independencia de los muchos estados con tratados de amistad, comercio y navegación que recogen por entero sus aspiraciones. En ese momento la hegemonía de Inglaterra se apoya en su predominio comercial, en su poder naval, en tratados internacionales. Pero se apoya también en un uso muy discreto de esas ventajas: la potencia dominante, que protege mediante su poderío político una vinculación sobre todo mercantil y que no desea participar más profundamente en la economía latinoamericana, arriesgando capitales de los que no dispone en abundancia, se fija objetivos políticos adecuados a esa situación.

En primer lugar no aspira a una dominación política directa, que implicaría gastos administrativos y la comprometería en violentas luchas de facciones locales. Por el contrario, se propone dejar en manos hispanoamericanas, junto con la producción y buena parte del comercio interno, el costoso honor de gobernar esas vastas tierras. No quiere decir eso que no tenga también en este aspecto puntos de vista muy firmes, ni que se inhiba de hacer sentir su poder para imponerlos. Pero en cuanto a esto, hay que tener en cuenta ante todo que los esfuerzos británicos por imponer determinadas políticas serán siempre limitados: a falta de un rápido éxito suelen ser abandonados, dejando en situación a menudo incómoda a quienes creyeron contar incondicionalmente con el apoyo de Gran Bretaña. No hay que olvidar tampoco que las aspiraciones políticas de Gran Bretaña en Latinoamérica están definidas por el tipo de interés económico que la vincula con estas tierras. Su política es sólo muy ocasionalmente (en

algunos grandes conflictos) la de su cancillería de Londres; más frecuentemente es la de sus agentes, identificados con grupos de comerciantes que aspiran sobre todo a mantener expeditos los circuitos mercantiles que utilizan; en términos más generales, a mantener el *statu quo* si éste asegura razonablemente la paz y el orden interno. Salvo excepciones (cada vez más contadas a medida que se avanza en el tiempo), una extrema cautela es el rasgo dominante de una política así concebida.

Esta cautela explica la preferencia inglesa por el mantenimiento de la fragmentación política heredada de la revolución, que suele atribuirse al deseo de debilitar a los nuevos estados. Por el contrario, cada vez que una reorganización política en unidades más vastas pareció posible, ésta contó con el beneplácito británico, que no faltó ni a los proyectos de Bolívar ni a los menos ambiciosos protagonizados por Santa Cruz. Sin duda, frente al conflicto argentino-brasileño Inglaterra impuso en 1828 una solución que se apartaba de esta línea, creando un estado-tapón, y sus dirigentes no dejaron entonces de tomar en cuenta las ventajas que derivarían para sus intereses en el Río de la Plata, imposible desde entonces de clausurar por voluntad unilateral de una potencia. Pero al lado de estas consideraciones estaba la de que esa solución era la única que podía devolver rápidamente la paz y un comercio no perturbado al Atlántico sudamericano. Esta última consideración parecía ser, en todos los casos, la decisiva: si, contra lo que quieren reconstrucciones históricas demasiado fantasiosas, Inglaterra no tenía motivo para temer la creación de unidades políticas más vastas, que ofrecieran a su penetración comercial áreas más sólidamente pacificadas (y el ejemplo de Brasil muestra suficientemente que, en efecto, la relación de fuerzas le permitía encarar con serenidad las veleidades de política autónoma que podrían surgir en esas supuestas grandes potencias), tenía en cambio motivos sobrados para temer que esos proyectos fuesen irrealizables, que su último fruto fuese la anulación de los esfuerzos por imponer algún orden a

las unidades más pequeñas en que espontáneamente se había organizado la Hispanoamérica postrevolucionaria.

Esa política prudente explica que la hegemonía inglesa haya podido seguir consolidándose cuando algunas de sus bases comenzaban a flaquear: si a mediados de siglo el comercio y la navegación británicos siguen ocupando el primer lugar en Latinoamérica, están ya muy lejos de gozar del cuasi monopolio de los años posteriores a la revolución. Pero, pese a la multiplicación de conflictos locales, el influjo inglés, que en líneas generales no combate, sino apoya a los sectores a los que las muy variadas evoluciones locales han ido dando el predominio, es a la vez favorecido por éstos. Es en este sentido muy característica la diferencia que un gobernante gustoso de identificarse con la causa de América frente a las agresiones europeas, el argentino Juan Manuel de Rosas, establece entre las francesas –a las que responde con una resistencia obstinada, seguro de que la victoria será el premio de su paciencia– y las británicas, frente a las cuales busca discretamente soluciones conciliatorias, convencido como está de que a la postre Gran Bretaña descubrirá dónde están sus intereses en el Río de la Plata, y de que, por otra parte, no bastaría la resistencia más tenaz para borrar el influjo británico de esa comarca. El mismo deseo de esquivar una ruptura total se manifiesta en Brasil, cuyos dirigentes resistieron, sin embargo, con tenacidad sin igual las pretensiones británicas en torno a la supresión de la trata de negros: a lo largo de conflictos que se prolongaron durante decenios y que llevaron en algún momento a la interrupción de relaciones diplomáticas, el abandono de la órbita británica seguía siendo, para los dirigentes brasileños, un proyecto imposible.

Su fuerza y el uso moderado que de ella hace contribuyen a hacer de Inglaterra la potencia dominante; a mediados del siglo XIX parece surgir en el horizonte latinoamericano el influjo de otra: es de nuevo Estados Unidos, cuya huella queda inscrita en la guerra mexicano-norteamericana, y más discretamente en el breve florecer del anexionismo cubano, y cuyo

nuevo papel parece reconocido por Gran Bretaña (por lo menos para la América Central) en el tratado de 1850, que prevé una solución concertada para el problema del canal interoceánico. Pero el sentido de la presencia norteamericana es doble. Hay, por un lado, la voluntad de expansión territorial de regiones consagradas a una economía agraria, divididas entre sí por el problema del trabajo servil; en particular, el sur esclavista debe expandirse o perecer, y la guerra de México es su triunfo, como la anexión de Cuba es su proyecto. En ese aspecto la presencia norteamericana se traduce pura y simplemente en un avance sobre la frontera de las tierras iberoamericanas. Hay también el esbozo de una relación nueva, que no por casualidad se da en esa América Central, a la que el descubrimiento del oro californiano transforma en eje de las comunicaciones de la ampliada área económica; en este aspecto la presión estadounidense (destinada a disminuir temporariamente al completarse la red ferroviaria entre el Atlántico y el Pacífico) anuncia, pero todavía de lejos, un futuro que sólo ha de madurar a comienzos del siglo XX, en un marco muy distinto del que encierra a Latinoamérica entre la emancipación y los años centrales del siglo XIX.

Este marco es, por el momento, muy rígido; los datos de la realidad hispanoamericana y los de la economía metropolitana coinciden en provocar una estabilidad en la penuria, muy distinta de las renovaciones esperadas en la aurora de la revolución; la nueva potencia dominante, al tomar en cuenta esa situación e introducirla como postulado esencial de su política, contribuye a consolidarla. Mientras tanto Hispanoamérica espera, cada vez con menores esperanzas, el cambio que no llega. Hacia la década del cuarenta, definitivamente alejada la posibilidad de una restauración del antiguo orden, la nostalgia de sus blandas excelencias puede ser reconocida por conservadores e innovadores a la vez como un sentimiento muy arraigado en la opinión hispanoamericana. Es que entre los cambios traídos por la independencia es fácil sobre todo advertir los negativos: degradación de la vida administrativa, desorden y militarización, un despotismo más pesado de soportar porque debe ejercerse sobre poblaciones que la revolución ha despertado a la vida política, y que sólo deja la alternativa, a la vez temible e ilusoria, de la guerra civil, incapaz de fundar sistemas de convivencia menos brutales. En lo económico, desde una perspectiva general hispanoamericana, se da un estancamiento al parecer invencible: en casi todas partes los niveles de comercio internacional de 1850 no exceden demasiado a los de 1810; este indicador, particularmente sensible a cambios inducidos a partir del contacto con el resto del mundo, lo dice casi todo. Pero esa situación general conoce variaciones locales muy importantes, que se relacionan, más bien que con la diferente intensidad del desorden intenso, con las características –esbozadas ya antes de 1810– de las distintas economías regionales. Venezuela, que ha combatido reiterada y ferozmente su guerra de Independencia en su propio territorio, o el Río de la Plata, que la ha combatido fuera de él, pero ha conocido luego guerras civiles, bloqueos internacionales y largas etapas de desorden, logran retomar y superar los niveles de los más prósperos años coloniales; Venezuela en su agricultura, y el Río de la Plata en su ganadería tienen, desde antes de 1810, el germen de una estructura económica orientada a ultramar, que compensará las desventajas del nuevo clima político-social con las ventajas que le aporta la nueva organización comercial, y así podrá afirmarse. En cambio Bolivia, Perú y sobre todo México, cuya economía minera ha sufrido de muchas maneras el impacto de la crisis revolucionaria, y requeriría aportes de capitales ultramarinos para ser rehabilitada, no logran reconquistar su nivel de tiempos coloniales: la producción mexicana de plata desciende a la mitad de la cifra alcanzada en las últimas décadas coloniales; en 1810 el virreinato de México exportaba por valor cinco veces mayor que el del Río de la Plata, y a mediados de siglo ambas exportaciones se han nivelado, aunque ya no salen de Buenos Aires los retornos de plata altoperuana; comparación todavía más impresionante: en cuarenta años la riqueza ganadera de

la pampa rioplatense, que antes de 1810 había sostenido exportaciones por valor del 4 por 100 de las de plata mexicana, está cerca de igualarse con ellas: ha decuplicado su valor, mientras el de ésta –como se ha señalado– se ha reducido a la mitad.

Entre estos casos extremos se sitúa la mayor parte de las regiones hispanoamericanas, cuya evolución es menos rica en altibajos. En algunas de ellas hemos de ver reproducirse, en escala reducida, los contrastes que se acaban de descubrir para Hispanoamérica. Así, en América Central ese admirable observador que fue Stephens pudo encontrar en casi todas partes una economía a la que la falta de desemboques para su producción y la falta de capitales para acrecerla hacían estática: en Honduras, en Nicaragua, en el litoral costarricense del Pacífico, hacendados dueños de tierras vastas como provincias europeas vivían en la escasez sobre esas riquezas ilusorias, que era imposible explotar adecuadamente. Pero en la meseta central de Costa Rica pudo ver el comienzo de la expansión del café; propietarios a los que sus vecinos vaticinaban próxima ruina utilizaban las ganancias de cosechas anteriores, instaladas en Europa, para plantar más y más cafetales, y lejos de arruinarse se encontraban cada vez más ricos: ese diminuto rincón centroamericano había encontrado –como el Río de la Plata o Venezuela– la nueva fórmula de prosperidad, en una economía exportadora ligada al mercado ultramarino. En otras partes el mismo proceso se da de modo más lento: es el caso de Nueva Granada, donde el aumento de las exportaciones de cueros (fruto de la ganadería de la sabana) llena, en parte, la brecha abierta por la crisis de la minería; es más acentuadamente el caso de Chile, que –habiendo obtenido en el reajuste del comercio hispanoamericano acceso directo al mercado metropolitano– también completa con exportaciones de cueros las derivadas de una minería que, desde 1830, retoma su ritmo ascendente y que ha agregado a los metales preciosos el cobre (que ya desde mediados de la década del veinte supera en valor a plata y oro sumados y sólo será devuelto a segundo plano por la expansión de la plata de la década siguiente). Es entonces la Hispanoamérica marginal, la que en tiempos coloniales estaba en segundo plano, y sólo comenzaba a despertar luego de 1780, la que resiste mejor las crisis brutales del período de emancipación; junto con el Río de la Plata, Venezuela, Chile, Costa Rica, también las islas antillanas, que han permanecido bajo dominio español, prosiguen su avance económico; sobre todo Cuba, beneficiada por la crisis que la emancipación de los esclavos produce en la economía azucarera de las Antillas inglesas (y por el liberalismo comercial que España aplica a lo que resta de su imperio, para salvarlo de la agresividad de las potencias económicamente dominantes), expande su producción de azúcar; entre 1815 y 1850 el volumen de las exportaciones azucareras cubanas más que cuadruplica (pasando de algo más de 40.000 toneladas a las 200.000) y su valor más que duplica.

Junto con esa Hispanoamérica dinámica, que se superpone casi totalmente con que ha comenzado a expandirse en la segunda mitad del siglo XVIII, también Brasil supera sin dificultades económicas inmediatas la crisis de independencia: del mismo modo que en Cuba también aquí la crisis azucarera de las West Indies significa un estimulo inmediato: el nordeste azucarero conoce un retorno de prosperidad; al mismo tiempo, el extremo sur ganadero repite, en tono menor, la expansión de su vecino meridional, el Río de la Plata. Ese crecimiento en los extremos crea desequilibrios que han de repercutir en la vida política brasileña; si el imperio logra sobrevivir, el Brasil independiente sólo adquirirá una cierta cohesión cuando el café vuelva a colocar al centro del país en el núcleo de su economía. Esos desequilibrios están agravados porque el renacido nordeste azucarero conserva todo su arcaísmo: como antes, depende para sobrevivir de una mano de obra esclava que sólo la importación puede mantener en nivel adecuado (puesto que, al revés de lo que ocurre en el Sur norteamericano, el Brasil del azúcar no es capaz de producir internamente los esclavos que llenen los huecos creados por la muerte en la

fuerza de trabajo disponible). Bajo el predominio del norte azucarero, Brasil debe sostener una lucha tenaz, pero de resultado necesariamente negativo, con una Inglaterra dispuesta a abolir la trata: aunque en la primera mitad del siglo XIX las importaciones de esclavos africanos son mayores que en cualquier época anterior, la crisis del sistema se avecina inexorablemente. Al mismo tiempo, absorbido en la defensa de su economía esclavista, Brasil cede paulatinamente en los otros puntos de conflicto con la potencia hegemónica: el tratado de 1827 reiteraba sustancialmente los términos del arrancado a Portugal en 1810; apertura del mercado brasileño a la importación británica, sin defensa para ningún rubro de producción local; mantenimiento de jurisdicciones especiales para los británicos residentes en Brasil... Pese a todo ello, a partir de 1845 Gran Bretaña pasa a reprimir la trata por la violencia; sólo cuando se resigna a eliminarla, Brasil recupera la posibilidad de una política en otros aspectos más independiente de la tutela británica. Entretanto, se ha constituido en el principal mercado latinoamericano para Gran Bretaña; sus importaciones alcanzan bien pronto el nivel de los cuatro millones de libras anuales (cuatro veces las del Río de la Plata). Los resultados son los esperables: déficit comercial, desaparición del circulante metálico, penuria de las finanzas (agravada porque tampoco en el Brasil imperial, pese a la levedad de la crisis de independencia, mantener el orden interno es empresa sencilla).

Para esa situación inesperadamente dura, América latina fue elaborando soluciones (de política económico-financiera; de política general) que sólo lentamente iban a madurar. Allí donde la crisis fue, a pesar de todo, menos honda, las soluciones fueron halladas más pronto, y significaron transformaciones menos profundas. Ninguna adaptación al nuevo orden de cosas fue en ambos aspectos más exitosa que la brasileña; y el imperio terminó por ser, para la republicana América española, un algo escandaloso término de comparación sobre el

cual podía medir su propio fracaso. Ese éxito tenía algunos secretos: el viejo orden era en **Brasil** más parecido al nuevo que en Hispanoamérica; una metrópoli menos vigorosa, y por lo tanto menos capaz de hacer sentir su gravitación; un contacto ya entonces directo con la nueva metrópoli económica, un peso menor de los agentes de la Corona respecto de poderes económico-sociales de raíz local acostumbrados a imponerse, eran todos rasgos que en el Brasil colonial anticipaban el orden independiente. Las transformaciones eran sin embargo, indudables, y la transición difícil. La creación de un parlamento tenía, de modo menos violento, consecuencias comparables a la militarización de Hispanoamérica: en él las clases terratenientes de un país abrumadoramente rural debían predominar, y para evitarlo, la Corona debía emplear de modo muy discutible sus poderes. Un liberalismo brasileño, vocero sobre todo de las distintas aristocracias locales (la azucarera del norte, las ganaderas del centro y del extremo sur) choca con un conservadurismo urbano, comprometido por la presencia en sus filas de los portugueses que dominan el pequeño y mediano comercio de los puertos y representado sobre todo por funcionarios herederos de la mentalidad –a menudo más esclarecida que la de sus rivales los grandes señores liberales– del antiguo régimen. Sin duda, entre esos adversarios el equilibrio era posible: misión de la Corona era asegurar con su influjo algún poder al sector conservador y, a la vez, arbitrar entre ambos. Para ello contaba básicamente con el apoyo del ejército, sólo lentamente nacionalizado y mezclado –no por casualidad– de cuerpos mercenarios europeos.

Aun así, su tarea no era fácil: el emperador Pedro I iba a fracasar sustancialmente en ella; terminó por quedar identificado con los sectores que en el nuevo Brasil mantenían la nostalgia del absolutismo y de la unión con Portugal. Antes había tenido tiempo de lanzar al imperio a la primera de sus aventuras internacionales: la guerra del Río de la Plata por la posesión de la Banda Oriental, rebautizada Provincia Cisplatina e incorporada como tal al imperio brasileño, luego de haber

sido ocupada, a partir de 1816, por tropas portuguesas. La guerra -fruto de una rebelión de la población local, que obligó al Gobierno de Buenos Aires a apoyarla luego de ganar el control de la mayor parte del territorio disputado- provocó una alineación de fuerzas sólo aparentemente paradójica. Si la Corona, apoyada en el ejército y mal arraigada en el país, deseosa por lo tanto de evitar una humillación internacional que podía serle fatal, quería una lucha conducida hasta la victoria, su belicismo encontraba eco muy limitado en los sectores conservadores; en cambio los liberales (sobre todo los del Sur) adoptaban con entusiasmo una política que satisfacía sus intereses regionales (representados muy concretamente por los hacendados riograndenses que estaban haciéndose dueños de tanta parte de la campaña del Uruguay). He aquí una secuencia que aún ha de repetirse: la Corona tenderá a encontrar un terreno de acuerdo con fracciones liberales, en una política exterior más aventurera que la deseada por los sectores urbanos, que apoyan habitualmente a los conservadores.

En todo caso la guerra no es un éxito; derrotado por tierra, Brasil ahoga económicamente a su enemigo mediante el bloqueo de Buenos Aires; debe finalmente aceptar la mediación inglesa y la solución que Gran Bretaña ha propuesto desde el comienzo: la independencia de la Banda Oriental, que desde 1828 se constituye en nuevo estado republicano. Entretanto, Brasil, necesitado de la buena voluntad británica, ha hecho concesiones sustanciales en los tratados de 1825 y 1827, sobre trata negrera y comercio y navegación. Entretanto, también, la guerra le ha permitido descubrir un instrumento financiero que, censurado enérgicamente por todos, y contrario a las buenas doctrinas económicas, se revela, sin embargo, indispensable: el papel moneda. En la inflación se descubre la solución conjunta para los problemas de un estado en perpetua miseria y los de una economía en perpetuo déficit de intercambio: entre 1822 y 1846 el milreis pierde la mitad de su valor, pasando de 61,50 a 27 peniques; las consecuencias del proceso se agravan porque se da en clima caótico, con multiplicación de bancos de emisión, creación de nuevas monedas metálicas de valor inferior al declarado, y clandestinamente empobrecidas aun más por el Gobierno que las acuna, falsificaciones frecuentes... Pese a todo ello, la inflación permite eludir crisis aun más graves. En otro aspecto, su adopción es significativa: marca el triunfo de los intereses rurales sobre los urbanos; entre los primeros son, sobre todo, los terratenientes del Norte y del Sur, dependientes del mercado internacional, los más favorecidos; entre los segundos es aún más perjudicada que los comerciantes la masa de asalariados (la clase media, que en el imperio esclavista es más nutrida que la clase baja libre). El descontento urbano, que enfrenta el duro orden conservador mantenido por el imperio, adquiere signo liberal; capaz de buscar salida subversiva, será un nuevo instrumento de extorsión en manos del liberalismo más moderado de base rural.

Así las cosas, no es extraño que la vida política del imperio haya sido agitada. En 1831 don Pedro I decide trasladarse a Portugal, a luchar contra la rebelión absolutista de don Miguel y asegurar la sucesión para su hija María de la Gloria. Su retiro es una implícita confesión de fracaso, y marca el comienzo del imperio parlamentario. Los alcances de la innovación son limitados por el hecho de que si el gabinete requiere el apoyo de la mayoría parlamentaria, es a la vez capaz -contando con el apoyo de la Corona- de conquistar esa mayoría en elecciones suficientemente dirigidas. Pero es indiscutible que el nuevo orden da lugar más importante al liberalismo; la reforma de la carta daba en 1832 mayor autonomía a las provincias, y ese esbozo de federalismo era aún más favorable al partido antes opositor que el parlamentarismo. Entre 1831 y 1840 la regencia iba a intentar frenar el proceso centrífugo, mientras enfrentaba alzamientos disidentes en el Norte y el Sur (desde 1835 Río Grande do Sul está en guerra civil, conmovido por un alzamiento republicano). Pero -rasgo muy notable del orden político brasileño- el liberalismo puede ser alternativamente revolucionario y constitucional; sus adver-

sarios prefieren no obligarlo a renunciar a sus ambigüedades, temerosos de terminar con la unidad brasileña. En 1840, la declaración de mayoría de don Pedro I, entonces de quince años, significó un triunfo liberal, bien pronto anulado por la voluntad del monarca de asegurarse un papel de árbitro en el ritmo de alternancia de los partidos.

En 1845 era vencida la revolución riograndense, y sus jefes entraban a ocupar lugares importantes en el orden imperial restaurado; en 1848 una revolución nordestina, esencialmente urbana, era fácilmente sofocada. Desde entonces la fuerza de las cosas mismas, y la acción tenaz de la Corona, iban a destruir la rivalidad (y junto con ella la cohesión interna) de los partidos: vocero de fuerzas locales, que una vez tutelados sus intereses inmediatos eran indiferentes a la gran política, el parlamento iba a proporcionar apoyo a una elite de políticos formados en él, pero deudores del poder a la Corona y al ejército, al que las guerras civiles de la década del cuarenta habían dado una fuerza nueva en el panorama interno.

Esa atenuación de los conflictos políticos, si no significaba necesariamente un triunfo del liberalismo, implicaba, en cambio, el de los sectores sociales que habían comenzado por identificarse con éste. Había sido facilitada porque, en las décadas agitadas de 1830 y 1840, esos sectores y sus rivales habían encontrado un terreno de unión en la resistencia a la supresión de la trata. El mantenimiento de ésta era esencial para la economía azucarera del norte y del litoral del centro; el comienzo de la expansión del café (que se insinuaba en Río de Janeiro antes de encontrar su tierra de elección en San Pablo) también se apoyaba en el trabajo esclavo. Al mismo tiempo, el comercio de esclavos, al que la persecución británica hacía a la vez más azaroso y más lucrativo, ofrecía un oportuno desquite a los comerciantes portugueses de las ciudades litorales, marginados del gran comercio europeo por los británicos. Pero hacia fines de la década del cuarenta, esta comunidad de intereses comenzó a quebrarse: si la persecución creciente de la trata hacía al comercio de esclavos aún más lucrativo, ponía

a la vez en crisis a la agricultura que utilizaba esa mano de obra cada vez más costosa; esa creciente divergencia de destinos e intereses puso fin a la mansa rebelión de los parlamentarios contra sus líderes que –conservadores o liberales– coincidían en pedir medidas eficaces contra la trata; éstas llegaron finalmente en 1851. En 1840 el senador paulista Vergueiro había comenzado a explotar tierras de café utilizando colonos libres, a los que reconocía la mitad del fruto de la cosecha; el centro de Brasil comenzaba así a explorar un nuevo camino, y aun el norte azucarero debía buscarlo para sobrevivir, puesto que la agricultura esclavista se estaba haciendo económicamente imposible.

El núcleo de Brasil comienza a apartarse de nuevo del nordeste azucarero; la reconciliación en una síntesis política en que el liberalismo es cada vez más el elemento dominante, se traduce en una nueva concesión a las fuerzas regionales del Sur. Vuelto desde 1845 al escenario rioplatense, gracias al fin de la secesión riograndense, Brasil intenta orientar el dinamismo de los dirigentes del extremo sur hacia metas de expansión y no de secesión. Desde 1851, en alianza con el Gobierno uruguayo encerrado en Montevideo y con los gobernadores disidentes de las provincias argentinas de Entre Ríos y Corrientes, organiza una campaña que, a comienzos de 1852, logra derribar a Rosas, gobernador de Buenos Aires y figura dominante del panorama rioplatense. Desde entonces hasta 1870, el imperio volverá a tener participación muy activa en los asuntos de los vecinos del Sur; si a la postre los frutos de su acción se revelarán muy magros, haberla emprendido revela ya el vigor alcanzado por el Brasil imperial a mediados del siglo XIX; aunque la expansión de su economía ha sido relativamente lenta (las exportaciones han pasado, entre la tercera y la quinta década del siglo, de un promedio anual de casi cuatro millones de esterlinas a uno de casi cinco millones y medio; en el mismo plazo las importaciones han subido de algo más de cuatro millones a seis millones), más lenta por cierto que la de la población (casi cuatro millones, de los cua-

les algo más de un millón de esclavos, en 1825; ocho millones, de los cuales dos millones y medio de esclavos, en 1850), hay, sin embargo, en ella ciertos avances que, junto con la estabilidad política, explican el prestigio que el Brasil imperial conquista en Hispanoamérica. Ese Brasil ha sido la base primera de la penetración comercial europea hacia el Río de la Plata y Chile; se esboza a partir de 1810 el surgimiento de una metrópoli secundaria, destinada sin embargo a no madurar; en todo caso, hasta veinte años después de 1810 Río de Janeiro hace, frente a Buenos Aires y Valparaíso, papel de mercado de distribución. Junto con el mayor volumen comercial se da alguna mayor madurez en la estructura financiera: Brasil tiene un sistema bancario antes de que sus vecinos hispánicos lo puedan tener de modo estable; y luego de 1851, junto con los hacendados riograndenses, es el mayor banquero de Río de Janeiro, el barón y luego vizconde de Mauá, quien extiende sus actividades (sólo nominalmente independientes respecto del centro financiero de Londres) hacia Uruguay y Argentina. Esos avances, como los de la política brasileña, serán efímeros, pero por el momento parecen confirmar la superioridad de la solución neoportuguesa frente a la neoespañola, luego de la crisis de la emancipación. Frente al éxito imperial -por limitado que se quiera- Hispanoamérica parece no poder exhibir sino un balance en que los fracasos predominan abrumadoramente.

El inventario de esos fracasos se ha hecho muchas veces; la primera consecuencia de ellos suele buscarse en la fragmentación política de Hispanoamérica, que se contrapone a la unión de la América portuguesa, salvada a pesar de la crisis que abundaron en el siglo XIX brasileño. Pero esta conclusión es muy discutible: baste observar que la estructura colonial portuguesa había creado un Brasil unido, y la española había ya dividido a las Indias en muy variadas jurisdicciones administrativas. Esa diferente organización colonial refleja a su modo datos que le son previos: Brasil era gobernado todo él por un solo virrey porque podía serlo, pese a la sumaria orga-

nización administrativa portuguesa; gobernar desde un sólo centro las tierras que van desde California a Buenos Aires era demasiado evidentemente imposible. La guerra de Independencia había confirmado las divisiones internas de la Hispanoamérica colonial, y había creado otras: fueron sus vicisitudes las que hicieron estallar la unidad -por otra parte tan reciente- del virreinato del Río de la Plata. Sólo en América Central el proceso de fragmentación iba a proseguir luego de 1825, con la disolución de las Provincias Unidas de Centroamérica en 1841 y con la separación de Panamá de Colombia, producida en un contexto muy diferente y ya en el siglo XX. Más que de la fragmentación de Hispanoamérica habría entonces que hablar, para el período posterior a la independencia, de la incapacidad de superarla. Esta incapacidad se pone de manifiesto a través del fracaso de las tentativas de reorganización que intentan evadirse del marco estrecho de los nuevos estados, herederos del marco territorial de los viejos virreinatos, presidencias y capitanías: la más importante es, desde luego, la de Bolívar.

Pero ésta implica algo más que un intento de agrupar en un sistema político coherente a Hispanoamérica en torno de Colombia; es a la vez una tentativa de equilibrar los aportes revolucionarios y los del viejo orden, en la que se refleja el pensamiento de Bolívar frente a la realidad postrevolucionaria. El Libertador seguía siendo hostil a la monarquía; a la aversión de principio se agregaba ahora, luego del derrumbe del poder napoleónico, la seguridad de que -como decía con vocabulario maquiavélico- «no hay poder más difícil de mantener que el de un príncipe nuevo». El fracaso de Napoleón le interesaba, además, porque veía en la «liga de los republicanos y los aristócratas» que lo había enfrentado una prefiguración de las resistencias que él debía enfrentar desde Caracas hasta Potosí. En particular por los que llamaba jacobinos (secuaces demasiado consecuentes de ideologías a menudo más moderadas que las de la montaña) iba a profesar una aversión destinada a no desarmarse, que recordaba la de su reticentemente admira-

do modelo por los ideólogos: a las tendencias utópicas de éstos contraponía Bolívar su propio realismo, duramente aprendido a lo largo de su carrera de revolucionario. Pero si ese realismo se manifestaba en diagnósticos muy precisos y lúcidos de los problemas hispanoamericanos, las soluciones, buscadas a tientas, no siempre parecían mucho más practicables que la de los republicanos intransigentes; también las repúblicas que Bolívar organizó podrían llamarse, como él llamó burlonamente a las sonadas por sus rivales, «repúblicas aéreas».

En lo político, la solución la encontraba Bolívar en la república autoritaria, con presidente vitalicio y cuerpo electoral reducido; al asegurar un estable predominio a las elites de raíz prerrevolucionaria, ese régimen encontraría, según Bolívar, modo de arraigar en Hispanoamérica. Sobre esas líneas organizó a la república de Bolivia, que le rogó se transformase en su Licurgo; la constitución boliviana fue introducida en 1826 en Perú, en reemplazo de la excesivamente liberal de 1823; como ya era esperable, fue Bolívar el primer presidente vitalicio de Perú. Ese mismo año volvía a Colombia, en la que Páez había levantado a la sección venezolana. Reconciliado con el caudillo llanero, se halló cada vez más distante de Santander, que en su ausencia había intentado sofocar el alzamiento venezolano. Por otra parte, la constitución de Cúcuta, vestigio de una etapa remota de la revolución hispanoamericana, ya no le satisfacía; la convención de Ocaña, convocada para reformarla, incluía, sin embargo, demasiados adversarios del autoritarismo bolivariano, y sus adictos prefirieron retirarse de ella. Entretanto la ruptura entre Bolívar y Santander se había tornado total; el primero achacaba al segundo participar en conspiraciones, el segundo adoptaba progresivamente la posición de defensor intransigente de la legalidad republicana, que en el pasado lo había encontrado menos entusiasta. Finalmente, un pronunciamiento de altos funcionarios y militares dio todos los poderes en Colombia a Bolívar, que los aceptó; unos meses después salvó casi milagrosamente la vida de un atentado organizado por la oposición bogotana.

Mientras tanto su predominio en el Sur se derrumbaba; en Bolivia y en Perú se le identificaba con la presencia de las tropas colombianas, que por su parte estaban fatigadas de su papel de guardianes del orden nuevo en tierras tan remotas. Fueron éstas las que, alzándose en Lima, pusieron fin al régimen vitalicio en Perú; una comisión de vecinos declaró restaurada la constitución de 1823, meses después una constituyente haría presidente de Perú al general Lamar, militar de carrera y realista hasta 1821, que estaba destinado a ser el ejecutor dócil de las voluntades de la mayoría parlamentaria, en que volvían a encontrarse los sobrevivientes de la elite limeña. En Bolivia la posición de Sucre –presidente vitalicio– se debilitó inmediatamente; una revolución que recibió incitaciones de Perú, y en la que participaron algunos de sus subordinados, lo eliminó del poder; un ejército peruano, al mando del general Gamarra (otro antiguo jefe realista), se introdujo en Bolivia para consolidar la victoria sobre el influjo colombiano.

El desenlace fue una guerra entre Perú y Colombia; uno y otro de los adversarios estaban debilitados por la discordia interna (que socavó la organización del ejercito peruano). Luego de unos meses de guerra, y algunas victorias escasamente decisivas de los colombianos, Lamar era derrocado y reemplazado por Gamarra, que contaba con el apoyo del presidente de Bolivia, Santa Cruz, otro de los militares mestizos que, formados en las filas realistas, habían pasado luego a las revolucionarias. Gamarra hizo la paz con Colombia, renunciando a toda pretensión peruana sobre Guayaquil; el sistema bolivariano había perdido así su entero sector meridional. La misma Colombia no sobrevivió al esfuerzo exigido por la guerra peruana: en 1830 Venezuela y Quito volvían a separarse, la primera bajo el comando de Páez, la segunda bajo el de Flores, hasta entonces general leal a Bolívar. El Libertador abandonó el poder, para morir meses después en Santa Marta, de tuberculosis y desesperación. Según su desolada conclusión, querer construir algo en Hispanoamérica había sido como arar en el mar. Sucre, el más fiel de sus secuaces, que un año antes ha-

bía sido asesinado en una celada, había dicho ya lo mismo cuando aún su jefe seguía planeando nuevas construcciones políticas: todas ellas estaban condenadas de antemano, porque los cimientos eran necesariamente de arena y barro...

Esas conclusiones amargas coronan un esfuerzo a la vez grandioso y muy atento a las limitaciones de la realidad. En efecto, Bolívar se había ya desengañado de la posibilidad de cambiar sustancialmente el orden hispanoamericano; aún más que en lo político, en lo económico y social volvió deliberadamente a las prácticas del viejo orden; en Colombia restauró el sistema impositivo colonial, en Perú proclamó, pero no aplicó, la abolición del tributo indígena. Igualmente era Bolívar sensible al nuevo equilibrio mundial de fuerzas en cuyo marco Hispanoamérica llegaba a la independencia, y –contra las tendencias aventureras que llevaban a otros a buscar el apoyo de poderes secundarios y remotos– se manifestaba dispuesto a ganar el apoyo del dominante: con una sinceridad que a otros iba a faltar proclamó una vez y otra que entre las naciones hispanoamericanas y Gran Bretaña se había establecido una relación peculiar, y con el apoyo británico contaba para consolidar ese nuevo orden republicano, que deseaba cada vez más parecido al viejo.

Ese apoyo –muy discretamente otorgado– no iba a faltar a los ambiciosos planes de organización americana de Bolívar; de ellos el más grandioso fue el congreso de Panamá; a este comienzo de liga de los nuevos países americanos –en la que sólo iban a estar presentes los delegados de Colombia, Perú, México y Centroamérica– no iba a seguir, sin embargo, nada; la iniciativa contó desde el comienzo con la hostilidad abierta de Brasil y la apenas disimulada de Buenos Aires y Chile, poco deseosos de incorporarse al sistema bolivariano. Que éste haya contado con la simpatía británica no tiene nada de sorprendente: luego de haber esperado mucho de la ruptura del orden colonial, los intereses británicos tenían motivos para temer que ésta hubiese ido demasiado lejos; una restauración de sus rasgos esenciales no podía disgustarlos. Tampoco les disgusta-

ba el signo republicano que el sistema conservaba: la monarquía, teóricamente preferible, era una aventura aún más riesgosa, que implicaba un acercamiento a las potencias continentales. Nada dañaba a esa simpatía el hecho de que Bolívar se propusiese unificar bajo un influjo a un área muy vasta del antiguo imperio español; se ha visto ya cómo la creencia de que la nueva potencia hegemónica favoreció sistemáticamente la disgregación hispanoamericana carece de fundamento.

Este apoyo no fue bastante para salvar el proyecto bolivariano. ¿Pero por qué fracasaban las tentativas destinadas a romper la fragmentación heredada a la vez de la colonia y la revolución? ¿Por qué fracasó la de Bolívar, que comenzó contando con recursos que nunca volvería a tener ninguno de sus imitadores más tardíos? Retrospectivamente Bolívar iba a declarar imposible su éxito, y junto con él el de toda otra empresa de organización política en Hispanoamérica. Pero no sólo el proyecto bolivariano era –pese a todo su realismo– excesivamente ambicioso: ese realismo era, por añadidura, discutible, en la medida en que se apoyaba en una imagen no totalmente exacta de la realidad postrevolucionaria. En ella impresionaba a Bolívar sobre todo el peso de las supervivencias del antiguo régimen; su realismo consistía en respetarlas para asegurar al nuevo orden base suficiente en comarcas sólo superficialmente tocadas por la revolución. Pero esas supervivencias no se daban únicamente del modo en que las concebía el Libertador: las elites urbanas, a las que buscó ganar entregándoles una parte del poder en las asambleas censitarias, estaban debilitadas por las crisis revolucionarias; las rurales, tocadas por ella en su composición, pero con su poder intacto y aun acrecido, tendían a buscar apoyo en los poderes militares locales, a los que la revolución daba peso decisivo. Bolívar, sin duda, no ignoraba que el orden postrevolucionario era sustancialmente militar; para él, sin embargo, esta característica era efímera, y un orden durable sólo surgiría sobre bases necesariamente aristocráticas cuando, disipada la tormenta, volviesen a aflorar los rasgos esenciales del prerrevolucionario.

El fracaso de Bolívar puede vincularse entonces a este pronóstico errado: contra lo que él creía, las innovaciones aportadas por la guerra de Independencia habían venido para quedarse. Pero se vincula también con una dificultad de orden táctico que no pudo superar: cualquiera fuese su intención a largo plazo, Bolívar se presentaba en Bogotá, en Lima o en Chuquisaca como el representante de ese orden militar con el que no quería identificarse y, por ello mismo, encontraba el recelo de los sectores con los que se proponía compartir el poder; éstos se obstinaban en una oposición a menudo solapada, que encontraba su expresión en ese republicanismo juzgado utópico y, que siéndolo en sus manifestaciones teóricas, era a la vez expresión de fuerzas demasiado bien arraigadas en la realidad. Y los militares en los que Bolívar debía apoyarse se satisfacían cada vez menos con su papel de instrumentos de gobierno destinados a ser mediatizados en el futuro; por otra parte, mantenerse en ese papel les exigía sacrificios demasiado prolongados: significaba, por ejemplo, que las tropas colombianas debían permanecer indefinidamente guardando el orden en comarcas distantes algunos miles de kilómetros de su tierra de origen. No es extraño entonces que en casi todas partes los adversarios y los sostenes de Bolívar se hayan entendido para librarse de la tutela del Libertador; en Perú es la unión de la oposición, a la vez oligárquica y principista, y unos cuantos generales dispuestos a fructuosas transacciones lo que pone fin al ensayo boliviano; en Colombia el legalista Santander y el personalista Páez se reconcilian luego de ese derrumbe que han contribuido por igual a provocar: ese vasto sector de la Hispanoamérica postrevolucionaria, que va desde Caracas hasta Potosí, está comenzando un duro aprendizaje: el de la reconciliación consigo mismo, a partir de la cual podrá ir descubriendo los rasgos todavía secretos del orden postrevolucionario, distinto a la vez del antiguo y del imaginado en los días esperanzados de 1810.

También en el marco más estrecho proporcionado por los nuevos estados la ilusión (que se juzgaba desengañada, pero a

menudo implicaba un infundado optimismo) de que el retorno a un orden parecido al viejo era posible iba a revelarse falaz. Si en casi todas partes estos ensayos de restauración se tradujeron en rápidos fracasos, a los cuales siguió su abandono definitivo, fue en **México** donde, por el contrario, ocuparon buena parte de la primera etapa independiente. Esto no es extraño: en México los últimos tiempos coloniales habían sido aún más prósperos que en el resto de Hispanoamérica, y por otra parte la independencia se había logrado sin que perdieran la supremacía local los que a lo largo de la lucha por ella habían sido sostenes del orden colonial. El conservadurismo mexicano se transforma en el refugio de todos cuantos han sufrido resignadamente la disolución del viejo sistema. Sin duda, el imperio de Iturbide, solución demasiado personalizada a los problemas de la transición a la independencia, se derrumba sin contar con más vivo apoyo de los que serán conservadores que de los futuros liberales. La caída del régimen imperial es fruto de la acción del ejército, convocado por el pronunciamiento de un todavía oscuro jefe veracruzano, Antonio López de Santa Anna, seguido bien pronto no sólo por los oficiales surgidos de los movimientos insurgentes, sino también por muchos de los antiguos realistas, descontentos por la indiferencia con que el emperador, decidido a tomar distancias frente a sus antiguos colegas y limitado en su generosidad por la ruina del fisco, atiende a sus requerimientos. La gravitación del ejército, al que las guerras de independencia han dejado en herencia un demasiado nutrido cuerpo de oficiales y una función inexcusable de guardián del orden interno, se revela decisiva. A la caída del primer imperio sigue la convocación de una constituyente y la elección como presidente de Guadalupe Victoria, que pese a sus inclinaciones liberales intentará guardar un cierto equilibrio frente a las facciones cuya hostilidad crece progresivamente.

En la constituyente y fuera de ella, dos partidos se dibujan: los que ahora se llaman escoceses y los yorkinos. Los primeros, conservadores, tienen su organización apenas secreta en

la logia masónica escocesa, que cuenta con el patrocinio del ministro británico; los segundos, liberales y federalistas, la tienen en la que se ha establecido como filial de la de Nueva York bajo los auspicios del cónsul de Estados Unidos.

Gracias al flujo de capitales de que México aprovechará con preferencia a cualquier otro país hispanoamericano, y que vitaliza con un flujo de libras esterlinas no sólo al insaciable fisco postrevolucionario, que se transforma en deudor de inversionistas de Londres, sino también la minería deshecha por la guerra, los escoceses creen posible una reconstrucción político-social en que Gran Bretaña ocupe el papel análogo al de España, y la aristocracia minera y terrateniente criolla y la mercantil española se reconcilien para apoyar en todo vigor el nuevo orden.

Sin duda, ese orden nuevo será en algunos aspectos distinto del viejo: el ministro británico Ward, que está muy cerca de ese partido, señala que el México independiente deberá seguir importando más que el colonial, puesto que su producción artesanal textil no puede competir con la importada; encuentra la solución en una expansión de la agricultura en tierras calientes, que cree nuevos rubros exportables a ultramar y permita equilibrar la balanza comercial. Pero también para él lo primero en orden de urgencia es restaurar la minería y ordenar las finanzas públicas: sólo la primera, una vez devuelta a la prosperidad, puede ofrecer capitales para la expansión agrícola, y esos capitales buscarán más seguramente ese camino cuando un estado indigente no le ofrezca otro más lucrativo en lo inmediato en la forma del agio, que florece en México como en otras comarcas hispanoamericanas.

Los aliados mexicanos del agudo diplomático no dejaban de tomar en cuenta otros cambios. Eran en primer lugar más sensibles a los derrumbes provocados por la guerra en los sectores dirigentes: para ellos la emigración de los más ricos mercaderes españoles, luego de 1821, no era sólo importante por los más de cien millones de pesos en metálico que según era común creencia se habían llevado consigo: significaba, por

añadidura, un grave debilitamiento de una clase alta ya excesivamente minoritaria. Eran igualmente sensibles a la mayor autonomía de acción de que la experiencia revolucionaria había hecho capaces a los sectores populares; frente a esta innovación, en la que se advertía sobre todo el peligro siempre posible de un violento desborde plebeyo, los escoceses tendían a contemplar con indulgencia el peso creciente del ejército en las finanzas mexicanas. En cambio, eran menos comprensivos frente a las apetencias de esos sectores medios que, en la capital y en las ciudades de provincia, esperaban ubicarse en las estructuras administrativas del nuevo estado. Ward, que como ellos veía en esas apetencias el sentido último del federalismo, aconsejaba recogerlas; el precio que con ello se pagaría por la paz era en suma moderado. Los escoceses no estaban tan seguros; en la proliferación de políticos de clase media veían no sólo una carga para el fisco, sino aún más un riesgo de radicalización política.

Y no se equivocaban; el liberalismo terminó por hacer suya una exigencia a la vez más popular y disruptiva que la federal: era la expulsión de los españoles peninsulares. Sin duda –tal como objetaban sus adversarios– los más ricos se habían marchado ya; quedaban sobre todo pequeños hacendados y comerciantes de aldea en los que era imposible ver un peligro político. Pero precisamente eran esos españoles menos prósperos los más aborrecidos por la plebe, que tenía contacto directo y cotidiano con ellos. La agitación en favor de la expulsión de los españoles devolvía a la escena mexicana a esa plebe que los herederos de la independencia habían mantenido cuidadosamente al margen; la convocaba a la acción en favor de un proyecto que significaba el despojo de algunos relativamente ricos en favor de otros más pobres; el retorno a un desorden generalizado, animado por un recrudecimiento de las tensiones entre los que tenían y los que no tenían, parecía el desenlace esperable de esa campaña iniciada por los liberales. Pese a que éstos logran imponer la expulsión (que estará lejos de cumplirse por entero) enfrentan desde entonces una opo-

sición tenaz de los escoceses transformados -nota complacido Ward- de una pura facción política en la unión de todos los que tenían algo que perder.

Fruto de esa unión fue el conservadurismo mexicano, surgido de una ampliación de la facción escocesa. Nostálgico del pasado, de esa época de oro en que la prosa persuasiva de Lucas Alamán -el más lúcido jefe del conservadurismo mexicano, y el más desconsolado historiador de esta catástrofe que fue la revolución- transforma a la era de las reformas borbónicas, el conservadurismo había aceptado ya -y no sólo al resignarse a la hegemonía militar- algunas de las consecuencias de esa revolución aborrecida. Consciente de la democratización producida, temeroso de sus consecuencias, busca en la Iglesia apoyo contra ellas, pues ve en esa institución la única capaz de disputar la orientación de la plebe mestiza e india a los agitadores liberales. El resultado es que el conservadurismo es mucho menos ilustrado que su modelo colonial: se opone tenazmente a los avances de la tolerancia religiosa y a los de la desamortización que amenaza a la propiedad eclesiástica, no tocada hasta entonces por la revolución.

El partido conservador cree llegada su hora en el momento de designarse reemplazante para Guadalupe Victoria; en el colegio electoral lograr imponer contra el candidato liberal Vicente Guerrero a su oscuro candidato. En vano: Santa Anna se pronuncia y es rápidamente imitado; Guerrero es, a pesar de todo, presidente. Le toca enfrentar una tentativa -pronto fracasada- de reconquista española; en 1830 su vicepresidente, Bustamante, persuade al ejército de que destituya al presidente liberal, que será ejecutado ante el horror de una opinión pública que no podía dejar de respetar en la víctima a uno de los paladines de la lucha por la independencia. Durante dos años gobierna Bustamante, asesorado por Lucas Alamán, y ambos, luchando como luchan por la supervivencia, deben dejar que el ejército consuma lo que el fisco tiene y lo que no tiene. De nuevo es en vano: en 1832 se pronuncia finalmente, desde su finca de Manga de Clavo en Veracruz, el general Santa Anna. Al año siguiente es presidente; en su nombre gobiernan el vicepresidente Gómez Farias y un congreso liberal, que se lanza primero sobre los privilegios del clero y luego sobre los del ejército. Santa Anna reaparece entonces; este *Deus ex machina* de la política mexicana expulsa a los liberales y se constituye en garante del orden conservador, que restaura. Con un precio, desde luego: los conservadores deben respetar el lugar del ejército en la vida mexicana (un lugar que, entre otras cosas, le otorga más de la mitad de las rentas del Estado).

En 1836, guerra de Texas: los colonos del sur de Estados Unidos que allí se han instalado y han sido bien recibidos por las autoridades mexicanas, no aceptan el retorno al centralismo que está en el programa conservador. Santa Anna corre a someterlos: tras de vencer la resistencia del Alamo es deshecho en San Jacinto. La independencia de Texas es un hecho, pero no es reconocida por México, contra el consejo de Alamán, que deseaba ver surgir allí un estado independiente y protegido por Gran Bretaña, capaz de hacer barrera al avance expansivo de Estados Unidos.

En 1838 Santa Anna, retirado a Manga de Clavo, reconquista su prestigio en otra guerra -igualmente perdida- contra Francia, que exige indemnización cuantiosa por daños sufridos por su súbditos con motivo de las luchas civiles mexicanas. La obtendrá, pero Santa Anna, a quien una bala de cañón naval francés ha arrancado una pierna, se transforma en símbolo de una resistencia tan inútil como heroica. Así, devuelto a su papel de garante del orden conservador, siguió gravitando hasta que la guerra con Estados Unidos, estallada en 1845, le devolvió a su papel alternativo de jefe militar, llamado ahora por los liberales moderados, a los que la coyuntura acababa de devolver el poder. La guerra era el desenlace de toda una etapa de la política estadounidense; si se produjo tan tarde fue porque el Norte no deseaba fortalecer al bloque esclavista con un nuevo estado, incorporando a Texas; ahora el avance hacia el Oeste anticipaba la posibilidad de equilibrar la anexión de Texas ampliando la masa de botín con otros terri-

torios destinados a quedar libres de la institución peculiar del sur norteamericano.

La guerra fue demasiado fácilmente ganada por Estados Unidos; esa victoria se explica, en parte, porque el ejército mexicano no había sido organizado como instrumento de combate en guerras internacionales, en parte porque en México las disensiones dejadas por decenios de lucha facciosa estaban lejos de haberse apagado. En todo caso, la derrota -que tuvo, pese al heroísmo de los defensores de la capital, su punto culminante en la toma de ésta- pareció despertar las tensiones mal acalladas por el orden conservador: levantamientos indios en el Norte, guerra de castas en el Yucatán, donde la ampliación de los cultivos de azúcar estaba privando de tierras a los indios mayas mal pacificados. La paz parecía aún peor que la guerra: México perdía en 1848 la mitad de su territorio en beneficio de su vencedor. A pesar de tanta ruina, los conservadores lograban conservar el poder; su jefe intelectual, Alamán, que por esos años estaba trazando su negro cuadro del México postrevolucionario, en que distribuía generosamente culpas a todos menos a su propia facción (que lo había gobernado durante casi toda esa etapa), soñaba una regeneración definitiva en la religión y la monarquía. Mientras ésta se alcanzaba, una mano fuerte era necesaria para frenar el inquietante despertar liberal: era, muy previsiblemente, la de Santa Anna. Vuelto del destierro, éste resolvió temporariamente sus problemas financieros vendiendo nuevo territorio a Estados Unidos por diez millones de dólares. Inútilmente: al año siguiente estallaba una nueva rebelión liberal, muy distinta de los episodios militares que habían llenado la historia reciente. Con ella moría el México de Alamán y Santa Anna, el de los conservadores amigos del orden en alianza con el organizador del desorden.

La historia de esa etapa mexicana ha sido narrada una vez y otra: deliciosamente incongruente, llena de salvaje colorido (su episodio más brillante es el entierro solemne de la pierna de Santa Anna, con el ilustre héroe presidiendo el duelo), puede servir para hacer de ella un relato brioso. Menos fácil es entenderla. Santa Anna es un aventurero que no engañó mejor a sus contemporáneos que a los historiadores dispuestos a divertirse con él; Alamán y Gómez Farias, que se disputaron su favor, que al hacer de él el interlocutor favorito de los políticos dentro del ejército confirmaron su predominio sobre éste, eran, por el contrario, reflexivos observadores de la situación mexicana, y políticos consecuentes con sus ideas. Quizá era precisamente esa integridad ideológica la que los obligaba a transacciones tan chocantes con la realidad; ni en el programa conservador ni en el liberal el ejército, tal como lo había creado la guerra revolucionaria, tenía lugar legítimo; por lo tanto, los acuerdos con él se hacían en un plano en el cual el voluble Santa Anna se movía mejor que nadie. ¿Pero por qué el acuerdo con el ejército era necesario? Sin duda porque conservaba un inmenso poder, herencia de la guerra. Pero también porque ese poder seguía siendo necesario para mantener el orden interno. Por añadidura, porque lo mantenía demasiado bien, y para los liberales el camino al gobierno parecía ser un acuerdo con el ejército y no la rebelión popular, cada vez más difícil a medida que las convulsiones de la segunda década del siglo se alejaban y el orden se afirmaba mejor en México.

El orden conservador había logrado entonces el más inmediato de sus objetivos: durar. Pero ése era también el único que había alcanzado: en 1850 México no había logrado retornar a los niveles de su economía colonial; las finanzas públicas, afectadas por una contracción económica al parecer insuperable y por las exigencias de un ejército nunca saciado, hacían del Estado el deudor eterno de agiotistas locales, antes de comenzar a serlo en gran escala de acreedores internacionales. La vuelta al antiguo régimen, remozado por el contacto con las nuevas metrópolis, era imposible, y hacia 1850 la restauración conservadora no había logrado eliminar uno solo de los males contra los cuales sus voceros se habían elevado elocuentemente desde un cuarto de siglo antes.

En suma, el México conservador fracasaba por falta de una dirección homogénea; porque además eran demasiadas las

dificultades de esta zona, antes tan próspera para adaptarse al nuevo orden abierto con la independencia, que le era desfavorable. En efecto, la guerra había destruido el sistema de explotación minera; si los hombres que le había arrebatado podían ser devueltos o reemplazados, no ocurría lo mismo con las destrucciones materiales, que eran considerables. La guerra había producido un daño aun mayor, aunque indirecto, al hacer desaparecer los capitales cuya relativa abundancia era uno de los secretos de la expansión minera mexicana en la segunda mitad del siglo XVIII. Esos capitales, en parte consumidos por la guerra, en parte retirados a España a partir de 1821, hubieran sido imprescindibles para que la producción minera mexicana retomara su ritmo; en la restauración parcial que siguió a 1823, el papel del capital británico -sin embargo de volumen tan insuficiente- fue decisivo. La necesidad de ese aporte de capital es peculiar de la minería (la agricultura o la ganadería lo requieren en menor escala) y explica que México haya tardado tanto -por falta de él- en reconstruir su economía; explica también que los conservadores mexicanos, conscientes desde muy pronto de la necesidad del aporte de capital ultramarino, hayan mostrado una apertura hacia el extranjero que era excepcional entre los hispanoamericanos de esa tendencia y, que por otra parte, no siempre se compaginaba bien el misoneísmo y el intolerante tradicionalismo religioso que gustaban de ostentar. Pero esa apertura a la colonización económica de las nuevas metrópolis iba también ella a fracasar, y su fracaso es una de las causas del derrumbe conservador en México.

Desarrollos análogos, marcados por el estancamiento económico y la incapacidad de hallar un estable ordenamiento político, encontramos en las otras tierras hispanoamericanas de la plata, ahora divididas entre la república de **Perú** y la de **Bolivia.** Aquí el cuadro es aún más complicado, porque las elites sobrevivientes están necesariamente desunidas: los herederos de la Lima comercial y burocrática, los de los centros mineros

del Alto Perú, los hacendados ricos sólo en tierras que dominan la sierra desde el Ecuador hasta la raya de Argentina, los hacendados de la costa peruana, muy ligados a la fortuna comercial de Lima y golpeados por la quiebra de una agricultura de regadío y de mano de obra esclava... Y frente a ellos un personal militar que sirve alternativamente en el ejército de Perú y el de Bolivia, y está destinado a tener decisivo papel.

Mientras tanto Perú no sale de su marasmo. La crisis de la minería no termina con la guerra; la del comercio limeño es agravada por la aparición de núcleos rivales desde Valparaíso hasta Guayaquil. La agricultura de la sierra y el altiplano prosigue su desarrollo aislado; los cambios económicos de la revolución la tocan poco, los político-jurídicos también, desde que ha fracasado -en Perú como en Bolivia- la abolición del tributo y la división de las tierras indígenas de comunidad. Sin duda éstas comienzan a ser más velozmente roídas por los avances de la propiedad privada -de caciques hacendados que amplían sus tierras- pero sustancialmente resisten a esos avances. La perduración del tributo, la de los servicios personales, no pueden extrañar: debido a la crisis de la minería, cerca del 80 por 100 de los ingresos fiscales de Bolivia provienen -entre 1835 y 1865- de la capitación de los indígenas; en comarcas en que la parte de la economía de mercado ha disminuido resulta imposible utilizar el trabajo libre donde antes se recurría al forzado.

Esa región, que parece condenada a la decadencia, se presta mal a recibir un orden estable. En Perú, caído Lamar, gobierna Gamarra, y junto con él su esposa, una mestiza nacida en una aldea cuzqueña, extremadamente impopular entre la aristocracia limeña, capaz, en cambio, de evocar con éxito, ante una tropa rebelada, la solidaridad que esos soldados de sangre mezclada deben a un presidente también mestizo. Pero las divisiones del ejército perduran, la hostilidad de una oposición a la vez aristocrática y republicana no desarma. Caído Gamarra, la lucha por la sucesión permite reaparecer en la escena peruana a Andrés Santa Cruz, presidente de Bolivia,

que no ha dejado de interesarse en la política del Estado vecino, ha utilizado a Gamarra contra Lamar y ahora lo cuenta de nuevo entre sus agentes. Santa Cruz impone la unión de Perú y Bolivia; en 1836 nace la Confederación peruano-boliviana, en la que los poderes se concentran en el protector. Santa Cruz intenta ejercer, en ese marco más amplio, el mismo autoritarismo renovador que lo caracterizó en Bolivia: su dictadura reforma la administración y la justicia, reorganiza el sistema de rentas... Por un momento parece encarnar el modelo del gobernante hispanoamericano preferido por los poderes europeos; el papa, la monarquía de Julio, la diplomacia británica coinciden en otorgar su aplauso a esa experiencia. Esos remotos apoyos se revelan muy insuficientes: Santa Cruz tiene contra sí a Lima, a la que ha despojado de toda esperanza de predominio. Tiene contra sí a los que ha perjudicado con sus reformas, desde los magistrados a los funcionarios y comerciantes que se consagraban al fraude a la aduana. No tiene en su favor a los sectores populares, menos tocados que en México por la movilización revolucionaria, y perjudicados por una política que aumenta en lo inmediato el peso del fisco, y a largo plazo revela la intención de deshacer la comunidad de tierras indígenas en favor de propietarios individuales, que no se reclutarían precisamente entre los comuneros. Hacer en Perú y Bolivia un Estado moderno es, en suma, una operación demasiado onerosa, que deja indiferentes a los de arriba como a los de abajo. Esa empresa se identifica, además, con una glorificación personal del Protector, que si encuentra la burla despiadada de las elites urbanas (que no pueden olvidar que éste es hijo de una cacica india) agudiza rivalidades aún más peligrosas entre los jefes militares.

Por último, la tentativa de Santa Cruz enfrenta la oposición de sus vecinos. En la Confederación Argentina, salida a duras penas de la guerra civil, y también en Chile, Santa Cruz fomenta la acción de los opositores; frente a ambos países toma medidas destinadas a devolver a los territorios reunidos en la Confederación su viejo predominio; en particular es la hegemonía comercial de Valparaíso en el Pacífico sudamericano la que se ve amenazada. Chile se lanza a la guerra en 1837; una primera expedición contra Perú fracasa, pero le sigue en 1839 otra, que tiene éxito. En las filas de los invasores son numerosos los peruanos desafectos: a más de un sector de jóvenes aristócratas de Lima, que buscan lo que llaman la regeneración, es decir, un poder no compartido con los rudos generales de la sierra, más de uno de éstos se les ha unido contra el más poderoso de todos. Con decepción de los regeneradores limeños, Chile no se inclina por ellos, sino por Gamarra, que vuelto así al poder en 1841, lleva la guerra a Bolivia y es derrotado. En el vacío que crea su derrota los regenadores hacen finalmente su tentativa de alcanzar el poder; en Vivanco, el general aristócrata, satisfactoriamente blanco, encuentran su paladín, para fracasar junto con él: Ramón Castilla, hijo de un ínfimo burócrata peninsular y de una india, será quien logre la reconciliación de las facciones peruanas, pero si tiene éxito donde otros fracasaron es porque algo ha cambiado en Perú; ha quedado atrás el período de la penuria de Lima y la indigencia del Estado, que para sobrevivir depende de la capitación indígena que los jefes de guarniciones de la sierra pueden retener a su capricho: el guano, y más generalmente el cambio de la coyuntura económica mundial introducen a Perú, a mediados de siglo, en una nueva época, en que las elites urbanas podrán desquitarse de sus pasadas postergaciones y recomenzar la conquista del Estado.

Esa época no ha de llegar para Bolivia hasta mucho más tarde. Caído Santa Cruz, es su antiguo auxiliar, el general Ballivián, que lo abandonó en la undécima hora, quien –tras de vencer a Gamarra y asegurar la independencia boliviana– continúa su obra de modernización administrativa. En 1848 el resultado de un sucederse de revoluciones fue el ascenso a la presidencia del general Belzú, que por primera vez empleó en Bolivia la apelación a las clases populares como recurso político; aunque en la acción el nuevo presidente no se muestra muy lejos de sus predecesores, ese rasgo significa una innovación

importante en la vida política boliviana: el ingreso en ella, por lo menos como masa de espectadores impacientes, de la plebe mestiza de las ciudades (en particular de La Paz, donde funcionaba el Gobierno y donde la vuelta de la economía altoperuana a su orientación hacia el Pacífico había colocado el núcleo mercantil del altiplano). Pero, como viene ocurriendo desde 1825, la economía boliviana vive un estado de marasmo: el recurso empleado por un fisco en quiebra al acudir a una disminución del tenor de la moneda de plata (que será ahora mal recibida en tierras vecinas) hace aún más difícil a este país, al que le están faltando productos exportables, mantener las corrientes de comercio internacional. A mediados del siglo la quina parece ofrecer algún alivio, y su exportación –monopolio del Estado– beneficia a éste y a la casa concesionaria, perteneciente a una familia de vieja aristocracia paceña; no basta, sin embargo, para cambiar los datos esenciales de la economía boliviana.

No es extraño que el nuevo orden político arraigue mal en tierras que no han podido encontrar su lugar en la Latinoamérica deshecha por la revolución y lentamente vuelta a rehacer en medio de una coyuntura desfavorable. En otras partes, soluciones políticas más adecuadas a esa nueva coyuntura logran imponerse de modo más sólido.

Aun en ellas, sin embargo, la conquista de un orden estable se revela extremadamente difícil. La dificultad deriva, en parte –se ha visto ya–, de la vigencia de un nuevo clima económico, que no favorece a quienes dominaron economía y sociedad antes de 1810. Pero surge también de que el elemento que actúa como árbitro entre esos dirigentes urbanos y mineros, los de las zonas rurales de economía semiaislada, la plebe urbana que comienza a hacerse escuchar (mientras la rural no ha sido despertada en tierras peruanas por la revolución, y en las mexicanas ha sido brutalmente devuelta a la sumisión), es un ejército también él no suficientemente arraigado en el nuevo orden: sólo paulatinamente los jefes veteranos de la revolución, a los que a veces el azar de su último destino ha dado

influencia en una región a la que no pertenecen por origen, establecen vinculaciones con sectores cuyo poderío local ha sido favorecido por el cambio de coyuntura, y llegan a identificarse con ellos. Hasta entonces la intervención de los generales –y de sus tropas, a menudo ajenas también ellas a la región– se da al azar de las coincidencias entre las oposiciones que se dan dentro de la sociedad civil y las rivalidades entre jefes militares. Esa situación es consecuencia del modo particular en que México y Perú han vivido la lucha de independencia: en México ésta fracasó hasta que sus adversarios retomaron sus banderas políticas para mejor combatir sus aspiraciones en otros órdenes; en Perú se resolvió en la conquista del país por ejércitos venidos del Sur y del Norte. En otras regiones hispanoamericanas el orden nuevo iba a surgir, sobre todo, del juego de las fuerzas internas; si esto no era garantía de una evolución invariablemente pacífica, sí era condición favorable para que en algunos casos ésta se diera.

Entre los estados sucesores de la Gran Colombia, encontramos en uno de ellos una situación comparable a la peruano-boliviana: es **Ecuador,** que recoge con nombre nuevo el patrimonio territorial de la antigua presidencia de Quito. En este marco, más pequeño que el del vasto Perú, la línea de desarrollo es más sencilla: los que hacen de árbitros en la vieja y siempre vigente oposición entre la elite costeña –plantadora y comerciante– y la aristocracia de la sierra (dominante sobre una masa indígena vinculada sobre todo por el peso de las deudas heredadas de padres a hijos, y apenas tocada por los cambios revolucionarios) son militares que permanecen extranjeros a Ecuador: los venezolanos de Flores, que constituyen un cuerpo extraño hasta que sus jefes principales comienzan a tallarse dominios territoriales en la Sierra. Flores es presidente en 1830; enfrenta la oposición de la costa, encarnada en Vicente Rocafuerte, un patricio de Guayaquil, con el que se reconcilia misteriosamente, luego de una lucha civil, en 1834. Rocafuerte y Flores comparten el poder y se suceden en la presidencia;

lo que los ha unido es, al parecer, el temor de que la lucha interna haga estallar la unidad política ecuatoriana: ni Guayaquil, que, incorporado a Perú, vería sacrificados sus intereses a los de Lima, ni los militares venezolanos -que, anexada la sierra a Colombia, perderían su preeminencia en ella- pueden favorecer un desenlace que sólo es visto con favor por algunos magnates serranos, fatigados de sufrir el gobierno de los «jenízaros negros» llegados desde Venezuela para quedarse.

A esa alianza la costa imprime su actitud más abierta e innovadora; Rocafuerte, un veterano del liberalismo mexicano a quien el derrumbe de éste ha devuelto a su tierra nativa, durante su presidencia y luego de ella, anima un esfuerzo de modernización administrativa que hace de Ecuador, visto a distancia, uno de los países que enfrentan con éxito las exigencias de la hora nueva. Desde más cerca, esa modernización se revela extremadamente superficial; si la economía de la costa, cuyas posibilidades de exportar no han disminuido, se recupera con relativa rapidez de los trastornos -por otra parte escasos- que la revolución aportó, en la sierra un orden de herencia colonial no es sustancialmente tocado; al irse apagando las tensiones entre viejos y nuevos señores de la tierra serrana, la gravitación de ésta se hará sentir progresivamente, en la década del cuarenta la solución descubierta en 1834 agota sus posibilidades, y no deja en herencia a Ecuador las bases de un orden sólido.

Nueva Granada y **Venezuela,** al revés de Ecuador, ya desde 1830 se liberan de la influencia de elementos de origen extraño. La disolución de la Gran Colombia devuelve a Santander el poder en Bogotá; ya entonces se afirma el influjo militar del general Mosquera, que será dominante durante esta entera etapa, marcada por el avance paulatino del conservadurismo neogranadino. En sus comienzos el régimen, que tiene rasgos de duro autoritarismo, retoma frente a la Iglesia la tradición colonial; la quiere gobernada por el poder civil. Esta exigencia es abandonada a medida que la normalización de las relaciones con Roma hace sentir sus efectos en la Iglesia colombiana; a mediados de la década del cuarenta ésta entra a integrar el sistema conservador en sus propios términos. Colabora así en una empresa de modernización cautamente llevada adelante; en particular domina el nuevo sistema de enseñanza elemental y los ensayos de enseñanza media y superior.

El orden conservador se apoya sobre todo en ciertas regiones neogranadinas: la franja montañosa del sur, que ha resistido tenazmente a la revolución, pero también al valle del Cauca, en cuyo curso medio e inferior los comerciantes y terratenientes de Antioquía no muestran aún el dinamismo económico que los caracterizará luego, pero ya sí un conservadurismo político y tradicionalismo religioso igualmente marcados. Frente al bloque conservador, la costa atlántica es hostil al orden establecido, que ha perjudicado a sus clases mercantiles. En Bogotá hay también una tenaz oposición liberal; esa ciudad, crecida gracias a sus funciones políticas, reúne una turba de empleados mal pagados y una elite cuyos hijos quieren vivir al ritmo del mundo, y se preguntan si la solución política adoptada por Nueva Granada sería juzgada suficientemente moderna en París, con un sector de artesanos capaces de capitanear en momentos confusos a turbas de plebe descontentas, y descontentos ellos mismos con los avances del comercio externo, que aunque esencial es para asegurar la salida de los frutos de los terratenientes ganaderos de la sabana (los cueros, que comienzan por dominar las exportaciones de la Nueva Granada independiente) e igualmente para la prosperidad de la agricultura de exportación, condena, en cambio, a lenta ruina a las artesanías locales. Esos descontentos, basados en razones a menudo contradictorias, se unen en una oposición que, pese a llamarse liberal, acepta mucho de las tendencias del orden conservador: sólo le reprocha su adhesión a un catolicismo cada vez más militante en la oposición al espíritu del siglo y a la vez la timidez con que emprende el camino de la modernización. Pero de la etapa conservadora son las primeras tentativas de navegación a vapor en los ríos neogranadinos y de construcción de ferrocarriles, y el ritmo a

menudo lento de los desarrollos futuros mostrará que el éxito limitado de esos ensayos no puede achacarse solamente a la timidez del régimen conservador.

Nueva Granada presenta por esos años, como se ve, un modelo político para tierras más agitadas. ¿Cuál es el secreto de este éxito, relativo pero indudable? Notemos en primer término el papel relativamente secundario del ejército neogranadino; en segundo lugar, la existencia de fuertes diferenciaciones regionales, que está lejos de ser tan sólo un factor de inestabilidad, puesto que gracias a ella se da una fragmentación de esa clase alta –que tiene un cuasi monopolio del poder político– en grupos locales relativamente indiferentes a la marcha de la política nacional mientras ésta no afecte ni su preeminencia local ni sus intereses concretos. Esas divisiones regionales son todavía de otra manera un factor de cohesión: crean vínculos entre las aristocracias y los demás sectores sociales de las distintas regiones, particularmente importantes en Nueva Granada porque la población rural mestiza no es tan pasiva ni está tan sometida como en las tierras andinas más meridionales. La ferocidad de las guerras civiles que Nueva Granada conocerá a partir de la segunda mitad del siglo XIX, las cifras insólitamente altas de caídos en ellas, revelarán de nuevo a su modo esa solidez mayor del cuerpo político, en la medida en que éste está dispuesto a movilizarse para esas luchas con una amplitud que sería impensable, por ejemplo, en Perú.

En 1830 el pronóstico sobre el futuro político venezolano habría debido ser acaso más pesimista que respecto del neogranadino. Arrasada por la guerra, que fue allí particularmente feroz, con sus aristocracias costeñas arruinadas y entregadas al dominio de ejércitos formados por mestizos llaneros y mulatos isleños, Venezuela parece condenada a una extrema inestabilidad. El rumbo es otro: bajo la égida de Páez, presidente durante largas etapas, y de otros jefes militares de la independencia, lo que se da es una reconstrucción económica y social sobre líneas muy cercanas a las del orden prerrevolucionario. La posibilidad de exportar a un mercado ampliado permite la expansión productiva en la costa: en 1836 se sobrepasan los niveles de exportaciones inmediatamente anteriores a 1810, y desde entonces el proceso ascendente prosigue por unos años; la economía venezolana, apoyada ahora en el café antes que el cacao o el azúcar, sufre, sin embargo, con la crisis de precios en la década siguiente.

El orden conservador comienza entonces a mostrar sus quiebras. En primer lugar, el retorno a un orden semejante al colonial hace nacer tensiones muy duras: los beneficiarios del sistema son grandes comerciantes que se reservan lo mejor del negocio cafetero y grandes propietarios, que en el litoral intentan rehacer una economía de plantación devolviendo a la esclavitud a los negros emancipados a todo pasto durante las guerras de independencia, y en los Llanos buscan imponer una más estricta disciplina de trabajo para utilizar en pleno las posibilidades abiertas a la exportación de cueros. Sin duda, la revolución ha introducido nuevos miembros en los sectores privilegiados: son los jefes militares que ahora gobiernan a Venezuela; Páez, antes capataz en una hacienda llanera, es ahora gran propietario de tierras, y no es el único... En cambio, los soldados veteranos no ven facilitado el acceso a la tierra que le fue prometido; las que se les distribuyen suelen venderlas (Páez las compró en abundancia a sus soldados, a precio muy bajo) o perderlas cuando el legalismo retrospectivo de la república conservadora anule las confiscaciones que perjudicaron en el pasado a los realistas.

A mediados de la década del cuarenta, los descontentos se acumulan; el que primero se hace sentir es el de algunos de los beneficiarios del sistema; algunos grandes señores de Caracas, devueltos a la prosperidad, se fatigan de ocupar políticamente el segundo lugar tras de los rudos generales de la revolución, y organizan una oposición liberal, a la que un periodista de talento, Antonio Leocadio Guzmán, hace extremadamente popular entre la plebe caraqueña. Pero la protesta liberal no se limitará, finalmente, como en otras partes de

Hispanoamérica, a la ciudad: la campaña, con sus ex soldados fugitivos o mal adaptados a una disciplina de trabajo cada vez más rígida, con sus cultivadores que tienden a ver en la aristocracia mercantil a la causante única de su ruina (en verdad ésta se ha limitado a descargar el peso de la crisis sobre los agricultores), presenta tensiones aún más serias que las de la ciudad, y en una y otra se anuncia a través de múltiples signos un futuro menos sereno que los años de consolidación del orden postrevolucionario.

En **América Central** las dificultades hubieran debido ser acaso menores: esta tierra no conoció revolución ni resistencia realista; pasada en 1821, junto con México, de la lealtad a Fernando VII a la independencia, se separó de su vecino del Norte a la caída de Iturbide, a quien seguían fieles los jefes de las guarniciones del antiguo ejército regio acantonadas en la capitanía de Guatemala. Surgen así las Provincias Unidas de América Central: destinadas a vida breve y azarosa, son desgarradas por la lucha entre liberales y conservadores, que se superpone a la oposición entre Guatemala -tierra de economía semiaislada y población india, dominada por una minoría española de estilo señorial- y El Salvador, rincón que proporciona la mayor parte de las exportaciones ultramarinas de Centroamérica (el primer rubro de ellas sigue siendo el índigo), de propiedad más dividida y población mestiza. Los liberales, acusados de querer gobernar la vida eclesiástica, se han propuesto crear un obispado en San Salvador, y quieren llevar allí la capital... Bajo la jefatura de Morazán dominan la política centroamericana; en 1837 una rebelión en la sierra guatemalteca revela la presencia de un jefe temible, Rafael Carrera; los aristócratas de la ciudad de Guatemala llaman contra él al aborrecido Morazán, que fracasa. Carrera conquista Guatemala, la separa de la unión centroamericana y la gobierna en alianza con los conservadores; el jefe de la plebe rural de color se transforma en columna del orden, y a cambio de ello recibe el gobierno vitalicio de la República de Guatemala, salvada

por él para la fe verdadera. En algunos puntos el caudillo mestizo se muestra más dúctil que sus aliados de la aristocracia terrateniente: recibe con cordialidad a los extranjeros, aun a los heréticos ingleses y estadounidenses. La pérdida de Guatemala deshace a la confederación: El Salvador, Honduras, Nicaragua y Costa Rica se constituyen en diminutos estados republicanos; por el momento -salvo en Costa Rica, donde, como se ha dicho, está comenzando la expansión del café- poco ha cambiado en esos despoblados rincones del imperio español. En Guatemala -donde Carrera domina hasta su muerte la escena- la alianza entre aristocracia tradicional y poder militar adquiere matiz original porque este poder es el de una milicia improvisada, desvinculada de las tradiciones militares coloniales o revolucionarias, y su jefe proporciona acaso el ejemplo más extremo de *homo novus* llevado al poder por la militarización postrevolucionaria.

En el extremo sur de Hispanoamérica el **Río de la Plata** sufre una evolución compleja, por el momento más rica en fracasos que en éxitos duraderos. El **Paraguay** comienza su vida independiente en una experiencia cuyos rasgos extremos le gana la atención curiosa de observadores europeos: luego de ser gobernado por un efímero triunvirato, el país cae en 1812 bajo el dominio del doctor José Gaspar Rodríguez de Francia; este abogado de la universidad de Córdoba, hijo de un comerciante portugués, impone una férrea dictadura y aísla Paraguay de sus vecinos, cuyas turbulencias juzga un ejemplo peligroso. Ese aislamiento se extiende a la economía: los pocos contactos que quedan a Paraguay con el resto del mundo se hacen mediante comerciantes brasileños autorizados a título individual por Francia. Las consecuencias están lejos de ser únicamente negativas; esa sociedad mestiza, de necesidades sumarias, puede renunciar sin excesivo sacrificio a consumos ultramarinos; la disminución de las actividades vinculadas con la exportación (yerba y sobre todo tabaco) asegura una abundancia de los productos de consumo local que hace a la época de Francia

un período de bienestar popular. Por otra parte, el dictador gusta de apoyarse en la plebe mestiza contra la poco numerosa aristocracia blanca; si ésta no es despojada de sus tierras, es junto con los comerciantes víctima de un sistema que hace desaparecer casi por entero los cultivos destinados a mercados externos.

Frente a los críticos de su sistema de riguroso aislamiento, Francia hubiera podido invocar las devastaciones que una actitud más abierta había producido en el resto del Río de la Plata. Allí, luego de la disolución del estado revolucionario heredero de la administración virreinal, que se había producido en 1820, la búsqueda de un nuevo orden estable fracasó, pese a que tuvo a su servicio la energía indomable y los múltiples talentos de Juan Manuel de Rosas.

La disolución del estado unitario en 1820 había estado lejos de constituir una calamidad sin mezcla: sirvió para liquidar bruscamente una situación ya insostenible. Pero en esa liquidación no sólo salía destrozado el centralismo de Buenos Aires, sino también el federalismo del resto del litoral, que había tenido en Artigas su paladín. La política de **Buenos Aires** alcanzaba un éxito póstumo cuando los portugueses concluían la conquista de la Banda Oriental y convertían el antiguo Protector de los Pueblos Libres en un fugitivo cada vez menos respetado por sus secuaces del litoral argentino; éstos obligaron a Artigas a buscar en Paraguay un refugio que Francia convirtió en cautiverio; luego emprendieron luchas por la supremacía, que permitieron a Buenos Aires, derrotada en 1820 y transformada en una provincia más de una vaga federación sin instituciones centrales, alcanzar en el litoral argentino una hegemonía indiscutida. Armada de ella, la provincia de Buenos Aires se opuso a la tentativa de reorganización del país, que en nombre de las de Tucumán y Cuyo (convertidas casi póstumamente al federalismo, luego de haber sido columnas del régimen centralizado, y gobernadas muy frecuentemente por quienes habían sido antes agentes del desaparecido Gobierno central) dirigió el gobernador de Córdoba, Bustos.

Este apego al sistema de disolución nacional se explica: gracias a él la provincia de Buenos Aires, dueña de las comunicaciones con ultramar, y por lo tanto de las rentas de aduana, ya no debe emplearlas en mantener un aparato administrativo y militar que excede sus límites. Por otra parte, la disolución del Estado ha puesto fin, de hecho, a la participación argentina en la guerra de Independencia. La nueva provincia se encuentra rica y libre de compromisos externos; puede consagrarse a mejorar su economía y su organización interior. Este programa encuentra el apoyo de una clase nueva de hacendados (entre los que ha encontrado refugio buena parte de la riqueza mercantil expulsada de su campo tradicional por la competencia británica). Frente a la ruina de las tierras ganaderas del resto del litoral, las de Buenos Aires prosperan gracias a la paz interna. Comienza «la admirable experiencia de Buenos Aires»; bajo la égida de Martín Rodríguez, un general que ha consagrado las etapas más recientes de su carrera a combatir contra los indios en acciones muy cercanas a las de policía rural, los hombres más ilustrados del que se llama a sí mismo partido del orden improvisan un brillante régimen parlamentario: reducen el cuerpo de oficiales, reforman el sistema aduanero disminuyendo las tasas y aumentando los ingresos del Estado, ordenan el crédito público y crean un banco destinado a combatir las tasas de interés demasiado altas. Al mismo tiempo llevan adelante una reforma eclesiástica, clausuran conventos y muestran una simpatía por la libertad de cultos que –si encuentran escaso apoyo en buena parte de las clases ricas– no bastan para enajenar al gobierno el favor de éstas. Detrás de esas reformas se encuentra Bernardino Rivadavia, hijo de un rico comerciante peninsular, que ha gustado de actuar como influyente de segunda fila desde 1810: ahora, como ministro, su figura es por el contrario abiertamente dominante.

Pero la experiencia de Buenos Aires tiene éxito sólo porque un conjunto de problemas han sido dejados de lado; éstos no han sido eliminados. Uno de ellos es el de la organización del país; otro, el de la **Banda Oriental,** donde el dominio de los

portugueses, y luego brasileños, es una ofensa al orgullo nacional. Esos problemas son actualizados por la necesidad de dar al país una personalidad internacional, y por el interés efímero que despierta en los inversores británicos, que algo anacrónicamente se orientan más bien que hacia las nuevas riquezas del litoral hacia las bastante míticas minas de plata del interior.

Un alzamiento nacional exitoso en la Banda Oriental pone al Gobierno de Buenos Aires, apasionadamente adicto a la paz, ante el incómodo presente de un territorio liberado de portugueses, que pide ser incorporado a las Provincias Unidas del Río de la Plata. Ya en ese momento, Buenos Aires ha convocado un congreso constituyente, que sus diputados dominan pero con el que no saben muy bien qué hacer. En ese congreso, más de un representante del interior intenta hacer del proyectado poder nacional un instrumento de transformación de situaciones provinciales: los diputados, elegidos de entre la clase letrada por los caudillos militares que dominan esas provincias, esperan, en efecto, que el congreso les abra el camino para una reconquista del poder local. Los diputados de Buenos Aires vacilan en tomar ese camino: finalmente entran en él porque las divisiones de su propio partido local los obligan a contar con sólido apoyo mayoritario en el congreso; desde entonces son prisioneros en él de la corriente hostil a los gobernantes del interior. A la vez, y por razones parecidas, empujan a la guerra con Brasil. En Buenos Aires el Gobierno del partido del orden había contado con la oposición constante de la plebe urbana. Dirigida por algunos oficiales del ejército revolucionario, esa oposición popular usaba argumentos patriótico-belicistas que ahora encontraban eco entre algunos notables que, habiendo gravitado sobre el gobernador Rodríguez, eran menos escuchados por Las Heras, su sucesor desde 1824, pero dominaban la diputación de Buenos Aires al congreso constituyente.

La guerra con Brasil llevó a anular muchos de los cambios que había traído 1820: de nuevo era preciso costear un ejército, devolver gravitación a los oficiales veteranos de la Independencia y arruinar al fisco. La guerra trajo además el bloqueo y –como en el país adversario– la inflación, también aquí a base del recién inventado papel moneda inconvertible. Declarada a fines de 1825, la guerra culminaba en 1827 con la victoria argentina de Ituzaingó, que el vencedor no era ya capaz de aprovechar en pleno.

Recibida con general beneplácito cuando no se habían adivinado las penurias que traería consigo, la guerra era cada vez más impopular entre los ricos de Buenos Aires, y era ahora la primera causa de desconfianza frente al nuevo espíritu aventurero de los dirigentes del antiguo partido del orden que dominaban el congreso constituyente. Éstos iban bien pronto a dar nuevos motivos de alarma a la opinión: harían presidente de la república a Rivadavia, y excediendo descaradamente sus atribuciones pondrían a la entera provincia de Buenos Aires bajo la autoridad del Gobierno nacional; esa maniobra, que los libraba de Las Heras y sus antiguos aliados, y ahora rivales, les ganaba la aversión definitiva de las clases altas de Buenos Aires. Mientras tanto, la redacción de una constitución unitaria terminó de enajenar al congreso la buena voluntad de los gobernantes del interior, ya comprometida por episodios como la aprobación del tratado de comercio y amistad con Gran Bretaña, que imponía la libertad de cultos aun en las provincias interiores, y por otros más turbios, vinculados con las rivalidades entre compañías mineras organizadas en Londres con el auspicio de Rivadavia y otras igualmente lanzadas al mercado de la City con el de hombres influyentes del interior.

La guerra civil estalló primero en el Norte y luego en el centro del país; Facundo Quiroga, jefe de las milicias de los Llanos de la Rioja, terminó por dominar allí. Finalmente, tras de una resistencia cuya obstinación irritó a lord Ponsonby, enviado como mediador por el Gobierno de Londres, Rivadavia se avino a tratar la paz con Brasil; el tratado firmado por su agente y émulo García, que devolvía a Brasil la provincia

oriental, fue rechazado por el presidente y el congreso. Pero el régimen presidencial estaba muerto; a la renuncia de Rivadavia siguió la restauración de la provincia de Buenos Aires, gobernada por el jefe del antiguo partido de oposición, el coronel Dorrego. Por detrás de él eran los antiguos sostenes sociales del partido del orden los que volvían a gravitar, obligando a Dorrego -personalmente adicto a una guerra a ultranza- a seguir las negociaciones de paz. Éstas culminaban en 1828 en un tratado que creaba un nuevo estado independiente: la República Oriental del Uruguay, en cuya viabilidad por el momento nadie creía demasiado. Vuelto de la Banda Oriental, el ejército argentino se apresuró a derrocar y ejecutar a Dorrego (diciembre de 1828): el general Lavalle, jefe del movimiento, asumió la responsabilidad de la decisión que le había sido aconsejada por algunos prohombres del antiguo partido del orden, ahora rebautizado unitario. La ejecución de Dorrego, seguida de un gobierno militar que gravitaba duramente sobre la campaña fatigada de guerra, provocó un alzamiento rural que reconoció como jefe a Juan Manuel de Rosas, un próspero estanciero del sur que había organizado una eficaz milicia regional en su rincón de frontera. En seis meses el régimen militar se derrumbó en Buenos Aires, y el camino al poder quedó abierto para Rosas. Mientras tanto, el movimiento antifederal era más exitoso en el interior, donde un jefe cordobés, el general Paz, se apoderaba de su provincia y luego vencía a Facundo Quiroga, obligándole a refugiarse en Buenos Aires. Nueve provincias caían bajo su dominio, mientras las cuatro litorales le eran adversas. Capturado Paz por sorpresa en 1831, Quiroga reconquista el interior, y Argentina es de nuevo una laxa unión de provincias, dominada por Rosas, López (gobernador de Santa Fe) y Quiroga.

Entre ellos es Rosas la figura dominante, no sólo porque -del mismo modo que en 1820- Buenos Aires, momentáneamente disminuida por su adhesión a una causa perdida, recupera muy pronto su ascendiente, sino también porque su gobernador es el único jefe federal que ha asimilado la

experiencia de la crisis pasada para deducir de ella un arte de gobierno. Este miembro de las clases económicamente dominantes de Buenos Aires ha entrado en política por reacción frente a los errores de la clase política en la que había confiado; al viejo partido del orden le reprocha haber traicionado minuciosamente su programa. Pero ya no es posible volver a él: la politización masiva, la faccionalización son hechos irrevocables. El orden sólo puede reconquistarse por la victoria total de un partido sobre otro. Pero en Argentina los partidos carecen de cohesión: eficientes para deshacer la paz interna, no bastan para apoyarla. Rosas quiere armar uno que sirva también para esto, mediante una propaganda masiva que termina por obligar hasta a los caballos a llevar escarapela roja en signo de adhesión al federalismo, pero que utiliza también medios más sutiles, como una prensa no siempre burda en sus argumentos... Será la plebe fanáticamente federal la que discipline por el terror a los colaboradores necesarios pero inseguros que proporcionan las clases ilustradas. En la provincia de Buenos Aires esta política tiene éxito, y Rosas, gobernador entre 1829 y 1832, lo es de nuevo a partir de 1835 con la suma del poder público. Pero tiene menos éxito en el interior, donde ha faltado una politización igualmente intensa, y donde es sobre todo el temor a la intervención porteña el que acalla a los jefes provinciales, poco adictos a una estricta disciplina de partido. Además esa política obliga a Rosas a satisfacer el extremismo, por él alimentado, de una opinión pública de la que depende: apresado dentro de un esquema en el que ha comenzado por creer sólo a medias, Rosas debe llevar adelante una eterna guerra santa contra sus adversarios, a los que presenta abusivamente como herederos de los unitarios de 1825 y 1828. El clima de la Argentina rosista es la guerra civil, con complicaciones internacionales, sobre todo surgidas del turbulento Estado Oriental.

Éste ha estado sometido a la acción contrastante de dos caudillos rurales, Lavalleja y Rivera. Ambos son hacendados; el primero se presenta como el portavoz de su grupo; el segun-

do y más opulento usa su popularidad entre los peones, campesinos sin tierra, mínimos hacendados en tierra ajena, en suma entre los gauchos que treinta años de inestabilidad habían hecho aún más díscolos en la campaña uruguaya. Rivera terminó por triunfar; luego de gobernar el nuevo Estado con soberbia indiferencia por los preceptos de la ciencia financiera, dejó en 1835 el mando a un sucesor elegido por su influjo. Éste, Manuel Oribe, era un hombre de la elite urbana de Montevideo, demasiado largamente oprimida por los caudillos de la campaña, dispuesta a buscar apoyo contra ellos fuera de Uruguay, ya fuese en Buenos Aires, ya en Brasil. Oribe se había inclinado a la primera solución, y había transferido sólo lentamente su lealtad del unitarismo de Rivadavia al neofederalismo de Rosas; como presidente mostró frente a Rivera veleidades de independencia, juzgadas insultantes por éste, que se lanzó a la revuelta. Apoyado por los antirrosistas desterrados, por algunos de los revolucionarios de Río Grande, por la plebe rural, Rivera gana finalmente también el apoyo de la diplomacia francesa, que ya ha entrado en conflicto con Rosas. Toma Montevideo y Oribe se refugia en Buenos Aires; Rosas, que lo ha juzgado sospechoso de debilidad con los unitarios, adopta casi póstumamente su causa y no dejará ya de luchar por la restauración del que llama presidente legal de Uruguay.

Mientras tanto debe enfrentar el bloqueo establecido en 1837 sobre Buenos Aires en defensa de las exigencias discutibles (y en todo caso insignificantes) de algunos súbditos franceses. Las penurias traídas por el bloqueo le enajenan simpatías en el litoral, mientras las de la guerra con la confederación peruboliviana crean una corriente antirrosista en el norte argentino. Las rebeliones se suceden: en 1839 el sur ganadero de Buenos Aires se levanta también, y un millar de gauchos de esa cuna del federalismo rosista emigran, luego de la derrota, a servir en el ejército que organiza Lavalle. Éste, con apoyo francés, avanza sobre Buenos Aires; en agosto de 1840 se retira, en octubre una matanza oficiosa de desafectos –atribuida por el Gobierno a la anónima cólera popular, pero interrumpida en un instante, y sin incidentes, luego de la protesta del agente británico– marca el comienzo del desquite rosista. Éste se inaugura con un tratado con Francia: la crisis de Siria obliga a la monarquía de Julio a abandonar sus agresiones hispanoamericanas, dejando sobriamente entregados a su destino a sus aliados locales. Rosas cede en casi todos los puntos en litigio, pero luego de que Francia se ha lanzado en vano a una campaña abierta para derribarlo se considera –sin equivocarse– el triunfador en el conflicto. La victoria sobre sus adversarios internos es más fácil: un ejército cuyas tropas comanda Oribe conquista el interior, hasta la frontera de Bolivia y la de Chile, e impone en todas partes gobernadores adictos a Rosas; desde 1842 éste tiene un poder que ningún anterior gobernante había alcanzado sobre el conjunto del territorio argentino.

La guerra prosigue en la Banda Oriental. Vencido Rivera, Oribe domina la campaña, mientras tropas argentinas sitian a Montevideo; los comerciantes de la ciudad sitiada logran que una fuerza naval británica levante el bloqueo puesto por la escuadra de Buenos Aires.

Es el comienzo de un nuevo conflicto internacional, que sirve de campo de prueba del acercamiento anglofrancés esbozado por el gabinete conservador de Londres. Buenos Aires volverá a ser bloqueada en 1845, y una expedición guerrero-comercial penetrará en el Paraná, que Rosas mantiene –como todos sus predecesores– cerrado a la navegación extranjera. Estos éxitos no bastan para derribar a Rosas; los agresores, fatigados de una operación cada vez más costosa (para su propio comercio), retoman el camino de las negociaciones, que Rosas encara sin ansiedad. Montevideo sobrevive gracias a subsidios franceses; en 1849-50 los acuerdos angloargentinos parecen entregar a su destino a la Nueva Troya. Surge entonces una nueva coalición antirrosista: terminada la rebelión riograndense, Brasil vuelve a gravitar en el Plata; Urquiza, el gobernador de Entre Ríos, Brasil y el Gobierno de Montevideo se unen, y Urquiza, tras de expulsar a Oribe de Uruguay, invade Santa Fe para se-

guir sobre Buenos Aires. En Caseros, cerca de cincuenta mil soldados se enfrentan; el ejército rosista (cuya marcialidad había impresionado al representante británico en Buenos Aires, que aun en la víspera tuvo tiempo de comunicar a Londres su pronóstico de segura victoria para las fuerzas del orden) se desbandó luego de un brevísimo combate, y el gobernador, tras dimitir el cargo, marchó al destierro inglés.

Termina así la época de Rosas; durante ella, pese a todas las vicisitudes, Argentina prosperó. Esa prosperidad es sobre todo la de la provincia de Buenos Aires, que si tiene que dar tropas para los ejércitos rosistas, por lo menos no conoce invasiones ni luchas en su territorio, salvo el paso fugaz de Lavalle en 1840. Es la más tardía del litoral ganadero: en la década del cuarenta, Entre Ríos y Corrientes –concienzudamente arrasados por las guerras civiles– comienzan a adquirir importancia nueva; en particular en la primera de esas provincias una clase terrateniente muy poco numerosa y muy rica comienza –algo prematuramente– a sentirse rival de la de Buenos Aires; acepta en pleno el programa de libre navegación de los ríos que, según cree, la emancipará de esos rapaces intermediarios que son los comerciantes de la capital de Rosas; es ese programa el que gana también la voluntad de Brasil, ansioso de asegurarse contacto fluvial con sus tierras interiores. (Los emigrados de Buenos Aires, que lo proponían tan persuasivamente, no ignoraban, por su parte, que los grandes comerciantes porteños ya no necesitaban apoyos políticos para retener su predominio...) Pero la prosperidad comenzaba también a ser la del interior: a partir de 1840 las provincias centrales y andinas comienzan a recibir un eco de la que se afirma más allá de los Andes; la misma dureza del dominio político porteño, al disciplinar la vida política local, favorece el proceso: las elites locales comienzan a reconciliarse discretamente en una adhesión unánime pero dudosamente sincera a la política de Rosas; las legislaturas provinciales de San Juan, La Rioja o Tucumán tienen entre sus miembros a desterrados políticos recientes; otros vuelven a jefaturas de milicias desde sus refugios transandinos o desde la

tierra de indios. «San Juan», dice el desterrado sanjuanino Sarmiento, «es más afortunada que otras provincias»; «Tucumán», dice el desterrado tucumano Alberdi, «conoce una tolerancia excepcional». Casi todas las provincias han terminado por ser las más afortunadas, y las elites urbanas, que en 1825-1830 han fracasado en su intento de reconquistar el poder, lo están ahora sitiando pacífica y victoriosamente.

Las administraciones de orden reflejan pálidamente en la Argentina rosista el que es en la primera mitad del siglo XIX el éxito más considerable de la Hispanoamérica independiente: el de la república conservadora de **Chile.** En la década del veinte muy poco parecía anunciar ese éxito: Chile había enfrentado experiencias extremadamente agitadas. O'Higgins había intentado organizar un autoritarismo progresista de raíz borbónica: había fracasado bien pronto, acusado de despotismo luego de chocar con los terratenientes por su reforma del sistema de herencia, con la Iglesia por su tolerancia con los disidentes, con la plebe por su pretensión de limitar sus festejos tradicionalmente tumultuosos. Refugiado en Lima, dejó el camino abierto a una experiencia liberal y federal que no fue capaz de fundar un orden estable. Reaccionando frente a ella, Diego Portales puso las bases del orden conservador. Este hombre de modesto origen, efímeramente enriquecido en el comercio de Valparaíso, se lanzó a la política en representación de un grupo –el de los agiotistas– al que la penuria pública había hecho surgir en Chile como en otras partes, y en cuyo nombre exigía una atención mayor a las necesidades de un orden más estable; en su apoyo Portales convocaba el descontento plebeyo, a la vez que el de los terratenientes, que añoraban tiempos más serenos.

La victoria del general conservador Prieto sobre el liberal Freire hizo al vencedor presidente y a Portales ministro todopoderoso: desde el gobierno impuso un orden muy rígido en lo político y en lo social, combatiendo el endémico bandidaje rural. El sistema conservador –católico, autoritario, enemigo

de novedades– se expresó en la constitución de 1833; bajo su égida Chile conoció un orden que fue despersonalizándose, luego de superar las pruebas del asesinato de Portales (1837) y la guerra con la confederación peruboliviana. Ese orden fue presentado a la opinión pública hispanoamericana en términos muy idealizados por los jóvenes emigrados argentinos antirrosistas (Sarmiento, López, Alberdi) que, acusados en su patria de ser agentes de ideas disolventes, eran recibidos sin alarma por el Chile conservador que les abría sus periódicos, sus cátedras y, a veces, sus magistraturas.

Esa idealización disimula algunos rasgos de la realidad chilena, pero subraya otros muy reales: es real, por ejemplo, la institucionalización, acompañada de una liberalización lenta del régimen, sobre todo a partir de 1841 y 1851 (presidencia de Manuel Montt, que tuvo que enfrentar a los sectores más cerradamente conservadores). Esa liberalización se vinculaba además con cambios más generales en la vida chilena: de 1831 es el comienzo de un período de expansión minera del Norte Chico, que crea, al lado de la clase terrateniente del valle central que es la dominante en la república conservadora, un grupo de riqueza más nueva que introduce también en la capital un estilo de vida menos sencillo y tradicional. Por otra parte, una aristocracia que vivía de la exportación, como la chilena, había debido limitar espontáneamente, en atención a sus intereses económicos, la preferencia, basada en criterios ideológicos y religiosos, por el aislamiento; las más tenaces resistencias no impiden los progresos hacia la libertad de culto disidente, que es el de los ingleses que dominan el comercio de Valparaíso. Notemos, por último, que la preocupación conservadora por ampliar la enseñanza crea grupos de origen a veces humilde dotados de nueva capacidad de articular sus puntos de vista, y poco satisfechos del lugar muy marginal que, salvo excepciones, el orden conservador les reserva. A mediados de siglo, como los otros países hispanoamericanos que conocen menos gloriosos regímenes conservadores (Colombia o Venezuela), Chile aparece trabajado por un descon-

tento muy vasto: aún más que en aquellos países, en Chile, tras de los voceros más ruidosos de ese descontento, se dibujan nuevos sectores altos (los mineros) que aspiran a compartir el poder y combaten por él desde posiciones de fuerza económica ya muy considerable.

Segunda parte
El orden neocolonial

Capítulo 4
Surgimiento del orden neocolonial

A mediados del siglo XIX, los frutos de la emancipación no han comenzado a cosecharse; la conquista de la estabilidad, sin embargo, se ha consumado sólo en las tierras antes marginales del imperio español y en Brasil (aun para la turbulenta Argentina un emigrado antirrosista de la generación romántica, J. B. Alberdi, podía trazar, en 1847, un cuadro demasiado sistemáticamente positivo, pero de ningún modo falso). Menos éxito habían logrado las tierras de minería colonial -México, Perú, Bolivia-; particularmente la primera parecía hundida en un marasmo, una de cuyas causas eran las obstinadas tentativas conservadoras de sacarlo de él por vías impracticables.

Estos rasgos positivos -limitados en su significación por la aparición de signos de futuras tormentas- no autorizaban a esperar una consolidación rápida del nuevo orden latinoamericano. Ésta comenzó a producirse sobre todo desde que la relación con las zonas económicas metropolitanas comenzó a cambiar; este cambio es un aspecto del que a partir de mediados del siglo afecta a la entera economía metropolitana. Gracias a él pudo ésta cumplir las funciones que desde la emancipación se habían esperado vanamente de ella: no sólo iba a proporcionar un mercado para la producción tradicional latinoamericana, ofrecerlo para un conjunto de producciones

nuevas; por añadidura, iba a ofrecer los capitales que –junto con la ampliación de los mercados consumidores– eran necesarios para una modernización de la economía latinoamericana.

La eficacia que el cambio de la coyuntura económica mundial tuvo para Latinoamérica fue acrecida por el modo en que se produjo. Una explicación hoy impopular lo hace partir del descubrimiento del oro californiano; justa o no, ella tiene, en todo caso, el mérito de recordar que el cambio de coyuntura comenzado hacia 1850 no sólo abre una fase de alza destinada a durar hasta 1873, sino también se acompaña de una ampliación del espacio económico, de una unificación creciente del que estaba organizado en torno de la metrópoli gracias a un sistema de intercambios hasta entonces relativamente poco voluminosos. Esa unificación es facilitada por la renovación de los transportes, dejada, sin embargo, en segundo plano por una intensificación del empleo de los tradicionales, sobre todo en las rutas oceánicas; en las fluviales latinoamericanas y en el cabotaje costero (por ejemplo en el Pacífico peruano y chileno) el vapor, ensayado desde la década del veinte en el Magdalena y el Plata, ha hecho su aparición masiva en la del cuarenta; en cambio, la navegación de la costa oriental a la occidental de Estados Unidos por la ruta del cabo de Hornos sigue siendo la hazaña de los *clippers* de Nueva Inglaterra. Son esos medios los que, ya antes de los descubrimientos de metales preciosos, han permitido una expansión hacia el Pacífico insular que se ha traducido en conflictos anglofranceses; es sólo el descubrimiento del metal californiano, sin embargo, el que provoca una aproximación firme entre el área del Pacífico y la economía metropolitana. Las consecuencias inmediatas para los países hispanoamericanos que bordean ese océano son considerables; súbitamente instalados sobre una ruta que adquiere importancia creciente, esa nueva situación les ofrece medios más fáciles para exportar sus frutos. No es esa la única consecuencia del descubrimiento californiano: la economía desenfrenadamente consumidora que surge en torno de los

centros auríferos activa directamente la de los países del Pacífico: en California habrá barrios de chilenos; en 1849, en Mendoza, rincón andino de Argentina, ha entrado también la fiebre emigratoria. Más importantes son otras innovaciones: California es un estímulo para la agricultura chilena, y Sarmiento pudo describir cómo la prosperidad surgida de las ventas de trigo se tradujo en pocos años en la expansión de la construcción urbana en Santiago; de nuevo en Mendoza una transformación de menor alcance se produce cuando la fruta seca local halla el camino de las tierras del oro.

Otros cambios de ámbito más limitado: los puertos de la nueva ruta tienen ahora vida más intensa, derivada del puro tránsito, y entre Panamá y el Atlántico una ruta muy cercana a la que en el siglo XVII seguían las mercancías destinadas a las tierras españolas del mar del Sur es ahora la que siguen inmigrantes ansiosos de llegar rápidamente a California; entre 1850 y 1855 se completaría allí, a muy alto coste, un ferrocarril que a través de la selva comunicaba los océanos; era uno de los primeros de América latina, y sus dueños eran capitalistas de Nueva York.

De esas transformaciones la más importante era, sin embargo, indirecta: gracias al cambio que en el mapa económico del planeta introducía California, la Iberoamérica del Atlántico y la del Pacífico entraban juntas en su nueva etapa histórica.

Las innovaciones de ésta eran anunciadas por cambios sin duda más superficiales, pero ya visibles a mediados de siglo. El tono de la vida urbana se hace más europeo; si el proceso es muy parcial (a fines de la década del cincuenta un viajero pudo ver, en torno a la Bolsa de Buenos Aires, a una muchedumbre de caballos que esperaban al sol que sus amos terminaran sus especulaciones) es innegable, y sus raíces parecen ser dobles. La normalización relativa lleva a un aumento de la *conspicuous consumption*, sea de las clases altas tradicionales (en México notaban los observadores extranjeros, las damas de la aristocracia habían adoptado la moda europea sólo para complicarla con una profusión de adornos costosos), sea de

las medias urbanas, que ahora volvían a gozar de alguna prosperidad, sea, por fin, del estado, finalmente aliviado en las zonas prósperas del peso de su miseria postrevolucionaria: en Buenos Aires, luego de la caída de Rosas, como en Santiago y Valparaíso al afirmarse la prosperidad minera y cerealera se construyen de nuevo teatros y se pavimentan calles. Por otra parte, hay un conjunto de progresos técnicos que irrumpen para cambiar el aspecto de las ciudades: el gas en la década del cincuenta reemplaza al aceite y a la maloliente grasa vacuna o equina como medio de iluminación en Buenos Aires, en Valparaíso, en Lima, después de haberse impuesto en Río de Janeiro. Al mismo tiempo los nuevos medios de transporte acercan a las ciudades de Europa; si bien la mayor parte de la navegación oceánica seguirá haciéndose por varios decenios a vela, a comienzos de la década del cincuenta el buque-correo inglés comienza a transportar pasajeros en vapores por las grandes rutas americanas: en un mes se llega de Portsmouth a Buenos Aires; terminan las inseguridades y los naufragios frecuentes en la anterior navegación a vela.

Esas oportunidades nuevas son utilizadas con entusiasmo: los nuevos teatros se pueblan, gracias a los nuevos vapores, de compañías de ópera italianas, primero deplorables, que mejoran rápidamente cuando se descubren las posibilidades de lucro que ofrece un público inculto pero generoso. La nueva riqueza y los nuevos contactos culturales se traducen en innovaciones arquitectónicas juzgadas entonces admirables: la costa del Río de la Plata, en los alrededores de Buenos Aires, se cubre de chalets dudosamente normandos, mientras –escribe gravemente Sarmiento– el estilo dórico conquista el predominio en Zárate (una aldea de la campaña de Buenos Aires). El diagnóstico no es siempre tan seguro: en Santa Fe (Argentina) se ha construido una casa que llaman chinesca; un admirado cronista opina que es «más bien de estilo hindú». En Santiago de Chile las nuevas casas señoriales no se organizan ya en torno a un patio y un aljibe: ahora tienen escaleras de honor, de madera tallada importada de Europa, y

salones de techo decorado, y abundantes mármoles igualmente importados... Así la América latina exhibe ya los signos externos de un progreso que sólo está comenzando a llegar a ella.

Y para el cual se prepara también de manera menos superficial: a mediados del siglo XIX comienza en casi todas partes el asalto a las tierras indias (sumado en algunas regiones al que se libra contra las eclesiásticas); ese proceso, que en algunos casos avanza junto con la expansión de cultivos para el mercado mundial, en otros se da perfectamente separado de ésta. Su primer motor parece ser entonces la mayor agresividad de sectores a menudo situados a nivel más bajo que los tradicionalmente dirigentes (aristocracia rural provincial, comerciantes, a menudo mestizos, de las ciudades pequeñas; también lo que se llama ahora «indios ricos», sea que éstos hayan prosperado dentro o fuera de la estructura comunitaria, y en el primer caso sobre todo mediante un juicioso uso económico de su preeminencia político-social); junto con ella, lo que hace más atractiva la conquista de las tierras indias parece ser, en una primera etapa, la expansión de los mercados locales proporcionados por ciudades y pueblos; ese signo de un cambio en el equilibrio entre sectores urbanos y campesinos –que la revolución había orientado en casi todas partes en favor de los segundos– comienza a darse en rigor antes de que otras transformaciones vinculen de modo nuevo a Latinoamérica con la economía mundial, aunque está destinado a intensificarse con ellas.

¿Cuáles son esas innovaciones? Se ha señalado que son básicamente dos: mayor disponibilidad de capitales y mayor capacidad por parte de las metrópolis para absorber exportaciones hispanoamericanas. La primera se vuelca en inversiones y créditos a gobiernos; éstos tienen una importancia política considerable, ya que permiten, en algunos casos, apresurar la emancipación de los gobiernos respecto de sus normales fuentes de ingresos fiscales situadas en las zonas rurales (complementando así la expansión del comercio y de industrias ex-

tractivas que hará posible en algunos países -por ejemplo Perú- reemplazar el sistema impositivo basado en las contribuciones de las zonas de agricultura de subsistencia por otro basado en esos sectores en expansión) y en todos los casos disponer de recursos más vastos. Esta innovación es rica en consecuencias políticas, y contribuye a producir la consolidación del Estado, que es uno de los hechos dominantes en esta etapa: en Argentina, donde los ingresos del Gobierno central provenían tradicionalmente de rentas aduaneras dependientes del comercio ultramarino, fueron los préstamos europeos los que hicieron más fácil el triunfo de ese Gobierno contra las resistencias provinciales: el monto de esos préstamos, observaba un ministro de Hacienda a fines de la década del setenta, cubría exactamente el coste de las guerras civiles y de la de Paraguay, que había cumplido también ella una función esencial en la afirmación del poder central.

Los préstamos a gobiernos, que cada vez más frecuentemente adoptan fórmulas de amortización a largo plazo (colocados por banqueros en las bolsas europeas -en particular la de Londres- suelen ser de redención progresiva), se apoyan en una visión del futuro latinoamericano (a la que contribuyen a fortificar) según la cual la expansión constante de la economía resolverá el problema del endeudamiento. De hecho es la del crédito externo la que lo resuelve a su modo (se toman nuevos préstamos, entre otras cosas, para pagar los intereses de los viejos), y esa expansión está lejos de ser constante. Las crisis comerciales (la de 1857 es demasiado temprana para revelar ese nuevo aspecto, pero la de 1873 lo muestra con cruel claridad) se doblan de crisis financieras: junto con la contracción de las importaciones metropolitanas se da la del crédito y las demás formas de inversión; a esa nueva dimensión financiera se debe una gravedad que de otro modo las crisis no hubiesen tenido: hasta 1890 la evolución de los términos de intercambio favorece en general a los productos primarios, y las crisis aceleran esa evolución favorable, pero la caída de los precios de esos productos, aunque menos fuerte que la de los industriales, adquiere consecuencias catastróficas debido a la obligación de pagar deudas en metálico. No importa: las crisis se superan y el sistema vuelve a funcionar: los estados necesitan ya de él para atender una parte de sus gastos ordinarios.

Las inversiones por su parte actualizan un esquema de distribución de tareas que viene de atrás: la comercialización y el transporte interoceánico quedan a cargo de sectores extranjeros; los localmente dominantes se reservan las actividades primarias. Este esquema comienza, sin embargo, a ser superado lentamente, y siempre en el sentido de una penetración mayor de los sectores extranjeros: la minería, y aun algunas formas de explotación sumaria de las riquezas superficiales (es el caso del guano), son objeto de una transferencia progresiva en beneficio de éstos; la red ferroviaria es también controlada a menudo por intereses extranjeros. Aún se insinúa -muy cautamente- una intervención extranjera en la agricultura y ganadería, bajo la forma, sobre todo, de empresas de especulación inmobiliaria, que no logran, sin embargo, quebrar el predominio que sobre este sector tienen las clases altas. ¿Esa distribución de funciones era necesaria? Los historiadores latinoamericanos, muy conscientes de lo que significó como peso negativo para la evolución posterior, suelen plantear el problema de modo más anecdótico, e indignarse de la generosidad no siempre desinteresada con que fueron abiertos al capital extranjero sectores en que mínimos aportes de capital aseguraban ganancias cuantiosas. Sin duda, no se equivocan al demorarse en algunos casos particularmente escandalosos (el más extremo es quizá el del guano peruano) y al señalar en el avance de la corrupción política el correlato necesario de esa actitud.

Pero esa corrupción, a menudo muy real, no basta para explicar todo: tras ella hay una aceptación de la distribución de tareas ya mencionada por parte de las clases altas locales, que es fácilmente comprensible: en lo inmediato las inversiones de capitales, beneficiando a veces desmesuradamente a quienes las hacían (aunque hubo también inversiones desdicha-

das y otras sólo mediocremente rendidoras), beneficiaban aún más a las clases propietarias locales, que aumentaban a la vez sus rentas (gracias a una expansión de la producción facilitada por el nuevo clima económico) y su capital, multiplicado –sin necesitar ninguna inversión sustancial– por el proceso de valorización de la tierra. En esas condiciones es ocioso preguntarse si acaso no había disponibilidades de capitales para las inversiones a las que fueron convocados los extranjeros; lo que contaba era la decisión de los dueños de esos capitales de no invertirlos de ese modo. Al dejar de lado este aspecto del problema, el estudioso actual tiende a disminuir la importancia del papel de las clases dirigentes locales en la etapa de afirmación del orden neocolonial.

Pues es éste precisamente el proceso que llena la etapa iberoamericana comenzada a mediados del siglo XIX: la fijación de un nuevo pacto colonial que, como hemos visto, había sido para algunos de sus protagonistas el contenido concreto de la emancipación de España y Portugal, demorada hasta ahora, va finalmente a producirse. Ese nuevo pacto transforma a Latinoamérica en productora de materias primas para los centros de la nueva economía industrial, a la vez que de artículos de consumo alimentario en las áreas metropolitanas; la hace consumidora de la producción industrial de esas áreas, e insinúa al respecto una transformación, vinculada en parte con la de la estructura productiva metropolitana: no son ya los artículos de consumo perecedero (textiles, seguidos de lejos por los de menaje doméstico) los absolutamente dominantes: las inversiones aseguran un flujo variable de bienes de capital, productos de la renovada metalurgia, y también uno más constante de combustibles (el carbón, victorioso con la modernización que hace abandonar las fuentes locales de luz y calor, y confirmado luego en su predominio por la expansión de las redes ferroviarias) y de repuestos y otros productos complementarios. Esa evolución de la composición del comercio importador es, sin embargo, lenta, y no madurará sino en tiempos posteriores.

Las nuevas funciones de América latina en la economía mundial son facilitadas por la adopción de políticas librecambistas, que viene en rigor de antes pero se afirma ahora en casi todas partes. El librecambio (rodeado de prestigio excepcional no sólo porque ofrece a las áreas metropolitanas, como gustan de recordar amargamente los estudiosos de las marginales, un admirable instrumento ideológico de penetración económica en estas últimas, sino también porque promete cumplir dentro de aquéllas una función de reconciliación social en el marco del orden capitalista) es la fe común de dirigentes políticos y sectores altos locales, a la que, sin embargo, son capaces de imponer en defensa de muy concretos intereses limitaciones desconcertantes para quienes ven en ellos a las víctimas de una fascinación exclusivamente intelectual por ciertas doctrinas. En todo caso el librecambio es un factor de aceleración del proceso que comienza para Latinoamérica, y esa es, sin duda, la causa última de su popularidad local, que se amplía también gracias a los nuevos hábitos de consumo de sectores urbanos en expansión, que hace depender de la importación a masas humanas cada vez más amplias.

Estos sectores urbanos pueden a menudo impacientarse ante el monopolio político de las oligarquías exportadoras, y en etapas más tardías llegarán a amenazarlo. Sin embargo, coinciden con ellas en apoyar las líneas fundamentales de la transformación que ahora comienza: esto hace posible una continuidad política más marcada de lo que podía suponerse dada la frecuencia de conflictos a menudo violentos, pero que no afectan la presencia de coincidencias fundamentales, que antes no se daban en el mismo grado: América latina parece haber encontrado, finalmente, su camino, y en cuanto a ello las disidencias se hacen cada vez menos significativas.

La coincidencia que se ha apuntado no excluye que los beneficios derivados del nuevo orden se hayan distribuido muy desigualmente dentro de las sociedades latinoamericanas. Ya se han señalado los que de él extraen las clases terratenientes, en cuanto propietarias de la tierra, cuya valorización es una

consecuencia inmediata del orden nuevo, pero también en cuanto dotadas de influencia política que les permite beneficios adicionales. Estas clases, más ricas en tierras que en dinero, frecuentemente endeudadas, constituyen, junto con los políticos reclutados en las elites urbanas, lo mejor de la clientela de los nuevos bancos nacionales que van surgiendo en Latinoamérica; aun los bancos extranjeros deben abandonar su preferencia por los deudores solventes para comprar mediante créditos generosos la buena voluntad de quienes ejercen el poder local. Dejando de lado las facilidades que la situación ofrece para la corrupción, las peculiaridades de los sectores dominantes explican que la política monetaria de los estados latinoamericanos haya sido frecuentemente aun menos ortodoxa que su política aduanera: el culto por la moneda con respaldo metálico, que en doctrina no se abandona nunca, es durante largas etapas excesivamente platónico, y los sistemas de moneda de papel florecen, sea como consecuencia de una legislación bancaria demasiado incauta, que orienta el crédito hacia los sectores altos y lo hace pagar luego por el conjunto de la población mediante la emisión, sea como resultado de las crisis financieras de los estados que se han lanzado con demasiada avidez sobre el crédito internacional, y deben echar mano del respaldo metálico de su circulante interno para atender obligaciones exteriores en horas de crisis, renunciando momentáneamente a la convertibilidad.

En los conflictos monetarios pueden hallarse los más sonados episodios de resistencia de los sectores altos locales a las fuerzas que desde fuera dirigen la economía hispanoamericana, y que mantienen por la moneda con respaldo metálico una devoción sin desfallecimientos. Si bien la finanza internacional se maneja casi exclusivamente en metálico (sólo excepcionalmente Argentina logró la hazaña de instalar sus cédulas hipotecarias, cotizadas en papel moneda, en las bolsas europeas, haciendo así pagar por los inversores ultramarinos una parte del coste de la creación de la gran estancia moderna, cuyos beneficios quedan reservados a la clase terrateniente local), el comercio de exportación europeo hacia América latina se dirige en último término a compradores a crédito que usan los distintos circulantes internos, y debe absorber una parte de las pérdidas de las desvalorizaciones.

La parte principal, sin embargo, debe ser soportada por los sectores medios y populares urbanos latinoamericanos (los rurales, menos vinculados en sus consumos esenciales a una economía de mercado, los sufren menos). La adhesión que estos sectores, sometidos a oscilaciones brutales de prosperidad y penuria, otorgan a un orden incapaz de asegurarles un bienestar estable, no es demasiado incomprensible si se tiene en cuenta la experiencia anterior de esos grupos. Fue el nuevo orden el que, al dar más dinero al Estado, le ha permitido pagar mejor a sus empleados y sobre todo multiplicar su número; al aumentar de este modo (y mediante la nueva riqueza que proporciona a los terratenientes) la capacidad de consumo urbano ha permitido una expansión del pequeño y mediano comercio; está comenzando a hacer posibles algunas actividades industriales orientadas hacia ese mercado local. Todo este sector nuevo, sin duda, sufre más que los ubicados en niveles sociales más altos con las alternativas de prosperidad y depresión, pero –aún más que esos sectores –debe su existencia misma al nuevo orden económico y no conoce alternativa válida para él; sus protestas suelen entonces volcarse sobre ciertos aspectos o ciertas consecuencias enfadosas de ese orden, cuyos rasgos esenciales acepta a la vez sin reservas.

Las víctimas de ese orden nuevo se encuentran sobre todo en los sectores rurales. Ya se ha señalado que uno de los elementos precursores de su aparición fue el comienzo de la expropiación de las comunidades indias, en las zonas en que éstas habían logrado sobrevivir hasta mediados del siglo XIX. Sin duda, esa expropiación no lleva necesariamente a la incorporación de los ex comuneros a nuevas clases de asalariados rurales; para ello sería necesaria una incorporación plena de las áreas rurales a una economía de mercado, que está lejos de darse. El resultado acaso más frecuente es, por el contrario, su

mantenimiento en tierras que ahora son de grandes propietarios individuales, una parte de las cuales utilizan los labradores para cultivos de subsistencia, a cambio de prestaciones de trabajo en aquellas cuyos frutos corresponden al propietario. Esa solución predomina en el macizo andino sudamericano: en México es la evolución hacia la hacienda trabajada por peones la que predomina.

La incorporación a un proletariado rural proporciona muy escasos beneficios a quienes las sufren: los sectores que dirigen la modernización agraria, escasos de capitales, no encaran sino cuando no les queda otra salida la constitución de una mano de obra realmente pagada en dinero; encuentran que los peones asalariados son no sólo demasiado costosos, sino también demasiado independientes: un campesino con dinero suele, en efecto, creerse más libre de lo que efectivamente está, y abandonar la hacienda. El sistema de endeudamiento, facilitado porque el hacendado ha heredado del antiguo corregidor un derecho no escrito de repartimiento que le permite fijar precios y cantidades de artículos consumidos por sus peones, se revela más eficaz para disciplinar a la mano de obra; lo es aun cuando el hacendado tiene el poder político, administrativo y militar a su servicio: en efecto, la función de hacer producir al campesino y la tierra se ha transformado, en un régimen económico que se apoya en la constante expansión de las exportaciones, en una suerte de servicio público.

Lo necesita: la modernización económica impone a la fuerza de trabajo rural cargas que ésta no aceptaría espontáneamente. Si las relaciones de trabajo se han modernizado en los hechos mucho menos que en la letra de la ley, y aun ésta sigue consagrando regímenes muy poco modernos, el estilo de trabajo que se espera de los campesinos latinoamericanos concede en cambio muy poco a tradiciones consolidadas en etapas en que la rigidez de los mercados de consumo no empujaba a aumentar la producción. Ahora, por el contrario, el ritmo de trabajo debe cambiar radicalmente para aumentar la productividad de la mano de obra; las quejas sobre la invencible pereza del campesino hispanoamericano, en que coinciden observadores extranjeros y doctos voceros locales del nuevo orden, son testimonio de la presencia de un problema insoluble: se trata de hacer de ese campesino una suerte de híbrido que reúna las ventajas del proletario moderno (rapidez, eficacia surgidas no sólo de una voluntad genérica de trabajar, sino también de una actitud racional frente al trabajo) y las del trabajador rural tradicional en América latina (escasas exigencias en cuanto a salarios y otras recompensas, mansedumbre para aceptar una disciplina que, insuficientemente racionalizada ella misma, Incluye vastos márgenes de arbitrariedad). Son demasiadas exigencias a la vez, y no es extraño que no todas se alcancen de modo completo. Mientras tanto, el sistema se apoya en la aceptación sólo forzada de la plebe rural, que es la gran derrotada sin haber casi ofrecido lucha.

Este cuadro conoce, sin duda, no sólo diferencias de matiz sino también excepciones locales: en el litoral rioplatense hay una expansión agrícola mediante inmigrantes arrendatarios cuyo nivel de vida es más alto que el tradicional; en Chile, al lado del *inquilino* (labrador en tierra ajena) de estatuto tradicional, ciertos arrendatarios que pagan en moneda alcanzan una autonomía más real frente al propietario. Pero en casi todas partes los territorios comunitarios, y más generalmente los de agricultura tradicional, ofrecían a la vez tierras y mano de obra para una explotación más moderna, y la presión del poder público hacía que esa mano de obra –relativamente abundante para las nuevas necesidades– pudiese muy poco en cuanto a la fijación de su nuevo estatuto; aun en tierras de población local escasa el recurso a la inmigración no siempre asegura una mejora en la situación del trabajador de la tierra: en la costa peruana, en Panamá o en Cuba los *coolies* chinos parecen ser una respuesta a la clausura definitiva de la fuente africana; jurídicamente libres, son vendidos, sin embargo, a hacendados (o a compañías de obras públicas) por los importadores a quienes deben el monto del pasaje; sistemas análogos se practican, aunque más limitadamente, en el Río de la

Plata por empresarios franceses y españoles respecto de inmigrantes vascos y gallegos, en los años entre 1850 y 1870, y en Brasil se conocerán aún en fecha más tardía para inmigrantes portugueses y sobre todo italianos.

La inmigración es, pues, otro aspecto del proceso que comienza. Desde 1810 ha tendido a colocársela cada vez más en primer plano en cualquier proyecto de transformación económica y social: esta tendencia se acentuó hacia mediados de siglo, cuando Estados Unidos comenzó a dar un ejemplo impresionante de cómo ella podía contribuir a cambiar el ritmo de crecimiento de un país. Sin embargo, la inmigración fue en Latinoamérica de importancia muy variable. En todas partes continuó y se acentuó la integración de extranjeros en los niveles altos de las sociedades urbanas; las nuevas funciones que iba asumiendo la economía metropolitana aseguraban, en efecto, el mantenimiento de este proceso. Inmigración masiva sólo se dio en algunas tierras atlánticas: Argentina, Uruguay, Brasil central y meridional; y en la época que nos interesa aun en esas regiones sólo comenzaba a hacer sentir sus consecuencias. En el resto de Latinoamérica, ni la expansión de la población global ni el crecimiento de las ciudades se apoyaron de modo numéricamente importante en los aportes inmigratorios.

Ese crecimiento demográfico comienza a hacerse en casi todas partes muy rápido: aunque más moderado, se había dado también en la etapa anterior. Ni el peso de las guerras, ni el de la modernización a menudo brutal gravitaron con intensidad comparable a los factores que en la etapa colonial habían provocado derrumbes demográficos vertiginosos: esto era así ya antes de que el progreso sanitario introdujese en los cambios de población un factor no vinculado con las condiciones generales de vida (de él sólo se conocía, hacia 1870, y muy desigualmente difundido, el uso de la vacuna contra la viruela, introducido en el siglo anterior por la monarquía ilustrada); es preciso admitir entonces que nunca volvieron a conocerse en la Hispanoamérica independiente condiciones comparables a las de los siglos XVI y XVII. En todo caso los testimonios que poseemos, aunque muy defectuosos, se confirman recíprocamente. Hacia 1865-75 las provincias argentinas, con 1.800.000 habitantes, han triplicado su población de comienzos de la centuria. Brasil ha crecido con ritmo comparable, y tiene 10.000.000. Chile la ha duplicado (2.000.000 en 1869), como Perú (2.600.000 en 1876), Nueva Granada (2.900.000 en 1871), y Venezuela (1.800.000 en 1873); Bolivia la ha acrecido en un 70 por 100, y México en un 50 por 100.

El crecimiento del comercio internacional (que da la medida más precisa del ritmo del proceso que incorpora a América latina, como región productora de materias primas, al comercio mundial) es aún más rápido: en 1880 la República Argentina ha decuplicado las exportaciones del virreinato del Río de la Plata a comienzos del siglo y multiplicado por cincuenta el valor de las del litoral ganadero que constituyen ahora el núcleo de su comercio exportador: Chile también ha multiplicado cincuenta veces las suyas de comienzos del siglo. El crecimiento es, sin duda, en otras partes más moderado: Brasil decuplica el valor de sus exportaciones de comienzos de siglo; Nueva Granada las ha multiplicado siete veces; Venezuela, en proporción comparable; Perú las ha quintuplicado; Ecuador sólo las ha triplicado, mientras Bolivia las ha acrecido en un 75 por 100, y México sólo en un 20 por 100. El aumento se concentra entonces en las zonas marginales del antiguo imperio; no es extraño que se acompañe de una caída de la importancia relativa de las exportaciones de metales preciosos que se da aún en los tradicionales exportadores de oro y plata: en Chile sólo cubren éstas menos del 2 por 100 del total de las exportaciones; en el conjunto del antiguo virreinato del Río de la Plata sólo el 5 por 100 (era el 80 por 100 en 1800): en Brasil ha desaparecido de las exportaciones (a las que aportaban alrededor del 20 por 100 en 1800); en Nueva Granada constituyen el 16 por 100 del total, cuando habían cubierto más del 80 por 100 durante la última etapa colonial.

La expansión, que no se da ya predominantemente en torno a la minería, es el fruto de un conjunto de *booms* producti-

vos, algunos de los cuales son de incidencia sólo local, mientras otros afectan a más de una región latinoamericana. Así, si en esta época el cobre y el trigo son episodios chilenos, la lana es rioplatense y el guano peruano, el café se expande en Brasil, Venezuela, Nueva Granada y Centro América, y el azúcar atraviesa una expansión menor en las Antillas, México y Perú. Esos procesos tienen en común requerir inversiones directas de capital relativamente reducidas (aun en las primeras etapas de la expansión de la minería del cobre en Chile, los capitales locales resultaron suficientes para asegurarla). Sin duda, otras inversiones son necesarias para acelerar el proceso: las que se vinculan con la instalación de redes ferroviarias y telegráficas. La República Argentina tiene en 1878 2.200 kilómetros de ferrocarriles y más de 7.000 de telégrafos; Chile, 1.500 y más de 4.000, respectivamente; Brasil, más de 2.000 de vías férreas y cerca de 7.000 de telégrafos; Nueva Granada, 100 y más de 2.000; Venezuela, algo más de 100 de ferrocarriles; México 600 de ferrocarriles y algo más de 11.000 de líneas telegráficas. El avance es, como se ve, muy desigual y, por otra parte, sólo en algunos países –Argentina, Chile, México, Uruguay– conduce a la creación de sistemas ferroviarios nacionales; en otras zonas sólo vincula algunos centros productores del interior con sus puertos de exportación ultramarina: el sistema ferroviario de Brasil, el de Perú, se organizan de esta manera.

Por otra parte, la construcción de ferrocarriles, si escapa casi a la inversión privada local, tampoco corre por entero a cargo de la extranjera. En esta etapa el papel de las inversiones públicas es muy grande: el Estado construye la mayor parte de los ferrocarriles peruanos y chilenos y una porción importante de los argentinos. Aun cuando así no ocurre, las garantías que ofrece a los inversores extranjeros resultan onerosas: la tasa mínima de ganancias, calculada sobre capitales a menudo muy generosamente apreciados, es alcanzada con dificultad por las compañías, y la diferencia debe ser cubierta, año tras año, por el fisco. Esta solución es preferida por un conjunto de razones, algunas difícilmente confesables (las concesiones de interés

garantizado permiten un margen de provechosa corrupción mayor que la gestión directa); otras más objetivas: un fisco que tiene márgenes escasos para gastos extraordinarios puede preferir retardar su colaboración financiera hacia un futuro en el cual la línea ferroviaria, aunque puede ser de rendimiento bajo, habrá contribuido a provocar una expansión económica que repercutirá a su vez en los ingresos del Estado.

En todo caso, el aporte de las inversiones extranjeras es menor de lo que suele suponerse; en parte debido al bajo rendimiento de las ferroviarias. Otros elementos contrarrestan el estímulo negativo de éste: el tendido de la red asegura un mercado para la industria metalúrgica y las exportaciones de combustibles del país inversor. Pero esos resultados positivos se obtienen también mediante inversiones garantizadas y no es extraño, entonces, que ésta haya sido la fórmula favorita en los países metropolitanos. Por el momento, el monopolio británico en la expansión ferroviaria latinoamericana no es seriamente amenazado en parte alguna y constituye un nuevo elemento de sostén de la hegemonía británica, a la que otros aspectos del proceso parecen amenazar.

La expansión latinoamericana se acompaña, en efecto, de una ampliación del comercio, que se orienta ahora en parte hacia regiones nuevas. Si Gran Bretaña es la principal compradora en Chile, Perú, Brasil y Uruguay, no lo es en Argentina, Nueva Granada, Venezuela ni México; más ilustrativo es señalar que un conjunto de exportaciones nuevas, desde la lana (del Río de la Plata) hasta el café suave de los países del Caribe no encuentra desemboque en el mercado inglés. Sin embargo, esta aparición de otros mercados para las exportaciones es limitada en sus efectos porque no siempre tiene su equivalente en el comercio de importación: así la República Argentina, que exporta ahora a Francia, Bélgica y España por valores muy considerables, sigue concentrando sus compras en Gran Bretaña; en Venezuela y México la posición de las importaciones desde Gran Bretaña, si no es tan predominante, lo es en todo caso más que la de las exportaciones a ella. Por

añadidura, Gran Bretaña retiene un predominio no disputado de los mecanismos bancarios y financieros: los bancos ingleses, que desde la década del sesenta se van instalando en América latina, son los intermediarios casi exclusivos en el intercambio de metálico con Europa; la mayor parte de los gobiernos latinoamericanos usan a banqueros de Londres como sus principales agentes financieros.

Gracias a todo ello, la influencia británica se mantiene dominante, pese a que otros países aumentan con ritmo más rápido sus relaciones comerciales con Latinoamérica; en particular Francia las estrecha durante la época del Segundo Imperio (que es también la de una expansión industrial que le permite competir en algunos aspectos con Inglaterra en la venta de productos terminados y la de un crecimiento urbano latinoamericano que acrece los consumos de productos franceses de exportación más tradicional, desde los textiles y domésticos de lujo y semilujo hasta las bebidas); entre 1848 y 1860 las exportaciones francesas a Latinoamérica pasan de treinta a más de ciento veinte millones de pesos plata (seiscientos millones de francos). Esta expansión no basta para hacer de Francia un factor decisivo en el comercio exterior latinoamericano; las posibles ventajas políticas que de ella derivan las pierde Francia por intentar de nuevo extremarlas.

La tentativa francesa de afirmar su hegemonía sobre el norte de América latina se apoya en la efímera ausencia de Estados Unidos como factor importante en el equilibrio de poderes extraños que gravitan sobre Latinoamérica. Esta ausencia se hace sentir desde antes de la guerra de Secesión, como consecuencia del difícil equilibrio entre estados libres y de esclavitud. Pero terminada la guerra civil, Estados Unidos recupera una política latinoamericana coherente, que con el tiempo se hará cada vez más decidida; al mismo tiempo, la estrella de Francia palidece y la política británica toma cada vez más en cuenta el avance norteamericano, que sólo intenta discretamente frenar en las zonas en que el predominio económico inglés se está consolidando.

De nuevo es Gran Bretaña la que maneja con más prudencia su enorme influjo; sus objetivos parecen modestos si se los compara con los grandiosos de la Francia imperial (elevar una barrera latina y católica a la expansión de la América inglesa y protestante) y los más tardíamente propuestos por Estados Unidos (incorporar las tierras españolas hasta Panamá en unos Estados Unidos transformados en dueños de todo el subcontinente norteamericano). De nuevo para Inglaterra se trata, sobre todo, de custodiar (con presiones discretas) intereses privados que conocen ya admirablemente de qué modo es posible asegurarse apoyos locales. Esa política probablemente sólo parece lúcida gracias a su prudencia: en pleno triunfo del liberalismo progresista es sólo ella la que impide a Gran Bretaña emprender acciones insensatas a partir de juicios frecuentemente erróneos (así, por ejemplo, en la Argentina de Mitre, tan favorable a los intereses a largo plazo de Inglaterra, la diplomacia británica sigue añorando a los gobiernos autoritarios sobre modelo rosista, que juzga los únicos capaces de asegurar el orden interno). Pero gracias a esa prudencia, en las tierras sometidas a la hegemonía económica británica ésta sólo será discutida muy ocasionalmente por políticos cuyos previos fracasos los inducen a una sinceridad muy poco apreciada por un público que los juzga guiados sobre todo por el resentimiento, y permanece indiferente al fondo del problema. Sólo cuando –luego de 1929– la decadencia del poder económico de la metrópoli haga imposible mantener la relación que se consolida en esta etapa, descubrirán Argentina o Brasil que han tenido que soportar un imperialismo británico.

La moderación de éste es entonces sólo aparente: a falta de un *grand dessein* político le sobran objetivos concretos que defender, y una vez asegurados éstos Gran Bretaña tiene predominio de hecho sobre buena parte de Latinoamérica. Para asegurar la defensa de los intereses británicos se dan instrumentos que no necesitan ser blandidos amenazadoramente: así, países endeudados que necesitan de nuevos créditos de la

plaza de Londres se muestran espontáneamente sensibles a los puntos de vista de la metrópoli financiera. Esta necesidad objetiva es aceptada sin demasiada resistencia por la opinión pública latinoamericana; los gobernantes que son elogiados en el *Economist,* los más importantes que marchan a Londres a recibir el agasajo de comités de homenaje en que dominan los banqueros de la City, no sólo buscan cultivar a los prestamistas de los que dependen; ganan al mismo tiempo prestigio frente a los más influyentes entre sus gobernados, mientras el resto encuentra objetivos más inmediatos para su rencor que la discreta presencia británica.

La renuncia a ambiciosos objetivos políticos era una de las razones de fuerza de la potencia hegemónica: si, por ejemplo, la Francia del segundo imperio sólo era guía aceptada por quienes se inclinaban a soluciones marcadamente autoritarias y por lo menos parcialmente tradicionalistas, la Inglaterra victoriana, que se presentaba a Latinoamérica despojada de cualquier actitud misionera, contaba con la adhesión de todos cuantos aceptaban los rasgos esenciales de la modernización en curso; y éstos –como puede deducirse del cuadro de fuerzas sociales que la apoyaban– cubrían el entero espectro político, desde los generales dispuestos a compensar con rápidos progresos materiales la desaparición de la libertad política de la que han despojado a sus gobernados, hasta las oligarquías que prosperan con las exportaciones, y los sectores medios urbanos que creen estar colaborando en la construcción de un remedo latinoamericano de la Europa burguesa.

Esta coincidencia de los grupos dirigentes en torno a algunos puntos esenciales no se ha alcanzado sin lucha: guerras causadas por rivalidades en torno a zonas que revelan bruscamente su riqueza (como la segunda del Pacífico); guerras civiles que se transforman en internacionales (como el ciclo de luchas argentinas y uruguayas que desemboca en la guerra de Paraguay); otras guerras civiles que llevan a intervenciones de potencias ultramarinas (la mexicana de la Reforma, que se continúa en la lucha contra la intervención francesa).

No es extraño que en esta primera etapa de afirmación de un orden nuevo abunden las luchas; hay sobradas causas internas para ello. Hay también algunas exteriores: la actitud que lleva a Francia a intervenir en los asuntos latinoamericanos no es sino un aspecto de la reaparición de fuerzas ultramarinas, que no por ser tradicionales dejan de participar en la expansión general de Europa. Así, junto con Francia reaparece España, que en nivel más modesto está buscando también ella reconciliar sus oposiciones internas en una política activa hacia fuera. Las tentativas españolas –más débiles y también más incoherentes que las francesas– son de consecuencias más limitadas. Pero, en 1845-46, la reaparición del general Flores en el Pacífico meridional, al frente de una expedición organizada desde la ex metrópoli, sirve para enconar una guerra civil en Ecuador y hacer más tenso el clima político desde Chile a América Central. Resultados aún más amplios tiene la desconcertante política de ataques e incursiones llevada adelante en el mismo teatro en 1864-65 por la flota española de Pareja y Méndez Núñez: si el régimen político chileno, que estaba atravesando una delicada transición, salió indemne del conflicto, en Perú éste contribuyó a provocar un cambio de gobierno.

Más importante gravitación que la de España tiene otra presencia vieja y nueva, con la que la Francia imperial espera contar como aliada: la de la Iglesia. La emancipación y la etapa de aislamiento respecto de Roma que ella significó para la Iglesia hispanoamericana retardó el comienzo de un proceso que al mismo tiempo contribuyó a hacer más brusco: el triunfo del ultramontanismo, que a la vez que colocaba a la Iglesia católica más firmemente en manos romanas la ponía incondicionalmente al servicio de la lucha contra las novedades del siglo. Esta doble innovación está destinada a ser muy escasamente apreciada en Latinoamérica, donde las ideologías liberales están ganando prestigio creciente y los sectores tradicionalistas están educados en un regalismo más extremo que en cualquiera de sus modalidades europeas; y donde el

clero siempre vivió sometido a una tutela del poder civil que la revolución, si no siempre intensificó, por lo menos hizo sentir de manera nueva, al cargar de sentido político un nexo que antes era sobre todo administrativo. Pero las iglesias locales habían salido en casi todas partes muy debilitadas de la etapa revolucionaria; la reconstrucción del organismo eclesiástico se hacía frecuentemente apelando a sacerdotes europeos, muy poco sensibles a las tradiciones locales. De este modo la Iglesia muestra una audacia nueva en momentos en que la actitud dominante en Hispanoamérica hacia ella es cada vez más reticente: la consecuencia es que aun gobiernos muy moderamente reformadores –y a veces junto con ellos otros sólo culpables de mantenerse apegados a una concepción de las relaciones entre Iglesia y Estado que ya no es aceptada por sus interlocutores eclesiásticos– deben enfrentar resistencias que adquieren las modalidades verbales (a veces no sólo verbales) de la guerra santa. La nueva Iglesia, si tiene organización más vigorosa, no siempre conserva esa adhesión popular (que desde su origen era localmente muy variable) en la que reside lo esencial de su fuerza política.

Las modalidades de la nueva situación se manifiestan muy claramente en México: allí la revolución liberal conquista una base popular frente a una oposición eclesiástica ahora masiva (y no limitada a las jerarquías altas); al mismo tiempo la Iglesia cumple mejor que antes su papel de núcleo de la resistencia conservadora, y por añadidura es un nexo esencial entre ésta y las fuerzas políticas y financieras europeas, que contribuyeron a ampliar el conflicto. Al lado de este ejemplo impresionante se dan otros más modestos pero no menos significativos; muchos de ellos provienen del ciclo de luchas en torno a la masonería, que en el pasado había contado en sus filas no sólo a católicos liberales, sino en algunos casos a quienes no simpatizaban en absoluto con las ideas modernas (masón era, por ejemplo, desde su juventud, el uruguayo general Oribe, cuyo catolicismo era muy escasamente liberal). Ahora la opción brutal entre la Iglesia y la masonería era hallada injusta por

muchos adherentes sinceros a ambas instituciones; la energía con que era impuesta por el episcopado era vista con malos ojos por un poder político acostumbrado a un clero más sumiso.

Los cambios en la composición del cuerpo eclesiástico influían en el mismo sentido; los refugiados ante el triunfo del liberalismo español, como luego los del Kulturkampf, o los de las leyes de laicización en Francia, podían ser, en algunos casos, más ilustrados que el clero local, sumariamente formado en seminarios que frecuentemente habían ido perdiendo en los años turbios dejados atrás la necesaria disciplina de estudios. Pero –castigados por una experiencia que los había traído de Europa, a lo que juzgaban a menudo rincones de barbarie– no eran por eso más tolerantes; la posibilidad de que el liberalismo los persiguiera aun en sus refugios hispanoamericanos les causaba horror, y se disponían a enfrentarla con una tenacidad fanática que coincidía demasiado bien con las tendencias generales de una Iglesia que se sentía acorralada por el espíritu del siglo. La figura del obispo Schumacher, que a fines del siglo XIX se embelesa ante el caso que su grey ecuatoriana hace aún de las excomuniones y las prodiga para afrontar el avance de la revolución liberal (que, por su parte, el criollo arzobispo de Quito, ilustre letrado y gran señor, contempla más serenamente; pese a las condenaciones de principio de que tampoco es avaro, sabe demasiado bien que la Iglesia ecuatoriana sobrevivirá al triunfo de esos liberales que se proclaman también sus hijos), la figura de este belicoso prusiano, que termina por dirigir acciones de guerra, si es excepcional, es indicativa de una tendencia.

Sería, sin embargo, formarse una idea incompleta del problema suponer que todas las innovaciones que crearon una tensión nueva entre Iglesia y Estado fueron aportadas por la Iglesia. Había en la sociedad hispanoamericana fuerzas cada vez más vigorosas que se disponían, por su parte, a atacar el estatuto de la Iglesia y las órdenes, tal como había sido elaborado en tiempos coloniales.

Esas fuerzas tenían en algunas regiones un objetivo inmediato: la riqueza eclesiástica, sobre todo la inmueble. Ello ocurría así precisamente donde la Iglesia había acumulado, en tiempos coloniales, patrimonios inmobiliarios muy vastos y los había conservado sustancialmente incólumes durante la guerra revolucionaria: es el caso de México, Nueva Granada o Guatemala; en buena parte la oposición a las órdenes puede aquí explicarse por la codicia que sus tierras despiertan, y la expropiación de éstas es un proceso irreversible (así, en Nueva Granada la restauración de la primacía católica va acompañada de indemnizaciones monetarias a las órdenes, pero los nuevos propietarios laicos no son molestados en el disfrute de su patrimonio territorial). Pero las tendencias hostiles a la situación tradicional de la Iglesia se dan también allí donde su riqueza –relativamente escasa desde tiempos coloniales– ha sido mal defendida de las tormentas revolucionarias y no ofrece ya un atractivo botín. En este punto no se equivocaban los eclesiásticos que combatían el espíritu del siglo: era el contacto creciente con la nueva cultura metropolitana el que comenzaba a mostrar a las elites criollas que era posible dejar de ser cristiano. Este descubrimiento no fue acompañado necesariamente de la adopción de un anticlericalismo militante; significó, sin embargo, una independencia nueva de los sectores gobernantes frente a la Iglesia, de la que se tomaba en cuenta cada vez más exclusivamente su influencia política. La Iglesia dejaba de ser entonces una organización dotada acaso de escasa autonomía frente al poder político pero identificada con la fe religiosa de la entera sociedad y de sus gobernantes: era la organización militante del sector no descristianizado de la sociedad. Sin duda, éste era abrumadoramente mayoritario, pero las defecciones todavía poco numerosas eran importantes en la medida en que se daban sobre todo en los sectores gobernantes y en las elites intelectuales que estaban muy cerca de ellos.

Cada vez menos segura del apoyo del poder político y, en general, de las elites sociales e intelectuales, la Iglesia adoptaba una actitud más combativa; pero gracias a ella podía ir descubriendo otros aspectos negativos –hasta entonces no muy tomados en cuenta– de la herencia colonial. En el orden colonial la Iglesia tenía una situación privilegiada, en cuanto –siendo uno de los elementos esenciales del sistema de gobierno– era el único con el cual los amplios sectores postergados por ese sistema sentían alguna identificación. Esta posición tan favorable no excluía que fuese muy difícil transformar el tibio apoyo pasivo de las masas populares en una actitud más militante; aún resultaba ello menos fácil a una institución que debía presentar lucha cuando sólo comenzaba a recuperar una estructura sólida luego de las tormentas revolucionarias. Si la religiosidad de las masas mexicanas guatemaltecas o neogranadinas era indudable, si pese a los elementos precristianos que conservaba en mayor o menor medida ésta se identificaba con la fe en que la Iglesia las había adoctrinado, no era menos evidente que esa religiosidad no impedía a los partidos liberales hacerse de un séquito popular a pesar de todas las vehementes condenas eclesiásticas.

La cristianización popular, cuya superficialidad no había implicado un riesgo mientras la Iglesia había conservado un estatuto no discutido por los sectores gobernantes, revelaba ahora todas sus limitaciones, y la adhesión a la Iglesia –intercesora en nombre de las masas frente al orden tradicional, pero intercesora eficaz en la medida en que era parte de ese orden– se revelaba fundada en sentimientos muy complejos y ambiguos, entre los cuales los de temor (temor reverencial al sacerdote como agente de un orden sobrenatural, pero también temor a las influencias terrenas de que el sacerdote dispone, y que no necesariamente se manifiestan en modos de conducta benévolos) aparecen dominantes: la Iglesia, desde que se proclama perseguida, pierde una parte de su prestigio frente a esas masas de cuya religiosidad escasamente ilustrada espera obtener el desquite frente al despego de los sectores gobernantes. No es extraño entonces que la resistencia eclesiástica sea sólo un episodio relativamente pasajero en

la adaptación de la institución al nuevo orden; en algunos decenios la Iglesia latinoamericana aprende a vivir dentro de él, y para volver a usar su influjo sobre los sectores altos, que está lejos de haber desaparecido, debe presentarse como dispuesta a aceptar lo esencial del cambio ocurrido y a desempeñar dentro del orden nuevo papel análogo al que fue el suyo en el viejo.

De este modo, la Iglesia ha tomado en cuenta uno de los rasgos más notables del cambio ocurrido en Hispanoamérica: la ampliación de la vida política por participación de sectores nuevos es muy limitada: en casi todas partes los que dominan la economía conservan hasta 1880, y aun más allá, el monopolio del poder político o, en todo caso, lo comparten con fuerzas que han entrado a gravitar desde antes de la renovación de mediados del siglo (la más importante de las cuales es, en todas partes, el ejército). La renovación política termina entonces por reducirse a un proceso interno a los sectores dirigentes, ellos mismos escasamente renovados en su reclutamiento. Este desenlace tiene algo de inesperado, si se toma en cuenta las resistencias que en sus comienzos la renovación encontró, demasiado violentas para que sea explicación suficiente la presencia de una generación de dirigentes políticos que en casi todas partes se resigna mal a su ocaso.

Esas resistencias se explican más bien por el modo en que el programa comienza a difundirse: sus primeros adeptos los ganó en sectores muy marginales dentro de las elites urbanas; no tiene nada de incomprensible entonces que su pretensión de conquistar el poder y dirigir la etapa que se avecina sea recibida al comienzo con alarma por los dueños del poder económico y social. En casi todas partes, a mediados del siglo XIX, un orden sustancialmente conservador, más o menos firmemente arraigado, está amenazado por el crecimiento de una oposición que se nutre sobre todo de las ciudades en crecimiento; esta oposición no expresa sólo el descontento siempre disponible de la plebe urbana, sino sobre todo el de muchos jóvenes de las clases instruidas pero no necesariamente ricas, a los que la sociedad hispanoamericana no es más capaz en 1850 que en 1800 de dar el lugar que juzgan suyo en derecho, y a quienes el conservadurismo intelectual dominante resulta particularmente insoportable; a menudo esa oposición recoge también la pretensión de clases medias urbanas a recibir trato más respetuoso de sus gobernantes.

El poderío económico y social que sostiene estas protestas es insignificante; si consolidan sus avances es porque logran evocar en su apoyo a elementos mas poderosos, pero esto sólo lo alcanzan cuando ya han obtenido una supremacía política que ha comenzado por ser muy frágil. En su vejez, el argentino Sarmiento evocaba –para condenarla– su indignación porque luego de derribar a Rosas, Urquiza no le había dado el poder político a él y sus amigos: Urquiza, dictaminaba un Sarmiento al que la edad había aportado un más sereno conocimiento del mundo, había hecho bien en no fiarse de unos escritores sin prestigio ni dinero, en apoyarse, en cambio, en los hacendados, en los ricos comerciantes, en los letrados que habían sido antes sostenes de la federación rosista. Esta sabiduría desengañada nos propone una conclusión muy dudosa: los escritores sin dinero vencieron a Urquiza, porque los hacendados, los ricos comerciantes, los letrados, les otorgaron finalmente su confianza. Esta historia se repite desde Buenos Aires hasta México: el credo liberal es demasiado satisfactorio a los intereses dominantes para que los recelos que inspiran sus primeros abanderados sean un obstáculo decisivo. Pero la conversión de los poderosos al nuevo orden sólo llegará cuando sus ventajas se hayan hecho evidentes, cuando su viabilidad se haya revelado por lo menos probable. Hasta entonces las fuerzas renovadoras tienen que llevar adelante en más de uno de los nuevos países latinoamericanos una lucha a menudo extremadamente difícil. En otros países, sin duda, la transición se da sin combate: se trata aquí de una más superficial evolución de actitudes dentro de los sectores ya antes dominantes: ese triunfo más fácil del orden nuevo se revelará, a menudo, también menos duradero.

Estos procesos requieren ser examinados dentro del marco nacional; y en cada nación su ritmo varía. Los límites cronológicos de los desarrollos que van a examinarse no podrían ser coincidentes, puesto que los que separan la etapa en que se combate aún por el nuevo orden y aquélla en que éste se consolida no son los mismos en los diferentes países. Por otra parte, esta separación entre dos etapas de un único proceso implica una elección de ciertos signos juzgados más importantes que otros para marcar la transición, y ésta tiene necesariamente algo de arbitrario. Por último, es preciso recordar que ciertos rincones latinoamericanos demasiado bien protegidos contra el cambio viven dentro de los límites cronológicos de la etapa que en otras partes aporta tan graves innovaciones sin atravesar ninguna sustancial. Sólo queda entonces explicitar los criterios –necesariamente discutibles– utilizados para establecer la separación entre la primera y la segunda etapa de afirmación del orden neocolonial: los elementos decisivos han sido dos; por una parte, una disminución en la resistencia que los avances de ese orden encuentran; por otra, la identificación con ese orden de los sectores económica y socialmente dominantes; esta identificación, que trae consigo un parcial abandono de los aspectos propiamente políticos del programa renovador de mediados del siglo, reorienta la ideología dominante del liberalismo al progresismo, y va acompañada a menudo –pero no siempre– de una simpatía renovada por las soluciones políticas autoritarias.

Quizá en ninguna parte este esquema de desarrollo se dé más claramente que en **México.** Aquí el punto de partida es la revolución liberal de 1854, que lleva a primer plano, junto con el general Álvarez, un veterano insurgente que ha combatido al lado de Morelos, a figuras desconocidas en la capital pero influyentes dentro del liberalismo provinciano: Melchor Ocampo, ex gobernador de Michoacán, Benito Juárez, abogado y también ex gobernador de Oaxaca, indio zapoteca casado con

la hija del comerciante genovés que, tras de tenerlo en su casa como criado, había costeado sus estudios.

Estos revolucionarios encuentran un eco en la capital, donde el liberalismo y el romanticismo triunfan juntos entre la juventud letrada. Lucas Alamán ha muerto en 1853; su fe desesperada en una restauración católico-monárquica no es demasiado compartida: Santa Anna ve con aparente indiferencia el derrumbe conservador, y abandona bien pronto la presidencia y el país. Los liberales triunfantes pueden hacer presidente a Álvarez y aplicar el plan de Ayutla, lanzado al comenzar su alzamiento; precisamente la aplicación de ese plan es lo que en la historia mexicana se llama por antonomasia la Reforma. La Reforma golpea sobre todo a la Iglesia y sus propiedades; la Ley Juárez despoja a los eclesiásticos de su fuero privilegiado, la Ley Lerdo prohíbe el mantenimiento de la propiedad inmueble en manos de comunidades (lo que perjudica a la Iglesia y las órdenes, pero también –resultado inesperado pero no mal recibido– a las comunidades indígenas). La resistencia es temible; Álvarez se aleja de la presidencia, y otro general liberal más conciliador, Comonfort, lo reemplaza. Su tentativa de acercamiento con los conservadores sólo sirve para causar su caída. La oposición conservadora se apodera de la capital, la guerra civil durará tres años; también los conservadores, puesto que el apoyo del ejército profesional no basta para vencer, arman a la plebe indígena y mestiza, ahora en defensa de la fe amenazada. Los liberales dictan la constitución de 1857, que incorpora a su texto las disposiciones de las leyes de reforma; dan sustancia a las alegaciones de sus adversarios cuando sus ejércitos saquean iglesias y conventos; en esa tierra de inquebrantable devoción que es México, estas actitudes no los privan, sin embargo, de firmes apoyos populares. Desde 1857 Juárez es presidente, y su bando domina a Veracruz y el Norte, y por tanto las comunicaciones ultramarinas y las rentas aduaneras. En 1861 los liberales conquistan la capital; la resistencia conservadora prolonga, sin embargo, la guerra civil en las provincias.

Y juega lo que cree su carta de triunfo: la intervención europea. El gobierno conservador ha acumulado deudas en casas bancarias de Francia y Suiza; durante la guerra civil, liberales y conservadores por igual han echado mano del dinero y las mercaderías de comerciantes ingleses y españoles. Ahora las potencias urgen a Juárez que liquide esas cuentas a menudo dudosas. Juárez alega con verdad que no puede hacerlo; el Estado mexicano está arruinado para muchos años. Las potencias intervienen: los anglofrancoespañoles ocupan Veracruz a comienzos de 1862. Francia se propone algo más que cobrar sus deudas (y las de banqueros suizos cuyos reclamos ha tomado a su cargo): en los conservadores cree haber encontrado apoyos locales para la afirmación de su hegemonía sobre México. Bien pronto las demás potencias interventoras dejan que continúe sola su riesgosa aventura; los fracasos iniciales (derrota de Puebla) agregan razones de prestigio a esa política de presencia: en junio de 1863 los franceses conquistan la capital, cuyo clero los recibe en delirio; el gobierno de Juárez comienza su retirada hacia el Norte. La estabilidad llegará al México conservador a través de la instalación de una monarquía: en esa solución coinciden veleidades ya antiguas de los conservadores mexicanos y las preferencias de su nuevo protector, el emperador francés.

En 1864 México también tiene emperador: es Maximiliano de Habsburgo, aceptado como tal mediante un plebiscito que el beneficiario parece haber creído expresión sincera de la opinión pública mexicana. El imperio había sido creado por los conservadores para deshacer la obra de la Reforma; se iba a cuidar muy bien de tanta imprudencia. La Reforma había creado ya sus propios beneficiarios: hacendados, pero sobre todo comerciantes de la capital y de las ciudades de provincias que se habían hecho propietarios de bienes antes eclesiásticos. Entre ellos –como notaban malignamente los desencantados conservadores– abundaban los franceses; era acaso más decisivo que abundaran sobre todo los mexicanos.

La causa conservadora había dejado ya de ser la de todos los que tenían algo que perder; era cada vez más la de una institución que defendía privilegios muy discutibles. Con esa causa las clases altas mexicanas se sentían cada vez menos identificadas a medida que se hacía evidente que el imperio –pese a todas las victorias de los ejércitos franceses– no podía pacificar al país. Terminada la guerra civil en Estados Unidos, agravada la crisis del equilibrio europeo por la guerra de 1866, los franceses se retiraron finalmente de México, dejando una vez más entregados a su destino a los elementos locales que habían confiado en su apoyo. Maximiliano, que no quiso seguirlos, presidió una resistencia sin esperanzas; fue capturado y fusilado por decisión de Juárez, que –devoto de la ley con la misma fe segura que los grandes fundadores de la tradición jurídica en las Indias españolas– consolidó, a través de la ejecución del hermano del emperador de Austria, juzgado como rebelde a la autoridad legítima, la nueva legalidad republicana de México.

La Reforma había así triunfado, pero heredaba, una vez más, un México en ruinas. La segunda guerra de Independencia, desemboque de la previa guerra de tres años, dejaba una herencia explosiva. México tenía ahora un ejército libertador, que amenazaba ser tan gravoso como el ejército trigarante, de cuya herencia, conservada a través de infinitas transformaciones políticas, sólo se había librado a través de la victoria liberal. Juárez redujo drásticamente las fuerzas armadas; ello provocó tormentas que fue capaz de superar. Redujo los gastos del Estado, salvo en la rama de educación, donde comenzó un vasto esfuerzo de difusión de la elemental; tampoco esta política austera iba a ganarle simpatías. Sobre todo porque los resultados eran lentos en manifestarse: México no superaba su estancamiento económico; la expansión de los cultivos de algodón había sido sólo consecuencia momentánea de la guerra civil de Estados Unidos, luego de su liberación, México debía contar para sus exportaciones sobre todo con su producción de plata, que no aumentaba. En 1873 esas exportaciones están

en el mismo nivel que diez años antes (y de hecho también que setenta años antes): veinticinco millones de pesos; el retorno a los niveles previos a 1810 se ha logrado ya en la década del cincuenta, pero no parece posible exceder esa modesta hazaña. Y los generales liberales de la guerra antifrancesa no eran oficiales de carrera atrincherados en el presupuesto del Estado, como los más entre los del ejército trigarante; eran caudillos de prestigio regional, que por otra parte podían capitalizar el descontento de sus ex soldados, desmovilizados sin indemnización. La larvada oposición militar se hizo sentir cuando, en 1871, Juárez fue reelegido por el congreso luego de que, en una elección triangular, el sufragio popular dio una respuesta dividida. Uno de los candidatos derrotados era el general Porfirio Díaz, fuerte en Oaxaca y prestigioso por sus victorias sobre los franceses. Díaz se alzó; su plan exigía «sufragio efectivo y no reelección»; por falta de apoyo, el movimiento por él encabezado fracasó, y tuvo que marchar al destierro. En 1872 moría Juárez; su sucesor, Sebastián Lerdo de Tejada, pertenecía al grupo de letrados liberales que habían acompañado desde el comienzo a la Reforma. Contra el nuevo presidente volvió a levantarse Díaz, desde Tuxtepec, en 1875, y en nombre de la victoriosa revolución tuxtepecana iba a ser gobernado México hasta 1910.

El triunfo de Díaz quería ser el punto de partida para una continuación de la Reforma; el jefe triunfante juraba por sus principios y acusaba al vencido de haberlos traicionado: en particular condenaba la política de amistad con Estados Unidos que Lerdo, luego de Juárez, practicaba: surgida en medio de la segunda guerra de Independencia bajo el estímulo del auxilio recibido del gobierno de Lincoln, se apoyaba ésta en la convicción de que las anteriores agresiones contra México eran consecuencia de una política dirigida por el Sur, que el Norte vencedor no retomaría, pero los desarrollos posteriores a la victoria del Norte justificaban cada vez menos esa esperanza.

Pese a su lealtad, acaso sincera, a la tradición de la Reforma, el triunfo de Díaz significaba una etapa importante en su transformación: luego de su triunfo, sus partidarios se encargaron de mostrar en él el fin de la tradición jurídico-liberal de la Reforma, un progresismo autoritario, una «tiranía honrada» que se diferenciaría sustancialmente de la de Santa Anna porque ahora tendría objetivos que iban más allá de su mera supervivencia, que se encargaría de dirigir la modernización económica tan demorada, era la exigencia de la nueva hora mexicana. En este cambio ideológico el influjo de la modernización cultural es evidente: el teórico favorito de Juárez había sido el venezolano Roscio, que había justificado la revolución hispanoamericana en nombre de la tradición jusnaturalista del siglo XVIII; ahora el positivismo enseña a examinar de modo que se creía más amplio los problemas mexicanos. Pero a la vez, el cambio estaba dictado por lo que la Reforma ya era antes de Díaz; un movimiento que había enriquecido aún más a los que ya eran ricos y a sólo unos pocos que no lo eran, entregándoles las tierras de comunidades eclesiásticas y abriendo a su voracidad el medio legal de conquistar luego las indígenas. Ahora ha llegado el momento de que la tiranía honrada haga fructificar esa riqueza por el momento sólo potencial: de que organice un orden estable y un sistema de comunicaciones, de que discipline rigurosamente la fuerza de trabajo... Todo eso lo puede hacer mejor Díaz que el escrupuloso jurista que es el presidente Lerdo. La reconciliación del caudillo de Oaxaca con los grupos locales e internacionales a los que sus primeras proclamas habían alarmado, fue fácil y rápida; pero si el evangelio del progreso ordenado, cuyo artífice debía ser un dictador benévolo y cuyos beneficiarios primeros serían los integrantes de las clases propietarias mexicanas, pudo reemplazar sin obstáculos al de una revolución destinada a hacer legalmente iguales y libres a todos los mexicanos, fue porque el segundo era el heredero necesario del primero.

Un desarrollo menos lineal encontraremos en el **Río de la Plata.** Allí la caída de Rosas está lejos de haber resuelto los problemas que éste había enfrentado sin éxito. En **Uruguay** la pa-

cificación impuesta por Urquiza se resuelve en el triunfo paulatino de los blancos, antes aliados de Rosas. Aunque las oposiciones que han dado sentido a la Guerra Grande parecen perder vigencia, lo que hacen es más bien sumarse a otras que tornan aún más complejo el panorama. En el partido blanco, como en el colorado, surgen sectores que abominan tanto de la división pasada como del peso que los caudillos rurales (Rivera) o militares (Oribe, Flores) tienen en ellos; una reconciliación de los «elementos sanos» de ambos partidos daría el poder finalmente a la oligarquía urbana montevideana, ampliada durante la guerra con toda clase de mercaderes aventureros. Brasil gobierna los hilos de esa complicada madeja: en 1851 el gobierno de Montevideo, para comprar su apoyo, ha firmado promesas exorbitantes, y ahora Brasil cambia presidentes en busca de quien se decida a cumplirlas, arrostrando la ira de sus gobernados. Mientras tanto, hacendados riograndenses prosiguen la conquista de tierras uruguayas, de las que el banco del brasileño Mauá domina la vida financiera.

En **Argentina** los conflictos son aún más violentos. Urquiza quiere organizar constitucionalmente al país apoyándose en los gobernadores antes adictos a Rosas, que, por su parte, no se obstinan en una lealtad que los hechos han tornado anacrónica. La provincia de Buenos Aires, ocupada por fuerzas entrerrianas y correntinas, se opone al plan, en el que los políticos vueltos del destierro ven el comienzo de una restauración del sistema rosista en beneficio del vencedor. Urquiza disuelve la díscola legislatura porteña; termina por tomar a su cargo el gobierno de la provincia; pero su presencia en Buenos Aires no puede eternizarse. La de su ejército tampoco: termina por rebelarse. A esa rebelión sigue la de la entera provincia de Buenos Aires, teatro de una reconciliación solemne entre los violentos periodistas antirrosistas vueltos de Montevideo y los aún más volcánicos voceros de Rosas en la legislatura porteña: ambos coinciden en condenar en Urquiza a un tirano en ciernes y a un enemigo del nombre de Buenos Aires. La

revolución porteña busca extenderse al interior; en más de una provincia los sectores de oligarquía urbana comenzaban a fatigarse de la tutela caudillesca y a organizarse en oposición liberal; en otras son caudillos de estilo muy tradicional los que por razones muy variables se orientan hacia el nuevo evangelio liberal. Pero estas adhesiones son insuficientes: el fracaso de la revolución en el plano nacional provoca un alzamiento de las guarniciones de campaña de Buenos Aires, que se han unido a la secesión en busca de la paz (que la campaña, fatigada de veinte años de levas rosistas, ansía) y ven con horror abrirse un nuevo ciclo de guerras civiles. Los alzados ponen sitio a Buenos Aires; la defensa pone en primer plano a la guardia nacional de la ciudad, que la domina y la salva. Urquiza termina por auxiliar a los sitiadores; los sitiados vencen, sin embargo, comprando al jefe de la escuadra urquicista bloqueadora y a un discreto número de jefes sitiadores.

El país está separado en dos. El estado de Buenos Aires es muy popular en su capital, donde el celeste de la tradición unitaria reemplaza al rojo de tiempos rosistas; los avances de un liberalismo que echa raíces en las clases medias urbanas se consolidan al identificarse con el orgullo local, que ilustrados publicistas alimentan en tono desvergonzadamente demagógico. La campaña es, en cambio, más fría, aunque sus grandes propietarios apoyan la secesión porteña (temen, en efecto, las consecuencias de la creación de un estado nacional no colocado bajo el control de su provincia), y la hostilidad de la plebe rural cuenta mucho menos que en los años revueltos de 1827-29: veinte años de orden rosista la han devuelto a la disciplina. El estado de Buenos Aires prospera gracias al *boom* de precios de la lana y de los cueros, pese a que las cantidades exportadas no crecen. La ciudad se moderniza rápidamente y exhibe insolentemente esa riqueza que en 1852 le ganó la salvación. La política está hecha por una incómoda coalición de hacendados que prefieren discretamente los segundos planos y políticos–en parte originarios de otras provincias– que cuentan con el apoyo de la plebe y las clases medias urbanas; los pri-

meros son partidarios de una secesión pacífica, o de un ingreso en la unión argentina contra garantías muy precisas para los intereses de su provincia; los segundos, de una política más violenta, que consolide la independencia de Buenos Aires sobre una victoria decisiva o vuelva a poner sobre sus hombros la carga de conducir a las provincias del interior.

Esas opciones no se resolverán por la sola decisión de Buenos Aires. La Confederación Argentina se organiza sin ella; se da en 1853 su constitución federal que -como quiere su ideólogo Alberdi, un hombre de la generación de 1837 que está ya de vuelta de lo que juzga ilusiones de juventud- organiza un poder autoritario destinado a asegurar el orden en que las fuerzas del capital y el trabajo europeo podrán poblar y civilizar el desierto argentino.

Esa entrega confiada a la invasión pacífica de la economía metropolitana no corresponde sólo a ideas arraigadas: la necesidad de contar con la benevolencia de las grandes potencias en el conflicto con Buenos Aires, dueña de las comunicaciones entre Argentina y el mundo, explica que se la proclame con entusiasmo a ratos un tanto delirante. En todo caso las potencias -Francia, pero sobre todo Inglaterra y Brasil- comienzan por apoyar a la Confederación, que ha proclamado la libre navegación de los ríos y presenta -muy mentirosamente- a su rival como hostil a esa innovación; en ese apoyo cuenta, sin embargo, más que la política de la Confederación, la seguridad de que en una Argentina de tradición autoritaria el autoritario Urquiza tiene más posibilidades de triunfar que los ideólogos liberales de Buenos Aires.

El cálculo se revela errado, en parte porque la imagen de los antagonistas está deformada: Urquiza, sinceramente deseoso de adaptarse a un nuevo estilo político, renuncia a las ventajas del tradicional sin perder su reputación negativa de antiguo caudillo; los dirigentes de Buenos Aires, en medio de vibrantes proclamas de fe liberal y constitucional, practican un arte político capaz de las más inesperadas adecuaciones a la realidad. Pero, sobre todo, el cálculo toma insuficientemente en

cuenta la relación de las fuerzas en lucha. Si Buenos Aires es insolentemente rica, la Confederación es desesperantemente pobre; vive de los créditos de nuevos agiotistas capaces de las más monstruosas exigencias. Y luego el autoritario Urquiza la gobierna muy poco; la gobiernan en su nombre el vicepresidente del Carril -un antiguo unitario- y el ministro del Interior Derqui, antiguo secretario de Paz; ambos rivalizan por la sucesión presidencial y el segundo prepara con vistas a ella el choque con Buenos Aires. Éste es anticipado por una guerra de tarifas urdida por Derqui. En 1859 Buenos Aires es vencida en Cepeda, y se incorpora a la Confederación; logra, sin embargo, proteger sus intereses mediante una reforma constitucional. En 1860 Derqui es presidente, y la concordia dura poco. Los porteños apoyan primero al nuevo gobernante, ansioso de sacudir la tutela de su predecesor; rompen luego con éste, que necesita de nuevo el apoyo de Urquiza. El caudillo entrerriano sólo se lo otorga a medias; se retira con sus huestes de la decisiva batalla de Pavón, cuando ésta aún no está totalmente perdida; ya en 1861 el general Mitre, jefe de la Guardia Nacional de Buenos Aires y gobernador de la provincia, es el dueño de la situación.

En el interior la mayor parte de los gobiernos provinciales se derrumba espontáneamente, o toma el color de la nueva solución nacional. Sólo en La Rioja una desesperada resistencia urquicista culmina con la ejecución de su jefe, ante la indiferencia de Urquiza, que, por su parte, parece dispuesto a adaptarse al nuevo orden, en el que Mitre le reconoce hegemonía sobre Entre Ríos y Corrientes. A comienzos de 1862 Mitre es elegido, por unanimidad del colegio electoral, presidente de la nación: Buenos Aires ha triunfado. Ese triunfo es costoso e inseguro. Urquiza está sólo neutralizado; en Uruguay siguen gobernando los blancos, y Mitre tiene vinculaciones con los emigrados colorados, a los que no puede abandonar luego de la victoria, cuando un sector porteño le reprocha ya haberla frustrado al no proseguir luego de Pavón una lucha hasta el fin contra los herederos del federalismo en el interior.

La política argentina no puede ser sino vacilante y escasamente sincera; si el gobierno de Buenos Aires no arma la expedición del uruguayo general Flores, que con gran derroche de cruces en sus emblemas emprende una cruzada libertadora contra la tiranía de los «impíos» blancos en el estado oriental, es indudable que lo deja armarse en su territorio. Al mismo tiempo varía la política brasileña en Uruguay; hasta 1863 los brasileños creen posible hacerse de un gobierno blanco que cumpla los acuerdos de 1851: con esa esperanza han apoyado las etapas más sombrías del dominio blanco que culminó en la matanza de los colorados vencidos en Quinteros, en 1858. Ahora su posición cambia, todavía por otro motivo: en la política brasileña se da, en 1864, un ascenso liberal. Esto significa de nuevo un ascenso de los dirigentes de Río Grande do Sul, más agresivos que los de Río de Janeiro: frente a un gobierno que ni vence a Flores ni se deja derribar por él, eternizando con su ineficaz resistencia el desorden rural, la impaciencia brasileña crece. Los gobernantes de Montevideo no se hacen más prudentes ante su situación cada vez más difícil: domina allí un sector extremo del partido blanco que -en actitud semejante a la de sus adversarios irreconciliables de Buenos Aires- quiere borrar a sangre y fuego la herencia caudillesca, que ve representada en Flores. Para ello, con frivolidad que va a ser duramente castigada, se dedica a jugar a la política de equilibrio rioplatense; contra la hostilidad de Brasil y de la Argentina de Mitre, llama en su apoyo a Paraguay.

Paraguay busca, desde hace tiempo, un modo de insertarse en la política rioplatense. Muerto Francia en 1840, su sucesor, Carlos Antonio López, presidente también él hasta su muerte, organiza la apertura de la economía paraguaya, que sólo podrá darse plenamente luego de la caída de Rosas. El tabaco y la yerba mate vuelven a ser exportados por un monopolio de Estado, mientras al lado de las estancias privadas las fiscales son organizadas con vistas a esa exportación. López se interesa en los progresos técnicos, crea una flota mercantil de vapores fluviales, organiza una fundición de hierro presentada por alguno de sus tardíos admiradores como el Ruhr paraguayo y una de cuyas obras maestras puede aún admirarse: es una artística escalera de hierro en una casa de Asunción. Esos avances modestos, pero reales, eran el premio de un orden político rigurosamente autoritario, que a los ojos de algunos diplomáticos europeos podía compararse con ventaja a la libertad demasiado desordenada de la Buenos Aires postrosista.

Muerto Carlos Antonio López lo sucedió su hijo Francisco Solano, que tenía para su país ambiciones más vastas, aunque acaso insuficientemente precisas. Paraguay arrastraba un eterno conflicto de límites con Brasil; no era raro que buscase aliados en el Río de la Plata. Pero los buscó con escasa fortuna; López contaba con una rebelión de Urquiza que paralizara a Mitre; contaba también con una resistencia prolongada de los blancos uruguayos. Contando con todo ello, conminó a los brasileños a abandonar la ocupación militar, ya comenzada, del territorio oriental. Los brasileños, cuyo feroz bombardeo de Paysandú había ganado la ciudad para Flores, prosiguieron el avance hacia Montevideo, donde el Gobierno blanco se obstinaba en no tratar con el jefe colorado. López respondió invadiendo con éxito el Mato Grosso brasileño: luego de esta victoria encontró que ya no tenía dónde luchar con sus enemigos. Solicitó a Argentina autorización de paso, que le fue denegada; entonces invadió Corrientes. Esta invasión facilitaba las cosas a Mitre; le daba la adhesión de Urquiza, que en prosa elocuente declaraba su apoyo al jefe supremo de la nación frente al invasor extranjero; decidía el ingreso de Argentina en la guerra, ante el cual Mitre, colocado entre los extremistas de Buenos Aires y la oposición federal del interior, había vacilado hasta entonces.

Frente a Paraguay se levantaba la Triple Alianza del Imperio, Argentina y Uruguay; la guerra se declaraba contra López y no contra el pueblo paraguayo, pero en un tratado secreto Argentina y Brasil se distribuían territorios en litigio que abarcaban más de la mitad de la superficie del país enemigo (es ver-

dad que despoblados). La conquista iba a ser menos fácil que la distribución de los despojos; el heroísmo paraguayo asombró al mundo: a través de cinco años de guerra el país perdió casi toda su población adulta masculina. Si la guerra duró tanto, ello no se debió tan sólo a la resistencia paraguaya: los aliados estaban lejos de ser los colosos que el espacio geográfico por ellos cubierto en el mapa de Sudamérica sugería a observadores remotos: Argentina mantenía una apariencia de unidad interna sólo gracias al arte político de Mitre, pero si éste había logrado neutralizar a Urquiza no había podido impedir la rebelión de los reclutas entrerrianos, ni, luego de las primeras dificultades en la lucha, un alzamiento federal que conmovió a todo el interior (1866-67); el Imperio, si no enfrentaba conflictos igualmente agudos, encerraba fuerzas disruptivas a las que un esfuerzo de guerra demasiado severo corría riesgo de exacerbar. A la escasez de medios de combate acompañó, de parte de los aliados, una marcada prudencia en su empleo. La resistencia paraguaya fue en cambio desesperadamente resuelta; expulsados en la primera etapa de la guerra de las tierras conquistadas en Argentina y el Río Grande brasileño, los ejércitos paraguayos iban a defender tenazmente Humaitá, la fortaleza levantada por los López al borde del río Paraguay: aun la caída de ese Sebastopol tropical (precedida de ataques fracasados y mortíferos) no terminó la guerra; tampoco la conquista de Asunción le puso fin; sólo la muerte de López, defendido por sus últimas tropas en el norte del país, pudo concluir con ella en 1870. Para entonces era Paraguay un país deshecho, que iba, sin embargo, a utilizar para limitar las consecuencias de la derrota las divisiones entre sus vencedores.

Argentina protegía en Paraguay a los antiguos desterrados; Brasil, tras de hacerse ceder los territorios en disputa, avaló a un gobierno dominado por antiguos generales de López, al que sostuvo en su oposición contra las exigencias territoriales argentinas. Así se afirmó la hegemonía brasileña, mientras los nuevos gobernantes presidían una alegre liquidación de las tierras del Estado, la reconstrucción de Paraguay se hace bajo

el signo de la gran propiedad privada, y es por otra parte muy lenta; el país esta destinado a mantener su principal vinculación económica con Argentina, a donde se dirigen la mayor parte de sus exportaciones, y de cuyo sistema de navegación fluvial depende en su comunicación con ultramar.

De esa guerra –que le obligó a organizar un ejército de varias decenas de miles de hombres, reiteradamente diezmado por bajas en combate y epidemias– **Argentina** salió deshecha y rehecha. Mientras Mitre dirigía las operaciones en Paraguay, su partido se dividía en Buenos Aires; en el interior el ejército salvaba la situación amenazada por la rebelión federal, y ese ejército imponía, contra Urquiza pero también contra el candidato favorito de Mitre, el sucesor presidencial: el provinciano Sarmiento, sin un partido propio, iba a seguir utilizando para gobernar la fuerza de ese ejército nacional, que en 1870 debía vengar la muerte de Urquiza, sacrificado por una revolución del federalismo entrerriano, que lo juzgaba ya una suerte de agente clandestino del Gobierno central. Con la muerte de Urquiza la oposición federal, que no ha desarmado en el interior, y que abomina por igual del recuerdo de la hegemonía porteña impuesta por Rosas y de la impuesta por Mitre, pierde las esperanzas –que habían sido siempre ilusorias– de una victoria frontal: se incorpora al orden nuevo, y gana dentro de él provincia tras provincia.

El sucesor de Sarmiento, el tucumano Nicolás Avellaneda, que ha subido a la presidencia contra la rebelión de su rival derrotado Mitre, intenta una reconciliación nacional que, tomada cuenta de la debilidad creciente de las facciones opuestas, debía transformar al presidente de la república en jefe y árbitro de todas las fuerzas políticas del país. Su intento prematuro fracasa; al terminar su período debe vencer la resistencia armada de la provincia de Buenos Aires, cuyo gobernador ha sido vencido en las elecciones presidenciales, y que está amenazada de perder su capital, que lo es a la vez de la nación y que las provincias del interior quieren federalizar. El vencedor en

las elecciones es el general Julio Roca, otro tucumano que acaba de conquistar el desierto, los territorios indios del Sur; admirable político, Roca ha organizado en liga a la mayor parte de las situaciones políticas dominantes en las provincias, que olvidando sus anteriores conflictos, coinciden en querer controlar el poderío militar y financiero del Gobierno central.

Con Roca madura una evolución comparable en algunos aspectos a la mexicana; sin duda ya desde mediados del siglo Alberdi había fijado como objetivo para la nueva Argentina darse una organización autoritaria que asegurase el orden necesario para el progreso económico; pero la consecuencia que había deducido de estas premisas –el apoyo a Urquiza contra Buenos Aires– lo había volcado a la causa perdedora; y los vencedores hablaban sobre todo de derechos conculcados y de progreso de las instituciones representativas; ese progreso había sido muy modesto, y en 1880 Roca triunfaba en nombre de un programa de paz y administración, que reiteraba el de Alberdi. Sin duda la solución argentina era en muchos aspectos distinta de la mexicana: si el régimen de Roca iba a sustituirse a la voluntad popular en las elecciones –organizando y perfeccionando el sistema de fraude más caóticamente aplicado en la etapa anterior–, iba a respetar en cambio, ciertos principios (por ejemplo, la no reelección presidencial) y garantías constitucionales (por ejemplo, la libertad de prensa). Pero esos límites fueron aceptados y utilizados con admirable virtuosismo por Roca para afirmar su poder supremo, y su triunfo obligó a las personalidades que habían gravitado en la política argentina a una disciplina nueva: Sarmiento no se resignó a ella y fue barrido de la escena; Mitre, más prudentemente, se acogió al papel de patriarca de la nacionalidad que el nuevo dueño de la nación le había asignado; pasó a ser el jefe, por todos venerado, de una oposición impotente, en quien los dominadores cultivaban al adversario al que preferían tener por interlocutor en horas de crisis.

El tránsito de Rosas a Roca fue mucho más que una transformación política: como decían orgullosamente aun los disidentes frente al orden político dominante, en la Argentina de 1880 no era posible reconocer la de 1850. La alternancia de etapas prósperas y crisis no lograba disimular una expansión que lo dominaba todo; en la provincia de Buenos Aires los ferrocarriles decuplicaban el valor de la tierra, y al mismo tiempo contribuían a hacer posible una quintuplicación de los valores de las exportaciones. En el sur de Santa Fe y Córdoba, en torno a esa franja demasiado estrecha que entre dos territorios indios había comunicado al litoral y el interior, pequeños propietarios, y sobre todo arrendatarios en primer término italianos, comenzaban a crear la pampa cerealera, haciendo la riqueza de los comerciantes de Rosario, el puerto del trigo. Las ciudades crecían; Buenos Aires tenía hacia 1880 medio millón de habitantes (menos de cien mil en 1850); más de la mitad eran –lo mismo que en la pampa cerealera– extranjeros. Sin duda, lo principal de esa prosperidad recaía en las clases altas mercantiles y sobre todo terratenientes; pero su amplitud permitía el surgimiento de una clase media urbana y más limitadamente rural en el litoral argentino. En el interior, los resultados del cambio no eran tan felices: el ferrocarril lo incorporaba como consumidor al mercado mundial, cuando como productor tenía muy poco que ofrecer; sólo en Tucumán surge un oasis de economía moderna: se apoya en la expansión del azúcar, que beneficia a la aristocracia local, a la que su influencia política sobre Avellaneda y Roca concede crédito bancario y protección aduanera.

La prosperidad es el clima que se cree permanente de Argentina; mientras ésta dura, el orden político permanece estable; sus altibajos provocan tensiones que, sin embargo, la coyuntura acalla luego de haberlas provocado. En torno a los rasgos esenciales del orden nuevo existe, si no unanimidad, un consenso lo bastante amplio como para garantizar su estabilidad.

Este progreso económico ha sido acompañado de otros avances, limitados porque el Estado es el menos beneficiado por la nueva prosperidad: la opinión de hacendados y agricul-

tores exportadores, comerciantes con ultramar y clases medias consumidoras de productos importados, es hostil a los impuestos inmobiliarios, a los aduaneros, a los de consumo; prefiere que el Estado se endeude, o acuda a la siempre condenada y no siempre eliminada emisión de papel moneda. Dentro de estas limitaciones, y las que impone el costoso mantenimiento del orden interno, el Estado gasta en empresas de fomento y sobre todo en instrucción pública: Sarmiento, el «presidente maestro», su sucesor Avellaneda, inauguran una política que Roca continuará con medios más amplios. Argentina dice tener más maestros que soldados; si esto no es literalmente cierto, marca muy bien una tendencia. En otros aspectos el Estado ha intervenido más intermitentemente: en tiempos de Avellaneda, cuando la crisis de 1873 interrumpe las inversiones extranjeras, toma a su cargo proseguir la construcción de la red ferroviaria, que en el litoral está predominantemente en manos británicas (pero aun allí el primer ferrocarril argentino, el del Oeste, es propiedad de la provincia de Buenos Aires). Al lado de la inversión extranjera, alguna está a cargo del capital local, desde la construcción urbana en Buenos Aires hasta el mejoramiento de la explotación ganadera (mejora de las razas ovinas y vacunas, alambrado de los campos). Heredero y beneficiario político de ese proceso, Roca, que ha conquistado para los hacendados veinte mil leguas cuadradas de tierras indias, no vacila en presentarse como el jefe de una empresa cuyos aspectos esenciales son económicos.

Uruguay vive más aceleradamente un proceso comparable al argentino. En el punto de partida encontramos esa crisis política perpetua que desde 1811 ha desolado la campaña: entre sus consecuencias, la despoblación ganadera se suma a la abundancia de ocupantes ilegales de tierras y la inseguridad permanente del orden rural. La Guerra Grande, las incursiones riograndenses, los alzamientos colorados, la cruzada de Flores han marcado de modo difícil de borrar a la campaña

uruguaya. Terminada la Guerra Grande, los agiotistas del Montevideo sitiado se lanzan a la conquista de esa tierra empobrecida, pero potencialmente próspera. Sus previsiones comienzan por revelarse falsas: la paz no vuelve, el desorden continúa, y la riqueza rústica aumenta sólo lentamente. Mientras tanto, la política uruguaya sigue devanando sus viejas alternativas; entre blancos y colorados, entre caudillos rurales y doctores urbanos; estos últimos dominan luego del asesinato de Flores; la reconciliación en la búsqueda común del progreso institucional, que los blancos y colorados de la capital consuman a medias, no devuelve la paz a la campaña; un régimen parlamentario algo verboso se impone sólo para sucumbir frente a las consecuencias locales de la crisis económica de 1873. Lo reemplaza algo nuevo en la historia de Uruguay: la dictadura no de un caudillo rural sino de un militar profesional, que gobierna en nombre del ejército. Lorenzo Latorre impone a la campaña un orden estricto; realiza en Uruguay las tareas que en Argentina comenzó Rosas y coronó Roca; apoyado en los hacendados reunidos en la Asociación Rural, en los comerciantes exportadores, ofrece la fuerza del Estado para vencer la resistencia de la población campesina al alambrado de los campos, a lo que es, de hecho, sistema de trabajo obligatorio en las estancias. Al mismo tiempo promueve otras reformas inesperadas: gracias a su apoyo, José Pedro Varela, que es su opositor político, puede organizar un sistema de enseñanza elemental del Estado superando la oposición de la Iglesia y la indiferencia de la clase letrada y liberal de Montevideo, en el fondo satisfecha de su monopolio de hecho de la instrucción. Mientras tanto, las exportaciones uruguayas -cueros y lanas- crecen vertiginosamente; Montevideo tiene más de cien mil habitantes; el país en su conjunto medio millón, del que el 30 por 100 son extranjeros. El régimen de Latorre no es, sin embargo, popular, y el ejército le ofrece un apoyo cada vez más perplejo; bajo su gobierno -a pesar de que Latorre ha sido y sigue proclamándose colorado- no existe en rigor vida política, y en medio del progreso creciente la desa-

parición de la desordenada y a ratos riesgosa libertad de los orientales es, a pesar de todo, lamentada. Finalmente, Latorre abandona en 1880 el Gobierno, desde el cual ha tomado medidas severas contra la oposición política. El Uruguay que deja, muy distinto del que había encontrado, parece haber sido disciplinado por cuatro años de dictadura para nuevos gobiernos militares, que dominarán, en efecto, en la etapa siguiente; esa tierra de la indómita libertad parece momentáneamente convertida a una versión peculiar del nuevo credo a la vez autoritario y progresista.

En México, en Argentina, en Uruguay, donde la disidencia armada había sido un rasgo constante, donde dirigentes políticos que habían llegado a ser conocidos y respetados en toda América latina, habían comenzado a mediados del siglo una regeneración en el credo del liberalismo constitucional, el progresismo se coloreaba, en mayor o menor grado, de matices autoritarios y militares. Se podrían esperar desarrollos análogos en tierras en que el esfuerzo de renovación había sido menos hondo en que las tendencias autoritarias habían arraigado en el pasado encontrando menores resistencias. Y, sin duda, éstos no han de faltar; no van a ser, sin embargo, los más frecuentes; lo más frecuente es en cambio que el progresismo sea el nuevo credo de oligarquías políticas que, a la vez que se amplían, se consolidan en el poder (es el caso de Chile, el de Colombia), lo defienden tenazmente de las amenazas de un autoritarismo militar en que ostentan ver un heredero de la arcaica tradición caudillesca (es el caso de Perú) o ceden sólo una parte de su gravitación a fuerzas que les son ajenas, y a las cuales de ningún modo se subordinan (es el caso de Brasil). También hay, sin embargo (se ha dicho ya), soluciones progresistas decididamente autoritarias: las hallaremos en Venezuela, en Guatemala, en Ecuador.

En **Venezuela** al promediar el siglo se derrumba, en medio de una crisis provocada por la caída de precios del café, la hegemonía conservadora. Monagas, elegido presidente en 1846,

hace vicepresidente al popularísimo opositor Guzmán; elegido por el favor de Páez, utiliza su orientación hacia el liberalismo para emanciparse del anciano hombre fuerte, que se ve empujado a la rebelión, y, tras de fracasar, se refugia en Estados Unidos. Monagas entendía la aproximación al liberalismo como una operación de corrupción política en gran escala; en buena medida tuvo éxito en ella, y al satisfacer las muy precisas ambiciones de la descontenta juventud letrada de Caracas, eliminó uno de los elementos de irritación más visibles, si no más importantes. Monagas fue, por otra parte, jefe de clan: su hermano lo reemplazó en la presidencia. Sólo en 1858, doce años de gobierno familiar concluyeron bajo los golpes concertados de liberales y conservadores; la lucha recomenzaba, y en 1861 Páez volvía, para dirigir la resistencia azul (conservadora), a los avances amarillos (del liberalismo convertido ahora en federalismo); no logró, sin embargo, imponer su vieja garra sobre una Venezuela que había vuelto a apreciar los encantos de la guerra civil. La revolución amarilla fue la de la plebe rural, que encontró un inesperado empresario en Antonio Guzmán Blanco, hijo del reputado periodista liberal, y dispuesto como él a hacerse vocero de la protesta popular. En su prédica, Guzmán Blanco había unido al liberalismo intransigente una hostilidad constante a los ricos, a los hacendados del azúcar y de las haciendas ganaderas, a los grandes comerciantes del café, sin olvidar a los banqueros de Caracas, representantes locales de la fuerza misteriosa de la coyuntura y responsabilizados de las devastaciones que ella provocaba. Desde el gobierno iba a hacer, sin embargo, la política de esos sectores altos, apoyándose en un ejército en que la victoria liberal había cambiado sustancialmente el cuerpo de oficiales. Su progresismo era indudable: preocupación por los progresos de los transportes, codificación y reforma del derecho privado, laicización del matrimonio y los cementerios, supresión de órdenes religiosas, avances en la organización de la enseñanza elemental. Su autoritarismo también; no sólo la Venezuela federal era gobernada sin oposición tolera-

da por Guzmán Blanco: la situación se revelaba descaradamente en las estatuas colosales del gobernante, que comenzaban a adornar las plazas de la capital y las ciudades venezolanas. La vida de esos monumentos era breve; Guzmán Blanco solía alternar el gobierno con períodos de delegación que ocupaba en fructuosos viajes a Europa (donde se ocupaba de promover empresas de explotación económica de Venezuela); partido el gobernante, las estatuas eran derribadas por encolerizadas muchedumbres, para ser vueltas a erigir resignadamente a su retorno. En 1889 fueron derribadas definitivamente: el sistema político armado por Guzmán Blanco era ya tan perfecto que podía funcionar en manos del mediocre reemplazante interino que se había elegido. Bajo Guzmán Blanco avanzó la penetración comercial extranjera sobre una Venezuela que ampliaba sus exportaciones; las clases altas se acostumbraron a aceptar que el supremo poder político no estaba en sus manos, sino en las de jefes militares que habían ganado el derecho a gobernar en combates cuyo desenlace les era, en el fondo, indiferente; las populares habían sido disciplinadas para el silencio y la obediencia. En lugar del ejército popular que había hecho la revolución federal, era un ejército atrincherado en el presupuesto el verdadero dueño de la política venezolana, y los dueños del ejército eran oficiales reclutados entre las clases altas de las zonas más pobres y arcaicas de Venezuela; entre las distintas *cliques* regionales se daba la lucha por el poder efectivo, mientras el nominal podía estar ocasionalmente en manos de letrados de Caracas, y el orden económico-social permanecía inmutable por debajo de tantos cambios, dentro de las líneas fijadas por el heredero infiel de la revolución amarilla.

En **Guatemala,** el dominio de Carrera duró hasta su muerte; la alianza del jefe mestizo y la aristocracia terrateniente se mantuvo también hasta entonces. En 1865 moría Carrera, y ya entonces Guatemala había comenzado a cambiar, aunque todavía lentamente; sobre el país de economía cerrada sobre sí

misma, cuyo único rubro importante de exportación era la cochinilla, comenzaba a surgir la Guatemala del café; en 1880 éste cubrirá el 92 por 100 de las exportaciones guatemaltecas. La expansión cafetera se acompaña del nacimiento de la Guatemala liberal; un jefe mestizo, Justo Rufino Barrios, llegó al poder en 1873, confiscó iglesias, expulsó congregaciones y promovió la educación popular y laica. El reemplazo de la cochinilla por el café como rubro dominante de la economía exportadora sólo afectó a una parte de las tierras de comunidades; se dio sobre todo en las franjas templadas en declive hacia el Pacífico, hasta entonces relativamente despobladas. Allí el régimen liberal se esforzó por crear una más nutrida clase de propietarios medios, a menudo ladinos (mestizos e indios hispanizados), mientras en las zonas altas, donde se daban condiciones adecuadas para ello, grandes propietarios blancos o tenidos por tales se orientaban hacia el nuevo y más rendidor cultivo. Todos ellos necesitaban mano de obra que sólo las comunidades podían proporcionar; para asegurarla, la Guatemala liberal reinventó con el nombre nuevo de mandamiento el repartimiento colonial, que obligaba a esas comunidades a proporcionar un número fijo de trabajadores estacionales, distribuidos por vía administrativa entre las fincas cafeteras. Los avances de la prosperidad privada, que todo ello hizo posible explican la resignación de las clases altas frente al duro estilo político de Barrios. Finalmente, el liberalismo guatemalteco se lanzó a reconstruir la unidad centroamericana y fracasó en el intento. En 1885 Barrios moría y dejaba una herencia completa: un liberalismo en cuyos principios económicos coincidían las enteras clases propietarias, fortalecido por el éxito de la secularización tan enérgicamente llevada adelante; un autoritarismo de base militar que marginaba por igual de la política a las elites urbanas (reducidas a decorosas comparsas destinadas a ofrecer una fachada institucional correcta para un régimen sustancialmente despótico) y a la plebe rural que había sido empujada de las comunidades a las fincas de café por la fuerza desnuda ejercida por el estado liberal, pero

pronto atraída también a ellas por el juego de las fuerzas económicas. Porque en esta etapa, aunque de modo más oneroso que en la de la cochinilla, las comunidades encontraron modo de sobrevivir en parte gracias, y no a pesar, de la afirmación de la economía exportadora; el ingreso adicional derivado del trabajo en las fincas de café iba a permitirles mantener integradas en sus arcaicas estructuras una población acrecentada por una rápida expansión demográfica. Para los terratenientes viejos y nuevos el avance cafetero ofrecía un balance igualmente ambiguo: sin recursos financieros para afrontar los bruscos altibajos de bonanza y crisis, buena parte de ellos perdieron sus tierras en beneficio de los comerciantes y financiadores de la agricultura cafetera, en su mayor parte inmigrantes alemanes, que a comienzos del siglo XX son ya propietarios de las mejores fincas.

Una evolución de rasgos menos extremos, pero sustancialmente similar, se daba en casi toda **Centroamérica.** Esa evolución era menos extremosa por razones en parte políticas (en ninguna parte el dominio conservador había sido tan marcado como en Guatemala), en parte económico-sociales (en ninguna parte el modelo de una economía señorial cerrada dominaba como allí, ni la oposición entre aristocracia blanca y plebe indígena se daba tan vigorosamente; por añadidura, la evolución a partir de la economía agrícola-mercantil del índigo en El Salvador, de la ganadera en Honduras y Nicaragua, fue más lenta que la creación de la Guatemala del café). En todo caso, la lucha entre liberales y conservadores (clericales) llena la historia centroamericana en la segunda mitad del siglo; de ella emerge lentamente la solución militar, que –utilizando para reclutar su clientela política el nexo, a menudo tenue, del dictador con alguno de los partidos tradicionales– inaugura de hecho un régimen nuevo. Pero el progresismo de estas soluciones autoritarias está a menudo limitado a la esfera de las intenciones por la lentitud del cambio económico. Notemos una excepción a este proceso: en Costa Rica una cla-

se de propietarios medios prospera con el café, y –pese a que tampoco es inmune a los conflictos político-religiosos de la época– se defiende mejor contra las tentativas de despojarla del poder político en beneficio de dictaduras militares, progresivas o no. Se ponen así en ese país de medio millón de habitantes las bases de una «democracia ejemplar», cuyos rasgos fundamentales perdurarían; el pequeño país reduce su fuerza armada a su mínima expresión, y puede jactarse más verazmente que Argentina de tener más maestros que soldados. Otra excepción parece por un tiempo darse en El Salvador; cuando llegue allí la plena prosperidad cafetera ese diminuto rincón sobrepoblado que fue la fortaleza del liberalismo centroamericano seguirá, sin embargo, el camino político de sus vecinos.

La política centroamericana comienza a ser afectada en esta etapa por la importancia estratégica de la región: Gran Bretaña y Estados Unidos, adversarios mal reconciliados en cuanto aspiran ambos al dominio de la ruta del Istmo, se dedican a jugar apuestas en las complejas rivalidades políticas centroamericanas. En la década del cincuenta, un aventurero norteamericano, Walker, con un ejército internacional financiado por Vanderbilt, logró dominar por un tiempo la situación nicaragüense, con alarma de Gran Bretaña, que alegaba derechos algo discutibles a la despoblada costa atlántica de ese país –la Costa de Mosquitos– y no renunciaba a controlar un futuro canal interoceánico que utilizase el sistema de ríos y lagos de Nicaragua. Pero estas veleidades de intervención sólo remotamente anuncian los desarrollos que en el siglo XX harán de América Central una zona sólo nominalmente independiente de Estados Unidos.

Cautamente en Argentina, más decididamente en Uruguay, México, Venezuela y América Central, el avance del liberalismo había desembocado en una lucha para limitar el papel de la Iglesia en la vida latinoamericana. En **Ecuador** hallaremos una solución más original, aunque efímera: allí una dictadura progresista se afirmará con signo intransigen-

temente católico, bajo la dirección de Gabriel García Moreno. Este guayalquileño, hijo de un comerciante peninsular, liberal en la primera parte de su carrera política, casa con una rica heredera de Quito y se identifica progresivamente con la aristocracia conservadora de la Sierra. Lucha contra Flores, que en 1846 vuelve en empresa reconquistadora con apoyo español; lucha también contra los regímenes militares liberales que se suceden desde entonces. En 1859-60, en medio de una guerra causada por problemas de límites con Perú, logra hacerse del poder en Quito, y (apoyando y luego combatiendo a los peruanos) se impone a la entera nación. Comienza entonces la construcción de una dictadura conservadora, que espera consolidar mediante la incorporación de Ecuador al imperio francés; la Francia napoleónica es menos atraída por esa perspectiva que por la aventura mexicana...

García Moreno, apoyándose primero en la aristocracia quiteña, y luego en un maduro estado policiaco, que usa con habilidad el terror, se consagra a civilizar a un país de indios y mestizos, al que desprecia: clérigos franceses dirigen la educación en todos los niveles, y reemplazan paulatinamente al clero local aun en la vida eclesiástica; el ejército ecuatoriano se moderniza, se inicia la construcción del que será el gran proyecto de García Moreno: el ferrocarril de Guayaquil a Quito, destinado a terminar con el aislamiento de la sierra. La oposición, inspirada por la protesta de un admirado escritor tan tradicionalista en su estilo como en sus ideas –Juan Montalvo– no desarma; en 1875 García Moreno es asesinado, y lentamente el predominio conservador renuncia a sus aristas más duras; está destinado a durar aún veinte años. Muy generalmente aborrecido, García Moreno es admirado aun por sus enemigos por su honradez sin mancha en lo económico, por la modestia de su vida, por un saber científico que ha adquirido en un año de estudios en París y que es a la vez sumario y pedantesco, pero que en Quito es considerado inmenso. Pero los esfuerzos de García Moreno no tienen éxito durable: en Ecuador las fuerzas de renovación siguen estando en la costa

plantadora y comerciante, que es tradicionalmente liberal, y en la oposición ruidosa e ineficaz de algunos sectores marginales de Quito a la oligarquía serrana. García Moreno había logrado destruir la gravitación del ejército, que había influido en el equilibrio anterior entre sierra y costa; pero sólo para dejar en herencia el poder a la oligarquía conservadora serrana, dispuesta a ejercerlo menos despóticamente pero también totalmente ajena a los pujos renovadores de García Moreno; la continuación del aspecto renovador de su obra quedará a cargo del Ecuador liberal.

En otros países, se ha dicho ya, la evolución se da entre alternativas menos extremas. En Chile, en Nueva Granada (desde 1860 rebautizada **Colombia**) se pasa del predominio conservador al liberal sin que las tendencias autoritarias aparezcan sino tardíamente (y en el caso chileno para ser derrotadas). En Perú se da una reconquista del poder por la oligarquía costeña, capaz de dirigir y utilizar a los sectores urbanos descontentos del predominio militar; allí una historia a menudo trágica, mantiene, a través de cambios sorpresivos y aparentemente radicales, esta orientación fundamental.

En Nueva Granada la revolución europea de 1848 devolvió virulencia, como ya se ha señalado, a la oposición liberal, transformada en gobierno por el sucesor del presidente conservador Mosquera, José Hilario López; Mosquera, que no lo había apoyado como candidato, puso ahora toda su gravitación al servicio de la causa liberal, que utilizó el poder para libertar a los esclavos, imponer un programa librecambista, expulsar a los jesuitas, establecer la libertad religiosa e introducir el federalismo. Los liberales bien pronto se dividieron; los más extremos (llamados gólgotas) eran fuertes sobre todo en el norte costero; los moderados (draconianos) eran populares entre la plebe de la capital, a la que convocaban a luchar contra el librecambismo. Luego de una dictadura militar draconiana, los gólgotas triunfaron; en 1861 instalaban en la presidencia a su hombre fuerte (el mismo general Mosquera que había sido

en el pasado columna del orden conservador) y adoptaban un federalismo muy laxo. Mientras Colombia comenzaba su propia expansión cafetera, el orden interno era cada vez menos seguro: los gobiernos provinciales luchaban entre sí y eran sacudidos por violentas luchas locales. Presidente desde 1880, el liberal Rafael Núñez (uno de los ideólogos del grupo gólgota) lanzó lo que llamó la regeneración: en busca del progreso económico la Colombia liberal y federal debía renunciar a su liberalismo (devolviendo a la Iglesia posición dominante en la enseñanza pública) y a su federalismo, excesivamente costoso y responsable del desorden crónico de la campaña; debía también hacer concesiones al autoritarismo aumentando los poderes del presidente. Estas innovaciones no eran presentadas como un retorno liso y llano al conservadurismo, sino como una consecuencia de la muerte de las ideologías tradicionales y de la adopción de un progresismo atento a intereses y no a ideales. Esta política no se impuso sin lucha; como era esperable, los liberales vieron con indignación cómo la que juzgaban apostasía de su jefe era institucionalizada en la constitución de 1886 y el concordato de 1883. Pero la solución impuesta por Núñez estaba destinada a durar, no sólo porque en el delicado equilibrio de una elite política que seguía siendo excesivamente reducida la defección de sus seguidores liberales fue decisiva, sino también porque sus reformas consolidaban un orden que las clases propietarias y mercantiles de Colombia apreciaban unánimemente. Eran estas clases las que compartían el poder bajo la égida de Núñez; las que se afirmarían en él luego de su muerte, en 1894 (hasta ese momento, directamente o por persona interpuesta, fue Núñez el arbitro de la política colombiana).

Los desarrollos en **Chile** y **Perú**, aunque profundamente divergentes, están íntimamente entrelazados. En Perú el general Castilla organiza, desde 1845, un régimen que se apoya en una riqueza nueva: el guano; este fertilizante, concentrado en islas desérticas de la costa, comienza a ser introducido en Eu-

ropa por casas exportadoras inglesas, que pagan derechos al Estado peruano; en 1847, los ingresos que éstos proporcionan al fisco comienzan a ser cuantiosos, y ello permite, a partir de ese año, consolidar la deuda interna, y en 1848 liquidar la externa. Lima tiene en 1850 su primer ferrocarril, poco después el alumbrado a gas. Las reformas del derecho privado culminan en el Código civil de 1852; como en otras partes, éste favorece la liquidación de la comunidad de tierras, defensa de los labriegos indios contra la avidez de hacendados y mercaderes. En esos años comienza también la inmigración de *coolies* chinos a las haciendas de la costa; los propietarios quieren devolver a las tierras del azúcar y el algodón a su plena producción. En medio de esos cambios vertiginosos, Castilla pudo imponer como sucesor al general Echenique, contra muy variadas oposiciones. Echenique presidió una etapa marcada por la continuación de la prosperidad guanera; bien pronto fue acusado de organizar la corrupción, y encontró entre sus críticos a su predecesor, que se lanzó a la guerra civil. En medio de ellas Castilla suprimió la esclavitud y el tributo indígena; ambas medidas, que tenían la finalidad inmediata de facilitar el reclutamiento de negros e indios, reflejaban de todos modos las consecuencias de cambios ya ocurridos: la agricultura de la costa se estaba reconstruyendo sin apelar a mano de obra esclava; el fisco peruano, gracias a los ingresos del guano, necesita ya menos de la capitación indígena.

La victoria de Castilla no interrumpe un proceso comenzado durante el gobierno de Echenique, y uno de cuyos aspectos era precisamente la corrupción: la difusión entre ciertos sectores privados capitalinos de la riqueza guanera. Ésta ingresaba en la economía peruana bajo forma de pagos al fisco por parte de los comerciantes extranjeros que exportaban el guano de las islas costeras a Europa, ya había encontrado modo de pasar de manos públicas a privadas mediante la consolidación de la deuda pública: personas ricas o influyentes de Lima habían comprado, a precio vil, viejos créditos contra el Estado, y ganado rápidos lucros al ser éstos redimidos por esa

consolidación. Ahora se daba un paso más: la riqueza limeña, desde 1860, participa en la explotación del guano, cuya exportación queda a cargo de consignatarios nacionales, mientras que su venta en Europa corre por cuenta de un conjunto de casas comerciales ultramarinas. La solución, provechosa para los consignatarios, les asigna un papel comparable al de los agiotistas de etapas anteriores; organizan su propia insolvencia, sitian financieramente al Estado, lo auxilian con préstamos de plazo angustioso y condiciones exorbitantes... De este modo se reconstituye en Lima una riqueza privada, y mientras algunas grandes familias redoran sus blasones y otras nuevas surgen a la opulencia, el mal humor de los ricos arruinados, de los que no participan en la alegre conquista de las ganancias guaneras, de una plebe curiosa y maldiciente, crecen... No bastan, por el momento, para quebrar el predominio político de Castilla, que en 1862 puede dejar el gobierno a un sucesor por él elegido. Pero éste muere, la guerra civil vuelve, y se complica de un conflicto con España, cuya flota, por razones difíciles de entender, se dedica a atacar las costas peruanas, utilizando un incidente en verdad insignificante protagonizado por marineros españoles en El Callao. Ante el peligro de lo que puede ser tentativa de reconquista española, se produce una efímera unión nacional, y una igualmente efímera alianza con Chile, Bolivia y Ecuador, igualmente amenazados por la desconcertante acción española (que culminará en un devastador bombardeo naval de Valparaíso y uno menos exitoso de El Callao). Finalmente las naves españolas se retiran, sin esperar las reparaciones que han exigido.

La unión sagrada se quiebra: en medio de rebeliones indígenas estalla de nuevo la guerra civil. En 1868 emerge de ella como presidente, y heredero de la «revolución conservadora», el coronel Balta; su gobierno abre un nuevo capítulo en la historia del guano: por iniciativa del joven ministro de Hacienda, Nicolás de Piérola, elimina a los concesionarios múltiples para otorgar una concesión única a la casa francesa de Dreyfus (1869); la nueva beneficiaria otorga a su vez un préstamo que saca al gobierno de sus aprietos inmediatos, en los que lo creían irremediablemente encerrado los consignatarios. El contrato inauguró la apelación al capital europeo, que hace posible empréstitos y construcciones de ferrocarriles, en las que sobresale un emprendedor yankee, ya enriquecido y arruinado antes de llegar a Perú, Henry Meiggs. Esa nueva oleada de dinero fácil acreció nuevamente la corrupción política, ahora condenada con lenguaje austero por el círculo de los antiguos consignatarios.

De entre ellos salió el fundador del partido civilista, Manuel Pardo, de linajuda familia de Lima, que logró movilizar el descontento no sólo de su clase, sino también de la entera capital organizando el partido civilista, y ganar en 1872 la presidencia. Desde ella no sólo dirigió una campaña de moralización -muy parecida a venganza- contra los responsables y beneficiarios de la política de su predecesor; también encaró con seriedad los problemas que la crisis de 1873 creaba a la economía peruana, que se había tornado extremadamente dependiente del crédito y del comercio ultramarino. El clima de penuria económica no favorecía al arraigo del civilismo, y Pardo debió aceptar la candidatura del general Prado, que sin ser su adversario no podía considerarse un adicto del civilismo; desde el gobierno se mostraría aún más alejado del partido que quería someterlo a su tutela y que en 1878 perdía a su jefe, asesinado en oscuras circunstancias. El Perú del guano entraba en agonía; pero más al Sur, el salitre ofrecía una nueva riqueza exportable, y el Gobierno buscaba -inútilmente- fondos para rescatar de manos privadas las tierras salitreras, en el desierto en torno a Iquique. La bancarrota parecía cercana: desde la presidencia de Pardo comenzó a recurrirse a la moneda de papel, luego fue necesario autorizar a Meiggs a hacer emisiones privadas, desde 1874 el Gobierno de Perú y la casa de Dreyfus se consideraban recíprocamente deudores morosos, y arrastraban largos pleitos; Lima, que había derribado -por iniciativa de Meiggs-sus murallas coloniales, era una gran ciudad, que no podía sobrevivir sin el lujo de sus ricos y los sueldos de

su clase media empleada. A esa crisis, particularmente grave dadas las modalidades que tuvo esta etapa de la modernización peruana, la hubiese terminado quizá un cambio en la coyuntura económica mundial. En cambio, la prolongó y agravó la guerra.

En 1879, en efecto, Perú entraba en guerra con Chile, que desde hacía tiempo ambicionaba la nueva riqueza salitrera que en territorio de sus vecinos septentrionales –Perú y Bolivia– explotaban obreros chilenos y (en el caso de Bolivia) empresarios a menudo también chilenos. Si la ambición chilena se dirigía sobre todo a los territorios bolivianos, y no afectaba directamente a los peruanos, el Gobierno de Perú se había decidido a hacer causa común con el de Bolivia para eludir una alternativa que juzgaba ruinosa: la alianza de Bolivia y Chile, en la que la primera recibiría del segundo, a cambio de sus territorios salitreros, los del sur peruano, y junto con ellos los puertos a través de los cuales se comunicaba ya con ultramar. La guerra (y la derrota a la que no quiso resignarse) significó para Perú un derrumbe de proporciones vastísimas; condenó retrospectivamente una etapa que no podría, sin embargo, reducirse a la efímera y corruptora prosperidad guanera y salitrera; durante ella había comenzado, en efecto, la rehabilitación de la agricultura costeña de regadío: en 1878 el azúcar contaba tanto como el salitre en las exportaciones peruanas a Gran Bretaña (ambos se situaban en el nivel de 1.200.000 libras); durante ella también la expansión de la red ferroviaria (en particular el comienzo de la línea de Lima al Cerro de Pasco) puso las bases del renacimiento minero que vendría más tarde.

Para **Bolivia** la derrota iba a significar menos que para su vecino del Norte, precisamente porque en la etapa anterior a ella el *boom* salitrero no había logrado transformar los datos esenciales de la realidad boliviana. Si más tarde Bolivia iba a ver en el despojo del litoral oceánico que siguió a esa derrota una de las causas de su aislamiento y su arcaísmo económico, el hecho de que la posesión de ese litoral tampoco había servido para acercar a Bolivia a la economía mundial parecía disminuir las consecuencias inmediatas de su pérdida. El problema central de Bolivia no era, en efecto, la dificultad de comunicarse con el mercado mundial, sino la de hallar excedentes que instalar en ese mercado: la crisis de la plata continuaba, y la quina la reemplazaba sólo muy insuficientemente.

A mediados del siglo reemplaza efímeramente al sucesor de Belzú un gobernante civil, en el que las clases altas comienzan por reconocerse, para participar bien pronto en las protestas contra su riguroso estilo político. A Linares se debe el saneamiento de la moneda, que facilita el comercio con el extranjero, la reducción del cuerpo de oficiales y una moralización de la administración que le ganó una sólida impopularidad, pero le permitió duplicar los ingresos fiscales. Llegado al poder en 1857, Linares fue derribado en 1861 por un golpe de estado: desde entonces iban a sucederse gobernantes militares, la base de cuya popularidad iba a estar más centrada en el ejército que la de Belzú. A Achá reemplazó en 1864 Melgarejo, impulsado a la rebelión por la oligarquía adicta a Linares, que se creía capaz de manejarlo; ya bajo su gobierno, el poder político era en Bolivia más codiciado, porque abría posibilidades nuevas de provechosa corrupción: en la costa había comenzado la explotación del salitre, que dio lugar a concesiones excesivamente generosas a casas inglesas y chilenas; Bolivia tenía, por otra parte, territorios en litigio que se habían tornado también más atractivos: tras de ceder territorios a Chile y pactar en 1866 la explotación conjunta del litoral salitrero, en 1867 cedía a Brasil trescientos mil kilómetros cuadrados de selva amazónica; en lo interno, ante la invencible miseria fiscal, Melgarejo echó mano de las tierras de comunidades, de las que los indígenas eran considerados meros ocupantes, y organizó su venta, menos provechosa para el erario que para los compradores. En 1870 es derribado Melgarejo, y parece posible por un instante el retorno a la tutela política de las oligarquías urbanas, a las que la muerte del general Adolfo Balli-

vián priva de su dirigente más adecuado a un equilibrio político dominado por el ejército. En 1876 hay un nuevo dictador militar plebeyo, el general Daza, cuyo origen espurio (es hijo ilegítimo de un saltimbanqui italiano) y turbulenta adolescencia son recordados malignamente por la desplazada aristocracia. Daza, ante la constante penuria del fisco, decide obtener algo más de los concesionarios que explotan el salitre litoral; limita los derechos de algunos y declara caducos los de otros. Las compañías afectadas -en su mayor parte inglesas por su capital y en algún caso bolivianas por su lugar de constitución- se proclaman chilenas y reclaman el auxilio del Gobierno de Santiago. Éste -que se considera parte en el conflicto debido a los derechos adquiridos por el tratado de 1866- se apresura a proporcionarlo. Si la guerra del Pacífico es la primera en que los capitalistas europeos (y en este caso en menor grado norteamericanos) toman abiertamente partido -en favor de Chile y contra la alianza peruboliviana- la alegación de que el Gobierno de Santiago es sólo el agente de sus intereses parece por lo menos exagerada: la conquista del norte salitrero significa una ventaja muy importante para los sectores dominantes de la vida chilena.

En Perú se ha dado la reconstitución de una aristocracia urbana de la costa, y sobre todo de Lima; esa reconstitución tiene su origen primero en las larguezas del fisco, pero frente a él la elite que vuelve a ser rica guarda sus distancias; arraigada en parte en el pasado limeño, puede utilizar contra el Gobierno tanto un moralismo intermitentemente esgrimido contra las políticas que no la favorecen cuanto la fidelidad de las clases medias y de la plebe urbana, dispuestas a colaborar en la conquista del poder político demasiado tiempo monopolizado por los generales mestizos de la sierra. En Bolivia no se ha dado nada de eso: una economía estancada ha socavado la superioridad de las elites tradicionales, ha erigido frente a ellas un nuevo grupo gobernante, formado por un cuerpo de oficiales cuyo plebeyismo inculto, cuya alegre corrupción pueden ser enérgicamente denunciados, pero no parecen tener

consecuencias más duras que el gobierno de los representantes de la antigua elite, obligados a disgustar a todos exigiendo sacrificio en aras de objetivos (saneamiento monetario, depuración administrativa) cuyos beneficios son difíciles de advertir. Frente a los gobernantes militares la antigua elite puede mantener, como grupo, sus aspiraciones a reemplazarlos; no por eso deja de cooperar con esos gobernantes, a los que desprecia, proporcionándoles un decoroso séquito de legisladores y diplomáticos; tampoco renuncia a beneficiarse con esa cooperación (por ejemplo, participando en la compra de tierras indias).

En **Chile** la situación ha sido y sigue siendo distinta de la peruana y aún más de la boliviana. El orden conservador ha comenzado por limitar la fuerza del ejército; con la primera guerra del Pacífico las fuerzas armadas chilenas adquirieron un prestigio interno sin par en América latina; las ventajas de ser la expresión armada de la nación y sólo muy discretamente y en segundo plano la guardia del orden interno se hicieron evidentes para los oficiales del ejército chileno, que aceptaron de buen grado la misión supuestamente apolítica que el nuevo orden les asignaba, compatible con la presencia de presidentes militares durante los primeros veinte años de dominio conservador. Que en Chile el ejército fuese la expresión de la nación a la vez que de la facción dominante era para los observadores benévolos otro signo de la excepcionalidad de una experiencia más europea que latinoamericana; en todo caso explica en parte las características peculiares de la evolución chilena.

Ya durante el primer veintenio conservador, bajo la égida de los generales Prieto y Bulnes, la minería había comenzado -se ha señalado antes- a introducir un nuevo elemento en una sociedad dominada hasta entonces por los hacendados del Valle Central. El cambio de coyuntura a partir de 1848 aceleró el proceso: la modernización de Santiago, lo que parecía la quiebra vertiginosa de un estilo de vida cotidiana que

la emancipación política hacía afectado mucho menos, se acompañaba de una agitación ideológica que -se ha visto también- buscó expresiones deliberadamente desafiantes contra el catolicismo conservador, que era un aspecto del orden político dominante. Ahora bien, ese catolicismo era algo incongruente dentro del sistema: las dificultades de una clase dominante agraria muy tradicionalista y a la vez muy abierta al mercado ultramarino se reflejaban cotidianamente en los avances hacia la tolerancia de cultos, y en la fe en la posibilidad de un progreso cultural y técnico que se gustaba de suponer independiente pero no hostil a la fe recibida y al conjunto de nociones que tradicionalmente -pero a menudo abusivamente- se consideraban como formando cuerpo con ella. En la década del cuarenta hubo entonces un progresismo conservador, que retenía el rigor autoritario pero le fijaba objetivos en parte renovados: modernización económica y cultural antes que defensa de un orden que ya no se juzga tan amenazado. Ese progresismo tiene su figura dominante en Manuel Montt, ministro de modesto origen que bien pronto domina el gobierno de Bulnes.

En 1851 Montt será elegido presidente a costa de una escisión de los conservadores extremos y de un alzamiento liberal. Durante su decenio de gobierno (la reelección en mitad de él es canónica, como lo fue la de sus predecesores) se amplió la red ferroviaria desde el norte minero al centro agrícola-ganadero, con el ferrocarril de la capital a Valparaíso; se reformó el derecho privado, se suprimieron diezmos y mayorazgos, se reformó la Hacienda y se creó un banco oficial. Estas reformas aumentaron la resistencia del sector conservador extremo (exacerbada por un conflicto entre Gobierno y clero), sin desarmar al liberal, que seguía sufriendo las consecuencias del estilo autoritario del gobernante.

La sucesión de Montt creó de nuevo tensiones que debían desembocar en una guerra civil, en que liberales y conservadores extremos se aliaron contra el Gobierno Finalmente, éste se resignó a aceptar un candidato que, escogido en sus filas,

era a la vez grato a la oposición liberal. La transición del Chile conservador al liberal comenzaba así; iba a culminar en 1871 con la instalación en el poder del presidente Errázuriz Zañartu, el primero de extracción liberal.

Esa transición llevó a la adopción de principios esgrimidos desde antiguo por la oposición al conservadurismo: la enseñanza pública se expandió, creándose un sistema de institutos medios y ampliando la Universidad; aunque más cautelosamente, se acentuó la política laica, llegándose a proclamar la libertad de cultos. Pero era acaso más significativa la atenuación -o mejor la dispersión- del poder autoritario del Estado. Desde 1871 los presidentes no podían ya ser reelectos, y en un panorama político al que las divisiones del conservadurismo y las del liberalismo hacía más complicado, los gobernantes debían buscar el apoyo de núcleos políticos muy variados. A la enérgica conducción conservadora, que había devuelto el orden a Chile y luego inducido la modernización venciendo a veces resistencias de su propio bando, seguía ahora un estilo de gobierno deliberadamente menos activo: si la expansión del comercio y la minería habían ampliado a las clases altas chilenas y las habían dotado de actitudes más complejas y a menudo contrastantes, a la vez las habían hecho aún más poderosas; la liberalización no significaba una democratización, puesto que la ampliación del poder no excedía la de la clase económica y socialmente dirigente, que se limitaba a extender al campo político; la clase alta es, por el contrario, más sólidamente dueña del poder que antes. Esta solución -momentáneamente exitosa- se apoya en una coincidencia notable de intereses entre los viejos y nuevos sectores ricos: unos y otros son beneficiarios de la apertura creciente al mercado internacional; unos y otros dirigen, con tenacidad y confianza, al país hacia la victoria militar que sorprenderá a América latina y transformará durante algunos decenios a Chile, a los ojos de sus vecinos, en una respetada y también temida Prusia iberoamericana.

Chile sigue entonces ofreciendo en esta etapa el modelo de una política oligárquica exitosa; nada podría Hispanoaméri-

ca alinear al lado de él que pudiera comparársele. Aun el imperio brasileño pierde durante ella algo de su prestigio anterior: se da allí un deterioro progresivo del equilibrio político, ya en la etapa anterior menos perfecto de lo que hacían suponer versiones idealizadas.

La guerra de Paraguay -esfuerzo inesperadamente vasto exigido al imperio liberal en **Brasil**- inauguró la crisis de éste. La ruptura entre el mariscal Caxias, jefe de las fuerzas brasileñas combatientes en Paraguay, y el gabinete liberal, dio por resultado la caída de éste y (ante la solidaridad del partido con los caídos) el retorno al Gobierno del conservadurismo. Este resultado era consecuencia del arbitraje de la Corona, y explica la desafección creciente de los liberales por ésta: a las tentativas de limitar los poderes imperiales, acentuando los rasgos parlamentarios y federales del régimen, que no son nuevas entre los liberales, se acompañan ahora ataques todavía discretos a la institución misma.

Pero el apoyo decisivo que la Corona proporciona al jefe del ejército no le gana el reconocimiento durable de la fuerza armada. Caxias pertenece a una generación militar que en la guerra paraguaya domina por última vez el panorama; lo que deja tras de sí es un ejército más consciente de su fuerza (la guerra de Paraguay, aunque la conducción militar brasileña estuvo lejos de ser irreprochable, significó un esfuerzo del que pocos hubieran creído capaz al aparato militar del imperio), cada vez más exigente frente a una Corona poco sensible a sus presiones, a la vez que más distante de la clase política -escasamente renovada- que gobierna al país. Algunos sectores militares -los más jóvenes de entre su cuerpo de oficiales- hallan en el positivismo la ideología adecuada a su actitud: en él encuentran justificación para su rechazo de un equipo político al que reprochan a la vez su reclutamiento social demasiado estrecho (también en Brasil la oficialidad del ejército se recluta a menudo, por su parte, entre las clases altas y medias de las zonas más pobres y marginales) y su apego a una cultura

política anticuada y libresca, cuyo núcleo está en la jurisprudencia y no en las nuevas ciencias exactas y sociales. En el positivismo encuentran también esos oficiales los instrumentos para articular la exigencia de un nuevo tipo de autoritarismo progresista, más sensible, por otra parte, que en Hispanoamérica a motivos humanitarios y que tiene posición firme en favor de la abolición de la esclavitud. Se configura así un republicanismo militar, que se difunde en la medida en que logra identificarse con la defensa corporativa del cuerpo de oficiales: en 1885 éstos se colocan abiertamente tras de un colega amenazado de castigo por haber censurado periodísticamente al ministro de Guerra...

No son ésos los únicos golpes que el régimen debe afrontar. En Brasil el conflicto en torno a los avances del ultramontanismo afecta de modo muy directo a la Corona: las disposiciones de algunos obispos para asegurar una incompatibilidad real entre la pertenencia a la Iglesia y a la masonería (ocasionadas por la aparición pública de sacerdotes en ceremonias masónicas, en 1871), si fueron disciplinadamente obedecidos por los eclesiásticos, a los que impusieron el abandono de las logias, no tuvieron tanta fortuna con los dirigentes de congregaciones devotas laicas: algunas debieron ser disueltas por decisión episcopal. El Gobierno juzgó que los obispos habían excedido sus poderes: exigió que retractaran la medida y concluyó por apresarlos; esa política, sólo parcialmente inspirada por la masonería, era sobre todo continuación -en una clima nuevo- del regalismo primero portugués y luego imperial. Pero encontró un clero menos dócil que el de tiempos coloniales, y una corte romana acostumbrada a proclamarse perseguida; dentro de la Iglesia las posiciones conciliatorias fueron desechadas; la política de ruptura abierta se reveló fructuosa, porque en 1875 el Gobierno imperial debía liberar a los obispos sin haber obtenido en cambio concesión alguna de sus contrincantes eclesiásticos. El personal político conservador ocupó la vanguardia en este conflicto,

pero contó con el apoyo explícito del emperador, que fue el principal derrotado en él.

De este modo la organización política imperial se debilitaba desde dentro (por marginalización de ese partido liberal que era, desde hacía decenios, su sector más importante) y a la vez perdía el apoyo seguro -decisivo en Brasil- del ejército, y junto con él el menos importante de la Iglesia. Esa deterioración creciente se daba en un clima de transformación económica y social muy rápida, de la cual, por el momento, se advertía sobre todo la rápida destrucción del antiguo orden. Entre 1870 y 1885, la estructura de las exportaciones brasileñas varió completamente: en esa primera fecha los artículos que la dominaban eran el algodón y el azúcar, productos ambos del Nordeste, con extensiones de sus cultivos hacia el litoral central; en 1885 el café cubría el 62,2 por 100 de las exportaciones, el azúcar sólo el 11,34 por 100 y el algodón (cuya expansión había sido consecuencia de la guerra civil norteamericana y sufría ahora con la reconstrucción del sur de Estados Unidos) había perdido toda importancia. Es decir, que el Nordeste volvía a ser dejado atrás en la economía brasileña; el crecimiento del centro apenas bastaba, por otra parte, para compensar esta crisis de las zonas de agricultura tradicional (el valor total de las exportaciones permanece sustancialmente constante a lo largo de estos quince años). Al mismo tiempo, la crisis de 1875 tuvo consecuencias muy graves para la estructura financiera brasileña; como se ha visto ya, ésta era técnicamente más avanzada que la de los países hispanoamericanos, pero sus bases no eran excesivamente sólidas. La crisis del crédito europeo, al caer sobre un país que durante la guerra paraguaya había acrecido su deuda externa, provocó una crisis bancaria de la que fue víctima principal el vizconde de Mauá, cuyo banco había dominado la vida financiera brasileña durante el tercer cuarto del siglo XIX. Sin duda, la independencia de Mauá respecto de la finanza británica era más aparente que real; en todo caso, su caída reveló que Brasil no podía mantener ni aun esa parcialmente ficticia autonomía financiera.

La ruina del orden tradicional era aquí también evidente. En ese clima en que la decadencia parecía dar el tono general a la vida brasileña, el debilitado régimen imperial debió liquidar el más pesado de los legados de la pasada prosperidad: el problema de la esclavitud. Sin duda ésta perdía importancia con el transcurso del tiempo: la trata había sido eficazmente suprimida desde mediados del siglo, y la economía esclavista no era más capaz que antes de organizar el reemplazo de la mano de obra sin acudir a la importación. La libertad de los hijos de esclavos, decretada en 1871, debía acelerar la desaparición de una institución ya en ruinas: los esclavos eran dos millones y medio en 1850, un millón en 1874, setecientos mil en 1887. Pero la decadencia de la esclavitud aparecía como un aspecto de la decadencia de la economía agrícola esclavista, y las reformas ya introducidas a la institución transformaban al Estado en uno de los responsables de ese deterioro. Sin duda, los gabinetes conservadores se obstinaron en la oposición a la emancipación general, en la que sectores cada vez más amplios de la opinión pública brasileña veían la única salida para una situación que parecía cada vez más aberrante; el emperador, si se manifestó adicto a la solución emancipadora (hasta el punto de inquietar a sus ministros), se abstuvo durante mucho tiempo de imponer un gobierno que compartiese en ese punto sus ideas. Un problema colateral, pero muy importante, era el de la indemnización de los propietarios de esclavos: por una parte, las finanzas brasileñas no estaban en condiciones de afrontarlo; por otra, la importancia creciente de sectores agrícolas que utilizaban mano de obra no esclava, que se oponía ardientemente a participar en los costes de cualquier indemnización, aumentaba las dificultades políticas de la operación. Finalmente, la emancipación llegó -y sin indemnización- en 1888; luego de ella, los sectores de agricultura esclavista (que, habiendo formado a veces en la primera mitad del siglo en las filas liberales, se identificaron luego con el antiabolicionismo conservador) se sintieron desligados de cualquier lealtad por la institución monárquica, por la que se consideraban traicionados.

El republicanismo, cada vez más popular en el ejército, había echado raíces además en la provincia que estaba al frente de la expansión cafetera, San Pablo; en Minas Gerais, que seguía siendo la más poblada de Brasil, el liberalismo (que tenía allí uno de sus focos principales) se alejaba, por su parte, cada vez más del marco monárquico. Finalmente, el republicanismo ganó un adepto de excepcional importancia: el mariscal Deodoro da Fonseca, que mantenía el orden en el ejército para los conservadores. Un golpe militar que no encontró resistencia derribó en 1889 la monarquía: el ejército y las elites políticas del Brasil central, donde se estaba elaborando la expansión del café, eran los beneficiarios principales del cambio institucional.

La república brasileña -que inscribió en su bandera el lema positivista de «Orden y progreso»- significó la alineación de Brasil sobre el modelo de regímenes progresistas, en que el influjo de la oligarquía terrateniente era integrado en proporciones variables con el del ejército, del que hemos visto ya variados ejemplos en la América española. Ese nuevo orden se apoyaba en raíces más vigorosas de lo que podría hacer suponer la evolución algo lánguida de los últimos veinte años de régimen imperial. El Brasil del café no iba a necesitar de la esclavitud; la inmigración europea iba a cubrir sus necesidades de mano de obra a plazo más largo era la expansión demográfica brasileña, que comenzaba a tomar ritmo sostenido (la población había pasado entre 1872 y 1888 de diez a catorce millones de habitantes) la que aseguraría la disponibilidad de una mano de obra abundante y barata. Liberado del lastre de su institución peculiar, Brasil iba a entrar en la etapa de crecimiento febril y crisis devastadoras, en la cual estaba ingresando, por otra parte, toda Latinoamérica a medida que se consolidaba en ella el orden neocolonial.

Éste se afirmaba también en las **Antillas** de colonización española, en particular en Cuba, mientras Puerto Rico conocía una expansión azucarera y, sobre todo, cafetera de ritmo más lento y consecuencias sociales más limitadas, y **Santo Domingo**,

permanecía apegada a una economía muy escasamente renovada desde tiempos coloniales. Ocupada por fuerzas haitianas hasta 1844, iba a ser liberada por un alzamiento dirigido por la elite criolla de la capital, que en 1861 organizó la reincorporación a España, esperando encontrar en la vieja y nueva metrópoli un punto de apoyo externo para su amenazada supremacía. España cumplió esa función muy insuficientemente; si hizo capitán general al ex presidente Santana, se desinteresó de su recuperada colonia, y en 1865 se resignó sin esfuerzo a verla optar nuevamente por la independencia; ésta marcaba a la vez el fin del predominio de los reducidos sectores blancos; los presidentes mulatos de la etapa siguiente aceptaron los rasgos esenciales del orden dominante, y -como por otra parte venía ocurriendo en más de una región hispanoamericana- se limitaron a modificarlo para introducir entre los sectores privilegiados a su séquito militar, a menudo de origen social modesto.

Pero **Cuba**, todavía dependiente de España, conocía en cambio transformaciones agitadas y complejas. La expansión azucarera seguía su curso: si en 1820 se exportaban 50.000 toneladas, y en 1850, 200.000, en 1870 la producción llegaba a más de 700.000 toneladas, casi en su totalidad destinadas a esa exportación. Esos avances mantenían al azúcar como producto dominante en el cuadro de las exportaciones cubanas, de las que cubría el 80 por 100 en 1820 y el 75 por 100 en 1865, y conservaban su ritmo sostenido pese a un descenso paulatino de los precios internacionales. Éste era lo bastante lento como para que la técnica de producción azucarera cubana -relativamente rudimentaria- y la multiplicidad de centros elaboradores de volumen pequeño pudiesen mantenerse a lo largo de esta etapa.

El problema principal de la economía azucarera era el de la mano de obra: la utilización de los negros esclavos era dificultada por la resistencia británica a la trata; el gobierno español, por su parte, sostenía discretamente una continuación del comercio de negros, nominalmente ilegal. Aun así, los esclavos se hacían cada vez más caros; a mediados del siglo se buscaron

soluciones alternativas, recurriendo aún a la importación de mayas cautivos luego de su derrota en la guerra de castas del Yucatán; como en Perú, la inmigración china pareció, sin embargo, ofrecer la mejor alternativa a la cada vez menos fácil importación de negros. Un problema adicional significaba para Cuba la importancia creciente del mercado consumidor norteamericano, defendido por tasas de importación destinadas a proteger el azúcar de Luisiana; esta importancia se afirmaba cada vez más a medida que en Europa el azúcar de remolacha desplazaba al de caña. Una solución conjunta a ambos problemas parecía ofrecerla el anexionismo, popular entre algunos hacendados y azucareros en la década del cincuenta, al que la guerra de Secesión hizo luego perder vigencia.

Mientras tanto, maduraba en Cuba una crisis del régimen colonial. En la década del cincuenta la metrópoli adoptó una actitud más matizada frente al problema de la trata; su valor como garantía del mantenimiento de la esclavitud se revelaba cada vez más limitado. Por otra parte se daba en Cuba –de modo sin duda más marcado que cincuenta años antes en el continente– una oposición entre peninsulares y criollos que –apoyada, por ejemplo, en conflictos entre productores nativos y comercializadores españoles del tabaco– se intensificaba en la medida en que el régimen colonial veía en los peninsulares residentes en Cuba a su más sólido apoyo, y adquiría intensidad nueva desde que los grandes propietarios cubanos de esclavos comenzaron a desconfiar de que el Gobierno de Madrid siguiese apoyándolos indefinidamente. La arbitrariedad de un régimen marcado por el predominio de los elementos militares agudizó este conflicto latente; en 1868 comenzaba la primera guerra de Independencia de Cuba, que iba a durar diez años. Los insurgentes formaban una coalición muy incómoda; la sociedad criolla estaba cruzada de tensiones, y la revolución no quería definirse frente a sus causas; la cautela con que encaró el problema de la esclavitud (no se atrevió ni siquiera, como lo habían hecho a menudo los revolucionarios en el continente hispanoamericano, a emancipar a los negros

que tomasen las armas en su apoyo) es una muestra de esta actitud. En 1875 la restaurada monarquía española obtuvo la paz con los rebeldes a los que no había logrado derrotar: otorgaba a la isla autonomía política y una representación en el parlamento metropolitano. La guerra prosiguió todavía tres años contra los elementos más radicales, capitaneados por el general negro Antonio Maceo, dispuesto a rechazar toda paz que no reconociese la independencia de la isla y la abolición de la esclavitud. Derrotado Maceo, la paz española volvió a implantarse sobre Cuba en 1878. La guerra había destruido buena parte de la riqueza rural, y sobre las ruinas de las fortunas criollas y españolas se insinuaba un nuevo aspirante al dominio de la tierra cubana: el inversor norteamericano, que al mismo tiempo imponía su predominio sobre el comercio de exportación (para lo cual se organizaba en compañías monopolísticas en 1880). El cambio fue facilitado por una crisis profunda de precios, que obligaba a la industria cubana a transformarse para sobrevivir: surgieron luego de la guerra las primeras *centrales*, ingenios modernos que comenzaron a comprar tierras en gran escala, pero dominaron también muy pronto a los productores pequeños y medianos, trabajasen o no en tierra propia: los colonos, que explotan tierras a menudo relativamente vastas y tienen asalariados que pueden ser numerosos pero que están atados por deudas a una central a la que se comprometen a vender el total de su caña, pasan a ser un elemento social característico de las tierras del azúcar.

Se da así en Cuba un nuevo tipo de participación extranjera en la economía: el influjo de la nueva metrópoli norteamericana no se limita a la comercialización o a los transportes: se extiende a las transformaciones industriales y avanza hacia una conquista de la tierra. De este modo, la colonia que aún no ha logrado emanciparse de la tutela española se adelanta a otras zonas hispanoamericanas para ubicarse bajo una tutela de nuevo tipo; en el destino que comenzaba a prepararse para Cuba al terminar la guerra de diez años, más de una nación hispanoamericana hubiese podido reconocer los rasgos esenciales de su propio futuro.

Capítulo 5

Madurez del orden neocolonial

En 1880 -años más, años menos- el avance en casi toda Hispanoamérica de una economía primaria y exportadora significa la sustitución finalmente consumada del pacto colonial impuesto por las metrópolis ibéricas por uno nuevo. A partir de entonces se va a continuar la marcha por el camino ya decididamente tomado. El crecimiento sera aun más rápido que antes, pero estará acompañado de crisis de intensidad creciente: desde las primeras etapas de su afirmación, el orden neocolonial parece revelar a través de ellas los límites de sus logros; si no puede decirse que nace viejo -por el contrario, el vigor de su avance no tiene par en el pasado latinoamericano-, nace por lo menos con los signos ya visibles de un agotamiento que llegará muy pronto. Este avance por explosiones, que no siempre logran dejar otra huella permanente en la tierra por ellas tocada que una devastación comparable a la de una catástrofe natural, debe, sin duda, en parte -pero sólo en parte- sus turbulencias a la vinculación creciente con unas metrópolis que viven ellas mismas una coyuntura económica más sacudida.

Al mismo tiempo que se afirma, el nuevo pacto colonial comienza a modificarse en favor de las metrópolis. La distribución de tareas entre ellas y las clases altas locales (que había

comenzado por asignar a estas últimas en casi todos los casos la producción primaria y a las primeras la comercialización) aun allí donde se mantiene adquiere un sentido nuevo gracias a la organización cada vez menos libre de los mercados, facilitada por las transformaciones técnicas pero vinculada sobre todo con la de las estructuras financieras. Pero esa misma distribución de tareas no siempre se mantiene: algunas actividades primarias (sobre todo la minería) que exigen desde el comienzo aportes considerables de capital, pasan precozmente bajo el dominio de las economías metropolitanas. La misma complejidad creciente de las actividades vinculadas con transporte y comercialización multiplica la presencia de esa economía en el área latinoamericana: no sólo los ferrocarriles, también frigoríficos, silos de cereales e ingenios de azúcar pasan a ser, en medida variable según las regiones, enclaves de la economía metropolitana en tierras marginales; en particular son las metrópolis de presencia más reciente las que se lanzan más agresivamente a la conquista de las economías dependientes, que culmina en la de la tierra: en ciertas áreas, ya hacia 1910, la alianza entre intereses metropolitanos y clases altas locales ha sido reemplazada por una hegemonía no compartida de los primeros: es el caso de Guatemala, donde capitalistas alemanes se han apoderado ya del comercio del café y han conquistado las mejores tierras productoras, es -todavía más caracterizadamente- el de Cuba, primero española y luego independiente, y en ambas etapas abierta a la conquista de la tierra azucarera por compañías norteamericanas; comienza a ser el de Puerto Rico, el de Haití y Santo Domingo, el de las tierras bajas de América Central, donde va a erigirse el imperio del banano, gobernado desde Boston...

Estos ejemplos, sin duda extremos, revelan, sin embargo, una tendencia más general: el debilitamiento de las clases altas terratenientes, pese a sus apoyos en las estructuras políticas, comerciales y financieras locales, frente a los emisarios de las economías metropolitanas. Ese debilitamiento va acompañado de otro proceso, de intensidad variable según las re-

giones, por el cual las clases altas ven surgir a su lado clases medias –predominantemente urbanas– cada vez más exigentes, y en algunas zonas más limitadas deben enfrentar también las exigencias de sectores de trabajadores incorporados a formas de actividad económica modernizadas. Este último proceso –que se da sobre todo allí donde la economía local es más vigorosa y, por tanto, las clases altas se defienden mejor contra las presiones metropolitanas– tiene su correlato político en un comienzo de democratización: mientras en México ésta se da revolucionariamente, en Argentina, Uruguay y Chile se manifiesta a través del acceso al poder de nuevos sectores mediante el sufragio universal.

Este último se da dentro del marco del orden neocolonial y las tendencias que lleva al triunfo no se oponen de modo militante a la persistencia de ese orden; acaso por eso mismo las experiencias democráticas son tan afectadas como las oligárquicas por la crisis de 1930, que revela bruscamente el agotamiento del nuevo pacto colonial.

No son sólo los signos anunciadores de ese agotamiento los que dan a la etapa de expansión febril en examen sus demasiado brutales altibajos: influye también el hecho de que América latina pasa cada vez más decididamente, de ser zona reservada a la influencia británica, a constituirse en teatro de la lucha entre influencias viejas y nuevas, que con estilos propios intentan repetir la conquista económica con tanto éxito llevada adelante por Inglaterra luego de 1810. Esa lucha se da sobre una Latinoamérica que ha agregado a su dependencia mercantil una cada vez más estricta dependencia financiera y, debido a ello, va a ser teatro de múltiples conflictos desiguales con sus poderosos acreedores; como en Egipto, el vínculo financiero servirá en algunos casos de punto de partida para un esbozo de dependencia política y militar directa, que –tras de ensayos reiterados y frustrados de potencias continentales europeas, a las que se une a comienzos del siglo XX la habitualmente cautelosa Inglaterra– es finalmente retomado por Estados Unidos en el área del Caribe, donde

pasa a ejercer durante largos períodos funciones que van desde la percepción de impuestos aduaneros y la protección militar del orden interno hasta el ejercicio liso y llano del gobierno de estados que, sin embargo, retienen nominalmente su independencia.

El tránsito del intervencionismo europeo a la tutela norteamericana se consuma en el conflicto venezolano; parece, por tanto, necesario examinar ese conflicto con cierto detenimiento. A principios del siglo XX, el Estado y los particulares venezolanos son deudores insolventes de poderosos acreedores ingleses y alemanes. Como medio siglo antes Inglaterra y Francia en el Río de la Plata, ahora Inglaterra y Alemania buscan atenuar sus tensiones mediante una acción conjunta contra sus inermes deudores sudamericanos: Italia se agrega a la alianza, y una fuerza naval tripartita bloquea en 1902 los puertos venezolanos. El presidente norteamericano Teodoro Roosevelt había dado su aprobación anticipada a la iniciativa, necesaria a su juicio para devolver alguna seriedad a los responsables de las finanzas sudamericanas. Pero la opinión pública latinoamericana vio con alarma e indignación el retorno a los usos internacionales de hacía medio siglo; el agresivo nacionalismo dominante en Estados Unidos veía, por su parte, con preocupación la reaparición de las potencias europeas en un área que se había acostumbrado a considerar suya. Expresión de ambas reacciones fue, por una parte, la doctrina Drago, en la que el canciller argentino proclamaba que el uso de la fuerza militar era inaplicable a las relaciones entre deudores y acreedores, aun cuando éstos o aquéllos fuesen Estados, y el llamado corolario Roosevelt a la doctrina Monroe, a través del cual Estados Unidos (persistiendo en su actitud de fijar por pronunciamientos unilaterales las bases del orden internacional americano) sostenía que en caso de que la escasa voluntad de ordenar sus finanzas hiciese a un Estado latinoamericano deudor crónico, correspondía a Estados Unidos, y sólo a ellos, persuadirlo mediante el uso de la fuerza a adoptar las refor-

mas necesarias, así fuese en beneficio de acreedores europeos y no estadounidenses.

De este modo Estados Unidos asumía el papel de gendarme al servicio de las relaciones financieras establecidas en la etapa de madurez del neocolonialismo; los hechos iban a demostrar con cuánta seriedad estaba dispuesto a encarar sus nuevos deberes en los treinta años que iban a seguir. No era ésta, sin embargo, la única innovación en las relaciones de Latinoamérica con su cada vez más poderoso vecino, ni la única causa de las intervenciones de éste. En algunas ocasiones éstas aparecieron inspiradas en el deseo de devolver a prácticas políticas más sanas a algunas naciones hispanoamericanas; estas intervenciones algo erráticas, apoyadas en una suerte de puritanismo político desmentido en otros casos, solían ser recibidas con una mezcla de indignación e incredulidad en Latinoamérica, y –como en el caso de la actuación contra el mexicano Huerta, dispuesta por Wilson en 1914– tenían a menudo la consecuencia de comprometer la causa que se proponían apoyar.

Esta forma de justificar la intervención solía ser interpretada al sur del río Grande como pura hipocresía; con ello los latinoamericanos demostraban entender muy mal las tendencias dominantes en la nueva potencia hegemónica, y ser incapaces de reconocer en el horror *yankee* por el estilo demasiado autoindulgente practicado por los sectores dirigentes latinoamericanos en política y finanzas un eco del horror por el viejo Adán, que ni aun la revolución puritana ha matado del todo en ellos mismos. Pero si el contrapunto sutil de dos tradiciones culturales, que permite hoy a Richard Morse descubrir, tras de la oposición entre la tradición de Locke, Smith y Bentham y la más revolucionaria de Marx, la huella de una oposición más vieja entre Calvino y Santo Tomás, escapaba por completo a la comprensión de los latinoamericanos, éstos, en cambio, parecían advertir con cruel claridad que estas imperiosas exigencias de pureza política sólo eran llevadas adelante sin desfallecimientos cuando servían de justificativo para la conquista de muy concretas ventajas para intereses

norteamericanos, y que en otros casos esos intereses se imponían utilizando procedimientos que aun los menos estrictos latinoamericanos encontraban chocantes.

En todo caso, esa supuesta hipocresía estadounidense era el modo con que los latinoamericanos percibían ciertos rasgos de la nueva potencia dominante que iban a hacer particularmente pesada su hegemonía: en el pasado, frente a las fallidas cruzadas por la libertad o por la tradición católico-autoritaria emprendidas por Francia, la más exitosa Inglaterra había prescindido de dar a su hegemonía cualquier sentido militante; sin duda, ello no nacía de respeto alguno por las peculiaridades hispanoamericanas, sino de que aun Gran Bretaña no había identificado su función imperial con la de suplir las carencias de los *lesser breeds without the Law*, entre los que incluía, sin duda, a los latinoamericanos. En todo caso, una consecuencia benéfica de esa despectiva indiferencia era que las comarcas sometidas al predominio británico no sufrían en general más inconvenientes que los destinados a asegurar ventajas concretas a los intereses dominantes, y se ahorraban la necesidad de escuchar respetuosamente las exhortaciones y reprimendas que, en cambio, iba a prodigarles la nueva metrópoli en ascenso.

Sería peligroso, sin embargo, buscar a esa diferencia entre la vieja y la nueva metrópoli causas exclusivamente histórico-culturales. Ella se da en medio de una acentuación de la dependencia latinoamericana que se vincula con transformaciones muy precisas de la estructura económico-financiera mundial. En este marco, la vocación pedagógica estadounidense se transforma en un mecanismo más de dominación; se identifica con el esfuerzo por imponer una imagen de la relación entre Estados Unidos y su área de influencia americana que –elaborada por la metrópoli– refleja sin duda sus tradiciones ideológicas pero a la vez tiene como feliz consecuencia práctica que –una vez aceptada en el área dominada– la ruptura del vínculo de dominación se hace impensable.

Este interés (aparte de otras ambiciones aún más vastas) explica la tenacidad con que Estados Unidos terminó por reto-

mar luego de algunas intermitencias la institucionalización de sus relaciones con Latinoamérica, que culminaría sólo en la segunda postguerra en la formación de la Organización de Estados Americanos con carácter de pacto regional en el marco de las Naciones Unidas. La gradualidad del avance, la vaguedad de los primeros compromisos asumidos por los miembros del naciente sistema interamericano explican en parte que hayan colaborado en su creación –así fuese con constantes reservas– países que estaban aún lejos de sufrir el predominio norteamericano y mantenían frente a sus avances una hostilidad no disimulada. Por otra parte –hasta la segunda guerra mundial– el progreso de la organización interamericana, que no era aún puesta al servicio de la política estadounidense frente al Viejo Mundo, parecía ofrecer acaso una alternativa más bien que una base legal a las formas más directas de expansión norteamericana; el establecimiento de un más estricto orden internacional americano parecía, en efecto, incompatible con las agresiones abiertas que no escasearon en esas décadas. Parecía confirmar esa impresión el hecho de que (luego de las primeras tentativas orientadas a lograr la incorporación económica de Latinoamérica al área norteamericana) los progresos de la idea panamericana entre los dirigentes de la política de Estados Unidos se hacían más rápidos precisamente cuando las tentativas de tutela directa eran momentáneamente abandonadas. Estas ventajas inmediatas explicaban los avances de un sistema internacional que desfiguraba meticulosamente las relaciones efectivas de poder: suponía, en efecto, la igualdad de todos los estados que lo integraban y, por añadidura, la indefectible coincidencia de sus intereses.

El movimiento panamericano en sus primeras etapas ocupa frecuentemente lugar muy marginal en la efectiva política latinoamericana de Estados Unidos. Ésta se desarrolla bajo la doble inspiración de las necesidades estratégicas y del acrecido potencial económico estadounidense que, decisiva en el lanzamiento del movimiento panamericano, pasa en éste bien pronto a segundo plano. El movimiento, difundido en Esta-

dos Unidos en pleno triunfo de la política proteccionista con que se identifica el partido republicano, tiene por primer inspirador a Blaine: en ese fin de siglo el proyecto de unificación aduanera de las Américas y el de ferrocarril panamericano tenían un decidido aire de época; eran la réplica, en el clima de afirmación de los imperialismos, de proyectos como el Berlín-Bagdad y El Cairo-Capetown. Pero por varias razones se revelaba menos capaz que esos modelos de arraigar en la realidad: el ascendiente de la economía norteamericana se daba sólo en zonas restringidas de Latinoamérica; en éstas (y aún más decididamente en las restantes) el influjo de las nuevas y viejas metrópolis económicas europeas era demasiado grande para que fuese fácil barrerlo en beneficio de un indisputado predominio estadounidense; por otra parte, la posición de las naciones latinoamericanas en el ordenamiento jurídico internacional se había fijado en la etapa anterior bajo el signo de la tanto menos exigente hegemonía mercantil británica; por muchas que fuesen las insuficiencias políticas y financieras de más de uno de los nuevos estados, su plena soberanía internacional era formalmente ineliminable, en este sentido Latinoamérica se prestaba menos que las zonas en colonización del Viejo Mundo para empresas de abierta conquista.

El proyecto panamericano iba a encontrar, por otra parte, una resistencia abierta y eficaz capitaneada por Argentina, cuya expansión, extremadamente rápida, se acompañaba de un estrechamiento de la dependencia comercial y sobre todo financiera de Gran Bretaña. En la Conferencia panamericana de Washington, en 1889-90, un miembro de la delegación argentina, Roque Sáenz Peña, opuso a la fórmula estadounidense de América para los americanos, la de América para la humanidad, que reflejaba a la vez la decisión de algunos países de mantener sus vínculos desiguales con metrópolis europeas y la de los sectores que dentro de otros se oponían al avance ya amenazante de la hegemonía norteamericana.

De todos modos, aún Argentina iba a participar en la creación de la Oficina Internacional de las Repúblicas America-

nas, una institución que, primero destinada a recoger información económica, fue adquiriendo gravitación creciente a lo largo de las sucesivas reuniones panamericanas: en México (1901-1902) el organismo recibió un cuerpo de gobierno integrado por todos los embajadores latinoamericanos en Washington y presidido por el secretario de Estado de Estados Unidos; en 1910, en Buenos Aires, esa Oficina Internacional de las Repúblicas Americanas se transformó en Unión Panamericana. Sin embargo, las tendencias a crear un ordenamiento regional se debilitaron progresivamente en América latina: la búsqueda de un sistema de normas internacionales capaz de limitar, por lo menos en sus aspectos políticos, las tendencias expansivas de Estados Unidos se orientaba cada vez más hacia los organismos mundiales en embrión, en especial el tribunal internacional de La Haya; junto a ellos se esperaba contar con la influencia equilibradora de las grandes potencias europeas. La disgregación del concierto europeo, anticipada desde 1911 y producida en 1914, tendió a debilitar esta orientación; aun quienes mantenían reservas frente a la hegemonía norteamericana redescubrían ahora la importancia de tender una barrera entre Latinoamérica y los conflictos europeos; agotada la eficacia (por otra parte muy variable) que en este aspecto había tenido el poder naval británico, no parecía imposible reemplazarlo con una organización regional interamericana apoyada en el poderío de Estados Unidos.

La tentativa de construirla dominó la reunión de Santiago de Chile (1923), en la que Uruguay (que en el Sur del continente había mantenido posiciones excepcionalmente filoestadounidenses) propició lo que llamaba la internacionalización de la doctrina Monroe; Estados Unidos, vuelto al aislacionismo, se rehusó a apoyar la propuesta garantía multilateral de la independencia e integridad de todos los Estados americanos, dirigida en el proyecto no sólo contra amenazas extracontinentales. Con ello confirmaba los temores que su política americana hacía surgir; en 1928, en la conferencia de La Habana, ésta despertaba resistencias muy vivas referidas tanto al

«derecho de intervención» reivindicado por Estados Unidos en las naciones latinoamericanas, cuanto al proteccionismo aduanero norteamericano, que gravitaba duramente sobre algunas economías latinoamericanas. Esas resistencias, vivaces pero desorganizadas, no tuvieron consecuencias, salvo en la medida en que hicieron evidente al gobierno de Estados Unidos la necesidad de presentar su política latinoamericana desde perspectivas menos irritantes para sus interlocutores. Aún en 1928 se mantenía la tendencia norteamericana a limitar el marco en el cual debía moverse la Unión Panamericana, mientras eran frecuentes entre los latinoamericanos las veleidades de transformarla en punto de partida de un orden regional que reemplazara en las relaciones de Estados Unidos con Latinoamérica a las iniciativas unilaterales de la gran potencia del Norte.

Esa tendencia sólo iba a invertirse más adelante, cuando a las consecuencias de las olas de inversiones norteamericanas de la década del veinte se sumaran las de la crisis mundial de la década siguiente para dejar en pie sólo ruinas aisladas del anterior orden económico centrado en Europa y aumentar la dependencia latinoamericana respecto de Estados Unidos; cuando éste –en medio de las tensiones que llevarían a la segunda guerra mundial– creyese oportuno agregar a su propia gravitación internacional la del sistema interamericano, vocero de un entero continente. Sólo entonces ese sistema volvería a ser, como cuando Blaine lo proyectó, uno de los instrumentos esenciales de la política latinoamericana de Estados Unidos.

Hasta entonces esa política había preferido cauces más directos que el que podía proporcionar el organismo interamericano. Ella tenía –se ha dicho ya– a la vez raíces estratégicas y económicas. La estrategia impulsaba la expansión en el área del Caribe y América Central, que desde mediados del siglo XIX estaba atravesada por una de las líneas más importantes de comunicación interna de Estados Unidos. La expansión política tuvo su comienzo en la guerra hispanoamericana en que desembocó en 1898 la segunda guerra de Independencia de

Cuba, comenzada en 1895. Su increíblemente fácil victoria no sólo alentó a Estados Unidos a nuevas aventuras; le dejó un conjunto de posesiones ultramarinas y le permitió adquirir una experiencia nueva en la administración colonial de tierras antes españolas.

El tratado de París dejó a Estados Unidos dueño de Puerto Rico y dominante en la nueva Cuba independiente; ese resultado fue recibido con sentimientos mezclados por la opinión hispanoamericana, en la cual la causa de la independencia cubana tenía amplia popularidad. El paso siguiente -la creación de Panamá sobre el territorio ístmico perteneciente a Colombia- causó más inmediata alarma. En el istmo existía, desde mediados del siglo XIX, un ferrocarril de propiedad norteamericana, cuya prosperidad, vinculada con la del oeste de Estados Unidos, había disminuido desde que se completó el sistema ferroviario metropolitano, vinculando la costa atlántica y la del Pacífico. Algo más tardíamente Ferdinand de Lesseps planeó construir, con autorización colombiana, un canal interoceánico paralelo a la línea ferroviaria; entre 1878 y 1889 llevó adelante obras que resultaron más costosas de lo esperado; en esa última fecha su compañía cayó en medio de un escándalo político-financiero que para muchos de los adversarios del régimen anunciaba el fin de la tercera república francesa. Los restos de maquinarias y excavaciones, junto con la concesión colombiana, eran lo único que los acreedores de Lesseps lograron salvar del desastre; se constituyeron en Nueva Compañía del Canal de Panamá con la esperanza de vender todo ello a precio alto.

Luego de la guerra con España, Estados Unidos se mostró dispuesto a comprar; en 1903 un tratado con Colombia consagraba el acuerdo previamente logrado con la Nueva Compañía y entregaba en arriendo a la potencia que construiría el canal una franja territorial de diez millas de ancho de océano a océano. El Congreso colombiano se negó a ratificar el tratado; el 3 de noviembre un alzamiento dirigido por agentes locales de la Nueva Compañía proclamaba la república independiente de Panamá, el 6 Estados Unidos reconocía esa independencia y el 18 Hay firmaba con Bunau Varilla, que había pasado de ingeniero-jefe de la Nueva Compañía a agente panameño en Washington, un acuerdo que repetía en lo esencial el rechazado por el Parlamento colombiano. A cambio de la concesión perpetua de una zona de diez millas entre la capital de la nación y su principal puerto atlántico, Estados Unidos concedía a Panamá un subsidio anual y garantizaba su independencia (esta función la venía cumpliendo ya, por otra parte, con intenso celo: desde el comienzo del alzamiento panameño, buques de guerra norteamericanos habían protegido a éste de cualquier eventual expedición colombiana).

La creación en Panamá de un estado protegido provocó reacciones ineficaces, pero muy amplias, en toda Latinoamérica; aun en Estados Unidos no fueron pocos quienes dudaban de la prudencia de una política que sacrificaba a ventajas inmediatas, sin duda importantes, el respeto formal a las normas de convivencia internacional. El presidente Teodoro Roosevelt parecía, por el contrario, hallar en la brutal sinceridad de su política su mérito principal: fue él quien -de acuerdo con el gusto de la época de madurez de los conflictos imperialistas había desarrollado lo que llamaba realismo político-, la bautizó política del garrote: a su juicio, Estados Unidos no debía vacilar en utilizar el «garrote» *(big stick)* para imponer su disciplina a las veleidosas repúblicas del Sur.

De este modo, mientras en las organizaciones panamericanas Estados Unidos contribuía a erigir la ficción de una comunidad de naciones libres e iguales, llevaba adelante una política que se justificaba por una abierta polémica frente a esa igualdad ficticia. Esa política encontraba sus límites en los del poderío y los intereses norteamericanos: militarmente tenía su núcleo en el Caribe y Centroamérica; el área de intereses e inversiones norteamericanas, si era algo más amplia, tenía también allí su centro principal. Esa concentración en un área aún reducida de Latinoamérica iba a ser justificada igualmente por Teodoro Roosevelt, una vez abandonada la

presidencia: sólo en el Caribe y en Centroamérica el desarrollo real de las naciones latinoamericanas era tan lento que éstas seguían necesitando tutela. Los grandes países del Sur -Brasil, Argentina, Chile- estaban, en cambio, en condiciones de ejercer en los hechos su soberanía, y nada tenían que temer de los avances norteamericanos. Esta justificación tranquilizadora se dirigía a naciones cada vez más conscientes de su importancia acrecida y de su responsabilidad en el mantenimiento del orden latinoamericano: si en el siglo XIX las tensiones entre Brasil y Argentina habían sido muy fuertes, si entre Argentina y Chile la guerra estuvo cercana en la década del ochenta y de nuevo en 1902, desde comienzos del siglo XX el acercamiento reemplazó progresivamente a la hostilidad e iba a llevar a la formación de una suerte de alianza informal (el grupo llamado, por las iniciales de las naciones integrantes, ABC), que iba a ampliar su esfera de acción a través de la tentativa de mediación entre Estados Unidos y México, en 1914. Estados Unidos, que bajo la dirección de Wilson encaraba de modo nuevo su función de tutela sobre sus vecinos del Sur, no recibió con hostilidad la iniciativa de los países australes; la primera guerra mundial, sin embargo, al poner en crisis la totalidad del orden internacional en que el ABC quería integrarse, puso fin a la tentativa, que en el clima de la entreguerra, agitado sobre todo por conflictos sociopolíticos dentro de cada nación latinoamericana, y menos rico en cambio en tensiones entre las naciones herederas de España y Portugal, cuyas derivaciones quería prevenir por su gravitación la alianza austral, no hubo de resurgir.

Hacia 1914, entonces, la influencia norteamericana se afirmaba sobre todo sobre el área del Caribe y Centroamérica. Entre la guerra y la depresión el avance de esa influencia iba a ser muy rápido: los países del Pacífico serían totalmente ganados por ella; Brasil y aun Uruguay y Argentina iban a sufrir también su impacto. El fin de la era del ferrocarril (más de una pequeña nación latinoamericana no la habría conocido nunca) significaba la pérdida para Inglaterra de un instrumento de

dominación mercantil y financiera muy valioso. Estados Unidos se beneficiaba ahora con los triunfos del transporte automotor, que sin necesidad de inversiones de capital comparables a las que habían marcado el comienzo de la red ferroviaria, le aseguraban nuevos mercados. Al mismo tiempo, las inversiones norteamericanas -innecesarias para ampliar el consumo de productos de la nueva metrópoli- iban a dirigirse no sólo hacia industrias extractivas o de mínima elaboración orientadas hacia el mercado metropolitano, sino también hacia otras dirigidas al mercado local o, en todo caso, no al estadounidense. Gracias a este proceso iba a crecer también en otros planos la gravitación de Estados Unidos (muy característicamente en la tercera década del siglo XX, mientras Argentina seguía buscando asesoramiento de expertos en economía en Gran Bretaña, las misiones técnico-financieras norteamericanas eran ya visitantes habituales en los países del Pacífico).

Pero esos nuevos avances no se apoyaban en la intervención político-militar, que siguió limitada aún en esta etapa al área en que ya era tradicional. A la vez las modalidades de la expansión norteamericana (que no siempre se acompañaba de la apertura del mercado metropolitano a los productos de las áreas dominadas y tendía a avanzar sobre sectores de actividad económica que en la etapa anterior habían permanecido reservados a los sectores dominantes locales) crearon una resistencia que continuaba con temas nuevos la despertada por la intromisión política tan frecuente ya en la preguerra.

Frente a Estados Unidos las viejas naciones hegemónicas emprenden una cautelosa retirada; la más importante de todas, Gran Bretaña, no está más dispuesta en su ocaso que en su apogeo a trocarse en inspiradora de vastos designios políticos con los cuales se identifique su hegemonía; la habilidad con que -ahora como antes- defiende sus concretos intereses sólo sirve para hacer más lento el ritmo de su descenso. Alemania, una presencia ascendente hasta 1914 -sobre todo en las tierras que bordean el Caribe- no se ha de recuperar hasta 1929 del golpe que para su influjo implica la primera guerra mundial, y

luego la derrota. Las reducidas inversiones francesas colocan a este país, aspirante en su momento a la tutela de vastas zonas latinoamericanas, en un irremisible segundo plano.

Otras son las influencias externas evocadas contra el avance norteamericano. Frente a él, la conciencia de la originalidad hispánica y católica de Latinoamérica se hace más viva: con notable ignorancia de la realidad de las cosas, ya a comienzos del siglo XX Rubén Darío, abandonando ocasionalmente su tarea de modernizador del lenguaje y la poesía hispánica para investir la representación de la entera Latinoamérica, había invocado desafiantemente frente a la otra América encarnada en Roosevelt una superioridad apoyada en el mantenimiento de la fe religiosa; por su parte, el uruguayo José Enrique Rodó había expresado en términos menos vinculados a la tradición cristiana una convicción análoga en su *Ariel;* frente al puro espíritu aéreo y desinteresado de una latinoamérica simbolizada en la figura de Ariel, el materialismo de la América inglesa encuentra un símbolo en Calibán. Que un poeta de fe tan oscilante e insegura como Darío, que un ensayista admirador de Renan y empapado de cultura francesa como Rodó, invitaran a una peregrinación a las fuentes hispanocristianas de Latinoamérica era significativo de una tendencia. No era, sin embargo, la reacción frente a un imperialismo más agresivo que el inglés la única -ni acaso la principal- causa de esa tendencia nueva; sus raíces han de buscarse sobre todo en el aumento de las tensiones internas, debido al cual las elites que a mediados del siglo XIX habían comenzado a verse como innovadoras, sentían perplejidades crecientes frente a las consecuencias de algunas de esas innovaciones.

Pero ese retorno afectuoso hacia el pasado español, si está en la base de una reconciliación cada vez más sincera con la antigua metrópoli, no puede servir de punto de partida para un alineamiento internacional políticamente eficaz; devuelta por la derrota de 1898 a una noción más justa de sus propias fuerzas, España nada quiere menos que utilizar la vaga oleada de

benevolencia que se esfuerza por suscitar en las antiguas colonias para una aventura antiestadounidense que excede sus posibilidades. Aun así, el prestigio creciente de las tradiciones prerrevolucionarias despoja a la nueva potencia dominante de la posibilidad de ganar sobre la vida y la cultura latinoamericana un influjo comparable al alcanzado por Europa occidental en la segunda mitad del siglo XIX; al avance cultural norteamericano se opondrá no sólo una resistencia revolucionaria, sino también una conservadora, defensora en los hechos de los lazos establecidos con otras potencias hegemónicas a lo largo del siglo XIX y en cuanto a ideas y cultura adicta al antes menospreciado legado colonial; sólo las brutales opciones que la guerra fría impone luego de la segunda guerra mundial transformarán esta oposición conservadora en apoyo fervoroso.

Aun antes de ello, esa oposición -orientada contra los aspectos culturales e ideológicos del avance norteamericano- no enfrenta sino ocasionalmente la penetración económica que luego de la primera guerra mundial pasa a ser más importante que la política. Por otra parte -salvo en México, donde la fe tradicional, atacada por los gobiernos revolucionarios, encuentra defensores entre los sectores populares-, las tendencias culturales conservadoras sólo hallan eco significativo entre las elites tradicionales, cuya evolución, a partir del progresismo de la segunda mitad del siglo XIX, expresan en parte.

Se ha señalado ya cómo esta evolución está guiada, antes que por las transformaciones de la constelación internacional en que se sitúa Latinoamérica, por cambios internos que comienzan a juzgarse inquietantes. La tutela que las elites (oligarquías urbanas, aristocracias terratenientes, sectores militares a los que éstas han reconocido hegemonía política) habían mantenido en la etapa primera del orden neocolonial era cada vez más impacientemente soportada a medida que ese orden desplegaba sus consecuencias. De la última década del siglo XIX es la aparición de un movimiento obrero urbano en México, Buenos Aires, Santiago de Chile; de esa misma dé-

cada la formación de los primeros movimientos políticos que recusan la dirección de la elite tradicional (aunque a menudo reclutan en ella sus dirigentes); es el caso del radicalismo argentino y el partido demócrata peruano; y también la mutación profunda que José Batlle y Ordónez introduce en el partido colorado de Uruguay. Esas corrientes que disputan la hegemonía política a las elites progresistas tienen a veces ellas mismas posiciones que están lejos de ser innovadoras (si el batllismo uruguayo acentúa el anticlericalismo e inaugura una política social, el partido demócrata peruano y el radical argentino se consideran aliados de hecho de la reacción católica contra el anticlericalismo aristocrático de la etapa anterior y no innovan profundamente respecto de la política económica y social de sus adversarios); sin embargo, su sola presencia es una amenaza para los grupos cuyo predominio combaten.

Esa presencia, signo de una ampliación de los sectores políticamente activos, anuncia otras que sólo llegarán más tarde. Durante esta etapa la movilización política de sectores populares sólo se dará de modo masivo en México durante ciertas etapas de la revolución comenzada en 1910. En otras partes queda reducida a sectores predominantemente urbanos de economía modernizada; la consecuencia es que los movimientos políticos que quieren ser expresión de sectores populares cuentan a menudo con una base numéricamente más reducida que los de clase media (y que, por añadidura, su condición objetiva de voceros de sectores reducidos y relativamente privilegiados de la clase trabajadora no deja de influir en sus orientaciones, acercándolas a las de esos más vastos movimientos de sectores sociales intermedios).

Unos y otros –se ha dicho ya– se oponen, antes que al lazo colonial de nuevo estilo que está en la base del orden latinoamericano, a la situación privilegiada que dentro de ese orden se ha reservado lo que se llama la oligarquía. La lucha contra esa oligarquía admite motivaciones en cada caso variables, que van desde el tradicionalismo católico hasta posiciones re-

volucionarias de inspiración socialista (sin que sea imposible que coexistan unas con otras dentro de una misma organización). Si dejamos de lado esas enunciaciones y examinamos lo realizado por los movimientos antioligárquicos en las ocasiones en que contaron con el poder político, veremos que su acción es más coherente que su ideología: aumentar la gravitación en el sistema político de los sectores que lo apoyan en su objetivo primero; mejorar mediante esbozos de legislación socia y previsional la situación de esos sectores, su finalidad complementaria; en los rasgos básicos de la estructura económico-social que hallan no introducen, en cambio, modificaciones importantes.

Esa distancia entre una renovación ideológica, a la vez muy ambiciosa y muy imprecisa, y objetivos concretos modestos, pero claros, se manifiesta en grado extremo en un movimiento que es acaso el más característico de la corriente antioligárquica: el de reforma universitaria, que en la primera posguerra se difunde por Latinoamérica a partir de Argentina. El movimiento reformista confiesa la doble inspiración de la revolución rusa y la mexicana; esos ejemplos le animan a luchar por una modificación de los estatutos universitarios que elimine el todo poder de los profesores (reclutados demasiado frecuentemente dentro de *cliques* que son, a su vez, parte de los sectores oligárquicos) obligándolos a compartir el gobierno con los estudiantes (provenientes en parte creciente de sectores sociales más modestos, aunque sólo excepcionalmente populares). Sin duda, el movimiento de reforma universitaria no agota su eficacia dentro de la Universidad, conduce a una politización permanente del cuerpo estudiantil, que –ante la sólo incipiente movilización política de los sectores populares– se constituye en más de un país en vocero de los que aún permanecen mudos. El movimiento estudiantil es entonces una escuela política en la que se han formado muchos futuros líderes revolucionarios o reformistas latinoamericanos, desde Víctor Raúl Haya de la Torre hasta Fidel Castro; en ella han hecho también sus primeras experiencias

(aunque se complazcan menos en recordarlo) figuras que en su madurez se iban a situar en el centro y la derecha del abanico político.

El eclecticismo ideológico y la ambigüedad política del movimiento de reforma universitaria reflejan muy bien el clima –esperanzado y desorientado a la vez– de la década que se extiende del fin de la primera guerra mundial al inicio de la devastadora depresión económica de 1929. Ese clima responde a cambios en el orden mundial derivados sobre todo de la crisis de Europa como centro de poder y modelo de civilización, que en el primer aspecto se refleja en la afirmación de la hegemonía económica y financiera de los Estados Unidos sobre América latina (y no ya tan sólo sobre las comarcas centroamericanas y caribeñas) y en el segundo consagra el fin del monopolio de legitimidad ideológica de que había gozado desde la independencia el constitucionalismo liberal; primero el comunismo y bien pronto el fascismo (menos como adhesión literal al modelo italiano que como apertura a las soluciones autoritarias que desde la Península Ibérica hasta la Europa centro-oriental invocaban su ejemplo sin seguirlo al pie de la letra) son propuestos como alternativas para esa solución liberal-constitucional que tan mal se había aclimatado en América latina.

Ese fermento ideológico iba sin duda a encontrar expresión articulada y madura en la obra del peruano José Carlos Mariátegui, quien logró como ninguno integrar sus grandes temas en un sólido canon interpretativo de la realidad hispanoamericana, bajo la inspiración de un marxismo que debe tanto a Sorel como a Lenin. Pero es revelador que la eficacia política de la acción de Mariátegui no se hiciese sentir sino décadas después de su muerte; sus contemporáneos reconocían en él a un más exitoso agitador cultural que político. Y en efecto, si la renovación ideológica de esa década inquieta introduce motivos destinados a quedar (los del anti-imperialismo, los de la concepción cerradamente clasista y revolucionaria del marxismo que el movimiento comunista sostenía por entonces de

modo particularmente desafiante, junto con los de un juvenilismo que pasa decididamente de la esfera cultural a la política) logra menos bien encarnarse en movimientos de peso significativo; es reveladora la endeblez que en casi todas partes caracteriza precisamente a ese movimiento comunista que más que ninguno se identifica con lo que la nueva coyuntura tenía de más radicalmente innovador.

Es que en América latina el derrumbe del orden de preguerra se refleja no tanto a través de la afirmación de fuerzas nuevas como del agotamiento cada vez más evidente de las soluciones que han dominado hasta la víspera. Los éxitos y los fracasos de la economía exportadora se suman para plasmar realidades sociales demasiado complejas para que sea fácil contenerlas en el marco político heredado de la preguerra, ya sea éste el de la república oligárquica o el de la dictadura progresista. La ampliación de las bases sociales del estado aparece como una necesidad urgente; mientras la democratización, que promete satisfacerla en el marco liberal-constitucional avanza en Uruguay y Argentina, en Perú y Chile esa misma ampliación es intentada en un marco autoritario y en México en uno revolucionario.

Pero esas nuevas fórmulas políticas no adquirirán el mismo vigor que en el pasado ostentaron el liberalismo constitucional o el progresismo autoritario; no sólo están marcadas por la desorientación que se ha señalado como rasgo más característico del clima mundial de esa postguerra de rumbo incierto; sufren todavía las consecuencias de la menor seguridad en el rumbo de avance económico-social que caracteriza también a Latinoamérica durante esos años. En 1930, cuando los ecos del gran derrumbe económico de 1929 alcanzan al subcontinente, ese agudísimo observador que es André Siegfried no hallará ya diferencias profundas entre lo que encuentra en países de más avanzado desarrollo e instituciones más estables y en otros de economía rudimentaria y despotismo militar: aun los países que se habían gloriado de ofrecer excepción al autoritarismo y al primitivismo político hispanoamerica-

nos iban a exhibir luego de 1930 un paisaje político tan cargado de ruinas como el de su economía.

La crisis de 1930 impondrá, en efecto, un brusco anticlímax a medio siglo de expansión; pero éste ha estado hecho de ciclos locales, simultáneos o sucesivos, que en más de un caso se habían clausurado ya antes de finalizar la etapa. Estos episodios expansivos se relacionan con el avance de la división intercontinental del trabajo en cuanto a producción de alimentos (vinculado, a su vez, con la mejora del nivel de consumo popular en los países nucleares) que acelera la expansión de la ganadería y la agricultura templada y la de ciertos cultivos tropicales. Se relacionan, por añadidura, con avances industriales y técnicos (es el caso de la minería andina del cobre y el estaño; es también –en un marco más reducido– el de la expansión del henequén en Yucatán, que encuentra estímulo en el uso de la fibra por las cosechadoras mecánicas de cereales que en Estados Unidos reemplazan a la labor humana). Se relacionan, por último, con la difusión del motor a explosión y el transporte automotor, que da lugar al efímero ciclo del caucho y al desarrollo creciente de la explotación petrolera, acelerado además por el reemplazo más general del carbón como fuente de energía.

Entre los ciclos agrícolas, el del café transforma, a partir del último tercio del siglo XIX, las zonas intertropicales de mediana altura, desde San Pablo de Brasil hasta Colombia, Venezuela, América Central y México. Frente a la producción de esas tierras nuevas, la de las zonas tradicionalmente productoras de las Antillas se defiende mal; a principios del siglo XX Brasil cubre el 70 por 100 de las exportaciones ofrecidas en el mercado mundial, ellas mismas muy acrecidas. El café brasileño está en la base de la expansión de San Pablo (de la capital, vieja ciudad académica y devota, que pasa de 65.000 habitantes en 1890 a 350.000 quince años más tarde, pero también del entero estado). En Brasil el café avanza constantemente sobre tierras nuevas, cuya fertilidad agota; la zona cafetera es una

franja en movimiento, que deja a su paso tierras semidevastadas, ya en el momento inicial de la expansión paulista, zonas enteras del Estado de Río de Janeiro llevan la huella de una prosperidad pasada para siempre, junto con el vigor de la tierra que la explotación cafetera agota sin piedad. Es ése el precio de una economía agrícola que dispone de tierras más abundantes que los hombres y los capitales; en el esfuerzo por explotar esa riqueza inmensa, los terratenientes brasileños deben recurrir al trabajo semiasalariado de inmigrantes (en su mayoría italianos) que, pese a su número –casi dos millones llegan hasta 1914–, resultan escasos para modos de cultivo que no sigan siendo extensivos.

En las tierras hispanoamericanas del café la expansión es menos dramática, pero conoce también menos altibajos. Las tierras disponibles no dan lugar –al revés de cuanto ocurría en Brasil– a una expansión geográfica cuyas posibilidades parezcan, por comparación con los recursos disponibles, ilimitadas; por otra parte, los recursos humanos derivados, sea de un crecimiento vegetativo excepcionalmente alto (es el caso de la población mestiza colombiana o salvadoreña), sea de las reservas de mano de obra proporcionadas por comunidades indígenas hasta entonces más aisladas de una economía de mercado (es el caso de Guatemala), configuran una oferta de trabajo capaz de adecuarse constantemente a las necesidades de una demanda más limitada que la brasileña.

He aquí un rasgo común a la expansión cafetera hispanoamericana; junto con él no faltarán diferenciaciones locales, vinculadas sobre todo con el régimen de la tierra: explotaciones medias a cargo de propietarios en parte de Colombia y más limitadamente en Venezuela y El Salvador grandes haciendas de café en Guatemala y México. Ambos regímenes se diferencian a su vez de la gran propiedad explotada utilizando trabajadores no propietarios, que reciben, junto con el salario, una parte de los frutos, que es la forma dominante en Brasil. Pero en situaciones tan variadas encontramos todavía otro rasgo común: la debilidad de los productores frente a los

sectores que intervienen en la comercialización, y realizan lucrativas especulaciones utilizando las oscilaciones del precio del café, desde las estacionales hasta las más irregulares y violentas que un mercado en expansión, tanto de la oferta como de la demanda, presenta constantemente. Los comercializadores realizan avances decisivos durante las crisis de superproducción: los precios en los centros productores caen vertiginosamente; en los de consumo son mejor defendidos gracias a una contención en las ventas que sólo la disponibilidad de vastos recursos financieros por los comercializadores hace posible: de este modo, detrás de las grandes empresas de comercialización y transporte, es la banca metropolitana la que recibe una parte inesperadamente alta de los lucros cafeteros. Las crisis se suceden: la de 1896, la de 1906, la de 1913... A lo largo de ellas, los comercializadores alemanes del café de Guatemala se apoderan del 60 por 100 de las tierras cafeteras, que organizan en haciendas más productivas que las conservadas en manos de terratenientes locales. Sólo en Brasil éstos logran, gracias a su dominio del aparato político (gracias también a que su mayor experiencia política y administrativa les permite elaborar proyectos sin duda demasiado complejos para la comprensión de la mayor parte de los plantadores hispanoamericanos), crear un sistema de defensa contra las amenazas de sobreproducción; también en él, sin embargo, comercializadores y bancas obtendrán mayores ventajas que los productores.

El sistema, adoptado en 1906, consiste esencialmente en financiar compras destinadas a constituir *stocks* que sólo gradualmente serán lanzados al mercado; aunque la emergencia pasa en 1910, la primera guerra mundial sorprenderá a una parte de esas reservas aún acumulada en Alemania... Si la operación salva a los productores de un derrumbe vertical de precios, logra la estabilización de esos precios sólo a nivel bajo; los *stocks* acumulados se venderán, por tanto, con altas ganancias, que irán a los banqueros que han dado apoyo financiero al sistema (entre los cuales predominan los alemanes; como es ya habitual, las alternativas de la coyuntura abren el terreno para batallas entre grupos financieros de las metrópolis rivales).

Aun con tales limitaciones, la estabilización de 1906 es sustancialmente exitosa (y salva, por añadidura, de la crisis de sobreprodución a las zonas cafeteras de Hispanoamérica, que gozan de las ventajas derivadas de la limitación de la oferta brasileña). Lo es porque está destinada a salvar una pasajera crisis coyuntural; mucho más riesgosa es la ambiciosa estabilización comenzada en 1924. Ésta, en efecto, intenta eliminar las consecuencias de una sobreproducción permanente y que se hace cada vez más grave. El Instituto del Café, creado en São Paulo, organiza la compra de la totalidad de la producción brasileña; mantiene los precios altos sólo a costa de acumular reservas crecientes, condenadas a crecer porque esos mismos precios estimulan la expansión de cultivos; por otra parte, los rivales de Brasil utilizan la limitación de su oferta para aumentar sus ventas a un mercado de precios protegidos.

La experiencia brasileña del café es en más de un aspecto un anticipo del futuro: un sector terrateniente se dedica aquí a la organización del mercado para sus productos, dejando de lado en este punto la fe en el liberalismo económico del que por otra parte no abjura formalmente. Pero esta experiencia está lejos de ser típica; la concentración de poder que en el Brasil republicano beneficia a los dueños de las tierras del café es excepcional; también lo es su dependencia de un único fruto (por el momento no hay alternativa al monocultivo cafetero que no implique la ruina por lo menos provisional de esa poderosa clase); no es extraño que el grupo esté dispuesto a ir muy lejos en defensa de una prosperidad de la que ve depender su supervivencia.

En las tierras templadas del Sur las exportaciones primarias para alimentos tienen un desarrollo algo menos agitado: la expansión argentina y la uruguaya, apoyadas en la lana, la carne y el cereal, son tan rápidas como la del Brasil cafetero; en 1898

las exportaciones argentinas se sitúan al mismo nivel que las brasileñas (en torno a los veinticinco millones de libras esterlinas); su crecimiento a partir de los niveles de 1880 es aún más rápido que el brasileño, y seguirá creciendo de modo sostenido pese a sus altibajos, hasta decuplicar, en 1928, las cifras de treinta años antes. Este crecimiento es, en primer término, consecuencia de la expansión del cereal, comenzada en la década del setenta y proseguida en la siguiente, que se hace vertiginosa luego de la crisis de 1890: en medio de la baja de precios internacionales y frente a la interrupción de las inversiones extranjeras, Argentina rehace su economía ampliando sus tierras de trigo y maíz. Santa Fe y el sur de Córdoba, tierras a las que la falta de comunicaciones había condenado a una ganadería escasa y pobre, son ahora el teatro de la expansión cerealera, hecha posible gracias al flujo inmigratorio que, sin duda, se interrumpe con la crisis, pero que ha acumulado en la etapa anterior una fuerza de trabajo que ya no encuentra empleo en las ciudades. Los refugiados de la crisis urbana tienen exigencias modestas, y se adaptan a un régimen de la tierra en que triunfa el arrendamiento para dejar luego paso a la mediería, que avanza hasta 1914 porque el dinero circula poco en esa pampa cerealera de donde provienen buena parte de las exportaciones argentinas.

En el sur cordobés, y sobre todo en Santa Fe, los viejos terratenientes comparten el predominio con nuevos propietarios, en parte de origen inmigratorio, que han conquistado la tierra a partir de posiciones dominantes en el comercio local. Éstos serán siempre menos poderosos que los que dominan la pampa ganadera de Buenos Aires; por una parte necesitan mano de obra más abundante, por otra surgen en una etapa de mercados internacionales más estrictamente regulados por las empresas comercializadoras; por último, sufren las consecuencias de una vinculación menos directa con los centros de de cisión política nacional. Ya en la primera década del siglo XX el comercio cerealero es dominado por un oligopolio formado por muy escasas firmas exportadoras; su predominio se hace sentir duramente en las etapas de coyuntura desfavorable (como la de 1912), y son al cabo los terratenientes quienes deben sacrificar una parte -modesta- de sus lucros para mantener el ritmo de producción, accediendo a las demandas de arrendatarios y medieros. Todavía más marcadamente que en el Brasil entero- porque en la Pampa del cereal el sector terrateniente es más débil-, la hegemonía de los comercializadores vinculados a las finanzas metropolitanas se consolida a lo largo de la expansión cerealera.

Esa misma hegemonía será alcanzada sólo más lenta y menos completamente en la pampa ganadera, cuyo núcleo sólido se encuentra en la provincia de Buenos Aires, firmemente dominada por una clase terrateniente acostumbrada a mantener celosamente sus vínculos con el poder político nacional (conservados pese al percance que significó en 1880 la federalización de la ciudad que había sido a la vez capital de la nación y de la provincia). Desde 1895 el crecimiento de la provincia de Buenos Aires se hace más rápido que el de Santa Fe; en 1914, la gran provincia ganadera será también la primera productora de cereales de Argentina; junto con la expansión del cereal (mediante la difusión del régimen de arrendamiento que no afecta el monopolio de la tierra por los grandes propietarios de la etapa de predominio ganadero) se da la transformación de la explotación de ganado, inducida por la disminución de la demanda externa de lana y la difusión del frigorífico.

La revancha del vacuno, su mestización sistemática para crear animales cuya carne satisfaga las exigencias del mercado europeo del producto congelado (y a partir de los años inmediatamente anteriores a 1910 las aún más estrictas del enfriado) llenan la historia de la ganadería argentina hasta la primera guerra mundial; estos cambios son posibles gracias a inversiones ahora más considerables de los sectores terratenientes: el alambrado de los campos, comenzado en rigor en la década de 1870, prosigue a ritmo más rápido; del mismo modo se acentúa la importación de reproductores... Pero

–como antes– las inversiones más importantes corren a cargo del Estado y del capital extranjero: la red de ferrocarriles se hace más densa, hasta alcanzar los treinta y tres mil kilómetros en 1914 (habían sido dos mil quinientos en 1880); se construyen a muy alto coste el puerto artificial de Buenos Aires y el de La Plata-Ensenada; un sistema de canales hace más utilizable la vasta zona pantanosa del centro de la provincia de Buenos Aires. Los frigoríficos, salvo algunos de los primeros y más pequeños, son propiedad de empresas extranjeras: las inglesas, primero dueñas del campo compiten desde 1905 con las norteamericanas.

La consecuencia es también aquí una posición de predominio para transportistas y comercializadores, que son emisarios locales de las economías metropolitanas; sin embargo, la ganadería sentirá sólo más tardíamente que la agricultura la incidencia negativa de esta situación: hasta la primera guerra mundial la competencia entre frigoríficos ingleses y americanos garantiza una etapa de altos precios; la guerra misma, creando escasez y dificultad en el transporte marítimo, fomenta la exportación ganadera a la vez que pone en crisis a la de cereal: los precios de la carne suben aún más. Sólo la primera etapa de la posguerra enfrenta a amplios sectores ganaderos con las consecuencias de la entrega de la comercialización y el transporte a intereses metropolitanos: los norteamericanos victoriosos dictan su ley al mercado, y los precios bajan...

Uruguay vive, en escala reducida, experiencias análogas a las argentinas; aquí la expansión del cereal es, sin embargo, menos significativa que en la orilla opuesta del Plata, y el retorno al vacuno igualmente menos marcado. Pero como en Argentina se dan aumento de la producción, mestización y difusión más tardía del frigorífico, junto con progresos en el transporte ferroviario; las exportaciones, que alcanzan el nivel de los seis millones de libras anuales al comenzar el siglo XX, en 1919 serán veintisiete millones, con muy neto predominio de los productos ganaderos. Como en Argentina, una clase terrateniente ante cuyo predominio en las zonas

rurales se detiene el proceso de democratización que vive el Uruguay urbano, se defiende mal de su paulatina mediatización por los dueños del comercio y los transportes.

El Brasil central, Argentina y Uruguay cuentan entre los relativos éxitos en la tentativa de modernización emprendida por toda Latinoamérica. Las limitaciones de esos éxitos no necesitan ser subrayadas: en la Argentina del cereal y aún más marcadamente en el Brasil del café se crean sociedades rurales caracterizadas por la extrema inestabilidad; la hegemonía de los terratenientes sólo se conserva al precio de la inseguridad de los labradores, sobre los cuales el sistema se esfuerza en volcar el peso mayor de las etapas negativas de la coyuntura: la inmigración italiana que cultiva el café como el trigo (en Santa Fe, en 1914, hay casi cuatro agricultores italianos por cada argentino) tiene una altísima proporción de retornos; en la primera década del siglo XX Argentina conocerá además una inmigración estacional ultramarina: los cosechadores del trigo y el maíz argentino viven ahora el resto del año en aldeas de Emilia y la Baja Lombardía.

Ese sistema no hubiera, sin embargo, podido surgir sin alicientes económicos cuya existencia suele hoy ignorar una literatura demasiado sistemáticamente pesimista; pero esos alicientes iban a desaparecer progresivamente a medida que la falta de nuevas tierras disponibles y el crecimiento de la oferta local de mano de obra los hiciesen innecesarios: a lo largo de esta etapa la situación de los trabajadores en tierra ajena va, en efecto, a deteriorarse.

Aun así es superior a cuanto se conoce en el resto de América latina. Los *booms* agrícolas y mineros se dan en otras partes utilizando una mano de obra que no es necesario atraer mediante alicientes económicos (o, alternativamente, la emplean en número tan escaso que sus progresos pierden significación dentro del conjunto de la economía y la sociedad). Esos *booms* implantan –mucho más nítidamente que en los casos ya examinados– islotes económicos mejor vinculados a la metrópoli que al resto del país; en el caso excepcional de afectar a

una nación entera le imponen una dependencia aún más estricta que la vigente en los ejemplos anteriores.

Es el caso de la agricultura tropical: las tierras del azúcar en Puerto Rico, Cuba y Perú dan lugar a una concentración de propiedad en manos de las empresas industrializadoras que –aun avanzando muy rápidamente– va más despacio que la conquista del control del mercado productor por éstas. En Cuba y Puerto Rico el sistema realiza al máximo sus posibilidades: los ferrocarriles privados de las grandes centrales azucareras –que son ya casi todas norteamericanas– les aseguran el monopolio de compra en áreas productivas cuya propiedad no les es entonces necesaria; por el contrario, el cultivador ha perdido toda autonomía, y debe resolver como puede los problemas que le plantea una producción con ganancias decrecientes. En Puerto Rico el proceso es aún más dramático, por cuanto el monocultivo azucarero se introduce bruscamente en su etapa madura, cambiando el paisaje mismo de la isla luego de su conquista por Estados Unidos. En Perú la industria costeña del azúcar –originaria de tiempos coloniales, víctima de la crisis del comercio libre (1780), y de la mano de obra esclava en tiempos postrevolucionarios, resurgida en la segunda mitad del siglo XIX, capaz de proporcionar hacia 1880 saldos exportables tan importantes como los del salitre– es ahora preferida por las inversiones británicas y norteamericanas: su expansión en el norte del país se hace en parte gracias a ellas, pero un proceso que también aquí se acelera en tiempos de crisis concentra en manos de las compañías industrializadoras buena parte de la tierra azucarera.

Las crisis de demanda están constantemente presentes en la historia del azúcar latinoamericano: en desventaja en el mercado continental europeo frente al de remolacha, limitado en el británico por la presencia del de las West Indies, el azúcar latinoamericano tenía su desemboque principal en Estados Unidos. Allí mismo una legislación proteccionista lo condenaba a compensar el aumento del volumen absorbido con una caída de precios: la velocidad con que la concentración de

producción y comercialización se dio, por ejemplo, en Cuba fue, sin duda, estimulada por la reducción constante de los márgenes de ganancia posible.

La expansión azucarera tiene entonces algo de devastador: ha cambiado a Cuba y a Puerto Rico hasta tornarlos irreconocibles para quien los había conocido antes de esa transformación. Otros cultivos tropicales tienen capacidad de transformación más limitada: así el henequén, localizado en las tierras secas del Yucatán, en México, que en 1898 contribuía, sin embargo, con el 15 por 100 a las exportaciones mexicanas, o más tardíamente la banana, típica de las zonas bajas y húmedas del litoral caribeño y de algún rincón de la costa del Pacífico, en Costa Rica y el Ecuador. El cultivo del banano es ampliado por iniciativa de un conjunto de empresas estadounidenses que a principios del siglo se fusionan en la United Fruit Company. En la costa atlántica de Guatemala, de Honduras, de Nicaragua, de Costa Rica, de Panamá, de Colombia, de Venezuela, se tallan vastos dominios territoriales; en Panamá, por ejemplo, la compañía posee una red ferroviaria privada casi tres veces más extensa que la pública (sin duda muy exigua). A veces estos dominios están vacíos de hombres, y la compañía induce las migraciones que salvarán esa carencia: en Costa Rica transforma el equilibrio étnico al crear, frente al altiplano blanco, una costa de población negra y mulata (a menudo originaria de las West Indies). La banana se transforma en exportación dominante de varios países centroamericanos, cuyo mercado consumidor se encuentra en Estados Unidos, que absorbe proporciones elevadísimas de sus exportaciones (en Nicaragua, en 1918, es más del 90 por 100 de éstas el que encuentra ese desemboque).

La solidez del imperio del banano, y sus avances, que son los del consumo de la fruta en Estados Unidos, se contraponen a la fragilidad del episodio cauchero, que introduce una efímera y tormentosa prosperidad en la cuenca amazónica. La expansión del consumo del caucho, obtenido de la savia de un árbol silvestre en la región, acelera el ritmo de explotación. En

la Amazonia brasileña son campesinos fugitivos de la superpoblación y las sequías periódicas del *sertão* nordestino quienes se transforman en *siringueiros*, en recolectores del caucho silvestre; sus avances en la cuenca tropical, sólo poblada –salvo en las principales rutas fluviales– por tribus de indios insumisos, se traducen en avances de la frontera brasileña, en particular sobre la Amazonia boliviana (compra del territorio de Acre en 1902). El caucho empieza a contar en las exportaciones brasileñas; en 1899 cubre el 19 por 100 de ellas, en 1910 más del 25 por 100, con diecinueve millones de libras esterlinas. La riqueza cauchera no podría ser absorbida por ningún sector terrateniente, puesto que surge de tierras sin dueño; los *siringueiros* sólo participan en ella en medida mínima: han comenzado su actividad gracias a los anticipos de los comerciantes locales, y nunca se librarán de su condición de deudores de éstos, muy cercana en sus consecuencias a la servidumbre. Son los comerciantes los únicos beneficiarios locales del *boom* cauchero, cuyos lucros se orientan sobre todo hacia la metrópoli; con lo que queda en la Amazonia basta, sin embargo, para hacer surgir en el centro de la cuenca un esbozo de ciudad monumental: Manaus, con sus temporadas de ópera italiana al borde de la selva, sus cien mil habitantes y sus hoteles de lujo, es el símbolo de la alocada prosperidad cauchera.

En la Amazonia colombiana, ecuatoriana, peruana y venezolana, la explotación es aún más primitiva y destructiva; a falta de las reservas de mano de obra que el Nordeste ofrecía en Brasil, debe disciplinar mediante violencia y crueldad aún mayores la más escasa efectivamente disponible; en la búsqueda de rápidos provechos se destruyen los árboles mismos, que en Brasil son sólo sangrados periódicamente, pues el mantenimiento del *stock* está en el interés del *siringueiro*, que no puede cosechar sino en la zona que le ha sido asignada y sería la primera victima de la desaparición de los árboles. La ola de explotación destructiva avanza así sobre la Amazonia peruana, destruyendo las plantaciones naturales y también el modo de vida de poblaciones neolíticas, arrojadas a participar

en la economía del siglo XX mediante el doble estímulo del alcohol y el terror.

Gracias al caucho, entonces, en el corazón geográfico de América latina se repiten los horrores que contemporáneamente están haciendo célebre al Africa Central. Por poco tiempo; con su esplendor y su miseria el *boom* cauchero se disipa cuando las plantaciones cultivadas de Malaya y las Indias holandesas logran ofrecer un producto más barato y abundante que el silvestre. Desde entonces, ni aun los esfuerzos de los intereses norteamericanos, deseosos de liberarse del monopolio angloholandés, logran resucitar el episodio cauchero amazónico cerrado en la segunda década del siglo XX: ciudades semifantasmagóricas quedan como único monumento de ese pasado, perdidas en la selva.

Menos súbitas son las transiciones en las explotaciones mineras: en perspectiva larga éstas se muestran también, sin embargo, sometidas a altibajos significativos. La última etapa del siglo XIX es de recuperación de la explotación de metales preciosos: desde Bolivia hasta México la de la plata supera por fin –y holgadamente– los más altos volúmenes de producción de la etapa colonial. En todas partes ello es posible gracias al progreso de las técnicas extractivas y al de las comunicaciones, que reduce los costos de transporte hasta puertos y mercados; ambos requieren fuertes inversiones de capital, que en México y Perú se traducen en el control de la producción por empresas británicas y norteamericanas, pero en Bolivia se refleja en el de los «patriarcas de la plata», sostenidos por financistas anglo-chilenos y protagonistas de la regularización de la vida política boliviana bajo signo conservador en las dos últimas décadas del siglo XIX. El renacimiento de la plata es muy vigoroso: las exportaciones de metal precioso cubren en 1898 el 60 por 100 del valor total de las mexicanas y alcanzan a siete millones y medio de libras esterlinas, casi duplicando las de las etapas más brillantes del apogeo minero del setecientos; las bolivianas cubren el 70 por 100 de las exportaciones nacionales de 1897, con un millón y medio de libras esterlinas; las pe-

ruanas alcanzan el millón. Pero esos avances están destinados a no continuar: los frena la caída progresiva del valor del metal blanco, consecuencia de su desmonetarización, que avanza en la segunda mitad del siglo XIX y se consuma en la primera década del nuestro. Hacia 1910 las exportaciones mexicanas conservan el nivel de diez años antes; las peruanas y bolivianas quedan decididamente rezagadas. En 1920 aún en México la plata habrá dejado de dominar la estructura de las exportaciones... Son otros metales los que ahora triunfan, gracias a la demanda creciente que de ellos hace la industria: el cobre, cuyo consumo se vincula sobre todo a la expansión de la electricidad; el estaño, relacionado sobre todo con la industria de conservas.

La expansión del cobre -cuya explotación es muy antigua en toda la zona andina y que ha tenido ya un *boom* más modesto en Chile en el siglo XIX- llena las primeras décadas del siglo XX. En Perú es la *Cerro de Pasco Copper Corporation* -norteamericana- la que comienza la explotación en gran escala, utilizando para el transporte una de las empresas de ingeniería más audaces del mundo, la línea férrea que, a través de los Andes, comunica El Callao con el Cerro de Pasco, donde surge, a más de cuatro mil metros de altura, un complejo industrial y minero ultramoderno, rodeado de las muy primitivas poblaciones de los obreros serranos; frente a él André Siegfried evocará a la vez al Tíbet y a las anticipaciones del futuro en que se complacía el cinema de la década del veinte... En Chile la explotación del cobre avanza aún más rápidamente, también allí progresivamente dominada por capitales norteamericanos.

El cobre chileno no logra desplazar el salitre, que sigue, hasta 1930, dominando las exportaciones chilenas. El salitre, botín principal de la victoria sobre los vecinos del Norte, que hace surgir en el desierto costeño de Atacama Tarapacá ciudades de decenas de miles de habitantes -Antofagasta, Iquique-, cuya población minera recibe de lejos los alimentos y aun el agua, comienza por sufrir las consecuencias de la primera guerra mundial, que separa a Chile de su mejor mercado, el proporcionado por la agricultura centroeuropea; herencia permanente del bloqueo que sufre Alemania en 1914-19, será una producción de fertilizante sintético que entrará en competencia cada vez más dura con el producto natural: aun los años de estancamiento que siguen hasta 1930 no son, sin embargo, sino una débil anticipación de la crisis final del salitre, que alcanza toda su gravedad luego de esa fecha.

Más tardía es la expansión petrolera que, anticipada desde comienzos del siglo por explotaciones dispersas por todo el continente, se localiza progresivamente en grandes centros productores. Hasta la década del veinte va a la cabeza México, seguido de lejos por Venezuela, Colombia y Perú. En medio de la guerra civil, que destroza el orden rural, el petróleo ofrece en México el principal rubro de exportación y se expande con un movimiento uniformemente ascendente que contrasta con el de la economía general. Las compañías inglesas, y sobre todo norteamericanas que explotan el petróleo mexicano, construyen en medio del desorden general su orden propio: desde su puerto de Tampico forman un sistema de transportes y comunicaciones que logra superar las perturbaciones de esos años revueltos. En Venezuela, en medio del orden férreo impuesto por Gómez, las compañías petroleras aceleran aún más el ritmo de la explotación; la cuenca de Maracaibo comenzará a poblarse de torres petroleras, mientras en Curaçao, tierra de la Corona holandesa frente a la costa venezolana, la compañía angloholandesa Royal Dutch Shell instala refinerías destinadas a sucesivas ampliaciones (las norteamericanas, de las cuales la más importante es la Standard Oil, refinan, por su parte, en Estados Unidos). En Colombia y Perú el ritmo de la explotación es menos dinámico, luego de comienzos muy prometedores; en Argentina la explotación -compartida entre una empresa estatal y las que dominan la actividad petrolera mundial- avanza también lentamente.

Las explotaciones agrícolas o mineras que alcanzan su expansión en la etapa de madurez del neocolonialismo tienen

así más de un rasgo común: la tendencia al monopolio o al oligopolio crea empresas insólitamente poderosas; la comparación entre los presupuestos de más de un estado latinoamericano y más de una de esas empresas gigantes ha sido reiteradamente hecha, y es en verdad impresionante; éstas pueden mover con mayor libertad que cualquier estado un poderío financiero a menudo mayor que el de éstos. Ese poder no es, sin embargo, el único que las nuevas protagonistas de la economía latinoamericana pueden esgrimir: se continúa en el de corrupción, que está lejos de ser desdeñable y que va desde la compra lisa y llana de influencias en emergencias graves hasta la mediatización de sectores altos locales empobrecidos, en los que reclutan abogados y asesores más apreciados por su ascendiente político que por su competencia técnica. Menos fácil de determinar es su influjo indirecto sobre las crisis políticas internas, pese a que suele serles asignado uno muy vasto.

No terminan aquí los resortes de los nuevos conquistadores de la economía latinoamericana: sus intereses son reconocidos como propios por una potencia metropolitana o aspirante a tal; de allí, en los casos extremos, abiertas intervenciones políticas, y en la vida cotidiana otras más directas, que ya cesan de sorprender: desde la guerra del Pacífico –en que inversores ingleses, franceses y norteamericanos intentan hacer pesar el prestigio de sus naciones en favor de sus intereses– hasta episodios de alcance más limitado (por ejemplo, el celo nuevo con que agentes franceses, en el Río de la Plata siguen los avances del consumo de alambre francés y buscan acelerarlos) nos muestran las consecuencias que tienen en las áreas marginales la identificación entre los intereses políticos de los países metropolitanos y los económicos del sector cada vez más concentrado que dirige su expansión comercial y financiera.

Hay todavía otra causa de fuerza para esos dominadores del orden neocolonial: si las innovaciones que éste directamente introduce suelen crear islas económicamente mal soldadas con el conjunto de la nación, sus efectos indirectos alcanzan a sectores mucho más amplios. Más de un estado no podría sobrevivir sin los aportes de impuestos y regalías, que pueden ser a veces insignificantes comparados con los lucros privados de las grandes industrias extractivas, pero que hacen la diferencia entre el equilibrio presupuestario y una indigencia que lo expondría al descontento popular y a la cólera acaso más inmediatamente peligrosa de las fuerzas armadas. Al mismo tiempo, los ingresos de las exportaciones, pese a la parte a veces importante que se destina a ganancias de la inversión extranjera, sirven, sin embargo, para mantener un nivel de importaciones para consumo que sería también peligroso deprimir.

Tanto más peligroso porque esta etapa es a la vez de crecimiento continuado de la población urbana; la ciudad de México triplica su población entre 1895 y 1910, y alcanza para esta fecha el millón con los suburbios; Buenos Aires también triplica entre 1898 y 1918, y llega al millón seiscientos mil; La Habana, Lima, Santiago, Bogotá, Montevideo, crecen muy rápidamente. Ahora bien, si sólo en muy contadas regiones (entre ellas la más significativa es el litoral rioplatense) existe un fuerte consumo rural de productos importados, en todas partes la expansión urbana implica una ampliación de esos consumos, que es preciso pagar con exportaciones. Hacerlo es cada vez menos fácil: la nueva estructura institucional del comercio y las finanzas internacionales consolida una tendencia vinculada por otra parte con la incorporación creciente al mercado mundial de nuevas áreas productoras de materias primas; al revés de lo que había ocurrido durante casi todo el siglo XIX, los términos de intercambio se mueven en el siglo XX en sentido predominantemente desfavorable a los productos primarios; el hecho de que ascienda al papel de primera potencia industrial Estados Unidos, que necesita mucho menos de mercados extranjeros para colocar su producción, y está por lo tanto más dispuesto a acudir al proteccionismo, contribuye también a acelerar este deterioro. A él responden las economías latinoamericanas aumentando el ritmo de producción, y sólo en algu-

nos casos extremos intentando controlar el volumen de oferta: el lado de lo ensayado en este sentido con el café brasileño sólo cabe alinear lo llevado a cabo en Chile sobre las mismas líneas para defender el precio internacional del salitre, y las veleidades de emprender un camino análogo que a fines de la década de 1920 afloraron en Cuba respecto del azúcar.

Si en el medio siglo anterior a la gran crisis de 1929 los avances de la economía exportadora, a través de los del petróleo, el banano o el caucho, se han extendido a zonas antes no afectadas por él, esta innovación no introduce cambios tan abarcadores en el paisaje humano y social del subcontinente como los que se han producido ya, y siguen produciéndose, en las áreas tocadas de más antiguo por la expansión de los cultivos de exportación y serán aún más insuficientes que aquéllos para eliminar a una vasta zona campesina, agrícola y pastoril, mal integrada al mercado, aunque cada vez más sometida a la presión expropiadora en beneficio de haciendas no siempre mejor integradas a él. En México el avance de la hacienda contribuye a suscitar una explosión revolucionaria que no tiene par por su violencia y duración en el siglo XX latinoamericano; en las tierras andinas ese avance provoca en cambio alzamientos más localizados y tan violentos como efímeros. Salvo en México, entonces, las tensiones sociales que alcanzan intensidad bastante para afectar el conflicto político son sobre todo las de las ciudades de expansión y sólo excepcionalmente las de algunas zonas particularmente afectadas por el cambio económico, como las cuencas cerealeras argentinas o los distritos mineros de Chile. Pero esa politización limitada a sólo una parte de las áreas modernizadas refleja a su modo el impacto de procesos que se hacen sentir también más allá de los límites de éstas y cuyo rumbo gobierna en buena medida el de esa politización en avance.

La evolución política –se ha señalado ya– presenta en esta etapa tres aspectos distintos: revolucionaria en México y marcada en los países australes (Chile, Argentina, Uruguay) por la

democratización pacífica de la vida política, acompañada del triunfo de partidos populares, en el resto de Latinoamérica vive sustancialmente encerrada en las alternativas de oligarquía y autoritarismo militar, sin que falten situaciones intermedias.

México elabora en las últimas décadas del siglo XIX el ejemplo más maduro de dictadura progresista que se conocerá en Latinoamérica. Heredero muy libre de la Reforma, Porfirio Díaz es, ante todo, el restaurador del orden deshecho en el campo por la herencia demasiado pesada de las guerras; es también el «tirano honrado» que pone su poder al servicio de la causa del progreso. Bajo su gobierno se tiende lo principal de la red ferroviaria mexicana, se restaura la minería de la plata, se expande en el Yucatán árido el henequén y retorna a sus viejos rincones del declive del Anahuac hacia el Pacífico la prosperidad azucarera. Para el más talentoso de los ideólogos del régimen, Justo Sierra, el México de Díaz es el México mestizo, síntesis final del pasado indio y el español. Para el régimen mismo, es cada vez más un México europeo, a la vez proyecto y ficción; en las grandes ocasiones las gentes de aspecto indígena son alejadas por la policía de las calles centrales de la capital: darían a los ilustres visitantes extranjeros una idea tendenciosa del país en que se hallan... Esta actitud no es, por cierto, nueva (aunque lo es la fundamentación racista que suele justificarla); junto con ella avanza la reconciliación con los apoyos sociales de la anterior hegemonía conservadora: el gobierno de Díaz, que es el de los terratenientes, comienza a ser cada vez más el amigo secreto de la Iglesia que ha luchado tenazmente contra la Reforma. Pero su conservadurismo no es sino la otra cara de su progresismo: el avance de los ferrocarriles y cultivos va acompañado de otro más rápido, el de la gran propiedad de viejos y nuevos terratenientes, que avanza sobre tierras de comunidades indígenas y campos despoblados y es beneficiaria principal del sometimiento del territorio antes en manos de indios de guerra.

Esos avances van acompañados de una afirmación sólo paulatina del autoritarismo político. Aun en 1880 Díaz había creído oportuno atenerse a su lema revolucionario de no reelección y darse por cuatro años un sucesor dócil a su influjo. Pero a partir de 1884 iba a mantenerse ininterrumpidamente en la presidencia hasta 1911. Al mismo tiempo iba a formar una máquina política cada vez más sólida; la necesidad de contar con numerosos incondicionales llevó a un deterioro progresivo del personal político; hacia el final de su gobierno Díaz llamaría a su Parlamento *la caballada*. El avance hacia la dictadura vitalicia fue lo bastante lento como para poder vencer paulatinamente las resistencias que encontraba, que no fueron nunca demasiado amplias; Díaz prefiere, por otra parte, la generosidad al rigor para tratar con sus adversarios; si este método es costoso para el erario mexicano, no cabe duda de que es eficaz.

En 1910 el centenario del grito de Dolores es pretexto para que el régimen ofrezca un postrer homenaje a sí mismo; todavía entonces Díaz hace en Europa y Estados Unidos figura de gobernante ejemplar. Sin embargo, el problema de la sucesión está ya abierto; en 1908 el propio Díaz parece recogerlo cuando en una célebre entrevista a un periodista estadounidense declara que ha llegado la hora en que México vuelva a tener una fuerza de oposición. Ésta surge demasiado rápidamente; en sus primeras etapas los grupos opositores buscan sobre todo el favor del gobernante que parece haberlos convocado. Francisco Madero, un hacendado del Norte, cuenta entre las figuras a las que el ambiguo llamado de Díaz ha sacado del silencio: aspirante primero a acompañar como vicepresidente opositor al inevitable don Porfirio, se transforma finalmente en su rival desafortunado (la máquina electoral demasiado perfecta montada en un treintenio de gobierno da a Díaz millones de votos, y a su rival poco más de un centenar). Arrojado a la cárcel y luego al destierro, Madero agrega a sus lemas electorales de sufragio electivo y no reelección otros más novedosos: en el plan de San Luis Potosí, que lanza la revolución maderista, se

reclama el retorno de las tierras de las que los campesinos han sido ilegalmente despojados. Se trata aún de una reivindicación muy limitada, ya que propone rectificar abusos antes que modificar las bases jurídicas del régimen de la tierra; es suficiente, sin embargo, para que confluya en el movimiento revolucionario de los campesinos ya alzados bajo la jefatura de Emiliano Zapata en el estado de Morelos, contiguo a la capital, en cuyas ricas tierras azucareras la ofensiva de los hacendados contra las tierras comunitarias ha sido llevada muy adelante.

Pero la base principal de la revolución se encuentra en el Norte, que en décadas recientes ha crecido más que el resto de México, sin que su mayor peso económico y social le haya dado un lugar menos marginal en la estructura de poder del régimen porfirista, y donde grupos sociales muy variados (desde trabajadores en empresas mineras hasta agricultores y ganaderos para el mercado norteamericano) sufren con particular dureza las consecuencias del lazo demasiado estrecho con la economía del poderoso vecino desde que la crisis de 1907 pone fin a una larga etapa ascendente; allí el movimiento tiene una base más amplia y heterogénea, cuyo temple revolucionario no ha de ser sometido a prueba demasiado dura en esta primera etapa gracias al derrumbe casi inmediato del régimen porfirista.

Éste abrió el camino a la presidencia de Madero, desde cuyos inicios se desencadenaron choques entre los distintos sectores revolucionarios (ampliados ahora por el grueso de los adherentes al viejo régimen). Para vencer la insurgencia de Zapata en Morelos, Madero usó a un general del viejo ejército, Huerta; con menos éxito lo empleó luego para oponerse a las tentativas restauradoras del general Félix Díaz, sobrino de don Porfirio; después de algunos días de aparatosa batalla en el centro de la capital, Huerta y Félix Díaz hicieron público su acuerdo, inspirado por el ministro de Estados Unidos. Madero, apresado por sus supuestos defensores, fue asesinado.

La reacción fue lenta en desencadenarse y sólo gradualmente vino a hacer de la Revolución la ola de fondo que termi-

nó por sacudir a la sociedad mexicana con intensidad sólo comparable a la de la desencadenada en 1810. En el Norte el estado de Sonora desconocía la usurpación de Huerta y mientras en la vecina Chihuahua un afortunado jefe de bandas maderistas, Pancho Villa, se perfilaba -gracias a su instintivo talento militar y a su experiencia de marginal- como el más temible de los adversarios del ejército regular que, tras sobrevivir a la caída del Porfiriato, se había constituido en la única base real del poder de Huerta, desde Guadalupe Venustiano Carranza, senador porfirista y gobernador maderista de Coahuila, lanzaba el plan de la Revolución Constitucionalista, cuya jefatura suprema (por largas etapas bastante nominal) ocupó con la aquiescencia de los caudillos que defendían su causa en el campo de lucha, y cuyos objetivos circunscribió a la restauración del orden constitucional.

En ese conflicto un nuevo elemento fue introducido por el presidente Wilson, que miraba con reprobación al gobernante del que la diplomacia de su país había contribuido a dotar a México. Se negó a reconocer el gobierno de Huerta; cuando éste se mostró poco dispuesto a abandonar el campo en favor de una solución constitucional, Wilson buscó sin éxito apoyo a sus planes en la ascendente revolución constitucionalista; finalmente, a partir de algunos incidentes entre fuerzas huertistas y otras norteamericanas que guardaban el área petrolífera de Tampico, dispuso a comienzos de 1914 la ocupación de Veracruz. La medida fue recibida con indignación por huertistas y constitucionalistas, y de la *impasse* en que lo dejó la persistencia de Huerta en el poder, Wilson buscó salir gracias a la mediación conjunta de Argentina, Brasil y Chile, que dio lugar a una morosa conferencia que desde Niagara Falls trató de imponer un gobierno provisional a México. Mientras tanto la impopular ocupación de Veracruz privaba a Huerta de las rentas aduaneras; el 14 de julio de 1914 el presidente huía, y el 20 de agosto los constitucionalistas conquistaban la capital, para dividirse de inmediato.

En las peripecias que habían llevado a la caída de Huerta habían sido decisivas la acción de Pancho Villa y su legendaria División del Norte y la amenaza que a las puertas mismas de la capital significaba el irreductible foco zapatista de Morelos. Luego de la victoria ni Villa ni Zapata estaban dispuestos a aceptar la ambición de Carranza de dotar a su Jefatura Suprema de una gravitación que le había faltado hasta entonces; en noviembre lo expulsaban de la capital, forzándolo a refugiarse en Veracruz, junto a la más importante fuente de ingresos fiscales.

Fue el apoyo que los revolucionarios de Sonora, bajo el liderazgo de Álvaro Obregón, siguieron otorgando a Carranza, el que le hizo posible reconquistar un poder supremo que había estado tan cerca de perder definitivamente. Sin nada en su opaco pasado de figura de segunda fila en la elite sonorense que permitiera anticiparlo, Obregón se iba a perfilar paulatinamente como el caudillo capaz de rastrear en el caos sangriento que era la Revolución el rumbo que permitiría llevarla adelante: ya en Veracruz había obtenido de Carranza la inclusión de la reforma agraria y el derecho de huelga y sindicalización entre los objetivos del constitucionalismo. Si retomar el control de la capital no fue difícil (la ciudad había terminado por constituir una carga para Villa y Zapata, que no habían logrado ganar adhesiones en sector alguno de ella), menos fácil parecía revertir la situación militar en el centro-norte. Obregón lo lograría gracias a la decisiva victoria que sobre Villa alcanzó en 1915 en Celaya, donde este general autodidacta supo aplicar con resultados deslumbradores las lecciones de la guerra mundial entonces en curso. Desde entonces las fuerzas de Villa y Zapata entraban en menguante y el problema central pasaba a ser el de la institucionalización y consolidación del nuevo orden, corporizado en la constitución de 1917, que retomaba el anticlericalismo de la de 1857 pero lo integraba con motivos nuevos, como los recogidos en el artículo 27, que nacionalizaba las riquezas del subsuelo y recogía la exigencia de reforma agraria, y en el 123, que imponía al estado la protección de los trabajadores y reconocía la personalidad moral de los sindicatos.

Esa definición del nuevo régimen como nacionalista y sensible a las reivindicaciones obreras y campesinas debía más a la inspiración de la izquierda constitucionalista, cercana a Obregón, que a la de los amigos del Jefe Supremo, que en 1920 buscó sin éxito cerrarle la sucesión presidencial. Obregón sólo pudo alcanzarla gracias a un movimiento revolucionario en cuyo curso el Jefe Supremo pereció asesinado durante su fuga de su capital.

Concluía así la revolución, en cuyo curso México había perdido un millón de habitantes y su economía había vivido diez años en perpetuo marasmo. El desenlace aseguraba la hegemonía política de la Dinastía de Sonora, que había sobrevivido a sus rivales (Zapata había sido muerto a traición por los carrancistas en 1919; Villa, tras de hacer sus paces con Obregón, lo sería en un oscuro episodio, en 1923) y ahora arbitraba entre un movimiento obrero que englobaba a una fracción muy reducida de los trabajadores industriales y mineros y estaba, por otra parte, corroído por la corrupción, y un campesinado que, si en Morelos veía realizadas las reivindicaciones del zapatismo, carecía del empuje necesario para proyectarlas a escala nacional y se revelaba un agente más dócil y pasivo de los nuevos dueños del poder que la nueva fuerza sindical.

Obregón y Calles –su sucesor desde 1924– mostraron escaso entusiasmo por difundir los ejidos, que restauraban las tierras de comunidad atacadas por la revolución liberal; prefirieron repartir a título individual una parte de las tierras de las haciendas (entre las perdidas por los hacendados prerrevolucionarios, que estaban lejos de ser todas, no pocas pasaron por otra parte a engrosar el patrimonio de los triunfadores y sus allegados). Esa limitada reforma agraria, como el avance igualmente limitado de la sindicalización obrera, estaban destinadas a dar al nuevo poder una base en el núcleo territorial de la nación, que había ganado por conquista; pero si ambas se mantuvieron limitadas, ello no se debió tan sólo a las ambigüedades ideológicas y políticas de los nuevos dirigentes, sino a que el México revolucionario necesitaba urgentemente rehacer su sector exportador para escapar a la penuria y el retorno ineludible a las recetas económicas del porfirismo ponía límites estrechos a cualquier transformación social, a la vez que hacía necesario un entendimiento con la potencia que seguía siendo económica y políticamente dominante.

Gracias a los esfuerzos de Obregón, proseguidos más intensamente por Calles, finalmente el régimen revolucionario logró establecer con los Estados Unidos relaciones más estrechas que las mantenidas por el de Díaz. El contencioso entre los vecinos desiguales fue en buena medida despejado en 1927, cuando la Corte Suprema de México, al negar carácter retroactivo al artículo 27 de la constitución, pareció eliminar la amenaza que en él habían reconocido las empresas extranjeras de tierras y minas.

Los enemigos del nuevo orden eran los tradicionales del liberalismo mexicano; si el régimen no podía contar, contra la hostilidad de la elite económico-social prerrevolucionaria, con el apoyo de los sectores de clase media urbana que habían formado en las filas liberales y que apreciaban poco a sus dominadores llegados del Norte, que junto con su séquito de dirigentes políticos y sindicales se entregaban a una alegre y ostentosa corrupción, tampoco debía temer mucho de los primeros, ya amargamente convencidos de que su derrota era definitiva y dispuestos a establecer, a través de esa misma corrupción, lazos cada vez más estrechos con sus vencedores.

Mientras las ciudades quedaban así neutralizadas, las tensiones eran más vivas fuera de ellas; aquí la minoría de *agraristas* (beneficiarios de la parcial reforma agraria), herederos de las haciendas, heredaba también los conflictos entre éstas y las vecinas comunidades, que confluían con el conflicto ideológico, destinado a intensificarse cuando Calles se propuso llevar a sus últimas consecuencias el programa anticlerical que la Revolución había heredado de la Reforma y extendió a todo el territorio nacional la empresa de descristianización comenzada más espontáneamente en los estados del Sudeste. En el arco noroccidental del Anahuac, desde el Bajío hasta Mi-

choacán, la respuesta fue en 1926 la guerra de los Cristeros. La rebelión pronto cobró sus víctimas entre agraristas y esos maestros elementales que la revolución había constituido en misioneros de su credo; la represión iba a cobrarlos aún más numerosos entre rancheros y campesinos; el conflicto sólo cesó cuando, gracias a la gestión del representante diplomático de Estados Unidos en México, un entendimiento entre Calles y el Vaticano comprometió al primero a renunciar a su desaforada ambición de eliminar toda huella de catolicismo de la vida mexicana, aunque no a seguir aplicando con máximo rigor las leyes secularizadoras.

La sucesión de Calles pareció abrir para la revolución una trayectoria política cercana a la del Porfiriato: en 1928 el principio de no-reelección era derogado para hacer posible la de Obregón. El asesinato de éste iba a imponerle un rumbo distinto; para afrontar la crisis gravísima que él desencadenaba en la dirigencia revolucionaria, Calles emprendió la despersonalización del orden político mediante la creación del Partido Nacional Revolucionario, que al englobar a todas las fuerzas políticas identificadas con el nuevo orden integraba en él a los caudillos militares y regionales a quienes esas fuerzas respondían, que a su vez reconocían en Calles, jefe máximo del partido unificado, al primero entre ellos, mientras la jefatura del Estado era ocupada por figuras cada vez más desvaídas.

De este modo parecía consolidarse un régimen que tras de diez años de lucha y otros diez de ejercicio del poder revolucionario, en que no había cesado de agitar consignas radicales y socialistas, mientras una pléyade de pintores de deslumbrador talento ofrecía a las masas mexicanas y a las elites del mundo una imagen épica de la revolución y de la historia mexicana que en ella venía a culminar, parecía por fin capaz de devolver a México una paz no demasiado distinta de la porfiriana.

Veinte años de revolución parecían entonces desembocar en una restauración cada vez más dispuesta a decir su nombre, en la que sólo la lucha antirreligiosa -agudizada nuevamente- mantenía vivas las tensiones del pasado. La crisis

mundial y sus consecuencias iban a devolver una nueva juventud a la revolución mexicana; pero ya antes de ella la presencia de organizaciones políticas y sindicales (por escasa que fuese su autonomía frente a un poder político que era sustancialmente militar) reflejaba los cambios irreversibles que diez años de guerra civil habían arrojado sobre México.

La democratización de la base política se dio en el extremo austral de Latinoamérica de modo menos violento. En **Uruguay** fue el desenlace de una compleja evolución interna dentro del partido colorado. La significación de los partidos había parecido desdibujarse luego de 1851 en la búsqueda de una alianza de las fuerzas políticas de la oligarquía urbana que las liberase de la tutela de los caudillos de base rural; se borró aún más durante el régimen militarista de Latorre y Santos; si ambos se proclamaban colorados (y el primero era, en efecto, un veterano de la Defensa de Montevideo) eran sobre todo personeros del ejército profesional. El retorno al gobierno civil pareció marcar la vuelta al predominio del sector colorado de la oligarquía urbana; con ello la división de partidos volvió a adquirir relevancia. Pero esta solución era necesariamente endeble: Uruguay se había transformado desde 1873; Montevideo era a fines del siglo XIX una ciudad tres veces mayor que cuarenta años antes; la campiña había sido por otra parte sometida a un orden férreo que favorecía a los terratenientes y hacía posible una expansión económica muy rápida. La restauración civil se tradujo en la instauración de un difícil equilibrio con el partido blanco, representado por los últimos grandes caudillos rurales: los gobiernos colorados solían pactar con la oposición la entrega de varias jefaturas políticas de departamentos rurales a jefes blancos; Uruguay se aproximaba así a una de esas escisiones que habían sido frecuentes en su pasado, y frente al gobierno de Montevideo comenzaba a erigirse un poder rival en la campaña.

De esa peligrosa pendiente el país fue sacado por la renovación del partido colorado, que fue obra de José Batlle y Ordó-

nez; este hijo del patriciado montevideano armó tenazmente una máquina política de base popular, con raíces en Montevideo y los departamentos rurales que la expansión montevideana había transformado en granjeros; sobre esa parte de Uruguay, en que se agolpaba más de la mitad de la población del país, se asentó la nueva hegemonía colorada. Presidente en 1903, Batlle libró la batalla decisiva contra la resistencia blanca en la última y más sangrienta de las guerras civiles; al mismo tiempo llevó adelante un plan de reformas por vía legislativa que transformó a Uruguay en un estado moderno; a la vez dio fuerte impulso a las obras públicas e introdujo una intervención estatal en la economía que hizo la originalidad de la experiencia uruguaya: monopolios de comercialización y seguros iban a surgir para completar una legislación aduanera sistemáticamente proteccionista; a partir de 1920 la construcción de carreteras iba a intentar liberar al país del monopolio del transporte por los ferrocarriles británicos. Todo esto lo realizarían los gobiernos colorados solicitando contra la influencia inglesa el apoyo de Estados Unidos (en cuyo mercado financiero el Uruguay colorado iba a encontrar mayores facilidades para instalar sus empréstitos que en el de Londres).

Esas transformaciones dejaban de lado, deliberadamente, a la zona rural ganadera y latifundista, que proveía los saldos exportables gracias a los cuales la experiencia colorada era posible: mientras la democracia política arraigaba en el resto de Uruguay y se proclamaba la necesidad de continuarla con la democracia social (que iba a ganar impulso a partir de la segunda presidencia de Batlle en 1911, con un sistema de retiros y pensiones y la benevolencia oficial ante el avance del sindicalismo), en los departamentos ganaderos la política seguía también ella marcada por la huella de la hegemonía de los señores de la tierra. Uruguay seguía más escindido de lo que podía advertirse a primera vista, y Batlle buscó legitimar esa escisión en la estructura política del país, y con ello mismo privarla de su peligrosidad: esa es acaso la justificación más auténtica de su tentativa de introducir un poder ejecutivo colegiado, que permitiera a la minoría blanca compartir desde posición subordinada el poder. El proyecto fue recogido sólo a medias por la constituyente de 1916 (que daba al Consejo de Gobierno funciones de administración y reservaba las políticas y militares al presidente de la República). La constituyente marcó la quiebra de la unidad colorada; los notables del partido, hostiles por igual al autoritarismo y al radicalismo de Batlle (que haría consagrar por la Constitución su anticlericalismo creciente) crearon un grupo disidente. La división de la oposición blanca salvó, sin embargo, la hegemonía política del jefe colorado.

Pero las bases del Uruguay batllista, que había pasado en quince años de la guerra de montonera y lanza al *welfare state*, eran frágiles. Lo eran en lo político: ese moderno partido de ideas y de masas que quería ser el batllismo se apoyaba sobre todo en la figura de su creador; el vencedor de los caudillos era él mismo un caudillo, y su prestigio era hasta tal punto personal que luego de su muerte el problema de la sucesión se planteó como problema dinástico; aun en la década del cincuenta, la querella entre la *branche ainée y* la *branche cadette* (en la que se había refugiado el talento político heredado) iba a contribuir a la inestabilidad política. La muerte de Batlle debía entonces afectar gravemente la solidez del sistema, que aun en sus momentos más brillantes había vivido atravesando crisis casi permanentes. Por otra parte, el batllismo no tenía programa sino para tiempos de prosperidad; sólo reinando ésta era posible financiar la modernización política del Uruguay mercantil, granjero y burocrático utilizando las ganancias de las exportaciones y sin afectar no sólo la viabilidad económica de la producción primaria sino todavía la prosperidad de las clases terratenientes, a las que hubiese sido políticamente muy peligroso lanzar a la desesperación. La expansión de la primera década del siglo, el largo verano de la guerra y la posguerra –cuyas posibilidades Uruguay supo utilizar mejor que la vecina Argentina, más apegada a la hegemonía británica– fueron el clima económico en que floreció el Uruguay batllista, cuya

confianza optimista en las posibilidades nacionales pasó a ser algo más que una fe política y se transformó en un rasgo de la conciencia nacional, tan distinta en este aspecto de la que a lo largo del siglo XIX se había atormentado ante el espectáculo de un país que no se decidía a reconciliarse consigo mismo.

La crisis iba a traer un desengaño sólo paulatino, hasta ella, sin embargo, Uruguay ofreció el ejemplo más feliz de democratización política y modernización social que se dio en esta etapa latinoamericana. Por comparación, las experiencias argentina y chilena parecen menos logradas.

La marcha hacia la democratización fue en **Argentina** mucho más rica en incidentes. En 1880 el general Roca logró armar un régimen político en que se conjugaban los intereses de las clases terratenientes del litoral, beneficiarias principales de la modernización económica, y los de los amos extranjeros del comercio y el transporte; serían las clases altas de las zonas menos modernizadas del interior las que tomarían a su cargo lo principal de la tarea política, encontrando así a menudo una vía indirecta para compartir individualmente la prosperidad que se expandía en otras zonas. Los sectores populares urbanos y rurales del litoral, socios menores del proceso, perdían gravitación política en la medida en que en su composición entraban en número creciente los extranjeros; los del interior –totalmente excluidos de los beneficios del cambio– no tenían aún ninguna tradición política independiente de los sectores altos locales.

En el decenio que comenzaba en 1880, la prosperidad argentina creció rápidamente; el país cambió más en esos diez años que en toda su historia anterior. Ello fue posible gracias a un aumento vertiginoso de la inmigración y de la inversión extranjera; la primera era predominantemente italiana, la segunda británica. El Estado nacional debió competir en la Bolsa de Londres con los provinciales, y bien pronto con los municipios, lanzados a una onerosa carrera de progreso edilicio. Al comienzo, el régimen roquista buscó poner un límite a esa

conquista financiera del país (trató por ejemplo de reservar la expansión ferroviaria para las líneas del Estado). Bien pronto debió abandonar esas reticencias: el capital local se volcaba en la especulación en tierras, más rendidora que cualquier otra; el Estado necesitaba fondos crecientes para financiar una estructura que el progreso demográfico y económico hacía más compleja, y que necesidades de patronazgo político recargaban aún más. Finalmente, el crédito extranjero debió financiar aún parte del coste normal de la administración; el sucesor de Roca, su cuñado Juárez Celman, siguió preservando ese ritmo de alocada prosperidad, que era la única garantía de estabilidad política; para ello debió sacrificar la estabilidad monetaria, lanzándose a una inflación del papel moneda mediante la multiplicación de bancos emisores privados.

En esa década de cambio vertiginoso también Argentina encaro –más prudentemente que en otros países– la laicización de la vida pública; para este aspecto de su programa, que dio al Estado el registro de nacimientos, casamientos y defunciones, creó el matrimonio civil y limitó la influencia eclesiástica en la escuela, Roca contó con el apoyo de sus grandes opositores –Mitre, Sarmiento– que, por su parte, habían aplicado en el pasado políticas secularizadoras aún más cautas.

El reemplazo de la lucha política por la administración de las cosas, encarada con criterios técnicos, que constataba en 1886 el presidente Juárez Celman, se reveló una innovación efímera. Los esfuerzos desesperados por postergar la crisis económica no impidieron que ésta estallase en 1890; junto con ella se dio un despertar político de inesperada amplitud. Fracasada una revolución cívico-militar, Juárez debió renunciar; su sucesor fue el vicepresidente Pellegrini, que unía a la confianza de los financistas europeos la del ex presidente Roca (lanzado a la oposición solapada por las veleidades de independencia de su cuñado y sucesor). El frente revolucionario se dividió frente a esta rectificación de la línea oficial; el general Mitre se manifestó dispuesto a participar en una reconciliación de los sectores dirigentes devueltos al sentido de

la moralidad política y administrativa por la dura experiencia de 1890. Pero la agitación había dejado como herencia una movilización más amplia de la habitual y poco dispuesta a desaparecer espontáneamente. De la coalición política que había respaldado la revolución se separó la Unión Cívica Radical que, en ruptura total con el orden conservador, proclamaba la necesidad de volver al imperio de la verdad constitucional y electoral.

Si el programa del radicalismo no tenía nada de revolucionario, la salida revolucionaria era la única que le quedaba abierta; el régimen conservador, tras de desembarazarse en 1892, gracias a la habilidad de Roca, del «candidato nacional» a la presidencia que parecía ser Mitre, se mostró poco dispuesto a arriesgar su supervivencia en confrontaciones electorales honradas. El radicalismo iba a ensayar inútilmente la revolución en 1893 y 1904, pero sus fracasos no le iban a quitar vigor; su amenaza siempre presente gravitaba sobre el orden conservador, que a partir de 1904 se disgregaba al desvanecerse la hegemonía del general Roca sobre esa laxa alianza de grupos provinciales que era el conservadurismo argentino. En 1912 el nuevo presidente conservador, Roque Sáenz Peña, creyó llegada la hora de hacer realidad el sufragio universal, sólo nominalmente practicado en Argentina hasta entonces. Con ello se abría al radicalismo el camino del poder: en 1916 el jefe de un cuarto de siglo de conspiraciones radicales, Hipólito Yrigoyen, llegaba a la presidencia de la república por muy ajustada mayoría.

Ese radicalismo triunfante se apoyaba en las clases medias urbanas del litoral y en muy amplios sectores populares dentro de las ciudades; en casi toda la clase media rural de la zona del cereal, en una parte sustancial de los hacendados menores en la zona ganadera; en grupos marginales dentro de las clases altas del interior. Con esos apoyos se comprende que no pudiese practicar una política ni muy innovadora ni muy coherente. A partir de 1916 Yrigoyen consagraría su capacidad administrativa –que iba a revelarse limitada– a la eliminación de

las huellas de un pasado que proclamaba oprobioso en el cuerpo de funcionarios; con ello, a la vez que entendía cumplir un deber moral impostergable, consolidaba una máquina electoral que sólo se hizo invencible en el gobierno. En lo económico el radicalismo innovó poco, en lo social buscó superar el enfrentamiento heredado entre un régimen que se juzgaba defensor del orden social amenazado y un movimiento sindical de raíz urbana (y a menudo extranjera) que, pese a su predominante moderación, era presentado como extremadamente peligroso. Para ello alentó a los sectores más moderados del sindicalismo, y sobre todo a los que (por no estar vinculados al minoritario partido socialista, fundado en 1896) podían ser discretamente utilizados por la máquina electoral del radicalismo. En el campo recogió, con las primeras leyes de arrendamiento, las muy moderadas exigencias de los arrendatarios de la zona del cereal, a cuya organización –la Federación Agraria Argentina– otorgó apoyo también discreto pero decisivo. Igual discreción mostró para apoyar el movimiento de reforma universitaria, pese al vocabulario extremo que algunos de sus dirigentes empleaban: esperaba de él que pusiera fin al predominio que miembros de la aristocracia conservadora retenían en la Universidad.

A la vez que alentaba a las tendencias renovadoras moderadas (de cuyo avance esperaba una disminución de la gravitación de los sectores conservadores en la vida del país) el radicalismo combatió con energía a menudo brutal a las que, directa o indirectamente, parecían significar una amenaza revolucionaria para el orden social. En 1919 una intervención del ejército fue la culminación de la Semana Trágica, en cuyo comienzo algunos jefes sindicalistas y sobre todo muchos de sus adversarios habían creído posible la instalación del poder soviético en Buenos Aires; a ello siguió una represión que causó centenares de víctimas obreras y contó con la colaboración voluntaria de organizaciones de orientación conservadora; aún más innecesariamente salvaje fue la represión de la huelga de peones rurales patagónicos en 1921.

Esa combinación de halago y rigor es menos incoherente de lo que los adversarios del radicalismo querían suponer; la clave de su coherencia no había de encontrarse, sin embargo, en las tomas de posición doctrinarias de los dirigentes, que se rehusaban a admitir la existencia misma de problemas sociales; para Yrigoyen la política se agotaba en sí misma; estrictamente político era ese austero ideal de regeneración a cuyo servicio el jefe radical ponía un arte maniobrero capaz de convivir con su elevada (si bien algo vacía) conciencia moral. Como el batllismo, el radicalismo era difícilmente separable de ese jefe, un extraño y admirable jefe político que sin haber hablado casi jamás en público logró gozar de una popularidad incomparable en Argentina tanto por su amplitud como por su hondura.

La Constitución impedía a Yrigoyen mantenerse en la presidencia luego de 1922; para sucederle eligió a Marcelo Torcuato de Alvear, un aristócrata que había sido ornato de París durante la agonía de la *belle époque* y que Yrigoyen juzgaba demasiado frívolo e insignificante para disputarle la jefatura real del partido y del gobierno. Pero si el nuevo presidente no logró socavar el predominio de su predecesor sobre la máquina partidaria, su estilo de gobierno neoconservador lo apartó del jefe de su partido; en 1924 una escisión daba lugar a una larga prueba de fuerza, cuyo desenlace fue la elección presidencial de 1928. Contra el sector radical antipersonalista (apoyado por el presidente Alvear y los grupos conservadores) Yrigoyen logró hacerse reelegir por una mayoría sin precedentes en el país; ese «plebiscito» en favor de un partido que sólo conservaba tras de su anciano jefe a dirigentes de relativo prestigio significaba el advenimiento de un radicalismo despojado de buena parte de los contactos con las clases altas y medias superiores que había sabido conservar en 1916 y 1922; significaba también el rompimiento del radicalismo con casi todo el personal político activo del país.

Era una situación peligrosa, aun en ese año de 1928 que marcó el punto más alto de la prosperidad argentina, con exportaciones de doscientos millones de esterlinas oro (dos veces las de

1913). Al año siguiente la crisis mundial comenzaría a devastar las estructuras de una Argentina demasiado abierta a los vientos del mundo. El radicalismo no había modificado un sistema impositivo que, para no golpear a los intereses terratenientes, castigaba sobre todo las importaciones; la crisis comercial que las redujo drásticamente trajo la indigencia del Estado (junto con la desaparición del respaldo áureo para la moneda). Mientras la economía y las finanzas del país se derrumbaban, Yrigoyen preparaba la última de sus hazañas políticas: la conquista del Senado, que durante toda la etapa radical había sido fortaleza conservadora. Esta suprema victoria nunca sería alcanzada; las elecciones de comienzos de 1930 revelaban una fuerte pérdida de popularidad del radicalismo yrigoyenista; en septiembre de ese año un golpe militar ponía fin al gobierno de Yrigoyen; junto con él parecía condenada la experiencia democrática que Argentina había comenzado en 1912.

Surgido de un país de más complejo equilibrio entre lo viejo y lo nuevo, el radicalismo se mostró menos innovador que el batllismo uruguayo; las grandes líneas del orden dado al país por los conservadores fueron mejor respetadas; la prosperidad –que en la etapa radical fue muy grande– no era sino la del último tramo de un proceso ascendente cuyo impulso venía de atrás, y la perplejidad frente al propio país que en la década del veinte domina en Buenos Aires, mientras Montevideo celebra el éxito de una fórmula político-social que se ha encarnado en una empresa nacional, muestra muy bien las consecuencias de esa diferencia. A pesar de ella, aquí como en Uruguay, el movimiento popular se revela muy ligado por una parte a un caudillo (y en este sentido la decadencia de Yrigoyen resultó más inmediatamente catastrófica que la muerte de Batlle) y por otra a la prosperidad económica, indispensable para llevar adelante sin tormentas una moderada redistribución de los ingresos.

En **Chile,** ni aun en etapa de prosperidad pudo darse una ampliación de la base política sin tormenta. La afirmación liberal

había sido en 1871 el reflejo en el equilibrio político de la complejidad nueva que alcanzaban los sectores dirigentes chilenos gracias al auge minero y comercial. La guerra del Pacífico iba a confirmar y acentuar las transformaciones que habían llevado al triunfo liberal; en el intercambio internacional Chile era cada vez menos el país del trigo y los cueros; pasaba a ser cada vez más el del salitre y luego el del cobre. Y a la vez era el protagonista de una victoria militar que cambiaba en su favor todo el equilibrio sudamericano: ese éxito daba al liberalismo un arraigo aún mayor. Bajo signo liberal el presidente Santa María, entre 1881 y 1886, obtuvo para Chile los máximos provechos territoriales sobre Perú y Bolivia, comenzó una política de ampliación de las funciones del Estado y de obras públicas (posible gracias a la abundancia traída al fisco por las rentas del salitre), llevó adelante la laicización de cementerios y estableció el Registro Civil. La sucesión de Santa María provocó la quiebra de la unidad liberal; si los tres partidos –liberal, radical, nacional– que formaban a la izquierda del conservadurismo aceptaron el candidato presidencial Balmaceda, ministro y favorito de Santa María, dentro de cada uno de ellos las disidencias se multiplicaron. La victoria de Balmaceda fue asegurada gracias a los vastos recursos que la prosperidad chilena concedía al gobierno; el nuevo presidente prosiguió la obra innovadora de su predecesor pero para poder continuarla debió recurrir al crédito extranjero de modo cada vez más frecuente. En 1890 llegaba a Chile la crisis y con ella la reacción contra la afirmación del poder presidencial que había sido posible gracias a la prosperidad de la década anterior. La mayoría liberal se dividió en el parlamento en torno al problema de la sucesión de Balmaceda; éste intentó gobernar sin contar ya con ella y al comenzar 1891 promulgó por decreto el presupuesto nacional que el Congreso se negaba a aprobar.

Era la guerra civil: la mayoría parlamentaria, con apoyo de la marina y una parte del ejército, se hizo fuerte en el Norte y pasó a controlar así la fuente de las exportaciones chilenas; a mediados del año sus fuerzas invadían el Chile central y tras

dos sangrientas batallas tomaban Santiago, donde Balmaceda se suicidaba. Esta peripecia ponía fin al avance del poder presidencial en Chile. ¿También frustraba una tentativa de la burguesía nacional chilena para tomar el poder? Así se ha sugerido recientemente; pero esta hipótesis no parece demasiado plausible: en la política de Balmaceda sólo algunas iniciativas aisladas parecen adecuarse a los intereses de esa burguesía nacional; por añadidura, el desarrollo mismo de la crisis no permite descubrir en ningún momento de ella la presencia de ese sector-clave, cuya existencia misma es sólo postulada y no demostrada. Tampoco la trayectoria posterior del grupo político adicto a Balmaceda –que se adaptó muy bien al sistema parlamentario y se caracterizó tan sólo por su extremo oportunismo hace adivinar tras de él la presencia de un sector social importante, postergado por la solución dominante en Chile.

En todo caso el parlamentarismo, que provocó la fragmentación progresiva de los partidos chilenos, fue acompañado de un inmovilismo político sólo quebrado frente a las agitaciones sociales, reprimidas violentamente en Santiago y Valparaíso y aun más duramente en el norte minero y salitrero. Las consecuencias de la paulatina ampliación del sufragio no eran ya limitadas primordialmente por la acción del Gobierno, sino por la de una corrupción electoral que requería movilizar sumas demasiado grandes para que fuera posible hacer política sin contar con mucho dinero. Como en la Inglaterra anterior a 1832, los partidos buscaban ante todo candidatos capaces de financiar su victoria.

Dos coaliciones inseguras dominaban la política chilena: la Unión Liberal y la Alianza Liberal-Conservadora. En 1920, con motivo de la renovación presidencial, en un clima social más agitado, la oposición entre ambas se cargó de un contenido más preciso. A la unión conservadora se oponía la candidatura del liberal Arturo Alessandri. Defensor de dirigentes obreros del norte salitrero, Alessandri supo presentarse como el candidato de la renovación y de las clases populares; en algún momento iba a denunciar a la «chusma dorada» que go-

bernaba a Chile e invitar a sus seguidores a atacar sus suntuosas residencias. La victoria de Alessandri fue ajustada, pero tuvo consecuencias decisivas. El movimiento obrero creció; mientras un sector, de extracción sindicalista, organizaba el Partido Comunista, la clase obrera en su conjunto otorgaba adhesión al nuevo presidente. Éste encontró frente a sí la resistencia parlamentaria, mal equilibrada por la minoría que le era adicta, formada ella también en la escuela de un parlamentarismo poco amigo de la disciplina. El conflicto entre los poderes transformó la elección de renovación parlamentaria de 1924 en un plebiscito, que el presidente ganó holgadamente (no sin volcar en su favor los recursos del Estado). La mayoría favorable no se mostró, sin embargo, más eficaz. Ante el marasmo legislativo, el 8 de septiembre Alessandri debía alejarse del país y dejar el poder a una Junta militar; ésta pareció orientarse hacia una salida favorable a la Alianza conservadora; por esta razón fue barrida por otro sector militar, que devolvió el poder a Alessandri e impulsó la reforma constitucional. La Constitución de 1925 separaba la Iglesia del Estado, establecía el régimen presidencialista e incluía principios juzgados socialistas por algunos (función social de la propiedad, protección al trabajador y a la salud popular). Resultado de la revolución de enero que devolvió a Alessandri a la presidencia fue también la afirmación como árbitro entre los poderes del Estado del ejército, que trataba ahora de imprimir un ritmo acelerado al proceso renovador. Jefe de la tendencia militar que había dominado en enero era el coronel Ibáñez, candidato a la sucesión presidencial a la vez que ministro de Guerra de Alessandri. La renuncia del restaurado presidente, algo fatigado de soportar la tutela de su dinámico ministro, obligó a éste a renunciar por el momento a sus ambiciones presidenciales; en su lugar era elegido como candidato único Emiliano Figueroa Larraín, político moderadísimo; a su lado seguiría gravitando como ministro de Guerra el coronel Ibáñez, que en 1927, tras de la renuncia de Figueroa, era por fin ungido presidente en una elección en que fue candidato único.

El gobierno de Ibáñez se caracterizó por una actividad febril: obras públicas (carreteras y puertos, edificios escolares, reforma escolar y de la sanidad); al mismo tiempo se transformó progresivamente en una dictadura legalizada gracias al apoyo del amedrentado Parlamento. Esa dictadura progresista (y no necesariamente hostil a las aspiraciones de los sectores populares) se apoyaba en la prosperidad de los años 1925-29; a lo largo de ellos acudió sistemáticamente al crédito, en especial el norteamericano, para financiar sus ambiciosos programas. La depresión la transformó en un régimen más duro y represivo, a la vez que la privaba del apoyo popular; a mediados de 1931, tras de unos días agitados en Santiago, el presidente Ibáñez cruzaba la frontera hacia el destierro. Dejaba tras de sí un país arruinado –por él, según sus adversarios; sobre todo por una crisis que golpeaba los mercados extranjeros y privaba a la moneda chilena de casi todo su valor (el peso chileno parecía, en efecto, encontrarse en caída libre).

En Chile, entre las minorías tradicionalmente gobernantes y las aspiraciones modernizadoras, el ejército había ocupado la escena como árbitro más capaz de interpretar a estas últimas que los sectores de la clase política tradicional que se proclamaban innovadores y populares. Pero las soluciones que aportaba no estaban menos ligadas a la prosperidad que las de los partidos civiles de más allá de los Andes; el militarismo progresista chileno, víctima también él del fin de los años buenos, fue tan gravemente afectado por la crisis como aquéllos.

En el resto de Hispanoamérica las tendencias a la ampliación de la participación política se hicieron sentir de modo aún más saltuario, y con consecuencias más limitadas. En los países andinos del Pacífico –Perú y Ecuador– hallamos desarrollos tras de los cuales gravita la división no superada entre su sector moderno y la masa rural indígena mal incorporada a la nación.

En **Perú** la herencia de la guerra de 1879-83 fue el resurgimiento del caudillismo militar, al cual se opuso el civil de Ni-

colás de Piérola; al adversario del civilismo, el discutido moralizador de las finanzas que estableció el nexo entre la economía peruana y la casa mercantil de Dreyfus, se transformó durante la guerra en uno de los jefes de la resistencia contra el avance chileno; aunque esa resistencia se reveló fútil bastó para hacer de Piérola un caudillo popular capaz de resurgir con acrecido prestigio en la posguerra.

Como tal capitaneó en 1895 la revolución contra el predominio militar (que buscaba consolidarse conservando en la presidencia al general Cáceres); una guerra civil extendida y sangrienta le dio el poder. Obtenido éste, y apoyado en una popularidad muy vasta entre las clases populares de Lima, Piérola se mostró cada vez menos el adversario y cada vez más el continuador de los civilistas; en particular la reforma monetaria, que introdujo en Perú el patrón oro, si dio más regularidad a la vida económica, significó también acrecida penuria para los sectores populares. La acción de Piérola se tradujo también en una reforma de la estructura impositiva; la recaudación quedó ahora a cargo de una sociedad mixta (ya los gobiernos militares que siguieron a la derrota habían entregado ferrocarriles, minas, puertos y guaneras a los acreedores extranjeros de Perú, librándose de ese modo expeditivo de la deuda externa). Piérola comenzó a erigir una estructura administrativa adecuada para el Perú en reconstrucción económica; la expansión agrícola en la costa y la de la minería y la ganadería serrana permitieron el retorno a la prosperidad del país mutilado por la derrota; esa prosperidad se distribuía según líneas comparables a las de la preguerra: en primer término la gozaban las clases altas de Lima; luego, los terratenientes de la costa y los sectores medios y populares urbanos; por último (en medida muy escasa), los sectores populares rurales que participaban en la expansión costera. La vasta población indígena serrana permanecía, en cambio, al margen del proceso; su única participación en él se daba a través de la incipiente emigración a la costa, en parte para proporcionar mano de obra a la agricultura de regadío en expansión.

Los gobiernos que sucedieron al de Piérola continuaron su orientación; en la ola de progreso desigualmente distribuido las consecuencias de la movilización popular que significó la guerra civil de 1895 fueron atenuándose progresivamente; de ellas sólo sobrevivió la popularidad plebeya de Piérola en la capital (el *califa* de los verdaderos creyentes, según lo caracterizaban quienes no compartían su algo nebuloso credo) y la tensión entre este singular caudillo civil y urbano y los sectores oligárquicos cuya política hacía. Pero todo esto importaba cada vez menos mientras Perú se orientaba hacia la dictadura progresista, que culminó en el gobierno de Augusto B. Leguía; durante once años, entre 1919 y 1930, el antiguo presidente constitucional y experto ministro de Hacienda se transformó en líder de la *Patria Nueva, y* en titular de una dictadura cada vez más severa, mientras el alud de inversiones y préstamos norteamericanos aceleraba el proceso de expansión de la economía y las obras públicas hasta darle un ritmo frenético.

La dictadura de Leguía debía hallar resistencias en sectores de la oligarquía limeña, cuyo poderío político mediatizaba y cuyas rivalidades internas explotaba para mejor someterla, distribuyendo arbitrariamente las ventajas económicas que en Perú, y no sólo en Perú, derivan del favor político. Pero esas resistencias no impidieron que en lo esencial la política económico-financiera de la Patria Nueva fuese muy escasamente nueva; aun en la búsqueda de apoyos políticos populares el régimen se detenía, por otra parte, en la plebe de Lima. Aunque Leguía había advertido muy bien la gravitación potencial de la sierra india y buscado canalizarla en su provecho (con iniciativas aparatosas como la adopción por el presidente del título de Viracocha, pero también con otras más sustanciales, que reflejaban en influjo fugaz de algunos ideólogos del indigenismo en las primeras etapas de su administración, entre ellos el reconocimiento legal de las comunidades, que tuvo por consecuencia sólo aparentemente paradójica una intensificación de la dependencia india, al establecer lazos más estrechos –y necesariamente desiguales– entre la burocracia cen-

tral y comunidades que habían sobrevivido pese a la ausencia de ese reconocimiento) la más importante de esas iniciativas -la conscripción vial, que comenzaba a incorporar a la sierra a la red de caminos que marcaba el ingreso de Perú en la era del automotor, pero recurría para lograrlo al trabajo forzado de sus habitantes- estuvo lejos de conquistarle el agradecimiento de éstos.

Desde que, en 1923, el gobierno de Leguía tomó un rumbo más decididamente conservador vio sumarse a sus enemigos de las filas oligárquicas los de sectores antes menos articulados, que encontraban su punta de lanza en el movimiento estudiantil y tuvieron ocasión de manifestarse en la resistencia despertada por la iniciativa del presidente que consagraba al país al Sagrado Corazón de Jesús, en la que alcanzó por primera vez celebridad nacional Víctor Raúl Haya de la Torre, dirigente estudiantil que ya se había distinguido en el apoyo al movimiento obrero limeño de 1919.

Esa celebridad fue el motivo de su destierro, desde el cual, si logró mantener contactos con el futuro elenco dirigente del partido de masas que organizaría a su retorno a Perú, no pudo extender sus esfuerzos organizadores a sectores más amplios. Era la organización y la acción de éstos lo que Leguía buscaba sobre todo evitar; desde 1923 reprimió con mano dura la acción sindical en las ciudades y más aún en las plantaciones de la costa, y frente a José Carlos Mariátegui, el incomparable agitador político y cultural, su tolerancia -inagotable frente a sus audacias ideológicas- cesó súbitamente cuando lo descubrió interesado en la reactivación del movimiento sindical limeño.

Esa alarma era quizá excesiva; mientras duró la prosperidad la Patria Nueva no tenía mucho que temer de sus enemigos: gracias a esa prosperidad le era posible sobrevivir entre una oligarquía aún más poderosa que en los países australes y sectores populares más débiles y sobre todo más heterogéneos que en éstos. El fin de la bonanza, que fue también el del poder de Leguía, devolvió a primer plano al ejército, que luego de 1895 sólo fugazmente había reaparecido en él; en 1930 el coronel Sánchez Cerro, tenaz organizador de conspiraciones militares contra la Patria Nueva, la derriba finalmente sin encontrar casi resistencia.

En el origen de **Ecuador** moderno hay también una guerra civil: la del caudillo liberal Eloy Alfaro contra la hegemonía conservadora de las grandes familias terratenientes de Quito. Contra ellas contaba Alfaro con el apoyo de Guayaquil y la costa, de donde salía el cacao que seguía siendo, como un siglo antes, el principal aporte ecuatoriano al comercio mundial. Vencedor en 1895, Alfaro impulsó las constituciones de 1895 y 1908, que marcaron la transformación progresiva de Ecuador en un estado laico; prosiguió la obra del ferrocarril de Quito a Guayaquil, cuya inauguración en 1908 anunciaba, a juicio del gobierno liberal, el nacimiento de un nuevo Ecuador mejor unido al mundo exterior. Ese anuncio era en parte ilusorio; el problema de las comunicaciones no era, sin duda, el único que pesaba sobre la economía serrana, que tenía, por el momento, muy poco que ofrecer al mercado externo; tampoco en los aspectos sociales el predominio liberal introdujo allí innovaciones sustanciales; el resultado fue que la aristocracia terrateniente, hostil al dominio liberal, seguía allí dominando. Por su parte, el liberalismo se dividió bien pronto, entre el impaciente autoritarismo y el tono popular de Alfaro y el estilo más circunspecto de los notables del partido. El retorno del caudillo a la presidencia no se dio sin tormentas y, abandonada ésta, terminaría su carrera linchado por la multitud mestiza de Quito, nunca ganada del todo por un liberalismo identificado con el triunfo de la costa.

Pese al recuerdo de Alfaro, transformado en bandera del liberalismo (las casas liberales de clase media comenzaron a colocar el busto de yeso del gran caudillo allí donde antes se habían entronizado imágenes devotas), luego de su muerte su partido se transformó cada vez más en expresión de la oligarquía costeña, ahora ampliada con algunos profesionales de

clase alta vinculados con el comercio internacional (que comenzaban ya a reclutarse también en la aristocracia serrana). Esa trayectoria era acaso inevitable dada la pasividad del Ecuador indígena, que sólo salía de su apatía para apoyar ocasionalmente a la resistencia conservadora; en 1927 el predominio del liberalismo, cada vez más fragmentado, fue quebrado por un golpe militar que puso en el poder al doctor Eusebio Ayora; su dictadura, seguida con expectante simpatía por sectores muy amplios, se lanzó a una renovación vertiginosa de la estructura financiera y administrativa del Estado; esa modernización indispensable fue encarada con energía, pero también con extrema volubilidad en cuanto a la elección de las soluciones, y bien pronto pudo advertirse que su eficacia era limitada. Fue, con todo, la crisis de 1930 la que también aquí marcó un agravamiento de las tensiones sociales y políticas, que puso fin a la experiencia comenzada tres años antes.

En el resto de Latinoamérica seguía dándose, de modo más puro, la alternativa entre predominio oligárquico y hegemonía militar. Notemos, sin embargo, la excepción constituida por **Costa Rica,** donde la continuidad institucional sólo fue quebrada en la segunda década del siglo por una tentativa dictatorial cuyo desenlace fue la marginación del ejército; allí el gobierno seguía en manos de la clase media rural del valle central, vinculada al cultivo del café. Y otra excepción de más bulto, la de Cuba, donde el tardío acceso a la independencia creó situaciones que, comenzando por ser excepcionales, se fueron acercando cada vez más al cuadro latinoamericano.

Cuba comienza su vida política independiente dotada de un esquema de organización partidaria totalmente ortodoxo: un partido liberal se opone también allí a uno conservador. De hecho, las cosas son más complejas: en las filas liberales se agolpan casi todos los que han hecho la guerra de Independencia; el conservador es un partido de intereses en que abundan quienes han sido hasta el fin partidarios del dominio español. Y además Estados Unidos, libertador y conquistador

de Cuba, mantiene su tutela e intenta evitar el triunfo de los liberales, a los que teme por igual por sus virtudes como por sus defectos. La Constitución de 1900, surgida de una asamblea dominada por los liberales, incluye, contra los deseos de la potencia protectora, el sufragio universal; incluye también, por presión de esa potencia, garantías para la representación de las minorías en el Parlamento, que serán burladas mediante la invención de partidos opositores títeres, en la cual los sucesivos gobernantes cubanos mostrarán una infatigable maestría.

Pero, finalmente, Estados Unidos logra algo más sustancial: el primer presidente cubano, Tomás Estrada Palma, liberal moderado, es elegido bajo su auspicio por una coalición de liberales y conservadores y se inclina cada vez más a estos últimos, mientras los primeros se vuelven en busca de protección a Estados Unidos, que por la enmienda Platt (incorporada bajo presión de la potencia beneficiaria a la Constitución cubana) tiene derecho a intervenir en Cuba para asegurar la vida, propiedad y libertad individual. En 1906 Estados Unidos, llamado por los liberales, coloca a Cuba bajo administración militar; en 1908, con una nueva ley electoral, que los ocupantes proclaman candorosamente *fraud-proof,* triunfa el liberalismo, para dividirse en 1912 y dejar el poder al conservador García Menocal, que logra la reelección en 1916, contra un alzamiento liberal, contemplado esta vez con indiferencia por Estados Unidos, con cuya política internacional Menocal se ha apresurado a alinearse. La segunda presidencia de Menocal estuvo acompañada de una enloquecida prosperidad azucarera, causada por los altos precios de guerra; la clase política cubana participó con entusiasmo en la danza de los millones, abandonando sus últimas reticencias frente al avance de la corrupción. El anticlímax vino en 1920, con una crisis de precios que repercutió en el conjunto de la vida cubana y que debió enfrentar el presidente Zayas, liberal disidente, impuesto por Menocal contra la resistencia de sus antiguos correligionarios. Zayas buscó asesoramiento para salir de la crisis en

el Gobierno de Estados Unidos, que envió en misión de consejero al general Crowder; el resultado fue un nuevo avance en la conquista de la tierra azucarera de Cuba por parte de las compañías norteamericanas y un nuevo crédito de la banca Morgan para el Estado cubano.

En 1924 logró ser elegido presidente el general Gerardo Machado, candidato liberal primero combatido y luego apoyado por Zayas. Ese antiguo gerente de la sucursal habanera de la General Electric Company pudo aprovechar el retorno de la prosperidad financiera internacional (mientras la economía cubana seguía golpeada por los bajos precios del azúcar). Si la corrupción se mantuvo, fue acompañada (como no lo había sido en época de Zayas) de la ejecución de un ambicioso plan de obras públicas, que incluía la carretera central de Cuba y muy numerosas obras de sanidad. En 1928 Machado lograba postergar la elección presidencial hasta 1930, mientras la crisis del precio del azúcar se agudizaba, al triunfar en Estados Unidos un proteccionismo cada vez más cerrado. Las tentativas de disminuir las ventas creando un ente público destinado a comprar y almacenar azúcar no lograron cambiar sustancialmente la situación. Desde 1928, por otra parte, la resistencia contra el gobierno de Machado, transformado en dictadura abierta, se hizo más violenta: en particular los estudiantes universitarios se lanzaron a una agitación a menudo terrorista, que no pudo ser sofocada pese a la brutalidad de los medios elegidos para ello. En 1933 un nuevo gobierno de Estados Unidos, el de F. Delano Roosevelt, buscó poner fin a la crisis permanente en que había desembocado el régimen de Machado; a mediados de año una revolución militar expulsaba al dictador, y ponía fin no sólo a un gobierno sino a una etapa en la historia de Cuba.

Ya en 1933, en efecto, la vinculación entre las insuficiencias de la vida política cubana y la dependencia de Cuba respecto de su metrópoli, era universalmente advertida; las consecuencias negativas que derivaban de la dependencia total de la economía cubana respecto a la estadounidense también lo eran.

En 1927, en un estudio destinado a hacerse célebre, *Azúcar y población en las Antillas,* Ramiro Guerra y Sánchez profetizaba para Cuba un futuro comparable al de las West Indies; colonia de plantación de una metrópoli que producía ella misma el azúcar que era la única riqueza cubana, un futuro de miseria creciente parecía ser la prolongación verosímil de los desarrollos que ya se estaban viviendo en la gran isla antillana.

Las consecuencias políticas de la afirmación de la hegemonía norteamericana se hacían sentir simultáneamente en un marco más amplio. En primer lugar, en **Puerto Rico**, transformada por la paz de París en posesión de Estados Unidos, y arrasada en su economía por el impacto de la nueva metrópoli, que significó el triunfo del azúcar sobre el café, transformada en su estructura demográfica por una explosión provocada en parte por las enérgicas campañas sanitarias de la administración norteamericana, sometida a una política educativa y cultural que combatía el analfabetismo creando un aparato enseñante que usaba como lengua propia el inglés.

Frente a esta situación colonial las respuestas abarcaron desde el estadismo (partidario de la incorporación de Puerto Rico a Estados Unidos) pasando por el autonomismo hasta el independentismo. Pero por el momento esos movimientos conmovían tan sólo a sectores de clase alta y media urbana, que por otra parte dependían en muy alta medida de la metrópoli (que enfrentó, por su parte, las disidencias con medidas represivas); la eficacia de estos movimientos fue entonces muy restringida; más exitosa fue, en cambio, la resistencia contra las pautas culturales del país dominante; pese a las transformaciones impuestas al modo de vida portorriqueño desde 1898, Puerto Rico seguiría siendo un país hispánico.

Mientras Cuba y Puerto Rico son sometidos a la tutela directa de Estados Unidos, el resto del Caribe y Centroamérica continental comienzan a vivir más plenamente las consecuencias políticas de la hegemonía económica y militar norteamericana. En particular **Nicaragua** y Santo Domingo pudieron sen-

tirlas. En Nicaragua el interés de Estados Unidos se vinculaba con la posibilidad de abrir allí un canal alternativo al de Panamá; en 1907 contribuyeron a expulsar al dictador liberal Zelaya y desde 1912 una guardia de la legación norteamericana, constituida por infantes de marina, sirvió de apoyo al predominio del partido conservador nicaragüense, que en 1916 concedía a Estados Unidos la autorización necesaria para construir, cuando lo creyera oportuno, el nuevo canal, a cambio de tres millones de dólares, destinados sobre todo a pagar las deudas internacionales de Nicaragua. En 1924 se retiró la guardia de la legación y estalló la guerra civil, concluida instalando en el poder a un nuevo presidente conservador, mantenido en él, ante el hostigamiento de la oposición, por fuerzas militares norteamericanas.

En esa guerra se hizo célebre un jefe de guerrilleros, el general Sandino, capaz de jaquear tanto a la guardia nicaragüense como a las tropas de ocupación; ante su resistencia, y a fin de liquidar el episodio nicaragüense, Estados Unidos se resignó finalmente a admitir a un presidente liberal en 1928. En 1933 Sandino era asesinado; aun más importante era que la guardia nacional hubiese sido armada y reorganizada durante la lucha por el ocupante; gracias a la superioridad militar de ese cuerpo, su comandante, el general Anastasio Somoza, responsable de ese asesinato, iba a conservar hasta su muerte un papel dominante en la política nicaragüense, y la hegemonía norteamericana pudo perpetuarse por ese medio más indirecto y apenas menos escandaloso.

En **Santo Domingo,** la intervención directa norteamericana comenzó en 1916, cuando un presidente dominicano llamó a tropas estadounidenses para preservar la paz interior; bajo la égida de los ocupantes fue reemplazado por el doctor Henríquez y Carvajal, que por su parte se negó a ratificar un tratado que ponía en manos de los Estados Unidos la percepción de las rentas aduaneras, y bajo su asesoramiento las finanzas y la defensa nacional dominicana. Los ocupantes respondieron confiscando esas rentas y poniendo sitio financiero al gobierno por ellos instalado. Como no lograran vencer la resistencia de éste, lo reemplazaron por una administración militar directa, concluida en 1922. También aquí la herencia de la ocupación fue la creación de una guardia nacional más poderosa y mejor organizada de lo que había sido habitual en América Central; en 1930 el general Rafael Leónidas Trujillo, con la adhesión de ese cuerpo, logró hacerse presidente de la República Dominicana.

En el resto de Centroamérica la presencia norteamericana no iba a hacerse sentir del mismo modo; allí contribuyó, a lo sumo, a favorecer lo que llamaba la estabilidad política, que en palabras más pobres se traducía en la estabilidad de regímenes autoritarios; esta misma tendencia, por otra parte, era también favorecida por el desarrollo de la economía y la sociedad centroamericanas. En **Guatemala,** la dictadura de Manuel Estrada Cabrera duró desde 1898 hasta 1920; sus vencedores atenuaron los rasgos tiránicos que el estilo político guatemalteco había adquirido durante su largo reinado; pero en 1930 iba a comenzar una nueva y larga dictadura, la del general Ubico... En **Honduras** la inestabilidad era la norma; sólo en 1932 iba a instalarse, sobre la ruina de más efímeras hegemonías militares, la dictadura del general Carias; en **El Salvador,** del mismo modo la evolución hacia dictaduras estables sólo maduró luego de 1930; tampoco aquí la anterior inestabilidad había significado necesariamente una atenuación de los rasgos dictatoriales.

Más sólidamente enraizado estaba el autoritarismo en **Venezuela;** luego de las alternativas que siguieron a la caída de Guzmán Blanco, entre las que no faltó un efímero triunfo legalista, en 1899 se impuso, en breve guerra civil el general Cipriano Castro; con él triunfaba un nuevo grupo depositario del poder político y militar: el de los oficiales andinos, que habían seguido al nuevo gobernante en una verdadera conquista del país por sus milicias de pastores. Así el oeste andino ganaba la hegemonía, para no perderla por casi medio siglo. Cas-

tro –recibido con el entusiasmo algo forzado que la elite caraqueña mostraba a sus sucesivos dominadores– se mostró dispuesto a proseguir, a su manera algo errática, la modernización de Venezuela; el culto por el progreso y la orientación laica continuaban en las primeras etapas de la Venezuela andina las tendencias de la época anterior. Al mismo tiempo el nuevo gobernante, surgido de las aisladas tierras montañesas, advertía menos bien que sus predecesores la importancia del lazo con las nuevas metrópolis; se dejó llevar sin alarma excesiva al conflicto con Gran Bretaña, Alemania e Italia; salvado de sus peores consecuencias por la mediación algo tardía de Estados Unidos, no vaciló en enfrentar otro conflicto, esta vez con Holanda, a la que acusaba de tolerar que su posesión de Curazao se transformarse en base para los adversarios del Gobierno venezolano. Holanda no era, sin duda, una gran potencia; respondió, sin embargo, con ataques navales y bloqueo de las costas. En pleno conflicto, Castro debió alejarse de Venezuela a buscar en Alemania cura para sus males; el menudo montañés resistía mal las consecuencias de nueve años de residencia en su Capua caraqueña. Dejó en custodia el poder a su fidelísimo y algo limitado vicepresidente, el general Gómez; éste, que esperaba su momento, hizo sus paces con los acreedores y las potencias alarmadas por los excesos de temperamento de Castro; en 1909 se instalaba en el gobierno, para mantenerse en él hasta su muerte.

El régimen de Gómez iba a llegar a ser, en la primera posguerra, algo así como el *ideal-typus* de la dictadura latinoamericana. Nada faltaba en él, ni el respeto a las formas legales (Gómez abandonaba periódicamente la presidencia en manos de hombres sabiamente elegidos, y vigilados de cerca) ni la extrema ferocidad frente a los disidentes, ni una ferocidad análoga para custodiar el orden interno y la disciplina de trabajo, ni el espíritu servicial frente a potencias e inversores extranjeros, ni la corrupción del elenco gobernante, ni la fiebre de progreso traducida en carreteras y plantas de mejoramiento sanitario. Durante la época de Gómez avanzó en Venezuela

la extracción de petróleo, que pasó de un millón de barriles en 1920 a más de ciento cincuenta quince años más tarde. El petróleo estaba comenzando a cambiar la vida de Venezuela según líneas que no eran nuevas en Latinoamérica: la prosperidad afectaba directamente a sectores urbanos de actividad secundaria y terciaria; la producción primaria iba, por el contrario, a perder importancia, salvo en el rubro que pasaba a ser dominante (y que en este caso absorbía sólo una parte pequeña de la mano de obra disponible). Aun un cambio tan limitado debía tener consecuencias en el equilibrio político de una Venezuela dominada por la envejecida *clique* de oficiales andinos; sólo los alcanzaría, sin embargo, luego de la muerte de Gómez, ocurrida en 1935 y acompañada de una explosión de salvaje alegría popular.

Las tierras centroamericanas y Venezuela, dominadas por soluciones dictatoriales de base militar, muestran, sin duda, en esta etapa grandes diferencias. Notemos, sin embargo, un elemento común: la abundancia de las crisis productivas, la aparición tardía de los rubros de producción que se hacen dominantes, a veces la conquista de una parte de la tierra fértil por inversores extranjeros confluyen para provocar un debilitamiento de los grupos oligárquicos tradicionales; Cuba, en rigor no los tiene ya hacia 1930; en Santo Domingo, en Venezuela, en parte de Centroamérica continental estos grupos sobreviven a la pérdida de la mayor parte de su poder.

En otras comarcas latinoamericanas las oligarquías se defienden mejor; aquí el modelo de la república nominalmente democrática y de hecho aristocrática se conserva también mejor.

Es en primer término el caso de **Brasil.** Sin duda la instauración de la república había significado un aumento de poder del ejército, protagonista de la revolución triunfante, y su gravitación se hizo sentir durante toda la historia republicana de Brasil. Pero hasta 1930 ésta se dio en el marco de una política dominada por los sectores influyentes en los distintos esta-

dos, que formaban ahora en el Partido Republicano, el único con gravitación real en la vida política brasileña; las clientelas rústicas de los *coroneles*, dominaban más aun que las de las oligarquías urbanas la elección de los cuerpos representativos. Entre 1891 y 1894 gobernaron sucesivamente los jefes militares de la revolución, Deodoro da Fonseca y Floriano Peixoto; luego del fracaso de esta experiencia de gestión directa, en medio de la guerra civil fue elegido presidente el político paulista Prudente de Moraes, reemplazado en 1898 por otro político del mismo estado, Campos Salles; en 1902 era un tercer político del estado hegemónico, Rodrigues Alves, quien sucedía a Campos Salles... Fue necesaria una coalición de clientelas políticas de los demás estados para poner en el Gobierno federal, en 1906, a Affonso Penna, oriundo de Minas Gerais. Muerto Penna, la lucha por la sucesión fue por primera vez acompañada de alguna participación popular: Ruy Barbosa, el tribuno que había preparado el triunfo de la república para quedar excluido en sus elencos gobernantes, alzaba ahora su candidatura contra la del mariscal Hermes de Fonseca, sobrino del fundador militar del régimen y heredero de su predicamento en el ejército. La victoria del candidato militar, a cuyo servicio obró el poder del Estado, dejó una secuela de tensiones allanadas, sin embargo, cuando Barbosa y sus adictos apoyaron, en 1914, a un candidato de unión nacional, Braz, seguido cuatro años después por otro, el veterano Rodrigues Alves. Al morir éste, Barbosa intentó de nuevo oponer su nombre al del candidato oficial; de nuevo fue vencido por la implacable máquina oficial...

En 1922 fue elegido presidente Artur Bernardes, un político de Minas Geraes que debió enfrentar una suerte de veto militar, pronunciado por Hermes da Fonseca. Su gobierno fue agitado por la oposición de los dirigentes veteranos del ejército; lo fue aún más por una rebelión de oficiales jóvenes, los *tenentes*, que en 1924 se levantaron en favor de una ampliación del régimen, incapaz de superar espontáneamente su marco oligárquico. El movimiento pudo ser sofocado; entre sus dirigentes se encontraba Luis Carlos Prestes, futuro jefe del comunismo brasileño; se encontraban también otros oficiales que tendrían trayectorias menos insólitas y que alcanzarían a gravitar sobre el ejército y la política brasileña en las décadas siguientes.

En 1926 alcanzó la presidencia, por el procedimiento habitual, el paulista Washington Luis Pereira da Souza. Para su sucesor intentó imponer al también paulista Julio Prestes; ello alentó a elementos de los estados marginales del Norte y del Sur a utilizar el descontento que en los políticos de Minas Gerais provocaba el retorno al monopolio paulista de la presidencia para romper la continuidad de la hegemonía del Brasil central. La Alianza Liberal presentó por candidato a la presidencia a Getulio Vargas, político que había sido ya gobernador de Río Grande do Sul y hombre de confianza de uno de los grandes electores de la república oligárquica, el también riograndense Borges de Medeiros. Prestes venció; una revolución fue la respuesta de los derrotados; luego de quince días de desganada resistencia las fuerzas militares invitaron al presidente saliente a abandonar el país y colocaron en su lugar, como presidente provisional, a Getulio Vargas.

El desenlace fue, como todas las etapas anteriores en la historia de la república oligárquica brasileña, un drama interno a los sectores gobernantes. El triunfo de Vargas no debía significar necesariamente el fin del sistema. Si lo trajo fue porque éste había agotado ya sus posibilidades y porque, por añadidura, el jefe de la revolución lo advertía muy bien y adivinaba también qué posibilidades nuevas le ofrecía la nueva situación brasileña.

Por otra parte, aun en sus momentos más exitosos, la república brasileña no había conocido la relativa solidez de la argentina. Un federalismo más arraigado condenaba a la penuria crónica al poder central; las consecuencias negativas de la dependencia de un rubro de exportación casi único –el café– se hicieron sentir, por añadidura, en Brasil ya mucho antes de la crisis de 1930. La democratización era, además, una posibi-

lidad sólo a medias practicable en Brasil: el predominio de una población rural que sólo a través de cambios sociales, por el momento impensables, hubiese podido liberarse de la tutela política de las clases terratenientes hacía que las consecuencias previsibles de la democratización del sufragio fuese la confirmación de la hegemonía de las oligarquías rurales. Luego de la crisis, que agravaba las dificultades de la economía brasileña, la búsqueda de una nueva base política, iniciada más tardíamente que en los países australes, debía buscar también canales distintos, capaces de dar a los sectores dispuestos a buscar una salida para la *impasse* de la economía nacional una gravitación mayor no sólo que la que habían alcanzado bajo la república oligárquica, sino también que la que hubiese derivado del empleo sincero del sufragio universal.

En la América española la república oligárquica conservó toda su pureza en **Colombia** y arraigó en esta etapa con inesperado vigor allí donde antes se había implantado mal: en las naciones mediterráneas sudamericanas, en Bolivia y Paraguay. En Colombia la conversión de Núñez había dado un jefe y un programa al conservadurismo; le había devuelto además el poder político, que iba a conservar hasta 1930; entre 1899 y 1903 ese poder le fue disputado en una salvaje guerra civil, la de los mil días, que causó millares de víctimas y deshizo además la economía y las finanzas colombianas. Los partidos oligárquicos revelaban de nuevo que podían en Colombia movilizar en su séquito masas populares muy amplias, sin por ello perder su carácter. Esa calamidad y la secesión de Panamá que iba a seguirle, hicieron nacer por un momento fugaz en las elites colombianas la duda sobre la validez de las tradiciones políticas a la vez belicosas y refinadas de las que se sentían habitualmente orgullosas; el general Rafael Reyes, un conservador partidario de la reconciliación de los partidos que, con la colaboración de Uribe Uribe, el gran caudillo de la revolución liberal, estaba creando un ejército a la vez nacional y profesional, instalado en la presidencia en 1904, se propuso remodelar la vida política sobre el modelo del

México porfiriano. En 1909 su permanencia en el poder, que una reforma constitucional había hecho posible, se vio impedida por protestas que tuvieron por teatro a la capital y por protagonistas a jóvenes universitarios reclutados en las familias dominantes en ambos partidos; como ya había ocurrido medio siglo antes y volvería a ocurrir medio siglo después, la inflexión autoritaria provocada por los desvaríos de los refinados *gentlemen and scholars* que capitaneaban los partidos colombianos se veía frustrada por la reconciliación de éstos en un esfuerzo común por salvar las instituciones.

El desenlace fue la inmediata dimisión y alejamiento de Reyes y un implícito armisticio entre los partidos: por veinte años los conservadores no iban a ver seriamente disputado su control de la presidencia y lo esencial del poder estatal, mientras el liberalismo dejaba de sufrir persecuciones facciosas y ganaba acceso a posiciones políticas de influjo limitado. El predominio de un partido conservador que quiere ser, ante todo, la expresión política del catolicismo se adecua muy bien al temple colectivo reinante en una etapa de perezoso cambio económico y social.

A partir de la primera postguerra el clima económico social comienza a cambiar: en 1921 un tratado con Washington cierra el contencioso abierto por la secesión de Panamá por iniciativa norteamericana, y Colombia se lanza con avidez al mercado financiero de Nueva York, que le había estado vedado hasta entonces. En particular desde 1926, durante la gestión presidencial de Miguel Abadía Méndez, la política fiscal estimula la aceleración de la expansión económica con un ambicioso plan de obras públicas que ofrece un eco atenuado de los implementados en Perú y Chile, con recursos también aquí obtenidos del crédito y las inversiones norteamericanas. El impacto de la expansión económica, que se apoya también en el del café, que gana terreno en los mercados ultramarinos gracias a la política de protección de precios mediante retención de ventas adoptada por Brasil, tiene efectos ambiguos: suben los salarios y crece la participación de sectores popula-

res en el consumo de productos industriales e importados, pero la mayor demanda y la diversión de recursos de la agricultura que produce alimentos básicos pone fin a la estabilidad de precios. Más que ésta, es la de la sociedad colombiana la que buena parte de la opinión conservadora ve amenazada por el activismo del gobierno de su partido; el desencadenarse de la crisis económica acrece la oposición a éste, tanto en filas conservadoras como liberales.

Ante un conservadurismo profundamente dividido, el arzobispo de Bogotá, a quien la costumbre concede voz decisiva en la elección del candidato a la sucesión presidencial, prepara la de 1930 con pulso tan inseguro que viene a hacer inevitable la postulación de dos candidatos rivales, que ha buscado precisamente evitar. El liberalismo considera llegada la hora de salir de su consentida marginación del poder y postula al embajador en Washington, Olaya Herrera, un moderadísimo liberal que gracias al apoyo que otorgan a su candidatura algunas grandes figuras conservadoras puede presentarse al electorado como candidato nacional y suprapartidario.

La entrega pacífica del poder al partido rival fue celebrada como un signo de la ya consumada consolidación de las instituciones colombianas; ella no importó por cierto el acceso al poder de sectores sociales nuevos; si bien el liberalismo parecía cada vez más sensible a la presencia creciente de éstos, seguía tan dominado como su rival por las alianzas y rivalidades de las grandes dinastías bogotanas y provinciales, y la estabilidad de ese dato esencial se vinculaba con la supervivencia de ciertos rasgos arcaicos en la estructura nacional de Colombia, que la reciente era de cambios que no había logrado afectar más que superficialmente. Entre ellos seguían contando la compartimentación regional, el predominio rural, la multiplicidad de centros urbanos que sólo lentamente eran dejados atrás por el crecimiento de la capital y, sobre todo, la vinculación desigual de las distintas regiones con el mercado mundial. Pero –aunque lentamente– esos rasgos estaban perdiendo relieve y los días de vigencia indisputada de la repú-

blica oligárquica estaban sin duda contados también en Colombia.

En **Paraguay** la afirmación de una clase terrateniente poderosa (si tiene raíces coloniales y postcoloniales que los historiadores paraguayos prefieren a menudo ignorar) se da sobre todo luego de la derrota de 1870; a partir de ella Paraguay se orienta hacia el mercado exterior: cueros destinados a Europa; tabaco y yerba para el más cercano mercado rioplatense. Esto sin contar con los productos del Chaco paraguayo (maderas, tanino), sólo nominalmente incorporados a la economía nacional, pues son explotados por compañías extranjeras (inglesas y argentinas) con vistas a mercados extranjeros, usando puertos privados y una flota fluvial también extranjera. La política paraguaya comenzó por estar dirigida por jefes militares veteranos de la guerra contra la Triple Alianza, ahora al servicio de la política brasileña; entre ellos se destacó el general Caballero, fundador del partido colorado, que iba a gobernar Paraguay durante un tercio de siglo; el triunfo de un partido de oposición –el liberal– es un hecho del siglo XX.

Ni el coloradismo ni el liberalismo (llegado al poder por vía revolucionaria) estaban dispuestos a convivir ordenadamente con fuerzas opositoras; tampoco hubieran podido hacerlo sin grave riesgo para su poderío: ni uno ni otro sector contaban con participación popular, sino en condición de séquito de dirigentes de elite; la vida partidaria, concentrada en éstos, se acompañaba de las disensiones y desgarramientos propios de organizaciones que conservaban en parte el carácter de *clique*. El liberalismo se presentó con un programa modernizador y cautamente antimilitarista; de hecho, su triunfo fue el de la influencia argentina sobre la brasileña; bajo su égida los progresos políticos fueron en extremo modestos, y el estado de sitio fue tan empedernidamente aplicado como bajo los gobiernos colorados.

En **Bolivia** el surgimiento de un sistema de partidos es tardío, ya que avanza en la estela del renacimiento minero; a partir de

la guerra del Pacífico el de la plata tiene reflejo político directo en la instalación en el poder de una oligarquía que se proclama conservadora, encabezada por los grandes empresarios bolivianos de explotaciones hechas posibles por la inversión y el crédito chilenos.

La transición al liberalismo se da en el marco de la decadencia de la plata y el ascenso del estaño, cuyos grandes empresarios (el mayor de ellos, Simón Patiño, es un mestizo oriundo de la cuenca minera misma) no ocuparán en la cumbre del estado las posiciones de sus predecesores, los patriarcas de la plata. Ellas las llenarán primero los jefes militares de la rebelión que en 1900 expulsa a los conservadores, movilizando el descontento indio ante las amenazas crecientes a las comunidades y el de la ciudad de La Paz, este principal centro urbano del país que tolera cada vez peor su subordinación política a Sucre. Luego de su victoria, las grandes espadas del liberalismo utilizarán el poder para satisfacer los reclamos paceños, pero también para aplastar la protesta india contra la liquidación de las tierras comunitarias, de la que son a la vez entusiastas propulsores y principales beneficiarios y serán sólo paulatinamente reemplazados al frente del Estado por una oligarquía urbana negociante y terrateniente que pronto se divide contra sí misma, disputándose la adhesión del país legal, ese quinto de la población que habla español y está incorporado al mercado internacional. Para el sector de la nación que vive en el ritmo del mundo, el estaño adquiere importancia creciente; el estaño son las grandes compañías que dominan la minería y la exportación; éstas -de origen boliviano- se han integrado en el aparato financiero metropolitano y controlan también las refinerías instaladas en ultramar. El estaño son también los distritos mineros, donde trabajadores indígenas se han concentrado por decenas de miles y se hacen recomendables por el momento por su sumisa disciplina. En Bolivia, como en pocas otras comarcas latinoamericanas, se hace sentir el predominio económico, social, político de los que dominan el único rubro exportable realmente significativo: la rehabilitación de las elites urbanas se paga al precio de una extrema docilidad frente a esos intereses, y el aparato institucional más refinado que la Bolivia del siglo XX opone a la tosquedad de la vida política en la centuria anterior es un velo excesivamente transparente para esa situación básica.

La solución política que se da en Bolivia es posible sólo gracias a la división radical del país, la mayor parte del cual vive -como se dice- al margen de la historia, gracias también a que a lo largo del siglo XIX las elites urbanas han aprendido, a través de muy duras experiencias, a ser modestas en sus pretensiones. En todo caso, el orden de la Bolivia del estaño, por injusto que aparezca, puede mantenerse, por el momento, sin enfrentar oposiciones temibles y hace, por lo tanto, innecesaria una gravitación militar demasiado intensa.

Como Venezuela ofrecía un ejemplo de manual de la dictadura militar, Bolivia lo ofrece de la república oligárquica en la época de madurez del sistema neocolonial. Estos ejemplos son, como suele ocurrir, menos frecuentes que los casos más complejos y de menos fácil reducción a esquema. Uno y otro (y también los más numerosos casos intermedios) llevan en común, pese a todas las oposiciones y diferencias, la huella de un cambio que afecta a la entera Latinoamérica en esta etapa: dictaduras y oligarquías son cada vez más las emisarias políticas de las fuerzas que gobiernan a Latinoamérica, y que cada vez la gobiernan más desde fuera. Se ha señalado ya cómo la continuación del crecimiento latinoamericano tuvo como precio una redistribución del poder entre los sectores dominantes locales y extranjeros, en beneficio de estos últimos. Pero esa redistribución no era sino un aspecto de una transformación más amplia: a medida que Latinoamérica se incorporaba como área dependiente al sistema económico que se estaba haciendo mundial, se hacía más vulnerable a las crisis generales de ese sistema. En 1929 comenzó la más devastadora de todas esas crisis; de ella y sus consecuencias el lazo neocolonial no iba a recuperarse nunca; agotado en sus posibilidades, no por eso ha sido reemplazado por un nuevo modo de inserción de Latinoamérica en el mundo.

Tercera parte
Agotamiento del orden neocolonial

Capítulo 6
La búsqueda de un nuevo equilibrio (1930-1960)

1. Avances en un mundo en tormenta (1930-1945)

La crisis mundial abierta en 1929 alcanzó de inmediato un impacto devastador sobre América latina, cuyo signo más clamoroso fue el derrumbe, entre 1930 y 1933, de la mayor parte de las situaciones políticas que habían alcanzado a consolidarse durante la pasada bonanza. Lo que no fue de inmediato evidente es que esa crisis no se distinguía de anteriores accidentes en el camino tan sólo por su intensidad sin precedentes; que por el contrario inauguraba una nueva época en que las soluciones que con tanta dificultad habían permitido a Latinoamérica incorporarse a una economía que se estaba haciendo mundial habían perdido eficacia. Sólo paulatinamente iban a descubrir también los latinoamericanos que el retorno a la normalidad no estaba a la vuelta de la esquina, y que por el contrario les sería preciso avanzar, durante una etapa de duración imprevisible, por mares nunca antes navegados.

Si para quienes vivieron la catástrofe, ésta se había originado en un accidente en el centro mismo de la economía mundial, que le impedía seguir desempeñando el papel de polo industrial y financiero en la relación que había permitido la

expansión de la economía primario-exportadora, retrospectivamente aparece claro también que ese accidente venía a anticiparse a un agotamiento paulatino de las posibilidades de esa línea de avance, cuyos signos premonitorios podían descubrirse ya en el decenio anterior a la crisis.

Apenas se revisa desde esa perspectiva póstuma el curso de la economía latinoamericana a partir de la primera postguerra se descubre cómo más de uno de los rubros que dieron vigor a la economía exportadora parece haberlo perdido por entero (es el caso del azúcar desde Cuba a Perú), o haber por lo menos abandonado su claro rumbo ascendente (es el de la ganadería y agricultura rioplatenses, que sin duda alcanzan sus más altos niveles históricos, pero en medio de oscilaciones más erráticas que en el pasado), o aún deber su supervivencia a los subsidios que le prodiga el Estado (es, se recordará, el del café brasileño o el salitre chileno).

Mientras los cimientos del orden económico latinoamericano se tornaban más endebles, él adquiría una complejidad nueva; en los países mayores la industrialización realiza avances significativos, gracias a la ampliación de la demanda local sostenida por el previo avance de la economía exportadora, y hacia ella se vuelca una parte de la inversión extranjera que antes se atenía al crédito al Estado y al sector primario y de servicios. El contraste entre la debilidad del viejo núcleo de la economía y la tendencia de ésta a expandirse más allá de él se traduce en un desequilibrio que sólo puede ser salvado gracias a créditos e inversiones provenientes de la nueva capital financiera, Nueva York; son ellos los que mantienen una pátina (y no sólo una pátina) de prosperidad para economías íntimamente corroídas como la brasileña, la cubana, la peruana o la chilena y hacen posible en el marco de otras menos afectadas, como la argentina, la uruguaya o la colombiana, introducir pautas de gasto y consumo de todos modos insostenibles con sus recursos ordinarios; y gracias a todo ello consolida por igual soluciones políticas de signo muy variado, que presiden a la distribución de los frutos de esa efímera prosperidad, y serán casi siempre incapaces de sobrevivir apenas ésta se disipe.

Si todo esto es cierto, la reacción de los contemporáneos que asignaba el papel decisivo a la crisis mundial no parece por ello errada: esa crisis redefinió radicalmente los términos en que esos problemas que venían ya madurando debieron ser encarados. Sus consecuencias fueron -se recordará- el derrumbe del sistema financiero mundial, que vino a consumarse sólo en 1931, y una contracción brutal de la producción y el comercio, que se reflejó en sólo los tres años que siguieron a 1929 en una disminución del valor de los tráficos internacionales a menos de la mitad.

El derrumbe del sistema financiero significa desde luego la desaparición de la fuente de recursos que, a falta de otras, ha mantenido boyante a más de una economía latinoamericana durante la década anterior. Pero precisamente la amplitud de la catástrofe crea también consecuencias inéditas, que la hacen en otros aspectos menos grave que otras menos intensas. Ahora no es sólo Latinoamérica la que se descubre deudora morosa y arruinada; en la Europa devastada por la primera guerra mundial, y efímeramente reconstruida por el flujo poderoso de crédito norteamericano, la insolvencia es también un peligro muy real, y a veces más que un peligro, y la consecuencia es que el problema es contemplado desde los centros del sacudido orden económico mundial con espíritu más comprensivo que cuando sólo afectaba a países que no era seguro que fuese preciso tomar en serio.

Y aunque no hubiese sido así, la crisis del comercio internacional alejaba el peligro de que la desaprobación despertada por cualquier caída en la insolvencia financiera se expresase en sanciones concretas contra la nación culpable (la más obvia de ellas, la suspensión de nuevos préstamos, había sido privada de todo contenido por una situación en que éstos eran de todos modos inasequibles). En efecto, la caída de la economía productiva en los países centrales impulsaba a una búsqueda febril de mercados externos capaces de salvarla del colapso,

que obligaba a prescindir de las exclusivas fundadas en los deslices financieros de las naciones que podían proporcionarlo.

Pero si ello permitía eliminar de entre los problemas urgentes a los creados por la deuda pública acumulada en la década anterior a la crisis, esos problemas no dejaban por eso de ser angustiosos. Por la mera desaparición del crédito extranjero, el desequilibrio financiero se ha agravado dramáticamente, y paralelamente ha surgido uno comercial potencialmente aún más peligroso. Gobiernos que han perdido una parte importante de sus recursos previos al derrumbe económico se transforman así en espectadores de un cataclismo cuya magnitud misma exige de ellos una participación activa en la búsqueda de modos de paliarlo. Las líneas de acción que esos gobiernos irán desarrollando van a reflejar muy bien las múltiples dimensiones de la crisis que se ha desencadenado.

Ésta no sólo ha provocado una disminución brutal del volumen del comercio mundial; como consecuencia de ella puede dudarse además de que la noción misma de mercado mundial conserve sentido; con economías nacionales en constante riesgo de ser ahogadas por el colapso de sus mercados externos, los Estados Unidos terminan por ser la única gran potencia económica que (salvo para algunos contados rubros) maneja su comercio internacional en ese marco que parece súbitamente obsoleto (aunque adoptando normas tan extremadamente proteccionistas que no dejan de acelerar la contracción comercial); mientras las europeas continentales se orientan una tras otra hacia acuerdos bilaterales que les permiten asegurar mejor la reciprocidad en el intercambio comercial, la inconvertibilidad de la esterlina, tiene desde 1931 consecuencias análogas en cuanto al área de influencia británica.

Ese nuevo orden mercantil hace del Estado el agente comercial de cada economía nacional, pero bien pronto la coyuntura le impone funciones aún más vastas. Por feliz que sea la gestión del comercio exterior, ésta sólo podrá hacer asequibles importaciones que serán una fracción de las que antes de la crisis habían sido normales; la demanda se adapta mal a esa

nueva situación, y tocará al Estado racionar esos recursos demasiado escasos, no sólo para evitar la agudización de conflictos entre empresas y sectores económicos, sino para asegurarse de que esos recursos se volcaran de la manera económicamente más provechosa, objetivo particularmente urgente en una economía que por otra parte permanece al borde del colapso.

Así el Estado para insensiblemente de administrar arbitrios financieros de urgencia (para lo cual debe ya adoptar políticas monetarias inéditas, que le dan también en este campo atribuciones inimaginables hasta la víspera) a encarar, utilizando esas atribuciones nuevas, políticas destinadas a atacar las dimensiones económicas de la crisis, por ejemplo, canalizando las importaciones hacia sectores de la economía que al utilizarlas ampliarán el empleo (para lo cual impondrá desde tipos de cambio múltiples para los distintos rubros de exportación e importación hasta un racionamiento de divisas mediante permiso previo para cada transacción individual). Con ello no hará sino reaccionar ante una peculiaridad de la reacción de los precios ante la crisis, que es decisiva para América latina: todos ellos sin duda bajan, pero esa baja es menor en los de productos industriales que en los de la minería, y sobre todo que en los de la agricultura; esa discrepancia es la contracara de la que se da en cuanto a los volúmenes de producción; mientras la industrial se contrae salvajemente, la minera le sigue a distancia y en la agricultura no faltan casos de productores desesperados que intentan contrarrestar las consecuencias que para ellos tiene el derrumbe de precios buscando aumentar la producción.

El resultado es un nuevo deterioro en los términos de intercambio para países que, como los latinoamericanos, se han especializado en la provisión de productos primarios; las ventajas comparativas que en el pasado han hecho atractiva esa especialización están siendo borradas por esa nueva relación de precios, y ello mismo invita a reorientar a una actividad industrial antes menos prometedora los abundantes recursos

humanos y los mucho más escasos de capital que encuentran ahora menos hospitalario al sector primario.

Pero esta alternativa tardará en diseñarse con claridad; el primer resultado de la crisis en un colapso del mercado interno para los bienes de consumo que ya no será posible seguir importando, y mientras ese mercado no presente signos de reactivación la industrialización por sustitución de importaciones, que aparecerá retrospectivamente como la respuesta a la crisis, no tendrá ocasión de implantarse. Mientras ello no ocurra, queda una tarea más urgente para el Estado: evitar que las reacciones instintivas de los productores primarios ante la catástrofe venga a agravarla, al agravar la plétora de bienes exportables. Para ello le será preciso intervenir por vía autoritaria, fijando precios oficiales y cupos máximos de producción, y organizando la destrucción de lo cosechado en exceso, no siempre previa indemnización a los productores.

En los estados de organización más madura esas funciones nuevas se traducen en un más complejo aparato económico y financiero, que abarca desde juntas reguladoras para cada una de las grandes ramas de producción primaria hasta bancos centrales o su equivalente, que concentran el contralor de los contactos comerciales y monetarios con el mundo exterior; aun en los de estructura más rudimentaria, la ausencia de esos órganos específicos no impide que el Estado asuma las mismas funciones cada vez que ello se hace ineludible. Esta desaforada expansión de las funciones del Estado, en abandono de los principios que habían guiado hasta la víspera su acción económica, se dio en un clima en el cual, si la controversia en torno a las medidas tomadas desde el poder en uso de esas nuevas atribuciones fue a menudo agria, la expansión del poder estatal a esas áreas nuevas fue aceptada con una ecuanimidad que reflejaba muy bien la conciencia ya universal de la gravedad de la emergencia que se estaba viviendo.

Eran la hondura de la catástrofe y la inseguridad profunda acerca del rumbo de la economía mundial las que hacían que los sectores de intereses no sólo estuviesen dispuestos a acoger sin protesta la intervención del Estado en áreas de las que en el pasado habían preferido verlo ausente, sino también a admitir que ese Estado carecía ya de los recursos que en el pasado le habían permitido usar la subvención como recurso de gobierno preferible al acto de imperio. Es ilustrativo comparar la reacción de los plantadores brasileños frente a la política de fomento en la década del veinte y en la siguiente; mientras en la primera utilizaron al máximo los beneficios de un sistema de subsidios cuya ruina aceleraron con su propia avidez, y su indignación no conoció límites cuando el Estado se declaró impotente para seguir costeándolo, ahora sabían inclinarse ante la necesidad de limitar la producción y agradecer y admirar la eficacia con que el gobierno brasileño jugaba en el nuevo tablero del comercio internacional, para encontrar todavía desemboques para sus cosechas a precios que antes de 1929 hubiesen considerado insultantes.

Si el impacto negativo de la crisis de 1929 afectó a toda Latinoamérica (la única excepción significativa la ofreció Venezuela, donde ella introdujo sólo una mínima inflexión en el ritmo ascendente de la producción petrolera que ahora dominaba su sector exportador), la rehabilitación que se hizo evidente a partir de 1935 marginó en cambio a los países más pequeños.

La razón para ello se encuentra en que la industrialización, elemento ahora esencial de la reactivación económica, requiere para ser viable que el mercado nacional haya alcanzado una cierta dimensión, por debajo de la cual sería simplemente incapaz de sostenerla; así, para más de un país centroamericano y aun otros, como Ecuador, cuya población más numerosa mantenía niveles de consumo muy bajos o estaba mal integrada al mercado, el impacto de la caída de los volúmenes y precios de sus exportaciones no iba a encontrar atenuantes. Pero los países grandes (México, Brasil, Argentina) y medios (Chile Perú, Colombia) y aun alguno pequeño pero de nivel de vida excepcionalmente alto, como Uruguay, iban a vivir en la segunda parte de la década de 1930 una rehabilitación que in-

cluiría avances significativos en la diversificación de su estructura económica (las excepciones son aquí el ya evocado oasis de prosperidad exportadora que era Venezuela, y Cuba, que sólo logró salvar el acceso al mercado norteamericano para su azúcar eliminando todas las barreras a las importaciones de su gran vecino).

Esas rehabilitaciones alcanzan éxito variable, pero en casi todos esos países el impacto de la depresión es más breve y ligero que en los del centro industrial del mundo, y en particular Brasil y Argentina se ofrecen hacia 1937 como brillantes excepciones en un cuadro mundial todavía sombrío (será esta quizá la última vez en que la gestión económica de un gobierno argentino reciba el espaldarazo de un economista de la talla de Keynes, para quien ese éxito se debe a la aplicación de soluciones cercanas a las que él preconiza para sacar a la economía mundial de su marasmo).

La industrialización comienza, como tantas otras, en el sector de bienes de consumo: alimentos y bebidas, textiles, algunos rubros de modestos requerimientos tecnológicos en la rama química y farmacéutica, y comienza a extenderse hacia la industria eléctrica liviana; en los primeros campos ella avanza sobre una base ya consolidada antes de la crisis, y por lo menos al comienzo utilizando la capacidad ociosa de fábricas establecidas durante la pasada prosperidad gracias a la inversión o al crédito extranjeros. En casi ninguna parte el avance industrial anterior a la segunda guerra alcanza a sustituir del todo las importaciones aun en esos rubros; la necesidad de los países periféricos de importar sobre todo bienes de capital y materias primas está limitada por la lentitud del crecimiento del parque industrial y contrarrestada por la tenacidad con que los países industriales buscan distribuir las ventajas derivadas del acceso a mercados externos entre todos los rubros de su economía, con preferencia por los más deprimidos; esta consideración se torna decisiva porque la política comercial de los países periféricos reconoce una más alta prioridad a la rehabilitación de sus exportaciones que a la expansión de su sector industrial, y el éxito paulatinamente alcanzado en el primer aspecto conspira contra el ritmo de avance en la sustitución de importaciones industriales.

Esa industrialización todavía parcial tiende a acentuar antes de atenuar las desigualdades en el crecimiento económico de las distintas regiones surgidas durante la expansión de exportaciones (que en el futuro seguirán acentuándose con cada nuevo avance del proceso industrializador). Se entiende por qué: la industrialización avanza allí donde se encuentran no sólo sus potenciales consumidores, sino su mano de obra disponible y sus futuros dirigentes, y todo ello lo ha de encontrar en las concentraciones urbanas más ligadas a la expansión del comercio interno e internacional, y en algunas que tienen además funciones administrativas; son entonces las áreas que en el pasado se han constituido en emisarias de las metrópolis ultramarinas las que (sin abandonar esa función) comienzan a esbozar una nueva como áreas metropolitanas de esa economía más cerrada en sí misma que la crisis está creando.

La segunda guerra mundial va a introducir de nuevo un cambio radical en el contexto externo en que deben avanzar las economías latinoamericanas, que en poco más de dos años (de septiembre de 1939 a fines de 1941) van quedando aisladas de la mayor parte de los mercados de Europa continental y Asia oriental, y deben afrontar la contracción progresiva del trasporte marítimo accesible al comercio ultramarino de América latina. Esta nueva situación va a ampliar aun más el papel del Estado en la orientación y control de la economía; a ello obliga entre otras circunstancias el nuevo régimen de comercio internacional, que se perfecciona luego de la entrada de los Estados Unidos en la guerra, y que agrega al racionamiento administrativo de los fletes aun disponibles para el comercio latinoamericano, por organismos dependientes en algunos casos del Gobierno norteamericano y en otros del británico, pero actuantes en nombre de ambos, la introducción de un monopolio de compras de todos los productos de interés para las Naciones Unidas en guerra (único interlocu-

tor comercial ahora accesible para América latina), cuya administración era confiada a otros organismos similares.

Es entonces comprensible que la segunda guerra mundial haya introducido en el comercio exterior de Latinoamérica perturbaciones aún más pronunciadas que la primera. Ella reaviva la demanda externa, que no se ha recuperado totalmente de las consecuencias de la crisis, pero ese efecto se hace sentir de modo muy desigual, y afecta más bien los volúmenes exportados que los precios (ya que, para eludir las consecuencias de la acrecida demanda y las del monopolio de ventas que la pérdida de otras áreas productoras había conferido para ciertos rubros a algunas naciones de América latina, las Naciones Unidas habían organizado un aun más rígido monopolio de compras). La situación es muy distinta en cuanto a la importación: ella satisface cada vez peor las necesidades de las economías latinoamericanas, afectada como está por la escasez de transporte y por la reorientación de la economía de los países industriales hacia la producción de guerra.

Ello crea en lo inmediato dificultades cuya seriedad varía de un país al otro: aquellos que no alcanzan –o apenas alcanzan– a producir los alimentos necesarios a su población, desde México a Chile, las sufren con particular intensidad. Para todos la combinación de un retorno a la prosperidad de por lo menos algunas ramas de la exportación (que les permite acumular reservas monetarias importantes, pero inmovilizadas hasta el fin de la guerra en Gran Bretaña y Estados Unidos) y aumenta el empleo y el ingreso, y el déficit de importaciones ofrece un estímulo más poderoso a la industrialización que el aportado diez años antes por la crisis; su avance ahora vertiginoso va acompañado del agravamiento en los rasgos negativos que el proceso había mostrado desde el comienzo: a las insuficiencias de una infraestructura que no se amplía se suman las fallas técnicas de las industrias mismas, creadas o ampliadas con medios de fortuna cuando es imposible importar maquinarias o herramientas de los países metropolitanos, y la ausencia de otras importaciones de éstos permite por otra

parte ignorar la incidencia de ese primitivismo tecnológico sobre el costo de producción.

Mientras dura la guerra, en efecto, éste último no impide que las industrias de los países mayores de América latina no sólo conquisten el mercado interno, sino avancen sobre el de exportación; en particular la brasileña no sólo encontró nuevos mercados en Hispanoamérica sino aun en las colonias africanas que sus metrópolis europeas eran ya incapaces de surtir. Para hacer esto posible esos países mayores (y aun algunos que no lo eran) buscaban suplir la escasez de fletes creando flotas nacionales (casi siempre por requisa de los barcos enemigos a los que la guerra había sorprendido en sus puertos); de nuevo, el transporte así asegurado no hubiera podido competir en volumen, precio y calidad de servicio con los ofrecidos en tiempos normales por las grandes potencias navieras, pero precisamente los tiempos eran todo menos normales.

El fin de la guerra encuentra así a una América latina cuya economía, salvo en algunos de los estados menores, no sólo ha borrado las consecuencias de la crisis, sino ha crecido en volumen y complejidad. A la vez se trata de una economía más radicalmente desequilibrada que en cualquier etapa del pasado, y ese desequilibrio no requiere para ser descubierto ningún análisis sutil de realidades económicas subyacentes y tendencias de avance sólo descifrables por analistas expertos; puede vérselo y tocárselo a través de la experiencia de vivir en ciudades en que el crecimiento demográfico e industrial ha creado un déficit energético que pronto las obligará, cuando las de Europa vuelvan a recobrar su brillo, a opacarlo a través de racionamientos cada vez más severos, y donde la concentración de los recursos en la lucrativa expansión industrial, en medio de un avance ahora más rápido de la urbanización, tiene su signo más clamoroso en la proliferación de barrios de barracas sin agua corriente ni electricidad, pero es sufrida también en sus consecuencias por una clase media acrecida en número y recursos por la industrialización, que halla difícil

mantener los niveles de vida a los que su ubicación en la sociedad le permite aspirar, como consecuencia de la carestía creciente de la vivienda y la escasez de servicios que considera esenciales.

En 1945, entonces, ha madurado universalmente una conciencia muy viva de que las economías latinoamericanas afrontan una encrucijada decisiva, que sus problemas viejos y nuevos se han agravado hasta un punto que hace impostergable una reestructuración profunda; a la vez no se deja de advertir que en medio de todos esos problemas las naciones latinoamericanas se han constituido por primera vez en su historia en acreedoras netas no sólo frente a una Europa en ruinas sino aun frente a unos Estados Unidos cuya gigantesca economía ha respondido al estímulo de la guerra con un gigantesco salto hacia adelante; esa situación inédita y la guía (que no se advertía hasta qué punto era engañosa) que la experiencia pasada ofrecía sobre el curso esperable de la economía mundial en la segunda postguerra hicieron ver en esa coyuntura excepcional la ocasión de escapar a la situación marginal en la economía mundial que había sido hasta entonces la suya.

Pero si ese desenlace aparecía prometedor, y ya antes de él el impacto de la crisis en América latina había sido comparativamente leve, esta presentación necesariamente lineal del avance económico que se da en la estela de la crisis y la guerra corre riesgo de hacer olvidar no sólo que todo él fue vivido en el subcontinente bajo el signo de la incertidumbre, sino que esa incertidumbre misma vino pronto a sumarse a la que iba a inspirar la gravitación creciente de las consecuencias de la crisis más allá de la esfera económica, creando así un clima colectivo muy distinto del que podría esperarse en una etapa de superación comparativamente poco trabajosa de una catástrofe que por una vez (y salvo localizadas excepciones) había golpeado a Latinoamérica con menos dureza que a otras regiones del planeta.

Entre las razones de incertidumbre que brotan fuera de la esfera económica ninguna es quizá más poderosa que la inminencia cada vez menos dudosa de una crisis quizá mortal del orden mundial que en el momento en que los estados latinoamericanos habían surgido a la independencia había tenido por núcleo a lo que se gustaba de llamar el concierto de Europa. Ese orden, que había sufrido ya, con la primera guerra mundial, un golpe del que no se había nunca recuperado del todo, parecía derivar a una conflagración aún más devastadora, originada en ese mismo núcleo europeo, y ello como consecuencia de la agudización de los conflictos entre las mayores potencias, en la que era posible reconocer una consecuencia por lo menos indirecta de la crisis.

Ese derrumbe de otro de los segmentos centrales del orden mundial en que América latina se había integrado en el siglo XIX, hizo que las consecuencias de la crisis sobre el nexo entre Latinoamérica y la potencia que sólo recientemente había completado su ascenso hacia una clara hegemonía continental fuese más ambiguo que si esa crisis se hubiese limitado a la sola esfera económica.

En lo referente a ésta la década anterior a 1929 había asistido a un enorme avance del influjo de los Estados Unidos en América latina, acentuado en la costa del Pacífico por la apertura del canal de Panamá, facilitado en todas partes por el traslado del centro financiero de la economía mundial de Londres a Nueva York, en una etapa de plétora de capitales, y favorecido también por la entrada en su ocaso de la era del ferrocarril y el carbón. Sólo esta última innovación no iba a ser afectada por la crisis; por lo demás, mientras el colapso financiero eliminaba por el momento un instrumento capital del avance de los Estados Unidos, la política comercial de ese país, hostil en general a los acuerdos bilaterales (la gran excepción, pero también la única de alguna importancia, era en este aspecto Cuba), le impedía utilizar su condición de mayor mercado externo para la mayor parte del resto del continente con la eficacia con que las mayores naciones europeas lograban extraer ventajas económicas y aun políticas de vínculos mercantiles a menudo menos significativos; por su parte el

proteccionismo norteamericano que -acentuado en víspera de la crisis- se constituyó en el instrumento por excelencia para adaptar la política comercial de los Estados Unidos a la situación creada por ésta, no dejó de pesar negativamente en las relaciones con aquellos países más duramente perjudicados por él.

Fue el agravamiento progresivo de la crisis política internacional, que pronto la lanzó sobre un plano inclinado que conducía ineluctablemente a la guerra, el que vino a contrarrestar en buena medida las consecuencias negativas que la crisis económico-financiera amenazaba alcanzar sobre el ritmo de avance de la hegemonía de los Estados Unidos en Latinoamérica; la alarma suscitada por el ingreso de la política internacional en una zona de tormenta disminuyó las reservas latinoamericanas ante la dimensión política de ese vínculo necesariamente desigual con la gran potencia del norte; esa reorientación menos desfavorable fue facilitada además al eliminar Washington las aristas más ofensivas a la opinión pública latinoamericana de su política continental. Esa sensibilidad nueva a los recelos dominantes entre sus vecinos del sur, revelada a través de algunos signos parciales ya antes de la crisis por la administración republicana de Hoover, iba a inspirar, bajo la de su sucesor demócrata Roosevelt, una política de buena vecindad hemisférica que -en el clima osadamente innovador del *New Deal*- parecía más nueva de lo que en efecto era.

Esta política renunciaba a la intervención directa y unilateral, y buscaba en cambio vigorizar los organismos panamericanos, que con ampliadas atribuciones debían transformarse en instrumentos principales de la política hemisférica de los Estados Unidos. El abandono de la intervención armada no suponía por cierto la renuncia al ascendiente ya ganado mediante ella en América Central y las Antillas. En los países que habían sufrido la ocupación militar norteamericana, la potencia interventora, utilizando experiencias acumuladas en Filipinas y Cuba, había creado fuerzas armadas locales que le conservaban fidelidad; el influjo de éstas iba a asegurar -más eficazmente en Nicaragua y en la República Dominicana que en Haití- la consolidación de regímenes dictatoriales a la vez estables y devotos a los intereses norteamericanos. Esto no significaba por cierto que la presión política directa deje de emplearse: se ejerce por el contrario muy abiertamente en Cuba y a partir de 1941 sobre aquellos países renuentes a alinearse en apoyo de la participación norteamericana en el nuevo conflicto mundial. Pero el hecho de que en el duro conflicto creado a fines de la década de 1930 por la nacionalización del petróleo mexicano la intervención militar ya no fuese seriamente considerada como un posible instrumento de la política norteamericana, muestra que por lo menos en este aspecto el cambio de orientación iba más allá de la adopción de nuevas modalidades de lenguaje.

La introducción de la política de buena vecindad elimina el obstáculo más vistoso a la aceptación del panamericanismo en Latinoamérica, pero es el derrumbe de esa última versión del orden internacional centrado en el concierto de Europa, que había encontrado tardío marco institucional en la Liga de las Naciones (en la que no pocos latinoamericanos habían reconocido una alternativa válida a un panamericanismo condenado a reflejar la hegemonía de los Estados Unidos) el que influye más activamente para restar eficacia a reticencias que están por cierto lejos de desaparecer del todo, y logra que -como ya había ocurrido fugazmente durante la primera guerra mundial- la posibilidad de organizar un orden panamericano abrigado contra las tormentas del viejo mundo por el prestigio y la fuerza de los Estados Unidos sea vista por la opinión latinoamericana con ánimo más abierto.

En esa actitud menos negativa participaban también a menudo aun quienes, frente a los mortales conflictos político-ideológicos subyacentes a la guerra que se avecinaba, no ocultaban sus simpatías por las corrientes fascistas que inspiraban la ofensiva desestabilizadora del orden internacional. En efecto, aun aquellos gobernantes oligárquicos o dictatoriales que creían encontrar en el fascismo la justificación teórica que has-

ta entonces les había faltado para sus prácticas de gobierno, o aquellos movimientos renovadores que con menos frecuencia buscaban en él lecciones útiles para la destrucción de un equilibrio político-social demasiado estable, nada deseaban menos que incorporar a sus países a la danza de la muerte que el fascismo se preparada a desencadenar nuevamente sobre el planeta, y no eran sus simpatías por él las que habrían de impedirles ofrecer su apoyo, en las conferencias panamericanas, al credo de paz internacional basada en el respeto mutuo que Roosevelt oponía al espíritu agresivo de las potencias fascistas.

La guerra de España, que tradujo los dilemas que pronto iban a destrozar a Europa a una clave que los hacía inmediatamente inteligibles a la opinión latinoamericana, mientras contribuyó a agudizar en ella las tensiones ideológico-políticas, ofreció una lección escalofriante sobre las consecuencias de entregarse por entero a sus sugestiones; en 1939, luego de la victoria de Franco, un oficial del ejército argentino que era por entonces fervoroso admirador del fascismo, el mayor Perón, concluía ante el espectáculo del Madrid devastado que ni aun el triunfo de la más meritoria de las causas políticas podía compensar tanta destrucción...

Las dificultades para la consolidación del panamericanismo no vinieron entonces del eco de las nuevas experiencias políticas en curso en el viejo mundo (sólo luego de desencadenada la segunda guerra ese eco se haría sentir, pero de modo escasamente efectivo). Tampoco provinieron de que, aun corregidas las intervenciones más escandalosas, la acción estadounidense seguía siendo la de una potencia hegemónica de mano nada blanda, o de que su política económica se desentendía de la búsqueda de cualquier reciprocidad de ventajas con los países con los que establecía contacto: todo esto contaba menos desde que la consolidación del panamericanismo parecía ofrecer ventajas directas a los países latinoamericanos. Por el contrario, los obstáculos al panamericanismo siguieron proviniendo sobre todo de los países más ligados a metrópolis europeas; en este aspecto Argentina mantuvo el

papel que se había asignado desde 1889; y la debilidad creciente de su resistencia reflejaba demasiado bien la decadencia inexorable del influjo británico, incapaz ya de rivalizar abiertamente con el estadounidense.

La conferencia panamericana de Montevideo –1933– dejó como fruto un tratado de no agresión y conciliación, de iniciativa argentina, que recibió el apoyo inesperado de los Estados Unidos; a cambio de él, el secretario de Estado norteamericano, Cordell Hull, logró evitar una condena masiva del proteccionismo aduanero de su país; la conferencia se pronunció, en cambio, en favor de acuerdos bilaterales de liberalización aduanera recíproca.

En 1936 se reunía en Buenos Aires una conferencia panamericana por el mantenimiento de la paz, que reafirmó el principio de no intervención recogido en el pacto de Montevideo de 1933; el propósito que había llevado a Estados Unidos a propiciar la conferencia, y el presidente Roosevelt a visitar la capital argentina (que era ya el de transformar la organización panamericana en un organismo capaz de hacer sentir su gravitación en la arena política internacional) no pudo alcanzarse entonces, y sólo a medias iba a ser logrado en la conferencia panamericana de Lima, de 1938; allí Argentina se opuso tenazmente, y finalmente con éxito, a la creación de un Comité consultivo interamericano, de carácter permanente, propuesta por Estados Unidos; la solución transaccional finalmente recogida en la Declaración de Lima incluyó una recomendación que si propiciaba las consultas entre los estados americanos, de ningún modo las hacía obligatorias.

Se llegaba así a la segunda guerra mundial; desencadenada ésta, la conferencia panamericana de Panamá creaba una vasta zona oceánica en torno a Estados Unidos y Latinoamérica, dentro de la cual reclamaba que los países beligerantes se abstuvieran de actos de guerra. Aunque el valor jurídico de esta declaración era más que dudoso, y la voluntad de imponerla por la fuerza a los países en guerra faltaba por completo (tres meses después de la declaración la batalla naval angloalema-

na de Punta del Este iba a desarrollarse a la vista de las costas del Uruguay), la conferencia de Panamá no dejó de tener consecuencias significativas; el movimiento panamericano tomaba por primera vez posición política unánime frente a una emergencia internacional, y parecía esbozar su transformación en una liga de neutrales, como las que Europa había conocido en el pasado.

Pero esa transformación estaba destinada a no madurar; la neutralidad no era la política definitiva de los Estados Unidos frente al conflicto mundial. Sus dirigentes enfrentaban ahora una tarea más delicada: impulsar al movimiento panamericano al mismo avance gradual hacia la intervención que efectuaría su país en 1940 y 1941. La conferencia de La Habana, reunida a fines de 1940, estaba dominada por las consecuencias de los triunfos alemanes en Europa; ante la posibilidad de una victoria del Eje en el conflicto, ante la resistencia vigorosa de Gran Bretaña y los signos crecientes de apoyo que ésta encontraba en los Estados Unidos, la mayor parte de los países latinoamericanos creían necesario mantener una extremada prudencia; la conferencia se limitó a proclamar la decisión de intervenir conjuntamente para evitar transferencias de territorios coloniales enclavados en América a otras potencias europeas; por lo demás, autorizaba a los estados miembros a actuar en casos de urgencia sin someterse al lento proceso de consulta previsto, naturalmente, esta autorización era una concesión a los Estados Unidos, otorgada tanto más fácilmente por cuanto los países latinoamericanos no deseaban por el momento tomar posición frente a la política de cada vez más abierta intervención en el conflicto adoptada por la administración Roosevelt.

En efecto, los Estados Unidos manejaron su política internacional sin recurrir nuevamente al mecanismo panamericano; arrendaron así unilateralmente bases navales en posesiones británicas, y ocuparon juntamente con Brasil la Guayana holandesa... Sólo después de producido el ingreso de los Estados Unidos en la guerra, el mecanismo panamericano volvería a ser puesto en movimiento: en enero de 1942 se reunía en

Río de Janeiro una nueva conferencia panamericana, que (por la resistencia de Argentina y Chile a resoluciones más estrictas) se limitó a recomendar la ruptura de relaciones con las potencias del Eje; Chile iba a tardar un año, y Argentina dos, antes de recoger esa recomendación.

En cambio, la nueva política norteamericana encontraba apoyos entusiastas en otros países latinoamericanos; si las declaraciones de guerra de los países centroamericanos y del Caribe -producidas en noviembre de 1941- no tenían nada de inesperado, las de México (mayo de 1942) y sobre todo Brasil (agosto de ese año) eran más significativas. México aprovechaba la coyuntura guerrera para retornar sin humillantes retractaciones a una política amistosa con su poderoso vecino; Brasil la utilizaba para acrecer su importancia militar y política en Latinoamérica; su presidente Vargas, que -adivinando por un instante en la conquista de Francia por Alemania el fin de la democracia liberal- se había apresurado a pronunciar sobre su supuesta tumba un responso algo prematuro, se alineó sólo meses después en la cruzada democrática que Estados Unidos encabezaba, y en la que no era el recluta más desconcertante, acompañado como estaba de un nutrido pelotón de dictadores centroamericanos.

Frente al entusiasmo brasileño, la reticencia argentina no sólo se apoyaba -como querían los adversarios de su política- en el prestigio alcanzado por el Eje entre muchos políticos conservadores y jefes militares; se vinculaba también con la perduración del ascendiente británico, opuesto entonces como antes a la inclusión total de Argentina en el área de predominio norteamericano. La guerra iba a devolver a los Estados Unidos a una política de más abierta intervención en Latinoamérica; en especial contra Argentina, regida desde 1943 por un gobierno militar, iba a ejercer presiones cada vez más violentas; a comienzos de 1944, agregando a las pruebas de que algunos agentes consulares argentinos eran a la vez agentes secretos de Alemania amenazas de intervención muy precisas, pudo Estados Unidos imponer, finalmente, a su reluc-

tante candidata a aliada la ruptura de relaciones con Alemania y Japón; cuando esa prueba de debilidad del presidente Ramírez provocó su derrocamiento, Estados Unidos organizó una cuarentena diplomática contra el gobierno de su sucesor, el general Farrell; la conferencia panamericana de México (febrero de 1945) abría, sin embargo, la puerta para el retorno de Argentina a la comunidad americana, facilitado cuando los mismos jefes militares que habían expulsado a Ramírez declaraban la guerra a Alemania (marzo de 1945).

Al reintegrar a Argentina a los organismos panamericanos, la conferencia de México aseguraba una unanimidad por lo menos formal en el apoyo a una profunda transformación de éste, que reflejaba ya el impacto que sobre él tenía el desenlace de la segunda guerra mundial que había hecho de los Estados Unidos la primera potencia económica y militar del planeta, y hacía posible la reorganización de éste sobre líneas que recogían las consecuencias del predominio regional ganado por las potencias vencedoras, que se esperaba serían capaces de mantenerse en razonable concordia luego de aniquilados los adversarios que las habían forzado a aliarse. En el hemisferio americano, ello se reflejó en la transformación de la Unión Panamericana en un organismo regional definido según las líneas de la carta de las Naciones Unidas, que entre otras tareas recibía la de dirigir la resistencia a cualquier agresión externa contra el área americana; todavía sin embargo esa ampliación de atribuciones no fue acompañada de la creación de los mecanismos que harían posible ejercerlas, y probablemente no todos los participantes en el simposio mexicano advirtieron que lo resuelto en él introducía una novedad decisiva en el desarrollo del movimiento panamericano.

Así, aunque desde la perspectiva de 1945 Latinoamérica parecía haber capeado la crisis sin sufrir daños sustanciales en su economía ni haber debido afrontar las pruebas que la segunda guerra mundial impuso a casi todo el resto del planeta, no por ello es menos cierto que la crisis logró corroer mortalmente, tanto en su dimensión económica como en la político-internacional, el orden mundial en el que Latinoamérica había largamente buscado, y finalmente encontrado, su lugar; no es sorprendente que ese ocaso de un mundo debilitara también el sistema de creencias y convicciones que había sostenido esa búsqueda de más de un siglo; y se ha visto ya cómo la confianza en los principios de un liberalismo económico que hasta la víspera había sido una básica verdad de sentido común figuró entre las primeras víctimas del cataclismo. Junto con la incitación al escepticismo que provenía del espectáculo de una economía mundial a la deriva, influía para ello, en una Latinoamérica ansiosa como siempre de seguir el rumbo fijado por el consenso vigente en las naciones más avanzadas, la disolución de ese consenso, que no iba tampoco a rehacerse cuando las más serias consecuencias de la crisis comenzaran gradualmente a estabilizarse.

Las razones sobraban para ello: no sólo la recuperación de los países centrales era desesperantemente lenta y contrastada; allí donde ella se constituía en objetivo central de la acción del Estado (en la Alemania hitleriana, o en los Estados Unidos del *New Deal)* su búsqueda –no totalmente exitosa ni en Alemania, que realizó avances espectaculares pero frágiles, ni en los Estados Unidos, donde éstos fueran más sólidos pero extremadamente lentos– incitó a la adopción de soluciones económicas que se ubicaban al margen de la anterior ortodoxia; un signo aun más llamativo de la pérdida de legitimidad de esa ortodoxia puede encontrarse en el interés que la introducción de la planificación centralizada en la economía soviética despertó en influyentes sectores sociales que no por ello entendían renunciar a su hostilidad contra el régimen revolucionario ruso: la esperanza de obtener de ese ensayo apenas incipiente lecciones útiles para la rehabilitación de la economía capitalista da la medida del desconcierto que reinaba en cuanto a la viabilidad misma de esa economía, que se reflejaba en la desesperada resolución de afrontar reestructuraciones tan radicales como fuese necesario para asegurar su supervivencia.

Ese desconcierto, que restrospectivamente puede parecer excesivo, contribuyó por su parte a facilitar el proceso por el cual la crisis económica vino a desembocar en una crisis global del sistema político, al agudizar la crisis de las ideologías, y agravar su impacto sobre los conflictos políticos internos a cada país. En efecto, la crisis económica por una parte vino a dotar de atractivo nuevo a una revolución socialista que en la década anterior había sido en vano propuesta como modelo para Europa y el mundo, y por otra parte popularizó otras soluciones que proponían reformar radicalmente la estructura del Estado para permitirle tomar a su cargo la rehabilitación de la economía productiva en el marco de un capitalismo sin duda modificado (fue ésta la promesa que hizo que en esa década terminasen por identificarse con el fascismo influyentes figuras que desde las filas de la socialdemocracia continental y el laborismo británico habían advertido la urgencia de afrontar esa rehabilitación, y la necesidad de experimentar para ello con soluciones tan alejadas de las preconizadas por el socialismo como de las de la pasada ortodoxia). Como consecuencia de ello, el nuevo conflicto mundial no tendrá por tema exclusivo los conflictos entre ciertas grandes potencias, sino incluirá, como el ciclo revolucionario y napoleónico, una importante dimensión ideológico-política; he aquí un signo particularmente clamoroso de que otro segmento esencial del consenso ideológico de los países más avanzados, en el que Latinoamérica se había acostumbrado a buscar guía e inspiración, había dejado paso a la más cruel discordia.

Esa situación nueva encontrará eco en una ampliación de las alternativas ideológicas frente a las cuales deben optar los actores del drama político latinoamericano. Sin duda, esa innovación está lejos de ser total; así, en más de un país han surgido desde fines del siglo anterior corrientes anarquistas (que conservan muy escasa significación) y por su parte la socialdemocracia de inspiración marxista ha ganado ya antes de la primera guerra mundial en Argentina y Chile un séquito modesto pero no insignificante. Pero mientras en el primero de

esos países apenas logra ampliarlo, en el segundo el inspirador de esa corriente socialdemócrata, José Emilio Recabarren, la reorienta hacia el modelo revolucionario ofrecido por la Rusia bolchevique; el partido comunista que así nace, aunque será el más exitoso entre los organizados en Latinoamérica en la década de 1920, no conquista por entonces sino un lugar marginal en el espectro político, que perderá casi del todo como consecuencia de la persecución a que lo someterá el régimen de Ibáñez.

En la década de 1930, en cambio, el movimiento comunista intentará organizarse en casi todos los países hispanoamericanos, y a lo largo de ella alcanzará una presencia significativa en la vida política del Brasil, Chile y Cuba y una más reducida pero no por eso desdeñable en otros países que van de Argentina y Uruguay hasta Colombia y Venezuela. Sus avances no se deben tan sólo a la agudización de conflictos sociales preexistentes (que por el contrario pueden tener consecuencias catastróficas para el naciente movimiento; así en El Salvador, donde el éxito con que los organizadores comunistas movilizan y dirigen la protesta campesina encuentra por respuesta la salvaje matanza de 1932, que pone brusco fin a comienzos tan prometedores), ni tampoco exclusivamente a los cambios en el equilibrio social suscitados por la crisis y las respuestas a ella; es sobre todo la inseguridad sobre el rumbo que tomará un mundo económicamente en ruinas la que crea para las propuestas políticas del comunismo una audiencia que va considerablemente más allá del séquito que es capaz de reclutar entre las clases populares.

Los avances del comunismo no alcanzaron con todo en nación alguna el impacto ideológico-político que en México iba a tener la segunda oleada revolucionaria desencadenada durante la presidencia de Lázaro Cárdenas, o el que alcanzó en Perú el movimiento aprista, que reivindicaba para sí la condición de alternativa revolucionaria al comunismo. Haciendo gala de un eclecticismo ideológico muy latinoamericano, el aprismo lograba recoger mejor que su rival la riqueza de te-

mas y motivos innovadores agitados desde la primera postguerra, y los integraba en una formulación más coherente desde una perspectiva política que como estructura de ideas. En suma, el movimiento que tuvo por fundador e ideólogo a Víctor Raúl Haya de la Torre, el agitador estudiantil desterrado por Leguía, propugnaba la instauración en el poder de un régimen revolucionario, apoyado en la clase obrera y el campesinado, unidos bajo la tutela política e ideológica de las clases medias; la tarea de ese «estado antiimperialista» sería redefinir el vínculo desigual con los países hegemónicos para asegurar que en América latina el imperialismo se constituiría en la primera fase de un desarrollo capitalista vernáculo. La fórmula política así inventada por el aprismo estaba destinada a alcanzar un amplio eco latinoamericano luego de la segunda guerra; si ello no se advierte fácilmente es porque en sus formulaciones ideológicas había quedado indeleblemente marcado por la problemática vigente durante la entreguerra; y sus términos de referencia –el leninismo y en ciertos aspectos el fascismo– no iban a ser ya los preferidos por movimientos de orientación comparable luego de 1945.

Ese eclecticismo ideológico latinoamericano que hallamos reflejado en las formulaciones apristas domina también las tentativas de renovar el bagaje de ideas de la derecha latinoamericana, bajo signo fascista o católico, que por otra parte se reflejaron sobre todo en la incipiente reorientación de corrientes políticas preexistentes, y sólo lograron inspirar dos movimientos nuevos, el integralismo brasileño y el sinarquismo mexicano, que se revelaron capaces por un momento de desplegar inesperado vigor.

La nueva incertidumbre ideológica se tradujo entonces menos en el surgimiento de corrientes y figuras dispuestas a definirse en cerrada oposición al consenso ideológico-político previo, que en una apertura hacia nuevas perspectivas y una disposición a explorar todos los horizontes, por parte de un elenco político apenas renovado en su composición y poco más en sus procedimientos, pero más innovador en las justificaciones que invoca para éstos. Lejos de agregar nitidez a los conflictos sociales que pugnan por encontrar expresión política, el impacto de la crisis hace más difícil descifrar el impacto que ellos alcanzan sobre una vida política cuyos actores deben avanzar a tientas en un mundo que no comprenden, guiados por convicciones ideológicas que no saben cómo reemplazar, pero en las cuales no pueden depositar la misma fe que en el pasado. Sería ocioso buscar una dirección única para todos los procesos políticos latinoamericanos que avanzan bajo esos ambiguos auspicios, y ello hace necesario entonces examinarlos en el marco nacional que es el suyo.

Esos procesos presentan casi todos ellos un rasgo común: la crisis y sus consecuencias directas e indirectas originan tensiones que la mayor parte de las situaciones políticas hallan difícil afrontar. En aquellos países en que la ampliación de la base política se había traducido en una democratización del régimen en un marco liberal-constitucional tanto aquélla como éste se ven afectados; en Argentina en 1930 el gobierno constitucional es derrocado por el primer alzamiento militar exitoso desde la unificación nacional lograda en 1861; en Uruguay un derrumbe de modalidades distintas pero igualmente ajeno al orden constitucional se produce en 1933.

En **Argentina**, la revolución militar que, a sólo dos años de la aplastante victoria electoral de Yrigoyen, lo expulsa del poder, tras de vacilar ante la tentación de un corporativismo de inspiración fascista, terminó por eliminar los riesgos del sufragio universal por un medio más oblicuo pero no menos eficaz: la restauración formal del régimen constitucional corregida por el fraude en los comicios (que iba a hacerse sistemático sólo después del retorno a la arena electoral del radicalismo, reunificado bajo la jefatura de Alvear, que se produjo en 1934). De este modo una coalición de conservadores, radicales irreductiblemente antiyrigoyenistas y socialistas disidentes (organizada bajo la égida del general Agustín, P. Justo, presidente desde 1932 cuya influencia era dominante en el ejército

desde su gestión como ministro de Guerra del presidente Alvear, con cuya fracción radical simpatizaba) introdujo un dirigismo orientado a asegurar ante todo la rehabilitación de la economía agropecuaria, y secundariamente la expansión industrial, y en lo inmediato a paliar el impacto de la crisis mediante un plan de obras públicas que, a la vez que aliviaba la desocupación, comenzaba a corregir algunas de las carencias que estaban amenazando la competitividad de la agricultura argentina, mediante la construcción de caminos y elevadores de granos.

Esa gestión económica, tan hábil como exitosa, al hacer del Estado el árbitro entre los distintos sectores productivos y de intereses, no podía sino perjudicar a algunos en beneficio de otros, y ello impidió que ganase entonces, aun entre las clases propietarias, apoyos tan amplios como quizá sus inspiradores habían esperado. En particular en la ganadería sectores que se consideraban postergados llevaron adelante una tenaz campaña que unía a la defensa de sus intereses sectoriales la del interés nacional, que proclamaban perjudicado por el tratado Roca-Runciman (1933) mediante el cual, para asegurar su acceso al mercado británico de carnes y con ello la prosperidad del grupo ganadero rival, Argentina vino de hecho a incorporarse a la zona económica que el año anterior Gran Bretaña había estructurado con sus colonias y dominios en la conferencia de Ottawa.

Pero lo que limitó sobre todo el eco positivo de ese éxito económico fue la ilegitimidad evidente del régimen, cuya fachada constitucional se transformaba en una ficción cada vez más trasparente; la tentación de una alternativa abiertamente autoritaria (peligro que el general Justo comenzó por exagerar para mantener en la disciplina a los partidos opositores) se tornaba así cada vez mas intensa. Si tardó tanto en llegar fue acaso por la escasa resistencia que el régimen neoconservador afrontaba: el radicalismo, arrinconado en una oposición ineficaz, terminó por deponerla en circunstancias escandalosas, al ofrecer sus representantes en el Congreso y el concejo municipal

de Buenos Aires apoyo no siempre gratuito a muy discutidas concesiones gubernativas a empresas de transporte y servicios públicos; por su parte el socialismo, cada vez más moderado, y el comunismo, desde 1936 proscrito pero de hecho tolerado, se dedicaron con notable éxito a colonizar el movimiento sindical que (tras de un paréntesis causado por la represión militar y la depresión) resurgía con vigor inesperado; contaban para ello con un margen de tolerancia que no ansiaban eliminar acentuando su actitud opositora. Mientras la oposición, siempre mayoritaria, perdía así fervor y vigor, el gobierno buscaba bases más sólidas utilizando políticamente un renacimiento católico que no estaba exento de contaminaciones fascistas, intensificadas todavía gracias a la guerra civil española.

Así pudo el general Justo concluir su período presidencial, y trasferir en 1938 la presidencia al doctor Roberto M. Ortiz, un radical antiyrigoyenista cuya presencia en la primera magistratura se esperaba que disminuyese aun más la combatividad del primer partido opositor, al que había derrotado en las elecciones de 1937 gracias a una orgía de violencia electoral sin precedentes. Ortiz fue más lejos en busca de la distensión de lo que había esperado su gran elector; en 1940 abría al radicalismo el camino a la victoria electoral en la provincia de Buenos Aires, con sólo asegurarse de que los votos serían honradamente contados.

Esta transferencia pacífica de la mayor fortaleza política del régimen anticipaba la del poder nacional a la mayor fuerza opositora; la opción por un gobierno de veras representativo se complementaba con una nítida toma de posición ideológica en favor de las democracias, en el marco de la neutralidad que Argentina había proclamado frente al conflicto mundial. Esta última era recibida con frialdad por influyentes sectores de la coalición conservadora aún en el poder, mientras otros más amplios dentro de ella reaccionaban con indignación y alarma ante la nueva política electoral del presidente Ortiz.

La enfermedad y luego la muerte de éste vino a ponerle brusco fin; su sucesor el ultraconservador vicepresidente Ra-

món S. Castillo retornó de inmediato a las prácticas electorales a las que debía el poder, y en su gestión hizo sala de un autoritarismo más abierto y arbitrario que el de otros gobernantes más avezados. Pronto encontró en las filas de la coalición gobernante y de su propio partido conservador una oposición que le reprochaba, a más de su estilo autoritario, su tendencia a interpretar la neutralidad argentina en el conflicto mundial en una clave favorable a las potencias del Eje. El ingreso de los Estados Unidos en la guerra socavó el apoyo hasta entonces unánime a la neutralidad; el general Justo se hizo defensor fervoroso de un apoyo activo de Argentina a las democracias en lucha y se perfiló también como el único posible guía de una restauración democrática alcanzada mediante el consenso de fuerzas políticas opositoras y sectores importantes del oficialismo.

Su sorpresiva muerte, ocurrida en 1943, no sólo eliminó esa posibilidad; Castillo pudo además utilizarla para crear un nuevo alineamiento en el ejército (hasta entonces dominado por la influencia de Justo) en favor de la neutralidad y de su propia gestión presidencial. A la vez, convencido ya de que Alemania no ganaría la guerra, el presidente decidió imponer un sucesor –el doctor Robustiano Patrón Costas– dispuesto a cambiar de política exterior. El ejército no se creyó obligado a brindar apoyo pasivo pero decisivo a un candidato que –tras de ser elegido mediante un fraude que se esperaba más extremo que nunca– se disponía a liquidar la política en cuyo nombre su gran elector había solicitado con éxito apoyo militar.

La revolución del 4 de junio de 1943 llevó a la presidencia al ministro de Guerra de Castillo, general Pedro Pablo Ramírez, quien debió afrontar de inmediato los mismos dilemas que habían llevado al derrumbe de la restauración conservadora, entre los cuales los de la política exterior se planteaban con particular urgencia. Los nuevos dirigentes advertían muy bien que el curso de la guerra, con Alemania en baja y Brasil, en el que reconocían a su gran rival continental, creciendo en poder e influencia gracias a su apoyo a la causa de las Naciones Unidas, creaba para la tradicional gravitación argentina en América del Sur amenazas que requerían ser afrontadas de inmediato; algunos de ellos propugnaban un acercamiento con los Estados Unidos, pero le fijaban condiciones que Washington juzgó excesivas. Su fracaso llevó al encumbramiento de sus adversarios, cuyo inepto manejo (se recordará) originó la situación que forzó al presidente Ramírez a romper relaciones con Alemania.

Su ya recordado reemplazo por el general Edelmiro J. Farrell se debió a la acción de una logia de oficiales neutralistas ya para entonces controlada, como el nuevo presidente, por el coronel Juan Domingo Perón. Este comenzó de inmediato una gradual y cauta reorientación política; si a lo largo de 1944, en un aislamiento diplomático casi completo, Argentina parecía evolucionar hacia una dictadura clerical-fascista, a comienzos de 1945 el gobierno de Farrell declaraba la guerra a lo que quedaba del Eje, negociaba con Estados Unidos su reincorporación al sistema panamericano y se disponía a convocar a comicios generales para elegir autoridades constitucionales.

El coronel Perón se reservaba por su parte la posición dominante en el nuevo régimen constitucional, para lo cual contaba con las simpatías que había ganado entre los sectores obreros por su activa gestión al frente de la Secretaría de Trabajo y Previsión; esperaba además negociar el apoyo de partidos tradicionales, ansiosos sin duda de acercarse al poder con beneplácito militar. Pero las memorias dejadas por la reciente etapa semifascista entre las fuerzas políticas y vastos sectores de opinión pública creaban un clima inadecuado para una transición negociada y pacífica; aun más la dificultaba la reorientación hostil a ella de la política norteamericana, y sobre todo la interpretación extrema de esa nueva línea por el embajador Spruille Braden, que desde su llegada a Buenos Aires en 1945 se constituyó en el más elocuente de los voceros opositores. En este clima incierto de vísperas no se sabía si de elecciones generales o de guerra civil, Argentina comenzaba a

afrontar las redefiniciones políticas impuestas por su ingreso en el mundo de la segunda postguerra.

En el vecino **Uruguay** el presidente Gabriel Terra, colorado batllista, que con atribuciones severamente limitadas por la constitución de 1917 debe convivir con un Consejo de Administración que le es hostil, y sufre el hostigamiento de los hijos y herederos de Batlle, utiliza la emergencia económica creada por la crisis para denunciar la incapacidad del sistema colegiado para afrontarla y proponer una política más sensible a los intereses de las clases propietarias. Con el beneplácito de éstas y el apoyo de la fracción mayoritaria del partido blanco y varias minoritarias del colorado, se transforma en dictador en 1933. En 1934 una nueva constitución crea un senado repartido por mitades entre colorados y blancos mayoritarios (o declarados tales) y por la llamada Ley de Lemas impone alianzas forzosas entre las distintas fracciones de los partidos tradicionales, que benefician a la más numerosa; a ello sigue una mejora de la economía que reflejaba también la incidencia comparativamente leve de la crisis, y que contribuye a restar intensidad a la oposición mayoritaria que afronta el nuevo régimen.

En 1938 Terra deja la presidencia a su cuñado el general Alfredo Baldomir, que ante la incapacidad del nuevo régimen de reclutar apoyo suficiente en la opinión pública emprende una reconciliación con el batllismo que la coyuntura internacional torna aún más urgente: la fracción mayoritaria del partido blanco, tradicionalmente anglófilo, adopta ante la segunda guerra una posición intransigentemente neutralista, con la que se identifica apasionadamente su caudillo Luis Alberto de Herrera, y sólo la unidad colorada puede asegurar el mantenimiento de la política exterior uruguaya, tradicionalmente inclinada a las democracias europeas y cada vez más a los Estados Unidos. En 1942 un acuerdo colorado rehace la unidad del partido tras un candidato –Juan José Amézaga– ajeno pero no hostil al batllismo, y permite a éste alcanzar una maciza victoria en las elecciones legislativas, en un clima de unión

sagrada al que sólo se sustrae la fracción herrerista. La restauración democrática pone en sordina los motivos renovadores del batllismo originario, y no vuelve sobre todas las innovaciones introducidas en 1933; así la Ley de Lemas, inventada para asegurar la estabilidad del régimen de ambición autoritaria establecido en ese año, iba a ser conservada y perfeccionada para asegurar contra sorpresas electorales a los beneficiarios de la reorientación democrática que le puso fin.

Pero esas precauciones están lejos de ser imprescindibles; la solidez del régimen uruguayo debe mucho más al apoyo fiel de un electorado que, pese a la diversificación social creciente y a la consolidación de un movimiento sindical ajeno a los partidos tradicionales, mantiene abrumadora preferencia por éstos; el esfuerzo exitoso de Batlle y sus rivales blancos por arraigar en una sociedad urbana y moderna los partidos nacidos en un pasado agreste continúa así gobernando los datos básicos de la vida política nacional.

Como se recordará, en países como Chile y Perú, en que la incorporación a la vida política de sectores sociales marginados por la república oligárquica, había comenzado ya antes de la crisis bajo signo dictatorial, el impacto de ésta no fue menos nefasto para los regímenes autoritarios que encontró en el poder. Pero mientras en Chile, a través de una agitadísima década, esa ampliación sería retomada en el marco constitucional, en el Perú iba a llevar a una confrontación permanente entre el aprismo, cuyo avance parecía imposible contener en el marco de la república electiva, y las fuerzas armadas y los sectores conservadores, decididos por igual a impedirlo.

En **Chile** la crisis alcanzó una intensidad sin par entre los países mayores de Latinoamérica; en particular la economía exportadora, salvada hasta entonces del colapso gracias a subsidios costeados con crédito extranjero, sufre un derrumbe que para algunos rubros (en primer lugar el salitre) es ya irrevocable. Ello se refleja en una caída dramática del valor inter-

nacional de la moneda chilena, y un retorno a la inflación (cuyos avances, comenzados en 1876, sólo se habían interrumpido a partir de 1925 gracias de nuevo a la disponibilidad de crédito extranjero); éste a su vez hacía inaplicables en Chile las políticas que buscaban reactivar la economía mediante nuevas devaluaciones y creación de circulante; ello prolonga la depresión económica con consecuencias que se hacen sentir en la vida política.

Caído Ibáñez, la unión de los partidos constitucionales no parece respuesta adecuada a la gravísima emergencia; en junio de 1932 una revolución militar, protagonizada por la fuerza aérea, instauraba una república que su jefe, el coronel Marmaduke Grove, veterano conspirador contra el ibañismo, proclamó socialista; unas semanas después Grove fue apartado del poder y en octubre derrotado en elecciones presidenciales por Arturo Alessandri; el antiguo tribuno de la plebe retornaba así a la cúspide de la política chilena al frente de una coalición de derecha y centro, pero el resultado reflejaba también el surgimiento de una corriente de izquierda capaz de atraer un séquito nada desdeñable en un electorado fuertemente minoritario; el año siguiente nacía el Partido Socialista, heredero de la fracasada república, que reunía simpatías en sectores populares pero también en las clases medias.

El gobierno de Alessandri, bajo la inspiración de su ministro Gustavo Ross, adoptó una política económica rígidamente conservadora que –en parte por las circunstancias antes evocadas– sólo logró revertir el avance de la desocupación más lentamente que en otros países, mientras se mantenía la caída brutal del nivel de vida de las clases populares respecto de los niveles sin duda excepcionalmente altos de la artificial prosperidad ibañista. Esa política y las resistencias que encontró acentuaron la confrontación político-social, que Alessandri, decidido a dotar a su papel de salvador del orden del mismo dramatismo que los que antes había desempeñado en el escenario chileno, hizo muy poco por aliviar.

El surgimiento de una alternativa de izquierda debió sin embargo menos a esa tensión creciente que a iniciativas surgidas en la izquierda misma. El Partido Comunista, resurgido luego de la caída de Ibáñez, adaptando la política de frentes populares a la circunstancia chilena, propuso la formación de uno que incluiría a comunistas, socialistas y radicales. Para el radicalismo, partido de burócratas, maestros y pequeña clase media, que había acompañado en parte la gestión de Alessandri y tenía muy poco en común con los llamados partidos obreros, la propuesta era demasiado tentadora para rechazarla, sobre todo cuando fue completada con la de la candidatura presidencial al candidato del ala derecha del partido, cercano a Alessandri y desde luego hostil al frentismo. De este modo llegó a la presidencia de Chile don Pedro Aguirre Cerda, pero la campaña que lo encumbró, y el inesperado despertar de las masas chilenas, que se volvían hacia él con confiada esperanza, iban a cambiar a ese prestigioso profesional y terrateniente, de convicciones ilustradamente conservadoras en materia social, en un servidor fervoroso de las aspiraciones populares de las que había recibido tantos testimonios conmovedores.

Su apasionada sinceridad, y su temprana muerte en 1941, hicieron que su memoria no fuese empañada por lo que sólo cabe llamar fracaso del Frente Popular. Sin duda aun luego de su victoria éste no controlaba el congreso, y por otra parte conservaba en sus filas a la derecha radical, tan cercana a los intereses terratenientes como los partidos ahora opositores, lo que limitaba aun más la eficacia de su acción legislativa. Más que a través de ésta, su acceso al poder se hizo sentir mediante el estímulo que brindó al movimiento obrero, pero éste disminuyó su cohesión interna, en cuanto abrió un nuevo campo de disputas a socialistas y comunistas, lanzados en esfuerzos paralelos y rivales a organizar un sector tras otro de trabajadores; a partir del pacto germano-soviético (agosto de 1939) esa rivalidad adquirió una dimensión ideológica más marcada al poner el comunismo sordina a un antifascismo

que los socialistas consideraban más que nunca el cemento de la solidaridad de las izquierdas. Ese esfuerzo organizativo no se extendió al campo, y ello reflejaba la cautela con que éstas se manejaban frente a ciertos datos básicos de la realidad política y social chilena.

La ajustadísima victoria del Frente Popular (sólo conquistada por añadidura gracias al apoyo de último momento del reducido movimiento nazi chileno y el más influyente de Ibáñez) hacía imposible, en efecto, desafiar la posición de los terratenientes en la sociedad rural, a la que debían conservadores y liberales buena parte de la fuerza electoral que les daba un efectivo poder de veto sobre iniciativas demasiado audaces. La coalición triunfante prefirió entonces atender a los sectores de clase media y a las minorías militantes de la clase trabajadora industrial, minera y de servicios que constituían su clientela dentro de un universo político escasamente ampliado, pero pronto halló limites aun a lo que le era posible hacer por satisfacerlos, sobre todo luego de que la guerra introdujo perturbaciones profundas en la economía y el devastador terremoto de 1939 obligó a orientar hacia las tareas de reconstrucción los limitados recursos del Estado.

Estos contratiempos también disminuyeron la eficacia de los esfuerzos del gobierno de izquierda por reactivar la economía, que ya había comenzado a expandirse bajo la cautelosa guía de Alessandri y su ministro Ross. Con todo, la creación de la Corporación Chilena de Fomento (CORFO), que canalizaba el crédito público hacia la economía productiva, con clara preferencia por la industrial, definía una nueva línea de acción del estado que iba a ser proseguida e intensificada por los gobiernos de muy diverso signo político que gobernaron a Chile hasta 1973.

Como había ocurrido con el impacto político de la irrupción del Frente Popular, el de esas innovaciones económicas no alcanzó a desplazar a los sectores ya arraigados, y se limitó a consolidar a otros que lo estaban menos. Sin duda, el fomento por medio del crédito canalizado por el Estado apenas al-

canzó a la agricultura, pero los intereses de ésta y de la clase terrateniente que la controlaba no quedaban por eso desamparados; su dominio del mercado interno, protegido contra la concurrencia externa por la devaluación monetaria, recibía cada vez que era necesario la protección de otras medidas oficiales, y aun en las ocasiones en que el déficit de la producción, consecuencia del arcaísmo de la agricultura chilena, hacía necesarias las importaciones, el volumen de éstas era cuidadosamente controlado, tanto para evitar la crisis del sector agrícola nacional cuanto para disminuir el desequilibrio del comercio exterior; esa limitada protección, suficiente para salvar los intereses de la agricultura, no lo era para devolverle ningún dinamismo; y en general el flanco débil de una política que, como la de las izquierdas mal afirmadas en el gobierno, cuidaba sobre todo de mantener el equilibrio entre los sectores viejos y nuevos, era su incapacidad de generar a partir de la industrialización una expansión más general de la economía, capaz de sostenerse en el futuro.

Si ése era un problema para el porvenir, ya en lo inmediato podía advertirse que la reactivación económica era demasiado limitada para redituar beneficios políticos significativos a sus promotores; en 1942, al producirse la elección de sucesor para Aguirre Cerda, la opción frentista parecía agotada. Ello no había revitalizado a la derecha tradicional, que prefirió dar su apoyo a la candidatura de Ibáñez, de nuevo popular gracias al contraste entre la penuria creciente en esta primera etapa de la guerra y la prosperidad de los años iniciales de su administración. Contra Ibáñez, el radicalismo levantó la candidatura de José Antonio Ríos, en ese momento identificado con la derecha del partido, y sostenido también por el partido comunista, al que satisfacía el apoyo ofrecido por el candidato radical a los Estados Unidos, aliados con la Unión Soviética, y alarmaba el tenaz neutralismo de Ibáñez (se recordará que los gobiernos de Chile y Argentina, ignorando la recomendación que habían apoyado en Río de Janeiro, mantenían aún relaciones diplomáticas con las potencias del Eje).

La victoria de Ríos fue más bien un voto contra la incertidumbre interna e internacional que se temía como consecuencia de la de su contrincante, que un triunfo de la izquierda, y su administración (que gracias a su reorientación favorable a los Estados Unidos pudo obtener créditos que le permitieron continuar el avance industrial) tuvo un tono claramente conservador. A su muerte esa orientación conservadora se acentuó en la gestión interina de Duhalde, de la extrema derecha radical, y provocó el paso del comunismo a la oposición, desde la cual buscó con éxito rehacer su alianza con la izquierda radical, ahora mayoritaria en el partido, mientras el socialismo acentuaba su posición oficialista en la esperanza de que la benevolencia gubernativa le permitiría afrontar con más éxito los avances de sus rivales comunistas en el mundo del trabajo.

Como se ve, ni los contratiempos sufridos por la gestión del Frente Popular, ni la ausencia de una ampliación masiva del universo electoral o de cambios dramáticos en la relación de fuerzas dentro de ese universo fueron obstáculo para que el peso político de los partidos obreros creciese constantemente; la preparación para la postguerra era encarada por todas las fuerzas políticas chilenas en un marco que advertían muy bien hasta qué punto se había transformado como consecuencia de ello. De este modo Chile parecía, luego del turbulento paréntesis abierto en 1920, volver con un ampliado elenco de actores a su estilo político tan peculiar, que hacía posible la incorporación, más lenta pero también menos disruptiva que en otras partes, de nuevos sectores sociales en un marco de continuidad institucional en el cual aun los más fervorosos revolucionarios de izquierda comenzaban ya a reconocer un timbre de legítimo orgullo patriótico.

Nada de eso, se ha anticipado ya, se hallará en **Perú**. Aquí los once años de Leguía habían socavado la escasa vitalidad de los partidos constituidos en el marco de la república oligárquica, y mal preparados para la irrupción en escena de sectores so-

ciales más vastos. La lealtad de estos sectores iba a ser disputada entre el aprismo, febrilmente organizado como partido de masas en los meses que siguieron a la caída de Leguía, y el séquito personal ganado por el coronel Sánchez Cerro, el oficial de modesto origen mestizo que había dirigido el alzamiento que puso fin a la dictadura civil de aquél, en cuya vasta popularidad las fuerzas tradicionales buscaron cobijarse contra la ofensiva del APRA. Su cálculo resultó acertado: el aprismo, dominante en el norte, de donde era oriundo su núcleo dirigente originario, fue vencido en Lima por una coincidencia de las clases altas e ínfimas en favor de Sánchez Cerro, y no logró avances significativos en el sur; en particular la sierra, de fuerte componente indígena y poco tocada aún por los cambios que hacían posible la irrupción de las masas en la vida política, siguió férreamente controlada por *gamonales* que si –contra lo que quiere la imagen convencional– estaban lejos de ser siempre grandes terratenientes, mantenían una firme hostilidad contra las innovaciones propuestas por el aprismo.

Éste se rehusó a admitir su derrota, que declaró fraudulenta, y en 1932 se lanzó a la insurrección en su fortaleza política de Trujillo; más decisivo que el fracaso de ésta fue la ejecución por los alzados de un número considerable de oficiales de la guarnición local. La reacción del ejército, traducida luego de su victoria en una matanza cuyas víctimas se contaron por millares, dejó como legado más permanentemente un veto militar a la participación del aprismo en el gobierno, que iba a condicionar por décadas la vida política peruana, mientras en 1933 el asesinato de Sánchez Cerro por un simpatizante aprista eliminaba la figura que había ofrecido la única barrera eficaz contra la conquista de una mayoría electoral por el APRA.

El Congreso designó para completar el período del presidente asesinado al mariscal Oscar Benavides, aliado militar del civilismo durante la república oligárquica; pese a una tímida apertura política ensayada por el nuevo presidente el aprismo fue mantenido en la ilegalidad; aun así, el candidato independiente al que había apoyado venció gracias a ese apo-

yo en la elección presidencial de 1936. Ante esa confirmación del predominio que el aprismo había conquistado sobre un electorado sin embargo restringido, y sin haber ganado acceso a vastas zonas del país, las elecciones fueron anuladas y el mandato presidencial de Benavides prorrogado hasta 1939. Para el ejército y las fuerzas políticas tradicionales la peripecia confirmaba la incompatibilidad entre la democracia electoral y el orden vigente en el Perú; ello acentuó un giro ideológico que llevó al mariscal Benavides a declarar inesperadas simpatías fascistas, pero también el avance de un derechismo de más sólidas raíces vernáculas, que contraponía al indigenismo ideológicamente dominante en la década anterior una adhesión nostálgica a la España imperial, que vino a dar ahora su tono dominante a la vida cultural peruana.

Ese pasatismo militante nacía en parte de la aterrorizada aversión que los sectores tradicionales habían desarrollado frente al APRA, que si aparecía escasamente justificada por las posiciones programáticas del movimiento proscrito, se fortificaba ante las manifestaciones multitudinarias con que sus secuaces invadían los recintos tradicionales de la vida política oligárquica, para celebrar en ellos sus cuidadosamente orquestadas ceremonias de adoración al Jefe Máximo y execración de la oligarquía, y aun más decisivamente cada vez que algún secuaz del acorralado aprismo cedía a la tentación del atentado personal.

El primer plano de la vida pública peruana aparece así cubierto por un exasperado conflicto político, y por sus correlatos ideológicos, reflejados en el avance de una derecha cercana o por lo menos no hostil al fascismo pero también en la centralidad nueva, en la práctica del movimiento perseguido, de motivos que, como la lealtad disciplinaria y obediente al Jefe, debían también algo al modelo fascista, y que esperaba lo ayudarían a conservar su cohesión en medio de esa prueba durísima. Pero esa suerte de congelada guerra civil impedía advertir hasta qué punto la administración de Benavides continuaba las tendencias cuatelosamente reformistas de los mejores momentos de la

república oligárquica, y aún –aunque menos deliberadamente– se abría al impacto de los cambios sociales que primero había intentado expresar políticamente el aborrecido Leguía. No se trataba tan sólo de que, en odio al APRA, esa dictadura derechista embotara sus aristas represivas frente al Partido Comunista, que –muerto Mariátegui– se constituyó en un disciplinado pero escasamente eficaz instrumento de las orientaciones de la Tercera Internacional, capaz de realizar con todo modestos avances en la sierra meridional; su esfuerzo por ampliar la legislación laboral y las obras publicas, si buscaba innegablemente socavar la influencia aprista, respondía también a una aspiración sincera al progreso social, sin duda restringido a sectores urbanos y sólo en mucho menor medida costeños.

Cuando fue preciso hallar salida a la dictadura de Benavides, éste buscó su sucesor en las filas de lo que quedaba de la oligarquía esclarecida: Manuel Prado, un próspero banquero cuyas nostalgias se orientaban más bien hacia el París de la *belle époque* que hacia El Escorial de Felipe II, fue elegido en 1939 sin el apoyo pero también sin la oposición militante del siempre proscrito aprismo. De él se esperaba que promoviese una distensión política, facilitada por otra parte por el impacto favorable que la guerra alcanzó sobre la economía peruana, en cuanto benefició las exportaciones mineras y la ya comenzada industrialización. La victoria obtenida por las armas peruanas en 1942, en una guerra no declarada con Ecuador, aumentó el prestigio del gobierno de Prado, y consolidó el clima de inesperado consenso político en que buscaron acuciosamente integrarse tanto el aprismo, que había depuesto sus últimas reservas frente a la influencia norteamericana en el altar de la unidad antifascista, y el comunismo, que en su entusiasmo llegó a proclamar a Prado el Stalin del Perú; ambos partidos esperaban que su coincidencia con una parte de las corrientes tradicionales en apoyo a la política externa del presidente les abriría finalmente el acceso a la plena legitimidad política.

En ese clima inesperadamente concorde Perú debió encarar su adaptación al que se esperaba sería el clima dominante

en la postguerra, que parecía requerir una democratización política muy abierta a motivos sociales. En 1945 los apristas (reconstituidos legalmente como Partido del Pueblo) lograron formar un Frente Democrático que llevó a la presidencia al doctor José Luis Bustamante y Rivero, jurisconsulto arequipeño de orientación socialcristiana; las elecciones parlamentarias no sólo revelaron que en esa coalición la fuerza dominante era el APRA, sino dieron a ésta control decisivo del Congreso. Esos resultados pusieron fin a la breve era de buena voluntad; tanto el ejército como las fuerzas políticas tradicionales conservaban intactas sus reservas frente a un enemigo que parecía ahora cercano a la victoria decisiva. He aquí una situación que no auguraba un curso tranquilo para el experimento de democratización que comenzaba.

Las repúblicas oligárquicas no permanecen tampoco inmunes al vendaval que, surgido en la economía, se extendió a la sociedad y la política. En **Ecuador** el predominio del modelo oligárquico, desafiado en ciertos aspectos por la revolución liberal de Alfaro, terminó consolidado cuando ésta fue heredada por los dominadores de la economía costera, más dinámica que la serrana, pero ya en 1925 se dio un intento, de inspiración muy distinta, por vencer el inmovilismo del estado oligárquico: fue –se recordará– la dictadura civil de Eusebio Ayora, quien con apoyo del ejército se lanzó a una frenética carrera de reformas. La depresión, que puso fin a ese experimento ya antes de ella clamorosamente fracasado, iba a hacer estragos muy duros en la economía ecuatoriana; el cacao, principal producto exportable, no iba a recuperar nunca la modesta prosperidad anterior a 1929, y hasta después de la segunda guerra no encontraría reemplazante en el sector primario-exportador, mientras en esa economía reducida y mal integrada al mercado la penuria de importaciones se revelaba menos capaz que en otras partes de suscitar una expansión industrial.

La base política serrana de las fuerzas conservadoras, marginadas a partir de la conquista revolucionaria del poder por

los liberales, parece sobrevivir mejor que la de éstos a ese aclimatamiento del país en la adversidad. La transformación del liberalismo en expresión política de las oligarquías costeras lo prepara mal para capear una crisis económica que afectaba sobre todo a estas últimas, y exasperaba los conflictos sociales en la costa, donde desde fines de la década anterior un movimiento obrero cuyos dirigentes más exitosos militan en el comunismo se ha afirmado sobre todo en el sector de servicios, y el crecimiento urbano de Guayaquil se traduce en la presencia de una masa popular poco dispuesta a encolumnarse tras de los oligárquicos dirigentes del liberalismo tradicional.

De Guayaquil surge el caudillo que por treinta años será a la vez el más eficaz de los agitadores políticos y el más reiteradamente fracasado de los gobernantes latinoamericanos. José María Velasco Ibarra, de extracción liberal, aspiró con éxito a un liderazgo estrictamente personal, y capaz por eso de superar los límites regionales del séquito político del liberalismo. Inclinado a un estilo de gobierno autoritario muy tradicional, y dispuesto a la vez a hacerse vocero eficaz de las nuevas inquietudes sociales cuyo eco estaba llegando a Ecuador, una vez llevado al poder en 1930 afrontó las discordantes protestas de sus heterógenos seguidores, insatisfechos porque su presencia en el gobierno parecía no cambiar demasiado de la situación cuyas insuficiencias les había hecho medir mejor con sus elocuentes denuncias, evolucionando hacia una dictadura para la cual no contaba con el apoyo indispensable del ejército. Esa secuencia, que Velasco Ibarra iba todavía a protagonizar más de una vez en el futuro, dio paso a través de una intervención militar a la restauración del régimen liberal-oligárquico. Pero la derrota en la guerra no declarada con Perú, en 1941, a la vez que afectó el prestigio del cuerpo de oficiales, acentuó el descontento de éstos frente a un régimen que no les había dado los instrumentos de una victoria, y se había inclinado ante el fallo de Río de Janeiro, que resolvía el conflicto de límites que había llevado al choque armado en sentido generalmente favorable a las aspiraciones peruanas; en 1944 el

ejército se abstuvo de reprimir un alzamiento popular, apoyado por liberales disidentes, socialistas y comunistas, que se dispuso a confiar el poder al inevitable Velasco Ibarra; bajo esa guía nada prometedora Ecuador emprendía, en el clima democratizador de esa aurora de la postguerra, un nuevo intento por superar el marco oligárquico en que su vida política había venido desenvolviéndose.

En **Colombia** ese marco oligárquico no había impedido que arraigasen lealtades partidarias capaces de movilizar a vastas masas humanas para la guerra civil, pero en el nuevo siglo un entendimiento entre los partidos parecía haber eliminado a esta última de los usos políticos colombianos; por él el liberalismo venía a aceptar una situación minoritaria que le abría acceso a ciertas esferas de poder político. En 1930 la escisión conservadora, y el impacto de la crisis financiera en un país que sólo en la década anterior había comenzado a acudir sistemáticamente al crédito externo, facilitaron el traspaso del poder al partido liberal en un marco pacífico, que en 1934 una segunda victoria electoral del liberalismo vino a completar. Ella instaló en la presidencia a Alfonso López Pumarejo, el exitoso banquero y organizador político que había promovido entre sus correligionarios la idea de disputar el poder al partido rival. Desde la presidencia López se preocupó por crear para el liberalismo, hasta ese momento muy dudosamente mayoritario, una base popular más sólida utilizando el crecimiento urbano, que le daba oportunidad de acercarse a sectores de población que en su anterior marco rural se habían mostrado insensibles a su prédica. Organizadores liberales y comunistas promovieron la expansión del movimiento obrero con el beneplácito del presidente, que por otra parte, frente a las tensiones creadas en el campo por el agotamiento de la expansión hacia nuevas tierras que había ofrecido hasta entonces desemboque a una población en rápido ascenso, introducía medidas que, si no eran tan claramente favorables a los campesinos necesitados de tierras como el gobierno liberal

afirmaba, crearon una mayor certidumbre en la tenencia de tierras tanto para éstos como para los mayores terratenientes, y alcanzaron así el buscado efecto distensivo.

Esa prudente ampliación de las bases sociales de la política colombiana se acompañó de la eliminación del contencioso entre el liberalismo y la Iglesia católica, hasta entonces identificada en Colombia con su rival, que pudo lograrse, para irritación del conservadurismo, en negociaciones directas con el Vaticano, dispuesto –como en Chile en 1925– a aceptar una separación entre la Iglesia y Estado ofrecida en términos en extremo favorables a los intereses eclesiásticos. Lo que se presentaba a la opinión pública a la vez como un avance hacia la izquierda, una consagración de los principios tradicionales del partido liberal y un eco colombiano del *New Deal* norteamericano parecía resolverse entonces, más bien que en el proclamado nacimiento de una Segunda República, en una exitosa reestructuración del mapa político de Colombia, destinada a asegurar al liberalismo el lugar dominante.

Pero esa política hábil era juzgada demasiado audaz por los dirigentes tradicionales del liberalismo, que le reprochaban entre otras cosas favorecer el crecimiento del ala izquierda de ese partido, que había encontrado en Jorge Eliécer Gaitán un caudillo cuya creciente popularidad personal y escaso apego a la disciplina partidaria esos dirigentes hallaban cada vez más alarmante. En 1938 uno de ellos, Eduardo Santos, era elegido para suceder a López; muy poco después se hizo evidente que la coyuntura económica creada en Colombia por la depresión, que tanto había ayudado al éxito de la política de López, se estaba desvaneciendo. La guerra no favoreció nuevos avances en el nivel de vida urbano, y aunque su impacto de largo plazo estuvo lejos de ser negativo, creó en lo inmediato conflictos y tensiones que minaron la frágil unidad de un partido que, como el liberal, quería seguir siendo el de los más sólidos sectores de intereses y constituirse a la vez en el promotor de la movilización política y social de grupos populares.

En 1942 el liberalismo pudo aún unirse para sostener la reelección de Alfonso López; ahora su bandera era la adhesión a la causa de las Naciones Unidas, frente a un conservadurismo en el que abundaban las reticencias y aun la franca hostilidad a ella. Si la popularidad de López se reflejó de nuevo en las vastas movilizaciones que hicieron abortar en 1943 un alzamiento militar, no fue capaz de salvar la unidad liberal: en 1946 a la candidatura de Gaitán, de popularidad ya incontenible en las filas del partido, la dirigencia tradicional oponía la de Gabriel Turbay.

Se abría así para los conservadores la oportunidad de alcanzar el desquite de 1930 en una maniobra simétrica a la propuesta entonces por Alfonso López; en Eduardo Ospina Pérez, veterano dirigente de los empresarios cafetaleros colombianos, y hombre de reconocida moderación política, encontraron al candidato capaz de no distraer a los liberales de sus querellas internas, pero no pareció seguro que su encumbramiento a la presidencia abriese el camino a la hegemonía conservadora, frente a un liberalismo que luego de su derrota rehízo su unidad tras de Gaitán, a cuya prédica populista las masas conservadoras estaban lejos de mostrarse insensibles. De este modo Colombia entraba en la postguerra con una doble transición -del predominio conservador al liberal, de la república oligárquica a un régimen ampliado en su base política- interrumpida en su momento crítico; aun así muy pocos eran capaces de avizorar el vendaval político y social que iba a resolver a su modo los dilemas que estaban recuperando toda su urgencia.

Tanto esos dilemas colombianos como la desorientación de un Ecuador que parece encerrado en un callejón sin salida se dan en un marco que en comparación con el de la más vasta de las repúblicas oligárquicas no deja de parecer sencillo. No es sólo la vastedad y la heterogeneidad social y política de ese gigante sudamericano que es **Brasil** la que explica la extrema complejidad de los desarrollos que en él se abren en 1930; la

justifican también dos circunstancias específicas a la experiencia brasileña. La primera es que la república oligárquica sigue imponiendo su marco a realidades socioeconómicas que aparecen asfixiarse en él, y esa contradicción es dolorosamente percibida no sólo por aquellos a quienes la solución oligárquica margina, sino también por sus beneficiarios, que no dejan de advertir que un estado de base tan estrecha y estructura tan laxa es demasiado débil para afrontar con éxito los dilemas que la hora plantea. La segunda es la crisis del café, ya incontenible desde 1927, que no sólo produce un derrumbe catastrófico en el que ha sido por casi un siglo núcleo dinámico de la economía brasileña, sino se traduce en un derrumbe análogo en el sistema político también dominado por el centro de la economía cafetalera en San Pablo. La caída de la primera república fue ya confirmación clamorosa de la desintegración de ese viejo orden, y la segunda será por sobre todo un intento de edificar sobre sus ruinas otro orden político más firme.

Se ha visto que la revolución de 1930 comenzó por ser el desquite frente a las manipulaciones que habían despojado de la victoria electoral a la Alianza Liberal, y que tanto esa coalición de facciones regionales descontentas como su candidato presidencial, Getulio Vargas, tenían sus raíces en la república oligárquica. Pero ya antes de tomar la vía revolucionaria, la Alianza Liberal se había pronunciado por una modificación profunda de la política brasileña, basada en la eliminación de las clientelas y la imposición de la pureza electoral, y ello le había permitido ganar el apoyo no sólo de la oposición surgida en São Paulo contra el todopoderoso Partido Republicano Paulista, sino el más difuso de esa opinión pública urbana que ya Rui Barbosa había logrado movilizar en sus desafíos a las soluciones presidenciales impuestas por el consenso de los partidos oligárquicos. Su programa político era, pues, de ampliación de la base social del estado sobre líneas análogas a las del experimento argentino interrumpido precisamente en 1930, pero una vez instalado Vargas en el gobierno con pode-

res dictatoriales, se mostró muy poco urgido de llevarlo adelante, y se ha señalado ya que las condiciones brasileñas no parecían propicias para ello: mientras la politización avanzaba en las ciudades, la vasta mayoría de la población de este país aún abrumadoramente rural seguía encerrada en los lazos de deferencia social y dependencia económica que habían dado vigor a las clientelas políticas dominantes, y no se veía por qué las reformas electorales postuladas habían de debilitarlas.

Por añadidura, en las filas revolucionarias no todos coincidían en reconocer prioridad a ese objetivo; entre los dirigentes civiles del movimiento y aun más entre los militares (esos oficiales de segunda fila que habían simpatizado con el movimiento *tenentista*, a quienes la victoria de la Revolución liberal estaba ubicando en la cima de la jerarquía del ejército) muchos juzgaban más urgente impulsar transformaciones políticas y sociales que eliminaran en ambos niveles las incoherencias y heterogeneidades características del viejo orden; si políticamente algunos de ellos no dejaban de estar impresionados por el ejemplo fascista, en lo social no vacilaban en proponer reformas audaces, aunque no siempre precisas, y proclamaban la necesidad de ir cada vez que fuera necesario contra los intereses de los sectores tradicionalmente dominantes; su convicción de que un retorno apresurado al marco de la república representativa sólo vendría a reconstruir las fortalezas del particularismo brasileño y a poner obstáculos en el camino de esas reformas no era de ningún modo infundada.

Bajo la dictadura suprema de Vargas surgió así un régimen formalmente muy poco definido, y caracterizado por un reformismo que variaba en intensidad de acuerdo con la orientación de la figura civil o militar que lo representaba en cada región. Era una solución claramente insuficiente, que vino a hacer crisis en São Paulo, cuando el agente local de la revolución de 1930 sumó a un autoritarismo caprichoso, que le enejenó el apoyo de las fuerzas políticas pro-revolucionarias (allí más hondamente identificadas con la democratización en el marco constitucional que había sido bandera del movimiento de 1930), tendencias a la reforma social que por su parte le enajenaron el de los grupos que habían dominado la política paulista bajo el antiguo régimen. En 1932 una guerra civil de tres meses, cerrada con una laboriosa y costosa victoria del ejército federal sobre la milicia estadual, persuadió a Vargas de la urgencia de terminar con la provisionalidad convocando finalmente a elecciones para la Asamblea Constituyente.

Así, Brasil recibió en 1934 su segunda constitución republicana, que concedía el voto a las mujeres, pero no a los analfabetos, y creaba un sector de representación corporativa en la cámara de diputados; ni una ni otra innovación cambiaba nada esencial a los datos básicos de la vida política brasileña, y el mero retorno al régimen representativo, como tantos habían temido, venía a devolver su inmenso peso al Brasil rural y las fuerzas que lo dominaban.

En ese marco tan poco renovado la aspiración a alcanzar una mayor integración nacional a través de transformaciones sociales e ideológico-culturales, a la vez que políticas, vino a abrirse en un abanico de alternativas en las que se reflejaba ya también la ideologización creciente de los conflictos políticos e internacionales a nivel mundial. El comunismo, hasta entonces muy poco vital, encontró a la vez un recluta de excepción y un jefe en Luis Carlos Prestes, uno de los más populares *tenentes* de la década anterior. Ahora iba a intentar con el beneplácito de la Tercera Internacional aplicar en Brasil una modificada táctica de Frente Popular, organizando una alianza de fuerzas de izquierda para lanzarlas a la insurrección. Ésta fue fácilmente suprimida y sangrientamente reprimida en 1935; desde entonces Brasil vivió en estado de excepción. Con un marco constitucional que conservaba vigencia sólo nominal, adquirió nuevo vigor el integralismo, movimiento lanzado por un inquieto político e intelectual paulista, Plinio Salgado, que, si bien propugnaba la adopción del Portugal de Oliveira Salazar como modelo político, lo hacía a través de una agitación de masas calcada en organización y estilo del modelo fascista, que

alcanzó de inmediato un eco muy vasto en las clases medias urbanas. La coalición de fuerzas políticas viejas y nuevas que apoyaban a la administración de Vargas había comenzado también ella a ser víctima de la misma polarización, y no sólo parecía inevitable que esas fuerzas se presentasen divididas a la renovación presidencial de 1938, sino también muy probable que la victoria correspondiese al candidato de las más cercanas a la izquierda, a quien el ejército veía con desconfianza.

Vargas afrontó esa difícil encrucijada mediante el golpe de estado de noviembre de 1937, que introdujo el *Estado Novo,* encuadrado en una constitución fuertemente centralista y autoritaria que, según anunció, sería oportunamente presentada a la aprobación plebiscitaria del electorado. Esa oportunidad no iba a llegar nunca, y en los siete años siguientes Vargas gobernó como dictador y fuera de todo marco constitucional. Luego de superar una tentativa de golpe de estado integralista impuso un forzado silencio a las fuerzas políticas, entre las cuales las más combativas habían sido ya eficazmente reprimidas antes del cambio institucional, e introdujo por primera vez en América latina el estilo de propaganda y adoctrinación de masas inventado por el fascismo en el poder, que parecía tanto más incongruente porque por otra parte estaba lejos de las intenciones del veterano político perturbar una situación que juzgaba adecuadamente dominada dando alas a la movilización de masas.

Más que un intento de crear un estado fascista, el *Estado Novo* fue entonces el de organizar por fin en Brasil un estado central capaz de desempeñar las funciones que de él se esperaban a esa altura del siglo XX; no es sorprendente entonces que mientras los ideólogos y juristas encargados de proveerle de justificaciones ideológicas eran en su abrumadora mayoría de orientación derechista, en el cuerpo de funcionarios técnicos por primera vez reclutados con criterios entre los que contaba el de competencia, y encargados del ejercicio de esas nuevas funciones, no escasearan los simpatizantes de las corrientes innovadoras de izquierda.

Si Vargas pudo navegar con éxito los rápidos de un curso político cada vez más revuelto, fue en parte porque la economía brasileña se recuperó con relativa facilidad, y era opinión dominante entre las clases propietarias que ello se debía en buena medida a su gestión gubernativa. De ella apreciaban sobre todo el éxito con que buscaba modos de contrarrestar la clausura de mercados para las exportaciones brasileñas; aquí como en todas partes el apoyo a la industrialización, que adquirió ímpetu desde mediados de la década, aparecía más bien impuesto por las circunstancias que fruto de una deliberada decisión política.

Esa política económica se acompañaba de una política social reflejada por una parte en el avance de la legislación, laboral, y por otra en la creación por iniciativa del estado de sindicatos cuya estructura legal se aproximaba a la establecida en la Italia fascista. Pero la sindicalización que había comenzado en rigor antes de la implantación del *Estado Novo,* era por el momento más bien un aspecto del esfuerzo del Estado por encuadrar más sólidamente a la sociedad brasileña que un proyecto deliberado de organizar una vigorosa fuerza sociopolítica en apoyo al régimen; a su vez la legislación laboral, que comenzó a introducirse ya a partir de 1930, no crea motivos serios de discordia con las fuerzas empresarias, ya que sólo iban a aplicarse de modo parcial y aproximativo, y en más de un caso no se oponía a las conveniencias inmediatas de éstas (así la fijación de una jornada máxima de trabajo se introdujo en un momento en que la depresión del consumo interno estaba obligando al gobierno a fijar cupos máximos de producción para las fábricas textiles, que mediante la reducción de la jornada y la correlativa del salario lograban librarse de parte de su personal superfluo).

El ya evocado alineamiento del Brasil en el campo de las Naciones Unidas le permitió afrontar la prueba de la guerra en condiciones excepcionalmente favorables para su economía; no sólo la industrialización recibió estímulo mucho mayor que en cualquier país hispanoamericano, sino la importancia que

los Estados Unidos asignaban al apoyo brasileño hizo que se allanaran a subsidiar la creación de una industria siderúrgica del Estado en Volta Redonda, pese a su hostilidad de principio hacia ese tipo de empresas. La guerra hizo también inactual al *Estado Novo;* adaptándose a los nuevos tiempos, Vargas anunció la restauración, apenas cerrado el conflicto, del régimen representativo, y todo parecía indicar que se preparaba a continuar la carrera política que había comenzado en 1905 bajo ese nuevo signo democrático. Desde 1942 el Ministerio de Trabajo aceleró el ritmo de organización de nuevos sindicatos, y puso un celo nuevo en el apoyo a sus reivindicaciones y al fiscalizar el cumplimiento de la legislación obrera; todo parecía indicar también que Vargas se disponía a incorporarlos al heterogéneo conjunto de aliados y seguidores políticos con cuyo apoyo confiaba contar en la etapa que estaba por abrirse. Aunque a través de un proceso muy distinto del argentino, también en Brasil la necesidad de adaptarse al previsible clima político de la postguerra mediante el retorno a la república representativa era universalmente reconocida; del mismo modo que en Argentina quedaba por decidir quiénes habían de ser los principales beneficiarios de ese retorno.

Si en Brasil la adaptación a un contexto sociopolítico constantemente cambiante se dio a través de cambios drásticos en la estructura del Estado y de la política, en **México** ella se iba a dar en ambas esferas bajo el signo de una continuidad institucional en la que se reflejaba ya la solidez de la obra de unificación emprendida por Calles. Éste retuvo su condición de árbitro de la vida política mexicana a través de varias breves e incoloras presidencias durante las cuales se acentuó bajo el impacto de la depresión económica un giro a la derecha que el mismo Calles patrocinó abiertamente. La insatisfacción creciente ante los resultados económicos de esa reorientación persuadió sin embargo al Jefe Máximo (que en 1933, retornado a un vocabulario que todos creían olvidado, proclamaba que el futuro de la revolución seguía siendo socialista) de la

conveniencia de abrir paso a una gestión dominada por la izquierda del partido, prohijando la candidatura presidencial del general Lázaro Cárdenas, veterano revolucionario michoacano cuyo alineamiento con ésta no era un secreto, y en cuya lealtad personal confiaba.

Cárdenas, candidato sin rivales serios, recorrió todo el territorio mexicano en una afiebrada campaña electoral que reflejaba su intención de ser algo más que un testaferro del Jefe Máximo, y una vez elegido comenzó cautamente a definir una línea propia, en cuyo apoyo comenzó por convocar, junto con la izquierda, a caudillos regionales que se consideraban poco favorecidos por el arbitraje de Calles, a la vez que preparaba discretamente un armisticio con la Iglesia. Al mismo tiempo se preocupó por extender el influjo de esa izquierda, prohijando un nuevo esfuerzo de sindicalización, que tuvo por protagonista a Vicente Lombardo Toledano y fructificó en la organización de una nueva central, la CTM, de mucho más amplio séquito que su predecesora la CROM, y que si dependía tanto como ésta del apoyo del Estado, ponía una militancia nueva en el planteo de sus reivindicaciones.

Esta iniciativa provocó la condena abierta de Calles, a la que Cárdenas reaccionó forzándolo en 1935 a marcharse al extranjero; el Maximato había terminado de morir y los avances de la segunda oleada revolucionaria se aceleraron aún más desde entonces. En parte para cumplir también este aspecto la promesa de la revolución, en parte para poner freno al ya iniciado englobamiento de los trabajadores rurales en el sistema sindical liderado por Lombardo Toledano, Cárdenas lanzó una reforma agraria que en cuatro años iba a afectar a cerca de veinte millones de hectáreas; como resultado de ella la hacienda dejó de ser un elemento significativo en la vida social y económica del México central y meridional; en su lugar pasaron a predominar los ejidos explotados comunitariamente.

La reforma agraria, al afectar también a propietarios extranjeros, introdujo un motivo de tirantez en las relaciones de México con las grandes potencias; el conflicto petrolero las

iba a llevar a un punto crítico. Éste surgió de un conflicto laboral que, ante el apoyo oficial a las reivindicaciones obreras, las empresas buscaron afrontar suspendiendo sus actividades. A ello siguió la requisa y luego nacionalización de los pozos petroleros, que provocó la ruptura de relaciones con Gran Bretaña y el más temible boicot de las compañías afectadas, que cerraba a México el acceso a sus mercados habituales. Alemania y Japón los ofrecieron alternativos, y Cárdenas utilizó la oleada de solidaridad nacional provocada por el conflicto para hacer del gobierno revolucionario el de todos los mexicanos; por primera vez en décadas, la ceremonia oficial de nacionalización del petróleo fue anunciada por el repique de las campanas del Sagrario...

El impacto negativo del conflicto en la economía mexicana iba a ser utilizado para justificar la clausura de la etapa de activismo reformista, que se estaba haciendo por otra parte impostergable. La reforma agraria había resultado mucho menos disruptiva de la economía agrícola de lo que sus adversarios (y aun algunos de sus partidarios) habían temido; aun así se reflejaba en una mejora en las condiciones de vida de los campesinos que, aunque efímera, comenzó por limitar y hacer más costoso el flujo de alimentos esenciales que el campo volcaba en la ciudad. Por otra parte esa reforma había hecho del Estado –a través del Banco Ejidal– la fuente de los créditos e inversiones necesarios para mantener y expandir la producción rural; de esas dos maneras alimentaba una subida de precios e imponía una expansión monetaria que encontraban estímulos aún más poderosos en los avances salariales derivados de la sindicalización creciente de los trabajadores, y en el uso del crédito del Estado en favor del sector empresario, que sostenía una expansión industrial muy rápida. La consecuencia fue que México conoció ya a fines de la década el problema de la inflación; si el sector empresario se beneficiaba con ella, y el de campesinos reformados y obreros sindicalizados estaba aproximamente abrigado contra sus estragos, los sectores medios urbanos y rurales, y los populares no organizados, los sufrían en pleno.

La reforma socioeconómica se revelaba entonces un obstáculo contra esa unificación nacional a la que Cárdenas había aspirado, y también conspiraba contra ella la radicalización ideológica que la había acompañado. Hasta qué punto era eso cierto pudo advertirse cuando la candidatura opositora del general Juan Andreu Almazán, un muy poco prestigioso revolucionario de segunda fila, que daba voz a la protesta contra las demasiadas novedades que la revolución seguía introduciendo en la vida mexicana, alcanzó de inmediato popularidad de multitudes, mientras en el campo el sinarquismo, movimiento de raíz católica integralista que unía a la identificación con la causa de Franco la admiración por el ejemplo de Gandhi, alcanzaba eco aún más inquietante mediante una prédica que agitaba motivos milenaristas. Cárdenas debió admitir que su ambición de hacer de un radicalizado credo revolucionario la fe común de los mexicanos no se había realizado, y que un candidato a la sucesión presidencial identificado con ese credo no podría volcar en su favor ni una neta mayoría del electorado ni el sólido apoyo militar que haría posible una transición sin sorpresas. Prohijó entonces la candidatura del general Manuel Ávila Camacho, su ministro de Guerra, cuya desteñida personalidad lo hacía aceptable a los sectores militares y empresarios cuya definición Cárdenas había tenido razones para temer. Esa candidatura tan poco atractiva fue de inmediato adoptada por el partido oficial, recientemente reorganizado como Partido de la Revolución mexicana, e integrado por el sector sindical, que agrupaba a la CTM, centrales sindicales menores y sindicatos independientes, el campesino, dominado por la poco vital Confederación Nacional Campesina, el militar, en que encontraba su lugar el cuerpo de oficiales, y por último el popular, que a falta de otras adhesiones en las clases medias encuadraba sobre todo a los empleados del gobierno.

Tanto para Cárdenas como para la izquierda, que en ese momento dominaba aún el partido oficial, esa candidatura significaba la continuación de la pausa a los avances del refor-

mismo que de hecho se había impuesto ya a partir de la nacionalización petrolera; no adivinaban que a través de ella estaban entregando para siempre a otras manos la orientación del proceso político-social mexicano. Ésa fue sin embargo la consecuencia del reemplazo de Cárdenas por Ávila Camacho; mientras la escasez creada por la guerra borraba los avances en el nivel de vida popular de la década anterior, la devoción de los dirigentes de izquierda por la unidad antifascista, que se traducía ahora en el apoyo a los gobiernos que -como el de México- se alineaban con las Naciones Unidas, y en la renuncia a acciones que pudieran poner obstáculos a una economía puesta al servicio de la victoria, los disuadió de cualquier intento de presionar sobre el Estado para que buscase alivio a ese deterioro; quizá también los incitaba a la prudencia el limitado espíritu militante de esas organizaciones mismas, cuyo rápido crecimiento bajo la protección oficial las había preparado muy mal para actuar con independencia, y peor aún para una oposición activa frente a las decisiones del poder político.

En medio de la penuria causada por la guerra pudo medirse mejor una consecuencia quizá inesperada de la reforma agraria; puesto que el papel central en la producción de alimentos básicos para consumo interno lo tenían ahora los campesinos ejidatarios, grupo económicamente muy débil, y sólo organizado a través de asociaciones creadas a inspiración del Estado y controladas por éste, no fue difícil a ese Estado arrojar sobre sus hombros buena parte de la carga de la expansión urbana e industrial, al forzarlo a satisfacer con mínima inversión externa las acrecidas necesidades de alimentos que ella creaba, a precios que mantenía rígidamente controlados para contener la inflación, y que desde luego no dejaban margen que permitiese a los productores acumular provechos e invertir lo acumulado; ese mecanismo improvisado para afrontar la emergencia creada por la guerra iba a sobrevivir a ella para seguir sosteniendo la que un agudo observador de izquierda iba a llamar acumulación primitiva permanente, en la que no sin

razón creía descubrir uno de los rasgos básicos del orden económico-social mexicano a partir de la segunda postguerra.

Así, mientras en algunos aspectos la rectificación de rumbos introducida en 1940 vuelve sobre las innovaciones del cardenismo, no por eso deja de construir sobre ellas: con métodos nuevos, continúa favoreciendo el crecimiento y diversificación económicos que Cárdenas había promovido, y si preside la liquidación de los avances en el bienestar de los sectores populares, que se reflejaba en la caída del salario real y el fin de la breve bonanza campesina que siguió a la reforma agraria, cuenta para imponerla con mínima dificultad con las organizaciones en que esos sectores habían sido estructurados por la movilización desde lo alto de tiempos cardenistas; como comenzaba a hacerse evidente, precisamente gracias a esas movilizaciones la segunda revolución desencadenada por Cárdenas había dejado en herencia a sus herederos escasamente leales la capacidad de imponer drásticos reajustes en la distribución del ingreso sin amenazar una estabilidad política que en otras comarcas latinoamericanas iba a buscarse en vano asegurar por el camino de la desmovilización social. Precisamente debido a la excepcional robustez que ya había adquirido el orden político mexicano, el clima favorable a los avances de la democratización tuvo en México un impacto muy modesto; como ya había venido ocurriendo a partir de la Revolución, serían sobre todo las transformaciones y continuidades en el proceso que ésta había desencadenado, y que desde entonces no dejaron de afectar hasta los mínimos aspectos de la vida nacional, las que seguirían gobernando un rumbo y ritmo de avance para los cuales se buscaría en vano paralelos en el resto de América latina.

Los ejemplos nacionales ya evocados son suficientes para que la constatación de la excepcionalidad mexicana no nos lleve a postular frente a ella una experiencia latinoamericana, marcada en todas partes por los mismos rasgos básicos, de la que México diverge. La multiplicación de esos ejemplos ayudará

aun mejor a esquivar ese error; así en **Centroamérica** y el Caribe, donde la crisis del sector exportador no podía estimular (salvo en mínima medida en Guatemala) la expansión industrial, una penuria que no encuentra compensaciones ni atenuantes se refleja en la amenaza de una agudización del conflicto social que, si sólo se hace actual en **El Salvador**, a través de la rebelión campesina a la que pone fin la matanza de 1932, no sólo en El Salvador favorece el deslizamiento de las soluciones políticas oligárquicas a las dictatoriales.

Sin duda el proceso salvadoreño tiene una nitidez que falta en otras partes; a fines de 1931 el coronel Maximiliano Hernández Martínez desaloja a un presidente reformista cuya victoria había sido el resultado de una agitación popular que la república oligárquica no había sabido combatir eficazmente; ya en 1932 la matanza ofrece una indicación precisa de lo que significa su presencia en el poder (en el que se mantendrá hasta 1944, sin tener que repetir esa sangrienta hazaña inicial en análoga escala; de hecho sin encontrar oposición perceptible hasta 1942); nada semejante se encontrará en **Honduras**, donde la laberíntica historia de la república oligárquica se ve simplificada cuando Tiburcio Carias Andino, jefe del partido nacional heredero del conservador, y presidente en 1932, decide permanecer en el poder como dictador y se mantiene en él hasta 1948; aun en **Guatemala** el proceso que en los primeros años de la década de 1930 consolida la dictadura del general Jorge Ubico no hace sino devolver a la política guatemalteca a su cauce más habitual, del que ha sido apartada en 1920 cuando el fin de la larga tiranía de Rafael Estrada Cabrera dio paso a una década de gobierno oligárquico. Al mismo tiempo es innegable que la dictadura de Ubico se afirma en un clima más sensibilizado que en el pasado a las potencialidades disruptivas del conflicto social, que amenaza adquirir dimensiones nuevas en la medida en que la sociedad guatemalteca comienza a tornarse más compleja, debido al avance de la ladinización y al crecimiento urbano, que da una gravitación nueva a sus clases populares y sobre todo medias. Frente a esa

amenaza la dictadura ofrece adecuados instrumentos represivos, pero también la posibilidad de manipular las tensiones creadas por esa complejidad creciente, que Ubico explota con considerable habilidad.

En **Costa Rica** ni una estructura social menos abruptamente desigual que en el resto de Centroamérica ni las altas tasas de alfabetización impiden que hacia 1930 la república oligárquica mantenga toda su pureza, pese a que en años recientes el surgimiento de un partido de corte populista y otro identificado con los intereses que dominan la economía cafetalera (ambos por otra parte claramente minoritarios) parecen anunciar el fin del liderazgo indisputado de los patricios esclarecidos. Aunque esas primeras organizaciones disidentes se revelan efímeras, el impacto de la crisis y el eco aquí más directo de la ideologización del conflicto político en ultramar dan lugar a tentativas protagonizadas por nuevos dirigentes de la clase política tradicional, que buscan redefinir los objetivos políticos de ésta. Si en 1936 el nuevo Partido Nacional Republicano parecía buscar inspiración en las nuevas derechas europeas, la iba finalmente a encontrar en un reformismo social que a partir de 1940 puso las bases del *welfare state* y contó con el apoyo del minoritario Partido Comunista, cuya base se encontraba sobre todo en la costa atlántica.

Mientras en Costa Rica la secuencia de depresión y rehabilitación de la economía exportadora se refleja primero en una pausa en el proceso de ampliación de la base social de la vida política y luego en su decidida aceleración, en un clima de relativa concordia, nada parecido se hallará en el resto de América Central; aquí la lenta rehabilitación de la economía exportadora agrava los conflictos potenciales en cuanto ofrece nuevo estímulo a la secular ofensiva de las haciendas contra la tierra y la fuerza de trabajo de los campesinos; ésta, que en Honduras aparece atenuada por la abundancia de tierras baldías, se hace sentir con mayor intensidad en Guatemala y sobre todo en El Salvador. No es sorprendente entonces que si mientras en Costa Rica no fue preciso reajuste alguno para

adaptar su vida política al marco de la segunda postguerra, la inminencia de ésta bastó para provocar la caída de Ubico y Hernández Martínez, en ambos casos por combinación de protestas que logran movilizar masivamente a la población urbana y retiro del apoyo militar, y aun en Honduras, de más letárgica vida política, ella pone en movimiento el proceso que rematará en 1948 con el traspaso del poder por Carias a un presidente surgido de las filas de su partido, que pone fin a su larga dictadura.

Nicaragua sufre también ella el impacto de la crisis económica y sus secuelas, pero su curso histórico está aún más decisivamente dominado por los avatares de la ocupación norteamericana y su herencia. Desde 1928 los Estados Unidos buscaron poner fin a aquélla de modo que no afectase la posición dominante que habían adquirido en Nicaragua; ese proyecto vino a frustrarse en parte debido a la negativa a deponer la resistencia de las fuerzas de Augusto César Sandino, jefe guerrillero que con bandera liberal estaba introduciendo en la vida política nicaragüense temas que evocaban los popularizados por la Revolución Mexicana. Esa resistencia no había cejado aún en 1933, cuando la ocupación fue finalmente abandonada, tras de la elección supervisada por el ocupante de un candidato liberal, frente al cual Sandino iba por fin a deponerla.

Pero, si el gobierno que surgía no quería ser el heredero de la intervención, ésta había dejado otro tan inequívoco como poderoso: la Guardia Nacional, organizada como fuerza auxiliar nativa al servicio de ella; el asesinato a traición de Sandino, organizado en 1934 por el jefe de esa fuerza, Anastasio Somoza, eliminó el último obstáculo a la consolidación de su poder, y desde entonces hasta su muerte Somoza iba a gobernar a Nicaragua, ya fuese directamente o por persona interpuesta. Nunca popular entre sus compatriotas, cuidó de conservar el apoyo de los Estados Unidos gracias a su constante docilidad a las orientaciones de Washington y devoción por los intereses económicos norteamericanos (que, pese a los contratiempos traídos por la depresión, intensificaron un

avance antes trabado por la larga inseguridad interna), y buscó ampliar sus bases locales asociándose con la elite liberal, a la que era ajeno por su origen, pero con la cual se enlazó por matrimonio y pronto por la participación común en empresas económicas a las que el favor del hombre fuerte aseguraba contra cualquier contratiempo.

Gracias a ello Somoza podía respetar aproximadamente las formas constitucionales (tarea facilitada porque elecciones sistemáticamente amañadas lo aseguraban contra la conquista de cargos electivos por quienes no mostrasen suficiente respeto por las conveniencias políticas o los intereses de un grupo gobernante que era a la vez, y cada vez más, un grupo de negocios) y a la vez presentar a un régimen que tenía muy escaso arraigo en el país como la expresión de una de las dos corrientes políticas dominantes en él. Se comprende que un régimen así definido haya desarrollado un interés sincero, ya que no desinteresado, por el avance de la economía, pero en este aspecto sus frutos sólo iban a poder medirse plenamente en la postguerra; hasta llegar a ella se habían reflejado en una rehabilitación nada espectacular de la economía cafetalera, facilitada en parte por una política de obras públicas que aquí se concentró en la construcción vial.

También en la **República Dominicana**, donde la ocupación norteamericana había cesado ya en 1924 y la Guardia Nacional por ella organizada había pasado desde entonces a ser ejército nacional, el jefe de éste, Rafael Leónidas Trujillo, tras de sumar al poder militar el político mediante el golpe de estado de 1930, organizó un régimen que extremaba rasgos presentes de modo más atenuado en el de Somoza. La República Dominicana no contaba con una tradición política que, como la nicaragüense, se estructurase en torno de las facciones históricas y sus luchas; en su pasado se habían sucedido etapas de desorganización y conflicto y otras de afirmación del poder personal de un caudillo; el más exitoso de éstos, Ulises Heureux, había tratado entre 1882 y su asesinato en 1899 de erigir un Estado a la vez despótico y moderno; era un proyecto de-

masiado costoso para la exangüe economía dominicana, y dejó como legado la abrumadora deuda externa que iba a abrir el camino a la intervención.

Trujillo retomó un proyecto análogo, con más fortuna y en condiciones más favorables. Bajo su égida el país se incorporó tardíamente al ciclo antillano del azúcar, al que fue introducido por grandes empresas productoras norteamericanas y por otras controladas por el propio Trujillo. Éste y su familia conquistaron rápidamente el dominio de la economía dominicana, más compartido con intereses norteamericanos que en Nicaragua (que tenía menos que ofrecer a éstos), pero más decididamente invasor de las áreas antes controladas por las clases propietarias locales, que sobrevivieron sin duda, pero debieron aceptar integrarse en el nuevo orden económico en términos aun más favorables a su todopoderoso socio y rival que sus pares nicaragüenses.

Del mismo modo que sobre la economía, el poder de Trujillo se afirmó en la vida política. Si en Nicaragua la dictadura personal se había disimulado en parte bajo una bandera partidaria tradicional, en la República Dominicana era exhibida orgullosamente como rasgo definidor de un régimen en que tanto el Estado como el partido oficial eran emanaciones de la personalidad del jefe de ambos. El desenfrenado culto de la personalidad (que se reflejó en el nuevo nombre de la capital, rebautizada Ciudad Trujillo, y de la segunda ciudad del país, agraciada con el de la madre de éste) era la base única de un proyecto de ambiciones totalitarias no apoyado por otra parte en ninguna ideología, y bajo cuya égida la República Dominicana se esforzó por atraer a algunos de los fugitivos del racismo alemán y luego de la represión de Franco, que encontraban entonces tan difícil hallar refugio en otras tierras.

Bajo esa égida se dio también la transformación vertiginosa de una economía y una sociedad marcadas desde tiempos coloniales por el estancamiento, y golpeadas desde hacía más de un siglo por una inestabilidad casi permanente; el Estado ponía lo suyo para ella mediante la construcción de una red vial

y la ampliación de sus actividades en el campo de instrucción y sanidad, que creaba por otra parte un nuevo instrumento para el dominio de la sociedad dominicana por el aparato político-militar creado y dominado por Trujillo. Gracias a los avances de la economía, la Dominicana volvió a hacerse atractiva a los campesinos de la vecina Haití, que sufrían de una crónica escasez de tierras agravada por el impacto allí puramente negativo de la crisis; cuando la presencia haitiana en los distritos del noroeste pareció amenazar el equilibrio étnico, el problema fue resuelto por Trujillo en un episodio que revelaba muy bien cuáles eran los resortes últimos de un poder que habitualmente prefería ejercerse de modo menos brutal: su solución fue en efecto una matanza que en 1937 eliminó a varios miles de esos inmigrantes excesivamente numerosos.

La linealidad del proceso dominicano no la vamos a encontrar en **Cuba**, donde la dictadura de Machado, herida de muerte por el fin de la abundancia de crédito externo que la había sostenido mientras el futuro se hacía cada vez más incierto para la economía azucarera, sólo terminó de morir en 1933; fue la combinación de una huelga general, prohijada por las clases propietarias tanto como por las organizaciones de trabajadores, y la presión de Washington, la que finalmente persuadió a Machado que su hora había pasado.

El poder fue ocupado por un gobierno colegiado presidido por el doctor Ramón Grau San Martín, catedrático que había sobresalido en la resistencia a la dictadura y en quien los estudiantes de la universidad de La Habana, que formaron el grueso de las fuerzas de choque de la oposición a Machado, veían corporizada la conciencia moral y política de la nación. Ese gobierno logró afirmarse gracias al apoyo del movimiento de suboficiales dirigidos por el sargento Batista, que habían arrebatado el control del ejército a los antiguos oficiales. Las elites dirigentes tradicionales veían por su parte con alarma el surgimiento de un régimen revolucionario que denunciaba el vínculo desigual con los Estados Unidos y anunciaba reformas sociales ra-

dicales; Sumner Welles, delegado personal del presidente Roosevelt, se opuso con éxito a que fuese reconocido por Washington, a la vez que esgrimía contra él la amenaza de la clausura del mercado norteamericano para el azúcar de Cuba; cuando los nuevos dueños del ejército advirtieron que la hostilidad metropolitana contra el régimen revolucionario era irrevocable, reemplazaron a sus aliados civiles por otros más dóciles, que reclutaron en la clase política tradicional. A partir de entonces Batista se constituyó, con el beneplácito de la potencia dominante, en poder detrás del trono, pero arrastraba a la vez una culpa inicial que ya no podría borrar: la de haber asesinado, con la complicidad de la metrópoli, una revolución que por un momento pareció encarnar esa esperanza de redención a la vez política y moral siempre tan vigorosa en la conciencia nacional cubana.

Tras de una primera etapa represiva, durante la cual contó con el total acuerdo de sus aliados de los partidos tradicionales, Batista buscó crearse una base propia mediante programas de acción social a cargo del ejército, concentrados en áreas rurales, que anticipaban y aun excedían las ambiciones de los de acción cívica que se hicieron frecuentes en el continente tres décadas más tarde.

A partir de 1937, sin abandonar del todo ese proyecto, pero advirtiendo que su costo político era más alto y sus réditos menos cuantiosos de lo que había esperado, buscó apoyos adicionales favoreciendo los esfuerzos del partido comunista por extender la sindicalización de los trabajadores, tanto en el puerto y otros sectores urbanos como en el del azúcar, y se orientó hacia una posición que, cobijándose en el ejemplo de Roosevelt, iba a definir como «algo a la izquierda del centro», reflejada por ejemplo en su abierta simpatía por la causa republicana durante la guerra civil española; esa reorientación culminó con la convocatoria a una asamblea constituyente controlada por el Partido Revolucionario Auténtico, cuyo jefe era Grau San Martín, y que en la constitución de 1940 fijó como objetivos la democracia política y la reforma social, con total beneplácito de Batista. Si hasta ahora éste se había limitado a menejar los hilos de la política cubana, creyó por fin llegada la hora de legitimar su posición en ella, como primer presidente elegido en el marco de la nueva constitución, con el activo apoyo comunista y el de los ya casi fantasmagóricos partidos tradicionales. En 1944, bajo fuerte presión norteamericana, toleró la victoria electoral que hizo de Ramón Grau San Martín, que nunca había depuesto su actitud opositora, su sucesor presidencial; como lo revela ese resultado electoral, si a lo largo de una década un instinto todavía infalible le había permitido navegar sin daño las agitadas aguas de la política cubana, no había logrado desarmar los recelos de la mayoría de sus compatriotas.

Lo que le permitió sobrevivir tan largamente a ellos no fue tan sólo ese aguzado instinto político, sino la posibilidad de utilizar para su ventaja la nueva política azucarera de los Estados Unidos. Ella sustituía la protección tarifaria, que había forzado a Cuba a reducir constantemente los precios, por un sistema de cuotas que abría el acceso a ese mercado a un volumen de azúcar fijado mediante negociaciones periódicas; esa solución, a la vez que aseguraba el futuro del sector azucarero en Cuba, lo condenaba al estancamiento, ya que no podía esperar ni alzas en el precio ni ampliación de la demanda. A partir de ahora la inversión norteamericana se desinteresó de un rubro tan poco prometedor, y aceleró el traspaso de la tierra de caña a intereses locales, ya comenzado en la década anterior (aun en cuanto a las centrales azucareras una tendencia análoga comenzó pronto a insinuarse). Ante la creciente indiferencia de ese influyente actor en el drama azucarero, el Estado pudo arrogarse el papel de árbitro en la distribución de los provechos de un sector que, aunque estancado, seguía dominando la economía cubana, y lo hizo atendiendo sobre todo a los efectos políticos de sus decisiones; mientras al abrir paso a la sindicalización promovida por organizadores comunistas mejoró la posición de los trabajadores de la caña y más aún de las usinas azucareras, buscó también proteger los intereses de

los colonos, grupo que incluía a todos los productores de caña para venta a las centrales, desde algunos dueños de vastos latifundios hasta la vasta masa de ínfimos arrendatarios; en cuanto a los industriales del azúcar, se limitó a evitar que esos reajustes barrieran por completo sus ya reducidos provechos.

En el sector urbano la posibilidad de sacar créditos políticos de decisiones económicas era más limitada; para conservar el acceso al mercado norteamericano para su azúcar, Cuba –se recordará– debió mantener abierto el suyo a las importaciones norteamericanas de bienes de consumo, y la alternativa ofrecida por el turismo y otros servicios menos confesables sólo iba a ser desarrollada en pleno luego de la segunda guerra. Mientras el *boom* azucarero inducido por ésta devolvía una efímera prosperidad a las zonas productoras, se agravaba la situación de los consumidores urbanos, cada vez peor atendidos por una economía metropolitana orientada hacia la producción de guerra. La ausencia de una auténtica prosperidad urbana, inevitable en esas circunstancias, permite quizá entender mejor por qué el virtuosismo de Batista en el manejo político del proceso económico-social no iba a ser finalmente capaz de atraerle un séquito electoral suficiente para sobrevivir con éxito en el clima político de la postguerra.

Éste iba a poner también a prueba las situaciones dominantes en otros países que hasta entonces habían seguido un curso igualmente atípico. En **Venezuela**, que pudo capear la crisis económica gracias a una ininterrumpida bonanza petrolera, el primer anuncio del fin de la estabilidad impuesta por la dictadura de Gómez fue la muerte de éste en 1935. Si para entonces las resistencias localistas y regionalistas, y las de los caudillos menores que habían buscado apoyarse en ellas, habían sido eliminadas para siempre, había a la vez comenzado a surgir una disidencia nueva, que tuvo su primera expresión en la protesta estudiantil de 1929; los herederos del desaparecido dictador buscaron introducir los reajustes necesarios para canalizar estos fermentos renovadores.

Así, si bien las elecciones seguían estando sistemáticamente falseadas por el fraude y la manipulación de sus resultados, durante la administración del general López Contreras y más aun en la de su sucesor, el general Medina Angarita, los venezolanos vieron gradualmente restituida su libertad de expresión, y mientras el comunismo, antes salvajemente reprimido, pudo lanzar una exitosa campaña de sindicalización en un clima de entendimiento primero implícito y luego declarado con el régimen, aun otra oposición más temida por éste, la del Partido Democrático Nacional constituido por disidentes del comunismo y luego rebautizado Acción Democrática de Venezuela, pudo organizarse legalmente.

Cuando se hizo evidente que las jerarquías militares se disponían a imponer a López Contreras, contrario a la aceleración impresa por Medina Angarita al proceso de apertura, como sucesor de éste, la transición gradual que amenazaba así interrumpirse abrió paso a una salida violenta; en octubre de 1945 un exitoso golpe organizado por oficiales jóvenes entregó el poder a una junta cívico-militar presidida por Rómulo Betancourt, jefe de Acción Democrática; de él esperaban sus favorecedores militares que pusiese su experiencia y talentos políticos al servicio de los objetivos de ese nuevo sector del cuerpo de oficiales, interesado sobre todo en desplazar a los veteranos llegados a comienzos del siglo de los estados andinos en pos de Castro y Gómez, y controlar de cerca la modernización de la vida venezolana que juzgaban ya impostergable. Era un cálculo errado, y por el contrario iba a ser en Venezuela donde se intentaría llevar más lejos el proyecto de democratización política y movilización social tan característico de ese momento latinoamericano.

El rumbo de otros dos países que tenían por otra parte muy poco en común iba a ser afectado decisivamente por la guerra en que se trabaron. En 1932 el gobierno de Bolivia decidió transfor-

mar los choques que desde 1928 se habían tornado crónicos en la frontera con Paraguay en una guerra formal, en la que esperaba obtener una fácil victoria, cuyo botín debía ser el Chaco Paraguayo, que le daría acceso al sistema de navegación fluvial del Plata. Esa esperanza iba a ser cruelmente decepcionada; la contraofensiva paraguaya, tras de retomar los fuertes fronterizos tomados por sorpresa en el ataque boliviano, marchó de victoria en victoria hasta alcanzar en 1935 los contrafuertes andinos, frente a los cuales se detuvo; las negociaciones de paz comenzaron bien pronto, pero iban a ser prolongadas y arduas.

La inesperada victoria en una guerra que no había buscado contribuyó menos a consolidar al régimen liberal que gobernaba **Paraguay** que a aumentar la gravitación en la vida nacional de los jefes militares bajo cuya dirección había sido alcanzada. Cuando se hizo evidente que la paz no iba a dar a Paraguay todo el territorio conquistado por sus armas, una revolución liderada por oficiales de segunda fila puso en el poder al coronel Rafael Franco, pronto rodeado de figuras impacientes por acelerar el ritmo de avance socio-económico, que recogían su inspiración de fuentes que iban desde la Alemania hitleriana hasta la Rusia soviética. Ese anuncio de cambios radicales provocó esperanzadas expectativas, pero la revolución de febrero vino a tropezar con un escollo inesperado al revelarse tan incapaz de obtener un tratado de paz que cosechase todos los frutos de la victoria como el régimen que había derribado; en agosto de 1939 el ejército que había instalado en el poder le ponía fin, y abría paso a la restauración liberal, consumada en 1939 al llegar a la presidencia el general Estigarribia, popularísimo artífice de la victoria; ya para entonces Paraguay se había allanado a términos de paz muy cercanos a los que habían provocado la caída de dos regímenes.

Pero esa restauración innovaba más de lo que restauraba, y no principalmente porque la constitución de 1940 recogiese los motivos sociales de la revolución febrerista e instituyese además un consejo de estado de corte corporativo; más importante era que ella ofrecía marco institucional ya no al predominio de una oligarquía civil, sino al del ejército. Cuando en 1941 murió Estigarribia en un accidente aéreo, su sucesor, el general Higinio Morínigo, poco deseoso de compartir el poder con los liberales, los reemplazó como aliados con sus rivales colorados, acorralados desde hacía décadas en una incómoda oposición y por lo tanto de ambiciones mucho más modestas; de hecho éstos vinieron a ofrecer el personal auxiliar para su dictadura personal, apoyada sobre todo en el consentimiento del ejército, pero no parecía probable que esa solución aún mal consolidada sobreviviese sin daño en el clima poco favorable de la postguerra.

No fue sólo la distancia entre la victoria y la derrota la que hizo que el proceso desencadenado por la guerra fuese en **Bolivia** más removedor que en Paraguay. Cuando el presidente Salamanca decidió lanzar a su país al conflicto, esperaba encontrar en él un diversivo para una situación que aparecía de otro modo irremisiblemente bloqueada. Es que la crisis de 1929 reveló bruscamente las consecuencias del gradual deterioro de Bolivia en el mercado del estaño, en que se mantenía ya sólo como productora marginal. Cuando la depresión redujo demanda y precios, los productores menores se vieron arruinados y los mayores (en particular Patiño, que dominaba también las plantas purificadoras ultramarinas y las nuevas fuentes asiáticas del mineral) buscaron sobrevivir reduciendo el peso de los salarios y otras transferencias al Estado y la economía boliviana; ésta había perdido así su tan insuficiente centro dinámico, y el orden oligárquico que había sido su correlato político su razón de ser.

El desastre militar tornó más dramática la toma de conciencia de esa situación, al revelar descarnadamente las insuficiencias de las elites civiles y militares bolivianas; la lección fue ávidamente asimilada tanto por los jóvenes de las descontentas clases medias, que sirvieron como oficiales en el ejército ampliado para la guerra, como por no pocos de los inte-

grantes del ejército regular. Así, cuando en 1936 un golpe completó la absorción del poder político por el militar, él se dio bajo el signo de lo que dio en llamar «socialismo militar», y bajo su égida comenzó una etapa de febril discusión de reformas socioeconómicas bajo inspiraciones que, como en el Paraguay, recorrían toda la discordante gama de innovaciones ideológicas que la convulsionada Europa de ese momento podía ofrecer, y cuya consecuencia más tangible fue la nacionalización de los pozos petroleros. Esa medida fue ofrecida por el general Toro (un versátil veterano de la política boliviana más tradicional, que resurgió como jefe del régimen revolucionario), como prenda de la seriedad de sus propósitos, pero, aunque contribuyó a la popularidad del gobierno militar, no evitó su derrocamiento por sus camaradas, quienes lo reemplazaron por el coronel Busch, representante más auténtico de la generación militar madurada en la guerra.

En 1938 Busch convocó una constituyente en que las fuerzas tradicionales obtuvieron mínima representación y entre las nuevas vinieron a predominar las de izquierda; la asamblea redactó una constitución más convencional de lo que el lenguaje preferido en sus debates hubiese autorizado a esperar; ella recogía los temas sociales considerados de rigor por las del siglo XX, pero se guardaba de innovar en los que tocaban más de cerca la realidad boliviana. Ya para entonces Busch se había desencantado de la experiencia que capitaneaba; en continua oscilación entre la adhesión al reformismo revolucionario (reflejada en la promulgación de una ley de trabajo), la promoción de una purificación de la vida boliviana, y el retorno al viejo orden con el apoyo de las maltrechas fuerzas políticas tradicionales, suspendió la vigencia de la constitución, rompió sucesivamente con la izquierda y con la derecha y concluyó suicidándose en 1939.

A su suicidio siguió una reorientación militar favorable a las fuerzas tradicionales, consagrada en el marco de la constitución de 1938 (que mantenía a los analfabetos apartados de las listas electorales, creando así una base electoral restringida a los muy minoritarios niveles altos y medios del sector hispanizado) por la elección del general Peñaranda con el apoyo de una coalición de esas fuerzas.

Pero si hasta este punto el proceso boliviano parece avanzar sobre líneas paralelas al paraguayo, esa apariencia es engañosa; la intensidad de la crisis económica y la pérdida de legitimidad infligida a la elite dirigente civil y militar por la derrota en una guerra que ella había buscado y querido, quitan solidez a esa solución restauradora. Y por otra parte dentro de la sociedad boliviana hay no sólo descontento, sino una disidencia cada vez más desafiante frente al orden establecido, que se expresaba políticamente en el avance del partido comunista, que encontraba expresión electoral en un Frente de Izquierda y cuya base en las ciudades excedía la de los sindicatos sometidos a su influencia, como se reveló cuando su candidato obtuvo cerca del 20 por 100 de los votos en la elección que dio la victoria a Peñaranda, y en el del trotskista Partido Obrero Revolucionario (POR), influyente en la cuenca del estaño; por su parte el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), creado en 1942 por la fusión de varias corrientes menores, unía eclécticamente inspiraciones cercanas a las del aprismo con otras más ortodoxamente marxistas y todavía con algunas del hitlerismo alemán; aunque gracias al prestigio profesional y literario y al talento periodístico de sus dirigentes gozaba en las clases medias de simpatías muy vastas aunque difusas, no había reclutado a un séquito militante comparable al del comunismo.

La coyuntura de guerra fue dura con Bolivia, y la oposición acusó al régimen restaurado de agravarla con su renuncia a imponer precios de monopolio al estaño del que Bolivia se había trasformado en única proveedora de las Naciones Unidas, como consecuencia de las victorias japonesas en Asia. Pronto iba a poder acusarla de imponer a sangre y fuego la explotación de los trabajadores de las minas que era consecuencia de esa política de precios bajos; en 1942 la respuesta del régimen a la huelga del estaño fue la memorable masacre de Catavi...

En 1943 ese régimen sucumbía a un nuevo golpe militar, que llevó al poder al mayor Gualberto Villarroel, quien llamó a dirigentes del MNR a participar en su gabinete y favoreció los avances del POR en las cuencas mineras; el comunismo, ahora rebautizado Partido de Izquierda Revolucionaria, que se había manifestado dispuesto a ingresar en el gabinete e interceder en favor del nuevo régimen ante el gobierno de Washington, que lo sospechaba de germanofilia, vio rechazada su colaboración por un veto militar que los dirigentes del MNR no pudieron remover.

La gestión del régimen militar iba a ser muy poco exitosa. Sospechoso en Washington, debía ofrecer como prenda de su buena fe democrática el mantenimiento de la misma política de precios que había presentado como antinacional y antipopular; ello imponía a sus iniciativas límites financieros todavía estrechados por las normas rígidamente antiinflacionarias adoptadas por el jefe del MNR, Víctor Paz Estenssoro, como ministro de Hacienda. La revolución sólo podía satisfacer sus promesas de redención social mediante innovaciones esencialmente simbólicas; hasta qué punto ellas eran insuficientes se reveló cuando en las elecciones para una asamblea constituyente, convocadas una vez más bajo la ley electoral heredada del régimen oligárquico, el comunista PIR obtuvo un apoyo mucho más amplio de lo esperado. A ello reaccionó el gobierno de Villarroel (que había eliminado del gabinete, a indicación de Washington, a los ministros del MNR) con el asesinato de algunos de los dirigentes que se habían revelado excesivamente populares, y la persecución de sus secuaces. Esos métodos hicieron muy poco por devolver al régimen la popularidad que la creciente penuria y el agravamiento de la inflación seguía socavando; pero ello no impidió que reincidiera en ellos, esta vez contra las fuerzas oligárquicas, mediante la ejecución en masa de algunos de sus dirigentes más connotados. Ello provocó la reconciliación entre esas fuerzas y la izquierda comunista, con la cual –pese al común apoyo a la causa de las Naciones Unidas– aquéllas habían permanecido

duramente enfrentadas hasta la instauración del nuevo régimen militar, y una agitación conjunta que en julio de 1946 culminó en una huelga y un vasto tumulto en La Paz, en cuyo curso Villarroel fue asesinado por la muchedumbre. La experiencia dejaba a las fuerzas renovadoras amargamente divididas; mientras el MNR y la dirigencia minera, que bajo la jefatura de Juan Lechín se había constituido ya de hecho en ala izquierda de aquél, aunque sin abandonar aun formalmente su identificación con el trostskismo, se preparaban a afrontar el destino de los vencidos, el comunismo esperaba cosechar los frutos de su victoria y transformase en expresión hegemónica de las fuerzas renovadoras bolivianas.

Así, en toda Latinoamérica los regímenes en el poder, las oposiciones que los combatían, las fuerzas nacientes que desde los márgenes acechaban su oportunidad, coincidían en la convicción de que la segunda postguerra abría una etapa radicalmente nueva, en que serían también nuevas las reglas del juego político y nuevo el contexto en que las naciones latinoamericanas deberían seguir buscando un lugar para sus economías en un orden mundial que no era seguro que hubiese dejado atrás la etapa de arrasadoras turbulencias abierta en 1929, pero no podría sino ser decisivamente influido por el retorno de la paz.

2. En busca de un lugar en el mundo de postguerra (1945-1960)

Pronto iba a advertirse que, si era cierto que un orden nuevo comenzaba a emerger de las ruinas dejadas por la crisis de la guerra, los rasgos de ese orden no eran necesariamente los previstos desde que comenzó a vislumbrarse el desenlace de esa larga tormenta. Así ocurrió ante todo en cuanto a la economía mundial, que luego de una reconstrucción más breve y menos trabajosa de lo que se había temido, iba a alcanzar en veinticinco años cimas que en 1945 hubiesen parecido totalmente impensables.

Pero ya durante los años difíciles que precedieron a ese avasallador avance de la economía de los países centrales ésta presentó rasgos que, aunque retrospectivamente tienen muy poco de sorprendente, no habían sido previstos por quienes en 1945 disputaban desde la cumbre del poder político o económico de las naciones latinoamericanas acerca del rumbo que cada una de ellas debía tomar ante la nueva coyuntura abierto con el retorno de la paz. Todos ellos coincidían explícita o implícitamente en creer que el giro favorable que en líneas generales la guerra había impreso a las economías latinoamericanas iba a mantenerse y consolidarse en la postguerra; los persuadía de ello el espectáculo de un viejo mundo reabierto al tráfico internacional y necesitado de todo lo que Latinoamérica podía aportar, desde alimentos hasta materiales para la reconstrucción y materias primas para la industria; el recuerdo de la anterior postguerra los convencía además de que, por exitosa que fuese esa reconstrucción, ella no sería capaz de imprimir a las economías industriales el dinamismo suficiente para absorber la mayor parte de su propia producción para el consumo, y que por lo tanto -como había ocurrido hasta 1929- la necesidad de encontrar desemboque para ella en la periferia ayudaría a mantener el ritmo de las exportaciones de ésta una vez cerrada la etapa de reconstrucción.

Dada esa compartida confianza en el futuro, las disidencias se daban sobre todo en torno al mejor modo de utilizar sus oportunidades, pero lo que las tornaba explosivas era que cada uno de esos modos tenía por corolario una diferente distribución de los provechos derivados de ellas. Aunque las variaciones eran desde luego muchas, las alternativas fundamentales que venían a oponerse en esos debates eran dos: la primera y más obvia la continuación del proceso industrializador favorecido por la crisis y todavía más por la guerra. Se ha visto ya que las naciones grandes y medias, y aun algunas de las menores de Latinoamérica llegaban a la hora de la paz con un sector industrial a la vez vertiginosamente expandido y muy frágil, ya que esa expansión se había dado bajo la protección del aislamiento de guerra, que le permitió prosperar con un nivel tecnológico muy bajo. Ahora se daba una oportunidad de corregir esas fallas y seguir avanzando sobre bases más sólidas; para ello se contaba con los saldos acumulados gracias al superávit comercial de tiempo de guerra, y, según se esperaba, con la prosperidad futura del sector exportador, asegurada por la acrecida demanda de una Europa en reconstrucción.

Esta solución requería que los fondos creados por el sector primario-exportador fuesen transferidos al industrial, y era éste precisamente el punto en torno al cual iba a estallar la discordia. Porque contra esa solución cabía alegar que la innovación traída por la guerra, y que todos esperaban se mantendría en la postguerra, no era sino el retorno de Latinoamérica al lugar en el orden económico mundial que había sido el suyo hasta 1914 y quizá hasta 1929; la industrialización había sido una solución de emergencia impuesta por las perturbaciones introducidas en el comercio mundial por la crisis y el aislamiento de guerra; vuelta la normalidad recuperaban toda su fuerza las ventajas comparativas que en Latinoamérica favorecían al sector primario; un argumento suplementario alegaba también que, si las predicciones universalmente compartidas que anticipaban una prosperidad prolongada del sector exportador se revelaban erradas, podía confiarse plenamente en que los intereses que lo controlaban se orientarían espontáneamente a la actividad industrial, que les aseguraría en ese caso mejores lucros.

De este modo el sorprendente consenso que durante la crisis había acompañado a innovaciones tan radicales como el avance dramático del Estado en el gobierno de la economía, y la industrialización que se desarrolló bajo su égida, es reemplazado por un disenso profundo, y este cambio no afecta tan sólo al debate técnico o ideológico en torno al manejo de la economía, sino también al proceso político-social: en efecto, a la vez que una distribución de lucros, lo que está en juego es el perfil futuro de las sociedades latinoamericanas y la distribución dentro de ellas del poder político.

Y los adversarios que se oponen en esa confrontación son ambos poderosos; si la primera alternativa tiene el apoyo de todos cuantos deben directa o indirectamente su lugar en la economía a la industrialización, un grupo sin duda ya predominante en todas las áreas económicamente más avanzadas y por eso mismo políticamente más influyentes, la segunda –a más de contar en cada nación con el apoyo de sectores sin duda menos numerosos, pero más acostumbrados a ser escuchados– se presenta además como corolario de los principios favorables a la restauración de la unidad del sistema mercantil y financiero mundial mediante la liberalización de los principios que los rigen, que –impulsada con energía por los Estados Unidos, cuya hegemonía económica, completada por la guerra, viene a institucionalizar, y aceptada, aunque con menos entusiasmo, por una Europa que no puede prescindir del apoyo económico norteamericano– se transforma en la nueva ortodoxia de esos influyentes interlocutores económicos de América latina.

La presencia de una solución alternativa que goza de apoyos internos y externos nada desdeñables influye no sólo en el contexto político en que siguen avanzando los proyectos industrializadores, sino también en las modalidades socioeconómicas de éstos. Puesto que lo que le permite prevalecer sobre la solución rival es el apoyo con que cuenta en franjas de la sociedad que van mucho más allá del grupo empresario industrial, el proyecto industrializador sólo es viable en el marco de un conjunto más amplio de soluciones político-sociales necesarias para retener ese apoyo más generalizado. Así, la industrialización debe avanzar manteniendo el entendimiento con la clase obrera industrial (lo que requiere moderar la explotación de la fuerza de trabajo, frente tradicional de acumulación e inversión en etapas de industrialización incipiente) pero también con las clases populares urbanas en cuanto consumidoras, que hace a su vez necesaria la protección de sus ingresos reales y la ampliación de sus fuentes de trabajo más allá de lo que el crecimiento industrial puede asegurar por sí solo;

estos objetivos se cubrirán en parte por la iniciativa del Estado, que no se limitará por cierto a atenderlos, sino extenderá sus actividades a campos muy variados de previsión y servicio social con vistas a mantener la lealtad de las mayorías electorales, ella misma imprescindible para asegurar la continuidad del proyecto industrializador.

Éste nace así con una carga abrumadora de precondiciones necesarias para asegurar su viabilidad política, de la que desde luego depende su supervivencia. No es sorprendente entonces que la lucha cotidiana por esa supervivencia haya exigido un esfuerzo demasiado absorbente para que fuese posible conceder atención prioritaria a la actualización tecnológica que, como todos habían convenido en 1945, era la única que podía asegurarla a largo plazo.

Ya el primer contacto con las realidades de la postguerra había revelado, por otra parte, que esa actualización excedía las posibilidades inmediatas de las naciones latinoamericanas. No se trataba tan sólo de que, para atenuar la ineficiencia del sector industrial, no bastaba modernizar su tecnología, y se hacían también urgentes vastas inversiones de infraestructura, desde caminos hasta fuentes de energía, mientras no podían postergarse tampoco indefinidamente las demandadas por las insuficiencias acumuladas en otros sectores, desde la vivienda a las comunicaciones. Más grave era que ese programa, mucho más amplio y oneroso de lo que se había gustado imaginar, debía ser afrontado por una Latinoamérica que se descubría en posición menos holgada de lo que había creído en 1945.

Sin duda las necesidades de la reconstrucción europea incidían positivamente en la demanda de los países industriales, pero también afectaban de modo menos positivo a su oferta; mientras la ya clara tendencia al alza de precios de los productos industriales invitaba a invertir rápidamente las reservas acumuladas durante la guerra, buena parte de los bienes que Latinoamérica aspiraba a importar eran canalizados prioritariamente hacia Europa. Se hizo así preciso destinar parte con-

siderable de los fondos derivados de exportaciones viejas y nuevas a nacionalizar empresas y repatriar la deuda pública, y una parte igualmente considerable del resto a importaciones sólo aceptadas porque los países exportadores (todavía esencialmente limitados a Gran Bretaña y los Estados Unidos) no podían o no querían proveer las que en Latinoamérica eran consideradas más urgentes.

Sin que mediara entonces una decisión explícita, las naciones latinoamericanas fueron paulatinamente renunciando a encarar prioritariamente la modernización económica que había sido su primer objetivo para la postguerra, y se fijaron en cambio el sólo aparentemente más modesto de asegurar la supervivencia de una industria incurablemente primitiva, mediante transferencias de recursos entre sectores impuestas a través de la manipulación monetaria.

Al mantener alto el valor de la moneda nacional en divisas extranjeras, a la vez que se disminuían los ingresos de los exportadores, se aseguraban importaciones baratas; el control mantenido sobre éstas aseguraba que ellas no vendrían a competir con la industria nacional, sino por el contrario a proporcionarle los insumos que necesitaba. Pero esta solución, que no deja de tener algo en común con la practicada en México, en cuanto arroja una parte desproporcionada del costo del proceso de urbanización e industrialización sobre el sector primario, es menos fácil de implantar porque los terratenientes nacionales, empresas mineras internacionales y compañías de transportes y comercio a los que golpea no comparten la resignada pasividad de los ejidatarios mexicanos; si sólo ocasionalmente logran dar expresión políticamente eficaz a su protesta (pero no deja de ser sugestivo por ejemplo que la dictadura militar que en 1948 reemplaza en el poder en Perú a un gobierno popularmente elegido incluye entre sus primeras decisiones una devaluación drástica de la moneda peruana), responden con un estancamiento y aun baja de la producción que, sumados al fin más rápido de lo esperado del *boom* de exportaciones de postguerra y de su breve

resurrección en la estela de la crisis coreana, ya a mediados de la década de 1950 conducen al agotamiento de esta solución económica, y amenazan la supervivencia de las soluciones políticas que se han identificado con ella.

Este agotamiento se reconoce en dos signos alarmantes. Uno es una inflación que tiende a acelerarse, en la medida en que se busca en ella, a la vez que los recursos fiscales que la manipulación del comercio provee cada vez menos, un modo de posponer o disimular los reajustes que el funcionamiento cada vez más defectuoso de ese esquema impone; el otro es un desequilibrio creciente de la balanza comercial, debido sobre todo a la languidez de las exportaciones; uno y otro síntoma tienden a reforzarse mutuamente, en cuanto la solución al segundo problema es –por odioso que resulte admitirlo– la devaluación, y la inflación viene a corregir las consecuencias negativas de ésta sobre los asalariados y consumidores, pero a la vez corroe las positivas, hasta tal punto que hace pronto necesaria una nueva devaluación...

Se comprende que el temple con el cual la opinión latinoamericana contempla el avance económico-social del subcontinente haya pasado ya antes de llegar a este punto de la esperanza a la inquietud. Esa evolución se vio a la vez reflejada y sostenida por la de una figura y un grupo que se habían fijado por tarea crear una conciencia colectiva de los problemas económicos que afrontaba Latinoamérica, mediante un análisis persuasivo de los mecanismos que los perpetuaban, y a la vez hacerse voceros de esa nueva conciencia en el foro mundial; se trata desde luego de Raúl Prebisch y la Comisión Económica para América latina por él organizada en el marco de las Naciones Unidas.

Este economista argentino que aseguraba que, como gerente del Banco Central creado en su país en 1935, había hecho política keynesiana sin saberlo, proclamaba ahora que las soluciones keynesianas, adecuadas para salvar del marasmo a economías maduras, eran irrevelantes para una Latinoamérica cuya tarea era alcanzar esa madurez, y afrontaba para ello

dificultades crecientes. Sólo desentrañando la causa de éstas sería posible superarlas, y Prebisch las busca examinando las consecuencias de la posición periférica que Latinoamérica ocupa en una economía mundial dominada por un centro industrial cada vez más poderoso, que ve reflejadas en la baja secular de sus términos de intercambio. No es sólo que en ese centro la fuerza de trabajo puede imponer un alto nivel de salarios que se refleja en el de los precios de los productos industriales, mientras en la periferia una mano de obra acrecida por la explosión demográfica debe conformarse con salarios ínfimos; por añadidura el dominio del centro industrial sobre los mecanismos que gobiernan el transporte y las finanzas internacionales amplía las consecuencias de esas desventajas y hace más difícil cualquier esfuerzo por atenuarlas.

La solución no ha de hallarse en un ataque frontal contra esa relación desigual, demasiado arraigada para ser vulnerable a esa táctica, sino en escapar a ella mediante una industrialización más intensa, que al avanzar en un frente más amplio de lo que hasta entonces había ocurrido, cree una economía nacional no sólo acrecida en volumen y complejidad sino dotada de una madurez comparable a las de los países centrales. ¿Cómo conseguirlo? He aquí un problema que Prebisch plantea pero no resuelve, y aunque aun en ausencia de esa respuesta su visión de la encrucijada en que se encuentra el subcontinente logra dominar sin esfuerzo una etapa decisiva en la redefinición de la problemática latinoamericana, no es sorprendente que esa ausencia facilite una utilización política de su análisis que respeta muy poco de su sentido originario.

En efecto, cuando las fuerzas políticas que se han afirmado junto con el proceso de industrialización, u otras que aspiran a heredarlas, declaran la necesidad de un nuevo avance que no se limite a ampliar el abanico de actividades de la economía nacional, sino la eleve a una mayor madurez, esa revindicación que usa el lenguaje de Prebisch se ofrece como justificativo a un nuevo avance sobre las líneas que éste proclamaba insuficientes. Sin duda la expansión de las industrias básicas,

comenzando con la siderurgia abordada por México desde antiguo, por Brasil durante la guerra y por Argentina en la inmediata postguerra, se continúa y en algunos casos se acelera, pero sus avances no tienen aún nada de espectacular, y en el núcleo de la propuesta que se llamará desarrollista se encuentra en cambio el ensanchamiento del sector industrial que produce bienes de consumo duraderos, y en particular de la industria del automóvil, mediante la instalación de ramas locales de empresas productoras norteamericanas y europeas (todavía no japonesas). Aunque la nueva industria cubre también otros rubros (que incluyen algunos bienes de capital, como tractores y material ferroviario, pero sobre todo se orientan a satisfacer las nuevas demandas que el modelo de la sociedad de consumo ha suscitado, por ejemplo en cuanto a aparatos eléctricos y electrónicos para el hogar), parece adecuado examinar las modalidades de su implantación a través del sector automotor que predominaba en ella, en el cual se perfilan con particular claridad las modalidades específicas de esta nueva etapa de industrialización.

Como promesa de una salida rápida para una encrucijada difícil, la solución que el desarrollismo hizo suya tenía mucho en su favor: al aliviar el peso que la industrialización había arrojado sobre un sector primario ya clamorosamente incapaz de seguir soportándolo, daba nuevo aliento a una expansión industrial que parecía haber perdido sus resortes dinámicos; a la vez comenzaba a atenuar carencias que, desatendidas por lo menos desde 1939, se agravaban constantemente, y que eran cada vez más cruelmente percibidas como tales gracias al contraste cada vez más extremo con la impetuosa expansión del consumo en los países centrales.

Todo eso lo lograba mediante una apertura parcial de la economía nacional a la inversión extranjera. Ésta había tenido hasta ese punto papel limitado en la industrialización latinoamericana posterior a la crisis; ello fue así primero debido a las crisis misma, que había disminuido la disponibilidad de capitales metropolitanos para inversión, y luego como conse-

cuencia de la guerra. En la postguerra esa situación sólo vino a corregirse paulatinamente, y ya para entonces las dificultades de balanza de pagos de las economías latinoamericanas, y las que ellas creaban en cuanto a la remisión de ganancias de las empresas extranjeras establecidas allí, hacían de la mayor parte de Latinoamérica un campo poco atractivo para nuevas inversiones. Si pese a ello fue posible a las naciones mayores (no sólo México, que mantenía una excepcional salud monetaria, sino Brasil y Argentina) y luego a algunas medianas, como Chile y Perú, atraer a las empresas cuyo ingreso iba a abrir una nueva etapa en la industrialización latinoamericana, fue porque desde el punto de vista de esas empresas las inversiones requeridas para ello eran menos cuantiosas de lo que parecían a los países que las recibían.

Esas inversiones eran sobre todo de maquinarias que en la mayor parte de los casos habían sido ya abundantemente utilizadas en el país de origen, y cuyo reemplazo era inminente, ya sea para recortar costos de producción, ya para ofrecer un producto final dotado del atractivo de la novedad, a la cual la naciente sociedad de consumo rendía un culto cada vez más exigente; las inversiones adicionales que iban haciéndose necesarias eran a menudo cubiertas mediante el recurso al capital y al crédito locales (incluido en este último el de los compradores, captado a través de ingeniosos esquemas de venta anticipada). Todas esas ventajas, y la aún más importante que derivaba de vender a precios hasta tal punto más altos que los corrientes en el centro industrializado que aun con mayores costos era posible obtener ganancias muy considerables, no eran sino otras tantas consecuencias de que, al abrir su filial en un país latinoamericano, la firma había ganado acceso a un mercado cerrado, en el cual podía dictar sus propios términos.

Una apertura a la inversión extranjera así concebida no anuncia necesariamente la apertura generalizada de la economía, puesto que su éxito depende del mantenimiento de un estricto control de las importaciones. Pero en otro aspecto sí parece requerir alguna liberalización: la empresa inversora aspira a disponer libremente de sus ganancias, y ello supone la posibilidad de transferirlas a divisas fuertes, mientras los países receptores, que sufren agudos desequilibrios en su balanza de pagos, prefieren mantener un estricto control de divisas demasiado escasas, y gustarían de orientarlas a otros fines que juzgan más urgentes. El conflicto de intereses será sin embargo habitualmente resuelto mediante una transacción que autoriza a las empresas a repatriar un porcentaje contractualmente establecido de sus ganancias, en el marco del sistema de control del cambio extranjero que ha venido erigiéndose a partir de la crisis.

Se halla así el punto de convergencia que hizo posible insertar en economías que amenazaban estancarse un nuevo sector que se esperaba dotado de dinamismo suficiente para devolverlas su antiguo vigor. Esa novedad suponía mucho más que una ampliación del sector industrial; traía consigo una diferenciación dentro de éste, cuya consecuencia era que el impacto social de la nueva oleada industrializadora se iba a revelar en muchos aspectos diferente del de la etapa previa.

Ello ocurre así en cuanto a su capacidad de crear empleo, que resultaba ahora mucho más limitada; las nuevas industrias se insertan en ramas en que la productividad del trabajo es más alta que en las ya establecidas; su presencia ensancha las filas de la clase obrera más calificada y mejor pagada, pero contribuye mucho menos significativamente a ampliar la demanda total de mano de obra industrial. Si esa nueva industria hace sentir su peso positivo sólo en los niveles más altos del mundo del trabajo, su producción se vuelca a su vez preferiblemente sobre los sectores más altos de la sociedad en su conjunto. La industria textil, la química o la farmacéutica, dominantes en la primera oleada industrializadora, habían comenzado por concentrarse en productos de bajos requerimientos de calidad o cuya producción no demandaba demasiado costosa tecnología; su prosperidad dependía del acceso a un público que se aproximaba a identificarse con la sociedad entera, y se concentraba en sus sectores más populares; aun la

primera etapa de la industria eléctrica no se alejaba demasiado de esa pauta originaria; y todavía a comienzos de la década de 1950 el ingreso de Argentina en la era del automóvil fue precedido por la introducción del *moto-scooter*, orientado todavía a un mercado masivo, ya que se proponía ofrecer a las grandes masas urbanas una alternativa a un sistema de transporte público cercano en ese momento al colapso.

Pronto la situación iba a revertirse; puesto que la nueva industria producía a precios notablemente más altos que en los países del centro y debía satisfacer la demanda de una población de ingresos más bajos y más desigualmente distribuidos que en esos países, ella encontraba necesariamente su mercado en la cumbre y ya no en la vasta base de la sociedad nacional. En consecuencia, mientras la industria tradicional tiene razones no sólo políticas sino económicas para aceptar encuadrarse en un esquema industrializador que mantenía constante atención a los intereses de los trabajadores y asalariados, esas razones económicas han perdido vigencia para la nueva industria. Pero es difícil medir la incidencia concreta de esa novedad en el curso del proceso político y social latinoamericano, sobre todo porque mientras la nueva industria, que se desinteresa de la salud del mercado de consumo ofrecido por los sectores populares, paga salarios satisfactorios, la tradicional, que depende más de ese mercado pero no recupera su pasada prosperidad, descubre que está cada vez menos en condiciones de hacerlo.

Pero esa reorientación de la demanda hacia los sectores más altos tiene otra consecuencia mucho más directamente tangible: ella crea mercados mucho más estrechos para industrias cuya tecnología les fija un volumen mínimo de producción por debajo del cual sencillamente no son ya viables. La consecuencia es que serán menos las naciones que ingresarán en esa nueva etapa; sólo Brasil y menos sólidamente México serán capaces de afirmarse en ella para avanzar aún más allá en el camino de la madurez económica; en cambio Argentina encontrará difícil mantenerse en ese nuevo nivel de industria-

lización e imposible superarlo, y en Chile y Perú la tentativa de alcanzarlo no será más que un incidente sin consecuencias significativas para la economía en su conjunto.

Si no es riesgoso profetizar que las consecuencias de largo plazo de esta novedad están destinadas a torcer decisivamente el rumbo de la historia latinoamericana, ellas sólo paulatinamente comienzan a revelarse en toda su amplitud; más pronto se hicieron sentir en cambio las de otras modalidades de este nuevo estilo de industrialización. La más decisiva de todas es que ésta no avanza sustituyendo importaciones, que para los rubros en que se concentra han sido interrumpidas ya hace décadas; en consecuencia su implantación no corrige el desequilibrio externo, sino tiende a acentuarlo. Sin duda, tal como alegan los defensores de la solución desarrollista, ésta abre el camino para etapas más avanzadas de diversificación económica en las cuales se espera que ese desequilibrio sea finalmente corregido, pero ese camino se anuncia largo, y mientras se termina de recorrerlo el recurso a la inversión y el crédito externo se hace imprescindible para evitar una nueva caída en el estancamiento.

El acceso al crédito se está haciendo cada vez menos difícil, a medida que crece la abundancia de capitales en los países del centro, pero para recurrir a él es preciso imponer una nueva inflexión en la política económica, que elimina paulatinamente el control del mercado de cambios como medio por excelencia de gobernar las conexiones comerciales externas; mientras éste se mantiene, en efecto, el control de prestamistas e inversores sobre sus capitales, intereses y ganancias sigue siendo vulnerable a las decisiones del gobierno del país recipiendario.

Sin duda esta innovación no impide continuar reservando el mercado interno para la industria nacional, ya que para ello permanece disponible el instrumento tradicional ofrecido por la tarifa de impuestos a la importación. Pero aunque así ocurra, esa modificación de la solución económica introducida para asegurar el amenazado predominio del alineamiento

político-social consolidado en la inmediata postguerra abre el camino para una transformación más profunda y general, que completará la ya comenzada ruina de la fortuna política de ese alineamiento.

Ya antes de que ello ocurra se hace evidente que ni aun un éxito más completo del experimento desarrollista hubiese bastado para devolver a las soluciones políticas que esperaban rejuvenecerse a través de él la capacidad de movilizar el apoyo homogéneo de vastas mayorías populares. La incorporación de nuevos grupos a la vida política, que estaba excediendo los límites de la que en la inmediata postguerra había asegurado a los movimientos que ahora esperaban su salvación del desarrollismo un séquito mayoritario, viene a sumarse al impacto político de la inflación, que –como habíamos visto ya ocurrir precozmente en México como consecuencia de las reformas de Cárdenas– tiene impacto muy desigual sobre los diferentes grupos aunados en el séquito de esos movimientos, y tiende a fragmentarlo; ambos procesos han llegado quizá demasiado lejos para que el descubrimiento de una fórmula económica de reemplazo fuese suficiente para contrarrestar sus consecuencias.

Por detrás de todo esto se adivina la gravitación de otra novedad aún más inquietante: el cambio social parece estar adquiriendo en Latinoamérica un dinamismo nuevo, alimentado en buena medida por el crecimiento cada vez más rápido de la población. Éste había comenzado en rigor en la década de 1920, y ya en la siguiente se hicieron sentir de modo limitado algunas de las consecuencias que en la segunda postguerra iban a revelarse a la vez más universales y más graves: así la presión sobre la tierra, que alcanzó ya un punto crítico en El Salvador o Colombia, con consecuencias clamorosas, aun en otras zonas que aparecían más tranquilas era ya detectada por observadores penetrantes como un factor de inminente desestabilización.

La incidencia más aguda que ese factor adquiere a medida que se avanza en la segunda postguerra sugiere que la sociedad urbana e industrial no podrá seguir siendo el único teatro en que chocan y se acuerdan los protagonistas que de veras cuentan en la vida política latinoamericana, y que no será posible eliminar por mucho tiempo de la agenda política el tema del estatuto de la tierra. Esto se hace tanto menos fácil porque, mientras crece la tensión social en el campo, las insuficiencias socioeconómicas del sector rural reciben atención nueva también por otro motivo: quienes se identifican con la solución industrializadora están aprendiendo a presentar a esas insuficiencias (antes que las del proceso industrializador mismo) como la razón por la cual la economía parece haber quedado encerrada en un callejón sin salida: las causas últimas del estancamiento que se refleja en la pérdida de velocidad del proceso industrializador residen en el atraso tecnológico y económico de la agricultura, que la condena a muy baja productividad, y que –junto con el bajo nivel de vida rural que es consecuencia de la persistencia de un orden social arcaico– extrema la estrechez del mercado interno, en la que se descubre un freno poderoso a cualquier nuevo avance de la industrialización. La reforma agraria reaparece así como tema urgente en la agenda latinoamericana, y mientras ya a comienzos de la década de 1950 tanto la revolución guatemalteca como la boliviana la ponen en el centro de su programa de cambio, hacia fines de ella ha ganado también un lugar en los de reforma económica bajo signo no revolucionario.

El crecimiento demográfico, sumado a la rigidez del orden rural, se traduce por añadidura en la velocidad nueva con que avanza la urbanización. A una década de distancia, se hace ya evidente que los rasgos que en 1945 había parecido consecuencia efímera de las modalidades que en el cambio económico había adquirido durante la guerra ofrecían sólo un anticipo muy modesto de los que iban a dominar con fuerza creciente la experiencia urbana a partir de esa fecha. Su gravitación creciente planteaba problemas que ni aun una industrialización más acelerada sería capaz por sí sola de dar respuesta, y que estaban ya redefiniendo los objetivos políticos

de las masas urbanas: en ciudades que siguen creciendo sobre todo a través de sus cinturones de poblaciones de emergencia, la composición de los sectores populares se altera progresivamente y es ya menos fácil mantenerlos solidariamente encuadrados en un alineamiento político que los interprete a todos.

Si desde el comienzo el proyecto industrializador, para mantener un apoyo popular del que no podía prescindir, había debido adaptarse a exigencias de esa base de apoyo que venían a hacer menos fácil su éxito, ahora iba a encontrar rivales que intentarían disputarle la lealtad de ésta proponiéndole desde la derecha y la izquierda prioridades alternativas, que respondían quizá mejor a las necesidades inmediatas de una población demasiado numerosa para encontrar ocupación en la industria, pero capaz de un modo u otro de integrarse en la economía urbana, y que sentía duramente el peso de las carencias (vivienda, agua, sanidad, electricidad) que eran consecuencia de esa urbanización salvaje.

De este modo una problemática social que no ha permanecido por cierto ignorada hasta entonces, pero cuya solución se había esperado de la conquista de la plena madurez económica, que haría finalmente posibles niveles de vida comparables a los de los países centrales, pasa decididamente a primer plano y comienza a redefinir los términos en que se plantea el conflicto político-social. Esa redefinición es por otra parte favorecida por la del contexto mundial en que avanza la experiencia latinoamericana en esta segunda postguerra, en la cual la efímera concordia entre los vencedores deja muy pronto paso a la guerra fría.

Lo que define sobre todo este contexto es la transformación de la potencia dominante en el hemisferio en la primera potencia mundial, que es consecuencia de la enorme concentración en ella del poder económico y militar. La guerra fría, al organizar las relaciones internacionales en un sistema bipolar en el cual la potencia antagonista de los Estados Unidos, debilitada en sus recursos económicos y humanos por la guerra, no puede constituirse en auténtica rival de aquéllos, viene a

consolidar ese dato básico del nuevo orden planetario que es la hegemonía norteamericana, a la que se allanan no sólo los antiguos poderes rivales doblegados por la derrota, sino aun los partícipes de una victoria que los ha arruinado hasta el punto de no poder pensar siquiera en prescindir del auxilio estadounidense. Por otra parte la guerra fría –es sabido– era algo más que un conflicto entre grandes potencias, en cuanto la URSS, rival de los Estados Unidos, se identificaba con el nuevo orden económico y social impuesto allí por vía revolucionaria, y la expansión de la hegemonía territorial de esa heredera socialista del imperio ruso sobre Europa centro-oriental se tradujo bien pronto en la implantación de ese modelo a través de procesos políticos en que la ausencia de un espontáneo impulso revolucionario era suplida por el influjo de la potencia vencedora. La tradicional vocación expansiva rusa se tornaba más temible desde que aparecía acompañada de la voluntad de imponer cambios sociopolíticos que sectores no sólo muy influyentes, sino –como pronto se hizo evidente– claramente mayoritarios en Europa Occidental contemplaban con horror. De este modo, todavía la dimensión ideológica de la guerra fría facilitó la reorganización de los países centrales en un sistema dominado política y militarmente por los Estados Unidos, que pronto buscó expandirse hasta cubrir todas las áreas del planeta que habían escapado a la hegemonía soviética, a través de un sistema de pactos regionales apoyados todos ellos en el poderío estadounidense.

Ya antes de que madurase ese proceso, como se recordará, los Estados Unidos habían intentado en la conferencia panamericana celebrada en México en 1945 utilizar el desenlace favorable de la guerra para completar la transformación de la Unión Panamericana en un auténtico organismo regional –la Organización de Estados Americanos– encargado de dirigir la resistencia a cualquier agresión regional perpetrada en el área; Argentina, que en la década anterior había encontrado modo de frustrar proyectos menos ambiciosos, estaba demasiado ansiosa de salir de la marginación a que había conducido

su actitud durante el conflicto, para oponerse a ese avance decisivo de un panamericanismo al que seguía viendo sin simpatía. En 1947, en los albores de la guerra fría, la conferencia de Río de Janeiro debía crear los mecanismos a través de los cuales la nueva organización podría atender a sus cometidos, y en primer término el de organizar la repulsa de cualquier agresión extracontinental a una muy vasta «región americana» que incluía territorios de estados que no eran miembros de la organización. Pero el tratado iba en rigor más allá: la acción colectiva por él prevista podría ponerse en movimiento sin que mediase agresión militar, ante cualquier hecho o situación que amenazase la paz americana; estas descripciones deliberadamente imprecisas estaban destinadas a cubrir todas las posibles incidencias de ese conflicto polifacético que era la guerra fría, en la cual la guerra convencional estaba lejos de tener el papel central.

Todos esos aspectos profundamente innovadores del proyecto norteamericano iban a ser aprobados por la conferencia de Río; las discusiones, en las cuales la Argentina peronista volvió a las tácticas perfeccionadas con refinado virtuosismo por la conservadora y la radical, versaron sobre cuestiones que se gustaba de definir como de procedimiento; entre ellas –Argentina sugería– el reemplazo de la mayoría por la unanimidad para aprobar cualquiera de las iniciativas previstas en el texto. Finalmente se convino exigir una mayoría de dos tercios, y considerar obligatorias para los países miembros sólo las decisiones que no requerían el uso de fuerza militar.

Por entonces, pese a las alarmas suscitadas por la guerra fría en los Estados Unidos, muy pocos creían que la oportunidad de poner en movimiento el mecanismo interamericano ante una amenaza externa, así fuese ella tan laxamente definida, pudiese ser inminente. Ya para 1947 los avances realizados por los partidos comunistas latinoamericanos desde la depresión, y acelerados a partir de 1941 en el contexto de la alianza norteamericano-soviética, estaban siendo eficazmente contrarrestados, y su eliminación parecía sólo cuestión de tiempo. Pero si Latinoamérica parecía no dar motivos de alarma, otros hechos sugerían que, fuera de los países centrales, el signo sociopolítico bajo el cual avanzaba la hegemonía norteamericana era una menos segura carta de triunfo que en éstos; en 1949 la victoria comunista en la guerra civil de China, y la consiguiente instauración de la República Popular vino a sumar sus efectos a los de la pérdida del monopolio atómico de Occidente para cambiar el temple con que el conflicto mundial era contemplado desde Washington; esos Estados Unidos que en pocos años y casi sin advertirlo habían conquistado la hegemonía mundial comenzaban a verse a sí mismos como una fortaleza asediada.

Como tal iban a reaccionar frente a la amenaza que de pronto descubrieron en Guatemala; en 1954 llevaron a la conferencia de Caracas la denuncia de que la evolución política de ese país amenazaba quebrar la unanimidad de las Américas en el apoyo al mundo libre, y obtuvieron aprobación para una Declaración de Caracas, que establecía que la actividad comunista era una intervención en los asuntos internos americanos, y la instalación de un régimen comunista en cualquier Estado americano introducía una amenaza, la respuesta a la cual sería una reunión consultiva para adoptar las medidas del caso. La resolución, aprobada con el único voto negativo de Guatemala, y las abstenciones de México y Argentina, importaba un aval (entusiasta en algunos casos, resignado en otros) de los criterios que ahora guiaban la política continental de los Estados Unidos, pero no llegaba a comprometer ninguna colaboración activa en ella por parte de las naciones latinoamericanas. Esas reticencias provenían en parte de que éstas no siempre compartían los temores que a la potencia hegemónica inspiraba la amenaza comunista, que vistos de fuera sugerían la presencia de una incipiente manía persecutoria; y por añadidura no faltaban quienes se preguntaban si esta última no era exagerada para mejor servir de instrumento para la hegemonía continental de los Estados Unidos; y no dejaban de hallar sugestivo que –antes de descubrir la amenaza sovié-

tica– éstos habían justificado las intervenciones con que habían consolidado esa hegemonía en Centroamérica invocando sucesivamente la necesidad de desbaratar los designios de Lord Palmerston, Porfirio Díaz y el general Obregón.

Sea de ello lo que fuere, a falta de una acción militar concertada de la Organización de Estados Americanos y dado que una intervención unilateral de los Estados Unidos parecía irrogar un precio político demasiado alto, el problema creado en Guatemala fue resuelto mediante una expedición dirigida por oficiales del ejército guatemalteco opuestos al gobierno de ese país y organizada en territorio hondureño con apoyo apenas secreto de Washington. Esa victoria excesivamente fácil, que sugería que la alarma había sido también excesiva, no sólo alcanzaba el objetivo inmediato de disipar el peligro guatemalteco, fuese éste real o sólo imaginario; ofrecía también una advertencia más general acerca de los peligros que afrontaba cualquier país latinoamericano que no aceptase plenamente y sin reservas la hegemonía norteamericana. Esa advertencia aparecía tanto más oportuna en un momento en que las bases económicas de ésta comenzaban paulatinamente a debilitarse gracias a la rehabilitación económica cada vez más exitosa del resto del centro industrial, y a la aparición en el Viejo Mundo de un grupo cada vez más numeroso de naciones que se negaban a alinearse en ninguno de los bloques rivales consolidados en la guerra fría. A la vez, el episodio guatemalteco, que insinuaba un retorno de los Estados Unidos a prácticas que la política de buena vecindad había prometido desterrar para siempre, vino a dar nueva vida a los sentimientos hostiles que esas prácticas habían inspirado en muy vastos sectores de opinión latinoamericanos; la *Fábula del tiburón y las sardinas,* en la cual un ex-presidente de Guatemala, Juan José Arévalo, presentaba al episodio guatemalteco como el más reciente de una larga historia de agresión y rapacidad norteamericana, fue hallada persuasiva por una muchedumbre de lectores que estaban lejos de reclutarse exclusivamente entre los simpatizantes de la URSS.

En 1959, cuando se abrió la siguiente crisis en el sistema panamericano, mucho de lo que aparecía en germen en 1954 había tenido tiempo de fructificar; aun antes de entrar en esa década de prosperidad inaudita que iba a ser la de 1960, Europa había concluido triunfalmente su reconstrucción, y desde 1958 había encontrado en Charles de Gaulle una figura capaz de imponer la trasformación de la alianza atlántica en algo diferente de la consagración institucional de la tutela norteamericana; por su parte, la visita oficial del presidente Eisenhower a la India, que bajo la guía de Nehru había dado apoyo decisivo al movimiento de los no-alineados, importaba la renuncia solemne a la noción de que los participantes en ese movimiento, en cuanto se negaban a abandonar su neutralidad en una lucha que era la del bien contra el mal, no podían aspirar a la amistad de los Estados Unidos.

No menos alarmante era que el mundo socialista, aunque había atravesado tormentas muy serias luego de la muerte de Stalin, y sufrido en su prestigio como consecuencia de la represión militar soviética del movimiento húngaro, parecía capaz de sobrevivir a la desaparición del déspota que lo había gobernado con mano férrea, sin que en la transición sufriese el ritmo de un crecimiento económico hasta ese momento más rápido aun que en Europa Occidental, y, bajo la dirección de Jrúschov, cuyo optimismo –reflejado en la promesa del reino de la abundancia que seguiría a la inminente transición del socialismo al comunismo en la URSS– se preparaba, abandonando la cautela de la etapa anterior, a utilizar con imaginación y audacia las posibilidades que abría a la acción internacional de la URSS la erosión del sistema bipolar surgido en la inmediata postguerra.

En particular la URSS hallaba prometedora la culminación final del proceso de descolonización, y no sólo allí donde, como en Vietnam, ésta era impuesta por una rebelión de los pueblos coloniales bajo liderazgo comunista; a su juicio el agotamiento final de la hegemonía europea sobre Asia y África abría también oportunidades menos dramáticas de expandir

la presencia y el influjo soviéticos; por su parte los Estados Unidos estaban admitiendo ya que para manejarse en ese contexto nuevo les era preciso desarrollar estrategias más versátiles que las de la guerra fría, y aun llevarlas adelante independientemente y si se hacía necesario en contra de sus aliados en ella; en 1956 la intervención anglo-franco-israelí en Egipto, provocada por la nacionalización del canal de Suez por Nasser, tuvo por respuesta un público veto norteamericano ante el cual los responsables de la iniciativa juzgaron prudente inclinarse.

Pero mientras en las zonas que el desenlace de la segunda guerra mundial no había colocado firmemente bajo control directo de ninguno de los dos antagonistas de la guerra fría, los Estados Unidos se mostraban dispuestos a llevarla adelante con reglas nuevas y más flexibles, ello no hacía sino aumentar el celo con que se proponían enfrentar cualquier tentativa de redefinir los términos de su relación desigual con Latinoamérica. De este modo se ponían las bases para el encuentro y desencuentro entre la potencia hegemónica y la Revolución Cubana, que –para usar la feliz expresión de Richard Morse– puso fin a la *pax monroviana* en el momento en que ésta parecía mejor consolidada que nunca.

El desenlace socialista de la revolución cubana vino a reestructurar para siempre el campo de fuerzas que gravitaba sobre las relaciones entre el norte y el sur del continente, en cuanto hacía real y tangible una alternativa hasta entonces presente sólo en un horizonte casi mítico, como objeto del temor o la esperanza de los antagonistas en el conflictivo proceso político-social latinoamericano. Ella abría así una etapa nueva en éste, y lo hacía de modo tanto más convincente por cuanto también los datos de la realidad económica interna e internacional que en la entrada en la postguerra parecían destinados a seguir gravitando indefinidamente en el futuro, y a partir de los cuales se habían definido opciones socioeconómicas apoyadas por vastos movimientos políticos, parecían estar perdiendo su fijeza originaria, y las opciones tomadas

frente a ellos mucho de su originaria eficacia. Los primeros quince años de la segunda postguerra se presentan así para Latinoamérica como una etapa mas fácilmente acotable que otras, aunque como siempre los rasgos que la constituyen como tal, y que gravitan por igual sobre la trayectoria de las naciones latinoamericanas, se combinan en cada una de ellas con otros de alcance menos universal para imprimirles líneas de avance socioeconómico y también político que están lejos de mantenerse constantemente paralelas.

El punto de partida de esta etapa está dominado por las expectativas económicas y políticas creadas por el ingreso en la postguerra; las primeras afectan sobre todo a los países que han sido tocados por los avances de la industrialización; las segundas inciden sobre todos por igual, en cuanto la victoria de las Naciones Unidas parece haber privado para siempre de legitimidad política a esas corrientes de derecha hostiles al régimen de democracia liberal que por un momento parecieron capaces de proporcionar sustento ideológico a la práctica de gobierno de las dictaduras vernáculas, y la presencia de la URSS en la coalición victoriosa, que no se espera le dé gravitación en el Nuevo Mundo, no refuerza la muy desmedrada alternativa revolucionaria a ese régimen, sino la exigencia de que integre entre sus objetivos los de reforma social a los que en el pasado sólo ha concedido atención limitada y episódica.

Esa exigencia de retorno a la tradición liberal-constitucional lleva en más de uno de los países latinoamericanos grandes y pequeños a un desplazamiento en algunos casos negociado, en otros impuesto frente a resistencias poco obstinadas, de regímenes cuya naturaleza autoritaria u oligárquica los torna incompatibles con las pautas impuestas por el clima político dominante. Pero da lugar también, en dos de los países mayores, Brasil y Argentina, a una respuesta de los que han dominado la escena hasta la víspera en un marco declaradamente autoritario, que les permitirá seguir dominándola en el del restaurado orden constitucional gracias a la reestructuración

del paisaje político que logran llevar adelante con éxito. Nacen así los dos ejemplos más puros de lo que luego los estudiosos de la política latinoamericana llamarán popularismo, los únicos quizá en los cuales ese elusivo movimiento es algo más que una criatura de la imaginación de observadores retrospectivos dispuestos a imponer una artificial regularidad de líneas a un proceso excesivamente heterogéneo y confuso.

En **Brasil** –se ha visto ya– Vargas se disponía a inaugurar una nueva etapa en su carrera bajo el signo de la restaurada democracia; y con vistas a ello a partir de 1942 imprimió nuevo ritmo a la sindicalización suscitada desde el Ministerio de Trabajo y mayor vigor a la acción de éste en apoyo de las reivindicaciones obreras; desde comienzos de 1945 ese sector acrecido por la industrialización de guerra vino a poner barrera a los avances del sentimiento antivarguista en la sociedad urbana, que de claramente dominante parecía estar haciéndose unánime; su voz discordante se dejó oír a través del movimiento *queremista*, que proclamaba su apoyo a la permanencia de Vargas al frente del gobierno en la etapa que iba a abrirse, y encontró pronto apoyo en las filas del comunismo, ya reconciliado con su antiguo perseguidor bajo el signo de la unidad en torno a la causa de las Naciones Unidas, y que ahora parecía haber llegado a un entendimiento con él, en el marco del cual se preparaba para rehacer y ampliar su base política luego de su ya inminente salida de la clandestinidad.

La posibilidad de que Vargas utilizase la futura transición política con tanto éxito como las que se habían sucedido desde 1930 no sólo exasperó la oposición de las otras víctimas políticas del Estado Novo; despertó en el ejército (que esperaba que el ascenso a la presidencia del mariscal Eurico Gaspar Dutra, sostenido por las fracciones oligárquicas que se habían en su momento mimetizado al Estado Novo, le asegurase en el nuevo marco político el mismo influjo decisivo que había mantenido desde 1930) alarma bastante para decidirlo a derrocar a Vargas y encomendar interinamente el poder ejecutivo al presidente de la Suprema Corte, como garantía de imparcialidad política y electoral.

Los resultados del golpe, que contó con la aprobación del embajador norteamericano, iban a satisfacer plenamente a sus organizadores militares: el mariscal Dutra, que casi duplicaba los votos del brigadier Gomes, abanderado de los adversarios del *Estado Novo*, y triplicaba los del candidato independiente sostenido por los comunistas, iba a ser el primer presidente de la nueva etapa republicana, gracias al apoyo del Partido Social Demócrata, etiqueta nueva para las corrientes tradicionales que habían seguido la trayectoria de Vargas, y el Partido Laborista, que canalizaba la nueva base obrera y popular de éste.

Al mismo tiempo que volvía a ser gobernado por un mandatario elegido, Brasil se daba su cuarta constitución republicana, la de 1946; bajo su égida, como era inevitable, el congreso volvía a estar dominado por los representantes del Brasil rural todavía mayoritario, pero la limitación del sufragio a los alfabetos, sumada a la implantación de la elección directa de presidente y vicepresidente, aseguraba un peso decisivo en cuanto a esta última a la más politizada y menos conservadora opinión urbana, y venía a crear la base institucional para tensiones entre poderes que gravitarían cada vez más en el curso de la política brasileña.

En ella Vargas retenía un lugar central, como jefe del Partido Laborista, aliado del mayoritario socialdemócrata, y senador por su nativo estado de Rio Grande do Sul. La opaca gestión del gobierno Dutra, y la orientación cada vez más conservadora que vino a adquirir bajo el influjo creciente de las fuerzas políticas tradicionales, y también del ingreso de Brasil en la guerra fría iban a permitir al ex-presidente marcar distancias que vinieron a justificar el lanzamiento de su candidatura para la renovación presidencial de 1950 bajo etiqueta laborista, y con apoyo del Partido Comunista, declarado ilegal en 1948 luego de que algunos comicios parciales lo mostraron en avance (Vargas, por su parte, había proclamado en-

tonces su indignada oposición contra esa iniciativa antidemocrática). La campaña varguista que suscitó vastas expectativas de redención social en las masas brasileñas, culminó en una muy holgada victoria, debida sobre todo a macizas defecciones en las filas socialdemócratas.

La nueva gestión presidencial de Vargas iba a ser difícil; su victoria había sido facilitada por el malestar social que era consecuencia del agotamiento de la primera etapa de industrialización, continuada en la postguerra gracias al uso sistemático de la sobrevaluación de la moneda para poner al servicio del objetivo industrializador recursos derivados de las exportaciones; cuando se hizo evidente que su gobierno no sabía afrontar mejor que el de Dutra esa situación nueva y difícil, cobró nuevos ímpetus la oposición conservadora dominante en el congreso, alentada ahora por el difuso descontento de sectores urbanos cada vez más amplios ante el agravamiento de la inflación, que en 1954 aseguró un impacto inusitado a la campaña en que Carlos Lacerda, inquieto político y periodista ahora constituido en vocero de la oposición de derecha, denunciaba la corrupción que Vargas, que nunca había exigido de sus aliados políticos la rígida probidad financiera que se imponía a sí mismo, toleraba ahora en su círculo íntimo.

El acorralado presidente hizo de su suicidio el más eficaz de los gestos espectaculares que puntuaron las cuatro décadas de su carrera pública: en un breve testamento político presentaba como responsables de su muerte a los enemigos nacionales y extranjeros del bienestar popular y de la auténtica independencia nacional, a los cuales –según aseguraba con corta memoria– había combatido toda su vida, y a cuya venganza se entregaba como víctima voluntaria, esperando ahorrar así al pueblo brasileño la que esas fuerzas oscuras le tenían destinada. Al día siguiente el Brasil urbano se conmovía en innúmeros tumultos; el sacrificio de su jefe y fundador salvaba a la coalición populista (en que el influjo de la acelerada urbanización e industrialización, sumado al del mismo Vargas, había acre-

cido el del laborismo) de una ruina que en la víspera parecía inminente, y le iba a dar la oportunidad de emprender una nueva navegación bajo el signo del desarrollismo.

La posibilidad de esa victoria póstuma alarmó a sus adversarios, entre los cuales se contaba su sucesor constitucional, el vicepresidente Cafe, que buscó impedir desde el poder una sucesión presidencial favorable a los herederos del varguismo. Su derrocamiento por el ejército, que no contó con el apoyo unánime de las fuerzas armadas, abrió el camino para la victoria electoral, en 1955 de Juscelino Kubitschek, que en su muy tradicional estado de Minas Gerais hacía papel de figura renovadora, pero cuyo énfasis en el desarrollo económico venía a imponer sordina al que en la última etapa de la carrera de Vargas las fuerzas que lo apoyaban habían puesto en las reivindicaciones sociales y nacionalistas.

Ello no impidió a Kubitschek retener el apoyo del laborismo, que proseguía sus avances en el electorado y el congreso (acelerados todavía más porque su creciente influjo nacional hacía que en más de un estado se cobijaran bajo su bandera facciones locales irreprochablemente rurales y oligárquicas). Al proponer al desarrollismo como solución a los problemas económicos brasileños, el nuevo presidente lo declaraba capaz no sólo de sacar a la economía nacional del estancamiento, sino de imprimirle un ritmo de avance desconocido en el pasado, que –según rezaba su fórmula favorita– lo haría avanzar medio siglo en sólo cinco años. Por otra parte ese gran salto adelante en la industrialización tenía su complemento en otro proyecto igualmente grandioso: el traslado de la capital a un desierto rincón de la meseta central, prólogo a la incorporación plena a la vida brasileña del vasto y despoblado interior.

No es sorprendente que en 1960 esas promesas desmesuradas no se hubiesen cumplido del todo; más lo era que se estuviese tan cerca de ello: si Brasilia no era aun más que un esqueleto de ciudad, que poco podía influir aun en el proceso de puesta de valor del territorio, la economía nacional había crecido a ritmos que contaban entre los más veloces del planeta.

Pero si el esfuerzo por acelerar el desarrollo económico había en efecto evitado el peligro del estancamiento, había también extremado los desequilibrios de la economía brasileña.

Éstos se habían agravado también porque el café del Brasil, que pese a algunos altibajos había venido beneficiándose desde el fin de la guerra con la expansión del consumo en los países centrales, afrontaba una competencia cada vez más dura de los productores del Viejo Mundo; desaparecía así más tarde en Brasil que en otras partes, la prosperidad exportadora de la temprana postguerra, y ello no auguraba una fácil salida de las apreturas económicas reflejadas en una inflación más impetuosa y en una aguda crisis del sector externo.

En la renovación presidencial de 1960 el temprano agotamiento de la solución desarrollista, que, si bien dejaba un legado indeleble en la estructura de la economía nacional, parecía incapaz de seguir impulsando su avance, y por añadidura estaba cumpliendo muy mal su promesa de rehacer la cohesión de la base social del populismo, creó una oportunidad magistralmente utilizada por un colorido político paulista, Jánio Quadros, para conquistar la presidencia agitando temas que recogían en parte los usados en vano por la oposición antivarguista desde 1945. Era una victoria hasta tal punto personal que fue acompañada de la de João Goulart, candidato a vicepresidente en la fórmula rival de la encabezada por Quadros, y por décadas principal ejecutor de la política laboral de Vargas; aun así reveló la pérdida de la sólida hegemonía populista que había dado hasta entonces firmeza al orden político brasileño, y por eso mismo, pese a que el errático desempeño del nuevo presidente la privó de consecuencias duraderas, introdujo a la política brasileña en un nuevo curso que, como el emprendido en 1930 y ahora clausurado, se internaba en aguas nunca antes navegadas, y previsiblemente tormentosas.

En las tres décadas que se cerraban, la economía, la sociedad y la política brasileñas habían sufrido una transformación gigantesca, pero aún incompleta. Ello era evidente ya para los

observadores contemporáneos, más interesados en las novedades introducidas en el curso de ese proceso que en lo que él todavía no había tocado; entre ellas, por ejemplo, los intrigaban las modalidades de las sindicalización brasileña, que –como la de la Italia fascista– se había organizado abiertamente desde el Estado, pero al revés de ésta no había sido impuesta violentamente a una masa obrera de larga experiencia organizativa, sino le ofreció la primera experiencia en ese campo, y pudo así crear un movimiento obrero en el cual sus representados reconocían un servidor eficaz de sus intereses precisamente porque sabía poner al servicio de éstos su vínculo originario con el Estado.

Esta actitud, que aparece tan singular si se la contempla desde la perspectiva de la historia del movimiento sindical a escala mundial, lo es mucho menos cuando se la ubica en el contexto de la experiencia política de los sectores populares urbanos en Brasil. Y restrospectivamente se hace aun más evidente que en los grandes núcleos urbanos del Brasil centro-meridional, en los que el cambio socioeconómico se hace sentir con particular intensidad; no sólo las pautas de la vida colectiva están menos alejadas de las tradicionales en Brasil de lo que gusta de imaginarse, sino que aun allí el peso numérico de sectores que como el obrero-industrial aparecen como la creación de esos cambios es aun más limitado porque el crecimiento demográfico cada vez más acelerado impulsa una urbanización cuyo ritmo excede aún el muy rápido del avance industrializador. La consecuencia es que las etiquetas políticas no son lo que parecen; ni el laborismo es abrumadoramente obrero, ni la presencia obrera la imprime los rasgos habitualmente presentes en los partidos que en otras partes llevan ese nombre (aun más significativamente, el laborismo tiene muy escaso peso político en el estado más industrializado, São Paulo, dominado por Adhemar de Barros, un político local de zigzagueante carrera y reputación equívoca, que adapta magistralmente al nuevo contexto social las tradiciones clientelísticas de la política brasileña).

A la vez, el laborismo que no puede penetrar en la fortaleza paulista encuentra su desquite tanto en Rio Grande do Sul, donde recluta sus dirigentes en las filas de una clase hacendada de la que provenía Vargas (cuyo nombre era allí la mejor prenda de triunfo) y proviene también Goulart, y todavía –se ha indicado ya– terciando con provecho en las rivalidades de clientelas y clanes del Brasil arcaico, que deben cobijarse bajo el signo de los nuevos partidos nacionales.

Así, aunque el Brasil de 1960 ha avanzado ya demasiado en su gigantesca metamorfosis para que le sea aún posible volver sobre ella, los cambios ya madurados están lejos de haber hecho avanzar la transferencia de influjo político al sector cuyo desarrollo impulsa, hasta el extremo que muchos creen ya alcanzado para entonces; de hecho ella ha progresado menos de lo que sugiere tanto la aproximativa paridad que ha terminado por establecerse entre los partidos integrados en la alianza socialdemócrata-laborista cuanto el peso decisivo del vuelco de la opinión urbana en la victoria de Quadros, y las difíciles opciones de la etapa que se abre deberán ser afrontadas por un Brasil políticamente menos renovado de lo que muchos brasileños imaginan.

Las diferencias que corren entre Brasil y **Argentina** se reflejarán también en las de sus experiencias populistas. En este país más urbanizado e industrializado, marcado históricamente por una crónica escasez de población sólo corregida mediante un aluvión inmigratorio proporcionalmente mucho más cuantioso que el recibido por Brasil, y que desde temprano en el siglo XX adquiere un perfil demográfico de país modernizado, la población viene creciendo con una lentitud que no deja de provocar alarma (aun disipada la breve prosperidad peronista, las insuficiencias de ese crecimiento volverán a corregirse gracias a la inmigración, ahora originada en los países vecinos); ya en las primeras etapas del proceso industrializador, las fuentes obvias de mano de obra derivadas de la migración a las ciudades (alimentada sobre todo por el éxodo de la población ocupada en la agricultura pampeana, hasta que en la postguerra el originado en las provincias periféricas pasa a primer plano) se anuncian menos inagotables que la que proporciona el Brasil rural.

Esos datos básicos, y su consecuencia, que es la hegemonía política del sector urbano, y dentro de él de una clase trabajadora que ya antes de transformarse en principal sostén y beneficiaria de la gestión peronista conoce niveles de salarios históricamente comparables a los de Europa continental, gravitan fuertemente sobre esta gestión misma, y sin duda contribuyen a que su irrupción triunfal en la vida argentina marque una ruptura en el equilibrio social y político incomparablemente más nítida que la gradual transición vivida en Brasil bajo signo varguista. A la intensidad de esa ruptura contribuye también decisivamente el estilo confrontacional que Juan Domingo Perón imprime a su acción política y a la del movimiento que llevará su nombre.

En la segunda mitad de 1945 se hace evidente que el vicepresidente, ministro de Guerra y secretario de Trabajo y Previsión del régimen militar no podrá reclutar para su candidatura presidencial el apoyo de fracciones significativas de las fuerzas políticas tradicionales, y el régimen mismo aparece cada vez más asediado por una marea opositora que desborda a esas fuerzas mismas y expresa sobre todo la impaciencia de sectores medios a los que tanto las clientelas plebeyas del radicalismo como la restauración oligárquica y fraudulenta y el abortado ensayo autoritario-clerical habían marginado, y que ven en la victoria mundial de la democracia una oportunidad para el desquite; a medida que Perón, a falta de otros apoyos, extrema su identificación con el mundo del trabajo, las organizaciones empresarias y terratenientes se unen con creciente vehemencia a esa acción opositora. Cuando parecen haber logrado la eliminación de Perón del panorama político, el grupo militar que por unos días logra imponerla no puede evitar que una movilización organizada sobre todo por veteranos dirigentes sindicales imponga su liberación. El 17 de oc-

tubre Perón puede lanzar su candidatura presidencial desde la casa del gobierno, frente a la muchedumbre que lo ha rescatado; como siempre ha creído, el desenlace de la crisis argentina será una elección general, y para ella está mejor preparado que sus enemigos.

Sin duda, las organizaciones políticas que lo apoyan no son muy temibles; algunas fracciones disidentes de los partidos tradicionales se suman en ellas a un partido nuevo, el Laborista, organizado por dirigentes sindicales. Pero cuenta en cambio con una popularidad personal ya más profundamente arraigada de lo que su origen tan reciente haría suponer; si todavía un año antes, en los primeros actos en apoyo del secretario de Trabajo, eran los dirigentes sindicales los que aportaban el público, la multitud fervorosa que hizo del 17 de octubre el Día de la Lealtad Peronista reconocía ya en la que la ligaba directamente al Líder el elemento decisivo de su definición política.

Esa lealtad aseguraba a la candidatura de Perón el apoyo casi unánime de las clases obreras y populares urbanas, pero no bastaba para ganarle el de la mayoría del electorado, que fue preciso obtener acudiendo a una multitud de auxilios muy diversos, en cuyo reclutamiento reveló Perón una comprensión de los mecanismos de la política electoral argentina cuya instintiva e infalible justeza era sólo comparable a la de Yrigoyen. En particular no fueron pocos los caudillos locales de obediencia conservadora, que, conscientes de que la hora de su partido había pasado, pusieron lo que quedaba de sus máquinas, que sólo podían sobrevivir a la sombra del Estado, al servicio del nuevo alineamiento; estos y otros reclutas adventicios se limitaban a abrir canales de acceso a votantes que nunca los habían reconocido como los destinatarios últimos de su lealtad política, y ahora la transferían al jefe del naciente movimiento. Estos éxitos hicieron posible la ajustada victoria obtenida por Perón, en las elecciones de febrero de 1946, contra una coalición que, aunque encabezada por ese partido popular que era el radicalismo e integrada por otros a su izquierda, incluido el comunista, encontraba sus apoyos más sólidos en las clases medias y altas.

Esa victoria dio al peronismo el control del Ejecutivo y el casi total del Congreso; su fundador la iba a utilizar para acrecentar el papel del Estado en la economía (la nacionalización del Banco Central y la creación de una corporación pública a cargo del comercio externo acentuaban esa tendencia, introducida por la restauración conservadora, a la vez que modificaban sus objetivos) y asegurar una gradual conquista de todos los resortes del poder y la opinión (depuración de la Universidad y la Justicia, monopolio de hecho de la radiodifusión y casi monopolio de la prensa diaria, supresión del periodismo opositor): esa inflexión autoritaria iba a ser institucionalizada por la reforma constitucional de 1949, que hizo posible la reelección presidencial.

La organización del movimiento peronista fue encarada por su jefe con análogos objetivos. Para 1947 las últimas veleidades autónomas de la dirigencia sindical fueron aplastadas, y todas las fuerzas peronistas unificadas en un partido al que su estatuto colocaba bajo la autoridad suprema de Perón. Esa metamorfosis fue facilitada por la ampliación de la base del movimiento, que se expandía sobre todo en zonas geográficas y sociales antes escasamente politizadas; no sólo el número de obreros sindicalizados, que en 1945 no había sido mucho más alto que en 1940, había ya más que duplicado, y por lo tanto la mayor parte de los afiliados sindicales no contaba ya con experiencias de militancia previas a su incorporación a un movimiento definido a partir de la lealtad personal a su jefe; por añadidura -y gracias sobre todo al esfuerzo tesonero de la esposa del presidente, Eva Perón, que tomó a su cargo, a más de la vigilancia de la disciplina política en el movimiento obrero, la organización de nuevos sectores, desde las mujeres, para las cuales gestionó el voto y creó una rama separada del partido oficial, hasta los «humildes», a los que se orientó sobre todo su Fundación de Ayuda Social- el peronismo pasó a contar con mayorías electorales amplia-

das, en las cuales la contribución del voto sindical era ya menos decisiva que en 1946.

Pese a ese centralismo y autoritarismo crecientes, el poder de Perón encontraba todavía límites y condicionamientos importantes. En primer lugar su legitimidad requería ser revalidada periódicamente por el veredicto del electorado; como sabía bien, el ejército, aunque controlado por oficiales adictos, y dispuesto a tolerar el control de los medios de opinión y el uso de la intimidación política, no hubiese aceptado volver al papel de sostén de gobiernos nacidos de elecciones fraudulentas. Y esa necesidad de victorias electorales convincentes hacía que el control político de los sindicatos no diese al régimen peronista mayor libertad para orientar su política económica y social, tomando distancia de las aspiraciones del sector obrero y popular que en 1945 le había dado apoyo decisivo.

Esta situación tenía consecuencias enojosas: debido a su identificación con una clase obrera menos sumisa que nunca, un régimen que sacrificó permanentemente a los intereses del sector industrial los de la economía rural no contó nunca con el apoyo sincero de los patronos industriales. Pero las económicas eran aún más serias: el peronismo se había consolidado a partir de 1946 satisfaciendo las expectativas de trabajadores y consumidores urbanos a costa del sector rural, pero, para que esa política ofreciese una solución duradera, no sólo hubiese sido necesario que la relación de precios internacionales de la más temprana postguerra se hubiese mantenido indefinidamente, sino que la producción rural se expandiese para satisfacer la acrecida demanda de una población urbana ahora más próspera sin afectar los saldos exportables, y ello sin usar como estímulo la mejora de los precios internos.

Ninguna de estas condiciones iba a cumplirse; no sólo los precios internacionales no iban a mantenerse, sino la agricultura argentina comenzaba ya a sufrir las consecuencias de un retraso tecnológico agravado por los avances de la norteamericana, imitada pronto por otros centros productores, y todavía por el uso que Washington hacía del subsidio y el crédito

para asegurar nuevos mercados a su producción creciente. Ello hacía más compresible la pasividad oficial frente a un estancamiento productivo que, aunque alarmante en cuanto al futuro, por el momento se adecuaba a la dificultad creciente de instalar excedentes en el mercado mundial.

Pero ese futuro se hacía cada vez más inminente, como lo revelaron las presiones cada vez más insoportables contra la paridad internacional del peso, la inflación en avance, la pérdida de velocidad del crecimiento industrial y el fin de la etapa de dramático avance en el nivel de vida popular. En 1951 Perón comenzó cautelosamente una reorientación económico-social cuyos peligros políticos advertía muy bien; la muerte de Eva Perón iba a ser vista por muchos como el momento definitorio de un cambio de ruta con el cual coincidió accidentalmente. Lo que se buscaba ahora era extremar la centralización y el autoritarismo para permitir al régimen ubicarse por encima de las clases y ejercer una dominación menos condicionada por la alianza privilegiada con las obreras y populares.

Necesitaba hacerlo para implantar una nueva política económica, que anticipaba las líneas básicas de la desarrollista, aunque, a la vez que buscaba como ésta canalizar la inversión extranjera hacia el sector industrial, subrayaba aun más decididamente la necesidad de abrirle acceso legal a la explotación del petróleo, y aliviar así el peso negativo que su importación arrojaba sobre la balanza de comercio. Esa iniciativa, de parte de un régimen que contaba entre sus hazañas la conquista de la independencia económica, creó una oportunidad que la acorralada oposición utilizó hábilmente; a la vez la aspiración de Perón a completar la reestructuración política iniciada en 1946 sobre líneas cada vez más cercanas a las del totalitarismo de la entreguerra lo llevó a lanzar una campaña anticlerical que socavó la lealtad nunca totalmente segura de las fuerzas armadas; en septiembre de 1955, un alzamiento apoyado por una pequeña minoría del cuerpo de oficiales pero sólo resistido con decisión por una minoría aun más reducida de éste fue suficiente para provocar el derrocamiento del régimen.

Y arrojó a Perón a un largo exilio, durante el cual, desde Panamá, Venezuela, la República Dominicana y finalmente Madrid, iba a seguir gravitando en la vida política argentina; si las depuraciones del cuerpo de oficiales consiguientes a su caída le aseguraron la unánime hostilidad de las fuerzas armadas, retuvo en cambio la lealtad inquebrantable de aproximamente un tercio del electorado, y el influjo derivado de la identificación que con él mantenía el movimiento sindical. Por encima de todo eso, lo que le iba a permitir ejercer durante dieciocho años de exilio un inusitado liderazgo político a distancia fue la persistencia de los dilemas que habían comenzado por provocar la ruina de su régimen, y luego harían imposible la consolidación de los que sucesivamente lo reemplazaron en el poder.

El gobierno militar surgido de su derrota fue presidido primero por el general Eduardo Lonardi, reemplazado ya en noviembre de 1955 por el general Pedro Eugenio Aramburu, como consecuencia de la alarma del cuerpo de oficiales ante las tentativas de captación de las organizaciones sindicales peronistas por las corrientes de derecha católica volcadas en la oposición durante la reciente campana anticlerical, con las que juzgaban identificado a Lonardi. El general Aramburu, que favorecía en cambio la eliminación total del influjo alcanzado por el peronismo en la vida argentina, estaba tan convencido como su predecesor de la necesidad de una salida electoral a relativamente corto plazo, en la que era ya impensable acudir al recurso del fraude, pero confiaba en socavar rápidamente el influjo peronista mediante reformas electorales (como la representación proporcional) y la proscripción del partido y la depuración de la dirigencia obrera; en 1957 se hizo evidente que ambos recursos habían fracasado; los peronistas habían avanzado ya mucho en la reconquista del control sobre los sindicatos, y en las elecciones para una asamblea constituyente (que iba a disolverse sin cumplir sus propósitos reformadores) la consigna de votar en blanco lanzada por Perón fue seguida por más de un cuarto de los electores; frente a un radicalismo ya dividido, ese resultado hacía de él el árbitro de la inminente elección presidencial.

Es lo que comprendió el doctor Arturo Frondizi, jefe de una de las dos fracciones radicales organizadas en partidos separados en vísperas de las elecciones de la constituyente, que había comenzado por agitar motivos ideológicos de izquierda, con un éxito electoral que se iba a revelar sensiblemente menor que el de sus rivales tradicionales. Al descubrirlo renunció a ser, como había esperado, el heredero del peronismo para aceptar ser sólo su aliado circunstancial a través de un acuerdo en que Perón, a cambio de garantías para el futuro político y sindical de su movimiento, le concedió su apoyo electoral. Admitiendo que el proletariado se negaba a reconocerlo como su jefe, Frondizi aspiraba ahora a representar políticamente a los patronos industriales, o –para usar el lenguaje por él preferido– a la burguesía nacional, cuya hegemonía era condición del éxito de la alianza de clases contra los sectores terratenientes y mercantiles identificados con el modelo agro-exportador, que el peronismo no había sido capaz de llevar al triunfo.

Esta formulación tenía, a falta quizá de otros, el mérito de centrarse en el que era ya en ese momento el problema central: la función dinámica del sector exportador aparecía agotada, pero no había otros capaces de sustituirlo en ella. Era ya el problema que Perón había comenzado a encarar desde 1950, mediante una discreta restitución al sector rural de parte de los excedentes que producía, y desde 1954 con la apertura a la inversión extranjera. Era de nuevo el problema que debió encarar el gobierno militar, que introdujo una devaluación drástica del peso, destinada a revitalizar al sector rural, y dio comienzo a un plan de inversiones publicas en energía e industrias básicas (construcción de gasoductos y de una planta siderúrgica), pero no logró esquivar una aceleración de la inflación que facilitó el retorno a la escena del peronismo sindical. Y era todavía el problema que Frondizi estaba decidido a atacar sobre las líneas ya anticipadas por el último Perón, y

con una decisión que había faltado tanto a éste como al interinato militar.

Tras de un aumento general de salarios que en unos meses se tradujo en una agudización extrema de la inflación, una devaluación más drástica que todas las anteriores fue seguida de un enérgico esfuerzo de recluta de capitales norteamericanos para el petróleo y la industria, cuyo éxito contrarrestó en cierta medida el impacto negativo que la nueva paridad monetaria tuvo sobre el ingreso urbano. Pero el avance del resto de la economía no corregía el desequilibrio de las exportaciones, y la agricultura, de la que se esperaba la solución, respondía mal al incentivo de la devaluación, en parte porque los mercados externos se mostraban menos receptivos que nunca.

El éxito mediocre de su plan económico creó a Frondizi problemas políticos menos agudos que la brusquedad de la transición con que había pasado, de vocero de la izquierda antiimperialista en las filas del antiperonismo, a aliado de Perón y apóstol de un conservadurismo remozado por el injerto de motivos industrialistas; ella hizo que fuese visto con unánime desconfianza por aliados y enemigos, y en particular por los dirigentes militares, resueltos a defender su control del ejército tanto contra las manipulaciones de un presidente demasiado hábil como contra la resurrección del influjo peronista, que declaraban de antemano intolerable. La definición socialista de la revolución cubana devolvió relevancia a la etapa izquierdista en el pasado de Frondizi, que ahora algunos encontraban aun más alarmante que la desenvoltura con que la había dejado atrás; desde entonces su frágil autoridad sólo iba a sobrevivir en lucha cotidiana contra un asedio en regla.

Así, en Argentina como en Brasil, parecían apagarse los últimos ecos del avance populista que en uno y otro país había sido promovido desde la cúspide del Estado por quienes desesperaban de otro modo de mantenerse en ella en el clima nuevo de la postguerra, y que se había revelado con todo más duradero que las experiencias de signo menos inequívocamente democrático que en Perú, Venezuela y Guatemala surgieron bajo el estímulo de ese clima.

En **Perú** él se reflejó en la victoria lograda por la coalición democrática que, hecha posible por la aquiescencia de las fuerzas hostiles al APRA tanto en el campo político como en el militar, iba a ser usada por ésta para rehacer y ampliar las organizaciones sindicales adictas en Lima y en las plantaciones de la costa norteña, mediante el recurso frecuente a ese gran instrumento de reclutamiento que es la huelga. La consiguiente intensificación del conflicto social no iba a ser, con todo, la causa principal de la creciente hostilidad que la experiencia en curso encontró en los sectores de intereses que, si habían considerado inevitable el retorno del aprismo a la arena política, no por eso dejaban de verlo con profundo recelo.

Las tensiones que llevaron a la crisis precoz de esa experiencia de democratización surgieron en cambio en el campo político. Frente a un resultado electoral que, reflejando la base mayoritaria conquistada por el aprismo, le concedió el predominio en el Congreso, sus adversarios conservaban intactas sus fortalezas tradicionales en la fuerza militar y en la cúpula de la estructura socioeconómica del Perú, y desde ellas no cesarían de hostigar a la fuerza política dominante, para lo cual contaban también con el control casi completo de los medios de difusión. Se creó así bien pronto una *impasse* política ante la cual el movimiento mayoritario se creía con derecho a contar con el arbitraje favorable del presidente Bustamante y Rivero. Pero éste hallaba ofensiva la insistencia con que los apristas le recordaban que si era presidente lo debía al apoyo de su partido, y estaba dispuesto a mantener su independencia frente a él. La frustración de los apristas, que descubrían que su victoria electoral no los había salvado de la marginación, volvió a expresarse en atentados personales y finalmente, en 1948, en una tentativa insurreccional con significativo apoyo en la marina de guerra pero muy escaso en el ejército, que fue sofocada tras de cruenta lucha en El Callao. El presidente respondió de-

volviendo al APRA a la ilegalidad, pero –tras de perder con ello el último contacto con la fuente popular de su investidura– rehusó a modificar su política económica en sentido favorable al sector exportador; en octubre de ese año era derrocado por un golpe militar que instaló en la presidencia al general Manuel Odría.

La persecución del aprismo alcanzó ahora intensidad mayor que nunca en el pasado, y el régimen militar no temió afrontar un conflicto con Colombia al negarse a reconocer derecho de asilo en favor de Haya de la Torre, refugiado en su embajada, que durante años iba a permanecer sitiado en ella. El régimen reencontraba la base política de los de la década anterior; la derecha peruana, desesperando de su futuro en la arena electoral, reactualizaba su alianza con el ejército; frente a una economía mundial en alza podía por otra parte retornar más plenamente que en los años de la depresión a las soluciones de los años dorados de la república oligárquica, a comienzos del siglo; en una etapa en que casi todas las naciones grandes y medianas de América latina mantenían celosamente los controles sobre el sector externo, Perú volvía a una apertura desconocida en casi todas partes desde 1929; las consecuencias estaban lejos de ser negativas, y hasta 1955, por el contrario, la economía nacional se mantuvo en ascenso.

A la vez los nuevos gobernantes no dejaban de advertir que el Perú de mediados de siglo no era ya el de la primera preguerra, y que la base ofrecida por la alianza oligárquico-militar no era ya suficiente para implantar ninguna solución política sólida; el presidente y su esposa parecieron dispuestos a utilizar las lecciones del peronismo, otorgando el voto a las mujeres, entre las cuales la señora María Delgado de Odría esperaba reclutar nuevos apoyos para su marido, y cultivando asiduamente el favor político de las poblaciones marginales que el crecimiento de Lima estaba expandiendo rápidamente.

Estas iniciativas eran recibidas sin favor por los aliados oligárquicos del régimen, que veían en ellas el comienzo de la búsqueda de una alianza política de recambio por parte de los

militares. Cuando el último eco de la prosperidad exportadora de postguerra y su prolongación debida al conflicto coreano vino a apagarse, esos sectores políticos juzgaron deseable poner fin a la gestión militar. Era el momento que el aprismo había esperado pacientemente; desde su refugio limeño y luego desde el exilio, Haya de la Torre impuso a su partido una línea más moderada no sólo en cuanto a ideología y programa, sino en táctica y estilo. Mientras ofrecía apoyo a Estados Unidos en la guerra fría con un fervor que no era ni insincero ni improvisado (la rivalidad entre comunistas y apristas tenía en efecto raíces ya legendarias), en el marco nacional, convencido como estaba de la futilidad de cualquier insurrección y de la firmeza del veto militar contra el acceso del APRA al gobierno, se pronunció por la *convivencia*, es decir, por una alianza con las expresiones políticas de la oligarquía en la que el aprismo había visto siempre a su inconciliable enemiga, que le permitiría abrir finalmente una brecha en el cerco hostil que desde su fundación lo había marginado.

Las elecciones de 1956 dieron la presidencia al candidato favorecido por el aprismo, que era el veterano Manuel Prado. Pero su mayoría estaba lejos de ser abrumadora; el arquitecto Fernando Belaúnde Terry, que había sólo tenido fugaz participación política como candidato independiente en las filas apristas, lo seguía de cerca, sin contar con el apoyo de ninguna organización partidaria digna de ese nombre. Ese resultado comenzaba a revelar el costo que la inflexión moderada tendría para el APRA, que había perdido su mayoría en Lima y se veía reducida a su solidísima fortaleza norteña, y sugería que las tácticas y estilo adoptados por Haya de la Torre podían ser emulados con más éxito por rivales que no cargaban con un pasado en que habían sido el terror de todos los que tenían algo que perder. Belaúnde no sólo encontró apoyos en Lima, donde atrajo a los sectores ansiosos de cambio perdidos por el APRA, y en su nativa Arequipa; también los reclutó en la sierra del sur, siempre refractaria a la prédica aprista, donde los gamonales oteaban el horizonte en busca de nuevas alianzas

que les permitiesen sobrevivir políticamente en un país cuyos cambios percibían muy bien.

La gestión de Prado iba a mantener a la economía peruana en el rumbo fijado por Odría; mientras el *boom* de la harina de pescado rehacía la prosperidad del sector exportador, el aprismo parecía haber encontrado un nuevo papel como representante eficaz de los intereses de sus clientelas regionales y sindicales en un marco socioeconómico que ya no aspiraba a cambiar globalmente. Mientras la legalidad lo favorecía, su preocupación por evitar problemas demasiado duros a un régimen del que era parte lo incitaba a ejercer a veces un influjo moderador de la militancia laboral que comenzó a provocar grietas en su dominio del mundo del trabajo, casi siempre en beneficio de sus tradicionales rivales comunistas.

No convendría exagerar la significación de esos episodios; las fortalezas políticas del aprismo estaban aun sustancialmente intactas, y si el movimiento parecía haber perdido la capacidad de crecer, su influjo parecía por lo menos firmemente estabilizado. Aun así, eran muchos en las filas apristas, y más aun en las de sus organizaciones juveniles, los que juzgaban que el aprismo había renunciado a su vocación revolucionaria sin ganar por ello nada que justificase sacrificio tan exorbitante; una disidencia minoritaria pero beligerante hizo ahora su aparición, y la aspiración a ofrecer justificaciones teóricas rigurosas para sus zigzagueos tácticos, que el aprismo había retenido de sus remotas raíces leninistas, al hacer de esos debates un remedo de disputa teológica en torno a los últimos desarrollos del pensamiento de Haya de la Torre, vino a hacer más cruelmente evidente que lo que estaba en entredicho era la investidura de éste. He aquí una situación que anunciaba ya las dificultades que plantearía al aprismo, y en consecuencia a la solución política basada en la convivencia, la etapa abierta por la revolución cubana.

Mientras en Perú la democratización de postguerra fue hecha posible por el avance de fuerzas opositoras de base popular,

consentido pero no apoyado desde las alturas del poder, en Venezuela y Guatemala iba a sostenerse en la alianza entre quienes debían consolidar el control recientemente adquirido del aparato estatal y fuerzas político-sociales hasta la víspera marginadas o reprimidas. En **Venezuela** la oportunidad abierta a Acción Democrática cuando su jefe Rómulo Betancourt fue puesto al frente de la Junta de Gobierno por los oficiales de rango medio protagonistas del golpe militar de octubre de 1945 iba a ser utilizada para llevar adelante no sólo una vertiginosa ampliación de las funciones asistenciales del Estado, y una reforma de la legislación laboral y de previsión muy favorable a los asalariados, sino también una arrolladora expansión del partido y los sindicatos y organizaciones campesinas a él adictos, que se reflejó en aplastantes triunfos electorales. En 1947 cuando una abrumadora mayoría eligió presidente al mayor hombre de letras de Venezuela, Rómulo Gallegos, y a un congreso totalmente dominado por su partido, parecía anunciarse la instalación de un régimen muy distinto del que sus aliados militares habían esperado ver surgir. Con el beneplácito de los otros partidos, que se temían también condenados a perpetua marginalidad, éstos derrocaron en 1948 a Gallegos. La iniciativa fue por otra parte recibida favorablemente por el interés petrolero y por Washington, que bajo el estímulo de la guerra fría estaba abandonando la preferencia por los gobiernos elegidos y constitucionales, que había alcanzado su máxima intensidad alrededor de 1945.

A esta primera etapa, en la cual –bajo la presidencia del jefe militar del movimiento de 1945, Delgado Chalbaud– el objetivo parece ser una solución electoral acordada con los partidos rivales de Acción Democrática, que despoje a ésta del lugar central que ha conquistado en la política venezolana, sigue luego de la muerte de éste (ocurrida en circunstancias poco claras), la tentativa de crear un poder de base militar, que se espera legitimar por vía electoral, en beneficio de su sucesor en el poder, el coronel Pérez Jiménez. Pero éste no obtiene el apoyo de los partidos rivales de Acción Democrática, ya arro-

jada a la ilegalidad junto con el comunismo, y en 1952 sólo llega a la presidencia constitucional gracias a la abierta falsificación de los resultados electorales; para mantenerse en ella debe implantar un dictadura cada vez más estricta, mientras una ola de prosperidad deja atrás todo lo antes conocido en un país que gracias a la bonanza petrolera no ha dejado un instante de acrecerla en los años de la depresión mundial.

Mientras el gobierno gasta febrilmente en la transformación de Caracas en una gran capital mundial, el crecimiento espontáneo de ésta se refleja en la expansión de sus suburbios elegantes, pero también de otros que albergan a una extendida clase media y en la orla de nuevos barrios de barracas que alojan a los protagonistas de un éxodo rural cada vez más vertiginoso. Es que, tanto en la agricultura como en otras actividades, el nuevo régimen militar abandona los esfuerzos por mantener y acentuar la diversificación económica, y prefiere bogar sobre la cresta de una coyuntura más favorable que nunca, ganando adhesiones múltiples entre empresarios extranjeros y locales llamados a participar en las oportunidades que ella ofrece, y restando ímpetu a la oposición casi unánime del resto de la sociedad venezolana.

En la adversidad y el exilio, Betancourt revisaba en sentido aun más moderado su programa político; si siempre había sabido que en un país que ocupa en el mundo el lugar de Venezuela era factible la democratización política, menos fácil pero en rigor viable la reforma social, pero totalmente imposible un cambio revolucionario que lo liberara de la hegemonía a la vez política y económica de los Estados Unidos, ahora –en una evolución paralela a la Haya de la Torre– estaba dispuesto a admitir que los condicionamientos eran aun más rígidos de lo que había creído en 1945; no sólo el ejército no era un aliado sólido de las fuerzas renovadoras, sino su reconciliación con un poder de base democrática no podría darse nunca por definitiva. Para afrontar el riesgo que ello suponía era preciso que la rivalidad entre las fuerzas políticas no se extremase hasta el punto de incitarlas a apartarse de la solidaridad en defensa del sistema electoral; ello vedaba a Acción Democrática la reconquista de la abrumadora hegemonía que el electorado venezolano le había asegurado luego de 1945.

Por años pareció que la extremada prudencia de esa nueva línea no iba a encontrar su premio; mientras Betancourt, sospechado en Washington de comunismo, esquivaba a duras penas la expulsión de su refugio portorriqueño, la dictadura de Pérez Jiménez aparecía lo bastante consolidada para servir de huésped al aerópago panamericano que en 1954 descubrió en la acción comunista un peligro para la democracia continental. Pero la solidez del régimen dictatorial dependía de la euforia petrolera; y cuando Pérez Jiménez decidió hacer de la renovación presidencial de 1958 la ocasión para una nueva victoria electoral obtenida del mismo modo que las suyas anteriores, esa euforia había disminuido ya considerablemente. La ascendente producción de petróleo en el mundo árabe afectaba negativamente tanto los precios como las posibilidades de expansión de la venezolana; el mineral de hierro, del que Venezuela se estaba convirtiendo en uno de los grandes productores mundiales, daba beneficios fiscales reducidos debido a la excesiva generosidad de los términos con que su explotación había sido concedida a empresas norteamericanas, y el proyecto de reconquistar la holgura financiera a través de un monopolio estatal de la industria petroquímica fue recibido con hostilidad por los intereses petroleros que hasta entonces habían dado firme apoyo a la dictadura.

En medio de prosperidad y popularidad declinantes, y tras de un fracasado golpe aeronáutico, tres semanas de motines populares persuadieron a las fuerzas armadas de la conveniencia de entregar al dictador a su destino. En enero de 1958 una junta militar tomó el poder y convocó a elecciones; en ellas Betancourt fue elegido presidente gracias al apoyo del voto rural, mientras en Caracas el primer puesto correspondía al almirante Wolfgang Larrazábal, presidente de esa junta, que agregaba a su popularidad de vencedor de la dictadura el apoyo del comunismo y el atractivo de una campaña electo-

ral que instrumentaba con la discreción necesaria motivos antinorteamericanos, presentando a Betancourt como el candidato de recambio preferido por Washington luego de la caída del dictador que tan bien le había servido.

Así la nueva prudencia de Acción Democrática se contó entre las causas del deterioro electoral que la obligaría luego a perseverar en ella; la alianza con fuerzas políticas más conservadoras, ofrecida primero a éstas y a los sectores de intereses como garantía contra las consecuencias políticas y sociales del abrumador predominio electoral del partido de Betancourt, se hace necesaria porque ese predominio es cosa del pasado, y pronto también porque la acentuación de la línea moderada provoca en sus filas escisiones y defecciones significativas. Se entiende por qué, cuando la revolución cubana comience a otear el horizonte continental en busca de áreas donde extender su influencia, creerá haber encontrado en Venezuela una particularmente prometedora.

En **Guatemala**, un proceso comenzado bajo análogos auspicios va a tomar un curso muy diferente. Como en Venezuela, el punto de partida es, pocos meses después de la caída de Ubico, un alzamiento exitoso de oficiales jóvenes, que elimina a la cúspide militar y convoca a elecciones; en ellas es elegido presidente Juan José Arévalo, que en su largo exilio argentino había ganado prestigio académico e intelectual y anunció la intención de promover reformas políticas y sociales significativas. Más importantes que las introducidas por vía legislativa fueron las que provinieron de la acción de organizadores de trabajadores y campesinos que por primera vez pudieron actuar libremente en Guatemala, que se reflejaron en un aumento dramático de los salarios reales y una incidencia más efectiva de la legislación laboral, por otra parte muy ampliada. Ese esfuerzo de organización, en el que tuvo papel importante el comunismo guatemalteco, que pese a la sostenida persecución dictatorial contaba con los cuadros necesarios para ello, estuvo muy lejos de ofrecer al nuevo régimen una base popu-

lar de amplitud y coherencia comparable a la de Acción Democrática en la Venezuela de 1945-48; su sostén principal seguía estando en el sector adicto del cuerpo de oficiales.

Al llegar el momento de elegir sucesor para Arévalo se perfilaron dos candidatos militares, pero uno de ellos, el mayor Arana, murió en circunstancias que sus adictos juzgaron sospechosas. Las sospechas se dirigían desde luego contra su rival, el coronel Jacobo Arbenz, que de ese modo tan poco auspicioso alcanzó la presidencia en 1950. Con una base militar cuyas fisuras conocía demasiado bien, Arbenz procuró intensificar el esfuerzo de movilización y organización popular, extendiéndolo a áreas rurales antes no afectadas, con lo que –si abrió el camino para una progresiva expansión y consolidación de su base popular– aumentó peligrosamente la intensidad y la amplitud de la oposición a su gobierno.

Esa nueva tendencia tuvo su expresión más típica en la intensificación de la reforma agraria iniciada ya por su predecesor; sin duda la ley de 1952 adoptaba principios más moderados que la reforma agraria mexicana, en cuanto afectaba sólo a tierras incultas, pero esas tierras incluían las de los mayores propietarios, en particular de la United Fruit Company, que controlaba la economía de las tierras bajas del Atlántico y se sentía también amenazada por el proyecto de construcción de un puerto oceánico y una carretera al Atlántico, que la hubiera despojado del control total del acceso al tráfico internacional, que le aseguraban el ferrocarril y los puertos de que era propietaria.

John Foster Dulles, secretario de Estado del presidente Eisenhower, que parecía sentir como propios los contratiempos que afrontaba la compañía frutera, decidió bien pronto poner fin a una experiencia que hallaba tan peligrosa para los intereses de ésta como para los de los Estados Unidos. En cuanto a esto último el afianzamiento de una presencia comunista sin duda minoritaria en un rincón de América Central era quizá menos alarmante que la actitud de un gobierno que, al frente de una nación tan pequeña y débil como Guatemala, rehusaba

a movilizarse para la cruzada anticomunista emprendida desde Washington; Dulles no se equivocaba sin duda al concluir que tolerarlo infligiría grave daño a la solidez del sistema panamericano. Como se ha visto ya, una vez tomada la decisión, no le fue difícil llevarla a la práctica.

La caída sin lucha del gobierno Arbenz fue seguida de la destrucción de las organizaciones obreras y campesinas destinadas a crear finalmente una base sólida para la revolución guatemalteca, y las ahora formadas bajo distinta inspiración nunca iban a adquirir peso comparable a aquéllas. El primer beneficiario de ese vacío político algo artificial fue el coronel Carlos Castillo Armas, jefe de la pequeña fuerza disidente ahora victoriosa, que iba a ocupar el poder hasta su asesinato, en 1957; desde él no fue capaz de crear una base política para el grupo de oficiales que luego de apoyar a la revolución de octubre de 1944 se opusieron a su creciente ímpetu reformista; en 1958 fue elegido para reemplazarlo el general Miguel Ydígoras Fuentes, cuya identificación con el orden político y militar anterior a 1944 lo hacía menos odioso a la opinión que los herederos de la restauración de 1954, ahora rodeados de unánime impopularidad; su encumbramiento parecía cerrar por fin el interregno abierto en 1944. Muy poco había en el panorama del país que invitase a imaginar para el futuro algo mucho peor que la combinación muy tradicional de oligarquía y dictadura, que -salvo durante ese interregno- había gobernado a Guatemala hasta donde alcanzaba memoria de hombre, sin ahorrar represiones brutales, pero sin necesidad de hacer de la masacre su favorito instrumento de gobierno. Unos años más e iba a hacerse evidente que, en la etapa de confrontaciones más agudas que se estaba abriendo, sólo ese recurso podría salvar el orden que la iniciativa de los Estados Unidos había restaurado en 1954 en Guatemala.

La oleada democratizadora que, estimulada primero por la esperada victoria de las Naciones Unidas, iba a adquirir un mayor ímpetu en la inmediata postguerra, alcanzó en el resto de

Latinoamérica resultados aún más efímeros o superficiales. En **Ecuador**, se ha visto ya, ésta se había traducido ya en 1944 en un retorno de Velasco Ibarra al poder, esta vez bajo los auspicios de un frente de liberales disidentes, socialistas y comunistas; una vez en él se apresuró una vez más a romper con todos ellos para evolucionar rápidamente hacia la dictadura; era la oportunidad que esperaba el ejército para librarse de él; bajo égida militar fue elegido presidente Galo Plaza, miembro de una de las dinastías político-económicas que capitaneaban el liberalismo costeño; bajo su gobierno el litoral iba a completar su transformación en gran productor de bananas, que -comercializadas por la United Fruit Company, de la que el presidente había sido alto funcionario- eran producidas por finqueros medianos cuyo surgimiento estaba cambiando el paisaje social litoraleño.

Pero ni esa prosperidad bananera -que iba a ser breve- ni su impacto social pudieron impedir el retorno de Velasco Ibarra, victorioso en la elección presidencial de 1952 gracias al apoyo de un nuevo caudillo de Guayaquil, Guevara Moreno, que supo hacerse vocero de las masas urbanas cada vez menos identificadas con el liberalismo. Una vez más a la victoria de Velasco siguió la ruptura con sus apoyos políticos; el ya anciano caudillo, que en su destierro argentino se había puesto en la escuela del peronismo, retornó de modo más sistemático a su vieja receta, que combinaba autoritarismo, ruptura con izquierdas y derechas, antitradicionalismo verbal y conservadurismo esencial, pero esta vez pudo por lo menos alcanzar, entre crisis y tormentas, el término de su mandato, gracias al apoyo casi abierto del partido conservador, que esperaba y logró heredar el poder, pero no evitar en 1960 un nuevo triunfo del hombre que aseguraba verazmente que para ser elegido presidente de Ecuador sólo necesitaba acceso a un balcón desde el cual arengar a sus compatriotas.

Esa historia agitada y revuelta esconde otra menos obvia. Tanto en la costa como en la sierra, los antiguos lazos sociales comienzan a ser erosionados por transformaciones económicas, creando en la primera una sociedad demasiado di-

versa y compleja para permanecer bajo la tutela de la oligarquía liberal, y en la segunda -gracias sobre todo a la expansión de los mercados urbanos, y en primer lugar el de Quito- una transformación de la agricultura sin duda aún limitada a ciertas áreas, que sorprendentemente los campesinos indios son capaces de utilizar a veces mejor que una clase señorial cuyo siniestro poder había sido denunciado con muy buenas razones por la literatura indigenista floreciente en Ecuador. Es el vacío político y social creado por una transición que está destruyendo silenciosamente mucho del viejo orden, pero no parece aún estar erigiendo otro en su lugar, el que los ecuatorianos esperan ver llenado por ese irrisorio redentor que es Velasco Ibarra, y su historia tragicómica es a la vez la de un siempre contrastado comienzo de democratización de la vida ecuatoriana.

En **Paraguay** el resurgimiento de una exigencia antidictatorial, estimulado por la victoria mundial de las democracias, pudo en cambio ser aplastado. En 1945 el general Higinio Morínigo, que había gobernado como dictador desde 1941 con el apoyo del partido colorado, creyó oportuno inclinarse a los nuevos vientos y dirigir la democratización del régimen al frente de una alianza de colorados y febreristas, adictos estos últimos al coronel Franco y su fracasada revolución renovadora de 1937, que en el camino habían aligerado su acervo ideológico de motivos fascistas.

El ensayo de liberalización duró pocos meses, pero en 1947 la dictadura debió afrontar una revolución apoyada por liberales, febreristas y comunistas, que encontró eco militar muy amplio y sólo pudo ser sofocada gracias al apoyo del gobierno peronista de Argentina. El desenlace incluyó una convocatoria a elecciones generales destinada a transferir el poder a Natalicio González, jefe e ideólogo del coloradismo, que unía a la devoción por la tradición militar y autoritaria de Paraguay anterior a la derrota de 1870 la simpatía por ciertos motivos ideológicos agitados por el aprismo. Desde el gobierno, González buscó reemplazar la dictadura militar con la de su partido, creando organizaciones coloradas paralelas a la policía y el ejército. Ante desarrollos tan alarmantes, éste decidió que la hora de la liberalización había llegado, y promovió el reemplazo de González por Federico Chaves, jefe del ala moderada de su partido, que -aunque mostró mayor respeto que González por el influjo militar- lejos de introducir la apertura política que muchos esperaban, buscó perpetuar el predominio alcanzado por su partido mediante una versión más decididamente paternalista de la política social introducida por el peronismo en Argentina.

El ejército reconoció también en ella una amenaza a su hegemonía, y en 1954 el general Stroessner derrocó y reemplazó a Chaves; desde entonces gobierna Paraguay un régimen esencialmente militar, que ha hecho del partido colorado un agente sin autonomía real, y reprime con dureza cualquier manifestación políticamente independiente. Durante el largo gobierno de Stroessner, el país se aproxima al modelo centroamericano: preocupado por la expansión económica, a la que favorece mediante la expansión de la red de comunicaciones, el régimen ignora sistemáticamente la problemática social que pareció vislumbrarse en Paraguay a partir de la década de 1930. Hasta 1960 sus esfuerzos en favor del desarrollo económico alcanzaron resultados casi imperceptibles: los cuatrocientos mil emigrantes que para esas fechas habían abandonado un país entonces de menos de dos millones, instalándose en Brasil y en Argentina, si no eran necesariamente -como quieren los adversarios del régimen- refugiados políticos, eran en cambio fugitivos del estancamiento económico y la cerrazón social en que su patria parecía encerrada sin esperanza de evasión.

Al avance de intensidad sin duda muy desigual de esa oleada democratizadora traída por el fin de la segunda guerra se opone una excepción sólo aparentemente paradójica: es la de **Uruguay**, que durante la guerra ha realizado ya su restaura-

ción democrática, cerrando el leve paréntesis dictatorial abierto en 1933, y lo ha hecho bajo el signo de una adhesión militante y obsesiva a la causa de las Naciones Unidas, que había suscitado esperanzas tan imprecisas como extendidas sobre las bienaventuranzas que iba a traer a ese pequeño país la victoria democrática.

La decepción era desde luego inevitable: no sólo las novedades que se esperaba habían de trasformar radicalmente la vida cotidiana de los uruguayos no se estaban produciendo, sino la inflación comenzada durante la guerra no cejó una vez terminada ésta. Era la oportunidad que esperaba Luis Alberto de Herrera, veterano jefe de la fracción mayoritaria del partido blanco, que se había marginado ruidosamente de la unión sagrada consolidada en el apoyo a la democratización interna y a la causa de las Naciones Unidas; su campana electoral de 1946, en la que remozó su temática con motivos tomados del peronismo argentino, aunque no le dio la victoria (pese a ser Herrera el candidato más votado, gracias a la Ley de Lemas, el coloradismo, que se había presentado unido, pudo imponer a su no menos veterano rival batllista, Tomás Berreta), abrió el camino para una reunificación bajo su jefatura del partido blanco, dividido desde 1931, que volvía a hacer de éste un rival electoral del coloradismo gobernante.

El retorno del batllismo al poder que le había arrebatado el golpe de estado de 1933 tenía entonces muy poco de triunfal, y el vicepresidente Luis Batlle Berres, sobrino del fundador de esa fracción mayoritaria dentro del coloradismo, advertía muy bien la necesidad de darle nuevo vigor adaptando sus orientaciones a la coyuntura de postguerra. Aunque pronto llevado a la presidencia por la muerte de Berreta, poco pudo hacer para impulsar esa renovación que juzgaba necesaria, ya que enfrentaba una poderosa oposición interna, y la del diario fundado por el gran caudillo y controlado por los hijos de éste, que, proclamándose únicos intérpretes legítimos de la ortodoxia batllista, la reorientaban por su parte en sentido cada vez más conservador. El ascenso de Batlle Berres, primero lento y gradual, se vio favorecido cuando la crisis coreana atrajo a ese oasis de estabilidad política y social que era entonces Uruguay capitales fugitivos suficientes para imprimir un ritmo vertiginoso a la vida económica; la variante que Batlle Berres propugnaba, que sin romper con las orientaciones populares del batllismo busca hacer de él el representante político de una nueva clase industrial a la que favorecería mediante un proteccionismo justificado con motivos ideológicos nacionalistas (variante sobre la que gravita, de modo más discreto pero más decisivo que en el herrerismo, el modelo peronista), pareció de pronto la más adecuada para esa inesperada coyuntura que vivía Uruguay.

En el marco del ejecutivo colegiado, introducido en 1952 por una nueva reforma constitucional, Batlle Berres alcanzó auténtico control del gobierno sólo en 1954, pero ya entonces la afiebrada prosperidad había comenzado a desvanecerse, dejando como legado no sólo un impresionante conjunto de rascacielos de lujo en la capital, sino nuevas y exigentes pautas de consumo para las masas urbanas. En el sector rural, mientras la gran ganadería exportadora usaba eficazmente el contrabando al Brasil para defenderse de una política de precios inspirada también ella en la peronista, la de granja, tradicionalmente protegida por el batllismo, y la pequeña ganadería para el mercado interno, que recibían el pleno impacto de esa política, iban a ser movilizadas por Benito Nardone, un comentarista radiotelefónico que hablaba en nombre del «hombre olvidado», y que tras de un paso fugaz por el comunismo y el coloradismo se transformó en jefe de un movimiento ruralista al que en 1958 volcó en favor del partido blanco.

Surgió así una alianza política –del interior blanco, de los departamentos granjeros, algunos de ellos tradicionalmente colorados, del difuso descontento de Montevideo– que ese año llevó al poder al partido que lo había perdido en 1865. Era para Herrera una victoria casi póstuma, de la que sólo conocería los primeros y ya amargos frutos. La coalición triunfante

no intentó seriamente destruir, como había prometido, la burocracia parásita, y buscó (aunque en vano) aliviar la crisis de la industria que había condenado por artificial. Aunque ello no podía serle reprochado (un país en el cual la mayoría de la población vivía de esas actividades condenadas no hubiese sin duda tolerado la aplicación literal del programa que había votado), tampoco bastó desde luego para devolver a Uruguay la prosperidad perdida; el desencanto sería pronto tan intenso como la euforia suscitada por el triunfo blanco.

Ese desencanto adquiere pronto una dimensión específicamente política; visto desde lejos, Uruguay era el país que había sabido restaurar y conservar el orden democrático en una Latinoamérica convulsionada; de cerca ese milagro revelaba sus causas demasiado terrenales: el anquilosamiento de clientelas electorales consolidadas por pactos de distribución de los cargos públicos (el 40 por 100 pertenece de derecho a la oposición) explica, a la vez que la estabilidad institucional, el crecimiento desmesurado de la burocracia.

El creciente estancamiento socioeconómico viene así a hacer visible para todos el de un orden político incapaz de ofrecerle respuestas eficaces; y ello debilita a los ojos de sus gobernados la legitimidad de un régimen sin embargo dotado hasta el exceso de todos los rasgos visibles de la representatividad (la vida política es totalmente libre, multitudinaria y activísima, y el porcentaje de votantes que son a la vez candidatos en las listas de alguna de las cada vez más numerosas fracciones de los partidos tradicionales es sin duda el más alto del planeta).

En América Central esa misma oleada democratizadora de la que brotó la revolución guatemalteca, cuyo derrocamiento iba a marcar quizá el punto extremo de su reflujo, iba a tener un impacto tan desigual como en el resto de Latinoamérica. En **Nicaragua** no alcanzó siquiera a turbar la solidez del dominio de Somoza (ni aun el asesinato de éste en 1956 iba a poner fin al predominio de esa empresa dinástica y política a la vez, de la que la elección de 1957 hizo titular a su hijo Luis), mientras el grupo gobernante acrecía sus provechos promoviendo una modernización económica centrada sobre todo en la agricultura de exportación, que agregó a los rubros ya tradicionales (café, productos de la ganadería y bananas) el algodón y otros. Mientras en Honduras y El Salvador la transición a regímenes más oligárquicos que dictatoriales iba a mantenerse, en Costa Rica la guerra fría, en cuyos escollos naufragó la revolución guatemalteca, favoreció en cambio el éxito de otra a la que las circunstancias llevaron a definirse frente al conflicto mundial de modo muy distinto.

Desde 1940 –se ha visto ya– un gobierno de base oligárquica había introducido a **Costa Rica** en el camino de la reforma social, pero sus iniciativas, que aportaron beneficios ciertos a los asalariados y la clase media dependiente, ofrecían en cambio muy poco a los restantes sectores medios, y en particular a esa ancha franja de labradores independientes que hacía la peculiaridad de Costa Rica en el marco centroamericano. A la oposición conservadora, que –identificada con los sectores económicamente dominantes– había adquirido fuerza a partir de 1943, vino a sumarse en 1946 la de un nuevo partido, de orientación socialdemócrata, fundado por un finquero de pasado conservador, José Figueres, que buscó hacerse intérprete de esos grupos hasta entonces dejados de lado por el régimen reformador. Cuando en 1948 el presidente Teodoro Picado buscó imponer como sucesor a su predecesor José Calderón Guardia, una coalición del partido de Figueres y de la Unión Nacional conservadora conquistó la mayoría para el jefe de ésta, Otilio Ulate. El congreso desconoció ese resultado, y a ello siguió una guerra civil, en que las milicias costeñas, organizadas por los comunistas, se transformaron en el más sólido apoyo militar del régimen, jaqueado por las reclutadas en el Valle Central por Figueres y finalmente victoriosas.

Por año y medio Costa Rica fue gobernada por una junta presidida por éste, que disolvió el ejército, nacionalizó la banca, introdujo un plan de fomento agrícola y desarrollo energético, costeado con un impuesto al capital, y arrojó al comunis-

mo a la ilegalidad. Ese anticomunismo militante se reveló providencial cuando Somoza, a cuya protección se habían acogido los dirigentes derrocados, amenazó intervenir para restaurarlos: a él se debió el veto de Washington, que salvó a una revolución más ambiciosa e impaciente que la guatemalteca.

Pero las elecciones para una asamblea constituyente, en abril de 1949, constituyeron un revés para las fuerzas de Figueres y un triunfo aplastante para las conservadoras, y a fines de ese año Ulate era elegido presidente por mayoría igualmente abrumadora. Su gestión presidencial, caracterizada por una draconiana austeridad en los gastos, complementada con medidas tan impopulares como la subida de los impuestos a las exportaciones, inspiró un descontento generalizado, que facilitó el resurgimiento del comunismo sindical, reprimido con extrema dureza, y abrió el camino para el desquite de Figueres, cuyo Partido de Liberación Nacional obtuvo en 1952 una victoria igualmente abrumadora.

Desde el gobierno, Figueres iba a implementar su programa originario, aumentando el impuesto a la renta, introduciendo el proteccionismo industrial y retornando a la política de fomento agrícola. Mientras incluía entre los beneficiarios de este acriollado *welfare state* a los pequeños empresarios urbanos y rurales, ampliaba el sistema provisional, asistencial y sanitario ya puesto en obra desde antes de 1948, y le incorporaba los hospitales y escuelas creados en la costa por la United Fruit, iniciando así la incorporación más plena a la vida nacional de un sector antes marginal por su origen y su ubicación geográfica.

Liberación Nacional se constituyó así en uno de los polos de un sistema político en cuyo marco ha venido alternándose en el gobierno con su rival conservador. Pero es sin duda algo más que eso; mientras sus periódicas derrotas electorales reflejan el mal humor del electorado durante momentos difíciles de la economía, o su insatisfacción ante una gestión administrativa particularmente infortunada, ellas no abren brechas en el consenso que apoya el modelo socioeconómico

con el cual el partido de Figueres se identifica, y que sus adversarios, que conocen los límites del mandato que han recibido, se guardan muy bien de revisar. Su deuda el *welfare state* creado por la revolución costarricense, como el uruguayo con el cual tiene no poco en común, es sobre todo una solución para tiempos prósperos, pero el contexto económico en que le tocó desenvolverse, aunque conoció altibajos, atenuados en parte en sus efectos porque el alineamiento de Costa Rica en el conflicto internacional le aseguró acceso privilegiado a fondos de fomento norteamericanos, no le hizo en esta etapa afrontar adversidades lo bastante intensas para ponerlo en crisis.

Otra revolución más radical que la costarricense también pudo consolidarse gracias a las oportunidades creadas por la guerra fría. Era la boliviana, que introdujo una quiebra del equilibrio político, social y étnico sin duda aún más honda que la dejada en herencia por la mexicana. De 1946, se recordará, fue el trágico derrumbe del régimen militar nacionalista, rodeado entonces de tan intensa impopularidad que pocos creían que las corrientes políticas que se habían identificado con él, y en primer término el MNR, tuviesen nada que esperar del futuro.

Ese derrumbe dejaba el campo libre para los partidos tradicionales, a los cuales la consiguiente depuración del cuerpo de oficiales devolvió su antiguo influjo sobre el ejército, y el comunista, que había contribuido decisivamente a organizar la protesta popular que preparó el derrocamiento de Villarroel, y esperaba canalizar en su favor el fermento revolucionario tan vivaz en **Bolivia** desde 1936. No iba a ser así, sin embargo; el frente electoral que lo unió con el Partido Liberal, quintaesencialmente oligárquico, fue derrotado por una coalición de las fuerzas que habían sido rivales del liberalismo durante el antiguo régimen; ni esa derrota, ni el entusiasmo con que los vencedores se alinearon en la guerra fría, lo iban a disuadir de identificarse ante las clases populares con una restauración oligárquica que prefería llamar democrática, y en cuyo home-

naje requería que esas clases renunciasen a acciones reivindicatorias capaces de amenazar la frágil estabilidad del régimen.

Mientras tanto la coyuntura de postguerra se revelaba desfavorable a la economía boliviana; el monopolio del estaño creado por las victorias japonesas se había desvanecido irrevocablemente, y ese núcleo dinámico del sector exportador volvió a su anterior atonía, con las consecuencias esperables para la economía y sobre todo para los ingresos del Estado, que debió recurrir más que nunca a la emisión. El creciente desencanto se reflejó en un acelerado resurgimiento de las fuerzas políticas derrotadas en 1946; el MNR, que no creía ya posible volver al poder en los furgones de un nuevo golpe militar, y se estaba despojando de las orientaciones filofascistas tan influyentes en él en el pasado, transformaba aun más su fisonomía gracias a la incorporación de la base sindical y obrera organizada bajo signo trotskista, que ahora, bajo la jefatura del dirigente minero Juan Lechín, pasaba en su mayoría a constituir una nueva ala izquierda del movimiento.

Víctor Paz Estenssoro, candidato presidencial del MNR así reestructurado, fue en la elección de 1951 el más votado por el electorado de elite creado por la legislación aún vigente, aunque sin alcanzar la mayoría absoluta. Ese resultado –que permitía adivinar el descontento más abrumador de los sectores tanto más numerosos a quienes la ley privaba de representación– bastó para poner en crisis al régimen; un golpe de estado promovido por las autoridades constitucionales que eran formalmente sus víctimas colocó en el poder al general Ballivián, pero suscitó bien pronto una sublevación, que compensó su mínimo apoyo militar con el muy eficaz de las improvisadas milicias mineras y el de un alzamiento popular que en unos días arrebató al ejército el control de la capital.

Esa victoria sobre el ejército regular cerraba la larga agonía del régimen oligárquico; desde abril de 1952 la revolución estaba en el poder. Ella no sólo colocó en la presidencia a Paz Estenssoro, y al conceder el sufragio a los analfabetos cambió para siempre la base formal del poder político en Bolivia; la

lucha que le dio el triunfo había ya transformado al ejército en una sombra de sí mismo y creado en las milicias mineras un heredero de su poderío militar, cuyo nuevo ascendiente halló inmediato reconocimiento a través de la nacionalización del estaño. Puesto que, pese a algunas veleidades en contrario, los antiguos propietarios iban a ser abundantemente indemnizados, y que, al conservar las plantas refinadoras que previsoramente habían instalado fuera del país, podían dictar los términos con que adquirirían el producto de sus antiguas minas, la nacionalización podía hacer muy poco por aliviar la situación económica o financiera de Bolivia. Pero no era por eso menos ineludible: entre los derechos que su victoria otorgó a los mineros figuraba el de asegurarse por fin condiciones de trabajo menos insoportables, y ello condenaba a empresas ya escasamente prósperas a producir indefinidamente a pérdida; muy comprensiblemente, sólo el Estado podía tomar a su cargo una explotación así concebida.

Pero, más que el peso financiero de una iniciativa tomada en homenaje al poder minero, Paz Estenssoro y sus camaradas del viejo tronco del MNR temían los efectos más generales que ese poder nuevo podía tener en una etapa de redefinición radical del orden político y social boliviano; de inmediato buscaron limitarlos promoviendo a otros poderes rivales. El más obvio era el del ejército, pero su renacimiento sólo podía ser lento; la reforma agraria fue en cambio el instrumento que permitió improvisar un foco alternativo de poder a la vez político y militar capaz de poner dique inmediato a la expansión del minero.

La militancia campesina sólo había cobrado fuerza en algunos distritos afectados por el avance de la agricultura de mercado; salvo en esas zonas (Cochabamba, la cuenca del Titicaca), en que existía ya una nueva dirigencia campesina probada en la lucha, en casi todas partes la reforma reemplazó el influjo social de los hacendados por el de notables surgidos de las comunidades mismas bajo el signo político del MNR; así en los sindicatos campesinos resurgió un estilo de lideraz-

go que hundía sus raíces en el pasado colonial, ejercido a menudo en el marco de rivalidades entre comunidades cuyas raíces eran igualmente pluricentenarias. Aunque ni aun su abrumadora superioridad numérica llegó a hacer de las milicias campesinas rivales serias de las mineras, la incorporación de esa vasta masa sólo superficialmente movilizada al sistema político boliviano introdujo en él un elemento estabilizador que el nuevo régimen supo apreciar en lo que valía.

Lo apreciaba también porque otorgó al MNR una base electoral numéricamente mayoritaria, que le permitió afrontar la pérdida del apoyo de las masas urbanas que en 1952 habían contribuido decisivamente a llevarlo al poder. Sin duda algunas de las innovaciones del régimen revolucionario terminarían por ofrecer ventajas a la población urbana; así, la reforma agraria, al acelerar la expansión de la economía de mercado en la Bolivia campesina, y el plan de construcción vial que a más de facilitar esa expansión estaba incorporando a la economía nacional a las tierras bajas del Oriente, no tocadas por la reforma, terminarían por crear una agricultura más capaz de satisfacer la demanda de los mercados urbanos que en el pasado. Pero en lo inmediato la reforma agraria interfería en un sistema de aprovisionamiento en que las haciendas habían tenido parte importante, y sus consecuencias negativas en el de las ciudades provocaban resentimientos tanto más vivos porque el régimen se veía obligado en cambio a proteger mejor contra ellas a los ahora poderosos mineros.

Si la revolución boliviana sobrevivió a esa erosión de sus apoyos urbanos, que terminó por hacer de Falange Socialista Boliviana (movimiento semifascista que por extinción de los partidos oligárquicos canalizaba la oposición de derecha) la expresión electoral mayoritaria en las ciudades, no fue tan sólo porque había ganado en el campo apoyos suficientes para compensar esas defecciones, sino porque los Estados Unidos juzgaron importante asegurar esa supervivencia mediante fondos que atenuaban el desequilibrio de la balanza comercial; de este modo, a un costo modesto, podían exhibir

el ejemplo de una revolución más radical en sus innovaciones sociales (y aun en las formulaciones programáticas de algunos de sus mayores dirigentes) que todas las que la predecieron en Latinoamérica, que avanzaba y se consolidaba bajo la mirada benévola de la administración Eisenhower.

Ésta iba a fatigarse bien pronto, sin embargo, de su papel de mecenas de la revolución social; más que cualquier audacia ideológica era la irreductible heterodoxia del manejo financiero boliviano la que provocó esa fatiga. Ya hacia 1955 se decidió a usar el influjo que le daba su generosidad para exigir el retorno a una gestión más cuidadosa; cuando en 1956 Hernán Siles Suazo reemplazó en la presidencia a Paz Estenssoro, tomó a su cargo imponer esa inflexión en el rumbo revolucionario, pero, aunque realizó progresos reales en el camino de la estabilización económica, no logró atenuar los problemas que debía afrontar la población urbana ni tampoco introducir cambios decisivos en la explotación del estaño, luego de que los primeros intentos en ese sentido chocaron en la resistencia irremovible de los sindicatos mineros.

Vino así a confirmarse que, precisamente porque la revolución había alterado para siempre las bases mismas del desequilibrio sociopolítico boliviano, ella fijaba a las iniciativas de sus dirigentes límites que éstos podían hacer muy poco por ensanchar. En 1960 Paz Estenssoro reemplazaba en la presidencia a Siles Suazo, de cuya gestión se había distanciado; su compañero de fórmula era Juan Lechín, el dirigente de los mineros y de la izquierda del movimiento, y esa nueva transición, abierta cuando la revolución cubana estaba comenzando a cambiar el contexto en que la boliviana había debido morigerarse para sobrevivir, parecía anunciar que ésta se disponía a buscar nuevo impulso a través de un retorno a las fuentes. No iba a ser así, sin embargo; en el nuevo contexto como en el anterior, el problema que se esconde detrás de casi todos los que surgen en el camino de la revolución boliviana seguirá siendo el de crear un orden económico a la vez viable y adecuado al marco sociopolítico tan vigorosamente implantado por la victoria revolucio-

naria de 1952; en la etapa que se avecina la solución para ese problema seguirá sin hallarse, y el bloqueado proceso revolucionario se instalará permanentemente en la crisis.

Una crisis aun más honda iba a hacer de esta etapa de temprana postguerra la más sombría en la historia de **Colombia**. En sus comienzos no parecía particularmente amenazadora: sin duda el presidente Ospina Pérez, triunfante en 1946 gracias a la división liberal, estaba abandonando su esperada moderación para rehacer la hegemonía conservadora en zonas en que ésta había sido erosionada por un cuarto de siglo de gobierno liberal, y no vacilaba en usar para ello recursos que incitaban a los hostigados liberales a hablar de terror blanco. Ya para entonces el control de las fuerzas conservadoras había pasado de manos del presidente a las del jefe del sector más intransigente de ese partido, Laureano Gómez, decidido a poner los recursos del gobierno tras de su candidatura presidencial, que esperaba ver triunfante en 1950 tras de un proceso electoral que no juzgaba posible ni acaso deseable que transitase exclusivamente por carriles pacíficos.

El deterioro del clima político era tan avanzado que los liberales no osaban ya usar otro instrumento de protesta que el silencio; contaban ahora para ello con un jefe, Jorge Eliécer Gaitán, capaz de conducir a las gigantescas muchedumbres antes movilizadas por su oratoria ardiente en inmensas marchas silenciosas por las calles de la capital. En esas vísperas de guerra civil, y mientras sesionaba en Bogotá una conferencia de la Organización de Estados Americanos que estaba ya introduciendo en Colombia los nuevos desgarramientos de la guerra fría, el asesinato de Gaitán ofreció el punto de partida para el más devastador tumulto urbano de la historia hispanoamericana. El «Bogotazo» hizo vacilar por un instante al gobierno de Ospina, que buscó apaciguar a la oposición (por otra parte más intimidada que vigorizada por una explosión de cólera popular que, aunque suscitada por el asesinato de su caudillo, había escapado por completo a su control), incluyéndola en el gabinete. Una vez pasada la emergencia volvió a otorgar su apoyo a la ofensiva conservadora en el campo, y ello empujó de nuevo al liberalismo a la oposición. Con ello se completó la implantación de la violencia, que pronto iba a dominar en amplias regiones de Colombia. Esa violencia, aunque era en parte respuesta indirecta a los avances de la movilización de nuevos sectores sociales, que, promovida por el liberalismo en el gobierno, se estaba revelando ya incompatible con el predominio oligárquico que caracterizaba a ambos partidos, y se alimentaba por otra parte en las tensiones sociales acumuladas en el campo colombiano en el último cuarto de siglo, iba a traducir la reacción frente a esas situaciones nuevas al lenguaje más tradicional del conflicto faccioso.

Así, si es innegable que las vastas migraciones suscitadas por el ciclo de matanzas, que no iba a amainar hasta que sus víctimas se contaran por centenas de miles, facilitaron la concentración de las explotaciones y la propiedad rural (y con ellas el avance de cultivos subtropicales que desde comienzos del siglo habían sido dejados atrás por el del café), esos efectos sólo iban a aflorar más tardíamente, y en lo inmediato la violencia se presentaba, sobre todo desde que Laureano Gómez tomó la presidencia en 1950, como el instrumento por excelencia para una reestructuración de la vida colombiana sobre pautas análogas a las vigentes en la España de Franco, aplicadas aquí con mayor intransigencia. Así, mientras el liberalismo, el comunismo y los sindicatos a ellos adictos eran sometidos a persecución sistemática (y estos últimos obligados a afrontar en situación tan desventajosa la concurrencia de los de obediencia católica, ahora integrados en una organización nacional que gozaba del patrocinio gubernativo), Gómez no vaciló en desafiar a la opinión pública norteamericana extendiéndola también a las misiones protestantes y su todavía exigua grey de conversos...

Hacia 1953 se hizo evidente que la violencia amenazaba instalarse en permanencia; en las zonas en que los liberales habían logrado sobrevivir a la ofensiva conservadora, y en al-

gunas de refugio, estaba arraigando la guerrilla liberal; el ejército, que había sido testigo en parte cómplice de la violencia y temía que su perpetuación terminaría por arrastrarlo a un papel más activo, se resolvió a poner fin a la tentativa restauradora de Gómez, e instaló en su lugar al general Gustavo Rojas Pinilla, identificado con las corrientes moderadas del partido conservador, cuyo ascenso al poder fue celebrado también con comprensible entusiasmo por los liberales. Pero bien pronto se hizo evidente que las ambiciones de Rojas Pinilla no se limitaban a facilitar el retorno al orden político tradicional; no sólo buscó una base política más personal en el antiguo séquito de Gaitán, sino se lanzó a extenderla ignorando las tradicionales lealtades facciosas, y utilizando -de acuerdo con la lección del peronismo- los clivajes sociales que se perfilaban cada vez más nítidamente en las ciudades colombianas. Aunque no lo logró del todo (y en un país menos urbanizado que Argentina aun un éxito más pleno hubiera tenido consecuencias limitadas) avanzó lo suficiente en ese proyecto para alarmar a los partidos tradicionales, que en 1954 habían asentido a su transformación en presidente constitucional, pero no estaban ya dispuestos a guardar la misma actitud frente a su nueva postulación en la elección de 1958.

Cuando se hizo claro que Rojas Pinilla no renunciaba a ese proyecto y que, fuerte de unos apoyos algo problemáticos, reaccionaba con impaciencia y brutalidad crecientes ante la oposición que hallaba en el camino, el doctor Alberto Lleras Camargo, jefe del liberalismo, emprendió una peregrinación al balneario español donde transcurría su destierro el doctor Laureano Gómez, y llegó con él a un acuerdo por el cual los dos partidos históricos convenían en restaurar más sólidamente la democracia, comprometiéndose por una etapa de dieciséis años a turnarse en la presidencia y dividir por mitades los cuerpos colegiados. La concertación del Pacto Nacional tuvo efectos inmediatos; la Iglesia se sumó a la lucha contra el régimen de Rojas Pinilla, y a ello siguió una huelga general, cuyo triunfo quedó asegurado desde que vino a apoyarla un universal *lock-out*, seguida del exilio del presidente y candidato, decidido por sus camaradas, y el alineamiento del ejército detrás del pacto de los partidos.

Pese a una victoria quizá demasiado fácil, el Pacto Nacional debía afrontar una situación muy poco prometedora. Estaba tocando a su fin la bonanza cafetera que había atenuado las consecuencias de la violencia, y por otra parte, aunque ésta había dejado de ser el elemento central de la vida colombiana, su herencia residual sobrevivía en amplias regiones como un rasgo permanente, contra el cual el nuevo régimen no esperaba poder hacer más que el de Rojas Pinilla. Mientras eso ocurría en la Colombia rural, en las ciudades el pacto de los dos partidos ahora devueltos más plenamente a sus dirigencias tradicionales parecía dejar al margen a sectores que -sólo representados en ellos en el pasado a través de una izquierda liberal que en la última década había perdido toda gravitación- no habían cesado de crecer, gracias a la transformación de los mayores centros en refugios contra la violencia, y a la industrialización que siguió contando con apoyo gubernativo. A la vez, mientras el Pacto Nacional aseguraba a los partidos contra el retorno de conflictos que se habían revelado insoportables, al imponerles una tregua a la vez política y militar amenazaba debilitar los mecanismos que habían permitido a esas organizaciones de liderazgo irreprochablemente oligárquico conservar por más de un siglo la lealtad de las masas colombianas.

En **Chile** la transición política inaugurada por el triunfo del Frente Popular, aunque como la colombiana pareció en esta primera etapa de postguerra haber perdido el rumbo, no vino a exceder un marco institucional que parecía haber recobrado su proverbial firmeza. En este país más programáticamente abierto que ningún otro al ejemplo europeo, la victoria de las Naciones Unidas hallaría eco local en la resurrección del Frente Popular (de hecho quebrado desde el comienzo mismo de la guerra), no sólo a través de la concertación de una alianza elec-

toral de radicales y comunistas, sino del retorno a posiciones programáticas que resucitaban el impulso reformista y la agitación de masas de 1938. Ellos hicieron del jefe de la izquierda radical, Gabriel González Videla, el más votado de los candidatos en la elección presidencial de 1946; la seguía Cruz Coke, candidato del conservadurismo que, adaptándose también a la agenda política emergente en la temprana postguerra, se abría más que en el pasado a perspectivas socialcristianas.

Puesto que González Videla no había alcanzado la mayoría absoluta de sufragios, vino a hacerlo presidente el voto de un congreso en que la alianza vencedora no tenía mayoría, y cuyo apoyo seguiría necesitando. Para retenerlo, el presidente decidió ampliar la alianza victoriosa incluyendo en su gabinete, a más de miembros de su partido y el comunista, a representantes del Partido Liberal, ya en ese momento el más ortodoxamente conservador del espectro político; ello parecía hacerle imposible adoptar una política coherente, pero de hecho se tradujo en el perfilamiento gradual de una muy conservadora, que obligó al Partido Comunista primero a retirar su colaboración ministerial y luego su apoyo parlamentario a González Videla; mientras los sindicatos que recibían su inspiración de ese partido adoptaban una línea cada vez mas militante, las elecciones municipales de 1947 reflejaban un dramático avance del electorado comunista.

González Videla decidió entonces llevar su reorientación política hasta sus últimas consecuencias, lo que le permitiría no sólo resolver su problema más inmediato, sino alinear firmemente a Chile en la guerra fría, y conservar así las simpatías que en Washington habían encontrado las sucesivas administraciones de Frente Popular; tras de reprimir (con el auxilio de la fracción mayoritaria del dividido socialismo) la huelga general con que vino a desafiarlo el comunismo, puso a éste fuera de la ley, despojó a sus militantes de sus derechos electorales y sindicales, y confinó a no pocos en campos de internamiento; de todo ello iba a alcanzar repercusión mundial la fuga del país de Pablo Neruda, gran poeta y senador comunista.

Así se extinguió el Frente Popular, mientras la transformación del radicalismo en el núcleo de un nuevo alineamiento conservador comenzaba por hacer de éste el primer partido chileno. Una vez pasada la emergencia creada por la confrontación con el comunismo y los sindicatos se hizo evidente que el bloque gobernante, que debía atender mejor al interés terrateniente, era incapaz de ofrecer la misma atención que en el pasado al de las clientelas políticas del radicalismo y la izquierda, tanto en las clases populares como en las medias, desprotegidas frente a las consecuencias de la coyuntura económica de postguerra, que no se presentaba demasiado prometedora para Chile, y obligaba a usar cada vez más sistemáticamente la inflación para atenuar los conflictos entre los distintos intereses económicos y sectores sociales.

No fue entonces sorprendente ver a los sectores medios y populares engrosar el séquito de una figura cuyos atractivos comenzaban también a ser descubiertos desde otros cuadrantes de la sociedad chilena; era la del veterano Carlos Ibáñez, ahora profeta, bajo el signo de la escoba, de una renovación radical puesta al servicio de objetivos socioeconómicos que incluían el fin de la inflación, la reforma agraria, la modernización rural y la aceleración del avance industrial. Aunque este adversario de la entera clase política (dentro de la cual sólo contaba con el apoyo de un sector socialista) fue el candidato más votado en 1952, no alcanzó tampoco él mayoría absoluta, pero el congreso se apresuró a elevarlo a la presidencia.

Su gestión iba a ser muy poco afortunada; si al comienzo de ella mantuvo su tono desafiante y aun pareció prohijar un retorno al activismo militar que un cuarto de siglo antes le había permitido hacer de los partidos instrumentos dóciles a su voluntad, esas imprudencias iniciales sólo iban a acrecer las prevenciones de una clase política de cuya tolerancia pronto iba a necesitar. Porque, mientras la situación de la economía chilena era tan crítica como él había afirmado, bien pronto se hizo evidente que la solución que había prometido para todos sus problemas era sencillamente inhallable; un nuevo agrava-

miento del desequilibrio externo obligaba pronto a Ibáñez a aplicar las recomendadas por el Fondo Monetario Internacional, cuyo aval necesitaba para obtener los fondos que permitirían afrontar la emergencia. La austeridad así impuesta provocó reacciones populares de inesperada violencia, que persuadieron al ya anciano caudillo de la necesidad de apaciguar la tensión promoviendo el retorno gradual del comunismo a la legalidad, mientras la reunificación del socialismo bajo el liderazgo de Salvador Allende, que se había mantenido leal a la alianza comunista durante una larga travesía del desierto (cuyo momento más sombrío se había alcanzado en 1952, cuando su candidatura presidencial fue aplastada bajo el alud ibañista), reflejaba la coincidencia de todas las fracciones socialistas en favor de esa alianza, de la que esperaban que diera por fin a la izquierda una gravitación que reflejara mejor que en el pasado su ascendiente electoral.

Las elecciones de 1958 marcaron un momento decisivo en la transición política abierta veinte años antes por el triunfo del Frente Popular. Allende, como campeón de la izquierda, era uno de los dos mayores rivales de la contienda presidencial, pero era algo más que eso, en cuanto la alianza de izquierda por él liderada iba a ofrecer a partir de entonces, y hasta la abolición del sistema democrático en 1973, el único polo permanente en un espectro político en que la frontera que separaba a esa izquierda del resto de las corrientes partidarias era universalmente reconocida como la que realmente contaba. Esa radical novedad era consecuencia de que Chile –aunque más identificado que nunca con su tradición democrática-representativa– estaba cada vez más tentado de ensayar soluciones audaces para romper un estancamiento socioeconómico ya insoportable.

La súbita transformación de la izquierda en el único protagonista necesario del drama político chileno encerraba para ella quizá más riesgos que promesas, en cuanto la ubicaba en posición irreductiblemente antagónica con las fracciones política y socialmente dominantes mucho antes de que sus avan-

ces le permitiesen afrontar esa batalla con esperanzas de victoria. Es lo que el comunismo advertía muy bien, y por ello se obstinaba en oponer la noción de frente popular a la de frente de trabajadores preferida por el socialismo que si se atenía a esta última era en parte porque quería redefinirse sin ambigüedades como un partido proletario en su base y revolucionario en sus aspiraciones, pero sobre todo porque prefería limitar las alternativas abiertas a la temible versatilidad táctica del partido comunista. Paradójicamente, eran las reglas del juego de coaliciones electorales consustanciando con la tradición política chilena las que forzaban a la nueva alianza de izquierda a colocarse en ruptura con esa tradición; no por ello esa ruptura era menos real, y la única fórmula que, al asegurar la unidad de la izquierda, le devolvía la posibilidad de una victoria electoral hacía a la vez casi imposible para esa izquierda cosechar en paz los frutos de su victoria.

En ese frente más amplio al que aspiraba el comunismo, el papel de vocero del reformismo de clase media no correspondía ya a un radicalismo en inocultable declinación, sino a un nuevo partido, el Demócrata Cristiano, creado en 1957 al incorporarse a Falange Nacional (una formación socialcristiana que databa de la década de 1930) el ala izquierda del partido conservador; ya en las elecciones presidenciales de 1958 esa formación tan reciente ganaba al tercer lugar para su candidato Eduardo Frei, relegando al cuarto puesto al Partido Radical, y se constituía así, en espera de cosas mayores, en la expresión política dominante de esas clases medias. Sus progresos, aun más súbitos que los de la izquierda, marcaban un nuevo avance en la disolución del sistema partidario heredado; también ofrecía una paradójica consecuencia de ella el triunfo de un candidato presidencial –Jorge Alessandri– que, aunque apoyado por los de derecha tradicional, lo debió sobre todo al apoyo que su prédica personal le granjeó en un electorado de clase media que había comenzado a desesperar del Frente Popular antes de su crisis final, y se preocupaba ya más de defenderse de los estragos que la inflación estaba haciendo en su ni-

vel de vida que de mejorarlo gracias a la acción tutelar del Estado.

Alessandri había predicado el retorno a la ortodoxia financiera y la apertura de la economía chilena al comercio mundial, mediante los cuales esperaba poner freno a la inflación y superar el estancamiento de la economía; en cuanto a lo primero alcanzó, aunque a muy alto costo, un éxito menos incompleto de lo que sus adversarios habían creído posible; en cuanto a lo segundo iba a fracasar por entero; su triunfo no había bastado para persuadir a los inversores extranjeros -con los que había contado para revitalizar al sector exportador- a reorientarse hacia un país de economía estancada y curso político imprevisible; bien pronto se hizo indudable que su victoria no ofrecía la solución final de los dilemas que habían venido a colocarse en el centro del conflicto político chileno, y era tan sólo una peripecia más en un proceso cuyo desenlace estaba aún lejano.

Mientras en Colombia el curso político se hundía en la tragedia, y en Chile continuaba avanzando entre opciones sociopolíticas meticulosamente explicitadas por partidos que se identificaban con ellas, en **México** su rumbo de avance seguía fijado por una elite gobernante que desde 1940, sin dejar de proclamar su lealtad a los objetivos sociales de la revolución, los había sacrificado sistemáticamente a la aceleración del avance económico; durante el gobierno de Ávila Camacho, la izquierda política y sindical, que había acatado disciplinadamente la pausa a las reformas sociales (que había creído sólo temporaria) y la sucesión presidencial decidida por Cárdenas, se vio marginada de toda posición de poder cuando Vicente Lombardo Toledano, única figura de envergadura nacional que sobrevivía de ella en el elenco dirigente, debió inclinarse ante la decisión que le arrebató la jefatura de la central sindical en beneficio de su segundo, Fidel Velázquez, cuya moderación y ductilidad le permitirían conservarla hasta hoy.

La elección del sucesor de Ávila Camacho pudo así darse en un marco político cuya solidez se reflejaba en la ausencia de desafíos al heredero designado por el presidente saliente tras de arcanas consultas con quienes ocupaban las cumbres del poder en el partido y el Estado, y en la madurez ya alcanzada por el ritual de instalación del nuevo monarca sexenal, en que la campaña electoral hacía las veces de *joyeuse entrée* del heredero del trono.

Era éste Miguel Alemán, que a diferencia de sus predecesores no provenía del ejército, y pertenecía a una generación que no había participado en las luchas de la revolución. Bajo su égida México entraba por fin de lleno en la etapa postrevolucionaria; esa transición política era consagrada por el cambio de nombre del partido que Cárdenas había bautizado de la Revolución Mexicana, y que en la reorganización decidida por Alemán recibía el de Revolucionario Institucional, pero se reflejaba también en la supresión de su rama militar; la nueva normalidad postrevolucionaria exigía hacer del que había sido brazo armado de la revolución un ejército del Estado, que -respetuoso del orden institucional- debía servir todavía de instrumento eficaz de una política gubernativa a la que ya no aspiraba a orientar, y de cuyas filas no saldrían ya los encargados de fijarla desde la presidencia de la república.

Con la generación que entraba en el goce del poder junto con el nuevo presidente, la memoria nostálgica de la epopeya revolucionaria dejaba paso a la épica futurista del desarrollo económico. Para hacerlo más rápido iba a canalizarse el apoyo financiero del Estado al sector privado, de modo predominante pero no exclusivo a través de Nacional Financiera, una corporación de fomento que, creada bajo Cárdenas, ahora ve enormemente acrecidos sus recursos, pero también se iba a intensificar el proteccionismo industrial, a favorecer el ingreso disimulado pero igualmente sistemático de la inversión industrial extranjera, deseosa de captar un mercado de otro modo inalcanzable, y a expandir dramáticamente los gastos en obras publicas, en particular caminos, que a más de favorecer la consolidación del mercado interno removían obstáculos al avance del turismo, que -junto con las remesas de emi-

grantes a Estados Unidos– aliviaba para México los desequilibrios del sector externo que habían frenado y todavía iban a frenar tantas expansiones económicas en otras partes de Latinoamérica.

Como se advierte, aunque la economía mexicana introducía soluciones también ensayadas en el resto de Latinoamérica, lo hacía combinándolas de un modo que le era peculiar; detrás de esa peculiaridad se ha descubierto ya el factor diferencial constituido por la intimidad necesariamente mayor entre la economía mexicana y la estadounidense, pero al lado de éste cuenta otro sin duda aun más decisivo, a saber, la excepcional libertad de acción de que goza un régimen heredero de una revolución que ha destruido el poder terrateniente y ha encuadrado a las fuerzas populares en organizaciones que, habiéndoles facilitado en el pasado la conquista de sus objetivos, conservan vigor bastante para impedirles presionar eficazmente en pos de nuevas conquistas; es ella sobre todo la que hace que en México la política económica sea decidida desde la cumbre del poder político con mayor independencia de las sugestiones o reacciones de la sociedad, mucho más eficazmente controladas allí que en el resto de América latina.

Por otra parte, en esa sociedad más resignada a aceptar los límites que imponen a sus aspiraciones las políticas socioeconómicas adoptadas por quienes pueden hacerlo, resultaba más fácil a éstos limitar también el influjo político de la fuerza armada, que en el resto de Latinoamérica se estaba transformando, en un marco de acrecida tensión sociopolítica, en un grupo de presión aun más temible que en el pasado. Con ello se acrecienta aún más la libertad con que la elite gobernante mexicana puede decidir su política económica y financiera: del mismo modo que los sectores populares, el ejército se beneficia muy poco con los progresos de la economía, y su parte en la distribución de los ingresos del Estado está llegando a ser de lejos la más baja entre las de las naciones grandes y medianas de Latinoamérica.

El balance de la gestión de Alemán era en verdad impresionante: mientras el avance industrial figuraba entre los más rápidos del planeta, sorprendentemente el de la agricultura lo dejaba atrás; el crecimiento de la población rural (que encontraba parcial desemboque en una urbanización acelerada) no había excedido aun los límites más allá de los cuales deja de traducirse en el de la producción y del excedente agrícolas. Sin duda el cuadro incluía puntos oscuros: el fomento estatal de la economía era financiado en buena medida con una inflación cuya tasa figuraba entre las más altas en Latinoamérica, y la desazón que ella despertaba en zonas muy amplias de la sociedad urbana extremaba en ella la impopularidad de un gobierno que patrocinaba casi abiertamente los avances de la corrupción. Ésta volvía ahora a ser, como en esa otra época de consolidación del orden revolucionario que había sido la década de 1920, el instrumento por excelencia de integración de la elite política con las que había encontrado en la cumbre de la sociedad mexicana; gracias a los provechos de la industrialización y la urbanización terminaba ahora de tomar forma una nueva elite a la vez política y de negocios destinada a tener peso creciente en la vida mexicana.

En 1952 Adolfo Ruiz Cortines sucedía a Alemán; aportaba al régimen una reputación de probidad casi anacrónica, y desde el gobierno no sólo se esforzó por eliminar los ribetes más escandalosos del estilo administrativo de su predecesor, sino innovó profundamente en la política financiera de éste. México entraba así en una etapa que se esperaba iba a extenderse hasta donde alcanzaba el horizonte futuro, definida como de desarrollo estabilizador, en fórmula que recogía muy bien la ambición de abrazar simultáneamente objetivos aparentemente incompatibles ya reflejada en el nuevo nombre del partido oficial. Con ella México venía de nuevo a aplicar una solución probada en el resto de Latinoamérica, y de nuevo lo hacía con una diferencia: mientras la nueva etapa fue inaugurada de modo escasamente original por una devaluación drástica, destinada a favorecer a la vez a las exportaciones, al

turismo y al sector industrial, esta medida, que en otras partes agotaba rápidamente sus efectos, y debía ser constantemente reiterada, fijó por veinte años el valor internacional del peso mexicano, lo que desde luego favoreció la continuación de la inversión extranjera y permitió la del avance económico, a un ritmo sin duda más lento pero aun muy satisfactorio.

En 1958 la elección de Adolfo López Mateos pareció anunciar una nueva inflexión de la política y la economía mexicanas, que luego de casi dos décadas de sistemática negligencia parecía volver a interesarse por los objetivos de justicia social siempre inscritos en las banderas revolucionarias. Así creyeron entenderlo organizadoras sindicales cercanos al Partido Comunista. pero la huelga ferroviaria con que se prometían inaugurar con beneplácito del Estado una nueva etapa de acción sindical espontánea provocó una represión extremadamente brutal, cuyos efectos fueron perpetuados por las severísimas sentencias que la justicia impuso a los responsables de la iniciativa. Con ello quedó suficientemente claro que –si bien la elite gobernante advertía la necesidad de introducir reajustes en su política laboral– no estaba dispuesta a tolerar que las presiones de los afectados por ella dictaran el ritmo y la cuantía de las concesiones que se disponía a hacerles.

La inflexión en la política obrera resultó a la postre menos significativa que la de la política agraria, que iba a seguir líneas aún más ambiguas. López Mateos dio nuevo impulso a la reforma, pero tras las cifras que reflejan transferencias de tierras sólo superadas durante el sexenio de Cárdenas se ocultan dos procesos de características muy distintas. Por una parte, en el México central la creciente presión campesina sobre la tierra era aliviada gracias a la entrega de la aún no afectada, que ampliaba las filas de un campesinado cuyo papel seguía siendo producir los alimentos básicos para la creciente población no agrícola, a precios que no le permitían exceder en mucho el nivel de subsistencia; gracias a esa iniciativa México podrá mantener por una década más su autosuficiencia en esos rubros, en medio de un aumento de población cada vez más vertiginoso.

En el norte del país el avance de la reforma es en cambio un aspecto decididamente menor de una transformación de gigantesca envergadura: es la puesta bajo cultivo, gracias a vastísimos planes de irrigación, de tierras antes desérticas donde se expande una agricultura altamente tecnificada y capitalizada; pronto en rincones del norte mexicano surgen réplicas de las empresas de *agribusiness* del sudoeste norteamericano; una agricultura de exportación cada vez más diversificada arraiga en ellos junto con la que produce para un mercado interno en que pesa cada vez más la demanda de clases altas y medias urbanas en rápida expansión, que no aceptan ya limitarse a la dieta tradicional; aunque esa agricultura capitalista halló a menudo modo de utilizar el marco proporcionado por la reforma agraria, en las ocasiones aun más numerosas en que la inventiva jurídica debía confesarse impotente para lograrlo, los obstáculos legales eran obviados por las distracciones de los encargados de llevar esa reforma al norte mexicano.

De este modo México, si no había creado la sociedad más igualitaria que la revolución había prometido, y por el contrario mantenía después de décadas de gestión revolucionaria desigualdades más marcadas que otros países latinoamericanos gobernados por regímenes abiertamente conservadores, podía exhibir avances económicos excepcionales en Latinoamérica y el mundo, que aparecían tanto más admirables porque contaba sólo con recursos limitados y de difícil explotación, y debía absorber por añadidura las consecuencias de un avance demográfico que estaba ya superando la velocidad más allá de la cual dejaba de ser un factor positivo de crecimiento. Más importante que todo ello era que gracias a ese avance económico, y aun sin creer en la seriedad del compromiso igualitario del régimen, la mayor parte de los mexicanos podían advertir que en el orden surgido de la revolución su lote estaba mejorando; aunque esa mejora era modesta, era también continua, y tan excepcional en la experiencia histórica mexicana que bastaba para dar por fin al régimen revolu-

cionario la legitimidad a los ojos de sus gobernados que tan largamente había venido buscando.

Mientras en Latinoamérica continental el agotamiento de las alternativas abiertas al fin de la segunda guerra parecía anunciar un desenlace sin duda decepcionante pero no necesariamente dramático, en las **Antillas** que habían sido españolas y ahora estaban sometidas al dominio o la abrumadora hegemonía de los Estados Unidos, ese desenlace incluiría una revolución que desde Cuba iba a cambiar radicalmente los datos básicos de la historia latinoamericana.

Iba a ser ésta la culminación de un curso histórico sin paralelo no sólo en Hispanoamérica continental, sino aun en el resto del Caribe español, que por cierto no iba a mostrarse más receptivo que el continente al ejemplo de la isla revolucionaria. Mientras en la República Dominicana la postguerra no había traído consigo otra novedad que la consolidación del régimen de Trujillo, junto con la de la plantación azucarera, en Puerto Rico en cambio las hondas transformaciones introducidas bajo el dominio norteamericano comenzaban a afectar decisivamente todos los aspectos de la vida en la isla.

La anexión de **Puerto Rico** a los Estados Unidos había sido seguida –se recordará– de un intento de asimilación a través de la escuela, pronto fracasado y paulatinamente abandonado, pero también de progresos sanitarios que contribuyeron a un aumento de población cada vez más rápido, y de la conquista reglada de las tierras fértiles por intereses azucareros norteamericanos, que erigen rápidamente una nueva economía casi tan cercana al monocultivo como lo había sido la de las West Indies durante el florecimiento de la plantación.

Pese a todo ello, hasta la segunda postguerra esos cambios apenas habían repercutido en la vida pública de la isla, en la cual la actividad cultural, ideológica y política continuaba monopolizada por una exigua minoría urbana, cuya adhesión era disputada por corrientes autonomistas a las partidarias de una incorporación total a la nueva metrópoli, mientras los

adictos a la independencia no veían abierto otro camino que una insurrección por el momento imposible. El ingreso de la política de masas en Puerto Rico fue en buena medida el resultado de la acción tenaz de un hijo del patriciado autonomista, Luis Muñoz Marín, cuya trayectoria ideológica se desenvolvió en un contexto ya más norteamericano que hispánico; muy influido por la experiencia del *New Deal*, simultáneamente con no pocos de los juveniles colaboradores de éste iba a dejar pronto atrás su originaria opción socialista en favor de un reformismo resignado a encerrarse en los límites impuestos por el orden vigente.

El Partido Popular Democrático por él fundado puso en primer plano temas que una clase política obsesionada por el lazo colonial había ignorado; con un programa de reforma social y progreso económico se lanzó a una exitosa recluta de adhesiones populares y campesinas. En 1947 triunfó en las primeras elecciones de gobernador (hasta entonces el cargo había sido de designación presidencial); como tal obtuvo de la metrópoli la reorganización de la isla como un Estado Libre Asociado, dotado de autonomía administrativa y educativa.

La experiencia así inaugurada, a la vez que protegió mejor a la peculiaridad hispánica de Puerto Rico de los ataques directos que antes había debido sufrir, estrechó enormemente el vínculo económico con la metrópoli. El programa de desarrollo del gobierno autónomo se apoyaba en efecto en el fomento de la inversión metropolitana, a la que ofrecía el incentivo de una fuerza de trabajo demasiado abundante para extremar sus pretensiones, y protegida por otra parte por una legislación social que seguía sólo a prudente distancia los avances introducidos en el continente. Y cuando se hizo evidente que la diversificación económica así inducida, pese a su éxito considerable, no era capaz por sí sola de dar ocupación a una población que crecía de modo cada vez más vertiginoso, tanto el uso de subsidios federales a los grupos desfavorecidos como el avance de la emigración al continente vinieron a ha-

cer más completa la dependencia económica de la isla respecto de su metrópoli política.

Esas limitaciones iban a hacerse sentir de modo cada vez más doloroso con el transcurso del tiempo; en lo inmediato el éxito económico portorriqueno aparecía tan impresionante como el mexicano, y al ser acompañado de un avance del bienestar popular más significativo que en México, vino a asegurar al caudillo y al partido que guiaban esa transformación un apoyo mayoritario cuya firmeza parecía inquebrantable; a diferencia de este heredero del antiguo autonomismo, el anexionismo hallaba aun difícil extender su influjo más allá de su antigua clientela oligárquica, y el partido independentista, aunque reclutaba amplias simpatías en las elites intelectuales, no alcanzaba a morder en las clientelas rústicas y plebeyas que seguían al partido de Muñoz Marín, mientras el nacionalismo, que se mantenía fiel a la táctica insurreccional, hallaba por su parte difícil aplicarla de modo eficaz.

Aun ante la opinión latinoamericana, nunca reconciliada con la inclusión de la isla en el botín ganado por los Estados Unidos en 1898, ese éxito rodeaba a la experiencia portorriqueña de un prestigio menos afectado de lo que podía esperarse por la gravitación que sobre ella conservaba un vínculo cuyas diferencias con el colonial esa opinión estaba lejos de hallar tan evidentes como Muñoz Marín. En una etapa en que la hegemonía norteamericana se afirmaba en casi toda Latinoamérica con vigor sin precedentes, y en Centroamérica y el Caribe se desplegaba como un casi desembozado dominio, lo que tenía de particularmente problemático el marco institucional que él adoptaba en Puerto Rico parecía menos decisivo que el hecho de que –al parecer en parte gracias a ese marco mismo– allí podía desenvolverse sin tropiezos ni alarmas una experiencia de reforma social en un marco de democracia representativa que compartía la inspiración y los objetivos de esos partidos populares que en el continente hallaban tan crueles obstáculos en su camino. Sólo la Revolución cubana, al devolver al nacionalismo antiimperialista al centro mismo

de la problemática política latinoamericana, vino a privar al experimento político y socioeconómico del Estado Libre Asociado de todo valor ejemplar.

Esa revolución, se ha adelantado ya, iba a constituir –a la vez que una honda ruptura en el curso histórico latinoamericano– el desenlace para un proceso histórico específicamente cubano, centrado –más quizá que en ninguna otra comarca latinoamericana– en la lucha por la independencia, en un marco de ideas que pasó sin solución de continuidad del patriotismo emancipador de fines del siglo XIX, que ofrecía eco tardío del que había dominado el continente a comienzos de esa centuria, a un antiimperialismo que, madurado en la experiencia cubana misma, se expresaba ideológicamente de modos muy varios.

He aquí un haz de convicciones y sentimientos a la vez muy poderosos y políticamente ineficaces; desde 1902 la **Cuba** que se dice independiente está sometida a la tutela política de los Estados Unidos, y la situación no cambia cuando en 1933 sus huellas son borradas de la constitución cubana por la derogación de la llamada Enmienda Platt. En 1944 la nación va a conocer por primera vez gobiernos elegidos por mayorías no forzadas o falsificadas, pero tampoco esta novedad elimina ese dato de base, que torna necesariamente vacía la victoria que lleva a la presidencia a Ramón Grau San Martín, el revolucionario cuyo derrocamiento los Estados Unidos habían buscado y finalmente conseguido en 1933. Jefe ahora del Partido Revolucionario Auténtico, le abría acceso al poder una libertad electoral que (como no era secreto) Batista sólo se había resignado a asegurar ante los imperiosos consejos del embajador norteamericano.

Desde la presidencia, Grau San Martín consolidó el predominio electoral de su partido mediante un uso sistemático de la corrupción, en la que pronto descubrió también ventajas más personales; en medio de una prosperidad azucarera que continuaba en la temprana postguerra, y mientras se atenua-

ban los problemas creados durante el conflicto mundial a los consumidores urbanos, el universal desprestigio que pronto vino a rodear a esa antigua vestal del fuego revolucionario no impidió que su ministro de Trabajo, Carlos Prío Socarrás, surgiese como su sucesor en 1948, en elecciones razonablemente libres de fraude y violencia.

Con Prío Cuba entraba de lleno en la guerra fría; los sindicatos adictos al partido oficial, que gracias a su acción ministerial habían hecho retroceder el influjo de los organizadores comunistas, gozaron ahora de todo el apoyo necesario para eliminar la influencia (a veces no sólo la influencia) de éstos. Pero esos avances son más que contrarrestados por los del descontento que sigue al fin de la prosperidad de postguerra; la baja del precio del azúcar devuelve todo su peso negativo al estancamiento de ese sector, que no ha dejado de dominar la economía; éste encuentra sin duda paliativo en la expansión ahora vertiginosa del turismo y sus menos respetables actividades conexas, pero ella no hace sino acentuar el rechazo que inspira un orden de cosas en que la corrupción parece invadirlo todo, y que es ahora incapaz de distribuir sus provechos con la misma generosidad que antes del fin de la holgura financiera.

Esa reacción a la vez patriótica y moralizante, que tocaba una fibra siempre sensible de la conciencia nacional, encontró una vocero eficacísimo en Eduardo Chibás, que como candidato del nuevo partido ortodoxo comenzaba a perfilarse como seguro vencedor en la elección presidencial de 1952; aunque su suicidio dejó un vacío ya imposible de llenar, el menos colorido candidato con que lo reemplazaron los ortodoxos parecía destinado a vencer a un oficialismo hundido en el desprestigio y privado de los recursos a los que había debido en el pasado sus mejores triunfos. Quien notoriamente no sería electo era el tercer candidato en la contienda: Batista, luego de una breve etapa en que se lo vio militar en el Movimiento de la Paz y otros igualmente cercanos a sus antiguos aliados comunistas, se había ya alineado sin equívocos en la guerra fría, esperando ganar con ello tolerancia norteamericana para una intervención militar que corrigiese las consecuencias de la invencible frialdad que le seguía mostrando la opinión cubana. En 1952 esa intervención le entregó el poder, que debió ejercer de modo mucho más represivo que en el pasado, ya que hallaba frente a sí no sólo a la máquina política, desprestigiada pero aun poderosa, del Partido Auténtico, sino sobre todo a la poderosa corriente de opinión que los ortodoxos habían sabido movilizar, y encontraba en esa dictadura sin programa, obligada para sobrevivir a comprar complicidades en la clase política y tolerar la corrupción e ineptitud de la dirigencia militar, a un blanco adecuadísimo contra el cual extremar su militancia.

Fue precisamente un joven abogado incluido como candidato en las listas parlamentarias de la ortodoxia, Fidel Castro, quien el 26 de julio de 1953 capitaneó el asalto al cuartel Moncada, en Santiago de Cuba, que en la mente de sus promotores debía marcar el comienzo de una insurrección generalizada; mientras el fracaso de la empresa vino por el momento a restar atractivos a la salida insurreccional, la ciega brutalidad de la represión aumentó la soledad del gobierno. En 1954 Batista es elegido presidente en comicios en los que es candidato único; a ello sigue una breve tentativa de distensión que permite a Castro trocar la cárcel por el destierro mexicano. En México organiza una diminuta expedición que en 1956 logra implantar un minúsculo foco guerrillero en la Sierra Maestra, y desde allí a la vez estimula y canaliza los avances de la oposición urbana, que muestra audacia creciente, pese a una represión cada vez más salvaje. El clima se torna así pronto más sombrío que durante la agonía del régimen de Machado; la presencia guerrillera en la sierra no puede seguir siendo ignorada; día tras día se hace presente al país a través de la voz de la radio rebelde, y finalmente la hace noticia mundial su aparición en la primera plana del *New York Times*. Pero si las expediciones militares no logran reducirla, sus esfuerzos por acelerar la descomposición del régimen mediante acciones de masa en las

ciudades alcanzan eco limitado; la huelga general proclamada por Castro fracasa cuando ni los sindicatos antes auténticos, que se han apresurado a acercarse luego del golpe a Batista, ni el comunismo, que rechaza la táctica insurreccional, le conceden apoyo.

Pero la guerrilla comienza ya a incursionar en el llano, y -como en tantas otras ocasiones en la historia de Cuba- los incendios de cañaverales sugieren que el gobierno de orden que quiere ser el de Batista es cada vez menos capaz de mantener el orden. Washington saca sus conclusiones, e impone un embargo de armas que, si no afecta la situación militar del régimen, cuya superioridad de armamentos sigue siendo abrumadora, revela que también la potencia dominante lo considera ya desahuciado. En agosto de 1958 comienza la ofensiva final del ejército rebelde, que enfrenta a un adversario ya totalmente desmoralizado; el primero de enero de 1959 los barbudos guerrilleros entran en triunfo en una capital en delirio: en ellos la opinión reconoce sobre todo a los continuadores y vengadores de esa revolución que busca a la vez la redención moral y la realización nacional de Cuba, y que ha sido ahogada ya una vez, en 1933, por las fuerzas siniestras que desde fuera y desde dentro han dominado siempre a la isla.

Iba a ser el motivo patriótico el que aseguraría la continuidad que a pesar de todo iba a mantenerse entre aquella revolución moral y política y esa otra revolución social que, luego de una década de febriles exploraciones, iba alcanzar su perfil definitivo sobre las líneas del modelo soviético. Aunque la aceptación sin reticencias de ese modelo iba a ser tardía, mucho antes de ella el proceso cubano había quemado etapas para definirse como una revolución social y antiimperialista dispuesta a buscar apoyo contra la hostilidad implacable de la antigua potencia dominante en la máxima rival de ésta. En el marco de esa vertiginosa metamorfosis Fidel Castro, que ha emergido en el día de la victoria como jefe del más importante de los focos insurreccionales y cuya primacía en el movimiento triunfante, aunque no se refleja aún en ninguna explícita

estructura de autoridad y mando, lo transforma a los ojos de los alborozados espectadores de la victoria revolucionaria en la corporización misma de ésta, se transforma en el Jefe Máximo de un régimen cuyo autoritarismo -precisamente porque se conserva por largo tiempo reacio a cualquier institucionalización precisa- conduce a una extrema concentración del poder en la solitaria cima que él ocupa.

Ya para sus contemporáneos esa precoz metamorfosis de la revolución cubana planteó un enigma que hasta hoy sigue vigente; lo que la torna enigmática no es por cierto la salida autoritaria, que sólo se aparta de la norma latinoamericana en cuanto vuelca en fórmulas nuevas una tendencia que no podría ser más vernácula, sino desde luego su rápido y lineal desemboque en una revolución social que tan pocos signos parecían anunciar en la Cuba de mediados del siglo XX.

A casi tres décadas de la victoria revolucionaria es posible definir con mayor precisión los términos de ese enigma; son ya muy pocos los que caracterizan al movimiento cubano como una protesta de la clase media, y no muchos creen aún que la facilidad con que una transformación tan radical se impuso a la sociedad cubana se debía a que el carácter dependiente de ésta privaba a su estructura de clases de los perfiles definidos que en otras más maduras hace del conflicto entre esas clases un elemento central, aun de transformaciones sociales de objetivos más modestos que la que afectaría a Cuba.

Pero esta definición menos inexacta de los términos del enigma no hace más fácil develarlo. Porque, cualquiera que sea la razón para ello, sigue siendo cierto que un movimiento que, aunque no se defina como socialista, prometía reformas socioeconómicas profundas, estuvo lejos de ganar adhesiones sólo entre los sectores a los que esas reformas debían beneficiar, y que a lo largo del avance de este movimiento que terminó por conmover a la entera sociedad cubana hubo hasta el fin, como ha subrayado un estudioso argentino, dos clases silenciosas; ellas fueron la clase obrera urbana y rural y el sector de las propietarias que dominaba el negocio azucarero, preci-

samente las que hubieran debido hallarse en el centro de un proceso revolucionario que hubiese encontrado su motor en las contradicciones de la sociedad.

La revolución que triunfa en el Año Nuevo de 1959, que no es por entonces una revolución social, es en cambio la siempre renaciente revolución cubana, que sigue aspirando a una rehabilitación a la vez moral y nacional, y está esta vez resuelta a no dejarse extraviar en el camino; es esa decisión la que, mientras termina por ponerla en el rumbo del socialismo, conserva para la inesperada opción socialista un apoyo que está sin duda ya muy alejado de la unanimidad que celebró la victoria revolucionaria, pero es con todo suficiente para mantener a Cuba en el cauce abierto por esa victoria, frente a obstáculos que llegan a ser abrumadores. Durante la batalla de Inglaterra, George Orwell creyó descubrir una inesperada vía británica al socialismo, y la resumió en la fórmula *My country, right or left;* ya en 1942 debió admitir que esa vía nunca iba a ser recorrida; el espectro de la derrota se había disipado demasiado pronto para decidir al patriotismo inglés a dar esa respuesta desesperada. Desde 1959 la Cuba revolucionaria debió en cambio luchar cada día por su supervivencia, y la fórmula inventada por Orwell para una revolución que nunca fue explica mejor que ninguna otra el secreto de esa supervivencia.

Ésta debió también no poco a los talentos políticos de su Jefe Máximo, que –resuelto a esquivar el destino de Grau San Martín, quien, tras de personificar en 1933 la misma esperanza cubana ahora encarnada en él, terminó como uno de los integrantes menos apreciados de un elenco político muy poco admirable– tampoco ambicionaba el papel de profeta desarmado de una revolución destinada a enriquecer el ya demasiado nutrido acervo de gloriosos lutos de la historia nacional. Puesto que estaba resuelto a conducir a la Cuba revolucionaria por el camino más difícil de todos, llevándola a un desafío abierto a la todopoderosa potencia hegemónica, Castro se concedía de antemano todas las facilidades que su sentido de

la oportunidad pudiese sugerirle; su percepción de los imperativos que su situación en el mundo imponía a una Cuba que quería ser de veras revolucionaria los expresó en una fórmula sabiamente ambigua, que proclamaba que en Cuba sólo se puede ser revolucionario si se es comunista; el sentido de esa fórmula se hace quizá más claro si se recuerda que para Cuba la opción soviética llegó antes que la opción socialista.

A lo largo de 1959, en efecto, la reforma social se detuvo mucho antes de tornarse revolucionaria. Una primera reforma agraria adoptaba principios mucho más moderados que la mexicana o la boliviana; a ella se agregaba una reforma urbana que rebajaba y congelaba alquileres, sobre líneas semejantes a las adoptadas en el continente por gobiernos de muy variadas orientaciones político-ideológicas; la economía era dirigida por un equipo de jóvenes especialistas que habían hecho su aprendizaje en organismos internacionales, y estaban ansiosos por aplicar soluciones que muchos economistas latinoamericanos juzgaban entonces de sentido común, poniendo a Cuba en el camino de una industrialización ya iniciada en el continente, y favoreciéndola mediante una expansión económica centrada en la del mercado interno, que debía encontrar su primer motor, también de modo escasamente original, en la inversión y el crédito del Estado.

Sin duda esas iniciativas, en cuanto reflejaban de todos modos la voluntad del Estado cubano de fijar el rumbo futuro de la economía, constituían un desafío muy serio a una potencia hegemónica cuyo representante en la isla había encontrado ya alarmante en 1940 la creación de un sistema monetario separado del norteamericano. Pero el mismo desafío se perfilaba mucho más nítidamente en las iniciativas políticas que en los programas sociales de la revolución, que (gracias a su moderación misma) estaban por otra parte ganando a ésta tan amplio apoyo en la opinión cubana que Fidel Castro pudo utilizar la identificación privilegiada que con ellos mantenía como arma decisiva para asegurar su avance hacia un poder no limitado por ninguna barrera institucional, en cuanto le era posi-

ble presentar verazmente a la institucionalización que muchos reclamaban como el modo más seguro de frustrar el impulso revolucionario antes de que éste introdujera en la sociedad cubana las transformaciones que ella no estaba ya dispuesta a ver frustrarse nuevamente.

Así, mientras la acción discreta de su hermano Raúl (el único de los miembros del grupo dirigente revolucionario que había mantenido relaciones estrechas y amistosas con el comunismo cubano), de Ernesto Guevara, el joven médico argentino que, luego de descubrir su vocación revolucionaria durante la agonía del gobierno de Arbenz en Guatemala, se perfiló como uno de los más eficaces jefes militares de la Revolución cubana, y de Camilo Cienfuegos, que sobresalió en las filas de ésta gracias a su instintivo arte de combatiente, aseguraba a Fidel Castro completo control del aparato militar, éste por su parte se lanzaba a conquistar en abierta batalla las escasas posiciones formalmente dotadas de autoridad decisiva en el apenas esbozado Estado revolucionario. En febrero de 1959 reemplazaba ya como primer ministro al moderado Miró Cardona, en julio su renuncia, seguida de una gigantesca movilización de masas, provocaba la del aún más moderado presidente Urrutia, reemplazado por el doctor Osvaldo Dorticós, prestigioso hombre de leyes que entendió mucho mejor la significación que el cargo presidencial tenía en la nueva Cuba, e iba a permanecer en él hasta 1976.

Era sobre todo el conflicto externo el que ritmaba el avance de Cuba hacia una revolución cada vez más radical. Inmediatamente después del triunfo revolucionario, la instalación de tribunales de excepción para juzgar a criminales de guerra creó las primeras dudas en el sector de opinión que, en los Estados Unidos como en Latinoamérica, creía reconocer en la victoria de la Revolución cubana un nuevo triunfo de tendencias que ya habían cosechado otros en Costa Rica, Venezuela y aun Puerto Rico. Y ya antes de que se definiera con nitidez la diferencia de objetivos finales entre esas corrientes y la cubana se hizo evidente que ésta no compartía la resignación con que

aquéllas acataban los límites fijados a sus iniciativas por el orden político y económico que pesaba en ese momento con más fuerza que nunca sobre Latinoamérica. Cuando aun no había renunciado a mantener a la Cuba revolucionaria en el sistema panamericano, Fidel Castro exigía de él una reforma radical de sus supuestos políticos, y otra aun más nítidamente revolucionaria del nexo económico entre Latinoamérica y la potencia hegemónica, que debía tomar a su cargo la financiación de las transformaciones necesarias para cerrar el abismo entre el desarrollo estadounidense y el atraso latinoamericano.

La iniciativa fue recibida con comprensible frialdad en los Estados Unidos, y no hizo nada por disminuir el recelo con que el gobierno de Eisenhower asistía al desplegarse de un proceso revolucionario que ya estaba llegando más lejos de lo que nadie había creído posible, y no parecía dispuesto a detener sus avances. La cada vez más decidida hostilidad de Washington tuvo ocasión de manifestarse en sus reacciones frente a los perjuicios, todavía poco cuantiosos, que las reformas económicas estaban infligiendo a intereses privados norteamericanos; bien pronto comenzaría a esgrimirse abiertamente la amenaza de supresión de la cuota azucarera, que tan eficaz había resultado en 1933. Pero intervino aquí un hecho nuevo: en febrero de 1960 Anastas Mikoyan, visitante oficial en La Habana, ofrecía en nombre del gobierno soviético un mercado alternativo para el azúcar cubano; con ese compromiso al que pronto iban a seguir otros, la URSS tomaba bajo su protección a una revolución que ya no creía posible asegurar por otro camino su supervivencia, y desde entonces nada volvería ya a ser lo mismo ni en Cuba ni en Latinoamérica.

Capítulo 7

Una encrucijada decisiva y su herencia: Latinoamérica desde 1960

1. La década de las decisiones (1960-1970)

Como ya se ha subrayado, sobraban razones para que la década que iba a abrirse en 1960 se anunciase como una de decisiones radicales para América latina. Las dos más importantes se han señalado también: ese hecho nuevo e imprevisible que era el giro socialista de la Revolución cubana vino a incidir en un subcontinente que descubría agotada la línea de avance tomada a tientas durante la depresión y la segunda guerra, y más deliberadamente mantenida en la postguerra, y comenzaba a adivinar que se estaba aproximando a otra de las difíciles encrucijadas que habían puntuado su breve historia. No iban a ser ésas sin embargo las únicas razones por las cuales tantos estaban dispuestos a profetizar en 1960 que se aproximaba una etapa en que no podrían ya postponerse las opciones que decidirían el destino futuro de América latina. Junto con ellas hacía sentir sus consecuencias el vigor inesperado del crecimiento económico, tanto en lo que comenzaba a llamarse el primer mundo como en el bloque socialista, que –a la vez que inspiraba un activismo nuevo en las potencias que desde uno y otro gravitaban sobre el subcontinente– acentuaba en éste la desazón al descubrir que en medio de esa ola expansiva cada vez

más impetuosa su propio ritmo de avance estaba lejos de acelerarse.

No por eso iba a cesar del todo la búsqueda de nuevas estrategias orientadas a prolongar hacia el futuro un avance que aparecía agotado en sus posibilidades; la superación del marco nacional parecía ofrecer un camino, y de 1960 data la creación de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio y la del Mercado Común Centroamericano. Pero, mientras el segundo alcanzó un impacto considerable antes de ver frenados sus progresos, la primera (que abarcaba a todos los países mayores y casi todos los restantes del subcontinente) luego de un temprano acuerdo sobre una primera lista de artículos desgravados, que esquivaba cuidadosamente afectar el monopolio interno de ninguno de los sectores productivos importantes en cada uno de los países miembros, fracasaría en todos los intentos de ampliarlas; a la vez se hacía cada vez más claro que luego del agotamiento del desarrollismo las uniones económicas estaban destinadas a ser instrumentadas por esos participantes cada vez más influyentes en las economías latinoamericanas que eran las empresas multinacionales, a las que venían a facilitar sus complicadas estrategias de organización y distribución de mercados; el bloque bolivarino, que comprendía a más de los países herederos de la Gran Colombia a los andinos, y que, surgido más tardíamente, buscó limitar el influjo de esos nuevos protagonistas de la vida económica, tampoco logró ir en cuanto a ello demasiado lejos.

Pero cabe dudar de que durante la década abierta en 1960 el problema más serio que debían afrontar las economías latinoamericanas fuese el avance tan denunciado de las multinacionales; salvo en México, donde ese avance había comenzado ya desde principios de la década anterior, y constituía en verdad uno de los aspectos básicos del «desarrollo estabilizador», el problema era cabalmente el opuesto: por razones que sólo en parte se vinculaban con la prudencia que inspiraban a los inversores los anuncios de inminente crisis sociopolítica pregonados desde todos los tejados, ese avance era demasiado lento

y parcial para incorporar más sólidamente (y así fuese al costo muy alto que los adversarios de esas empresas no se fatigaban de denunciar) a Latinoamérica en ese orden capitalista en vertiginoso ascenso.

Aunque el descubrimiento de que Latinoamérica hallaba difícil alcanzar el ritmo cada vez más acelerado de esa ola expansiva no era del todo nuevo, sólo luego del fracaso del desarrollismo vino a colocarse en el centro de la problemática latinoamericana; a lo largo de la década que se abría iba a parecer cada vez más claro a muchos que sería imposible superar la amenaza de estancamiento sin quebrar el marco del sistema político y económico internacional en que hasta entonces había debido desenvolverse Latinoamérica.

Esa convicción vino a dar popularidad a las distintas versiones de la llamada teoría de la dependencia, que partían de un diagnóstico no demasiado alejado del de Prebisch y, aunque no se privaban de reprochar al economista argentino que no lo hubiese acompañado de una precisa propuesta de soluciones económicas para los males registrados en ese diagnóstico, también se abstenían de adelantarla. Es que, a los ojos de los teóricos de la dependencia, lo que impedía a Latinoamérica superar el subdesarrollo era su integración subordinada en el orden capitalista mundial, y –aunque no todos los proponentes de esa teoría veían en la revolución socialista la única vía hacia adelante– todos coincidían en que era preciso introducir en ese orden modificaciones más hondas que los retoques hasta entonces invocados como necesarios por las corrientes reformistas latinoamericanas; a sus ojos, si los problemas eran económicos, su solución sólo podía ser política.

De este modo la reacción latinoamericana frente al estancamiento en que amenazaba hundirse el subcontinente venía a reforzar las que la Revolución cubana estaban suscitando entre quienes desde fuera aspiraban a orientar el rumbo de éste. En lo que tocaba a éstos últimos, el vigor que la ola de prosperidad había infundido a las economías y sociedades desde las cuales se disponían a orientar ese curso los animaba a hacer

pesar con mayor firmeza que nunca su influjo sobre el desorientado subcontinente; cuando en Washington o en Moscú se afirmaba con tanta seguridad que éste estaba entrando en una etapa decisiva, se quería decir entre otras cosas que quienes formulaban esa profecía se juzgaban capaces de hacer lo necesario para que así ocurriese.

El activismo menos cauteloso que así irrumpía en la política latinoamericana de los Estados Unidos tanto como en la de la Unión Soviética reflejaba por otra parte el que ahora avanzaba en todas partes, bajo el estímulo de un clima político, social y económico que parecía estar expandiendo cada día los límites de lo posible. Mientras aun la Iglesia católica, que –para usar la expresión desolada de uno de sus hijos– por más de un siglo se había resignado a no vivir para no morir, en el Concilio Vaticano II se decidía por fin a afrontar, así fuese con ánimo trepidante, los dilemas que durante esa larga etapa había juzgado prudente soslayar, los poderes terrenos se disponían a plasmar el futuro con una audacia menos atemperada por la prudencia. Así ocurría en los Estados Unidos, donde el presidente Johnson anunciaba la construcción de la *Great Society,* que utilizaría la creciente prosperidad para eliminar la penuria para todos los norteamericanos, y también en la URSS, donde Jruschov proclamaba próximo el momento de comenzar la transición al comunismo, basada también ella en el enorme avance de las fuerzas productivas durante la etapa que estaba llegando a su consumación.

Pero esa confianza nueva que ahora dominaba a los agentes externos que de veras contaban en Latinoamérica (los Estados Unidos, que habían dejado atrás a sus tradicionales rivales europeos, y esa presencia advenediza que era la URSS) iba más allá de estimular su activismo; también orientaba a éste hacia objetivos no sólo más ambiciosos sino parcialmente distintos que en el pasado. Así ocurría desde luego en cuanto a la URSS, no sólo porque su decisión de patrocinar el desafío cubano a la potencia hegemónica contrastaba con la cautela que había caracterizado anteriormente sus movimientos en el tablero

latinoamericano, sino porque a la redefinición más ambiciosa de sus objetivos político-diplomáticos en ese remoto teatro venía a sumarse la aquiescencia otorgada al rumbo inequívocamente socialista tomado por la revolución cubana, que reflejaba la convicción de que el nuevo dinamismo adquirido por el proceso socioeconómico a escala planetaria estaba haciendo obsoletas las lecciones de prudencia deducidas por la Tercera Internacional del desastroso desenlace de las revoluciones que en la entreguerra había buscado patrocinar desde Hungría y Alemania hasta China.

Desde el mismo modo en cuanto a los Estados Unidos. Sin duda su disposición a gravitar más decisivamente en Latinoamérica quedaba suficientemente explicada por el desafío cubano, y el patrocinio soviético que aseguró a éste la supervivencia, pero ellos no justificaban por sí solos el rumbo que la administración Kennedy quiso dar a esa política más activa. Ésta –aseguraba el joven presidente, que en su campaña había acusado a su predecesor Eisenhower de haberse limitado a responder de modo cada vez más rutinario a los sucesivos desafíos soviéticos, terminando por entregar totalmente la iniciativa a la potencia rival– no podía tener como objetivo central el demasiado limitado de restaurar la hegemonía norteamericana sobre Cuba y sí en cambio el de promover y orientar una transformación de las estructuras sociopolíticas latinoamericanas que las hiciese invulnerables a la tentación revolucionaria que había ganado a la Gran Antilla.

El teatro principal del combate contra la amenaza revolucionaria se trasladaba así al continente, y a él estaban orientadas las innovaciones propuestas por la administración de Kennedy, que se inspiraban por una parte en una implícita teoría general sobre las precondiciones necesarias de procesos revolucionarios, y por otra en las lecciones ofrecidas por los procesos de cambio socioeconómico desencadenados en Asia y África a partir de la segunda guerra mundial, que, puesto que habían tomado en algunos casos vías revolucionarias y en otros no, parecían ofrecer enseñanzas útiles sobre cómo

esquivar las primeras y alcanzar transitando las segundas transformaciones menos incompletas que las que hasta entonces había conocido Latinoamérica.

La teoría general había sido imperiosamente esbozada en un afortunado folleto del profesor W. W. Rostow, asesor del nuevo presidente; su «manifiesto no comunista» titulado *Las etapas del desarrollo económico* hacía del desarrollo autosostenido alcanzado por las sociedades industriales maduras algo más que la meta a la cual se encaminaban todas las restantes: él era en verdad el punto de llegada de todo el proceso histórico, y de superación de las contradicciones que habían tornado a veces tan tormentoso el avance hacia esa cima final. La moraleja latinoamericana de esa visión de la historia universal era que el riesgo de revolución cesaría cuando el subcontinente alcanzara por fin ese desarrollo autosostenido, y que era por lo tanto urgente impulsarlo en ese sentido, pero también que durante la acelerada transición que ello imponía el peligro revolucionario sería más agudo que nunca.

Las experiencias acumuladas desde Argelia hasta el Lejano Oriente agregaban precisión a esas sugerencias demasiado generales. Así por ejemplo, la eficacia con que la reforma agraria introducida en Japón, Corea del Sur y Formosa había contribuido a atenuar tensiones sociales y a remover obstáculos al crecimiento económico incitaba a afrontar con mayor audacia que en el pasado las tareas de ingeniería social requeridas para alcanzar los mismos objetivos en Latinoamérica; a la vez los múltiples ejemplos de resistencia al desafío revolucionario –exitosa en algunos casos, como en Malasia y las Filipinas, infortunada en otros, como en China y Vietnam del Norte– sugerían como tarea aún más urgente la de crear sólidos encuadramientos políticos y sociales para las masas de cuyo arbitraje dependía en último término el desenlace del conflicto con las fuerzas revolucionarias.

Expresión de esta nueva política latinoamericana fue la Alianza para el Progreso, cuyas propuestas (que retomaban otras de origen latinoamericano, a partir de la Operación Pa-

namericana lanzada por el presidente brasileño Kubitschek y la aún más grandiosa propuesta por Fidel Castro) ponían en primer plano los aspectos de esa nueva linea que podían resultar más gratos a la opinión latinoamericana. Ella propugnaba a la vez el recurso a la reforma agraria, cada vez que -como ocurría en casi toda Latinoamérica- éste se revelaba necesario para romper el estancamiento rural, y una industrialización más rápida y menos limitada que en el pasado; esos objetivos debían lograrse mediante la transferencia de veinte mil millones de dólares a lo largo de diez años, la mitad de los cuales provendría del tesoro de los Estados Unidos y el resto de inversiones productivas privadas, y que debía ser complementada por inversiones de igual monto y de origen latinoamericano, aquí a cargo sobre todo del Estado; el objetivo era asegurar una tasa de crecimiento del producto bruto *per capita* del orden del 2,5 por 100 anual.

Ello requería además la expansión de las funciones y los recursos del Estado, que figuraba también entre los objetivos declarados de la Alianza; ésta preveía en efecto una reforma impositiva que aumentase y redistribuyese la carga fiscal, complementada por un sistema de percepción más eficaz, y capaz por lo tanto de hacer pagar su parte a los más ricos. Pero la creación de una base financiera más robusta para el Estado no tenía tan sólo por objetivo facilitar el desarrollo económico y contribuir a una transformación de la sociedad en sentido más igualitario; servía a la vez a ese otro objetivo menos insistentemente pregonado de la nueva política latinoamericana de los Estados Unidos que era la consolidación acelerada de estructuras políticas y sociales capaces de encuadrar sólidamente a las masas; si los nuevos dirigentes de Washington advertían muy bien que un estado capaz de hacerse presente de modo decisivo en todas las esferas de la vida colectiva no era suficiente para asegurar ese encuadramiento, no se equivocaban al considerar que su ausencia lo hacía extremadamente difícil.

Para esa tarea de encuadramiento y canalización de las masas latinoamericanas el gobierno de Kennedy confiaba en las

corrientes de reforma moderada cuya fidelidad a la posición norteamericana en la guerra fría no había vacilado ni aun ante la sistemática ingratitud del de Eisenhower, y esa confianza se traducía en la preferencia por las soluciones políticas encuadradas en el marco de la democracia representativa, frente a las dictatoriales, que sin duda era exhibida con particular insistencia en función de la nunca extinguida polémica anticubana, pero que se apoyaba sobre todo en la convicción de que los partidos de masas, tanto en un marco de democracia competitiva como en uno de monopolio político de hecho si no de derecho, podían cumplir mejor esa función de control que el autoritarismo de base militar.

Al mismo tiempo los Estados Unidos no renunciaban a poner a los ejércitos latinoamericanos al servicio de ese ambicioso programa de transformación con propósitos de conservación. Una parte considerable de los fondos dirigidos a Latinoamérica se orientaron hacia esos ejércitos, que a la vez eran incitados a tomar a su cargo, a través de los llamados programas de acción cívica, funciones de desarrollo económico-social que los introdujesen en el horizonte de experiencias cotidianas de las masas rurales, y las incitaran a volverse hacia ellos en busca de orientación en momentos de crisis, supliendo así la insuficiente implantación de otras ramas del Estado y la de los partidos en esos rincones inhóspitos en cualquiera de los cuales podía realizarse la amenazante promesa cubana de hacer de la cordillera de los Andes una Sierra Maestra a escala continental.

Aunque la Alianza para el Progreso había marginado a los organismos panamericanos, Washington no había renunciado aun a utilizarlos en otros contextos. Pero las reticencias cada vez mayores que las propuestas norteamericanas encontraban en el seno de la OEA, que culminaron en 1965, cuando el proyecto de creación de una fuerza militar panamericana de carácter permanente no reunió los votos de los dos tercios de los países miembros que requería para ser aprobado en la conferencia de Río de Janeiro, impulsarían cada vez más a

Washington a prescindir de ese instrumento antes central a su política latinoamericana.

También por este motivo la preferencia por los acuerdos bilaterales, insinuada ya en la estructuración de la Alianza, vino a acentuarse cada vez más. En ese marco bilateral los contactos, no sólo de Estado a Estado, sino entre específicas ramas de la administración y aun entre organizaciones extraestatales, van a multiplicarse y tornarse más íntimos. Así, mientras la reestructuración de las fuerzas armadas latinoamericanas, sostenida por fondos norteamericanos, cuenta con el asesoramiento de las de los Estados Unidos, las organizaciones sindicales norteamericanas, políticamente más cercanas a la administración de Kennedy que a su predecesora, amplían también ellas sus funciones de asesoramiento de sindicatos latinoamericanos dispuestos a recibirlo, y canalizan hacia éstos fondos de promoción social incluidos a menudo en el presupuesto de la Alianza, cuyos beneficios se espera que les atraigan el favor de sectores más amplios de la clase obrera, ganados así indirectamente a la opción pronorteamericana. Del mismo modo, fondos de ese origen servirán para consolidar la clientela de políticos dispuestos a alinearse en sentido favorable a la política latinoamericana de los Estados Unidos; así Carlos Lacerda, el vocero periodístico de la derecha brasileña, transformado en gobernador de Guanabara (el estado creado en el territorio de la antigua capital, Rio de Janeiro), puede consolidar su base popular gracias a un programa de viviendas sostenido por el aporte norteamericano, y en el Perú el gobierno de la convivencia aprista-oligárquica cuenta con fondos del mismo origen para desarrollar un programa análogo en Lima.

Todo ello tiene por resultado la implantación de una presencia norteamericana más compleja y diferenciada, y por eso mismo más capaz de gravitar eficazmente en una Latinoamérica que está entrando tumultuosamente en la era de masas. Esa presencia debe servir –se ha indicado ya– a un doble propósito de transformación y conservación, o –para decirlo con

una fórmula que se hará pronto más popular en Latinoamérica que en los Estados Unidos– de seguridad y desarrollo. Esas dos fórmulas ignoran por igual que en los momentos críticos, que no han de faltar en esos años de honda y confusa transformación política, no iba a ser siempre fácil hallar un camino que satisfaciese por igual ambas aspiraciones; como era esperable, cada vez que una emergencia imponía optar entre ellas, la preferencia iba a lo más urgente, y en cada uno de esos momentos decisivos venía a confirmarse que la conservación (o si se prefiere la seguridad) tenía prioridad sobre el objetivo de largo plazo que era el desarrollo económico y más aún sobre el de transformación sociopolítica, que en cada una de esas crisis se revelaba con creciente claridad como un arma de doble filo.

Luego del asesinato de Kennedy, y bajo la égida de su sucesor Lyndon Johnson, la primacía del objetivo de conservación y seguridad quedó consagrada por el abandono de la opción política en favor de la democracia representativa: en América latina, aseguraba el secretario de Asuntos Latinoamericanos, Thomas Mann, los Estados Unidos volvían, como en el pasado, a ser simplemente amigos de sus amigos, sin imponerles fastidiosas exigencias de decoro institucional. Pero ya antes de esa reorientación programática de la política norteamericana, la administración de Kennedy había debido resignarse a encarar más de una de las crisis latinoamericanas olvidando su preferencia por la democracia representativa. Así ocurrió por ejemplo en Perú, cuando Haya de la Torre, para entonces el más fiel aliado de la política norteamericana en su país y Latinoamérica, obtuvo en las elecciones de 1962, en que se postuló como candidato oficialista a la sucesión del presidente Prado, una victoria tan estrecha y tan discutible que el golpe militar que le cerró el acceso al poder fue recibido con beneplácito por la mayor parte de la opinión pública; esa peripecia parecía mostrar que el favor norteamericano no era suficiente para asegurar la fortuna electoral de los partidos de masas dispuestos a servir su política, y el gobierno de Washington –lue-

go de expresar su mal humor ante el espíritu demasiado independiente de la fuerza armada peruana a través del retiro temporario de su representante en Lima– terminó por inclinarse ante el hecho consumado.

A partir de 1963 los titubeos y perplejidades quedaban atrás; en 1964 el golpe militar que derrocó al presidente brasileño Goulart fue organizado en íntimo contacto con la representación norteamericana en ese país, que por su parte se comprometió a otorgarle apoyo militar activo, si un éxito inmediato no lo hacía innecesario; en la República Dominicana al año siguiente una revolución militar contra los oficiales que en 1963 habían derrocado al presidente constitucional Juan Bosch, que logró hacerse fuerte en la capital, fue interpretada por Washington como una tentativa de crear otra cabeza de puente antillana para la revolución socialista, y provocó una intervención militar unilateral, transformada luego en mediación armada sostenida por una fuerza nominalmente panamericana colocada bajo el comando de un general brasileño; la elección de un nuevo gobierno constitucional que pudo así imponerse como alternativa a la restauración del derrocado en 1963 fue, mucho más plenamente que el éxito del golpe militar brasileño, resultado de una decisión de Washington, que se resolvió en la ocasión a desplegar a la luz del día su abrumadora superioridad militar.

Los críticos que invocando este episodio denunciaban la nueva política de los Estados Unidos como un mero retorno a los usos que precedieron la introducción de la política de Buena Vecindad perdían de vista quizá lo esencial de la nueva situación. Sin duda, la Revolución cubana, al devolver al primer plano del debate político latinoamericano el tema del imperialismo, vivificaba eficazmente en la opinión pública sentimientos que habían venido adormeciéndose desde 1933, y que ni la prédica de inspiración soviética ni el retorno del intervencionismo norteamericano que había comenzado ya a insinuarse bajo el estímulo de la guerra fría habían logrado hasta entonces movilizar.

Pero a los efectos de este remozamiento del antiimperialismo latinoamericano venían a contraponerse los del realineamiento que suscitaba en la opinión latinoamericana la aparición de la alternativa socialista en la más inmediata agenda política del subcontinente, que era también ella consecuencia de la Revolución cubana, y que favorecía la creación de una solidaridad nueva entre los Estados Unidos y todos los que en Latinoamérica rechazaban alarmados esa alternativa. Gracias a ello el nuevo intervencionismo norteamericano estuvo lejos de evocar en el área afectada una oposición tan unánime como a comienzos del siglo; no sólo era recibido con abierto beneplácito por fuerzas conservadoras algunas de las cuales le habían sido tradicionalmente hostiles, sino –salvo en algunos episodios que se iban a revelar atípicos, como precisamente el dominicano– no iba a necesitar volcarse en nuevas acciones militares, ya que hallaría instrumentos suficientemente eficaces en esos aliados que la común hostilidad al socialismo había venido a depararle.

Entre éstos, los ejércitos latinoamericanos tenían un papel cada vez más central desde la perspectiva norteamericana: la consolidación del aparato estatal, que estaba ya entre los objetivos de la Alianza para el Progreso, tendía a revolverse cada vez más en la de las fuerzas armadas, que recibían una parte creciente de los fondos públicos norteamericanos destinados a Latinoamérica, y en parte gracias a ello gravitaban con peso creciente en la vida de la región. Pero ese vínculo cada vez más íntimo iba más allá de agregar solidez y eficacia al poderío estrictamente militar de esos ejércitos (aunque ya en este aspecto su contribución, decisiva para el uruguayo, que había llegado a tener existencia sólo nominal como fuerza de combate, o el boliviano que había sobrevivido a duras penas a la derrota sufrida a manos de los combatientes urbanos y mineros de la victoriosa revolución de 1952, se reveló más que considerable en la mayor parte de los países pequeños y aun en los mayores estuvo lejos de ser insignificante).

Más importante era, sin embargo, que esos nuevos lazos crearan una halagadora intimidad con el cuerpo de oficiales

del más poderoso ejército del planeta, en términos que sus pares del sur del Río Bravo se lisonjeaban en creer igualitarios, y que ella sirviese de vehículo para la difusión de una propuesta acerca de las tareas futuras de los ejércitos latinoamericanos que iba a encontrar aceptación efusiva en éstos. Sin duda desde fines del siglo XIX más de uno de esos ejércitos había reivindicado un papel central en el proceso de modernización y consolidación de la sociedad dirigido por el Estado, por ejemplo utilizando el enrolamiento universal para expandir el alfabetismo hacia capas de población que ese otro instrumento de transformación social que era la escuela no había logrado alcanzar, pero contribuciones como ésa se integraban mal con su específica función militar, y en cuanto a ésta la profesionalización orientada por instructores ultramarinos, que los estaba haciendo idóneos para trazar según las reglas del arte planes de guerras fronterizas que (era cada vez más evidente) nunca iban a desencadenarse, no resolvía el problema de la función del ejército en un país modernizado de modo halagador para el orgullo colectivo del cuerpo de oficiales, que se resistía mal a la tentación de volcar sus frustradas energías en la política interna.

Ahora la doctrina de la seguridad nacional, versión militarizada de la seguridad y desarrollo, hacía del ejército el protagonista de la vida nacional, al ponerlo al frente de una empresa que unificaba la guerra convencional y la política convencional y a la vez las elevaba a un plano más alto, al poner a ambas al servicio de una heroica militancia en el conflicto mundial, del que esa doctrina ofrecía una imagen decididamente apocalíptica, y cuya presencia decisiva proclamaba descubrir detrás de los tan numerosos y a primera vista tan heterogéneos que desgarraban a Latinoamérica.

Sin duda, en la determinación de los contenidos específicos de esa doctrina no sólo influía decisivamente la circunstancia latinoamericana, sino también el ejemplo de otros ejércitos en que los latinoamericanos habían buscado modelos en el pasado, y en particular del francés, que a lo largo de su infructuosa

resistencia a los movimientos nacionales de Indochina y Argelia había elaborado rebuscadas justificaciones ideológicas para su acción y luego para su derrota, a la vez que una compleja casuística destinada a darle orientación moral frente a las nuevas tareas que ese inédito tipo de lucha le imponía.

Ese ejemplo no sólo aparecía más relevante porque hundía sus raíces en una tradición que los latinoamericanos sentían espontáneamente más afín que la norteamericana (en el marco de la cual por ejemplo el asesoramiento eclesiástico era decisivo para disipar escrúpulos frente al uso del terror y la tortura, lo que hubiera sido impensable en el ejército de los Estados Unidos), pero también porque esa tradición aparecía corroída por dudas acerca de su propia validez, ausentes en el Norte pero cada vez más vivaces también en América latina, que se reflejaban por ejemplo en la fascinación apenas disimulada por el modelo alternativo que ofrecía el enemigo, que en Francia contribuyó a hacer de Mao el Clausewitz de la guerra contrarrevolucionaria, y en Latinoamérica iba a tener consecuencias igualmente desconcertantes. A la vez esa fascinación era la contracara de un horror al adversario sólo compartido con la misma intensidad en los Estados Unidos por una relativamente estrecha franja excéntrica de la opinión pública; mientras en Francia ese horror tan intenso daba expresión a la rencorosa amargura de comunidades que se sabían condenadas por el avance inexorable de la descolonización, esa amargura encontraba eco puntual en la de todos los que en América latina temían verse aplastados por una ola revolucionaria que, aunque preferían no confesarlo, estaban cerca de creer irrefrenable.

Pero si en los contenidos concretos de la doctrina de seguridad nacional, y más aun en el complejo de pasiones y sentimientos que encontraban expresión en ella, el ejemplo que venía del norte pesaba menos de lo esperable, la nueva intimidad entre las fuerzas armadas latinoamericanas y las de la potencia hegemónica fue con todo decisiva para acelerar la transición entre una concepción de las tareas militares que había

guiado durante décadas a los ejércitos latinoamericanos y otra que, a la vez que le fijaba funciones nuevas y más vastas, les imponía modos de conducta que en el pasado hubiesen parecido incompatibles con la dignidad del oficial; así, si no puede afirmarse más allá de toda duda que los cursos de perfeccionamiento ofrecidos por distintas agencias de inteligencia norteamericanas hayan incluido clases teórico-prácticas en el arte de la tortura, tal como alegaban frecuentemente sus críticos (los defensores de esos cursos sostenían, como es sabido, que uno de sus objetivos era ofrecer alternativas al uso indiscriminado de la tortura, y en todo caso la conclusión de que el empleo de ésta era en Latinoamérica una innovación importada del norte era desde luego insostenible), la transformación en legítimo tema de discusión de lo que había sido hasta entonces un secreto nunca confesado era suficiente para facilitar la inclusión de la tortura y otros modos de ejercicio del terror contra poblaciones civiles entre las tareas exigibles de los integrantes del cuerpo de oficiales, aunque las justificaciones ideológicas y morales para semejantes actividades se buscasen en fuentes menos exóticas que las norteamericanas.

Otra consecuencia decisiva iba a tener esta reestructuración de los ejércitos latinoamericanos bajo auspicios norteamericanos: ésta profundizaba la transformación de cada uno de esos ejércitos en un organismo cada vez más consciente de su identidad y sus intereses corporativos, tanto en el plano interno como en el internacional. En lo que se refiere a éste los integrantes de cada uno de esos ejércitos parecían encontrar ahora interlocutores más cercanos en sus camaradas de los demás que en los integrantes de otras ramas del Estado del que teóricamente cada uno de esos ejércitos seguía siendo una dependencia. La rapidez del cambio se percibe muy bien cuando se considera que ya en 1964 el general Onganía, comandante en jefe del ejército argentino, iba a hallar perfectamente adecuado anunciar a su país y al mundo la actitud de ese ejército frente a las autoridades constitucionales (que estaba lejos por cierto de ser de obediencia ciega) en un discurso

pronunciado en West Point ante la quinta conferencia de ejércitos americanos.

En el marco nacional la consolidación de una conciencia corporativa en el cuerpo de oficiales sumaba sus efectos a los de la burocratización de la institución para transformar radicalmente el modo de inserción de las fuerzas armadas en la vida política. Mientras en el pasado éstas habían ingresado en ella como séquito y sostén de un dirigente surgido de sus propias filas, que gracias al apoyo complementario de corrientes políticas o fuerzas socioeconómicas reclutadas desde el poder o en el camino hacia él conservaba un notable poder de iniciativa, ahora ese ingreso iba a ser a menudo también él una empresa corporativa, cuyo titular era tan sólo un agente escasamente autónomo, y siempre revocable, de la institución que lo colocaba al frente de ella.

Pero esa transformación del carácter mismo de la intervención militar sólo en parte se explica por la que estaba sufriendo la institución militar misma; ésta refleja además la del temple de aquellos sectores latinoamericanos que ven aproximarse la etapa de decisiones abierta por la Revolución cubana con más alarma que esperanza. Es en efecto la conciencia de la gravedad de la coyuntura la que fortifica la decisión de mantener al titular militar de la gestión política bajo constante vigilancia corporativa; pero sus efectos van por otra parte mucho más allá, en cuanto ella dicta los términos mismos en que esa gestión será encarada.

Sin duda esa conciencia encuentra eco –tal como se ha recordado una y otra vez– en las vastas capas sociales que se sienten también amenazadas por la inminente ofensiva revolucionaria, y que son quizá aún más sensibles que la dirigencia militar a las amenazas más insidiosas que derivan del agotamiento de desarrollismo. No se sigue de ello, sin embargo, que el temple sombrío con que la institución militar contemplaba el futuro dominara con igual fuerza a los grupos sociales amenazados por la ola revolucionaria. La aprensión con que éstos veían acercarse el momento decisivo de la vasta crisis so-

ciopolítica en curso no les impedía entregarse -junto con los que debían transformarse en sus mortales adversarios en esa crisis inminente- a las sugestiones del optimismo sistemático con que el mundo desarrollado contemplaba el futuro; la misma década que se presenta en el plano político como de durísimas opciones está marcada por una apertura confiada y sorprendentemente poco polémica a innovaciones de estilo y sustancia en la vida colectiva, que -aunque corroen las bases morales del orden vigente en el momento mismo en que éste debe prepararse a afrontar un desafío mortal- son adoptadas con el mismo entusiasmo por los privilegiados por ese orden como por los que, sobre todo en las clases medias y medias bajas, se movilizan en su contra.

Para estos últimos tales innovaciones (que, como ha subrayado en una página elocuente el chileno Antonio Skármeta, ya proviniesen de progresos en las comunicaciones, desde el *moto-scooter* hasta el avión y el teléfono de larga distancia, o en la biología, tal la píldora anticonceptiva, tenían por consecuencia la apertura súbita de nuevas áreas de libertad para trayectorias vitales encerradas hasta entonces en carriles asfixiantemente estrechos) eran un anticipo de la revolución destinada a coronar todos esos avances; y ello hacía que la expectativa revolucionaria inspirase en ellos a menudo un ánimo menos militante que anticipadamente celebratorio. Más sorprendente era que los sectores amenazados por esa revolución tan anunciada compartiesen en tantos aspectos el espíritu festivamente iconoclasta de los celebrantes de su futura ruina; todavía en 1973 el sociólogo francés Alain Touraine iba a descubrir durante la agonía de la vía chilena al socialismo, y en el asediado reducto de la clases privilegiadas que era por entonces el Barrio Alto de Santiago, la supervivencia del hedonismo liberador de la década anterior, cuyos rituales seguían celebrándose en locales presididos por los iconos de la contractura...

Ese optimismo surgido de una circunstancia que no era la latinoamericana no hubiera con todo podido afirmarse si el

agotamiento de las soluciones de las que Latinoamérica había vivido desde 1945 se hubiese traducido en algo peor que una tendencia al estancamiento o al desarrollo irregular y errático. En este punto es de temer que el recuerdo colectivo exagere los rasgos negativos de una etapa que vino a decepcionar tanto las esperanzas de rápida mejora económica como las de cambios sociales radicales, pero que, en términos de realidades más bien que de expectativas, estuvo marcada por un ritmo de crecimiento sin duda desigual, pero aun así casi siempre considerable. Ello hizo posible que el descontento derivado de la distancia creciente entre los avances de la economía y del bienestar en los países centrales y en la periferia latinoamericana se conjugase con una confianza en el futuro que, aunque no se lo admitiese, derivaba de los cambios exaltantes que a pesar de todo se estaban dando en las pautas de vida de sectores muy amplios de la sociedad latinoamericana, para hacer que la crisis resolutiva por todos anunciada fuese esperada por quienes la favorecían con una impaciencia no refrenada por ningún profético anticipo de la dureza de los tiempos que se avecinaban, pero también que su inminencia no bastase para acendrar la militancia de los sectores privilegiados por el orden establecido.

Esta circunstancia no era la única que vino a fortificar la tendencia del ejército a verse a sí mismo como el solitario centinela de un frente de combate que ya nadie defendía en una sociedad atacada al parecer de frivolidad irredimible (y le inspiró una suerte de global hostilidad contra ésta que iba a encontrar desahogo en las salvajes oleadas represivas desencadenadas a partir del final de la década); la reforzaba todavía la modificación del clima vigente en la Iglesia católica, que a los ojos de muchos defensores del orden establecido la hacía aparecer cometiendo defección en la hora decisiva; por más de una década la llamada Teología de la Liberación, de séquito sin duda minoritario en el clero y los fieles, pudo ser vista como la punta extrema de una reorientación que, de modo más atenuado, encontraba en cambio eco en sectores muy

amplios de las iglesias hispanoamericanas. Esa reorientación respondía a estímulos muy variados y en parte contradictorios, que se tornaron súbitamente más eficaces en el clima creado por el Concilio Vaticano II, pero si en un primer momento la renovación litúrgica, la actualización de los contenidos científicos e ideológicos y de los métodos pedagógicos en las instituciones católicas de enseñanza, la ampliación del papel de la comunidad de fieles en la vida eclesiástica, y la que iba a llamarse opción prioritaria por los pobres se presentaban como otras tantas dimensiones en la renovación global de un catolicismo latinoamericano hasta entonces aun menos agitado por cualquier veleidad innovadora que los de otras áreas, paulatinamente esta última se constituyó en punto de partida de una opción revolucionaria que durante más de una década no iba a ser explícitamente excluida de entre las alternativas legítimamente abiertas a la acción del cristiano en el mundo.

Esa apertura a una alternativa programáticamente revolucionaria, nueva en una institución que tradicionalmente había sido la más celosa y alarmada defensora del orden establecido, vino a sumarse a muchos otros signos del desfallecimiento de la voluntad de conservarlo frente a un desafío revolucionario que por su parte no se presentaba mucho más coherente, para hacer de la supuesta década de decisiones una de avances zigzagueantes y contradictorios por un camino que iba de la euforia colectiva inicialmente compartida aun por tantos que se sabían víctimas designadas de cualquier avance revolucionario, a los trágicos derrumbes que iban a marcar el decenio siguiente.

Éstos sólo iban a darse por otra parte cuando ya habían comenzado a multiplicarse los signos del agotamiento de esa gran ola ascendente que por décadas había arrastrado por igual al mundo desarrollado y al socialista; el más dramático de esos signos fue desde luego el ofrecido por las enigmáticas tormentas de 1968, que estallaron desde Praga hasta París, México, y aun no pocos centros universitarios de los Estados Unidos. Aunque todas ellas surgían de contextos muy diversos y agitaban reivindicaciones tan variadas como esos contextos mismos, no por eso dejaban de reflejar por igual la impaciencia ante la sospechosa demora en el desencadenamiento de las transformaciones radicales anunciadas con fe tan firme a comienzos de la década. A la luz de esos relámpagos que cruzaban un cielo hasta entonces monótonamente sereno pareció columbrarse por un instante la extrema fragilidad de sistemas político-sociales que habían parecido hasta la víspera solidísimos.

Porque parecían anunciar el fin de la larga consolidación política del mundo desarrollado, los movimientos de 1968, junto con la Revolución Cultural china, ese misterioso estallido en el cual las fuerzas contestatarias querían leer también un presagio favorable, vinieron por un momento a revitalizar en toda América latina las esperanzas revolucionarias; retrospectivamente se advierte que anunciaban por el contrario el comienzo de su curva descendente, y ello no sólo porque todos los sistemas cuestionados se mostraron capaces de sobrevivir al tumultuoso desafío de 1968. Paradójicamente, el hecho de que en ninguna parte el orden establecido lograse superarlos sin sufrir en su legitimidad tampoco iba a fortificar a los enemigos del orden vigente en Latinoamérica, cuya legitimidad ya desde antes de esa fecha había aparecido excepcionalmente dudosa y endeble; la enseñanza que en cuanto a esto aportaba 1968 era al parecer que sobrevivir sin el resguardo de esa legitimidad era menos imposible de lo que se había creído. En cambio la mengua de legitimidad también sufrida por el sistema rival del que subtendía el orden establecido en Latinoamérica suponía una pérdida absoluta para las tendencias revolucionarias en el subcontiente; aunque éstas estaban lejos de identificarse con el «socialismo real» tal como se practicaba en la Europa del Este, su llamamiento perdía necesariamente mucho de su fuerza persuasiva desde el momento en que, mientras se iban revelando ilusorias las soluciones alternativas que por un instante habían parecido surgir frente a ese «socialismo real», se tornaba radicalmente imposible recono-

cer en éste el esbozo, así fuese insoportablemente tosco, de un sistema económico-social cuya superioridad sobre el capitalista había parecido hasta la víspera reflejarse aun en ese retrato tan poco favorecido que de él ofrecía el bloque soviético.

El fin de ese largo verano que para la economía mundial fue la segunda postguerra iba a ser menos puntual y dramático que las tormentas que quebraron el esperanzado clima surgido en el punto más alto de esa larga bonanza; aun así la transición de la economía mundial a una etapa distinta estuvo marcada por algunos hitos significativos. Uno de ellos fue la inconvertibilidad del dólar en oro, decidida por el presidente Nixon en agosto de 1971, que vino a destruir el orden monetario mundial establecido en 1944 en los acuerdos de Bretton Woods precisamente sobre la base del oro y un dólar ligado a aquél por una paridad fija, en el que todos reconocían uno de los pilares que habían sostenido al orden económico de la segunda postguerra. La iniciativa de Nixon buscaba adaptarse a la pérdida del predominio abrumador que la economía norteamericana había conquistado al abrirse la postguerra, y transferir en lo que fuese posible las consecuencias negativas de esa pérdida a esos rivales europeos cuya expansión estaba transformando el equilibrio de fuerzas económicas en el mundo desarrollado. Dos años después, la primera crisis del petróleo vino por añadidura a poner en entredicho la relación entre ese mundo desarrollado y su periferia, tal como se había consolidado desde el fin de la guerra. Como es bien sabido, la crisis se desencadenó cuando los países árabes, que en 1967 habían introducido el bloqueo petrolero como arma indirecta contra Israel, sin consecuencias de bulto en cuanto al precio del mineral, lo introdujeron de nuevo en noviembre de 1973, y descubrieron de inmediato que, si la eficacia política de ese instrumento seguía siendo dudosa, su impacto sobre el precio mundial del petróleo estaba superando las más ambiciosas expectativas de los países exportadores.

Lo que creyeron descubrir fue en suma que uno de los supuestos de la relación necesariamente perdedora de la periferia productora de materias primas y el centro industrial parecía haber perdido su imperio; el deterioro secular de los términos de intercambio de esa periferia, que había sido uno de los grandes temas de Prebisch tanto como de las llamadas teorías de la dependencia, no aparece ya como una fatalidad ilevantable; luego de décadas de desbridada expansión económica en el centro industrial, la demanda siempre creciente de recursos primarios que no son al cabo infinitos comenzaba a ofrecer un arma inesperada a esa periferia cuyo papel principal era proveerlos.

He aquí dos novedades que autorizaban a concluir que se estaba viviendo ya en un nuevo clima económico, aunque no eran suficientes para definirlo; éstas introducían un corte tan nítido como el de 1960; y uno y otro corte vienen a acotar, desde el punto de vista del marco económico global, esa anunciada década de decisiones, que se cierra no porque las que en 1960 parecían inminentes hayan sido en efecto afrontadas, sino porque se ha desvanecido la coyuntura mundial que hacía parecer a la vez urgente y posible afrontarlas.

No significa esto que al abrirse la década de 1970 Latinoamérica se encuentre todavía, en su economía o en su vida sociopolítica, en el mismo punto que diez años antes, pero sí que las transformaciones acumuladas en esos años llenos de cosas no podían ser vistas como otros tantos aspectos de una transición orientada hacia una meta definida; aparecían cada vez más, en cambio, como momentos de una marcha azarosa, cuyo rumbo permanecía hasta el fin imprevisible. De nuevo, el marco para seguir esa marcha, o más bien esas marchas paralelas y ocasionalmente entrelazadas, es el nacional.

En esta etapa hay una excepción para ello, que es desde luego Cuba, cuya revolución sigue siendo, gracias a sus vastas repercusiones, un hecho que excede resueltamente el marco nacional. Se ha visto cómo el gobierno de Kennedy lo advirtió así, y buscó centrar su respuesta al desafío revolucionario en el continente antes que en la isla. Pero si lo prefería así no era tan sólo porque reconocía en aquél un teatro más adecuado a

la vastedad de sus ambiciones, sino sobre todo porque mantenía serias dudas sobre la posibilidad de resolver por la aniquilación del adversario el contencioso abierto por la instauración del régimen socialista en Cuba. Aunque esas dudas no le impidieron llevar a término el proyecto de invasión de la isla por desterrados apoyados, entrenados y armados por los Estados Unidos, que el de Eisenhower había dejado ya muy adelantado, limitaron el apoyo que brindó a la iniciativa. Ello vino a hacer aún más inevitable su fracaso; en abril de 1961 los exiliados así apoyados alcanzaron a establecer una cabecera de puente en Playa Girón, pero ello no provocó el irrefrenable alzamiento que habían esperado, sino una impresionante movilización política y militar de los vastos apoyos con que seguía contando la revolución; ya antes de que esa movilización tuviese tiempo de incidir en el desenlace, los incursores habían sido derrotados en los combates que llamaron de Bahía de Cochinos.

El fracaso del ataque militar contra Cuba, costoso para el prestigio de los Estados Unidos en Latinoamérica y para el de la bisoña administración de Kennedy tanto en su país como entre los aliados de éste, eliminó por el momento la posibilidad de una nueva tentativa armada, pero no impidió a Washington desquitarse en enero del año siguiente en el terreno diplomático, imponiendo en la reunión de la OEA convocada en el balneario uruguayo de Punta del Este la separación de Cuba del organismo y la creación de un Comité Consultivo de Seguridad, en el que algunos veían el anticipo de un organismo regional de carácter militar destinado a afrontar a la Revolución cubana y sus eventuales ecos continentales. Aunque ninguno de los países mayores de Latinoamérica daba apoyo a la expulsión de Cuba, ésta alcanzó laboriosamente la necesaria mayoría de dos tercios; la distancia entre la reacción del areópago latinoamericano frente al nuevo desafío y la que había opuesto ocho años a la tímida disidencia guatemalteca revelaba hasta qué punto la Revolución cubana había puesto en crisis, si no la hegemonía estadounidense sobre Latinoamérica, sí por lo menos los mecanismos políticos e institucionales que ésta había sabido instrumentar en el pasado.

En octubre de ese mismo 1962, el gobierno de Washington denunciaba que la URSS estaba instalando bases para cohetes nucleares en territorio de su aliada antillana, y proclamaba un bloqueo marítimo de ésta, destinado a impedir el ingreso de nuevas armas ofensivas de origen soviético, y a cesar sólo cuando la URSS se comprometiese a desmantelar esas bases. La aceptación por Jruschov de lo que aparecía como un humillante ultimátum, recibida con apenas disimulada ira en La Habana, tuvo el paradójico efecto de consolidar aún más el régimen revolucionario, en cuanto Washington había debido ofrecer en contrapartida al retiro de los cohetes el compromiso de no patrocinar una nueva invasión contra la isla, y aunque iba a proseguir todavía por años organizando incursiones de disidentes y otras acciones hostiles en territorio cubano, que contribuían a agravar una situación económica de suyo difícil, el ataque frontal a Cuba dejó de figurar entre las alternativas realmente disponibles para su política.

Aun así, la implacable hostilidad norteamericana seguía incidiendo de modo fuertemente negativo sobre la isla revolucionaria; tanto el bloqueo económico, que por casi una década conservó eficacia bastante para disminuir al mínimo los contactos entre la economía cubana y la del entero mundo capitalista, como la cuarentena diplomática, que en esa misma etapa aisló a Cuba del resto de Latinoamérica (la única excepción era México, pero su negativa a sumarse a la política de los Estados Unidos frente a Cuba reflejaba, más bien que el deseo de ofrecer alivio eficaz al cerco sufrido por ésta, el puntilloso cuidado con que la cancillería mexicana defiende su derecho a desarrollar una política exterior independiente de la de su vecino del Norte) seguían limitando duramente las opciones abiertas a la dirigencia revolucionaria, y alcanzaban efectos no menos duros en la experiencia cotidiana de cada cubano.

Sin duda, ese forzado aislamiento no impedía a la Cuba revolucionaria gravitar en el continente; para ello le bastaba con

sobrevivir, ya que su negativa a borrarse del horizonte ante los estallidos de majestuosa cólera de la potencia hegemónica no podía a la larga dejar de afectar la disciplina panamericana, y a más corto plazo, al mostrar que lo que todos habían largamente creído imposible era con todo posible, daba nuevo aliento a las tendencias contestatarias y revolucionarias.

Es comprensible con todo que la nueva Cuba haya querido actuar también de modo menos indirecto en el teatro continental al cual la administración de Kennedy estaba decidida a vedarle el acceso, y si sólo ocasionalmente iba a llegar a la intervención directa (cuyo impacto estaba de todos modos limitado por la modestia de los recursos que La Habana podía reunir para tales empresas) no se privaba de unir la prédica al ejemplo para ofrecer a Latinoamérica un modelo de marcha al socialismo que se presentaba -a ratos en sordina, a ratos en tono abiertamente desafiante- como rival del que los partidos comunistas del continente habían venido proponiendo desde 1935, fundado este último en una táctica de alianzas y una estrategia gradualista, que relegaba la entrada en la etapa decisiva de esa marcha a un futuro indeterminado. De este modo, a la espera de desencadenar la ambicionada revolución continental, Cuba lograba por lo menos introducir en Latinoamérica esa otra que un joven admirador reclutado por la revolución cubana en los medios intelectuales parisienses, Régis Debray, llamó en fórmula feliz «revolución en la revolución». El foquismo (que creía descubrir el secreto del éxito de la Revolución cubana en su enquistamiento inicial en un foco militar periférico desde el cual por acción y por presencia aceleró la disgregación del orden vigente) fue la fórmula a través de la cual esa revolución se ofreció como modelo para la continental, pero ya antes de que alcanzara difusión el afortunado folleto de Debray se vieron surgir focos en más de una nación latinoamericana.

Esos focos contaban con el auspicio de la isla revolucionaria, y sus organizadores, convertidos a la nueva estrategia por el ejemplo de Cuba, se habían a menudo adiestrado en ella en

el arte de la guerra insurreccional. Pero sólo excepcionalmente ese auspicio iba a incluir aportes significativos de armas y otros recursos, y ello no sólo por la modestia de los que La Habana podía distraer con ese objetivo, y las dificultades para hacerlos llegar a los remotos focos de la futura revolución continental (que hizo que tanta parte de esos recursos se volcase sobre la comparativamente accesible Venezuela) sino porque la expansión al continente afloraba entre los objetivos de la Revolución cubana sólo como respuesta ocasional a vicisitudes específicamente cubanas más que latinoamericanas (tanto en 1962-63 como en 1967-68 el acento puesto en la revolución continental reflejó sobre todo la impaciencia de esa revolución frente a las limitaciones que imponía al proyecto de construcción del socialismo la estrechez del marco insular, y a las que le fijaba la deferencia debida a la Unión Soviética).

Sin duda el influjo cubano se hizo sentir todavía de otros modos sobre el continente: la isla rebelde, aislada políticamente de éste, estaba obsesivamente presente en él a través de la imaginación colectiva, y la imagen fuertemente estilizada que ésta acogía gravitó decisivamente en la renovación cultural e ideológica tan intensa en esos años; a lo largo de ellos el gobierno revolucionario utilizó con admirable habilidad las oportunidades que ello le abría, y mientras los premios literarios que ofrecía desde La Habana Casa de las Américas se convertían en el primer equivalente latinoamericano del premio Goncourt o el Pulitzer, los pósters de la revolución, que ofrecían puntual contrapunto a las innovaciones neoyorquinas de la era del *Pop-art*, se constituían en muy apreciado elemento decorativo en los ámbitos en que se celebraban los rituales del *deshielo cultural en curso*.

También en este aspecto, sin embargo, la proyección latinoamericana de la revolución estaba menos vinculada a los objetivos centrales de ésta de lo que se quería creer en el continente; cuando en 1970-71 la política cultural que en este aspecto había asegurado a **Cuba** un lugar en esa Latinoamérica de la

que sus enemigos se habían jurado marginarla fue ruidosamente abandonada, ello se debió de nuevo a razones vinculadas más con el curso general del proceso cubano que con su específica dimensión latinoamericana.

Ese proceso iba a avanzar cada vez más decididamente por el rumbo que había ya tomado en el primer año de gestión revolucionaria. Mientras ya en octubre de 1959 la prisión y juicio de Hubert Matos eliminó al último jefe militar opuesto a la nueva línea, en enero de 1960 los sindicalistas que se resistían a su orientación socialista y ahora claramente prosoviética se vieron marginados de la dirección del movimiento obrero, y reemplazados en ella en parte por veteranos organizadores del Partido Socialista Popular; en junio del año siguiente éste se incorporaba a la organización política que debía reunir en su seno a todas las corrientes revolucionarias, y pronto la mayor experiencia organizativa de sus veteranos les aseguró un influjo decisivo sobre un movimiento que por otra parte había adoptado en mayo una abierta definición socialista y en noviembre, en la huella de su jefe, proclamaría su fe marxista-leninista.

Pero a comienzos del año siguiente Castro convocaba a los cubanos al combate contra el sectarismo, que en el lenguaje de su flamante fe política achacaba a los viejos comunistas, a los que acusaba por añadidura de estar erigiendo sus propias fortalezas burocráticas en el Estado y la organización política unificada; la campana antisectaria, que tuvo éxito inmediato, puso en claro que en la nueva Cuba los resortes del poder debían seguir en manos de los veteranos de la Sierra Maestra, y tanto más firmemente cuanto más íntimamente debiera aliarse a la Unión Soviética (en 1968 la ofensiva contra la llamada micro-facción de irreductibles viejos comunistas iba a acompañar al abandono de las últimas reticencias cubanas frente al «socialismo real» y al liderazgo soviético en el campo socialista).

Si a pesar de todo la colaboración de los viejos comunistas seguía siendo bienvenida, ello se debía a que la radicalización creciente de la revolución estaba provocando como respuesta

un éxodo de las clases altas y medias hacia los Estados Unidos que, si raleaba las filas de la oposición interna, privaba por otra parte a un régimen que estaba tomando a su cargo sectores crecientes de la gestión económica de auxiliares dotados de la competencia necesaria para manejarla con mínima eficacia; en este contexto se comprende mejor la bienvenida dispensada al aporte del partido comunista, que a más de sus organizadores y militantes populares contaba con un séquito minoritario pero no insignificante en las clases medias.

La campaña contra el sectarismo permitió además desviar hacia los cuadros que el viejo partido había ofrecido a la revolución parte del descontento que hacia 1962 comenzaba a aflorar aun en las clases populares frente al inesperado curso adverso tomado por la economía cubana a partir de 1961. Desde entonces, y durante el resto de la década, la revolución iba a consumirse en la búsqueda de una fórmula original para el socialismo cubano, que se esperaba diese solución exitosa a los intrincados problemas afrontados por la economía isleña.

La penuria de 1962 no podía sin duda ser achacada exclusivamente a esos cuadros, por irritante que fuese a veces su suficiencia, no siempre apoyada en una competencia indiscutible. A más de las dificultades creadas por la ruptura del vínculo con los Estados Unidos, en torno al cual la economía cubana había sido estructurada por casi un siglo, y que ahora dejaba paso a una guerra económica sin cuartel por parte de la antigua potencia dominante, y todavía las causadas por la vertiginosa integración en otro bloque económico organizado sobre criterios totalmente distintos, pesaba la herencia de las efímeras políticas económicas introducidas por la Cuba revolucionaria durante su brevísima transición al socialismo.

Éstas, se recordará, se habían orientado hacia la diversificación económica con acento en la industria y apoyo en la expansión del mercado interno, asegurada esta última por la ampliación y redistribución del ingreso impulsada por el Estado; lejos de aparecer extravagante, esta solución era parte

del sentido común compartido por las nuevas promociones de economistas latinoamericanos. La enorme concentración del poder político creada por la revolución hizo posible a Cuba llegar más lejos que ninguna otra nación latinoamericana en la aplicación de esas políticas, que comenzaron por crear una universal prosperidad pero en un año agotaron las reservas de divisas y en dos desembocaron en una crisis muy grave de la producción azucarera, cuyas demandas habían sido sistemáticamente postpuestas a las de la industria, que en condiciones de bloqueo resultaba cada vez más difícil hacer arraigar en la isla.

La primera respuesta a las dificultades económicas fue una aún más exasperada radicalización del proceso revolucionario; mientras en 1961 se completaba la demolición de las fortalezas sociales de las clases privilegiadas con la supresión de clubes privados al estilo norteamericano, y la de las escuelas privadas, regenteadas en su mayor parte por congregaciones católicas, otras innovaciones más básicas revelaban que la Revolución cubana se había decidido a ser plenamente una revolución social. La implantación gradual de la segunda reforma agraria sólo respetó la propiedad de los campesinos parcelarios, un sector muy poco significativo en Cuba, y aun la producción de éstos fue incorporada al sistema de distribución a cargo del Estado; el resto, que incluía casi todas las explotaciones agrícolas que de veras contaban, era reorganizado en granjas del pueblo, modeladas sobre los *sovjozes* soviéticos; en la ciudad a la nacionalización de todo el sector industrial iba a seguir la apenas más paulatina del comercio al menudeo.

Esos avances, que iban más lejos y más rápido que los de la Europa del Este en la segunda postguerra, debían en parte su urgencia a la de las amenazas externas e internas que pesaban sobre la revolución, que hacían que cada sector no controlado por ésta fuese visto como un peligro potencial, pero la hostilidad a cualquier residuo de una economía de mercado se apoyaba además en un rechazo moral sin duda ya presente en la tradición marxista, pero sentido con particular intensidad

por quienes al volcarse en el leninismo no habían abandonado su apasionada lealtad al moralismo cívico que era el núcleo vivo de la tradición revolucionaria vernácula. Desde su perspectiva, la adversidad económica no tenía consecuencias puramente negativas; así, aun el racionamiento introducido en 1962 podía ser celebrado por algunos como un avance de la igualdad, pero también como un nuevo campo abierto al ejercicio de la virtud republicana...

En un marco socioeconómico así redefinido, la prioridad reconocida a la industria iba a ser revisada; el énfasis comenzó por trasladarse a rubros del sector primario poco explotados o afectados por muy baja productividad en la vieja Cuba; desde la pesca, la avicultura y la minería del níquel hasta la ganadería bovina y algunos rubros agrícolas menores se vieron así beneficiados, pero a partir de 1963 iba a admitirse que, cualquiera que fuese la línea fijada para el futuro desarrollo de la economía cubana, los recursos necesarios para impulsarlo debían provenir del viejo sector dominante, el azucarero, cuya onda crisis productiva era reconocida como la consecuencia quizá más grave de los errores acumulados en la primera etapa de la gestión revolucionaria. Ya en 1963 Fidel Castro anunció que la rehabilitación de la economía azucarera debía culminar en 1970 –el año del esfuerzo decisivo– con una zafra de diez millones de toneladas, que casi duplicaría los más altos niveles históricos de la producción cubana.

Pero el deterioro era demasiado intenso para no requerir alivios más inmediatos, y la experiencia probaba que, tanto como los errores cometidos en la fijación de objetivos generales para la economía, influía en ese deterioro un mal manejo de ésta a todos los niveles, debido sin duda en parte a la acumulación de responsabilidades en manos poco expertas que era consecuencia de la inmensa remezón social causada por la revolución, pero también a las incongruencias de un sistema de administración de la economía que no era en rigor un sistema, sino una acumulación desordenada de improvisaciones *ad hoc*. Ello trajo a primer plano los dilemas básicos de la im-

plantación del socialismo, que iban a dar tema a mediados de la década a un debate decisivo.

En él, Ernesto Guevara, el médico argentino que en la etapa insurreccional se reveló brillante jefe guerrillero y luego de la victoria tomó a su cargo con menos fortuna el manejo del sector bancario e industrial, se identificó apasionadamente con la alternativa que proponía quemar etapas e implantar un socialismo duro y puro, eliminando tanto los residuos de la economía de mercado como el uso de incentivos económicos para estimular la productividad de la fuerza de trabajo; Carlos Rafael Rodríguez, el único dirigente del viejo partido comunista que se había unido a la revolución antes de su victoria, proponía en cambio una marcha más cauta y gradual, invocando tanto la necesidad de no ampliar el censo de enemigos de un régimen ya no escaso de adversarios, como la imposibilidad de reclutar un personal calificado suficientemente numeroso para administrar con mínima eficacia el sistema de decisión económica centralizada que la solución preconizada por Guevara requería.

Ese debate sólo iba a ser resuelto en favor de los llamados incentivos morales por el arbitraje de Castro cuando el principal partidario de éstos se había alejado ya de Cuba. Pero, tal como la entendía Castro, la alternativa primero propuesta por Guevara dejaba de nuevo amplio espacio a la improvisación desde lo alto; el manejo de la economía siguió marcado por una siempre recomenzada revisión de prioridades que, a medida que se agravaban las urgencias, adquiría ritmo más vertiginoso; al servicio de esas prioridades se movilizaban micro-brigadas de administradores y trabajadores excepcionalmente eficaces, distraídos con ese propósito de los sectores en que normalmente actuaban, pero se movilizaba sobre todo el ubicuo Jefe Máximo, que quería estar en la primera fila de ese cotidiano combate con la rebelde economía cubana.

Los resultados no fueron halagüeños, y por otra parte, mientras esa batalla incesante y confusa daba a los conductores de la economía la ocasión de revivir los exaltantes insomnios de su juventud en la bohemia revolucionaria habanera, para los trabajadores que debían ofrecer a cada paso nuevos esfuerzos decisivos la experiencia era considerablemente más monótona y frustrante; en un clima de escasez creciente de bienes materiales y con su fe en la sabiduría de la conducción económica que los requería socavada por la acumulación de fracasos, no se dejaban ya movilizar fácilmente por incentivos morales; los esfuerzos por aumentar la productividad fueron perdiendo intensidad hasta hacerse imperceptibles, y pronto fue preciso recurrir a una disciplina más estricta para frenar la propagación casi epidémica del ausentismo. Para algunos observadores nada hostiles, Cuba se aproximaba a implantar un despotismo militar como recurso desesperado para mantener en la actividad y la obediencia a los trabajadores, pero si en efecto las sugerencias en favor de soluciones de esa laya no escaseaban, las tentativas de implementarlas no llegaron demasiado lejos y se revelaron también ellas ineficaces.

Aunque esos problemas eran dolorosamente advertidos, se esperaba con todo que no alcanzasen a frustrar el éxito del supremo esfuerzo planeado para 1970; de este modo Cuba aceptaba someter la validez del modelo alternativo de economía y sociedad socialista en cuyo surgimiento quería creer con fe obstinada a la prueba de fuego de la zafra gigante. Ésta marcó el paroxismo del estilo de gestión económica favorecido por Castro; toda Cuba se transformó en una micro-brigada, mientras un gigantesco gráfico registraba en la Plaza de la Revolución los avances de la gran cosecha. Finalmente debió admitirse que, si ésta había sido de lejos la mayor en la historia de Cuba, había quedado corta en más de un millón de toneladas.

El fracaso de la zafra fue reconocido implícitamente como un veredicto que imponía renunciar sin reservas al camino alternativo al socialismo que Cuba se había prometido inaugurar; desde ahora la URSS y el bloque del Este se transforman en el modelo económico e institucional que Cuba se resigna a aplicar disciplinadamente. El resultado es no sólo una mayor eficacia de la gestión económica, sino, paradójicamente, un clima de convivencia social menos tenso y enrarecido que en

la etapa de invención del socialismo que la dirigencia revolucionaria había hallado tan estimulante.

Si luego de diez años de gestión tan decepcionante la revolución no debió enfrentar desafíos peores que el del desánimo de sus apoyos populares fue porque pese a esas decepciones la mayoría de los cubanos que permanecían en Cuba seguían hallando motivos para sentirse identificados con ella. No sólo le agradecían que hubiese cancelado triunfalmente la humillación nacional que había pesado duramente sobre la conciencia colectiva desde que la isla alcanzó una independencia que no era independencia, no sólo tampoco que –cualesquiera que fuesen las debilidades demasiado humanas de algunos de sus dirigentes secundarios– hubiese cancelado también la corrupción que había sido rasgo definitorio de la vida pública cubana hasta 1959. La revolución había dado por añadidura beneficios más tangibles, reflejados en los avances impresionantes de la salud pública, y –en esta etapa, y sobre todo en el campo– en la vivienda; su imposición de un orden social más igualitario había hecho seguir a las primeras campañas alfabetizadoras de la creación de un sistema educativo que abría posiciones de elite a los hijos de las clases populares y aun marginales, que adquirió aun mayor envergadura porque la emigración en masa de las clases medias abría claros que era urgente llenar; todo ello estaba creando en verdad una nueva sociedad que no podía ya imaginarse avanzando sobre los cauces del pasado, aunque no siempre se sentía cómoda en los que en frenética sucesión le proponía la dirigencia revolucionaria, y que en 1970 iba a recibir con alivio el fin de la etapa en que la imaginación había estado en efecto en el poder.

Ese fin iba a ser recibido con menos favor por el brillante séquito intelectual que la Revolución cubana había sabido reclutar en el país y en el extranjero. Ya antes de ese giro decisivo habían surgido tensiones cada vez que desde el poder se buscó imponer una más estricta disciplina en el estilo de vida o en las actividades creadoras de la *intelligentsia* cubana; ésta no podía dejar de advertir que, aunque esas tentativas eran habitualmente interrumpidas antes que la sangre llegase al río, no dejaban de tener efectos que, acumulados a lo largo de un decenio, habían creado un clima que no podía ya compararse con ventaja con el de la Europa del Este. En cuanto a los simpatizantes extranjeros, el gobierno de La Habana tuvo pronto motivos para lamentar haberlos convocado a seguir de cerca la gestión del socialismo cubano; las descripciones que iban a trazar de ella incitarían a un exasperado Fidel a denunciar a más de uno de esos simpatizantes excesivamente críticos como agente de la CIA, pero esa acusación extravagante sólo serviría para avivar las dudas que sus poco halagadores retratos de la Cuba revolucionaria estaban ya sembrando entre los admiradores ultramarinos de ésta.

En 1971 el llamado caso Padilla, protagonizado por el poeta premiado por Casa de las Américas en 1968 por un libro que desde el título *(Fuera de juego)* proclamaba su toma de distancia con el régimen revolucionario, y que ahora, luego de su detención por la policía política, ofrecía una autocrítica en que se pintaba con los más negros colores, vino a consumar la ruptura entre la revolución y la mayor parte de los admiradores que habían ganado en la *intelligentsia* europea y latinoamericana. Esa ruptura no parece haber pesado demasiado a los dirigentes revolucionarios; alineados éstos sin reservas tras de la URSS desde que en 1968 Castro proclamó justificada la intervención militar en Checoslovaquia, en cuanto a Latinoamérica se esforzaban por encontrar otros canales con el continente, reconciliándose con cuantos gobiernos estaban dispuestos a abandonar el cerco diplomático; muy compresiblemente esos nuevos interlocutores, le importaban más que los que había antes encontrado entre los corifeos de las nueva narrativa latinoamericana.

Esa normalización de relaciones, deseable para Cuba en cuanto aliviaba el cerco impuesto por los Estados Unidos, era también tentadora para los gobiernos continentales, en cuanto desdibujaba el perfil de la Revolución cubana como polo alternativo al orden vigente, y la privaba así de parte de la efica-

cia con que se había venido estimulando la polarización política en una Latinoamérica en difícil transición.

Los signos de que la alternativa cubana había alcanzado una eficacia polarizadora considerable se acumulan en efecto a lo largo de la década. Así se advierte ya en el **Brasil**, cuya exploración cada vez más febril de nuevas alternativas políticas va a conocer un desenlace cuya brutal nitidez innova sobre un estilo político entre cuyos rasgos definitorios cuenta la preferencia por las soluciones transaccionales y el horror por los conflictos demasiado bien perfilados. Allí la victoria de Janio Quadros, en las elecciones presidenciales de 1960, había marcado –se recordará– el primer contraste electoral de la coalición populista surgida en 1945; elegido bajo el signo de la escoba, Quadros había sabido dar popularidad a motivos antes agitados con menos éxito por una oposición liberal de orientación social cada vez más conservadora. Con ésta compartía la condena tanto moral como política del aparato sindical que gravitaba cada vez más en la coalición populista, a la vez que el repudio del intervencionismo económico al que acusaba de ser el principal responsable de la inflación ya crónica en Brasil; pero a esos motivos agregaba otros tomados en préstamo del populismo, y en primer término la reivindicación del derecho del Brasil a desarrollar una política exterior independiente. Al parecer el nuevo presidente confiaba en que este programa, satisfactorio para las clases conservadoras brasileñas, sería hallado aceptable por los Estados Unidos, ya que su ortodoxia económico-social equilibraba la módica audacia de esa reivindicación de independencia diplomática. Se equivocaba; pronto iba a descubrir en Kennedy a un interlocutor menos obsesionado que su predecesor por la ortodoxia económica y cada vez más interesado en cambio en restaurar la disciplina paramericana luego del golpe que había infligido a ésta a Revolución cubana.

Pero lo que llevó a la presidencia de Quadros a su catastrófico desenlace fue, más que el recelo de Washington, la desconfianza creciente que el personalísimo estilo del nuevo mandatario estaba despertando entre los mismos sectores con cuyo apoyo había alcanzado la victoria. Él está en la raíz de la crisis desencadenada en agosto de 1961, cuando Quadros decidió condecorar a Ernesto Guevara, de paso por Brasil. El previsible coro de protestas de la opinión conservadora tuvo por respuesta la dimisión presidencial, ofrecida como un sacrificio a las fuerzas oscuras que de otro modo –aseguraba el dimitente– se preparaban a devastar el país. Para algunos ese documento que glosaba libremente el último mensaje de Vargas procuraba movilizar a las huestes populistas en apoyo del jaqueado presidente; si ése era el propósito, iba a fracasar de inmediato: en el Congreso el oficialismo y la oposición coincidieron en aceptar la dimisión de Quadros, pese a que venía a abrir una peligrosa crisis de sucesión.

João Goulart, elegido vicepresidente junto con Quadros, había integrado la fórmula rival de la encabezada por éste; identificado con todo lo que el liberalismo conservador había hallado de inaceptable en el laborismo de inspiración varguista, a partir de la Revolución cubana había acentuado sus devaneos con la izquierda, hasta tal punto que la renuncia de Quadros lo sorprendió en el curso de una visita a la China Popular, por entonces vista por todos los sectores hostiles al comunismo con un horror mucho más intenso que la propia Unión Soviética.

Por unos días pareció que el ejército se disponía a cerrar a Goulart el acceso a la presidencia; finalmente una fórmula de compromiso adoptada ante la negativa del sector llamado legalista a apoyar la iniciativa eliminó ese veto, pero impuso como condición para ello la adopción de una reforma constitucional (votada con sincero entusiasmo por el Congreso) que, al introducir un régimen parlamentario, reducía drásticamente las atribuciones presidenciales. Goulart aceptó sólo provisionalmente ese temperamento, y de inmediato se consagró a preparar el plebiscito que en enero de 1963 le devolvería la plenitud de facultades; sólo luego de su victoria se deci-

dió por fin a afrontar la situación económica que en los dos años largos desde la asunción de Quadros había pasado de difícil a crítica, en parte porque la entera clase política, absorbida en las complejas maniobras de una confusa lucha interna, la había dejado avanzar a la deriva.

Para ello convocó a un brillante equipo de colaboradores, entre los cuales se contaba uno de los más escuchados economistas madurados en la CEPAL, Celso Furtado, cuyo programa buscaba integrar el esfuerzo de estabilización impuesto por una inflación cercana a descontrolarse con objetivos de largo plazo que incluían la modernización económica y la reforma agraria, sobre las líneas preconizadas por la CEPAL y luego recogidas por la Alianza para el Progreso.

Ese programa iba a ser gradualmente abandonado ante la resistencia de los sindicatos, que constituían la más sólida base política del presidente. En medio de inflación y tensiones crecientes, éste se consagró a ampliar esa base, buscando incorporar a ella a sectores populares hasta entonces no movilizados políticamente, al precio de extender estas tensiones a zonas hasta entonces relativamente poco afectadas por ellas. Éste era el propósito de la propuesta concesión del derecho de sufragio a la tropa y el de organización sindical a los suboficiales del ejército; esta última iniciativa era encontrada particularmente alarmante por los oficiales, y contribuyó decisivamente a debilitar el apego al orden constitucional del sector llamado legalista, que en 1961 había asegurado el acceso de Goulart a la presidencia contra la oposición de buena parte de sus camaradas de armas.

Complementaria de esa iniciativa era la que proponía conceder el voto a los analfabetos, previa legalización de la sindicalización campesina y adopción de un programa de reforma agraria; el resultado político que se esperaba alcanzar así era el desmantelamiento de las fortalezas erigidas por las fuerzas políticas tradicionales de base rural en los gobiernos estaduales y en el congreso federal; pero ese objetivo era necesariamente remoto, y la introducción de esos temas en la agenda

política presidencial tuvo como consecuencia inmediata enconar la oposición de esas fuerzas, que se sentían amenazadas en su existencia misma.

Las alarmas creadas por esa audaz tentativa de transformación de las bases sociales del poder político en Brasil pronto se extendieron más allá de las elites políticas directamente amenazadas por ella, en parte porque esa tentativa era presentada, sin duda sinceramente, como un aspecto de una transformación social no menos revolucionaria, que –se aseguraba– era urgente que el Estado encarara, anticipándose a los tormentas apocalípticas que de lo contrario desencadenaría la impaciencia creciente de las masas excluidas de los beneficios del orden vigente. Así, Celso Furtado justificaba su opción por la reforma agraria invocando la situación prerrevolucionaria que vivía Brasil; era ella la que hacía necesario sacrificar la preeminencia de la clase terrateniente para impedir que la revolución brasileña encontrase su Yenán en el *sertão* nordestino...

Sin duda no era imposible descubrir en la *deferential society* del Brasil arcaico algunos resquebrajamientos que parecían confirmar ese diagnóstico y pronóstico, pero no era claro para todos que ellos proviniesen (como afirmaba Furtado junto con tantos otros) del espontáneo despertar de las masas rurales, y no más bien de la febril actividad de quienes rivalizaban en el propósito de suscitar y guiar sus futuras movilizaciones. Así las Ligas Camponesas (Campesinas), que pronto alcanzaron celebridad mundial, habían sido organizadas por un talentoso abogado de Recife, Francisco Julião, con el beneplácito de la Iglesia y para ofrecer alternativa a las patrocinadas por el Partido Comunista, que en la década de 1930 había logrado reunir un séquito (sin duda más urbano que rural) en la región.

Pronto las fuerzas conservadoras hallaron ocasión de preguntarse hasta qué punto esas iniciativas destinadas a ofrecer alternativa a la revolución las favorecían; seguras de su capacidad de controlar por métodos probados cualquier veleidad de indisciplina de las masas rurales, iban a encontrar cada vez

más motivos para rehusarse a diferenciar entre quienes osaban invadir su coto político proclamando propósitos revolucionarios y quienes proponían alternativas a la revolución. Así ocurrió ya cuando Francisco Julião declaró ver en la Revolución cubana el modelo para el Brasil futuro, sin perder por ello las simpatías eclesiásticas, e iba a ocurrir cada vez más frecuentemente a medida que se pasaba del debate doctrinario al conflicto político; al arreciar éste, aun el presidente Goulart, formado en la escuela de las luchas de clanes y partidos riograndenses y la no más revolucionaria del ambiguo populismo varguista, pasó a convocar a las masas que se proponía arrojar en pacífica ofensiva contra la mayoría conservadora del Congreso recurriendo a acentos más adecuados al Lenin de una inminente revolución brasileña...

Mientras se definían con nitidez creciente las líneas del conflicto interno a la elite militar y política, la gestión económica de Goulart, totalmente orientada a facilitar la movilización de las masas urbanas y rurales con cuyo apoyo se proponía zanjarlo, se traducía en un agravamiento progresivo de la inflación, que venía a profundizar aun más las fisuras en la antigua coalición populista, reflejadas ya en 1960 en la victoria electoral de Quadros; en las ciudades las clases medias se identificaban cada vez más activamente con la oposición, y a comienzos de 1964 iban a ofrecer séquito multitudinario a las marchas de madres cristianas que, encabezadas por veteranos mariscales, declaraban su oposición irreconciliable al comunismo que, según denunciaban, era propósito del presidente instaurar en Brasil.

El 31 de marzo de 1964 una intervención militar iba a eliminar radicalmente ese supuesto peligro; invocada abiertamente por los gobernadores de los mayores estados del Brasil modernizado, contaba con el beneplácito apenas menos público de la embajada de los Estados Unidos, que había seguido de cerca el avance de la conspiración, y con el del Congreso, que, ante la fuga de Goulart, quien –como tantos otros caudillos riograndenses antes que él– se apresuró a buscar refugio en el

Uruguay, declaró vacante la presidencia y la encomendó interinamente al presidente de la cámara de diputados. Ese desenlace encontró una recepción más entusiasta de lo que sus promotores habían osado esperar; no sólo las clases medias se unían con fervor sincero al cortejo de los vencedores; una estudiosa norteamericana de las *favelas* de Río, Janice Pearlman, que hasta la víspera había compartido la noción que reconocía en ellas a uno de los focos potenciales de la revolución brasileña, descubrió el primero de abril que sus *favelados se* lanzaban sobre el centro de la antigua capital no para iniciar ninguna desesperada resistencia sino para unirse también ellos a las celebraciones...

Lo que éstas festejaban no era exactamente la abolición del régimen constitucional por un golpe militar; la tradición política brasileña admitía, tanto a nivel federal como estadual, intervenciones violentas de la fuerza armada que de algún modo lograban integrarse en un proceso aproximadamente constitucional, y pudo parecer en abril de 1964 que el episodio que culminó en la destitución de Goulart, impuesta en estrecha alianza por el sector mayoritario de la clase política y de la clase militar, se ubicaba aun en esa línea tan tradicional.

La depuración del Congreso, que eliminó a los parlamentarios más comprometidos con el expresidente, expresaba todavía la coincidencia de la antigua oposición parlamentaria y la militar, pero el hecho de que esa depuración encontrase su base legal en atribuciones extraconstitucionales conferidas al presidente por un acta institucional promulgada por el comando militar revolucionario anticipaba que esa coincidencia no iba a cimentar una alianza entre iguales; ello quedó confirmado por la elección que el congreso hizo del mariscal Castelo Branco, jefe del movimiento militar del 31 de marzo, para completar el período presidencial iniciado por Quadros en 1961.

El nuevo régimen iba a afrontar la lucha contra la inflación a partir de compromisos políticos con los distintos sectores de la sociedad brasileña que eran cabalmente opuestos a los

del presidente derrocado. Esos compromisos se reflejaron en la firmeza con que Roberto Campos, a quien confió la dirección de su política económica, buscó frenar el avance inflacionario mediante un control de salarios que vino a disminuir su nivel real, y una dura recesión de la economía, que se tradujo en avances de la desocupación urbana. Si algo tenía en común la nueva política económica con la anterior era que tampoco ella tenía por el momento nada que ofrecer a las clases medias. Los resultados de corto plazo fueron decepcionantes, y ello se reflejó en una vertiginosa pérdida de popularidad del régimen, confirmada por la derrota sufrida en las mayores ciudades por los candidatos oficialistas en las elecciones municipales y estaduales de 1965.

Ese contraste impulsó al nuevo régimen a apartarse aún más decididamente de la tradición constitucional. Una segunda acta institucional, que autorizaba a funcionar a sólo dos partidos políticos, uno oficialista –que se organizaría bajo la etiqueta de Alianza Renovadora Nacional y la sigla ARENA– y otro –el Movimiento Democrático Brasileño, o MDB– destinado a dar hogar común a aquellos opositores que no habían sido privados de sus derechos electorales, e instituía además la elección indirecta de presidente y vicepresidente, fue seguida de una tercera que eliminaba la elección popular de gobernadores y alcaldes de las capitales estaduales.

Hasta ahora, con todo, el apartamiento de la tradición constitucional era menos marcado que bajo el Estado Novo, y la represión, aunque incluyó prisiones, torturas y muertes inexplicadas, no superaba en ferocidad a la que Brasil había conocido a partir de 1935, e imponía menos trabas a la vida ideológica y cultural que el varguismo en su etapa autoritaria; ese régimen cada vez más abiertamente dominado por el ejército no parecía exceder aún los márgenes dentro de los cuales se había desarrollado hasta entonces la experiencia política brasileña.

A la vez, el nuevo régimen presentaba dos rasgos que no se ajustaban del todo a la tradición madurada a través de esa experiencia. Uno –que ofrecía eco local a una transformación ya evocada en el marco latinoamericano– era la nueva modalidad de la influencia militar en el gobierno, que no era ya la de un indiscutido caudillo político del cuerpo de oficiales, sino era ejercida corporativamente por éste, modalidad que iba pronto a encontrar reflejo institucional en el peculiar sistema de sucesión presidencial adoptado en Brasil. El otro rasgo novedoso reflejaba más bien el acrecentamiento de las tensiones que era en buena medida consecuencia del impacto de la Revolución cubana, y era la tendencia del régimen a responder a los desafíos que le llegaban de sus gobernados radicalizando sus posiciones originarias, que –se ha indicado ya– innovaba profundamente sobre el estilo tradicional de la política brasileña. Esas innovaciones encontraban razonada justificación en los escritos del general Golbery de Couto e Silva, teórico de la doctrina de seguridad nacional a cuya mente fértil iba a deberse más de una de las soluciones institucionales que el régimen iba a seguir improvisando para remover obstáculos en su camino.

El perfilamiento de un régimen más innovador de lo que se había esperado en 1964 iba a acelerarse gracias a la crisis de 1968. El presidente Castelo Branco había obtenido que su mandato presidencial, que constitucionalmente debía cesar en 1966, fuese prolongado por un año, a la espera del demorado retorno de la prosperidad que se esperaba ofreciese finalmente premio a la austeridad impuesta por Roberto Campos. Esa prosperidad comenzó en efecto a despuntar en 1967, y el sucesor del primer presidente militar iba a ser elegido en un clima ya más optimista. Lo fue por el arbitraje del cónclave de jefes de regiones militares, que lo escogieron de una lista de candidatos preparada por los generales en actividad, y sometieron su nombre al congreso, que se apresuró a darle investidura constitucional. El general así agraciado, Arthur de Costa e Silva, aunque estaba lejos de ser un populista, irradiaba una bonhomía aplebeyada muy distinta de la fría austeridad que había distinguido a Castelo Branco, y parecía por ello perso-

nificar una tónica más dispuesta a la apertura política y económica, que la nueva coyuntura estaba sugiriendo al régimen militar.

Mientras gracias a Delfim Neto, reemplazante de Roberto Campos, la economía brasileña era invitada desde el gobierno a dejarse llevar con confianza por la nueva onda expansiva, la tolerancia con que eran recibidas las manifestaciones cada vez más abiertas de oposición política abrió el camino a una agitación que a lo largo de 1968 iba a crecer impetuosamente en las mayores ciudades de Brasil. Apoyada por todos los caudillos que habían ganado ascendiente en la etapa clausurada en 1964, desde Goulart y Kubitschek hasta Quadros y Lacerda, la protesta tuvo por punta de lanza el movimiento estudiantil universitario. Estimulado por ese despertar político, el congreso abandonó súbitamente su docilidad para negarse a las expulsiones de sus miembros más estridentemente opositores, que le había solicitado el presidente.

La crisis así planteada iba a superarse mediante un nuevo endurecimiento, que impuso niveles de represión desconocidos hasta entonces en Brasil. El acta institucional número cinco autorizó al presidente a disolver el congreso, y a distribuir con mano pródiga las privaciones de derechos electorales y civiles, extendiendo la depuración de la esfera política y sindical a la universitaria, cultural y profesional, cuyas agitaciones acababan de revelarse peligrosas. Al año siguiente la crisis de salud de Costa e Silva permitió su reemplazo por el general Garrastazu Medici, ferviente partidario de esa política duramente represiva; parecía así completarse la transición que había creado a tientas un nuevo régimen sobre las ruinas de la Segunda República.

Esta creación, que aparecía tan novedosa como sólida, iba a ser presentada por estudiosos de la política como ejemplo paradigmático del estado burocrático-autoritario que a su juicio estaba madurando en Latinoamérica en respuesta a las necesidades de la nueva etapa de industrialización, que el populismo y el desarrollismo habían sido incapaces de satisfacer.

La nueva configuración política aparecía caracterizada no sólo por el ya recordado predominio del ejército como institución, y no ya de un caudillo surgido de sus filas, sino más aún por la construcción bajo égida militar de un aparato estatal organizado con criterios de eficacia tecnológica y administrativa, que aseguraba a expertos dotados de adecuada formación profesional, en campos que iban desde la economía hasta la física aplicada y la agronomía, un papel sin duda subordinado, pero una esfera de competencia mucho más vasta que en la etapa anterior. Ese Estado era expresión política del entendimiento entre la elite militar, la empresaria nacional y las firmas trasnacionales que deben tener papel principal en esa nueva etapa industrializadora; mientras cultivaba un controlado pluralismo en el manejo de las relaciones entre esos elementos a los que reconocía ciudadanía política, marginaba de la esfera de las decisiones a las clases subordinadas, mediante sus despolitización ideológica y su fragmentación y desarticulación, aseguradas por una vigilancia celosa de cualquier esfuerzo organizativo que aspirase a ir más allá de la elite económico-social; se advierte muy bien cómo tanto en sus relaciones con esa elite como con las masas el estado burocrático-autoritario tenía muy poco en común con el estado fascista, que había sido a la vez totalitario y movilizador.

En Brasil esa diferencia (mayor que la que había corrido entre el estado fascista y el Estado Novo) se veía reflejada en la nueva orientación del control del gobierno sobre los sindicatos, que buscaba desmovilizarlos y ya no movilizarlos en apoyo de la política dominante, pero también en la persecución sistemática de cualquier forma asociativa que amenazara abrir un espacio para la organización política, así fuese controlada, de los grupos subordinados, y en el fomento de aquéllas capaces de volcar las energías de esos grupos hacia objetivos menos temibles, desde el fútbol hasta los carnavales, que se acompañaba desde luego de una vigilancia alerta frente a cualquier deslizamiento de éstas hacia actividades menos inocentes.

Lo que tiene en común ese estado burocrático-autoritario con el estado fascista es en cambio la brutalidad sistemática de sus respuestas a cualquier desafío opositor, y aun a la presencia de núcleos que cree capaces de originarlo; la represión practicada en Brasil a partir de 1968 fue por lo menos tan sistemática como la que conoció la Italia fascista hasta 1943, y excedió sin duda la crueldad de ésta. Por un tiempo la única respuesta que ella iba a encontrar fue un brote de violenta resistencia urbana inspirado por Carlos Marighela, dirigente comunista que la propuso como alternativa a la táctica pacífica preferida por su partido. Luego de algunos exitosos golpes de mano, el brote pudo ser sofocado y en el proceso el salvajismo de la acción represiva vino todavía a acentuarse; por unos años Brasil iba a aparecer ante la opinión mundial como el más escandaloso ejemplo latinoamericano de desprecio por los derechos humanos.

No era sólo el éxito alcanzado por esa inhumana represión el que permitía augurar un largo futuro para el régimen madurado en Brasil a través de las tormentas de la década que se estaba cerrando. La recuperación que se insinuaba tardíamente en 1967 dio paso dos años más tarde al que iba a llamarse milagro brasileño; frente a una Hispanoamérica que, salvo excepciones excesivamente localizadas, parecía incapaz de escapar sino fugazmente del estancamiento, Brasil no sólo crecía ahora a tasas que contaban entre las más altas del mundo, sino comenzaba a crear una estructura industrial madura y compleja; si ese crecimiento arrastraba y acentuaba las desigualdades económicas y sociales que lo habían caracterizado ya en el pasado, parecía asegurar únicamente para Brasil en Latinoamérica un lugar entre los gigantes económicos del Tercer Mundo, que como la India han logrado construir en un marco arcaico un sector de economía moderna capaz de situarse en la vanguardia del avance económico y tecnológico mundial; es convicción muy arraigada entre los estudiosos de ciencia política que éxitos como éste que se anunciaba en Brasil favorecen la consolidación duradera de los regímenes bajo cuya égida han sido alcanzados.

Ese éxito distanciaba cada vez más Brasil de esa **Argentina** que todavía en 1960, con una población mucho más exigua y estancada que la brasileña, había podido sostener la comparación con su vecino y rival en lo que respecta a las dimensiones de su economía y el avance de su industrialización, y que en la década abierta en ese año iba a intentar en vano mantenerse en liza aplicando el nuevo modelo político y socioeconómico brasileño. Pero si en 1960 ambos países afrontaban una situación crítica, ésta venía para Argentina de mucho más atrás: la bonanza exportadora de postguerra, que en Brasil había sobrevivido con altibajos hasta 1959, había cesado allí diez años antes. No era ésa la única razón por la cual el programa desarrollista del presidente Frondizi fue instaurado bajo auspicios aún menos favorables que el lanzado años antes por Kubitschek; como se recordará, el contexto político argentino era aún menos fácil que el brasileño, y se ha indicado ya hasta qué punto el lastre de las ambigüedades y contradicciones en que Frondizi había debido incurrir para abrirse camino al poder vino a agravarse decisivamente desde que la Revolución cubana tomó un camino que la opinión conservadora argentina contemplaba con un horror que no parecía compartir el antiguo jefe de la izquierda radical, que desde la presidencia se esforzaba por aplicar soluciones económicas conservadoras.

Jaqueado por la desconfianza militar y la del peronismo, a cuyos votos debía su victoria electoral, Frondizi, tras de colocar al frente de las tres fuerzas armadas a oficiales dispuestos a respetar la restaurada legalidad constitucional, los sustituyó ante los primeros amagos de oposición de sus subordinados; la lección que dedujo de esos episodios el cuerpo de oficiales fue que apoyar esa legalidad era suicida y socavarla, aun sin éxito, era por el contrario el mejor camino para prosperar en la carrera. Bien pronto iba a imponerse entre ellos la llamada modalidad deliberante; las fuerzas armadas, cada vez más autónomas fren-

te al Estado del que teóricamente eran agentes subordinadas, se acercaban a practicar una curiosa democracia directa, en que jefes de guarnición y comandantes en jefe se enorgullecían en proclamarse agentes de la voluntad de las bases.

Para el presidente la única esperanza de salir de esa apretura, agravada por la impaciencia creciente del peronismo, residía en el éxito del programa desarrollista, pero, según se ha indicado ya, éste fue más limitado y sobre todo más efímero de lo que Frondizi había esperado, y vino por otra parte a reforzar el movimiento sindical, que ya durante la penuria anterior había debido ser reprimido mediante la aplicación del Plan de Conmoción Interior (Conintes), favorito instrumento de gobierno del caído peronismo, utilizado ahora para legalizar el uso del ejército en la represión de huelgas violentas, y otras que no lo eran tanto.

Pese a la dureza de esos episodios represivos, no sólo el poder sindical había sobrevivido tan intacto a esos nuevos desafíos como a los del gobierno militar establecido en 1955, sino seguía siendo capaz de frustrar los esfuerzos de racionalización del vasto sector de empresas del Estado, en que la batalla principal se iba a dar esta vez en las ferroviarias, cuya creciente ineficacia se debía tanto el arcaísmo del material en uso como al exceso de personal. Pese a esas frustraciones y las más graves que provenían del continuado estancamiento de las exportaciones agrícolas, aun después de una devaluación que les había sido favorable, el presidente se afanaba por prolongar por medios cada vez más artificiosos la coyuntura expansiva, confiando en que ella le permitiría crearse una base electoral propia y aumentar así su independencia tanto frente al peronismo como frente al ejército; varias elecciones locales escalonadas a lo largo de 1961, en que listas identificadas con el peronismo habían sido autorizadas a presentarse, reflejaron avances impresionantes de la fracción radical llamada intransigente que el presidente capitaneaba.

Éste había creído reconocer otro presagio favorable en la instalación en Washington del gobierno Kennedy, que esperaba más abierto a las inquietudes latinoamericanas que su predecesor; alarmado por la hondura de la crisis cubana, que estaba empujando a la nueva administración a una intransigencia aún mayor que la de Eisenhower para mediar en ella gestionó una entrevista con Ernesto Guevara, de paso por Buenos Aires en visita familiar, que no pudo mantener secreta. Sólo sobrevivió a la violenta reacción militar accediendo a romper relaciones con Cuba, para declarar de inmediato que pese a ese revés temporario no renunciaba a reivindicar el derecho de Argentina a desarrollar una política exterior independiente, y proclamar en tono desafiante que el contencioso que por esa razón lo oponía al ejército iba a ser resuelto junto con el que lo dividía del peronismo y los sindicatos por el veredicto del sufragio universal, en las elecciones de renovación parlamentaria y de gobiernos provinciales de comienzos de 1962.

Ese veredicto le iba a ser desfavorable; pese a los avances del partido de gobierno (en perjuicio del resto de los no peronistas) el peronismo, al recibir el apoyo de un tercio del electorado, volvía a revelarse la primera fuerza política del país. Las fuerzas armadas sacaron rápidamente las conclusiones que a su juicio se imponían: tras de expulsar a Frondizi, instalaron en la casa de gobierno al presidente *pro tempore* del Senado y disolvieron el Congreso; todo ello no implicaba, según proclamaban, apartarse de las más rígidas normas de prescidencia política y acatamiento a las normas constitucionales.

El interinato semiconstitucional de José María Guido estuvo marcado por conflictos internos al ejército, dirimidos por dos veces en breves choques armados, y se desenvolvió en medio de una recesión económica agravada por la aplicación literal de lo que ahora se llamaba liberalismo económico, que condujo al paro forzoso de un tercio de la fuerza de trabajo, mientras una nueva devaluación concentraba la escasa prosperidad en el campo. Finalmente el panorama político se aclaró: las fuerzas armadas, alarmadas por el peligro de disgregación interna que su excesiva politización había creado, resolvieron

dejar el destino del país en manos del electorado, no sin antes decidir entre qué alternativas le sería permitido escoger; si al principio parecían dispuestas a autorizar una participación subordinada y condicionada del peronismo en una coalición lo bastante amplia para diluir su amenaza, cuando advirtieron que en esa coalición tendría papel significativo el frondizismo multiplicaron las condiciones hasta forzar al movimiento mayoritario a la abstención. En estas condiciones tan peculiares la fracción tradicional del radicalismo obtuvo una inesperada victoria, que llevó a la presidencia al doctor Arturo Illia, político cordobés de prestigio sólo local, mientras el voto peronista se dispersaba.

La base política del nuevo gobierno no podía ser más débil. Votado por sólo un cuarto del electorado, contaba con la antipatía del sector dominante en las fuerzas armadas, que recordaba muy bien los estrechos lazos de algunos dirigentes del partido ahora gobernante con sus rivales de la fracción militar más rabiosamente antiperonista. Pero estos últimos, ya muy debilitados y cada vez más hostiles a la democracia representativa, no ofrecían una alternativa militar posible o deseable para el nuevo gobierno, que tomaba totalmente en serio su compromiso de gobernar sin acudir a la represión, y asegurar plenas libertades electorales.

La única compensación para todos esos flancos débiles era el fin de la larga crisis del sector exportador: en 1963, quince años después del fin de la breve bonanza de postguerra, y a ocho de la introducción de una política favorable al sector agrícola, las exportaciones volvían a crecer, y la tendencia ascendente iba a mantenerse, aunque con altibajos, a partir de entonces. Ello, y la hondura misma de la recesión deliberadamente intensificada por las políticas aplicadas durante el interinato de Guido, aseguró una expansión cuyo vigor superaba cuanto el país había conocido a partir de 1950, y que iba a prolongarse hasta mediados de 1965; aun luego de su agotamiento, la situación económica estuvo muy lejos de alcanzar los tonos sombríos de las etapas que habían separado las breves

expansiones de la etapa anterior. Sin duda las causas principales de ese éxito eran ajenas al gobierno de Illia, pero éste tuvo el mérito de permitirles desplegar sus efectos mientras se esforzaba por asegurar a la economía nacional un ritmo menos agitado, introduciendo en su manejo un gradualismo que contrastaba con los bruscos cambios de orientación tan frecuentes en el pasado. Así, una política monetaria de devaluación lenta y gradual (que se anticipaba al *crawling peg* luego celebrado como uno de los secretos del milagro brasileño) eliminaba las redistribuciones bruscas y masivas entre campo y ciudad y entre sectores sociales, y la apertura a la inversión extranjera como fuente de industrialización acelerada, aunque sobrevivió al impacto negativo de la anulación de las concesiones petroleras otorgadas por Frondizi que contó entre las primeras decisiones del nuevo gobierno, no se acompañó ya de la recluta frenética de esos capitales que había caracterizado también a la gestión de Frondizi.

Esa gestión económica se pareció entonces muy poco a las caricaturesca imagen que de ella proponía la prensa opositora, que en tonos cada vez más hirientes denunciaba su total inoperancia. Pero esa imagen, que expresaba la insatisfacción de todos los sectores de intereses frente a una política que se negaba a establecer alianza privilegiada con ninguno de ellos, confirmaba que, cualesquiera fuesen sus otros méritos, esa política económica no iba a asegurar al gobierno los sólidos apoyos socioeconómicos que hubieran quizá podido compensar las insuficiencias de su base electoral.

La oposición periodística no expresaba tan sólo la insatisfacción de ciertos sectores de intereses, sino aun más directamente la de las fuerzas armadas (que, era un secreto compartido por multitudes, financiaban a algunos de los semanarios más activos en la campaña opositora) frente a un gobierno que no había tendido puentes con el sector que las dominaba, y cuyo compromiso de retorno a la plena libertad electoral amenazaba abrir el camino a la restauración del peronismo en el poder.

La reconquista del poder no parecía en efecto fuera del alcance de un peronismo ya muy avanzado en la reconstrucción de sus bases políticas, ahora más concentradas en los sindicatos, cuya estructura institucional había resistido mejor que la del partido los golpes de la represión, y que –gracias a su control de los servicios hospitalarios y turísticos sostenidos con el aporte obligatorio de los trabajadores– contaban con fondos más cuantiosos que todas las fuerzas políticas argentinas. Tras de sobrevivir triunfalmente a más de una dura persecución, los sindicatos aparecían a los ojos de sus dirigentes como una fuerza indesarraigable de la vida político-social argentina; esos dirigentes estaban convencidos por añadidura de que la fracción militar que había ganado claro predominio durante el interinato de Guido estaba ya plenamente dispuesta a aceptarla como tal.

Frente a una posible restauración peronista, juzgaban con razón que el ejército, dispuesto a aceptar la presencia sindical, lo estaba mucho menos a permitir el retorno triunfal del expresidente al que había expulsado de sus filas; no esperaban por otra parte retener en el marco de esa restauración la gravitación política y aun la libertad de acción ganadas con tanto esfuerzo a partir de 1955. Esa reacción reticente tuvo expresión sólo aparentemente paradójica en la llamada Operación Retorno, una campaña de agitación auspiciada por el más poderoso de los caudillos sindicales, el metalúrgico Augusto Vandor para forzar a Perón a intentarlo.

Éste no pudo finalmente eludir un intento que sabía prematuro, y partió en azaroso vuelo a Buenos Aires, interrumpido en Río de Janeiro por decisión del gobierno militar brasileño que a solicitud del de Illia lo obligó a retornar a Madrid. A juicio de Vandor, ese desenlace (que había venido a probar que el retorno era imposible) lo desligaba de los compromisos derivados de su lealtad personal al jefe desterrado, y le permitía por fin integrarse sin reservas del orden post-peronista, que sólo esperaba esa decisión del movimiento derrocado en 1955 para acogerlo con los brazos abiertos.

La casi abierta división del peronismo no impidió a éste seguir ganando terreno en la opinión pública; si en 1962 había obtenido un tercio de los sufragios populares, en la elección de renovación parlamentaria de comienzos de 1965 las listas peronistas en conjunto recibían cerca del 40 por 100 de los votos (la organización partidaria heredera de la disuelta en 1955, controlada por Vandor y sus aliados, superaba por sí sola el 30 por 100). Esas cifras parecían reflejar tanto el fortalecimiento de la presencia peronista como la decadencia del influjo personal de Perón, y reconfortado por ellas Vandor pasó a idear y dirigir el Plan de Lucha, adoptado bajo su influjo por la Confederación General del Trabajo, que convocaba a la clase obrera a acciones que iban desde huelgas hasta ocupaciones pacíficas de fábricas en defensa de objetivos que esquivaban cuidadosamente todo sesgo clasista, y por el contrario se hacían eco de las demandas de activación económica agitadas por los sectores empresarios. El gobierno enfrentó el Plan de Lucha con una sobriedad que despojó a la emergencia de ribetes dramáticos; a la marea de huelgas y ocupaciones siguió el inevitable reflujo, pero el episodio no dejó por ello de influir en el panorama político; a través de él el sindicalismo había venido a incorporarse a las grandes maniobras previas al derrocamiento del gobierno Illia, ya decidido por la cúpula militar.

El entendimiento militar-sindical en favor de un nuevo golpe creaba una momentánea coincidencia de intereses entre el gran desterrado y el gobierno Illia. Mientras Vandor perfilaba cada vez más su disidencia y extendía su influjo más allá del movimiento sindical, Perón se decidió a jugar el todo por el todo enviando a su tercera esposa a rehacer en su nombre la cohesión del sector peronista que le seguía fiel, y el gobierno hizo lo necesario para que la presencia y acción de la enviada alcanzase la máxima repercusión.

La querella entre Perón y sus grandes vasallos rebeldes iba a ser dirimida por el sufragio universal en las elecciones provinciales de Mendoza, a comienzos de 1966. El oscuro candidato a gobernador prohijado por María Estela (Isabel) Martínez de

Perón y sobre todo por su marido (cuya toma de posición era difundida mediante breves alocuciones al electorado mendocino, a través de las cuales tras de diez años de ausencia su voz y su efigie reaparecían en las pantallas de televisión de su país) obtuvo una convincente victoria sobre el candidato oficial del movimiento peronista y los sindicatos, una influyente figura local que era además uno de los más brillantes representantes de esa tendencia en el congreso nacional.

No era ése el resultado que había esperado el gobierno, que había contado con que Perón desgajaría una fracción importante pero minoritaria de su antiguo partido, mientras la mayoritaria, en ruptura ya inevitable con el fundador del movimiento, completaría su asimilación al orden post-peronista, y al dar a éste una sólida base electoral le haría posible encuadrarse establemente en el marco de la democracia constitucional.

El resultado electoral de Mendoza repercutió de inmediato en las filas del peronismo disidente, tanto en el partido como en los sindicatos; la hégira de dirigentes de ambos hacia las tiendas hasta ese momento pasablemente solitarias de Isabel Martínez amenazó pronto hacerse incontenible, y todo parecía anunciar para las elecciones al congreso nacional y de gobernaciones provinciales, que debían celebrarse en marzo de 1967, una sólida victoria electoral de un peronismo unificado en torno a su jefe histórico.

Esa posibilidad, que era casi una seguridad, terminaba de desahuciar al gobierno de Illia a los ojos de la cúpula militar, mientras crecía al entusiasmo golpista de la cúpula sindical, que, temerosa de verse entregada a la venganza de un victorioso Perón, se apoyaba en las perspectivas institucionales propuestas por los publicistas al servicio de la dirigencia militar, que proclamaban haber descubierto en el ejército, la Iglesia, las organizaciones empresarias y las sindicales a los «factores reales de poder», a la vez sostenes y condicionantes de los titulares formales de éste, para concluir que el golpe que la libraría de esa venganza no afectaría el lugar ya ganado por el movimiento sindical en la vida nacional.

Así las cosas, no es sorprendente que el que en junio de 1966 desplazó del poder al presidente Illia haya contado con un amplio consenso favorable; al prestar juramento el general Juan Carlos Onganía, designado presidente por los comandantes en jefe de las tres armas, la elite del poder lo rodeó unánimemente para celebrarlo; junto con generales y prelados, dirigentes empresarios y numerosas damas que celebraban el retorno a la sede del gobierno de un público más selecto que el séquito del gobierno Illia, podía verse a un radiante Augusto Vandor; por añadidura, con la comprensible excepción del partido derrocado, los no peronistas recibían con beneplácito a veces abierto la instalación de las fuerzas armadas en el gobierno, y desde su destierro Perón les auguraba el mejor de los éxitos.

Ese contorno tan apacible no dejó de afectar la visión que el nuevo régimen tenía de su cometido y de los medios para alcanzarlo. La vigilancia ideológica y política que el general Onganía había fijado como tarea principalísima de las fuerzas armadas en su ya recordado discurso de West Point suponía un contexto muy distinto; aunque el nuevo régimen procuró no descuidarla, ella parecía bastante irrelevante a la circunstancia en la que éste debía desenvolverse.

Mientras el partido comunista, disuelto junto con todos los otros, no era víctima de una represión especialmente intensa, el gobierno militar concentraba sus ataques contra las amenazas más insidiosas derivadas de la acelerada modernización de ideas y estilo de vida que había vivido Argentina desde 1955. La primera víctima fue la universidad, considerada un foco de subversión ideológica y de corrupción moral; a un mes de la asunción del poder, la intervención que privaba a las nacionales de su autonomía provocó el primer conflicto serio que debió afrontar el gobierno de Onganía. Luego de ese percance inicial, la campaña depuradora iba a extenderse a la vida cultural y artística de Buenos Aires, que durante esos años de creciente incertidumbre había adquirido una intensidad nueva, bajo el signo de una frivolidad cada vez más mili-

tante; gracias a los esfuerzos del gobierno Onganía tuvo comienzo el proceso que terminaría por hacer cada vez más difícil a una ciudad acostumbrada a vivir el ritmo del mundo seguir a distancia los avances de otras capitales latinoamericanas que había acostumbrado menospreciar como irremediablemente provincianas. La fascinada atención con que la opinión pública seguía esos episodios espectaculares se debía en parte a la escasa virulencia de los conflictos más directamente vinculados con la problemática sociopolítica de la hora, que el gobierno de la llamada Revolución argentina hallaba más fácil ignorar que sus predecesores.

Aunque advertía que esos conflictos permanecían sin resolverse, el régimen militar estaba persuadido de que la vía para lograrlo no era encararlos de frente, sino inducir en la economía cambios lo bastante intensos para tornarlos irrelevantes. Tras de unos meses de titubeos, a fines de 1966 la designación del doctor Adalbert Krieger Vasena en el ministerio inauguró un esfuerzo de reestructuración gradual y progresiva de la economía, la sociedad y la política argentinas. El plan económico que pasó a aplicarse se apartaba en aspectos sustanciales de los que ya desde antes de 1955 habían buscado afrontar la crisis del sector agrario-exportador. Superada finalmente ésta, la severa devaluación incluida en el plan de Krieger Vasena no favorecía ya al sector rural, sino al Estado, a través de retenciones sobre los ingresos de los exportadores que comenzaban por absorber el entero impacto de la devaluación en el precio interno de las exportaciones, y estaban destinadas a disminuir sólo muy lentamente. Con ello se aseguraban no sólo recursos fiscales que hacían menos necesario recurrir a la inflación, sino un respiro en la presión que ésta ejercía sobre el sector externo y que hasta entonces había impuesto devaluaciones periódicas, reemplazadas ahora con ventaja por la eliminación gradual de las retenciones. Esa ingeniosa solución no podía asegurar la estabilidad cambiaría sino mientras quedasen retenciones que eliminar; sin embargo el doctor Krieger Vasena presentó la devaluación de 1966

como la última que iba a conocer la Argentina, y dio especial solemnidad a esa promesa al combinarla con una conversión monetaria que creaba una nueva unidad cuya equivalencia con el dólar era muy cercana a la del peso al abrirse el proceso inflacionario.

Esa apuesta sobre el futuro se apoyaba en la esperanza de que la estabilidad monetaria asegurada por la reforma, sumada a la social y política que el régimen militar estaba imponiendo sin afrontar desafíos de importancia, iba atraer una corriente de inversiones capaz de estabilizar la moneda de modo menos efímero. Esperaba todavía algo más: que esas inversiones corrigiesen el retraso creciente que afectaba al aparato productivo, tanto agrícola como industrial, a la vez que a los transportes y comunicaciones.

En 1967 y 1968 el plan tuvo resultados notablemente auspiciosos; sin duda no faltaban motivos para dudar de su viabilidad a largo plazo, ya que las inversiones extranjeras estaban siendo atraídas por tasas de interés cercanas a las de la etapa de inflación dejada atrás, que en un contexto de estabilidad cambiaria se tornaban exorbitantes. Pero ese largo plazo no iba a llegar; a comienzos de 1969 una sucesión de tumultos urbanos culminó en el que en marzo conmovió a Córdoba, y que, iniciado por los trabajadores de la industria del automóvil, ganó primero el apoyo de los estudiantes universitarios y luego el de una parte muy amplia de la población urbana.

El «cordobazo» reveló súbitamente la presencia de las tensiones por un momento adormecidas. El régimen militar no había satisfecho las esperanzas del sector sindical; frente a los dirigentes que se habían ofrecido como sus aliados promovió a otros dispuestos a aceptar una posición más subordinada, y osó imponer medidas de racionalización económica que los sindicatos habían combatido antes con más éxito. Si al comienzo sólo un sector minoritario del movimiento sindical se colocó en oposición abierta, el cordobazo marcaba entre otras cosas el ingreso en ésta de la dominante franja media del gremialismo argentino.

Ya antes de que se produjese, Augusto Vandor había comenzado a explorar alternativas políticas a esa Revolución Argentina que tanto lo había decepcionado. La solución a la que ahora se inclinaba era un retorno negociado al sistema electoral, apoyado en un acuerdo de fuerzas políticas y sociales que se cobijarían bajo el prestigio a la vez político y militar del general Aramburu; unos meses después del «cordobazo» el asesinato de Vandor no alcanzó a poner fin a ese proyecto, tan alarmante para Onganía como para Perón.

Ese asesinato comenzaba a la vez un avance en el uso político de la violencia, recibido casi sin resistencia por la opinión pública gracias en parte a la turbulencia política creciente que era herencia del cordobazo. Éste debilitó el ascendiente de Onganía sobre sus camaradas que lo habían instalado en la presidencia; en junio debió resignarse a aceptar la dimisión de Krieger Vasena, y aunque su sucesor buscó mantener las grandes líneas del proyecto económico de 1966, no contaba ya con la fuerza política necesaria para ello.

El gobierno de Onganía iba a agonizar todavía por un año; fueron el secuestro y muerte del general Aramburu los que finalmente le asestaron su demorado golpe de gracia. Esta vez los responsables decían su nombre, pero éste decía muy poco a la opinión pública; eran los Montoneros, una organización revolucionaria peronista que introducía así en Argentina tácticas de lucha inspiradas en una lectura muy libre de la lección de Cuba. Esa segunda muerte venía a frustrar definitivamente el proyecto político promovido por Vandor, y de nuevo tanto Perón como el ya moribundo gobierno de Onganía aparecían como sus beneficiarios. Las sospechas que ello inspiró sellaron el destino de ese gobierno; el general Lanusse, uno de sus grandes promotores, encabezó la reacción que le puso fin, pero no logró aún que sus camaradas diesen por fracasada la Revolución Argentina y tomasen a su cargo el proyecto que había sido de Vandor y Aramburu; mientras crecía la tensión y la desorientación política y se descubrían cada día nuevos usos para la violencia, al abrirse la nueva década Argentina parecía tan alejada de descubrir un rumbo como diez años antes...

Pero no sólo en Argentina, que hallaba tan difícil dejar atrás la era del populismo, los problemas dejados en herencia a la nueva década se presentaban aún más intrincados que los que en 1960 había parecido imprudente continuar eludiendo. **Uruguay** seguía por su parte viviendo la interminable agonía del estado de bienestar creado bajo la inspiración de Batlle; se ha visto ya que la victoria electoral de sus adversarios no fue seguida de un ataque demasiado vigoroso; las tentativas de redistribución en favor de los sectores primarios-exportadores, y las violentas reacciones que despertaban en el movimiento sindical, punta de lanza de la mayoritaria población urbana, sólo vinieron a provocar una aceleración de la inflación, sobre todo porque a medida que se aproximaban las elecciones de 1962 el gobierno blanco se compenetraba de la necesidad de no arrojar a ese sector mayoritario a una oposición unánime. Gracias a esa prudencia obtuvo una victoria nada decisiva, que en 1963 le permitió presidir el derrumbe de buena parte del aparato bancario heredado de la efímera prosperidad de la década anterior, mientras el peso uruguayo parecía entrar en caída libre. Sólo la urgente apelación al crédito internacional la detuvo, mientras se cortaban todas las importaciones porque no había con qué pagarlas. Los aumentos de salarios eran ahora contrarrestados de antemano por la inflación, y el gobierno colegiado dominado por los blancos se vio finalmente obligado a afrontar con la represión demandas que no estaba en sus manos satisfacer, haciendo así inevitable su derrota electoral en 1966.

En esa ocasión el electorado aprobó también una nueva constitución, que suprimía el Consejo de Gobierno (ejecutivo colegiado) y –al transferir al presidente las funciones de patronazgo, antes divididas entre sus miembros, que actuaban como apoderados de sus respectivas fracciones partidarias– hacía posible rehacer la unidad de los partidos tradicionales,

divididos en clientelas incapaces de apoyar cualquier acción de gobierno que fuera más allá de la distribución de los despojos del Estado. Pero en lugar del inspirador de la reforma, Jorge Batlle, quien había heredado el liderazgo de la fracción ahora mayoritaria del coloradismo organizada por su padre Luis Batlle Berres, fue elegido presidente el general Gestido, candidato de una coalición de fracciones coloradas menores y menos dispuesto a usar los ampliados poderes que la constitución ponía en sus manos. Gestido, cuya esencial honradez de intenciones le había ganado auténtica popularidad, se encontró bien pronto prisionero tanto de las fracciones que dominaban el Congreso como de un situación económica que no dejaba espacio para mejorar la situación de las masas populares urbanas. A su muerte lo sucedió el vicepresidente Pacheco Areco, continuador de una tradición colorada más antigua que la del batllismo: la de un autoritarismo a la vez aplebeyado e identificado con la base militar del poder político.

Lo que devolvía actualidad a esa tradición largamente olvidada era el desafío desde la izquierda, que apoyándose en la protesta ya crónica del sindicalismo (cada vez más firmemente controlado por el Partido Comunista) contra una situación económica adversa, y la del movimiento estudiantil contra una política exterior que seguía disciplinadamente la orientación fijada desde Washington, se volcaba por una parte en un frente electoral integrado por comunistas, socialistas, democristianos y pequeñas fracciones desgajadas de los partidos tradicionales, en el que éstos temían descubrir un rival serio, y por otra en un movimiento clandestino, el de los tupamaros, dirigido por militantes políticos y sindicales de pasado socialista, que reprochaban al frente tanto su preferencia por la vía electoral como la moderación de sus formulaciones programáticas.

La popularidad que los tupamaros ganaron en su primera etapa, a través de acciones tan espectaculares como incruentas, era una nueva prueba de la desafección que rodeaba al orden vigente en Uruguay, donde la restauración democrática

de 1942 no había logrado revivir la fe colectiva que había animado al Uruguay de Batlle, y la más reciente adversidad económica acompañada de sostenida inflación había terminado por privar de toda sustancia el estado de bienestar. Pero si esa desafección fue capaz de inspirar una receptividad nueva para propuestas revolucionarias, ésta reconocía una inspiración ambigua; eran muchos lo que se sentían atraídos por la promesa de la revolución porque esperaban de ella la restauración de ese Uruguay de modesta prosperidad y atenuada desigualdad socioeconómica en que en la memoria colectiva se estaba transformando el país anterior a 1929 y 1933. Esa amable nostalgia preparaba muy mal a la cada vez más ancha franja desafecta, tanto para percibir la seriedad del desafío que su disidencia venía a introducir como para afrontar la dureza de las respuestas que iban a oponérsele durante las confrontaciones decisivas que también en Uruguay habían sido pospuestas pero no resueltas en la supuesta década de decisiones.

En **Bolivia** esa década será de progresiva degradación del régimen instaurado por la revolución de 1952. Ella se abre, se recordará con el retorno a la presidencia de Paz Estenssoro, quien –con el apoyo del dirigente minero Lechín, que lo acompaña como vicepresidente– parece destinado a rectificar la línea de austeridad económica y desmovilización político-social favorecida por Siles Suazo. No será así, sin embargo; tanto la situación económica –que deja muy poco espacio para rectificaciones a la austeridad impuesta por ella misma más que por las personales preferencias de Siles– cuanto la tensión creciente que lo separa de su vicepresidente, en quien descubre un heredero cada vez menos paciente, empuja a Paz Estenssoro a posiciones que exasperan las que había reprochado a su predecesor. Su propuesta reforma de la constitución, destinada a hacer posible la reelección presidencial inmediata, y su declarada intención de ser el primero en hacer uso de ella, llevan esa tensión a su punto crítico. Lechín encabeza una nueva escisión del MNR, y Paz busca compensar el

progresivo estrechamiento de su base política intensificando vínculos con el ejército, cuya reconstrucción se ha preocupado por acelerar desde su retorno a la presidencia; en 1964 lo acompañará como candidato a vicepresidente el general de aviación René Barrientos, y la fórmula presidencial así integrada triunfará en elecciones en que todas las oposiciones se habrán negado a participar.

Esa victoria vacía augura lo peor para la nueva gestión presidencial del veterano jefe del MNR; las denuncias de conspiraciones seguidas de exilios de jefes opositores y los disturbios estudiantiles y choques con los mineros se suceden frenéticamente, hasta que en noviembre de 1964 un golpe militar encabezado por Barrientos, y triunfante cuando el general en jefe del ejército, Adolfo Obando, depone su oposición a él, envía a Paz al exilio, mientras los jefes de las escisiones de derecha e izquierda retornan de él. Pero el apoyo de estos últimos dura poco, y en medio del retorno de las tensiones, en abril de 1965 Barrientos proclama su intención de retirar su candidatura presidencial en las elecciones convocadas para septiembre, que son por lo tanto canceladas, mientras Lechín es enviado a un nuevo y poco grato destierro en Paraguay y se crea una presidencia compartida por Obando y Barrientos. Las ambiciones de éste han sido sólo pospuestas; en julio de 1966 es elegido presidente y permanecerá en el mando hasta su muerte, en un accidente de helicóptero, en 1969.

El gobierno de Barrientos se definiría heredero y continuador de la revolución de 1952; de hecho continuaba sobre todo la involución de ésta, que había comenzado años antes de 1964. El régimen revolucionario, tras de perder bien pronto su base urbana, decisiva para el éxito de la insurrección de 1952, a partir de 1956 se vio corroído por el conflicto en torno al manejo de la minería del estaño; mientras los politizados y militarizados mineros de la cuenca de Oruro rehusaban a aceptar modificaciones tecnológicas y organizativas que hubiesen tornado menos onerosa la explotación de las minas nacionalizadas, pero hubieran también puesto en peligro las

modestas conquistas laborales aseguradas en 1952, todos los gobiernos fueron empujados por la penuria a desafiar ese veto; desde entonces el sindicato minero, el más poderoso dentro de la organización sindical boliviana, se constituyó en el núcleo de la resistencia al giro moderado de la revolución, con eficacia suficiente para frustrar los sucesivos planes oficiales de racionalización del rubro estañífero; ni las maniobras políticas que Siles y Paz acompañaron de tímidos intentos represivos, ni la ocupación militar de la cuenca minera, seguida de una represión mucho más brutal, que iban a imponer Obando y sobre todo Barrientos, alcanzaron efectos duraderos contra la obstinada resistencia de los trabajadores.

Al mismo tiempo el sector minero perdía gradualmente gravitación tanto en el campo político-militar como en el económico. En el militar la rehabilitación del ejército, acelerada durante la década de 1960, hizo que la milicia que en 1952 había surgido como la más poderosa fuerza militar en Bolivia fuese incapaz de proteger su propia base territorial de la ofensiva del ejército nacional, que la ocupó cuantas veces quiso. Económicamente, mientras Bolivia no podía devolver vigor a su economía exportadora mientras continuase produciendo a pérdida su más importante rubro de exportación, el crecimiento y diversificación del resto de la economía, que esa crónica crisis del sector externo no alcanzó a detener, tenía por consecuencia el peso decreciente que el estaño retenía en ella.

Políticamente la pérdida del apoyo minero, como antes la defección de las masas urbanas, no impedía a los herederos militares de la revolución retener un apoyo electoral mayoritario; la compleja alianza social que había sostenido a la revolución de 1952 dejaba paso, como sostén del nuevo Estado, a la alianza militar-campesina, pero en 1966 ésta aseguraba aún a Barrientos un 60 por 100 del voto popular: al año siguiente la tentativa guerrillera de Ernesto Guevara iba a demostrar que su eficacia no se limitaba al campo electoral. En el fracaso de esa tentativa, en efecto, influyó, más aún que la frialdad con que fue recibida por buena parte de la izquierda boliviana, y

en especial por el Partido Comunista, la incapacidad de ganar apoyos en un campesinado que aun en la zona remota elegida por el Che para sede de su foco insurreccional estaba demasiado integrado en una bien consolidada red de lealtades sociopolíticas para asumir otras nuevas. Esa falta de adhesiones facilitó la acción de un ejército adiestrado por sus mentores norteamericanos para afrontar el desafío guerrillero (muy sugestivamente, el cuerpo especial que iba a cobrar en el Che a su víctima más ilustre llevaba el nombre de *rangers*).

Pero el poder militar, legitimado electoralmente por el apoyo campesino (disponible en rigor para cualquier gobierno dispuesto a respetar el poderío local de las elites campesinas a las que la reforma agraria habían emancipado de la tutela de los hacendados) contaba con otros de mucho menor peso electoral pero no por eso menos decisivos: la misma reforma agraria y el plan de construcciones viales habían hecho mucho por aumentar el peso de la economía de mercado y favorecido el surgimiento de nuevas capas mercantiles en ciudad y campo; por añadidura la red caminera estaba incorporando a la economía nacional a las tierras bajas no afectadas por la reforma, y dando cabida en ellas a agricultores y ganaderos capitalistas, cuya gravitación se reflejaba en el perfilamiento de una fuerte peculiaridad a la vez regional y política en la cada vez más influyente área pionera que reconocía por centro a Santa Cruz de la Sierra, hasta hacía pocos años soñolienta reliquia de la primera colonización española en la entrada a las llanuras del Oriente. Y en las mayores ciudades, comenzado por La Paz, la protección legislativa y más aún la asegurada por la escasez crónica de divisas para importaciones había favorecido la consolidación de un modesto empresariado industrial, cuya presencia ampliaba aún más el proceso de crecimiento y diversificación de las clases propietarias que era parte de la herencia de 1952.

Aun en esa sociedad más articulada y compleja las lecciones del liberalismo conservador -que comenzaban a ganar adhesiones en países latinoamericanos dotados de clases propietarias más maduras que las bolivianas- no podían ser aceptadas en su literalidad, pero en ella los llamados a «profundizar la revolución» no eran tampoco capaces de ganar eco mayoritario; mientras todos advertían que el proceso abierto en 1952 no podía seguir avanzando por el rumbo tomado entonces, el acuerdo no se alcanzaba en torno a ningún rumbo alternativo, y la hegemonía militar, que se había propuesto imponer ese rumbo nuevo a los sectores recalcitrantes, vino a reducirse a cubrir el interinato de poder creado por la imposibilidad de afrontar los dilemas de la hora; no es sorprendente que su gestión fuese tan incapaz de imponer soluciones políticas estables como la de los caudillos civiles de la revolución de 1952, y que Bolivia se internase en la nueva década regida por un gobierno militar que sobreviviría (no por mucho tiempo) cultivando sistemáticamente la ambigüedad; el general Obando, en efecto, tras de apartar del poder ya en 1969 al vicepresidente civil de Barrientos, combinó las prácticas heredadas de éste con una apertura hacia la oposición política y social, a la que ofreció como prenda de su lealtad revolucionaria la restauración del monopolio de la explotación petrolera en manos el Estado, derogado por Barrientos en beneficio de empresas norteamericanas.

Ecuador iba a mostrarse aún más firmemente instalado en la crisis política crónica; sin duda la polarización creciente que dio su tono a la década no dejó de influir sobre esa crisis, pero -pese a los esfuerzos de la diplomacia norteamericana, más activa en el pequeño país andino que nunca en el pasado- no alcanzó a redefinir los términos del conflicto político. En 1960 comenzaba su quinta gestión presidencial José María Velasco Ibarra, triunfante a la cabeza de una coalición de fuerzas entre las que predominaban las de izquierda. Su gestión siguió el curso habitual: una vez en el gobierno se apresuró a romper con sus aliados electorales, representados en la fórmula triunfante por el vicepresidente Arosemena; su tentativa de desembarazarse de éste abrió una etapa confusa, clarificada en 1961

por una intervención militar favorable al vicepresidente; al parecer la desconfianza de la fuerza armada por el veterano caudillo pesaba más, aun al abrirse la etapa dominada por la sombra de la Revolución cubana, que la despertada por la orientación izquierdista de Arosemena. Ésta iba a pasar a primer plano, sin embargo, una vez que Velasco fue consignado de nuevo a su tradicional destierro argentino; la resistencia de su reemplazante a incorporarse con la celeridad y entusiasmo necesarios a la cruzada anticubana no sólo ofreció una plataforma común para la agitación opositora, y aseguró a ésta los recursos prodigados entonces por los Estados Unidos a quienes apoyaban su política continental, sino contribuyó a desencadenar un nuevo golpe militar que en 1963 instaló en el poder a una junta, decidida a destruir las bases políticas de la izquierda, con vistas a lo cual clausuró las universidades cuyo estudiantado venía protagonizando las agitaciones pro-cubanas.

En 1966 una semana de tumultos y manifestaciones populares decidió al poder militar a reemplazar a la junta por un gobierno interino encargado de devolver al país a la normalidad constitucional: una asamblea constituyente convocada en ese mismo año no prohibió, como lo habían deseado los militares, la reelección presidencial, y con ello hizo posible, y por lo tanto inevitable, un nuevo triunfo de Velasco Ibarra. Presidente en 1968, una vez más el anciano caudillo se esforzó con éxito por hacer de sus aliados electorales sus más enconados enemigos. Como era habitual, la agitación creció incontroladamente, pero al revés de lo que era habitual, las fuerzas armadas, lejos de utilizar la ocasión para librarse del veleidoso primer mandatario, se manifestaron dispuestas a apoyar su asunción de poderes dictatoriales, Y esa inesperada reconciliación que venía a cerrar cuatro décadas de enconado antagonismo ofrecía testimonio indirecto, pero irrefutable, de la transformación que las nuevas polarizaciones habían introducido en la política ecuatoriana; era la gravitación de una amenaza revolucionaria que las fuerzas armadas tomaban quizá más en serio de lo que las circunstancias justificaban la

que las decidía a poner la defensa del orden establecido en manos de un jefe político que no hallaban menos objetable que en el pasado, pero que aparecía como el único capaz de aportar a esa defensa la audacia y la popularidad personal necesarias para llevarla adelante con éxito.

En **América Central** el impacto de la nueva polarización se iba a hacer sentir de modo muy desigual. En **Guatemala**, donde había surgido precozmente en la etapa anterior, la lección de Cuba iba a encontrar eco inmediato, interrumpiendo la cautelosa apertura promovida por el presidente Ydígoras, que se había traducido ya en victorias electorales de los herederos políticos del régimen derrocado en 1954. Mientras Ydígoras ofrecía el territorio guatemalteco como base para las operaciones militares apenas clandestinas contra Cuba, una fracasada rebelión en su propio ejército dejó en herencia movimientos guerrilleros capitaneados por oficiales de éste, que invocaban el ejemplo cubano. Y, pese al surgimiento de un terrorismo de derecha, que se ofrecía en respuesta, más bien que al desafío guerrillero, al de la creciente movilización política urbana, ésta arreciaba cada vez más.

En 1963 el ejército se desembarazó de Ydígoras y acentuó la represión oficial y oficiosa, con un éxito que le permitiría en 1966 retener los resortes del poder luego de entregar la presidencia al candidato triunfante en las elecciones como abanderado del partido heredero de la experiencia presidida por Arévalo y Arbenz; la penosa gestión presidencial de Méndez Montenegro (que había renunciado de antemano a desafiar al poder militar y al de las fuerzas conservadoras), acompañada de una vigorosa expansión del terrorismo de derecha frente al cual se proclamaba impotente, restó vitalidad al despertar de la opinión urbana, e hizo posible al ejército imponer en la elección de 1970 un veto a las corrientes de izquierda que aseguró la victoria del coronel Arana y la maduración de un estilo represivo con el que Guatemala se anticipaba al resto de Latinoamérica, y que se apoyaba en el uso indiscriminado del

terror, desde luego contra la oposición urbana, pero también –y de modo aún más salvaje– contra los sectores indios y campesinos en que comenzaba a encontrar apoyo la guerrilla.

En el resto de América Central el clima político no tenía aún mucho en común con el de esa Guatemala precozmente encerrada en los laberintos de la guerra fría. Sólo en Nicaragua surgió un foco guerrillero en la serranía del norte, al que muy pocos auguraban futuro promisorio. En **El Salvador** el golpe militar de 1960 instala en el poder a un gobierno que se proclama reformista, pero al año siguiente otro golpe lo devuelve a partidos oligárquicos que llevan a la presidencia a oficiales del ejército hostiles al cambio político-social; en 1964 la elección de José Napoleón Duarte como alcalde de la capital provocó una rápida ampliación y consolidación de la base política del partido Demócrata Cristiano por él fundado, pero durante esta década esa nueva presencia no se tradujo aún en un desafío a la hegemonía política oligárquica. En **Honduras** la victoria liberal de 1957 había llevado a la presidencia al reformista Villena Morales; en 1963 un golpe militar lo derribó e inauguró una etapa de gestión directa desprovista de pronunciadas aristas represivas y abierta a algunos motivos reformistas (entre ellos un programa de reforma agraria).

En **Nicaragua**, en 1967 la muerte de Luis Somoza, que había administrado con innegable habilidad el patrimonio político y económico heredado, transfirió la totalidad del poder a su hermano Anastasio (Tachito), ya comandante de la Guardia Nacional, que iba a suplir sus más limitados talentos políticos recurriendo a la manera fuerte; como pronto iba a revelarse, en el nuevo heredero del poder la rapacidad, en verdad rasgo dinástico, aparecía también menos refrenada por la prudencia; pero aunque la módica popularidad del régimen estaba siendo socavada por las insuficiencias de su nuevo titular, ese deterioro no parecía anunciar ninguna crisis inminente. Costa Rica seguía por su parte ofreciendo su poco imitado ejemplo de práctica democrática; el consenso favorable al equilibrio político-social instaurado por la revolución de

1948 y la insatisfacción ante su incipiente agotamiento se tradujeron en esta década en una perfecta estabilidad institucional acompañada en cada renovación presidencial por el indefectible reemplazo del partido en control por su rival.

No sólo la ausencia de dramáticos cambios de rumbo relegó al proceso político a un segundo plano en la Centroamérica de la década de 1960; también contribuyó a ello el dinamismo nuevo del proceso socioeconómico, que encontró un instrumento eficaz en el Mercado Común Centroamericano, establecido precisamente en 1960. La constitución del mercado común favoreció sobre todo la expansión industrial, que vino a concentrarse en Guatemala y El Salvador; al margen de su influjo se aceleró también la expansión agrícola, que ya para 1960 se reflejaba en un abanico productivo en que el algodón y otras cosechas disminuían el antes abrumador predominio del café y el banano. El impacto de esa expansión, apoyada sobre todo, como en el pasado, en la de las exportaciones, no fue puramente positivo; en El Salvador la concentración de la propiedad que era su concomitante vino a sumar sus efectos a los de un cada vez más acelerado crecimiento de la población para multiplicar más de tres veces la proporción de campesinos sin acceso alguno a tierras, que alcanzaba al 12 por 100 en 1960. En Nicaragua, con una población mucho menos densa, se hace sentir el mismo fenómeno y por otra parte la expansión de la agricultura exportadora se acompaña de una baja de la producción agrícola para el consumo interno.

De este modo el nuevo dinamismo de la economía intensifica tensiones que vienen de lejos, y cuyo agravamiento va a favorecer la agudización del conflicto político durante la etapa siguiente. A la espera de ello, esas tensiones se reflejan ya, por una parte, en la pérdida de velocidad del proceso de integración regional, al hacerse evidente que son las naciones capaces de ponerla al servicio de su propia expansión industrial las que monopolizan sus ventajas, y por otra en un episodio que contribuyó en mucho a empantanar al Mercado Común Centroamericano, y que –si pudo parecer incongruente a ob-

servadores remotos– visto más de cerca se hacía dolorosamente transparente: la llamada guerra del fútbol, que en 1969 opuso a Honduras y El Salvador.

Ocasionada en los disturbios que originó en las capitales de ambas naciones la victoria salvadoreña en la disputa preliminar para la Copa del Mundo, la hostilidad reflejada en esos tumultos y luego en la guerra tenía su origen primero en la penetración de inmigrantes de la sobrepoblada república salvadoreña en territorio de Honduras, y las reacciones cada vez más intensas que ella despertaba en el país huésped. Ya a comienzos de la década una ley hondureña limitaba la proporción de extranjeros que las empresas podían legalmente incorporar a su personal, pero esa medida tuvo un impacto mucho más limitado que la que en 1968 cerró a los salvadoreños el acceso a la propiedad de la tierra. Inspirada en el deseo de no entorpecer una reforma agraria que no debía afectar a las tierras ya apropiadas privadamente, la medida buscaba reservar para ese fin a las públicas, que estaban ya siendo explotadas por cada vez más numerosos ocupantes sin título salvadoreños. Si la guerra –concluida en un par de semanas gracias a los buenos oficios de la OEA– no dejó un vencedor, aseguró la victoria del punto de vista hondureño en lo que estaba en el fondo en disputa. Las consecuencias indirectas iban a ser muy graves para El Salvador; la válvula de escape que –frente a las tensiones crecientes causadas por la concentración de la propiedad rural en medio de un vertiginoso crecimiento de población– había venido ofreciendo la emigración quedaba bruscamente cerrada, y ello sin duda influyó en la exasperación de los conflictos políticos que iba a dejar su marca trágica en la etapa siguiente.

Panamá estaba entrando más precozmente que la vecina América Central en una etapa de crisis y confrontación. Gobernada desde su fundación por una estrecha oligarquía política y más totalmente incorporada a la economía norteamericana que cualquiera de sus vecinas del norte (a través del canal, pero también de las plantaciones bananeras), hasta

1952 ni el grupo dirigente ni su política fielmente pro-norteamericana habían encontrado oposición más eficaz que la de un hijo pródigo del primero, Arnulfo Arias. Este eficaz agitador, acusado no sin motivo de simpatizar en su momento con la Alemania hitleriana, supo movilizar los reflejos nacionalistas, más que contra la hegemonía norteamericana, contra la presencia de los inmigrantes negros de las West Indies, importados para construir el canal y constituidos luego junto con sus descendientes en un elemento permanente de la sociedad panameña, pero ni su perenne popularidad ni el eco que encontraban las denuncias con que acusaba a sus adversarios de despojarlo mediante el fraude de los frutos de varias victorias electorales eran suficientes para poner en crisis al orden político panameño.

En 1952 éste sufrió una transformación esencial cuando el coronel jefe de la Guardia Nacional, José Antonio Remón, que había ya venido perfilándose como el poder detrás del trono, decidió ocupar la presidencia. Desde entonces el influjo plebeyo de esa fuerza armada vino a desplazar a la hegemonía patricia; aunque los sucesores militares de Remón preferían de nuevo instalar a figuras civiles en la silla presidencial, ese desplazamiento del centro del poder ya no iba a ser corregido. Bajo ese liderazgo esencialmente militar, Panamá iba a intentar redefinir el estatuto del canal, y el de la zona territorial sobre la cual los Estados Unidos habían adquirido a perpetuidad los derechos inherentes a la soberanía, por el tratado de 1903.

Ese tratado (retocado por concesiones menores de los Estados Unidos en 1955) comenzó a parecer menos definitivo a partir de la nacionalización de la compañía del canal de Suez, implementada por Egipto al año siguiente; la negativa norteamericana a reconocer ninguna analogía entre la situación jurídica de los dos canales interoceánicos no logró calmar las impaciencias de la opinión panameña. Las manifestaciones de celo pronorteamericano y antipanameño de la trasplantada población de la zona del canal, temerosa de pagar los costos de cualquier acuerdo futuro, provocaron en 1964 distur-

bios antinorteamericanos de intensidad sin precedentes, y contribuyeron sin duda a dar a Arnulfo Arias una victoria casi póstuma en las elecciones presidenciales de 1968. Su permanencia en el poder iba a ser brevísima; la Guardia Nacional lo reemplazó por una junta encabezada por el brigadier Omar Torrijos, quien advirtió mejor que sus predecesores militares la necesidad de ganar una base en la opinión pública, y puso al servicio de ese objetivo inesperados talentos políticos, orientados a movilizar y encuadrar a sectores de la sociedad panameña mal integrados hasta entonces en la vida ciudadana. Sumando el apoyo de la fuerza militar el de esa incipiente movilización de masas, Torrijos se juzgó lo bastante fuerte para encarar las negociaciones -que sabía extremadamente difíciles- destinadas a lograr la eliminación gradual y negociada de las limitaciones a la soberanía panameña derivadas del control norteamericano del canal y su zona.

El deseo de los Estados Unidos de evitar la ruptura (temía perder temporariamente como consecuencia de ella el seguro control del canal, y poner en peligro los recursos militares acumulados en la zona), junto con la convicción de que para esquivarla se harían necesarias algunas concesiones al cada vez más vivaz sentimiento nacional panameño, hicieron que en las fintas previas a la negociación los grandes temas de la guerra fría fuesen utilizados con excepcional parsimonia, pese al eclecticismo político-ideológico que gustaba de exhibir Torrijos.

Las grandes alternativas de la guerra fría ofrecían en cambio el canon interpretativo que los Estados Unidos iban a utilizar frente a la tumultuosa evolución política en la **República Dominicana** en la década que siguió al asesinato de Trujillo. Se recordará que en 1962 fue elegido presidente Juan Bosch, el más prestigioso de los intelectuales adversarios de la dictadura, para ser derrocado meses más tarde por el ejército, que lo acusaba de connivencias con el comunismo. Se recordará también que un segundo golpe militar destinado a restaurar a Bosch se vio frustrado de su triunfo, debido a la intervención

militar norteamericana, de nuevo justificada invocando una inminente toma del poder por el comunismo, y que una fuerza panamericana pronto sustituyó a la instalada por la intervención unilateral de los Estados Unidos.

Bajo su égida, una laboriosa negociación llevó a nuevas elecciones, en las cuales Joaquín Balaguer, que había acompañado al Benefactor desde la vicepresidencia, y como su sucesor había eliminado el influjo de la familia Trujillo de la vida pública dominicana, obtuvo en 1966 una victoria no abrumadora pero sí inequívoca sobre Bosch, y parecía desde entonces encaminarse a una presidencia vitalicia de contornos sin duda menos opresivos que la de su mentor político; contaba para ello con las divisiones crecientes del partido opositor, que agrupaba tanto a sectores de las clases conservadoras que habían mantenido su independencia frente al régimen de Trujillo cuanto al séquito más directo de Bosch, cada vez más atraído este último por el ejemplo cubano, pero estaba dispuesto a reforzar los efectos de la división y debilidad opositora mediante un uso prudente de la intimidación y manipulación electorales.

En **Venezuela** los dilemas planteados por la Revolución cubana parecen gravitar de modo menos extrínseco sobre las visicitudes políticas de la década. Al abrirse ésta -se recordará-, gobierna Rómulo Betancourt gracias a una victoria electoral nada abrumadora, y al frente de una coalición que bien pronto queda reducida a la alianza de Acción Democrática y el COPEI socialcristiano. La restauración democrática, guiada por un Betancourt que ha renunciado de antemano al ímpetu reformador que lo había caracterizado en 1945-47, hace de la identificación con la democracia representativa la nota definitoria de su política tanto interna como internacional; mientras se niega a reconocer a los gobiernos latinoamericanos no surgidos de elecciones, extrema la polémica contra la experiencia cubana, en la que se desahoga el implacable *odium theologicum* de Betancourt

hacia Fidel Castro (en el que por un momento había creído reconocer un discípulo político), abundantemente retribuido por otra parte por su destinatario.

Aunque la política de reformas no es totalmente abandonada (en particular va a retomarse la reforma agraria) y el resurgimiento de los sindicatos en ciudad y campo se traduce en ventajas tangibles para los sectores populares organizados, ese nuevo curso decepciona a muchos de los militantes más jóvenes, y ello se refleja en sucesivos desgajamientos que Acción Democrática va a sufrir en 1962 y más gravemente en 1967. Desde 1961, por añadidura, un grupo disidente más reducido ha formado el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, identificado con la salida insurreccional, a la cual ha terminado por arrastrar al Partido Comunista venezolano, que renunciaba así a su sólida vocación legalista. Desde 1963 la violencia clandestina no desaparece de Caracas; a más de un séquito universitario que la preconiza infatigablemente, pero la practica con parsimonia, ha logrado reclutar apoyos más activos en los barrios de emergencia. Tanto el movimiento insurreccional como el gobierno, que lo reprime con dureza creciente, ven en el primero una extensión venezolana de la experiencia cubana, y ambos coinciden en hacer de la elección presidencial de 1964 la decisiva prueba de fuerza: la guerrilla promete y se promete hacerla imposible; cuando el 90 por 100 de los votantes concurre a los comicios su prestigio sufre un golpe decisivo.

En esos comicios triunfa Luis Leoni, fidelísimo secuaz de Betancourt, pero su candidatura sólo recibe el apoyo de un tercio de los votantes; el socialcristianismo, que se descubre ahora rival serio de Acción Democrática, se retira de la coalición y hace con ello más penosa la gestión del nuevo presidente, que debe dedicar sus mejores esfuerzos a mantener el orden contra una amenaza insurreccional que, habiendo descubierto los límites de la guerrilla urbana, comienza a buscar una base alternativa en el campo. A lo largo de los años de Leoni se hace evidente que la rígida orientación impuesta por

Betancourt a su partido se está tornando cada vez menos relevante a la circunstancia latinoamericana y venezolana; mientras en Latinoamérica la decisión de no reconocer a gobiernos de fuerza está arrinconando a Caracas en un creciente aislamiento diplomático, en Venezuela misma la intransigencia gubernativa cierra toda alternativa a la violencia a un movimiento clandestino que sabe ya que no podrá alcanzar la victoria a través de ella.

Cuando en 1968 al socialcristiano Rafael Caldera gana la presidencia, gracias en parte a una nueva y más grave escisión en las filas de Acción Democrática, el abandono de la línea impuesta por Betancourt es recibido con alivio aun dentro de su partido; bien pronto Venezuela reestablece lazos internacionales a diestro y siniestro, con las cada vez más numerosas dictaduras militares del continente pero también con la URSS, y la reanudación de contactos amistosos con Cuba no espera a la restauración de las relaciones diplomáticas entre ambos países. En lo interno negocia el retorno a la legalidad del Partido Comunista, y aun antes que se acojan a ella las formaciones políticas de la izquierda revolucionaria, el nuevo clima político enfría su ardor combativo; su séquito urbano, desencantado por ese anticlímax, transfiere su veleidosa lealtad a la figura rotunda del ex-dictador Pérez Jiménez, quien con su apoyo triunfa en 1970 en una elección senatorial de inmediato anulada por la Suprema Corte de Justicia. Aleccionados por esa inesperada resurrección política, los dos mayores partidos rivales se deciden a extender sus redes clientelísticas a las poblaciones marginales, y en poco tiempo logran incorporarlas sólidamente al orden político cuya consolidación ha avanzado decisivamente durante la década.

A lo largo de ella la democracia electoral restaurada (o más bien instaurada) en 1958 ha hecho algo más que sobrevivir y consolidarse; bajo su égida avanza una transformación económico-social que sigue líneas algo diversas de las propuestas en 1945, ya que debe satisfacer, a la vez que a las bases populares de los partidos de masas, a un sector empresario en que

tienen lugar importante las filiales de empresas multinacionales (así en los ubicuos *supermarkets* del gran Caracas), que crean la estructura comercial de esa Venezuela que se está transformado vertiginosamente en el más acabado ejemplo latinoamericano de sociedad de consumo, a la vez que a otros sectores empresariales más vernáculos que se lanzan con entusiasmo a la sustitución de importaciones, favorecida por la protección sistemática que le otorga el Estado.

Sectores populares y empresarios son así beneficiarios de una prosperidad que se apoya en la constante expansión de las exportaciones petroleras y mineras (Venezuela se está transformando en un gran exportador de mineral de hierro), y puede canalizarse hacia ellos porque el Estado venezolano se transforma en negociador cada vez más duro frente a las compañías petroleras (mientras se fija como objetivo final la nacionalización del petróleo, hasta tanto se lo alcanza impone un aumento progresivo de las regalías) y se reserva la explotación directa de otros recursos minerales; esa política, que encuentra en Venezuela menos resistencia que en otras partes porque aquí el Estado logra hacer llegar sus beneficios a todos los sectores sociales políticamente influyentes, tiene el ministro Pérez Alfonso a la vez a un sólido defensor teórico y un ejecutor admirablemente eficaz.

Ese éxito venezolano era muy poco apreciado por la opinión latinoamericana, atraída por entonces hacia alternativas más dramáticas; ello era quizá injusto, pero a la vez comprensible, si no debido a las limitaciones de ese éxito, que –aunque muy reales– esa opinión tendía magnificar, a que él se apoyaba en una avasalladora prosperidad exportadora mantenida a través de décadas, que no encontraba paralelo en ninguna de las otras naciones latinoamericanas, y por lo tanto no podía ofrecer modelo ni inspiración para éstas.

Mientras la excepcionalidad venezolana, que al comienzo de la década parecía amenazada, al fin de ella se afirma con un nuevo vigor, la de **México** comienza a dar progresivos signos

de agotamiento. Ellos afloran ante todo en la esfera política, luego de una primera tentativa de apertura detenida (como las que van a seguirle) apenas se insinúa un remoto peligro de que ella socave el monopolio del poder en manos del partido gobernante. Inaugurada gracias a una reforma constitucional prohijada por el presidente López Mateos, que asignaba un número fijo de bancas en la Cámara de Diputados a los partidos de oposición que sobrepasaran un umbral electoral por otra parte muy bajo, a partir de 1963 tocaría a su sucesor Gustavo Díaz Ordaz afrontar las etapas siguientes de un proceso que no parecía dispuesto a detenerse en ese punto.

Ante la resistencia pasiva pero irremovible del aparato oficial, el nuevo presidente debió renunciar (sus críticos aseguraban que sin demasiado pesar) a la anunciada democratización interna del partido oficial; poco después se revelaría dentro de qué límites debía encerrarse el nuevo pluralismo político al ser anulados las elecciones municipales que el PAN (opositor de derecha) había tenido la insolencia de ganar en la franja fronteriza norte. Esas peripecias parecían condenar el país a un insoportable estancamiento político, impuesto por una elite gobernante que advertía muy bien la necesidad de superarlo, pero en la hora de la verdad prefería no afrontar los riesgos que crearía a sus privilegios no sólo políticos la reorientación que proclamaba necesaria.

La impaciencia cada vez más universal frente a la hegemonía de los herederos de una revolución vieja ya de más de medio siglo se reflejó en el movimiento de protesta estudiantil de 1968, que movilizó a estudiantes universitarios y secundarios de la ciudad de México, y despertó vasto eco en la opinión urbana; la tornaba aún más impresionante el hecho de que eran los hijos de esas clases medias profesionales surgidas bajo la égida del régimen revolucionario, e integradas en él, quienes ocupaban la vanguardia del movimiento. La ubicación privilegiada de los disidentes en la sociedad mexicana no iba a atenuar esta vez la violencia de la reacción oficial: México se aprestaba a hospedar a los Juegos Olímpicos y el presidente

Díaz Ordaz no quería ofrecer a la curiosidad del mundo el espectáculo de un poder que capitulaba frente a la violenta protesta de la calle; prefirió brindarle en cambio el más sangriento de una matanza de adolescentes, que tuvo por teatro la Plaza de las Tres Culturas, en Tlatelolco. Esa respuesta brutal terminó con el desorden callejero, pero agravó catastróficamente el rechazo que buena parte de las elites integradas en el orden revolucionario habían ya venido mostrando hacia un aparato político cada vez más anquilosado.

La crisis que se abría para México era algo más que una respuesta al estilo político del régimen gobernante: ella reflejaba a su modo una incipiente toma de conciencia de que la larga etapa de «desarrollo estabilizador» estaba tocando a su fin, y de que la transición que iba necesariamente a abrirse imponía opciones que la cada vez menos imaginativa elite política parecía particularmente mal preparada para afrontar. Pero, mientras casi todos los impacientes coincidían en que la nueva etapa requería, a más de un nuevo estilo político, una nueva orientación socioeconómica, estaban lejos de concordar en cuanto a la dirección que debía tomar esta última.

Esta circunstancia hacía que la crisis se presentase menos amenazante para la continuidad política mexicana, en cuanto dejaba un considerable espacio de maniobra para la dirigencia revolucionaria. Ésta tenía abiertas frente a sí dos alternativas básicas, en cuanto -si hallaba inaceptable allanarse a las exigencias que le llegaban de las nuevas elites crecidas bajo su ala- podía responder a ellas retornando a los objetivos movilizadores e igualitarios sacrificados a partir de 1940 en busca de un desarrollo económico acelerado.

Las exigencias reflejadas en la oleada de protesta eran sin duda múltiples y no siempre precisas: a la de renovación de personal y estilo en la dirigencia política se sumaba la de una práctica pluralista que no se limitase a las grandes opciones ideológicas, sino que se extendiese a los concretos dilemas que afronta México; y la de implantación de un más auténtico estado de derecho que barriese por fin con la arbitrariedad del

poder -de cuyas consecuencias no están exentos en México ni aun quienes integran las capas privilegiadas viejas y nuevas- que tenía por corolario un uso también menos arbitrario del poder del Estado en la esfera económica, que en México, donde los avances de ese poder no se habían venido dando en conflicto con los intereses del sector privado, sino en medio de una creciente compenetración con éste (que encontraba en la corrupción uno de sus instrumentos más eficaces), no necesitaban siempre invocar los principios del liberalismo económico que pronto iba a ponerse en boga para demandar una quiebra radical en las bases mismas del todopoder a la vez político y económico de la elite que se llamaba revolucionaria; se advierte cómo, aun sin que todos los participantes en el movimiento de protesta lo advirtiesen, la exigencia de un cambio de estilo desembocaba en la de un cambio de régimen.

Esa aspiración que afloraba a través de tan multiformes exigencias encontraba, también casi siempre sin advertirlo, su inspiración ideológica última, no tanto en el utopismo revolucionario que por entonces afloraba un poco en todas partes, y que encontraba su eco en el de las consignas coreadas en las calles de la capital, cuanto en un liberalismo político muy tradicional, y universalmente tenido por inactual, pero de cuyos principios esas existencias eran en verdad corolarios. Correspondió al ya venerable Daniel Cosío Villegas, último sobreviviente de los que Enrique Krauze, en expresión feliz, llamó «caudillos culturales» de la Revolución mexicana, revelar a sus compatriotas el sentido más profundo de su protesta. Ya veinte años antes Cosío había denunciado que la resolución estaba perdiendo el rumbo, pero entonces había deplorado sobre todo el abandono de su vocación de reforma social; ahora le reclamaba en cambio una adecuación real al marco formal de la constitución que ella misma exhibía como uno de sus legados más valiosos; en suma, la metamorfosis del régimen revolucionario en una auténtica democracia liberal.

Frente a esas aspiraciones que no podían satisfacerse sin desmantelar las fortalezas que la elite revolucionaria había

erigido para sí misma en la cima del orden político y socioeconómico mexicano, la respuesta que iba a dar el sucesor de Díaz Ordaz, Luis Echeverría, iba a incluir sin duda una promesa de atenderlas, pero la completaría y en cierta medida la desvirtuaría al subsumirla en la de reencontrar las bases populares de la revolución. Muy poco en el pasado del candidato parecía por otra parte prepararlo para dirigir el reencuentro entre la dirigencia política y una sociedad mexicana cada vez más reticente frente a ella; como secretario de Gobernación, el nuevo mandatario había tenido responsabilidad más directa aún que Díaz Ordaz en la sombría jornada de Tlatelolco.

El modo elegido por Echeverría para afrontar esa dificultad vino a introducir una nueva y duradera modalidad en las transiciones presidenciales mexicanas, que reflejaba la capacidad de adaptación a tiempos menos fáciles de una elite política acaso menos anquilosada de lo que había parecido en la tormenta de 1968. No sólo el heredero de Díaz Ordaz se transformó en el más vociferante de sus críticos, sino denunció en las lacras que habían manchado su gestión presidencial el resultado desdichado de las que la revolución había venido arrastrando a lo largo de décadas, y que seguían marcando a la clase política en el poder. Esa denuncia desembocaba en el compromiso de emprender una total purificación del legado revolucionario, con vistas a la cual invitaba a encolumnarse bajo su guía tanto a aquellos hijos de la elite cuyo descontento había encontrado expresión clamorosa en Tlatelolco, cuanto a las clases obreras y populares y al campesinado, que habían aceptado por décadas su sistemática postergación a otros sectores de intereses, y que debían ahora recusar el liderazgo de sus supuestos representantes, a los que acusaba de haberlos traicionado durante esa larga etapa.

Bajo la égida del nuevo presidente, la vida pública mexicana entró así en una etapa de agitación permanente, pero las innovaciones políticas que se vieron emerger a lo largo de ella se revelaron aun más efímeras que las prohijadas por los dos anteriores mandatarios; así la transformación del más importante cotidiano de la capital en un órgano de veras independiente, inaugurada en medio de ruidosas expresiones de aprobación presidencial, iba a revertirse apenas esa independencia comenzó a extenderse a áreas temáticas en las cuales a juicio del presidente la discreción seguía siendo necesaria... Del mismo modo, las denuncias contra los «dirigentes charros» que habían socavado la combatividad del sindicalismo mexicano perdieron intensidad apenas se hizo claro que esos dirigentes se proponían revalidar sus títulos de militantes en conflictos cuidadosamene escogidos para crear dificultades al presidente que tan imprudentemente los desafiaba.

Pero si el nuevo clima de opinión no se tradujo en ninguna significativa transformación política, la administración de Echeverría la iba a introducir en cambio en el manejo de la economía. Lo que lo hacía necesario no era tanto el malestar revelado en 1968, cuanto el agotamiento ya inocultable de la etapa de «desarrollo estabilizador»; para fines de la década el ritmo de crecimiento industrial comenzó a decrecer; el de la agricultura se le había anticipado, y la etapa en que México, ese país al borde de las hambrunas periódicas desde la etapa colonial, alcanzó la autosuficiencia de alimentos mientras más que triplicaba su población (lo que constituía quizá la mayor –y menos frecuentemente reconocida– hazaña del orden revolucionario) vino a cerrarse, al parecer para siempre, en 1970.

A partir de ahora, y a falta de una nueva fórmula tan eficaz como lo había sido la de desarrollo estabilizador, el orden mexicano iba a orientarse frente a las opciones socioeconómicas que le quedaban abiertas atendiendo sobre todo a la promesa política que en cada una de ellas descubría; se advierte cómo, aunque las tormentas de 1968 no constituyeron para el régimen heredero de la Revolución mexicana el anuncio de inminente mortalidad que algunos leyeron en ellas, lo privaron para siempre de la confianza en su indefinida perdurabilidad que había madurado en las décadas previas. Debido a ello, un poder cuyos rasgos político-institucionales seguían siendo

muy distintos de los predominantes en el resto de Latinoamérica comenzó a encarar sus decisiones socioeconómicas con criterios que recuerdan los favorecidos en otros países latinoamericanos por regímenes mucho menos bien arraigados, y confrontados con sociedades dotadas de mejor probada capacidad de respuesta que la mexicana.

En los procesos políticos nacionales hasta aquí seguidos no se ha advertido ninguna huella significativa del modelo propuesto por los Estados Unidos a través de la Alianza para el Progreso; aun en Venezuela, cuyas líneas de avance eran en verdad cercanas a las propuestas en ese modelo, se descubre más bien la nueva modalidad adquirida por uno de origen más vernáculo. Ese modelo se iba a revelar en cambio más relevante a la trayectoria seguida durante la década de decisiones por Perú, Colombia y sobre todo Chile.

En **Perú** la dirigencia aprista iba a responder al desafío de la disidencia identificada con la alternativa insurreccional acentuado su ya tradicional alineamiento pro-norteamericano y militantemente anticomunista; la incitaba a ello además la perspectiva de ver finalmente premiada su larga paciencia en las elecciones de 1962, en que Víctor Raúl Haya de la Torre se preparaba a postularse con el apoyo de los socios conservadores de la Convivencia (entre ellos Pedro Beltrán, en 1948 uno de los más enconados adversarios periodísticos del APRA, que desde el gabinete de Prado orientaba la economía bajo el signo de un militante –y desafiante– liberalismo económico).

Perú se acercaba así a una vuelta decisiva de su historia electoral sostenido por una nueva ola de prosperidad exportadora, apoyada esta vez en la explotación de la harina de pescado, que agregaba vitalidad a la economía costeña, brevemente favorecida también por la asignación al Perú de una parte de la cuota azucarera cubana en el mercado estadounidense, cuando ésta le fue cancelada a la isla rebelde. Esa prosperidad aceleraba una migración interna que por otra parte se alimentaba en la crisis de la economía agrícola y pastoral en

buena parte de la Sierra. Pero no eran las zonas en retroceso económico, sino sobre todo las más dinámicas en el interior serrano, las que se estaban constituyendo en teatro de conflictos sociales cada vez más intensos.

Las elecciones de 1962 revelaron a un electorado dividido entre el APRA, que ganó el apoyo de un tercio del electorado, Acción Popular, bajo cuyo signo político Belaúnde obtuvo el de un número apenas menor, y la Unión Nacional Odriísta, que aseguró a su candidato epónimo un muy honorable tercer lugar, con más de un cuarto de los sufragios; a falta de mayoría absoluta, la elección iba a ser resuelta en el congreso, y Haya de la Torre, decidido a cerrar el paso a quien había surgido como su único rival temible, se declaraba dispuesto a renunciar a su candidatura y dar el apoyo de los legisladores apristas a la del general Odría.

El ejército se interpuso con un golpe que tenía por propósito anular las elecciones, invocando fraudes favorables al aprismo, y convocar rápidamente a otras. En 1963 éstas iban a dar una victoria convincente a Belaúnde, a cuya candidatura se plegaron ahora tanto el Partido Demócrata Cristiano como casi todos los movimientos ubicados a la izquierda del APRA. Su programa –que recogía muy deliberadamente ecos del lenguaje preferido por la Alianza Para el Progreso– incluía una promesa de integración física de la sierra y la montaña y la de llevar adelante la reforma agraria; anticipándose a ésta, los movimientos campesinos arreciaron en la Sierra y los disidentes del APRA trataron de apoyarse en ellos para lanzarse a la insurrección que habían venido predicando. El gobierno se decidió a afrontar la protesta serrana mediante una durísima represión, para la cual le fue preciso recurrir al ejército regular.

Mientras tanto, el programa reformista del presidente era eficazmente bloqueado en el Congreso, controlado por la oposición conservadora y aprista; en particular la ley de reforma agraria iba a sufrir brutales mutilaciones durante su penoso trámite parlamentario. El deterioro de la coyuntura económica (en que tuvo responsabilidad significativa la temporaria

desaparición de las costas peruanas de la veleidosa anchoveta, sobre la cual se había edificado el *boom* pesquero) vino a hacer aún más ingrato a Belaúnde el ejercicio del poder. Con una economía en menguante que imponía las usuales devaluaciones seguidas de brotes de inflación, y se reflejaba en una erosión vertiginosa de su popularidad, buscó dinamizar el sector petrolero mediante un acuerdo con la compañía concesionaria norteamericana con la cual el Estado peruano mantenía un litigio que se arrastraba por décadas; ese acuerdo y sus modalidades escandalosas ofrecieron tema para las agitaciones precursoras del golpe militar que en octubre de 1968 lo envió al exilio.

Ese golpe estaba de nuevo inspirado en parte en la hostilidad militar al APRA, cuya victoria en las elecciones presidenciales de 1969 parecía ya inevitable pero ahora el objetivo antiaprista gravitaba menos que otros más ambiciosos. El ejército, que había vivido de cerca el malestar social de la Sierra, sin dejar de reconocer en la movilización creciente de las masas rurales una amenaza de subversión total del orden vigente, creía descubrir a la vez en ella una oportunidad para reemplazar con su propio influjo el de otros agentes que ya habían tomado parcialmente a su cargo el encuadramiento de los sectores populares e indígenas. Para lograrlo estaba dispuesto a promover, a la vez que la movilización y organización de las masas antes pasivas, una radical reorganización de las que en la costa habían sido ya movilizadas bajo los auspicios del APRA.

El medio para lograr lo uno y lo otro era la reforma agraria, que en su dimensión política se ofrecía como un corolario de la doctrina de seguridad y desarrollo. Pero el propósito de la reforma no era exclusivamente político; formaba parte a la vez de un proyecto tan ambicioso como impreciso de transformación profunda de la economía y la sociedad peruana, que debía lograr la diversificación y maduración de la primera y la integración más completa de la segunda. Para que lo uno y lo otro fuera posible era necesaria una redefinición del lazo

externo, y en este aspecto el gobierno militar iba a reivindicar una mayor autonomía a la vez diplomática y económica para Perú: la nacionalización del petróleo, que figuró entre sus primeras medidas y pudo entonces parecer un recurso político para consolidar la legitimidad de un régimen que había justificado su instauración invocando el discutible arreglo petrolero negociado por el gobierno de Belaúnde, iba pronto a revelarse el primer episodio de una redefinición de los objetivos del Estado en un país dependiente que no dejaba de traer reminiscencias de la que el primer aprismo había postulado bajo el rótulo de Estado antiimperialista.

El régimen que así se perfilaba fue recibido con universal desconcierto por la opinión peruana y latinoamericana. Por una parte aplicaba más consecuentemente que ningún otro los postulados de la doctrina de Seguridad y Desarrollo; por otra, aunque no estaba dispuesto a tolerar el desafío a su monopolio legal de la violencia que era la guerrilla, y reservaba para la institución militar la dirección y el control del proceso político-social, se rehusaba a encuadrar su proyecto en el marco de la resurgente guerra fría. En cuanto a ideologías, su apertura simpática a las más intransigentemente revolucionarias, que recordaba la de los dirigentes mexicanos de la década de 1920, hizo posible a más de un teórico de la guerra popular retornar a la escena pública desde los cuadros burocráticos de los nuevos organismos estatales de promoción social; en el marco internacional su defensa celosa de la soberanía peruana iba a tener por corolario la restauración de lazos diplomáticos y comerciales con la URSS y una aún más definitoria reconciliación con Cuba, celebrada con ruidoso entusiasmo por Fidel Castro, que –para desazón de buena parte de las izquierdas peruanas– se apresuró a proclamar el carácter profundamente revolucionario del régimen militar.

Mientras el fin de la década encontraba a Perú avanzando con rumbo desconocido bajo la égida militar, en **Colombia** las novedades por ella aportadas no alcanzaron a sacudir el es-

tancamiento político que era consecuencia duradera del Pacto Nacional. Bajo la dirección poco firme del segundo presidente elegido por el acuerdo de los partidos, el conservador Guillermo León Valencia, la popularidad de ese experimento disminuyó aun más; su sucesor, el liberal Carlos Lleras Restrepo, elegido en 1966 por menos de la mitad del electorado (la mayoría prefirió esta vez la abstención), se consagró de inmediato a revertir esa peligrosa tendencia, identificando a su administración con aspiraciones que, como la de reforma agraria, juzgaba capaces de despertar a una mayor militancia a las masas populares, cuya constante expresión sabía imprescindible para asegurar el éxito de esa reforma, cuya implementación debía correr a cargo de organismos técnicos sustraídos al control de las dirigencias locales y regionales de los partidos, que (como el presidente sospechaba con razón) estaban lejos de compartir su convicción reformista.

La reforma agraria logró en efecto movilizar a sectores campesinos, pero –en una Colombia en que el éxodo a las ciudades se había transformado en un instrumento mucho más eficaz que en el pasado para atenuar las tensiones sociales en el campo, y con una agricultura menos dominada por el café y su marco campesino que en la década de 1930– las movilizaciones fueron menos amplias de lo que sin duda Lleras Restrepo había anticipado. Por añadidura, puesto que la reforma misma se había fijado de antemano límites muy estrechos, buena parte de las que en efecto se dieron se orientaron a exigir su ampliación antes que a apoyarla y consolidarla en sus objetivos originarios. En el resto de la sociedad colombiana el nuevo acento puesto en el desarrollo económico había creado expectativas destinadas a verse decepcionadas; todo ello iba a reflejarse en las elecciones de 1970, en que el candidato conservador, Misael Pastrana Borrero, cuya frialdad frente a la línea reformista de su predecesor era conocida, obtuvo una estrechísima victoria contra el general Rojas Pinilla, quien –al hacerse eco del creciente descontento de las masas urbanas– acumuló impresionantes mayorías en los centros mayores. La

fracasada tentativa de romper el inmovilismo que era el precio de la pacificación política aportada por el Frente Nacional no había sido en suma sino un paréntesis, cerrado el cual el deterioro del orden sociopolítico retomó un avance lento pero inexorable.

En contraste con el enigmático curso peruano y el inmovilismo colombiano, el proceso en **Chile** retiene su tradicional capacidad de encarnar las alternativas políticas que afronta Latinoamérica con precisión y claridad mayores que ningún otro. Desde 1958 la alternativa socialista, para poner dique a la cual la Alianza para el Progreso se ha propuesto movilizar las energías sociopolíticas latinoamericanas, va a ser ofrecida al electorado chileno en cada ocasión electoral, y en la de 1964, en la cual se disputa la sucesión del presidente Jorge Alessandri, la confrontación entre esa alternativa y la prohijada por la Alianza avanzará sobre líneas que han adquirido la nitidez de un ejemplo de manual. Alessandri, se recordará, había obtenido en 1958 leve ventaja sobre el candidato del frente de izquierda (FRAP), Salvador Allende, mientras dos formaciones centristas, la recién constituida Democracia Cristiana y el veterano Radicalismo, conquistaban, respectivamente, el tercero y cuarto lugar. Con una base ampliada gracias a la alianza radical, el presidente buscó romper el estancamiento de la economía chilena mediante una apertura que no podía ir muy lejos sin herir los intereses de vastos sectores de las clases propietarias rurales y urbanas, y que no logró atraer las esperadas inversiones extranjeras. Nada sorprendentemente, tras de una primera etapa expansiva hecha posible en parte por la contracción económica derivada de la forzada austeridad de los años previos, pero en parte también por la generosidad de los organismos de crédito influidos por los Estados Unidos, decididos a premiar a ese firme aliado de su política, la segunda etapa de su presidencia estuvo marcada por un retorno ya ineludible a la austeridad y el estancamiento.

Ello restaba posibilidades electorales a la coalición del radicalismo y los partidos de derecha, que se declaraba heredera y continuadora de la experiencia en curso. Pero no es sólo la adversidad económica la que la perjudica; en 1963 la victoria del candidato senatorial socialista en Curicó, en el sólido centro-sur rural y conservador, parece revelar que el control del voto campesino por los partidos identificados con las clases terratenientes, que ha sido una de las bases del equilibrio sociopolítico chileno, está desvaneciéndose rápidamente. La reacción es inmediata: los partidos de derecha retiran su apoyo a Julio Durán, candidato radical que se postula como continuador de Alessandri, y lo transfieren a Eduardo Frei, abanderado de la Democracia Cristiana, a quien juzgan más capaz de cerrar el camino al socialismo.

Aun para los abanderados políticos y sociales de la derecha, ello suponía algo más que un mero cambio de estrategia electoral. Para que la nueva surtiese efecto, era preciso que los organizadores sindicales demócrata-cristianos reemplazasen a los terratenientes en la orientación política de las masas rurales; esos terratenientes que durante décadas habían defendido celosamente su hegemonía sociopolítica en el campo debían entonces anticiparse a su derrumbe ya inevitable en la esperanza de poder transferir su herencia al menos alarmante de los aspirantes a ella, y esto requería no sólo cesar en la resistencia a la sindicalización rural, sino aun resignarse a alguna modalidad de reforma agraria (lo que se veía facilitado porque, en homenaje a las directivas de la Alianza, Alessandri había debido ya otorgarle su adhesión de principio).

Si aun para la derecha la opción democristiana significaba todo eso, sus beneficiarios esperaban de ella mucho más; el eslogan que proclamaba su propósito de introducir en Chile una revolución en libertad, que conjugaba hábilmente las excitantes promesas de cambio del frente socialista con las garantías de tranquilidad del conservador, era a la vez una honrada declaración de sus intenciones. Para hacerlas tolerables al voto conservador, la Democracia Cristiana debía pintar el dilema planteado al electorado chileno en los tonos del anticomunismo más tosco y primario; la campaña electoral de Frei, que (gracias a la generosidad de las agencias de inteligencia de los Estados Unidos y de los partidos hermanos de Europa occidental contó con recursos antes desconocidos en Chile) cavó una fosa de hostilidad entre su partido y los de izquierda, con los que en el pasado había estado lejos de mantener relaciones siempre hostiles, pero le aseguró la mayoría absoluta del electorado; sin duda la polarización había favorecido también a la izquierda, en cuanto le había asegurado el porcentaje de votantes más alto que jamás iba a alcanzar en elecciones presidenciales, pero ello no le impidió sufrir una derrota mucho más convincente que la de 1958.

La derecha vio con alarma la victoria democristiana, a la que había contribuido decisivamente, pero que no había esperado tan amplia, y buscó contrarrestarla practicando la obstrucción parlamentaria en acuerdo con la izquierda. Pero las elecciones de renovación del Congreso, en las cuales el Partido Nacional, refugio de las raleadas huestes de los dos tradicionales, atrajo apenas a un décimo del electorado, restaron eficacia a esa táctica; aunque no habían alcanzado a dar a Frei una mayoría parlamentaria propia, aseguraban a la revolución en libertad una recepción parlamentaria menos hostil que la afrontada en su tiempo por los programas de reforma del Frente Popular.

Esa revolución designaba a la vez un programa de cambio socioeconómico y uno de reestructuración de la vida política, al que buscaba consolidar a través de aquél. El primero incluía una reforma agraria destinada a crear una nueva clase de agricultores independientes, sin duda minoritarios en el conjunto de la población campesina, pero capaces de reemplazar, con el apoyo de los organismos técnicos del Estado y las organizaciones políticas y sindicales alineadas con la Democracia Cristiana, la hegemonía terrateniente con la suya propia; esa reforma aspiraba por otra parte a eliminar la rémora que para la economía chilena significaba una agricultura de productivi-

dad escandalosamente baja. Una reforma paralela buscaba atacar la causa de otro estancamiento: el de la minería del cobre, transformada progresivamente a partir de la depresión en fuente de ingresos para el Estado y otros sectores de la economía, pero por eso mismo privada de las inversiones requeridas para expandir su producción, que las compañías concesionarias preferían orientar a otras cuencas cupríferas rivales, en cuya explotación también participaban. La solución preferida por la democracia cristiana fue la llamada chilenización del cobre: el Estado se transformaba en socio de las compañías, mediante aportes de capital que éstas se comprometían a invertir en la modernización y expansión de la actividad minera; la operación, presentada como alternativa a la nacionalización preconizada por la izquierda, sería financiada gracias a los créditos y subsidios que el Chile democristiano contaba con recibir de los Estados Unidos.

Ambas reformas buscaban eliminar los factores principales del estancamiento chileno, para beneficio de una clase empresaria que en ese clima económico renovado renunciaría a su preferencia por un proteccionismo más orientado a defender su parte de un mercado estancado que a hacerle posible avanzar en uno que finalmente comenzaría a crecer. A su base en las clases medias y su presencia minoritaria en las obreras y populares urbanas, la democracia cristiana buscaba así sumar las que esperaba que el éxito de su programa le aseguraría en el mundo rural y empresario. Todo ello no bastaba sin embargo para transformarla en partido sólidamente mayoritario; para lograrlo convocó además en su apoyo a las últimas oleadas traídas a las ciudades por el éxodo rural, todavía marginadas de las vivaces confrontaciones político-sociales que dominaban la vida urbana.

Los avances realizados en la implementación de ese ambicioso programa fueron en verdad notables, pero no suficientes para completar la metamorfosis a la vez socioeconómica y política postulada por el partido de Frei. La reforma agraria, finalmente aprobada por el congreso, no podía provocar a

corto plazo una mejora dramática en el desempeño del sector agrícola; la chilenización del cobre creaba tan sólo el marco legal para negociaciones que tardarían en traducirse en innovaciones concretas en el manejo de la explotación minera; ya hacia 1967 se hacía evidente que la tan innovadora experiencia democristiana chocaba, como todas las anteriores, con los límites impuestos a la expansión económica por obstáculos estructurales que no había alcanzado a remover tan completamente como había esperado.

La firmeza de los límites fijados por la estructura económica devolvió fuerza a los originados en la estructura política, que por un momento había parecido hacerse más maleables. Ni la reforma agraria ni la atención preferente a los llamados marginales urbanos transformaban a éstos o a las masas campesinas en las fieles clientelas que la democracia cristiana había contado con reclutar en ambos grupos. En el campo el problema no era tanto que sólo hubiese dado tierras a un tercio de las cien mil familias que se había propuesto beneficiar, sino que aun de haberse completado hubiera excluido a la mayor parte de los campesinos sin tierras, cuyo descontento iba a ser utilizado por los partidos de izquierda, a los que el derrumbe de la hegemonía terrateniente había abierto la posibilidad de extender sus organizaciones al sector rural. Del mismo modo en cuanto a los llamados marginales urbanos; la tentativa de encuadramiento llevada adelante por organizaciones católicas con el beneplácito de la administración democristiana sufría a veces a causa del paternalismo excesivamente tradicional de los voluntarios (y voluntarias) movilizados para ella, y siempre por la modestia de los recursos con que el Estado hallaba posible sostenerla. Tanto en la ciudad como en el campo, entonces, los nuevos sectores sociales eran disputados a la democracia cristiana por la izquierda, y dentro de ésta, más bien que por el comunismo, demasiado ligado a su base sindical, por la izquierda socialista y sus prolongaciones guevaristas, cuya alarmante popularidad era puesta por la opinión de derecha en la cuenta del imprudente esfuerzo democristiano por

movilizar y encuadrar a sectores tradicionalmente pasivos de la sociedad chilena. Esa reacción encontraba eco considerable entre las clases medias, cuyos intereses, tradicionalmente protegidos tanto por las coaliciones de izquierda como por las de derecha, habían sido menos bien tutelados en cambio por una Democracia Cristiana que prefirió cultivar la adhesión de otros sectores sociales hasta entonces más esquivos a su prédica.

En la universidad otro intento democristiano de usar en su provecho los fermentos renovadores que agitaban a la sociedad chilena tuvo resultados igualmente alarmantes. La victoria democristiana no había quebrado la hegemonía ideológica y cultural de los herederos del liberalismo chileno; en ese país a la vez tan avanzado y tan tradicional, la masonería conservaba una influencia que en otras tierras hispanoamericanas había perdido hacía tiempo (tanto el general Ibáñez como Jorge Alessandri y Salvador Allende se contaban entre sus adherentes), y su influencia no era menos vigorosa en las universidades estatales (lo era más aún en alguna privada). Un partido que, como el democristiano, se prohibía a sí mismo ceder a la tentación del clericalismo, nada deseaba menos que reabrir contra esa hegemonía liberal las batallas ideológicas de un siglo antes. Pero resistía menos bien a la tentación de utilizar contra ella el descontento estudiantil, que agitaba banderas muy distantes de las de esos combates añejos; contribuyó así a desencadenar una tormenta más violenta de lo que había esperado, y ello de nuevo lo vino a colocar bajo una luz equívoca ante la opinión conservadora y moderada.

Todo esto preparaba muy mal a la democracia cristiana para la prueba de la elecciones presidenciales de 1970. Su tentativa de transformarse en partido de todo el pueblo, en un Chile renovado bajo su guía, aguzaba la hostilidad de todas las restantes formaciones políticas; el éxito sólo incompleto que había alcanzado en ese intento se traducía en una división profunda en sus filas, entre los que se proponían llevar a término, contra viento y marea, una revolución en libertad que redefinían en términos cada vez más cercanos a los que la izquierda usaba para describir su propio proyecto, y los que (como el presidente Frei) buscaban presentar de nuevo a la democracia cristiana como la mejor barrera contra el socialismo. Los primeros lograron imponer la candidatura del jefe del ala izquierda del partido, Radomiro Tomic, cuyo lenguaje estrepitosamente revolucionario buscaba acortar la distancia que había creado con las izquierdas su reciente gestión como embajador en Washington; aunque fue desdeñosamente rechazado por éstas, nada estaba más lejos de sus intenciones que constituirse en primer abanderado de la resistencia al avance socialista.

Y se entiende por qué: ahora la amenaza de la izquierda parecía mucho menos urgente que en 1964; hasta tal punto se la creía disipada que el Partido Nacional pudo asegurar la necesaria mayoría para la candidatura de Salvador Allende a la presidencia del senado, sin renunciar por ello a ofrecerse como la alternativa sólidamente conservadora a la irresponsable demagogia de la que acusaba al gobierno de Frei. La gestión de éste estaba en el origen del desconcierto que reinaba en el campo izquierdista; aunque éste no se fatigaba de denunciar sus limitaciones, Frei había venido a completar la implementación del programa reformista bajo cuyo signo las izquierdas habían ganado espacio cada vez más ancho en el espectro político chileno; consecuencia de ello era que el socialismo se estaba transformando por primera vez en una alternativa inmediatamente relevante, y ello agudizaba las perplejidades y divisiones en las filas de una izquierda que no podía dejar de identificarse con esa alternativa, pero muchos de cuyos integrantes (comenzando por los comunistas) dudaban de que tanto la opinión pública como la realidad social chilena estuviesen maduras para emprender la transición al socialismo. Esa divergencia de perspectivas acentuaba la rivalidad tradicional entre los partidos llamados hermanos: en el socialista pesaba cada vez más un ala izquierda fieramente hostil al comunista, y cada vez más inclinada a usar el lenguaje insurreccional entonces en boga, que no se resignaba a levan-

tar de nuevo la candidatura ya tres veces derrotada de Allende, en quien veían además a su más serio rival interno; el comunismo se sentía por su parte menos atraído por el frente de partidos obreros favorecido por los socialistas que por una alianza más amplia en torno a un candidato de la izquierda democristiana que no podía ser Tomic, y mientras tanto proclamaba la candidatura simbólica de Pablo Neruda. Aun el tardío acuerdo de las izquierdas, que volvían a levantar *faute de mieux* la candidatura de Allende, pareció la respuesta poco entusiasta a una situación que se había hecho de rutina, antes que el prólogo a una tentativa seria de conquista del Poder Ejecutivo.

Sólo en las febriles últimas semanas de una campaña que había tenido muy apagado comienzo pudo anticiparse la victoria de la coalición de izquierda, que iba a ser apoyada esta vez por una porción más reducida del electorado que en 1964; con algo más del 36 por 100 de los votos, el margen de Allende sobre el ex presidente Jorge Alessandri, candidato de la derecha que había sobrepasado el 34 por 100 de los sufragios, era en verdad exiguo, pero suficiente para darle oportunidad de introducir a su país en la que se dio en llamar la vía chilena al socialismo, que prometía llevar adelante la transición a éste sin abandonar el cauce constitucional. He aquí un paradójico punto de llegada para una década cuyos dilemas se habían definido bajo el estímulo de un modelo revolucionario profundamente distinto; el desafío simbolizado en la figura dramática del Che dejaba paso al que encontraba inesperada personificación en la mucho más convencional de un veterano de todos los vericuetos de la política chilena. Pero el mismo Salvador Allende, que en una carrera larga ya de más de un tercio de siglo había adquirido legendaria reputación como habilísimo parlamentario, iba pronto a revelar hasta qué punto se había identificado con el proyecto socialista que el destino le había fijado por deber llevar adelante en medio de obstáculos cuya abrumadora gravedad advertía plenamente; los tres años durante los cuales le tocó guiar a Chile en esa áspera navegación iban a marcar (y no sólo para su

país) la etapa resolutiva de la crisis que la década de decisiones no había alcanzado a decidir.

2) Los tiempos que corren

En 1970, mientras no se han agotado los impulsos reformistas (y en sus modalidades extremas revolucionarios) surgidos diez años antes, el orden mundial que tras de un cuarto de siglo de inigualado avance todos tenían ya por definitivamente consolidado comenzó a sufrir transformaciones radicales, que pronto incidirían decisivamente sobre las que iba a vivir el subcontinente; conviene entonces que las examinemos aquí brevemente antes de volvernos hacia estas últimas.

En la economía, el fin de la larga etapa ascendente marcada por la abrumadora hegemonía de los Estados Unidos en el mundo desarrollado, y la de éste sobre el resto del planeta, tuvo –se recordará– como signos anunciadores la eliminación de la paridad fija del dólar y el oro, decidida por Nixon en 1971 para paliar las consecuencias del incipiente deterioro de aquélla, y la primera crisis del petróleo, que pareció sacudir las bases de ésta.

Se abría así la transición hacia una etapa marcada por una sucesión de cambios súbitos y espectaculares en el clima económico, cuyo impacto iba a ser en más de un caso aun más intenso en Latinoamérica que en el centro de la economía mundial; por debajo de ellos comenzaban a adivinarse transformaciones más lentas y graduales, que hallaron eco más tardío y atenuado en el subcontinente.

Aunque en 1973 la primera crisis del petróleo fue una novedad inesperada, los signos que la anticipaban se habían venido acumulando por años: las economías desarrolladas se habían venido expandiendo más rápidamente que los recursos necesarios para sostenerles; ello se tradujo en un alza gradual de precios de alimentos y materias primas. Retrospectivamente no parece sorprendente que, cuando el petróleo se

sumó a esa tendencia ya general, la corrección haya sido particularmente dramática: aunque su consumo había venido creciendo frenéticamente, una expansión productiva en este caso aún más intensa había mantenido largamente su precio a un nivel estable.

La subida brutal del precio del petróleo, a diferencia de las más moderadas que se habían dado ya para otros rubros, introdujo a la economía mundial en una etapa de crecimiento mucho más lento e irregular. Aun ese desempeño poco satisfactorio tenía un precio que los gobiernos estaban dispuestos a pagar: a saber, la aceleración de la inflación, preferida al agravamiento de la desocupación, que la opinión, en Europa más aún que en Estados Unidos, había llegado a considerar un flagelo tan anacrónico como el cólera o la peste.

Ese nuevo clima económico era una consecuencia paradójica para el Tercer Mundo: el nacimiento de la OPEP, que parecía por fin realizar los anhelos de Prebisch, comenzando a corregir las asimetrías en su relación con el mundo desarrollado, no se presentaba para ellos como una bendición sin mezcla, en cuanto la recesión que terminó por provocar se tradujo en una caída de la demanda de alimentos y materias primas, que repercutió negativamente en los volúmenes y precios de más de uno de sus restantes rubros de exportación.

A la vez, la primera crisis del petróleo transfirió de los países consumidores a los productores masas monetarias demasiado ingentes para que pudiesen siempre incorporarse a las economías de éstos sin provocar distorsiones gravísimas. Quedaba, pues, un saldo que debía buscar otros desembocaques; el resultado fue una excepcional abundancia de capitales disponibles a tasas de interés insólitamente bajas, que en algunos momentos de acelerada inflación en los países centrales llegaron a hacerse negativas.

Esta circunstancia, sumada al estancamiento económico de los países del centro, hizo más fácil tanto a los del Tercer Mundo como a los del bloque socialista atraer hacia ellos corrientes de capitales antes más esquivas. Esos capitales se canalizaron

a través de créditos a corto y a lo sumo mediano plazo; los inversores aceptaban términos muy poco atractivos para ellos debido a lo desfavorable de la coyuntura; y los créditos a corto plazo les permitirían beneficiarse rápidamente con cualquier cambio en ella.

La primera crisis petrolera tuvo todavía consecuencias más allá de la esfera económica en cuanto, al afectar menos a los Estados Unidos (que aún producían la mayor parte del petróleo que consumían) que a Europa y Japón, vino a hacer más lento el deterioro de su posición dominante en la economía (y no sólo en ella). A partir de la primera crisis del petróleo, en efecto, Europa occidental se transformó en la menos dinámica de las grandes áreas del mundo desarrollado; aunque la expansión japonesa estuvo lejos de sufrir una detención análoga, su ininterrumpido avance no parecía aún por sí solo constituir una amenaza para esa hegemonía.

Había otra razón para que ésta sobreviviera: el gigantismo económico de los Estados Unidos les hacía posible manipular la paridad del dólar y el oro sin amenazar el papel del primero como moneda internacional; así utilizaron la liberación del precio del oro para imponer una devaluación del dólar, favorable para la balanza de comercio norteamericana, que se había venido desequilibrando en los años previos a la crisis.

En el mundo desarrollado la pérdida de velocidad de la economía nunca iba a corregirse del todo, y la tendencia al estancamiento se insinuaba también en el socialista; la economía planificaba autoritariamente desde la cúspide, que –tras sostener la gran expansión de la soviética a partir de 1930– había alcanzado resultados nada desdeñables tanto allí como en la Europa del este en la segunda postguerra, se mostraba menos eficaz en el manejo de una estructura económica que los anteriores avances habían tornado más compleja. Los sectores gobernantes, aunque advertían esa novedad inquietante, vacilaban en introducir retoques en un sistema económico en cuyo marco habían consolidado su preeminencia sobre el Estado y la sociedad. Mientras en la URSS, donde el estanca-

miento económico no creaba problemas de disciplina política, luego de algunos intentos reformistas que no iban a llegar lejos, la respuesta fue un reforzado inmovilismo, en el resto de la Europa socialista, regímenes que se sabían más frágiles buscaban atenuar las consecuencias negativas de la nueva coyuntura recurriendo cada vez que la situación lo permitía al crédito del mundo capitalista.

Esas soluciones tan poco satisfactorias iban a resultar con todo más duraderas que la adoptada en el oeste, que buscaba mitigar el estancamiento apelando a una inflación cuidadosamente controlada. Hacia el fin de la década esa inflación amenazaba quebrar las frágiles barreras erigidas contra su avance; ya en 1978 el gobierno norteamericano se decidió a adoptar los remedios clásicos, imponiendo una subida drástica de las tasas de interés, que se esperaba estabilizaría la economía disminuyendo el ingreso y el empleo; inesperadamente esas nuevas tasas no lograron frenar un avance económico más vigoroso de lo que se había supuesto, y se tradujeron en cambio en una nueva aceleración de la inflación.

La segunda crisis del petróleo vino a dar a ésta nuevo y temible impulso, y obligó a hacer de la lucha sin cuartel contra ella la tarea principal de todos los gobiernos del mundo desarrollado. Mientras administraciones conservadoras como la de Reagan en Washington y la de Mrs. Thatcher en Londres la instrumentaban para un ataque frontal al llamado Estado-providencia, consolidado durante la larga prosperidad de postguerra, aun otros gobiernos de inspiración muy distinta, como los socialistas de Francia y España, descubrieron que la coyuntura les imponía orientarse así fuese parcialmente hacia soluciones análogas.

Junto con las bajas tasas de interés quedaba relegada al pasado la posición ventajosa de la que habían gozado los deudores; el cambio se tornó aún más brusco debido a la recesión provocada por la nueva política, que hizo que la nueva alza en el precio del petróleo (y por lo tanto la plétora de recursos acumulados por los países productores) fuese más breve de lo

esperado. Una circunstancia adicional vino a hacer aún más difícil la situación de los países que se habían acostumbrado a depender del crédito externo; los Estados Unidos estaban ahora recurriendo masivamente a él, y atrayendo una parte creciente del que aún quedaba disponible.

Como se ve, de nuevo en esta etapa los Estados Unidos pudieron transferir al resto del mundo buena parte de las consecuencias de las crecientes insuficiencias en su propia economía. Pero al eludir así los reajustes que hubiesen sido capaces de corregirlas las agravaban cada vez más rápidamente.

La política de la administración Reagan vino en efecto a acelerar el retroceso del antes abrumador predominio norteamericano en el sector industrial, en una etapa en que la frontera entre las economías desarrolladas y las que no lo son comenzaba a aparecer cada vez menos nítida; mientras entre los competidores ya reconocidos de los Estados Unidos el estancamiento europeo era cada vez mejor compensado por el inagotable dinamismo de la economía japonesa, otras del Lejano Oriente crecían aún con mayor ímpetu. Éste era sólo un aspecto de la que dio en llamarse industrialización periférica; si el avance industrial no alcanzó a transformar tan completamente a ninguno de los mayores países de Asia meridional o América latina como a Corea del Sur, Formosa, Hong-Kong o Singapur, no por eso dejaban éstos de convertirse para ciertos rubros (no tan sólo por cierto los que se benefician más con la baratura comparativa del salario) en competidores de los desarrollados; así ocurría por ejemplo en América latina con el acero de Brasil o Venezuela...

La nueva fluidez del marco económico mundial, que no alcanzaba a aliviar los problemas económicos latinoamericanos, contrastaba con una rigidez mayor en el marco político-internacional en que debía desenvolverse Latinoamérica. El lugar central que ocupaban en él los Estados Unidos no les sería ya seriamente disputado; la URSS, poco deseosa de buscar en el subcontinente oportunidades análogas a la que le había brindado la Revolución cubana, prefería extender sus contac-

tos diplomáticos y mercantiles con cuantas naciones se mostrasen dispuestas a ello, sin aspirar en ninguna de ellas a constituirse en rival seria del influjo estadounidense. Aunque no faltaron quienes en Latinoamérica esperaban que un acrecido influjo económico o político de Europa occidental equilibrase el abrumador de los Estados Unidos, en el terreno de la economía esa ilusión no sobrevivió a la primera crisis del petróleo; en lo político ya antes de que se agotara la expansión de la socialdemocracia europea, se había hecho evidente que su ambición de ganar influjo en Latinoamérica no llegaba a inducirla a ofrecerse como alternativa a los Estados Unidos, si el precio era provocar un serio conflicto con la nación que, pese a todas las tensiones, seguía siendo la más importante aliada política, protectora militar y asociada económica de Europa occidental.

En la etapa que se abre se va a atenuar también la divergencia que por un momento se insinuó entre las perspectivas latinoamericanas de los Estados Unidos y las de la Iglesia católica. Ello se debe a la nueva actitud de la más altas instancias eclesiásticas frente al impulso innovador que había comenzado a animar a sectores considerables del clero y de los fieles en Latinoamérica. Las resistencias a su avance se hicieron cada vez más decididas, y encontraron eco cada vez más receptivo en el Vaticano; si el pontificado de Pablo VI había estado dominado por la búsqueda de un punto de equilibrio entre innovación y continuidad, su sucesor Juan Pablo II busca sin equívocos restaurar la estructura autoritaria de la Iglesia y redefinir sus cometidos mundanos en términos más cercanos a los tradicionales. Esa cambiada inspiración de lo alto –que alcanzó localmente impacto muy variable– se ha constituido en obstáculo muy eficaz contra el protagonismo político que algunos de los teólogos de la Liberación ambicionaban para los movimientos a los que ofrecían a la vez inspiración y justificación.

Tanto las corrientes ideológicas que por un momento se habían ofrecido como alternativas para una América latina

prisionera de la polarización heredada de la guerra fría, como los influjos externos que aquéllas esperaban movilizar a su servicio fueron así perdiendo gravitación en la nueva década; en la hora de la verdad todos esos influjos pesaban mucho menos que el de la potencia hegemónica, pese a que ésta se mostraba menos dispuesta a ejercerlo abiertamente que en la década anterior.

Cuando, ya a mediados de ésta, la prioridad fugazmente reconocida a América latina en 1960 fue abandonada, ello no trajo consigo una redefinición en los medios y objetivos de la política norteamericana en el subcontinente. Sólo en 1969 el nuevo presidente Nixon iba a proponerla: a su juicio los Estados Unidos debían dejar de reivindicar su papel protagónico en el resto del continente con el énfasis dramático que en ello había puesto Kennedy, para adoptar un *low profile* que les permitiría pasar tan desapercibidos como fuese posible. Pero no por ello dejarían de hacer sentir su peso de modo tan decidido como en el pasado cada vez que las circunstancias lo hiciesen aconsejable, tal como pudo comprobarse tanto en el inicio como en el trágico fin de la experiencia socialista en Chile.

El presidente demócrata Carter, victorioso gracias a la revulsión más moral que política frente a los abusos de poder del gobierno de Nixon, buscó reflejar en su política exterior el temple de opinión que lo había llevado a la Casa Blanca, sin renunciar por ello a las metas tradicionales de esa política. La inclusión de la defensa de los derechos humanos entre sus objetivos básicos, que venía a satisfacer ese propósito, ofrecía además un nuevo instrumento de legitimación a la presencia dominante de los Estados Unidos en el tablero internacional, análogo al que la lucha contra la trata africana había aportado a la consolidación de la hegemonía atlántica de Gran Bretaña.

En Latinoamérica la conversión de los Estados Unidos a la causa de los derechos humanos tuvo efectos positivos (Carter es quizá el único presidente de ese país del que puede decirse que gracias a que él era presidente algunos latinoamericanos están hoy vivos, y es también el único, que –como se vio en

1984 en Buenos Aires– puede caminar en visita privada por las calles de una capital latinoamericana entre los saludos llanos y cordiales de un público que lo recuerda con afecto). Pero no alcanzó los éxitos espectaculares que hubiesen persuadido a la opinión de que, más allá de sus objetivos morales, esa política era un instrumento eficaz de consolidación del poderío norteamericano; en 1981, cuando el derrotado Carter fue reemplazado por Ronald Reagan, todos lo regímenes latinoamericanos que habían sufrido la condena de Washington por su inhumano desempeño se mantenían en el poder, y ello pudo ser presentado por su rival triunfante como una prueba adicional de la decadencia del poderío internacional norteamericano.

Ya antes, la inflexión introducida por Carter en la política exterior había comenzado a afrontar serios problemas. Como se ha indicado, éste no había renunciado en homenaje a su nuevo objetivo a otros más tradicionales, y una y otra vez iba a verse a Washington poner sordina a la reivindicación de los derechos humanos porque la violación de éstos corría por cuenta de aliados a cuyo apoyo juzgaba imprudente renunciar.

Por añadidura, una vez disipada la revulsión moral contra la *Realpolitik* de Nixon, se hizo sentir por fin plenamente la reacción del herido orgullo nacional frente al fin catastrófico de la intervención norteamericana en Vietnam; su recuerdo sería utilizado por los sectores más conservadores contra la política de Carter, a la que atribuían inspiración análoga a las agitaciones que habían hecho inevitable la retirada de Vietnam y la consiguiente derrota.

La batalla por la ratificación senatorial del tratado con Panamá, que eliminaba las limitaciones a la soberanía de ese país sobre su territorio y preveía una transferencia gradual del control sobre el canal, reveló cuánto se había avanzado ya en esa dirección; ahora la prédica de las fracciones más conservadoras del partido republicano encontraba eco inesperadamente amplio en la opinión; precisamente la disputa sobre el tratado panameño iba a dar al futuro presidente Reagan oportunidad de desplegar por primera vez plenamente en la escena

nacional sus dotes de agitador político, que tantos éxitos le habían deparado ya en California.

Esa oposición cada vez más extendida y militante colocó al gobierno de Carter a la defensiva. Las consecuencias se hicieron evidentes en su reacción frente a la guerra civil en Nicaragua, que iba a alcanzar su desenlace durante la última etapa de su gestión. El presidente demócrata ofreció al moribundo régimen de Somoza apoyo más prolongado que veinte años antes el de Eisenhower a Batista, y sólo se resignó a la plena victoria de la insurrección sandinista cuando ésta se había ya hecho inevitable, en parte porque Washington se había abstenido de promover, cuando ello hubiera sido aún posible, soluciones alternativas que –aunque más favorables al interés de Washington– hubiesen sido juzgadas igualmente inaceptables por la movilizada derecha.

La victoria de Reagan trajo consigo la adopción de los puntos de vista sostenidos de antiguo por la derecha republicana, y apoyados con aún mayor vehemencia por no pocos catecúmenos reclutados en las filas demócratas. En América latina la proclamada adopción de tácticas menos polémicas para promover los derechos humanos ocultaba mal el abandono de la prioridad que había sido reconocida a éstos por Carter. Pasaba en cambio a primer plano la lucha anticomunista y antisubversiva, y las nuevas dictaduras militares que habían sido blanco principal de las críticas de la administración anterior se transformaban por lo tanto en aliadas particularmente íntimas; la señora Jeane Kirkpatrick, que como representante ante las Naciones Unidas se constituiría en el más autorizado vocero de esa nueva línea, iba a justificar esa alianza al oponer al totalitarismo comunista el tanto más benévolo autoritarismo de regímenes como el del Shah en Irán y el de Somoza en Nicaragua, que el gobierno de Carter no había sabido apoyar con suficiente energía en la hora decisiva; era ése un error que el de Reagan no se proponía reiterar frente a los que en el cono sur de Sudamérica habían llevado a nuevos extremos el desprecio por los derechos humanos de sus gobernados.

La prioridad asignada a la lucha anticomunista tenía otra consecuencia no menos significativa: más que América latina en su conjunto, atraían la atención de la nueva administración las reducidas zonas del subcontinente atravesadas por conflictos que invitaban a aplicar las soluciones de fuerza ahora favorecidas desde Washington. Esto explica la prioridad absoluta concedida a las crisis de América Central, que vino a torcer hacia rumbos extravagantes la relación con otras secciones latinoamericanas. El ejemplo sin duda más extremo fue el de Argentina, cuyo gobierno militar se mostró dispuesto a patrocinar en America Central acciones de guerra que, debido a la oposición del Congreso, los Estados Unidos no podían abordar directamente; los gobernantes argentinos creyeron entender que a cambio de ese servicio Washington adoptaría una benévola neutralidad frente al ataque militar que se proponían desencadenar contra Gran Bretaña en las disputadas Islas Malvinas.

Esa disparatada aventura militar ofreció en 1982 la prueba final de que, a más de la sistemática inhumanidad que a los ojos de la opinión tornaba escandalosa la alianza con las nuevas dictaduras militares, había otras razones que hacían a esa alianza menos valiosa de lo que había esperado la señora Kirkpatrick: la criminosa brutalidad de esos regímenes era reflejo de una tosquedad intelectual (y no sólo moral) que hacía imposible ponerlos al servicio de una línea política que, aunque también extrema, no renunciaba todavía en esa etapa a conservar alguna racionalidad en la selección de medios y la definición de objetivos.

El descubrimiento hizo menos penosa a los orientadores de la política norteamericana la necesidad de adaptarse al clima político que el fin de la holgura financiera estaba introduciendo en Latinoamérica, donde había sonado la hora de la redemocratización. Tuvieron ahora el buen tino de declararse entusiasmados ante esa imprevista peripecia, que pasaron a invocar como prueba de que las tácticas más discretas que habían introducido en la lucha por los derechos humanos eran más eficaces que las preferidas por Carter.

En esta coyuntura nueva, la prioridad reconocida a la lucha anticomunista seguía reflejándose en una obsesiva concentración en los conflictos centroamericanos, y una indiferencia muy marcada por otros desarrollos que a no muy largo plazo se presentaban quizá más amenazantes para la gravitación de los Estados Unidos en el subcontinente. Así la administración de Reagan iba a asistir pasivamente tanto el arraigo en Perú de una guerrilla revolucionaria de envergadura mucho más amplia que las que en la década del 60 habían provocado tan extremas alarmas, como a la consolidación de un consenso mayoritario de los gobiernos latinoamericanos que se opone a su política centroamericana, y lo fuerza a eludir cualquier discusión de ella en la antes tan dócil Organización de Estados Americanos.

Sería erróneo, sin embargo, asignar la responsabilidad exclusiva por el curso que ha tomado la política latinoamericana de los Estados Unidos al influjo ideológico de la más extrema derecha de ese país. Junto con él pesa la preocupación por dar al herido orgullo nacional satisfacciones simbólicas que le permitan olvidar la ausencia de otras más sustanciales. La búsqueda de ese objetivo dominó en 1983 la expedición de Granada; si para el observador extranjero el entusiasmo casi delirante que la primera potencia militar del planeta ponía en la celebración de su victoria sobre el inerme miniestado antillano podía parecer desconcertante, ese admirable conocedor de sus compatriotas que es el presidente Reagan no se había equivocado al anticipar esa reacción por parte de éstos (son sin duda razones análogas las que hicieron tan difícil al presidente satisfacerse en Nicaragua con soluciones que, aunque sustancialmente satisfactorias para los Estados Unidos, no se presentarían con los rasgos exteriores de una victoria contra el enemigo).

La influencia que sobre la política latinoamericana de los Estados Unidos tienen sus cada vez más enmarañados problemas nacionales se hace aún más evidente en otros temas de menor carga ideológica, que están pasando también a primer

plano. Uno es el de la inmigración indocumentada a los Estados Unidos, central en las relaciones con México. Otro, de repercusiones menos localizadas, es el del tráfico de drogas, que ha afectado de mil maneras las relaciones con países tan diversos como México, Panamá, Colombia, Perú, Bolivia o Paraguay. Uno y otro son sobre todo reflejo de la compleja crisis que atraviesa la sociedad norteamericana, que Washington prefiere afrontar sobre todo a través de sus repercusiones externas, en táctica análoga a lo que lo ha incitado a transferir el resto del mundo –hasta ahora con éxito– buena parte de las consecuencias negativas de su manejo económico.

Y también aquí con éxito, si no en resolver problemas que comienzan a parecer tan intratables cuando se los encara a través de su dimensión latinoamericana como cuando se lo hace en el marco de los Estados Unidos, sí por lo menos en imponer sus puntos de vista a sus menos poderosos vecinos Así, México no osa ir más allá de expresar preocupación por las consecuencias que un cierre exitoso de la frontera a la inmigración indocumentada podría tener en medio de una crisis que disminuye cada vez más su capacidad de ofrecer empleo a sus nuevas generaciones, y ha renunciado a discutir las derogaciones muy graves al principio que asigna a cada Estado el monopolio en la administración de justicia en su territorio, impuestas en la esperanza de hacer menos ineficaz el combate contra el tráfico de drogas (aunque las autoridades mexicanas no siempre apoyan ese combate con el máximo celo que de ellas esperan las de su gran vecino, ello se debe quizá menos a cualquier reflejo de patriotismo ofendido que a la influencia inconfesada de quienes controlan la economía ilegal). Del mismo modo, la extensión de esa lucha a los países andinos, aunque no ha alcanzado hasta ahora éxitos convincentes, ha permitido una reaparición de la presencia militar de los Estados Unidos en alguno de esos países, y de nuevo sin afrontar resistencias notables.

Esto último no se debe a una consolidación de la hegemonía de los Estados Unidos en Latinoamérica (que está lejos de

parecer indudable), ni a la necesidad –mucho más real– que países abrumados por la deuda externa tienen de contar con la buena voluntad de Washington para la eterna renegociación de ésta con sus acreedores. Todo eso no explica que, al margen de la actitud de los gobiernos, la opinión latinoamericana reaccione hoy con una tibieza que refleja la pérdida de ascendiente de los motivos nacionalistas-antiimperialistas capaces de movilizar hasta hace muy poco la reacción militante de vastos sectores de ella. Es éste un signo relativamente menor de una mutación en el horizonte político-ideológico latinoamericano, que ha venido a quitar relevancia a tantas alternativas que hasta hace poco tantos hallaban singularmente exaltantes.

Esa mutación debe sin duda mucho a la paulatina toma de conciencia de los cambios que están introduciendo tanto al mundo desarrollado como al socialista en una nueva etapa: así, la noción, tan influyente en la década de 1960, de que los males de América latina son los del capitalismo dependiente, y que para librarse de ellos es necesario y suficiente abandonar la órbita del capitalismo por la socialista, sobrevive mal al espectáculo que han venido ofreciendo en las últimas dos décadas, por una parte, Corea del Sur o Formosa, y por otra Polonia o Rumania. Pero, por considerable que sea el impacto de esos cambios, que avanzan a escala planetaria, no hay duda que sobre esa clausura del horizonte ideológico latinoamericano gravita aun más poderosamente la derrota decisiva de los movimientos populares que en Latinoamérica se movilizaron en pos de esas alternativas, y ello hace de esa derrota el necesario punto de partido para esta reseña de los tiempos actuales.

En ninguna parte iba ella a alcanzar contornos tan nítidos como en **Chile**, donde ofreció el desenlace catastrófico para la transición al socialismo hecha posible en 1970 cuando Salvador Allende, candidato presidencial de la izquierda, obtuvo la más alta votación aunque no la mayoría absoluta. El Congre-

so, en que la coalición victoriosa se hallaba en minoría, lo ungió presidente tras de recibir garantías de que se mantendría dentro de los carriles constitucionales, y de que sólo introduciría reformas estructurales (entre ellas las nacionalizaciones previstas en su programa de gobierno) por vía legislativa.

Aunque en el umbral de una transformación social revolucionaria, Chile se mantenía así apegado a la tradición institucional de la que tanto se enorgullecía, pero otros hechos sugerían que ella no era invulnerable; sectores de derecha, decididos a impedir la asunción de la presidencia por Allende, decidieron secuestrar al general René Schneider, comandante en jefe del ejército, en quien veían al principal obstáculo para sus planes, y achacar el hecho a la extrema izquierda: como Schneider se resistiera, los complotados no hallaron otra solución que asesinarlo. Aunque el crimen consolidó por el momento la vocación legalista del ejército, no dejaba de anticipar la intensidad y la índole de las resistencias que pronto iban a acumularse en la llamada vía chilena al socialismo.

Su primera etapa iba a ser con todo inesperadamente fácil. La nacionalización de la gran minería de cobre recibió apoyo casi unánime en el parlamento, y aunque éste rehusó a ampliar la ley de reforma agraria, la reforma misma ganó nuevo vigor, sin provocar tensiones inmediatamente alarmantes. Esa placidez del clima sociopolítico era sobre todo fruto de la bonanza económica. El gobierno de Unidad Popular reactivó la demanda mediante una masiva redistribución de ingresos, y, una vez superado un brevísimo pánico de las clases propietarias, el ritmo de negocios se aceleró y la industria comenzó a producir a plena capacidad; gracias a ello la inflación perdió velocidad respecto de la del último año de Frei. Esa bonanza se reflejó en los resultados de las elecciones municipales de abril de 1971, en que la izquierda superó la marca del 50 por 100 de votantes.

Se trataba con todo de una coyuntura necesariamente efímera. No sólo la expansión, como siempre, creaba sus propios frenos en cuanto acentuaba el desequilibrio en la balanza

comercial, en un proceso agravado esta vez por la caída del precio internacional del cobre. A ello se agregaban otras razones vinculadas con la opción socialista de la Unidad Popular: si la prosperidad industrial, lejos de reflejarse en inversiones en el sector, se traducía en una fuga de las ganancias al exterior, la razón era la poca inclinación de los industriales a invertir en empresas que, según se les había anunciado abundantemente, sólo permanecerían en sus manos hasta que Chile consumase su ya comenzada transición al socialismo.

A ello se vinieron a agregar las consecuencias de la reubicación internacional que era un aspecto de la opción socialista, y que atrajo sobre Chile la hostilidad implacable del gobierno de los Estados Unidos, primero reflejada en la desmesurada reacción frente a la nacionalización del cobre, y pronto en un bloqueo comercial y financiero que aislaba a Chile del más importante interlocutor externo de su economía; aunque los Estados Unidos no lograron movilizar a las naciones europeas en esa campaña, nada incitaba tampoco a éstas a llenar el vacío abierto por la acción concertada del Estado y las empresas norteamericanas. Los auxilios llegaron en cambio del bloque socialista, y fueron muy considerables, y –sin corregir los problemas de la economía productiva– atenuaron por más de un año sus consecuencias, supliendo en parte los alimentos y artículos de consumo que aquélla era cada vez menos capaz de proveer. Pero ya hacia comienzos de 1973 el bloque socialista comenzaba a mostrar signos de fatiga ante un compromiso que amenazaba perpetuarse indefinidamente.

Las crecientes dificultades económicas hicieron resurgir las tensiones sociopolíticas. Frente al desabastecimiento creciente, los sectores identificados con la izquierda organizaron controles populares del comercio al menudeo, mientras los multiplicados conflictos en fábricas se resolvían colocando a éstas bajo la administración del Estado, que usaba atribuciones legales introducidas en la década de 1930 pero muy poco usadas desde entonces. Se dio así un avance no planeado hacia el socialismo, que exacerbaba aún más la tensión social:

mientras el apoyo minoritario que la izquierda había encontrado en las clases medias se derrumbaba vertiginosamente, la hostilidad ahora unánime de esas clases hacia el gobierno de Unidad Popular se tornaba cada vez más enconada, obligando a la Democracia Cristiana a abandonar primero toda reticencia y luego toda mesura en su actitud opositora, sin lograr con todo detener la erosión de su base política en favor de esa otra alternativa aún más rabiosamente opositora ofrecida por el Partido Nacional.

En el campo, mientras la reforma agraria y las ocupaciones espontáneas consolidaban la presencia política de la izquierda, el impacto económico de esos cambios se revelaba todavía más disruptivo. El gobierno de Allende, que había prometido abrir acceso a la tierra a masas rurales demasiado nutridas para poder ser beneficiadas con lotes familiares, sólo pudo hacerlo reorganizando a las cooperativas instituidas por el de Frei como explotaciones colectivas a cargo de trabajadores asalariados que contaban además, como los antiguos inquilinos, con mínimos lotes para cultivos de autoconsumo; la producción de esas explotaciones debía ser canalizada por el Estado, y distribuida a precios oficiales por las organizaciones populares. Pero los campesinos-asalariados resistían mal al atractivo de los precios pagados por el mercado negro, surtido también por la producción de las unidades no afectadas por la nueva ola de reforma.

A medida que la inflación tornaba menos viable el sistema de precios oficiales, un mecanismo de comercialización paralelo dominado por camioneros independientes entraba a abarcar rubros cada vez más numerosos, y ya no sólo entre los productos del campo. En la primavera de 1972, en vísperas de una cosecha agrícola que sabía deficiente, el gobierno de Allende, que afrontaba cada vez más numerosas huelgas de clase media y aun de algunos sectores populares, se decidió a nacionalizar el transporte automotor; la respuesta fue una huelga de camioneros, que transformó a éstos en la punta de la lanza de una oposición cada vez más militante. El gobierno

fue incapaz de quebrarla: mientras el ejército rehusaba a ser usado con ese fin, los subsidios que el Tesoro norteamericano prodigaba a los huelguistas los ponían al abrigo de cualquier presión económica.

Se llegaba así a la crisis de octubre, que consumó la metamorfosis de un conflicto político entre cuyos participantes las transacciones y los acuerdos eran aun posibles en un descarnado conflicto de clases, en cuyo marco, mientras la coalición de izquierda por primera vez sumaba a la lealtad de una sólida mayoría de las asalariadas la prácticamente unánime de las campesinas y marginales, sus adversarios por su parte ganaban la ahora igualmente unánime y cada vez más militante de las clases intermedias.

El punto de partida de esas transformaciones lo ofrecía la movilización de masas que la coalición gobernante no alcanzaba a orientar ni canalizar, en parte porque los partidos que la integraban no se acordaban sobre el rumbo que debía tomar el experimento chileno. El comunista juzgaba imprudente empujarlo hasta los umbrales del socialismo y aspiraba aún a ampliar la alianza hacia la derecha; desde que esa esperanza (y la de poner algún orden en la economía) se revelaron inalcanzables, incluso evitando poner obstáculos graves a la marcha del gobierno, se consagró a atender las reivindicaciones inmediatas de sus bases, que, a medida que crecían las dificultades, vacilaban en su lealtad partidaria, tanto en beneficio de la derecha como de la extrema izquierda. Ésta, que incluía al MIR (un movimiento guevarista que había renunciado sólo provisionalmente a la lucha armada) y a la izquierda socialista, buscaba hacer de los cordones populares (organizaciones de base territorial surgidas durante la crisis de octubre en los distritos populares y marginales cuyo favor estaba ganando) rivales serios de las estructuras partidarias y sindicales de obediencia comunista.

A juicio de la extrema izquierda, la crisis de octubre de 1972 había introducido a Chile en una etapa prerrevolucionaria, que debía culminar en una violenta batalla final contra las fuerzas hostiles al socialismo. El presidente Allende, decidi-

do como el resto de la coalición izquierdista a evitar esa batalla, resolvió la crisis mediante la incorporación al gabinete de ministros militares, cuya presencia fortalecía la autoridad suprema del Estado, y entregaba la resolución del conflicto que dividía a la sociedad chilena al electorado, que debía pronunciarse en las elecciones de renovación parlamentaria de marzo de 1973. Su veredicto fue menos desfavorable a la experiencia socialista de lo que sus enemigos (y aun muchos de sus partidarios) habían esperado; las izquierdas no conservaban sin duda la mayoría absoluta fugazmente alcanzada en 1971, pero, con 43 por 100 de los votos, superaban holgadamente el porcentaje que en 1970 había dado la victoria a Allende.

Ello no resolvía el conflicto, y –mientras el presidente buscaba una salida primero a través de un entendimiento con la democracia cristiana, y luego mediante un plebiscito en torno a la reforma constitucional incluida en el programa originario de Unidad Popular, cuyo previsible resultado negativo (lo anunciaba de antemano) provocaría su propia dimisión– la agitación opositora (que a más de usar el juicio político para mantener una constante inestabilidad ministerial, y arrojar a la huelga a los gremios profesionales y de nuevo a los camioneros, acudía abiertamente al terrorismo, instrumento favorito de una cada vez más agresiva extrema derecha) arreció cada vez más. En agosto la presión de sus pares obligó al general Prats, identificado con la posición legalista, a renunciar tanto el comando en jefe del ejército como a su puesto en el gabinete. Lo reemplazó el general Augusto Pinochet, que dos semanas después iba a encabezar el golpe militar que puso fin al ensayo socialista.

El 11 de septiembre el asalto a la casa de gobierno, donde Allende se había encerrado a afrontar la muerte, puso fin no sólo a ese ensayo sino a una continuidad institucional en cuyo homenaje el presidente sacrificaba su vida, convencido de que quien había recibido en custodia la legítima autoridad del Estado no debía sobrevivir a su destrucción violenta. A ello si-

guió una represión de violencia sobrecogedora: las fábricas, las barriadas marginales, los estadios transformados en cárceles al aire libre eran teatro de ejecuciones numerosas, mientras en el campo otras matanzas borraban las huellas de las recientes movilizaciones.

La salvaje violencia de la represión inicial sorprendió a la opinión extranjera, que esperaba otra cosa de Chile; su prolongación por una dictadura militar que la proclamaba uno de sus objetivos permanentes y se rehusaba a reconocer un papel para las fuerzas políticas sorprendió también a muchos chilenos, que habían esperado un rápido retorno al orden constitucional. Había con todo razones muy fuertes, a más de la ambición personal del general Pinochet y la corporativa del ejército, aguzada esta última por el avance de los regímenes militares en el resto de Latinoamérica, que militaban contra ese retorno. Aunque el conflicto político zanjado por la intervención militar no había desbordado los canales constitucionales, lo que había estado en juego con él, desde la perspectiva de las clases altas y medias, era su supervivencia misma: a través de la desbordada insolencia plebeya tanto como de las dificultades para surtir su mesa creían haber conocido un anticipo de la catástrofe irreparable que hubiera significado para ellas un desenlace desfavorable; y pasaría mucho tiempo antes que la nostalgia de un estilo de gobierno menos brutal pesara más sobre ellas que la decisión de no colocar nunca más su posición en la sociedad chilena a merced del juego electoral.

La gravedad de la crisis social vivida por Chile permite también entender mejor algunas de las notas distintivas del régimen militar que aún lo gobierna. Aún más enérgicamente que otros organizados sobre pautas burocrático-autoritarias, ese régimen se esfuerza por prevenir cualquier organización y movilización popular, pero se diferencia de ellos en cuanto siguió contando por una década con una suerte de movilización subterránea de todos los sectores que se sintieron amenazados por los populares, que se hacía sentir en momentos decisivos con una eficacia que no se dio ni en Brasil (donde la

revolución social sólo había sido inminente en la acalorada fantasía primero de la izquierda y luego de la derecha) ni en la Argentina (donde los peligros para el orden vigente habían provenido de un estado de ánimo colectivo que habían encontrado eco relativamente limitado en las clases populares). Esa diferencia tiene por consecuencia otra no menos importante: el general Pinochet no es, como los efímeros titulares del poder en los regímenes militares brasileños o argentinos, el gerente ocasional de una empresa política corporativamente controlada por las fuerzas armadas; es un dirigente político por derecho propio, que no debe su predominio sobre sus pares tan sólo a la astucia un poco tosca con que viene manipulando al cuerpo de oficiales, sino a la identificación privilegiada que con él mantienen cuantos en Chile guardan aún rencorosa memoria de la etapa de gobierno de Unidad Popular; es ésta quizá la razón principal por la cual ha sido precisamente en Chile donde la toma del poder por las fuerzas armadas ha hallado expresión en una dictadura personal de vocación vitalicia.

Otra peculiaridad del régimen chileno, que ofrece un contraste aún más extremo con ese paradigma del orden burocrático-autoritario que es el brasileño, le es en cambio común con los restantes del Cono Sur: es la renuncia al objetivo de desarrollo económico, entendido como creación de una economía estructurada en torno a un sector industrial avanzado. Sería erróneo achacar esa renuncia tan sólo a la preocupación por limitar a la gravitación de las fuerzas sociales cuyo ascenso subtiende el largo proceso sociopolítico que culminó en Chile en la etapa de Unidad Popular. Hay también en efecto razones económicas que la hacen aparecer menos absurda en Chile (o Uruguay, o aun Argentina) que en Brasil. Ellas tienen que ver con los cambios en las pautas de industrialización, que fijan dimensiones mínimas cada vez más amplias a las naciones que aspiren a la madura estructura industrial cuya construcción, de acuerdo con el criterio dominante en décadas anteriores, es el objetivo del desarrollo.

Esa redefinición radical de los objetivos económicos de largo plazo comenzó por pesar menos en las decisiones del nuevo régimen que el impacto de la crisis sociopolítica dejada atrás, y el de su desenlace contrarrevolucionario. En 1973 lo más urgente era disminuir el ritmo de la inflación, y la derrota sufrida por los sectores populares permitía utilizar para ello una recesión severísima, que intensificaba todavía más la redistribución del ingreso en favor de los sectores privilegiados, y en contra tanto de las clases populares como de las medias, a las cuales el recuerdo de los pasados peligros debía dar fuerzas para soportar la penuria que iba a ser su lote en los primeros años de la gestión militar. A la vez, la privatización del vasto sector nacionalizado introducía cambios en la elite económica, que beneficiaban a grupos de intereses muy cercanos al nuevo poder y aun –según creencia muy compartida– a algunos de los discípulos de Milton Friedman que dirigían esta curiosa liberalización económica hecha posible por el terror político.

Sólo una vez superada esa etapa crítica iba a revelar el proyecto económico en curso la vastedad de sus ambiciones. Sólo en Chile se iba a intentar de veras «achicar el Estado» (o más bien su gravitación en la economía) pero ello no contribuyó tan rápidamente como algunos esperaban a «agrandar la nación», o –en términos más prosaicos– a revitalizar la economía productiva y las exportaciones aumentando la capacidad del sector privado. Tanto en cuanto a aquélla (donde se juzgaba que el problema provenía de la industria) como en el sector exportador (donde se lo hallaba en la minería, sometida a oscilaciones en el volumen de la demanda y en los precios sobre las cuales Chile apenas podía influir) la solución se esperaba de la agricultura. En cuanto a ésta no iban a ser atacados directamente los efectos de la primera reforma agraria, que había creado decenas de miles de unidades productivas familiares, en la esperanza de que el libre juego de las fuerzas de mercado viniese a modificarlos; en los hechos las transformaciones iban a provenir sobre todo del acceso privilegiado al

crédito del que gozaban los mayores propietarios e inversionistas, que dio lugar a una reconcentración de la propiedad fundiaria. Pero ella no restauró el antiguo orden económico en el campo; en cambio, mientras el sordo terror reinante aceleraba aún más la fuga hacia las ciudades de vastas masas de campesinos sin tierras, se daban las condiciones sociales que harían por fin posible el florecimiento de una agricultura capitalista. El costo social fue sin duda enorme: la economía urbana no tenía lugar para esos fugitivos de la tierra, y la desocupación vino a acentuarse, mientras el peso de los habitantes de las *callampas* en los mayores centros urbanos, comenzando por el Gran Santiago, crecía rápidamente. Con todo, en el sector agrario, a diferencia de otros, esa utilización despiadada de la victoria de los sectores privilegiados se traducía en un real avance de la economía productiva, que permitió en efecto reducir progresivamente la parte de la minería en las exportaciones chilenas.

Ese renacimiento del sector exportador nunca apareció más amenazado que en la breve etapa en que el Chile de Pinochet conoció una afiebrada prosperidad, fruto de la bonanza financiera de los años que separaban las dos crisis del petróleo. El golpe militar coincidió con la primera, y la liberalización económica que él impuso hizo de Chile un desemboque atractivo para los fondos acumulados por los países exportadores de petróleo. El flujo de créditos, al mantener una alta paridad para la moneda chilena, estimuló una enorme expansión del consumo de bienes importados, que tras de aplastar la competencia de la maltrecha industria nacional siguió creciendo para satisfacer una demanda que parecía hacerse insaciable. Esa paridad provocaba también un estancamiento en las exportaciones, a las que hacía cada vez menos competitivas, pero las consecuencias negativas sobre la balanza de comercio eran paliadas también en la de pagos por el alud de créditos baratos. A fines de la década había cambiado la fisonomía de Santiago; en los suburbios semirrústicos del este había surgido una vasta y opulenta ciudad para los ricos (y una

clase media que se endeudaba alegremente); los flagelos de la *affluent society* comenzaban a golpear esa capital antes austera y quieta, ahora cruzada de una red de autopistas destinada a quedar inconclusa, que no por eso dejaba de verse regularmente obstruida en las horas de pico.

Sería tentador denunciar en ese episodio insensato una consecuencia de la fe algo supersticiosa que los directores de la economía chilena depositaban en las leyes del mercado, pero es innegable que –como Albert Hirschman ha venido a recordarnos muy oportunamente– en esos años de fiebre financiera incluso quienes respondían a inspiraciones teóricas e ideológicas muy diferentes actuaron de modo sustancialmente idéntico, y se hace difícil no concluir junto con él que la abundancia de crédito crea tentaciones para las cuales ninguna orientación doctrinaria ofrece antídoto suficientemente seguro. Pero la de quienes la gobernaban dio a la experiencia chilena un matiz diferencial, en cuanto la orientación de ese crédito hacia el consumo, que no era en Chile como en otras partes un resultado no previsto ni deseado, llegó allí más lejos que en ninguna otra parte: las consecuencias fueron un crecimiento desmesurado de la deuda externa privada (la renta *per capita* de los habitantes del Gran Santiago se medía en 1983 en miles de dólares), una avasalladora expansión del sector de construcción, comercio y servicios, y el estancamiento del resto de la economía urbana.

La catástrofe que se buscó postergar renovando la deuda vencida a tasas de interés que ahora la hacían crecer aún más rápidamente se desencadenó de todos modos en 1981, porque los prestamistas se negaron a seguir acompañando esas operaciones esencialmente contables, destinadas a evitar una abierta bancarrota, de otras que allegasen nuevos fondos a la sedienta economía importadora.

El fin de la prosperidad se hizo sentir de modo devastador; la desaparición del crédito externo empujó a los mayores bancos al borde de la bancarrota, de la que los salvó la incautación por el gobierno. Si proseguía indefinidamente ese salvataje, el

de Pinochet corría riesgo de tomar a su cargo un sector tan amplio de la economía como el que reprochaba a la izquierda haber estatizado; se limitó por lo tanto a sostener los sectores y empresas clave, y dejar que una ola de quiebras hiciera estragos en el resto.

En ese nuevo contexto iba a madurar la primera crisis política seria afrontada por el régimen de Pinochet, que en 1983 pareció hacerlo vacilar en sus cimientos. Para entonces, y a lo largo de una década, había venido atenuando, tan lenta y parcialmente como le era posible, los rasgos más extremos de su estilo represivo, dando así lugar a un resurgimiento igualmente gradual de la vida política, cada vez más marcado por los avances del sentimiento opositor.

La instalación del gobierno militar había sido recibida con aplauso por todos los adversarios de la izquierda, que esperaban por entonces heredar el poder a corto plazo. Cuando se hizo evidente que ello no iba a ocurrir la Democracia Cristiana pasó a la oposición, con los esperables matices que seguían diferenciando al centro, la izquierda y la derecha del partido. La Iglesia católica, bajo la firme guía del arzobispo de Santiago, había comenzado ya a reaccionar activamente frente a las atrocidades de la represión, a través de la Vicaría de la Solidaridad. En el exterior las denuncias de un muy vasto exilio, nutrido primero por la izquierda pero ampliado muy pronto por las expulsiones con que el gobierno respondía al avance de la oposición hacia el centro del espectro político, encontraron amplio eco en la opinión pública europea y norteamericana: fue esa emigración chilena la que primero colocó el tema de los derechos humanos en el centro de la agenda política latinoamericana.

El régimen militar reaccionó muy característicamente: buscó extender el terror al extranjero con el atentado del que en Buenos Aires fue víctima el general Prats, o todavía el que en 1976 costó la del ex diplomático Orlando Letelier, perpetrado este último en Washington por agentes de la policía política chilena. Aunque las expresiones de repudio se hicieron frecuentes en boca de políticos europeos, y durante el gobierno

de Carter las relaciones con Washington se tornaron frías, el daño que ello infligía al régimen de Santiago era mínimo, ya que como deudor preferido no necesitaba avales políticos para seguir obteniendo los créditos que lo sostenían junto con la economía chilena.

El régimen llegó a buscar ventajas políticas de ese cada vez más universal repudio de la opinión internacional: en 1978 un plebiscito invitaba a los chilenos a optar entre el apoyo al general Pinochet y la dignidad nacional y el voto por una innominada alternativa simbolizada por una bandera negra. El resultado altamente satisfactorio de esa auscultación de opinión incitó a reiterarla en 1980; de este modo sería aprobada una nueva constitución desembozadamente autoritaria, que mantenía al general Pinochet en la presidencia hasta 1989, ocasión en la cual un candidato sería propuesto por las fuerzas armadas al voto plebiscitario de los chilenos, que en caso de rechazarlo gozarían de un año adicional de gobierno del vencedor de 1973.

Así institucionalizado, pero con una base política ya muy reducida y resquebrajada, llegaba el régimen militar al fin de la prosperidad. Aun los jefes de las otras armas manifestaban abiertamente su oposición a la perpetuación de Pinochet en el poder, y éste era incapaz de encontrarles reemplazantes más complacientes. En 1982 y 1983 la oposición popular se hizo sentir con intensidad creciente, y la orientación moderada del socialismo, que optaba ahora por una alianza con la Democracia Cristiana, hacía posible una alternativa política menos amenazante para los intereses corporativos de las fuerzas armadas. El general Pinochet reaccionó con su habitual astucia un poco gruesa pero no por eso menos eficaz: en 1983 la tolerancia política de hecho se extendió súbitamente a la extrema izquierda, y ello permitió descubrir que el comunismo, tradicionalmente dispuesto a ofrecer los mayores sacrificios políticos para lograr la institucionalización democrática, no sólo se resistía esta vez a permanecer en segundo plano para calmar las inquietudes militares, sino –abandonando posiciones

muy arraigadas– renegaba de su hostilidad de principio contra la lucha armada.

Algo más se revelaba al caer el doble velo de la represión y la artificialísima prosperidad: en esos diez años, mientras la vieja base obrera y sindical del comunismo y de la izquierda se habían estrechado considerablemente, las poblaciones callampas habían pasado a albergar a bastante más de la mitad de los habitantes del Gran Santiago, y en ellas ese comunismo ahora menos contemporizador parecía encontrar una nueva y más ancha base política. Ello venía a sembrar en la oposición una incertidumbre que le impidió utilizar plenamente las oportunidades creadas por su arrollador avance: aunque en las primeras jornadas el ruido de cacerolas vacías, que había sido la charanga de la guerra de las clases privilegiadas contra Allende y volvía a resonar en el Barrio Alto, y encontraba, en las poblaciones un eco arrollador, y las manifestaciones que a partir de entonces y por más de un año invadieron la calle una vez cada mes, a ofrecer su tendal de víctimas, también fueron capaces de movilizar a todos los sectores sociales, resultaba menos fácil a una oposición que cubre hoy a todo el espectro político alcanzar la necesaria coincidencia de objetivos en torno a las modalidades de la transición a la democracia.

Pero no es sólo la falta de acuerdo en torno a un plan político alternativo la que ha transformado a la oposición en espectadora desconcertada de un drama político cuyos hilos aún retiene en sus manos el duradero dictador, que imperturbablemente se apresta a celebrar el plebiscito en el cual, de acuerdo con la constitución de 1980, será sometido al electorado el nombre del nuevo presidente propuesto por las fuerzas armadas. Las dificultades que esa oposición afronta son las de una sociedad que, aunque abrumadoramente opuesta al actual orden político, sigue en otros aspectos esenciales trágicamente dividida. Tras década y media de ser gobernado contra sus sectores populares, Chile se sabe tan escindido sobre sus fronteras de clase como en 1973; aunque la conciencia de esa división no basta ya para devolver popularidad a la dictadura personal, es suficiente para restar a una parte de la oposición la obsesiva impaciencia de terminar con ella que se necesitaría sin duda para derribarla.

La trayectoria chilena es así a la vez paradigmática (en cuanto allí los conflictos sociales subyacentes al drama político de las décadas recientes se exhiben con una nitidez y transparencia sin igual) y atípica en cuanto, quizá por esa misma razón, sólo en Chile no se ha producido hasta hoy el reflujo de la ola de despotismo militar que no logró retener bajo su control al resto de ese Cono Sur en el que se había afirmado con perfiles más nítidos y vigorosos que en ninguna otra parte.

El camino hacia la dictadura militar había sido por otra parte distinto en cada una de las otras dos naciones que lo integraban. En **Uruguay** la transferencia del poder a los blancos en 1958, y su retorno a los colorados en 1966, habían reflejado el descontento provocado por el estancamiento económico, que bloqueaba cualquier perspectiva de avance social, pero a la vez la resistencia a buscar soluciones a él fuera de los cauces tradicionales, pese al deterioro creciente del orden sociopolítico, que los partidos históricos, fragmentados en clientelas que canalizaban los beneficios cada vez más ilusorios del *welfare state,* eran ya incapaces de frenar.

El presidente colorado Pacheco Areco buscaba devolver vigor al orden político uruguayo mediante un retorno a la tradición a la vez aplebeyada, militarista y represiva por largo tiempo adormecida en la memoria colectiva de su partido. La agudización de los conflictos que promovió con ese objeto favorecía también tanto a la izquierda insurreccional, cuya expresión era el diminuto movimiento tupamaro, como a la político-electoral, que con vistas a las elecciones de 1971 se había organizado en un Frente Amplio que postulaba la candidatura del general Líber Seregni, de bien conocidas simpatías coloradas: la crisis largamente madurada parecía así acercarse a su punto resolutivo.

En 1970 los tupamaros agregaron a las acciones aparatosas e incruentas, con las que habían ganado vastas aunque vagas

simpatías, tomas temporarias de poblaciones y secuestros que eran su respuesta al uso creciente de la tortura por las fuerzas de represión. El de Dan Mitrione, un asesor norteamericano de la policía uruguaya a quien se atribuía responsabilidad en ello, y que iba a ser muerto por sus captores, permitió al presidente dar a su crónico conflicto con los sindicatos y el estudiantado universitario el diapasón de una lucha épica contra las fuerzas de la subversión.

Se llegó así a los comicios de 1971, en los cuales el electorado debía pronunciarse sobre una reforma constitucional que haría posible la reelección de Pacheco Areco, quien por otra parte postulaba como su sucesor, en caso de ser rechazada aquélla, a Juan M. Bordaberry, un hacendado de reciente pasado blanco y escaso peso político. La reforma fue rechazada, y la izquierda recibió el apoyo de un quinto del electorado, casi todo él concentrado en la capital; Bordaberry alcanzó, en parte gracias a ello, una ajustadísima victoria (manchada por añadidura por alegaciones de fraude en los cómputos) contra el de la fracción ahora mayoritaria del partido blanco, Wilson Ferreira Aldunate, cuyo pasado irreprochablemente conservador no le había impedido constituirse en crítico enérgico del deslizamiento del régimen uruguayo en una dirección cada vez más autoritaria y represiva.

El resultado electoral estaba lejos de dar firme respaldo al nuevo presidente, que lo buscó cada vez más abiertamente en el ejército. Cuando en 1973 la acción militar liquidó la amenaza tupamara con una fulmínea eficacia que hizo sospechar a muchos que sus anteriores fracasos no habían sido del todo indeliberados, de inmediato arreció la presión de la entera clase política por devolver al ejército a su posición tradicionalmente marginal; la respuesta fue un ultimátum militar que impuso al presidente la disolución del congreso, la creación de un Consejo de Seguridad Nacional dominado por las fuerzas armadas y la adopción de un programa de gobierno establecido por éstas.

Tras dos semanas de huelgas y disturbios en Montevideo, Uruguay pasó así a ser gobernado por un régimen esencialmente militar, que barrió con toda expresión ideológica o cultural independiente, reprimió eficazmente cualquier acción sindical y política, y usó sistemáticamente el encarcelamiento, acompañado a menudo de torturas atroces, como medio de disciplinamiento de sus gobernados (al final de su gestión un quinto de los varones uruguayos adultos había pasado por la prisión). Una nota original de ese estilo represivo era un legalismo sin duda un tanto surrealista en sus modalidades, y una moderación en el empleo de las desapariciones seguidas de muerte que contrastaba con los usos dominantes en Chile y más aún en la otra orilla del Plata (precisamente las más escandalosas, que iban a costar la vida de eminentes exiliados políticos de ambos partidos tradicionales, tendrían por teatro a Buenos Aires).

La eliminación violenta de toda protesta popular permitió esta vez llevar adelante la rectificación de la política económica intentada en vano desde 1958, con resultados sin embargo escasamente brillantes; la prosperidad aportada por el crédito fácil fue en Uruguay más pálida y breve que en Chile. La baja catastrófica del nivel de vida, que golpeaba a una sociedad ya víctima de un largo estancamiento, encontró su respuesta más dinámica en la emigración de las generaciones jóvenes; mientras largas colas se formaban frente a la sección consular de la embajada norteamericana, los emigrantes a Australia llegaron a fletar enteros transatlánticos... No es sorprendente que esa sociedad tan debilitada fuese incapaz de ofrecer respuestas vigorosas a un régimen que estaba destruyendo todo lo que había dado sustancia al orgullo nacional de los uruguayos. Pero en ningún sector encontraba el régimen militar los apoyos que el de Pinochet halló en Chile (aun la clase terrateniente, que había creído llegada su hora, descubría que la sobrevaluación monetaria socavaba sus márgenes de ganancia).

El fin de esa anémica prosperidad dio urgencia al problema de la transición hacia un régimen en ruptura menos violenta con las tradiciones políticas uruguayas, que desde el comienzo había preocupado más a los responsables de esa experien-

cia que a sus colegas chilenos o argentinos (ya en 1976, cuando Bordaberry propuso la adopción permanente de un régimen autoritario que prescindía de los partidos, los militares lo apartaron de la presidencia, en la que colocaron sucesivamente a dos sobrevivientes del elenco del doctor Terra, que aspiraban a asegurar un lugar en el nuevo orden a los partidos tradicionales).

Era ésa la solución adoptada por un texto constitucional que transformaba en poder cogobernante a las fuerzas armadas, y que debía ser sometido en noviembre de 1980 al veredicto del electorado. El gobierno no tenía duda de que él sería aprobado; no sólo las fuerzas políticas disidentes u opositoras habían sido reducidas a la impotencia, sino aun los enemigos de la situación terminarían sin duda por otorgar su resignada aprobación, ya que los gobernantes habían hecho claro que un rechazo provocaría la prolongación indefinida del régimen de excepción. Pero el voto negativo alcanzó la mayoría, y ello (como sin duda los votantes habían previsto muy justamente) precipitó al régimen en una crisis mortal. Ganaron ahora preponderancia en las fuerzas armadas las tendencias favorables a una apertura política menos restringida; en septiembre de 1971 ocupaba la presidencia el general Gregorio Álvarez, que ya en octubre devolvió existencia legal a los sindicatos; en noviembre de 1982 las elecciones para designación de nuevas autoridades de los partidos reconocidos (los dos tradicionales y uno de derecha católica) se transformaron en un nuevo plebiscito sobre la experiencia autoritaria, de nuevo perdedora. El partido blanco superaba al colorado, y dentro de él la fracción leal a Ferreira Aldunate, que se había transformado desde el exilio en el más conspicuo adversario de la dictadura, era fuertemente mayoritaria; también en el partido colorado las facciones menos comprometidas con el régimen llevaban la delantera.

Ante ese resultado, el poder militar aceptó acordar con la oposición nuevos términos para la transición; ciertas funciones políticas, más restringidas que las reservadas a las fuerzas armadas por el rechazado proyecto constitucional, permanecerían en manos de éstas sólo durante el primer año de gobierno constitucional, y, aunque todos los movimientos políticos y sindicales eran devueltos a la legalidad, seguirían pesando prohibiciones contra dirigentes que habían sufrido condena judicial o abandonado el país mientras se hallaban sometidos a proceso (las dos víctimas más conspicuas de estas exclusiones eran el general Seregni, candidato del Frente Amplio en 1971, y el doctor Ferreira Aldunate, jefe de la fracción blanca mayoritaria). Tanto el partido colorado como el Frente Amplio aceptaron esos términos, no así el partido blanco, que se movilizó en favor de Ferreira Aldunate, esperando imponer una democratización sin negociaciones a través del dramático retorno ilegal de éste a Uruguay.

Ello no iba a lograrse: los otros alineamientos políticos, sin duda poco deseosos de devolver a la arena política a su más temible rival a través de un episodio que lo consagraría como la figura clave de la transición a la democracia, prefirieron atenerse a los términos del acuerdo previo. Ante el fracaso de su ataque frontal, los blancos se resignaron a reemplazar a Ferreira Aldunate con otro candidato (el Frente Amplio por su parte ya había renunciado a postular a Seregni). Ello facilitó la victoria en las elecciones de noviembre de 1984 del candidato colorado Julio María Sanguinetti, identificado con las posiciones más decididamente opositoras dentro de su partido, pero considerado con todo menos conflictivo que sus rivales por las fuerzas armadas.

Los resultados electorales, que repetían casi exactamente los de 1971, inauguraron una restauración más completa de lo que nadie hubiera creído posible del marco institucional que en vísperas de la dictadura todos habían tenido por insalvablemente agotado. En parte facilitaba esa restauración el recuerdo de las calamidades que siguieron a la toma del poder por los militares, desde la universal opresión política e ideológica hasta la penuria que su gestión había dejado en herencia. En una consecuencia sólo aparentemente paradójica, la memoria de ese pasado aún quemante hizo más fácil tolerar las

concesiones que el poder civil seguía ofreciendo a las fuerzas armadas (entre ellas una amnistía a los culpables de atrocidades), ya que éstas parecían el precio necesario de su aquiescencia a la democratización.

Quizá aún más favorable a esa restauración era el debilitamiento de las fuerzas sociales cuya militancia en el anquilosado aparato institucional había sido tan poco capaz de afrontar antes de 1973. Este es en parte consecuencia de las penurias sufridas en la etapa militar, apenas aliviadas en Uruguay por una prosperidad más limitada y efímera que en Chile o Argentina, pero refleja también un proceso más prolongado de involución demográfica, agravado por la emigración. El resultado (feliz para el poder político) de esa persistente anemia de la sociedad es que en Uruguay ha sido posible adoptar una firme política económica que asegura un crecimiento lento pero sostenido y disminuye gradualmente la tasa inflacionaria, que en otras sociedades más dinámicas hubiese sin duda sucumbido bien pronto a la impaciencia de actores sociales más vigorosos. Este contexto excepcional hace posible también una resurrección de fidelidad casi arqueológica no sólo al marco institucional sino al estilo de vida y los supuestos ideológicos heredados de un pasado más feliz, que ofrece testimonio de la siempre viva nostalgia de los uruguayos por ese modesto milagro que fue en su convulsionada historia la ya remota era batllista.

El camino que llevó a Uruguay a la dictadura militar y de ella a la restauración democrática fue mucho más rectilíneo que el que paralelamente iba a emprender **Argentina**. Todavía en 1970 el fracaso del régimen militar instalado en 1966 no era allí universalmente tenido por irreversible, y el general Levingston, reemplazante de Onganía, buscó devolverle vigor dándole la orientación nacionalista que habían propugnado los opositores a la política de su predecesor.

Esa reorientación económica fue seguida del retorno de la inflación, con su habitual cortejo de devaluaciones, que aliviaron la situación del sector exportador, pero no contribuyeron a crear entre las clases populares un clima favorable para este ensayo de populismo militar y autoritario. El apoyo militar a Levingston, desde el comienzo reticente, le iba a ser retirado en 1971, cuando un nuevo tumulto popular en Córdoba terminó de persuadir a sus colegas de que era peligroso prolongar mucho más la aventura abierta en 1966; el general Lanusse, que había venido sosteniendo ese punto de vista, fue puesto al frente del gobierno para presidir la transición al régimen representativo.

Contaba para ello con un prestigio entre sus camaradas que, luego el fracaso de sus aliados de 1966, lo estaba transformando en indiscutido caudillo militar, pero la tarea que había tomado a su cargo no se anunciaba fácil. Aunque postulaba un acuerdo con el peronismo, el proyecto de transición favorecido por Lanusse aspiraba a excluir a su jefe del Gran Acuerdo Nacional que debía poner fin a las discordias argentinas, y no podía ya contar para ello con el apoyo de los veteranos del antiperonismo, convencidos ahora de que sin la participación personal de Perón cualquier solución política sería efímera, e igualmente persuadidos luego de 1966 de que los mayores peligros para el futuro de las instituciones republicanas no provenían del desterrado de Madrid, sino de las fuerzas armadas.

En favor de su línea negociadora, el presidente invocaba el inquietante crecimiento de los movimientos clandestinos, consecuencia a su juicio de la clausura de los canales legales de acción política decidida en 1966. Entre esos movimientos los de orientación peronista (Montoneros, Fuerzas Armadas Peronistas, Fuerzas Armadas Revolucionarias) que crecían más rápidamente que el Ejército Revolucionario del Pueblo, de obediencia trostkysta, sin renunciar al atentado como instrumento de lucha contra corrientes más tradicionales del peronismo (en particular la dirigencia sindical del centro y derecha) multiplicaban ahora secuestros que iban a permitirles reunir un nada desdeñable fondo de guerra. Pese a que, por designio o torpeza, esas acciones tenían a veces desenlaces luctuosos, ellas no pro-

vocaban una repulsa muy viva ni aun entre las clases conservadoras; la serenidad muy poco profética con que la opinión pública recibió la incorporación del asesinato a los instrumentos normales de lucha política aparece retrospectivamente como uno de los rasgos más sorprendentes de esta etapa argentina.

Al proponer una salida política que debía incluir al peronismo pero excluir a Perón, y desde luego a la franja guerrillera del movimiento, Lanusse venía a favorecer la coincidencia entre éstos. Perón rehusó a renunciar espontáneamente a cualquier retorno al poder, pero también a condenar a las organizaciones clandestinas, renunciando antes de la victoria a un instrumento de lucha que el jefe adversario presentaba como el que debía decidir al ejército a tomar el camino de las negociaciones.

Por el contrario, a la vez que ofrecía una afectuosa bienvenida en el movimiento peronista a las organizaciones guerrilleras, se lanzaba a un *aggiornamento* ideológico que lo acercaba a las posiciones de la juventud radicalizada que, ganada por el ejemplo de la lucha guerrillera, estaba irrumpiendo en el peronismo, y se negaba a alarmarse ante el «trasvasamiento generacional» que ésta propugnaba para imprimir una orientación más decididamente revolucionaria al movimiento que llevaba su nombre.

Dada la indulgencia con que la opinión recibía las innovaciones tácticas e ideológicas de las organizaciones clandestinas, el apoyo que Perón les brindaba no le impidió consolidar su acercamiento con las otras fuerzas políticas, que tenía en su base la coincidencia de radicales y peronistas en apoyo de la restauración constitucional, ya alcanzada cuando el gobierno de Onganía había parecido consolidarse. En noviembre de 1972 un primer retorno triunfal a Argentina lo iba a mostrar presidiendo con admirable bonhomía multitudinarios banquetes políticos que convocaban a los que habían sido sus más enconados adversarios. Sin quebrar su entendimiento con el radicalismo, organizó una coalición que no lo incluía, e integraba en cambio en torno al peronismo a partidos menores de

centro, derecha tradicional e izquierda moderada, y tomó a su cargo la selección de los candidatos peronistas incluidos en sus listas electorales.

Para la presidencia escogió al doctor Cámpora, un veterano parlamentario de la primera etapa peronista caracterizado por una legendaria docilidad. Los sindicatos eran los grandes perdedores en las listas de candidatos para el Congreso nacional y cargos provinciales; la preocupación de Perón por limitar su peso en el movimiento explica en parte la generosidad con que abrió acceso a posiciones a la izquierda y sus prolongaciones insurreccionales; la Juventud Peronista, expresión política del movimiento montonero, recibía (lo mismo que el sector sindical) un quinto de los cargos legislativos, y figuras cercanas a esa izquierda eran postuladas para ocupar importantes gobernaciones provinciales (comenzando por la de Buenos Aires).

Perón retornó a España a esperar confiadamente los resultados de la jornada electoral de marzo, para las cuales el gobierno militar, reformando de hecho la constitución, había introducido la elección presidencial directa con *ballotage*, destinada a hacer más difícil el triunfo de la coalición peronista, que no creía pudiese alcanzar mayoría absoluta. Pero el doctor Cámpora estuvo tan cerca de conseguirla que los demás partidos renunciaron a disputar su triunfo en una segunda elección; por añadidura el Frente Justicialista se aseguraba cómodas mayorías en ambas cámaras del congreso.

Aunque ese triunfo no reflejaba ningún avance sustancial de la base electoral peronista sobre la de las elecciones parlamentarias de 1965, lo que había cambiado radicalmente desde entonces era la actitud del resto del espectro político hacia el movimiento peronista, que no sólo le permitió aliarse con movimientos menores cuyos votos la llevaron muy cerca de la mayoría absoluta, sino –lo que era aún más importante– aseguró que los derrotados de la jornada reconocerían sin reticencias la plena legitimidad del gobierno ungido en ella, que ni aun sus victorias mucho más abrumadoras habían asegurado al primer peronismo.

Ese cambio favorable era contrarrestado por otros que lo eran mucho menos. Las ambiciones contrastantes del movimiento sindical y de la nueva izquierda identificada con los movimientos clandestinos debían crear dificultades muy serias. Perón, que lo advertía muy bien, concedió gravitación creciente a un grupo sin base política propia, en el que quizá por ello mismo esperaba apoyarse para controlar al movimiento en una etapa que preveía muy difícil. El jefe de este grupo era el señor José López Rega, un ex policía que en la corte del exilio había reunido las funciones de secretario privado con las de astrólogo y ayuda de cámara, y que con el apoyo de la tercera esposa de Perón iba a ocupar el Ministerio de Bienestar Social en el gabinete del doctor Cámpora.

El ascenso de López Rega preocupaba menos a la opinión que la ya desatada lucha por el poder entre la nueva izquierda y el resto del movimiento peronista, reflejada en la incesante movilización por aquélla de vastas masas de jóvenes y adolescentes encuadradas en las filas de la Juventud Peronista. Pero en el accionar de la izquierda esas acciones tumultuosas aparecían menos eficaces que las simpatías de que gozaba tanto en varios gobiernos provinciales como en el entorno inmediato del doctor Cámpora; contaba sobre todo con ellas para consumar el trasvasamiento generacional que Perón había reconocido necesario.

Esa ambición suscitaba ahora en sectores cada vez más amplios la alarma que no habían inspirado hasta entonces el extremismo táctico e ideológico de la izquierda. Ésta, que parecía no advertirlo aún, decidió hacer del retorno definitivo de Perón a Argentina la ocasión para consagrar su posición central en el nuevo régimen peronista. Para ello se proponía adueñarse de la plataforma desde la cual el retornante debía hablar al país, y rodearlo como su nuevo séquito apostólico ante un público que se contaría por millones; si esperaba encontrar alguna resistencia de los sectores tradicionales del peronismo, sus anteriores experiencias no la incitaban a anticipar ninguna demasiado temible.

Se llegó así a la jornada del 20 de junio de 1973, en que –ante la más vasta multitud jamás congregada en la historia argentina– las tensiones que anidaban en el movimiento restaurado se desencadenaron en una batalla campal en torno al aeropuerto, mientras el avión que traía al desterrado y su comitiva debía ser desviado. La izquierda fue en ella clamorosamente derrotada por grupos de derecha peronista con raíces en el aparato de seguridad de la etapa anterior a 1955, auxiliados por las bandas improvisadas por el señor López Rega desde el Ministerio de Bienestar Social, ya más eficaces que los elementos de acción al servicio de la dirigencia sindical.

Perón, que no hizo misterio de su identificación con los vencedores de Ezeiza, denunciaba ahora a los vencidos como un cuerpo extraño infiltrado en el movimiento para desviarlo a objetivos que nunca habían sido los suyos; la negativa de la izquierda a ver en esos ataques otra cosa que un reflejo del influjo alcanzado por López Rega sobre su venerado líder no impidió que ellos terminasen de aislarla tanto en el peronismo como frente al resto de las fuerzas políticas y sociales, y sus ocasionales recaídas en la violencia agravaban aun más ese aislamiento. Bajo el signo de la lucha contra los infiltrados comenzó una metódica depuración cuya primera víctima fue Cámpora, quien se apresuró a dimitir; el yerno del señor López Rega y presidente de la Cámara de Diputados, que lo reemplazó interinamente, la extendió al congreso y las administraciones provinciales, y ella proseguiría aún más impetuosamente luego de la elección triunfal de la fórmula Perón-Perón, que en octubre de 1973 reunía los sufragios de dos tercios del electorado, pese a que la decisión del general de hacerse acompañar en ella por su esposa había despertado muy escaso entusiasmo tanto dentro como fuera del peronismo.

Para entonces había comenzado a actuar un terrorismo de derecha que la opinión vinculaba al ministro López Rega, mientras la izquierda, cada vez más acorralada, retornaba también ella de modo sistemático a los atentados personales; a ello iba a seguir la ruptura clamorosa entre ésta y Perón, en

el marco de la manifestación del primero de mayo de 1974, que los simpatizantes de la guerrilla y la Juventud Peronista abandonaron entre los insultos del jefe del movimiento. Para entonces el desafío de la izquierda había perdido buena parte de su eficacia, pero los métodos usados para contenerlo habían provocado ya una degradación gravísima del clima político. No era con todo ese problema (que no parecía advertir como tal) sino el que le planteaba su base sindical el más grave que debía afrontar la restauración peronista.

Lo iba a poner en primer plano el agotamiento de la expansión económica inducida en 1973 por la masiva redistribución de ingresos decidida por el gobierno peronista. Ésta se había acompañado de una expansión productiva que dio momentánea eficacia al rígido control de precios y salarios establecido de acuerdo con la consigna de «inflación cero» lanzada por Perón. Mientras la agricultura de exportación, favorecida por una buena coyuntura internacional, proseguía un avance que disipaba la amenaza inmediata de una crisis del sector externo, la emisión monetaria, que en algo más de un año duplicó el circulante, obligó a reiterados reajustes de precios y salarios, insuficientes estos últimos para mantener los niveles reales de mayo de 1973. Unas semanas después de su ruptura con la izquierda, un Perón ahora más entristecido que colérico debió rogar a una multitud obrera que moderase sus impaciencias; de lo contrario abandonaría la presidencia, y junto con ella la conducción de un esfuerzo de reconstrucción en la concordia que debería confesar fracasado. Era, aunque él no lo sabía, la melancólica despedida de un moribundo. Su muerte, el 1 de julio de 1974, provocó un instintivo retorno a la concordia, reflejado en el crédito de benevolencia abierto a su viuda que lo reemplazó en la presidencia.

Desde ella, María Estela Martínez de Perón iba a imponer las soluciones de la derecha peronista. Las acciones terroristas contra la izquierda (y no sólo por cierto la guerrillera) culminaron en una campaña de exterminio, a la que los movimientos insurreccionales respondieron retornando a la acción

clandestina, que incluyó ahora, a más de secuestros con rescates millonarios, asesinatos de industriales insensibles a las demandas laborales. Finalmente la guerrilla peronista, ahora unificada en el movimiento montonero, adoptó la táctica lanzada primero por el Ejército Revolucionario del Pueblo (trotskysta), en una campaña de atentados indiscriminados contra oficiales de las fuerzas armadas que debía incitarlas a derrocar el gobierno de la señora Perón.

La violencia creciente debilitó las resistencias de la opinión pública a un nuevo golpe, al que empujaba también el agravamiento de la situación económica. La rectificación de la política económica se tornaba cada vez más urgente, y en junio de 1975 el señor Celestino Rodrigo ocupó la cartera de Economía por consejo del señor López Rega, y con un plan estabilizador que apelaba a la vez a la recesión y la caída del salario real. La oposición de los sindicatos fue tajante, y el gobierno, que no había temido aislarse de todas las fuerzas políticas excepto la derecha peronista, se descubrió incapaz de doblegarla; el golpe decisivo provino de las fuerzas armadas, que se negaron a colaborar en la represión de la protesta obrera.

A partir de entonces el gobierno se transformó en prisionero de los sindicatos, cuyo veto hizo imposible cualquier medida contra una inflación ya incontenible, que a comienzos de 1976 bordearía el 1000 por 100. Era intención de las fuerzas armadas (que en noviembre de 1975 habían sido puestas a cargo de la represión de los movimientos guerrilleros, que las bandas de la derecha peronista y los sindicatos, interesadas sobre todo en la eliminación de sus adversarios políticos, no habían logrado completar) permitir que esa penosísima agonía se prolongase hasta que la resignación a un nuevo golpe se tornase universal; en marzo de 1976, juzgando que ese objetivo se había logrado, tomaban el poder para dirigir desde él un proceso de reorganización nacional para el cual no fijaban límite temporal alguno.

Esta vez, más claramente aún que en 1966, eran las fuerzas armadas como institución las que tomaban el poder; su ges-

ción no iba a ser facilitada por ello, ya que las divisiones entre armas y tendencias iban a trabar constantemente su marcha, y restar eficacia al sumario aparato institucional a través del cual iban a ejercer el poder. Éste tenía a su frente a la Junta de comandantes de las tres armas, que designaba al presidente (en 1976 el general Jorge Rafael Videla, que logró primero retener la comandancia en jefe del ejército, y luego y más dificultosamente transferirla a su aliado el general Viola) y legislaba con la colaboración de una Comisión de Asesoramiento de nueve miembros, paritariamente distribuidos entre las mismas armas, que debían expedirse por unanimidad. Esos rasgos, que sumaban a los inconvenientes de la autocracia los del parlamentarismo más extremo, se acompañaban en los niveles intermedios de los avances de una suerte de anarquía feudal.

Éstos iban a ser particularmente rápidos en la etapa inicial, en el marco de la despiadada campaña destinada a terminar, más aun que los movimientos clandestinos (esa tarea, según los nuevos gobernantes sabían muy bien, estaba ya muy avanzada), con la alarmante simpatía que por ellos había aflorado en tantos sectores impensados. Para lograrlo se creía necesario distribuir castigos inolvidables, en un indiscriminado exterminio de activistas y simpatizantes que golpeaba con particular dureza a las generaciones jóvenes. No sólo esa represión, que, puesto que se quería descentralizada, quedaba a cargo de ejecutores locales dotados de muy amplia autonomía, ofrecía terreno fértil para deslizamientos neofeudales: los favoreció además la falta de unanimidad en la cúspide, que aseguraba que siempre habría en ella protectores para los responsables de los peores excesos en el salvajismo represivo. No es extraño tampoco que esos deslizamientos se hicieran pronto sentir en otras áreas de gobierno, ni que se orientaran a veces a satisfacer las aspiraciones económicas, y no sólo los objetivos político-ideológicos, de esos administradores incontrolados de poderes deliberadamente indefinidos.

La ausencia de cohesión en la corporación gobernante se reflejó también en una política económico-social afectada por graves contradicciones. El doctor José Alfredo Martínez de Hoz, llevado al Ministerio de Economía por el general Videla, era partidario decidido del liberalismo económico, pero su libertad de acción aparecía trabada en aspectos esenciales. Así, las fuerzas armadas, que a partir de la primera administración peronista habían venido transformando a no pocas empresas del Estado en feudos cerrados, frustraron eficazmente la privatización de éstas, favorecida por el ministro; temerosas de las consecuencias de un descontento social demasiado generalizado declararon por añadidura intolerable cualquier alza persistente de la desocupación provocada por la apertura rápida de la economía.

Tanto ésta como la reorganización profunda de las empresas del Estado quedaban pues descartadas; el instrumento principal que quedaba disponible para la transformación que Martínez de Hoz proclamaba urgente era el monetario. Luego de dos años de inmitigada austeridad, que gracias al continuo avance de la agricultura exportadora permitieron equilibrar la balanza de comercio, la holgura financiera comenzó a ser utilizada para mantener una alta paridad para el peso, que a juicio del ministro daría el golpe de gracia a las industrias antieconómicas. Mientras las menos concentradas languidecían (las productoras de bienes de capital y de consumo duraderos seguían protegidas por altísimos impuestos de importación en esos rubros) y se expandía frenéticamente el aparato mercantil y financiero, al que se reorientaban no pocos empresarios y trabajadores industriales (alejando así el espectro de la desocupación, a lo que contribuía también la acrecida emigración de profesionales y trabajadores calificados) las exportaciones agrícolas sufrían las consecuencias de la sobrevaluación de la moneda nacional, y la balanza de comercio entraba en déficit crónico, equilibrado en la de pagos gracias al constante ingreso de nuevos créditos externos.

Esa bonanza de base tan frágil fue con todo suficiente para ganar al régimen militar la resignada aceptación de sus gobernados, que la agradecían también que luego de dos años lar-

gos de matanzas el clima de terror comenzara a aliviarse; fue ese clima colectivo el que hizo posible el uso político del campeonato mundial de fútbol celebrado en Argentina en 1978, en cuya última jornada triunfal el general Videla fue cordialmente recibido por la multitud.

Pese a ello, las divisiones en la cúpula persistían, y en 1980 no iba a ser fácil a Videla, cuyo mandato cesaba, asegurar la sucesión para el general Viola, partidario como él de una cautelosa apertura política. Ya para entonces, por otra parte, el régimen comenzaba a afrontar las consecuencias de las atrocidades que habían marcado su etapa de consolidación; en 1979 una misión de la Organización de Estados Americanos visitaba Argentina y preparaba un informe devastador sobre los derechos humanos en el país. En 1981 el brusco agravamiento de la situación económica, originado en el fin del crédito externo y reflejado en una crisis gravísima del sistema bancario nacional, fue seguido de un retorno a la inestabilidad política; en noviembre Viola era reemplazado por el general Galtieri, partidario de un retorno a las líneas originarias del experimento militar.

Su encumbramiento había sido apoyado por la marina de guerra, a la que el nuevo mandatario había prometido invadir las islas Malvinas, ocupadas por Gran Bretaña desde 1833. Tornaba aún más atractiva la empresa el creciente descontento causado por la adversidad económica, que hubiera sido ya imprudente combatir por el terror, y que la recuperación triunfal de las islas prometía trocar en apoyo unánime al régimen militar. No era la primera vez que la tentación de la aventura externa se había hecho sentir: a fines de 1978 Argentina estuvo muy cerca de buscar en la guerra la solución a su largo litigio de límites con Chile; sólo una pública oferta de mediación pontificia, acompañada de una amenaza de dimisión del general Videla, pudo entonces evitarla.

Contra lo que habían esperado sus promotores, ni la toma de las islas, recibida con una explosión de entusiasmo popular aún más intensa de lo que éstos habían anticipado, era

aceptada por Londres como un hecho consumado, ni los Estados Unidos favorecían a Argentina en el conflicto. Mientras la intransigencia del gobierno militar condenaba al fracaso a negociaciones que hubieran marcado el fin del dominio británico sobre las islas, la flota británica avanzaba sin prisa pero sin pausa hacia el disputado archipiélago, que iba a reconquistar pese a una resistencia que sólo alcanzó eficacia en lo que tocaba a la fuerza aérea. La capitulación de la guarnición argentina en las islas provocó la caída del general Galtieri, que en vano había buscado en el Este los apoyos que los Estados Unidos le habían negado (mientras Fidel Castro organizaba para su canciller una recepción triunfal en La Habana, la URSS se abstenía de ofrecer auxilios más tangibles a la causa argentina).

Convicto de criminal incompetencia, el régimen no pudo ya negociar los términos de la salida electoral que necesitaba con urgencia. La catástrofe militar, unida a una crisis económica cada vez más grave, dispuso finalmente a la opinión argentina a prestar oídos al clamor de los sobrevivientes de las recientes matanzas, que habían horrorizado al resto del mundo: las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo se encontraron súbitamente rodeadas de una devoción poco menos que universal, mientras se hacía igualmente universal la convicción de que la crisis argentina había alcanzado tales extremos que, más que un retorno de rutina al orden constitucional, se requería un nuevo comienzo político, en ruptura total no sólo con el régimen establecido en 1976, sino con el largo medio siglo abierto en 1930, que aparecía ahora como un lento pero inexorable avance hacia el abismo.

Así lo advirtió con admirable lucidez el candidato presidencial de la Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín, al ofrecerse como alternativa al pacto sindical-militar, que según denunciaba unía contra él a las fuerzas que, en concordia o discordia, habían dominado la vida argentina desde 1945. Frente a un peronismo que creía que le bastaba presentarse al comicio para levantarse con el poder, iba a alcanzar una victoria más

holgada que la que en marzo de 1973 había devuelto a ese peronismo el gobierno.

Pero el nuevo presidente parecía entender que ese nuevo comienzo no requería un redimensionamiento de las fuerzas sociales e institucionales que habían dominado en el anterior medio siglo, sino sólo su adaptación al marco de la democracia pluralista; como pronto iba a advertirse, esas fuerzas (desde los sindicatos que un proyecto presidencial intentaba reorganizar sobre esas líneas, hasta las fuerzas armadas, que el presidente esperaba habrían de depurarse espontáneamente de los mayores responsables de las atrocidades pasadas) se rehusaban a encarar esa adaptación.

Mientras el informe de la Comisión presidencial sobre la desaparición de personas, y luego el juicio a los comandantes en jefe de la etapa militar procuraban despejar el siniestro legado de ésta, el gobierno quedó enzarzado en un conflicto crónico con los sindicatos, que no había logrado reformar por vía legislativa. Abrumado por la deuda externa legada por el régimen anterior (particularmente alta en Argentina debido al desorbitado programa de rearme), su esfuerzo por aumentar y luego mantener el nivel de los salarios reales, que no desarmó la hostilidad sindical, para mediados de 1985 estaba llevando a la inflación a niveles cercanos a los de la última etapa de gobierno de Isabel Perón.

La respuesta fue la adopción del Plan Austral, que renunciaba a la emisión sin respaldo, y encontró un eco favorable inesperadamente unánime y fervoroso. Pero su éxito a largo plazo hubiese requerido una reforma del sector estatal, y en particular de las empresas públicas, cuyos déficits habían crecido durante la gestión militar; los esfuerzos fueron en este aspecto esporádicos y poco eficaces. Mientras en las elecciones parciales que siguieron a la introducción del Plan Austral el partido ahora oficial conservaba su mayoría, dos años después la falta de un decidido rumbo socioeconómico y el retorno de la inflación otorgaban una igualmente ajustada al peronismo.

La reestructuración de las fuerzas políticas anunciada por la victoria radical de 1983 no se ha consumado, pero ello no parece amenazar por el momento la estabilidad del régimen constitucional, pese a que las fuerzas armadas no se reconcilian con la desautorización de su gestión pasada (un par de golpes fracasados parecen confirmarlo). Mientras tanto la sociedad argentina no cesa de transformarse sobre líneas que necesariamente restan fuerza a los grandes antagonistas de la etapa pasada; así, al impedir los sindicatos la reestructuración del sector público, entre cuyos trabajadores encuentran ahora sus apoyos más sólidos, aceleran el deterioro no sólo de las empresas sino también de los servicios públicos; las fortalezas que defienden con éxito son así inexorablemente corroídas por ese mismo éxito.

Mientras en Argentina, como en el resto del Cono Sur, la gestión del despotismo militar implantado en la década pasada se cierra con un balance socioeconómico tan negativo como el político, la más larga trayectoria del autoritarismo militar brasileño sugiere uno más balanceado. En **Brasil** ese mismo año de 1969 que consagró el triunfo de la versión más dura de ese autoritarismo consumó a la vez la transición entre lo que había sido tan sólo una recuperación económica cíclica luego de la recesión de mediados de la década, y lo que había de llamarse milagro brasileño.

La victoria de la línea dura, que pareció hacerse irreversible al ocupar la presidencia del general Garastazu Medici, proveniente de los servicios de inteligencia, no logró eliminar del todo el influjo en las altas jerarquías militares de la corriente identificada con la memoria de Castelo Branco, que prefería a una dictadura militar permanente la instalación de un régimen semi-representativo, controlado por una alianza de la cúpula militar y los sectores políticos más conservadores.

Sin duda un primer fracaso de ese proyecto había sido ya la causa de la crisis de 1968, provocada por la incapacidad de la derecha política para ganar elecciones aun con el apoyo del

régimen revolucionario. Pero no por ello la fracción militar ahora postergada había renunciado a aplicar de nuevo su proyecto en un momento más propicio, y –lo que era aún más notable– la victoriosa no osaba tampoco desautorizarlo: por el contrario, el general Garastazu Medici decía aspirar a transmitir el poder a autoridades plenamente constitucionales al cesar en su mandato en 1974. Y aun más significativo era que el congreso federal, disuelto por un acorralado Costa e Silva luego de la crisis de 1968, hubiese sido convocado de nuevo en 1970 bajo los auspicios de la línea dura; ese gesto confirmaba que aun la más extrema facción militar se mostraba más respetuosa de la tradición institucional brasileña que Getulio Vargas en su etapa semifascista.

¿Por qué? Sin duda influía en ello el nuevo clima mundial: aunque bajo el estímulo de la guerra fría los Estados Unidos habían promovido regímenes dictatoriales en tres continentes, la solución dictatorial nunca había recuperado la respetabilidad ideológica de que había gozado en la entreguerra; contra ella militaba además el menosprecio de los oficiales brasileños por el caudillismo político de base militar en que ven una manifestación típica del primitivismo hispanoamericano. Había por añadidura otras razones que hacían desaconsejable descorrer el último velo constitucional que ocultaba la esencia despótica del régimen brasileño: un despotismo desembozado, al consagrar el predominio faccioso de la fracción extrema del cuerpo de oficiales, amenazaría la estructura jerárquica de las fuerzas armadas, y arriesgaría provocar la reacción de todos los que se identificaban con ese marco jerárquico, comenzando desde luego por los que ocupaban en él el nivel más alto.

Esa satisfacción simbólica ofrecida al sector moderado no impidió la acelerada consolidación de un estado policíaco, en el que el aparato represivo, mal controlado por quienes ocupaban la cumbre del poder, estaba adquiriendo los recursos necesarios para transformarse en rival de éstos. Aunque ello plantearía problemas en el futuro, no los creó al gobierno de

Garrastazu Medici, del todo identificado con las orientaciones de la línea dura que controlaba ese aparato; mientras tanto las depuraciones que habían eliminado a los opositores más intransigentes, y la prudencia que inspiraba en los demás el clima de terror evitaron que la reanudación de la vida política desembocase en una crisis como las que habían frustrado las de 1965 y 1968.

Gracias a nuevas manipulaciones del sistema electoral, pero sobre todo al uso descarado de la intimidación de votantes y candidatos, las elecciones de renovación del congreso aseguraron en 1972 una sólida mayoría para el partido oficialista, y la casi nula libertad de iniciativas dejada a los parlamentarios privó de consecuencias inmediatas a la victoria de la oposición en los mayores centros urbanos.

A la vez la prosperidad cada vez más arrolladora restaba intensidad y por lo tanto eficacia al sentimiento opositor. Sin duda ella se repartía muy desigualmente, pero las víctimas principales de la política redistributiva del régimen militar no habían gravitado significativamente en la vida política brasileña ni aun en el marco menos restrictivo vigente hasta 1964; los grupos que entonces habían ofrecido su base política al centro y la izquierda (desde los sectores progresistas de las clases medias, que junto con el resto de ellas estaban ahora descubriendo los deliciosos tormentos de la civilización del consumo, hasta la *intelligentsia* que pese al oscurantismo ideológico del régimen veía ahora abrírsele nuevas posibilidades ocupacionales con niveles de ingresos impensables en el pasado, y los trabajadores de las industrias de punta, cuyos salarios subían más rápidamente de lo que disponían las prudentes pautas gubernativas) entraban a contar entre los beneficiarios menores del milagro brasileño; si ello no los inducía en ver con más favor al régimen militar, les daba más paciencia para soportarlo.

Las modalidades del milagro atenuaban también las tensiones entre sus mayores beneficiarios. La caracterización del régimen brasileño como «fascismo colonial», desde el comienzo

problemática, describía muy mal los rasgos básicos del que se estaba perfilando en el marco de la prosperidad. Sus protagonistas no son tan sólo, como quería esa caracterización demasiado sumaria, las empresas multinacionales conquistadoras de la economía nacional, y un Estado-gendarme que, opresivo en la esfera política, no aspira a participar en el control de la económica; si es verdad que aquéllas se expanden más rápidamente que la economía en su conjunto, por su parte el nuevo estado autoritario y represor sigue siendo, aún más que antes de 1964, un Estado empresario; por añadidura, pese a las lamentaciones de quienes se proclaman representantes de esa clase, los mayores empresarios brasileños encuentran también su lugar en la cumbre.

Un celebrado teórico de la dependencia latinoamericana, Fernando Henrique Cardoso, prefería ahora hablar, antes que de desarrollo dependiente, de desarrollo asociado; y en efecto, mientras la onda expansiva se mantuvo a un ritmo cercano al 10 por 100 anual, las tensiones entre los sectores dominantes del nuevo orden socieconómico brasileño, y entre éste y sus interlocutores externos, quedaban amortiguados por ese común impulso hacia adelante. La aproximativa concordia que reinaba en la cima, y el amortiguamiento de las tensiones que afectaban al resto de la sociedad brasileña eran algo más que el resultado coyuntural de una represión exitosa y una ola de prosperidad sin precedentes; por eso una vez calmada aquélla y disipada ésta no volverían a aflorar ya los mismos conflictos y los mismos antagonistas que habían dominado la escena antes de 1964.

La expansión que a fines de la década haría de la economía brasileña la octava entre las capitalistas estaba entonces introduciendo cambios tan vertiginosos como irrevocables en la estructura de la nación. La acelerada expansión industrial, que avanzaba de la producción de artículos de consumo duradero a la de bienes de capital y de insumos industriales, y se orientaba cada vez más a la exportación, a la que ofrecía una amplia gama de productos, desde los de cuero hasta armamentos de alta tecnología, estaba consolidando al sur de São Pablo un vasto conglomerado urbano que iba a enmarcar –más completamente que nunca en el pasado– la experiencia de vida de los trabajadores, y completar así (más rápidamente de lo que en 1964 parecía posible) la transformación de la masa de migrantes de cercano origen rural que habían dado base tanto al populismo de Goulart como al paternalismo de Adhemar de Barros en una madura clase obrera industrial, en un proceso comparable a los que en el siglo anterior habían tenido por teatro la cuenca del Ruhr o la del Ohio.

En el Brasil centro-meridional la transformación social excedía por otra parte los límites de la ampliada clase obrera, y aun de la sociedad urbana: en parte en tierras que antes fueron de café, granjeros organizados en poderosas cooperativas sostenían la expansión de nuevos rubros de exportación (como la soja, de la que Brasil se ha transformado en el primer país exportador).

Si todo esto es verdad, es también innegable que, aun en ese centro-sur lanzado a una transformación acelerada, los efectos sumados de las desigualdades sociales que seguían agravándose, aunque menos dramáticamente de lo que afirmaban los críticos del régimen militar, y de un crecimiento demográfico cada vez más impetuoso, se reflejaban en contrastes de prosperidad y miseria imposibles de ignorar aun en las capitales del milagro. El crecimiento poblacional no se reflejaba tan sólo en el éxodo hacia las ciudades, que tenía entre otras consecuencias una suerte de urbanización de la pobreza: aceleraba también el avance de la franja agrícola pionera que cubre toda la historia brasileña. La actitud del régimen ante él era ambigua: por una parte celebraba que viniese a descomprimir a esa zona de alta tensiones sociales que es siempre el nordeste; por otra procuraba para esas migraciones específicamente obreras un lugar central entre las de las clases subordinadas, las de éstas vinieron a entrelazarse en el Brasil central y penetrado con más variable fortuna y mucho más costosos apoyos del Estado en la Amazonia.

La compatibilización de ambos avances parecía aún posible; la brutal marginación de las poblaciones indígenas era todavía capaz de abrir lugar para todos en el vasto interior, y por lo tanto la desorganizada penetración de mínimos agricultores pioneros podía seguir sirviendo, como en el pasado, de vanguardia para la conquista reglada del territorio por otros protagonistas más poderosos de la expansión agrícola.

He aquí un cuadro que aparece por fin realizar las esperanzas de que se había nutrido la proverbial ufanía brasileña. Pero, aunque esa gran ola expansiva estaba creando un Brasil nuevo, su economía seguiría tan vulnerable como en el pasado a los cambios de la coyuntura mundial. Aunque las exportaciones crecen de modo impresionante, gracias a una diversificación que atenúa el predominio del café en las agrícolas, y lleva a más del 50 por 100 la parte de las industriales, ese avance se acompaña del aún más impetuoso de las importaciones de bienes de capital y de insumos industriales, que –financiadas ya sea por la inversión extranjera, ya por el crédito externo– gravan negativamente sobre la balanza de pagos, hasta tal punto que una inflexión en los precios internacionales del café puede tener consecuencias tan temibles como cuando éste dominaba sin rivales la economía brasileña.

Los peligros de la vulnerabilidad externa se van a hacer sentir más pronto de lo esperado: la primera crisis del petróleo golpeaba con dureza a una economía que ha utilizado al máximo las oportunidades ofrecidas por la baratura de ese combustible, expandiendo su red de carreteras y su parque automotor y prefiriendo a la explotación más inmediatamente rendidoras. Ya en 1974 el general Ernesto Geisel, que sucede a Garastazu Medici, debe afrontar las consecuencias, que no pocos temen (o esperan) fatales para el experimento político que le toca ahora timonear. Pero éstas son aliviadas por la abundancia de crédito a bajas tasas de interés creada por la súbita alza del lucro petrolero; la deuda externa crece sin duda de modo alarmante, pero gracias a ello la economía crece también en 1974-78 a un ritmo más lento que en los años centrales del milagro, pero todavía a un muy respetable 7 por 100 anual, y sin que se acelere considerablemente la inflación. Esos resultados aparecen aún más notables cuando se los compara con los de los países del Cono Sur (o también México o Venezuela); a diferencia de lo que ocurre en todos ellos, el endeudamiento será utilizado en Brasil para continuar la expansión del aparato productivo.

Ese impacto inesperadamente atenuado no podría ser entonces el factor decisivo en la resurrección del conflicto político. Ésta se produjo cuando el presidente Geisel se decidió por fin abordar la tan postergada apertura. La línea dura militar, que en 1974 no había podido impedir su elección (fruto de las manipulaciones de los acorralados sobrevivientes del castelismo desde su reducto del Ministerio de Guerra), iba a multiplicar los obstáculos en el camino del nuevo presidente, utilizando para ello el dominio que retenía del aparato de inteligencia y represión.

Por su parte el resurgente castelismo no logró tampoco ahora superar los obstáculos que en 1965 y 1968 se habían interpuesto ya en su camino; en noviembre de 1974 las elecciones de renovación legislativa colocaron al MDB opositor muy cerca de obtener la mayoría en la Cámara de Diputados; el partido oficialista se mostraba de nuevo incapaz de constituirse en heredero político de la experiencia autoritaria. Ese resultado, que confirmaba las previsiones de la línea dura, exasperó la oposición de ésta, provocando un retorno a los peores usos represivos por parte de los organismos de inteligencia, que culminó con la muerte bajo tortura de un conocido periodista de São Paulo, Wladimir Herzog.

Esas tácticas eran ya incapaces de asegurar los resultados esperados: la agitación provocada por el caso Herzog transformó al cardenal Arns, arzobispo de São Paulo, en la figura central en la oposición de la Iglesia al régimen autoritario, en reemplazo del obispo de Olinda y Recife, Dom Helder Camara, marcado desde su lejana juventud por una inquieta vocación política y en etapas más recientes por un creciente radi-

calismo social; el relevo de esa figura irremediablemente marginal por quien era la encarnación misma del nuevo *establishment* eclesiástico era uno de los signos más claros de la vertiginosa ampliación del frente opositor.

Esa ampliación a la vez modificaba sutilmente el sentido de la acción opositora. Sin duda, el *establishment* rehusaba ahora a solidarizarse con la condena contra las tendencias más radicales, invocada por el régimen para justificar la brutalidad de la represión, pero estaba lejos de abrirles con ello un más amplio campo de influencia, y por el contrario las mediatizaba irremediablemente. Así, el ampliado consenso opositor que se afirmaba en el campo católico, aunque no repudiaba la llamada «opción privilegiada por los pobres» que definiría a la izquierda católica, reivindicaba en primer término el derecho de los brasileños a ver sus libertades y sus vidas mejor respetadas por quienes los gobernaban. La unificación de la opinión católica en torno a exigencias esencialmente políticas avanzaba paralelamente con mutaciones análogas de la opinión secular, y como éstas respondía en parte al agotamiento a escala mundial de las esperanzas revolucionarias por un momento reverdecidas en la década de 1960, pero reflejaba también la dificultad de seguir creyendo que las libertades formales aseguradas por la democracia burguesa eran vacías apariencias, luego de haber descubierto que podían ser literalmente un asunto de vida o muerte.

Con esos redefinidos objetivos el frente opositor iba a expandirse aún más de lo que se había creído posible, hasta transformar en centros de resistencia cada vez más militante contra la arbitrariedad represiva del régimen a los colegios de abogados, que habían sido y seguían siendo fortalezas del conservadurismo más tradicional. Y desde que la economía entró en una etapa más difícil, las tensiones entre los empresarios nacionales, el Estado y las empresas multinacionales comenzaron a provocar en los primeros una inesperada nostalgia por un orden político más abierto; cuando el crecimiento de la deuda externa se estaba tornando alarmante, una empresa tan costosa y poco prometedora como la colonización de la Amazonia comenzaba a parecer prueba suficiente de los peligros del activismo económico de un estado excesivamente autónomo frente a la sociedad, y aun ante otras menos extravagantes (como las obras hidroeléctricas y ferroviarias destinadas a disminuir la dependencia brasileña del petróleo importado), esos empresarios hubieran preferido discutirlas desde una posición menos débil que la que les reconocía el Estado autoritario. Frente a él y a las multinacionales, económicamente más poderosas pero impopulares, el retorno a un orden político menos restrictivo podía darles ventajas que (comenzaban a pensar) compensarían las consecuencias negativas de un retorno a la libertad sindical...

La reorientación de las elites brasileñas se reflejó bien pronto en la de la prensa, movilizada también ella al servicio de la exigencia liberal-constitucional, bajo cuyo signo esas elites se estaban reunificando, que ahora incluía un reconocimiento del derecho de las clases subordinadas a sostener reivindicaciones sociales y no sólo políticas, que muy pocos dentro de esas elites habían estado dispuestos a otorgar sin reticencias antes de 1964. Ese reconocimiento se tornaba más fácil porque nada parecía anticipar un retorno a los choques sociales que tanto habían pesado en la crisis de aquel año fatídico. Durante la larga etapa en que la represión había hecho imposible a los sindicatos conservar para las reivindicaciones específicamente obreras un lugar central entre las de las clases subordinadas, las de éstas vinieron a entrelazarse con otras muy variadas, desde las esgrimidas por los movimientos ecológicos hasta las de vecindarios no necesariamente humildes que denuncian las insuficiencias de una urbanización demasiado rápida, y aun los de núcleos todavía más vastos que se presentan como víctimas de la inflación (aun el régimen aprenderá a utilizar esa novedad, que beneficia sobre todo a sus adversarios, cuando promueva la ley de divorcio, reivindicada por el movimiento feminista, pero combatida por la Iglesia, castigando así el activismo político de los prelados brasileños).

Reivindicaciones tan variadas se apoyan en una red organizativa a menudo informal pero casi nunca ilegal, que en el campo católico se canaliza a través de las Comunidades Eclesiales de Base, creadas ya antes de 1964 para paliar las consecuencias de la escasez de sacerdotes, pero que ya entonces habían asumido en algunos casos funciones de concientización ideológica, y tuvieron papel importante en el despertar de la sociedad civil que se dio un vez superada la etapa más dura de despotismo militar.

Ese despertar iba a alcanzar finalmente al movimiento obrero: en 1978, en el triángulo de suburbios industriales de São Paulo, una huelga metalúrgica marcaba al espectacular punto partida de un «nuevo sindicalismo», afincado en las industrias más dinámicas, que desdeñaba la alianza con el Estado en favor de confrontaciones y negociaciones directas; en unas semanas el jefe del movimiento, Luis Inácio da Silva, *Lula* para sus seguidores y pronto para todo el Brasil, alcanzó celebridad internacional. La nueva militancia obrera provocaba reacciones que revelaban cuánto había cambiado desde 1964; mientras la oposición de elite, y en particular los sectores cercanos a la Iglesia la apoyaba con entusiasmo, la marxista la recibía sin cordialidad (tanto los sindicalistas cercanos al Partido Comunista brasileño como los inclinados al maoísta Partido Comunista del Brasil preferían la táctica sindical que se había perfilado a partir de 1930).

Mientras el despertar de la sociedad civil se extendía hasta los últimos rincones de Brasil, el presidente Geisel seguía aspirando a consumar la apertura sin comprometer las innovaciones introducidas por la experiencia autoritaria. Para ello iba a retocar una vez más el aparato institucional: puesto que el partido oficialista había perdido la mayoría de dos tercios en el congreso y ya que la oposición alcanzaba la mayoría en varios estados claves, se establecería la elección indirecta de gobernadores y de una parte del senado...

A la vez que reforzaba los mecanismos institucionales contra la ofensiva opositora, Geisel socavaba las posiciones de la

línea dura, y ello le permitió en 1979 entregar el mando al general Euclides Figueiredo, a quien había escogido para sucesor. Esos avances tan lentos y ambiguos hacia un orden político más abierto no bastaron para ganar a Brasil el favor de la administración de Carter, que como sus predecesoras lo hallaba en otros aspectos demasiado independiente (así, no aprobaba que al derrumbarse el imperio africano de Portugal, Brasil estableciese cordiales relaciones con los gobiernos marxistas de los estados sucesores, ni tampoco que persistiese en una política nuclear que se apartaba de las pautas promovidas por Washington). Pero esa frialdad no iba a incidir en la evolución política interna: la oposición hallaba grato que el régimen autoritario practicase una política exterior independiente, que había sido siempre la suya, y aunque no se proponía esquivar el tema de las violaciones a los derechos humanos, lo hallaba demasiado explosivo para hacerse eco en cuanto a él de los planteos de la diplomacia norteamericana.

Como sus predecesores, Figueiredo aseguraba que su más hondo anhelo era consumar la institucionalización del régimen, y era ya indudable que sólo una reorientación política mucho más drástica que la de 1968 podría cerrar el camino a ese desenlace tan anunciado. El gabinete del nuevo presidente se identificaba con ese objetivo, impulsado por otra parte por el general Golbery do Couto y Silva, restituido a su papel de consejero áulico por Geisel y aun más influyente sobre su sucesor. Desmanteladas las bases de la línea dura en la cúpula militar, su última batalla la iba a librar desde los servicios de inteligencia, que en 1980 y 1981 lanzaron una campaña de terrorismo anónimo. Mientras tanto el ingenioso Golbery buscaba influir en los resultados electorales, ya no consolidando a la impopular ARENA (que iba a buscar mejor suerte bajo la nueva sigla PDS), sino eliminando las normas que, al obligar a la oposición a agolparse en el MDB, le habían impuesto el marco unitario que había hecho posible su desquite triunfal. Aunque la mayor parte del centro-izquierda permanecería en el MDB (ahora rebautizado Partido Movimiento Democráti-

co Brasileño, o PMDB), la creación del Partido de los Trabajadores por el nuevo sindicalismo y la del Partido Democrático Laborista por algunos sobrevivientes del séquito de Goulart, capitaneados por Lionel Brizola, ahora convertido a la más circunspecta socialdemocracia, dispersaban suficientes votos opositores para devolver esperanzas al jaqueado oficialismo.

Pero los problemas de la apertura no eran los más urgentes que debía afrontar el gobierno de Figueiredo. En 1979 el alza de las tasas de interés puso fin a la larga expansión de la economía brasileña. El nuevo ministro de Economía, Mario Simonsen, no ocultó que el milagro había terminado, y que eran necesarios remedios recesivos para evitar la crisis del sector externo y frenar una inflación cada vez más impetuosa. Nadie estaba aún dispuesto a aceptar ese mensaje, y su reemplazo por Delfim Neto fue recibido con universal alivio. El padre del milagro brasileño aseguraba que era posible seguir expandiendo la economía con argumentos más vagos y eclécticos que en el pasado, pero más que ellos era su contagioso optimismo el que le ganó por un momento el favor del público.

Por un momento tan sólo; mientras el retorno de la inflación se reflejaba en una agudización de los conflictos laborales, la violencia extrema de la recesión, reflejo negativo del vigor nuevo de la economía nacional, persuadió al ministro de la necesidad de abandonar toda prudencia en busca de la reactivación que debía mejorar el humor de los votantes para la prueba electoral de 1982. Los nuevos créditos y la renegociación de los anteriores a nuevas tasas de interés aceleraron el crecimiento de la deuda externa, pero lograron a la vez que en 1982 la economía volviese a crecer, aunque a una tasa muy baja.

La prueba electoral de noviembre de ese año era aún más decisiva porque el gobierno había postergado a esa fecha, que era la de renovación del Congreso, las municipales y estaduales que sabía que en lo más duro de la recesión le serían desfavorables, y para hacer aceptable a la oposición esa postergación, había restaurado la elección directa de gobernadores y

alcaldes. Pese a la reactivación de la economía, la oposición obtuvo clara mayoría de sufragios; gracias a las reformas de Golbery, ello no bastó para dar el dominio del Congreso al PMDB. Que ese resultado (que entregó a partidos opositores el gobierno de casi todos los mayores estados y ciudades, e incluyó el retorno triunfal de Lionel Brizola como gobernador de Río de Janeiro) fuese considerado favorable por el gobierno revelaba hasta qué punto éste había reducido sus ambiciones: se satisfacía con que el partido oficialista retuviese el control del colegio electoral que elegiría al nuevo presidente, e impusiese a un candidato reclutado en sus propias filas (y no ya un integrante de la cúpula militar seleccionado por sus pares).

Luego de las elecciones el esfuerzo por aliviar la recesión fue abandonado; era ya imposible encontrar nuevos créditos en un mercado de capitales próximo al pánico, y la cesación de pagos de la deuda era un peligro inminente. La penuria dio nueva fuerza al sentimiento opositor, pero vino a disminuir la intensidad de las confrontaciones entre éste y el gobierno, y a restringirlas al campo político. Ese resultado paradójico era consecuencia de inminente apertura: mientras el gobierno mantuviese su avance hacia ella, la oposición, que ansiaba verla consumada, no arriesgaría comprometerla promoviendo las agitaciones que eran consecuencia del derrumbe económico.

La acción opositora se iba a canalizar en cambio en la campaña por elecciones presidenciales directas, pronto transformada en un multitudinario festival político presidido esta vez por todas las elites brasileñas (ahora a los prelados, abogados ilustres y empresarios se agregaban aun los ídolos populares creados por las telenovelas de la cadena *O Globo* y los héroes del deporte, instrumentos unos y otros hasta la víspera de la despolitización de las masas promovida al servicio del régimen por la televisión, que el milagro había transformado en una presencia ubicua en la vida de los brasileños). La campaña estuvo muy cerca de obtener para la reforma los dos tercios de votos parlamentarios que habían vuelto a ser requeridos para reformar el texto constitucional, y las defecciones en el

oficialismo anticipaban lo peor para el candidato presidencial que surgiese de sus desmoralizadas filas. Éste iba a ser el discutido empresario paulista Paulo Maluf, y su candidatura provocó una escisión en el seno del PDS encabezada por el senador José Sarney; el Partido del Frente Liberal así creado vino a aliarse con el opositor PMDB, cuyo candidato presidencial, Tancredo Neves, un veterano político de Minas Gerais, se estaba transformando súbitamente en el foco de las más exaltadas esperanzas de las masas brasileñas.

El 15 de enero de 1985 la fórmula integrada por Neves y Sarney era elegida por una abrumadora mayoría en el colegio electoral; el 15 de marzo el presidente electo estaba demasiado grave para recibir las insignias del poder, el 27 de abril moría tras de una agonía seguida con angustia apasionada por la opinión brasileña. Lo reemplazaba José Sarney, hasta un año antes aliado político del régimen militar; su actuación como tal, aunque no lo había privado de la estima de sus colegas de la antigua oposición, lo colocaba bajo una luz ambigua ante la opinión.

Ahora le tocaba presidir un difícil experimento político. Sin duda, en 1984 la economía había vuelto a expandirse, gracias en parte a renegociaciones de la deuda externa que seguían acrecentándola, y la balanza de comercio aparecía menos desequilibrada, pero la inflación no cesaba de agravarse. La difícil economía y los problemas dejados pendientes por la normalización política iban a dominar la vida de la que ya se llamaba Nueva República tan completamente como antes la última etapa del gobierno militar, pero en la transición de aquél a ésta la unidad que la sociedad civil había forjado para asegurarla se quebró, permitiendo que volviesen a aflorar los conflictos que siguen dividiéndola.

Fue lo que el presidente Sarney iba a descubrir cuando, haciendo honor al programa de la coalición victoriosa, lanzó un proyecto de reforma agraria destinado a dar a las marginadas masas rurales del nordeste y a los *squatters* de la franja pionera la base legal que les permitiría ofrecer una contribución más

significativa a la economía nacional. La respuesta a la iniciativa fue un activismo terrateniente que combina el terrorismo a nivel local con una eficaz agitación en la escena nacional; él ha logrado introducir en la nueva constitución normas que harán muy difícil la reforma por vía legislativa, pese al apoyo brindado a ella por el partido mayoritario y por la Iglesia, que se identifica hoy enérgicamente con los campesinos sin tierras.

Mientras ello ocurre en las áreas marginales, en el corazón mismo del nuevo Brasil algunas de las exigencias que había esgrimido la oposición al autoritarismo militar parecen estar perdiendo atractivo. Así lo sugiere la derrota que en la elección de alcalde de São Paulo sufrió el senador Fernando Henrique Cardoso, brillante sociólogo que se había revelado también político habilísimo, a manos del veterano Jánio Quadros; lo que dio el triunfo al antiguo admirador de Ernesto Guevara fue menos el anticomunismo un poco tosco de su propaganda que su disposición a hacerse eco de la nostalgia de la brutalidad policial provocada por los avances de la criminalidad suscitados por la creciente penuria.

Este renacer de las tensiones sociales no supone un retorno liso y llano a las polarizaciones que precedieron al golpe de 1964. No es sólo que los dirigentes que entonces buscaron capitalizarlas –o sus herederos– se esmeran en cambio en esquivarlas; la sociedad brasileña, más compleja y contradictoria que entonces, se presta menos a escindirse sobre líneas tan simples. Ni los avances de la derecha nostálgica del orden, ni los de una izquierda que se guarda muy bien de debilitarlo (y que se ha resignado de buen grado a que no sean revisadas las violaciones de los derechos humanos perpetradas por los gobernantes de la etapa militar) parecen amenazar el orden político que laboriosamente está naciendo.

El panorama económico se presenta más sombrío. Mientras las perpetuas renegociaciones de la deuda externa no impiden que ésta siga restando posibilidades dinámicas a la economía, la inflación, vieja compañera de esas dificultades económicas, se aceleraba todavía debido a la indexación introducida por el go-

bierno militar. En febrero de 1986, cuando era ya inminente la pérdida de control del proceso inflacionario, el Plan Cruzado (como meses antes el Austral en Argentina) buscó estabilizar la situación atacando tanto la fuente monetaria de la inflación (el financiamiento del gasto público por la emisión) como su mecanismo multiplicador (la indexación). Los resultados comenzaron por ser muy positivos, pero pronto la inflación ahora inconfesada condujo a una sobrevaluación del cruzado, que afectó cada vez más negativamente la balanza de comercio. El gobierno Sarney buscó paliar la situación con retoques menores, postponiendo cualquier reajuste más ambicioso hasta después de las elecciones de renovación del congreso, y de gobernadores de la mayor parte de los estados, que en noviembre de 1986 iban a otorgar una victoria abrumadora al PMDB.

Entre tanto la situación económica se había agravado peligrosamente: en febrero de 1987 Brasil suspendía el servicio de sus deuda externa, en medio de una profunda recesión que por primera vez parece socavar la confianza en el futuro que hasta ahora, en medio de brutales altibajos económicos y durísimas experiencias políticas, había sido un elemento constitutivo de la conciencia nacional brasileña, y había venido creando un contraste cada vez más vivo entre un temple colectivo dominado por una ufanía reconocida como rasgo nacional, y el tanto más melancólico que dominaba en Hispanoamérica.

Gracias en parte a ese contraste, la trayectoria económica de **México**, igualmente rica en contratiempos, no inspira las súbitas transiciones de la tensión a la euforia, y de ésta al más sombrío pesimismo que hemos hallado en Brasil. Pero hay razones más específicamente mexicanas para ello. No se trata tan sólo de que mientras a través de un avance desgarrado y contradictorio Brasil logró transformaciones que han hecho de él uno de los gigantes de este fin de siglo, la etapa no ha dejado en México un saldo comparable. Aún más influye quizá la conciencia -muy viva entre las elites mexicanas- de la fragilidad creciente del orden sociopolítico heredero de la Revolución, que ni aun en los momentos de mayor euforia les permitía abandonarse confiadamente a ella, y sin duda contribuye a que la catastrófica situación actual haya sido recibida allí con menos sorpresa.

El presidente Echeverría, que había buscado contrarrestar esa fragilidad apropiándose de los temas enarbolados por la protesta, descubrió bien pronto los límites de esa táctica (en cuanto la opinión no podía satisfacerse indefinidamente con ataques que no se traducían en ninguna acción eficaz contra las «fuerzas oscuras» tan violentamente condenadas), y buscó entonces complementarla con otras dirigidas a sectores específicos de la sociedad mexicana.

Las convulsiones de 1968 habían revelado una alarmante desafección de las clases profesionales e intelectuales; para apaciguarlas iba a improvisarse un vasto y costoso aparato científico y universitario que vino a colmar las aspiraciones profesionales de aquéllas. En un contexto ideológico muy distinto del brasileño (ya que Echeverría decía compartir las audacias ideológicas de los beneficiarios de su generosidad) esa solución traía a la memoria la adoptada por los militares que allí gobernaban con mano férrea.

Para redefinir su relación con las masas urbanas y rurales, Echeverría comenzó por inspirarse en la instintiva sabiduría de la elite revolucionaria, e intentó un retorno a las fuentes cardenistas. Bien pronto, sin embargo, descubrió que una solución que había sido adecuada para los problemas del México de 1935 no lo era para los planteados por una coyuntura que obliga a recurrir más que nunca a la inversión extranjera para asegurar la continuación del avance industrializador, y al crédito extranjero (que en México había tenido hasta entonces papel limitado) en busca de los recursos que el Estado necesita para atenuar el impacto social de desequilibrios económicos cada vez más graves (así las insuficiencias de la agricultura campesina obligaban a importar una parte cada vez más alta de los alimentos básicos, que debía venderse a pérdida para paliar el deterioro del salario real).

Cuando el presidente se resolvió a admitir que así estaban las cosas, su gestión había ya hecho más tensa su relación con las clases propietarias mexicanas y los indispensables inversores del extranjero; la necesidad en que se encontraba de extremar la audacia de su lenguaje en la medida misma que debía renunciar a ella en sus acciones iba a mantener vivas las alarmas de unas y otros; y, mientras los aparatosos gestos con que el presidente reafirmaba el derecho de México a una política exterior independiente era tan mal vistos por los círculos bienpensantes de la capital mexicana como por Washington, los insistentes anuncios del retorno a una versión más intransigente del credo revolucionario estaban lejos de favorecer nuevas inversiones de largo plazo.

A la vez, los reajustes menores a los que el presidente se había visto reducido sólo lograban hacer más lenta la crisis final del desarrollo estabilizador, que cubría de modo cada vez más amenazador el horizonte. El desequilibrio creciente en el sector externo amenazaba la estabilidad en la tasa de cambio entre el peso mexicano y el dólar, mantenida durante la entera etapa de desarrollo estabilizador; dada la intimidad entre la economía mexicana y la de su gigantesco vecino, la renuncia a esa estabilidad debía alcanzar consecuencias devastadoras. El flujo de créditos permitía por el momento mantenerla, pero también provocaba una sobrevaluación cada vez más extrema, que agravaba la inflación y el desequilibrio externo.

Al lado de este problema, otro se hacía sentir cada vez más: el crecimiento de la población estaba creando más campesinos sin tierras que cuando Cárdenas se decidió a completar la reforma agraria. El surgimiento a comienzos de la década de 1970 de guerrillas de base rural en el estado de Guerrero, pese a que con la colaboración del ejército fueron eliminadas con brutal eficacia, intensificó el temor de la elite gobernante ante las potencialidades desestabilizadoras de ese creciente sector desheredado, y en los últimos meses de su mandato Echeverría iba a identificarse apasionadamente con sus reivindicaciones.

En el Norte, donde las grandes obras de irrigación habían creado en las dos décadas anteriores inmensos oasis de agricultura capitalista, los campesinos comenzaron a ocupar con apoyo presidencial algunos de los más ricos de Sonora. Para entonces la ya inocultable crisis del desarrollo estabilizador había forzado una devaluación del peso en un 60 por 100, seguida de una ingente fuga de capitales que obligó a introducir otra por un 40 por 100 adicional. En este contexto tan poco auspicioso la resurrección del agrarismo cardenista logró tan sólo acentuar el desconcierto y la alarma, mientras los rumores de inminente golpe militar que invadían periódicamente la capital parecían anunciar el fin de la mediatización política del ejército, que había sido un elemento esencial en la institucionalización del régimen revolucionario.

Pero, contra lo que esos rumores anticipaban, la crisis socioeconómica no afectó la estabilidad política. Echeverría no fue reemplazado por ninguna junta militar, sino por el licenciado José López Portillo, candidato oficiaista a la presidencia, que en el gabinete de su predecesor había estado a cargo de la cartera económica. La participación electoral en los comicios presidenciales había sido insólitamente baja, pero si ello reflejaba la atonía del partido gobernante, se debía también a la ausencia del acicate que hubiera representado la presencia opositora en la contienda.

Como la anterior transición presidencial, la que entronizó a López Portillo adquirió el tono de un cambio de régimen. Echeverría era señalado por sus herederos a la execración universal, y la demagogia y corrupción que se le achacaban presentadas como las responsables principales de la gravísima situación. El nuevo presidente rectificaba de inmediato la línea de su predecesor, retirando el apoyo a las agitaciones campesinas y buscando una reconciliación con el sector privado y con las fuentes extranjeras de créditos e inversiones. Reducidos drásticamente los recursos del Estado, los necesarios para superar la crisis económica sólo podían provenir de esos sectores, a los que el presidente prodigaba, junto con cortesías cada

vez más profusas, promesas solemnes de que sus intereses serían debidamente tutelados desde el poder político, y de que se les reconocería mayor libertad de iniciativa frente a éste.

Mientras, bajo la tutela de los herederos de la revolución, México se preparaba a entrar en una transición entre largueza populista y disciplina y austeridad conservadoras análoga a las que en América del Sur se acompañan habitualmente de dramáticos cambios en el liderazgo político, una divina sorpresa vino a salvar a la elite política de la mediatización a las clases propietarias a la que ya parecía resignada. La primera crisis del petróleo, al subir dramáticamente su precio, vino a hacer económicamente utilizables las reservas encerradas en el subsuelo mexicano, que las activas exploraciones llevadas adelante durante la gestión de Echeverría habían demostrado mucho más amplias de lo que se imaginaba. Mientras el petróleo comenzaba a borrar el desequilibrio externo, la posesión de esa riqueza devolvía a México su crédito, en un momento de excepcional holgura en los mercados financieros.

La oportunidad –aseguraba el elenco gobernante– sería usada para afrontar de una vez los problemas básicos de la estructura socioeconómica mexicana, entre ellos las consecuencias de la baja productividad de la agricultura campesina que provee los alimentos básicos para las masas mexicanas, que a partir de 1970 estaba obligando a importar una fracción creciente de éstos. Una reforma del ejido, que le permitiría asociarse con inversiones privados con fines de modernización tecnológica, debía favorecer la rehabilitación de esa agricultura, pero la innovación –cuya audacia ideológico-política era indiscutible– alcanzó muy limitada eficacia: mientras el Estado no renunciase a controlar los precios de los productos de la agricultura campesina, escasearían los inversores dispuestos a insertarse en un sector cuyas posibilidades de lucro eran sistemáticamente sacrificadas. A la vez, abandonar el control de esos precios significaría renunciar a uno de los mayores factores de estabilidad en la economía mexicana. Como se ve, si no hacer nada tenía temibles consecuencias de largo plazo, hacer

algo tenía otras también alarmantes y mucho más inmediatas, y mientras tanto la bonanza petrolera y financiera permitía expandir las importaciones, haciendo más fácil dejar para el futuro cualquier decisión frente a ese duro dilema. La misma bonanza iba a restar urgencia a ese otro dilema que Echeverría había osado afrontar *in extremis*, en cuanto la expansión económica, que en una década iba a transformar a la capital mexicana en la mayor ciudad del mundo, hizo del éxodo rural un instrumento más eficaz para aliviar las presiones en el campo.

No sólo en el campo la bonanza sirvió –contra todas las buenas intenciones originarias– para hacer soportables los desequilibrios, más bien que para corregirlos. Frente al sector privado, el retorno a un estilo más sobrio, que ocasionalmente retomaba los subtonos desafiantes tradicionales entre los herederos de la revolución, no provocó ningún retorno a pasadas tensiones: la elite burocrática y la empresaria se estaban transformando en dirigentes de dos empresas paralelas de captación de los frutos de la bonanza, que a menudo se interpretaban (así ocurría por ejemplo en PEMEX, el monopolio petrolero del Estado, cuyos lucrativos contratos de servicios favorecían tanto a la elite sindical como a empresarios nacionales y extranjeros, estos últimos casi todos de la vecina y petrolera Texas). Porque la magnitud del botín por repartir restaba estímulos para cualquier conflicto, ni aun la expansión ahora frenética del sector estatal logró despertar reacciones demasiado vivaces en el privado.

En un contexto de muy aliviadas tensiones socioeconómicas, el sucesor de Echeverría podía encarar sin urgencias la reforma política inscrita desde 1968 en la agenda del régimen mexicano. A la democratización interna del partido gobernante, López Portillo prefirió una alternativa menos audaz: la apertura de un campo más ancho a los partidos opositores, no mediante competencias electorales más auténticas sino por la asignación a esos partidos de una representación parlamentaria más considerable, una vez que superasen un muy modesto umbral mínimo de sufragios. Esa reforma, destinada a aliviar

la quietud ya cercana al marasmo que estaba caracterizando a la vía política mexicana sin socavar la abrumadora hegemonía del PRI, fue largamente discutida con las fuerzas de izquierda, cuyas divisiones internas parecían próximas a atenuarse al repudiar el Partido Comunista el legado del stalinismo.

Mientras tanto la izquierda como el oficialismo compartían la noción de que aquélla ofrecía la más seria alternativa a éste, los resultados electorales revelaron que el Partido de Acción Nacional, que no renegaba de sus orígenes católicos ni de sus vínculos fundacionales con los sectores más independientes (y también más cerradamente conservadores) del empresariado mexicano, parecía más capaz de crear un foco opositor (en las elecciones presidenciales de 1982 no sólo se vio reconocido el 14 por 100 de los sufragios frente a un 6 por 100 del Partido Socialista Unificado que agrupaba ahora a casi todas las izquierdas, sino excedió como mucho esa marca en el Distrito Federal, donde el voto es excepcionalmente libre).

El avance del PAN era favorecido por el agotamiento de la euforia económico-financiera, que ya en sus últimas etapas había venido agudizando de modo insoportable los desequilibrios cuyas consecuencias había buscado paliar. Pese a la dramática expansión de las exportaciones petroleras, la balanza de comercio se desequilibraba cada vez más. La abundancia del crédito externo, que impedía que ese desequilibrio se tradujese en una crisis, al proteger la paridad del peso pese a la inflación interna, provocaba una sobrevaluación que estimulaba las importaciones y frenaba las exportaciones. En 1981 la combinación del alza en las tasas de interés y la baja del precio mundial del petróleo tuvo consecuencias devastadoras para una economía ya erosionada por la pasada bonanza: en febrero de 1982, cuando López Portillo devaluaba de nuevo el peso en un 60 por 100, la fuga de capitales nacionales y extranjeros no pudo ya ser frenada, y abrió para la moneda mexicana una etapa de devaluaciones en cascada. En junio, bajo auspicios tan poco brillantes, Miguel de la Madrid, un técnico en la Harvard Business Scholl que había servido en el gabinete de

López Portillo antes de ser escogido por éste como su sucesor, reunía una mayoría que fuera de México hubiese sido considerada abrumadora, confirmando una vez más la solidez del orden político que la revolución había legado al país.

Pero esta vez la devaluación no había bastado para despejar la escena para el nuevo presidente. México había acumulado una enorme deuda pública y privada, esta ultima canalizada a través de bancos también privados que, desaparecida la estabilidad cambiaria, no podían ya atender sus obligaciones con el extranjero. La solución que proponían era la incorporación de sus deudas a la pública, que el Estado tampoco podía atender y se disponía a renegociar. El presidente prefirió a ese temperamento la nacionalización de esas empresas en bancarrota, que le permitió hacer de la que seguía siendo en lo esencial una nacionalización de deudas privadas la ocasión de un simbólico retorno a las fuentes del nacionalismo económico mexicano. Pese al gesto desafiante, las consecuencias menos amables que la medida hubiera podido tener para el sector privado fueron obviadas al decidirse que ella no afectaría a las empresas no financieras de propiedad de los bancos nacionalizados...

Ese golpe de escena no podía ocultar la seriedad de la crisis que afectaba a la economía mexicana, y que la abrumadora gravitación de la deuda externa amenazaba tornar permanente. De la Madrid iba a hacer del pago de ésta su primer objetivo; esperaba obtener con ello términos de renegociación más favorables que los gobiernos que, como el de su predecesor, preferían colocar el contencioso creado por ella bajo el signo de un conflicto político-ideológico entre el Tercer Mundo y el mundo desarrollado. No lo iba a lograr: pronto iba a descubrir que, independientemente de que los deudores prefiriesen la confrontación o la cooperación más solícita, sus acreedores estaban dispuestos a otorgar tan sólo las facilidades indispensables para no forzarlos a repudiar la deuda, y en ningún caso a ofrecer el respiro necesario para cualquier reactivación de sus economías nacionales.

Pese a que nada autorizaba a esperar el fin próximo del marasmo económico, y a que era ya obvio que salir de él requeriría de las masas mexicanas esfuerzos y penurias mayores que los del anterior medio siglo, De la Madrid iba a atenerse escrupulosamente a la política socioeconómica trazada al asumir la presidencia. La disminución progresiva de los subsidios a los consumos populares contribuyó a agravar una persistente inflación, acompañada de devaluaciones que han multiplicado cien veces el valor que el dólar tenía en los años de López Portillo; mientras los salarios reales no se han recuperado del deterioro que siguió al fin de la bonanza, la desocupación y subocupación, ambas ya muy elevadas durante aquélla, no cesan de agravarse.

Al abrirse 1987 esa situación comenzaba a aliviarse; las exportaciones crecían gracias sobre todo a la expansión muy rápida de las industrias establecidas sobre la frontera con Estados Unidos por empresas trasnacionales que toman a su cargo la elaboración (a menudo tan sólo el montaje) de material importado, y deben su éxito al diferencial de salarios hoy existente entre México y aun las áreas en proceso de industrialización en el Lejano Oriente.

Esa recuperación demasiado lenta y dolorosa no deja de incidir en el panorama político mexicano. La fe en el liderazgo de los herederos de la revolución ha sido muy sacudida; y la atonía con que respondieron al terremoto que en 1985 devastó a la capital acrecentó aún más el escepticismo de los gobernados frente a sus dirigentes. Pero todo ello no parece empujar a la crisis final del régimen, que una vez más buscó salvarse tomando distancia frente a los que hasta la víspera habían estado en su cumbre.

Sin duda el repudio de la pasada administración es más profundo y universal que el que había rodeado póstumamente a las de Díaz Ordaz o Echeverría; la penuria aguza la indignación moral frente a la corrupción que acompañó a la pasada bonanza. De la Madrid supo hacerse vocero de esos sentimientos, pero -aunque algunos de los más impopulares corifeos de la pasada danza de los billones han sido objeto de acciones judiciales- la depuración no ha afectado a los más poderosos núcleos político-económicos beneficiados con ella: así ocurrió por ejemplo con el sindicato petrolero.

El nuevo presidente acudió también a otro recurso ya tradicional para aliviar tensiones: la promesa de una apertura política más real que la tolerada hasta entonces. Sobre esa tendencia aperturista vino a incidir de modo inesperado el apoyo cada vez más abierto del gobierno norteamericano al Partido de Acción Nacional, que se perfilaba como el más capaz de ofrecer alternativa al gobernante. Esta actitud, inspirada en buena medida por la irritación que en Washington despertaba la frialdad de México ante la cruzada antinicaragüense lanzada por el presidente Reagan, vino a incidir de modo menos positivo de lo que esperaban sus promotores en las fortunas de un partido que, a más de beneficiarse con el generalizado descontento popular, avanzaba ya rápidamente en el extremo norte, teatro de una rehabilitación económica que debía muy poco a la acción del Estado, y no creaba entonces las oportunidades para el encuadramiento de la sociedad desde el poder que el PRI había sabido utilizar en el pasado para erigir su omnipresente máquina política.

La erosión en el ascendiente del poder central sobre el norte no es el único rasgo que en el México de hoy sugiere ominosos paralelos con el ocaso del porfiriano. Como el tardío porfirismo, la revolución institucional tiene hoy a su frente a hombres que merecen, quizá aún más plenamente que los de entonces, el apodo de «científicos». En la carrera de De la Madrid la actividad propiamente política ocupó lugar secundario, y lo mismo ocurre con la de su sucesor ya preconizado, Carlos Salinas de Gortari. Los peligros de este deslizamiento parecen evidentes a quienes advierten muy bien que el secreto de la fortaleza del régimen es esencialmente político, y temen dejar su destino en manos de quienes no han aprendido las destrezas necesarias en ese campo. Esos recelos se expresaron con inusual franqueza en las etapas iniciales del proceso pre-

electoral y una vez preconizado éste dieron fuerza a la disidencia de la llamada tendencia democrática, que había propuesto la selección del candidato por el voto de las bases partidarias, y bajo la inspiración de uno de los políticos más influyentes dentro del PRI, Porfirio Muñoz Ledo, levantaba ahora la candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas, que la mayor parte de los partidos de izquierda terminó por apoyar.

Aunque todo ello anticipa un futuro cada vez más difícil para el actual orden político mexicano, pocos están dispuestos a darlo por próximo al ocaso, luego de haberlo visto sobrevivir en las últimas décadas a pruebas cada vez más duras. Sería sin duda absurdo buscar el secreto de esa robustez en la devoción por los objetivos revolucionarios de justicia e igualdad de un régimen, algunos de cuyos titulares recientes han reunido desde el poder fortunas que cuentan entre las mayores del planeta, y cuya elite política tuvo participación decisiva en la fuga de capitales cuyas dolorosas consecuencias siguen abrumando a las masas mexicanas. Pero sigue siendo cierto que esa elite, que debe su preeminencia a la tormenta popular que arrasó con la paz porfiriana, mantiene una atención constantemente alerta por los movimientos de humor de las masas a las que gobierna, y –quizá gracias a ello– ha sido hasta ahora capaz de sortear las acechanzas que la coyuntura plantea a los gobernantes mexicanos como a los del resto de América latina.

La **Cuba** socialista no iba a verse tampoco libre de ellas, pese a su integración en una órbita distinta, y allí también el régimen revolucionario ha logrado sobrevivir a una etapa que, abierta con la inmensa decepción que significó en 1970 el fracaso de la Zafra de los Diez Millones, iba a acumular todavía otras nuevas en su curso.

Aquel fracaso convenció a los gobernantes cubanos de la urgencia de institucionalizar y regularizar su gestión política y económica; en uno y otro aspecto, renunciando a ofrecer un modelo alternativo de socialismo, lo buscaban en la Unión Soviética, fuente desde 1960 de los recursos económicos y militares que habían asegurado la supervivencia del régimen revolucionario. En 1975 la Cuba socialista tuvo finalmente una constitución que colocaba su vida política, económica, social y cultural bajo la guía del Partido Comunista; la orientación económica, menos voluble que en la primera década revolucionaria, se había modificado además para abrir un espacio a los estímulos económicos, sacrificando la igualdad salarial.

Bajo esos auspicios la economía cubana volvía a crecer. Era como siempre un economía dominada por el azúcar, cuyos niveles de producción, pese al fracaso de la gran cosecha, seguían superando de lejos los prerrevolucionarios, y en la cual la mecanización y mejora tecnológica estaba finalmente logrando una subida sostenida de la productividad tanto de la tierra como de la fuerza de trabajo, pero ese éxito mismo acentuaba su dependencia de un producto cuyo futuro en los mercados del mundo se anunciaba cada vez más sombrío.

La primera parte de la década de 1970, en que se dio esa normalización económica sustancialmente exitosa, estuvo marcada además por una política latinoamericana más circunspecta que en el pasado: el entusiasmo con que recibió la victoria electoral de la izquierda chilena no distrajo a Castro de su esfuerzo por reinsertarse en el circuito diplomático latinoamericano, redefiniendo sus relaciones con el subcontinente en términos menos ideológicos. En la segunda mitad de la década, mientras el avance de la economía se tornaba más lento, la revolución etíope y la disolución del imperio africano de Portugal abrieron un nuevo campo para Cuba, que iba a proporcionar ayuda técnica y militar a los nuevos regímenes. Esa presencia ultramarina, motivo de patriótica ufanía para no pocos cubanos, ofrece un campo de actividad quizá necesario para el vasto aparato militar, que no podría considerarse superfluo dada la tensión permanente con los Estados Unidos. Otras iniciativas, como las «ayudas fraternales» no siempre gratuitas que desde Argelia hasta Mozambique tienen por protagonistas a maestros, médicos y técnicos cubanos, vienen entre otras cosas a ampliar el desemboque para las nuevas

promociones profesionales con que, en un esfuerzo que a esta altura comienza a parecer quizá demasiado exitoso, la revolución ha venido a colmar los claros creados por la emigracion.

Hacia fines de la década el régimen se sentía lo bastante seguro para buscar, si no una reconciliación, por lo menos una convivencia menos hostil con la vasta colonia que esa migración había creado en los Estados Unidos, cuyos integrantes eran ahora invitados a visitar como turistas su patria perdida. Si muy pocos emigrados depusieron su hostilidad, fueron muchos los que visitaron la isla, para exhibir en ella los frutos de su reciente prosperidad; su presencia vino a aguzar las dudas acerca del gigantesco experimento revolucionario que, aunque había promovido progresos sociales muy significativos, parecía haber agotado su dinamismo tras de asegurar tan sólo la satisfacción de las necesidades sociales más básicas.

Cuando un incidente provocó el retiro de la guardia policial de la embajada peruana en La Habana, más de diez mil personas se agolparon en pocas horas en la sede diplomática. Fidel Castro se declaró dispuesto a facilitar la partida de esos y otros indeseables, y abrió la playa de Mariel a los barcos que los exiliados de Miami quisiesen enviar para recogerlos; más de cien mil habían ya dejado la isla cuando el gobierno norteamericano decidió cerrar sus puertos a esa pacífica invasión (Castro, que había contribuido a esa decisión facilitando la partida de no pocos huéspedes de las cárceles y manicomios cubanos, podía proclamar con verdad que eran los Estados Unidos los responsables de una situación que de nuevo obligaba a los enemigos del régimen a permanecer en Cuba contra su deseo).

Pero entre los emigrantes voluntarios eran demasiado numerosos los integrantes de las nuevas elites que la revolución se enorgullecía de haber formado para que fuese posible ignorar lo que el episodio revelaba como síntoma de una desazón que no afectaba sin duda tan sólo a ellos. El régimen gobernante pareció entenderlo así, y se esforzó por atenuar las causas de descontento: a diferencia de lo ocurrido en crisis anteriores, juzgó esta vez inoportuno intensificar la vigilancia

ideológica, cuyo celo intemperante era en parte responsable por la multiplicación de las defecciones que habían venido raleando de figuras prestigiosas a la *intelligentsia* revolucionaria, y buscó complacer a más vastos sectores de población legalizando un mercado paralelo de alimentos y productos agrícolas comparable al conocido en la Unión Soviética, que hasta entonces el purismo moral característico de la tradición revolucionaria cubana había rechazado.

Mientras tanto, la coyuntura que afronta la economía cubana se ha tornado firmemente desfavorable. La depresión de los precios del azúcar amenaza hacerse permanente, y Cuba, que se había también dejado tentar por la pasada plétora de crédito fácil, se halla abrumada por una deuda con el mundo capitalista a la que no puede atender; su dependencia del comercio y el crédito del bloque socialista ha venido a acentuarse aún más, y la impaciencia soviética ante una situación que se arrastra ya por décadas ha comenzado a reflejarse en críticas cada vez menos veladas a los dirigentes de la economía cubana.

Se entiende por qué La Habana prefiere esquivar las oportunidades de confrontación que el gobierno de Reagan le ha venido ofreciendo a cada paso, y resiste a la tentación de participar más activamente en la crisis revolucionaria centroamericana. Sin duda el contexto mundial, que parece avanzar hacia una distensión que teme que no haya de beneficiar a Cuba, y el ingreso de la Unión Soviética en una etapa de cambios quizá turbulentos, inspiran en parte esa prudencia, pero la alimenta sobre todo la sobriedad exenta de ilusiones con que los dirigentes de una revolución vieja ya de más de un cuarto de siglo contemplan sus perspectivas de futuro.

Esa sobriedad ofrece un eco atenuado de la pérdida del entusiasmo con que sectores muy amplios de la opinión mundial siguieron sus primeras etapas. El desencanto -justificado quizá si se compara el desempeño de un régimen que aparece satisfecho con administrar la economía nacional esquivando la catástrofe y distribuir equitativamente un bienestar ubicado pocas líneas más arriba de la penuria, con las exorbitantes

promesas iniciales de la revolución en cuyo nombre gobierna– no debiera sin embargo inspirar un veredicto globalmente negativo acerca de ésta.

Para persuadirse de ello basta ubicar a la Cuba de hoy en el contexto antillano que es el suyo: la distancia que ya en 1959 la separaba de Jamaica, Haití o la República Dominicana ha crecido considerablemente desde entonces, y en comparación con la situación en que esas otras comarcas caribes se encuentran hoy hundidas, la de Cuba puede parecer hoy envidiable.

Entre las tierras que fueron españolas, la **República Dominicana** comenzó por buscar compensación para el estancamiento de sus exportaciones (dominadas por las de azúcar) mediante la expansión del turismo y sobre todo de la deuda externa; en 1981 iba a sufrir con intensidad devastadora las consecuencias del cambio en el clima financiero mundial. Para entonces el presidente Balaguer había debido abandonar el poder; en 1978 el gobierno de Carter manifestó inequívocamente su decisión de no tolerar la perpetuación en él del veterano mandatario, que con apoyo militar se preparaba a desconocer el veredicto electoral que había dado la victoria al candidato opositor Antonio Guzmán.

Tocó a éste administrar el derrumbe de la economía dominicana, en medio de tormentosas devaluaciones y tumultos urbanos más intensos que cuantos iba a conocer el continente al ser invadido por la penuria. Mientras la emigración clandestina a los Estados Unidos se ofrecía como último recurso para una población que sigue creciendo vertiginosamente, el descontento universal hizo posible el desquite electoral de un Balaguer ciego y octogenario, que debe afrontar con instrumentos no más eficaces que su derrotado rival una coyuntura que deja poco lugar a la esperanza.

Aunque por razones distintas, tampoco **Puerto Rico** ha sido capaz de recuperar el rumbo seguro que por un momento había parecido abrírsele. Tras de la transformación agraria favorecida por el gobierno y el partido de Muñoz Marín, que había terminado con el monocultivo azucarero sin crear alternativas viables para él, la expansión industrial que vino a ocupar el primer plano tuvo también resultados decepcionantes: apoyada en la integración de Puerto Rico en la economía metropolitana, a la que ofrecía una mano de obra más abundante y barata que la continental, y nunca tan vigorosa como se había esperado, iba a resistir mal la concurrencia de las áreas de nueva industrialización, que en la isla alcanzó efectos aun más devastadores que en el continente.

Puesto que los servicios (entre ellos en primer lugar el turismo) ofrecen a una población en constante aumento una salida cada vez más limitada por la concurrencia de las restantes Antillas, adquieren un papel cada vez más importante en la economía isleña la emigración a la metrópoli y los subsidios del gobierno norteamericano a desocupados y grupos de bajos ingresos. El vínculo colonial adquiere así peso cada vez más decisivo, pero ello no lo hace menos problemático. Sobre todo desde que el gobierno de Reagan buscó limitar el costo de los programas sociales de los que depende la población isleña, la insatisfacción frente a las modalidades que ha venido a tomar la relación con los Estados Unidos no ha cesado de intensificarse. Ello no ha favorecido sin embargo al movimiento independentista, tanto en su versión político-electoral, que ha venido a confluir con una opción socialista inspirada en el ejemplo cubano, como en la orientada a la acción violenta, reprimida con métodos escasamente admirables pero indudablemente eficaces. La transformación de la isla en un estado norteamericano ofrece otra alternativa a las indefiniciones de la situación actual, que promete aumentar la gravitación de Puerto Rico en las instancias metropolitanas que –como se hace cada vez más evidente– influyen en la situación de la isla con mayor peso que las autoridades del Estado Libre Asociado.

Aunque el Partido Nuevo Progresista, que propugna la transformación en estado norteamericano, ha logrado vencer en más de una elección general al Popular Democrático, su

éxito parece deberse menos al atractivo de la solución institucional que favorece que a la tendencia a la alternación de partidos en el poder, que ha comenzado a hacerse frecuente también en Latinoamérica continental, como reacción ante una realidad tenazmente insatisfactoria. Pero si el marco institucional permanece incambiado, la incorporación cada vez más íntima de la isla al orden institucional y económico metropolitano prosigue sin pausa, acelerada todavía por la presencia de una vasta población puertorriqueña establecida en el continente. Para esta última, aun el nacionalismo que había ofrecido barrera a la asimilación cumple menos bien ese papel, en cuanto se transforma en la ideología de un grupo étnico que al igual de otros reivindica a través de él su derecho no a un curso histórico propio, sino a una integración menos subordinada en la sociedad multiétnica que pugna por madurar en los Estados Unidos de hoy.

En medio de dificultades crecientes, Puerto Rico, como México y Cuba, ha logrado a pesar de todo mantener una estabilidad institucional no perturbada por ninguna tormenta decisiva. **Venezuela** la ha mantenido también, pero cabe preguntarse si ese éxito se debe tan sólo a la solidez de la democracia restaurada en 1958, y no también a la relativa benignidad del impacto que la crisis de la deuda externa ha tenido allí, pese a que el contraste con la alocada prosperidad de los años que la precedieron hace que sea vivida como una experiencia excepcionalmente dura.

Ya antes de la primera crisis del petróleo, Venezuela había venido avanzando hacia la nacionalización del sector minero-exportador, a la vez que asumía papel protagónico en la formación de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, que pronto iba a intentar para ese rubro la corrección de las asimetrías denunciadas en la relación entre el centro y la periferia bajo inspiración de Prebisch. Iba a ser esa corrección, impuesta en 1973, la que inauguraría una etapa de bonanza febril, a la cual el estilo político y administrativo del

presidente Carlos Andrés Pérez, elegido ese año, se adecuaba admirablemente. Su victoria sobre el candidato de COPEI fue también la de Rómulo Betancourt; en el ocaso de su carrera, el fundador de Acción Democrática se lanzó a la campaña con un brío tan juvenil como el del candidato al que presentaba a los venezolanos como «el hijo que nunca tuvo». La gestión de Pérez iba pronto a decepcionarlo, no sólo porque acentuaba la ya iniciada reconciliación con Cuba, frente a la cual Betancourt se mantenía irreconciliable, sino por el abandono con que se dejaba arrastrar por la tumultuosa ola de prosperidad, reflejado no sólo en el avance de la actividad económica del Estado en todos los frentes (que incluyó desde la nacionalización de las empresas petroleras y petroquímicas y de la minería de hierro hasta el impulso dado a la construcción del gigantesco centro siderúrgico de Ciudad Guayana) sino también en el favor otorgado a emprendimientos igualmente ambiciosos en el sector privado, en un clima de improvisación poco ordenada que alimentaba muy generales sospechas de corrupción.

El pesimismo de muchos veteranos de la política venezolana (entre ellos Betancourt) acerca de la calidad política y administrativa de la promoción de dirigentes que había encontrado su figura más representativa en el dinámico mandatario no hacía huella en un país que vivía una febril prosperidad. Ésta tenía otra consecuencia quizá más peligrosa que la alegada crisis moral de las elites gobernantes: estaba elevando vertiginosamente el costo de la adhesión de los venezolanos al orden político vigente. No se trataba tan sólo de que los partidos adoptasen pautas de funcionamiento cada vez más rumbosas y por lo tanto costosas (aunque el gasto de las campañas presidenciales organizadas por empresas publicitarias norteamericanas estaba lejos de ser insignificante) ni de que el sistema de pequeños y grandes favores que mantenía la cohesión de sus clientelas debiese adecuarse a las aspiraciones que esa opulencia inspiraba en ellas; era la entera sociedad venezolana la que parecía esperar de sus dirigentes políticos que asegurasen la perpetua-

ción indefinida de una coyuntura que mientras estaba haciendo posible para vastas masas el reemplazo del ron vernáculo por el whisky importado de Escocia, aseguraba la ampliación constante del aparato burocrático y técnico del Estado que alberga a tanta parte de la clase media, y ofrecía a las clases propietarias tasas de ganancia empresaria que requerían mantener subsidiados a sectores enteros de la economía.

Todo ello explica que mientras otros grandes exportadores de petróleo preferían buscar en el extranjero una salida para buena parte de las ganancias que la bonanza les estaba deparando, Venezuela se lanzase junto con México a ampliar su deuda externa. La prosperidad así asegurada no iba a impedir que Acción Democrática, debilitada por las tensiones entre el presidente Pérez y los veteranos del partido, debiese entregar la presidencia en 1970 a Luis Herrera Campins, candidato del COPEI democristiano, a quien tocaría bien pronto afrontar las primeras consecuencias del fin de esa etapa excepcional.

He aquí como, del mismo modo que en Costa Rica o Puerto Rico, también en Venezuela la aceptación de un marco institucional que es ya el único conocido por más de la mitad de la población se suma a la decepción frente a los resultados obtenidos bajo su égida para asegurar, a la vez que una total regularidad en el funcionamiento de las instituciones, el reemplazo frecuente del partido gobernante por su rival: así en 1984 iba a suceder a Herrera Campins el candidato de Acción Democrática, Jaime Lusinchi. Todo parece anticipar que 1989 no será la oportunidad para el desquite de COPEI, pero si ello ocurre se deberá menos al arraigo del partido rival que a la resurrección finalmente consumada de Carlos Andrés Pérez, el corifeo de la danza de los millones, que trae hoy a sus compatriotas el recuerdo de una etapa de prosperidad incomparable, antes que el de los aspectos menos universalmente admirados de su gestión como administrador de ella.

Aun esa resurrección desconcertante da a su modo testimonio de la solidez de las raíces que la frágil democracia restaurada en 1958 ha logrado implantar en Venezuela. Aunque las relaciones entre el poder político y el poder militar constituyen uno de los más protegidos *arcana imperii* del actual orden venezolano, lo que de ellas salta de todos modos a la vista es la ausencia a lo largo de décadas de toda confrontación perceptible; y en cuanto al desafío de la guerrilla revolucionaria, su reabsorción en el actual orden venezolano se refleja aun más nítidamente en la incorporación sin reservas a él de tantos de sus antiguos dirigentes, hoy presentes en posiciones legislativas y en la vida pública del país.

Otro ejemplo sin duda menos admirable de estabilidad lo sigue ofreciendo **Paraguay**, donde el general Stroessner, luego de más de un tercio de siglo en el poder, ha pasado a contarse entre los más duraderos dictadores latinoamericanos. Su régimen, que desde su instalación en 1954 viene apoyándose a la vez en el cuerpo de oficiales y en el partido colorado, se ha beneficiado sin duda con el mayor dinamismo que adquirió la economía paraguaya al abrirse al empuje de la expansión brasileña. En particular la gigantesca represa de Itaipú, en el linde con Brasil, tras de ofrecer ocupación temporaria a no pocos trabajadores paraguayos, dejó como legado permanente las regalías que Brasil paga por la parte de electricidad que en esa obra nominalmente binacional corresponde a Paraguay, y que éste revende a su vecino. Pero más aún que a los efectos de la represa, y los de la extensión hacia tierra paraguaya del avance de la frontera agrícola y pastoril brasileña, esa activación de una economía antes letárgica se debe a las funciones que Paraguay ha venido a asumir como una suerte de ilegal puerta trasera tanto para Brasil como para Argentina: el régimen, que al reservar a la dirigencia política y militar que lo apoya lo mejor de los lucros del contrabando, se asegura a la vez de su lealtad, sólo se resignó a eliminar de los rubros del comercio ilegal el tráfico de drogas cuando se hizo evidente que la protección demasiado ostensible que venía otorgándoles era ya juzgada intolerable por Washington.

Esa clásica dictadura latinoamericana no ha logrado cerrar del todo Paraguay al fermento político e ideológico activo en el subcontinente, que se refleja por ejemplo en un incipiente movimiento campesino patrocinado desde las filas del clero; pero esas novedades no han inspirado desafíos más serios que los de los tradicionales partidos opositores y el proscrito y perseguido comunismo; a todos ellos responde el régimen con una represión que, aunque menos brutal y sistemática que la de épocas anteriores (de la que son reliquias algunos de los más antiguos prisioneros políticos del continente), no ha perdido su antigua eficacia.

He aquí no sólo experiencias cuya fuerte originalidad aleja de cualquier pauta común latinoamericana, como la mexicana, la cubana, la portorriqueña o la venezolana, sino también las frágiles democracias restauradas en Brasil y en el Cono Sur y por su parte las dictaduras nuevas y viejas que han logrado sobrevivir al primer impacto de la crisis de esta década, desde la chilena hasta la paraguaya, no han visto hasta hoy quebrado su marco institucional por la penuria en que viene viviendo Latinoamérica desde que ella se desencadenó. Si ello no autoriza a sacar conclusión ninguna acerca del futuro, proporciona con todo un desmentido suficientemente convincente a la noción (universalmente aceptada en la década del sesenta) que postulaba una correlación lineal entre crisis socioeconómicas y crisis institucionales.

Hay dos zonas latinoamericanas de las que esa inesperada estabilidad conoce excepciones: los países andinos y la América Central. En aquéllos la inestabilidad tiene modalidades e intensidad diferentes entre un país y otro, y en uno de ellos no se han hecho sentir con la misma eficacia que en los restantes: sin duda la reciente historia política de **Ecuador** no ha sido escasa en dramáticos golpes de escena que incluyeron más de una transformación del orden institucional, pero su incidencia no parece haberse agravado en comparación con épocas precedentes.

En 1972 el presidente Velasco Ibarra era derrocado por un golpe militar: pese a la tolerancia nueva que frente al temperamental caudillo había comenzado a mostrar el ejército, el prestigio que estaba adquiriendo el régimen instalado por los militares peruanos decidió a sus colegas ecuatorianos a tomar también a su cargo la gestión directa del poder, con un programa de reformas radicales calcado del aplicado ya en el país vecino. No iban a avanzar demasiado en esa dirección: habían esperado financiar ese programa con los ingresos del petróleo, explotado por empresas multinacionales en la Amazonia ecuatoriana, y la primera crisis petrolera parecía prometerlos cuantiosos. El gobierno militar procuró asegurarse la mayor parte de ellos, fijando volúmenes de producción y precios mínimos para la exportación más altos que los acordados en la OPEP. Las compañías decidieron hacer un ejemplo de ese antagonista que desdeñaba aliarse con los restantes productores, y cuyas ambiciones excedían las de éstos, y el petróleo ecuatoriano quedó marginado de los mercados mundiales.

Ello provocó una rectificación de la política petrolera, y bien pronto el entibiamiento del ardor reformista del régimen militar; en una transición facilitada por la progresiva pérdida del brillo del ejemplo peruano, el régimen pasó a promover una modernización agrícola en la que muy pocos grupos campesinos pudieron participar con éxito, y una expansión urbana apoyada en la más modesta del sector industrial. Perdida la confianza en su capacidad de guiar al país en la construcción de una sociedad mejor integrada y un orden político más estable, las fuerzas armadas perdieron también la voluntad de resistir la presión popular (en verdad no demasiado intensa) en favor del retorno al régimen constitucional.

Disipado finalmente el influjo de Velasco Ibarra, el ejército temía ahora el de Assad Buccaram, próspero comerciante árabe bajo cuyo liderazgo el populismo de la Concentración de Fuerzas Populares ganaba terreno más allá de su feudo electoral guayaquileño. Como la convocatoria electoral de 1978 lo excluía como candidato, lo reemplazó en ese papel su

sobrino Jaime Roldós, que bien pronto se perfiló como un agitador y dirigente de masas aún más eficaz. Su victoria, asegurada al ganar primero la mayoría relativa y luego la absoluta en los dos turnos electorales fijados por la ley (en julio de 1978 y abril de 1979), era la de un programa de reforma radical en lo interno (con aceleración de la agraria, e inversiones para el desarrollo rural de la costa y la selva) y de distancia frente a la línea estrictamente pro-norteamericana hasta entonces dominante.

Su acción de gobierno se vio trabada por la oposición de Buccaram, que se lanzó a la obstrucción parlamentaria buscando reconquistar su liderazgo político. Superado no sin esfuerzo ese obstáculo, en 1981 la muerte de Roldós en un accidente de helicóptero transfirió el poder al vicepresidente Osvaldo Hurtado, prestigioso sociólogo y militante democristiano, que no contaba con la base política necesaria para llevar adelante las reformas prometidas, que el impacto de la crisis de la deuda sobre un país que en la etapa militar había acumulado una de cinco mil millones de dólares hacía de todos modos imposibles de implementar.

La austeridad que Hurtado se vio obligado a adoptar facilitó en 1984 la estrecha victoria del candidato conservador León Febres Cordero, que proponía confiar al libre juego de las leyes del mercado la rehabilitación de la economía ecuatoriana. Sólo a fines de 1985 pudo el nuevo presidente reunir una ajustadísima mayoría parlamentaria dispuesta a apoyar su programa, en medio de choques frontales con los sectores mayoritarios perjudicados por él, que encontrarían la oportunidad para el desquite en las elecciones parlamentarias de junio de 1986, en las cuales la coalición conservadora sufrió una abrumadora derrota. Los esfuerzos del gobierno por alinear a las fuerzas armadas sobre su política sólo lograron que también sus relaciones con éstas se tornaran cada vez más tormentosas, hasta llegar al secuestro del presidente por un sector militar que contaba con amplias simpatías en el congreso; Febres Cordero sólo recuperó su libertad a cambio de exorbitantes promesas que (aunque retiradas apenas liberado de su cautiverio) causaron daño irreparable a su imagen de gobernante celoso de su autoridad.

Mientras tanto la crisis de la deuda se tornaba cada vez más severa: las estancadas exportaciones petroleras, en todo caso incapaces de aliviarla, debieron ser suspendidas cuando el terremoto de 1987 cortó el oleoducto de la Amazonia a la costa, agravando así aún más la sombría situación económica. No es sorprendente entonces que en 1988 el candidato que ofrecía continuar la gestión de Febres Cordero desde la presidencia no haya figurado entre los dos más votados en el primer turno electoral, y que la batalla final por la sucesión deba librarse entre la oposición populista y la de una izquierda muy escasamente revolucionaria. Acaso lo más notable en ese curso tormentoso sea con todo que no haya venido a quebrar un marco institucional con el cual ni las tradiciones políticas vernáculas ni las inclinaciones profundas tanto de la elite militar como de la dirigencia política se identifican demasiado estrechamente.

Esa relativa estabilidad institucional se vincula sin duda con la menor intensidad y amplitud que han alcanzado en Ecuador (en comparación con el resto de las tierras andinas) las transformaciones socioeconómicas que subtienden las crisis políticas en curso, pero también con la menor gravitación que ha alcanzado allí la economía de la droga, que, al marginar en los restantes países andinos a sectores cada vez más significativos de la economía y la sociedad nacionales del área de autoridad de la ley, inflige a la del Estado una disminución que la torna menos capaz de afrontar los desafíos inspirados por una crisis sociopolítica cada vez más aguda.

Ambos factores de inestabilidad se hacen sentir en efecto tanto en Perú como en Bolivia y Colombia, pero con intensidad diferente en cada caso: mientras en Colombia el primero es claramente predominante, es en Perú donde el segundo se revela cada vez más claramente decisivo, y en Bolivia ambos aparecen absorbidos y como rutinizados en una crisis que no

se sabe si debe seguir llamándose así, hasta tal punto ha venido a constituirse en condición permanente de la vida nacional.

En **Colombia** iban a sucederse los vanos esfuerzos por devolver vigor a la vida política, sumida en el marasmo por la prolongada vigencia del Pacto Nacional. En 1974 Alfonso López Michelsen, el hijo del fundador de la Segunda República, que había capitaneado una disidencia liberal de izquierda, fue exitosamente propuesto al electorado por el partido liberal para suceder al opaco Pastrana Borrero, pero desde la presidencia no iba a encarar ningún esfuerzo innovador; en 1978, caducada la cláusula de alternancia de los partidos en la presidencia incluida en el Pacto Nacional, Gabriel Turbay, candidato que los sectores más tradicionales del liberalismo lograron imponer no sin lucha a los seguidores del reformismo de Lleras Restrepo, obtuvo una ajustadísima victoria sobre el candidato conservador Belisario Betancur, para presidir una etapa en que el pulso político colombiano alcanzó un diapasón aún más bajo; la impopularidad que iba a cosechar en el ejercicio del poder aseguró en 1982 la victoria a su rival derrotado en 1978.

Más que un triunfo del partido conservador, era ésta una consagración personal de Betancur, que en una persuasiva campaña se había comprometido a superar el inmovilismo político, promover el retorno al marco legal de los movimientos que seguían practicando la lucha armada, y atender a los problemas derivados de la acelerada urbanización y a los cada vez más agudos conflictos agrarios. Pese a que puso al servicio de ese programa una vastísima popularidad personal, no logró avanzar demasiado en su realización. Ni su partido, ni la fracción liberal que lo había acompañado en la elección dieron apoyo eficaz a sus propuestas económico-sociales, que incluían un plan de construcción de viviendas populares que por un momento suscitó vastas esperanzas. Las negociaciones con los movimientos clandestinos tuvieron éxito sólo parcial; lo que era más grave, esos movimientos estaban dejando de ser los responsables principales del avance de la violencia.

Sus tentativas de incidir sobre los conflictos agrarios fueron contrarrestados con éxito por las bandas organizadas para apoyar a los propietarios en su resistencia contra las reformas legales y la protesta campesina: en el Cauca medio, la amenaza de esas bandas era suficiente para disuadir al presidente y los miembros de su gabinete de visitar esa vasta zona en que la autoridad del Estado se hacía sentir de modo cada vez menos eficaz. Esa situación no reflejaba tan sólo la intensidad creciente de los conflictos sociales suscitados por la sostenida expansión de la agricultura tropical en grandes explotaciones: era a la vez uno de los síntomas de un colapso más general de la autoridad de un Estado que en Colombia se había consolidado más tarde y de modo más incompleto que en otras comarcas latinoamericanas. Junto con el impacto del conflicto social y de los movimientos armados refractarios a la pacificación, influía cada vez más en ese colapso el avance de la economía ilegal de la droga, que en Colombia había adquirido precozmente peso mayor que en el resto de Hispanoamérica.

Durante años los avances de esa economía, que tenían por teatro zonas claramente acotadas del territorio, apenas habían interferido con la vida administrativa y política de un Estado que por su parte se abstenía también de interferir agresivamente en ellos. Pero el crecimiento del tráfico ilegal (que estaba haciendo de los estupefacientes el primer rubro de las exportaciones colombianas) estaba otorgando a los señores de la droga un lugar en la vida nacional cada vez más espectable, y contradictorio con la marginalidad a la que hubiera debido relegarlos el carácter ilegal de sus actividades; pronto algunas figuras a las que la opinión identificaba íntimamente con el tráfico lograban, derrochando recursos insólitamente vastos, desplegar meteóricas carreras políticas...

Esas incongruencias se acentuaron durante la presidencia de Gabriel Turbay; ya para entonces muchos admitían la urgencia de superar esa contradicción, ya fuese legalizando el tráfico (solución que se sabía inaceptable a los Estados Uni-

dos), ya combatiéndolo de modo sistemático. La adopción del segundo camino (cada vez más urgida por los Estados Unidos, que aspiraba a cegar las fuentes ultramarinas del tráfico) provocó, como respuesta del sector ilegal, un inaudito despliegue de violencia, que vino a reavivar la surgida del conflicto social o de los movimientos clandestinos, que parecía estar por entonces perdiendo intensidad. Pronto se hizo difícil asignar una fuente única a cada uno de los actos violentos que se sucedían con frecuencia e intensidad crecientes: así, ya durante la presidencia de Betancur la captura de la Suprema Corte de Justicia por guerrilleros del movimiento M-19, que tuvo por respuesta la toma del edificio por el ejército, en una operación que costó la vida no solo de los atacantes sino de la mayor parte de los ministros del alto tribunal, fue sugestivamente acompañada de un incendio que destruyó la vasta documentación acumulada en un juicio contra el tráfico ilícito que había venido avanzando laboriosamente hasta entonces.

El episodio restó ímpetu a la política de pacificación a la que Betancur no quería renunciar, y que conservaría con todo eficacia suficiente para limitar (si no suprimir) las violaciones de derechos humanos que habían venido caracterizando a la represión de los movimientos guerrilleros. Este logro, y otros alcanzados por Betancur, no fueron suficientes para consolidar el alineamiento de fuerzas políticas dispuestas a salir del inmovilismo que era parte de la herencia del Pacto Nacional. Terminado su mandato, ni el candidato de su partido ni el del victorioso liberalismo tradicional se postulaban como sus continuadores, y el liberal disidente que reivindicaba en cambio su herencia atrajo sólo a una reducida minoría de electores.

La victoria del liberal Virgilio Barco parecía presagiar el retorno a la rutina política tan bien encarnada antes por Turbay; ello no iba a ser del todo así, no sólo porque el nuevo presidente se apresuró a proclamarse continuador de la política de su predecesor inmediato, que (aunque claramente agotada) hubiese sido peligroso repudiar sin contar con alternativas para ella, sino porque la situación se había deteriorado demasiado para que cualquier retorno a la rutina fuese posible. Mientras los Estados Unidos exigían con urgencia creciente un combate más enérgico contra el tráfico ilícito, el tan dudosamente eficaz que el gobierno colombiano era capaz de sostener provocaba en respuesta asesinatos cada vez más numerosos de magistrados y funcionarios, y finalmente de un integrante del gabinete nacional. A la vez, el uso de la violencia se extendía cada vez más lejos de las áreas críticas de la vida colombiana; aun periodistas poco discretos en sus informaciones y comentarios eran invitados a dejar el país si querían salvar la vida, y aunque las invitaciones eran anónimas ello no las hacía menos dignas de ser tomadas en serio...

Colombia ha venido así a quedar capturada en la espiral de una violencia cuya creciente intensidad no podría explicarse por la del conflicto político o de las tensiones sociales. En lo que toca a estas últimas, gracias en buena medida al vigor de las exportaciones ilegales, las crisis del sector externo y sus secuelas (inflación aguda e intensificación de los conflictos sociales en torno a la distribución del ingreso) han sido en Colombia comparativamente leves; por añadidura los efectos combinados del ingreso de las divisas de la droga y de la cautela de los responsables de las finanzas nacionales durante los años de loca abundancia de crédito hacen que la gravitación de la deuda sea también ella excepcionalmente leve. Todo eso ha facilitado el crecimiento de la economía, en un contexto social que tanto en el campo como en las ciudades en vertiginoso crecimiento es muy duro para los sectores populares, pero no más que en países que se hallan muy lejos del retorno a un estado de naturaleza muy hobbesiano que en Colombia ha dejado ya de ser un peligro remoto.

Si en Colombia es sobre todo la gravitación de la economía ilegal la que dota a las tensiones que atraviesan el resto de la sociedad de efectos devastadores, en **Perú** la razón principal de violencia creciente son sin duda esas tensiones mismas. Ese país está hoy atravesando un proceso necesariamente contra-

dictorio y doloroso de unificación social y cultural, en que el éxodo rural y el crecimiento urbano están provocando por fin la íntima confrontación entre la nación india de la sierra central y meridional, y la criolla, africana y mestiza heredera de la colonización hispana en la costa. Esa transición de suyo difícil lo es aún más porque encuentra hoy un estímulo más poderoso en la crisis profunda de la sociedad rural serrana que en la atracción ejercida por un polo urbano e industrial que desde hace más de una década ha perdido mucho de su vigor.

Pero hay otro factor que hace aún más difícil esa transición: es la ambigua herencia de la audaz reestructuración social y política intentada por el gobierno de la fuerza armada instalado en 1968. Entre sus instrumentos básicos, la reforma agraria, comenzada en la costa, transformó a las plantaciones azucareras y algodoneras en explotaciones cooperativas; el propósito –más político que social– era destruir la base sindical del APRA en su sólido norte. En esto la reforma alcanzó éxito muy limitado: aunque los dirigentes políticos y sindicales apristas tenían cerrado por ley el acceso al gobierno de las cooperativas, la abrumadora presencia del partido en la zona le aseguró gravitación decisiva sobre ellas. Si el impacto social de la reforma fue considerable (los antiguos peones, ahora cooperativistas, mejoraron muy considerablemente su nivel de ingresos), él no alcanzó al resto de una población rural que seguía encontrando empleo sólo ocasional en las antiguas haciendas; su impacto económico fue menos significativo, ya que la estructura productiva de las fincas afectadas varió mucho menos de lo que podía haberse supuesto.

En la sierra la reforma agraria planteaba problemas más difíciles, en parte porque allí eran más variadas las formas de propiedad y tenencia que ambicionaba reemplazar: mientras afectó sólo marginal y tardíamente a las comunidades y menos aún a las pequeñas propiedades parcelarias, se concentró en cambio en las grandes y medianas haciendas, que buscó reorganizar en las llamadas SAIS (sociedades agrícolas de interés social). Más que el impacto de esa reforma se hizo sentir sin

embargo el de las nuevas empresas estatales de comercialización de los productos serranos (tanto los agrícolas como la lana). Por añadidura, a diferencia de lo que ocurría con las reformadas plantaciones costeñas, faltaron aquí inversiones públicas destinadas a mejorar el rendimiento de la agricultura serrana. El resultado fue el estancamiento productivo y un acceso menos fluido a los mercados tradicionales, que tuvo por consecuencia una aceleración de la emigración rural y un aumento progresivo de las tensiones sociales, a las que la desaparición de los terratenientes, foco tradicional de la hostilidad del resto de la sociedad campesina, tornaba a la vez más difusas.

Las diferencias entre la reforma agraria costeña y serrana reflejaban otro rasgo más general del reformismo militar: su proyecto, que se cobijaba bajo el recuerdo de Tupac Amaru, símbolo de la rebelión india y serrana, marginaba de hecho a la sierra indígena de sus esfuerzos redistributivos, y aun fuera de ella su impacto sobre la población de más bajos ingresos era insignificante, cuando no negativo.

El que iba a alcanzar en las zonas más modernizadas fue con todo muy considerable. Aquí la expansión vertiginosa del sector estatal tenía efectos más matizados que los casi exclusivamente negativos alcanzados en la sierra. Ella se extendía ahora desde sectores productivos donde debía suplir la ausencia del sector privado (como el siderúrgico, que iba a ampliar muy considerablemente) a otros en que por el contrario se sustituía a empresas privadas (extranjeras en el caso del petróleo, nacionales en el de la pesca); en sus avances el Estado se orientaba tanto hacia industrias extractivas con cuyos lucros se proponía ampliar sus propios recursos, como a otras productoras de insumos ofrecidos a precios subvencionados a las empresas en su mayoría nacionales que producían para el consumo interno. Aquí el Estado debió avanzar más lejos de lo previsto para llenar los vacíos dejados por la retracción de las empresas extranjeras, más completa de lo que los responsables de la gestión militar habían esperado al expulsarlas de áreas cuidadosamente circunscriptas de la economía nacional.

La reordenación de la economía se completaba con una inmediata mejora de los salarios en la industria, y debía culminar con la transformación de las empresas privadas de ese sector en organizaciones comunitarias sobre las cuales los trabajadores debían adquirir paulatinamente control mayoritario; pero el proyecto, que de hecho venía a imponerles una suerte de ahorro forzoso, fue tan fríamente recibido por éstos como por los empresarios, y bien pronto abandonado.

Los primeros años de gobierno militar fueron de reactivación económica e inflación en descenso, y ello hubiera sin duda hecho más fácil a los gobernantes organizar los apoyos que sus iniciativas reformistas les estaban brindando en la sociedad peruana. En 1971 la creación de SINAMOS (sigla del Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social), confiada por el gobierno militar a antiguos dirigentes de la izquierda política y guerrillera, ansiosos de dotar al régimen de una base de masas, fue un primer paso en esa dirección, pero no iba a ser seguido de otros. Lo iba a impedir tanto la heterogeneidad ideológica del cuerpo de oficiales como la preocupación de éste por conservar el control corporativo del proceso en marcha, que militaban ambos contra una solución destinada a hacer del presidente Velasco Alvarado un caudillo cuyo séquito político personal le concedería considerable autonomía frente a sus camaradas.

Sin duda, la falta de movilización popular contribuyó tanto como la temporaria bonanza económica a hacer posible que la más audaz experiencia reformista conocida por Perú no suscitase reacciones negativas más intensas que el zumbón despego de las clases medias y altas por los nuevos dirigentes, y que innovaciones tan urticantes como la supresión de la autonomía universitaria, la incautación de los mayores diarios limeños (entre ellos *El Comercio* y *La Prensa*, tradicionales voceros de distintos matices del pensamiento oligárquico) y la disolución de la Sociedad Nacional Agraria, fortaleza de la clase terrateniente, provocaran reacciones tan tenues que el régimen pudo superarlas sin abandonar la extrema mesura en

el uso de la represión que lo había caracterizado desde el comienzo.

Pero el estilo adoptado por el reformismo militar, tan cercano al del reformismo borbónico, comenzó a desplegar sus consecuencias negativas a partir de 1973, cuando su gestión entró en una zona de dificultades crecientes, resultado no sólo de decisiones que se revelaron infortunadas (así, la nacionalización de la industria pesquera fue seguida de una explotación demasiado intensa, que allegó recursos adicionales al fisco, pero estuvo muy cerca de exterminar a la anchoveta; por su parte el costo elevadísimo del oleoducto de la Amazonia a la costa no pudo ser amortizado tan rápidamente como se había esperado, ya que las reservas petroleras peruanas eran mucho más exiguas de lo previsto) pero sobre todo a las consecuencias de un estilo empresario marcado por la inexperiencia, y de una corrupción que comenzaba a hacerse presente aún en niveles muy altos del nuevo equipo gobernante.

La adversidad económica suscitó una movilización cada vez más amplia y agresiva de los sectores urbanos y mineros, bajo el signo de un izquierdismo que el gobierno había comenzado por favorecer en la esperanza de que socavase las fortalezas políticas y sindicales apristas, y que ahora (bajo inspiración trotskysta o maoísta) daba vida a una oposición más dinámica que la del aprismo, al cual el deseo de salvar la existencia legal que por primera vez le había sido reconocida por un gobierno militar incitaba a la prudencia, y el comunismo, que –satisfecho de haber ampliado su base sindical con el favor militar– se mostraba también poco dispuesto a nuevas aventuras. Ante ese malestar creciente, el régimen militar debía optar entre un autoritarismo ahora desembozadamente represivo y una liquidación ordenada de la aventura emprendida en 1968: en 1975 el reemplazo al frente del gobierno del general Velasco Alvarado, identificado con un activismo reformista ya clamorosamente agotado, por el general Morales Bermúdez, implicaba ya una opción por la segunda alternativa.

Y también una rectificación de la línea económica: Perú, que había acumulado (en parte debido a un desenfrenado programa armamentista) una pesada deuda externa, se veía forzado a escuchar respetuosamente los consejos del Fondo Monetario Internacional, en la esperanza de ganar acceso al crédito y la inversión extranjeros. La política se orientó también hacia cauces más convencionales: una asamblea constituyente fue convocada para 1978, y en ella, mientras el aprismo mantenía su caudal histórico, sobrepasando levemente el tercio del electorado, los partidos de izquierda en su conjunto alcanzaban inesperadamente esa marca, mientras el Popular Cristiano, nueva versión de la derecha capitaneada por Luis Bedoya, un dinámico ex alcalde de Lima cuya popularidad no se limitaba a las clases altas, alcanzaba un cuarto de los votos. Para entonces los herederos del fracasado experimento militar se habían ya resignado a ver a Haya de la Torre ocupar la presidencia de la asamblea constituyente.

Pero la transformación del APRA en el más importante de los interlocutores del ejército en retirada iba a influir (aun más que la muerte de Haya de la Torre) en la derrota que sufrió en las elecciones presidenciales de 1980. La rotunda victoria que en ellas alcanzó Fernando Belaúnde premiaba la negativa de su partido a participar en la asamblea constituyente, que le permitió ahora presentarse no sólo como la víctima del despojo militar de 1968, sino como la única formación política que nunca había transado con un régimen ahora abrumadoramente impopular.

El nuevo Congreso reflejaba mejor el impacto del experimento militar en el equilibrio partidario; reducido el APRA a su fortaleza norteña, en Lima tanto la derecha como la Izquierda Unida (a la que se habían incorporado los comunistas, y que pronto iba a encontrar en un independiente, Alfonso Barrantes, a un caudillo urbano de vasto séquito personal) habían sobrevivido, aunque maltrechas, el alud belaundista, mientras en la sierra centromeridional la victoria de Acción Popular era la de esos gamonales que nadie había esperado

ver resurgir incólumes de la remezón social desencadenada por el reformismo militar.

Esos resultados daban al presidente una cómoda mayoría en la cámara de diputados y lo aseguraban contra la hostilidad del senado. Su gestión iba a ser sin embargo tormentosa: las dificultades del sector externo arreciaron, y el peso de la deuda se tornó cada vez más abrumador: hasta donde llegaba la mirada, el horizonte futuro de la economía peruana se anunciaba monótamente desolado. Bajo la guía del primer ministro Ulloa, la solución iba a buscarse en un ortodoxo liberalismo económico; aunque se iba a lograr una leve mejora (entre otras razones, porque las exportaciones del sector ilegal se expandían cada vez más rápidamente) el costo social fue muy alto, y las confrontaciones con el aguerrido movimiento sindical se tornaron crónicas. En 1982 Ulloa se retiraba del gobierno, cuya gestión perdió con ello firmeza, sin lograr satisfacer mejor las demandas de los sectores populares. Las elecciones parciales de 1983, que reflejaron el derrumbe de Acción Popular y los avances del APRA y sobre todo en Lima de Izquierda Unida, marcaron el inicio de la larga batalla que por la sucesión presidencial iban a librar estas dos últimas formaciones políticas.

Mientras ni el avance de la izquierda vieja y la nueva, ni la agudización del conflicto social movían a las fuerzas armadas a amenazar el orden institucional, otra amenaza de origen muy distinto comenzaba a cubrir el horizonte. Era la de una de las fracciones maoístas desgajadas del partido comunista, cuyo nombre incorporaba la consigna de Avanzar por el Sendero Luminoso de Mariátegui: a medida que se transformaba en movimiento guerrillero, ese nombre sería abreviado en el Sendero Luminoso y finalmente Sendero, con los cuales comenzó a adquirir celebridad desde que logró establecer en Ayacucho un foco insurgente que iba a resistir con éxito a reiteradas tentativas de desarraigarlo.

Entre los cuadros senderistas abundaban los estudiantes de la universidad local (un exprofesor de ella era el misterioso

ideólogo y -se afirmaba- jefe supremo del movimiento). Pero éstos se parecían muy poco a los que dos décadas antes habían buscado en vano insertarse desde fuera en el mundo serrano: entre las transformaciones que acompañaron el experimento militar contaba la ampliación multitudinaria de la masa estudiantil, reclutada ahora en niveles sociales decididamente más populares que esa empobrecida aristocracia provinciana y esa pequeña burguesía limeña cuyos hijos habían dominado el grupo fundador del APRA. Los de Ayacucho no necesitaban entonces echar raíces en un mundo campesino y fuertemente indígena que era por origen el suyo; aun así es sorprendente la rapidez con que su desafío violento al orden establecido logró insertarse en el complejo juego de conflictos sociopolíticos de un rincón andino en confusa transición.

Sin duda facilitaba esa inserción la circunstancia de que el experimento militar, al eliminar del horizonte social a los terratenientes, había vuelto a hacer del Estado, cuya presencia tomaba formas cada vez más complejas y variadas, el representante por excelencia de un orden que, a través de modalidades cambiantes, perpetúa la subordinación de la etnia conquistada. Esa situación, más cercana a la de la era colonial que a la de la república oligárquica, aceleró la apertura de las masas campesinas hacia la lucha que Sendero libra contra todos los representantes de la presencia estatal, consumada cuando la guerrilla se reveló capaz de sobrevivir a las primeras campañas que buscaron extirparla.

Aunque algunos rasgos del actual contexto serrano puedan traer a la memoria el de tiempos coloniales, el Perú de hoy es desde luego muy distinto del de la colonia. En la Lima en que se agolpan más de seis millones de habitantes (un tercio de la población del país), traídos por sucesivas oleadas serranas en las cuales son numerosos los fugitivos de la pobreza (ahora de la violencia) de Ayacucho, Sendero Luminoso comenzó pronto a echar también raíces; ya para 1982 su capacidad de acción sorpresiva y su dominio de las barriadas se reflejaban en episodios que estaban haciéndose rutinarios, en los cuales, cortada la corriente eléctrica, los limenos podían ver recortarse en los cerros poblados por los migrantes la silueta roja de la hoz y el martillo, trazada con innumerables antorchas por los adictos al movimiento.

Al terminar en 1985 el período presidencial de Belaúnde, Ayacucho se había transformado ya para el ejército en tierra enemiga, en que la violencia y las represalias de Sendero respondían a las de una represión indiscriminada y feroz; Lima por su parte había comenzado a vivir bajo el toque de queda. Ello no restó vivacidad a la vida política y al conflicto social; mientras el gobierno y el ejército se abstenían cuidadosamente de englobar a la izquierda política y sindical en su campaña antisubversiva, esa izquierda mantenía por su parte frente a la guerrilla una cautela inspirada no sólo en el deseo de no arriesgar la legalidad que así le era reconocida, sino también en su recelo frente a un movimiento de alarmante metodología y aún más alarmante indefinición programática.

La elección presidencial, transformada en un duelo entre el APRA y la izquierda, aseguró a la primera una victoria sin precedentes, que dio la presidencia a Alan García. El joven candidato, favorito primero de la derecha aprista, se había apartado ya de ésta para retomar los temas antiimperialistas tan importantes en la prehistoria del partido, de los que ofrecía como corolarios el apoyo a la Nicaragua sandinista y la desafiante promesa de limitar el pago del servicio anual de la deuda externa a un 10 por 100 del ingreso generado por las exportaciones peruanas.

Se aseguró con ello la benevolencia de la izquierda, mientras el abandono de la austeridad practicada por Belaúnde, que se reflejó en un aumento de los salarios reales y una rápida expansión de la producción y el consumo, con inflación en baja, lo rodeó de una popularidad sin precedentes. Ni aun cuando, fracasadas las negociaciones con los jefes guerrilleros, una masacre de los encarcelados en una cárcel de Lima, que a juicio de los represores militares debía decapitar el movimiento, pero sólo logró enconarlo, hizo menos fácil creer

que el presidente estaba tan apegado a la defensa de los derechos humanos como gustaba proclamarlo, se enfrió el entusiasmo popular que lo rodeaba.

Éste iba a sufrir más al cesar la ola expansiva, que una vez más detuvo su avance al alcanzarse la utilización plena de la capacidad productiva mantenida ociosa durante la previa austeridad. La izquierda, demasiado cercana esta vez al gobierno, hallaba difícil explotar políticamente la nueva situación, que García buscó afrontar con un proyecto de nacionalización de la banca; la reacción considerablemente escéptica que él suscitó dio oportunidad para el ingreso en escena de una nueva derecha populista que propone a la libertad de empresa como instrumento de redención política y económica para las masas peruanas, y ha encontrado en el novelista Mario Vargas Llosa a un vocero elocuente. Mientras tanto nuevos focos senderistas emergen desde el centro-norte serrano (donde su presencia confluye con la de los señores de la droga para socavar el control del Estado) hasta el linde con Bolivia, y otro movimiento clandestino, amparado en el nombre de Tupac Amaru y más dispuesto a combinar la acción violenta con otras tácticas políticas, disputa a Sendero el predominio en Lima. Perú se interna así en una crisis cada vez más generalizada y profunda, que, aunque sorprendentemente no ha logrado hasta ahora un régimen político-institucional tradicionalmente frágil, ha cambiado los datos mismos de la vida cotidiana de la mayoría de los peruanos, hoy marcada por penuria e inseguridad crecientes.

Siempre abrumada por el legado de su inconclusa revolución de 1952, **Bolivia** sufre una situación en parte comparable. Muerto en 1969 el general Barrientos, su tentativa de reorientar la política boliviana en sentido conservador y pro-norteamericano, apoyándose para ello en una alianza militar-campesina, iba a ser gradualmente abandonada por su sucesor y antiguo rival el general Ovando, que parecía aspirar a reconstruir el frente triunfante en 1952, reincorporando a la alianza

a los mineros, cuyas organizaciones devolvió a la legalidad, y a los sectores radicales urbanos. No lo logró, y al sector más radical de las fuerzas armadas le impuso como sucesor al general Juan José Torres, que prohijó un resurgimiento de la agitación política a través de la convocatoria de una Asamblea del Pueblo, en que movimientos partidarios y sindicales de izquierda discutían las más extremas propuestas de cambio. La alarma se extendió entonces en las filas del ejército, que nunca había dado apoyo unánime a Torres.

En 1971 un golpe militar lo expulsaba del poder; lo reemplazó el coronel Augusto Banzer, jefe del movimiento insurreccional, que iba a gobernar hasta 1978, como titular de la más prolongada dictadura militar del siglo XX boliviano. La solidez de su régimen se debió menos a la intensidad de una represión que no vacilaba en acudir a métodos brutales que a la bonanza petrolera y crediticia de la década, que ofreció alivio temporario a la economía. Aunque ni la expansión de la producción petrolera ni la exitosa apertura al crédito externo provocaron una ampliación perdurable del aparato productivo, al reactivar la economía urbana ampliaron el mercado de la agricultura nacional, y crearon nuevas oportunidades de trabajo que tornaron menos conflictivo el gradual desmantelamiento de la siempre deficitaria minería del estaño, que iba a avanzar considerablemente en esta etapa.

El alivio económico restó algo de su militancia a un sentimiento opositor que seguía siendo claramente mayoritario, como pudo advertirse en 1978, cuando Banzer decidió darse por sucesor en la presidencia al general Pereda Asbún. El fraude que aseguró la victoria electoral de éste fue tan escandaloso que Pereda Asbún decidió tomar el poder sólo interinamente, y con el compromiso de organizar elecciones honradas para 1980. La oposición largamente reprimida se tornó a partir de entonces irrefrenable, y el ejército prefirió encomendar esa tarea al general David Padilla, a la vez que adelantaba la fecha comicial a julio de 1979.

Las elecciones volvieron a reflejar la quiebra ya irremediable del antiguo frente revolucionario. Las dos fracciones más numerosas del MNR se habían constituido en núcleos de coaliciones electorales rivales; mientras la más moderada tenía a su frente a Víctor Paz Estenssoro, la más izquierdista levantaba la candidatura del ex presidente Hernán Siles Suazo; ninguno de los rivales obtuvo mayoría absoluta, y sus fuerzas estaban demasiado equilibradas en el congreso para que éste pudiera elegir entre ambos, tal como lo prescribía la constitución. La *impasse* dio oportunidad a un golpe militar, resistido con éxito por la fiera oposición de mineros y poblaciones urbanas y rurales. El restaurado Congreso, desesperando de resolver el dilema, encomendó interinamente el poder ejecutivo a su presidente, Lidia Gueiler, veterana de la insurrección paceña de 1952 que convocó en junio de 1980 a nuevas elecciones, en las cuales la coalición de izquierda obtuvo una ajustada victoria para Siles Suazo.

La respuesta fue un nuevo golpe militar, que colocó en el gobierno al general García Meza. Con el asesoramiento de agentes del gobierno militar argentino, el nuevo dictador lanzó una represión de brutalidad sin precedentes en la historia reciente de Bolivia, pero sólo por breve tiempo logró contener las resistencias que acababan de frustrar dos previas intentonas militares.

El sentimiento opositor crecía ahora junto con la penuria que, agotadas ya la bonanza petrolera y la crediticia, estaba reemplazando a la pálida prosperidad de la década anterior. En esa trágica coyuntura, un solo sector de la economía aceleraba aun más su ya firme ritmo de avance: era desde luego el ilegal, que contó con el desembozado apoyo de García Meza; al caracterizar a su régimen como narcofascista sus adversarios estaban lejos de incurrir en una calumnia.

En agosto de 1981, ante la imposibilidad de quebrar las movilizaciones opositoras, García Meza dejaba paso a un interinato militar, que se resignó finalmente a convocar al Congreso disuelto por el golpe de 1980. De este modo llegaba a la presidencia Siles Suazo, quien, tras de consolidar su posición mediante la depuración del cuerpo de oficiales, pasó a encarar los angustiosos problemas de la economía, debilitada tanto por el fin de bonanza como por los dos años de constantes turbulencias que habían socavado el predominio militar.

La recesión heredada no daba signos de amainar, y aunque la inflación ganaba ímpetu, los mismos sectores políticos y sociales que habían llevado a Siles a la presidencia iban a oponerse con éxito a las medidas que éste buscó introducir para ponerle freno. Dos años después de asumir el poder, con una inflación ya cercana al 1000 por 100 y habiendo abandonado totalmente el servicio de la deuda externa, el presidente debía confesarse incapaz de dominar tanto el proceso político como el económico; mientras la coalición que lo había llevado al poder comenzaba a disgregarse, se resolvió a llamar a elecciones anticipadas, en las cuales, con una participación electoral más baja de lo habitual, el ex presidente Banzer, a quien la penuria de los tiempos que siguieron a su caída estaba por primera vez dotando de popularidad, sobrepasó por estrecho margen a Víctor Paz Estenssoro, elegido sin embargo presidente por el congreso con los votos combinados de sus adictos y de las distintas formaciones de izquierda.

El gobierno de Siles Suazo se había revelado también impotente frente a los avances de la droga; sus esfuerzos por desarraigar al único sector vigoroso de la economía exportadora mostraron que éste no necesitaba del auxilio de la derecha para sobrevivir: en su favor militaban no sólo las complicidades con que contaba en el aparato administrativo y militar, sino también la fiereza con que los campesinos de las áreas productoras defendieron sus medios de subsistencia, que en un contexto político democratizado se hacía menos fácil ignorar. Urgido por la presión creciente de los Estados Unidos, Paz Estenssoro iba a intentar un combate más enérgico, y llegaría a autorizar la presencia de fuerzas norteamericanas en la zona de producción de la droga. Aunque el muy publicitado *raid* contra los laboratorios clandestinos de cocaína que esas fuerzas protagoni-

zaron fue muy poco exitoso, y la izquierda denunció como atentatoria de la soberanía nacional a una presencia militar extranjera que no contaba con autorización legislativa, la opinión reaccionó de modo menos vehemente de lo que hubiese podido esperarse; en ello influía, quizá más que el cambio de clima político-ideológico señalado más arriba, la urgencia que la crisis socioeconómica conserva en Bolivia, que hace difícil otorgar atención plena a temas desvinculados de ella.

Esa crisis es en efecto ya la protagonista permanente de la vida boliviana. Para afrontarla Paz Estenssoro, luego de un período de inacción en el cual la inflación alcanzó niveles que la hicieron por fin universalmente insoportable aún en un país largamente acostumbrado a ella, lanzó un programa muy cercano al de la derecha boliviana. Éste tuvo razonable éxito en sus aspectos monetarios, ya que la contención del gasto público y el continuado ingreso de los dólares del tráfico se reflejaron en una aproximativa estabilización del nuevo circulante. Pero la baja del gasto se apoyaba en la de los salarios de los empleados estatales a niveles a la larga insostenibles; los intentos de reestructurar el gasto público recortando los subsidios a la minería del estaño tropezaron una vez más con la resistencia indomeñable de los trabajadores de las minas; en septiembre de 1986 el gobierno se inclinaba ante ella, al aceptar la mediación en el conflicto de la Iglesia católica, que se había pronunciado ya contra su política minera.

La crisis que domina permanentemente el horizonte boliviano es desde luego la misma que azota a casi toda Latinoamérica, pero es también la de una revolución que ha creado un equilibrio demasiado estable entre los heterogéneos herederos de su triunfo. Las alternativas de las últimas décadas de historia boliviana (invasiones militares de la cuenca minera, bloqueos campesinos dirigidos a veces contra el todopoder minero, a veces contra el de regímenes dominados por el ejército, alzamientos urbanos contra estos últimos) sólo introducen nuevos puntos de inflexión en un ciclo que el país parece condenado a recorrer indefinidamente. Pero en esa Bolivia

que parece encerrada en un laberinto sin salida continúan a pesar de todo avanzando las transformaciones desencadenadas a partir de la revolución de 1952: la ampliación de los lazos mercantiles entre ciudad y campaña se suma a las innovaciones políticas y sociales que aquélla introdujo para perfilar un esbozo de nación boliviana en el territorio en que habían convivido por siglos dos naciones diferentes. A ese proceso necesariamente conflictivo, que en Perú parece avanzar a tientas, la revolución, aunque no fue capaz de fijarle un rumbo y una meta, logró por lo menos ofrecerle un cauce. Quizá por eso mismo, mientras en Perú, como por otra parte en Argentina o Uruguay, el reflujo de la reciente marea militar-autoritaria es sobre todo consecuencia del fracaso de los regímenes que ella elevó al poder, en Bolivia es ante todo fruto de las reiteradas victorias de una movilización social y política que (aunque insanablemente dividida contra sí misma) ha adquirido un vigor y una seguridad de sí que hubiese sido difícil profetizar en la Bolivia del antiguo régimen.

La intensidad que ha alcanzado el conflicto sociopolítico en los países andinos, favorecida por el efecto disgregador que sobre sus estructuras estatales y administrativas ha tenido el avance de la economía ilegal, se nutre sobre todo de la incidencia excepcional alcanzada por transformaciones socioeconómicas por otra parte muy rápidas, y del carácter incipiente de las estructuras nacionales o estatales. En América Central, junto con otras transformaciones socioeconómicas apenas menos intensas, incide otro factor aún más poderoso para orientar hacia la confrontación violenta a conflictos que acaso hubiesen podido tomar rumbos menos devastadores: es la participación cada vez más activa en esos conflictos de los Estados Unidos, que a partir de 1981 parecen haber descubierto en el istmo un teatro de elección para su reactivado conflicto en el bloque socialista.

Por grandes que sean las responsabilidades de la potencia dominante por la desoladora situación de **América Central**, los

orígenes de ésta se hallan sin embargo en la región misma, atravesada de conflictos muy profundos y ramificados. En su prehistoria inmediata gravita la coyuntura económica difícil que a fines de la década de 1960 reemplazó a la larga prosperidad de postguerra. Pero también se hace sentir la diversificación económica que ya antes había venido acentuando las desigualdades sociales en el campo, con consecuencias negativas que se hacían sentir más desde que la nueva coyuntura aceleró el agotamiento del avance industrializador y restó dinamismo a la economía urbana, haciendo menos atractiva la migración a las ciudades.

Son éstas algunas de las claves de los conflictos armados que se arrastran desde hace largos años en Guatemala y El Salvador. Pero junto con ese rasgo común, y esencialmente negativo, los que afrontan ambos países presentan diferencias profundas. El de **Guatemala** tiene una prehistoria más extensa; ya para 1970 la presencia insurreccional, a la vez indesarraigable e incapaz de avances decisivos, parecía tan permanente como los regímenes militares surgidos de elecciones amañadas, que seguían manteniendo la ferocidad de sus tácticas represivas.

Tras esa historia monótonamente cruel se adivina el impacto de los rápidos avances de la productividad agrícola, que estaba devolviendo viabilidad económica a las comunidades indígenas (que desde comienzos de siglo habían sobrevivido ofreciendo mano de obra temporaria a la agricultura de hacienda). Esa innovación no sólo era perturbadora para la gran agricultura: hacía más tentador el asalto final al patrimonio territorial del campesinado indígena, que un siglo de predominio liberal no había logrado liquidar. El combate contra la guerrilla rural vino a asociarse así con la expropiación de los campesinos, en beneficio sobre todo de nuevos propietarios surgidos del cuerpo de oficiales; ello iba a ofrecer nuevo acicate a la llamada lucha antisubversiva, a la que tornaba a la vez aun más feroz. Esa tragedia rural se acompañaba con una represión indiscriminada de la protesta urbana por medio de asesinatos oficiosos que buscaban sus víctimas en la oposi-

ción política, sindical y estudiantil, pero también en grupos profesionales e intelectuales tenidos por poco seguros ideológicamente.

El golpe militar de 1982 introdujo un hecho nuevo, y no sólo porque llevaba al gobierno a un ferviente converso al protestantismo evangélico. El coronel Ríos Montt hizo cesar el terrorismo oficioso dirigido contra la oposición urbana para concentrar la represión en las zonas rurales disputadas por la guerrilla, donde logró revertir los avances de ésta, mientras la brutalidad creciente del conflicto y las represalias agravaban el éxodo de las zonas afectadas, una parte del cual se volcó en el sur de México. Esos éxitos no impidieron que Ríos Montt fuese derrocado en 1983; la derecha política, que se resignaba mal a renunciar al terror urbano, y las jerarquías militares que, acostumbradas a obtener ventajas muy tangibles de su dominio del Estado, descubrían con indignada sorpresa que el nuevo gobernante tomaba en serio sus promesas de moralización administrativa, se acordaron para reemplazarlo con el general Mejía Víctores, que volvió de inmediato a cauces más tradicionales.

En 1985 el viento redemocratizador que soplaba en Latinoamérica alcanzó a Guatemala; por primera vez desde 1966, iba a ser tolerada la victoria electoral de un candidato que no era expresión del sector dominante de las fuerzas armadas. Era éste el demócrata cristiano Vinicio Cerezo, que parece advertir muy bien los límites que a su libertad de acción impone el influjo del ejército; gracias a ello ha podido alcanzarse una no siempre plácida coexistencia entre el poder permanente de éste y el institucionalmente soberano encabezado por el jefe del ejecutivo. Ella no ha devuelto al país ni aun a una aproximativa normalidad; particularmente en el campo la violencia represiva sigue reinando, y la corriente de retorno de refugiados, que en un momento pareció insinuarse, se ha detenido en consecuencia. En las ciudades y en particular en la capital la nueva situación está haciendo con todo posible un cauteloso resurgir de las corrientes de centro e izquierda, cuya destruc-

ción había sido objetivo del terrorismo. Ésta es recibida con escándalo por la derecha política, que no cesa de incitar a sus aliados militares a poner fin al ensayo de restauración constitucional.

En **El Salvador**, en cambio, la crisis, aunque ya anunciada por la matanza de 1932, sólo brotaría a la superficie a comienzos de la década de 1970. En 1972 la victoria del jefe de la democracia cristiana, José Napoleón Duarte, en las elecciones presidenciales, es desconocida por la alianza oligárquico-militar en el poder, y las protestas de la víctima de ese despojo tienen por respuesta su prisión, tortura y finalmente exilio. El régimen que de ese modo sobrevivió al desafío electoral iba a afrontar pronto el de la guerrilla, al que respondió con una represión que, como en Guatemala, iba a ser más brutal que eficaz. La derecha política y sus aliados militares utilizaron aquí también la emergencia para detener el avance de la oposición política y sindical de base urbana un uso sistemático de terrorismo.

Así el país parecía encaminarse a la guerra civil; en 1979 un golpe militar buscó evitarla instalando a una junta que se proclamaba dispuesta a emprender drásticas reformas y favorecer la pacificación. Ello enconó tanto a la derecha (que en El Salvador sigue siendo –de modo mucho más directo que en Guatemala– la expresión política de una reducida elite económica de base terrateniente) como a sus aliados en las fuerzas armadas, que habían retenido posiciones tanto en la junta como en el gabinete ministerial; ambos acentuaron el terrorismo urbano y la brutalidad en la lucha antiguerrillera; ello provocó en la junta de gobierno la crisis que habían previsto, y que se resolvió en favor de los sectores más conservadores. Éstos reconstituyeron la junta dándole por presidente a José Napoleón Duarte, en garantía de apoyo al programa reformista y democratizador del movimiento de 1979, que no hubieran podido repudiar sin poner en peligro la ayuda que venía dispensándoles el gobierno de Carter.

Duarte no renunció a llevar adelante la reforma agraria decretada en la etapa anterior, y se ganó con ello la hostilidad

implacable de la elite económica. Pero la reforma no iba a arraigar fácilmente en el terreno: más que las decisiones de la Junta estaban gravitando sobre la vida salvadoreña el recrudecimiento del terrorismo oficioso, arma de la derecha contra la prometida democratización, y el de la brutalidad militar en la represión de la guerrilla, que estaba transformando el tercio oriental del breve territorio nacional en zona de guerra de donde las poblaciones huían en masa. Entre las víctimas, que se contaron ahora por millares, figurarían no pocos dirigentes de la oposición política y sindical, y también el arzobispo de San Salvador, que venía denunciando infatigablemente las masacres en curso, y cayó asesinado mientras oficiaba misa en su catedral.

El terrorismo logró así liquidar a la oposición política y paralizar todo esfuerzo reformista; aunque sus excesos no dejaron de causar escándalo, sobre todo cuando cobraron víctimas norteamericanas (que iban a incluir desde monjas cuyo celo en auxilio de los pobres era juzgado excesivo por la opinión conservadora local, hasta asesores destacados por el movimiento sindical norteamericano ante organizaciones campesinas salvadoreñas) no pusieron en peligro la ayuda norteamericana a un régimen que en la hipótesis más caritativa era testigo tolerante de esos atentados. Lo impedía la amenaza de la guerrilla, a la que pasaron a apoyar los más entre los dirigentes de izquierda que habían logrado sobrevivir a las matanzas. Así expulsada de hecho la izquierda de la arena política, en 1982 las elecciones para una asamblea constituyente dieron la victoria a los partidos de derecha; la presidencia de esa asamblea iba a ser ocupada por Roberto D'Aubuisson, un exmilitar de origen irreprochablemente oligárquico a quien tanto la opinión local como el embajador norteamericano vinculaban con el asesinato del arzobispo Romero.

Para entonces la administración de Reagan, que había sucedido a la de Carter, comenzaba a revisar su inclinación inicial a favorecer a la derecha política, con cuyo anticomunismo apocalíptico seguía simpatizando, pero cuyo aventurerismo co-

menzaba a encontrar alarmante. No por eso dejaba de ver en el exterminio de la guerrilla la única solución aceptable para el conflicto, y en el ejército salvadoreño el instrumento destinado a alcanzarla. Los subsidios norteamericanos -que llegaron a sumar varios miles de millones de dólares- se orientaron en consecuencia cada vez más a sostener el esfuerzo militar contra la guerrilla, continuado con la brutalidad ya habitual y sólo relativo éxito: si logró mantener confinada la presencia insurgente al tercio oriental del territorio, no pudo ni desalojarla de él ni impedir que la acción insurgente se hiciera sentir frecuentemente en el resto del país a través de clausura temporarias de rutas troncales e interrupciones en la provisión de electricidad.

Las elecciones presidenciales de 1984 significaron el desquite de Duarte, y persuadieron a la jerarquía militar de la necesidad de tomar alguna distancia respecto de la derecha; el terrorismo oficioso que ésta había cultivado con el beneplácito del ejército y la colaboración activa de algunos de sus oficiales amainó en intensidad, haciendo posible una paulatina resurrección de la vida política, que se reflejó en la frecuencia creciente de protestas de la opinión urbana ante la escasa atención que a sus problemas cada vez más agudos dispensa el presidente Duarte. Ya antes de que las propuestas pacificadoras del presidente Arias, de Costa Rica, lo invitasen a ello, el de El Salvador tomó el camino de la negociación con la guerrilla; aunque éste no se anuncia promisorio (entre otras cosas porque ambos negociadores saben demasiado bien que el ejército rehúsa de antemano las concesiones que cualquier pacificación requeriría) ha contribuido a devolver un lugar a la oposición de izquierda en un proceso político del que había sido brutalmente marginada.

Pero la falta de una resolución pacífica para el conflicto, que los votantes de Duarte habían esperado ver facilitada por su victoria, y el agravamiento de las condiciones económicas como consecuencia no sólo de una coyuntura externa desfavorable, sino también de la incertidumbre creada en el campo por una reforma agraria que ni se consuma ni se abroga, y todavía de la perpetuación la guerra civil, produjeron una erosión en la base electoral del presidente y su partido, que en las elecciones parlamentarias y municipales de 1988 se combinó con las ventajas que el apoyo militar otorgó a la derecha en las áreas rurales para dar a ésta una victoria que la fortifica en su hostilidad a cualquier reforma y a cualquier solución negociada al conflicto. Quedaba así consagrado el fracaso de la política favorecida por los Estados Unidos, que había buscado combinar el fortalecimiento de un ejército que sigue siendo el mismo que fue protagonista del antiguo orden salvadoreño, con la consolidación de una vida política democrática que, por restringida que se la imagine en su impacto, somete a ese antiguo orden a una amenaza que ese ejército difícilmente podría tolerar.

En la prehistoria de la revolución nicaragüense que iba a triunfar en 1979 -se ha indicado más arriba- gravita también la transformación agraria de la segunda potsguerra, que estaba expandiendo a costa de la agricultura campesina la producción de algodón y ganado vacuno, pero en **Nicaragua**, a diferencia de lo que ocurrió en Guatemala y El Salvador, sus consecuencias vinieron a sumarse a las de las tensiones que provocaba dentro de la elite socioeconómica la invasión de sus filas por el séquito del somocismo, que se tornó a la vez más avasalladora y más conflictiva bajo el liderazgo de un nuevo jefe de dinastía que no sabía equilibrar la codicia con la prudencia.

El predominio cada vez más exclusivo que el clan dominante y sus más estrechos aliados estaban ganando sobre los sectores más dinámicos de la economía transformaba las mal acalladas reticencias de la elite tradicional en un sentimiento opositor mucho más firme, que sabía inútil intentar expresarse en la arena electoral y no osaba aun hacerlo en otras menos pacíficas. Ese sentimiento se hizo aun más intenso y universal luego del devastador terremoto de Managua, que en 1972 provocó una ola de solidaridad internacional frustrada en sus objetivos por el uso descaradamente corrupto dado a la ayuda así

obtenida. Somoza reaccionó a esa oposición creciente con su brutalidad habitual: en enero de 1978 el asesinato oficioso de Pedro Joaquín Chamorro, director de *La Prensa,* el tradicional órgano conservador que había mantenido siempre sus distancias frente al régimen, enconó aun más la hostilidad que lo rodeaba.

Los movimientos insurreccionales supieron utilizar la oportunidad que así se les brindaba: unificados desde 1961 en el Frente Sandinista de Liberación Nacional, que incluía no sólo a varias organizaciones de inspiración marxista-leninista, sino a otra que, liderada por Edén Pastora, combinaba su audacia táctica con posiciones ideológicas más moderadas, eran ya, a los ojos de la elite económico-social, los únicos capaces de poner fin a un régimen que ésta encontraba insoportable. A veinte años de distancia del triunfo de la Revolución cubana, un proceso que presentaba sorprendentes analogías con el que la había llevado al triunfo llegaba así a buen término en el continente.

Algunas de esas analogías iban a mantenerse en la etapa siguiente: como en Cuba, la victoria revolucionaria fue seguida de una radicalización que provocó el alejamiento de sus partidarios más moderados, entre otros la viuda de Chamorro y Edén Pastora. Pero las diferencias eran por lo menos tan significativas como las analogías, y desfavorables a la nueva experiencia revolucionaria. La victoria de ésta había requerido una prolongada y sangrienta guerra civil, que dejó en herencia, junto con devastaciones muy serias, fuerzas armadas proporcionalmente mucho más numerosas que el diminuto ejército rebelde cubano de 1959. Por añadidura, Nicaragua no es una isla, y sus fronteras con Honduras y Costa Rica siguen siendo difícilmente controlables; la presencia más allá de ellas de todos los derrotados y disidentes (desde los sobrevivientes de la Guardia Nacional somocista hasta los secuaces de Pastora y los refugiados que iría creando la agudización de los conflictos sociales y étnicos), hace que en Nicaragua siga pesando más que en Cuba la amenaza militar contrarrevolucionaria.

Lo que quizá era aun más importante, la sociedad nicaragüense es muy distinta de la cubana prerrevolucionaria. No sólo la presencia campesina es en ella mucho más fuerte; la sociedad urbana presenta un perfil social más indiferenciado, en que aun en los sectores de bajos ingresos abundan los ínfimos empresarios independientes; por todas esas razones Nicaragua estaba peor preparada que Cuba para recibir una estructura socialista.

Por otra parte la dirigencia sandinista no aspiraba a imponerla; con prudencia aplaudida desde La Habana, se declaraba en favor de una economía mixta, muchos de cuyos sectores claves, controlados por el clan Somoza y sus allegados, estaban ya pasando a manos del estado revolucionario como consecuencia de la confiscación de su patrimonio. Pronto se descubría que, salvo en cuanto a la gran agricultura de exportación, la gravitación de ese grupo era mucho más limitada de lo imaginado; las empresas ahora nacionalizadas se habían beneficiado más por la privilegiada posición política de sus propietarios que por ninguna superioridad organizativa o tecnológica; y aun en el sector agrícola, por otra parte, la decisión de mantener la unidad organizativa y la orientación exportadora de las grandes fincas que habían sido del clan dominante iba contra las aspiraciones de una clase campesina ansiosa de ganar acceso a esas tierras de calidad excepcional; a esa decisión iban a sumarse otras que, inspiradas en el deseo de no enajenarse la buena voluntad no sólo de los campesinos con tierras, sino aun de los finqueros medianos, paralizaron iniciativas que hubieran podido reforzar la adhesión de los grupos rurales mayoritarios cuyo acceso a la tierra era insuficiente o nulo.

Todas esas dificultades, frente a las cuales la dirección colegiada del sandinismo hallaba difícil acordarse (sólo recientemente Daniel Ortega Saavedra –elegido presidente de Nicaragua en las elecciones de noviembre de 1984, en las que el frente sandinista, con el 67 por 100 de los votos, alcanzó una convincente victoria– se aseguró una posición dominante dentro de ella, e impuso un rumbo más definido al régimen

revolucionario) eran a la vez agravadas y parcialmente enmascaradas por la oblicua guerra que desde 1981 los Estados Unidos libran contra Nicaragua.

Los agentes principales de esa lucha son ésos que el presidente Reagan celebra como *freedom fighters, y* que en Centroamérica amigos y adversarios llaman la contra. Encuadrados militarmente por los dirigentes de la Guardia Nacional somocista, los contrarrevolucionarios han visto alternativamente ampliadas y raleadas sus filas según el ritmo de las tensiones internas en Nicaragua y el volumen de los auxilios que el presidente norteamericano logra arrancar de un reticente Congreso. Aunque en siete años no han sido capaces de lanzar un desafío militar serio, sus tácticas terroristas, que les han ganado deplorable reputación dentro y fuera de Nicaragua, han conseguido agravar aun más la penuria, cuyo impacto sobre la popularidad del régimen amenaza a la larga hacerse considerable.

Aunque a ese costo muy alto, la amenaza externa logró devolver su foco a una revolución que, triunfante en un momento de reflujo mundial de las esperanzas que habían dado su ímpetu a la cubana, y enfrentada con un panorama más complejo de lo que había esperado, parecía perder toda seguridad de rumbo. Frente a la cada vez más agresiva hostilidad norteamericana, pronto se hizo claro que ni México ni los gobiernos europeos de izquierda moderada, que habían manifestado vivas simpatías por la Nicaragua sandinista, querían (o quizá podían) ofrecer los auxilios necesarios para afrontarla. Ello llevó al régimen de Managua a estrechar aun más sus vínculos con Cuba y la URSS, mientras acentuaba sus aristas represivas, hasta clausurar *La Prensa* luego de que el vocero opositor aceptó una subvención del gobierno norteamericano (que para entonces había emprendido el minado apenas clandestino de puertos nicaragüenses), y no buscó esquivar una ruptura abierta con la jerarquía eclesiástica, que compartía la hostilidad vaticana a la presencia de varios brillantes pero poco sumisos miembros del clero en la alta dirigencia sandinista.

Pronto iba a descubrir sin embargo qué estrechos eran los límites de la solidaridad cubana y soviética. Las reticencias de esos dos países que el sector extremo del sandinismo había tomado como modelos, y con cuyo apoyo activo había esperado contar para radicalizar el curso de la Revolución nicaragüense, condenaban de hecho su proyecto de utilizar para ello la amenaza externa. La voluntad negociadora frente a todas las oposiciones, que el sector más moderado iba a imponer, con la aprobación de La Habana y el apoyo aún más caluroso de Moscú, iba por su parte a cosechar éxitos más rápidos de lo esperado, gracias en buena medida a la torpeza con que Washington había venido manejando su política centroamericana.

Ya antes de su reorientación moderada, la dirección sandinista había apoyado unánimemente la propuesta mediación del llamado grupo de Contadora, integrado por México, Colombia, Venezuela y Panamá; sin duda hizo más fácil lograr esa unanimidad la seguridad de que el gobierno de Reagan estaba dispuesto a frustrar esa y cualquier otra solución negociada. Pero cuando el presidente Arias de Costa Rica propuso un preciso plan de paz, y la alarma creciente que la internacionalización de la crisis de Nicaragua despierta entre las naciones vecinas logró el milagro de ganar para él la aprobación unánime de sus presidentes (aun los de El Salvador y Honduras, cuya supervivencia depende de los subsidios otorgados por los Estados Unidos en el marco de su política intervencionista), ya el presidente Ortega contaba con la autoridad necesaria para sumarse sin reticencias a ese consenso, y –como iba pronto a verse– llegar más lejos en la aplicación del plan de Arias que los de Guatemala y El Salvador, comprometidos como Nicaragua a negociar la paz con sus propios movimientos insurgentes.

Esa voluntad negociadora, avalada por gestos espectaculares como la reapertura de *La Prensa,* expresaba sin duda la fatiga frente a una guerra que el gobierno sandinista nunca corrió peligro de perder, pero que difícilmente podría terminar

en la aniquilación de un enemigo que cuenta con bases y recursos más allá de la frontera. Pero la perseverancia con que Managua se ha atenido a la línea negociadora ha sido estimulada también por el cambio en el contexto externo: el desprestigio de la política centroamericana del presidente Reagan, agravado por el escándalo suscitado por las negociaciones clandestinas con Irán, destinadas en parte a recaudar fondos para acciones militares en Nicaragua, decidieron finalmente al Congreso norteamericano a dar una apoyo más entusiasta que el del presidente al plan de pacificación de Arias, haciendo claro a la vez que de la buena voluntad que Managua demostrase en la mesa de negociaciones dependía que se rehusase a votar nuevos fondos para la contra.

Bajo esos insólitos auspicios, no sólo las negociaciones con la contra tuvieron un comienzo promisorio, sino pareció por un momento que la nueva Nicaragua se disponía a redefinir su estilo político dejando más espacio al pluralismo, pese a la falta de entusiasmo que en ello ponían algunos dirigentes sandinistas, temerosos de ver embotado en la distensión el vigor de un movimiento templado en la lucha militar y política. No es la resistencia de éstos, sino el impacto que esa distensión ha tenido sobre las oposiciones el que pronto hizo parecer menos seguro que esa redefinición llegase a término.

En efecto, bien pronto se hizo evidente que esas oposiciones eran menos capaces que el sandinismo de adaptarse sin daño a la distensión. Apenas las negociaciones surgieron en el horizonte, los partidos opositores (cuyas protestas de independencia frente al movimiento armado pocos habían creído hasta entonces sinceras) coincidieron con ese gobierno en que éste debía negociar con ellos y no con los jefes de la insurrección militar las modalidades de la apertura política.

La fisura que así vino a revelarse en el frente opositor era menos grave para él que la reubicación provocada por la nueva coyuntura en la Iglesia, cuyo jefe, el arzobispo Obando y Bravo, había dado desafiante apoyo a la oposición interna, con el apoyo militante del pontífice, que –exasperado ante la

insubordinación de los eclesiásticos que, desobedeciendo sus órdenes más expresas, seguían integrando el gabinete de Managua y ofrecían apoyo no siempre discreto al sector del clero que, de nuevo contrariando las instrucciones de sus superiores, organizaba a sus fieles en apoyo al régimen revolucionario– no sólo distinguió el arzobispo con un capelo cardenalicio, sino utilizó su visita a Nicaragua para reiterar críticas muy duras contra el régimen sandinista, esa vez de cara a multitudes. Ahora el cardenal, aceptando una invitación del gobierno, tomaba a su cargo la mediación entre éste y la insurrección armada, y Juan Pablo II otorgaba su beneplácito a ella; aunque –como por otra parte era esperable– en el ejercicio de su mediación el prelado no se mostró particularmente solícito de los intereses de las autoridades que la solicitaron, su gestión no iba a dejar dudas acerca de la lealtad con que había pasado a apoyar la búsqueda de una solución pacífica. La reorientación del pontífice y el cardenal de Managua, cuya hostilidad al comunismo, sin duda mejor informada que la del presidente Reagan, se acompaña de un vivo recelo por cualquier movimiento revolucionario que amenace desbordar los límites tenidos por lícitos por las tendencias conservadoras dentro de la Iglesia, muestra cuánto terreno ha perdido aun en esa franja de opinión militante la táctica de la lucha armada que el presidente Reagan se resigna mal a ver dejada de lado en Nicaragua.

El progresivo aislamiento de los protagonistas de la insurrección militar resultó menos peligroso para ésta que la división que comenzó a cundir en sus propias filas. Los antiguos dirigentes de la Guardia Nacional somocista que –apoyados en su mayor veteranía pero sobre todo en el favor de los que canalizaban hacia la insurgencia la ayuda norteamericana– dominan las altas jerarquías de ésta, tienen pocos motivos para desear un desenlace exitoso de las negociaciones, ya que no ignoran que sólo como vencedores podrían volver a un país en que su recuerdo es unánimemente aborrecido, y por otra parte no los alarma la posibilidad de seguir sirviendo in-

definidamente como subsidiados soldados de ventura a la política centroamericana de Washington. Pero los combatientes incorporados a sus filas en respuesta a iniciativas del régimen sandinista que no creen imposible ver eliminadas por vía de negociación encuentran a ésta aun más atractiva porque no creen ya posible llevar a fin victorioso la insurrección.

Así la crisis de Nicaragua parece internarse en una zona de ambigüedades, y el desenlace definitivo que ansiaría alcanzar para ella el presidente de Costa Rica no parece entonces inminente. Si el presidente Arias está tan vitalmente interesado en la pacificación es en parte porque teme que si Washington continúa afrontando la crisis centroamericana a través de una intervención cada vez más desembozada, Costa Rica, que a diferencia de sus vecinos del norte, ha logrado hasta ahora esquivar los peores ramalazos de esa crisis, termine devorada por ella.

La situación hasta ahora privilegiada de **Costa Rica** no se debe a que haya mantenido un total apartamiento de esa crisis. Tras de ofrecer algo más que pasiva tolerancia para la utilización de su territorio por la insurgencia sandinista, luego de la victoria de ésta permitió que actuaran también en él insurgentes antisandinistas apoyados por los Estados Unidos. Pero su papel como base para las acciones de la contra, desde el comienzo más modesto que el de Honduras, iba a pasar cada vez más a segundo plano, en parte a causa de las dificultades que el clima político de una democracia pluralista crea para empresas nominalmente clandestinas, y en parte quizá mayor debido al escaso favor con que los protectores norteamericanos de los grupos armados antisandinistas veían a los basados en Costa Rica, el más importante de los cuales tenía a su frente al ex jefe sandinista Edén Pastora, que los agentes norteamericanos juzgaban ideológicamente poco seguro.

Aun así, la gravitación del conflicto nicaragüense llegó a amenazar de modo directo la estabilidad política de Costa Rica, que había sobrevivido sin daño al impacto (también allí durísimo, pero más breve que en otra parte) de la segunda crisis del petróleo y su secuela de la deuda externa. En efecto, la

derecha costarricense buscaba utilizarlo para estimular una peligrosa polarización ideológica, ausente hasta entonces debido al escaso vigor de la izquierda revolucionaria y a la solidez del consenso que seguía apoyando el equilibrio sociopolítico que era herencia de la revolución de 1948. En las elecciones presidenciales de 1986 esa táctica no brindó a la derecha los resultados que esperaba, pero lo ajustado del veredicto electoral que le fue desfavorable contribuye sin duda a explicar la tenacidad con que Arias, tras de triunfar en los comicios, propugnó su plan de pacificación para América Central, cuyo éxito inicial y ecos inesperadamente amplios en la opinión mundial contribuyeron a ganar para él el Premio Nobel de la Paz.

Aunque en **Honduras** la izquierda revolucionaria pesa aún menos que en Costa Rica, la crisis nicaragüense ha repercutido allí en una polarización de más graves consecuencias, ya que ha traído consigo la introducción de los secuestros y asesinatos oficiosos, a cargo –como en El Salvador y Guatemala– de misteriosas organizaciones de extrema derecha que cuentan al parecer con apoyos en el cuerpo de oficiales. No es sólo esta innovación inquietante la que torna a la situación hondureña más peligrosa que la costarricense; más rica en consecuencias es la transformación del breve país del Istmo en base de operaciones norteamericanas tanto para el teatro salvadoreño como para el nicaragüense. El ejército hondureño brinda su apoyo entusiasta a la presencia militar norteamericana, y quienes ejercen el gobierno (Honduras ha vuelto al orden constitucional en 1981, cerrando una etapa de regímenes militares cuyo moderado estilo represivo tanto en lo político como en lo social los había tornado excepcionales en América Central) no osarían por lo tanto obstaculizarla. Se sienten todavía menos inclinados a ello porque no sólo para los oficiales hondureños la presencia norteamericana es fuente de beneficios muy tangibles: aunque no todas las consecuencias de esa presencia son positivas, en la más pobre de las naciones del Istmo el desmantelamiento del aparato militar y de inteli-

gencia armado por los Estados Unidos significaría un golpe muy duro para una economía que no cuenta con alternativas más prometedoras.

La gravitación que ello asegura a los Estados Unidos llegó a reflejarse a mediados de la década en una mediatización cada vez más completa de los titulares del poder civil no sólo frente a una embajada que estaba recuperando el papel proconsular que había sido el suyo en un pasado que se había creído irrevocable, sino frente a una jerarquía militar con la que esa embajada prefería a menudo entenderse directamente. No faltaron entonces quienes responsabilizaban al entendimiento entre esos dos poderes de la aparición en Honduras de los episodios de salvajismo represivo que la baja intensidad de los conflictos locales hacía de otro modo incomprensible. Las reacciones a ese alarmante deslizamiento fueron en extremo limitadas, y por otra parte los rasgos más sombríos que se habían insinuado en esa etapa han venido a atenuarse luego.

Aunque ese estado de cosas no despierta oposiciones demasiado eficaces, existe en Honduras amplia conciencia de los peligros que él encierra para el futuro. Hay otra presencia que ofrece aún más motivos de preocupación que la norteamericana: es la de las macizas formaciones de contras nicaragüenses estacionadas con apoyo norteamericano en áreas hondureñas cercanas a la frontera de Nicaragua, a las que dominan militarmente. Tanto la derrota definitiva de la insurgencia, como la supresión de los subsidios norteamericanos, como una pacificación negociada que dejase a esas formaciones en territorio hondureño amenazan transformarlas en una presencia potencialmente hostil, que los recursos militares con que cuenta Honduras quizá no basten para controlar. Se entiende entonces la ambivalencia del gobierno de Tegucigalpa frente a los planes de pacificación centroamericana, que sería erróneo atribuir exclusivamente a su deseo de no contrariar a sus fuerzas armadas y a los Estados Unidos; se entiende aun mejor que no intente siquiera cumplir el compromiso de desarmar a los contras que alberga en su territorio, que ha

asumido en el marco del plan de paz propuesto por el presidente Arias, pero que desencadenaría un conflicto que tiene demasiados motivos para querer esquivar.

Los problemas que afronta Honduras anticipan algunas de las consecuencias del fracaso ya inocultable de la política centroamericana del gobierno de Reagan, que no ha cosechado los resultados que buscaba en un área particularmente favorable para la reafirmación de la hegemonía norteamericana a través de la intensificación y militarización del conflicto ideológico. Ese revés afecta a algo más que a una línea política: tal como señalaba el presidente Reagan, la eliminación de la disidencia nicaragüense estaba destinada a probar que, pese a la escandalosa excepción que ofrece Cuba, el Caribe y el Istmo siguen siendo, como lo fueron por casi un siglo, el «patio trasero» de los Estados Unidos; que esa disidencia no haya sido debelada corre riesgo de sugerir la conclusión opuesta.

Muy pronto en **Panamá** otro episodio –en el cual el activismo contrarrevolucionario del ejecutivo norteamericano comparte responsabilidades con otras corrientes políticas muy distintas– pareció proponer la misma moraleja. Allí el general Torrijos, que había buscado dar una base popular a la hegemonía política de la Guardia Nacional, una vez aprobado el tratado que transfería a Panamá el control de la Zona del Canal y más gradualmente el del canal mismo, encaró una liberalización de su régimen, seguro de que ese éxito externo sumado a la lealtad de los sectores populares que bajo su égida habían ingresado en la vida política le permitiría conservar su lugar dominante pese al desafío de los partidos opositores, a los cuales esa liberalización abría nuevos canales. Su muerte en un accidente de helicóptero no concluyó con ese proyecto, que el general Manuel Noriega, nuevo jefe de la Guardia Nacional, iba a hacer suyo en una versión casi paródica, pero no por eso menos eficaz.

En lo interno, Noriega trasponía a un estilo más burdo el populismo de su predecesor; en lo exterior mantenía el com-

plicado no alineamiento practicado por éste, que para una nación pequeña, inerme y abierta a todos los vientos se resolvía en un constante acto de equilibrio entre los influjos externos que sobre ella pesaban. En lo interno y en lo externo la desenfrenada codicia del nuevo hombre fuerte hacía que la corrupción (que se había intensificado bajo la égida de la Guardia Nacional, y encontraba por otra parte amplias oportunidades en una economía cada vez mas especializada en servicios mercantiles y financieros difíciles de obtener en países regidos por normas más estrictas) alcanzara dimensiones cada vez más amplias; en particular se le achacaba participar en los beneficios derivados de la privilegiada posición de su país en la ruta de la droga.

Con su beneplácito, Panamá se transformó en efecto en crucial punto de escala para ese tráfico, y en centro de operaciones financieras vinculadas con él. Esa transformación, que tenía muy poco de clandestina, ofreció el tema principal para la oposición política, uno de cuyos voceros más enérgicos, Hugo Spadafora, fue asesinado en 1984, en circunstancias que no todos encontraban tan misteriosas como decía hallarlas el gobierno de Panamá. Desde entonces la agitación opositora, particularmente intensa entre las clases profesionales y sectores empresarios que comenzaban a sufrir por la desleal rivalidad del grupo cercano al general Noriega, no cesaría ya de crecer.

En 1987 Panamá parecía ya ofrecer terreno adecuado para uno de esos procesos democratizadores que el gobierno de Reagan, que primero los había visto con recelo, había aprendido a contemplar con más favor. Una política más activa de los Estados Unidos en la nación del canal ofrecía además algo para todos los sectores políticos norteamericanos: la extrema derecha podía contar con que daría lugar a conflictos que permitirían revisar los plazos fijados por el tratado con Panamá para el traspaso del control sobre el canal; ella y la derecha más moderada se disponían a celebrar la ruina de un régimen no-alineado que había mantenido y seguía manteniendo cordiales relaciones con Cuba; la oposición demócrata recibía

con beneplácito la oportunidad para llamar la atención sobre el papel del general Noriega (que había aceptado también ser incluido en la lista de pagos de la CIA) en la transformación de Panamá en base del tráfico no sólo de drogas sino también de armas para la insurgencia nicaragüense, que permitiría sin duda explorar las vinculaciones menos indirectas que una parte de la opinión sospechaba entre ambos. Y, naturalmente, todos los representantes de zonas urbanas donde la incidencia de la droga pesa casi obsesivamente sobre la vida cotidiana estaban dispuestos a constituirse en corifeos de la cruzada destinada a asegurar la redención moral y política de Panamá.

A diferencia de lo ocurrido en Nicaragua, era la entera clase política norteamericana la que condenaba en solemne coro al hombre fuerte en Panamá y le indicaba sin ambigüedades la necesidad de abandonar espontáneamente el campo. Pero ese veredicto unánime no pareció impresionar más al general Noriega que la decisión del Departamento de Justicia de los Estados Unidos de promoverle juicio criminal como cómplice en la importación de sustancias prohibidas en territorio norteamericano. Ni una huelga general que paralizó la vida comercial de la capital, ni su destitución como jefe de la Guardia Nacional por el presidente Eric Arturo del Valle lo decidieron tampoco a resignar su mando militar; en cambio la Asamblea Nacional, que a sus instancias había ungido presidente a Del Valle se apresuró ahora a destituirlo. El derrocado mandatario, reconocido como la única autoridad legítima por Washington, se acogió a una clandestinidad que esperaba sería seguida en plazo breve por su restauración en el gobierno con apoyo norteamericano.

El apoyo llegó en efecto, pero fue menos decisivo de lo que el presidente panameño había esperado. Washington decretó un bloqueo comercial y financiero cuyos efectos –en un país que usa el dólar norteamericano como su única moneda– fueron pronto gravísimos, pero socavaron sobre todo las bases económicas de las clases mercantiles y financieras que domi-

naban la oposición a Noriega y se estaban transformando en víctimas principales del aliado cuya ayuda habían invocado con ansia.

Ante esa situación desconcertante, los Estados Unidos parecieron admitir por fin que aún en Panamá hay límites para su libertad de acción que sería imprudente no tomar en cuenta. Se resignaron por lo tanto a abordar negociaciones directas con el general Noriega, en la esperanza de persuadirlo a aceptar un alejamiento temporario que no habría ya de eliminar del todo el influjo que ejerce sobre la vida panameña; tras de avanzar en conversaciones sólo nominalmente secretas que constituían ya una dolorosa humillación, ésta vino a completarse cuando las propuestas conciliatorias fueron rechazadas por el hombre fuerte en los términos más hirientes. Aunque tampoco el conflicto de Panamá ha alcanzado su desenlace, parece poco probable que éste logre contrarrestar del todo el daño que este episodio extravagante ha infligido ya al prestigio de los Estados Unidos.

***

Cuando se alcanza como punto de llegada de una exploración de siglo y medio de historia latinoamericana esta incongruente tragicomedia, que parece solicitar una estilización sobre las líneas del realismo mágico, surge la tentación de ver a esa historia en los mismos términos ahistóricos a los que la traspusieron los narradores de esa corriente, maestros en sugerir, bajo la perpetuamente agitada y abigarrada superficie de las cosas, que tan convincentemente evocan, otras presencias todopoderosas y siniestras cuya desesperante inmutabilidad ofrece la clave última de la experiencia latinoamericana.

Esa tentación la fortifica hoy aún más la desazón ante una crisis económico-financiera que lleva ya siete años de golpear al subcontinente con dureza mayor que la depresión de 1929, y no da signos de disiparse en un futuro previsible. Contra ella bastaría invocar sin embargo el testimonio irrecusable de Latinoamérica de hoy, que no es ya, no digamos la de hace un siglo, sino ni aun la de hace una década. Antes que de negar lo evidente, se tratará entonces de explorar aquí brevemente qué líneas de avance pueden a pesar de todo rastrearse por debajo del sucederse vertiginoso y abigarrado de contradictorias vicisitudes que llena el primer plano de la escena latinoamericana, y aun de qué modo esas líneas podrían prolongarse hacia el futuro, a sabiendas de que este ultimo es un ejercicio riesgoso en que tiene mucha parte la conjetura.

Lo que lo hace hoy aún más aventurado es que esta vez el rumbo futuro de los influjos externos que pesan sobre el subcontinente se ha tornado tan difícil de vaticinar como el de los cambios internos a éste. Comenzando por aquéllos, hay uno que se ha subrayado aquí ya más de una vez: es el de la coyuntura económica mundial, que se resiste a salir de la zona de turbulencias en que ingresó a fines de la década de 1960, y viene a hacer más sombrío el futuro latinoamericano; aun si se aliviase milagrosamente el impacto devastador de la deuda externa, las

economías latinoamericanas, que, abandonadas las esperanzas depositadas durante décadas en un desarrollo autosuficiente, deben buscar integrarse cada vez más estrechamente en la economía mundial, hallan aún más difícil encarar la dolorosa adaptación que ello requiere puesto que esa economía se demora en adquirir un perfil razonablemente nítido.

A lo largo de esa transición que se demora en definir su rumbo se han acumulado con todo cambios cuyos efectos alcanzan en más de un aspecto impacto desfavorable en Latinoamérica. Los más alarmantes se vinculan con la marea ascendente del proteccionismo, estimulada por el ritmo lento y sacudido que la expansión económica no logra dejar atrás en Europa y más atenuadamente en los Estados Unidos, y favorecida también por el avance triunfal de economías como la japonesa y surcoreana, que se atienen firmemente a políticas proteccionistas. Sin duda el recuerdo del daño infligido a la economía mundial en la década de 1930 por la clausura económica en que las grandes naciones buscaron alivio al impacto de la depresión militan contra el avance de esas políticas, pero ese recuerdo se torna menos eficaz cuando quienes adoptan medidas proteccionistas no deben temer que ellas provoquen represalias capaces de desencadenar un círculo vicioso de restricciones crecientes; ahora bien, las naciones latinoamericanas, que como consecuencia de la crisis de la deuda han limitado ya sus importaciones a las imprescindibles, no osarían entrar en el camino de las represalias frente a sus acreedores, que no se fatigan de recordarles su obligación de llevar a término -al parecer sin esperanza de reciprocidad- la apertura de sus economías.

Ya que los países latinoamericanos pueden hacer muy poco para influir sobre estos y otros cambios en la economía de los países centrales, sólo les queda esperar que vicisitudes sobre las cuales no tienen control vengan a contrarrestarlos (por ejemplo, llevando el costo de los subsidios que protegen la agricultura en los Estados Unidos y el Mercado Común Europeo a niveles demasiado ruinosos). Pero,

aun si esas esperanzas se realizaran -y nada promete que eso deba ocurrir demasiado pronto- ello sólo traería alivio parcial a sectores limitados de la economía latinoamericana, cuyo futuro nunca se ha presentado tan incierto como en este fin de siglo.

La dimensión política del contexto externo en que avanza hoy Latinoamérica está dominada por las consecuencias del debilitamiento de la hegemonía que los Estados Unidos alcanzaron luego de la segunda guerra mundial, que se refleja en una paulatina redefinición de sus relaciones con los países latinoamericanos sobre pautas cercanas a las ya vigentes para México; mientras la reivindicación por esos países de su derecho a desarrollar una política exterior independiente no provoca las reacciones militantes del pasado, en el ejercicio de ese derecho siguen procurando esquivar choques con la potencia hegemónica en asuntos que ésta considera vitales para sus intereses.

Aunque limitada en sus consecuencias prácticas, la reivindicación de su independencia político-diplomática por parte de una Latinoamérica obligada a mendigar la indulgencia de sus acreedores confirma que los efectos del lento ocaso de la hegemonía norteamericana están llegando a pesar de todo al subcontinente, pero esa novedad en principio positiva está tan llena de riesgos como de promesas. Sin duda los Estados Unidos podrían adaptarse a esa nueva situación sin daño real para sus intereses, ya que la relación de fuerzas económicas es tal que no necesitan para proteger esos intereses mantener el desembozado y abrumador predominio político y militar que la excepcional coyuntura de 1945 vino a consolidar en el hemisferio. ¿Cuánto tiempo hubiera necesitado la nueva Nicaragua para descubrir que sigue estando en el mismo lugar que la vieja, y sacar las conclusiones que se imponen del desinterés creciente del bloque del Este por contrarrestar esa fatalidad geográfica en el plano económico y mas aun en el politico-militar, sl la mortal hostilidad norteamericana no la hubiese despojado de cualquier estímulo para hacerlo?

Pero no es probable que la política latinoamericana de los Estados Unidos haga suya la flexibilidad que el buen sentido sugiere. Sin duda los problemas que la actual transición les propone en Latinoamerica, comparables en cierta medida a los que la descolonización de Africa propuso a las antiguas metrópolis europeas, son más leves que los que éstas supieron resolver casi siempre con éxito. Pero para que los Estados Unidos alcancen uno comparable en Latinoamérica, deben admitir que han venido desempeñando allí un papel que presenta en efecto analogías con el de una potencia colonial. Es una admisión necesariamente dolorosa, en cuanto supone renunciar a una imagen del papel de los Estados Unidos en el mundo que es consustancial con la que los norteamericanos han madurado de su propia experiencia histórica, y en la que se sustenta en buena medida su orgullo nacional. Surgidos de una revolución a cuya inspiración fundacional atribuyen logros políticos y económicos de los que están justificadamente ufanos, y que ofrecen como modelo al mundo, los Estados Unidos, como anteayer la Francia republicana o ayer la URSS socialista, han tenido hasta ahora la fortuna de no verse obligados a optar entre lealtades nacionales y universales, ya que pueden ver el servicio a su interés nacional como un servicio a la humanidad entera. Aceptar como legítima la vocación de América latina a buscar su propio camino impone entonces una revisión tan profunda de esas consoladoras convicciones que sólo urgencias mucho mayores que las de hoy serían capaces de inducirla.

No es seguro, por otra parte, que aun entonces la renuncia a esa misión universal no venga a favorecer una defensa aún más intransigente del papel hegemónico de los Estados Unidos en América latina; esa posibilidad aparece en parte anticipada en el repudio del panamericanismo por el partido republicano, que invoca ahora el interés nacional de los Estados Unidos como única inspiración válida para su política latinoamericana. Para inspirar una política latinoamericana más razonable, esa redefinición debiera acompañarse del reconocimiento de

que la posición ganada por los Estados Unidos en 1945 no podría mantenerse indefinidamente; es sabido que por el contrario a través de su política latinoamericana la actual administración intenta mantener viva la ilusión de que esa posición permanece intacta; y es preciso admitir que Latinoamérica sigue ofreciendo el terreno más adecuado para ello.

La crisis sólo incipiente de la hegemonía norteamericana no es la única razón por la cual en lo más duro de la actual crisis económico-financiera las naciones latinoamericanas se sienten con fuerzas para reivindicar a cara descubierta su independencia diplomática. Junto con ella pesa el crecimiento desequilibrado pero irrefrenable de Latinoamérica misma, que acrece –aunque no siempre para su bien– la gravitación de la región en el mundo. Así se advierte ya al considerar la reacción externa ante la crisis de la deuda latinoamericana: lo que concentra sobre ella la atención universal es la magnitud de esa deuda, que hace que, si todos esos países se vieran simultáneamente acorralados a una abierta insolvencia, pondrían en peligro el sistema financiero mundial.

Pero es sin duda la dimensión demográfica de ese crecimiento la que afecta de modos más variados y complejos tanto la situación que vive el subcontinente como la paulatina modificación de su peso en el equilibrio mundial. Ese impetuoso crecimiento poblacional (que hace por ejemplo que hoy la mayoría de los católicos del planeta se encuentre en Latinoamérica) es justamente percibido desde fuera como el más importante factor de transformación del lugar de Latinoamérica en el mundo; y su ramificado impacto puede rastrearse aun tras de la reciente modificación en los argumentos que la derecha norteamericana gusta esgrimir contra cualquier cambio revolucionario en el resto del continente: una vez más el presidente Reagan revela entender muy bien a sus compatriotas cuando les advierte que la primera consecuencia sería un alud de fugitivos de la miseria latinoamericana y el terror bolchevique, que es preciso evitar a cualquier costo. He aquí

como entre las obsesiones que habitan el subconsciente colectivo norteamericano la amenaza roja parece dejar paso a la de esa humanidad morena y repulsivamente prolífica contra cuya presión creciente la valla de la frontera aparece cada vez más irrisoria.

Esa fantasiosa pesadilla tiene desde luego correlatos en la realidad: en 1900 la población de México equivalía al 18 por 100 y la del Brasil al 24 por 100 de la de los Estados Unidos; ochenta años después ascienden respectivamente al 32 por 100 y al 57 por 100; aun la de Argentina, cuyo crecimiento demográfico se ha aquietado en las últimas décadas, pasó entre 1900 y 1980 del 6 por 100 al 12 por 100 de la estadounidense. Pero la divergencia creciente entre la velocidad del aumento de población en la América anglosajona y la latina es sobre todo un fenómeno de la segunda postguerra; mientras en 1950 el número de los habitantes de una y otra estaban aun muy cercanos (como resultado del mayor dinamismo demográfico que en el siglo XIX había adquirido la América anglosajona, que había corregido la originaria superioridad demográfica latinoamericana), hoy la segunda casi duplica en este aspecto a la primera.

Una expansión tan acelerada (sólo la del África al sur del Sahara supera en las últimas décadas a la latinoamericana) encierra sin duda peligros muy serios para el futuro, pero una vez que sus consecuencias han comenzado a desplegarse a la vista de todos resulta más difícil verlas de modo tan exclusivamente negativo como hace dos décadas, cuando eran poco más que una nube en el horizonte. Ahora se advierte mejor que entonces que el crecimiento poblacional es sólo un aspecto de un complejo proceso de cambio, que incide de modo diferente en distintas áreas latinoamericanas, y acerca del cual es difícil entonces arribar a conclusiones uniformes para todas ellas.

Hay con todo una que es difícil ignorar: a saber, que en Latinoamérica el crecimiento poblacional estuvo hasta ahora lejos de constituir un obstáculo para el económico: para las cuatro décadas que siguen al fin de la segunda guerra mundial la conclusión que parece imponerse es cabalmente la opuesta. En México, que multiplicó su población tres veces y media, el producto bruto nacional a mediados de la década de 1980 alcanza un valor nominal en dólares que es sesenta y tres veces el de cuarenta años antes (el real, una vez descontados los efectos de la pérdida de valor del dólar, reflejaría desde luego un crecimiento varias veces más lento, pero a los efectos comparativos que aquí se buscan esa corrección se hace innecesaria); Brasil, cuya población creció en un 340 por 100, lo multiplicó cincuenta veces: pero Argentina, cuya población menos que duplicó en esta etapa, lo multiplicó sólo dieciséis veces. Aunque de modo menos uniforme, la ventaja se mantiene en cuanto al producto *per capita;* el de México crece dieciséis veces, cerca de diez el brasileño y ocho el argentino. El mismo contraste se da cuando se pasa de los países mayores a otros medianos: entre éstos Colombia y Perú acrecentaron su población casi tres veces y su producto *per cápita* alrededor de dieciocho veces; Cuba y Chile, que duplicarán la primera, multiplicaron su producto doce y cinco veces, respectivamente.

Estas cifras sugieren además que las dimensiones de cada economía nacional han afectado menos el ritmo de crecimiento de su producto bruto; es de suponer sin embargo que ellas han de pesar cada vez más. Hoy Brasil y México, responsables por más del 60 por 100 del producto bruto del subcontinente, han adquirido dimensiones económicas que les aseguran, aun en medio de la crisis más severa, acceso a alternativas vedadas para los restantes países; entre otras cosas sólo para ellos sobrevive la posibilidad de completar la construcción de una economía integrada, que aun un cuarto de siglo antes había sido intentada bajo el signo del desarrollismo no sólo por un rival –Argentina– que iba a quedar en el camino, sino por más de una de las naciones medianas.

Aunque estas cifras y porcentajes sólo alcanzan a sugerir el orden de magnitud de una transformación acerca de cuya índole dicen muy poco, ellas nos anticipan con todo algo en

cuanto a esta última; sugieren, por ejemplo, que un pasado más reciente está borrando las huellas de la etapa de crecimiento hacia fuera que lo precedió: mientras quedan irremisiblemente atrás los países del Cono Sur, que ocupaban la vanguardia de la expansión latinoamericana en el medio siglo anterior a la depresión de 1929, los centros de gravedad de la Latinoamérica que comienza a perfilarse vuelven a ser a menudo los de la etapa colonial; el hecho de que la ciudad de México, al transformarse en la mayor del planeta, haya vuelto a ser como en 1810 la más populosa de Hispanoamérica constituye algo más que un símbolo de esa reversión de tendencia. Pero este retorno a primer plano de algunas de las áreas que lo ocuparon también en tiempos coloniales no autoriza a concluir que lo que vive hoy Latinoamérica es un retorno al pasado: es por el contrario el dinamismo nuevo que han adquirido las transformaciones sociales en las últimas décadas el que devuelve a la escena a actores cuya presencia había sido antes más fácil ignorar.

Muchos aspectos de la gigantesca transformación que Latinoamérica sigue hoy llevando adelante bajo una dura intemperie económica se entienden mejor cuando se los contempla en esa clave. Así, desde Mesomérica hasta las tierras andinas vemos derrumbarse las barreras que separaron a esas dos naciones que en tiempos coloniales se llaman la república de españoles y la de naturales. Con modalidades en cada caso distintas, desde esa última oleada de conquista que en Guatemala recupera toda la salvaje brutalidad de la primera, hasta la pacífica transformación de Lima en metrópoli serrana e indígena, o la presencia permanente del campesinado indio en todas la coaliciones sociopolíticas que se suceden en el poder en la Bolivia postrevolucionaria, el papel central que en las vastas transformaciones en curso está recuperando la etnia conquistada, lejos de devolver a la república de naturales la enjundia ya disminuida de la que la dotó la colonia, viene a consumar su integración en una sociedad nacional que sin duda tendrá muy pocos rasgos en común con la de aquélla.

Más que retornar al pasado, hoy Latinoamérica parece acudir al legado vivo de todos sus pasados para afrontar un presente que no se parece necesariamente más a ellos que al ayer inmediato, y ello se refleja en las más inesperadas alianzas entre arcaísmo e innovación, que han de descubrirse en los más diversos planos de la realidad latinoamericana, desde el ideológico (así, los mineros de los Andes, que reconocen tras de las acechanzas de la montaña las presencias sobrenaturales ya descubiertas por los mitayos de la colonia, mantienen a la vez lealtad a un movimiento sindical informado por las ideas de Trostsky) hasta el sociológico (así también en los Andes, organizaciones campesinas injertan en estructuras prehispánicas redefinidas bajo la égida del poder colonial otras forjadas por las experiencias de lucha social del Viejo Mundo).

Pero es sin duda en las ciudades en vertiginoso crecimiento donde esta articulación cada vez más compleja y ambigua entre presente y pasado latinoamericanos se despliega de modo más pleno. La urbanización no podría ser vista ya sin más, como hace un cuarto de siglo, como un aspecto de un proceso modernizador destinado a acercar a Latinoamérica a las pautas del mundo desarrollado. Las metrópolis que ella está plasmando son, como quiere el sociólogo británico Bryan Roberts, ciudades de campesinos, y no sólo por el origen de buena parte de los migrantes que vienen a poblarlas. Tampoco es lo más significativo que en más de un caso esos migrantes mejoren sus posibilidades económicas agregando a actividades típicamente urbanas otras que vienen de su pasado rústico (aunque no deja de ser sugestivo, por ejemplo, que Bogotá encierre en las barriadas habitadas por esos migrantes varias decenas de miles de cabezas de ganado), sino que aun para integrarse en actividades urbanas el arte de vivir madurado en el contexto rural ofrezca auxilios decisivos: tanto los reflejos políticos sedimentados en un marco autoritario y paternalista como los modos de estructuración social basados en solidaridades familiares o de grupo pequeño conservan su plena relevancia en el marco de esas metrópolis a la vez tan modernas y tan arcaicas.

La penuria actual, bajo cuyo impacto la irrelevancia de la organización económica y social más moderna que parecía hasta hace poco en avasallador avance se está tornando clamorosa, acentúa aun más el peso creciente de ese sector informal que, por ejemplo en el caso de la Lima de hoy, toma a su cargo una parte cada vez más amplia de la economía productiva urbana.

Sería absurdo pretender que ese teatro de creciente miseria que son hoy las mayores ciudades latinoamericanas es ya el crisol en el cual se fragua el perfil definitivo del subcontinente, o que el actual avance de los legados más arcaicos de la experiencia histórica latinoamérica desde las posiciones residuales en que parecían hasta hace poco confinados anuncia un futuro de arcaización creciente. Pero es menos absurdo ver en él la confirmación de que a ese futuro no ha de llegarse por rumbos predeterminados por ciertos esquemas de desarrollo universalmente válidos, y que en él seguirá gravitando, de modo desde luego imposible de profetizar, el legado de una experiencia histórica incongruente y contradictoria, pero de ningún modo estática, que tanto contribuye a definir la incipiente especificidad latinoamericana.

Y ver todavía en él algo más: la confirmación de que esa experiencia está aún en efecto en sus primeras etapas, que el sucederse de súbitos cambios de escena durante las últimas décadas no es el último recodo en el camino hacia la comparativa estabilidad y fijeza de rasgos que es conquista de la madurez. Vistos retrospectivamente, esos golpes de escena, portador cada uno de ellos de una promesa vana de consumación del proceso histórico latinoamericano, nos confirman más bien que Latinoamérica es joven y por lo tanto imprevisible; pero si hoy esa juventud se invoca con menos ufanía que hace un cuarto de siglo es porque ahora sabemos mejor que ella no es una etapa de avance sereno hacia una meta prometida y venturosa, sino un trance doloroso en que el impulso hacia adelante surge de avasalladoras fuerzas interiores, que obligan a seguir marchando sobre una ruta tan enigmática como ellas mismas.

Orientaciones bibliográficas

1. Estudios y publicaciones sobre América Latina en su conjunto

Jaime Vicens Vives (director): *Historia social y económica de España y América*, Barcelona, 1957 y ss.
José Luis Romero: *Latinoamérica, las ciudades y las ideas*, México, 1976.
Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto: *Dependencia y desarrollo en América Latina*, México, 1976.
Marcello Carmagnani: *Formación y crisis de un sistema feudal (América Latina del siglo XVI a nuestros días)*, México, 1976.
Richard M. Morse: *El espejo de Próspero*. México, 1982.
Claudio Véliz: *La tradición centralista en América Latina*, Barcelona, 1984.
Nicolás Sánchez Albornoz: *La población de América Latina desde los tiempos precolombinos al año 2000*, Madrid, 1973.
Tulio Halperin Donghi: *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*, Madrid, 1985.
John Lynch: *Las revoluciones hispanoamericanas. 1808-1826*, Barcelona, 1976.
David Bushnell y Neill Macaulay: *El nacimiento de los países latinoamericanos*, Madrid, 1989.
Leslie Bethell (director): *The Cambridge History of Latin America*, vols. III y ss., Cambridge, 1985 y ss.
Carlos Marichal: *Historia de la deuda externa de América Latina*, Madrid, 1988.

C.F S. Cardoso y Héctor Pérez Brignoli: *Historia económica de América Latina*, vol. 11, Barcelona, 1979.
Roberto Cortés Conde: *Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial. 1850-1930*, Buenos Aires, 1974.
Roberto Cortés Conde y Stanley S. Stein (directores): *Latin America. A Guide to its Economic History, 1830-1930*, Berkeley, 1977.
D.C.M. Platt: *Latin America and British Trade. 1806-1914*, Londres, 1973.
Gordon Connell-Smith: *Los Estados Unidos y América Latina*, México, 1974
Alain Rouquié: *L'état militaire en Amérique Latine*, París, 1982.
Charles Bergquist: *Labor in Latin America, Comparative Essays on Chile, Argentina, Venezuela and Colombia*, Stanford, 1986.
David Collier (ed): *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, 1979.

2. ESTUDIOS Y PUBLICACIONES SOBRE PAÍSES PARTICULARES

Argentina

Ricardo Levene (ed.): *Historia de la Nación Argentina*, Buenos Aires, 1936 y ss.
Vicente D. Sierra (ed.): *Historia de la Argentina*, Buenos Aires, 1956 y ss.
Tulio Halperin Donghi (ed.): *Historia Argentina*, Buenos Aires, 1972 y ss.
José Luis Romero: *Las ideas políticas en Argentina:* México, 1946.
Ricardo M. Ortiz: *Historia económica de la Argentina*, Buenos Aires, 1955.
Guido Di Tella y Manuel Zymelman: *Las etapas del desarrollo económico argentino*, Buenos Aires, 1967.
Gino Germani: *Estructura social de la Argentina*, Buenos Aires, 1955.
Bartolomé Mitre: *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*, Buenos Aires, 1887.
Emilio Ravignani: *Historia constitucional de la República Argentina*, Buenos Aires, 1926-27.
Juan Álvarez: *Ensayo sobre las guerras civiles argentinas*, Buenos Aires, 1914.
Miron Burgin: *Aspectos económicos del federalismo argentino*, Buenos Aires,1960.

Julio Irazusta: *Vida política de Juan Manuel de Rosas a través de su correspondencia*, Buenos Aires, 1941 y ss.
Natalio Botana: *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*, Buenos Aires, 1975.
Roberto Cortés Conde: *Dinero, deuda y crisis, Evolución fiscal y monetaria en la Argentina, 1862-1890*, Buenos Aires, 1989.
Roberto Cortés Conde: *El progreso argentino, 1880-1914*. Buenos Aires, 1979.
Ezequiel Gallo: *La pampa gringa*, Buenos Aires, 1982.
David Rock: *Politics in Argentina, 1890-1930. The Rise and Fall of Radicalism*, Cambridge, 1975.
Juan E. Corradi: *The Fitful Republic. Economy, Society and Politics in Argentina*, Boulder (Colorado), 1985.

Bolivia

Humberto Vázquez Machicado, José de Mesa y Teresa Gisbert: *Manual de Historia de Bolivia*, La Paz, 1958.
Herbert S. Kiein: *Bolivia. The Evolution of a Multi-ethnic Society*, Nueva York, 1982.
Luis Peñaloza: *Historia económica de Bolivia*, La Paz, 1943-54.
William Lofstrom: *The Promise and Problem of Reform: Attempted Social and Economic Change in the First Years of Bolivian Independence*, Ithaca, 1972.
Antonio Mitre: *Los patriarcas de la plata. Estructura socioeconómica de la minería boliviana en el siglo XIX*, Lima, 1981.
Augusto Céspedes: *El dictador suicida. Cuarenta años de historia de Bolivia*, Santiago de Chile, 1956.
Augusto Céspedes: *El presidente colgado*, La Paz, 1971.

Brasil

Sergio Buarque de Hollanda (ed.): *Historia general da civilizaçao brasileira*, São Paulo, 1960 y ss.
Caio Prado, Jr: *Historia económica do Brasil*, São Paulo, 1945.
Celso Furtado: *Formaçao Economica do Brasil*, Río de Janeiro, 1959.
Raimundo Faoro: Os *donos do poder: Formaçao do patronato politico brasileiro*, 2.ª ed., Porto Alegre, 1975.
Carlos Guilherme Mota: *Nordeste 1817: Estructuras e argumentos*, São Paulo, 1972.

Maria Sylvia de Carvalho Franco: *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, 1969.
Emilia Viotti da Costa. *The Brazilian Empire. Myths and Histories*, Chicago, 1985.
Robert J. Conrad: *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, 1972.
Ralph Della Cava: *Miracle at Joaseiro*, Nueva York, 1970.
Boris Fausto: *A revoluçao de 1930: Historiografia e historia*, São Paulo, 1970.
Thomas E. Skidmore: *Politics in Brazil. 1930-1964: an Experiment in Democracy*, Nueva York, 1967.
Thomas E. Skidmore: *The Politics of Military Rule in Brazil. 1964-1985*, Nueva York, 1988.

Colombia

Academia Colombiana de la Historia: *Historia extensa de Colombia*, Bogotá, 1965 y ss.
Luis E. Nieto Arteta: *Economía y cultura en la historia de Colombia*, 2.ª ed., Bogotá, 1962.
Luis Ospina Vázquez: *Industria y protección en Colombia, 1810-1930*, Medellín, 1965.
Indalecio Liévano Aguirre: *Los grandes conflictos económicos y sociales de nuestra historia*, Bogotá, 1962 y ss.
David Bushnell: *The Santander regime in Gran Colombia*, Wilmington, Delaware, 1954.
Frank Safford: *Aspectos del siglo XIX en Colombia*, Medellín, 1977.
Catherine Le Grand: *Frontier Expansion and Peasant Protest in Colombia, 1830-1936*, Alburquerque, 1986.
Marco Palacios: *Coffee in Colombia 1850-1970: an Economic Social and Political History*, Cambridge, 1980.
Germán Guzmán Campos, Orlando Fals Borda y Eduardo Umana Lima: *La violencia en Colombia*, Bogotá, 1962-64.

Cuba

Ramiro Guerra y Sánchez (dir.): *Historia de la nación cubana*. La Habana, 1952 y ss.
Louis A. Pérez, Jr.: *Cuba Between Reform and Revolution*, Nueva York, 1988.

Hugh Thomas: *Cuba: La lucha por la libertad*, Barcelona, 1973.
Ramiro Guerra y Sánchez: *Azúcar y población en las Antiilas*, La Habana, 1927.
Fernando Ortiz: *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, La Habana, 1940.
Manuel Moreno Fraginals: *El ingenio: El complejo económico-social cubano del azúcar*, 2a. ed., La Habana, 1978.
Raúl Cepero Bonilla: *Azúcar y abolición: Apuntes para una historia critica del abolicionismo*, La Habana, 1947.
Jorge I. Domínguez: *Cuba: Order and Revolution*, Cambridge (Mass.), 1978.
K.S. Karol: *Les guerrilleros au pouvoir*, París, 1970.

Chile

Sergio Villalobos, Osvaldo Silva, Fernando Silva, Patricio Estellé: *Historia de Chile*, Santiago, 1974 y ss.
Aníbal Pinto Santa Cruz: *Chile, un caso de desarrollo frustrado*, Santiago, 1959.
Arnold J. Bauer: *Chilean Rural Society from the Spanish Conquest to* 1930, Cambridge, 1975.
Julio Heise González: *Historia de Chile: el periodo parlamentario*, 1861-1925. Santiago, 1974 y ss.
Carmen Cariola y Osvaldo Sunkel: *Un siglo de historia económica de Chile, 1830-1930*, Madrid, 1982.
Henry W. Kirsch: *Industrial Development in a Traditional Society. The conflict of Entrepreneurship and Modernization in Chile*, Gainesville, 1977.
Barbara Stallings: *Class Conflict and Economic Development in Chile*, 1958-1973, Stanford, 1978.
Ian Roxborough, Philip O'Brien, Jackie Roddick: *Chile: The State and Revolution*, Londres, 1977.
Alain Touraine: *Vida y muerte del Chile popular*, México, 1974.
Manuel Antonio Garretón: *El proceso político chileno*, Santiago, 1983.

Ecuador

Alfredo Pareja Díez Canseco: *Historia del Ecuador*, Quito, 1968.
Andrés Guerrero: *Los oligarcas del cacao*, Quito, 1980.
Osvaldo Hurtado: *El poder político en el Ecuador*, 2.ª ed., Quito, 1977.

México

Lucas Alamán: *Historia de Méjico,* México, 1849 y ss.
Justo Sierra: *Evolución política del pueblo mexicano,* México, 1940.
Daniel Cossío Villegas: *Historia moderna de México,* México, 1955 y ss.
John Tutino: *From Insurrection to Revolution in México. Social Bases of Agrarian Violence. 1750-1940,* Princeton, 1986.
Charles A. Hale: *El liberalismo mexicano en la época de Mora, 1821-1853,* México, 1972.
Charles A. Hale: *The Transformation of Liberalism in Late XIXth Century México,* Princeton, 1989.
Alan Knight: *The Mexican Revolution,* Cambridge, 1988.
Friedrich Katz: *The Secret War in Mexico. Europe, The United States and the Mexican Revolution,* Chicago, 1981.
Héctor Aguilar Camín: *La frontera nómada: Sonora y la Revolución Mexicana,* México, 1977.
Arnaldo Córdova: *La ideologia de la Revolución Mexicana. La formación de nuevo régimen,* México, 1973.
Enrique Krauze: *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana,* México, 1976.
Jean Meyer: *La Cristiada,* México, 1973.
Nora Hamilton: *The Limits of State Autonomy: Post-Revolutionary México,* Princeton, 1982.

Paraguay

Efraín Cardozo: *Breve Historia del Paraguay,* Buenos Aires, 1965.
Julio César Chaves: *El Supremo Dictador,* Madrid, 1964.
Justo Pastor Benítez: *Carlos Antonio López,* Buenos Aires, 1949.
Pelham H. Box: *Los origenes de la guerra de la Triple Alianza,* Buenos Aires-Asunción, 1958.

Perú

Jorge Basadre: *Historia de la República del Perú,* Lima, 1946.
José Carlos Mariátegui: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana,* Lima, 1928.
Heraclio Bonilla: *Guano y burguesía en el Perú,* Lima, 1972.
Florencia E. Mallon: *The Defense of Community in Peru's Central Highlands. Peasant Struggle and Capitalist Transition, 1860-1940,* Princeton, 1 983.

Rodrigo Montoya: *Capitalismo y no capitalismo en el Perú. Un estudio histórico de su articulación en un eje regional,* Lima, 1980.
Rosemary Thorp y Geoffrey Bertram: *Peru 1890-1977. Growth and Policy in an Open Economy,* Nueva York, 1968.
Julio Cotler: *Clases, estado y nación en el Perú,* Lima, 1978.
Francois Bourricaud, *Poder y sociedad en el Perú contemporáneo,* Buenos Aires, 1967.
Alain Hertoque y Alain Labrousse: *Le Sentier lumineux du Pérou. Un nouvel intégrisme dans le tiers monde,* París, 1989.

Uruguay

Juan J. Pivel Devoto y A. R. de Pivel Devoto: *Historia de la República Oriental del Uruguay,* Montevideo, 1945.
Julio C. Rodriguez, Lucía Sala de Touron y Nelson de Torre: *Artigas y su revolución agraria, 1811-1820,* México, 1978.
Carlos Real de Azúa: *El patriciado uruguayo,* Montevideo, 1963.
José Pedro Barrán y Benjamín Nahum: *Historia rural del Uruguay moderno,* Montevideo, 1967 y ss.
Milton Vanger: *José Batlle y Ordóñez,* Buenos Aires, 1968.
José Pedro Barrán y Benjamín Nahum: *Batlle, los estancieros y el imperio británico,* Montevideo, 1979 y ss.

Venezuela

John V. Lombardi: *Venezuela. The Search for Order, The Dream of Progress,* Nueva York, 1982.
Laureano Vallenilla Lanz: *Cesarismo democrático. Estudio sobre las bases sociológicas de la constitución efectiva de Venezuela,* Caracas, 1919.
Mariano Picón Salas *et al. Venezuela independiente, 1810-1960,* Caracas, 1962.
Fundación John Boulton (ed.): *Política y economía en Venezuela, 1810-1976,* Caracas, 1976.
Germán Carrera Damas: *Boves. Aspectos socioeconómicos de la guerra de independencia,* 3.ª ed., Caracas, 1972.
Mariano Picón Salas: *Los días de Cipriano Castro. Historia venezolona del 1900,* Caracas, 1958.
José Rafael Pocaterra: *Memorias de un venezolano de la decadencia,* Caracas, 1937.
Rómulo Betancourt: *Venezuela, política y petróleo,* México, 1956.

América Central y Antillas (excepto Cuba)

Héctor Pérez Brignoli: *Breve Historia de Centroamérica,* Madrid, 1985.
Ciro F.S. Cardoso y Hectór Pérez Brignoli: *Centroamérica y la economía occidental. 1520-1930,* San José, 1977.
Víctor Bulmer Thomas: *The Political Economy of Central America since 1920,* Cambridge, 1987.
William O. Scroggs: *Filibusteros y financieros: La historia de William Walker y sus asociados,* Managua, 1974.
Thomas Herrick: *Desarrollo económico y político de Guatemala durante el período de Justo Rufino Barrios (1871-1885),* Guatemala, 1974
David Browning: *El Salvador: La tierra y el hombre,* San Salvador, 1975.
Carolyn Hall: *El café y el desarrollo histórico-geográfico de Costa Rica,* San José, 1976.
Dana G. Munro: *Intervention and Dollar Diplomacy in the Caribbean, 1900-1921,* Princeton, 1964.
Dana G. Munro: *The United States and the Caribbean Republics, 1921-1933,* Princeton, 1974.
Neil Macauley: *The Sandino Affair,* Chicago, 1967.
Thomas Anderson: *El Salvador, 1932,* 2.ª ed., San José, 1982.
Richard Adams (ed.): *Crucifixion by Power: Essays on Guatemalan National Structure, 1944-1966,* Austin, 1970.
Gabriel Aguilera Peralta *et al., Dialéctica del terror en Guatemala,* San José, 1981.
Walter La Feber: *Inevitable Revolutions: the United States and Central American,* Nueva York, 1983.
Frank Moya Pons: *Manuel de la historia dominicana,* Santiago de los Caballeros, 1981.
José Trías Monge: *Historia constitucional de Puerto Rico,* Río Piedras, 1980.
Gordon K. Lewis: *Puerto Rico: Freedom and Power in the Caribbean,* Nueva York, 1963.

Índice

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Coleção Relações Internacionais é composta por títulos especialmente pre parados para amparar o ensino em disciplinas de cursos de Relações Internacionais e Ciências Humanas em geral, mas também para iluminar a descoberta, pelo público em geral, acerca dos grandes temas da vida internacional contemporânea. É composta por textos elaborados do ponto de vista da sociedade brasileira, abordando os constrangimentos internacionais que impõem ajustes à formulação e implementação das políticas públicas em suas dimensões econômicas, sociais e de segurança.

Coleção Relações Internacionais

História das Relações Internacionais Contemporâneas
da sociedade internacional do século XIX à era da globalização

José Flávio Sombra Saraiva
(Org.)

2ª edição
revista e atualizada

Editora Saraiva

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Editora Saraiva

Av. Marquês de São Vicente, 1697 — CEP: 01139-904
Barra Funda — Tel.: PABX (0XX11) 3613-3000
Fax: (11) 3611-3308 — Televendas: (0XX11) 3613-3344
Fax Vendas: (0XX11) 3611-3268 — São Paulo — SP
Endereço Internet: http://www.editorasaraiva.com.br

Filiais:

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE
Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
Fone/Fax: (0XX92) 3633-4227 / 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE
Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas
Fone: (0XX71) 3381-5854 / 3381-5895 / 3381-0959 — Salvador

BAURU/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
Fone: (0XX14) 3234-5643 — 3234-7401 — Bauru

CAMPINAS/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Rua Camargo Pimentel, 660 — Jd. Guanabara
Fone: (0XX19) 3243-8004 / 3243-8259 — Campinas

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO
Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
Fone: (0XX85) 3238-2323 / 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL
SIG Sul Qd. 3 — Bl. B — Loja 97 — Setor Industrial Gráfico
Fone: (0XX61) 3344-2920 / 3344-2951 / 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS
Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
Fone: (0XX62) 3225-2882 / 3212-2806 / 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO
Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
Fone: (0XX67) 3382-3682 / 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS
Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
Fone: (0XX31) 3429-8300 — Belo Horizonte

Sobre os autores

Amado Luiz Cervo, Doutor em História pela Universidade de Estrasburgo (França), é Professor Emérito em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

José Flávio Sombra Saraiva, PhD pela Universidade de Birmingham (Inglaterra), é Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Dirige o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri) e é Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Paulo Roberto de Almeida, Doutor em Sociologia (França), é Diplomata de carreira.

Wolfgang Döpcke, Doutor em História pela Univer si dade de Hanover (Alemanha), é Professor de História Contemporânea da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq.

Contato com os autores:
colecaoRI@editorasaraiva.com.br

Prefácio
As teias da memória e as redes do poder

O homem é, por natureza, um animal destinado
a viver em comunidade. (Aristóteles, *Política*, 1278.)

O mundo contemporâneo constitui-se de vastas re des de poder, em que política, economia, sociedade e cultura se entretecem em escala global. A história das relações internacionais contemporâneas que este livro traz ao leitor parte da constatação de que, malgrado sua obviedade original, tal história não é assim tão facilmente reconhecida. No entanto, é forçoso admitir que não há quem nasça em um mundo sem história. A essa história pertencem igualmente as relações inter nacionais. Acresce que essas relações internacionais não são exclusivamente o jogo atual da política dos governantes. Dependem, em parte, de importância nada negligenciável, do longo prazo histórico, em cujo decurso constituem-se as redes societais e institucionais que atuam no jogo diplomático, militar, econômico, político, cultural do mundo contemporâneo, como foi o caso nos diversos mundos do passado. E assim foi sempre — ao menos aparentemente —, em busca da convivência ótima possível entre os homens, com seus êxitos e seus fracassos. Nesta obra, a introdução e a conclusão mostram já com precisão a moldura que enfeixa o ponto de partida e o de chegada da análise. Posta essa referência do caráter histórico-analítico da obra, o primeiro capítulo (Saraiva) entrega às mãos do leitor um atualizado balanço do sentido, do alcance e dos componentes da história contemporânea das relações internacionais. Os capítulos 2 a 8 conduzem o leitor pelo emaranhado das redes nacionais e internacionais de poder: da redefinição das hegemonias mundiais com o Congresso de Viena, pelo esfacelamento da preeminência internacional da Europa ocidental e pela mundialização dos choques na guerra fria até o renascimento da busca por equilíbrios novos.

O tempo em que a ação política dos indivíduos e das sociedades realiza-se hoje está preenchido pelo fazer e pelo pensar das gerações que a

antecedem. E a ação hodierna faz-se por contraste, adesão, modificação ou negação do agir passado. A diversidade dos modos pelos quais as situações políticas, as referências culturais e as formas de produção econômica constituem-se pelo mundo afora acarreta forçosamente que o tempo das ações não seja uniforme. Ritmos e resultados, atores e espectadores são múltiplos, quando não rivais. A cristalização das redes de poder ao longo do período moderno, estruturadas em torno dos egoísmos nacionais, das alianças oportunistas e das hegemonias amiúde alcançadas pela força, contribuiu para fazer do cinismo político uma das maneiras mais comuns de escusar todo e cada um da responsabilidade pelo conjunto das redes de poder que se instalaram.

O processo de difusão internacional dos sistemas de poder cunhados pelo modelo do Estado nacional e da sobrepujança obtida pelo conflito ou pelo domínio da economia e do comércio parece ter consagrado a vertente dita pragmática do exercício do poder, baseada, no entanto, muito mais na força e no interesse particular do que em razões e valores universais. Este livro apresenta um grande painel da evolução histórica dos processos políticos e culturais de cujo entrecruzamento resultou a tessitura contemporânea das relações internacionais. O grau de complexidade dessa rede somente pode ser adequadamente apreendido se estiver disposto desde a perspectiva histórica de suas origens e composição.

A reflexão produzida pelos autores deste livro, rica em pormenores relevantes e profunda na pertinente análise, torna-o um guia indispensável pelas teias da memória humana, sem a qual o entendimento adequado das redes de poder contemporâneas, em sua historicidade empírica e em sua densidade cultural, escaparia ao mais atento leitor. Com efeito, o balanço histórico que esta obra fornece é um fator decisivo da conformação das identidades sociais e políticas que povoam as culturas de cada comunidade agente na cena internacional, em quaisquer das suas dimensões. A interação dos atores políticos e econômicos, nos albores do século XXI, já não basta para explicar a gama de consciências históricas e culturais que hoje intervém nos processos sociais internacionais.

A corajosa ambição deste projeto, a de compreender e interpretar tais redes de poder e decisão no plano internacional, chega, indiscutivelmente, no momen to certo. Que esta obra esteja agora em sua terceira edição é um

indicador de sua relevância e de sua oportunidade. J. Flávio S. Saraiva, Amado L. Cervo, P. R. Al meida e W. Döpcke cobrem, com suas análises, o que há de relevante na his tória política e diplomática do mundo ocidental, cujo paradigma de relações interestatais e multilaterais tornou-se determinante na estruturação do sistema internacional de poder. Integrantes do grupo de pesquisa e reflexão existente há anos na Universidade de Brasília, entrementes conhecido como "escola de Brasília", os autores são res ponsáveis pela criação e pela consolidação — desde o universo brasileiro e latino-americano — do instrumental analítico das relações internacionais em que a perspectiva histórica vem temperar a teoria contemporânea (marcadamente político-pragmática) do jogo dos governos, dos Estados, das or ga nizações multilaterais, da diplomacia em todas as direções.

No século XXI, como lembra Saraiva em sua conclusão, a perspectiva histórica ajuda a decifrar e explicar os meandros das redes de poder em todos os seus níveis e sugere ainda novos programas de pesquisa. A diversidade cultural, os processos sociais da identidade, a hipoteca das religiões sobre as mentalidades, a relativização crescente das ideologias, a valorização constante da lucratividade privada e da eficácia estatal, o conflito entre o universalismo dos direitos humanos de matriz euro-ocidental e o particularismo renitente dos interesses grupais, a resiliência do sistema internacional de poder econômico, eis aí uma série de temas merecedores de investigação continuada e aprofundada. Este livro, ao lançar esclarecedora luz sobre os grandes atores e fatores do passado, qualifica a rede contemporânea dos diversos sistemas atualmente em ação e indica as vias pelas quais estes vêm evoluindo.

A conformação do espaço internacional, com os resultados expostos neste livro, deixa de ser entendida como uma mera função formal da ação estatal ou governamental. A importância dessa ação, prevalente até pelo menos a guerra fria, fica claramente descrita e explicada. A reconfiguração do tempo histórico contemporâneo das relações internacionais ganha, com isso, o reconhecimento da irrupção de novos fatores e de novos atores. Esses personagens deixam de ser meras criaturas do Estado e atuam por si enquanto expressão da vontade social autônoma em um mundo cada vez mais consciente de sua emancipação e do eventual afastamento de seus interesses

próprios daqueles porventura enunciados ou defendidos pelas instituições formais. O livro aponta com razão para a transição que se opera, sem a mistificar nem a glorificar.

Ao se concluir a leitura desta versão revisada e atualizada da *História das relações internacionais contemporâneas*, tem-se clareza sobre a dependência complexa entre passado, presente e futuro da ação humana no tempo, individual, coletiva, institucional. Dispõe-se de nitidez sobre os deslocamentos dos centros de referência e dos eixos de decisão desde o século XIX. Tem-se em mãos um instrumental valioso para vislumbrar as tendências que se delineiam no horizonte do sistema in ternacional em mutação.

Estevão C. de Rezende Martins
Universidade de Brasília — Departamento de História
Instituto de Relações Internacionais

Siglas

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento [IDA — *International Development Association*]
AIE	Agência Internacional de Energia [IEA — *International Energy Agency*]
Aiea	Agência Internacional de Energia Atômica [IAEA — *International Atomic Energy Agency*]
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Apec	(*Asia-Pacific Economic Cooperation*) — Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico
Asean	(*Association of Southeast Asian Nations*) — Associação das Nações do Sudeste Asiático
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimen to [IDB — *Inter-American Development Bank*]
BIS	*Bank for International Settlements*[Banco de Compensações Internacional]
BM	Banco Mundial [WB — *World Bank*]
Ceaa	Comunidade Européia de Energia Atô-mica [Euratom — *European Atomic Energy Community*]
Ceca	Comunidade Européia do Carvão e do Aço [ECSC — *European Coal and Steel Community*]
CED	Comunidade Européia de Defesa [EDC — *European Defence Community*]
CEE	Comunidade Econômica Européia [EEC — *European Economic Community*]
CER	*Closer Economic Relations*
CIA	*Central Intelligence Agency*
Cocom	*Coordinating Committee for Multilateral Export Controls*
CSCE	(*Conference on Security and Cooperation in Europe*) — Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT	*Comprehensive Test Ban Treaty*
FLN	(*Front de Libération Nationale*) — Frente de Libertação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional [IMF — *International Monetary Fund*]
Gatt	(*General Agreement on Tariffs and Trade*) — Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio
IBRD	*International Bank for Reconstruction and Development*

IDE Investimento Direto Estrangeiro

MCE Mercado Comum Europeu

Mercosul Mercado Comum do Sul

Nafta (*North American Free Trade Agreement*) — Acordo de Livre Comércio da América do Norte

NEP (*New Economic Politics*) — Nova Política Econômica

NIC (*New Industrialized Countries*) — Novos Países Industrializados

NMD *National Missile Defense*

Noei Nova Ordem Econômica Internacional [Nieo — *New International Economic Order*]

OCDE Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OECD — *Organization for Economic Cooperation and Development*]

OEA Organização dos Estados Americanos

Oece Organização Européia de Cooperação Econômica [OEEC — *Organization for European Economic Cooperation*]

OLP Organização para a Libertação da Palestina OMC Organização Mundial do Comércio [WTO — *World Trade Organization*]

ONGs Organizações Não Governamentais

OPA Operação Pan-Americana

Opaq Organização para a Proibição das Armas Químicas [OPCW — *Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons*]

Osce Organização para a Segurança e Cooperação Européia

Otan Organização do Tratado do Atlântico Norte [Nato — *North Atlantic Treaty Organization*]

Otase Organização do Tratado do Sudeste Asiático [Seato — *Southeast Asia Treaty Organization*]

OUA Organização da Unidade Africana [OAU — *Organization of African Unity*]

PAC Política Agrícola Comum [CAP — *Common Agricultural Politics*]

PCUS Partido Comunista da União Soviética

Salt (*Strategic Arms Limitation Talks*) — Plano Salt

TNP Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares [NPT — *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*]

UE União Européia

UEO União da Europa Ocidental [WEU — *Western European Union*]

Unctad (*United Nations Conference on Trade and Development*) — Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

Sumário

• 8. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização

• 9. O final do século XX e o início do XXI: dificuldades para construção de uma ordem global

• Conclusão: A história das relações internacionais contemporâneas entre o passado recente e os desafios da globalização

Introdução
Relações internacionais e o lugar da história

José Flávio Sombra Saraiva

Pode-se perguntar qual a contribuição da longeva ciência histórica em suas incursões nas relações internacionais, recente matéria acadêmica marcada por crescente relevância no Brasil e no mundo. Vale ainda indagar acerca da utilidade do conhecimento histórico para o desenvolvimento de uma disciplina que teve seu nascimento institucional — pelo menos nas instituições acadêmicas ocidentais — apenas no recente século XX. Qual a validade da investigação histórica de uma disciplina que, apesar de certa matriz interdisciplinar, nasceu vinculada ao ambiente epistemológico da ciência política?

Também poderíamos indagar sobre o valor metodológico da história para o estudo das relações interna cionais do presente e do devir da convivência entre povos e nações. Existiram sociedades internacionais anteriores a esta que nos cerca, com características que permitam algum grau de comparabilidade com os fenômenos da globalização e da formação de hierarquias entre Estados, nas formas e deformações do ambiente internacional que nos cerca no início do século XXI? Quais as imbricações e contribuições, tanto para as teorias das relações internacio nais quanto para a vida prática, daqueles que militam no cam po profissional da diplomacia, da empresa, das organizações internacionais, do jornalismo internacional, bem como das forças ativas da sociedade civil e dos movimentos sociais e não governamentais de uma disciplina que tem o tempo como sua categoria científica central?

A presente obra, que tenho a honra de organizar, tem o objetivo de responder a tais questões por meio de tratamento teórico e prático. Busca demonstrar que, sem a história, fenece a capacidade crítica do entendimento das condições internacionais que rodeiam o momento atual. Em torno do estudo da evolução dos sistemas, das ordens e das sociedades internacionais

que se formaram nos séculos mais próximos dos dias de hoje, procura-se instigar o leitor para a relevância cognitiva que a gênese e a evolução dos processos internacionais do passado exercem sobre as circunstâncias planetárias do momento.

Nesse sentido, dois aspectos iniciais correspondem às preocupações dos colegas autores. Em primeiro lugar, mereceu atenção o fato de que o estudo das relações internacionais deixou de ser a mera observação do movimento da diplomacia e dos processos do poder político, como aqui se procura demonstrar. A abordagem dos problemas internacionais na perspectiva histórica deixou de adotar a atuação dos Estados e dos sistemas de Estados como sua única referência. Em segundo lugar, deve-se considerar que esta área de conhecimento avançou nas últimas décadas. Novos problemas animaram a redefinição do objeto de estudo e moveram as relações internacionais para um campo bastante mais abrangente e rico que o da mera ciência política ou da economia política.

Qualquer observador menos desatento terá notado as crescentes críticas às explicações das relações internacionais sustentadas exclusivamente no papel da economia, da política e do jurídico. As relações internacionais passaram a inscrever-se no movimento mais amplo da cultura, dos valores, das identidades, da dimensão ecológica e de tantos outros fatores que não vinham sendo considerados até as décadas recentes. Vários ângulos da abordagem do presente, alguns deles discutidos ao longo deste volume, mostram a renovação do conhecimento disponível nesse campo do conhecimento.

Por que as relações internacionais podem ser estudadas por historiadores e teóricos de forma complementar? Porque mesmo utilizando métodos de reflexão diferentes, ambos têm algo a dizer sobre a globalização do presente, a integração econômica de ordem planetária, o recrudescimento das crises nacionalistas, as novas guerras, o terrorismo, o atraso econômico e as assimetrias internacionais, as novas coalizões de países interessados em desbloquear o protecionismo das economias do centro do capitalismo, o peso das heranças históricas no tempo presente, a força da cultura nas relações internacionais, entre tantos outros temas. Esses são alguns dos desafios comuns aos historiadores e aos especialistas das relações internacionais em disciplinas correlatas.

O primeiro capítulo do livro procura mostrar, de forma sistemática, o quanto a história está na própria base da formulação primeira da institucionalização do campo das relações internacionais como uma disciplina acadêmica forte nos grandes centros universitários mundiais. Tratadas por reis, diplomatas e homens de negócios, em locais como palácios e chancelarias, mas também no seio dos movimentos e das correntes de opinião transnacionalizadas, as relações internacionais do presente chegam a todos e são vividas por todos, mediante contatos que se ampliaram e imagens que penetram os lares pelos diferentes meios de comunicação. A globalização, a chamada terceira revolução industrial, a sociedade do conhecimento, a era da informática e a visibilidade on-line das guerras e dos movimentos de contestação à ordem global, entre outros motivos, em muito contribuem para a ampliação do espaço das relações internacionais. Para os analistas, há apenas uma crise: seu objeto socializou-se. O *doxa* confunde-se com o *episteme*. A opinião pública ganha força e o estudioso sistemático dos fenômenos internacionais necessita estar aparelhado para o desafio de comparar os fatos e fenômenos de hoje com os processos do passado recente. A responsabilidade aumentou. A urgência na formulação de estudos mais consistentes é imperativa.

Dado relevante para a evolução das relações internacionais como disciplina acadêmica emana da percepção de que a supremacia economicista e politológica no estudo das relações internacionais é declinante. Novos problemas, tão legítimos quanto os velhos temas da guerra, da paz, da negociação, da soberania, do atraso, do desenvolvimento, entre outros, irrompem a todo instante. Aos novos problemas correspondem novos temas e soluções que deverão ser buscadas pelas sociedades e pelos estudiosos das relações internacionais, que devem estar aparelhados de todos os métodos e meios de avaliar os desafios do futuro, sejam eles his toriadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas ou profissionais de outra formação. O que importa é que o objeto, ao final do dia, seja abordado em suas diferentes vertentes.

Em todas as partes do mundo, registra-se movimentação para a constituição de uma nova explicação para o pântano conceitual criado pela transição do presente. Os teóricos da globalização confundem-se, não todos é claro, com seus próprios ideólogos, na trama perversa do fetiche. Os

“estatistas” insistem na irredutibilidade do Estado-nação como entidade maior do sistema internacional. Os apressados militam em torno da idéia de que já se pode falar de nova ordem internacional sob a égide do bloco norte-americano-europeu. Outros lembram a emergência do “dragão oriental” e seu horizonte de pólo de poder econômico e estratégico nas relações internacionais do século XXI. A Eurásia, em seu peso demográfico, econômico e estratégico, estaria fadada a ser o novo eixo de gravitação do século que emerge?

Ante tantos desafios de interpretação e prospectiva, há boas notícias no ho rizonte. A vigorosa construção do grupo britânico de teóricos e historiadores mos tra a relevância da dimensão cultural nas relações internacionais. Também demonstra como é possível trabalhar juntos, sem os preconceitos arraigados de departamentalização dos conhecimentos. Os últimos livros da escola francesa das relações internacionais mostram a preocupação de circunscrever os desafios da explicação do presente às conquistas e à tradição de cientificidade que remonta a Renouvin e que chega a Girault, Milza e Frank. A contribuição do sul do conti nente chama a atenção para a dimensão da inserção internacional das regiões marginais, como o faz o grupo argentino-brasileiro de historiadores das relações internacionais.

As mais recentes reuniões da Comissão de História das Relações Internacionais, realizadas no âmbito dos Congressos da Associação Internacional de Ciências His tóricas (Oslo, agosto de 2000; Sidney, 2005), debateram temas de relevância como o multiculturalismo nas relações internacionais, o impacto da formação de grandes blocos econômicos nos tempos da globalização, bem como os temas da ordem e da segurança internacional. Historiadores das relações internacionais de todo o mundo, muitos deles citados ao longo das páginas deste livro, demonstraram seu encantamento com os novos campos, temas e soluções. Mas o multiculturalismo e a globalização são apenas parte da longa lista de temas comuns a historiadores e politólogos no movimento que, revolucionando o ambiente da reflexão sobre as relações internacionais, pode criar um patamar inédito e produtivo para o avanço dos estudos nesse campo.

Nesse sentido, este livro apresenta-se com uma vontade generosa de poder contribuir à reflexão acerca do momento presente por meio da busca

da compreen são da sua gênese. Defende-se aqui a idéia de que sem o estudo da formação e expansão do mundo liberal no século XIX e da sua crise no período de instabilidade que marcou várias décadas do século XX, não se alcança a compreensão do momento atual das relações internacionais. A formação do mercado mundial e das relações de poder do presente tampouco pode ser entendida sem a perspectiva histórica.

O valor da história não é apenas o de preâmbulo, mas de argumento que provê sentido, movimento e racionalidade ao presente. A contribuição do passado é, assim, elemento constitutivo da compreensão do presente e do domínio do futuro. Ao investigar dois séculos da evolução das relações internacionais, este livro oferece, para cada período analisado, as conclusões mais atualizadas e os dados bibliográficos disponíveis.

Os autores pretendem superar o falso embate entre teóricos e historiadores das relações internacionais. Criticam as posições entrincheiradas em divergências acerca do método. Combatem posições como a de teóricos que perdem tempo confundindo a história das relações internacionais com a superada história diplomática. Para os que imaginam que a história nada mais faz do que oferecer a matéria-prima a ser processada pela reflexão teórica, pouco há para debater. Do mesmo modo, deixam-se de lado historiadores que insistem em que os teóricos inventam a realidade sem a base sólida a ser erigida pela construção dos fatos e dos processos.

Este livro, portanto, tem a pretensão de avançar no assunto de forma mais madura. Por um lado, inexiste teoria consistente nas relações internacionais se ela não apresenta uma boa sustentação histórica. Considera-se que as próprias teorias são produtos históricos encapsulados, em geral, em certas condições do tempo em que tenham sido gestados, apesar de muitas trazerem contribuições de grande pertinência para tempos mais dilatados.

Os historiadores têm a beneficiar-se do esforço de abstração dos teóricos. A dimensão conceitual e a busca da generalização, ao presidirem uma boa parte dos enfoques teóricos das relações internacionais, são extremamente benéficas ao trabalho de interpretação das fontes e da própria reconstrução das relações internacionais ao longo do tempo.

O que separa os teóricos dos historiadores talvez seja a ânsia dos primeiros de abarcar a complexidade das relações internacionais em alguns

poucos conceitos e modelos, enquanto os últimos têm-se mostrado mais cautelosos diante da precariedade e da própria historicidade das construções teóricas das relações internacionais. O teórico quer encontrar uma saída para o presente, sem dele se desvincular. O historiador vê o presente como o instante de um movimento com determinações anteriores que devem ser consideradas.

Os autores desta obra estão convencidos de que a dicotomia entre história e teoria é um falso problema: uma não pode prescindir da outra. Na verdade, o historiador faz teoria quando explica, sustentado em suas fontes, e quando elabora conceitos e categorias de análise; faz obra de teórico, exatamente como este faz obra de historiador quando amplia o espectro e a base empírica de suas hipóteses.

A experiência britânica tem sido modelar na interação entre teóricos e historiadores. Watson beneficia-se dos esquemas de Whight e de Bull, mas impõe limites a alguns dos seus conceitos. Outros exemplos de amadurecimento podem ser elencados. A experiência de Duroselle, em Todo império perecerá, também mostrou a possibilidade de uma teoria das relações internacionais de base histórica. Os suíços e os italianos também parecem convencidos do encontro dos dois campos. O caminho dos americanos, tanto no Sul quanto no Norte, revela que a captura do curso subterrâneo que alimenta a sociedade global deve animar uma trajetória intelectual comum e fraterna entre todos que desejem aportar às discussões. A história não quer (e não pode) ficar de fora.

Capítulo 1
História das relações internacionais:
o objeto de estudo e a evolução do conhecimento

José Flávio Sombra Saraiva

As transformações radicais na vida internacional, nos anos 1980 e 1990, trouxeram apreensão aos estudiosos dos temas atinentes às continuidades e às rupturas no panorama global. A derrocada da ordem da guerra fria, o desmoronamento da União Soviética, a universalização dos valores liberais associados à formação da globalização geraram forte tensão analítica nos estudos das relações internacionais.

Crises de paradigmas e proposições de novos enfoques, temas e objetos cruzaram-se no universo complexo de propostas ávidas por encapsular o sentido do novo mundo que se cria. O tradicional capítulo da ciência política voltado para os fenômenos internacionais passou a assistir a momentos de redefinição.

Parte das teorias e os modelos adotados na construção do conhecimento da vida internacional do período da guerra fria perderam consistência explicativa na passagem do milênio. Do realismo estrutural, que exagerou o sentido das guerras pelo poder (de base clássica advinda de Tucídides e de matriz moderna recriada em H. Mongenthau), passando pelo realismo prático e histórico de Maquiavel e Edward Carr (no qual os princípios se subordinam às políticas) e pelo novo realismo estrutural de Rousseau e K. Waltz (em que o peso analítico recai sobre o caráter anárquico do sistema internacional e não sobre a natureza humana belicosa), ao realismo liberal de Hedley Bull (de inspiração hobbesiana), que enfatiza a capacidade de certos Estados de conter agressões e conformar uma ordem internacional mais equilibrada, todas essas vertentes do realismo ficaram petrificadas diante das modificações globais em curso.

Da mesma maneira, comportaram-se várias das vertentes liberais da teoria internacionalista. De Richard Cobden, Woodrow Wilson e J. A. Hobson, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, aos teóricos modernos como Stanley Hoffmann, passando por institucionalistas como Mitrany e neoliberais como Fukuyana, a grande maioria dos esquemas analíticos mostrou-se precária diante dos novos desafios de interpretação das complexidades de um mundo em movimento. Mesmo liberais disfarçados de culturalistas, como Samuel Huntington, não escapam de crítica severa acerca dos seus postulados sobre o chamado *choque de civilizações*.

O mesmo destino parece ser compartilhado pela tradição dos teóricos do sistema mundial que, originados dos esquemas do marxismo e da formulação moderna de Immanuel Wallerstein, passando pela teoria da dependência e chegando à obra de Christopher Chase-Dunn, *Global formation: structures of world economy,* de 1989, não têm conseguido abarcar a dinâmica dos novos tempos das relações internacionais.

Não muito longe de crises intelectuais estão os construtivistas sociais, os teóricos da moda nas relações internacionais, ao pretenderem estabelecer a ponte adequada entre as tradições racionalistas do realismo e do liberalismo, e os que se enfileiram no pós-modernismo de Richard Ashley, na teoria feminista de Sandra Harding, na teoria normativa de Chris Brown, na teoria crítica derivada da Escola de Frankfurt (como em Robert Cox ou Mark Hoffman) ou na sociologia histórica de Charles Tilly e Michael Mann. A construção desse novo abrigo doutrinário, como proposto por Kratochwil, Onuf, Wendt e Keohane, também ainda não conseguiu ocupar o espaço hegemônico dos esforços teóricos nas relações internacionais em tempos de profunda crise paradigmática.

Assim, com o declínio da projeção territorial do ex-império soviético, a politologia internacional perdeu parte da sua inspiração. Com a retirada do “inimigo oriental”, desorientaram-se as explicações acerca do próprio mundo. Isso explica o reducionismo das análises que, diante da destruição da ordem internacional da Guerra Fria, passaram a supor que o contexto internacional do presente fosse uma nova forma acabada de sistema internacional.

A teoria, para essas análises, estaria resolvida na seguinte assertiva: domina das pelos fenômenos da globalização econômico-financeira e pela integração liberalizadora dos mercados, as relações internacionais teriam encontrado seu novo modelo sistêmico. A fácil solução adotada, que concomitantemente decretou o fim das possibilidades soberanas do Estado-nação no final do século XX, veio agravar ainda mais a ausência de instrumentos analíticos consistentes para a compreensão das relações internacionais.

Uma outra trajetória científica no âmbito das relações internacionais foi empreendida pelos historiadores das relações internacionais e por alguns cientistas políticos insatisfeitos com os próprios padrões de análise do mundo contemporâneo da era pós-bipolar. Seus problemas, métodos e resultados têm chegado a explicações mais satisfatórias, não só para a evolução dos sistemas internacionais ao longo dos dois últimos séculos, como também para os desafios da interpretação do presente. Procurando abordar o curso subterrâneo da análise interdisciplinar que integra a história à tradição teórica das relações internacionais, esses estudiosos têm promovido verdadeira revolução acerca das relações entre povos, Estados e culturas.

A obra original de Jean-Baptiste Duroselle, *Tout empire périra. Une vision théo rique des relations internationales*, do início da década de 1980, marcou os estudos das relações internacionais na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina, no Japão e na Austrália ao pôr o conhecimento histórico no coração dos estudos das relações internacionais contemporâneas. Arraigado na tradição fundada por Pierre Renouvin, Duroselle diferenciou-se dos teóricos tradicionais das relações internacionais ao propor uma teoria com forte base empírica e um esquema de exposição com sentido prático e fenomênico, consonante com a própria renovação teórica e metodológica do conhecimento social.

Ao lado dos desdobramentos teóricos da obra, que atualizaram conceitos e solucionaram problemas de interpretação oriundos das primeiras formulações da disciplina, no período imediato à Segunda Guerra Mundial, Duroselle teve a visão da crise do império soviético, em momento ainda tenro para previsões acerca do tema. Afinal, como ele mesmo lembra, *tout empire périra*.

Nos anos 1990, os estudos de Watson, Bull, Milward, Sheehan, Girault, Frank, Thobie, Vigezzi, Cervo, Rapoport, entre outros, sobre diferentes campos empíricos e conceituais da disciplina, consolidaram, em diferentes partes do mundo, a contribuição da história das relações internacionais. Esta se apresenta, hoje, como uma das mais consistentes metodologias para a circunscrição dos problemas apresentados pelas mudanças cada vez mais velozes da vida internacional.

• 1.1 O continente e a ilha: de Pierre Renouvin a Adam Watson

A delimitação do objeto de estudo da história das relações internacionais está umbilicalmente ligada ao nome de Pierre Renouvin. Precursor da crítica à história diplomática, tratadística, jurisdicista e factual, Renouvin foi o arquiteto da primeira sustentação de fôlego sobre o estudo da história das relações entre os povos e as nações.

Coube a Renouvin o mérito de ter alargado, a partir dos trabalhos publicados e das aulas preparadas para os estudantes franceses dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, os marcos limitados dos horizontes das chancelarias, dos tratados e das grandes conferências internacionais. Rechaçou, assim, o ponto de sustentação da história diplomática em benefício da construção de um campo novo e amplo. A explicação e a interpretação da evolução da vida internacional passavam a incluir outros atores e fatores que não eram tradicionalmente considerados nos livros disponíveis.

Daí o pioneirismo do empreendimento iniciado em 1953, desenvolvido por cerca de cinco anos e que culminou com a publicação, em oito volumes, da *Histoire des relations internationales*. Obra de grupo, sua inspiração foram os trabalhos daque les que, seguindo Renouvin, não estavam satisfeitos com as interpretações vigentes sobre as razões das guerras, da paz e das paixões que haviam alimentado século tão turbulento na Europa, como o século XX.

Renouvin, um sobrevivente da Grande Guerra de 1914-1918, representava a geração daqueles que tinham vivido a perda de importância

relativa da Europa no conjunto das relações internacionais. Buscava explicações para o impacto da Primeira Guerra sobre as sociedades européias, para as relações da Europa com o mundo, para o poder das forças econômicas nas relações internacionais e para a evolução dos movimentos nacionais e nacionalistas na construção das opções das políticas exteriores. Ensaiava, enfim, uma nova explicação para as relações entre os povos.

Decorridos mais de 40 anos desde os primeiros esforços empreendidos, a década de 1990 assistiu a uma verdadeira profusão de títulos que demonstram a espetacular expansão da história das relações internacionais. Construiu-se, ao longo das quatro décadas, em diferentes países, um cabedal teórico e metodológico de invejável alcance. E chega-se a oferecer pistas importantes para a produção de um conhecimento sobre as relações internacionais do presente.

A evolução do conhecimento levou os franceses, fundadores da primeira escola da história das relações internacionais, a assistirem à profusão, em ritmos distintos, de novas contribuições dos países vizinhos da Europa continental, especialmente da Suíça e da Itália. Na América, os norte-americanos tiveram um desenvolvimento próprio para a história das relações internacionais, quase sempre ligado à própria evolução da ciência política. Na América Latina, o Brasil e a Argentina chegaram a desenvolver, nos anos 1980 e 1990, uma abordagem própria e sofisticada no âmbito da história das relações internacionais.

O *locus* para melhor observar os desenvolvimentos recentes da disciplina vem sendo os próprios congressos científicos, os cursos e as obras publicadas pelos membros da Comissão de História das Relações Internacionais, seção do Comitê Internacional de Ciências Históricas. As listas de participação no último congresso internacional do comitê, em Montreal, em setembro de 1995, indicam que há mais de três centenas de historiadores, em todas as partes do mundo, dedicados à pesquisa, à docência e à publicação de obras acerca da evolução das relações internacionais, especialmente das contemporâneas.

Nesse rápido movimento de profissionalização e de consolidação da produção do conhecimento no âmbito das relações internacionais, destaca-se a obra de um historiador, teórico e diplomata sênior britânico. Adam Watson, por caminhos que fazem lembrar, em parte, os desafios de Pierre

Renouvin, nas décadas de 1940 e 1950, ensaiou verdadeira renovação do conhecimento histórico acerca das relações internacionais contemporâneas.

Rediscutindo o conceito de sistema internacional para a evolução das relações internacionais européias do século XIX e início do século XX, Watson propôs o conceito de *sociedade internacional européia*. O amálgama cultural permitiu a construção de padrões de conduta, no jogo das relações internacionais daquela época, a partir da hegemonia coletiva exercida pelos Estados europeus nas relações internacionais européias e extra-européias. Nenhum sistema internacional historicamente estabelecido jamais tornara tal empresa possível.

Em análise comparativa dos diferentes sistemas internacionais, Watson apresentou em seu livro, lançado em Londres e Nova York, em 1992, intitulado *The evolution of international society*, uma atualização teórica e metodológica da história das relações internacionais. Sua incontestável contribuição faz inferir que há uma linha cumulativa de conhecimentos e descobertas científicas sobre a vida internacional, que permite vincular Watson, na presente década, ao pioneirismo de Renouvin nos anos 1950.

1.1.1 A escola francesa

Com a obra de Renouvin, inaugurou-se não só a história das relações internacionais, mas uma verdadeira escola francesa da disciplina. Tendo como referência os oito tomos concebidos por ele no início de 1950 e consolidados por quatro autores na obra *Histoire des relations internationales*, gerações de estudiosos franceses vêm desenvolvendo suas pesquisas inspirados nas concepções consubstanciadas nessa obra pioneira.

O primeiro volume foi publicado em 1953. Na introdução, Renouvin estabeleceu as regras do jogo. Não se trataria de escolher *a priori* uma corrente de interpretação histórica e torná-la aplicável à evolução das relações internacionais. Muito ao contrário, tratar-se-ia de construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional.

Isso não significava, contudo, que cada um dos quatro autores da obra pioneira, François-L. Ganshof, Gaston Zeller, André Fugier e o próprio

Pierre Renouvin, deveria seguir método único, fechado, atado a conceitos predeterminados. Cada um deles, segundo Renouvin, seguiu suas intuições, concepções e temperamentos e procurou, em cada capítulo da obra, os problemas que conduzissem a uma explicação societária, e não principesca, da vida internacional.

Renouvin avocava seus colegas-autores ao desafio da construção de uma nova explicação que considerasse, nos diferentes momentos da evolução das relações internacionais, os variados aspectos da vida da sociedade. Nascia o conceito de "forças profundas", ou seja, o conjunto de causalidades, como atualizaria mais tarde Duroselle, sobre as quais atuavam os homens de Estado, em seus desígnios e cálculos estratégicos.

O mais importante, para Renouvin, era a superação dos limites criados pela história diplomática. Cátedra universitária organizada em torno do ponto de vista das chancelarias e dos tratados internacionais, a história diplomática fora insuficiente para explicar as catástrofes do século XX, as relações entre a guerra e a paz e o diálogo dos homens de Estado com a sociedade nas relações internacionais.

Essa percepção levou Renouvin a aproximar-se, de maneira cautelosa, dos novos problemas apresentados pela própria historiografia francesa que se organizara em torno da revista *Annales*. Ele nunca foi um seguidor das hostes estruturalistas que se arregimentaram em torno da experiência da *Annales*, mas foi par tícipe de uma cultura historiográfica francesa que rompera com a história sustentada no fato político e na personalidade do príncipe.

Daí o enfoque civilizacional que marcou a obra pioneira iniciada em 1953. Para Renouvin, havia uma clara indissociabilidade entre a história das relações internacionais e a própria história das civilizações. Nesse sentido, pode-se reconhecer nele uma preocupação muito semelhante àquela encontrada na primeira geração dos historiadores da escola da *Annales*.

Na última edição da *Histoire des relations internationales*, publicada em fins de 1994, a apresentação crítica escrita por René Girault foca a ruptura que representou a obra de Pierre Renouvin. Desde os anos 1930, Renouvin enfatizava aos seus alunos que os arquivos diplomáticos eram relevantes para o campo das relações internacionais, mas não eram suficientes. As forças morais e materiais que agitavam o mundo do seu tempo, como os

movimentos nacionais e as forças econômicas, deveriam ser sempre consideradas se o objetivo fosse construir conhecimento mais abrangente e dinâmico da vida internacional. As fontes da pesquisa, portanto, necessitavam ser ampliadas.

A obra de síntese, para utilizar a própria definição de Renouvin da *Histoire des relations internationales*, atingiria plenamente seus objetivos. Com ela, nascia a escola francesa das relações internacionais. Demonstraram-se, ao longo do empreendimento da obra, dois grandes desenvolvimentos. Em primeiro lugar, o caráter permanente das rivalidades e dos conflitos entre os Estados, na busca obsediante de todos eles por mais espaço de poder na cena internacional. Em segundo lugar, a elaboração das relações internacionais para fora da Europa, com o progresso material que facilitou o intercâmbio de idéias, os colonialismos e o deslocamento dos homens.

O primeiro discípulo da escola de Pierre Renouvin foi Jean-Baptiste Duroselle. Acompanhando a obra e as aulas do mestre na Universidade de Paris, Duroselle deu continuidade ao esforço da disciplina. Os dois publicaram, assim, *Introduction à l'histoire des relations internationales*, em 1964.

Diferentemente do trabalho anterior, *Introduction* não era explicação da evolução da vida internacional, mas uma reflexão teórica e metodológica sobre a dis ciplina. Paradoxalmente, depois dos desenvolvimentos científicos que emergiram do longo empreendimento dos oito volumes, os dois autores estabeleceram objetivo mais limitado para a nova obra: a discussão sobre as relações entre as comunidades políticas organizadas no quadro dos Estados na vida internacional. É evidente que não se renegaram a riqueza empírica e os ganhos conceituais desenvolvidos, mas a nova obra é menos arrojada do que a anterior.

Dividida em duas grandes seções, *Introduction* sepultava, de vez, o quadro estreito do ângulo das chancelarias. Na primeira parte, Renouvin procurava desenvolver, conceitual e empiricamente, a influência das forças profundas, dos fatores econômicos e dos comportamentos coletivos, entre outras forças, nas relações internacionais. Na segunda, Duroselle discutiu a influência dessas forças sobre a psicologia dos homens de Estado e dos formuladores das políticas exteriores, sobre os ambientes nos quais as

decisões são tomadas e sobre o papel das circunstâncias no processo decisório.

Coube a Duroselle, ao longo das décadas seguintes, a tarefa de expandir a disciplina. Ministrou cursos na Suíça e nos Estados Unidos. Levou os temas e problemas da disciplina, até então relativamente restritos ao público francês, para outras partes da Europa e outros continentes. Levou, especialmente para Genebra, os cursos sobre a política externa francesa posterior a 1945 e sobre os fatores da política exterior: homens de Estado e forças profundas. Seguiu Duroselle, de forma mais agressiva, os passos dados por Pierre Renouvin nas suas conferências em Genebra, ainda no início dos anos 1950, sobre o papel das questões econômicas e financeiras nas relações internacionais.

A atualização teórica da disciplina foi obra da escola francesa. Com as obras de Duroselle, *La décadence*, de 1979, e *Tout empire périra*, do início da década de 1980, a disciplina adquiriu maturidade teórica. Quais as razões para esta segunda obra ter-se tornado um marco?

Em primeiro lugar, porque Duroselle percebera que os problemas apresentados pelo pós-guerra haviam perdido importância relativa nos anos 1980. Era preciso adequar a disciplina aos novos problemas. Ele enxergou a crise do império soviético com particular precocidade. Com isso, levou a escola Renouvin-Duroselle para o cerne dos estudos das relações internacionais contemporâneas.

Enquanto a maioria dos teóricos e politólogos seguia com os velhos esquemas herdados da guerra fria ou da preponderância norte-americana nas relações internacionais, Duroselle trilhou outro caminho, mais interessante e com mais consistência científica. Daí a originalidade da sua contribuição ao estudo das relações internacionais como um todo e, no particular, ao de temas como o do estrangeiro, das imagens do “outro” e dos nacionalismos que explodiriam novamente na Europa dos anos 1990.

Em segundo lugar, Duroselle consolidou uma teoria para as relações internacionais que, enraizada na tradição renouviniana, afirmou-se como uma das mais importantes teorias para a abordagem das relações internacionais contemporâneas. Isso não significa que ele rompeu com as visões de Renouvin. Ao contrário, manteve o dualismo da visão do pós-guerra, que consagrara os conceitos de forças profundas e de homens de Estado, e

atualizou-os por meio da proposição dos dois sistemas de determinações básicas para as relações internacionais: o de causalidades e o de finalidades.

Em terceiro lugar, Duroselle consolidou sua escola como a tradição mais contínua na pesquisa da história das relações internacionais na França, do pós-guerra aos dias atuais. O Instituto Pierre Renouvin, dirigido durante muitos anos por Duroselle, foi o mais importante disseminador dos problemas e das abordagens das relações internacionais na França nas últimas décadas. As dissertações e teses, sob a orientação do grupo de professores do instituto, evidenciam o peso da tradição renouviniana. Dirigido até 1994 por René Girault e a partir de 1995 por Robert Frank, o instituto, com sede em Paris, é o responsável pela formação da maior parte dos professores de relações internacionais e de história das relações internacionais daquele país.

René Girault é o terceiro da linhagem intelectual iniciada por Renouvin. Em suas três obras publicadas em 1979, 1988 e 1993, ele e seus colegas Robert Frank e Jacques Thobie promoveram verdadeiro *aggiornamento* do conhecimento das relações internacionais contemporâneas. Estabelecendo como ponto de partida o ano de 1871 e como ponto de chegada o de 1964, a obra, em três volumes, aborda a diplomacia européia e os imperialismos da passagem do século, as turbulências européias, os novos mundos que se descortinam a partir de 1914 e os gigantes da ordem internacional posterior a 1941.

A *Histoire des relations internationales* de Girault é, assim, obra fundamental na melhor tradição de Pierre Renouvin. Procedendo ao exame exaustivo dos condicionamentos das relações internacionais, a obra é parte de empreendimento que será concluído com a publicação de mais dois livros dedicados à decadência do sistema bipolar e à gestação de uma nova ordem internacional nos anos 1990.

O mesmo marco temporal do final do século XIX orienta obra de outro mestre das relações internacionais na França: Charles Zorgbibe. Em quatro volumes publicados entre 1994 e 1995, sua *Histoire des relations internationales* aborda o longo período que se estende de 1871 a 1995. Menos densa que a obra do grupo de Girault, a de Zorgbibe elenca a evolução factual e política das relações internacionais desse século. Embora

confine a análise à esfera política, amplia levemente o espectro de questões descritas no clássico manual de Duroselle, *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*, que, em 1993, já aparecia em sua 11ª edição.

Outra grande contribuição da escola francesa, no presente, são as obras de Daniel Colard e Maurice Vaïsse que analisam a evolução das relações internacionais de 1945 a nossos dias, com preocupações e os mesmos conceitos posteriores ao fim da guerra fria. Criticando a linearidade das concepções da obra de Paul Kennedy, *The rise and fall of the great powers,* em seu *Le nouveau monde: de l'ordre de Yalta au désordre des nations*, Lellouche insiste, por sua vez, na importância da multiplicidade de atores, processos e procedimentos na derrocada da ordem bipolar. Sua visão das novas regularidades no sistema internacional é menos otimista que os reducionismos criados pela idéia do primado do liberalismo universalista ou do neoliberalismo.

Finalmente, a escola francesa começa a contribuir para a ruptura com alguns dos seus próprios nós górdios. Acusada algumas vezes de eurocêntrica e de portadora de construções analíticas excessivamente centradas na inserção internacional da França, a tradição francesa começa a mostrar maior abertura para inclusão de temas como a dependência, o atraso, o desenvolvimento econômico e as assimetrias internacionais. A obra recente de Paillard, *Expansion occidentale et dépendance mondiale*, explicita o esforço por novos cânones interpretativos. Observando a construção do mundo liberal e a expansão da hegemonia européia, Paillard descreve as novas dependências que deram origem histórica ao chamado Terceiro Mundo já no final do século XIX e que cederam lugar à velha assimetria colonial rompida no início do mesmo século pelas independências americanas.

1.1.2 O ângulo insular

O Reino Unido não viveu, ao longo das últimas décadas, a mesma animação intelectual e o calor dos embates da historiografia francesa das relações internacio nais. O ângulo insular dos estudos da história das relações internacionais tampouco é tributário da difusão das concepções da escola renouviniana como, no resto da Europa e na América.

Houve um desenvolvimento próprio no Reino Unido, bastante *low profile* quando comparado à escola francesa; por isso, a disciplina ficou mais conhecida como história internacional do que como história das relações internacionais. Caracterizada pela ausência de tumultos ideológicos, para utilizar a expressão de Anthony Adamthwaite, a pesquisa e a docência no âmbito da história das relações internacionais no Reino Unido nutrem desconfiança diante das abstrações e dos esquemas teóricos a-históricos.

O ponto de partida da escola britânica foi o ano de 1954, quase simultâneo às iniciativas de Renouvin na França, quando Donald Watt assumiu a Stevenson Chair of International History na London School of Economics and Political Science. Naquele momento, só existia na instituição o trabalho isolado de W. N. Medlicott e de seus dois assistentes. A chegada de Watt determinaria a profissionalização e a consolidação do ângulo insular da história das relações internacionais. O papel da London School na formação de talentos dedicados à história das relações internacionais no Reino Unido iguala-se ao do Instituto Pierre Renouvin da França.

Igualmente importante, no entardecer da mesma década, foi o surgimento do British Committee on the Theory of International Politics, que reuniu, por cerca de 25 anos, entre 1959 e 1984, Herbert Butterfield, Martin Wight, Hedley Bull, Adam Watson e vários outros historiadores e teóricos britânicos interessados nas relações internacionais. Dominado por cientistas políticos, empíricos e apaixonados pela história, o grupo de teóricos britânicos enfatizou a obra do grupo da London School, à qual alguns deles pertenciam. Privilegiaram o estudo do Estado nas relações internacionais, a percepção do duradouro sobre o imprevisível, a ordem sobre a anarquia e os processos de continuidade nas relações internacionais. Rechaçaram, a seu modo, qualquer possibilidade interpretativa para as relações internacionais sem o rigor da pesquisa histórica.

Não há melhor lugar para observar o ângulo insular da história das relações internacionais que a aula inaugural, na London School, ministrada por Donald Watt em 1983. Intitulada *What about the people? Abstraction and reality in history and the social sciences*, nela, o decano da história das relações internacionais no Reino Unido chamou a atenção, decorridas três décadas de militância acadêmica na área, para a dimensão do concreto, do indivíduo, do histórico.

Daí decorre certa ênfase da escola britânica nas biografias dos homens de Estado. Mesmo para as décadas de 1970 e 1980, foram muitos os trabalhos: David Marquand escreveu a de MacDonald, em 1977; Kenneth Harris elaborou a de Attlee, em 1982; Martin Gilbert publicou a de Churchill, em 1983; David Dilks publicou a de Neville Chamberlain, em 1984; e John Grigg escreveu a de Lloyd George, em 1985.

A preocupação com as guerras mundiais é um elo entre as tradições francesas e britânicas. No Reino Unido, publicou-se muito sobre o assunto. A linhagem de historiadores da London School of Economics and Political Sciences foi, neste ponto, fundamental, mas também se fazem representar as correntes de historiadores de Oxford, Cambridge e Birmingham. Ressaltam-se algumas obras como a de Paul Kennedy, publicada em 1980, *The Anglo-German antagonism, 1860-1914*, e a brilhante incursão de James Joll nas origens da Grande Guerra, em 1984, no seu já clássico *The origins of the First World War*. A Segunda Guerra Mundial mereceu tratamento especial em duas grandes sínteses: a de Anthony Adamthwaite e a de William Carr, ambas intituladas *The making of the Second World War* e publicadas, respectivamente, em 1979 e 1985.

O fascínio da guerra conduziu os estudos pontuais sobre a estratégia militar nas relações internacionais na escola britânica. Michael Howard publicou *The causes of war*, em 1983; Geoffrey Best lançou seu *Humanity in warfare*, em 1980; e Briand Bond publicou, em 1984, seu estudo brilhante, de extensa duração, sobre a guerra e a sociedade ao longo do século XX: *War and society in Europe, 1870-1970*.

Outro tema recorrente na escola britânica é o das relações anglo-americanas. Donald Watt foi certamente um dos grandes estudiosos desta abordagem. Em *Succeeding John Bull*: *America in Britain's place, 1900-1975*, publicado em 1984, Watt revela a grande visão de conjunto para as

relações dos Estados Unidos com o Reino Unido no século XX. E foi seguido por outros estudiosos como B. J. C. McKercher, que abordou as relações do segundo governo de Baldwin (1924-1929) com os Estados Unidos; C. A. MacDonald, que estudou as complicações das relações atlânticas entre o império em crise e a arrancada norte-americana nos anos 1930; e Kathleen Burk, que publicou seu livro, em 1985, dedicado às relações dos dois países na Grande Guerra.

Mas, se a guerra tem sido um tema relevante para a historiografia britânica das relações internacionais, e as conexões atlânticas entre o Reino Unido e os Estados Unidos têm sido um objeto de estudo permanentemente admirado, é igualmente interessante o movimento da escola britânica na renovação dos seus temas e objetos. Destacam-se as novas abordagens empreendidas sobre a mídia e as relações internacionais, a interação entre a opinião pública e as crises internacionais, o pacifismo, entre outros temas.

Sobre a mídia, há três estudos que mereceram atenção já no final da década de 1970 e no início da de 1980: o de N. Pronay e D. W. Spring, *Propaganda and politics and film*, de 1981; o de M. Balfour, *Propaganda for war*, publicado em 1978; e o de Philip Taylor, *Projection of Britain*, de 1981. O livro de Daniel Wayley, publicado em 1975, discutiu a opinião pública britânica com respeito à guerra da Abissínia. O pacifismo foi merecedor do estudo magistral de Martin Ceadel, *Pacifism in Britain*, *1914-1945*, lançado em 1980.

Uma característica central da escola britânica é o seu aproveitamento da abertura dos arquivos diplomáticos dos anos 1940 e 1950. *Documents on British policy overseas*, dirigida por Roger Bullen, é a coleção tributária desse aproveitamento. Entretanto, a principal conseqüência da abertura dos arquivos do Foreign Office foi o *aggiornamento* do ângulo insular da história das relações internacionais. Os historiadores puderam manipular as fontes mais recentes e, portanto, rediscutir conceitos e construções teóricas equivocadas acerca dos anos 1950 e 1960.

Foi exatamente esse movimento que animou estudiosos como Ritchie Ovendale, que escreveu o livro *The foreign policy of the British labour government, 1945-1951*.

Contudo, o grande campo de renovação foram os estudos sobre os primórdios da construção da União Européia. Aqui, dois grandes estudiosos

se destacam: John W. Young, com a comparação entre a França e a Grã-Bretanha na construção da unidade européia entre 1945 e 1951; e Alan S. Milward, com o livro *The reconstruction of Western Europe, 1945-1951*, publicado em 1984.

Os problemas das mutações de fontes para a pesquisa das relações internacionais do pós-guerra foram indicados por Adamthwaite, em 1985: por um lado, o Estado contemporâneo ficou cada vez mais complexo; por outro, aumentou enormemente a interdependência entre os Estados. Mas isso não desanimou scholars como Alan Milward que, liderando um grupo de historiadores da London School of Economics and Political Sciences, discutiu o próprio Estado europeu e as relações internacionais no seu *The European rescue of the Nation State*, em 1992.

Todavia, a obra mais interessante na linha da exploração das novas fontes disponíveis é o livro organizado por Milward, *The frontier of national sovereignty*. *History and theory, 1945-1992*, publicado em 1993, que conta com capítulos de autoria de Frances M. B. Lynch, Ruggero Ranieri, Federico Romano e Vibeke Sorensen. O ponto de partida da obra é a constatação de que os Estados da Europa ocidental, em sua maioria, estavam tão enfraquecidos pelas crises sucessivas do período de 1929-1945 que necessitavam ser recriados e redimensionados no imediato pós-guerra. A Grande Depressão de 1929-1932 havia aniquilado o frágil consenso político então existente e, ao mesmo tempo, a exposição dos cidadãos às ideologias em competição tornava limitada a capacidade de governo. As ocupações durante os conflitos deixaram marcas profundas que atingiram a própria legitimidade.

Naquelas circunstâncias, o objetivo fundamental dos governos da Europa era a reafirmação do Estado-nação como organização básica da vida política. Garantir seu vigor e sua segurança foi a tônica das políticas encetadas no pósguerra. E, para desenvolver tais políticas, foi necessário avançar posições e compromissos por meio do sistema internacional. No caso da França, estudado por Lynch, o tema da reconstrução do Estado-nação andou sempre associado ao caminho da integração. A proteção à agricultura teve implicações profundas para todas as políticas externas européias do pós-guerra e foi sempre uma matéria determinada pelas escolhas políticas internas dos Estados.

Entretanto, a hegemonia coletiva européia herdada do século XIX já não fazia mais sentido depois da guerra. Assim, a saída foi alguma internalização das políticas nacionais européias, já que o contexto internacional era incerto e os interesses, diversos. Instalavam-se, desse modo, estruturas menos liberais nas relações européias.

Mas para a solução da crise das políticas menos liberais e para a reafirmação do Estado-nação, a Europa ensaiou a primeira experiência histórica de integração nas relações internacionais contemporâneas. Para a escola inglesa, liderada por Milward, o movimento de escolhas políticas, entre a fórmula da interdependência e a da integração, dependeu sempre, historicamente, da natureza das políticas nacionais encetadas pelos governos em cada momento.

A tese defendida é a de que é impossível teorizar acerca do futuro da integração européia sem se conhecer a natureza futura das políticas nacionais e suas escolhas. Desse modo não se pode prever, como muitos teóricos neofuncionalistas desejam, o caminho natural de superação das soberanias nacionais em favor do governo supranacional.

Com conclusões tão cativantes, os estudiosos da escola britânica da história das relações internacionais reafirmam sua desconfiança na teoria sem base histórica. Para eles, a única previsão que uma teoria da integração, derivada da pesquisa histórica, pode produzir é, como no caso da integração européia, aquela originada do conhecimento das políticas nacionais e de suas possíveis conseqüências para os interesses do Estado-nação. Assim, os historiadores da London School of Economics and Political Sciences criticam as visões monetianas românticas da integração européia e expõem a fragilidade da interpretação neofuncionalista dos processos de integração.

Por último, mas não menos importante, a contribuição da escola britânica não poderia ser discutida sem a obra monumental de Adam Watson. Diplomata, professor e um dos diretores do British Committee on the Theory of International Politics, Watson publicou *Diplomacy: the dialogue between States*, em 1981, e *The expansion of international society*, em co-autoria com Hedley Bull, em 1984.

Nesses livros, Watson preparou o campo para a obra publicada em 1992 e intitulada *The evolution of international society*. Beneficiando-se dos ensaios de Martin Whight, Desmond Williams e Herbert Butterfield acerca

da dificuldade de construção de uma teoria universal para as relações internacionais, e das obras de Harry Hinsley, Hans Morgenthau, Paul Kennedy, Michael Mann, Michael Doyle e Robert Gilpin sobre o poder, a guerra e o império nas relações internacionais, Watson discute o funcionamento dos sistemas de Estado ao longo do tempo, comparando-os e elencando suas particularidades. Referindo-se à observação de Robert Gilpin acerca da experiência histórica, ao lembrar que o passado não é mero prólogo e que o presente não tem o monopólio da verdade, Adam Watson desenvolve uma verdadeira teoria de base histórica para a evolução do sistema internacional, desde os primórdios até a chamada sociedade internacional contemporânea.

Definindo os Estados como "autoridades políticas independentes que não reconhecem outras superiores" e um sistema de Estados como a resultante do "reconhecimento da reivindicação por independência pelos demais Estados-membros do sistema", Watson discute a distinção entre um "sistema de Estados" e uma "sociedade internacional". O primeiro, anteriormente discutido por Hedley Bull no seu *The anarchical society*, foca a rede de pressões e interesses que levam Estados a considerarem outros Estados em seus cálculos e desígnios. A sociedade internacional vincula o sistema ao conjunto de regras comuns, instituições, padrões de conduta e valores que são compartilhados e acordados por Estados.

As distinções propostas não são, entretanto, discutidas no plano exclusivamente teórico. Em um estudo bastante original e rico empiricamente, Watson examina, na prática, as diferentes experiências históricas de constituição dos principais sistemas de Estados do mundo antigo, da formação e crise da sociedade internacional européia e da sociedade internacional contemporânea.

1.1.3 Outras abordagens européias

Além dos dois grandes centros europeus responsáveis pelo verdadeiro aggiornamento do conhecimento da história das relações internacionais, outros países europeus também se destacam no desenvolvimento da disciplina. A Itália e a Suíça beneficiaram-se da difusão da escola francesa, embora os italianos, recentemente, tenham-se aproximado, de forma progressiva, dos estudiosos britânicos.

Nos dois casos, há uma certa tradição nos estudos da história das relações internacionais. No caso italiano, pode-se falar de um desenvolvimento relativamente próprio e rápido da área, bem como da construção de novos campos te máticos, especialmente o da relação da opinião pública com as políticas exteriores.

A Bélgica também se afirma como centro de gravitação, ainda que menor, nos estudos das relações internacionais na Europa. Na região oriental da Europa, a Rússia e a Suécia produziram enfoques próprios. Na Alemanha e na Península Ibérica, os estudos das relações internacionais ainda são periféricos. Na Rússia, com a degenerescência do sistema acadêmico, há novas experiências e maior aproximação aos debates da Europa ocidental.

1.1.4 A Itália: entre Chabod e Toscano

O pai da historiografia italiana das relações internacionais foi Federico Chabod. Com forte ligação ao mundo intelectual francês, Chabod discutiu com Renouvin suas concepções acerca das forças profundas. Às forças materiais originalmente sugeridas por Renouvin, desejou Chabod incluir outras como os sentimentos, as paixões, as mentalidades e as psicologias coletivas.

Em sua obra seminal, *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896*, publicada em 1951, Chabod encabeçou as tendências de renovação da história das relações internacionais na Itália. Seguindo os passos de Croce, Chabod conduziu o historicismo italiano ao campo das relações internacionais. Para ele, as políticas exteriores na Europa contemporânea eram o ponto de inflexão de um processo histórico de excepcional

amplitude, que advinha de uma gama de fenômenos, co mo a formação dos Estados modernos, das suas classes dirigentes, das condições econômicas e sociais, das tendências culturais e religiosas, das ideologias e da imaginação coletiva.

Partindo dessas concepções, Chabod desenvolveu metodologia muito próxima à de Renouvin. Para ele, como para Renouvin, não se tratava de privilegiar ou não as forças econômicas e sociais em relação aos movimentos políticos e às tendências intelectuais, mas de integrá-las à busca dos cursos profundos que animam a vida internacional. A subordinação, entretanto, dos fenômenos da superfície diplomática a esses cursos profundos foi uma orientação marcante em toda a obra de Chabod.

Com ele, nascia a primeira grande tradição italiana nos estudos históricos das relações internacionais. Outros estudiosos, como Morandi e Maturi, seguiam Chabod. Brunello Vigezzi, certamente um dos mais importantes *scholars* italianos da atualidade na área, identifica essa primeira tradição como polêmica. Dos anos 1950 aos 1980, Sestan, Moscati, Valsecchi, Garosci, Rosselli, Spadolini, Tessitore e Sasso percorreram o caminho de Chabod.

A inspiração de Chabod propiciou a esses autores compartilharem um sentimento do passado como algo complexo, difícil e problemático. Para eles, as relações entre os Estados, países e civilizações passam por períodos com características particulares. Verifica-se, assim, no grupo italiano, a mesma dimensão tão cara ao empreendimento coordenado por Renouvin nos anos 1950: a dimensão enciclopédica, racionalista e evolutiva das relações internacionais, da Idade Média aos tempos atuais.

A expansão do campo da história das relações internacionais na Itália, desde Chabod aos dias atuais, é algo que impressiona. No final dos anos 1950, havia três cadeiras de História dos Tratados e de Política Internacional nas universidades italianas. Hoje, esse número chega a 15, com mais de 20 professores associados e um bom número de pesquisadores. Há cerca de dez anos foi implantado o doutorado em história das relações internacionais em Roma e Florença. A documentação oficial foi ampliada com a publicação da coleção *Documenti Diplomatici Italiani*. Em 1985, lançou-se a revista semestral *Storia delle Relazioni Internazionali*, na

Universidade de Florença. Em Milão, publica-se a *Relazioni Internazionali* há algum tempo.

Uma segunda vertente dos estudos de relações internacionais, na Itália, dedicar-se-ia a um tema mais restrito, porém apaixonante, da sua política exterior: a questão da unidade nacional e suas implicações internacionais. Em especial, chamou a atenção da historiografia o descompasso entre a “vontade de potência” e os meios para a consecução desse objetivo. Desde os anos 1920, Salvemini, Volpe e Croce e, nos dias atuais, os historiadores italianos das relações internacionais têm procurado avaliar os diferentes ângulos desse descompasso. As teses evocam o abandono da tradição liberal, o apego ou o repúdio ao imperialismo, a luta política e social interna e a vitória do conservadorismo ou do nacionalismo.

O nome mais proeminente das gerações de estudiosos da inserção internacional italiana foi Mario Toscano. Desenvolveu seus trabalhos no final da Segunda Guerra até 1968, quando morreu. Em sua obra seminal *Le origini diplomatiche del Patto d'Acciaio*, ele salta da história diplomática para uma verdadeira história das relações internacionais. Diferentemente de Chabod, seu diálogo com os franceses é menos evidente, mas suas conclusões não se afastaram dos movimentos de renovação do conhecimento das relações internacionais na França e na Grã-Bretanha. O estudioso contemporâneo Ennio Di Nolfo, da Universidade de Florença, chega a afirmar que Toscano foi o maior responsável, na Itália, pela superação da então chamada “história dos tratados” e pela fundação de uma explicação evolutiva para a política exterior italiana. Professor e diplomata, Toscano formou uma verdadeira escola italiana dos estudos internacionais.

Nessa segunda vertente dos estudos italianos, destaca-se ainda a corrente daqueles que procuraram separar radicalmente a política externa italiana anterior às guerras mundiais daquela que as segue. O mundo pós-1945 apresenta-se, para eles, como um universo à parte. A Itália, que viria a abandonar sua vontade de potência, desenvolveria uma política exterior democrática, articulada às forças sociais, aos partidos, à opinião pública e às relações complexas entre o Estado nacional e o continente europeu. Salvatorelli, Salvemini, o próprio Chabod, Mosca, também Toscano, Valiani, Venturi e Giordano foram os autores que mais se destacaram nessa abordagem.

Consequência notável desse esforço foi a formação e a consolidação de um dos mais importantes centros italianos de estudos da história das relações internacionais. Em Milão, o Centro per gli Studi di Politica Estera e Opinione Pubblica viria encontrar maturidade anos mais tarde, sob a direção de Brunello Vigezzi. Em seu artigo Politica estera e opinione pubblica, Vigezzi antecipou, em 1961, uma forte tendência de ampliação do campo da história das relações internacionais para a inclusão da sociedade interna no processo decisório. Trinta anos depois, ele viria escrever *Politica estera e opinione pubblica dall'unità ai giorni nostri*, uma obra definitiva.

Finalmente, os estudiosos italianos têm demonstrado enorme gosto pelo debate acerca do estatuto científico da disciplina. O encontro de Peruggia sobre a teoria e a metodologia, em 1989, e os artigos publicados por Brunello Vigezzi nos anos 1990 mostram que a península está inquieta. Dois temas chamam a atenção. Quanto ao primeiro, os seguidores de Chabod e Toscano, estimulados pelas diferenças entre os dois mestres, provocaram discussão sobre a validade do conceito renouviniano de “forças profundas”. Fulvio D'Amoja argumenta que há uma limitação na sua aplicação ao movimento das relações internacionais. Para ele, as forças profundas são somente elementos de aceleração ou de retardamento da ação específica, dirigida, sempre, pela lei da *raison d’État*.

O segundo relaciona-se às imbricações entre a teoria e a história das relações internacionais. Vigezzi escreveu artigo extremamente pertinente acerca dos preconceitos mútuos enraizados nos historiadores e teóricos das relações internacionais. No seu *La vita internazionale tra historia e teoria* (*Relazione Internazionali,* 1991), Vigezzi discorda dos teóricos quando insistem que a história é mera acumuladora de fatos a serem processados pela teoria. E critica as teorias desprovidas de fundamentação empírica.

Ao insistir que muitas das querelas partem da noção equivocada do métier de ambos os especialistas, Vigezzi volta-se para as possibilidades que se abrem para a cooperação dos historiadores e teóricos em torno do mesmo objeto. Nesse sentido, a aproximação dos italianos aos debates britânicos, que foram muito felizes na integração da teoria à história, vem-se tornando cada vez mais frutífera. A introdução de Vigezzi ao livro organizado por Watson e Bull e publicado na Itália sob o título *L'expansione della società*

internazionale, em 1994, mostra o quanto esses contatos modificam o perfil da historiografia das relações internacionais na Itália.

1.1.5 A Suíça: o instituto de altos estudos internacionais

Na Suíça, a história das relações internacionais é, em certa medida, uma extensão da escola francesa. Vigorosa em seus pressupostos, a tradição helvética nos estudos das relações internacionais é fecunda e constante desde os anos 1960.

A primeira grande característica dos estudos suíços é seu apego aos temas do mundo contemporâneo. A segunda, vinculada, em parte, à primeira, é a aproximação gradual da história à ciência política em torno do curso comum da vida internacional. O anuário suíço de ciência política registra, desde 1960, o título "relações internacionais" e inclui a obra dos historiadores. Antoine Fleury, Daniel Bourgeois, Yves Collart, Marco Durrer, Verdina Grossi, Jacques Freymond, entre outros, têm dado consistência, nas últimas décadas, aos estudos e à docência na Suíça, tanto na área específica da história como na da ciência política.

A inspiração da obra de Renouvin e Duroselle, na Suíça, está presente nos programas de ensino e pesquisa do Institut des Hautes Études Internationales, vinculado à Universidade de Genebra, que publica, há três décadas, a revista *Relations Internationales*. A influência da escola francesa, para Fleury, é difusa e indireta. Mas foi suficiente para deixar uma marca profunda. E isso foi reconhecido pelo diretor honorário do instituto, Jacques Freymond, ao preparar os números comemorativos dos 20 anos da revista, em 1985.

A leitura das teses doutorais produzidas no Institut des Hautes Études Internationales leva à constatação de que há, entre elas, um volume bastante considerável de trabalhos de história das relações internacionais e também de direito internacional. A aproximação da história ao direito é, assim, uma outra contribuição da tradição helvética dos estudos das relações internacionais. Talvez seja essa a sua característica mais particular, quando comparada a outras tradições no estudo das relações internacionais.

A mais atrativa característica dos estudos suíços, entretanto, é a sedimentação institucional construída pelo Institut des Hautes Études Internationales. Seus trabalhos de pesquisa são projetos acadêmicos que respondem a problemas concretos e urgentes e procuram superar lacunas de conhecimento. A orientação cronológica aos temas do século XX, especialmente no período que vai do final da Grande Guerra ao final da Segunda Guerra, mostra uma sistemática preocupação com a compreensão das raízes dos problemas do momento por meio de uma perspectiva de longa duração.

Freymond chega a afirmar que a maior contribuição do instituto foi não ter isolado a história da política internacional. Para o historiador, e não só para ele, o vigor da perspectiva suíça das relações internacionais está no seu método rigoroso, no estabelecimento dos fatos, na crítica das fontes, na inserção do contemporâneo na cultura histórica, na perspectiva mais longa, nas continuidades dos movimentos, na interação permanente de todas as variáveis.

Decorre daí a insistência dos pesquisadores e professores do instituto nos elementos que diferenciam os estudos suíços das relações internacionais da escola francesa: maior abertura para as demais disciplinas, especialmente a Economia, a Ciência Política e o Direito; concentração dos estudos em períodos, como o que transcorreu entre a Primeira e a Segunda Guerras; e originalidade na abordagem de temas como a imagem, as mentalidades e a opinião pública.

A tradição do Institut des Hautes Études Internationales não é a única na Suíça. Há uma outra de menor importância, em Zurique, liderada por Rudolf von Albertini, que seguiu trajetória particular e distante da preocupação dos estudos em língua francesa de Genebra. Nessa linha, destacam-se especialmente os estudos acerca das políticas coloniais européias na África e na Ásia. A descolonização também mereceu tratamento especial. São cerca de 30 títulos publicados sobre essas duas facetas do mesmo tema: as relações das potências européias com suas colônias e com os novos Estados independentes no contexto afro-asiático.

Finalmente, há uma forte tradição helvética nos estudos relativos à política exterior do próprio país. Daniel Bourgeois fez um balanço das publicações e tendências interpretativas em seu artigo *Notice*

bibliographique sur les publications récentes concernant les relations internationales de la Suisse de 1848 à nos jours (*Relations Internationales*, n. 30, 1982, p. 231-48).

A neutralidade é certamente o tema de maior interesse da historiografia suíça das relações internacionais. Edgar Bonjour, da Universidade de Basiléia, escreveu a obra mais importante nesse campo, *Histoire de la neutralité suisse*, em vários volumes, que marcou uma linha bem definida de teses, estudos e livros sobre as relações da Suíça com seus vizinhos, com a Europa, nos momentos da paz e das guerras.

1.1.6 Situações periféricas: Bélgica, Alemanha e Península Ibérica

A situação da história das relações internacionais na Bélgica não chega a igualar-se, em densidade, aos estudos dos franceses, ingleses, italianos e suíços. Houve, todavia, uma gradual substituição da história diplomática pela história das relações internacionais, seguindo a tendência registrada em outros países.

Um interessante debate vem animando os estudiosos belgas acerca da sua própria inserção internacional. Willequet produziu, em 1981, um balanço da política exterior belga no período de 1830 a 1980, tendo constatado que a linha condutora da política exterior daquele país era o pragmatismo conduzido por um pequeno grupo de burocratas da *rue de la Loi*, a chancelaria belga. Michel Dumoulin discorda e chama a atenção para outros atores do processo decisório e para a dimensão das forças profundas, no sentido renouviniano.

A chamada "crise da neutralidade belga" diante das ameaças externas é um tema que também tem apaixonado a historiografia belga das relações exteriores. A expansão belga sob os reinados de Leopoldo I e II foi objeto dos trabalhos fundamentais de J. Stengers, *L'expansion belge sous Léopold Ier (1831-1865*), publicado em 1965, e de G.H. Dumont, *150 ans d'expansion et de colonisation*, lançado em 1979.

A idolatria a Leopoldo II (1865-1909) na historiografia belga das relações internacionais aproxima-o de Prometeu. Muitos autores, sem atentar para a força da segunda revolução industrial e para o conjunto das forças profundas, apresentam o rei como dotado da virtu do homem de Estado que soube encontrar lugar especial para a Bélgica no sistema mundial que se desenhava na segunda metade do século XIX.

Um tema que a historiografia belga vem redimensionando é o da opinião pública. Seguindo a tradição italiana nesse campo, J. Stengers publicou em Roma, em 1981, o livro *Opinion publique et politique extérieure, t. I: 1870-1915*. Defendendo a tese da imprevisibilidade e do ilogismo para a compreensão dos movimentos da opinião pública às vésperas da Grande Guerra, Stengers provoca debates que envolvem, até o presente, autores como Michel Dumoulin e J. Willequet.

Há, finalmente, na historiografia belga, uma forte relação entre o trabalho científico dos estudiosos da academia e a reflexão dos altos funcionários da chancelaria. Testemunhas diretas do período entre as guerras e da Segunda Guerra Mundial, como Van Zuylen e Van Langenhove, deixaram obras importantes e farta documentação diplomática publicada nos *Documents diplomatiques belges*, *1920-1940*. Em 1971, Fernand Van Langenhove publicou um livro fundamental sobre as negociações no período da guerra: *La sécurité de la Belgique. Contribution à l'histoire de la période 1940-1950*.

Se, na Bélgica, ainda é possível encontrar certa profusão de títulos sobre a história das relações internacionais em uma perspectiva relativamente articulada, isso não acontece na Alemanha. Apesar da forte influência internacionalista da obra de Leopold von Ranke e de sua dimensão verdadeiramente pioneira para os estudos da história mundial na perspectiva das relações internacionais, a Alemanha não desenvolveu uma escola pós-rankeana de história das relações internacionais. Em trabalho publicado na metade dos anos 1980, o estudioso Franz Knipping, da Universidade de Tübingen, afirmava o caráter periférico da produção historiográfica alemã nesse campo.

É evidente que se destacaram nomes, no passado, como os de Eduard Fueter, Max Immich, Adalbert Wahl e Walter Platzhoff com os seus *Geschichte des Europäischen Staatensystems*, publicados respectivamente

em 1905, 1912, 1919 e 1928, e que seriam excelentes exemplos da passagem da história diplomática para uma moderna história das relações internacionais na Alemanha. Em décadas recentes, destacam-se nomes como os de Klaus Hildebrand, Werner Link, Gehard Schulz, Josef Becker, Ekkehart Krippendorf, Oswald Hauser, Wolfgang Mommsen, Hellmuth Rössler, Ernst-Otto Czempmel, Klaus-Jürgen Müller, Frank R. Pfetsch e o do próprio Knipping.

Não se pode afirmar, entretanto, que tenha existido uma escola alemã voltada para a história das relações internacionais. Diversamente do que ocorreu na França e na Grã-Bretanha, nunca houve na Alemanha uma coordenação dos múltiplos trabalhos dispersamente publicados pelos autores citados e por muitos outros. Não se registra na Alemanha uma tradição escolar como aquela estabelecida por Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Inexistem instituições teutônicas que correspondam ao Instituto Pierre Renouvin, ao Departamento de História Internacional da London School of Economics and Political Sciences ou ao Institut des Hautes Études Internacionales de Genebra.

Há, em Bonn, o Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik (Instituto de Pesquisa da Sociedade Alemã para a Política Externa), que publica a revista *Europa-Archiv*, e, em Munique, o Institut für Zeitgeschichte (Instituto de História Contemporânea). Mas, mesmo no último, cujos professores produziram uma das melhores obras da historiografia alemã sobre o século XX, a história das relações internacionais não figura em destaque em suas pesquisas.

Klaus-Jürgen Müller, da Universidade de Hamburgo, chegou a afirmar, em seu artigo na revista franco-suíça *Relations Internationales* (n. 42, 1985), que os estudos da história das relações internacionais na Alemanha estavam como em um país subdesenvolvido. Chamou a atenção para a falta de tradição no mundo universitário alemão e acusou o sistema educacional do país de ser autocentrado e o germanocentrismo historiográfico de ter separado profundamente os campos da história e da ciência política. Criticou também o exagero teoricista dos cientistas políticos alemães que se têm dedicado ao campo das relações internacionais.

Há, certamente, outras razões profundamente arraigadas na historiografia alemã que explicam sua condição tangencial nos estudos europeus da

história das relações internacionais. Em primeiro lugar, alguns apontam a derrota da tradição fundada por Leopold von Ranke, que construiu, no seu tempo, uma certa história do sistema internacional e das grandes potências com sua noção de *Weltstaatensystem*. A historiografia alemã, após Ranke, ao ter restringido seu escopo à história germano-prussiana, que serviu à legitimação da política prussiana e ao Reich fundado por Bismarck, abandonou os esforços da história universal, ao contrário dos ingleses e franceses, para concentrar-se na história do Estadonação alemão e na história da Prússia vitoriosa.

Em segundo lugar, devem ser lembradas as dificuldades acadêmicas de interpretação do mundo, na Alemanha, depois da derrota de 1918 e durante o ciclo do regime nazista. Essas forças mentais e políticas não podem ser subestimadas quando se compara o desenvolvimento da história das relações internacionais da Alemanha com o da Grã-Bretanha e mesmo com o da França.

Isso não significa que inexista potencialidade para o desenvolvimento da história das relações internacionais na Alemanha. Há iniciativas alvissareiras, como as experiências do Instituto John F. Kennedy da Universidade Livre de Berlim, que criou um programa para as relações teuto-norte-americanas, e do programa de estudos franco-alemão da Universidade de Sarrebruck. Mencione-se, ainda, o projeto de pesquisa cometido ao recém-criado Studienkreis Internationale Beziehungen (Grupo de Estudos em Relações Internacionais) que reúne cerca de 50 estudiosos de fala alemã, incluindo, além de alemães, suíços e austríacos, que se propõem a abordar as relações internacionais numa perspectiva histórica e interdisciplinar. Verifica-se, finalmente, certo interesse da chancelaria alemã pela continuidade da publicação de documentos diplomáticos do período de 1918-1945, documentação fundamental para a compreensão da participação alemã na Segunda Guerra Mundial.

Finalmente, há cerca de dez anos no 36ºCongresso de Historiadores Alemães, em Treves, entre 8 e 12 de outubro de 1986, surgiu, no final da década de 1980 e na primeira metade da de 1990, o projeto de desenvolvimento da dimensão da história das relações internacionais nos cursos de história naquele país. No documento distribuído aos participantes, falava-se da redescoberta da disciplina “sob uma nova forma”. Parece, no

entanto, difícil imaginar que uma década tenha sido suficiente para retirar a Alemanha da periferia dos estudos das relações internacionais.

A Península Ibérica é certamente a mais marginal nos estudos das relações internacionais na Europa. O fim do ciclo autoritário em Portugal e na Espanha, em meados da década 1970, permitiu abrir, ainda que timidamente, o campo da história das relações internacionais. Os resultados, em ambos os países, ainda são bastante limitados.

Na Espanha, cuja proximidade intelectual dos estudiosos franceses permitiu um avanço menos tímido do que o de Portugal, algumas obras dos anos 1980 sinalizam o interesse crescente pelos assuntos internacionais. Obras como a de J. C. Pereira, *Introducción al estudio de la política exterior de España*, publicada em 1981, apresentam metodologia moderna de pesquisa das relações internacionais. A abertura da documentação diplomática espanhola, em 1984, reduzindo o tem po de proibição do acesso aos arquivos para os últimos 25 anos, foi celebrada pelos novos pesquisadores.

Mais recentemente, com a animação integracionista produzida pela construção da União Européia, portugueses e espanhóis parecem ter decretado o fim da letargia. Seminários internacionais do próprio Comitê de História das Relações Internacionais têm-se realizado sobretudo na Espanha, especialmente sob a coordenação de Manuel Espadas-Burgos.

• 1.2 As construções americanas: entre a teoria e a história

Fora da Europa ocidental, há núcleos de estudos e pesquisas de relativa importância na construção do conhecimento das relações internacionais contemporâneas. Na Finlândia, J. Nevakivi lidera, em Helsinki, um grupo de história das relações internacionais. Ele organizou, em 1992, o colóquio da Comissão de História das Relações Internacionais dedicado ao tema da neutralidade. Os russos têm procurado romper os esquematismos da guerra fria em favor de novos temas. Israel, na Universidade de Tel Aviv, reúne seus historiadores das relações internacionais.

No Oriente, o Japão e a Austrália têm desenvolvido perspectivas próprias. A Universidade de Sophia, da ONU, em Tóquio, é um centro renomado de inteligência em estudos internacionais. A Universidade de Sydney conta com especialistas como Neville Meaney. A Índia, especialmente o grupo de estudiosos da Universidade de Nova Deli, tem seguido os cânones dos debates britânicos.

Na África, os estudos isolados produzidos em Dakar, Pretória, Lagos e Cairo sublinham as heranças do colonialismo nas relações internacionais assimétricas. Lá, a teoria da dependência ainda ocupa papel preponderante na abordagem da evolução dos países africanos na cena internacional. Entretanto, as listas de especialistas e de centros de estudos publicadas pelas *newsletters* da Comissão de História das Relações Internacionais permitem avaliar a escassez de estudos desenvolvidos no continente africano.

Assim, em nenhum dos casos citados, mesmo com respeito ao Oriente, pode-se falar de uma tradição consistente, com ângulos e problemas próprios, nos es tudos da história das relações internacionais. A exceção a esse quadro de liderança dos especialistas europeus é o desenvolvimento dos estudos das relações internacionais no continente americano.

Tanto no norte quanto no sul das Américas, pode-se falar que há certa efervescência dos estudos das relações internacionais. Embora nem sempre acompanhadas por uma reflexão teórica e histórica consistente, é mister reconhecer a existência de tradições, as quais convergem em certos aspectos e se distanciam na maioria dos seus pressupostos: a norte-americana e a do Cone Sul, destacando-se nesta última a Argentina e o Brasil.

1.2.1 As construções setentrionais: os Estados Unidos, o Canadá e o México

Os Estados Unidos criaram e difundiram, no Canadá e no México, uma pers pectiva própria para a história das relações internacionais. Apesar da tradição autônoma do pensamento mexicano, que explica a profusão de cursos de graduação e pós-graduação nesta disciplina em centros de estudos na Cidade do México e nas universidades do interior, há uma crescente convergência dos programas desses cursos para a perspectiva dominante nos estudos e nos currículos das escolas norte-americanas. Isso deve ser dito acerca dos estudos das relações internacionais desenvolvidos pelos canadenses.

Nos Estados Unidos, não houve um Renouvin, um Chabod ou um Watson. Os estudiosos norte-americanos preferiram importá-los, já que os três, cada um a seu tempo, participaram ou participam, como é o caso de Watson (professor da Universidade da Virgínia desde 1978), do sistema universitário norte-americano.

Não há, assim, uma escola norte-americana de história das relações internacionais no sentido da francesa ou da britânica. O que existe é uma abordagem his tórica das relações internacionais vinculada aos problemas postulados pelos cientistas políticos. Ao mesmo tempo, registra-se uma série de teorias e abordagens norte-americanas que seguem os grandes paradigmas de interpretação histórica dominantes em determinados momentos da vida internacional daquele país.

O livro clássico de Samuel Bemis, *A diplomatic history of the United States*, publicado em 1936, pode ser considerado um libelo contra o evolucionismo conservador que havia marcado as obras de Dennet (*Americas in Easter Asia*, 1922) e Dexter Perkins (*The Monroe Doctrine*, 1927). As três obras traduziram o triunfalismo heróico dos Estados Unidos em sua nova inserção internacional no período de instabilidade entre as duas guerras.

Foi Bemis quem iniciou a história diplomática nos Estados Unidos. Sustentada na análise das instituições, de matriz intelectual anglo-saxã, ele associou o conservadorismo ao nacionalismo, bem ao gosto da perspectiva

etnocêntrica dos estudos sociais e humanistas nos Estados Unidos daquele período.

Mas, nas décadas seguintes, autores como Fuller, Smith, Pratt, Weinber, Whitaker, Bailey e Beard, marcados pelo impacto da chamada escola progressista das ciências sociais, criticaram o nacionalismo e o institucionalismo de Bemis. Defendendo uma história e um pensamento político associados ao reformismo social norte-americano, os novos autores da história das relações internacionais desenvolveram estudos que conduziram à superação do ângulo da chancelaria e da mera história institucional dos anteriores. Em certo sentido, esses autores defrontavam-se com os problemas que Renouvin assinalara para o caso europeu na mesma época.

A defesa de uma verdadeira história social das relações internacionais levou vários dos autores citados a deixarem de lado as continuidades e os princípios da política exterior norte-americana e a concentrarem-se nas mudanças e nas forças da economia. Buscavam, sobretudo, os contextos em que as ações institucionais, estudadas antes por Bemis, haviam impulsionado as mudanças na evolução da inserção internacional dos Estados Unidos.

Há dois fabulosos protagonistas nessa geração de renovadores nos Estados Unidos. O mais conhecido é Thomas Bailey. Tendo publicado, em 1940, *A diplomatic history of the American people* (para revisar a história diplomática oficial de Bemis) e, em 1948, *The man in the street* (em que discutiu as atitudes e ilusões populares na política externa), Bailey rompeu as explicações ufanistas acerca da política externa dos Estados Unidos. Buscou na opinião pública sua inspiração e em novas fontes, como os jornais, material farto para sua tese de que a política externa norte-americana era mais fortemente determinada por fatores endógenos do que internacionais.

O outro foi Charles Beard, o famoso presidente da American Historical Association no final dos anos 1930. Publicou, em 1939, o clássico *The idea of national interest* e discutiu as duas concepções conflitivas da política exterior norte-americana: o agrarismo jeffersoniano autocentrado e o industrialismo federalista expansionista.

Entretanto, o progressismo de autores como Bailey e Beard não vingaria nos anos da guerra fria. Protagonista da cena internacional depois da

Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos patrocinariam a emergência da escola dos realistas nas relações internacionais. Nascida nos Estados Unidos, a teoria realista via li mites no reformismo social e defendia o sentido consensualista da sociedade norte-americana, em que o seu caráter de permanência era mais relevante do que acidentes de percurso.

Iniciada por intelectuais preocupados com o expansionismo soviético, a teo ria realista terminou por alimentar versões esquemáticas e superficiais de todo tipo e em muitos lugares do mundo. Uma das maiores degradações da teoria realista veio a ser a chamada teoria do dominó, que se aplicava à expansão do comunismo na Ásia e na América Latina. O Pentágono e a CIA beneficiaram-se da difusão internacional dessas análises, nos tempos áureos da guerra fria, e estimularam-nas.

Animados com temas como a decisão norte-americana de entrar na guerra, as diplomacias durante o conflito e as conseqüências internacionais da guerra e da bomba atômica, Walter Lippman publicou, em 1943, *US foreign policy*; Hans Morgenthau, em 1948, lançou *Politics among nations*; e George Kennan publicou *American diplomacy*, em 1951, e *American foreign policy*, em 1954. A ênfase no interesse nacional foi o lastro que permitiu unir os estudos citados, considerados a fonte do realismo político nas relações internacionais.

Nas décadas mais recentes, os Estados Unidos têm vivido movimentos diversos e irregulares na análise da história das relações internacionais. Por um lado, o fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã propiciou um certo retorno aos cânones da escola progressista. O chamado grupo de Wisconsin, liderado por Fred Harrigton, e livros como os de William Williams, *The tragedy of American diplomacy*, e de David Horowitz questionaram os realistas e instalaram o debate em torno das responsabilidades mútuas dos Estados Unidos e da União Soviética na conformação da guerra fria. Autores do final da década de 1960 e da década de 1980, como Herring Junior, Paterson e Walker, chamaram a atenção para a natureza imperial da política externa norte-americana e para seu caráter autocentrado e auto-suficiente.

Por outro lado, seguiram os realistas animados com os livros de Liska, *Quest for equilibrium*, publicado em 1977, e *Cancer of empire*, de 1978; e os teóricos do equilíbrio de poder, alimentados pelas obras de Cole, Blake,

Walters, mais voltados para a inserção dos Estados Unidos na economia internacional.

Assim, não houve uma escola propriamente histórica das relações internacionais nos Estados Unidos. O que houve, e há ainda hoje, foi uma simbiose entre historiadores e cientistas políticos em torno do tema recorrente da inserção internacional dos Estados Unidos e de teorias que emergiram, quase sempre, para justificar posições internacionais do país no cenário mundial.

Deve ser anotada, entretanto, a profusão de estudos internacionais nos Estados Unidos nos últimos anos. Muitos pesquisadores procuram redescobrir o novo papel dos Estados Unidos no presente contexto. Da linha de estudos estratégicos de Washington aos estudos de tradição crítica dos centros de estudos das universidades do oeste americano, há uma gama de novas teses e estudos que ainda não foi devidamente analisada do ponto de vista epistemológico.

De qualquer forma, há autores preocupados com os elementos multiculturais da política exterior norte-americana, como Mitchell, e os que resistem a es sas novas abordagens. Há a escola da Universidade da Virgínia, em torno da presença do britânico Adam Watson. E existe, sobretudo, uma multiplicação de estudos consagrados ao tema da era pós-bipolar. As revistas especializadas em relações internacionais e os novos títulos dos primeiros anos da década de 1990 são abundantes sobre o fim da guerra fria e a construção dos novos paradigmas das relações internacionais contemporâneas.

Parece ser justamente nesta última linha de estudos que os estudiosos norteamericanos encontraram sua nova identidade. Criticando os progressistas e o revisionistas da era pós-Vietnã, os novos teóricos e historiadores procuram demonstrar que uma verdadeira nova ordem internacional, de corte liberal, domina as relações internacionais. Os processos de globalização da economia, dos mecanismos financeiros e dos meios de comunicação são apresentados, nos cursos de relações internacionais das grandes universidades norte-americanas, como o resultado de um processo acabado de nova ordenação sistêmica.

Para muitos dos novos autores norte-americanos, o declínio dos Estados e a emergência dos grandes conglomerados econômicos mundiais deram uma

conformação absolutamente nova às relações internacionais. Daí a relevância das idéias apresentadas, no final da década de 1980, por Fukuyama. A polêmica em torno da idéia do "fim da história" atiçou o próprio debate acerca de uma nova ordem internacional ditada pelo predomínio do sistema neoliberal.

O Canadá e o México, animados com a formação da zona de livre-comércio, têm recebido forte influência dessa última linha de estudos. No caso do Canadá, mesmo com a aproximação aos problemas apresentados pela historiografia britânica e francesa (nas universidades do Quebec), o domínio dos currículos e das pesquisas pelos temas da integração regional e do mundo globalizado abafou a própria tradição de estudos sobre as posições de eqüidistância que marcaram a presença canadense nas relações internacionais do século XX.

Foi no Canadá que se reuniu, pela última vez, o Comitê de História das Relações Internacionais. Em Montreal, cerca de 60 historiadores participantes do 18º Congresso Mundial de Ciências Históricas discutiram, no final de agosto e no início de setembro de 1995, o tema do multiculturalismo nas relações internacionais. A presença das abordagens canadenses sobre o tema foi relevante, especialmente a do grupo de Pierre Savart, da Universidade de Montreal.

No México, houve uma abordagem própria da história das relações internacionais até o início dos anos 1980. Animados com a renovação intelectual do pensamento social da América Latina e com a grande leva de intelectuais perseguidos pelos regimes militares da América do Sul, o México tornou-se um *carrefour* do pensamento crítico acerca da inserção internacional dos países latino-americanos.

Os estudos de relações internacionais da Universidade Nacional Autônoma do México e do Colégio do México, nas décadas de 1960, de 1970 e no princípio da de 1980, abordaram as razões da assimetria mexicana em relação ao poder internacional ao norte do Rio Grande, a aproximação mexicana aos movimentos de libertação política na América Latina, especialmente aos da América Central, e um pensamento crítico em relação à exclusão de Cuba do sistema americano. John Saxe-Fernandez, no seu *Ciencia política y política exterior*, de 1978, sintetizou alguns dos desafios da política exterior mexicana.

Em uma das famosas sete teses equivocadas acerca da América Latina, Ro dolfo Stavenhagen, um dos mais importantes intelectuais daquela geração no Mé xico, chamou a atenção para a dependência estrutural que tornava os Estados la tinoamericanos fracos e sem força própria para romper as hegemonias internacionais. No artigo *Challenging the Nation-State in Latin America* (*Journal of International Affairs*, n. 45(2), 1992), Stavenhagen ainda insiste nas dimensões profundas, especialmente aquelas herdadas das tradições indígenas, que tornam a inserção internacional dos Estados latino-americanos bastante peculiar.

Marcos Kaplan, outro dos teóricos daquela geração de estudiosos que adotaram o México como sua pátria, com o livro *Estado e sociedade*, expôs os limites dos Estados latino-americanos nas relações internacionais da época. A teoria da dependência foi, naquele momento, o elo entre historiadores e teóricos mexicanos dedicados aos assuntos internacionais.

Houve também uma forte associação, nas décadas referidas, entre os objetivos de governantes mexicanos (como a vontade do ex-presidente Luís Echeveria de ocupar a Secretaria-Geral das Nações Unidas) e a expansão dos estudos internacionais no México. Criou-se, por iniciativa do próprio Echeveria, o Centro de Estudos do Terceiro Mundo (Cestem), pelo qual foi publicada a mais relevante contribuição de idéias e textos da América sobre as possibilidades de construção de uma nova ordem econômica internacional nos anos 1970.

Mas essa linha de estudos foi praticamente abandonada nos anos 1990. O realinhamento mexicano ao projeto internacional norte-americano desse período, especialmente depois da aceitação do México no Nafta, em 1993, e da era neoliberal de Salinas de Gortari, reorientou a análise mexicana das relações internacionais. Os programas das disciplinas teóricas e históricas dos mais conceituados cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais do México, no Centro de Estudios Internacionales, do Colégio do México, foram readaptados aos novos temas da globalização e da integração setentrional. Basta verificar os títulos publicados recentemente pela tradicional revista Foro Internacional, editada pelo Colégio do México, e livros como *La integración comercial de México a Estados Unidos y Canadá. ¿Alternativa o destino?*, de 1991, organizado por Victor Bernal Sahagõn.

As poucas vozes dissidentes, que propõem um certo retorno à tradição crítica mexicana no estudo das relações internacionais, parecem silenciadas, apesar da erupção do México profundo nas revoltas dos camponeses de Chiapas. O transe mexicano, para utilizar a expressão do livro de Igor Fuser, *México em transe*, de 1995, parece não ter fim.

1.2.2 As construções austrais: a Argentina e o Brasil

A Argentina e o Brasil são os países da América do Sul que possuem abordagens sistemáticas da história das relações internacionais. O reconhecimento de ambos os países como protagonistas da moderna análise histórica culminou, na reunião plenária da Comissão de História das Relações Internacionais, em Mon treal, em setembro de 1995, na aprovação da inclusão de um segundo nome latino-americano no seu Bureau. Ladeando Amado Luiz Cervo, o historiador argentino Mario Rapoport foi conduzido à condição de 12º membro do órgão. Em agosto de 2000, no colóquio de Oslo, a comissão, diante da saída de Cervo, deliberou incluir José Flávio Sombra Saraiva no seu Bureau. Mantém-se, assim, a tradição de dois latino-americanos na mais representativa associação internacional da área.

Há muitos aspectos em comum nas construções argentino-brasileiras das relações internacionais. Os três principais são a influência da escola francesa, a ênfase no tema do desenvolvimento como um fator decisivo na inserção internacional de ambos os países no cenário internacional e o entrosamento que os historiadores argentinos e brasileiros vêm desenvolvendo nas obras coletivas em elaboração e nos seminários co-organizados na Argentina e no Brasil. Mas há também diferenças que fazem com que os argentinos se distanciem, nos seus arranjos institucionais e abordagens dos problemas, de seus colegas brasileiros.

Na Argentina, destaca-se, no início da década de 1990, a criação da Associação Argentina de História das Relações Internacionais, presidida por Mario Rapoport. A associação já realizou três encontros nacionais, tendo sido o de junho de 1996 sobre o tema “globalização e história”. Os cursos universitários mais importantes de relações internacionais estão na

Universidade de Buenos Aires, na Universidade Nacional de Córdoba, na Universidade Nacional de Rosário e na Universidade Nacional do Centro.

O desenvolvimento da história das relações internacionais na Argentina revela a existência de uma gama de pesquisadores que tem promovido uma grande renovação do conhecimento. O tema que amalgama a renovação vem sendo o estudo da história da inserção internacional da Argentina. Guillermo Figari e José Paradiso publicaram, em 1993, respectivamente, *Pasado, presente y futuro de la política exterior argentina* e *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Mario Rapoport e seu grupo da Faculdade de Ciências Econômicas, na Universidade de Buenos Aires, têm feito publicações consistentes, como a revista Ciclos, dedicadas a aspectos da evolução da política externa argentina. Em todas essas iniciativas, percebem-se a força dos debates e a ampliação do escopo das análises.

Uma outra característica importante dos historiadores das relações internacionais na Argentina é o debate que eles vêm promovendo com os teóricos e formuladores da política exterior argentina. Carlos Escudé, com seu livro *Realismo periférico*. *Fundamentos para la nueva política exterior argentina*, publicado em 1992, provocou grande polêmica acerca da inserção internacional argentina no governo Menem. Roberto Russell, ao estudar e defender a associação da política externa argentina aos desígnios dos interesses norte-americanos no mundo, é acusado de confundir os meios com os fins. O debate é animado e estimulado por casas editoriais como o Grupo Editor Latinoamericano e o Editorial Planeta Argentina, que têm facilitado a publicação de muitos títulos de autores argentinos sobre as relações internacionais contemporâneas.

Buenos Aires é o centro da efervescência, mas as províncias também se inserem no debate. Edmundo Heredia, da Universidade de Córdoba, Raúl Bernal-Meza, da Universidade do Centro, Bruno Boloña, Gladys Lechini, Carlos Alfredo da Silva, entre outros, da Universidade Nacional de Rosário, participam animadamente do debate.

No Brasil, não há uma associação de historiadores das relações internacionais, como na Argentina. Em compensação, existe no país uma tradição acadêmica mais sólida no âmbito universitário. O primeiro programa de história das relações internacionais, da América do Sul, foi criado na Universidade de Brasília, no curso de pós-graduação em história,

em 1976. Ao longo de mais de 20 anos de atuação, o programa produziu cerca de 60 dissertações de mestrado. Em 1994, a universidade implantou o doutorado em história das relações internacionais, único programa do gênero na América do Sul.

Com base no programa, desenvolveu-se uma tradição brasiliense de estudos internacionais, e que congrega estudiosos e diplomatas como Amado Luiz Cervo, Sérgio Bath, Paulo Roberto de Almeida, Moniz Bandeira, Corcino Medeiros dos Santos, Edmundo Heredia, Clodoaldo Bueno, León Bieber, Paulo Vizentini, José Flávio Sombra Saraiva e, mais recentemente, Albene Miriam F. Menezes, Wolfgang Döpcke e Norma Breda dos Santos. O programa colabora com o Instituto Bra sileiro de Relações Internacionais (Ibri) na publicação da *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, a mais antiga do país na área das relações internacionais.

Uma das contribuições do grupo de Brasília foi o aperfeiçoamento da área, numa linha de evolução que vinha dos estudos de Calógeras (*A política exterior do império, 1927-1933*), dos historiadores diplomáticos Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, Renato de Mendonça, Teixeira Soares e, mais recentemente, dos de José Honório Rodrigues. Para isso, o contato dos historiadores de Brasília com seus colegas franceses e britânicos foi de fundamental importância.

Outro aporte do grupo de Brasília ao desenvolvimento da disciplina foi a percepção de que os arquivos diplomáticos não são suficientes para uma boa pesquisa da história das relações internacionais. A leitura de dissertações, teses, livros e artigos comprova a necessidade de ampliação das fontes, incluindo-se entre elas as parlamentares e jornalísticas, como também a importância de se fazer uso das técnicas da história oral e da análise do discurso. Foram trazidos à atenção temas e fatores novos, tais como a opinião pública e a história cultural. Ampliou-se o horizonte geográfico com estudos sobre as relações do Brasil com a África, a Ásia e, especialmente, com os países do Cone Sul.

A mais relevante contribuição do grupo de Brasília à modernização da história das relações internacionais vem sendo a frutífera investigação sobre a inserção internacional do Brasil nos dois últimos séculos. Com os estudos fundamentais de Amado Luiz Cervo sobre o século XIX (*O parlamento brasileiro e as relações ex teriores, 1826-1889*), publicado em 1981, e de

Clodoaldo Bueno (*A República e sua política exterior, 1889-1902*), de 1995, duas obras vieram ampliar essa linha de pesquisa: a síntese de Cervo e Bueno, *História da política exterior do Brasil*, lançada em 1992, e a obra coletiva *O desafio internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*, publicada em 1994, contou com a colaboração de Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Moniz Bandeira, León Bieber, José Flávio Sombra Saraiva e Antônio José Barbosa. Além dessas obras gerais e fundamentais para a compreensão das relações exteriores do país, uma outra linha de investigação aprofundou o estudo das parcerias estratégicas, que se mostraram de relevância para a construção das sínteses gerais. Merecem destaque os estudos de Moniz Bandeira das relações do Brasil com os Estados Unidos, a Alemanha, a Argentina e a América Latina; o de Amado Luiz Cervo, com a Itália; o de José Flávio Sombra Saraiva, com a África; e o de Francisco Monteoliva Doratioto, com o Paraguai.

Esses estudos fundamentam a tese que renova o olhar sobre a inserção internacional do Brasil desde os anos 1930: a subordinação da política externa à busca obsediante pelo desenvolvimento nacional por parte das elites políticas do Brasil. Como desígnio que abrigou concepções distintas da política exterior, especialmente a tensão entre os livre-cambistas e os nacionalistas, o desenvolvimento permitiu certos padrões de continuidade verificados na conduta externa do país desde os anos 1930.

Ainda, a Universidade de Brasília mantém um curso de graduação e um de mestrado em relações internacionais, com ênfase nas áreas de política, economia e direito. No Rio de Janeiro, surgiram centros e programas dedicados à pesquisa das relações internacionais, como o Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que ministra um curso de mestrado e publica a revista Contexto Internacional. Nele atuou Gerson Moura, um dos mais profícuos historiadores brasileiros das relações internacionais. Nos anos 1990, foi implantado, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o segundo programa de pós-graduação do Brasil em história das relações internacionais. Em São Paulo, os estudos, particularmente da história das relações internacionais, nunca estiveram entre as prioridades das universidades estaduais. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, grupos de jovens

pesquisadores animam os estudos de relações internacionais, que colocam em destaque o tema da integração do Cone Sul.

Sob os auspícios da Comissão de História das Relações Internacionais e da Universidade de Brasília, a primeira reunião dos historiadores brasileiros das re lações internacionais ocorreu em Brasília, em 1994, quando da realização da International Conference on State and Nation in the History of International Relations of American Countries. Os atos da conferência foram publicados sob o título *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da História*.

A reunião ensejou a ampliação dos contatos dos historiadores brasileiros entre si e com os argentinos. Animados pelo processo de integração regional, ar gentinos e brasileiros caminham, cada vez mais próximos, rumo à renovação da história das relações internacionais da região, superando as historiografias nacionais e o ângulo limitado de cada país. Desde aí, os numerosos encontros regionais de historiadores e de outros cientistas sociais, além de pesquisas coletivas, marcam o ritmo da cooperação. Entre os eventos, merecem destaque o seminário conjunto Argentina y Brasil en el Mercosur, Políticas Comunes y Alianzas Regionales, realizado em Buenos Aires, em novembro de 1994; o simpósio O Cone Sul no Contexto Internacional, em Brasília, em maio de 1995; o Simpósio Internacional — os Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais, em Porto Alegre, em outubro de 1996; e a Conferência Internacional Procesos de Integración y Formación de Bloques Regionales, em Buenos Aires, em setembro de 1997. Uma obra coletiva, que reúne historiadores dos países do Mercosul, está sendo concluída e tem o objetivo de revisar as relações regionais e a inserção internacional do Cone Sul, desde a independência até os dias atuais.

Finalmente, cabe perguntar se já é possível falar de uma escola argentino-brasileira de história das relações internacionais. A leitura dos livros e das contribuições dos eventos conjuntos revela o surgimento de um ângulo de es tudo próprio, bem como a identificação de problemas e desenvolvimentos particulares à região. Observam-se, com efeito, procedimentos e temas comuns, como a superação da velha história diplomática, construída nas nacionalidades; o distanciamento do estudo de conflitos, como o centro historiográfico; a ênfase nas possibilidades e na prática da cooperação; a

busca de identidades que unam mais do que as singularidades que afastam; a preocupação, enfim, de substituir os velhos dogmas da teoria da dependência pela identificação das oportunidades concretas de desenvolvimento.

Referências

BERNAL-MEZA, Raúl. América Latina en el mundo. *El pensamiento latinoamericano y la teoria de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.

BULL, Hedley; WATSON, Adam (Org.). *The expansion of international society*. Oxford: Oxford University Press, 1984. [ver também a edição italiana, com introdução de Brunello Vigezzi: *L'expansione della società internazionale.* Milano: Jaca, 1994]

CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CHABOD, Federico. *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896*. Bari: La Terza, 1951. CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

DI NOLFO, Ennio. *Storia delle relazioni internazionali, 1918-1992*. Bari: La Terza, 1995.

DUNNE, Tim. *Inventing international society*: a history of the English school. London: MacMillan, 1989.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. Une vision théorique des relations internationales. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

______. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1993.

FAWN, Rick; LARKINS, Jeremy. *International society after the cold war*: anarchy and order reconsidered. London: MacMillan, 1996.

FIGARI, Guillermo Miguel. *Pasado, presente y futuro de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

FURET, François. *Le passé d'une illusion*: essai sur l'idée communiste au XX^e^ siècle. Paris: Robert Laffont, Calmann-Lévy, 1995.

GIRAULT, René. *Relations internationales contemporaines*. t. 1: Diplomatie européenne; nations et impérialismes, 1871-1914. t. 2 (em

colaboração com Robert Frank): Turbulente Europe et nouveaux mondes, 1914-1941. t. 3 [em colaboração com Jacques Thobie e Robert Frank]: La loi des géants, 1941-1964. Paris: Masson, 1995, 1988, 1993. HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

KNUTSEN, Torbjorn L. *A history of international relations theory*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1997.

LELLOUCHE, Pierre. *Le nouveau monde; de l'ordre de Yalta au désordre des nations*. Paris: Bernard Grasset, 1992.

MILWARD, Alan S. (Ed.). *The frontier of national sovereignty. History and theory, 1945-1992*. London, New York: Routledge, 1993.

PAILLARD, Yvan G. *Expansion occidentale et dépendance mondiale*: fin du XVIII^e^ — 1914. Paris: Armand Colin, 1994.

PARADISO, José. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1993.

PIZZETTI, Silvia. *La storia delle relazioni internazionali nella Germania contemporanea*. Milano: Jaca, 1987.

RENOUVIN, Pierre (Org.). *Histoire des relations internationales*. t. 1: Du Moyen Âge à 1789; t. 2: De 1789 à 1871; t. 3: De 1871 à 1945. Paris: Hachette, 1994. [nova edição, com apresentação de René Girault].

ROSENAU, James. *Turbulence in World politics*: a theory of change and continuity. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

SAHAGÕN, Victor Bernal (Org.) *La integración comercial de México a Estados Unidos y Canadá. ¿Alternativa o destino?* México: Siglo XXI, 1991.

SARAIVA, José Flávio S. (Ed.) *Foreign policy and political regime*. Brasília: Ibri, 2003.

SARAIVA, José Flávio S.; CERVO, Amado (Org.) *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Ibri, 2005.

SHEEHAN, Michael. *The balance of power:* history and theory. London, New York: Routledge, 1996.

TOSCANO, Mario. *Le origini diplomatiche del Patto d'Acciaio*. Florence: Sansoni, 1948 e 1956. VERGOA, Hugo Fazio (Org.) *El sur en el nuevo sistema mundial*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1999.

VIGEZZI, Brunello. *Politica estera e opinione pubblica in Italia dall'unità ai giorni nostri*. Milano: Jaca, 1991.

WATSON, Adam. *The evolution of international society*. A comparative historical analysis. London, New York: Routledge, 1992.

WOODS, Ngaire. *Explaining international relations since 1945*. Oxford: Oxford Universtiy Press, 1996.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. t. 1: 1871-1918; t. 2: 1918-1945; t. 3: 1945-1962; t. 4: 1962 à nos jours. Paris: Hachette, 1994, 1994, 1995, 1995.

Capítulo 2
Hegemonia coletiva e equilíbrio:
a construção do mundo liberal (1815-1871)

Amado Luiz Cervo

Para as relações internacionais contemporâneas, 1815 é visto como um marco cronológico com três significados importantes: as decisões do Congresso de Viena configuram uma nova ordem internacional; essa transição corresponde ao impulso econômico e político dos europeus; tendo por parâmetro o Concerto Europeu, regras e condutas serão estendidas ao mundo inteiro. Por volta de 1870-1880, novo marco é estabelecido com a criação do Império Alemão, o retorno ao protecionismo e o aumento da concorrência internacional, o revigoramento de todos os fatores de dominação e a nova corrida colonial. O século XIX esconde, portanto, fundamentos essenciais de com preensão do presente.

No século XIX, o sistema internacional ampliou-se da Europa para o mundo inteiro na forma de uma rede de interações tecida por um elemento cultural comum, rede que Adam Watson chama de "sociedade internacional européia". No século XIX, a revolução industrial expandiu-se, determinando nova modalidade de relações internacionais que Ekkehart Krippendorff ousa deduzir diretamente da economia política do capitalismo. Ao analisar o século XIX, Pierre Renouvin identifica as forças econômicas, políticas, espirituais e psicológicas que conduziram ao desenvolvimento das sociedades, mantiveram a paz e prepararam as grandes conflagrações do século XX. Foi no século XIX que Yvan G. Paillard encontrou os fatores de expansão ocidental que iriam separar o mundo em duas partes, colocando em íntima relação dominantes e dominados, desenvolvidos e atrasados. No século XIX, enfim, Caio de Freitas situa o esquema original por meio do qual a matriz do sistema, a Grã-Bretanha, soube controlar o modo de inserção internacional do Brasil.

Sobre as relações internacionais intereuropéias do século XIX, pesaram fundamentalmente as determinações políticas e estratégicas, ao passo que, sobre as relações entre as potências européias e o resto do mundo, preponderaram as determinações econômicas. Não convém insistir sobre essa dicotomia, mas a distinção entre esses dois mundos, que então se definiam. O estudo de suas interações parecem indispensáveis para compreender o século XX.

• 2.1 A sociedade internacional européia e as relações intereuropéias

2.1.1 O Império Napoleônico e a transição do sistema internacional

A emergência de Napoleão Bonaparte no processo da Revolução Francesa ampliou enormemente o impacto do movimento sobre as relações internacionais. Seu império significou a ruptura com o sistema de equilíbrio que, embora funcionasse com dificuldades, caracterizava as relações entre os Estados europeus nos séculos XVII e XVIII. Convém, pois, recuar a esse período em busca de compreensão para as características, sobretudo políticas e estratégicas, da sociedade internacional européia do século XIX.

Na Idade Média, a Europa ocidental concebia as relações entre comunidades ou Estados diferentemente do que ocorria nos antigos sistemas de Estados, como o sumeriano, o assírio, o persa, o grego, o macedônico, o indiano, o chinês, o romano, o bizantino ou o islâmico. A cristandade era o traço daquela civilização que determinava conceitos e práticas de governo e autoridade, bem como atitudes, diante da paz e da guerra, que lhe eram próprias. Por seu turno, a Renascença italiana modificou o Estado e as relações internacionais ao fazer avançar a cidade-Estado, a república e a concentração do poder no príncipe. Operações militares realistas, que incorporavam à arte da guerra, tanto os progressos da técnica como o desempenho do exército profissional de mercenários, passaram a

desenvolver-se perigosamente e induziram, por prudência, a mise en place de uma diplomacia permanente e de uma balança de poder. A Europa modificou-se com o aparecimento desse novo *Stato* italiano.

Ao término da Renascença e das reformas religiosas, fragmentou-se a área da cristandade em Estados territoriais sob o mando fortalecido de reis que ignoravam a autoridade central e estavam dispostos a integrar uma associação anti-hegemônica em defesa das múltiplas independências. Tornam-se, pois, compreensíveis as dificuldades que enfrentavam os Habsburgos, herdeiros do Santo Império Romano Germânico, para restabelecer a autoridade central e repor a hegemonia da cristandade. Pequenas e médias potências européias, até mesmo com a ajuda do Império Otomano, compunham e recompunham alianças, obstando, desse modo, no século XVI, ao sonho dos Habsburgos.

O crescimento da associação anti-hegemônica, no período pós-renascentista, fez aflorar a idéia e estimulou a busca da balança do poder entre os europeus. Desde aí, a história dessa balança mostra que ele oscila entre os dois extremos de um espectro, no qual as relações internacionais deslocam-se do predomínio hegemônico ao das múltiplas independências, passando por situações quase inumeráveis, como se fossem o movimento de um pêndulo que busca, no ponto de equilíbrio, seu ideal, segundo a imagem de Watson. O século XVII acabou por legitimar a "sociedade de Estados independentes" como força histórica do sistema internacional. Com efeito, o Congresso de Vestfália (1648), primeiro grande foro internacional dos tempos modernos, consagrou a superioridade do princípio da independência dos Estados, em assuntos internos e externos, sobre o princípio antagônico da hegemonia. A *raison d'État*, conceito elaborado pelo cardeal de Richelieu, conselheiro do rei da França, para regular as relações internacionais, prevaleceu sobre o *imperium* universal, ao qual os Habsburgos haveriam de renunciar.

A filosofia política de Vestfália fez avançar a sociedade internacional européia em termos conceituais: a nova ordem era fruto da negociação, legitimava uma sociedade de Estados soberanos, enaltecia a associação e a aliança, mas não era ingênua a ponto de ignorar a existência de hierarquia e hegemonia entre Estados e a mobilidade da balança do poder. O direito internacional modernizou-se. O jurista holandês Grotius deu aos europeus a

convicção de que as relações internacionais haviam migrado para fora da anarquia maquiavélica quando os convenceu de que obedeciam a um conjunto de princípios, valores e regras aceitos e praticados pelos novos Estados-nação.

Do século XVI ao início do século XIX, o funcionamento da sociedade internacional européia passaria por dois grandes desafios. O primeiro dizia respeito às relações internas ao sistema, em que, aparentemente, emergia a dimensão estratégica; o segundo envolvia as relações do sistema com o lado de fora e tinha uma visível dimensão econômica.

Internamente, os europeus perceberam que a propensão para a hegemonia era constante, sucedendo-se uma potência após outra em sua busca. Se a França de Richelieu, com seus princípios e alianças, enfraqueceu o império dos Habsburgos, a de Luís XIV teve por desígnio substituir aquela hegemonia e, para tanto, o orador da corte, prelado e escritor Bossuet reanimou a arcaica doutrina do direito divino. Diante disso, ingleses e holandeses pensaram em edificar um contínuo e móvel equilíbrio, com regras e instituições assumidas pelos Estados-membros da sociedade internacional. O direito internacional secularizou-se e tornou-se racional, dando à sociedade internacional européia traços universalistas. Soberania e não-intervenção foram então, princípios incorporados a um novo *jus gentium*, que exaltava o diálogo diplomático permanente e multilateral e via o uso da força como recurso de última instância. Ao término do reinado de Luís XIV, os acordos de Utrecht, de 1714, segundo grande foro da sociedade internacional européia, consagraram esses avanços e abriram para a Europa um período de ordem e progresso que se estendeu à Revolução Francesa.

Enquanto os europeus amadureciam o modo de praticar relações internacionais em seu próprio espaço continental, movimentavam-se também para fora. A grande expansão européia do século XIX foi precedida de três séculos durante os quais se traçaram rotas e testaram-se mecanismos. Havia no Oriente sistemas de Estados, como os do Islã, da Índia e da China, baseados em civilizações consolidadas. Contudo, diferentemente da Europa, naqueles sistemas prevalecia, sem alternativa, a característica imperial ou hegemônica. Por outro lado, portugueses e espanhóis ignoraram as civilizações americanas e aplicaram ao novo mundo a estratégia da reconquista ibérica, tendo em vista fortalecer o *Stato* nacional. Como

diferiam as realidades, diferiam também os métodos: a expansão para o Oriente evitou o confronto de poder e elegeu o comércio como objetivo; para o Ocidente, ela teve o caráter de dominação, espoliação e exploração, senão mesmo de destruição. Por meio da expansão ibérica do século XVI, os europeus conquistaram a América e tornaram-se clientes da Ásia. Holandeses, depois ingleses e franceses, seguiram os ibéricos atrás dos lucros dos empreendimentos, exigindo áreas de expansão, já que não poderiam obter a liberdade para o comércio. Dois Estados criados ou moldados por europeus, os Estados Unidos da América e a Rússia, expandiriam a sociedade internacional européia para fora da Europa, no século XVIII. Embora introduzindo regras e conceitos de sua experiência, os europeus não dominariam, todavia, outros sistemas de Estado até o século XVIII. O sistema único global de relações internacionais será implantado apenas no século XIX, como expansão da sociedade internacional européia.

O impulso radical para a ordem internacional, que iria prevalecer no século XIX, tirou da Revolução Francesa e do Império Napoleônico seu preâmbulo político, e da revolução industrial do capitalismo, seu fundamento econômico.

O Império Napoleônico não derivava de forma pura da tendência hegemônica dos Habsburgos ou de Luís XIV. Na medida em que sua expansão respondia a aspirações sociais e políticas de povos europeus, ele se alinhava, de certo modo, com a tendência posta em relevo por Vestfália e Utrecht. Contudo, na percepção dos estadistas europeus desse período, percepção de certa forma presente nas reações nacionalistas de diversos povos, Napoleão fizera o pêndulo do poder atingir, em seu espectro, o ponto extremo da hegemonia, como até então nunca ocorrera. Quando Napoleão caiu, as potências européias, reunidas no terceiro grande foro diplomático da história, o Congresso de Viena, decidiram, em 1815, que não mais convinha restabelecer a idade da razão na política internacional — o sistema de equilíbrio de múltiplas independências do século XVIII. A sociedade internacional européia vai evoluir para um sistema de entendimento e colaboração controlado pelas grandes potências, deixando no passado tanto a imposição unilateral de força de uma potência singular como a prevalência das múltiplas independências sobre as relações internacionais.

2.1.2 A sociedade internacional européia e a ordem internacional do século XIX

Ao analisar os estudos dos pesquisadores ingleses que integraram o British Committee on the Theory of International Politics, Brunello Vigezzi diferencia os conceitos de sociedade internacional e sistema internacional. O sistema internacional corresponderia à interação econômica, política e estratégica entre Estados-agente, os quais, ao guiarem-se pelos interesses próprios, dependem uns dos outros para atingir seus fins externos. Cada sistema fixa regras, instituições e valores comuns, que servem de veículos e parâmetros para a ação e condicionam a conduta dos Estados-membros. Em dado momento da evolução de um sistema para a maturidade, atinge-se o estágio de sociedade internacional.

Duas categorias de elementos qualificam uma sociedade internacional: os elementos derivados de princípios e práticas específicos de política internacional e a cultura comum que lhes dá unidade orgânica. A sociedade internacional espelha, portanto, a densa trama de interações entre comunidades e Estados que se comportam segundo regras e valores específicos. Um sistema internacional histórico, como o árabe-islâmico, o indiano, o chinês, o tártaro-mongol ou o incaico, pode evoluir ou não para uma sociedade internacional. Desde a revolução industrial e o século XIX, constituiu-se na Europa uma sociedade internacional que fez novos adeptos, contaminou as estruturas internas e as relações entre Estados, as normas jurídicas, os modos de viver e de pensar e os modos de produzir e de comerciar. Essa sociedade internacional européia ampliou-se a ponto de converter-se num sistema internacional em escala planetária. Ao considerar essa dimensão universal, deve-se dizer que nada comparável ocorrera antes. O incontestável domínio que as potências européias exerceram sobre as relações internacionais entre 1800 e 1914 deriva da íntima conexão entre a sociedade internacional européia e o sistema de dominação ocidental, domínio quebrado somente após 1945, com a ordem das duas superpotências e a emergência do Terceiro Mundo. Do século XIX ao presente, a sociedade internacional passou pela expansão e o declínio dos europeus, porém, por um lado, foi herdeira da sociedade precedente e, por outro, elaborou regras, instituições e valores diversos ou está à sua busca.

As relações internacionais do século XIX serão examinadas à luz de princípios e práticas cimentados pela cultura comum dos europeus e à luz do impacto provocado por seu encontro com o resto do mundo. Esse procedimento tem por base uma hipótese: a Europa do século XIX progrediu em todos os planos, tendo o denominado Concerto Europeu como sua própria e específica organização de Estados, com princípios e práticas de política exterior pressionados por uma rede de interesses econômicos, políticos e estratégicos, com grande unidade cultural, sobretudo quando se tratou da expansão para fora dela mesma.

Para compreender a organização do Concerto Europeu, torna-se necessário proceder ao *aggiornamento* dos conceitos de independência e hegemonia. Desde a criação do *Stato* renascentista, passando por Vestfália, Utrecht, a racionalidade do século XVIII e as independências da América, fortaleceu-se a liberdade de ação interna e externa do Estado soberano. Segundo essa tendência das relações internacionais, a ordem entre os membros da sociedade internacional européia foi buscada de duas formas importantes: por meio da negociação de interesses singulares dos Estados e mediante acordos e regras que, embora viessem a limitar a liberdade desses Estados, criavam uma sociedade que os beneficiava. A liberdade dos Estados independentes era assim limitada pelas coerções da interdependência, como também por vontade própria. Essa ordem era, todavia, posta em risco pelo surgimento espontâneo da hegemonia, que criava novo desafio para o gerenciamento das relações internacionais. A hegemonia, terceiro fator restritivo da liberdade dos Estados, haveria de ser incorporada à construção da ordem, sob pena de, não o sendo, destruí-la e substituí-la por outra.

A luta entre hegemonia e anti-hegemonia (coalizões, guerra, balança, acordos, regras de controle) movimentou o pêndulo das relações internacionais, permitindo visualizar teoricamente um espectro entre o triunfo absoluto da independência e o triunfo da hegemonia absoluta. Na verdade, a Europa evoluiria, no início do século XIX, de uma sociedade internacional de múltiplas independências com um *hegemona*, o Império Napoleônico, para uma sociedade internacional de múltiplas independências moderadas e administradas por um *pool* hegemônico de controle político, o Concerto Europeu. Segundo as palavras de Watson, esse concerto seria “uma

hegemonia coletiva temperada pela balança do poder, portanto uma síntese das duas tradições opostas da procura européia pela ordem".

A legitimidade desse sistema internacional, o Concerto Europeu, fundava-se nos benefícios que seus membros supunham derivarem de seu funcionamento: como os extremos — a potência singular independente ou a hegemonia singular absoluta — não podiam impor-se, a prática tornava o sistema legítimo ao erradicar os males dos extremos. A *grande république* era o bem superior que socializava a singularidade da *res publica*. O senso realista das concepções e práticas de política internacional do Concerto Europeu do século XIX pretendeu corrigir o sistema de igualdade jurídica dos Estados implantado no século XVII, porque este último revelou-se incapaz de evitar a dominação dos impérios. Foi além, ao indicar que os grandes devem atender a interesses de todos os Estados-membros da sociedade internacional.

O encontro da sociedade internacional européia com o resto do mundo, desde os fins do século XVIII e ao longo do seguinte, significou a construção de um sistema internacional mundial e a difusão menos perceptível, por baixo dele, de uma nova sociedade internacional. Os europeus determinaram as relações com os novos Estados que eles ou seus descendentes criaram na América e, depois, na África do Sul e na Oceania, e exigiram ou impuseram essas mesmas relações ao mundo muçulmano e ao continente asiático. Ao tornar-se mundial, a sociedade internacional européia montou um efetivo sistema de dominação. A expansão européia não era um empreendimento coletivo, mas de Estados e empresas que não agiam com liberdade total, porquanto se submetiam a acordos coletivos ou intervenções concertadas segundo os padrões de conduta intra-europeus.

A independência da América foi uma fase decisiva da expansão da sociedade internacional européia. Vistos antes como colônias dependentes da metrópole, os Estados europeus de ultramar foram aceitos, após as independências, como extensões da *grande république*. Para tanto, contribuiu o fato de haverem acrescentado a retórica da descolonização à da sociedade internacional de múltiplas independências. Quase se verificou o mesmo, no século XIX, na Austrália e na África Austral, com o movimento de independência dos bôeres contra o imperialismo e as conquistas ingleses. A França apoiou a independência dos Estados Unidos por razões

estratégicas e econômicas, e a Grã-Bretanha, a da América Latina. Além dos benefícios que anteviam com a abertura dos mercados periféricos aos produtos da revolução industrial, Grã-Bretanha e França pretendiam, desde 1823, em consonância com o governo dos Estados Unidos, reforçar a área dos governos constitucionais da sociedade internacional européia, no seio da qual poderosas monarquias absolutas tinham assento. Na trama dos cálculos europeus, a existência de forte monarquia constitucional no Brasil servia, além de tudo, para evitar que o republicanismo e o risco de dominação continental dos Estados Unidos viessem conturbar o Concerto Europeu. Os malogros do Congresso do Panamá e do sonho de unidade de Bolívar tranqüilizaram o concerto ainda mais: a América Latina incorporava à sociedade internacional européia novas independências pequenas e, fragmentada, abria-se, sem resistência, à competição internacional.

O resto do mundo foi posto sob controle hegemônico do concerto dos europeus. A revolução industrial forneceu-lhes os meios, e a sociedade internacional européia, as regras, os princípios e os valores. A resistência era minguada. Os europeus iriam impor a sociedades menos complexas ou organizadas e também a grandes civilizações seu modo de fazer comércio e de explorar a terra e os recursos naturais, como também regras e instituições desenvolvidas na matriz do sistema. As reações aos mecanismos de dominação serviam para expandir regras e instituições, como efeito desejado ou odiado, pouco importava: honrar contratos e acordos internacionais, garantir imunidades diplomáticas ou dos comercian tes, aceitar consulados. O resto do mundo não integrou a *grande république*, portanto estava excluído do direito de modificar suas regras e instituições. Seus Estados eram, aliás, chamados a copiar os europeus, mesmo no que dizia respeito à organização interna, se quisessem igualar-se a eles: instituições representativas, comércio liberal, direito internacional. Dessa forma, a expansão européia do século XIX galgou três patamares: dominação estratégica, exploração econômica e imperialismo cultural.

A administração do Concerto Europeu do século XIX far-se-ia com mais dificuldades para dentro do que para fora. Em outras palavras, os europeus guerreavam mais entre si, por motivos locais, do que quando partiam para fora com o intuito de dominar — exceção feita ao espaço do Império Otomano, precisamente porque se cuidava de não permitir, a seu custo, o

engrandecimento de uma potência européia, fosse a Rússia dos Czares, fosse a Áustria. A coesão da sociedade internacional européia atingiu o clímax nas relações internacionais ao reforçar os mecanismos de dominação por meio do entendimento político, da negociação de interesses econômicos, da observância de regras jurídicas e da unidade cultural. Dessa forma, os europeus deram-se as mãos com o intuito de abraçar o mundo por meio de um sistema de dominação móvel, pluralista, concorrencial, sob hegemonia coletiva das grandes potências, que se guiavam por interesses próprios, porém, agiam coletivamente quando lhes convinha. A contestação dessa hegemonia registrou apenas um êxito político-estratégico, as independências da América. Embora os Estados Unidos tenham seguido os europeus pelos caminhos da expansão ocidental e o Japão tenha-se conformado, mais tarde, com os requisitos dos europeus, as duas novas potências não foram admitidas como sócias do exclusivo e restrito clube dos cinco grandes, que compunham o diretório mundial do século XIX.

2.1.3 Cinco grandes e múltiplas independências: o exercício da hegemonia coletiva (1815-1848)

Oriunda do Congresso de Viena, sob a forma de uma hegemonia coletiva, a organização dos Estados europeus do século XIX ficou conhecida como Concerto Europeu. Em teoria, os cinco grandes (Grã-Bretanha, Rússia, Áustria, Prússia, aos quais logo se incorporou a França) haveriam de implantar a diplomacia de conferências e entender-se sobre as grandes questões da política internacional, auscultar e levar às reuniões do colegiado as necessidades das pequenas e médias potências, não exercer hegemonia regional nem tampouco ampliar o próprio domínio, preservando, todavia, a liberdade de mover-se pelos próprios interesses. A forma pela qual se apresenta a sociedade internacional européia retém elementos da tradição de múltiplas independências que se conjugam com a tradição hegemônica, porém, agora, temperada pelo controle objetivo que as grandes potências exercem umas sobre outras. Elas eram chamadas a coligar-se para deter, quando fosse o caso, aquela que infringisse os parâmetros de conduta.

Por mais úteis que sejam esses dados para compreender as relações internacionais entre 1815 e 1870, eles são nitidamente insuficientes. A ordem de Viena iria flutuar sobre realidades de fundo, extremamente ricas e dinâmicas, que caracterizam o extraordinário progresso da Europa no século XIX. A conduta das diplomacias e o movimento das relações internacionais dependem do estádio das forças profundas em cada circunstância, como ensinou Pierre Renouvin, e dos homens de Estado, como acrescentou Jean-Baptiste Duroselle. Quanto ao segundo aspecto, a Guerra da Criméia marcou um *turning point* do sistema.

Até então, a ordem de Viena fora mantida por estadistas que a conceberam originalmente como a melhor forma de administrar o sistema internacional ou que, com as mesmas convicções, a tiveram sob sua responsabilidade: os ingleses Castlereagh, Canning, Aberdeen e Palmerston; os Czares Alexandre I e Nicolau I; o hábil austríaco Metternich; os Hohenzollern, da Prússia; os franceses Richelieu e Villèle, tímidos, e o ousado Chateaubriand. Por volta de 1850, uma nova geração de estadistas europeus, sem compromissos diretos com a ordem de Viena, quis redistribuir o poder e estabelecer novo equilíbrio: Cavour queria a Itália pesando no concerto, Napoleão III reanimou a vocação desafiadora e imperial da França, Bismarck encarnou o nacionalismo alemão, enquanto a Inglaterra de Disraeli e Gladstone exerceu vigilância sobre o equilíbrio de poderes no continente.

Os desígnios externos dos homens de Estado consideram as condições objetivas de movimento. Essas condições correspondem a duas determinações fundamentais: na esfera política, o sentimento nacional dos europeus representa uma força revolucionária que ora advoga a conformação do Estado com a nação, ora reivindica as liberdades democráticas; na esfera econômica, as transformações da revolução industrial avançaram de oeste para leste, da Grã-Bretanha para o continente, com repercussões diretas sobre os salários, o emprego, as migrações, o comércio e o fluxo de capitais. Acrescentando-se a essas condições certa leviandade estratégica de governos que se deixam seduzir pela miragem da expansão territorial e tomam iniciativas com esse propósito, tem-se a complexa trama de forças que compõem o cálculo mediante o qual os Estados procuram conjugar suas decisões externas com os meios e as possibilidades disponíveis — uma

equação de maior impacto para as cinco grandes potências do que para as pequenas.

Quando seus representantes reuniram-se em Viena, em 1814-1815, as grandes potências tinham desafios circunstanciais a enfrentar, mas pretendiam nortear as relações internacionais com visões de longo alcance. Era preciso conter o movimento revolucionário, as “idéias francesas” que Napoleão, do norte da África, esparramara, à força, pela Europa continental, até o interior da Rússia. O Pacto da Santa Aliança, firmado em 26 de setembro de 1815 pelas monarquias absolutistas da Áustria, da Prússia e da Rússia, com base nas doutrinas arcaicas da unidade cristã e do direito divino dos príncipes, pretendia colocar as relações internacionais sob a égide do cristianismo. Era uma proposta aberta à adesão de todas as cortes européias. O senso racional e realista dos ingleses tolheu-lhe o êxito. A Grã-Bretanha firmou, com as três potências, a Quádrupla Aliança, em 20 de novembro do mesmo ano, e admitiu a presença da França em suas reuniões futuras.

A primeira demonstração do concerto dos grandes deu-se, ainda, em Viena. As decisões do congresso guiaram-se, por um lado, pelo princípio da legitimidade do poder dos príncipes e contiveram, assim, o ímpeto revolucionário, restabelecendo as autoridades destituídas por Napoleão, e, por outro, pelo princípio do entendimento entre os grandes para manter a paz e construir uma nova ordem. A Inglaterra acabou por fazer prevalecer suas concepções sobre as das potências reacionárias, mesmo porque saíra industrial e financeiramente fortalecida das guerras napoleônicas e disposta a não tolerar nova hegemonia continental.

Tradicional cliente político da França, a Áustria tornou-se independente com Metternich. Contudo, enquanto Viena cogitava no equilíbrio em termos euro peus e otomanos, Londres via a Europa como balança global, que incluía as Américas e os oceanos. A potência dominante de ultramar necessitava da paz européia. Sob esse aspecto, a visão inglesa de mundo coincidia com a da Rússia, cuja área de expansão estendia-se das estepes asiáticas ao Alasca. A divisão da Europa em potências reacionárias (Áustria, Prússia e Rússia) e potências liberais e constitu cionais (Grã-Bretanha e França) oferece pouca explicação para as rela ções internacionais oriundas do Congresso de Viena. Se a Grã-Bretanha, por

razões econômicas, apoiou e exigiu o reconhecimento das independências latinoamericanas, por razões estratégicas, recusou-se a ir ao socorro dos movimentos liberais e constitucionais que iriam despertar na Europa, na primeira metade do século XIX. Quando muito, agia para conter exageros a que estavam dispostas as potências absolutistas. Se obrou com a Rússia para manter a Áustria e a Prússia como potências independentes, exigiu a integração da França, sem punição, ao Concerto Europeu, para manter o equilíbrio.

A Grã-Bretanha percebeu que as intervenções francesas levadas a termo por Napoleão, em nome de princípios revolucionários que atendiam a certas aspirações populares, legitimaram a política de intervenção. Como não se poderia continuar a praticá-la em nome daqueles princípios revolucionários, seria praticada em nome do equilíbrio, legitimando-a, como antes, com base na estabilidade resultante. Trata-se da mesma ideologia de intervenção, levada a efeito, anteriormente, pela doutrina revolucionária, agora pela da legitimidade dinástica. A mesma política de intervenção difere, pois, quanto à doutrina, e difere ainda quanto à prática. Não pode ser aplicada por uma potência singular, sem a colaboração ou o consentimento das outras. É a liga, Santa Aliança ou Quádrupla Aliança, pouco importa. É o exercício coletivo do poder.

O exercício da hegemonia coletiva era móvel, flexível, visto que cada Estado tinha interesses próprios. A Grã-Bretanha agregou à política internacional os interesses macroeconômicos de sua expansão capitalista e o das classes: liberalismo, comércio, constitucionalismo. A França acompanhava-a nessa via. As três monarquias absolutistas esforçavam-se para esmagar as liberdades e as aspirações por representação política, quando elas afloravam nas vizinhanças como movimentos populares. O ponto de entendimento entre democracia e absolutismo era um desafio do concerto — os dois grupos agindo em sentido antagônico a tal respeito, sobretudo nas vizinhanças. Os conjuntos de Estados liberais e autoritários, ao final, integravam-se no todo, até certo ponto — cinco grandes e múltiplas independências —, em razão da prática política: as aspirações dos pequenos eram levadas às reuniões dos grandes, mas nelas eles não tinham direito de voz ou voto. Os grandes dirigiam o concerto sem o consentimento dos

pequenos, presumindo, todavia, que sua política estivesse refletindo realidades.

A primeira reunião da Quádrupla Aliança realizou-se em Aix-la-Chapelle, em 1818, já com a presença da França. Castlereagh obteve seu primeiro sucesso ao barrar a política intervencionista radical preconizada pela Rússia para esmagar agitações liberais. Nos encontros seguintes (Troppau, em 1820; Laybach, em 1821; Verona, em 1822), realizados após uma série de agitações e revoluções libe rais na Itália, na Alemanha, em Portugal e na Espanha, a via russa se impôs e várias intervenções foram levadas a efeito pela Áustria e pela França, motivadas mais por interesses próprios do que pelos princípios da Santa Aliança. Contudo, a Grã-Bretanha voltaria a fazer-se ouvir. Ao obter, em 1823, o compromisso da França de não intervir contra as independências da América Latina, como também a concordância de Metternich, desarmava-se a possibilidade de reconquista das ex-colônias, com apoio europeu, por parte de Portugal e Espanha.

A revolução de julho de 1830, na França, provocou a queda da dinastia imposta pelos aliados em 1814 e significou um avanço liberal. No mesmo ano, a Bélgica rompeu com os Países Baixos, com apoio político concertado entre França e Grã-Bretanha. A independência da Bélgica modificava, pela primeira vez, a carta européia de 1815, como as independências da América Latina haviam infringido, também pela primeira vez, o princípio da legitimidade. A insurreição polonesa em 1830 não teve, todavia, a mesma sorte: eclodiu contra a dominação russa e acabou esmagada. Além do mais, a Áustria prosseguia reprimindo os movimentos liberais do norte da Itália, e a Prússia, os dos estados alemães.

Se diante desses movimentos populares ou políticos, o diretório dos cinco grandes, demonstrando grande flexibilidade de conduta, não reagiu sempre da mesma forma, mais acentuado tornou-se esse seu traço ao reagir com respeito à luta dos gregos para tornarem-se independentes do Império Otomano. A insurreição, que vinha de 1815, tomou feição de revolução nacional por volta de 1822-1825 e deparou-se com o envolvimento da Inglaterra e da Rússia, de seu lado, e, ainda, com o da França na condição de moderador. Desrespeitando os princípios da Santa Aliança, os russos moviam-se com o intuito de enfraquecer o Império Otomano e criar facilidades de expansão para o Mediterrâneo. Por seu turno, os ingleses

moviam-se precisamente pelo temor do engrandecimento russo e, por isso, não aceitavam o esfacelamento do Império Otomano, que os franceses propunham para liquidar com o mapa geopolítico de Viena e fazer nova carta beneficiando os grandes. A solução veio em 1830, ao estilo inglês: a Grécia acedia à independência, pagando um simbólico tributo a Constantinopla, mas o Império Otomano seria mantido. Apesar de três políticas distintas a seu respeito — querendo a Rússia seu esfacelamento, a França sua repartição e a Inglaterra sua manutenção —, prevaleceria o entendimento dos grandes.

Entre 1815 e 1848, os cinco grandes agiam como diretório, usando o direito de intervenção coletiva. As divergências situavam-se mais na administração do sistema do que nas relações bilaterais, em fazer prevalecer a *raison de systhème* sobre a *raison d'État*. O papel de Metternich a esse respeito foi o destaque no período. A conduta das diplomacias e o balanço dos efeitos do exercício da hegemonia coletiva não podem ser qualificados simplesmente como reacionários. Os cinco acabaram por admitir independências na América e na Europa e governos liberais na Espanha e em Portugal. Agiam tendo em vista a estabilidade e intervinham por acordo ou aquiescência para manter o equilíbrio. Grã-Bretanha e Rússia voltavam-se para fora da Europa, mas zelavam pelo equilíbrio em seu interior.

2.1.4 O movimento das nacionalidades e o novo equilíbrio entre 1848 e 1871

Até meados do século XIX, a expansão dos europeus para fora não apresentou um ritmo acelerado. O imperialismo contentava-se em estabelecer bases para operações futuras e em desfechar golpes localizados, como na China e no Egito. À medida que o século avançava, as pressões tendiam a crescer sobre a China, o Japão, o continente asiático e o africano, havendo contribuído, para tanto, a percepção dos europeus de que os Estados Unidos e a Rússia teriam acelerado seu ritmo expansionista antes de 1850. Com a ascensão de Bismarck e a emergên cia alemã, os europeus também iriam movimentar-se, com mais determinação, mesmo porque procuravam satisfazer novas necessidades da expansão do capi talismo no continente, abrindo mercados para excedentes industriais e para aprovisionamento de matérias-primas. Entre 1848 e 1871, as questões européias permaneceram centrais para o sistema internacional.

A partir de 1840, um novo elã revolucionário colocou a Europa em crise, elã que se animou e generalizou-se em 1848. Mas os princípios básicos da ordem de Viena ainda sobreviveram e o movimento revolucionário foi controlado, senão mesmo esmagado.

Cantões suíços revoltaram-se em 1847, reivindicando democracia e federalismo e desencadeando a crise européia. Lutava-se por democracia na Alemanha e na Itália. Palmerston apoiava os movimentos, recusando-se, porém, a intervir a seu favor. A França hesitava e apenas Metternich dispunha-se à repressão. As jornadas de fevereiro de 1848, na França, deram à agitação liberal e nacional na Europa um caráter revolucionário, avivado pelas manifestações estudantis. Quando caiu, naquele ano, a monarquia francesa de Luís Filipe, Metternich teria confessado ao encarregado de negócios da Rússia: “Bem, meu caro, tudo acabou!”. Enganavase o velho estadista de 75 anos, sem forças para remodelar sua Europa. A onda revolucionária só parecia triunfar; ao cabo de alguns meses, refluía, para declinar com o tempo e quebrar-se um ano depois. Esse malogro devia-se a diversos fatores: o movimento não soube unir-se internacionalmente; criaram-se, assim, oportunidades de ações contra-insurgentes para os soberanos, em especial para o da Rússia e o da Áustria;

a França e a Grã-Bretanha recusaram-se a agir em prol do movimento, que, aliás, por vezes, fracionava-se internamente. Em 1851, a carta territorial de 1815, que se mantivera até a onda revolucionária de 1848, estava restaurada. Até quando? A malograda onda revolucionária não produzira outros efeitos?

O Império Austríaco, que fora ameaçado, ficou em perigo. A França, que se recusara, dessa feita, a exportar a revolução, poderia mudar de idéia, a partir de 1851, ano em que Napoleão III chegou ao poder por um golpe de Estado. O movimento das nacionalidades não morrera; ao contrário, estava à espreita das circunstâncias para reflorescer com impetuosidade.

Cavour assumiu a Presidência do Conselho do Reino de Piemonte-Sardenha, em 1852. Homem instruído, arejado pelas idéias francesas e com visão modernizadora, queria mais do que seu reino, queria a Itália, Estado-nação liberal. Bismarck chegou à Presidência do Conselho prussiano em 1862. Este outro hábil construtor de nacionalidade queria, igualmente, mais do que seu reino — queria a Alemanha, Estado-nação forte e poderoso. Um terceiro homem descomprometido com as regras de 1815, com visões amplas e vigorosas, Napoleão III, dispôs-se a revirar a carta européia, favorecendo assim os dois outros e dando moral ao movimento das nacionalidades, ao repor na ordem do dia as idéias de liberdade, de nação e de soberania popular. A Rússia, que se conformara, desde a independência da Grécia em 1830, com a sobrevivência do Império Otomano, a partir de 1852, com Nicolau I, recolocou em marcha os tradicionais desígnios expansionistas para o sul, deixando os ingleses e franceses em estado de alerta, e os austríacos e alemães, em posição de observação.

O avanço da revolução industrial pela Europa coincidia com essas novas idéias e aspirações, tanto mais que a crise de 1848, sufocada à força, colocara milhões de europeus a caminho da emigração, como excedentes demográficos. Criticava-se a sociedade e o Estado. Três idéias-força européias fazem curso e afetam as relações internacionais: nacionalismo, democracia e interesse popular. As três são interrelacionadas. A democracia era vista como emergência dos direitos do povo, de tal sorte que a cada *demos* corresponderia um Estado independente. Liberais e nacionalistas julgavam isso inevitável e justo, admitindo intervenções pela causa. Os conservadores preocupavam-se, tanto mais quando socialistas e teóricos raciais contribuíam para a efervescência das idéias. Somente a Igreja

Católica lhes vem em socorro, com um pensamento social retrógrado e defasado.

No início da segunda metade do século XIX, o quadro europeu prenunciava, pois, relações internacionais intensas e agitadas, sob o impulso dessas novas forças econômicas, políticas, espirituais e demográficas. O sistema de hegemonia coletiva passaria por três guerras de reajuste, antes que o Império Alemão, triunfante, recompusesse o equilíbrio e, novamente, tornasse as potências européias cooperativas, mediante novo sistema de acordos para preservação da paz: a Guerra da Criméia e as guerras de unificação da Itália e da Alemanha.

A primeira crise do exercício da hegemonia coletiva adveio das ambições russas sobre o Império Otomano. Havendo alcançado sucesso contra a onda revolucionária de 1848, o Czar Nicolau I, imbuído de presunções políticas nascidas da relativa passividade com que observara, naquela ocasião, ingleses e franceses, decidiu movimentar-se, a partir de 1852, com os objetivos econômicos do comércio pelo Mediterrâneo e da exportação de trigo; com o motivo religioso de exercer maior influência sobre a Igreja Ortodoxa; e com o motivo político de controlar as minorias vizinhas à Rússia. Ou o império cederia ou seus objetivos seriam alcançados pela guerra, sendo, talvez, decomposto de sua parte européia, criando-se Estados nos Bálcãs e anexando-se à Rússia e à Áustria territórios conquistados.

Para a Grã-Bretanha, havia interesse em preservar o estatuto dos estreitos de 1841 e as vantagens comerciais que obtivera pelo tratado de 1838, em recompensa pela garantia dada, no passado, à sobrevivência do Império Otomano. Os franceses aparentemente desejavam exercer seu protetorado sobre todos os cristãos do império.

Desconsiderando a possível reação de ingleses e franceses, Nicolau I, em 1853, transmitiu suas exigências a Constantinopla, sob a forma radical de um ultimato. Sua previsão falhou, formando-se a coalizão. Por uma questão de prestígio, o Czar não pôde recuar e a guerra iniciou-se em outubro de 1853. Como lhes pareceu estarem envolvidos numa guerra longa, os aliados sondaram outras potências em busca de auxílio, mas a Prússia e a Áustria eram gratas à Rússia e somente se dispuseram, de início, a mediar o conflito, desenvolvendo intensa ação diplomática. Os aliados decidiram, então, atacar Sebastopol, o centro da ação russa no Mar Negro, e somente conseguiram

tomá-la em 1855, após longa e trágica batalha. A Rússia aceitou as condições de paz, pelas quais os aliados limitaram as pretensões dela sobre o Império Otomano e conjugou-as com as suas. Duas cláusulas do Tratado de Paris, de 30 de março de 1856, contrariavam os interesses da Rússia, levando-a a empenhar-se contra suas próprias ambições: a sobrevivência do Império Otomano era posta sob a garantia dos signatários e o Mar Negro era neutralizado, abrindo-se os estreitos à livre navegação. O tratado era, pois, um triunfo dos interesses ingleses e uma reparação ao prestígio francês desgastado em 1815.

A Áustria acabou entrando no conflito sob pressão dos aliados e quebrou assim sua *entente* com a Rússia, pondo-se em perigoso isolamento. A Itália de Cavour teve pequena participação, com o objetivo de aflorar no cenário político europeu. A Rússia, derrotada, viu comprometido seu papel de defensora do conservantismo. Iria empreender reformas sociais, como a abolição da servidão. Ao proceder a um balanço da Guerra da Criméia, Pierre Renouvin conclui a seu respeito: significou o restabelecimento da *entente* e o triunfo franco-britânico, o eclipse da Rússia, o enfraquecimento da Áustria, a ruptura da frente conservadora no seio do Concerto Europeu, o despertar da Itália e o supercontrole dos europeus sobre o Império Otomano. Napoleão III buscara a Grã-Bretanha por cálculo político e fez a guerra desta. Sentiu-se livre, depois, para fomentar a unidade italiana contra a Áustria — que assim não mais estaria em condições de conter o expansionismo alemão —, para empreender a construção do canal de Suez e para aventurar-se a instalar uma dinastia cliente no México.

Ninguém ousaria tirar dos italianos o mérito da formação do Reino da Itália. Sob o comando inteligente de Cavour, lograram a unidade, vencendo particularismos locais, a resistência do Papa, a divisão das preferências dos intelectuais e da opinião entre monarquia e república, a interferência estrangeira. Desde o tratado secreto de janeiro de 1859, a França comprometeu-se a apoiar o movimento italiano contra a Áustria. Em maio, começava a guerra de independência e de unificação. Napoleão III recuou, todavia, e jamais se envolveria na guerra, com receio de provocar reações por parte da Áustria, da Prússia e da Inglaterra. Apesar disso, a guerra prosseguia, conduzida por Cavour e Garibaldi, rivais que lutavam pela mesma causa. Napoleão desejava uma federação de Estados independentes,

Garibaldi, uma república. Mas a solução viria segundo os planos de Cavour: uma Itália unificada e monárquica. A política inglesa foi decisiva para essa solução. Querendo reduzir um pouco da simpatia de que gozava a França e impedir que a nova Itália se tornasse seu satélite político e que a posição da França, por conseqüência, fosse fortalecida no Mediterrâneo, a Grã-Bretanha, embora a contragosto, teve de apoiar a unidade que Cavour construía. Napoleão III ficou na impossibilidade até mesmo de defender os interesses ultramontanos, que dele exigiam uma garantia para os Estados Pontifícios. Em um dado momento, a de fesa do Vaticano, que os católicos franceses cobravam, teve de ser abandonada por que era contra a lógica. A unidade se consumou em 1870, com a derrota do Papa, último baluarte da resistência, após a queda de Napoleão III na guerra franco-prussiana.

Ao apoiar o movimento italiano contra a Áustria, Napoleão III, que tinha grandes ideais e pouca habilidade política, estimulou a Prússia, a qual, aproveitando-se do enfraquecimento de sua rival na Europa Central, acabaria por engrandecer-se e liquidá-lo.

Nos anos 1960, a Prússia estabeleceu como objetivo externo a conquista da hegemonia alemã, que a Áustria não cederia voluntariamente. A guerra entre as duas potências germânicas teve como causas profundas o movimento nacional alemão e a vontade dos homens, com Bismarck à frente; como causas imediatas, a sorte dos ducados dinamarqueses e a reforma da Confederação Germânica. A Prússia amparou-se dos ducados e fundou a Confederação Germânica do Norte, sob sua direção. Derrotou a Áustria. Rússia, Inglaterra e França assistiam a tais operações como espectadoras ou como mediadoras "amigáveis". Napoleão III buscou mesquinhas compensações territoriais, que Bismarck lhe negou com desdém. Saindo humilhado desses episódios, seu prestígio não suportaria uma nova humilhação. Após a derrota austríaca, o conflito franco-prussiano era esperado.

O objetivo externo da Prússia não se consumaria sem a unidade, o que significava a anexação dos Estados da Alemanha do Sul. A França iria esforçar-se por abortar esse desígnio externo e os dois países preparar-se-iam para a guerra. Contudo, enquanto a Rússia cedeu apoio à Prússia, a França viu-se-lhe negar a aliança austríaca. Transformada em grande potência industrial e militar, a Prús sia dispunha dos meios de guerra, que

faziam falta à França. Nessas condições, as cartadas políticas decidiriam. A 2 de julho de 1870, o príncipe Leopoldo von Hohenzollern candidatou-se ao trono espanhol. A França exigiu a retirada dessa candidatura e foi atendida. Fez, então, sua jogada de prestígio, exigindo que essa retirada fosse declarada perpétua. Bismarck não só se recusou, mas tornou público o teor de um documento secreto francês. Com essa nova jogada, alcançou dois resultados que procurava: humilhar a França e arrancar-lhe uma declaração de guerra (19 de julho de 1870).

Era preciso quebrar a resistência francesa e derrotar a França para construir a unidade alemã? Sabe-se que esse passo estava nos cálculos de Bismarck, mesmo porque o requeria o sistema germano de alianças: glorificar a unidade com uma importante vitória externa. A derrota francesa foi tão rápida que as outras potências não tiveram tempo de reagir. Estariam dispostas a vir em socorro de Napoleão? Não era certo. O perigo do fim do concerto e do desequilíbrio de poder não advinha, ultimamente, das ambições revolucionárias e imperiais da França? Por que não a deixar sucumbir? A 18 de janeiro de 1871, na sala dos espelhos do Palácio de Versalhes, fundou-se o Império Alemão sobre os escombros do francês. A 10 de maio do mesmo ano, o Tratado de Francfort sancionou os resultados da guerra, sem oposição das outras potências, indiferentes até mesmo à anexação da Alsácia-Lorena, território que a França desesperadamente tentou salvar.

A Alemanha de Bismarck esteve fora do Concerto Europeu até poder controlá-lo. A distração das potências, na Criméia e na Itália, favoreceu seu intento, mas a diplomacia de conferências teria de reconstruir o Concerto Europeu, que as guerras mostraram ser necessário manter, sob novo equilíbrio de poder, que considerasse o consentimento austríaco, as unidades da Alemanha e da Itália, o reforço do absolutismo e o malogro da revolução e, ainda, o enfraquecimento da *raison de systhème*.

• 2.2 Liberalismo e expansão européia: o mundo entre a dependência e a interdependência

O centro do poder mundial, configurado no Concerto Europeu e exercido sob a forma de hegemonia coletiva dos cinco grandes, ocupou-se, no século XIX até por volta de 1870, em intensidade decrescente, de três áreas: o continente europeu e as relações intereuropéias; o Mediterrâneo e particularmente o Império Otomano; o progressivo e lento contato com a Ásia e a África.

Após as independências da América Latina, o continente americano manteve-se, ao longo do século, como zona de baixa pressão política e estratégica das grandes potências européias. A liberdade com que se moviam os Estados da América deu origem a concepções da ordem internacional distintas das decorrentes de Viena, que delinearam a conduta dos europeus. Tanto o monroísmo quanto o bolivarismo não vingaram a ponto de igualarem-se às concepções européias das relações internacionais. Tal fato criou facilidades para a extensão da sociedade internacional européia ao Ocidente no século XIX, com a particularidade de se consumar a integração da América Latina à economia internacional pela via do liberalismo comercial, e a dos Estados Unidos, pela da revolução industrial.

Da América Latina brotou o sistema exclusivo na fase mercantilista da expansão européia. Dela nasceria o liberalismo econômico internacional, na fase capitalista da revolução industrial. Tão bem-sucedida foi a inauguração da moderna era liberal, tanto para as elites socioeconômicas latino-americanas quanto para os negociantes europeus, que os governos dos países em que a revolução industrial avançava encetaram uma cruzada mundial com o intuito de solicitar o liberalismo econômico, exigi-lo ou, se fosse o caso, impô-lo às zonas economicamente retardadas, antes de adotá-lo nas relações entre si. Este foi o grande sentido da política internacional dos europeus para fora da Europa no século XIX.

A análise das relações internacionais do século XIX revela que, embora a dependência geradora das desigualdades estruturais lhes convinha e era procurada pelos europeus, algumas nações da periferia reagiram com o objetivo de integrarem-se à economia-mundo em condições de interdependência, demonstrando que a possibilidade do desenvolvimento

estava ao alcance dos povos. As teorias disponíveis, sociológicas, econômicas e políticas, se lançam alguma luz sobre a estática das desigualdades internacionais, em pouco contribuem para esclarecer a dinâmica da história. Pequenas variáveis podem, até mesmo ao acaso, dirimir toda sua consistência. Nas ciências humanas, toda teoria que ultrapasse o nível do empírico mais corresponde a um exercício de divertimento intelectual, com capacidade heurística muito limitada.

2.2.1 A liberdade das Américas

Os líderes continentais do início do século XIX, ilustrados pelo iluminismo inglês nos Estados Unidos e francês na América Latina, responsáveis lá pela construção de um grande Estado-nação e aqui pelo controle do processo de independência, ficaram mal impressionados com o princípio de intervenção que compôs as regras de conduta da hegemonia coletiva fixadas em Viena. A intervenção e sua legitimidade seriam proscritas do ideário político americano, como modo de protesto e de reação a esse princípio da sociedade internacional européia e como forma de recuperar o ideário independentista que prevalecera na própria Europa, aquela de Vestfália e de Utrecht.

Duas versões do ideário político americano tomaram alento: a norte-americana, chamada de Doutrina Monroe, combinou o gênio político de Adams e Monroe e resultou na mensagem ao Congresso de 1823, segundo a qual os Estados Unidos abster-se-iam de intervir em assuntos europeus e instavam os europeus a não exer cerem seu princípio de intervenção nos assuntos americanos; a versão bolivariana combinou sonhos de um "sistema internacional americano" guiado pela manutenção da paz, pela força do direito internacional, pela solução negociada de controvérsias, pela aliança política que proscrevesse o exercício da potência, pelo acordo geral de todos os Estados americanos, que seria concluído no Congresso do Panamá de 1826. Ambas as manifestações, a norte-americana mais que a latina, tinham fundamento realista: os Estados Unidos desejavam enfraquecer a preeminência européia na América Latina e preservar a região como sua

área de influência; os hispano-americanos reagiam ante ameaças de reconquista européia.

Símbolo das concepções arcaicas e absolutistas para as lideranças americanas, a Santa Aliança era referida em seu discurso e alimentava seus temores. Sem razão. Com efeito, o direito de intervenção era uma regra do Concerto Europeu a exercer-se para manter o equilíbrio das potências de forma colegiada ou consentida. As intervenções eram discutidas nas reuniões da Quádrupla Aliança, com a presença da França, e não da Santa Aliança. Em 1817, a Rússia propusera uma solução concertada entre os cinco grandes para induzir a Espanha a ceder regimes constitucionais às possessões e a renunciar o uso da força para revertê-las ao regime colonial. A idéia de criar monarquias na América Latina também era discutida nas reuniões do Concerto Europeu, desde 1818. Apenas por um instante, após sua intervenção na Espanha, em 1823, a França cogitou apoiar um plano espanhol de reconquista. O Concerto Europeu, entretanto, jamais introduziu, na ordem do dia, a possibilidade de uma ação concertada de reconquista, pela força, das antigas possessões ibéricas. Por que se envolveria numa luta em favor das decadentes metrópoles portuguesa e espanhola, agindo contra interesses de nações avançadas? Os ingleses não tiveram dificuldade de dissuadir a França de 1823 de sua inoportuna veleidade, quando as outras potências européias haviam percebido que a independência da América lhes convinha por todos os títulos. Tanto a Doutrina Monroe quanto a projetada liga anfictiônica de Bolívar foram desnecessárias para defender a independência.

A independência da América Latina pôs em confronto, exclusivamente, as tropas portuguesas e brasileiras e as tropas espanholas e hispano-americanas, em suas respectivas áreas. A independência foi obra das armas locais, que infringiram derrotas definitivas aos portugueses, na Bahia, no norte e nordeste, em 1823, e aos espanhóis, em Ayacucho, em 1824. As razões pelas quais os latino-americanos usufruíram dessa liberdade política e estratégica, sem intervenção do Concerto Europeu, devem ser procuradas do lado da economia capitalista.

Após a vitória sobre os russos, tendo a Europa inteira sob seu jugo, Napoleão impôs ao Czar Alexandre, pelo tratado de Tilsit, de 1807, uma política de paz e amizade com a França, de humilhação à Prússia e de ruína

para a economia inglesa, mediante o bloqueio do comércio e da navegação com o continente europeu. A vingar essa política, esvair-se-ia o sonho de Pitt de tornar a Inglaterra a grande potência comercial do mundo. Sua morte prematura, em 1806, encontrou em George Canning a disposição e a habilidade para levar adiante o projeto inglês. Em 1807, Canning ordenou a destruição da frota dinamarquesa e o bombardeio de Copenhague. Fortes reações, na própria Inglaterra, dissuadiram-no de fazer o mesmo com a frota portuguesa e com Lisboa, ante a iminente invasão francesa. Pro curou, então, aliviar os males do bloqueio por outro modo: uma convenção secreta por cujos termos a corte portuguesa concordava com sua transferência para o Rio de Janeiro, onde se instalou em 1808.

Essa segunda operação de Canning teria melhor êxito para neutralizar os efeitos de Tilsit. Desde o Brasil, era toda a América Latina que poderia abrir-se ao comércio de têxteis e outros manufaturados britânicos, compensando a perda do mercado continental europeu. Esse fora o objetivo da transferência da corte e do apoio que daria ao processo de independência da América Latina.

Em sua chegada ao Brasil, o regente português D. João procedeu à chamada “abertura dos portos” às nações amigas, porém, em condições de promover o desenvolvimento das artes e das indústrias no país, no estilo da velha política modernizadora do marquês de Pombal. Não era o que queria Canning, cuja firme determinação consistia em assegurar privilégios para os negócios ingleses e não ver o mercado regulado pelo liberalismo universal, implantado no Brasil como a primeira experiência histórica do gênero no século XIX. As instruções que deu a Strangford, seu enviado ao Rio de Janeiro, resultaram no protótipo dos tratados desiguais com que as potências capitalistas iriam dominar e submeter áreas atrasadas do planeta aos interesses de sua expansão econômica. O Tratado de Comércio e Navegação, de 1810, introduzia franquias nos portos de ambos os países, em jogo de fictícia reciprocidade, instituía uma justiça privativa para os ingleses no Brasil, abrindo-lhes as portas do país onde poderiam livremente se fixar, exercer atividades e culto. Rebaixava a tarifa para produtos ingleses a 15% *ad valorem* e proibia o consumo dos produtos brasileiros (açúcar, café) no mercado inglês, visto que lá concorriam com os produtos coloniais.

Estavam lançados os mecanismos de dependência e atraso, ao se bloquear o desenvolvimento da navegação e da indústria nacionais. Ao expirar o de 1810, novo tratado seria concluído em 1827, com base na mesma planta e acabamento aprimorado para realizar interesses ainda mais sofisticados do capitalismo inglês. Um sistema de tratados, várias dezenas, ao estilo daquele firmado em 1810 entre o Brasil e a Inglaterra, seria implantado na América Latina, cujos países independentes vinculavam-se aos países industrializados pelo liberalismo comercial. A forma dependente dessa inserção internacional resultava de seu caráter político consentido bilateralmente e de seu caráter econômico, que inaugurava uma divisão internacional das atividades para funções complementares.

Havia benefícios compartidos nesse esquema de inserção dependente. Os europeus beneficiavam-se em toda a hierarquia social, empresários, financistas, comerciantes e trabalhadores assalariados. Os grupos socialmente hegemônicos da América Latina poderiam manter e ampliar a economia de exportação que controlavam e aumentar o consumo de produtos importados. Os malefícios do esquema eram unilaterais, latino-americanos: o sistema produtivo manter-se-ia voltado para o exterior, as populações locais teriam acesso restrito aos produtos importados e dissuadia-se a produção para o mercado interno; a baixa renda do trabalho incitava ao regime servil ou escravista.

Compreende-se por que a política inglesa de apoio às independências foi assimilada pelo Concerto Europeu. Generalizado o esquema liberal de vantagens compartidas, beneficiando-se pelo intercâmbio, na Europa, o conjunto social e, na América Latina, apenas a classe superior, a área deixou de ser objeto de preocupação política e estratégica. Os Estados Unidos puderam encetar, com desenvoltura, seu expansionismo territorial na década de 1840 e, ao abrigo de elevadas e permanentes tarifas protetoras, seu crescimento econômico no último quartil do século. Os europeus terão, na potência americana, um novo parceiro de sua expansão sobre a Ásia, a secundá-los moral e diplomaticamente e, portanto, não viam motivos para molestá-la. Quanto aos Estados latino-americanos, conviviam em relativa paz, perturbada por guerras de ajuste de fronteira e por algumas tentativas espanholas de intervenção. As ameaças e pequenos golpes do imperialismo europeu eram coerentes e localizados: contra a Argentina de Rosas, para

forçá-la a liberalizar o comércio e a navegação dos rios da bacia do Prata, que restringira desde a década de 1830; contra o Brasil, para levá-lo à extinção do tráfico de escravos, que havia prometido por convenções; enfrentando os Estados Unidos para assegurar possessões no Caribe e adiantar-se, se possível, na construção de um canal no Panamá; implantando e abandonando uma monarquia que acabou em tragédia no México.

A modernização autônoma da América Latina, contida pelo liberalismo do século cedido por governos que não cuidavam da sociedade e não se preocupavam com perspectivas de desenvolvimento, seguirá em ritmo lento, estimulada por planos e iniciativas isolados e sem continuidade, favorecida por investimentos externos que melhoravam os serviços da economia de exportação, até que a imigração européia de massa, nas últimas décadas do século, viesse modificar o perfil das exigências sociais em alguns países.

2.2.2 Do liberalismo periférico ao liberalismo central

O capitalismo do século XIX caracterizou-se, em sua essência, pelo princípio da liberdade de trabalho e de mercado. Se esse traço prevalecia, no interior dos países, como norma de regulação econômica, tardou a impor-se nas relações internacionais.

Duas fases marcaram a conquista do mundo pelo liberalismo. Na primeira, as potências capitalistas européias impuseram o livre-comércio para fora de suas fronteiras, num leque que se abriu do tratado anglo-brasileiro de 1810 para a América Latina à época da independência, passando pelo tratado anglo-otomano de 1838, até a abertura da China na década de 1840 e a do Japão na de 1850. Na segunda fase, os países industrializados, à exceção dos Estados Unidos, introduziram o livre-comércio nas transações para dentro de suas fronteiras, desde a abo lição das tarifas protecionistas inglesas, a partir de 1842, passando pelo tratado anglo-francês de 1860 e estendendo-se aos outros países centrais. Por volta de 1860, a construção do mundo liberal estava concluída, encerrando-se a fase mercantilista primitiva da economia capitalista.

O comércio exclusivo, inventado pelos portugueses no século XVI, tornou-se prática mercantil generalizada dos países europeus no século XVIII. As colônias ou entrepostos eram extensões da metrópole, que a Companhia de Comércio representava. Moralistas e economistas dos séculos XVIII e XIX passaram a criticar tanto o governo das companhias quanto o sistema exclusivo. Receberam o apoio dos crioulos das Américas que, por volta de 1780, exportavam três vezes mais do que importavam, em razão dos regulamentos da Casa de Contratação ou da Casa de Índias. A capacidade de importação da América Latina converteu-se na miragem que seduzia os olhos de ingleses, franceses e norte-americanos. As metrópoles ibéricas haviam flexibilizado o monopólio diante dessas pressões, mas foram as guerras napoleônicas, o bloqueio continental e a transferência da corte portuguesa para o Brasil que ajudaram a estabelecer o liberalismo comercial, tão esperado, na América Latina.

A concessão do liberalismo, pelos latino-americanos, fez-se sem barganha, em troca de nada, visto que o reconhecimento das independências, de que ele serviu de pretexto, fluiria naturalmente. O fato animou o governo britânico que, com outras nações industrializadas da Europa, passou a exigi-lo, primeiro, dos vizinhos otomanos e, depois, das populosas nações asiáticas.

Os otomanos haviam autorizado o comércio com os europeus em determinados portos da extensa costa mediterrânea, por meio de acordos chamados de capitulações. No século XIX, essas concessões minguadas não mais satisfaziam os interesses ingleses, que postulavam a penetração em todo o mercado do Império Otomano. Com a mesma tática política que obtivera êxito na América Latina — reconhecimento da independência e privilégios em recompensa —, a Grã-Bretanha atingia seus fins no Império Otomano: portando-se como garantidora de sua sobrevivência diante das ameaças russas e das ambições francesas, exigiu-lhe, pelo tratado de 1838, a tarifa de 5% *ad valorem*. O sultão teve de assistir à ruína de manufaturas e de ver proliferar a produção de ópio, que os mesmos ingleses contrabandeavam para a China com o intuito de equilibrar seu déficit comercial.

Com esse segundo sucesso, a Grã-Bretanha preparou-se para um passo decisivo no continente asiático. Os mercados da China e do Japão

figuravam-se-lhe como nova miragem comercial. Como a troca de vantagens políticas por benefícios econômicos não se aplicaria a esses casos, a abertura dos dois países populosos envolveria o Concerto Europeu e o apoio diplomático norte-americano para desfechar golpes imperialistas de força, com notável senso de oportunidade e ostensiva imoralidade e covardia. Os interesses econômicos a tudo conferiam legitimidade.

Por uma série de tratados extorquidos entre 1842 e 1860, o mercado chinês abriu-se aos negócios europeus e norte-americanos, como ocorrera pacificamente com o latino-americano, no início do século, com o otomano, na década de 1830 e com o japonês, entre 1854 e 1858. Em 1860, a exportação britânica de manufaturados destinava-se um terço à Europa Continental, 16% aos Estados Unidos e 50% ao Terceiro Mundo. A partir de 1820, as revoluções econômicas (agrícola, industrial, dos transportes e demográfica) deram, pois, aos ocidentais novos meios para "impor seus interesses aos outros povos", segundo as palavras de Paillard, que se pergunta se a transição sem ruptura das modalidades coloniais e mercantilistas para o imperialismo, entre 1820 e 1870, não teria sido a transição do "imperialismo do livre comércio" informal e sem posse declarada. O sucesso dos europeus em expandir para fora de suas fronteiras o livre comércio suscitava, naquele período, dúvidas quanto à conveniência de se avançar na colonização.

Consumada a expansão do liberalismo para fora das próprias fronteiras, as matrizes capitalistas voltaram-se para dentro delas, com o intuito de estabelecê-lo nos negócios recíprocos. Até meados do século XIX, a política somente seguira as doutrinas na aplicação do liberalismo à periferia economicamente atrasada e, só então, por alguns anos, iria considerar a conveniência da abertura das economias avançadas. A resistência do protecionismo nos países centrais devia-se a motivações psicossociais, alimentadas pelos nacionalismos, e a determinações econômicas derivadas do desenvolvimento industrial e da concorrência, bem como da abertura do Terceiro Mundo, que servia de válvula de escape para os males da concorrência.

Embora enaltecido como benéfico para todas as nações, pelos economistas britânicos do início do século, particularmente por David Ricardo, o livre-comércio incorporou-se à política exterior britânica

lentamente, a partir de 1846, décadas depois de os latino-americanos haverem-no convertido em princípio de política comercial para o exterior. Desde aí, em razão de seu avanço econômico relativamente às demais nações, a Inglaterra iria desencadear a luta pelo livre-comércio entre todas elas. Seu êxito seria, todavia, limitado. Nunca se suprimiriam todas as restrições, apenas atenuar-se-iam as barreiras tarifárias ou quantitativas. Contrariando, aliás, a onda liberal, os Estados Unidos, após a Guerra de Secessão, elaboraram suas tarifas, que figuravam, tradicionalmente, entre as mais protecionistas do mundo.

Os instrumentos com que os países capitalistas introduziram o liberalismo para dentro de suas fronteiras foram os mesmos que haviam utilizado na imposição do liberalismo à periferia, com exceção do emprego de golpes imperialistas: convenções ou tratados para baixar tarifas e aliviar proibições e cláusula de nação mais favorecida. Como o tratado anglo-brasileiro de 1810 servira de modelo na primeira fase, o anglo-francês de 1860 é referido como o modelo da segunda.

O estabelecimento do livre-comércio não era suficiente para estimular os negócios. Entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial, outras condições contribuíram para a expansão do comércio mundial acima dos níveis de crescimento da produção, como a estabilidade política e monetária, o desenvolvimento econômico e o progresso dos transportes. O valor do comércio mundial cresceu à taxa anual de 4,6% entre 1850 e 1873, respondendo ao impulso liberalizante; caiu à taxa de 1,1% entre 1873 e 1896, em razão da crise da década de 1870 e do retorno do protecionismo, para estabilizar-se em 2,1% entre 1896 e 1913. O aumento da concorrência resultante da ampliação do livre-comércio provocou a elevação da produtividade econômica, a baixa dos preços industriais no mercado mundial, o déficit comercial dos países industrializados e o superávit dos exportadores de matérias-primas e alimentos.

2.2.3 O imperialismo do comércio livre na África e na Ásia

Os colonos norte-americanos e os descendentes de europeus radicados na América Latina desfecharam a primeira crítica frontal ao colonialismo oriundo das descobertas marítimas. Colocando em xeque instituições e valores do Antigo Regime, a Revolução Francesa também contribuiu para a contestação. Verificou-se, outrossim, a incompatibilidade filosófica do mercantilismo e do pacto colonial com as doutrinas econômicas liberais que se espalhavam pela Europa na virada do século XVIII para o XIX. Argumentos mais fracos também repercutiam na opinião européia: o despovoamento da metrópole, seu envolvimento em guerras de conquista, o enriquecimento de alguns poucos e as práticas de corrupção. Esses progressos do anticolonialismo vincularam-no, portanto, ao retrógrado e imoral: ao mercantilismo, à difusão do tráfico de escravos e da escravidão, ao Antigo Regime. Por enquanto, ao menos, explicam a política de não querer desembarcar em novas grandes conquistas.

As independências dos Estados Unidos e da América Latina deixaram Estados europeus enfraquecidos e feriram de morte companhias de comércio. A dominação de tipo colonial entrou em crise e pouco avançou, por prudência, durante a revolução industrial, até por volta de 1870, mesmo porque o livre-comércio e os lucros de inversões na periferia do mundo capitalista suscitavam dúvidas quanto à conveniência da colonização. A conjuntura modificou-se entre 1870 e 1914, quando todos os fatores de dominação adquiriram novo alento e se derramaram sobre a África e a Ásia. Mas o século XIX preparou, sem dúvida, as rotas e as bases da nova onda expansionista que, no seu final, revigorou-se.

Tendo de vencer as resistências ao colonialismo, o século XIX produziu razões para purificá-lo de seus males e, depois, passou a atribuir-lhe benefícios, desfazendo a idéia do "mau negócio". Em primeiro lugar, era mister lavar a consciência colonial de seus pecados. Uma grave acusação vinha da consciência religiosa e humanista: o vínculo que anteriormente se estabelecera entre colonialismo e tráfico negreiro. As estimativas indicam 15 mil expedições negreiras no século XVIII, em que tomaram parte, por ordem decrescente, ingleses, portugueses e franceses, que teriam levado

aproximadamente oito milhões de escravos da África em troca de bugigangas, armas, têxteis e de algumas plantas (mandioca, milho, batata doce). De qualquer modo, o saldo desse comércio era feio. Como tornar o comércio com a África “legítimo”? A opinião pública exigia e os ingleses decidiram: abolindo-se o tráfico de escravos. Mas, com isso, os africanos não iriam produzir alimentos e abrir-se à “civilização”?

Em 1806, a Inglaterra aboliu o tráfico, obteve promessa de abolição por parte da Dinamarca (1807), de Portugal (1810) e da França (1814) e passou a usar, desde 1815, o Concerto Europeu para extirpá-lo. Em 1815, Napoleão aboliu-o. A marinha britânica incumbiu-se do exercício da função de polícia dos mares, da qual também se encarregou, posteriormente, em 1818, a marinha francesa. A vitória estava assegurada e apenas dois fluxos de tráfico ainda permaneceriam, para Cuba e para o Brasil, o último país a extingui-lo, em 1850. De oito milhões, a exportação africana de escravos caiu para três milhões no século XIX. A segunda etapa a vencer seria a abolição da escravidão onde ela ainda persistisse. Também, nesse ponto, a Grã-Bretanha foi pioneira (1833), seguida da França (1848), da Holanda (1863), de Cuba (1886) e do Brasil (1888), entre outros países. O colonialismo embranqueceu-se, com a interrupção da prática desse pecado. Ironicamente, o triunfo moral liberava a consciência européia para outra fase de expansão dominadora, que nova crítica iria qualificar de imoralidade histórica.

Acompanhando sua purificação moral, o colonialismo depurou-se ideologicamente. Intelectuais, missionários, cientistas, exploradores e aventureiros desencadearam a campanha civilizatória. Como já se havia purificado pelo comércio “legítimo”, o colonialismo viu-se reforçado pelos contributos da religião, da ciência e da civilização. Por que não lhe acrescentar o do crescimento econômico? Saint-Simon morreu em 1825, porém, seus discípulos, pacifistas construtivos, sonhavam em unir o mundo por meios modernos de transporte (canais, estradas de ferro) e pregavam a “cruzada industrial”. Políticos, diplomatas, jornalistas e homens de negócios queriam abrir canteiros de progresso em todo o mundo e aumentar as trocas entre todos os povos. Não seria a colônia o lugar adequado para destino desses bens e valores emigrantes? De todo modo, aos poucos, os políticos europeus assumiram a defesa do colonialismo. Somente a onda do livre-

comércio imposto para fora ainda poderia suscitar dúvidas entre os estadistas europeus a respeito da excelência da política colonial.

Até por volta de 1870-1880, o colonialismo do século XIX foi feito a passo, sem plano e sem intensidade. Com efeito, como proteger a vida e os interesses de comerciantes e missionários sem *manu militari*, sem fixar forças em alguma base? Provisórias no início, essas bases tendiam a tornar-se permanentes. Assim começou, em 1830, a colonização da Argélia pelos franceses. Por vezes, foram as dificuldades do livre-comércio que forçaram os europeus a se fixarem e, quando preciso, a conquistar e administrar. O imperialismo do comércio livre estava acima do colonialismo.

A escalada da dominação européia do século XIX, até por volta de 1870, compreendeu as seguintes etapas, métodos e regiões:

2.2.3.1 Eurásia russa

O Império dos Czares imitava os outros. Aboliu a servidão em 1861, expandiu-se para o oeste (Finlândia, Bessarábia, Grão-Ducado de Varsóvia), para o sul (em detrimento do Império Otomano) e, principalmente para o leste, para o interior da Sibéria, até atingir o Alasca no continente americano. Essa extraordinária expansão territorial resultou, em meados do século XIX, na construção de um imenso império sobre uma extensão de 17 milhões de quilômetros quadrados.

2.2.3.2 Império britânico

Os ingleses mantiveram, no século XIX, o mais vasto império criado anteriormente, hesitando entre o governo responsável e a exploração colonial. Exerceram rígido controle sobre as colônias de povoamento (Nova Zelândia, Canadá, Austrália) para não perdê-las, como ocorrera em relação aos Estados Unidos. Cederam-lhes, todavia, em meados do século, governos representativos e cultivaram sua amizade, reservando-se a legislação comercial e a diplomacia. A África do Sul, de raiz holandesa, teve evolução diferente. A grande colônia de exploração era a Índia. Em 1833, a East India Company perdeu o governo e implantou-se um governo geral. O ensino era em inglês, língua oficial. Rebeliões e repressões violentas sugeriram uma reforma do governo, realizada em 1858. A Índia foi, no século XIX, a grande base de operações coloniais dos ingleses no Oriente: valendo-se de sua presença nela, eles consolidaram outras colônias (Ceilão, Ilhas Maurício), apropriaram-se de pontos estratégicos, desenvolveram intenso tráfico regional de *coolies* para a economia de plantações (mais de 800 mil) e expandiram seu comércio, sua dominação política e financeira para a Ásia.

2.2.3.3 O caso francês

Sem as colônias de povoamento e desfalcada pela derrota de 1815 (nessa data só possuía sete mil quilômetros quadrados de colônias), a França envolveu-se lentamente em conquistas, sem um programa. O ponto de partida foi a tomada de Alger, em 1830. A Grã-Bretanha consentiu na fundação de uma colônia de povoamento, em que se transformou a Argélia que, em 1848, já havia recebido 110 mil colonos. Sem irritar os ingleses, a marinha tomou iniciativas em localidades longínquas, a pretexto de proteger comerciantes e missionários: nas costas da África (Costa do Marfim, Gabão) e nas ilhas do Índico e do Pacífico, criando pequenos protetorados. A partir da Segunda República, em 1848, e da ascensão de Napoleão III, em 1851, o passo tornou-se mais firme: em 1853 apossou-se da Nova Caledônia e entrou na Indochina, na Cochinchina e na África negra. Sonhavam os franceses com um grande império colonial, cuja construção a experiência mexicana e a queda de Napoleão III dificultaram.

2.2.3.4 Ibéricos e holandeses

Portugal, Espanha e Países Baixos, pioneiros do colonialismo no Antigo Re gime, foram os perdedores do século XIX. Portugal quis fazer de suas possessões africanas (Guiné, Ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) outros Brasis, para compensar a perda da colônia sul-americana. A Espanha tinha pequenas possessões na África negra (Rio Muni e Fernando Pó) e no Caribe, além das Filipinas, na Ásia. A Espanha, no final do século, perdeu possessões, seja por efeito da guerra com os Estados Unidos, seja por independências. A Holanda manteve Curaçao, pequenas Antilhas e Suriname, na América, pequenos entrepostos em ilhas oceânicas e a rentável colônia de Java, na Ásia.

2.2.3.5 Dependência informal

O colonialismo do século XIX trazia retorno efetivo em poucos casos (Índia, Java, Filipinas, Caribe). A cobiça dos europeus dirigia-se com mais intensidade para regiões densamente povoadas do globo, cujas portas seriam abertas de forma consentida ou pela força das canhoneiras, não submetendo, entretanto, os países ao regime colonial. Era a dependência informal ou o imperialismo do comércio livre, em sua forma simples, sem conquista territorial.

Na África negra, o comércio “legítimo” do século XIX sofisticou-se com relação ao anterior. Embora fosse pequena a capacidade de consumo, as lideranças locais e os burgueses conquistadores consumiam produtos de luxo e têxteis de Manchester e da Índia. Os europeus compravam marfim, óleo de dendê e de amendoim, enquanto não se desenvolvia, na área, a economia de plantações. O comércio multiplicou-se por dez entre 1820 e 1850. Era favorável aos africanos porque os manufaturados perdiam preço. Comparativamente à costa atlântica, a costa e as ilhas do Índico Ocidental eram palco de negócios muito mais febris e concorridos, tanto pelos nativos (Madagascar, Reunião, Ilhas Maurício, Zanzibar e outros Estados muçulmanos) como pelos ocidentais (britânicos, franceses, portugueses, holandeses, alemães e norte-americanos). O intercâmbio clássico envolvia, como sempre, as manufaturas e as plantações. Nessa área, ele não operava de modo diferente e se fazia sem imperialismo.

Os asiáticos abrir-se-iam por consentimento, ameaça ou força. O reino do Sião (Tailândia) fê-lo pacificamente. Ensaiou uma reação protecionista, mas, em 1855, após a Guerra do Ópio, cedeu tratados à base de 3% *ad valorem* com as outras cláusulas comuns aos tratados desiguais, particularmente a humilhante extraterritorialidade. Os europeus inventaram ou ensaiaram, na China, todos os métodos da política e da estratégia que caracterizaram o imperialismo selvagem do século XIX. Como o governo da dinastia mongol recusava-se a abrir o mercado, a Grã-Bretanha desfechou o primeiro golpe de força em 1844-1842, obtendo, pelo tratado de Nanquim, algumas facilidades, concedidas, em 1844, à França e aos Estados Unidos. Uma expedição franco-britânica, em 1857, foi seguida de outra, em 1859, que tomou Pequim, saqueou o palácio imperial e impôs os tratados desiguais de 1860. Os europeus defenderiam então o Império do Grão-Mongol contra a revolta dos Taipings, os quais, provavelmente, caso não fossem contidos, teriam triunfado e dado um impulso modernizador à China, como ocorreria no Japão. As guerras da China são conhecidas como guerras do ópio. A produção e o consumo da droga eram proibidos pela sabedoria chinesa, porém os europeus disseminaram o vício por meio do contrabando e, enfim, pelo livre-comércio. Fomentavam a produção da droga no Império Otomano e na Índia e vendiam-na na China, com o intuito de melhorar o desempenho do comércio regional. Demonstravam, com o narcotráfico, o quanto o ganho econômico era capaz de mergulhá-los na degenerescência política. Os norte-americanos obtiveram as vantagens da abertura forçada da China, sem envolvimento nas guerras. Não hesitaram, todavia, em ameaçar o Japão, com os russos, desde 1853. Vendo o que ocorria com a China e diante de ameaças imperialistas, os dirigentes japoneses cederam aos ocidentais, entre 1854 e 1858, as mesmas vantagens.

2.2.3.6 Império Otomano

A autonomia do Império Otomano, no século XIX, era ilusória. Presa do expansionismo russo nos Bálcãs e nos mares do interior, do inglês e do francês e, depois, do italiano no Mediterrâneo, o vasto império sobrevivia e poderia desfazer-se ao sabor do jogo político e estratégico dos europeus. Era cobiçado pela extensão geográfica, diversidade religiosa e étnica, capacidade de modernização, fraqueza dos sultões e grão-vizires e pelo comércio exterior. Exportava ópio, fibras de algodão, seda, grãos, uva seca e outros produtos, e importava manufaturados. Os europeus, que já exerciam controle sobre os estreitos, colocaram o império sob garantia coletiva em 1856. Haviam aperfeiçoado o regime das capitulações em 1838 e acabaram por obter o livre-comércio generalizado. Com isso, o florescente artesanato e as manufaturas entraram em declínio. Como os latino-americanos do século XIX, os otomanos investiam na propriedade da terra e deixaram aos estrangeiros as iniciativas da modernização. Aliás, as potências ocidentais somente admitiam a modernização feita e controlada por eles e que fosse útil às atividades locais que desenvolviam. Quando alguma província ensaiava esforço regional de modernização autônoma, como fizeram o Iraque, a Tunísia e o Egito, sofria punição.

2.2.3.7 Pérsia e Marrocos

Esses dois impérios muçulmanos tiveram a mesma sorte do otomano no século XIX: eram joguetes das rivalidades européias, cederam seus mercados ao livre-comércio, não empreenderam qualquer esforço de modernização autônoma, inseriram-se na economia capitalista de forma dependente, passando seus soberanos a divertirem-se com a política e a diplomacia, consolo que os europeus lhes facultavam em troca de sua miopia socioeconômica e de sua falta de visão prospectiva.

Por volta de 1860-1870, uma rede de interdependências ligava o centro à periferia, o Ocidente ao resto do mundo. O Terceiro Mundo não esteve, todavia, sujeito a nenhuma fatalidade determinista, ao plantar raízes de subordinação política e de atraso econômico. Nações evidenciaram, até por volta desses períodos, as possibilidades de que dispunham para integrar-se à construção do mundo liberal do século XIX, em parceria com as potências européias. Essas potências colaboraram entre si para realizar interesses

nacionais, mais do que competiram para impô-los. Essas encontraram pela frente uma clientela próxima, que entendeu as regras da sociedade internacional européia, aceitou-as e colaborou em troca de paz e proteção: eram pequenas nações européias, integradas ao centro com o decorrer do século. As potências encontraram, mais longe, dois tipos de nações indóceis, que não aceitaram o esquema de inserção dependente: aquelas que souberam, nas regras da sociedade internacional européia, trilhar o caminho para a autonomia e a interdependência, e as que, não se conformando com a or dem liberal em construção, enfrentaram a Europa e foram subjugadas.

2.2.4 Reações positivas aos desafios internacionais do século XIX

As alternativas de inserção internacional que se colocavam para os povos do liberal século XIX eram estreitas. O núcleo central do capitalismo europeu haveria de acompanhar o progresso econômico, ideológico e político por efeito de contágio e de expansão natural, porque desenvolvia o conhecimento, os meios técnicos, as instituições políticas e o ensino popular. O continente americano, após as independências, optou entre a industrialização e o mercado interno ou entre a produção primária e o mercado externo. O Oriente Próximo, a África e a Ásia estavam confinados em regimes sociopolíticos arcaicos e não poderiam reagir à dominação européia sem passar por radicais transformações internas. A construção do mundo liberal demandava parâmetros uniformes de mentalidades, de concepções e práticas políticas, de produção e produtividade, de condução dos negócios. A sociedade internacional européia requeria esses parâmetros e difundia-os implantando, pela primeira vez na história, um sistema internacional de alcance global. As relações internacionais serviram de veículo pelo qual se fixaram vínculos de dominação e dependência ou de parcerias e interdependências. Após o exame da primeira modalidade, resta estudar as reações positivas observadas fora do núcleo central do capitalismo europeu diante das possibilidades de inserção em parceria. Os casos descritos a seguir foram escolhidos como orientação de pes quisa e não esgotam a segunda modalidade:

2.2.4.1 Estados Unidos

A independência dos Estados Unidos foi a mais bem-sucedida revolta contra o colonialismo. Os colonos quiseram tudo de uma vez: o comércio, a produção e o governo. Foram à guerra por essas causas e venceram. A nação nasceu progressista, com sangue e cultura europeus, democrática, cristã, convertida em antiescravista. Aproveitou-se do período napoleônico para consolidar sua independência com uma segunda guerra (1812-1814), o que significava controle sobre a navegação nacional, autonomia da política de comércio exterior e participação no comércio atlântico. Nação expansionista, interessava-se pelo Pacífico, pelo Índico e pela Ásia, onde acompanhava os europeus, após havê-los advertido, em 1823, mediante a mensagem de Monroe, para que abandonassem a idéia da instalação de novas colônias na América e evitassem o uso da força no continente. Aproveitou-se das revoltas das colônias espanholas para anexar a Flórida em 1819. A partir de 1838, em dez anos, estendeu seu território continental ao golfo do México e ao Pacífico e depois quis o canal na América Central. Essa expansão era tocada por interesses econômicos decorrentes da imigração, por equilíbrio político interno — a procura de mais estados escravistas pelo sul —, por correntes psicológicas como a ideologia do "destino manifesto".

A política exterior adaptava-se às necessidades da modernização interna. Espelho do pensamento industrialista, que sempre foi robusto entre os estadistas norte-americanos, a política de comércio exterior seria crescentemente protecionista, sobretudo após a derrota do sul na Guerra de Secessão (1860-1865). Adaptava-se ao expansionismo territorial — caso do Texas, anexado em 1845, para surpresa da França e da Grã-Bretanha, que haviam reconhecido sua independência. O México foi a grande vítima da expansão territorial norte-americana, levada a termo entre 1838 e 1848. O Tratado de Guadalupe-Hidalgo, de 1848, pôs fim à guerra entre os dois países, com a absorção dos territórios no norte do Rio Grande (Califórnia, Novo México, Utah, Nevada e Arizona). A Inglaterra cedeu o Oregon, ante o sucesso de um mecanismo simples de expansão que envolvia quatro fases: chegada dos colonos, incidente, guerra, anexação. A expansão pros-seguiria após 1848. Ainda nesse ano, o governo dos Estados Unidos negociou com Nova Granada a construção de uma via férrea ou de um canal no istmo do

Panamá e propôs à Espanha a compra de Cuba, tendo de desistir dessa operação diante das pressões britânicas, mesmo porque seria mais um Estado escravista. Os Estados Unidos entraram, então, em confronto com a Grã-Bretanha, que os continha, porém ela, por sua vez, foi contida no Caribe. Recorriam à Doutrina Monroe apenas quando seus interesses imediatos eram envolvidos e se negavam a reagir a intervenções européias que não lhes afetassem os interesses, como a intervenção franco-britânica contra Rosas, entre 1845 e 1849. Entre 1852 e 1855, o governo norte-americano oferecia tácito apoio a um projeto de colonos e flibusteiros do sul tendo em vista a ocupação da Amazônia, porém recuou em razão de forte e adequada movimentação da diplomacia brasileira. As potências européias hesitaram em envolver-se ou posicionar-se ante a Guerra de Secessão. Acabaram por manter a neutralidade, porém a França aproveitou-se da ocasião para sua aventura no México. Em 1863, Napoleão colocou no trono de um "império" mexicano o arquiduque austríaco Maximiliano, que tentou governar, durante dois anos, com apoio de um corpo expedicionário francês de 30 mil homens. Ter minada a Guerra de Secessão, falando grosso como fizera Monroe contra os imperialistas, o governo dos Estados Unidos exigiu a retirada dos invasores e a aventura terminou em catástrofe para os franceses. Mesmo fora do Concerto Europeu, os Estados Unidos se portavam como grande potência, negociando interesses nacionais, colaborando quando possível, impondo a vontade quando bons cálculos de risco o permitiam.

2.2.4.2 Brasil

A atitude do Brasil e da Argentina diante da preeminência européia do século XIX esteve longe de ser passiva. Além de se movimentarem pela área contígua, até mesmo por guerras de conquista e de ajuste de suas ambições territoriais, tinham por soberanas suas decisões ao cederem aos europeus o mercado interno de manufaturados e a navegação de longo curso. O Brasil firmou duas dezenas de tratados desiguais com as potências européias e os Estados Unidos, entre 1824 e 1828. Quando se instalou o Parlamento, em 1826, floresceu ali um pensamento crítico, radical e lúcido, diante dos inconvenientes para o desenvolvimento nacional de tais acordos. Ao expirarem na década de 1840, por considerá-los sem pre nocivos às nações fracas, o governo recusou-se a renová-los e a firmar qualquer novo tratado econômico com potências avançadas, apesar de ameaças e fortes pressões diplomáticas inglesas e norte-americanas.

Um pensamento industrialista emergiu na década de 1840 e, com a autonomia da política econômica alcançada ao término dos tratados, foi possível elevar as tarifas incidentes sobre o comércio exterior com a dupla finalidade: fiscal e protecionista. O país conheceu o primeiro surto de industrialização, e o intenso debate que se travou acerca da indústria nacional serviu para incorporar, definitivamente, ao pensamento brasileiro, a necessidade de promover tanto o setor agroexportador tradicional quanto as atividades industriais. Foi o único país da América Latina a manter, embora com determinação variável, nos séculos XIX e XX, uma política de defesa da indústria, entendida esta como um bem nacional a buscar. A partir da década de 1860, o refluxo do pensamento liberal radical, eco dos interesses fundiários, freou, como os conservadores advogavam, o projeto in dustrialista e a modernização voltada para dentro.

O governo resistiu, diplomaticamente, às pressões e às violências da marinha inglesa para repressão do tráfico negreiro e extinguiu-o em 1850. Não cedeu tampouco às pressões de inúmeras potências para a renovação dos tratados de comércio e desarmou um projeto norte-americano de ocupação da Amazônia. Entre 1850 e 1875, pelas armas, pela diplomacia e por empréstimos, exerceu uma hegemonia regional sobre a bacia do Prata, que lhe assegurou as fronteiras, a livre navegação dos rios, a exploração das pastagens uruguaias e a contenção do expansionismo argentino. Aliou-se ao

Uruguai e à Argentina para revidar, entre 1864 e 1870, a agressão do Paraguai a seu território, impondo-lhe uma derrota des mesurada em termos humanos, econômicos e políticos.

2.2.4.3 Argentina

O país não cedeu o livre-comércio por um tratado, como fizeram o Brasil e a maioria dos países latino-americanos. Embora o ditador Juan Manuel Rosas tenha recorrido ao protecionismo desde a década de 1830, não se observou uma resposta social orientada para ativar as manufaturas. Franceses e ingleses tenta ram, pelas armas, demovê-lo de sua resistência protecionista, porém nada obtiveram. Como Rosas incomodava com restrições à navegação dos rios e com ameaças expansionistas, o Brasil aliou-se a províncias argentinas do interior e ao Uruguai para tirá-lo do poder, em 1852. A Argentina envolveu-se, então, em luta interna, entre federalistas e unitários, Buenos Aires e o interior, e só consolidou-se como Estado nacional em 1861, quando nova geração de estadistas, auxiliada pelo bom desempenho econômico e pela imigração européia, encetou a construção de uma nação moderna, a qual, embora continuasse basicamente agrícola, seria incluída entre os chamados “países novos” ao final do século XIX.

2.2.4.4 Egito

Tradicional exportador de cereais, sob a direção do paxá Muhammad Ali, o Egito empreendeu, a partir de 1806, gigantesco projeto de modernização. Por meio da revolução agrícola e econômica, o novo Egito introduziu o plantio de duas sa fras anuais e desenvolveu as indústrias com que supriria o mercado interno. De exportador de alimentos, evoluiu para também ser exportador de tecidos, produtos metalúrgicos e navios. Seu superávit comercial dispensava empréstimos externos. Por volta de 1840, o Egito era uma potência comparável aos países centrais. Foi, porém, vítima da prepotente diplomacia palmerstoniana. Em manobras desprovidas de qualquer ética política, ao estilo de seus golpes sobre a China, Palmerston, em nome dos "superiores interesses europeus", comprimiu a expansão regional do Egito, forçou-o à extinção dos monopólios estatais e a abrir largamente seu mercado aos produtos externos, embora ainda mantivesse fechado o mercado inglês. Quando morreu Muhammad Ali, em 1849, o Egito havia renunciado ao projeto de autonomia econômica, regressando rapidamente à periferia do capitalismo com o livre-comércio, com a ruína do setor moderno nacional, com os empréstimos externos e com a vulnerabilidade do endividamento. Esse triunfo inglês foi obtido com apoio do Concerto Europeu, mas os interesses da Grã-Bretanha prevaleceram, ao barrar a emergência de uma potência rival no Mediterrâneo, obstar à ampliação da influência francesa, uma vez que a França acompanhava com simpatia o desenvolvimento egípcio, manter o Império Otomano fraco e servil e desfazer uma aliança turco-russa contra o Egito. A título de compensação, a Grã-Bretanha permitiu aos franceses a construção do canal de Suez, inaugurado em 1869. O Egito teria 15% dos lucros da exploração do canal e sua propriedade 99 anos depois.

2.2.4.5 Japão

Os ocidentais ameaçavam o Japão desde os sucessos alcançados na China na década de 1840. Em 1853, duas esquadras, uma russa e outra norte-americana, entregaram ultimatos, exigindo liberdade de navegação e abertura comercial. Em 1854, passando sobre a opinião dos daimios (nobres) e do imperador, o *bakufu* firmou tratados, oferecendo facilidades para a navegação. Era pouco. Em 1858, as potências ocidentais, exibindo o exemplo chinês, obtiveram tudo o que desejavam, por meio de uma série de tratados. À semelhança do que ocorrera no Brasil, na década de 1840, ante pressões inglesas para renovação do tratado de 1827, no Japão, a década de 1850 foi de intenso debate, opondo os nobres e o imperador ao governo (*xogunato*). Essa divergência a respeito da atitude a tomar diante dos ocidentais prosseguiria. O imperador ordenaria sua expulsão em 1863. O bombardeio da costa japonesa por britânicos, franceses e norte-americanos forçou-o a recuar e ratificar os tratados de 1858, que fixavam a tarifa a 5% *ad valorem*. O déficit e a hemorragia de ouro acrescentaram ao debate das elites a agitação popular; todos, elite e povo, estavam contaminados de extremado nacionalismo. O novo imperador acabou chegando às idéias do *xógum* e, com o golpe de 1868, concentrou poderes para executar o projeto de modernização nacional, inaugurando a era Meiji. Dois eram os parâmetros da nova política, advindos da sabedoria do extinto *xogunato*: desenvolvimento econômico, tecnológico, político e social ao estilo dos ocidentais; e sem confrontação. Essas decisões de política interna e externa fizeram o Japão mergulhar no mundo moderno.

Referências

Obras completas:

KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.

PACTEAU, S.; MOUGEL, F. C. *Histoire des relations internationales (1815-1987)*. Paris: PUF, 1988.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des relations internationales*. t. V: de 1815 a 1871. Paris: Hachette, 1965.

Europa e relações intereuropéias:

BULL, H.; WATSON, A. (Org.). *L'expansione della società internazionale*. Milano: Jaca Book, 1994. [Introdução de Brunello Vigezzi].

GRAIG, Gordon. The system of alliances and the balance of power. In: *The new Cambridge modern history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. v. 10, p. 246-273.

WATSON, Adam. *The evolution of international society*: a comparative historical analysis. London, New York: Routledge, 1992.

Expansão européia:

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1958. 2v.

PAILLARD, Yvan G. *Expansion occidentale et dépendance mondiale*: fin du XVIII^{e} siècle/1914. Paris: Armand Colin, 1994.

Capítulo 3
Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)

Wolfgang Döpcke

• 3.1 Tendências principais nas relações internacionais

Em 1871, ano no qual a França foi derrotada na guerra franco-prussiana e em que nasceu a Alemanha uni ficada, começou uma nova época nas relações interna cionais, que terminaria entre 1914 e 1918, com o auto-enfraquecimento da Europa na Primeira Guerra Mundial. O ano de 1871 marcou o fim da remodelagem do sistema de Viena. A fundação do Império Alemão, rea lizada militarmente em três guerras de unificação e acompanhada de uma industrialização dramática, completou a restruturação do sistema europeu de Estados. Esses processos transformaram o antigo vácuo de poder, no centro da Europa, em uma superpotência continental. Entre 1871 e 1914, o Império Alemão influenciou o caráter das relações internacionais mais fortemente do que todos os outros grandes países. A Alemanha exerceu um potencial de he gemonia sobre o continente e, depois de 1897, agiu como uma potência mundial não satisfeita. O medo diante do domínio alemão da Europa e das ambições alemãs em escala mundial su perou as rivalidades e as linhas de conflito tradicionais entre a Inglaterra, a França e a Rússia, concentrando a orientação da política exterior des ses Estados numa aliança defensiva contra a Alemanha.

O triunfo dos nacionalismos, na Alemanha e na Itália, dissolveu vários pequenos países que, até aquela época, desempenhavam o papel de Estados-tampão entre as grandes potências, subtraindo dessas últimas o campo de expansão na própria Europa. Da mesma forma, a parte européia do decadente Império Otomano deixou de ser, para as grandes nações, uma área de expansão moderadora de conflitos e transformou-se em uma região

explosiva, que acabaria por produzir a centelha inicial da Primeira Guerra Mundial.

Depois de 1871, o sistema de Estados não mais retornou aos objetivos principais do Concerto Europeu. Segundo Sheehan, o sistema de concerto, com suas raízes na tradição anti-hegemônica de um equilíbrio de poder, baseava-se em normas e consenso entre amigos, e não na ameaça dos vizinhos. O mais tardar, a partir de 1890, tal consenso seria destruído. A ausência de alianças permanentes no sistema de Viena e as alianças frouxas e ocasionais das grandes potências, em tempos de crise, cederam lugar, após 1879, a um sistema de alianças permanentes, mesmo em tempos de paz. Essas alianças transformaram-se, até 1907, na inflexível bipolaridade dos dois blocos de poder (Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália; Tríplice *Entente*: França, Rússia, Grã-Bretanha).

No âmbito mundial, o período entre 1871 e 1914-1918 caracteriza-se pelo apogeu da hegemonia global do sistema europeu. O "novo" imperialismo forçou a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda estavam fora. Com isso, o imperialismo completou a construção da rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas, que foram dominadas pelos principais Estados da Europa (WATSON, 1992). Isso ocorreu de forma violenta, principalmente no contexto da partilha da África, da ocupação territorial de grande parte da Ásia e da abertura da China. Após essa segunda onda de expansão colonial, não havia mais no mundo qualquer verdadeiro vácuo de poder. Com exceção da Áustria-Hungria, todas as grandes potências européias, bem como os Estados Unidos e o Japão, entraram no círculo das potências coloniais. Durante o período de 1871 a 1914, as potências principais alcançaram sua hegemonia, direta ou indireta, com relativa facilidade. Nunca, na história mundial, a brecha militar, tecnológica e econômica entre os Estados industrializados da Europa e o resto do mundo foi ou seria maior. Esta supremacia uniu-se, no final do século XIX, com uma decidida vontade européia de dominar o mundo.

Entretanto, os limites do poder europeu na escala mundial já eram perceptíveis durante a mesma época. Em primeiro lugar, os Estados Unidos alçaram-se, em poucos anos, depois do fim da Guerra Civil até a virada do século, à condição Apogeu e colapso do sistema internacional europeu

(1871-1918) de primeira potência industrial do mundo. Isso, porém, não se refletiu plenamen te, até a Primeira Guerra Mundial, no *ranking* dos Estados Unidos entre as potências militares mundiais. Em segundo lugar, o Japão começou, a partir da década de 1860, sua determinada transformação de um país agrofeudal em uma potência industrializada. Embora o Japão tenha desdobrado o seu pleno potencial somente depois da Primeira Guerra Mundial, o futuro desafio à hegemonia européia já se esboçava na virada do século. A celebração da aliança entre o Japão e a Grã-Bretanha, em 1902, e a vitória japonesa sobre a Rússia, em 1905, demonstraram, dramaticamente, as aspirações do país como potência.

Em terceiro lugar, a esmagadora supremacia européia em termos militares sobre os países não industrializados não significava que o sul do planeta tivesse tornado mero objeto dos desenhos colonialistas europeus, sem nenhuma capacidade de defesa ou iniciativa própria. A África e a Ásia resistiram, às vezes, veementemente, à conquista européia. Embora as resistências raramente conseguissem seu alvo imediato, ou seja, a expulsão dos europeus, elas tiveram repercussões importantes na prática do exercício da dominação colonial que, muitas vezes, aceitou compromissos com os interesses dos colonizados, como conseqüência das resistências. Igualmente, as resistências "primárias" contra a conquista européia fundaram uma tradição de oposição contra o colonialismo que se desdobrou plenamente nas lutas de descolonização na segunda metade do século XX.

Internamente, o sistema europeu de Estados manteve, após 1871, a sua expressiva hierarquia e estratificação entre, de um lado, as cinco verdadeiras grandes potências (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia e Áustria-Hungria) e, de outro, as potências de segunda e terceira categorias. Embora, depois de 1871, as grandes potências fossem as mesmas da primeira metade do século XIX, a balança de poder entre elas alterou-se significativamente. A Prússia, que era a mais fraca entre as cinco, catapultou-se (como o Império Alemão) para uma posição de potencial hegemonia no continente. A França, porém, perdeu, em 1870-1871, o seu potencial de hegemonia. A monarquia dual austro-húngara sofreu o perigo de deixar o círculo das grandes potências, devido a problemas internos, originados na heterogeneidade étnica do Estado e no atraso econômico. A Rússia combinou a força do país mais populoso da Europa com a fraqueza

do seu atraso industrial. A Itália unificada qualificou-se como potência de modo pouco sério, dado o seu atraso econômico e sua insuficiência militar. Depois de 1871, ela foi chamada várias vezes a integrar o clube exclusivo das grandes potências, mas, principalmente, por razões de cortesia (LOWE, 1994). O teste decisivo para o *status* de grande potên cia continuou sendo a capacidade de fazer guerra (TAYLOR, 1954). Isso, porém, não mais correspondia apenas à força populacional de um Estado, vale dizer, ao número de soldados de infantaria, mas dependia crescentemente da força industrial. A dinâmica diferenciada na industrialização dos diversos Estados europeus, desde a segunda metade do século XIX, refletia-se na sua posição relativa de poder no sistema de Estados. Da mesma forma, a vantagem na industrialização da Europa (e dos Estados Unidos) embasava o seu extraordinário domínio no sistema mundial.

Pode-se argumentar que a origem social das pessoas imediatamente envolvidas nas relações internacionais (diplomatas, ministros), durante todo o século XIX, apresentava uma surpreendente continuidade: com exceção parcial dos franceses, elas vinham quase exclusivamente da nobreza. No entanto, as forças sociais profundas das relações internacionais alteraram-se maciçamente no período aqui estudado. A democratização lenta, mas contínua, foi um fator que determinou nitidamente os processos de decisão na política externa dos Estados europeus, no último quartel do século XIX. Entretanto, isso não significa que a política externa desse período estivesse sob um controle mais forte, verdadeiramente democrático. Essa primeira fase da democracia caracterizou-se muito mais pelas tentativas de manipulação das massas do que pela verdadeira participação política. Não obstante, no seu cálculo para a tomada de decisões, os governos tiveram de considerar novas forças políticas internas, como partidos populares, grupos de interesse, organizações civis de massa e imprensa.

O apelo à identidade nacional e a supostos interesses nacionais, ou seja, o nacionalismo, foi um elemento central, na época, para transformar a participação política em psicose de massa. Nacionalismo, porém, não significava apenas a manipulação intencional da consciência das massas, com o propósito de desviar contradições sociais internas e a ameaça dos trabalhadores ao *status quo* para xenófobas imagens de supostos inimigos externos. O nacionalismo do final do século XIX, num sentido amplo, reflete

a tentativa de encontrar novas identidades e novos pontos de referência para os mais diversos grupos sociais e classes. Isso acontece numa ordem societária que se transforma profunda e rapidamente, propulsionada por uma dramática industrialização modernizadora (HOBSBAWM, 1991).

As principais correntes do nacionalismo na Europa alteraram o seu caráter, ao entrar no período ora estudado. Em geral, o nacionalismo do *risorgimento*, liberal e libertário, cedeu lugar a um nacionalismo integrista, militante, expansionista e chauvinista. Na primeira metade do século XIX, o nacionalismo associava-se à autodeterminação democrática dos povos e dos indivíduos, assim como à luta contra o domínio aristocrático. A partir da década de 1880, a política direita reivindicou o monopólio do patriotismo expurgado de ideais democráticos. Como fenômeno de massas, tal nacionalismo direitista caracterizou especialmente Estados como a Alemanha. Nesses Estados, a realização da unidade nacional, a modernização industrial e a passagem para uma sociedade de massas e mercado aconteceram num lapso muito curto, acarretando prejuízos traumáticos e oferta compensatória de grandeza nacional (WEHLER, 1995), que não enfrentaram a oposição de uma cultura política fortemente consolidada.

A emergência de um nacionalismo radical e integrista foi um fenômeno geral na Europa e, no período em questão, chegou também aos Estados Unidos. Na França, assumiu a forma do chauvinismo francês; na Grã-Bretanha, a do jingoísmo; e, nos Estados Unidos, a do chamado novo imperialismo. Tais ideologias, que colocaram as suas próprias nações acima de tudo, caracterizaram todo o período estudado. Entretanto, elas se tornaram forças políticas efetivas sobre toda a sociedade apenas depois da virada do século. O nacionalismo integrista francês, por exemplo, foi politicamente periférico durante muito tempo, pois não representava qualquer movimento de massa. Ele se popularizaria somente após a segunda crise marroquina, em 1911, unindo as suas duas correntes — a do revanchismo antialemão e a do imperialismo colonial — num *renouveau patriotique* (ZIEBURA, 1975). Como resultado do avanço do nacionalismo integrista, o pensamento social-darwinista influenciou a percepção das relações internacionais de modo cada vez mais forte: os Estados estariam em posições opostas entre eles mesmos, permanentemente, numa luta pela

sobrevivência, e o crescimento do poder de um Estado ocorreria apenas à custa da perda de poder de um outro, numa lógica de soma zero.

Contemporaneamente à emergência dos nacionalismos integristas nos principais Estados europeus, no último quartel do século XIX, continuavam os nacionalismos irredentistas na parte européia do Império Otomano e no Estado multiétnico da Áustria-Hungria. Nos Bálcãs, esses nacionalismos produziram grandes tensões entre Estados, conjuntamente aos chauvinismos sérvio e bósnio e no contexto internacional de um conflito iminente e agudo entre as grandes potências Rússia e Áustria-Hungria. Esse quadro forneceu a ocasião imediata para o início da Primeira Guerra Mundial.

O período aqui investigado caracterizou-se, crescentemente, por uma militarização disfarçada de tudo o que fosse político, particularmente no que diz respeito às decisões das políticas exterior e de alianças. O planejamento militar ganhou uma dinâmica própria e demarcou os limites das decisões políticas, freqüentemente de modo cego. Essa tendência foi explicitada de forma trágica e clara, por meio do papel importante que o chamado plano Schlieffen, o planejamento alemão de uma guerra em duas frentes, desempenhou na eclosão da Primeira Guerra Mundial. Também, o ano de 1871 significou o fim da solidariedade dos gabinetes conservadores e da intervenção em Estados vizinhos para que o respectivo sistema fosse mantido. A indireta ajuda prussiana para a derrota da Comuna de Paris, naquele ano, marcou o ponto final dessa tradição conservadora do sistema de Viena.

A maioria dos historiadores subdivide as relações internacionais entre 1871 e 1918 em dois períodos, cuja dinâmica característica é derivada, significativamente, da política externa alemã. O primeiro deles se estende de 1871 a 1890, quando a diplomacia da Europa e as relações internacionais foram dominadas pelas alianças do sistema de Bismarck. O segundo período abrange desde a renúncia forçada de Bismarck (1890) até 1918; inicia-se com ofensivas alemãs na política externa e caracteriza-se por tensões crescentes, pela bipolarização em blocos de poder permanentes e pelo resvalo na Primeira Guerra Mundial.

Na literatura especializada, não há consenso sobre quais seriam os princípios básicos que governaram o funcionamento do sistema europeu de Estados nessa época. Existem duas visões. A primeira supõe a existência de

um equilíbrio de poder entre as potências. Contrariamente, uma segunda abordagem encara a hegemonia alemã como característica das relações internacionais no continente. Lowe e Taylor, por exemplo, argumentam que o equilíbrio de poder (isto é, o princípio básico de que nenhuma potência poderia dominar o continente) teria tido real validade nas relações internacionais, mesmo no último quartel do século XIX, não sendo apenas uma idéia política. Após 1871, ter-se-ia constituído um novo equilíbrio sob a diplomacia de Bismarck. Mesmo depois de 1890, teria existido, por muito tempo, um equilíbrio instável e tenso entre os dois blocos de poder em formação, seriamente ameaçado pela Alemanha e seus aliados apenas a partir de 1905.

Contrariamente a essa visão, Bridge e Bullen argumentam que a idéia de equilíbrio de poder entre as grandes potências continentais corresponderia somente aos interesses britânicos, tendo, sobretudo, pouca relevância prática no continente, como princípio básico consensual. A segurança teria sido o conceito dominante. A paz, depois de 1871, não se fundamentaria num consenso moral, mas, sim, no “brutal fato da superioridade militar alemã sobre a França”. Sheehan argumenta que a definição britânica de equilíbrio seria unilateral, uma vez que se relacionaria só com a Europa, sem considerar o poder britânico de além-mar. Segundo Sheehan e Geiss, os alemães teriam tentado substituir essa definição britânica pela sua própria, o que possibilitaria à Alemanha estabelecerse como potência mundial.

As publicações francesas também tendem a considerar não o equilíbrio de poder, mas a hegemonia da Alemanha no continente como característica do período posterior a 1871. Milza argumenta que a Alemanha teria se tornado potência européia hegemônica após a vitória sobre a França, mas que Bismarck manteve o *status quo*, mediante a sua habilidosa diplomacia. Zorgbibe aceita o pensamento contemporâneo de Benjamin Disraeli, segundo o qual o resultado da guerra entre a França e a Alemanha, de 1871, teria destruído completamente o equilíbrio de poder na Europa e estabelecido a hegemonia militar, econômica e demográfica da Alemanha.

Representa essa idéia, de uma forma muito apontada e até exagerada, a percepção contemporânea francesa. Embora fosse a maior potência militar e industrial do continente depois de 1871 e tivesse potencial hegemônico, a Alemanha não chegou a transformar esse potencial em uma prática política

consistente. A política exterior da Alemanha, até 1890, era guiada mais pela pressuposta vulnerabilidade do país a coalizões inimigas do que por seu poder como primeira potência no continente. Por isso, embora o potencial militar e econômico permitisse uma predominância mais acentuada do Império Alemão, a sua cautelosa política e a prática das relações entre os outros países fizeram que as relações internacionais até 1890 parecessem mais equilibradas do que uma mera análise dos recessos militares e econômicos alemães poderia sugerir. Depois de 1890, a Alemanha chegou a reivindicar um *status* político internacional correspondente ao seu poder econômico e, ao mesmo tempo, a França conseguiu quebrar seu isolamento, concluindo uma aliança com a Rússia em 1894. Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio. Mas isso não pode ser visto como se fizesse parte da tradição dos princípios do Concerto Europeu. Era mais um equilíbrio inspirado por medo mútuo — uma "paz armada"; desafiado desde o início, mais parecia com a situação da guerra fria de depois de 1945 do que com o consenso moral da tradição anti-hegemônica européia do início do século XIX.

Os 43 anos entre 1871 e 1914, apesar de todas as crises diplomáticas, representaram o segundo maior tempo de paz entre as grandes potências, na recente história européia, somente superado pelo período posterior a 1945. Por tal perspectiva, alguns autores enfatizam o sucesso da diplomacia européia na época, e a possibilidade de solução de conflitos entre Estados, o que acarretaria, ao fim e ao cabo, a possibilidade de se evitar a Primeira Guerra Mundial. Mas, por uma outra perspectiva, o período objeto de estudo apresenta-se como um longo tempo de incubação (GEISS, 1990) daquilo que seria, até então, o maior conflito militar da história humana. Por essa ótica, as soluções superficiais das crises diplomáticas não evitaram a constituição e o aprofundamento das grandes linhas fundamentais de conflito que se descarregaram em agosto de 1914.

Os argumentos aqui referidos apresentam os 43 anos entre 1871 e 1914 como um período marcante e peculiar na história das relações internacionais. É essencial, entretanto, apontar as continuidades que transcendem essa periodização. Por exemplo, não foi apenas a partir de 1871, mas, seguramente já no primeiro quartel do século XIX, que os processos diferenciados de industrialização e o capitalismo crescente

influenciaram a divisão de poder no sistema mundial. O novo imperialismo e a partilha da África tornaram-se inteligíveis também no contexto de uma longa continuidade da expansão européia e da ocidentalização do mundo, que vinham desde o longo século XVI. E, apesar da política bismarckiana de alianças e da crescente bipolaridade, não caberia excluir soluções diplomáticas de conflitos no espírito do sistema de Viena. O Concerto Europeu ainda funcionou, por exemplo, na partilha da África (década de 1880), no caso da intervenção conjunta na China, e, finalmente, em 1912, na conferência londrina dos embaixadores, que evitou a escalada das tensões entre a Áustria-Hungria e a Rússia no contexto das guerras balcânicas. Igualmente, alguns autores argumentam em favor de continuidades marcantes desse período com a fase posterior. Essas últimas levaram a algumas interpretações que consideraram a Segunda Guerra Mundial uma continuação da Primeira, e todo o período de 1914 a 1945 uma segunda Guerra dos Trinta Anos (MAYER, 1987). Mas, a despeito dessas continuidades com todo o século XIX e das que o período objeto deste estudo apresenta com a fase entre 1918 e 1939, argumenta-se, aqui, que as peculiaridades significativas das relações internacionais, no período de 1871 a 1914-1918, justificam a periodização escolhida.

Os principais debates historiográficos acerca desse período concentram-se nas seguintes questões:

a) o problema acima citado sobre o caráter do sistema internacional e das relações internacionais; a pergunta sobre a existência de um equilíbrio de poder ou de uma hegemonia da Alemanha após 1871;
b) o problema de possíveis explicações da nova expansão imperial européia, depois de 1870, uma questão que desaguou em múltiplos e complexos modelos explicativos, quase sempre designados como teorias do imperialismo;
c) a explicação das causas profundas da Primeira Guerra Mundial.

A última dessas questões tem intenso caráter político e pode ser vista como a questão historiográfica central do nosso período. No contexto de uma vasta produção intelectual, o tema tem sido elucidado de todos os pontos de vista possíveis, sejam eles teóricos, políticos ou emocionais. O confronto

entre dois paradigmas metódicos, de análise da política exterior e das relações internacionais, exemplifica-se na questão das causas profundas da eclosão da Primeira Guerra Mundial: o primado da política interna *versus* o primado da política externa. Desde os anos 1960, o ataque da história social contra a história tradicional das relações internacionais tem posto em questão os pressupostos básicos desta linha de pensamento, especialmente a idéia rankiana da independência da política exterior e de seus objetivos, em relação às constelações da política interna. No contexto da história do Império Alemão, autores como Kehr, Berghahn e Wehler vêem as decisões da política externa como função dos seus efeitos políticos internos. A finalidade principal do processo político teria sido a estabilização interna de um sistema ultrapassado, ou seja, a oposição das elites governantes ao processo emancipatório da sociedade industrial. Segundo os historiadores sociais, a política externa foi instrumentalizada e subordinada àquela finalidade. Nessa perspectiva, o imperialismo de Bismarck aparece como desvio das tensões políticas internas, num processo de expansão colonialista, que seria irrelevante em si mesmo. A política mundial guilhermina aparece como política interna e a deflagração da Primeira Guerra Mundial é vista como uma “fuga para a frente”, tentada pelas elites que se sentiram, interna e externamente, num beco sem saída. As elites teriam procurado evitar as conseqüências parlamentar-emancipatórias do processo geral de modernização, mesmo às custas de uma guerra (supostamente) limitada. Mayer ensaiou estender por toda a Europa este paradigma desenvolvido no contexto alemão, mas não conseguiu convencer muito. De um modo geral, pode-se observar que o paradigma sócio-histórico do primado da política interna não substitui as interpretações mais tradicionais, que alegam uma relativa independência da política exterior, mas, sim, as complementa de forma interessante, em pontos específicos.

• 3.2 Economia e relações internacionais (1870-1914)

No período entre 1871 e 1914, o entrelaçamento da economia mundial numa única economia global, dominada por relações sociais capitalistas, alcançou nova qualidade. A mobilidade mais elevada de fatores de produção (trabalho e capital) e o aumento do comércio mundial incrementaram as relações econômicas entre os Estados de modo decisivo. Entre 1871 e 1914, a migração internacional alcançou o seu ponto alto, com 40 milhões de pessoas. Não havia qualquer restrição à exportação de capitais ou à repatriação de lucros. Os investimentos no exterior por parte dos quatro grandes países (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos) cresceram mais de cinco vezes. Apesar do retorno gradual ao protecionismo depois de 1878, o comércio mundial aumentou anualmente 3,4%, em média, entre 1870 e 1914. Só entre 1890 e 1914, ele se multiplicou por três (SCHMIDT, 1985).

O alto grau de integração da economia mundial nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, em termos comerciais, de investimentos diretos, de fluxos financeiros e de migração, sugere fortes semelhanças com o processo atual de globalização. De fato, é possível interpretar a globalização no final do século XX e início do século XXI como uma espécie de retomada de princípios e processos que se tinham iniciado no final do século XIX.

Entre 1871 e 1914, o domínio europeu da economia mundial alcançou seu apogeu. Ao mesmo tempo, entretanto, um novo pólo econômico, fora da Europa, tornou-se mundialmente perceptível, depois da virada do século, com a escalada industrial norte-americana. A arrancada industrial, porém, dos Estados Unidos (entre 1880 e 1900, tornou-se o líder industrial do mundo) repercutiu com atraso no poder econômico mundial. O crescimento econômico do país, até a Primeira Guerra Mundial, era amplamente orientado para o mercado interno. Sua participação no comércio mundial, em 1913, era de apenas 10%, e sua exportação mundial de capitais não passava de 9%. G. Arrighi, não obstante, localiza já nessa época, ou, mais precisamente, no período da Grande Depressão de 1873 a 1896, a reviravolta decisiva na economia mundial. Segundo ele, é nessa crise que

começa o “longo século XX”, com a ascensão do “sistema norte-americano de acumulação em escala mundial e a derrocada do sistema britânico”.

De meados do século XIX ao início da Primeira Guerra Mundial, a economia do mundo tornou-se mais pluralista (HOBSBAWM, 1992), isto é, a hegemonia britânica sobre o mercado mundial recuou. O que desmontou o domínio britânico do mercado foi, sobretudo, o crescimento da Alemanha e os processos de industrialização na Rússia e em alguns pequenos Estados europeus. No plano econômico mundial, isso ocorreu em virtude da transformação dos Estados Unidos. A participação britânica no comércio mundial caiu de 28,4% para 17,5%, entre 1875 e 1913. A sua parcela na produção mundial de produtos industrializados reduziu-se de aproximadamente 33% em 1870 para 14% em 1913. No período ora estudado, a Grã-Bretanha já se transformava de “oficina do mundo” em “banco do mundo”. O mercado de capitais londrino e os investimentos no exterior tornaram-se cada vez mais importantes para definir a posição da Grã-Bretanha na economia mundial. Entre 1875 e 1913, a Grã-Bretanha conseguiu manter a parcela de 45% de todos os investimentos no exterior, mesmo tendo a Alemanha multiplicado os seus por dez. Diferentemente da Alemanha e da França, a Grã-Bretanha distribuiu o seu capital pelo mundo de modo relativamente equilibrado, investindo apenas uma pequena parte na Europa (em 1913, os investimentos britânicos na Europa representavam 6%).

O comércio mundial, tal como antes, concentrava-se na Europa. Na virada do século, ela efetuava dois terços dele. A parcela, porém, dos três grandes (Inglaterra, França e Alemanha) caiu de 52,9% em 1875, para 37,6% em 1913. À assimetria política do sistema mundial anteriormente citado correspondia uma inserção econômica estruturalmente desigual no mercado mundial. Entre 1871 e 1914, completou-se e estabilizou-se um longo período de divisão mundial do trabalho: de um lado, fornecedores de matérias-primas; de outro, regiões produtoras de bens industrializados. Somente os Estados Unidos alteraram o seu modo de inserção no mercado mundial nesse período. Eram fornecedores de matéria-prima (74% das exportações americanas em 1890) e tornaram-se exportadores de produtos industrializados, principalmente às custas da Inglaterra.

O desenvolvimento agrário de antigas colônias de povoamento branco, nas Américas e na Oceania, e a redução dos custos de transporte (estradas de ferro e, a partir de 1870, navios a vapor) possibilitaram, pela primeira vez na história, o surgimento de um mercado agrário mundial integrado. Os preços de produtos agrícolas caíram drasticamente: entre 1871 e 1894, o trigo, por exemplo, barateou em mais de 50%.

O domínio europeu na exportação de produtos industriais era até mais expressivo do que no comércio em geral: a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França somavam 61% de todas as exportações daquele tipo. Mais fortemente ainda, a Europa dominava a exportação mundial de capitais: somente a Inglaterra e a França detinham, juntas, 70% de todos os investimentos no exterior em 1900.

A escalada vertiginosa da Alemanha unificada como potência econômica líder na Europa, a relativa estagnação da Grã-Bretanha e o enfraquecimento da França foram em grande parte responsáveis pelo abalo do equilíbrio europeu. Entre 1860 e 1913, a economia alemã superou a britânica e a francesa, colocandose logo após a dos Estados Unidos. Em 1880, o potencial industrial da Alemanha e da França ainda era quase o mesmo; até 1913, o potencial francês cresceu perto de duas vezes e o alemão multiplicou-se por cinco. A Alemanha dominava o mercado, especialmente nas áreas inovadoras da chamada segunda revolução industrial (aço, produtos químicos e construção de máquinas), enquanto a Inglaterra e a França acentuavam o seu domínio em setores industriais em retração, como o dos produtos têxteis. A participação alemã no comércio mundial cresceu de 11,8% em 1875, para 12,5% em 1913; no mesmo período, a da França baixou de 12,7% para 7,6% e a da Grã-Bretanha passou de 28,4% para 17,5%. Ainda, no mesmo período, a parcela alemã nos investimentos estrangeiros mundiais elevou-se de 5% para 13%, enquanto a francesa decresceu de 33% para 20%.

Contrariando teorias econômicas do imperialismo, que interpretam o colonialismo da época de 1871 a 1914 como estratégia necessária do capital à procura de possibilidades de investimento ou de mercados de exportação, as colônias, então recém-conquistadas, desempenhavam um papel secundário no mercado mundial. O império colonial francês, até 1914, absorveu não mais de 13% das exportações de produtos franceses. Além disso, mais da

metade desse percentual destinava-se à Argélia, uma colônia de imigrantes conquistada em 1830, isto é, antes da fase imperialista. Em 1905, a África Subsaárica forneceu 0,8% das importações francesas e recebeu 0,5% das exportações (AUSTEN, 1987). A África ocidental francesa, vale dizer, uma das principais regiões conquistadas pela França no final do século XIX, forneceu, por volta de 1910, somente 0,07% de todas as importações francesas. No caso britânico, apenas a colônia de imigrantes da África do Sul (e o Egito, até certo ponto) tinha certa relevância econômica no continente africano. A África do Sul foi o destino de 3,6% de todas as exportações britânicas em 1906 e o resto da África negra, de 4,7%.

Quanto à exportação de capitais, a marginalidade das novas colônias tornase mais evidente. A Grã-Bretanha investia, em 1914, 50% do seu capital externo (1,68 bilhão de libras) no seu Empire colonial, porém, menos de 100 milhões de libras nas novas colônias (LOWE, 1994). Em 1914, a Alemanha investiu 2% do seu capital externo nas colônias e a França, 8,8%, destinados a maior parte à Argélia e à Indochina. O Estado procurou convencer os bancos e os industriais a se engajarem economicamente nas colônias, mas com pouco sucesso. Em relação à importação de capitais e à movimentação de mercadorias, a África e a Ásia permaneceram “os parentes pobres” (GIRAULT, 1979).

As relações entre interesses econômicos e política externa são apresentadas na literatura de modo controvertido. É consenso que uma nova orientação político-econômica tenha-se estabelecido na Europa Ocidental depois de 20 anos de triunfo do liberalismo. A partir da década de 1870, ganhou espaço a idéia de se “tratar toda a economia nacional como conjunto produtivo digno de proteção e de incentivo pelo Estado” (WEHLER, 1995). A competição econômica entre empresas, no mercado mundial, articulou-se crescentemente como competição entre interesses nacionais dos Estados-nação. Do ponto de vista da política exterior, isso causou a volta ao protecionismo, à “guerra alfandegária” e ao emprego do poder político-estatal na defesa e na manutenção de esferas de influência econômica. Consoante a argumentação de Lenin, tal instrumentalização do poder político para a consolidação de interesses econômicos externos conduz a antagonismos entre os Estados, antagonismos estes que redundaram na Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, as teses de funcionalização unilateral da política do Estado, por parte de interesses econômicos, ou de uma congruência entre rivalidades políticas externas e econômicas, revelam-se muito limitadas. O período de 1871 a 1914 caracterizou-se tanto por uma competição econômica entre Estados quanto por um entrelaçamento econômico crescente, assim como por uma intensa colaboração do capital internacional. As relações econômicas dos Estados, havia muito, não eram idênticas às orientações da política exterior dos governos. Foi só a partir de 1911 que os governos conseguiram "renacionalizar" o capital, isto é, acoplar as orientações econômicas exteriores com a política de segurança nacional (SCHMIDT, 1985).

A partir de 1878, paulatinamente, todos os Estados europeus introduziram impostos sobre a importação de produtos agrários e industriais, exceto a Grã-Bretanha, que permaneceu como a única representante do livre-comércio. Os impostos variavam de 4% (Holanda) a 41% (Espanha). Os Estados Unidos iniciaram a onda de protecionismo já em 1861, com a Tarifa Morrill. As tarifas alfandegárias norte-americanas, em média, foram elevadas a até 57% em 1897. De 1878 em diante, teve início a introdução de tributos de importação na Europa, bem mais moderados do que os norte-americanos. Isso ocorreu na Rússia, na Áustria, na Itália e na Alemanha neste ano, seguidas pela França, em 1881. Os tributos alfandegários industriais, de um lado, refletiam os esforços de proteger novas indústrias diante da concorrência "desleal". De outro lado, tais impostos representaram uma reação conjuntural e de política interna contra a assim chamada Grande Depressão, que durou de 1873 a, aproximadamente, o início dos anos 1990. Não obstante, as altas tarifas alfandegárias foram mantidas mesmo na reviravolta econômica, isto é, no período de grande prosperidade posterior a 1896.

Na introdução dos tributos de importação incidentes sobre produtos agrícolas, a Alemanha teve um papel pioneiro. As tarifas protecionistas foram a resposta do continente europeu à queda de preços dos produtos agrícolas, causada pela formação do mercado agrário mundial.

Os impostos protecionistas foram um fenômeno de toda a Europa e dos Estados Unidos, independentemente de alianças ou antagonismos externos. Suas conseqüências econômicas foram duvidosas, embora a sua relevância tenha sido enorme na política interna. Em geral, a literatura nega que os

impostos protecionistas tenham influenciado o comércio exterior dos países europeus em termos de volume, composição e direção (SCHMIDT, 1985; WEHLER, 1984), embora alguns autores (HOBSBAWM, 1992) argumentem que os impostos teriam estimulado o crescimento industrial de alguns Estados. A verdadeira relevância apresenta-se mais fortemente no domínio da mentalidade coletiva. De modo convincente, Girault e outros argumentam que o protecionismo e as guerras alfandegárias contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do nacionalismo radical e integrista, e mesmo do militarismo, na Europa.

A competição comercial entre Estados, em alguns casos, culminou em guerras alfandegárias ou comerciais, por exemplo, entre a França e a Itália (1887-1896), e entre a Áustria-Hungria e a Sérvia, que se envolveram no que veio a ser conhecido como Guerra dos Suínos (1906). Como exemplo clássico da interdependência entre a política econômica externa e a formação do sistema europeu de alianças, cita-se a relação russo-alemã. De 1880 em diante, Bismarck, pressionado pelos grandes produtores da região leste do Elba (os *Junker*), estabeleceu uma tarifa de proteção agrária. Isso foi o ponto central da reviravolta conservadora interna. O imposto, em princípio, era contra as importações de cereais da Rússia. A medida, acrescida do fechamento do mercado de capitais alemão para os russos (1887), cortou recursos financeiros decisivos que a Rússia precisava para a sua industrialização. A política alemã provocou, em resposta, a proteção alfandegária russa contra produtos industrializados alemães e deu início à cooperação econômica entre a Rússia e a França. Segundo Bridge e Bullen, as raízes da aliança franco-russa, de 1894, estariam na política financeira e alfandegária de Bismarck. Entretanto, daí não se deriva que os conflitos econômicos tenham se agravado, linearmente, desde 1880, de forma paralela ao desenvolvimento do antagonismo político entre a Rússia e a Alemanha. A Rússia permaneceu fortemente vinculada à Alemanha, do ponto de vista econômico (exportação de cereais e importação de máquinas). Fases de *détente* nas relações econômicas (por exemplo, depois da conclusão do acordo comercial, em 1894) intercalaram-se com guerras alfandegárias (como a de 1903).

A deterioração das relações britânico-alemãs também teve uma dimensão econômica, embora não decisiva. Conflitos econômicos resultaram de um

suposto *dumping* de produtos industriais alemães nos mercados britânicos, inclusive nos coloniais, na década de 1890, além do avanço do imperialismo financeiro alemão na América Latina e no Oriente Próximo, sobretudo na construção da ferrovia de Bagdá. Contudo, tais conflitos diminuíram até o início da guerra. O atrito sobre a ferrovia de Bagdá pôde ser contornado mediante negociações com os britânico-alemães, em 1913-1914. De um modo geral, o boom econômico mundial e o crescimento do volume de comércio mundial, entre 1896 e 1913, compensaram a penetração alemã em mercados tradicionalmente britânicos. Embora, até 1914, a Alemanha tenha-se tornado o segundo maior parceiro comercial da América do Sul, foi sobretudo o avanço dos Estados Unidos que ameaçou maciçamente os interesses britânicos no Canadá na América Central, no Caribe e na América do Sul. O conflito entre as pretensões do imperialismo informal dos Estados Unidos e os interesses econômicos britânicos, em 1895-1896, resultou na crise da Venezuela até quase a um confronto armado. Depois, porém, do fim da *splendid isolation* da Grã-Bretanha, em 1902, houve uma rápida reaproximação entre ela e os Estados Unidos, apesar da continuidade da competição econômica. Se o capitalismo e a competição comercial fossem as causas profundas e veladas da Primeira Guerra Mundial, raciocina Lowe, logicamente a Grã-Bretanha deveria ter lutado contra os Estados Unidos.

Mesmo se os 43 anos entre 1871 e 1914 se caracterizassem por uma defesa dos interesses econômicos externos de uma maneira crescentemente agressiva, tais orientações na política econômica não seguiriam necessariamente as alianças políticas até 1911. É verdade que os capitalistas franceses teriam recusado aplicações financeiras de longo prazo na Alemanha, por razões "patrióticas" (GIRAULT, 1979), tal como fizeram os britânicos na Rússia até 1907. Mas o capital francês investiu significativamente na Rússia, aliada da Alemanha até 1887-1890. As relações econômicas franco-alemãs intensificaram-se mesmo em períodos de tensões crescentes, em vez de diminuírem. Entre 1896-1898 e 1911-1913, a Alemanha tornou-se o segundo maior parceiro comercial da França, vindo pouco depois da Grã-Bretanha. Capitais alemães e franceses acoplavam-se e cooperavam mutuamente, por exemplo, na América Latina ou na construção da ferrovia de Bagdá. Por outro lado, alianças políticas nem sempre garantiram identidade de interesses econômicos; por exemplo, a Alemanha

ignorou os protestos dos interesses austríacos, quando avançou economicamente nos Bálcãs.

• 3.3 A Europa continental sob a diplomacia de Bismarck: crises diplomáticas e alianças (1871-1890)

As relações internacionais dos Estados europeus, entre 1871 e 1890, estiveram fortemente marcadas pelas concepções políticas de segurança do chanceler alemão Otto von Bismarck. Seu objetivo principal era garantir a integridade do recém-criado Império Alemão contra os vizinhos, temerosos de uma hegemonia alemã, e contra uma possível revanche francesa pela perda da Alsácia-Lorena ao término da guerra franco-prussiana. A política exterior de Bismarck tinha entre seus objetivos o de sugerir aos vizinhos a "saturação" do Império Alemão, seu desinteresse por qualquer tipo de aumento de poder, a fim de evitar motivos para a constituição de coligações contra a Alemanha. Bismarck cerceou, pois, o potencial de poder alemão (HILDEBRAND, 1989). Da perspectiva dos interesses alemães de segurança, Bismarck visava à preservação do *status quo* europeu e da paz na Europa Central e recusava qualquer veleidade de guerra preventiva contra a França, ao menos a partir da crise da "guerra à vista" de 1875.

A política de Bismarck possuía, como referência absoluta, a posição da Alemanha na Europa. Era uma política continental clássica, malgrado diversas aventuras coloniais. Constituía-se como estratégia central de Bismarck o isolamento diplomático da França e o impedimento de alianças desta com outros Estados, especialmente com a Rússia. Bismarck alcançou sua meta, vinculando os aliados potenciais da França (Rússia, Áustria-Hungria, Itália), mediante tratados, à Alemanha, e aproveitando-se habilmente, em parte até por manipulação, das rivalidades entre a Inglaterra, a França e a Rússia, sobretudo fora da Europa. O instrumento diplomático favorito da política de Bismarck foram as alianças formais e duradouras, mesmo em tempos de paz. Começando com a Dupla Aliança com a Áustria-Hungria, em 1879, as alianças encerrariam gradativamente os acertos frouxos e quase anárquicos das relações bilaterais e as alianças situacionais

do período anterior (BRIDGE; BULLEN, 1980). No famoso ditado de Bad Kissingen, em 1877, Bismarck esboçou as metas da política exterior alemã: a criação, longe da pretensão de “qualquer conquista territorial”, de uma “situação política global”, “na qual todas as potências — fora a França — necessitassem de nós e, em suas relações entre si, fossem, o quanto possível, mantidas afastadas de coligações contra nós” (*apud* FRÖHLICH, 1994).

Isso implicava, decerto, impedir a escalada do antagonismo, nos Bálcãs, de dois de seus aliados, a Rússia e a Áustria-Hungria, pois ambos os Estados exigiam da Alemanha um posicionamento claro a seu favor nesse conflito. Existia também o perigo de que um deles se aliasse à França. A política exterior alemã orientavase pragmaticamente pelos interesses alemães de segurança, mas evidenciava, no entanto, em decorrência de razões de política interna e externa, certa afinidade ideológica com os Estados conservadores monárquicos da Europa. De outro lado, argumenta Wehler, o temor de deixar transparecer uma promessa de liberalização da política interna, eventualmente decorrente de uma colaboração mais estreita com a Inglaterra, levou o Império Alemão a afastar-se decididamente dela na política internacional.

Os acordos diplomáticos e as alianças externas de Bismarck, conhecidos como “sistemas de Bismarck”, dividem-se em três períodos:

a) o primeiro sistema de Bismarck baseia-se no Tratado dos Três Impe ra do res, de 1872-1873, entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia — um acordo vago e pouco vinculante entre os Estados conservadores da Europa;

b) o segundo sistema de Bismarck começou como reação à escalada do conflito entre a Rússia e a Áustria-Hungria nos Bálcãs e ao crescente distanciamento da Rússia, com respeito à Alemanha, como conseqüência do Congresso de Berlim de 1878. Seu elemento fulcral era a aliança austro-germânica de 1879 (Dupla Aliança), que incluiu, em 1882, um terceiro parceiro, a Itália, mediante um tratado secreto (Tríplice Aliança). Paralelamente, ocorreu a renovação e o aperfeiçoamento do Tratado dos Três Imperadores, em 1881, e a adesão da Bulgária à Dupla Aliança, em 1883;

c) a crise da Bulgária, em 1885-1888, agravou o conflito latente entre os dois aliados da Alemanha, ou seja, Áustria-Hungria e Rússia, e deu

> fim ao Tratado dos Três Imperadores. Bismarck reagiu com uma reforma de seu sistema de alianças, que tomou a seguinte feição: Tríplice Aliança entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália; os dois Acordos do Mediterrâneo, entre a Inglaterra, a Itália e a Áustria-Hungria, que deveriam manter o *status quo* no Mediterrâneo e no Estreito de Bósforo contra quaisquer avanços russos ou franceses; e o Tratado de Resseguro entre a Alemanha e a Rússia.

No período entre 1871 e 1890, as tensões entre os Estados europeus decorriam da relação profundamente distorcida entre a Alemanha e a França e dos conflitos de interesse russos, ingleses e austríacos no sudoeste da Europa. No plano mundial, os desacertos coloniais entre a França, a Rússia e a Inglaterra determinavam as principais áreas de atrito.

A relação negativa da França com a Alemanha era conseqüência direta da anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha e representava um ponto central de referência das relações internacionais alemãs e francesas. Razões de política interna levaram o governo alemão a jamais tentar superar esse conflito mediante eventuais restituições territoriais.

As relações teuto-russas nesse período foram contraditórias. De um lado, mantinham-se tanto a tradição da longa amizade política entre as dinastias Romanov e Hohenzollern quanto as afinidades ideológicas, cuja expressão foi o forte interesse de Bismarck no Tratado dos Três Imperadores. De outro lado, a Alemanha libertou-se da influência da Rússia e começou a exercer seu poderio econômico sobre este Estado. Os interesses econômicos opostos e a aliança alemã com a Áustria-Hungria, rival da Rússia nos Bálcãs, pioraram a relação teuto-russa, de forma que, ao final do período, o conflito teuto-russo estava claramente delineado.

As tensões nos Bálcãs eram complexas e multidimensionais. Suas causas imediatas estavam na decadência do Império Otomano no sudoeste europeu desde o século XVIII. Os nacionalismos locais, as potências expansionistas regionais (Bulgária, Sérvia) e as grandes potências (Áustria-Hungria e Rússia) tentaram preencher esse vácuo de poder. Até 1878, predominaram, na região, os conflitos de interesse decorrentes da rivalidade anglo-russa. A política inglesa buscava impedir a expansão do Império Russo para o sul. A

Áustria permaneceu por longo tempo interessada na manutenção do *status quo* nos Bálcãs e na dominação turca no sudoeste europeu, porque temia que uma vitória dos nacionalismos, sobretudo dos eslavos do sul, sobre os turcos impulsionasse o separatismo étnico na heterogênea monarquia dos Habsburgo. Na crise do Oriente (1875 a 1878), modificou-se essa situação. A Áustria-Hungria abandonou sua política favorável à integridade territorial do Império Otomano na Europa e engajou-se, a partir de 1878, numa concorrência aberta com a Rússia nos Balcãs, que durou até a Primeira Guerra Mundial.

O sistema de alianças de Bismarck formou-se em reação às três crises diplomáticas nessas conflituosas regiões da política européia: a crise da "guerra à vista" de 1875, a grande crise do Oriente de 1875-78 e a crise da Bulgária e de Boulanger de 1885-1887.

A crise da "guerra à vista" entre a França e a Alemanha foi provocada pela amea ça velada de uma guerra preventiva contra a França, embutida em um artigo do jornal oficioso *Berliner Post*. Seu pano de fundo era a rápida recuperação da França depois da derrota pela Alemanha e seu rearmamento militar, que inquietava os alemães. A reação da Inglaterra e da Rússia, esta ligada à Alemanha pelo Tratado dos Três Imperadores de 1873, em oposição a qualquer veleidade de nova guerra da Alemanha contra a França, deixou clara a Bismarck tanto a fragilidade da Liga dos Três Imperadores quanto as possibilidades limitadas da política alemã, reforçando sua convicção de recusar uma guerra preventiva contra a França e de manter o curso da política de isolamento diplomático.

A grande crise do Oriente começou em 1875, com uma revolta camponesa na Bósnia e na Herzegovina, em primeiro lugar, combatendo a opressão fiscal dos turcos. Em 1876, as sublevações estenderam-se à Bulgária e acentuaram seus objetivos nacionalistas. Os Estados semi-soberanos da Sérvia e de Montenegro juntaram-se aos sublevados e declararam guerra a seu suserano, com a meta de ganhar para si as duas províncias em disputa, fazendo concorrência à Áustria-Hungria. Quando a Sérvia estava na iminência de uma derrota total, a Rússia entrou na guerra a seu lado e deu início, em 1877, à oitava guerra russo-turca. De acordo com Lowe, foi sobretudo a pressão pan-eslava na política interna que forçou a Rússia a assumir o papel de protetor dos eslavos do sul no conflito. Antes da guerra

russo-turca, a Rússia e a Áustria-Hungria haviam se entendido quanto à partilha de suas esferas de influência nos Bálcãs. A política inglesa não tinha como impedir a guerra russo-turca, mas defendia a concepção estratégica de que Constantinopla representava a “chave para a Índia” e de que deveria ser defendida contra a Rússia. Ao surgir o perigo de uma ocupação russa de Constantinopla, a Inglaterra despachou sua frota e ameaçou entrar em guerra, com a Áustria-Hungria. A Rússia recuou, não sem antes impor, no Tratado de San Stefano (março de 1878), e contrariamente ao que havia acertado com a Áustria-Hungria, restituições territoriais que significavam o predomínio de fato da Rússia e de seus aliados eslavos na região. Nem a Inglaterra nem a Áustria-Hungria aceitaram esse tratado e exigiram, no Congresso de Berlim de 1878, a devolução da maior parte dos ganhos russos.

No Congresso de Berlim, Bismarck logrou projetar-se como estadista instituidor da paz e dar à Alemanha a imagem de uma potência desinteressada de qualquer expansão: começava, assim, a “era Bismarck” na política européia. O congresso foi um sucesso, mas só superficialmente. A longo prazo, porém, ele criou, para as relações internacionais na Europa, mais problemas do que resolveu. Ele permitiu a ocupação austro-húngara da Bósnia e da Herzegovina. A Bulgária foi dividida, e Montenegro, Sérvia e Romênia tornaram-se independentes da Turquia. A partir daí, esses países passaram a agir sobretudo contra a Áustria-Hungria e a guerrear amiúde entre si por causa de seus respectivos expansionismos de base étnica. As relações austro-russas pioraram drasticamente e comprometeram, de vez, o primeiro Tratado dos Três Imperadores. O congresso tornou explícito o chamado dilema de opção da Alemanha na questão balcânica: a Rússia exigia uma posição inequívoca a seu favor (que a Alemanha tinha de negar por causa da sua aliança com a Áustria) e sentiu-se traída quando Bismarck adotou uma atitude de mediação.

Essa oposição entre a Alemanha e a Rússia, subitamente irrompida, e a possibilidade de isolamento da Alemanha propiciaram a Bismarck o motivo para celebrar com a Áustria-Hungria a Dupla Aliança (1879), que acabaria por tornar-se a pedra fundamental da política externa alemã. Defensiva, essa aliança era, para Bismarck, uma opção limitada. Seu interesse principal teria sido a renovação do Tratado dos Três Imperadores entre as monarquias conservadoras da Europa (BRIDGE; BULLEN, 1980).

Em 1881, a Rússia deu sinais de estar disposta a concluir uma nova aliança com a Alemanha e a Áustria-Hungria, para evitar o isolamento diplomático com que se sentia ameaçada. O novo Tratado dos Três Imperadores era segredo, mas dotado de maior formalidade do que a primeira aliança. Ele previa neutralidade no caso de um dos aliados ser atacado por uma quarta potência e dividia os Bálcãs em duas esferas de influência: a russa e a austríaca. Paralelamente, Bismarck expandiu seu sistema de alianças no Ocidente, com a inclusão da Itália na, agora, Tríplice Aliança (1882). Em 1883, a Romênia aderiu à Dupla Aliança e a Alemanha formalizou as relações amigáveis com a Espanha e a Turquia. Na década de 1880, o sistema de Bismarck e sua contrapartida — o isolamento da França — alcançaram seu ponto alto. Salvo com a França, a Alemanha mantinha "relações mútuas equilibradas com todos os Estados da comunidade das nações européias, embora em diferentes graus de intensidade, reguladas e garantidas por tratados firmados com decisiva participação de Berlim" (HILDEBRAND, 1989).

A partir de 1885, o sistema de alianças entrou numa dupla crise (crise Boulanger e crise da Bulgária), beirando o colapso. Ele só sobreviveu de forma substancialmente alterada. Na França, o general Boulanger, cognominado General Revanche, mobilizava as tendências nacionalistas interessadas numa desforra armada contra a Alemanha, o que resultou, tanto no lado francês como no alemão, em excessos chauvinistas. Ao mesmo tempo, eclodiu a crise da Bulgária, com o aguçamento da rivalidade entre a Áustria-Hungria e a Rússia, abrindo a possibilidade de uma aproximação entre a Rússia e a França.

A crise búlgara originou-se da tentativa da Bulgária de superar a divisão que lhe fora imposta pelo Congresso de Berlim e de livrar-se da condição de satélite da Rússia. Os três anos de embates acarretaram, entre outras coisas, as intervenções russas na sucessão dinástica da Bulgária e uma guerra entre a Bulgária e a Sérvia. Tudo levava a crer que, por causa da Bulgária, a guerra entre a Rússia e a Áustria-Hungria seria inevitável. Bismarck evitou-a, contudo, ao dar publicidade aos detalhes secretos do tratado da Dupla Aliança, pelo qual a Alemanha se obrigava a vir em apoio à Áustria-Hungria, em caso de guerra contra a Rússia. Como decorrência dessa crise, a Áustria renunciou ao Tratado dos Três Imperadores, pondo assim um fim à

política de Bismarck de vincular por tratados as duas potências antagônicas, Rússia e Áustria-Hungria, amansando-as e tornando-as dependentes da Alemanha.

O fim desse tratado, o descontentamento italiano com as cláusulas da Tríplice Aliança, a onda de agitação revanchista na França e as crescentes tensões econômicas entre a Alemanha e a Rússia representavam para Bismarck uma ameaça aos fundamentos de seu sistema de alianças. Ele ainda conseguiu reconstituir os tratados de todos os países (excetuado o da França) com a Alemanha e formalizar os dois acordos do Mediterrâneo de 1887 (entre a Inglaterra, a Áustria-Hungria e a Itália), alcançando a primeira vinculação da Inglaterra às relações formais da Tríplice Aliança. Todavia, o fundamento oriental do sistema de Bismarck — a relação com a Rússia — tornara-se muito mais fraco do que antes de 1887. Bismarck firmou com a Rússia um tratado secreto, o assim chamado Tratado de Resseguro (1887), que previa neutralidade recíproca no caso de uma guerra defensiva, reconhecimento da preeminência russa na Bulgária e apoio diplomático à pretensão russa de abertura dos Estreitos do Bósforo e dos Dardanelos a seus navios de guerra. Simultaneamente, Bismarck sustentava — nos bastidores, porém —, com o segundo Tratado do Mediterrâneo de dezembro de 1887, a formação de um bloco anti-russo (BRIDGE; BULLEN, 1980), dirigido contra o expansionismo russo nos Bálcãs. Em síntese, o sistema bismarckiano tornou-se muito complicado e contraditório. As cláusulas da Dupla Aliança eram marcadamente favoráveis à Áustria-Hungria e as do Tratado de Resseguro, à Rússia.

Desde o início, no entanto, a diplomacia alemã não atribuiu importância maior ao Tratado de Resseguro. A curto prazo, ele impediu uma aliança franco-russa, mas com o aumento das tensões entre a Alemanha e a Rússia, o tratado não iria além de "segurar os russos longe da gente mais do que seis a oito semanas", nas palavras do filho de Bismarck, o diplomata Herbert von Bismarck (*apud* HILDEBRAND, 1989). Desde a "traição" alemã dos interesses russos no Congresso de Berlim de 1878, as relações teuto-russas ficaram expostas a tensões crescentes. Essas resultaram, por um lado, do papel mediador da Alemanha no conflito entre a Áustria-Hungria e a Rússia e de sua preferência latente pela Áustria, inserida na Dupla Aliança, o que veio a ser instrumentalizado, sobretudo, pelo movimento pan-eslavo na

Rússia, em campanhas populistas de agitação antialemã. Por outro lado, o agravamento das tensões entre a Alemanha e a Rússia possuía uma dimensão econômica imanente. A Rússia sentia-se economicamente esmagada pela Alemanha, mas dependia desta em seus esforços de industrialização. Com o afastamento de Bismarck de seus aliados liberais e com a formação das alianças entre os *junker* prussianos (latifundiários do leste do rio Elba) e os grandes industriais (alianças de "trigo e aço"), teve início, em 1879, uma proteção aduaneira alemã de produtos agrários, diretamente voltada contra as importações de grãos da Rússia. A situação agravou-se drasticamente quando o governo alemão, cedendo à pressão dos militares, dos *junker* e dos grandes industriais, decretou, em novembro de 1887, o chamado interdito de Lombard, que vedou a negociação de títulos da dívida russa no mercado financeiro alemão. Ambas as medidas (proteção aduaneira e interdito de Lombard) "equivaleram a uma declaração de guerra econômica" (GEISS, 1990) e atingiram a Rússia num ponto extremamente vulnerável. Elas conduziram o país a uma reorientação, inicialmente econômica, para a França. "As raízes da aliança franco-russa", segundo Bridge e Bullen, "estão na política financeira de Bismarck". E Wehler argumenta que o itinerário que levaria a 1914 teria começado já em 1887.

A política exterior de Bismarck, o sistema de alianças formado por ele e sua influência sobre as relações internacionais dos Estados europeus são julgados de forma muito diversa pela literatura especializada. As interpretações vão desde uma adoração hagiográfica de seu gênio diplomático até sua condenação como representante político dos reacionários *junker* prussianos. A maior parte das interpretações analisa positivamente o eixo pacifista da política exterior de Bismarck, particularmente em comparação à política mundial da Alemanha guilhermina. A preservação da paz na Europa Central, a atenuação da hegemonia alemã e o desmantelamento de coligações contra a Alemanha foram metas que Bismarck alcançou, a curto prazo, magistralmente. A longo prazo, contudo, a política de Bismarck não resolveu nenhum dos problemas estruturais das relações internacionais na Europa (Alemanha versus França e Áustria versus Rússia), ou seja, os conflitos que, subseqüentemente, culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, sua política criou o fundamento da aliança franco-russa pela qual, mais tarde, a Alemanha se sentiu cercada. Malgrado a genialidade de suas construções de alianças, muitos autores criticam o caráter antiquado, irreal e retrógrado de sua política de gabinete e os métodos elitistas de sua diplomacia secreta, mais apropriados à época de seu nascimento, em 1815, do que às exigências de uma política moderna, respeitadora do espaço público. A diplomacia secreta e os acordos contraditórios introduziram um novo grau de complicação, cinismo e falsidade nas relações internacionais.

As raízes do dilema da política exterior de Bismarck estariam, segundo Bridge e Bullen, na índole de seu projeto de política interna. Bismarck não teria se preocupado apenas com a preservação da posição da Alemanha no cenário internacional, mas igualmente com a manutenção do *status quo* interno de seu império, que se caracterizava pelo predomínio da aliança conservadora entre os *junker* e os grandes industriais, bem como pelo bloqueio da participação política efetiva da população. A representação dos interesses desse agregado conservador, pela política exterior de Bismarck, sustentou a vertente econômica da rivalidade teuto-russa (BRIDGE; BULLEN, 1980), e a tradição antidemocrática do processo político aplainou o caminho para a demagogia populista dos nacionalistas radicais do período posterior a 1896 (MOMMSEN, 1995).

• 3.4 A realização plena da hegemonia européia no mundo: o novo imperialismo

A repentina retomada das conquistas coloniais, por parte das grandes potências européias (exceto a Áustria-Hungria), foi uma das características mais marcantes do período de 1871 a 1914. Antes de 1876, a Inglaterra e a Rússia eram as únicas potências coloniais de expressão, que, em conjunto, dividiam entre si uma grande parte dos 44 milhões de quilômetros quadrados de território colonial. Uma pequena parcela desse domínio foi reivindicada por potências coloniais de menor porte, como a França, os Países-Baixos, a Espanha e Portugal. Por volta de 1900, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, bem como o Japão e os Estados Unidos, tinham ingressado no clube das potências coloniais e o território sob domínio colonial quase dobrara, alcançando 70 milhões de quilômetros quadrados.

Esta onda colonialista do final do século XIX é descrita na literatura como o “novo imperialismo”. O atributo “novo” é dado para acentuar a diferença entre a expansão colonial da Europa durante o mercantilismo e esta retomada de atividades colonialistas no século XIX. Inexiste consenso na literatura sobre uma definição da expressão “novo imperialismo”, nem sobre a delimitação temporal desse fenômeno. Enquanto alguns autores querem ver o termo “imperialismo” restrito à época entre 1890 e 1914, outros caracterizam todo o período entre 1871 e 1914 como imperialista. Alguns autores tratam as conquistas territoriais de depois de 1871 como um fenômeno novo; outros vêem uma continuidade acentuada entre elas e o imperialismo informal do livre-comércio anterior a 1871, ou consideram-nas parte de um processo singular de ocidentalização do mundo que vinha ocorrendo desde o século XVI.

Do ponto de vista das relações internacionais, as atividades imperiais das principais potências européias, no final do século XIX, dividem-se em dois períodos marcantes:

a) o período até 1890, em que as ambições coloniais dos Estados europeus não redundavam em muitas tensões entre as potências. Pelo contrário, a expansão no ultramar servia, enquanto ainda existisse território suficiente para dividir, como válvula de segurança para as

pressões na Europa. As rivalidades coloniais desenvolveram-se neste período de forma relativamente independente da situação na Europa;

b) a partir de 1890, quando o mundo estava de fato dividido, a concorrência colonial aumentava e as tensões fora e dentro da Europa misturavam-se cada vez mais. A partir de 1890, a política européia mundializou-se (GIRAULT, 1979) e a concorrência colonial elevou as tensões na Europa.

3.4.1 A partilha da África

A partilha da África entre as potências européias representa o fenômeno mais espetacular e, ao mesmo tempo, menos compreensível do novo imperialismo. Por volta de 1876, só 10% do território africano estavam sob domínio colonial: incluíam a colônia francesa da Argélia, a colônia britânica do Cabo, os resíduos marginais do primeiro Império Português e algumas pequenas posses territoriais no litoral da África Ocidental, que serviam à Grã-Bretanha e à França, sobretudo como bases políticas e comerciais do comércio legítimo. Entre o início do século XIX e 1870, a inserção da África no sistema internacional baseava-se nos princípios do imperialismo informal do livre-comércio, sem conquista de território. A Inglaterra, principalmente, buscou substituir, na África Ocidental, o comércio de escravos pela exportação de produtos agrícolas, ou seja, procurou praticar o chamado comércio legítimo. A relevância da África para a Europa reduziu-se durante o século XIX. Com exceção do valor estratégico, no caso do Egito (em relação ao caminho marítimo para a Índia), e do valor econômico da África do Sul após 1870 (descoberta de diamantes e, posteriormente, de ouro), o continente africano esteve marginalizado no cenário mundial durante o século XIX. Ainda em 1860, a Grã-Bretanha considerou a idéia de abandonar a maioria dos pequenos territórios coloniais no litoral da África Ocidental e dedicar-se exclusivamente ao comércio, sem o “fardo” das conquistas coloniais. Da mesma forma, Bismarck expressou, na década de 1870, sua profunda rejeição a um engajamento colonial da Alemanha, que ele considerava um luxo pomposo sem retorno econômico.

Mesmo assim, num ataque de febre colonial, os Estados europeus partilharam entre si, a partir de 1876, quase a totalidade do continente. A posse colonial, que abrangia 10% do território africano, passou a cobrir, em 1900, 90%. Apenas a Libéria e inicialmente a Etiópia escapavam do imperialismo europeu.

Essa *scramble for Africa* (corrida colonialista pela África) começou em 1876, com as iniciativas francesas de abandonar a restrição colonial aos pequenos territórios no litoral do Senegal e de desembarcar na conquista territorial do interior da África Ocidental. Em princípio, era uma iniciativa local dos militares franceses presentes no Senegal, todavia com a proteção decisiva do governo francês. Os interesses comerciais ingleses, estabelecidos nessas regiões e também na África Equatorial, o segundo alvo da cobiça colonial francesa, pareciam ameaçados. Quando a França fechou em 1882 um tratado com o rei dos tiv, no rio Congo, os planos do rei belga Leopoldo II, que procurava realizar na África Equatorial o seu sonho de um grande império ultramar, também foram postos em risco. Com medo do protecionismo comercial dos franceses, a Grã-Bretanha usou Portugal como defensor dos seus interesses e reconheceu as antigas reivindicações territoriais portuguesas na África Equatorial em troca de garantias de livre acesso comercial. Isso suscitou oposição por parte de outras potências européias, especialmente da Alemanha. No contexto das relações internacionais, porém, essas disputas no continente africano, durante a década de 1880, podem ser consideradas marginais (BRIDGE; BULLEN, 1980).

A Conferência de Berlim de 1884-1885 realizou-se em conseqüência direta desses conflitos emergentes entre as potências européias na África. Bismarck quis apresentar-se como mediador desinteressado, mas, em verdade, tinha o propósito de tirar proveito dos antagonismos coloniais para sua política européia. Na conferência, da qual participaram todas as potências européias e os Estados Unidos, não foi decidida a partilha da África nem foram estabelecidas as fronteiras entre as colônias. O objetivo principal foi a manutenção do livre-comércio nas regiões disputadas na bacia do Congo pela França, por Portugal, pela Bélgica e pela Grã-Bretanha. Isso foi decidido no espírito consensual do Concerto Europeu. O que lhe deu relevância histórica, porém, não foram as suas resoluções em relação ao

livre-comércio, mas, sim, as resoluções potencialmente protecionistas. Os participantes definiram condições mais duras, segundo as quais as aquisições coloniais seriam reconhecidas pelos outros Estados europeus. Por fim, decidiu-se a chamada ocupação efetiva como critério-chave de reconhecimento de domínio colonial pelas potências européias. Com isso, a presença mais informal, baseada no comércio legítimo, não serviria mais para definir domínio colonial.

Uma vez definida essa condição, a Conferência de Berlim provocou a dramática intensificação do *scramble for Africa*. A Grã-Bretanha, apreensiva com o protecionismo colonial dos outros Estados, articulava, então, suas reivindicações territoriais, cuja meta era assegurar posições estratégicas em relação ao caminho marítimo para a Índia e o domínio sobre regiões com interesses comerciais britânicos, como Nigéria e Gana. Em vários acordos, Grã-Bretanha, França e Alemanha definiram, entre 1885 e 1890, as fronteiras exatas das esferas de influência e das colônias: a partilha da África foi finalizada.

Além da bacia do Congo e da África Ocidental, o Egito tornou-se um terceiro foco de disputas coloniais entre a França e a Inglaterra. Com a inauguração do Canal de Suez, em 1869, o país tornou-se o ponto-chave do caminho marítimo para a Índia britânica e, deste modo, ocupou um lugar estratégico na rede mundial do Império Britânico. As tentativas de modernização do Estado egípcio, com empréstimos, conduziram-no à dependência financeira da Inglaterra e da França, que juntas intervieram, em 1876, na administração das finanças egípcias. Essa tutela exercida pelas duas potências e a crescente presença européia no Egito provocaram uma resistência protonacionalista (ROBINSON; GALLAGHER, 1961). A França recuou diante de uma intervenção militar e, conseqüentemente, a Grã-Bretanha invadiu o país sozinha e atribuiu-lhe o *status* de protetorado no Império Britânico. Em relação ao Egito, piorou o antagonismo colonial anglo-francês, que culminou na crise de Fashoda, de 1898. Para assegurar o Egito e o Rio Nilo estrategicamente, a Grã-Bretanha estendeu seu domínio colonial a Sudão (administrado com o Egito), Uganda e Quênia.

Bismarck procurou instrumentalizar o antagonismo ultramarino entre a França e a Inglaterra para, dessa forma, isolar a França de um potencial aliado. Procurou estimular a aventura colonial da França, numa tentativa

duvidosa de desviar as energias revanchistas da França da Alsácia-Lorena para além-mar. Assim, em 1878-1879, sinalizou positivamente à França para que ocupasse a Tunísia, o que produziu protestos veementes por parte da Itália, que tinha interesses coloniais na região. O próprio Bismarck, que era o oposto de um entusiasta colonial, atribuiu às conquistas coloniais uma certa relevância com a conservação do *status quo* europeu. Em meados de 1880, porém, transformou-se em pouco tempo num protagonista colonial e sancionou conquistas alemãs na África (África do Sudoeste alemã, Camarões, Togo: 1884; África Oriental alemã: 1885) e na Ásia (partes de Papua Nova Guiné, inclusive algumas ilhas no Pacífico).

O quarto foco de atividade colonial da década de 1880 era a África Austral, que experimentava uma inserção no sistema mundial diferente da que ocorria no restante da África. Tendo sido fundada como estação de abastecimento da Companhia Holandesa das Índias Orientais, a colônia do Cabo desenvolveu-se lentamente nos séculos XVII e XVIII para transformar-se numa pequena colônia de imigração européia. No ano de 1795 e, pela segunda vez, em 1806, como conseqüência das guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha ocupou o Cabo e pôs fim ao domínio holandês que durava mais de 200 anos. Em seguida, a dinâmica da colonização na África Austral foi determinada pelos seguintes fatores:

a) a ocupação mais sistemática do território pelos colonizadores britânicos, que empurravam as fronteiras da colonização cada vez mais para o interior;
b) a migração dos colonizadores de origem holandesa (bôeres) para o interior do subcontinente, a fundação pelos bôeres de várias repúblicas independentes (Natal, Transvaal, Estado Livre de Orange) e as sucessivas anexações britânicas desses territórios desde 1845;
c) a descoberta de diamantes na Griqualândia, em 1867, e das maiores jazidas de ouro do mundo em Transvaal, em 1885, o que modificou radicalmente a história da África Austral.

Tendo o ouro como fundamento da economia, a África do Sul tornou-se uma colônia de povoamento branco que, sozinha, atraía mais imigrantes brancos do que o resto da África. A partir de então, a política da Grã-

Bretanha era influenciada profundamente pelo valor econômico da região. Em 1871, a Grã-Bretanha anexou a área dos diamantes e juntou-a à colônia do Cabo. Em 1880-1881, ocorreu a primeira guerra entre as tropas britânicas e a república bôer de Transvaal, na época ainda extremamente pobre. A Grã-Bretanha seguiu uma política de limitação do conflito e concedeu ao Transvaal independência limitada. Após a descoberta das jazidas de ouro, a Grã-Bretanha empreendeu duas tentativas de tomar o poder no Transvaal. Em 1895, no ataque de Jameson (*Jameson Raid*), as tropas da Rodésia do Sul (que era colônia britânica) invadiram o Transvaal, com a intenção de derrubar o governo. Para justificar a invasão, o imperialismo inglês tentou provocar uma revolta dos imigrantes não bôeres (dos *uitlanders*) contra o governo bôer. A revolta fracassou rapidamente e a invasão terminou num fiasco, forçando a queda de Cecil Rhodes do cargo de primeiro-ministro da colônia do Cabo. As relações anglo-bôeres pioraram drasticamente, dando origem à segunda guerra sul-africana (1889-1902), na qual a Grã-Bretanha usou o seu grande potencial militar contra os bôeres. A guerra foi conduzida com extremo rigor, sobretudo contra a população civil bôer e resultou no apogeu do isolamento internacional britânico. A vitória inglesa custou as vidas de sete mil soldados britânicos e de 35 mil bôeres.

Com o triunfo sobre o subimperialismo dos bôeres, a Grã-Bretanha afirmou a sua hegemonia regional, com a declaração de protetorado sobre a Betchuanalândia, contra a Alemanha, que tinha anexado a África do Sudoeste e com a declaração de protetorado sobre Nyasalândia, contra Portugal, que pretendia estabelecer um vasto corredor de domínio entre Moçambique e Angola.

A partilha da África não se igualava à conquista colonial, já que tinha de realizar-se vencendo a resistência dos povos indígenas. A reação destes à ameaça externa foi muito diversificada e tributária da situação. O leque das reações estendeu-se de uma aberta colaboração com os europeus à prolongada resistência armada. Alguns povos africanos também usaram meios diplomáticos contra a ameaça imperialista; outros tentaram manipular a competição das potências européias e locais (como os bôeres) para ganhar concessões e mais autonomia. Muitas vezes, o mesmo povo utilizou toda a variedade de reações contra a ameaça colonial. Por exemplo, os sotho, no Estado Livre de Orange, na África Austral, lutaram contra o imperialismo

inglês na década de 1870; posteriormente, negociaram e aceitaram um protetorato inglês sobre a região em 1868; retomaram as armas em 1880; voltaram a negociar o protetorato em 1884. A reação aos europeus dependia igualmente das tensões e dos conflitos sociais e políticos nas sociedades africanas e entre elas. Muitas vezes, o expansionismo de sociedades fortes contra os seus vizinhos levou estes a colaborarem com os europeus. Em geral, a luta anticolonial era fragmentada e raramente ela conseguiu superar as divisões que marcaram a política pré-colonial africana. As poucas exceções a esta regra eram casos de resistência coordenados por movimentos religiosos, especialmente islâmicos. Apesar da esmagadora supremacia militar dos europeus, que nunca havia sido maior do que no último quartil do século XIX, o processo de "pacificação" colonial demorou até o início do século XX, em alguns casos, como o de Angola, até a década de 1920, e, no caso do Marrocos, até 1933. A única derrota militar decisiva sofrida pelos europeus, e que afastou o perigo da colonização, foi a da Itália na batalha de Adoua contra a Etiópia, em 1896. Ela pode ser atribuída, em grande parte, às compras volumosas de armamento moderno pela casa real etíope e ao alto grau de coesão militar do reino.

3.4.2 O imperialismo formal e o informal na Ásia

Enquanto o imperialismo do final do século XIX caracterizava-se, na África, por extensas conquistas territoriais e, na América Latina, pela continuação de influência informal, na Ásia, ele combinou essas duas características. A Índia, como coração do Império Britânico, permaneceu no controle colonial formal de Londres, principalmente no modelo de dominação indireta (*indirect rule*), que instrumentalizou as elites tradicionais no exercício do poder colonial. A implementação da estratégia britânica de manter a segurança das fronteiras do império colonial, na Índia, provocou vários conflitos com a Rússia e a França. A Rússia continuou a exercer, no último quartil do século XIX, o seu imperialismo continental, enquanto a França voltou-se para as conquistas coloniais da Península da Indochina (Vietnã, Laos, Camboja). Na Ásia, os Estados Unidos surgiram, pela primeira vez, como potência colonial, e o moderno Japão impôs-se contra a China (1894) e a Rússia (1904-1905) como potência de protetorado da Coréia.

O imperialismo britânico, que, por longo tempo, durante o século XIX, manteve-se como potência imperial hegemônica na Ásia, viu-se, no final do século, empurrado para a defensiva, em virtude das conquistas territoriais da França e da Rússia. A resposta inglesa consistiu na ocupação de regiões estratégicas e na conclusão da aliança anglo-nipônica, em 1902.

A Rússia investiu no sudeste e no leste, nas fronteiras da esfera de influên cia britânica. Em 1884, tropas russas envolveram-se em uma batalha com tropas afegãs, o que foi considerado pela Grã-Bretanha uma ameaça à fronteira oeste da Índia. A Grã-Bretanha aprontou-se para uma escalada militar do conflito, mas a Rússia recuou, em função da crise da Bulgária. A Grã-Bretanha não anexou o Afeganistão, mas o manteve formalmente como um Estado independente — na prática, como uma semicolônia. Na concepção estratégica britânica, o Afeganistão servia como Estado-tampão entre a Rússia e a Índia.

Vistas pela perspectiva britânica, as fronteiras do leste da Índia foram ameaçadas pela expansão colonial da França na Indochina. A França, que ocupava a Cochinchina desde 1867, decidiu, em 1882, após muitas hesitações, ampliar o seu domínio sobre os territórios de Annam e Tonkim

(Vietnã), que eram Estados tributários ao Império Chinês. Depois de uma derrota militar pelas tropas francesas, no ano de 1885, a China foi forçada a concordar com o protetorado francês sobre a região. Finalmente, em 1893, a França declarou o seu protetorado colonial sobre o Laos. Embora as tensões entre a França e a Grã-Bretanha tenham-se acentuado, a Grã-Bretanha não interveio diretamente contra a expansão colonial francesa. Em vez disso, estendeu e fortaleceu seu domínio colonial na Malásia (para proteger Cingapura) e anexou a Birmânia, para segurar a fronteira do leste da Índia. O Sião (Tailândia) manteve a independência política por causa da sua utilidade como Estado-tampão entre as esferas coloniais britânica e francesa.

A China escapou por pouco da partilha de seu território pelas potências européias. Desde a primeira Guerra do Ópio, em 1839-1842, a principal atividade dos Estados imperialistas consistia na abertura da China às mercadorias européias e norte-americanas e em conseguir privilégios diplomáticos para os europeus, o que, de fato, levava a uma limitação significativa da soberania chinesa. Abriram-se mais de 100 portos, e estacionaram-se tropas estrangeiras em Pequim. A partir de 1853, a Rússia e o Japão iniciaram a ocupação de regiões periféricas do Império Chinês. No final do século XIX, durante a chamada *scramble for concessions*, a Rússia, a França, a Alemanha e o Japão começaram a dividir a China em esferas exclusivas de influência, o que podia ser visto como uma préetapa para uma divisão colonial. O levante Boxer, no nordeste do país, que representou uma violenta reação popular contra a ocidentalização, os estrangeiros e as concessões, foi derrotado pelas potências européias numa ação militar conjunta. Mas essa resistência mostrou flagrantemente aos europeus os custos e os perigos de uma ocupação colonial da China. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e a Inglaterra demostraram determinação de defender a política de livre acesso comercial à China, o que, com as repercussões do levante Boxer, poupou a ela o destino africano da partilha. A China e as regiões sob sua influência tornaram-se o alvo principal do expansionismo ultramarino japonês e, assim, viraram palco de conflitos entre o Japão e a Rússia.

Mesmo antes da revisão dos tratados desiguais que estipularam, como no caso da China, a abertura do Japão, privilégios e extraterritorialidade dos estrangeiros, o Japão já havia reivindicado, com sucesso, diversas ilhas e

arquipélagos ao norte e ao sul do seu território. A vitória contra a China, em 1895, transferiu a ilha de Formosa, as ilhas dos Pescadores e, temporariamente, Port Arthur para o Japão, e garantiu-lhe a hegemonia informal sobre a Coréia, que foi anexada em 1910. O Japão reservou-se os mesmos privilégios comerciais e políticos que as outras potências imperialistas já tinham extraído da China. Com a vitória contra a Rússia, em 1905, a influência japonesa ampliou-se no continente asiático, principalmente na Manchúria do Sul. Durante a Primeira Guerra Mundial, a expansão japonesa no território chinês ganhou novo êxito. Em 1931, finalmente, o Japão retomou, com a invasão da Manchúria, as conquistas territoriais em grande escala, iniciando as hostilidades que depois se integraram à Segunda Guerra Mundial na Ásia.

3.4.3 O início do imperialismo americano

Enquanto as atividades coloniais dos Estados europeus podem ser vistas em uma longa tradição imperial, o imperialismo dos Estados Unidos do fim do século XIX foi um fenômeno novo. Durante muito tempo, no século XIX, os Estados Unidos consideravam-se, apesar da influência financeira e informal na América Latina, um Estado decididamente antiimperialista, com as suas origens na luta anticolonial contra a Grã-Bretanha. A intervenção em Cuba e a guerra hispano-americana (1898) levaram à virada, porém ela provocou uma ampla oposição interna. O grande movimento anticolonial reunia, entre outras, personalidades tão diferentes como o magnata do aço Carnegie e o escritor Mark Twain.

O apoio americano à revolta cubana contra a opressão colonial espanhola baseou-se, de início, em idéias humanitárias e liberais. O governo dos Estados Unidos e especialmente o Presidente MacKinley queriam evitar a guerra. Entretanto, a opinião pública americana e a imprensa empurraram-no para um engajamento direto em Cuba. Quando um navio de guerra americano foi afundado no porto de Havana, os Estados Unidos expulsaram os espanhóis de Cuba e de Porto Rico. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos destruíram a frota espanhola em águas filipinas, ocuparam, com os rebeldes filipinos, a cidade de Manila e terminaram com o colonialismo espanhol na

Ásia. Cuba recebeu formalmente a independência; Porto Rico, as Filipinas e Guam tornaram-se colônias americanas. O que começou como uma luta de libertação anticolonial resultou em conquistas coloniais. Em 1899, a resistência nacionalista filipina ergueu-se contra os Estados Unidos, que a subjugou com 70 mil soldados. Com a Emenda Platt de 1901, Cuba foi declarada um protetorado americano. Embora a emenda à constituição cubana fosse revogada em 1934, o país foi mantido na situação de uma semicolônia até a vitória da revolução, em 1959.

Começando com a guerra contra a Espanha, os Estados Unidos gradativamente se afastaram da sua tradição de isolacionismo e chegaram a exercer uma política mais afirmativa, especialmente no Caribe e no Pacífico. A política exterior de Theodore Roosevelt, que presidiu os Estados Unidos entre 1901 e 1909, orientou-se pelo lema *speak softly and carry a big stick* ("fale suavemente e carregue um grande porrete"), que simbolizou a nova política.

O imperialismo americano agia em três frentes. A política na América Central tinha como objetivo a criação de um "Mediterrâneo americano", dominado pelos Estados Unidos. Essa política ganhou impulso com a intervenção no istmo do Panamá, em 1902, e a construção do canal entre 1907 e 1914. No Caribe, os Estados Unidos sentiram-se livres para manter a sua hegemonia, quando necessário com intervenções militares e ocupações duradouras, como aconteceu em Cuba (1906-1909, 1911-1912, 1917-1922), na República Dominicana (1905, 1916-1924), no Haiti (1915-1934), no México (1914 e 1916) e na Nicarágua (1909-1933). Para facilitar a construção do Canal do Panamá em um ambiente politicamente mais favorável, os Estados Unidos ajudaram na revolta panamenha contra a Colômbia, que governava o Panamá e que se opusera aos termos de arrendamento da zona do canal. Independente da Colômbia, o Panamá converteuse, na prática, em um protetorado norte-americano.

Na América do Sul, os Estados Unidos estavam em concorrência, principalmente econômica, com a Grã-Bretanha, cujo imperialismo econômico-financeiro ainda liderava no subcontinente. Os Estados Unidos não recuaram, intervindo na política interna dos Estados latino-americanos sempre que os interesses americanos eram ameaçados (entre outros exemplos: Chile, 1891; Brasil, 1893-1894; Venezuela, 1895-1896). A

Doutrina Monroe, em princípio concebida para a defesa da independência dos Estados americanos, transformou-se, na virada do século, em um instrumento de defesa de interesses econômicos norte-america-nos contra a concorrência européia e, também, servia para legitimar as abertas e ocultas intervenções norte-americanas na política interna dos Estados latinoamericanos independentes.

A terceira esfera da presença do imperialismo americano estava na Ásia Oriental e no Pacífico. A conquista das Filipinas, a ocupação de Wake e Guam, assim como a anexação do Havaí, no ano de 1898, só podem ser compreendidas como vinculadas aos interesses americanos na China. Estes se manifestaram na defesa da política de porta aberta (*open-door policy*), uma política que os Estados Unidos viam cada vez mais ameaçada pelas ambições territoriais dos concorrentes europeus. O interesse maior dos Estados Unidos não era a construção de um império colonial em si; em verdade, viam as suas posses coloniais na Ásia como um trampolim para o mercado chinês, cujo potencial imediato era superestimado por eles e também pelos Estados europeus na época.

3.4.4 O novo imperialismo: um conceito controverso

O debate científico e político acerca da explicação e da caracterização conceitual do imperialismo do final do século XIX engendrou uma multiplicidade de teorias e paradigmas. Coloca-se em questão se fenômenos tão diferentes como a conquista francesa de imensos territórios da África Oriental e Central, totalmente irrelevantes para a Europa em termos econômicos; a construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá com capitais ingleses, franceses e alemães; a abertura dos mercados chineses; e, ainda, a concorrência anglo-teuto-americana pelos mercados latino-americanos podem ser reduzidos a um denominador comum chamado imperialismo. Teriam as diversas atuações das potências européias no ultramar (assim como as do Japão e dos Estados Unidos) as mesmas causas, os mesmos motivos e as mesmas dinâmicas? Em que consistem as relações entre imperialismo e colonialismo, bem como entre a economia da Europa, com os seus ciclos, e a expansão imperialista no ultramar? O imperialismo do final do século XIX significa simplesmente a continuação da expansão européia do século XVIII, ou seria um fenômeno radicalmente novo, vinculado ao capitalismo avançado da segunda revolução industrial na Europa?

Opta-se aqui por um significado amplo e aberto do termo imperialismo, que abrange a dominação das potências européias (e também dos Estados Unidos e do Japão) sobre o sul do planeta, tanto direta (isto é, a conquista territorial do imperialismo formal) quanto indireta (imperialismo informal), ou seja, por meio de relações econômicas e políticas assimétricas. A distinção entre imperialismo formal e informal (ROBINSON; GALLAGHER, 1961) é considerada apenas gradual e não raro se esvai.

Supõe-se também que não há uma explicação monocausal do imperialismo do final do século XIX. A política dos Estados europeus no ultramar, entre 1870 e 1914, tinha causas, motivos e dinâmicas diversas, e não pode ser atribuída a uma causa prevalente, como a um cálculo econômico (busca de mercados, matérias-primas ou oportunidades para investimento de capital) ou à sua funcionalidade no cenário político europeu. Certamente, a depressão econômica de 1873 a 1896, a concorrência crescente entre os Estados europeus e o recrudescimento do protecionismo

representam fatores que, com o nacionalismo, marcaram decisivamente a mentalidade da época. Esses fatores econômicos formam o pano de fundo do imperialismo sem representar sempre, no entanto, sua causa ou motivo direto.

Considerando o *background* comum da mentalidade da época, os imperialismos dos diversos Estados, com seus desdobramentos regionais, podem ser explicados individualmente. Em geral, pode-se argumentar que a atuação dos Estados europeus e dos Estados Unidos na América Latina esteve sob forte influência de interesses econômicos claramente definidos. Assim, em 1913, 25% de todos os investimentos e empréstimos externos ingleses concentravam-se na América Latina (CAIN; HOPKINS, 1993). A política européia e a estadunidense com relação à China caracterizaram-se por expectativas incrivelmente fortes quanto ao seu potencial como parceiro comercial. O sonho de que o país mais populoso do mundo tornar-se-ia um mercado para os produtos ocidentais necessitaria, contudo, mais de 100 anos para dar sinais de possibilidade de realização. Em 1885, o comércio da Inglaterra com a China mal passava de 1% do comércio exterior inglês (LOWE, 1994).

O subcontinente indiano possuía grande valor econômico e alto significado simbólico para a Inglaterra. A Índia era importante para o sistema financeiro britânico, útil à indústria inglesa e necessária para investimentos ingleses no exterior (CAIN; HOPKINS, 1993). No Império Britânico, a Índia representava o maior mercado para os produtos ingleses e a segunda maior destinação de investimentos externos, depois do Canadá. Sobretudo, as indústrias da primeira fase da revolução industrial (especialmente a indústria têxtil do Lancashire), em declínio no mercado mundial, tinham no mercado indiano a garantia de sobrevivência. A política mundial inglesa do século XIX definia a Índia como prioridade irrenunciável, cuja proteção, em larga escala, determinava a política colonial no Mediterrâneo, no Egito, no Afeganistão e no sudoeste asiático.

A política européia no Oriente Próximo e com relação ao Império Otomano foi durante muito tempo influenciada por considerações estratégicas como a da defesa da rota marítima para a Índia. O Império Otomano também assumiu importância, no contexto da política de equilíbrio européia, como contrapeso à Rússia no sul e sudoeste da Europa. Com a

ocupação do Egito, na década de 1880, o Império Otomano perdeu, aos olhos da Inglaterra, muito da sua importância estratégica. Nessa mesma época, o Império Otomano transformou-se numa peça importante no tabuleiro dos imperialismos financeiros alemão e francês.

A explicação mais difícil é a do engajamento colonial da Europa na África, tanto pela abrupta alteração da política européia para o continente quanto pelo pouco sentido que fazia, dos pontos de vista econômico e político, a conquista dos territórios africanos. A explicação para a partilha da África concentrou-se, até a década de 1960, nos motivos econômicos (exportação de mercadorias e de capital). Em seguida, ganharam importância as teorias políticas baseadas em estratégias globais, prestígio nacional ou manutenção do equilíbrio europeu como fatores decisivos. Paralelamente, desenvolveram-se tendências para explicar o colonialismo como um fenômeno sustentado pela psicologia e pela mentalidade de massas (atavismo social, darwinismo social) ou como expressão de nacionalismo exacerbado (nacional-imperialismo). As explicações centradas na própria África interpretam a sua partilha como reação à resistência africana contra a penetração comercial e cultural do continente pelo imperialismo informal do livre-comércio desde a abolição do tráfico de escravos (HOPKINS, 1973).

Apesar da grande consistência das interpretações e do aumento considerável do conhecimento sobre esse período, nenhuma das abordagens monocausais convence. Não se pode isolar nenhuma razão como genericamente predominante na partilha da África. Os diversos imperialismos tinham suas razões próprias, que amiúde se modificaram. Assim, a intromissão do rei da Bélgica, Leopoldo II, que provocou uma das primeiras fagulhas para a subseqüente *scramble for Africa*, deve ser vista, em princípio, como um ato isolado, individual, sustentado por devaneios inespecíficos de um grande império. Durante longo tempo, o rei dos belgas manteve seus súditos e sobretudo os grandes industriais no escuro acerca de suas intenções, pois temia uma vigorosa oposição a um engajamento colonial.

A participação de Portugal na partilha da África e a fundação do terceiro Império Português é objeto de grande polêmica. Hammond enfatiza que o caso de Portugal seria o melhor argumento contra as teorias econômicas do imperialismo. A economia subdesenvolvida de Portugal não tinha qualquer

interesse nas colônias africanas nem dispunha de potencial para explorá-las. A expansão ultramarina de Portugal após 1870 orientou-se por questões de prestígio, levada pela nostalgia dos velhos tempos do primeiro e segundo impérios e pela idéia de que a posse de grandes extensões coloniais seria uma espécie de justificativa e garantia da sobrevivência de Portugal como país independente. Por fim, o colonialismo português seria um reflexo compensatório à marginalização de Portugal pelas potências européias. Clarence-Smith contrapõe, porém, que o motivo principal da expansão colonial portuguesa teria sido a busca de mercados protegidos e a superação da carência crônica de divisas de Portugal.

O colonialismo francês no final do século XIX é interpretado pela maioria dos autores como reação à derrota francesa na guerra franco-prussiana de 1870-1871. Essa experiência traumatizou a consciência nacional e a direita colonial buscava defender a expansão como "remédio contra a decadência e a displicência interna" (ZIEBURA, 1975). O imperialismo da França seria uma correção de sua própria introversão, a tentativa de manter o *status* de grande potência já comprometido. No entanto, o engajamento colonial não refletia uma política consensual. As intervenções coloniais foram impostas, de acordo com Ziebura, contra uma resistência maciça da sociedade, tanto da esquerda quanto da direita, num jogo entre o governo e "grupelhos estratégicos" que se formavam caso a caso. Brunschwig argumenta de forma semelhante, considerando ainda a iniciativa expansionista dos núcleos coloniais de militares franceses humilhados pela derrota de 1870-1871 como fator decisivo da corrida pela África. Isso, por exemplo, explica a ampliação dos pequenos territórios coloniais na costa africana, especialmente no Senegal, datados da fase do imperialismo informal, para um imenso império colonial no interior da África Ocidental.

O ingresso da Alemanha no círculo das potências coloniais também levou os especialistas às mais diversas interpretações. Os interesses coloniais econômicos da Alemanha, na África, eram e continuaram sendo marginais durante todo o século XIX, embora projeções difusas do valor potencial das colônias tenham contribuído, na crise de 1873-1896, para popularizar as idéias imperialistas. Bismarck nunca se deixou transformar, ao longo de seu governo, em um defensor convicto da aventura colonial nem escondeu, mesmo depois da conquista de colônias na África, sua rejeição a esse tipo

de política mundial e sua clara preferência por uma política continental. Sempre esteve convencido das vantagens de um imperialismo de livre-comércio. O comportamento de Bismarck foi, assim, no sentido de um colonialismo oportunista, isto é, ele concordava com a conquista colonial como meio para realizar outros objetivos políticos. Por um lado, esperava ele, com seu desvio pela política colonialista, obter nas eleições de 1884 uma maioria operacional no Reichstag (parlamento alemão). Por outro lado, a conquista colonial desempenhava certo papel em sua política de manutenção do *status quo* na Europa: era sua intenção formar, com a França, um contrapeso à Inglaterra no plano mundial, cujos efeitos atingiriam a Europa (HILDEBRAND, 1989). Taylor argumenta que o objetivo principal da política colonial de Bismarck teria sido a tentativa de aproximar-se da França. Esse possível ensaio de uma *entente* colonial com a França fracassou, no entanto, logo no início de 1885, com a queda do primeiro-ministro francês Jules Ferry, decidido defensor do colonialismo francês, e o retorno da Alsácia-Lorena ao centro das preocupações do nacionalismo na França, desencadeando uma onda de revanchismo contra a Alemanha.

Além disso, uma espécie de calculismo social-imperialista também teve sua importância no colonialismo alemão, na medida em que se buscou transformar o prestígio na política exterior em fator de estabilização do sistema na política interna. O ativismo imperialista serviu a Bismarck, na opinião de Wehler, como instrumento maquiavélico de compensar a recusa de reformas sociais e políticas internas com prestígio de uma potência colonial.

O novo colonialismo inglês na África foi sobretudo reativo e preventivo. A Inglaterra permanecia fiel, em princípio, ao livre-comércio e não fechou suas novas colônias a seus concorrentes econômicos. O temor de um protecionismo colonial, principalmente da França, levou a Inglaterra a realizar anexações preventivas, sobretudo na África Ocidental. A recessão da década de 1870 e o recuo da preeminência britânica no mercado mundial forneceram aos anexionistas fôlego adicional. No contexto da África Ocidental, "forças periféricas" ganharam também importância. Fieldhouse considera que o colapso da colaboração entre as elites africanas locais e os britânicos, no intercâmbio comercial, bem como a desarticulação das comunidades locais, resultante do contato econômico e cultural com o

Ocidente, dificultaram a continuidade do imperialismo informal e provocaram intervenções mais diretas. Na África Austral, a importância econômica da região, a ameaça à hegemonia inglesa por parte do subimperialismo dos bôeres e os avanços coloniais de Portugal e da Alemanha conduziram a Inglaterra a novas anexações, enquanto a ocupação do Egito, do Sudão e da África Oriental deve ser vista no contexto dos interesses financeiros no Egito e da relevância estratégica da região para a rota marítima das Índias.

Os outros três imperialismos, ausentes da partilha da África (Rússia, Estados Unidos e Japão), têm explicações específicas. O "imperialismo ferroviário" continental (GEYER, 1987) da Rússia era expressão de uma política tradicional de grande potência, símbolo de seu *status*, a que se atribuía função importante de estabilização e consenso internos. O imperialismo russo era velado (GEYER, 1987), pois o país necessitava, para sua própria industrialização, de grandes importações de capital. O imperialismo norte-americano, fortemente marcado pela tradição inglesa de livre-comércio, não estava interessado na conquista de colônias em si e chegou mesmo a adotar uma retórica anticolonial. Isso não o impediu de anexar territórios, quando se tratava da defesa de seus interesses econômicos concretos e da imposição de mercados livres. O imperialismo japonês na Coréia e na China era reflexo, de um lado, do processo de industrialização do Japão e da percepção, com ele conexa, da necessidade de expansão. De outro lado, ele pode ser visto como emergente de profundas tradições estratégicas do Japão, expressões dos interesses "atávicos" da aristocracia militar.

• 3.5 O surgimento da bipolaridade na Europa e a Primeira Guerra Mundial (1890-1914)

A polarização das principais potências em dois blocos de poder antagônicos é a característica dominante das relações internacionais depois de 1890. Com a celebração da aliança com a Rússia, a França superou o seu isolamento diplomático. A política externa alemã, que era percebida como ameaçadora, levou a Inglaterra a uma aproximação com a França e a Rússia entre 1904 e 1907. Já a partir de 1907, os futuros adversários na Primeira Guerra Mundial estavam em dois blocos opostos: a Tríplice Aliança, que reunia, desde 1882, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália — mas sem ter causado a participação da Itália na guerra ao lado da Alemanha — e a assim denominada Tríplice Entente, que envolvia a França, a Rússia e a Inglaterra.

A conclusão da aliança franco-russa, em 1894, reduziu a semi-hegemonia alemã no continente e estabeleceu uma espécie de equilíbrio entre as potências (SHEEHAN, 1996; KENNEDY, 1989). A eliminação da Rússia como grande potência, causada pela derrota na guerra russo-japonesa (1904-1905), quebrou esse equilíbrio temporariamente. A Alemanha tentou aproveitar-se desse enfraquecimento da Rússia na primeira crise marroquina (1905-1906), assim como na crise da anexação da Bósnia (1908-1909), mas a aproximação da Grã-Bretanha da aliança franco-russa e a recuperação econômico-militar da Rússia restabeleceram o equilíbrio rudimentar entre os dois blocos.

A celebração da aliança franco-russa, o fim do distanciamento britânico da política continental, ou seja, o fim da *splendid isolation*, e a superação dos antigos antagonismos entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a França e a Rússia, de outro, tinham uma causa comum: o temor da política externa alemã, considerada imprevisível, agressiva e ameaçadora. Os tratados entre os parceiros da Tríplice *Entente* eram de natureza defensiva. Da parte da Alemanha e de seus dirigentes, eles foram percebidos como um cerco (*Einkreisung*), como um elo de ferro (*eiserner Ring*) de potências inimigas que se fecharia cada vez mais apertado em torno da Alemanha. A elite dominante da Alemanha sentia-se empurrada para a defensiva; na política interna, pela crescente importância das forças sociais em oposição ao regime guilhermino, sobretudo da social-democracia e, na política externa,

pelo cerco das alianças que, na percepção dos dirigentes alemães, voltavam-se contra a Alemanha. Em julho de 1914, a tentativa de superar essa defensiva com uma dramática “fuga para a frente”, ou seja, com um sucesso diplomático (ou militar) espetacular, que humilharia os adversários, levou a Europa, que se encontrava numa situação generalizada de falta de vontade de manter a paz, à Primeira Guerra Mundial.

Após 1890, o engajamento ultramarino das grandes potências européias adqui riu uma nova qualidade. As conquistas coloniais, durante a época da *Kontinentalpolitik* de Bismarck, muitas vezes amorteceram as tensões européias e pouco influenciaram a essência das relações entre os Estados. Após 1890, pelo contrário, a concorrência fora da Europa entre as potências repercutia na situação interna européia, e os conflitos imperiais aumentaram a tensão no continente europeu. No período após 1890, mais precisamente após 1898, iniciou-se a política mundial (*Weltpolitik*), ou seja, a mundialização (GIRAULT, 1979) da política exterior de todas as potências, não só da política da Alemanha. No entanto, os traços específicos da política mundial alemã fizeram-na parecer ameaçadora. A *Weltpolitik* alemã reivindicou a igualdade de direitos com as outras potências em relação a posses coloniais, quando o mundo já estava dividido. A Alemanha alicerçava as reivindicações em um gigantesco programa de construção naval, que foi designado como um instrumento para extrair concessões políticas à Grã-Bretanha.

Entre 1890 e 1905, a diplomacia tratou sobretudo dos problemas fora da Europa. Após 1905, tensões e conflitos no continente voltaram ao centro das relações européias. Gradualmente, as tensões entre os Estados culminaram em duas crises ocidentais (as duas crises marroquinas) e em três crises no leste da Europa (a crise bósnia, as duas guerras dos Bálcãs e a crise de julho de 1914). Os antagonismos nos Bálcãs propiciaram as causas imediatas da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Após a expulsão do Império Otomano da Europa, confrontaram-se, nos Bálcãs, a Sérvia, aliada da Rússia, e a Áustria-Hungria, aliada da Alemanha.

3.5.1 Crises e alianças (1890-1914)

A saída de Bismarck do poder é interpretada, na literatura, como uma virada decisiva, um *turning point*, não só da política externa alemã, mas também das relações internacionais dos Estados europeus. Contudo, apesar das diferenças fundamentais entre a política continental conservadora de Bismarck e a agressiva *Weltpolitik* da fase guilhermina, identificam-se elementos marcantes de continuidade entre os dois períodos. A deterioração das relações entre a Alemanha e a Rússia, e, em conseqüência, a superação do isolamento da França tiveram início ainda na época de Bismarck. Por outro lado, o novo chanceler alemão, von Caprivi, preservou a orientação principal da política externa de Bismarck. O chamado "novo rumo" da política alemã, depois de 1890, permaneceu na primazia da política européia, isto é, representava a continuação da política continental de segurança de Bismarck, porém com a tentativa de ganhar a Grã-Bretanha como novo parceiro. Ao mesmo tempo, Caprivi seguia a idéia de uma união aduaneira da Europa Central e fechou tratados comerciais com diversos Estados. Em vez de focalizar exclusivamente a ruptura causada pela queda de Bismarck, em 1890, parece mais apropriado tratar os anos entre 1887 e 1897-1898 como um período de transição na política externa alemã. Nesses dez anos, formou-se o antagonismo teuto-russo, que chegou a representar o primeiro elemento-chave da nova inserção da Alemanha no sistema internacional. Com a inauguração, em 1897, da *Weltpolitik* e do programa de construção naval, apresentou-se também a segunda peça-chave do surgimento da bipolaridade nas relações internacionais da Europa: o antagonismo germano-britânico.

Os dirigentes da política externa alemã nunca consideraram possível um pacto entre a Rússia e a França, principalmente em virtude da adversidade de seus sistemas de política interna. A declaração de guerra econômica com o interdito de Lombart, em 1887, o não-prolongamento do tratado de resseguro e as tentativas paralelas da Alemanha de aproximar-se da Grã-Bretanha levaram a Rússia para o lado da França. Em várias etapas diplomáticas, formou-se, entre agosto de 1891 e janeiro de 1894, a aliança franco-russa, cuja duração estendeu-se ao período da Primeira Guerra Mundial, dando um fim ao isolamento diplomático francês de mais de 20 anos. A aliança era um pacto militar defensivo que previa a ajuda militar

mútua no caso de um dos parceiros ser atacado pela Alemanha ou, com a ajuda desta, pela Itália ou pela Áustria-Hungria. No caso de uma mobilização militar de um dos Estados da Tríplice Aliança, a França e a Rússia responderiam em conjunto.

Pela perspectiva da Alemanha, a conclusão da aliança franco-russa criou a possibilidade, sempre muito temida na política alemã, de uma guerra em duas frentes. Para lidar com essa possibilidade, os militares alemães desenvolveram o Plano de Schlieffen, que era encarado como uma "receita sacrossanta de vitória" (WEHLER, 1984) e que a partir daí pregava não só o pensamento militar, como também decisões políticas. Esse plano de campanha militar desenvolveu, na crise de julho de 1914, uma dinâmica fatal própria, predeterminando as decisões políticas. Desenvolvido pelo chefe do Estado-Maior, von Schlieffen, o plano supunha a incapacidade de uma rápida mobilização das forças armadas russas e previa, no caso de uma guerra com a França e a Rússia, conduzir o conjunto das forças armadas alemãs, desprezando a neutralidade da Bélgica, a uma batalha violenta e decisiva contra a França e, após uma rápida vitória, construir a frente do leste contra a Rússia.

A política externa do chanceler Caprivi subestimava a possibilidade de uma aliança entre a Rússia e a França e, ao mesmo tempo, superestimava o potencial de uma aproximação entre a Alemanha e a Grã-Bretanha. Caprivi procurava obter apoio britânico no continente em troca de concessões coloniais. A conclusão do tratado teuto-britânico sobre a Ilha de Heligolândia e Zanzibar, de 1890, marcou um resultado importante nesta *détente* colonial. Mas, já em 1892, a relação teuto-britânica começou a esfriar e a Alemanha tentou, sem êxito, uma reaproximação com a Rússia. Os interesses antagônicos teuto-britânicos no Oriente Próximo e na África ensejaram o início do descontentamento. O telegrama de felicitações do Imperador Guilherme II ao presidente dos bôeres do Transvaal, Ohm Kruger, depois da aniquilação, em 1896, de *Jameson Raid*, marcou uma significativa deterioração da relação teuto-britânica.

No início de 1897, a política externa alemã entrou numa nova fase, a da mãolivre (*freie Hand*) e da *Weltpolitik*, o que fez surgir definitivamente o antagonismo teuto-britânico. Essa nova política externa, iniciada e simbolizada pelo novo ministro das Relações Exteriores e, mais tarde,

chanceler, Bernard von Bühlow, marcou a ruptura definitiva com a política continental de segurança de Bismarck. Definiu como meta não assumir compromissos ou formar alianças (manter a mão-livre) nem com a Rússia nem com a Grã-Bretanha, até que a Alemanha possuísse uma armada suficientemente grande para formar com a Rússia um pacto contra a Grã-Bretanha. A Alemanha reivindicou o que von Bühlow chamava de "um lugar ao sol" e o que ele entendia como igualdade na escala mundial com as outras grandes nações. A Alemanha guilhermina não queria a dominação do mundo, como iria querê-la mais tarde o Terceiro Reich, mas reivindicou uma posição, como grande potência mundial, que correspondesse ao seu poderio econômico. Segundo Bridge e Bullen, o tão aspirado *status* de potência mundial significaria, na prática, que "nenhuma outra potência teria o direito de decidir qualquer assunto (na política internacional), em qualquer lugar do mundo, sem a autorização da Alemanha".

Mas, além das proclamações genéricas de que o futuro da Alemanha estava no mundo todo, a política alemã não transmitia uma definição precisa dos objetivos concretos de sua *Weltpolitik*. Embora existissem planos difusos de uma África Central alemã, assim como planos com respeito à Europa Central, na prática, a política mundial alemã era um movimento sem rumo e sem metas. Esforços e resultados estavam num grotesco desequilíbrio. Após um imenso esforço político, a *Weltpolitik* resultou na aquisição da parte norte de Samoa (1898-1899), do Kiautchou chinês e de alguns pequenos territórios na África negra. Da Espanha foram compradas, em 1899, algumas ilhas, sem valor, no Pacífico. No Oriente Próximo, a Alemanha tornou-se mais presente, depois que o imperador Guilherme II, em 1898, por ocasião de uma viagem a Damasco e a Jerusalém, declarou-se o protetor de todos os muçulmanos do mundo.

O cerne da *Weltpolitik* alemã era a construção de uma marinha de guerra, que deveria aproximar-se em poderio da inglesa e persuadir a Inglaterra da necessidade de fazer concessões substanciais aos planos imperiais alemães. A Inglaterra considerou o programa de construção naval alemão uma ameaça a seus interesses vitais e à sua segurança territorial, ao qual respondeu, militarmente, com a intensificação do esforço próprio de armamento e, diplomaticamente, aproximando-se da França e da Rússia. O discurso público da ameaça alemã à segurança britânica chegou ao clímax no

chamado *navy scare* (pânico naval), em 1908-1909, que se caracterizou por excessos de fobia à Alemanha. A Grã-Bretanha ganhou a corrida armamentista marítima, sobretudo quando ela, a partir de 1906, estabeleceu, com a categoria de *dreadnought*, um novo e mais alto padrão de navio de combate. A situação política e financeira da Alemanha tornava a aproximação de seu poderio ao poderio numérico da armada britânica cada vez mais difícil. No ano de 1911, a supremacia marítima da Grã-Bretanha reduziu-se. Depois desse ano, e especialmente depois de a Alemanha ter desistido da corrida armamentista naval e de ter retornado ao rearmamento febril de seu exército terrestre, a supremacia marítima da Grã-Bretanha voltou a crescer.

A *Weltpolitik* da Alemanha provocou o fim da política britânica de distanciamento do continente europeu, a chamada *splendid isolation*. Depois da Guerra da Criméia, a Grã-Bretanha afastou-se muito da política do continente e dedicou-se ao seu império. Poucas vezes, como na crise da “guerra à vista” de 1875, interveio politicamente em prol da preservação do *status quo* no sistema dos Estados europeus. Dirigiu-se, também, como parte da sua estratégia global, contra uma expansão russa no sul e no sudoeste da Europa, e engajou-se na preservação do Império Otomano na Europa. A conquista solitária do Egito e as simpatias públicas na Europa pelos bôeres, durante a guerra anglo-sul-africana (1899-1902), fizeram aumentar o isolamento da Inglaterra dos outros Estados.

Por volta de 1900, os antagonistas da Grã-Bretanha na escala mundial ainda eram a França e a Rússia. No ano de 1898, a rivalidade colonial com a França chegou, na crise de Fashoda, à beira de um choque militar. Em 1901, a França e a Rússia fecharam um acordo para o caso de uma guerra conjunta contra a Inglaterra. De outro lado, entre a Inglaterra e a Alemanha, existiram, até a virada do século e o desdobramento da *Weltpolitik*, poucos pontos de grave conflito, o que levou a várias aproximações e tentativas de acordo (1895, 1898-1899 e 1901), mas todas frustradas. Em última análise, foram a *Weltpolitik* alemã e a construção naval que tornaram impossível um entendimento com a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha procurou outros parceiros para vencer o seu isolamento. Como primeiro passo, resolveu o conflito com os Estados Unidos que resultou do bloqueio contra a Venezuela em 1902-1903. Ela também se

mostrou disposta a fazer mais concessões aos Estados Unidos na América do Sul e na América Central. A conclusão da aliança anglo-nipônica, no ano de 1902, é considerada na literatura um passo decisivo para o fim da *splendid isolation*. Esse pacto deu ao Japão, na estratégia mundial da Grã-Bretanha, a função de um contrapeso à Rússia no Extremo Oriente e permitiu o retorno de uma parte da frota britânica do Pacífico para a Europa. Para o Japão, o pacto significava o reconhecimento de igualdade diplomática com as outras potências e possibilitou a guerra contra a Rússia (1904-1905) sem a intervenção de outros Estados.

A aproximação entre a Grã-Bretanha e a França também só pode ser compreendida como reação à política externa da Alemanha. A *Entente Cordiale*, fechada entre ambos os Estados em 1904, não era uma aliança, mas um acerto para o apaziguamento dos conflitos coloniais na África do Norte e na Indochina. O âmago do tratado era o reconhecimento da ocupação inglesa do Egito e dos interesses franceses no Marrocos. A conclusão do acordo significou um importante sucesso para o ministro Delcassé, das Relações Exteriores da França, que, depois de trocar a sua política de orientação antibritânica para o *rapprochement* com a Grã-Bretanha, dedicou-se incansavelmente ao fortalecimento de seu novo "sistema" da política exterior (GIRAULT, 1979). Consistia na corroboração da relação com a Rússia, na consolidação da amizade com a Grã-Bretanha e na política, por último vitoriosa, de afastar a Itália da Tríplice Aliança. A Grã-Bretanha oficialmente não entendeu a *Entente Cordiale* como um ato dirigido contra a Alemanha; o Império Alemão, ao contrário, sentiu-se profundamente atingido pela aproximação entre a França e a Grã-Bretanha.

A derrota russa na guerra contra o Japão (1904-1905) e a Revolução Russa de 1905-1906 enfraqueceram o país de tal forma que, temporariamente, caiu para a posição de potência de segunda classe. A paralisação da Rússia transformou o sistema europeu de Estados e provocou a tentativa alemã de romper, com uma política agressiva, a *entente* entre a França e a Grã-Bretanha na primeira crise marroquina. Em março de 1905, o imperador Guilherme II visitou Tânger e reafirmou, por insistência de seu chanceler von Bühlow, a independência do Marrocos, exigindo, ao mesmo tempo, uma conferência internacional sobre o seu *status*. Com isso, von Bühlow questionou o entendimento colonial entre a França e a Grã-Bretanha,

no qual se reconhecia a predominância da influência francesa na região. Na Conferência de Algeciras, porém, no ano de 1906, a Alemanha sofreu uma derrota diplomática grave. Embora o ministro Delcassé, das Relações Exteriores da França, fosse obrigado a se demitir pela insistência da Alemanha e a independência formal do Marrocos fosse confirmada, o domínio informal francês sobre esse Estado foi corroborado e a *Entente Cordiale* saiu fortalecida do conflito. A posição diplomática da Alemanha piorou muito com a primeira crise marroquina e a Inglaterra estava de tal forma preocupada com as intenções da Alemanha que procurou uma aproximação com a Rússia.

Depois do enfraquecimento de 1905, a Rússia mostrou-se disposta a celebrar compromissos com a Grã-Bretanha. Assim como o acordo entre a Grã-Bretanha e a França, a *entente* anglo-russa de agosto de 1907 não era uma aliança formal, mas um pacto para conciliar os atritos coloniais na Pérsia, no Tibet e no Afeganistão. A causa profunda, porém, da aproximação era, segundo Bridge e Bullen, a intenção britânica de evitar uma hegemonia alemã na Europa. A conclusão da entente anglo-russa ampliou a Entente Cordiale para a Tríplice Entente que depois, passo a passo, transformou-se, de fato, numa aliança.

Depois de dez anos de *Weltpolitik*, o (auto) isolamento da Alemanha estava completo e, na sua percepção, o cerco dos inimigos fechava-se. Essas conseqüências catastróficas da política exterior alemã e, principalmente, a provocação, sem nenhuma necessidade, do antagonismo teuto-britânico, levou a historiografia a refletir intensamente sobre os motivos profundos da *Weltpolitik*. Não era a concorrência econômica entre a Alemanha e a Grã-Bretanha que dava o impulso principal para a deteriorização da relação bilateral. Pelo contrário, após 1896, como conseqüência da boa conjuntura mundial, os atritos econômicos diminuíram. As interpretações baseadas nas pressuposições do chamado primado da política exterior, que cedem uma alta autonomia à política externa dos Estados, tendem a mostrar a *Weltpolitik* como uma expressão extrema de tendências generalizadas. Após 1890, argumenta-se: a política externa de todas as grandes potências mundializou-se. Construía-se sobre prestígio, poder e *status*, como valores absolutos e referenciais de comportamento internacional, que determinavam cada vez mais as mentalidades coletivas e das elites dominantes. Uma nova *Zeitgeist*

(mentalidade do tempo) prendia a humanidade a partir da década de 1890. Mas torna-se difícil seguir completamente os partidários da "grande política" e atribuir à política externa uma autonomia *vis-à-vis* à dimensão interna. Sobretudo, a *Weltpolitik* alemã é inexplicável, sem se considerar o seu vínculo com a política interna. A *Weltpolitik* da fase guilhermina, de acordo com Wehler e outros, tem as suas raízes primárias não em objetivos de política externa em si, mas estava planejada como uma estratégia de defesa do sistema político e de pacificação social interna. A política externa da Alemanha tinha como base "a instrumentalização da expansão, numa maneira fria e calculista, [...] para realizar objetivos de política interna" (WEHLER, 1995). A *Weltpolitik* e a construção naval representariam a tentativa (aliás, frustrada) de, por meio de "sucessos exteriores ou de um acionismo exaltante, corroborar a legitimidade do Estado autoritário e desviar da necessidade de reformas sociais e políticas". A *Weltpolitik* deveria, de acordo com Bridge e Bullen, resolver a crise interna do sistema, ou seja, acabar com a ameaça dos trabalhadores e da social-democracia às elites. O império colonial e a construção naval teriam a função de integração social e a grandeza imperial ofereceria uma compensação pelo progresso social e político negado pelo regime dos *junker*.

Essa dependência de legitimação do sistema guilhermino por sucessos na política externa e da demonstração do *status* de uma potência imperial, de um lado, bem como a crescente rejeição da agressiva política alemã pelo sistema de Estados, de outro lado, provocaram um endurecimento dos conflitos internacionais depois de 1908. Com a primeira crise marroquina, voltaram as crises internacionais da periferia do sistema mundial para a Europa e devoraram cada vez mais a possibilidade de compromissos entre as potências.

A chamada crise da anexação da Bósnia, de 1908-1909, demonstrou claramente essa crescente falta de vontade de negociação e estabelecimento de compromisso. A intervenção alemã, em março de 1909, arrastou o conflito regional para o plano de confronto entre as grandes potências e chegou a marcar uma importante etapa no desdobramento da Primeira Guerra Mundial. Desde o Congresso de Berlim de 1878, a ocupação da Bósnia e da Herzegovina pela Áustria-Hungria foi aceita por todas as grandes potências. Em outubro de 1908, a Áustria-Hungria anexou a região porque temia perdê-

la de novo para a Turquia. A Sérvia pleiteava ambas as províncias para si e protestava, com a Rússia, de forma veemente. O prestígio da Rússia como grande potência e também o consenso na política interna russa dependiam muito de sua capacidade de representar e defender os interesses dos eslavos nos Bálcãs. Igualmente para a Áustria, a anexação das duas províncias tinha um duplo valor: mediante o ato, a monarquia dos Habsburgos visava demonstrar o seu poder como grande potência e, ao mesmo tempo, a sua determinação contra o separatismo étnico dos eslavos que integravam o império.

Mas a Rússia ainda estava militarmente enfraquecida, enquanto a Áustria-Hungria estremeceu diante de um confronto a sós com a Sérvia. Uma nota alemã contendo, segundo muitas interpretações, uma ameaça indireta de guerra e um ultimato para que a anexação fosse aceita forçou a Rússia e a Sérvia a recuarem. A Tríplice *Entente* tinha de ceder à ameaça alemã e sofreu uma derrota diplomática muito forte. Mas a Alemanha e a Áustria pagaram um preço alto pelo triunfo. A Rússia passou a uma posição de antagonismo aberto contra a Áustria-Hungria e a dependência da Áustria em relação à Alemanha tornou-se completa. As atividades propagandistas e, também, terroristas do nacionalismo dos eslavos do sul, apoiados pela Sérvia, concentravam-se agora contra a Áustria. A Rússia nunca esqueceu a humilhação pública e acelerou os seus esforços armamentistas. A decisão russa de não passar por uma segunda humilhação imposta pela Alemanha determinou a sua atitude na crise de julho de 1914.

A segunda crise marroquina, em 1911, acentuou o confronto entre os dois blocos, mas terminou desta vez com o recuo da Alemanha, o que foi considerado pela opinião pública alemã uma derrota. À ocupação pela França da capital do Marrocos, em maio de 1911, para dominar uma revolta contra o sultão, a Alemanha respondeu com o envio da canhoneira Panther ao porto de Agadir. A intenção da Alemanha era extrair, com a demonstração de força e em troca do reconhecimento do protetorado francês sobre o Marrocos, extensas concessões territoriais na África negra e, desse modo, acrescentar à França uma derrota diplomática. Só a atitude clara da Inglaterra em favor da França fez com que a Alemanha suspendesse seu rumo de confronto e se contentasse com uma pequena parte do Congo. A Alemanha exerceu "uma extensa política de *bluffe*", ostentou-se marcial, talvez sem ter

querido a guerra, mas definitivamente sem ter condições de fazê-la, porque seus parceiros da Tríplice Aliança, a Áustria-Hungria e a Itália, não estavam preparados (HILDEBRAND, 1989). A Alemanha mobilizou sua opinião pública, sobretudo as correntes chauvinistas e belicistas, os chamados *Alldeutsche*, mas depois, na visão destes, praticou uma humilhante retirada.

A segunda crise marroquina fortaleceu a Tríplice *Entente* e a ligação entre a França e a Grã-Bretanha. Ela causou na Alemanha, como também nos outros países da *Entente Cordiale*, conflagrações nacionalistas e uma intensificação da corrida armamentista. A situação internacional piorou drasticamente após 1911 e reforçou-se a certeza, tanto na Alemanha como nos países da *entente*, de que um confronto entre os dois blocos seria inevitável.

A Itália aproveitou-se da fixação das grandes potências na crise do Marrocos para ocupar, contra a vontade dos seus parceiros da Tríplice Aliança, em 1912, Trípoli e, mais tarde, a Líbia, parte do Império Otomano na África do Norte. Enfraquecida a Turquia, a Sérvia e a Bulgária atacaram-na, em outubro de 1912, com a Grécia e Montenegro (estes quatro países formavam a Liga Balcânica), para dividir a Macedônia entre si. A Turquia sofreu uma derrota aniquiladora nessa primeira guerra dos Bálcãs e teve de desistir da quase totalidade dos territórios europeus. Na segunda guerra balcânica, em 1913, houve a disputa das conquistas da primeira. Romênia, Grécia e Sérvia aliaram-se contra a Bulgária, que foi derrotada. A Sérvia duplicou o seu território nessas guerras, mas, por causa da insistência da Áustria, teve, em virtude da criação da Albânia, inibido o seu acesso ao Mar Adriático.

Por causa do envolvimento da Áustria-Hungria e da Rússia, as guerras balcânicas levaram a Europa, de novo, à beira de uma grande guerra, que, neste momento, nem a Alemanha nem a Rússia queriam. A Alemanha não se sentia suficientemente preparada para a guerra naval e obrigou a Áustria-Hungria à moderação. A Inglaterra atuou, da mesma forma, com respeito à Rússia. Bridge e Bullen vêem nisso “um dramático renascimento do Concerto Europeu”. Mas, como conseqüência, as guerras balcânicas serviram para encaixar a última peça do mosaico do conflito que culminou na Primeira Guerra Mundial. A Áustria-Hungria estava alarmada com o crescimento do território da Sérvia e aguardava a oportunidade de um golpe

militar decisivo contra o país, o que ocorreu em julho de 1914, com o assassinato de Franz Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo.

Essas tensões e conflitos entre as grandes potências, que se agravaram dramaticamente depois de 1911, representam só um lado do sistema internacional entre 1897 e 1914, embora ele seja o lado predominante. O outro lado consistiu de tentativas de *rapprochement* e negociações. Tanto entre a Alemanha e a Rússia como entre a Alemanha e a Grã-Bretanha houve, depois da criação dos dois blocos, várias tentativas de *détente*. Os acordos entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, em 1913 e 1914 (sobre o futuro das colônias portuguesas, a construção da ferrovia de Bagdá e a região do Golfo Pérsico), segundo alguns autores, significaram uma melhoria das relações teuto-britânicas na época. Mas, muitos autores (por exemplo, Lowe e Kennedy) interpretam tais acordos como insignificantes para a situação européia. A Alemanha não estava preparada para compromissos substanciais nas questões centrais das relações internacionais. A última investida da Grã-Bretanha, a missão Haldane de fevereiro de 1912, cuja intenção era negociar uma moderação na corrida armamentista, foi torpedeada pelo almirante Tirpitz e pelo imperador alemão.

3.5.2 A crise de julho de 1914 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial

No dia 28 de junho de 1914, Franz Ferdinand, herdeiro ao trono austríaco, e sua esposa foram assassinados por um estudante bósnio nacionalista em Sarajevo, a capital da Bósnia, anexada pela Áustria-Hungria em 1908. O atentado foi planejado por uma organização terrorista sérvia, a Mão Negra. A Áustria viu no atentado a ansiada possibilidade de avançar militarmente contra a Sérvia, mas dependia, nas suas atitudes, totalmente da Alemanha, porque uma guerra contra a Sérvia provocaria a intervenção russa em favor da aliada.

Na liderança político-militar da Alemanha, os belicistas chegaram a dominar. Estavam a favor de se usar o atentado como pretexto para uma guerra preventiva contra a Rússia ou, como o imperador parecia querer, como oportunidade para "acabar" com a Sérvia. No dia 5 de julho, o

imperador alemão forneceu à Áustria-Hungria a famosa carte blanche, que assegurava a incondicional fidelidade da Alemanha à aliança com a Áustria. Ao mesmo tempo, a Alemanha exigiu que a Áustria agisse rapidamente para confrontar as grandes potências com um fait accompli. Com isso, a Alemanha assumiu, de fato, a iniciativa no agravamento do conflito.

O Imperador Guilherme II esperava que o Czar, chocado com o assassinato de um monarca europeu, aceitasse uma punição da Sérvia. O chanceler Bethmann-Hollweg, porém, o dirigente alemão mais importante durante a crise de julho, estava convencido de que uma guerra contra a Sérvia no cenário internacional da época poderia desencadear uma guerra mundial (HILDEBRAND, 1989).

A Áustria-Hungria não estava preparada para a reação rápida exigida pela Alemanha. A preparação do exército para a campanha contra a Sérvia procrastinou-se e o primeiro-ministro húngaro insistia num ultimato à Servia, que foi retardado até o término da visita de Poincaré, o primeiro-ministro francês, a Moscou. As exigências formuladas pela Áustria-Hungria no ultimato à Sérvia, no dia 23 de julho, eram inaceitáveis, porque teriam representado uma significativa limitação da soberania da Sérvia. A Rússia decidiu apoiar a Sérvia militarmente, caso as tropas austríacas ultrapassassem a fronteira sérvia. Na resposta altamente hábil ao ultimato, a Sérvia aceitava todas as condições; recusava, porém, prerrogativas à Áustria e a participação direta desta na investigação do atentado em território sérvio. O errático imperador alemão ficou de tal forma impressionado com a resposta da Sérvia e também com a possibilidade de uma intervenção britânica contra a Alemanha que estava querendo contentar-se com a humilhação diplomática da Sérvia e desistir da guerra austríaca contra aquele país. Foi, porém, manipulado pelo seu governo, sobretudo pelo chanceler Bethmann-Hollweg, que seguia a “linha dura” e que urgiu uma rápida declaração de guerra.

Em 28 de julho, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia e, um dia depois, iniciou o bombardeio de Belgrado. A partir daí, os mecanismos de escalada ativaram-se, transformando a guerra local em uma guerra continental (a Alemanha declarou guerra à Rússia três dias depois, e à França, logo a seguir). Em 1917, a participação dos Estados Unidos e a de

outros países ultramarinos deram à guerra dimensão verdadeiramente mundial.

Por temor das tradições pacifistas e internacionalistas da social-democracia e do movimento trabalhista alemães, a estratégia política de Bethmann-Hollweg era a de que a Alemanha aparecesse como atacada, e não como agressora. Assim, no mínimo, teria de aguardar a mobilização militar da Rússia para apontá-la como ato de agressão contra a Alemanha. Isso colidiu, porém, com as exigências militares do Plano Schlieffen, cujo elemento essencial era uma rápida mobilização das forças armadas alemãs. No dia 30 de julho, o Czar ordenou a mobilização geral. Como a Rússia não reagiu a um ultimato alemão de revogar a ordem no prazo de 12 horas, a Alemanha declarou guerra a ela em 1º de agosto, e no dia 3 à França. Declarada guerra à França, no mesmo dia, a Alemanha iniciou a invasão da Bélgica, que estava neutra, para assim, de acordo com o Plano Schlieffen, aniquilar a França numa campanha de seis semanas. O desrespeito à neutralidade belga deu justificativa à Grã-Bretanha de entrar na guerra, ao lado da *entente*, no dia 4 de agosto.

Aos aliados da Tríplice *Entente* (Rússia, França e Grã-Bretanha), juntaram-se o Japão (1914), a Itália (1915), Portugal e a Romênia (1916). Os Estados Unidos entraram na guerra em abril de 1917, do lado das nações aliadas, acompanhados de vários países de fora da Europa, sobretudo dos latino-americanos (entre eles, o Brasil, em outubro de 1917). As potências da Dupla Aliança foram apoiadas pela Turquia (1914) e pela Bulgária (1915).

As esperanças de uma vitória rápida contra a França esbarraram logo na batalha do Marne, no início de setembro de 1914, o que fez parar o avanço alemão. Depois de várias batalhas e de perdas elevadas, a frente do oeste alemão solidificou-se, no fim de 1914, do Canal da Mancha até a Suíça e movimentou-se, nos três anos seguintes, nada mais do que alguns quilômetros. A guerra transformou-se na primeira guerra de trincheiras da história, em que, de acordo com a tecnologia militar, o lado defensivo teria mais vantagens em relação ao ofensivo. O plano de campanha alemão tinha fracassado logo nos primeiros dias da guerra. As tentativas de romper o impasse na frente do oeste e de esgotar os inimigos em longas batalhas materiais (por exemplo, nas batalhas de Verdun e do Somme) acarretaram

terríveis perdas humanas, em ambos os lados, sem que, no entanto, se lograsse chegar a uma decisão militar.

Na frente do leste, dominava a guerra de movimento. A Rússia venceu algumas batalhas contra o exército austríaco, mas sofreu derrotas fulminantes contra os alemães. Depois da conflagração da Revolução Russa, em 1917, a frente do leste desmoronou e, no dia 15 de dezembro de 1917, sobreveio a conclusão de um cessar-fogo entre a Alemanha e a Rússia. No pacto de paz de Brest-Litowsk, de março de 1918, os militares alemães impuseram à Rússia condições de paz extremamente duras.

A entrada dos Estados Unidos na guerra, em abril de 1917, destruiu as possibilidades que surgiram do pacto de paz, em separado, com a Rússia (e também com a Finlândia e a Romênia). Foi a irrestrita guerra submarina alemã que levou os Estados Unidos a participarem do conflito. O ataque alemão no oeste, que tinha como objetivo forçar uma decisão, antes da chegada das tropas americanas, fracassou, em agosto de 1918, com a ofensiva adversária no rio Somme. A entrada americana na guerra foi decisiva. A partir de setembro de 1918, os aliados alemães, isto é, a Bulgária, a Turquia e a Áustria-Hungria, desmoronaram, um após outro, e pediram o cessar-fogo. Finalmente, a 11 de novembro de 1918, depois da deflagração da revolução em Berlim e da abdicação do imperador, a Alemanha aceitou as condições do cessar-fogo e a derrota.

3.5.3 O debate sobre as causas e a culpa da guerra

O artigo 231 do Tratado de Paz de Versalhes (1919) culpa e responsabiliza o Império Alemão e os seus aliados pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, considerando, pois, a Alemanha responsável pelas perdas humanas e materiais e pela destruição resultante do conflito. Essa atribuição de culpa, moral e jurídica, provocou, imediatamente depois de 1918, uma verdadeira "guerra mundial dos documentos" (SCHWERTFEGER *apud* HILDEBRAND, 1989), ou seja, a tentativa de refutar, com a ajuda da publicação de documentos históricos, a imputação de culpa exclusivamente à Alemanha. Iniciou-se, especialmente pela direita nacionalista alemã, uma luta que usava a ciência histórica contra a chamada "mentira da culpa da guerra". Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores alemão promoveu extensa edição de documentos, em quarenta volumes, chamada *Die Große Politik der europäischen Kabinette, 1871-1914*. Embora essa edição represente uma excepcional coleção de documentos sobre a política européia, desde a fundação do Império Alemão, ela se caracteriza pelo interesse político no revisionismo alemão da culpa da guerra. A Grã-Bretanha respondeu, a partir de 1926, com a publicação dos *British Documents on the Origins of the War — 1898-1914* (11 volumes), seguida por semelhantes edições de documentos da França, da Áustria, da Iugoslávia e da Rússia.

O revisionismo alemão acerca da acusação de ter causado a guerra responsabilizou a França ou a Inglaterra, mas, em primeiro lugar, a Rússia, pelo desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Segundo este raciocínio, a Alemanha teria reagido, em julho de 1914, em "legítima defesa" contra a Rússia, que se mo bi lizava para a guerra. Dois historiadores norte-americanos (Barnes e Fay) apoiaram a posição do revisionismo alemão na década de 1920. Barnes nega a culpa das potências da Tríplice Aliança e responsabiliza a *Entente Cordiale*. A Sérvia teria tido a responsabilidade principal e a guerra da Áustria contra ela era justificável. A política alemã teria sido orientada pela paz, e a intervenção das potências da *entente* no conflito entre a Áustria e a Sérvia teria provocado a Primeira Guerra Mundial.

Como historiadores expressivamente anti-revisionistas destacaram-se, no período entre as duas guerras, principalmente Herman Kantorowicz (Alemanha), Pierre Renouvin (França) e Bernadotte Schmitt (Estados Unidos) Kantorowicz argumenta que todos os Estados colocaram, em julho de 1914, a paz em perigo, mas sem desejar uma guerra mundial. A responsabilidade das potências da Tríplice Aliança teria sido maior do que a das outras, uma vez que a Áustria-Hungria teria iniciado deliberadamente a guerra contra a Sérvia, e a Alemanha estava disposta a arriscar uma guerra continental contra a Rússia. A interpretação de Renouvin tira a responsabilidade da guerra da *entente*, principalmente da França. Ele culpa a Alemanha, mas sem acusá-la da deflagração intencional de uma guerra mundial. Mesmo assim, argumenta Renouvin, a Alemanha aceitou a possibilidade de uma guerra local para mudar a situação nos Bálcãs. Na eventualidade de uma guerra européia, a Alemanha teria esperado a neutralidade e a não-interferência da Grã-Bretanha. O historiador inglês Taylor, que publicou a sua obra principal depois da Segunda Guerra Mundial, responsabiliza exclusivamente a Alemanha pela Primeira Guerra Mundial e, além disso, vê a agressiva política externa da Alemanha guilhermina como parte de uma tradição que vincula o Império Alemão ao Terceiro Reich de Adolf Hitler. Na crise de julho de 1914, argumenta Taylor, a política austríaca teria dependido totalmente da aprovação alemã. A Alemanha teria visto, nessa "guerra preventiva" contra a Sérvia, uma boa oportunidade de mudar, a seu favor, a balança de poder na Europa que, lentamente, inclinava-se para a *entente*.

Ainda durante o período entre as duas guerras mundiais, surgiu uma outra linha de interpretação que, depois da Segunda Guerra Mundial e na constelação da guerra fria, parecia politicamente muito adequada. Por essa visão, nega-se a Estados individuais a culpa pela deflagração da Primeira Guerra Mundial e responsabilizam-se o sistema internacional e o caráter das relações internacionais. Segundo essa interpretação, foram responsáveis pela guerra a impossibilidade de limitar os conflitos em razão da divisão bipolar da Europa, a diplomacia secreta, o automatismo das reações em cadeia por causa das alianças militar-políticas, o fatal entrelaçamento de circunstâncias infelizes, mas não as políticas conscientes dos Estados, dos povos ou de políticos individuais. Nessa "tragédia européia", não era que o

direito se opusesse ao que não era direito, mas era o direito contra o direito. O dito famoso de Lloyd George, de 1933, de que todos os Estados, de uma maneira, "resvalaram" na guerra sem a querer caracteriza essa posição importante, para não dizer predominante, entre os historiadores alemães e franceses, entre 1945 e 1960 (HILDEBRAND, 1989).

O livro de Fritz Fischer, de 1961, com o título *Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deutschland, 1914-1918* ("A garra pelo poder mundial. Os objetivos de guerra da Alemanha imperial, 1914-1918"), abalou essa visão harmônica e iniciou um novo e imenso debate sobre as origens da Primeira Guerra Mundial. A interpretação de Fischer que, no decorrer do debate, radicalizou-se, é resumida nos parágrafos seguintes.

Baseando-se no chamado Programa de Setembro (de 9 de setembro de 1914), Fischer argumenta que a Alemanha, em última análise, teria conduzido uma guerra ofensiva. No programa, o governo alemão articulou extensos objetivos de guerra, que significariam a hegemonia alemã na Europa: a anexação de Luxemburgo e de partes da Bélgica e da França, o enfraquecimento permanente da França, o deslocamento das fronteiras russas para o leste, a dominação econômica alemã na Europa Central e a criação de um Império Alemão na África Central. Para Fischer, o governo alemão foi o responsável principal pelo fato de a crise de julho de 1914 ter-se transformado em uma guerra generalizada. A Alemanha teria desejado a guerra entre a Áustria e a Sérvia, e a tornou possível por meio da *carte blanche* dada à Áustria-Hungria. A questão sérvia em si teria sido de menor importância para a Alemanha. Argumenta Fischer que a questão somente teria servido para "deflagrar a grande guerra com a Rússia e a França". A Alemanha teria especulado conscientemente sobre a neutralidade inglesa no caso de declaração de guerra contra a França e a Rússia. Nos objetivos alemães da guerra, bem como na mentalidade das elites e na orientação das políticas externa e interna, teria existido uma forte continuidade entre o Império Alemão e o Terceiro Reich de Adolf Hitler (tese de continuidade). Em publicações posteriores, Fischer aproxima-se das posições que interpretam a política exterior agressiva do Império Alemão como um reflexo compensatório das pressões sociais e políticas sobre a política interna.

O livro de F. Fischer provocou, durante mais de 20 anos, um debate entre os historiadores do mundo inteiro (a chamada Controvérsia de Fischer), que, com toda razão, foi considerado o debate historiográfico mais importante do pós-guerra (KOCH, 1972; JÄGER, 1984; LANGDON, 1991). Os argumentos de Fischer tiveram impacto profundo. Mas, em última análise, a sua hipótese de que a Alemanha teria conscientemente conduzido uma planejada guerra ofensiva não convenceu a corporação dos historiadores. O outro extremo, sugerido pelo revisionismo alemão, de que a Alemanha teria enfrentado uma mera guerra de defesa, não encontra, hoje em dia, defensores entre historiadores sérios. Apesar de todas as diferenças entre as abordagens e visões, a maioria dos historiadores pensa que, no ano de 1914, todos os Estados europeus teriam anulado a paz (HOBSBAWM, 1992), mas que a política alemã teria tido a responsabilidade principal pela guerra, sem ter tido, contudo, uma clara e expressiva vontade de uma guerra ofensiva. As elites alemãs sentiram-se, na política externa, cercadas por coalizões inimigas; na política interna, abaladas no seu domínio pelo fracasso da *Weltpolitik* social-imperialista e pela vitória social-democrata nas eleições de 1912 (WEHLER, 1995). Essas elites desembarcaram, numa mentalidade subjetiva de defesa, numa agressiva "fuga pela frente". Essa "luta defensiva, com meios ofensivos" tinha como objetivo, se fosse possível, uma expressiva vitória política, mas não descartava a possibilidade de uma guerra, ainda que limitada. As abordagens tradicionais, que pressupõem a autonomia da política externa como uma premissa metodológica, identificam este "beco sem saída das elites" como determinado exclusivamente pela política exterior. A realização da "história social" das relações internacionais consiste na ampliação dessa perspectiva. Os historiadores dessa abordagem apontam convincentemente para a interligação da legitimidade interna do sistema político com o prestígio na política exterior. Eles também destacam, como um fator decisivo, o pessimismo profundo das elites dominantes na Alemanha que, em julho de 1914, tentaram romper a situação defensiva na política externa, bem como na interna, com sucesso espetacular, que traria de volta prestígio e legitimidade perante o seu povo.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

AUSTEN, Ralph. *African economic history. Internal development and external dependency*. London: J. Currey, 1987.

BERGHAHN, Volker R. *Imperial Germany, 1871-1914*: economy, society, culture and politics. Providence: Berghahn Books, 1994.

BRIDGE, Francis R.; BULLEN, Roger. *The great powers and the European states system 1815-1914*. Harlow: Longman, 1980.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British imperialism*: innovation and expansion 1688-1914. London, New York: Longman, 1993.

CLARENCE-SMITH, William G. *The third Portuguese empire, 1825-1975*. *A study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

COBBAN, Alfred. *A history of modern France.* London: Penguin Books, 1990. t. 3: France of the republics 1871-1962.

FIELDHOUSE, D. K. *The colonial empires. A comparative study from the eighteenth century*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1966.

FISCHER, Fritz. *Griff nach der Weltmacht*. Die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deutschland 1914/18. Düsseldorf: Droste, 1961.

______. *Bündnis der Eliten. Zur Kontinuität der Machtstrukturen in Deutschland*. Düsseldorf: Droste, 1985.

FRÖHLICH, Michael. *Imperialismus. Deutsche kolonial- und Weltpolitik 1880-1914*. München: s.e., 1994.

GALL, Lothar. *Bismarck. Der weisse Revolutionär*. Frankfurt am Main: Ullstein, 1980.

GEISS, Imanuel. *Der lange Weg in die Katastrophe. Die Vorgeschichte des ersten Weltkriegs 1815-1914*. München: Piper, 1990.

GEYER, Dieter. *Russian imperialism 1860-1914*. Leamington Spa: Berg, 1987.

GIRAULT, René. *Diplomatie européenne et impérialismes. Histoire des relations internationales contemporaines*. t. 1: 1871-1914. Paris, New York: Masson, 1979.

HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa 1815-1910*: a study in uneconomic imperialism. Stanford: Stanford University Press, 1966.

HILDEBRAND, Klaus. *Deutsche Aussenpolitik 1871-1918*. München: Oldenbourg, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz & Terra, 1991.

______. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

HOPKINS, A. G. A *n economic history of west Africa*. London: Longman, 1973.

JÄGER, Wolfgang. *Historische Forschung und politische Kultur in Deutschland. Die Debatte 1914-1918 über den Ausbruch des ersten Weltkriegs*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1984.

JOLL, James. *The origins of the First World War*. London: MacMillan, 1984.

______. *Europe since 1870. An international history*. London: Penguin, 1990.

KEHR, Eckart. *Der Primat der Innenpolitik. Gesammelte Aufsätze zur preussisch-deutschen Sozialgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert*. In: WEHLER, Hans-Ulrich (Org.). Berlin: De Gruyter, 1970.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOCH, H. W. (Org.). *The origins of the First World War. Great power rivalry and German war aims*. London: MacMillan, 1972.

LANGDON, John W. *July 1914. The long debate, 1918-1990*. New York, Oxford: Berg, 1991.

LOWE, Cedric J. *The great powers, imperialism and the German problem*, 1865-1925. London: Routledge, 1994.

MARSEILLE, Jacques. *Empire colonial et capitalisme français. Histoire d'un divorce*. Paris: Albin Michel, 1984.

MAYER, Arno J. *A força da tradição. A persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MILZA, Pierre. *Les relations internationales de 1871 a 1914*. Paris: Armand Colin, 1990.

MIÈGE, Jean-Louis. *Expansion européenne et décolonisation*. De 1870 à nos jours. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

MOMMSEN, Wolfgang J. *Bürgerstolz und Weltmachtstreben. Deutschland unter Wilhelm II*. 1890 bis 1918. Berlin: Propyläen, 1995.

ROBINSON, Ronald; GALLAGHER, John. *Africa and the Victorians. The official mind of imperialism*. London, Basingstoke: MacMillan, 1961.

SCHMIDT, Gustav. *Der europäische Imperialismus*. München: Oldenbourg, 1985.

SHEEHAN, Michael. *The balance of power. History and theory*. London: Routledge, 1996.

TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe, 1848-1918*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1954.

WATSON, Adam. *The evolution of the international society. A comparative historical analysis*. London: Routledge, 1992.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Grundzüge der amerikanischen Aussenpolitik, I: 1750-1900. Von der englischen Küstenkolonie zur amerikanischen Weltmacht*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

______. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte 1849-1914*. München: Beck, 1995. t. 3: 1849-1914.

WILLIAMSON, Samuel R. *Austria-Hungary and the origins of the First World War*. London: MacMillan, 1991.

WOODRUFF, William. The emergence of an international economy 1700-1914. In: CIPOLLA, Carlo M. (Org.). *The fontana economic history of Europe*. Glasgow: Collins, 1975. t. 4.

ZIEBURA, Gilbert. Interne Faktoren des französischen Hochimperialismus 1871-1914. Versuch einer gesamtgesellschaftlichen Analyse. In: ZIEBURA, Gilbert; HAUPT, Heinz-Gerhard (Org.). *Wirtschaft und Gesellschaft in frankreich Seit 1789.* Gütersloh: Kiepenheuer e Witsch, 1975.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1994. t. 1: 1871-1918.

Capítulo 4
A instabilidade internacional (1919-1939)

Amado Luiz Cervo

Para descrever as relações internacionais do período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, os analistas não forjaram expressões uniformes, como “bipolaridade” ou “guerra fria”, palavras e expressões cunhadas entre 1947 e 1989. A preocupação em qualificar o período está presente, todavia, nas interpretações de conjunto e revela uma convergência de idéias nas expressões dos historiadores: um período de “paz ilusória” ou “paz frustrada” para Jean-Baptiste Duroselle, de “crises” para Pierre Renouvin, de “turbulência européia” para René Girault e Robert Frank, um “arranjo de transição” entre vencedores para Adam Watson, uma “era da catástrofe” para Eric Hobsbawm, que considera o período de 1914-1945. A primeira pergunta que convém formular acerca do período leva-nos, pois, a questionar a maneira como foi regulamentada a paz ao término da Primeira Guerra Mundial; a segunda, ao modo como se daria o desmonte do mundo liberal edificado no século XIX; enfim, como iriam comportar-se os atores em um novo contexto internacional.

Poder-se-ia supor que a paz de Versalhes foi diferente das outras maneiras de “regulamentar” a ordem internacional, como ocorreu com as conferências de Vestfália, de Utrecht, de Viena ou mesmo de Yalta, e que por isso conduziu em pouco tempo à

Segunda Guerra Mundial? Poder-se-ia, ao contrário, supor que essa paz era viável e que foi preciso a depressão dos anos 1930 ou a ascensão dos fascismos para destruí-la? Estaria o mundo assistindo a mudanças nas forças profundas — econômicas, psicológicas e políticas — que os homens de Estado de então não consideraram na elaboração das políticas exteriores? O fato é que a regulamentação da paz destruiu o sistema de equilíbrio anterior e engendrou um período de instabilidade nas relações internacionais, marcado pela reviravolta nas relações entre as potências e pelo crescimento dos egoísmos nacionais.

• 4.1 A regulamentação da paz e as falhas da ordem

4.1.1 A Conferência de Paz: decisões inadequadas

A Conferência de Paz, instalada a 18 de janeiro de 1919, tinha problemas na origem: (a) a presença das 27 nações, que se haviam coligado contra a Alemanha e seus aliados, tornava as discussões difíceis e, por isso, foi necessário criar um mecanismo pelo qual os cinco grandes (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) reuniam-se para sessões úteis; (b) pela primeira vez, os vencidos foram excluídos da mesa das negociações, na qual também a União Soviética não se fazia representar, apesar de haver lutado contra a Alemanha; (c) duas concepções acerca das relações internacionais do futuro iriam confrontar-se nas negociações, tendendo uma para configurar a ordem pela concepção idealista do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, outra pela do revanchismo francês.

A Alemanha firmara o armistício de 11 de novembro a 9 de janeiro de 1918 com base em 14 pontos propostos por Wilson, para servirem às negociações de paz. O líder norte-americano sonhava com a possibilidade de uma revolução nas concepções e nas práticas da política internacional e da diplomacia, com o intuito de inaugurar uma nova era de entendimento e de paz entre as nações. Desejava erradicar a diplomacia secreta e a celebração de alianças entre blocos de países, substituir a paz de equilíbrio de potências pela paz fundada no debate público e democrático das questões internacionais, fazer valer o direito dos povos de se autodeterminarem e de dispor livremente de si próprios, eliminar a guerra por um mecanismo de sanções econômicas e políticas ao agressor a ser gerido por uma liga de nações, instituir o princípio da segurança coletiva. Essas posturas eram apoiadas por David Lloyd George, chefe de governo inglês, presente à conferência, que permanecia, entretanto, de ouvidos atentos a Georges Clemenceau, chefe de governo e da delegação francesa, para o caso de falhar o projeto wilsoniano de definição da nova ordem.

A posição de força que a França ocupava na conferência advinha de três fatores: era tida como a grande vitoriosa contra a Alemanha; saíra da guerra como a primeira potência militar do mundo; e sediava a conferência em

Paris e depois em Versalhes, além de presidi-la na pessoa de Clemenceau. A fraqueza do chefe de governo da Itália, Vittorio Orlando, e do delegado japonês, presentes na conferência, contribuía para que o francês atuasse com desenvoltura. Os vencedores sentiam-se livres para regulamentar a paz, dado que a Alemanha ruíra, que a unidade da Áustria-Hungria fora desfeita e que a Rússia estava paralisada pela guerra civil. Sem perspectiva universal, a França faria prevalecer, sobre os outros grandes e sobre a conferência como um todo, sua percepção de que a paz resultaria do enfraquecimento alemão e do controle de longo prazo a ser exercido sobre seu rival. As desavenças e intrigas européias iriam, portanto, prevalecer nas decisões, tendo o próprio presidente Wilson de barganhar a criação de sua Sociedade das Nações por apoio às teses francesas. Cinco grandes tratados de paz, firmados em 1919 e 1920 (Versalhes, Saint Germain, Trianon, Neuilly e Sèvres), dispunham sobre desarmamento e segurança, delimitação de fronteiras na Europa e questões econômicas e financeiras. Essas decisões a Europa colocava diante dos vencidos, tendo por pano de fundo o sacrifício de seus interesses durante a guerra e a reação da psicologia coletiva. A todos esses tratados anexava-se o pacto de criação da Sociedade das Nações.

As decisões da Conferência de Paz desfizeram o concerto dos europeus e introduziram uma divisão nova na Europa Continental, opondo o grupo de paí ses satisfeitos (França, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia e Polônia) ao dos países descontentes (Alemanha, Áustria, Hungria, Bulgária, Turquia e Itália), que acenavam desde logo para a revisão das fronteiras, senão mesmo para a demolição do edifício versalhino. O princípio das nacionalidades, proposto por Wilson para regular as fronteiras dos países europeus, não deixou, portanto, a todos satisfeitos. A grande vítima do revanchismo francês era a Alemanha. Um documento preparado pelo jurista Walter Schücking foi encaminhado à conferência em maio de 1919. Nele, o governo alemão rejeitava o tratado em discussão, cujos termos eram considerados um Diktat, nos aspectos geral e particulares. A Alemanha perdia a sétima parte de seu território e um décimo de sua população; devia aceitar a responsabilidade da guerra, a ocupação militar e o desarmamento, além de pagar, por conta de reparações, uma soma fixada, em 1921, em 132 bilhões de marcos-ouro. Clemenceau obstruiu toda reclamação da Alemanha, ameaçou-a com o reinício da guerra e com sua divisão em duas (plano do marechal Foch) caso

recusasse o tratado nos termos definidos pelos vencedores: impôs ao país derrotado a assinatura do tratado, a 28 de junho de 1919, na Sala dos Espelhos do palácio de Versalhes.

Inúmeras críticas, cujo teor dá a entender que foi considerado inapto para estabelecer os fundamentos de uma nova ordem internacional, foram imediatamente levantadas contra o conjunto das decisões da Conferência de Paz. A Europa abandonara a tradição de regular a paz pela negociação entre vencedores e vencidos. Apesar da presença de diplomatas e delegações de países não europeus, como os Estados Unidos, o Egito, a Índia, o Japão, a África do Sul e o Brasil, os estadistas europeus não entenderam que a sorte do mundo não poderia mais depender exclusivamente da Europa e girar em torno das rivalidades internas. Na Alemanha, a "paz da violência" foi rejeitada por todas as correntes de opinião. A visão anglo-saxônica das relações internacionais elevava-se acima da mêlée européia para projetar-se sobre o planeta: como lutara antes contra a hegemonia alemã, a Grã-Bretanha deveria, no pós-guerra, conter a francesa. O jovem economista John Maynard Keynes, membro da delegação da Grã-Bretanha à conferência, criticou severamente o Tratado de Versalhes em seu livro As conseqüências econômicas da paz, de 1919, vendo no castigo imposto à Alemanha um obstáculo ao desenvolvimento da economia européia, incapaz de evoluir, a seu ver, se o país não fosse mantido em seu centro dinâmico. Para o delegado da União Sul-Africana, o tratado, pelos efeitos que produziria, seria um desastre maior do que a guerra.

A reação mais surpreendente viria dos Estados Unidos. Wilson regressou a seu país em julho de 1919. Sua atuação na conferência dividiu a opinião americana, que manifestou seu descontentamento nas urnas, recolocando os republicanos no poder por dez anos. Os sonhos democratas esvaíram-se quando o Senado convenceu-se de que convinha aos Estados Unidos regressar a seu isolacionismo, não se envolver nas querelas da Europa e mantê-la longe da América: por 55 votos contra 39, o poderoso Henry Cabot Lodge, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, fez passar sua emenda rejeitando a ratificação do tratado e a entrada dos Estados Unidos na Sociedade das Nações.

Houve divergências também no encaminhamento da questão colonial. À concepção norte-americana e à da Terceira Internacional de livre disposição

dos povos e de exercício da autodeterminação — uma concepção ideológica anticolonialista —, os europeus opuseram, por meio da ordem que fizeram derivar de Versalhes, o conceito de povos “ainda incapazes de se governarem a si mesmos”, carentes de “tutela civilizatória”. Como donos da Sociedade das Nações, mediante o sistema dos mandados conferidos por ela, procederam à distribuição entre si das colônias alemãs na África e na Ásia e à repartição de despojos do Império Otomano no mundo árabe, ficando a França e a Grã-Bretanha como as grandes beneficiárias dessa partilha civilizatória.

Os acordos de Versalhes levaram em conta interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, mas engendraram um mundo confuso e desorientado, no qual as relações internacionais desenvolver-se-iam sob tensão. Subsistiam para a Polônia problemas de fronteira com a Rússia, a Alemanha e a Lituânia; para a Tchecoslováquia, com a Romênia; para a Romênia, com a Rússia; para a Itália, com a Iugoslávia. A balcanização do centro-leste danubiano despertou paixões e ódios religiosos e nacionais entre as diferentes minorias étnicas.

Essa primeira tentativa de regulamentação de uma sociedade global, a ordem de Versalhes, diferentemente do que havia ocorrido quando dos foros internacionais anteriores, era incoerente, defeituosa e pouco realista. Essas falhas advinham da imposição de conceitos europeus pelos vitoriosos. Wilson via nisso e na balança do poder caminhos para o desastre, daí porque propunha a liga das nações e sua nova diplomacia aberta e democrática. Mas a liga não saiu segundo seu projeto. Abandonou o concerto e a balança, que eram os elementos europeus da estabilidade internacional, substituindo-os pela vontade dos vitoriosos. Proclamou uma nova legitimidade, a segurança coletiva, e ficou sem força para administrá-la. A ordem de Versalhes deixou de fora as quatro grandes potências — os Estados Unidos, a nova União Soviética, a Alemanha e o Japão —, que teriam de “andar por si mesmas”. Feriu o nacionalismo e o princípio da autodeterminação, na Europa e fora dela, nas colônias e nos mandados. A sociedade dos Estados europeus fora destruída pela guerra, e a paz tirou-lhe a possibilidade de reconstrução, confirmando concretamente o declínio europeu. Por todas essas limitações, seria difícil esperar que da ordem versalhina fluísse a estabilidade das relações internacionais. Uma de suas falhas de base era precisamente a de

não considerar, nos cálculos estratégicos que a inspiravam, certas mudanças que estavam em curso na composição de forças do sistema internacional.

4.1.2 Nova situação econômica para algumas potências

A Primeira Guerra Mundial provocou um remanejamento nas posições de certas nações como potências econômicas. Os Estados Unidos, que já eram a primeira potência industrial em 1914, haviam-se tornado, em 1919, os primeiros também como potência comercial e financeira, dispondo de grandes estoques de ouro. Entre as moedas importantes, somente o dólar conservaria a conversibilidade no pós-guerra. O comércio internacional não recobraria o dinamismo da era liberal. Entre 1913 e 1928, para um crescimento da produção mundial de 42%, o comércio cresceu apenas 13%. O protecionismo de guerra manteve-se com a paz e até mesmo recrudesceu sob políticas nacionais autárquicas. Ao término da guerra, os Estados Unidos e o Japão exportavam, respectivamente, 37% e 8% a mais, ao passo que a Grã-Bretanha e a França registravam quedas de 33% e 14% em suas exportações. A Alemanha perdera 83% de seus haveres no exterior como reparações de guerra: à França 58% e à Grã-Bretanha 25%. Os europeus tornaram-se devedores dos Estados Unidos, invertendo-se a situação de inferioridade econômica, financeira e política. Os Estados Unidos teriam, se o desejassem, o controle das relações internacionais. Aumentaram sua frota de comércio, criaram bancos e conquistaram os mercados da Ásia e da América Latina. A seu lado, os demais países novos e a América Latina haviam-se beneficiado com os efeitos econômicos da guerra. A guerra provocou uma queda do PIB nos países do leste europeu, mormente na Rússia soviética e na maior parte dos países da Europa Ocidental. A Europa do Sul foi menos afetada e a Ásia foi poupada dos males de guerra. Os países novos (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) tiveram um crescimento médio anual do PIB da ordem de 3% entre 1913 e 1929, e a América Latina, de 3,3%, o melhor desempenho de todas as regiões do mundo.

Tradicional exportadora de capitais, a Grã-Bretanha abriu seu mercado admitindo déficit comercial, de modo que seus devedores pudessem gerar recursos e saldar seus débitos. Os Estados Unidos fecharam-se e geraram inadimplência geral. Eram políticas contraditórias, que se prolongavam com a disposição inglesa de investir e a americana de emprestar. A instabilidade monetária, o curso forçado e a inflação desestimulavam investimentos americanos na Europa, até o saneamento das finanças dos grandes Estados, entre 1924 e 1927. Dadas essas condições, somente o protecionismo fazia as economias nacionais crescerem, mesmo porque a moeda era vista como um elemento do imperialismo: conceder empréstimos para obter vantagens econômicas e políticas. Data desse período o fortalecimento do papel diplomático dos banqueiros.

A disputa pelas fontes de energia e de matérias-primas criava zonas de tensão no Extremo Oriente, com a expansão japonesa; e, na Europa Central, a França e a Alemanha concorriam pelo carvão da Polônia e do Ruhr e também pelos minérios deste último. As rivalidades pelo controle das jazidas de petróleo no Oriente Próximo eram menos importantes.

4.1.3 Novas concepções e objetivos de política exterior

Apesar de uma base econômica desvantajosa, a Europa ainda permanecia no centro do mundo, seja em razão da recusa americana de ratificar os tratados de paz e de aderir à Sociedade das Nações, seja em razão dos litígios territoriais entre países satisfeitos e descontentes com as fronteiras fixadas ou, ainda, em razão da preponderância francesa que animava a rivalidade com a Alemanha. Entre os novos princípios de Wilson, surtiram certo efeito o do direito dos povos de disporem de si próprios para modelar a carta da Europa, respeitadas as nacionalidades; o da igualdade dos Estados para a organização da Sociedade das Nações; e o da segurança coletiva para substituir tratados de aliança e blocos antagônicos. Essas concepções revolucionárias, aliadas a novos métodos de diplomacia aberta feita de acordos públicos, teriam chances de impregnar a conduta das nações européias, caso a liga alcançasse sucesso. Ante tais perspectivas otimistas, o contágio do bolchevismo revolucionário pairava no horizonte europeu como um fantasma.

Reunidos em Moscou, em março de 1919, os bolchevistas fundaram a Terceira Internacional como instrumento para inflamar a Europa e fazer a revolução mundial do proletariado. Era uma resposta às pressões que advinham do apoio capitalista aos exércitos brancos que combatiam a revolução comunista na Rússia. Lenin e Trotski hesitavam, todavia, ante a nova função do Komintern de preparar a revolução em todo o mundo. Rosa Luxemburgo discordava do ativismo, mas seria necessário aguardar Stalin para mudar a visão de governo das relações internacionais na "pátria dos proletários". O pós-guerra era favorável aos objetivos originais da Terceira Internacional. Uma revolução socialista eclodiu na Alemanha em 1918, quando caiu a monarquia e implantou-se a república. Tanto nesse país quanto na Hungria, onde também se criou o Partido Comunista, a revolução foi esmagada pela reação em apenas um ano. Contudo, o contágio despertava, em 1919, agitações operárias na Áustria, Grã-Bretanha, Itália e França, como uma onda revolucionária que acabou sufocada no Ocidente, dando lugar a algumas ditaduras antibolchevistas no leste (Polônia, Áustria, Países Bálticos, Bulgária etc.). Na Itália, triunfaria o fascismo em 1922.

O trauma da guerra e os sofrimentos dela decorrentes explicam o tremor ideológico e psicológico que afetou as mentalidades coletivas na Europa. Para influir sobre os outros, militantes, intelectuais e partidos políticos buscavam segurança em ideologias que correspondiam a reservas estruturadas de idéias e valores. Embora se vinculando a essas ideologias, os sentimentos coletivos espelhavam as imagens, as crenças, os preconceitos e os estereótipos culturais. Confrontadas com o concreto, as correntes de opinião refletiam, por sua vez, ideologias e sentimentos em movimento. Antes da guerra, várias opiniões públicas pouco repercutiam sobre as relações internacionais, sendo sobretudo a "opinião nacional" que se vinculava à política exterior. No pós-guerra, a opinião pública entra em cena e impõe-se à diplomacia. Lenin e Wilson, tanto quanto o revanchismo francês, criavam correntes que refletiram em Versalhes, dividindo e exasperando opiniões em relação à atitude dos vencedores. Vinculavam-se, pois, política exterior, democracia, massas, revolução, fascismo, buscando sempre os governos obterem, mediante o controle da opinião, o consenso nacional que viesse respaldar as decisões de política exterior. A opinião convertia-se em novo e poderoso fator aleatório e dinâmico nas relações internacionais no pós-guerra.

Apesar da vitória do liberalismo e da democracia sobre os impérios e as monarquias autoritários (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano), pode-se falar no triunfo dos dois primeiros? Os nacionalismos cresceram com a guerra e ela foi também o germe do comunismo, do socialismo, do pacifismo e do fascismo. Este último, produto indireto da guerra, resultado dos descontentamentos deixados por ela na Itália, faria a ponte entre a primeira e a segunda conflagração global, passando pelas fases do fascismo de humilhação, de sedutor do grande capital, do fascismo legalmente instalado no poder e reconstrutor do Estado autoritário e, finalmente, disposto a implantar pela guerra uma outra ordem internacional.

Essas mudanças nas forças profundas pesavam sobre as decisões e diferenciavam as potências entre as que apenas impunham sua existência entre as nações e aquelas, as grandes potências, que podiam, além de impô-la, cuidar da própria segurança ante as outras. Essas últimas eram oito em 1914 e sete em 1920: Grã-Bretanha, Alemanha, França, Rússia, Itália, Estados Unidos e Japão; em 1920, a Áustria-Hungria já não figurava na lista.

A Rússia soviética transitou rapidamente por duas fases de política exterior: até 1920-1921, por meio da Terceira Internacional, tinha por escopo exportar a revolução; a partir daí, regressou ao realismo, colocou a ideologia em baixa, e Lenin passou a falar de “coexistência pacífica”, que Stalin dispôs-se a implementar para normalizar as relações exteriores. A Alemanha pretendia quebrar a ordem de Versalhes, atenuar as perdas territoriais, as reparações e os limites à sua soberania, tirar a penalidade moral de “culpado”, oscilando entre a resistência e o cumprimento das decisões. Embora tenha gostado da dissolução da Áustria-Hungria, a Itália saiu frustrada da Conferência de Paz, ficando à espreita de possibilidades de expansão ao norte (Fiume, Dalmácia, Albânia) e de penetração na África.

A Grã-Bretanha era a potência satisfeita: rebaixou a Alemanha, ampliou suas possessões na África, fortaleceu-se no Oriente Próximo; desejava manter sua supremacia naval, comercial e financeira; queria e conseguia bem administrar seu império; pretendia conter a Alemanha e esmagar o bolchevismo, porém regressou à sua sensata política de balança de poder, que significava cercear a hegemonia francesa no continente. A França hesitava entre uma política de segurança e de reforço da potência: saiu-se orgulhosa e confiante da guerra, com o primeiro exército do mundo, mas necessitava de dinheiro para sua reconstrução; pensava em tudo para evitar uma desforra da Alemanha; zelava antes de tudo pela execução integral do Diktat, que tanto a beneficiara; a partir de 1924, Aristide Briand reorientou a estratégia para a proteção dos pequenos Estados beneficiados por Versalhes, para o reforço econômico e o imperialismo na Europa Central, nos mandados do Oriente Próximo e nas colônias.

O Japão também emergiu forte da guerra, mas evitou envolver-se com questões européias: sua indústria e seu comércio expandiam-se pela Ásia, sem disfarçar ambições de dominação sobre a China, porém ainda contidas. Os Estados Unidos alardeavam seu isolacionismo, que era todavia um mito: se, por um lado, forçou Wilson a recuar e impediu a ratificação do tratado para não cercear sua liberdade, por outro, ele não impediu que o governo convocasse, em 1921, uma conferência para tratar da segurança mundial e tampouco impediu que o país pretendesse controlar as relações internacionais por uma nova diplomacia, por seu comércio e suas finanças.

• 4.2 Europa: a zona de alta pressão

4.2.1 Difícil aplicação das decisões de paz

As Guerras Mundiais, tanto a Primeira quanto a Segunda, foram guerras européias que acabaram por envolver outras regiões e interesses de outros povos, além daqueles que lhes deram origem na própria Europa. O acontecimento político mais chocante do período entre os dois conflitos, o aparecimento dos fascismos, foi um fato europeu que levou ao colapso dos valores e das instituições do mundo liberal e rachou a opinião das nações em todo o mundo. Tão extraordinário seria esse fenômeno, que iria colocar do mesmo lado, no campo de batalha, nações que se olhavam como inimigas, a União Soviética, pátria da revolução social, e os Estados Unidos, pátria do capitalismo, por exemplo. A crise do capitalismo e a depressão dos anos 1930 tiveram origem, por certo, na grande potência econômica da época, que não era européia. Contudo, o jovem e inteligente John Maynard Keynes advertira o mundo, em 1919, que o capitalismo não poderia funcionar sem que a Alemanha fosse recolocada em seu centro dinâmico. Ora, a regulamentação da paz retardou sua reinserção.

Entre o término da Conferência de Paz e a ascensão de Adolf Hitler ao governo alemão, as relações intereuropéias passaram por três fases curtas: (a) os problemas europeus entre 1920 e 1924 revelaram o que se previa — que as decisões de Versalhes dificilmente serviriam de base para orientar a conduta dos Estados; (b) o entendimento franco-alemão, entre 1925 e 1929 abriria, contudo, novas perspectivas de atuação para a Sociedade das Nações e para a aplicação do princípio da segurança coletiva; (c) a crise de 1929 poria fim a esse intermezzo de harmonia, trazendo de volta os problemas internacionais da primeira fase e acrescentando-lhes os da depressão econômica do capitalismo.

A ordem de Versalhes revelou-se inviável para administrar, na Europa, a herança da guerra, ou seja, para garantir a aplicação dos tratados. Era uma lei dura, incompleta e insuportável para os vencidos, além de mal defendida pelos aliados e esquecida pelos Estados Unidos, o maior entre os aliados. Faliu e deu lugar à nova diplomacia a partir de 1925.

Os tratados suscitaram tensões e conflitos em toda parte. Na Europa Oriental, criaram um vazio político, pleno de forças. Não fixaram inúmeras fronteiras. Brancos e vermelhos faziam a guerra na Rússia e, com a retirada francesa e a inglesa, em 1919, exércitos locais de romenos, poloneses, ucranianos, letões, lituanos e outros enfrentavam os bolchevistas. A Polônia recusou as fronteiras orientais traçadas por Versalhes e atacou a Rússia em abril de 1920. A guerra terminou no ano seguinte, com um tratado que fixou as fronteiras com base nas decisões de Versalhes, e que rendeu a independência da Lituânia, Letônia e Finlândia, bloqueando a expansão do nacionalismo polonês e da Revolução Soviética. A França era a única potência de fora a mover-se na área, fazendo-o com o fim de barrar a expansão da Alemanha e obter "alianças de reverso", contra ela e à revelia da Itália. Apresentava-se como protetora da pequena entente, firmada entre a Iugoslávia, a Tchecoslováquia e a Romênia, em 1921, para garantir as próprias existências.

Os tratados cederam à Itália territórios austríacos ao norte (Trentino e Alto Ádige), mas não fixaram suas fronteiras com a Iugoslávia, cuja criação desagradou a ela. A anexação de Fiume (Rijeka) resultou de solução de força. Pelo tratado de Rapallo, de 12 de novembro de 1920, foram, enfim, definidas as fronteiras entre os dois países, depois de reconhecida a existência da Albânia, que a Itália cobiçava como protetorado.

A desintegração do Império Otomano não foi equacionada pelo Tratado de Sèvres de 1920, com que os aliados fixaram a carta da região. Lá eram vencidos de guerra a Bulgária e o próprio Império Otomano, aliados da Alemanha. A revolução de Mustafá Kemal em 1919-1920 e sua guerra contra a Grécia fizeram abortar o plano dos aliados. A república turca, sob amparo do Tratado de Lucerna de 1923, ficaria estável e não iria ocupar-se dos países árabes, cujo nacionalismo viria chocar-se com as investidas imperialistas dos europeus, com a cobertura da Sociedade das Nações, como adiante será visto.

A questão alemã estava no centro do subsistema europeu de relações internacionais. A recuperação econômica da Europa foi precária até 1923. Dependia de uma conexão financeira que condicionava o pagamento das dívidas européias de guerra para com os Estados Unidos ao pagamento aos europeus das reparações por parte da Alemanha. Questões graves, que

afetavam tanto a segurança quanto a recuperação européia e o desempenho da economia americana, passavam pelas possibilidades e pelas atitudes da Alemanha. A França obtivera os entraves à soberania e os encargos financeiros em Versalhes e teria de exigi-los à força, tanto para sua segurança quanto para sua reconstrução. Esse empenho francês acentuaria o dissenso entre os aliados.

Versalhes não fixara a soma definitiva das reparações de guerra, mas a Alemanha pagaria, até 1921, 20 bilhões de marcos-ouro, dos quais, em 1920, a França recebeu 52%, a Inglaterra, 22%, a Itália, 10% e a Bélgica, 8%. Após negociações tensas, em 1921, a soma definitiva foi estipulada em 132 bilhões de marcos-ouro e a Alemanha começou a desembolsar as anuidades, calculadas tendo em conta a evolução das exportações.

Com o intuito de aliviar as tensões intereuropéias, Lloyd George propôs, em 1922, um plano que previa a estabilização política e a reconstrução da Europa, a aliança francesa e o desarmamento das tensões com a Alemanha, à custa de uma moratória das reparações, se necessária fosse. Um outro Versalhes era o que se discutia, portanto, nas Conferências de Cannes e de Gênova daquele ano, nas quais a Rússia estava presente. A intransigência dos líderes franceses Raymond Poincaré e Aristide Briand fez abortar o plano inglês. Em conseqüência, os delegados da Alemanha e da União Soviética retiraram-se para a vizinha cidade de Rapallo, onde firmaram um tratado em que estabeleceram relações diplomáticas, desistiram de reparações de guerra e acordaram o perdão recíproco de dívidas anteriores. Tratava-se de uma irrupção diplomática das duas potências que deixou os europeus e o mundo capitalista surpresos; a França, atônita. Reagindo ao impacto do tratado de Rapallo, com o pretexto de um atraso no pagamento das reparações, a França ocupou pela força a região do Ruhr, em janeiro de 1923, como garantia de pagamento e para fazer pressão na economia alemã.

A resistência dos operários alemães no Ruhr foi tanta que provocou greves, agitações, 145 mil expulsões e o deslocamento de operários franceses e belgas para trabalhar nas minas. O custo dessa “resistência passiva” contribuiu para a derrocada do marco alemão, atingido pela hiperinflação de 1923. A Alemanha exigiu, então, uma comissão para estudar sua recuperação econômica e sua capacidade de pagamento. O plano de Lloyd George malogrou em 1922, mas a França teve, enfim, de rever a

função de polícia da ordem de Versalhes. No início de 1924, desgastada sua imagem, aceitou uma política de responsabilidades compartilhadas, que veio substituir a sua paz de coerção, mal vista por banqueiros e pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

A comissão de peritos, presidida pelo norte-americano Dawes, apresentou, em abril de 1924, um plano de cinco anos, aceito depois em conferência: os pagamentos seriam progressivos, mas o plano implicava a possibilidade de reerguimento da economia alemã. A nova situação precedeu a desocupação da Alemanha pelos aliados, o que ocorreu em 1925, depois que ela lhes dera garantia de não rearmamento. Apesar de ainda manter posições na Renânia, declinava o predomínio francês na Europa, criando-se perspectivas para a diplomacia multilateral.

Na Conferência de Versalhes, haviam-se confrontado duas concepções de relações internacionais: (a) a de vertente francesa, que se impôs às relações intereuropéias até por volta de 1924; (b) a concepção wilsoniana de diplomacia aberta, na qual os acordos deveriam ser publicamente negociados. Nesse contexto de mudança, em que o entendimento franco-alemão seria crucial, a Sociedade das Nações teve suas chances de atuar.

4.2.2 A Sociedade das Nações: uma esperança fugaz

O pacto da Sociedade das Nações nasceu de uma idéia remota de solução pacífica de controvérsias e de cooperação internacional, porém vingou ao ser incluído nos 14 pontos e ao ser firmado, a 28 de abril de 1919, como anexo aos tratados de paz. A sociedade compunha-se de um conselho, com membros permanentes e eleitos, uma assembléia e um secretariado, além da Corte Internacional de Justiça de Haia. Instalou-se em Genebra, em 1920, enfraquecida, em razão da recusa do Senado americano de ratificar os tratados, por tornar-se uma sociedade propriamente européia e por não incluir três grandes potências da época: Estados Unidos, União Soviética e Alemanha. O conselho da sociedade ficou desfalcado de um membro permanente e deveria tomar decisões por uma unanimidade que incluía os membros não permanentes, que passaram de quatro a nove entre 1920 e 1926. Como a Assembléia também decidia por unanimidade, o alcance prático das deliberações ficava em grande parte prejudicado.

Destinava-se a Sociedade das Nações a promover o desarmamento, a paz e a segurança mútua de seus membros, 55 no início, que compreendiam três quartos da população mundial. A carta da sociedade era ambígua no que dizia respeito à gerência da segurança. A Grã-Bretanha não aceitou que ela dispusesse de força militar; as “sanções” ao “agressor”, por conta de cada Estado, eram obrigatórias, se econômicas e facultativas, se militares. Não foram definidos os meios de coerção, o arbitramento obrigatório não vingou e o desarmamento esbarrou nas preocupações com a segurança de cada Estado. Por isso tudo, a Sociedade das Nações não conseguiu organizar a segurança coletiva nem desarmar e evitar os conflitos da década de 1920. Foi bemsucedida em administrar pequenos territórios europeus em litígio no pós-guerra (Sarre, cidade livre de Dantzig) e em distribuir para as potências européias grandes países “incapazes” de se governarem. Um êxito muito modesto até 1925, uma fase de esperanças entre 1925 e 1929 e um declínio para a morte nos anos 1930.

Uma tentativa de regulamentar a segurança coletiva malogrou em 1924, com o denominado Protocolo de Genebra: a assembléia aprovou o arbitramento obrigatório, ligado à segurança e ao desarmamento, convocou

uma conferência de desarmamento que não se realizou e o protocolo foi abandonado.

As condições que imprimiam novo rumo às relações internacionais por volta de 1924-1925 eram européias e mundiais: o pacifismo da opinião pública; a mudança das equipes com a ascensão de governos de esquerda na França e na Inglaterra; o reconhecimento da União Soviética e sua entrada na Sociedade das Nações; a política de distensão de Stalin; o retorno dos Estados Unidos às mesas européias de negociação, com sua outra visão de relações internacionais e com o dólar nas mãos; a melhora da situação econômica; a conciliação entre a França e a Alemanha; a entrada em cena de homens de idéias "arejadas" como Edouard Herriot na França, Ramsay MacDonald e Austen Chamberlain na Grã-Bretanha; e, sobretudo, a dupla da conciliação e do novo espírito, Aristide Briand, pela França, e Gustav Streseman, pela Alemanha, ambos ministros de Relações Exteriores. Seria o fim da ordem de Versalhes e uma nova Sociedade das Nações?

Entre 16 de julho e 16 de agosto de 1924, reuniu-se em Londres uma grande conferência de negociação, com as presenças de delegações importantes, de lideranças políticas e de banqueiros (Herriot, MacDonald, Streseman e o embaixador dos Estados Unidos, Frank Kellogg). Isolada, a França iria repor a solidariedade que Poincaré havia descartado, aceitando evacuar o Ruhr em um ano, cedendo controles que exercia na Alemanha e tendo, em compensação, suas dívidas para com os Estados Unidos escalonadas. Entre 5 e 16 de outubro do ano seguinte, Streseman e Briand reuniram a Conferência de Locarno, com as presenças de Chamberlain e Benito Mussolini e de delegações de outros países como a Bélgica, a Tchecoslováquia e a Polônia. Os tratados de Locarno deram garantias às fronteiras da Alemanha, reabilitaram-na moralmente, consideraram-na digna de ter colônias, dispuseram sobre a evacuação de seu território e aceitaram sua admissão à Sociedade das Nações (efetivada somente em 1926, após a retirada do Brasil que pleiteava assento permanente no conselho). Briand, idealista, e Streseman, calculista, dominam as relações intereuropéias entre 1926 e 1929, num clima de paz e euforia que contagiou a Sociedade das Nações. Herriot e MacDonald foram a Genebra prestigiar os trabalhos da sociedade. Sessões impressionantes fizeram sonhar com o arbitramento, a segurança, o desarmamento.

Briand sempre considerara que a paz passava pela conciliação entre os dois inimigos europeus. Como permaneceu no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, entre 1924 e 1932, pôde estimular etapas de conciliação, que foram a Conferência de Londres, o Plano Dawes, os acordos de Locarno, a admissão da Alemanha na Sociedade das Nações, o Plano Young de 1929 e a evacuação da Renânia em 1930, cinco anos antes do previsto. A outra face da história veria nessas etapas o declínio francês e o reforço da potência alemã. Com efeito, confiantes em sua reconstrução, os Estados Unidos estavam investindo volumosos capitais na economia alemã. O Plano Dawes (1924-29) descarregou na Alemanha investimentos da ordem de 2,5 bilhões de dólares de origem americana e outros 2,5 bilhões de outras origens. Com isso, a Alemanha pagou somente à França um bilhão de dólares de reparações. Esses desembolsos permitiam à Europa reescalonar suas dívidas para com os Estados Unidos, que receberam no período 2,6 bilhões. Estabelecia-se o triângulo financeiro da paz, fluindo capitais dos Estados Unidos para a Europa, os quais retornavam aos Estados Unidos. Os principais efeitos foram o extraordinário crescimento alemão, um bem modesto crescimento francês e a estabilização das moedas. O mesmo espírito de cooperação chegou à economia em 1926, criando-se uma entente européia do aço para evitar a competição: as quotas de produção foram distribuídas em 40,45% para a Alemanha, 31,89% para a França, 12,57% para a Bélgica, 8,55% para o Luxemburgo e 6,54% para o Sarre. Nascia a idéia européia.

A tendência idealista da política internacional culminou em 1928 com o chamado Pacto Briand-Kellogg, firmado por 60 países que puseram a guerra fora da lei. A Sexta Conferência Pan-Americana de 1928 havia aprovado algo semelhante, motivo por que o Brasil não aderiu ao novo pacto. Por ocasião da assinatura do pacto, em Paris, Streseman consultou Poincaré e Briand sobre a desocupação da Renânia, mas ouviu do chefe de governo francês exigências de garantias de reparações definitivas, já que o Plano Dawes expirava. Uma nova comissão de peritos, presidida pelo americano Young, elaborou, em 1929, o plano definitivo, escalonando as anuidades alemãs em 59 anos (os pagamentos seriam concluídos em 1988), reduzindo seu montante monetário com relação ao plano anterior, porém eliminando gradualmente a parte correspondente ao pagamento in natura. Aceito o plano,

só restava à França evacuar a Renânia. Antes de morrer, em 1931, Streseman havia, portanto, recolhido bons frutos de sua estratégia calculista e conciliadora: reinseriu a Alemanha na política internacional, garantiu suas fronteiras e sua recuperação econômica e libertou-a das tropas estrangeiras.

A Alemanha aceitou a distensão para rever Versalhes; a França, para salvar ao menos o essencial. Com espírito de conciliação, tendo em vista enquadrar definitivamente a Alemanha na construção da nova ordem, Briand discursou em Genebra, propondo a criação de uma federação européia. O período de distensão foi sem dúvida relevante pelas mudanças de comportamento e pelos resultados registrados. A Sociedade das Nações converteu-se numa apoteose política, tratando do desarmamento, da liberalização do comércio internacional, da cooperação econômica e financeira, com muito idealismo e pouco resultado concreto. Mas a distensão tinha seus limites: deixou a União Soviética isolada, não conciliou países satisfeitos (Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia) com revisionistas (Hungria, Bulgária e Itália) na Europa Oriental e Balcânica, não desmontou o nacionalismo alemão que recriminava a "escravidão das reparações". Montou o triângulo financeiro da paz, uma ordem econômica estável, porém frágil; assentava, porquanto, a economia e as finanças européias na prosperidade americana por um mecanismo que, mais uma vez, era denunciado por Keynes. Todos os fatores de distensão política e a nova ordem econômica da segunda metade dos anos 1920 naufragaram e se mantiveram inertes por 15 anos com a tempestade que varreu a Europa, vinda do outro lado do Atlântico: a crise de 1929 e a depressão do capitalismo.

4.2.3 A crise econômica: efeitos internacionais

A crise produziu antes de tudo efeitos nacionais. O período de sua origem situa-se entre 1929 e 1932. Desde aí, todos os dados tornaram-se negativos. Os eventos americanos propagaram-se pela Europa, com ruínas materiais: queda dos preços, da produção industrial, do comércio internacional, das reservas monetárias e do emprego. A queda dos preços e do consumo de produtos alimentícios afetou os países novos. O comércio internacional chegou a seu nível mais baixo em 1934: 66,2% inferior ao de 1929. O capitalismo desmoronou: individualismo, livre iniciativa e mercado cedem o passo ao nacionalismo econômico, ao protecionismo alfandegário e à autarcia política. Pelo lado político, assistiu-se à descrença nas instituições do Estado liberal, ao acirramento das lutas partidárias e doutrinárias, à busca de alternativas radicais, ao crescimento dos egoísmos nacionais. Que efeitos esses indicadores internos da crise produziram sobre as relações internacionais?

A crise não adveio do craque da bolsa de 1929, que, aliás, teria sido benéfico se tivesse como efeito o fim da especulação. A crise veio dos fatores de agravamento anteriormente referidos e afetou as relações internacionais de duas formas: pela indiferença e hostilidade diante da cooperação e pela prática generalizada de adotar soluções nacionais para problemas internacionais. Três países importantes seriam responsáveis pelo agravamento dos efeitos internacionais da crise em razão de modificações internas ocorridas em 1933: a ascensão do fascismo ao poder na Alemanha, com a escolha de Hitler para chanceler; a opção de Mussolini por uma política externa de força; e o abandono do pacifismo pelo Japão, que passou a ser controlado por militares nacionalistas. Essa constatação não livra de responsabilidades os outros países, porquanto a introspecção e o egoísmo nacional passaram a informar, na mesma intensidade, as políticas exteriores de países democráticos e autoritários. A concertação internacional tornou-se impossível.

Os primeiros malogros internacionais resultantes da crise sucederam-se em cadeia:

a) em Genebra, o plano de federação européia levado por Briand à discussão da Sociedade das Nações, em 1930, foi abandonado;

b) uma tentativa malograda de Anschluss — junção comercial e econômica, quiçá política entre a Alemanha e a Áustria — fez renascer as confianças européias com relação à Alemanha em 1931;

c) abalada pela crise, a Alemanha suspendeu o pagamento das reparações em 1931, logo após a entrada em vigor do Plano Young. Na Conferência de Lausanne de 1932, as reparações alemãs foram perdoadas, tendo ela desembolsado apenas 22 bilhões dos 132 bilhões de marcos-ouro fixados em 1921. De pronto, a França e a Grã-Bretanha suspenderam o pagamento de suas dívidas aos Estados Unidos, alegando dificuldades financeiras, agravadas pelo não-pagamento das reparações. Os Estados Unidos ficariam descontentes com a Europa, que teria de enfrentar Hitler e Mussolini;

d) o malogro econômico decisivo foi o da Conferência Econômica Inter nacional de Londres, em 1933. Preparada pelos Estados Unidos, pela França e pela Grã-Bretanha como derradeira tentativa de substituir as soluções nacionalistas que vinham sendo aplicadas aos problemas econômicos internacionais por verdadeiras soluções internacionais, a conferência instalou-se em 12 de junho, com a presença de 66 legações pessimistas. Cada qual expôs sobre a mesa a reivindicação do estrito interesse nacional, seguindo o tradicional nacionalismo econômico norte-americano com que Franklin Delano Roosevelt instruíra sua delegação. O fracasso foi total;

e) o malogro político decisivo foi o da Conferência do Desarmamento, aberta em Genebra em 1932, com a presença de 62 países, incluindo Estados Unidos e União Soviética. Preparada em ritmo lento, desde a fundação da Sociedade das Nações, a conferência havia sido precedida por intermináveis debates, dadas as variáveis que envolviam a questão (estratégia, técnica militar, economia e finanças, segurança nacional, concepções geopolíticas etc.). Insatisfeito com o andamento dos debates e particularmente com o descaso da questão pelo conjunto das nações que impusera, em Versalhes, o desarmamento da Alemanha como ponto de partida do desarmamento geral, Hitler retirou sua delegação da conferência em 14 de outubro de 1933 e, cinco dias depois, anunciou que a Alemanha abandonava a Sociedade das Nações.

Em 1933, o desconcerto internacional de matriz européia estendia-se, pois, tanto à esfera dos interesses econômicos quanto à dos interesses políticos e de segurança. A essa altura, quatro grandes estavam fora da Sociedade das Nações (Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Japão). O Japão havia iniciado sua expansão na Manchúria, em detrimento da China.

• 4.3 As novas grandes potências: União Soviética, Japão e Estados Unidos no sistema internacional

Entre 1919 e 1933, entre a Conferência de Paz e o malogro das Conferências Econômica Internacional e do Desarmamento, as três novas potências moviam-se por preocupações e interesses internacionais distintos dos que movimentavam os europeus. A União Soviética precisava defender a revolução do "cerco capitalista", por isso desejava permanecer distante de todo conflito externo e consolidar seu *status*. O Japão criara necessidades regionais, que eram a busca de mercados para seus excedentes industriais e de fornecimentos para sua economia e sua numerosa população; apenas ao final do período, mudou sua estratégia de penetração pacífica para a de penetração do tipo de imperialismo tardio. Os Estados Unidos desvelavam duas orientações externas: a econômica, que significava a proteção de seu mercado, a abertura dos mercados alheios e o saneamento financeiro da Europa para manter sua capacidade de pagamento de dívidas; e a de segurança, que se traduzia na elevação de sua capacidade estratégica ao âmbito de grande potência e na contenção da capacidade de outras nações, particularmente da Europa Continental e do Japão.

Quando os bolchevistas triunfaram em 1917, retiraram a Rússia da "guerra dos capitalistas" porque sua concepção de relações internacionais estava em contradição com a natureza do sistema vigente. Desprezaram a Conferência de Paz de Versalhes e passaram a dirigir-se aos povos, aos operários e não aos governos estrangeiros. Surpresos, mas sem muito entusiasmo e coordenação, os aliados iriam apoiar a guerra contra-revolucionária dos exércitos brancos e estabelecer um "cordão sanitário"

formado por Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia. Já se observou como os líderes Lenin e Trotski hesitavam diante da Terceira Internacional de 1919, se esse Komintern contasse com o envolvimento do governo russo em seu papel de exportar a revolução proletária. De fato, a Rússia revolucionária abandonou rapidamente sua nova concepção de relações internacionais e a filosofia da Terceira Internacional, de modo a desativar o apoio dos países capitalistas aos exércitos brancos que lutavam contra os vermelhos, a resolver seus problemas de fronteira, particularmente com a Polônia que lhe fazia a guerra, e a regularizar suas relações comerciais e financeiras internacionais para reerguer a economia interna.

A Nova Política Econômica (NEP) lançada por Lenin em 1921 comportava concessões não comunistas aos camponeses. Em termos de política exterior, significava uma cisão entre a luta transnacional e a coexistência pacífica, ficando a primeira com o Komintern, considerado uma associação privada, e deixando o Estado livre para implementar a segunda. Embora a dualidade vá persistir na prática diplomática, a segunda tendência reforçou-se a olhos vistos. Lenin buscou a reconstrução pacífica da Rússia e, como reação, obteve a retirada das potências ocidentais da guerra civil, a fixação das fronteiras e o levante do bloqueio econômico. Stalin deu continuidade a essa orientação de política exterior de “construção do socialismo num só país” em detrimento da “revolução permanente” propagada por Trotski. Os bolchevistas estavam pouco convencidos de que a ação do Komintern no uso dos partidos comunistas para desestabilizar os governos capitalistas fosse de utilidade para a Revolução Russa.

Em 1921, a política de coexistência pacífica obteve seu primeiro êxito concreto: Londres firmou um tratado de comércio, sem fazer menção às dívidas czaristas e de guerra e até mesmo às expropriações revolucionárias, o que muito desagradou ao governo francês, tradicional credor do país. As perspectivas de bons negócios obscureciam a memória burguesa. O argumento forte dessa vitória: o delegado soviético à Conferência de Gênova de 1922, Jorge Tchitcherin, à vista da proposta ocidental de recuperar antigos e novos haveres, fez exigências de valores duas vezes superiores a título de reparações por prejuízos causados pela intervenção estrangeira na guerra civil na Rússia. Como se não bastasse, pelo bombástico Tratado de Rapallo, então firmado com a Alemanha,

restabeleceu as relações diplomáticas e apagou toda a memória de dívidas passadas, além de se concederem mutuamente a cláusula de nação mais favorecida nas relações comerciais. Explodia a frente capitalista unida. Essas vitórias no ocidente mostram até que ponto os interesses do Estado, percebidos pelo partido, sobrepunham-se aos do Komintern. A União Soviética desejava então o reconhecimento formal dos ocidentais e obtê-lo-ia, a partir da iniciativa inglesa, por meio de acordos de comércio, de aliança ou de não-agressão, que firmou em 1924-1925 com a maioria das potências ocidentais, com a China e o México. Mas a coexistência pacífica não levou a União Soviética a Genebra. Até o fim dos anos 1920, ela considerava nociva a atuação da Sociedade das Nações. A adesão deu-se somente em 1934, em razão do que já significava para a União Soviética o perigo alemão.

A política exterior da União Soviética era, pois, de retraimento ativo, destinado a manter a tranqüilidade interna e a segurança externa mediante relações clássicas com as outras potências. O malogro de seu envolvimento com a Revolução Chinesa, entre 1922 e 1926, contribuiu para a introspecção. Stalin foi-se convencendo de que o capitalismo não resistiria às próprias crises; também tinha alguma descrença tanto na revolução não controlada pela União Soviética quanto no processo revolucionário mundial. Desenvolveu o mito do "cerco capitalista" precisamente para firmar a segurança da União Soviética por meio da ação diplomática externa e da construção interna da potência, sobretudo industrial, tocada com vigor pelos planos qüinqüenais postos em execução de 1928 em diante.

A Primeira Guerra comprometeu a influência ocidental na Ásia, em termos políticos e econômicos, abrindo espaço tanto para a preeminência regional do Japão quanto para o despertar dos nacionalismos, particularmente na China. O Japão obteve bons resultados em Versalhes: a administração de colônias alemãs no Oriente e a não-regulamentação de suas relações com a China. Mediante uma política de contenção do expansionismo japonês e de apoio à resistência chinesa, os Estados Unidos reagiram, desde 1921, em nome da "civilização", para consertar o erro diplomático de Wilson. Os passos da política norte-americana foram: (a) impedir a renovação da aliança anglo-japonesa de 1902; (b) limitar a força naval japonesa (proporção de 3 para 5 com relação às forças norte-

americana e inglesa); (c) compromisso por parte do Japão de respeitar a independência e as “portas abertas” da China; (d) *status quo* para as ilhas do Pacífico. A maioria das decisões era decorrente da Conferência de Washington de 1921-1922. Elas provocaram revolta nos meios militares e navais japoneses e a vontade de rever Washington, à semelhança da disposição alemã de rever Versalhes. A reação dessas duas potências cerceadas em suas ambições pelas conferências só viria dez anos mais tarde.

Não há, contudo, explicação simples para a mudança radical que se observa na política exterior do Japão da era Meiji para a do imperialismo dos anos 1930. A tese marxista da oposição entre sociedade e classe dirigente militarista não é suficiente. É certo que os homens mudaram, que a classe dirigente dominava, que a agressividade do exército era desmesurada, que os partidos sucumbiam e, com eles, a democracia. É certo também que esses fatores conjugavam-se com a coerção norte-americana, a inflação demográfica, a insuficiência de matérias-primas, a impossibilidade de exportar em razão do protecionismo, a dificuldade de importar em razão da baixa capacidade financeira e também de restrições norte-americanas.

Dadas essas condições, o Japão, nos anos 1920, era posto diante de três alternativas de política exterior: (a) conciliar-se com os ocidentais, na suposição de não poder enfrentá-los; (b) voltar-se com autonomia para a preeminência regional, evitando enfrentar o Ocidente e preenchendo necessidades; (c) confrontar a ordem internacional, para quebrar o *status quo* internacional. Nos anos 1920, as opções oscilavam entre a primeira e a segunda alternativas, nos 1930, deslizaram pela segunda à terceira.

A opção imperialista inaugurou-se com a investida sobre a Manchúria, que era parte da China. O Japão dominava economicamente a região desde antes da crise de 1929. Chang Kai-Chek, líder da Revolução Chinesa, esforçou-se para repelir os intrusos, porém sucedeu o inverso. As forças japonesas invadiram a Manchúria do Sul em 1931, forjaram uma independência da China e lá colocaram o último imperador descendente da dinastia Manchu. A China apelou à Sociedade das Nações, não tanto em razão da ocupação da Manchúria, convertida em protetorado japonês, mas em razão da guerra que já lhe fazia o Japão em outras partes de seu território. Os esforços da sociedade foram vãos e ela ficou desmoralizada por recusar-se a aplicar sanções ao agressor. O recuo do Ocidente fundava-

se no tradicional desprezo britânico pela China e na política norte-americana de utilização exclusiva da arma diplomática nas questões do Oriente. A Manchúria permaneceu como Estado criado à força contra as regras da segurança coletiva, como primeiro golpe mortal contra a autoridade da Sociedade das Nações. Em 1933, o Japão retirou-se da sociedade, como a Alemanha. Animados com esses sucessos, os dirigentes japoneses levariam adiante seu imperialismo regional.

Entre todas as grandes potências do período entre as duas guerras, os Estados Unidos beneficiavam-se por todos os títulos de uma situação invejável até a depressão dos anos 1930: sem problemas políticos, de segurança, financeiros, comerciais ou econômicos, ostentavam a imagem do sucesso e do bem-estar. Enterrando os sonhos de Wilson, a partir de 1921, os republicanos buscaram os benefícios da ordem internacional sem querer compartilhar de suas responsabilidades, em nome do tradicional isolacionismo, que, no fundo, correspondia a uma política realista de defesa dos interesses nacionais. Os historiadores questionam se esse caráter isolacionista da política exterior americana correspondia ou não à prática política e à opinião, como alegavam os republicanos.

As linhas da política exterior norte-americana evidenciaram, com efeito, uma atuação concreta e multidirigida:

4.3.1 Desativar a herança de guerra

Rejeitado o Tratado de Paz e a adesão à liga, concluiu-se, em 1921, a paz em separado com a Alemanha e, em 1923, terminou-se a retirada das forças.

4.3.2 Controlar a segurança mundial

À margem da Sociedade das Nações, os Estados Unidos tiveram suficiente autoridade para convocar a Washington representantes de oito países (França, Itália, Grã-Bretanha, Países Baixos, Bélgica, Portugal, Japão e China) para tratar do desarmamento e dos problemas do Extremo Oriente e do Pacífico. A Conferência de Washington (de 21 de novembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922) limitou-se ao controle da marinha de guerra, fixando, por tratado, a tonelagem nas proporções de 5 para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, de 3 para o Japão e de 1,75 para a França e a Itália. O triunfo anglo-americano deixou as outras potências descontentes. Os tratados de Washington tinham um objetivo: conter o expansionismo japonês na China e nas ilhas do Pacífico Oriental, como já se observou. A preocupação dos Estados Unidos com a segurança concentravase, pois, no Pacífico e no Extremo Oriente, mas não ignorava a Europa, tanto que enviaram representação à Conferência do Desarmamento de 1932, convocada pela Sociedade das Nações.

4.3.3 Fazer da América uma fortaleza econômica

A política exterior dos Estados Unidos elegeu por objetivo econômico assegurar a supremacia do país sobre o resto do mundo. A estratégia permanecia tradicional: fechar o seu mercado e usar instrumentos de poder para abrir o dos outros países. A lei de comércio de 1922 elevou as tarifas alfandegárias, em média, de 21% para 38% e concedeu ao presidente o poder de retaliar, em até 50%, se considerasse haver discriminação contra produtos norte-americanos em mercados externos. Os Estados Unidos estavam em condições de investir no exterior e de proteger-se da concorrência; eis o porquê se pode compreender esse luxo de nacionalismo: podiam dominar. Seus banqueiros tomavam assento nas conferências internacionais, particularmente na Europa, cujas enormes dívidas somente poderiam ser pagas com empréstimos e investimentos americanos na reconstrução e no desenvolvimento. Por trás da muralha econômica, erguia-se também a muralha humana: leis de quotas de 1921 e 1924 limitaram a imigração; proibiram a entrada de japoneses. Os Estados Unidos permaneceram como o maior exportador no período — 16,2% do total mundial em 1928 — mas contribuíram para o baixo desempenho geral do comércio internacional e para o prolongamento do protecionismo de guerra. Seu egoísmo nacional fez fracassar a Conferência Econômica Internacional de Londres em 1933, último esforço da diplomacia de buscar soluções concertadas para as relações econômicas internacionais da época da depressão.

4.3.4 Consolidar a base continental

A partir de 1921, a política dos Estados Unidos para a América Latina atenuou a carga imperialista que a caracterizava desde a chamada “política do grande porrete” (*big stick*), anunciada por Theodore Roosevelt em 1904. Sua posição na região melhorara com a substituição dos europeus como investidores e exportadores desde a Primeira Guerra. Tratados, conferências, arbitramento, conciliação, comunidade continental: somente o subsistema pan-americano tinha o privilégio de ver desenvolver-se a diplomacia wilsoniana, que preparou o caminho para o da boa vizinhança, inaugurada formalmente com o governo de Franklin Delano Roosevelt. Os Estados Unidos assentavam assim sua base continental de poder com que se envolveriam em nova guerra mundial e imporiam suas concepções de relações internacionais no período pós-guerra.

• 4.4 Às margens do sistema internacional: regiões tranqüilas, regiões dominadas

O declínio europeu e a emergência de novas potências foram fenômenos que modificaram, no período entre as guerras, a relação de clientela das margens do sistema internacional com o centro: a América Latina era forte na Sociedade das Nações, porém ampliou relações políticas, comerciais e econômicas com os Estados Unidos; o Império Britânico evoluiu para a *Commonwealth*, com a independência dos domínios; à África negra dava-se pouca importância, visto que estava subjugada pelas potências coloniais. Em contrapartida, a rivalidade européia derramava-se de forma desesperada pela área próxima ao Mediterrâneo e Médio Oriente, enquanto o Extremo Oriente tornava-se presa do expansionismo japonês.

4.4.1 A América Latina: zona de paz

A Primeira Guerra e a depressão dos anos 1930 prejudicaram o comércio exterior da América Latina, reduzindo, no primeiro caso, o fornecimento externo de manufaturados e, no segundo, suas exportações primárias e de alimentos. Essas perturbações do comércio exterior tiveram impacto sobre o sistema produtivo, que se voltou para a industrialização substitutiva de importações, e sobre o controle do poder local, que passou das oligarquias agroexportadoras para as novas elites urbanas, num processo que fortaleceu o Estado e seu papel econômico.

As relações com os Estados Unidos eram sintomáticas no período. A grande potência continental tomava o lugar dos europeus no comércio, nos investimentos e na política. Contudo, o redirecionamento das relações externas da América Latina não seria determinado exclusivamente de fora. À época dos imperialismos que precederam a Primeira Guerra, a competição havia-se acirrado, especialmente com a penetração arrogante da Alemanha. Em 1904, os Estados Unidos acrescentaram à Doutrina Monroe o chamado "corolário Roosevelt", pelo qual enfrentariam a concorrência européia aplicando os mesmos métodos de dominação. Se o esquema vinha tendo aplicação irrestrita sobre a América Central e o Caribe, em toda parte provocou a revolta e despertou o sentimento antiianque, nada favoráveis aos interesses norte-americanos. Lideranças locais, como os revolucionários mexicanos e homens de Estado, intelectuais e altivos diplomatas, como o argentino Estanislao Zeballos e o brasileiro Barão do Rio Branco, repudiaram o deslocamento do imperialismo da Europa para os Estados Unidos. As Conferências Pan-Americanas, que recobraram sua periodicidade a partir de 1923, tiveram papel importante como reflexo da opinião latina sobre a norte-americana, que era imperialista, aliás, em sua vertente republicana. Nos anos 1920, as opiniões foram-se afinando aos poucos, e uma nova política de boa vizinhança teve chance de ser posta formalmente em marcha por Roosevelt em 1933.

Reforçava-se, assim, a união política do continente, que podia passar-se da Sociedade das Nações, à qual as repúblicas latino-americanas haviam aderido, com exceção do México. Decepcionado com a sociedade, o continente inclinava-se a converter o pan-americanismo em sua liga política

e em seu sistema de diplomacia de conferência, em que os princípios latinos de não-intervenção e de autodeterminação eram postos à mesa. Por volta de 1925, a disposição norte-americana era de substituir a diplomacia do dólar e do “porrete” pela da negociação, para fazer face aos problemas da América Central e mesmo das nacionalizações no México. Reuniu-se em Washington uma conferência para equacionar questões da América Central. Comissões de arbitragem tiveram papel importante na solução de litígios esporádicos ou dos conflitos de fronteira que opuseram Chile e Peru, Paraguai e Bolívia, Peru e Colômbia.

Autonomia e tranqüilidade, fatores políticos associados à crise do fornecimento externo de produtos, tiveram como efeito para a América Latina a quebra do modelo de integração à economia mundial e a introdução de um arsenal de políticas autocentradas que lhe assegurou o maior crescimento econômico de todas as regiões mundiais entre 1913 e 1950. Essa mudança foi acompanhada pelo deslocamento das relações da Europa para os Estados Unidos. Em 1928, os Estados Unidos vendiam à América Latina tanto quanto a Europa e adquiriam 37% de suas exportações. Seus investimentos, 20% do total em 1913, ultrapassavam os britânicos e equivaliam a 15 vezes os franceses. Economia e finanças eram as armas da nova estratégia política norte-americana na região.

Apesar do desempenho no crescimento econômico, o caráter dependente do desenvolvimento da América Latina persistia no período, não em razão da natureza das relações capitalistas, como pretende a interpretação de fundamento marxista, mas em razão de estruturas desvirtuadas das relações no contexto capitalista: a América Latina não criava grandes empresas, não gerava tecnologia, importava máquinas e equipamentos, não exportava manufaturados, contraía dívidas irresponsáveis, exportava poupança. Esses e outros vícios da interdependência teriam sido evitados por outras políticas e por determinação social, no quadro do liberalismo e da economia de mercado, o tipo de organização que obteve a preferência latino-americana nos dois últimos séculos.

4.4.2 África e Ásia: colônia, independência ou revolução?

Durante o período entre as guerras, verificou-se a evolução do Império Britânico para o *Commonwealth*. Domínios (Canadá, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia) e colônias haviam enviado cerca de um milhão de soldados para combater ao lado da metrópole, pela causa da liberdade, durante a Primeira Guerra. Na Conferência da Paz, os domínios emergiram para a política internacional: assinaram o Tratado de Paz e ingressaram na Sociedade das Nações, junto com a Índia, apesar de esta manter o estatuto de colônia. Era a autonomia? Não se sabia ao certo. Ao consultar seus domínios sobre o envio de tropas para defender os estreitos na guerra que a Turquia movia contra a Grécia em 1923, só a Austrália e a Nova Zelândia concordaram. O Canadá recusou-se a assinar o Tratado de Lucerna de 1923 sobre o Oriente Próximo. Desde 1919, os domínios desejavam maior independência em política exterior e, em meados dos anos 1920, a igualdade. A evolução da unidade para a igualdade de política exterior deu-se pela prática, mas a Conferência Imperial de 1926 decidiu a favor da independência dos domínios e substituiu o termo *Empire* por *Commonwealth*. Apesar disso, ainda por um tempo, a Inglaterra teria peso na formulação da política exterior e no comércio exterior dos domínios, peso que também lançava raízes em vínculos morais e sentimentais habilmente cultivados. Quando ela regressou ao protecionismo, em 1932, pôde contrair com cada um a preferência comercial. Em 1914, somente a Inglaterra havia declarado guerra; em 1939 todos o fariam, um a um, exceto a Irlanda, que proclamou sua neutralidade.

A colônia não era sujeito das relações internacionais e sua dependência verificava-se nas esferas política, econômica e cultural. Os imperialismos variavam, todavia, e não havia uma média de situação, porquanto as servidões diferiam de uma para outra. A Ásia e a África não reagiram de forma dinâmica, como a América Latina, às crises das guerras e da depressão. Aos habitantes das regiões coloniais aplicava-se o *status* de "menores", ou seja, sem direitos internacionais, *status* esse que a Sociedade das Nações conservou nas colônias e estendeu aos países árabes desvinculados do Império Otomano. Vale dizer que, como antes de 1914, as

potências européias não abriam mão de suas colônias e estavam dispostas a carregar o “fardo do homem branco” — dominar para civilizar — por mais tempo. Sem movimentos nacionais organizados, regiões coloniais na África e na Ásia eram esquecidas pela política internacional, permanecendo fora da complexa atividade diplomática. O anticolonialismo era frágil: movimentos pacíficos como os liderados por Mahatma Gandhi, na Índia, e Achmed Sukarno, na Indonésia, movimentos ideológicos como os deflagrados pelos princípios de Wilson e pela Terceira Internacional. Os colonialistas europeus pouco tinham ainda com que se preocupar.

Duas grandes revoluções libertadoras, a turca e a chinesa, brotaram da Primeira Guerra Mundial na área de dominação ocidental. Ao estilo do líder egípcio Muhammad Ali, da primeira metade do século XIX, Mustafá Kemal comandou uma revolução que pôs fim ao Império Otomano e a um século de dominação européia sobre o “grande doente”. A República da Turquia foi proclamada em 1923, sem que os britânicos reagissem. Pelo Tratado de Lucerna, de 1923, os europeus reconheceram as fronteiras turcas e o *status* do novo país. O projeto político de Kemal era a criação de um Estado-nação ao estilo ocidental: leigo, moderno, liberal e forte.

A dissolução do Império Otomano não induziu a libertação política nem econômica dos países que o compunham. Grã-Bretanha e França, depois União Soviética, agiam com o objetivo de firmar posições no Oriente Próximo e no Oriente Médio, onde se imiscuíam em menor escala a nova república turca e a Grécia. Deslocamentos de massas, dominação sobre minorias étnicas, despertar de nacionalismos, rivalidades locais e rivalidades européias teciam uma complexa rede de relações intrazonais e internacionais.

A área de dominação mais vasta, complexa e imponente era a área britânica. A Conferência de Paz confiou o Egito à Grã-Bretanha, que criou o protetorado em 1919, mas teve de ceder aos nacionalistas a independência, em 1922. Desde então e até o término da Segunda Guerra, o rei e os nacionalistas disputavam o controle do Estado. Presentes em tudo, os ingleses movimentavam o pêndulo do poder entre as duas facções locais, alcançando, ao final, uma proveitosa cooperação política e estratégica. Não tiveram a mesma facilidade para administrar seu mandado sobre o Iraque, em razão da revolta local, das ambições francesas sobre a Transjordânia e

dos interesses petrolíferos. Em 1930, a Grã-Bretanha cedeu a independência em troca de uma aliança que garantia o Iraque contra a Turquia, como ainda em troca de proteção para seus interesses petrolíferos. Um terceiro mandato britânico, ainda mais difícil de administrar, era o da Palestina. Importante ponto estratégico entre o Egito e a Síria, caminho para a Índia e zona de controle do canal, a Palestina carregava nas entranhas o conflito entre árabes e judeus em torno da criação do "lar" ou do Estado judeu, a que se dedicavam os sionistas desde 1918. Se nutria a intenção de apoiar a causa dos judeus, não convinha, por certo, à Inglaterra sacrificar seus grandes interesses políticos, econômicos e estratégicos nos países árabes ou perder a Palestina para os franceses. Facilmente convertia-se a Inglaterra de aliada em inimiga de qualquer dos lados, que avaliavam as iniciativas britânicas do ponto de vista de seus interesses. O Afeganistão e o Irã libertaram-se do protetorado inglês e, jogando com o apoio soviético, conseguiram manter sua independência política sem eliminar a penetração econômica. A Arábia Saudita alcançou a independência em 1927, em troca de garantias de não-agressão aos protetorados ingleses sobre o Iraque, o Kuaite e Bahrein.

A França recebeu os mandatos da Síria e do Líbano. Sobre este relaxou o domínio, mas exerceu-o à força por dez anos sobre a primeira, convertida em campeã da causa árabe. Na Tunísia, fracas concessões francesas foram feitas à luta local de libertação. A França também manteve à força suas posições no Marrocos, cuja dominação dividia com a Espanha. Em 1923, a Itália conquistou, também pela força, a Tripolitânia e a Cirenaica e a elas impôs seu domínio.

Os interesses europeus fomentaram rivalidades entre os franceses, os espanhóis e os italianos no Mediterrâneo Ocidental; entre a União Soviética, a Grã-Bretanha e a França no Oriente Próximo. A coerção e três guerras contra os movimentos nacionais do mundo árabe, levadas a efeito pelos europeus entre 1920 e 1924, fizeram fracassar em muitos países a resistência política ou religiosa. Os árabes ainda não dispunham de uma coordenação, aliás, somente o continente americano conhecia tal associação política desde o fim do século XIX. O período entre as guerras não foi, todavia, completamente perdido para a causa da libertação dos povos, como evidenciou o êxito de movimentos nacionais em alguns países.

Na Ásia, convertido em grande potência, o Japão sequer deu tempo à China para sacudir o jugo ocidental. A dinastia Manchu caiu em 1911. A China participou da Primeira Guerra e depois conheceu a anarquia política. Um semiprotetorado japonês estabeleceu-se sobre ela. Não tendo assinado os tratados de paz, permaneceu sob a coerção dos tratados desiguais do século XIX. A revolta nacionalista dos anos 1920, com apoio soviético e americano, voltava-se confusamente contra o Oriente e o Ocidente. Já que a Conferência de Washington freou, em 1922, as ambições japonesas sobre ela, diversas forças internas despertaram, até a ruptura violenta entre comunistas e nacionalistas, em 1927, e o triunfo temporário de Chang Kai-Chek. O Ocidente disfarçava sua ação na China porque temia o Japão. Iniciando sua penetração pela Manchúria, em 1931, este último atacaria a China em diversos pontos no ano seguinte, confrontando os tradicionais interesses imperialistas de europeus e norte-americanos na Ásia.

• 4.5 Convergindo para o conflito mundial (1933-1939)

4.5.1 Ditaduras e democracias toleram-se

A ascensão de Adolf Hitler ao governo alemão, em janeiro de 1933, não foi percebida pelos outros Estados como um *turning point* das relações internacionais, no entanto o era. Significava um ardente nacionalismo no poder e uma nova concepção de relações internacionais que rejeitava a igualdade dos povos e a dos indivíduos, desprezava os tratados, pretendia dominar — fosse pela esperteza ou pela violência —, e tinha um plano para tal fim, que incluía rearmamento, anexações de territórios onde houvesse alemães e aquisição de vasto "espaço vital" (*Lebensraum*) para construir a grande Alemanha (*Gross Deutschland*). O domínio projetado do III Reich partiria da Europa Oriental para estender-se sobre a Europa Continental e sobre o mundo, esta última fase reservada às gerações futuras. Racista e doutrinário, Hitler pretendia purificar essas zonas de judeus e bolchevistas. Expôs suas concepções de relações internacionais nos dois volumes de *Mein Kampf*, publicados em 1925 e 1927, e no inédito *A expansão do III Reich*, publicado em 1961.

Em 1934, as ditaduras nacionais dominavam a Europa Central e a Europa Oriental. Em 1939, a Europa democrática era minoria. O ditador encarnava a nação e, com isso, tomava por legítima sua política exterior. Hitler, Mussolini e Stalin, por exemplo, recorriam intensamente à propaganda de Estado, sobretudo para construir a imagem do outro. Para construir sua própria imagem, a ditadura promovia a "diplomacia-espetáculo", que, feita de êxitos chocantes, não era incompatível com a missão e a diplomacia secretas. As táticas iniciais consistiam em conciliar com os grandes e agir contra os pequenos. Assim se moviam Hitler para dominar o leste, e Mussolini para controlar o Adriático e o Mediterrâneo. "Acariciar para arranhar" era uma tática de aproximação dos fracos; contemporizar, uma tática para iludir os fortes.

Os projetos das ditaduras compreendiam, de 1934 a 1935, as seguintes dimensões:

a) etapas precisas para a realização do plano hitleriano: rearmar-se em primeiro lugar, vincular os alemães ao Reich, começando pela Áustria, conquistar a Europa do Leste para alargar o "espaço vital";
b) hesitações de Mussolini entre a expansão danubiana às expensas da Alemanha, com estímulos das democracias, e a expansão mediterrânea às expensas da França e da Inglaterra, com os estímulos de Hitler;
c) revitalização da tendência adormecida de expansão japonesa, às expensas da China, com o intuito de equilibrar a balança de comércio mediante a ocupação de fontes de matérias-primas e a criação de mercados, como também de criar possibilidade de exportar excedentes demográficos da zona rural.

O contrapeso para o projeto expansionista das ditaduras era esperado da parte das duas democracias européias e das duas novas potências. Contudo, as democracias estavam presas à segurança coletiva e, como a União Soviética e os Estados Unidos, voltadas para interesses internos: sua inércia, como também a agressão japonesa à China, a italiana à Etiópia e os efeitos da crise do capitalismo eram agravantes desse novo contexto.

A França começava a descrer da Sociedade das Nações e buscava alianças a leste, mirando para a Polônia, a Tchecoslováquia e a Itália. Não alimentava antipatia pelas ditaduras e queria mesmo conciliar-se com as potências fascistas. A Grã-Bretanha tinha fortes razões para fugir do confronto externo: estava ocupada em evitar o confronto interno entre ricos e pobres, em reforçar a coesão da *Commonwealth* e da zona esterlina e em evitar o engajamento militar na Europa, mesmo porque considerava justa a reivindicação alemã por mudanças.

Com os planos qüinqüenais implementados desde 1929, Stalin fez a União Soviética mergulhar na segunda revolução industrial, a fim de torná-la econômica e militarmente suficiente. Não contraía empréstimos, mas desejava o comércio de exportação para poder trazer equipamentos de fora e, para tanto, firmou acordos com a Grã-Bretanha em 1930, com a Itália e a Alemanha em 1931. Exigiu a poupança camponesa para financiar o

crescimento. A crise do capitalismo e a ascensão dos fascismos comprometeram um dos componentes dessa estratégia: a abertura externa. A União Soviética retraiu-se, então, para evitar a guerra. Desde 1933, a estratégia hitleriana de dominação do leste forçou-a a aproximar-se do Ocidente e a agradar muitos Estados, contrair alianças na Europa, obter o reconhecimento norte-americano e aderir, enfim, à Sociedade das Nações, em 1934. Os objetivos da política exterior soviética compreendiam uma dualidade: formar a frente antifascista ou colocar-se como fator decisório na balança entre os dois campos burgueses do capitalismo.

Diante de planos concretos de dominação e do aumento das tensões mundiais, os ocidentais recusavam-se a entrar em um pacto, decepcionando os soviéticos. Deixaram soltos Hitler na Europa, Mussolini na Etiópia e o Japão na China. Desde então, a União Soviética reforçou seu isolamento político, comercial e financeiro, paralelamente à ditadura interna, e centrou sua estratégia externa na determinação de apoiar todo movimento geral antifascista contra a Alemanha e o Japão, sem declarações abertas para evitar agressões, visto que a inércia das democracias os deixaria correr. O desengajamento soviético fundava-se num temor quase doentio de que o mundo todo lhe era hostil. Significava desativar a filosofia da Terceira Internacional, apoiar sutilmente, para não despertar reações, a revolução comunista na China e a resistência contra o fascismo na Espanha, e procurar desesperadamente a paz com todos, inclusive com a Alemanha de Hitler. O "egoísmo sagrado" substituiu o internacionalismo proletário.

À época de Franklin D. Roosevelt, os Estados Unidos desenvolviam uma política exterior que se assemelhava à soviética por corresponder a outro "egoísmo sagrado", uma "reserva das democracias", tal qual sonhava a União Soviética em ser uma "reserva da balança". Em nome dos interesses nacionais, Roosevelt fizera fracassar a Conferência de Londres que buscava soluções concertadas para a crise internacional e fugia do perigo europeu de guerra. Eram táticas acopladas à estratégia externa norte-americana:

a) fortalecer a posição no continente mediante a política de boa vizinhança e a exploração política e comercial do pan-americanismo, para mantê-lo longe da Europa;
b) aprovar leis de neutralidade para evitar o envolvimento nas guerras, mesmo se, pelo tratamento uniforme dado a todos, favorecia as

ditaduras;

c) responder ao perigo de guerra com o rearmamento, concebido como política de segurança nacional;

d) aliviar as tensões internacionais para relançar a economia.

A Europa dos conflitos não podia ser ignorada, particularmente em razão de seu peso econômico, numa fase de depressão mundial das atividades. Em 1935, ela exportava 50% do total mundial e importava 55%; os Estados Unidos realizavam 17% das exportações e 13% das importações totais; a América Latina respondia por 8% e a Ásia 15% do comércio mundial. Mas o comércio exterior norte-americano apresentava tendência de baixa relativa: entre 1929 e 1936, as exportações declinaram de 15,8% para 11,4% e as importações de 12,3% para 10,9%. Nos anos 1930, a Grã-Bretanha era superior aos Estados Unidos pelos indicadores econômicos internacionais de exportação, importação e investimentos. Somente os ingleses entendiam a tática norte-americana de desarmar tensões para ampliar exportações, atuando nas duas áreas do capitalismo — a democrática e a fascista. Para todos, entretanto, essa tática era inadequada ao exigir o liberalismo comercial, mesmo para a Grã-Bretanha, cujo assentimento, tardio, somente viria em 1938. Os americanos julgavam os ingleses expertos, os franceses vingativos e caloteiros, e a Alemanha uma oportunidade de negócios. Pensavam em reformar a Sociedade das Nações; pensavam, aliás, em uma nova ordem internacional, antes mesmo de desencadear-se a Segunda Guerra Mundial.

Os regimes ditatoriais organizavam ondas de opinião pública que perpassavam os problemas da política exterior, da paz e da guerra, em função de objetivos internos e externos que perseguiam como as "necessidades vitais" dos povos. Usavam poderosos meios para controlar a opinião das massas, contra a democracia se necessário. As ditaduras não descartavam a diplomacia secreta ou de conferência para definir grandes orientações. Usavam a opinião e a diplomacia. Antes da ascensão de Hitler, a opinião alemã dividia-se entre a guerra perdida e a revolta diante do *Diktat* e as mudanças constitucionais e sociopolíticas. A chancelaria enfrentava esses dois desafios para organizar conceitos e posições no

governo. Com Hitler, o dissenso de opinião seria erradicado. Mussolini criou órgãos de controle, como o Serviço de Imprensa e Propaganda, em 1933, depois transformado em secretaria e, em 1937, no Ministério da Cultura Popular. O Ministério das Relações Exteriores agia sobre a imprensa, servindo-se da Agência Stefani. Por seu lado, a Internacional Comunista percebia a guerra e a paz segundo a teoria do imperialismo de Lenin e de seus desdobramentos. Faz-se necessário, todavia, dissociar a propaganda e a ação revolucionária da política exterior soviética, como se mostrou anteriormente.

As democracias também conferiam muita importância à opinião pública, tanto mais que percebiam a conveniência de formular uma diplomacia antifascista como decorrente dessa opinião. À diferença das ditaduras, não conseguiam levantar ondas de opinião para embalar a política exterior. As pesquisas mostram que, pelo contrário, a opinião desorientava-se, por exemplo, diante da aplicação de sanções ao "agressor", do revide aos golpes das ditaduras sobre nações fracas, do comprometimento de impostos em programas armamentistas, do custeio da guerra. A opinião pública das democracias era, enfim, um fator de apaziguamento da política internacional e dificultava aos governos tomar decisões para frear a violência e a expansão das ditaduras.

Tanto nas ditaduras quanto nas democracias, um traço comum vinculava a opinião pública à percepção de interesses materiais, de necessidades e direitos, tanto de minorias privilegiadas quanto da massa trabalhadora. Os efeitos sociais da depressão capitalista contribuíram para imbricar necessidades socioeconômicas, opinião pública, papel do Estado, soluções nacionalistas, isolamento exterior. Tais condições que sobrepunham os interesses materiais aos valores morais e ideológicos, além de lançar a ordem liberal em crise, mais uma vez, eram favoráveis aos planos das ditaduras. Roosevelt não tinha como convencer os eleitores norte-americanos da necessidade de implementar uma política antifascista que viesse representar sacrifícios materiais.

Uma manifestação da prevalência crescente dos aspectos econômicos da opinião pública, dando vantagem às ditaduras que não eram presas a grupos e a eleitores, pode ser encontrada nas reações a iniciativas de governos democráticos no período entre as guerras. Quando a França ocupou o Ruhr,

em 1923, como garantia do pagamento de reparações, os contribuintes opuseram-se ao invés de apoiar, em razão dos custos da ocupação, e perderam confiança no franco, que entrou em colapso no ano seguinte. Anos depois, o governo francês iria relutar em reagir contra agressões alemãs, temendo reações da opinião pública. A opinião inglesa endossou o pensamento de Keynes de reduzir as reparações alemãs porque estas prejudicavam as exportações britânicas, sem considerar o prejuízo que tal redução traria à França. O pagamento de dívidas de guerra e de reparações indispôs entre si as opiniões públicas da França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Diante dos efeitos da crise de 1929 e da suspensão das reparações, a França aplicou um "calote", que a Grã-Bretanha quis amenizar pagando um pouco, e o Congresso dos Estados Unidos revidou com o Johnson Act de 1934, que proibia empréstimos a governos parcial ou totalmente insolventes. De tudo isso, algumas inferências: a opinião pública não se movia pela guerra, mas por interesses econômicos internos; as pressões dos meios financeiros e do sistema eleitoral pesavam sobre as democracias; governos podiam ser substituídos em razão de planos armamentistas; a opinião pública não queria pagar pela paz e deixava o campo livre para os ditadores; interesses econômicos — financeiros, fiscais, comerciais, salariais — dificultavam a formação da frente antifascista.

As concepções fascistas de relações internacionais, os planos expansionistas das ditaduras, os egoísmos das democracias e da União Soviética e a aversão da opinião pública a pagar pela frente antifascista correspondem a fatores que explicam as atitudes e as iniciativas dos governos, da ascensão de Hitler em 1933 ao início da guerra européia em 1939. Explicam, portanto, uma série de golpes de força, crises diplomáticas, apaziguamentos, avanços e recuos calculados, até a conflagração geral.

4.5.2 A escalada da violência

Desde que se retirou da Conferência do Desarmamento e da Sociedade das Nações, em 1933, os objetivos imediatos de Hitler eram negociar bilateralmente o desarmamento e contemporizar a leste, acalmando o temor e a hostilidade soviéticos e isolando a França da região. As negociações com a França e a Inglaterra acerca do desarmamento malograram, em razão da intransigência francesa em admitir o princípio do rearmamento alemão, motivo por que Hitler romperia unilateralmente os Acordos de Versalhes e de Locarno e faria de 1934 o ano do rearmamento alemão. Assinou nesse ano um pacto de não-agressão com a Polônia, aliada tradicional da França, e encontrou-se com Mussolini para evitar choque de interesses na área danubiana. Apoiou um golpe nazista na Áustria, mas recuou diante da desaprovação de Mussolini. A essas iniciativas de 1934, a França reagiu com medidas de aproximação da União Soviética, que trouxe para a Sociedade das Nações, propondo um pacto geral sobre o leste europeu, que não vingou. A Itália de Mussolini, amedrontada, buscou aproximar-se das democracias, levando a público, juntamente com a França e a Inglaterra, uma declaração de apoio à independência da Áustria. Mussolini propusera, aliás, um Pacto de Quatro (Inglaterra, França, Alemanha e Itália), negociado em vão na Sociedade das Nações desde 1933, a fim de rever os tratados e dirigir a Europa. Depois de firmado, o pacto não obteve ratificação, mesmo porque os pequenos haviam demonstrado sua exasperação. A idéia desse pacto dos grandes seria, entretanto, retomada mais adiante, com a mesma filosofia política.

Em 1935, o passo esteve primeiramente com uma complexa e virtual frente antinazista, preocupada com a ruptura da ordem de Versalhes pela Alemanha e com seu rearmamento. Três acordos internacionais ensaiaram um cerco à Alemanha:

a) a 11 de abril, na Conferência de Stresa, a Itália, a França e a Grã-Bretanha compuseram uma frente comum que não aceitava a denúncia unilateral dos tratados, confirmava a validade do Tratado de Locarno e reafirmava a independência da Áustria;

b) a 2 de maio, a França e a União Soviética firmaram uma aliança bilateral que admitia retaliação por parte da Sociedade das Nações se

um dos contratantes fosse agredido por outro signatário, caso a sociedade falhasse;

c) a 16 de maio, a União Soviética e a Tchecoslováquia contraíram aliança similar, fazendo depender a retaliação da decisão francesa. Hitler ficou impressionado com isso tudo, especialmente com a frente de Stresa, tanto mais que suas tentativas anteriores de aliança com a Grã-Bretanha e de negociação com a França haviam falhado.

A política de contenção da Alemanha não se manteve para preocupá-la por muito tempo. Fora elaborada pelo francês Louis Barthou, ministro das Relações Exteriores, substituído por Pierre Laval, que não demonstrou igual determinação. A frente de Stresa reunia concepções internacionais opostas e foi efêmera. Caiu a 18 de junho de 1935, com o acordo naval entre a Inglaterra e a Alemanha, considerado uma traição política pelos outros dois países e também pela União Soviética. Foi enterrada com a agressão italiana à Etiópia em outubro do mesmo ano. Hitler sempre desejara empurrar Mussolini para a África. Sua posição melhorou, ainda mais, com a devolução do Sarre com base em plebiscito que lhe deu 99% de aprovação e que pôs fim à administração que a Sociedade das Nações exercia sobre o território. Por outro lado, o prestígio da Sociedade das Nações foi irremediavelmente afetado pelo *affaire* da Etiópia, como também o das democracias. Com efeito, a França e a Inglaterra hesitaram em condenar o agressor e em aplicar-lhe sanções, embora a Etiópia fosse membro da sociedade, e acabaram aceitando sua anexação a um Império Italiano então criado, não sem previamente irritar Mussolini com protestos e repreensões. Nenhuma regra do direito internacional valia para as grandes potências. Hitler estava maravilhado com o enterro da segurança coletiva. Além de desagregar a frente de Stresa, a reação estéril, porém desagradável, das democracias levou Mussolini a voltar-se para Hitler, recompensando-o pela neutralidade com a retirada do apoio italiano à independência da Áustria.

Tão agitado quanto o anterior, seria o ano de 1936. A guerra civil espanhola, a guerra sino-nipônica e os golpes de força de Hitler punham em perigo a paz geral. Considerando o pacto franco-soviético de 1935 uma violação dos tratados de Locarno, Hitler denunciou-os a 7 de março, sentindo-se livre para remilitarizar a Renânia, última mancha branca de

segurança a oeste. Prevenindo reações fortes, propôs, imediatamente após, tratados de não-agressão à França, à Bélgica e à Grã-Bretanha. Como as democracias haviam demonstrado desvelo no caso da Etiópia, no da Renânia não agiram de modo diferente, violando-se mais uma vez os acordos internacionais e as decisões da Sociedade das Nações.

A guerra civil espanhola começou em 1936 com o golpe do general Franco, que contava com o apoio de monarquistas e fascistas da Falange, contra a Frente Popular de esquerda que havia vencido as eleições. Em pouco tempo, a direita, apoiada militarmente pela Alemanha e pela Itália fascista, dominava metade do país, mas, somente em 1939, impôs derrota definitiva às forças republicanas. As repercussões da guerra espanhola sobre as relações internacionais foram importantes:

a) a Espanha converteu-se no primeiro experimento de uma guerra civil verdadeiramente européia, visto que nela se confrontavam correntes de opinião pró e antifascistas, exércitos de voluntários e fornecimentos de armas de origens opostas;
b) foi palco de testes de novas armas e ensejou uma corrida por matérias-primas para a siderurgia;
c) enquanto as ditaduras apoiavam seu lado com meios poderosos de guerra e coordenação prática, a frente democrática antifascista mais uma vez hesitava e se desarticulava;
d) embora o triunfo de Franco, em 1939, não tenha rendido dividendos à causa fascista na fase posterior, a guerra civil contribuiu para manter na Europa o clima de alta pressão que lhe convinha.

O entendimento ítalo-alemão andava tão bem a essa altura que Mussolini declarou a existência do eixo Roma-Berlim, a 1º de novembro de 1936. Incomodado com a ação da Internacional Comunista na Espanha, Hitler pensou então em reunir, por meio de um pacto, todos os anticomunistas do mundo, e começou firmando o Anti-Komintern com o Japão, a 25 de novembro de 1936; não era contra a União Soviética, mas contra a Internacional Comunista, que igualmente perturbava a ação japonesa na China. Algumas ditaduras aderiram ao Pacto Anti-Komintern, como a Espanha e a Itália. Por sua vez, o eixo alongou-se à Iugoslávia e ao Japão em

1937. Estava-se formando o bloco dos países autoritários, antes de se constituir o das democracias. Naquele ano de 1936, a Bélgica enfraqueceu ainda mais a união da frente antifascista ao adotar uma política externa independente, que vedava à França passar tropas a seus aliados do leste, deixando-os desorientados.

A guerra sino-nipônica, que se desenvolvia paralelamente à da Etiópia e à guerra civil espanhola, foi um terceiro experimento das ditaduras com saldo favorável. Em 1932, o Japão havia imposto um protetorado de fato em parte da China, ocupada à força: a Manchúria. Avançou, em 1933, a província do Jehol e, em 1935, já ocupava cinco províncias do norte. Dois anos depois, usando sempre incidentes como pretexto, atacou Changai e Pequim e, em 1938, era mestre de toda a grande economia chinesa e de 42% da população. Começou então a ter dificuldades para gerir tão vasto domínio. As motivações da expansão japonesa foram anteriormente analisadas, porém, convém ressaltar que a distração dos ocidentais com os problemas europeus abriu, de vez, ao Japão as portas da China para uma vitória fácil, que os europeus, russos e norte-americanos tiveram que reconhecer contrariados, deixando ir a pique interesses pelos quais lutaram durante um século de dominação.

Após os golpes de força de 1935-1936, o ano de 1937 foi de calmaria. O perigo alemão não advinha da posição na economia internacional, já que os recursos dirigiam-se para a economia de guerra: “entre a manteiga e o tanque”, era o povo alemão a vítima da opção pelo segundo. A Alemanha fechou-se numa autarquia que não investia no exterior. Em 1937, seus haveres no exterior somavam apenas 600 milhões de dólares, contra 22,9 bilhões da Grã-Bretanha, 12,5 bilhões dos Estados Unidos e 3,8 bilhões da França. Ostentava, porém, o terceiro comércio mundial, motivo pelo qual Arthur Neville Chamberlain, primeiro-ministro inglês, buscava uma composição com Hitler, com vistas a distribuir influências na Europa, descontentando a França. O aceno de Chamberlain era considerado trunfo estratégico, mas o plano de Hitler previa antes de tudo a hegemonia alemã sobre a Europa Centro-Oriental, como primeira fase da hegemonia sobre o continente.

A reconstituição dos impérios centrais sob domínio alemão deu-se por etapas. Iniciou-se com a anexação da Áustria, em 1938, e a absorção da

Tchecoslováquia logo a seguir. A Hungria era fiel a Hitler e a Romênia torná-lo-ia em 1939. A repartição da Polônia foi então negociada com a União Soviética. Golpes graduais e crises apaziguadas colocaram a Europa Central na órbita alemã em 1938-1939.

Observando que a Grã-Bretanha voltava-se para questões imperiais, que a França ocupava-se com problemas internos e que a Itália não ofereceria resistência, Hitler julgou, em 1938, que era chegado o momento de realizar o *Anschluss* e anexar a região tcheca dos Sudetos, reunindo todos os alemães numa só pátria. Em março de 1938, após uma intervenção alemã na Áustria, duas leis foram aprovadas, uma na Alemanha e outra na Áustria, realizando a união, que foi referendada por plebiscito, com 99% de votos favoráveis em ambos os lados. Depois de tantos esforços para evitar esse passo, as democracias não reagiram ao vê-lo consumado. Vários acordos de cavalheiros foram firmados, a 16 de abril, entre a Grã-Bretanha e a Itália, acordos esses que reforçavam o de janeiro de 1937, definindo em minúcias a situação de ambos no Mediterrâneo e na África, em perfeito entendimento. A Itália de Mussolini hesitava continuamente entre os dois blocos que a solicitavam e comprimiam: a opção final não surpreenderia se fosse feita pelos aliados e pelas democracias, como ocorreria com a decisão do chefe de governo brasileiro, Getúlio Vargas, que se havia posto em situação similar.

Após a anexação da Áustria, a ameaça pesava sobre a Tchecoslováquia, onde três milhões de alemães estavam radicados na região dos Sudetos. Hitler sempre julgara a Tchecoslováquia uma criação artificial de Versalhes e a melhor aliança de reverso da França, além de um rico território. Por que não a detonar? Na expectativa ilusória de entendimento possível, Chamberlain tomou a iniciativa de prover uma solução para o caso. Foi à Alemanha, encontrou-se com Hitler em setembro de 1938, ouviu suas razões e concordou com a anexação. A França hesitou, mas os dois países propuseram a Praga ceder os Sudetos em nome da paz. Diante da negativa tcheca, deram ordens, fazendo portanto as democracias, com o ultimato de 21 de setembro, o trabalho que convinha a Hitler fazer. Para evitar a guerra, Chamberlain reapresentou a velha idéia italiana de um Pacto de Quatro (Itália, Alemanha, França e Grã-Bretanha), firmado em Munique a 29 de setembro de 1938. Essa conferência de Munique decidiu o desmembramento

da Tchecoslováquia para atender à reivindicação alemã e foi acompanhada por pactos de não-agressão entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França. Os grandes se precaviam à custa dos pequenos, cuja sorte traçavam a bel-prazer. A conferência significou o triunfo da direção nazista sobre a política européia e a desmoralização da França, que não soube honrar sua aliança. Ademais, provocou o endurecimento da ditadura interna na Alemanha.

Em março de 1939, de forma brutal, a Alemanha ocupou o resto da Tchecoslováquia. Além dos Sudetos, anexou a Boêmia e a Morávia e cedeu outras partes à Polônia e à Hungria. Com ultimato, a Lituânia lhe cedeu uma parte e a Romênia fez um acordo para exploração do petróleo. Dessa forma, reconhecendo o malogro de sua insistente política de apaziguamento, Chamberlain fez saber que o tempo das concessões a Hitler havia expirado. A mudança da atitude inglesa, em março de 1939, não conteria a escalada da violência. No mês seguinte, a decisão alemã de atacar a Polônia estava tomada, porém, a oportunidade ainda não se criara. A 7 de abril, Mussolini despejou suas tropas na Albânia e depois transformou o eixo em uma aliança formal: o Pacto de Aço.

A Grã-Bretanha interpretou as intenções de Hitler como tendo objetivo de ultrapassar a idéia de reunir os alemães e de assim chegar à abertura do “espaço vital” a leste. Nessas condições, considerava impossível manter a diplomacia da negociação e cogitava a guerra como única alternativa. Percebia que a Polônia seria a próxima etapa, uma vez que, em outubro, a Alemanha reivindicara a cidade livre de Dantzig, dando a entender que agiria para obtê-la. A Grã-Bretanha declarou que não se conformaria com esse passo e fez constar sua decisão numa aliança com a Polônia, oferecendo-lhe garantias. Hitler considerou a atitude inglesa incompatível com o tratado de não-agressão de 1934. A França também ofereceu garantias à Polônia, e até mesmo o presidente Roosevelt solicitou a Hitler que, por dez anos, não atacasse 29 nações, cuja lista lhe fez chegar.

Apesar dessa primeira demonstração de firmeza por parte das democracias, a União Soviética, tendo a desastrosa conferência de Munique em mente, chegou à conclusão de que as democracias não eram confiáveis e de que convinha, para sua segurança, negociar diretamente com a Alemanha. Stalin não queria ser ingênuo e não poderia aceitar que um novo pacto de

Munique decidisse a sorte da Polônia ou que a Alemanha atacasse a Ucrânia. Assim mesmo, tentou negociar com as democracias a segurança de todo o leste, mas essas negociações prolongavam-se sem resultados. Em maio de 1939, Viatcheslav Molotov assumiu os Negócios Exteriores da União Soviética e buscou a Alemanha, com a qual firmou em Moscou, a 23 de agosto, um tratado de não-agressão e uma convenção secreta. Por força de tais atos, caso houvesse mudanças a leste, a Polônia seria repartida entre ambos, e zonas de influência seriam criadas: a Lituânia ficaria com a Alemanha, cabendo à União Soviética a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Bessarábia. Era um arranjo que atendia a reivindicações nacionais egoístas que vinham do passado e que, do lado russo, sacrificava a ideologia aos interesses imediatos. A sorte da Polônia estava lançada.

Nos últimos dias de agosto de 1939, havendo obtido essas garantias a leste e descrendo das ameaças das democracias, a Alemanha fazia seus preparativos para invadir a Polônia. Mussolini ainda propôs uma conferência geral, um novo pacto de Munique, pois a Itália não se achava preparada para uma guerra geral. A indústria italiana não estava suficientemente desenvolvida, enfrentava escassez de matérias-primas. Convinha ao país primeiramente apaziguar a Albânia e a Etiópia, aliás, não sabia ao certo para que lado pender. A 1º de setembro, o exército alemão foi despejado sobre a Polônia e Dantzig proclamou o *Anschluss*. Em 3 de setembro, para surpresa de Hitler, a Grã-Bretanha e a França declararam guerra à Alemanha. No dia 17 do mesmo mês, a União Soviética, por sua vez, invadiu a Polônia, pondo em execução o acordo que havia firmado. Não era intenção de Hitler provocar uma guerra geral, porém, a invasão tornou-se inevitável, dado que toda a economia alemã pendia para a guerra e que estava sufocada pela insuficiência de matérias-primas. Além do mais, sua idade avançava e pesava em suas decisões. Os ocidentais, sem entusiasmo, não foram ao socorro da Polônia e não atacaram a Alemanha, que, em contrapartida, não se movimentava a oeste. Esmagada e repartida a Polônia, mais uma vez parecia tudo resolvido. Por que não pensar na paz?

A guerra européia foi desencadeada pelos ataques à Polônia em setembro de 1939 e justapunha-se à guerra na Ásia, movida pelo Japão contra a China. As duas guerras regionais evoluíram para a guerra mundial em 1941, quando

os exércitos alemães invadiram a União Soviética e a aviação japonesa bombardeou a base norte-americana de Pearl Harbor.

Referências

BRUNN, Denis. *Le commerce international dans le monde au XXe siècle.* Montreuil: Bréal, 1991.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours.* Paris: Dalloz, 1993.

GIRAULT, René; FRANK, Robert. *Histoire des relations internationales*. t. 2: Turbulente Europe et nouveaux mondes (1914-1941). Paris: Masson, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX — 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale, 1820-1992*: analyse et statistiques. Paris: OCDE, 1995.

MILZA, Pierre. *De Versailles à Berlin, 1919-1945*. Paris: Masson, 1987.

______. *Les fascismes*. Paris: Seuil, 1991.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des relations internationales.* t. 7: Les crises du XXe siècle, de 1914 à 1929. Paris: Hachette, 1963. t. 8: Les crises du XXe siècle, de 1929 à 1945. Paris: Hachette, 1965.

VIGEZZI, Brunello. *Opinion publique et politique extérieure*. t, 2: 1915-1940. Roma: Università di Milano-École Française de Rome, 1984.

WATSON, Adam. *The evolution of international society*: a comparative historical analysis. London, New York: Routledge, 1992.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. t. 2: 1918-1945. Paris: Hachette, 1994.

Capítulo 5
A agonia européia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947)

José Flávio Sombra Saraiva

O mundo que se descortinou em 1947 rompeu radicalmente com as heranças da balança de poder do século XIX e com os anos de transição e de instabilidade do período entre as guerras. O fim da supremacia européia foi o retrato mais visível dos novos tempos. O surgimento de uma nova ordem internacional, que elevou dois países fora das fronteiras européias ao ocidente e ao oriente à condição de superpotências, despontou como o grande legado da Segunda Guerra Mundial.

Se o período de 1914 a 1939 foi um todo histórico nas relações internacionais européias, a breve fase que o sucedeu (1939-1947) foi marcada pelo início de uma outra era, quantitativa e qualitativamente diferente da anterior. Do ponto de vista quantitativo, a Segunda Guerra Mundial, ao contrário da Grande Guerra de 1914-1918, foi efetivamente travada entre todos os povos e culturas do globo. A guerra levou as relações internacionais contemporâneas aos seus mais altos níveis de mundialização.

Do ponto de vista qualitativo, as relações internacionais da construção e expansão do mundo liberal cederam lugar a uma nova ordem internacional. A Grã-Bretanha e a França deixariam de reinar. A Alemanha e a Itália perderiam os espaços internacionais conquistados pela força. Apesar do prenúncio dessa nova ordem vir do período entre as guerras, o nascimento de um ordenamento internacional sustentado na emergência dos flancos europeus é desdobramento inequívoco da Segunda Guerra Mundial.

Daí a relevância daqueles nove anos turbulentos para o estudo das relações internacionais. Iniciada como mais um capítulo da guerra européia que vinha desdobrando-se desde 1914, a Segunda Guerra passou a ser verdadeiramente mundial em 1941. Em 1947, o mundo já era outro e a Europa já tinha sucumbido.

O presente capítulo foi dividido em três partes que, ao refletirem pequenas temporalidades e problemas específicos para a história das relações internacionais, buscam o curso subterrâneo da vida internacional sobre o curso episódico da superfície política e da história das estratégias militares da guerra. A primeira parte discute a fase inicial da Segunda Guerra Mundial (1939-1941) e as ilusões dos velhos Estados europeus, que ainda insistiam em conduzir o tempo das relações internacionais. A segunda aborda a mundialização do conflito (a partir de 1941) e suas conseqüências para o nascimento da nova ordem global. Nela será especialmente tratada a evolução progressiva na direção da emergência dos novos atores: os Estados Unidos, a União Soviética e o Japão. A terceira trata da regulamentação da paz depois do conflito e da emergência da ordem de poder mundial sustentada na bipolaridade ideológica e militar dos Estados Unidos e da União Soviética.

• 5.1 A agonia da guerra civil européia (1939-1941)

Excetuando-se o breve período de trégua do final dos anos 1920, a Europa viveu uma verdadeira guerra interna desde 1914. O período que vai do início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, à sua verdadeira mundialização, a partir de maio de 1941, foi o momento mais dinâmico dessa agonia. Em tão breve espaço de tempo, Paris e Londres deixariam de ser os principais centros da gravitação do poder internacional para ceder lugar a Washington e Moscou e, pelo menos até 1945, a Berlim e Tóquio.

Apesar dos conflitos na Ásia que desdobraram a agressão japonesa contra a China, não se pode falar ainda de uma guerra mundial. As duas guerras paralelas, na Europa e na Ásia, juntar-se-iam em 1941, depois da invasão alemã à União Soviética e do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, para transformar radicalmente o curso das relações internacionais.

5.1.1 A guerra européia (setembro de 1939 a maio de 1940)

Às vésperas da guerra, Hitler definira objetivos precisos de política exterior:

a) reduzir os espaços de influência da França sobre o continente;

b) buscar a aliança da Grã-Bretanha ou, pelo menos, sua neutralidade para a conquista da Europa Oriental, incluindo a União Soviética;

c) construir um império colonial na África, com a concordância dos britânicos;

d) enfrentar os Estados Unidos;

e) partilhar o mundo com os japoneses. Tais objetivos não foram formulados ao mesmo tempo. Alguns autores, aliás, argumentam que Hitler planejou a guerra com a finalidade de manter os objetivos tradicionais da política externa alemã, ou seja, a instauração de um Império Germânico no leste, em território russo. Outros associam a guerra ao fanatismo nacionalista anti-semita ou ao almejado fortalecimento econômico. De todo modo, há claros indícios de que Hitler e seu governo estavam determinados, ao final dos anos 1930, a utilizar a via militar para a realização de seus objetivos.

A guerra européia foi desencadeada em setembro de 1939, com a invasão da Polônia por Hitler e, em seguida, pela União Soviética, e com as declarações de guerra à Alemanha pela Grã-Bretanha e pela França. Até 10 de maio de 1940, quando os alemães iniciaram a grande ofensiva militar contra a França, quase nada acontecia de novo no *front*. Aqueles meses lembravam, para muitos europeus, o compasso lento e corrosivo da Grande Guerra de 1914-1918. Cerca de dez milhões de soldados, na estratégia da estática, esperavam os primeiros movimentos dos inimigos. Os líderes políticos franceses e britânicos decidiram retardar ao máximo as ofensivas. A guerra começava lenta e pausadamente.

As forças mobilizadas eram favoráveis aos alemães. Apesar da franca superioridade no mar de franceses e britânicos, os alemães possuíam, em setembro de 1939, 3.228 aviões de guerra contra os 1.377 do Reino Unido e

1.254 da França. Em terra, os canhões e tanques alemães eram também numericamente superiores. Construída entre 1930 e 1935, a linha Maginot era o símbolo da insegurança francesa no nordeste do país. Na Grã-Bretanha, o ministro das finanças, e depois primeiro-ministro Chamberlain, escondia, nas cores da prudência, o receio de uma arrancada de Hitler sobre a França e a Grã-Bretanha. Daí as posições de distanciamento estratégico dos conservadores britânicos no poder.

Animada pelos seus líderes, a opinião pública nem sempre tinha a percepção dos tempos. Apesar da inferioridade militar, franceses e britânicos sentiam-se superiores. “Venceremos pois somos mais fortes”: o *slogan* repetido nas ruas de Paris e Londres retratava autoconfiança e a ilusão de uma Europa imortal.

A estratégia franco-britânica para evitar a guerra ou retardá-la por mais alguns meses, para que os dois países se preparassem, parecia a melhor forma de desenvolver as forças potenciais. A perspectiva de vencer a Alemanha pelo cercamento dos mares, pela ruína econômica criada pelo isolamento imposto de fora para dentro e pela penúria decorrente do bloqueio unia os formuladores de política exterior da França e da Grã-Bretanha.

Jean Monnet, ministro francês das finanças, ficou à frente da “quarta arma” — os tesouros financeiros e as poupanças monetárias de franceses e britânicos para o eventual esforço de guerra. A concepção da vitória pela via econômica era, ao mesmo tempo, um objetivo e um ideal para os aliados franco-britânicos. Era, em certo sentido, uma primeira experiência para um modelo de construção da Europa depois do conflito. Daladier, primeiro-ministro francês, chegou a afirmar, nos últimos dias de 1939, que este modelo de cooperação franco-britânico serviria para o futuro de outras nações européias.

A percepção de que a supremacia econômica sobre a militar era central para vencer Hitler explica a movimentação dos britânicos no Atlântico. As decisões norte-americanas de relativizar sua neutralidade e autorizar a venda de armas no sistema *cash-and-carry*, em novembro de 1939, animaram os britânicos. A Grã-Bretanha e, conseqüentemente, a França, poderiam, assim, apoiar-se em forças mundiais, ao contrário de Hitler, que ficaria reduzido às suas próprias potencialidades e aos recursos eminentemente continentais.

A estratégia econômica e política da guerra longa resultou em uma tática militar defensiva. O Conselho Supremo Aliado, o organismo de definição estratégica dos franceses e britânicos, era a expressão dessa visão da guerra. Mas havia diferenças entre os aliados. Chamberlain não queria sacrificar tropas britânicas. Daladier pensava abrir um novo *front* contra os alemães de forma a impedir seu acesso ao aço norueguês. Os conselhos do então Coronel De Gaulle de mudar a estratégia para o campo militar e ofensivo não foram ouvidos. Os ingleses faziam a guerra contra Hitler e resguardavam a possibilidade de o Reich ter seu papel na configuração política das relações internacionais européias. Os franceses faziam a guerra contra Hitler e queriam ver a Alemanha reduzida a um poder menor no conjunto europeu.

De qualquer forma, franceses e britânicos exigiam que os alemães cessassem as agressões e reparassem os danos impostos à Polônia e à Tchecoslováquia. Hitler propôs a paz em 6 de outubro de 1939. Chamberlain e Daladier não a aceitaram, pois só lhes interessava a paz no contexto da substituição do governo títere na Polônia e da retomada da influência franco-britânica sobre o continente europeu. Diante das ameaças alemãs, as duas democracias liberais radicalizaram. Para Chamberlain, a única maneira de restabelecer a ordem européia era a reconquista da Polônia. Para a França, a guerra era a oportunidade para arruinar definitivamente a Alemanha.

Hitler seguia seu curso, sem problemas com os aliados. O Japão estava longe e envolvido com seu avanço sobre a China. A Itália ainda não havia se comprometido com a guerra. A União Soviética, apesar de seu envolvimento na Europa do Leste e do Norte, ainda não era uma força militar no centro da Europa. Assim, os movimentos da *Blitzkrieg*, da guerra-relâmpago, prepararam o caminho para a invasão da França em maio de 1940. A Alemanha perdera a guerra de 1914-1918, mas suas lideranças políticas jamais haviam admitido “a vergonha de Versalhes” e perdoado aqueles que “haviam apunhalado a Alemanha pelas costas”. Alimentados pelo espírito de revanche e por uma psicologia coletiva dominada pelo culto da força, os alemães distinguiam-se dos franceses na forma de perceberem a guerra. Para estes, a guerra deveria utilizar armas não sangrentas. A opinião pública e os partidos, na França, estavam divididos. Muitos não sabiam por que estavam em guerra. Alguns até estimularam, nas divisões francesas e na imprensa, o

debate entre a anglofilia e a anglofobia. E tudo isso levou o país à falta de ação.

Chamberlain, o primeiro-ministro que antecedeu Churchill, considerava Hitler um possível aliado e suas políticas passíveis de ajustes diplomáticos. Contudo, ao desencadear-se o conflito, a coesão nacional estabeleceu-se na opinião pública da Grã-Bretanha. Para os britânicos, a guerra era mais ideológica do que nacional. O inimigo era Hitler e não o povo alemão.

5.1.2 Os vizinhos armados e as guerras paralelas

Iniciada no coração da Europa, a guerra iria expandir-se lentamente para outras regiões. A União Soviética, neutra, interveio na Polônia. O Japão e a China já se digladiavam. A guerra na Ásia, paralela à européia, iria lentamente se juntando a esta última. Os Estados Unidos observavam, a certa distância, os desdobramentos das guerras paralelas. A opinião pública norte-americana já tinha feito a opção a favor da aliança franco-britânica. A opção, contudo, era platônica e não implicava ruptura do isolacionismo. Em setembro de 1939, Roosevelt anunciou a neutralidade e o embargo — política, de um modo geral, seguida pela América Latina.

Na Europa, a situação era mais complexa para os vizinhos da guerra. A Itália declarou-se não beligerante, mas Mussolini pediu a Hitler dois a três anos para que seu país honrasse o pacto do aço. Os franceses e britânicos, imaginando que a Itália se comportaria como em 1914-1915, ao mudar de time, enviaram emissários a Roma. A Bélgica retornou, em 1936, à sua tradicional neutralidade depois da aliança com a França em 1920. O governo Pierlot decidiu que os aliados só atravessariam a Bélgica se solicitados por Bruxelas. A proteção que a Grécia e a Romênia tinham da aliança franco-britânica de abril de 1939 parecia ter perdido sentido depois da invasão a outro país com a mesma proteção: a Polônia. Daí as reticências romenas e iugoslavas e a prudência de vários países do oriente europeu.

A Turquia assinara, em 19 de outubro de 1939, um tratado com a aliança franco-britânica para a criação de mecanismos de assistência mútua em caso de ameaça no Mediterrâneo Oriental. Apesar disso, os russos insistiam na

possibilidade de envolver o governo turco em conversações bilaterais de segurança no Mediterrâneo.

Ao assinar os acordos com a Alemanha em 28 de setembro e em 23 de outubro de 1939, a União Soviética tinha dois objetivos: reforçar a segurança das suas fronteiras e ampliar sua influência na Polônia Oriental, nos países bálticos, na Finlândia e, eventualmente, na Bessarábia. Graças a Hitler, Stalin pôde romper o "cordão sanitário" instalado pelo ocidente. A imposição, em 1939, aos Estados bálticos de tratados de assistência mútua, em 28 de setembro à Estônia, em 5 de outubro à Letônia e em 10 de outubro à Lituânia, implicou a perda total da soberania daqueles Estados, que viram suas bases aéreas e navais entregues ao controle soviético.

A arrancada da União Soviética sobre a Finlândia teve ressonância internacional. Depois de uma heróica resistência liderada por Helsinque, o exército vermelho entrou no país em 30 de novembro e um governo finlandês "vermelho" foi constituído por Moscou. Estocolmo, Londres e Paris levantaram-se para protestar, de uma forma muito mais emocionante do que quando da invasão da Polônia, em 17 de setembro. Moscou dominou completamente a Finlândia, em março de 1940.

5.1.3 A França em meio a uma guerra britânico-alemã (1940-1941)

A França começou a preparar-se para a guerra no campo militar. Paul Reynaud, um homem de decisão que lembrava Clemenceau, sucedeu Daladier como primeiro-ministro no contexto da crise finlandesa, no dia 20 de março de 1940. Os franceses forçaram os britânicos a decidir que nenhum dos dois países deixaria a guerra separadamente. Engajavam-se as duas velhas potências européias na mesma política de guerra e de paz.

A decisão do Conselho Supremo Aliado de 8 de abril de 1940 registrou a vontade de ampliar as dimensões da guerra. A rota do ferro sueco, tão cara a Hitler, seria cortada pela montagem de minas nas águas territoriais da Noruega. As tropas de Hitler, no dia 9 de abril, desembarcaram na Dinamarca e na Noruega. Em 28 de maio, os aliados chegaram a conquistar

temporariamente Narvik. A França era o palco de uma nova *Blitzkrieg* alemã.

As seis semanas que seguiram à invasão da França, em 10 de maio de 1940, são, de fato, testemunhas de rupturas bruscas no destino da guerra. A França, em tão pouco tempo, estava nas mãos da Alemanha. Em 14 de junho, Paris já era dos alemães. Aproveitando-se da brecha aberta pela movimentação francesa e britânica para proteger a Holanda e a Bélgica e das debilidades estratégicas da linha Maginot, Hitler resolveu correr o risco de não deixar que a aliança franco-britânica pudesse ganhar tempo e armar-se plenamente para enfrentá-lo.

O gigantesco êxodo de oito milhões de civis franceses encheu as estradas e derrubou o moral francês. O governo ficou paralisado e dividido. Em 5 de junho de 1940, Paul Reynaud nomeou o general De Gaulle para a Subsecretaria de Guerra, mas designou o Marechal Pétain para a Vice-presidência do Conselho. O segundo, defensor do armistício com a Alemanha, não concordava com a idéia de Reynaud de cessar os combates, mas permanecer em guerra. Em 16 de junho, Paul Reynaud renunciou e Pétain, que o sucedeu, assinaria o armistício com os alemães, em 22 de junho, e com os italianos, em 24 do mesmo mês.

A França era, assim, o único país vencido a concluir um armistício. A Holanda havia optado pela capitulação militar e a Bélgica assinara uma rendição. Em ambos os casos, os governos foram transferidos para Londres. A França foi dividida: três quintos do seu território encontravam-se sob a ocupação alemã; uma pequena zona sob ocupação italiana; e dois quintos constituíam a "zona livre". Era a própria anti-República entregue a Pétain. O parlamento se refugiara em Vichy e entregara seus poderes ao velho marechal.

Os líderes do governo de Vichy, Pétain e Laval, dotados de certa anglofobia, acreditavam que, com a derrota francesa, os britânicos afundariam também. A vitória total de Hitler era, assim, a base para o próprio renascimento da Europa Continental contra a insular. Por mais paradoxal que possa parecer, a derrota francesa seria, para a linha de pensamento político defendida por Pétain, a chance para a reinserção da França em uma nova Europa que nascia. Para ele, a história das relações

internacionais européias reduzia-se à competição franco-germânica pela hegemonia européia.

Raciocínio típico da agonia européia e reflexo da falta de perspectiva de parte das elites francesas, a percepção de Pétain era contida pelo apelo do general De Gaulle, a 18 de junho, em Londres, quando insistia que os aliados podiam ainda contar com seus impérios coloniais e com a indústria norte-americana. A guerra, para o general, não era uma "batalha francesa", mas uma "guerra mundial".

A França dera, assim, seu último suspiro no papel de potência histórica e deixara a Grã-Bretanha enfrentar sozinha a Alemanha. Para o historiador francês das relações internacionais René Girault, a situação do seu país à época era a de um poder decadente e sem força para impor seus interesses no jogo duro da guerra.

Para os britânicos, a diferença entre batalha e guerra era crucial. Churchill, o novo primeiro-ministro, desconfiava da capacidade ofensiva do exército francês. O primeiro encontro entre Churchill e De Gaulle, em 9 de junho, mostrou a diferença entre os dois aliados. O primeiro queria preservar as armas da guerra, o segundo queria lançar os aviões sobre a França. A evacuação de Dunquerque mostrou o divórcio intelectual e estratégico entre os dois países. Ela havia provado, para os britânicos, os limites da marinha alemã e a falta de eficácia da Luftwaffe.

A partir de junho de 1940, a França passava, assim, à mera peça de xadrez na guerra britânico-alemã. A política nacional realista de Churchill incomodou e desmoralizou os líderes franceses da resistência, mas foi depois compreendida. O projeto de união franco-britânica, encabeçada por Jean Monnet, proposta em Paris em 16 de junho, não havia impedido a queda de Paul Reynaud da direção do governo francês.

Churchill quis evitar, a qualquer custo, que os navios franceses se rendessem aos alemães nos portos. Para tal, foi necessário enfrentar o almirante Gensoul e afundar alguns navios franceses. A perda de 1.200 marinheiros franceses em tais manobras acelerou a anglofobia do governo de Pétain e abriu a brecha para a ruptura das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

Interessava à Grã-Bretanha, agora, o reconhecimento do general De Gaulle, um jovem desconhecido nos dois países, como "chefe da França

livre”, cujos apelos ecoavam todos os dias pela BBC. O acordo de 7 de outubro permitiu o financiamento dos sete mil homens que se juntaram a De Gaulle mais tarde. A esperança de Churchill era que as regiões coloniais francesas no Pacífico, na Polinésia, na Nova Caledônia e na África Equatorial viessem a romper com Vichy. Mas isso não viria acontecer. A África Ocidental e do Norte, bem como a Indochina, colônias francesas, recusaram a dissidência.

A batalha da Inglaterra iniciou-se em 13 de outubro de 1940. Das bases alemãs na França, na Bélgica e na Holanda, Hitler comandou pessoalmente o ataque do grosso de sua aviação sobre a Grã-Bretanha. O objetivo era acabar com a capacidade operativa da Royal Air Force para então invadir as ilhas britânicas. A idéia era obrigar o governo britânico à paz e à cooperação. Com isso, Hitler poderia enfrentar seu principal objetivo: a destruição da União Soviética.

Desde 7 de setembro, a Luftwaffe iniciara os bombardeios maciços de Londres, conhecidos como *Blitz*. Desejava-se desorganizar a capital e trazer pânico e terror aos seus habitantes. Com isso, Hitler esperava sensibilizar o governo de Churchill. Ao contrário, a opinião pública e a população londrinas, respondendo aos apelos do seu líder, alimentaram-se de uma das ondas patrióticas jamais vistas na história britânica. No final de outubro, para poupar suas aeronaves de guerra para o ataque à União Soviética, Hitler encerrou a batalha da Inglaterra. Os britânicos e os moderados de Vichy iriam encontrar, pela via da diplomacia secreta, uma forma de conviver.

5.1.4 Os últimos suspiros da agonia européia: abre-se um vazio (1940-1941)

A derrota francesa expressou a ruptura de uma velha ordem internacional do século XIX. A balança de poder que havia conformado a sociedade internacional européia, com valores e regras de conduta comuns, havia erodido de vez. A Alemanha era o pivô da crise que se estendia na balança de poder da Europa desde a Grande Guerra.

Não havia, contudo, nada para substituir a ordem decadente. A *Weltpolitik* alemã não preenchia o vazio criado pela crise da sociedade internacional européia. O sistema das associações anti-hegemônicas e das múltiplas independências, característica central das relações internacionais européias havia vários séculos, cedia lugar ao sonho hegemônico de Hitler. A autoridade central européia, auto-imputada pelos alemães, não cabia mais na evolução das relações internacionais.

Com a derrocada das relações internacionais do mundo liberal, que se construíra no século XIX, e do sistema de dominação que havia globalizado as relações entre os povos, o mundo caminhava em trajetória errática. Os indícios da agonia apareciam por todos os lados, dentro e fora da Europa — nesta, a Itália e a Alemanha julgavam-se capazes de construir a nova ordem internacional; no Oriente, o Japão acreditava no nascimento de um novo império, não mais contra a União Soviética ou a China, mas a favor de uma esfera de prosperidade econômica. A política japonesa de substituição das potências ocidentais na Ásia levou aos privilégios econômicos sobre aeroportos e caminhos marítimos. O governo do príncipe Konoye, formado em 16 de julho de 1940, favoreceu os belicistas como Matsuoka, nos assuntos estrangeiros, e o general Tojo, no comando dos assuntos da guerra.

Os norte-americanos, impressionados com a rapidez da derrota francesa, tomaram consciência do vazio criado nas relações internacionais. Para eles, o lado europeu cedia a Hitler e o asiático parecia ameaçado pelo expansionismo japonês no Pacífico. As incertezas daqueles anos provocaram reações na opinião pública. O jornalista White criou um comitê destinado a ajudar os aliados com o intuito de defender a América e conseguiu reunir cerca de 800 mil pessoas. O isolacionismo americano começava a abrandar-se.

Na América Latina, os movimentos das diplomacias foram difusos. A Argentina, mergulhada em movimentos políticos desestabilizadores, optou pela neutralidade nos assuntos europeus. Apesar da forte relação histórica com a Alemanha e com a Itália, os argentinos mantinham distância estratégica. O México, marcado pelo nacionalismo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) que remontava à Revolução de 1910, mantinha posição de eqüidistância.

No Brasil, as correntes de opinião se dividiam acerca da guerra européia. O governo de Vargas traduzia as indefinições entre o apoio a Hitler ou às velhas potências ocidentais. A política externa apresentou-se bastante ativa nos assuntos da guerra. As definições acerca dos amigos e inimigos, entretanto, esperariam os movimentos norte-americanos e os objetivos estratégicos do projeto de desenvolvimento nacional empunhado pelas elites dirigentes.

Na África, a condição colonial limitava as possibilidades de participação direta no desarranjo europeu. Os recrutamentos de contingentes coloniais iniciaram-se, mas foram acompanhados pela formação de outros contingentes: os dos nacionalistas africanos, que se animavam com a perspectiva de aproveitar as crises internacionais para libertarem-se das suas metrópoles.

Os primeiros passos das independências afro-asiáticas, com suas múltiplas feições e causalidades, foram dados no contexto da Segunda Guerra Mundial. O ambiente da guerra, associado aos fatores intrínsecos à deterioração do modelo colonial, animaria movimentos nacionalistas de libertação na Jordânia, na Índia, no Paquistão, na Palestina e em outras localidades. A Índia, obrigada a entrar no conflito como parte da mobilização britânica, iniciou seu próprio caminho para a libertação do jugo colonial. O impacto da guerra sobre a política e a sociedade indianas ajudaria a explicar a independência daquele país já em 1947.

Na União Soviética, a vitória de Hitler sobre a França e a posição de relativa eqüidistância foram percebidas com apreensão. Stalin esperava uma guerra longa na França e preparava-se para atuar como um grande poder perante o III Reich. Mas a rapidez do armistício francês levou Stalin a reforçar os espaços de influência soviética no leste europeu. Na perspectiva dos acordos assinados entre Moscou e Berlim e aproveitando-se da incapacidade das duas velhas potências liberais, Stalin ensaiou a modificação do mapa político europeu. Agiu sobre os Estados bálticos, para garantir a ocupação, e comandou uma série de anexações na Romênia e na Bessarábia (transformada em Moldávia).

Para agravar ainda mais a agonia européia, Mussolini também iniciou sua guerra paralela, com os próprios meios e objetivos. Disputando espaços coloniais no Mediterrâneo, a mobilização italiana foi dirigida para a Grécia

e para o norte da África. Em 28 de outubro de 1940, Mussolini lançou suas tropas para a Grécia, sem consultar a seus aliados.

Os movimentos descritos e muitos outros desenhados pelos homens de Estado da derrocada européia mostram que as guerras paralelas começaram a convergir para um ponto comum centrado na Europa. A impossibilidade européia de conduzir os destinos das relações internacionais era a conseqüência mais evidente da dramática instabilidade que aqueles anos vivenciaram.

• 5.2 A mundialização da guerra e a emergência dos flancos (1941-1945)

O ano de 1941 deve ser visto como um momento crucial de inflexão das relações internacionais contemporâneas. Desmontaram-se, definitivamente, em um único ano, as regras do jogo herdadas do século anterior. Terminou o longo período de transição iniciado na Grande Guerra de 1914-1918. E uma nova ordem internacional, sustentada pela emergência dos flancos europeus, no Ocidente e no Oriente, realizava seus primeiros movimentos, ainda que tímidos. O vazio de poder mundial começou a ser preenchido.

Vários acontecimentos alimentaram o *turning point* de 1941. A guerra mundializou-se com o ataque alemão contra a União Soviética, em junho, e o japonês contra bases norte-americanas, em dezembro. A França invadida e a Grã-Bretanha falida evidenciavam a decadência das antigas potências. As novas correlações de forças ampliaram o teatro dos conflitos. As guerras paralelas se uniram na maior conflagração da história da humanidade. Ao final de 1945, o mundo já se modificara plenamente. Em 1947, a balança de poder internacional era outra.

5.2.1 O fim do poder britânico e a emergência norte-americana: o novo conceito de superpotência

O declínio naval britânico e a crise do mercado financeiro comandado pela City londrina foram os elementos episódicos da perda gradativa e profunda do poderio da velha potência liberal. Criadora da ordem internacional liberal do século XIX, a Grã-Bretanha iria ceder o espaço do poder mundial à sua ex-colônia: os Estados Unidos.

No início de 1941, Hitler já enfrentava os britânicos no norte da África. Mandara seu *afrikakorps*, uma frente militar, para o norte da África, sob o comando do general Rommel. Com a ocupação germânica dos portos franceses e a construção dos novos submarinos *u-boote*, a batalha do Atlântico também se inclinava para os alemães.

Os britânicos, que haviam perdido muitos navios mercantes e tinham o ritmo de construção naval limitado pelo esforço de guerra, enfrentavam três problemas: o uso dos navios para a compra das mercadorias norte-americanas, o pagamento dos produtos adquiridos nos Estados Unidos pelo sistema *cash-and-carry* (pagamento à vista) e a utilização das reservas monetárias para o pagamento desses encargos. A Grã-Bretanha estava à beira da falência.

Os Estados Unidos observavam a crise britânica de maneira apreensiva. O endividamento da ilha demonstrara que ela não teria condições de continuar as compras dos produtos industriais norte-americanos. A Grã-Bretanha era a última resistência democrática européia às ambições hegemônicas de Hitler.

Desse modo, compreende-se por que a opinião pública norte-americana, conduzida pelos seus líderes, percebeu que os britânicos não lutavam apenas para manter seu poder internacional, mas para preservar um conjunto de valores e regras que haviam alimentado a vida internacional do mundo liberal e democrático. A superação do ciúme anglofóbico dos norte-americanos é, nesse sentido, peça-chave na ruptura do isolacionismo dos Estados Unidos.

Desde sua reeleição, em novembro de 1940, o presidente Roosevelt preparava a opinião pública para o engajamento dos Estados Unidos no conflito europeu. A preparação ideológica da opinião pública, por sua vez, confundia-se com a própria mobilização industrial e com o rearmamento. No início de 1941, os Estados Unidos já viviam em economia de guerra sem que estivessem nitidamente presentes na guerra européia.

As operações econômicas de preparação da guerra pelos norte-americanos, principalmente por meio do sistema *lend-lease* (empréstimo e arrendamento), desenvolvidas a partir de março de 1941, davam a Roosevelt plena autonomia para emprestar e vender produtos militares e estratégicos a todos os países que apresentassem interesse à defesa vital dos Estados Unidos. O sistema de reciprocidade tornava os países beneficiários da ajuda norte-americana dependentes das novas práticas comerciais lideradas pelos Estados Unidos e do projeto de abertura total das economias aos capitais e produtos norte-americanos. No caso dos britânicos, haviam assumido o compromisso de suspender, depois do conflito, as práticas comerciais preferenciais vigentes na *Commonwealth*.

A arrancada norte-americana era, assim, sustentada na generosidade com a democracia britânica, na defesa dos seus interesses comerciais e na demonstração da sua força e da vontade de potência. Mesmo com algum custo, os britânicos compreenderam o novo papel que se desenhava para os Estados Unidos no plano internacional. Churchill percebera o declínio do velho império e a emergência da nova potência atlântica.

Para os Estados Unidos, os experimentos da cooperação econômica com a Grã-Bretanha, às vésperas da mundialização da Segunda Guerra, serviriam para o mundo do pós-guerra. As bases do Plano Marshall já estavam sendo plantadas antes mesmo da entrada efetiva dos norte-americanos no conflito mundial. A “diplomacia do dólar”, vital para a inserção norte-americana nos anos 1920, cedia lugar à “diplomacia ilegal” dos Estados Unidos, para utilizar um termo de Jean-Baptiste Duroselle. Os Estados Unidos, agora, expunham a Grã-Bretanha ao ridículo da dependência em relação aos seus próprios interesses no continente europeu e no mundo.

Assim, em 1941, emergia um novo conceito: o de superpotência. Os Estados Unidos gestavam uma nova condição da inserção internacional dos Estados na era contemporânea das relações internacionais. A superioridade

econômica, associada à capacidade e à vontade para sobrepujar as potências européias tradicionais, elevava os Estados Unidos ao cerne das decisões internacionais de uma forma diferente da idéia de hegemonia coletiva que presidira até então o ordenamento internacional.

A partir do meio do ano de 1941, diante dos movimentos japoneses de ruptura do pacto com a União Soviética e da ocupação nipônica da Indochina, com a aquiescência do governo de Vichy, os Estados Unidos voltaram-se também para o Pacífico. Era o início de uma política de poder mundial. Congelando os investimentos japoneses no seu país e interrompendo as exportações de petróleo para o Japão, os norte-americanos reforçaram a sua política de observação e monitoramento dos espaços marítimos.

Simultaneamente, Roosevelt desenvolvia esforços para operacionalizar a aliança atlântica com os britânicos. Churchill e ele encontraram-se para conversações no navio Príncipe de Gales e no cruzador Augusta, entre 9 e 12 de outubro, e firmaram a famosa Carta do Atlântico, publicada em 14 de outubro.

Com seus oito pontos, a Carta do Atlântico teve grande repercussão internacional. Inadmissibilidade de modificações territoriais contra os interesses das populações, livre acesso aos mercados mundiais e aos mares, autodeterminação dos povos (exceto para as situações coloniais britânicas) e sistema de segurança permanente foram algumas das definições da carta que prenunciaram a entrada dos Estados Unidos na caótica quadratura do poder mundial.

O sexto ponto da Carta do Atlântico engajava os Estados Unidos, de vez, na guerra européia. Depois de exortar os povos à paz e à segurança, o texto da carta falava da "destruição final da tirania nazista". Embora os norte-americanos não fossem ainda juridicamente beligerantes, as conversações de Churchill e Roosevelt representaram muito mais que o reforço da aliança anglo-americana.

Roosevelt buscava um pretexto mais claro para levar a opinião pública do seu país para o seio da guerra. Os japoneses ofereceram essa oportunidade. Depois do embargo petroleiro dos Estados Unidos ao Japão e das tentativas diplomáticas lideradas pelo príncipe Konoye de resolver as diferenças por meio de negociações, os japoneses reacenderam a chama do

nacionalismo e das conquistas das regiões ricas em petróleo da China e da Indochina.

Pearl Harbor, nas ilhas do Havaí, não era o pretexto procurado por Roosevelt, que imaginava ataques japoneses nas Filipinas e nas Índias Neerlandesas. O ataque japonês à base norte-americana, em 7 de dezembro de 1941, comoveu a opinião pública. Os 86 navios perdidos e mais de três mil homens mortos e feridos levariam os Estados Unidos para o coração da Segunda Guerra Mundial.

Em dezembro de 1941, os Estados Unidos uniram as duas guerras paralelas, a da Ásia e a da Europa, em uma só. Transformavam-se, assim, no centro do mundo. Assumiam os norte-americanos a responsabilidade internacional de administrar a agonia européia, a emergência do Japão na Ásia e a contenção do flanco oriental sob o controle da União Soviética. Nascia a política de superpotência: adequava-se, nos Estados Unidos, a supremacia econômica à vontade política de intervir de maneira planetária.

5.2.2 A arrancada soviética à busca de espaços: o nascimento de um gigante no flanco oriental

O ataque alemão à União Soviética, em 22 de junho de 1941, implementando o Plano Barbarossa de ocupação da Europa Oriental até as fronteiras soviéticas, foi outro significativo momento de ruptura da Segunda Guerra Mundial. O espaço vital para a Alemanha na Europa, um dos objetivos da política de guerra, chocava-se com a busca de espaços de poder pelos soviéticos na mesma região.

Berlim e Moscou romperiam, nos primeiros meses de 1941, o jogo de cortejo mútuo para assumir posições antagônicas. Stalin tinha consciência da fatalidade da guerra com os alemães, mas não percebera que ela seria tão iminente. A opinião pública do centro da Europa, engalfinhada com a tensão ideológica entre esquerda e direita, observava a aceleração da deterioração das relações dos dois grandes da Europa Continental. A guerra e a própria percepção acerca da sua inevitabilidade adquiriam contornos cada vez mais internacionalizados.

A inquietação da liderança do Kremlim decorreu na busca de espaço próprio no oriente europeu e na Ásia. Nascia a arrancada soviética na direção da construção da superpotência. Entendendo que necessitava armar-se mais, antes de enfrentar a Alemanha, Stalin procurou explorar ao máximo as potencialidades da convivência com Hitler.

A estratégia soviética era diminuir a possibilidade de manter a guerra em duas frentes, simultaneamente: no Ocidente, com a Alemanha, e no Oriente, com o Japão. Daí o fato de Stalin ter aproveitado a visita de Matsuoka, ministro dos assuntos estrangeiros do Japão, a Moscou, em abril de 1941, para assinar um pacto de não-agressão.

O conflito dos alemães contra os russos era, entretanto, impostergável. Com o ataque alemão, em 22 de junho, os britânicos firmaram uma aliança com Stalin em 13 de julho. Os norte-americanos mandaram Hopkins, o velho amigo de Roosevelt, para endossar a aliança e apoiar a resistência russa à agressão alemã. No final de outubro, a União Soviética era incluída na aliança ocidental.

O flanco oriental da guerra foi extremamente violento. No ano de 1941, deu-se o início de movimentações militares espetaculares dos soviéticos. A história das estratégias e das perdas humanas compõe um capítulo todo especial da Segunda Guerra Mundial.

De qualquer forma, em dezembro de 1941, diante da contenção do avanço alemão nas portas de Moscou, da primeira perda hitlerista de uma *Blitzkrieg* e da força do inverno russo, as relações internacionais ganhavam um outro gigante: a União Soviética.

O compasso da guerra total, de 1942 a 1945, envolveu quase todo o planeta e implicou a mobilização das mais diversas forças. Da economia de guerra à mobilização dos espíritos, todos os expedientes foram utilizados pela obsessão de vitória. O cinema, a propaganda e a literatura estiveram juntos na animação da opinião pública e na elevação do moral dos soldados e da população civil submetida à carestia.

Dominada nos primeiros anos pelas preocupações estratégicas, no período de maio de 1942 à primavera européia de 1943, a guerra foi marcada por movimentos espetaculares. A contenção do avanço militar japonês pelos aliados, o desembarque das tropas anglo-americanas na Argélia e no Marrocos, a vitória britânica em El Alameim, o retorno do

general alemão Rommel e do seu *afrikakorps* à Europa e, principalmente, a capitulação das tropas alemãs lideradas por Paulus, em Stalingrado, marcaram o início da reação aliada e da mudança das relações a seu favor.

Em janeiro de 1943, em plena batalha de Stalingrado, Churchill e Roosevelt encontraram-se em Casablanca. Stalin, absorto na defesa de Stalingrado e acusando os aliados de abandono do flanco oriental, não viajou para o noroeste africano. Os destinos da guerra e sua sorte começavam a ser traçados. Os dois líderes, concordaram com o desembarque em massa de tropas na Sicília. Roosevelt empenhou-se na tese da eliminação do poderio alemão, italiano e japonês pela via da capitulação, sem condicionalidades. Churchill veio a conformar-se com esse pensamento.

Em 1944, o "rolo compressor" dos soviéticos forçou o recuo gradual das tropas alemãs na Ucrânia, na Bielo-Rússia e na Polônia. Stalin celebrou os avanços e continuou a desenvolver sua engenharia política e militar com o objetivo de impor administrações temporárias, favoráveis à sovietização do poder e à satelização *vis-à-vis* Moscou, aos territórios liberados no leste europeu e no Báltico.

O curso da conflagração levava, assim, a balança de poder para os aliados. A tomada da Normandia e a ocupação da Alemanha seriam os símbolos marcantes da recomposição das forças militares e morais a favor dos aliados, bem como o prenúncio do fim de uma grande agonia.

A Segunda Guerra, na percepção de Stalin, tinha sido uma guerra de características imperialistas. A escolha de um lado fora uma necessidade estratégica para evitar a destruição do modelo de desenvolvimento planificado e do socialismo de Estado. Apesar da adesão aos princípios da Carta do Atlântico, desde setembro de 1941, os soviéticos vinham denunciando o abandono de seu flanco. O sistema internacional pós-1945, apesar das alianças que haviam aproximado a União Soviética do Ocidente liberal, mostraria que a percepção era correta. Mais de 20 milhões de soviéticos morreram na guerra, quase dois quintos do total de perdas humanas.

5.2.3 O Japão e a grande Ásia Oriental

O pacto de não-agressão assinado por russos e japoneses em Moscou, no dia 13 de abril de 1941, foi o passo definitivo para a formação da grande Ásia sob o controle do Japão. Matsuoka, o hábil ministro nipônico, representou plenamente, em Moscou, os objetivos japoneses de contenção dos ocidentais e também dos soviéticos na Ásia.

Esses objetivos não eram novos. Remontavam a 1938, quando o primeiro-ministro japonês, o príncipe Konoye, anunciou a instauração de uma nova ordem na Ásia, em que o Japão devolveria a Ásia aos asiáticos. Em 1940, o Japão redesenhava para a região o projeto de uma nova esfera de prosperidade sustentada na associação de Estados da Ásia e do Pacífico. A Manchúria, a China, a Nova Zelândia e até mesmo a Índia foram incluídas na área de influência japonesa.

A ocupação alemã da França, entre maio e junho de 1940, deixou o Japão livre no sudeste asiático. Em 12 de junho, Tóquio assegurou a neutralidade tailandesa por meio do pacto de não-agressão. Em 22 de setembro, o almirante Decoux, governador da Indochina, designado pelo governo de Vichy, abriu o porto de Haiphong e os aeroportos indochinos para o Japão. Em 1941, o governador concedeu a Tóquio as bases de Cam-Ranh e Saigon. Em pouco tempo, o Japão já controlava as exportações indochinesas de arroz e todo o comércio local.

O ataque a Pearl Harbor deve ser visto, portanto, não só como a porta de entrada do Japão na guerra européia e o capítulo decisivo na mundialização do conflito, mas um ato articulado da estratégia japonesa de ampliação de espaços na Ásia. Na perspectiva japonesa, a grande Ásia se completaria depois do ataque japonês à base americana, em 7 de dezembro de 1941, pela anexação de outras partes da região, como as Filipinas, a Malásia e Hong-Kong.

As vitórias japonesas sucederam-se umas às outras, entre dezembro de 1941 e o primeiro semestre de 1942. Hong-Kong rendeu-se em 25 de dezembro de 1941, a ilha de Bornéu foi controlada em 23 de janeiro de 1942, Manila foi invadida em 2 de fevereiro, Cingapura foi dominada em 15 de fevereiro, as ilhas indonesianas de Bali e do Timor foram ocupadas em 19 de fevereiro. A última invasão foi comemorada em Tóquio como o fim do

Império Britânico na Ásia e o início de uma nova era livre de colonialismos europeus na região. O Japão assumia a "responsabilidade" do desenvolvimento dos países asiáticos. Era a via para uma terceira superpotência?

A conquista de um império com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, com muitas riquezas, particularmente petrolíferas, lançava o Japão na grande política internacional de seu tempo. O interessante no domínio japonês era o seu caráter de não-ocupação direta. Na Indonésia, o Japão lançou o movimento do "Japão líder, protetor e luz da Ásia", mas permitiu o desenvolvimento nacionalista liderado por Sukarno e Hatta. Na Indochina, os japoneses estimularam a permanência do almirante francês Decoux para assegurar a paz civil.

Assim, a inserção japonesa na grande Ásia teve o intuito de construir países "independentes", satélites de Tóquio. Em alguns casos, como na Tailândia, a criação de governo títere foi desnecessária. O Japão assegurou, nesse caso, a colaboração com poder já estabelecido e disposto a orbitar na área de influência japonesa. A única administração japonesa claramente direta foi na Malásia, onde os japoneses encontraram grande resistência da classe política local e da população como um todo.

O Japão, finalmente, teve de aceitar a relativa independência dos outros dois grandes da Ásia: a China e a Índia. As futuras relações interasiáticas dependeriam do equilíbrio dos três países. No caso do último, o congresso de ministros que governava as sete províncias aproveitou-se das tensões geradas pela guerra, da ampliação da influência japonesa na região e da imposição britânica de engajamento no conflito para exaurir a capacidade do poder colonial da Grã-Bretanha. Mas, paradoxalmente, o congresso de ministros perderia, ao longo do tempo, o controle do nacionalismo indiano em favor da Liga Muçulmana.

Apesar do entusiasmo japonês e da forte presença daquele país na formação de líderes nacionalistas que viriam despontar no imediato pós-guerra (Sukarno, Hatta, Subardjo, Roxas, Aung San e vários outros), a balança das relações internacionais na Ásia, no período, mostrou a impossibilidade da hegemonia imperial e militar. A maioria dos países da região oscilou, ao longo da guerra mundial, entre os aliados e o Japão.

Além disso, o regime militar de Tóquio exacerbou as fricções étnicas e nacionais em muitos dos países sob a influência ou o controle direto nipônicos. Ao estilo alemão, o Japão usou a força para a expansão do seu império e o controle dos espaços. Impôs o insuportável, nas palavras de Duroselle, e provocou reações imediatas. As bombas atômicas lançadas pelos norte-americanos em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, viriam sepultar os sonhos da grande Ásia Oriental. Tóquio passaria a ter assento menor na construção da nova ordem internacional.

5.2.4 Periferias em agitação: a América Latina e a África

Os países latino-americanos oscilaram entre neutralismo e alinhamento. Desde a II Conferência dos Chanceleres Americanos, na cidade de Havana, em 1940, firmara-se o acordo de que qualquer ataque a um país americano significaria um atentado a todo o continente.

Com o ataque a Pearl Harbor, a solidariedade americana seria posta em xeque. O Brasil manifestou imediatamente sua estupefação. As declarações de Getúlio Vargas não foram suficientes, entretanto, para inclinar a política exterior brasileira a favor dos aliados. Grupos pró-nazistas instalados no próprio governo defendiam a opção pró-Alemanha. A Argentina manifestou discreto apoio aos nazistas. Os grupos nacionalistas domésticos temiam a extensão da influência norte-americana à Argentina.

O Chile, que reivindicou o direito de sediar a III Conferência de Chanceleres Americanos, depois da negativa norte-americana, também se declarou neutro. O Peru, a Bolívia e o Paraguai fizeram o mesmo. Essas manifestações de reticência e agitação na América Latina contra os interesses norte-americanos na guerra levaram a tratativas do subsecretário Sumner Welles para garantir o rompimento das relações dos países da região com o eixo.

Decorreu daí o impacto da III Conferência de Chanceleres, mais conhecida como a Conferência do Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 1942. Para os norte-americanos, o apoio brasileiro aos aliados era fundamental para alimentar o pan-americanismo conduzido por Washington.

Roosevelt dirigiu-se a Vargas antes da conferência para assegurar ao Brasil, em uma política de barganha, os armamentos necessários para a defesa e a manutenção do acordo siderúrgico assinado em setembro de 1940. O Brasil parecia peça-chave na ligação da América à África. As bases militares nordestinas seriam palco no enfrentamento ao corpo expedicionário alemão — o *afrikakorps* — enviado para a África do Norte para auxiliar os italianos contra os britânicos.

A relevância da Conferência do Rio de Janeiro para o destino dos países latino-americanos no contexto da guerra é irrefutável. Havia muito que a crise da sociedade internacional européia projetara-se na América Latina. A crise da hegemonia britânica e a transferência gradual do eixo de poder para Washington e Berlim alijara, em grande medida, a força da expansão dos interesses franco-britânicos da região. No comércio e nas finanças, os Estados Unidos substituíam gradualmente a secular presença imperial britânica.

Roosevelt apostou no fim do neutralismo inicial dos países da região em favor de uma franca política de alinhamento aos Estados Unidos, sob a liderança regional do Brasil. Na carta dirigida a Vargas, Roosevelt fala da liderança brasileira e do chanceler Oswaldo Aranha. Durante a conferência, Sumner Welles habilmente indicou o nome de Aranha para a primeira comissão, que trataria da proteção hemisférica ocidental, e, simultaneamente, o do chanceler mexicano Ezequiel Padilla para a segunda comissão, que cuidaria da solidariedade econômica.

A conferência foi agitada e expôs a cisão de opiniões: de um lado, a visão argentino-chilena a favor da neutralidade; de outro, a visão da harmonia pan-americana defendida pelo Brasil e pelos Estados Unidos. As discussões acerca da aprovação de uma recomendação de rompimento automático das relações de todos os países da região com os países do eixo foram modelares na identificação dessa tendência. Para os argentinos, suas exportações de couros, cereais e carnes seriam seriamente atingidas no caso de uma opção de alinhamento com o aliados.

As 41 resoluções da Conferência do Rio de Janeiro prepararam os latinoamericanos para a entrada na guerra. Desde a recomendação de ruptura com o Eixo à adesão aos princípios da Carta do Atlântico, passando pelas medidas policiais e jurídicas contra as atividades julgadas subversivas no

interior dos países, tudo determinava aos Estados da região uma forte relação ocidentalista e aliancista sob a liderança dos Estados Unidos. O Brasil mandou para a guerra o mais importante contingente militar da América Latina jamais deslocado para conflitos extra-americanos.

Na África, a Segunda Guerra não foi um fenômeno localizado apenas no norte do continente e não se restringiu à luta entre alemães e italianos contra britânicos. Ela envolveu países do sul, como a África do Sul, localizada em importante passagem estratégica para a Ásia e no cruzamento de hidrocarburetos. E também conduziu países como o Egito, a Etiópia e a Libéria para o conjunto dos aliados. O impacto econômico da guerra foi notório em várias partes do continente e permitiu preparar o ambiente para o processo de descolonização. Há autores, no entanto, como R. F. Holland, que chamam a atenção para a importância diminuta da África negra ou Subsaárica nas manobras da Segunda Guerra Mundial. Em todo o caso, a reverberação do conflito esteve presente em todo o continente e foi um fator significativo para os destinos políticos das diferentes regiões que compunham o mosaico africano.

A guerra seria, assim, um fato ambíguo para as consciências africanas. O recrutamento dos colonizados para lutar pelas suas metrópoles, como fizeram britânicos, franceses e italianos, era uma violência a mais no conjunto de desigualdades estruturais que tornavam a sociedade colonial subjugada aos desígnios metropolitanos. A participação no conflito, no entanto, foi a brecha para o ensaio de idéias de corte nacionalista que proliferaram no continente. Jovens africanos que foram criados sob a regra da colonização e que estudavam nas metrópoles enxergaram o fim do sistema de poder europeu. A guerra expunha a agonia européia e mostrava a falibilidade da dominação colonial.

Em síntese, a Segunda Guerra teve impactos distintos na América Latina e na África. Na primeira, significou oportunidade de fortalecimento da superpotência hegemônica regional. Na Segunda, espelhou o enfraquecimento das potências coloniais européias.

• 5.3 A nova ordem internacional: o mundo já é outro (1945-1947)

O bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, simbolizou não só o ocaso da velha ordem internacional do século XIX. Foi também a demonstração do fim dos sonhos de uma terceira grande potência nas relações internacionais na ordem do pós-guerra. Berlim já sucumbira e agora era a vez de Tóquio. A nova ordem internacional só teria, pelo menos na segunda metade dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, dois pólos fundamentais de poder: Washington e Moscou.

A consciência de um novo tempo nas relações internacionais marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial. Os poderes emergentes (os Estados Unidos e a União Soviética) preparavam-se para sepultar a hegemonia coletiva da sociedade internacional européia e enquadrar as velhas potências. As alianças de conjuntura entre 1941 e 1945 espelharam as miragens da agonia européia diante das novas realidades de poder hegemônico que se abriam para as superpotências.

O gerenciamento da paz foi o grande e primeiro problema pós-conflito. O segundo foi o reordenamento dos processos econômicos. Embora imbricadas, as duas dimensões tiveram desdobramentos próprios entre 1945 e 1947. O nascimento da Organização das Nações Unidas e dos mecanismos de Bretton Woods veio redesenhar, nos planos jurídico e econômico, as forças reais dos vencedores de 1945.

5.3.1 O preâmbulo de um novo tempo nas relações internacionais

Desde setembro de 1941, ao anunciar sua adesão parcial aos princípios da Carta do Atlântico, a União Soviética iniciara uma articulação para ocupar papel central nas redefinições estratégicas do pós-guerra. Stalin percebera o vazio de poder constituído na Europa, particularmente na Oriental, e estava determinado a ocupá-lo.

Daí a insistência dos soviéticos para que os países aliados, sustentados principalmente pela aliança anglo-saxônica, reconhecessem, já em dezembro de 1941, os territórios por eles ocupados à época do pacto germânico-soviético. As reivindicações soviéticas recaíam sobre as bases militares na Finlândia e na Romênia, sobre a substituição do sistema colonial por um sistema de tutela internacional e sobre a criação de uma futura organização para a paz que associasse Moscou a Londres e a Washington.

A aliança anglo-soviética, firmada em 26 de maio de 1942 por Molotov, em Londres, foi o prenúncio de um novo tempo nas relações internacionais européias. A União Soviética não sustentaria sozinha o *front* oriental. A participação ocidental, no entanto, far-se-ia dividida. Mesmo com a visita de Molotov a Washington naquele mesmo ano, desconfiava-se das ações unilaterais soviéticas de ampliação do seu poderio no leste europeu e na Ásia.

No fundo, a União Soviética permanecia na aliança sem ser da aliança. Foi essa a razão do susto dos norte-americanos e britânicos ante os rumores de uma paz separada entre a União Soviética e a Alemanha, com os bons ofícios do Japão, em 1943. A ausência de Stalin na Conferência de Casablanca, em janeiro de 1943, foi interpretada como uma posição ambígua do gigante da Europa Oriental.

A primeira "concertação" anglo-americana sobre o mundo do pós-guerra foi realizada entre 12 e 29 de março de 1943, em Washington, com as presenças do secretário dos Assuntos Estrangeiros, Anthony Eden, e de seu colega norteamericano do Departamento de Estado, Cordell Hull. O futuro da Alemanha, as reivindicações territoriais dos soviéticos e o sistema coletivo de segurança foram os principais assuntos em pauta.

Naquela ocasião, Roosevelt propôs um diretório composto por quatro: os Estados Unidos, o Reino Unido, a União Soviética e a China. A idéia lembrava o Concerto Europeu do século XIX e as idéias do Congresso de Viena de 1815. Mas o assunto era muito mais complexo. Eden preferia um sistema de segurança descentralizado, confiado a organismos continentais. Eden argumentou que, para a Europa, a saída para o gerenciamento da paz seria a criação de uma federação de Estados.

Ao mesmo tempo, em Londres, os governos exilados da Polônia e da Tchecoslováquia defendiam um projeto de federação para a Europa Central,

apesar de algumas resistências tchecas. Moscou, no entanto, opôs-se a qualquer idéia federativa na Europa. Temia Stalin a reconstrução do “cordão sanitário” do período imediato à Grande Guerra de 1914-1918 e vislumbrava a própria projeção da União Soviética na região. E De Gaulle reclamava da exclusão da França do diretório proposto por Roosevelt.

O ano de 1943 acelerou a procura por um novo tempo nas relações internacionais. Duas questões iriam demonstrar a débil coalizão entre os aliados e a União Soviética, bem como as tensões que emergiriam no pós-guerra entre as superpotências. A primeira foi a questão polonesa e as teses contraditórias defendidas pelo governo polonês no exílio em Londres (ao reclamar da anexação imoral que vinha se desenrolando no seu país sob o pretexto de protegê-lo), as reivindicações territoriais de Stalin sobre a Polônia (que queria manter as fronteiras definidas no Tratado de Versalhes) e o temor dos aliados ocidentais da política de poder dos soviéticos na região.

A segunda questão foi a italiana. O armistício parcial resultante da destituição de Mussolini pelo rei Vítor Emanuel e a criação do governo de técnicos do marechal Badoglio, em 25 de julho de 1943, aguçaram as desconfianças de Moscou acerca da formação de uma área de influência ocidental sobre os Bálcãs. No armistício finalmente assinado em Siracusa, em 3 de setembro, os soviéticos, que lá não estiveram, deixaram claras as intenções pela delimitação de áreas de influência, que se criariam naturalmente no controle dos países vencidos. Em outras palavras, trocava-se a Itália pela Polônia.

O temor do veto soviético aos acordos com a Itália conduziu os aliados a uma política de compreensão dos interesses soviéticos sobre a Polônia. Gestava-se, ainda no contexto da guerra, uma nova lógica de acomodação dos fortes. Era uma forma de enfrentar o que parecia ser a última etapa da guerra na Europa: a derrota da Alemanha.

As conferências internacionais de Moscou, Cairo e Teerã, no segundo semestre de 1943, mostraram que a aliança “tinha os pés de barro”. Ela abrigava diversas concepções acerca do futuro das relações internacionais. Os norte-americanos restauraram as teses wilsonianas da prevalência de um organismo internacional de segurança coletiva sobre as soluções dos problemas territoriais. Os britânicos preocupavam-se com a situação da

Europa e com os riscos da expansão soviética. Os franceses exilados em Londres sentiam-se minimizados na aliança.

A Conferência de Moscou, realizada entre 19 e 30 de outubro de 1943, que reuniu os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, do Reino Unido e da União Soviética, foi cheia de generalidades. A tese do secretário de Estado Cordell Hull, que virou projeto de declaração, foi aprovada pelos soviéticos. Falava da criação de um organismo internacional, do uso não egoísta dos países liberados da ocupação alemã e de um sistema de consultas prévias em matérias de interesse comum. Anthony Eden levou as proposições britânicas pela formação de um sistema confederado para os pequenos Estados e pela renúncia das potências a qualquer sistema de zonas de influência. Molotov e Hull obviamente não aceitaram as teses. A declaração final, também assinada pela China graças à insistência norte-americana de vê-la incluída no diretório dos quatro, foi praticamente o texto preparado por Cordell Hull que insistia em três pontos: a capitulação total da Alemanha, a ocupação do seu território pelos três aliados e o seu desarmamento completo.

A Declaração do Cairo, assinada por Roosevelt, Churchill (ambos a caminho de Teerã) e Chang Kai-Chek, com a aprovação de Stalin, enquadrava o Japão. Dada a conhecer em 1º de dezembro de 1943, a declaração exigia a devolução de todas as conquistas japonesas do projeto da grande Ásia Oriental, especialmente dos territórios arrancados à China, como Manchúria e Taiwan.

Em Teerã, entre 28 de novembro e 1º de dezembro, Roosevelt, Stalin e Churchill confirmaram e ampliaram os objetivos da Conferência de Moscou. O centro das discussões foi a questão alemã. Roosevelt propôs a criação de cinco Estados na Alemanha. Churchill concordou, mas imaginou um enquadramento separado para a “Prússia militarista” em relação ao resto do país. Stalin discordou argumentando que “os alemães são todos iguais”.

Em Teerã, o interessante foi que se discutiu a futura organização de segurança coletiva à margem das negociações oficiais. Em conversações privadas entre Stalin e Roosevelt, avançou-se a política de superpotência. Contra Churchill (que defendia três organizações regionalizadas na América, na Europa e na Ásia), Roosevelt insistiu na instituição mundial. Ela teria um

comitê executivo, uma assembléia geral e um diretório com os quatro grandes, que atuariam como a polícia do mundo.

Stalin, em Teerã, acompanhou a tese norte-americana contrária ao federalismo na Europa, reafirmou a intenção de pulverização da Alemanha e atacou a França como uma nação fraca e degenerada. Stalin nunca perdoara o armistício francês e a colaboração com Hitler.

A euforia de Teerã dissipou-se rapidamente. As políticas de poder dos novos grandes redesenhavam o tempo das relações internacionais com mais realismo. Os armistícios de 1944 consagraram, de fato, a influência da União Soviética sobre a Europa Oriental. Roosevelt, prisioneiro dos princípios wilsonianos e já envolvido na corrida presidencial, perdia fôlego nas negociações. Churchill ensaiou com Stalin, em outubro de 1944, estabelecer os espaços de ocupação das potências na Europa Central e Mediterrânea. Salvaguardou a Grécia para o Ocidente e entregou a Romênia aos soviéticos. Discutiu os percentuais da presença ocidental e oriental na Hungria e na Bulgária. Reconheceu a solução soviética para a Iugoslávia, com Tito.

A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, consagrou a divisão que se desenhara anteriormente entre os aliados ocidentais e a União Soviética. O plurilateralismo das negociações, entre 1943 e 1944, cedeu lugar ao unilateralismo do poder soviético na Europa Oriental. A criação do governo provisório da Polônia gerou a ruptura aberta entre Churchill e Stalin. A imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill em Yalta. O tempo das relações internacionais já era outro: a política das áreas de influência na Europa se tornaria um modelo a ser aplicado à própria política mundial. Era esse o sistema de Yalta.

5.3.2 As Nações Unidas e o gerenciamento da paz: da desconfiança à ruptura

O mundo dos aliados reunido em São Francisco (entre 25 de abril e 25 de junho de 1945) e os três grandes reunidos em Potsdam (entre 17 de julho e 2 de outubro de 1945) tinham o objetivo de criar os instrumentos para gerenciar a paz do pós-guerra. A aliança, uma necessidade dos tempos de guerra, cederia lugar ao esforço de reconstrução das relações internacionais sustentado no compromisso e no diálogo.

A paz, entretanto, foi parcial. Seria, aliás, um desafio. O espírito pessimista de Yalta cederia, aos poucos, à mais absoluta desconfiança em relação a qualquer possibilidade de cooperação entre as duas superpotências. Entre 1946 e 1947, engendrou-se a ruptura que separaria o mundo em dois condomínios.

De qualquer forma, pôde-se falar, ainda em 1945, da tentativa de construir a paz na base da cooperação entre os vitoriosos. Truman, que sucedera Roosevelt, não se deslocou a São Francisco por estar envolvido nas últimas batalhas da guerra. Mas dirigiu-se, pelo rádio, aos 50 países que se fizeram representar.

Surgia, em São Francisco, a Organização das Nações Unidas, uma coligação ditada pelo ocaso da guerra e que só depois viria tornar-se uma verdadeira organização para a paz e a cooperação internacionais. A primeira constatação clara de São Francisco foi a perda de importância da Europa. Ela não tinha mais a força que impulsionara a Sociedade das Nações no período entre as guerras. Ficavam, entretanto, garantidas a participação francesa e a britânica no Conselho de Segurança, centro nervoso e estratégico da nova organização internacional. Suécia, Portugal e Espanha não estiveram presentes, pois haviam mantido sua neutralidade.

Do Oriente Próximo, foram a São Francisco o Iraque, o Egito, a Turquia, o Irã, a Arábia Saudita, a Síria e o Líbano. Da África, ainda tomada pelas relações coloniais, estiveram quatro países: o Egito, a África do Sul (que participara ativamente da Sociedade das Nações), a Libéria e a Etiópia. Os asiáticos presentes em São Francisco foram somente dois: a Índia (ainda em processo de independência) e a China (dentro das idéias de Roosevelt de

assegurar a ela lugar no Conselho de Segurança como membro permanente). O Pacífico foi representado pela Austrália e pela Nova Zelândia.

A grande hegemonia numérica em São Francisco foi, no entanto, dos países americanos. Além dos Estados Unidos e do Canadá, 20 países latino-america-nos, entre eles o Brasil, participaram das negociações na Califórnia. A presença argentina foi criticada pela União Soviética, tendo em vista as simpatias nazistas do regime e a política de neutralidade. A nova ordem internacional seria, pois, tributária do ideário pan-americano de pacifismo e cooperação internacionais entre Estados soberanos, sem ignorar a existência da desigualdade de *status* e de responsabilidades entre as potências.

A Carta de São Francisco, assinada em 25 de junho, tornou-se um dos grandes instrumentos de regulação do novo tempo das relações internacionais. Em seus 19 capítulos e 111 artigos, firmava-se o primado do realismo sobre o idealismo que marcara a Sociedade das Nações. O sistema do veto do Conselho de Segurança construía um diretório dos cinco grandes vencedores de 1945, para garantir o congelamento do poder e um compromisso de controle da segurança mundial. Intervencionista no domínio social e econômico, a carta previu instrumentos concretos da cooperação internacional.

Um dos grandes destaques da carta foi a afirmação jurídica do fim do grande ciclo de predominância da sociedade internacional européia. Seu universalismo escondia o consórcio das superpotências e a emergência de novos sistemas de dominação internacional. O fim da regra da unanimidade tornou-se a expressão da emergência de nova balança de poder no mundo.

A conferência seguinte, em Potsdam, ocorreu em clima bastante diverso da de Yalta. Em novo contexto, marcado pela mudança nas relações de força na Europa e pela explosão da primeira bomba atômica no deserto do Novo México pelos Estados Unidos, a conferência representou a superação do domínio militar dos soviéticos pelos norte-americanos. O desequilíbrio atômico entre as duas superpotências elevaria a temperatura política em Potsdam. A Grã-Bretanha, que mudara de comando no meio da Conferência, não alterou as linhas da política exterior.

As oposições entre a aliança ocidental e a União Soviética na Conferência de Potsdam fizeram-se presentes em torno de três pontos: as

fronteiras ocidentais da Polônia, as reparações alemãs e a situação da Itália. Matérias que já vinham sendo tratadas anteriormente adquiriram relevo todo especial no contexto de disputa de espaços de poder sobre os territórios invadidos no fim da guerra.

No caso da Polônia, a fronteira oriental já tinha sido regulada em Yalta. O problema era, então, a fronteira com a Alemanha. Nesse caso, os soviéticos temiam a reedição do "cordão sanitário". No assunto das reparações, Stalin insistia no valor de 20 bilhões de dólares, a metade do que deveria ser pago à União Soviética. Os britânicos discordaram, e Truman insistiu que seria um ônus muito pesado para um país arruinado pela guerra. As reticências norte-americanas na matéria levaram Stalin e Molotov a se manifestarem furiosamente acerca da atitude de Truman, que parecia não considerar o acertado anteriormente com Roosevelt.

A questão italiana era um ponto menos litigioso do que simbólico na crescente divergência que desenhava a arquitetura da balança de poder nas relações internacionais do pós-guerra. Por meio da crise italiana, o Ocidente manifestava seu repúdio à forma unilateral com que a União Soviética resolvera a ocupação da Romênia e da Bulgária e cerceara as liberdades na Finlândia e na Hungria. A União Soviética, por sua vez, criticava a rapidez com que os Estados Unidos desejavam incluir a Itália sob o abrigo anglo-americano.

Mas nem só de divergências Potsdam foi constituída. Os acordos sobre a participação soviética na guerra contra o Japão e sobre as zonas de ocupação na Ásia evidenciam que, apesar da desconfiança mútua, havia uma política de equilíbrio e diálogo sobre as grandes questões internacionais. Nesse sentido, as duas superpotências e os demais membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas atuaram como um diretório internacional no gerenciamento da paz e da segurança do mundo entre 1945 e 1947.

O balanço desastroso da guerra, no entanto, gerou desânimo sobre as possibilidades de reconstrução de um sistema internacional sustentado na paz e na cooperação. Cinqüenta milhões de pessoas mortas era uma cifra bastante estarrecedora para as consciências européias. Mais de dez milhões de pessoas que passaram por campos de concentração e extermínio configuravam a tragédia da "era das catástrofes", como a definiu o historiador britânico Eric Hobsbawm.

A Europa, que deixara de ser o centro do mundo, destruiu de vez o prestígio das metrópoles junto a suas colônias na África e na Ásia. A Conferência de Moscou de dezembro de 1945, a crise iraniana de 1946 e os últimos acordos dos aliados em fevereiro de 1947 mostraram o quanto o equilíbrio era instável.

A convivência entre as potências e superpotências induziu o instável modelo das divergências em torno do poder atômico. A oposição soviética ao Plano Baruch de congelamento do poder nuclear dos Estados Unidos por meio de mecanismos de regulação das Nações Unidas e a recusa norte-americana ao Plano Gromyko de extinção de todas as armas nucleares existentes eram indícios de ruptura entre as superpotências, já em junho de 1946.

O Tratado de Paz de Paris de fevereiro de 1947, firmado por 21 países vencedores da Segunda Guerra Mundial, encerrou, simbolicamente, os turbulentos nove anos nas relações internacionais. O gerenciamento da paz, sempre parcial, ficava garantido pelo consórcio das superpotências. As decisões de Paris, como as reparações de guerra impostas à Alemanha, os mecanismos das zonas de influência, a limitação de armas e o remanejamento do mapa europeu expressaram os últimos movimentos da agonia européia.

A ordem internacional do pós-guerra foi, portanto, engendrada na dinâmica da Segunda Guerra Mundial. As duas, a nova ordem e a guerra, estiveram umbilicalmente vinculadas. O mais importante resultado dessa simbiose foi a emergência dos flancos da Europa. Os Estados Unidos reuniam todas as condições para impor sua multilateralidade econômica ao mundo, como também o seu projeto de poder ocidental. A União Soviética, embora tenha saído enfraquecida militarmente, reconstruiu, pedra por pedra e arma por arma, suas cidades e seus exércitos. A Guerra Fria seria o novo ambiente de convivência difícil das duas superpotências ao longo da segunda metade da década de 1940 e de grande parte da de 1950.

Referências

ADAMTHWAITE, Anthony. *The making of the Second World War*. London: MacMillan, 1979.

BRUNN, Denis. *Le commerce international dans le monde au XX^e^ siècle*. Paris: Bréal, 1991.

CHOTARD, Jean-René. *La politique américaine en Europe, 1944-1948*. Paris: Messidor, 1991.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *L'Europe de 1815 à nos jours*. Paris: PUF, 1970.

______. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1993.

ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Opinion publique et politique extérieure, 1915-1940*. Rome, Milano: Università di Milano, École Française de Rome, 1989.

______. *Les internationales et le problème de la guerre au XX^e^ siècle*. Rome, Milano: Universitá di Milano, École Française de Rome, 1987.

GIRAULT, René; FRANK, Robert. *Turbulente Europe et nouveaux mondes, 1914-1941*. Paris: Masson, 1988.

______. (Org.) *La puissance en Europe, 1938-1940.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1984.

______; THOBIE, Jacques. *La loi des géants*, 1941-1964. Paris: Masson, 1993.

GIRAULT, René; BOSSUAT, Gérard (Org.). *Europe brisée, Europe retrouvée*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

HARGREAVES, John. *Decolonisation in Africa*. London: Longman, 1988.

HENING, Ruth. *As origens da Segunda Guerra Mundial, 1933-1939*. São Paulo: Ática, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *The age of extremes. A history of the world, 1914-1991*. London: Pantheon, 1995.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale au 20^e^ siècle*. Paris: OCDE, 1989.

MILZA, Pierre. *De Versailles à Berlin, 1919-1945*. Paris: Masson, 1987.

MIOCHE, Philippe. *Le plan Monnet. Genèse et élaboration, 1941-1947*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1987.

RENOUVIN, Pierre (Org.). *Histoire des relations internationales*. t. 8: Les crises du XX^e^siècle (de 1929 à 1945). Paris: Hachette, 1958.

WATSON, Adam. *The evolution of international society. A comparative historical analysis*. London, New York: Routledge, 1992.

WOODS, Ngaire. *Explaining international relations since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. t. 2: 1918-1945.; t. 3: 1945-1962. Paris: Hachette, 1994, 1995.

Capítulo 6
Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968)

José Flávio Sombra Saraiva

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os Estados Unidos e a União Soviética assenhorearam-se dos espaços e criaram um condomínio de poder que só foi abalado no final da década de 1960 e início da de 1970.

Existiram, no entanto, nuances no sistema condominial de poder. Da relação "quente" da guerra fria (1947-1955) à lógica da coexistência pacífica (1955-1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.

Mas os anos que separam 1947 de 1968 evidenciaram que a consagrada ordem bipolar, já nos anos 1950, era imperfeita. As dimensões estratégicas, militares e ideológicas do condomínio passaram, naquelas circunstâncias, a não mais corresponder aos desdobramentos econômicos e sociais provocados pelo renascimento europeu, pela retomada do desenvolvimento japonês, pela explosão afro-asiática e pelos caminhos ambivalentes da América Latina no período. Novas antinomias, especialmente entre o norte e o sul, tornaram as relações internacionais bastante complexas.

O objetivo do capítulo é analisar a migração da ordem internacional da bipolaridade para um sistema condominial mais flexível entre as duas superpotências. A primeira parte dedica-se aos anos da guerra fria. A segunda volta-se para a flexibilização daquela ordem e para o ambiente da coexistência pacífica entre os dois gigantes.

• 6.1 A ordem internacional da guerra fria (1947-1955)

A ordem internacional da guerra fria teve origem no seio da Segunda Guerra Mundial. Embora alguns autores busquem raízes mais remotas, na Revolução Bolchevique, no cercamento internacional da Rússia nos primeiros anos da revolução e no “cordão sanitário” entre as guerras, a guerra fria, enquanto epifenômeno da nova ordem internacional que substituiu o jogo da hegemonia coletiva da Europa sobre as relações internacionais, foi criada nos anos finais da Segunda Guerra.

Desde Teerã (em novembro de 1943), passando por Yalta (em fevereiro de 1945) e chegando a Potsdam (em julho de 1945), os três grandes aliados (Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética) aviaram a receita de uma débil aliança quase que exclusivamente sustentada na luta contra Hitler. Ela escondia, no entanto, a emergência do antagonismo que iria conduzir a sociedade internacional para outros parâmetros sistêmicos.

George Frost Kennan, pai dos conceitos da guerra fria e conselheiro da embaixada norte-americana em Moscou, chamou a atenção de Truman, ainda em 1945, para algumas características da reinserção internacional da União Soviética no pós-guerra. Stalin não reconstruiria a economia soviética na lógica da abertura comercial ao Ocidente e não subordinaria as medidas de defesa do modelo da economia planificada e do projeto do socialismo às prebendas comerciais norte-americanas. O diplomata falava de sua crença no antagonismo nato entre o capitalismo e o socialismo e na percepção de que jamais a União Soviética admitiria uma comunidade de propósitos com Estados capitalistas.

As idéias de Kennan expressavam, no fundo, uma percepção que se ampliava, cada vez mais, entre os gestores do Estado norte-americano. Para eles, seu país deveria desenvolver uma vigilância ativa e uma política de contenção das ambições expansionistas soviéticas. As diretrizes seguidas pelo governo acompanharam, assim, as idéias defendidas por Kennan.

Ao lado do novo secretário de Estado George Marshall e do seu subsecretário Dean Acheson, Kennan passou a compor, a partir de janeiro de 1947, o tripé da formulação da nova diplomacia dos Estados Unidos. Sustentada na idéia de uma ação de longo prazo, paciente e firme na

contenção das tendências expansionistas da União Soviética, a política exterior do gigante ocidental orientaria suas ações externas nessa direção até meados dos anos 1950. O período corresponderia, no entanto, ao período mais "quente" da guerra fria.

Os soviéticos, objeto da pregação apocalíptica que levara Churchill aos Estados Unidos em 1946 em seu périplo de convocação para uma cruzada civilizatória contra o comunismo, não eram as hordas "vermelhas" prontas a expandir seus tentáculos sobre o Ocidente. Stalin e a liderança soviética tinham a percepção das perdas humanas provocadas pela Segunda Guerra Mundial, da superioridade atômica dos Estados Unidos, das debilidades do projeto nuclear soviético, das dificuldades em apoiar os regimes comunistas da Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária e, principalmente, do forte revés da industrialização e da produção agrícola (que havia caído mais de 50% durante a guerra).

A assistência norte-americana para a reconstrução soviética, que tinha sido acordada no contexto da Conferência de Teerã, nunca aconteceu. As agruras impostas à população soviética na guerra representaram um trunfo nas mãos de Truman.

Stalin, com seus mais de 20 milhões de mortos na guerra, ensaiava a reconstrução do país com base nas reparações de guerra e na política das zonas de ocupação. As ações do líder soviético confundiram os formuladores de política exterior nos Estados Unidos que associavam os movimentos de Moscou à ótica de um projeto expansionista soviético cujos tentáculos poriam em xeque a superioridade dos Estados Unidos no Ocidente.

6.1.1 Doutrinas, planos e instituições norte-americanas da guerra fria

Havia algo subjacente à efervescência política da guerra fria nos Estados Unidos nos últimos anos da década de 1940. O multilateralismo econômico, uma necessidade que se impunha aos norte-americanos diante da iminência de crise da produção industrial e da recessão que elevara a população de desempregados de cerca de 2,5 milhões para 8 milhões desde o final de 1945, só seria possível com uma política de poder verdadeiramente mundial.

O novo conceito de superpotência correspondia, assim, à conjugação da capacidade econômica de exercer forte multilateralismo econômico com a vontade de construção de uma grande área sob a influência dos valores do capitalismo. Para os Estados Unidos, a política de poder mundial era um corolário dos dois elementos anteriores. Os líderes democratas, mais que os republicanos, tinham essa noção na segunda metade dos anos 1940.

A consolidação da hegemonia norte-americana no mundo não foi, portanto, uma meta exclusivamente ideológica da nova diplomacia de Marshall, Acheson e Kennan. As forças mais profundas que alimentaram a guerra fria, do lado dos Estados Unidos, foram constituídas no ambiente econômico. A política industrial e financeira do gigante associava-se à luta do anticomunismo, ingrediente fundamental da preleção doméstica da guerra fria nos Estados Unidos. Foi esse o argumento central dos líderes democratas norte-americanos na sua tarefa de convencimento dos republicanos isolacionistas e cansados do envolvimento internacional do seu país na Segunda Guerra.

O impulso desenvolvimentista norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial deveria continuar para manter os níveis produtivos anteriores. A atuação diplomática dos Estados Unidos na sucessão de crises internacionais que se iniciaram em 1947, com a retirada britânica da Grécia e da Turquia, passando pelo bloqueio de Berlim em 1948, pelas crises no Irã (1951-1953), na Finlândia (1948), na Iugoslávia (1948 e 1953) e na Tchecoslováquia (1948), até a Guerra da Coréia (1950-1953), evidenciou a perfeita fusão entre os interesses da indústria e do comércio norte-americanos com a busca obsediante pela hegemonia mundial.

A formulação de doutrinas políticas para a contenção dos soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela guerra mundial e consideradas vulneráveis à influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, foram, assim, partes constitutivas de um único objetivo dos Estados Unidos. Liderando um dos lados do condomínio, a superpotência ocidental procurava assenhorear-se de mais espaços econômicos, políticos e ideológicos no cenário internacional do pós-guerra.

A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos de guerra fria. Foi concebida às pressas, de maneira atabalhoada, em 1947, no contexto das dificuldades da Grã-Bretanha em manter a ajuda aos regimes anticomunistas instalados na Grécia e na Turquia. A estagnação do velho Império Britânico, agravada pelas contingências do racionamento e dos altos níveis de desemprego e de desindustrialização, era visível. Sua capacidade de intervir em questões internacionais fora reduzida enormemente.

A crise política na Grécia, tomada pela guerra civil e por uma monarquia decrépita, foi o pretexto para o nascimento de um conjunto de idéias e doutrinas típicas da guerra fria. A primeira delas foi a Doutrina Truman. Arvorando-se à condição de condutor da cruzada internacional contra o comunismo, o presidente norte-americano dirigiu-se ao Congresso, em 12 de março de 1947, para convocar os deputados e senadores a liberarem recursos da ordem de 400 milhões de dólares para conter os movimentos comunistas na Grécia.

O discurso de Truman no Congresso foi uma peça primorosa da dimensão messiânica que os Estados Unidos dariam à guerra fria. O presidente insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria.

Para Truman, apesar de muitas escolhas não estarem sendo conduzidas de forma livre, restava ainda a possibilidade de a política exterior dos Estados Unidos apoiar os “povos livres que estão resistindo ao jugo de minorias armadas ou pressões externas”. A doutrina, fundamentada na concepção de

liderança dos norte-americanos, expunha a crença de que se o país fracassasse na missão, haveria perigo à paz e à segurança da nação.

A mensagem de Truman virou doutrina e associou-se à idéia de uma declaração informal de desafio à União Soviética. Alguns dos assessores de Truman trataram posteriormente de minimizar o tom emocional da mensagem presidencial, vinculando-a a uma circunstância precisa. Na prática, no entanto, a força doutrinal das idéias daquele discurso ecoou durante muitos anos na imaginação política do gigante ocidental. A política exterior e as concepções acerca do mundo estiveram profundamente marcadas até muito pouco tempo, nos Estados Unidos, pela Doutrina Truman.

A tradução econômica da doutrina apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições européias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental.

O Plano Marshall, apresentado na aula inaugural da Universidade de Harvard em 5 de junho de 1947, foi peça-chave na estratégia norte-americana da guerra fria. O Congresso reagiu cautelosamente ao projeto de “ajuda às instituições livres”, como definira Marshall em Harvard, mas terminou por aprová-lo por absoluta maioria. A Europa Ocidental, entre 1947 e 1951, solicitou recursos da ordem de 17 bilhões de dólares para a reconstrução econômica e social.

O plano de reconstrução européia foi imediatamente implementado. Já em julho de 1947, em Paris, os países ocidentais que haviam enfrentado Hitler reuniram-se para habilitar-se e verificar as condições de preenchimento dos re quisitos para a ajuda norte-americana. Antes, em 1944, na Conferência de Bretton-Woods, e com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), os Estados Unidos já haviam demonstrado sua capacidade para impor a força do dólar no conjunto das relações econômicas internacionais e sua determinação para participar dos esforços de reconstrução das estruturas capitalistas da Europa Ocidental.

O montante da ajuda norte-americana no contexto do Plano Marshall, organizado em torno de empréstimos vinculados à compra de produtos

daquele país e de outras modalidades de financiamento da produção européia, permitiram o soerguimento gradual da Europa Ocidental. Ao final da década de 1950, a região voltava a apresentar um amplo desenvolvimento industrial. Garantia-se, portanto, para um dos gigantes do condomínio internacional, uma fronteira de defesa dos valores do capitalismo e da sua própria preeminência.

Um esquema de cooperação técnica, em 1949, foi estendido para países em desenvolvimento que orbitavam na zona de influência dos Estados Unidos. Esse mecanismo, conhecido como Ponto IV, previa a presença dos investimentos norte-americanos somente para áreas que enfrentassem clara "ameaça comunista", especialmente nas regiões afro-asiáticas reprimidas pela presença soviética. Engenharia econômica amplamente criticada pelos governos latino-americanos que haviam participado da aliança contra Hitler, o Ponto IV teve algum sucesso para a manutenção dos interesses norte-americanos na África e na Ásia.

O Brasil, que se beneficiara da política de barganhas durante a Segunda Guerra Mundial, viveu, na segunda metade da década, a frustração do declínio do financiamento norte-americano para o projeto desenvolvimentista. A diplomacia brasileira foi crítica da ajuda prioritária orientada a países que pouco contribuíram para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.

Finalmente, o desdobramento militar da liderança ocidental norte-americana na guerra fria foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 4 de abril de 1949. Expressão estratégica da febre anticomunista das lideranças daquele país, a Otan foi proposta por Truman para agrupar 12 nações ocidentais em torno de um pacto de defesa contra as possíveis agressões militares soviéticas.

Depois de intensos debates no Senado, a criação da instituição foi aceita pelo Congresso em junho do mesmo ano. O grande compromisso norte-americano com a Otan era promover a criação do escudo atômico sobre a Europa Ocidental. Eclipsavam os norte-americanos e, de forma definitiva, as práticas isolacionistas do passado.

Criada para reagir a qualquer ataque armado contra os membros da aliança na Europa e na América do Norte, a Otan estabelecia como princípio básico a defesa coletiva das liberdades democráticas dos países capitalistas.

O exagero da pregação liderada pelos Estados Unidos justificaria o rearmamento da Alemanha e o endurecimento das posições nacionalistas. O alarme da iminente ameaça comunista, no entanto, nunca correspondeu ao compasso dos fatos internacionais.

Quando Truman deixou a presidência, no começo de 1953, para cedê-la a Eisenhower, a guerra fria já havia assumido proporções globais. A reforma da organização militar norte-americana, que havia se estendido a um sistema mundial unificado de defesa e a instituições de coordenação internacionais, era acompanhada pela luta interna contra o comunismo e pela criação de leis e instituições domésticas adaptadas ao clima da guerra fria. A Lei de Segurança Nacional e a criação do Departamento de Defesa, da *Central Intelligence Agency* (CIA) e do Conselho de Segurança Nacional expressavam o quanto a guerra fria alimentava o sistema político norte-americano em suas ambições de polícia do mundo.

6.1.2 O outro lado da guerra fria: reações e ações soviéticas

As iniciativas discursivas e militares da guerra fria empreendidas pelos Estados Unidos não foram imediatamente acompanhadas pelos soviéticos. Stalin, mesmo depois da ampla divulgação da Doutrina Truman, mas aprisionado pelas limitações do seu país, procurou uma outra forma de convivência com os norte-americanos. Moscou chegou a ensaiar projetos para receber ajuda econômica para a reconstrução. As condições impostas pelos Estados Unidos, no entanto, desanimaram as lideranças do Kremlim.

As reações da União Soviética foram lentas. A primeira foi resultante da rejeição aos termos da ajuda norte-americana para a reabilitação da Alemanha Ocidental. Sustentada na idéia de fazer da Alemanha Ocidental a vitrina do capitalismo e a fronteira das democracias capitalistas, os Estados Unidos investiram, sob a desconfiança de Stalin, uma grande quantidade de capitais no final dos anos 1940.

Os soviéticos viram na reabilitação da Alemanha Ocidental o término da política de reparação de danos que tinha sido acertada nos arranjos políticos

do imediato pós-guerra. Não só a União Soviética, mas também a Polônia e a Tchecoslováquia deixariam de receber os dividendos das reparações.

Para Stalin, a maciça presença de capitais norte-americanos no leste europeu era uma dupla ameaça. Eles impulsionavam, por um lado, as forças anticomunistas e articulavam, por outro, o poderio estratégico-militar dos Estados Unidos em todo o continente europeu. As duas ameaças inibiam a política internacional do colosso oriental.

A saída encontrada pelos soviéticos foi o reinício do processo de militarização das fronteiras, o recrudescimento da política de espaços na Europa Oriental e o aceleramento do projeto de desenvolvimento da bomba atômica. Esses três fatores alimentariam a disputa entre as superpotências ao longo de toda a guerra fria.

Os dados da corrida militarista na Europa Oriental são claros. A exaustão soviética ao final da Segunda Guerra, especialmente com a perda de 20 milhões de pessoas, havia reduzido a força militar ao número ainda significativo de três milhões de homens em armas. A partir de 1948, os soviéticos ampliariam consideravelmente o recrutamento militar, especialmente para o exército.

No início dos anos 1950, já possuíam um efetivo militar da ordem de seis milhões de homens, o dobro em relação ao início da guerra fria, em 1947. Em outras palavras, Stalin buscou compensar as debilidades do desenvolvimento da bomba atômica soviética (que só ficou pronta em 1949) com a arrancada na produção de armas convencionais.

A segunda reação da União Soviética à política de guerra fria iniciada pelos norte-americanos foi o aceleramento da chamada sovietização da Europa Oriental. Embora iniciada no entreguerras e reanimada com a definição das áreas de influência no final da Segunda Guerra Mundial, a ampliação dos espaços de potência na Europa do Leste, para buscar o equilíbrio de poder mundial com os Estados Unidos, foi uma estratégia típica dos soviéticos na guerra fria.

Claro exemplo de liderança soviética sobre o movimento de organização dos comunistas europeus foi o nascimento, na Conferência dos Nove Partidos, em setembro de 1947, do Kominform, um *bureau* de informação política. Articulado pelos comunistas franceses, italianos, iugoslavos, tchecos, poloneses, húngaros, romenos, búlgaros, mas liderados pelos

soviéticos, o Kominform tornou-se o instrumento privilegiado da propagação da revolução comunista no mundo e do controle ideológico dos partidos comunistas no leste europeu por Stalin.

Criticando a Doutrina Truman e o Plano Marshall, por serem partes do ambicioso plano expansionista dos Estados Unidos (e da Grã-Bretanha) sobre o mundo, os líderes do Kominform plantaram os elementos discursivos para a política de reação do colosso oriental. Stalin comandou, pessoalmente, a estratégia de confronto com os Estados Unidos no final da década de 1940.

O avanço do projeto nuclear soviético, que culminou com o primeiro experimento da bomba atômica em 1949, foi a terceira clara reação de Stalin aos desafios da guerra fria. O controle da energia atômica e o desenvolvimento da pesquisa espacial elevaram os soviéticos à condição de igualdade com os norteamericanos nesses dois campos, já nos anos 1950. O Pacto de Varsóvia viria, mais tarde, estender o guarda-chuva de proteção nuclear de Moscou sobre a Europa Oriental. O equilíbrio atômico entre as duas superpotências se tornaria, assim, um dos eixos "quentes" da guerra fria até a segunda metade dos anos 1950.

A Europa do Leste constituiu-se no palco inicial da demonstração soviética da sua capacidade de influenciar e intervir. O efeito demonstração na Polônia, na Alemanha Oriental, na Hungria, na Tchecoslováquia e na Romênia acirrou os ânimos da opinião pública norte-americana, conduzida pelos seus líderes.

Stalin aderia, portanto, à teoria dos dois gigantes em concurso para definirem seus espaços no condomínio internacional. A Europa Oriental era, por esta concepção, parte do Império Soviético: o controle político na região recrudesceu, o monitoramento e a planificação das economias foram ampliados e a regra do arbítrio foi imposta sobre as vozes dissonantes da democracia política. O argumento da força sobrepôs-se à força do argumento em quase todos os países da região. Prisões lotadas de "homens do Ocidente" compuseram o quadro da estratégia de ocupação de espaços na região.

Variadas formas de convivência foram estabelecidas no sistema intra-imperial soviético. Da dependência absoluta, nos casos da Hungria e da Polônia, à relativa soberania da Tchecoslováquia e da Iugoslávia, todos os

países sob a esfera soviética sentiram o fortalecimento da política condominial conduzida por Stalin. A Tchecoslováquia, até o início de 1948, não se tinha ajustado plenamente ao jogo soviético na região, mas curvou-se depois da revolução de fevereiro de 1948. Tito, na Iugoslávia, herói das lutas antinazistas, evoluiu do pró-sovietismo puro para uma posição de eqüidistância em relação aos dois blocos depois das questões relativas à anexação de Trieste e à presença ostensiva de tropas soviéticas nas cidades iugoslavas.

A expulsão da Iugoslávia do Kominform, em junho de 1948, expôs o jogo duro dos soviéticos em Belgrado. Stalin, que ameaçou a Iugoslávia com a possibilidade de invasão, teve de admitir a força do “titoísmo”. As dificuldades no sistema intra-imperial soviético foram uma constante ao longo da guerra fria. O caso iugoslavo foi uma brecha irreparável no sistema de poder dos soviéticos na sua natural área de influência. E evidenciou, por outro lado, a força do “titoísmo” como exemplo a ser seguido na perspectiva da construção de autonomia política de países sob forte pressão condominial.

6.1.3 Da Alemanha à Coréia: o mundo na balança da guerra fria

Uma sucessão de crises embalou as relações internacionais da guerra fria entre 1947 e 1955. Iniciada por Berlim e estendida pela Guerra da Coréia, a efervescência das disputas interimperiais norte-americanas e soviéticas se fez presente em várias partes do mundo. Os dois gigantes disputavam, quase sempre, novos espaços no condomínio internacional.

O bloqueio de Berlim, resultante da reação soviética à política de contenção norte-americana, tornou o ano de 1948, para os europeus recém-saídos de uma guerra mundial, um pesadelo. A crise no ponto mais vulnerável do *carrefour* Ocidente-Oriente elevou a tensão entre as superpotências a altos níveis de temperatura política.

Localizada a mais de 150 quilômetros dentro da zona de ocupação soviética e dividida internamente, dentro da lógica de Potsdam, em quatro áreas de ocupação, Berlim foi bloqueada por Stalin como teste do grau de

determinação dos seus adversários e como reação à Doutrina Truman. Em Berlim confrontavam-se os dois mundos: na Berlim Ocidental, os Estados Unidos haviam despejado os dólares da ajuda econômica, enquanto, na Oriental, os soviéticos extraíam riquezas para o plano de reconstrução da União Soviética.

Cortando o tráfego ferroviário e rodoviário do Ocidente, Stalin desafiou Truman, ocupado na sua campanha de reeleição e pego de surpresa pelos fatos. Durante os meses em que o mundo assistiu aos preparativos para uma nova guerra mundial, foram testadas várias modalidades de negociação. O argumento de Stalin era o de que Berlim não poderia ser um enclave ocidental no interior da zona de ocupação soviética, ali plantado para desestabilizar a construção do socialismo. O pretexto para seus movimentos havia sido a reforma do marco na Alemanha Ocidental e seus efeitos para Berlim, que teria duas moedas, uma delas absolutamente incorporada ao Ocidente.

Stalin levou adiante seu plano com determinação, desprezou as ameaças de Truman e preparou-se para enfrentar toda a resistência, doméstica e internacional. Entendia que o tempo o beneficiaria, pois o esgotamento natural da parte ocidental da cidade tornaria o bloqueio um fato sem retorno. Para os Estados Unidos restariam saídas honrosas, como a retirada das tropas de Berlim, que implicariam a perda de confiança na própria Doutrina Truman e no Plano Marshall, ou a negociação de uma solução diplomática lenta e desgastante.

Quando parecia inevitável o bloqueio, norte-americanos e britânicos iniciaram, em 28 de junho, o transporte aéreo maciço de alimentos, combustíveis e materiais necessários à resistência de Berlim Ocidental. Para provocar o efeito do terror e da memória da guerra, os norte-americanos mandaram, para bases inglesas, 60 bombardeiros B-29 capazes, segundo se dizia, de lançar bombas atômicas.

A ameaça atômica, embora tenha sido só uma ameaça, teve forte ressonância internacional. A propaganda messiânica nos Estados Unidos e na Europa Ocidental acerca do terror comunista prestou-se a objetivos internos de poder e a situações eleitorais em quase todos os países. A desmoralização do bloqueio, especialmente pela exploração dos “corredores aéreos” legais entre a Alemanha Ocidental e Berlim, desviou o

debate da opinião pública sobre os gastos gigantescos que foram empreendidos por norte-americanos e britânicos naqueles meses do segundo semestre de 1948.

O conflito foi dissipado lentamente. Stalin, que não perturbou os vôos de norte-americanos e britânicos, rejeitou qualquer tentativa diplomática de negociação e levou em conta o diferendo nuclear entre os dois países. Berlim correspondeu, portanto, a um petardo soviético contra a triunfante guerra fria norte-americana, a evidenciar que os dois lados falavam a mesma linguagem. Em 1949, o bloqueio estava encerrado e um acordo discreto viria a ser assinado nas Nações Unidas para estabelecer a normalidade.

O desgaste de Stalin junto à opinião pública ocidental foi brutal. Animado pela propaganda anti-soviética, Truman reelegeu-se nos Estados Unidos. E Berlim, verdadeiro termômetro da disputa condominial sobre o mundo, viria a ser objeto de disputas por toda a década de 1950. No lado ocidental, os investimentos foram elevados ainda mais para criar a vitrina do capitalismo. No lado oriental, foram brotando instituições socialistas com técnicos altamente qualificados e uma atmosfera de desconfiança que levou, em agosto de 1961, à construção do Muro de Berlim, para separar os dois mundos que pareciam irreconciliáveis.

O fracasso do bloqueio e a vitória inquestionável dos Estados Unidos alimentaram a divisão da Europa em duas. Política e militarmente, as duas Europas passariam décadas sem diálogo. A sociedade internacional européia, construída ao longo do século XIX e já desmoronada, assistia, agora, aos próprios estertores da geografia do velho continente.

O novo sistema internacional de poder fora letal para com a cultura européia da negociação e para com o experimento da hegemonia coletiva que havia dado sustentação à construção e expansão das relações internacionais do mundo liberal. A bipolaridade da fase dura da guerra fria tornou a experiência histórica da coletividade política européia uma remota lembrança de um passado glorioso e eurocêntrico.

Na América Latina, que recebera os efeitos da expansão do mundo liberal e da sua crise no entreguerras e na Segunda Guerra Mundial, a guerra fria teve efeitos menos duros que aqueles vividos pela Europa. Não havia o drama da reconstrução econômica nem a iminência da influência soviética mais direta. Países que se engajaram ao lado dos Aliados e com expressão

regional, como o Brasil, ocidentalizaram suas políticas exteriores, aceitaram o jogo da segurança patrulhada pelos Estados Unidos e esperaram prebendas econômicas para os processos incipientes de industrialização.

Apesar da desilusão devida à ausência de financiamento para o desenvolvimento, os países latino-americanos participaram do ocidentalismo da guerra fria. A região ficara aceita como área de natural influência dos Estados Unidos. A União Soviética, portanto, não poderia reivindicar espaços.

O governo de Gaspar Dutra coincidiu com a crise de Berlim e com o acirramento das tensões entre as duas superpotências. O Partido Comunista foi proscrito no Brasil e as manifestações do nacionalismo de esquerda chegaram a ser confundidas com parte do jogo de expansão internacional das "idéias comunistas". Especialmente o estamento militar, organizado em torno da Escola Superior de Guerra (ESG), levou adiante os cânones da defesa ocidental contra o comunismo.

Países como a Argentina, entretanto, foram menos ocidentalistas que o Brasil. Perón deixou a marca da busca de uma terceira via para localizar os objetivos da inserção internacional argentina no período. O México estava muito próximo dos Estados Unidos para não acompanhar as postulações norte-americanas para a segurança continental. A tensão política doméstica na região foi alimentada, no período, pela guerra fria. Os movimentos e partidos de corte comunista foram, em vários países, impiedosamente reprimidos. O caso mais expressivo foi a derrubada do governo de esquerda na Guatemala, em 1954. A CIA, organizadora das chamadas "operações clandestinas" na América Latina, ocupou papel crucial na crise guatemalteca.

Na África, a guerra fria trouxe seus primeiros sinais a partir de 1947, mas seus desdobramentos só se tornaram mais evidentes ao longo da década de 1950 e, particularmente, nos anos 1960 e 1970, no contexto da descolonização da África portuguesa. Os movimentos nacionalistas e pan-africanistas viveram o ambiente da guerra fria de diferentes maneiras. Agrupamentos como o Partido Africano da Independência do Senegal, a Juventude do Togo, a União das Populações dos Camarões, o Congresso da Independência de Madagascar, o Movimento Popular de Libertação de Angola, entre outros, receberam, desde sua formação nos anos 1950,

influência soviética. Uma das primeiras iniciativas soviéticas na África negra teve por teatro a Libéria. A proposta de auxílio técnico e econômico àquele país foi apresentada pelos soviéticos nas comemorações da terceira reeleição de Tubman, em 1956. Em Gana, que iniciaria, em 1957, ao lado do Sudão (independente em 1956), o ciclo de independências da África negra, a presença soviética foi observada desde o início da formação dos movimentos dos estudantes africanos na Europa.

Em todo caso, autores como David Albright insistem que, salvo nos casos mencionados, não houve uma grande formação de líderes africanos vinculados aos interesses estratégicos de Moscou na África. Apenas três vanguardas comunistas, no Egito, no Sudão e na África do Sul, existiam antes dos anos 1950. Além disso, líderes africanos, como Padmore e N'Krumah, inicialmente encantados com a liderança soviética, rechaçaram-na depois. As opções “trotskistas” dos dois líderes os afastariam dos ditames de Moscou. A falta de associação efetiva do comunismo soviético com os nacionalismos africanos faria com que ambos os movimentos se convertessem em forças mais centrífugas que centrípetas no contexto da guerra fria.

De qualquer forma, os primeiros esforços soviéticos na África, mesmo que sem retribuição africana e variando ao longo do tempo, culminaram com a multiplicação de postos diplomáticos e consulares no continente e com o surgimento de uma seção africana no Ministério dos Negócios Exteriores. Esses esforços foram acompanhados de movimento simultâneo dos norte-americanos. O aparente empenho dos Estados Unidos pela libertação do jugo colonial na África no período expressava menos a demagogia e a preocupação de furtar aos impérios coloniais europeus os mercados de consumo e mais o enfrentamento à União Soviética na sua política africana.

A África do Sul, que participou da Segunda Guerra ao lado dos Aliados, participou da guerra fria ao lado dos interesses norte-americanos no continente. Iniciando formalmente a política de segregação racial em 1948, a África do Sul a associou aos esforços de ocidentalização da África e às relações estratégicas do Atlântico Sul com o Ocidente.

No Oriente Próximo e no norte da África, os cenários da guerra fria foram construídos junto ao renascimento do nacionalismo árabe e ao chamado “problema judaico”. Em 1948, os britânicos encerraram o sistema de

mandato na Palestina e emergia o novo Estado de Israel, visto entre os árabes como uma ameaça ao seu nacionalismo e como uma presença espúria do Ocidente na região. A Síria e o Líbano, independentes desde 1943, passaram a ser os países de frente, no mundo árabe, nas sucessivas tensões sobre a questão palestina e o Estado de Israel. No Egito, a derrubada do Rei Faruk, por um golpe militar em 1952, elevaria o jovem nacionalista Abdel Nasser ao poder. No Irã, onde a Frente Nacional liderada pelo primeiro-ministro Mossadeg nacionalizou o petróleo, a CIA coordenou o golpe de 1953. A deposição do xá foi o ponto culminante para o controle direto dos Estados Unidos sobre o país diante da incapacidade britânica de manter uma presença ativa na região.

Apesar das dificuldades na América Latina e na África, os palcos das crises da guerra fria foram fundamentalmente europeus e asiáticos. Iniciada na Turquia entre 1945 e 1947, e continuada na Grécia entre 1945 e 1949, a sucessão de crises da guerra fria chegou à Finlândia em 1948, ao Irã em 1951 e em 1953, à Iugoslávia entre 1948 e 1953, à Tchecoslováquia em 1948, e à Guatemala em 1954.

Na Ásia, o impacto da guerra fria foi fundamental para o sucesso de uma nova experiência comunista na China. O desdobramento da guerra civil dos anos 1920, com a ocupação japonesa durante a Segunda Guerra, tornou a China uma “panela de pressão” perigosa para o equilíbrio do condomínio de poder mundial. O Partido Comunista e o Kuomintang haviam se unido contra o inimigo comum (o Japão), mas passaram da guerra mundial ao combate doméstico pelo controle da China.

Chang Kai-Chek, líder do Kuomintang (apoiado pelos Estados Unidos), e Mao Tsé-Tung, líder do Partido Comunista (apoiado, embora discretamente, pelos soviéticos), animaram a guerra fria na Ásia. Com a expansão do poder de Mao, Stalin resolveu apoiá-lo a partir de 1948. O Kuomintang, vencido na guerra civil, refugiou-se na ilha de Formosa (Taiwan), enquanto era proclamada a República Popular da China em outubro de 1949. Vencia um novo modelo de comunismo na Ásia, nas fronteiras soviéticas, para o desânimo dos norteamericanos, que haviam contado com a China como um aliado natural na Ásia Oriental e no Pacífico. Os norte-americanos, diante da perda da China, concentraram suas atenções na reconstrução japonesa.

Outras áreas na Ásia foram palco das disputas entre norte-americanos e soviéticos. Nenhuma delas, entretanto, presenciou uma guerra tão típica ao contexto da guerra fria como a Guerra da Coréia. Entre 1950 e 1953, as superpotências jogaram todos os seus esforços na demonstração de poder mundial na Coréia.

Desde Yalta, persistia o acordo do equilíbrio na Ásia, onde o nordeste asiático estaria sob a influência soviética e o Pacífico sob a hegemonia norte-americana. Mas as difíceis definições das áreas de influência na Ásia não impediram que sobre a Coréia viesse incidir um choque condominial de proporções dramáticas para o curso das relações internacionais contemporâneas.

O ponto de partida foi a proclamação da República Popular Democrática da Coréia pelos revolucionários comunistas que haviam lutado contra os japoneses. Os Estados Unidos desembarcaram tropas no sul do país e estabeleceram um governo de notáveis, sob a direção do nacionalista pró-americano Syngman Rhee. A divisão do país em dois pelo paralelo 38 foi reconhecida pelas Nações Unidas, mas já em 1948, nos primeiros movimentos da guerra fria, a efervescência voltaria à Coréia. Revoltas antiamericanas no sul e assassinatos de líderes pró-unificação foram os estopins para o acirramento das tensões.

Com a substituição de Marshall por Dean Acheson na Secretaria de Estado em 1949, os ânimos foram ainda mais acirrados na Coréia. Em janeiro de 1950, o secretário declarou que Formosa e Coréia do Sul não estavam na linha de defesa que se estendia do Alasca ao Japão. A crise provocada pelo discurso de Acheson, que estava voltado para uma política de reaproximação à República Popular da China, teve efeito aterrador sobre o governo de Syngman. A direita norte-americana, liderada militarmente por Mac Arthur, conseguiu de Truman o envio de esquadra para Formosa e Coréia. A reação dos norte-coreanos, que iniciaram invasão ao sul do paralelo 38, começou em junho de 1950. A guerra estava iniciada.

Provocada pela falta de sensibilidade das elites locais e norte-americanas na região, a Guerra da Coréia inscrever-se-ia rapidamente no conjunto das crises da guerra fria. Ela seria, até então, o maior conflito armado desde a Segunda Guerra Mundial. A ausência soviética e as manobras norte-americanas permitiram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas,

capitaneado pelos Estados Unidos, mandar tropas multinacionais para a Coréia, sob o comando de oficiais norteamericanos.

A crise foi avolumada com o desembarque dos *mariners* ao lado de Seul e o recuo das tropas norte-coreanas. No início de outubro, o general Mac Arthur impunha vitória militar sobre os norte-coreanos, retornando-os ao paralelo 38 e afirmando que continuaria sua luta até as fronteiras da China. Mao Tsé-Tung advertiu aos Estados Unidos que não toleraria a destruição da Coréia do Norte. E, em novembro do mesmo ano, os MIG soviéticos sobrevoavam e bombardeavam a Coréia. Ao mesmo tempo, tropas chinesas entraram no território coreano e impuseram vitória sobre as tropas norte-americanas. A reação de Mac Arthur foi partir para uma ofensiva geral, por meio da "operação *killer*", lançando bombas de napalm e ameaçando a China com o uso de bombas atômicas.

Os resultados da guerra foram os escombros a que o país ficou reduzido. A saída encontrada por Truman, depois de certo equilíbrio militar definido no final de 1951, foi a retirada de Mac Arthur e uma política de acomodação em torno do paralelo 38. As duas Coréias ficaram como um monumento dos anos da guerra fria. A do Norte alcançou a reconstrução dentro dos quadros do socialismo, e a do Sul recebeu forte injeção de capital para desenvolver o modelo dirigista de industrialização liderado por militares pró-americanos.

O exemplo coreano serviu para as precauções norte-americanas no problema da Indochina. Desde a Conferência de Genebra de 1954, já com Eisenhower no poder, a posição dos norte-americanos na Ásia foi menos hegemônica. Soviéticos e chineses, por sua vez, não pareciam tão dispostos a sustentar um equilíbrio do terror na Ásia. Articularam-se novas reações na região, como as frentes neutralistas e antiintervencionistas. A guerra fria começava, enfim, a esfriar.

• 6.2 A bipolaridade imperfeita na coexistência pacífica (1955-1968)

A flexibilização da ordem bipolar foi a característica mais marcante das relações internacionais no período que vai de 1955 a 1968. Apesar das grandes crises internacionais presenciadas naqueles 13 anos, as duas superpotências já não operavam com os princípios da guerra fria dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950. A coabitação pacífica, alimentada pela percepção da capacidade destrutiva que carregavam com seus armamentos atômicos, e as forças profundas que vieram alimentar os novos movimentos nas relações internacionais evidenciaram a imperfeição do modelo bipolar.

A coexistência pacífica, definida temporalmente entre 1955 e 1968, foi o segundo momento da ordem internacional construída nos estertores da Segunda Guerra Mundial. Alguns autores confundem "coexistência pacífica" com *détente*, mas Philippe Defarges e René Girault chamam a atenção para essa importante distinção de momentos históricos das relações internacionais. Poder-se-ia supor que o início do descongelamento das relações de poder da guerra fria nos anos 1950 corresponderia ao que alguns denominam "primeira *détente*" (GIRAULT et al., 1993, p. 310) ou antecedente da *détente*.

Por um lado, o conceito de coexistência expressa a gradual flexibilização da ordem bipolar, na segunda metade dos anos 1950 e grande parte da década de 1960, animada por elementos gestados dentro e fora da ordem condominial de poder. A *détente* sinaliza um momento mais tardio, entre 1969 e 1979, quando passou a existir deliberada atitude das duas superpotências no sentido de pôr fim à era de diferenças. A fundação de um verdadeiro "concerto américo-soviético" e o início da decomposição ideológica do conflito Leste-Oeste foram as duas grandes características da *détente*. Esses aspectos serão mais bem apreciados no capítulo seguinte.

Por outro lado, é evidente que a coexistência pacífica e a *détente* foram momentos de um curso mais profundo em que sobressaía a perda de importância relativa das superpotências nas definições do jogo internacional. É esta, certamente, a raiz do erro conceitual e temporal já referido.

A guerra fria, que arrefeceu na segunda metade da década de 1950 e primeira metade da de 1960, não foi propriamente ideológica, como ocorreria mais tarde, na *détente*. Permaneceram muitos conflitos sustentados no antagonismo entre o ocidentalismo e o comunismo, mas mudaram substancialmente já no contexto da coexistência pacífica as condições do xadrez internacional. As dificuldades dos Estados Unidos e da União Soviética de obterem natural fidelidade aos seus projetos políticos e interesses precisos em suas disputas inter e intra-imperiais declinaram consideravelmente no período.

A coexistência pacífica originou-se de seis grandes movimentos nas relações internacionais. O primeiro foi o *aggiornamento* econômico e político da Europa Ocidental. O quadro dramático dos anos imediatos ao pós-guerra já era sentido como algo a ser esquecido. O êxito dos investimentos e das doações norte-americanos por meio do Plano Marshall, associado à capacidade e à vontade de reconstrução, reconduziria lenta, mas declaradamente, a Europa para o cerne das relações internacionais nos anos 1950 e início dos anos 1960.

O segundo fator foi a própria flexibilização intra-imperial, tanto no sistema de poder dos norte-americanos quanto no soviético. Nos Estados Unidos, o fim da cruzada redentora liderada por McCarthy, Mac Arthur, Dean Acheson e pelo próprio Truman (que deixou a presidência em 1953) mudou o perfil da política exterior do gigante ocidental. O experimento da Guerra da Coréia mostrara que grandes volumes de bombas e maciços investimentos na indústria do policiamento mundial não eram suficientes para construir a legitimidade internacional. Essa mudança de percepção foi vislumbrada pela administração Eisenhower.

Ao mesmo tempo, a morte de Stalin, em 5 de março de 1953, com mais de 73 anos, foi um elemento a mais no desarmamento dos espíritos entre norteamericanos e soviéticos. O velho líder estava associado à saga da construção da União Soviética em anos difíceis e ao espírito guerreiro que alimentara sua política de espaços mundiais e de poder doméstico. Depois da crise de poder em julho daquele ano, emergia uma outra luta no âmago da União Soviética: a luta entre Malenkov e Kruschev, o primeiro ligado aos quadros da administração do Estado e o segundo às tendências liberalizantes do Partido Comunista. A vitória do segundo, que procedeu a um amplo

processo conhecido como desestalinização, permitiu mais flexibilidade no jogo político com Washington.

O terceiro fator corresponde ao início da desintegração do bloco comunista. A ruptura chinesa do monolitismo do poder da União Soviética sobre o mundo comunista, com o conflito sino-soviético no início dos anos 1960, mostrou que a satelitização — mesmo para países que conviviam em relação de dependência militar com os soviéticos, como a Hungria, a Tchecoslováquia e a Polônia — não mais se aplicava à realidade dos fatos. As crenças divergentes de alguns partidos comunistas, principalmente na Albânia e na Iugoslávia, associadas ao renascimento do nacionalismo, descaracterizaram a unidade comunista na Europa Oriental já nos anos 1950.

O quarto fator na conformação da bipolaridade imperfeita dos anos 1950 e 1960 esteve vinculado ao processo de descolonização dos povos e nações afroasiáticas. Foi esse um elemento crucial no novo cenário mundial. A multiplicação repentina do número de Estados com soberania formal, ainda que muito atrasados do ponto de vista do desenvolvimento industrial e das condições sociais, modificou o quadro de organismos internacionais como as Nações Unidas. A politização ampliada dos organismos multilaterais foi uma conseqüência natural das vontades de participação daqueles países, em igualdade jurídica com as chamadas nações fortes, as ex-metrópoles e as próprias superpotências.

O quinto fator, pouco ponderado em várias análises das relações do período, foi a articulação própria que alguns países mais industrializados da América Latina deram ao seu modelo de inserção internacional no início dos anos 1960. A chamada Política Externa Independente no Brasil e o governo de Frondizi na Argentina mostram que a América Latina começava a construir seus próprios interesses na inserção internacional do período. A evolução da idéia do “quintal” dos Estados Unidos para uma noção moderna de alinhamento negociado foi uma conquista conceitual dos movimentos de independência das políticas exteriores de países como Argentina e Brasil.

O sexto fator, igualmente decisivo no conjunto das regras internacionais em transição, foi o declínio gradual das armas nucleares nas contendas da balança de poder mundial. O caráter amplamente destrutivo das armas e seu monopólio em clube restrito tornaram as próprias superpotências reféns de seus arsenais. Esse bizarro equilíbrio do terror, perpetuado ao longo do

período, produziu a “tragicomédia”. Portadores de sofisticadíssima potencialidade nuclear, norteamericanos e soviéticos foram obrigados a enfrentar-se nas guerras da Coréia e do Vietnã sem o uso das armas atômicas. O medo generalizado, cristalizado na opinião pública mundial, da iminência de uma terceira guerra mundial, e última, limitava as hipóteses de suicídio mundial pelo uso indiscriminado e descontrolado dos armamentos atômicos.

Os seis fatores juntos, interligados, tendiam a atenuar o peso da guerra fria, animando mecanismos mais dinâmicos e menos dicotômicos da vida internacional. A coexistência pacífica foi, portanto, o resultado de uma re-acomodação das forças profundas que vinham alimentando as mudanças da ordem bipolar típica e do sistema de finalidades, dos novos cálculos e estratégias, que tornaram a vida internacional dos tardios anos 1950 e grande parte da década de 1960 menos insegura que os incertos anos da guerra fria.

6.2.1 A Europa reanimada

A reanimação da Europa nos anos 1950 foi a característica mais marcante no contexto da diminuição do monolitismo do mundo ocidental no pós-guerra. René Girault gosta de afirmar que os europeus “levantaram a cabeça” depois de quase duas décadas de declínio acelerado no sistema internacional. A Europa, beneficiada com a proteção econômica e militar do gigante ocidental, reiniciou gradualmente sua reinserção, para garantir, para si própria, seu quinhão na balança de poder.

O cerne da reanimação, que transformou o curso das relações internacionais como um todo, foi o soerguimento econômico da Europa Ocidental. O crescimento foi diferenciado de país para país e quase nunca alcançou a Europa do Leste, exceto para algumas poucas regiões onde o investimento soviético procurou mostrar ao Ocidente a capacidade de construção de riqueza da economia planificada. À exceção dos países europeus da orla do Mediterrâneo, os europeus ocidentais souberam mobilizar o passado industrial, a estrutura moderna do trabalho e a riqueza produzida antes da guerra para promover a reconstrução econômica. O Plano Marshall teve sua quota de participação nesse processo, uma vez que havia

sido dirigido apenas para países que apresentassem características econômicas que alicerçassem possibilidades de revigoramento.

A ajuda norte-americana para os países da Organização Européia de Cooperação Econômica (Oece), criada em 16 de abril de 1948 e composta por Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia e, a partir de outubro de 1949, pela própria Alemanha, representou cerca de 2% do PIB do país em 1948 e, nos quatro anos subseqüentes, oscilou entre 1% e 1,5%.

Esses percentuais esclarecem o quanto a Oece, transformada posteriormente em Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em janeiro de 1960, diante da inclusão dos Estados Unidos e do Canadá, atuou como caixa de recursos para o desenvolvimento dos programas nacionais e instrumento eficaz para o financiamento de projetos de reconstrução. A idéia de um interesse comum dos europeus sobre os interesses nacionais de cada país não se formulou como fator hegemônico no período. Os homens de Estado da época disputaram, pragmaticamente, os recursos da reconstrução.

Restou, de qualquer forma, uma noção muito cara à Europa: a de que não havia mais lugar para o exacerbamento do nacionalismo econômico na forma anterior à Segunda Guerra. Emergia, ainda que lentamente, uma mentalidade coletiva voltada para o projeto global de crescimento e para as políticas nacionais mais cautelosas diante da fraqueza do Estado. As políticas de harmonização e as reaproximações bilaterais e multilaterais foram redesenhando, paulatinamente, uma outra Europa.

Os dados econômicos de Angus Maddison (1989, p. 16), especialmente as séries estatísticas relativas ao crescimento do PIB nos países da Europa Ocidental, mostram o crescimento contínuo e acelerado dos anos 1950. A inovação fundamental na política dos países da Oece do período, especialmente aplicada aos países em reconstrução na Europa, foi a lógica da utilização plena dos recursos pela via da gestão ativa da produção real. Traduzida na Grã-Bretanha e na França, a nova lógica keynesiana engendrou a política do pleno emprego e o engajamento dos quadros empresariais, políticos, administrativos e universitários, a mentalidade da estabilidade dos

preços, a produtividade industrial, a competitividade comercial das exportações e o aumento da demanda doméstica.

O crescimento na Europa evidentemente não foi regular e generalizado, mesmo entre as economias mais ativas no seu conjunto. A dinamização ocorreu de maneira diferente em cada Estado, variou em função de conjunturas políticas próprias e foi sempre localizada em alguns setores mais modernizadores. Duas características, contudo, foram generalizadas: a obsessão com a estabilidade dos preços e a absorção de levas de trabalhadores imigrantes, especialmente dos trabalhadores da orla mediterrânea.

O *boom* econômico europeu dos anos 1950 e 1960 foi, assim, o responsável por duas modificações no sistema de poder mundial. Em primeiro lugar, foi responsável por significativa mutação nas forças profundas que alimentavam a vida internacional. O poder bipolar, especialmente ao Ocidente, estava sustentado na estreita vinculação do poderio econômico à capacidade de desenvolvimento de uma política de interesses globais. A modificação da configuração européia no mapa econômico mundial trouxe conteúdos políticos novos a uma ordem bipolar inflexível ainda desejada por muitos dos formuladores de política exterior dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, o experimento do crescimento econômico acelerado, apesar de guiado por interesses "egoístas" e nacionais, trouxe certa base harmônica ao conjunto das relações intra-européias. Essa foi uma reconquista histórica fundamental, depois da tragédia coletiva das guerras e da instabilidade internacional que perduraram durante tantas décadas. Foi essa a base sobre a qual se levantariam as primeiras etapas da construção comunitária da Europa.

A primeira etapa foi caracterizada pelo desenvolvimento da cooperação intergovernamental do final dos anos 1940, já descrita. A segunda, a partir do início dos anos 1950, vislumbrou a unificação européia pela via da integração. A famosa declaração de 9 de maio de 1950, do ministro das Relações Exteriores da França, Robert Schuman, ao falar da "Europa organizada e viva" como alimento da paz e da prosperidade, abriu a perspectiva da criação de uma comunidade européia do carvão e do aço. O assim chamado Plano Schuman foi passo decisivo na construção da Europa.

Permitiu o início da reaproximação franco-alemã, condição necessária a qualquer projeto de integração na Europa Ocidental, e avançou na criação da primeira instituição supranacional européia, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca), nascida em 18 de abril de 1951, do tratado assinado pelos membros do que viria a ser conhecido como a Europa dos Seis (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). As bases plantadas pela Ceca fariam com que, nos anos seguintes, o mesmo quadro da Europa dos Seis pudesse evoluir para a Euratom e para o Mercado Comum.

Já entre 1952 e 1954, apesar do domínio das regras da guerra fria, os movimentos federalistas e os partidários da Ceca e da Comunidade Européia de Defesa (CED) — esta nascida em 25 de maio de 1952 e prevendo a integração das forças armadas sob comando único — esforçavam-se para não conformarem a Europa apenas como uma comunidade econômica e de defesa, mas também como uma verdadeira comunidade política. Ao mesmo tempo, a politização de várias correntes de opinião pública na Europa Ocidental levou o tema da construção de uma Europa unida para além dos planos originais de Jean Monnet.

Desde as negociações entre os chanceleres Konrad Adenauer e Mendès-France, em outubro de 1954, uma nova convivência entre alemães e franceses foi encontrada. Essa era a nova matriz política para a reacomodação dos revanchismos que alimentaram a própria crise européia nas décadas anteriores. O êxito das conversações bilaterais e o ambiente gerado pela criação de uma comissão constitucional européia permitiram, pela primeira vez, imaginar uma comunidade política européia orgânica e institucionalizada. Ela seria composta, na visão dos primeiros negociadores, por um parlamento com duas câmaras, um conselho executivo, um conselho de ministros, uma corte e um conselho econômico e social.

Jean Monnet, que fora o primeiro presidente da Ceca, aproveitou a crise gerada pela rejeição francesa da CED, em outubro de 1954, para propor a Comunidade Econômica Européia (CEE). Pragmático, articulado e com uma visão predominantemente econômica dos problemas europeus, Jean Monnet teve a percepção (e não só ele) de que uma boa forma de reinserção internacional dos países europeus, em um mundo tão polarizado, seria o seu próprio soerguimento como uma força ativa nas relações internacionais.

Segundo seu pensamento, era preciso avançar progressivamente na direção da integração européia por meio da criação de instituições supranacionais, para atender necessidades econômicas pontuais.

O chamado idealismo monnetiano, portanto, necessita ser matizado. Apesar dos discursos políticos, Monnet foi prático na sua engenharia integracionista. O estudioso britânico Alan S. Milward, no entanto, chama a atenção para o excesso de força explicativa que é usualmente atribuída ao papel de Monnet. Para Milward (1993), os primeiros esforços da construção da integração européia devem ser buscados na própria fraqueza dos Estados nacionais em operar políticas públicas no campo industrial, energético, agrícola, social e do trabalho, sem um mínimo de concertação supranacional.

O fato é que ambas as vertentes interpretativas se complementam. A relevância dos homens, suas idéias e as condições objetivas em que eles atuam ditam o ritmo da história. As relações internacionais européias dos tardios anos 1950 devem muito, de qualquer forma, às percepções ousadas de Jean Monnet e de muitos outros que não foram ainda devidamente estudados.

O tema da energia foi um dos pontos de partida para a construção da unidade européia, já no segundo semestre de 1956. Para tanto, foi fundamental a articulação dos dois chefes de governo da Alemanha e da França, Konrad Adenauer e Guy Mollet, no sentido do êxito das negociações nesse campo. Os dirigentes do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) temiam um condomínio franco-alemão na gestão da economia européia. Os italianos eram entusiastas da idéia de uma união política liberal na Europa. Os britânicos mostravam certas reticências acerca do projeto de integração européia. Apesar dos esforços de Guy Mollet, velho professor de inglês e um admirador da cultura britânica, os insulares temiam um mercado comum na Europa que pudesse comprometer a soberania e o tratamento preferencial que tinha a Grã-Bretanha como líder da *Commonwealth*.

Foi essa estratégia que levou, não sem tropeços e prolongadas negociações no interior dos parlamentos nacionais e no seio da opinião pública, ao nascimento da CEE, oficialmente criada pelos tratados de Roma de 25 de março de 1957. Firmados pelos membros da Europa dos Seis, os tratados também criaram a Comunidade Européia de Energia Atômica (Ceaa). Seguia-se, assim, o caminho traçado por Monnet para a construção

da Europa unida: do particular para o geral. A Euratom seria ratificada pelo governo socialista de Guy Mollet depois de amplos debates nacionais, e pelos alemães, que criticavam o monopólio da compra e venda de materiais nucleares pela Euratom. Em janeiro de 1958 entravam em vigor os tratados de Roma. Walter Hallstein era nomeado presidente da comissão da CEE. No ano de 1959 foram implantadas as primeiras reduções tarifárias intercomunitárias. Em 1961 foi possível a associação da Grécia à CEE. Em 1962 eram adotadas as primeiras regras para a Política Agrícola Comum (PAC).

A Europa reanimava-se, assim, embalada na sua reconstrução econômica. Os tratados de Roma haviam ensaiado uma inédita concertação de Estados: original em sua forma institucional e realista em seus conteúdos. Os ministros europeus das Relações Exteriores e das finanças tentaram avançar em cada negociação sobre as tradicionais diferenças das políticas nacionais e tradições culturais. E avançaram, de fato. A CEE não se propôs a ser uma mera união aduaneira, mas um verdadeiro mercado comum para mercadorias, homens e capitais. Teve a prudência, entretanto, de não avançar, no campo prático, mais do que podia.

Os Estados Unidos, que viam o ressurgimento da força européia como um bom muro de contenção ao comunismo, elogiaram a nova coesão regional dos seus parceiros no "Velho Continente". Monnet foi recebido na Casa Branca com honras de chefe de Estado. Eisenhower chegou a afirmar, em fevereiro de 1957, durante a visita de Guy Mollet a Washington, que a integração européia ocidental era o ponto de inflexão da história contemporânea do mundo livre. As vantagens de um amplo ambiente econômico para os investimentos das empresas norte-americanas na Europa entusiasmavam os governantes do gigante ocidental. O condomínio de poder flexibilizava-se para ampliar os ganhos da expansão do capitalismo. E isso era bom para os Estados Unidos também.

O ponto definidor da nova *entente* européia foi construído a partir de 1958 e se espraiou por toda a década seguinte. O retorno de De Gaulle ao poder, que tratou logo de reconhecer a *dignité* alemã, a resolução das últimas pendências nas fronteiras e a integração alemã aos programas nucleares europeus sedimentaram o terreno para a solidificação da unidade européia. Em 5 de setembro de 1960, De Gaulle pronunciou o famoso

discurso no qual defendia ardorosamente um processo de unificação fundado na idéia de uma "Europa dos Estados", que salvaguardasse as matrizes das nações. A segunda crise de Berlim, em 1961 — a da construção do muro —, também mostraria uma França europeizada contra uma Grã-Bretanha atlântica. Esta, ao tentar sua adesão à CEE em outubro de 1961, viu sua candidatura recusada pelo general De Gaulle em 14 de janeiro de 1963. Nova adesão foi tentada pela Grã-Bretanha em 1967, para só entrar na CEE, de fato, em 1º de janeiro de 1973.

Em julho de 1964, ao comentar a nova geopolítica mundial e a reinserção européia, De Gaulle não economizou palavras. Lembrou que o Velho Continente ressurgira das cinzas, revigorado econômica e militarmente. Anotou que o monolitismo do "mundo totalitário" estava em franca fragmentação. Registrou, como homem de Estado, que a repartição do universo entre Moscou e Washington estava fadada ao desaparecimento. Do período que vai de 1958 a 1969, os sucessos e as crises da Europa dos Seis foram, em grande parte, tributários da forte personalidade do general e de sua vontade de impor concepções à forma de integração na Europa. Defendeu com vigor sua "Europa dos Estados" contra a "Europa supranacional", e a "Europa européia" contra e "Europa atlântica". Crises de funcionamento, como a extensão da CEE à Grã-Bretanha e as divergências sobre a harmonização de políticas, marcaram a vida comunitária européia por toda a década de 1960.

Sustentada sobre uma união aduaneira que convergia para um verdadeiro mercado comum, uma política agrícola comum e um sistema monetário articulado, a união da Europa seria, portanto, a base para a "construção da Europa", como a define Pierre Gerbet. A criação contínua européia permitiu, ao longo de algumas décadas, o soerguimento do continente e a reinserção ativa dos Estados europeus no coração das relações internacionais contemporâneas. Embora sem contestar os parâmetros da guerra fria, essa emergência da Europa colocava novos desafios à ordem internacional, porquanto deslocava a competição do terreno do liberalismo universal e ilimitado proposto pelos Estados Unidos para o dos mercados organizados e, até certo ponto, protegidos.

6.2.2 A África e a Ásia rompem com o colonialismo

O fenômeno mais espetacular das relações internacionais da segunda metade dos anos 1950 e a primeira da década de 1960 foi o ocaso do colonialismo na África e na Ásia. O mapa político mundial seria redesenhado em função da nova realidade das independências formais de mais de 70 países em menos de uma década.

Há uma gama de teorias acerca da descolonização. Algumas enfatizam, na transição do período colonial ao independente, o declínio do poder das metró-poles, a debilidade econômica destas e as redefinições estratégicas de seus interesses nacionais. Nessa linha de interpretação, aparecem versões como aquelas que explicam a crise do Império Britânico, por exemplo, como uma crise geral do liberalismo econômico e político do pós-guerra, que comportava, aliás, uma atitude humanitária dos homens de Estado que conduziram as transições das colônias para a condição de Estados independentes. Reforça-se, nesses esquemas, a idéia de independências afro-asiáticas resultantes de políticas de concessão e não como frutos das lutas afro-asiáticas anticoloniais.

Outras teorias buscam na guerra fria a explicação das independências. A nova ordem internacional de poder gestada na Segunda Guerra Mundial, dominada pela ascensão dos flancos e pela debilidade de potências como a Grã-Bretanha e a França, teria reduzido as possibilidades de manutenção de extensos impérios coloniais na África e na Ásia. A crise de Suez, em 1956, serviria como um exemplo da confluência de posições das duas superpotências no sentido de pôr fim à era dos velhos colonialismos europeus.

Uma terceira vertente de interpretação sublinha a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Para seus defensores, a capacidade de mobilização radical dos colonizados foi a fonte da ruptura com as metrópoles e a base para o nascimento do Terceiro Mundo como uma unidade conceitual própria no sistema internacional.

As três correntes de interpretação isoladamente não explicam a abrangência das transformações empreendidas na África e na Ásia a partir dos tardios anos 1950, mas, tomadas em seu conjunto, vinculadas de forma equilibrada e observadas as especificidades de cada caso, região e

continente, essas correntes fornecem elementos ricos para a compreensão da diversidade dos padrões de transição do colonialismo para as independências, das razões das limitadas rupturas em alguns casos e dos motivos que levaram a que algumas transições fossem mais violentas que outras. A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental na descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Estes, por sua vez, não se desenvolveram, na maioria dos casos, à revelia de apoios de grupos políticos e da opinião pública metropolitanos. Ao mesmo tempo, foram inúmeros os tipos de nacionalismos, ora confundindo-se com o liberal-burguês, ora conclamando as tradições de poder afro-asiáticas, ora recorrendo ao socialismo como nova fonte de inspiração. As superpotências, embora tivessem incontestável poder global, não interferiram diretamente na maioria dos casos de descolonização afro-asiática senão após este processo ter se iniciado. A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros.

Assim é o conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos que operaram sempre em três níveis — no das metrópoles, no internacional e no colonial — que oferece as pistas para a compreensão da emergência afroasiática nas relações internacionais do final dos anos 1950 e na década de 1960. Além disso, os períodos devem ser sempre considerados. A primeira leva de independências do final da década de 1940 (como as da Índia e da Indonésia) foi diferente, mas nem tanto, daquela grande explosão de independências do final dos anos 1950 e início dos 1960 (como as de toda a África negra). Nos anos 1970, no caso da África portuguesa, outros seriam os padrões de transição.

O fato concreto é que, no período em foco, a história da descolonização afroasiática remonta à Conferência de Bandung, na ilha de Java (Indonésia), aberta oficialmente em 16 de abril de 1955, com 29 países (23 da Ásia e 6 da África). O Brasil enviou à Conferência, como observador, o diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes, que passou a advogar, a partir de então, uma reorientação afro-asiática da política externa brasileira.

Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela eqüidistância em relação aos dois

mundos — o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente.

A ruptura afro-asiática, por meio das independências políticas, foi o alimento do espírito libertário de Bandung. A primeira leva de independências, eminentemente asiática, permitiu à Índia, ao Paquistão, à Birmânia e ao Ceilão o acesso à autonomia já em 1947, no contexto das negociações do pós-guerra. A Índia obtinha sua independência em meio a tensões insufladas pelos britânicos, entre hindus e muçulmanos, de que resultou a separação do país, na União Indiana e no Paquistão. Em 1948, o líder da independência, Mahatma Gandhi, apóstolo da não-violência, foi assassinado por um fanático que reprovara sua atitude conciliatória com os muçulmanos.

A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. A influência internacional do novo Estado, alicerçada em sua projeção política sobre o contexto afro-asiático, elevou o país à categoria de referência regional e internacional. A vontade deliberada de não aderir a blocos, a permanência fora dos esquemas da guerra fria e a busca de liderança na Ásia — evidenciada pelo esforço de armistício para a Coréia em 1951 e pela tentativa de solução negociada para a Guerra do Vietnã nas tratativas de Genebra em 1954 — contribuíram para o prestígio internacional da Índia.

A Indonésia seguiria em parte os passos da Índia, ao obter, em 1949, sua libertação da dominação holandesa. Na Indochina, a influência cultural chinesa desempenhou papel fundamental na ruptura com a França e nas transformações revolucionárias ocorridas a partir de setembro de 1945, quando Ho Chi-Minh proclamou a independência do Vietnã. No ano seguinte, a França reconheceu o Vietnã como Estado livre. A Malásia, cuja diversidade nacional tornava difíceis as relações entre malaios, chineses e indianos em seu território, conseguiu a independência por meio da intervenção de tropas britânicas contra os movimentos comunistas liderados pelos chineses. A nova elite governante, malaio-muçulmana, passou 12 anos em luta, entre 1948 e 1960, para pacificar a sociedade. Cingapura, ponto estratégico entre o Índico e o Pacífico, foi um dos centros de tensão. Em

1960, a Malásia conformava-se como um Estado autônomo e determinado a enfrentar a hegemonia chinesa na região.

A segunda leva de independências, predominantemente africana, tornou ainda mais visível para o sistema internacional a emergência afro-asiática. De 1954 a 1966, da experiência de transição dos britânicos na África negra, passando pela crise de Suez em 1956, pela secessão do Congo Belga, pela transição violenta na Argélia, pela feitura do modelo exemplar da independência de Gana em 1957, chegando à descolonização britânica no Mediterrâneo (Chipre e Malta) e à intervenção direta das tropas norte-americanas no Vietnã em 1966, o período foi marcado por grande dinamismo e dramaticidade na vida internacional. A nova fase foi temperada pelo fim da Guerra da Coréia e pelo apelo indiano da nãoviolência na luta política.

Os padrões de transição da situação colonial para a independência foram, portanto, múltiplos. A maioria dos países alcançou a autonomia política por meio da negociação pacífica. A transição gradual, administrada pelo concurso metrópole-elite local, permitiu certa tranqüilidade no Quênia e em grande parte da África Ocidental britânica. A pressão do espírito de Bandung, das guerras na Indochina e na Argélia e do caso da Índia forneceram o quadro para a busca de soluções concertadas para boa parte das independências do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. A independência de Gana foi apresentada pelos britânicos como uma exitosa solução de transição.

Para autores como R. F. Holland, o colonialismo tornara-se desfuncional para as metrópoles, nos campos diplomático e militar, depois de 1957. A crise de Suez, que culminou com a retirada britânica do canal, reforçou as dificuldades para a manutenção de uma política colonial unilateral da Grã-Bretanha e animou o seu processo decisório no sentido da ampliação das políticas de descolonização. A sucessão do primeiro-ministro Anthony Eden, que havia administrado a crise de Suez, por Harold Macmillan evidenciaria a nova tônica da administração britânica para a África.

Esse padrão, no entanto, não impediu a eclosão de transições violentas em várias partes da África. A Guerra da Argélia expôs o vigor do movimento nacional argelino, que evoluiu do legalismo reformista para a luta armada. A Frente de Libertação Nacional (FLN), ao dirigir seus guerrilheiros para a luta contra a França, incendiou o norte da África e moveu a opinião pública

mundial em favor dos nacionalistas argelinos. A reação à brutalidade da repressão francesa embotou o conteúdo social da independência. A unidade do movimento nacionalista, sustentado pelo objetivo precípuo de autonomia política do Estado, dividiu a FLN em suas escolhas estratégicas depois da guerra. A inserção internacional da Argélia independente seria, ao contrário daquela da Índia, bastante difícil.

O Congo Belga foi outro caso de transição violenta. A riqueza da província de Katanga, com suas reservas de cobre, manganês e diamante, levou a descolonização para o centro de uma crise internacional que envolveria as superpotências. A crise antecedeu a própria independência formal do Congo, obtida em 30 de junho de 1960. O projeto de seu líder nacionalista e socialista, Lumumba, era o da formação de quadros burocráticos de alto nível e de transformação social do país. A independência não significou a pacificação. A guerra fria contaminou a guerra civil, conduzida pelo seu rival, Mobutu, que pretendia libertar a província de Katanga para uni-la aos grandes capitais e aos interesses estratégicos do Ocidente. Depois da intensa guerra civil, nascia o Zaire, em 1965, com o reconhecimento internacional do governo de Mobutu, apesar da condenação formal dos métodos de resolução da crise por parte da ONU.

Os Estados Unidos e a União Soviética envolveram-se na descolonização afro-asiática. Há uma corrente de interpretação que sugere que houve um certo favorecimento dos Estados Unidos à emancipação dos territórios coloniais. Essa visão é limitada. Os movimentos do Departamento de Estado no período mostram que a política afro-asiática dos norte-americanos foi conduzida sem organicidade e objetivos definidos, sendo alimentada em função dos movimentos soviéticos e, mais tarde, dos chineses na área. As guerras da Coréia e do Vietnã deram provas disso, como também as disputas pelo Congo Belga e pelos territórios portugueses na África, na década de 1970.

No primeiro semestre de 1957, o vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, iniciou sua viagem ao continente africano, definindo-a como uma reviravolta da política africana dos Estados Unidos. O jovem democrata John Kennedy não discordou do prisma de Nixon. Em 1960, durante a campanha presidencial, mandou o futuro secretário de Estado, Averell Harrimann, à África. Em abril de 1961 era o próprio vice-presidente Lyndon

Johnson quem desembarcava em Dakar para as festas de independência do Senegal, país que se acomodava à ocidentalização política do continente.

A concessão de bolsas de estudo para jovens do continente africano, a ajuda financeira, a distribuição de alimentos, o recurso à ONU para despolitizar as ajudas à África, a assistência técnica, a cooperação educacional, o estabelecimento de um Fundo das Nações Unidas para o Congo, a ajuda militar a alguns países para a salvaguarda de sua segurança, a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), um fundo de ajuda ao desenvolvimento do Banco Mundial, tudo isso fez parte do pacote político norte-americano para a África. A idéia era afastar os soviéticos do continente.

No final de 1960, os Estados Unidos já tinham cerca de 20 embaixadas na África. Eram aproximadamente 40 os postos diplomáticos e consulares em diferentes partes do continente. Internamente, os Estados Unidos vincularam sua política africana ao desenvolvimento social da população negra americana e ao incremento dos estudos africanos naquele país. Os intercâmbios foram imediatos. No final desse mesmo ano, mais de 200 jovens norte-americanos, negros na sua maioria, foram passar o verão na África para "compreenderem os assuntos africanos e suas necessidades".

A União Soviética, por sua vez, manteve acesa sua política africana, que variou em seus objetivos ao longo do tempo. O continente seria um novo espaço da guerra fria fora da Europa e das guerras asiáticas. Criou-se, na capital soviética, a Universidade da Amizade, que veio depois denominar-se Instituto Patrice Lumumba, aberta aos povos africanos, latino-americanos e asiáticos. Destinava-se à formação de quadros para a atuação nas experiências socialistas nessas regiões, tendo em vista concorrer com os centros ocidentais, os quais permaneciam hegemônicos. Além disso, os soviéticos criaram vários institutos de línguas africanas em Moscou e Leningrado, como também o Centro de Estudos sobre a África Tropical e a África do Sul em Moscou.

A política de empréstimos foi fundamental para o desenvolvimento da presença soviética na África ao longo dos primeiros anos da independência. Os soviéticos passaram a conceder empréstimos ao governo da Guiné, de 1959 em diante. Em 1960, Sekou Touré, líder da independência daquele país, assinou com Moscou um acordo de cooperação econômica para a

participação soviética na construção da barragem de Concuré. O exército guineense passou a atuar com armas tchecas, e aviões russos eram pilotados por aviadores da Alemanha Oriental. As forças aéreas de Gana, do líder Nkrumah, foram equipadas com aviões Illiuchin, da União Soviética. Estudantes desses países receberam bolsas para estudar em Moscou. Esse foi o modelo da cooperação soviética para o continente africano no contexto das suas independências.

A emergência afro-asiática nas relações internacionais, no entanto, não é exclusivamente tributária da política dos dois gigantes em sua ânsia pelo controle do condomínio de poder mundial. Há componentes fundamentais da inserção internacional desses novos países no ambiente da coexistência pacífica que devem ser observados.

Em primeiro lugar, a ruptura com o colonialismo, embora desenhada no contexto do enfraquecimento das políticas metropolitanas européias, foi, em grande medida, conquista do nacionalismo africano. Suas elites políticas, algumas delas nascidas no próprio processo colonial, construíram os movimentos de independência por diferentes vias. Da transição negociada pelo governo britânico, com nível de tensão relativamente pequeno, à transição violenta de países como o Congo Belga (atual Zaire), a Argélia e, posteriormente, daqueles colonizados por Portugal, a descolonização foi uma obra dos anseios de liberdade que provinham de dentro para fora na África e na Ásia.

Em segundo lugar, a reinserção internacional dos continentes afro-asiáticos deu-se em um momento no qual a tensão da guerra fria era declinante. Apesar dos dois continentes terem-se tornado, tardiamente, o palco de tensões típico à guerra fria, a percepção das duas superpotências acerca da capacidade destrutiva das armas atômicas levou a que todo o envolvimento delas nas fronteiras ideológica e militar nos dois continentes se fizesse com armas convencionais. O arrefecimento da ordem política da guerra fria, no entanto, não impediu a continuação de conflitos regionais na África e na Ásia. No Vietnã, na Somália, na Etiópia, no Chade, no Zaire, em Angola e Moçambique, na Libéria, entre outros, a permanência de certos esquemas da guerra fria foi notória.

Em terceiro lugar, a presença afro-asiática nos foros internacionais no início da década de 1960 foi algo numericamente espetacular, mas débil do

ponto de vista qualitativo. Há alguma controvérsia sobre essa atuação. Como chama a atenção o estudioso Hodder-Williams, os países africanos não tinham "interesses a serem preservados" (HODDER-WILLIAMS, 1984, p. 195). Suas políticas exteriores teriam sido mais simbólicas e psicológicas que propriamente práticas. A linguagem do anticolonialismo e, muitas vezes, do anticapitalismo e antiocidentalismo expressou uma natural simpatia para com o espírito de Bandung. Essa simpatia expressava a identidade dos africanos com os conceitos políticos que punham em xeque a ingerência das superpotências, o *apartheid* na África do Sul e as remanescências do colonialismo europeu na África negra.

Finalmente, é mister ter cuidado com o excesso de generalismos na interpretação da inserção internacional dos países afro-asiáticos. Essa advertência vale para o próprio espírito de Bandung, quase sempre visto como um conjunto harmônico de propostas políticas coesas dos povos afro-asiáticos. Os Estados que emergiam tiveram, na maioria das vezes, objetivos externos próprios, geralmente conflitantes com os de seus vizinhos. Isso tornou a inserção afro-asiática bastante complexa. Cada país lidou com suas especificidades domésticas, suas circunstâncias regionais e suas relações especiais com as ex-metrópoles e com as superpotências.

6.2.3 A América Latina busca seu espaço

Pouco observada pelos analistas das relações internacionais no período, a América Latina ensejou uma multiplicidade de formas de relacionamento com o mundo exterior. A multiplicidade expressou a própria inadequação do modelo bipolar para a região e a capacidade, de alguns países latino-americanos, de atuar no cenário internacional a seu favor e, muitas vezes, contra os interesses do gigante americano.

O melhor exemplo de adaptabilidade ao ocaso da guerra fria foi o Brasil. Desiludido com as falsas prebendas do ocidentalismo liberal dos tardios anos 1940, o Brasil retomou, nos anos 1950, seu viés nacionalista e desenvolvimentista. A Operação Pan-Americana (OPA), ensaiada por Kubitschek, foi a expressão de um movimento autônomo nas relações internacionais, cuja intensidade cresceu nos primeiros anos da década de

1960 com a chamada "Política Externa Independente", e foi retomada em 1967, com a "Diplomacia da Prosperidade", depois do interregno liberalizante do governo militar de Castello Branco. O pragmatismo, o cálculo estratégico e a retórica do descongelamento de poder foram instrumentos fundamentais para a elaboração de uma política exterior moderna e voltada para a busca obsediante do desenvolvimento industrial do Brasil.

A Argentina, marcada por níveis de instabilidade política interna que se projetaram de forma mais evidente nas decisões de política internacional, foi menos agressiva que o Brasil na reinserção internacional dos anos 1960. Assistiu ao desaparelhamento da agricultura e manifestou-se timidamente nos foros internacionais de desenvolvimento.

O México guardou a tradicional dependência estrutural em relação aos Estados Unidos. Apesar das heranças nacionalistas do cardenismo, o país não ultrapassou o nível retórico. Em todo caso, inicia-se no México um processo modernizador sustentado na riqueza petrolífera e nos investimentos norteamericanos que levaram a certos ganhos do país no novo jogo mais flexível das relações internacionais.

A coexistência pacífica não foi tão pacífica para alguns países latino-americanos. Envolvidos em lutas políticas internas e em atraso estrutural em relação aos grandes da região, o Paraguai, a Bolívia e as repúblicas da América Central não conseguiram elaborar uma agenda própria para a reinserção internacional. Viveram o final da guerra fria, em parte, como ela fora vivida até então: sem horizontes e ambições maiores nas relações internacionais continentais e extracontinentais.

6.2.4 A cisão no bloco comunista e as novas crises internacionais

O arrefecimento da guerra fria não significou que suas características tenham desaparecido do período da coexistência pacífica. Houve crises internacionais ditadas pela permanência do forte embate ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética. Existiram manobras de demonstração das conquistas militares, espaciais e atômicas de ambas as superpotências. Apesar da permanência no centro do poder mundial, a União Soviética teve de enfrentar cisões importantes no bloco comunista que comprometeram sua própria capacidade de domínio imperial.

A Europa do Leste iniciou a ebulição política contra o sistema imperial soviético. A crise de lealdade dos partidos comunistas na região iniciou-se logo depois da morte de Stalin. A reelaboração política do modelo foi processada de forma conflitiva na maioria dos países. Em quatro deles se formulou um novo modelo nacional de comunismo, relativamente desgarrado dos paradigmas stalinistas. A Albânia, a Bulgária, a Romênia e a Tchecoslováquia modificaram o modelo para acomodar as vicissitudes nacionais e as histórias políticas anteriores.

A Alemanha Oriental, a Polônia e a Hungria passaram a viver, de 1950 em diante um certo processo de abertura política. A nova crise de Berlim, em 1961, com a construção do muro, marcava os limites desse processo. A sociedade civil da República Democrática da Alemanha (RDA) reagia, em junho de 1953, ao governo autoritário e mostrava ao mundo a vulnerabilidade do comunismo alemão. A "prima rica", a República Federal da Alemanha (RFA) e Berlim Ocidental eram as vitrinas do Ocidente a ostentar o bem-estar capitalista.

Incidentes na Polônia e na Hungria tornaram o campo socialista fragilizado. As lutas entre as lideranças dos partidos comunistas locais projetaram-se no XX Congresso do Partido Comunista soviético. Os poloneses criticaram o "culto da personalidade" e a stalinização das instituições políticas de seus países. Intelectuais, jornalistas e líderes políticos regionais criticavam os métodos do ministro da Defesa polonês, Rokossovski.

A tensão entre os partidos comunistas da Polônia e da União Soviética levou o secretário-geral Nikita Khruchtchev a Varsóvia, em outubro de 1956. A chamada "solução Gomulka", que retorna ao poder com o apoio de estudantes, jornalistas e operários contra a burocracia do partido, mostrou a falibilidade no modelo único de socialismo. O viés nacional do socialismo polonês foi, paulatinamente, mudando o estilo stalinista de gestão e afastando politicamente Varsóvia de Moscou.

A China e a Iugoslávia aplaudiram a evolução da solução polonesa. Chu En-Lai, em especial, elogiou o renascimento do comunismo nacional na Europa. Tito aplaudia a emergência de novas formas de comunismo e chamava a atenção para si próprio, apresentando-se como uma alternativa a ser seguida diante da crise do stalinismo.

As mais dramáticas crises do socialismo na Europa Oriental foram a revolta húngara de 1956, o êxodo alemão-oriental em 1960-1961, que obrigou a construção do muro, e a crise do socialismo na Tchecoslováquia em 1968. Como no caso da Polônia, as transformações internas haviam marcado a renovação do partido comunista húngaro. Um comunismo mais aberto e mais nacional era defendido por Imre Nagy. A permanência do stalinismo local era liderada por Mathias Rakosi. A hostilidade política à presença soviética reapareceu na Hungria depois do governo de Nagy, entre 1953 e 1955. As manifestações a favor da renovação da orientação da política agrícola e a proximidade húngara à Áustria serviram de pretexto para a ocupação soviética de Budapeste, em 23 de outubro de 1956. A crise foi internacionalmente discutida. Tito foi convocado para atuar como mediador e terminou por sugerir a substituição de Nagy por outra liderança húngara moderada, mas com trânsito nos setores revoltosos, que foi Janos Kadar. Como na Polônia com a "solução Gomulka", a "solução Kadar" na Hungria foi a forma negociada para manter esses países no campo oriental e garantir relativa abertura política e inovação no setor econômico.

Mas nada disso pôde conter a força de um novo nacionalismo na Europa Oriental. Sufocado pela expansão do socialismo na região, o nacionalismo retornou com todo vigor nos anos 1950 e 1960. A premonição de De Gaulle, feita em sua conferência de 1964, quando previu o ocaso do socialismo do leste europeu, começava a realizar-se. No caso da Tchecoslováquia, em 1968, a idéia de um socialismo com "face humana" expressava,

metaforicamente, a severa crítica ao modelo único de socialismo na Europa Oriental.

O conflito sino-soviético veio confirmar, na Ásia, o fim do monolitismo stalinista e elevar uma nova potência ao conjunto das relações internacionais da região. Pequim mostrou a Moscou e a Tóquio que estava preparada para desempenhar um papel de grande importância nos destinos da Ásia. O cisma Moscou-Pequim, nos termos de Charles Zorgbibe, teve suas raízes nas diferenças ideológicas entre os dois partidos comunistas, na questão da energia nuclear, na ambição de Mao Tsé-Tung em erigir-se teórico principal do comunismo internacional e nos sentimentos chineses diante da reforma do comunismo soviético. A China de Mao apresentava-se como centro autônomo de poder em meio à ordem bipolar vigente, contestando o congelamento nuclear em mãos das duas superpotências. Ao explodir sua primeira bomba atômica, em 16 de outubro de 1964, a China mudava a correlação de forças sobre o cenário internacional.

Referências

ALBRIGHT, David. *Africa and international communism.* London: MacMillan, 1980.

CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (Org.). *Relações internacionais dos países americanos. Vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

CHOTARD, Jean-René. *La politique américaine en Europe, 1944-1948*. Paris: Messidor, 1991.

DECRENE, Philippe. *Pan-Africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Relations internationales*: 2. Questions mondiales. Paris: Éditons du Seuil, 1994.

DI NOLFO, Ennio. *Storia delle relazioni internazionali, 1918-1992*. Bari: La Terza, 1995.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *L'Europe de 1815 à nos jours*. Paris: PUF, 1970.

GERBET, Pierre. *La construction de l'Europe*. Paris: Imprimerie Nationale, 1994.

GIRAULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. *La loi des géants, 1941-1964*. Paris: Masson, 1993.

GRIMAL, Henri. *La décolonisation, 1919-1963.* Paris: Armand Colin, 1965.

HODDER-WILLIAMS, Richard. *An introduction to the politics of Tropical Africa*. London: George Allen & Unwin, 1984.

HOLLAND, R. F. *European decolonisation, 1910-1981*: an introductory survey. London: MacMillan, 1988.

LISKA, George. *Nations in alliance*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1968.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale au 20e siècle*. Paris: OCDE, 1987.

MILWARD, Alan S. (Ed.) *The frontier of national sovereignty. History and theory, 1945-1992*. London: Routledge, 1993.

MOJSON, Lazar. *Dimensions of non alignment*. Belgrado: Jugoslovenska Stvarnost, 1981.

RIMMER, Douglas (Ed.). *Africa 30 years on.* London: The Royal African Society, 1991.

SHULMAN, Marshall. *East-West tensions in the Third World*. New York: Marshall Shulman, 1986.

SUÁREZ, Luis. *Los países no alineados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

VIGEZZI, Brunello. *La dimensione atlantica e le relazioni internazionali nel doppoguerra (1947-1949)*. Milano: Jaca, 1987.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à crise (1945 a 1992)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

WATSON, Adam. T *he evolution of international society. A comparative historical analysis*. London, New York: Routledge, 1994.

______. *The limits of independence. Relations between States in the modern world*. London: Routledge, 1997.

WOODS, Ngaire. *Explaining international relations since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. t. 4: 1962 à nos jours. Paris: Hachette, 1995.

Capítulo 7
Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979)

José Flávio Sombra Saraiva

Quatro grandes fenômenos animaram as relações internacionais na década de 1970. A *détente*, consubstanciada no concerto americano-soviético, foi a característica mais nítida daqueles anos. Ela veio confirmar a flexibilização no relacionamento entre os dois gigantes. Essa tendência, em parte já discutida anteriormente, vinha se formando desde os tardios anos 1950.

O segundo originou-se da tomada de consciência da "diversidade de interesses" no sistema internacional e da generalização da percepção, particularmente na Europa, na Ásia e na América Latina, de que havia brechas para sua própria afirmação. A franca aceleração da divisão de interesses no jogo internacional da década mostrou que a bipolaridade já não se aplicava ao campo econômico. A emergência japonesa e a confirmação da vocação integracionista da Europa iriam modificar o jogo da bipolaridade. A América Latina viveu uma década de incertezas, mas também de afirmação, tratando de encontrar um perfil próprio no sistema internacional. Países como o Brasil e o México reivindicaram, cada um a seu modo, a ocupação de posições de destaque no sistema internacional. O modelo do nacional-desenvolvimentismo, ainda vigoroso, começou a apresentar seus primeiros sintomas de erosão.

O terceiro foi o esforço de construção da "nova ordem econômica internacional" pelos países do Terceiro Mundo. O componente desenvolvimentista das relações internacionais chamaria a atenção para o diálogo Norte-Sul. Animados pelo grito independentista das décadas de 1960 e 1970, os países afro-asiáticos foram os principais gestores das ilusões igualitaristas. A década de 1970 foi marcada pela tentativa dos países do Sul de conformarem um verdadeiro diálogo com o Norte. O Terceiro Mundo procurou apresentar-se como um todo, como uma unidade vigorosa nas relações internacionais. Sua busca obsediante por uma nova

ordem internacional moldou um perfil todo especial àqueles anos. Não se trata de um sonho idealista, porquanto certamente guiavam-se os países do Sul por percepções concretas de interesses que jogavam sobre o cenário internacional num movimento concatenado e global. Trata-se, por certo, de ilusões igualitaristas, visto que julgavam os mesmos países deter poder suficiente para reverter os parâmetros da ordem a seu favor.

O último fenômeno foi a "crise econômica", especialmente a energética e a financeira, responsável por um período de grande intranqüilidade para as relações internacionais. O próprio papel dos Estados nacionais na política internacional seria revisado a partir das crises econômicas dos anos 1970.

Os quatro fenômenos formaram o conjunto de transformações observadas na essência do sistema internacional e modificaram suas causalidades. Não houve, nos anos 1970, mudança substancial na hierarquia das potências, mas vários fatores abalaram a ordem bipolar e afirmaram a diversidade, bem como a multipolaridade econômica e ideológica.

As crises energéticas e financeiras mundiais, exemplificadas nos dois choques de preço do petróleo e na crise de conversibilidade do dólar norte-americano, prenunciaram a mudança do paradigma tecnológico-industrial do capitalismo. Essa mudança de referência econômica veio reafirmar a criatividade do capitalismo praticado em grande parte do mundo frente às experiências socialistas. Em certo sentido, os anos 1970 ofereceram as matrizes históricas para a multiplicação de fenômenos — como a chamada globalização liberal, a crise do modelo socialista no Leste Europeu e os movimentos de regionalização econômica — que viriam se afirmar nos anos 1990.

Localizadas temporalmente entre os desdobramentos da *détente* dos fins dos anos 1960 e o sobressalto provocado pelo retorno do antagonismo Leste-Oeste da primeira metade dos anos 1980, as relações internacionais dos anos 1970 possuem unidade histórica e conceitual própria. A década foi de incertezas e de grandes indefinições na ordem internacional, ainda monitorada pelos dois gigantes. A multipolaridade e a recomposição da balança de poder a favor da Europa e de certas partes da Ásia, especialmente do Japão e da China, seriam sua maior contribuição à diversidade nas relações internacionais.

• 7.1 A *détente* americano-soviética

A força da *détente* dos anos 1970 não pode ser subestimada. Embora seja difícil estabelecer uma periodização adequada da evolução dos entendimentos entre as superpotências, deve-se reconhecer que desde as crises de Berlim e de Cuba, entre 1961 e 1962, percebeu-se relativa modificação nos padrões de conduta dos dois gigantes. Há autores, como Maurice Vaïsse, que estabelecem o ano de 1962 como o verdadeiro marco entre a coexistência pacífica e a *détente*. É certo que a construção do Muro de Berlim e a crise cubana serviram para que as superpotências verificassem os limites da política de coexistência pacífica. Ela pareceria insuficiente para realizar os desígnios de ambas diante dos novos fatores das relações internacionais. O novo tempo, contudo, não encerrou o ciclo de enfrentamento e desconfianças mútuas. O equilíbrio do terror atômico, a corrida espacial e a "queda-de-braço" entre Washington e Moscou durante grande parte da década de 1960 demonstram que os esquemas da coexistência pacífica ainda persistiam. A fase mais madura do relacionamento entre as superpotências só se verificou no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Nessa nova fase deslanchou, verdadeiramente, a política de *détente*.

A acomodação das duas crises citadas, bem como os desdobramentos do encontro de Kennedy com Khruchtchev em Viena, em junho de 1961, foram as alterações principais que conduziram a mudanças que se processariam lentamente ao longo da década de 1960. Era o prenúncio de um tempo de concertação entre os gigantes. Essa década foi, assim, uma passagem entre a coexistência pacífica e a política de *détente*.

O conceito de *détente* está vinculado umbilicalmente aos novos arranjos dos tardios anos 1960 e à década de 1970. A erosão do monolitismo ideológico dos dois blocos atribuiu uma nova conotação às relações internacionais. Além de adversários, os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram-se como parceiros. Esse foi o ineditismo histórico que permite separar a década de 1970 dos anos rígidos da guerra fria e do período da coexistência pacífica. A confrontação deixaria de ser direta para ser transportada para conflitos localizados na Ásia, na África e no Oriente Próximo.

A era da *détente* foi, sobretudo, associada às negociações para as limitações das armas nucleares. A nítida percepção da espiral do terror provocado pelos arsenais foi o lastro para a concertação dos gigantes. O primeiro marco desse novo tempo foi o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), concluído em julho de 1968. Depois de três anos de difíceis negociações e de sete anos da aprovação de uma resolução da ONU que conclamava as nações a esse desafio, começava, de fato, a *détente*. Todos os países que não haviam realizado experimentos nucleares até julho de 1967 deveriam cumprir com as obrigações estabelecidas no TNP na categoria de países não nucleares. A outra categoria, a dos países nucleares, congelava para si o poder nuclear. Os países não nucleares concordariam em renunciar ao desenvolvimento e à aquisição de armas nucleares em troca da tecnologia nuclear para fins pacíficos. Concordavam também em submeter seus programas nucleares à inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), criada pela ONU em 1956.

Assinado pelos Estados Unidos, pela União Soviética e pela Grã-Bretanha, o TNP foi imediatamente rejeitado pela China e pela França, engajadas na construção da bomba de hidrogênio e de políticas próprias de poder. O congelamento do poder mundial imposto pelo tratado foi criticado por países ricos e pobres. Alemanha, Itália, Bélgica e Japão aborreciam-se com restrições que os deixavam em desvantagem em relação aos países declaradamente nucleares. A Alemanha, em especial, preocupava-se com as investigações sobre os reatores à base de plutônio. Importantes países do Terceiro Mundo, como Índia, Brasil, Israel, Paquistão, Cuba e Argentina recusaram-se a firmá-lo por considerarem-no discriminatório e lesivo aos interesses do desenvolvimento tecnológico. A Índia, em maio de 1974, quatro anos após o TNP entrar em vigor, realizou sua primeira explosão nuclear, dita “pacífica” pela primeira-ministra Indira Gandhi. Esse fato teve um grande impacto internacional, pois deixava clara a possibilidade da utilização de tecnologia e de armas nucleares por países de Terceiro Mundo.

O Brasil recusou-se a aderir ao TNP, mas procurou, desde o início, negociar com outros países da América Latina acordos regionais específicos de criação de zonas livres de armas nucleares. O Tratado de Tlatelolco, de 1967, assinado depois de a União Soviética ter tentado montar mísseis em Cuba no início da década, foi um marco da vontade própria da América

Latina em definir e implementar uma política nuclear. Este tratado, com efeito, proscrevia as armas nucleares na América Latina, mas facultava aos signatários a realização de experimentos que lhes abrissem caminho para o domínio próprio da tecnologia nuclear, considerada indispensável ao pleno desenvolvimento econômico. Argentina e Brasil, que desenvolviam programas nucleares mais avançados, chegaram ao domínio completo do ciclo nuclear e somente concluíram o processo de ratificação do Tratado de Tlatelolco em 1994, depois de ajustarem suas políticas nucleares no quadro de negociações do Mercosul. Os dois grandes países, além de transferirem o controle de suas unidades de pesquisa para o setor civil, estabeleceram mecanismos próprios de inspeção por meio da Agência Argentino-Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

O segundo marco da concertação dos gigantes estabeleceu-se no contexto das conversações sobre a limitação das armas estratégicas. Anunciadas em junho de 1968, as Strategic Arms Limitation Talks, também conhecidas como Plano Salt, dariam início a uma série de reuniões entre soviéticos e norte-americanos. À frente das negociações, o conselheiro especial de Nixon, Henry Kissinger, revelava que os norte-americanos não despojavam-se da longa tradição de desconfiança dos soviéticos, mas estavam dispostos ao diálogo.

O processo Salt de negociação seria desdobrado em duas partes: um acordo provisório inicial e um tratado. Em maio de 1972 era assinado, em Moscou, por Nixon e Brejnev, o acordo Salt, que previa o congelamento, por cinco anos, do desenvolvimento e da produção de armas estratégicas, bem como o controle sobre os mísseis intercontinentais e lançadores balísticos submarinos. Era a segunda vez que os dois países realmente assumiam a responsabilidade internacional pelo controle dos armamentos nucleares. Ampliava-se, de fato, a política de *détente*.

Aquela cúpula de 1972 foi exemplo preciso da consciência sobre os limites do equilíbrio do terror. A primeira visita oficial de um presidente norte-americano à União Soviética revestiu-se de esperanças para a paz e o equilíbrio internacionais. A declaração conjunta, em 12 pontos, sublinhou as bases para um entendimento mútuo sobre as questões fundamentais do planeta. Um verdadeiro código de conduta seguiria os anos da *détente* e realimentaria o sistema de poder dual sobre o mundo. Em menos de três

anos, entre 1972 e 1974, os dois chefes de Estado encontrar-se-iam quatro vezes, demonstrando sua percepção da necessidade do convívio entre os dois sistemas de poder. A viagem de Brejnev aos Estados Unidos, em junho de 1973, foi revestida de grande pompa. Do processo negociador resultou enfim o Tratado Salt, que reordenava a inserção internacional das duas superpotências em clima de *détente*.

Os acordos, convenções e declarações assinados naquela primeira metade da década de 1970 demonstraram, ademais, a clara determinação dos dois países de autoproclamarem-se capazes de reger a ordem internacional em bases diferentes daquelas que haviam animado a guerra fria e a coexistência pacífica. A concertação americano-soviética expressava também a percepção das próprias debilidades internas. Apesar da grandeza das economias e da capacidade estratégica de seus armamentos, ambas as economias davam sinais de debilidade. A produtividade industrial norte-americana declinava e a economia soviética enfrentava o problema da modernização tecnológica no campo. As fatias do poder mundial, tão mais claras nas décadas anteriores, começavam a ser repartidas pelos seus próprios aliados, no Ocidente e no Oriente.

O avanço dos entendimentos entre Washington e Moscou é incontestável. Do encontro de Moscou em 1972 à cúpula de Vladivostok de novembro de 1974, em que Brejnev e Ford se encontraram, a concertação deu grandes passos. Desse movimento soviético-americano resultou efetivamente o clima de *détente*. Ela permitiu reativar fluxos comerciais e financeiros estagnados, como aqueles entre a União Soviética e os países capitalistas ocidentais. O Congresso dos Estados Unidos, por sua vez, aprovou o Export Administration Act (1969), que facilitava a criação de mecanismos de intercâmbio comercial com os países do Leste, flexibilizando as regras anteriores de controle das exportações de materiais sensíveis.

De 1970 a 1975, as exportações ocidentais para a União Soviética quadruplicaram, especialmente animadas pela ampliação da demanda soviética por produtos agrícolas e industriais diversificados. Os defensores da *détente* chamavam a atenção, no Ocidente e no Oriente, para os aspectos positivos criados pelos intercâmbios econômicos novos. A abertura comercial entre os gigantes era garantia de paz duradoura no conjunto das relações Leste-Oeste.

A Emenda Jackson, de dezembro de 1974, e o próprio acordo comercial de outubro de 1972 garantiram aos soviéticos, nos Estados Unidos, as vantagens da cláusula da nação mais favorecida. A tradução dessas condições excepcionais no relacionamento mercantil entre as superpotências permitiu a elevação do volume do comércio de 200 milhões de rublos em 1971 para 3 bilhões em 1979. Era claro o avanço econômico resultante das conquistas políticas da era da *détente*.

Esses resultados comerciais não justificam, todavia, a visão simplista das diferenças e desinteligências vividas pelos dois países na década de 1970. A convivência tolerante não significou a inexistência de tensões entre Moscou e Washington. Permaneceram problemas de herança da guerra fria em algumas áreas. Alguns eram ainda tributários das negociações do imediato pós-guerra: o *status* de Berlim, a divisão da Alemanha e a questão fronteiriça da Polônia. Berlim Ocidental, incrustada na Alemanha Oriental, vivia o drama do difícil acesso ao Ocidente. Longas negociações permitiriam, em setembro de 1971, a convivência entre as quatro potências presentes em Berlim. A aceitação soviética da autonomia de Berlim foi um grande passo para a reconciliação gradual entre as duas Alemanhas.

Outros problemas da *détente* advinham da associação da erosão da influência concreta de ambas as superpotências com a vontade de manter, a qualquer custo, o condomínio de poder. Essa ambigüidade foi percebida claramente nos Estados Unidos. A crise econômica, o escândalo de Watergate, o trauma da Guerra do Vietnã, entre outros fatores, haviam levado os norte-americanos a uma certa crise de consciência na política exterior. Os estrategistas do Pentágono, entretanto, insistiam em manter as linhas dominantes da geopolítica mundial.

Assim, os gritos de *no more Vietnam* erodiram o consenso norte-americano em política exterior nos anos 1960. O declínio dos meios de potência, ainda que percebidos, dividiam a opinião pública. Apesar dos acordos de Camp David sobre o conflito do Oriente Médio firmados sob os auspícios do presidente Carter, em setembro de 1978, que garantiram uma grande publicidade para a retomada norte-americana da liderança mundial, o gigante ocidental não tinha mais capacidade operacional de associar, como fizera no imediato pós-guerra, o universalismo econômico dos seus desejos à vontade de governo internacional.

Os Estados Unidos não permaneceram impassíveis diante das desordens no Irã, da crise da embaixada americana em Teerã, em novembro de 1979, e da invasão soviética do Afeganistão. O moralismo de Carter e as divisões dos formuladores da política exterior também contribuíram para a dificuldade norte-americana de exercer seu antigo gigantismo. Em certo sentido, na eleição de Ronald Reagan, em 1980, desempenhava papel central o tema de uma nova política exterior de retomada da liderança mundial e de combate às ameaças vindas do "império do mal". A passagem da década de 1970 para a de 1980 assistiria ao retorno do discurso da guerra fria. Entrava no jogo político doméstico norte-americano o tema da perda, para a União Soviética, do poder de liderança militar do globo sob o ponto de vista dos arsenais e das armas nucleares. Com efeito, nessa ordem de problemas que persistiram na era da *détente*, não se podem subestimar as dificuldades para implementar as decisões que envolvem o controle de armas estratégicas. Desenvolvia-se, nos Estados Unidos, a percepção de que, ao abrigo do Plano Salt, a União Soviética teria alcançado uma supremacia estratégica sobre seu rival.

Cumpre acrescentar, por um lado, a própria expansão das zonas de influência soviética no mundo, como em Angola (depois de 1975, com a presença de tropas cubanas e armamento soviético), no Afeganistão e na Líbia, que tornou as discussões duras inúmeras vezes. Por outro lado, o próprio sistema condominial de poder estava em discussão, como se observou durante a cúpula de Viena, em junho de 1979, que encerrou a década com um certo pessimismo subjacente ao diálogo diplomático entre as superpotências.

Uma outra dimensão da *détente* americano-soviética da década de 1970 deve ser percebida fora do relacionamento bilateral entre as superpotências. A França ensaiou com De Gaulle os passos da distensão na Europa Ocidental. Eles foram acompanhados pela *Ostpolitik* alemã que levaria, na década de 1970, Willy Brandt, eleito na Alemanha Ocidental por uma coalizão social-democrata e liberal, a avançar uma política de aproximação com a Alemanha Oriental. Esse entrosamento entre europeus acabou por aliar as duas superpotências, que se curvavam a visões e preocupações regionais de segurança. A Conferência de Helsinki, realizada em 1975 e preparada cuidadosamente desde novembro de 1972, confirmou a tendência

do desarmamento dos espíritos entre soviéticos e norte-americanos. Leonid Brejnev e Gerald Ford, ao assinarem o acordo final de Helsinki junto com todos os chefes de Estado e de governo da Europa, amenizaram as três décadas de desconfianças mútuas.

• 7.2 A diversidade de interesses

A Conferência de Helsinki sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE) revelou uma outra grande tendência das relações internacionais dos anos 1970. Os mais de 30 Estados reunidos buscavam algo além de uma saída harmônica para o tema da segurança. Reivindicavam seus próprios espaços de poder negados pelo jogo das superpotências.

A consciência da diversidade de interesses, embora não fosse uma nova característica das relações internacionais do pós-guerra, apareceu nos anos 1970 como uma de suas mais dinâmicas feições. Muitos fenômenos que modificavam a fisionomia do mundo, como o revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus, o nascimento da idéia efêmera da Comunidade dos Estados Europeus, a determinação francesa de construir sua própria política militar, os novos dados estratégicos mundiais que punham em xeque a Aliança Atlântica, a emergência da economia japonesa, o esforço de afirmação da América Latina e os movimentos dos povos e Estados do Terceiro Mundo para encontrar caminhos próprios, fizeram dos anos 1970 um tempo de diversidade de interesses nas relações internacionais. A crise de liderança no Ocidente, que permitiu certa brecha no poder de comando dos Estados Unidos, foi o ponto de partida para a proposição européia de uma política de relativa independência estratégica, militar e econômica. A busca de autonomia européia se sustentou em dois fundamentos: um de matriz histórica e outro vinculado aos desígnios da própria década de 1970.

7.2.1 A construção da Comunidade Européia: uma outra opção

Os fundamentos históricos que haviam levado a Europa, um século antes, a construir uma verdadeira sociedade internacional pesavam na Europa dos anos 1970. A longa experiência da construção do mundo liberal, sucedida pelas décadas de agonia já discutidas anteriormente, havia deixado uma cultura comum e uma percepção própria dos interesses europeus nas relações internacionais.

Superada a agonia, a retomada do crescimento econômico dos anos 1950 e 1960 levou a Europa à recomposição dos seus padrões históricos de conduta nas relações internacionais. A força da tradição da hegemonia coletiva européia do século XIX, ainda que não pudesse ser totalmente restaurada, aparecia como uma possibilidade alentadora nos anos 1970.

O segundo fundamento, mais ligado aos novos fatores criados nos anos 1970, facilitou o exercício de autonomia da Europa no jogo internacional. O soerguimento econômico conduzira a Europa à percepção do seu próprio lugar no sistema ocidental de poder. A aliança ocidental seria fortalecida, para os novos líderes europeus, com a constituição de uma nova constelação econômica e política que considerasse os interesses próprios da Europa.

Daí os tratados de Roma terem abrigado, desde os anos 1950, algo mais que o experimento comunitário europeu. Da Europa dos Seis às novas adesões, como aquelas da Grã-Bretanha em janeiro de 1972, e também da Dinamarca e da Irlanda, criava-se, em janeiro de 1973, a Europa dos Nove, matriz do que viria fornecer, duas décadas depois, o núcleo de poder da atual União Européia.

Os estudos britânicos das relações internacionais, especialmente aqueles liderados por Alan Milward, mostram que a construção européia não é apenas o fruto das idéias de Jean Monnet, nem do neofuncionalismo globalista dos anos 1990. Para entendê-la é preciso recorrer às fraquezas dos Estados europeus depois da Segunda Guerra Mundial, incapazes de desenharem políticas nacionais e de construírem sua legitimidade doméstica. Para essa escola britânica, as bases do esforço integracionista devem ser buscadas nessas razões históricas mais precisas. A abdicação de parcela da soberania nacional para recuperá-la logo mais, por meio da busca da

concertação comunitária, foi o segredo da dialética européia ao longo das décadas da construção européia.

Os anos 1970, nesse sentido, não fugiram à tendência da construção complexa, mas permanente, de um interesse comum aos Estados europeus no sistema internacional. Tal constatação não significou o fim de inserções internacionais próprias. A movimentação da França, que nunca abdicou de sua política de segurança própria e de sua *grandeur*, é prova cabal da divergência de interesses no seio da Europa Ocidental. As inclinações atlânticas e insulares dos britânicos, por outro lado, atrasaram calendários e concertos esperados na década de 1970.

No fundo, os líderes europeus trataram de erigir uma alternativa de poder face ao sistema bipolar, mas não da forma harmônica e autônoma que qualificara a hegemonia coletiva do século XIX. A realidade histórica era outra, mais complexa do ponto de vista das múltiplas realidades que se apresentavam não só na Europa, mas em outras partes do mundo, onde havia também vontade política e condições objetivas para a busca de novos espaços no sistema internacional.

A chamada Europa dos Nove apresentou-se, a partir do início de 1973, como o segundo poder econômico mundial. Com 252 milhões de habitantes, ela alcançava, naquela década, a condição de primeira experiência verdadeiramente exitosa de mercado comum. Apesar da crítica dos trabalhistas britânicos que voltaram ao poder em fevereiro de 1974, das medidas protecionistas da Itália e da Dinamarca e da permanente tensão no campo agrícola e energético, a Europa avançou em muito no seu experimento integracionista na década de 1970.

Muitos foram os eventos políticos que tornaram aqueles anos animadores para a construção européia. A Conferência de Lomé, em 28 de fevereiro de 1975, que celebrou uma convenção da Comunidade Européia com 46 Estados africanos, do Caribe e do Pacífico, estabeleceu tratamento preferencial para os produtos das antigas regiões coloniais nas suas ex-metrópoles. No ano seguinte, em 22 de novembro de 1976, o Plano Davignon de restruturação siderúrgica européia era apresentado com grande aceitação pelos Estados-membros. Em 15 de outubro de 1978 era decidido instaurar, a partir de primeiro de janeiro de 1979, um sistema monetário europeu, que terminou sendo realmente implantado em março do referido ano. Entre 7 e 10

de junho de 1979 eram realizadas as primeiras eleições indiretas para o Parlamento Europeu. E em 31 de outubro daquele ano era realizada a 2ª Conferência de Lomé.

A década na Europa era também aberta com as perspectivas democráticas em Portugal, Espanha e Grécia. Nos três casos, os sistemas autoritários cederiam lugar a regimes voltados para a própria Europa, comungando com ela sua vontade de afirmação internacional. A Grécia, que já havia assinado um acordo de associação com a CEE em 1961, foi admitida finalmente em 1982. Portugal e Espanha, que apresentaram suas candidaturas em 1977, só foram admitidos em 1986, compondo a Europa dos Doze.

O terrorismo abalou em parte a construção da estabilidade européia. A esquerda na Alemanha e na Itália e os nacionalistas na Grã-Bretanha e na Espanha revelaram uma face menos tolerante da convivência européia. Velhos conflitos regionais e reivindicações de grupos nacionais insatisfeitos com os destinos das políticas dos Estados nacionais pareciam comprometer a harmonia do bloco. Nada disso, no entanto, foi capaz de abalar a caminhada européia rumo à sua afirmação internacional.

7.2.2 América Latina: o pêndulo entre a autonomia e a dependência

A América Latina foi uma área de viva atuação internacional na década de 1970. Engajada na busca de seu próprio lugar, moveu-se no contexto de incertezas com particular desenvoltura. O movimento pendular entre a busca de autonomia e a inclinação pela manutenção dos cânones da dependência histórica em relação ao Ocidente, especialmente ao centro do poder norte-americano, animou o processo decisório em quase todos os países da região.

O início da década foi marcado pelo debate, que se estendia desde o final dos anos 1960, sobre a vocação pacífica das relações internacionais latino-americanas. Longe das tensões que abalavam o mundo, a América Latina apresentou-se nas relações internacionais como uma região voltada para as negociações pacíficas de controvérsias e pouco preocupada com a evolução das tensões localizadas em várias partes do mundo.

O ambiente da *détente*, portanto, beneficiou e fortaleceu a reinserção internacional da América Latina. Apesar das tensões ideológicas criadas pela Revolução Cubana e pelos movimentos revolucionários que se contrapunham às orientações de vários governos autoritários na região (especialmente na Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru e Chile), as relações internacionais da região foram desideologizadas em alguns de seus países mais importantes. O Brasil foi, certamente, o caso exemplar dessa tendência.

A dimensão pacífica da reinserção internacional da América Latina foi, no entanto, utilizada pelos Estados Unidos para alimentar a dependência histórica de vários países da região. A adesão ao Tratado de Tlatelolco, que previa a zona livre de armas nucleares da América Latina, foi levada adiante pela grande maioria dos países. Alguns Estados procuraram desafiar a hegemonia norte-americana ao não aceitar o congelamento de poder imposto pelo TNP.

O fato mais marcante das relações da América Latina com os Estados Unidos, na década, foi a crise da liderança norte-americana na região. Apesar da insistência de algumas análises, como a de Vaïsse, Colard e Di Nolfo, no caráter instável da região e no sentido violento das manifestações ideológicas contra o regime cubano e a favor deste, a América Latina não foi, de fato, um mero "quintal" da superpotência ocidental.

As hostilidades ao governo norte-americano manifestas pelo regime de Fidel Castro inscreveram-se em movimento mais amplo, quase imperceptível a algumas interpretações, de arrefecimento da liderança dos Estados Unidos na região. Outros países procuraram projetar, por meio do modelo do nacional-desenvolvimentismo, seus próprios interesses internacionais. Os estudos de Moniz Bandeira sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos enfatiza a emergência da rivalidade entre os dois países no período. Sem cair na órbita soviética, países como o Brasil, o México e a Argentina mantiveram, apesar das diferenças dos regimes políticos, uma linha de conduta própria nos negócios internacionais. A diversificação de parcerias internacionais da América Latina com a África e a Ásia, nos marcos da cooperação Sul-Sul, com a Europa Ocidental e o Japão atenuou o peso relativo dos Estados Unidos como eixo econômico e político das vinculações externas.

O México, mais próximo aos Estados Unidos, teve de equilibrar a manutenção do seu forte apelo discursivo a favor do Terceiro Mundo, com a realidade da dependência econômica estrutural em relação ao vizinho do norte. Mais da metade da pauta comercial mexicana dos anos 1970 realizava-se com os Estados Unidos, mas a força das percepções internacionais mexicanas não pode ser negada. O México manteve seu padrão contínuo de inserção internacional, que vinha da década de 1950, e mesmo dos anos 1930, com Lázaro Cárdenas, talvez da própria Revolução Mexicana. Esse esforço autonomista conduziu aquele país à busca por novos nexos e parceiros, além de manter uma relação especial com o regime comunista de Fidel Castro.

Ademais, a estabilidade política mexicana permitiu certa liderança, tanto junto a países da América Central e do Caribe como da América do Sul. Alguns entre os últimos, vivendo momentos débeis da sua vida democrática, não lograram desenhar imagens positivas internacionais, como aquelas que associaram muitos povos do Terceiro Mundo ao México das liberdades políticas e da defesa intransigente da autodeterminação dos povos nos governos de Luís Echeverria e Lopez Portillo.

A Argentina — que viveu na década de 1970 a dramática transição de um segundo momento do peronismo, com a crise do governo de Isabelita Perón, para o chamado processo de reorganização nacional, que se iniciou com o golpe de 1976 — não teve seus movimentos de inserção internacional profundamente alterados. A política externa argentina manteve padrões de conduta, apesar da crítica da opinião pública mundial sobre o desrespeito aos direitos humanos. Características da inserção internacional do peronismo estiveram presentes nos governos militares. As relações da Argentina com a União Soviética durante a ditadura foram normais e regulares, amparadas pela venda de grãos argentinos.

Entretanto, nenhum país da América Latina teve, na década de 1970, um desempenho tão exemplar na busca de autonomia como o Brasil. O complexo e confuso reordenamento do sistema internacional exigiu uma ação declaradamente pragmática e flexível da política exterior do Brasil. O projeto do nacionaldesenvolvimentismo correria riscos se não fosse bem entendido pelos formadores de opinião e tomadores de decisão na área externa. Araújo Castro, diplomata que tivera papel importante na formulação

da política exterior no início dos anos 1960, afirmou que o Brasil era "chamado a viver" em um novo mundo, com regras próprias e inéditas. O pragmatismo nos anos 1970 não postulou a destruição dessas regras do jogo. Ele procurava alterar a posição relativa do Brasil na hierarquia dos poderes. Daí o Brasil ter representado, para o sistema internacional da época, um papel especial que levou vários especialistas a qualificar o país como "potência média" ou "poder ascendente".

A ideologia do "Brasil grande" também ofereceu sua cota de participação à busca de maior autonomia do país na ordem internacional vigente. A euforia desenvolvimentista dos setores médios da sociedade facilitou a relação simbiótica entre empresários, políticos, burocracia civil, diplomatas do Itamaraty e militares instalados no Planalto. Um certo consenso teve lugar na formulação e na implementação da política exterior brasileira, cujo fim era o fortalecimento de grandes empresas nacionais, chamadas a importar e desenvolver tecnologias ao ponto de superar a histórica dependência estrutural diante das matrizes capitalistas.

A euforia do "milagre brasileiro" também engendrou ilusões. A primeira delas, sustentada na idéia de que o modelo de desenvolvimento com base na obtenção de altos saldos comerciais e de crescente endividamento externo não teria limites, revelou seus efeitos na vulnerabilidade econômica observada ao longo da década seguinte. As crises de preços do petróleo, da elevação das taxas de juros e da dívida externa mostraram os limites desse modelo de inserção internacional.

A segunda, alimentada pela euforia do "Brasil grande", converteu o otimismo excessivo em descrédito acerca da capacidade de reinserção internacional do país nos moldes que vinham da era Vargas. As dificuldades do Estado, de suas contas públicas, dos altos níveis inflacionários, das desigualdades sociais internas, entre outros fatores, reduziram a capacidade de ação internacional do gigante da América do Sul. A América Latina, como um todo, se ressentiria de problemas semelhantes na passagem dos anos 1970 para os anos 1980.

7.2.3 Os novos interesses na Ásia e na África

As relações internacionais na Ásia dos anos 1970 foram dominadas por quatro grandes atores: o Vietnã, a Índia, a China e o Japão. Os três primeiros representaram papel protagônico no início da década. O Vietnã, que foi mais objeto que sujeito da agenda internacional, perderia sua importância relativa ao longo daqueles anos. O Japão emergiria como uma definitiva referência de poder no contexto asiático. A Índia e a China foram acumulando, cada uma a seu modo, capacidade de articular seus interesses próprios e objetivos estratégicos na agenda internacional.

O Vietnã buscou estender sua influência política e militar na região. Desafiando ora os Estados Unidos ora a China, o Vietnã soube aproveitar-se das tensões ainda presentes entre as superpotências nos tempos da *détente*. As elites vietnamitas, apoiadas por Moscou, trataram de explorar as dimensões ideológicas da competição entre os dois gigantes para enfatizar seu projeto de poder para parte do sudeste asiático (Camboja).

O fim da Guerra do Vietnã, em 1973, não trouxe paz ao país. A luta pela reunificação entre o norte e o sul, em favor do regime de Hanói, foi apresentada pelas lideranças comunistas vietnamitas como uma etapa do projeto estratégico de proteção do país contra a China. Em abril de 1975, diante da ofensiva comunista, Saigon sucumbiu. A partir dessa fase, o expansionismo vietnamita levou à transformação do Laos e do Camboja em verdadeiros protetorados, entre 1977 e 1979, com a ocupação militar vietnamita do Camboja.

A Índia, por outro lado, apresentou-se no xadrez oriental não apenas pela força da sua população, mas também pela tradição profissional das suas forças militares. A inclinação indiana em relação aos soviéticos não representou, simultaneamente, qualquer ruptura significativa com o Ocidente. Semelhante ao caso brasileiro, a Índia buscou certa autonomia no jogo internacional da década.

O mais importante desafio internacional da Índia, no entanto, dizia respeito às suas relações com o Paquistão. Na década de 1960, o desentendimento entre os dois países iniciara-se com a progressiva anexação indiana da Caxemira. Na década de 1970, foram a independência de Bangladesh e as alianças estratégicas do Paquistão com a China as causas

das desavenças. A situação evoluiu, especialmente depois do primeiro experimento atômico da Índia em 1974, para um ponto de acomodação a favor da liderança indiana na região.

A China, depois de quase 20 anos de isolamento, volta ao sistema internacional nos anos 1970. Superadas as principais razões do isolacionismo chinês, como o ostracismo imposto pelas potências ocidentais, a revolução interna permanente e o condomínio soviético-americano sobre o mundo, a China soube reabrir seus novos caminhos no sistema internacional. Denunciando o congelamento de poder criado pelas duas superpotências, a China, proscrita das Nações Unidas pelo desejo norte-americano, retomou os passos na conquista do seu lugar no concerto das nações.

Disposta a apresentar sua própria proposta ideológica separada da União Soviética e fazendo valer o seu peso demográfico, militar e econômico, a China começou a revelar-se como uma alternativa de poder na Ásia. A nova percepção do lugar da China na Ásia e no mundo foi claramente anunciada em abril de 1971 pelas lideranças políticas e formuladoras da política internacional daquele país. Configuradas como uma nova política externa, as características fundamentais do projeto chinês foram a recusa da hegemonia soviética no mundo e a aproximação com os Estados Unidos.

Estudadas ponto a ponto na visita secreta de Kissinger a Pequim em julho de 1971, as mudanças conceituais na política internacional da China tornaram-se visíveis na visita de Nixon a Pequim, de 21 a 28 de fevereiro de 1972. O equilíbrio na Ásia aproximava, assim, os chineses dos norte-americanos e os indianos dos soviéticos. Em 1973 era a vez de Pompidou visitar a China para mostrar que havia também uma política européia e francesa, em particular, para a China. Chu En-Lai diria que a aproximação sino-européia mostrava a vontade dos povos em preservar suas soberanias e reforçar as independências nacionais. Era o sinal de uma política mundial da China, autônoma e de apoio a experiências de povos que buscavam espaços próprios de afirmação no contexto internacional.

Os novos desafios da China conduziram-na à África, à América Latina e ao Oriente Próximo, nessa última região, especialmente, apoiando os palestinos. Para a Ásia, defendeu uma política de contenção dos interesses soviéticos e criticou o tratado destes últimos com os indianos, bem como a

proposta de Brejnev de criação de um sistema de segurança coletiva para a Ásia.

Outro ponto fundamental da reinserção chinesa na década foi a entrada oficial da China como membro das Nações Unidas, substituindo a China nacionalista e ocupando um dos assentos permanentes no Conselho de Segurança. A partir dessa posição, obtida oficialmente em 26 de outubro de 1971, a China pôde realizar seus projetos próprios e afirmar, de forma efetiva, seus interesses no jogo internacional.

O Japão, finalmente, iniciava sua caminhada original à condição de segunda economia do mundo. Apareceu na época como um arquipélago ocidental incrustado nas águas asiáticas. Ancorado em um modelo discreto, mas eficiente, de inserção internacional, o Estado japonês soube aproveitar as brechas da presença norte-americana no país para construir seu próprio projeto. Reconheceu o Japão à China continental e assinou acordos de cooperação comercial a partir de setembro de 1972, com a visita do primeiro-ministro Tanaka à China. Em 1978, eram assinados tratados de paz e amizade entre Tóquio e Pequim.

No Oriente Próximo, o cenário internacional foi conflitivo por quase toda a década. De guerra em guerra, o padrão de comportamento dos países da região demonstrou a efervescência dos ânimos e a difícil convivência dos povos. Da crise de Suez, em 1956, à crise de maio de 1967, quando Nasser exigiu do secretáriogeral da ONU a retirada das tropas de paz do território egípcio, as atitudes prenunciavam a guerra do Kippour, em 1973, iniciada com a ofensiva egípcio-síria sobre Israel.

A guerra Irã-Iraque, iniciada em 1980, mas preparada desde a tomada do poder por Khomeine, no contexto da chamada Revolução Iraniana (a partir de janeiro de 1979), elevaria a pressão na região a níveis insuportáveis. Componentes do clima ideológico da guerra fria ainda se faziam presentes no Oriente Médio da década de 1970.

Na África, uma outra leva de independências modificaria as relações de força em algumas partes. O colonialismo resistente de Portugal cedeu, com a Revolução dos Cravos de 1974 e a erupção nacionalista dos movimentos de independência, à emergência de novos Estados. Angola e Moçambique deixariam a condição colonial em 1975 para enfrentar lutas internas quase sempre envoltas em forte presença internacional. Angola esteve no centro de

nova tensão entre norte-americanos e soviéticos, envolvendo cubanos e sul-africanos pelo controle estratégico da África austral, bem como das rotas de petróleo e minerais do Atlântico Sul. As independências de Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe encerrariam o longo colonialismo português na África. O "chifre" da África viveria, por sua vez, momentos dramáticos, em razão do envolvimento das superpotências, na década de 1970. O *apartheid* sul-africano colheria fortes reações internas e da comunidade internacional. A Nigéria ascenderia como um Estado essencial ao equilíbrio da África negra e à estratégia de poder dos países da aliança afro-árabe do petróleo. A Organização da Unidade Africana (OUA) seria palco de querelas diplomáticas entre Estados agrupados em torno de interesses divergentes e com perspectivas conflitantes acerca da inserção internacional do continente.

• 7.3 As ilusões igualitaristas

A década de 1970 também foi marcada pela determinação dos povos do Sul em projetar sobre o cenário internacional a expressão de seus próprios interesses. A África como um todo e parte da América Latina e da Ásia buscaram afirmar o conceito de Terceiro Mundo nas relações internacionais. Desde Genebra, em 1964, no contexto das primeiras sessões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), emergira o tema da acumulação da riqueza mundial nas mãos de poucos países. O Grupo dos 77, criado pelos países do Sul para fazer frente às condições que lhes eram impostas pela economia internacional, constituiu-se como força política e ator dinâmico.

Os três continentes, embalados pela perspectiva de incluir o mundo em desenvolvimento no centro das preocupações dos países desenvolvidos, esforçaram-se para a formulação de uma agenda internacional própria. A percepção da condição de dependência estrutural em relação aos centros econômicos e estratégicos fez com que esses países sonhassem com o nascimento de uma nova ordem internacional, econômica e politicamente mais justa.

Na tentativa de influenciar o sistema internacional para alterar as gritantes assimetrias entre os Estados, as elites dos países recém-descolonizados

aproximaram-se da América Latina e da Ásia para inventar uma frente comum dos países em desenvolvimento. As 120 nações presentes na Unctad de 1964 olharam-se umas às outras para reconhecer afinidades, potencialidades, carências e diferenças. Os resultados desse encontro projetaram sobre a década posterior o sonho do igualitarismo, em especial junto aos foros multilaterais da agenda internacional.

Com a reivindicação do diálogo Norte-Sul, formava-se a frente dos povos atrasados. A unidade no infortúnio parecia suficientemente sólida, de acordo com seus líderes, para a garantia de um mínimo de concertação de todos em torno de grandes matérias internacionais de interesse comum. A realização de interesses concretos de desenvolvimento, tais como a reforma das regras do comércio internacional, a transferência de recursos e tecnologias para o Sul, a eliminação de barreiras alfandegárias no Norte, a valorização dos produtos de exportação do Sul, a criação de preferências comerciais sem contrapartida, a desideologização das relações internacionais e o reforço da cooperação internacional passaram a integrar os objetivos das políticas exteriores latino-americanas, africanas e de alguns países asiáticos.

Para os novos países africanos, alguns autores insistem na inexistência de objetivos claros de inserção internacional. Isso se tornou particularmente dramático entre os novos Estados da África sub-saárica, cujos inflamados discursos nos órgãos multilaterais atacavam as seqüelas do colonialismo vivido pelas sociedades africanas, mas não ofereciam alternativas políticas aos novos desafios.

As frustrações resultantes das dificuldades de diálogo no contexto da Unctad e as limitadas conquistas das chamadas Décadas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1960 e 1970) levaram os países do Terceiro Mundo a propor a declaração e o programa de ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), convertida em Resolução da ONU em 1979. As diplomacias terceiro-mundistas nas Nações Unidas foram muito ativas na defesa do texto da declaração. Por meio dela, buscavam reduzir a dependência em relação aos centros hegemônicos e explorar o ambiente da *détente*.

Esforços deliberados de cooperação econômica foram ensaiados, apesar das dificuldades de coesão prática entre tantos países e interesses distintos. As resoluções aprovadas e recomendadas no sistema das Nações Unidas

permitiram, pelos menos, elevar o sentido de justiça nas relações internacionais. Os países do Terceiro Mundo lutaram, nas assembléias gerais das Nações Unidas, e da Unctad em especial, para que se aprovassem textos e conceitos favoráveis ao desenvolvimento dos povos atrasados.

Não resta dúvida de que os esforços convergiram para a ampliação de conceitos fundamentais para a nova organização dos espaços econômicos internacionais. Os resultados práticos, no entanto, foram menores. As recomendações de foros multilaterais como a Unctad tiveram aplicabilidade limitada.

O Movimento dos Países Não Alinhados, nascido na década de 1960, é produto do mesmo contexto de reivindicações da frente dos povos atrasados. Em certo sentido, o movimento foi a tradução política da busca pela nova ordem econômica internacional. O não-alinhamento não era fenômeno inédito à década de 1970, mas alcançou então maior projeção política em razão das novas condições criadas pelo clima de *détente*.

A reafirmação do princípio da coexistência pacífica pelos países não alinhados, por meio de uma política de solidariedade internacional, permitiu uma certa aproximação entre os regimes políticos da América Latina, Ásia e África. Em agosto de 1972, os ministros das Relações Exteriores dos Países Não Alinhados aprovaram um Programa de Ação em matéria de cooperação econômica entre esses países e outros em desenvolvimento. Em 1975, era celebrada uma grande conferência internacional dos países não alinhados sobre o tema das matérias-primas. Também em 1975, recomendou-se a criação de um fundo de solidariedade para o desenvolvimento econômico e social dos países não alinhados, um outro fundo especial para o financiamento de reservas reguladoras de produtos básicos e um conselho de associações de países em desenvolvimento produtores de matérias-primas.

Uma iniciativa importante do Movimento dos Países Não Alinhados foi o desenvolvimento de uma estratégia de eliminação do *apartheid* na África do Sul ao propor um boicote total à Pretória. Na cúpula de Harare, já na década seguinte, várias resoluções foram tomadas para o fortalecimento da capacidade econô-mica dos países da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbabue, Botsuana, Lessoto, Tanzânia e Suazilândia).

Outras iniciativas podem ser enumeradas, especialmente na segunda metade da década de 1970, no sentido de fornecer ao Terceiro Mundo certa consistência prática a suas ambições de reordenamento internacional. Apesar das dificuldades, alguns ganhos morais e jurídicos foram alcançados pelos países não alinhados. Em Manila, em 1976, produziu-se a famosa resolução que estabeleceu um programa básico para a cooperação econômica entre os países marginais ao sistema de poder mundial. A Declaração e o Programa de Ação de Manila abriram uma série de manifestações oficiais nesse mesmo sentido, como as do México em setembro de 1976, de Buenos Aires em setembro de 1978, da Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1978, de Arusha em fevereiro de 1979 e de Viena em agosto de 1979.

Vale reforçar que os ganhos jurídicos resultantes das resoluções do Grupo dos 77, do Movimento dos Países Não Alinhados e da Unctad não podem ser de todo subestimados. Alguns Estados tiraram proveito do sistema global de preferências comerciais para avançar seus próprios interesses. As reformas do Gatt beneficiavam-nos ao permitir a proteção das indústrias nascentes. O Brasil, que teve discreta e ativa participação na Unctad e no Grupo dos 77, obteve ganhos excepcionais tanto no norte quanto no sul. Em outras palavras, o discurso universalista da política exterior do Brasil, que situava o país entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, utilizava o multilateralismo como uma boa estratégia para a obtenção de ganhos externos.

• 7.4 A intranquilidade econômica

A intranquilidade econômica foi também uma das grandes marcas da ordem internacional dos anos 1970, em razão das incertezas acerca do desenvolvimento do capitalismo. Algumas das dificuldades daquela década, para os formuladores de política internacional, lembram os desafios dos anos 1990. As próprias matrizes da economia política da globalização desse período foram plantadas naquela época.

As crises econômicas que se sucederam, de 1973 a 1979, tornaram o sistema internacional da *détente* vulnerável e abalaram os componentes da produção, do comércio e das finanças internacionais. As tensões entre o Norte e o Sul recrudesceram e as relações entre os dois gigantes, que

oscilaram entre a cooperação e a desconfiança, se modificariam para uma nova forma de antagonismo no final daqueles anos e no início dos anos 1980.

As forças profundas, no sentido renouviniano, foram modificadas pelas transformações econômicas. A crise do sistema financeiro mundial, iniciada pelas dificuldades de sustentação do padrão monetário do dólar, fez de 1971 e 1973 anos carregados de dramaticidade. A gradual erosão do valor internacional do dólar, que expressava a própria diminuição de importância da economia norte-americana, provocaria, nos anos 1980, a elevação das taxas de juros internacionais. E essa elevação foi um desastre para economias que haviam orientado sua inserção econômica pela via do endividamento externo.

O caso brasileiro foi exemplar: os elevados saldos da balança comercial gerados nos anos 1980 seriam consumidos pelo pagamento de dívidas externas contraídas a juros baixos nos anos 1970. O sugamento de recursos de países do Terceiro Mundo tornaria insustentáveis os projetos nacionais de desenvolvimento de países da América Latina, África e Ásia. O Brasil, o México e a Argentina foram exemplos claros das dificuldades criadas pela crise do padrão dólar e das taxas de juros internacionais.

A segunda grande crise econômica da década, a do petróleo, foi desdobrada em duas fases. Os dois choques de preço, em 1973 e em 1979, mostraram a vulnerabilidade energética de muitos projetos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, trouxeram duas contribuições relevantes ao reordenamento do sistema internacional. Em primeiro lugar, os países periféricos produtores de petróleo puderam apresentar-se em bloco, especialmente os árabes, que, enriquecidos com a crise, passaram a reivindicar posições-chave no planejamento das atividades econômicas em escala global. Em segundo lugar, a crise provocou o drama do custo relativo do consumo de energia, levando agentes produtivos a poupar hidrocarburetos e a encontrar fontes alternativas. Nascia, em 1974, a Agência Internacional de Energia (AIE).

Essa nova carência animou empresas que, reagindo à estagnação da produção de bens, à inflação de preços e ao custo energético, desenvolveram um novo e intrincado processo de produção de bens e de organização do mundo do trabalho e do consumo. O mundo das décadas seguintes seria outro a partir dessas modificações paradigmáticas na economia mundial. Uma

primeira seria a explosão de novos instrumentos financeiros associados ao desenvolvimento de sistemas altamente organizados que resultariam na flexibilização geográfica da produção industrial. Uma segunda seria o declínio da economia das chaminés em proveito de uma nova economia sustentada na concentração de inteligência, na robótica, criadores de um novo paradigma tecnológico-industrial. O próprio Estado nacional começa a entrar em reforma diante dos processos acelerados de globalização econômica.

Assim, os anos 1970 assistiram, ao lado da *détente*, da diversificação de interesses no sistema internacional e dos sonhos frustrados dos pobres de participarem das decisões internacionais, ao início de uma verdadeira terceira revolução industrial. Como repercussão dessas profundas mudanças, a balança de poder internacional, por sua vez, seria em parte modificada, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Referências

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en la economía política mundial.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.

CALVOCCORESSI, Peter. *World politics since 1945*. London: Longman, 1991.

CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional*: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora da UnB, 1994.

COLARD, Daniel. *Les relations internationales de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1991.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Relations internationales. 2. Questions mondiale* s. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

DI NOLFO, Enio. *Storia delle relazioni internazionali, 1918-1992*. Bari: La Terza, 1995.

FAWN, Rick; LARKINS, Jeremy. *International society after the Cold War*: anarchy and order reconsidered. London: MacMillan, 1996.

GERBET, Pierre. *La construction de l'Europe*. Paris: Imprimerie Nationale, 1994.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *The age of extremes. A history of the world, 1914-1991*. London: Pantheon, 1994.

INSTITUTE OF CENTRAL EUROPEAN HISTORY. *The history of international relations in Central and Eastern Europe*. Romania: Cluj-Napoca, 1995.

LE BRETON, Jean-Marie. *Les relations internationales depuis 1968*. Paris: Nathan, 1983.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale au 20e siècle*. Paris: OCDE, 1987.

MILWARD, Alan et al. *The frontier of National Sovereignty. History and theory, 1945-1992.* London: Routledge, 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

VAÏSSE, Maurice. *Les relations internationales depuis 1945.* Paris: Armand Colin, 1991.

WOODS, Ngaire. *Explaining international relations since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales.* t. 4: 1962 à nos jours. Paris: Hachette, 1995.

______. *O pós-guerra fria no mundo*. São Paulo: Papirus, 1996.

Capítulo 8
As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização

Paulo Roberto de Almeida

Introdução: a grande transformação do final do século XX

Do ponto de vista da história das relações internacionais, as duas últimas décadas do século XX constituem uma espécie de processo inacabado, algo como o equivalente geopolítico de um "canteiro de obras", atuando como linha divisória entre duas épocas: a fase clássica da guerra fria, por um lado, uma emergente e algo incipiente "nova ordem internacional", por outro. Ainda que sua conceitualização pareça incerta, os momentos fortes desse período não são difíceis de serem identificados: entre o final dos anos 1980 e o início da década seguinte, o mundo passou, nos termos do historiador francês Ernest Labrousse, por uma "conjuntura histórica de transformação", separando a bipolaridade estrita do pós-guerra de uma nova situação econômica e política caracterizada por múltiplas polaridades, cujos contornos não estão ainda muito bem definidos.

O historiador de uma geração mais à frente poderá, quiçá, encontrar um conceito que epitome, de forma paradigmática, esses anos de mudanças intensas nos equilíbrios estratégicos construídos durante a era nuclear, confirmando esse período como a verdadeira fase final de um "breve século XX", que teria começado com os canhões de agosto de 1914 para encerrar-se, menos de 80 anos depois, com a queda do Muro de Berlim, em outubro de 1989, e o desmantelamento da União Soviética, em dezembro de 1991.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm, o breve século XX teria se concluído nesse episódio melancólico, sucedendo ao "longo século XIX" que, entre 1815 e 1914, tinha sido caracterizado por uma situação de relativa

paz européia e assistido, sob a hegemonia da libra esterlina e do padrão ouro, à segunda onda da globalização capitalista. Um “tecnocrata” cristão, como o ex-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), parece concordar com o marxista Hobsbawm, pois que Michel Camdessus chegou a considerar a insolvência temporária do México como a primeira crise financeira do século XXI. De fato, os anos 1990 foram agitados por grandes turbulências financeiras que, começando pelo México, em 1994-1995, e se espraiando em 1997 pela Ásia Oriental, viriam atingir a Rússia e o Brasil, entre 1998 e 1999.

A “grande transformação” a que o mundo assistiu nessas duas décadas — para retomar o conceito de maior amplitude histórica introduzido por Karl Polanyi — possui, portanto, tanto componentes de ordem econômica como fatores de natureza política, sem que se possam separar os fatores contingentes, ou acidentais, daqueles elementos mais estruturais que, no plano internacional, determinaram algumas das mudanças mais significativas desse período. O império multinacional soviético e o próprio regime socialista na União Soviética, por exemplo, caíram por causa de sua reconhecida ineficiência econômica ou devido à perda completa de sua legitimidade política? O observador do presente não dispõe, ainda, de uma noção unificadora de todo um conjunto contraditório de alterações na economia e na política mundiais, mesmo se historiadores, economistas e cientistas políticos não hesitassem em propor uma profusão de variáveis explicativas para esse período rico em redefinições globais.

De forma não surpreendente, grande parte dessas análises é marcada por um certo sentido de conclusão e de ruptura: queda dos impérios (Paul Kennedy); fim do Estado-nação e aparição do *borderless State* (Kenichi Ohmae); fim do Estado territorial e ascensão do Estado comercial (Richard Rosecrance); fim do Terceiro Mundo (Nigel Harris); fim do dualismo político e econômico entre o socialismo e o capitalismo; aprofundamento da diferenciação entre países pobres e países ricos; fim das ideologias (já anunciado desde os anos 1950 por Daniel Bell); ou mesmo, segundo Francis Fukuyama, o próprio “fim da História”. Ainda que este não se tenha manifestado de verdade, o que se logrou, no limiar do século XXI, foi o “fim da Geografia”, com a eliminação progressiva e o virtual desaparecimento de

algumas das fronteiras políticas que impediam, até aqui, a unificação efetiva dos mercados globais.

Mesmo que o consenso historiográfico não se tenha formado ainda em torno de uma caracterização uniforme do período, alguns grandes temas emergem do exame dessas duas décadas e são eles que devem mobilizar a atenção na análise que se segue:

a) crise e obsolescência do socialismo centralizado como modo alternativo de produção e de organização política, enquanto fator determinante na "grande transformação" do sistema de relações internacionais no final do século XX;

b) reafirmação da economia de mercado e da democracia "burguesa" enquanto pólos dominantes do novo sistema interdependente dominado pelo modo de produção capitalista, como princípios unificadores da "nova ordem internacional";

c) emergência de "novos" problemas globais — ligados ao meio ambiente, aos direitos humanos, à saúde (Aids), à sociedade da informação e ao terrorismo, entre outros — que passam a dominar a agenda global no lugar da luta em torno de esferas de influências e de esquemas militares dissuasórios ou ofensivos;

d) ascensão triunfal da "nova" economia, com seu cortejo de revoluções tecnológicas nas áreas de informática, telecomunicações e biotecnologia; e

e) persistência teimosa dos "velhos" problemas de desenvolvimento que dominam a vida (em alguns casos, a morte) de grandes frações, talvez a maioria, da humanidade.

• 8.1 A década de 1980: dez anos que abalaram o mundo

A década de 1980 tem início, na verdade, em 1979, com alguns eventos relevantes: a invasão militar do Afeganistão pela União Soviética — que prometia estender ainda mais o alcance mundial do socialismo de tipo soviético — ; a revolução fundamentalista no Irã, que retomava o radicalismo de suas predecessoras sociais — mas não ideológicas — de 1789 e 1917; o segundo choque do petróleo, cujo objetivo era reforçar o poder dos países em desenvolvimento sobre os destinos da economia mundial. Ela termina em 1991, com a derrocada do socialismo, a rotinização da Revolução Iraniana e o esfacelamento da unidade do cartel do petróleo, no rastro da longa guerra Irã-Iraque e da invasão do Kuwait pelo regime de Bagdá, seguida de sua desocupação forçada, em face de uma coalizão militar liderada pelos Estados Unidos.

No que se refere ao Terceiro Mundo, cuja unidade se afigurava tão promissora ainda no final dos anos 1970, ele foi, ao longo da década de 1980, progressivamente erodido pela crise da dívida externa e pela crescente fragmentação entre países de rápido crescimento econômico — na Ásia Oriental — e outros de desempenho sofrível (América Latina), medíocre (Ásia do Sul, Médio Oriente) ou mesmo catastrófico (África). Os resultados econômicos condicionaram, em grande medida, os sucessos políticos: os modelos de economia centralizada ou funcionando sob forte intervencionismo estatal enfrentaram, nos anos 1980, seus limites estruturais, numa época em que se projetou o fenômeno da integração de mercados — globalização — e uma acirrada competição econômica.

A agonia final do modo de produção socialista teve início quando a superpotência americana adotou o programa armamentista conhecido como “Guerra nas Estrelas”, forçando a superpotência soviética a tentar reproduzir o “keynesianismo militar” da administração Reagan, numa corrida tecnológica e militar que, a seu termo, se revelará custosa demais para a União Soviética. O final político reativamente rápido dessa “era dos extremos” da competição hegemônica global, para seguir o título do livro de Eric Hobsbawm sobre o breve século XX, pode, no entanto, ser contraposto, do ponto de vista econômico, ao longo século XX de Giovanni Arrighi, isto

é, a continuidade cíclica do século americano e o lento deslocamento de hegemonias econômicas (Japão, União Européia), sem claras alternativas ao capitalismo triunfante de um *fin-de-siècle* pouco complacente com os perdedores (ex-socialistas, países da África, partes da América Latina e do Oriente Médio). Os praticantes da *histoire immédiate* não dispõem, ainda, de recuo suficiente para poder avaliar qual dos fatores em jogo — competição militar, globalização econômica, perda de legitimidade política do socialismo — pode ser mais bem invocado para explicar a grande transformação dos anos 1980.

Esse período é marcado pela superação do conflito Leste-Oeste e pela fragmentação do Terceiro Mundo, o primeiro podendo ser considerado um evento já delimitado historicamente e o segundo, um processo ainda em curso de desenvolvimento. O encerramento da oposição ideológica global entre o socialismo e o capitalismo assume, evidentemente, aos olhos dos cientistas políticos do Norte, importância capital na delimitação de uma nova fase das relações internacionais contemporâneas, enquanto a crescente diversificação do Sul não foi ainda devidamente mapeada e interpretada pelos analistas dessa disciplina, geralmente egressos das universidades dos países avançados e pouco propensos, nesse sentido, a inserir países periféricos ou em desenvolvimento em suas equações sobre os equilíbrios globais.

8.1.1 O fim do socialismo e seu impacto nas relações internacionais

Ao publicar, em 1981, a primeira edição de seu consagrado *Tout empire périra*, Jean-Baptiste Duroselle atribuía uma importância particular ao Império Soviético enquanto sistema de poder e como alternativa ao capitalismo. Dez anos depois, ao preparar uma versão revista de sua obra teórica, ele se viu obrigado a considerar a “mutação brusca” representada pela queda do ex-império, procedendo então a algumas transformações em seu livro, entre elas a de “abreviar as passagens onde (*sic*) tentava mostrar a vacuidade das teorias monolíticas” e a de “apresentar um novo desenvolvimento sobre a morte dos impérios, insistindo no exemplo soviético”.

Com efeito, os dez anos que se situam entre a morte do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brejnev, em novembro de 1982, e o próprio fim da União Soviética, em dezembro de 1991, “abalaram o mundo”, para usar a expressão consagrada por John Reed ao registrar o nascimento, em 1917, da alternativa socialista ao regime democrático liberal e ao modo capitalista de produção, então considerados as formas naturais de exercício do poder político e de organização econômico-social. Essa década de transformações importantes nos cenários econômico e político mundiais será, sobretudo, retida pelos historiadores como a da derrocada do comunismo de tipo soviético, como o ponto conclusivo de uma experiência, a do socialismo científico, que, em 70 anos de história, não conseguiu mudar o mundo, como prometia, desde o século XIX, o messianismo marxista e como proclamava, mesmo antes de 1917, o projeto bolchevista, inaugurado por Lenin quase no final da Primeira Guerra Mundial.

A liberalização do regime soviético, a partir de 1985, com Gorbachev, e o abandono progressivo do comunismo nos países da Europa Central e Oriental, seguidos do próprio desaparecimento da União Soviética, em 1991, introduziram a mais formidável transformação no sistema de relações internacionais tal como conhecido desde o final da Segunda Guerra Mundial e quiçá desde a conclusão da Primeira, que tinha visto emergir o regime socialista de tipo soviético. Durante o entreguerras, entretanto, o mundo ainda tinha vivido sob o impacto dos conflitos entre diferentes potências

européias, segundo um cenário que os marxistas caracterizariam como de "contradições interimperialistas". Apenas no final da Segunda Guerra, com o afastamento daquelas potências do primeiro plano internacional, o cenário evoluiria para a bipolaridade estrita entre duas superpotências emergentes.

O período da guerra fria pode ser caracterizado como o da disputa pela hegemonia entre a União Soviética e os Estados Unidos, e o seu final, em 1989, introduz um sistema pós-hegemônico, no qual as grandes potências e outros grandes atores mundiais passam a reger coletivamente — ainda que nem sempre de maneira coordenada — os negócios internacionais, numa espécie de consórcio informal, protagonizado pelo Grupo dos Sete (G-7: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá), ao qual foi politicamente associada, desde 1992, a Rússia (G-8).

Do ponto de vista político, a coordenação e a consulta regulares entre os grandes atores da cena internacional substituem os antigos cenários de confrontação militar entre os dois grandes blocos militares, a Otan e o Pacto de Varsóvia, este dissolvido com a derrocada final do socialismo de tipo soviético. O sistema de relações internacionais na era da guerra fria era baseado nas zonas de influência de cada um dos blocos e em distintos modelos de organização social e po lítica; o cenário emergente não abandonou totalmente o conceito de zonas de influência, mas passou a oferecer um único modelo, dito liberal-democrático, de organização política.

Do ponto de vista econômico, o ocaso do socialismo significou a incorporação à divisão internacional do trabalho de imensos territórios e de vastas populações antes marginalizadas dos circuitos de mercado. Com efeito, o socialismo sempre foi caracterizado por um desempenho medíocre em termos de produtividade nacional e por uma participação ainda mais insignificante nos fluxos de comércio internacional de bens e serviços. Não estranhamente, um dos processos mais relevantes do ponto de vista das relações internacionais nos anos 1980, contemporaneamente ao final da guerra fria e ao término das tensões político-ideológicas que dividiram o mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial, foi o da conversão das economias planejadas em economias de mercado, transformação ainda em curso em alguns cantos do planeta. Esse processo teve um início tímido, ainda no final dos anos 1970, com as reformas econômicas introduzidas na

República Popular da China pela equipe de Deng Xiao-Ping, continuou de forma confusa na União Soviética em meados dos anos 1980, com a adoção da *perestroika* por Mikhail Gorbachev, alcançou o Vietnã a partir de 1986, se espalhou de maneira febril pela Europa Oriental a partir da queda do Muro de Berlim em 1989 e acabou provocando o próprio colapso e desintegração da União Soviética em 1991, quando a conversão para a economia de mercado atingiu praticamente todas as ex-repúblicas socialistas da antiga União Soviética. No final dos anos 1990, apenas Cuba e Coréia do Norte ainda resistiam aos ventos da mudança ideológica, mas o desempenho desses dois países no campo econômico pode ser considerado medíocre.

A integração econômica mundial — conceitualmente identificada com o fenômeno da globalização — experimentou um enorme impacto a partir do processo de transição do socialismo ao capitalismo que esses países atravessaram no período: ela se traduziu, simplesmente, pela agregação de cerca de 10% adicionais ao produto bruto mundial, enquanto aproximadamente 30% da população total do planeta passava a ser incorporada aos circuitos já formalizados da divisão internacional do trabalho, contribuindo para a expansão do comércio e a utilização mais intensa das vantagens comparativas inerentes a uma tal diversidade de países. Para muitos desses países, a transição representou inicialmente uma queda nos volumes de produção e de comércio, com uma deterioração sensível das condições de vida e uma desorganização dos circuitos produtivos, por terem sido expostas a novas condições de trabalho empresas estatais que se apropriavam anteriormente de uma parte substancial da renda coletiva.

Outros países do chamado Terceiro Mundo, nem todos socialistas, mas contando muitos deles com uma expressiva presença do Estado em suas economias — o que também é o caso, pontua-se, de vários países avançados —, experimentaram, igualmente, a partir dos anos 1980, uma diminuição sensível do grau de intervenção governamental, que se manifestava sobretudo pelo alto grau de subsídios alocados a diferentes setores e pela fixação de preços em setores considerados estratégicos. Paralelamente, foi operado um processo de abertura econômica, de liberalização comercial e, de modo geral, de mais ampla exposição dos sistemas econômicos nacionais à concorrência estrangeira. As medidas de liberalização geralmente

incluíram a eliminação do controle direto na alocação de recursos, nos níveis de preços e no comércio exterior, bem como, no caso dos países institucionalmente socialistas, no desmantelamento de toda a estrutura dos mecanismos de planejamento centralizado.

Considerada em seu conjunto, a crise do socialismo real nos anos 1980 atuou como o fator mais poderoso de transformação sistêmica na ordem política e econômica mundial desde a derrota das potências coligadas do eixo na Segunda Guerra, abrindo caminho para um novo tipo de gestão hegemônica das relações internacionais. Pela primeira vez em muitos séculos, as grandes guerras, conhecidas tanto no sistema de soberanias nacionais de Vestfália, como nos regimes de equilíbrio de poderes do século XIX ou de alianças estratégicas da era bipolar, tornaram-se verdadeiramente obsoletas, muito embora os conflitos regionais e as guerras civis — travadas por motivos étnicos ou nacionalistas — tenham se intensificado, muitas vezes na indiferença das grandes potências. Assim, se o final dos anos 1980 assistiu a uma formidável "desmilitarização" das políticas externas dos grandes atores internacionais, resultou, entretanto, em novos focos de instabilidade, cuja administração passou a ser atribuída a uma Organização das Nações Unidas liberada dos impasses ideológicos que condenavam seu Conselho de Segurança a uma virtual paralisia.

8.1.2 Fim da guerra fria e mudanças no cenário internacional

A década de 1980 conhece, portanto, a superação do paradigma Leste-Oeste nas relações internacionais e o delineamento de uma espécie de *pax consortis* entre os principais atores mundiais, mas esse período foi também importante — embora desigual, em termos de capacidade transformadora e de inserção econômica internacional — para muitos países emergentes do mundo em desenvolvimento, com uma notável ascensão comercial e tecnológica da Ásia e uma exasperante estagnação econômica na América Latina, fenômeno combinado, neste último continente, a uma bem-vinda transição democrática nos antigos regimes militares, seguida da retomada dos projetos integracionistas que iriam frutificar em princípios dos anos 1990.

O mundo deixou de ser exclusivamente organizado em torno dos eixos Leste-Oeste e Norte-Sul para penetrar numa fase de crescente competição econômica e tecnológica e de acentuada multipolaridade política, muito embora se afirmassem a primazia econômica, a preeminência estratégica e a supremacia militar da única superpotência remanescente. Mas a situação quase imperial dos Estados Unidos era temperada, na verdade, pela relativa diluição de seu poderio econômico absoluto, bem como pela acirrada concorrência tecnológica mantida por “Estados comerciais” emergentes, como a Alemanha e o Japão, imitados progressivamente por muitos “tigres” asiáticos. Essa situação de alteração relativa na balança do poder mundial alimentou, no final da década, um animado debate acadêmico em torno do declínio do gigante norte-americano: “declinistas” (Paul Kennedy) e “hegemonistas” (Joseph Nye) concordavam em reconhecer a natureza mutável do poder americano, mas discordavam sobre a direção e os efeitos das mudanças detectadas.

Ao concluir-se a cisão histórica entre as economias centralmente planificadas e as de mercado livre — uma vez que mesmo a China socialista passou a aderir, a partir de 1979, aos princípios capitalistas de produção e distribuição —, o mundo parecia estar pronto para o que o presidente norte-americano George Bush chamou, em 1989, pouco depois da queda do Muro de Berlim, de uma “nova era nas relações internacionais”. Essa suposta nova

era, otimisticamente saudada por alguns como representando o fim do primado da força nas relações interestatais, logo se chocaria com a afirmação violenta dos nacionalismos — exacerbada no caso balcânico — e com a recrudescência de alguns conflitos regionais — continuamente explosivos, como no caso do Oriente Médio. Mas ela também evidenciaria o papel solitário — ainda que unilateral — assumido pelos Estados Unidos como uma espécie de *gendarme* do sistema internacional, embora apenas para aquelas áreas cuja estabilidade estivesse diretamente vinculada aos seus interesses nacionais.

Uma espécie de "fim da Geografia" no terreno econômico — em contraposição ao anunciado, mas desmentido, "fim da História" no terreno político — prometia, no final da década, a unificação definitiva dos espaços produtivo e comercial em todas as fronteiras ainda abertas à expansão das forças de mercado, desta vez sob o predomínio exclusivo do sistema capitalista. No campo da ordem econômica internacional e do sistema multilateral de comércio, a constituição de uma Organização Mundial do Comércio, na fase conclusiva da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt), encerrou a tarefa iniciada meio século antes, quando, na seqüência do processo iniciado em Bretton Woods, em 1944, se decidiu estabelecer, na Conferência sobre Comércio e Emprego de Havana (1947-1948), uma natimorta Organização Internacional do Comércio.

As linhas essenciais das relações internacionais nos anos 1980 são, assim, dominadas, no terreno político-diplomático, pelo declínio do socialismo — sob o impacto desafiador do capitalismo triunfante —, pela fragmentação dos Estados nacionais e pela ascensão da multipolaridade estratégica e, no campo econômico, pelas forças contraditórias, mas amplamente complementares, da globalização e da regionalização. À conclusão do antagonismo ideológico entre Leste e Oeste e à internacionalização produtiva, comercial e financeira provocada pela interdependência crescente das economias — fenômenos que caracterizam essa "nova ordem internacional globalizante" — contrapõem-se os processos de diversificação cada vez mais acentuada do Sul — com o reforço dos blocos regionais, a emergência da Ásia, por um lado, o marasmo de grande parte da América Latina e o declínio absoluto da África, por outro

— e de aprofundamento das desigualdades e do desemprego no próprio coração do mundo desenvolvido, assim como o preocupante, por vezes cruel, renascimento dos nacionalismos, introduzindo novas linhas de tensão, quando não de fissura, na nova geopolítica mundial.

Novos problemas e novos desafios estavam sendo colocados no horizonte político e econômico dos países que participavam ativamente da agenda mundial em princípios dos anos 1990, prometendo, para os anos finais do século XX, um *fin-de-siècle* tão instável como tinha sido o do século XIX e o início do século XX. De fato, as turbulências financeiras da segunda metade dos anos 1990 pareciam dar início a uma nova onda ascendente do ciclo recorrente de pânicos, manias e *crashes* que tinha caracterizado a história do capitalismo até meados do século XX.

• 8.2 Nova guerra fria e derrocada do socialismo

Durante a maior parte do pós-guerra, os Estados Unidos detiveram claramente a hegemonia econômica mundial e, em grande medida também, a preeminência político-estratégica sobre os negócios internacionais. A primeira era assegurada pela sua singular força econômica, comercial e tecnológica em face dos parceiros capitalistas tradicionais — Europa Ocidental e Japão, que empreendiam a reconstrução de seus aparelhos econômicos destruídos pela guerra —, mas também pelo relativo controle exercido sobre as instituições de Bretton Woods — FMI, Banco Mundial e Gatt —, que determinavam o padrão de comportamento esperado de economias colocadas em situação de interdependência no quadro de uma mesma ordem liberal-capitalista. Praticamente dois terços dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais eram feitos entre os próprios países capitalistas desenvolvidos — ou seja, membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criada em 1960 a partir da antiga Organização Européia de Cooperação Econômica (Oece) organizada em 1948 para administrar a ajuda dos Estados Unidos à Europa — uma vez que os países socialistas e em desenvolvimento detinham parcela diminuta dessas correntes de intercâmbio global.

Do ponto de vista estratégico-militar, a supremacia norte-americana era regida por um bem disseminado sistema de alianças regionais que, partindo

do próprio hemisfério, estendia seus tentáculos aos mais diferentes cantos do planeta. A partir do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), os Estados Unidos tinham indiretamente patrocinado ou promovido de maneira direta os mais diferentes tipos de associação política ou esquemas de defesa militar, todos comprometidos com a luta anticomunista e a promoção dos interesses do Ocidente: União da Europa Ocidental (UEO, 1948); Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, 1949); os tratados de defesa com a Austrália e a Nova Zelândia (Anzus, segundo as siglas dos países) e com o Japão, no mesmo ano (1951); os esquemas de defesa com os países do sudeste asiático (Tratado de Manila, de 1954, criando a Organização do Tratado do Sudeste Asiático — Otase), com algumas nações do Oriente Próximo (Pacto de Bagdá, de 1955, que evoluiu depois para o Cento, isto é, *Central Treaty Organization*); assim como, ao se iniciar a Guerra do Vietnã, a anticomunista Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, 1965).

Não se podia dizer, contudo, que a *pax* americana do pós-guerra fosse tão universalista como o foram, em suas épocas respectivas, a *pax* romana ou a *pax* britânica, uma vez que era não apenas contestada pela União Soviética, como também por outros foros regionais a vocação cultural (Liga Árabe, por exemplo) ou claramente política (como o Movimento não Alinhado, criado em 1961, por iniciativa dos líderes nacionalistas Tito, Nasser e Nehru, da Iugoslávia, do Egito e da Índia, respectivamente).

8.2.1 Relações entre as superpotências: da *détente* à nova guerra fria

Depois da longa era de conflitos diretos e indiretos entre as duas superpotências — Coréia (1950-53), Berlim (1961), Cuba (1962), Vietnã (1965-1975), Oriente Médio (1967-1973) —, os Estados Unidos e a União Soviética tinham encontrado um certo *modus vivendi*, materializado nos muitos encontros e negociações entre seus líderes, Nixon-Kissinger e Brejnev-Gromiko, de diminuição de tensões (acordo quadripartite sobre Berlim, de 1971) ou para o controle de armas, como, por exemplo, o Salt I (*Strategic Arms Limitation Talks*, de 1972). O entendimento bilateral se desdobraria numa iniciativa multilateral, com o lançamento da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em 1975, saudada pelos soviéticos como o reconhecimento do *status quo* na região e pelos ocidentais como uma vitória dos direitos humanos.

Mas o condomínio bipolar entraria em nova fase de tensão e a *détente* seria substituída por uma nova fase de guerra fria a partir da invasão do Afeganistão em 1979, da internacionalização da guerra civil em Angola e do desenvolvimento de novos sistemas de mísseis com ogivas múltiplas (SS-20) pela União Soviética. Uma nova era de *containment* ganhou redobrado vigor, com as declarações da Administração Reagan (1980) sobre o "império do mal", personificado na União Soviética, e a decisão de seu governo de aumentar os créditos de defesa e as despesas com equipamentos militares. Os sistemas de aliança militar, à exceção da Otan, não desempenham mais um papel significativo na nova estratégia norte-americana, visto que ela se destinava, sobretudo, a afirmar novamente a liderança inquestionável dos Estados Unidos em matéria de dissuasão e capacidade ofensiva.

Com a invasão do Afeganistão e algumas outras iniciativas soviéticas em países africanos, as negociações para um eventual Salt II ou para uma delimitação geográfica das zonas permitidas de instalação de sistemas de defesa antimísseis ficaram irremediavelmente comprometidas e o presidente Ronald Reagan decide tentar reviver a ordem mundial da *pax* americana. O lançamento, em 1983, de um "projeto de defesa contra os mísseis balísticos", mais conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica (ou

"Guerra nas Estrelas"), a um custo de mais de 26 bilhões de dólares, colocou a União Soviética frente à difícil escolha entre aumentar ainda mais sua superioridade "quantitativa" no terreno europeu ou levantar o desafio "qualitativo" colocado pelos Estados Unidos num terreno que ameaçava provocar a desestabilização do *status quo* militar e tornar obsoletos os sistemas conhecidos de dissuasão nuclear.

As relações entre as duas superpotências evoluíram das tentativas de um acordo parcial em torno do projeto de defesa estratégica dos Estados Unidos (tendo como contrapartida a redução do número de mísseis soviéticos na Europa Oriental) ao impasse total em meados da década, tendo em vista a recusa norte-americana de impor quaisquer limitações aos programas já decididos de interceptação espacial de mísseis intercontinentais: a neo-*détente*, já bastante frágil a partir do fracasso de uma conferência sobre os euromísseis em 1981, cede espaço à rigidez da antiga guerra fria. A nova liderança na União Soviética, a partir da ascensão de Gorbachev, em 1985, propõe uma concepção inteiramente nova da redução de armas convencionais e do controle de armas nucleares, consistindo na aceitação de uma certa desproporcionalidade no desarmamento sobre o terreno e na destruição de *todas* as armas nucleares. Mais adiante, Gorbachev retira as tropas soviéticas do Afeganistão (1988) e renuncia unilateralmente, ao exigir o abandono do programa "Guerra nas Estrelas" como condição prévia ao esforço de desarmamento conjunto, já provavelmente consciente de que uma nova corrida armamentista conduziria à exaustão do socialismo real.

De fato, a União Soviética, em meio a tentativas continuamente frustradas de reforma econômica, já não tinha mais condições de se lançar numa competição militar com os Estados Unidos, mas estes tampouco podiam dispor dos excedentes de recursos econômicos que tinham construído, no imediato pós-guerra, a glória do poderio militar norte-americano: o aumento da despesa com equipamentos bélicos resultou no acúmulo de *déficits* orçamentários e numa forte aceleração da dívida pública dos Estados Unidos. A diferença para com a União Soviética era a de que o gigante norte-americano podia financiar tal dívida, fosse pela emissão de uma moeda que permanecia largamente como o principal meio de reserva internacional, fosse pela colocação de títulos nos mercados financeiros mundiais (de fato, a remuneração dos bônus do Tesouro dos Estados Unidos

conheceu níveis de juros espetaculares nos anos 1980). O aprofundamento da crise na União Soviética e a retomada do crescimento econômico no Ocidente aproximam o sistema de relações internacionais do pós-guerra do momento unipolar: sua emergência seria dada, evidentemente, pela crise irremediável do sistema comunista.

8.2.2 O socialismo na contracorrente da história

O elemento singular mais relevante para a mudança de padrões nas relações internacionais contemporâneas, nas duas últimas décadas do século XX, foi o fim do socialismo enquanto pólo articulador de um sistema socioeconômico concorrente ao domínio tradicional do liberal-capitalismo. Essa dissolução de um sistema — cujas estruturas de comando e dominação tinham sido até então consideradas dotadas de uma certa rigidez — foi, de certa forma, inesperada, visto que ocorrida num momento no qual o socialismo de tipo soviético buscava, precisamente, reformar-se e adaptar-se às novas condições da revolução tecnológica em curso, caracterizada pela microeletrônica e suas aplicações às telecomunicações. A derrocada do socialismo que, para todos os efeitos práticos, confunde-se com o desaparecimento da própria União Soviética, foi fundamental para a superação substantiva do período conhecido como guerra fria e para a transição da bipolaridade para uma nova situação de equilíbrio e convivência entre grandes potências, cujos contornos não estão ainda bem definidos em termos de relações internacionais.

Em termos de periodização histórica, assistiu-se, nos anos 1980, a uma verdadeira ruptura entre duas épocas, tendo sido os três anos que vão da queda do Muro de Berlim, em outubro de 1989, ao desmembramento da União Soviética, em dezembro de 1991, decisivos nessa conjuntura política de transformação radical de toda uma civilização, o chamado sistema socialista: eles representaram uma nítida aceleração da história, eliminando em três anos o que tinha sido construído nas sete décadas anteriores de edificação socialista.

O processo de desmantelamento do socialismo foi, antes de tudo, ideológico, consubstanciado na perda de sua legitimidade política, mas tinha

causas sobretudo estruturais, uma vez que era resultado de anos de irracionalidades econômicas que tinham de ser sancionadas na prática. Assistiu-se, a partir de disfunções recorrentes no funcionamento dos mecanismos de produção e distribuição nos países do Império Soviético e de outras anomalias gerenciais que vinham se acumulando desde o fracasso das primeiras tentativas reformistas nos anos 1970, ao prosseguimento da lenta agonia econômica e à inesperada crise política do socialismo, seguida de seu desmantelamento definitivo enquanto sistema político e forma alternativa de organização social.

A crise estrutural atingiu indistintamente todos os representantes do modelo, a começar pelos satélites da Europa Oriental (Polônia e Hungria, em primeiro lugar), alguns representantes longínquos (na África, na Ásia e mesmo na América Latina), terminando por contaminar a própria sede do império, a União Soviética. Paradoxalmente, alguns discípulos periféricos (Cuba, Vietnã e Coréia do Norte) permaneciam formalmente socialistas, da mesma forma como a China, muito embora a inviabilidade econômica do sistema de planejamento centralizado tenha induzido, em quase todos eles, à adoção de sistemas mais flexíveis de organização da produção. As causas mediatas e imediatas do declínio político e da ulterior transição para economias de mercado das antigas economias socialistas não são ainda objeto de consenso por parte dos historiadores e analistas especializados: alguns tendem a privilegiar os elementos de competição com o imperialismo ocidental — a “Iniciativa de Defesa Estratégica” proposta no início dos anos 1980 por Reagan, por exemplo —, outros vão buscar no próprio seio de um sistema esclerosado as raízes da impossibilidade de reforma e a tendência inevitável à implosão dos socialismos reais.

8.2.3 Razões da derrocada socialista: irrelevância econômica internacional

Alguns observadores atribuíram à ação militante anticomunista do novo papa polonês Karol Woytilla, que assumiu em 1978 sob o nome de João Paulo II, uma das origens decisivas da derrocada progressiva do Império Soviético. Outros ressaltaram a fragmentação étnica do imenso Estado multinacional como fator de crises cada vez mais desestabilizadoras. Estudiosos adeptos do que se convencionou chamar de "história virtual" chegaram a ver nas desastradas experiências de liberalização ideológica e de reforma econômica, conduzidas de forma amadorística pelo novo líder soviético, a fonte das indecisões políticas que, ao paralisar os mecanismos de comando e descredibilizar o partido como fonte de poder, atuaram para minar internamente o Estado soviético. Sem Gorbachev, aventaram os proponentes da "história contrafatual", poderia não ter havido crise política e, portanto, final do socialismo (FERGUSON, 1999).

Pode-se, contudo, identificar na absoluta irrelevância econômica internacional do socialismo uma de suas dificuldades congênitas em afirmar-se como modelo a ser seguido ou tão simplesmente em obter recursos financeiros ou tecnológicos para continuar existindo num mundo cada vez mais interdependente. O mais provável é que um conjunto de fatores econômicos, políticos, diplomáticos e mesmo militares, de peso variável ao longo dessa década, tenham atuado progressivamente no sentido de inviabilizar o pesado modelo de administração centralizada e de escassa legitimidade social representado pela gerontocracia do Partido Comunista da União Soviética.

É certo, por exemplo, que o novo armamentismo protagonizado pela administração Reagan nos Estados Unidos muito fez para introduzir fatores de pressão adicionais sobre uma economia já funcionando sob tensão constante e com enorme desperdício de recursos, como a soviética. Sucedendo à diplomacia moralista de James Carter, que buscava a afirmação dos direitos humanos antes que o interesse "egoísta" dos Estados Unidos, o militantismo anticomunista de Ronald Reagan significou o retorno ao realismo nas relações internacionais, com a substituição das concessões

unilaterais feitas pelo governo anterior por uma política de confrontação diplomática e de endurecimento econômico conduzida implacavelmente.

O reforço então imposto pelo governo dos Estados Unidos aos mecanismos de bloqueio econômico e tecnológico aos países do sistema soviético — implementado de maneira unilateral ou por meio dos tradicionais foros ocidentais de coordenação e controle de exportações sensíveis, como o Cocom (*Coordinating Committee for Multilateral Export Controls*) — não deixará de suscitar conflitos de interesse com os demais parceiros da aliança atlântica, como manifestado, por exemplo, nos desentendimentos com vários países europeus a propósito da construção do gasoduto soviético ou em relação ao estabelecimento de listas de produtos controlados. A eficácia relativa dessas restrições foi evidenciada no aumento dos casos de espionagem tecnológica operada diretamente ou por meio de parceiros do campo socialista (Romênia, República Democrática da Alemanha — RDA).

Adicionalmente, a luta ideológico-política entre os dois sistemas rivais por prestígio e poder no Terceiro Mundo apenas podia resultar numa carga insuportável para o império desprovido de uma moeda livremente conversível no mercado internacional. Assim, o financiamento e armamento, pelos Estados Unidos, de grupos guerrilheiros anti-socialistas em diversas regiões e países em situação de conflito “ideológico” (Afeganistão, Nicarágua e Angola) foram muitas vezes conduzidos à margem de dotações orçamentárias normais ou de programas de assistência militar, com dinheiro reciclado a partir de operações comerciais pouco ortodoxas, ou mesmo utilizando recursos provenientes de tráficos de armas, quando não de drogas (escândalo Irangate, caso do Panamá). Na outra ponta, a sustentação pela União Soviética, muitas vezes ao preço de divisas fortes, de combalidos regimes “socialistas” em pontos distantes do planeta (Cuba, Etiópia, Vietnã) despertava reações contrárias mesmo no interior do Partido Comunista da União Soviética, já que contribuía também para drenar recursos de uma economia que, finalmente, retirava escassas vantagens materiais — algumas poucas matérias-primas, de pequena relevância nos mercados internacionais — de sua “clientela” terceiro-mundista.

Do ponto de vista econômico, por sua vez, a tentativa de reforma do sistema produtivo e distributivo iniciada por Gorbachev não conseguiu

resolver os graves problemas de gestão da economia socialista. Ao contrário do relativo sucesso da abertura política, consubstanciada na *glasnost*, a *perestroika* nunca foi capaz de eliminar os diversos pontos de estrangulamento existentes no campo econômico, tendo, ao contrário, agravado as disfunções já presentes na economia soviética ao não implementar de maneira conseqüente — como os comunistas chineses o vinham fazendo — mecanismos reguladores de mercado e relações capitalistas de produção e de apropriação em diversos setores da economia (agricultura, pequena produção manufatureira, comércio).

A *perestroika*, a despeito de alusões positivas manifestadas pelo próprio Gorbachev, pôde mesmo ser considerada uma espécie de “nova política econômica” (NEP) invertida: em lugar de permitir a subsistência de elementos de economia de mercado na fase inicial de instalação e reforço do partido-Estado, como pode ser caracterizada a correção de rumos imposta por Lenin na situação de comunismo de guerra de princípios dos anos 1920, o tímido reformismo econômico gorbacheviano foi conduzido num ambiente de tenaz resistência manifestada pelo decadente aparelho do partido-Estado, que lutava contra todas as manifestações nascentes da economia de mercado. Gorbachev foi obrigado a atuar no pior dos mundos, naquele contexto histórico de transição entre dois sistemas econômicos que Marx descrevia como essencialmente revolucionário e que tinha sido sintetizado numa brilhante frase de Trotski a propósito dos estertores da monarquia czarista e do nascimento do sistema soviético: o velho regime se recusa a morrer e o novo ainda não tem força para nascer.

Gorbachev talvez pretendesse implementar uma espécie de NEP da era da microeletrônica, algo que, no contexto da economia globalizada de finais do século XX, tinha tornado-se bem mais complicado do que aplicar a receita leninista de construção do comunismo, descrito como tão simplesmente “o socialismo mais a eletricidade”. Com efeito, uma das principais características do chamado mundo socialista sempre foi seu quase total descolamento da economia mundial, seu funcionamento em circuito fechado, de maneira autárquica ou quase auto-suficiente, com reduzidos fluxos de bens materiais ou imateriais a partir do resto do mundo. As relações comerciais e de compra e venda de tecnologia com os países desenvolvidos ou em desenvolvimento da esfera capitalista nunca superaram uma reduzida

proporção do já diminuto coeficiente de abertura externa da economia socialista. Ademais, em que pese o estado razoável de avanço da pesquisa científica pura na União Soviética, uma fração difícil de ser determinada dos aportes externos em matéria de inovação industrial era canalizada não por meio dos mecanismos legais de comércio de tecnologia, mas mediante a espionagem direta e indireta dos produtos e processos produtivos ocidentais, uma vez que a estrutura compartimentada da organização soviética em pesquisa e desenvolvimento — na qual a área militar tinha absoluta predominância sobre a civil — não permitia uma osmose regular com o setor industrial para seu *aggiornamento* tecnológico constante.

8.2.4 Impossibilidade de reforma e perda de prestígio externo

Por mais importantes que possam ter sido os fatores externos de pressão sobre os regimes do "socialismo real", parece claro ao historiador do século XX e, mais particularmente, ao observador do movimento comunista, que a formidável ruptura histórica que o mundo viveu entre 1989 e 1991 foi causada em grande parte por iniciativas tomadas pela própria liderança soviética. Mais do que por manobras dos inimigos do socialismo, o regime soviético — e, com ele, toda a herança histó-rica da Revolução de Outubro — foi inviabilizado e terminou por desaparecer por iniciativas do próprio partido único no poder. Essa situação não deixa de guardar uma certa correlação histórica com a análise de Tocqueville sobre os perigos da reforma política num sistema caracterizado pela rigidez das relações sociais, como revelado em seu ensaio sobre as origens da Revolução Francesa: os elementos precipitadores das crises políticas e econômicas que terminam por desencadear o choque político que provoca a derrubada de um regime de poder são suscitados pelas próprias elites dominantes, ao dar início a ajustes no sistema em vigor, num contexto de tentativas moderadas ou radicais de reforma. Ironicamente, no mesmo momento em que na França se comemorava com orgulho o bicentenário da Revolução Francesa, a convocação de "assembléias democráticas" na União Soviética e nos demais países do "socialismo real", em meados de 1989, servia para acelerar — como no precedente histórico da convocação dos *États Généraux* — a ruptura histórica com o *ancien régime* de tipo soviético.

Quaisquer que tenham sido as causas mediatas e imediatas, econômicas ou políticas da derrocada final, o impacto internacional da crise do socialismo foi determinante para o fim da guerra fria e o abandono definitivo de alguns "órfãos periféricos": Cuba, Coréia do Norte, Vietnã, Afeganistão e Somália. No início dos anos 1980, com a demonstração de sua inevitável rigidez tecnológica em face de uma sociedade capitalista cada vez mais transformada pela revolução da informática, o socialismo já tinha perdido sua aura de sistema intrinsecamente mais justo do ponto de vista social ou "potencialmente" superior ao vilipendiado modo capitalista de produção.

A partir daí, a perda de legitimidade interna e externa do socialismo conduziria à lenta erosão do sistema, muito embora o processo tenha adquirido características diversas, em função das sociedades nacionais envolvidas, e ritmos diferenciados, segundo a profundidade e as dimensões sociais da crise em cada um dos países envolvidos. Nos países dotados de uma sociedade civil relativamente independente em relação ao poder político (Polônia e Hungria), a ruptura ideológica já se tinha consumado muito tempo antes da contestação de fato do poder autoritário. O caso da China é, obviamente, particular nesse cenário, praticamente desde suas origens maoistas até a experiência inovadora da era Deng Xiao-Ping de reformas econômicas dentro de um sistema absolutista, uma vez que o grande país asiático sempre agiu como um Estado comunista guiado por seus interesses nacionais próprios, e não em função da estratégia mundial da União Soviética.

Foi no centro do império, finalmente, que se jogou o destino do comunismo, muito embora seu processo de desmoronamento tenha começado pelas fronteiras rebeldes do sistema, seja no catolicismo polonês, seja no islamismo asiático. A conjuntura decisiva de transformação histórica foi, efetivamente, representada pelo *annus mirabilis* de 1989, com o momento-chave da queda do Muro de Berlim, pois até 1988 praticamente, a União Soviética não tinha modificado substancialmente sua política em relação ao leste europeu e aos países bálticos. Estava voltada, até essa época e em especial durante os três primeiros anos da *perestroika*, para suas relações com os Estados Unidos e a Europa Ocidental, tratando do desarmamento e da liquidação de seu envolvimento no Afeganistão. O sistema congelado do leste europeu permanecia imutável e, com exceção da Polônia agitada pela força do novo sindicalismo, nada muda verdadeiramente nas burocracias de tipo brejnevista instaladas na maior parte dos países. Mas os eventos precipitam-se a partir de outubro de 1989 e, em dezembro desse ano, a reunião de cúpula Gorbachev-Bush em Malta proclama oficialmente o fim da guerra fria.

A situação tinha começado realmente a mudar quando a *perestroika* assumiu, no ano anterior, contornos de uma verdadeira luta entre conservadores e reformistas em Moscou e quando Gorbachev aceitou a descontinuidade da chamada “doutrina Brejnev”, isto é, a intervenção nos

assuntos internos dos satélites segundo o princípio da soberania limitada. A doutrina, vagamente lembrada durante toda a década de crises políticas sucessivas na Polônia, foi assim considerada caduca quando os dirigentes húngaros solicitaram — e surpreendentemente obtiveram — a retirada das tropas e das armas nucleares soviéticas (formalmente ainda do Pacto de Varsóvia) do território magiar, sob reserva de uma negociação com a Otan, no quadro das negociações da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e de redução de armas nos dois lados. A partir do final de 1988 e mais decisivamente no primeiro semestre de 1989, Gorbachev começou a negociar para a União Soviética, a partir de seu primeiro encontro com a primeira-ministra Margareth Thatcher, do Reino Unido — "Esse é um homem com o qual se pode tratar", diria ela —, as condições de uma nova relação (inclusive financeira e tecnológica) com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos de George Bush e a Alemanha de Helmut Kohl. Uma das condicionalidades colocadas pelos líderes ocidentais era, evidentemente, o desenvolvimento de um processo político democrático nos diversos países da chamada "cortina de ferro".

Esta já não era bem uma cortina e muito menos de ferro: se tanto, um véu esfarrapado, que começou a ser perfurado em vários pedaços, a começar pela Hungria, que passou a deixar escapar os dissidentes (ou simples descontentes econômicos) da República Democrática Alemã. Também, em relação à vizinha Polônia, o líder reformista soviético apóia as negociações entre o poder do general Jaruzelski e o sindicato contestador Solidarnosc, mas recusa-se, em nome da não-intervenção, a fazer pressão sobre as lideranças "conservadoras" dos demais países (Tchecoslováquia, Bulgária e, especialmente, a RDA). O próprio governo "militar" polonês de Jaruselski, no contexto da Europa sob tutela soviética, já representava uma ruptura de fato com o princípio da "ditadura democrática do proletariado" — isto é, dos partidos comunistas instalados no poder desde finais da Segunda Guerra —, uma vez que formalmente organizado à margem das estruturas de comando do Partido Operário Unificado Polonês.

O elemento decisivo, porém, da transformação do mundo socialista será o próprio povo dos países socialistas, em primeiro lugar o da RDA: ao começar a evasão pelas embaixadas de Praga e pelas fronteiras "mal guardadas" entre a Hungria e a Áustria, eles "voltaram com os seus próprios

pés", para usar outra expressão consagrada. Aparentemente, eles se cansaram de pedir por reformas políticas do tipo "Primavera de Praga" a seus dirigentes encastelados no poder: a ordem era simplesmente se instalar no Ocidente. Essa ameaça de uma imigração descontrolada do leste europeu para seus países, já confrontados à recessão e ao desemprego, também atuou na vontade dos líderes ocidentais no sentido de pressionar as autoridades dos países socialistas para uma liberalização mais rápida do processo político.

A visita de Gorbachev a Bonn, em junho de 1989, foi um triunfo de mídia, e também de negociações financeiras: a República Federal da Alemanha (RFA) assumiu quase todo o custo da sustentação da *perestroika* e, poucos meses depois, o da própria retirada das forças soviéticas da ex-RDA, a partir da reunificação, em outubro de 1990. O ano de 1989 marca, portanto, o auge da grande virada, inclusive para a nacionalista e stalinista Romênia, onde a liderança de tipo monárquico-feudal dos Ceausescu é eliminada no próprio sangue de sua incompetência política e brutalidade policial. A partir daí, os fatos se precipitam na própria União Soviética: a tentativa de golpe militar reacionário, em agosto de 1991, contra a liderança de Gorbachev, "salvo" na ocasião pelo "rebelde" Boris Ieltsin, que condena o Partido Comunista a assistir impotente sua eliminação do processo de transição para um novo tipo de regime, moderadamente pluralista.

A confusa negociação das bases de um novo tipo de regime federativo entre as repúblicas da velha União Soviética, que vinha sendo tanto sabotada quanto habilmente manipulada pelo presidente eleito da Federação Russa, Ieltsin, termina por um *coup-de-théatre*, em dezembro de 1991: a própria dissolução da União Soviética, numa negociação semiclandestina com os líderes das duas outras principais repúblicas, a Ucrânia e a Bielo-Rússia. Decidiu-se na ocasião o lançamento de uma nova modalidade de união voluntária entre as partes do império, teoricamente mais igualitária que a extinta União Soviética: a Comunidade dos Estados Independentes. Na prática, a Rússia herdou as obrigações internacionais da finada União Soviética, inclusive no que se refere ao cumprimento dos compromissos de desarmamento que tinham sido assumidos por Gorbachev em negociações sucessivas com Ronald Reagan ou George Bush.

O desmantelamento da União Soviética em 1991 representou, em suma, o mais importante fator político de alteração substantiva no sistema de relações internacionais herdado da guerra fria: dali em diante continuaria havendo afirmação das grandes potências, jogo de poder e mesmo a manutenção de uma certa tensão "psicológica" no tabuleiro nuclear, mas não haveria mais a irredutível oposição ideológica entre as duas superpotências remanescentes. A proliferação de novos Estados soberanos — formados, sobretudo, a partir das cinzas da União Soviética — também causaria um impacto relativo na estrutura institucional das relações internacionais, com um certo "inchaço" da ONU e da maior parte das grandes instituições econômicas multilaterais, sobretudo aquelas que simbolizavam o "mundo capitalista": as instituições de Bretton Woods, por exemplo, são, hoje, tão ou mais freqüentadas do que a própria ONU.

• 8.3 A economia mundial: crises, crescimento e diversificação

As relações econômicas internacionais nos anos 1980 e 1990 são caracterizadas pela irrupção de diversos mecanismos desestabilizadores em vários setores da vida econômica das nações, tornadas cada vez mais interdependentes: os movimentos são particularmente bruscos, traumáticos ou inovadores nos campos financeiro e monetário (flutuação desordenada das moedas e volatilidade dos capitais de curto prazo), dos mercados de capitais e das balanças de pagamentos (alta dramática das taxas de juros e crise da dívida externa dos países em desenvolvimento), bem como no sistema internacional de comércio (expansão do neoprotecionismo e introdução de uma vasta agenda negociadora no Gatt, absorvido depois pela Organização Mundial do Comércio — OMC). No início do período, o mundo emergia de duas graves crises energéticas — os choques do petróleo de 1973 e de 1979 — e os países ditos "responsáveis" buscavam aumentar o grau de coordenação sobre as políticas macroeconômicas e cambiais por meio de mecanismos informais de controle (encontros regulares de ministros de finanças, cooperação entre bancos centrais) ou da criação de novas instâncias de regulação de suas relações recíprocas — como a Agência Internacional de Energia, funcionando no âmbito da OCDE — ou com o Terceiro Mundo (promoção do chamado "diálogo Norte-Sul"). Em meados dos anos 1990, as esperanças depositadas numa nova fase de crescimento rápido no bojo da globalização — na qual se destacaram as economias emergentes da Ásia Oriental — se desfizeram nas grandes crises financeiras e cambiais da segunda metade da década, engolfando sucessivamente vários países asiáticos, a Rússia e o próprio Brasil.

8.3.1 Integração de mercados financeiros e anarquia monetária

O período assiste à erosão contínua do universo regulatório de Bretton Woods, no seguimento da suspensão, em 1971, por decisão unilateral do governo dos Estados Unidos, da convertibilidade do dólar e da eliminação, em 1973, do mecanismo de paridades cambiais fixas entre as principais moedas. As tentativas de controle das variações entre as moedas por meio da cooperação voluntária entre os principais protagonistas do mundo desenvolvido — introdução de bandas restritas a partir de 1979, no Sistema Monetário Europeu, ou a coordenação de políticas financeiras pelas autoridades monetárias do G-3 (Estados Unidos, Japão e Alemanha) ou do G-5 (mais o Reino Unido e a França), logo convertido em G-7 (com a adjunção da Itália e do Canadá) — não produzirão nenhum resultado apreciável em termos de disciplina cambial e os grandes mercados financeiros continuarão a se expandir de maneira mais ou menos anárquica durante toda a década. Os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, enviam ondas depressivas por toda a economia mundial, absorvidas mais ou menos rapidamente em função da capacidade dos países importadores em reverter em seu benefício os fluxos de divisas carreados pelos países produtores. Aqueles que não dispunham de bens duráveis ou equipamentos para satisfazer a nova sede de demanda dos países petrolíferos — isto é, os importadores líquidos de petróleo do Terceiro Mundo — tiveram de endividar-se para continuar a sustentar o nível de atividade.

Os desequilíbrios nas balanças de transações correntes de países desenvolvidos (Estados Unidos) ou em desenvolvimento (sobretudo da América Latina) desencadearão a elevação descomunal das taxas de juros (agora flutuantes) dos empréstimos contraídos em dólar, com terríveis conseqüências para os tomadores. Cabe lembrar que, durante a fase da “bonança dos petrodólares”, as taxas de juros tinham-se mantido em níveis quase negativos, em vista dos altos índices de inflação dos países da OCDE: nos anos 1980, elas se tornam violentamente positivas (saltam de menos de 8% ao ano para uma média de 14%, com picos de 18% e mesmo de 21%), no seguimento de medidas norte-americanas voltadas para a correção do poder de compra do dólar. A crise fiscal do Estado instala-se de maneira

igualitária nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, com tremendo impacto nos movimentos transnacionais de capital.

A consequência foi a mais formidável reversão dos fluxos líquidos de capitais ocorrida desde a fase áurea do colonialismo financeiro, em princípios do século: os países pobres convertem-se, de certa forma, em "exportadores de capitais" para os países mais ricos. Na Tabela 8.1, observa-se a dimensão brutal da inversão de recursos operada nos anos 1980.

Tabela 8.1

Transferências líquidas de recursos, 1980-1994 (em % do PIB)

Grupos de países	1980	1985	1990	1994
Em desenvolvimento	−2,6	−0,8	−1,0	0,2
América Latina	1,2	−4,7	−2,3	1,1
Brasil	2,3	−5,2	−1,7	−1,8
África	−1,7	−0,6	1,1	3,3
África Subsaárica	6,8	2,4	5,8	6,8
Ásia Ocidental	−2,0	1,0	−2,6	−0,9
Ásia do Sul/Leste	2,1	−0,3	0,5	−0,2
China	0,2	3,9	−4,1	−2,7
Coréia	7,3	−1,3	0,5	−0,8
Menos avançados	9,2	8,1	8,5	6,4
Industrializados	−0,2	−0,4	0,0	−1,3

O sinal negativo indica uma transferência líquida para o exterior.
Fonte: United Nations, World Economic and Social Condition, 1996.

As transferências líquidas são constituídas pelo conjunto dos fluxos financeiros entre os países, compreendendo tanto as amortizações de capital por empréstimos contraídos anteriormente (integrando a rubrica das contas de capital na balança de pagamentos de um país), como os pagamentos de juros pelo uso de capital estrangeiro. Na verdade, não se devem confundir tais transferências com os fluxos de capital (que compreendem investimentos, pagamentos de determinados serviços, dons e transferências unilaterais, como as de imigrantes) e pensar que os países em desenvolvimento, nos anos 1980, estavam "exportando capital" para os países desenvolvidos: eles estavam, mais exatamente, pagando os juros de

empréstimos passados. Não se pode negar, contudo, que, com a abertura da crise da dívida externa em princípios da década (ou seja, uma crise de pagamentos), as transferências líquidas para o conjunto de países em desenvolvimento tornaram-se repentinamente negativas. Entre 1983 e 1984 houve uma queda de cerca de 40 bilhões de dólares, com o término abrupto dos empréstimos bancários para a América Latina e uma extensa fuga de capitais da região, conforme os dados da Tabela 8.2.

Tabela 8.2

Crescimento da dívida externa da América Latina (dívida total em % do PIB)

Países	1977	1982	1987
Argentina	10	31	62
Brasil	13	20	29
Chile	28	23	89
Guiana	100	158	353
Honduras	29	53	71
Jamaica	31	69	139
México	25	32	59
Venezuela	10	16	52

Fonte: Kennedy, 1993, p. 205.

Como nos períodos anteriores de crise das dívidas externas na América Latina (final das independências nos anos 1820, euforia de títulos estrangeiros nos anos 1890, crise e depressão dos anos 1930), tais movimentos de capital apenas poderiam provocar a inadimplência dos mais expostos, tendência rapidamente ampliada em nível continental a partir da crise do México em agosto de 1982 (logo seguida pela do Brasil no mês de novembro). Ainda assim, as instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) e os principais interessados do mundo desenvolvido tentaram, durante um momento, preservar as aparências de normalidade, transferindo novos recursos para o serviço da dívida, uma modalidade, entre outras, de socializar os prejuízos dos banqueiros privados e de evitar uma quebra generalizada do sistema bancário nesses países. Mais para o final da década, reconhecendo a manifesta incapacidade de pagamento dos mais endividados, os países do G-7, capitaneados pelos Estados Unidos (planos Baker e Brady), chegaram ao fato inevitável da necessidade de uma mudança

conceitual na forma de tratamento do problema da dívida: passou então a ser aceita, por banqueiros e agências públicas dos países credores, a aplicação de algum tipo de desconto do valor nominal (*face value* dos títulos emitidos) ou real (via taxa de juros) dos títulos oficiais da dívida contraída nos anos de euforia financeira.

8.3.2 Comércio internacional: crescimento e protecionismo

No terreno do comércio internacional, os fluxos sempre crescentes de bens intercambiados aumentaram de maneira sistematicamente superior as taxas de crescimento do produto global durante todo o período, mas a participação dos diversos países no intercâmbio global evolui de maneira desigual. Entre 1980 e 1994, como se pode constatar na Tabela 8.3, a Ásia do Sudeste dobra seu percentual das exportações mundiais, ao passo que a América Latina diminuía ligeiramente o seu transpor e a África via sua participação reduzida à metade. Do ponto de vista da composição do comércio, os países do sudeste asiático obtinham taxas ainda mais significativas no que se refere à oferta de artigos manufaturados, com destaque para material de transporte, produtos químicos e outros produtos de grande valor agregado.

Tabela 8.3

Exportações mundiais, 1980-1994 (em bilhões de dólares e em % do total)

Grupos de países exportadores	1980		1990		1994	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Industrializados	1.258,9	63	2.410,8	70	2.851,6	67
Em transição	155,2	7	182,6	5	151,0	3
Em desenvolvimento	586,8	29	799,9	23	1.177,4	28
América Latina	107,8	5	134,3	4	189,0	4
África	94,9	4	102,0	3	98,4	2
Ásia Ocidental	211,0	10	110,5	3	123,5	3
Ásia do Sul/Leste	141,6	7	391,5	11	650,1	15
Outros da Ásia	20,4	1	62,1	2	121,0	3
Mundo	2.000,9	100	3.416,4	100	4.208,1	100

Fonte: GATT e OMC (documentos diversos)

Do ponto de vista de sua estrutura normativa e institucional, a década se destacará por dois movimentos contraditórios: por um lado, o surgimento de novas barreiras não tarifárias ao comércio internacional de bens, obstáculos técnicos e "sanitários" que se substituem às tarifas alfandegárias progressivamente rebaixadas nas rodadas anteriores de negociação; por outro, o alargamento e aprofundamento das negociações comerciais de acesso a mercados em áreas inéditas na história do Gatt. Era evidente que, ao excluir das regras multilaterais categorias inteiras como serviços, bens imateriais (investimentos, patentes e tecnologia proprietária) ou mesmo bens tradicionais como os produtos agrícolas, por exemplo, o comércio internacional deixava de fora do terreno legal-contratual do Acordo Geral de 1947 alguns dos setores mais dinâmicos e rentáveis das trocas mundiais.

Assim, a Rodada Tóquio, concluída em 1979, tinha reduzido ainda mais o nível de tarifas aplicadas aos produtos industrializados, mesmo tendo excluído da liberalização vastas áreas de interesse dos países menos desenvolvidos, como os produtos têxteis (objeto de um Acordo, dito Multifibras, de limitação quantitativa das exportações para os países mais ricos) e os já citados bens agrícolas. Seus resultados mais consistentes, contudo, deram-se no terreno conceitual e político, ao operar o reconhecimento formal das necessidades especiais das partes contratantes

menos desenvolvidas por meio de um tratamento diferencial e mais favorável — atenuando, portanto, o princípio da reciprocidade estrita contida no Acordo Geral — para esses países.

Mas o relativo sucesso dos países em desenvolvimento foi de curta duração, uma vez que a nova ortodoxia liberal — Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos — traz novamente as duras regras do mercado ao terreno das relações econômicas internacionais: acordos de matérias-primas, preferências para acesso a mercados, continuidade de políticas intervencionistas, sustentação a setores industriais incipientes, inexistência de legislações adequadas de proteção à propriedade intelectual, desrespeito a normas sociais ou ambientais estabelecidas com base em critérios estritamente unilaterais — todos esses elementos supostos ou efetivos das deficiências das regras do intercâmbio tal como regido pelas normas do Gatt foram esgrimidos pelos países desenvolvidos para exigir não mais o *free trade*, mas o *fair trade*, o comércio julgado justo e leal segundo seus próprios argumentos.

Depois do fracasso parcial da conferência ministerial do Gatt de 1982, os Estados Unidos (e outros países desenvolvidos) reivindicam e obtêm, em Punta del Este, em 1986, o lançamento da Rodada Uruguai do Gatt, o mais ambicioso de todos os ciclos de negociações comerciais multilaterais desde o final dos anos 1940. São constituídos nada menos do que 14 grupos negociadores (inclusive para propriedade intelectual, investimento e agricultura) e estabelecido um processo paralelo de discussão sobre serviços. Prevista para terminar em 1990, a Rodada Uruguai estendeu-se, na verdade, até o final de 1993, em grande medida devido a desentendimentos entre os dois principais parceiros — Estados Unidos e União Européia — em torno dos problemas agrícolas, em que as demandas para a eliminação de subsídios diretos à produção e de subvenções exageradas às exportações eram particularmente difíceis para os europeus. Os resultados foram ainda assim impressionantes em termos práticos e institucionais, com a constituição de uma Organização Mundial do Comércio que, num certo sentido, completa e acaba a obra iniciada em Bretton Woods (e deixada pelo meio em Havana) meio século antes.

8.3.3 Fragmentação e diversificação do Sul

A nova conceituação dicotômica Norte-Sul, ao lado da tradicional caracterização "países desenvolvidos" e "em desenvolvimento", surge na esteira dos choques do petróleo e das tentativas de reformulação das relações econômicas internacionais. Em 1974, a Assembléia Geral da ONU adotava a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, reivindicando uma "ordem econômica internacional" mais justa e equitável. A conferência de Cancun, em 1981, convocada no seguimento das recomendações do Relatório Brandt sobre as relações NorteSul e depois das conferências organizadas pela França entre 1975 e 1977, representou ao mesmo tempo o auge e a agonia desse tipo de reivindicação "dirigista": Ronald Reagan retruca com a declaração da supremacia prática do mercado livre. O papel da diplomacia econômica não seria mais o de organizar, sob a tutela dos Estados, as condições para o exercício da atividade empresarial, mas tão simplesmente o de liberar o acesso aos mercados de bens e serviços, desregulamentar atividades, proteger a propriedade intelectual e eliminar as fronteiras políticas ao livre fluxo dos capitais privados.

Na sequência da vaga neoliberal e livre-cambista que ocupou a agenda econômica internacional a partir de meados dos anos 1980, o que se nota de mais significativo nas relações econômicas internacionais é que o Sul fragmenta-se irremediavelmente, com o descolamento para cima de alguns "tigres" asiáticos, uma conjuntura estagnacionista, com alguma deterioração social, na maior parte da América Latina, e uma irresistível tendência ao declínio econômico, quando não à regressão pura e simples, de muitos países africanos. Assiste-se, na prática, a uma reversão completa das tendências políticas observadas nas duas décadas precedentes, quando a agenda internacional era dominada pelas demandas dos países em desenvolvimento por uma nova ordem econômica internacional. Essa "nova ordem" — que, teoricamente, seria implementada sob os auspícios da ONU e de suas agências especializadas, como a Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) — deveria basear-se no reconhecimento formal das deficiências intrínsecas dos países em desenvolvimento, na introdução de medidas corretivas, na não-reciprocidade e mesmo numa certa "obrigação" para os mais desenvolvidos de aportar-

lhes ajuda (capitais, transferência de tecnologia, regime patentário mais permissivo) em seu processo de desenvolvimento.

A nova ideologia liberal, por um lado, com sua ênfase no livre funcionamento dos mercados e na retirada do Estado intervencionista, e a própria crise da dívida externa, por outro lado, ao fragilizar a capacidade de barganha de muitos antigos porta-vozes do desenvolvimentismo militante, encarregam-se de transformar essa nova ordem numa certa desordem econômica mundial, na qual aos velhos problemas do subdesenvolvimento clássico vem juntar-se uma série de novos perigos globais (narcotráfico, terrorismo, criminalidade mafiosa e corrupção, migrações clandestinas, Aids, marginalidade urbana etc.). Nesse contexto de incertezas, alguns países em desenvolvimento conseguem um melhor desempenho que outros, ao operar uma decolagem espetacular em termos de crescimento do produto *per capita* e de aumento da competitividade internacional. Sem ter necessariamente seguido as receitas liberais, esses países, quase todos na Ásia, adotaram políticas pragmáticas de industrialização e de capacitação tecnológica, combinando uma certa ortodoxia fiscal e monetária com altas doses de ativismo estatal (monitoramento dos investimentos, reservas temporárias de mercado, agressividade exportadora). Os países asiáticos de rápida industrialização, por exemplo, conseguem fazer passar sua participação no comércio total de manufaturas de apenas 1,5% em 1965 para 8,5% em 1986.

O diferencial de desempenho pode ser mais bem visualizado na Tabela 8.4, na qual são revelados alguns indicadores explicativos da espetacular disparidade nos ritmos de desenvolvimento regional observado no curso dos anos 1980: enquanto América Latina e África recuavam nas taxas de poupança e nos recursos destinados a investimentos, alguns países da Ásia conseguiam aumentar de forma substancial os volumes destinados ao investimento produtivo.

Tabela 8.4

Investimentos e poupança, 1980-1994 (em % do PIB)

Grupos de países	Investimento bruto				Poupança			
	1980	1985	1990	1994	1980	1985	1990	1994
Industrializados	23,4	21,6	22,2	20,1	23,6	22,0	22,2	21,6
Em desenvolvimento	25,7	23,4	24,7	25,8	28,3	24,2	25,7	25,7
América Latina	24,8	19,2	19,7	19,6	23,6	23,9	22,0	18,6
Brasil	23,3	19,2	21,5	16,5	21,1	24,4	23,2	18,3
África	25,6	20,1	20,2	19,6	27,3	20,7	19,1	16,2
África Subsaárica	20,0	17,4	18,1	19,1	13,2	15,0	12,3	12,3
Ásia Ocidental	24,5	21,2	22,0	21,5	46,6	20,2	24,6	22,4
Ásia do Sul/Leste	26,3	24,3	29,1	29,5	24,2	24,6	28,6	29,6
China	30,1	38,6	33,2	42,6	30,0	34,7	37,3	45,3
Coréia	32,0	29,6	36,9	38,4	24,8	30,9	36,4	39,2
PMDRs*	17,3	14,6	16,1	15,5	8,0	6,6	7,6	9,1

* PMDRs: países de menor desenvolvimento relativo, ou seja, menos avançados.

Fonte: United Nations, World Economic and Social Condition, 1996.

A natureza institucional dos debates nos foros internacionais, sobretudo em Genebra e em Nova York, mascarou parcialmente esse elemento novo do fracionamento do mundo em desenvolvimento em função dos interesses concretos dos países considerados. Naqueles foros observa-se uma certa resiliência da divisão tradicional entre grupos de países — desenvolvidos, socialistas, Grupo dos 77 (G-77), estes organizados por sua vez em subgrupos regionais — que pouco tem a ver com vários dos problemas debatidos. O discurso terceiro-mundista ou não alinhado torna-se, assim, pouco relevante para a organização de uma ação conjunta, ou mesmo para a simples coordenação de posições, ao passo que os países do grupo socialista deixam de reunir-se ou até de expressar-se pelos mesmos porta-vozes. A China, evidentemente, sempre constituiu um grupo à parte, embora, na maioria das vezes, alinhada com as posições do G-77.

O fim da guerra fria aporta, por certo, uma nova relevância para a ONU, em especial para seu Conselho de Segurança. Conceitos como o de segurança coletiva começam a ser debatidos nesses foros multilaterais, ensaiando-se mesmo sua aplicação efetiva em alguns teatros de conflito

(Bósnia). Na prática, contudo, assiste-se à expansão daquilo que os realistas chamam de “anarquia estatal” da comunidade internacional, com a defesa individual dos interesses nacionais primando sobre a busca consensual de soluções coletivas a problemas comuns. Na verdade, os problemas confrontados por uma comunidade mundial doravante constituída por quase 200 Estados não são tão comuns quanto o discurso da mídia internacional deixaria supor: mais de dois terços dos países-membro da ONU se debatem ainda nas agruras do subdesenvolvimento tradicional, sem maiores perspectivas para sua superação.

• 8.4 Relações estratégicas internacionais e conflitos regionais

A evolução das relações entre as superpotências mostra, nos anos 1980, movimentos contraditórios entre a vocação hegemônica sempre afirmada por parte de estadistas e lideranças militares e o desejo de uma certa acomodação num patamar razoável de dissuasão nuclear recíproca. A era Reagan nos Estados Unidos (1980-1988) elevou talvez ao seu mais alto nível a satanização do inimigo ideológico, alimentando, numa primeira etapa, o projeto de eliminá-lo enquanto concorrente militar nos espaços aéreos e oceânicos, para, num segundo momento, buscar soluções de equilíbrio no terreno dos mísseis estratégicos e intermediários. A União Soviética, por sua vez, mergulhou numa vertente declinante alimentada pela gerontocracia partidária, cujas manifestações mais exacerbadas, depois de anos de “brejnevismo senil”, foram as breves sucessões de Andropov e de Tchernenko. Ela foi depois sacudida, de maneira talvez inepta, pelo reformismo radical de Gorbachev, que terminou contraditoriamente por desorganizar as bases de funcionamento do mecanismo econômico no “socialismo real”, sem conseguir reconstituir a legitimidade política do aparelho partidário nos comandos de um Estado soviético cada vez mais contestado interna e externamente às suas fronteiras geográficas.

8.4.1 Controle de armamentos: contenção nuclear vertical e horizontal

A influência internacional de cada um dos inimigos estratégicos variou, evidentemente em função dos recursos efetivos à disposição de suas economias e do grau de inventividade demonstrado por seus aparelhos militares ou laboratórios científicos. A Iniciativa de Defesa Estratégica de 1983 (mais popularmente conhecida como “Guerra nas Estrelas”) visava, aparentemente, o estabelecimento de um amplo escudo espacial — tão “eficaz” tecnologicamente quanto irrealizável na prática — suscetível de eliminar a capacidade de penetração dos mísseis intercontinentais soviéticos, quando seu único efeito visível foi esgotar recursos orçamentários dos dois contendores, precipitar a crise fiscal de seus respectivos Estados e acelerar a ruína econômica daquele dotado de estruturas produtivas menos flexíveis ou inovadoras. O “keynesianismo militar” praticado pela administração Reagan confirmou, por um lado, os efeitos multiplicadores — em termos estritamente microeconômicos — do “modo inventivo de produção” desenvolvido pelo capitalismo ocidental, mas também gerou efeitos deletérios do ponto de vista social e macroeconômico, a ponto de ter aberto ao grande público o debate sobre os limites da potência imperial, o qual alimentou, por sua vez, em finais dos anos 1980, a crescente e prolífica “indústria” acadêmica do declinismo norte-americano.

Seja como for, após os esforços feitos na década anterior para limitar os armamentos estratégicos (Salt I em 1972 e Salt II em 1979), os anos 1980 se iniciam sob o signo da corrida armamentista e da disseminação missilística — estratégica, tática e de base naval — em ambos os lados do Atlântico, levando mesmo alguns países da Otan à beira do estresse nuclear (como a Alemanha). A colocação no terreno de novos mísseis soviéticos de ogivas múltiplas (SS-20) obriga os Estados Unidos a responder mediante o desenvolvimento de novos vetores (Pershing-2 e MX). Nessa área, as relações estratégicas passam da busca da paridade ao controle e depois à redução das armas nucleares, num processo pouco linear e nem sempre desprovido de lances espetaculares. Depois de anos e anos de conversas inúteis e desconfianças recíprocas, os líderes políticos das duas

superpotências chegam ao limite de um utópico desarmamento nuclear total — encontros Reagan-Gorbachev em Genebra e Reykjavik, em 1985 e 1986 —, para, em 1987, contentar-se finalmente com a eliminação parcial dos mísseis intermediários (também chamados de “euromísseis”).

Paralelamente à continuidade das complexas conversações sobre a redução de forças convencionais nos teatros de operações (acordo sobre os arsenais clássicos da Otan e do Pacto de Varsóvia em novembro de 1990) e sobre as chamadas *confidence-building measures* no âmbito atlântico-europeu da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (inaugurada em 1975 com 34 países, a CSCE converte-se em organização em 1992, com 48 participantes), o processo de redução das armas nucleares conheceria altos e baixos — em função dos cenários políticos mutáveis na moribunda União Soviética —, para se acelerar espetacularmente entre 1991 e 1993: os novos acordos assinados (mísseis intermediários, Start I e II, sobre vetores intercontinentais) prevêem a destruição de grande parte dos arsenais nucleares estratégicos, em meio a procedimentos sofisticados de verificação e controle. Nos anos 1990, norte-americanos e russos deveriam destruir entre um quarto e um terço de suas armas estratégicas — precisamente as mais desestabilizantes no quadro da dissuasão nuclear —, numa iniciativa sem precedentes desde o aparecimento da bomba atômica em 1945.

O desmembramento da União Soviética não chegou verdadeiramente a alterar, quando muito delongou, o processo de desarmamento nuclear das ex-repúblicas soviéticas; do ponto de vista das forças convencionais, fez surgir novas demandas russas por uma redistribuição e relocalização de alguns exércitos terrestres, num quadro estratégico já marcado pela dissolução (em julho de 1991) do Pacto de Varsóvia. Em todo caso, pela primeira vez depois do começo da era nuclear, toda a Europa Central, do Báltico aos Balcãs, encontrava-se livre de armas nucleares em meados dos anos 1990, ao mesmo tempo em que a Rússia flexibilizava sua posição no que se refere à possível integração de alguns ex-parceiros do Pacto de Varsóvia em esquemas de cooperação com a Otan (programa “Parceria para a Paz”, prévio à incorporação plena).

Em uma outra vertente, o clima de neo-*détente* e o novo ambiente de cooperação construtiva entre as potências nucleares, bem como a

constatação dos horrores verificados no conflito Irã-Iraque, permitiram igualmente progressos notáveis nas negociações sobre a eliminação das armas químicas, que se arrastavam de maneira negligente durante a maior parte dos anos 1980: os avanços foram consubstanciados no notável tratado de janeiro de 1993, que introduz modalidades de inspeção obrigatória — *inspection on challenge*, administrado pela Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq) — ainda mais estritas e completas que os da Agência Internacional de Energia Atômica. No âmbito da proliferação nuclear propriamente dita, russos e norte-americanos observaram, desde finais dos anos 1980, uma moratória de fato dos testes nucleares subterrâneos, prelúdio ao acordo para a eliminação completa desse tipo de teste (*Comprehensive Test Ban Treaty* — CTBT), muito embora persistissem dúvidas sobre as atitudes respectivas da França e da China, países que aderiram tardiamente (1991-1992) ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Na verdade, esses dois últimos países respeitaram o essencial das obrigações do TNP e, em meados dos anos 1990, pareciam dispostos a se engajar, com menor entusiasmo no caso dos chineses, na negociação de uma cessação definitiva das explosões nucleares. Depois de duas conferências de revisão, o regime de controle da proliferação nuclear consubstanciado no TNP tornou-se praticamente universal, a despeito da recusa persistente da Índia, do Paquistão e de Israel de se conformarem ao sistema discriminatório nele consagrado.

8.4.2 Conflitos regionais: a disseminação horizontal

Essa evolução das relações estratégicas no plano global — da nova guerra fria à neo- *détente* e à cooperação “construtiva” no âmbito das armas de destruição de massa — não deixa de influenciar o cenário dos enfrentamentos militares localizados por aliados interpostos. Os novos dados dos conflitos regionais no Oriente Médio, na Ásia ou na África, evidenciam uma certa “fadiga hegemônica” de ambos os lados, com o desenvolvimento por vezes anárquico de velhos conflitos de inspiração étnica ou tribal, ou alimentados pelas novas paixões nacionalistas não mais reprimidas pela disciplina imperial. Determinados conflitos ou tensões potenciais possuem, assim, dinâmicas próprias e surgem como resultado da emergência de um novo candidato à hegemonia regional, como foi o caso do Iraque no Oriente Médio, do Vietnã no sudeste asiático e, mais espetacularmente, da nova China no contexto do Pacífico.

Depois da retirada humilhante dos Estados Unidos do sudeste asiático, em meados dos anos 1970, ou dos golpes espetaculares suportados de maneira impotente no Oriente Médio, onde se disseminava o terrorismo de base religiosa ou manipulado por algumas potências regionais, foi a vez da União Soviética renunciar às suas ambições terceiro-mundistas, por absoluta falta de meios materiais ou na ausência de real significação geopolítica em muitas das projeções estratégicas operadas durante a era Brejnev (Etiópia e Somália, por exemplo). Os novos dirigentes do poder soviético em declínio operam um recuo em todas as frentes: seja na Ásia, com a retirada de suas tropas do Afeganistão, seja na África, continente abandonado em parte pelas antigas potências coloniais européias, passando vários países sob o controle de novos senhores da guerra aprovisionados pelos mercadores de armas, seja ainda, mais modestamente, no continente americano, onde Cuba foi deixada à sua própria sorte, esgotados os recursos financeiros para manter uma aparência de “prosperidade socialista” na ilha do Caribe.

No continente americano, os conflitos militares observados no período — à exclusão dos sempre presentes movimentos guerrilheiros — são engajados ou entretidos a partir das alavancas nacionais da exclusão social, da guerra civil ou de sentimentos antiimperialistas e anticolonialistas; situam-se nesse

contexto a invasão da minúscula ilha de Granada pelos Estados Unidos, em 1983, a sustentação da guerrilha contra-revolucionária contra o poder esquerdista dos sandinistas da Nicarágua, durante a maior parte da década, e a Guerra das Malvinas, entre a Argentina e o Reino Unido, em 1982, de dimensões e conseqüências mais políticodiplomáticas do que propriamente militares, a despeito de perdas significativas em homens e equipamentos para o país platino (um de seus efeitos terá sido, aliás, o de acelerar a derrocada da ditadura militar argentina). Os esquemas informais de busca de solução pacífica dos conflitos centro-americanos (grupos de Contadora e de Apoio) evoluíram de maneira mais estruturada a partir de meados da década, dando origem ao mecanismo de consulta e coordenação política, mais conhecido como Grupo do Rio, que viabilizou um debate inter-regional institucionalizado entre as Comunidades Européias e os países da América Latina.

Em outros cenários — conflito Irã-Iraque, disputa israelo-árabe no Oriente Médio, tensão crescente na região balcânica —, as variáveis históricas, militares, econômicas e étnicas envolvidas são por demais complexas para serem equacionadas apenas a partir dos interesses imediatos de uma ou outra das superpotências, ainda quando houvesse entendimento de princípio entre elas. Os conflitos regionais, em finais dos anos 1980, adquirem sua dinâmica própria, não suscetíveis de serem dirimidos ao nível das relações estratégicas internacionais. A longa e cruel guerra Irã-Iraque (1980-1988) é, aliás, circunscrita em seus limites estritos, sem outras intervenções externas que o tradicional desfile dos mercadores de canhões, o apoio discreto de algumas potências ocidentais ao regime de Saddam Hussein, motivado pelo medo da expansão khomeinista, e as tentativas, sempre frustradas, de mediação diplomática: a guerra se desfará pela exaustão dos combatentes, mediante um cessar fogo negociado pelo Secretariado das Nações Unidas. Outro aspecto assumirá a invasão do Kuaite pelo Iraque em 1990, seguida da contraofensiva da coalizão liderada pelos Estados Unidos alguns meses depois, cujas implicações internacionais mais evidentes eram representadas pelo problema do acesso às fontes petrolíferas do Golfo e pela emergência de uma potência regional que ameaçava colocar em risco o delicado equilíbrio de forças em toda a região.

A explosão dos conflitos interétnicos em algumas ex-repúblicas soviéticas (Chechênia, Armênia e Geórgia) e na ex-Iugoslávia, precipitando uma cruel guerra civil numa região conhecida pelo seu histórico potencial de enfrentamentos militares, colocou em evidência, por sua vez, o caráter desestabilizador e tendencialmente incendiário desses novos conflitos regionais alimentados por sentimentos nacionais excludentes. A Iugoslávia ilustra um dos casos mais trágicos de violação episódica ou sistemática, dos direitos humanos em situações de conflito militar em prol da autonomia política de nacionalidades irredentistas. Os novos Estados que emergiram das antigas repúblicas federadas, seja com uma relativa uniformidade étnica (Eslovênia, Macedônia), seja de maneira traumática dada a imbricação de populações diversas (Croácia, Bósnia), tiveram de se confrontar militarmente ao hegemonismo sérvio antes de se consolidar a independência. No Kosovo, tentou-se eliminar o nacionalismo albanês mediante operações de limpeza étnica, o que colocou a Sérvia em conflito político com a maior parte da comunidade internacional, até que o massacre de civis inocentes pudesse ser contido com a intervenção direta das potências da Otan.

Mas esses conflitos também confirmam que a instabilidade regional, mesmo aguda, pode conviver tranqüilamente com uma certa estabilidade estratégica. Em zonas declaradamente marginais do ponto de vista dos interesses do(s) império(s), esse tipo de conflito regional ou guerra civil pode desenvolver-se abertamente ou subsistir de forma larvar sem, necessariamente, colocar em risco níveis aceitáveis de tensão internacional; guerras civis internas podem mesmo desenvolver-se na mais completa indiferença da mídia internacional (Ruanda, Sudão, Somália ou Serra Leoa, por exemplo): uma vez garantidas as fronteiras exteriores do império, certas zonas periféricas são abandonadas simplesmente à anarquia tribal dos “novos bárbaros” (Rufin). A África foi, sem dúvida, o continente onde a política do que se poderia classificar como *malign neglect* involuntário por parte das grandes potências consagrou as experiências mais cruéis de guerras fratricidas travadas no alheamento total das antigas potências coloniais (Libéria, Burundi, Congo, Zaire, Etiópia e Eritréia).

O fim da guerra fria trouxe, igualmente, inegáveis benefícios à África, sobretudo na região austral: assistiu-se ali à independência da Namíbia (1989-1990), a um começo de solução ao conflito em Moçambique e à

retirada das tropas sulafricanas e cubanas de Angola, seguindo-se a tentativa de superar pacificamente três décadas de guerra civil mediante a convocação de eleições livres. De forma ainda mais decisiva, o fim da competição bipolar também colocou um ponto final no regime do *apartheid* na África do Sul, dando início à transição para um sistema de maioria negra no país mais importante ao sul do Saara. Com efeito, depois de anos de arrogância aparteísta da minoria branca, o poder político na República da África do Sul conformou-se à realidade social da maioria negra, operando-se uma transição relativamente bem-sucedida sob a liderança do líder negro Nelson Mandela, egresso de quase três décadas de isolamento na prisão.

8.4.3 A Ásia e o enigma chinês

Na Ásia, o cenário é bem mais complexo, uma vez que os dados do problema inverteram-se de maneira dramática no decurso dos anos 1980 e princípios dos 1990, com o foco sendo progressivamente deslocado do Japão para a China. Com efeito, quando se discutia, nos anos 1970, o problema da emergência de um novo poder na região da Ásia-Pacífico, a maior parte dos observadores estava se referindo ao Japão, já potência comercial e tecnológica e candidato a assumir um novo papel no equilíbrio regional. O papel da China, que tinha assumido recentemente seu lugar no Conselho de Segurança, no lugar de Taiwan, não era propriamente esquecido, mas o país ainda se debatia no caos da revolução cultural e mantinha uma presença pífia no comércio regional ou internacional. O Japão, ao contrário, era invariavelmente apontado como o novo poder econômico — e, eventualmente, político — do século XXI, depois de derrotar sucessivamente a indústria norte-americana nos mais diferentes ramos da inovação empresarial e da competitividade comercial (produtos siderúrgicos, indústria automobilística, bens eletrônicos de massa etc.). Mas, afetado por uma gigantesca bolha financeira e imobiliária desde o início dos anos 1990, o Japão arrastou-se vagarosamente no decorrer dessa década, cedendo lugar à China em matéria de taxas de crescimento do produto.

De maneira geral, por diferentes motivos, a China tinha estado ausente do cenário regional e mundial durante quase todo o século XX: decadência do regime imperial e insurreições internas dos "senhores da guerra"; Revolução de 1911 e instabilidade política; invasão japonesa da Manchúria e da própria China em 1931 e 1937; dilaceramento no curso da Segunda Guerra; guerra civil e ofensiva comunista no seu imediato seguimento; o longo isolamento a partir de 1949 (a despeito de participação na Guerra da Coréia e nos conflitos da Indochina); os efeitos destrutivos da transformação socialista, com caos e fome nas esteiras do "grande salto para a frente" (1958-1962) e da "grande revolução cultural proletária" (1966-1976); crise da sucessão carismática, enfim, no final dessa década. Em 1979, ao desmantelar a "claque maoísta" que pretendia a herança da revolução cultural, o grupo reformista de Deng Xiao-Ping começava a operar num país quase devastado por décadas de instabilidade interna e de quase irrelevância externa. Ao mesmo tempo em que despontava na região e no mundo o desempenho espetacular, em termos de industrialização e de aumento do comércio, dos "tigres" asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura), a China, doravante "socialista de mercado", dava início a um vigoroso processo de crescimento do qual decorreria um contínuo aumento de sua participação no comércio internacional. Ela empreendia, simultaneamente, um vigoroso *build-up* armamentista, sustentando a nova expressão de seus interesses em regiões mais vastas do Pacífico (atribuindo uma certa elasticidade ao chamado "Mar da China").

Desde aí, o gigante asiático acumulou conflitos com outros países da região (como com as Filipinas, a Malásia e o Vietnã a propósito das ilhas Spratley, ou demonstrações de sua tradicional beligerância em relação a Taiwan) e despertou inquietações nas demais potências nucleares, em primeiro lugar a União Soviética. A China reivindicou, igualmente, e obteve de suas respectivas metrópoles colonizadoras, Reino Unido e Portugal, o retorno delongado de Hong-Kong (1997) e de Macau (1999) à sua esfera de soberania exclusiva. Seu contínuo aperfeiçoamento em matéria de mísseis balísticos e de equipamentos nucleares não deixou de trazer preocupação quanto à instabilidade da região, uma vez que conduzidos à margem de qualquer regime ou instrumento de controle: a China mantinha, por exemplo, uma recusa de princípio ao TNP. Ela terminou por aderir aos mecanismos

multilaterais de controle nuclear, mas sempre ostentou uma desconfiança sintomática em relação aos planos missilísticos dos Estados Unidos.

O impacto da China no comércio internacional emergiria apenas a partir dos anos 1990, mas desde meados da década anterior ela requereria sua adesão (readmissão, diria ela, em virtude da participação da antiga China de Chang Kai-Chek no velho acordo de 1947) ao Gatt, sem, contudo, obtê-la até o final dos anos 1990. Não obstante, a China foi admitida como observadora na Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais, adotando, porém, uma atitude mais que discreta, com vistas a conservar o tratamento oficioso de nação mais favorecida que lhe era concedido pelos Estados Unidos (contra o qual acumularia, aliás, saldos comerciais expressivos). Um comportamento de *free-rider* nas relações com os demais parceiros comerciais, a reivindicação de um estatuto especial no cumprimento de suas obrigações contratuais e a manutenção de mecanismos e instrumentos pouco transparentes de política comercial impediriam, até o final da conclusão da Rodada, sua aceitação como parte contratante do Acordo Geral (então convertido em Gatt-94), mas não sua constante penetração nos mercados estrangeiros. A admissão da China (e da própria Rússia) à OMC foi igualmente obstaculizada pelos mecanismos pouco ortodoxos de administração de seu comércio exterior, muito embora um acordo estivesse em vias de conclusão em meados de 2000.

No decorrer dos anos 1980, a China e os demais países da Ásia-Pacífico passaram a intercambiar mais entre si do que com as demais regiões do planeta. A intensidade dos vínculos comerciais e dos fluxos de investimentos diretos entre os países da região (aqui incluída a própria diáspora chinesa), bem como os fluxos de capitais provenientes dos demais países desenvolvidos, converteram toda a zona no maior espaço de crescimento econômico do mundo, numa rara combinação de altas taxas de poupança familiar com políticas dirigistas no setor industrial. A interdependência econômica crescente dos países asiáticos não afastou, porém, ameaças potenciais à estabilidade da região, que menos do que qualquer outra dispõe de esquemas viáveis (além do "guarda-chuva" nuclear americano) de segurança estratégica. No final dos anos 1990, a península coreana permanecia como um dos últimos focos de tensão da quase esquecida guerra fria, em virtude das persistentes tentativas do regime norte-coreano de

desenvolver sua própria capacitação nuclear e missilística, em desafio às pressões dos Estados Unidos, do Japão e do resto da comunidade internacional.

8.4.4 Progressos na busca da segurança coletiva

No âmbito do desarmamento, ocorreram, em escala regional, o avanço progressivo do conceito de zonas desnuclearizadas e a crescente afirmação da idéia da renúncia unilateral à posse do armamento atômico. A despeito da persistente competição nuclear entre a Índia e o Paquistão, do desafio norte-coreano e das constantes ameaças de capacitação atômica por parte do Iraque e do Irã (depois que Israel adquiriu a sua), as demais regiões do globo observam uma notável contenção nesse terreno: a quase totalidade dos países-membro da ONU aceita, em 1995, a recondução indefinida do TNP, e a África do Sul já tinha renunciado unilateralmente, desde 1991, à posse do armamento nuclear. No caso das instalações nucleares do Iraque, foi preciso que Israel as bombardeasse uma primeira vez (em 1981) e os Estados Unidos duas vezes mais, durante a Guerra do Golfo (em 1991) e em 1993, para que a ameaça fosse temporariamente afastada, ainda assim mediante o estabelecimento de controles abrangentes por parte da comunidade internacional.

A América Latina, região pioneira nesse tipo de iniciativa, viu confirmada, já no início dos anos 1990, a vigência plena do Tratado de Tlatelolco (1967), a partir da exemplar cooperação nuclear empreendida uma década antes entre a Argentina e o Brasil e da decisão tomada unilateralmente pelo Brasil de renunciar às explosões pacíficas (ainda que autorizadas por Tlatelolco). Em 1991, finalmente, o Brasil e a Argentina assinam um acordo quadripartite (envolvendo ainda a Agência Internacional de Energia Atômica — Aiea, e a agência bilateral de controle dos materiais nucleares) que dá todas as garantias requeridas pelo TNP sem se submeter aos dispositivos desiguais e discriminatórios deste último. O Brasil também tinha patrocinado, em 1986, uma amplamente aceita Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre uma “zona de paz e cooperação” no Atlântico Sul (envolvendo ribeirinhos americanos e

africanos), iniciativa também existente na área do Pacífico (Tratado de Rarotonga de 1985) e estimulada nas águas do Oceano Índico.

Os progressos foram bem menos sensíveis, para não dizer inexistentes, no terreno do armamento convencional, uma vez que as zonas "periféricas", com destaque para a África e o Oriente Médio, continuaram a ser tradicionais clientes dos "mercadores de canhões" ocidentais ou socialistas. Com exceção da América Latina, bem mais moderada no processo de reequipamento militar — a despeito da preservação de alguns focos de tensão na região, especialmente na América Central e em partes da América do Sul (Peru-Equador, Venezuela-Guiana) —, os demais continentes continuaram a se abastecer de armas norte-americanas, européias ou russas: a proliferação de fuzis automáticos e de armas mais sofisticadas, assim como a disseminação de minas antipessoais em terrenos cada vez mais vastos, trouxeram indizíveis sofrimentos à população civil de muitos países africanos ou asiáticos. Alguns tímidos esforços foram feitos na busca de uma limitação parcial ao uso de armas desnecessariamente danosas (como as minas antipessoais), bem como na tentativa de serem estabelecidos mecanismos de punição dos atentados mais flagrantes aos direitos humanos (como os tribunais *ad hoc* para casos na África ou na ex-Iugoslávia, ou o Tribunal Penal Internacional), mas os esforços meritórios de organizações não governamentais, de governos e órgãos internacionais comprometidos com as causas humanitárias nem sempre lograram resultados eficazes. O número de refugiados e de pessoas deslocadas continuou a aumentar na África, na Ásia e no Oriente Médio, muito embora tenha diminuído na América Latina.

• 8.5 A década de 1990: a nova balança do poder mundial

No final dos anos 1980, a União Soviética, cujo modelo político e econômico parecia em irresistível ascensão internacional uma década antes, aproximava-se perigosamente de um colapso de sistema: a estratégia gorbacheviana de reforma econômica falhou por completo e o regime socialista monopartidário começou a esboroar-se nas contradições de uma transição política malsucedida. Ele já não era mais brutalmente autoritário ou absolutamente impermeável — como o provou a relativa *glasnost* a propósito do acidente nuclear de Tchernobil —, mas não conseguia deixar de ser politicamente ilegítimo e economicamente inepto.

Os Estados Unidos, de seu lado, a despeito da crise fiscal do Estado, que assumia proporções preocupantes, emergiam claramente como os vencedores da disputa hegemônica com a outra superpotência nuclear. Ao precipitar-se a derrocada da União Soviética, chegou-se mesmo a falar na substituição do mundo bipolar pelo "momento unipolar": o presidente George Bush, por sua vez, em seu discurso de 1991 sobre o "estado da União", preferiu adotar o conceito wilsoniano sobre uma "nova ordem mundial". O sucesso estratégico da potência norte-americana não conseguia, contudo, esconder, em meados dos anos 1980, as marcas indeléveis do que parecia ser seu declínio econômico relativo: novas potências tecnológicas e comerciais, dentre as quais o Japão e a Alemanha quase unificada (processo que culminou em outubro de 1991, pouco antes da derrocada da União Soviética), disputavam a supremacia no terreno mais importante da estratégia moderna, a da constante inovação produtiva a partir da alta qualidade da mão-de-obra. O sucesso das potências emergentes passou a ser explicado pela ausência de "custos" imperiais (Kennedy) e pela adoção pragmática de uma política oportunista de vantagens imediatas: à diferença dos impérios ou potências hegemônicas, influenciados por uma "concepção territorial" do Estado, esses países apresentam-se simplesmente como "estados comerciais" (Rosecrance).

8.5.1 A era do Pacífico: da *pax* nipônica ao triunfalismo americano

A era Reagan e o “credo liberal” tinham confortado os Estados Unidos na noção da preeminência mundial, mas a base social e material da dominação norte-americana parecia estar sendo erodida pela própria idéia que tinha feito o sucesso da potência ocidental: a de um capitalismo austero, feito de muita poupança e de alguma renúncia ao consumo imediato em troca de investimento e acumulação. A Ásia começou a emergir como a nova “Meca” do capitalismo, combinando práticas manchesterianas na organização social da produção (que tinham sido severamente condenadas por Engels, um século antes) e virtudes propriamente calvinistas na dedicação ao trabalho. A concepção weberiana sobre as condições de surgimento e expansão do capitalismo — fortemente enraizada nas virtudes inerentes ao racionalismo ocidental — passou a ter de incorporar, igualmente, uma interpretação confuciana sobre os novos “requisitos” da acumulação capitalista.

O novo peso mundial da Ásia Oriental — saudado apressadamente como a chegada do século do Pacífico por muitos observadores — se destacava, em primeiro lugar, no terreno do comércio e dos investimentos, e bem menos no das inovações tecnológicas ou conquistas científicas, em que pese a ameaça japonesa (ou mesmo coreana) ao monopólio norte-americano dos circuitos integrados. Mas as transformações econômicas e políticas em curso naquela região já prometiam um impacto futuro no campo das relações internacionais, introduzindo novos problemas estratégicos numa região que ainda vive sob a incógnita do enigma chinês. Com efeito, a China ainda formalmente socialista, mas de fato semicapitalista, é o único país relevante em termos econômicos que continua a reclamar para si uma legitimidade política derivada de sua opção preferencial pelo regime de partido único de tipo comunista.

No confronto com as taxas impressionantes e persistentes de crescimento econômico na região da Ásia-Pacífico, o modesto desempenho da Europa Ocidental durante a maior parte dos anos 1980 e começo dos anos 1990 impunha um elemento de caução, do ponto de vista estratégico, sobre o itinerário futuro da Europa como ator internacional. Da “euroesclerose” da antiga Comunidade Econômica Européia (CEE) ao “euro-otimismo” dos

primeiros tempos da União Européia de Maastricht, o continente viveu diversos cenários prospectivos, desde o final da guerra fria até a atual fase de multipolaridade instável. A excelência dos recursos humanos e a qualidade da mão-de-obra do continente europeu ainda constituem seu principal capital, acumulado em vários séculos de revoluções científicas e de organização racional da produção material, mas essas virtudes propriamente weberianas podem também reproduzir-se na outra ponta da Eurásia. Não se pode esquecer, no entanto, que os Estados Unidos também são uma potência do Pacífico, com tudo o que isso significa em termos de transferência de tecnologia, de investimentos diretos e de interação empresarial.

Em todo caso, os anos 1980 e início dos anos 1990 foram, indiscutivelmente, os anos da globalização financeira, com uma expansão impressionante das praças financeiras do Pacífico asiático, em primeiro lugar no próprio Japão, mas também em Hong-Kong e em Cingapura. Depois de quase duas décadas de crise energética, as nações capitalistas conheciam uma volta ao ciclo virtuoso dos negócios: emergência das multinacionais, deslocalização produtiva, clima regulatório mais ameno e favorável às incorporações agressivas (traduzidas na linguagem febril dos *business* do momento: *selling-buying*, *take-overs*, *fusions and mergers*), enfim, fase ascendente e otimista da globalização que parecia inverter os dados da equação hegemônica no plano econômico. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos despontavam como a maior nação devedora do planeta, o Japão tornavase a locomotiva financeira dos anos 1980, com a Bolsa de Tóquio convertendo-se num dos maiores mercados acionários do mundo.

A formidável inversão então operada nas relações financeiras internacionais pode ser ilustrada pela posição ocupada pelos principais conglomerados financeiros nacionais dos países mais avançados no decorrer das três últimas décadas do século XX, como revelado na Tabela 8.5. Com efeito, em 1970, os cinco maiores bancos dos Estados Unidos ocupavam as principais colocações (dentre elas as três primeiras) em uma lista de dez grandes casas bancárias, que não comportava, até então, nenhum banco japonês. No decorrer dessa década e na seguinte, com a progressiva valorização do iene e a ascensão financeira do Japão, *pari passu*à fragilidade relativa do dólar, os conglomerados japoneses passaram a

ocupar sete das dez primeiras posições (dentre elas, as seis principais) de uma lista que não ostentava mais nenhum banco norte-americano no final dos anos 1980. Dez anos depois, como resultado de um processo intenso de fusões e aquisições, o panorama bancário mundial apresentava-se de modo bem mais diversificado nacionalmente, ainda que os atores financeiros primordiais continuassem a ser quase os mesmos.

Tabela 8.5

Evolução da posição dos dez maiores bancos comerciais, 1970-2000

Posição	1970	1990	2000
1	Bank of America (Estados Unidos)	Dai Ichi Kangyo Bank (Japão)	Fuji-Industrial-Dai Ichi Kangyo Bank (Japão)
2	First National City Bank (Estados Unidos)	Sumitomo Bank (Japão)	Deutsche-Dresdner (Alemanha)
3	Chase Manhattan Bank (Estados Unidos)	Mitsuo Tayo Kobe (Japão)	Asahi-Sanwa-Tokai Bank (Japão)
4	Barclay's Bank (Grã-Bretanha)	Sanwa Bank (Japão)	Sumitomo-Sakura Bank (Japão)
5	Manufacturers Hannover Trust (Estados Unidos)	Fuji Bank (Japão)	Bank of Tokyo-Mitsubishi Bank (Japão)
6	Royal Bank of Canada (Canadá)	Mitsubishi Bank (Japão)	Citigroup (Estados Unidos)
7	Morgan Guaranty Trust (Estados Unidos)	Crédit Agricole (França)	Banque Nationale de Paris-Paribas (França)
8	Banca Nazionale (Itália)	Banque Nationale de Paris (França)	Bank of America (Estados Unidos)
9	West Deutsche-Landes Bank (Alemanha)	Industrial Bank of Japan (Japão)	Union de Banques Suisses (Suíça)
10	Banque Nationale de Paris (França)	Crédit Lyonnais (França)	Hong-Kong Shangai Bank (Grã-Bretanha)

Fonte: American Banker, segundo classificação por ativos.

A resistência dos bancos japoneses no final dos anos 1990 — explicável, talvez, pela manutenção de ativos líquidos ainda sobrevalorizados —

camuflava, contudo, uma realidade econômica mais frágil do que o suspeitado uma década antes. Assim como a derrocada do socialismo configurou, no final dos anos 1980, uma dessas "astúcias" da história a que talvez se referia Hegel, o rompimento da bolha financeira, a conseqüente diminuição do ritmo de crescimento e o persistente declínio econômico do Japão no decorrer dos anos 1990 representaram uma das maiores surpresas do "modelo japonês" no plano das relações econômicas internacionais. A anunciada era da hegemonia nipônica, apresentada de forma temerosa em muitos livros de estudiosos ocidentais ainda no início dessa década, terminou por ceder lugar à volta do triunfalismo americano, no bojo do mais longo ciclo de expansão econômica de toda a história da potência ocidental. Por compreensíveis razões históricas e diplomáticas, tampouco o Japão soube converter seu formidável potencial financeiro e tecnológico em poder militar ou em liderança política, revelando-se pouco consistentes as análises que previam, na região da Ásia-Pacífico, um grande espaço comercial integrado, ao compasso do dinamismo econômico japonês. Em todo caso, nem uma otimisticamente projetada *pax* nipônica, nem uma hipotética *pax* sínica são suscetíveis de serem realizadas, no futuro previsível, em detrimento dos interesses bem concretos de segurança dos Estados Unidos na região.

8.5.2 Volatilidade de capitais e crises bancárias: a instabilidade financeira

As sucessivas crises financeiras internacionais que tiveram início no México em 1994-1995 abalaram a Ásia a partir de meados de 1997 e estenderam-se em 1998 à Rússia e, logo em seguida, ao Brasil; não foram as primeiras, nem serão certamente as últimas do gênero, de uma série inteira daquilo que um economista-historiador, Charles Kindleberger, já chamou de "pânicos, manias e *crashes*" do capitalismo, desde sua irresistível ascensão, em meados do século XIX, até sua atual preeminência enquanto modo de produção quase universal. As crises — seja de "superprodução", seja de tipo financeiro — são inerentes ao próprio modo de produção capitalista, como já alertava Karl Marx em seu famoso "panfleto" revolucionário de 1848, antecipando-se à tese sobre a "destruição criadora" formulada por Schumpeter.

Depois de alguns anos de relativa euforia nos mercados bursáteis na década de 1980, com a recuperação das principais economias desenvolvidas da estagflação dos anos 1970, o mundo voltou a conhecer, em 1987, os sobressaltos típicos das fases de turbulências financeiras do capitalismo. A queda nos títulos cotados em bolsas chegou a alcançar 22% num único dia de outubro do referido ano, sinalizando para uma possível repetição da crise de 1929. Não foi isso o que ocorreu, porém, a despeito de tremores localizados nas economias centrais; e os mercados de futuros e o velho jogo de especulação nas bolsas conheceram novos patamares de valorização nos mercados acionários dos anos 1990.

Os mercados cambiais, em especial, tiveram uma expansão sem precedentes na história do capitalismo financeiro. As variações extremamente significativas das moedas no decorrer dos anos 1980 não corresponderam exatamente a variações nos ciclos econômicos nacionais, mas mais propriamente ao desenvolvimento extraordinário dos mercados financeiros, com diversos mecanismos de *hedge* e de derivativos que aumentaram o volume — e a fragilidade — do dinheiro circulando diariamente no sistema financeiro. Ocorreram mudanças relevantes nesse sistema, desde a oferta de crédito institucional dos anos 1960 — dominada basicamente pelos bancos de desenvolvimento — até os derivativos dos

anos 1990, passando pelo mercado de “eurodólares” dos anos 1960 e os *syndicated loans* dos anos 1970 e 1980. As crises e contrações desses mercados financeiros estiveram associadas às situações de inadimplência temporária de grandes devedores: países emergentes da América Latina e da Ásia, economias então socialistas como a Polônia, a Alemanha Democrática e a Hungria, e os “tigres” asiáticos nos anos 1990. As aplicações em bolsa desenvolveram-se bastante nesse período, conduzindo a um primeiro exemplo de “exuberância irracional” que resultaria na crise de outubro de 1987 acima referida.

A despeito disso, a globalização financeira continuou seu percurso irrefreável. O primeiro teste dos anos 1990 ocorreu no caso da desvalorização cambial “desastrada” do México, entre dezembro de 1994 e princípios de 1995, suscitando efeitos regionais de uma certa amplitude, primeiramente na própria Argentina, mas também no Brasil. Na ocasião, em face das dificuldades do FMI em mobilizar recursos apropriados ou suficientes, um grande programa de sustentação financeira, em base *ad hoc*, foi montado pelos Estados Unidos em favor do México, com a cooperação mais ou menos “voluntária” de outros países do G-7. Tratou-se, como caracterizou o então diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, da primeira crise financeira do século XXI, que parece derivar da abertura excessiva ao chamado capital “volátil”, convertido repentinamente no novo vilão do sistema financeiro internacional. Seus efeitos se exerceram inicialmente mais na América Latina do que em outros continentes, entretanto, por um momento, pensou-se na ameaça de uma crise sistêmica, razão da rápida e maciça intervenção dos Estados Unidos.

Aluno tardio da escola liberal e da interdependência, depois de décadas de nacionalismo econômico e de industrialização substitutiva, o México vinha crescendo a taxas razoáveis no começo dos anos 1990, à base de grandes investimentos externos e de uma ampla abertura comercial. Em 1992, no Governo Salinas, o México postulava sua candidatura à OCDE — finalmente concretizada em maio de 1994 —, para a qual lhe foi precisamente solicitado maior esforço de abertura econômica externa e significativa liberalização financeira. Acumulando muitos *déficits* comerciais desde o final dos anos 1980, o México apresentou resultados crescentemente negativos nas transações correntes, com mais de três anos de

déficits equivalentes a 7% a 8% do PIB. O financiamento vinha sendo feito pela emissão de títulos do Governo — garantidos em dólar — e pela abertura dos mercados financeiros mexicanos, até o momento em que a rigidez cambial começou a lançar dúvidas sobre a capacidade do Governo em honrar seus compromissos externos. Uma tentativa de desvalorização controlada, no final de 1994, sofreu o efeito da fuga maciça de capitais — em primeiro lugar, dos próprios mexicanos — e do ataque especulativo contra o peso, o que reduziu consideravelmente as reservas de divisas do México.

No começo de 1995, consciente dos efeitos sobre outros países da região (Argentina e Brasil, por exemplo, onde também ocorreram crises bancárias e ataques às moedas e às reservas) e outros continentes, o governo dos Estados Unidos montou uma gigantesca operação de salvamento, envolvendo um pacote com aproximadamente 50 bilhões de dólares (dinheiro do FMI, dos bancos multilaterais e de outras agências financeiras internacionais e dos próprios paísesmembro do G-7, a começar pelos Estados Unidos, via *Exchange Reserve Fund*, mecanismo criado na era Roosevelt, depois da desastrosa crise de 1929 e das quebras bancárias do início dos anos 1930). A crise do México foi superada, mas iniciou uma nova fase no sistema financeiro internacional: a dos capitais voláteis e a da necessidade de melhoria nos mecanismos preventivos e de transparência, monitorados pelas instituições financeiras internacionais.

Os efeitos foram igualmente importantes para o Brasil. O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito em outubro de 1994 fundamentalmente em virtude do sucesso do Plano Real, inicia sua gestão com um desafio externo de grande amplitude: a manutenção da estabilidade cambial, o que foi obtido mediante pequeno ajuste na política de deliberada valorização cambial do período inicial do programa de estabilização: introduziu-se o sistema de bandas e a prática de minidesvalorizações dentro da banda, de maneira a compensar a erosão inflacionária e a valorização de fato do real.

A crise asiática de 1997-1998, que se disseminou de forma diferenciada em diversos países da região, não apresentou as mesmas características da crise mexicana. Ela se deu no bojo de um processo de crescimento não especialmente inflacionário e de manutenção de políticas fiscais e

macroeconômicas relativamente sólidas e responsáveis. Tratou-se, portanto, de uma verdadeira "caixa de Pandora", pois os países da região eram até então louvados como exemplos de boa gestão pública e excelente *performance* na manutenção de altas taxas de poupança, de investimento e de crescimento, com grande inserção econômica externa. Seus efeitos sobre outras regiões foram diferenciados segundo a percepção de riscos implícitos do ponto de vista da solidez das economias, imediatos no caso da América Latina e mais delongados em outros países, provocando, ainda assim, efeitos devastadores sobre alguns grandes atores emergentes, como Rússia e Brasil. A crise teve origem numa rápida expansão dos créditos externos privados, em especial os de curto prazo, cuja utilização nem sempre foi a mais eficiente possível (sobre investimento imobiliário, por exemplo), considerando-se os débeis mecanismos regulatórios e de monitoramento bancário (*surveillance* e medidas prudenciais) existentes na região. Os países asiáticos mantinham políticas fiscais basicamente corretas, mas incidiram por outro lado em *déficits* de transações correntes e numa certa valorização cambial, o que reduziu um pouco sua competitividade global. A desvalorização anterior (1995) do yuan chinês diminuiu provavelmente a competitividade comercial dos produtos asiáticos em determinados mercados, e a rigidez cambial em alguns desses países asiáticos pode ter precipitado ataques especulativos contra suas moedas.

Alguns países asiáticos enfrentavam, ainda assim, eventuais *gaps* orçamentários ligados a problemas previdenciários ou a investimentos governamentais maciços em setores "estratégicos", mas, no geral, suas políticas macroeconômicas não eram, por exemplo, mais inconsistentes do que as européias ou mais "irresponsáveis", do que as dos países latino-americanos nos anos 1970 e 1980. Considerou-se, entretanto, que os problemas ali surgidos eram de natureza sistêmica, estando vinculados a um funcionamento deficiente dos mercados financeiros, em especial do setor bancário (estatal e privado), derivando também de uma certa "promiscuidade" das instituições de intermediação financeira com os meios políticos governamentais e do forte poder de pressão de alguns conglomerados empresariais sobre os círculos do poder.

A desvalorização, sob pressão, da moeda da Tailândia, em julho de 1997, deu início a uma corrida contra as demais moedas da região, provocando um

efeito dominó sobre todas elas, com impactos espetaculares na Malásia e na Coréia, respectivamente em setembro e em dezembro desse mesmo ano, e na Indonésia, em fevereiro de 1998, causando a queda da ditadura Suharto. Etapa importante no processo de propagação da crise para outras regiões foi o ataque contra o dólar de Hong-Kong, em outubro de 1997, que quase ameaçou de colapso o sistema de *currency board* mantido pela ex-colônia britânica, reincorporada definitivamente à China no primeiro semestre desse ano. A crise asiática, portanto, assumiu contornos políticos com as turbulências na Indonésia, cujos efeitos foram devastadores, uma vez que a inadimplência de diversos devedores (empresas, bancos e mesmo o próprio governo) precipitou a falência de casas bancárias no Japão, em Hong-Kong e na Coréia, países com instituições mais expostas à crise de liquidez e à desvalorização cambial (em alguns casos, superior a 80%) das economias asiáticas mais afetadas pela crise continuada (Indonésia e Malásia, sobretudo).

A continuada depressão da economia japonesa dificultou, de certo modo, a retomada do crescimento nas demais economias asiáticas. Também, a crise política em determinados países de governo autoritário — como a Indonésia e a Malásia — atuou no sentido de dificultar a correção dos desajustes macroeconômicos e de colocar esses países no caminho da recuperação. Outros países, por sua vez, enfrentaram de forma bastante consistente os desafios colocados pelos capitais voláteis, como Cingapura e Taiwan, enquanto Hong-Kong podia dispor de um colchão de segurança adicional, sob a forma do volume de reservas da China.

Já em meados de 1998, a crise alcançou a Rússia, que vivia o agravamento de um processo de transição malsucedido do socialismo ao capitalismo e de um regime de partido único a uma “democracia de fachada”, para empregar um conceito de Max Weber (aplicado à breve experiência democrática do período imediatamente anterior ao bolchevismo). A moratória unilateral decretada pela Rússia em agosto de 1998, em plena crise de governabilidade política e de desvalorização incontrolável do rublo, acarretou o retraimento repentino de todas as aplicações e linhas de crédito colocadas nos países emergentes, abrindo uma crise de confiança que ameaçou deslanchar outra, sistêmica, verdadeiramente mundial. Essa segunda onda da crise financeira mundial

teve repercussões imediatas em outras regiões, em especial no Brasil, que assistiu a saídas maciças de capitais de curto prazo e a uma diminuição espetacular do volume de crédito voluntário oferecido pelas instituições privadas. Para controlar seus efeitos, montou-se um pacote de tipo preventivo aplicado em caráter inédito com a cooperação conjunta das autoridades do G-7, do FMI e do governo brasileiro. O acordo concluído com o FMI em outubro de 1998 (revisto em fevereiro de 1999, no seguimento da desvalorização do real) permitiu a liberação de um pacote de ajuda global de mais de 40 bilhões de dólares (cuja estrutura financeira é apresentada na Tabela 8.6), dos quais o Brasil chegou a utilizar efetivamente a metade.

Tabela 8.6

Acordo do Brasil com o FMI e países do G-7 e BIS (US $ bilhões)

Países e instituições participantes	Contribuição total	Desembolso imediato
Fundo Monetário Internacional (FMI)	18	5,25
Banco Mundial (Bird)	4,5	1,1
Banco Interamericano (BID)	4,5	1,1
Banco de Compensações Intern. (BIS)	14,5*	4

* Recursos dos seguintes países: Estados Unidos (US$ 5 bilhões), Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Japão (fora do esquema do BIS), Canadá (G-7) e da Bélgica, Países Baixos, Suécia, Suíça (G-10), Portugal, Espanha, Áustria, Irlanda, Luxemburgo, Finlândia, Dinamarca, Noruega e Grécia.

Fonte: Banco Mundial e FMI (documentos diversos).

A recuperação econômica brasileira, na esteira da desvalorização cambial de janeiro de 1999, foi surpreendentemente bem-sucedida, mas em contrapartida a “crise” estendeu-se aos parceiros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com o recrudescimento de pressões protecionistas na Argentina e a queda, pela primeira vez em oito anos, dos fluxos de comércio inter-regionais. Grupos de pressão na Argentina, sustentados mais ou menos discretamente por funcionários de bancos e agências internacionais, começaram a colocar na agenda econômica a perspectiva da dolarização completa de seu sistema monetário, depois que o próprio presidente Menem aventou essa hipótese como alternativa a uma desvalorização e o

conseqüente abandono do Plano de Conversibilidade implementado em 1991 pelo então ministro da Economia, Domingo Cavallo.

A taxa de desvalorização de mais de 60% da moeda brasileira (de 1,22 reais por dólar para cerca de 2,20 reais em fevereiro ou março desse ano) foi progressivamente revertida ao longo do ano, caindo para pouco mais de 30%, o que, descontando-se o pequeno impulso inflacionário e a própria erosão do dólar, conformou um limite aceitável de ajuste cambial. No plano dos investimentos diretos estrangeiros, a tendência já bastante significativa no período recente conheceu uma expansão notável no decorrer de 1999, com mais de 30 bilhões de dólares de ingressos efetivos (não necessariamente ligados a privatizações de empresas públicas, cujas receitas constituíram boa parte dos fluxos nos anos anteriores). No final de 1999, a economia brasileira já havia se recuperado relativamente bem e parecia orientada para uma fase de crescimento sustentado no período subsequente, na faixa de 4% a 5% de expansão do PIB.

Os sinais mais consistentes da trajetória de recuperação foram, contudo, dados em abril de 2000, quando o Banco Central anunciou o pagamento antecipado dos desembolsos efetuados no âmbito do pacote de sustentação financeira acordado com o FMI. Do total de 41,5 bilhões de dólares colocados à disposição do Brasil sob a forma de crédito *stand by*, empréstimos de longo prazo ou de instrumentos suplementares, as autoridades monetárias tinham feito uso, até março de 2000, de aproximadamente 20 bilhões em recursos emergenciais de curto prazo (ademais de 6,5 bilhões de dólares do Bird e do BID, de mais longo prazo), que constituíram, precisamente, objeto do reembolso antecipado. Depois de ter efetuado, na vertente comercial, lançamentos bem-sucedidos de *global bonds* nos primeiros meses de 2000, o governo brasileiro decidiu não dispensar a utilização desses créditos oficiais, integralizando, em abril desse ano, o pagamento de mais de 10 bilhões de dólares devidos ao FMI e ao BIS, como também renunciar à utilização dos créditos suplementares teoricamente colocados à sua disposição. Na mesma oportunidade, em nova rodada de negociações com técnicos do FMI em relação a seu programa de ajuste, o Brasil logrou reduzir o nível mínimo exigível de reservas cambiais internacionais como garantia para a implementação do pacote de ajuda financeira, trazendo-o para o montante de 25 bilhões de dólares, da cifra

anterior de 29 bilhões. A Tabela 8.7 resume o relacionamento do Brasil com o FMI ao longo do extenso período que vai de 1967 a 2000, cobrindo dois períodos de ajuste e de retomada de crescimento, intermediados por várias fases de aceleração inflacionária, de descontrole cambial e de inadimplências temporárias.

Tabela 8.7
Brasil: relacionamento e acordos com o FMI, 1967-2000

Data	Etapas históricas do relacionamento	Ministro da Fazenda
1967	Assembléias do FMI-Bird no Rio de Janeiro; criação dos DES	Delfim Netto
1971	Fim do sistema de Bretton Woods; flutuação de moedas	Delfim Netto
1974 1979	Crises do petróleo; vários empréstimos bancários comerciais	M. H. Simonsen
1982	Crise da dívida externa em toda a América Latina	Delfim Netto (1)
1984	Suspensão do acordo por não cumprimento de metas	Delfim Netto (1)
1987	Moratória dos pagamentos externos; suspensão de créditos	Dilson Funaro
1991 1992	Tentativas não exitosas de acordo; afastamento político	Zélia Cardoso de Mello
1992	Retomada dos contatos, mas inexistência de acordos	Marcílio M. Moreira
1993 1996	Relacionamento discreto, sem politização FHC	Pedro Malan
1997 1999	Entendimentos ativos em torno de um ajuste fiscal; acordos	Pedro Malan

Acordos formais estabelecidos entre o Brasil e o FMI, 1967-1992

Data do acordo	Tipo de acordo	Expiração Cancelam.	Quantia (2) (DES milhões)	Quantia sacada	Quantia não sacada	Ministro da Fazenda
13/02/67	*Stand-by*	12.02.68	30,00	—	30,00	Gouveia Bulhões
29/04/68	*Stand-by*	28.04.69	87,50	75,00	12,50	Delfim Netto
29/04/69	*Stand-by*	4.02.70	50,00	—	50,00	Delfim Netto
04/02/70	*Stand-by*	3.02.71	50,00	—	50,00	Delfim Netto
04/02/71	*Stand-by*	3.02.72	50,00	—	50,00	Delfim Netto
03/03/72	*Stand-by*	2.03.73	50,00	—	50,00	Delfim Netto
01/03/83	EFF	28.02.86	4.239,38	2.743,13	1.496,25	Delfim Netto (1)
23/08/88	*Stand-by*	28.02.90	1.096,00	365,30	730,70	Mailson da Nóbrega
29/02/92	*Stand-by*	31.08.93	1.500,00	127,50	1.372,50	Marcílio M. Moreira

Desenvolvimentos no período recente

1992	Brasil logra acordo com Clube de Paris sem aval do FMI	Marcílio M. Moreira
1994	Brasil faz acordo com credores privados sem aval do FMI	Fernando H. Cardoso
1998	(out.) Entendimentos com o FMI para um programa de ajuste fiscal	Pedro Malan
03/11/1998	Acordo preventivo com desembolso de até US$ 41 bilhões (3)	Pedro Malan
08/03/1999	Ajuste ao acordo anterior em função da desvalorização cambial	Pedro Malan
05/04/2000	Anúncio de reembolso antecipado dos créditos concedidos no acordo	Pedro Malan

(1) Ministro do Planejamento encarregado dos organismos internacionais;

(2) DES = US$ 1,36; para o período anterior à criação dos DES (1967-1970) trata-se do equivalente em dólares dos Estados Unidos;

(3) Do total, 18 bilhões eram provenientes do FMI e 14,5 bilhões de vários países membros do BIS, quantia sacada apenas pela metade pelo Brasil; agregar mais 4,5 bilhões cada, do Bird e do BID, sacados em parte.

Fontes: Relatórios anuais do FMI; pesquisas do autor.

8.5.3 A emergência de múltiplas polaridades: a nova balança do poder mundial

Alguns observadores das relações internacionais contemporâneas, ao refletir em perspectiva histórica sobre a amplitude e o significado das mudanças nos anos 1980 e 1990, chegaram a especular sobre um possível retorno ao sistema conhecido, em finais do século XIX e princípios deste, como "equilíbrio de poderes", um conceito tipicamente adaptado ao sistema europeu de nações. Não fosse a imediata e visível incongruência histórica desse tipo de interpretação, num mundo tão claramente fragmentado em múltiplas soberanias concorrentes ou superpostas, mas pertencentes a uma mesma estrutura interestatal formalmente igualitária, parece evidente que, neste último meio século, qualquer "concerto de nações" tem de ajustar-se à realidade da emergência e afirmação do direito internacional, à disponibilidade assimétrica do poder nuclear, mas também à lenta disseminação de normas, obrigações e princípios gradualmente incorporados ao sistema de relações internacionais pelas grandes organizações internacionais.

A nova balança do poder mundial implica, a partir do final dos anos 1980, que o equilíbrio entre potências cessa de apoiar-se apenas, ou principalmente, no terror nuclear. A dissolução da União Soviética e, a mais forte razão, do Pacto de Varsóvia, em 1991, afasta o perigo de uma guerra total e, no mesmo movimento, a persistência de certas tensões regionais ou conflitos localizados. O desaparecimento do antagonismo Leste-Oeste empresta um novo vigor ao Conselho de Segurança e aos esquemas de manutenção ou imposição da paz por forças onusianas ou trabalhando formalmente sob sua orientação. O fato é que, a despeito de sua relativa impotência em face de alguns conflitos regionais persistentes e de uma permanente falta de meios materiais, a ONU e o sistema de organizações internacionais cooperativas deste último meio século introduziram uma nova dimensão nas relações políticas e econômicas internacionais, desconhecida tanto na época do "equilíbrio de potências" quanto na fase da paz de Versalhes, entretida pela autoridade precária da Liga das Nações.

No período entre as guerras, o sistema de segurança coletiva da Liga não funcionou devido à não-participação dos Estados Unidos, ao isolamento da

União Soviética, ao revisionismo agressivo da Alemanha, do Japão e da Itália e à falta de vontade política de seus membros para conter as violações da Carta de Versalhes pelo uso da força coletiva. De 1947 em diante, o sistema da ONU foi paralisado pela guerra fria e pela falta de unanimidade no Conselho de Segurança: a oposição Estados Unidos/União Soviética limitou severamente sua capacidade de atuação em problemas de segurança regional e mesmo em diversos temas globais.

Essa situação foi rompida em 1989, mas o sistema onusiano ainda é instável e certamente em transição: ele precisa ainda acomodar, por exemplo, os vencidos da Segunda Guerra, Alemanha e Japão, e alguns outros países menos desenvolvidos, como também administrar o complexo e delicado fenômeno da rejeição islâmica ao mundo ocidental. A Resolução de 1990 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que aprovou o uso da força para que uma coalizão — de fato os Estados Unidos e outros aliados — empreendesse o rechaço das forças iraquianas que tinham invadido o Kuaite, não deixou de provocar novas tensões numa região ainda particularmente instável. No seguimento de sua fracassada invasão, o Iraque teve de aceitar, ao longo de toda a década de 1990, um dos mais intrusivos sistemas de controle de material militar e de equipamento de uso dual de que se tem notícia no sistema multilateral onusiano. Mas o quadro geral das relações internacionais parece bem mais propenso do que antes ao encaminhamento de soluções pacíficas a muitos conflitos regionais — com destaque para os do Oriente Médio — bem como à lenta emergência da interdependência global, base indispensável à manutenção da paz e à continuidade do processo de desenvolvimento dos países mais pobres.

As mais importantes negociações do ponto de vista da segurança internacional não são, contudo, levadas a efeito em foros da ONU, como a Comissão do Desarmamento, mas no plano das relações bilaterais entre as principais potências. A esse respeito, depois da fracassada experiência da "Guerra nas Estrelas" da era Reagan, os Estados Unidos pareciam novamente inclinados, no final dos anos 1990, a exercer seu tradicional unilateralismo político-militar, ao propor uma iniciativa mais modesta de defesa contra mísseis, denominada *National Missile Defense* (NMD), que conseguiu recolher não só a oposição frontal da Rússia e da China, mas também a desaprovação dos aliados da Otan. A Rússia argumentou, com

razão, que o desenvolvimento de tal sistema contraria o tratado bilateral de limitação dos sistemas de defesa contra mísseis, ao passo que a China agitava, com maior vigor ainda, a ameaça de uma nova corrida armamentista, como conseqüência da situação a ser criada de desequilíbrio estratégico, se a NMD fosse implementada.

As alianças estratégicas do final do século XX eram, de todo modo, bem pouco condizentes com o equivalente geopolítico do "equilíbrio de poderes" de um século atrás. Alguns observadores referem-se a um sistema de polaridades múltiplas ou heterogêneas, ainda que se reconheça a visível preeminência estratégica dos Estados Unidos. Do ponto de vista do historiador, não há, contudo, um conceito unificador ou um único referencial analítico à nova situação emergente no atual sistema — supondo-se que esta seja a noção adequada — de relações internacionais. Cessada a ordem bipolar, as configurações regionais ou os ordenamentos específicos impõem-se nesta fase de transição, na qual a interdependência econômica tem de conviver com a fragmentação política. Em meados dos anos 1990, os grupos regionais — União Européia (UE), Acordo de LivreComércio da América do Norte (Nafta), Mercosul, aproximações livre-cambistas na Ásia — reforçavam-se como acomodações parciais aos desafios colocados por um mundo cuja única lógica unificadora parece ser a competição global. O "novo realismo" na política externa dos Estados não se constitui tanto na busca de supremacia militar, mas no sucesso, na atração e mobilização produtiva de enormes volumes de capitais disponíveis sob a forma de investimento direto estrangeiro. Também emerge, de modo triunfante, nesse cenário de difusão geopolítica do poder mas de concentração de riquezas, uma "nova economia", tendo como vetores centrais o comércio eletrônico e a biotecnologia.

• 8.6 Os problemas globais: a nova agenda internacional

Aos problemas que, desde o imediato pós-Segunda Guerra e nas décadas seguintes, freqüentaram habitualmente a agenda política e econômica internacional — comércio, matérias-primas, transferência de tecnologia, cooperação técnica nos setores de saúde, educação, trabalho, telecomunicações, transportes — vem juntar-se progressivamente, a partir dos anos 1970, uma série de novos temas, ou de antigos problemas enfocados de maneira inovadora, que passam a percorrer o cenário sempre mutável das relações internacionais. Danos extensos ao meio ambiente, violações dos direitos humanos, natalidade explosiva em determinadas regiões, epidemias devastadoras como a Aids, desigualdades criadas com a revolução informática e instabilidade associada à volatilidade financeira são alguns desses problemas que, por transcender as fronteiras dos Estados nacionais, passaram a requerer respostas verdadeiramente globais. Ao mesmo tempo, novos atores — entre eles, as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), ou outros menos bem recebidos, como os terroristas — passam a influenciar, direta ou indiretamente, o tratamento de diversas questões de amplitude universal.

8.6.1 Novos e velhos problemas: a complexa agenda mundial

Quer seja na discussão e encaminhamento de antigas questões da comunidade internacional — população, direitos humanos, desarmamento —, quer seja na reflexão e busca de solução para novos problemas — meio ambiente e desenvolvimento sustentável, recursos naturais e proteção das espécies ameaçadas de extinção, desequilíbrios regionais e sociais, desafios à ordem via terrorismo político ou narcotráfico —, a agenda internacional diversifica-se na medida mesma da complexidade e da dimensão global desses novos temas, que desafiam linhas de divisão regionais, princípios ideológicos ou classificações por renda *per capita*. Alguns problemas chegaram mesmo aos limites do chamado “choque de civilizações”, como, por exemplo, o desafio islâmico à tradicional dominação cultural do ocidente desenvolvido, de que são exemplos a impermeabilidade da Revolução Iraniana ao diálogo tentado por europeus e norte-americanos ou o irredentismo terrorista de certos movimentos fundamentalistas.

Outros problemas, de cunho mais tradicional ou de renovado impacto nas relações internacionais — como a desorganização monetária e financeira internacional, as dificuldades dos países em desenvolvimento para o acesso à tecnologia e o conseqüente aprofundamento da distância Norte-Sul, a proliferação nuclear ou o temor inquietante da capacitação em armas químicas ou bacteriológicas e seus vetores missilísticos —, também passam de maneira intensa a ocupar a agenda das organizações multilaterais, constituem o foco de conferências especiais ou são objeto das preocupações de instâncias de coordenação política restritas como a OCDE ou o G-7. A cooperação internacional revela-se no mais das vezes inútil ou insuficiente para equacionar ou sequer circunscrever determinados problemas, e os parceiros considerados “responsáveis” passam a adotar mecanismos excludentes de vigilância e controle — a exemplo do *Nuclear Supplyers Group* (NSG) ou do *Missile Technology Control Regime* (MTCR) —, no limite do que se denominou “*apartheid* tecnológico”. O próprio Brasil, considerado *à tort ou à raison*, junto com o Iraque e alguns outros, um país de risco, foi vítima de algumas discriminações dessa ordem, tendo sido objeto, nos anos 1970 e 1980, de controles de transferência de tecnologia

que limitaram bastante o desenvolvimento de sua capacitação espacial, até que decidiu aderir, já nos anos 1990, aos princípios e diretrizes do MTCR (constituído em 1987 e regulando os vetores balísticos de mais de 300 km).

O terrorismo não é, por certo, um problema novo na agenda internacional, tendo servido como válvula de escape a antigos grupos anarquistas e niilistas no final do século XIX ou como detonador de causas nacionalistas no limiar da Primeira Guerra Mundial. Ele recrudesceu, contudo, a partir de 1970, quando a média de atentados anuais não ultrapassava cerca de três centenas de casos catalogados em todo o mundo. Em meados dos anos 1970, a cifra já tinha alcançado 350, sobretudo com base em grupos organizados no Oriente Médio para lutar pela causa palestina. Nos anos 1980, a média sobe para 500 atentados (sem descurar muitos casos de origem propriamente européia), para declinar em 1990 para pouco mais de 450 casos registrados. Nem sempre os alvos privilegiados de grupos terroristas nacionais ou internacionais foram as "potências imperialistas" (em primeiro lugar os Estados Unidos), uma vez que tanto Estados formalmente democráticos (como Espanha e Itália) quanto regimes reconhecidamente autoritários (como Argélia, Egito ou Turquia) foram objeto de dezenas de atentados de base política ou religiosa. Em alguns casos, a tentativa de identificação de Estados patrocinadores do terrorismo internacional constituiu motivo de retaliações unilaterais, como os ataques aéreos dos Estados Unidos contra a Líbia, em flagrante desacordo com o direito internacional.

O próprio direito internacional evoluiu progressivamente, para incorporar, ainda que de forma incipiente, novos princípios e mecanismos de proteção aos direitos humanos, com uma crescente afirmação do "direito de ingerência". Em nenhum outro campo, contudo, a globalização dos problemas nacionais adquiriu contornos tão visíveis como na questão do meio ambiente. O ambientalismo, surgido timidamente no final dos anos 1960 e início dos 1970, em associação com as ameaças poluidoras da chuva ácida e do uso da energia fóssil, tornara-se uma espécie de imperativo político no decorrer da década seguinte, para não dizer uma verdadeira religião, mobilizando fração considerável da opinião pública nos países avançados. As prescrições algo ingênuas do Clube de Roma em torno dos "limites ao crescimento" adquirem contornos mais científicos e tecnicamente sólidos nos anos 1980, com o desenvolvimento de debates e conferências a

respeito do aquecimento global, da diminuição da camada de ozônio e do papel das florestas e dos oceanos na regulação global da atmosfera. A mudança climática e a extinção de espécies animais e vegetais são os aspectos mais dramáticos e eloqüentes desse debate, que se traduz, no terreno das convenções internacionais, em alguns instrumentos de aceitação quase que universal, mas de difícil implementação prática (como os acordos da Conferência de 1992 do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Nos anos 1990, ao lado dos direitos humanos (que já dispunham de instrumentos e foros relativamente abrangentes no plano multilateral), o desafio democrático também passa a mobilizar um número cada vez maior de grupos de interesse público: as ditaduras são postas na defensiva e a ascensão da idéia de liberdade e da livre afirmação dos direitos políticos contribui para aumentar o número de regimes eletivos, mas a falta de critérios universalmente aceitos e de mecanismos efetivos de avaliação ainda refreia a expansão da democracia no mundo. Também permanecia frágil a situação da mulher — a despeito de progressos alcançados no plano político —, com o recurso desigual a meios contraceptivos, acesso desfavorecido a oportunidades de emprego e de educação e tratamento legal inferior em muitos países de tradição islâmica, atuando como fatores impeditivos ao pleno exercício da igualdade social em relação ao gênero masculino.

Algumas das grandes conferências patrocinadas pela ONU nos anos 1990 — criança, em 1990; meio ambiente e desenvolvimento, em 1992; direitos humanos, em 1993; população e desenvolvimento, em 1994; desenvolvimento social, em 1995; mulher, em 1995; assentamentos humanos, em 1996, além de outras menos publicitadas — contribuíram sobremaneira para aumentar o grau de consciência cidadã sobre as novas dimensões da interdependência global.

8.6.2 Limites da soberania estatal: meio ambiente, revolução da informação, desafio democrático

Parte significativa desses problemas globais, que apresentam dimensões ou implicações propriamente descomunais (como a poluição transfronteiriça), interfere nos limites tradicionais da soberania estatal, mostra-se arredia a qualquer tipo de coordenação intergovernamental e escapa, na verdade, ao controle dos blocos regionais ou políticos, participando ativamente dos debates nos foros multilaterais. Interesses públicos e privados mesclam-se nessa nova agenda internacional global, de tal maneira que o encaminhamento desses problemas exige delongada e paciente ação negociadora (cujo exemplo mais conspícuo é provavelmente a longuíssima Conferência do Direito do Mar). Se no campo da estrita proteção ambiental a construção regulatória multilateral parece apresentar progressos mais efetivos, em novas áreas de difícil compatibilização dos interesses nacionais — como direitos humanos, acesso aos recursos da biodiversidade ou comercialização de produtos contendo organismos geneticamente modificados — a evolução normativa é bem mais lenta.

Outras questões chocam-se com a reduzida vontade dos países mais desenvolvidos em transferir voluntariamente tecnologia proprietária, em assumir os custos da correção de rumos — em poluição e meio ambiente — ou com a suposta "falta de colaboração" dos menos desenvolvidos na sua supressão ou redução — como o problema do tráfico de drogas. O narcotráfico vem sendo tratado de maneira arrogante pelos Estados Unidos como uma simples "economia da oferta", sem qualquer responsabilização do lado da demanda. Comportamentos paranóicos desenvolvem-se em alguns participantes desses debates da nova aldeia global televisiva, sejam eles grupos de ativistas "monotemáticos" ou ONGs de reduzido embasamento técnico ou científico, ou mesmo atores governamentais, como militares brasileiros, que agitam a suposta ameaça da internacionalização da Amazônia.

O campo do direito humanitário foi, sem dúvida alguma, aquele no qual, no final do período considerado, se fez sentir de maneira mais evidente os novos limites impostos à soberania estatal. A ação da opinião pública e de ONGs foi aqui decisiva para impulsionar os organismos intergovernamentais

ou os governos de certos países a empreenderem iniciativas no sentido de não apenas reprimir as violações mais grosseiras aos direitos elementares da pessoa humana, como também no de criar novos princípios legais e mecanismos processuais para tentar julgar e condenar os responsáveis por tais atos. A jurisdição "nacional" recebeu, por parte de alguns juízes, uma nova interpretação no plano do direito internacional, o que permitiu que antigos ditadores (como o general chileno Pinochet) e agentes repressivos envolvidos em crimes de tortura, morte ou desaparecimento pudessem ser alcançados em terceiros países. Da mesma forma, a decisão pela criação de tribunais especiais *ad hoc* encarregados de julgar crimes de guerra — a exemplo do tribunal da Haia sobre crimes cometidos na ex-Iugoslávia — ou violações ao direito humanitário — em Ruanda —, bem como o acordo quase universal (auto-exclusão dos Estados Unidos) em favor do estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional representam importantes inovações conceituais e processuais, suscetíveis, assim, de erodir a soberania absoluta dos Estados nacionais.

Ao longo dos anos 1990, a democracia tornou-se um valor não apenas universal, mas também global, como evidenciado pela defesa de eleições livres e pelas tendências de se passar da simples defesa dos direitos humanos em abstrato para a defesa dos direitos concretos dos cidadãos ou de grupos minoritários. Reduziu-se, portanto, a esfera da "razão de Estado" que, em última instância, é antidemocrática, ao atribuir poderes desmesurados aos governos, muitas vezes contra os interesses dos cidadãos ou de setores desprotegidos da população.

Uma das primeiras evidências nesse sentido foi constituída pelos novos poderes atribuídos à Corte Européia de Direitos Humanos, à qual os cidadãos europeus podem apelar por cima e algumas vezes contra os interesses de seus próprios governos nacionais. Outra prova foi dada na defesa de minorias étnicas e religiosas na Bósnia e no Kosovo, independentemente do exercício unilateral e por vezes arrogante do poder militar: neste caso, foi preciso a intervenção direta de forças da Otan para fazer cessar operações de limpeza étnica que estavam sendo conduzidas por forças regulares e por milícias em estreita cooperação com o desacreditado poder de Belgrado. Finalmente, no que pode ser apresentado como um dos últimos desenvolvimentos da onda democrática iniciada em 1989 nos países

socialistas da Europa, o regime socialista de Milosevic na Iugoslávia, reduzida apenas à Sérvia e ao Montenegro, foi posto abaixo por uma decisiva manifestação popular em outubro de 2000, depois de mais uma tentativa de manipulação dos resultados eleitorais pelo homem responsável, em última instância, pelos massacres conduzidos na Bósnia e no Kosovo. A ativa promoção da democracia, além-fronteiras, assim como a passagem dos direitos humanos *in abstracto* aos direitos da cidadania e da dignidade, contra a soberania absoluta de Estados despóticos constituem, portanto, uma das faces mais conspícuas da globalização no limiar do século XXI.

8.6.3 Globalização e regionalização: tendências irresistíveis?

Um dos resultados indiretos e involuntários da nova estrutura criada para o sistema multilateral de comércio, ao cabo da Rodada Uruguai do Gatt (1993) e a partir do surgimento da OMC (1995), foi o de adaptá-lo aos requerimentos do fenômeno já identificado como globalização, isto é, a internacionalização crescente dos circuitos produtivos e dos sistemas financeiros. Não se tratou mais, tão simplesmente, de negociar reduções tarifárias e não tarifárias para facilitar o acesso aos mercados de produtos industrializados ou agrícolas. Agregou-se, às tradicionais rodadas de desarme aduaneiro as novas componentes do comércio de serviços, dos direitos de propriedade intelectual, das normas relativas a investimentos, além de outras questões institucionais.

Mas o processo de globalização encontra paralelo, ou compensação, no outro fenômeno característico do período, conhecido como regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos preferenciais (sob a forma de zonas de livrecomércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns) em subsistemas geográficos regionais. A tendência desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1980, quando a então Comunidade Econômica Européia, superando anos de recessão e de “euroesclerose”, lançou as bases, mediante o Ato Único Europeu de 1986, de ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado, com calendário fixado para dezembro de 1992.

De fato, a construção européia enfrentava uma certa paralisia, depois da adesão da Grã-Bretanha, da Dinamarca e da Irlanda no princípio da década de 1970, situação provocada em parte pelos choques energéticos dos anos 1970, mas também pelo recrudescimento de barreiras internas à conformação de um espaço econômico integrado na Europa. A decisão de se instituir um Conselho Europeu — reunindo regularmente os chefes de Estado e de Governo dos "Seis", depois dos "Nove", mais adiante dos "Doze" — e a opção pela instituição, em 1979, de um Parlamento eleito diretamente por meio do sufrágio universal — e não mais constituído a partir dos parlamentos nacionais — foram provavelmente decisivas para o renascimento do projeto europeu e com ele, o reforço subseqüente do papel internacional da Europa. O retorno à democracia de três países da Europa Meridional e o desejo dos países-membro de ancorá-los nesse regime sustentam a decisão, mais de natureza política do que propriamente econômica, de aceitar, nas Comunidades Européias, a Grécia (em 1981) e Portugal e Espanha (em 1985), reforçando com isso, ainda mais, a projeção internacional da Europa Ocidental. A partir daí, a região entra num período de afirmado "euro-otimismo", quando não de verdadeira "euro-euforia", com a retomada do ritmo de crescimento e o estabelecimento das bases de grande mercado unificado previsto para 1993. O projeto de uma "moeda única", consubstanciado no Tratado de Maastricht (1992) sobre a União Européia, logrou ultrapassar de maneira bem-sucedida sua segunda fase — o congelamento irrevogável das paridades cambiais em 1999 — na preparação para o lançamento definitivo do euro em 2002.

Respondendo ao que muitos consideraram o projeto de uma "fortaleza Europa", outros importantes parceiros lançaram-se igualmente em processos "minilaterais" — por oposição ao estrito multilateralismo das regras do Gatt — de liberalização comercial, refletidos em acordos seletivos que muitas vezes foram identificados como substitutivos ou alternativas de maior escopo que os esquemas baseados na cláusula de nação mais favorecida do sistema multilateral de comércio consubstanciado no Gatt. De fato, no decorrer dos anos 1980 e 1990, começaram a proliferar os projetos de blocos comerciais, muitos deles sem reais chances de consolidação.

A primeira manifestação dessa nova tendência foi dada pelo acordo de 1988 entre os Estados Unidos e o Canadá, criando uma zona de livre-

comércio bilateral. No hemisfério sul, Brasil e Argentina davam início, em 1986, ao processo de integração sub-regional, mediante o Programa de Integração e Cooperação Econômica, que logo se desdobrou no Tratado de Integração de 1988, prevendo a constituição de um mercado comum no espaço de dez anos. Enquanto que, na Ásia, os países-membro da Asean, consoante o antigo espírito político anticomunista da associação do sudeste asiático, relutavam em engajar-se num processo de conformação de uma área preferencial de comércio, na Oceania, ao contrário, a Austrália e a Nova Zelândia aderiam a um esquema resolutamente livre-cambista, conhecido por CER (*Closer Economic Relations*). Em outros continentes (como na África ou na Ásia Central), experiências nesse mesmo sentido foram menos bem-sucedidas, mas ainda assim o número de esquemas preferenciais cresceu a ponto de justificar a criação, no âmbito da OMC, de um comitê exclusivamente encarregado dos acordos regionais.

No hemisfério ocidental, por exemplo, o presidente George Bush, dos Estados Unidos, dando algumas tinturas plurilateralistas às suas propostas bilateralistas de liberalização negociada dos intercâmbios econômico-financeiros na região, anunciou, em junho de 1990, o lançamento da "Iniciativa para as Américas", vasto esquema de constituição de uma zona de livre-comércio hemisférica, incluindo ainda programas de reconversão da dívida externa e de canalização de investimentos privados. Sintomaticamente, porém, indicou ele que o México seria o primeiro a beneficiar-se de tais possibilidades, o que efetivamente deveria concretizar-se dois anos mais tarde, por meio da conformação do Nafta, o acordo trilateral de livre-comércio da América do Norte, envolvendo ainda o Canadá.

Nesse mesmo momento, Brasil e Argentina decidem acelerar o programa de constituição de um mercado comum bilateral, reduzindo pela metade os prazos previstos nos esquemas de liberalização comercial do Tratado de Integração de 1988 e introduzindo um caráter de automaticidade no processo, doravante calendarizado, de eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias. Com a Ata de Buenos Aires de 1990, é dado início às negociações que conduzirão ao Mercosul, consubstanciado no Tratado de Assunção, que, em março de 1991, associou ao esquema bilateral o Paraguai e o Uruguai. O Chile, que participou das discussões iniciais para a formação

do Mercosul, declinou finalmente do convite para nele ingressar, em virtude de seu perfil tarifário mais rígido (tarifa única de 11%, bem mais reduzida em relação à média então praticada por Brasil e Argentina, de cerca de 40%), preferindo mais adiante negociar um esquema de liberalização comercial por meio de um acordo de tipo livre-cambista.

• 8.7 A globalização e o Brasil

8.7.1 A América Latina no contexto internacional

A América Latina sempre se constituiu como um continente relativamente marginal no cenário estratégico internacional e no que respeita aos principais fluxos de produtos materiais e bens imateriais (tecnologia, capitais, *know-how*). Essa característica foi ainda mais acentuada, no decurso do pós-Segunda Guerra, por opções introvertidas em matéria de políticas econômicas desenvolvimentistas: ao escolher o modelo substitutivo de industrialização, a maior parte dos países latino-americanos confirmou o "descolamento" em relação ao mercado mundial, cujo início tinha sido dado pela crise de 1929. Assim, enquanto os "tigres" da Ásia Oriental — Coréia do Sul, Taiwan, entre outros — aumentavam extraordinariamente, entre meados dos anos 1960 e 1980, sua participação no comércio internacional, os países da América Latina mantinham a sua praticamente estagnada. Da mesma forma, a parte das exportações no PNB dos países asiáticos mais que dobrou entre 1965 e 1983 (de 13% a 32%), contra uma tímida progressão (de 11% a 15%) no caso dos latino-americanos.

Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição da renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania. Esses fatores econômicos e sociais, como sua própria

excentricidade em relação aos principais cenários de disputa estratégica, explicam a perda de importância internacional da América Latina. Em compensação, em princípios dos anos 1990, a América Central estava pacificada e, à exceção de Fidel Castro, quase todos os líderes políticos do continente tinham sido democraticamente escolhidos em eleições livremente disputadas. A persistência de guerrilhas e eventuais tendências bonapartistas ou populistas em países andinos não chega a colocar em risco o compromisso global com a normalização institucional.

Do ponto de vista da segurança estratégica, a América Latina aparece, no confronto com os demais continentes, como singularmente desprovida de grandes focos de conflitos interestatais. A dupla herança da mensagem bolivariana e do "sentimento" pan-americano, a forte vocação integracionista (ainda que em grande parte frustrada) da componente ibero-americana e a existência de mecanismos flexíveis de cooperação regional (tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, por exemplo) concorrem para mantê-la numa situação de baixa tensão potencial. Os poucos casos de enfrentamentos armados ou de iminência de conflitos militares — Peru-Equador, Chile-Argentina, Chile e seus antigos adversários da Guerra do Pacífico, disputas fronteiriças entre a Colômbia e a Venezuela ou entre este país e a Guiana, por exemplo — não chegam a conformar um cenário de instabilidade estratégica absoluta ou um obstáculo fundamental à continuidade de relações. O Chile e a Bolívia conviveram tranqüilamente no Grupo Andino, na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e na associação com o Mercosul, mesmo com a ausência momentânea de relações diplomáticas durante a maior parte do período considerado.

Os processos em curso de integração econômica sub-regional, em primeiro lugar no Mercosul, em muito contribuíram para reforçar a estabilidade democrática no continente, para aumentar a interdependência recíproca de suas economias e para realçar novamente a capacidade de barganha da América Latina no cenário mundial. Os esquemas preferenciais já existentes ou em curso de implementação — zonas de livre-comércio bi-, tri- ou plurilaterais — permitem operar processos cooperativos e negociados de acesso recíproco aos mercados europeu e norte-americano. A Iniciativa para as Américas, de junho de 1990, evoluiu, a partir da cúpula de

Miami, de dezembro de 1994, para uma ampla proposta hemisférica na Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) no horizonte 2005, enquanto a União Européia propunha uma associação comercial privilegiada com o Mercosul. No plano inter-regional, a vocação espanhola para servir de ponte entre a América Latina e a Europa Ocidental permitiu o surgimento de conferências ibero-americanas a partir de 1991, cuja orientação é, contudo, mais política do que econômica.

No final do período, o Brasil dava seguimento a uma antiga proposta do então chanceler Fernando Henrique Cardoso (1992-1993) de dissociar o conceito geograficamente mais inclusivo de América do Sul daquele politicamente ambíguo de América Latina ao convidar, em setembro de 2000, todos os presidentes do continente meridional para uma reunião em Brasília colocada sob o signo da democracia, da integração física e comercial, da luta contra o narcotráfico e da cooperação em matéria de ciência e tecnologia.

8.7.2 O Brasil na globalização

No decorrer dos anos 1990, sobretudo depois das crises financeiras inauguradas em 1995 no México, continuadas em 1997-1998 na Ásia e na Rússia e em 1999 no próprio Brasil, disseminou-se a impressão de que o país teria aberto indiscriminadamente sua economia ao capital estrangeiro ou de que o governo teria operado uma abertura comercial externa “irresponsável”, sem “reciprocidade e sem barganha”. A realidade das estatísticas relativas aos processos de abertura externa e de interdependência econômica internacional modifica, contudo, esse cenário negativo derivado de impressões não confirmadas pelos dados disponíveis. Com efeito, o exame dos números relativos à inserção econômica internacional do Brasil confirma que sua economia é uma das menos abertas e “globalizadas” do planeta, como revelado na Tabela 8.8.

Tabela 8.8

Inserção de países selecionados na economia mundial, 1986-1997

Países	PNB per capita (PPP*)		Comércio exterior como % do PIB		Tarifa mediana (todos os produtos)	Investimento direto estrangeiro como % do PIB
	1997	1986	1996	1990-96	1986	1996
Argentina	9.950	5,9	14,0	11,2	0,3	1,3
Brasil	6.240	5,8	10,2	12,2	0,1	0,7
Chile	12.080	11,6	18,9	11,0	0,5	3,0
México	8.120	6,8	26,1	13,1	0,6	1,0
Paraguai	3.870	8,2	29,3	9,4	0,0	1,1
Peru	4.390	6,6	13,0	13,3	0,1	3,3
Uruguai	8.460	14,7	22,8	9,7	0,3	0,7
América Latina	6.660	7,9	17,3	—	0,3	1,1
Índia	1.650	3,9	4,5	30,9	0,0	0,2
China	3.570	6,6	7,1	23,9	0,2	1,0
Hong-Kong	24.540	111,8	247,6	—	—	—
Japão	23.400	21,5	26,1	6,0	0,9	0,9
Coréia	13.500	33,6	46,7	11,3	0,8	1,1
Malásia	10.920	33,6	70,2	9,1	0,7	2,0
Ásia Pacífico	3.560	9,1	13,0	—	0,2	1,0
Alemanha	21.300	—	55,1	6,8	—	2,0
Canadá	21.860	45,6	58,5	8,5	1,9	2,3
Espanha	15.720	18,4	36,6	6,8	1,1	1,9
Estados Unidos	28.740	14,0	19,4	6,0	1,4	2,6
França	21.860	33,7	45,4	6,8	1,1	3,7
Países Baixos	21.340	86,7	106,4	6,8	4,0	9,0
Países alta renda	22.770	26,5	38,9	—	1,6	2,7

* = Paridade de Poder de Compra (*Purchasing Power Parity*), segundo estimativa do Bird.

Fonte: World Bank, *World Development Indicators*, 1998 CD-ROM.

O Brasil continua a ser um dos países de menor coeficiente de abertura externa da América Latina e do mundo e, a despeito da alardeada abertura brasileira ao capital estrangeiro, o país apresenta um dos menores índices de participação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no PIB, na média quatro vezes menor do que os países de alta renda. O que os dados revelam é que o Brasil ainda tem um longo caminho pela frente no sentido de uma

maior inserção econômica internacional, processo que deve caminhar *pari passu*, como geralmente é o caso em todas as outras experiências conhecidas, com o desenvolvimento de seu mercado interno e com a incorporação de frações cada vez mais amplas da população economicamente ativa em setores da economia voltados para o comércio exterior.

O Brasil, cuja política externa esteve basicamente voltada nos anos 1980 para as relações com os países latino-americanos, passou a desempenhar um papel de primeira ordem nesses processos simultâneos de formação de espaços econômicos integrados no continente (integração Brasil-Argentina, Mercosul, Iniciativa Amazônica, área de livre-comércio sul-americana), de busca de uma reinserção da região na economia mundial e de reassunção, para si próprio, de um novo papel político internacional. Estado-continente e certamente o país de maior peso no contexto sul-americano, sua diplomacia jamais reivindicou, contudo, qualquer estatuto de potência regional ou mundial. Afastadas as lembranças guerreiras das longínquas peripécias platinas no decurso do século XIX — a Guerra do Paraguai foi, finalmente, a única experiência bélica de terreno colocada ao exército brasileiro —, e mesmo a possibilidade atual de uma capacitação nuclear independente para fins diretamente estratégicos, a concepção doutrinal do Estado brasileiro aproxima-se evidentemente bem mais do ideal do "Estado comercial" do que do modelo "territorial" de que falou Rosecrance.

Tendo iniciado a década de 1980 — ainda sob o regime militar — com um discurso diplomático de tipo desenvolvimentista, reivindicatório (sem ser confrontacionista) e "terceiro-mundista", a política externa do Brasil encaminharse-ia para uma aceitação refletida da necessidade de interdependência, passando sua posição negociadora no âmbito da Rodada Uruguai por uma revisão moderada no sentido da aceitação de algumas teses dos países mais desenvolvidos (serviços, propriedade intelectual, especialmente). Ainda que recusando o conceito de "graduação", que se lhe procurava impingir de maneira unilateral, e chegando mesmo a decretar a moratória de sua dívida externa, em 1987, o Brasil buscou, mesmo assim, melhorar a qualidade de suas relações com os países ricos, em especial com os Estados Unidos: conflitos na área de informática e de patenteamento

farmacêutico, ademais da natural dificuldade das negociações então em curso no Gatt, obstaram porém esse objetivo.

Sua posição, por exemplo, no quadro da coordenação dos países devedores da América Latina (Consenso de Cartagena), nunca foi de um ardente militantismo, ao contrário: o Brasil favorecia a busca de um entendimento global nessa área, com base em sua dupla natureza, financeira e política. Fundamentado em sua diplomacia universalista, respeitadora dos princípios mais sagrados da convivência entre os Estados, o Brasil passou a reivindicar o estudo da reforma da Carta das Nações Unidas e a assunção de um maior papel para si no cenário internacional. Sintomaticamente, no final da década de 1980, o presidente brasileiro, em discurso perante a Assembléia Geral da ONU, relançava a idéia da entrada do país no Conselho de Segurança, ainda que como membro sem direito de veto. No final dos anos 1990, o projeto continuava em aberto, não apenas em virtude das dificuldades esperadas no processo de revisão da Carta da ONU, mas também porque, para não melindrar outros países da região — como o México ou a Argentina, parceira no Mercosul —, o Brasil decidiu tratar da questão da maneira mais discreta possível.

Referências

Sobre as relações internacionais em geral:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade São Marcos, 1999.

ART, Robert C.; JERVIS, Robert. *International politic* s: enduring concepts and contemporary issues. New York: Harper Collins, 1996.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. 11. ed. Paris: Dalloz, 1993.

______. *Tout empire Perira*. Paris: Armand Colin, 1992 (1. ed.: 1981).

GLENNON, Lorraine (Ed.). *The 20th century*: an illustrated history of our lives and times. North Dighton: J. G. Press, 2000.

KEHOANE, Robert O.; MILNER, Helen V. *Internationalization and domestic politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KRIEGER, Joel (Ed.). *The Oxford companion to politics of the World*. New York: Oxford University Press, 1993.

LINN-JONNES, Sean M.; MILLER, Steven (Ed.). *The cold war and after*: prospects for peace. Cambridge: The MIT Press, 1994.
MILZA, Pierre; BERNSTEIN, Serge. *Histoire du XXᵉ siècle*: 1973 à nos jours, la recherche d'un monde nouveau. Paris: Hatier, 1993.
POLANYI, Karl. *The great transformation*: political and economic origins of our time. New York: Rinehart, 1944.
REYNOLDS, David. *One World divisible*: a global history since 1945. New York: W. W. Norton, 2000.
ROBERTS, J. M. *Twentieth century:* 1901 to 2000. The history of the World. New York: Viking, 1999.
ROE GODDARD, C.; PASSÉ-SMITH, John T.; CONKLIN, John G. *International political economy*: State-market relations in the changing global order. Boulder: Rienner, 1996.
ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationale* s. t. 4: 1962 à nos jours. Paris, Hachette, 1995.

Sobre a crise final do socialismo:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Velhos e novos manifestos*: o socialismo na era da globalização. São Paulo: Juarez de Oliveira Editora, 1999.
______. Retorno ao futuro. Parte III: Agonia e queda do socialismo real, *RevistaBrasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro: ano XXXV, nº 137-138, 1992/1, p. 51-71.
FERGUSON, Niall (Ed.). *Virtual History*: alternatives and counterfactuals. New York: Basic Books, 1999. [em especial cap. 9, Mark Almond: "1989 without Gorbachev: what if communism had not collapsed?"]
FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York: The Free Press, 1992.
FURET, François. *Le passé d'une illusion*: essai sur l'idée communiste au XXᵉ siècle. Paris: Robert Laffont/Calmann-Lévy, 1995.
HOBSBAWM, Eric J. *Age of extremes*: 1914-1991. The short twentieth century. Londres: Michael Joseph, 1994.

Sobre a economia mundial e as relações econômicas internacionais:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e o multilateralismo econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, Editora da Unesp, 1996.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. *Brasil*: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DAVID, François. *Les échanges commerciaux dans la nouvelle économie mondiale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GAUTHIER, André. *L'économie mondiale depuis la fin du XIX^e^ siècle*. Paris: Bréal, 1995.

GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GOLDIN, Ian; KNUDSEN, Odin; VAN DER MENSBRUGGHE, Dominique. *Trade liberalisation*: global economic implications. Paris, Washington: OECD, The World Bank, 1993.

KENNEDY, Paul M. *Preparing for the twentieth-first century*. New York: Vintage Books, 1993.

KEOHANE, Robert O. *After hegemony*: cooperation and discord in the World political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KINDLEBERGER, Charles P. *World economic primacy, 1500 to 1990*. New York: Oxford University Press, 1996.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale, 1820-1992*: analyse et statistiques. Paris: OCDE, 1995.

MESSERLIN, Patrick. *La nouvelle organisation mondiale du commerce*. Paris: Dunod/IFRI, 1995.

MUCCHIELLI, Jean-Louis. *Relations économiques internationales*. Paris: Hachette, 1994

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil*: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ROBERTS, Brad (Ed.). *New forces in the world economy*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

ROSECRANCE, Richard. *The rise of the trading State*: commerce and conquest in the modern world. New York: Basic Books, 1986.

VAN DER WEE, Herman. *Histoire économique mondiale, 1945-1990*. Louvain-la-Neuve: Academia-Duculot, 1990.

YERGIN, Daniel. *The Prize*: the epic quest for oil, money and power. New York: Simon and Schuster, 1991.

Sobre as relações estratégicas internacionais e os conflitos regionais:

BROWN, Michael E.; LINN-JONNES, Sean M.; MILLER, Steven (Ed.). *The perils of anarchy*: contemporary realism and international security. Cambridge: The MIT Press, 1995.

DESFARGES, Philippe Moreau. *Les relations internationales dans le monde aujourd'hui*: entre globalisation et fragmentation. 4. ed. Paris: Ed. S.T.H., 1992.

COUTEAU-BÉGARIE, Hervé. *Géostratégie de l'Atlantique Sud*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

KENNEDY, Paul M. *The rise and fall of great powers*: economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York: Random House, 1987.

TOURAINE, Marisol. *Le bouleversement du monde*: géopolitique du XXI^{e} siècle. Paris: Seuil, 1995.

Sobre os países em desenvolvimento, a América Latina e a integração:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*: dos descobrimentos à globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

______. *Mercosul*: fundamentos e perspectivas. São Paulo: LTr Editora, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

CERVO, Amado L.; RAPOPORT, Mario (Org.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro, Brasília: Revan, Editora da UnB, 1998.

CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Org.). *Mercosul, Nafta e Alca*: a dimensão social. São Paulo: LTr Editora, 1999.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu; LIMA E ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

FONSECA Jr., Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (Org.). *Temas de políticas externa II*. Brasília, São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão, Paz e Terra, 1994. 2 vols.

HARRIS, Nigel. *The end of the third World*: newly industrializing countries and the decline of an ideology. Londres: Penguin Books, 1987.

HEWITT, Tom; JOHNSON, Hazel; WIELD, Dave. *Industrialization and developmen* t. Oxford: Oxford University Press, 1992.

HOOGVELT, Ankie M. *The third World in global development*. Londres: MacMillan, 1982.

KEMP, Tom. *Industrialization in the non-western World*. Londres: Longman, 1983.

MADDISON, Angus. *Two crises*: Latin America and Asia, 1929-38 and 1973-83. Paris: OCDE, 1985.

MONIZ Bandeira, L. A. *Estado nacional e política internacional na América Latina*: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992). São Paulo, Brasília: Ensaio, Editora da UnB, 1993.

MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (Ed.). *A América Latina e a política mundial*: uma perspectiva latino-americana das relações internacionais. São Paulo: Convívio, 1986.

RUFIN, Jean-Christophe. *L'empire et les nouveaux barbares*. Paris: Editions Jean-Claude Lattès, 1991.

Capítulo 9
O final do século XX e o início do XXI:
dificuldades para construção de uma ordem global

Amado Luiz Cervo

• 9.1 Depois da guerra fria, um período de transição

Após a Segunda Guerra Mundial, a ordem internacional definiu-se teoricamente com simplicidade, porquanto os princípios das fronteiras ideológicas e das zonas de influência com que as duas superpotências organizaram o mundo eram princípios claros e correspondiam a uma realidade. Com o término desse sistema de Yalta, após a erosão do socialismo no leste europeu e a desintegração da União Soviética em 1991, o mundo foi posto ante o desafio de produzir novas regras ou novo paradigma para as relações internacionais.

A grande maioria dos politólogos não previu a mudança do início dos anos 1990, mesmo porque não era sua função. O estudo das relações internacionais tem por fim a elaboração de quadros conceituais que venham iluminar a compreensão do objeto. Muitos houve, todavia, que se precipitaram em definir a nova ordem, uma desordem para alguns, como algo inteiramente novo e distinto. Outros mais prudentes ou com maior recuo inclinaram-se sobre a transição dos anos 1990, percebendo que a mudança lançava raízes no passado e que a estrutura das relações internacionais não se definia com clareza, mesmo havendo-se adentrado pela segunda metade da década.

Duas análises sistêmicas deixam perceber a dificuldade de caracterizar a organização internacional que sucedeu à guerra fria. Segundo Adam Watson, a sociedade internacional dos anos 1990 revela pressões que geram regras e

práticas, muitas vindas do passado e traduzindo-se por meio de normas e instituições que perduram. Essa sociedade internacional difere daquela que organizou o mundo no século XIX porque não vem da sociedade internacional européia, não tem cultura única e não nasce de única experiência. É menos discriminatória (WATSON, 1992).

Servindo-se de outro conceito-chave, o de balança do poder, Michael Sheehan observa que as relações internacionais dos anos 1990 não podem ser vistas como simples mudança da forma bipolar para a multipolar de poder. Mais importante é identificar quais os Estados soberanos que fundamentam a nova balança do poder e que tipo de unidade ela confere ao sistema. Com efeito, a política de balança do poder agiu no passado tanto para preservar o *status* das grandes potências quanto para se pensar as relações internacionais como sistema internacional. Tal política teria, portanto, capacidade de regular a ordem internacional à condição de definir regras válidas tanto para as grandes quanto para as médias e pequenas potências, reconciliando interesses em competição e integrando as nações em nova sociedade internacional (SHEEHAN, 1996).

A política internacional não muda de natureza nos anos 1990, se considerarmos seu caráter anárquico, a hierarquia das potências, a prevalência de relações hegemônicas, as estruturas capitalistas de dominação e os conflitos de interesse (SENARCLENS, 1992). Não há contudo como negar que o mundo pôs-se à busca de novos princípios e regras de conduta, que mudanças na estrutura da organização internacional estão em curso e que essa transição vinha se preparando pelo menos desde 1985, com uma aceleração a partir de 1989.

A distensão entre Estados Unidos e União Soviética tomou novos rumos desde o diálogo iniciado sob o governo Ronald Reagan em 1984 e impelido decididamente pelo líder soviético Gorbatchev a partir do ano seguinte. Entre 1987 e 1991, inúmeros acordos de desarmamento entre os dois países puseram seguramente um fim à guerra fria e uma nova ordem parecia vislumbrar-se quando Yeltsin foi escolhido pelo governo norte-americano como o herdeiro de Gorbatchev, porque se dispunha a acabar com o socialismo e a aceitar a independência das repúblicas que integravam a União Soviética. Os anos 1980 corresponderam, por outro lado, a uma década de evolução generalizada para a democracia, movimento esse que se

estendeu ao leste europeu após a queda do muro de Berlim em 1989 e aos novos Estados independentes oriundos da ex-União Soviética. Preparava-se uma distensão planetária mais intensa para os anos 1990. Teriam o direito internacional e os direitos humanos maior peso nas relações internacionais desse novo mundo?

Apesar da distensão oriunda do desarme ideológico e de uma redução significativa nos gastos com a defesa em todo o mundo, o início de uma nova era não trouxe a paz a todas as regiões. Zonas de conflitos localizaram-se na área de dissolução do Império Soviético, bem como nos Bálcãs, no Oriente Próximo e em alguns países africanos (Somália, Chade, Congo, Angola e Libéria). Algumas tensões no Caribe mantiveram-se. A unificação da Alemanha causou apreensão aos europeus. O Terceiro Mundo desintegrou-se, deixando de existir como frente unida diante da ordem bipolar para esfacelar-se em Estados entregues à própria sorte, que se agravava em algumas partes com o crescimento da população, a deterioração do meio ambiente e uma colossal dívida externa (1,3 bilhão de dólares em 1990). Levas de imigrantes das zonas pobres para o Primeiro Mundo e redes internacionais de crime eram novos problemas a enfrentar. A paisagem geopolítica descortinava, além disso, a ascensão de centros de poder na Europa (Alemanha, Rússia) e no Extremo Oriente (Japão), postos diante de uma posição de solidão dos Estados Unidos. Aparentemente legitimada pela ONU, uma estranha mistura de pax americana com restos de alianças da guerra fria agia para manter a ordem de forma intempestiva, como na Guerra do Golfo, ou hesitante, como nas guerras da Iugoslávia e da Somália.

O que se assemelhava a uma unificação do mundo por obra dos modernos meios de comunicação, da abertura e globalização dos mercados e do avanço das instituições democráticas não impediu o refluxo das políticas de segurança para dentro dos Estados, como evidenciou de forma radical a decisão francesa de realizar uma série de testes nucleares nos anos de 1995 e 1996 mediante explosões subterrâneas no atol de Mururoa. O novo mundo tornava-se mais incerto, mais complexo e não menos perigoso (LELLOUCHE, 1992; VAÄSSE, 1991; DI NOLFO, 1995; VIZENTINI, 1992).

Com o fim do mundo bipolar, as relações internacionais acentuaram as características de uma fase de transição. Algumas tendências descortinam

nos anos 1990 o que pode vir a configurar-se como uma nova ordem internacional. Não convém iludir-se, todavia, e aceitá-las como parâmetros definidos da nova ordem. Antes de examiná-las, é mister descrever os efeitos localizados e a complexidade das características desse período de transição, ou seja, dificuldades e indefinições que o mundo enfrenta nos meados dos anos 1990 para a construção da nova ordem.

9.1.1 Para a área do Terceiro Mundo

Extinguiu-se o diálogo Norte-Sul encaminhado desde os anos 1960, desviando-se o interesse dos grandes pelo desenvolvimento apenas para o intuito de evitar catástrofes ecológicas e migrações indesejáveis. O tradicionalmente denominado "fardo do homem branco", uma doutrina que justificava a colonização em nome da civilização e da cristianização, foi substituído pela polêmica doutrina do direito-dever de ingerência, aceita entre grandes do Ocidente e considerada por países do Terceiro Mundo a nova via da dominação. Posto só diante de seus enormes problemas, o Terceiro Mundo enfrenta os condicionamentos dessa doutrina que contaminou as decisões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) ao exigir democracia, respeito aos direitos humanos e limitação de despesas militares para liberação de recursos, além de planos de estabilização econômica que ferem as estruturas e aceleram crises sociais.

9.1.2 Para a área das grandes potências

Diminuiu a coesão entre os três pólos do Ocidente, Estados Unidos, Europa e Japão, que se guiam mais por percepções do interesse nacional do que pela aliança trilateral, amolecida com o fim do comunismo. Na Europa, enquanto se aguarda o apaziguamento do leste e das relações entre a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas, manifestam-se tendências introspectivas com a nacionalização da segurança e o protecionismo do bloco.

9.1.3 Para os Estados Unidos

Tomando-se em consideração a variedade de meios com que operar a política internacional, os Estados Unidos emergiram da guerra fria como única superpotência global. Não apresentam todavia condições de estruturar por si uma nova ordem e talvez nem o desejem, hesitando entre tal responsabilidade exercida desde a Segunda Guerra e as vantagens de seu remoto isolacionismo, que mirava diretamente para os interesses nacionais. Daí porque a política exterior dos Estados Unidos orientou-se, nos anos 1990, seja para a criação de um duopólo com a Rússia (alargando o G-7 para G-8) com o intuito de não terem que arcar sozinhos com a ordem a construir, seja para o papel de "Estado catalisador" de uma ordem com a qual se empenhariam igualmente seus aliados (como na Guerra do Golfo), seja ainda como garantes de uma ordem tirada de suas raízes sociais (o liberalismo econômico, a democracia política e os direitos humanos).

9.1.4 Para a Rússia

A dissolução do Império Soviético desencadeou na Rússia um debate animado e febril sobre sua identidade e seu papel no novo mundo. Após o frustrado golpe de agosto de 1991, Yeltsin proclamou a Comunidade dos Estados Independentes, dissolvendo a União Soviética. A Rússia emergia com sua antiga autonomia, sem perder de vista os desígnios do Império Czarista e a influência a exercer sobre a Europa Oriental. Isso explica a abertura ao Ocidente e as linhas diretivas da criação da Comunidade dos Estados Independentes, em dezembro de 1991. O fracionamento colocou muitos desafios, entre os quais o de administrar a segurança da nova comunidade. Militares e civis propunham estratégias de coesão e união militar e de reformas de base para o período de transição. O Ocidente, particularmente os Estados Unidos, deram força à preeminência russa na suposição de que convinha preservar a Rússia como potência singular que pudesse controlar o caos regional, monopolizar o arsenal nuclear da extinta União Soviética e que fosse aberta ao diálogo internacional. A Rússia não se deixou todavia seduzir pelo apoio norte-americano. Guardou-o de reserva e tomou iniciativas próprias na Europa e na Ásia. Na verdade, por trás da prudência em política exterior, eram os problemas internos — as revoltas regionais, a crise monetária, o desabastecimento, as migrações, a escassez de recursos naturais — os maiores desafios a enfrentar. O futuro da área permanece incerto meia década após a derrocada do comunismo. O pensamento geopolítico dividido em três correntes espelha as incertezas: europeanistas advogam a aproximação com a Europa em razão de afinidades culturais e por verem nela e nos Estados Unidos modelos a seguir; pan-eslavistas reivindicam para Moscou a liderança do mundo eslavo e uma missão universal; eurasistas sugerem a união dos dois continentes e apontam as potências oceânicas, particularmente os Estados Unidos, como inimigos potenciais.

9.1.5 Para a região dinâmica da Ásia-Pacífico

O Japão, os países que compõem a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a China desafiam o Ocidente de várias formas: contestam o direitodever de ingerência e os valores do liberalismo, da democracia e dos direitos humanos, negando serem universais e devolvendo-os ao Ocidente, e com isso dão novo alento ao Terceiro Mundo, abrindo-lhe perspectivas de desenvolvimento segundo os modelos asiáticos, à margem do controle do FMI e do BM — embora o Japão mantenha uma postura ortodoxa nesse particular. Expõem ao mundo seu dinamismo econômico e projetam uma ordem estribada em valores civilizatórios que podem vir a converter a geoeconomia antiocidental em geoestratégia antiocidental e a revelar ao Terceiro Mundo que desenvolvimento não tem a ver com democracia e direitos humanos.

9.1.6 Para a América Latina

Integra-se mais intensamente com o mundo, de duas formas: após estabilizar as instituições democráticas e as moedas, procede à abertura dos mercados, atenuando o insistente protecionismo que vinha do modelo de desenvolvimento substitutivo de importações; ao abandonar o nacionalismo reativo de sua política exterior, o discurso e o pensamento terceiro-mundistas, reforça vínculos com o Ocidente e aproxima-se da Europa e dos Estados Unidos, dando força à ordem baseada nos valores ocidentais acima referidos. As dimensões universalista e regional dessa nova inserção internacional da América Latina tendem a tirá-la do bloco terceiro-mundista e a inaugurar talvez uma fase de crescimento econômico e de aperfeiçoamento político.

9.1.7 Para os órgãos e a política multilateral

A configuração desse complexo quadro de valores pluralistas e de impulsos de múltiplas origens não só cria dificuldades para a gerência do multilateralismo como conduz à erosão do prestígio e da legitimidade das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, do BM, do FMI, da Organização Mundial do Comércio (OMC), do G-7 etc. Os órgãos globais têm dificuldades para regular a ordem e alargar as Nações Unidas e o Conselho de Segurança com a admissão do Brasil, da Índia e da Indonésia (neste último, os problemas regionais estariam presentes na instituição; a entrada da Alemanha e do Japão deslegitimaria a ONU diante do Terceiro Mundo). Elementos ou fatores globalizantes não diminuíram o papel do Estado-nação como parecia no início dos anos 1990 — suas funções se modificaram, é bem verdade, mas ele permanece como sujeito fundamental do sistema internacional, readquirindo importância redobrada em razão da anarquia que perdura, do neomercantilismo e do neocolbertismo tecnológico, da criação de blocos regionais, bem como em razão do peso acrescido da cultura e da religião na política internacional em confronto com o peso tradicional da força militar.

A transição dos anos 1990 pôs em marcha tendências de organização da ordem internacional que lhe abrem um espectro entre a globalização e a balcanização, com o pêndulo ainda inclinado para a civilização ocidental, mas pendendo para o Estado-nação, cujo papel se reforça em detrimento dos fatores globalizantes, venham eles embutidos no liberalismo ou no veludo da civilização, e por necessidade de administrar a interdependência (JEAN, 1995).

• 9.2 As tendências de globalização e integração e o papel do Estado-nação

O observador identifica sem dificuldades três fenômenos que afetam, nos anos 1990, a construção de uma nova ordem internacional sob sua dimensão tanto política quanto econômica. Foram eles designados pela literatura especializada com os termos globalização, regionalização ou integração e novo papel do Estado-nação. Esses fenômenos não correspondem a mudanças bruscas nas relações internacionais, porquanto vinham eles se delineando há décadas, como se pôde observar com a leitura dos capítulos anteriores, porém sua aceleração, desde o fim da bipolaridade, tende a convertê-los em novos parâmetros das relações internacionais.

As ciências sociais, em especial a política, acostumadas a trabalhar com postulados como Estado nacional, soberania, território nacional, interesse nacional, sociedade nacional separada, entraram em crise, na medida em que tais categorias conceituais comprovaram certos limites quando aplicadas à compreensão dos fenômenos recentes. A teoria das relações internacionais e a história, esta em menor escala, também enfrentaram esse problema epistemológico. Ao final dos anos 1980, suas correntes ramificavam-se em três direções, prevalecendo a *grosso modo* o realismo nos Estados Unidos, o pluralismo na Europa e na literatura recente da América Latina e o globalismo das interpretações de esquerda. Para o realismo, o Estado é o ator principal das relações internacionais, age de forma unitária, busca racionalmente, por meio da política exterior, a realização de seu próprio interesse e tem a segurança como preocupação central; o pluralismo pressupõe a existência de atores estatais e não estatais, a desagregação do Estado em diversos componentes, operando alguns de forma transnacional, a barganha da política exterior, que não atinge necessariamente a otimização dos interesses nacionais e uma agenda diversificada de negociações que envolvem preocupações e fins socioeconômicos mais importantes do que as questões de segurança. O globalismo, por sua vez, opera com as unidades analíticas de classes, Estados e sociedades e atores não estatais que agem como componentes do sistema capitalista mundial, vê as relações internacionais em perspectiva histórica condicionada à evolução do capitalismo, dá ênfase aos padrões de dominação e toma os fatores

econômicos como determinações mais importantes (VIOTTI; KAUPPI, 1993).

Diante dos novos fenômenos dos anos 1990, o realismo passou a ser objeto das maiores críticas em razão da dificuldade que tem o Estado para administrar as forças transnacionais, o globalismo arrefeceu com a crise do socialismo real e o pluralismo revelou-se inadequado, porquanto as preocupações com as questões sociais teriam sido desleixadas pela política internacional. Contudo, antes de eliminar o instrumental teórico e o imaginário das ciências sociais, convém determinar o papel do Estado, das diversas forças sociais e da estrutura capitalista na construção da ordem internacional dos anos 1990. Com esse intuito, nossos passos nos levam a descrever e conceituar o fenômeno da globalização e a proceder da mesma forma com o fenômeno da integração, para, enfim, examinar o novo papel do Estado na política internacional.

É necessário considerar os fenômenos da mundialização e da internacionalização como etapas prévias da evolução do capitalismo rumo à globalização. Esta corresponde à soma de fluxos transnacionais que percebemos afetar o quotidiano das pessoas e que levam à crise do Estado-nação, cujo universalismo e cuja soberania são questionados. Atores não estatais agem não necessariamente contra o Estado, mas exigem mudanças de sua conduta tanto em termos de políticas internas quanto externas. Exigem que o Estado considere a comunidade internacional, uma vez que a interdependência e os problemas globais são responsabilidades de todos. A modernidade afastou o tempo do espaço que antes se vivia, edificando uma aldeia global. As sociedades tornam-se sistemas confederados cuja identidade é solapada; a democracia é arrancada do território porquanto os cidadãos do mundo têm direitos sobre todas as democracias; a economia desliga-se do espaço nacional e das regulamentações do Estado, funcionando para o exterior; as correntes culturais permeiam as identidades e os imaginários. Entendida dessa forma simples e genérica, a tendência para a globalização consiste, segundo Gilles Breton, numa redefinição dos parâmetros que organizam no espaço e no tempo a vida social, política, econômica e cultural (BRETON *apud* RAPOPORT, 1994).

Tomada como paradigma da nova ordem internacional, a globalização haveria de se contrapor à bipolaridade e, nesse sentido, segundo Raúl

Bernal-Meza, representa um triunfo com base em três fatores: uma aliança ideológica na essência do capitalismo entre a ordem doméstica (direitos individuais e políticos) e os princípios econômicos (economia de mercado); uma aliança militar estratégica na qual os Estados Unidos desempenham papel superior a seus sócios (Otan, Alemanha, Japão); a capacidade de o capitalismo vir a superar suas tradicionais crises cíclicas. O neoliberalismo seria a ideologia da globalização, e o capitalismo, sua ordem. Mas a transição da bipolaridade para a globalização ocorreu sem que a nova ordem demonstrasse capacidade para superar problemas globais, como o endividamento internacional, a hegemonia do setor financeiro, o arrocho econômico mundial requerido para o ajuste de economias centrais, o desemprego estrutural (BERNAL-MEZA *apud* RAPOPORT, 1994).

Se for tomada de um ponto de vista geopolítico, a globalização estaria substituindo os conflitos da guerra fria pelos da trilateralidade dos anos 1970, tendo os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão dificuldades de abrir-se e as outras potências, particularmente a Rússia, dificuldades de integrar-se. São as novas disputas pelo poder, excluída a União Soviética (BURKUM *apud* RAPOPORT, 1994).

Para o observador, entretanto, a globalização corresponde antes de tudo a uma nova realidade econômica. O fenômeno, segundo Renato Baumann, envolve as seguintes dimensões:

a) financeira, que corresponde ao crescente volume e velocidade dos recursos que transitam pelo mundo e à interação desses fluxos com as economias nacionais;

b) comercial, que leva à semelhança crescente de demandas e ofertas de bens e serviços em todos os países;

c) da produção, que significa convergência das características do processo produtivo;

d) institucional, que leva à semelhança crescente dos sistemas nacionais e de suas regulações;

e) da política econômica, que implica redução dos atributos da soberania diante do crescente condicionamento externo. Os efeitos econômicos da globalização são extremamente diversificados e em grande parte incontroláveis: especulação financeira, ganhos em escala,

> uniformização técnica, nova tecnologia de processos produtivos, oligopólios mundiais, declínio da cooperação bilateral e de blocos, novas coerções sobre o salário, o fisco, o meio ambiente etc.

Os antecedentes da globalização sugerem a hipótese da reação do Ocidente diante do dinamismo oriental. Com efeito, a internacionalização e a regionalização precederam a globalização, mas esta produz efeitos mais intensos do que aquelas. Desde os anos 1960, o declínio do dinamismo econômico e a redução do ritmo de aumento de produtividade dos Estados Unidos, o que também se verificava na Europa, contrastavam com o dinamismo das exportações asiáticas. Ao enfrentar esse desafio, o Ocidente passou a desregular e a reduzir a intervenção do Estado na economia. Essa hipótese, contudo, é por demais simples para colher todos os antecedentes da globalização. Ao dinamismo oriental, outros fatores se somaram para desencadear fenômeno tão complexo: os choques dos preços do petróleo nos anos 1970, as reações defensivas das empresas, a pressão sobre os custos de produção, a crise do sistema fabril tradicional, os saltos tecnológicos da robótica e da informática, em síntese, a terceira revolução industrial, cujas raízes são ocidentais. O comércio crescerá acima da produção (2% a 3% entre 1950 e 1980) e os fluxos financeiros, liberados e informatizados, multiplicar-se-ão para atingir a extraordinária cifra de 15 trilhões de dólares em 1994. O processo produtivo desprender-se-á dos Estados nacionais, integrando uma nova estrutura competitiva transnacional (BAUMANN, 1996).

A tendência da globalização encontra em sua evolução aquela da regionalização. Não se trata de uma antítese, como pensam alguns, mas de fenômenos interrelacionados, cuja compreensão não cabe em nenhuma teoria simples. Por trás dos processos de regionalização, encaminhados há décadas, existe uma ideologia de aproximação dos países. A bipolaridade provocou-a, alinhando muitos países a um ou outro dos dois blocos ideológicos, porém a construção da unidade na Europa Ocidental desvinculou-se do confronto Leste-Oeste, como também o movimento da descolonização, o dos países não alinhados, a frente dos povos atrasados. Os países procuraram, portanto, agrupar-se por razões muito diversas, econômicas, políticas, ideológicas, por razões de segurança, de afinidades

culturais, de vizinhança, de proteção contra coerções de potências mais avançadas ou coerções de escala planetária.

O mais antigo processo de integração, em curso desde os anos 1950, a União Européia (UE), revela bem essa complexidade. Nos anos 1980 e 1990, a tendência para a regionalização acentuou-se com o fortalecimento ou a formação de espaços econômicos e instâncias de cooperação que respondem a necessidades precisas e que buscam uma dimensão também política. Os mais conhecidos são a UE, a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec), o Acordo de Livre-comércio da América do Norte (Nafta), a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), mas outras associações de menor densidade proliferam em outras regiões da América Latina e do Caribe, da África do Norte e da África negra, do mundo muçulmano e do continente asiático. Se prevalecer a regionalização, o processo de globalização pode ser afetado, porque são tendências distintas que deslizam pelo comércio e pelas finanças internacionais. Ambas deprimem, à primeira vista, o papel do Estado-nação, como também de órgãos multilaterais como o Gatt, convertido na OMC em 1995, e o FMI, cujo controle sobre as finanças internacionais está cada vez mais distante nessa nova ordem.

A globalização trabalha contra o regionalismo ao intensificar e ampliar a interdependência econômica entre todas as nações e ao fazer emergir temas globais como meio ambiente e direitos humanos, que geram instituições de base não regional. Além disso, desperta forças poderosas de integração global, como demonstram as dimensões econômicas descritas anteriormente, que ultrapassam os limites das regiões. Por outro lado, a globalização pode atuar como estímulo ao regionalismo. Pode parecer politicamente mais operacional construir instituições regionais, entre o Estado nacional e o mundo, do que construir instituições globais. Porém, a regionalização configura-se por vezes como reação para aumentar o controle de grupos de Estados sobre os efeitos da globalização e, nesse sentido, esta última representa poderoso estímulo à primeira. Nos processos de integração, substitui-se a consideração de vantagens nacionais pela consideração de vantagens regionais — no mínimo, agregam-se ambas — porém, o dilema da

maior ou menor abertura dos blocos em construção desafia os tomadores de decisão no interior dos processos negociadores.

Pode-se concluir que as tendências de globalização e regionalização deprimem o papel do Estado-nação e do multilateralismo? Paradoxalmente, as políticas nacionais tornam-se mais importantes diante do desafio que requerem a adaptação a um maior grau de interdependência — dimensão universal — e a necessidade de sincronizar os objetivos nacionais com o dos Estados integrados num determinado bloco — dimensão regional. Em outros termos: as duas tendências supõem uma adaptação do Estado nacional, que uns interpretam como diminuição de sua autoridade, outros como mudança de função (TOMASSINI, 1995; HURREL, 1995).

Com efeito, os Estados permanecem como garantidores da organização socioeconômica, como antes, mas não se posicionam todos da mesma forma diante das tendências de globalização ou regionalização. A reunião ministerial da OMC em Cingapura, em dezembro de 1996, provocou quase todos os Estados com a proposta norte-americana de liberalização do comércio de produtos de informática e dos serviços de telecomunicação. O governo norte-americano mantém-se forte, portanto, seja com o escopo de fornecer apoio logístico à hegemonia econômica, seja com o de prover meios de segurança, seja ainda como fiador dos direitos do capital. Na matriz da ordem global, o Estado nacional permanece forte, até mesmo para agir sobre os outros no sentido de moldar suas instituições e dobrar sua vontade de resistência ao liberalismo, enfraquecendo-os. O dinamismo das economias orientais forçou, por outro lado, uma evolução do Estado rumo ao Estado nacional concorrencial e, ao mesmo tempo, geoeconômico. Depois do Estado keynesiano e do Estado desenvolvimentista, o capitalismo globalizante estabeleceu, assim, nova relação com o Estado. Este passa a aceitar o pressuposto da concorrência, sem deixar de lado o velho apoio logístico à hegemonia econômica. Move-se politicamente para proteger grupos ou capitais definidos no espaço, fortalecendo-os na concorrência. As comunidades concorrenciais absorvem parte das novas funções do Estado, exercendo-as em espaços econômicos regionalmente integrados, sem extinguir seu registro de nascimento nacional. Quer sejam agentes, quer pacientes das duas tendências em curso, os Estados nacionais estão mais vivos do que nunca ao final do milênio.

Na América Latina, a adaptação dos Estados às novas funções significou o abandono da estratégia de crescimento com base no nacional-desenvolvimentismo conduzido pelo Estado. Novas atitudes substituíram-na pela liberalização do comércio, das inversões diretas desde o estrangeiro e pelos regimes de pagamento da dívida. Essa adaptação modificou a natureza da inserção internacional da região e elevou sua participação na economia mundial. A nova inserção não teria sido possível sem uma reação política dos Estados latino-americanos diante das tendências de globalização e regionalização. Confirmando a tese da mudança de função e esvaziando a tese do enfraquecimento do Estado-nação, percebem-se, pois, como funções novas do Estado na América Latina, nesse período de gestação da nova ordem global, as políticas visando dar impulso à economia voltada para o exterior, liberalizar o comércio por meio da queda tarifária, visando o ajuste estrutural e a estabilidade das moedas e, enfim, a retirada do Estado empreendedor por meio das privatizações. Na América Latina, rendidos à democracia, e mesmo antes disso no Chile, os Estados exageraram contudo na adoção dos cânones neoliberais, como se bastassem para promover uma inserção competitiva madura no sistema global. Entre um extremo de concessões sem barganha e uma cautela defensiva ao estilo dos países avançados, situam-se as condutas de Argentina e Brasil nos anos 1990. O desafio que se coloca para a América Latina é o de tomar parte no sistema produtivo global, mediante a apropriação de tecnologias e de processos produtivos competitivos, e não apenas o de abrir seu mercado, desnacionalizando a produção interna sem equilibrar a abertura com a internacionalização de empresas e capitais locais. A integração regional do Mercosul foi concebida originalmente como uma estratégia adequada de inserção produtiva competitiva na nova ordem, porém o neoliberalismo que contaminou o Cone Sul comprometeu-a, reduzindo a capacidade de manobra do Brasil, disposto politicamente a uma inserção madura.

As reações dos governos e as experiências de adaptação diante das tendências de globalização e regionalização permitem definir as novas funções gerais (e ideais?) de um Estado-nação que se move por dentro da ordem internacional em transição nos anos 1990:

a) ter como meta-síntese da política a elevação da competitividade do sistema produtivo de base nacional ao nível sistêmico global;

b) exercer controle sobre o capital financeiro, mormente o flutuante, dirigindo-o para inversões que fortaleçam as vantagens comparativas;
c) fortalecer as instituições financeiras nacionais e assegurar elevado índice de poupança para evitar a dependência;
d) zelar pelo bem-estar do povo de modo a controlar a exclusão social derivada da maior competitividade e a satisfazer as necessidades da população. Esse último ponto é para alguns mais relevante do que a participação em mercados mundiais como meta absoluta, enquanto outros insistem na tradicional função de garantir a paz e a segurança dos cidadãos como a mais relevante (BERNAL-MEZA, 1994; BAUMANN, 1996; GORENDER, 1995; ALTVATER, 1995).

• 9.3 A expansão mundial dos negócios

Nas últimas décadas, o comércio internacional vem crescendo em ritmo superior à produção mundial. As estatísticas não coincidem entre os diversos organismos que as produzem (ONU, Unctad, FMI, OCDE, Gatt). Segundo o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt), entre 1955 e 1991, o valor do comércio mundial foi multiplicado por 37, crescendo em termos reais 8,5% ao ano nos anos 1960, 5,2% nos 1970 e 4% nos anos 1980, períodos em que a produção mundial cresceu, respectivamente, 6%, 3,8% e 2,5%. Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as exportações tendem a representar parte crescente do PIB dos países industrializados: entre 1967 e 1991, as exportações de mercadorias, o chamado índice de abertura, evoluiu de 5,1% para 10,2% do PIB norte-americano, de 9,7% para 11,2% do japonês, de 13,6% para 22,5% do francês, de 20,1% para 25% do alemão, de 19,3% para 25% do inglês. Entre 1953 e 1991, os Estados Unidos perderam domínio, caindo de 19% para 12% das exportações mundiais, ficando próximos da Alemanha (11,5%) e do Japão (9%). Os países industrializados apresentam, todavia, crescimento relativo de sua parte nas exportações mundiais, passando de 64% do total em 1963 a 71% em 1991. Quanto aos países em vias de desenvolvimento (inclusive os Novos Países Industrializados — NICs asiáticos e os exportadores de petróleo) mantiveram a mesma participação, crescendo significativamente apenas nos anos 1990 (20,5% em 1963, 20% em 1991, 25% em 1994) (DAVID, 1994).

Entre todas as atividades econômicas, o comércio internacional foi objeto das maiores discussões multilaterais desde a Conferência de Bretton Woods. Concebido como o terceiro pilar do sistema econômico do pós-guerra, ao lado do FMI e do BM, o Gatt foi implantado em 1947 com a responsabilidade de organizar e regular o comércio internacional, segundo os parâmetros de uma concepção liberal da ordem econômica nacional e internacional. Já em 1947, realizava um primeiro ciclo de baixa de tarifas entre os signatários do acordo, 37% na média.

O Gatt permaneceu com um acordo provisório até criar-se a Organização Mundial do Comércio (OMC) ao final da Rodada Uruguai. Não obrigava contra todas as leis nacionais. Sua atuação foi marcada por crescentes

tensões, em razão de mudanças havidas no comércio internacional no pós-guerra, como o aumento do volume, variações na estrutura, criação do Mercado Comum Europeu nos anos 1950, pressões do Terceiro Mundo desde os anos 1960, emergência da Ásia e da América Latina nos anos 1990. Tensões advinham em razão igualmente do aumento de seus membros, de 23 em 1947 para 123, ao assinar-se, a 14 de abril de 1994, a Ata Final de Marrakesh que encerrou a Rodada Uruguai, criando a OMC. Embora ainda não congregasse a todos os Estados, o Gatt transformou-se enfim em OMC, a organização desejada desde o início. O texto do velho Gatt não impunha em parte alguma o livre-comércio, mas regras que disciplinavam o comércio internacional, evitando entraves e admitindo o protecionismo transparente. A filosofia liberal, a propensão para uma liberalização progressiva, salta entretanto das rodadas de negociações, indicando haver uma tensão entre texto e dinâmica, gerida com largo senso democrático.

Estendendo-se por oito anos, de 1986 a dezembro de 1993, a Rodada Uruguai foi o momento mais fecundo de reflexão, com desacordos e entendimentos de que resultou a Ata Final, firmada em Marrakesh, a 14 de abril de 1994. Era o fim do Gatt provisório e a criação da OMC. Essa minicarta em que se converteu a Ata Final avança na regulamentação ao disciplinar três domínios e não mais um só: compreende um acordo sobre o comércio de bens (corresponde ao Gatt tradicional), outro sobre serviços e um terceiro sobre propriedade intelectual. Ela inova nas negociações ao criar procedimentos para solução de controvérsias que unem em sólido vínculo as três áreas regulamentadas.

Ao nascer, a primeiro de janeiro de 1995, a OMC tem pela frente um intenso e exaustivo leque de problemas a resolver, de negociações a prosseguir. Os Estados Unidos sentiram “perder a soberania” ao ratificar a Ata Final e, para compensar seu incomparável nacionalismo econômico, se dispõem a vigiar os procedimentos de regulamentação de contenciosos. Talvez não aceitem a aplicação automática contra si das decisões acerca de contenciosos. Os europeus assinaram-na por país e pela União, não deixando claro a quem competia decidir. A OMC não detém poderes muito superiores ao velho Gatt. Os dois órgãos que a compõem destinam-se um a regular contenciosos, outro a examinar políticas comerciais. Aos três acordos de base acima referidos, agregam-se quatro acordos plurilaterais de adesão

voluntária, relativos a compras governamentais, aeronáutica civil, lácteos e carnes. A OMC não se guia pelo realismo, na medida em que cada país tem nela um voto, o que coloca os grandes negociantes em pé de igualdade com os irrelevantes. Estabelece todavia regras cheias de sabedoria e de bom senso para solução de contenciosos e para o exame das políticas comerciais, passando-se tudo isso em jogo democrático e transparente.

A necessidade de se criar a OMC apressou o fim da Rodada Uruguai, deixando para negociações posteriores inúmeros pontos em desacordo. A Ata Final não define a relação entre comércio internacional e meio ambiente. Não conclui inúmeras negociações sobre as velhas questões (agricultura) e novos objetos (serviços, sobretudo financeiros, navegação e telecomunicações). Quanto aos quatro acordos plurilaterais, poucas adesões recolheram. A ata não deixa clara a relação entre política comercial e política de concorrência. França e Estados Unidos tentaram de última hora e sem êxito introduzir a cláusula social, iniciativa que produziu desconfiança em países do Primeiro Mundo e hostilidade do Terceiro Mundo, que nela viu uma tentativa a mais de discriminação protecionista contra os países em desenvolvimento. Ao nascer, em 1995, a Organização Mundial do Comércio era como um bebê a ensaiar seus primeiros passos (MESSERLIN, 1995).

A primeira Reunião Ministerial da OMC prevista pelo estatuto teve lugar em Cingapura, em dezembro de 1996. Os Estados Unidos lograram êxito nessa primeira reunião. Obtiveram aprovação ao acordo de livre adesão que propunham no sentido de eliminar até o ano 2000 toda barreira alfandegária para computadores, programas e semicondutores — o chamado Acordo sobre Tecnologias de Informação — e prepararam o terreno para liberalizar o mercado global dos serviços de telecomunicações. Os países em desenvolvimento nada alcançaram dessa primeira reunião, a não ser obstruir mais uma vez a regulamentação da cláusula social que vêem como uma armadilha protecionista dos países ricos. A proteção aos produtos agrícolas no Primeiro Mundo, um campo que muitos países competitivos desejam negociar para poder compensar sua abertura de mercado, não marcou presença na reunião. O balanço da primeira reunião ministerial foi bom para alguns países, ruim para os países em desenvolvimento e medíocre para o comércio internacional. Os desafios permanecem.

Desde os anos 1960, o comércio internacional foi considerado pelos países do Terceiro Mundo uma alavanca para o desenvolvimento, caso nele aumentassem a participação, em virtude das mudanças estruturais que poderia deslanchar internamente e do acúmulo de capitais para investimentos que poderia induzir. Nos anos 1990, os países em desenvolvimento dividem-se em cinco categorias:

a) a América Latina ainda mantém, em certas partes, os desequilíbrios sociais em razão de uma organização distributiva injusta, porém superou problemas como a instabilidade política e a elevada inflação, abrindo o mercado e ampliando sua participação no comércio internacional;

b) os novos países industrializados da Ásia ostentam desde 1976 elevados índices de crescimento, em torno de 8% ao ano, com um crescimento da renda per capita de 6,6% na última década, tendo a Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura alcançado a OCDE, estando Malásia, Tailândia e Filipinas a caminho;

c) nessa última década, a África negra apresentou crescimento *per capita* negativo, alojando-se num chamado Quarto Mundo;

d) os países produtores de petróleo que auferiram enormes ganhos com o aumento do preço nos anos 1970, entraram em crise nos anos 1990 em razão da baixa do preço e da instabilidade política da região;

e) no Oriente não industrializado e muito povoado situam-se particularmente Índia e China, embora esta última se lance desde 1979 num processo acelerado de industrialização e comércio.

Nenhuma unidade existe, portanto no Terceiro Mundo dos anos 1990. Mesmo sua participação crescente no total do comércio internacional é uma ilusão, na medida em que decorre do dinamismo das exportações asiáticas e, em menor escala, da abertura da América Latina.

Gatt e OCDE no passado, OMC no presente, todos pregam o livre-comércio para resolver os problemas do subdesenvolvimento. Sob pressão, a América Latina baixou suas tarifas nos anos 1990, quando se registrou uma liberalização geral do comércio dos países em desenvolvimento. Durante a Rodada Uruguai e a reunião de Cingapura, entretanto, os ricos ditaram as

regras a seu favor, mesmo porque detinham 75% do comércio internacional. Nada melhorou para fornecedores de matérias-primas e produtos brutos. Percebendo tais impasses e mudando de estratégia, países de desenvolvimento médio como Brasil, México, Índia, Coréia do Sul e outros associaram-se às negociações de temas que antes tomavam como tabus e, abandonando o discurso reivindicatório terceiro-mundista, alcançaram sob pressão certos ganhos como redução de tarifas para vender seus produtos nos países ricos.

Desfeita a frente dos povos atrasados e a unidade do Terceiro Mundo, novas relações Norte-Sul definiram-se nos anos 1990. Um argumento de peso que figurou durante décadas nas reivindicações foi o conceito elaborado por Raúl Prebisch de deterioração dos termos de troca: esse conceito é contestado de forma generalizada nos anos 1990 e considerado inadequado para compreender o comércio internacional. Embora acordos sobre produtos de base tenham atenuado a deterioração dos termos de troca, observa-se, por outro lado, uma queda maior dos preços de produtos industrializados, considerando-se aliás positiva, em termos econômicos, toda tendência para baixa dos preços de exportação.

Outra dimensão da nova relação Norte-Sul advém da mudança no tratamento da dívida externa. Os países em desenvolvimento somavam uma dívida de 732 bilhões de dólares em 1982, feita em parte de empréstimos para consumo e investimentos duvidosos facilmente contraídos nos anos 1960, em razão da alta liquidez internacional dos "petrodólares" e, em parte, da elevação das taxas de juros dos países centrais nos anos 1980, que assim procediam a um ajustamento de suas economias, auferindo poupança dos países devedores. O tratamento político da dívida não foi aceito, acabando por prevalecer junto ao FMI o tratamento contábil e técnico desejado pelos Estados Unidos. Aos países do Terceiro Mundo que fossem assimilando tais procedimentos, os países ricos acenavam com planos de pagamento: o Plano Baker, de 1985, reescalonava e concedia um deságio; em 1988, pensava-se num perdão de 33%; em 1989, o "Plano Brady" dava garantia do tesouro norte-americano em troca de títulos que previssem descontos da dívida. Foram todavia esforços do Terceiro Mundo que encaminharam soluções adequadas. Detentora de metade da dívida em 1982, a América Latina freou seus gastos, sacrificou seu crescimento e sua renda e liberalizou os fluxos

financeiros. Em 1992, sua parte caía para 30% daquela dívida, ficando 20% com a Europa do Leste e a Ásia Central, 19% com o Extremo Oriente e o Pacífico, 12% com a África Subsaárica, 11% com o Oriente Médio e a África do Norte, 8% com a Ásia do Sul. A relação-serviço da dívida sobre exportações também decresceu na América Latina, entre 1980 e 1992, de 37,1% para 29,8%, ao passo que aumentou em todas as outras regiões, com o próprio endividamento (total de 1.662 bilhão de dólares em 1992). Diante destas cifras, é forçoso reconhecer que a pequena ajuda aos países em desenvolvimento concedida pelos países da OCDE de pouca ou nenhuma valia é para solução de problemas de tal magnitude.

A aceleração do fenômeno da transnacionalização industrial afetou, nos anos 1990, a forma e os ritmos do crescimento econômico e do desenvolvimento. Do estoque de 1.850 bilhão de dólares de investimentos diretos no mundo em 1990, os Estados Unidos detinham 456 bilhões. Cerca de 80% dos investimentos diretos globais permaneciam, em 1990, confinados no Primeiro Mundo. Porém, essa globalização industrial expandiu-se desde aí, atrás do baixo custo e da qualidade da produção, e separando o lugar de produção do lugar de consumo. O Terceiro Mundo exerce capacidade de atração ao oferecer mão-de-obra competente, flexível e barata, além de vantagens tentadoras como isenção tributária para importar componentes para montagem e reexportação de produtos (Taiwan) e isenção de imposto de renda para as novas indústrias (Tailândia); Ásia e África do Norte rivalizam na oferta de condições favoráveis, como também os países liberados do socialismo na Europa Oriental. Países mais cautelosos, sobretudo na América Latina, zelam por manter certa margem de controle dos processos produtivos, preferindo a criação de *joint-ventures* à desnacionalização ou à abertura incondicional. A indústria têxtil e de calçados migraram mais do que as outras, desativando fábricas na Europa e nos Estados Unidos e deslocando-as por meio de licenças para fabricação ou de encomendas. A relojoaria tende a migrar do Primeiro Mundo. Nos setores de fabricação de televisão, magnetoscópio e rádio para automóveis, a Europa perdeu metade da mão-de-obra entre 1978 e 1991 (DAVID, 1994).

O crescimento do PIB por habitante não depende unicamente desse fenômeno de globalização industrial e do valor das exportações, porém é por eles afetado. Entre 1973 e 1992, a variação (em dólares internacionais de

1990) foi de aproximadamente 74% no Japão, 50% na Europa Ocidental, 30% nos Estados Unidos, 18% na América Latina, mas acima de 160% na Tailândia, de 200% em Taiwan, de 250% na Coréia do Sul. Observando-se alguns países-chave por região, confirma-se a tendência de crescimento desigual do PIB por habitante entre 1990 e 1994, em ritmo mais lento em toda parte (em dólares de 1990): França de 17.777 para 17.968; Alemanha de 18.015 para 19.097; Grã-Bretanha de 16.302 para 16.371; Estados Unidos de 21.866 para 22.569; Japão de 18.548 para 19.505; Argentina de 6.581 para 8.373; Chile de 6.380 para 7.764; Brasil de 4.812 para 4.862; México de 4.997 para 5.089. Entre 1990 e 1992, Coréia do Sul de 8.977 para 10.010; Taiwan de 10.324 para 11.590; Filipinas de 2.300 para 2.213; Tailândia de 4.173 para 4.694; China de 2.700 para 3.098; Egito de 2.030 para 1.927; Nigéria de 1.118 para 1.152; África do Sul de 3.719 para 3.451; Zaire de 458 para 353; Etiópia de 350 para 300 (Maddison, 1995).

Enquanto o Terceiro Mundo rivaliza em oferecer vantagens para atrair indústrias, os países da OCDE procuram retê-las por meio da atenuação da carga fiscal sobre as empresas, de medidas protecionistas contra o Terceiro Mundo ou de medidas anti-*dumping*. Não sem muita hesitação. O efeito social desastroso da globalização industrial para os países ricos é o desemprego. Em 1994, as empresas européias empregavam mais trabalhadores no exterior do que nos países de origem. Em compensação, os países que aceleram seu processo de industrialização aumentam as importações e obstruem a saída de imigrantes, fenômenos de que se beneficiam os países ricos. A globalização industrial não é, portanto, negativa somente para o Primeiro e positiva para o Terceiro Mundo. Tampouco sugere, como parecem entender o FMI e o BM, uma estratégia global única: a produção para o mercado externo associada à retirada do Estado das atividades econômicas e à coerção sobre privilégios sindicais como fórmula de melhoria das condições de vida da massa dos trabalhadores (WORLD BANK, 1995; MAZUMDAR *apud* ONU-CNUCED, 1996).

A globalização industrial e o comércio internacional foram afetados nos anos 1990 não só pelas condições ideais de custo e qualidade de produção, mas ainda pela intensidade de medidas de proteção ao meio ambiente. Regulamentos constrangem a produção em razão de riscos de acidentes, de

lixo poluente; classificam as fábricas, exigem reciclagem de produtos, proíbem produtos como o gás clorofluorocarbono e os carros sem catalisador, por essas e outras medidas estimulando a fuga de indústrias do Primeiro Mundo. Também os anos 1990 deram margem a falsas medidas de proteção do meio ambiente que desvirtuam a concorrência para discriminar nações, como o selo verde dos produtos. Conclui-se que pouco se avançou em termos de informação e de proteção ao meio ambiente. As discussões travadas pelos organismos internacionais poucos resultados agregaram, apesar dos alertas do Clube de Roma em 1972, da Conferência da ONU de Estocolmo em 1972, do artigo XX do Gatt, que autoriza restringir importações de produtos que prejudiquem a saúde e causem danos aos recursos naturais não renováveis, da Conferência da ONU do Rio de Janeiro em 1992 e do comitê provisório criado no âmbito da OMC para estudar a relação entre comércio internacional e meio ambiente.

Dois outros desafios estão à espera de soluções nessa ordem internacional que se esboça no final de século XX. As flutuações monetárias ou desvalorizações que os organismos internacionais, particularmente o FMI e o G-7, procuram limitar — ainda com poucos resultados — podem perturbar os fluxos do comércio. Os capitais especulativos que migram, à margem dos controles dos Bancos Centrais e do FMI, em volume e velocidade crescentes, independentemente dos fluxos do comércio internacional, podem desestabilizar as finanças e a economia de países e grupos de países.

Para proteger-se dos riscos e das incertezas dessa ordem econômica global do fim do século XX, como também para nela se inserir de forma dinâmica, além de buscar soluções universais nos órgãos multilaterais, os Estados nacionais adaptam suas políticas públicas internas e integram-se com os vizinhos. São atitudes sábias e prudentes. Os diversos processos de integração e de formação de blocos avançam nos anos 1990 em ritmo diferenciado. Mais rápido e profundo do lado da UE e do Mercosul, mais lento do lado do Nafta e da Apec.

• 9.4 Política internacional e segurança

A política internacional acompanhou, na última década do século XX, a tendência para a globalização em sua dimensão multilateral, ao passo que refluiu para a regionalização senão mesmo para a nacionalização dos conflitos e da segurança. Três grandes conferências internacionais pareciam anunciar uma era de responsabilidades e consensos transnacionais. A 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) difundiu as noções de desenvolvimento sustentável, de incompatibilidade entre crescimento demográfico ilimitado e um planeta finito, de subordinação da tecnologia às exigências ambientais, de que a pobreza polui tanto quanto o consumismo incontido e de que medidas de proteção ambiental devem ser tomadas simultaneamente nos planos local e global. A 2ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) fomentou a implementação de medidas nacionais, a interação e a ação conjunta dos órgãos e agências da ONU, como também dos órgãos globais e regionais, tendo por objetivos construir uma cultura comum de respeito aos direitos humanos e assegurar seu cumprimento universal (TRINDADE, 1993). A Ata Final de Marrakesh ao término da Rodada Uruguai, em 1994, instituiu a Organização Mundial do Comércio, destinada a regulamentar os fluxos de bens, serviços e propriedade intelectual entre as nações e a dirimir controvérsias a seu respeito. Contudo, nos meados da década de 1990, a grandiosa diplomacia de conferências com sua política multilateral global produzia ainda resultados concretos insatisfatórios, que não correspondiam às intenções dos negociadores.

Ao se comemorar em 1995 o cinqüentenário de fundação das Nações Unidas, um clima de pessimismo reinava diante das possibilidades dessa organização vir a assegurar a paz mundial, sua principal razão de ser. Com o fim da guerra fria, muitos analistas julgaram que a segurança havia-se deslocado de uma dimensão global inserida no confronto bipolar para outra sob controle das Nações Unidas, talvez de um Conselho de Segurança mais representativo e democrático. Essa evolução não se confirmou e a segurança refluiu para o âmbito regional, estimulando a nacionalização de políticas e meios.

Um aumento extraordinário na demanda por serviços de garantia e manutenção da paz junto às Nações Unidas, expresso no número crescente de resoluções do Conselho de Segurança, não foi acompanhado de vontade política para sua realização. Pequenas e grandes operações de paz com baixo ou nulo índice de sucesso, como no Camboja, na Somália, em Ruanda e na antiga Iugoslávia, erodiam o prestígio da instituição e lançavam dúvida quanto à sua capacidade operacional. As grandes potências queriam o fim, não os meios de cumprir com a missão de paz da ONU. O custo ínfimo dessas operações relativamente aos orçamentos nacionais de segurança vinha demonstrar que não se tratava de uma dificuldade financeira, mas de um impasse político.

É bem verdade que o Conselho de Segurança passou a baixar resoluções aprovando operações de paz com o objetivo de conjurar conflitos internos em número muito superior àquelas destinadas a pacificar Estados em conflito. Essa nova política não recolhia consensos, dada a valorização dos velhos princípios de não-intervenção e de soberania nacional. A Guerra do Golfo despertou, por sua vez, o fantasma do velho imperialismo ocidental sob cobertura das Nações Unidas, o que contribuía para tornar mais difícil a aprovação e o apoio generalizado a novas operações de paz. Se operações destinadas a coibir o genocídio, como aquela levada a cabo pelos Estados Unidos na Somália em dezembro de 1992, e logo depois a operação em Ruanda, decorrem de pressões incontestes da opinião e de ONGs, outras operações em favor dos direitos humanos não recolhem o mesmo consenso, querendo alguns que a interpretação sobre direitos humanos permaneça como prerrogativa nacional. Enquanto os valores democráticos, a exemplo da Carta das Nações Unidas, não permearem as instituições e a conduta de todos os Estados, como os fazer valer na prevenção da violência (MAYALL, 1995)?

Durante a guerra fria, as duas superpotências eram estimuladas a buscar aliados, socorrê-los ou reprimir insubordinações diante da repartição dos países em zonas de influência. A globalização desse intervencionismo declina com o término da bipolaridade e os Estados liberam seus impulsos, na expectativa de que ninguém lhes venha obstruir a política de segurança. A ONU vem falhando em sua missão preventiva e os países do Ocidente não incrementaram seu desejo de fiscalizar os resultados dos conflitos regionais,

a menos que estes afetem seus interesses essenciais ou sua segurança imediata. A descrença em resultados duradouros de uma intervenção maciça como ocorreu no Oriente Médio durante a Guerra do Golfo é outro fator desestimulante de operações conjuntas, como estaria a demandar a situação na antiga Iugoslávia. Existem restrições políticas, econômicas e particularmente eleitorais, além das doutrinas estratégicas, que se conjugam para impedir a construção de um sistema de segurança global. Segundo Edward A. Kolodziej, esses e outros fatores explicam a tendência para a diversidade de sistemas de segurança e para sua regionalização.

A União Européia não constitui uma organização para a segurança coletiva, mas uma comunidade de segurança, uma sociedade internacional que compartilha valores, regras e princípios comuns de conduta e de convívio pacífico. Por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), estende sua sociedade de segurança aos Estados Unidos, e por meio da Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia vincula-se a países criados com a desintegração da União Soviética. A Europa dos anos 1990 busca a fórmula do concerto do século XIX, mais do que a realização da balança do poder. Enquanto a Rússia, após extinguir o Pacto de Varsóvia e opor-se à extensão da Otan ao leste, reivindica papel especial nesse concerto, a Inglaterra subordina-se à Otan, mas a França não desiste de suas forças nucleares nacionais. Especialmente esta última ousou afrontar a ira internacional, concluindo em 1996 uma série de testes nucleares que lhe garantiram uma posição estratégica especial entre as grandes potências. A Europa hesita, pois, entre o concerto e a nacionalização da segurança.

O Oriente Médio desvenda uma situação complexa em que vários equilíbrios interagem, envolvendo a relação tradicional entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel, a parceria dos Estados Unidos na proteção de aliados e eixos locais instáveis de cooperação e conflito. Uma comunidade de segurança ao estilo europeu está longe do horizonte regional, mesmo porque a Guerra Fria acirrou aí as tensões enquanto as atenuava na Europa Ocidental. Somente o conflito OLP-Israel avançou no caminho da distensão com o fim da guerra fria, porque foram interrompidos os fornecimentos de armas soviéticas à região.

O Nordeste Asiático representa outro complexo regional em que se miram e se confrontam os interesses de quatro grandes potências — Estados

Unidos, Japão, China e Rússia. As tensões têm origem na existência das duas Coréias, na questão de Taiwan e na rivalidade entre Estados Unidos e Japão acerca das políticas de comércio exterior e de outras questões econômicas. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) e a América Latina conformaram o que se pode denominar de comunidade pluralista de segurança. As duas regiões permaneceram à margem do grande confronto Leste-Oeste e criaram instituições de controle da segurança, além de fomentar a confiança mútua. O grau de tensão e de conflitos potenciais é muito baixo. Já o Caribe e a América Central continuam sendo, depois da guerra fria, zona de intervenções unilaterais dos Estados Unidos, como demonstram as operações desse país no Panamá e no Haiti, embora feitas sob a cobertura formal da Organização dos Estados Americanos (OEA), e sua política de implacável perseguição ao regime cubano. No sul da Ásia, dominado por Paquistão e Índia, continua prevalecendo a percepção de interesses nacionais sobre o envolvimento internacional nas concepções de segurança. A herança pacifista de históricos líderes indianos não desarma em seu país tensões com os vizinhos e tampouco oculta um moderado projeto de hegemonia regional. Quanto à África negra, os problemas de crescimento da população e da pobreza e a desinstitucionalização convergem para situações calamitosas, com exceção talvez da África do Sul, que ensaia as novas instituições democráticas após o término da segregação racial (KOLODZIEJ, 1995).

Assiste-se, pois, a uma gradual regionalização dos sistemas de segurança com o término da guerra fria. Os conflitos dos anos 1990 foram classificados por Joseph S. Nye Jr. em quatro categorias:

a) conflitos de balança global de poder opondo grandes potências em disputa pela preeminência mundial;
b) conflitos de transição entre grandes potências, como China e Rússia, que mantêm riscos de confronto com a potência hegemônica do pós-guerra fria, os Estados Unidos;
c) conflitos de balança regional de poder entre Estados que buscam uma hegemonia regional, tais como Coréia do Norte, Iraque e Irã, considerados inimigos pelos Estados Unidos porque sua ascensão perturba a ordem vigente;

d) conflitos entre comunidades, identidades nacionais (islamismo, identidades nacionais na Rússia) ou identidades subnacionais com substrato religioso, étnico ou lingüístico, como na Iugoslávia e na África. Esses conflitos entre comunidades são os mais disseminados no pós-guerra gria. Entretanto, Estados falidos como o Afeganistão e a Somália também são propensos a desencadear conflitos, sobretudo guerras civis.

Visto que os conflitos entre comunidades preponderam nos anos 1990 e que apenas 10% dos 170 Estados formam comunidades etnicamente homogêneas, além da necessidade de fomentar a transigência, cogitam muitos analistas norte-americanos sobre o papel pivotal dos Estados Unidos para prevenir e gerir aqueles e outros conflitos. Esse papel fundamentar-se-ia no fato de ser a maior potência econômica e militar do mundo, no apelo de sua cultura e suas instituições e na capacidade de promover coalizões, e seria exercido com o uso da força quando necessário, tanto por motivações humanitárias quanto por interesses próprios unilaterais (NYE Jr., 1996; ART; JERVIS, 1996).

O papel pivotal dos Estados Unidos para manter a ordem e a segurança do mundo, segundo outros analistas, tem pouca chance de vingar como novo paradigma geoestratégico em virtude da visão unilateral e introspectiva da ordem internacional, da baixa capacidade de diálogo, do peso do xenofobismo, mormente em períodos eleitorais e da dificuldade de tolerar interesses de outros povos e comunidades em jogo nas relações internacionais. Esses defeitos de sua política acentuaram-se durante o mandato de Bill Clinton, fazendo lembrar a política do *big stick* do início do século XX e indicando que o papel pivotal convertia-se no de polícia do mundo. As leis Helms-Burton e D'Amato, uma estabelecendo sanções econômicas aos países que mantivessem relações comercias com Cuba e outra o bloqueio comercial contra Irã e Líbia e sanções a países infratores, realizaram o consenso antiamericano dos países da OEA e da UE, numa demonstração de que a *pax* americana não convinha ao mundo por tais métodos e imposições unilaterais (ZORGBIBE, 1995).

Referências

ALTVATER, Elmar. O mercado mundial como área de operações, ou a transformação do Estado Nacional soberano no Estado Nacional concorrencial. *Indicadores Econômicos FEE*, 23(1): 153-189, 1995.

ART, Robert J.; JERVIS, Robert JERVIS (Org.). *International politics*: enduring concepts and contemporary issues. New York: Harper Collins, 1996.

BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 33-51.

BERNAL-MEZA, Raúl. Globalización, regionalización y orden mundial: los nuevos marcos de inserción de los paises en desarrollo. In: RAPOPORT, Mario (Org.). *Globalización, integración e identidad nacional*: analisis comparado Argentina-Canada. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994. p. 45-65.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en la economía política mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994. p. 73-123.

BRETON, Gilles. *La globalización y el Estado*: algunos conceptos teóricos, p. 19-32.

BURKUM, Mario. *La globalización en el ordenamiento de las relaciones de poder internacional*. In: RAPOPORT, Mario (Org.), op. cit., p. 33-44.

DAVID, François. *Les échanges commerciaux dans la nouvelle économie mondiale*. Paris: PUF, 1994. p. 65-87.

DI NOLFO, Ennio. *Storia delle relazioni internazionali (1918-1992)*. Bari: La Terza, 1995. p. 1383-1388.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. *Estudos Avançados* (USP), 9 (25): 93-111, 1995.

HURREL, Andrew. Explaining the resurgence of regionalism in World politics. *Review of International Studies*, 21(4): 331-358, 1995.

JEAN, Carlo. *Geopolitica*. Bari: La Terza, 1995. p. 159-180.

KOLODZIEJ, Edward A. A segurança internacional depois da guerra fria: da globalização à regionalização. *Contexto Internacional*, 17(2): 313-349, 1995.

LELLOUCHE, Pierre. *Le nouveau monde*: de l'ordre de Yalta au désordre des nations. Paris: Grasset, 1992. p. 485-491.

MADDISON, Angus. *L'économie mondiale (1820-1992)*: analyse et statistiques. Paris: OCDE, 1995.

MAYALL, James. As contradições da manutenção da paz: as Nações Unidas na Nova Era. *Contexto Internacional*, 17(2): 229-244, 1995.

MAZUMDAR, Dipak. Labour issues in the World Development Report: a critical assessment. In: ONU-CNUCED. *International Monetary and Financial Issues for the 1990s*: research papers for the Group of Twenty-Four, 1996. v. 7, p. 63-82.

MESSERLIN, Patrick. *La nouvelle organisation mondiale du commerce*. Paris: Ifri-Dunod, 1995.

NYE Jr., Joseph S. Conflicts after the Cold War. *The Washington Quarterly*, 19(1): 5-24, 1996.

SARAIVA, José Flávio S.; CERVO, Amado. (Org.). *O crescimento das relações internacionais do Brasil*. Brasília: Ibri, 2005.

SENARCLENS, Pierre de. *La politique internationale*. Paris: Armand Colin, 1992.

SHEEHAN, Michael. *The balance of power. History and theory*. London, New York: Routledge, 1996. p. 196-203.

TOMASSINI, Luciano. Globalização e regionalismo. *Política Externa*, 4(2): 150-152, 1995.

TRINDADE, Antônio A. C. Balanço dos resultados da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 36(2): 9-27, 1993.

VAÄSSE, Maurice. *Les relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 1991. p. 145-175.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International relations theory*: realism, pluralism, globalism. New York: MacMillan, 1993.

VIZENTINI, Paulo G. F. *A grande crise*: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992.

WATSON, Adam. *The evolution of international society*: a comparative historical analysis. London, New York: Routledge, 1992. p. 299-302.

WORLD BANK. *World Development Report 1995*: workers in a integrated World, 1995.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. t. 4: 1962 à nos jours. Paris: Hachette, 1995. p. 357-438.

Conclusão: A história das relações internacionais contemporâneas entre o passado recente e os desafios da globalização

José Flávio Sombra Saraiva

Ao concluir esta obra, ressalta-se a preocupação em estabelecer o balanço entre o passado recente, desde o tão próximo e referido século XIX — particularmente ao longo dos primeiros capítulos —, até os novos desafios para o século que se inicia. Qual o peso relativo que a história irá conferirá, nos próximos duzentos anos, aos momentos atuais da vida internacional? A globalização, como um fenômeno de grande impacto para as relações internacionais das últimas décadas, ampliará seu peso relativo na planetarização das relações entre povos, nações e Estados? Ou será a globalização mais uma onda da criativa vida material dos povos que, imbricada nas novas formas do exercício hegemônico dos grandes Estados, modificaria, apenas em parte, as hegemonias anteriores, estabelecidas historicamente, abordadas nesse livro? Será a globalização, ela mesma, um marco para uma nova periodização que terá que ser refeita para o aperfeiçoamento da história das relações contemporâneas no início do próximo século?

Aquilo que se tem como presente é, inúmeras vezes, puro passado. E o passado, como ente sepultado, está quase sempre se recriando nas elaborações do presente e na imaginação do futuro. Daí a relevância do esforço de periodização conceitual que se ensaiou nessa obra. Periodizar é arbitrar e cortar processos complexos. A periodização é como um mal necessário, que funciona para organizar tempos múltiplos e processos que se superpõem no tempo.

No caso da história das relações internacionais, não há unanimidade entre os autores acerca da melhor forma de periodizar os dois últimos séculos. Nota-se uma forte tendência dos historiadores da tradição renouviniana de

marcar os anos 70 do século XIX como o ponto de partida para o estudo das relações internacionais contemporâneas. Os britânicos têm procurado recuar ao passado longínquo em busca de padrões de continuidade e ruptura de sistema, como o fez Adam Watson. Em especial, vale sua contribuição ao tema da gênese da sociedade internacional européia do século XIX. Para os autores de tradição watsoniana, a ordem de Viena é aquela que marca a construção de um ordenamento verdadeiramente global, uma vez que a anterior, a ordem westfaliana dos tempos modernos, não tivera relevante projeção externa ao continente europeu.

Inaugurou-se aqui uma nova forma de periodização. Ela incluiu elementos sugeridos pelas escolas abordadas no primeiro capítulo do livro, mas os ordenou em torno de temas que atribuem ao hemisfério sul uma ponderação superior àquela registrada nas historiografias européia e norte-americana das relações internacionais. Entende-se que uma das limitações das obras européias recentes é a sua pouca percepção do conjunto das relações internacionais nos dois hemisférios.

Daí a insistência, especialmente no segundo capítulo, escrito por Cervo, nas reações negativas e positivas de países das Américas, da África e da Ásia, ao tratar da projeção da sociedade internacional européia do século XIX. As reações otimistas dos Estados Unidos e do Brasil ao ordenamento liberal que se fez regra da expansão da Europa sobre outras áreas geográficas no século XIX contrasta, por exemplo, com as reações negativas das regiões que se submeteriam a um novo ciclo colonial. A obra, aqui, procedeu a uma renovação interpretativa e reivindicou novas matrizes conceituais para analisar as relações hegemônicas e as relações entre o chamado centro e a periferia. Criticou-se, neste volume, parte dos esquemas generalistas de várias vertentes da teoria da dependência.

No entanto, pareceu imprescindível começar a abordar as relações internacionais contemporâneas pela formação e expansão do mundo liberal ao longo do século XIX. Sem essas raízes históricas, não se pode compreender a divisão do mundo em vastas regiões atrasadas e adiantadas, um fenômeno que resultou da economia política do capitalismo no século XIX, mas também do peso estratégico de um sistema europeu que se tornaria em sociedade graças ao seu amálgama cultural e às suas potencialidades de

gerir a ordem européia, depois de um período generalizado de guerra como fora a era napoleônica.

Gestaram-se, com efeito, na passagem do século XVIII para o XIX, um sistema e uma verdadeira primeira ordem internacional, comandados pelos valores e pela prática política e econômica universalista do liberalismo. A sociedade internacional européia estendeu sua hegemonia coletiva pelos quatro cantos do mundo. A China, o Japão, a África e a América, na inserção externa, viveram ajustes, negativos e positivos, que devem ser entendidos na perspectiva da expansão do mundo liberal. Mas não apenas nela.

A esse longo período, sucede outro mais curto (1871-1918), tratado por Döpcke, que discutiu o apogeu e as crises da ordem do século XIX de matriz européia. A migração de um modelo flexível de alianças, marca da hegemonia coletiva reinante na Europa ao longo da primeira metade do século XIX, para uma forma bipolar de aliança, no final desse século e no início do seguinte, é o pano de fundo na abordagem proposta por Döpcke no segundo capítulo. Os colonialismos, os novos expansionismos, os movimentos de nacionalidade convertidos em nacionalismos xenófobos alimentaram uma passagem de século conturbada na Europa e fora dela.

A Grande Guerra mereceu atenção especial no término do período iniciado pela era de Bismarck. A emergência da Alemanha como um fator de perturbação da ordem européia, a deterioração sistêmica, as tensões na balança de poder européia e fora da Europa, o novo imperialismo, entre outros fatores, são discutidos pelo autor na busca da compreensão das razões da eclosão de um novo ciclo de guerra generalizada entre 1914 e 1918, bem como no esforço de remontar o impacto da Primeira Guerra Mundial na redefinição das tendências nas relações internacionais contemporâneas.

O quarto capítulo analisou o período entre as guerras (1919-1939), marcado por profunda instabilidade, cujas causas situam-se na forma como foi regulamentada a paz ao término da Primeira Guerra Mundial e no desmonte do mundo liberal edificado ao longo do século XIX. A falha na regulamentação transformou a Europa em área de alta pressão e ampliou os espaços das novas potências: a União Soviética, o Japão e os Estados Unidos. As margens do sistema internacional em desmonte permaneceram, entretanto, relativamente tranqüilas no período. Ao redigir o capítulo, Cervo insistiu na dimensão das crises desta etapa, mas também o identificou como

uma fase de criação positiva em vários países às margens dos centros hegemônicos, com a Argentina e o Brasil, que aproveitaram certas brechas para avançar posições de interesse de suas nações.

O quinto capítulo descortinou a marcha da Segunda Guerra Mundial e abordou a gestação da nova ordem (1939-1947). Foram nove anos excepcionais na história das relações internacionais contemporâneas. A agonia européia e o vazio criado pela crise na balança de poder, bem como a emergência gradual dos flancos da Europa (os Estados Unidos e a União Soviética), orientaram o curso das relações internacionais para o aparecimento das superpotências. Discutiu-se, especialmente, o ônus da guerra para o período que a sucede. Afinal, o mundo que se divisou em 1947 rompeu radicalmente com as heranças da balança de poder do século XIX e com o período de transição e de instabilidade do espaço temporal entre as guerras. O fim da supremacia européia foi o retrato dos novos tempos. A gestação de uma nova ordem internacional, que elevou dois países das fronteiras européias, ao Ocidente e ao Oriente, à condição de superpotências despontou como o grande legado da Segunda Guerra Mundial

Os capítulos 6, 7, 8 e 9 dialogam entre si. Os dois primeiros mostram o quanto a guerra fria não foi um modelo acabado. Nos dois seguintes, Almeida e Cervo não têm exatamente a mesma percepção a respeito dos desafios da transição das últimas décadas. Em todo caso, o balanço da segunda metade do século XX, ao iniciar-se o século XXI, evidencia a dimensão planetária alcançada pelo reordenamento global do pós-Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, os sistemas internacionais hegemônicos alcançaram porções geográficas não atingidas pelos seus antecessores, apesar de uma longa história de ruptura de fronteiras e de ampliação de fluxos comercias e políticos em escala global que datam do período mercantilista. Nem o modelo westfaliano nem a sociedade internacional européia do século XIX, sem citar outras formas originadas do mundo clássico ou de expressão mundial considerável, como o otomano no mundo moderno ou o japonês no entre-guerras desse século, planetarizaram-se completamente.

Do ponto de vista qualitativo, as ordens do pós-guerra penetraram mais profundamente nos tecidos sociais e culturais das múltiplas e diversas sociedades nacionais. Há, portanto, uma mudança de substância em relação

às experiências históricas anteriores. Mas as regras da hegemonia coletiva gestadas em Viena não foram suficientes para alterar, na essência, os fundamentos de vários sistemas internacionais extra-europeus de seus tempos.

O contrário ocorreu com a última metade do século XX. A emergência do modelo condominial americano-soviético e sua posterior flexibilização, além do impacto das transformações das últimas duas décadas do século XX, demonstram que os sistemas internacionais tornaram-se cada vez mais hegemônicos. Uniformizando padrões de conduta ao redor do mundo, afirmaram-se como novas formas de ordenamento do mundo.

A inédita ordem internacional do pós-guerra, aquela desenvolvida nos parâmetros do que se convencionou chamar de guerra fria, foi a primeira que verdadeiramente se impôs sobre o curso da história de povos e nações de todos os quadrantes do planeta. Difícil imaginar região ou país isolado, na atualidade, das forças sistêmicas globais. Devem ser evitadas, contudo, as vinculações automáticas entre sistemas econômicos de escala global, como aquele derivado da evolução do capitalismo, e seus ordenamentos políticos. Os últimos têm natureza própria, ainda que sofram, em suas formações, fortes condicionantes da economia. Há nuanças que necessitam ser tratadas. A primeira delas é a especificidade ontológica da política internacional. A segunda é a percepção gnosiológica acerca da multiplicidade de processos, fatores, movimentos e ritmos em torno do tempo.

Demonstrou-se, nos últimos capítulos desta obra, que existe certo descompasso entre a evolução da economia política do capitalismo e a formação de sistemas e ordens internacionais contemporâneos. O tempo econômico não se traduziu, de imediato, em um sistema político que lhe correspondesse. Daí a importância da rediscussão da guerra fria que vem sendo feita hoje em todo o mundo. O capítulo da ciência política dedicado ao estudo da guerra fria assistiu ao fim desta sem uma explicação para seus fundamentos.

Entraram em cena os novos historiadores das relações internacionais para demonstrar que, aparentemente, a guerra fria não foi uma ordem em si mesma, mas um período histórico limitado temporalmente e circunscrito a um ordenamento maior, que evoluiu do consórcio americo-soviético no imediato pósguerra às formas de flexibilização que tomaram corpo já nos

anos 1950 em torno da diversidade de interesses e da generalização da percepção, particularmente na Europa, na Ásia e na América Latina, de que havia brechas para sua própria afirmação. A franca aceleração da divisão de interesses no jogo daquela década mostrara que a bipolaridade já não se aplicava ao campo econômico. A emergência japonesa e a confirmação da vocação integracionista européia iriam modificar gradualmente o jogo duro e esquizofrênico da bipolaridade. A América Latina, apesar das incertezas econômicas, construiu uma inserção de perfil próprio sem reduzir-se aos esquemas exclusivos da guerra fria.

Ainda pode ser mencionado o esforço de construção, nos anos 1960 e 1970, de uma nova ordem econômica internacional. O componente desenvolvimentista das relações internacionais chamaria a atenção para o diálogo Norte-Sul. Motivados pelo grito independentista das décadas referidas, os países afro-asiáticos foram os animadores de uma possibilidade igualitarista na ordem. Embora não se tenha alcançado, a discussão da hipótese gerou a expectativa de que a intervenção da política nos desígnios econômicos serve como um laboratório para o experimento da diversidade, da crítica à hegemonia e do exercício da dimensão ética e de justiça nas relações internacionais.

Pergunta-se se a nova ordem planetária dos anos 1990 e início do novo milênio é realmente inédita — questão atual e viva não apenas para seus analistas, mas para todas as sociedades e pessoas comuns envolvidas na rede das transformações globais em curso. Para alguns, como Cervo, Sheehan, Watson, entre outros, há enormes dificuldades para a construção de uma ordem global. Preferem o recurso à idéia de transição. Uma grande corrente faz finca-pé na idéia de uma nova *pax* americana, em um mundo unipolar, ou ainda sob o impacto dos impérios da insegurança e do terror Emerge a interpretação da ascensão do Oriente, catapultado pela elevação da China à condição de superpotência e de país em desenvolvimento, ao mesmo tempo, quase que a perpetuar um paradoxo.

Outros, mais incautos, preferem a solução de uma ordem definida em torno de uma hierarquia flexível, multipolar por excelência, e dominada pela economia política da globalização. Para outros, os impactos dos atos terroristas de 11 de setembro de 2001 são o verdadeiro *turning-point* nas

relações internacionais pósguerra fria. A lista de autores aqui seria muito maior.

Apesar da grande influência exercida pela economia política da globalização e pelas transformações paradigmáticas nos processos produtivos e de consumo em escala global, entendo que o sistema político internacional apresenta alto grau de anarquia transicional e de permanência de hierarquias herdadas da ordem anterior. Nesse sentido, ainda não houve substancial mudança de natureza nas relações internacionais do presente.

Deve-se estar atento, no entanto, ao processo de transição em curso, para não absolutizá-lo ou naturalizá-lo. A redução da discussão à idéia de transição também tem a inconveniência de não permitir, eventualmente, abordar especificidades do tempo presente. Existem mudanças em curso, há busca por novos princípios e regras de conduta que conformariam uma nova ordem. Os conflitos mudaram, em alguma medida, sua própria natureza, movida sua motivação para as guerras por recursos naturais escassos. Emergiram vários arquipélagos de valores e interesses que tornam difícil a comunicação entre as diferentes visões acerca do devir da sociedade internacional do futuro.

Ficou demonstrado aqui que essas transformações paradigmáticas não se iniciaram com a derrubada do Muro de Berlim, com o ocaso da União Soviética ou com os atos terroristas de 11 de setembro de 2001. Reivindicar a dimensão do movimento em substituição aos esquemas estáticos e excessivamente estruturais é uma outra recomendação para o debate em torno da busca de explicação plausível para a construção de um ordenamento inédito internacional.

Há, finalmente, um componente que mereceria uma melhor abordagem em futuro próximo. A mobilização social a favor de uma vida internacional equilibrada, menos fluida e mais segura, ciosa da proteção dos indivíduos e das comunidades fragilizadas pelas tormentas das diferentes formas de incerteza, emerge mundo afora. O chamado “fantasma de Seattle” está presente, na passagem do milênio, em outras partes do mundo, como nas manifestações de abril de 2000 em Washington, de setembro do mesmo ano em Melbourne e Praga, bem como nas lutas de rua que levariam ao “mártir de Gênova” de 2001, a formação de redes e movimentos internacionais pela

reforma da ordem global com os Foros Sociais Mundiais ou as grandes reações mundiais contra a invasão norte-americana do Iraque em 2003.

Essas falas e esses gestos constituem gritos que aparentemente não explicitam uma nova agenda internacional, dada a diversidade e multiplicidade de interesses e reivindicações, mas servem de alerta. Indicam, no mínimo, uma outra grande modificação paradigmática para a nova ordem em construção: a da discussão em torno da cidadania universal, transfronteiriça e solidária. A mudança no clima político mundial, especialmente diante dos fracassos expressos por meio das políticas desenfreadas dos promotores da liberalização e da financeirização da economia e da política mundiais, é fato notório mesmo para o observador desavisado.

Quiçá não venha o novo ordenamento a ser apenas mais uma ordem, mas também uma utopia societária, emergente das múltiplas perspectivas acerca das possibilidades mundiais. A nova ordem, auscultando as frustrações do acumulado experimento histórico descrito na obra, instauraria a verdadeira modernidade, aquela derivada das identidades de povos e nações, das suas culturas, expressa em um projeto de participação soberana de todos.

HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

das origens ao século XXI

editoracontexto

HISTÓRIA
DOS ESTADOS UNIDOS
das origens ao século XXI

Leandro Karnal
Sean Purdy
Luiz Estevam Fernandes
Marcus Vinícius de Morais

editoracontexto

SUMÁRIO

OS EUA NO SÉCULO XIX

Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Morais

O SÉCULO AMERICANO

APRESENTAÇÃO

Os Estados Unidos. Como pode um país provocar tanto ódio, a ponto de muita gente no mundo ficar feliz até com ataques suicidas de fanáticos obscurantistas contra eles?

Os Estados Unidos. Como pode uma nação ser considerada sem deus e ter, ao mesmo tempo, numerosas escolas que negam o evolucionismo, ensinando a seus alunos as alegorias bíblicas como verdades históricas? Como pode uma cultura influenciar tantas outras e ostentar, na américa profunda, um provincianismo digno de rincões escondidos no espaço e no tempo?

Os Estados Unidos que espalharam para o mundo o cinema e o jazz, séries de TV e calças jeans, padrão de magreza anoréxica e de seios inflados; país que defendeu a democracia em “guerras justas” e atentou contra ela em invasões injustificáveis. Grande nação que absorveu mais imigrantes que nenhuma outra na História, que respeita as diferenças criando etiquetas para as minorias, que incorpora cientistas do mundo todo em suas melhores universidades, que inventou o macartismo e o gigante de pés de barro comunista para justificar a Guerra Fria.

É sobre esses Estados Unidos da américa que trata este livro, encomendado a historiadores especializados. Todos os quatro trabalhando no Brasil (um deles, sean Purdy, é canadense de origem), todos com pesquisas importantes na área, todos distantes da visão maniqueísta (o bem contra o mal) que tem orientado muitos livros publicados sobre o tema.

Aqui não se fala do Grande satã nem da luz que ilumina a civilização ocidental. Os autores construíram esta obra em dois anos de escrita, discussão, correção e nova versão, até o livro ficar satisfatório para eles e para o, reconheçamos, exigente Editor.

Nunca se concebeu um projeto como este, no Brasil, para se entender a história fascinante e assustadora dos Estados Unidos.

O Editor

INTRODUÇÃO

> "Os Estados Unidos não existiam. Quatro séculos de trabalho, de derramamento de sangue, de solidão e medo criaram esta terra. Construímos a américa e o processo nos tornou americanos – uma nova raça, enraizada em todas as raças, manchada e tingida de todas as cores, uma aparente anarquia étnica. Então, num tempo pequeníssimo, tornamo-nos mais semelhantes do que éramos diferentes – uma nova sociedade; não grandiosa, mas propensa, por nossas próprias faltas, à grandeza, e *pluribus unum.'*
>
> Steinbeck

UM PRIMEIRO OLHAR

Vamos começar a narrativa longe dos EUA, em plena áfrica do sul. Corre o ano de 2001. Um jornalista norte-americano especializado em questões ambientais cruza o continente para suas pesquisas e palestras. Mark Hertsgaard tem vivo interesse pela opinião do mundo sobre seu país. Dentro de um ônibus, ladeando a costa impressionante do Índico a caminho de durban, ele encontra uma boa conversa com um jovem negro, Malcom adams. Falante, o motorista entusiasmava-se com a origem do interlocutor. Sua opinião era muito positiva, elogiando as roupas, a música e o chamado "estilo americano de vida". Usando um boné de beisebol, o sul-africano comentava em detalhes os seriados e filmes norte-americanos a que assistia. Mark, vendo seu país tão conhecido e até amado, arriscou-se a perguntar se os africanos mais velhos, como os pais do condutor, compartilhavam do mesmo ponto de vista. A resposta foi estarrecedora: – "*Não, eles são mais cristãos* – respondeu Malcom sem ironia. – *Querem levar uma vida sul- africana*".[1] O episódio é particularmente rico. Traz a ambigüidade da percepção mundial sobre a sociedade dos EUA. Nas palavras do motorista, há uma contradição clara entre ser cristão e levar um estilo de vida norteamericano. Não obstante, em poucos países do Ocidente, o cristianismo tem uma presença tão marcante como nos EUA. Seria plausível supor que a ironia não-intencional do sul-africano, ao estabelecer uma impossibilidade de convivência entre valores cristãos e norte-americanos, soasse estranha – até incompreensível – à maioria absoluta dos cidadãos norte-americanos.[2]

As ambigüidades exploradas por Hertsgaard continuam. Em viagens pela ásia e Europa ele repete a experiência de indagar e analisar as opiniões mundiais sobre a grande potência do século XXI. O autor enumera a lista contraditória do que os estrangeiros pensam sobre a américa:

1. A américa é provinciana e egocêntrica.
2. A américa é rica e empolgante.
3. A américa é a terra da liberdade.
4. A américa é um império hipócrita e dominador.

5. Os americanos são ingênuos em relação ao mundo.
6. Os americanos são filisteus.[3]
7. A américa é a terra da oportunidade.
8. A américa acha que sua democracia é a melhor que existe.
9. A américa é o futuro.
10. A américa só pensa em si mesma.[4]

Como se constata com facilidade, muitas coisas boas e a maioria das ruins do mundo são atribuídas aos norte-americanos. Processo similar ocorreu com os impérios romano e Britânico: a potência dominante acaba concentrando tudo o que os externos a ela pensam de si e dos outros. Assim, pensar os EUA também é uma forma de pensar de maneira ampla, pois críticas e elogios são, com freqüência, espelhos de duas faces.

Tomemos como exemplo a lista anterior. Quando criticamos os EUA como um país que apenas pensa em si e apenas conhece o mundo dentro de suas fronteiras, expressamos um sentimento de pesar por não sermos conhecidos/reconhecidos por eles. Nunca se ouviu, no planeta, a reclamação de que o Nepal só pensa nele e só conhece o mundo do Himalaia. É bastante provável que os nepaleses saibam menos sobre o Brasil do que os norteamericanos. Porém, reclamamos que os EUA não dominam nossa geografia e, duplo insulto, imaginam que nossa capital seja Buenos aires. Por quê?

Falamos antes do império Britânico. Há semelhanças entre os impérios. Eles constituem centros de decisão alheios aos anseios das partes dominadas ou externas. Porém, há uma diferença muito grande entre o domínio imperial britânico e o dos EUA. Os ingleses, no século XIX, tinham certeza de pertencerem ao melhor país do mundo, com uma capacidade muito superior não apenas a “bárbaros” africanos e asiáticos, mas também em relação aos próprios europeus. Para melhor cumprirem a “missão civilizadora do homem branco”, a civilização britânica constituiu sociedades geográficas, museus antropológicos, jardins zoológicos, expedições para achar as nascentes do Nilo, atlas luxuosos e explicações ditas científicas (como o darwinismo social) para o “atraso” dos outros povos. De muitas formas, os europeus em geral (e os britânicos em particular) queriam classificar o mundo e reforçar a hierarquia profunda que dividia a Europa Ocidental do resto do planeta. O ser humano, na visão de muitos europeus do século XIX e parte do XX, tinha chegado ao seu apogeu em Londres, Paris e outros focos. restava espalhar as luzes da civilização européia sobre as áreas obscuras que ainda não partilhavam dos valores e do progresso que vicejava nas margens abençoadas do tâmisa e do sena.

O domínio atual dos EUA é bastante diferenciado. Por diversos e complexos motivos que tentaremos tratar ao longo do livro, os EUA apresentaram uma dificuldade maior de conhecimento do outro. Desastres da política externa como o Vietnã e a revolução Xiita no irã nasceram, entre outras coisas, da dificuldade estrutural em entender processos históricos e culturais distintos do norte-americano. O outro adquire certa invisibilidade para os EUA. O inglês do XIX olhava para o outro e dizia: “você é inferior!”; o norte-

americano do XXI dificilmente reconhece a existência do outro a não ser no código eu/antieu. Isso talvez fique mais claro com o exemplo seguinte.

Começamos esse item com uma história real. Vamos agora ao mundo da ficção. No início do filme *Pulp Fiction*, dirigido por Quentin tarantino (1994), há um diálogo extraordinário. O ator John travolta interpreta um marginal que acaba de voltar da Europa. Ele faz reflexões com seu comparsa, samuel Jackson, sobre a estranheza dos hábitos dos europeus. Para exemplificar, o traficante recém-chegado diz que, em amsterdã, você pode comprar cerveja num cinema e a bebida vem em copo de vidro, como num bar. Outro dado "excêntrico" narrado: em Paris, é possível comprar cerveja no Macdonald's! Para identificar mais uma "bizarrice" européia ao seu ouvinte, Vincent (travolta) comenta que o clássico sanduíche *quarter pounder with cheese* é denominado, pelos europeus, de *royal with cheese*, em função do sistema métrico decimal. Para encerrar a conversa, travolta constata, surpreso, que o tradicional Big Mac é chamado no outro lado do atlântico de *le Big Mac*.

O que está contido no diálogo ficcional? O Big Mac não é uma convenção que pode ter nome diferente e manter as mesmas características. Chamá-lo a partir do artigo *le* é uma deformação. Big Mac é Big Mac e pronto. *Quarter pounder* é *quarter pounder*. Erra quem diz de outra forma. O significado está fundido com o significante. Essa fusão explica muito da força e das críticas que os EUA sofrem hoje. Quase todas as culturas são centradas em si e nos seus valores. O etnocentrismo une chineses da dinastia Ming e incas do final do século XV. Isso vale para um ianomâmi e para um cidadão de Washington. A especificidade dos EUA, a constituição do seu diálogo com as outras culturas e a densa história do país mais poderoso já registrado na memória mundial constituirão parte do nosso esforço de conferir sentido a esse emaranhado de dados. É um mundo complexo do qual vamos nos aproximando aos poucos.

CASO ANTIGO

Trata-se de uma relação antiga. O mundo observa os EUA há mais de dois séculos. Seria difícil constituir uma coerência nas opiniões. No fim do século XVIII, a declaração de independência e a Constituição circulavam por lugares que iam dos grotões das Minas Gerais a Paris. Tiradentes no Brasil e robespierre na França pareciam ter encontrado naquelas colônias recém-libertas um exemplo concreto do Novo Mundo pelo qual lutavam.

O interesse cresceu no século XIX. O governo da França mandou um magistrado nobre, alexis de tocqueville, observar aquela nova organização social e política. A obra *Democracia na América* é o resultado de uma observação privilegiada. Todas as ambigüidades das relações do Velho Mundo com o Novo estão ali registradas. Já os irlandeses (que provavelmente não liam tocqueville) não estavam interessados nas ambigüidades. Os olhos dos imigrantes queriam as terras fartas e as promessas de um sonho americano de ascensão social. Nenhum outro país parece ter recebido tantos observadores e tantos imigrantes como os Estados Unidos da américa.

A riqueza proverbial dos EUA não seduziu apenas massas despossuídas. Em meio à exaustão material e humana da Primeira Guerra, os governos da França e da inglaterra ansiaram pelo auxílio da jovem potência. A ajuda veio na forma de recursos, de homens e de um sonho ideal de uma “guerra para acabar com todas as guerras”. A indústria, o dinheiro e as tropas norte-americanas mudaram o rumo da guerra. Em 1918, muitos ainda olhavam para Washington com grande admiração. O presidente W. Wilson, em meio às raposas políticas em Versalhes, parecia a encarnação do idealismo do Novo Mundo.

Os sonhos e ideais desaparecem logo. A guerra para acabar com todas as guerras foi prelúdio de outro e maior conflito. A barbárie nazista parecia tragar o planeta. A expansão japonesa não encontrava freio na ásia. Mais uma vez, os anseios das democracias ocidentais esperaram por Washington. O convite japonês em Pearl Harbor era irrecusável. O imenso depósito de recursos da américa era colocado a serviço dos aliados. Mesmo que a França ocupada e a inglaterra exausta tenham recebido com euforia a entrada, a segunda Guerra mudaria para sempre a visão do mundo sobre os EUA. Em 1945, com Hiroxima e Nagasaki ainda fumegantes, o idealismo da democracia americana que tocqueville tinha contemplado tinha outros matizes.

O pós-1945 é um momento de virada ampla na visão do mundo sobre os EUA. Muitos passam a destacar as semelhanças do imperialismo das duas potências (EUA e URSS). Tanto o movimento dos não-alinhados (que incluía indonésia, Índia) como a república Popular da China (na década de 1960) desenvolviam críticas conjuntas aos dois tipos de imperialismo: o de Moscou e o de Washington. Consagra-se a frase jocosa de que o “capitalismo é a exploração do homem pelo homem e o socialismo é, justamente, o contrário...”.

A Guerra do Vietnã foi um argumento poderoso contra os EUA. O país de iluministas e de liberdade parecia dar lugar à nação agressiva que derrama napalm sobre aldeias de camponeses. A terra de richard Nixon foi alvo de protestos quase diários no fim dos anos de 1960 e no início da década de 1970.

Mas não havia um modelo de pureza do outro lado. A URSS reprimiu com violência homicida o levante da Hungria e a “primavera de Praga”. O afeganistão viveu seu momento de “indochina” com a invasão soviética. A Guerra Fria não era a luta do Bem contra o Mal, mas o choque de dois pólos agressivos que não hesitavam matar para garantir a “libertação” de algumas áreas.

O fim da Guerra Fria na última década do século xx parecia ser a vitória histórica do modelo capitalista e liberal. Porém, os sonhos de fim da História vieram abaixo com duas torres que tombavam. Os atentados de 11 de setembro de 2001 passam a significar um contato doloroso dos EUA com o mundo. O mal distante, outrora isolado no outro lado do mundo, parecia agora desfilar dentro de casa. Poucos americanos podiam estabelecer uma relação clara entre a política externa do país e os atentados. Para alguns habitantes do Oriente Médio, as dramáticas cenas do atentado do World trade Center parecem o castigo justo por anos de violência dos EUA. Para a média do cidadão norte-americano restava a inquietante pergunta: por que eles nos odeiam? Eis

uma clivagem complexa e que necessita de uma reflexão demorada.

Por que o mundo odeia aos EUA? Mark Hertsagaard, com o qual iniciamos o texto, identificou mais o conteúdo da crítica do que sua origem. A crítica envolveria essa mistura imprecisa de desenvolvimento econômico e arrogância, domínio mundial e caipirice que atraem e repelem diversas sociedades. Há uma outra perspectiva, dada por um francês pró-EUA, Jean-François revel.

Na obra *A obsessão antiamericana: causas e inconseqüências*,[5] ele deve ter causado horror a muitos compatriotas. Para revel, a inveja e o ressentimento explicariam grande parte do ódio contra os EUA. A necessidade do auxílio de Washington nas duas guerras mundiais e o papel secundário que a França, em particular, desempenha no capitalismo global, constituem o pano de fundo para a crítica. Haveria na Europa uma tendência a concentrar a crítica nas atitudes norte-americanas. Tome-se um exemplo: o governo dos EUA é acusado de pouco ou nada fazer em função das medidas de proteção ambiental do Protocolo de Kyoto, o que causa uma chuva de denúncias na imprensa francesa. Porém, apesar de ter ministros “verdes” entre 1997 e 2002, a França não adotou nenhuma das medidas mais efetivas daquele protocolo, como proibir nitratos ou reduzir o consumo de energia em 5,2 %. Da mesma forma, a poluição devastadora na Europa Oriental durante o período do domínio soviético jamais foi denunciada na grande imprensa francesa. A culpa, na denúncia de revel, sempre deve recair sobre os EUA e sobre o capitalismo.

Revel insiste que a Europa, para impedir uma reflexão crítica sobre si mesma, preocupa-se em atribuir aos EUA os desmandos mais graves do mundo contemporâneo. Assim, tendo matado e torturado agentes dos movimentos basco e irlandês, os europeus sempre atacam o comportamento dos EUA diante dos supostos terroristas islâmicos. Talvez o grande mérito de revel seja evidenciar que muitos dos “denunciantes” da violência americana não apresentam um passado imaculado e que as engrenagens da injustiça da distribuição de renda no planeta não giram apenas em Washington. Sua grande limitação é não perceber que vários assassinatos jamais tornam um assassinato isolado mais palatável moralmente. A violência histórica e atual da Europa não redime a violência de nenhum outro Estado.

Analistas mais equilibrados sempre disseram o que revel afirma. Os EUA não são a única fonte dos problemas do mundo. Ainda que a História não tenha função moral alguma, vimos que a queda de impérios opressivos como o romano não garantiu, aos séculos seguintes, um porvir de igualdade e equilíbrio. Porém, o que de mais grave perpassa a obra de revel é sua defesa implícita da superioridade da cultura ocidental cristã, especialmente quando ele a contrapõe aos muçulmanos. Para o autor da academia Francesa:

> [...] o hiperterrorismo toma emprestado de nossa civilização moderna os meios tecnológicos para tentar abatê-la e substituí-la por uma civilização arcaica mundial que seria, oh, que surpresa, geradora de pobreza, e além disso, a própria negação de todos os nossos valores. [6]

São esses possessivos (“nossa civilização”, “nossos valores”) que concentram a

verdadeira mensagem do autor: o mundo ocidental cristão é o melhor e mais equilibrado, e os EUA apenas lutam por ele. O parágrafo citado é um bom momento para interromper a leitura da obra...

Uma defesa ardorosa dos EUA feita por um francês? Bem, alguns dos críticos mais ácidos são norte-americanos. intelectuais tão distintos nas áreas de atuação como susan sontag (1933-2004), Noam Chomsky (1928), immanuel Wallerstein (1930) e Michael Moore (1954) tornaram-se famosos pelas críticas aos EUA.

Tomemos o exemplo mais popular. O cineasta Michael Moore notabilizou-se por documentários como *Tiros em Columbine* (2002) e *Fahrenheidt 11/09* (2004) e livros como *Stupid White Men* (2001). Nas obras, ele faz uma análise demolidora do sistema americano.

Seria uma crítica estrutural ou revolucionária? O centro da crítica de Moore é contra uma atitude errada ou um grupo mau que se apodera de um benefício que deveria ser mais coletivo. Assim, no criativo documentário sobre armas e crime nos EUA (*Tiros em Columbine*), vemos que algumas medidas muito tópicas podem ajudar a vencer a “cultura do medo”. Se as grandes lojas não venderem armas com a facilidade que vendem, se alguns bancos não fornecerem armas de brinde a quem abrir uma conta nas suas agências (isso, incrivelmente, ocorre nos EUA), se os noticiários não enfatizarem tanto as notícias ruins e se promotores públicos da posse de armas forem advertidos do mal que causam (como o ator Charlton Heston), fatalidades como a ocorrida na escola de Columbine seriam superadas.

Da mesma forma, a campanha política de Moore contra o presidente Bush enfatiza sua inaptidão para o cargo. Vendo as relações da família Bush com o petróleo do Oriente Médio ou vendo a aparente “lentidão mental” do presidente para reagir aos atentados às torres de Nova York, concluímos que ele é incapaz de ser um bom presidente. Assim, a mensagem que se passa é que o problema não seria o próprio sistema americano, mas pessoas corruptas ou incapazes que se apoderam dele. Logo, resta a sensação de que pode ter existido ou poderá existir um presidente que não represente uma esfera específica do capital ou que o dinamismo de resposta esteja presente nas virtudes desejadas de bons presidentes do passado ou desejáveis no futuro. Um crítico mais estrutural de um país pobre poderia argumentar que, mesmo que o presidente dos EUA tivesse um qi extraordinário e fosse incorruptível, mesmo o honesto a. Lincoln, aquilo que permite a existência dos EUA como potência é um sistema mundial que faz a balança pender para os norte-americanos. Assim, é mais simpático ser explorado por um sorridente e brilhante Kennedy do que por um amorfo Bush, mas o fato exploração continua, não importa quão dourada seja a pílula.

Talvez o mais positivo do pensamento de Moore seja observar a liberdade de expressão com que ele desenvolve suas idéias. Seus ataques incidem sobre o domínio dos brancos nos EUA, sobre o patriarcalismo do sistema político, sobre a inaptidão dos homens brancos em serem agradáveis às mulheres e sobre o predomínio dos norte-americanos em questões negativas: o país com mais gastos militares do mundo, com o maior número de mortes por armas de fogo no mundo, o maior consumidor de energia

per capita do mundo, o maior emissor de dióxido de carbono, o maior produtor de lixo tóxico do planeta e o maior produtor de lixo doméstico, entre dezenas de outras "vitórias" duvidosas...[7] Moore inventa uma agenda típica do presidente George W. Bush, que inclui dormir bastante, ler apenas horóscopo e quadrinhos nos jornais, ter reuniões de trabalho de apenas cinco minutos e ignorar por completo o sistema mundial.[8]

Que estranho país é esse que torna o livro de Michael Moore um grande *best-seller*, lota as salas de cinema que passam seus documentários e reelege, com ampla maioria, o alvo dessas críticas? Que país é esse que lê e cita avidamente Noam Chomsky,[9] lota suas palestras e dá maioria política aos alvos de suas críticas?

A explicação usual seria a da dicotomia: há dois Estados Unidos da américa, um crítico e aberto e outro tradicional e fechado. Nosso esforço neste livro será tentar desfazer esta idéia. As dicotomias são confortáveis e amplamente aceitas, mas geralmente escondem mais do que explicam. Não há dois, mas há dezenas.

NO BRASIL

Antes de todos esses críticos do século xx, no Brasil, um aristocrata do café escreveu uma pequena obra em 1893: *A ilusão americana*. No libelo, Eduardo Prado (1860-1901) denuncia os Estados Unidos e seu imperialismo, temendo que a jovem república brasileira (da qual ele era inimigo declarado) fosse presa fácil.

De muitas formas, a geração de Eduardo Prado via com desagrado a ascensão do modelo dos EUA e reforçava sua fé em modelos franceses e ingleses mais tradicionais. Rico e instruído, o jovem cafeicultor tinha sido modelo para Eça de Queiroz compor a figura de Jacinto no romance *As cidades e as serras*. Desiludido, ele via o capitalismo estadunidense substituir com ímpeto crescente as referências que tinham guiado seus contemporâneos da elite brasileira do império. Da mesma forma que rodó compusera seu *Ariel* com denúncia similar no Uruguai de 1900, Prado pretendia reagir "contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo".10 Para ele, o fato de Brasil e EUA estarem no mesmo continente era mero acidente geográfico...

A lista de agressões que Eduardo Prado enumera na obra constitui-se num verdadeiro rol de atrocidades sobre as quais o autor queria alertar os brasileiros. Não é à toa que sua obra, fruto da pena de um aristocrata católico e conservador, encontra eco numa editora de esquerda, a alfa-Omega, e recebe prefácio de deputado do Partido Comunista do Brasil (pc do b), aldo rebelo. Ao longo de mais de um século, o antiamericanismo parece ter a magia de continuar aproximando inimigos de classe. Nem os EUA são uma unidade, nem seus inimigos constituem um bloco homogêneo.

Nem sempre dominou essa desconfiança. Os EUA tinham sido o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. No segundo reinado, d. Pedro ii tinha sido

simpático aos norte-americanos. Sua presença na Feira da Filadélfia (1876) marcou época. A visita ao Brasil do pianista norteamericano Louis Moreau Gottschalk, a composição da sua *Grande fantasia sobre o Hino Nacional brasileiro* e sua morte no apogeu da carreira, em pleno rio de Janeiro (1869), pareciam entrever uma relação cultural intensa.

A república estreitou laços com o irmão do Norte. O Brasil tornava-se "Estados Unidos do Brazil", adotava o regime presidencialista e o modelo federal dos EUA. A educação republicana formava almas cívicas ressuscitando da poeira da História a figura de tiradentes, que, como muitos inconfidentes de Minas Gerais, tinha lido com entusiasmo textos da criação do novo país do Norte. Tanto o futuro como o passado pareciam pertencer às relações Brasil-EUA, com a já registrada voz discordante de Eduardo Prado.

O século xx foi ambíguo nessa relação. Há momentos nos quais a importância geopolítica do Brasil parece justificar uma aproximação econômica e cultural, como o Estado Novo (1937-1940). Envolvido no esforço da segunda Guerra, o governo do presidente Franklin delano roosevelt faz várias concessões ao Brasil e colabora até para que Walt disney elabore a simpática personagem Zé Carioca, pivô de uma aproximação de cima para baixo. O quadro sorridente de Getúlio e roosevelt em encontro histórico no Nordeste registra essas intenções mais públicas do que das almas da elite do Estado Novo.

Governos como o de Eurico dutra parecem ter realizado uma aproximação quase carnal entre os dois países. Na frase usualmente atribuída a Juraci Magalhães, configura-se uma tradição que nunca cessou: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". A cassação do mandato dos comunistas eleitos e a ruptura de relações com países como a URSS pareciam tornar o Brasil aliado dócil à hegemonia dos EUA no continente americano.

Noutros momentos, como quando da criação da Petrobras em 1953, as relações parecem tensas tanto no plano governamental como nas relações populares ao suicídio de Vargas. As denúncias da carta testamento do presidente foram lidas pela população como um incentivo ao ataque aos bens e interesses dos EUA no território brasileiro.

O desenrolar do nosso processo histórico parece ter trazido à tona elementos variados para esta imagem dos EUA. Por um lado, uma parte da vida econômica brasileira passa a estar ao lado do capital norte-americano, a partir, por exemplo, da instalação de indústrias automobilísticas no governo Juscelino Kubitschek. Do mesmo modo, a interferência de embaixadores como Lincon Gordon ao lado de golpistas contra o governo Goulart pareciam aguçar os ânimos da esquerda nacional contra os EUA. Os gritos estudantis da década de 1960 jamais deixavam de enfatizar a ação agressiva e exploratória dos EUA. A crescente aproximação Cuba-URSS entusiasmava parte da esquerda, e a figura de Che Guevara, especialmente após o assassinato, não era apenas uma imagem pró-socialismo, mas também uma barragem contra a presença da cultura norte-americana e seus interesses materiais.

A ditadura militar, em quase tudo tão simpática aos interesses dos EUA, também

vivia momentos de oscilação, quando, por exemplo, o general Geisel se aproximava da alemanha para implantar um projeto atômico no Brasil ou quando o pragmatismo diplomático brasileiro fazia estreitamento de laços com o bloco socialista.

Em suma, tanto no patamar das relações políticas internacionais como na visão interna da sociedade e do governo norte-americano no Brasil, não há uma linha contínua ou única por considerar. Na mesma década, lado a lado na rota para o Caribe, podem ter voado guerrilheiros brasileiros exultantes pela ação de seqüestro do embaixador Elbrick, como turistas endinheirados a caminho da Meca de compras Miami ou da diversão plastificada da disneyworld.

Como em todo o resto do planeta, os EUA, seu povo e suas instituições, despertam reações variadas nos brasileiros. Apenas penetrando na densa formação histórica do país do Norte podemos começar a decifrar a complexidade de uma sociedade que, multifacetada, parece ter o potencial para despertar o pior e o melhor na opinião do resto do planeta terra.

Na esfinge nascida com as 13 colônias, está uma parte importante da resposta da identidade de todo Novo Mundo. Que país é esse? Que cultura engendrou? Por que seduz e irrita o planeta? Existe um típico norte-americano?

Que processo histórico pode ter originado o *american way of life* e como é possível explicar tal concentração de riquezas? Esse é o caminho deste livro.

POR FIM

Esta obra reúne a pesquisa de alguns especialistas no tema EUA. São historiadores em busca de respostas a várias das questões levantadas nesta introdução. No espaço dos EUA habitam quase trezentas milhões de pessoas que não podem ser explicadas por uma idéia, um livro ou uma corrente apenas. Destacamos vários enfoques por acreditar no caráter multifacetado do real. É inegável reconhecer que a História mundial implica conhecer os EUA. Odiado ou amado, a História norte-americana constitui um vocabulário e uma coleção de práticas indispensáveis para nossa análise.

NOTAS

[1] Mark Hertsgaard, a sombra da águia: por que os Estados Unidos fascinam e enfurecem o mundo. Rio de Janeiro/são Paulo, record, 2003, p. 13

[2] Tradicionalmente, os nascidos nos Estados Unidos são denominados norte-americanos. Debates com origens mais nacionalistas do que gramaticais estipulam *estadunidense* como adjetivo ou como substantivo; afinal, também são norte-americanos os cidadãos do México e do Canadá. Porém, canadenses e mexicanos não utilizam as palavras americano ou norte-americano para sua nacionalidade, sendo pouco provável uma confusão.

[3] Segundo o dicionário Houaiss, filisteu significa alguém “inculto e cujos interesses são estritamente materiais, vulgares, convencionais; que ou aquele que é desprovido de inteligência e de imaginação artística ou intelectual”.

[4] Mark Hertsgaard, op. Cit., p. 31.

[5] Rio de Janeiro, Ed. UniverCidade, 2003. O original francês é de 2002 (ed. Plon)

[6] Jean-François revel, op. Cit., p. 228. Há certa similaridade dessa proposta com o texto de samuel Huntington: O choque de civilizações, são Paulo, Objetiva, 1997.

[7] Michael Moore, stupid White Men: uma nação de idiotas, 5. Ed., são Paulo, Francis, 2003, pp. 190-1.

[8] Michael Moore, op. Cit., pp. 184-5.

[9] A lista do “arts and Humanities Citation index” estabelece como os dez autores mais lembrados em trabalhos entre 1980 e 1992: Marx, Lenin, shakespeare, aristóteles, a Bíblia, Platão, Freud, Chomsky, Hegel e Cícero, em robert F. Barsky, a vida de um dissidente: Noam Chomsky, são Paulo, Konrad Editora do Brasil, 2004, p. 15.

[10] Eduardo Prado, a ilusão americana, 6. Ed., são Paulo, alfa-Omega, 2001, p. 31.

A FORMAÇÃO DA NAÇÃO

"Ó admirável mundo novo em que vivem tais pessoas!"
shakespeare

COMPARAÇÕES INCÔMODAS

Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? Essa pergunta já provocou muita reflexão. Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu "sucesso" diante dos vizinhos da américa hispânica e portuguesa foi clara: havia um "destino manifesto", uma vocação dada por deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um "povo escolhido".

No Brasil sempre houve desconfiança sobre a idéia de um "destino manifesto" que privilegiasse o governo de Washington. Porém, muito curiosamente, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorreriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração.

As colônias de exploração seriam as ibéricas. As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. Nesse modelo, as pessoas sairiam da Europa apenas para enriquecer e retornar ao país de origem. A américa ibérica seria um local para suportar um certo período, extrair o máximo e retornar à pátria européia. Da mesma forma que aventureiros e degredados que enchiam nossas praias, o Estado ibérico também só tinha o interesse na exploração do Novo Mundo e obter os maiores lucros no menor prazo possível. sobre portugueses e espanhóis corruptos e ambiciosos pairava um Estado igualmente corrupto e ambicioso. O escritor Manoel Bonfim consagrou, no início do século xx, a metáfora desse Estado: a coroa ibérica seria idêntica a um certo molusco que só possuía sistema para entrada e saída de alimentos.[1] Estado sem cérebro, sem método, sem planejamento: apenas com aparelho digestivo-excretor – essa era a imagem consagrada do português que nos pariu.

O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam para morar definitivamente. A atitude não era predatória, mas preocupada com o desenvolvimento local. isso explicaria o grande desenvolvimento das áreas anglo-saxônicas como os EUA. Famílias bem constituídas, pessoas de alto nível intelectual e sólida base religiosa: tais seriam os colonos que originaram o povo norte-americano.

Há uma idéia associada a essa que versa sobre a qualidade dos colonos. Para as colônias de exploração, as metrópoles enviariam o "refugo": aventureiros sem valor que chegariam aqui com olhos fixos no desejo de ascensão. As colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor que, perseguida na Europa, viria com seus bens e cultura para o Novo Mundo trazendo na bagagem apenas a honradez e a *Bíblia*.

Pronto! a explicação é perfeita! somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da inglaterra. Adoramos explicações polares: deus e o diabo, povoamento e exploração, preto e branco. Os livros didáticos consagraram isso e o bloco binário

povoamento-exploração penetrou como um amplo e lógico conceito em muitos corações. Os EUA foram destinados por deus ao sucesso e os latinos condenados ao fracasso pelo peso da origem histórica. Ambos deixavam de ser agentes históricos para serem submetidos ao peso insuperável da vontade divina e da carga do passado.

OUTRAS EXPLICAÇÕES

Vianna Moog contestava várias dessas posturas na obra *Bandeirantes e pioneiros.* [2] Escrita no debate do iv Centenário de são Paulo, o autor gaúcho ainda dialoga com temas que foram caros a Paulo Bonfim e Gilberto Freyre: o que há de específico na formação social brasileira? tal como os dois autores do Nordeste, Moog recusa a idéia de raça como elemento definidor para o sucesso ou não de uma civilização. O inglês não é melhor do que o português.

Às diferenças entre brasileiros e norte-americanos, prefere fatores geográficos e culturais. Quanto à geografia, o autor destaca para os Estados Unidos as facilidades de planícies imensas e rios excelentes para a navegação, como o Mississipi. A natureza norte-americana, ao contrário da brasileira, facilita em muito o trabalho do colonizador. No Brasil, a serra do Mar e os rios encachoeirados dificultariam a ação colonizadora. Os analistas atuais costumam ironizar esse aparente "determinismo geográfico". a temática das relações História-Geografia estava em alta desde o fim do século XIX e cresceu com a obra de Fernand Braudel sobre o espaço do Mediterrâneo.

A chegada dos ingleses à Virgínia, ilustração de Theodor de Bry (1590).

A configuração geográfica era só o início. a diferença maior estaria entre a postura colonizadora católica e protestante. Na idade Média, a igreja Católica desconfiou do

lucro e dos juros. O ideal católico era a salvação da alma; o progresso econômico era visto com desconfiança. Demônio e riqueza estavam constantemente associados na ética ibérica.

Os protestantes, no entanto, particularmente os calvinistas, desenvolveram postura oposta. Deus ama o trabalho e a poupança: o dinheiro é sinal externo da graça divina. O ócio é pecado, o luxo também: assim falava o austero advogado Calvino, na suíça. Protestantismo e capitalismo estão associados profundamente, conforme analisou Max Weber, muito citado por Moog.

Lembrando esses fatores, Moog destaca como as colonizações do Brasil e dos EUA foram baseadas em pressupostos diferentes. Se em pontos como a geografia e as raças ele parece preso a um debate antigo, em outros aspectos, como vida cotidiana e organização do espaço doméstico, ele continua um arguto observador.

Mais recentemente, richard Morse indicou outros caminhos para essa questão no texto *O espelho de Próspero*. O norte-americano afirma que o dito subdesenvolvimento da américa Latina é uma opção cultural. Em outras palavras, o mundo ibérico não ficou como está hoje por incompetência ou acidente, mas porque assim o desejou. As diferenças entre a américa anglosaxônica e a ibérica são frutos de “escolhas políticas”.

A expressão de Morse pode gerar dúvidas. O que significaria, na verdade, “desejo e opção”? Não se trata aqui de tornar a américa ibérica um indivíduo, como se o continente tivesse uma vontade própria, fizesse escolhas ou apresentasse desejos... Morse destaca aqui a ação dos construtores da história da américa ibérica, os homens que nela viveram e vivem, e que criaram nesse espaço um mundo de acordo com suas visões. É evidente que não é possível tratar esses homens como se tivessem uma visão clara do que seria o futuro, como profetas e críticos da sociedade que construíam. Mas deve-se afastar, segundo Morse, a idéia de acidente, como se a américa Latina fosse fruto do acaso.

O primeiro deles, que contesta várias idéias sobre a colonização da américa, é que a ibérica foi, em quase todos os sentidos, mais organizada, planejada e metódica que a anglo-saxônica. Caso atribuamos valor à organização, é inegável que a colonização ibérica foi muito “melhor” que a anglo-saxônica.

Na verdade, só podemos falar em projeto colonial nas áreas portuguesa e espanhola. Só nelas houve preocupação constante e sistemática quanto às questões da américa. A colonização da américa do Norte inglesa, por razões que veremos adiante, foi assistemática.

No século XVII, quando a américa espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da américa do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome.

A península ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. Dentre os primeiros franciscanos que foram ao México, por exemplo, estava Pedro de Gante, parente do próprio imperador da Espanha. No Brasil, a nova e entusiasmada ordem dos jesuítas veio com o primeiro governador-geral. Imaginar o Brasil povoado só por

ladrões e estupradores é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as 13 colônias.

Decorridos cem anos do início da colonização, caso comparássemos as duas américas, constataríamos que a ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções culturais e artísticas mais “desenvolvidas” que a inglesa. Nesse fato vai residir a maior facilidade dos colonos norte-americanos em proclamarem sua independência. A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os EUA de sua independência. As 13 colônias nascem sem a tutela direta do Estado. Por ter sido “fraca”, como veremos adiante, a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da américa. Quando a Coroa britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi o desastre. Em suma, quando Londres tentou imitar Lisboa, já era tarde demais.

O mundo ibérico dá a idéia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa. A solidez das cidades coloniais espanholas, seus traçados urbanos e suas pesadas construções não harmonizam com um projeto de exploração imediata.

O europeu que viesse para a américa, em primeiro lugar, deveria ser de uma coragem extrema. Uma vez aqui, sua volta tornava-se extremamente difícil. Em pleno século XIX, simón Bolívar, membro de uma das famílias mais ricas e ilustres da américa, teve dificuldades em obter licença para estudar na Europa. E óbvio que a atração das riquezas da américa foi forte. Porém, poucas pessoas tinham liberdade para ir e vir nas américas.

No limite do cômico, aqueles que apelam para a explicação de colônias de povoamento e exploração parecem dizer que, caso um colono em Boston no século XVII encontrasse um monte de ouro no quintal, diria: “não vou pegar este ouro porque sou um colono de povoamento, não de exploração; vim aqui para trabalhar não para ficar rico e voltar”. Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no alasca, o comportamento dos puritanos não ficou muito distante do dos católicos das Minas Gerais. A cobiça, o arrivismo e a violência não parecem muito dependentes da religião ou da suposta “raça”.

Em se tratando da colonização ibérica, devemos seguir o conselho da historiadora Janice theodoro da silva: “desconfiar da empresa e degustar a epopéia”. A epopéia incluiu a exploração mercantilista, mas não se reduziu a ela.

Não é, certamente, nessa explicação simplista de exploração e povoamento que encontraremos as respostas para as tão gritantes diferenças na américa. Entender a especificidade das colônias inglesas na américa do Norte significa falar da inglaterra moderna.

NOTAS

[1] Manoel Bonfim, américa Latina: males de origem, 2. Ed., são Paulo, topBooks, 2005.

[2] Vianna Moog, Bandeirantes e pioneiros, 3. Ed., Porto alegre, Globo, 1954.

O MODELO ORIGINAL: A INGLATERRA

A ASCENSÃO DOS TUDOR

É impossível entender a colonização inglesa e suas particularidades se não levarmos em conta a situação da própria inglaterra. Já no século XV, a inglaterra enfrentava o mais longo conflito da história: a Guerra dos Cem anos (1337-1453). Lutando contra um inimigo comum, os ingleses começam a pensar no que os unia, no que era ser inglês. Porém, mal terminada a Guerra dos Cem anos, a ilha é envolvida numa violenta guerra civil: a Guerra das duas rosas (1455-1485). A família York (que usava uma rosa branca como símbolo) e a família Lancaster (que usava uma rosa vermelha) submergiram o país em mais três décadas de violência.

Qual a importância das duas guerras para a inglaterra? a luta contra a França estimulou certa unidade na ilha, reforçando o chamado “esplêndido isolamento”, como os ingleses denominaram seu relativo afastamento do continente. a sucessão de guerras colabora também para enfraquecer a nobreza e suscitar no país o desejo de um poder centralizado e pacificador. A dinastia tudor (1485-1603), que surge desse processo, torna-se, de fato, a primeira dinastia absolutista na inglaterra.

A família tudor no governo seria responsável pela afirmação do poder real inglês em escala inédita. Um país cansado de guerras ofereceu-se à ação dos tudor sem grandes resistências. A expressão “país cansado” pode dar a idéia de que a Nação seja um indivíduo. Quem é “o país”? Nesse momento, é importante destacar que as guerras atrapalhavam as atividades produtivas e comerciais. Logo, uma das partes do “país” que estava mais cansada era constituída por burgueses que, em sua maioria, queriam um poder forte e centralizado. A outra parte do “país”, que poderia oferecer resistência – os nobres –, tinha sido duramente atingida pelas guerras.

O poder dos tudor aumentou ainda mais com a reforma religiosa (século XVI). Usando como justificativa sua intenção de divórcio, o rei Henrique viii rompeu com o papa e fundou o anglicanismo, tornando-se chefe da igreja na inglaterra e confiscando as terras da igreja Católica.

Os dois maiores limites ao poder real eram os nobres e a igreja Católica. Graças à reforma e à fraqueza da nobreza inglesa, esses limites foram eliminados ou diminuídos durante a dinastia tudor.

Se o inimigo francês fora a realidade do fim da idade Média, na Moderna ele seria substituído pelo “perigo espanhol”, ou seja, o risco de a Espanha invadir a inglaterra. Esse risco foi bastante alto (ao menos até a derrota da invencível armada da Espanha, em 1588). Um inimigo forte e agressivo no exterior refreia críticas internas. Atacar o rei, condutor da nação, diante do risco nacional permanente, parecia uma traição.

No século XVI, o nacionalismo na inglaterra fortaleceu-se. O que significa isto: mesmo com todas as diferenças, cada inglês olha para o outro e sente que há pontos em comum, coisas que os diferenciam dos franceses e espanhóis, formando laços de

união entre eles.

As súbitas mudanças de orientação nas diretrizes religiosas e a convivência com a desordem marcaram a vida espiritual e política na Inglaterra do século XVII. Na ilustração: perseguição a católicos ingleses.

Os ingleses estavam desenvolvendo a “modernidade política”. Mas no que ela consistia? Basicamente, seria uma ação política independente da teologia e da moral. Em outras palavras, a ação dos príncipes modernos não procura levar em conta se o que fazem é moralmente correto. Os príncipes modernos agem porque tal ação é eficaz para atingir seus objetivos, dentre os quais o maior é conseguir o poder absoluto. Na história política da Inglaterra, entre o final da Idade Média e o início da Moderna, esse tipo de príncipe foi comum. Eram príncipes reais, concretos, sem fumos divinos ao redor do trono.

Essa memória política pôde servir de base para personagens de Shakespeare como Macbeth e Ricardo III. Mesmo ambientando suas cenas na Escócia medieval ou na Inglaterra do século anterior ao seu, Shakespeare remete à memória política dos ingleses, marcada pela astúcia, violência e, acima de tudo, por um apego à realidade.

Macbeth faz de tudo para conseguir o trono da Escócia. Mata, trai e personifica um tipo particular de política não muito distante daquele a que os ingleses haviam assistido no princípio da Idade Moderna. A fala das feiticeiras da peça Macbeth mostra que esse é um mundo em que os valores estão em transformação: “O belo é feio e o feio é belo”. Da guerra nasce uma relatividade nos valores tradicionais, uma das características do moderno. O que valia até aqui pode não valer mais, é isso que as feiticeiras dizem aos ingleses que assistem a sua fala.

Ricardo III segue os passos de Macbeth. Que outra figura a literatura terá criado com tamanha maldade e falta de escrúpulos? Ele é capaz de matar crianças e supostos amigos; feio, disforme, repugnante de corpo e alma. Ricardo, duque de

Glócester, nos obriga a rever o conceito de maldade. Não obstante, Shakespeare o faz personagem central de uma peça.

No final de Ricardo III, Shakespeare anuncia o fim da guerra civil e o advento da paz com o início do governo Tudor. Era preciso descrever como era terrível o rei que antecedeu a dinastia para a qual o poeta trabalhava. Mesmo querendo realçar a ruptura entre Ricardo III e Henrique vii, Shakespeare acaba nos mostrando quanto a Inglaterra é fruto também de modernidade política, seja ela York, Lancaster ou Tudor. O dramaturgo distancia-se o suficiente do poder para analisá-lo, e este, bem ou mal exercido, torna-se um conceito. É possível, então, jogar com ele, distanciar-se, relativizar. Apesar do proverbial amor shakesperiano à ordem e a poderes absolutos e sua repulsa figadal a agitações populares, o bardo instalou uma modernidade extraordinária. Veja-se essa notável modernidade moral quando o vilão Iago (Otelo, o Mouro de Veneza – Ato i, cena III) rejeita qualquer traço externo a suas escolhas pessoais e proclama o primado absoluto da sua vontade individual:

> Só de nós mesmos depende ser de uma maneira ou de outra. Nossos corpos são jardins e nossa vontade é o jardineiro. De modo que, se quisermos plantar urtigas ou semear alfaces, criar flores ou arrancar ervas, guarnecê-lo com um só gênero de plantas ou dividi-lo em muitos para torná-lo estéril por meio do ócio, ou fértil à força da indústria, muito bem!; o poder, a autoridade corretiva disto tudo residem em nossa vontade. Se a balança de nossas existências não tivesse o prato da razão como contrapeso à sensualidade, o sangue e a baixeza de nossa natureza nos conduziriam às mais desagradáveis conseqüências. Mas possuímos a razão para esfriar nossas furiosas paixões, nossos impulsos carnais, nossos desejos desenfreados.

O homem é livre. Não existe sina, estrela ou destino. Em vez da política dinástica e da crença na legitimidade do poder real, a Inglaterra entra na Idade Moderna tendo convivido com a relatividade desses valores. Mas a Inglaterra também passa a conviver com outra questão moderna: a diversidade religiosa.

Henrique viii casara-se seis vezes. Ao casar-se pela segunda vez, rompera com a Igreja de Roma, tornando-se chefe da Igreja inglesa: a Igreja Anglicana. Ao morrer, deixa como herdeiro seu filho Eduardo vi, de tendências calvinistas. O curto reinado de Eduardo vi é seguido pelo de Maria i, alcunhada de "sanguinária" pelos ingleses. Maria recebeu esse apelido ao reprimir com grande violência os protestantes e tentar reinstalar o catolicismo na Inglaterra, chegando mesmo a casar-se com o rei Filipe ii da Espanha, tradicional inimigo. Ao morrer sem deixar herdeiros, Maria abre o caminho do poder para sua meio-irmã, Elizabeth i, que por quase cinqüenta anos afirmou o anglicanismo como religião da Inglaterra.

Difícil imaginar a importância da religião no século XVI. Romper com Roma, negar a autoridade do papa, sucessor de São Pedro e figura que por muitos séculos os ingleses respeitaram, representa muito mais do que uma ruptura política. Os ingleses e o rei, ao fundarem uma nova Igreja, criaram também uma nova visão de mundo. O rei desejou casar-se novamente, o papa não autorizou, o rei casou-se mesmo assim. Apesar de todas as justificativas bíblicas que Henrique viii usou, o que ele fez foi afirmar a supremacia de sua vontade individual sobre a tradição. Em outras palavras, Henrique viii usa sua liberdade contra a tradição, quebra o que "sempre foi" e torna válido um ato

de rebeldia.

Por meio século, os ingleses conviveram com súbitas mudanças de orientação nas diretrizes religiosas do país. Ao contrário de uma Espanha que se unificava em torno do catolicismo, expulsando judeus e muçulmanos e perseguindo as vozes discordantes, a Inglaterra conheceu a relatividade religiosa.

No século XVII, quando se iniciou a dinastia stuart, a ilha estava fragmentada em inúmeras denominações protestantes, vários focos de resistência católicos e a igreja anglicana oficial.

O SÉCULO XVII E OS STUAT

A inglaterra estava em transformação. Primeiramente quanto à população: havia 2,2 milhões de ingleses em 1525 e esse número passaria a 4,1 milhões em 1601. A revolução agrícola e o progresso das manufaturas fizeram da era tudor um momento de prosperidade.

No século XVII, intensifica-se o processo de cercamentos (*enclosures*) que tinham se iniciado no final da idade Média. As velhas terras comuns e os campos abertos, indispensáveis à sobrevivência dos camponeses, estavam sendo cercados e vendidos pelos proprietários, principalmente em função do progresso de criação de ovelhas. O capitalismo avançava sobre o campo e o desenvolvimento da propriedade privada excluía muitos trabalhadores. Para diversos camponeses, o fim das terras comuns foi também o fim da vida no campo.

O êxodo rural cresce consideravelmente. As cidades inglesas aumentam e o número de pobres nelas é grande. É dessa massa de pobres que sairá grande parte do contingente que emigra para a américa em busca de melhores condições.

Esse processo de cercamentos e de êxodo rural foi analisado por Karl Marx, que destaca as grandes transformações decorrentes dele. O rápido crescimento econômico e as mudanças súbitas de valores criam uma época em que, segundo Marx, “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. As cidades se transformam. Não há verdades absolutas. O mundo tradicional fica diluído inclusive com a ascensão de novos grupos sociais, como a burguesia e a pequena nobreza inglesa.

A política inglesa do século XVII convive com o espírito de Macbeth – a “política moderna” – anteriormente explicada: os jogos de poder e a luta pelo mundo. A dinastia stuart, ao tentar governar sem a rédea do Parlamento, entra em colisão com uma parte da sociedade da ilha. Estoura a Guerra Civil e a revolução Puritana. O novo líder da inglaterra, Cromwell, manda matar Carlos i. O regicídio tinha sido comum nas conspirações da história da inglaterra, porém, pela primeira vez um rei era morto após um julgamento, como os franceses fariam no século seguinte com Luís XVI. Ao matarem Carlos i, os ingleses estavam declarando: os reis devem servir à nação e não o contrário. Os juízes, em 1649, declararam que Carlos i era “tirano, traidor, assassino e inimigo público”. Como disse o historiador Christopher Hill, a ilha da GrãBretanha tinha virado a “ilha da Grã-loucura”. A necessidade concreta de grupos particulares pode

vencer tradição e leis. Isso é importante para reforçar o que já tratamos várias vezes: o conceito de modernidade política.

“Os reis devem servir à nação e não o contrário”. Uma sessão no Parlamento inglês, 1641.

Moderna novamente, a inglaterra torna-se sede da primeira e efetiva revolução burguesa da Europa (por levar os burgueses ao controle do poder político), que, mais tarde, formularia a declaração de direitos, estabelecendo novas bases para a política. Era a revolução Gloriosa, que depôs mais um stuart em 1688. No mesmo ano, a França vivia o apogeu do absolutismo sob o governo de Luís XIV, os portugueses eram dominados pela dinastia de Bragança e os espanhóis continuavam sob o poder dos Habsburgo.

Os choques constantes entre rei e burguesia, entre a religião oficial e grupos reformados, bem como choques entre grupos mais democráticos e populares contra grupos burgueses — tudo isso colabora para tornar o século XVII um momento conturbado na história da inglaterra e ajuda a explicar o pouco controle inglês sobre suas colônias.

Outro fator tornava as vidas inglesa e européia bastante difíceis nos séculos XVI e XVII: a alta de preços. A inflação dos produtos de primeira necessidade estava associada à abundância de ouro e prata que jorrava da Espanha pelo continente. Os metais retirados da américa empurravam os preços para cima e, como costuma acontecer, atingiam a classe baixa de forma particularmente violenta. As perturbações sociais nesses séculos são constantes. A fome e a peste, filhas da inflação e do

aumento populacional, varrem a Europa.

Essa situação da inglaterra explica a inexistência de um projeto colonial sistemático para a américa e a própria “ausência” da metrópole no século XVII. Há a falta de um referencial uniforme que norteie a colonização.

As perseguições religiosas que marcaram o período também estimularam muitos grupos minoritários, como os *quakers*, a se refugiarem na américa. O aumento da pobreza nas cidades favorece grupos sem posses a ver na américa a oportunidade de melhorarem sua vida e serem livres.

Os ingleses que vêm para a américa trazem uma tradição cultural diversa da espanhola ou portuguesa. Os colonos ingleses, por exemplo, convivem com mais religiões. O senso do relativo que a história inglesa ajudara a formar estabeleceria uma possibilidade de opção bem maior, uma visão de mundo mais diversificada para nortear as escolhas de vida feitas na nova terra.

O Estado e a igreja oficial, na verdade, não acompanharam os colonos ingleses. Aqui eles teriam de construir muita coisa nova, inclusive a memória. No entanto, uma nova memória só foi possível graças às transformações que a própria história inglesa havia sofrido desde o final da idade Média e a conseqüente criação de novos referenciais culturais. O fantasma de Macbeth acompanhou os colonos. Suficientemente fluido para permitir a criatividade. Suficientemente nítido para resistir à travessia do atlântico.

O INÍCIO

A presença européia na américa é bem anterior ao século XV. Temos provas concretas da presença de vikings no Canadá quase cinco séculos antes de Colombo. Porém, apenas a partir de 1492 uma imensa massa de terras, com mais de 44 milhões de quilômetros quadrados torna-se um horizonte para a presença colonizadora dos europeus.

A princípio donos do oceano atlântico, portugueses e espanhóis dividiram o Novo Mundo entre si. Os ingleses contestam a validade de tordesilhas e praticam a pirataria oficial como corsários. Por muitos anos, o saque de riquezas dos galeões espanhóis foi mais tentador do que o esforço sistemático da colonização.

A inglaterra, entretanto, não ficou apenas concentrada no roubo dos navios ibéricos e nos saques da costa. Ainda no final do século XV, encarregara John Cabot de explorar a américa do Norte. A marca do desconhecido é evidente na carta que Henrique vii entrega ao italiano. O rei concede o que ninguém sabe o que é, a américa, entregando a Cabot quaisquer ilhas, quaisquer nativos, quaisquer castelos que o navegante encontrasse... A américa é um mundo de incertezas, terra do desconhecido, mas capaz de atrair expedições em busca de riquezas. De concreto, Cabot encontraria bacalhau no atual Canadá.

Das terras espanholas começavam a chegar notícias crescentes de muita riqueza, como o ouro e a prata retirados do México e do Peru. A américa cada vez mais passa a ser vista como um lugar de muitos recursos e de possibilidades econômicas. Comerciantes e aventureiros, a Coroa inglesa e pessoas comuns nas ilhas britânicas agitam-se com essas notícias. A idéia da exploração vai se tornando uma necessidade aos súditos dos tudor. Cada ataque que o corsário inglês Francis drake fazia aos ricos galeões espanhóis no atlântico estimulava essa idéia. Pérolas das Filipinas ornam as jóias da rainha Elizabeth. Ouro saqueado de Lima ou do rio de Janeiro por piratas ingleses incendeiam a imaginação britânica.

O DIFÍCIL NASCIMENTO DA COLONIZAÇÃO

Como vimos, os ingleses não foram pioneiros na américa. Também não o foram no território dos atuais Estados Unidos. Navegadores como Verrazano, a serviço da França, Ponce de Leon, a serviço da Espanha, e muitos outros já tinham pisado no território que viria a ser chamado de Estados Unidos. Hernando de soto, por exemplo, batizou como rio do Espírito santo um imenso curso d’água que viria a ser conhecido como Mississipi.

Essas primeiras aproximações européias do território dos Estados Unidos já causaram um efeito duplo sobre as imensas populações indígenas da região. Primeiro, foram trazidas doenças novas como o sarampo e a gripe, que causaram milhares de vítimas entre os povos nativos, absolutamente despreparados para esse contato

biológico. Também restaram cavalos nas terras da américa do Norte, trazidos e depois abandonados pelos conquistadores, tomando-se selvagens. Esses cavalos passaram a ser, depois de domados, utilizados pelos índios, que assim modificavam suas táticas de guerra e seus meios de transporte.

Ignorando as pretensões de outros soberanos, a rainha Elizabeth i concedeu permissão a *sir* Walter raleight para que iniciasse a colonização da américa. *Sir* Walter estabeleceu – em 1584, 1585 e 1587 – expedições à terra que batizou de Virgínia, em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem. Em agosto de 1587, nascia também Virgínia, a primeira criança inglesa na américa do Norte, filha de ananias e Ellinor dare.

A cédula de doação a *sir* Walter assumia um tom que iniciava um verdadeiro processo de colonização:

> Walter raleight poderá apropriar-se de todo o solo dessas terras, territórios e regiões por descobrir e possuir, como antes se disse, assim como todas as cidades, castelos, vilas e vilarejos e demais lugares dos mesmos, com os direitos, regalias, franquias e jurisdições, tanto marítimas como outras, nas ditas terras ou regiões ou mares adjuntos, para utilizálos com plenos poderes, para dispor deles, em todo ou em parte, livremente ou de outro modo, de acordo com os ordenamentos das leis da inglaterra [...] reservando sempre para nós, nossos herdeiros e sucessores, para atender qualquer serviço, tarefa ou necessidade, a quinta parte de todo o mineral, ouro ou prata que venha a se obter lá.
> (25 de março de 1585)

Imagens feitas por John White na Virgínia do século XVI. Índios e animais aparecem como parte do Novo Mundo.

O projeto que estava sendo montado no final do século XVI em muito se assemelhava ao ibérico. O soberano absoluto concede a um nobre um pedaço de terra

assegurando seus direitos. Pouca coisa diferenciava *sir* Walter de um donatário brasileiro do período das capitanias hereditárias.

Além dessa semelhança, notamos a mesma preocupação metalista no documento: a fome de ouro e prata que marca a era do Estado Moderno. A Coroa, impossibilitada de promover ela própria a colonização, delega a outros esse direito, reservando para si uma parte de eventuais descobertas de ouro e prata.

A aventura de *sir* Walter, no entanto, fracassou. O sistema colonial que parecia esboçar-se com sua cédula morreu com ele. Os ataques indígenas aos colonizadores, a fome e as doenças minaram a experiência inicial da inglaterra. A ilha de roanoke (na atual Carolina do Norte), sede dessas primeiras tentativas, estava deserta quando, em 1590, chegou uma expedição de reforço para os colonos. O líder da expedição que tinha vindo salvar a colônia desaparecida encontrou apenas a palavra “Croatoan” escrita numa árvore. Talvez a palavra indicasse uma tribo ou um líder indígena próximos. Ninguém foi achado. O Novo Mundo tragou seus debutantes ingleses.

Na inglaterra, apesar da derrota da Espanha e da invencível armada, o perigo da invasão espanhola permanecia. Até o final do século XVI não houve outras tentativas de colonização sistemática da américa do Norte.

NOVA CHANCE PARA A VIRGÍNIA

No início do século XVII, já sob a dinastia stuart, a inglaterra reviveu o impulso colonizador. Passou o perigo espanhol imediato, o país estava tranqüilo e a necessidade de comércio avançava. A estabilidade alcançada na era tudor continuava a dar frutos. Mais uma vez, porém, a Coroa entrega a particulares essa atividade. Não mais nobres individuais, mas as companhias como a de Londres e a de Plymouth.

As companhias foram organizadas por comerciantes e apresentavam todas as características de empresas capitalistas. aqui, ao contrário da américa ibérica, define-se uma colonização de empresa, não de Estado.

A Companhia de Plymouth receberia as terras e o monopólio do comércio entre a região da Flórida e o rio Potomac, restando à Companhia de Londres as terras entre os atuais cabo Fear e Nova York. Separando as duas concessões havia uma região neutra, para evitar conflitos de jurisdição. Nessa área, os holandeses aproveitaram para fundar colônias, das quais a mais famosa daria origem à cidade de Nova York. Curiosamente, ao chegarem à região, os holandeses compraram a ilha de Manhattan pelo equivalente

Batizado da primeira criança inglesa nascida na Virgínia.
Tanto a terra como a menina receberam o nome em homenagem à última soberana Tudor.

A 24 dólares em contas e bugigangas. Os vendedores, os índios canarsees, acabavam de vender ao líder holandês Peter Minuit um dos pedaços mais valorizados do mundo atual: o centro da cidade de Nova York, chamada, no século XVII, de Nova amsterdã.

A cédula de concessão à Companhia de Londres falava dos objetivos de catequese dos índios da américa do Norte: "[...] conduzirá, a seu devido tempo, aos infiéis e selvagens habitantes desta terra até a civilização humana e um governo estabelecido e tranqüilo [...]". No entanto, mesmo que esse fosse o desejo do rei James i, nenhum projeto efetivo de catequese aconteceu na américa. As companhias não estabeleceram práticas para a conversão dos índios ao cristianismo (conversão é atitude própria de epopéia, aventura, não de empresa capitalista).

A atitude diante dos índios nessa fase inicial foi praticamente a mesma ao longo de toda a colonização inglesa na américa do Norte: um permanente repúdio à integração do índio. O universo inglês, mesmo quando eventualmente favorável à figura do índio, jamais promoveu um projeto de integração. O índio permaneceu um estranho – aliado ou inimigo –, mas sempre estranho.

As duas companhias não durariam muito. Em 1624, a Companhia de Londres teria sua licença caçada. Igual destino teve a Companhia de Plymouth em 1635, ambas com grandes dívidas.

Apesar dos fracassos, a colonização tinha ganhado um impulso que não cessaria. As dificuldades foram imensas. Só para se ter uma idéia de quantos obstáculos havia, 144 colonos tinham partido para a fundação de Jamestown. Apenas 105 colonos desembarcaram e, passados alguns meses, a fome mataria outra parcela importante

dessa comunidade. A fome inicial era tanta que cães, gatos e cobras foram utilizados como alimentos e um colono foi acusado de fatiar o corpo da sua esposa falecida e utilizá-lo como refeição. Não bastassem todos esses problemas, havia ainda traições e ataques de índios. George Kendall, por exemplo, foi o primeiro inglês executado por espionagem na Virgínia acusado de trabalhar secretamente para o rei da Espanha. Um começo muito difícil.

As 13 colônias originais

Nome	Fundada por	Ano
Virgínia	Companhia de Londres	1607
New Hampshire	Companhia de Londres	1623
Massachusetts	John Mason e outros	1620-1630
(Plymouth)	separatistas puritanos	
Maryland	Lord Baltimore	1634
Connecticut	Emigrantes de Mass	1635
Rhode	Island Roger Williams	1636
Carolina do Norte	Emigrantes da Virgínia	1653
Nova York	Holanda	1613
Nova Jersey	Barkeley Carteret	1664
Carolina do Sul	Nobres ingleses	1670
Pensilvânia	William Penn	1681
Delaware	Suécia	1638
Geórgia	George Oglethorpe	1733

QUEM VEIO PARA A AMÉRICA DO NORTE?

O processo de êxodo rural na inglaterra acentuava-se no decorrer do século XVII e inundava as cidades inglesas de homens sem recursos. A idéia de uma terra fértil e abundante, um mundo imenso e a possibilidade de enriquecer a todos era um poderoso ímã sobre essas massas.

Naturalmente, as autoridades inglesas também viam com simpatia a ida desses elementos para lugares distantes. A colônia serviria, assim, como receptáculo de tudo o que a metrópole não desejasse. (a idéia de que para a américa do Norte dirigiu-se um grupo seleto de colonos altamente instruídos e com capitais abundantes é, como se vê, uma generalização incorreta.)

A própria Companhia de Londres declarara, em 1624, que seu objetivo era: “a remoção da sobrecarga de pessoas necessitadas, material ou combustível para perigosas insurreições e assim deixar ficar maior fartura para sustentar os que ficam no país”. Ao contrário de Portugal, nação de pequena população, a inglaterra já vivia problemas com seu crescimento demográfico no momento do início da colonização dos Estados Unidos. Portugal sofreu imensamente com o envio dos contingentes de homens para o além-mar. A inglaterra faria da colonização um meio de descarregar no Novo Mundo tudo o que não fosse mais desejável no Velho. Mas a idéia de “colônias de povoamento” parece sobreviver a tudo...

Em 1620, a Companhia de Londres trazia cem órfãos para a Virgínia. Da mesma

maneira, mulheres eram transportadas para serem leiloadas no Novo Mundo. E natural concluir que essas mulheres, dispostas a atravessar o oceano e serem vendidas na américa como esposas, não eram integrantes da aristocracia intelectual ou financeira da inglaterra.

Poucos podiam pagar o alto preço de uma passagem para a américa. Esse fator, combinado à necessidade de mão-de-obra, fez surgir uma nova forma de servidão nas colônias: a servidão temporária (*indenturent servant*). O sistema consistia em prestar alguns anos de trabalho gratuito à pessoa que se dispusesse a pagar a passagem do imigrante. O transporte desses servos era feito sob condições tão difíceis que houve quem o comparasse ao tráfico de escravos africanos. Em vários momentos e lugares, o servo temporário foi a principal força de trabalho branca das colônias.

Nem todos os servos eram voluntários para essa situação. Uma dívida não saldada poderia também reduzir o devedor a esse trabalho forçado no período de, geralmente, sete anos. Raptos de crianças na inglaterra para vendê-las como empregadas na américa, prática muito comum no século XVII, eram outra fonte de servidão.

As imagens da chegada dos peregrinos puritanos à América do Norte sempre reforçam as idéias de sacrifício, virtude e coragem. No Novo Mundo eles deveriam prover a própria subsistência.

Mesmo entre os servos que aceitavam o contrato de servidão para o pagamento da passagem, a situação não era tranqüila. Ao longo do século XVII, ocorrem várias rebeliões de servos na américa do Norte, reivindicando melhores condições de vida.

OS PEREGRINOS E A NOVA INGLATERRA

Nem só de órfãos, mulheres sem outro futuro e pobres constituiu-se o fluxo de imigrantes para as colônias. Há, minoritariamente, um grupo que a História consagraria como “peregrinos”.

A perseguição religiosa era uma constante na inglaterra dos séculos XVI e XVII. A américa seria um refúgio também para esses grupos religiosos perseguidos. Um dos grupos que chegou a Massachusetts em 1620 tinha como líderes John robinson, William Brewster e William Bradfort, indivíduos religiosos e com formação escolar desenvolvida.

Ainda a bordo do navio que os trazia, o Mayflower, esses peregrinos firmaram um pacto estabelecendo que seguiriam leis justas e iguais. Esse documento é chamado “Mayflower Compact” e sempre é lembrado pela historiografia norte-americana como

um marco fundador da idéia de liberdade, ainda que o documento dedique longos trechos à gloria do rei James da inglaterra.

A chegada ao território que hoje é Massachusetts não foi fácil. O navio aportou mais ao norte do que se imaginava. O clima era frio e o mar congelava. O inverno na região era mais rigoroso do que o inglês. O primeiro ano dos colonos na terra prometida custou a vida de quase a metade dos peregrinos.

Pouco antes de a nova estação fria chegar, em 1621, os sobreviventes decidiram fazer uma festa de ação de Graças (*Thanksgiving*). Os colonos utilizaram sua primeira colheita de milho, já que a plantação de trigo europeu tinha falhado, e convidaram para a festa o chefe Massasoit, da tribo wampanoag, que os havia auxiliado desde a sua chegada. O cardápio foi reforçado com uma ave nativa, o peru, e tortas de abóbora. Desde então, os norte-americanos repetem, no mês de novembro, a festa de ação de Graças, reiterando a idéia de que eles querem ter os "pais peregrinos" de Massachusetts como modelo de fundação.

Os "pais peregrinos" (*pilgrim fathers*) são tomados como fundadores dos Estados Unidos. Não são os pais de toda a nação, são os pais da parte "wasp" (em inglês, *white anglo-saxon protestant*, ou seja, branco, anglo-saxão e protestante) dos EUA. Em geral, a historiografia costuma consagrá-los como os modelos de colonos. Construiu-se uma memória que identificava os peregrinos, o Mayflower e o dia de ação de Graças como as bases sobre as quais a nação tinha sido edificada. Como toda memória ela precisa obscurecer alguns pontos e destacar outros.

Os "puritanos" (protestantes calvinistas) tinham em altíssima conta a idéia de que constituíam uma "nova Canaã", um novo "povo de israel": um grupo escolhido por deus para criar uma sociedade de "eleitos". Em toda a *Bíblia* procuravam as afirmativas de deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com freqüência. Tal como os hebreus no Egito, também eles foram perseguidos na inglaterra. Tal como os hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra e, como veremos adiante, são freqüentes as referências ao "pacto" entre deus e os colonos puritanos. A idéia de povo eleito e especial diante do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição da cultura dos Estados Unidos.

Diante de uma desgraça, como a seca de 1662 na Nova inglaterra, os puritanos ainda encontravam novos paralelos com a *Bíblia*: deus também castigara os judeus quando estes foram infiéis ao pacto. Deus salva a poucos, como os pregadores puritanos costumavam afirmar. Fiéis à tradição dos reformistas Lutero e Calvino, a predestinação era uma idéia forte entre eles. Para manter sua identidade e a coesão do grupo, os puritanos exerceram um controle muito grande sobre todas as atividades dos indivíduos. A idéia de uma moral coletiva onde o erro de um indivíduo pode comprometer o grupo é também um diálogo com a concepção da moral hebraica no deserto. O pacto deus-povo é com todos os eleitos.

A população das colônias crescia rápido, passando de 2.500 pessoas em 1620 (sem contar índios) para três milhões um século depois. Nesse grande contingente,

embrião do que seriam os Estados Unidos, misturam-se inúmeros tipos de colonos: aventureiros, órfãos, membros de seitas religiosas, mulheres sem posses, crianças raptadas, negros e africanos, degredados, comerciantes e nobres. Tomar, assim, os peregrinos protestantes como padrão é reforçar uma parte do processo e ignorar outras.

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

A educação formal escolar adquiriu um caráter todo especial nas colônias. A existência de muitos protestantes colaborou para isso. Uma das origens da reforma religiosa na Europa tinha sido a defesa da livre interpretação da *Bíblia*. Tal como Lutero traduzira a *Bíblia* para o alemão e os calvinistas para o francês em Genebra, os ingleses tinham várias versões do texto na sua língua, especialmente a famosa versão do rei James desde 1611.

Essa preocupação levou a medidas bastante originais no contexto das colonizações da américa. É certo que em toda a américa espanhola houve um grande esforço em prol da educação formal. A universidade do México havia sido fundada em 1553 e havia similares em Lima e em quase todos os grandes centros coloniais hispânicos. No entanto, um sistema tão organizado de escolas primárias e a preocupação de que todos aprendessem a ler e escrever é algo mais forte nas colônias protestantes do Norte.

Em 1647, Massachusetts publica uma lei falando da obrigação de cada povoado com mais de cinqüenta famílias em manter um professor. O texto dessa lei torna-se interessante por suas justificativas:

> Sendo um projeto principal do Velho satanás manter os homens distantes do conhecimento das Escrituras, como em tempos antigos quando as tinham numa língua desconhecida [...] se decreta para tanto que toda municipalidade nesta jurisdição, depois que o senhor tenha aumentado sua cifra para cinqüenta famílias, dali em diante designará a um dentre seu povo para que ensine a todas as crianças que recorram a ele para ler e escrever, cujo salário será pago pelos pais, seja pelos amos dos meninos seja pelos habitantes em geral.

É importante notar que os documentos sobre educação nas colônias inglesas apresentam um caráter religioso, mas não clerical. As propostas são, na verdade, leigas. A educação será feita e paga por membros da comunidade.

Um grupo que se pretendia eleito por deus deveria voltar-se também para a educação superior. As instituições de caráter superior faziam parte dessa preocupação com a religião, já que se destinavam notadamente à formação de elementos para a direção religiosa das colônias.

Os estatutos da Universidade de Yale, datados de 1745, estabelecem alguns elementos interessantes para a compreensão dos projetos educacionais dos colonos.

Para ser admitido na universidade era necessário ter capacidade de ler e interpretar Virgílio e trechos em grego da *Bíblia*, escrever em latim, saber aritmética e levar uma vida “inofensiva”. O candidato a pupilo deveria ser piedoso e seguir “as regras do Verbo de deus, lendo assiduamente as sagradas Escrituras, a fonte da luz e

da verdade, e atendendo constantemente a todos os deveres da religião tanto em público como em segredo". O presidente deveria rezar no auditório da universidade toda manhã e toda tarde, lendo trechos da sagrada Escritura. Os alunos que faltassem ou chegassem atrasados às aulas pagariam multas e receberiam advertências. Quem praticasse os crimes de fornicação, furto e falsificação, seria imediatamente expulso. Blasfêmias, opiniões errôneas sobre a *Bíblia*, difamação, arrombamento da porta de um colega, jogar baralho ou dados na universidade, praticar danos ao prédio, falar alto durante o estudo, portar revólver ou vestir-se inadequadamente poderiam resultar em advertência, multa ou expulsão, conforme a gravidade do ato.

Um grupo que se pretendia eleito por Deus preocupava-se também com a educação superior. Universidade de Harvard, Cambridge, Massachusetts, 1682.

Em todos os documentos sobre educação há a mesma preocupação: o conhecimento das coisas relativas à religião. Do ensino primário ao superior, o conhecimento da *Bíblia* parece ter orientado todo o projeto educacional das colônias inglesas. Quando samuel davies escreve sobre as *Razões para fundar universidades*, insiste na necessidade de formar líderes religiosos para uma população que crescia sem parar. Nesse texto, de 1752, o autor argumenta que "a religião deve ser a meta de toda a instrução e dar a esta o último grau de perfeição".

Com essa preocupação, não é difícil imaginar o surgimento de várias instituições de ensino superior nas 13 colônias. Até 1764, estabeleceram-se nas colônias sete instituições de ensino superior.

Harvard (1636) – Massachusetts

William and Mary (1693) – Virgínia
Yale (1701) – Connecticut
Princeton (1746) – Nova Jersey
Universidade da Pensilvânia (1754) – Pensilvânia
Columbia (1754) – Nova York
Brown University (1764) – R Rhode Island

Nos séculos XVII e XVIII, essas instituições foram influenciadas pelo pensamento ilustrado. Não sem oposições, as teses de Newton e Locke constavam nas bibliotecas das colônias. Muitos alunos das famílias abastadas iam estudar na Europa. Da França e da inglaterra partiam livros e idéias para a américa.

O grande interesse pela educação tornou as 13 colônias uma das regiões do mundo onde o índice de analfabetismo era dos mais baixos. Apesar das variações regionais (o sistema educacional da Nova inglaterra era melhor do que em outras áreas) e raciais (poucos negros eram alfabetizados), as 13 colônias tinham um nível de educação formal bastante superior à realidade dos séculos XVII e XVIII, seja na Europa ou no restante da américa. Ainda assim, é inegável que havia mais alfabetizados brancos homens e ricos do que mulheres, negros, indígenas e pobres.

A situação religiosa da inglaterra era marcada pela diversidade quando da colonização da américa do Norte. Essa diversidade colaborou para o que chamamos de um pensamento mais "moderno" na inglaterra e, posteriormente, nas 13 colônias.

Imagine-se uma cidade no México colonial. Lá todos são católicos e só encontramos igrejas católicas. Em toda a colônia a missa é rezada com o mesmo ritual romano, na mesma língua e por um grupo que, em traços gerais, teve uma formação semelhante: os padres. Todo o ensino está nas mãos da igreja e a noção de deus é imposta como igual por toda a colônia. As diversidades são consideradas crime e a heresia, punida com a inquisição. Judeus e protestantes são queimados.

O oposto ocorre nas aldeias e cidades das colônias inglesas. aqui puritanos, lá batistas, mais adiante quakers, por vezes também católicos, além de uma infinidade de pequenas seitas protestantes também de outras partes da Europa. Unidade? Genericamente, todos acreditam em Jesus. Daí por diante o caleidoscópio muda de forma com grande variação.

É natural também imaginar a dificuldade de absolutizar as posições religiosas desse universo. O confronto permanente com outras formas de crença obriga o crente ou a radicalizar suas posições (e, por vezes, isso aconteceu) ou a assumir de forma mais crítica sua fé.

As posições protestantes têm outro efeito: a leitura individual da *Bíblia*. Em permanente processo de reciclagem pessoal das narrativas bíblicas, o protestante cria uma relação diferente com o sagrado. O institucional (a igreja estabelecida) diminui sua importância diante do pessoal. A importância de ler a *Bíblia* determina até, como vimos, um impulso educacional forte nas colônias. A igreja formal protestante é um apoio à salvação e não o canal insubstituível como no mundo católico.

OS PURITANOS DE MASSACHUSETTS

A colônia de Massachusetts recebera puritanos descontentes com a igreja inglesa. Sua disposição era contrária à tolerância religiosa que caracterizava outros grupos protestantes. Na colônia, esses puritanos de influência calvinista acreditavam numa igreja forte que tivesse poderes civis.

Para a construção dessa igreja-Estado tomaram-se várias providências. Primeiro estabeleceu-se que somente os membros da igreja Puritana poderiam votar e ter cargos públicos. depois, tornou-se obrigatória a presença na igreja para as cerimônias, fato que não acontecia no resto das igrejas protestantes. Todos os novos credos deveriam ser aprovados pela igreja e pelo Estado. Por fim, estabeleceu-se que igreja e Estado atuariam juntos para punir as desobediências a essas e outras normas. Essa colônia aproximava-se, dessa forma, dos ideais católicos da teocracia.

O DEMÔNIO ATACA: O SURTO DE SALEM

Um dos fatos mais significativos derivado do ideal de igreja-Estado foi a perseguição às bruxas. O autoritarismo de uma religião que se pretendia única desencadearia, naturalmente, na perseguição de todas as formas de contestação – fossem reais ou imaginárias.

As acusações de bruxaria, uma constante em todo o mundo cristão da época, existiam desde o início da colonização. No entanto, um surto de feitiçaria como o de salem, em 1692, assumia proporções inéditas. Nesse ano, um grupo de adolescentes acusou várias pessoas de enfeitiçá-las. O processo acabou envolvendo muitos membros da comunidade, entre homens e mulheres.

A cidade de salem viveu uma histeria coletiva. Havia surtos freqüentes: moças rolavam gritando, caíam doentes sem causa aparente, não conseguiam acordar pela manhã, animais morriam, árvores cheias de frutos secavam. As razões, no entender dos habitantes de salem, só poderiam ter ligação com uma ação demoníaca.

Alguém era acusado de feitiçaria e comparecia diante do juiz. O juiz fazia o acusado e as vítimas (as moças aflitas, como eram usualmente chamadas) ficarem frente a frente. Era comum as moças terem novo ataque histérico diante do suposto feiticeiro. Os acusados eram enviados à prisão. A acusação caía sobre gente de todas as categorias sociais e sobre pessoas que gozavam da confiança da comunidade há anos. O acusado era examinado. Havia uma crença generalizada de que a associação com o demônio produzia marcas no corpo: um tumor, uma mancha, regiões que não sangravam, polegar deformado. Submetidos a “tratamentos especiais”, muitos réus acabavam confessando que, de fato, estavam associados ao demônio e realizavam feitiços contra a comunidade.

Imagem fantasiosa dos julgamentos de Salem. Enquanto a moça depõe, raios caem do céu.

A histeria das feiticeiras não seria possível sem as ardentes pregações de pastores como Cotton Mather (1663-1728). Esse pastor, nascido em Boston, escreveu o livro *As maravilhas do mundo invisível*, em que o leitor é levado a conhecer as grandes forças maléficas que agem sobre o mundo. Como no mundo católico, a crença num mal real e com ação efetiva era um dado social que unia desde o rei James i (autor de livro sobre feitiçaria) até o mais humilde camponês.

Os Processos de salem já receberam várias explicações. Algumas, de caráter mais psicológico, lembram as tensões entre mães e filhas, estas fazendo coisas que não poderiam normalmente fazer e alegando estarem enfeitiçadas. Em outras palavras, alegando o poder do demônio, uma jovem poderia gritar com sua mãe ou mesmo ficar nua! afinal, era tudo obra do demônio... A moral puritana de oração e trabalho era tão forte que os jovens não podiam, por exemplo, praticar esportes de inverno como patinar, pois isso era considerado imoral. Assim, diante dessa vida dura, a possessão passou a ser uma boa saída.

Outras explicações remetem às tensões internas das colônias – entre as principais famílias – em que acusar o membro de uma família rival de bruxo ou bruxa tinha um grande peso político.

Conflitos entre indígenas e puritanos, como a chamada Guerra do rei Filipe (nome que os colonos deram a um líder indígena em 1675-76), tinham deixado a Nova inglaterra em tensão permanente. Muitos colonos haviam sido mortos ou capturados. As tensões entre vizinhos vinham se acumulando. Tudo isso colabora para explicar o ambiente que gerou o surto de salem.

Por fim, sem esgotar as explicações, há de se levar em conta todas as frustrações dos protestantes no Novo Mundo, onde o sonho de uma comunidade perfeitamente construída de acordo com as leis de deus e da *Bíblia* não havia se realizado. Os

pastores puritanos viram no aparente surto de feitiçaria uma maneira de recuperar o controle e o entusiasmo do grupo. Os habitantes de Massachusetts haviam se dado conta de que não apenas a *Bíblia* e as boas intenções haviam atravessado o oceano, mas todas as suas mesquinharias, maledicências e tensões. Melhor seria, assim, atribuir esses problemas ao demônio e a seus seguidores.

Ao final da crise, quase 200 pessoas tinham sido presas e 14 mulheres e 6 homens executados. A teocracia puritana tinha deixado um saldo trágico na memória dos colonos. Quase 100 anos depois, a primeira emenda à Constituição dos EUA estabelecia que o Congresso não faria leis sobre o livre exercício da religião.

OS QUAKERS DA PENSILVÂNIA E OUTROS GRUPOS

Além dos puritanos, as colônias receberam outros grupos religiosos como os quakers (ou sociedades de amigos), o grupo mais liberal que surgiu com a reforma. Tratar-se por "tu", sem nenhum título, sendo cada homem sacerdote de si mesmo, eis um dos princípios dos quakers que valeu até a admiração do pensador Voltaire no *Dicionário filosófico*.

Ao iniciar sua pregação no Novo Mundo, os quakers encontraram grande oposição dos líderes puritanos. Alguns foram até mortos como subversivos, ao mesmo tempo em que suas idéias encontravam eco entre os desencantados com a rígida disciplina puritana.

A experiência quaker no Novo Mundo foi solidificada quando William Penn estabeleceu uma grande colônia para abrigá-los: a Pensilvânia. a Pensilvânia não era apenas um local para refúgio dos quakers, mas também de todas as religiões que desejassem viver em liberdade e paz. O próprio Penn referia-se a esse fato como "a santa experiência".

Nascido em Londres, em 1644, Penn era filho de um almirante conquistador da Jamaica. Em Oxford, converteu-se aos quakers após ouvir um animado sermão de thomas Loe. Há nas idéias de Penn e dos quakers princípios anarquistas. Penn gostava de dizer: "*No cross, no crown*" (nem cruz, nem coroa). Perseguido por suas idéias na inglaterra, ele desejou estabelecer uma comunidade-modelo na américa, obtendo então uma vasta extensão de terra a oeste do rio delaware.

Oferecendo terras gratuitas e a garantia de liberdade religiosa, Penn atraiu grande quantidade de colonos da Europa e das outras colônias inglesas. Gente de todas as partes da Europa viu nas propostas do líder uma nova oportunidade. Dentre eles, por exemplo, alemães e holandeses do grupo menonita rumaram para a américa. (sua marca até hoje é uma vida no campo, sem eletricidade ou outros símbolos do mundo industrial.)

Descrevendo os quakers, em 1696, o próprio Penn afirmava que deus ilumina cada homem sobre sua missão. Por isso, os quakers insistem em expressões do tipo: "luz de Cristo dentro de cada homem" e "luz interior". Com esses princípios, Penn defendia a grande liberdade religiosa, tendo em conta que deus pode falar de maneiras variadas a

cada homem.

No início do século XVIII, Filadélfia, capital da Pensilvânia, era uma das maiores cidades das colônias inglesas e também uma das mais alfabetizadas. Um viajante a descreve em 1748:

Todas as ruas, exceto as que estão mais próximas do rio, correm em linha reta e formam ângulos retos nos cruzamentos. A maior parte das ruas está pavimentada... As casas têm boa aparência, freqüentemente são de vários pisos... A cada ano se montam duas grandes feiras, uma em 16 de maio, outra em 16 de novembro. Além destas feiras, a cada semana há dois dias de mercado, às quartas e sábados. Nesses dias, gente do campo da Pensilvânia e Nova Jersey traz à cidade grande quantidade de alimentos e outros produtos do campo...

A experiência de Penn funcionou de fato enquanto seu fundador esteve à frente dela. Os problemas da Pensilvânia longe do governo pessoal do fundador revelaram-se grandes. Choques entre os grupos religiosos, tentativa de diminuir a liberdade religiosa e outras tantas desavenças ocorreram, perturbando o ideal primitivo. No entanto, mesmo que, ao longo do século XVIII, a Pensilvânia em pouco se diferenciasse das outras colônias, permaneceu sendo um dos locais de maior tolerância religiosa do mundo.

No século XVIII, um fenômeno chamado "Grande despertar" (*Great Awakening*) marcou a vida religiosa das colônias. Uma das características do movimento foi o surgimento de pregadores itinerantes. Os ministros religiosos iam de povoado em povoado pregando uma religião mais emotiva e carismática. Sermões exaltados, conversões milagrosas, entusiasmo e cantos: as pregações desses pastores atraíam os grupos cansados do formalismo da religião oficial.

O "Grande despertar" foi descrito, em 1743, pelo pesquisador norteamericano J. Edwards:

> Ultimamente, em alguns aspectos, as pessoas em geral têm mudado e melhorado muito em suas noções de religião; parecem mais sensíveis ao perigo de apoiar-se em antigas experiências [...] e estão mais plenamente convencidas da necessidade de esquecer o que está atrás e avançar, mantendo avidamente o trabalho, a vigilância e a oração enquanto vivam.

Ao valorizar a experiência pessoal da religião, o "Grande despertar" estimulou o surgimento de inúmeras seitas protestantes. Mais importante ainda, esse movimento procurou negar a tradição religiosa. Como vimos no documento transcrito, as pessoas devem evitar o apoio de antigas experiências e esquecer o passado. Isso colabora ainda mais para o particularismo religioso das colônias.

Também existia uma importante comunidade católica em Maryland. Apesar de quase 1/3 dos cidadãos norte-americanos serem católicos hoje e terem fornecido um presidente ao país no século xx (Kennedy), no período colonial havia grande desconfiança contra os chamados "papistas". Os católicos romanos foram vistos como avessos à democracia no período das Guerras de independência e fiéis seguidores de

uma autoridade estrangeira (o papa), sendo, por isso, considerados potencialmente perigosos à nova nação.

COLÔNIAS DO NORTE

As colônias do Norte da costa atlântica apresentam o clima temperado, semelhante ao europeu. dificilmente essa área poderia oferecer algum produto de que a inglaterra necessitasse.

Essa questão climática favoreceu o surgimento, único no universo colonial das américas, de um núcleo colonial voltado à policultura, ao mercado interno e não totalmente condicionado aos interesses metropolitanos.

A agricultura das colônias setentrionais destacava o consumo interno, com produtos como o milho. O trabalho familiar, em pequenas propriedades, foi dominante.

Nas colônias da Nova inglaterra (parte norte das 13 colônias) surge uma próspera produção de navios. Desses estaleiros, favorecidos pela abundância de madeira do Novo Mundo, saem grandes quantidades de navios que seriam usados no chamado comércio triangular.

Interior de casa do período colonial. Massachusetts, final do século XVII.

O comércio triangular pode ser descrito, simplificadamente, como a compra de cana e melado das antilhas, que seriam transformados em rum. A bebida obtinha fáceis mercados na áfrica, para onde era levada por navios da Nova inglaterra e trocada, usualmente, por escravos. Esses escravos eram levados para serem vendidos nas fazendas das antilhas ou nas colônias do sul. Após a venda, os navios voltavam para a Nova inglaterra com mais melado e cana para a produção de rum. Era uma atividade

altamente lucrativa, entre outros motivos por garantir que o navio sempre estivesse carregado de produtos para vender em outro lugar.

O comércio triangular também poderia envolver a Europa, para onde os navios levavam açúcar das antilhas, voltando com os porões repletos de produtos manufaturados. Estabeleciam-se assim sólidas relações comerciais embasadas na próspera indústria naval das colônias da Nova inglaterra. O comércio triangular é muito diferente da maioria dos procedimentos comerciais do resto da américa. Apesar de as leis estabelecerem limites, os comerciantes das colônias agiam com grande liberdade e seguiam mais a lei da oferta e da procura do que as leis do Parlamento de Londres. Na prática, estabeleceram um sistema de liberdade muito grande, desconhecido para mexicanos e brasileiros e intocado pela repressão inglesa até, pelo menos, 1764.

Outra atividade desenvolvida foi a pesca. Próxima a um dos maiores bancos pesqueiros do mundo (terra Nova), as colônias da Nova inglaterra exploraram largamente a atividade pesqueira. A venda de peles também foi importante na economia dessas colônias. Do norte das colônias e do Canadá fluíam, para a Europa, milhares de peles de animais que iriam adornar roupas elegantes contra o frio do Velho Mundo.

As colônias do Norte estavam voltadas à policultura e ao mercado interno e não se condicionavam totalmente aos interesses da metrópole. Na ilustração: fiação e tecelagem caseiras na Nova Inglaterra.

COLÔNIAS DO SUL

As colônias do sul, por sua vez, abrigaram uma economia diferente. Seu solo e clima eram mais propícios para uma colonização voltada aos interesses europeus.

O produto que a economia sulina destacou desde cedo foi o tabaco. A planta implicou permanente expansão agrícola por ser exigente, esgotando rapidamente o solo e obrigando a novas áreas de cultivo. O fumo tomou-se um produto fundamental no sul.

A falta de braços para o tabaco em pouco tempo impôs o uso do escravo. Esse trabalho escravo cresceu lentamente, posto que, como vimos, a mãode-obra branca servil era muito forte no século XVII.

A sociedade sulina que acompanha essa economia é marcada, como não poderia deixar de ser, por uma grande desigualdade. Como ressaltou um contemporâneo, isaac Weld, logo após a independência:

> Os principais donos de plantações na Virgínia têm quase tudo que querem em sua própria propriedade. As propriedades grandes são administradas por mordomos e capatazes, todo o trabalho é feito por escravos... Suas habitações estão geralmente a cem ou duzentas jardas [90 a 180m] da casa principal, o que dá aparência de aldeia às residências dos donos de plantações na Virgínia.

Com essa economia mais voltada ao mercado externo, as colônias do sul resistirão mais à idéia de independência. Os plantadores meridionais das 13 colônias temiam que uma ruptura com a inglaterra pudesse significar uma ruptura com sua estrutura econômica.

Ilustrando essa idéia, uma testemunha registrava, em 1760, como as colônias do sul dependiam da inglaterra, afirmando que quase todas as roupas vinham de lá, apesar de o sul produzir excelente linho e algodão. Constatava ainda, horrorizada, que apesar de as colônias estarem cheias de madeira, importam bancos, cadeiras e cômodas.

As colônias centrais teriam sua vida econômica mais ligada à agricultura, principalmente a de cereais. Últimas colônias conquistadas pela inglaterra, predominaram nelas as pequenas propriedades e, a exemplo do Norte, desenvolveram atividades manufatureiras.

Assim, podemos identificar com clareza duas áreas bastante distintas nas 13 colônias. As colônias do Norte, com predominância da pequena propriedade, do trabalho livre, de atividades manufatureiras e com um mercado interno relativamente desenvolvido, realizando o comércio triangular. As colônias do sul com o predomínio do latifúndio, voltado quase que inteiramente à exportação, ao trabalho servil e escravo e pouco desenvolvidas quanto às manufaturas. Essas diferenças serão fundamentais tanto no momento da independência quanto no da Guerra Civil americana.

INDÍGENAS

Centenas de tribos indígenas habitavam a américa do Norte até a chegada dos europeus. Há uma variedade enorme nessas tribos: só em línguas diferentes encontraram-se mais de trezentas.

Grupos indígenas como os cherokees, iroqueses, algonquinos, comanches e

apaches povoavam todo o território, do atlântico até o Pacífico. Alguns outros grupos deram nomes à geografia dos EUA: dakota, delaware, Massachusetts, iowa, illinois, Missouri. Por toda a américa, a história dessas tribos seria profundamente modificada pela chegada dos europeus.

As opiniões dos colonos sobre os indígenas variaram, mas foram, quase sempre, negativas. Um dos mais antigos relatos sobre eles, de 1628, de autoria de Jonas Michaëlius, mostra bem isso:

> Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo [...]. É difícil dizer como se pode guiar a esta gente o verdadeiro conhecimento de deus e de seu mediador Jesus Cristo.

Jonas Michaëlius parte de um ponto de vista europeu. Como os índios não têm uma cultura semelhante à européia, ele os considera incivilizados. Jonas não pode ver outro tipo de civilização: vê apenas dois grupos, os que são civilizados e os que não são. Os que não são, no caso os nativos, são como “estacas de jardim”.

O preconceito, como mostrado no documento, não foi o único dano que os ingleses causaram aos índios. Mesmo se não fossem agressivos, os europeus já seriam perigosos. A imigração européia havia introduzido na américa do Norte doenças para as quais os nativos não tinham defesa. As epidemias nas colônias inglesas atingiram os indígenas da mesma forma que nas áreas ibéricas. O sarampo matou milhares de indígenas em toda a américa.

A ocupação das terras indígenas por parte dos colonos baseava-se em argumentos de ordem teológica. Os peregrinos haviam se identificado com o povo eleito que deus conduzia a uma terra prometida. Tal como deus dera força a Josué (na *Bíblia*) para expulsar os habitantes da terra prometida, eles acreditavam no seu direito de expulsar os que habitavam a sua Canaã. John Cotton, pastor puritano, fez vários sermões nos quais destacou a semelhança entre a nação inglesa e a luta pela terra prometida descrita no antigo testamento.

Embora o fato seja bem pouco conhecido da História norte-americana, os índios também foram escravizados. Os colonos das Carolinas, em particular, desenvolveram o hábito de vender índios como escravos. Em 1708, a Carolina do sul contava com 1.400 escravos índios. Essa prática permaneceria até a independência.

É natural imaginar uma reação indígena. A expansão agrícola por sobre áreas indígenas originou violentos ataques às terras dos colonos. No começo da colonização, mais de uma aldeia inglesa foi arrasada por ataques de índios, como, por exemplo, a de Wolstenholme, na Virgínia.

Dos diversos tratados de paz entre colonos e índios, demarcando terras de uns e de outros, surgiu a prática das reservas indígenas, áreas que pertenceriam exclusivamente aos índios. A permanência de conflitos mesmo com os índios das “reservas” revela que estes acordos não foram cumpridos em sua totalidade.

Mais de uma vez historiadores empregaram a expressão “genocídio” para

caracterizar o massacre de populações indígenas na américa do Norte. Isto não é incorreto nem diferente do que ocorria em todo o resto da américa. A idéia européia de colonização significou uma mortandade imensa em todo o continente americano.

Um grande debate ocorreu em função dos casamentos mistos ou não. Encontramos no mundo inglês da américa documentos que apóiam a mestiçagem como instrumento de evangelização e até de domínio dos índios. Em 1728, Byrd havia dito isto literalmente, afirmando que:

> todas as nações formadas por homens têm a mesma dignidade cultural, e todos sabemos que talentos muito brilhantes podem estar albergados em peles muito morenas [...] as mulheres indígenas poderiam ser esposas muito honestas dos primeiros colonos.

Da mesma forma, Peter Fontaine havia defendido a mestiçagem com as mulheres índias em vez de com as negras, em 1757.

Já nos primórdios da colonização temos um caso significativo. Em 1607 chegara a Jamestown o capitão inglês John smith. Pouco tempo após sua chegada, foi capturado por índios. Quando a cabeça do capitão estava para ser esmagada, a jovem Pocahontas (que então contava dez ou doze anos) reivindica a vida do prisioneiro para si. No futuro, muitas vezes a jovem Pocahontas levaria comida até a vila faminta dos ingleses, avisaria o capitão dos ataques indígenas e tudo faria para agradá-lo. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, o capitão J. Smith não se casa com a jovem indígena. Ele acaba voltando para a inglaterra. Em 1614, Pocahontas aceita a fé cristã, passa a se chamar rebeca, e casa-se com um plantador de tabaco: John rolfe. Em 1616, ela viaja para a inglaterra e é recebida pelo

Pocahontas aos 21 anos, já cristã e com trajes europeus.

próprio rei, envolvida pela mística de uma “princesa indígena” na corte stuart. O clima inglês parece ter sido danoso a sua saúde, pois morreu lá tentando voltar para a américa.

Existem, é bem verdade, experiências puritanas de conversão do índio além de Pocahontas. Havia mesmo um colégio índio em Harvard, onde os puritanos pretendiam formar elites índias cristianizadas para atuarem próximos aos índios. Os índios deveriam estudar Lógica, retórica, Grego e Hebraico. É fácil imaginar que o colégio não foi um sucesso enorme entre as populações indígenas. Em 1665, um índio com o complexo nome de Caleb Cheesahahteaumuck concluiu seu bacharelado no colégio. Foi o único. Nenhum outro índio conseguiu esta proeza. O colégio tornara-se um fracasso, e, em 1698, foi demolido. Houve outras experiências de conversão e catequese. Nunca houve um processo sistemático e permanente como no mundo da américa ibérica. Os esforços do reverendo Eliot, que chegou a traduzir o Novo testamento para os índios algonquinos, são exceção, não a regra.

Existem vários relatos em inglês sobre a visão do índio em relação ao homem

branco. Com todas as limitações de se descrever uma invasão na língua dos invasores, esses relatos ainda assim apontam dados interessantes. Um índio descreve a chegada dos brancos:

> [...] buscaram por todos os lados bons terrenos, e quando encontravam um, imediatamente e sem cerimônia se apossavam dele; nós estávamos atônitos, mas, ainda assim, nós permitimos que continuassem, achando que não valia a pena guerrear por um pouco de terra. Mas quando chegaram a nossos terrenos favoritos – aqueles que estavam mais próximos das zonas de pesca – então aconteceram guerras sangrentas. Estaríamos contentes em compartilhar as terras uns com os outros, mas esses homens brancos nos invadiram tão rapidamente que perderíamos tudo se não os enfrentássemos... Por fim, apossaram-se de todo o país que o Grande Espírito nos havia dado...

A idéia de predestinação, o ideal de empresa, tudo colaborou para enfraquecer a mestiçagem e a catequese dos índios. O mundo inglês conviveria com o índio, mas sem amálgama.

De várias formas os índios resistiram à violência da colonização. Uma maneira comum era fugir para o interior, estratégia que seria utilizada até o século XIX. Outra era reagir com violência à invasão. Em 1622, por exemplo, os índios atacaram Jamestown e mataram 350 colonos da Virgínia. O chefe Metacom (chamado rei Filipe pelos brancos) atacou, em 1676, os colonos da Nova inglaterra, causando muitas mortes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os índios fizeram várias alianças com franceses contra os ingleses.

É importante dizer, por fim, que nem todos os colonos tinham o mesmo grau de agressividade contra os índios. Grupos quakers e menonitas recusavam a violência contra índios e também a violência da compra de escravos negros. Porém, quakers, menonitas, católicos e puritanos ocupavam de igual modo as terras que foram, originalmente, dos índios. a longa “trilha de lágrimas” indígena continuaria durante todo o período colonial e seria até intensificada com a expansão para o Oeste no século XIX. apenas recentemente a população indígena dos Estados Unidos voltou a crescer.

NEGROS

O primeiro navio holandês com escravos negros chegou à Virgínia em 1619. Em 1624, em Jamestown, o primeiro menino negro nascia em solo americano. Era William tucker, filho de africanos e, oficialmente, o primeiro afro-americano.

Em duas décadas, a escravidão já estava presente em todas as colônias e havia uma legislação específica para ela. a escravidão negra concorria com a servidão branca, mas o contato dos mercadores das colônias com as antilhas foi servindo como propaganda para o uso da mão-de-obra africana. Aos plantadores, a escravidão negra foi parecendo cada vez mais vantajosa e seu número crescia bastante.

Gustavus Vassa, um nigeriano trazido para os Estados Unidos como escravo e batizado com nome cristão, em 1794, descreve a terrível travessia do oceano que os negros enfrentavam. Em navios superlotados, a mortalidade era alta. Alimentação escassa e chicote abundante eram responsáveis pelo aumento dessa mortalidade. Os

que sobreviviam à travessia eram vendidos nos mercados da américa. A impressão dessa venda é descrita por Vassa, ele próprio tendo sido leiloado na chegada:

> Conduziram-nos imediatamente ao pátio... Como ovelhas em um redil, sem olharem para idade ou sexo. Como tudo me era novo, tudo o que vinha causava-me assombro. Não sabia o que diziam, e pensei que esta gente estava verdadeiramente cheia de mágicas... A um sinal de tambor, os compradores corriam ao pátio onde estavam presos os escravos e escolhiam o lote que mais lhes agradava. O ruído e o clamor com que se fazia isso e a ansiedade visível nos rostos dos compradores serviam para aumentar muito o terror dos africanos... Dessa maneira, sem escrúpulos, eram separados parentes e amigos, a maioria para nunca mais voltarem a se ver.

Muitos autores costumam considerar a escravidão norte-americana como a mais cruel que a américa registrou. É extremamente difícil fazer uma comparação de ordem moral (melhor/pior) entre as formas que a escravidão africana conheceu na américa. O historiador norte-americano Frank tannenbaum diz que a escravidão em áreas anglo-saxônicas fez parte de um mundo moderno, com relações sociais individualistas e um sistema jurídico baseado nas leis anglo-saxônicas. Isso faria do escravo mais um objeto do que um ser humano. O escravo negro em zona ibérica faria parte de uma sociedade paternalista e fundamentada no direito romano, o que o tornaria um elemento da base da sociedade, mas ainda assim um ser humano. O quanto essas diferenças de fato foram sentidas pelos escravos e qual o melhor chicote ou o trabalho menos árduo são questões que ainda merecem maiores pesquisas.

Para uma parte importante da população, o sonho do Novo Mundo foi este: o pesadelo dos instrumentos para punir escravos.

Houve historiadores, especialmente o sulista Ulrich Phillips, que fizeram defesa apaixonada de uma escravidão benéfica. A visão foi duramente atacada por historiadores mais críticos como Herbert aptheker ou Kenneth stamp. Na verdade, as

posições sobre a escravidão colonial dialogam sempre com a situação do negro na sociedade norte-americana.

O que fazia de alguém escravo? Leis votadas na Virgínia, em 1662, determinavam que a condição de escravo fosse dada pela mãe. Dessa forma, o filho de pai inglês e mãe africana seria escravo. Pouco tempo depois, outra questão importante é tratada pela assembléia da Virgínia, que decide que os escravos batizados permanecem escravos. O interessante é colocar a hipótese de amos piedosos batizarem seus escravos. A conversão dos escravos não era, então, obrigatória como nas áreas ibéricas. Integrar ou não o escravo negro ao universo cristão, impor-lhe ou não o batismo era um ato de piedade que dependia do proprietário.

Em outubro de 1669, uma nova lei sobre escravos determina que, se um escravo vier a morrer em conseqüência dos castigos corporais impostos pelo capataz ou por seu amo, não será considerado isso “delito maior, mas se absolverá o amo”. A lei continua com lógica implacável: matar o escravo não é ato intencional, posto que ninguém, intencionalmente, procura destroçar “seus próprios bens”. Essa lei revela a “reificação” (tornar coisa) do escravo na legislação colonial.

No século XVIII, a legislação sobre os escravos se desenvolve bastante, acompanhando o próprio aumento da escravidão no sul das 13 colônias. Um código escravista da Carolina do sul faz nessa época (1712) um amplo conjunto de leis se referindo à vida dos escravos, verdadeiro retrato da escravidão nas áreas coloniais inglesas.

Nesse código havia uma proibição de os negros saírem aos domingos para a cidade a fim de evitar ajuntamentos de negros nas Carolinas. Nenhum escravo poderia portar armas de qualquer espécie. Recomendava-se rigor aos juízes que tratassem de crimes cometidos por escravos, especialmente se o crime fosse de rebelião coletiva contra a autoridade instituída. A escravidão havia, assim, crescido a ponto de a revolta dos escravos tornar-se um pesadelo para o mundo branco.

Naturalmente, diante da violência da escravidão, os negros resistiram de várias maneiras. O historiador norte-americano aptheker retrata algumas formas de resistência: lentidão no trabalho, doenças fingidas, maus-tratos aos animais da fazenda, fugas, incêndios, assassinatos (especialmente pelo veneno), automutilações, insurreições etc. Em 1740, os escravos tentaram, em Nova York, envenenar todo o abastecimento de água da cidade.

$150 REWARD

RANAWAY from the subscriber, on the night of the 2d instant, a negro man, who calls himself *Henry May*, about 22 years old, 5 feet 6 or 8 inches high, ordinary color, rather chunky built, bushy head, and has it divided mostly on one side, and keeps it very nicely combed; has been raised in the house, and is a first rate dining-room servant, and was in a tavern in Louisville for 18 months. I expect he is now in Louisville trying to make his escape to a free state, (in all probability to Cincinnati, Ohio.) Perhaps he may try to get employment on a steamboat. He is a good cook, and is handy in any capacity as a house servant. Had on when he left, a dark cassinett coatee, and dark striped cassinett pantaloons, new—he had other clothing. I will give $50 reward if taken in Louisvill; 100 dollars if taken one hundred miles from Louisville in this State, and 150 dollars if taken out of this State, and delivered to me, or secured in any jail so that I can get him again.

WILLIAM BURKE.

Bardstown, Ky., September 3d, 1838.

Em regiões como a Carolina do Sul – com cerca de 60% da população composta por negros – eram comuns revoltas de escravos. Gordas recompensas eram oferecidas pela captura dos que fugiam de seus amos.

Apesar de os escravos no conjunto da população das colônias não ultrapassarem os 20%, em áreas como a Carolina do sul eram a maioria da população. E justamente nessas áreas que o medo de uma rebelião generalizada aparecia.

Entre 1619 e 1860, cerca de 400 mil negros foram levados da áfrica para os Estados Unidos. Ao fim da época colonial, havia cerca de meio milhão de escravos nas colônias inglesas da américa do Norte. A escravidão não sofreria abalos com o movimento de independência, levado adiante, em parte, por ricos escravocratas. Os ventos de liberdade de 1776 tinham cor branca...

No século XIX, um romance abolicionista (*A cabana do Pai Tomás – Uncle Tom's Cabin*) de Harriet stowe coloca-se radicalmente contra a escravidão, concluindo que ela era um mal em si. Porém, para poder elogiar um negro como Pai thomas, a autora atribui a ele virtudes "brancas" como ordem, limpeza e trabalho cristão. O mesmo apareceria no século xx em filmes como ... *E o vento levou* (*Gone With the Wind* – 1939), que, com seu racismo declarado, mostrava as delícias da vida de um escravo nos algodoais do sul.

POPULAÇÃO

No século XVIII, há um grande crescimento da população. Em 1700, 250 mil pessoas habitavam as 13 colônias. Na época da independência, esse número havia subido para dois milhões e meio. As fontes desse crescimento são a imigração e o desenvolvimento natural da população.

A devastadora Guerra da sucessão Espanhola havia empurrado grandes massas da Europa para a américa. Um desses grupos estava constituído pelos alemães da região do Palatinado, chegando em tão grande número que preocuparam os colonos de origem inglesa. Em 1751, escrevia B. Franklin:

> Por que permitimos aos alemães do Palatinado encher nossas comunidades e estabelecer sua língua e costumes até expulsar as nossas? Por que vamos converter a Pensilvânia, que foi fundada por ingleses,

numa colônia de estrangeiros que são tão numerosos que nos germanizarão em lugar de eles se anglicizarem?

Além dos alemães, chegaram também muitos escoceses e irlandeses. Os franceses protestantes também constituíram um significativo grupo de imigrantes no século XVIII. Perseguidos na França, foram para a américa e tornaram-se responsáveis pelo crescimento da indústria da seda nas colônias.

Um dos efeitos dessa grande leva de imigrantes não ingleses foi colaborar para o afastamento das colônias americanas de sua metrópole. Constituía-se, assim, um novo mundo, com valores diversos dos ingleses.

Em 1754, Virgínia era a mais povoada das colônias inglesas na américa, com 284 mil habitantes, seguida por Massachusetts e Pensilvânia, respectivamente com 210 mil e 206 mil habitantes.

Às vésperas da independência, as maiores cidades das colônias eram: Filadélfia: 40 mil habitantes
Nova York: 25 mil habitantes
Boston: 16 mil habitantes
Charleston: 12 mil habitantes.

(Obs.: no mesmo período, a Cidade do México tinha 70 mil habitantes.) Nas cidades, a elite comerciante era o grupo mais importante. Comparativamente à inglaterra do mesmo período, havia menos pobres nas cidades da américa. No entanto, a maioria da população das 13 colônias era rural. No Norte, predominavam as pequenas propriedades familiares; no sul, as grandes plantações eram mais freqüentes.

VIDA COTIDIANA

A família das colônias em muito se assemelhava às famílias européias. Havia uma média de sete filhos por casa, com uma alta taxa de mortalidade infantil. a autoridade residia no pai, mas todos os membros da família deveriam trabalhar.

As mulheres tinham trabalhos dentro e fora de casa. Por suas mãos a família se vestia, comia e obtinha iluminação, tendo em vista que tecidos, alimentos e velas eram geralmente produção caseira. No século XVIII, as mulheres das colônias dificilmente ficavam solteiras, casando-se por volta dos 24 anos – bem mais tarde que as mulheres européias do período. Já no século XIX, o autor francês alexis de tocqueville notaria que as mulheres da américa eram muito mais liberadas do que as européias.

A História tradicional preocupou-se pouco com a vida das pessoas anônimas, guardando para si os atos dos reis e figuras notáveis. Mesmo assim, por meio de poucos documentos, podemos reconstituir uma parte da vida cotidiana. O viajante francês durant de dauphiné descreveu, por exemplo, um casamento na Virgínia de 1765:

> Havia cerca de cem pessoas convidadas, várias delas de boa classe, e algumas damas, bem vestidas e

agradáveis à vista. Mesmo sendo o mês de novembro, o banquete realizou-se debaixo das árvores. Era um dia esplêndido. Éramos oitenta na primeira mesa e nos serviam carnes de todo o tipo e em tanta abundância, que, estou seguro, havia suficiente para um regimento de quinhentos homens [...].

Prossegue o cronista relatando a falta de vinho, substituído por cerveja, cidra e ponche. Temos até a receita desse ponche: três partes de cerveja, três de brandy, um quilo e meio de açúcar e um pouco de noz-moscada e canela.

O banquete começava por volta das duas da tarde e durava até noite alta. As mulheres dormiam dentro da casa e os homens pela rua e no celeiro. Quase todos pernoitavam no anfitrião e retornavam para suas casas no dia seguinte.

As mulheres brancas gozavam de boa fama entre os viajantes que visitavam a américa. Lord adam, um inglês visitando os EUA em 1765, descreve-as como diligentes, excelentes esposas e boas para criar família.

Apesar dos elogios, as mulheres não tinham identidade legal. Sua vida transcorria à sombra do pai e do marido. O divórcio foi escasso nas colônias. A maior parte das mulheres casava-se uma única vez.

O universo puritano dividia a existência humana entre infância e idade adulta, sem intermediários. Assim, depois dos sete anos de idade, as crianças eram vestidas como adultos pequenos. Aprender a ler e escrever e o ofício dos pais era, basicamente, a educação que os pequenos recebiam. As crianças tinham várias tarefas na casa colonial, concebida como uma microcomunidade de trabalho.

Mesmo com o desenvolvimento do comércio e das atividades manufatureiras, grande parte da população ligava-se ao campo; a maioria dos homens, portanto, dedicava-se à agricultura.

Cozinha de colonos na Nova Inglaterra, local de encontro e intensa atividade familiar.

Em uma cultura prática, os objetos também são, acima de tudo, práticos. Casas

geralmente pequenas, camas compartilhadas por várias crianças. Banheiro exterior à habitação. Poucos móveis.

As roupas eram, como já vimos, confeccionadas em casa. A sociedade puritana, em particular, vestia-se sobriamente, com tons escuros. As jóias eram quase inexistentes. Quase todos os homens andavam armados.

A vida cotidiana nas colônias inglesas da américa do Norte revela uma cultura voltada à função e não à forma. Nas igrejas coloniais ibéricas, quadros ornamentados, altares cheios de detalhes, pinturas – tudo destacava uma forma opulenta que devia levar a deus. As igrejas da américa anglo-saxônica eram despojadas, com bancos para os fiéis, um local elevado para a pregação do pastor (púlpito) e um órgão. As igrejas puritanas, notadamente, tinham o destaque para o púlpito, ao contrário das católicas, que destacavam o altar. Em um mundo que se dedicava pouco às diversões, o anglo-saxão costumava ligar trabalho e lazer. As reuniões festivas dos colonos tinham, quase sempre, um objetivo prático: construir um celeiro, preparar conservas etc. A festa misturava-se ao trabalho.

Em 1759, o clérigo britânico Burnaby descreveu Williamsburg (na Virgínia) como uma cidade de duzentas casas, ruas paralelas, praça ao centro e construções de madeira. O autor destaca a simplicidade dos edifícios públicos, à exceção do palácio governamental. A cidade só ficava mais “animada” em época de assembléias, quando a população rural se destinava a ela.

Nos relatos da vida cotidiana nas colônias há um princípio prático que volta com insistência. Tanto na vida cultural como na econômica, as populações das colônias dedicaram-se pouco a atividades de especulação filosófica ou artística. Poucos documentos ilustrariam tão bem essa característica como uma carta de John adams, em 1780. Residindo em Paris, escrevia ele:

> Eu poderia encher volumes com descrições de templos e palácios, pinturas, esculturas, tapeçarias e porcelanas – se me sobrasse tempo. Mas não poderia fazer isso sem negligenciar os meus deveres... Devo estudar política e guerra para que meus filhos possam ter a liberdade de estudar matemática e filosofia, geografia, história natural, arquitetura naval, navegação, comércio e agricultura, a fim de que dêem a seus filhos o direito de estudarem pintura, poesia, música, arquitetura, estatuária, tapeçaria e porcelana.

Logo, na mentalidade de adams, que não constitui uma exceção nas colônias, a guerra era o primeiro item, depois viriam as atividades econômicas e, por fim, quando tudo isso estivesse feito, sobraria o espaço para a arte formal propriamente dita.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

GUERRAS E MAIS GUERRAS

O final do século XVII e todo o século XVIII foram acompanhados de muitas guerras na Europa e na américa. De muitas formas, essas guerras significaram o início do processo de independência das 13 colônias com relação à inglaterra.

A primeira dessas guerras ocorreu no final do século XVII, anunciando o clima de conflitos permanentes que acompanhariam as 13 colônias durante quase todo o século XVIII. Trata-se da Guerra da Liga de augsburgo, que, nas colônias inglesas, foi chamada de Guerra do rei Guilherme (William).

Essa guerra foi uma reação da inglaterra à política expansionista do rei Luís XIV da França. Inicialmente indiferente a essa política, a inglaterra muda de atitude quando da expulsão dos protestantes franceses promovida por Luís XIV. O rei Guilherme da inglaterra, ao subir ao trono, declara guerra à França.

Essa guerra (1688-1697) já apresenta as características dos conflitos seguintes: iniciam-se na Europa e contam, na américa, com a participação dos índios. Estes, aliados dos franceses, quase tomaram Nova York, mas navios da colônia de Massachusetts impediram a investida, atacando Porto royal, nas possessões francesas.

Ao final da guerra, o tratado entre França e inglaterra (tratado de ryswick) estabeleceu a devolução de Porto royal para os franceses, que, a essa altura, já tinha sido rebatizado como Nova Escócia. Esse tratado mostra como os interesses dos colonos pouco importavam para a inglaterra. Aos negociantes ingleses do tratado interessaram apenas as necessidades da inglaterra, traçando decisões sobre o mapa das colônias sem levar em conta os interesses dos habitantes locais. Esses tratados ajudam a explicar por que, logo após as guerras coloniais, começa a se acelerar o processo de independência das 13 colônias.

A guerra seguinte é a da rainha ana ou da sucessão Espanhola (17031713). Carlos ii, rei da decadente Espanha, havia morrido sem deixar herdeiros. A política de casamentos entre a realeza européia tornava inúmeros reis sucessores em potencial. A inglaterra apoiava a áustria, em oposição à

França, que tentava colocar no trono espanhol Filipe, neto de Luís XIV.

Durante o conflito, as colônias inglesas enfrentaram duas frentes de batalha. Ao norte, os colonos franceses e os índios aliados. Nessa, como em todas as outras guerras, os franceses haviam seduzido, mediante promessas de territórios, algumas tribos indígenas. O mesmo aconteceu com os colonos ingleses, que também tinham aliado índios (essas promessas eram, com freqüência, esquecidas após a vitória). Ao sul, a Carolina do sul enfrentava os espanhóis da Flórida.

Os interesses europeus na américa misturavam-se e até opunham-se aos

interesses dos colonos. Os colonos do sul queriam o domínio do Mississipi; os do Norte, o domínio do comércio de peles e a posse dos bancos pesqueiros da terra Nova.

Ao enviar uma tropa de dez mil soldados para a américa a fim de auxiliar os colonos, a inglaterra acabou atrapalhando a luta das 13 colônias contra os franceses e espanhóis. O exército inglês foi acusado pelos colonos de ineficiente, corrupto e, acima de tudo, extremamente caro para a economia das colônias. Mais uma vez, as guerras coloniais contribuíam para contrapor os interesses dos colonos aos interesses da inglaterra.

Apesar desses atritos entre os colonos e as tropas inglesas, o tratado de Utrecht, que pôs fim à guerra, foi extremamente benéfico para as 13 colônias, particularmente para as do Norte. Os colonos adquiriram o controle da baía de Hudson e o conseqüente domínio sobre o comércio de peles na região. A acádia francesa tornou-se possessão da inglaterra e as ilhas da terra Nova abriram-se ao domínio da pesca dos colonos ingleses, que se apossaram do lucrativo comércio de bacalhau.

A Guerra da “Orelha de Jenkins”, entre 1739 e 1742, agitou a vida na américa após o conflito da sucessão Espanhola. Aproveitando-se do ataque espanhol ao navio do capitão Jenkins (durante o qual ele perdeu uma orelha), os colonos atacaram possessões espanholas. O ataque dirigiu-se à Flórida e, logo em seguida, à Cartagena, na atual Colômbia.

Três mil e quinhentos colonos foram comandados por oficiais ingleses nesses ataques. a febre amarela atacou-os com violência no Caribe. O

fracasso da expedição, naturalmente, foi atribuído ao comando inglês. Apenas seiscentos colonos sobreviveram, aumentando o ressentimento contra o exército britânico.

Outro problema de sucessão, desta feita na áustria, provocaria um atrito entre as nações da Europa. Trata-se da Guerra da sucessão austríaca, entre 1740 e 1768. A inglaterra apoiava Maria teresa; os franceses, alegando a impossibilidade de uma mulher assumir o trono, opuseram-se a ela. Na américa, essa guerra foi conhecida como Guerra do rei Jorge.

Durante a guerra, nas colônias, o forte francês de Louisbourg foi tomado por uma expedição saída de Boston. Quando foi assinado o tratado de paz (tratado de aix-La-Chapelle), a inglaterra comprometeu-se a devolver o forte para a França. Mais uma vez, os interesses ingleses eram sobrepostos aos interesses dos colonos. Os colonos, que haviam financiado a tomada do forte, enviaram ao Parlamento as despesas de sua captura.

A Guerra do rei Jorge colaborou também para despertar o interesse da França e da inglaterra pelo vale de Ohio, interesse que apareceria de forma bastante intensa no conflito seguinte.

Dois anos antes de começar na Europa a Guerra dos sete anos (17561763), começavam na américa os conflitos nomeados de Guerra FrancoÍndia. O início do choque ligava-se exatamente às pretensões dos colonos de se expandirem sobre as

áreas indígenas do Ohio.

“Faça a união das colônias ou desapareça!”,
a primeira caricatura norte-americana a favor da união das 13 colônias.

Em junho de 1754, foi organizada uma conferência das colônias inglesas em albany (Nova York). Pela primeira vez, de fato, surge um plano de união entre as colônias, elaborado pelo bostoniano Benjamin Franklin, como forma de dar mais força aos colonos em sua luta contra os inimigos. A idéia de uma união desagradou o governo inglês, que temia os efeitos posteriores dela. As próprias colônias desconfiaram também dessa união, temendo a perda da autonomia.

A Guerra Franco-índia e a dos sete anos acabaram por eliminar o império Francês na américa do Norte. Derrotada na Europa e na américa, a França entrega para a inglaterra uma parte de suas possessões no Caribe e no Canadá.

De muitas formas, a Guerra dos sete anos é a mais importante de todas as guerras do século XVIII. Deixou evidente o que já aparecera em outras guerras: os interesses ingleses nem sempre eram idênticos aos dos colonos da américa.

A derrota da França afastou o perigo permanente que as invasões francesas representavam na américa, deixando os colonos menos dependentes do poderio militar inglês para sua defesa. Além disso, os habitantes das 13 colônias tinham experimentado a prática do exército e o exercício da força para conseguir seus objetivos e haviam tido, ainda que fracamente, sentimentos de unidade contra inimigos comuns. Somando-se a esse novo contexto, a política fiscal inglesa para com as colônias, após a Guerra dos sete anos, alterou-se bastante, como veremos adiante. Levando em conta os argumentos apresentados, é absolutamente correto relacionar as guerras coloniais com as origens da independência das 13 colônias.

OS COLONOS VENCEM A GUERRA E PERDEM A PAZ...

Como já foi visto, a colonização inglesa da américa do Norte, particularmente das colônias setentrionais, não foi feita mediante um plano sistemático. Em parte pelas características das colônias, em parte pela própria situação da inglaterra no século XVII com suas crises internas, as colônias gozavam de certa autonomia. A metrópole, ausente e distante, raramente interferia na vida interna das colônias.

Essa situação tende a mudar no século XVIII. O sistema político inglês definira-se como uma monarquia parlamentar, o que proporcionará à inglaterra grande estabilidade política. Participando do poder, a burguesia inglesa promove grande desenvolvimento econômico. Os séculos XVIII e XIX na inglaterra, ao contrário da França, serão de relativa paz interna, favorecendo a expansão e o controle do império colonial.

A burguesia no poder inglês, contando com matéria-prima (como ferro e carvão), com vasta mão-de-obra e a invenção de máquinas na área têxtil, passa a concentrar trabalhadores em espaços chamados fábricas. A revolução industrial é, antes de mais nada, a introdução de uma nova disciplina de trabalho, explorando ao máximo a mão-de-obra e provocando um aumento extraordinário de produção. Essa produção, é claro, provoca uma nova busca de mercados consumidores e de maiores necessidades de matérias-primas como o algodão. Assim, na segunda metade do século XVIII, as colônias da américa são vistas como importantes fontes para alimentar o processo industrial inglês.

Outro elemento que colaborou para a mudança da atitude inglesa com relação às colônias foram as guerras do século XVIII. Essas guerras obrigaram a uma maior presença de tropas britânicas na américa, causando inúmeros atritos. Os acordos ao final desses conflitos nem sempre foram favoráveis aos colonos. Por fim, guerras como a dos sete anos, mesmo terminando com a vitória da inglaterra, implicaram altos gastos. Eram inúmeras as vozes no Parlamento da inglaterra que desejavam ver as colônias da américa colaborando para o pagamento desses gastos.

A Guerra dos sete anos estabelecera uma maior presença militar nas colônias. A Coroa decidiu manter um exército regular na américa, a um custo de 400 mil libras por ano. Para o sustento desse exército, os colonos passariam a ver aumentada sua carga de impostos. Situação desagradável para os colonos: pagar por um exército que, a rigor, estava ali para policiá-los. O final da Guerra dos sete anos também trouxe novos problemas entre colonos e índios. Vencido o inimigo francês, os colonos queriam uma expansão mais firme entre os montes apalaches e o rio Mississipi, áreas tradicionais de grandes tribos indígenas.O resultado disso foi uma nova fase de guerra entre os índios e os colonos. Várias tribos unidas numa confederação devastaram inúmeros fortes ingleses com táticas de guerrilha. Contra essa rebelião liderada por Pontiac, os ingleses usaram de todos os recursos, inclusive espalhar varíola entre os índios.

Apesar da derrota dos índios, o governo inglês decidiu apaziguar os ânimos e, em setembro de 1763, o rei Jorge III proibiu o acesso dos colonos a várias áreas entre os apalaches e o Mississipi. O decreto de Jorge III reconhecia a soberania indígena sobre essas áreas, afirmando também que:

Considerando que é justo e razoável e essencial ao nosso interesse e à segurança

de nossas colônias que as diversas nações ou tribos de índios como as que estamos em contato, e que vivem sob nossa proteção, não sejam molestadas ou incomodadas na posse das ditas partes de nossos domínios [...].

Geralmente pouco considerada, a declaração de 1763 é uma origem importantíssima para a revolta colonial contra a inglaterra. Importante, em primeiro lugar, porque fere os interesses de expansão dos colonos. Tanto os que exploravam as peles como os que plantavam fumo viam nessas ricas terras, que o decreto agora reconhecia como indígena, uma ótima oportunidade de ganho. Importante também porque representava uma mudança grande da Coroa inglesa em relação às colônias da américa: o início de uma política de interferência nos assuntos internos dos colonos. O ano de 1763 marcou uma mudança na história das relações entre a inglaterra e suas colônias.

AS LEIS DA RUPTURA

A inglaterra tornou-se, após a Guerra dos sete anos, a grande potência mundial e passou a desenvolver uma política crescente de domínio político e econômico sobre colônias.

A Lei do açúcar (american revenue act ou sugar act), em 1764, representou outro ato dessa nova política. Essa lei reduzia de seis para três pence o imposto sobre o melaço estrangeiro, mas estabelecia impostos adicionais sobre o açúcar, artigos de luxo, vinhos, café, seda, roupas brancas. Desde 1733 havia lei semelhante, no entanto os impostos sobre os produtos perdiam-se na ineficiência das alfândegas inglesas nas colônias.

O que irritava os colonos não era tanto a Lei do açúcar, mas a disposição da inglaterra em fazê-la cumprir. Criou-se uma corte na Nova Escócia com jurisdição sobre todas as colônias da américa para punir os que não cumprissem essa e outras leis.

Além disso, a Lei do açúcar procurava destruir uma tradição dos colonos da américa: comprar o melaço para o comércio triangular onde ele fosse oferecido em melhores condições. Isso significava que a escolha nem sempre recaía sobre as ilhas inglesas do Caribe, mas também sobre as possessões francesas.

Ao indicar em sua introdução que seu objetivo era “melhorar a receita deste reino”, a Lei do açúcar torna claro o mecanismo mercantilista que a inglaterra pretendia. No segundo século da colonização, a Coroa britânica queria fazer as colônias cumprirem a sua função de colônias: engrandecimento da metrópole. Ficava clara uma mudança na política inglesa.

Os colonos reagiram imediatamente. Um deles, James Otis, publicou uma obra denunciando as medidas e reafirmando um velho princípio inglês que os colonos invocavam para si: “taxação sem representação é ilegal”. O que significa isso? desde a idade Média até o século XVIII a inglaterra sofreu muitos movimentos que afirmavam este princípio: para alguém pagar um imposto (taxação), essa pessoa deve ter votado num representante que julgou e aprovou este imposto (representação). Assim foi com os

burgueses que impuseram limites a Carlos i. Era esse princípio tradicional da inglaterra que Otis, no fundo, queria fazer valer para as colônias.

Além dos protestos como o de James Otis, os colonos organizaram boicotes às importações de produtos ingleses, como, por exemplo, às rendas para a confecção de vestidos.

No mesmo ano de 1764, o governo inglês baixa a Lei da Moeda, proibindo a emissão de papéis de crédito na colônia, que, até então, eram usados como moeda. O comandante do exército britânico na américa, general thomas Gage, sugeria e fazia aprovar no mesmo ano a Lei de Hospedagem. Essa lei determinava as formas como os colonos deveriam abrigar os soldados da inglaterra na américa e fornecer-lhes alimento.

Mais uma vez, a Lei de Hospedagem e a da Moeda revelam mudanças na política inglesa. O objetivo claro da Lei da Moeda era restringir a autonomia das colônias. A Lei da Hospedagem desejava, em última análise, tornar as colônias mais baratas para o tesouro inglês.

Porém, é somente com a Lei do selo, de 1765, que notamos uma resistência organizada dos colonos a esta onda de leis mercantilistas. a inglaterra estabelecia, em 22 de março de 1765, que todos os contratos, jornais, cartazes e documentos públicos fossem taxados.

A lei caiu como uma bomba nas colônias! Foram realizados protestos em Boston e em outras grandes cidades. Em Nova York, um agente do governo inglês foi dependurado pelas calças num denominado “poste da liberdade”. Um grupo chamado Filhos da Liberdade chegou a invadir e saquear a casa de thomas Hutchinson, representante do governo inglês em Massachusetts. Além de todos esses atos, foi convocado o Congresso da Lei do selo. Em Nova York, os representantes das colônias elaboraram a declaração dos direitos e reivindicações. Esse documento é bastante interessante para avaliarmos o sentimento dos colonos, em particular da elite comerciante, às medidas inglesas.

O documento afirma sua lealdade em relação ao rei Jorge III. No entanto, invoca para as colônias os mesmos direitos que os ingleses tinham na metrópole. O documento afirma, lembrando uma tradição que remonta às idéias do filósofo inglês Locke, que nenhuma lei pode ser válida sem uma representação dos colonos na Câmara dos Comuns. Por fim, pede a declaração que essa e outras leis que restringem o comércio sejam abolidas.

Com a Lei do selo, a Coroa havia incomodado a elite das colônias. A reação foi grande, assustando os agentes do tesouro da inglaterra. Houve um movimento de boicote ao comércio inglês; no verão de 1765, decaiu o comércio com a inglaterra em 600 mil libras. Em quase todas as colônias, os agentes do tesouro inglês eram impossibilitados de colocar os selos nos documentos. A reação era generalizada. Em 1766, o Parlamento inglês viu-se obrigado a abolir a odiada lei. Os colonos haviam demonstrado sua força. A inglaterra retrocedia para avançar mais, logo em seguida.

O Massacre de Boston, gravura de Paul Revere. O episódio do "Massacre de Boston" foi usado largamente como propaganda por parte dos adeptos da separação.

Um novo ministério formado na inglaterra traria ao poder homens mais dispostos a

submeter a colônia do que ceder às pressões dos colonos. O ministro da Fazenda, Charles townshend, decretou, em 1767, medidas que foram conhecidas como atos townshend. Esses atos lançavam impostos sobre o vidro, corantes e chá. A assembléia de Nova York foi dissolvida por não cumprir a Lei de Hospedagem. Foram nomeados novos funcionários para reprimir o contrabando, bastante praticado nas colônias.

O resultado dessas novas leis foi novos protestos, novos boicotes e declarações dos colonos contra as medidas. As leis acabariam sendo revogadas.

No entanto, em Boston, quase ao mesmo tempo em que se deu a anulação dos atos townshend, um choque entre americanos e soldados ingleses tornaria as relações entre as duas partes muito difíceis. Protestando contra os soldados, um grupo de colonos havia atirado bolas de neve contra o quartel. O comandante, assustado, mandara os soldados defenderem o prédio. Estes acabaram disparando contra os manifestantes. Cinco colonos morreram. Seis outros colonos foram feridos, mas conseguiram sobreviver. Era 5 de março de 1770. O Massacre de Boston, como ficou conhecido, foi usado largamente como propaganda dos que eram adeptos da separação. Um desenho com a cena do massacre percorreu a colônia. O cheiro de guerra começava a ficar mais forte.

CHÁ AMARGO...

Mais uma vez entra em cena o chá. Mais uma vez surge o mercantilismo que a inglaterra parece disposta a implantar nas colônias. Mais uma vez, a reação dos colonos.

Para favorecer a Companhia das Índias Orientais, que estava à beira da falência, o governo britânico lhe concede o monopólio da venda do chá para as colônias americanas.

Os colonos tinham o mesmo hábito britânico do chá. Tal como na inglaterra, o preço da bebida vinha baixando, tornando-a cada vez mais popular. Com o monopólio do fornecimento de chá nas mãos de uma companhia, os preços naturalmente subiriam.

A reação dos colonos à lei foi, pelo menos, original. Primeiro a população procurou substituir o chá por café e chocolate para escapar ao monopólio. Além disso, na noite de 16 de dezembro de 1773, 150 colonos disfarçados de índios atacaram 3 navios no porto de Boston e atiraram o chá ao mar. Era a Boston tea Party (Festa do Chá de Boston). Cerca de 340 caixas de chá foram arremessadas ao mar. Um patriota entusiasmado disse: “O porto de Boston virou um bule de chá esta noite...”.

A reação do Parlamento inglês foi forte. Foram decretadas várias leis que os americanos passaram a chamar de “leis intoleráveis”. A mais conhecida delas interditava o porto de Boston até que fosse pago o prejuízo causado pelos colonos. A colônia de Massachusetts foi transformada em colônia real, o que emprestava grandes poderes a seu governador. O direito de reuniões foi restringido. A inglaterra demonstrava que não toleraria oposições às suas leis.

Nessa ilustração de Paul Revere, oficiais ingleses obrigam a América a tomar chá amargo, uma alusão à arbitrária lei britânica que concedia à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá para as colônias.

No lugar da esperada submissão das colônias, a inglaterra conseguiu com estas medidas apenas incentivar o processo de independência.

A RUPTURA E O NOVO PAÍS

A independência das 13 colônias foi influenciada por muitos autores do iluminismo, movimento filosófico de crítica ao poder dos reis e à exploração das colônias por meio de monopólios. Dos filósofos do mundo iluminista, um dos mais importantes para os colonos foi John Locke.

O inglês John Locke, filho de uma família protestante, nasceu em 1632. Viveu o agitado século XVII na inglaterra e, quando Guilherme e Maria de Orange foram entronados, olhou com aprovação para o novo governo que se instalava.

As idéias de Locke estavam profundamente relacionadas com a revolução Gloriosa inglesa, que estabeleceu o governo de Guilherme e Maria e consagrou a supremacia do Parlamento na inglaterra. Na sua maior obra política, *Ensaio sobre o governo civil*, Locke justifica os acontecimentos da inglaterra.

O filósofo desenvolveu a idéia de um Estado de base contratual. Esse contrato imaginário entre o Estado e os seus cidadãos teria por objetivo garantir os “direitos naturais do homem”, que Locke identifica como a liberdade, a felicidade e a prosperidade. Para o filósofo, a maioria tem o direito de fazer valer seu ponto de vista e, quando o Estado não cumpre seus objetivos e não assegura aos cidadãos a possibilidade de defender seus direitos naturais, os cidadãos podem e devem fazer uma revolução para depô-lo. Ou seja, Locke é também favorável ao direito à rebelião. (Esse princípio de resistência à tirania justificava a revolta dos ingleses diante das medidas autoritárias dos stuart no trono da inglaterra.)

Tais princípios, expostos na obra de Locke, tornaram-se com o tempo parte da tradição política da inglaterra. Muitos ingleses que emigraram para as colônias conheciam as idéias do filósofo. Os estudantes das colônias, que iam para a Europa em busca das universidades, voltavam influenciados por ele e por outros pensadores. Dessas e de muitas outras formas, as idéias liberais atravessavam o oceano e frutificavam nas colônias, onde encontravam terreno fértil, passando a fazer parte da tradição política também do Novo Mundo.

O filósofo inglês defendia a participação política para determinar a validade de uma lei. As leis inglesas eram votadas sem que os colonos participassem da votação. Por várias vezes os colonos recusaram-se a aceitar leis votadas por um parlamento no qual eles não tinham assento, alegando o direito de participar em decisões que os afetariam.

Na visão dos colonos, o governo inglês não procurava preservar a vida, a liberdade e a propriedade. Pelo contrário, atentava com sua legislação mercantilista contra a propriedade dos colonos e, por vezes, como no Massacre de Boston, contra a própria vida dos colonos. As palavras de Locke (*Segundo tratado sobre o governo*) assumiam na colônia o papel de ideário de uma revolução:

> Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de

> guerra com aqueles contra os quais assim a emprega; e nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor.

É interessante identificarmos na declaração de independência das colônias longos trechos extraídos das idéias de Locke. O filósofo inglês, ao pretender justificar um movimento em sua terra, acabou servindo de base, quase um século depois, para um movimento contra o domínio da inglaterra, a mesma inglaterra que Locke tanto amava.

"DÊEM-ME A LIBERDADE OU DÊEM-ME A MORTE!"

Essa frase foi dita por um patriota americano: Patrick Henry ("*Give me liberty, or give me death*!"). Ela representa muito do crescente estado de espírito que as leis inglesas iam provocando nas colônias.

Quando a inglaterra começou sua política mercantilista, os colonos americanos passaram, de forma crescente, a protestar contra esses fatos.

E importante lembrar que não havia na américa do Norte, de forma alguma, uma nação unificada contra a inglaterra.

Na verdade, as 13 colônias não se uniram por um sentimento nacional, mas por um sentimento antibritânico. Era o crescente ódio à inglaterra, não o amor aos Estados Unidos (que nem existiam ainda) que tornava forte o movimento pela independência. Mesmo assim, esse sentimento a favor da independência não foi unânime desde o princípio. Já vimos anteriormente que o sul era mais resistente à idéia da separação. E tanto entre as elites do Norte como as do sul, outro medo era forte: o de que um movimento pela independência acabasse virando um conflito interno incontrolável, em que os negros ou pobres interpretassem os ideais de liberdade como aplicáveis também a eles. Na verdade, as elites latifundiárias ou comerciantes das colônias resistiram bastante à separação, aceitando-a somente quando ficou claro que a metrópole desejava prejudicar seus interesses econômicos.

As sociedades secretas foram uma das primeiras reações dos colonos contra as medidas inglesas. A mais famosa delas foi Os Filhos da Liberdade, que estabeleceu uma grande rede de comunicações, em muito facilitando a articulação entre os colonos. Os Filhos da Liberdade também eram uma escola de política, pois seus membros liam as principais obras políticas (como a de Locke, entre outras) para darem base intelectual ao movimento.

Houve também um grupo feminino intitulado Filhas da Liberdade, com o mesmo propósito. As mulheres também organizaram Ligas do Chá com o objetivo de boicotar a importação de chá inglês. Nas grandes cidades como Nova York e Boston, mulheres encabeçavam campanhas contra produtos elegantes importados da inglaterra e incentivavam produtos feitos em casa, mais simples, porém mais "patrióticos". Na Carolina do Norte, um grupo de mulheres chegou a elaborar um documento chamado Proclamação Edenton, dizendo que o sexo feminino tinha todo o direito de participar da vida política. Mais tarde, quando a guerra entre as colônias e a Coroa Britânica começou, as colonas demonstraram mais uma habilidade: foram administradoras das

fazendas e negócios enquanto os maridos lutavam.

A continuidade das medidas inglesas para as 13 colônias levou os colonos a organizarem o Congresso Continental da Filadélfia, mais tarde conhecido como Primeiro Congresso Continental. Representantes de quase todas as colônias (com exceção da Geórgia) acabaram elaborando uma petição ao rei Jorge, protestando contra as medidas. O texto redigido em 1774 era moderado, o que mostra que a separação não era ainda um consenso. Depois de protestar contra as medidas inglesas, os colonos encerraram o documento dizendo que prestavam lealdade a sua Majestade. O conservadorismo da elite colonial reunida no Congresso não foi suficiente para uma generosa influência de Locke no texto enviado ao rei.

A reação inglesa foi ambígua. Ao mesmo tempo em que houve tentativas de conceder maiores regalias aos colonos, foi aumentado o número de soldados ingleses na américa. Esse incremento da força militar acabou estimulando um inevitável choque entre as forças dos colonos e as inglesas. Em Lexington e Concord ocorreram os primeiros choques armados.

Em meio ao início de hostilidades deu-se o segundo Congresso da Filadélfia. Esse Congresso acabaria reunindo todas as colônias, inclusive a resistente Geórgia. Inicialmente, apenas renovou seus protestos junto ao rei, que acabou se decidindo a declarar as colônias “em rebeldia”.

A opinião dos congressistas estava dividida enquanto panfletos como o de thomas Paine, *Senso comum* (*Common Sense*), pregavam enfaticamente a separação e atribuíam ao rei os males das colônias.

Pode parecer contraditório, mas Paine nasceu na inglaterra. Entretanto, aos 37 anos, já era um “cidadão do mundo” quando chegou à américa, em

Mulheres patriotas organizam boicotes a produtos ingleses e incentivam a produção caseira. Na ilustração: as damas da Sociedade de Senhoras Patriotas de Edenton, Carolina do Norte, jurando não tomar mais chá até a libertação e defendendo a participação feminina na vida política americana.

1774. Filho do dono de uma fábrica de espartilhos, o ativista teve uma vida atribulada e marcada por movimentos políticos. Falido e divorciado, passou nove semanas dentro de um navio até chegar à Pensilvânia. Nos jornais da Pensilvânia, adquire fama de escritor "radical", contrário à escravidão e adepto da independência das colônias.

A 10 de janeiro de 1776, o folheto *Senso comum* chega às livrarias da Filadélfia. Em meio às agitações políticas do inverno de 1776, as cinqüenta páginas desse folheto divulgado como anônimo teriam uma importância muito grande, fundamental como elemento de propaganda. Suas afirmações foram espalhadas pelas colônias com grande velocidade. Como o próprio nome diz, Paine sistematizou um sentimento que era crescente entre os colonos, um senso comum e "bom"; deu forma escrita à revolta e corpo às idéias esparsas e aos protestos contra a inglaterra. Diz o autor:

> A inglaterra é, apesar de tudo, a pátria-mãe, dizem alguns. sendo assim, mais vergonhosa resulta sua conduta, porque nem sequer os animais devoram suas crias nem fazem os selvagens guerra a suas famílias; de modo que esse fato volta-se ainda mais para a condenação da inglaterra. [...] Europa é a nossa pátria-mãe, não a inglaterra. Com efeito, este novo continente foi asilo dos amantes perseguidos da liberdade civil e religiosa de qualquer parte da Europa [...] a mesma tirania que obrigou aos primeiros imigrantes a deixar o país

segue perseguindo seus descendentes.

Firmemente republicano, Paine ataca não só o abuso da monarquia sobre as colônias, mas também a própria monarquia como instituição. A necessidade de uma constituição é ressaltada no folheto. Na visão de Paine, um corpo de leis elaborado nas colônias seria o mais lógico e conveniente para a vida dos colonos. Era a hora da separação:

> A Europa está separada em muitos reinos para que possa viver muito tempo em paz, e onde quer que estoure uma guerra entre a inglaterra e qualquer potência estrangeira, o comércio da colônia sofre ruínas, por causa de sua conexão com a Grã-Bretanha... Tudo o que é justo ou razoável advoga em favor da separação. O sangue dos que caíram e a voz chorosa da natureza exclamam: Já é hora de separar-nos! inclusive a distância que o todo-Poderoso colocou entre a inglaterra e as colônias constitui uma prova firme e natural de que a autoridade daquela sobre estas nunca entrou nos desígnios do Céu...

O próprio autor manifestou-se surpreso com o sucesso do seu folheto. Mais tarde, porém, mais vaidoso, afirmava numa carta que

> a importância daquele panfleto foi tanta que, se não tivesse sido publicado, e no momento exato em que o foi, o Congresso não teria se reunido ali onde se reuniu. A obra deu à política da américa um rumo que lhe permitiu enfrentar a questão.

IN CONGRESS. JULY 4, 1776.

The unanimous Declaration of the thirteen united States of America,

A América wasp declara a Independência.

O sucesso dos escritos de Paine está ligado ao que, no início do livro, chamamos de “espírito de Macbeth”. Essa modernidade política é exatamente a capacidade de separar as partes constitutivas da política como um todo, avaliálas de forma quase abstrata, manipular os conceitos e jogar com eles a favor de um determinado interesse. Paine afirma que “a sociedade é produzida por nossas necessidades, o governo por nossa iniqüidade”. A inglaterra é negada em sua condição de mãe-pátria por seus erros, pregando o autor a separação.

A 2 de julho de 1776, o Congresso da Filadélfia acaba decidindose pela separação e encarrega uma comissão de redigir a declaração da independência. A declaração fica pronta dois dias depois, em 4 de julho.

O teor da declaração de independência é típico desse “pensamento ilustrado”, presente nas colônias no século XVIII. Em muitos aspectos, lembra o panfleto de Paine, misturando elementos de pensamento racional com argumentos religiosos.

Thomas Jefferson não é o único, mas é o mais importante autor desse documento.

A consciência de que as colônias inglesas da américa do Norte pretendiam algo inédito – separar-se da metrópole – deu aos autores do texto um sentido de importância e majestade, como se as colônias estivessem diante do tribunal do mundo:

Em 4 de julho de 1776, o Congresso se reuniu na Filadélfia e proclamou, com o apoio da população, o surgimento de uma nova nação: os Estados Unidos da América. Na ilustração: *O espírito de 1776*, de Archibald M. Willard, simboliza a Independência.

> Quando, no curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário para um povo dissolver o vínculo político que o mantinha ligado a outro, e assumir entre as potências da terra a situação separada e igual a que as leis da natureza e o deus da natureza lhe dão direito, um decoroso respeito às opiniões da humanidade exige que ele declare as causas que o impelem à separação.

Os representantes das colônias, reunidos na Filadélfia, resolveram então explicar ao mundo o que o mundo não tinha perguntado: as causas da separação. Para isso, enumeram 27 atitudes da inglaterra que prejudicaram as colônias. A explicação e a justificativa não se destinavam à "humanidade", como dizia o texto, mas aos próprios colonos que só pouco antes haviam decidido pela separação.

Os problemas que a declaração de independência enumera já são nossos conhecidos: as leis mercantilistas, as guerras que prejudicavam os interesses dos colonos, a existência de tropas inglesas que os colonos deviam sustentar etc. A paciência dos colonos, sua calma e ponderação são destacadas em oposição à posição intransigente e autoritária do rei da inglaterra, no caso, Jorge III.

Interessante que, dentro do sistema parlamentarista inglês, o rei tem menos importância do que o Ministério. As ações contra os colonos não partiram diretamente de Jorge III, mas dos ministros que pelo Parlamento as impunham à aprovação real. A declaração, no entanto, resolve concentrar seus ataques na figura do rei, tentando, talvez, "criar" um inimigo conhecido e fixo.

No último parágrafo, por fim, o rompimento definitivo é anunciado. As colônias declaram-se estados livres e independentes, sem qualquer ligação com a Grã-Bretanha. Invocando a proteção divina, selam a primeira independência das américas.

A declaração foi recebida com entusiasmo por quase todos os colonos. Em Nova York, a estátua do rei Jorge III foi derrubada pela população entusiasmada. Em quase todas as colônias houve festas.

Declarar independência era, porém, mais fácil do que lutar por ela. As colônias tiveram que enfrentar uma guerra para garantir essa independência diante da inglaterra. George Washington, fazendeiro da Virgínia, foi nomeado comandante das forças rebeldes.

As hostilidades haviam começado em Lexington e Concord, como dissemos. Foi organizado o Exército Continental, uma força regular a cargo de Washington. Porém, a Guerra de independência é também fruto da luta das milícias, grupos mais ou menos autônomos de colonos que faziam atos de sabotagem contra o Exército inglês. Nessa época, desenvolve-se uma noção muito importante para os Estados Unidos: os *minutemen*, homens que deveriam estar prontos para defender-se a qualquer minuto dos ataques da inglaterra, sendo os verdadeiros "cidadãos em armas".

Em decorrência dessa mentalidade, na futura Constituição dos EUA seria garantido o direito ao cidadão de portar armas, princípio mantido até

hoje. (se na época da guerra contra a inglaterra essa idéia tinha uma certa validade, hoje ela é um obstáculo ao desarmamento da população.)

A guerra não foi fácil. Os ingleses enviaram vários generais conceituados como William Howe, John Burgoyne e Lord Corwallis e tropas apoiadas pela maior marinha

do mundo. Apesar do entusiasmo dos colonos, a experiência e a marinha britânicas pareciam ser obstáculos quase intransponíveis. Os ingleses pagaram ainda uma grande quantidade de mercenários alemães, famosos pela energia de ataque, para lutar na américa.

Para piorar a situação dos rebeldes, muitos colonos passaram para o lado dos ingleses, contrários à independência ou simplesmente em busca de recompensas imediatas. Houve traições ainda mais graves, como a do general Benedict arnold, que levou aos ingleses muitas informações sobre as forças rebeldes. Havia uma parte dos colonos entusiasmada com a causa da ruptura. Havia uma parte leal à Coroa Britânica e havia um grande número de colonos absolutamente indiferente aos dois lados.

Um dos fatores que mais uniu os colonos em tomo da causa da independência foi a violência inglesa. Banastre tarleton, por exemplo, foi apelidado de açougueiro pelos norte-americanos, pela ferocidade com que matava mulheres e crianças e incendiava aldeias inteiras. Um dos objetivos de tarleton era capturar um gerrilheiro pró-independência Francis Murion, apelidado de raposa do Pântano. Tarleton morreu com título de *Sir* na inglaterra, em 1833. Francis Murion morreu como um respeitado patriota na Carolina do sul, em 1795. Cada um foi herói para o seu país.

A guerra foi uma sucessão de batalhas que ora favoreciam os britânicos, ora os colonos. Vitórias dos colonos – como em saratoga – permitiram que o embaixador das colônias, Benjamin Franklin, conquistasse em definitivo o apoio espanhol e francês. A França enviou exército e marinha, sob o comando do marquês de Lafayette e do general rochambeau. A Holanda também aproveitou a guerra para atacar possessões inglesas, ainda que a princípio não reconhecesse a independência das colônias. As rivalidades européias, dessa vez, eram canalizadas a favor dos colonos.

A entrada da França e da Espanha mudou os rumos da guerra. O conflito havia se deslocado para o sul. Em 19 de outubro de 1781, as tropas de colonos e seus aliados obtêm a vitória decisiva em Yorktown na Virgínia. Dois anos após a vitória de Washington, em 1783, pelo tratado de Paris, a França recebia o senegal na áfrica e algumas ilhas das antilhas; a Espanha recebia a ilha de Minorca no Mediterrâneo e territórios da Flórida. Pela primeira vez na história, um país da Europa reconhecia a independência de uma colônia.

OS PAÍS DA PÁTRIA

A tradição política e historiográfica norte-americana elegeu alguns homens como “pais da pátria” ou “pais fundadores”. Eles figuram, com rostos felizes, nas também felizes notas de dólar. George Washington e Benjamin Franklin são dois dos mais destacados.

O povo de Nova York derruba a estátua do rei Jorge III: as colônias rompem com antigos símbolos. Logo surgirão outros, como os “pais da pátria”.

George Washington era um fazendeiro da Virgínia. Lutou nas guerras coloniais e adquiriu fama de bom militar. Quando a independência aconteceu, tornou-se chefe maior das tropas americanas contra as inglesas.

Nascido em 1732, Washington pertencia à elite colonial. A participação dele no Primeiro e segundo Congressos da Filadélfia não é algo estranho. A independência e a construção do novo regime republicano foi um projeto levado adiante pelas elites das colônias. Escravos, mulheres e pobres não são os líderes desse movimento, a independência norte-americana é um fenômeno branco, predominantemente masculino e latifundiário ou comerciante. Washington é o pai dessa pátria, uma parte da nação que, em 1776, identificou-se com a noção de toda a pátria.

Benjamin Franklin foi um dos mais famosos intelectuais do século XVIII. Sua imagem é associada com freqüência ao pára-raio, bibliotecas públicas, corpo de bombeiros e

outras instituições que, se não foram inteiramente criação sua, muito lhe devem.

Nascido em Boston, em 1706, Franklin representa o elemento urbano que participou do processo de independência.

Franklin foi alimentando ao longo de sua vida idéias sobre a liberdade e a democracia. Crítico da escravidão, foge do pensamento-padrão dos outros líderes, tendo em vista que a escravidão foi um dos elementos em que não chegaram as idéias de liberdade pregadas pelos colonos. Franklin defendera desde muito cedo a unidade das colônias. Vimos que é de sua autoria o Plano de União de albany, em 1745. Honesto, trabalhador, Franklin reúne todas as condições para tomar-se um “pai da pátria”.

Em 1748, ainda longe do destaque que o movimento de independência lhe traria, Franklin dava instruções a um jovem aprendiz:

> Recorda que tempo é dinheiro... recorda que crédito é dinheiro... O dinheiro pode gerar dinheiro e tua prole pode gerar mais... O caminho da riqueza depende principalmente de duas palavras: diligência e frugalidade; isto é, não desperdices tempo nem dinheiro, mas os emprega da melhor maneira possível... Quem ganha tudo o que pode honradamente e guarda tudo o que ganha (excetuando os gastos necessários), sem dúvida alguma chegará a ser rico, se este ser que governa o mundo a quem todos devemos pedir a bênção para nossas empresas honestas não determina o contrário na sua sábia providência.

O bom trabalhador protestante, que envolve deus em seus negócios: esse é o retrato que o próprio Franklin traçou de si. Trabalhar de sol a sol, não desperdiçar, poupar e acumular, regras franklinianas para um viver feliz. Franklin é o pai de outra parte da pátria: os protestantes, dedicados a guardar o dinheiro que deus lhes envia em retribuição a seus esforços.

E PLURIBUS UNUM

Essa frase em latim significa: “de muitos, um”. Ela foi escolhida como lema do novo país e consta em muitos símbolos oficiais dos Estados Unidos. Representa o surgimento de um país unificado, nascido de muitas colônias.

Essa unidade, porém, não era tão fácil de ser sustentada. A unidade contra os ingleses não significou em tempo algum um sentimento nacional de fato. A idéia de ser membro de um país deveria ser construída, e essa construção não terminaria com a independência.

A bandeira já havia sido escolhida. Tinha 13 listras alternando o vermelho e o branco, cada listra representando uma colônia. No canto superior esquerdo, 13 estrelas sobre um fundo azul. a primeira foi confeccionada por Betsy ross. Cada novo estado que, ao longo da história, foi sendo incorporado ao país (hoje são cinqüenta) acrescentou uma nova estrela nesta área. Como símbolo dos Estados Unidos também foi escolhida uma ave: a águia careca, animal típico da américa do Norte. Houve protestos contra a escolha. Por incrível que pareça, alguns chegaram a sugerir o peru como ave nacional, porque, além de ser também típico da américa, era mais sociável e menos agressivo. Prevaleceu a águia.

O trabalho de construção de identidade, entretanto, seria longo, bem mais complicado do que escolher uma ave ou bandeira. Na expressão do historiador norte-americano Joyce appleby (*Inheriting the Revolution*), houve ainda uma geração inteira que teve que se conscientizar de que era americana e absorver os novos valores republicanos e de independência. Por meio da análise de muitas cartas e biografias da época, appleby fala de uma geração que se viu diante da tarefa de inventar um país na américa.

Pela primeira vez uma colônia ficara independente. Devia-se a partir de então criar um país livre com novos princípios. A primeira dificuldade era exatamente a existência não de uma colônia, mas sim de 13. A luta contra os ingleses havia unido as 13 colônias. Desaparecido o inimigo em comum, restavam os problemas da organização política interna.

Para enfrentá-los, Benjamin Franklin havia proposto os *Artigos de uma Confederação e União Perpétua* ainda antes da independência de fato. Com base nesse texto, uma comissão passou a elaborar uma Constituição.

A lenta discussão preparatória da Constituição perturbava o andamento de outras medidas. Unidade em torno de um governo central forte ou liberdade para as colônias agirem de forma mais autônoma? Esse problema fora levantado ainda antes da independência e permaneceu mal resolvido até o século XIX, acabando por gerar a Guerra Civil americana.

Durante vários meses, a Convenção da Filadélfia discutiu o texto da nova Constituição. James Madison foi um dos mais destacados redatores desse texto. Desde que foi submetido ao Congresso, em setembro de 1787, até maio de 1790, quando ratificado pelo mesmo Congresso, transcorreram quase três anos, demonstrando a dificuldade de consenso em torno de algumas questões.

De muitas formas, o texto constitucional é inovador. Começa invocando o povo e falando dos direitos, inspirados em Locke. A nação americana procurava assentar sua base jurídica na idéia de representatividade popular, ainda que o conceito de povo fosse, nesse momento, extremamente limitado.

Já no início da Constituição encontramos a expressão: “Nós, o povo dos Estados Unidos...”. Quem eram “nós”? Certamente não todos os habitantes das colônias. A maior parte dos “americanos” estava excluída da participação política. O processo de independência fora liderado por comerciantes, latifundiários e intelectuais urbanos. Com a Constituição, cada estado, por exemplo, tinha a liberdade de organizar suas próprias eleições.

O momento histórico da assinatura da Constituição, na interpretação do artista Howard C. Christy.

O federalismo (autonomia para cada estado) é um conceito que atravessa toda a Constituição. A Constituição criou uma república federalista presidencial. O governo de cada colônia (agora estado) procura se equilibrar com o governo federal. Além disto, os poderes estão, dentro da tradição ensinada pelo filósofo Montesquieu, divididos em Executivo, Legislativo e Judiciário.

Por seu caráter bastante amplo, a carta magna dos Estados Unidos assegurou a sua durabilidade. Ao contrário da primeira Constituição brasileira, de 1824, a norte-americana estabelece princípios gerais e suficientemente vagos para garantirem sua estabilidade e permanência. À suprema Corte dos Estados Unidos iria caber, no futuro, o papel de interpretar a Constituição e decidir sobre a constitucionalidade ou não das leis estaduais e das decisões presidenciais.

A eleição de Washington como o primeiro presidente era um fato mais ou menos óbvio. Era o único a contar com apoio em quase todos os estados. Um colégio eleitoral, constituído de eleitores por estados, deu maioria de votos a Washington e a vice-presidência a John adams.

AS REPERCUSSÕES DA INDEPÊNDENCIA

O primeiro país atingido pela independência dos Estados Unidos foi a inglaterra. O rei Jorge III, que vinha tentando uma maior concentração de poderes, ficou extremamente desacreditado com a separação das 13 colônias. A derrota inglesa e o tratado de Paris abalaram momentaneamente a expansão inglesa.

A França absolutista de Luís XVI também foi atingida. Os soldados franceses que

haviam lutado na independência voltaram para a Europa com idéias de liberdade e república. Haviam lutado contra uma tirania na américa e, de volta à pátria, reencontravam um soberano absoluto. No entanto, só 13 anos depois da independência norte-americana esse germe de liberdade frutificará na França.

As despesas do Estado francês com a guerra no além-mar foram elevadas, fazendo o já debilitado tesouro francês sofrer bastante. As vantagens obtidas pelo tratado de Paris só supriram parte do déficit. Dessa forma também, a revolução americana colaborou para enfraquecer o poder real e desencadear a revolução Francesa.

Para o resto da américa, os Estados Unidos serviriam como exemplo. Uma independência concreta e possível passou a ser o grande modelo para as colônias ibéricas que desejavam separar-se das metrópoles. Os princípios iluministas, que também influenciavam a américa ibérica, demonstraram

Ser aplicáveis em termos concretos. Soberania popular, resistência à tirania, fim do pacto colonial; tudo isso os Estados Unidos mostravam às outras colônias com seu feito.

Para os índios, a independência foi negativa, pois, a partir dela, aumentou a pressão expansionista dos brancos sobre os territórios ocupados pelas tribos indígenas.

Para os negros escravos, foi um ato que em si nada representou. Temos notícia de um grande aumento do número de fugas durante o período da Guerra de independência. Thomas Jefferson declarou que, em 1778, a Virgínia perdeu trinta mil escravos pela fuga. No entanto, nem à inglaterra (que dependia do trabalho escravo em áreas como a Jamaica) nem aos colonos – os sulinos em particular – interessavam que a Guerra de independência se transformasse numa guerra social entre escravos e latifundiários, o que de fato não ocorreu.

Com todas as suas limitações, o movimento de independência significava um fato histórico novo e fundamental: a promulgação da soberania “popular” como elemento suficientemente forte para mudar e derrubar formas estabelecidas de governo, e da capacidade, tão inspirada em Locke, de romper o elo entre governantes e governados quando os primeiros não garantissem

As negociações de paz foram retratadas pelo artista Benjamin West, mas os delegados ingleses se recusaram a posar para o quadro, que ficou incompleto.

Aos cidadãos seus direitos fundamentais. Existia uma firme defesa da liberdade, a princípio limitada, mas que se foi estendendo em diversas áreas.

Já nas dez primeiras emendas à Constituição, em 1791, os direitos e liberdades individuais são esclarecidos e aprofundados. Essas emendas, chamadas Bill of rights, são muitas vezes consideradas mais importantes do que todo o texto da Constituição.

A Primeira Emenda proíbe que se estabeleça uma religião oficial ou se limite o exercício de qualquer religião. A liberdade de expressão e a de imprensa são declaradas fundamentais e o povo tem o direito de reunir-se pacificamente e fazer petições contra um ato governamental que não lhe agrade. A segunda Emenda garante o direito de cada cidadão ao porte de armas. A terceira trata da proibição de se alojar soldados nas casas sem consentimento do proprietário. Outras emendas falam do direito ao júri, do direito a um julgamento público e rápido, proíbem multas excessivas e penas cruéis, e – no máximo do cuidado democrático – a Nona Emenda afirma que todos os direitos garantidos nas emendas não significam que outros, não escritos, não sejam válidos também.

Surgia um novo país que, apesar de graves limitações aos olhos atuais (permanência da escravidão, falta de voto de pobres e de mulheres), causava admiração por ser uma das mais avançadas democracias do planeta naquela ocasião. Essas realidades encantariam um pensador francês em visita aos Estados Unidos no século XIX, alexis de tocqueville, que, entusiasmado, afirmou:

Há países onde um poder, de certo modo exterior ao corpo social, age sobre ele e o força a marchar em certa

> direção. Outros há em que a força é dividida, estando ao mesmo tempo situada na sociedade e fora dela. Nada de semelhante se vê nos Estados Unidos; ali, a sociedade age sozinha e sobre ela própria [...]. O povo reina sobre o mundo político americano como deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas, tudo sai de seu seio e tudo se absorve nele.

Entretanto, o mesmo tocqueville, vindo de uma sociedade aristocrática, não deixa de tecer críticas à maneira de ser da jovem nação. Em passagem venenosa, o autor declara:

> Freqüentemente observei nos Estados Unidos que não é fácil fazer uma pessoa compreender que sua presença pode ser dispensada, e as insinuações nem sempre bastam para afastá-la. Se contradigo um americano a cada palavra que diz, para lhe mostrar que sua conversação me aborrece, ele logo se esforça com redobrado ímpeto para me convencer; se mantenho um silêncio mortal, ele julga que estou meditando profundamente nas verdades que profere; se por fim fujo da sua companhia, ele supõe que algum assunto urgente me chama para outro lugar. Esse homem nunca compreenderá que me cansa mortalmente, a não ser que eu diga, e, assim, a única maneira de me ver livre dele é transformá-lo em meu inimigo pela vida inteira.

Ilustração da primeira sede do governo americano, o *Federal Hall*, em Nova York. Sobre a fachada em estilo colonial, a águia, símbolo do novo país. No balcão, George Washington presta juramento como presidente.

Como vemos, a admiração pela política do novo país não era ampliada para a admiração pela conversa dos novos cidadãos. Estava mais uma vez registrada a ambigüidade permanente do mundo com relação aos EUA.

OS EUA NO SÉCULO XIX

“Eu celebro a mim mesmo, e canto a mim mesmo,
E o que eu pensar também vais pensar,
Pois cada átomo que pertence a mim igualmente pertence a ti.”
Walt Whitman

INVENTANDO A NOVA NAÇÃO

O QUE FAZER COM A LIBERDADE CONQUISTADA?

Após os anos iniciais de nação independente, os Estados Unidos da américa precisavam definir o modelo republicano a ser adotado. Depois de tanto tempo em conflito e por ser formado por inúmeras regiões distantes não apenas geograficamente, mas também nos costumes e nas práticas econômicas, o país precisava encontrar unidade para que o governo fosse capaz de dar conta de tantas diferenças.

A guerra contra a inglaterra tinha unido as colônias, mas sem ter criado, de fato, uma nação homogênea e bem integrada. Os interesses locais eram predominantes e poucos estavam dispostos a abrir mão deles para formar algo que ainda era uma novidade: os Estados Unidos da américa.

George Washington havia sido um grande líder militar e o primeiro governante. Seu vice-presidente tornou-se o chefe seguinte do Executivo, John adams (1797-1801), e ainda teve de lidar com os efeitos da guerra contra a inglaterra e com os debates em torno da naturalização de imigrantes. Normalmente, é ao terceiro presidente, thomas Jefferson (1743-1826), que a memória dos norte-americanos atribui a obra de construção política do jovem país.

Thomas Jefferson havia lutado pela independência e desempenhou papel ativo na Constituição. Intelectual refinado e erudito queria combater o que ele supunha ser a tradição aristocrática da inglaterra. Para formar um novo país e mais justo do que a tradição britânica, ele se baseava num sólido republicanismo. Para ele, a igualdade rural dos tempos da colônia, sem títulos de nobreza e com assembléias de homens tornados iguais pela lei e pelos princípios políticos, era a grande meta. Seu ideal de país parecia ser uma associação de pequenos produtores, diminuindo o peso do governo central ao estritamente necessário. A Europa do início da industrialização, com classes distintas bem evidentes e imensas cidades, estava próxima da sua concepção de inferno. O primeiro discurso de posse de thomas Jefferson, a 4 de março de 1801, desenvolvia seu ideal político:

> Um governo prudente e frugal, que impeça os homens de se prejudicarem uns aos outros, mas, ao mesmo tempo, os deixe livres para regulamentar suas próprias buscas de indústria e progresso, e que não tire da boca dos trabalhadores o pão ganho por eles.

O país, como um todo, permanecia fiel à visão que tinha construído de si mesmo: um lugar independente, democrático e auto-suficiente, guiado por pessoas virtuosas que marchavam em direção ao progresso. O tom adotado por Jefferson acabou lhe permitindo receber grande apoio político, mesmo na Nova inglaterra em que as tendências ruralistas eram menores. Os cidadãos norte-americanos pareciam acreditar que o sonho de uma república perfeita e intacta seria realizado. As maiores ameaças a esse relativo sentimento de paz e vitória, sem dúvida, acabariam sendo as guerras na

Europa, num contexto internacional, e a expansão para o Oeste, dentro da própria nação.

DOBRANDO DE TAMANHO

No início do século XIX, as Guerras Napoleônicas e o sonho de Napoleão Bonaparte em criar um verdadeiro império não poderiam deixar de influenciar a américa do Norte. Os conflitos liderados pelo império Francês, de certo modo, forneceriam para Jefferson uma grande oportunidade diplomática no que diz respeito aos territórios europeus na américa e à expansão geográfica dos Estados Unidos. Napoleão, após invasão na Península ibérica, forçou a Espanha a devolver o território da Louisiana à França. Nesse momento, a presença francesa em terreno americano certamente representava uma ameaça maior do que a espanhola para os Estados Unidos. O embaixador norte-americano foi auxiliado por James Monroe, em Paris, no começo das negociações com os franceses a pedido do próprio Jefferson. Mas os crescentes gastos de Paris com os conflitos e batalhas modificaram o rumo dos acontecimentos. O declínio das forças francesas fez Napoleão Bonaparte priorizar os combates na Europa em detrimento do sonho de expansão do império para o outro lado do atlântico. Os franceses, necessitando de dinheiro e com tropas enfraquecidas, ofereceram a Louisiana para os norteamericanos por um preço de 15 milhões de dólares.

A compra da região pelo governo Jefferson se encaixava no desejo expansionista crescente da “perfeita e solidificada república da liberdade”. O sentimento nacionalista começou a ganhar nova roupagem, sob a forma de conquistas territoriais.

Mesmo antes da compra desses locais, Jefferson já havia demonstrado interesse nas terras localizadas a oeste, estimulando viagens de reconhecimento pelas regiões do Missouri e das Montanhas rochosas com vistas à posterior ocupação do “território selvagem”. a “marcha para o Oeste” nasceu, portanto, como símbolo de expansão do modo de vida da nova república nacionalista dos norte-americanos.

Enquanto isso, as guerras na Europa continuavam e, na verdade, se intensificavam. de um lado, França, império em expansão; do outro, inglaterra e sua poderosa marinha de guerra. Os norte-americanos ficaram em situação delicada, na medida em que eram parceiros comerciais das duas potências européias envolvidas no conflito. Como resposta a essa situação particular, os Estados Unidos formularam uma doutrina de direitos de neutralidade, entre os quais o de comerciar, sem serem atacados, com todas as nações envolvidas na guerra.

A partir da crença de que seu comércio era muito importante e totalmente necessário para os países da Europa, os norte-americanos passaram a tentar utilizar esse mesmo comércio como arma de guerra e moeda de troca em negociações. Os ingleses, por exemplo, forçavam marinheiros norte-americanos, presos em alto mar, a lutar ao lado dos britânicos. Como resposta, o Congresso norte-americano, em 1805, impediu a entrada de alguns produtos ingleses nos portos dos Estados Unidos. Esse embargo, no entanto, causou um impacto muito maior para os comerciantes

americanos, mais dependentes desses produtos, do que para os britânicos, que apresentavam uma indústria sólida e consolidada. Jefferson deixaria para o seu sucessor presidencial, em 1809, a obrigação de encontrar soluções melhores para as questões de guerra e comércio.

A NOVA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

A neutralidade desejada pelo governo norte-americano não conseguiu sobreviver aos choques entre inglaterra e França. Navios eram tomados em alto mar. Marinheiros americanos eram obrigados a servir em navios ingleses. O novo presidente James Madison (1809-1817), então, tentou substituir o antigo embargo do comércio com nações agressivas, que não havia funcionado, pela Lei de Proibição ao Comércio, promulgada no mesmo ano de 1809, em que os comerciantes eram liberados a negociar com todas as nações, exceto França e inglaterra. A primeira dentre essas duas que baixasse suas restrições teria o comércio reaberto com os Estados Unidos. Os lucros eram tão altos que a lei, na prática, mal funcionou, pois era mais vantajoso continuar o comércio de modo ilegal com a França e a inglaterra do que obedecer ao governo norte-americano.

Tanto o embargo comercial como a Lei de Proibição demonstravam o imenso otimismo dos norte-americanos com relação a seu próprio país. A imagem que tinham de si mesmos só poderia ser imensamente positiva, a ponto de Madison e seus correligionários pensarem que potências européias poderiam ceder diante de qualquer ameaça comercial vinda dos americanos. Seja como for, as medidas adotadas nessa questão foram em vão e, pela primeira vez, a nação sentiu-se impotente para resolver seus próprios problemas. Estava em jogo o orgulho nacional. A humilhação internacional, de algum modo, mexeu com a identidade norte-americana. Pensou-se que uma guerra poderia salvar a honra dos americanos e permitir o reinício de sua marcha para o progresso e a prosperidade baseados, entre outras coisas, na conquista de novos territórios.

Em junho de 1812, Madison e o Congresso aprovaram a declaração de guerra contra a inglaterra. Pouco antes, o governo em Londres resolvera revogar todas as restrições ao comércio dos Estados Unidos, mas, mesmo assim, a guerra teve início. O otimismo e a “necessidade de guerra”, contudo, não eram suficientes para vencer os britânicos. A marinha britânica era maior do que o orgulho do jovem país do Novo Mundo. A capital recém-edificada, Washington, foi incendiada pelos ingleses. Já Baltimore resistiu bravamente ao avanço inglês e o heroísmo de seus defensores (especialmente o Forte McHenry) inspirou Francis scott Key a compor o que se tornaria o hino dos EUA: *The Star-Spangled Banner*. A tentativa americana de invadir e anexar o Canadá foi ambígua, com oscilações de resultados. Ao final, a ambição dos expansionistas que defendiam a conquista do Canadá acabou frustrada.

Não interessava ao império Britânico lutar do outro lado do atlântico com a ameaça napoleônica forte na Europa. A paz foi celebrada na Bélgica. Antes que as notícias dos

acordos diplomáticos chegassem, uma frota britânica tentou tomar Nova Orleans e acabou derrotada pelo general andrew Jackson.

A Guerra de 1812 trouxe, paradoxalmente, certa segurança ao país, pois a antiga metrópole fora novamente enfrentada e, mesmo derrotados, os Estados Unidos mantiveram sua independência.

Há outro fato importante ocorrido durante esse período. As guerras napoleônicas tinham sido fatais para o domínio hispânico na Flórida. Aproveitando-se da situação, o governo Madison, em 1813, enviou tropas para a Flórida. No ano seguinte, a mesma Espanha teve que enfrentar diversas manifestações de independência e revoltas liberais em suas posses coloniais na américa e foi obrigada a deixar o território da Flórida em segundo plano. Essa situação fez com que houvesse uma diminuição na jurisdição e na presença de funcionários espanhóis na região, o que serviu de pretexto para que Madison, alegando a ameaça dos indígenas da Flórida aos territórios norte-americanos que se situavam nas proximidades, consolidasse a invasão do território.

Em 1817, andrew Jackson, o mesmo general que defendera Nova Orleans e que viria a ser presidente, foi enviado para "pacificar esses indígenas" e ocupar todo o norte da área da costa do Golfo. O secretário de Estado, John Quincy adams, dirigindo-se ao governo espanhol, acusou-o de incapaz de manter suas obrigações na américa e sugeriu a venda do território para os Estados Unidos. Com receio de possível guerra, os espanhóis cederam à pressão e, pelo tratado adams-Onís de 1819, a Flórida passou para os Estados Unidos por uma soma de cinco milhões de dólares.

Encerrados os conflitos na Europa e após a prisão de Napoleão, uma onda conservadora varreu o continente e reinos como áustria, rússia e Prússia se colocaram como verdadeiros guardiões do mundo, impedindo, a partir de intervenções militares, quaisquer focos de manifestações liberais que pudessem lembrar a revolução Francesa e as justificativas de domínio usadas por Napoleão. Essas três nações européias formaram a chamada santa aliança e suas ações se expandiriam para todo e qualquer lugar do mundo em que as monarquias fossem colocadas em risco, de acordo com suas próprias interpretações. Se necessário, interviriam também na américa e seus princípios de legitimidade e restauração, definidos no Congresso de Viena, colocariam em risco o sonho de liberdade e república que fora construído durante o processo de independência e que havia conquistado as mentes dos norte-americanos.

Ao assumir a presidência, James Monroe optou por exercer uma postura diplomática mais neutra, de não envolvimento em assuntos estrangeiros. Essa resposta às monarquias européias foi fruto de um aprendizado obtido após a guerra de 1812. denominada doutrina Monroe, tal política foi anunciada no ano de 1823: em troca da não-intervenção dos europeus na américa, o presidente prometia a não-interferência dos Estados Unidos nas questões exclusivamente européias. Ao mesmo tempo, colocava-se como juiz e guardião de todas as questões que pudessem envolver a américa como um todo, tanto na parte central como no cone sul do continente.

O medo dos EUA era, sobretudo, que as grandes potências européias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e acabassem ameaçando a

autonomia de seu próprio território ou seus interesses comerciais em todos esses mercados na américa. Nesse sentido, a doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos da política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo. Seu princípio básico, traduzido na frase "a américa para os americanos", seria o guia de toda política externa dos EUA até o século xx:

> É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer porção de qualquer continente sem por em perigo nossa paz e nossa felicidade; ninguém tampouco acreditará que nossos irmãos do sul, entregues a si mesmos, o adotem voluntariamente. É também impossível, portanto, que consideremos tal intervenção com indiferença.

Assim, na sua fala ao Congresso, em 1823, James Monroe estabeleceu o princípio dos EUA como "protetores" do Novo Mundo. Como afirmava o presidente, o sistema político da Europa diferia do restante da américa.

TEMPO DE CRESCIMENTO... PARA ALGUNS

Após o conflito de 1812 e a consolidação de uma relativa paz externa, o século proporcionou para os Estados Unidos rápida expansão e desenvolvimento econômico, atingindo pontos antes inimagináveis de crescimento.

Vivia-se o período da chamada revolução de mercado, que se caracterizou pela tendência de concentração de investimentos em um único produto ou serviço, que, graças a certas invenções tecnológicas, poderia ser produzido de modo mais eficaz, proporcionando lucros rápidos e incremento acelerado de venda e compra. Um produto que ganhou muita expressão foi o algodão, principalmente após a invenção do descaroçador, em 1793, por Eli Whitney, disseminando plantações pelas regiões da Geórgia e Carolina do sul. Além do algodão, o tabaco também obteve grande expansão na área costeira da Virgínia e Maryland e em novas regiões de produção, como em Kentucky, Missouri e tennessee. Tanto o aumento da produção do algodão quanto o do tabaco fizeram crescer a demanda por mão-de-obra e, conseqüentemente, por escravos negros nessas regiões. Nesse momento, a Virgínia, além do tabaco, passou a fornecer um novo produto para o sul: escravos vindos da áfrica.

Uma plantação de algodão no Mississipi, de Currier & Ives.
O "Rei do Algodão" é entronizado no Sul por meio do trabalho forçado de escravos negros da África.

Enquanto a escravidão dominava no sul, os estados do Norte enfatizavam o trabalho livre. Ainda no século XIX, a maior parte dos produtos industrializados era de origem doméstica, como a tecelagem, a fiação e diversos outros produtos confeccionados em residências, oficinas e lojas de artesãos. Alguns historiadores afirmam que a passagem da indústria caseira para o sistema de fábricas ocorreu primeiro na região Nordeste dos EUA. Essa alteração estaria relacionada, sobretudo, à carência, nessa região, de solo fértil necessário à agricultura em grande escala. Por outro lado, a região era riquíssima em matérias-primas, mercado interno consumidor e energia hidráulica, possibilitando o investimento de empresários vindos, em sua maioria, da Nova inglaterra.

O sistema fabril norte-americano teve início em 1790, com o cotonifício de almy Brown, em rhode island. O setor industrial e inicialmente o têxtil, que naturalmente se comunicava com as grandes produções de algodão da Geórgia, rapidamente modificou a vida cotidiana das pessoas, com artigos de lã, borracha, couro e vidro, relógios, armas de fogo e em bens de consumo em geral.

A idéia de progresso andava de mãos dadas com a de transportes mais rápidos. O barco a vapor foi criado por robert Fulton e o primeiro deles foi o Clermont, que passou a navegar no rio Hudson em 1807.

Enquanto, no início do século XIX, o barco a vapor era um dos símbolos do progresso e das conquistas da geração presente, as gerações seguintes tratariam de transformar o mesmo barco a vapor em símbolo de vida no campo, mais simples, sem a correria da cidade grande. A imagem de um barco descendo calmamente um rio, rodeado de belas paisagens naturais e eliminando fumaça, povoaria o imaginário de muitas pessoas, quase como uma antítese crítica do que irá se desenvolver bem mais tarde nos grandes entros urbanos. (Nas cenas iniciais do filme ... *E o Vento Levou*, de 1939, para retratar "a vida calma do sul" que teria sido destruída pela Guerra Civil, o diretor coloca cenas de barcos a vapor navegando no Mississipi.)

Locomotiva a vapor da Illinois Central. Desde o fim da Guerra Civil, a malha ferroviária aumentou muito e os EUA estavam próximos da finalização da segunda ilha transcontinental.

As estradas de ferro proporcionaram grande impacto nos meios de transporte. Implantadas entre as décadas de 1840 e 1850, elas conseguiram aumentar a eficiência da locomoção de pessoas e mercadorias. No início da segunda metade do século XIX, foram completadas as grandes linhas que ligavam o Leste ao Oeste e, em 1860, o país já contava com cerca de cinqüenta mil quilômetros de ferrovias. Os trens representavam um grande avanço e mudaram a concepção de velocidade e distância da maioria das pessoas. Além disso, até mesmo o seu modo de funcionamento parecia representar algo: pesados, barulhentos como uma fábrica, cheios de engrenagem e maquinarias, carregavam em si mesmos os sinais visíveis da indústria e da tecnologia; seguindo sempre em linha reta e para frente, as locomotivas se tornavam fortes símbolos de progresso, linear e contínuo, que ia sempre adiante, sem obstáculos. As ferrovias carregavam a idéia de que tudo era possível e de que os homens haviam finalmente alcançado o progresso.

DEPRESSÃO E MUDANÇAS POLÍTICAS

É certo que, até 1819, os Estados Unidos viveram um período de intenso crescimento econômico. Esse crescimento colaborou para reforçar o espírito nacionalista nascido no processo de independência de 1776 e na guerra de 1812. A rápida ascensão comercial teve origem no próprio desequilíbrio do mercado europeu, ocasionado durante os anos de conflitos iniciados por Napoleão.

Mas, uma vez restabelecido o fluxo comercial normal, a inglaterra passou a inundar

o mercado norte-americano com artigos mais baratos e de excelente qualidade, que a jovem nação ainda não podia produzir ou com os quais não podia concorrer. A exportação de algodão, por exemplo, teve terrível queda, na medida em que os ingleses procuravam fornecedores alternativos e faziam cair o preço a partir de contra ofertas. Quando os preços do algodão despencaram nos mercados mundiais, um número incontável de pessoas enfrentou a situação de perder suas casas, fazendas, oficinas e condições de sobrevivência por incapacidade de saldar suas dívidas. Muitas indústrias demitiram funcionários e pararam suas produções. A crise econômica assolou o país.

Naquele contexto, muitos bancos estatais realizaram empréstimos para que pessoas pudessem sanar suas dívidas ou mesmo acabar de pagar as terras que tinham adquirido do governo. Muitos clientes não puderam, entretanto, pagar os empréstimos feitos junto aos bancos e, por outro lado, os próprios bancos não tinham fundos suficientes para amparar essa política de empréstimos. As notas perderam parte do valor, comerciantes faliram, trabalhadores ficaram sem seus empregos e a economia estagnou.

Então, muitos bancos estatais foram forçados a fechar suas operações e isso provocou um *pânico* financeiro causando, inclusive, o encerramento das atividades de empresas bancárias consideradas sólidas. As regiões mais afetadas foram o Oeste e o sul, cujos habitantes culparam diretamente o Banco dos Estados Unidos e sua desastrosa política monetária pelo desastre econômico. Também se culpou indiretamente a política fiscal do governo federal, acusando-o de ser um agente dos interesses da elite comercial. Esse *pânico* estendeu-se de 1819 a 1824 e os preços dos produtos agropecuários tiveram queda vertiginosa. O clima de tensão em toda a nação fez ressurgir velhos ressentimentos regionais. as diferenças políticas entre as regiões tornavam-se mais claras na medida em que o país passava por dificuldades.

Após o término da guerra com a inglaterra, os territórios conquistados pelos norte-americanos a oeste foram se tornando estados. Como seriam então esses novos estados? Escravistas, como no sul, ou não-escravistas, como os do Norte? Esse era um problema importante, porque determinaria a posição de cada um nos assuntos políticos de interesse de cada região.

Em 1820, o Congresso Nacional admitiu o Missouri, escravista, como mais um estado na federação. Isso provocou protestos dos estados nortistas, acirrando o debate: o Norte afirmava existir certa dominação do sul na política federal, na medida em que as cadeiras no Congresso norte-americano eram definidas a partir de uma divisão proporcional em relação ao número de pessoas residentes nos estados. O que ocorria é que três quintos dos escravos, de acordo com a lei, entravam nessa proporção e, desse modo, com mais indivíduos, os sulistas tinham maior representatividade federal. Uma tentativa de equilibrar o poder das regiões escravista e não-escravista na política federal foi a decisão do Congresso de, ainda em 1820, admitir um outro estado, o Maine, como “livre” e confirmar o Missouri como

escravocrata. Isso acalmou, temporariamente, os ânimos políticos.

Entretanto, os efeitos causados pelo *pânico* econômico tiveram fortes conseqüências de impacto coletivo: o povo mergulhou num período de pessimismo, privação, desespero e, assim, os ideais agrários e os valores tradicionais acabaram sendo resgatados em oposição ao progresso e à tecnologia, que passaram a ser vistos como os responsáveis por levar o país à falência. O choque também fez com que aumentasse o interesse dos americanos por política, devido, sobretudo, à insatisfação com relação às lideranças, que deveriam ser punidas pelos problemas que estavam acontecendo. Exigiam-se novas posturas, que fossem mais atentas às necessidades da maioria em detrimento das idéias de apoio à indústria e ao avanço científico. assim, novos líderes surgiram no cenário político, aparecendo como representantes dos interesses da maioria da população, prometendo aos eleitores “fazer aquilo que eles queriam”, apresentando-se como soldados na batalha das dificuldades do dia-a-dia.

O povo esperava dos governos estaduais ajuda para a solução dos problemas gerados pela crise. Em algumas cidades, o movimento trabalhista ganhou força, pedindo educação pública gratuita para as crianças e opondose às prisões por dívidas não pagas, muito comuns na época. Alguns estados criaram bancos, forneceram créditos, mas nem sempre era possível agradar a todas as partes envolvidas nas questões de credores e devedores.

Essa situação tornou as pessoas bastante cientes de que, em jogo, estavam interesses conflitantes e que cada um via e entedia a crise de uma maneira, a partir de situações extremamente particulares. Não se sustentava mais a idéia de república harmônica, em que todos são iguais, marchando para uma felicidade sem limites ao construir a nação.

Dessa situação, beneficiou-se o político andrew Jackson, herói da Batalha de Nova Orleans. Buscando identificar-se com a população e com os ânimos vigentes, as suas principais idéias e posturas políticas faziam com que fosse visto como uma pessoa comum, um soldado contra as velhas lideranças tradicionais. Jackson tinha um discurso popular. Sua fala simples transmitia o que a maioria desejava: segurança.

Nas eleições de 1820, no entanto, a vitória ficou com John Quincy adams. Ele foi então acusado por Jackson de ter vencido as eleições de modo fraudulento, o que causou agitação dentro do Partido democrata. Seu programa nacionalista sustentava a construção de estradas, canais e o estabelecimento de uma Universidade e um Observatório, além de uniformizar os pesos e as medidas. Além disso, adams investiu em novas campanhas para a conquista do Oeste.

No ano de 1827, o governo federal reviu as tarifas de alguns produtos vendidos no território norte-americano e, ao mesmo tempo em que protegeu a produção de lã, na Nova inglaterra, tornou as matérias-primas, como a madeira e o ferro, excessivamente caras. Essas medidas acabariam com o pouco apoio que adams tinha de empresários e comerciantes. andrew Jackson e seus partidários aproveitaram-se dessa situação para liquidar politicamente o presidente eleito. Nesse sentido, a campanha a favor de

Jackson para as eleições de 1828 começou nos primeiros anos do governo adams, em que as acusações de fraude eleitoral ressuscitaram.

Recebendo apoio do vice-presidente Calhoun e do senador Van Buren, de Nova York, Jackson caminhou em direção à vitória com grande respaldo popular. A eleição de 1828 viu nascer uma nova era da democracia das massas, em que as campanhas eleitorais ganharam uma nova cara. O período e o contexto fizeram surgir uma aproximação do candidato com a população e, nesse caso, o uso de comícios públicos, a utilização de personalidades simpatizantes e o ataque à vida pessoal e moral do adversário começaram a fazer parte das disputas políticas. O que deu ampla vantagem aos seguidores de Jackson foi a habilidade de mostrá-lo como um autêntico homem do povo, simples, mesmo tendo escravos, fazendas e fortuna. A propaganda destacava a infância do candidato, criado no campo, mas de boa educação. Preparado pela vida, pelo exército e ao mesmo tempo próximo da população. Por outro lado, a imagem que se erguia de adams era justamente o contrário: uma pessoa refinada, que se sentia melhor nas festas em salões do que ao lado do povo.

No dia de sua posse, andrew Jackson (1829-1837) abriu a Casa Branca a uma multidão de pessoas humildes. Essa atitude aproximou o presidente do povo, destacando o valor do homem simples ante a antiga aristocracia. Simbolicamente, o novo presidente conduzia o povo ao poder, capaz de decidir o destino da nação. Tornava-se um exemplo de que alguém simples pode vencer os obstáculos da vida e alcançar a vitória. A eleição de Jackson fez renascer a convicção no novo regime, numa nova época. A mensagem transmitida era de que todos são iguais e de que qualquer homem, independente de sua origem e formação, poderia exercer importantes cargos públicos. Isso contribuiu para eliminar a sensação de impotência causada pela crise econômica. Jackson foi o primeiro presidente a agir de acordo com o princípio de que o povo devia fazer a política do governo. Afirmou que seu principal objetivo ao assumir a presidência era o de fazer um governo simples e saldar as dívidas nacionais o mais rápido possível, além de apoiar os pequenos proprietários e estimular a mobilidade social.

Jackson, todavia, enfrentou a oposição de alguns estados sulistas, liderados pela Carolina do sul, dominada por uma rica classe de comerciantes. O vice-presidente, Calhoun, acabou por romper com Jackson e passou a liderar a resistência do sul contra certas medidas vindas da Casa Branca. Os sulistas promulgaram, por exemplo, a doutrina da anulação, afirmando que a Constituição tinha sido elaborada como um pacto entre os estados e que assim deveria continuar a ser. A partir dessa afirmação, somente os estados seriam os juízes de si próprios caso o governo federal não cumprisse ou extrapolasse o poder que lhe foi concedido. Se algum estado considerasse que alguma lei federal constituía uma violação a seus interesses, poderia declarar essa lei anulada e o governo federal deveria desistir de aplicá-la. Jackson, na direção contrária, anunciou que iria fazer cumprir todas as leis federais nem que fosse pelo uso da força militar. A partir desse anúncio, Calhoun procurou unificar os estados sulistas contra a “ditadura e a tirania de Jackson”. Em discurso de 26 de julho de 1831,

Calhoun defendeu um federalismo radical, com cada estado gozando de muita autonomia dada a diversidade do país:

> Tão numerosos e diversificados são os interesses do nosso país que não poderiam ser representados com justeza num só governo, organizado de modo que desse a cada interesse importante uma voz separada e distinta. [...] Os poderes do governo foram divididos, não como antes, em referência a classes, mas geograficamente.

Por diversas vezes, ressurgiria nos EUA o debate sobre a as relações entre governo central e governos locais. a divergência de opiniões, somada a tantos outros fatores, contribuiu para a eclosão da Guerra Civil trinta anos depois deste discurso.

DEMOCRACIA BRANCA

Outro problema enfrentado pelo presidente foi a situação da localização de nações indígenas. O que fazer com os nativos americanos, uma vez que eram vistos como obstáculos à conquista de territórios e aos interesses de pequenos e grandes proprietários? Os chamados selvagens resistiam como podiam, inclusive com emprego da violência, ao avanço dos "brancos" sobre seus territórios.

Jackson era a favor da remoção dos índios do Leste para as terras além do Mississipi. No momento da eleição, cidadãos dos estados da Geórgia e alabama eram os que mais cobravam uma rápida solução para essa questão. O maior obstáculo, entretanto, era a tribo dos cherokees, que detinha terras localizadas em vários estados.

Guerra contra os indígenas. A reação indígena à presença dos colonos resultou em conflitos violentos.

Procurando criar fato consumado, a Geórgia expropriou algumas terras de determinadas nações indígenas e, juntamente com alabama e Mississipi, tornou suas

leis estaduais extensivas também para os cherokees. Andrew Jackson simplesmente ignorou essas medidas anticonstitucionais tomadas pelos estados e, em 1830, promulgou a “Lei de remoção dos Índios”, que previa o deslocamento das comunidades indígenas de seus territórios tradicionais para a região de Oklahoma, onde deveriam se estabelecer em uma reserva determinada pelo governo. Os indígenas foram forçados a marchar para lá e, nessa viagem, ao longo de mil e quinhentos quilômetros, milhares de índios morreram de frio, fome, doenças, na jornada que ficaria conhecida como “trilha das lágrimas”. Em 1839, outras tantas nações indígenas (como a choctaw, a creek e a chickasaw) foram levadas à força para o Oeste com aprovação do governo federal. Essa remoção abriu cerca de cem milhões de acres de terras férteis para a agricultura dos brancos. Ao mesmo tempo, condenou milhares de nativos à morte, na viagem ou já nas reservas (onde não se adaptavam bem e estavam sujeitos à desnutrição e doenças), varrendo-os da história americana. As tribos resistentes foram combatidas e várias dizimadas.

A “QUESTÃO BANCÁRIA”

Para muitos indígenas, o nome de Jackson foi sinônimo de morte e destruição. Para muitos eleitores brancos ele foi a esperança de uma grande renovação. Como foi dito, ele parecia encarnar o ideal do homem comum que, pelo esforço, atinge realizações extraordinárias.

A desconfiança de Jackson com relação às grandes empresas era famosa. Quando um grande banco nacional (o chamado segundo Banco dos Estados Unidos, dirigido por Nicholas Biddle) tentou renovar sua carta patente, surgiu a chance de o presidente mostrar, na prática, suas concepções políticas e econômicas. Em discurso a 10 de julho de 1832, quando vetou o pedido da renovação da carta patente do banco, andrew Jackson afirmou:

É muito para lamentar que os ricos e poderosos inclinem com demasiada freqüência as leis do governo aos seus propósitos egoístas. As distinções na sociedade sempre existirão sob todos os governos justos. [...] mas quando as leis se põem a acrescentar a essas vantagens naturais a justas distinções artificiais, a conceder títulos, gratificações e privilégios exclusivos, para tornar os ricos mais ricos e os poderosos mais poderosos, os membros humildes da sociedade – lavradores, mecânicos e trabalhadores – que carecem de tempo e de meios para conseguir favores semelhantes, têm direito de queixar-se da injustiça do seu governo. Não há males necessários no governo. Os males só existem nos abusos. Se o governo se limitasse a dispensar proteção igual e, como o céu manda a chuva, fizesse chover seus favores do mesmo modo sobre o alto e o baixo, o rico e o pobre, seria uma bênção absoluta.

A própria existência de um Banco Nacional forte foi o tema da campanha eleitoral na qual Jackson tentava a reeleição em oposição a Henry Clay. Ao obter 219 votos no colégio eleitoral contra 49 do adversário, o presidente Jackson, apelidado *Old Hickory* (Velho Castanheiro), tinha demonstrado que o eleitorado estava a seu lado.

Com mais cacife político, Jackson deu o passo seguinte: transferiu todos os

depósitos federais da instituição de Biddle para bancos estaduais menores.

Diversos estados do sul e a região Oeste já haviam acusado o Banco dos Estados Unidos como culpados pelo *pânico* de 1819 e a objeção contra a instituição residia simplesmente no fato de ela deter grandes poderes e privilégios sem estar sob qualquer tipo de controle popular. Ao assumir a presidência, Jackson solicitou ao Congresso uma redução dos poderes dos bancos. Para ele, o banco era inconstitucional, violava os direitos fundamentais do povo numa sociedade democrática e o governo deveria garantir a igualdade de oportunidades entre as pessoas e não os privilégios, juros especiais e vantagens exclusivas como, de acordo com Jackson, o banco fazia. O presidente ainda afirmava que o Banco dos Estados Unidos criava um clima de especulação, produzia ciclos de altas, quebras e principalmente transferia riquezas da população simples para os mais ricos. As opiniões de Jackson refletiam, em parte, sua mentalidade agrária, e paternalista. A opinião pública, em geral, apoiava o presidente nos seus duelos com os magnatas das finanças e o atrito sempre foi lido pelo eleitorado como um choque entre um presidente teimoso e ao lado do povo (Jackson) e magnatas ambiciosos e arrogantes.

A questão do segundo Banco dos Estados Unidos intensificou o debate sobre instituições financeiras centrais. Quanto o governo pode interferir na liberdade dos cidadãos? Um poder forte em Washington permite a liberdade e a livre iniciativa? se o governo for forte o cidadão deve enfraquecer-se? Essas eram questões centrais para os eleitores durante esse período.

REFORMISMO RELIGIOSO

A valorização da ciência, da razão e dos métodos, tão comuns nos estudos sobre o século XIX europeu, também pode ser observada na américa do Norte. Os exemplos do crescimento da indústria, das ferrovias e o forte sentimento nacionalista, observado nas tentativas de expansão territorial e nos conflitos externos, mostram como os Estados Unidos, de alguma forma, compartilhavam esses valores do período.

Por outro lado, a reação contra os antigos políticos da aristocracia tradicional e a valorização de figuras como andrew Jackson demonstram uma outra face desse mesmo momento histórico. A visão romântica criada sobre a força do homem simples pareceu surgir como contra visão crítica da idéia de "mundo mecânico" sugerido por pensamentos racionais de tradição iluminista. Essa postura desconfiava da intelectualidade e valorizava a emoção e a intuição. No momento em que Jackson venceu adams, o que se teve foi, metaforicamente, a vitória dos sentimentos sobre o intelecto, e o camponês, pouco alfabetizado, era, a partir de agora, também considerado superior em sabedoria por suas vivências ligadas à natureza.

Já vimos, com relação aos tempos de colônia, a manifestação religiosa conhecida como "Grande despertar", iniciado em 1730 e 1740. Na virada do século XVIII para o XIX, surgiu um novo grande despertar religioso. De forma geral, foi em decorrência desse movimento, bastante heterogêneo, que a porcentagem da população que pertencia às igrejas protestantes, ou que participava de organizações voluntárias ligadas a elas, aumentou.

Esse "novo despertar", ocorrido inicialmente na fronteira sulista e do baixo Meio Oeste, ficou marcado pelas reuniões campais, altamente emotivas, organizadas, em sua maioria, por metodistas ou batistas, que acabaram por superar em adeptos as antigas denominações anteriores, como congregacionais, anglicanos e presbiterianos. Essas reuniões cumpriam uma dupla função, religiosa e social. A primeira dessas reuniões que temos registro deu-se em julho de 1800, na Creedance Clearwater Church, a sudoeste de Kentucky. Para muitos, as reuniões representavam a única maneira de conseguir se batizar, casar ou ter uma experiência religiosa comunitária. Na região dos apalaches, podiam durar dias inteiros, com vários pastores se revezando à frente de centenas, por vezes milhares, de pessoas rezando, dançando, cantando e gritando em êxtase religioso.

O renascimento religioso na fronteira fortaleceu sentimentos de piedade e moralidade pessoal, mas não chegou a estimular a benevolência organizada ou manifestações por uma reforma social generalizada. as tendências reformistas foram mais evidentes no tipo de renascimento religioso surgido na Nova inglaterra e na parte ocidental do estado de Nova York. Em sua maioria congregacionais e presbiterianos, fortemente influenciados pelas tradições puritanas, os evangelistas do Norte promoviam reuniões menos emotivas do que as da fronteira, e encontraram terreno muito fértil nas cidades de tamanho pequeno e médio.

Surgido como resposta calvinista ao iluminismo e ao liberalismo aplicado à religião, o movimento reformista da Nova inglaterra foi liderado por pessoas como o reverendo timothy dwight, que mais tarde, em 1795, seria presidente da Universidade de Yale. Dwight fez frente à crescente tendência unitarista, grupo congregacional que tomara o controle da Harvard divinity school, uma escola religiosa e que encarava deus como um benevolente arquiteto de um universo racional, mais do que um ser misterioso e todo-poderoso. Esse grupo negava a doutrina da trindade, afirmando que deus era uno, teoria que batizou o movimento. Dwight reafirmava o credo calvinista de que o homem era pecador e depravado, embora tenha dispensado a dureza da doutrina calvinista ortodoxa, que enfatizava o pecado original e a predestinação.

Além de dwight, uma geração mais jovem de pastores, congregacionais, também propôs reformas ao puritanismo da Nova inglaterra, aumentando seu apelo popular. O principal teólogo do neocalvinismo do início do século XIX, Nathaniel taylor, era discípulo de dwight. Taylor, nos passos de seu mentor, amenizou a doutrina da predestinação, aceitando que todos os indivíduos eram “seres livres”, ou seja, que tinham habilidade para superar suas inclinações naturais para o pecado. A nova doutrina acabava por reconciliar idéias liberais de liberdade e crença no progresso do indivíduo com a noção de pecado original, abrindo aos neocalvinistas a possibilidade de competir com sucesso contra outras denominações do renascimento religioso.

Lyman Beecher, mais um dos discípulos de dwight, na década de 1810, promoveu a nova doutrina calvinista em uma série de sessões de “reavivamento religioso” nas igrejas congregacionais da Nova inglaterra, em que milhares de pessoas, de diferentes igrejas, “reconheciam seu estado pecaminoso e entregavam-se a deus”.

Na década seguinte, Beecher enfrentou uma nova e mais radical forma de renascimento religioso, praticado na região ocidental do estado de Nova York por Charles G. Finney. O interior do estado de Nova York era ocupado, em sua maioria, por uma população transplantada da Nova inglaterra, com forte influência puritana, mas preocupada com as rápidas transformações econômicas e deslocamentos sociais. A cidade de rochester, por exemplo, ouviu as pregações de Finney, que enfatizavam o fato de todos os homens e mulheres terem o poder de escolher Cristo e uma vida santificada. Esse evangelista atraiu milhares de pessoas para sua doutrina milenarista e as estimulou a converter, por sua vez, parentes, vizinhos e empregados.

Mais do que empreender sua guerra contra o pecado, Finney acabou tornando-se referência para o movimento abolicionista, uma vez que pregava abertamente contra a escravidão e recusava-se a dar a comunhão a donos de escravos. Embora trabalhasse dentro de igrejas congregacionais e presbiterianas, Finney abandonou totalmente as doutrinas tradicionais. Completamente indiferente às questões teológicas, Finney apelava diretamente para “o coração”, afirmando que era possível para os cristãos redimidos serem totalmente livres de pecado, “perfeitos como o Pai no Céu”.

Sua bem-sucedida concepção libertária da teologia condizia com os meios que usava para conquistar novos adeptos: Finney procurava obter conversões instantâneas através de uma variedade de novos métodos que incluíam reuniões prolongadas,

durando toda a noite ou por vários dias seguidos, em que, muitas vezes, os assistentes caíam no chão em transe e recebiam imediatamente a graça de deus.

Em um primeiro momento, Beecher e os evangelistas do Leste opuseram-se aos novos métodos de Finney, que davam às mulheres o direito de orar em voz alta nas igrejas, quebrando a antiga tradição cristã. Com o tempo, entretanto, a oposição no Leste começou a enfraquecer, uma vez que Finney ajudara a consolidar igrejas fortes e ativas.

Em pouco tempo, os reformadores religiosos e morais começaram a propor, além da reforma do indivíduo, mudanças para a sociedade estadunidense. Queriam que todas as instituições sociais e políticas alcançassem os níveis de "perfeição cristã", atacando os "pecados coletivos" como o tráfico de bebidas alcoólicas, a guerra, a escravatura, e combatendo até o governo.

A partir de então, o reformismo de inspiração religiosa, por um lado, trouxe uma certa unidade às comunidades divididas e cheias de problemas; por outro, inspirou uma variedade de movimentos mais radicais que almejavam derrubar instituições e princípios estabelecidos, como foi o caso da luta abolicionista.

No geral, os reformadores evangélicos achavam que o povo comum precisava ser redimido e elevado a novos ideais. Caso contrário, a democracia ficaria à mercê de incrédulos e pecadores, pessoas que viviam em meio à "infidelidade", palavra utilizada, naquele contexto, para designar toda e qualquer afirmação exclusivamente mundana ou a negligência da fé.

Essas idéias geraram um grande movimento de reforma social, em que muitos convertidos organizaram-se em associações voluntárias para combater o pecado e os males sociais e conquistar o mundo para Cristo. A maioria dos convertidos, cidadãos da classe média, ativos em suas comunidades, procurava ajustar-se ao mundo da nova economia por caminhos que não violassem a moral e os valores sociais.

Na Nova inglaterra, Beecher e seus associados evangélicos estabeleciam uma grande rede de sociedades missionárias e de caridade, cujo intuito era espalhar os ensinamentos de Cristo pelas mais remotas partes do mundo. Organizações, como a american Bible society (sociedade Bíblica americana), de 1816, também sob a batuta de Beecher, distribuíam, por sua vez, *Bíblias* em regiões do Oeste onde havia escassez de igrejas e de pastores. As metas dessas organizações visavam a coibir atividades não religiosas praticadas no domingo, acabar com os duelos, jogos de azar e prostituição. Acabavam funcionando como expoentes de uma certa cultura urbana do Leste em terras da fronteira.

Beecher teve influência especial na "cruzada da abstinência", o mais bem-sucedido de todos os movimentos de reforma, dirigido contra o consumo epidêmico de uísque (dado o enorme número de alcoólatras), que, desde a revolução americana, se tornara a bebida mais popular dos norteamericanos. Encabeçada por instituições como a society for the Promotion of temperance (sociedade para a Promoção da temperança), fundada em 1826, e que, oito anos depois, contava com mais de um milhão de afiliados, a luta pela sobriedade foi árdua, dado que o uísque e outros destilados eram

mais baratos do que o leite ou a cerveja, e mais seguros do que a água (muitas vezes contaminada): na década de 1820, o consumo dessas bebidas era três vezes maior nos Estados Unidos, em números *per capita*, do que nos dias atuais. Os reformistas da abstinência viam o alcoolismo como uma perda de autocontrole e de responsabilidade moral que gerava o crime e a degradação da sociedade.

Cartaz de divulgação do livro *A cabana do Pai Tomás*,
que teria um forte efeito de propaganda para a causa abolicionista.

Essa vertente social levou ao “despertar missionário” ou Movimento de Evangelismo social (social Gospel Movement). Depois da Guerra de secessão, pregadores como dwight Moody e seu Moody Bible institute, em Chicago, prepararam muitos pastores e missionários. Crítico do trabalho infantil e da exploração das mulheres nas fábricas, o movimento evangelista social espalhou seus missionários não apenas pelos EUA, como também por várias partes do mundo.

Na segunda metade do século XIX, outras tendências observadas como decorrência do “novo despertar” foram a associação de universidades com igrejas e a chegada e consolidação nos EUA, no meio urbano, da ymca (associação Cristã de Moços, organização desportiva evangélica, fundada, na inglaterra, em 1844, por George Williams e que, rapidamente, espalhouse pelo mundo) e do Exército da salvação (organização de promoção de caridade e serviços sociais, fundado por metodistas ingleses em 1865).

UMA NAÇÃO QUE EXPANDE E SE DIVIDE

DE NOVO, A ESCRAVIDÃO

Em 1830, organizou-se uma sociedade antiescravista em Nova York e um ano depois foi fundado o jornal *The Liberator* pelo estudante de Boston, William Garrison. O jornal parou de circular apenas no ano de 1865, e a maioria dos assinantes, no início, era formada por negros, já que o nível de alfabetização era grande até mesmo entre os escravos. Isso se deve ao fato de o protestantismo ser a religião predominante, em que a leitura da *Bíblia* era fundamental. Esse dado é importante na medida em que mostra que a alfabetização não é apenas uma questão social ou econômica, mas, também, um dado cultural. Nos quatro primeiros meses, antes mesmo de existir interesse dos brancos pelo jornal, foram os próprios negros os responsáveis pela sobrevivência e manutenção do periódico.

Garrinson, defensor da abolição imediata, afirmava que os escravos deveriam ser livres do mesmo modo como nasceram. Para denunciar a situação do escravo, utilizou a metáfora da "casa em chamas" e instou que um assunto como esse não poderia ser tratado com moderação. Ele foi um abolicionista radical e chegou até mesmo a queimar a Constituição norte-americana.

Alguns pregadores abolicionistas enfatizavam o mal moral da escravidão, o dever religioso dos bons de resistir contra essa situação, destacando os direitos das pessoas e a idéia de liberdade e igualdade dentro de uma sociedade que se dizia fundada sob esses mesmos valores. A maior parte dos abolicionistas, na época, era formada por pessoas religiosas. A idéia de

Fotografia tirada em Beaufort, Carolina do Sul, onde vemos cinco gerações de uma única família de escravos. A imagem é rara porque os proprietários costumavam dividir as famílias durante a compra e venda.

Ser salvo e de obter o perdão fazia com que muitas pessoas se preocupassem em realizar as boas obras.

O reduto da escravidão era o sul do país, principalmente nas regiões produtoras de tabaco e algodão, na Virgínia, Geórgia e Maryland. Nessas regiões, ter um escravo era o mesmo que ter um valioso bem e a quantidade de escravos simbolizava posição de prestígio social do proprietário. Além disso, a idéia de que brancos e negros jamais poderiam conviver em harmonia também reforçava a escravidão, na medida em que, segundo essa premissa, nada se poderia fazer com os negros caso ficassem livres. Outro importante fator que pesava contra a possibilidade de abolição da escravatura é que o escravo, mercadoria, já fazia parte do mercado econômico do país. Ele estava inserido numa complexa rede de compra e venda e sua força de trabalho sustentava a produção nos campos, sendo o responsável pela mobilização de milhões de dólares. Quanto mais se dependia do escravo, maior era o esforço para mantê-lo nessa posição, mesmo porque crescia cada vez mais o receio de manifestações coletivas de escravos, que de fato resistiam, fugiam ou matavam senhores em nome da liberdade.

A questão da escravidão acirrou ainda mais as disputas de opinião no país na primeira metade do século XIX. Uma nova identidade comum deveria ser forjada, algo

que pudesse novamente conferir unidade ideológica à nação dividida nas questões raciais. Os inimigos externos, as campanhas de expansão para o Oeste e uma missão comum a todos contribuíram para isso. O imperialismo norte-americano, que veremos mais adiante, começou a justificar-se pelo discurso religioso.

NOVOS TERRITÓRIO

A compra dos territórios franceses da Louisiana e a aquisição da Flórida tinham sido apenas os primeiros passos nos avanços territoriais.

Posturas e concepções presentes nos movimentos religiosos, como a idéia de que existem povos escolhidos e abençoados por deus, passariam a povoar o imaginário coletivo da nação que se acreditava eleita para um destino glorioso. A fé nas instituições livres e democráticas também se intensificava.

A partir disso, desenvolveu-se a idéia de “destino manifesto”: seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.

Argumento semelhante de superioridade étnica estava sendo utilizado pelos europeus no movimento neocolonialista na ásia e na áfrica do século XIX: o homem branco seria responsável por levar a civilização e o progresso às outras nações “selvagens” e “atrasadas”.

Entre os norte-americanos, no discurso que justificava o imperialismo, junto de “civilização e progresso”, lia-se “democracia e liberdade”.

A questão do texas é um dos exemplos da anexação de territórios feita pelo governo americano com base nesses argumentos. O México se tornara independente em 1821 e herdara o texas da Espanha, mas também havia a insistência por parte dos norte-americanos em adquirir o território. Em 1823, os mexicanos assinaram um acordo com Moses e stephen austin, dois colonos americanos, que lhes garantiu o uso de grandes quantidades de terra e a permissão à entrada de pessoas dos Estados Unidos para servir de agentes de colonização na região. Contudo, diversos atritos surgiram entre os norteamericanos que chegavam ao texas e o governo mexicano: o México libertava todos os escravos que chegavam à região, forçava os novos colonos a se converter ao catolicismo e, em 1830, por conta das desavenças, proibiu a entrada de

Aquisições territoriais que ampliaram os Estados Unidos no século XIX.

mais imigrantes. Os abusos e o desrespeito contra a legislação mexicana aumentavam na medida em que mais norte-americanos chegavam ao texas.

Em 1833, stephen austin foi à Cidade do México para apresentar as reclamações dos americanos contra as leis do texas, tentando obter, inclusive, autorização para a formação de um governo independente. Porém não conseguiu e acabou sendo preso por mais de um ano. Os norte-americanos que viviam no texas iniciaram uma revolta e declararam a independência da região em 1836, adotando uma república e uma Constituição baseadas, naturalmente, nos Estados Unidos. Mas o governo mexicano, disposto a resistir, reuniu cerca de quatro mil soldados para invadir o forte álamo, local que os colonos norte-americanos costumavam utilizar nos seus conflitos contra os indígenas e pessoas consideradas estrangeiras. O fato de conter imagens de são Francisco e são domingos dava um caráter especial ao forte, que se tornava, cada vez mais, símbolo de resistência e heroísmo, principalmente num momento em que os Estados Unidos se firmavam como nação independente e em que as guerras de fronteiras assumiam caráter definidor da identidade e do espaço geográfico do país. Batalhas como essas, contra indígenas e mexicanos, eram associadas, naturalmente, às realizadas no processo de independência em 1776, pois garantiriam a paz em relação ao inimigo externo, lançando para bem longe toda e qualquer ameaça à soberania norte-americana.

Heróis eram criados, a partir, é claro, de referências na realidade. Eles se tornavam símbolos de uma geração de pessoas, por conter, em suas imagens, traços, trajetórias, valores que de algum modo se ligavam à grande maioria. Esse foi o caso, por exemplo, de daniel Boone, explorador e caçador que, no final do período colonial, percorreu o famoso caminho "*Wilderness Road*", no atual estado de Kentucky, fundando o primeiro povoado a falar inglês na região. Durante a Guerra de independência lutou para defender o território contra os ataques indígenas, cristalizando uma imagem de herói: aquele que defende os EUA (uma projeção futura, dado que, na época de Boone, sequer o país existia) do inimigo.

Foi durante os conflitos ocorridos no texas que outro personagem ganhou destaque: o deputado davy Crockett, do tennessee, conhecido como o "rei da fronteira selvagem". Após carreira como congressista e depois de ter publicado o seu livro *Uma narrativa da vida de Davy Crockett*, ele se juntou, no ano de 1835, à revolução do texas e ao exército que defenderia o álamo. Crockett se transformaria em herói. Sobre ele as mais maravilhosas histórias são contadas: um homem de valor que nunca mentia e que era capaz de saltar sobre o rio Mississipi, de caçar ursos, de cavalgar em um relâmpago e de comer batatas cozidas na gordura que escorria dos corpos de indígenas queimados.

Do outro lado do combate, o general mexicano sant'ana procurava garantir que os norte-americanos respeitassem as leis do México e que a região não se separasse. Para ele, seu país havia conquistado a independência da Espanha e não era admissível que suas terras fossem roubadas por colonos vindos de outra nação.

Os colonos vindos dos Estados Unidos, por sua vez, afirmavam que jamais seriam humilhados por um ditador e que definiriam a questão num campo de batalha.

Em resposta, sant'ana atacou o álamo com suas tropas. A inferioridade numérica, a falta de suprimentos e as poucas armas fizeram o forte cair. Ocorreu um verdadeiro

massacre e a morte dos colonos norte-americanos foi vista nos EUA como exemplo de luta e coragem a favor do nacionalismo de um povo capaz de defender até a morte a sua liberdade. Esses colonos, mortos no álamo, transformaram-se em verdadeiros mártires, inspiração para outros combates. Uma tropa imensa dos Estados Unidos foi envida à região e os mexicanos acabam derrotados em abril de 1836, ano em que o México cortou relações diplomáticas com os Estados Unidos, teve que aceitar a independência do texas e ceder aos norte-americanos também outros territórios que se estendiam até o rio Grande.

Resolvida a "questão do texas", o presidente James K. Polk (1845-1849) dedicou-se a uma nova linha de expansão, que se estendia das montanhas rochosas até o Pacífico. A próxima conquista seria a Califórnia mexicana, devido ao interesse norte-americano no comércio marítimo da região. Os mexicanos sequer tentaram saídas diplomáticas e os americanos entenderam isso como motivo para mais uma guerra. Ao fim do conflito, em 1848, os mexicanos assinaram o tratado de Guadalupe-Hidalgo, reconhecendo a fronteira do rio Grande e cedendo o Novo México e a Califórnia aos Estados Unidos.

O forte expansionismo estadunidense parece ter sido mesmo, num primeiro momento, uma tentativa de encontrar uma causa que pudesse unir todos os americanos em uma nova onda de nacionalismo. Por outro lado, as anexações esbarraram num antigo e velho problema. Os estados do Norte sabiam que não deveriam permitir, de forma alguma, que essas novas terras anexadas servissem para aumentar a área de escravidão e o poder político dos escravocratas.

Em 1846, uma cláusula proposta por um democrata faria com que os sulistas tivessem durante muito tempo enorme receio do Congresso Federal. A proposta feita por david Wilmot, a chamada Cláusula Wilmot, dizia que todo território anexado do México teria a escravidão banida. Mesmo não sendo aprovada, foi o suficiente para provocar a ira dos sulistas e aumentar a tensão. Agora, o problema era elaborar uma nova legislação para os territórios recémanexados que agradasse a nortistas e sulistas. A questão, no fundo, ainda era formar uma unidade, uma nação, a partir de regiões tão distantes e diferentes. Os sulistas diziam que iriam se separar da União dos estados, caso a Cláusula Wilmot fosse cumprida, e os nortistas estavam firmemente empenhados em barrar o avanço e o crescimento de áreas escravocratas.

A "CASA DIVIDIDA" E A GUERRA DE SECESSÃO

ainda que unidos em nome de causas comuns – como as guerras contra o México, as invasões a Oeste e também o sentimento de imperialismo e a vontade de expandir seus estilos de vida para áreas maiores –, o sul queria aumentar seu império do algodão e da escravidão e o Norte, a expansão das chamadas terras livres.

Mesmo tendo interesses e estruturas bem diferentes, não se pode afirmar que as regiões fossem completamente antagônicas. O Norte, mais avançado em termos industriais, tinha uma classe média nascente e uma indústria de importância crescente. O sul, embora apresentando características fundamentalmente agrícolas, baseava-se no sistema de *plantation* e escravidão, muito bem inserido no sistema capitalista; o escravo era visto como mercadoria. O sul interagia economicamente com o Norte e participava do comércio internacional, especialmente com a inglaterra. Mesmo se constituindo como dois "mundos" bastante diferentes, um, ao Norte – de trabalhadores livres, assalariados, pequenos proprietários e mais consistente classe média urbana –, e o outro, ao sul – escravista e senhorial –, a idéia da superioridade do homem branco era comum e inquestionável em ambos. Nos dois mundos, os negros estavam fora das decisões políticas e eram vítimas de preconceito, principalmente no sul, onde a escravidão era garantida por lei. (isso subsistiria na primeira metade do século xx quando se manifestariam dois tipos muito diferentes de racismos: um determinado juridicamente, no sul, e o outro um pouco "envergonhado", mas sempre presente, no Norte.)

Entretanto, no século XIX, havia questões maiores que formavam uma separação nítida entre as regiões sul e Norte, cujas semelhanças talvez não tivessem tanto peso quanto as diferenças existentes.

Na década de 1850, o Norte superava o sul em população, mas o sul, por sua vez, dispunha de maior força política no governo federal. Nessa época, os sulistas exigiam o direito de estender a escravidão aos novos territórios conquistados pelos Estados Unidos, postura essa que parecia ser essencial ao "imperialismo do algodão", sendo que, ainda com isso, os políticos do sul poderiam manter o maior número de representantes no governo federal.

Mais um exemplo das disputas com o Norte foi o projeto de governo territorial pensado para as novas regiões de Kansas e Nebrasca. Os sulistas, representados por david atchison, propuseram uma lei em que nenhum projeto de administração territorial poderia ser aprovado a não ser que contivesse uma cláusula que anulasse a proibição da escravidão. O Congresso aprovou o projeto, que passou a se chamar Lei Kansas-Nebrasca, e os nortistas ficaram indignados pelo fato de o governo federal e o presidente Franklin Pierce (1853-1857) terem se curvado diante da "escravocracia". Desse modo, o império do algodão desafiava, de uma vez por todas, o "imperialismo do solo livre".

O território do Kansas tornou-se um verdadeiro palco de disputas políticas em torno do controle político da região, além de ficar amplamente aberto aos imigrantes que acabavam apresentando posturas pró e contra o regime da escravidão. Os abolicionistas da Nova inglaterra colaboravam e apoiavam os defensores do "solo livre" com armas e dinheiro, ao passo que alguns imigrantes apoiavam o regime sulista, vendendo votos ilegalmente. O presidente Pierce, mais uma vez, acabou autorizando a criação de um Legislativo formado por escravistas eleitos por esses votos ilegais. Indignados, políticos do Kansas favoráveis ao solo livre separaram-se, formaram um

Legislativo próprio e elegeram para si um novo governador. A partir de agora, “a casa” estava, de fato, dividida.

O debate sobre a escravidão, sem sombra de dúvida, seria a grande questão das eleições de 1860. O principal nome de indicação dos democratas foi stephen douglas e dos republicanos, um jovem advogado, de grande eloqüência, chamado abraham Lincoln. Este, por sua vez, era favorável aos ideais de solo livre, trabalho e homens livres. Lincoln venceu as eleições. Novos rumos seriam tomados na história norte-americana.

A maior parte dos sulistas ficou irritada com a eleição de Lincoln, visto por eles como um verdadeiro abolicionista. Já alguns nortistas o viam como conservador, na medida em que não defendia abertamente uma luta para terminar com o regime escravista, embora o condenasse como um grande erro da humanidade.

Seu discurso ambíguo e carregado de retórica foi capaz de administrar, por algum tempo, a forte pressão sofrida durante o seu mandato. Afirmava,

Abraham Lincoln, de Jean Leon Gerome Ferris.

por exemplo, que a “raça branca” era sim superior. Dizia que não toleraria que algo fosse feito contra a escravidão nos territórios em que ela já existia, mas, ao mesmo tempo, que defenderia a todo custo os interesses da União, que invadiria os estados que quisessem se separar e recolheria, da mesma forma, os direitos aduaneiros de importação nos estados que fossem a favor da secessão. O próprio Lincoln demonstrou suas expectativas ao afirmar que não esperava que “a casa” não caísse, mas que, ao menos, deixasse de ser dividida.

O presidente pode ser considerado um antiescravista, mas nunca um abolicionista aberto e declarado. Mesmo assim, os senhores do sul queriam a expansão da

escravidão para o Oeste e, para eles, pouca diferença existia entre a fixação da escravidão apenas no sul, proposta por Lincoln, e a abolição imediata, proposta por jornais como o *Liberator*. Para os sulistas, a ambigüidade de Lincoln era tão abolicionista quanto o discurso radical de William Garrinson. Acreditavam que, desde que o tráfico de escravos fora abolido em 1808 e que a reprodução natural de escravos não era suficiente para atender à demanda por mão-de-obra, a única forma de aumentar a escravidão era expandi-la para novas terras.

A idéia de separação do sul ganhava corações e mentes das elites sulistas. Entretanto, como havia dito, Lincoln não aceitaria a secessão e a atacaria com força os estados adeptos da idéia. Sua eleição, portanto, foi o estopim necessário para o início formal das hostilidades entre as duas regiões.

Convocando uma convenção, a Carolina do sul anulou sua ratificação da Constituição federal. Isso provocou o desespero de alguns políticos que tentavam lutar a favor de uma conciliação. Em pouco tempo, outros estados, como alabama, Flórida, Mississipi, Geórgia e texas também se declaram separados da União, formando os chamados Estados Confederados da américa e elegendo Jefferson davis como seu presidente.

O início dos conflitos militares se deu em Charleston, na Carolina do sul, onde se situava um forte de tropas da União, o sumter. Antes que o presidente Lincoln pudesse enviar esforços e ajuda de guerra para o forte, os confederados sulistas exigiram a evacuação imediata do local em abril de 1861. Lincoln reagiu com um reforço de quase oitenta mil soldados. A guerra estava declarada. Nesse momento, mais quatro estados do sul se retiraram da União e juntaram-se aos seus compatriotas regionais.

No início, o clima de otimismo parecia tomar conta das duas regiões. O Norte imaginava uma guerra curta e fácil, confiando em sua superioridade técnica, e os sulistas, por sua vez, pareciam esquecidos do enorme contingente e da superioridade em recursos que teriam que enfrentar. Isso parece indicar o tradicional orgulho sulista da sua “superioridade” em relação à “ralé” do Norte, bem como a idéia corrente no sul de que o Norte não iria à guerra de fato.

O Norte possuía uma vantagem de quatro para um no número de pessoas aptas ao serviço militar (uma vez que os negros não podiam integrar o exército sulista), além de concentrar as maiores empresas do país e contar com cerca de 35 mil quilômetros de estradas de ferro. Por outro lado, grandes nomes da estratégia militar dos Estados Unidos lutavam ao lado do sul, como, por exemplo, o general robert Lee, que impediu, no início, diversas invasões em richmond, mesmo contando com menos soldados.

As batalhas tornaram-se verdadeiros palcos de horror. Numa delas, os nortistas, com cerca de 30 mil homens a mais que os sulistas, obrigaram o general Lee a se refugiar na Virgínia e cerca de 12 mil homens morreram em cada um dos lados envolvidos no conflito. Em outra, os confederados lançaram-se com mais de 150 mil homens contra as trincheiras da União próximas a Gettysburg, na Pensilvânia. Os confederados acabaram dizimados pelas tropas federais e cerca de 30 mil soldados sulistas morreram nesse conflito.

Aos poucos, o investimento exigido pela guerra e a falta de recursos foram devastando o sul. Na esperança de contar com um apoio europeu na guerra, as autoridades confederadas, em vez de exportar o algodão e usufruir os lucros, cancelaram as vendas, pensando que, assim, poderiam forçar, por exemplo, a entrada da inglaterra ao seu lado contra as tropas da União. Mas os ingleses tinham um ano de estoque do produto e os franceses se negaram a ajudar os sulistas sem o apoio inglês. Além disso, Lincoln proibiu a entrada e saída de produtos dos estados sulistas, dificultando a chegada de bens de primeira necessidade tanto para a população do sul quanto para as tropas que se viam cada vez mais sem armas, roupas e famintas. Assim, as fugas do serviço militar foram intensas e, somadas às vitórias nortistas, em 1863, cerca de um terço das tropas sulistas abandonaram o campo de batalha, forçando, inclusive, alguns senhores a convocar até mesmo escravos para formar o exército. Essa medida foi um verdadeiro suicídio do regime escravista, pois seria insustentável manter essa irônica situação: escravos lutando em nome de uma região que os condenava aos maus-tratos e ao trabalho compulsório.

O presidente abraham Lincoln propôs, então, uma emancipação dos escravos de modo lento, gradual e indenizado, em que o governo pagaria a quantia equivalente ao valor dos escravos libertos para os fazendeiros, já que os escravos eram verdadeiras mercadorias e perdê-los significaria perder um bem, um investimento. Lincoln reafirmava, assim, que seu objetivo maior era manter a União.

Em agosto de 1861, foi aprovada a primeira “Lei do Confisco”, em que qualquer propriedade usada em favor dos confederados (como gado, algodão, matérias-primas e, sobretudo, escravos) que caísse em mãos dos nortistas seria imediatamente confiscada. Essa lei impulsionou as fugas coletivas de escravos das fazendas, pois sabiam que, em mãos dos nortistas, poderiam alcançar a liberdade.

A pressão de políticos radicais do Norte fez com que, em 1862, a escravidão fosse abolida nos territórios do distrito de Colúmbia. No mesmo ano, foi aprovada a segunda “Lei do Confisco”, que finalmente declarava livre todo escravo capturado ou fugido.

Em maio de 1862, Lincoln promulgou uma nova lei relacionada às terras, o que fez ressurgir o velho debate do tempo do Compromisso do Missouri, assinado anos antes, em 1820, por ocasião da entrada desse estado na União. O Homestead act (Lei de terras) foi uma lei federal que entregava um quarto de um distrito ainda não desenvolvido no Oeste para qualquer família ou indivíduo maior de 21 anos dispostos a migrar para a região. A lei era o resultado de anos de agitação e manobras políticas. Muitos projetos de lei haviam sido criados antes desse, mas sem sucesso, até que, em 1862, com a ausência do voto contrário sulista, o Homestead act foi finalmente aprovado. Ele foi introduzido com a esperança de que se pudesse aliviar a concentração de estrangeiros no Leste e diminuir também o desemprego.

As atitudes de Lincoln caminhavam na direção de retomar as rédeas de todo o país, impedir a fragmentação do território e criar, se possível, uma unidade nas leis e na administração dos estados. O governo agia de forma enérgica, violando correspondências, fechando jornais, prendendo sem julgamento e punindo os que

desertavam do exército, tudo em nome da vitória da União.

Durante a secessão, os escravos utilizaram a Guerra Civil do melhor jeito que podiam para se tornar livres: cada vez que uma tropa do Norte invadia uma região confederada, um enorme contingente de negros fugia das fazendas e, dessa maneira, colaborava para o desmoronamento do sistema escravista.

Graças aos escravos e aos abolicionistas, um combate, que se iniciara em nome da recuperação da unidade territorial do país, transformou-se numa luta pelo fim da escravidão. Lincoln, diante das pressões crescentes de diversos setores pela abolição e da ausência de acordo sobre a escravidão nas novas terras do Oeste, percebeu que a emancipação total dos escravos lhe traria popularidade, e que poderia acelerar o fim da guerra, além de angariar apoio de europeus críticos do regime de escravidão. Assim, no dia 1º de janeiro de 1863 foi proclamada a Lei de Emancipação dos escravos. Nas áreas longe do alcance legal da União, os escravos tornavam-se livres na medida em que as tropas do Norte venciam.

Essa data se tornou simbólica, pois representou a liberdade para um grande número de escravos. (O século xx celebraria o centenário da lei, com intensas manifestações de lutas por direito iguais de negros e brancos.) a lei federal que proibiu a escravidão em todo o território nacional seria promulgada apenas em 1865, como a décima terceira Emenda da Constituição norte-americana.

Em novembro de 1863, logo após a sangrenta Batalha de Gettysburg, o presidente Lincoln, proferiu seu famoso discurso em que dava ao conflito um caráter de luta pela democracia. Essa fala tornou-se um dos mais famosos documentos da história dos EUA:

> Há oitenta e sete anos, nossos antepassados implantaram sobre este continente uma nova nação, concebida em liberdade, e dedicada à idéia de que todos os homens são iguais. Presentemente, estamos envolvidos numa grande guerra civil testando assim o poder de resistência dessa nação, ou de qualquer outra concebida sobre aquele princípio. Encontramo-nos, agora, num grande campo de batalha dessa guerra. Viemos até aqui para dedicar uma porção de tal campo como um lugar de repouso eterno para aqueles que aqui deram suas vidas a fim de que a nação pudesse viver. E é conveniente e apropriado que nós prestemos juntos essa homenagem.
> Mas, num sentido mais amplo, nós não podemos dedicar-lhes, não podemos consagrar – nem santificar – este local. Os homens bravos, vivos ou mortos, que lutaram aqui, já o consagraram, muito mais do que o nosso poder de acrescentar algo ou diminuí-lo. O mundo deverá registrar bem pouco, e nem de longe recordar o que dissemos aqui, mas ele nunca poderá esquecer o que aqueles homens fizeram. É para nós, os que continuam vivos, que temos diante de nós uma obra inacabada pela qual eles se bateram e tão nobremente adiantaram, que melhor caberia tal dedicatória. Sim, é para nós que estamos aqui dedicados a grande tarefa que se nos defronta – que isso se endereça mais do que a esses mortos honrados dos quais retiraremos a devoção ampliada àquela causa pela qual eles esgotaram a última reserva de dedicação –, tarefa essa que aqui devemos assumir para que esses mortos não tenham morrido em vão, e para que essa nação, sob a autoridade de deus, deva renascer em liberdade, e a fim de que o governo do povo, pelo povo e para o povo não pereça na terra.

Os ataques finais da União foram lançados em maio de 1864 e o presidente dos confederados, Jefferson davis, foi preso tentando fugir, na Geórgia. Como explicar a vitória nortista?

A revolução industrial estava em andamento no Norte desde aproximadamente

1820, com as ferrovias, o barco a vapor e o telégrafo como bons exemplos da expansão econômica. A região conseguiu enriquecer ainda mais com a Guerra Civil, fortalecendo a indústria têxtil, de calçados e principalmente a bélica. Muitos imigrantes europeus recém-chegados se integraram às tropas da União. E os enfrentamentos de tropas aconteceram principalmente no sul, o que livrou o Norte de maior destruição de cidades e da grande mortandade de civis.

Na região sul, a situação foi diferente; a guerra significou grande colapso econômico e desestruturação. No decorrer do conflito, a população sulista foi se tornando cada vez mais desmotivada e desmoralizada, o que contribuiu para o desfecho de derrota. Com a guerra, a região viu-se impossibilitada de vender algodão e tabaco e de fabricar armas. As milícias e os regimentos sulistas eram formados por soldados brancos de baixa condição social, que não possuíam escravos e precisavam ser alimentados. Para prover as tropas, os líderes sulistas lançaram uma política de aquisição de gêneros alimentícios de todos os tipos, exigindo preços menores de seus produtores, o que ocasionou prejuízo a muitos comerciantes e proprietários de terras. Outro fator importante a explicar a derrota sulista é que o sul manteve, durante a guerra, a liberdade de imprensa; as pessoas que criticavam o governo e o exército por meio dessa não eram punidas, criando, assim, um clima desfavorável ao consenso exigido numa época de guerra.

Essa foi a guerra mais letal e mais custosa da história dos Estados Unidos. Para uma comparação breve: morreram mais de 600 mil norte-americanos na Guerra Civil; já na famosa Guerra do Vietnã, o número de baixas oficiais foi de 58 mil mortos. O conflito também serviu para criar o mito de Lincoln como grande estadista defensor da liberdade, forjar certo sentimento de identidade nacional baseada na superioridade do “mundo” do Norte, abrir caminho para o surgimento de determinadas leis comuns e definir a trilha histórica de um país unificado a partir das armas.

Coleta de corpos na Guerra Civil.

A emancipação dos escravos trouxe certo sentimento de justificativa moral para o enfrentamento, já que ela ocorreu em meio aos combates; se milhões morreram, milhares ganharam a liberdade. Os números das atrocidades e a violência da Guerra de secessão perderam força diante do impacto simbólico do fim da escravidão. Mas milhares de pessoas morreram em nome de causas que mal compreendiam e milhões lutaram nas mais indignas condições. Após a independência de 1776, a nação estava incompleta e só foi decididamente formada com o fim da Guerra Civil. Agora, era preciso recolher os destroços.

DAS CINZAS DA GUERRA EMERGE
O MODELO DO NORTE

A RECONSTRUÇÃO

O período posterior ao término das hostilidades entre Norte e sul trouxe, além das inúmeras conseqüências da Guerra já mencionadas, um grande questionamento: como reincorporar os territórios sulistas à União?

Qual seria o estatuto legal de um estado soberano que se separara e era forçado a voltar à União? seria ainda um estado ou apenas uma província conquistada? Como seria a "reconstrução"?

Essas perguntas, longe de terem resposta unânime, geraram um intenso e acirrado debate, que acabou evoluindo para uma crise política. Quem daria a palavra final, uma vez que a Constituição era vaga em relação a esses pontos: o Congresso ou o presidente? O presidente, chefe do Executivo, era o comandantechefe das forças armadas e tinha o poder de perdoar. O Congresso, órgão máximo do Legislativo, tinha, por sua vez, o autoridade para admitir novos estados, elaborar leis para territórios e julgar as qualificações de seus próprios membros.

Na política, havia aqueles que defendiam uma "reconstrução" radical dos territórios devastados dos antigos estados da Confederação. Esses radicais não ofereciam garantia alguma aos "direitos" dos antigos donos de escravos que reivindicavam indenização. Além disso, aceitavam a readmissão dos estados sulistas desde que comandada por "homens leais" ao Norte. Queriam também que os negros do sul se beneficiassem dos direitos básicos da cidadania norte-americana.

Por outro lado, havia os que buscavam uma "reconstrução" mais moderada, que não garantiria aos libertos nada mais que sua liberdade, abrindo margem ao desejo dos proprietários sulistas de utilizar a mão-deobra dos ex-escravos em algum tipo de regime de trabalhado compulsório. A presidência favorecia esse enfoque mínimo, enquanto o Congresso endossava uma política mais radical.

A tensão entre a Casa Branca e o Congresso sobre o que fazer ao fim da guerra começou mesmo antes do término dos combates. Lincoln, ainda que não de forma conclusiva e sistemática, indicara uma tendência à clemência e à conciliação em favor dos sulistas que renunciassem à sua luta e repudiassem a escravatura. Em dezembro de 1863, o presidente oferecera perdão completo aos sulistas que jurassem fidelidade à União e reconhecessem a abolição, excetuando do indulto líderes confederados. Ainda na mesma proposta, Lincoln afirmara que, se 10% da população de qualquer estado confederado jurasse fidelidade à União, essas pessoas poderiam organizar um governo legal com apoio de Washington. O plano pareceu dar certo, visto que, em 1864, Louisiana e arkansas já contavam com governos legalistas em funcionamento. Lincoln partia da idéia de que a secessão fora obra de certos indivíduos e não dos

estados em si. Logo, constitucionalmente, como o desafio à autoridade federal havia sido individual, o presidente poderia usar seus poderes de perdão para legalizar o eleitorado leal, que então poderia constituir seu governo estadual.

O Congresso, por sua vez, insatisfeito com a proposta moderada de Lincoln, recusou a posse dos unionistas eleitos por arkansas e Louisiana para a Câmara e o senado. No geral, o Legislativo entendia que o presidente extrapolava sua autoridade, ao usar poderes do Executivo para restaurar o país, visto que, segundo interpretava, os estados confederados teriam prejudicado definitivamente seus direitos à União e que cabia, portanto, ao Congresso decidir quando e como eles seriam readmitidos.

Uma minoria de republicanos no Congresso, conhecidos como radicais, fortemente abolicionistas, exigia uma pré-condição para a readmissão dos estados sulistas: o alistamento eleitoral dos negros (fato que, na esperança dos radicais, aumentaria suas bases políticas, ganhando votos de libertos gratos pela medida).

Um grupo maior e de tendência moderada também fazia oposição ao plano de Lincoln por não confiar no arrependimento dos confederados que teriam um papel majoritário nos novos governos do sul.

Unido contra a proposta do presidente, o Congresso aprovou um projeto próprio de reconstrução em julho de 1864: a Lei Wade-davis, que exigia o juramento de fidelidade à União de metade do eleitorado sulista antes que o processo de restauração pudesse ser iniciado. Depois disso, aqueles que jurassem nunca ter apoiado voluntariamente a Confederação poderiam votar numa eleição para delegados de uma convenção constitucional. Essa medida esvaziaria o poder político do sul na nação que emergiria da guerra. Lincoln, entretanto, invalidou a lei, recusando-se a assiná-la antes do recesso do Congresso, irritando muitos congressistas.

Lincoln acabou assassinado logo após o fim da guerra, quando assistia a uma peça de teatro, por um manifestante extremista que via o presidente recém-reeleito como um ditador. Pouco antes de morrer, durante a campanha de sua reeleição, Lincoln havia sinalizado, finalmente, a possibilidade de acordo com o Congresso, mas não viveu para concretizar a conciliação.

Quando andrew Johnson (1865-1869), vice-presidente, assumiu o cargo tornado vago com o assassinato, o quadro era desanimador. Além da destruição física das cidades, da bancarrota financeira do sul e da questão constitucional de reintegração, havia o problema de como lidar com os anseios imediatos dos ex-escravos, dos sulistas brancos derrotados e dos nortistas vitoriosos.

Cerca de 286 mil negros vestiam o uniforme do exército da União, alguns haviam se estabelecido nas fazendas confiscadas nas ilhas ao largo da costa das Carolinas, e muitos simplesmente perambulavam entre os acampamentos dos exércitos da União e as cidades sulistas, cheios de esperança, mas sem garantia alguma de sustento. Embora lideranças negras tenham rapidamente aparecido, a imensa maioria dos ex-escravos era analfabeta e nunca participara da política ou de instituições econômicas. Para a maior parte dos mais de quatro milhões de negros libertos, a aquisição de terras, o acesso à educação e o direito de voto eram os meios de atingir a cidadania.

Os milhares de brancos nortistas que se mudaram para o sul depois da guerra, seja por razões econômicas ou humanitárias, entendiam que estavam estendendo a “civilização” ao que consideravam uma região bárbara, e o caminho para isso devia contar com a ajuda dos libertos. Entretanto, mesmo entre estes nortistas havia racismo e, assim, não chegavam a um consenso sobre qual a participação dos negros na nova Nação.

Os democratas, 45% do eleitorado, eram críticos acerbados da maneira pela qual a guerra havia sido conduzida e combateram a emancipação dos negros. Para eles, o único objetivo da luta fora a restauração da “União como ela era”. Entre os republicanos, como vimos, havia os grupos “radical” e “moderado”, que discordavam em seu apoio a Lincoln e, depois, a Johnson, além de debaterem calorosamente sobre tarifas e finanças, e sobre o futuro dos libertos.

Dois paradoxos tornavam a reconstrução muito difícil. O primeiro deles era que, mesmo com a escravidão abolida, a nação acreditava esmagadoramente na inferioridade inata da “raça negra”. Mesmo entre os abolicionistas, eram poucos os que aceitavam os negros como intelectual e politicamente iguais. O segundo era que, durante a reconstrução, o governo precisava empreender um programa de medidas drásticas ainda que isso contradissesse a tradição liberal norte-americana, nos moldes de Jefferson, Jackson e Lincoln, de acreditar que a ação do governo devia ser rigorosamente limitada.

As opções que se abriam ao Norte, portanto, eram, em termos simples, a ocupação ou a conciliação. A maioria do Congresso acreditava na segunda opção desde que o sul reconhecesse seus “erros” e se governasse de acordo com ideais nortistas. Ainda assim restavam questões: quem comporia esses novos governos? Ex-rebeldes, que talvez não fossem tão “arrependidos” assim? Ex-escravos, vistos, pela maioria dos nortistas, como membros de uma “raça inferior”?

No sul, não havia capital disponível para a reconstrução, uma vez que a moeda e títulos de crédito confederados não tinham mais valor: de acordo com algumas estimativas, a riqueza *per capita* do sul em 1865 correspondia à metade do que havia sido em 1860.

Os negros tinham forte preferência em se estabelecer como pequenos proprietários em vez de serem trabalhadores nas plantações de donos brancos. Durante algum tempo, tiveram razão em esperar que o governo apoiasse suas ambições. Algumas propriedades de 40 acres chegaram a ser distribuídas pelo governo entre os escravos libertos. Em julho de 1865, 40 mil fazendeiros negros trabalhavam 300 mil acres do que eles pensavam ser sua própria terra.

Mas o sonho de “40 acres e uma mula” não se realizaria para a grande maioria. Nem o presidente Johnson nem o Congresso foram favoráveis a um programa efetivo de confisco e redistribuição de terras. Conseqüentemente, a maior parte dos negros que já ocupavam um pedaço de terra e efetivamente trabalhavam nele não obteve títulos de propriedade, tendo sido, então, abandonados. A guerra tinha terminado com a escravidão no sul, mas não representou a integração dos negros como cidadãos

efetivos.

Apesar da pobreza e da falta de terras, os ex-escravos relutavam em se fixar e se tornar empregados dos seus antigos senhores. A situação era tão grave que os próprios donos de fazendas achavam que não teriam como realizar a colheita em fins de 1865. A solução encontrada pela maioria, em 1866, foi o contrato de trabalho sistemático, em que os trabalhadores se engajariam por um ano em troca de salário fixo. Esses contratos previam pagamentos muito baixos e, na maior parte dos casos, protegiam mais os empregadores do que os empregados.

Descontentes, grupos de negros exigiram sociedade nos resultados, o direito de trabalhar pequenos lotes de terra, independentemente, em troca de uma percentagem da colheita: em geral a metade. Mais uma vez o medo da falta de trabalhadores forçou alguns proprietários a aceitar esse tipo de contrato; muitos deles, inclusive, acharam o sistema vantajoso, porque não exigia muito capital e obrigava o arrendatário a participar dos riscos do fracasso da colheita ou de uma eventual baixa do preço do algodão.

Durante a década de 1870, entretanto, esses contratos transformaramse em uma nova forma de servidão, visto que os trabalhadores tinham que contrair débitos até que o algodão fosse vendido e os fazendeiros e comerciantes aproveitaram a oportunidade para vender produtos de primeira necessidade a preços altos e juros exorbitantes. Resultado: as dívidas dos trabalhadores se multiplicavam mais rápido do que os lucros.

Por todo o sul, a sociedade começou a consolidar uma profunda segregação baseada em “critérios raciais”. À exceção do mundo do trabalho, em que brancos e negros conviviam, a sociedade sulista comportava dois mundos separados Por meio de instrumentos legais e ilegais, as pessoas consideradas negras ficavam segregadas das brancas na maioria dos locais públicos, na maioria dos hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos particulares. Mesmo quando os governos republicanos, apoiados pelos negros, assumiram o poder, em 1868, e foram aprovadas leis de direitos civis exigindo acesso igual às instalações públicas, muito pouco esforço foi feito para aplicar a legislação.

A RECONSTRUÇÃO PRESIDENCIAL

Ainda em 1865, em vista de todos esses problemas, andrew Johnson tentou refazer a União à sua própria maneira, acirrando suas divergências com o Congresso.

O presidente nascera muito pobre na Carolina do Norte e emigrara ainda jovem para o leste do tennessee, onde ganhava a vida como alfaiate. Embora tivesse pouca instrução (ele aprendeu a escrever já adulto), entrou na política e tornou-se um tribuno eficiente que atacava a aristocracia dos fazendeiros. Após tornar-se, membro do Congresso e, depois, governador, em 1857 foi eleito para o senado. Quando o tennessee separou-se, em 1861, Johnson foi o único senador de um estado confederado a permanecer leal à União, continuando a servir em Washington. Longe de nutrir simpatia pela causa abolicionista, desejava que cada chefe de família norte-

americano tivesse um escravo para evitar que sua família fosse obrigada a executar serviços “inferiores e desagradáveis”, segundo suas próprias palavras. Durante a Guerra, como governador militar do tennessee, Johnson seguiu as ordens emancipatórias de Lincoln por acreditar que elas destruiriam a aristocracia que sempre combateu. Quando, em 1864, entrou na chapa eleitoral de Lincoln, poucos achavam que chegaria à presidência.

Em maio de 1865, Johnson pôs em prática seu plano para afastar de vez os grandes fazendeiros sulistas do poder, colocando alguns estados sob a administração de governadores provisórios escolhidos entre os políticos sulistas opositores do movimento secessionista. Essas pessoas deveriam convocar Convenções Constitucionais para eleger dirigentes. Uma vez eleitas, as convenções deveriam declarar ilegais as resoluções confederadas, repudiando dívidas assumidas pelos sulistas durante o conflito e ratificando a décima terceira Emenda. ao cumprir essas etapas, o processo de reconstrução estaria completo.

As Convenções sulistas foram eleitas, e Johnson, para desilusão dos republicanos radicais, parecia disposto a dar carta branca para que elas determinassem o estatuto civil e político dos escravos libertos. Dessa forma, foram aprovados os “Códigos Negros” (*Black Codes*), que restringiam a liberdade dos negros em diversos aspectos. Entre essas leis, estavam as de vadiagem, que obrigavam os ex-escravos a trabalhar sem poder escolher seus empregadores. Em alguns estados, os negros não tinham permissão para se reunir, casar-se com brancos, beber álcool, possuir armas de fogo, ou atuar em ofícios especializados. Aqueles que cometessem alguma infração podiam ser vendidos em leilão. Na Carolina do sul, uma lei definiu os contratos de trabalho: os negros só poderiam trabalhar em serviços rurais ou domésticos. No Mississipi, poderiam lavrar a terra, jamais possuí-la. Até mesmo alguns sulistas brancos acharam que essas medidas eram muito provocadoras para os nortistas, que as consideravam uma “escravidão disfarçada”.

Em fins de 1865, todos os estados haviam passado pela chamada “reconstrução presidencial”, em que os presidentes Lincoln e Johnson haviam comandado a cena política. Aos olhos conservadores e sulistas, a reconstrução já estava pronta: o governo sulista voltara a funcionar e, em alguns estados reconstituídos, ex-confederados ilustres foram eleitos para cargos estaduais e federais.

O ressentimento entre o presidente e o Congresso, no entanto, aumentou ainda mais, em dezembro, quando o Legislativo recusou a posse à delegação sulista recém-eleita. Além disso, os congressistas criaram uma comissão conjunta para estabelecer novas condições de readmissão dos estados sulistas.

Na primavera de 1866, o Congresso aprovou a Lei de direitos Civis, proibindo numerosos tipos de legislação discriminatória. Johnson, por sua vez, endureceu seu discurso ao atribuir aos radicais a violência e os distúrbios racistas no sul, minimizando as infrações dos direitos dos negros e perdoando centenas de líderes confederados.

Entretanto, os planos presidenciais seriam minados de uma vez quando, em novembro, nas eleições para o Congresso, os republicanos obtiveram dois terços das

duas Casas, e a liderança radical assumiu alguns postos-chave no governo, apesar de todo o esforço de Johnson, durante a campanha eleitoral, em detratar os radicais perante a opinião pública.

A RECONSTRUÇÃO RADICAL

O cerne do conflito irreconciliável entre o Congresso e o presidente era a própria natureza daquilo que deveria ser a reconstrução.

Para Johnson, o sistema federal deveria ser restaurado o mais rápido possível, nos mesmos moldes de antes da Guerra, excetuando-se a questão da escravidão.

Os deputados, por sua vez, buscavam uma política de reconstrução que limitasse o papel dos ex-confederados e trouxesse alguma proteção para os negros. Os republicanos do Congresso, com exceção de alguns radicais extremados, não consideravam que os negros fossem iguais aos brancos, mas que, como cidadãos, deveriam ter os mesmos direitos básicos. Esse programa político, acreditavam aqueles congressistas, deveria engrossar as fileiras do próprio Partido republicano com os “negros que ele ajudara a emancipar”.

Em meio aos vetos presidenciais e disputas com o Congresso, Johnson revelou que pretendia abandonar o Partido republicano e criar um novo partido, de caráter mais conservador, que uniria seus correligionários com um Partido democrata revitalizado que apoiava *a sua* política de reconstrução.

Em contrapartida, a maioria republicana no Capitólio aprovou, em junho de 1866, a décima Quarta Emenda Constitucional, que, em sua seção principal, estendia a cidadania a “todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos”. Os estados ficavam proibidos de restringir os direitos dos cidadãos americanos e não poderiam “privar qualquer pessoa da vida, liberdade ou propriedade sem prévio procedimento legal; nem negar a qualquer pessoa [...] proteção igual dentro das leis”. A segunda seção da emenda estabelecia que, se um estado negasse o voto a qualquer homem adulto, sua representação seria proporcionalmente reduzida. A terceira e quarta seções vedavam o acesso de confederados importantes a cargos federais e proibia que os estados repudiassem dívidas federais ou reconhecessem dívidas rebeldes. Para ser ratificada por três quartos dos estados, essa nova emenda deveria contar com algum apoio sulista. Mas Johnson, pessoalmente, endossou a decisão de todos os estados sulistas, à exceção do tennessee, de rejeitarem-na.

Em 1867, o Congresso contra-atacou com a implementação de seu próprio plano: era o início da chamada “reconstrução radical”. O plano original, elaborado por republicanos radicais, como Charles summer e thaddeus stevens, previa um período extenso de governo militar no sul, que deveria confiscar e redistribuir grandes latifúndios entre os libertos e observar, com tutela federal, que as escolas educassem os negros para a cidadania. A maioria dos representantes republicanos, mais moderada, achou o programa original inaceitável, uma vez que ele contradizia as tradições americanas de federalismo e respeito pelo direito de propriedade, e decidiu implantá-lo apenas em parte.

A primeira Lei de reconstrução, promulgada apesar do veto de Johnson em 2 de março de 1867, colocou, por um período curto, o sul sob governo militar, dividindo a região em cinco distritos. Sob supervisão militar, cada estado deveria compor uma convenção constitucional, eleita pelo voto de toda a população masculina, incluindo os negros emancipados e excluindo confederados importantes, e aprovada pelo Congresso. Quando o novo estado houvesse ratificado a décima Quarta Emenda, seus representantes poderiam ser admitidos no Congresso. Essa lei foi regulamentada e tornada mais rigorosa posteriormente.

A reconstrução radical, ou Congressional, duraria até 1870, quando se ratificou a décima Quinta Emenda, que proibia, de uma vez por todas, a discriminação do sufrágio por motivo de "raça, cor, ou anterior condição de servidão". durante esses três anos, todas as medidas apoiadas pelos radicais visando à reconstrução contariam com a oposição do presidente e, na maioria dos casos, com a repulsa do supremo tribunal. Para alguns historiadores, esse foi o período da história americana em que uma esfera do governo ousou tornar-se mais poderosa que as outras duas: para garantir a reconstrução radical, o Congresso retirou certos tipos de ação judicial da alçada do supremo tribunal e tentou o *impeachment* do presidente através da Lei de Permanência no Cargo, de 1867. Essa lei, aprovada em um contexto de constitucionalidade duvidosa, proibia a demissão de membros do gabinete presidencial sem aprovação do Congresso. Johnson havia tentado demitir o secretário da Guerra Edwin stanton, que fora nomeado por Lincoln e, em 1868, a Câmara de representantes votou o *impeachment* do presidente baseando-se num longo e nebuloso conjunto de acusações. Por apenas um voto, no senado, sua condenação, entretanto, foi evitada.

Já quanto ao caráter da reconstrução radical, o debate entre os historiadores é intenso. As abordagens mais tradicionais vêem esse período como um erro. Os governos estaduais sulistas teriam sido dominados por "negros ignorantes, especuladores gananciosos e por uma desprezível ralé sulista" de colaboracionistas que "haviam imposto um reino de terror, excessos e corrupção". Essa "era de corrupção" só teria tido fim com o renascimento da opinião moderada no Norte e o restabelecimento de governos "democráticos" no sul: o próprio nome dado àqueles que derrubaram a reconstrução radical, *redentores,* revela-nos a essência dessa vertente mais conservadora da historiografia norte-americana.[1]

Após a década de 1940, surgiram outras versões da reconstrução radical, nas quais esse período aparece como uma tentativa de levar justiça e progresso ao sul arcaico. Essas versões mais recentes sustentam, no geral, que qualquer aspecto positivo dessa época deveu-se à ação das forças federais que contaram com resoluto apoio negro. A corrupção política generalizada do período e o terrorismo que eclodiu no sul, como reação da elite branca, teriam ocorrido por conta do recuo prematuro do Norte.[2]

A década de 1870 começava com a aprovação da décima Quinta Emenda, que, ao mesmo tempo em que era celebrada por garantir o voto universal masculino,

decepcionava os advogados dos direitos das mulheres. Na prática, foram criados limites à "universalidade" do próprio voto masculino, como a exigência de alfabetização, a possibilidade de votar condicionada à propriedade ou a existência de impostos para votar (todas medidas que visavam, especialmente, à exclusão dos negros dos pleitos).

Leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução, mas desapareceram até 1868. ressurgiram no governo de Grant, a começar pelo tennessee, em 1870: lá, os sulistas brancos promulgaram leis contra o casamento inter-racial. Cinco anos mais tarde, o tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do sul o seguiu rapidamente. O termo "Jim Crow", nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio "separados, mas iguais", estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Em 1885, a maior parte das escolas sulistas também foram divididas em instituições para brancos e outras para negros. Houve "leis Jim Crow" por todo o sul. Apenas nas décadas de 1950 e 1960 a suprema Corte derrubaria a idéia de "separados, mas iguais".

Dentro dessa postura segregacionista surgiu uma corrente ainda mais extremada, que defendia, em última instância, o extermínio da "população inferior". Desse grupo emergiu a Ku Klux Klan (kkk) – do grego *Kyklos*,

"círculo"–, criada em Nashville, em 1867. A idéia de círculo aparece como símbolo de sociedade secreta, fechada em si mesma. Ancorada numa antiga tradição de linchamentos de negros, a kkk combatia, além dos negros, os brancos liberais que apoiavam o fim da segregação, também chamados de *negro lovers* (amantes de negros, com duplo sentido), os chineses, os judeus e outras "raças" consideradas inferiores.

A kkk colocava-se como uma entidade moralizante, de defesa da honra, dos costumes e da moral cristã. A prática pavorosa dos linchamentos era justificada por seus membros a partir de acusações de supostos estupros de mulheres brancas por negros (numa clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser "inferior e bestial", que precisava ser combatido pelos protetores dos "bons costumes", os cavaleiros brancos da Klan).

A organização tem começo incerto, mas se sabe que surgiu da união de vários outros grupos locais, associações clandestinas e racistas, como a Fraternidade Branca, do tennessee, por exemplo. Outras organizações como a dos Cavaleiros do sol Nascente, os Cavaleiros da Camélia Branca, as Guardas Constitucionais e os Caras Pálidas antecederam e coexistiram com a Klan, assemelhando-se a ela em preceitos, princípios e ações, numa demonstração do racismo profundamente arraigado. Entre 1867 e 1871, as estimativas falam em mais de vinte mil pessoas mortas por terroristas brancos.

Alguns desses grupos, como a própria Klan, usavam um lençol branco como vestimenta, simbolizando os senhores mortos durante a Guerra Civil que voltavam para se vingar na forma de espíritos, acusando os ex-escravos de os terem abandonado em meio ao conflito. Outra explicação para o uso do lençol branco é a idéia de que os

negros seriam supersticiosos e que, portanto, acreditariam em espíritos que voltavam para assombrar os vivos.

A kkk era apoiada pela participação de muitos políticos sulistas, mas toda a sua base era composta por brancos pobres ressentidos. Para se tornar membro da Klan era necessário ser branco, não ser judeu, “defender a pátria até as últimas conseqüências” e ser um “bom cristão protestante”, já que não se aceitavam católicos.

Nos anos de 1871 e 1872, o governo federal aprovou leis e tomou providências que contiveram o avanço dessas organizações. Mesmo assim, outras semelhantes como a Linha Branca, o Clube do Povo, Os Camisas Vermelhas e a Liga Branca surgiram no sul, contando com a complacência dos governos locais. A Klan reapareceu na Geórgia, em 1915. O século xx abriu-se com 214 linchamentos promovidos por organizações racistas apenas em seus dois primeiros anos.

Grant, em 1874, pela última vez, usou da força para conter esses grupos. Quando uma milícia da “supremacia branca” instigou uma série de sangrentos distúrbios raciais no Mississipi, antes das eleições de 1875, Grant negou o pedido de tropas federais feito pelo governador. Como resultado, os negros, temendo a intimidação, afastaram-se das urnas. Isso fez com que, em 1876, os republicanos só conseguissem se manter em três estados do sul (Carolina do sul, Louisiana e Flórida).

A ação do presidente pode ser explicada, em parte, porque a população do Norte já não tolerava mais ações militares para manter governos ou defender os negros no sul. Crescia entre os nortistas a idéia que o sul havia sido tomado por maus governos cujo único intuito era tirar proveito de vantagens pessoais e partidárias.

O Partido republicano, na era Grant, perdia rapidamente o idealismo da década anterior e passava a ser comandado pelos chamados “recolhedores de despojos”, base de apoio do presidente. Durante o primeiro mandato de Grant, a Casa Branca viu-se envolta em escândalos, envolvendo o vicepresidente (schuyler Colfax, de indiana) e o Crédit Mobilier, uma firma de construção que desviava divisas para pagar acionistas da estrada de ferro Union Pacific, beneficiária de enormes concessões de terras federais.

Os republicanos romperam com Grant em 1872 e formaram um terceiro partido comprometido com a reconciliação entre o Norte e o sul: os republicanos liberais, defensores do fim do clientelismo e favoráveis a uma política estrita de *laissez-faire*, o que representava tarifas baixas, o fim dos subsídios governamentais para as estradas de ferro e moeda forte. O pleito daquele ano ficou dividido entre Grant, que contava com imenso apoio popular (advindo da época da guerra), e Horace Greeley, editor do respeitado jornal *New York Tribune*, candidato do novo partido, mas que galvanizara o voto dos democratas ao prometer que acabaria com a reconstrução radical. Grant foi reeleito e sua segunda administração ficou também marcada por suspeitas de corrupção nas altas esferas.

Mas se os governos federal e estaduais na época da reconstrução radical ficaram marcados pela corrupção, o governo redentor que se seguiu esteve bem longe da probidade política ou fiscal. Fazendo um balanço desse período, podemos perceber

que as tentativas de reforma deram-se mais na área econômica (através de subsídios para a construção de estradas de ferro e outras obras públicas) do que nas áreas social e política. A corrupção e a escolha do traçado das vias férreas baseada em critérios duvidosos geraram uma crescente dívida pública e mais tributos, sem proporcionar um transporte barato e de qualidade. Quando o Pânico de 1873 levou muitos estados sulistas à beira da bancarrota, diversas estradas de ferro subsidiadas faliram, deixando os contribuintes com os débitos a pagar e convencidos de que os republicanos haviam arruinado a economia sulista.

Certos negros tiveram somente uma pequena responsabilidade pela desonestidade dos governos radicais, dado que nunca controlaram governo estadual algum e jamais ocuparam postos de comando. Alguns congressistas negros, comprovadamente, aceitaram "empréstimos" de lobistas de estradas de ferro para financiar suas campanhas. Mas, contrariamente ao mito, o pequeno número de negros eleitos para as assembléias estaduais ou para o Congresso durante o período de reconstrução demonstrou integridade e competência e era composto, quase que totalmente, por pessoas com razoável grau de instrução. Mesmo assim, os críticos democratas da reconstrução radical conseguiram convencer, em vista do preconceito racial enraizado na cultura americana, que "bom governo" deveria ser sinônimo de "supremacia branca".

A "REDENÇÃO"

A disputa eleitoral de 1876 travou-se entre rutherford B. Hayes, governador republicano de Ohio, e samuel J. Tilden, governador de Nova York. Quando os resultados foram divulgados, tilden havia ganhado no voto popular e parecia ter chances de obter uma vitória estreita no colégio eleitoral. Esse resultado, todavia, nos três estados do sul ainda controlados pelos republicanos, foi posto em dúvida: se Hayes ganhasse nesses estados e se mais uma votação fosse impugnada, no Oregon, pensavam os estrategistas republicanos, ele triunfaria no colégio eleitoral por um voto.

O resultado da eleição ficou meses em suspenso. O Congresso nomeou uma comissão eleitoral de 15 membros para determinar a quem seriam atribuídos os votos dos estados com contagem duvidosa. a comissão, dividida entre os partidos, votou oito a sete pela vitória de Hayes nos estados disputados, mas essa decisão ainda tinha que ser ratificada pelo Congresso e, na Câmara, havia forte oposição democrata.

Uma barganha informal, o "Compromisso de 1877", cujos detalhes ainda são nebulosos, assegurou a eleição de Hayes em troca da evacuação das últimas tropas federais do sul. Com a posse de Hayes (1877-1881), caiu o último dos governos radicais e todo o sul passou para o controle dos democratas brancos, os "redentores".

Esse grupo, por sua vez, era bastante heterogêneo. Parte dele vinha da velha aristocracia secessionista e tentava restabelecer a antiga ordem das coisas. Aqueles de classe média favoreciam, por sua vez, interesses comerciais ou industriais sobre os interesses agrários: queriam o "Novo sul", cujo futuro dependeria mais de um desenvolvimento econômico diversificado e menos ligado às atividades rurais. Um

terceiro grupo, “políticos profissionais”, seguiam a direção de quem estivesse no poder.

Os pontos de convergência entre esses segmentos eram, no entanto, sólidos. Acreditavam em práticas liberais (o governo deveria ser neutro e limitado nas suas atividades) e na supremacia branca. Também eram contrários à intervenção nortista, mas não quando isso significava fortalecer seus interesses particulares. Quando a industrialização começou a ganhar força, na década de 1880, os “regimes redentores” receberam com entusiasmo o capital nortista. Entretanto, mesmo com o avanço da industrialização, até a segunda Guerra Mundial, o sul permaneceu pobre e predominantemente rural.

Ainda que as elites brancas tenham prometido, no Compromisso de 1877, seguir as Emendas 14 e 15, em 1890, por meio de fraudes e violência, em todas as seções eleitorais no sul, os negros foram praticamente excluídos.

Entre 1889 e 1899, quase duzentas pessoas por ano, em média, foram linchadas por supostos crimes contra a supremacia branca. Esse período foi também o auge da promulgação das leis Jim Crow.

Uma série de julgamentos do supremo tribunal, entre 1878 e 1898, estabeleceu jurisprudências racistas, deixando os negros praticamente sem defesa contra a discriminação social e política.

Além de desfavorecer os negros, a “redenção” negligenciou os interesses dos pequenos fazendeiros brancos que, endividados, perdiam seus títulos de bens de família e se viam reduzidos a arrendatários.

Seria estranho pensar que uma nação fizera uma sangrenta guerra civil por causa da escravidão trinta anos antes e, agora, aceitava a segregação e a violência racial. Mas, como já aventamos, os pressupostos de supremacia branca eram reforçados pelo imperialismo norte-americano na passagem do século: “o pardo filipino” era uma raça inferior de homem que precisava da mão firme e orientadora de uma nação norte-americana branca superior; os negros, pela mesma lógica perversa, também. Por tradição política, o governo deveria ratificar aquilo que era a moral social, pois as regras do federalismo estadunidense exigiam respeito geral a costumes locais, estaduais e regionais. Se, no início, os novos governos, “brancos como lírios”, permitiram aos negros uma participação simbólica na política, o fim do século XIX assistiu ao governo federal e à opinião pública nortista passarem a julgar a “harmonia nacional” mais importante do que a idéia de direitos iguais para todas as pessoas.

Os republicanos continuaram ocupando a presidência até o século XX, com exceção dos dois mandatos de Grover Cleveland (1884-1888 e 1892-1896). Os democratas, por sua vez, recuperando-se dos tempos da reconstrução, obtiveram com mais freqüência apoio popular e controlaram a Câmara de representantes por várias legislaturas.

NOTAS

[1] Até a década de 1930, a reconstrução era caracterizada como um período de depravação humana: a “Era do ódio”,

“O Blecaute do Governo Honesto”, “a década Pavorosa” e a “Era trágica”. a maioria desses estudiosos, brancos, partia de pontos de vista decididamente racistas. Exemplo disso é o livro *Reconstruction and the Constitution* (1902), de John W. Burgess, no qual os negros eram pintados como seres humanos inferiores, incapazes de “sujeitar a emoção à razão”; ou ainda a obra de William a. Dunning, *Reconstruction, Political and Economic* (1907), em que uma grande riqueza de fontes foi trabalhada sob pressupostos sulistas e racistas, mostrando a reconstrução como uma época de licenciosidade e de extrema crueldade para o prostrado sul. Apenas em 1939, Francis Butler simkins, em artigo no *Journal of Southern History*, instou seus colegas historiadores para que adotassem “uma atitude mais crítica, criativa e tolerante” em relação ao período, sugerindo uma interpretação que não se baseasse na “convicção de que o negro pertence a uma raça inatamente inferior”.

[2] Ainda em 1935, W. E. B. Du Bois, autor de *Black Reconstruction* (1935), contestou veementemente as conclusões de dunning. Refletindo uma crescente sensibilidade nacional aos direitos civis. As décadas seguintes viram a publicação de livros como *Reconstruction After the Civil War* (1961), de John Hope Franklin, e *The Era of Reconstruction* (1965), de Kenneth stampp, em que foram descartados os estereótipos raciais e o período do pós-guerra foi reavaliado, geralmente de forma mais favorável. Segundo esses estudiosos, os trabalhos tradicionais haviam exagerado muito na extensão das fraudes ocorridas e no papel de negros no governo. Franklin e stampp concluem, no entanto, que a reconstrução não conseguiu garantir a igualdade econômica, política e social dos negros.

OS TEMPOS MODERNOS
E OS MAGNATAS DA INDÚSTRIA

Embora a indústria norte-americana fosse anterior à Guerra Civil, foi durante o conflito, com maciço apoio governamental, que ela alcançou patamares de produção que se mantiveram entre os mais altos do mundo durante o resto do século XIX. Nas décadas posteriores à guerra, famílias dos chamados "senhores da Criação", como os Carnegie, os duke, os Hill, os Morgan, os rockfeller, os swift, os Vanderbilt etc., acumularam espantosas riquezas e poder, criando, a partir de 1860, a chamada "era da iniciativa privada".

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

As estradas de ferro, mola central dessa industrialização, passaram por um forte surto de crescimento na década de 1850, criando as primeiras grandes companhias ferroviárias do país. Essa febre da locomotiva diminuía distâncias entre centros de matéria-prima e indústria, ligava o país de costa a costa por meio de cinco ferrovias intercontinentais, criava novos padrões de tempo e hábitos de trabalho e acelerava o crescimento demográfico do Oeste. Na virada do século, os Estados Unidos possuíam cerca de um terço de todas as vias férreas do mundo, algo em torno de 320 mil quilômetros de trilhos de aço.

Anterior a essa verdadeira revolução nos transportes, a mecanização da agricultura gerava aumentos exponenciais de produção e expansão das áreas de cultivo. Um fazendeiro, acompanhado de ceifadeira, trançador e debulhador a vapor, em 1896, podia colher mais trigo do que 18 homens 70 anos antes.

Talvez motivados pelas dimensões continentais, os norte-americanos excederam a todos no campo das comunicações. aperfeiçoaram uma invenção italiana, o telefone (creditando-o como invenção norte-americana). Criaram a máquina de escrever, a máquina registradora, a máquina de somar e o linotipo. Vincularam o receptor telegráfico contínuo em fita às bolsas de valores. Se já na década de 1870 a eletricidade era usada como fonte de luz e energia, dez anos depois ela movia bondes elétricos, lâmpadas incandescentes e vitrolas nas crescentes cidades.

O inventor Thomas Edison – personagem romântico que simboliza um dos cérebros da engenhosidade norte-americana – demonstra o funcionamento da lâmpada. Ele teira dito: "Não me importo tanto em fazer fortuna, mas adoro ficar adiante dos outros".

Essa era da industrialização forjou o mito dos grandes inventores, gerado pelo confuso sistema de patentes estadunidense. Como se a nação fosse berço dos maiores talentos inventivos do mundo, a figura do inventor solitário, criativo, genial e laborioso, que no fundo de sua casa transformava idéias em aparatos tecnológicos revolucionários para a vida cotidiana e industrial, tornou-se mais um sonho norte-americano. O público se inclinava aos créditos dos jornais à "engenhosidade norte-americana", simbolizada por personagens românticos como thomas alva Edison, um dos homens mais populares de sua época. Hoje sabemos que, a despeito das notáveis engenhocas de pessoas como Edison, a industrialização foi sustentada por incrementos continuados e melhorias tecnológicas paulatinas, criadas em laboratórios das próprias indústrias ou universidades, fruto de esforços de cientistas e engenheiros anônimos. Também é notório que boa parte dessa tecnologia tivesse origem européia ou fosse resultado de parcerias entre o velho continente e os Estados Unidos, como os processos Bessemer e siemens-Martin de produção de aço.

IMIGRANTES

Atraída pela "terra das oportunidades", entre 1870 e 1900, a população dos Estados Unidos recebeu mais de 20 milhões de imigrantes vindos da Europa e da ásia, em sua maioria. Essa imigração, somada ao crescimento vegetativo, fez a população do país quase dobrar no mesmo período, indo de quase 40 milhões para cerca de 76 milhões.

Chegada de imigrantes europeus aos Estados Unidos, 1902.

O preconceito de grande parte dos norte-americanos, entretanto, acabou por julgar esses imigrantes. Chineses foram vistos como sujeitos de “raça inferior”, gente porca e portadora de doenças. Aos olhos da velha estirpe de “descendentes de anglo-saxões”, os europeus recém-chegados compunham uma massa de camponeses maltrapilhos e ignorantes. Destinados parcialmente ao trabalho mal remunerado das fábricas e ferrovias, os imigrantes acabaram por diminuir ainda mais o relativamente pequeno número de negros nos centros industriais, porque os “estrangeiros brancos ou amarelos”, mesmo os que não falavam inglês, eram mais aceitáveis nesses tipos de trabalho.

A pressão social contra os asiáticos ou europeus, católicos em sua maioria, resultou em medidas governamentais para conter a imigração. Em 1882, o Congresso

proibiu a entrada de chineses, presidiários, indigentes e criminosos (lista posteriormente acrescida de anarquistas e outros “elementos indesejáveis”). Em 1885, proibiu-se a importação de mão-de-obra contratada. Em 1907, proibiu-se a entrada de japoneses. Nos tempos de Primeira Guerra Mundial, contrariando o veto do presidente Woodrow Wilson, o Congresso criou o requisito de alfabetização para a entrada de imigrantes. Finalmente, nos anos 1920, foram aprovadas leis que atribuíam quotas a nacionalidades, restringindo o ingresso de latino-americanos e eslavos.

GRANDES EMPRESAS

As depressões econômicas acabaram, curiosamente, por consolidar o poderio das grandes empresas e corporações, expondo as desvantagens da competição acirrada que se praticava. Entre 1869 e 1898, estima-se que cerca de 13% da renda nacional foi aplicada na expansão da indústria e esse grande investimento de capital espelha a ascensão dos bancos de investimento, centralizados em Wall street, Nova York.

Surgiam as grandes corporações, que caminhavam sempre no mesmo sentido: o do monopólio. Para sustentar essa industrialização que crescera mais do que a demanda por bens de consumo ou por serviços ferroviários, os industriais tinham altos custos. Em busca de rentabilidade, alguns desses homens de negócio fecharam “acordos de cavalheiros” que levaram, pouco adiante, à formação de cartéis, com o intuito de limitar a concorrência e dividir os lucros. Esses acordos iniciais eram sempre pontuais. Com o tempo, muitos se formalizaram, gerando crescimento gigante em algumas indústrias. Esse crescimento podia ser horizontal, na tentativa de monopolizar um único produto, comprando e tirando do negócio empresas concorrentes; ou vertical, unindo empresas correlatas, em vários níveis da produção e distribuição de produtos.

Exemplo disso foi John d. Rockfeller e seus sócios, que construíram o primeiro truste, em 1882, quando os acionistas das maiores refinarias da nação abandonaram a forma de cartel e trocaram suas ações com direito a voto por certificados da standard Oil trust. Com isso, a administração de cerca de 90% da capacidade de refino da indústria ficou nas mãos de um único conselho. Enorme em termos horizontais, a standard Oil passou à integração vertical, unindo setores da perfuração de poços à fábrica de barris e oleodutos: era o virtual monopólio dos mercados internos e externos. Até sua dissolução nos termos da Lei sherman antitruste (1890),[1] a standard Oil dominou a indústria nos Estados Unidos e em grande parte do mundo.

O desenho de 1900 endossa a idéia de que o governo era controlado pelas grandes companhias. J. Rockfeller tem a Casa Branca nas mãos e dispõe do Capitólio conforme seus interesses.

Nas indústrias que mais utilizavam tecnologia, onde se procurava otimizar custos de produção, as fusões prevaleceram. Fosse através de trustes, de companhias de controle (*holding companies*) ou de criação de empresas gigantes, a consolidação industrial expandiu-se rapidamente: entre 1888 e 1905, foram formados 328 conglomerados ou empresas consolidadas. Mesmo com essa tendência no mercado industrial norte-americano, em algumas áreas, a concorrência não desapareceu, notadamente naquelas que mais se valiam de mão-de-obra e baixa tecnologia, como as de mobiliário, alimentos e vestuário. Esse tipo de capitalismo, o monopolista, marcou o fim do outro, o altamente competitivo, e deu início à chamada "liderança de preços" (espécie de acordo informal entre membros de um setor da indústria para seguir preços previamente estabelecidos). Fugindo à vigilância federal antitruste e satisfeitas com os lucros garantidos por preços tacitamente aceitos, a competição se dava em publicidade e *design*, levando incontáveis pequenas empresas à falência e concentrando riquezas de maneira inédita. Mesmo assim, os Estados Unidos viveram um período de euforia industrial, que louvava o próprio crescimento, capaz de "integrar o país" e torná-lo competi-tivo diante das maiores nações industrializadas da Europa. Em 1900, por exemplo, os estadunidenses produziam tanto aço quanto inglaterra e alemanha juntas, além de dominarem a outrora sem importância indústria do petróleo.

URBANIZAÇÃO

a urbanização decorrente desse processo de industrialização também foi grande. Mesmo que consideremos que, até 1900, a maior parte dos norteamericanos vivesse

diretamente do campo, cidades nos Grandes Lagos, costa do Pacífico e no Leste expandiram-se. Na década de 1890, já era possível ver,

A imensa ponte ligando o Brooklyn a Manhattan foi uma conquista tecnológica que maravilhou os cidadãos dos EUA.

nesse meio urbano, a formação de uma crescente classe média, admiradora de esportes, leitora de revistas e romances de grande circulação, e “fanática” pela nova invenção: a bicicleta.

Em termos populacionais, em 1890, havia 26 cidades com mais de cem mil habitantes. Em 1900, seis dessas cidades haviam ultrapassado a marca do milhão.

Esse quadro de otimismo ajudava a propaganda norte-americana no exterior, mas a distribuição da riqueza era muito desigual e a mesma cidade que atraía imigrantes em busca de oportunidades, iluminação incandescente, telefone, saneamento e bondes, acabava oferecendo-lhes trabalho mal remunerado e péssimas condições de vida.

VALORES

Essa nova maneira de viver, a de grandes cidades, tinha um caráter dúbio para os valores tradicionais norte-americanos: ao mesmo tempo em que se louvavam as promessas materiais de uma economia industrial madura, temiam-se as desigualdades profundas geradas pelo monopolismo. Competiam a profunda crença nos direitos da propriedade, que se aliava aos influentes interesses da indústria, e a também enorme crença na livre concorrência e nas oportunidades da “terra da liberdade”, interesses que pediam uma regulamentação ao poder monopolista.

Na segunda corrente, a tradição de valorizar o individualismo competitivo, acreditavam os intelectuais que os assuntos humanos eram governados por leis naturais imutáveis: o bem geral era mais bem servido com a busca da satisfação dos interesses individuais. O eventual sofrimento social causado seria infinitamente inferior

às recompensas trazidas àqueles laboriosos espíritos independentes, que, por meio do trabalho, atingiam a plenitude econômica. A pobreza era quase sempre vista como castigo advindo aos indolentes. Logo, acreditava-se ser imoral que o Estado ou qualquer organização privada interviesse nos assuntos econômicos. Alguns religiosos protestantes, influenciados pela ética calvinista de realização e responsabilidade individuais, justificavam essa concorrência com argumentos éticos e religiosos: “a santidade é aliada da riqueza”, comentou a autoridade episcopal de Massachusetts à época.

Inicialmente chocado com a teoria da Evolução, o puritanismo norteamericano acabou, pelo mesmo motivo, aceitando o darwinismo social. Segundo o filósofo inglês Herbert spencer e seu discípulo norte-americano, William Graham sumner, a luta sem controle pela existência era o meio através do qual a “raça humana” alcançara seu alto desenvolvimento. As ações sociais ou estatais incentivariam os desajustados, contendo os fortes e retardando o progresso: era a confirmação “científica” dos valores do individualismo competitivo.

Mas nem todos os norte-americanos concordavam com o darwinismo social, embora, até a década de 1890, esse modo de pensar estivesse em ascensão. Havia muitos e influentes críticos do *laissez-faire* que não eram, nem remotamente, defensores dos industriais monopolistas. Os de inspiração marxista, como daniel de Leon, do Partido socialista trabalhista, e Eugene V. debs, do Partido socialista da américa, ou ainda Edward Bellamy, queriam o fim da concorrência e da propriedade privada, pregando uma nova ordem socialista de cooperação e coletivismo. O teórico social mais influente do fim do XIX, Henry George, autor de *Progress and Poverty* (Progresso e pobreza) (1879), era voraz crítico do monopólio da terra, ao qual atribuía todos os males sociais. A solução capaz de reduzir o contraste entre “a Casa da abundância” e a “Casa da Carência”, propunha George, poderia ser a criação de um imposto único, confiscatório, sobre esse “incremento imerecido”. O ataque de George ao *laissez-faire* contribuiu para que se fizesse um exame mais crítico dos problemas sociais da nação.

Mesmo assim, a crença de senso comum era a de que os “capitães da indústria” norte-americana compunham uma camada social admirável de “*self-made men*”. Uma pequena análise biográfica desses personagens revela, todavia, que as histórias de sucesso individual não estão tão comumente atreladas a imigrantes pobres ou garotos que cresceram em fazendas, mas a gente que emergira em circunstâncias vantajosas. Em pleno século XIX, época de grande louvor à industrialização, críticos, como o poeta Walt Whitman, escreviam sobre a “depravação das classes empresariais”.

HISTÓRIA E MEMÓRIA

A própria memória do período foi tratada de forma ambivalente pela historiografia. No pico do período de euforia consumista norte-americana, a explosão industrial norte-americana foi diretamente associada à Guerra Civil.[2] Essa teria sido – por sua alta

barreira tarifária protecionista, estabilização da atividade bancária e da moeda, e a construção de uma estrada de ferro transcontinental – uma nova revolução americana.

Durante a Grande depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de 1929, o historiador Matthew Josephson comparou os industriais aos “barões salteadores” da Europa medieval, capazes de trapacear e roubar sem o menor escrúpulo.

Em tempos de Guerra Fria, politicamente mais conservadores, os estudos sobre a industrialização do século XIX procuraram se ater mais às descrições estruturais do crescimento industrial e a exaltar os “estadistas industriais”, retratados como indivíduos inovadores, que haviam trazido progresso econômico à nação.

Análises mais recentes tendem a desconstruir a tese de que a Guerra Civil foi uma segunda revolução americana, ao demonstrar que os industriais e homens de negócios não formavam um bloco único de interesses diante dos assuntos da guerra e do período de reconstrução. Pelo contrário, sequer estiveram de acordo sobre a maior parte dos programas econômicos da época. As novas pesquisas ainda contestam a importância econômica do período da secessão e comprovam que os maiores ganhos percentuais do século XIX ocorreram nas décadas de 1840 e 1850. Ao mesmo tempo em que concordam que a Guerra Civil tenha criado certos tipos de demanda (por calçados, cobertores, armas e tecidos de lã para uniformes), esses estudiosos argumentam que essa produção desviou recursos de outros setores, levando, na verdade, a uma diminuição na taxa de avanço tecnológico.

NOTAS

[1] Em 1890, a demanda por uma legislação geral antimonopólio foi atendida pela Lei sherman antitruste, que proibiu, formalmente, os contratos, combinações (monopólios) ou conluios que restringissem o comércio interestadual ou externo. Como acontecera com a Lei de Comércio interestadual, essa medida, durante anos, ficou apenas no papel. Ambas as leis representavam um curioso paradoxo: a intervenção do governo em nome do *laissez-faire*, regulamentando para preservar a livre competição. No caso da standard Oil Company, até a década de 1910, ela continuou obtendo lucros funcionando como um truste, ainda que disfarçado.

[2] Em *The Rise of American Civilization* (1927), Charles e Mary Beard chamaram a Guerra Civil de segunda revolução americana, um conflito social e econômico no qual os outrora predominantes interesses agrícolas haviam sido deliberadamente substituídos por forças industriais em expansão do Norte e do Leste. A produção de guerra, o novo sistema financeiro e medidas governamentais favoráveis ao liberalismo industrial tomadas durante a secessão foram fundamentais para o crescimento de uma economia industrializada.

A CONQUISTA DA ÚLTIMA FRONTEIRA

Entre as décadas de 1860 e 1880, cerca de metade da atual área dos Estados Unidos já estava ocupada e era explorada por norte-americanos, incluindo zonas recém-incorporadas como Kansas e Nebrasca. Cidades como são Francisco e sacramento eram bastante movimentadas e a produção agrícola estava firme no vale do Willamette, Oregon. Entre essas duas “fronteiras”, os povoados da costa do Pacífico e os estados imediatamente a oeste do Mississipi, estendia-se o chamado “Grande deserto”, uma imensa região de pradarias, planícies e montanhas, praticamente intocada por qualquer civilização de origem européia.

A ocupação dessa “última fronteira” se deu por várias razões, quais sejam, a liberdade religiosa (no caso dos mórmons) ou o desejo de obter terras e ouro. Entre 1859 e 1876, houve “corridas do ouro” para pontos dispersos que mais tarde se tornariam os estados de Nevada, Colorado, idaho, Montana, arizona e dakota do sul.

Da noite para o dia, surgiam cidadelas de centenas – por vezes milhares – de pessoas, entre garimpeiros, prostitutas, mercadores, jogadores, bandidos comuns, e diversos outros grupos cujas profissões eram mais bem aceitas para os rígidos padrões morais do Leste: professores, advogados etc. Passada a euforia da cata fácil de pepitas na superfície, muitas dessas cidades mineiras eram, literalmente, abandonadas, transformando-se em cidades-fantasma. Por vezes, a essa primeira fase seguia-se outra de uma exploração mais sistemática dos veios de ouro mais profundos, utilizando-se de maquinaria cara. No último quartel do XIX, as “febres do ouro” norte-americanas duplicaram a oferta mundial de ouro.

Além da construção dessas cidades, a ocupação do Grande deserto levou a novos choques com populações indígenas, culturas que, no geral, viviam da caça aos búfalos e dependiam de amplos espaços para esse fim. Embora os indígenas tenham, muitas vezes, massacrado populações “brancas”, o contrário é que provocou um dos episódios mais horripilantes da história recente dos Estados Unidos. O Massacre de sand Creek em 1864, por exemplo, em que foram mortas por um destacamento de tropas federais muitas centenas de homens, mulheres e crianças de uma tribo que tentava se render.

Atirando nos búfalos por esporte. *A caçada ao búfalo*, de Currier e Ives (1862).

Os sioux, nação indígena das planícies do Norte, e os apaches, do sudoeste, foram os povos que mais resistência bélica ofereceram aos invasores. O primeiro massacre foi feito pelos sioux em uma população de "brancos", em Minnesota, em 1862. Durante os anos de Guerra Civil e década de 1870, os embates com os sioux e muitas outras tribos continuaram, mesmo que esporadicamente. O último e sangrento combate entre sioux e norteamericanos[1] estourou em 1876, quando começou a "corrida do ouro de dakota". Os garimpeiros acabaram ocupando uma região que havia sido prometida aos indígenas pouco antes, Black Hills, provocando as primeiras escaramuças. O conflito terminou apenas em 1890, quando um levante em Wounded Knee, dakota do sul, resultou num massacre da população indígena. A CONQUISTA DA ÚLTIMA FRONTEIRA

No sudoeste, as guerras com os apaches haviam se prolongado até a captura de Jerônimo, um dos últimos líderes daquela nação, em 1885.

Mesmo antes do episódio de Wounded Knee, o sistema de vida dos indígenas havia sido destruído pela dizimação dos búfalos. Desde o governo Monroe (1817-1825), a política oficial fora transferir os ameríndios para terras além da "fronteira branca", sempre de maneira inábil e, por vezes, cruel, gerando campanhas de protesto entre indigenistas nas cidades e levantes indígenas como os descritos. A crítica mais feroz da política federal em relação aos nativos foi Helen Hunt Jackson. Seus livros, de grande sucesso, *A Century of Dishonor* (1881) e *Ramona* (1884), romantizaram as tribulações dos povos indígenas, comovendo boa parte da opinião pública. De qualquer forma, mesmo os defensores dos indígenas acreditavam que se tratava de culturas menores ou inferiores e que os nativos deviam ser trazidos para os "benefícios da

civilização branca” e ser assimilados na “cultura dominante”.

Uma bem-intencionada lei, em 1876, previa colocar indígenas em reservas mais bem estruturadas e montar escolas (normalmente protestantes) que os alfabetizariam e os introduziriam na sociedade norte-americana. Isso se provou desastroso, na medida em que não se consultou, em nenhum momento, as reais necessidades e vontades de nenhuma nação ameríndia, e as terras acabaram nas mãos de colonos americanos que as usavam para especulação fundiária. destruídas as autoridades tribais e submetidas ao Estado, na maior parte das vezes, ausente, as comunidades indígenas entraram o século xx em grandes dificuldades. Em 1934, essa política mal orientada foi revogada pela Lei de reorganização dos índios, numa tentativa, também desastrada, de “proteger o que sobrara da vida tribal”.

O fim da “cultura das pradarias” começou ainda mais cedo, com a implantação de gado em terras antes ocupadas por búfalos. O fim dessa indústria pecuária se deu com as desastrosas nevascas de 1885-86 e 1886-87, quando milhões de cabeças de gado vacum congelaram ou morreram de fome. Para evitar novos problemas da mesma natureza, os fazendeiros abandonaram os costumes tradicionais, cercaram as pastagens e contrataram funcionários fixos para as fazendas, responsáveis pelo conserto de cercas e plantio de forragem. Morria, dessa forma, a era clássica do vaqueiro norte-americano, o *cowboy* que oferecia seu serviço por curtas jornadas e percorria cidades em uma vida errante e incerta. Esse vaqueiro lendário reencarnaria na ficção de escritores como Zane Grey, e depois no cinema e televisão, sempre de forma bastante romanceada.

A ponta de lança desse último impulso de conquista da fronteira não foi nem o ouro, nem o gado, mas as estradas de ferro, maiores vendedoras de terra para colonos, uma vez que tinham interesse em fomentar o assentamento de populações nas áreas que serviam às ferrovias transcontinentais. Nos últimos trinta anos do século XIX, mais terra foi colonizada do que em toda a história americana anterior.

A lenda sobre a “última fronteira” originou-se ainda em 1893, quando o historiador Frederick Jackson turner afirmou que, ao desaparecer a fronteira, em 1890, encerrava-se um período na história do país. Até aquele momento, para turner, a fronteira “modelara o caráter e as instituições do país, servindo também como válvula de segurança para os descontentes urbanos”, dado que muitos marginalizados das cidades teriam migrado para “fazer o Oeste”. Essa “tese da fronteira” foi contestada por outros historiadores em produções mais recentes, uma vez que mais terras governamentais haviam sido postas à disposição da colonização na década que se seguiu a 1890 do que na década anterior. Essas terras, em sua maioria, ao contrário da lenda de um território de pequenos agricultores laboriosos e pioneiros, caíram nas mãos de especuladores. Por último, para desmontar a tese de turner e seus seguidores, é preciso lembrar que os trabalhadores urbanos que tentavam “fazer o Oeste”, muitas vezes, vinham sem treinamento, equipamentos, poupança ou crédito e acabavam seus dias em grandes dificuldades ou vendendo suas terras a

especuladores. Os índices de migração, desde a Guerra Civil, mostram que a maioria das pessoas que queria fugir da pobreza movia-se do campo para a cidade e não o contrário.

Seja como for, o legado óbvio desse último Oeste foi, com seus vigilantes, xerifes de fronteira e associações de criadores de gado, a criação de uma tradição de justiça rude. Junto da violência, um dos traços mais evidentes da lenda da fronteira foi a idealização de uma terra de liberdade individual e de igualdade. Até hoje, em filmes que trabalham com idéias do senso comum, as pessoas que querem liberdade fazem uma viagem pelo Oeste, percorrendo suas estradas desertas, pradarias e parando em cidades em que há um bar que reúne todos os tipos de gente e onde a lei é levada pelas "mãos dos justos".

NOTA

[1] a cidadania norte-americana, naquela época, não era extensiva aos indígenas.

O IMPERIALISMO

De modo geral, entre 1814 e 1898, os Estados Unidos permaneceram longe da política internacional européia, vivendo os princípios da doutrina Monroe e de aquisição de territórios no Oeste, seja por meio de compra, seja por meio de guerras contra o México. A maioria dos norte-americanos, no entanto, acreditava que seu país era a maior nação do planeta e que aquelas terras viviam em constante e “natural” perigo diante de ameaças externas.

O interesse por assuntos externos, portanto, sempre esteve presente. Em parte porque o país se via como guardião das instituições republicanas e democráticas, caminho em que o mundo todo estaria se movendo, em parte pela doutrina Monroe, que revelara interesses norte-americanos no Caribe, região cobiçada também pela inglaterra. a relação ambivalente com a antiga metrópole também levou os EUA a choques freqüentes com os britânicos concernentes às fronteiras das possessões do Novo Mundo britânico, além de os norte-americanos demonstrarem visível simpatia pela rebelião canadense. Outro fator que contribuía para a presença norteamericana em assuntos exteriores diz respeito ao desejo de expandir o comércio exterior, especialmente no Extremo Oriente (interesse que resultou no estabelecimento de relações com Japão, China e Coréia, na aquisição de ilhas no Pacífico e no estabelecimento de um protetorado no Havaí).

A Guerra Hispano-americana é um divisor de águas na presença dos Estados Unidos em cenário internacional. Ainda que possamos relativizar esse paradigma, argumentando que, após uma onda de debates sobre imperialismo, a opinião pública voltou a se concentrar, no início do século xx, em assuntos internos, a partir de 1898, as potências européias aceitaram o pressuposto de que a antiga colônia britânica tinha os olhos voltados a crises mundiais.

Alguns historiadores apontam a existência de uma elite bélica e imperialista, composta por uma classe alta, geralmente da costa leste, que defendia a existência de uma marinha de guerra poderosa, antes mesmo da Guerra Civil.

Em uma ponta da elite estariam homens como William H. Seward, secretário de Estado (1861-1869), responsável pela incorporação do alasca [1] e de Midway aos domínios norte-americanos, que dizia, ainda em 1850, que um “império marítimo” era o único e verdadeiro império.

Na outra, já no início do século xx, o futuro presidente theodore roosevelt, quando ainda secretário-assistente da Marinha do governo McKinley (1897-1901), afirmou que qualquer “guerra justa” era capaz de unir o país, promovendo virtudes cívicas entre a mocidade. Entre os que assim pensavam, estariam alguns líderes políticos e formadores de opinião muito influentes. O presidente Grant, por exemplo, alimentara aspirações expansionistas sobre a república dominicana. Na década 1880, o secretário de Estado, James G. Elaine (1881, 1889-1892), tentara, sem sucesso, obter posições

no Caribe e discutiu com a GrãBretanha sobre os direitos de construção de um canal cortando o istmo do Panamá. Em 1889, Elaine, de volta ao cargo, propôs uma idéia de panamericanismo, que uniria todo o Hemisfério Ocidental sob liderança dos Estados Unidos.2

Cuba sempre fora o desafio mais imediato ao controle norte-americano do Caribe. Uma das últimas remanescentes do outrora grande império espanhol no Novo Mundo, a ilha, após uma fracassada e sangrenta tentativa de insurreição em 1878, vivia uma relativa prosperidade, sustentada pelo mercado norte-americano de açúcar e mantida pela Lei McKinley de tarifas (1890), que permitia a entrada do produto em solo estadunidense sem pagamento de tarifas aduaneiras. Quando, em 1894, a tarifa WilsonGorman voltou a cobrar esses encargos, Cuba mergulhou em uma depressão econômica que levou ao início de outro levante contra os espanhóis. a brutalidade da repressão espanhola à revolta foi destacada por jornais norte-americanos, levando grupos patrióticos, organizações trabalhistas, reformadores e membros do Congresso a exigir a intervenção norteamericana. O presidente Cleveland (1893-1897) insistiu com a Espanha para que concedesse autonomia a Cuba, mas não sucumbiu aos clamores de compatriotas por uma guerra.

Durante o governo do presidente McKinley, empossado em 1897, o quadro virou diante de dois acontecimentos. Um documento produzido pelo embaixador espanhol em Washington, a *Carta Lome*, que continha uma descrição bastante ácida de McKinley, caiu nas mãos da imprensa norte-americana, causando escândalo. Mas o pior, o “estopim da guerra” foi a perda do *U.S.S. Maine,* em fevereiro de 1898: enviado a Cuba para uma “visita de cortesia”, o navio de guerra norte-americano explodiu enquanto estava ancorado em Havana, matando 260 marinheiros.

Diante de uma enorme pressão de jornalistas e políticos belicosos e ultranacionalistas, e temeroso de que o Congresso pudesse declarar guerra à sua revelia, McKinley, em 11 de abril, solicitou permissão para usar armas a fim de restabelecer a ordem em Cuba. A guerra seria oficialmente declarada duas semanas depois. Antiimperialistas, na contramão dos eventos, conseguiram aprovar no Congresso a resolução teller, que impossibilitava os Estados Unidos de se apossarem da ilha em caso de vitória.

No Pacífico, outra colônia espanhola, as Filipinas, também passava por uma rebelião colonial. Theodore roosevelt, secretário-assistente da Marinha, ordenou ao comodoro George dewey que reunisse em Hong Kong a Esquadra asiática da Marinha dos Estados Unidos e se preparasse, caso eclodisse a guerra em Cuba, para atacar a esquadra espanhola na baía de Manila. Em maio, a frota espanhola, de dez navios, foi destruída sem a perda de nenhuma vida norte-americana: a imprensa, de maneira ufanista, classificou aquele acontecimento como “a maior batalha naval dos tempos modernos” .

A rápida guerra encerrou-se em 12 de agosto de 1898, levando o secretário Hay a chamá-la de “esplêndida guerrinha”. Como condições do armistício, os Estados Unidos tomaram da Espanha o controle sobre Cuba e Porto rico no Caribe. Na esteira, mesmo

diante de um relutante McKinley, receoso em anexar muitos territórios distantes, vieram as Filipinas (mais de sete mil ilhas grandes e pequenas e cerca de oito milhões de habitantes) mediante o pagamento de Us$ 20 milhões. Os EUA passaram a considerar seu dever “erguer e civilizar” as Filipinas.3

No senado, o tratado de anexação das Filipinas enfrentou séria oposição de uma coalizão profundamente heterogênea, uma maioria de democratas do Norte e uma minoria de republicanos do Leste, de mentalidade reformista, que acabou fracassando. Alguns argumentavam que um império construído sobre povos submetidos violava a declaração de independência e a doutrina Monroe. Outros, legalistas, observavam que a Constituição não previa maneira de governar territórios que não estavam destinados a se tornarem estados. racistas, por sua vez, afirmavam que os “pardos filipinos” eram inassimiláveis. Já os estrategistas argumentavam que uma possessão no Extremo Oriente poria em risco a segurança norte-americana.

Quatro anos depois de vencida a guerra contra a Espanha, os Estados Unidos, que tinham votado pela não anexação de Cuba, não haviam se retirado da ilha, afirmando que faziam uma hercúlea tarefa a fim de acabar com a febre amarela. Em 1902, retiraram-se, mas não antes que a Emenda Platt fosse incorporada à Constituição cubana, transformando a ilha em uma espécie de protetorado norte-americano: os Estados Unidos garantiam o direito de intervir em assuntos cubanos, a fim de promover “a continuação da independência” e a estabilidade do país, além de assegurarem uma base naval (Guantánamo) na ilha. A Emenda Platt foi revogada na década de 1930, mas Cuba continuou a gravitar ao redor da economia dos Estados Unidos.

Nas Filipinas, para onde prometeram levar “a boa vontade, a proteção e as mais ricas bênçãos de uma nação libertadora e não conquistadora”, os Estados Unidos acabaram subestimando os desejos locais por independência: uma sangrenta rebelião irrompeu (durando, de forma intermitente, até 1906) com o intuito de proclamar a república das Filipinas. Vítimas da guerra ou de doenças, morreram cerca de cinco mil norte-americanos, vinte mil guerrilheiros e duzentos mil civis filipinos. Em 1901, um governo civil substituiu o governo militar das Filipinas, e uma assembléia eletiva foi instaurada em 1907. Os filipinos conseguiram sua independência somente após a segunda Guerra Mundial.

Em Porto rico, um movimento em prol da instalação de um governo popular local começou com a criação do Legislativo de Porto rico em 1900. A ilha acabou se tornando, no século xx, um estado-livre associado aos EUA.

As relações com a inglaterra melhoraram muito após a Guerra Hispanoamericana, que contou com apoio britânico aos norte-americanos. a florescente harmonia anglo-americana era baseada na concordância britânica com os objetivos comuns de estabilidade e manutenção do *status quo* no Caribe e no Extremo Oriente e em uma suposta herança cultural e – acreditavam alguns – “racial” comuns. A Grã-Bretanha reconheceu a hegemonia estadunidense no Caribe no segundo tratado Hay-Pauncefote, de 1901, em que o controle exclusivo do projetado canal no istmo do Panamá foi passado aos EUA.

Com o assassinato de MacKinley em 1901, seu vice, theodore roosevelt, ascendeu à presidência. Veterano da Guerra Hispano-americana, era um expansionista, mas, para alguns historiadores, contrariando seu adágio muito citado, ele não falava tão mansamente assim e seu porrete algumas vezes não foi verdadeiramente usado.4

Quando o Japão protestou contra a segregação de escolares orientais em são Francisco, roosevelt negociou um acordo internacional (1907) que acabou com a divisão (mas não com outras formas de discriminação), apesar de restringir a imigração japonesa. Mas para que esse gesto de natureza conciliatória não parecesse sinal de fraqueza, mandou a Marinha em um "cruzeiro de treinamento" em volta do mundo. Isso pode, além de ter acirrado uma corrida armamentista, ter levado ao acordo root-takahira (1908), pelo qual os Estados Unidos e o Japão concordavam em respeitar a "integridade da China e do Pacífico", reconhecendo a dominação japonesa na Manchúria e garantindo a posse das Filipinas.

No Caribe, roosevelt iniciou a construção do canal do Panamá, apaziguando os poderosos investidores franceses da French Panamá Canal Company, e contrariando a Colômbia, que recusava as condições norte-americanas para construir em seu território. Não admitindo que "os interesses da civilização como um todo" fossem contrariados por "latinos", o presidente estimulou uma revolução de independência panamenha em troca do acordo para a construção do canal. Mais tarde, a Colômbia seria parcialmente indenizada.

Entre 1900 e 1920, os EUA intervieram nos assuntos internos de pelo menos seis países do Hemisfério. Sob William Howard taft (1909-1913), sucessor de roosevelt, o intervencionismo norte-americano assumiu uma conotação claramente econômica, ao passo que mais tarde, sob Woodrow Wilson (1913-1921), adquiriu a forma de "imperialismo missionário": os norte-americanos se reservavam o direito de "esclarecer e elevar povos", pela força, se necessário. O presidente Wilson fazia discursos anticolonialistas e, apesar disto, interveio em Cuba, estabeleceu protetorados norte-americanos no Haiti e na república dominicana e ainda apoiou uma ditadura na Nicarágua. O conflito mais visível entre princípios e práticas ocorreu durante a revolução Mexicana, quando levou os Estados Unidos à beira da guerra a fim de "ensinar o conturbado México a eleger boa gente".

As interpretações historiográficas sobre o imperialismo norte-americano são as mais variadas. a interpretação econômica tradicional é bastante determinista e defende a tese de que a economia norte-americana chegara à maturidade e, por conseguinte, ela precisava de novas matérias-primas e de mercados externos.5

Outras explicações para essa política externa ressaltam a reafirmação do "destino manifesto", sob a forma de anglo-saxonismo: a crença de que a nação norte-americana "anglo-teutônica" era superior do ponto de vista racial e tinha uma missão civilizatória a realizar; nesse sentido, o mundo estaria sendo beneficiado com a expansão, bem como a guerra manteria virtudes morais altas e os espíritos disciplinados, em pressupostos bem próximos aos do darwinismo social.

Essa missão divina levou protestantes evangélicos a promoverem um imperialismo baseado na "retidão moral", isto é, que os norte-americanos liderariam, não só pelo exemplo remoto, mas também pela presença física entre raças ainda não remidas do pecado. O reverendo Josiah strong e seu livro *Our Country* (1885) fizeram muito sucesso ao insistir que os Estados Unidos, com seu "gênio anglo-saxão para a colonização", deviam espalhar as bênçãos do protestantismo e da democracia "na direção do México, américa Central e do sul, para as ilhas do mar, para áfrica e além". O século xx parece ter concordado com essa idéia.

DE UM SÉCULO A OUTRO

Em 1800, os Estados Unidos eram um aglomerado de pequenos estados isolados na situação de país independente na américa. Em breve, o Haiti e toda a américa hispânica seguiriam, cada um a seu modo, o exemplo do Norte.

Em 1900, tendo atravessado uma devastadora Guerra Civil, o país era uma potência imperialista que se preparava para assumir o posto de maior parque industrial do planeta. O século XIX tinha assistido a uma extraordinária expansão territorial, um fluxo de imigrantes sem precedentes e a ascensão de um discurso democratizante que ainda não atingia, de fato, mulheres e negros. Dada como presente pelos franceses aos EUA em 1886, a Estátua da Liberdade guardava a entrada de Nova York e saudava as massas despossuídas do planeta (como diz a inscrição na base do monumento). A indústria tinha se expandido como o território, e o racismo e a exclusão continuavam, mas os norte-americanos haviam formado uma nação a partir de milhares de cacos.

O país que nascera sem nome e adotara a forma política e o lugar como denominação (Estados Unidos da américa) tinha passado de 16 estados, em 1800, para 45, em 1900. A nova potência, banhada por dois oceanos, mantinha a mesma Constituição e sonhava com um futuro glorioso à

frente.

NOTAS

[1] a Guerra da Criméia (1853-1856) debilitou muito a economia da rússia. Os russos, por conseguinte, viram-se querendo se desfazer dos territórios americanos conquistados duas décadas antes, em seu momento de expansionismo imperialista sobre a américa. Entre as terras que passaram a ser vistas como desnecessárias estava o alasca, que vinha causando prejuízos à companhia russa na região. Seward propôs comprá-lo. No início houve críticas, pois a população americana acreditava que o alasca não passava de uma região imprestável e coberta de gelo. Muitos americanos, entre eles vários políticos, eram contra essa compra do que apelidaram de a "Caixa de Gelo de seward". Mas, a descoberta de grandes reservas de recursos naturais atraiu milhares de pessoas à região, pressionando o Congresso americano a aprovar a compra em 1867. Em 30 de março daquele ano, os Estados Unidos adquiriram o alasca por 7,2 milhões de dólares: ou seja, por cinco centavos o hectare.

[2] seja como for, o expansionismo norte-americano pode ser estudado em um contexto mais amplo de imperialismo, majoritariamente europeu, que já havia dilacerado a áfrica, dividindo-a entre potências do Velho Continente e que se expandiam, naquele momento, para a ásia. A construção de impérios certamente despertou a mesma vontade nos governos norte-americanos do fim do XIX.

[3] Em 1968, no próprio auge do debate nacional sobre a Guerra do Vietnã e sobre os interesses norte-americanos no sudoeste da ásia, Walter LaFeber escreveu no *Texas Quarterly*: "a linha da conquista das Filipinas, em 1898, até a

tentativa de pacificação do Vietnã […] não é reta, mas pode ser acompanhada com absoluta nitidez”. LaFeber se filiava a uma tradição de historiadores críticos do imperialismo norte-americano que se iniciara com o decano da “Velha Esquerda” Charles Beard e sua conclusão de que o expansionismo de seu país no começo do século xx não fora acidente, mas resultado do sistema econômico sem escrúpulos. No trabalho de LaFeber, representante da “Nova Esquerda”, a mesma tese foi revisitada: “o conflito hispano-americano não pode ser mais considerado apenas como uma ‘esplêndida guerrinha’. Foi uma guerra para preservar o sistema norte-americano”.

[4] roosevelt ficou famoso pelo Corolário roosevelt à doutrina Monroe, pelo qual se ampliava o direito norteamericano de intervir na américa, inclusive nos negócios internos dos países do continente e de manter neles somente governantes “aceitáveis” por Washington. A história consagraria o Corolário com o nome de “política do Big stick“ (Grande Porrete) e o adágio de roosevelt: “Fale macio e use o porrete”, que simbolizava uma política de “paz pronta para a guerra”.

[5] a interpretação econômica, embora seja ainda muito utilizada, tem inúmeros críticos. Julius Pratt, autor de *The Expansionists of 1898* (1936), afirmou que “a preponderância esmagadora dos interesses comerciais mais eloqüentes do país desejava ardentemente a paz”. Para Pratt, a comunidade empresarial queria o aumento do comércio com o exterior, tornando-se imperialista apenas depois do início da Guerra Hispano-americana. Por sua vez, essa guerra, embora estimulada pela imprensa sensacionalista e pelo estado de espírito belicoso então reinante, fora para libertar Cuba.

O SÉCULO AMERICANO

“Na política externa, os Estados Unidos
não punem atrocidades, apenas desobediência.”
Noam Chomsky

A ERA PROGRESSISTA: 1900-1920

Cento e vinte cinco anos depois de sua formação e três décadas depois de uma guerra civil que dividiu a nação em duas, os Estados Unidos entrariam no século xx como o maior poder econômico no mundo. Sua produção industrial – cada vez mais controlada por grandes monopólios – era enorme e superava as velhas potências européias. A imigração massiva, nas duas últimas décadas do século XIX, elevou a população total a 76 milhões de habitantes e propiciou a consolidação de grandes metrópoles como Nova York, Chicago e Filadélfia. Expansionistas no governo, aliados a elites econômicas, lançaram projetos imperialistas visando à obtenção do controle de novos territórios no Caribe, américa Central e no oceano Pacífico.

Grande parte da elite e seus defensores intelectuais baseavam-se na doutrina do darwinismo social, segundo a qual o grande poder político e econômico refletia o sucesso natural dos mais aptos da sociedade. O poderoso banqueiro russell sage, por exemplo, argumentou num debate público, em 1902, que a sua inteligência superior, honestidade e habilidade para negócios foram responsáveis pela sua enorme fortuna pessoal. Criticar a acumulação de riqueza, de acordo com ele, era "criticar os decretos de justiça". A exploração extrema da classe trabalhadora – carga horária excessiva com salários muito baixos e péssimas condições de trabalho – era apresentada como um estado natural da sociedade. segregação formal e informal da população negra e políticas discriminatórias contra a população indígena, latino-americana e imigrante foram justificadas por meio dessa ideologia de superioridade.

Houve, entretanto, muitas contestações nos EUA. Nas últimas décadas do século XIX, surgiram movimentos sociais variados – feministas, planejadores urbanos, religiosos, sindicalistas, socialistas – criticando a falta de direitos políticos, a miséria nas cidades grandes e a concentração aguda de riqueza nas mãos dos industriais e grandes proprietários. Escritores e artistas passaram a enfatizar temas de crítica social e conflito em suas obras. Novos setores da população começaram a formular suas próprias noções de liberdade e do sonho americano.

Simpatizantes das reivindicações ou temerosos de mais agitação e desordem social – setores da classe média, profissionais liberais, alguns políticos e jornalistas – denunciaram escândalos econômicos e injustiças sociais, advogando por uma mudança no comportamento social e no sistema econômico e político do país.

Em resposta, os governos implantaram leis para aliviar os abusos mais extremados.

Essa época, que mais tarde foi chamada "progressista", viu diversas campanhas defenderem o argumento de que só um Estado atuante e socialmente consciente podia garantir medidas de justiça social e manter a ordem num país em franca mudança. Porém, o impulso progressista era cheio de contradições que ficariam evidentes durante a Primeira Guerra Mundial, quando o novo Estado intervencionista viria usar seus poderes para violentamente arrasar seus críticos mais radicais.

CAPITALISMO MONOPOLISTA E TRABALHO

Nas décadas seguintes à Guerra Civil, a economia agrícola e artesanal foi substituída pelo mundo industrial do carvão, aço e vapor. Pequenas firmas individuais e familiares foram superadas por grandes complexos industriais, que aproveitaram da ampla disponibilidade de matérias-primas, mão-de-obra extensiva e barata, inovação tecnológica, um crescente mercado de consumo e políticas estatais favoráveis para transformar os Estados Unidos, de longe, na maior nação industrial no mundo na virada do século xx.

A extensão das ferrovias aumentou seis vezes entre 1860 e 1920, abrindo vastas áreas à agricultura comercial, criando um mercado nacional para produtos industrializados e provocando um avanço espantoso da mineração de carvão e da produção de aço. A necessidade de dinheiro em grande escala para financiar esses empreendimentos consolidou o mercado financeiro de Wall street, uma rua no centro de Nova York que passou a ser a sede dos grandes bancos e financeiras do país. Avanços tecnológicos como eletricidade, aço, motores a vapor e o automóvel revolucionaram a produção industrial e o transporte.

Em 1900, metade dos operários da indústria trabalhava em firmas com mais de 250 empregados, principalmente em algumas corporações gigantescas que dominavam os principais setores da economia. Empresas enormes, que combinavam poder industrial e financeiro, passaram a dominar a economia como a international Harvester, a Carnegie steel e a standard Oil. Não é surpresa que, em 1904, 318 corporações poderosas controlassem 40% da indústria nacional. O senado dos Estados Unidos relatou, em 1903, que o banqueiro J. P. Morgan participava da diretoria de 48 corporações enquanto John d. Rockefeller, presidente da standard Oil, atuava em 37.

A grande riqueza dos chamados “capitães de indústria” não foi compartilhada com os trabalhadores. Os salários dos operários industriais em 1900 eram muito mais baixos do que o necessário para manterem um padrão razoável de vida. Benefícios não existiam. Os trabalhadores não tinham qualquer defesa diante das oscilações do mercado, perda de emprego ou arrocho salarial nas freqüentes recessões econômicas. A jornada de trabalho típica era de dez horas por dia, seis dias por semana. Doenças ocupacionais e acidentes fatais eram comuns. No dia 25 de março de 1911, por exemplo, um incêndio numa confecção de roupas em Nova York, a triangle shirtwaist Company, matou 146 trabalhadores. Não foi um caso isolado.

Muitas empresas empregavam preferencialmente mulheres e crianças, cujos salários eram bem menores que os pagos aos homens. Até 1920, mulheres constituíram 20% de mão-de-obra industrial. sem direitos políticos e sociais, mulheres também tinham que lidar com “o fardo duplo” de cuidar da casa e dos filhos além de trabalhar. Em 1900, pelo menos 1,7 milhão de crianças menores de 16 anos de idade trabalhavam em fábricas e no campo. Esforços para banir o trabalho infantil tiveram pouco impacto até a Primeira Guerra Mundial.

O movimento sindical, que organizou cinco milhões de trabalhadores até 1920, aproximadamente 10% da mão-de-obra não agrícola, sofreu várias limitações externas e internas. As políticas da principal central sindical, a Federação do trabalho americano (afl em inglês) favoreciam apenas uma luta moderada pelas reformas nas condições de trabalho e melhorias de salário e preocupavam-se somente em organizar a elite da classe trabalhadora, ignorando negros, mulheres e muitos imigrantes, os quais constituíam a maioria do operariado.

Divisões ideológicas – entre negros e brancos, nativos e imigrantes, homens e mulheres – obstaculizaram a organização sindical. Além disso, imigrantes e negros foram usados pelos patrões para furar greves e a contratação da mão-de-obra barata de mulheres e crianças sempre constituiu uma ameaça das empresas contra as reivindicações sindicais. Muitos imigrantes chegaram aos Estados Unidos com a intenção de voltar com algum dinheiro a seus países de origem, enquanto outros constantemente tiveram que se mudar em busca de trabalho. Tudo isso minava as possibilidades de criar laços institucionais necessários à organização de greves, manifestações e mobilizações. Elas ocorreram nesse período, mas o movimento como um todo não conseguiu generalizar as lutas e construir uma força política suficientemente coerente e poderosa.

Houve exceções importantes: algumas seções sindicais, sob a influência de idéias socialistas, engajaram-se em movimentos fortes por vezes unindo negros, brancos, imigrantes e mulheres. O premiado filme de John sayles, *Matewan* (1987), mostra a sindicalização "multirracial" nas minas da Virgínia do Oeste onde mineiros negros, brancos e italianos se uniram para defender seus interesses diante das grandes empresas mineradoras. Se essas ações foram exceções que provaram a regra, mostraram, contudo, o forte desejo de muitos americanos por uma política social alternativa.

IMIGRANTES E O SONHO DE "FAZER A AMÉRICA"

O enorme crescimento econômico dos Estados Unidos dependia de uma mão-de-obra massiva, que foi providenciada pelos grandes movimentos populacionais do fim do século XIX no mundo. Expulsos de seus países pelo crescimento demográfico, modernização agrícola, pobreza e opressão política e religiosa, 25 milhões de imigrantes chegaram aos Estados Unidos, entre 1865 e 1915, um contingente mais de quatro vezes superior ao dos 50 anos anteriores.

Nas últimas quatro décadas do século XIX, a maioria dos imigrantes veio de origens tradicionais como reino Unido, irlanda, alemanha, Canadá, México e Escandinávia. Entre 1890 e 1914, os países da Europa do sul e Leste e Japão aumentaram o número de imigrantes significativamente.

A maioria dos imigrantes depois de 1900 era jovem e vinda de áreas rurais para trabalhar nas grandes cidades. Muitos viviam em condições precárias, amontoados em apartamentos pequenos em cortiços decadentes no centro da cidade. Doenças fatais, como a febre amarela, e incêndios eram preocupações constantes no ambiente

doméstico.

Em 1890, a maioria da população urbana era formada por imigrantes: 87% da população em Chicago, 80% em Nova York, 84% em Milwaukee e detroit. Além de residências, os bairros de concentração étnica que surgiam na época, abrigando os que chegavam, tinham lojas, tavernas, instituições culturais, políticas e religiosas vinculadas ao país de origem de seus habitantes.

Alguns grupos étnicos como judeus e alemães progrediram economicamente mais rápido do que outros, como irlandeses e especialmente as “minorias raciais”. O grau de exclusão existente nos Estados Unidos influenciou bastante as chances dos imigrantes. Estrangeiros brancos, especialmente aqueles com qualificação profissional e/ou algum dinheiro, geralmente, deram-se melhor do que outros grupos que sofreram racismo sistemático.

Até 1900, descreve o historiador Eric Foner, a “linguagem da ‘raça’ – conflito de raça, sentido de raça, problemas de raça – tinha assumido um lugar central no discurso público americano”. “raça” significava supostas diferenças biológicas e culturais entre povos e foi um conceito invocado para explicar a desigualdade econômica e social entre povos tidos como superiores, geralmente brancos originários da Europa Ocidental e do Norte, e outros povos “inferiores”, geralmente não brancos e/ou imigrantes da periferia da Europa. Negros, latino-americanos e asiáticos foram os principais alvos da discriminação racial. Inteligência, caráter, qualidade de vida, participação política, adesão aos valores democráticos – tudo foi analisado por meio das lentes da idéia preconceituosa e pseudocientífica de raça. O economista Francis amasa Walker afirmou, na época, que os imigrantes enfraqueceriam a “fibra” da sociedade americana quando a população de “raça inferior” ultrapassasse numericamente a anglo-saxônica.

Não é surpresa ser dessa época a “invenção” de muitas tradições americanas como o juramento de fidelidade à nação, a prática de ficar em pé durante a execução do Hino Nacional e a comemoração do dia da Bandeira. Um patriotismo coercitivo se desenvolveu, elogiando principalmente tradições anglo-saxônicas e brancas. Práticas informais de exclusão, relativas a local de moradia, serviços públicos e educação, afetaram muitos imigrantes judeus, bem como italianos, asiáticos e latino-americanos nesse período.

Entretanto, apesar do preconceito, poucas leis contra imigração foram criadas depois da proibição de entrada de chineses em 1882. A necessidade de mão-de-obra barata pesou muito mais nos cálculos dos industriais e políticos norte-americanos. Contudo, noções como *raça inferior* e *superior* infiltraram-se em muitos aspectos da sociedade e da cultura norte-americana, criando sensíveis distinções socioeconômicas na população do país.

Freqüentemente, imigrantes não tinham outra escolha senão adaptar sua dieta, roupa, língua e estilo de vida ao padrão americano para tentar evitar maiores discriminações, inclusive no mundo do trabalho.

Um desejo de assimilação também partiu dos próprios imigrantes. Muitos chegavam motivados pelos sonhos sobre as possibilidades de sucesso nos Estados Unidos e,

conscientemente, tentaram se integrar na sociedade. Alguns líderes comunitários e religiosos aconselhavam a adoção do *american way of life*, enquanto outros procuravam combater certos valores da cultura dominante distintos dos seus.

Emprego, educação, lazer e práticas sexuais mais livres adotadas por jovens mulheres eram motivo de conflitos familiares. Os Estados Unidos ofereciam oportunidades que as mulheres não tinham na Europa. Muitas moças resolveram aproveitá-las como certas funcionárias do correio, em Nova York, que se diziam muito satisfeitas com sua "independência e liberdade".

Vários imigrantes descontentes se engajaram em grupos que lutavam por alternativas políticas como o socialismo e o anarquismo.

Emma Goldman e Alexander Berkman. Imigrantes da Lituânia, os dois líderes do movimento anarquista americano foram condenados, em 1917, a dois anos de prisão por atividades antiguerra e deportados para a União Soviética em 1919. A inscrição na lápide de Goldman (1869-1940) em Chicago é:

"A liberdade não vai descer ao povo; o povo deve se levantar para a liberdade".

A população americana foi feita e refeita pelas ondas sucessivas de imigração no período de 1850-1915. Processos de adaptação, assimilação e resistência à cultura dominante continuariam ao longo do tempo: imigrantes brancos, como os irlandeses, alemães e eslavos, conseguiram se integrar bem depois de algumas gerações, tornando-se inclusive lideranças políticas em regiões onde predominavam. Judeus sofreram discriminação por mais tempo e em muitos aspectos, embora também fossem se acomodando. As restrições à cidadania plena na época constituiriam, porém, obstáculos firmes à inclusão social e cultural para imigrantes vindos da ásia e da

américa Latina.

RACISMO E A GRANDE MIGRAÇÃO DE AFRO-AMERICANOS

Nos anos 1890, um novo sistema de subordinação racial nasceu nos Estados Unidos a partir do sul ex-escravista. Nessa região do país, os negros acabaram perdendo o direito de voto, entre outros direitos conquistados, e foram socialmente segregados. Negros e brancos não podiam mais “se misturar” ou conviver nos espaços públicos. Escolas, serviços públicos e lojas reservavam aos negros instalações separadas, assinaladas por placas bem visíveis afixadas em locais como bebedouros, salas de espera, restaurantes e ônibus, diferenciando “pessoas de cor” e “brancos”. Negros também não podiam freqüentar diversos parques e praias ou ser atendidos em vários hospitais.

A terrível situação dos negros no sul, com o aval das autoridades locais e leis específicas, foi reforçada pela violência dos linchamentos. Para manter a “supremacia branca”, racistas, freqüentemente com a colaboração da polícia e políticos, espancavam, enforcavam ou queimavam os negros suspeitos de crimes, os “atrevidos” ou os que tinham, de algum modo, protestado contra a opressão. Entre 1889 e 1903, na média, dois negros eram linchados por semana nos estados do sul.

A ideologia da supremacia branca ganhou adeptos fervorosos entre todas as classes sociais do sul, sendo abraçada, inclusive, pela maioria dos brancos pobres. O intelectual negro W. E. B. DuBois chamou esse fenômeno de “salário psicológico”: aos olhos do pobre branco, a superioridade da sua cor compensa sua miséria socioeconômica.

Em 1900, 90% dos 10 milhões de negros nos Estados Unidos moravam nos estados sulistas, em grande parte trabalhando as terras das regiões algodoeiras. A maioria era constituída por arrendatários de latifundiários brancos, pagando “aluguel” das terras em dinheiro ou com parte de sua produção. Esse sistema econômico, chamado *sharecropping*, compartilhado com muitos brancos pobres, não era viável no longo prazo, pois os arrendatários tinham que tomar dinheiro emprestado a juros altos (50-60%) de comerciantes locais para manter-se. Alguns anos de cultivo ruim, freqüentemente, resultavam em dívidas difíceis de serem pagas, num ciclo vicioso de endividamento. Formalmente livres, os negros no sul dos Estados Unidos eram cativos economicamente.

Nos primeiros anos do século xx, a precarização da vida, o racismo e a oferta de trabalho nas indústrias do Norte provocaram o êxodo de negros do sul dos Estados Unidos para o Norte, onde se uniram aos imigrantes na crescente economia industrial. Além de motivados por salários bem melhores do que os do sul, os negros sulistas, sem direitos civis básicos onde viviam, mudaram-se atraídos pela possibilidade de, como escreveu W. E. B. DuBois, escapar à condição de casta subordinada, “pelo menos nas suas feições pessoais mais agravantes”.

W.E.B. DuBois, c.1910. Primeiro afro-americano a receber o título de doutor pela Universidade de Harvard e autor de dezenas de livros consagrados nos campos da Sociologia e História, DuBois atuou no movimento negro por sete décadas até sua morte, aos 95 anos, em 1963.

O desejo de conseguir emprego estável, fora do alcance da aberta discriminação racial, tornou-se uma “febre” entre os negros sulistas. Depois que metade da população afro-americana saiu de sua cidadezinha, no Mississipi, uma senhora negra lamentou-se:

> De eu ficar aqui mais [tempo], vou ficar louca. Toda vez que eu volto para casa, eu passo de casa em casa de cada um dos meus amigos, todos estão no Norte e se dando bem. Estou tentando ficar aqui mantendo minha propriedade. Mas não tem gente suficiente aqui que me conheça e que possa me dar um enterro decente.

A maioria dos migrantes negros eram jovens da geração pós-Guerra Civil: insatisfeitos e impacientes, não queriam se acomodar a papéis subservientes. Um migrante da Carolina do Norte afirmou não ser possível “morar [no sul] e ser tratado como homem”.

Entre 1910 e 1920, a população negra de detroit subiu de 5 mil para 41 mil pessoas; em Cleveland, de 8,4 mil para 35 mil; em Chicago, de 44 mil para 110 mil e, em Nova York, de 91,7 mil para 152 mil.

Entretanto, a vida no Norte também não era fácil para os negros. Havia uma segregação informal, pois idéias racistas estavam bem ancoradas na cultura dominante. Os negros conviviam com diversas formas de violência racial. Suas oportunidades de emprego restringiam-se a serviços domésticos ou trabalhos braçais. Eventualmente, entravam em conflitos com brancos por questões de moradia, trabalho

e escola. Porém, em comparação com o racismo sufocante do sul, as cidades do Norte ofereciam, para muitos negros, a esperança de prosperidade e liberdade social.

Assim, as comunidades negras ampliaram-se em bairros e regiões dessas cidades, tais como a Zona sul de Chicago e o Harlem, em Nova York. Proliferaram igrejas de fiéis negros e clubes, bares e casas de show freqüentadas por negros. Artistas, músicos, poetas e romancistas traduziram a nova experiência de migração e vida urbana negra em diversas expressões culturais.

Intelectualmente, a filosofia de auto-ajuda e de reformas gradativas, defendida pelo proeminente educador negro Booker t. Washington, veio a ser desafiada por propostas políticas mais agudas. Novos intelectuais negros radicados no Norte, como o brilhante sociólogo e historiador W. E. B. duBois, passaram a criticar Washington por limitar as aspirações de negros às escolas técnicas e agrícolas ao invés de advogar acesso pleno ao nível superior e às profissões liberais. DuBois pregava também o início imediato de uma luta por diretos civis plenos e contra a discriminação racial na educação, nos serviços públicos e no mundo do trabalho. Em 1909, junto com progressistas brancos, ele fundou a associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (naacp em inglês), dedicada a esta luta.

O JAZZ E O BLUES

Apesar das adversidades, os negros do sul não foram somente vítimas. A esperança dada pela liberdade acordada após a Guerra Civil persistiu. Muitos criaram famílias estáveis, lutaram para sobreviver e construíram espaços sociais e culturais autônomos, inclusive linguagens musicais populares dinâmicas e criativas como o jazz e o blues.

O blues basicamente misturou ritmos e melodias africanos e europeus. Originou-se nas “canções de trabalho”, entoadas na época da escravidão, e desenvolveu-se nas rotinas opressivas de trabalho e vida décadas depois da abolição. Mais tarde, ao longo do século xx, alimentou-se da experiência do gueto em cidades do Norte.

Esse gênero musical expressou brilhantemente a condição contraditória de ser “livre e cativo ao mesmo tempo”. As letras tocaram nas vicissitudes da exploração econômica e da discriminação racial, da solidão, das preocupações, e, sobretudo, dos desejos de escapar aos confinamentos de raça, classe e gênero.

A pobreza, uma constante na vida dos negros, foi um dos temas principais da música blues:

> sonhei ontem à noite
> pensei que o mundo inteiro era meu
> acordei hoje de manhã
> e não tinha um tostão.

A ferrovia foi, freqüentemente, utilizada como metáfora para o escape: “Quando o homem fica com blues, ele pega o trem e sai”.

O historiador Bryan Palmer comenta: o blues era “uma articulação de justiça e uma negociação de injustiça” com uma representação poderosa em muitas comunidades negras até as primeiras décadas do século xx. Ante o racismo sistemático e a pobreza, a música traduzia, entre os negros, seus próprios sonhos americanos.

Mais tarde, junto com o jazz, o blues marcaria uma nova presença pública negra na sociedade americana. E, com o tempo, décadas e décadas, passaria não só a fazer parte do patrimônio cultural do país, como seria também uma das principais contribuições culturais dos EUA para o mundo.

O IMPULSO PROGRESSISTA E SEUS CRÍTICOS

As desigualdades e a miséria evidenciadas pelo drástico crescimento econômico e urbano no período 1900-1920 provocaram acirrados questionamentos e protestos. Nessa “era progressista” surgiram numerosas correntes e movimentos intelectuais, sociais, culturais e políticos, afirmando que a gerência estatal da economia e da sociedade era necessária para construir um mundo melhor e prevenir o conflito social. As campanhas reformistas, porém, foram extremamente diversas e freqüentemente contraditórias, contando, em um lado do espectro, com socialistas que queriam transformação social e política profunda e, no outro lado, com empresários e políticos de partidos tradicionais incomodados com o malestar provocado pelos descontentamentos nos meios industriais.

OS *WOBBLIES*

A mais penetrante crítica ao capitalismo americano foi feita pelo movimento socialista. Em 1905, duzentos socialistas, anarquistas e sindicalistas radicais se reuniram em Chicago para fundar a industrial Workers of the World (iww) como alternativa ao sindicalismo conservador da afl. Popularmente conhecidos como *wobblies*, os membros da iww visavam a organizar todos os trabalhadores independentemente de sexo, etnia e qualificação. Rejeitavam as formalidades das relações de trabalho institucionalizadas, argumentando que a “ação direta” – greves, mobilizações, manifestações, ocupações – era mais eficiente do que as negociações contratuais. influenciado pelas idéias anarcossindicalistas circulantes na Europa na época, e com elas contribuindo, seu objetivo último era formar “um grande sindicato” de todos os trabalhadores e promover uma greve geral nacional que permitiria a tomada do poder pela classe trabalhadora.

A iww nunca conseguiu organizar mais de cem mil membros, mas suas idéias e práticas inclusivas tiveram influência muito além do seu tamanho formal. Organizando mineiros, estivadores, operários – homens e mulheres, nativos e imigrantes, brancos e negros – a iww mostrou extraordinária persistência, energia e capacidade de mobilização.

Os *wobblies* criaram uma “cultura movimentista” com sua própria literatura, teatro, práticas de manifestação, *slogans* e canções, inclusive o famoso hino “solidariedade

para sempre”. Os *wobblies* sofreram repressão violenta por parte do Estado e dos patrões. Autoridades municipais em dezenas de cidades uniram-se para prevenir suas palestras e manifestações. Os *wobblies* contra-atacaram com campanhas contundentes a favor da liberdade de expressão, tendo obtido algumas vitórias. Porém, milhares de ativistas foram presos e espancados pelas polícias, milícias e vigilantes particulares e dezenas deles acabaram assassinados, como o trovador do movimento, Joe Hill, que foi injustamente condenado por latrocínio e executado em 1915.

A coerção não impediu a iww de organizar várias das mais importantes greves da história do país. Em Lawrence, Massachusetts, em 1912, uma greve em fábricas têxteis controladas pelo banqueiro J. P. Morgan chamou a atenção dos trabalhadores por todo o país. Os vinte mil grevistas eram imigrantes – portugueses, ingleses, irlandeses, russos, italianos, sírios, poloneses e canadenses com ascendência francesa –, grande parte mulheres, e combatiam uma diminuição drástica em seus salários. A falta de apoio da afl fez com que os trabalhadores apelassem à iww. Com a coordenação dos ativistas ítalo-americanos da iww, Joe Ettor e arturo Giovannitti, os trabalhadores montaram um comitê central de greve, representando todas as nacionalidades, que se reunia diariamente para tomar decisões. Organizaram passeatas e grandes reuniões semanais em várias línguas. Fizeram piquetes 24 horas por dia e providenciaram comida para 50 mil pessoas. Grandes oradores do movimento socialista, como Elizabeth Gurley Flynn, discursavam para os grevistas em enormes comícios.

A chave do sucesso de uma greve era a solidariedade de outros trabalhadores. Na de 1912, a iww apelou pela ajuda de trabalhadores no país inteiro. Temendo pela segurança de seus filhos, os grevistas os deixaram com “apoiadores” residentes em outras cidades. Ao chegarem a Nova York e Filadélfia, as crianças de Lawrence foram recebidas com grandes manifestações de apoio por parte de socialistas e sindicalistas.

A solidariedade, a persistência e a garra foram recompensadas. Depois de três meses de greve, as empresas atenderam as reivindicações dos grevistas. Muitas das greves da iww não foram bem-sucedidas, mas o exemplo de Lawrence inspirou milhões. “Nós queremos pão e rosas” fora o *slogan* da greve, significando que a luta não era somente por melhores salários, mas também por respeito e dignidade. Essa esperança ecoaria em todos os cantos do país.

O PARTIDO SOCIALISTA DA AMÉRICA

Um partido socialista nunca teve tanta influência nos Estados Unidos quanto o Partido socialista da américa (spa) antes da Primeira Guerra Mundial. Fundado em 1901 por sindicalistas e intelectuais, misturava idéias marxistas, como a necessidade de acabar com propriedade privada, com bandeiras da democracia social, que defendia reformas e mudanças graduais dentro do sistema capitalista. Seu programa de nacionalização das ferrovias e bancos, criação de seguro desemprego, diminuição da jornada de trabalho, salário mínimo e imposto de renda “mais justo” obteve apoio significativo.

O partido foi mais forte nos bairros imigrantes das grandes cidades, atraindo para suas fileiras milhares de judeus e alemães, mas também ganhou bastante apoio entre pequenos proprietários no sul e no centro do país. Em 1912, o partido contava com 150 mil membros e significativo apoio nos sindicatos, tendo já publicado dezenas de jornais, inclusive o principal, o *Appeal to Reason* (apelo à razão), que atingiu uma circulação de 760 mil em 1913. Nesse mesmo ano, o partido tinha mais de mil representantes eleitos em 340 cidades, inclusive 73 prefeitos, e um deputado federal no Congresso. Ativistas do partido envolveram-se em diversas campanhas, greves e movimentos. Em 1912, seu candidato a presidente, o veterano sindicalista, Eugene debs, obteve um milhão de votos.

Mulheres também tinham vez e se destacaram no spa. Não constituíram mais de 15% dos membros, mas ocuparam posições importantes na base do partido, publicaram seu próprio jornal, e lutaram ativamente em greves, em campanhas sobre moradia e direitos do consumidor e em batalhas feministas pelo direito de voto. O spa não abraçou o programa pleno da emancipação da mulher, mas engajou-se na luta contra a opressão das mulheres mais do que qualquer outra organização de trabalhadores na época. Entre as ativistas mais populares do partido estavam Kate richards O'Hara, líder socialista de Oklahoma, e a escritora cega, surda e muda Helen Keller, famosa também por sua atuação no movimento pelos direitos dos deficientes.

Como a iww, o movimento socialista seria abalado pela repressão durante a Primeira Guerra Mundial. Mas deixou uma marca importante nas lutas por reformas, elaborando muitas das idéias e dos argumentos mais radicais do impulso progressista que tomou o país e forçando uma tomada de posição de políticos dos partidos tradicionais e dos reformistas mais moderados.

ALTERNATIVOS

A crítica radical à exploração capitalista no período, como vimos, também esteve presente nos círculos artísticos. Destaca-se o romance *The Jungle* (1906), de Upton sinclair, no qual as indignas condições de trabalho nos matadouros de Chicago representam, em microcosmo, a situação das classes baixas do país. Foi publicado pela primeira vez no jornal da spa e depois, em livro, vendeu milhões de cópias. Muitos outros escritores críticos das desigualdades sociais desfrutaram de bastante popularidade na época, tais como Jack London, theodore dreiser, stephen Crane e Frank Norris.

No início do século xx, antes da Primeira Guerra Mundial, despontou uma nova geração de jovens que questionava ordem social estabelecida. Além de se tornar um centro extraordinário de experimentação social, com sua ativa comunidade gay e um ambiente de liberdade sexual entre jovens, o bairro boêmio de Nova York, Greenwich Village, também cultivou um ambiente político radical. Nesse bairro, um grupo diversificado de artistas e intelectuais floresceu nos bares, cafés e parques, com destaque para a ativista feminista Margaret sanger, o dramaturgo Eugene O'Neal, a líder anarquista Emma Goldman e a dançarina inovadora isadora duncan. Esse

ambiente alternativo está bem relatado no filme *Reds*, de Warren Beatty, que conta a história do jornalista radical John reed, “o cronista da revolução russa”.

FEMINISTAS

Embora socialistas e sindicalistas radicais fossem importantes nesse período, o impulso progressista foi muito mais amplo, englobando campanhas pelo sufrágio feminino, contra corrupção política em municípios e estados, pelo fortalecimento das instituições democráticas e a favor da regulação e do gerenciamento eficiente da economia e de uma distribuição mais justa da riqueza nacional.

Os diversos movimentos feministas defendiam bandeiras variadas. A tendência predominante no século XIX fora a que defendia terem as mulheres “diretos naturais”, ou seja, que o papel desempenhado pela mulher como mãe, esposa, irmã e filha seria “suplementar” ao seu papel mais amplo e mais importante de cidadã da nação. Na primeira década do século xx, porém, essa mensagem foi moderada e transformou-se em algo que certos historiadores chamam de “feminismo materno”, que enfatiza o instinto materno e as habilidades específicas das mulheres no cuidado das crianças e da casa. Nessa linha, as pessoas que defendiam o sufrágio feminino argumentavam que as mulheres, por sua própria natureza e virtudes femininas, seriam capazes de tratar com eficiência e carinho as políticas nacionais. Exigências mais abrangentes como o fim da desigualdade sexual no trabalho e na vida privada foram colocadas em segundo plano. Com essa mensagem, sob a liderança de anna Howard shaw e Carrie Chapman Catt, a associação Nacional de sufrágio para Mulheres (nawsa em inglês) conseguiu afiliar dois milhões de membros em 1917.

Inserindo-se nos debates nacionais sobre reformas sociais, os sufragistas conseguiam o direito de voto para mulheres em 39 estados até 1919 e, finalmente em 1920, uma Emenda à Constituição garantiu esse direito no nível federal.

A conquista do sufrágio feminino foi uma vitória contraditória. Junto com os esforços bem-sucedidos de mulheres em campanhas sociais (a favor de crianças, doentes e miseráveis, por melhores condições de moradia) e no movimento sindical da época, representou um fundamental primeiro passo na luta contra discriminação de gênero. Por outro lado, a ênfase no voto limitou a luta feminista à busca desse direito político formal, colocando em segundo plano o problema das desigualdades de classe. Aliás, a tendência

Passeata de sufragistas, 1918. Ilustração publicada no jornal do movimento sufragista. No cartaz se lê: “Senhor Presidente, quanto tempo as mulheres precisarão esperar pela liberdade”.

feminista dominante na época aceitava idéias discriminatórias prevalecentes sobre raça. A líder Carrie Chapman Catt, por exemplo, sugeriu que o voto das mulheres brancas nativas pudesse compensar o poder crescente do “voto estrangeiro ignorante” e o potencial deletério de uma temida “segunda reconstrução” favorável aos negros do sul.

CIDADÃOS

Os ganhos, contradições e limitações do impulso progressista também foram evidentes em movimentos pela reforma urbana e política. Novos jornais e revistas de grande circulação, como *McClure’s Magazine*, contribuíram para o ambiente de dissenso ao investigar e publicar matérias sobre a pobreza nas cidades e a corrupção na política.

Entre determinados religiosos protestantes, nasceu um movimento chamado “O Evangelho social”, que relacionava fé cristã a reformas sociais e políticas, adicionando

um impulso moral poderoso às diversas intervenções dos movimentos reformistas.

Nas universidades, uma nova geração de cientistas sociais e filósofos – como John dewey, Louis Brandeis, thorstein Veblen e Walter Lippmann –, influenciados pelas correntes intelectuais progressistas que circulavam entre a américa e a Europa, propuseram diversos programas de intervenção estatal para o combate das desigualdades sociais.

No nível municipal, a corrupção e a ineficiência das chamadas "máquinas políticas", controladas por alguns líderes poderosos, sofreram os primeiros ataques. Algumas cidades – como Galveston, texas, des Moines, iowa, Portland, Oregon – criaram "comissões" eleitas que substituíram na administração urbana o sistema de prefeitos e vereadores. Essa inovação durou, em certos municípios, até o período pós-segunda Guerra e, em conformidade com as elites locais, conseguiu melhorar a eficiência da administração municipal. Outras cidades contrataram "gerentes" municipais presumindo que esse tipo de cargo seria livre das influências corruptas dos partidos políticos. E muitas cidades ainda implementaram agências públicas direcionadas à melhoria da vida da população carente.

Os progressistas também formularam programas relacionados à esfera estadual. Graças a isso, até 1918, vinte estados tinham estabelecido dispositivos legais permitindo que reformistas apresentassem diretamente, para a aprovação dos eleitores, propostas de leis, as chamadas "iniciativas", e "referendos" nos quais políticos eleitos podiam ser retirados do poder durante o mandato se a população desaprovasse das suas ações. No estado de Wisconsin, o governador progressista robert M. La Follette lançou, em 1901, um programa amplo de reformas, implementando "iniciativas", "referendos", leis trabalhistas, regras para a indústria e reformas tributárias.

A maioria da legislação reformista na época surgiu nas esferas local e estadual. Mas políticas nacionais também foram altamente abaladas por causa dos impulsos reformistas. Afinal, esse período testemunhou a consolidação do Estado-Nação, com seus órgãos reguladores e leis governando a conduta das relações de trabalho, comportamento empresarial, e política financeira. Como vimos, o movimento progressista reconhecia que somente a ação na órbita nacional poderia alcançar as reformas essenciais.

Sob os mandatos dos presidentes republicanos theodore roosevelt (19041908) e William taft (1908-1912) e do democrata Woodrow Wilson (19121916, 1916-1920), uma série de comissões, inquéritos e leis foi estabelecida para investigar e formular as regras básicas de comportamento industrial.

Foram elaboradas algumas leis que limitavam a grande concentração de capital em poucas mãos, que passavam a exigir emprego com contrato de trabalho em certos setores, que regulamentavam alguns aspectos da concorrência nos negócios e que definiam a jornada de trabalho e outros benefícios trabalhistas. Na eleição acirrada de 1912, theodore roosevelt concorreu contra seu expartido, o republicano, como candidato do Partido Progressista, defendendo um programa extenso de reformas

socioeconômicas, forçando os outros candidatos a prometer mudanças semelhantes.

Sem dúvida, a intervenção estatal – defendida em primeira instância pelos movimentos sociais – temperou os excessos mais graves do sistema capitalista. Nova legislação e ação pública mostraram aos ativistas que a mobilização política obstinada podia forçar o governo a tomar um papel ativo em defesa dos interesses das pessoas comuns.

Ao mesmo tempo, no entanto, os direitos de alguns grupos, como os imigrantes, os negros e os pobres, estavam sendo restringidos. Enquanto mulheres ganharam o voto, muitos negros no sul perderam-no. A obrigatoriedade de alfabetização e a necessidade de residência fixa para a contratação em determinados empregos diminuíram as oportunidades de imigrantes e pessoas muito pobres.

Num balanço geral, as condições fundamentais de vida da maioria dos americanos não mudaram e existe bastante evidência de que as reformas do período serviram tanto aos interesses do povo comum quanto aos da classe empresarial. Preocupada com as recessões econômicas, conflitos sociais e a popularidade crescente do socialismo, a maior parte das elites econômicas e políticas acabou apoiando a necessidade de regulação estatal e muitas das iniciativas reformistas como forma de apaziguar os ânimos e diminuir a pressão por mudanças mais radicais. No nível estadual e municipal, as reformas, em última instância, trouxeram eficiência e estabilidade política por meio da centralização do poder nas mãos de grandes empresários e tecnocratas aliados.

Roosevelt, taft e Wilson foram, fundamentalmente, conservadores com a adesão firme da maioria das grandes corporações, cujos líderes cultivavam um ideal de eficiência e regulação para garantir estabilidade, paz social e, mais importante, o aumento dos próprios lucros.

Houve “um esforço consciente e bem-sucedido”, conta o historiador James Weinstein, “a guiar e controlar as políticas econômicas e sociais de governos federais, estaduais e municipais por parte de vários grupos de empresários no seu próprio interesse de longo prazo”. Esse “capitalismo político” pretendeu aliviar a pressão política “vinda de baixo” e manter controle efetivo da economia nas mãos dessas elites. Essa estratégia se tornaria crucial durante os trágicos anos da Primeira Guerra Mundial.

O CADINHO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O principal desejo dos diversos movimentos progressistas – um Estado nacional intervencionista – foi realizado durante a Primeira Guerra Mundial. Os Estados Unidos entraram na guerra em 1917, dando à Entente do reino Unido, França e rússia a ajuda militar crucial para derrotar a alemanha. Ironicamente, as políticas domésticas do Estado americano, durante o conflito europeu, enterraram os movimentos reformistas, desencadeando uma onda de repressão e autoritarismo no país.

A Primeira Guerra Mundial, nas palavras do presidente Wilson, foi uma guerra pela

“democracia e liberdade”. A linguagem de liberdade já tinha sido usada pelos Estados Unidos nas suas campanhas imperialistas nas américas e no Pacífico. Era uma linguagem repleta de noções como a superioridade da raça anglo-saxônica e a inferioridade de latino-americanos e asiáticos bem como a necessidade de o capitalismo americano conquistar mercados e matérias-primas fora do país.

A administração do presidente taft manteve possessões e esferas de influência dos Estados Unidos em Cuba, Filipinas e américa Central. Efetivamente controlando esses países, por meio da cooptação das elites e forças armadas locais e da influência econômica, os Estados Unidos

Operárias durante a Primeira Guerra Mundial. A necessidade de mão-de-obra industrial durante a guerra resultou na contratação de milhares de mulheres para funções anteriormente restritas aos homens. Nesta foto as operárias estão usando martelos pneumáticos numa fábrica em Nicetown, Pensilvânia, em 1918.

também fizeram várias intervenções militares para sobrepujar ameaças ao seu controle. Tropas americanas intervieram e/ou mantiveram forças de ocupação militar em Cuba (1906-1909, 1917-1922), Haiti (1915-1934), república dominicana (1916-1924), Nicarágua (1909-1910, 1912-1925) e México (1914, 1916-1919). Refletindo seus preconceitos raciais, os Estados Unidos ajudaram as elites militares brancas de Cuba a esmagar brutalmente uma revolta de soldados negros em 1912. Os Estados Unidos também orquestraram um golpe de Estado na Colômbia que criou o novo país do Panamá, onde logo foi construído um canal entre os oceanos atlântico e Pacífico para atender aos interesses das corporações americanas. Usando a “diplomacia dos dólares”, taft e Wilson encorajaram bancos americanos a conceder empréstimos a muitos países das américas, fortalecendo o controle econômico nas mãos dos Estados Unidos. Esses presidentes continuaram a política de theodore roosevelt de expandir o

capitalismo dos EUA e tentar impor a cultura norte-americana nos países subjugados.

A Primeira Guerra Mundial ofereceu melhores oportunidades aos políticos para a consolidação da supremacia econômica do país e o alívio dos conflitos sociais internos. A linguagem de "nacionalismo", "democracia econômica" e "liberdade" utilizada pelas elites e governos durante a guerra refletiu bem muitas das trajetórias ideológicas dos movimentos progressistas. A guerra, proclamaram, oferecia a possibilidade de racionalizar a sociedade e a economia, trazendo não só eficiência, mas também justiça social. Quase todos os líderes e as bases dos diversos movimentos progressistas, com exceção das alas radicais do movimento sindical e socialista, apoiaram Wilson e a participação do país na guerra.

Durante o conflito, o Estado nacional assumiu poderes econômicos e sociais extraordinários: instituiu novos impostos, criou uma série de órgãos centralizados para organizar a produção e a distribuição bem como regular o trabalho nas indústrias de guerra. Wilson montou o Comitê de informação Pública e largamente encheu o país com propaganda em favor da guerra.

Patriotismo em nome da democracia e liberdade além-mar (contra alemanha) e em casa (contra a desigualdade econômica) dominou o discurso oficial do governo e de muitos dos movimentos.

Trabalhando na indústria de guerra, muitas mulheres ganharam uma porção de liberdade, e não foi surpresa que o sufrágio lhes tenha sido estendido nessa época, durante a guerra.

Para manter paz no ambiente industrial, o governo encorajou as empresas a conceder aumentos de salário e melhorias nas condições de trabalho. sindicatos dobraram seu número de filiados e milhões foram animados com a promessa do fim "da escravidão industrial".

Procurando ampliar as conquistas trabalhistas, em novembro de 1918, uma onda de greves tomou os Estados Unidos, inclusive uma greve nacional de metalúrgicos e ferroviários e uma greve geral na cidade de seattle. Muitas dessas manifestações foram inspiradas abertamente pela revolução russa de 1917.

Porém, a combinação do patriotismo estreito, cultivado em tempos de guerra, com os novos poderes autoritários do governo, a recessão econômica no período pós-guerra e as preocupações com a crescente popularidade das idéias socialistas desencadeou, em 1918-1919, a mais intensa repressão da história americana, a chamada "Caça aos vermelhos". O Espionage act (Lei de Espionagem), de 1918, restringiu a liberdade de expressão, censurou jornais, e proibiu qualquer atividade contrária aos objetivos do governo na guerra. Centenas de ativistas políticos, como os líderes socialistas Eugene debs e Kate richards O'Hare, foram presos. O Congresso autorizou a deportação de imigrantes radicais, prendendo mais de dez mil e expulsando mais de quinhentos, incluindo a anarquista Emma Goldman.

A mídia, as autoridades universitárias e muitas igrejas participaram da orgia de repressão, denunciando qualquer tipo de idéia alternativa. Os patrões colaboraram com o governo para esmagar a iww e as principais greves, freqüentemente com violência

brutal, como no caso da paralisação dos metalúrgicos em Gary, indiana, na qual 18 trabalhadores foram mortos pela polícia.

Afro-americanos enfrentaram o ímpeto do ataque contra os direitos civis dos negros. No sul, os linchamentos aumentaram de repente em 1918, com bandos brancos matando mais de 70 negros, vários do quais veteranos militares. Em 1919, as tensões causadas pela desmobilização dos exércitos, inflação súbita de preços e falta de emprego e moradia contribuíram para uma atmosfera racial explosiva. Em vários motins urbanos naquele ano, mais de 120 negros acabaram mortos.

O pior distúrbio aconteceu em Chicago, desencadeado pelo assassinato de um jovem negro. Por mais de uma semana, batalhas violentas espalharamse pela cidade contrapondo brancos e policiais de um lado e negros de outro, matando 23 negros e 15 brancos e ferindo centenas de pessoas.

Motins urbanos contra negros, explica o historiador alan Brinkley, não eram novidade nos Estados Unidos. Mas o sangrento verão de 1919 em Chicago foi diferente em um aspecto importante: pela primeira vez, negros não só apanharam; eles corajosamente se defenderam. Além de exigir a proteção do governo, a naacp aconselhou autodefesa. O jovem poeta negro Claude McKay reagiu aos eventos de Chicago registrando:

> Como homens nós vamos enfrentar o bando assassino covarde.
> Prensados contra a parede, morrendo, mas lutando.

Assim, como vimos, o período de 1900 a 1920 abarcou uma série de desafios ao capitalismo monopolista e a fermentação de diversas tensões sociais, intelectuais e econômicas nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, liberdades foram expandidas e contraídas num impulso reformista contraditório. As elites políticas e econômicas conseguiram incorporar algumas das exigências principais dos movimentos, eventualmente usando o ambiente especial da Primeira Guerra Mundial para acertar as contas com os mais radicais. Os problemas econômicos, os conflitos sociais e raciais e o ambiente repressivo de 1918-1920 puseram fim ao idealismo da era progressista, inaugurando uma sensação geral de desilusão e um dos períodos mais conservadores da história do país, mas que não conseguiu apagar completamente a chama da esperança social que tinha sido ateada anos antes.

DÉCADAS DA DISCORDÂNCIA: 1920-1940

A História das décadas de 1920 e 1930 é um estudo de contrastes em muitos aspectos. depois da derrota da agenda progressista, os anos 1920 viram um crescimento econômico e a retomada do conservadorismo na sociedade, nas políticas e na cultura. Nessa “nova era” as grandes corporações recuperaram a direção da economia com a ajuda dos governos que, abruptamente, abandonaram reformas, marginalizaram movimentos sociais e instituíram novas restrições contra trabalhadores, mulheres, negros e imigrantes. Porém, a economia robusta acendeu a esperança da população de compartilhar dos novos padrões de consumo, lazer e cultura de massa.

A maior crise econômica da história do capitalismo, na década de 1930, pôs fim às certezas econômicas e sociais dos anos 1920. Bancarrota, desemprego e miséria social em massa caracterizaram os Estados Unidos depois do colapso financeiro do país em outubro de 1929. diante do que mais tarde foi chamado de “Grande depressão”, o Estado então retomou as propostas reformistas da era progressista, implementando um programa inovador de intervenção estatal em todas as áreas da economia e sociedade.

A severidade da crise econômica e a aparente incapacidade do governo para resolvê-la haviam provocado ampla desilusão com relação ao sistema, o que se refletiu com nitidez no surgimento em massa de renovados movimentos, no desenvolvimento de uma cultura de protesto social e nos questionamentos difundidos na sociedade como um todo.

Apesar dos claros contrastes entre as décadas de 1920 e 1930, não obstante, houve continuidades marcantes. As sementes da crise econômica encontravam-se na especulação financeira, na má distribuição da renda e na produção anárquica do capitalismo dos anos 1920. Enquanto o impulso reformista foi abalado, nessa década, pela contra-ofensiva do Estado e do capital, movimentos sociais e correntes radicais continuaram engajados nas questões da igualdade racial, social e econômica. Em vários aspectos, aliás, a explosão social e cultural dos anos 1930 foi uma continuação do desencantamento da “nova era”.

A NOVA ERA: IMAGEM E REALIDADE

Depois de uma visita aos Estados Unidos em 1923, o romancista inglês d. H. Lawrence escreveu: “Eu nunca estive num país onde o indivíduo tivesse um medo tão terrível de seus compatriotas”. Por quê? Vejamos.

Muitos contemporâneos se maravilharam com o crescimento econômico dos Estados Unidos depois da breve recessão do período pós-guerra. Os números eram impressionantes: a produção industrial cresceu 60%, a renda *per capita* aumentou em um terço, o desemprego e a inflação caíram. Avanços tecnológicos nos processos de produção na indústria automobilística (linha de montagem e mecanização), de

comunicações (rádio e telefone), eletrônicos e plásticos (eletrodomésticos e outros bens de consumo) criaram produtos inovadores a preços cada vez mais acessíveis. Circulavam entre as massas produtos antes restritos aos ricos – carros, luz elétrica, gramofone, rádio, cinema, aspirador de pó , geladeira e telefone –, o “jeito americano de viver” (*american way of life*) tornou-se o *slogan* exaltado do período.

Esta “sociedade de consumo” – na qual a capacidade de consumir era vista como o principal direito da cidadania – não foi plenamente realizada até depois da segunda Guerra Mundial. Não há duvida, porém, de que a promessa de consumo em massa brotava no período. A nova indústria de propaganda e *marketing* – ajudada pelos jornais, revistas de grande circulação e rádio, que atraía grande audiência – disseminou a idéia da liberdade associada ao consumo em oposição à idéia da liberdade associada a mudanças nas relações de trabalho. A busca por autonomia econômica e soberania política foi substituída, nas mentes de muitas pessoas, pelas possibilidades de consumo como o elemento essencial de felicidade e cidadania.

As 10 cidades mais populosas dos Estados Unidos entre 1900 e 1940.

Note o crescimento das cidades industriais do Meio-Oeste e Nordeste na primeira metade do século xx, tais como Cleveland, Detroit, Baltimore e Pittsburgh.

	1900		1920		1940	
	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.
1	Nova York	3.437.202	Nova York	5.620.048	Nova York	7.454.995
2	Chicago	1.698.575	Chicago	2.701.705	Chicago	3.396.808
3	Filadélfia	1.293.697	Filadélfia	1.823.779	Filadélfia	1.931.334
4	St. Louis	575.238	Detroit	993.078	Detroit	1.623.452
5	Boston	560.892	Cleveland	796.841	Los Angeles	1.504.277
6	Baltimore	508.957	St. Louis	772.897	Cleveland	878.336
7	Cleveland	381.768	Boston	748.060	Baltimore	859.100
8	Buffalo	352.387	Baltimore	733.826	St. Louis	816.048
9	São Francisco	342.782	Pittsburgh	588.343	Boston	770.816
10	Cincinnati	325.902	Los Angeles	576.673	Pittsburgh	671.659

Fonte: U.S. Census Bureau.

No famoso estudo da cidade de Muncie, indiana, os sociólogos robert e Helen Lynd concluíram que a influência da propaganda e das novas opções comerciais de lazer (como o cinema e os esportes profissionais) havia suplantado a política como foco da preocupação pública. Um jornal de Muncie chegou a proclamar: “a expectativa prioritária dos cidadãos americanos com relação a seu país não é mais a do cidadão, mas sim a do consumidor”. De fato, a participação nas eleições nacionais, que, em 1896, tinha atingido 80% do eleitorado, despencou para menos de 50% em 1924 e nunca ultrapassou 64% no restante do século xx.

Esse ambiente de crescimento econômico e consumismo fez com que recessão, desemprego e infortúnio social se tornassem memórias distantes no discurso oficial e no popular. Em 1927, o economista alvin Hansen observou que as “doenças infantis” do

capitalismo “estavam sendo mitigadas”. Para quem não olhasse para além da propaganda da mídia, de empresários e políticos, o sonho americano da possibilidade de sucesso individual tinha sido aceito por quase todo mundo. O futuro líder trotskyista Farrell dobbs, naquela época, votava no Partido republicano, queria abrir o próprio negócio e tinha aspirações de ser juiz.

Mas a realidade era que riqueza econômica e poder político continuaram tendo distribuição muito desigual na sociedade. Enquanto salários reais 200 aumentavam 1,4% ao ano, os lucros de acionistas rendiam 16,4%. No fim da década, um salário de 1,8 mil dólares ao ano foi considerado necessário para manter um padrão de vida minimamente decente, mas o salário médio do trabalhador americano estava no patamar de 1,5 mil dólares. Somente com o trabalho assalariado de vários de seus membros, uma família da classe trabalhadora podia sobreviver. Mesmo assim, 6 milhões de famílias pobres, ou 42% do total da população, viviam com menos de mil dólares por ano. As condições de trabalho e moradia ainda eram precárias. A cada ano, na década de 1920, 25 mil trabalhadores sofriam acidentes de trabalho fatais e 100 mil, acidentes não fatais.

A vida no campo não era melhor. Em 1920, metade da população americana ainda vivia em áreas rurais. Como na indústria, avanços tecnológicos tinham proliferado nas primeiras décadas do século, mas os mercados para produtos agrícolas não acompanhavam os passos da nova eficiência. Conseqüentemente, houve excedente de produção, os preços baixaram e a renda dos pequenos proprietários inesperadamente declinou. O surgimento de grandes agronegócios estava relegando a pequena fazenda familiar à posição de relíquia histórica. Mais de três milhões de americanos saíram do campo na década de 1920 à procura de trabalho nas cidades.

As aspirações por reformas econômicas e sociais foram abaladas na contra-ofensiva das empresas, governos e judiciário depois da derrota da explosão sindical de 1919. A classe empresarial e muitos políticos utilizaram a retórica patriótica de democracia e liberdade industrial para exigir relações de trabalho nas indústrias livres da “coerção” sindical.

Algumas corporações ofereceram benefícios tais como a de Henry Ford, que reduziu a jornada semanal de trabalho, aumentou salários e instituiu férias pagas. Outras adotaram “sindicatos da empresa”, comitês organizados pelos gerentes das fábricas para servirem como fóruns das demandas dos trabalhadores. A maioria dos empresários, porém, aproveitou-se entusiasticamente do clima conservador e do apoio do Estado para adotar “O Plano americano” – um programa para esmagar o poder dos sindicatos por meio de intimidação e demissão de ativistas sindicais. Como resultado, a porcentagem de sindicalistas no país abaixou de cinco milhões em 1920 para três milhões em 1929. Os que permaneceram foram forçados a assinar contratos em que faziam concessões aos patrões.

Políticas nacionais sob os governos dos republicanos Warren Harding (1920-1924), Calvin Coolidge (1924-1928) e Hervert Hoover (1928-1932) caracterizaram-se pela retomada de posições econômicas abertamente favoráveis ao livre mercado e à classe

empresarial e contrárias à regulação estatal. Muitas das tendências econômicas evidentes na primeira década do século xx – investimentos de capitais em larga escala, integração dos bancos com corporações, concentração e fusão de empresas – continuaram nos anos 1920. a especulação nos mercados financeiros tornou-se cada vez mais popular e lucrativa. ricos empresários, como andrew Mellon, locupletaram-se no período desses governos, com a implementação de políticas de cortes nos impostos das corporações e ajuda às indústrias para que pudessem operar com eficiência e produtividade máxima. Leis trabalhistas permaneceram estacionadas e até retrocederam por causa de decisões da suprema Corte e de governos estaduais que reafirmaram a “liberdade de contrato”.

Se os trabalhadores em geral sofreram na década, mulheres, negros e imigrantes tiveram que lidar também com discriminações e violências específicas, além da falta de interesse dos sindicatos e do Estado por seus problemas. Esse foi o caso, por exemplo, do meio milhão de mexicanos que imigraram nos anos 1920 para trabalhar nos campos e nas cidades da Califórnia e do sudoeste dos Estados Unidos. Fonte de mão-de-obra barata para agronegócios, construção civil e fábricas, os mexicanos desenvolveram bairros próprios em Los angeles, El Paso, san antonio e denver e, com o tempo, passaram a ter uma forte influência na cultura da região.

Os mexicanos enfrentaram um ambiente social, econômico e político discriminatório, mas não foram os únicos imigrantes a sofrer preconceito. Sentimentos racistas contra estrangeiros e seus descendentes fermentavam na população branca há várias décadas, em grande parte como uma resposta aos problemas sociais – pobreza, doenças, conflito de classe – associados à vinda de imigrantes da Europa Oriental, Europa Meridional e ásia. O chauvinismo da Primeira Guerra Mundial e a reação anti-radical do red scare contribuíram para intensificar o clima antiimigrante. O antisemitismo e a pseudociência da eugenia inundaram a cultura popular e oficial. Foi esse clima de reação que, injustamente, levou dois imigrantes anarquistas, Nicolo sacco e Bartolomeo Vanzetti, à cadeira elétrica, em 1927.

Charge publicada no jornal diário do Partido Comunista dos Estados Unidos. O título – 23 de agosto de 1927 – refere-se à data da execução
dos anarquistas ítalo-americanos Sacco e Vanzetti.
A folha de papel embaixo da caveira é a ordem de execução
assinada pelo governador do estado de Massachusetts.

Os chauvinistas pressionavam o governo por leis que restringissem a imigração. O ato de imigração de 1924 reduziu o número de imigrantes admitidos a 150 mil por ano, menos de 15% da média de um milhão nos anos antes da guerra; mesmo assim, oficiais da imigração raramente permitiram que metade desse número efetivamente entrasse no país. Cotas raciais e étnicas dos prospectivos imigrantes foram adotadas em proporção aos números da “estatística nacional e lingüística” de 1790! Como resultado, quase todos os povos asiáticos e muitos europeus foram excluídos da entrada nos Estados Unidos no período. Novas categorias de “cidadão” e “estrangeiro” foram formuladas com base em noções racistas e a fronteira dos Estados Unidos começou a ser policiada pela primeira vez.

A obsessão, durante a Primeira Guerra, com o “americanismo 100%”
resultou num esforço público e privado para “americanizar” imigrantes. Funcionários

públicos, educadores, elites empresarias, igrejas e reformistas sociais lançaram programas para ensinar História dos Estados Unidos, costumes e tradições americanas, bem como inglês, numa tentativa de garantir lealdade política e a rejeição de ideais supostamente estrangeiros como o sindicalismo e o socialismo. O departamento de sociologia da Ford Motor Company, por exemplo, investigou as casas dos seus trabalhadores imigrantes para avaliar seus móveis, roupas e culinária para confirmar que alcançassem o "padrão americano". A assistência social, tanto a caridade privada quanto a ajuda governamental, ficou restrita aos "cidadãos" e passou a envolver programas de americanização. Em 1919, a maioria dos estados restringia o ensino das línguas estrangeiras nas escolas públicas.

MUDANÇAS SOCIAIS E DESAFIOS CULTURAIS NOS ANOS 1920

Apesar do abafado clima intelectual e social da década de 1920, as mudanças sociais e econômicas continuaram produzindo protesto social e cultural. Uma geração de escritores desencantados, como John dos Passos, sinclair Lewis, F. Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway e Gertrude stein, criticou a futilidade da sociedade de consumo, as atitudes repressivas do Estado e das corporações e as francas limitações à liberdade individual e aos direitos sociais no país.

Reações à "sociedade moderna" não vieram somente da esquerda: americanos rurais e religiosos revigoraram a defesa de valores tradicionais. As religiões evangélicas, que insistiram na leitura fundamentalista da *Bíblia*, ganharam bastante apoio em alguns estados como tennessee, em campanhas anti-seculares para, por exemplo, banir o ensino da teoria da Evolução, de Charles darwin.

O movimento antialcoólico convenceu o governo federal a proibir por lei, em 1920, a fabricação e venda de álcool (a proibição durou 13 anos), o que acabou fortalecendo o crime organizado e dando origem a um próspero mercado negro.

Uma tenebrosa ramificação da "defesa da tradição" foi o ressurgimento da Ku Klux Klan (kkk). Falida desde o fim da década de 1870, renasceu em 1915, no ambiente chauvinista dos tempos de guerra. Um dos primeiros produtos da nova indústria do cinema, o filme *Nascimento de uma Nação* 204(1916), do diretor d. W. Griffiths, glorificou abertamente esse grupo racista. Preocupado primariamente com negros, a kkk ampliou sua mensagem de ódio e violenta intimidação nos anos 1920, denunciando imigrantes (especialmente católicos e judeus) e todas as forças (socialistas e feministas) que ameaçaram a "liberdade individual" e "o jeito americano de viver". Até 1925, o grupo conseguiu recrutar quatro milhões de membros, muitos dos quais mulheres e "cidadãos respeitáveis" dos estados do Norte. Apesar do seu extremismo e posterior declínio no fim da década, o grupo, sem dúvida, refletiu sentimentos nativistas bem enraizados na sociedade americana.

A modernidade na comunidade negra expressou-se numa série de movimentos e tendências políticas radicais nesses anos. Como outros americanos, alguns negros também foram influenciados por idéias como anticolonialismo e solidariedade entre trabalhadores, decorrentes dos movimentos socialistas e da inspiração da revolução

russa. Em 1919, o movimento “Novo Negro”, do socialista Hubert Harrison, visionou a emancipação do afro-americano como um projeto a ser levado a cabo por uma aliança multirracial e militante, ao contrário das campanhas meramente legais da naacp. Embora os movimentos socialistas no país tenham ignorado ou marginalizado a luta contra o racismo, idéias em favor da sindicalização e da classe trabalhadora podiam ser amplamente encontradas nas páginas da imprensa popular negra.

A decepção diante das traições das promessas do governo americano em favor da autodeterminação e democracia para os oprimidos, depois da Primeira Guerra, impulsionou muitos negros ativistas em direção ao que chamavam de “nacionalismo negro” (*black nationalism*). A associação Universal para o Melhoramento dos Negros (unia em inglês), fundada pelo imigrante jamaicano Marcus Garvey, argumentou que negros precisavam formar um movimento separatista para obter a liberdade. Em 1921, Garvey proclamou:

> Em todo lugar, nós ouvimos o grito de liberdade. [...] desejamos uma liberdade que vai nos elevar ao padrão de todos os homens [...] liberdade que vai nos dar chance e oportunidade de subir até o ápice pleno da nossa ambição e que nós não conseguimos em países onde outros homens predominam.

O líder negro rejeitou a assimilação como também a aliança com brancos e fomentou orgulho na “raça negra”. A unia montou uma rede de supermercados e outros negócios tocados por negros e aconselhou afro-americanos a voltarem para áfrica, onde eles poderiam criar uma “nova sociedade”. A organização e sua influência perderam força quando Garvey foi condenado por fraude em 1923. Mas o apelo ao “naciona-lismo negro” nas cidades do Norte, por alguns anos, mostrou a profundidade dos anseios da população negra por alternativas políticas e teria influência significativa mais tarde em movimentos sociais negros nos Estados Unidos e no Caribe.

Nos anos 1920, o chamado “renascimento do Harlem” – o florescimento da arte e pensamento centralizado em um grupo de escritores, artistas, músicos e intelectuais negros de Nova York – explorou as possibilidades da ação cultural e política por meio de uma consciência positiva das heranças e tradições afro-americanas. Esses artistas inovadores desenvolveram a idéia de que a vida intelectual e artística era capaz de valorizar os afro-americanos, desafiar o racismo e promover políticas progressistas no país. Escritores como Jean toomer, Zora Neale Hurston, Langston Hughes, James Weldon Johnson e Claude McKay e artistas plásticos como richard Nugent e aaron douglas misturaram feições modernas e tradicionais de expressão artística, resgatando história e tradições da comunidade negra. Inspiraram gerações de artistas e ativistas pelos direitos civis e tiveram influência enorme na cultura afro-americana ao longo de todo o século xx.

CRISE ECONÔMICA

As amplas esperanças da nova era faliram na “Quinta Negra”, 24 de outubro de 1929. Nesse dia, a Bolsa de Valores nos Estados Unidos caiu em um terço, dando

origem à pior crise econômica na história do capitalismo mundial. Muitos especuladores perderam de uma só vez tudo o que haviam investido. Os jornais reportaram 11 suicídios de investidores de Wall street. Os efeitos no país como um todo alongaram-se pelos anos seguintes. Até 1932, 5 mil bancos americanos haviam falido, a produção industrial caíra 46%, o Produto interno Bruto (pib) diminuíra um terço e os preços, a metade. Falta de dinheiro na economia significava um declínio brusco de poder aquisitivo. Indústrias e comerciantes reduziram preços, produção e, mais importante, emprego. Até 1932, mais de 15 milhões de americanos ou 25% do total da população economicamente ativa ficaram desempregados. Aquele símbolo potente do capitalismo americano, a Ford Motor Company, que, em 1929, empregava 128 mil trabalhadores, contava com somente 37 mil em agosto de 1931. A taxa de desemprego ficou durante a década inteira no nível de 20%, enquanto um terço da mão-de-obra nacional também teve horas ou salários reduzidos.

Países capitalistas tinham sofrido depressões econômicas no passado, mas nunca enfrentaram uma crise tão severa, longa, e mundial. O presidente Hoover declarou que a crise era um “incidente temporário” que terminaria em dois meses, mas, três anos depois da crise de 1929, a situação econômica estava pior. A integração da economia mundial significou o alastramento da depressão americana pelo mundo inteiro: no fim de 1932, a produção industrial mundial havia diminuído mais de 33% . De repente, os mercados dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento desapareceram. Drásticas conseqüências econômicas e políticas foram sentidas tanto em Chicago, toronto, Londres, Berlim e Paris quanto em Calcutá, Xangai, Cairo, são Paulo e Havana.

Analistas como alan Brinkley apontam três causas principais para a Grande depressão. Primeiro, à economia americana nos anos 1920 faltava diversificação. O crescimento econômico dependia desproporcionalmente de poucas indústrias, como a automobilística e a da construção civil. Quando as vendas nesses setores diminuíram, o resto da economia não conseguiu compensar. Segundo, a distribuição altamente desigual da renda significava um mercado de consumo truncado. Terceiro, bancos dependiam de muitos empréstimos feitos por fazendeiros, negociantes e países estrangeiros e, quando a economia tombou, os devedores não conseguiram pagar, causando uma reação em cadeia de falências econômicas. A especulação selvagem na Bolsa de Valores foi a faísca que ateou fogo no barril de pólvora de uma economia fundamentalmente exuberante, mas frágil.

TEMPOS DUROS

Para quem está acostumado com a imagem do típico americano abastado do período pós-segunda Guerra Mundial é difícil conceber a extrema miséria da Grande depressão. No campo e na cidade, americanos nunca haviam enfrentado tanta pobreza, choque social e desespero quanto nos anos 1930. O escritor e radialista popular studs terkel sagazmente chamou sua História oral da década de *Tempos duros*, uma

expressão comum usada pelos sobreviventes para descrever aquela época.

Na memória coletiva da década destaca-se a lembrança da adversidade na américa rural. Além de ser abatida pela falência econômica, uma grande área do país sofreu uma seca devastadora. A renda familiar nas pequenas propriedades caiu 60% entre 1929 e 1932 e um terço dos proprietários rurais perderam suas terras. Centenas de milhares migraram para cidades ou empregaram-se nos agronegócios, onde trabalhavam por salários baixíssimos, como os “Okies” do estado de Oklahoma, imortalizados pelo romancista John steinbeck. Trabalhadores rurais, brancos e negros, perambulavam de cidade em cidade em busca de comida e trabalho, dormindo em acampamentos, enquanto outros “corriam nos trilhos” dos trens de frete, procurando em vão subsistência decente.

Milhares de desempregados fazem fila para receber comida em Nova York, 1930.

Nas cidades industriais, as condições de vida tornaram-se igualmente miseráveis. O desemprego paralisou muitas dessas cidades. No estado de Ohio, em 1932, a taxa de desemprego era de 50% em Cleveland, 60% em akron e 80% em toledo. Milhões de solteiros desempregados com rostos magros e roupas puídas caminhavam penosamente pelas ruas de todas as cidades, procurando empregos inexistentes. Muitos foram humilhantemente forçados a pedir ajuda da prefeitura ou do Estado cujos poucos órgãos de assistência não acompanharam a crescente necessidade. Favelas proliferaram nas periferias das cidades do Oeste. Foram chamadas “Hoovervilles”, uma ironia ao odiado presidente americano, e constituíram marcas pungentes da paisagem urbana na severidade da depressão.

Mudou a vida econômica e social das famílias durante a depressão. Ressurgiu a

prática de fabricar roupas, manter hortas, cozinhar e fazer todas as refeições em casa. Para economizar, muitas famílias alugaram quartos ou dividiram casas com parentes e outras famílias. Essas mudanças provocaram tensões na vida familiar. Não podendo conseguir emprego ou forçados a pedir assistência, muitos homens abandonaram suas famílias. Taxas de fecundidade e casamento diminuíram pela primeira vez no país desde os primeiros anos do século XIX.

As mulheres padeceram não somente pelas condições econômicas ruins, mas também vítimas dos estereótipos sexuais ligados a seu papel social. Nas fábricas, muitas perderam trabalho para os homens, aos quais foi dada prioridade nas poucas vagas existentes. Mesmo assim, em 1939, 25% mais mulheres estavam trabalhando do que em 1930, primariamente porque tinham que contribuir com a economia familiar e também porque os empregos femininos – professoras, funcionárias de lojas e secretárias – foram menos abalados pela depressão do que os da indústria pesada.

Os negros sofreram mais, freqüentemente expulsos das suas terras no sul e tratados com indiferença nos melhores casos e aberta hostilidade racial nos piores. No sul, a grande migração continuou, com quatrocentos mil saindo para as cidades do Norte. Nas cidades nortistas, porém, sua taxa de desemprego era de 50%. Brancos desempregados começaram preencher as vagas de faxineiros e porteiros, anteriormente reservadas aos negros. Em 1932, mais de dois milhões de negros estavam recebendo alguma forma de assistência social estatal.

Ocorreu desemprego massivo de mulheres negras, pois sua principal fonte de trabalho minguou quando a classe média deixou de servir-se de trabalhadores domésticos. Entretanto, bem mais acostumadas a trabalhar fora de casa que as mulheres brancas, 38% das negras estavam empregadas em 1939 comparado a 24% das mulheres brancas. No Harlem, apartamentos e casas foram superlotados com a mais alta taxa de densidade populacional na cidade de Nova York. Candidatas ao emprego de doméstica se reuniam em grupos nas esquinas – conhecidas como "mercados de escravos" –, esperando ser contratadas pelas famílias brancas. A prostituição tornou-se uma das poucas opções para algumas mulheres negras.

Certos grupos imigrantes continuaram sentindo os preconceitos raciais profundamente enraizados na sociedade americana. Já enfrentando segregação informal e pouca mobilidade social e econômica, imigrantes e americanos de ascendência latino-americana (a vasta maioria mexicana) e asiática (chineses, japoneses, filipinos e coreanos) foram pressionados a ceder seus empregos para brancos desempregados na Costa Oeste e no sudoeste. Governos federais, estaduais e municipais implementaram um programa de "repatriação Mexicana" que ilegalmente deportou ou "voluntariamente repatriou" quinhentas mil pessoas de ascendência mexicana entre 19301934, a maioria cidadãos americanos. As autoridades de imigração, conta a historiadora Vicki ruiz, escolheram mexicanos por serem de país fronteiriço, etnicamente distintos e viverem em bairros facilmente identificáveis.

O *NEW DEAL* DE FRANKLIN DELANO ROOSEVELT

A depressão confundiu completamente a liderança política dos Estados Unidos. O presidente Hoover e o Congresso, controlado pelos republicanos, tomaram algumas medidas moderadas que tiveram pouco impacto dado o tamanho da crise. Logo, o público se convenceu de que Hoover não se importava muito com seus problemas, o que foi confirmado em 1932 quando ele mandou tropas, lideradas pelos futuros heróis de guerra, general douglas Macarthur, George s. Patton e futuro presidente dwight Eisenhower, extinguirem um protesto de veteranos militares em Washington, matando três manifestantes e ferindo centenas.

O candidato do Partido democrata à presidência, Franklin delano roosevelt, ganhou as eleições de 1932 com a promessa de restaurar a confiança na economia e sociedade. Roosevelt era um político sagaz que constantemente invocava a retórica da liberdade do povo comum e mudava suas políticas conforme o ânimo da nação. Quando veteranos manifestaram-se em Washington durante seu governo, ele pessoalmente recebeu seus líderes com cafezinho e conversa amistosa. Como faziam os políticos no mundo inteiro na época, fossem os socialdemocratas da Europa, os stalinistas da rússia ou os populistas da américa Latina, roosevelt reconheceu que a intervenção estatal massiva era necessária para salvar o sistema econômico e aliviar o conflito social.

Em 1933 e 1934, roosevelt lançou o primeiro *New Deal* – um pacote de reformas para promover a recuperação industrial e agrícola, regular o sistema financeiro e providenciar mais assistência social e obras públicas. O principal órgão público criado pelas reformas, a administração da recuperação Nacional (nra em inglês), foi desenhado para controlar a economia por meio de uma série de acordos entre empresários, trabalhadores e o governo, estabelecendo limites para os preços, salários e competição. Programas de planejamento regional, obras públicas e subsídios à construção civil tentaram animar a economia enquanto diversos esquemas de previdência e empregos públicos foram implementados para mitigar o desemprego.

Esse empenho de roosevelt logo se enfraqueceu: os novos órgãos públicos mostraram-se ineficientes, a economia piorou e desafios significativos foram levantados pela esquerda e por organizações populistas, como a do senador Huey J. Long, de Louisiana, que propôs um programa radical de redistribuição de riqueza. Como resposta política, roosevelt também radicalizou, lançando o segundo *New Deal,* em 1935, com programas ampliados de assistência social emergencial, impostos sobre fortunas privadas, um sistema de relações industriais que incentivou a sindicalização e a previdência social para os desempregados, crianças, deficientes e aposentados. Três anos depois, legislação foi estabelecida para construir habitação pública, garantir um salário mínimo e limitar a jornada de trabalho. Inteligentemente usando os meios da propaganda política, apelando aos sentimentos de justiça social e fazendo alianças com políticos regionais, sindicatos, intelectuais e muitos imigrantes, roosevelt e o Partido democrata construíram um programa político que duraria duas gerações.

Comparado aos estados de bem-estar dos países socialdemocratas da Europa, o *New Deal* de roosevelt foi modesto. Não recuperou a economia (a segunda Guerra

Mundial o fez) nem redistribuiu renda, mas trouxe em alguma medida segurança econômica para muita gente, transformando as relações entre cidadãos e o Estado por meio da garantia de uma mínima qualidade de vida e proteção social contra adversidades. Imigrantes e sindicatos participaram pela primeira vez na cena política nacional (garantindo o seu apoio ao Partido democrata até os dias de hoje), americanos rurais receberam novos serviços públicos como eletricidade e os mais pobres, inclusive negros, beneficiaram-se da previdência emergencial. Depois de anos de miséria econômica, muitos americanos ganharam um senso de confiança e progresso.

Mas as limitações do governo roosevelt foram tão acentuadas quanto os sucessos. Apesar de esforços dos sindicatos, socialistas, feministas e organizações negras, o sistema geral da seguridade social (aposentadoria, seguro desemprego e salário mínimo) não foi universal, sendo diretamente relacionado ao emprego assalariado formal urbano, excluindo muitas mulheres e negros que trabalhavam como empregados domésticos ou no campo. A administração de roosevelt aceitou muitas das normas raciais da época, por exemplo, segregando abertamente os conjuntos habitacionais. A dependência eleitoral de roosevelt dos políticos racistas do sul resultou na derrota de iniciativas contra a discriminação racial e na confinação de trabalhadores e trabalhadoras não brancos nas alas menos generosas e mais vulneráveis do estado do bem-estar.

CULTURA DO PROTESTO: “A RESPOSTA DE BAIXO”

A década de 1930 é freqüentemente chamada a “década Vermelha” e por boas razões. Os esforços persistentes de sindicalistas e radicais, especialmente o Partido Comunista dos Estados Unidos (cpusa), inspiraram grande parte da população, empurrando a agenda reformista de roosevelt mais para a esquerda. A crescente influência de intelectuais e artistas de esquerda, evidente em muitos países da Europa e também na américa Latina, foi uma expressão do desejo de muitas pessoas por uma alternativa aos horrores da crise econômica.

Nos primeiros anos da depressão, o desespero dominava grande parte da classe trabalhadora. Muitos desempregados simplesmente se resignaram à crise econômica. Alguns sindicatos e movimentos sociais organizaram esquemas de auto-ajuda como os pescadores em seattle e os mineiros de carvão na Pensilvânia, que compartilharam comida e outros serviços entre seus membros e a comunidade. Outros fizeram protestos espontâneos por reivindicações imediatas tais como pequenos proprietários defendendo suas terras, máquinas e casas da expropriação pelos bancos ou desempregados que se manifestaram por emprego e assistência social. O livro de 1933 *Sementes da revolta*, de Mauritz Hallgren, documenta em detalhe centenas desses protestos bravos e desorganizados.

Sem ou com participação de partidos comunistas, os protestos dos desempregados urbanos, pequenos proprietários e trabalhadores rurais nos primeiros anos da depressão foram importantes para o aumento da confiança da classe trabalhadora e o

treinamento de ativistas. Mas não representavam um desafio grande aos governantes locais, estaduais e federais, que, freqüentemente, reprimiram as manifestações com violência. Sindicalização em massa foi uma outra história.

Houve poucas greves nos três primeiros desolados anos da crise. Isso mudou espetacularmente em 1934: greves enormes sob a liderança da base e socialistas e comunistas em são Francisco (estivadores), Mineápolis (caminhoneiros) e toledo (metalúrgicos) obtiveram ganhos impressionantes que inspiraram operários na nação como um todo. Encorajados por essas vitórias, pelos esforços dos movimentos dos empregados, a organização sindical dos comunistas e as promessas de reforma do governo roosevelt, centenas de milhares de trabalhadores em setores antes ignorados pelo movimento sindical conservador representado pela afl – fábricas de automóveis, aço, borracha, frigoríficos e muitas outras – sindicalizaram-se em massa no período 1934-39. Até 1939, sindicatos haviam dobrado seus números, abarcando 20,7% da mão-de-obra nacional.

O Congresso de Organizações industriais (cio), uma central sindical alternativa, surgiu para coordenar as campanhas de organização, mas as ondas de greve e outras mobilizações foram de fato animadas e organizadas pela base em 1934-36. Refletindo impulsos mais amplos da sociedade, o cio levou à frente um programa ambicioso para um estado de bem estar universal. Comunistas tornaram-se líderes importantes nesse novo sindicalismo, ampliando a agenda sindical às lutas contra a discriminação racial e sexual. Agitadores e organizadores desses sindicatos capturaram atenção dos trabalhadores no país com sua mensagem de que a igualdade política significava pouco sem "liberdade" no trabalho. "Nós somos americanos livres", declarou um organizador do cio nas usinas de aço. "Nós vamos exercer nosso direito fundamental de organizar um grande sindicato industrial."

Depois da revolta inicial de 1934-1936, porém, as tendências burocráticas e antidemocráticas evidentes nos sindicatos do afl apareceram também no cio. A liderança estabeleceu uma aliança com o Partido democrata que acabou refreando a militância sindical. Roosevelt apreciou a adesão do cio ao *New Deal*, mas não era um amigo confiável dos sindicatos, pois seu projeto também dependia do apoio dos empresários. Em 1937, uma greve do cio, com o objetivo de sindicalizar todas as usinas de aço no país, foi derrubada pelas antigas táticas de violência e repressão por parte das empresas e do Estado, inclusive dos governadores democratas. Dezoito trabalhadores morreram, centenas ficaram feridos e centenas foram presos. No fim dos anos 1930, os líderes sindicais, inclusive comunistas fiéis à Frente Popular, freqüentemente inclinaram-se à política de colaboração com as empresas e ao controle burocrático "de cima", submetendo-se à aliança com os democratas a qualquer custo.

O impacto da crise econômica e as novas alternativas políticas chegaram a influenciar muito a indústria cultural, como o cinema. Os populares "filmes de *gangster*" relataram o desolado pano de fundo da vida na depressão, com seus políticos corruptos e sua miséria econômica. As "comédias" dos irmãos Marx e as estreladas por Mae West ridicularizaram instituições tradicionais e convenções sociais e sexuais

da classe média. Alguns “dramas”, como

O pão nosso, de King Vidor (1932), e *As vinhas da ira,* de John Ford (1939), abertamente se engajaram na crítica social bem como as “sátiras” de Charlie Chaplin, como *Tempos modernos* (1936). Tais explorações culturais provocaram bastante protesto de grupos religiosos e políticos conservadores, forçando os chefes de estúdios a censurarem suas produções.

Conscientemente, na segunda metade da década, os diretores de programas de rádio e filmes de Hollywood concentraram-se no “escapismo”, usando humor e “histórias leves” para distrair as pessoas das atribulações da depressão e lembrá-las das possibilidades de prosperidade na “américa livre”. Foi a época dos primeiros filmes de animação de Walt disney, da exaltação cinematográfica à polícia e ao fbi, dos populares musicais e da honestidade da “américa caipira” relatada em *Mr. Smith vai para Washington*, do diretor Frank Capra. O mundo hollywoodiano da fantasia cultivava a crença nas possibilidades de sucesso individual, na capacidade do governo em proteger cidadãos contra o crime e numa visão da américa como uma sociedade sem classes.

A gravidade da crise econômica e os crescentes questionamentos políticos e sociais também foram refletidos em outras ofertas culturais da época. Jornalistas e escritores exploraram o tema da vida dos desempregados e dos pobres rurais e sua luta por sobrevivência e dignidade. A administração das Obras Públicas (wpa) do governo roosevelt contratou fotógrafos, musicólogos, atores, artistas plásticos, coreógrafos e músicos para documentar e dar expressão à diversidade do povo americano e suas tradições comuns, resultando em projetos inovadores, tais como as fotografias dos pobres migrantes e trabalhadores rurais feitas por dorothea Lange e Walker Evans, o “teatro do povo”, que novamente descobriu os setores humildes da população, seus costumes e preocupações, e as canções e atuações de Paul robeson, o grande cantor e ator negro e comunista, que louvou a cultura dos afro-americanos em teatros, musicais e ópera. O historiador Eric Foner argumenta que a ideologia de liberdade e o sonho americano foram reconstituídos em formas radicais nesse ambiente cultural: o radicalismo econômico, social e cultural definiu o verdadeiro “americanismo”; a diversidade étnica e cultural foi elogiada como tradição essencial ao espírito do país; e “o jeito americano de viver” passou a significar sindicalismo e “cidadania social” e não a “desenfreada busca pela fortuna”. Apesar da sua popularidade no período, a identificação cômoda da esquerda com o “nacionalismo americano” resultaria, mais tarde, em complicações quando o Estado americano passou a atacar frontalmente essa mesma esquerda.

“BOA VIZINHANÇA” E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Sob os presidentes Hoover e roosevelt foi implementada a Política da Boa Vizinhança, que pretendia pôr fim às abertas intervenções militares na américa Latina em favor de relações econômicas mais estreitas. Oficialmente, roosevelt e seus

militares eram bem menos belicosos com relação aos países latino-americanos: diferentemente do seu tio, theodore, Franklin roosevelt nunca tratou os latino-americanos com a expressão pejorativa de *dagos* (vagabundos). Apesar de promover algumas retiradas de tropas, de revogar a Emenda Platt da Constituição Cubana, de acomodar-se ante a nacionalização da indústria petrolífera no México e de tratar com mais respeito público as sensibilidades latino-americanas, os Estados Unidos apoiaram os ditadores Batista (em Cuba), trujillo (na república dominicana) e a dinastia somoza (na Nicarágua).

De 1926 a 1933, tropas americanas ocuparam a Nicarágua para combater a insurgência liderada por Augusto Sandino. Antes de deixar o país, estabeleceram a Guarda Nacional, uma força militar bem treinada e leal aos Estados Unidos. O líder da Guarda Nacional, Antonio Somoza, tomou o poder em 1936 e manteve, com seus filhos, uma ditadura que durou até 1979.

Roosevelt assinou vários acordos comerciais com países latinoamericanos e os investimentos dos Estados Unidos na região triplicaram entre 1934 e 1941, aumentando sua influência política por meio do controle econômico. Preocupado com a crescente possibilidade de guerra na Europa e ásia, roosevelt também aumentou relações formais com os militares latino-americanos e montou os primeiros esquemas de ajuda financeira na área de desenvolvimento social e cultural, visando ao apoio dos países latino-americanos no caso de guerra.

Mas foram a Europa e o Japão o que mais preocupou os Estados Unidos na década de 1930. Os numerosos laços históricos, culturais e econômicos com a inglaterra e a França e as ameaças do Japão aos interesses econômicos do país no Pacifico resultaram em crescente preparação para a guerra por parte dos Estados Unidos. O *New Deal* tinha proporcionado estabilidade social no país, mas não sua plena recuperação econômica. A entrada dos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial eclipsaria as políticas domésticas de reforma, trazendo mobilização total, emprego pleno e novas agitações sociais e políticas relacionadas à definição da liberdade e ao sonho americano.

A SEGUNDA GUERRA
E OS EUA COMO “WORLD COP”

A segunda Guerra Mundial é comumente vista nos Estados Unidos como uma boa guerra do povo contra o fascismo. Certamente, a propaganda utilizada pelo governo fez uso extenso da corajosa luta pela liberdade contra os horrores do nazismo e do militarismo japonês. Mas é preciso separar os motivos dos governos das Forças aliadas (principalmente, a inglaterra, a União soviética e os Estados Unidos), o conduto da guerra e suas conseqüências, do genuíno ódio pelo fascismo que milhões de americanos demonstraram. O historiador e veterano dessa guerra Howard Zinn pergunta: a guerra foi uma derrota do imperialismo, racismo e militarismo no mundo? O comportamento dos Estados Unidos na condução da guerra e no tratamento de minorias nos Estados Unidos foi justo? as políticas domésticas e externas do período pós-guerra exemplificaram os valores de democracia e justiça social pelos quais milhões haviam lutado na guerra?

Essas questões são essenciais na análise da enorme mobilização feita pelos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial. O país lutou nas duas frentes, da Europa e do Pacífico, perdendo 322 mil combatentes e recebendo 800 mil feridos. O apoio da população à guerra foi quase absoluto, inclusive do cpusa (Partido Comunista), que trocou de lado quando Hitler invadiu a União soviética.

A guerra pôs fim à depressão e ao desemprego, dobrando o pib do país em quatro anos. Transformou as vidas de muitos trabalhadores, mulheres, imigrantes e negros. O pleno emprego e as mudanças sociais dos anos da guerra criaram espaços sociais e políticos nos quais minorias e mulheres puderam avançar suas lutas pela igualdade e cidadania. Por outro lado, os ganhos sociais e econômicos da guerra foram limitados e eventualmente enfraquecidos no consenso pós-guerra. O patriotismo estrito, fomentado em tempos de guerra, e os preconceitos raciais, há muito existentes, resultaram em violações contínuas de direitos civis, especialmente contra negros e a população nipo-americana.

Os Estados Unidos saíram da guerra como líder militar e econômico do mundo. A economia do país passou a ser controlada mais do que nunca pelas grandes corporações que moldaram um consenso político nos anos 1950, garantindo melhores salários para muitos trabalhadores em troca do controle conservador da economia e sociedade. Esse acordo foi baseado numa política fortemente anticomunista, que levou o país a uma guerra “fria” contra ameaças “radicais” além-mar e dentro das fronteiras nacionais. No entanto, sobreviveram vozes alternativas deplorando a conformidade social e cultural, a falta de direitos civis e os limites da afluência econômica.

GUERRA TOTAL NA EUROPA E ÁSIA

A segurança nacional e considerações imperialistas guiaram a política externa dos

Estados Unidos nos anos 1930 e 1940. A invasão italiana da Etiópia (em 1935), a Guerra Civil Espanhola (de 1936 a 1939), na qual cidadãos americanos foram proibidos por seu governo de lutar no lado republicano, a tomada da áustria (em 1938) e as invasões da Polônia e da tchecoslováquia por Hitler (em 1939) – nenhum desses eventos provocou a entrada dos Estados Unidos na guerra.

Foi a briga entre os impérios do Pacífico que garantiu a participação dos Estados Unidos no conflito mundial. Convencido de que a única opção econômica do país era a expansão territorial, o Japão invadiu a China no fim dos anos 1930 e começou a expandir-se pelas colônias francesas, holandesas e inglesas no sudeste da ásia, procurando matérias-primas, novos mercados e mão-de-obra barata. Os Estados Unidos, que controlavam as Filipinas e várias ilhas no oceano Pacífico, tinham motivos semelhantes para manter uma forte presença na região. Ao longo de 1940 e 1941, os dois poderes imperiais não conseguiram entrar em acordo sobre suas respectivas esferas de influência. No dia 7 de dezembro de 1941, a Força área Japonesa fez um ataque surpresa à principal base naval dos Estados Unidos, situada em Pearl Harbour, no Havaí, danificando severamente a frota norte-americana no Pacífico. No dia seguinte, o Congresso americano declarou guerra contra o Japão e, três dias depois, os aliados do Japão, alemanha e itália, declaram guerra contra os Estados Unidos.

No entanto, o governo roosevelt estava se preparando para a guerra há três anos, apesar da oposição de alguns elementos das elites econômicas e políticas. De fato, poucos políticos se preocupavam com as perseguições políticas de Hitler. Alguns eminentes americanos como o industrial Henry Ford, o famoso aviador Charles Lindbergh e o embaixador dos Estados Unidos na inglaterra, Joseph Kennedy, pai do futuro presidente jfk, abertamente simpatizavam com aspectos do regime nazista. Mas roosevelt e a maioria da elite reconheceram que o expansionismo da alemanha e do Japão representaria uma perigosa ameaça aos interesses econômicos americanos.

O desejo de aumentar seu império informal moldou as decisões de roosevelt com relação à guerra. Não havia dúvida de que os Estados Unidos apoiariam a inglaterra e a França, mas como e de quanto seria a ajuda ainda tinha que ser resolvido. Começando em 1940, o governo americano diversas vezes emprestou dinheiro e armas à inglaterra abalada por fortes ataques aéreos alemães. Mas a ajuda teve um preço alto: as autoridades americanas sacaram da inglaterra as reservas de ouro e seus investimentos estrangeiros e restringiram exportações inglesas no mundo inteiro. Negociantes americanos expandiram sua presença em mercados antigamente controlados pelos ingleses. Reclamou mais tarde o ministro de relações Externas do reino Unido, anthony Eden, que os americanos esperavam que as colônias “logo que libertadas dos seus senhores, fossem dependentes econômica e politicamente dos Estados Unidos”.

Os aliados tinham algumas vantagens decisivas diante de seus inimigos. As forças armadas conjuntas dos Estados Unidos, inglaterra, rússia e seus parceiros tinham clara superioridade numérica, além de recursos naturais quase ilimitados e capacidade industrial relevante situados nos Estados Unidos e Canadá, países distantes das

frentes de batalha. Os aliados também eram vistos como libertadores pelas populações ocupadas pela alemanha e pelo Japão, desfrutando de apoio crucial dos movimentos de resistência na Europa e na ásia.

Mesmo assim, "guerra total" foi necessária para vencer as formidáveis forças da alemanha e do Japão. Dezoito milhões de americanos se alistaram nas Forças armadas e dez milhões serviram fora do país. A guerra envolveu campanhas massivas por territórios, tais como as batalhas na áfrica do Norte (1942-1943), sicília (1943), França (1944), ilhas do Pacífico (1943-1945) e, finalmente, na alemanha (1945).

Novas teorias de guerra foram desenvolvidas e testadas. Na Europa e Japão, a "doutrina da ofensiva aérea estratégica", por exemplo, foi usada para bombardear cidades inteiras, incluindo fábricas e bairros residenciais, visando a enfraquecer o moral do inimigo. roosevelt condenou os ataques aéreos dos alemães e italianos na Etiópia, Espanha, Holanda e inglaterra como o "barbarismo inumano que profundamente chocou a consciência da humanidade". Os bombardeios incendiários das cidades alemãs e japonesas pelos aliados em 1944-1945, no entanto, foram igualmente brutais.

O ataque da força área inglesa, canadense e americana contra a cidade de dresden na alemanha nos dias 13 a 15 de fevereiro de 1945, por exemplo, matou mais de 30 mil pessoas. Esse tipo de ataque "convencional" contra 64 cidades japonesas em 1945 matou mais civis no total do que as duas bombas atômicas. Um assalto de 334 aviões americanos contra tóquio, nos dias 9 e 10 de março de 1945, massacrou 100 mil pessoas e incinerou 41 quilômetros quadrados da cidade. O general da Força área americana Curtis LeMay falou depois da guerra: "acho que se nós tivéssemos perdido, eu seria julgado como criminoso de guerra".

A decisão de Harry truman, que se tornou presidente depois da morte de roosevelt em abril de 1945, de lançar duas bombas atômicas contra as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasaki é o mais controverso ato militar da guerra. A análise convencional sustenta que a decisão de usar armas atômicas era justificada, pois os japoneses não iriam se render e essa era a única forma de acabar com a guerra mais rapidamente e com o menor número de baixas pelo lado americano. Alguns historiadores, porém, argumentam que havia sinais de que os japoneses queriam terminar o conflito e que os ataques atômicos contra o Japão pretenderam proclamar ao mundo que os Estados Unidos eram a maior potência militar do planeta. As bombas atômicas, nas palavras do físico inglês P. M. S. Blackett, em 1948, foram "não tanto o último ato militar da segunda Guerra Mundial quanto a primeira grande operação da Guerra Fria diplomática com a rússia". Qualquer que seja a interpretação mais persuasiva, o uso de armas atômicas introduziria um novo elemento perigoso nas relações internacionais do pós-guerra.

A falta de ajuda às vítimas do Holocausto também é uma das falhas morais mais penosas da segunda Guerra Mundial. Antes e durante a guerra, os Estados Unidos e muito outros países aliados recusaram-se a abrir suas portas à imigração de judeus que fugiam da opressão, sem falar de sindicalistas, socialistas, deficientes físicos, ciganos, lésbicas, gays e outros, que eram sistematicamente perseguidos pelos

nazistas. Quando a forte evidência do extermínio em massa de judeus foi divulgada em 1943, a mídia e o governo americano em grande parte ignoraram esse horrível acontecimento, refletindo um amplo anti-semitismo existente na sociedade como um todo. Grupos judeus, pessoas de esquerda e militantes dos direitos civis pressionaram o governo para facilitar a imigração de refugiados do nazismo e sugeriram que o governo americano bombardeasse as linhas de trem que levavam judeus e outros prisioneiros aos campos de extermínio na Polônia, mas essas sugestões foram constantemente vetadas como desvios aos objetivos militares dos aliados. Se era de fato uma guerra genuína contra o fascismo, por que as vítimas principais do nazismo não tiveram prioridade na estratégia militar dos aliados?

Os Estados Unidos e a União soviética emergiram da guerra como os grandes vencedores. A grande maioria dos povos do mundo opôs-se ao fascismo e militarismo da alemanha nazista e do Japão, mas forças americanas de ocupação na Europa e ásia conscientemente trabalharam com antigas elites para restabelecer muitos aspectos antidemocráticos e conservadores da velha ordem, ajudando os novos governos a reprimir iniciativas radicais, como, por exemplo, suprimindo sindicatos e reprimindo comunistas no Japão nos anos 1940 e 1950. Os impérios coloniais e informais da França, inglaterra e dos Estados Unidos, é claro, foram mantidos.

GUERRA TOTAL NOS ESTADOS UNIDOS

A luta contra as potências do Eixo demandou uma mobilização ideológica e econômica total dentro dos Estados Unidos. Nos primeiros meses depois do ataque contra Pearl Harbour, a febre patriótica estava em alta. Milhões de jovens homens e mulheres alistaram-se nas Forças armadas. Um apelo por trabalhadores da defesa civil rendeu 12 milhões de voluntários e a população aceitou com certa docilidade o racionamento de comida e produtos essenciais. Vinte e cinco milhões compraram títulos do governo usados para financiar a guerra. Muitos americanos acreditavam que realmente era uma guerra do povo.

Mas o sacrifício exigido pela guerra precisava ser reforçado por ações do governo. A primeira tarefa era esmagar qualquer oposição. O ato smith, estabelecido em 1940 em preparação para a participação no conflito,

Neste cartaz, desenhado por ocasião da Primeira Guerra Mundial, o Tio Sam conclama os americanos a se alistarem no exército.
O mesmo cartaz foi também amplamente usado na Segunda Guerra Mundial.

criminalizou qualquer oposição à guerra bem como a advocacia de doutrinas revolucionárias. socialistas, pacifistas, dissidentes religiosos, bem como as dezenas de milhares que se recusaram ao serviço militar obrigatório, enfrentaram forte perseguição. Em 1941, o governo condenou 18 militantes trotskistas por suas atividades contra a guerra e suas idéias revolucionárias. O cpusa ativamente apoiou o

julgamento, porém, depois da guerra, foi vítima da mesma legislação, usada para persegui-lo.

O objetivo mais importante era convencer a todos da justiça fundamental da participação no conflito mundial. Roosevelt expressou publicamente os objetivos da guerra na idéia da defesa das "quatro liberdades": expressão, religião, segurança econômica e democracia. Apesar da natureza e dos limites dessas liberdades serem definidos de forma bastante vaga, a idéia foi utilizada para ganhar apoio para a guerra. O Escritório de informação da Guerra, fundado em 1942 para mobilizar a opinião pública, lançou uma campanha ampla de propaganda, empregando a imprensa, o rádio, o cinema e outras mídias para incitar a mobilização econômica, social e cultural. A indústria cultural juntou-se aos esforços em favor dos aliados. "tio Joe" stalin tornou-se um ícone popular nos quadrinhos e em Hollywood.

De 1941 a 1945, o governo federal dos Estados Unidos gastou Us$321 bilhões, o dobro do que havia sido gasto nos 150 anos anteriores e dez vezes os custos da Primeira Guerra Mundial. Uma serie de órgãos reguladores foi montada já no primeiro ano da guerra para supervisionar produção, distribuição e relações industriais. O sistema de seguridade social permaneceu, mas as agências mais inovadoras do *New Deal*, inclusive a wpa, foram abolidas. Numa tentativa de ganhar a adesão do empresariado, roosevelt ofereceu amplos incentivos às grandes corporações – empréstimos a juros baixos, concessões em impostos, contratos sem risco – para gerar produção, resultando em espantosos lucros e mais concentração de riqueza e poder econômico até o fim da guerra. Os lucros das corporações cresceram de Us$ 6,4 bilhões, em 1940, para Us$ 10,8 bilhões em 1944.

As grandes empresas, cada vez mais no controle da economia de guerra, e seus aliados na mídia e na política contestaram com sucesso muitos dos direitos econômicos e sociais prometidos nos anos 1930. Roosevelt sinalizou em 1943 que a guerra era mais importante do que qualquer reforma socioeconômica. O "liberalismo" do Partido democrata veio a ser definido durante a guerra não como a reforma radical das instituições do capitalismo americano, desejada pelos movimentos sociais dos anos 1930, mas sim como um programa de gastos públicos e política fiscal para garantir emprego pleno, mínima previdência social e consumo em massa sem que afetassem as prerrogativas das grandes empresas e seu controle econômico do país. A campanha de roosevelt pela reeleição em 1944 ofereceu algumas reformas econômicas populares, mas as vitórias dos republicanos, no Congresso e no senado, bem como o ambiente conservador do pós-guerra puseram fim às esperanças de mudanças mais profundas acalentadas por socialdemocratas e radicais.

Se o idealismo dos anos 1930 foi truncado pelas necessidades da guerra definidas pelas elites, a guerra também criou condições para ganhos econômicos e avanços do impulso reformista entre a classe trabalhadora. Controle de preços, pleno emprego e a ação dos sindicatos aumentaram a renda familiar mais do que em qualquer outro período no século xx. Em troca do apoio dos sindicalistas ao esforço de guerra, ou seja, a garantia de não fazerem greves, o governo apoiou oficialmente campanhas de

sindicalização. isso resultou num aumento de 33% da proporção de sindicalizados em relação à mão-de-obra nacional não agrícola, o mais alto nível na história. Entretanto, apesar do acordo de não parar a produção, intensamente apoiado pelo cpusa, houve 15 mil greves durante a guerra por melhorias salariais e de condições de trabalho, freqüentemente contra empresas com políticas anti-sindicalistas, envolvendo quase 7 milhões de trabalhadores.

Mulheres, negros e imigrantes também gozaram de algumas melhorias.

Apesar de durar pouco e não desafiar fundamentalmente as noções discriminatórias de gênero existentes, a guerra aumentou o número de mulheres trabalhando em 60%, dando em alguma medida independência econômica a essas “combatentes sem armas”, nas palavras de um cartaz de propaganda do governo. Algumas feministas contabilizam a atuação das americanas em tempos de guerra como um grande ganho simbólico.

Afro-americanos continuaram migrando para as cidades do Norte a procura de trabalho na indústria de guerra.

A demanda por mão-de-obra atraiu milhares de mexicanos para o Oeste, mas também, pela primeira vez, para as cidades industriais de Chicago, Nova York e detroit.

A chance de conseguir um emprego estável e bem pago na indústria representou um ganho significativo para mulheres e minorias, dando confiança às campanhas pelos direitos civis e contra a discriminação.

A experiência da guerra ampliou o desejo de mulheres, imigrantes e negros por mais igualdade e liberdade. Em alguns sindicatos, mulheres de fato conseguiram avanços nas questões da paridade salarial, creches e licença maternidade, estabelecendo precedentes para sua luta contra o machismo nas décadas seguintes. O pluralismo étnico promovido durante os anos 1930 para inclusão dos imigrantes brancos da Europa do sul e Leste (com a exceção de alemães e italianos) foi continuado durante a Guerra: o preconceito étnico foi visto como uma ameaça à unidade requerida pela guerra e a diversidade étnica tornou-se parte essencial de uma nova definição do americanismo. Sindicalistas negros, como a. Philip randolph, e os ativistas no Congresso pela igualdade racial (core), grupo fundado em 1942 como uma alternativa mais radical à naacp, promoveram manifestações para pressionar o governo federal a investigar práticas de discriminação racial nas indústrias de guerra. Muitas indústrias foram forçadas a contratar negros e rever classificações ocupacionais discriminatórias.

As atitudes raciais do governo e da sociedade, porém, mudavam lentamente e, freqüentemente, ressurgiam as antigas tensões violentas. Discriminação e, às vezes, violência física eram realidades enfrentadas pelos novos imigrantes mexicanos, como no motim racista em junho de 1943, em Los angeles, mas novamente foram os negros a sofrerem mais com o racismo. As Forças armadas permaneceram quase totalmente marcadas pela segregação mesmo com 700 mil negros alistados. Não menos de 242 motins raciais, provocados por tensões econômicas e sociais relativas a emprego e moradia, explodiram em 47 cidades em 1943, inclusive detroit, onde 34 pessoas (25 negros e nove brancos) morreram e 700 ficaram feridas. “O Norte não existe mais” –

lamentou uma senhora negra chorando depois dos eventos terríveis na cidade – “tudo agora é o sul”.

A hipocrisia racial atingiu um pico com o tratamento dado aos nipoamericanos. Investigações dos serviços de inteligência confirmaram que a comunidade de ascendência japonesa, 75% dos quais detinham cidadania, não representava nenhuma ameaça à condução da guerra. A histeria antijaponesa, expressa no refrão popular “O único ‘japa’ bom é o ‘japa’ morto”, contudo, resultou numa política de perseguição em massa com o apoio de quase toda a população. Nenhum grupo significativo, mesmo o cpusa ou organizações pelas liberdades civis, protestou quando roosevelt assinou uma ordem executiva em fevereiro de 1942 mandando o exército prender todos os 110 mil nipo-americanos na Costa Oeste. Perdendo seus negócios, casas e bens, eles ficaram em campos de prisioneiros no interior pelo tempo que durou a guerra, sem direitos democráticos, justamente os direitos pelos quais a guerra havia sido travada.

Jovens esperando a inspeção de bagagem num “Centro de Assembléia” em Turlok, Califórnia. A imagem mostra o deslocamento compulsório de americanos de ascendência japonesa para campos de prisioneiros no interior durante a Segunda Guerra Mundial.

PLANEJANDO A ORDEM PÓS-GUERRA E A GUERRA FRIA

Os Estados Unidos saíram da segunda Guerra Mundial como a mais poderosa nação da terra. suas forças armadas ocuparam o Japão e uma grande parte da Europa Ocidental. Além disso, muitas bases militares estabelecidas em países aliados durante a guerra ficaram intactas. Economicamente, os Estados Unidos detinham a maioria do capital de investimento, produção industrial e exportações no mundo, controlando até dois terços do comércio mundial, enquanto grandes partes da Europa e ásia estavam devastadas.

Crescimento econômico contínuo exigia estabilidade política nacional e internacional. O governo democrata chefiado por truman (19451952), sob a pressão dos seus partidários do sul, dos republicanos, e do empresariado, abandonou suas intenções de empreender mais reformas sociais, favorecendo uma aliança entre empresas, governo e Forças armadas com concessões limitadas à classe trabalhadora. Comentou Charles E. Wilson, presidente da General Motors, que o melhor cenário seria uma "economia permanente de guerra".

O número de beneficiados da seguridade social existente aumentou nos anos 1950, mas outros avanços econômicos foram bloqueados. A crescente preocupação com a ameaça da União soviética manteve alto o orçamento militar, enquanto reformas – como um plano de saúde nacional e mais habitação pública – foram derrubadas no Congresso, sob a pecha de socialistas. O bloco radical-liberal do *New Deal* acabou definitivamente quando o ato taft-Hartley, de 1947, enfraqueceu vários direitos de sindicatos, inclusive impondo um juramento de lealdade contra o comunismo a todos os sindicalistas, resultando na expulsão do cio de numerosos filiados e de 11 sindicatos (liderados pelos comunistas) inteiros, num total de quase um milhão de trabalhadores.

Na cena internacional, a Organização das Nações Unidas (onu), fundada em 1944, foi oficialmente desenhada como um órgão de cooperação internacional para manejar conflitos internacionais. Em realidade, logo acabou dominada pelos países ocidentais mais poderosos e pelo novo poder mundial, a União soviética. Se os programas de desenvolvimento social e econômico da onu e sua autoridade moral gozavam de algum prestígio, sua capacidade para prevenir conflitos era bastante limitada, pois as cinco grandes potências com direito de veto das decisões atuavam sempre nos seus próprios interesses.

Mesmo antes do fim do conflito, os Estados Unidos planejaram uma ordem econômica pós-guerra, na qual o país poderia conquistar novos mercados e expandir oportunidades por meio de investimentos estrangeiros sem restrições ao fluxo de capital e bens. Em 1944, negociações entre inglaterra e Estados Unidos culminaram na fundação do "sistema BrettonWoods" para manejar a economia internacional. incluíram o Fundo Monetário internacional (fmi), instituído em 1945 para regular trocas financeiras internacionais sob o dólar americano, e o Banco internacional de reconstrução e desenvolvimento (hoje, Banco Mundial), para promover investimentos estrangeiros e a reconstrução de economias destruídas pela guerra. O grande poder

econômico e político dos Estados Unidos, depois da guerra, fez com que essas duas instituições mantivessem os interesses econômicos americanos em primeiro plano pelas quatro décadas seguintes. Desenvolvimentos políticos na época moldaram esses arranjos econômicos internacionais. Crescentes tensões entre os Estados Unidos e a União soviética, sobre a divisão de poderes políticos e econômicos na alemanha até o fim dos anos 1940, culminaram na Guerra Fria. Os dois superpoderes e suas alianças rivais disputaram a dominância econômica, política e militar mundial no período pós-guerra. Motivados pela segurança nacional, expansão econômica e vantagem militar internacional, ambos mantiveram controle dos seus aliados e de outras esferas de interesse por meio da força bruta ou da influência econômica. O Plano Marshall de 1948, no qual os Estados Unidos emprestaram Us$16 bilhões para reconstruir a

Roosevelt, Churchill e Stalin em Yalta, Ucrânia, em fevereiro de 1945. A divisão de possíveis áreas de influência territorial no mundo pós-guerra começou com discussões entre os líderes dos Aliados.

Europa, e outros programas de desenvolvimento econômico no pós-guerra tiveram tanto motivos políticos quanto econômicos: a ajuda econômica seria usada para fortalecer os parceiros não comunistas e prevenir, nesses países, desafios radicais à hegemonia norte-americana com ações como as empreendidas para domar os poderosos partidos comunistas da itália e França no fim dos anos 1940.

A “paz” formal entre os Estados Unidos e a União soviética, durante a Guerra Fria, baseada na ameaça mútua das armas nucleares, resultou na militarização da economia americana. Essa economia passou a ser fortemente relacionada à produção de armas e outros produtos da guerra sob o controle do que o próprio presidente dwight

Eisenhower (1952-1960) chamou de “complexo militar-industrial”. O mais alto padrão de vida no mundo foi baseado em grande parte nos gastos militares americanos, que atingiram o pico de 20% da produção nacional durante a Guerra da Coréia.

A Guerra Fria tornou-se “quente” quando os Estados Unidos intervieram na dividida Coréia, em 1950, para ajudar o ditador da parte sul do país depois de esta ter sido invadida pelas tropas do ditador comunista da parte Norte. A Guerra da Coréia tornou-se uma “guerra por procuração”, na qual cada um dos lados tinha o apoio de uma das duas superpotências. A guerra também serviu como pretexto para convencer o Congresso americano da necessidade de aumentar o orçamento militar e de os EUA procurarem conter a influência do poderoso partido comunista do Japão e o governo comunista da China. Com duração de três anos, a guerra foi enormemente sangrenta, matando ou ferindo 140 mil soldados americanos e três vezes esse número entre os coreanos do Norte e seus aliados chineses. Dois milhões de civis morreram no conflito, que terminou com a mesma divisão territorial que havia no início, uma tradução precisa da Guerra Fria como um todo.

A Guerra Fria na américa Latina começou no fim dos anos 1940, quando movimentos favoráveis à mudança política e econômica surgiram em muitos países do continente e acabaram refreados ou esmagados pelas elites locais com a ajuda dos Estados Unidos. Manipulando a retórica do anticomunismo, os Estados Unidos mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasão, orquestração de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos. O departamento de Estado e a agência Central de inteligência (cia em inglês), por exemplo, promoveram, planejaram e executaram a derrubada do governo reformista de Jacobo arbenz na Guatemala em 1954. Preocupados com a ameaça que reforma agrária, redistribuição de renda e democracia política representavam para os latifundiários, os Estados Unidos, como aponta o historiador Greg Grandin, viram a Guatemala e outros casos semelhantes na américa Latina em grande parte através das lentes ideológicas da Guerra Fria. Ações como essa se multiplicariam nas próximas décadas na américa Central e sul, especialmente depois da revolução Cubana em 1959. Os Estados Unidos, nesse período, tornaram-se o “World Cop” (o “policial do mundo”).

A histeria contra o comunismo foi replicada em casa com a nova “Caça aos vermelhos” dos anos 1950. Conhecida popularmente como Macartismo, a campanha contra a subversão em todos os aspectos da vida americana foi muito mais abrangente do que a carreira bizarra do senador anticomunista, Joseph McCarthy. As investigações publicadas contra a suposta subversão de intelectuais, artistas e funcionários do governo federal, que resultaram em inúmeras demissões, centenas de sentenças de prisão e algumas execuções (como a do casal comunista Julius e Ethel rosenberg) tornaram McCarthy o rosto público do anticomunismo. Os filmes *Culpado por suspeita* (1993) e *Boa noite e boa sorte* (2005) retratam bem o clima tenso do período.

Governos estaduais e locais bem como instituições universitárias, clubes sociais, comunidades artísticas, certas mídias e movimentos sindicais também estabeleceram

programas para garantir a “lealdade” dos seus funcionários ou membros e a promoção dos “valores americanos”. Outras formas de discriminação freqüentemente utilizaram-se do medo do comunismo para, por exemplo, reprimir homossexuais no funcionalismo público. Como no caso da repressão contra os nipo-americanos do tempo da Guerra, poucos denunciaram esses ataques contra liberdades civis e vários intelectuais, artistas e público em geral abertamente apoiaram a repressão. Esse período sombrio da história americana dificultou extremamente a possibilidade de crítica ao governo americano, enfraquecendo, por uma década, todos os impulsos reformistas e consolidando uma cultura oficial de conformidade social.

SOCIEDADE E CULTURA NA GUERRA FRIA

A imagem dos anos 1950, na memória coletiva, centra-se na prosperidade econômica e na estabilidade familiar. Nessa visão, todo mundo na época tinha emprego estável e ampla oportunidade de mobilidade social. A televisão, o cinema e a literatura de grande público destacaram famílias harmoniosas: pai trabalhador, mãe dona-de-casa e alguns filhos morando nos crescentes subúrbios em casas com quintais próprios e suas indefectíveis cercas brancas.

Sem dúvida, essas imagens capturam aspectos da realidade da época. O pib dos Estados Unidos saltou em 250% entre 1945 e 1960, com renda familiar crescente e baixas taxas de desemprego e inflação. A classe trabalhadora obteve acesso sem precedentes à economia de consumo de massa, sindicatos ganharam melhores salários e a expansão de benefícios, e o estado de bem-estar garantia em alguma medida a segurança econômica. Debaixo da superfície, porém, a sociedade afluente dos anos 1950 testemunhou contradições e desafios marcantes.

O crescimento econômico foi inegável, mas nem todo mundo compartilhou da prosperidade. Em 1960, um quinto das famílias americanas vivia abaixo do nível oficial de pobreza estabelecido pelo governo e muitas outras sobreviveram apenas com a mínima segurança e conforto. A distribuição da renda não mudara muito: a população 20% mais rica continuou controlando 45% de toda renda, enquanto a 20% mais pobre controlava somente 5%. indígenas, relegados às reservas no interior dos Estados Unidos, eram as pessoas mais pobres no país. Idosos e trabalhadores rurais de todas as etnias e as populações afro-americana e latino-americana estavam desproporcionalmente entre os indigentes. Devido à discriminação e à falta de dinheiro, esses grupos raramente desfrutavam a “maravilhosa vida suburbana”, concentrando-se nos centros das cidades, onde empregos, comércios e serviços públicos tornavam-se cada vez menos acessíveis.

Os anos 1950 são comumente vistos como uma das décadas mais reacionárias para as mulheres, que foram ideologicamente confinadas aos papéis de mãe e esposa na família nuclear e a uma atuação limitada na sociedade e na cultura. Certamente, muitos elementos da reação doméstica da Guerra Fria, que combateu sexualidades alternativas, certas expressões culturais e as análises como as do livro da feminista

Betty Friedan, *A mística feminina*, reforçam essa imagem.
Os efeitos do que a historiadora stephanie Coontz chama de “armadilha da nostalgia” seriam formidáveis nas próximas décadas: muitos americanos cresceram com a crença de que o pai trabalha e a mãe cuida da casa, dos filhos e das necessidades emocionais da família. As políticas do estado de bem-estar, educação e outros serviços públicos baseavam-se nesse conjunto de idéias sobre a mulher e a família.

Mas esse retrato difundido nunca foi a realidade para muitas mulheres nessa década de mudanças importantes. Houve um crescimento constante na proporção de mulheres casadas economicamente ativas: em 1960, um terço trabalhava fora de casa, complicando a idéia do “salário familiar” centrado no homem, o coração da ideologia sexual dominante. Essa tendência contribuiu para o uso crescente de contraceptivos, práticas de aborto e atitudes diferenciadas com relação a sexo, resultando numa pressão das mulheres para transformações nas práticas médicas e nas leis que regulavam a reprodução e a sexualidade. Taxas de divórcio começaram a aumentar e formas diversas de família, que não a família nuclear, tornaram-se a norma. Continuando as tendências dos anos de guerra, lésbicas aproveitaram oportunidades de emprego e educação superior para criar seus próprios espaços sociais e culturais nas grandes cidades. Ativistas sindicalistas aproveitaram-se da ideologia democrática dos seus sindicatos e do clima da Guerra Fria para barganhar pelas necessidades especiais das mulheres no trabalho e combater o machismo dos seus colegas e chefes. Todas essas mudanças provocariam novas atitudes e idéias sobre o papel das mulheres na visão das próprias mulheres, do governo e dos homens, construindo as fundações do movimento feminista e dos avanços legislativos que se materializariam dos anos 1970 e 1980. Os anos 1950 também foram um período crucial na construção de um dos movimentos sociais mais importantes da história, o da luta pelos direitos civis. Martin Luther King Júnior e outros homens justamente se tornaram heróis das famosas batalhas contra discriminação racial, novamente lançadas depois de anos de medo da Guerra Fria e no encalço da decisão da suprema Corte, em 1954, proibindo segregação nas escolas. Porém, como o historiador Charles Payne argumenta sobre o movimento pelos direitos civis: “Os homens lideraram, mas as mulheres organizaram”. Os boicotes a ônibus, manifestações e outras mobilizações políticas contra segregação e violência racial no sul nos anos 1950 foram iniciados por mulheres como rosa Parks, Jo ann Gibson robinson e Ella Baker, ativistas de base que tiveram um papel crucial no sucesso do movimento, que continuaria na década de 1960.
Muito da indústria cultural reforçou atitudes homogêneas, “brancas” e acauteladas em favor do capitalismo, do consumo e da conformidade social. A televisão – controlada por três grandes redes e seus patrocinadores corporativos – substituiu o rádio e o cinema como a principal diversão das famílias americanas. Já em 1962, 90% das famílias tinham uma televisão e a indústria cultural desempenhava papel crucial na disseminação do consumismo e do apoio aos valores sociais e culturais do capitalismo

americano. Os mais populares seriados da televisão – *Papai sabe tudo*, *Eu amo Lucy* e *As aventuras de Ozzie e Harriet* – glorificaram o modelo de família nuclear americana e o "jeito americano de viver". Muitas das ofertas culturais de Hollywood na década também celebraram as virtudes do capitalismo americano. *Sindicato de ladrões* (1954), do diretor Elia Kazan, que denunciou pessoalmente "comunistas" de Hollywood ao governo, conta a história da corrupção num sindicato de estivadores, uma alegoria sobre os supostos perigos do protesto social. Os jornais e as revistas de grande circulação bem como as produções intelectuais convencionais da época elogiavam o bem-estar do país, o suposto "fim da ideologia" e o triunfo dos valores do mercado capitalista.

Família americana reunida em torno da televisão no fim dos anos 1950.

No entanto, a televisão e o cinema podiam expressar de forma não intencional as contradições da sociedade americana. Ao mesmo tempo em que eram tratados como subordinados, muitas mulheres, trabalhadores e jovens eram encorajados a abraçar idéias de igualdade e liberdade.

Celebrando a afluência da classe média branca, os seriados de televisão, por exemplo, mostravam o que muitas pessoas supostamente podiam conquistar na sociedade graças às oportunidades oferecidas. Isso podia tanto acentuar a alienação quanto o desejo por mudança.

Na ficção, a alienação juvenil e os constrangimentos proporcionados pelas desigualdades sociais são evidentes nas obras dos escritores da "geração *Beat",* como o romancista Jack Kerouac e poeta alan Ginsburg, e dos cineastas do "filme *noir",* Fritz Lang e Nicholas ray – o último também dirigiu James dean no clássico retrato dos jovens alienados, *Rebelde sem causa* (1955). Intelectuais e escritores, como C. Wright Mills, Paul Goodman, Margaret Mead e arthur Miller, também produziram obras populares que criticaram a conformidade cultural, as atitudes discriminatórias e as barreiras à cidadania plena nos Estados Unidos.

A música popular foi mais uma área cultural de manifestação de descontentamento. Não é surpresa que afro-americanos, os mais marginalizados da sociedade americana, tenham fornecido o principal componente, o blues, da nova linguagem musical, o *rock and roll*. Novos canais de rádio espalharam-se pelo país, descobrindo novas e lucrativas audiências entre jovens brancos e afro-americanos para essa música rebelde, que remetia a desejos sexuais e provocações às normas da classe média branca. Roqueiros brancos, como Elvis Presley, Buddy Holly e Bill Haley, bem como músicos negros, como Chuck Berry, Little richard e B. B. King, passaram a ser os ícones da "geração do *baby boom*", o grande magote de jovens nascidos durante e logo depois da segunda Guerra Mundial. A atração de muitos brancos pela música de raiz afro-americana propiciou um rompimento parcial com construções contemporâneas de diferença racial, influenciando as lutas políticas para inclusão social dos anos 1960 e 1970.

RUPTURAS DO CONSENSO: 1960-1980

Longe das previsões de alguns intelectuais nos conservadores anos 1950, as diversas rebeldias sociais e políticas dos anos 1960-1970 mostraram que descontentamentos e conflitos continuaram existindo nos EUA.

Socialmente, os governos democratas de John F. Kennedy (19601963) e Lyndon B. Johnson (1963-1968) tentaram consolidar um "*New Deal* suavizado". Ao mesmo tempo, os dois presidentes entusiasticamente comprometeram o país com uma guerra sangrenta no Vietnã e levaram o mundo à beira do precipício do aniquilamento nuclear, numa desastrosa tentativa de conter o crescimento do comunismo. Amparados pelas mudanças demográficas e econômicas do período, essas políticas sociais e militares temerárias e o fracasso em resolver antigos problemas sociais, como o racismo, provocaram uma explosão de diversos movimentos sociais – por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultural – que contestaram bravamente as definições estabelecidas de progresso, liberdade e cidadania.

Na década de 1970, essa "crise de autoridade" no país continuou. Além disso, problemas econômicos voltaram a assustar com a crise mundial do petróleo, a crescente concorrência na competição, com a alemanha e o Japão, por mercados mundiais, e a dificuldade em promover crescimento econômico no mesmo ritmo e intensidade que o *boom* dos anos 1950 e 1960.

Com a consolidação dos iniciais ganhos das lutas, os movimentos sociais se dividiram politicamente quanto à estratégias e táticas frente à cooptação e repressão das autoridades, entrando em declínio à medida que os governos de richard Nixon (1968-1974), Gerald Ford (1974-1976) e Jimmy Carter (19761980), bem como novos grupos conservadores, tentaram liderar novamente uma contra-ofensiva e impor ordem e estabilidade à sociedade americana.

O FENÔMENO JOHN F. KENNEDY E O ESTADO LIBERAL

Poucos presidentes gozaram de tanta popularidade quanto John F. Kennedy. Jovem e bem apessoado, herói de guerra e o primeiro presidente católico, Kennedy foi uma conseqüência das aspirações liberais não satisfeitas do tempo do *New Deal*. Seu assassinato inesperado em novembro de 1963 e a sua subseqüente mitificação na memória coletiva como "a grande esperança liberal" têm mascarado a timidez da sua agenda liberal doméstica e sua política aguerrida de contenção do comunismo. Como congressista e senador nos anos 1950, John F. Kennedy lealmente apoiou o impulso anticomunista tanto quanto seu irmão mais novo, robert, um jovem advogado que trabalhava como assessor de Joseph McCarthy. O historiador da Universidade de Harvard e ex-assessor do presidente Kennedy arthur schlesinger Jr. Corretamente descreveu o liberalismo do pós-guerra não como uma "esquerda madura", mas sim como um "centro vital". Em outras palavras, o liberalismo não representava nenhuma

ameaça à ordem estabelecida pelo capitalismo.

Distribuição da produção industrial no mundo.

Frente à concorrência da Alemanha, Japão e outros países, a hegemonia dos Estados Unidos na economia mundial começou a declinar na década de 1960.

Fonte: Paul Bairoch, International Industrialization Levels from 1750-1980, em *Journal of European Economic History*, vol. 11, 1982, pp. 296-304.

Ano

(dados de 1880, 1913, 1938, 1953, 1963 e 1980)

Na verdade, foi o presidente Johnson quem mais se empenhou em reformas sociais e econômicas. Os chamados “programas da Grande sociedade”, lançados durante seu mandato, proporcionaram serviços médicos para idosos e pobres, deram modesto “vale comida” para os mais destituídos como viúvas e mães solteiras e destinaram mais dinheiro federal à educação, obras públicas, treinamento ocupacional e moradia. Esses programas sociais contribuíram em parte para a redução da pobreza de 21% da população total em 1959 para 12% em 1969, mas o crescimento econômico geral foi, provavelmente, mais importante que essas intervenções políticas.

Johnson não conseguiu o efeito desejado de acabar com a miséria econômica completamente. Ele considerou a pobreza não o resultado de diferenças no poder econômico e de falhas nas instituições econômicas, mas sim da carência de habilidades, treinamento e motivação entre os pobres. Conseqüentemente, relativamente pouco dinheiro (uns Us$ 3 bilhões) foi gasto em programas sociais. Isso, combinado com os cortes nos impostos do mesmo governo (de Us$12 bilhões), fez com que as adversidades econômicas de muitas comunidades persistissem. Para os negros, opina o historiador robin Kelley, Johnson não fez uma “guerra” contra pobreza, mas sim uma “escaramuça”, que teria pouco impacto no longo prazo, especialmente durante os governos de richard Nixon e Gerald Ford, que gradualmente revogariam os programas moderados de Johnson.

A economia mudou nessa época, afetando os trabalhadores em geral, mas

especialmente as pessoas dos bairros pobres e negros das grandes cidades. Depois da segunda Guerra Mundial, a indústria começou a se deslocar: migrando primeiro para os subúrbios brancos das grandes cidades e depois para os estados anti-sindicais do sul e eventualmente para outros países, no Caribe, américa Latina e ásia. A segurança e a estabilidade econômica da população em geral duraram pouco, enquanto a reestruturação do capital lentamente minava os ganhos dos trabalhadores do setor industrial.

Políticas urbanas do governo federal contribuíram para a reestruturação econômica. Por meio de subsídios às empresas de construção civil, incentivos à aquisição da casa própria e investimentos massivos na construção de estradas e na infra-estrutura, o Estado mudou a geografia econômica do país, favorecendo mais as regiões suburbanas, rurais e brancas no sul, sudoeste e Oeste, onde o conservadorismo reinava em políticas locais e no empresariado e onde os sindicatos e movimentos sociais não eram tão fortes. Se, em 1930, menos de um terço da população residia em casa própria, em 1960, quase dois terços já o fazia, sendo, porém, a maioria branca. De fato, a maior porção das despesas dos “programas da Grande sociedade” foi canalizada para comunidades brancas.

Enquanto as regiões suburbanas se beneficiaram desproporcionalmente do crescimento econômico e da política federal, os bairros pobres dos centros das cidades sofreram alguma “revitalização urbana”. Com dinheiro federal, governos locais destruíram bairros decadentes pobres e negros nos centros das cidades, substituindo-os por prédios comerciais, condomínios fechados de classe média e alta e instituições cívicas como universidades e centros médicos. Os antigos residentes foram enviados à habitação pública, segregada, construída com o mínimo de qualidade e instalações e freqüentemente longe de empregos e serviços, criando, nas palavras do historiador urbano arnold Hirsch, um “segundo gueto”. Enfim, a reestruturação industrial e a política federal acabaram criando um verdadeiro “*apartheid* racial” nas metrópoles americanas a partir dos anos 1970, com, de um lado, subúrbios brancos mais prósperos, cujos residentes se preocupavam em diminuir os impostos e valorizar seus imóveis, e, de outro, pobres bairros negros e latino-americanos no centro da cidade, cujos residentes se tornavam cada vez mais dependentes da ajuda estatal.

A estagnação e, depois, o declínio da hegemonia econômica dos Estados Unidos nos anos 1970 pioraram essas divisões sociais. A crise de energia associada ao boicote dos produtores de petróleo árabes (em resposta à guerra com israel em 1973) demonstrou a dependência crescente dos Estados Unidos com relação aos recursos naturais do Golfo Pérsico. A recessão de 1974-1975 seria o primeiro de uma série de choques econômicos periódicos que continuaria até o século XXI.

“CONTENDO O COMUNISMO”

Quando perguntado, em 1961, por um jornalista sobre a crescente intervenção dos Estados Unidos no Vietnã, Bobby Kennedy, secretário de Justiça no governo do seu

irmão, jfk, negou sua importância, respondendo:

“Nós temos 30 Vietnãs”. De fato, nos primeiros anos da década de 1960, os Estados Unidos tinham “consultores militares” em muitos países do mundo, organizando ações políticas e militares com governos e militares aliados contra as forças opositoras, geralmente comunistas ou movimentos reformistas. Mas Kennedy desdenhou demais a importância de dois países nos quais os Estados Unidos tinham interesses cruciais: Cuba e Vietnã.

Kennedy e Kruschev. Os presidentes dos dois países mais poderosos do mundo se reuniram em Viena em junho de 1961 para discutir as suas respectivas esferas de influência.

CUBA

A menos de duzentos quilômetros do sul do estado do Flórida, um país pequeno, Cuba, desafiou o imperialismo norte-americano. Ante a relutância dos Estados Unidos em reconhecer o novo governo e ajudar o país depois da revolução Nacionalista de 1959, o líder cubano Fidel Castro radicalizou em 1960 e 1961, nacionalizando a economia, que antes era controlada pelos interesses econômicos americanos. Castro aproximou-se cada vez mais da União soviética, assinando, com o país líder do bloco comunista, vários acordos comerciais. Em represália, a administração de Eisenhower implementou um embargo parcial aos bens cubanos no fim de 1960. Kennedy rompeu relações diplomáticas com Cuba logo depois de assumir o poder em 1961.

Fidel Castro, sagazmente, utilizou-se da mídia norte-americana para defender os interesses do seu país. Em setembro de 1960, discursou na assembléia Geral da onu,

protestando contra a agressão americana e se hospedando num hotel no Harlem para mostrar sua solidariedade com as lutas negras. Castro, que já tinha atraído o apoio de alguns intelectuais americanos durante sua luta guerrilheira em 1957-1959, recebeu a adesão de um grupo da “Nova Esquerda” (a tendência esquerdista que surgia então nos EUA), o Comitê de Justiça para Cuba.

A clara ameaça ideológica representada por Cuba motivou o governo Kennedy a tomar medidas mais duras. Clandestinamente treinando refugiados cubanos contra Castro, orquestrou uma invasão à ilha no dia 17 de abril de 1961. A operação foi um fracasso total: a maioria dos 1,5 mil invasores acabaram capturados ou mortos. Blindados pelo seu forte anticomunismo e desconhecendo o povo cubano, Kennedy e seus assessores leram mal a situação política em Cuba, achando que cubanos iriam se levantar contra Castro. Enganaram-se porque as políticas sociais e econômicas do regime comunista em Cuba eram populares na época.

No ano seguinte, Castro, cada vez mais próximo da União soviética, concordou com a instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. Em outubro de 1962, os americanos confrontaram os soviéticos e o mundo viu-se à beira de uma guerra nuclear. Novos documentos, liberados somente décadas depois do episódio, revelaram que os líderes políticos e militares dos Estados Unidos, inclusive os irmãos Kennedy, estavam mesmo prontos a começar uma guerra nuclear. A guerra só não ocorreu porque os dois superpoderes acabaram negociando uma saída. Um acordo entre Kennedy e o líder soviético, Kruschev, definiu a retirada dos mísseis em troca da promessa de que os Estados Unidos não mais invadiriam Cuba.

Nos anos seguintes, vários esquemas da cia para assassinar Castro falharam e até hoje as relações entre Cuba e os Estados Unidos são tensas, com o embargo comercial dos Estados Unidos estrangulando as possibilidades de desenvolvimento econômico na ilha.

A TRAGÉDIA DO VIETNÃ

O Vietnã era uma ex-colônia francesa que foi dividida em duas pelo tratado que finalizou a Guerra da Coréia. O exército guerrilheiro comunista de Ho Chi Minh, que tinha derrubado os franceses, controlava a parte Norte do país e contava com numerosos seguidores na parte sul, organizados pelo grupo guerrilheiro, o Viet Cong. No sul, o ditador Ngo dinh diem governava com ajuda militar e econômica dos Estados Unidos. Em resposta à campanha repressiva de diem contra seus simpatizantes, o líder nortista Minh lançou a luta armada em 1959, ganhando bastante apoio e território nas áreas rurais do sul. Os Estados Unidos, desconfiados da habilidade de diem em conter a guerrilha, aprovaram um golpe militar que depôs o ditador em 1963, que foi substituído por uma série de juntas militares até 1967, quando um novo presidente foi eleito. Entrementes, os Estados Unidos estavam enviando tropas para ajudar a luta contra o Norte. Quando Kennedy assumiu o poder em 1961, havia 400 “consultores” militares americanos no Vietnã; no mês do seu assassinato, 18 mil soldados americanos estavam no Vietnã. Seis anos mais tarde, o envolvimento militar americano

crescеria para 540 mil soldados.

Os Estados Unidos acreditavam que, com sua poderosa capacidade militar, poderiam infligir mais danos ao inimigo, forçando-o eventualmente a abandonar a guerra. de 1965 a 1972, a campanha mais intensiva de bombardeamento da história, empreendida pelos americanos, seguiu com a intenção de enfraquecer o moral do Vietnã do Norte. Os Estados Unidos também procederam a um “programa de pacificação” cujo propósito era, em primeira instância, ganhar “corações e mentes” da população local com propaganda e assistência social. Enfrentando resistência, passaram a adotar uma sistemática de destruição de aldeias e de remoção forçada de camponeses, pretendendo manter a ordem e diminuir o apoio logístico que a população dava ao Viet Cong. Durante a guerra, os americanos mantiveram o controle nas cidades, mas não conseguiram conquistar o campo, onde vivia a maioria das pessoas, dada a característica agrícola do país.

Os freqüentes massacres da população civil vietnamita por tropas americanas – divulgados pela mídia na época e, mais tarde, explorados em filmes como *Platoon* (1986), *Nascido para matar* (1987) e *Alucinações do passado* (1990) –, além do grande impacto no Vietnã, afetaram o moral de muitas tropas americanas e a opinião pública nos Estados Unidos. O mais conhecido foi a chacina de My Lai, em 1968. No dia 16 de março, uma companhia de soldados liderados pelo tenente William Calley juntara quinhentos idosos, mulheres e crianças da aldeia de My Lai numa trincheira e, obedecendo a ordens de Calley, abriu fogo contra todos os prisioneiros. Divulgado à mídia por soldados comuns, o massacre horrorizou muitos americanos. diante da repercussão negativa no país que se acreditava baluarte da civilização e do mundo livre, houve um julgamento. Entretanto, somente Calley foi condenado, recebendo uma sentença de três anos em prisão domiciliar. Em 1971, o coronel Oran Henderson declarou que toda Brigada americana “tem seu My Lai escondido em algum lugar”, querendo dizer que muitos atos covardes como esse haviam sido cometidos contra populações civis em nome da guerra.

Com o apoio da população vietnamita e o emprego de táticas criativas, o Viet Cong e Ho Chi Minh conseguiram paralisar militarmente os Estados Unidos.

Em 1970, a maioria da população americana estava contra a guerra (como veremos mais adiante), o que forçou o governo dos Estados Unidos a recuar, com os últimos soldados saindo do Vietnã em 1974.

No saldo da guerra, 57 mil soldados americanos morreram e 300 mil ficaram feridos, enquanto 4 milhões de vietnamitas foram mortos. Era a primeira guerra que os Estados Unidos perdiam em 150 anos, agonizando uma geração de americanos, rasgando ideologicamente a nação e dando inspiração a movimentos antiimperialistas no mundo inteiro.

AMÉRICA DO SUL E ORIENTE MÉDIO

Cuba e Vietnã mostraram que mesmo o mais poderoso país no mundo era vulnerável. Em outros países, porém, os norte-americanos fizeram valer seus

interesses econômicos e políticos com grande sucesso.

A Guerra Fria continuou nos anos 1960 e 1970 e os EUA nela atuaram por meio de apoio militar, financeiro e político a governos anticomunistas ou de intervenções diretas. Colaboraram, por exemplo, com os golpes militares no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na argentina em 1976, na indonésia em 1965, no Congo em 1963, todos sustentados por uma repressão brutal das oposições e constantes violações de direitos humanos. Num esforço cultural e simbólico paralelo, o governo americano estabeleceu a aliança para o Progresso, para coordenar ajuda desenvolvimentista ao "terceiro Mundo", e os Corpos de Paz, que enviavam jovens americanos para trabalhar em projetos sociais em países pobres. As duas organizações visaram a exportar valores americanos de livre mercado, consumismo e democracia liberal e, em troca, obter o apoio político de países pobres na sua rivalidade com a União soviética.

Além da União soviética, com quem os Estados Unidos negociou uma série de acordos sobre armas nucleares nos anos 1970, a região mais importante para a política externa do país era o Oriente Médio.

Os países industrializados como os Estados Unidos interessavam-se pela área por causa das suas enormes reservas de petróleo, essenciais para a economia industrial. Os Estados Unidos ajudaram na criação do Estado de israel (1948), que se tornaria o maior aliado dos americanos na região em troca de apoio financeiro e armas. Governos americanos também colaboraram na construção de regimes clientelistas árabes. Na arábia saudita, os Estados Unidos cortejaram a monarquia reacionária, procurando sua ajuda na orquestração de golpes de Estado no irã (em 1953) e no iraque (em 1962), em benefício de grupos mais favoráveis aos interesses norte-americanos.

Os Estados Unidos conseguiram estabelecer hegemonia no Oriente Médio através desses Estados clientelistas nos anos 1960, mas a custo de aprofundar antagonismos entre povos e Estados que explodiram em várias guerras ao longo dos anos 1960 e 1970, plantando as sementes de tensão e ódio contra suas políticas entre a população muçulmana mundial.

O MOVIMENTO POR DIREITOS CIVIS

Segregação formal e informal, linchamento e violência policial, discriminação no emprego, na educação e nos serviços públicos, falta de direitos políticos, pobreza extrema – tudo isso caracterizava a vida de negros nos Estados Unidos depois da segunda Guerra Mundial. Eles, porém, não foram vítimas passivas. Importantes organizações políticas negras haviam atuado na primeira metade do século, mas as condições dos anos 1950 e 1960 propiciaram o estouro de um movimento em massa.

Inundados com as mensagens de liberdade e prosperidade do discurso oficial e popular alimentado nessas décadas, mas não desfrutando plenamente do progresso econômico e social, negros, no sul e Norte, construíram o mais importante movimento social na história dos Estados Unidos, o "movimento por direitos civis".

Os variados grupos, organizações e pessoal que constituíram o movimento por direitos civis atuavam no sul e Norte, na cidade e no campo, envolviam mulheres e homens, líderes e organizadores, diversas estratégias e táticas, e lutavam por direitos econômicos, políticos e pela dignidade social. Enfrentavam, entretanto, a hostilidade e o descaso dos políticos. A palavra *liberdade* era definida, nesse movimento, de forma ampla, significando igualdade, poder, reconhecimento, direitos e oportunidades.

A nova fase da luta negra começou a chamar inicialmente a atenção com os protestos bem-sucedidos contra a segregação nos serviços públicos no estado sulista do alabama em 1955. Com o tempo, ampliou-se e produziu líderes como o poderoso orador dr. Martin Luther King Junior, um pastor batista da Geórgia, que fundou a Conferência de Liderança Cristã, em 1957, para coordenar e impulsionar a luta por direitos baseada na "desobediência civil", uma forma de resistência pacifista, cujo pioneiro havia sido o nacionalista indiano Mahatma Gandhi. Luther King seria o mais importante líder do movimento, cultivando uma política fortemente moral e religiosa que apelava à retórica americana do valor da liberdade bem como à da justiça social bíblica. Igrejas negras foram centrais na mobilização ideológica e prática do movimento.

Por outro lado, por uma confluência de questões domésticas e globais – as primeiras mobilizações e as batalhas acirradas contra a segregação racial, a decisão da suprema Corte, nos anos 1950, contrária à discriminação em escolas e universidades públicas, e os movimentos anticoloniais na áfrica –, universitários negros sentiram-se estimulados a agir. Manifestações estudantis contra segregação em restaurantes, cinemas, bibliotecas e rodoviárias proliferaram, de 1960 a 1963, em grande parte no sul, mas também em várias cidades nortistas. Dessas mobilizações, surgiu o Comitê sulista de Coordenação Não Violenta (sncc em inglês), organizado por estudantes e ativistas como stokely Carmichael, Ella Baker e Bob Moses.

O Congresso da igualdade racial (core), um antigo grupo do Norte que tinha lutado contra a discriminação no emprego desde a segunda Guerra Mundial, passou a organizar "viagens da liberdade" em 1961, transportando negros e brancos do Norte em ônibus interestaduais para, simbolicamente, quebrar a segregação no transporte público. O sncc organizou protestos semelhantes entre 1961 e 1964, que culminaram no "Verão da Liberdade", de 1964, quando universitários brancos e negros do Norte viajaram para o sul para ajudar os negros de lá a tirarem título eleitoral. A política inclusiva e democrática do sncc e sua "cultura de protesto" – usando canções, comícios, e outras práticas de solidariedade – ajudaram a forjar um sentimento de comunidade e abrandar o medo gerado pela resposta violenta dos brancos. A coragem e o humanismo universal dos movimentos por direitos civis influenciariam lutas semelhantes nos Estados Unidos, como as do "Movimento do Índio americano" e as de comunidades latino-americanas na Califórnia e Nova York. Internacionalmente, os católicos da irlanda do Norte adotariam as políticas e canções dos negros americanos nas suas lutas contra os britânicos no fim dos anos 1960.

As mobilizações atingiram seu ápice em 1963: de junho a agosto, o departamento

de Justiça documentou mais de 1.412 manifestações distintas; em uma semana de junho, mais de 15 mil americanos foram presos por conta de protestos em 186 cidades. Em agosto de 1963, uma passeata conhecida como Marcha de Washington trouxe até a capital 200 mil manifestantes para ouvir Luther King em seu famoso discurso *Eu tenho um sonho*.

Ativistas por direitos civis continuaram a longa tradição de intelectuais negros ao se preocupar com políticas internacionais como o anticolonialismo na áfrica, ironizando na sua literatura, como fez o escritor James Baldwin por exemplo, que muitos países africanos ganhariam independência antes que afro-americanos pudessem comprar uma xícara de café numa lanchonete para brancos.

Jovem manifestante por direitos civis, na Marcha por
Emprego e Liberdade em Washington no dia 28 de agosto de 1963.

Policiais, políticos locais e a grande maioria da população branca do sul responderam com brutalidade às reivindicações que abalavam seu poder. Militantes em passeatas foram atacados pela polícia e por brancos contrários; milhares foram espancados e presos. Igrejas negras sofreram atentados e ativistas foram assassinados.

Em abril de 1963, Luther King organizou uma série de protestos não violentos em Birmingham, alabama. Em frente às câmeras da televisão nacional, o chefe de polícia da cidade supervisionou pessoalmente ataques contra a manifestação, prendendo centenas de pessoas e usando cachorros de ataque, gás lacrimogêneo, aparelhos de choque elétrico e jatos de água contra os manifestantes, inclusive crianças e idosos. A

cobertura de eventos como esse na mídia chocou a nação e teve impacto importante no apoio crescente de brancos e negros em favor de direitos civis e no próprio governo, que foi forçado a agir.

De acordo com a memória coletiva, os presidentes Kennedy e Johnson, bem como a polícia federal, o fbi, eram simpáticos à luta anti-racista. *Mississipi em chamas* (1988), filme que conta a história dos assassinos dos ativistas James Chaney, andrew Goodman e Michael schwerner, retrata como heróis o fbi e o governo federal. Nada pode estar mais longe da verdade. Os irmãos Kennedy eram altamente acautelados, desprezando os movimentos militantes e seus líderes, inclusive King, e relutantemente oferecendo poderes federais para proteger os ativistas no sul, geralmente tarde demais e com forças insuficientes. Assessores de Kennedy interferiram na Marcha de Washington, censurando discursos militantes e vetando ações mais radicais. Ao contrário do filme, o fbi ignorou muita violência racial e somente interveio quando detectou grande ameaça à estabilidade social. Além disso, o chefe do fbi, o veterano anticomunista e racista J. Edgar Hoover, fez uma campanha clandestina contra King, grampeando seus telefones e o chantageando, além de enviar-lhe uma carta anônima sugerindo que se suicidasse. Um relatório do senado, em 1976, concluiu que o fbi tentou "destruir" Luther King.

Pressionado por ativistas e simpatizantes do movimento e preocupado com os efeitos negativos das crises raciais na opinião mundial, o governo de Johnson estabeleceu vários atos legislativos, em 1964-1967, proibindo discriminação no emprego, nos serviços públicos e nas eleições. A partir desse ponto, então, o fim da discriminação econômica e da pobreza entre os negros passou a ser o principal objetivo do movimento. Luther King propôs a criação de uma legislação em favor dos pobres e introduziu a questão da "ação afirmativa para negros". Os veteranos ativistas a. Philip randolph e Bayard rustin propuseram um "Orçamento de Liberdade": Us$ 100 bilhões seriam destinados em 10 anos a criar empregos e desenvolver os bairros pobres. Esta última ação não saiu do papel, mas serviu como uma importante reivindicação simbólica. Campanhas locais feitas por sindicatos conseguiram a implantação de alguns programas de ação afirmativa em empresas. E, finalmente, os abusos mais extremos de discriminação formal acabaram desmantelados.

Outras campanhas econômicas, porém, faliram, como "O Movimento pela Liberdade em Chicago", liderado por Luther King, que enfrentou forte violência de residentes brancos e a oposição da prefeitura democrata de richard J. Daley e não conseguiu atrair suficiente apoio entre negros.

Os ganhos econômicos ficaram restritos aos programas sociais de Johnson conhecidos popularmente como a "Guerra contra a pobreza", e aos programas de "ação afirmativa" implementados por ele em 1965, que se estenderiam, em 1975, a todas as instituições que recebessem dinheiro ou fizessem negócios com o governo federal. Influenciadas pelas ações do governo federal, muitas universidades e até algumas empresas também implementaram programas de "ação afirmativa" e "sistemas de cotas" na década de 1970.

A frustração com os limites e a lentidão das mudanças e as animosidades enraizadas em séculos de opressão foram o caldo de cultura dos 341 motins urbanos de negros em 265 cidades, que explodiram entre 1963 e 1968. Reação à brutalidade da polícia foi, freqüentemente, a causa imediata dos distúrbios que mataram 221 pessoas e deixaram dezenas de milhares presos, a maioria negros.

As limitações da legislação formal, a miséria econômica contínua, a insatisfação com a política de cooptação/repressão e a influência de correntes políticas esquerdistas deram origem à segunda fase do movimento negro. Ativistas negros ampliaram seu discurso político, criticando não somente a discriminação, mas também a exploração econômica e a política internacional norte-americana. Nos seus dois últimos anos da vida, King radicalizou, definindo transformação social em termos econômicos, combatendo a pobreza e a falta de poder inclusive entre muitos brancos, e fazendo críticas cáusticas à Guerra do Vietnã. Não é surpresa ter sido assassinado em Memphis em 1968, durante uma visita de apoio a uma greve de trabalhadores negros.

Sindicalistas negros e socialistas, como Grace Lee e James Boggs, em detroit, tiveram um papel importante em ligar as lutas contra racismo a questões econômicas nas fábricas e ao imperialismo norte-americano. Nos anos 1970, a Liga revolucionária de trabalhadores Negros teve algum sucesso em organizar metalúrgicos negros em várias fábricas automobilísticas.

Muitos outros negros abraçaram a Nação do islã, um movimento político e religioso muçulmano que pregava ideais militantes de auto-ajuda e separatismo. O “nacionalismo negro” se fortaleceu com a crescente popularidade de Malcolm x, um ex-líder da Nação do islã, que argumentava em favor da autodefesa contra a violência racista. Defendia também a valorização das tradições afroamericanas, o apoio a movimentos revolucionários no terceiro Mundo e, eventualmente, coalizões progressistas multirraciais. Conforme se pode ver na biografia cinematográfica feita pelo diretor spike Lee (1992), Malcolm x veio a ser tão popular nas comunidades negras quanto Luther King, de quem ele se aproximou antes de também ser assassinado em 1965.

Movimentos “black power” (poder negro) emergiram na segunda metade da década no encalço de Malcolm x, combinando “nacionalismo cultural” (que valorizava tradições afro-americanas) e luta militante contra a discriminação racial. O Partido dos Panteras Negras, fundado por universitários negros na Califórnia em 1968, apelou para a “autodefesa armada” contra policiais racistas e fez alianças com progressistas brancos contra a guerra, a exploração e a opressão social de todo o tipo. Os panteras ganharam bastante popularidade nos bairros negros das cidades grandes com sua “política de orgulho negro”, sua propaganda militante e seus programas de assistência social voltados à comunidade. Um relatório do fbi elaborado em 1970 relata que “25% da população negra tem grande respeito pelos panteras negras, incluindo 43% de negros com menos de 21 anos de idade”. Justamente por causa dessa popularidade ampla, a organização foi esmagada brutalmente, entre 1969 e 1971, pelo fbi com muitos dos seus líderes assassinados ou presos em ações policiais.

Na frente cultural, as canções populares e religiosas do movimento por direitos civis passariam a inspirar um grande número de artistas que trataram dos temas “poder negro” e “orgulho da raça” em gêneros musicais como o soul, o rhythm and blues e o funk. Essas linguagens sustentaram a energia dos movimentos por direitos civis e black power. Os artistas mais politizados, como Gil scott Heron e solomon Burke, ligaram suas músicas diretamente aos movimentos sociais.

Outros, por sua vez, adotaram um hibridismo cultural, social e intelectual que misturou tradições africanas e afro-americanas, simbolizado pela ampla adoção de nomes africanos (especialmente entre ativistas), pela proliferação dos estudos africanos e afro-americanos nas universidades e pela imensa popularidade (uma audiência de 80 milhões) da minissérie de televisão *Raízes* (1977), do escritor afro-americano alex Haley, que conta a história de sete gerações da sua própria família, das origens na áfrica Ocidental aos Estados Unidos dos anos 1970.

Ao final das contas, os ganhos dos movimentos negros dos anos 1960 e 1970 foram contraditórios. Havia mais rostos negros nas manifestações culturais, nos esportes profissionais e na política. Negros podiam comer em restaurantes, hospedar-se em hotéis e usar serviços públicos. No Norte e no sul, escolas em áreas de população misturada acabaram com a política de segregação. “ações afirmativas” e, particularmente, “cotas raciais” permitiram que mais negros ingressassem nas universidades e no funcionalismo público. Negros de classe média chegaram a exercer poder político em muitas cidades grandes. No governo federal, presidentes Johnson e Nixon indicaram alguns negros para posições importantes e criaram programas para empresários negros. A classe média negra se expandiu.

Mas, como o *New York Times* relatou em 1977, mesmo onde negros ocupam posições de poder político, “brancos sempre retêm o poder econômico”. A maioria dos negros permaneceu desproporcionalmente pobre. Em 1977, a renda da família negra era somente 60% da renda da família branca. Desindustrialização, reestruturação econômica e políticas federais alargaram os guetos pobres, cujos residentes sofreram com moradia, educação e serviços públicos de baixa qualidade e com a violência e a ação das gangues, que brotaram da miséria econômica e do desespero social. Comentou o *New York Times,* em 1978, a respeito dos lugares em que tinha havido motins urbanos nos anos 1960: “com algumas exceções, têm mudado pouco, e as condições de pobreza se expandiram na maioria das cidades”.

A NOVA ESQUERDA, A LIBERDADE SEXUAL E A CONTRACULTURA

A nova esquerda refere-se a uma variedade de movimentos sociais nos anos 1960 caracterizados por valorização da juventude, idéias antielitistas e ênfase no combate à hipocrisia e à alienação da sociedade americana em detrimento da preocupação com luta de classes e miséria econômica.

Seria um erro demarcar demais as diferenças entre a velha esquerda (associada a

sindicatos, à classe trabalhadora e ao socialismo) e os novos movimentos, pois houve algumas continuidades em pessoal, ideais, estratégias e táticas. A nova esquerda, porém, tendia a atuar entre os estudantes e os grupos e povos oprimidos (como negros e vítimas do imperialismo americano), alimentando movimentações contra a Guerra do Vietnã, pelos direitos estudantis nas universidades e por maior liberdade individual na vida cotidiana. Enfatizava a democracia participativa, a espontaneidade e as "ações diretas", tendências táticas e estratégicas que caracterizavam movimentos sociais no mundo inteiro na época.

O grupo mais importante era o Estudantes para Uma sociedade democrática (sds em inglês), a organização nacional de estudantes, fundada em 1962. Produtos do *baby boom* e da expansão da educação superior, muitos estudantes, fortemente inspirados pelos movimentos negros, começaram a organizar sua solidariedade para com a luta por direitos civis, o desenvolvimento econômico em comunidades pobres e, especialmente, o movimento contra a Guerra do Vietnã. O sds chegou a ter seções em milhares de faculdades, com dezenas de milhares de afiliados, e trabalhou com muitos outros grupos.

A primeira grande mobilização do movimento estudantil ocorreu na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em 1964, a favor do direito de estudantes organizarem atividades políticas no *campus*. Nos anos seguintes, o sds e outras organizações montaram campanhas nacionais contra a guerra e contra o serviço militar obrigatório. Cerca de 50 mil jovens americanos fugiram para o Canadá para escapar ao serviço militar. Até 1968, manifestações, motins e ocupações foram comuns em faculdades por todo o país. Várias grandes manifestações nacionais feitas em Washington entre 1967-1970 inflamavam a oposição à guerra, quebrando o consenso político nacional e enfraquecendo a resolução dos governos de continuar o conflito. Gradualmente, artistas, políticos locais, muitos sindicalistas, jornalistas, esportistas e até empresários passaram a ser contra a guerra por razões morais, políticas ou por causa da instabilidade social gerada por ela. O boxeador Muhammad ali recusou-se a servir o exército no que chamou de "guerra dos homens brancos", explicando-se: "Nenhum vietnamita já me chamou de preto". Em 1971, 61% da população se opôs à guerra.

Pesquisas na época mostraram que os setores menos escolarizados e mais pobres foram inicialmente muito mais contrários à guerra do que a classe média. Todos os movimentos negros se juntaram aos protestos contra a atuação dos EUA no Vietnã, bem como muitos latino-americanos, afinal, jovens negros, latinos e brancos pobres eram recrutados desproporcionalmente pelas Forças armadas.

Os protestos antiguerra desembocaram na ampla desobediência entre militares e no envolvimento de veteranos nos movimentos. Mais de 50 jornais alternativos contra a guerra circularam em bases militares nos Estados Unidos em 1970. O número de desertores quase dobrou: de 47 mil, em 1967, para 90 mil, em 1971. O Pentágono reportou que 209 oficiais foram mortos pelos seus próprios soldados somente em 1971 e que numerosos soldados desobedeceram ordens. O jornal francês *Le Monde* comentou, em 1970, que é comum ver "o soldado negro, com seu punho esquerdo

levantado em desafio a uma guerra que ele nunca considerou sua". O movimento Veteranos do Vietnã Contra a Guerra, liderado por ron Kovics, cuja história inspiradora seria narrada no filme *Nascido em 4 de julho*, trouxe significativa autoridade moral ao movimento antiguerra.

O clima de protesto criado pelos movimentos contra a guerra e por direitos civis inspirou outros grupos oprimidos a se organizarem no seu próprio interesse, mais notavelmente o movimento feminista.

Mulheres constituíram 40% da mão-de-obra economicamente ativa em 1970, mas ainda sofriam de discriminação no emprego, na família e na sociedade como um todo. A atmosfera tumultuada da década de 1960 criou condições para o ressurgimento do feminismo e de lutas contra descriminação sexual.

Como no movimento feminista do período da Primeira Guerra Mundial, na nova fase houve várias tendências. Em 1966, a escritora feminista Betty Friedan fundou a Organização Nacional de Mulheres (now), que se devotou à obtenção da igualdade sexual plena em todos os aspectos da sociedade, adotando os convencionais *lobbies* para obter legislação e aliando-se a políticos do Partido democrata simpáticos a sua causa. Mulheres nos movimentos estudantis, por direitos civis e antiguerra, começaram criticar o machismo de colegas ativistas homens e a falta de mulheres na liderança dos movimentos. Feministas radicais surgiram em 1968, ampliando suas críticas às instituições tradicionais do casamento, da família e às relações heterossexuais.

Revistas e jornais feministas espalharam-se. Mulheres cada vez mais se destacaram na cultura pop, na mídia, nas universidades e nas políticas públicas. Já nos anos 1960, vários atos legislativos proibiram a discriminação sexual no emprego e, em 1973, por decisão da suprema Corte, o aborto foi legalizado no país.

No encalço dessas vitórias feministas, outros grupos questionaram publicamente valores sexuais dominantes na sociedade. Lésbicas e gays organizaram-se em movimentos "para a liberação gay". sua referência mais marcante foi a sublevação contra a repressão policial ocorrida no bar stonewall, em Nova York, em 1969. Como acontecia com o movimento feminista, ativistas lésbicas e gays estavam dando continuidade às políticas e práticas de "formação de comunidade" iniciadas por militares durante e logo depois a segunda Guerra Mundial.

Os anos 1960 e 1970 viram também uma série de rebeliões "de base" com muitas greves direcionadas aos patrões, ao governo e até à liderança sindical, como a greve de 200 mil trabalhadores dos correios em 1970. Movimentos "de base" de mineiros e de caminhoneiros criticaram a burocracia, a corrupção e o conservadorismo dos seus líderes sindicais, conseguindo democratizar alguns aspectos do movimento sindical ligados às suas atividades profissionais.

Nessa atmosfera de inúmeras bandeiras democráticas e cidadãs, ambientalistas movimentaram-se contra a preocupante destruição do meio ambiente.

Igrejas, professores, estudantes e ativistas por direitos humanos organizaram campanhas de solidariedade junto às vítimas de ditaduras no Brasil, no Chile e na argentina.

Os movimentos sociais dos anos 1960 moldaram e foram influenciados por novos desenvolvimentos culturais. Críticas aos valores e convenções da classe média foram expressas em novos estilos de vida. O mais famoso exemplo é o dos hippies, que usaram roupas rústicas, cabelos compridos e drogas, rejeitando a banalidade da sociedade moderna, expressando desejos sexuais e instintos individuais mais livremente e procurando refúgio numa vida mais simples e pacífica, seja em bairros boêmios como o Haight-ashbury, em são Francisco, seja em comunas rurais que se espalharam pelo país. Poucos abraçaram essa vida completamente, mas muitas dessas novas práticas sociais refletiram-se em correntes culturais na sociedade como um todo.

O espírito da rebeldia encontrou espaço na literatura, no jornalismo, nas artes plásticas, no cinema e até na televisão, mas foi a música popular que expressou mais brilhantemente as correntes políticas e sociais do período. Desenvolvimentos na música popular na época contavam com uma dinâmica interna própria de expressão estética e exigências de sucesso comercial, mas processos sociais e políticos mais amplos influenciaram a inovadora expressão musical da época. O centro criativo da efervescência da música popular brotou nos compromissos políticos e sociais contra a alienação, o militarismo e o racismo. Artistas folk como Bob dylan, Joan Baez, Pete seeger, Phil Ochs e Judy Collins cresceram junto com os movimentos, e suas músicas de protesto eram hinos das manifestações da época. Bob dylan, cuja principal fonte de influência era o compositor comunista dos anos 1930 e 1940 Woody Guthrie, constituiu uma ligação entre as tradições radicais da música folk e a nova "geração de protesto".

O rock and roll – uma fusão criativa das antigas tradições americanas negras e brancas de blues, jazz e folk – tornar-se-ia a forma mais popular da música nos Estados Unidos e em várias outras partes do mundo na época. Naqueles anos agitados, refletia e expressava os impulsos pela liberação, pessoal e da comunidade, que permeavam a contracultura, bem como a frustração e a rebeldia juvenil. A "invasão inglesa" dos Beatles, rolling stones, the Who e Led Zeppelin, bandas que baseavam suas composições, em grande parte, na música blues, "trouxe de volta" aos Estados Unidos os ritmos fortes, a sensualidade e a agressividade característicos do rock and roll. Mesmo entre os músicos menos politizados, houve uma predisposição a rebelar-se contra as conformidades sociais e cruzar fronteiras raciais, sociais, regionais ou sexuais. A apaixonada e violenta versão do hino nacional executada por Jimi Hendrix, no famoso festival de música de Woodstock, em 1969, deu expressão à revolta e à confusão reinantes na juventude. A canção "Mercedes Benz", na voz de Janis Joplin, ridicularizava o consumismo ao mesmo tempo em que afirmava o desejo de se tornar rico, rezando a deus por um Mercedes Benz, pois todos "dirigem Porsches, eu preciso me compensar". Eventualmente, nas palavras do historiador Bryan Palmer, esses impulsos do rock "se despedaçariam numa auto-referência niilista e em introspecção

obscura". Drogas e comercialização eclipsariam o gênio criativo do rock, cada vez mais incorporado aos canais convencionais. Em muitos aspectos, o recuo do espírito opositor do rock and roll acompanhou o declínio dos movimentos sociais, a nova crise econômica e a retomada do poder por parte de políticos conservadores no fim dos anos 1970.

A CONTRA-OFENSIVA CONSERVADORA

Historiadores chamam os anos 1960 de a "longa década", pois muito da mudança social e cultural dessa década foi sentido ao longo dos anos 1970. Fazendo campanhas, em 1968 e 1972, para restaurar "a lei e a ordem", o presidente Nixon, não obstante, continuou algumas das iniciativas liberais que tinham marcado os governos Kennedy e Johnson. Nixon e seu sucessor, Gerald Ford, queriam acabar com as heranças do *New Deal*, mas números expressivos continuaram apoiando o Estado presente e atuante. Apesar de contar com novos membros apontados por Nixon, a suprema Corte acelerou a expansão das noções de igualdade, cidadania e proteção da liberdade individual iniciada nos anos 1950. A retirada das últimas tropas americanas do Vietnã e a renúncia do presidente Nixon, por abuso de poder em 1974, marcaram o ápice da "crise de autoridade" nos Estados Unidos. Americanos nunca tinham desfrutado de tantas liberdades sociais e individuais.

Porém, as estruturas da economia capitalista permaneceram intactas e, como sempre, estavam vulneráveis à instabilidade. O aumento súbito do preço de petróleo, em 1973, deu margem a uma crise econômica, com inflação e reestruturação industrial, transtornando as certezas econômicas do período pós-guerra. A cada ano, entre 1973 e 1981, a renda de trabalhadores diminuiu 2% e o poder aquisitivo em geral baixou ao nível de 1961.

Presidente Richard Nixon deixa a Casa Branca em agosto de 1974, depois de renunciar por causa do escândalo conhecido como “Watergate”.
Nixon foi oficialmente perdoado pelo presidente Gerald Ford no mês seguinte.

Os movimentos sociais se desmobilizaram depois dos ganhos iniciais ou se enfraqueceram por causa de divisões internas e da retomada da repressão por parte das autoridades.

Mesmo depois do fracasso no Vietnã, os Estados Unidos mantiveram sua postura imperialista, intervindo em vários países para impedir ameaças a sua hegemonia político-econômica.

Nem todos os americanos nos anos 1960 haviam apoiado a expansão das liberdades. No fim dos anos 1970, uma “nova direita” surgiu e lançou um projeto feroz para “restabelecer a autoridade social”.

McGLOBALIZAÇÃO
E A NOVA DIREITA: 1980-2000

A crise econômica mundial de 1973 provocou a conversão rápida de economistas, políticos e jornalistas americanos em fortes defensores da "economia livre". diferentemente dos políticos liberais dos anos 1930 em diante, os governos republicanos de ronald reagan (1980-1988), George Bush sr. (1988-1992) e do democrata Bill Clinton (1992-2000) reagiram às preocupantes recessões com políticas neoliberais – retirada do Estado da regulação da economia e cortes nos programas sociais.

Uma "nova direita" passou a dominar a vida intelectual, cultural, política e grandes setores da mídia norte-americana, especialmente depois da queda do muro de Berlim em 1989. Ocorreram, com freqüência, intervenções norte-americanas robustas na américa Latina, ásia e Oriente Médio nas décadas de 1980 e 1990. Nestas intervenções, *liberdade* veio a ser redefinida como nos anos 1920 e 1950: o direito de o capitalismo norte-americano florescer livremente.

Diante das dificuldades de conseguir lucros no mesmo nível de antes e das pressões da competição global, as corporações introduziram novos métodos de produção e gerenciamento para melhorar a produtividade, resultando em reduções salariais e mais desemprego. Uma minoria pequena no topo da sociedade enriqueceu, enquanto grande parte da população viu sua renda estagnar ou declinar. Muitos ganhos econômicos e sociais do *boom* econômico do período pós-guerra foram gradualmente minados, bem como as aberturas culturais dos anos 1960, colocando os sindicatos e os movimentos sociais na defensiva.

A ERA DO NEOLIBERALISMO

Neoliberalismo foi a resposta das elites econômicas e políticas à crise dupla que emergiu nos anos 1970. Primeiro, o capitalismo americano enfrentou uma "crise de acumulação", isto é, a diminuição das taxas de lucro obtidas depois da segunda Guerra Mundial. Segundo, os movimentos sociais dos anos 1960 ameaçaram os detentores do poder. Empresários e políticos criaram então um consenso político, no fim dos anos 1970, compartilhado por democratas e republicanos e apoiado intelectualmente por fundações, *lobbies*, e institutos educacionais de direita e grandes setores da mídia, centrado na privatização de muitos serviços públicos, na retirada do Estado de muitas áreas de previdência social e na desregulamentação da indústria.

Eleito presidente em 1980, o ex-ator de Hollywood ronald reagan aproveitou-se do discurso da "liberdade americana" para criticar programas sociais e econômicos voltados a trabalhadores e pobres, argumentando que a prosperidade do país dependia da saúde de empresas e defendendo seu direito de funcionar com mercados livres e baixos impostos. Assim, impostos foram cortados em 25% e regulamentações

da economia, do meio ambiente e do direito do consumidor foram desmanteladas. Cortes sucessivos nos programas sociais voltados para a população carente caminharam ao lado de acordos de livre comércio negociados em nível internacional para abolir restrições à expansão de mercados internacionais. Divisões políticas entre os republicanos e democratas continuaram durante os governos de reagan, Bush e Clinton, relativas a detalhes e ao grau de neoliberalismo, mas ambos os partidos defenderam a necessidade de reduzir gastos sociais e remover obstáculos ao desenvolvimento das empresas. De fato, os cortes da previdência social feitos por Clinton, nos anos 1990, foram mais drásticos do que aqueles promovidos pelos governos republicanos. Em 1994, Clinton declarou que "a era do governo grande acabou", não obstante a existência de uma enorme dívida do governo federal, no ano 2000, devido a crescentes gastos militares e à queda na arrecadação por conta da redução de impostos.

As corporações aproveitaram-se das recessões, das pressões da competição global e das políticas conservadoras para abater o custo de seus negócios, resultando num ataque frontal aos direitos trabalhistas e aos sindicatos. A norma do período pós-guerra para a negociação de novos contratos entre capital e trabalho, com aumentos de salário e melhorias de condições e benefícios, foi substituída por um sistema de eliminação de benefícios e diminuição de salários. As empresas, em geral, resistiam vigorosamente a campanhas de sindicalização com a intimidação de ativistas, enquanto seus gerentes negociavam duramente com os sindicatos existentes. A demissão de 11 mil controladores de vôo pelo presidente reagan, em 1981, durante uma greve considerada ilegal, estabeleceu o padrão. Grandes empresas, como Hormel, international Paper, Greyhound e Caterpillar, beneficiaram-se de greves longas para incapacitar e quebrar sindicatos, usando permanentemente "trabalhadores substitutos", protegidos pela polícia. Nesse ambiente econômico, trabalhadores tornaram-se mais dispostos a aceitar contratos com concessões e relutantes em fazer greve. Em 2000, somente 13,5% da mão-de-obra nacional era sindicalizada, aproximadamente o mesmo nível de 1930.

Empresas também enfraqueceram sindicatos, lograram reduções em salários e disciplinaram seus trabalhadores por meio da ameaça de fechar fábricas ou mudar negócios para outras regiões ou países. Uma onda de fechamentos de fábricas ocorreu nas regiões tradicionais de indústria no meio-oeste e nordeste do país nas décadas de 1970 e 1980. Na indústria automobilística, o número de empregos permanentes caiu de 940 mil, em 1978, para 500 mil, em 1982. A crescente mobilidade transnacional de bens e capital contribuiu para essa tendência. A competição estrangeira reduziu as vendas de produtos feitos nos Estados Unidos e muitas empresas mudaram a produção para outros países ou compraram peças e produtos de vendedores internacionais. A historiadora dana Frank argumenta que, ironicamente, os sindicatos estavam colhendo os frutos do seu apoio a uma política externa anticomunista, que permitiu que as multinacionais norteamericanas montassem operações em muitos países com poucos direitos trabalhistas e mão-de-obra barata.

Houve, entretanto, períodos de crescimento econômico e criação de empregos nas décadas de 1980 e 1990, mas recessões continuaram perturbando a economia americana, ameaçando os poucos ganhos sociais conquistados. Além disso, em vez de montar carros ou eletrodomésticos, o típico emprego novo consistia em fritar batatas no Mcdonald's ou vender roupas no shopping, freqüentemente em tempo parcial ou com contrato temporário.

As 10 maiores cidades nos Estados Unidos, 1960-2005.

Note o declínio populacional relativo das cidades do Nordeste e Meio-Oeste na região hoje conhecida como o Cinturão de Ferrugem, e o impressionante aumento da população nas cidades de Califórnia, Texas e Arizona, assim como Los Angeles, Phoenix e Houston, San Antonio, San Diego, Dallas e San Jose, no chamado Cinturão do Sol.

	1960		1980		2005	
	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.
1	Nova York	7.781.984	Nova York	7.071.639	Nova York	8.143.197
2	Chicago	3.550.404	Chicago	3.005.072	Los Angeles	3.844.829
3	Los Angeles	2.479.015	Los Angeles	2.966.850	Chicago	2.842.518
4	Filadélfia	2.002.512	Filadélfia	1.688.210	Houston	2.016.582
5	Detroit	1.670.144	Houston	1.595.138	Filadelfia	1.463.281
6	Baltimore	939.024	Detroit	1.203.339	Phoenix	1.461.575
7	Houston	938.219	Dallas	904.078	San Antonio	1.256.509
8	Cleveland	876.050	San Diego	875.538	San Diego	1.255.540
9	Washington	763.956	Phoenix	789.704	Dallas	1.213.825
10	St. Louis	750.026	Baltimore	786.775	San Jose	912.332

Fonte: U.S. Census Bureau. Os números de 2005 são estimativas.

Desde os anos 1970, trabalhadores têm produzido mais e ganhado menos nos EUA. Em 1992, um trabalhador típico trabalhava 163 horas a mais por ano que em 1972, o que representa quase um mês a mais de trabalho ao ano. O salário mínimo em 1998 valia 22% menos que em 1968. As divisões marcantes de classe, supostamente erradicadas no *boom* econômico, voltaram como uma vingança. As 5% famílias mais ricas testemunharam um aumento de 64% na renda entre 1979 e 2000; 60% das famílias não tiveram alteração (somente porque mulheres entraram no mercado de trabalho, o que compensou as perdas); e 20% das famílias sofreram uma perda na renda. Em 1965, executivos de corporações ganhavam vinte vezes mais do que um trabalhador da indústria; em 1989, a razão havia triplicado para 56:1; em 1997, já era 116:1.

O NOVO IMPERIALISMO

A derrota dos Estados Unidos no Vietnã feriu o orgulho das elites políticas e econômicas. Mas o fim do sistema colonial no período pós-guerra não significou o desaparecimento do imperialismo americano. Seu principal objetivo sempre foi o de abrir oportunidades de investimento às corporações americanas, utilizando seu vasto

poder econômico e militar para controlar outros países e conter a ameaça de inimigos, que, no período da Guerra Fria, eram a União soviética e qualquer país que se aproximasse direta ou indiretamente da esfera de influência comunista. Esse objetivo se tornou mais crucial no contexto de crise econômica e globalização entre 1970 e 2000. Sob reagan, Bush e Clinton, "o império contra-atacou" a "síndrome do Vietnã" numa nova série de intervenções diplomáticas, militares e econômicas no mundo.

Anticomunista feroz, o presidente reagan ocupou a Casa Branca com intenções de acelerar a contenção do comunismo mundial e parou os avanços na área do desarmamento nuclear que governos americanos tinham negociado nos anos 1970. Propôs um ambicioso programa chamado "Guerra nas Estrelas" – o uso de *lasers* e satélites para proteger os Estados Unidos de mísseis soviéticos. A União soviética viu essa iniciativa como agressão, recusando-se a prosseguir nas negociações sobre armas nucleares. A oposição massiva de europeus e americanos ao acirramento das relações entre os dois superpoderes – em 1982, na maior manifestação da história do país, dois milhões protestaram em Nova York contra armas nucleares – resultou na retomada de negociações em 1983. A União soviética, cuja influência econômica e política sempre foi deliberadamente superestimada pelas forças da inteligência norte-americana para justificar a Guerra Fria, sucumbiu no fim dos anos 1980 à crise econômica e à divisão política interna, deixando os Estados Unidos sem seu maior inimigo.

Antes disso, a guerra fria contra o comunismo teve continuidade na chamada "doutrina reagan", uma política de ajuda aos movimentos anticomunistas no terceiro Mundo, chamados "guerreiros da liberdade" pelos presidentes Carter e reagan. Tais "guerreiros" incluíram ex-apoiadores do genocídio de Pol Pot, no Camboja, e a guerrilha direitista em angola. Não é surpresa o fato de o governo americano não ter considerado, na sua definição de liberdade, legítimos os movimentos contra o *apartheid* na áfrica do sul nem forças contrárias a ditaduras pró-americanas, como, por exemplo, as da américa Central.

De fato, foi no "quintal" dos Estados Unidos, o Caribe e a américa Latina, que a luta contra o comunismo foi mais fortemente travada por reagan. Em 1982, reagan invadiu a ilha de Granada, no Caribe, cujo governo socialista queria implementar reformas. Na américa Central, o governo americano treinou e bancou guerrilhas anticomunistas contra o governo socialista dos sandinistas na Nicarágua (que derrubou o ditador pró-americano, somoza, em 1979) e providenciou assistência militar e econômica aos governos e às forças militares de El salvador e da Guatemala. Em 1989, presidente George Bush sr. Invadiu brutalmente o Panamá para demolir o governo de um ex-aliado, Manuel Noriega, que contrariara os interesses dos Estados Unidos.

Essas últimas intervenções da Guerra Fria na região foram altamente sangrentas: centenas de milhares de civis foram mortos, freqüentemente por esquadrões da morte cujos integrantes se formaram na "Escola das américas", um centro de treinamento contra insurgência montado pelos Estados Unidos, primeiramente no Panamá e, depois, na Geórgia, EUA. A transição à democracia nos países da américa Central nos anos

1990 foi administrada por governos norte-americanos, garantindo regimes favoráveis aos seus interesses na região.

Contrariando o argumento de que o Estado nacional perdeu sua impor-tância no contexto de globalização, as multinacionais sediadas nos Estados Unidos dependiam cada vez mais do poder econômico e militar do Estado americano para garantir-lhes mercados desimpedidos. O fmi e o Banco Mundial, uma vez criticados pelos neoliberais por serem obstáculos à expansão do livre mercado, forçaram muitos países, inclusive argentina, Brasil, Chile e Uruguai, a aceitarem programas de ajustamento estrutural em troca do alívio de dívidas. Debaixo da propaganda de criar “novos paradigmas de desenvolvimento”, o fmi e o Banco Mundial serviram como fiadores dos empréstimos lucrativos dos bancos americanos. Semelhantemente, os Estados Unidos utilizaram as negociações sobre comércio mundial para impor sua hegemonia de “livre-comércio”, o que justificou que outros países procurassem proteger seus próprios capitalistas. Basta enfatizar que os beneficiados dessas políticas externas dos Estados Unidos também incluíram elites locais que se aproveitaram do neoliberalismo para se enriquecer e consolidar seu poder político.

Os maiores problemas internacionais enfrentados pelos Estados Unidos nos anos 1980 foram a perda do irã depois da revolução popular que derrubou o xá em 1979 e a tomada do afeganistão pela União soviética no mesmo ano. A cia lançou a maior guerra secreta da história no afeganistão, recrutando fundamentalistas islâmicos para lutar contra a União soviética. O apoio dado aos grupos al-Qaeda e talibã, que conseguiram ao final vencer os soviéticos e estabelecer um regime religioso antidemocrático, mais tarde assombraria os Estados Unidos.

O regime clientelista do irã foi central, nas décadas de 1960 e 1970, no que se refere à estratégia dos Estados Unidos de assegurar reservas de petróleo na região do Golfo Pérsico. A doutrina Carter, baseada na doutrina Monroe, foi desenhada para estender a hegemonia militar dos Estados Unidos na região.

Comentou a revista *Business Week,* em 1980, que os Estados Unidos tinham que desenvolver uma “geopolítica mineral” como resposta a movimentos políticos locais que desafiavam os interesses econômicos americanos no mundo. O governo reagan reorganizou as forças armadas, criando um Comando Central especificamente responsável pelo Oriente Médio que atuou ao lado do iraque na guerra contra o irã nos anos 1980, contra o iraque na primeira Guerra do Golfo em 1991, contra o regime talibã na guerra do afeganistão em 2001 e novamente contra o iraque em 2003.

A Nova Ordem Mundial dos anos 1990 foi uma hierarquia complexa de Estados e interesses econômicos lutando por influência. Os Estados Unidos não foram os únicos imperialistas, mas ficaram firmemente no topo da hierarquia, especialmente depois da queda do regime soviético.

A NOVA DIREITA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Permaneceram alguns dos direitos políticos formais conquistados nos anos 1960 e

1970 por mulheres, negros e imigrantes, como a proibição da discriminação racial e sexual na sociedade civil e nas políticas públicas. A discriminação aberta contra mulheres, minorias raciais, gays e lésbicas tornou-se bem mais rara na linguagem, na cultura popular, na mídia e na sociedade "educada". Mas o progresso em direitos sociais e a expansão de liberdades não seguiram uma trajetória linear: mudanças econômicas, fragmentação dos movimentos sociais, novas contestações políticas e velhos problemas sociais também marcaram as décadas de 1980 e 1990.

A população americana mudou nos anos 1980 e 1990. O declínio da

Taxa de fecundidade e o aumento na expectativa da vida produziram uma população relativamente velha com conseqüências para a economia e os serviços públicos. Mais pessoas tornaram-se dependentes da aposentaria e da saúde pública, bem como dos hospitais e dos caros planos de saúde privados. Uma grande porção dos americanos não tinha planos de saúde, usando serviços médicos públicos e aumentando os gastos estatais nessa área.

Além disso, a falta de trabalhadores jovens forçou os Estados Unidos a permitirem aumento da imigração no fim do século xx. depois da abolição de cotas raciais nas leis de imigração nos anos 1960, o número de imigrantes aumentou de forma constante. Em 2000, 10% da população do país havia nascido fora dos Estados Unidos. A proporção da população de ascendência européia branca caiu para menos de 80% da população, contra os 90% de 1950. Latino-americanos e asiáticos foram os dois grupos de imigrantes mais numerosos: até 1997, 14% da população tinha ascendência latino-americana, e imigrantes da China, Vietnã, tailândia, Coréia, Índia e Filipinas constituíam 4% da população. Também havia mais de oito milhões de muçulmanos nos Estados Unidos em 2000. Cidades grandes, como Los angeles, Nova York, Chicago e Miami, tornaram-se cada vez mais multiculturais, trazendo novas contribuições à sociedade americana e fomentando debates sobre o impacto dos "novos americanos" na educação, no trabalho e na cultura.

A comunidade negra de classe média mostrou vários avanços na época devido às heranças do movimento por direitos civis dos anos 1960. Negros entraram nas profissões qualificadas em números mais expressivos e, devido à "ação afirmativa" e a seu próprio esforço individual, constituíram, nos anos 1990, 12% dos estudantes de ensino superior, um aumento significativo comparado aos 5% no fim dos anos 1970. A proporção de negros que se formaram no ensino médio e que continuaram os estudos no ensino superior igualou-se à dos brancos em 2000, embora mais negros que brancos, proporcionalmente, não conseguissem completar o ensino médio. Ao mesmo tempo, porém, muitos programas de ação afirmativa nas universidades foram arrasados sob a pressão de desafios legais lançados por grupos discordantes.

No sul, em alguns municípios e estados, até o poder político do voto negro foi minado. Depois do ato de direito de Voto de 1965, vários governos municipais e estaduais controlados por brancos redesenharam os distritos eleitorais, diminuindo a proporção de eleitores negros em determinadas áreas e, portanto, seu efetivo poder

eleitoral. Alguns também desqualificaram potenciais eleitores negros nos dias de eleição com procedimentos fraudulentos. Em 1982, o Congresso aprovou um novo ato de direito de Voto que estabeleceu uma série de diretrizes igualitárias para o legítimo redesenho dos distritos, baseado no princípio de “equilíbrio racial” dentro dos distritos. Em 1993, na decisão “shaw contra reno” da suprema Corte, mais conservadora depois da nomeação de novos juízes por reagan e George Bush sr., essa parte do ato foi revogada, proibindo o uso de qualquer critério racial na redefinição dos distritos. Efetivamente, isso deixou intactos numerosos distritos eleitorais no sul, que foram redesenhados para diluir a força eleitoral dos negros.

A Casa Branca de Bill Clinton não contestou a decisão da suprema Corte. Ironicamente, seu vice-presidente, al Gore, perdeu a eleição para presidente em 2000 justamente por causa de fraudes que negaram a milhares de eleitores negros do estado da Flórida o direito de voto. A manutenção dos resultados dessa eleição pela suprema Corte mostrou como mesmo os direitos formais são frágeis no contexto de mudanças políticas e ideológicas.

A situação econômica nos guetos negros dos centros das cidades piorou ao longo dos anos 1970 e 1980. Um terço da população negra ficou abaixo da linha de pobreza, sem recursos suficientes para educação e outros serviços públicos, carente de emprego, treinamento e oportunidade. No fim dos anos 1990, a renda familiar branca ficou quatro vezes maior que a das famílias negras. A estrutura familiar foi abalada: somente 38% das crianças negras moravam em famílias biparentais em 2000. Um quarto das crianças negras vivia na pobreza. A redução do estado de bem-estar, ao longo dos anos 1980 e 1990, também piorou as condições da vida de negros desproporcionalmente em relação aos brancos. Frustração com o racismo ainda existente, poucas oportunidades econômicas e violência policial provocaram vários motins urbanos desencadeados por questões raciais em Miami, Nova York e outras cidades nos anos 1980 e 1990.

Proporção da renda agregada nos EUA, 1967-2001.

Depois de uma série de recessões
entre as décadas de 1970 e 2000 e políticas neoliberais,
os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram mais pobres.

Segregação residencial (índice de dissimililaridade).

Apesar dos ganhos do movimento por direitos civis, a segregação residencial

Fonte: U. S. Census Bureau.

nas maiores cidades dos Estados Unidos permanece alta. O índice de dissimilaridade avalia se um grupo é distribuído numa área metropolitana da mesma maneira que um outro grupo. Um valor igual ou maior a 60 é considerado alta dissimilaridade. Significa que 60% ou mais dos membros de um grupo teriam que mudar para uma outra área da cidade para que os dois grupos ficassem distribuídos igualmente. Valores entre 40 e 50 são moderados, e menores ou iguais a 30, indica baixa dissimilaridade.

Fonte: The State of Public Segregation, American Communities Project, Brown University.

O evento mais marcante nas “relações de raça” na época foi a rebelião urbana de Los angeles, em 1992. Em março de 1991, um motorista negro, rodney King, foi parado na estrada e brutalmente espancado pela polícia. Uma pessoa filmou o incidente, que acabou amplamente divulgado pela mídia. Os quatro policiais julgados pela violência foram absolvidos, um ano mais tarde, por um júri branco. A população pobre de Los angeles explodiu em reação: por cinco noites seguidas, multidões enfurecidas queimaram prédios, saquearam lojas e lutaram contra a polícia. Cinqüenta e oito pessoas morreram, 2,3 mil ficaram feridas, 9,5 mil foram presas, mais de mil prédios foram destruídos e 10 mil danificados. Os danos financeiros somaram Us$ 1 bilhão.

A rebelião em Los angeles foi diferente de outros motins urbanos do século xx em três aspectos. Primeiro, a ira dos manifestantes foi alimentada não somente pelo racismo, mas também pelo profundo mal-estar econômico que tinha germinado há décadas na cidade. “Preste atenção ao que essas pessoas estão roubando” – comentou na ocasião a poetiza Meri Nana-anna danquah –, “comida, fraldas, brinquedos”. Segundo, as pessoas envolvidas na rebelião eram de origem diversa. De acordo com a polícia, de todos os presos, 30% eram negros; 37% latino-americanos; 7% brancos e 26% “outra etnia ou desconhecida”. Terceiro, além de atingir símbolos do poder público, os participantes direcionaram muito da sua fúria contra lojistas coreanos instalados nos bairros pobres negros e latino-americanos da cidade. Como o historiador Mike davis concluiu, a sublevação de Los angeles foi uma “revolta social

híbrida" dos pobres multirraciais e um conflito interétnico, refletindo simultaneamente os novos rumos e os velhos enigmas da sociedade americana.

De todos os ganhos dos anos 1960, as mudanças na vida das mulheres foram as mais profundas e irreversíveis. As posturas dominantes sobre o papel e o direito das mulheres, a sexualidade e a família se alteraram significativamente, com certos valores da contracultura passando para o senso comum e com muitos estilos de vida tornando-se aceitos pela população em geral. Em 1980, mais da metade das mulheres casadas trabalhavam fora de casa, a taxa de divórcio aumentara e atitudes mais liberais com relação à sexualidade prevaleciam. Campanhas contra abuso sexual de mulheres e regulamentações contra o comportamento machista – no funcionalismo público, nas universidades e até em muitas corporações – foram bemsucedidas e passaram a ser respeitadas.

Novamente, a questão de classe complicava a questão de gênero: mulheres de fato melhoraram a sua posição relativa aos homens, mas, em grande parte, porque o salário dos homens havia diminuído. A renda média das mulheres era de 54% com relação a dos homens em 1996, uma melhoria se comparada aos 39% de 1985.

Entretanto, as mulheres sofreram intensamente com os cortes nos serviços públicos, especialmente muitas mães solteiras que se viram obrigadas, sob as reformas de Clinton, a trabalhar em serviços públicos tais como limpeza de parques e ruas – o termo em inglês é *workfare*, que é

um jogo de palavras, misturando *work* (trabalho) com *welfare* (bem-estar social) – ou fazer cursos de capacitação profissional em troca de previdência social. Isso também minou os salários e o poder de barganha dos sindicatos de funcionários públicos, cujos membros eram em boa parte mulheres.

O Congresso e muitos estados também proibiram o uso de dinheiro público para custear abortos nos anos 1970 e 1980, reduzindo o acesso de mulheres pobres a esse serviço.

Gays e lésbicas aumentaram sua visibilidade na vida americana nessas décadas, apesar da existência contínua de preconceitos. Comunidades de gays e lésbicas foram consolidadas nas grandes cidades, postas em evidência pelas passeatas anuais do dia do Orgulho Gay, que atraíram enorme público em cidades como Nova York e são Francisco. Mas a violência física não era incomum e poucos ganhos legais foram de fato conquistados. Nos anos 1980 e 1990, além disso, os gays foram as primeiras pessoas a enfrentar a agonia da aids, que matou mais de 427 mil americanos até 2000. As melhorias no tratamento da doença foram impressionantes, mas não houve pleno acesso dos pobres aos avanços médicos.

Se é verdade que algumas das heranças dos anos 1960 permaneciam na sociedade americana de 2000, é também evidente que as ondas de protesto social tinham diminuído. Os grandes movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 se enfraqueceram por causa da repressão, de novas pressões políticas e econômicas e das divisões internas. Lutas contra a opressão, entretanto, não desapareceram,

continuando no nível local e às vezes atraindo atenção nacional e mobilização intensa, como algumas grandes manifestações em Washington nos anos 1990 em resposta às ameaças ao direito de aborto. Mas as políticas de identidade e separatismo, cada vez mais comuns nos movimentos contra o racismo, o machismo e a homofobia da época, contribuíram para a fragmentação política e acirrados debates internos. Diante de toda essa situação, muitos se desiludiram e abandonaram a militância nos movimentos. Diversos ativistas também passaram a se dedicar a políticas eleitorais e judiciais, cujos representantes, o Partido democrata e o Judiciário, pouco compromisso tinham com propostas de transformações sociais mais radicais.

Talvez a característica mais importante da passagem para o século XXI tenha sido o maior sucesso de uma nova força política – oposta às mudanças dos anos 1960 – em organizar e avançar seu projeto social. A "nova direita" refere-se a um conjunto de correntes políticas, intelectuais, religiosas e culturais, que surgiu nos anos 1950 e 1960 de várias fontes: eleitores brancos dos subúrbios preocupados com os impostos e os valores de suas propriedades, o término forçado da segregação racial e os "excessos" dos movimentos sociais dos anos 1960; intelectuais urbanos neoconservadores preocupados com a intromissão do Estado na economia e o declínio do respeito à autoridade; religiosos, em grande parte cristãos evangélicos, contrários aos novos valores sexuais e morais que emergiram dos anos 1960; e pessoas que compartilhavam várias dessas feições.

Desde os anos 1950, esses grupos defenderam políticas de "lei e ordem", a autonomia local, cortes na previdência social, a inviolabilidade da propriedade privada e a economia livre – ideais freqüentemente relacionados a preocupações raciais, isto é, opondo-se à luta dos negros por direitos civis e econômicos. Formaram a base de apoio para vários governos estaduais e municipais nos anos 1960 e 1970, como o do governador ronald reagan, na Califórnia, e de George Wallace, no alabama, bem como desafiaram as máquinas federais eleitorais dos partidos republicano e democrata, tentando quebrar o consenso liberal do *New Deal*. Consolidaram-se na década de 1980 com a eleição de reagan e de Bush sr., bem como com a extensão da sua influência na mídia, na vida intelectual e na cultura pop.

Os vários elementos da nova direita sagazmente construíram abastadas redes de mídia e fundações de pesquisa, nos anos 1970 a 2000, para fazer avançar suas idéias conservadoras. A Olin Foundation, por exemplo, bancou pesquisas, relatórios, publicações e programas de televisão e rádio com a intenção de criticar atitudes econômicas, sociais e culturais liberais, conter a ação da "mídia liberal" e influenciar eleitores e políticos. Várias redes de televisão cristãs surgiram com programação focalizada nos "valores familiares tradicionais" e no "jeito americano de viver". Emergiram dessas redes dois poderosos líderes políticos, Pat robertson, da Coalizão Cristã, e Jerry Falwell, da Maioria Moral.

Em 1980, mais de 70 milhões de americanos se descreveram como "cristãos renascidos", quase um terço da população total. Enquanto alguns evangélicos consideravam sua religião a base para justiça social e racial, a maioria se preocupou

em combater a expansão de valores seculares e liberais na sociedade e cultura. Defenderam o imperialismo americano, a economia livre e a autonomia nas políticas locais.

Mas o combate pelo que diziam ser “os valores cristãos” se concentrou mais nos debates contra feminismo e os movimentos homossexuais. Evangélicos criticaram o feminismo, a homossexualidade, o aborto, o divórcio, “a falta geral de autoridade social” e o ensino da teoria da Evolução nas escolas. Sua influência nas políticas dos anos 1980 e 1990 não foi pouca. Nos anos 1970, uma mobilização de mulheres conservadoras já tinha derrubado a Emenda de direitos iguais aprovada pelo Congresso em 1972 para eliminar barreiras à participação plena de mulheres na vida pública. Nos anos 1980, conservadoras religiosas lançaram campanhas contra o aborto, para muitos “o pior pecado da revolução sexual”, chamando seu movimento de “O direito à Vida”. Conseguiram pressionar reagan e Bush a impor restrições ao financiamento de abortos e até ao direito de médicos informarem pacientes da saúde pública a respeito do aborto. Os grupos mais militantes do movimento organizaram piquetes e campanhas de desobediência civil diante das clínicas de aborto, constrangendo e agredindo médicos e mulheres. Vários médicos foram assassinados por extremistas e algumas clínicas sofreram atentados à bomba, como é bem relatado no impressionante filme *O preço de uma escolha* (1996), estrelado por Cher, sissy spacek, anne Heche e demi Moore.

Reagan (1911-2004), um ex-ator de Hollywood que cumpriu dois mandatos presidenciais, tornou-se símbolo da nova direita nos Estados Unidos. Entre 1981-1989, deu início à diminuição do estado de bem-estar, da regulação da indústria e dos impostos. Sua agressiva política externa anticomunista e o conseqüente aumento das Forças Armadas resultaram numa enorme dívida pública de US$ 2,6 trilhões, em 1988.

MÍDIA, CULTURA POP E GUERRAS DA CULTURA

As novas tecnologias e as tendências conservadoras na política e na sociedade fortemente influenciaram a produção cultural do fim do século xx. O computador pessoal, a internet (originalmente inventada para uso militar), o e-mail, o vhs, o dvd e a televisão paga, usados regularmente, em 2000, pela vasta maioria dos americanos, revolucionariam muitos aspectos da vida cotidiana, mas não transformam as estruturas da sociedade. A promessa democrática das novas mídias foi eclipsada por objetivos mais amplos: a busca de mercados e audiências lucrativas resultou na padronização e banalização da cultura, que foi altamente susceptível aos ventos políticos da época.

A mídia, seja nas formas convencionais da imprensa, rádio e televisão, seja na internet, se consolidou em enormes conglomerados, freqüentemente em combinação com corporações de outros setores. A corporação General Electric, por exemplo, que produz de eletrodomésticos a armas nucleares, é dona da grande rede de TV nbc. Temendo a retirada dos seus patrocinadores e refletindo os valores dominantes dos governos conservadores, as gigantes da mídia americana limitaram a diversidade do

discurso político, desviando atenção do seu próprio poder e criando o que intelectuais de esquerda como Noam Chomsky e Edward Herman chamaram de “manufatura do consentimento”. De fato, a mídia fez um papel central no avanço da ideologia neoliberal, argumentando que o “mercado livre” é a melhor maneira de resolver problemas sociais e políticos. Poucas vozes alternativas ou críticas a esse respeito encontram espaço na mídia americana convencional.

A rede de televisão Fox ilustra bem a influência conservadora da mídia na era de reagan, Bush e Clinton, combinando programação convencional de dramas, comédias e esportes com noticiário francamente conservador. As redes tradicionais de televisão, nbc, cbs, abc e cnn, mudaram seu conteúdo em resposta aos lucros do seu competidor, evitando a reportagem investigativa e crítica. durante a Primeira Guerra do Golfo, os grandes jornais e redes de televisão se autocensuraram ou seguiram sem contestação as diretrizes governamentais, que bloquearam muita informação sobre a intervenção militar norte-americana. Vários repórteres acabaram demitidos por expressar opiniões críticas. A liberdade de expressão é garantida nos Estados Unidos, mas os principais meios de comunicação tornaram-se fortemente ligados ao governo e às elites políticas na época.

Nos anos 1980 e 1990, as redes de televisão segmentaram suas audiências criando programas específicos para mulheres, negros, imigrantes, residentes urbanos e rurais. Evitaram críticas à sociedade e suas tribulações, geralmente usando formatos convencionais. Na televisão, a diversidade da sociedade começou a ser mostrada: novos seriados passaram a abordar histórias de alguns negros, lésbicas, gays e mulheres solteiras. As vidas dos trabalhadores americanos, porém, foram negligenciadas: a vasta maioria dos personagens na televisão passou a retratar somente a classe média e alta, como se trabalho, aflição econômica e conflito social fossem invisíveis. No encalço dos anos 1960, quando a questão do aborto foi tratada na comédia *Maude* em 1972, a rede cbs apresentou o episódio apesar de protestos; em 1991, quando a personagem principal da comédia *Murphy Brown* estava decidindo se queria levar adiante a gravidez, o show se tornou uma controvérsia nacional, com o vice-presidente dos Estados Unidos, dan Quayle, “aconselhando” a personagem a não fazer o aborto e criticando a falta de moralidade na televisão. A “vida negra” nos Estados Unidos foi retratada principalmente por meio de seriados como o *Cosby Show*, que conta a história de uma família de classe média alta, tocando superficialmente nas questões raciais que os negros enfrentavam no país. O escapismo e a celebração pouco sutil do “jeito americano de viver” não haviam mudado muito desde os anos 1950.

Os estúdios de cinema e gravadoras de música popular conseguiram reter a criatividade e o conteúdo social da sua produção cultural no fim dos anos 1970. Para serem ouvidos, músicos tinham poucas opções a não ser a submissão a empresas poderosas como Columbia e sony. Como as redes de televisão e a indústria de *marketing*, produziram LP’s, fitas e, mais tarde Cds para mercados segmentados por tipo, idade, gênero e raça. Novas formas de música como o punk, o new wave e o rap

foram rapidamente incorporadas e suavizadas pela indústria cultural, enquanto a música que trata de temas sociais foi relegada ao segmento de "música de protesto". Hollywood criou megaproduções para audiências em massa, às vezes tratando de assuntos delicados como a aids, como no filme do diretor Jonathan demme, *Philadelphia* (1993), mas raramente tomando riscos políticos.

Houve exceções a essas tendências dos meios de comunicação de massa. A mídia alternativa sobreviveu e até se expandiu com a internet. Empresas independentes lançaram produtos cada vez mais sofisticados e freqüentemente alternativos. Mesmo as gravadoras gigantescas produziram opções alternativas e inovadoras, como os trabalhos de Bruce springsteen, rage against the Machine, Green day, annie diFranco, Pearl Jam e Nirvana, que chamaram a atenção de muitos americanos com seus temas de rebeldia, desespero e crítica social. Música rap e a cultura hip hop desenvolveram discursos sobre pobreza, racismo e brutalidade da polícia muito contrários ao *status quo*. Diretores inovadores como david Lynch e John sayles também tiveram espaço para romper com as fórmulas vulgares de Hollywood. Numa série de documentários de sucesso de público, Michael Moore criticou, a seu modo peculiar, a concentração de riqueza, a hipocrisia política e o militarismo da sociedade americana. Mas para cada filme de Moore ou John sayles, houve uma dúzia de filmes como *Pearl Harbor* (2001), do diretor Michael Bay, uma descarada distorção da história americana em favor do conservadorismo.

Nos anos 1990, a nova natureza multicultural da sociedade americana passou a ser o foco de debates chamados "as guerras da cultura". Nos anos 1970, programas de estudo de questões de gênero, afro-americanas, de povos nativos e de outras minorias surgiram nas universidades e começaram ter influência nos currículos do ensino médio e na vida intelectual em geral.

Escritores e pesquisadores tentaram legitimar o pluralismo cultural e investigar a natureza e os limites da chamada cultura ocidental. Resgataram as biografias de artistas e escritores pertencentes a minorias, estudaram a história e as questões relativas às mulheres e à classe trabalhadora em vez de somente estudar "mortos, brancos, homens".

Em contrapartida, grupos conservadores passaram a afirmar que as críticas feitas ao racismo, ao machismo, à homofobia e a alguns aspectos da cultura ocidental representavam elas próprias uma forma de "intolerância". O termo "politicamente correto" – que havia sido cunhado originalmente pela esquerda nos anos 1970, em especial os defensores da liberdade de expressão e da pluralidade cultural – foi apropriado pela direita, nos anos 1980 e 1990, que passou a usá-lo num outro sentido. Tornou-se um termo derrisório empregado para desqualificar os defensores do multiculturalismo, da ação afirmativa e dos novos rumos no pensamento. Chamar alguém de "politicamente correto" significava, agora, insinuar ser essa pessoa louca, radical demais ou, simplesmente, uma verdadeira chata. Atualmente, nos EUA, esse epíteto ainda é um jeito de estigmatizar um argumento ou uma pessoa sem entrar no

mérito se as idéias defendidas fazem sentido ou não (por isso, a esquerda norte-americana não adota mais o termo). William J. Bennett, secretário de Educação do governo de ronald reagan, foi o primeiro a usar pejorativamente o termo “politicamente correto”, que, a partir de então, tornou-se a palavra de ordem da “nova direita”.

Autores como allan Bloom, roger Kimball e E. D. Hirsch escreveram livros de sucesso criticando a “ignorância” e a “imoralidade” dos jovens e culpando os professores da geração de 1960 pelas deficiências juvenis.

O órgão do governo federal, o National Endowment for the Humanities (neh), que fomenta pesquisas universitárias nos Estados Unidos, passou a aplicar critérios políticos na escolha de projetos a financiar. Dois eventos da época ilustram a mudança do clima político-cultural nos Estados Unidos. Em 1992, o neh convidou um grupo de historiadores sob a direção do proeminente historiador Gary Nash para redigir o que seriam as diretrizes nacionais para o estudo de História nas escolas do país. A proposta do grupo, que incluiu alguns elementos de multiculturalismo, foi duramente atacada por conservadores culturais e posteriormente rejeitada. Em 1994, o principal museu histórico no país, o smithsonian, em Washington, organizou uma exibição sobre o lançamento das bombas atômicas contra o Japão na segunda Guerra Mundial. Os curadores sutilmente incluíram textos com argumentos de historiadores que questionavam os motivos do presidente truman e evidenciavam as conseqüências horríveis dos ataques. Por 10 meses, as Forças armadas, veteranos, políticos e grupos conservadores fizeram uma forte campanha contra o suposto “revisionismo histórico” da exibição, forçando o museu a cancelá-la.

O FIM DA HISTÓRIA?

O final do século xx constituiu um novo consenso conservador, reduzindo o papel do Estado na economia e na sociedade americanas e contendo muitas das liberdades sociais e culturais que haviam sido conquistadas pelos movimentos sociais. A américa, proclamou em 1989 o intelectual conservador Francis Fukuyama, triunfou em casa e no mundo depois da queda da União soviética. De fato, nas suas celebradas palavras, chegou-se ao “fim da História” com nenhum desafio previsto ao capitalismo americano.

O tom triunfante de Fukuyama, porém, não podia esconder duas tendências importantes que afetavam os Estados Unidos. Políticas neoliberais não resolveram fundamentalmente a crise econômica provocada pela superprodução e a baixa taxa de lucros. Até o fim dos anos 1990, a instabilidade econômica geral e os enormes orçamentos militares geraram uma dívida nacional sem precedente e crescentes questionamentos da economia política do governo. Surgiram também diversas reações internacionais contra muitos aspectos da globalização capitalista e da influência dos Estados Unidos na política, na economia e na cultura de outros povos.

Dois eventos marcantes que abriram o novo milênio exemplificam os principais dilemas enfrentados pelos Estados Unidos. O primeiro aconteceu no dia 30 de novembro de 1999, quando 40 mil manifestantes confrontaram os líderes do mundo

industrializado na reunião da Organização Mundial de Comércio, em seattle, para protestar contra as injustiças da crescente globalização da economia. O segundo ocorreu no dia 11 de setembro de 2001, quando o grupo terrorista fundamentalista islâmico al-Qaeda atacou Nova York e Washington numa série de atentados que mataram mais de 2,5 mil pessoas. Ambos ilustram graves problemas econômicos e políticos herdados do século xx.

O sistema político e econômico americano mostrou seu dinamismo ao longo do século xx, superando as aflições econômicas, mantendo um alto padrão de vida e garantindo sua democracia liberal. Mas a sociedade americana também enfrentou várias questões sérias. As questões não resolvidas criaram problemas que ameaçaram a estabilidade econômica e social nos primeiros anos do século XXI: recessão, dívida nacional, escândalos corporativos, crescente desigualdade social e permanência de antigos problemas raciais.

A democracia plena prometida pelo sistema passou a significar não a verdadeira liberdade política, mas a economia livre sem a resolução das iniqüidades econômicas e sociais. Como mostraram a Batalha de seattle, em 1999, as críticas à reação lenta e à insuficiente ajuda do governo federal dada às vítimas do devastador furação Katrina em 2005, em Nova Orleans, que afetou desproporcionalmente a população negra, e a greve nacional montada por imigrantes latino-americanos em 2006 para combater as restrições legais contra imigrantes, setores expressivos da população norte-americana continuaram contestando as definições restritas de liberdade.

CONCLUSÃO

“Para o bem e para o mal, o destino do planeta
está associado aos Estados Unidos da américa.”

PARA FINALIZAR

"Todo império perecerá": assim profetiza o historiador Jean-Baptiste duroselle.1 Como de hábito, centros de poder crescem despertando adversários e admiradores. Os opositores notam sinais inequívocos de um colapso iminente do poderio de Washington; seus admiradores exaltam o dinamismo e a capacidade de adaptação da nação norte-americana. Para uns, os eua são a síntese de todo mal que reina no mundo, para outros, o melhor dos mundos possíveis; para todos, um fato insuperável na análise do globo. Percorremos quatro séculos da história dos Estados Unidos, desde as tímidas tentativas de colonização da era elizabethana até a hegemonia atual. A variedade de seus personagens inclui de falcões ultraconservadores a ativistas de esquerda, de libertários a reacionários. Terra de contrastes absolutos, os eua são o país com a maior população carcerária do planeta e também local de intensos debates sobre direitos humanos e igualdade. Em nenhum outro país se fazem tantas atividades físicas e se cultua tanto o corpo e, dialeticamente, os norte-americanos apresentam taxas de obesidade em proporção epidêmica. É a terra dos puritanos, do cinturão da *Bíblia*, do politicamente correto e da ação afirmativa para grupos como os negros. Exibe, da mesma forma, níveis alarmantes de violência sexual, de jogo, de vícios e de drogas. Nenhum outro povo está tão presente em tantos locais do planeta e poucas sociedades ignoram de forma tão clara a existência de outras culturas. Qualquer enfoque sobre os Estados Unidos da américa parece destinado à parcialidade.

Nunca uma sociedade desnudou-se tanto para o mundo. Os dramas pessoais, históricos e políticos dos norte-americanos são estampados em músicas e filmes. A sociedade dos eua exibe-se em cinemas da China, do Brasil e da Polônia. Jantamos com dramas familiares do Colorado ou com plantões médicos em Los angeles. Damos audiência para detetives de Nova York. desconhecemos as taras secretas dos cidadãos de Kiev, na Ucrânia, ou de Lagos, na Nigéria; mas já vimos muitos filmes e programas de televisão sobre estupradores e assassinos em série dos Estados Unidos. Sendo sede imperial, eles concentram o mundo e todo seu corolário de boas ou péssimas ações. Denunciamos as ambigüidades da cidadania norte-americana como se o resto do planeta estivesse submerso em absoluta liberdade e igualdade. O mundo atolado em violência e injustiça lança um dedo acusador contra a sociedade norte-americana. Talvez seja esse o traço mais extraordinário dos Estados Unidos da américa: sua utopia fracassada e realizada de "povo eleito" constitui um universo em torno do qual todos gravitamos e que amamos odiar. Uma parte expressiva de analistas do mundo inteiro afirma que o fim do poder dos eua instaurará uma sociedade de ordem e paz. Os debates se a política externa de cada país deve ser anti ou pró-americana polarizam as relações mundiais. Tornou-se hábito reclamar da arrogância do governo de Washington, como se algum governo imperial do passado tivesse sido humilde, filantrópico ou expandido seu poder em busca da melhoria coletiva da humanidade. Para piorar nossa angústia, a alternativa é difícil: os governantes mais

antiamericanos na ásia ou américa Latina não parecem garantir a possibilidade de um mundo mais confiável ou justo.

O que este livro desejou evitar foi a visão polar e simplista de bem e mal muito lineares. Pelo percurso histórico que fizemos, identificamos eixos importantes para entender uma sociedade que, em grande parte, acreditou-se guiada por deus e eleita para um destino especial. Em nome dessa eleição, indivíduos tiveram sua conduta moldada e nações perderam territórios: era "o destino manifesto pela divina Providência". O discurso religioso de eleição, também utilizado por muitos outros povos no passado, foi somado a uma reflexão iluminista que serviu de guia para a independência pioneira dos Estados Unidos da américa. O movimento de 1776 foi modelo para muitos outros. Todo o continente americano lembrou-se do impacto da jovem e pequena nação que ousou enfrentar, com sucesso, a maior potência da época. Sendo a primeira Constituição escrita no mundo atlântico, a norteamericana instituiu na prática o que tantos franceses tinham sonhado: divisão de poderes e sociedade que elege a lei como guia para a desejada igualdade de todos. Como fazer conviver esse ideal de liberdade impressionante e forte com a realidade de um capitalismo excludente, da opressão de mulheres, negros e pobres e com a agressão permanente a populações indígenas e a vizinhos como o México foi a resposta dialética de todo o século xix.

A violenta Guerra Civil exibiu ao mundo os problemas estruturais desse propósito. Tanto os nortistas como os sulistas acreditavam que estavam exercendo um direito garantido pelos ideais de liberdade da independência e da Constituição. Qual seria a correta interpretação da idéia de liberdade foi caso levado ao campo de batalha. Com as opiniões sobre a Constituição, houve uma enorme gama de interesses econômicos e políticos que causaram a morte de mais de 600 mil norte-americanos.

O modelo nortista vitorioso aprofundou a revolução industrial e aumentou muitos choques sociais. Uma nova forma social emergia a duras penas com o ingresso em massa de imigrantes de todo tipo e com a expansão para áreas externas como Cuba e Filipinas. A américa foi a terra da oportunidade que consumiu tantas outras vidas. No sonho do imigrante fundiram-se messianismo religioso e teoria liberal: o êxito de alguns invocava a proteção divina e o resultado racional do esforço. Surgia polaridade entre *winners* e *losers* (vencedores e perdedores), baseada num senso comum de esforço pessoal. Quem perde, é porque é incompetente, quem vence obtém vitória pelo esforço pessoal: essa é a crença básica do senso comum norte-americano até hoje. As duas guerras mundiais trouxeram a novidade do poder mundial. Com profundas divisões, a sociedade dos eua embarcou nos conflitos e assumiu o papel de potência global. Poucas pessoas entendem a esforço titânico de convencimento do eleitor norte-americano para sair do isolacionismo. Esse esforço pode ser detectado, por exemplo, no governo Wilson durante a Primeira Guerra Mundial ou nos governos do início do século xxi falando do Oriente Médio. Por um lado, os idealistas insistindo no papel difusor dos grandes conceitos da política dos eua como a liberdade; por outro, os críticos insistindo no tema de que os generais mais importantes do exército de

Washington eram o General Electric e o General Motors. Como quase todas as sociedades, a norte-americana edificou sua frágil unidade constituindo inimigos. indígenas e franceses foram os primeiros adversários. Os ingleses foram importantes, especialmente ao bombardearem Nova York e queimarem Washington nas lutas contra a independência. No século xix, novamente os indígenas viraram o outro a ser combatido, pois estavam no caminho para as riquezas do Oeste. Também mexicanos foram constituídos em ameaça ao modelo dos eua. Massas de imigrantes deixaram sem ação parte da elite e dos jornais, que denunciavam, com insistência, os riscos da imigração à identidade dos "verdadeiros" eua. No século xx, soldados alemães e tropas japonesas foram enfrentados com metralhadoras e armas nucleares. Após a segunda Guerra Mundial, os comunistas tornaramse o grande desafio no maniqueísmo analítico que sempre seduziu uma parte dos norte-americanos. A cada nova configuração, certa parcela da sociedade americana usava o perigo real ou aparente para constituir o "quem somos" em oposição ao "quem devemos evitar ser". Por ora, a figura do terrorista parece preencher bem a necessidade historicamente permanente do inimigo constituído: cada inimigo ajudou a colocar mais uma pedra na formação da identidade americana e, de muitos modos, a ocultar contradições internas da sociedade dos eua. Nesse sentido, cada inimigo foi duplamente útil. O mais curioso é que quase todos os imigrantes logo apagam sua origem e duvidam do outro recém-chegado. Os ingleses vindos no século xvii reclamam dos alemães que chegam à Pensilvânia. Descendentes de suecos horrorizam-se com o advento dos irlandeses. italianos católicos torcem o nariz para a massa de judeus russos aportada em Nova York. Negros recém-libertados do horror da escravidão concorrem a contragosto com trabalhadores chineses. Os imigrantes latino-americanos, maior minoria dos eua neste século xxi, conseguem ressuscitar os discursos sobre a identidade anglo-saxônica do país. Os imigrantes que chegaram na segunda-feira olham com desconfiança para os chegados na quarta-feira.

Quando usamos um computador ou acendemos uma lâmpada, há nisso muito do empreendedorismo e criatividade dos eua. O mesmo furor industrial e criativo está na base do aquecimento global. Para o bem e para o mal, o destino do planeta está associado aos Estados Unidos da américa. Compreender isso também faz parte do esforço deste livro.

NOTA

1 Historiador francês (1917-1994). Autor de *Tout empire périra. Théorie des relations internationales.* Publicado em português como *Todo Império perecerá* (Brasília: UnB, 2000).

BIBLIOGRAFIA

Agnew, Jean-Cristophe; Rozenzweig, roy. *A Companion to Post-1945 America*. Malden, Mass.: Blackwell, 2006.

Aptheker, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos*: a era Colonial. rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Azevedo, Cecília. Culturas políticas em confronto: a política externa norte-americana em questão. *Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC*. Uem-pr anphlac, Maringá, 20 a 23 de junho de 2004.

Barsky, robert F. *A vida de um dissidente: Noam Chomsky*. São Paulo: Konrad Editora do Brasil, 2004.

Bonfim, Manoel. *América Latina*: males de origem. 2. Ed. são Paulo: topBooks, 2005.

Bradbury, Malcom; Temperley, Howard (ed.). *Introdução aos estudos americanos*. rio de Janeiro: Forense Universitária, s/d.

Brinkley, alan. *The Unfinished Nation*: a Concise History of the United states. V. Ii, From 1865. Nova York: McGraw Hill, 2004.

Callinicos, alex. *New Mandarins of American Power*: the Bush administration's Plans for the World. Cambridge: Polity Press, 2003.

Davis, Mike. *A ecologia do medo*: a fabricação de um desastre. rio de Janeiro: record, 2001.

D'emilio, John; Freedman, Estelle. *Intimate Matters*: a History of sexuality in america. Nova York: Harper and row, 1988.

Denning, Michael. *The Laboring of American Culture in the Twentieth Century*. Nova York: Verso, 1998.

Diggins, John Patrick. *The Proud Decades*: america in War and Peace, 1941-1960. Nova York: W.W. Norton, 1988.

Duroselle, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília/são Paulo: unb/imprensa Oficial do Estado, 2000.

Eyerman, ron; Jamison, andrew. *Music and Social Movements*: Mobilizing traditions in the twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Farber, david. *The Age of Great Dreams*: america in the 1960s. Nova York: Hill and Wang, 1994.

Foner, Eric. *The Story of American Freedom*. Nova York: W.W. Norton, 1998.

Fraser, steve; Gerstle, Gary (orgs.). *Ruling America*: a History of Wealth and Power in a democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

Johnson, Chalmers. *The Sorrows of Empire*: Militarism, secrecy and the End of the republic. Nova York: Henry Holt, 2003.

Harman, Chris. *A People's History of the World*. Londres: Bookmarks, 1999.

Harvey, david. *A Brief History of Neo-Liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_________. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

Hertsgaard, Mark . *A sombra da águia*: por que os Estados Unidos fascinam e enfurecem o mundo. Rio de Janeiro/são Paulo: record, 2003.

Hirsch, arnold. *Making the Second Ghetto*: race and Housing in Chicago, 1940-1960. Nova York: Cambridge University Press, 1983.

Junqueira, Mary a. *Estados Unidos*: a consolidação da Nação. São Paulo: Contexto, 2001.

Lipsitz, George. *Rainbow at Midnight*: Labor and Culture in the 1940s. Champaign: University of illinois Press, 1994.

Moody, Kim. *An Injury to All*: the decline of american Unionism. Londres: Verso, 1986.

Moog, Vianna . *Bandeirantes e pioneiros*. 3. Ed. Porto alegre: Globo, 1956.

Moore, Michael. *Stupid Wite Men*: uma nação de idiotas. 5. Ed. São Paulo: Francis, 2003.

Morison, samuel Eliot; Commager, Henry steele. *História dos Estados Unidos da América*. são Paulo: Melhoramentos, s/d., t.1.

Morse, richard M. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Palmer, Bryan d. *Cultures of Darkness*: Night travels in the Histories of transgression [From Medieval to Modern]. Nova York: Monthly review Press, 2000.

Pinsky, Jaime et al. (org.). *História da América através de textos*. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 1990.

Prado, Eduardo. *A ilusão americana*. 6. Ed. São Paulo: alfa-Omega, 2001.

Rampell (ed.). *Progressive Hollywood*: a People's Film History of the United states. Nova York: the disinformation Company, 2005.

Revel, Jean-François. *A obsessão antiamericana*: causas e inconseqüências. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

Rodgers, daniel t. *Atlantic Crossings*: social Politics in a Progressive age. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

Ruiz, Vicki. *From Out of the Shadows*: Mexican Women in twentieth-Century america. Nova York: Oxford University Press, 1998.

Schoultz, Lars. *Estados Unidos*: poder e submissão. Bauru: Edusc, 1998.

Sellers, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Sugrue, thomas J. *The Origins of the Urban Crisis*: race and inequality in Postwar detroit. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Syreu, Harold C. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

Takaki, ronald. *A Different Mirror*: a History of Multicultural america. Nova York: Little, Brown and Company, 1993.

Terkel, studs. *Hard Times*: an Oral History of the Great depression. Nova York: W.W. Norton, 2000.

Weinstein, James. *The Corporate Ideal in the Liberal State, 1900-1918*. Boston: Beacon Press, 1968.

Williams, rhonda Y. *The politics of public housing*: Black women's struggles against urban inequality. Nova York: Oxford University Press, 2004.

Zinn, Howard. *A People's History of the United States, 1492-Present*. Nova York: Harper Collins, 2003.

ICONOGRAFIA

p. 27: “a chegada dos ingleses à Virgínia”, theodor de Bry, 1590. **p. 36:** “First Earl of strafford”, Wenceslaus Hollar, 1641, gravura. **p. 41:** John White. **p. 43:** século xix, gravura. **p. 45:** direita: “the landing of the pilgrims at Plymouth, Massachusetts”, Currier&ives, 1876, litografia. **p. 49:** “Harvard Hall”, autor desconhecido, *c.* 1672-1682, gravura de madeira pintada à mão. **p. 52:** século xix, litografia. **p. 56:** sem título, Malden, *c.* 1695. **p. 57:** “tecelagem caseira”, autor desconhecido, início do século xix, gravura em madeira. **p. 61:** “Pocahontas”, século xviii. **p. 64:** “Grilhões e algemas de ferro”, séculos xviii e xix. **p. 65:** Esquerda: século xix, litografia; direita: anúncio em jornal oferecendo recompensa pela captura de escravos, Kentucy, 1838. **p. 68:** século xix, litografia. **p. 73:** Caricatura, *Pennsylvania Gazette*, 1754. **p. 78:** “O massacre de Boston”, Paul revere, s.d., gravura colorida à mão. **p. 80:** “the able doctor or america swallowing the Bitter draught”, Paul revere, 1774. **p. 84:** “sociedade de senhoras Patriotas de Edenton”, sátira inglesa, autor desconhecido, 1775. **p. 86:** Cópia da declaração da independência, 4 de julho de 1776. **p. 87:** “O espírito de 1776”, archibald M. Willard, 1891, óleo sobre tela. **p. 90:** William Walcutt, 1854. **p. 93:** “scene at the signing of the Constitution of the United states”, Howard Chandler Christy. **p. 95:** “american Commissioners of the Peace Negotiating”, Benjamin West. **p. 97:** “Whashington inaugurations”, amos doolittle, 1790. **p. 107:** “a cotton plantation on the Mississipi”, Currier&ives, 1884, litografia. **p. 108:** “the World’s railroad scene”, illinois Central railroad, 1882, litografia. **p. 113:** “Battle of spotsylvania”, Kurz&allison, 1892, litografia. **p. 121:** Cartaz de divulgação do livro *A Cabana do Pai Tomás*, Harriet Beecher, século xix. **p. 124:** timothy 286 HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS O ´sullivan, 1862. **p. 131:** “abraham Lincoln at the independence Hall”, Jean Gerome Ferris. **p. 152:** “thomas a. Edison”, autor desconhecido, 1879. **p. 153:** imigrantes europeus, 1902. **p. 155:** “O verdadeiro ponto de vista dos Gigantes do truste”, autor desconhecido, 1900. **p. 156:** “the Great East river suspension Bridge”, Currier&ives, 1881, litografia. **p. 162:** “the Buffalo Hunt”, Currier&ives, 1862, litografia. **p. 180:** National archives and records administration. **p. 182:** Photographs and Print division, schomberg Center for research in Black Culture, the New York Public Library. **p. 189:** revista *Sufragist*, 10 de agosto de 1918. **p. 193:** National archives and records administration. **p. 202:** “the Case of sacco and Vanzetti”, Cartoons from daily Worker. **p. 207:** the Library of Congress. **p. 214:** National archives and records administration. **p. 222:** National archives and records administration. **p. 226:** National archives and records administration. **p. 228:** National archives and records administration. **p. 233:** National archives and records administration. **p. 239:** National Park service. **p. 245:** National archives and records administration. **p. 254:** Nixon Presidential Materials Project. **p. 270:** ronald reagan Presidential Library.

Leandro Karnal

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (usp) e especialista em História da América, é professor de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi chefe do Departamento de História da mesma instituição. É membro da Associação Nacional de História (anpuh) e da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (anphlac). Publicou diversos livros e artigos nas áreas de História e Ensino, entre eles eua: a formação da nação, História na sala de aula (organização) e História da cidadania (co-autor), todos esses publicados pela Contexto.

Sean Purdy

Doutor em História pela Queen's University (Canadá), atualmente é professor de História da América (com ênfase nos Estados Unidos) do Departamento de História da Universidade de São Paulo (usp). Foi professor da Temple University, Filadélfia (eua) e da Universidade de Brasília (UnB). Atua na área da História Social do Trabalho da América do Norte e Estudos Comparativos sobre as Américas. É autor e colaborador de diversos livros e revistas científicas no Brasil, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra. É membro do conselho editorial da revista histórica canadense Labour/Le Travail.

Luiz Estevam Fernandes

Mestre e doutorando em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (ifch-Unicamp), é docente do programa de pós-graduação lato sensu da mesma instituição. Professor de História do ensino fundamental e médio, também é co-autor de História na sala de aula, publicado pela Contexto.

Marcus Vinícius de Morais

Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor do ensino médio na região de Campinas e do projeto Viver Arte em São Paulo. É co-autor de História na sala de aula, publicado pela Contexto.

A ERA DAS REVOLUÇÕES

1789-1848

ERIC J. HOBSBAWM

Paz e Terra

A ERA DAS REVOLUÇÕES

Título do original inglês:
The Age of Revolution
Europe 1789-1848

Montagem da capa: Mário Roberto Corrêa da Silva

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua André Cavalcanti, 86
Fátima, Rio de Janeiro, RJ
que se reserva a propriedade desta tradução.

1977

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

ILUSTRAÇÕES

18. *O Porto e as Fábricas*, T. A. Prior (Foto: Coleção Mansell)
19. *Saguão da Casa de Carlton* (Foto: Galeria Parker)
20. Church Lane, St. Giles, Londres (Foto: Radio Times, Hulton Picture Library)
21. Biedemeier, Schabbelhaus, Lübeck (Foto: Marburg)
22. O Cortiço, St. Giles, Londres (Foto: Radio Times, Hulton Picture Library)
23. *Esboços das Minas de Carvão de Northumberland e Durnham*, G. H. Harris (Foto: Museu da Ciência)
24. *Uma Cena dos Jardins de Kensington ou Modas e Sustos de 1829*, Cruikshank (Foto: Coleção Mansell)
25. *Parade unter den Linden*, G. A. Schrader (pintado entre 1811 e 1836), *Galeria Nacional, Berlim* (Foto: Marburg)
26. A Capela wesleyana na City Road de Londres (Foto: Coleção Mansell)
27. Interior da Capela de Great Ilford, Essex (Foto: Coleção Mansell)
28. Catedral de S. Isaac, Leningrado (Foto: Coleção Mansell)
29. *A Tomada da Bastilha*, Prieur, *Museu do Louvre, Paris* (Foto: Giraudon)
30. Transporte Militar para Montmartre, Prieur, *Museu do Louvre, Paris* (Foto: Giraudon)
31. *O povo invadindo o Palácio das Tulherias*, Prieur, *Museu do Louvre, Paris* (Foto: Giraudon)
32. *A Marselhesa* (Foto: Archiv für Kunst and Geschichte, Berlim)
33. Modelo da guilhotina, *Museu Carnavalet, Paris* (Foto: Bulloz)
34. *A Rainha Maria Antonieta a caminho da execução*, esboço de J. L. David (Foto: Coleção Mansell)
35. Robespierre, *Museu Ballotz* (Foto: Coleção Mansell)
36. Marat, *Museu Ballotz* (Foto: Coleção Mansell)
37. Danton, *Museu Ballotz* (Foto: Coleção Mansell)
38. St. Just, *Museu de Condère* (Foto: Coleção Mansell)
39. Mirabeau, *Museu de Condère* (Foto: Coleção Mansell)
40. *Morte do General Marceau*, gravura de Eichler baseada em Girade (Foto: Archiv für Kunst and Geschichte, Berlim)
41. Gravura 2 de *Os Desastres da Guerra*, Goya (Foto: The Hispanic Society of America)
42. Couraceiros franceses atacando na Batalha de Moscou, Albrecht Adam, *Museu de Munique* (Foto: Marburg)
43. *Napoleão Bonaparte, Primeiro Cônsul*, J. L. David (Foto: Coleção Mansell)
44. A independência venezuelana proclamada em Caracas em 1821 (Foto: Centro Audiovisual)

madário satírico inglês fundado em 1841 e que posteriormente evoluiu para tendência conservadora. (*Grande Enciclopédia Delta Larousse*, vol. 12, Rio de Janeiro, 1971). (*Nota da edição brasileira.*)

45. *O Adeus dos Poloneses à Pátria*, 1831, Dietrich Monten (1799-1843), *Galeria Nacional, Berlim* (Foto: Marburg)
46. O castigo merecido na Baía de Anson (Foto: Galeria Parker)
47. Mohammed Ali, governante do Egito (Foto: Coleção Mansell)
48. *Giuseppe Mazzini aos vinte e cinco anos de idade*, G. Isola, *Instituto Mazziniano* (Foto: D. Cipriani)
49. Toussaint Louverture (Foto: Coleção Mansell)
50. *O Povo ateando fogo ao trono ao pé da Coluna de Julho, 1848* (Foto: Coleção Mansell)
51. *Um Popular Armado, Museu Histórico do Estado, Viena* (Foto: Bildarchiv der Osterreichischen Nationalbibliotek)
52. *A Guarda Móvel* (Foto: Illustrated London News)
53. *A Barricada*, Delacroix (1789-1863), *Museu do Louvre, Paris* (Foto: Coleção Mansell)
54. Estação de Euston, George Stephenson (Foto: Coleção Mansell)
55. A ponte suspensa de Clifton, Isambard Kingdom Brunel (Foto: National Buildings Record)
56. Fachada do Museu Britânico (1842-1847) (Foto: National Buildings Record)
57. *Enterro das Cinzas de Napoleão no Arco do Triunfo*, 15 de dezembro de 1840, litografia de Adam baseada em Bichbois, Va 279, Vol. I, *Cabinet des Estampes, Paris* (Foto: Marburg)
58. Pavilhão Italiano, Brillat Savorin (Foto: Guide Gastronomique)
59. Prisão dos conspiradores da rua Cato, 1819 (Foto: Coleção Mansell)
60. *Visão da Praça de S. Pedro e a maneira pela qual a Reunião Reformista de Manchester foi dispersada pelo Poder Civil e Militar*, 16 de agosto de 1819, *Illustrated London News* (Foto: Biblioteca John Rylands)
61. *Vida, Julgamento, Confissão e Execução de T. H. Hooker* (Foto: Coleção Mansell)
62. *Abrigo de Indigentes* (Foto: Coleção Mansell)
63. Funeral em Skibbereen, 1884 (Foto: Coleção Mansell)
64. Acorrentados da cidade de Hobart, 1856 (Foto: Coleção Mansell)
65. Monumento comemorativo a Walter Scott, Edinburgo (Foto: Tony Scott)
66. Gravura contemporânea da Bolsa, Paris (Foto: Coleção Mansell)
67. Fanny Elssler (Foto: cortesia do Mercury Theatre, Nottinghill Gate)
68. *Madame Recamier*, J. L. David, *Museu do Louvre, Paris* (Foto: Coleção Mansell)
69. *A égua Molly Longleggs segura por seu jóquei*, Stubbs (Foto: Coleção Mansell)

INTRODUÇÃO

As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam seus significados modernos, substancialmente no período de 60 anos de que trata este livro. Palavras como "indústria", "industrial", "fábrica", "classe média", "classe trabalhadora", "capitalismo" e "socialismo". Ou ainda "aristocracia" e "ferrovia", "liberal" e "conservador" como termos políticos, "nacionalidade", "cientista" e "engenheiro", "proletariado" e "crise" (econômica). "Utilitário" e "estatística", "sociologia" e vários outros nomes das ciências modernas, "jornalismo" e "ideologia", todas elas cunhagens ou adaptações deste período *. Como também "greve" e "pauperismo".

Imaginar o mundo moderno sem estas palavras (isto é, sem as coisas e conceitos a que dão nomes) é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848, e que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro. Mas ao considerá-la devemos distinguir cuidadosamente entre os seus resultados de longo alcance, que não podem ser limitados a qualquer estrutura social, organização política ou distribuição de poder e recursos internacionais, e sua fase inicial e decisiva, que estava intimamente ligada a uma situação internacional e social específica. A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade *"burguesa" liberal*; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.

* A maioria destas palavras têm livre trânsito internacional, ou foram literalmente traduzidas em várias línguas. Assim, "socialismo" ou "jornalismo" são internacionais, enquanto a combinação "estrada de ferro" é a base do nome desse sistema de transporte em todo o mundo exceto em seu país de origem (*railway*).

Mas não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução – a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) – não tanto como uma coisa que pertença à história dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior. O fato de que as erupções simultâneas ocorreram na França e na Inglaterra, e de que suas características difiram tão pouco, não é nem acidental nem sem importância. Mas do ponto de vista do historiador, digamos, do ano 3 000, assim como do ponto de vista do observador chinês ou africano, é mais relevante notar que elas ocorreram em algum ponto do noroeste europeu e em seus prolongamentos de além-mar, e que não poderiam sob hipótese alguma ter ocorrido naquela época em qualquer outra parte do mundo. É igualmente relevante notar que elas são, neste período, quase inconcebíveis sob qualquer outra forma que não a do triunfo do capitalismo liberal burguês.

É evidente que uma transformação tão profunda não pode ser entendida sem retrocedermos na história bem antes de 1789, ou mesmo das décadas que imediatamente a precederam e que refletem claramente (pelo menos em retrospectiva) a crise dos *anciens régimes* da parte noroeste do mundo, que seriam demolidos pela dupla revolução. Quer consideremos ou não a Revolução Americana de 1776 uma erupção de significado igual ao das erupções franco-britânicas, ou meramente como seu mais importante precursor e estimulador imediato, quer atribuamos ou não uma importância fundamental às crises constitucionais e às desordens e agitações econômicas de 1760-89, elas podem no máximo evidenciar a oportunidade e o ajustamento cronológico da grande ruptura e não explicar suas causas fundamentais. Para nossos propósitos é irrelevante o quanto devemos retroceder na história – se até a Revolução Inglesa da metade do século XVII, se até a Reforma e o princípio da conquista do mundo pelo poderio militar europeu e a exploração colonial do início do século XVI, ou mesmo mais para trás, já que a análise em profundidade nos levaria muito além das fronteiras cronológicas deste livro.

Aqui precisamos simplesmente observar que as forças econômicas e sociais, as ferramentas políticas e intelectuais desta transformação já estavam preparadas, em todo o caso pelo menos em uma parte da Europa suficientemente grande para revolucionar o resto. Nosso problema não é traçar o aparecimento de um mercado mundial, de uma classe suficientemente ativa de empresários privados, ou mesmo de um Estado dedicado (na Inglaterra) à proposição de que o aumento máximo dos lucros privados era o alicerce da política governamental. Tampouco constitui problema nosso traçar a evolução da tecnologia, do conhecimento científico ou da ideologia de uma crença no progresso individualista, secularista e racionalista. Por volta de 1780 podemos considerar a existência destas crenças como certas, embora não possamos ainda assumir como certo que elas fossem suficientemente poderosas ou disseminadas. Ao contrário, devemos, quando muito, evitar a

tentação de desprezar a novidade da dupla revolução ante a familiaridade de suas roupagens externas, ante o inegável fato de que as roupas, maneiras e prosa de Robespierre e Saint-Just não estariam deslocadas num salão do *ancien régime*, de que Jeremy Bentham, cujas idéias reformistas expressavam a burguesia britânica por volta de 1830, era exatamente o mesmo homem que propusera as mesmas idéias a Catarina, a Grande, da Rússia, e de que as mais extremadas declarações da economia política da classe média vieram de membros da Câmara dos Lordes inglesa do século XVIII.

Assim, nosso problema é explicar não a existência destes elementos de uma nova economia e sociedade, mas o seu triunfo; traçar não a evolução do gradual solapamento que foram exercendo em séculos anteriores, minando a velha sociedade, mas sua decisiva conquista da fortaleza. E é também problema nosso traçar as profundas mudanças que este súbito triunfo trouxe para os países mais imediatamente afetados por ela e para o resto do mundo que se achava então exposto a todo o impacto explosivo das novas forças, o "burguês conquistador", para citar o título de uma recente história do mundo deste período.

Inevitavelmente, visto que a dupla revolução ocorreu numa parte da Europa, e seus efeitos mais imediatos e óbvios foram mais evidentes lá, a história de que trata este livro é sobretudo regional. Também inevitavelmente, visto que a revolução mundial espalhou-se para fora da dupla cratera da Inglaterra e da França, ela inicialmente tomou a forma de uma expansão européia e de conquista do resto do mundo. De fato, sua mais notável conseqüência para a história mundial foi estabelecer um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais (e especialmente pelo regime britânico) que não tem paralelo na história. Ante os negociantes, as máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente – e ante suas idéias –, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram. A Índia tornou-se uma província administrada pelos procônsules britânicos, os Estados islâmicos entraram em crise, a África ficou exposta a uma conquista direta. Até mesmo o grande império chinês foi forçado a abrir suas fronteiras à exploração ocidental em 1839-42. Por volta de 1848, nada impedia o avanço da conquista ocidental sobre qualquer território que os governos ou os homens de negócios ocidentais achassem vantajoso ocupar, como nada a não ser o tempo se colocava ante o progresso da iniciativa capitalista ocidental.

E ainda assim a história da dupla revolução não é meramente a história do triunfo da nova sociedade burguesa. É também a história do aparecimento das forças que, um século depois de 1848, viriam transformar a expansão em contração. E mais ainda, por volta de 1848, esta extraordinária mudança de destinos já era até certo ponto visível. Naturalmente, a revolta mundial contra o Ocidente, que domina a metade do século XX, era então apenas escassamente discernível. Somente no mundo islâmico podemos observar os primeiros estágios do processo pelo qual os que foram conquistados pelo Ocidente adota-

ram suas idéias e técnicas para se virar contra ele: no início da reforma interna de ocidentalização do império turco, na década de 1830, e sobretudo na desprezada e significativa carreira de Mohammed Ali no Egito. Mas, dentro da Europa, as forças e idéias que projetavam a substituição da nova sociedade triunfante já estavam aparecendo. O "espectro do comunismo" já assustava a Europa por volta de 1848. E foi exorcizado nesse mesmo ano. Depois disso, durante muito tempo ficaria impotente como o são de fato os espectros, especialmente no mundo ocidental mais imediatamente transformado pela dupla revolução. Mas se dermos uma olhada no mundo na década de 1970, não seremos tentados a subestimar a força histórica do socialismo revolucionário e da ideologia comunista nascidos de uma reação contra a dupla revolução e que por volta de 1848 tinham encontrado sua primeira formulação clássica. O período histórico que começa com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e com a Revolução Francesa de 1789 termina com a construção de sua primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista.

Parte I

EVOLUÇÃO

Primeiro Capítulo

O MUNDO NA DÉCADA DE 1780

*Le dix-huitième siècle doit être mis au Pantheón.**
Saint-Just [1]

I

A primeira coisa a observar sobre o mundo na década de 1780 é que ele era ao mesmo tempo menor e muito maior que o nosso. Era menor geograficamente, porque até mesmo os homens mais instruídos e bem-informados da época – digamos, um homem como o cientista e viajante Alexander von Humboldt (1769-1859) – conheciam somente pedaços do mundo habitado. (Os "mundos conhecidos" de comunidades menos evoluídas e expansionistas do que as da Europa Ocidental eram obviamente ainda menores, reduzindo-se a minúsculos segmentos da terra onde os analfabetos camponeses sicilianos ou o agricultor das montanhas de Burma viviam suas vidas, e para além dos quais tudo era e sempre seria eternamente desconhecido.) A maior parte da superfície dos oceanos, mas não toda, de forma alguma, já tinha sido explorada e mapeada graças à notável competência dos navegadores do século XVIII como James Cook, embora os conhecimentos humanos sobre o fundo do mar tenham permanecido insignificantes até a metade do século XX. Os principais contornos dos continentes e da maioria das ilhas eram conhecidos, embora pelos padrões modernos não muito corretamente. O tamanho e a altura das cadeias de montanhas da Europa eram conhecidos com alguma precisão, as localizadas em partes da América Latina o eram muito grosseiramente, as da Ásia, quase totalmente desconhecidas, e as da África (com exceção dos montes Atlas), totalmente desconhecidas para fins práticos. Com exceção dos da China e da Índia, o curso dos grandes rios do mundo era um mistério para todos a não ser para alguns poucos caçadores, comerciantes ou andarilhos, que tinham ou podem ter tido conhecimento dos que corriam por suas regiões. Fora de algumas áreas – em vários continentes elas não passavam de alguns quilômetros terra a den-

* Em francês no original: "O século XVIII deveria ser colocado no Panteon".

tro, a partir da costa – o mapa do mundo consistia de espaços brancos cruzados pelas trilhas demarcadas por negociantes ou exploradores. Não fosse pelas informações descuidadas de segunda ou terceira-mão colhidas por viajantes ou funcionários em postos remotos, estes espaços brancos teriam sido bem mais vastos do que de fato o eram.

Não só o "mundo conhecido" era menor, mas também o mundo real, pelo menos em termos humanos. Já que para fins práticos não se dispõe de recenseamentos, todas as estimativas demográficas são pura especulação, mas é evidente que a terra abrigava somente uma fração da população de hoje; provavelmente não muito mais que um-terço. Se as suposições mais comumente citadas não estiverem muito longe da realidade, a Ásia e a África tinham uma proporção um tanto maior da população mundial do que hoje; a Europa, com cerca de 187 milhões de habitantes em 1800 (contra cerca de 600 milhões hoje), tinha uma proporção um tanto menor, sendo que as Américas tinham obviamente uma proporção muito menor ainda. Aproximadamente, dois de cada três seres humanos eram asiáticos em 1800; um de cada cinco, europeu, um de cada dez, africano, e um de cada 33, americano ou da Oceania. É obvio que esta população muito menor era muito mais esparsamente distribuída pela face do globo, exceto talvez em algumas pequenas regiões de agricultura intensa ou de alta concentração urbana, tais como partes da China, Índia e Europa Central e Ocidental, onde densidades comparáveis às dos tempos modernos podem ter existido. Se a população era menor, também era menor a efetiva colonização humana. As condições climáticas (provavelmente fazia mais frio e havia mais umidade que hoje, embora não fosse tão frio nem tão úmido como no pior período da "pequena era do gelo" de cerca de 1300-1700) fixaram os limites da colonização na região ártica. Doenças endêmicas, como a malária, ainda restringiam a colonização em muitas áreas, como o sul da Itália, onde as planícies do litoral, por muito tempo virtualmente desocupadas, só foram gradativamente povoadas durante o século XIX. As formas primitivas da economia, principalmente a caça e a emigração dos rebanhos (na Europa) devido às condições climáticas, com o seu desperdício territorial, mantiveram vastas populações fora de regiões inteiras – como as planícies da Apúlia; as gravuras turísticas da planície romana do início do século XIX são conhecidas ilustrações destas paisagens: a *campagna* era um espaço vazio infestado de malária, com algumas ruínas, algumas cabeças de gado e o estranho e pitoresco bandoleiro. E naturalmente muitas terras que vieram a ser cultivadas posteriormente ainda eram, mesmo na Europa, charnecas estéreis, pântanos, mato cerrado ou florestas.

A humanidade era menor ainda em um terceiro aspecto: os europeus, no geral, eram nitidamente mais baixos e mais leves do que hoje. Para dar uma ilustração da abundante estatística sobre a compleição dos recrutas na qual baseamos esta generalização: num pequeno cantão da costa da Ligúria, 72% dos recrutas em 1792-9 tinham menos de 1.50 metro de altura. [2] Isto não significava que os homens do final do

século XVIII fossem mais frágeis do que somos. Os esqueléticos, raquíticos e destreinados soldados da Revolução Francesa eram capazes de um sofrimento físico igualado hoje em dia somente pelos diminutos guerrilheiros das montanhas coloniais. Era comum uma marcha picada de uma semana, sem descanso, com todo o equipamento, a uma média de 30 milhas por dia. No entanto, segundo os nossos padrões, a constituição física humana era muito pobre, como indica o excepcional valor dado pelos reis e generais aos "sujeitos altos", formados dentro da elite dos regimentos de guardas, couraceiros ou semelhantes.

Ainda assim, se o mundo era em muitos aspectos menor, a simples dificuldade ou incerteza das comunicações faziam-no praticamente maior do que é hoje. Não tenho a intenção de exagerar estas dificuldades. O final do século XVIII era, pelos padrões medievais ou do século XVI, uma era de comunicações rápidas e abundantes, e mesmo antes da revolução das ferrovias, eram notáveis os aperfeiçoamentos nas estradas, nos veículos puxados a cavalo e no serviço postal. Entre a década de 1760 e o final do século, a viagem de Londres a Glasgow foi reduzida de 10 ou 12 dias para 62 horas. O sistema de carruagens postais ou diligências, instituído na segunda metade do século XVIII, expandiu-se consideravelmente entre o final das guerras napoleônicas e o surgimento da ferrovia, proporcionando não só uma relativa velocidade – o serviço postal de Paris a Strasburgo levava 36 horas em 1833 – como também regularidade. Porém o fornecimento de transporte de passageiros por terra era pequeno e o transporte de mercadorias, também por terra, era vagaroso e proibitivamente caro. Os encarregados dos negócios governamentais e do comércio não se achavam absolutamente isolados: estima-se em 20 milhões o número de cartas que passaram pelo correio britânico no início das guerras com Bonaparte (no fim do período que nos interessa houve 10 vezes mais movimento); mas para a grande maioria dos habitantes do mundo as cartas eram inúteis, já que não sabiam ler, e o ato de viajar – exceto talvez o de ir e vir dos mercados – era absolutamente fora do comum. Se eles ou suas mercadorias se moviam por terra, isso era feito na imensa maioria das vezes a pé ou então nas baixas velocidades das carroças, que mesmo no início do século XIX transportavam cinco sextas partes do trânsito de mercadorias na França, a um pouco menos de 20 milhas por dia. Os mensageiros percorriam longas distâncias com despachos; os postilhões conduziam as carruagens postais com mais ou menos uma dúzia de passageiros, todos sacolejando os ossos ou, caso sentados na nova suspensão de couro, sofrendo violentos enjôos. Os nobres locomoviam-se em carruagens particulares. Mas para a maior parte do mundo o que dominava o transporte terrestre era a velocidade do carreteiro caminhando ao lado da mula ou do cavalo.

Nessas circunstâncias, o transporte por água era portanto não só mais fácil e barato, mas também geralmente mais rápido (exceto quanto às incertezas dos ventos e do tempo). Durante sua excursão à Itália, viajando de navio entre Nápoles e a Sicília, Goethe levou quatro dias

para ir e três para voltar. Seria espantoso o tempo que levaria para viajar por terra com algum conforto. Estar perto de um porto era estar perto do mundo: na verdade, Londres estava mais perto de Plymouth ou Leith do que dos vilarejos de Norfolk; Sevilha era mais perto de Veracruz do que de Valladolid e Hamburgo mais perto da Bahia do que do interior da Pomerânia. O principal inconveniente do transporte por água era sua intermitência. Mesmo em 1820 os correios de Londres para Hamburgo e a Holanda eram despachados somente duas vezes por semana, para a Suécia e Portugal, somente uma vez por semana, e para a América do Norte, uma vez por mês. Ainda assim não se pode ter dúvidas de que Boston e Nova York estavam muito mais intimamente ligadas a Paris do que, por exemplo, o condato de Maramaros, nos Cárpatos, a Budapeste. E assim como era mais fácil transportar homens e mercadorias em grandes quantidades pelas enormes distâncias oceânicas - mais fácil, por exemplo, para 44 mil pessoas zarparem para a América dos portos norte-irlandeses em cinco anos (1769-74) do que transportar cinco mil para Dundee em três gerações - era também mais fácil ligar capitais distantes do que o campo às cidades. A notícia da queda da Bastilha chegou a Madri em 13 dias; mas em Péronne, distante apenas 133 quilômetros da capital francesa, "as novas de Paris" só chegaram no final do mês.

O mundo em 1789 era, portanto, para a maioria dos seus habitantes, incalculavelmente grande. A maioria deles, a não ser que fossem arrancados da sua terrinha por algum terrível acontecimento, como o recrutamento militar, viviam e morriam no distrito ou mesmo na paróquia onde nasceram: ainda em 1861, mais de nove em cada dez habitantes de 70 dos 90 departamentos franceses moravam no departamento onde nasceram. O resto do mundo era assunto dos agentes governamentais e dos boatos. Não havia jornais, exceto os pouquíssimos periódicos das classes média e alta - ainda em 1814 era de apenas 5 mil exemplares a circulação de um jornal francês -, e de qualquer forma muito pouca gente sabia ler. As notícias chegavam à maioria das pessoas através dos viajantes e do setor móvel da população: mercadores e mascates, artesãos itinerantes, trabalhadores de temporada, grande e confusa população de andarilhos que ia desde frades ou peregrinos até contrabandistas, ladrões e o populacho; e, é claro, através dos soldados que caíam sobre o povo durante as guerras e o aquartelavam nos períodos de paz. Naturalmente que as notícias também vinham através dos canais oficiais - através do Estado ou da Igreja. Mas mesmo a massa de agentes locais destas organizações, a ecumênica e a estatal, era de gente do próprio lugar, ou então de homens destacados para um serviço vitalício entre os de sua categoria. Fora das colônias, o funcionário nomeado pelo governo central e enviado para uma sucessão de postos nas províncias era algo que apenas começava a existir. De todos os agentes subalternos do Estado talvez só o oficial de regimento estivesse habituado a uma vida sem paradeiro, amenizada unicamente pela variedade dos vinhos, das mulheres e dos cavalos da mãe pátria.

II

O mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcans, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90 a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta: 85% na Lombardia, 72-80% na Venécia, mais de 90% na Calábria e na Lucânia, segundo dados disponíveis [3]. De fato, fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851.

A palavra "urbano" é certamente ambígua. Ela inclui as duas cidades européias que por volta de 1789 podem ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões - Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris, com cerca de meio milhão - e umas 20 outras com uma população de 100 mil ou mais: duas na França, duas na Alemanha, talvez quatro na Espanha, talvez cinco na Itália (o Mediterrâneo era tradicionalmente o berço das cidades), duas na Rússia, e apenas uma em Portugal, na Polônia, na Holanda, na Áustria, na Irlanda, na Escócia e na Turquia européia. Mas o termo "urbano" também inclui a multidão de pequenas cidades de província, onde se encontrava realmente a maioria dos habitantes urbanos; aquelas onde o homem podia, a pé e em poucos minutos, vencer a distância entre a praça da catedral, rodeada pelos edifícios públicos e as casas das celebridades, e o campo. Dos 19% de austríacos que, mesmo ao final do nosso período (1834), viviam em cidades, bem mais de três-quartos viviam em cidades com menos de 20 mil habitantes e cerca da metade em cidades que iam de dois a cinco mil habitantes. Eram estas as localidades por onde perambulavam os viajantes franceses em suas *tour de France* e cujos perfis setecentistas, preservados como moscas no âmbar pela estagnação dos séculos subseqüentes, os poetas românticos alemães evocaram como pano de fundo de tranqüilas paisagens, sobre as quais se erguiam as torres das catedrais espanholas; entre cujas paredes os judeus hassídicos veneravam seus milagrosos rabinos, ao passo que os ortodoxos discutiam as divinas sutilezas da lei; e para onde rumaram o inspetor-geral de Gogol, a fim de aterrorizar os ricos, e Chichikov, decidido à compra de almas mortas. Mas foi também destas cidades que saíram os jovens e ardentes ambiciosos para fazer fortuna ou revoluções, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Robespierre veio de Arras, Gracchus Babeuf, de Saint-Quentin, Napoleão, de Ajaccio.

Estas cidades de província não eram menos urbanas por serem pequenas. Os autênticos homens das cidades desprezavam o campo ao

redor com o desprezo que sentem os eruditos e os homens de espírito pelos fortes, lentos, ignorantes e estúpidos. (Não que pelos padrões do verdadeiro homem mundano a sonolenta comunidade interiorana tivesse qualquer coisa de que se vangloriar: as comédias populares alemãs ridicularizavam a pequena municipalidade – "Kraehwinkel" – tão cruelmente como a mais caipira das roças.) A linha que separava a cidade e o campo, ou melhor, as atividades urbanas e as atividades rurais, era bem marcada. Em muitos países a barreira dos impostos, ou às vezes mesmo a velha muralha, dividiam os dois. Em casos extremos, como na Prússia, o governo, ansioso em manter seus possíveis contribuintes sob uma adequada fiscalização, operava uma separação quase total entre as atividades rurais e urbanas. Mesmo onde não havia uma divisão administrativa tão rígida, os habitantes das cidades eram quase sempre fisicamente diferentes dos homens do campo. Em uma vasta área da Europa Oriental, as pessoas da cidade eram ilhas germânicas, judias ou italianas num lago eslavo, magiar ou romeno. Mesmos os habitantes urbanos que tinham a mesma religião e nacionalidade dos camponeses ao redor tinham uma *aparência* distinta: vestiam roupas diferentes e eram de fato mais altos (exceto no caso da população explorada que trabalhava nas fábricas ou dentro de casa), embora talvez fossem igualmente mais magros. * Tinham provavelmente um raciocínio mais rápido e eram mais letrados, e certamente se orgulhavam disso. Ainda assim, em seu modo de vida, eram quase tão ignorantes sobre o que se passava fora do seu distrito, quase tão embotados, quanto os habitantes das aldeias.

A cidade provinciana ainda pertencia essencialmente à sociedade e à economia do campo. Além de se refestelar sobre os camponeses vizinhos, ocupava-se (relativamente com poucas exceções) de muito pouco mais, exceto de lavar sua própria roupa. Suas classes média e profissional eram constituídas pelos negociantes de milho e de gado, os processadores de produtos agrícolas, os advogados e tabeliões que manipulavam os assuntos relativos ao patrimônio dos nobres ou os intermináveis litígios que são parte integrante da vida em comunidades proprietárias de terras, os empresários mercantis que exploravam os empréstimos aos fiandeiros e tecelões dos campos, e, por fim, os mais respeitáveis representantes do governo, o nobre e a Igreja. Seus artesãos e lojistas asseguravam as provisões aos camponeses e aos citadinos que viviam às custas dos camponeses. A cidade provinciana sofrera um triste declínio depois de atingir o auge de desenvolvimento no final da Idade Média. Só raramente era uma "cidade livre" ou uma cidade-Estado; só raramente continuara a ser um centro produtor para um mercado mais amplo ou um importante palco no comércio internacional. Como havia declinado, agarrou-se com crescente obstinação ao monopólio do mercado local, que defendia contra todos os que chegassem: muito do provincianismo ridicularizado pelos jovens radicais e os trapaceiros das grandes cidades derivava deste movimento de autodefesa econômica. No sul da Europa, os cavalheiros e até mesmo os nobres viviam desse provincianismo, alugando suas propriedades. Na Alemanha, as burocracias de inúmeros pequenos principados, que eram pouco mais que grandes propriedades, administravam os desejos das sereníssimas altezas com os impostos cobrados de um campesinato silencioso e obediente. A cidade provinciana de fins do século XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão, como a sua paisagem dominada por construções de pedra em modesto estilo clássico ou rococó ainda hoje testemunha em parte da Europa Ocidental. Mas essa prosperidade vinha do campo.

* Assim em 1823-7 os habitantes de Bruxelas eram em média 3 cm e os de Louvain 2 cm mais altos que os homens que habitavam as comunas rurais ao redor. Há bastante material estatístico militar sobre o assunto, embora todo ele seja do século XIX.[4]

III

O problema agrário era portanto o fundamental no ano de 1789, e é fácil compreender por que a primeira escola sistematizada de economistas do continente, os fisiocratas franceses, tomara como verdade o fato de que a terra, e o aluguel da terra, era a única fonte de renda líquida. E o ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

Do ponto de vista das relações de propriedade agrária, podemos dividir a Europa – ou melhor, o complexo econômico cujo centro ficava na Europa Ocidental – em três grandes segmentos. A oeste da Europa ficavam as colônias de além-mar. Nelas, com a notável exceção da parte norte dos Estados Unidos da América e alguns trechos menos significativos de exploração agrícola independente, o lavrador típico era o índio que trabalhava à força ou se encontrava virtualmente escravizado, ou o negro que trabalhava como escravo; um pouco mais raramente, um camponês arrendatário, um meeiro ou algo semelhante. (Nas colônias das Índias Orientais, onde o cultivo direto por plantadores europeus era mais raro, a forma típica de compulsão usada pelos controladores da terra era a entrega obrigatória de cotas da safra, como por exemplo especiarias ou café nas ilhas holandesas.) Em outras palavras, o cultivador típico não tinha liberdade ou então trabalhava sob restrição política. O proprietário típico era o dono de uma propriedade enorme, quase feudal (hacienda, finca, estancia), ou de uma plantação com escravos. A economia característica da propriedade quase feudal era primitiva e voltada para si mesma ou de qualquer forma ajustada para necessidades puramente regionais: a América espanhola exportava produtos de mineração, também produzidos pelos índios virtualmente escravizados, mas nada exportava em termos de

produtos agrícolas. A economia característica da zona de plantação escrava, cujo centro ficava nas ilhas do Caribe, ao longo do litoral norte da América do Sul (em especial o norte do Brasil) e o litoral sul dos EUA, era a produção de algumas culturas de exportação de vital importância: açúcar, em menos quantidade o café e o tabaco, tintas e, a partir da revolução industrial, sobretudo o algodão. Formava portanto uma parte integral da economia européia e, através do tráfico de escravos, da economia africana. Fundamentalmente a história desta zona no período que nos interessa pode ser escrita em termos da queda do açúcar e da ascensão do algodão.

A leste da Europa Ocidental, mais especificamente a leste de uma linha que passaria mais ou menos ao longo do rio Elba, das fronteiras ocidentais do que é hoje a Tchecoslováquia, e dali em direção ao sul rumo a Trieste, separando a Áustria Ocidental da Oriental, ficava a região de servidão agrária. Socialmente, a Itália, ao sul da Toscana e da Úmbria, e o sul da Espanha pertenciam a esta região, embora não a Escandinávia (com a exceção parcial da Dinamarca e do sul da Suécia). Esta vasta zona tinha trechos onde viviam camponeses tecnicamente livres: colonos alemães espalhados por toda a região, da Eslovênia ao Volga, clãs virtualmente independentes nos selvagens montes rochosos do interior da Ilíria, camponeses guerreiros quase tão selvagens como os panduros e os cossacos no que até recentemente foi a fronteira militar entre os cristãos e os turcos ou tártaros, colonos pioneiros e livres para além do alcance do senhor ou do Estado, ou os que viviam nas grandes florestas, onde a lavoura de larga escala era impossível. Entretanto, no geral, o lavrador típico não era livre, e de fato estava quase afogado pela enchente de servidão que foi crescendo praticamente sem cessar desde fins do século XV e princípios do XVI. Essa situação era menos evidente na região dos Bálcans, que esteve ou ainda estava sob a administração direta dos turcos. Embora o sistema agrário original do pré-feudalismo turco, uma divisão grosseira da terra em que cada unidade sustentava um guerreiro turco não hereditário, tivesse há muito se degenerado num sistema de pecúlio hereditário de propriedades sob o controle dos senhores maometanos, estes senhores raramente se envolviam com a lavoura. Simplesmente eles sugavam o que podiam do seu campesinato. Eis aí a razão por que os Bálcans, ao sul do Danúbio e do Sava, emergiram da dominação turca nos séculos XIX e XX substancialmente como países camponeses, embora extremamente pobres, e não como países de caráter agrícola concentrado. Além disso, o camponês dos Bálcans era legalmente servo como cristão e servo *de facto* como camponês, pelo menos enquanto estivesse ao alcance dos senhores.

No resto dessa área, todavia, o camponês típico era um servo, que dedicava uma enorme parte da semana ao trabalho forçado na terra do senhor ou o equivalente em outras obrigações. Sua falta de liberdade era tão grande que mal se poderia distingui-la da escravidão, como

na Rússia e partes da Polônia, onde podia ser vendido separadamente da terra: um anúncio na *Gazette de Moscou* em 1801 colocava "à venda, três cocheiros, bem-treinados e bastante apresentáveis, duas moças de 18 e 15 anos, ambas de boa aparência e hábeis em vários tipos de trabalhos manuais. A mesma casa tem à venda duas cabelereiras, sendo uma de 21 anos, que sabe ler e escrever, tocar instrumentos musicais e fazer trabalhos de mensageira, e a outra apta a arrumar os cabelos de cavalheiros e damas; vendemos também pianos e órgãos". (Uma grande quantidade de servos trabalhava em serviços domésticos; na Rússia, em 1851, eram quase 5% do total. [5]) Na região do Mar Báltico – a principal rota de comércio com a Europa Ocidental –, a agricultura servil produzia basicamente culturas de exportação para os países do Ocidente: milho, fibra de linho, cânhamo e produtos florestais usados principalmente na fabricação de navios. Nas outras áreas, funcionava mais para os mercados regionais, que possuíam pelo menos uma zona de desenvolvimento urbano e manufatureiro relativamente avançado e de fácil acesso, como a Saxônia, a Boêmia e Viena. A maior parte dessa agricultura, todavia, continuava atrasada. A abertura da rota do Mar Negro e a crescente urbanização da Europa Ocidental, principalmente da Inglaterra, apenas haviam começado a estimular as exportações de milho do cinturão de terra negra da Rússia, que viriam a ser a base do comércio externo russo até a industrialização da URSS. A área de servidão oriental pode portanto ser considerada também uma "economia dependente", produtora de alimentos e matérias-primas para a Europa Ocidental, de forma análoga às colônias de além-mar.

As áreas de servidão na Itália e na Espanha tinham características econômicas semelhantes, embora os aspectos legais de estatuto dos camponeses fossem um tanto diferentes. De maneira geral, eram áreas de enormes propriedades da nobreza. É possível que na Sicília e na Andaluzia várias dessas propriedades descendessem diretamente dos latifúndios romanos, cujos escravos e colonos tinham-se transformado nos típicos trabalhadores diaristas sem terras dessas regiões. A criação de gado, a produção de milho (a Sicília é um velho celeiro exportador) e a extorsão de tudo o que fosse possível ao miserável campesinato eram as fontes de renda dos duques e barões que os possuíam.

O senhor de terras característico das áreas de servidão era assim um nobre proprietário e cultivador ou um explorador de enormes fazendas. A vastidão desses latifúndios era espantosa: Catarina, a Grande, deu entre 40 e 50 mil servos aos seus favoritos; os Radziwill da Polônia tinham fazendas tão grandes quanto metade da Irlanda; Potocki possuía três milhões de acres na Ucrânia; os Esterhazy húngaros (patronos de Haydn) possuíam em certa época sete milhões de acres. Eram comuns as fazendas de várias centenas de milhares de acres. *

* Oitenta fazendas de mais de 25 mil acres (10 mil ha.) aproximadamente foram confis-

Embora muitas vezes descuidadas, primitivas e improdutivas, elas forneciam rendimentos principescos. O grande nobre espanhol podia, conforme observou um visitante francês sobre as desoladas fazendas Medina Sidonia, "reinar como um leão na selva e espantar com seu urro tudo que dele se aproximasse", [7] mas nunca estava sem dinheiro, mesmo pelos padrões dos milordes britânicos.

Abaixo dos magnatas, uma classe de cavalheiros rurais, de tamanho e recursos econômicos variados, explorava os camponeses. Em alguns países, ela era demasiadamente grande, e portanto pobre e descontente, distinguindo-se dos não nobres basicamente pelos seus privilégios políticos e sociais e pela sua falta de inclinação para atividades anticavalheirescas tais como o trabalho. Na Hungria e na Polônia, essa classe tinha perto de um-décimo da população, na Espanha cerca de meio milhão de pessoas no final do século XVIII. Em 1827, equivalia, só nesses países, a 10% de toda a nobreza européia [8]; nos outros lugares, era bem menor.

IV

No resto da Europa, a estrutura agrária era socialmente semelhante. Isto quer dizer que, para um trabalhador ou camponês, qualquer pessoa que possuísse uma propriedade era um "cavalheiro" e membro da classe dominante, e, vice-versa, o status de nobre ou de gentil-homem (que dava privilégios políticos e sociais e era ainda de fato a única via para os mais altos postos do Estado) era inconcebível sem uma propriedade. Na maioria dos países da Europa Ocidental, a ordem feudal implícita nessa maneira de pensar estava ainda muito viva politicamente, embora fosse cada vez mais obsoleta em termos econômicos. De fato, sua própria obsolescência econômica, que fazia com que os rendimentos dos nobres e cavalheiros fossem ficando cada vez mais para trás em relação ao aumento dos preços e dos gastos, levava a aristocracia a explorar com intensidade cada vez maior seu único bem econômico inalienável, os privilégios de status e de nascimento. Em toda a Europa continental os nobres expulsavam seus rivais mal-nascidos de todos os cargos rendosos no serviço da coroa: desde a Suécia, onde a proporção de funcionários plebeus caiu de 66% em 1719 (42% em 1700) para 23% em 1780 [9], até a França, onde esta "reação feudal" precipitou a Revolução Francesa (veja o capítulo 3). Mas mesmo onde estivesse claramente abalado sob certos aspectos – como na França, onde era relativamente fácil passar à condição de nobre proprietário, ou, mais ainda, na Inglaterra, onde esse status era a recompensa para qualquer tipo de riqueza, desde que ela fosse suficientemente grande – o elo entre a posse de terras e o status de classe dominante continuava de pé, e tinha de fato se tornado nos últimos tempos mais forte.

cadas na Tchecoslováquia depois de 1918, dos quais 500 mil acres dos Schoenborn e 500 mil dos Schwarzenberg, 400 mil dos Liechtenstein e 170 mil dos Kinsky. [6]

Economicamente, entretanto, a sociedade rural ocidental era muito diferente. O camponês típico tinha perdido muito da sua condição de servo no final da Idade Média, embora ainda freqüentemente guardasse muitas marcas amargas da dependência legal. A propriedade típica já de há muito deixara de ser uma unidade de iniciativa econômica e tinha-se tornado um sistema de cobrança de aluguéis e de outros rendimentos monetários. O camponês mais ou menos livre, grande, médio ou pequeno, era o lavrador típico. Se de alguma forma arrendatário, pagava aluguel ao senhor das terras (ou, em algumas áreas, uma quota da safra). Caso fosse tecnicamente um livre proprietário, provavelmente ainda devia ao senhor local uma série de obrigações que podiam ou não ser convertidas em dinheiro (como por exemplo a obrigação de enviar seu milho para o moinho do senhor), assim como devia impostos ao príncipe, dízimos à Igreja, e algumas obrigações de trabalho forçado, todas elas em contraste com a isenção relativa das camadas sociais mais altas. Mas se estes vínculos políticos fossem retirados, uma enorme parte da Europa surgiria como uma área de agricultura camponesa; uma área na qual, geralmente, uma minoria de camponeses abastados tendesse a se tornar de fazendeiros comerciais, vendendo ao mercado urbano um excedente permanente da safra, e uma maioria de pequenos e médios camponeses vivesse de suas propriedades mais ou menos de forma auto-suficiente, a menos que elas fossem tão pequenas que os obrigassem a trabalhar parte do tempo na agricultura ou na manufatura, em troca de salários.

Somente algumas áreas levaram o desenvolvimento agrário mais adiante, rumo a uma agricultura puramente capitalista. A Inglaterra era a principal delas. Lá, a propriedade de terras era extremamente concentrada, mas o agricultor típico era o arrendatário com um empreendimento comercial médio, operado por mão-de-obra contratada. Uma grande quantidade de pequenos proprietários, aldeões etc. ainda obscurecia este fato. Mas quando tudo se tornou claro, aproximadamente entre 1760 e 1830, o que apareceu não foi uma agricultura camponesa, mas sim uma classe de empresários agrícolas, os fazendeiros, e um enorme proletariado rural. Algumas áreas da Europa onde o investimento comercial tradicionalmente era feito na exploração agrícola, como em partes do norte da Itália e os Países Baixos, ou onde se produziam safras comerciais especializadas, também demonstravam fortes tendências capitalistas, mas isto era um fato excepcional. Uma outra exceção era a Irlanda, uma ilha infeliz que combinava as desvantagens das áreas atrasadas da Europa com as da proximidade da economia mais adiantada. Na Irlanda, um pequeno número de latifundiários ausentes da terra, semelhantes aos da Andaluzia ou da Sicília, explorava uma vasta massa de arrendatários por meio de exorbitantes aluguéis.

Tecnicamente a agricultura européia era ainda, com exceção de algumas regiões adiantadas, duplamente tradicional e assustadoramente ineficiente. Seus produtos eram ainda os tradicionais: centeio, trigo, cevada, aveia e, na Europa Oriental, trigo sarraceno (alimento básico da população), gado de corte, cabras e seus laticínios, porcos e aves, uma certa quantidade de frutas e legumes, vinho, e algumas matérias-primas industriais como a lã, a fibra de linho, cânhamo para cordame, cevada para a produção de cerveja etc. A alimentação da Europa era essencialmente regional. Os produtos de outros climas eram ainda raridades próximas do luxo, exceto talvez o açúcar, o mais importante alimento importado dos trópicos e cuja doçura provocou mais amargura humana do que qualquer outro. Na Inglaterra (reconhecidamente o país mais adiantado), o consumo anual médio *per capita* na década de 1790 era de 14 libras. Mas mesmo na Inglaterra o consumo *per capita* médio de chá, no ano da Revolução Francesa, era de menos de 2 onças por mês.

As novas culturas importadas das Américas ou de outras regiões tropicais tinham feito algum progresso. No sul da Europa e nos Bálcans, o milho indiano já se achava bastante disseminado – esta espécie de milho tinha ajudado a fixar camponeses nômades em suas regiões nos Bálcans – e no norte da Itália o arroz tinha experimentado certo avanço. O fumo era cultivado em vários principados, basicamente como um monopólio governamental para fins fiscais, embora seu uso pelos padrões modernos fosse desprezível: em 1790, o inglês médio fumava, cheirava ou mascava cerca de uma onça e um-terço por mês. A cultura da seda era comum em partes da Europa meridional. A batata, a mais importante das novas colheitas, estava apenas começando o seu caminho, exceto talvez na Irlanda, onde sua capacidade de alimentar a nível de subsistência mais gente por acre do que qualquer outro alimento já tinha feito dela o principal produto de cultivo. Fora da Inglaterra e dos Países Baixos, o cultivo sistemático de raízes e forragem (tirando o feno) ainda era uma exceção; e só as guerras napoleônicas trouxeram a produção em massa da beterraba para a fabricação de açúcar.

O século XVIII não era, logicamente, um século de estagnação agrícola. Pelo contrário, um longo período de expansão demográfica, de urbanização crescente, de fabricação e comércio encorajava a melhoria da agricultura e de fato a requisitava. A segunda metade do século viu o início do surpreendente e ininterrupto aumento da população que é tão característico do mundo moderno: entre 1755 e 1784, por exemplo, a população rural de Brabant (Bélgica) aumentou em 44% [10]. Mas o que impressionava os inúmeros incentivadores da melhoria agrícola, que multiplicavam suas associações em defesa desse objetivo, produzindo relatórios governamentais e publicações propagandísticas desde a Espanha até a Rússia, era o tamanho dos obstáculos para o avanço agrícola e não o progresso que se verificara.

V

O mundo agrícola era lerdo, a não ser talvez em seu setor capitalista. Já os mundos do comércio e das manufaturas, e as atividades intelectuais e tecnológicas que os acompanhavam, eram seguros e dinâmicos, e as classes que deles se beneficiavam eram ativas, determinadas e otimistas. O observador contemporâneo seria mais diretamente surpreendido pelo amplo desdobramento do comércio, que estava intimamente ligado à exploração colonial. Um sistema de vias comerciais marítimas, que crescia rapidamente em volume e capacidade, circundava a terra, trazendo seus lucros às comunidades mercantis européias do Atlântico Norte. Usavam o poderio colonial para roubar dos habitantes das Índias Orientais* as mercadorias exportadas dali para a Europa e a África, onde, juntamente com as mercadorias européias, eram usadas na compra de escravos para os sistemas de plantação que cresciam rapidamente nas Américas. As plantações americanas, por seu turno, exportavam açúcar, algodão etc. em quantidades cada vez mais vastas e baratas para os portos do Atlântico e do Mar do Norte, de onde eram redistribuídos para o leste, juntamente com as manufaturas e mercadorias tradicionais do comércio da Europa Ocidental com a Oriental: têxteis, sal, vinho e o resto. Do Báltico, por sua vez, vinham os cereais, a madeira e a fibra de linho. Da Europa Oriental, espécie de segunda zona colonial, os cereais, a madeira, a fibra de linho e o linho propriamente dito (uma lucrativa exportação para os trópicos), o cânhamo e o ferro. E entre as economias européias relativamente desenvolvidas – que incluíam, economicamente falando, as comunidades cada vez mais ativas de colonizadores brancos nas colônias britânicas do norte da América (depois de 1783, o norte dos EUA) – a teia do comércio tornou-se cada vez mais densa.

O *nabob* ou plantador retornava das colônias com fortunas que estavam além dos sonhos da avareza provinciana. Os mercadores e armadores cujos esplêndidos portos – Bordeaux, Bristol, Liverpool – haviam sido construídos ou reconstruídos durante o século pareciam ser os verdadeiros campeões econômicos da época, comparáveis somente aos grandes funcionários e financistas que tiravam suas fortunas dos lucrativos serviços dos Estados, pois esta era a época em que o termo "cargos rendosos no serviço da coroa" tinha seu significado literal. Comparada a eles, a classe média de advogados, gerentes de fazendas, cervejeiros locais, comerciantes e outros, que acumularam uma pequena fortuna proveniente do mundo agrícola, vivia uma vida pacata e modesta, e até mesmo o fabricante pareceria pouco mais que um primo pobre. Já que, embora a mineração e a fabricação estivessem-se expandindo rapidamente em todas as partes da Europa, o mercador (e

* Até certo ponto também do Extremo Oriente, onde compravam chá, seda, porcelana etc., para os quais havia uma crescente demanda na Europa. Mas a independência política da China e do Japão fazia deste comércio uma atividade menos pirata.

na Europa Oriental também muitas vezes o senhor feudal) é que continuava fundamentalmente a deter o seu controle.

Isto ocorria porque a principal forma de expandir a produção industrial era o chamado sistema doméstico ou do bota-fora, no qual o mercador comprava os produtos dos artesãos ou da mão-de-obra não agrícola do campesinato, exercida em biscate, para vendê-los num mercado mais amplo. O simples crescimento deste comércio inevitavelmente criou condições rudimentares para um precoce capitalismo industrial. O artesão que vendia suas mercadorias poder-se-ia transformar em pouco mais que um trabalhador pago por artigo produzido (especialmente quando o mercador lhe fornecia a matéria-prima, e talvez arrendasse equipamento produtivo). O camponês que também tecesse poderia vir a ser o tecelão que também tinha um pequeno lote de terra. A especialização dos processos e funções poderia dividir o velho ofício ou criar um complexo de trabalhadores semiqualificados entre os camponeses. O velho mestre-artesão, ou algum grupo especial de ofícios ou mesmo de intermediários locais poder-se-iam transformar em algo parecido com empregadores ou subcontratadores. Mas o controlador-chefe destas formas descentralizadas de produção, aquele que ligava a mão-de-obra de vilarejos perdidos ou de ruelas afastadas com o mercado mundial, era um tipo especial de mercador. E os "industriais" que estavam aparecendo ou a ponto de aparecer das fileiras dos próprios produtores eram, em comparação a ele, ínfimos operadores, quando não diretamente dependentes dele. Havia algumas exceções, especialmente na Inglaterra industrial. Os proprietários de siderurgias, homens como o grande oleiro Josiah Wedgwood, eram orgulhosos e respeitados, seus estabelecimentos visitados pelos curiosos de toda a Europa. Mas o industrial típico (a palavra não havia sido inventada ainda) era nesta época um pobre gerente e não um capitão de indústria.

Não obstante, qualquer que fosse seu status, as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante. O Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII, a Grã-Bretanha, devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam conseqüentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável. As ciências, ainda não divididas pelo academicismo do século XIX em uma ciência "pura" superior e uma outra "aplicada" inferior, dedicavam-se à solução de problemas produtivos, sendo que os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria. A grande *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle

sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica, que acreditamos estar inevitavelmente associado a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progessistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários. Estes homens saudaram Benjamin Franklin, impressor e jornalista, inventor, empresário, estadista e negociante astuto, como o símbolo do cidadão do futuro, *o self-made-man* racional e ativo. Na Inglaterra, onde os novos homens não tinham necessidade de encarnações revolucionárias transatlânticas, estes homens formavam as sociedades provincianas das quais nasceram tanto o avanço político e social quanto o científico. A *Sociedade Lunar* de Birmingham incluía entre seus membros o oleiro Josiah Wedgwood, o inventor da moderna máquina a vapor James Watt e seu sócio Matthew Boulton, o químico Priestley, o biólogo e gentil-homem Erasmus Darwin (pioneiro das teorias da evolução e avô do grande Darwin) e o grande impressor Baskerville. Estes homens se organizavam por toda parte em lojas de franco-maçonaria, onde as distinções de classe não importavam e a ideologia do iluminismo era propagada com um desinteressado denodo.

É significativo que os dois principais centros dessa ideologia fossem também os da dupla revolução, a França e a Inglaterra; embora de fato as idéias iluministas ganhassem uma voz corrente internacional mais ampla em suas formulações francesas (até mesmo quando fossem simplesmente versões galicistas de formulações britânicas). Um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento "iluminado". Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião "racional" ou "natural"), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus slogans. No devido tempo se tornaram os slogans da Revolução Francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter as conseqüências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam ser esperados – podiam de fato já ser observados como provenientes – de um exercício irrestrito do talento individual num mundo de razão. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas idéias. No começo do século, as bruxas ainda eram queimadas; no final, os governos do iluminismo,

como o austríaco, já tinham abolido não só a tortura judicial mas também a escravidão. O que não se poderia esperar se os remanescentes obstáculos ao progresso, tais como os interesses estabelecidos do feudalismo e da Igreja, fossem eliminados?

Não é propriamente correto chamarmos o "iluminismo" de uma ideologia da classe média, embora houvesse muitos iluministas – e foram eles os politicamente decisivos – que assumiram como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista [11]. Em teoria seu objetivo era libertar todos os seres humanos. Todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estão implícitas nele, e de fato surgiram dele. Embora na prática os líderes da emancipação exigida pelo iluminismo fossem provavelmente membros dos escalões médios da sociedade, embora os novos homens racionais o fossem por habilidade e mérito e não por nascimento, e embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e "burguesa".

É mais correto chamarmos o "iluminismo" de ideologia revolucionária, apesar da cautela e moderação política de muitos de seus expoentes continentais, a maioria dos quais – até a década de 1780 – depositava sua fé na iluminada monarquia absoluta. Pois o iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa. Era demais esperar que os *anciens régimes* se abolissem voluntariamente. Ao contrário, como vimos, em alguns aspectos eles estavam-se fortalecendo contra o avanço das novas forças econômicas e sociais. E suas fortalezas (fora da Grã-Bretanha, as Províncias Unidas e alguns outros lugares onde já tinham sido derrotados) eram as próprias monarquias em que os iluministas moderados depositavam sua fé.

VI

Com exceção da Grã-Bretanha, que fizera sua revolução no século XVII, e alguns Estados menores, as monarquias absolutas reinavam em todos os Estados em funcionamento no continente europeu; aqueles em que elas não governavam ruíram devido à anarquia e foram tragados por seus vizinhos, como a Polônia. Os monarcas hereditários pela graça de Deus comandavam hierarquias de nobres proprietários, apoiados pela organização tradicional e a ortodoxia das igrejas e envolvidos por uma crescente desordem das instituições que nada tinham a recomendá-las exceto um longo passado. É verdade que a simples necessidade de coesão e eficiência estatais em uma era de aguçada rivalidade internacional tinha de há muito obrigado os monarcas a pôr freio às tendências anárquicas de seus nobres e outros interesses estabelecidos e a preencher seu aparelho estatal tanto quanto possível com pessoal civil não aristocrata. Além disso, na última parte do século

XVIII, estas necessidades e o evidente sucesso internacional do poderio capitalista britânico levaram a maioria destes monarcas (ou melhor, seus conselheiros) a tentar programas de modernização intelectual, administrativa, social e econômica. Naquela época, os príncipes adotavam o slogan do "iluminismo" do mesmo modo como os governos de nosso tempo, por razões análogas, adotam slogans de "planejamento"; e, como em nossos dias, alguns dos que adotavam slogans em teoria muito pouco fizeram na prática, e a maioria dos que fizeram alguma coisa estava menos interessada nas idéias gerais que estavam por trás da sociedade "iluminada" (ou "planejada") do que na vantagem prática de adotar os métodos mais modernos de multiplicação de seus impostos, riqueza e poder.

Reciprocamente, as classes média e instruída e as empenhadas no progresso quase sempre buscavam o poderoso aparelho central de uma monarquia "iluminada" para levar a cabo suas esperanças. Um príncipe necessitava de uma classe média e de suas idéias para modernizar o seu Estado; uma classe média fraca necessitava de um príncipe para quebrar a resistência ao progresso, causada por arraigados interesses clericais e aristocráticos.

Contudo, de fato, a monarquia absoluta, não obstante quão moderna e inovadora, achava impossível e pouco se interessava em libertar-se da hierarquia dos nobres proprietários, à qual, afinal de contas, pertencia, e cujos valores simbolizava e incorporava, e de cujo apoio dependia grandemente. A monarquia absoluta, apesar de teoricamente livre para fazer o que bem entendesse, na prática pertencia ao mundo que o iluminismo tinha batizado de *féodalité* ou feudalismo, termo mais tarde popularizado pela Revolução Francesa. Uma monarquia deste tipo estava pronta a usar todos os recursos disponíveis para fortalecer sua autoridade, aumentar a renda tributável dentro de suas fronteiras e seu poderio fora delas, e isto bem poderia levá-la a fomentar o que de fato eram as forças da sociedade em ascensão. Ela se achava preparada para fortalecer seu poderio político lançando uma propriedade, uma classe ou uma província contra a outra. Contudo, seus horizontes eram o de sua história, de sua função e de sua classe. Ela quase nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o progresso da economia e os grupos sociais ascendentes.

Para tomarmos um exemplo óbvio, poucos pensadores racionais, mesmo dentre os conselheiros dos príncipes, duvidavam seriamente da necessidade de se abolir a servidão e os laços remanescentes da dependência feudal camponesa. Tal reforma era reconhecida como um dos principais pontos de qualquer programa "esclarecido", e não havia nenhum príncipe de Madri a São Petersburgo e de Nápoles a Estocolmo que não tivesse subscrito esse programa durante o quarto de século que precedeu a Revolução Francesa. Contudo, de fato, as únicas libertações camponesas que tiveram lugar antes de 1789 foram em peque-

nos e atípicos Estados como a Dinamarca e a Savóia, e em propriedades pessoais de um ou outro príncipe. Uma libertação de grande porte foi tentada por José II da Áustria em 1781; mas fracassou, em face da resistência política de interesses estabelecidos e da rebelião camponesa que ultrapassou o que tinha sido programado, e teve que ficar incompleta. O que de fato aboliu as relações agrárias feudais em toda a Europa Ocidental e Central foi a Revolução Francesa, por ação direta, reação ou exemplo, e a revolução de 1848.

Havia assim um conflito latente, que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade "burguesa", que não podia ser resolvido dentro da estrutura dos regimes políticos existentes, exceto, é claro, onde estes regimes já incorporassem o triunfo burguês, como na Grã-Bretanha. O que tornou estes regimes ainda mais vulneráveis foi que eles estavam sujeitos a pressões de três lados: das novas forças, da arraigada e cada vez mais dura resistência dos interesses estabelecidos mais antigos, e dos inimigos estrangeiros.

Seu ponto mais vulnerável era aquele em que as oposições do velho e do novo tendiam a coincidir: nos movimentos autônomos das colônias ou províncias mais remotas ou sob controle menos firme. Assim, na monarquia dos Habsburgo, as reformas de José II na década de 1780 produziram tumulto nos Países Baixos austríacos (hoje Bélgica) e um movimento revolucionário que em 1789 aliou-se naturalmente ao movimento revolucionário francês. Mais comumente, as comunidades de colonizadores brancos nas colônias européias de além-mar ressentiram-se da política de seus governos centrais, que subordinavam os interesses das colônias estritamente aos interesses metropolitanos. Em todas as partes das Américas, a espanhola, a francesa e a inglesa, bem como na Irlanda, estes movimentos de colonizadores exigiam autonomia – nem sempre para a instauração de regimes que representassem forças economicamente mais progressistas do que a metrópole – e várias colônias britânicas obtiveram-na pacificamente durante algum tempo, como a Irlanda, ou então por meios revolucionários, como os EUA. A expansão econômica, o desenvolvimento das colônias e as tensões das reformas tentadas pelo "absolutismo iluminado" multiplicaram as oportunidades para esses conflitos nas décadas de 1770 e 1780.

Em si mesma, a dissidência colonial ou provinciana não foi fatal. As velhas e estabelecidas monarquias podiam sobreviver à perda de uma província ou duas, e a principal vítima da autonomia das colônias, a Grã-Bretanha, não sofria das fraquezas dos velhos regimes e portanto continuou tão estável e dinâmica como sempre, apesar da revolução americana. Eram poucas as regiões onde as condições puramente domésticas eram suficientes para uma maior transferência do poder. O que tornou a situação explosiva foi a rivalidade internacional.

Assim mesmo porque a rivalidade internacional, ou seja, a guerra, testava os recursos de um Estado como nenhum outro fator poderia fazê-lo. Quando não conseguiam passar por esse teste, os Estados tremiam, rachavam ou caíam. Uma grande rivalidade desse tipo dominou a cena internacional européia durante a maior parte do século XVIII e esteve no centro de seus repetidos períodos de guerra geral: 1689-1713, 1740-8, 1756-63, 1776-83 e, chegando até o nosso período, 1792-1815. Foi o conflito entre a Grã-Bretanha e a França, que em certo sentido foi também o conflito entre os velhos e os novos regimes. Já que a França, embora tivesse despertado a hostilidade britânica com a rápida expansão de seu império e de seu comércio colonial, era também a monarquia absoluta aristocrática mais poderosa, eminente e influente, em uma palavra, a mais clássica. Em nenhum outro fenômeno estava exemplificada de forma mais viva a superioridade da nova ordem social sobre a velha do que no conflito entre estas duas forças. Pois a Inglaterra não só venceu, com variados graus de determinação, todas as guerras, com a exceção de uma, como ainda suportou o esforço de organizá-las, financiá-las e desencadeá-las com relativa facilidade. A monarquia francesa, por seu turno, embora muito maior, mais populosa e, em termos de potencial de recursos, mais rica que a britânica, achou o esforço grande demais. Após sua derrota na Guerra dos Sete Anos (1756-63), a revolta das colônias americanas deu-lhe a oportunidade de virar a mesa sobre o adversário. A França aceitou o desafio. E de fato, no subseqüente conflito internacional, a Grã-Bretanha saiu duramente derrotada, perdendo a parte mais importante do seu império americano; e a França, aliada dos novos EUA, saiu conseqüentemente vitoriosa. Mas o custo foi excessivo, e as dificuldades do governo francês levaram o país inevitavelmente a um período de crise política interna, da qual, seis anos mais tarde, surgiria a Revolução.

VII

Devemos ainda completar este levantamento preliminar do mundo às vésperas da dupla revolução com um exame das relações entre a Europa (ou, mais precisamente, o noroeste da Europa) e o resto do mundo. O completo domínio político e militar do mundo pela Europa (e seus prolongamentos ultramarinos, as comunidades de colonização branca) viria a ser o produto da era da dupla revolução. Em fins do século XVIII, várias das grandes civilizações e forças não européias ainda se confrontavam com o colonizador, o marujo e o soldado brancos em termos aparentemente iguais. O grande império chinês, então no auge de seu desenvolvimento sob a dinastia Manchu (Ch'ing), não era vítima de ninguém. Ao contrário, o que se passava era que a corrente de influência cultural corria de leste para oeste, e os filósofos eu-

ropeus ponderavam sobre as lições daquela civilização tão diferente, embora tão evoluída, enquanto artistas e artesãos incorporavam a seus trabalhos os temas e motivos do Extremo Oriente, freqüentemente mal entendidos, e adaptavam seus novos materiais (porcelana) para fins europeus. As potências islâmicas, embora (como a Turquia) periodicamente abaladas pelas forças militares de Estados europeus vizinhos (a Áustria e sobretudo a Rússia), estavam longe das tristes deformidades em que se transformariam no século XIX. A África continuava virtualmente imune à penetração militar européia. Exceto em pequenas áreas próximas ao Cabo da Boa Esperança, os brancos estavam confinados aos postos comerciais do litoral.

Ainda assim a rápida e sempre crescente expansão maciça do comércio e do empreendimento capitalista europeu minava a ordem social dessas civilizações; na África, com a intensidade sem precedentes do terrrível tráfico de escravos, em todo o Oceano Índico, com a penetração das potências colonizadoras rivais, e no Oriente Médio e Próximo, através do comércio e do conflito militar. Já então a conquista européia direta começava a avançar de modo significativo para além da área há muito ocupada pela colonização pioneira dos espanhóis e dos portugueses no século XVI e pelos colonizadores brancos norte-americanos no século XVII. O avanço decisivo foi feito pelos ingleses, que já tinham estabelecido o controle territorial direto sobre parte da Índia (especialmente Bengala), derrubando virtualmente o império Mughal, passo que os levaria no período de que trata este livro a se tornarem administradores e governantes de toda a Índia. Já então, a relativa fragilidade das civilizações não européias, quando confrontadas com a superioridade militar e tecnológica do Ocidente, era previsível. O que se chamou "a era de Vasco da Gama", ou seja, os quatro séculos da história do mundo em que um punhado de Estados europeus e de forças capitalistas européias estabeleceram um domínio completo, embora temporário – como é hoje evidente – sobre o mundo inteiro, estava para atingir seu clímax. A dupla revolução estava a ponto de tornar irresistível a expansão européia, embora estivesse também a ponto de dar ao mundo não europeu as condições e o equipamento para seu eventual contra-ataque.

Segundo Capítulo

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Tais obras, quaisquer que sejam seus funcionamentos, causas e conseqüências, têm infinito mérito, e dão grande crédito aos talentos deste homem mui engenhoso e útil, que terá o mérito de, onde quer que vá, fazer com que os homens pensem... *Livre-se desta indiferença estúpida, sonolenta e preguiçosa, desta negligência indolente, que prende os homens aos mesmos caminhos de seus antepassados, sem indagação, sem raciocínio, e sem ambição, e com certeza você estará fazendo o bem. Que seqüência de idéias, que espírito de aplicação, que massa e poder de esforço brotaram, em todos os caminhos da vida, das obras de homens como Brindley, Watt, Priestley, Arkwright... Em que caminho da vida pode estar um homem que não se sinta estimulado ao ver a máquina a vapor de Watt?*

Arthur Young, *Viagens na Inglaterra e no País de Gales* [1]

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

A. de Toqueville a respeito de Manchester em 1835 [2].

I

Comecemos com a revolução industrial, isto é, com a Inglaterra. Este, à primeira vista, é um ponto de partida caprichoso, pois as repercussões desta revolução não se fizeram sentir de uma maneira óbvia e inconfundível – pelo menos fora da Inglaterra – até bem o final do nosso período; certamente não antes de 1830, provavelmente não antes de 1840 ou por essa época. Foi somente na década de 1830 que a literatura e as artes começaram a ser abertamente freqüentadas pela ascensão da sociedade capitalista, por um mundo no qual todos os laços sociais se desintegravam exceto os laços entre o ouro e o papel-moeda (no dizer de Carlyle). A *Comédie Humaine* de Balzac, o mais extraordinário monumento literário dessa ascensão, pertence a esta década. Até 1840 a grande corrente de literatura oficial e não oficial sobre os efei-

tos sociais da revolução industrial ainda não começara a fluir: os *Bluebooks* e as averiguações estatísticas na Inglaterra, o *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers* de Villermé, a obra de Engels *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra,* o trabalho de Ducpetiaux na Bélgica, e dezenas e dezenas de observadores surpresos ou assustados da Alemanha à Espanha e EUA. Só a partir da década de 1840 é que o proletariado, rebento da revolução industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais – o espectro do Manifesto Comunista –, abriram caminho pelo continente. O próprio nome de revolução industrial reflete seu impacto relativamente tardio sobre a Europa. A coisa existia na Inglaterra antes do termo. Os socialistas ingleses e franceses – eles próprios um grupo sem antecessores – só o inventaram por volta da década de 1820, provavelmente por analogia com a revolução política na França [3].

Ainda assim, seria de bom alvitre considerá-la primeiro, por duas razões. Primeiro, porque de fato ela "explodiu" – para usar um verbo que parece pedir objeto – antes que a Bastilha fosse assaltada; e, segundo, porque sem ela não podemos entender o vulcão impessoal da história sobre o qual nasceram os homens e acontecimentos mais importantes de nosso período e a complexidade desigual de seu ritmo.

O que significa a frase "a revolução industrial explodiu"? Significa qua a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a "partida para o crescimento auto-sustentável". Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. A "partida" não foi logicamente um desses fenômenos que, como os terremotos e os cometas, assaltam o mundo não-técnico de surpresa. Sua pré-história na Europa pode ser traçada, dependendo do gosto do historiador e do seu particular interesse, até cerca do ano 1000 de nossa era, se não antes, e tentativas anteriores de alçar vôo, desajeitadas como as primeiras experiências dos patinhos, foram exaltadas com o nome de "revolução industrial" – no século XIII, no XVI e nas últimas décadas do XVII. A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 e não a de 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a "partida". A economia, por assim dizer, voava.

Chamar este processo de revolução industrial é lógico e está em conformidade com uma tradição bem estabelecida, embora tenha sido

moda entre os historiadores conservadores – talvez devido a uma certa timidez face a conceitos incendiários – negar sua existência e substituí-la por termos banais como "evolução acelerada". Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático. De fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se "completou", pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma deste então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma "economia industrial amadurecida" para usarmos o termo técnico. Na Grã-Bretanha, e portanto no mundo, este período de industrialização inicial provavelmente coincide quase que exatamente com o período de que trata este livro, pois se ele começou com a "partida" na década de 1780, pode-se dizer com certa acuidade que terminou com a construção das ferrovias e da indústria pesada na Grã-Bretanha na década de 1840. Mas a revolução mesma, o "ponto de partida", pode provavelmente ser situada, com a precisão possível em tais assuntos, em certa altura dentro dos 20 anos que vão de 1780 a 1800: contemporânea da Revolução Francesa, embora um pouco anterior a ela.

Sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental. Se tivesse que haver uma disputa pelo pioneirismo da revolução industrial no século XVIII, só haveria de fato um concorrente a dar a largada: o grande avanço comercial e industrial de Portugal à Rússia, fomentado pelos inteligentes e nem um pouco ingênuos ministros e servidores civis de todas as monarquias iluminadas da Europa, todos eles tão preocupados com o crescimento econômico quanto os administradores de hoje em dia. Alguns pequenos Estados e regiões de fato se industrializaram de maneira bem impressionante, como por exemplo a Saxônia e a diocese de Liège, embora seus complexos industriais fossem muito pequenos e localizados para exercer a mesma influência revolucionária mundial dos complexos britânicos. Mas parece claro que até mesmo antes da revolução a Grã-Bretanha já estava, no comércio e na produção *per capita,* bastante à frente de seu maior competidor em potencial, embora ainda comparável a ele em termos de comércio e produção totais.

Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. Nas ciências naturais os franceses estavam seguramente à frente dos ingleses, vantagem que a Revolução Francesa veio acentuar de forma marcante, pelo menos na matemática e na física, pois ela incentivou as ciências na França enquanto que a reação suspeitava delas na Inglaterra. Até mesmo nas

ciências sociais os britânicos ainda estavam muito longe daquela superioridade que fez – e em grande parte ainda faz – da economia um assunto eminentemente anglo-saxão; mas a revolução industrial colocou-os em um inquestionável primeiro lugar. O economista da década de 1780 lia Adam Smith, mas também – e talvez com mais proveito – os fisiocratas e os contabilistas fiscais franceses, Quesnay, Turgot, Dupont de Nemours, Lavoisier, e talvez um ou dois italianos. Os franceses produziram inventos mais originais, como o tear de Jacquard (1804) – um aparelho mais complexo do que qualquer outro projetado na Grã-Bretanha – e melhores navios. Os alemães possuíam instituições de treinamento técnico, como a *Bergakademie* prussiana, que não tinham paralelo na Grã-Bretanha, e a Revolução Francesa criou um corpo único e impressionante, a *École Polytechnique*. A educação inglesa era uma piada de mau gosto, embora suas deficiências fossem um tanto compensadas pelas duras escolas do interior e pelas universidades democráticas, turbulentas e austeras da Escócia calvinista, que lançavam uma corrente de jovens racionalistas, brilhantes e trabalhadores, em busca de uma carreira no sul do país: James Watt, Thomas Telford, Loudon McAdam, James Mill. Oxford e Cambridge, as duas únicas universidades inglesas, eram intelectualmente nulas, como o eram também as sonolentas escolas públicas, com a exceção das Academias fundadas pelos dissidentes que foram excluídas do sistema educacional (anglicano). Até mesmo as famílias aristocráticas que desejavam educação para seus filhos confiavam em tutores e universidades escocesas. Não havia qualquer sistema de educação primária antes que os quaker Lancaster (e, depois deles, seus rivais anglicanos) lançassem uma espécie de alfabetização em massa, elementar e realizada por voluntários, no princípio do século XIX, incidentalmente selando para sempre a educação inglesa com controvérsias sectárias. Temores sociais desencorajavam a educação dos pobres.

Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para se fazer a revolução industrial*. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiadeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente mais

* "Por um lado, é gratificante perceber que os ingleses obtêm um rico tesouro para sua vida política ao estudar os autores antigos, embora às vezes de maneira pedante; tanto que os oradores parlamentares freqüentemente citavam os antigos para conseguir seus intentos, prática esta que era favoravelmente recebida pela Assembléia e surtia efeito. Por outro lado, é surpreendente que num país onde são predominantes as tendências manufatureiras, sendo portanto evidente a necessidade de se familiarizar o povo com as ciências e as artes que fazem progredir estes objetivos, passe quase desapercebida a ausência destas disciplinas no currículo da educação da juventude. É igualmente surpreendente o quanto, não obstante, é conseguido, por homens que se ressentem de um educação formal para suas profissões." W. Wachsmuth, *Europaeische Sittengeschichte 5,2* (Leipzig 1839), p. 736.

sofisticada, a máquina a vapor rotativa de James Watt (1784), necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século – a *teoria* adequada das máquinas a vapor só foi desenvolvida *ex post facto* pelo francês Carnot na década de 1820 – e podia contar com várias gerações de utilização, prática de máquinas a vapor, principalmente nas minas. Dadas as condições adequadas, as inovações técnicas da revolução industrial praticamente se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na ciência e em busca de seus benefícios práticos. [4]

Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos Anexos (*Enclosure Acts*, 1760-1830) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um "campesinato britânico" da mesma maneira que um campesinato russo, alemão ou francês. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (Duas outras funções eram provavelmente menos importantes na Grã-Bretanha: a criação de um mercado suficientemente grande entre a população agrícola – normalmente a grande massa do povo – e o fornecimento de um excedente de exportação que contribuísse para garantir as importações de capital.) Um considerável volume de capital social elevado – o caro equipamento geral necessário para toda a economia progredir suavemente – já estava sendo criado, principalmente na construção de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. A política ja estava engatada ao lucro. As exigências específicas dos homens de negócios podiam encontrar a resistência de outros interesses estabelecidos; e, como veremos, os proprietários rurais haviam de erguer uma última barreira para impedir o avanço da mentalidade industrial entre 1795 e 1846. No geral, todavia, o dinheiro não só falava como governava. Tudo que os industriais precisavam

para serem aceitos entre os governantes da sociedade era bastante dinheiro.

O homem de negócios estava sem dúvida engajado no processo de conseguir mais dinheiro, pois a maior parte do século XVIII foi para grande parte da Europa um período de prosperidade e de cômoda expansão econômica; o verdadeiro pano de fundo para o alegre otimismo do dr. Pangloss, de Voltaire. Pode-se muito bem argumentar que mais cedo ou mais tarde esta expansão, acompanhada de uma pequena inflação, teria empurrado algum país através do portal que separa a economia pré-industrial da industrial. Mas o problema não é tão simples. A maior parte da expansão industrial do século XVIII não levou de fato e imediatamente, ou dentro de um futuro previsível, a uma *revolução* industrial, isto é, à criação de um "sistema fabril" mecanizado que por sua vez produz em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar o seu próprio mercado *. Por exemplo, a indústria de construções, ou as inúmeras indústrias de pequeno porte produtoras de objetos de metal para uso doméstico – alfinetes, vasilhas, facas, tesouras etc. –, na Inglaterra central e na região de Yorkshire, expandiram-se grandemente neste período, mas sempre em função do mercado existente. Em 1850, embora tivessem produzido bem mais do que em 1750, o fizeram substancialmente de maneira antiquada. O que era necessário não era um tipo qualquer de expansão, mas sim o tipo especial de expansão que produziu Manchester ao invés de Birmingham.

Além disso, as revoluções industriais pioneiras ocorreram em uma situação histórica especial, em que o crescimento econômico surge de um acúmulo de decisões de incontáveis empresários e investidores particulares, cada um deles governado pelo primeiro mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender no mais caro. Como poderiam eles descobrir que o lucro máximo devia ser detido com a organização da revolução industrial e não com atividades comerciais mais conhecidas (e mais lucrativas no passado)? Como poderiam saber, o que ninguém sabia até então, que a revolução industrial produziria uma aceleração ímpar na expansão dos seus mercados? Dado que as principais bases sociais de uma sociedade industrial tinham sido lançadas, como quase certamente já acontecera na Inglaterra de fins do século XVIII, duas coisas eram necessárias: primeiro, uma indústria que já oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante que pudesse expandir sua produção rapidamente, se necessário através de inovações simples e razoavelmente baratas, e, segundo, um mercado *mundial* amplamente monopolizado por uma única nação produtora. *

* A indústria automobilística moderna é um bom exemplo disto. Não foi a demanda de carros existentes na década de 1890 que criou uma indústria de porte atual, mas a capacidade de produzir carros baratos é que fomentou a atual demanda em massa.

Estas considerações se aplicam em certos aspectos a todos os países nessa época. Por exemplo, em todos eles a dianteira no crescimento industrial foi tomada por fabricantes de mercadorias de consumo de massa – principalmente, mas não exclusivamente, produtos têxteis [6] – porque o mercado para tais mercadorias já existia e os homens de negócios podiam ver claramente suas possibilidades de expansão. Sob outros aspectos, entretanto, eles se aplicam somente à Grã-Bretanha, pois os industriais pioneiros enfrentaram os problemas mais difíceis. Uma vez iniciada a industrialização na Grã-Bretanha, outros países podiam começar a gozar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava. Além do mais, o sucesso britânico provou o que se podia conseguir com ela, a técnica britânica podia ser imitada, o capital e a habilidade britânica podiam ser importados. A indústria têxtil saxônica, incapaz de criar seus próprios inventos, copiou os modelos ingleses, às vezes com a supervisão de mecânicos ingleses; os ingleses que tinham um certo gosto pelo continente, como os Cockerill, estabeleceram-se na Bélgica e em várias partes da Alemanha. Entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinaria para (processamento e transformação do) algodão e investimentos britânicos.

A Grã-Bretanha não gozava dessas vantagens. Por outro lado, possuía uma economia bastante forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores. De fato, as guerras de 1738-1815, a última e decisiva fase do secular duelo anglo-francês, virtualmente eliminaram do mundo não europeu todos os rivais dos britânicos, exceto até certo ponto os jovens EUA. Além do mais, a Grã-Bretanha possuía uma indústria admiravelmente ajustada à revolução industrial pioneira sob condições capitalistas e uma conjuntura econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial.

II

A indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino, que produzia sua matéria-prima (ou melhor, uma de suas matérias-primas, pois o produto original era o *fustão*, uma mistura de algodão e linho) e os tecidos indianos de al-

* "Só muito vagarosamente o poder aquisitivo se expandiu com a população, a renda *per capita*, os custos dos transportes e as restrições ao comércio. Mas o mercado se expandia, e a pergunta vital era: quando um produtor de alguma mercadoria de consumo de massa conseguiria uma fatia do mesmo suficientemente grande para permitir uma expansão rápida e contínua de sua produção." [5]

godão, ou *chita*, que conquistaram os mercados que os fabricantes europeus tentariam ganhar com suas imitações. Inicialmente eles não foram muito bem sucedidos, embora melhor capacitados a reproduzir competitivamente as mercadorias grosseiras e baratas do que as finas e elaboradas. Felizmente, entretanto, o velho e poderoso interesse estabelecido do comércio lanífero periodicamente assegurava proibições de importação de chitas indianas (que o interesse puramente mercantil da Companhia das Índias Orientais procurava exportar da Índia nas maiores quantidades possíveis), dando assim uma chance aos substitutos da indústria algodoeira nativa. Mais barato que a lã, o algodão e as misturas de algodão conquistaram um mercado doméstico pequeno porém útil. Mas suas maiores chances de expansão rápida estavam no ultramar.

O comércio colonial tinha criado a indústria algodoeira, e continuava a alimentá-la. No século XVIII ela se desenvolvera perto dos maiores portos coloniais: Bristol, Glasgow e, especialmente, Liverpool, o grande centro do comércio de escravos. Cada fase deste comércio desumano, mas sempre em rápida expansão, a estimulava. De fato, durante todo o período de que trata este livro, a escravidão e o algodão marcharam juntos. Os escravos africanos eram comprados, pelo menos em parte, com produtos de algodão indianos, mas, quando o fornecimento destas mercadorias era interrompido pela guerra ou uma revolta na Índia ou arredores, entrava em jogo a região de Lancashire. As plantações das Índias Ocidentais, onde os escravos eram arrebanhados, forneciam o grosso do algodão para a indústria britânica, e em troca os plantadores compravam tecidos de algodão de Manchester em apreciáveis quantidades. Até pouco antes da "partida", quase o total das exportações de algodão da região de Lancashire ia para os mercados americano e africano [7]. Mais tarde a região de Lancashire viria a pagar sua dívida com a escravidão preservando-a; pois depois da década de 1790 as plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos foram aumentadas e mantidas pelas insaciáveis e vertiginosas demandas das fábricas de Lancashire, às quais forneciam o grosso da sua produção de algodão bruto.

A indústria algodoeira foi assim lançada, como um planador, pelo empuxo do comércio colonial ao qual estava ligada; um comércio que prometia uma expansão não apenas grande, mas rápida e sobretudo imprevisível, que encorajou o empresário a adotar as técnicas revolucionárias necessárias para lhe fazer face. Entre 1750 e 1769, a exportação britânica de tecidos de algodão aumentou mais de dez vezes. Assim, a recompensa para o homem que entrou primeiro no mercado com as maiores quantidades de algodão era astronômica e valia os riscos da aventura tecnológica. Mas o mercado ultramarino, e especialmente as suas pobres e atrasadas "áreas subdesenvolvidas", não só se expandia de forma fantástica de tempos em tempos, como também o fazia constantemente sem um limite aparente. Sem dúvida, qualquer

pedaço dele, considerado isoladamente, era pequeno pelos padrões industriais, e a competição de diferentes "economias adiantadas" o fez ainda menor. Mas, como já vimos, supondo que qualquer uma das economias adiantadas conseguisse, por um período suficientemente longo, monopolizar *todos* ou quase todos os seus setores, então suas perspectivas seriam realmente ilimitadas. Foi precisamente o que conseguiu a indústria algodoeira britânica, ajudada pelo agressivo apoio do governo nacional. Em termos de vendas, a revolução industrial pode ser descrita, com a exceção dos primeiros anos da década de 1780, como a vitória do mercado exportador sobre o doméstico: por volta de 1814, a Grã-Bretanha exportava cerca de quatro jardas de tecido de algodão para cada três usadas internamente, e, por volta de 1850, treze para cada oito [8]. E dentro deste mercado exportador em expansão, por sua vez, os mercados colonial e semicolonial, por muito tempo os maiores pontos de vazão para os produtos britânicos, triunfaram. Durante as guerras napoleônicas, quando os mercados europeus foram grandemente interrompidos pelas guerras e bloqueios econômicos, isto era bastante natural. Mas até mesmo depois das guerras, eles continuaram a se afirmar. Em 1820, a Europa, mais uma vez aberta às livres importações da ilha, adquiriu 128 milhões de jardas de tecidos de algodão britânicos; a América, fora os EUA, a África e a Ásia adquiriram 80 milhões; mas por volta de 1840 a Europa adquiriu 200 milhões de jardas, enquanto as áreas "subdesenvolvidas" adquiriram 529 milhões.

Pois dentro destas áreas a indústria britânica tinha estabelecido um monopólio por meio de guerras, revoluções locais e de seu próprio domínio imperial. Duas regiões merecem particular atenção. A América Latina veio realmente depender de importações britânicas durante as guerras napoleônicas, e, depois que se separou de Portugal e Espanha (vide capítulos 6-I e 13-I adiante), tornou-se quase que totalmente dependente economicamente da Grã-Bretanha, sendo afastada de qualquer interferência política dos seus possíveis competidores europeus. Por volta de 1820, as importações de tecidos de algodão ingleses feitas por este empobrecido continente já equivaliam a mais de um quarto das importações européias do mesmo produto britânico; por volta de 1840, adquiriu o equivalente quase à metade do que importou a Europa. As Índias Orientais haviam sido, como vimos, o exportador tradicional de tecidos de algodão, encorajada pela Companhia das Índias Orientais. Mas como o interesse industrial estabelecido prevaleceu na Grã-Bretanha, os interesses mercantis da Índia Oriental (para não mencionar os dos próprios indianos) foram empurrados para trás. A Índia foi sistematicamente desindustrializada e passou de exportador a mercado para os produtos de algodão da região de Lancashire: em 1820, o subcontinente adquiriu somente 11 milhões de jardas; mas por volta de 1840 já adquiria 145 milhões. Isto não era meramente uma extensão gratificante dos mercados de Lancashire. Era um grande marco na história mundial. Pois desde a aurora dos tempos a Europa

tinha sempre importado mais do Oriente do que exportado para lá; porque havia pouca coisa que o Oriente necessitava do Ocidente em troca das especiarias, sedas, chitas, jóias etc. que lhe enviava. Os panos de algodão da revolução industrial inverteram pela primeira vez esta relação, que tinha até então se mantido em equilíbrio por uma mistura de exportações de lingotes e roubo. Somente os auto-suficientes e conservadores chineses ainda se recusavam a comprar o que o Ocidente, ou as economias controladas pelo Ocidente, oferecia, até que entre 1815 e 1842 comerciantes ocidentais, auxiliados pelas canhoneiras ocidentais, descobrissem uma mercadoria ideal que podia ser exportada em massa da Índia para o Extremo Oriente: o ópio.

O algodão, portanto, fornecia possibilidades suficientemente astronômicas para tentar os empresários privados a se lançarem na aventura da revolução industrial e também uma expansão suficientemente rápida para torná-la uma exigência. Felizmente ele também fornecia as outras condições que a tornaram possível. Os novos inventos que o revolucionaram – a máquina de fiar, o tear movido a água, a fiadeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor – eram suficientemente simples e baratos e se pagavam quase que imediatamente em termos de maior produção. Podiam ser instalados, se necessário peça por peça, por homens que começavam com algumas libras emprestadas, já que os homens que controlavam as maiores fatias da riqueza do século XVIII não estavam muito inclinados a investir grandes somas na indústria. A expansão da indústria podia ser facilmente financiada através dos lucros correntes, pois a combinação de suas vastas conquistas de mercado com uma constante inflação dos preços produzia lucros fantásticos. "Não foram os 5 ou 10%", diria mais tarde um político inglês, com justiça, "mas as centenas ou os milhares por cento que fizeram as fortunas de Lancashire." Em 1789, um ex-ajudante de um vendedor de tecidos, como Robert Owen, podia iniciar com um empréstimo de 100 libras em Manchester; por volta de 1809, ele comprou a parte de seus sócios nas fábricas de New Lanark por 84 mil libras *em dinheiro vivo*. E seu sucesso nos negócios foi relativamente modesto. Deve-se lembrar que por volta de 1800 menos de 15% das famílias britânicas tinham uma renda superior a 50 libras por ano, e, destas, somente um-quarto ganhava mais de 200 libras por ano [9].

Mas a indústria do algodão tinha outras vantagens. Toda a sua matéria-prima vinha do exterior, e seu suprimento podia portanto ser expandido pelos drásticos métodos que se ofereciam aos brancos nas colônias – a escravidão e a abertura de novas áreas de cultivo – em vez dos métodos mais lentos da agricultura européia; nem era tampouco atrapalhada pelos interesses agrários estabelecidos da Europa *. A partir da década de 1790, o algodão britânico encontrou seu suprimento, ao qual permaneceram ligadas suas fortunas até a década de 1860, nos novos estados sulistas dos EUA. De novo, em pontos cruciais da indústria (notadamente na fiação), o algodão sofreu uma escassez de mão-de-obra eficiente e barata, e foi portanto levado à mecanização. Uma indústria como a do linho, que inicialmente tinha chances bem melhores de expansão colonial do que o algodão, passou a sofrer com o correr do tempo da própria facilidade com que a produção não mecanizada e barata podia ser expandida nas empobrecidas regiões camponesas (principalmente na Europa Central, mas também na Irlanda) onde basicamente havia florescido. Pois a maneira *óbvia* de se expandir a indústria no século XVIII, tanto na Saxônia e na Normandia como na Inglaterra, não era construir fábricas, mas sim o chamado sistema "doméstico", no qual os trabalhadores – em alguns casos, antigos artesãos independentes, em outros, antigos camponeses com tempo de sobra nas estações estéreis do ano – trabalhavam a matéria-prima em suas próprias casas, com ferramentas próprias ou alugadas, recebendo-a e entregando-a de volta aos mercadores que estavam a caminho de se tornarem patrões * . De fato, tanto na Grã-Bretanha como no resto do mundo economicamente progressista, o grosso da expansão no período inicial da industrialização continuou a ser deste tipo. Até mesmo na indústria algodoeira, processos do tipo tecelagem eram expandidos pela criação de multidões de teares manuais domésticos para servir aos núcleos de fiações mecanizados, sendo que o primitivo tear manual era um dispositivo mais eficiente que a roca. Em toda parte a tecelagem foi mecanizada uma geração após a fiação, e em toda parte, incidentalmente, os teares manuais foram morrendo vagarosamente, ocasionalmente se rebelando contra seu terrível destino, quando a indústria não mais necessitava deles.

* Os fornecimentos ultramarinos de lã, por exemplo, tiveram pouquíssima importância durante todo o nosso período, só se tornando um fator importante na década de 1870.

III

A perspectiva tradicional que viu a história da revolução industrial britânica primordialmente em termos de algodão é portanto correta. A primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão, e é difícil perceber que outra indústria poderia ter empurrado um grande número de empresários particulares rumo à revolução. Até a década de 1830, o algodão era a única indústria britânica em que predominava a fábrica ou o "engenho" (o nome derivou-se do mais difundido estabelecimento pré-industrial a empregar pesada maquinaria a motor); a

* O "sistema doméstico", que é um estágio universal do desenvolvimento manufatureiro da produção caseira para a indústria moderna, pode tomar inúmeras formas, algumas eventualmente muito próximas da fábrica. Se um escritor do século XVIII fala de "manufaturas", é isto que invariavelmente ele quer dizer em todos os países ocidentais.

princípio (1780-1815), principalmente na fiação, na cardação e em algumas operações auxiliares, depois (de 1815) também cada vez mais na tecelagem. As "fábricas" de que tratavam os novos Decretos Fabris eram, até a década de 1860, entendidas exclusivamente em termos de fábricas têxteis e predominantemente em termos de engenhos algodoeiros. A produção fabril em outros ramos têxteis teve desenvolvimento lento antes da década de 1840, e em outras manufaturas seu desenvolvimento foi desprezível. Nem mesmo a máquina a vapor, embora aplicada a numerosas outras indústrias por volta de 1815, era usada fora da mineração, que a tinha empregado pioneiramente. Em 1830, a "indústria" e a "fábrica" no sentido moderno ainda significavam quase que exclusivamente as áreas algodoeiras do Reino Unido.

Com isto não se pretende subestimar as forças que introduziram a inovação industrial em outras mercadorias de consumo, notadamente outros produtos têxteis*, alimentos e bebidas, cerâmica e outros produtos de uso doméstico, grandemente estimuladas pelo rápido crescimento das cidades. Mas, para começar, estas indústrias empregavam muito menos pessoal: nenhuma se aproximava sequer remotamente do milhão e meio de pessoas empregadas diretamente na indústria algodoeira ou dela dependentes em 1833 [11]. Em segundo lugar, seu poder de transformação era muito menor: a *cervejaria*, que era em muitos aspectos um negócio técnica e cientificamente muito mais avançado e mecanizado, e que se revolucionou muito antes da indústria algodoeira, pouco afetou a economia à sua volta, como pode ser provado pela grande cervejaria Guinness em Dublin, que deixou o resto de Dublin e da economia irlandesa (embora não o paladar local) idênticos ao que eram antes de sua construção [12]. As exigências que se derivaram do algodão – mais construções e todas as atividades nas novas áreas industriais, máquinas, inovações químicas, eletrificação industrial, uma frota mercante e uma série de outras atividades – foram bastantes para que se credite a elas uma grande proporção do crescimento econômico da Grã-Bretanha até a década de 1830. Em terceiro lugar, a expansão da indústria algodoeira foi tão vasta e seu peso no comércio exterior da Grã-Bretanha tão grande que dominou os movimentos de toda a economia. A quantidade de algodão em bruto importada pela Grã-Bretanha subiu de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 588 milhões em 1850; a produção de tecidos, de 40 milhões para 2,025 bilhões de jardas [13]. Os produtos de algodão constituíam entre 40 e 50% do valor anual declarado de *todas* as exportações britânicas entre 1816 e 1848. Se o algodão florescia, a economia florescia, se ele caía, também caía a economia. Suas oscilações de preço determinavam a balança do comércio nacional. Só a agricultura tinha um poder comparável, e no entanto estava em visível declínio.

* Em todos os países que produziam qualquer espécie de manufaturas vendáveis, as têxteis tendiam a predominar: na Silésia (1800), constituíam 74% do valor de todas as manufaturas [10].

Não obstante, embora a expansão da indústria algodoeira e da economia industrial dominada pelo algodão zombasse de tudo o que a mais romântica das imaginações poderia ter anteriormente concebido sob qualquer circunstância [14], seu progresso estava longe de ser tranqüilo, e por volta da década de 1830 e princípios de 1840 produzia grandes problemas de crescimento, para não mencionarmos a agitação revolucionária sem paralelo em qualquer outro período da história britânica recente. Esse primeiro tropeço geral da economia capitalista industrial reflete-se numa acentuada desaceleração no crescimento, talvez até mesmo um declínio, da renda nacional britânica nesse período [15]. Essa primeira crise geral do capitalismo não foi puramente um fenômeno britânico.

Suas mais sérias conseqüências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores luditas * porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. A exploração da mão-de-obra, que mantinha sua renda a nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumularem os lucros que financiavam a industrialização (e seus próprios e amplos confortos), criava um conflito com o proletariado. Entretanto, um outro aspecto desta diferença de renda nacional entre pobres e ricos, entre o consumo e o investimento, também trazia contradições com o pequeno empresário. Os grandes financistas, a fechada comunidade de capitalistas nacionais e estrangeiros que embolsava o que todos pagavam em impostos (cf. capítulo sobre a guerra) – cerca de 8% de toda a renda nacional [16] –, eram talvez ainda mais impopulares entre os pequenos homens de negócios, fazendeiros e outras categorias semelhantes do que entre os trabalhadores, pois sabiam o suficiente sobre dinheiro e crédito para sentirem uma ira pessoal por suas desvantagens. Tudo corria muito bem para os ricos, que podiam levantar todos os créditos de que neces-

* Grupos de trabalhadores ingleses que, entre 1811 e 1816, se rebelaram e destruíram máquinas têxteis, pois acreditavam que elas eram responsáveis pelo desemprego. O líder ou iniciador desses movimentos chamava-se, provavelmente, Ned ou King Ludd. Daí, supõe-se, deriva o vocábulo inglês *Luddite*.(*N.T.*)

sitavam para provocar na economia uma deflação rígida e uma ortodoxia monetária depois das guerras napoleônicas: era o pequeno que sofria e que, em todos os países e durante todo o século XIX, exigia crédito fácil e financiamento flexível *. Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam portanto dos mesmos descontentamentos. Estes descontentamentos por sua vez uniam-nos nos movimentos de massa do "radicalismo", da "democracia" ou da "república", cujos exemplares mais formidáveis, entre 1815 e 1848, foram os radicais britânicos, os republicanos franceses e os democratas jacksonianos americanos.

Do ponto de vista dos capitalistas, entretanto, estes problemas sociais só eram relevantes para o progresso da economia se, por algum terrível acidente, viessem a derrubar a ordem social. Por outro lado, parecia haver certas falhas inerentes ao processo econômico que ameaçavam seu objetivo fundamental: o lucro. Se a taxa de retorno do capital se reduzisse a zero, uma economia em que os homens produziam apenas para ter lucro diminuiria o passo até um "estágio estacionário" que os economistas pressentiam e temiam [17].

Destas, as três falhas mais óbvias eram o ciclo comercial de *boom* e depressão, a tendência de diminuição da taxa de lucro e (o que vinha a dar no mesmo) a escassez de oportunidades de investimento lucrativo. A primeira não era considerada séria, exceto pelos críticos do capitalismo como tal, que foram os primeiros a investigá-la e a considerá-la parte integrante do processo econômico capitalista e como sintoma de suas contradições inerentes**. As crises periódicas da economia, que levavam ao desemprego, quedas na produção, bancarrotas etc., eram bem conhecidas. No século XVIII elas geralmente refletiam alguma catástrofe agrária (fracassos na colheita etc.) e já se provou que no continente europeu os distúrbios agrários foram a causa primordial das maiores depressões até o final de nosso período. As crises periódicas nos pequenos setores manufatureiros e financeiros da economia eram também conhecidas, na Grã-Bretanha pelo menos desde 1793. Depois das guerras napoleônicas, o drama periódico do *boom* e da depressão – em 1825-6, em 1836-7, em 1839-42, em 1846-8 – dominou claramente a vida econômica da nação em tempos de paz. Por volta da década de 1830, uma época crucial no período histórico que estudamos, mais ou menos se reconhecia que as crises eram fenômenos periódicos regulares, ao menos no comércio e nas finanças [18]. Entretanto, os

* Do radicalismo pós-napoleônico na Grã-Bretanha ao populismo nos EUA, todos os movimentos de protesto que incluíam fazendeiros e pequenos empresários podem ser reconhecidos pelas suas exigências contra a ortodoxia financeira: eram todos "maníacos da moeda corrente".

** O suíço Simonde de Sismondi e o conservador Malthus foram os primeiros a usarem estes argumentos, mesmo antes de 1825. Os novos socialistas fizeram da teoria da crise a pedra fundamental de sua crítica ao capitalismo.

homens de negócios comumente consideravam que as crises eram causadas ou por enganos particulares – p. ex. superespeculação nas bolsas americanas – ou então por interferência externa nas tranqüilas atividades da economia capitalista. Não se acreditava que elas refletissem quaisquer dificuldades fundamentais do sistema.

O mesmo não ocorria com a decrescente margem de lucros, que a indústria algodoeira ilustrava de maneira bastante clara. Inicialmente esta indústria beneficiou-se de imensas vantagens. A mecanização aumentou muito a produtividade (isto é, reduziu o custo por unidade produzida) da mão-de-obra, que de qualquer forma recebia salários abomináveis já que era formada em grande parte por mulheres e crianças *. Dos 12 mil trabalhadores nas indústrias algodoeiras de Glasgow em 1833, somente 2 mil ganhavam uma média de mais de 11 shillings por semana. Em 131 fábricas de Manchester os salários médios eram de menos de 12 shillings, e somente em 21 eram mais altos [19]. E a construção de fábricas era relativamente barata: em 1846, uma fábrica inteira de tecelagem, com 410 máquinas, incluindo o custo do terreno e dos prédios, podia ser construída por aproximadamente 11 mil libras [20]. Mas acima de tudo o maior gasto, relativo à matéria-prima, foi drasticamente diminuído pela rápida expansão do cultivo do algodão no sul dos EUA depois da invenção do descaroçador de algodão de Eli Whitney, em 1793. Se acrescentarmos que os empresários gozavam do benefício de uma inflação sobre o lucro (isto é, a tendência geral dos preços de serem mais altos quando vendiam seus produtos do que quando os faziam), compreenderemos porque as classes manufatureiras se sentiam animadas.

Depois de 1815, estas vantagens começaram a diminuir cada vez mais devido à estreita margem de lucros. Em primeiro lugar, a revolução industrial e a competição provocaram uma queda dramática e constante no preço dos artigos acabados mas não em vários custos de produção [21]. Em segundo lugar, depois de 1815, a situação geral dos preços era de deflação e não de inflação, ou seja, os lucros, longe de um impulso extra, sofriam um leve retrocesso. Assim, enquanto em 1784 o preço de venda de uma libra-peso de fio duplo fora de 10 shillings e 11 pence e o custo da matéria-prima 2 shillings (margem: 8 shillings e 11 pence), em 1812 seu preço era de 2 shillings e 6 pence e o custo da matéria-prima 1 shilling e 6 pence (margem de 1 shilling), caindo em 1832 respectivamente para 11 1/4 pence e 7 1/2 pence, reduzindo a 4 pence a margem para outros custos e lucros [22]. Claro, a situação, que era geral em toda a indústria, tanto a britânica como as outras, não era muito trágica. "Os lucros ainda são suficientes", escreveu em 1835 o historiador e campeão do algodão, em flagrante exposi-

* Em 1835, E. Baines estimava em 10 shillings por semana a média salarial de todos os operadores de máquinas de tecelagem e fiação – cujas férias anuais de duas semanas não eram remuneradas – e em 7 shillings a dos tecelões manuais.

ção incompleta, "para permitir um grande acúmulo de capital na manufatura." [23] Assim como as vendas totais cresceram vertiginosamente, também cresceram os lucros totais mesmo em suas taxas decrescentes. Tudo o que se precisava era uma expansão astronômica e contínua. Não obstante, parecia que o encolhimento das margens de lucro tinha que ser contido ou ao menos desacelerado. Isto não podia ser feito através do corte nos custos. E, de todos os custos, os *salários* – que McCulloch calculou em três vezes o montante anual da matéria-prima – eram os mais comprimíveis.

Eles podiam ser comprimidos pela simples diminuição, pela substituição de trabalhadores qualificados, mais caros, e pela competição da máquina com a mão-de-obra que reduziu o salário médio semanal dos tecelões manuais em Bolton de 33 shillings em 1795 e 14 shillings em 1815 para 5 shillings e 6 pence (ou mais precisamente, uma renda líquida de 4 shillings 1 1/2 pence) em 1829-34 [24]. E de fato os salários caíram brutalmente no período pós-napoleônico. Mas havia um limite fisiológico nessas reduções, caso contrário os trabalhadores morreriam de fome, como de fato aconteceu com 500 mil tecelões manuais. Somente se o custo de vida caísse podiam também os salários cair além daquele limite. Os fabricantes de algodão partilhavam o ponto de vista de que o custo de vida era mantido artificialmente alto pelo monopólio da propriedade fundiária, piorado ainda pelas pesadas tarifas protetoras que um Parlamento de proprietários de terra tinha assegurado às atividades agrícolas britânicas depois das guerras – as *Leis do Milho (Corn-Laws)*. Essa legislação protecionista tinha ainda a desvantagem adicional de ameaçar o crescimento essencial das exportações britânicas. Pois se o resto do mundo ainda não industrializado era impedido de vender seus produtos agrícolas, como poderia pagar pelas mercadorias manufaturadas que só a Grã-Bretanha podia – e tinha para – fornecer? O mundo empresarial de Manchester tornou-se portanto o centro da oposição, cada vez mais desesperada e militante, aos proprietários de terras em geral e às Leis do Milho em particular, constituindo a coluna vertebral da Liga Contra as Leis do Milho de 1838-46. Mas as Leis só foram abolidas em 1846 e sua abolição não levou imediatamente a uma queda no custo de vida, sendo duvidoso que antes da era das ferrovias e dos navios a vapor mesmo importações livres de alimentos o tivessem feito baixar.

A indústria estava assim sob uma enorme pressão para que se mecanizasse (isto é, baixasse os custos através da diminuição da mão-de-obra), racionalizasse e aumentasse a produção e as vendas, compensando com uma massa de pequenos lucros por unidade a queda nas margens. Seu sucesso foi variável. Como vimos, o crescimento real da produção e das exportações foi gigantesco; bem como, depois de 1815, a mecanização das ocupações até então manuais ou parcialmente mecanizadas, notadamente a tecelagem. Isto tomou a forma principalmente de uma adoção geral da maquinaria já existente ou ligeiramente melhorada, ao invés de uma revolução tecnológica adicional. Embora

a pressão por uma inovação técnica aumentasse significativamente – havia 39 patentes novas na fiação e em outros processos da indústria do algodão em 1800-20, 51 na década de 1820, 86 na década de 1830 e 156 na de 1840 [25] –, a indústria algodoeira britânica se achava tecnicamente estabilizada por volta da década de 1830. Por outro lado, embora a produção por trabalhador tivesse aumentado no período pós-napoleônico, isto não se deu em uma escala revolucionária. A aceleração realmente substancial das operações da indústria iria ocorrer na segunda metade do século.

Havia uma pressão semelhante sobre o índice de rentabilidade do capital, que a teoria contemporânea tendeu a identificar com o lucro. Mas esta consideração leva-nos à fase seguinte do desenvolvimento industrial – a construção de uma indústria básica de bens de capital.

IV

É evidente que nenhuma economia industrial pode-se desenvolver além de um certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. Eis por que, até mesmo hoje, o mais abalizado índice isolado para se avaliar o potencial industrial de qualquer país é a quantidade de sua produção de ferro e aço. Mas é também evidente que, num sistema de empresa privada, o investimento de capital extremamente dispendioso que se faz necessário para a maior parte deste desenvolvimento não é assumido provavelmente pelas mesmas razões que a industrialização do algodão ou outros bens de consumo. Para estes já existe um mercado de massa, ao menos potencialmente: mesmo os homens mais primitivos usam camisas ou equipamentos domésticos e alimentos. O problema resume-se meramente em como colocar um mercado suficientemente vasto de maneira suficientemente rápida ao alcance dos homens de negócios. Mas não existe um mercado desse tipo, por exemplo, para pesados equipamentos de ferro ou vigas de aço. Ele só passa a existir no curso de uma revolução industrial, e os que colocaram seu dinheiro nos altíssimos investimentos exigidos até por metalúrgicas bem modestas (em comparação com enormes engenhos de algodão) são antes especuladores, aventureiros e sonhadores do que verdadeiros homens de negócios. De fato, na França, uma seita de aventureiros desse tipo, que especulavam em tecnologia, os saint-simonianos (cf. capítulos 9-II e 13-II), agia como principal propagadora do tipo de industrialização que necessitava de pesados investimentos a longo prazo.

Estas desvantagens aplicavam-se particularmente à metalurgia e especialmente à do ferro. Sua capacidade aumentou, graças a algumas inovações simples como a pudelagem* e a laminação na década de

* Processo metalúrgico utilizado outrora para obter o ferro, ou um aço pouco carrega-

1780, mas a demanda civil da metalurgia permanecia relativamente modesta, e a militar, embora compensadoramente vasta graças a uma sucessão de guerras entre 1756 e 1815, diminuiu vertiginosamente depois de Waterloo. Certamente não era grande o bastante para fazer da Grã-Bretanha um enorme produtor de ferro. Em 1790, a produção britânica suplantou a da França em somente 40%, se tanto, e mesmo em 1800 era consideravelmente menor que a metade de toda a produção do continente, chegando, segundo padrões posteriores, apenas à diminuta quantidade de 250 mil toneladas. Na verdade, a produção britânica de ferro, comparada à produção mundial, tendeu a afundar nas décadas seguintes.

Felizmente essas desvantagens afetavam menos a mineração, que era principalmente a do *carvão,* pois o carvão tinha a vantagem de ser não somente a principal fonte de energia industrial do século XIX, como também um importante combustível doméstico, graças em grande parte à relativa escassez de florestas na Grã-Bretanha. O crescimento das cidades, especialmente de Londres, tinha causado uma rápida expansão da mineração do carvão desde o final do século XVI. Por volta de princípios do século XVIII, a indústria do carvão era substancialmente uma moderna indústria primitiva, mesmo empregando as mais recentes máquinas a vapor (projetadas para fins semelhantes na mineração de metais não-ferrosos, principalmente na Cornuália) nos processos de sondagem. Portanto, a mineração do carvão quase não exigiu nem sofreu uma importante revolução tecnológica no período que focalizamos. Suas inovações foram antes melhorias do que transformações da produção. Mas sua capacidade já era imensa e, pelos padrões mundiais, astronômica. Em 1800, a Grã-Bretanha deve ter produzido perto de 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial. Seu competidor mais próximo, a França, produziu menos de um milhão.

Esta imensa indústria, embora provavelmente não se expandindo de forma suficientemente rápida rumo a uma industrialização realmente maciça em escala moderna, era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas não só necessitavam de máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque. A linha férrea ou os trilhos sobre os quais corriam os carros era uma resposta óbvia; acionar estes carros por meio de máquinas era tentador; acioná-los ainda por meio de máquinas móveis não parecia muito impossível. Finalmente, os custos do transporte terrestre de grandes quantidades de mercadoria

do em carbono, por contato de uma massa de ferro fundido com uma escória oxidante no forno de revérbero. (*Enciclopédia Delta-Larousse*, nota da edição brasileira).

eram tão altos que provavelmente os donos de minas de carvão localizadas no interior perceberam que o uso desse meio de transporte de curta distância podia ser estendido lucrativamente para longos percursos. A linha entre o campo de carvão de Durham e o litoral (Stockton-Darlington 1825) foi a primeira das modernas ferrovias. Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra. George Stephenson começou a vida como "maquinista" em Tyneside, e durante anos todos os condutores de locomotivas foram recrutados nesse campo de carvão.

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. As primeiras pequenas linhas foram abertas nos EUA em 1827, na França em 1828 e 1835, na Alemanha e na Bélgica em 1835 e até na Rússia em 1837. Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das primeiras ferrovias. (Velocidades de até 60 milhas – 96 quilômetros – por hora, por exemplo, eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor.) A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.

De fato, sob um ponto de vista econômico, seu grande custo era sua principal vantagem. Sem dúvida, no final das contas, sua capacidade para abrir países até então isolados do mercado mundial pelos altos custos de transporte, assim como o enorme aumento da velocidade e da massa de comunicação por terra que possibilitou aos homens e às mercadorias, vieram a ser de grande importância. Antes de 1848, as ferrovias eram economicamente menos importantes: fora da Grã-Bretanha porque as ferrovias eram poucas; na Grã-Bretanha porque, devido a razões geográficas, os problemas de transporte eram muito mais fáceis de resolver do que em países com enormes territórios *. Mas, na perspectiva dos estudiosos do desenvolvimento econômico, a

* Nenhum ponto da Grã-Bretanha dista mais de 70 milhas (112 quilômetros) do litoral, e todas as principais áreas industriais do século XIX, com apenas uma exceção, ficavam à beira-mar ou bem próximas dele.

esta altura era mais importante o imenso apetite das ferrovias por ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão-de-obra e investimentos de capital. Pois propiciava justamente a demanda maciça que se fazia necessária para as indústrias de bens-de-capital se transformarem tão profundamente quanto a indústria algodoeira. Nas primeiras duas décadas das ferrovias (1830-50), a produção de ferro na Grã-Bretanha subiu de 680 mil para 2.250.000 toneladas, em outras palavras, triplicou. A produção de carvão, entre 1830 e 1850, também triplicou de 15 milhões de toneladas para 49 milhões. Este enorme crescimento deveu-se prioritariamente à ferrovia, pois em média cada milha de linha exigia 300 toneladas de ferro só para os trilhos. [26] Os avanços industriais, que pela primeira vez tornaram possível a produção em massa de aço, decorreriam naturalmente nas décadas seguintes.

A razão para esta expansão rápida, imensa e de fato essencial estava na paixão aparentemente irracional com que os homens de negócios e os investidores atiraram-se à construção de ferrovias. Em 1830 havia cerca de algumas dezenas de quilômetros de ferrovias em todo o mundo – consistindo basicamente na linha Liverpool-Manchester. Por volta de 1840 havia mais de 7 mil quilômetros, por volta de 1850 mais de 37 mil. A maioria delas foi projetada numas poucas explosões de loucura especulativa conhecidas como as "coqueluches ferroviárias" de 1835-7 e especialmente de 1844-7; e a maioria foi construída em grande parte com capital, ferro, máquinas e tecnologia britânicos *. Estas explosões de investimento parecem irracionais, porque de fato poucas ferrovias eram muito mais lucrativas para o investidor do que outras formas de empresa, a maioria produzia lucros bem modestos e muitas nem chegavam a dar lucro: em 1855, a rentabilidade média do capital aplicado nas ferrovias britânicas era de apenas 3,7%. Sem dúvida, os agentes financeiros, especuladores e outros se saíram muito bem, mas não o investidor comum. E ainda assim, por volta de 1840, 28 milhões de libras foram esperançosamente investidas em ferrovias e, por volta de 1850, 240 milhões de libras. [28]

Por quê? O fato fundamental na Grã-Bretanha nas primeiras duas gerações da revolução industrial foi que as classes ricas acumulavam renda tão rapidamente e em tão grandes quantidades que excediam todas as possibilidades disponíveis de gasto e investimento. (O excedente anual aplicável na década de 1840 foi calculado em cerca de 60 milhões de libras. [29]) Sem dúvida, as sociedades aristocráticas e feudais teriam conseguido gastar uma parte considerável desse excedente em uma vida desregrada, prédios luxuosos e outras atividades não econômicas**. Até mesmo na Grã-Bretanha, o sexto Duque de Devonshire, cuja renda normal era realmente principesca, conseguiu deixar para

* Em 1848, um-terço do capital nas ferrovias francesas era inglês. [27]

** Claro que esse desperdício também estimula a economia, mas de forma muito ineficiente, e muito pouco em função do crescimento industrial.

seu herdeiro dívidas de 1 milhão de libras em meados do século XIX (que ele pagou tomando emprestado mais 1 milhão e 500 mil libras e especulando sobre os valores de terrenos.) [30] Mas o grosso das classes médias, que constituíam o principal público investidor, ainda era dos que economizavam e não dos que gastavam, embora haja muitos sinais de que por volta de 1840 eles se sentissem suficientemente ricos tanto para gastar como para investir. Suas esposas se transformaram em "madames" instruídas pelos manuais de etiquetas que se multiplicavam neste período, suas capelas começaram a ser reconstruídas em estilos grandiosos e caros, e começaram mesmo a celebrar sua glória coletiva construindo monstruosidades cívicas como esses horrendos *town halls* imitando os estilos gótico e renascentista, cujo custo exato e napoleônico os historiadores municipais registraram com orgulho * .

Uma moderna sociedade de bem-estar ou socialista teria sem dúvida distribuído alguns destes vastos acúmulos para fins sociais. No período que focalizamos nada era menos provável. Virtualmente livres de impostos, as classes médias continuaram portanto a acumular em meio a um populacho faminto, cuja fome era o reverso daquela acumulação. E como não eram camponeses, satisfeitos em socar suas economias em meias de lã ou convertê-las em braceletes de ouro, tinham que encontrar investimentos lucrativos. Mas onde? As indústrias existentes, por exemplo, tinham-se tornado demasiadamente baratas para absorver mais que uma fração do excedente disponível para investimento: mesmo supondo que o tamanho da indústria algodoeira fosse duplicado, o custo do capital absorveria só uma parte dele. Era necessário uma esponja bastante grande para absorver tudo**.

O investimento estrangeiro era uma possibilidade óbvia. O resto do mundo – para começar, basicamente velhos governos em busca de uma recuperação das guerras napoleônicas e novos governos tomando emprestado, com seus costumeiros ímpetos e liberalidades, para fins indeterminados – estava muito ansioso por empréstimos ilimitados. O investidor inglês emprestava prontamente. Mas os empréstimos aos sul-americanos, que pareciam tão promissores na década de 1820, e aos norte-americanos, que acenavam na década de 1830, transformaram-se freqüentemente em pedaços de papel sem valor: de 25 empréstimos a governos estrangeiros concedidos entre 1818 e 1831, 16 (correspondendo a cerca da metade dos 42 milhões de libras esterlinas a preços de emissão) estavam sem pagamento em 1831. Em teoria, estes empréstimos deviam ter rendido aos investidores 7 ou 9% de juros, quando, na verdade, em 1831, rendiam uma média de apenas 3,1%. Quem

* Algumas cidades com tradições do século XVIII jamais cessaram de erguer construções públicas, mas uma metrópole nova, tipicamente industrial, como Bolton, em Lancashire, praticamente não construiu qualquer edifício grandioso e inútil antes de 1847-8. [31]

** O capital total – fixo e de giro – da indústria algodoeira foi estimado por McCulloch em 34 milhões de libras em 1835 e 47 milhões de libras em 1845.

não se sentiria desencorajado por experiências como a dos empréstimos a 5% feitos aos gregos em 1824 e 1825 e que só começaram a pagar juros na década de 1870? [32] Logo, é natural que o capital investido no exterior nos *booms* especulativos de 1825 e 1835-7 procurasse uma aplicação aparentemente menos decepcionante.

John Francis, observando a mania de 1851, assim descreveu o homem rico: ele "via o acúmulo da riqueza, com o qual um povo industrializado sempre sobrepuja os métodos comuns de investimento, empregado de forma legítima e justa... O dinheiro que em sua juventude tinha sido gasto em empréstimos de guerra e, em sua maturidade, nas minas sul-americanas, estava agora construindo estradas, empregando mão-de-obra e incrementando os negócios. A absorção de capital (pela ferrovia) era no mínimo uma absorção, se mal sucedida, no país que a efetuava. Contrariamente às minas estrangeiras e aos empréstimos estrangeiros, não podia ser exaurida ou ficar totalmente sem valor". [33]

Se uma outra forma de investimento doméstico podia ter sido encontrada – por exemplo, na construção – é uma questão acadêmica para a qual a resposta permanece em dúvida. De fato, o capital encontrou as ferrovias, que não podiam ter sido construídas tão rapidamente e em tão grande escala sem essa torrente de capital, especialmente na metade da década de 1840. Era uma conjuntura feliz, pois de imediato as ferrovias resolveram virtualmente todos os problemas do crescimento econômico.

V

Traçar o ímpeto da industrialização é somente uma parte da tarefa deste historiador. A outra é traçar a mobilização e a transferência de recursos econômicos, a adaptação da economia e da sociedade necessárias para manter o novo curso revolucionário.

O primeiro e talvez mais crucial fator que tinha que ser mobilizado e transferido era o da mão-de-obra, pois uma economia industrial significa um brusco declínio proporcional da população agrícola (isto é, rural) e um brusco aumento da população não agrícola (isto é, crescentemente urbana), e quase certamente (como no período em apreço) um rápido aumento geral da população, o que portanto implica, em primeira instância, um brusco crescimento no fornecimento de alimentos, principalmente da agricultura doméstica – ou seja, uma "revolução agrícola" *.

O rápido crescimento das cidades e dos agrupamentos não agrícolas na Grã-Bretanha tinha há muito tempo estimulado naturalmente a

* Antes da era da ferrovia e do navio a vapor – ou seja, antes do fim de nosso período – a possibilidade de importar grandes quantidades de alimentos do exterior era limitada, embora a Grã-Bretanha tivesse se transformado em um livre importador de alimentos a partir da década de 1780.

agricultura, que felizmente é tão ineficiente em suas formas pre-industriais que melhorias muito pequenas – como uma racional atençãozinha à criação doméstica, ao revezamento das safras, à fertilização e à disposição dos terrenos de cultivo, ou a adoção de novas safras – podem produzir resultados desproporcionalmente grandes. Essa mudança agrícola tinha precedido a revolução industrial e tornou possível os primeiros estágios de rápidos aumentos populacionais, e o ímpeto naturalmente continuou, embora as atividades agrícolas britânicas tivessem sofrido pesadamente com a queda que se seguiu aos preços anormalmente altos das guerras napoleônicas. Em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças de nosso período foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. O vasto aumento na produção, que capacitou as atividades agrícolas britânicas na década de 1830 a fornecer 98% dos cereais consumidos por uma população duas a três vezes maior que a de meados do século XVIII, [34] foi obtido pela adoção geral de métodos descobertos no início do século XVIII, pela racionalização e pela expansão da área cultivada.

Tudo isto, por sua vez, foi obtido pela transformação social e não tecnológica: pela liquidação do cultivo comunal da Idade Média com seu campo aberto e seu pasto comum (o "movimento das cercas"), da cultura de subsistência e de velhas atitudes não comerciais em relação à terra. Graças à evolução preparatória dos séculos XVI a XVIII, esta solução radical única do problema agrário, que fez da Grã-Bretanha um país de alguns grandes proprietários, um número moderado de arrendatários comerciais e um grande número de trabalhadores contratados, foi conseguida com um mínimo de problemas, embora intermitentemente sofresse a resistência não só dos infelizes camponeses pobres como também da pequena nobreza tradicionalista do interior. O "sistema Speenhamland" de ajuda aos pobres, espontaneamente adotado por juízes-cavalheiros em vários condados durante e depois da fome de 1795, foi analisado como a última tentativa sistemática para salvaguardar a velha sociedade rural contra a corrosão do vínculo monetário *. As Leis do Milho, com as quais o interesse agrário buscava proteger as atividades agrícolas contra a crise posterior a 1815, eram em parte um manifesto contra a tendência de se tratar a agricultura como uma indústria igual a qualquer outra, a ser julgada pelos critérios de lucro. Mas estas reações contra a introdução final do capitalismo no interior estavam condenadas e foram finalmente derrotadas na onda do avanço radical da classe média depois de 1830, pelo novo Decreto dos Pobres de 1834 e pela abolição das Leis do Milho em 1846.

* Segundo esse sistema, os pobres teriam garantido um salário de subsistência através de subsídios quando necessário; o sistema, embora bem intencionado, eventualmente levou a uma pobreza ainda maior do que antes.

Em termos de produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso; em termos de sofrimento humano, uma tragédia, aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada. Depois de 1800, até mesmo um campeão tão entusiasmado do progresso agrícola e do "movimento das cercas" como Arthur Young ficou abalado com seus efeitos sociais [35]. Mas do ponto de vista da industrialização, esses efeitos também eram desejáveis; pois uma economia industrial necessita de mão-de-obra, e de onde mais poderia vir esta mão-de-obra senão do antigo setor não industrial? A população rural doméstica ou estrangeira (esta sob a forma de imigração, principalmente irlandesa) era a fonte mais óbvia, suplementada pela mistura de pequenos produtores e trabalhadores pobres *. Os homens tinham que ser atraídos para as novas ocupações, ou – como era mais provável – forçados a elas, pois inicialmente estiveram imunes a essas atrações ou relutantes em abandonar seu modo de vida tradicional [36]. A dificuldade social e econômica era a arma mais eficiente; secundada pelos salários mais altos e a liberdade maior que havia nas cidades. Por várias razões, as forças capazes de desprender os homens de seu passado sócio-histórico eram ainda relativamente fracas em nosso período, em comparação com a segunda metade do século XIX. Foi necessária uma catástrofe realmente gigantesca como a fome irlandesa para produzir o tipo de emigração em massa (um milhão e meio de uma população total de 8,5 milhões em 1835-50) que se tornou comum depois de 1850. Não obstante, essas forças eram mais fortes na Grã-Bretanha que em outras partes. Se não o fossem, o desenvolvimento industrial britânico poderia ter sido tão dificultado como o foi o da França pela estabilidade e relativo conforto de seu campesinato e de sua pequena burguesia, que destituíram a indústria da necessária injeção de mão-de-obra**.

Conseguir um número suficiente de trabalhadores era uma coisa; outra coisa era conseguir um número suficiente de trabalhadores com as necessárias qualificações e habilidades. A experiência do século XX tem demonstrado que este problema é tão crucial e mais difícil de re-

* Um outro ponto de vista sustenta que o suprimento da mão-de-obra vem não de tais transferências, mas sim do aumento da população total, que, como sabemos, crescia rapidamente. Mas isto é um erro. Em uma economia industrial, não só os números mas também a *proporção* da força de trabalho não agrícola deve crescer vertiginosamente. Isto quer dizer que os homens e as mulheres que de outra maneira teriam permanecido em suas aldeias e vivido como seus antepassados têm que se mudar para outra parte em um certo estágio de suas vidas, pois as cidades crescem mais rápido do que sua própria taxa natural de crescimento, que em qualquer caso tendia normalmente a ser menor do que a das vilas. Isto é verídico tanto para o caso em que a população agrícola realmente diminui, mantém seu número ou até mesmo aumenta.

** Caso contrário, como os EUA, a Grã-Bretanha teria tido que depender da imigração em massa. Na verdade, apoiou-se em parte na imigração irlandesa.

solver do que o outro. Em primeiro lugar, *todo* operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesão independente. A mão-de-obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários. Os empregadores britânicos daquela época, como os sul-africanos de hoje em dia, constantemente reclamavam da "preguiça" do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse ganho um salário tradicional de subsistência semanal, e então parar. A resposta foi encontrada numa draconiana disciplina da mão-de-obra (multas, um código de "senhor e escravo" que mobilizava as leis em favor do empregador etc.), mas acima de tudo na prática, sempre que possível, de se pagar tão pouco ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda a semana para obter uma renda mínima (cf. capítulo 10-III). Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, cerca de um-quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos. [37] Outra maneira comun de assegurar a disciplina da mão-de-obra, que refletia o processo fragmentário e em pequena escala da industrialização nesta fase inicial, era o subcontrato ou a prática de fazer dos trabalhadores qualificados os verdadeiros empregadores de auxiliares sem experiência. Na indústria algodoeira, por exemplo, cerca de dois-terços dos rapazes e um-terço das meninas estavam assim "sob o emprego direto de trabalhadores" e eram portanto mais vigiados, e fora das fábricas propriamente ditas tais acordos eram ainda mais comuns. O subempregador, é claro, tinha um incentivo financeiro direto para que seus auxiliares contratados não se distraíssem.

Era bem mais difícil recrutar ou treinar um número suficiente de trabalhadores qualificados ou tecnicamente habilitados, pois que poucas habilidades pré-industriais tinham alguma utilidade na moderna indústria, embora, é claro, muitas ocupações, como a construção, continuassem praticamente inalteradas. Felizmente, a vagarosa semi-industrialização da Grã-Bretanha nos séculos anteriores a 1789 tinha produzido um reservatório bastante grande de habilidades adequadas, tanto na técnica têxtil quanto no manuseio dos metais. Assim é que, no continente, o serralheiro, ou chaveiro, um dos poucos artesãos acostumados a um trabalho de precisão com metais, tornou-se o ancestral do montador-fresador e por vezes deu-lhe o nome, enquanto que na Grã-Bretanha o construtor de moinhos e o "operador de máquinas" ou "maquinista" (já comum nas minas e à sua volta) foi quem desempenhou este papel. Não é um mero acidente que a palavra inglesa *engineer* descreva tanto o trabalhador qualificado em metal quanto

o desenhista ou planejador; pois o grosso do pessoal técnico de um nível mais alto podia ser, e era, recrutado entre estes homens com qualificações mecânicas e autoconfiantes. De fato, a industrialização britânica apoiava-se neste fornecimento não planejado das qualificações mais altas, enquanto a indústria continental não podia fazê-lo. Isto explica a chocante negligência com a educação técnica e geral neste país, cujo preço seria pago mais tarde.

Ao lado desse problema de fornecimento de mão-de-obra, os de fornecimento de capital eram insignificantes. Inversamente à maioria dos outros países europeus, não havia escassez de capital aplicável na Grã-Bretanha. A maior dificuldade era que os que controlavam a maior parte desse capital no século XVIII – proprietários de terra, mercadores, armadores, financistas etc. – relutavam em investi-lo nas novas indústrias, que portanto freqüentemente tinham que ser iniciadas com pequenas economias ou empréstimos e desenvolvidas pela lavra dos lucros. A escassez de capital local fêz com que os primeiros industriais – especialmente os homens que se fizeram por si mesmos (*self-made men*) – fossem mais duros, mais econômicos e mais ávidos, e seus trabalhadores portanto proporcionalmente mais explorados; mas isto refletia o fluxo imperfeito do excedente de investimento nacional e não sua inadequação. Por outro lado, os ricos do século XVIII estavam preparados para investir seu dinheiro em certas empresas que beneficiavam a industrialização; mais notadamente nos transportes (canais, facilidades portuárias, estradas e mais tarde também nas ferrovias) e nas minas, das quais os proprietários de terras tiravam *royalties* mesmo quando eles próprios não as gerenciavam.

Nem havia qualquer dificuldade quanto à técnica comercial e financeira pública ou privada. Os bancos e o papel-moeda, as letras de câmbio, apólices e ações, as técnicas do comércio ultramarino e atacadista, assim como o *marketing*, eram bastante conhecidos e os homens que os controlavam ou facilmente aprendiam a fazê-lo eram em número abundante. Além do mais, por volta do final do século XVIII, a política governamental estava firmemente comprometida com a supremacia dos negócios. Velhas leis em contrário (tais como o código social dos Tudor) tinham de há muito caído em desuso e foram finalmente abolidos – exceto quando envolviam a agricultura – em 1813-35. Na teoria, as leis e as instituições comerciais e financeiras da Grã-Bretanha eram ridículas e destinadas antes a obstaculizar do que a ajudar o desenvolvimento econômico; por exemplo, elas tornavam necessária a promulgação de caros "decretos privados" do Parlamento toda vez que se desejasse formar uma sociedade anônima. A Revolução Francesa forneceu aos franceses – e, através de sua influência, ao resto do continente – mecanismos muito mais racionais e eficientes para tais propósitos. Na prática, os britânicos se saíram perfeitamente bem e, de fato, consideravelmente melhor que seus rivais.

Deste modo bastante empírico, não planificado e acidental, construiu-se a primeira economia industrial de vulto. Pelos padrões modernos, ela era pequena e arcaica, e seu arcaísmo ainda marca a Grã-Bretanha de hoje. Pelos padrões de 1848, ela era monumental, embora também chocasse bastante, pois suas novas cidades eram mais feias e seu proletariado mais pobre do que em outros países*. A atmosfera envolta em neblina e saturada de fumaça, na qual as pálidas massas operárias se movimentavam, perturbava o visitante estrangeiro. Mas essa economia utilizava a força de um milhão de cavalos em suas máquinas a vapor, produzia dois milhões de jardas (aproximadamente 1.800 mil metros) de tecido de algodão por ano em mais de 17 milhões de fusos mecânicos, recolhia quase 50 milhões de toneladas de carvão, importava e exportava 170 milhões de libras esterlinas em mercadorias em um só ano. Seu comércio era duas vezes superior ao de seu mais próximo competidor, a França, e apenas em 1780 a havia ultrapassado. Seu consumo de algodão era duas vezes superior aos dos EUA, quatro vezes superior ao da França. Produzia mais da metade do total de lingotes de ferro do mundo economicamente desenvolvido e consumia duas vezes mais por habitante do que o segundo país mais industrializado (a Bélgica), três vezes mais que os EUA, e quatro vezes mais que a França. Cerca de 200 a 300 milhões de libras de investimento de capital britânico – um-quarto nos EUA, quase um-quinto na América Latina – traziam dividendos e encomendas de todas as partes do mundo [39]. Era, de fato, a "oficina do mundo".

E tanto a Grã-Bretanha quanto o mundo sabiam que a revolução industrial lançada nestas ilhas não só pelos comerciantes e empresários como através deles, cuja única lei era comprar no mercado mais barato e vender sem restrição no mais caro, estava transformando o mundo. Nada poderia detê-la. Os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente.

* "No geral, a condição da classe trabalhadora parece nitidamente pior na Inglaterra do que na França em 1830-48", conclui um moderno historiador. [38]

Terceiro Capítulo

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Um inglês que não se sinta cheio de estima e admiração pela maneira sublime *com que está agora se efetuando uma das mais IMPORTANTES REVOLUÇÕES que o mundo jamais viu deve estar morto para todos os sentidos da virtude e da liberdade; nenhum de meus patrícios que tenha tido a sorte de presenciar as ocorrências dos últimos três dias nesta grande cidade fará mais que testemunhar que minha linguagem não é hiperbólica.*

The *Morning Post* (21 de julho de 1789) sobre a queda da Bastilha.

Brevemente as nações esclarecidas colocarão em julgamento aqueles que têm até aqui governado os seus destinos. Os reis fugirão para os desertos, para a companhia dos animais selvagens que a eles se assemelham; e a Natureza recuperará os seus direitos.

Saint-Just; *Sur La Constitution de la France, Discours prononcé à la Convention,* 24 de abril de 1793.

I

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo mo-

derno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às idéias européias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa*.

O final do século XVIII, como vimos, foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão: não só nos EUA (1776-83) mas também na Irlanda (1782-4), na Bélgica e em Liège (1787-90), na Holanda (1783-7), em Genebra e até mesmo – conforme já se discutiu – na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações políticas é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma "era da revolução democrática", em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão [1].

Na medida em que a crise do velho regime não foi puramente um fenômeno francês, há algum peso nestas observações. Igualmente, pode-se argumentar que a Revolução Russa de 1917 (que ocupa uma posição de importância análoga em nosso século) foi meramente o mais dramático de toda uma série de movimentos semelhantes, tais como os que – alguns anos antes de 1917 – finalmente puseram fim aos antigos impérios turco e chinês. Ainda assim, há aí um equívoco. A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas conseqüências foram portanto mais profundas. Em primeiro lugar, ela se deu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (não considerando a Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução *social* de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. Não é um fato meramente acidental que os revolucionários americanos e os jacobinos britânicos que emigraram para a França devido a suas simpatias políticas tenham sido vistos como moderados na França. Tom Paine era um extremista na Grã-Bretanha e na América; mas em Paris ele estava entre os mais moderados dos girondinos. Resultaram das revoluções americanas, grosseiramente falando, países que continuaram a ser o que eram, somente sem o controle político dos britânicos, espanhóis e portugueses. O resultado da Revolução Francesa foi que a era de Balzac substituiu a era de Mme. Dubarry.

* Esta diferença entre as influências britânica e francesa não deve ser levada muito longe. Nenhum dos dois centros da revolução dupla confinou sua influência a qualquer campo da atividade humana, e os dois eram antes complementares que competitivos. Entretanto, até mesmo quando ambos convergiam mais claramente – como no *socialismo*, que foi quase simultaneamente inventado e batizado nos dois países –, convergiam a partir de direções um tanto diferentes.

Em terceiro lugar, entre todas as revoluções contemporâneas, a Revolução Francesa foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas idéias de fato o revolucionaram. A revolução americana foi um acontecimento crucial na história americana, mas (exceto nos países diretamente envolvidos nela ou por ela) deixou poucos traços relevantes em outras partes. A Revolução Francesa é um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da revolução americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808. Sua influência direta se espalhou até Bengala, onde Ram Mohan Roy foi inspirado por ela a fundar o primeiro movimento de reforma hindu, predecessor do moderno nacionalismo indiano. (Quando visitou a Inglaterra em 1830, ele insistiu em viajar num navio francês para demonstrar o entusiasmo que tinha pelos princípios da Revolução.) A Revolução Francesa foi, como se disse bem, "o primeiro grande movimento de idéias da cristandade ocidental que teve qualquer efeito real sobre o mundo islâmico" [2], e isto quase que de imediato. Por volta da metade do século XIX, a palavra turca *vatan*, que até então simplesmente descrevia o local de nascimento ou a residência de um homem, tinha começado a se transformar, sob sua influência, em algo parecido com *patrie*, o termo "liberdade", antes de 1800 sobretudo uma expressão legal que denotava o oposto de "escravidão", tinha começado a adquirir um novo conteúdo político. Sua influência direta é universal, pois ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subseqüentes, suas lições (interpretadas segundo o gosto de cada um) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos*.

A Revolução Francesa é assim *a* revolução do seu tempo, e não apenas uma, embora a mais proeminente, do seu tipo. E suas origens devem portanto ser procuradas não meramente em condições gerais da Europa, mas sim na situação específica da França. Sua peculiaridade é talvez melhor ilustrada em termos internacionais. Durante todo o século XVIII a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780, causava ansiedade; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico que o britânico. Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interes-

* Com isto não queremos subestimar a influência da revolução americana. Sem dúvida ela ajudou a estimular a Revolução Francesa, e, num sentido mais estreito, forneceu modelos constitucionais – competindo e às vezes se alternando com a Revolução Francesa – para vários Estados latino-americanos e a inspiração para movimentos democrático-radicais de tempos em tempos.

ses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes.

As novas forças sabiam muito precisamente o que queriam. Turgot, o economista fisiocrata, lutou por uma exploração eficiente da terra, por um comércio e uma empresa livres, por uma administração eficiente e padronizada de um único território nacional homogêneo, pela abolição de todas as restrições e desigualdades sociais que impediam o desenvolvimento dos recursos nacionais e por uma administração e taxação racionais e imparciais. Ainda assim, sua tentativa de aplicação desse programa como primeiro-ministro no período 1774-6 fracassou lamentavelmente, e o fracasso é característico. Reformas desse tipo, em doses modestas, não eram incompatíveis com as monarquias absolutas nem tampouco mal recebidas. Pelo contrário, uma vez que as fortaleciam, tiveram, como já vimos, uma ampla difusão nessa época entre os chamados "déspotas esclarecidos". Mas na maioria dos países de "despotismo esclarecido" essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva. Mas os resultados deste fracasso foram mais catastróficos para a monarquia; e as forças da mudança burguesa eram fortes demais para cair na inatividade. Elas simplesmente transferiram suas esperanças de uma monarquia esclarecida para o povo ou a "nação".

Não obstante, uma generalização desta ordem não nos leva muito longe na compreensão de por que a revolução eclodiu quando eclodiu, e por que tomou aquele curso notável. Para isso, é mais útil considerarmos a chamada "reação feudal" que realmente forneceu a centelha que fez explodir o barril de pólvora da França.

As 400 mil pessoas aproximadamente que, entre os 23 milhões de franceses, formavam a nobreza, a inquestionável "primeira linha" da nação, embora não tão absolutamente a salvo da intromissão das linhas menores como na Prússia e outros lugares, estavam bastante seguras. Elas gozavam de consideráveis privilégios, inclusive de isenção de vários impostos (mas não de tantos quanto o clero, mais bem organizado), e do direito de receber tributos feudais. Politicamente sua situação era menos brilhante. A monarquia absoluta, conquanto inteiramente aristocrática e até mesmo feudal no seu *ethos*, tinha destituído os nobres de sua independência política e responsabilidade e reduzido ao mínimo suas velhas instituições representativas – propriedades e *parlements*. O fato continuou a se agravar entre a mais alta aristocracia e entre a *noblesse de robe* mais recente, criada pelos reis para vários fins, principalmente financeiros e administrativos; uma classe média governamental enobrecida que expressava tanto quanto podia o duplo

descontentamento dos aristocratas e dos burgueses através das propriedades e cortes de justiça remanescentes. Economicamente as preocupações dos nobres não eram absolutamente desprezíveis. Guerreiros e não profissionais ou empresários por nascimento e tradição – os nobres eram até mesmo formalmente impedidos de exercer um ofício ou profissão –, eles dependiam da renda de suas propriedades, ou, se pertencessem à minoria privilegiada de grandes nobres ou cortesãos, de casamentos milionários, pensões, presentes ou sinecuras da corte. Mas os gastos que exigia o status de nobre eram grandes e cada vez maiores, e suas rendas caíam – já que eram raramente administradores inteligentes de suas fortunas, se é que de alguma forma as conseguiam administrar. A inflação tendia a reduzir o valor de rendas fixas, como aluguéis.

Era portanto natural que os nobres usassem seu bem principal, os privilégios reconhecidos. Durante todo o século XVIII, na França como em tantos outros países, eles invadiram decididamente os postos oficiais que a monarquia absoluta preferira preencher com homens da classe média, politicamente inofensivos e tecnicamente competentes. Por volta da década de 1780, eram necessários quatro graus de nobreza até para comprar uma comissão no exército, todos os bispos eram nobres e até mesmo as intendências, a pedra regular da administração real, tinham sido retomadas por eles. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava os sentimentos da classe média por sua bem-sucedida competição por postos oficiais, mas também corroía o próprio Estado através da crescente tendência de assumir a administração central e provinciana. De maneira semelhante, eles – e especialmente os cavalheiros provincianos mais pobres que tinham poucos outros recursos – tentaram neutralizar o declínio de suas rendas usando ao máximo seus consideráveis direitos feudais para extorquir dinheiro (ou mais raramente, serviço) do campesinato. Toda uma profissão, a dos *feudistas**, nasceu para reviver os direitos obsoletos desse tipo ou então para aumentar ao máximo o lucro dos existentes. Seu mais celebrado membro, Gracchus Babeuf, viria a se tornar o líder da primeira revolta comunista da história moderna, em 1796. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava a classe média mas também o campesinato.

A situação desta classe enorme, compreendendo talvez 80% de todos os franceses, estava longe de ser brilhante. De fato os camponeses eram em geral livres e não raro proprietários de terras. Em quantidade efetiva, as propriedades nobres cobriam somente um-quinto da terra, as propriedades do clero talvez cobrissem outros 6%, com variações regionais [3]. Assim é que na diocese de Montpellier os camponeses já possuíam de 38 a 40% da terra, a burguesia de 18 a 19%, os nobres de 15 a 16% e o clero de 3 a 4%, enquanto um-quinto era de terras co-

* Especialistas em direito feudal. (*N.T.*)

muns [4]. Na verdade, entretanto, a grande maioria não tinha terras ou tinha uma quantidade insuficiente, deficiência esta aumentada pelo atraso técnico dominante; e a fome geral de terra foi intensificada pelo aumento da população. Os tributos feudais, os dízimos e as taxas tiravam uma grande e cada vez maior proporção da renda do camponês, e a inflação reduzia o valor do resto. Pois só a minoria dos camponeses que tinha um constante excedente para vendas se beneficiava dos preços crescentes; o resto, de uma maneira ou de outra, sofria, especialmente em tempos de má colheita, quando dominavam os preços de fome. Há pouca dúvida de que nos 20 anos que precederam a Revolução a situação dos camponeses tenha piorado por essas razões.

Os problemas financeiros da monarquia agravaram o quadro. A estrutura fiscal e administrativa do reino era tremendamente obsoleta, e, como vimos, a tentativa de remediar a situação através das reformas de 1774-6 fracassou, derrotada pela resistência dos interesses estabelecidos encabeçados pelos *parlements*. Então a França envolveu-se na guerra da independência americana. A vitória contra a Inglaterra foi obtida ao custo da bancarrota final, e assim a revolução americana pôde proclamar-se a causa direta da Revolução Francesa. Vários expedientes foram tentados com sucesso cada vez menor, mas sempre longe de uma reforma fundamental que, mobilizando a considerável capacidade tributável do país, pudesse enfrentar uma situação em que os gastos excediam a renda em pelo menos 20% e não havia quaisquer possibilidades de economias efetivas. Pois embora a extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais em 1788. A guerra, a marinha e a diplomacia constituíam um-quarto, e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida – a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha da monarquia.

A crise do governo deu à aristocracia e aos *parlements* a sua chance. Eles se recusavam a pagar pela crise se seus privilégios não fossem estendidos. A primeira brecha no fronte do absolutismo foi uma "assembléia de notáveis" escolhidos a dedo, mas assim mesmo rebeldes, convocada em 1787 para satisfazer as exigências governamentais. A segunda e decisiva brecha foi a desesperada decisão de convocar os Estados Gerais, a velha assembléia feudal do reino, enterrada desde 1614. Assim, a Revolução começou como uma tentativa aristocrática de recapturar o Estado. Esta tentativa foi mal calculada por duas razões: ela subestimou as intenções independentes do "Terceiro Estado" – a entidade fictícia destinada a representar todos os que não eram nobres nem membros do clero, mas de fato dominada pela classe média – e desprezou a profunda crise sócio-econômica no meio da qual lançava suas exigências políticas.

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter "líderes" do tipo que as revoluções do século XX nos

têm apresentado, até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. Não obstante, um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia"; suas idéias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos "filósofos" e "economistas" e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto os "filósofos" podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles provavelmente constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo.

Em sua forma mais geral, a ideologia de 1789 era a maçônica, expressa com tão sublime inocência na *Flauta Mágica* de Mozart (1791), uma das primeiras grandes obras de arte propagandísticas de uma época em que as mais altas realizações artísticas pertenceram tantas vezes à propaganda. Mais especificamente, as exigências do *burguês* foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começasse sem *handicaps*, era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. A declaração afirmava (como contrário à hierarquia nobre ou absolutismo) que "todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis"; mas "pessoalmente ou através de seus representantes". E a assembléia representativa que ela vislumbrava como o órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembléia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática que poderia ter parecido uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas, embora alguns também advogassem esta causa. Mas no geral, o burguês liberal clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários.

Entretanto, oficialmente esse regime expressaria não apenas seus interesses de classe, mas também a vontade geral do "povo", que era por sua vez (uma significativa identificação) "a nação francesa". O rei não era mais Luís, pela Graça de Deus, Rei de França e Navarra, mas Luís, pela Graça de Deus e do direito constitucional do Estado, Rei dos franceses. "A fonte de toda a soberania", dizia a Declaração, "re-

side essencialmente na nação". E a nação, conforme disse Abbé Sieyès, não reconhecia na terra qualquer direito acima do seu próprio e não aceitava qualquer lei ou autoridade que não a sua – nem a da humanidade como um todo, nem a de outras nações. Sem dúvida, a nação francesa, como suas subseqüentes imitadoras, não concebeu inicialmente que seus interesses pudessem se chocar com os de outros povos, mas, pelo contrário, via a si mesma como inauguradora ou participante de um movimento de libertação geral dos povos contra a tirania. Mas de fato a rivalidade nacional (por exemplo, a dos homens de negócios franceses com os ingleses) e a subordinação nacional (por exemplo, a das nações conquistadas ou libertadas face aos interesses da *grande nation*) estavam implícitas no nacionalismo ao qual a burguesia de 1789 deu sua primeira expressão oficial. "O povo" identificado com "a nação" era um conceito revolucionário; mais revolucionário do que o programa liberal-burguês que pretendia expressá-lo. Mas era também uma faca de dois gumes.

Visto que os camponeses e os trabalhadores pobres eram analfabetos, politicamente simples ou imaturos, e o processo de eleição, indireto, 610 homens, a maioria desse tipo, foram eleitos para representar o Terceiro Estado. A maioria da assembléia era de advogados que desempenhavam um papel econômico importante na França provinciana; cerca de 100 representantes eram capitalistas e homens de negócios. A classe média lutou acirradamente, e com sucesso, para obter uma representação tão grande quanto a da nobreza e a do clero juntas, uma ambição moderada para um grupo que oficialmente representava 95% do povo. E agora lutava com igual determinação pelo direito de explorar sua maioria potencial de votos, transformando os Estados Gerais numa assembléia de deputados que votariam individualmente, ao contrário do corpo feudal tradicional que deliberava e votava "ordens" ou categorias, uma situação em que a nobreza e o clero podiam sempre derrotar o Terceiro Estado. Foi aí que se deu a primeira vitória revolucionária. Cerca de seis semanas após a abertura dos Estados Gerais, os Comuns, ansiosos por evitar a ação do rei, dos nobres e do clero, constituíram-se eles mesmo, e todos os que estavam preparados para se juntarem a eles nos termos que ditassem, em Assembléia Nacional com o direito de reformar a constituição. Foi feita uma tentativa contra-revolucionária que os levou a formular suas exigências praticamente nos termos da Câmara dos Comuns inglesa. O absolutismo atingia seus extertores, conforme Mirabeau, um brilhante e desacreditado ex-nobre, disse ao Rei: "Majestade, vós sois um estranho nesta assembléia e não tendes o direito de se pronunciar aqui". [5]

O Terceiro Estado obteve sucesso, contra a resistência unificada do rei e das ordens privilegiadas, porque representava não apenas as opiniões de uma minoria militante e instruída, mas também as de forças bem mais poderosas: os trabalhadores pobres das cidades, e especialmente de Paris, e em suma, também, o campesinato revolucionário. O que transformou uma limitada agitação reformista em uma re-

volução foi o fato de que a conclamação dos Estados Gerais coincidiu com uma profunda crise sócio-econômica. Os últimos anos da década de 1780 tinham sido, por uma complexidade de razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. Uma má safra em 1788 (e 1789) e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As más safras faziam sofrer o campesinato, pois significavam que enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preços de fome, a maioria dos homens em suas insuficientes propriedades tinha provavelmente que se alimentar do milho reservado para o plantio ou comprar alimentos àqueles preços, especialmente nos meses imediatamente anteriores à nova safra (maio-julho). Obviamente as más safras faziam sofrer também os pobres das cidades, cujo custo de vida – o pão era o principal alimento – podia duplicar. Fazia-os sofrer ainda mais, porque o empobrecimento do campo reduzia o mercado de manufaturas e portanto também produzia uma depressão industrial. Os pobres do interior ficavam assim desesperados e envolvidos em distúrbios e banditismo; os pobres das cidades ficavam duplamente desesperados já que o trabalho cessava no exato momento em que o custo de vida subia vertiginosamente. Em circunstâncias normais, teria ocorrido provavelmente pouco mais que agitações cegas. Mas em 1788 e 1789 uma convulsão de grandes proporções no reino e uma campanha de propaganda e eleição deram ao desespero do povo uma perspectiva política. E lhe apresentaram a tremenda e abaladora idéia de se *libertar* da pequena nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado.

A contra-revolução transformou um levante de massa em potencial em um levante efetivo. Sem dúvida era natural que o velho regime oferecesse resistência, se necessário com força armada, embora o exército não fosse mais totalmente de confiança. (Só sonhadores irrealistas suporiam que Luís XVI pudesse ter aceito a derrota e imediatamente se transformado em um monarca constitucional, mesmo que ele tivesse sido um homem menos desprezível e estúpido do que era, casado com uma mulher menos irresponsável e com menos miolos de galinha, e preparado para escutar conselheiros menos desastrosos.) De fato a contra-revolução mobilizou contra si as massas de Paris, já famintas, desconfiadas e militantes. O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. Até mesmo o austero filósofo Emanuel Kant, de Koenigsberg, de quem se diz que os hábitos eram tão regrados que os cidadãos daquela cidade acertavam por ele os seus relógios, postergou a hora de seu passeio vespertino ao receber a notícia, de modo que convenceu a cidade de Koenigsberg de que um fato que sacudiu o mundo tinha deveras ocorrido. O que é mais certo é que

a queda da Bastilha levou a revolução para as cidades provincianas e para o campo.

As revoluções camponesas são movimentos vastos, disformes, anônimos, mas irresistíveis. O que transformou uma epidemia de inquietação camponesa em uma convulsão irreversível foi a combinação dos levantes das cidades provincianas com uma onda de pânico de massa, que se espalhou de forma obscura mas rapidamente por grandes regiões do país: o chamado Grande Medo (*Grande Peur*), de fins de julho e princípio de agosto de 1789. Três semanas após o 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França Real ruíam em pedaços. Tudo o que restou do poderio estatal foi uma dispersão de regimentos pouco confiáveis, uma Assembléia Nacional sem força coercitiva e uma multiplicidade de administrações municipais ou provincianas da classe média que logo montaram "Guardas Nacionais" burguesas segundo o modelo de Paris. A classe média e a aristocracia imediatamente aceitaram o inevitável: todos os privilégios feudais foram oficialmente abolidos embora, quando a situação política se acalmou, fosse fixado um preço rígido para sua rendição. O feudalismo só foi finalmente abolido em 1793. No final de agosto, a revolução tinha também adquirido seu manifesto formal, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em contrapartida, o rei resistiu com sua costumeira estupidez, e setores revolucionários da classe média, amedrontados com as implicações sociais do levante de massa, começaram a pensar que era chegada a hora do conservadorismo.

Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subseqüentes estava agora bem clara. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras. Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo resistência – mobilização de massa – inclinação para a esquerda – rompimento entre os moderados – inclinação para a direita – até que o grosso da classe média passe daí em diante para o campo conservador ou seja derrotado pela revolução social. Na maioria das revoluções burguesas subseqüentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução, por medo de suas incalculáveis conseqüências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução

Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa: eram os jacobinos, cujo nome veio a significar "revolução radical" em toda parte.

Por quê? Em parte, é claro, porque a burguesia francesa não tinha ainda para temer, como os liberais posteriores, a terrível memória da Revolução Francesa. Depois de 1794, ficaria claro para os moderados que o regime jacobino tinha levado a revolução longe demais para os objetivos e comodidades burgueses, exatamente como ficaria claro para os revolucionários que "o sol de 1793", se fosse nascer de novo, teria que brilhar sobre uma sociedade não burguesa. Por outro lado, os jacobinos podiam sustentar o radicalismo porque em sua época não existia uma classe que pudesse fornecer uma solução social coerente como alternativa à deles. Esta classe só surgiu no curso da revolução industrial, com o "proletariado" ou, mais precisamente, com as ideologias e movimentos baseados nele. Na Revolução Francesa, a classe operária – e mesmo esta é uma designação imprópria para a massa de assalariados contratados, mas fundamentalmente não industriais – ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, faziam agitações e talvez sonhassem, mas por motivos práticos seguiam os líderes não proletários. O campesinato nunca fornece uma alternativa política para ninguém; apenas, de acordo com a ocasião, uma força quase irresistível ou um obstáculo quase irremovível. A única alternativa para o radicalismo burguês (se excetuarmos pequenos grupos de ideólogos ou militantes impotentes quando destituídos do apoio das massas) eram os "sansculottes", um movimento disforme, sobretudo urbano, de trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, pequenos empresários etc. Os sansculottes eram organizados, principalmente nas "seções" de Paris e nos clubes políticos locais, e forneciam a principal força de choque da revolução – eram eles os verdadeiros manifestantes, agitadores, construtores de barricadas. Através de jornalistas como Marat e Hébert, através de porta-vozes locais, eles também formularam uma política, por trás da qual estava um ideal social contraditório e vagamente definido, que combinava o respeito pela (pequena) propriedade privada com a hostilidade aos ricos, trabalho garantido pelo governo, salários e segurança social para o homem pobre, uma democracia extremada, de igualdade e de liberdade, localizada e direta. Na verdade, os sansculottes eram um ramo daquela importante e universal tendência política que procurava expressar os interesses da grande massa de "pequenos homens" que existia entre os pólos do "burguês" e do "proletário", freqüentemente talvez mais próximos deste do que daquele porque eram, afinal, na maioria pobres. Esta tendência pode ser observada nos Estados Unidos (sob a forma de uma democracia jeffersoniana e jacksoniana, ou populismo), na Grã-Bretanha (radicalismo), na França (com os antecessores dos futuros "republicanos" e radicais-socialistas), na Itália (com os mazzinianos e os garibaldinos) e em toda parte. Na maioria

das vezes, ela costumou se colocar, nas épocas pós-revolucionárias, como uma ala esquerdista do liberalismo da classe média, mas relutante em abandonar o antigo princípio de que não há inimigos na esquerda, e pronta, em tempos de crise, a se rebelar contra "a muralha de dinheiro", "os monarquistas econômicos" ou "a cruz de ouro que crucifica a humanidade". Mas o movimento dos sansculottes também não forneceu nenhuma alternativa real. O seu ideal, um passado dourado de aldeões e pequenos artesãos ou um futuro dourado de pequenos fazendeiros e artífices não perturbados por banqueiros e milionários, era irrealizável. A história se movia silenciosamente contra eles. O máximo que podiam fazer – e isto eles conseguiram em 1793-4 – era erguer obstáculos à sua passagem, os quais dificultaram o crescimento econômico francês daquela época até quase a atual. De fato, o sansculotismo foi um fenômeno tão desamparado que seu próprio nome está praticamente esquecido, ou só é lembrado como sinônimo do jacobismo que lhe deu liderança no Ano II.

II

Entre 1789 e 1791, a vitoriosa burguesia moderada, atuando através do que tinha a esta altura se transformado na Assembléia Constituinte, tomou providências para a gigantesca racionalização e reforma da França, que era seu objetivo. A maioria dos empreendimentos institucionais duradouros da revolução datam deste período, assim como os seus mais extraordinários resultados internacionais, o sistema métrico e a emancipação pioneira dos judeus. Economicamente as perspectivas da Assembléia Constituinte eram inteiramente liberais: sua política em relação aos camponeses era o cerco das terras comuns e o incentivo aos empresários rurais; para a classe trabalhadora, a interdição dos sindicatos; para os pequenos artesãos, a abolição dos grêmios e corporações. Dava pouca satisfação concreta ao povo comum, exceto, a partir de 1790, com a secularização e venda dos terrenos da Igreja (bem como dos terrenos da nobreza emigrante) que tinha a tripla vantagem de enfraquecer o clericalismo, fortalecer o empresário rural e provinciano e dar a muitos camponeses uma retribuição mensurável por suas atividades revolucionárias. A Constituição de 1791 rechaçou a democracia excessiva através de um sistema de monarquia constitucional baseada num direito de propriedade dos "cidadãos ativos" reconhecidamente bastante amplo. Esperava-se que os passivos honrassem sua denominação.

Na verdade, isto não aconteceu. Por um lado, a monarquia, embora a esta altura fortemente apoiada por uma poderosa facção burguesa ex-revolucionária, não podia se conformar com o novo regime. A corte sonhava e conspirava por uma cruzada de primos reais que banisse a canalha governante de plebeus e restituísse o ungido de Deus, o mais católico rei da França, a seu lugar de direito. A Constituição Civil do Clero (1790), uma má concebida tentativa de destruir não a Igreja, mas a lealdade romana absolutista da Igreja, levou a maioria do clero e de seus fiéis à oposição, e ajudou a levar o rei à desesperada e afinal suicida tentativa de fugir do país. Ele foi recapturado em Varennes (junho de 1791) e daí em diante o republicanismo tornou-se uma força de massa; pois os reis tradicionais que abandonam seus povos perdem o direito à lealdade. Por outro lado, a incontrolada economia de livre empresa dos moderados acentuou as flutuações no nível dos preços dos alimentos e conseqüentemente a militância dos pobres das cidades, especialmente em Paris. O preço do pão registrava a temperatura política de Paris com a exatidão de um termômetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por mero acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris.

A eclosão da guerra agravou a situação; isto quer dizer que ela ocasionou uma segunda revolução em 1792, a República Jacobina do Ano II, e, conseqüentemente, Napoleão. Em outras palavras, ela transformou a história da Revolução Francesa na história da Europa.

Duas forças levaram a França a uma guerra geral: a extrema direita e a esquerda moderada. O rei, a nobreza francesa e a crescente emigração aristocrática e eclesiástica, acampados em várias cidades da Alemanha Ocidental, achavam que só a intervenção estrangeira poderia restaurar o velho regime*. Esta intervenção não foi muito facilmente organizada, dadas as complexidades da situação internacional e a relativa tranqüilidade política de outros países. Entretanto, era cada vez mais evidente para os nobres e os governantes por direito divino de outros países que a restauração do poder de Luís XVI não era meramente um ato de solidariedade de classe, mas uma proteção importante contra a difusão de idéias perturbadoras vindas da França. Conseqüentemente, as forças para a reconquista da França concentraram-se no exterior.

Ao mesmo tempo, os próprios liberais moderados, e principalmente um grupo de políticos que se aglomerava em torno dos deputados do departamento mercantil de Gironda, eram uma força belicosa. Isto se devia, em parte, ao fato de que toda revolução genuína tende a ser ecumênica. Para os franceses, bem como para seus numerosos simpatizantes no exterior, a libertação da França era simplesmente o primeiro passo para o triunfo universal da liberdade, uma atitude que levou facilmente à convicção de que era dever da pátria da revolução libertar todos os povos que gemiam debaixo da opressão e da tirania. Havia entre os revolucionários, moderados e extremistas, uma paixão generosa e genuinamente exaltada em difundir a liberdade; uma inabilidade genuína para separar a causa da nação francesa daquela de toda a humanidade escravizada. O movimento francês, assim como todos

* Cerca de 300 mil franceses emigraram entre 1789 e 1795[6]

os outros movimentos revolucionários, viriam a aceitar este ponto de vista, ou a adaptá-lo, daí até pelo menos 1848. Todos os planos para a libertação européia até 1848 giravam em torno de um levante conjunto dos povos, sob a liderança dos franceses, para derrubar a reação européia; e, depois de 1830, outros movimentos de revolta nacional e liberal, como o italiano e o polonês, também tenderam a ver suas nações em certo sentido como o Messias destinado por sua própria liberdade a iniciar os planos libertários de todos os outros povos.

Por outro lado, considerada menos idealisticamente, a guerra também ajudaria a solucionar numerosos problemas domésticos. Era tentador e óbvio atribuir as dificuldades do novo regime às conspirações dos emigrantes e dos tiranos estrangeiros, e lançar contra eles os populares descontentes. Mais especificamente, os homens de negócios argumentavam que as perspectivas econômicas incertas, a desvalorização da moeda e outros problemas só podiam ser remediados se a ameaça de intervenção fosse dissipada. Eles e seus ideólogos deviam pensar, com uma olhadela na experiência britânica, que a supremacia econômica era filha da agressividade sistemática. (O século XVIII não foi um século em que o homem de negócios bem-sucedido estivesse absolutamente casado com a paz.) Além do mais, como logo se veria, a guerra podia ser feita para dar lucros. Por todas estas razões, a maioria da nova Assembléia Legislativa, exceto uma pequena ala direitista e uma pequena ala esquerdista sob o comando de Robespierre, pregava a guerra. Por estas razões também, quando a guerra chegou, as conquistas da revolução viriam a combinar a libertação, a exploração e a digressão política.

A guerra foi declarada em abril de 1792. A derrota, que o povo (bem plausivelmente) atribuiu à sabotagem e à traição real, trouxe a radicalização. Em agosto-setembro, a monarquia foi derrubada, a República estabelecida e uma nova era da história humana proclamada, com a instituição do Ano I do calendário revolucionário, pela ação armada das massas sansculottes de Paris. A heróica idade de ferro da Revolução Francesa começou entre os massacres dos prisioneiros políticos, as eleições para a Convenção Nacional – provavelmente a mais notável assembléia na história do parlamentarismo – e a conclamação para a resistência total aos invasores. O rei foi feito prisioneiro e a invasão estrangeira sustada por um nada dramático duelo de artilharia em Valmy.

As guerras revolucionárias impõem sua própria lógica. O partido dominante na nova Convenção era o dos girondinos, belicosos no exterior e moderados em casa, um corpo de oradores parlamentares com charme e brilho que representava os grandes negócios, a burguesia provinciana e muita distinção intelectual. Sua política era inteiramente impossível, pois somente Estados em campanhas militares limitadas e com forças regulares estabelecidas poderiam ter esperanças de manter a guerra e os problemas domésticos em compartimentos estanques, como faziam exatamente nesta época as senhoras e cavalheiros britâ-

nicos dos romances de Jane Austen. A revolução não estava em uma campanha limitada nem tinha forças estabelecidas, pois sua guerra oscilava entre a vitória total da revolução mundial e a derrota total, que significava a total contra-revolução, e seu exército – o que sobrou do velho exército francês – era incapaz e inseguro. Dumouriez, o maior general da República, logo desertaria para o inimigo. Somente métodos revolucionários sem precedentes poderiam vencer uma guerra dessas, mesmo que a vitória viesse a significar simplesmente a derrota da intervenção estrangeira. De fato, tais métodos foram encontrados. No decorrer de sua crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e da virtual abolição, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. O espanto causado pelas implicações desta descoberta só se tornou claro em nossa própria época histórica. Uma vez que a guerra revolucionária de 1792-4 permaneceu por muito tempo um episódio excepcional, a maioria dos observadores do século XIX não conseguiu entendê-la, mas quando muito observar (e mesmo isso foi esquecido até a opulência do fim da era vitoriana) que as guerras levam a revoluções e que as revoluções vencem guerras de outro modo invencíveis. Somente hoje em dia podemos ver quanto do que se passou na República Jacobina e no "Terror" de 1793-4 faz sentido apenas nos termos de um moderno esforço de guerra total.

Os sansculottes saudaram um governo revolucionário de guerra, e não apenas porque corretamente defendiam que só assim a contra-revolução e a intervenção estrangeira podiam ser derrotadas, mas também porque seus métodos mobilizavam o povo e traziam a justiça social mais para perto. (Eles desprezavam o fato de que nenhum esforço efetivo de guerra moderna é compatível com a democracia direta, voluntária e descentralizada que acalentavam.) Os girondinos, por outro lado, temiam as conseqüências políticas da combinação de uma revolução de massa com a guerra que eles provocaram. Nem estavam preparados para competir com a esquerda. Eles não queriam julgar ou executar o rei, mas tinham que competir com seus rivais, "a Montanha" (os jacobinos), por este símbolo de zelo revolucionário; a Montanha ganhou prestígio, não a Gironda. Por outro lado, os girondinos queriam realmente expandir a guerra para uma cruzada ideológica geral de libertação e para um desafio direto ao grande rival econômico, a Grã-Bretanha. Neste particular, tiveram sucesso. Por volta de março de 1793, a França estava em guerra contra a maior parte da Europa e tinha dado início a anexações estrangeiras (legitimadas pela recém-inventada doutrina do direito francês às "fronteiras naturais"). Mas a expansão da guerra, principalmente quando ela ia mal, só fortaleceu a esquerda, a única que poderia vencê-la. Batendo em retirada e derrotada taticamente, a Gironda foi finalmente levada a ataques mal calculados contra a esquerda, que logo se transformariam em uma revolta provinciana organizada contra Paris. Um rápido golpe dos sansculot

tes derrubou-a em 2 de junho de 1793. Tinha chegado a República Jacobina.

III

Quando o leigo instruído pensa na Revolução Francesa, são os acontecimentos de 1789, mas especialmente a República Jacobina do Ano II, que vêm à sua mente. O empertigado Robespierre, o gigantesco e dissoluto Danton, a gélida elegância revolucionária de Saint-Just, o gordo Marat, o Comitê de Salvação Pública, o tribunal revolucionário e a guilhotina são as imagens que vemos mais claramente. Os próprios nomes dos revolucionários moderados que surgem entre Mirabeau e Lafayette (1789) e os líderes jacobinos (1793) desapareceram da memória de todos, exceto dos historiadores. Os girondinos são lembrados apenas como um grupo, e talvez por causa das mulheres politicamente sem importância mas românticas que estavam ligadas a eles – Mme. Roland ou Charlotte Corday. Quem, fora do campo especializado, conhece sequer os nomes de Brissot, Vergniaud, Guadet e do resto? Os conservadores criaram uma imagem duradoura do Terror, da ditadura e da histérica e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões conservadoras contra as revoluções sociais, tais como os massacres que se seguiram à Comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas: 17 mil execuções oficiais em 14 meses [7]. Os revolucionários, especialmente na França, viram-na como a primeira república do povo, inspiração de toda a revolta subseqüente. Pois esta não era uma época a ser medida pelos critérios humanos cotidianos.

Isto é verdade. Mas para o francês da sólida classe média que estava por trás do Terror, ele não era nem patológico nem apocalíptico, mas primeiramente e sobretudo o único método efetivo de preservar seu país. Isto a República Jacobina conseguiu, e seu empreendimento foi sobre-humano. Em junho de 1793, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; os exércitos dos príncipes alemães estavam invadindo a França pelo norte e pelo leste; os britânicos atacavam pelo sul e pelo oeste: o país achava-se desamparado e falido. Quatorze meses mais tarde, toda a França estava sob firme controle, os invasores tinham sido expulsos, os exércitos franceses por sua vez ocupavam a Bélgica e estavam perto de começar um período de 20 anos de quase ininterrupto e fácil triunfo militar. Ainda assim, por volta de março de 1794, um exército três vezes maior que o anterior era mantido pela metade do custo de março de 1793, e o valor da moeda francesa (ou melhor, do papel-moeda – *assignats* – que a tinha amplamente substituído) era mantido razoavelmente estável, em contraste marcante com o passado e o futuro. Não é de admirar que Jeanbon St. André, o membro jacobino do Comitê de Salvação Pública que, embora fosse um firme republicano, mais tarde se tornaria um dos

mais eficientes prefeitos de Napoleão, olhasse para a França imperial com desdém quando ela cambaleava sob as derrotas de 1812-3. A República do Ano II tinha enfrentado com sucesso crises piores e com menos recursos *.

Para estes homens, como de fato para a maioria da Convenção Nacional que no fundo deteve o controle durante todo este período, a escolha era simples: ou o Terror, com todos os seus defeitos do ponto de vista da classe média, ou a destruição da Revolução, a desintegração do Estado nacional e provavelmente – já não havia o exemplo da Polônia? – o desaparecimento do país. Muito provavelmente, exceto pela desesperada crise da França, muitos deles teriam preferido um regime menos ferrenho e certamente uma economia controlada com menos rigor: a queda de Robespierre levou a uma epidemia de descontrole econômico, fraudes e corrupção que incidentalmente culminou numa inflação galopante e na bancarrota nacional de 1797. Mas mesmo do ponto de vista mais estreito, as perspectivas da classe média francesa dependiam das de um Estado nacional centralizado, forte e unificado. E, de qualquer forma, poderia a Revolução que tinha praticamente criado os termos "nação" e "patriotismo" em seus sentidos modernos, abandonar a *grande nation* ?

A primeira tarefa do regime jacobino foi mobilizar o apoio da massa contra a dissidência dos notáveis e girondinos provincianos e preservar o já mobilizado apoio da massa dos sansculottes de Paris, algumas de cujas exigências por um esforço de guerra revolucionário – recrutamento geral (o *levée en masse*), terrorismo contra os "traidores" e controle geral dos preços (o "maximum") – coincidiam de qualquer forma com o senso comum jacobino, embora suas outras exigências viessem a se mostrar problemáticas. Uma nova constituição um tanto radicalizada, e até então retardada pela Gironda, foi proclamada. De acordo com este nobre documento, todavia acadêmico, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência, e – o mais significativo – a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente accessíveis, mas também operantes. Foi a primeira constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno. Mais concretamente, os jacobinos aboliram sem indenização todos os direitos feudais remanescentes, aumentaram as oportunidades para o pequeno comprador adquirir as terras confiscadas dos emigrantes e – alguns meses mais tarde – aboliram a escravi-

* "Vós sabeis que espécie de governo (saiu vitorioso)?... Um governo da Convenção. Um governo de jacobinos apaixonados, com bonés vermelhos, roupas grosseiras de lã e tamancos de madeira, que viviam de pão puro e cerveja barata e dormiam em colchões atirados sobre o chão de seus locais de reunião, quando estavam demasiadamente cansados para se levantar e continuar com as deliberações. Eu fui um deles, cavalheiros. E aqui, como nos aposentos do Imperador em que estou a ponto de entrar, glorifico este fato." Citado em J. Savant, *Les Prefets de Napoléon* (1958), 111-2.

dão nas colônias francesas, a fim de estimular os negros de São Domingos a lutarem pela República contra os ingleses. Estas medidas obtiveram os mais amplos resultados. Na América, ajudaram a criar o primeiro grande líder revolucionário independente, Toussaint-Louverture *.

Na França, estabeleceram essa cidadela inexpugnável de pequenos e médios proprietários camponeses, pequenos artesãos e lojistas, economicamente retrógrados, mas apaixonadamente devotados à Revolução e à República, que tem dominado a vida do país desde então. A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzida a um rastejo, e com ela a velocidade da urbanização, a expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o ulterior avanço da revolução proletária. Tanto os grandes negócios quanto os movimentos trabalhistas foram longamente condenados a permanecer fenômenos minoritários na França, ilhas cercadas por um oceano de donos de mercearia vendedores de milho, pequenos proprietários camponeses e donos de cafés (cf. capítulo 9).

O centro do novo governo, representando uma aliança de jacobinos e sansculottes, inclinou-se, portanto, claramente para a esquerda. Isto se refletiu no reconstruído Comitê de Salvação Pública, que rapidamente se transformou no efetivo Ministério da Guerra francês. O Comitê perdeu Danton, um revolucionário poderoso, dissoluto e provavelmente corrupto, mas imensamente talentoso e mais moderado do que aparentava (tinha sido ministro na última administração real), e ganhou Maximilien Robespierre, que se tornou seu membro mais influente. Poucos historiadores têm sido desapaixonados a respeito deste advogado fanático, frio e afetado, com seu senso um tanto excessivo de monopólio privado da virtude, porque ele ainda encarna o terrível e glorioso Ano II a respeito do qual ninguém é neutro. Ele não era uma pessoa agradável; até mesmo os que acham que ele estava certo tendem hoje em dia a preferir o brilhante rigor matemático daquele arquiteto de paraísos espartanos, o jovem Saint-Just. Não foi também um grande homem, e sim muitas vezes limitado. Mas é o único indivíduo projetado pela Revolução (com a exceção de Napoleão) sobre o qual se desenvolveu um culto. Isto porque, para ele, como para a história, a República Jacobina não era um instrumento para ganhar guerras, mas sim um ideal: o terrível e glorioso reino da justiça e da virtude, quando todos os bons cidadãos fossem iguais perante a nação, e o povo tivesse liquidado com os traidores. Jean Jacques Rousseau (cf. adiante capítulo 13-IV) e a cristalina convicção de justiça deram-lhe sua força. Ele não tinha poderes ditatoriais formais nem mesmo um cargo, sendo simplesmente um membro do Comitê de Salvação Pública, que era por sua vez um mero subcomitê da Convenção – o mais poderoso, embora jamais todo-poderoso. Seu poder era o do povo – as massas parisienses; seu terror, o delas. Quando elas o abandonaram, ele caiu.

* O fracasso da França napoleônica em retomar o Haiti foi uma das principais razões para a liquidação de todo o remanescente Império Americano da França, que foi vendido pelo Termo de Compra da Louisiana (em 1803) aos EUA. Assim, uma conseqüência extra da difusão do jacobinismo na América foi a transformação dos EUA numa potência de dimensões continentais.

A tragédia de Robespierre e da República Jacobina foi que eles mesmos foram obrigados a afastar este apoio. O regime era uma aliança entre a classe média e as massas trabalhadoras, mas voltado para a classe média. As concessões jacobinas e sansculottes eram toleradas só porque, e na medida em que, ligavam as massas ao regime sem aterrorizar os proprietários; e dentro da aliança os jacobinos da classe média eram decisivos. Além do mais, as próprias necessidades da guerra obrigavam qualquer governo a centralizar e a disciplinar, às custas da livre democracia direta e local dos clubes e grêmios, as milícias ocasionais e as renhidas eleições livres em que floresciam os sansculottes. O mesmo processo que, durante a Guerra Civil Espanhola de 1936-9, fortaleceu os comunistas à custa dos anarquistas, fortaleceu os jacobinos do tipo de Saint-Just à custa dos sansculottes do tipo de Hébert. Por volta de 1794, o governo e a política eram monolíticos e dominados ferreamente por agentes diretos do Comitê ou da Convenção – através de delegados *en mission* – e por um amplo quadro de oficiais e funcionários jacobinos juntamente com organizações locais do partido. Por fim, as necessidades econômicas da guerra afastaram o apoio popular. Nas cidades, o controle de preços e o racionamento beneficiavam as massas, mas o correspondente congelamento dos salários as prejudicava. No campo, o confisco sistemático de alimentos (que os sansculottes das cidades tinham sido os primeiros a advogar) afastou os camponeses.

As massas portanto recolheram-se ao descontentamento ou a uma passividade confusa e ressentida, especialmente depois do julgamento e execução dos hébertistas, os mais ardentes porta-vozes dos sansculottes. Enquanto isso, os defensores mais moderados da Revolução estavam alarmados com o ataque contra a oposição direitista, a esta altura encabeçada por Danton. Esta facção tinha fornecido refúgio para numerosos escroques, especuladores, operadores do mercado negro e outros elementos corruptos embora acumuladores de capital, e isso tão mais prontamente quanto o próprio Danton incorporava a imagem do livre amante e gastador amoral, falstafiano, que sempre surge no início das revoluções sociais até que seja suplantado pelo rígido puritanismo que invariavelmente vem dominá-lo. Os Dantons da história são sempre derrotados pelos Robespierres (ou por aqueles que fingem se portar como Robespierres), porque a dedicação rígida e estreita pode obter sucesso onde a boêmia não o consegue. Entretanto, se Robespierre conquistou o apoio dos moderados por eliminar a corrupção, o que se apresentava afinal de contas no interesse do esforço de guerra, as ulteriores restrições à liberdade a à ação de ganhar di-

nheiro foram mais desconcertantes para o homem de negócios. Finalmente, nenhum grande corpo de opinião gostava das excursões ideológicas um tanto extravagantes do período – as sistemáticas campanhas de descristianização (devidas ao zelo dos sansculottes) e a nova religião cívica de Robespierre, a do Ser Supremo, cheia de cerimônias, que tentava contrapor-se aos ateus e levar a termo os preceitos do divino Jean Jacques. E o constante silvo da guilhotina lembrava a todos os políticos que ninguém estava realmente a salvo.

Por volta de abril de 1794, tanto a direita quanto a esquerda tinham ido para a guilhotina, e os seguidores de Robespierre estavam portanto politicamente isolados. Somente a crise da guerra os mantinha no poder. Quando, no final de junho de 1794, os novos exércitos da República demonstraram sua firmeza derrotando decididamente os austríacos em Fleurus e ocupando a Bélgica, o fim estava perto. No Nono Termidor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794), a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris.

IV

O Termidor é o fim da heróica e lembrada fase da Revolução: a fase dos esfarrapados sansculottes e dos corretos cidadãos de bonés vermelhos que viam-se a si mesmos como Brutus e Cato, do período das frases generosas, clássicas e grandiloqüentes e também das mortais "Lyon n'est plus", "Dez mil soldados precisam de sapatos. Pegarás os sapatos de todos os aristocratas de Estrasburgo e os entregarás prontos para o transporte até os quartéis amanhã às dez horas da manhã".[8] Não foi uma fase cômoda para se viver, pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo, mas foi um fenômeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela. E a energia que ela gerou foi suficiente para varrer os exércitos dos velhos regimes da Europa como se fossem feitos de palha.

O problema com que se defrontava a classe média francesa no restante do que é tecnicamente descrito como o período revolucionário (1794-9) era como alcançar a estabilidade política e o avanço econômico nas bases do programa liberal de 1789-91. A classe média jamais conseguiu desde então até hoje solucionar este problema de forma adequada, embora a partir de 1870 conseguisse descobrir na república parlamentar uma fórmula exeqüível para a maior parte do tempo. As rápidas alternâncias de regime – Diretório (1795-9), Consulado (1799-1804), Império (1804-14), a restaurada Monarquia Bourbon (1815-30), a Monarquia Constitucional (1830-48), a República (1848-51), e o Império (1852-70) – foram todas tentativas para se manter uma sociedade

burguesa evitando ao mesmo tempo o duplo perigo da república democrática jacobina e do velho regime.

A grande fraqueza dos termidorianos era que eles não desfrutavam de nenhum apoio político (no máximo, tolerância), esprimidos como estavam entre uma revivida reação aristocrática e os pobres sansculottes jacobinos de Paris, que logo se arrependeram da queda de Robespierre. Em 1795, projetaram uma elaborada constituição de controles e balanços para se resguardarem de ambos, e as periódicas viradas para a direita e a esquerda os mantiveram em precário equilíbrio; mas cada vez mais tinham que depender do exército para dispersar a oposição. Era uma situação curiosamente semelhante à da Quarta República, e o resultado foi semelhante: o governo de um general. Mas o Diretório dependia do exército para algo mais do que a supressão de golpes e conspirações periódicas (várias em 1795, a de Babeuf em 1796, a do Frutidor em 1797, a do Floreal em 1798 e a da Pradaria em 1799) *. A inatividade era a única garantia segura de poder para um regime fraco e impopular, mas a classe média necessitava de iniciativa e de expansão. O exército resolveu este problema aparentemente insolúvel. Ele conquistou; pagou-se a si mesmo; e, mais do que isto, suas pilhagens e conquistas resgataram o governo. Teria sido surpreendente que, em conseqüência, o mais inteligente e capaz dos líderes do exército, Napoleão Bonaparte, tivesse decidido que o exército podia prescindir totalmente do débil regime civil?

Este exército revolucionário foi o mais formidável rebento da República Jacobina. De um *levée en masse* de cidadãos revolucionários, ele logo se transformou em uma força de combatentes profissionais, pois não houve recrutamento entre 1793 e 1798, e os que não tinham gosto ou talento para o militarismo desertaram em massa. Portanto, ele reteve as características da Revolução e adquiriu as características do interesse estabelecido, a típica mistura bonapartista. A Revolução deu-lhe sua superioridade militar sem precedentes, que o soberbo generalato de Napoleão viria a explorar. Ele sempre permaneceu uma espécie de leva improvisada de soldados, no qual recrutas mal-treinados adquiriam treinamento e moral através de velhos e cansativos exercícios, em que era desprezível a disciplina formal de caserna, em que os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de promoção por méritos (que significavam distinção na batalha) produziu uma hierarquia simples de coragem. Isto e o senso de arrogante missão revolucionária fizeram o exército francês independente dos recursos sobre os quais se apoiavam forças mais ortodoxas. Ele jamais construiu um sistema efetivo de suprimento, pois se apoiava nos campos. Jamais foi amparado por uma indústria de armamentos minimamente adequada a suas necessidades triviais; mas ele venceu suas batalhas tão rapida-

* Os nomes são os dos meses do calendário revolucionário.

mente que necessitava de poucas armas: em 1806 a grande máquina do exército prussiano ruiu perante um exército em que uma unidade militar inteira disparou somente 1.400 tiros de canhão. Os generais podiam confiar em uma coragem ofensiva ilimitada e em uma quantidade razoável de iniciativa local. Reconhecidamente, ele também tinha a fraqueza de suas origens. Com a exceção de Napoleão e pouquíssimos outros, seu generalato e estado-maior eram pobres, pois o general revolucionário ou o marechal napoleônico era bem provavelmente um duro primeiro-sargento ou uma espécie de oficial de companhia promovido antes por bravura e liderança do que por inteligência: o Marechal Ney, heróico, mas totalmente imbecil, era o tipo exato. Napoleão venceu batalhas; seus marechais sozinhos tendiam a perdê-las. Seu precário sistema de suprimento bastava nos países ricos e saqueáveis onde tinha sido desenvolvido: Bélgica, norte da Itália e Alemanha. Nos espaços áridos da Polônia e da Rússia, como veremos, ele ruiu. A ausência total de serviços sanitários multiplicava as baixas: entre 1800 e 1815 Napoleão perdeu 40% de suas forças (embora cerca de um terço pela deserção), mas entre 90% e 98% destas perdas eram de homens que morreram não no campo de combate mas sim devido a ferimentos, doenças, exaustão e frio. Em resumo, foi um exército que conquistou toda a Europa em curtas e vigorosas rajadas não apenas porque podia fazê-lo , mas porque tinha que fazê-lo.

Por outro lado, o exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês. Foi isto que fez do exército, a despeito de seu jacobinismo embutido, um pilar do governo pós-termidoriano, e de seu líder Bonaparte uma pessoa adequada para concluir a revolução burguesa e começar o regime burguês. O próprio Napoleão Bonaparte, embora cavalheiro de nascimento pelos padrões de sua bárbara ilha natal da Córsega, era um carreirista típico daquela espécie. Nascido em 1769, ambicioso, descontente e revolucionário, subiu vagarosamente na artilharia, um dos poucos ramos do exército real em que a competência técnica era indispensável. Durante a Revolução, e especialmente sob a ditadura jacobina que ele apoiou firmemente, foi reconhecido por um comissário local em um fronte de suma importância – por casualidade, um patrício da Córsega, fato que dificilmente pode ter abalado suas intenções – como um soldado de dons esplêndidos e muito promissor. O Ano II fez dele um general. Sobreviveu à queda de Robespierre, e um dom para o cultivo de ligações úteis em Paris ajudou-o em sua escalada após este momento difícil. Agarrou a sua chance na campanha italiana de 1796, que fez dele o inquestionado primeiro soldado da República, que agia virtualmente independente das autoridades civis. O poder foi meio atirado sobre seus ombros e meio agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1790 revelaram a fraqueza do Diretório e a sua própria indispensabilidade. Tornou-se primeiro cônsul, depois cônsul vitalício e Imperador. E com

sua chegada, como que por milagre, os insolúveis problemas do Diretório se tornaram solúveis. Em poucos anos a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa – um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular.

Os leitores mais velhos ou os de países antiquados conhecem o mito napoleônico tal como ele existiu durante o século em que nenhuma sala da classe média estava completa sem o seu busto, e talentos panfletários podiam afirmar, mesmo como piada, que ele não era um homem mas um deus-sol. O extraordinário poder deste mito não pode ser adequadamente explicado nem pelas vitórias napoleônicas nem pela propaganda napoleônica, ou tampouco pelo próprio gênio indubitável de Napoleão. Como homem ele era inquestionavelmente muito brilhante, versátil, inteligente e imaginativo, embora o poder o tivesse tornado sórdido. Como general, não teve igual; como governante, foi um planejador, chefe e executivo soberbamente eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam. Como indivíduo parece ter irradiado um senso de grandeza, mas a maioria dos que deram esse testemunho, por exemplo, Goethe, viram-no no auge de sua fama, quando o mito já o tinha envolvido. Foi, sem sombra de dúvidas, um grande homem e – talvez com a exceção de Lênin – seu retrato é o que a maioria das pessoas razoavelmente instruídas, mesmo hoje, reconheceriam mais prontamente numa galeria de personagens da história, ainda que somente pela tripla marca registrada do tamanho pequeno, do cabelo escovado para a frente sobre a testa e da mão enfiada no colete entreaberto. Talvez não tenha sentido fazer uma comparação dele, em termos de grandeza, com candidatos a esse título no século XX.

Pois o mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César, mas Napoleão foi o "pequeno cabo" que galgou o comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. (Isto não foi estritamente verdadeiro, mas sua ascensão foi suficientemente meteórica e alta para tornar razoável a descrição.) Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte o fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como o limite e seu monograma enfaixado em lauréis. Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser – os próprios clichês o denunciam – um "Napoleão das finanças" ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se tornou maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal no momento em que a dupla revolução tinha aberto o mundo aos homens de vontade. E ele foi mais ain-

da. Foi um homem civilizado do século XVIII, racionalista, curioso, iluminado, mas também discípulo de Rousseau o suficiente para ser ainda o homem romântico do século XIX. Foi o homem da Revolução, e o homem que trouxe estabilidade. Em síntese, foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia-se identificar em seus sonhos.

Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas idéias – talvez todas – foram previstas pela Revolução e o Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os grandes monumentos de lucidez do direito francês, os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários – a partir dos prefeitos, para baixo –, das cortes, das universidades e escolas foi obra sua. As grandes "carreiras" da vida pública francesa, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos se viam como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas em 1815 a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto que a maioria dos franceses era quase que certamente mais rica, e ninguém, exceto os trabalhadores assalariados cujo número era insignificante, tinha perdido os substanciais benefícios econômicos da Revolução. Há pouco mistério quanto à persistência do bonapartismo como uma ideologia de franceses apolíticos, especialmente dos camponeses mais ricos, depois da queda do ditador. Foi necessário um segundo Napoleão menor, entre 1851 e 1870, para dissipá-la.

Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele; pois, após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu própric país.

Quarto Capítulo

A GUERRA

Numa época de inovação, tudo o que não é novo é pernicioso. A arte militar da monarquia não nos serve mais, pois somos homens diferentes e temos inimigos diferentes. O poder e as conquistas dos povos, o esplendor de sua política e de suas guerras sempre dependeram de um único princípio e de uma única instituição poderosa... Nossa nação já tem um caráter nacional próprio. Seu sistema militar deve ser diferente do de seus inimigos. Muito bem. Então: se a nação francesa é terrível devido ao nosso ardor e capacidade, e se nossos inimigos são desastrados, lentos e frios, então nosso sistema militar deve ser impetuoso.

Saint-Just, *Rapport présenté à la Convention Nationale au non du Comité de Salut Public, 19 du premier mois de l'an II (10 de outubro de 1793)*

Não é verdade que a guerra seja determinada por princípio divino; *não é verdade que a* terra tenha sede de sangue. *O próprio Deus amaldiçoa a guerra, como o fazem também os homens que a empreendem e que a suportam em secreto horror.*

Alfred de Vigny, Servitude et grandeur militaires.

I

De 1792 a 1815 houve guerra quase que ininterrupta na Europa, em combinação ou simultaneamente com outras guerras fora do continente: nas Índias Ocidentais, Levante e Índia na década de 1790 e princípios de 1800, algumas operações navais depois em várias partes, e nos EUA em 1812-14. As conseqüências da vitória ou da derrota nestas guerras foram consideráveis, pois elas transformaram o mapa do mundo. Precisamos portanto considerá-las primeiro. Mas teremos também que considerar um problema menos tangível. Quais foram as conseqüências do processo bélico efetivo, da mobilização e das operações militares, das medidas políticas e econômicas resultantes delas?

Dois tipos muito diferentes de beligerantes confrontaram-se durante aqueles 20 anos: os poderes e os sistemas. A França como Estado, com seus interesses e aspirações, enfrentou (ou aliou-se a) outros Estados do mesmo tipo, mas, por outro lado, a França como Revolu-

ção inspirava os outros povos do mundo a derrubarem a tirania e a abraçarem a liberdade, sofrendo em conseqüência a oposição das forças conservadoras e reacionárias. Sem dúvida, depois dos primeiros anos apocalípticos de guerra revolucionária, a diferença entre estas duas linhas de conflito diminuiu. Ao final do reinado de Napoleão, o elemento conquista e exploração imperial prevalecia sobre o elemento libertação sempre que as tropas francesas derrotavam, ocupavam ou anexavam algum país, e assim a guerra internacional ficava muito menos mesclada com a guerra civil internacional (e, em cada caso, doméstica). Por outro lado, os poderes contra-revolucionários estavam resignados à irreversibilidade de muitas das conquistas da revolução na França e, conseqüentemente, prontos a negociar a paz (dentro de certas condições) sem se colocar como a luz entre a escuridão, mas considerando o interlocutor como um poder normalmente estabelecido. Eles estavam até mesmo, algumas semanas após a primeira derrota de Napoleão, dispostos a readmitir a França como um participante igual no tradicional jogo de aliança, contra-aliança, blefe, ameaça e guerra em que a diplomacia regulava as relações entre os grandes Estados. Não obstante, a natureza binária das guerras como conflito, tanto entre Estados como entre sistemas sociais, permaneceu.

Socialmente falando, os beligerantes estavam muito desigualmente divididos. Excetuando a própria França, havia somente um Estado importante cujas origens e simpatias revolucionárias para com a Declaração dos Direitos do Homem poderiam dar-lhe uma inclinação ideológica para o lado francês: os Estados Unidos da América. De fato, os EUA penderam para o lado francês e em pelo menos uma ocasião (1812-14) fizeram uma guerra, se não em aliança com a França, pelo menos contra um inimigo comum, os britânicos. Entretanto, os EUA permaneceram na maioria das vezes neutros e seu conflito com os britânicos não exige qualquer explicação ideológica. No resto, os aliados ideológicos da França eram partidos e correntes de opinião dentro de outros Estados e não poderes estatais.

De uma maneira bastante ampla, praticamente toda pessoa instruída, esclarecida e de talento simpatizava com a Revolução, pelo menos até a ditadura jacobina, e muitas vezes bem depois dela. (Beethoven só revogou a dedicatória da Sinfonia Heróica a Napoleão depois que ele se tornou imperador.) A lista dos gênios e talentos europeus que inicialmente apoiavam a Revolução pode ser comparada com a simpatia semelhante e quase que universal pela República Espanhola na década de 1930. Na Grã-Bretanha, esta lista incluía os poetas – Wordsworth, Blake, Coleridge, Robert Burns, Southey –, os cientistas, o químico Joseph Priestley e vários membros da distinta Sociedade Lunar de Birmingham *, tecnólogos e industriais como Wilkinson, o capitão do ferro, e o engenheiro Thomas Telford, e ainda intelectuais

* O filho de James Watt chegou a partir para a França, para alarme do pai.

membros do partido Whig e dissidentes em geral. Na Alemanha, incluía os filósofos Kant, Herder, Fichte, Schelling e Hegel, os poetas Schiller, Hoelderlin, Wieland e o idoso Klopstock, além do músico Beethoven; na Suíça, o educador Pestalozzi, o psicólogo Lavater e o pintor Fuessli (Fuseli); na Itália, praticamente todas as pessoas de opiniões anticlericais. Entretanto, embora a Revolução se sentisse cativada por este apoio intelectual e por tão honrados e eminentes simpatizantes estrangeiros, e por aqueles que acreditava estarem a favor de seus princípios a ponto de conceder-lhes a cidadania francesa honorária *, nem Beethoven ou Robert Burns tinham em si mesmos muita importância política ou militar.

Um sério sentimento político pró-França ou filo-jacobino existia em geral em certas áreas contíguas à França, onde as condições sociais eram semelhantes ou os contatos culturais permanentes (como os Países Baixos, a Renânia, a Suíça e a Savóia), na Itália e, por razões um tanto diferentes, na Irlanda e na Polônia. Na Grã-Bretanha, o jacobinismo teria sido indubitavelmente um fenômeno de importância política maior, até mesmo depois do Terror, se não tivesse se chocado com o tradicional preconceito antifrancês do nacionalismo popular inglês, composto igualmente do robusto desprezo pelos famintos continentais (todos os franceses nas charges populares da época eram magros como palitos de fósforos) e da hostilidade ao que, afinal de contas, era o "inimigo hereditário" da Inglaterra, embora também aliado hereditário da Escócia**. O jacobinismo britânico foi único por ser primordialmente um fenômeno de artesãos ou da classe operária, pelo menos depois que tinha passado o primeiro entusiasmo geral. As *Sociedades Correspondentes (Corresponding Societies)* podem reivindicar o fato de serem as primeiras organizações políticas independentes da classe trabalhadora. Mas a classe trabalhadora encontrou uma voz de força sem paralelo nos "Direitos do Homem" de Tom Paine (que talvez tenha vendido um milhão de cópias) e algum apoio político de interesses ligados ao partido Whig, imunes de perseguições devido a sua riqueza e posição social, e que estavam prontos a defender as tradições britânicas de liberdade civil e o desejo de uma paz negociada com a França. Não obstante, a verdadeira fraqueza do jacobinismo britânico é indicada pelo fato de que a própria esquadra que se amotinou em Spithead num estágio crucial da guerra (1797) clamou por permissão para lutar contra os franceses assim que viu satisfeitas suas exigências econômicas.

* A saber, Priestley, Bentham, Wilberforce, Clarkson (o agitador antiescravocrata), James Mackintosh e David Williams na Grã-Bretanha; na Alemanha, Klopstock, Schiller, Campe e Anarcharsis Cloots; na Suíça, Pestalozzi; na Polônia, Kosziusko; na Itália, Gorani; na Holanda, Cornelius de Pauw, e nos EUA, Washington, Hamilton, Madison, Tom Paine e Joel Barlow. Nem todos eram simpatizantes da Revolução.

** Isto não deve estar desligado do fato de que o jacobinismo escocês era uma força popular muito mais poderosa.

Na Península Ibérica, nos domínios dos Habsburgo, na Alemanha Central e Oriental, na Escandinávia, nos Bálcans e na Rússia, o filo-jacobinismo era uma força insignificante. Atraía alguns jovens ardentes, alguns intelectuais iluministas e mais uns poucos que, como Inácio Martinovics na Hungria ou Rhigas na Grécia, ocupam os lugares de honra de precursores na história da luta de seus países pela libertação nacional ou social. Mas a ausência de qualquer apoio de vulto para suas opiniões entre as classes média e alta, para não mencionarmos seu isolamento do fanático campesinato analfabeto, fez com que o jacobinismo fosse facilmente suprimível mesmo quando, como na Áustria, atreveu-se a uma conspiração. Teria que se passar uma geração até que a forte e militante tradição liberal espanhola emergisse das poucas e diminutas conspirações estudantis ou dos emissários jacobinos de 1792-5.

A verdade é que, na maior parte, o jacobinismo no exterior exerceu um apelo ideológico direto sobre as classes instruídas e média e, portanto, sua força política dependia da capacidade ou vontade que essas classes tinham de usá-lo. A França era de há muito o principal poder estrangeiro em quem os poloneses esperavam encontrar apoio contra a cobiça conjunta dos prussianos, russos e austríacos, que já tinham anexado vastas áreas do país e logo viriam a dividi-lo inteiramente entre si. A França também fornecia um modelo do único tipo de profunda reforma interna que, na opinião de todos os poloneses pensantes, podia dar ao país condições de resistir aos seus açougueiros. Logo, não é muito surpreendente que a constituição da Reforma de 1791 tenha sido influenciada profunda e conscientemente pela Revolução Francesa; foi a primeira das modernas constituições a mostrar esta influência *. Mas na Polônia a pequena e a alta nobreza reformadoras tinham as mãos livres. Na Hungria, onde o conflito endêmico entre Viena e os autonomistas locais fornecia um incentivo análogo para que os cavalheiros do interior se interessassem por teorias de resistência (o condado de Gömör exigia a abolição da censura por ser contrária ao *Contrato Social* de Rousseau), isso não acontecia. Conseqüentemente, o "jacobinismo" era mais fraco e menos eficaz. Por outro lado, na Irlanda, o descontentamento agrário e nacional deu ao "jacobinismo" uma força política muito além do apoio efetivo de que desfrutava a ideologia maçônica e livre-pensadora dos líderes dos "Irlandeses Unidos". Eram rezadas missas pela vitória dos ímpios franceses num país eminentemente católico, e os irlandeses estavam preparados para saudar a invasão de seu país pelas forças francesas, não porque simpatizassem com Robespierre, mas porque odiavam os ingleses e buscavam aliados contra eles. Na Espanha, por sua vez, onde tanto o

* Como a Polônia era essencialmente uma República da pequena e da alta nobreza, a constituição era "jacobina" apenas no sentido mais superficial: o domínio dos nobres foi reforçado, e não abolido.

catolicismo quanto a pobreza eram proeminentes, o jacobinismo fracassou em obter um ponto de apoio pela razão oposta: nenhum estrangeiro oprimia os espanhóis, e os únicos capazes de fazê-lo eram os franceses.

Nem a Polônia nem a Irlanda eram exemplos típicos do filo-jacobinismo, pois o verdadeiro programa da Revolução pouco lhes atraía. O programa só era atraente em países com problemas políticos e sociais semelhantes aos da França. Estes se enquadram em dois grupos: Estados em que o "jacobinismo" nativo tinha uma razoável chance de lutar pelo poder político, e Estados em que somente a conquista francesa poderia fazê-los avançar. Os Países Baixos, partes da Suíça e possivelmente um ou dois Estados italianos pertenciam ao primeiro grupo; já a maior parte da Alemanha Ocidental e da Itália pertenciam ao segundo. A Bélgica (a Holanda austríaca) já estava rebelada em 1789: freqüentemente se esquece que Camille Desmoulins chamou seu jornal de *Les Révolutions de la France et de Brabant*. O grupo pró-francês dos revolucionários (os democratas *Vonckists*) era sem dúvida mais fraco que os conservadores *Statists*, mas era suficientemente forte para produzir um autêntico apoio revolucionário para a conquista francesa de seu país, que eles favoreceram. Nas Províncias Unidas, os "patriotas", buscando uma aliança com a França, eram poderosos o bastante para considerar a hipótese de uma revolução, embora tivessem dúvidas se ela poderia ser bem sucedida sem auxílio externo. Eles representavam a classe média inferior, e outros se levantavam contra as oligarquias dominantes dos grandes mercadores aristocratas. Na Suíça, o elemento esquerdista em certos cantões protestantes fora sempre forte, e a atração da França, sempre poderosa. Aqui também a conquista francesa suplementou, e não criou, as forças revolucionárias locais.

Na Alemanha Ocidental e na Itália isso não aconteceu. A invasão francesa foi saudada pelos jacobinos alemães, notadamente em Mainz e no sudoeste, mas ninguém poderia dizer que eles estivessem razoavelmente próximos de, por si mesmos, poderem ao menos causar grandes problemas a seus governos *. Na Itália, o predomínio do iluminismo e da maçonaria tornou a Revolução imensamente popular entre os cidadãos instruídos, mas o jacobinismo local era provavelmente poderoso apenas no reino de Nápoles, onde praticamente arrebatou toda a classe média esclarecida (i.e. anticlerical) e uma parte da pequena nobreza, e estava bem organizado nas lojas maçônicas e sociedades secretas que vicejam tão bem no clima do sul da Itália. Mas mesmo aí, ressentia-se do completo fracasso em estabelecer contato com as massas socialmente revolucionárias. Uma república napolitana foi facilmente proclamada quando chegaram as notícias do avanço francês,

* Os franceses fracassaram até mesmo na tentativa de estabelecer uma República satélite na Renânia.

mas foi igualmente derrubada com facilidade por uma revolução social de direita, sob os estandartes do Papa e do Rei; porque os camponeses e os *lazzaroni* napolitanos definiam o jacobino, com certa justiça, como "um homem que tem carruagem".

Em termos amplos, portanto, o valor militar do filo-jacobinismo estrangeiro foi principalmente o de um auxílio para a conquista francesa e uma fonte de administradores politicamente confiáveis para os territórios conquistados. E, de fato, a tendência era de que as áreas com uma força jacobina local se transformassem em repúblicas satélites e depois, quando conveniente, fossem anexadas à França. A Bélgica foi anexada em 1795, a Holanda transformou-se na República Batava no mesmo ano e, eventualmente, em reinado da família dos Bonaparte. A margem esquerda do Reno foi anexada e, no governo de Napoleão, os Estados satélites (como o Grão-Ducado de Berg – atualmente a área do Ruhr – e o reino da Vestfália) e a anexação direta estenderam-se mais ainda pelo noroeste da Alemanha. A Suíça transformou-se na República Helvética em 1789 e foi posteriormente anexada. Na Itália ergueu-se um cordão de repúblicas – a Cisalpina (1797), a Liguriana (1797), a Romana (1798), a Partenopeana (1798) – que finalmente se transformaram parcialmente em territórios franceses, mas predominantemente em Estados satélites (o reino da Itália, o reino de Nápoles).

O jacobinismo estrangeiro tinha alguma importância militar, e os jacobinos estrangeiros dentro da França desempenharam um papel significativo na formação da estratégia republicana, como notadamente o grupo Saliceti, que por acaso não foi pouco responsável pela ascensão do italiano Napoleão Bonaparte dentro do exército francês e por seus sucessos posteriores na Itália. Mas poucos diriam que ele ou eles foram decisivos. Apenas um movimento estrangeiro pró-francês poderia ter sido decisivo se tivesse sido explorado eficazmente: o irlandês. Uma combinação da revolução irlandesa com a invasão francesa, particularmente em 1797-8, quando a Grã-Bretanha era temporariamente o único beligerante que restava contra a França, bem poderia ter forçado a Grã-Bretanha a estabelecer a paz. Mas os problemas técnicos de uma invasão por uma faixa de mar tão larga eram difíceis; os esforços franceses para executá-la, hesitantes e mal-concebidos; e o levante irlandês de 1798, embora desfrutasse de maciço apoio popular, foi mal organizado e facilmente suprimido. Especular sobre as possibilidades teóricas de operações franco-irlandesas é portanto inútil.

Mas se os franceses contavam com o apoio das forças revolucionárias no exterior, os antifranceses também o desfrutavam. Pois não se pode negar aos espontâneos movimentos de resistência popular contra a conquista francesa um componente sócio-revolucionário, mesmo quando os camponeses que os desencadeavam o expressassem em termos de um militante conservadorismo baseado na Igreja e no Rei. É significativo que a tática militar que em nosso século se tornou mais plenamente identificada com a guerra revoluconária, a guerrilha, fosse

entre 1792 e 1815 um recurso quase exclusivo do lado antifrancês. Na própria França, a Vendéia e os *chouans* da Bretanha sustentaram com interrupções uma guerra de guerrilhas monarquista de 1793 até 1802. No exterior, os bandoleiros do sul da Itália foram provavelmente, em 1798-9, os pioneiros das ações antifrancesas de guerrilha popular. Os tiroleses, sob a liderança do coletor de impostos Andreas Hofer, em 1809, mas sobretudo os espanhóis, a partir de 1808, e até certo ponto os russos, em 1812-13, praticaram-na com considerável sucesso. Paradoxalmente, a importância militar desta tática revolucionária para os antifranceses foi quase certamente maior do que a importância militar do jacobinismo estrangeiro para os franceses. Nenhuma área fora das fronteiras da própria França manteve um governo jacobino por um momento sequer após a derrota ou retirada das tropas francesas; mas o Tirol, a Espanha e, até certo ponto, o sul da Itália apresentaram um problema militar mais sério do que antes para os franceses, após a derrota de seus exércitos e governadores. A razão é óbvia: nessas áreas os movimentos contra a conquista francesa eram movimentos camponeses. Onde o nacionalismo antifrancês não se baseou nos camponeses, sua importância militar foi desprezível. O patriotismo retrospectivo criou uma "guerra de libertação" alemã em 1813-14, mas podemos seguramente dizer que, na medida em que se supõe que isso se baseou numa resistência popular aos franceses, é pura ficção [1]. Na Espanha, o povo manteve a resistência aos franceses depois que os exércitos fracassaram; na Alemanha, os exércitos ortodoxos os derrotaram de uma maneira totalmente ortodoxa.

Socialmente falando, portanto, não há grande distorção se falarmos da guerra como uma guerra da França e de seus territórios vizinhos contra o resto. Em termos de relações de poder ultrapassadas, o alinhamento era mais complexo. Aqui, o conflito fundamental, que dominara as relações internacionais européias durante quase um século, era entre a França e a Grã-Bretanha. Do ponto de vista dos britânicos, era um conflito quase que totalmente econômico. Eles desejavam eliminar seu principal competidor para alcançar o total predomínio comercial nos mercados europeus e o controle total dos mercados coloniais e ultramarinos, que por sua vez implicava o controle dos mares. De fato, eles alcançaram não muito menos que isso como resultado das guerras. Na Europa, este objetivo não implicava ambições territoriais, exceto pelo controle de certos pontos de importância marítima ou a segurança de que estes não cairiam em mãos de Estados suficientemente fortes para oferecerem perigo. Quanto ao resto, a Grã-Bretanha se contentava com qualquer solução continental que mantivesse qualquer rival em potencial em cheque por outros Estados. Além mar, isto implicava a total destruição dos impérios coloniais de outros povos e consideráveis anexações para os britânicos.

Esta política era em si mesma suficiente para fornecer aos franceses alguns aliados em potencial, pois todos os Estados coloniais, comerciais e marítimos viam-na com apreensão ou hostilidade. Na ver-

dade, sua postura normal era de neutralidade, pois os benefícios de se comerciar livremente em tempos de guerra são consideráveis; mas a tendência britânica de encarar (bem realisticamente) a neutralidade do transporte marítimo como uma força a favor dos franceses e não deles levou-os vez por outra ao conflito, até que a política francesa de bloqueio depois de 1806 empurrou-os para a direção oposta. A maioria das potências marítimas era fraca demais ou, se européias, demasiadamente isoladas para causar aos britânicos muitos problemas; mas a guerra anglo-americana de 1812-14 foi o resultado desse conflito.

A hostilidade francesa à Grã-Bretanha era um pouco mais complexa, mas a sua corrente que, como os britânicos, exigia uma vitória *total* foi grandemente fortalecida pela Revolução, o que trouxe ao poder uma burguesia francesa cujos apetites eram, a seu modo, tão ilimitados quanto os dos britânicos. No mínimo a vitória sobre os britânicos exigia a destruição do comércio britânico, do qual se acreditava corretamente que a Grã-Bretanha dependia; e uma salvaguarda contra a futura recuperação britânica, sua permanente destruição. (O paralelo entre o conflito franco-britânico e o romano-cartaginês estava na mente dos franceses, cuja percepção política era em grande parte clássica.) De uma maneira mais ambiciosa, a burguesia francesa podia esperar compensar a evidente superioridade econômica britânica somente através de seus próprios recursos políticos e militares; por exemplo, criando para si mesma um vasto mercado cativo do qual seus rivais fossem excluídos. Ambas estas considerações emprestavam ao conflito franco-britânico uma persistência e obstinação diferentes das de quaisquer outros. Nenhum dos lados estava realmente – coisa rara naqueles dias, embora comum nos dias de hoje – preparado para se satisfazer com menos do que a vitória total. O único breve período de paz entre os dois (1802-3) chegou a um fim pela relutância de ambos em mantê-lo. Isto foi tanto mais notável porque a situação puramente militar impunha uma paralização: ficou claro a partir dos últimos anos da década de 1790 que os britânicos não podiam efetivamente chegar até o continente e que os franceses não podiam efetivamente sair dele.

As outras potências antifrancesas estavam engajadas em uma espécie menos assassina de luta. Todas elas esperavam derrubar a Revolução Francesa, embora não às custas de suas próprias ambições políticas, mas depois de 1792-5 isto se tornou claramente impraticável. A Áustria, cujas laços familiares com os Bourbon foram reforçados pela ameaça francesa direta a suas possessões e áreas de influência na Itália, e à sua posição de liderança na Alemanha, era o país mais consistentemente antifrancês, e tomou parte em todas as principais coalizões contra a França. A Rússia foi intermitentemente antifrancesa, passando à guerra somente em 1795-1800, 1805-7 e 1812. A Prússia achava-se dividida entre uma simpatia a favor do lado contra-revolucionário, uma desconfiança em relação à Áustria e suas próprias ambições na Polônia e na Alemanha, que se beneficiavam da iniciativa francesa. De forma que entrou em guerra contra a França apenas ocasionalmente e

de uma maneira semi-independente: em 1792-5, 1806-7 (quando foi pulverizada) e 1813. A política do resto dos Estados que, de tempos em tempos, entravam em coalizões antifrancesas mostra flutuações comparáveis. Eles eram contra a Revolução mas, sendo a política o que é, tinham também outros problemas a resolver, e nada em seus interesses estatais impunha uma permanente e resoluta hostilidade à França, especialmente a uma França vitoriosa que determinava as periódicas redistribuições do território europeu.

Estes permanentes interesses e ambições diplomáticas dos Estados europeus também deram aos franceses um número de aliados em potencial, pois em todo sistema permanente de Estados em tensão e rivalidade uns contra os outros, a inimizade de A implica a simpatia dos anti-A. Destes, os de maior confiança eram os príncipes germânicos de menor importância, cujos interesses eram de há muito – normalmente em aliança com a França – enfraquecer o poder do Imperador (i. e. da Áustria) sobre os principados, ou que sofriam com o crescimento do poder prussiano. Os Estados do sudoeste alemão – Baden, Wurtemberg, Bavária, que se transformaram no núcleo da Confederação Napoleônica do Reno (1806) – e o velho rival e vítima da Prússia, a Saxônia, eram os mais importantes. A Saxônia, de fato, foi o último e mais leal aliado de Napoleão, um fato também parcialmente explicável por seus interesses econômicos, pois na qualidade de um centro manufatureiro desenvolvido ela se beneficiava do "sistema continental" napoleônico.

Ainda assim, mesmo levando em conta as divisões do lado antifrancês e o potencial de aliados que os franceses poderiam atrair, no papel as coalizões antifrancesas eram invariavelmente muito mais fortes que as francesas, pelo menos no início. Contudo, a história militar das guerras é uma história de quase ininterrupta e sufocante vitória francesa. Após a combinação inicial de ataque estrangeiro e contra-revolução doméstica ter sido derrotada (1793-4), houve só um curto período, antes do fim, em que os exércitos franceses ficaram seriamente na defensiva: em 1799, quando a segunda coalizão mobilizou o formidável exército russo, sob o comando de Suvorov, para suas primeiras operações na Europa Ocidental. Para todos os fins práticos, a lista de campanhas e batalhas terrestres entre 1794 e 1812 é uma lista de triunfo francês praticamente ininterrupto. A razão está na Revolução ocorrida na França. Sua radiação política no exterior não foi, como vimos, decisiva. No máximo poderíamos dizer que ela evitou que as populações dos Estados reacionários resistissem aos franceses, que lhes trouxeram liberdade; mas, na verdade, a estratégia e a tática militares dos Estados ortodoxos do século XVIII não esperavam nem desejavam a participação civil nas guerras: Frederico, o Grande, disse com firmeza a seus leais berlinenses, que se ofereceram para lutar contra os russos, para deixar a guerra aos profissionais a quem ela pertencia. Mas isto transformou a ação bélica dos franceses e os fez incomensuravelmente superiores aos exércitos do velho regime. Tecnicamente

os velhos exércitos eram melhor treinados e disciplinados, e onde estas qualidades eram decisivas, como na guerra naval, os franceses foram sensivelmente inferiores. Eles eram bons corsários e rápidos incursores, mas não podiam compensar a falta de um número suficiente de marujos treinados e sobretudo de oficiais navais competentes, classe que havia sido dizimada pela Revolução, pois constituía-se amplamente de elementos provenientes da pequena nobreza normanda e bretã, e que não podia ser rapidamente improvisada. Em seis grandes e oito pequenas batalhas navais entre os britânicos e os franceses, as baixas francesas foram cerca de dez vezes maiores que as dos ingleses [2]. Mas no que tange à organização improvisada, mobilidade, flexibilidade e acima de tudo pura coragem ofensiva e moral de luta, os franceses não tinham rivais. Estas vantagens não dependiam do gênio militar de ninguém, pois o saldo militar dos franceses antes que Napoleão tomasse o poder era bastante impressionante, e a qualidade média do generalato francês não era excepcional. Mas isto deve ter em parte dependido do rejuvenescimento dos quadros militares franceses dentro e fora do país, o que é uma das principais conseqüências de qualquer revolução. Em 1806, de 142 generais do poderoso exército prussiano, 79 tinham mais de 60 anos de idade, bem como um-quarto de todos os comandantes de regimentos [3]. Mas em 1806 Napoleão, que chegou a general aos 24 anos, Murat, que comandou uma brigada aos 26, Ney, que o fez aos 27, e Davout estavam todos entre 26 e 37 anos de idade.

II

A relativa monotonia do sucesso francês torna desnecessário discutir as operações militares de guerra terrestre com grandes detalhes. Em 1793-4, os franceses preservaram a Revolução. Em 1794-5, ocuparam os Países Baixos, a Renânia, partes da Espanha, Suíça e Savóia (e Ligúria). Em 1796, a celebrada campanha italiana de Napoleão deu-lhes toda a Itália e quebrou a primeira coalizão contra a França. A expedição de Napoleão a Malta, Egito e Síria (1797-9) foi isolada de sua base pelo poderio naval britânico e, em sua ausência, a segunda coalizão expulsou os franceses da Itália e atirou-os de volta à Alemanha. A derrota dos exércitos aliados na Suíça (batalha de Zurique, 1799) salvou a França da invasão, e logo depois do retorno de Napoleão e de sua tomada do poder os franceses estavam novamente na ofensiva. Em 1801, tinham imposto a paz ao restante dos aliados continentais; e em 1802, até mesmo aos britânicos. Daí em diante a supremacia francesa nas regiões conquistadas ou controladas em 1794-8 permaneceu inquestionável. Uma nova tentativa de desencadear a guerra contra eles em 1805-7 simplesmente estendeu a influência francesa à fronteira russa. A Áustria foi derrotada em 1805 na batalha de Austerlitz, na Morávia, e a paz lhe foi imposta. A Prússia, que declarou guerra tarde e separadamente, foi destruída nas batalhas de Iena e Auerstaedt, em

1806, e desmembrada. A Rússia, embora derrotada em Austerlitz, espancada em Eylau (1807) e derrotada novamente em Friedland (1807), permaneceu intacta como potência militar. O Tratado de Tilsit (1807) tratava-a com justificável respeito, embora estabelecendo a hegemonia francesa sobre o resto do continente, à exceção da Escandinávia e dos Bálcans turcos. Uma tentativa austríaca de obter a liberdade foi derrotada nas batalhas de Aspern-Essling e Wagram. Entretanto, a revolta dos espanhóis em 1808, contra a imposição do irmão de Napoleão, José, como seu rei, abriu um campo de operações para os britânicos e manteve uma constante atividade militar na Península, não afetada pelas retiradas e derrotas periódicas dos britânicos (p. ex. em 1809-10).

No mar, entretanto, os franceses estavam por esta época completamente derrotados. Após a batalha de Trafalgar (1805), qualquer chance não apenas de invadir a Grã-Bretanha pelo Canal da Mancha, como também de manter contatos ultramarinos, desapareceu. O único modo que parecia haver para derrotar a Grã-Bretanha era a pressão econômica, e isto Napoleão tentou exercer eficazmente através do Sistema Continental (1806). As dificuldades de impor este bloqueio de maneira eficiente minaram a estabilidade do Tratado de Tilsit e levaram ao rompimento com a Rússia, que foi o ponto decisivo da sorte de Napoleão. A Rússia foi invadida e Moscou ocupada. Se o czar tivesse feito a paz, como a maioria dos inimigos de Napoleão tinham feito sob circunstâncias semelhantes, o jogo teria terminado. Mas o czar não estabeleceu a paz, e Napoleão se viu diante da opção entre uma guerra interminável, sem perspectiva clara de vitória, ou a retirada. Ambas eram igualmente desastrosas. Os métodos do exército francês, como vimos, implicavam rápidas campanhas em áreas suficientemente ricas e densamente povoadas para que ele pudesse retirar sua manutenção da terra. Mas o que funcionou na Lombardia e na Renânia, onde estes processos tinham sido desenvolvidos pela primeira vez, e ainda era viável na Europa Central, fracassou totalmente nos amplos, pobres e vazios espaços da Polônia e da Rússia. Napoleão foi derrotado não tanto pelo inverno russo quanto por seu fracasso em manter o Grande Exército com um suprimento adequado. A retirada de Moscou destruiu o Exército. De 610 mil homens que tinham, num ou noutro momento, atravessado a fronteira russa, 100 mil retornaram aproximadamente.

Nessas circunstâncias, a coalizão final contra os franceses foi formada não só por seus velhos inimigos e vítimas mas também por todos os que se sentiam ansiosos por estar do lado que a esta altura aparecia claramente como o vencedor; só o rei da Saxônia abandonou sua adesão à França tarde demais. Um novo exército francês, largamente imaturo, foi derrotado em Leipzig (1813), e os aliados avançaram inexoravelmente sobre a França, a despeito das brilhantes manobras de Napoleão, enquanto os britânicos avançavam sobre ela a partir da Península. Paris foi ocupada e o Imperador renunciou a 6 de abril de 1814.

Ele tentou restaurar seu poder em 1815, mas a batalha de Waterloo (junho de 1815) o liquidou.

III

No decorrer dessas décadas de guerra, as fronteiras políticas da Europa foram redesenhadas várias vezes. Precisamos aqui considerar somente aquelas mundanças que, de uma maneira ou de outra, foram bastante permanentes para sobreviver à derrota de Napoleão.

A mais importante delas foi uma racionalização geral do mapa político europeu, especialmente na Alemanha e na Itália. Em termos de geografia política, a Revolução Francesa pôs fim à Idade Média. O típico Estado moderno, que estivera se desenvolvendo por vários séculos, é uma área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras claramente definidas, governada por uma só autoridade soberana e de acordo com um só sistema fundamental de administração e de leis. (Desde a Revolução Francesa tem-se entendido que o Estado moderno deva representar também uma só "nação" ou grupo lingüístico, mas naquela época um Estado territorial soberano não implicava isto.) O típico Estado feudal europeu, embora pudesse às vezes parecer com esse modelo, como por exemplo na Inglaterra medieval, não requeria essas condições. Ele era padronizado muito mais com base na "propriedade". Exatamente como a expressão "as propriedades do Duque de Bedford" não implica que elas devessem constituir um único bloco, nem serem todas diretamente administradas por seu dono, ou mantidas sob os mesmos arrendamentos ou termos, nem que os subarrendamentos devessem estar excluídos, o Estado feudal da Europa Ocidental também não excluía uma complexidade que pareceria totalmente intolerável hoje em dia. Em 1789 estas complexidades já eram sentidas como problemáticas. Enclaves estrangeiros achavam-se profundamente enraizados em alguns territórios de certos Estados, como a cidade papal de Avignon, na França. Territórios contidos em um Estado encontravam-se também, por razões históricas, dependentes de outro senhor que a esta altura fazia parte de outro Estado e, portanto, em termos modernos, achavam-se sob dupla jurisdição*. "Fronteiras" sob a forma de barreiras alfandegárias separavam diferentes províncias do mesmo Estado. O império do Sagrado Imperador Romano compreendia seus principados particulares, acumulados durante os séculos e jamais adequadamente padronizados ou unificados – o chefe da Casa dos Habsburgo nem mesmo tinha um simples título para descrever seu domínio sobre todos os seus territórios até 1804** –, e a autoridade imperial sobre uma variedade de territórios que iam desde grandes potências por si mesmas, como o reino da Prússia (ele próprio não totalmente unificado como tal até 1807), passando por principados de todos os tamanhos, até repúblicas de cidades-Estados independentes e "cavaleiros imperiais livres" cujas propriedades, freqüentemente apenas alguns acres de terra, não tinham senhores mais altos. Cada uma dessas áreas, por sua vez, se bastante grande, demonstrava a mesma falta de unidade territorial e de padronização, dependendo dos caprichos de uma longa história de aquisições fragmentárias, divisões e reunificações da herança de família. O complexo de considerações econômicas, administrativas, ideológicas e de poder que tendem a impor um tamanho mínimo de território e população à moderna unidade de governo, e que nos fazem sentir vagamente desconcertados ao pensarmos, digamos, na filiação do Liechtenstein à ONU, ainda não se aplicavam de modo algum. Conseqüentemente, em especial na Alemanha e na Itália, abundavam os Estados pequenos e anões.

A Revolução e as conseqüentes guerras aboliram muitas dessas relíquias, em parte devido ao zelo revolucionário pela padronização e unificação territorial, e em parte pela exposição dos Estados pequenos e fracos, repetidas vezes e por um período excepcionalmente longo, à gula de seus vizinhos maiores. Sobreviventes formais de uma era anterior, tais como o Sagrado Império Romano e a maioria das cidades-Estados e cidades-impérios, desapareceram. O império morreu em 1806, as antigas repúblicas de Gênova e Veneza desapareceram em 1797 e, ao final da guerra, as cidades alemãs livres tinham sido reduzidas a quatro. Um outro típico sobrevivente medieval, o Estado eclesiástico independente, foi-se da mesma maneira, como os principados episcopais de Colônia, Mainz, Treves, Salzburgo e o resto; somente os Estados papais da Itália central sobreviveram até 1870. A anexação, os tratados de paz e os congressos com que a França tentou sistematicamente reorganizar o mapa político alemão (em 1797-8 e 1803) reduziram os 234 territórios do Sagrado Império Romano – não contando os cavaleiros imperiais livres e seus semelhantes – a 40; na Itália, onde gerações de feroz belicismo já tinham simplificado a estrutura política – Estados anões existiam apenas nos confins da Itália do norte e central –, as mudanças foram menos drásticas. Visto que a maioria destas mudanças beneficiou Estados monárquicos, a derrota de Napoleão simplesmente as perpetuou. A Áustria não pensaria em restaurar a República de Veneza, porque obtivera seus territórios através da operação dos exércitos revolucionários franceses, da mesma forma que não pensaria em abandornar Salzburgo (que ela conquistou em 1803) simplesmente porque respeitava a Igreja Católica.

Fora da Europa, é claro, as mudanças territoriais das guerras foram conseqüência da total anexação britânica das colônias de outros povos, assim como dos movimentos de libertação colonial inspirados pela Revolução Francesa (p. ex. em São Domingos) ou que se tornaram possíveis ou impostos pela separação temporária das colônias de

* Um solitário sobrevivente europeu deste tipo é a República de Andorra, que se acha sob a dupla suzerania do bispo espanhol de Urgel e do presiente da França.

** Ele era apenas, em sua pessoa simples, Duque da Áustria, Rei da Hungria, Rei da Boêmia, Conde do Tirol etc.

suas metrópoles (como na América espanhola e portuguesa). O domínio britânico dos mares fez com que a maioria destas mudanças fossem irreversíveis, tivessem elas ocorrido às custas dos franceses ou, mais freqüentemente, dos antifranceses.

Igualmente importantes foram as mudanças institucionais introduzidas direta ou indiretamente pela conquista francesa. No auge de seu poderio (1810), os franceses governavam diretamente, como parte da França, toda a Alemanha à esquerda do Reno, a Bélgica, a Holanda e o norte da Alemanha na direção leste até Luebeck, a Savóia, o Piemonte, a Ligúria e a Itália a oeste dos Apeninos até as fronteiras de Nápoles, e as províncias da Ilíria desde a Caríntia até a Dalmácia, inclusive. A família francesa e os reinos e ducados satélites cobriam ainda a Espanha, o resto da Itália, o resto da Renânia-– Vestfália e uma grande parte da Polônia. Em todos estes territórios (exceto talvez o Grão-Ducado de Varsóvia), as instituições da Revolução Francesa e do Império napoleônico foram automaticamente aplicadas ou então funcionavam como modelos óbvios para a administração local: o feudalismo foi formalmente abolido, os códigos legais franceses foram aplicados e assim por diante. Estas mudanças provaram ser bem menos reversíveis do que a mudança de fronteiras. Assim, o Código Civil de Napoleão continuou sendo, ou tornou-se novamente, a base do direito local na Bélgica, na Renânia (mesmo depois de sua reintegração à Prússia) e na Itália. Uma vez oficialmente abolido, o feudalismo não mais se restabeleceu em parte alguma.

Visto que para os adversários inteligentes da França era evidente que tinham sido derrotados pela superioridade de um novo sistema político, ou pelo menos por seu próprio fracasso em adotar reformas semelhantes, as guerras produziram mudanças não só através da conquista francesa mas também através da reação contra ela; em alguns casos - como na Espanha - por ambos os meios. Os colaboradores de Napoleão, os *afrancesados,* de um lado, e, do outro, os líderes liberais da junta antifrancesa de Cádiz imaginavam essencialmente o mesmo tipo de Espanha, modernizada de acordo com os preceitos das reformas revolucionárias francesas, e o que uns deixaram de alcançar, os outros tentaram. Um caso muito mais claro de reforma através da reação - pois os liberais espanhóis foram antes de tudo reformadores, e antifranceses apenas por acidente histórico - foi o da Prússia, onde se instituiu uma forma de libertação camponesa, organizou-se um exército com elementos do *levée en masse* e levaram-se a termo reformas educacionais, econômicas e legais inteiramente sob o impacto do colapso do exército e do Estado de Frederico em Iena e Auerstaedt, e com o propósito esmagadoramente predominante de inverter aquela derrota.

De fato, pode-se dizer com um pouco de exagero que nenhum Estado continental a oeste da Rússia e da Turquia e ao sul da Escandinávia emergiu dessas duas décadas de guerra com suas instituições inteiramente inalteradas pela expansão ou imitação da Revolução Francesa. Até mesmo o ultra-reacionário Reino de Nápoles não restabeleceu efetivamente o feudalismo legal depois que foi abolido pelos franceses.

Mas as mudanças de fronteiras, leis e instituições governamentais não foram nada comparadas com um terceiro efeito destas décadas de guerra revolucionária: a profunda transformação da atmosfera política. Quando a Revolução Francesa eclodiu, os governos da Europa encararam-na com relativo sangue frio: o simples fato de que as instituições mudassem repentinamente, ocorressem insurreições, dinastias fossem depostas ou reis assassinados e executados não era algo que em si mesmo chocasse os governantes do século XVIII, que estavam acostumados a isso e consideravam estas mudanças em outros países primordialmente do ponto de vista de seu efeito sobre o equilíbrio do poder e sobre suas próprias posições relativas. "Os rebeldes que expulso de Genebra", escreveu Vergennes, o famoso ministro francês das Relações Exteriores do velho regime, "são agentes da Inglaterra, donde os rebeldes da América deduzem a perspectiva de uma longa amizade. Minha política em relação a cada um é determinada não por seus sistemas político, mas por sua atitude em relação à França. Esta é minha razão de Estado." [4] Mas em 1815 prevalecia uma atitude totalmente diferente em relação à revolução, que dominava a política dos Estados.

Sabia-se agora que a revolução num só país podia ser um fenômeno europeu, que suas doutrinas podiam atravessar as fronteiras e, o que era pior, que seus exércitos podiam fazer explodir os sistemas políticos de um continente. Sabia-se agora que a revolução social era possível, que as nações existiam independentemente dos Estados, os povos independentemente de seus governantes, e até mesmo que os pobres existiam independentemente das classes governantes. "A Revolução Francesa", observava De Bonald em 1796, "é um acontecimento único na história". [5] A frase é enganadora: ela foi um acontecimento universal. Nenhum país estava imune a ela. Os soldados franceses que guerrearam de Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria - sobre uma área mais vasta do que qualquer exército de conquistadores desde os mongóis, e por certo mais vasta do que qualquer força militar anterior na Europa, exceto os normandos - estenderam a universalidade de sua revolução mais eficazmente do que qualquer outra coisa. E as doutrinas e instituições que levaram consigo, mesmo sob o comando de Napoleão, desde a Espanha até a Ilíria, eram doutrinas universais, como os governos sabiam e como também os próprios povos logo viriam a saber. Um bandoleiro e patriota grego expressou perfeitamente os sentimento gerais:

> "A meu ver", disse Kolokotrones, "a Revolução Francesa e os feitos de Napoleão abriram os olhos do mundo. Antes, as nações não sabiam de nada, e as pessoas pensavam que os reis eram deuses sobre a terra e que ti-

nham que dizer que tudo que eles faziam era bem feito. Devido a esta mudança de agora, é mais difícil dominar o povo."[6]

IV

Vimos os efeitos dos vinte e tantos anos de guerra sobre a estrutura política da Europa. Mas quais foram as conseqüências do processo bélico efetivo, das mobilizações e operações militares e das medidas econômicas e políticas que delas resultaram?

Paradoxalmente, elas foram maiores onde menos ligadas ao derramamento de sangue, exceto na própria França, que quase certamente sofreu mais baixas e mais perdas populacionais indiretas do que qualquer outro país. Os homens do período revolucionário e napoleônico tiveram muita sorte de viver entre dois períodos de bárbaro militarismo – o do século XVII e o nosso – que tiveram a capacidade de devastar países de uma maneira realmente fantástica. Nenhuma área afetada pelas guerras de 1792-1815, nem mesmo a Península Ibérica, onde as operações foram mais prolongadas do que em qualquer outra parte e a represália e resistência popular fizeram-nas ainda mais selvagens, foi devastada como o foram partes da Europa Central e Oriental na guerra dos Trinta Anos e do Norte no século XVII, ou a Suécia e a Polônia no início do século XVIII, ou como grandes partes do mundo em guerras e conflagrações civis do século XX. O longo período de melhoria econômica que antecedeu a 1789 fez com que a fome e suas companheiras, a peste e a praga, não acrescentassem muito às devastações das batalhas e dos saques, pelo menos até depois de 1811. (O principal período de fome ocorreu *depois* das guerras, em 1816-17.) As campanhas militares tendiam a ser curtas e impetuosas, e os armamentos usados – de artilharia relativamente leve e móvel – não eram muito destrutivos segundo os padrões modernos. Os cercos não eram comuns. Os incêndios eram provavelmente os maiores perigos para as habitações e os meios de produção, e as pequenas casas ou fazendas eram facilmente reconstruídas. A única destruição material realmente difícil de reparar rapidamente em uma economia pré-industrial é a das florestas ou plantações de azeitonas e frutas, que levam muitos anos para crescer, e não parece ter havido muita destruição desse tipo na época.

Conseqüentemente, as perdas puramente humanas devidas a estas duas décadas de guerra não parecem ter sido, pelos padrões modernos, assustadoramente altas, embora, na verdade, nenhum governo tenha tentado avaliá-las e todas as modernas estimativas sejam vagas e não passem de puras conjecturas, exceto as que se referem às baixas francesas e a alguns casos especiais. Um milhão de mortos nas guerras de todo o período[7] seria um índice favorável se comparado às perdas isoladas de qualquer um dos principais países beligerantes nos quatro anos e meio da Primeira Guerra Mundial ou mesmo aos aproximadamente 600 mil mortos da Guerra Civil Americana de 1861-5. Até mesmo dois milhões, para mais de duas décadas de guerra generalizada, não pareceria um índice particularmente assassino, quando nos lembramos da extraordinária capacidade mortífera da fome e da epidemia naqueles tempos: ainda em 1865, na Espanha, uma epidemia de cólera, segundo estimativas, fez 236.744 vítimas.[8] De fato, nenhum país indica uma desaceleração acentuada do crescimento populacional durante este período, com exceção talvez da França.

Para a maioria dos habitantes da Europa, exceto os combatentes, a guerra provavelmente não significou mais do que uma interrupção direta ocasional do cotidiano, se é que chegou a significar isto. As famílias do interior nos romances de Jane Austen seguiam seus afazeres como se a guerra não existisse. Os Mecklenburgers, de Fritz Reuter, recordam-se da ocupação estrangeira como anedota e não como um drama; o velho Herr Kuegelgen, lembrando-se de sua infância na Saxônia (uma das "rinhas da Europa", cuja situação política e geográfica atraía exércitos e batalhas como igualmente apenas a Bélgica e a Lombardia o faziam), só relembrou das poucas semanas em que os exércitos marcharam sobre Dresden ou ali se aquartelaram. Reconhecidamente, o número de homens armados envolvidos era muito maior do que tinha sido comum em guerras anteriores, embora não fosse extraordinário pelos padrões modernos. Até mesmo o recrutamento não implicava a convocação de mais que uma parte dos homens capacitados: o departamento francês da Costa do Ouro, durante o reinado de Napoleão, forneceu somente 11 mil homens de seus 350 mil habitantes, ou seja, 3,15%, e entre 1800 e 1815 não mais que 7% da população da França foi recrutada, contra os 21% durante o período bem mais curto da Primeira Guerra Mundial.[9] Ainda assim, em números absolutos, a quantidade era muito grande. O *levée en masse* de 1793-4 colocou talvez 630 mil homens em armas (de um recrutamento teórico de 770 mil); a força militar de Napoleão durante o período de paz de 1805 era de mais ou menos 400 mil homens, e, no início da campanha contra a Rússia, em 1812, o Grande Exército se constituía de 700 mil homens (300 mil dos quais não eram franceses), sem contar as tropas francesas no resto do continente, principalmente na Espanha. As mobilizações permanentes dos adversários da França eram muito menores, ainda que somente devido ao fato de que eles estivessem muito menos continuamente no campo de batalha (com a exceção da Grã-Bretanha) ou porque os problemas financeiros e de organização tornavam muitas vezes difícil a mobilização total (por exemplo, para os austríacos, que em 1813 foram autorizados, pelo tratado de paz de 1809, a manter um exército de 150 mil homens, mas que mantinham apenas 60 mil realmente preparados para uma campanha). Os britânicos, por outro lado, mantinham um número surpreendentemente alto de homens mobilizados. No seu auge (1813-14), com bastante dinheiro empenhado num exército regular de 300 mil homens e mais 140 mil marinheiros e fuzileiros navais, devem ter tido uma carga proporcio-

nalmente mais pesada com suas forças militares do que os franceses * [10]

As perdas eram pesadas, embora não excessivamente, novamente segundo os aniquiladores padrões do nosso século; mas curiosamente poucas dessas perdas deveram-se realmente ao inimigo. Somente 6 ou 7% por cento dos marinheiros britânicos que morreram entre 1793 e 1815 sucumbiram diante dos franceses; 80% morreram devido a doenças e acidentes. A morte no campo de batalha era um risco pequeno; somente 2% das baixas em Austerlitz e talvez 8 ou 9% das de Waterloo corresponderam de fato às mortes em combate. Os riscos realmente aterradores da guerra eram a negligência, a sujeira, a má organização, os serviços médicos deficientes e a ignorância em termos higiênicos, que massacravam os feridos, os prisioneiros e, em propícias condições climáticas, como nos trópicos, praticamente todos.

As operações militares propriamente ditas matavam pessoas, direta ou indiretamente, e destruíam equipamento produtivo mas, como vimos, nada faziam a ponto de interferir seriamente no curso normal da vida e do desenvolvimento de um país. As exigências econômicas da guerra e a guerra econômica tinham conseqüências muito maiores.

Pelos padrões do século XVIII, as guerras revolucionárias e napoleônicas eram excessivamente caras, e de fato seus custos chegavam a impressionar os contemporâneos, talvez mais do que as perdas humanas que provocavam. Certamente a queda no ônus financeiro da guerra na geração pós-Waterloo foi muito mais notável do que a queda nas perdas de vidas humanas: estima-se que enquanto as guerras entre 1821 e 1850 custaram uma média de menos de 10% por ano do valor equivalente em 1790-1820, a média anual de mortes causadas pela guerra permaneceu a um nível um pouco menor que 25% do período anterior [11]. Como se pagaria este custo? O método tradicional tinha sido uma combinação de inflação monetária (novas emissões para pagar as contas do governo), empréstimos e um mínimo de tributação especial, pois os impostos criavam descontentamento público e (quando tinham que ser concedidos por parlamentos ou propriedades) problemas políticos. Mas as extraordinárias exigências e condições financeiras das guerras transformaram tudo.

Em primeiro lugar, elas familiarizaram o mundo com o papel-moeda não conversível**. No continente, a facilidade com que os pedaços de papel podiam ser impressos, para pagar obrigações do governo, provou ser irresistível. O papel-moeda emitido pelo governo da Revolução Francesa (1789) foi a princípio simples obrigação do Tesouro Nacional francês com juros de 5%, planejada para prever o produto da

* Como estes números são baseados no dinheiro autorizado pelo Parlamento, o número de homens alistados era certamente menor.

** Na verdade, qualquer tipo de papel-moeda, cambiável por ouro ou não, era relativamente incomum antes do fim do século XVIII.

venda eventual de terras da Igreja. Em poucos meses essas obrigações tinham sido transformadas em moeda corrente, e cada crise financeira sucessiva fazia com que fossem impressas em maior quantidade e se desvalorizassem mais vertiginosamente, ajudadas pela crescente falta de confiança do público. Ao eclodir a guerra, as obrigações tinham-se desvalorizado em cerca de 40%, e, em junho de 1793, em cerca de dois-terços. O regime jacobino manteve-as razoavelmente bem, mas a orgia do descontrole econômico após o Termidor reduziu-as progressivamente até cerca de um-tricentésimo de seu valor nominal, até que a bancarrota oficial do Estado, em 1797, pôs um ponto final a um episódio monetário que tornou os franceses preconceituosos em relação a qualquer espécie de cédula por mais de 50 anos. Os papéis-moedas de outros países tiveram carreiras menos catastróficas, embora por volta de 1810 o papel-moeda russo tivesse caído a 20% de seu valor nominal e o austríaco (duas vezes desvalorizado, em 1810 e 1815) a dez. Os britânicos evitavam esta forma de financiar a guerra e estavam bastante familiarizados com as cédulas para não se assustarem com elas, mas mesmo assim o Banco da Inglaterra não pôde resistir à dupla pressão da vasta demanda governamental – enviada em grande parte ao exterior sob a forma de empréstimos e de subsídios –, da corrida privada sobre seu ouro em barra e o desgaste especial de um ano de fome. Em 1797 os pagamentos em ouro a clientes particulares foram suspensos, e a cédula não conversível tornou-se a moeda corrente de fato: a nota de uma libra foi um dos resultados disso. A "libra de papel" nunca se desvalorizou tão seriamente como as moedas continentais – sua marca mais baixa foi 71% do seu valor nominal, e por volta de 1817 estava de volta a 98% – mas durou muito mais do que se tinha previsto. Só a partir de 1821 é que os pagamentos em dinheiro foram reiniciados plenamente.

A outra alternativa à tributação eram os empréstimos, mas o desconcertante aumento da dívida pública produzido pelos gastos de guerra, surpreendentemente pesados e longos, assustava até mesmo os países mais prósperos, ricos e financeiramente sofisticados. Após cinco anos financiando a guerra essencialmente através de empréstimos, o governo britânico foi forçado a dar um passo espantoso e sem precedentes: pagar o esforço bélico com a tributação direta, introduzindo um imposto de renda com este propósito (1799-1816). A crescente riqueza do país tornou isto viável, e o custo da guerra desde então foi essencialmente coberto através da renda corrente. Se uma tributação adequada tivesse sido imposta desde o começo, a dívida nacional não teria subido de 228 milhões de libras em 1793 para 876 milhões de libras em 1816, e a cobrança anual da dívida de 10 milhões de libras em 1792 para 30 milhões em 1815, que foi *maior que o gasto total do governo no último ano antes da guerra.* As conseqüências sociais deste endividamento foram muito grandes, pois de fato ele funcionou como um funil por desviar enormes quantias dos impostos pagos pela população em geral para os bolsos da pequena classe de ricos "portadores

de fundos", contra os quais porta-vozes dos pobres e dos pequenos comerciantes e fazendeiros, como William Cobbett, lançaram seus trovões jornalísticos. No exterior, os empréstimos eram levantados principalmente (pelo menos do lado antifrancês) junto ao governo britânico, que há muito seguia uma política de subsídio aos aliados militares: entre 1794 e 1804 foram emprestados 80 milhões de libras com este fim. Os principais beneficiários diretos eram as casas financeiras internacionais – britânicas ou estrangeiras, que operavam cada vez mais através de Londres, que se tornou o centro internacional das finanças – como a Casa dos Rothschild e dos Baring, que funcionavam como intermediárias nestas transações. (Meyer Amschel Rothschild, o fundador, mandou seus filho, Nathan, de Frankfurt para Londres em 1798.) A época de ouro destes financistas internacionais veio depois das guerras, quando financiaram os maiores empréstimos destinados a ajudar os velhos regimes a se recuperarem da guerra e os novos regimes a se estabilizarem. Mas os alicerces da época em que os Baring e os Rothschild dominaram o mundo financeiro, como ninguém o fizera desde os grandes bancos alemães do século XVI, foram construídos durante as guerras.

Entretanto, os aspectos técnicos das finanças em períodos de guerra são menos importantes do que o efeito econômico geral do grande desvio de recursos dos tempos de paz para usos militares, que uma grande guerra requer. É evidentemente errado considerar o esforço de guerra como totalmente baseado na economia civil ou feito às suas custas. As forças armadas podem até certo ponto mobilizar somente os homens que de outra forma estariam desempregados ou que seriam mesmo não empregáveis dentro dos limites da economia*. A indústria de guerra, embora a curto prazo desviando homens e materiais do mercado civil, pode a longo prazo estimular desenvolvimentos que considerações ordinárias de lucro em termos de paz teriam negligenciado. Este foi sabidamente o caso das indústrias de ferro e aço que, como vimos no capítulo 2, não tinham possibilidades de expansão rápida comparáveis às das indústrias têxteis de algodão, e portanto tradicionalmente confiavam no governo e na guerra para seus estímulos. "Durante o século XVIII," escreveu Dionísio Lardner em 1831, "a fundição de ferro tornou-se quase que identificada com a fabricação de canhões." [12] Podemos portanto considerar parte do desvio de recursos de capital dos usos em tempos de paz como um investimento a longo prazo em indústrias de bens de capital e de desenvolvimento técnico. Entre as inovações tecnológicas criadas desta forma pelas guerras napoleônicas e revolucionárias estavam a indústria do açúcar de beterraba no continente (como um substituto para o açúcar de cana importado das Índias Ocidentais) e a indústria de alimentos enlatados (que nasceu da busca, pela marinha britânica, de alimentos

* Esta foi a base da forte tradição emigratória, em busca de serviço militar mercenário, em regiões montanhosas superpovoadas como a Suíça.

que pudessem ser indefinidamente conservados a bordo). Não obstante, fazendo-se todas as concessões, uma grande guerra de fato significa um grande desvio de recursos, e podia mesmo significar, em condições de bloqueio mútuo, uma competição entre os setores econômicos do tempo de guerra e do tempo de paz pelos mesmos escassos recursos.

Uma conseqüência óbvia desta competição é a inflação, e sabemos que de fato o período de guerra aumentou vertiginosamente o nível dos preços, que durante o século XVIII cresciam vagarosamente, embora em alguns casos este fato tenha sido ocasionado pela desvalorização monetária. Em si mesmo este fato implica ou reflete uma certa redistribuição de renda, que tem conseqüências econômicas; por exemplo, mais para os homens de negócios e menos para os assalariados (visto que os salários ficam sempre atrás dos preços), e mais para a agricultura, que sabidamente se beneficia com a alta dos preços durante a guerra, e menos para as manufaturas. Conseqüentemente, o fim da demanda de guerra, que libera uma massa de recursos – inclusive de homens –, até então empregada pela guerra, para o mercado do tempo de paz, trouxe, como sempre, problemas de reajustamento proporcionalmente mais intensos. Para tomarmos um exemplo óbvio: entre 1814 e 1818, o poderio do exército britânico foi reduzido em cerca de 150 mil homens, ou mais do que a população de Manchester na época, e o preço do trigo caiu de 108,5 shillings por quarto de peso em 1813 para 64,2 shillings em 1815. De fato, sabemos que o período de ajustamento do pós-guerra foi de dificuldades econômicas anormais em toda a Europa, intensificadas ainda mais pelas desastrosas colheitas de 1816-17.

Devemos, entretanto, fazer uma pergunta mais genérica. Até que ponto o desvio de recursos devido à guerra impediu ou desacelerou o desenvolvimento econômico dos diferentes países? Evidentemente, esta pergunta é de particular importância para a França e a Grã-Bretanha, as duas principais potências econômicas e as que carregavam o fardo econômico mais pesado. O fardo francês foi devido não tanto à guerra em seus últimos estágios, pois esta estava planejada em grande parte para se pagar a si mesma às custas dos estrangeiros cujos territórios os exércitos conquistadores saqueavam ou confiscavam e aos quais impunham o recrutamento de homens, dinheiro e material. Cerca de metade dos impostos italianos foram para os franceses em 1805-12 [13]. O fardo provavelmente não era eliminado com isso, mas ficava evidentemente mais leve – tanto em termos monetários como em termos reais – do que se isso não tivesse ocorrido.

A verdadeira quebra da economia francesa deveu-se à década da revolução, da guerra civil e do caos, que, por exemplo, reduziram o número de transações das manufaturas do Sena Inferior (Ruão) de 41 para 15 milhões entre 1790 e 1795, e o número de seus trabalhadores de 246 mil para 86 mil. A isto devemos acrescentar a perda do comércio ultramarino devido ao controle britânico dos mares.

O fardo britânico deveu-se ao custo de suportar não só o próprio esforço de guerra do país, mas também, através de seus tradicionais subsídios aos aliados continentais, um pouco do de outros Estados. Em termos monetários, os britânicos carregaram sem dúvida o fardo mais pesado durante a guerra: custou-lhes entre três e quatro vezes mais do que o fardo francês.

A resposta à pergunta genérica é mais fácil para a França do que para a Grã-Bretanha, pois há pouca dúvida de que a economia francesa permaneceu relativamente estagnada, e a indústria e o comércio franceses teriam quase certamente se expandido mais e com maior rapidez se não fossem as guerras e a Revolução. Embora a economia do país tivesse avançado substancialmente sob o governo de Napoleão, ela não podia compensar o retrocesso e o ímpeto perdido da década de 1790. Para os britânicos, a resposta é menos óbvia, pois sua expansão foi meteórica, e a única pergunta é se ela teria sido ainda mais rápida, não fosse a guerra. A resposta geralmente aceita hoje é que sim [14]. Para os outros países a pergunta é de menos importância onde o desenvolvimento econômico foi lento, ou flutuante como na maior parte do Império dos Habsburgo, e onde o impacto quantitativo do esforço de guerra foi relativamente pequeno.

Mas não se supunha que mesmo as guerras francamente econômicas dos britânicos nos séculos XVII e XVIII impulsionassem o desenvolvimento econômico por si mesmas ou pelo estímulo da economia, mas pela vitória: pela eliminação dos competidores e a captura de novos mercados. Seu "custo" em quebra de negócios e desvio de recursos etc. era medido comparativamente a seu "lucro" expresso na posição relativa dos competidores beligerantes após a guerra. Por esses padrões, é mais do que claro que as guerras de 1793-1815 se pagaram.

Ao custo de uma suave desaceleração de uma expansão econômica que não obstante permaneceu gigantesca, a Grã-Bretanha decisivamente eliminou o seu mais próximo competidor em potencial, e transformou-se na oficina do mundo durante duas gerações. Em todos os índices comerciais e industriais, a Grã-Bretanha estava agora muito mais à frente de todos os outros Estados (com a possível exceção dos EUA) do que estivera em 1789. Se acreditarmos que a eliminação temporária de seus rivais e o virtual monopólio dos mercados coloniais e marítimos eram uma condição prévia para a maior industrialização da Grã-Bretanha, seu preço para obtê-la foi modesto. Se argumentarmos que por volta de 1789 seu início pioneiro já era suficiente para garantir a supremacia econômica britânica sem uma longa guerra, podemos ainda sustentar que não foi excessivo o custo de defendê-la contra a ameaça francesa de recuperar por meios militares e políticos o terreno perdido na competição econômica.

Quinto Capítulo

A PAZ

O atual concerto (das potências) é sua única segurança perfeita contra a brasa revolucionária mais ou menos espalhada por todos os Estados da Europa, e ... a verdadeira sabedoria é reprimir as pequenas disputas corriqueiras e se unir em defesa dos princípios estabelecidos da ordem social.

Castlereagh [1]

*L'empereur de Russie est de plus le seul souverain parfaitement en état de se porter dès à présent aux plus vastes entreprises. Il est à la tête de la seule armée vraiment disponible qui soit aujourd'hui formée en Europe.**

Gentz, 24 de março de 1818 [2]

Após mais de 20 anos de guerras e revoluções quase ininterruptas, os velhos regimes vitoriosos enfrentaram os problemas do estabelecimento e da preservação da paz, que foram particularmente difíceis e perigosos. Os escombros das duas décadas tinham que ser varridos e a pilhagem territorial redistribuída. E, além do mais, era evidente para todos os estadistas inteligentes que não se toleraria daí por diante outra guerra de grandes proporções na Europa, pois este tipo de guerra quase que certamente significaria uma nova revolução e a conseqüente destruição dos velhos regimes. "No atual estado de doença social da Europa", disse o rei Leopoldo da Bélgica (tio da rainha Vitória, sábio embora um tanto enfadonho) a propósito de uma crise posterior, "seria inconcebível declarar ... uma guerra total. Tal guerra ... certamente traria um conflito de princípios e, pelo que sei a respeito da Europa, penso que tal conflito mudaria sua forma e jogaria por terra toda a sua estrutura." [3] Os reis e os estadistas não eram mais sábios nem tampouco mais pacíficos do que antes. Mas inquestionavelmente estavam mais assustados.

* Em francês no original: "O Imperador da Rússia é o único soberano perfeitamente capaz de se entregar aos mais vastos empreendimentos. Ele está à frente do único exército realmente disponível formado atualmente na Europa." (*N.T.*)

Foram também inusitadamente bem sucedidos. De fato, não houve nenhuma guerra total na Europa, nem qualquer conflito armado entre duas grandes potências, da derrota de Napoleão à Guerra da Criméia, em 1854-6. Na verdade, exceto pela Guerra da Criméia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914. O cidadão do século XX teria mesmo que apreciar a magnitude desse sucesso, que foi ainda mais impressionante porque a cena internacional estava longe de ser tranqüila, sendo muitas as ocasiões para um conflito. Os movimentos revolucionários (que consideraremos no capítulo 6) destruíram repetidas vezes a estabilidade internacional duramente obtida: na década de 1820, notadamente no sul da Europa, nos Bálcans e na América Latina; depois de 1830, na Europa Ocidental (principalmente na Bélgica); e novamente às vésperas da Revolução de 1848. O declínio do Império Turco, ameaçado duplamente pela dissolução interna e pelas ambições das grandes potências – principalmente a Grã-Bretanha, a Rússia e até certo ponto a França –, fez da chamada "Questão Oriental" uma causa permanente de crise: na década de 1820 ela brotou na Grécia; na década de 1830, no Egito, e, embora se acalmasse após um conflito particularmente acirrado em 1838-41, permaneceu potencialmente tão explosiva quanto antes. A Grã-Bretanha e a Rússia mantinham péssimas relações devido ao Oriente Próximo e ao território sem qualquer jurisdição entre os dois impérios na Ásia. A França estava longe de se sentir conformada com uma posição muito mais modesta do que a que ocupara antes de 1815. Ainda assim, a despeito de todos esses obstáculos e redemoinhos, as naus da diplomacia atravessaram sem colisão um oceano de dificuldades.

Nossa geração, que fracassou bem mais espetacularmente na fundamental tarefa da diplomacia internacional, qual seja a de evitar guerras generalizadas, tendeu portanto a analisar os estadistas e os métodos de 1815-1848 com um respeito que seus sucessores imediatos nem sempre sentiram. Talleyrand, que presidiu a política externa francesa de 1814 a 1835, continua sendo o modelo de diplomata francês até os dias de hoje. Vistos em retrospecto, Castlereagh, George Canning e Viscount Palmerston, que foram secretários para assuntos estrangeiros da Grã-Bretanha respectivamente em 1812-22, 1822-7 e em todas as administrações não conservadoras de 1830 a 1852, adquiriram uma estatura enganadora de gigantes diplomáticos. O príncipe Metternich, o principal ministro da Áustria durante todo o período desde a derrota de Napoleão até sua própria queda em 1848, é hoje visto menos freqüentemente como um simples inimigo rígido de qualquer mudança e mais como um sábio mantenedor da estabilidade do que acontecia à sua época. Entretanto, mesmo uma visão de fé tem sido incapaz de detectar ministros do Exterior ideais na Rússia de Alexandre I (1801-25) e de Nicolau I (1825-55) ou na Prússia, relativamente insignificante no período que focalizamos.

Em certo sentido, o elogio é justificável. O apaziguamento da Europa após as Guerras Napoleônicas não foi mais justo nem moral do que qualquer outro, mas, dado o propósito inteiramente antiliberal e antinacional (i. e., anti-revolucionário) de seus organizadores, ele foi realista e sensato. Não foi feita qualquer tentativa para se tirar partido da vitória total sobre os franceses, que não deviam ser provocados para não sofrerem um novo ataque de jacobinismo. As fronteiras do país derrotado ficaram com uma pequena diferença para melhor em relação ao que tinham sido em 1789; a compensação financeira da vitória não foi excessiva, a ocupação pelas tropas estrangeiras teve pouca duração e, por volta de 1818, a França era readmitida como membro integrante do "concerto da Europa". (Não fosse o malsucedido retorno de Napoleão em 1815 e estes termos teriam sido até mesmo mais moderados.) Os Bourbon foram reconduzidos ao poder, mas ficou entendido que eles tinham que fazer concessões ao perigoso espírito de seus súditos. As principais mudanças da Revolução foram aceitas, e aquele excitante instrumento, a constituição, lhes foi garantido – embora, é claro, de uma maneira extremamente moderada – sob a máscara de uma Carta "livremente concedida" pelo ressuscitado monarca absoluto, Luís XVIII.

O mapa da Europa foi redelineado sem se levar em conta as aspirações dos povos ou os direitos dos inúmeros príncipes destituídos pelos franceses, mas com considerável atenção para o equilíbrio das cinco grandes potências que emergiam das guerras: a Rússia, a Grã-Bretanha, a França, a Áustria e a Prússia. Destas, somente as três primeiras contavam. A Grã-Bretanha não tinha ambições territoriais no continente, embora preferisse manter o controle ou a sua mão protetora sobre assuntos de importância comercial e marítima. Ela reteve Malta, as Ilhas Jônicas e a Heligolândia, manteve a Sicília sob cuidadosa vigilância e se beneficiou mais evidentemente com a transferência da Noruega do domínio dinamarquês para o sueco, o que evitou que um único Estado controlasse a entrada do Mar Báltico, e com a União da Holanda e da Bélgica (anteriormente chamadas de Países Baixos austríacos), que colocou a embocadura do Reno e do Scheldt nas mãos de um Estado inofensivo, mas bastante forte – especialmente quando auxiliado pelas fortalezas do sul – para resistir ao conhecido apetite francês pela Bélgica. Ambos os arranjos foram profundamente impopulares entre os belgas e os noruegueses, e o último deles só durou até a revolução de 1830, quando foi substituído, após alguns atritos franco-britânicos, por um pequeno reino permanentemente neutro governado por um príncipe escolhido pelos ingleses. Fora da Europa, é claro, as ambições territoriais britânicas eram muito maiores, embora o controle total de todos os mares pela marinha inglesa tornasse em grande parte irrelevante o fato de que qualquer território estivesse realmente sob a bandeira inglesa ou não, exceto nos confins do noroeste da Índia, onde somente principados caóticos ou regiões fracas separavam os impérios russo e britânico. Mas a rivalidade existente

entre a Grã-Bretanha e a Rússia pouco afetou a área que tinha que ser reapaziguada em 1814-15. Na Europa, os interesses britânicos não necessitavam de qualquer poder para serem muito fortes.

A Rússia, a decisiva potência militar terrestre, satisfez suas limitadas ambições territoriais através da aquisição da Finlândia (às custas da Suécia), da Bessarábia (às custas da Turquia) e da maior parte da Polônia, à qual foi assegurada uma certa autonomia sob o comando da facção local que sempre fora a favor da aliança com os russos. (Após a insurreição de 1830-1, esta autonomia foi abolida.) O resto da Polônia foi distribuída entre a Prússia e a Áustria, com exceção da cidade-república de Cracóvia, que por sua vez não sobreviveu à insurreição de 1846. No mais, a Rússia sentia-se satisfeita em exercer uma hegemonia remota, embora longe de ser ineficaz, sobre todos os principados absolutos a leste da França, sendo que seu principal interesse era evitar a revolução. O czar Alexandre patrocinou uma aliança sagrada com este objetivo, à qual se juntaram a Polônia e a Áustria, ficando a Grã-Bretanha de fora. Do ponto de vista britânico, esta virtual hegemonia russa sobre a maior parte da Europa era um acordo menos que ideal, embora refletisse as realidades militares e não pudesse ser evitada exceto concedendo-se à França um poderio bem maior do que qualquer de seus adversários anteriores estava disposto a dar, ou ao custo intolerável da guerra. O status francês de grande potência era claramente reconhecido, mas isso era tudo.

A Áustria e a Prússia eram realmente grandes potências só por cortesia, ou assim se acreditava – corretamente – em vista da conhecida fraqueza austríaca em tempos de crise internacional e – incorretamente – em vista do colapso da Prússia em 1806. Sua principal função era a de atuar como estabilizadores europeus. A Áustria recebeu de volta suas províncias italianas, além dos antigos territórios venezianos na Itália e na Dalmácia, e o protetorado sobre os principados menores do norte e do centro da Itália, a maioria deles governados por parentes dos Habsburgo (exceto o principado de Piemonte-Sardenha, que absorveu a antiga República Genovesa para atuar como um pára-choque mais eficiente entre a Áustria e a França). Se se tivesse que manter a "ordem" em qualquer parte da Itália, a Áustria era o policial de serviço. Visto que seu único interesse era a estabilidade – tudo o mais arriscava a sua desintegração –, nela se podia confiar para uma atuação como salvaguarda permanente contra quaisquer tentativas de desorganizar o continente. A Prússia se beneficiou através do desejo britânico de ter um poderio razoavelmente forte na Alemanha Ocidental (região em que os principados tinham de há muito tendido a acompanhar a França ou que poderiam ser dominados por ela) e recebeu a Renânia, cujas imensas potencialidades econômicas os diplomatas aristocráticos deixaram de reconhecer. Ela também se beneficiou com o conflito entre a Grã-Bretanha e a Rússia sobre o que os britânicos consideravam uma excessiva expansão russa na Polônia. O resultado líquido das complexas negociações, entremeadas de ameaças de guerra, foi que a

Prússia concedeu parte de seus antigos territórios poloneses à Rússia, mas recebeu metade da rica e industrializada Saxônia. Em termos econômicos e territoriais, a Prússia lucrou relativamente mais com a organização de 1815 do que qualquer outra potência, e de fato tornou-se pela primeira vez uma grande potência européia em termos de recursos reais, embora este fato não tivesse se tornado evidente para os políticos até a década de 1860. A Áustria, a Prússia e o rebanho de Estados alemães menores, cuja principal função internacional era fornecer um bom estoque de criação para as casas reais da Europa, vigiavam-se mutuamente dentro da Confederação Alemã, embora a ascendência da Áustria não fosse desafiada. A principal função internacional da Confederação era manter os Estados menores fora da órbita francesa, na qual eles tradicionalmente tendiam a gravitar. Apesar do repúdio nacionalista, estavam longe de se sentirem infelizes como satélites napoleônicos.

Os estadistas de 1815 foram bastante inteligentes para saber que nenhum acordo, não obstante quão cuidadosamente elaborado, resistiria com o correr do tempo à pressão das rivalidades estatais e das circunstâncias mutáveis. Conseqüentemente, trataram de elaborar um mecanismo para a manutenção da paz – i.e. resolvendo todos os problemas maiores à medida que eles surgissem – por meio de congressos regulares. Claro, entendia-se que as cruciais decisões nesses congressos fossem tomadas pelas "grandes potências" (o próprio termo é uma invenção deste período.) O "concerto da Europa" – outro termo que surgiu então – não correspondia por exemplo a uma ONU, mas sim aos membros permanentes do seu Conselho de Segurança. Entretanto, os congressos regulares só foram mantidos por alguns anos – de 1818, quando a França foi oficialmente readmitida no concerto, até 1822.

O sistema de congressos ruiu porque não pôde sobreviver aos anos imediatamente posteriores às guerras napoleônicas, quando a fome de 1816-17 e depressões nos negócios mantiveram um vivo mas injustificável temor de revolução social em toda parte, inclusive na Grã-Bretanha. Após a volta da estabilidade econômica por volta de 1820, todo distúrbio dos acordos de 1815 simplesmente revelava as divergências entre os interesses das potências. Frente ao primeiro ataque de intranqüilidade e insurreição em 1820-22, só a Áustria agarrou-se ao princípio de que todos estes movimentos deviam ser imediata e automaticamente suprimidos em nome dos interesses da ordem social (e da integridade territorial austríaca). As três monarquias da "Sagrada Aliança" e a França entraram em acordo a respeito da Alemanha, da Itália e da Espanha, embora a França, exercendo com prazer a função de policial internacional na Espanha (1823), estivesse menos interessada na estabilidade européia do que em aumentar o campo de suas atividades militares e diplomáticas, particularmente na Espanha, Bélgica e Itália, onde se encontrava o grosso de seus investimentos estrangeiros[4].

A Grã-Bretanha ficou de fora, em parte porque – especialmente depois que o flexível Canning substituiu o reacionário e rígido Castlereagh (1822) – estava convencida de que as reformas políticas na Europa absolutista eram mais cedo ou mais tarde inevitáveis e porque os políticos britânicos não tinham simpatia pelo absolutismo, mas também porque a aplicação do princípio de policiamento teria simplesmente trazido potências rivais (principalmente a França) para a América Latina, que era, como vimos, uma colônia econômica britânica extremamente vital. Logo, os ingleses apoiaram a independência dos Estados latino-americanos, como também o fez os EUA na Declaração Monroe de 1823, um manifesto que não tinha nenhum valor prático – se alguma coisa protegia a independência latino-americana, era a marinha britânica – mas considerável interesse profético. As potências estavam ainda mais divididas a respeito da Grécia. A Rússia, com todo o seu desgosto pelas revoluções, só podia se beneficiar com o movimento de um povo ortodoxo, que enfraquecia os turcos e devia confiar grandemente na ajuda russa. (Além do mais, ela tinha, por tratado, o direito de intervir na Turquia em defesa dos cristãos ortodoxos.) O temor de uma intervenção unilateral russa, a pressão filo-helênica, os interesses econômicos e a convicção geral de que a desintegração da Turquia era inevitável, mas podia ser, na melhor das hipóteses, organizada, finalmente levaram os ingleses da hostilidade, passando pela neutralidade, a uma intervenção informal pró-helênica. Assim, em 1829, a Grécia conquistou sua independência através da ajuda russa e britânica. O dano internacional foi minimizado com a transformação do país em um reino, que não seria um mero satélite russo, sob o comando de um dos muitos pequenos príncipes disponíveis. Mas o ajuste de 1815, o sistema de congressos e o princípio de se suprimir todas as revoluções jaziam em ruínas.

As revoluções de 1830 destruíram-nos completamente, pois elas afetaram não somente os pequenos Estados mas também uma grande potência, a França. De fato, elas retiraram toda a Europa a oeste do Reno do alcance das operações policiais da Sagrada Aliança. Enquanto isso, a "Questão Oriental" – o problema do que fazer a respeito da inevitável desintegração da Turquia – transformou os Bálcans e o Oriente em um campo de batalha das potências, notadamente a Rússia e a Grã-Bretanha. A "Questão Oriental" perturbou o equilíbrio das forças porque tudo conspirava para fortalecer os russos, cujo principal objetivo diplomático, naquela época e também mais tarde, era conquistar o controle dos estreitos entre a Europa e a Ásia Menor, que condicionavam seu acesso ao Mediterrâneo. Esta não era uma questão de importância meramente diplomática e militar mas, com o crescimento das exportações de cereais ucranianas, de urgência econômica também. A Grã-Bretanha, preocupada como de costume com as tentativas de aproximação da Índia, estava profundamente aflita a respeito da marcha para o sul de uma grande potência que poderia ameaçá-la razoavelmente. A política óbvia era escorar a Turquia a todo custo

contra a expansão russa. (Isto tinha a vantagem adicional de beneficiar o comércio britânico no Oriente, que aumentou satisfatoriamente neste período.) Infelizmente, esta política era totalmente impraticável. O império turco não era absolutamente uma massa disforme, ao menos em termos militares, mas, na melhor das hipóteses, só era capaz de sustentar ações retardatárias contra a rebelião interna (que ele ainda podia destruir com bastante facilidade) e a força conjunta da Rússia e de uma situação internacional desfavorável (que não podia enfrentar). Nem era ainda capaz de se modernizar, nem tampouco demonstrava disposição para fazê-lo, embora os princípios da modernização tivessem sido lançados no governo de Mahmoud II (1809-39) na década de 1830. Conseqüentemente, só o apoio direto, diplomático e militar da Grã-Bretanha (i. e., a ameaça de guerra) podia evitar o firme aumento da influência russa e o colapso da Turquia sujeita a seus muitos problemas. Isto fez da "Questão Oriental" o mais explosivo problema em assuntos internacionais após as guerras napoleônicas, o único capaz de levar a uma guerra generalizada e o único que de fato o fez em 1854-6. Entretanto, a própria situação que fazia com que os dados favorecessem a Rússia e prejudicassem a Grã-Bretanha também fez com que a Rússia se inclinasse a uma acomodação. Ela podia atingir seus objetivos diplomáticos de duas maneiras: ou pela derrota e divisão da Turquia e uma eventual ocupação russa de Constantinopla e dos estreitos, ou então por um virtual protetorado sobre a fraca e subserviente Turquia. Mas uma ou outra forma estaria sempre aberta. Em outras palavras, para o czar, Constantinopla não valia o esforço de uma grande guerra. Assim, na década de 1820, a guerra grega encaixava-se na política de divisão e de ocupação. A Rússia fracassou em tirar o máximo proveito dessa situação, o que poderia ter feito, mas sentia-se relutante em levar sua vantagem muito longe. Ao invés disso, negociou um tratado extraordinariamente favorável em Unkiar Skelessi, em 1833, com uma Turquia pressionada, que estava agora profundamente cônscia da necessidade de um protetor poderoso. A Grã-Bretanha sentiu-se insultada: os anos da década de 1830 viram a gênese de uma russofobia em massa que criou a imagem da Rússia como uma espécie de inimigo hereditário da Gra-Bretanha*. Em face da pressão britânica, os russos por sua vez bateram em retirada, e na década de 1840 voltaram a propor a partilha da Turquia.

A rivalidade russo-britânica no Oriente era na prática, portanto, muito menos perigosa do que o choque público de sabres sugeria (especialmente na Grã-Bretanha). Além do mais, sua importância foi reduzida por um temor britânico muito maior: o do ressurgimento da França. De fato, ela é bem traduzida na expressão "o grande jogo",

* Na verdade, as relações anglo-russas, baseadas na complementariedade econômica, tinham sido tradicionalmente amigáveis, e só começaram a se deteriorar seriamente após as guerras napoleônicas.

que mais tarde veio a identificar as atividades de capa e espada dos aventureiros e agentes secretos de ambas as potências, que operavam nas regiões orientais sem jurisdição entre os dois impérios. O que tornou a situação realmente perigosa foi o imprevisível curso dos movimentos de libertação dentro da Turquia e a intervenção de outras potências. Destas, a Áustria teve um considerável interesse passivo no problema, sendo ela mesma um império internacional em ruínas, ameaçado pelos movimentos dos mesmíssimos povos que também minavam a estabilidade turca – os eslavos balcânicos e, notadamente, os sérvios. Entretanto, a ameaça desses movimentos não foi imediata, embora mais tarde viessem a proporcionar o estopim para a Primeira Guerra Mundial. A França era mais problemática, tendo um longo registro de influência econômica e diplomática no Oriente, que ela periodicamente tentava restaurar e aumentar. Em particular, desde a expedição de Napoleão ao Egito, a influência francesa foi poderosa naquele país, cujo paxá, Mohammed Ali, um governante virtualmente independente, tinha ambições em relação ao império turco. De fato, as crises da "Questão Oriental" na década de 1830 (1831-3 e 1839-41) foram essencialmente crises nas relações de Mohammed Ali com seu soberano nominal, complicadas no último caso pelo apoio francês ao Egito. Entretanto, se a Rússia se achava relutante em fazer uma guerra contra Constantinopla, a França não podia nem queria fazê-la. Havia crises diplomáticas. Mas no final, exceto pelo episódio da Criméia, não houve guerra pela Turquia durante todo o século XIX.

Assim, fica claro pelo curso das disputas neste período que o material inflamável nas relações internacionais simplesmente não era explosivo o bastante para deflagrar uma guerra de grandes proporções. Das grandes potências, os austríacos e os prussianos eram muito fracos para contar muito. Os ingleses estavam satisfeitos. Por volta de 1815, eles tinham obtido uma vitória mais completa do que qualquer outra potência em toda a história mundial, tendo emergido dos 20 anos de guerra com a França como a *única* economia industrializada, a *única* potência naval – em 1840 a marinha britânica tinha quase tantos navios quanto todas as outras marinhas reunidas – e virtualmente a única potência colonial do mundo. Nada parecia atrapalhar o único grande interesse expansionista da política externa britânica, a expansão do comércio e do investimento britânicos. A Rússia, conquanto não tão saciada, tinha somente ambições territoriais limitadas, e nada havia que pudesse por muito tempo – ou pelo menos assim parecia – atrapalhar o seu avanço. Ao menos nada que justificasse uma guerra generalizada socialmente perigosa. Só a França era uma potência "insatisfeita", e ela tinha a capacidade de romper a estável ordem social. Mas só poderia fazê-lo sob uma condição: de que mais uma vez mobilizasse as energias revolucionárias do jacobinismo, dentro do país, e do liberalismo e nacionalismo, no exterior. Pois, em termos de rivalidade ortodoxa de grandes potências, ela tinha sido fatalmente enfraquecida e nunca mais seria capaz, como durante o reinado de Luís

XIV ou durante a Revolução, de enfrentar uma coalizão de duas ou mais potências em pé de igualdade, dependendo somente de seus recursos e população internos. Em 1780, havia 2,5 franceses para cada inglês, mas, em 1830, a relação era de menos de três para dois. Em 1780, existiam quase tantos franceses quanto russos, mas em 1830 havia quase uma metade a mais de russos do que de franceses; e o compasso da evolução econômica francesa arrastava-se fatalmente atrás da inglesa, da americana e, em pouco tempo, da alemã.

Mas o jacobinismo era um preço muito alto para ser pago por qualquer governo francês por suas ambições internacionais. Em 1830, e novamente em 1848, quando a Franca derrubou seu regime e o absolutismo foi abalado ou destruído em outras partes, as potências tremeram. Elas poderiam ter evitado noites insones. Em 1830-1, os moderados franceses eram incapazes de erguer um dedo que fosse em favor dos rebeldes poloneses, com quem toda a opinião francesa (bem como toda a opinião liberal européia) simpatizava. "E a Polônia?" escreveu o velho mas sempre entusiasmado Lafayette a Palmerston, em 1831. "O que fareis, o que faremos por ela?" [5] Nada, era a resposta. A França poderia ter prontamente reforçado seus próprios recursos com os da revolução européia, como de fato todos os revolucionários esperavam que ela fizesse. Mas as implicações de um tamanho salto em direção a uma guerra revolucionária assustava os governos franceses liberais-moderados tanto quanto a Metternich. Nenhum governo francês entre 1815 e 1848 colocaria em jogo a paz geral em função de seus próprios interesses estatais.

Fora do alcance do equilíbrio europeu, é claro, nada impedia a expansão e a agressividade. De fato, embora extremamente grandes, as efetivas aquisições territoriais feitas pelas potências brancas foram limitadas. Os britânicos contentavam-se em ocupar pontos cruciais para o controle naval do mundo e para seus interesses comerciais externos, tais como a extremidade sul da África (tomada aos holandeses durante as guerras napoleônicas), o Ceilão, Singapura (que foi fundada neste período) e Hong Kong, e as exigências da campanha contra o comércio de escravos – que satisfazia duplamente as opiniões humanitárias domésticas e os interesses estratégicos da marinha britânica, que a usou para reforçar seu monopólio global – levaram-nos a manter bases ao longo da costa africana. Mas no geral, com uma exceção crucial, o ponto de vista inglês era de que um mundo aberto ao comércio britânico e a uma proteção pela marinha britânica contra intrusos mal recebidos era explorado de forma mais barata sem os custos administrativos de uma ocupação. A exceção crucial era a Índia e tudo que dissesse respeito a seu controle. A Índia tinha que ser mantida a qualquer custo, como a maioria dos livres comerciantes anticolonialistas nunca duvidaram. Seu mercado era de importância crescente (como visto anteriormente, cap. 2 - II) e certamente sofreria, segundo se argumentava, se a Índia fosse deixada a sua própria sorte. Ela foi a chave para a abertura do Extremo Oriente, para o tráfico de drogas e outras

atividades lucrativas semelhantes que os negociantes europeus desejavam empreender. Assim, a China foi aberta na Guerra do Ópio de 1839-42. Conseqüentemente, entre 1814 e 1849, o tamanho do império britânico na Índia cresceu na proporção de dois-terços do subcontinente, como resultado de uma série de guerras contra os maratas, os nepaleses, os birmaneses, os rajputs, os afeganes, os sindis e os sikhs, e a rede de influência britânica foi estendida mais para perto do Oriente Médio, que controlava a rota direta para a Índia, organizada a partir de 1840 pelos vapores da linha P e O, suplementada pela travessia por terra do istmo de Suez.

Embora a reputação russa de expansionismo fosse grande (pelo menos entre os ingleses), suas verdadeiras conquistas foram bem modestas. Neste período, o czar só conseguiu adquirir algumas faixas grandes e vazias da estepe de Kirghiz, a leste dos Urais, e algumas áreas montanhosas duramente disputadas na região do Cáucaso. Por outro lado, os EUA virtualmente conquistaram todo o seu lado oeste ao sul da fronteira do Oregon, através da insurreição e da guerra contra os desafortunados mexicanos. Já os franceses tiveram que limitar suas ambições expansionistas à Argélia, que eles invadiram com base em uma desculpa forjada, em 1830, e tentaram conquistar nos 17 anos seguintes. Em 1847, tinham conseguido liquidar a resistência.

Uma cláusula do acordo de paz internacional deve, entretanto, ser mencionada separadamente: a abolição do comércio escravagista internacional. As razões para isto foram tanto econômicas quanto humanitárias: a escravidão era revoltante e extremamente ineficaz. Além disso, do ponto de vista dos ingleses, que foram os principais defensores desse admirável movimento entre as potências, a economia de 1815-48 não mais dependia, como no século XVIII, da venda de homens e de açúcar, mas da venda de produtos de algodão. A verdadeira abolição da escravatura veio mais lentamente (exceto, é claro, onde a Revolução Francesa já a tinha exterminado). Os britânicos aboliram-na em suas colônias – principalmente nas Índias Ocidentais – em 1834, embora viessem logo a substituí-la, onde a plantação agrícola em larga escala sobreviveu, pela importação de trabalhadores contratados da Ásia. Os franceses não a aboliram oficialmente até a revolução de 1848. Em 1848, ainda havia uma grande quantidade de escravos e, conseqüentemente, de comércio (ilegal) de escravos no mundo.

Sexto Capítulo

AS REVOLUÇÕES

A liberdade, este rouxinol com voz de gigante, desperta os que têm o sono mais pesado. ... Como é possível pensar em alguma coisa hoje que não seja lutar a favor ou contra a liberdade? Os que não podem amar a humanidade ainda podem ser grandes tiranos. Mas como se pode ficar indiferente?

Ludwig Boerne, 14 de fevereiro de 1831 [1]

Os governos, tendo perdido seu equilíbrio, acham-se assustados, intimidados e confusos com os gritos da classe intermediária da sociedade, que, colocada entre os reis e seus súditos, quebra o cetro dos monarcas e usurpa o grito do povo.

Metternich ao czar, 1820 [2]

I

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira; até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. (A Ásia e a África permaneciam até então imunes: as primeiras revoluções em grande escala na Ásia, o "Motim Indiano" e a "Rebelião Taiping", só ocorreram na década de 1850.) A primeira ocorreu em 1820-4. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e a Grécia

(1821) como seus epicentros. Fora a grega, todas essas insurreições foram sufocadas. A Revolução Espanhola reviveu o movimento de libertação na América Latina, que tinha sido derrotado após um esforço inicial, ocasionado pela conquista da Espanha por Napoleão em 1808, e reduzido a alguns refúgios e grupos. Os três grandes libertadores da América espanhola, Simon Bolívar, San Martin e Bernardo O'Higgins, estabeleceram a independência respectivamente da "Grande Colômbia" (que incluía as atuais repúblicas da Colômbia, da Venezuela e do Equador), da Argentina (exceto as áreas interioranas que hoje constituem o Paraguai e a Bolívia e os pampas além do Rio da Prata, onde os gaúchos da Banda Oriental - hoje Uruguai - lutaram contra argentinos e brasileiros) e do Chile. San Martin, auxiliado pela frota chilena sob o comando do nobre radical inglês Cochrane - em quem C. S. Forester se baseou para escrever o romance *Captain Hornblower* (Comandante Corneteiro) -, libertou a última fortaleza do poderio espanhol, o vice-reino do Peru. Por volta de 1822, a América espanhola estava livre, e San Martin, um homem moderado, de grande visão e rara abnegação pessoal, deixou a tarefa a Bolívar e ao republicanismo e retirou-se para a Europa, terminando sua nobre vida no que normalmente era um refúgio para ingleses endividados, Boulogne-sur-Mer, com uma pensão dada por O'Higgins. Enquanto isto, Iturbide, o general espanhol enviado para lutar contra as guerrilhas camponesas que ainda resistiam no México, tomou o partido dos guerrilheiros sob o impacto da Revolução Espanhola e, em 1821, estabeleceu definitivamente a independência mexicana. Em 1822, o Brasil separou-se pacificamente de Portugal sob o comando do regente deixado pela família real portuguesa em seu retorno à Europa após o exílio napoleônico. Os EUA reconheceram o mais importante dos novos Estados quase que imediatamente, os britânicos reconheceram-no logo depois, cuidando de concluir tratados comerciais com ele, e os franceses o fizeram antes do fim da década.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34, e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Andrew Johnson (1829-37), embora não diretamente ligada aos levantes europeus, deve ser entendida como parte dela. Na Europa, a derrubada dos Bourbon na França estimulou várias outras insurreições. Em 1830, a Bélgica conquistou sua independência da Holanda; em 1830-1, a Polônia foi subjugada somente após consideráveis operações militares, várias partes da Itália e da Alemanha estavam agitadas, o liberalismo prevalecia na Suíça - um país bem mais pacífico naquela época do que hoje -, enquanto se abria um período de guerras na Espanha e em Portugal. Até mesmo a Grã-Bretanha foi afetada, graças em parte à erupção do seu vulcão local, a Irlanda, que garantiu a Emancipação Católica em 1829 e o reinício da agitação reformista. O Ato de Reforma de 1832 corresponde à Revolução de Julho de 1830 na França, e de fato tinha sido poderosamente estimulado pelas novas de Paris. Este período é provavelmente o único

na história moderna em que acontecimentos políticos na Grã-Bretanha correram paralelamente aos do continente europeu, a ponto de que algo semelhante a uma situação revolucionária poder-se-ia ter desenvolvido em 1831-2, não fosse a restrição dos partidos Tory (conservador) e Whig (liberal). É o único período do século XIX em que a análise da política britânica nesses termos não é totalmente artificial.

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a "grande burguesia" de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. Seu sistema político, na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica, era fundamentalmente o mesmo: instituições liberais salvaguardadas contra a democracia por qualificações educacionais ou de propriedade para os eleitores - havia inicialmente só 168 mil eleitores na França - sob uma monarquia constitucional; de fato, algo muito semelhante à primeira fase burguesa mais moderada da Revolução Francesa, a da Constituição de 1791 *. Nos EUA, entretanto, a democracia jacksoniana dá um passo além: a derrota dos proprietários oligarcas antidemocratas (cujo papel correspondia ao que agora estava triunfando na Europa Ocidental) pela ilimitada democracia política colocada no poder com os votos dos homens das fronteiras, dos pequenos fazendeiros e dos pobres das cidades. Foi uma espantosa inovação, e os pensadores do liberalismo moderado que eram realistas o suficiente para saber que, mais cedo ou mais tarde, as ampliações do direito de voto seriam inevitáveis, examinaram-na de perto e com muita ansiedade, notadamente Alexis de Tocqueville, cuja obra *Democracia na América*, de 1835, chegou a melancólicas conclusões sobre ela. Mas, como veremos, 1830 determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa.

Por trás destas grandes mudanças políticas estavam grandes mudanças no desenvolvimento social e econômico. Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico; de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geo-

* Só que na prática com um direito de voto muito mais restrito do que em 1791.

gráficas, e ainda na história das artes e da ideologia. E na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental em geral, este ano determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851.

A terceira e maior das ondas revolucionárias, a de 1848, foi o produto desta crise. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do império dos Habsburgo e na Suíça (1847). De forma menos aguda, a intranqüilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral, que conclui a era analisada neste livro. O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, "a primavera dos povos" de todo um continente.

II

Ao contrário das revoluções do final do século XVIII, as do período pós-napoleônico foram intencionais ou mesmo planejadas. Pois o mais formidável legado da própria Revolução Francesa foi o conjunto de modelos e padrões de sublevação política que ela estabeleceu para uso geral dos rebeldes de todas as partes do mundo. Não queremos dizer com isto que as revoluções de 1815-48 foram a simples obra de alguns agitadores descontentes, como os espiões e policiais do período – uma espécie muito utilizada – deviam informar a seus superiores. Elas ocorreram porque os sistemas políticos novamente impostos à Europa eram profundamente e cada vez mais inadequados, num período de rápida mudança social, para as condições políticas do continente, e porque os descontentamentos econômicos e sociais foram tão agudos a ponto de criar uma série de erupções virtualmente inevitáveis. Mas os modelos políticos criados pela Revolução de 1789 serviram para dar ao descontentamento um objetivo específico, para transformar a intranqüilidade em revolução, e acima de tudo para unir toda a Europa em um único movimento – ou, talvez fosse melhor dizer, corrente – de subversão.

Havia vários modelos semelhantes, embora fossem todos originários da experiência francesa entre 1789 e 1797. Eles correspondiam às três principais tendências da oposição depois de 1815: o liberal moderado (ou, em termos sociais, o da classe média superior e da aristocracia liberal), o democrata radical (ou, em termos sociais, o da classe média inferior, parte dos novos industriais, intelectuais e pequena nobreza descontente) e o socialista (ou, em termos sociais, dos "trabalhadores pobres" ou das novas classes operárias industriais). Etimologicamente, a propósito, todos eles refletem o internacionalismo do período:

do: "liberal" é de origem franco-espanhola, "radical" de origem britânica, "socialista" de origem anglo-francesa. "Conservador" é também de origem parcialmente francesa, uma outra prova da correlação singularmente íntima da política britânica e continental no período do Programa da Reforma. A inspiração para o primeiro foi a Revolução de 1789-91, sendo seu ideal político o tipo de monarquia constitucional semibritânica com um sistema parlamentar de qualificação por propriedade, e portanto oligárquico, que a Constituição de 1791 introduziu e que, como vimos, tornou-se o tipo padrão de constituição na França, na Grã-Bretanha e na Bélgica depois de 1830-32. A inspiração para o segundo poderia ser descrita como a Revolução de 1792-3, sendo seu ideal político uma república democrática com uma inclinação para o "estado de bem-estar social" e alguma animosidade em relação aos ricos, o que corresponde à constituição jacobina ideal de 1793. Mas assim como os grupos sociais que lutaram a favor da democracia radical eram um conjunto variado e confuso, é também difícil dar um rótulo preciso a seu modelo revolucionário francês. Elementos do que em 1792-3 teriam sido chamados de girondismo, jacobinismo e até mesmo de sansculotismo achavam-se nele combinados, embora talvez o jacobinismo da Constituição de 1793 o representasse melhor. A inspiração para o terceiro foi a revolução do Ano II e as insurreições pós-termidorianas, sobretudo a Conspiração dos Iguais de Babeuf, significativo levante de jacobinos extremados e de primeiros comunistas, que marca o nascimento da moderna tradição comunista na política. Era filho do sansculotismo e da ala esquerda do robespierrismo, embora herdando pouco do primeiro, com exceção do seu violento ódio pelas classes médias e pelos ricos. Politicamente o modelo revolucionário babovista seguia a tradição de Robespierre e de Saint-Just.

Do ponto de vista dos governos absolutistas, todos estes movimentos eram igualmente subvertedores da estabilidade e da boa ordem, embora alguns parecessem mais conscientemente devotados à propagação do caos do que outros, e alguns mais perigosos do que outros, porque tinham maiores possibilidades de inflamar as massas ignorantes e empobrecidas. (A polícia secreta de Metternich, na década de 1830, prestou por exemplo uma atenção que nos parece desproporcional à circulação do livro de Lamennais, *Paroles d'un Croyant*, de 1834, porque ao falar a linguagem católica dos apolíticos ele poderia atrair os súditos não afetados por uma propaganda abertamente ateísta.) [3] Na verdade, entretanto, os movimentos de oposição tinham pouco em comum além do seu ódio pelos regimes de 1815 e a tradicional frente comum de todos os que se opunham, por qualquer razão, à monarquia absoluta, à Igreja e à aristocracia. A história do período que vai de 1815 a 1848 é a história da desintegração dessa frente unida.

III

Durante o período da Restauração (1815-30), o cobertor da reação cobria igualmente a todos os dissidentes, e na escuridão debaixo dele as diferenças entre bonapartistas e republicanos, moderados e radicais, mal podiam ser distinguidas. Ainda não havia socialistas ou revolucionários conscientes da classe operária, pelo menos na política, exceto na Grã-Bretanha, onde uma tendência proletária independente na política e na ideologia surgiu sob a égide do "cooperativismo" de Robert Owen por volta de 1830. A maior parte do descontentamento de massa-fore da Grã-Bretanha ainda não era político ou tinha um sentido ostensivamente legitimista e clerical, um protesto mudo contra a nova sociedade que parecia nada trazer exceto o mal e o caos. Com algumas exceções, portanto, a oposição política no continente estava limitada a minúsculos grupos de ricos e de pessoas cultas, o que ainda significava em grande parte a mesma coisa, pois até mesmo em uma fortaleza de esquerda tão poderosa quanto a *École Polytechnique* somente um-terço dos estudantes – um grupo bastante subversivo – se originava da pequena burguesia (a maioria deles através dos escalões mais baixos do exército e do serviço público) e somente 0,3 % vinham das "classes populares". Os pobres que estavam conscientemente na esquerda aceitavam os slogans revolucionários clássicos da classe média, embora mais em sua versão radical-democrata do que em sua versão moderada, mas ainda sem muito mais que um certo tom de desafio social. O programa clássico em torno do qual a classe trabalhadora britânica se levantava repetidamente era o de uma simples reforma parlamentar conforme expressa nos "Seis Pontos" da Carta do Povo *. Em substância, esse programa não diferia do "jacobinismo" da geração de Paine, e era inteiramente compatível (a não ser pela sua ligação com uma classe operária cada vez mais consciente) com o radicalismo político dos reformadores da classe média ao estilo de Bentham, como expresso por exemplo por James Mill. A única diferença no período da Restauração era que os trabalhadores radicais já preferiam ouvir esse programa na boca de homens que lhes falavam em sua própria linguagem – fanfarrões retóricos do tipo de Orator Hunt (1773-1835) ou estilistas enérgicos e brilhantes como William Cobbett (1762-1835) e, naturalmente, Tom Paine (1737-1809) – e não na dos próprios reformadores da classe média.

Conseqüentemente, nesse período, distinções sociais ou mesmo nacionais ainda dividiam significativamente a oposição européia em campos mutuamente incompatíveis. Tirando a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, onde uma forma regular de política de massa já estava

* (1) Sufrágio masculino, (2) votação secreta, (3) distritos eleitorais iguais, (4) pagamento dos membros do Parlamento, (5) Parlamentos anuais, (6) abolição da condição de proprietário para os candidatos.

estabelecida (embora na Grã-Bretanha fosse inibida pela histeria antijacobina até o princípio da década de 1820), as perspectivas políticas pareciam muito semelhantes para os oposicionistas de todos os países da Europa, e os métodos de alcançar a revolução – a frente unida do absolutismo praticamente eliminava a possibilidade de uma reforma pacífica na maior parte da Europa – eram quase os mesmos. Todos os revolucionários consideravam-se, com certa justiça, pequenas elites de emancipados e progressistas atuando entre – e para o eventual benefício de – uma vasta e inerte massa do povo ignorante e iludido, que sem dúvida receberia com alegria a libertação quando ela chegasse, mas da qual não se podia esperar que tomasse parte em sua preparação. Todos eles (pelo menos a oeste dos Bálcãs) viam-se em luta contra um único inimigo, a união dos príncipes absolutistas sob a liderança do czar. Todos, portanto, concebiam a revolução como algo unificado e indivisível: um fenômeno europeu único ao invés de um conjunto de libertações nacionais ou locais. Todos tendiam a adotar o mesmo tipo de organização revolucionária, ou até a mesma organização: a secreta irmandade insurrecional.

Essas irmandades, cada uma com um ritual altamente colorido e uma hierarquia derivada ou copiada dos modelos maçônicos, floresceram no final do período napoleônico. As mais conhecidas, por serem as mais internacionais, eram os "bons primos" ou *carbonari*. Parece que descendiam de lojas maçônicas ou similares localizadas no leste da França através de oficiais franceses antibonapartistas em serviço na Itália; tomaram forma no sul deste país depois de 1806 e, junto com outros grupos semelhantes, espalharam-se para o norte e pelo Mediterrâneo depois de 1815. Elas, ou suas derivadas e paralelas, são encontradas até na Rússia, onde associações semelhantes reuniam os *dezembristas*, que fizeram a primeira insurreição moderna da história da Rússia em 1825, mas especialmente na Grécia. A época dos *carbonari* atingiu o clímax em 1820-1, com a maioria das irmandades sendo praticamente destruídas por volta de 1823. Entretanto, o carbonarismo (no sentido genérico) persistiu como o principal tipo de organização revolucionária, talvez pela tarefa congênita de ajudar a libertação grega (filo-helenismo). E após o fracasso das revoluções de 1830 os exilados políticos da Polônia e da Itália propagaram-no para pontos ainda mais distantes.

Ideologicamente, os *carbonari* e semelhantes eram uma mistura, unida somente pelo ódio comum à reação. Por razões óbvias, os radicais, entre eles os jacobinos e babovistas de esquerda, revolucionários mais decididos, influenciavam cada vez mais as irmandades. Filippo Buonarroti, velho camarada de armas de Babeuf, era o mais hábil e mais infatigável dos conspiradores, embora suas doutrinas estivessem provavelmente muito à esquerda para a maioria dos irmãos e primos.

Se seus esforços jamais foram coordenados para produzir uma revolução internacional simultânea é ainda um assunto para discussão,

embora tenham sido feitas persistentes tentativas para unir todas as irmandades secretas, pelo menos em seus níveis mais altos e mais iniciados, em superconspirações internacionais. Qualquer que seja a verdade, uma onda de insurreições do tipo carbonário ocorreu em 1820-1. Fracassaram totalmente na França, onde não havia de forma alguma condições políticas para uma revolução e os conspiradores não tinham acesso à única alavanca eficaz de insurreição, em uma situação além do mais ainda não amadurecida para isso, ou seja, um exército descontente. O exército francês, naquela época e durante todo o século XIX, era uma parte do funcionalismo público, o que quer dizer que ele cumpria as ordens de qualquer que fosse o governo oficial. As insurreições obtiveram sucesso completo, mas apenas temporariamente, em alguns estados italianos e especialmente na Espanha, onde a insurreição "pura" descobriu sua fórmula mais eficiente, o *pronunciamento* militar. Coronéis liberais, organizados em suas próprias irmandades secretas de oficiais, ordenavam que seus regimentos os seguissem na insurreição, e eles o faziam. (Os conspiradores dezembristas na Rússia tentaram fazer o mesmo com seus regimentos de guardas em 1825, mas fracassaram devido ao temor de irem muito longe.) As irmandades de oficiais – freqüentemente de tendência liberal, visto que os novos exércitos forneciam carreiras para os jovens não-aristocráticos – e o *pronunciamento* daí em diante se tornaram características regulares das cenas políticas ibérica e latino-americana e uma das mais duradouras e duvidosas criações políticas do período carbonarista. Pode-se observar de passagem que a sociedade secreta ritualizada e hierárquica, como a maçonaria, atraía muito fortemente os militares, por razões compreensíveis. O novo regime liberal espanhol foi deposto por uma invasão francesa apoiada pela reação européia em 1823.

Só uma das revoluções de 1820-2 manteve-se, graças em parte ao seu sucesso em desencadear uma genuína insurreição do povo, e em parte a uma situação diplomática favorável: o levante grego de 1821 *. A Grécia, portanto, tornou-se a inspiração para o liberalismo internacional, e o "filo-helenismo", que incluía o apoio organizado aos gregos e a partida de inúmeros combatentes voluntários, desempenhou, em relação à esquerda européia na década de 1820, um papel análogo ao que a República Espanhola viria a desempenhar no fim da década de 1930.

As revoluções de 1830 mudaram a situação inteiramente. Como vimos, elas foram os primeiros produtos de um período geral de aguda e disseminada intranqüilidade econômica e social e de rápidas transformações. Dois principais resultados seguiram-se a isto. O primeiro foi que a política de massa e a revolução de massa, com base no modelo de 1789, mais uma vez tornaram-se possíveis, e a dependência exclusiva das irmandades secretas, portanto, menos necessária. Os Bourbon

* Sobre a Grécia, ver também o capítulo 7.

foram derrubados em Paris por uma típica combinação de crise do que se considerava a política da monarquia Restaurada e de intranqüilidade popular devida à depressão econômica. Cidade sempre agitada pela atividade de massa, Paris em julho de 1830 mostrava as barricadas surgindo em maior número e em mais lugares do que em qualquer época anterior ou posterior. (De fato, 1830 fez da barricada um símbolo da insurreição popular. Embora sua história revolucionária em Paris retroceda pelo menos a 1588, a barricada não desempenhou nenhum papel importante em 1789-94.) O segundo resultado foi que, com o progresso do capitalismo, "o povo" e os "trabalhadores pobres" – i.e. os homens que construíram as barricadas – podiam ser cada vez mais identificados com o novo proletariado industrial como "a classe operária". Portanto, um movimento revolucionário proletário-socialista passou a existir.

As revoluções de 1830 também introduziram outras duas modificações na política de esquerda. Elas separaram os moderados dos radicais e criaram uma nova situação internacional. Ao fazê-lo, elas ajudaram a dividir o movimento não só em diferentes segmentos sociais mas também nacionais.

Internacionalmente, as revoluções dividiram a Europa em duas grandes regiões. A oeste do Reno, elas romperam para sempre o domínio das potências reacionárias unidas. O liberalismo moderado triunfou na França, na Grã-Bretanha e na Bélgica. O liberalismo (de um tipo mais radical) não triunfou por inteiro na Suíça nem na Península Ibérica, onde os movimentos católicos liberais e antiliberais de bases populares confrontavam-se, mas a Sagrada Aliança não mais podia intervir nessas regiões, como ainda costumava fazer em todas as regiões a leste do Reno. Nas guerras civis portuguesa e espanhola da década de 1830, cada uma das potências absolutistas ou liberal-moderadas apoiava o seu lado, embora os liberais o fizessem com um pouco mais de energia e com a ajuda de alguns voluntários e simpatizantes radicais estrangeiros, que prenunciavam vagamente o filo-hispanismo da década de 1930 *. Mas no fundo a questão nestes países ficou para ser decidida pelo equilíbrio local de forças, o que quer dizer que ela continuou sem uma decisão, flutuando entre pequenos períodos de vitória liberal (1833-7, 1840-3) e recuperação conservadora.

A leste do Reno a situação permaneceu superficialmente como antes de 1830, pois todas as revoluções foram suprimidas: a italiana e a alemã pelos austríacos ou com a ajuda destes, e a polonesa, de longe a mais séria, pelos russos. Além disso, nessa região o problema nacional

* Os ingleses interessaram-se pela Espanha através dos refugiados liberais espanhóis com quem eles entraram em contato na década de 1820. O anticatolicismo britânico também desempenhou um certo papel na transformação da grande onda pró-espanhola – imortalizada no livro de George Borrow, *A Bíblia na Espanha*, e no famoso *Manual de Espanha*, de Murray – num movimento anticarlista.

continuou a ser mais importante que todos os outros. Todos os povos viviam em Estados que eram ou muito pequenos ou muito grandes segundo os critérios nacionais: como membros de nações desunidas, divididas em pequenos principados ou ainda em coisa nenhuma (Alemanha, Itália, Polônia), ou de impérios multinacionais (o dos Habsburgo, o russo e o turco), ou como ambas as coisas. Não precisamos nos preocupar com os holandeses e os escandinavos que viviam uma vida relativamente tranqüila fora dos dramáticos acontecimentos do resto da Europa, embora pertencendo de uma maneira geral à zona não absolutista.

Havia muita coisa em comum entre os revolucionários das duas regiões, como demonstra o fato de que as revoluções de 1848 ocorreram em ambas, embora não em todas as suas partes. Entretanto, dentro de cada uma surgiu uma marcante diferença de ardor revolucionário. No oeste, a Grã-Bretanha e a Bélgica pararam de seguir o ritmo revolucionário geral, enquanto que a Espanha, Portugal, e em menor grau a Suíça estavam envolvidas em suas endêmicas guerras civis, cujas crises não mais coincidiam com as de outras partes, a não ser acidentalmente (como no caso da guerra civil suíça de 1847). No resto da Europa surgiu uma acentuada diferença entre as nações ativamente "revolucionárias" e as passivas ou pouco entusiásticas. Assim, os serviços secretos dos Habsburgo estavam constantemente envolvidos com o problema dos poloneses, dos italianos e dos alemães não-austríacos, bem como pelos sempre citados húngaros, enquanto que não encontravam quaisquer perigos nas terras alpinas ou nas eslavas. Até então, só os poloneses preocupavam os russos, enquanto que os turcos ainda podiam confiar na maioria dos eslavos balcânicos para continuarem tranqüilos.

Estas diferenças refletiam as variações no ritmo de evolução e nas condições sociais em diferentes países, que se tornaram cada vez mais evidentes nas décadas de 1830 e 1840 e cada vez mais importantes para a política. Assim, a avançada industrialização da Grã-Bretanha mudou o ritmo da política britânica: enquanto a maior parte do continente passou pelo seu mais agudo período de crises sociais em 1846-8, a Grã-Bretanha teve um período equivalente – uma depressão puramente industrial – em 1841-2. (Ver também o capítulo 9.) Ao contrário, enquanto na década de 1820 grupos de jovens idealistas podiam esperar que um *putsch* militar assegurasse a vitória da liberdade na Rússia, na Espanha ou na França, depois de 1830 o fato de que as condições sociais e políticas na Rússia estavam muito menos maduras para a revolução do que na Espanha dificilmente podia ser dissimulado.

Todavia, os problemas da revolução eram semelhantes a leste e a oeste, embora não do mesmo tipo: eles provocavam grande tensão entre os moderados e os radicais. No oeste, os liberal-moderados saíram da frente comum de oposição à Restauração (ou de uma grande simpatia por ela) para assumirem o governo ou um governo em potencial.

Além disso, alcançado o poder pelos esforços dos radicais – pois quem mais lutava nas barricadas? –, eles imediatamente os traíam. Não se devia brincar com coisas tão perigosas como a democracia ou a república. "Não há mais uma causa legítima", disse Guizot, liberal oposicionista durante a Restauração e primeiro-ministro durante a Monarquia de Julho, "nem um pretexto plausível para as máximas e as paixões por tanto tempo colocadas sob a bandeira da democracia. O que anteriormente era democracia seria agora anarquia; o espírito democrático, hoje e por muito tempo, não é nem será nada senão o espírito revolucionário."[4]

Mais do que isto: após um pequeno intervalo de tolerância e zelo, os liberais tenderam a moderar seu entusiasmo reformista e a suprimir a esquerda radical, especialmente os revolucionários da classe operária. Na Grã-Bretanha, o "Sindicato Geral" (no estilo cooperativista de Owen) de 1834-5 e os defensores da Carta do Povo enfrentaram a hostilidade tanto dos homens que se opuseram ao Ato de Reforma quanto de muitos que o apoiaram. O chefe das forças armadas na luta contra os defensores da Carta do Povo em 1839 simpatizava, como radical da classe média, com muitas de suas exigências, mas ainda assim os encurralou. Na França, a supressão do levante republicano de 1834 marcou a virada; no mesmo ano a sujeição ao terror de seis honestos trabalhadores wesleyanos que tinham tentado formar um sindicato agrícola (os "Mártires de Tolpuddle") iniciava a ofensiva equivalente contra o movimento da classe operária na Grã-Bretanha. Os radicais, os republicanos e os novos movimentos proletários saíram portanto da aliança com os liberais; os moderados, quando ainda na oposição, eram perseguidos pelo fantasma assustador da "república social e democrática" que era agora o slogan da esquerda.

No resto da Europa, nenhuma revolução vencera. A divisão entre moderados e radicais e o surgimento de uma nova tendência social-revolucionária nasceram da análise da derrota e das perspectivas de vitória. Os moderados – proprietários liberais e outros membros da classe média – depositavam suas esperanças no reformismo de governos convenientemente influenciáveis e no apoio diplomático das novas potências liberais. Os governos convenientemente influenciáveis eram raros. A Savóia, na Itália, permaneceu simpática ao liberalismo e atraiu cada vez mais o apoio de um grupo moderado que buscava nela a ajuda para uma eventual unificação do país. Um grupo de católicos liberais, encorajado pelo efêmero e curioso fenômeno de um "papado liberal" no período do novo Papa Pio IX (1846), sonhava, infrutiferamente, em mobilizar a força da Igreja com o mesmo propósito. Na Alemanha, nenhum Estado importante era menos que hostil ao liberalismo. Isto não evitou que alguns moderados – embora menos do que pretendeu a propaganda histórica prussiana – olhassem para a Prússia, que pelo menos tinha a seu favor a criação de um Sindicato Alfandegário Alemão (1834), em busca de sonhos com príncipes convertidos ao invés de barricadas. Na Polônia, onde a possibilidade de uma refor-

ma moderada com o apoio do czar não mais encorajava a facção magnata que sempre desopitara nisso as suas esperanças (os czartoryskis), os moderados podiam pelo menos esperar por uma intervenção diplomática ocidental. Nenhuma dessas perspectivas era ao menos realista, no pé em que as coisas estavam entre 1830 e 1848.

Os radicais estavam igualmente desapontados com o fracasso dos franceses em desempenhar o papel de libertadores internacionais que lhes tinham atribuído a Revolução Grega e a teoria revolucionária. De fato, este desapontamento, junto com o crescente nacionalismo da década de 1830 (ver capítulo 7) e a nova consciência das diferenças nos aspectos revolucionários de cada país, despedaçou o internacionalismo unificado a que os revolucionários tinham aspirado durante a Restauração. As perspectivas estratégicas permaneciam as mesmas. Uma França neojacobina e talvez (como pensava Marx) uma Grã-Bretanha radicalmente intervencionista ainda eram quase indispensáveis para a libertação européia, longe da improvável perspectiva de uma revolução russa.[5] Todavia, uma reação nacionalista contra o internacionalismo (centrado na França) do período carbonarista ganhou terreno: uma emoção que se encaixava bem na nova moda do romantismo (ver capítulo 14) que havia pegado em boa parte da esquerda depois de 1830: não há contraste mais marcante que entre o reservado professor de música e racionalista do século XVIII Buonarroti e o confuso e ineficiente sentimentalista Giuseppe Mazzini (1805-72) que se tornou o apóstolo dessa reação anticarbonária, criando várias conspirações nacionais ("Jovem Itália", "Jovem Alemanha", "Jovem Polônia" etc.) reunidas sob o título de "Jovem Europa". Num sentido, esta descentralização do movimento revolucionário foi realista, pois em 1848 as nações de fato se sublevaram separadamente de forma espontânea e simultânea. Noutro, não o foi: o estímulo para sua erupção simultânea ainda veio da França, e a relutância francesa em desempenhar um papel libertador arruinou-as.

Românticos ou não, os radicais rejeitaram a confiança dos moderados em príncipes e potências, por razões práticas e também ideológicas. Os povos devem estar preparados para alcançar sua liberdade por si mesmos, pois ninguém mais faria isso por eles (um sentimento também adaptado para uso dos movimentos socialistas-proletários da época). E devem fazê-lo por ação direta. Isto ainda era em grande parte concebido à moda carbonária, pelo menos enquanto as massas permanecessem passivas. Conseqüentemente, não era algo muito eficaz, embora houvesse um mundo de diferenças entre os ridículos esforços como a invasão da Savóia tentada por Mazzini e as sérias e contínuas tentativas dos democratas poloneses de manter ou reviver a guerra de guerrilhas em seu país após a derrota de 1831. Mas a própria determinação dos radicais em tomar o poder sem ou contra as forças estabelecidas introduziu ainda uma outra divisão em suas fileiras. Estariam eles preparados para fazê-lo ao preço da revolução social?

IV

A pergunta era explosiva em toda parte, exceto nos Estados Unidos, onde ninguém mais podia tomar ou evitar a decisão de mobilizar o povo para a política, porque a democracia jacksoniana já o tinha feito *. Mas, a despeito do aparecimento de um Partido dos Trabalhadores (*Workingmen's Party*) nos Estados Unidos em 1828-9, a revolução social nos moldes europeus não era uma questão séria naquele grande país em rápida expansão, embora fossem sérios os descontentamentos setoriais. A pergunta também não causava excitação na América Latina, onde nenhum político, exceto talvez no México, sonhava em mobilizar os índios (i.e. os camponeses ou os trabalhadores rurais), os escravos negros ou mesmo as "classes mistas" (ou seja, os pequenos agricultores, os artesãos e os pobres das cidades) para qualquer fim que fosse. Mas na Europa Ocidental, onde a revolução social dos pobres das cidades era uma possibilidade real, e na vasta zona européia de revolução agrária, a questão sobre se convinha ou não incitar as massas era urgente e inevitável.

O crescente descontentamento dos pobres – especialmente dos pobres das cidades – era visível em toda a Europa Ocidental. Mesmo na imperial Viena, este descontentamento se refletia no espelho fiel das atitudes da pequena burguesia e dos plebeus, o teatro suburbano popular. Durante o período napoleônico, suas peças tinham combinado a *Gemütlichkeit* ** com uma ingênua lealdade aos Habsburgo. Seu maior autor durante a década de 1820, Ferdinand Raimund, enchia o palco de contos de fadas, tristeza e nostalgia pela perdida inocência da comunidade simples, tradicional e não capitalista. Mas, a partir de 1835, esse teatro foi dominado por um astro (Johann Nestroy) preocupado fundamentalmente com a sátira social e política, um homem de inteligência amarga e dialética, um destruidor que, caracteristicamente, se transformou num entusiástico revolucionário em 1848. Mesmo os emigrantes alemães que passavam pelo porto de Havre a caminho dos EUA, que em 1830 começou a ser o país dos sonhos do europeu pobre, justificavam-se dizendo que "lá não há um rei".[6]

O descontentamento urbano era geral no Ocidente. Um movimento socialista e proletário era sobretudo visível nos países da revolução dupla, a Grã-Bretanha e a França. (Ver também capítulo 11.) Na Grã-Bretanha, ele surgiu por volta de 1830 e assumiu a forma extremamente madura de um movimento de massa dos trabalhadores pobres, que via nos reformadores e liberais seus prováveis traidores e nos capitalistas seus inimigos seguros. O vasto movimento em favor da Carta do Povo, que atingiu o clímax em 1839-42 mas manteve sua

* Exceto, é claro, quanto aos escravos do sul.

** Em alemão no original: afabilidade, espírito cômodo, tranqüilidade, sociabilidade, folgança. (*N. T.*)

grande influência até depois de 1848, foi sua mais formidável realização. O socialismo britânico ou "cooperativismo" era muito mais fraco. Começou de maneira impressionante em 1829-34 atraindo talvez o grosso dos militantes da classe operária para suas doutrinas (que tinham sido difundidas, principalmente entre os artesãos e trabalhadores qualificados, desde o princípio da década de 1820) e com as ambiciosas tentativas de criar "sindicatos gerais" nacionais da classe operária, que sob a influência das teses de Owen fizeram até mesmo tentativas para estabelecer uma economia geral cooperativista às margens do capitalismo. O desapontamento após o Ato de Reforma de 1832 fez com que o grosso do movimento trabalhista buscasse nesses owenitas, cooperativistas, sindicalistas revolucionários primitivos etc. uma liderança, mas seu fracasso em desenvolver uma estratégia política e uma liderança eficazes e as ofensivas sistemáticas dos empregadores e do governo destruíram o movimento em 1834-6. Este fracasso reduziu os socialistas a grupos educacionais e propagandísticos um tanto à margem da principal corrente de agitação trabalhista ou a pioneiros de algo mais modesto, a cooperação de consumidores, sob a forma da cooperativa de compras, iniciada em Rochdale, Lancashire, em 1844. Daí o paradoxo de que o clímax do movimento de massa revolucionário dos trabalhadores pobres da Grã-Bretanha, a campanha em favor da Carta do Povo, tenha sido ideologicamente um pouco mais atrasado, embora politicamente mais amadurecido, do que o movimento de 1829-34. Mas isto não o salvou da derrota, pela incapacidade política dos seus líderes, por suas diferenças locais e setoriais e uma falta de habilidade para a ação nacional, exceto na preparação de petições-monstros.

Na França, não existia qualquer movimento de massa dos trabalhadores pobres das indústrias que se comparasse: os militantes do "movimento da classe operária" francesa em 1830-48 eram fundamentalmente os ultrapassados artesãos e diaristas urbanos, a maioria em seus ofícios ou em centros de indústria doméstica tradicional como o da indústria da seda em Lyon. (Os arqui-revolucionários *canuts* de Lyon não eram nem mesmo assalariados, mas sim uma espécie de pequenos mestres.) Além disso, os vários ramos do novo socialismo "utópico" – os seguidores de Saint-Simon, Fourier, Cabet etc. – não estavam interessados em agitação política, embora seus grupos e conventículos (principalmente os dos seguidores de Fourier) viessem a agir como núcleos de liderança da classe operária e como mobilizadores da ação de massa no princípio da revolução de 1848. Por outro lado, a França possuía a poderosa tradição do jacobinismo e do babovismo de esquerda, altamente desenvolvida politicamente e que em grande parte se tornaria comunista depois de 1830. Seu líder mais notável foi Auguste Blanqui (1805-1881), um discípulo de Buonarroti.

Em termos de análise e teoria social, o blanquismo tinha pouco a oferecer ao socialismo, exceto a afirmação de sua necessidade e a decisiva observação de que o proletariado seria seu arquiteto e a classe média (não mais a superior), seu principal inimigo. Em termos de estratégia e organização política, ele adaptou o órgão tradicional de agitação, a secreta irmandade conspiradora, às condições proletárias – casualmente despojando-o de sua fantasiosa vestimenta ritualística da Restauração – e o tradicional método de revolução jacobina, a insurreição e a ditadura popular centralizada, à causa dos trabalhadores. O moderno movimento revolucionário socialista adquiriu dos blanquistas (que por sua vez o fizeram de Saint-Just, Babeuf e Buonarroti) a convicção de que seu objetivo tinha que ser a tomada do poder político, seguida da "ditadura do proletariado"; o termo é de cunhagem blanquista. A fraqueza do blanquismo era em parte a mesma da classe operária francesa. Na ausência de um grande movimento de massa, ele foi, como seus predecessores carbonaristas, uma elite que planejava suas insurreições de certa forma no vazio e que, portanto, freqüentemente fracassava – como no caso da tentativa de levante de 1839.

A classe operária ou o socialismo e a revolução urbana pareciam, pois, perigos muito reais na Europa Ocidental, embora na verdade, na maioria dos países industrializados como a Grã-Bretanha e a Bélgica, o governo e as classes empregadoras os considerassem com relativa e justificada placidez: não há provas de que o governo britânico tenha sido seriamente perturbado pela ameaça dos cartistas à ordem pública (apesar de vasto, o movimento em prol da Carta do Povo era pessimamente conduzido, mal organizado e muito dividido) [7]. Por outro lado, a população rural oferecia pouco para incentivar os revolucionários ou assustar os governantes. Na Grã-Bretanha, o governo teve um pânico momentâneo quando uma onda de tumultos e quebra de máquinas rapidamente se espalhou entre os esfomeados trabalhadores do campo, no sul e no leste da Inglaterra, no final de 1830. A influência da Revolução Francesa de julho de 1830 foi detectada nesta "última revolta de trabalhadores", [8] ampla e espontânea mas que logo se dissipou e que foi punida com muito mais selvageria do que as agitações cartistas, como era talvez de se esperar em face da situação política muito mais tensa durante o período do Ato de Reforma. Entretanto, a intranqüilidade nos campos logo regrediu para formas politicamente menos assustadoras. No resto das áreas economicamente avançadas, exceto até certo ponto na Alemanha Ocidental, não se esperava nem se renunciava qualquer agitação rural séria, e a perspectiva inteiramente urbana da maioria dos revolucionários tinha poucos atrativos para o campesinato. Em toda a Europa Ocidental (tirando a Península Ibérica), só a Irlanda tinha um grande e endêmico movimento de revolução agrária, organizado pelas muitas sociedades secretas terroristas tais como os *Homens das Fitas (Ribbonmen)* e os *Rapazes Brancos (Whiteboys)*. Mas, social e politicamente, a Irlanda pertencia a um mundo diferente da sua vizinha Inglaterra.

A questão da revolução social, portanto, dividiu os radicais da classe média, i.e. os grupos de homens de negócio, intelectuais e outros

descontentes que ainda se encontravam em oposição aos governos liberais moderados de 1830. Na Grã-Bretanha, ela dividiu os "radicais da classe média" entre os que estavam preparados para apoiar o cartismo ou fazer causa comum com ele (como em Birmingham ou na União pelo Sufrágio Universal, do quaker Joseph Sturge) e os que insistiam, como os membros da Liga Contra a Lei do Milho de Manchester, em lutar tanto contra a aristocracia como contra o cartismo. Os intransigentes prevaleceram, confiantes na maior homegeneidade de sua consciência de classe, em seu dinheiro, que gastavam em enormes quantidades, e na eficácia da organização propagandista que montaram. Na França, a fraqueza da oposição oficial a Luís Felipe e a iniciativa das massas revolucionárias de Paris virou a decisão para o outro lado. "Logo, tornamo-nos republicanos novamente", escreveu o poeta radical Béranger depois da revolução de fevereiro de 1848. "Talvez tenha sido um pouco cedo demais e um pouco rápido demais... Eu teria preferido um procedimento mais cauteloso, mas nós não escolhemos a hora, nem reunimos as forças, nem determinamos o caminho da marcha." [9] O rompimento dos radicais da classe média com a extrema esquerda ocorreria na França somente depois da revolução.

Para a pequena burguesia descontente de artesãos independentes, lojistas, fazendeiros etc que (junto com uma massa de trabalhadores qualificados) provavelmente formavam a principal concentração de radicalismo da Europa Ocidental, o problema era menos difícil. Por sua origem modesta, simpatizavam com os pobres contra os ricos; como pequenos proprietários, simpatizavam com os ricos contra os pobres. Mas a divisão de suas simpatias levou-os à hesitação e à dúvida ao invés de a uma grande mudança de compromisso político. Mas quando chegou o momento decisivo, eles foram, embora de maneira débil, jacobinos, republicanos e democratas. Foram um componente hesitante mas invariável de todas as frentes populares, até que expropriadores em potencial assumissem verdadeiramente o poder.

V

No resto da Europa revolucionária, onde a baixa nobreza rural e os intelectuais descontentes constituíam o centro do radicalismo, o problema era bem mais sério. Pois as massas eram o campesinato; e freqüentemente um campesinato que pertencia a uma nação diferente da de seus senhores e concidadãos – os eslavos e os romenos na Hungria, os ucranianos na Polônia Oriental, os eslavos em partes da Áustria. E os senhores de terra mais pobres e menos eficazes, que eram os que menos podiam se permitir abandonar o status que lhes assegurava seus rendimentos, eram freqüentemente nacionalistas os mais radicais. Reconhecidamente, enquanto o grosso do campesinato continuasse afundado na ignorância e na passividade política, a questão do seu apoio às revoluções era menos imediata do que poderia ser; mas não menos explosiva. E, na década de 1840, mesmo esta passividade não mais podia ser tomada como garantia. A insurreição dos servos na Galícia, em 1846, foi a maior revolta camponesa desde a Revolução Francesa de 1789.

Inflamada como era, a questão era também até certo ponto retórica. Economicamente, a modernização das áreas do interior, tais como as da Europa Oriental, exigia uma reforma agrária, ou no mínimo a abolição da servidão que ainda persistia nos impérios austríaco, russo e turco. Politicamente, uma vez que o campesinato atingisse o estágio da atividade, era mais do que certo que alguma coisa tinha que ser feita para satisfazer suas exigências, pelo menos nos países onde os revolucionários lutavam contra o domínio estrangeiro. Pois se eles não atraíssem os camponeses para o seu lado, os reacionários o fariam; de qualquer forma, os reis legítimos, os imperadores e as igrejas tinham a vantagem tática de que os camponeses tradicionalistas confiavam mais neles do que nos senhores de terra, e em princípio ainda se dispunham a esperar que eles fizessem justiça. E os monarcas estavam perfeitamente dispostos a jogar os camponeses contra a pequena nobreza, se necessário: os Bourbon de Nápoles tinham feito isto sem hesitação contra os jacobinos napolitanos em 1799. "Longa vida a Radetsky", gritariam os camponeses da Lombardia em 1848, saudando o general austríaco que liquidou a insurreição nacionalista: "morte aos senhores" [10]. A pergunta a ser feita aos radicais dos países subdesenvolvidos não era se deviam buscar uma aliança com o campesinato, mas se a conseguiriam.

Nestes países, portanto, os radicais se dividiam em dois grupos: os democratas e os de extrema esquerda. Os democratas (representados na Polônia pela Sociedade Democrática Polonesa, na Hungria pelos seguidores de Kossuth, na Itália pelos mazzinianos) reconheceram a necessidade de se atrair os camponeses para a causa revolucionária, quando necessário pela abolição da servidão e a garantia dos direitos de propriedade aos pequenos agricultores, mas esperavam alguma espécie de coexistência pacífica entre uma nobreza que renunciasse voluntariamente a seus direitos feudais – não sem compensação – e um campesinato nacional. Entretanto, onde o vento da rebelião camponesa não tinha alcançado a força de um vendaval ou o temor de sua exploração pelos príncipes não era grande (como na maior parte da Itália), os democratas, na prática, deixaram de providenciar um programa agrário concreto, ou mesmo qualquer programa social, preferindo pregar as generalidades da democracia política e da libertação nacional.

A extrema esquerda concebia francamente a luta revolucionária de massas contra os governantes estrangeiros e os exploradores domésticos. Prenunciando os revolucionários nacionalistas e sociais de nosso século, ela duvidava da capacidade da nobreza e da fraca classe média, com seu freqüente interesse na dominação imperial, para conduzir a nova nação à independência e à modernização. Seu programa

era assim poderosamente influenciado pelo socialismo nascente do Ocidente, embora, de maneira diversa da maioria dos "socialistas utópicos" pré-marxistas, fossem também revolucionários políticos além de críticos sociais. A República de Cracóvia, que teve pouca duração, aboliu assim, em 1846, todos os encargos dos camponeses e prometeu aos pobres citadinos "oficinas nacionais". Os carbonários mais avançados do sul da Itália adotaram a plataforma babovista-blanquista. Exceto, talvez, na Polônia, esta corrente de pensamento era relativamente fraca, e sua influência foi ainda mais diminuída pelo fracasso de movimentos compostos substancialmente de jovens escolares, estudantes, intelectuais desclassificados da pequena nobreza ou de origem plebléia e de alguns idealistas para mobilizar o campesinato que eles tão fervorosamente buscavam recrutar *

Os radicais da Europa subdesenvolvida, portanto, nunca resolveram eficazmente o seu problema, em parte devido à relutância dos que os apoiavam em fazer adequadas concessões ao campesinato, em parte devido à imaturidade política dos camponeses. Na Itália, as revoluções de 1848 foram conduzidas substancialmente por cima de uma população rural inativa; na Polônia (onde o levante de 1846 tinha rapidamente se desenvolvido sob a forma de uma rebelião camponesa, incentivada pelo governo austríaco, contra a pequena nobreza nacional), não houve qualquer revolução em 1848, exceto na Posnânia prussiana. Mesmo na mais avançada das nações revolucionárias, a Hungria, as características de uma reforma agrária operada pela pequena nobreza fariam com que fosse totalmente impossível mobilizar o campesinato para a guerra de libertação nacional. E na maior parte da Europa Oriental os camponeses eslavos, metidos em uniformes de soldados imperiais, é que foram os eficientes subjugadores dos revolucionários magiares e alemães.

VI

Todavia, embora agora divididos pelas diferenças das condições locais, pelas nacionalidades e as classes, os movimentos revolucionários de 1830-48 continuaram tendo muito em comum. Em primeiro lugar, como vimos, eles continuaram sendo em grande parte organizações minoritárias de conspiradores da classe média e intelectuais, freqüentemente exilados ou limitados ao mundo relativamente pequeno dos letrados. (Quando as revoluções eclodiam, é claro, o povo comum vi-

* Entretanto, em algumas áreas de pequenas propriedades camponesas, de arrendamentos ou de plantação a meias, como a Romagna ou partes do sudoeste da Alemanha, o radicalismo do tipo mazziniano conseguiu obter um razoável apoio de massa durante e depois de 1848.

nha à cena por si mesmo. Dos 350 mortos da insurreição de Milão, em 1848, só cerca de uma dúzia eram estudantes, funcionários ou gente de famílias proprietárias de terras. Setenta e quatro eram mulheres e crianças, e o resto se constituía de artesãos ou trabalhadores.) [11] Em segundo lugar, eles mantiveram um padrão comum de procedimento político, de idéias estratégicas e táticas etc., derivadas da experiência e da herança da Revolução de 1789, e um forte sentido de unidade internacional.

O primeiro fator é facilmente explicável. Não existia uma longa tradição de organização e de agitação de massas como parte de uma vida social normal (e não imediatamente pré ou pós-revolucionária), exceto nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, ou talvez na Suíça, na Holanda e na Escandinávia; nem as condições para essa tradição estavam presentes fora da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Era absolutamente impensável que um jornal tivesse em outros países uma circulação semanal de mais de 60 mil exemplares ou um número de leitores muito maior ainda, como o *Northern Star*, dos cartistas, em abril de 1839; [12] 5 mil parece ter sido o maior número de exemplares para um jornal, embora os jornais oficiais ou – a partir da década de 1830 – os almanaques de entretenimento pudessem talvez exceder a 20 mil exemplares em um país como a França. [13] Mesmo nos países constitucionais como a Bélgica e a França, a agitação legal da extrema esquerda só era permitida intermitentemente, e suas organizações eram muitas vezes ilegais. Conseqüentemente, enquanto existia um simulacro de política democrática entre as classes restritas que formavam o país legal, algumas das quais tinham influência sobre os desprivilegiados, os instrumentos fundamentais da política de massa – as campanhas públicas para fazer pressão sobre os governos, as organizações de massa, as petições e a oratória itinerante endereçada ao povo comum – eram só raramente possíveis. Fora da Grã-Bretanha, ninguém teria seriamente pensado em obter o direito de voto parlamentar universal através de uma campanha de assinaturas em massa e de manifestações públicas, ou em abolir uma lei impopular através de propaganda de massa e campanhas de pressão, como tentaram respectivamente o cartismo e a Liga Contra a Lei do Milho. As grandes mudanças constitucionais significam um rompimento com a legalidade, e assim aconteceu *a fortiori* com as grandes mudanças sociais.

As organizações ilegais são naturalmente menores que as legais, e sua composição social está longe de ser representativa. Reconhecidamente, a transformação das sociedades carbonárias secretas em sociedades proletárias revolucionárias, como a blanquista, provocou um relativo declínio no número de militantes da classe média e um aumento do número de membros da classe operária, ou seja, do número de artesãos e artífices. As organizações blanquistas do final das décadas de 1830 e 1840 eram consideradas fortemente constituídas de membros das classes mais baixas. [14] Da mesma maneira se considerava a Liga Alemã de Proscritos (que por sua vez transformou-se na Liga dos Jus-

tos e na Liga Comunista de Marx e Engels), cuja espinha dorsal se constituía de artífices alemães expatriados. Mas este foi um caso muito excepcional. A grande maioria dos conspiradores consistia, como antes, de homens das classes profissionais ou da baixa nobreza, estudantes e escolares, jornalistas etc., embora talvez com um componente menor (fora dos países ibéricos) de jovens oficiais do que no apogeu do período carbonário.

Além disso, até certo ponto, toda a esquerda européia e americana continuava a lutar contra os mesmos inimigos, a partilhar aspirações comuns e um programa comum. "Repudiamos, condenamos e renunciamos a todas as desigualdades e distinções hereditárias de 'casta' ", escreveram os Democratas Fraternos (compostos de "naturais da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha, da Escandinávia, da Polônia, da Itália, da Suíça, da Hungria e de outros países") em sua Declaração de Princípios. "Conseqüentemente, consideramos os reis, as aristocracias e as classes que monopolizam os privilégios em virtude de suas posses de terras como usurpadores. Os governos eleitos e responsáveis por todo o povo são o nosso credo político." [15] Que revolucionário ou radical teria discordado deles? Se fosse burguês, seria a favor de um Estado no qual a propriedade, conquanto não gozasse de privilégio político como tal (como nas constituições de 1830-2 que fizeram o voto depender de uma qualificação de propriedade), tivesse um livre espaço econômico; se fosse socialista ou comunista, seria a favor de que a propriedade fosse socializada. Sem dúvida, chegaria o momento – na Grã-Bretanha ele já tinha chegado na época do cartismo – em que os antigos aliados contra o rei, a aristocracia e o privilégio se voltariam uns contra os outros, e o conflito fundamental seria entre os burgueses e os trabalhadores. Mas antes de 1848 este momento ainda não tinha chegado em nenhum outro lugar. Só a *grande bourgeoisie* de alguns países ainda estava oficialmente do lado do governo. Mesmo os mais conscientes comunistas proletários ainda se viam e agiam como a ala da extrema esquerda de um movimento geral radical e democrático; e normalmente consideravam o empreendimento da república democrático-burguesa a preliminar indispensável para o avanço ulterior do socialismo. O Manifesto Comunista de Marx e Engels é uma declaração de guerra futura contra a burguesia mas – ao menos para a Alemanha – de aliança presente. A classe média alemã mais avançada, os industriais da região do Reno, não pediu meramente que Marx editasse seu órgão radical, o *Neue Reinische Zeitung*, em 1848; ele aceitou e editou-o não simplesmente como um órgão comunista, mas como o porta-voz e líder do radicalismo alemão.

Mais do que um mero panorama comum, a esquerda européia partilhava de uma visão comum sobre como seria a revolução, baseada em 1789, com retoques de 1830. Haveria uma crise nos negócios políticos do Estado, levando à insurreição. (A idéia carbonária de um *putsch* ou levante de elite, organizado sem referência ao clima econômico e político geral, era desacreditada cada vez mais, exceto nos países ibéricos, principalmente pelo humilhante fracasso de várias tentativas do gênero na Itália – p. ex. em 1833-4, 1841-5 – e dos *putsches* como o tentado pelo sobrinho de Naploeão, Luís Napoleão, em 1836.) Na capital, levantar-se-iam barricadas; os revolucionários atacariam o palácio, o parlamento ou (entre os extremistas que se lembravam de 1792) a sede da prefeitura, içariam qualquer que fosse sua bandeira tricolor e proclamariam a república e um governo provisório. O país aceitaria então o novo regime. A decisiva importância das capitais era universalmente aceita, embora só depois de 1848 os governos tivessem começado a replanejá-las a fim de facilitar a operação das tropas contra os revolucionários.

Uma Guarda Nacional de cidadãos armados seria organizada, seriam feitas eleições democráticas para uma Assembléia Constituinte, o governo provisório se transformaria em um governo definitivo, e a nova Constituição entraria em vigor. O novo regime então daria auxílio fraterno às outras revoluções que, quase certamente, também teriam ocorrido. O que viria a acontecer daí em diante pertencia à época pós-revolucionária, para a qual os acontecimentos da França em 1792-9 também forneceram modelos razoavelmente concretos do que se fazer e do que se evitar. O espírito do revolucionário mais jacobino naturalmente se voltaria com presteza para os problemas de salvaguarda da revolução contra os ataques dos contra-revolucionários domésticos e estrangeiros. De um modo geral, pode-se também dizer que quanto mais de esquerda fosse o político, mais provável seria que defendesse o princípio (jacobino) de centralização e de um executivo forte contra os princípios (girondinos) do federalismo, descentralização ou divisão dos poderes.

Esta perspectiva comum era grandemente reforçada pela forte tradição de internacionalismo, que sobrevivia mesmo entre os nacionalistas separatistas que se recusavam a aceitar a liderança automática de qualquer país – i.e. da França, ou melhor, de Paris. A causa de todas as nações era a mesma, mesmo sem se levar em conta o fato óbvio de que a libertação da maioria das nações européias parecia implicar na derrota do czarismo. Os preconceitos nacionais (dos quais, segundo sustentavam os Democratas Fraternos, "os opressores do povo tiraram partido em todas as épocas") desapareceriam em um mundo de fraternidade. As tentativas de se organizar associações revolucionárias internacionais nunca cessaram, desde a *Jovem Europa* de Mazzini – projetada como uma associação contra as velhas organizações internacionais maçônico-carbonárias – até a *Associação Democrática para a Unificação de Todos os Países* (1847). Entre os movimentos nacionalistas este internacionalismo tendeu a decrescer em importância, à medida em que os países conquistavam suas independências e as relações entre os povos mostravam-se menos fraternas do que se supunha. Entre os movimentos sócio-revolucionários, que aceitavam cada vez mais a orientação proletária, o internacionalismo aumentou a sua força. A

Internacional, como organização e canção, viria a se transformar em parte integrante dos movimentos socialistas já para o final do século.

Um fator acidental que reforçou o internacionalismo de 1830-48 foi o exílio. A maioria dos militantes políticos da esquerda continental foram expatriados durante certo tempo, muitos durante décadas, reunindo-se em relativamente poucas zonas de refúgio e asilo: a França, a Suíça e, até certo ponto, a Grã-Bretanha e a Bélgica. (As Américas eram muito distantes para uma emigração política temporária, embora atraíssem alguns.) O maior contingente de exilados foi o da grande emigração polonesa de cerca de 5 a 6 mil, [16] que deixaram o país devido à derrota de 1831; seguiram-se os contingentes italianos e alemães (ambos reforçados pela importante emigração apolítica que formaria comunidades locais nacionais em outros países.) Por volta da década de 1840, um pequeno grupo de intelectuais russos abastados também tinha absorvido as idéias revolucionárias ocidentais em viagens de estudos ao exterior, ou buscavam uma atmosfera mais agradável do que a combinação de masmorra e pátio de exercícios militares proporcionada por Nicolau I. Estudantes e residentes ricos vindos de países pequenos e afastados também eram encontrados em duas cidades que constituíam os sóis culturais da Europa Ocidental, da América Latina e do Oriente Médio: Paris e, bem depois, Viena.

Nos centros de refúgio, os emigrantes se organizavam, debatiam discutiam, freqüentavam-se e denunciavam-se uns aos outros e planejavam a libertação de seus países ou de outros países. Os poloneses e, até certo ponto, os italianos (no exílio, Garibaldi lutou pela liberdade de vários países latino-americanos) tornaram-se de fato corpos internacionais de militância revolucionária. Nenhum levante ou guerra de libertação em qualquer parte da Europa entre 1831 e 1871 estaria completo sem o seu contingente de peritos militares ou combatentes poloneses; nem mesmo (como já se sustentou) a única insurreição armada ocorrida na Grã-Bretanha durante o período cartista, em 1839. Entretanto, eles não eram os únicos. Um típico libertador de povos, o expatriado Harro Harring (segundo ele, da Dinamarca) lutou sucessivamente pela Grécia, em 1821 e pela Polônia, em 1830-1, como membro da *Jovem Alemanha*, da *Jovem Itália* e da um tanto obscura *Jovem Escandinávia*, de Mazzini; além-mar, a favor de um Estados Unidos da América Latina; e em Nova Iorque, antes de voltar para a Revolução de 1848, publicando, nesse meio tempo, obras com títulos tais como "Os Povos", "Gotas de Sangue", "Palavras de um Homem" e "Poesias de um Escandinavo"*.

* Ele foi tão desafortunado que atraiu a hostilidade de Marx, que reservou alguns de seus formidáveis dons de invectiva satírica para preservá-lo para a posteridade em sua obra *Die Grossen Männer des Exils* (Marx e Engels, *Werke*, Berlim, 1960, vol. 8, pp. 292-8).

Um destino e um ideal comum uniam estes expatriados e viajantes. A maioria deles enfrentava os mesmos problemas de pobreza e vigilância policial, de correspondência ilegal, espionagem e do onipresente agente provocador. Como o fascismo na década de 1930, o absolutismo nas décadas de 1830 e 1840 unia seus inimigos comuns. Então, como um século mais tarde, o comunismo, que pretendia explicar e fornecer soluções para a crise social do mundo, atraía o militante e o mero curioso intelectual para a sua capital – Paris –, acrescentando assim uma atração séria aos encantos mais amenos da cidade. (Não fosse pelas mulheres francesas, a vida não valeria a pena. *Mais tant qu'il y a des grisettes, va!**) Nestes centros de refúgios, os imigrantes formavam aquela provisória comunidade de exiliados, embora tantas vezes permanente, enquanto planejavam a libertação da humanidade. Nem sempre eles se admiravam ou se aprovavam mutuamente, mas se conheciam e sabiam que seu destino era o mesmo. Juntos, prepararam-se e esperaram a revolução européia, que veio – e fracassou – em 1848.

Em francês no original: "Mas desde que haja costureirinhas, vá lá!". (*N.T.*)

Sétimo Capítulo

O NACIONALISMO

Todo povo tem sua missão especial que ajudará no cumprimento da missão geral da humanidade. Esta missão constitui a sua nacionalidade. *A nacionalidade é sagrada.*

Ato de Fraternidade da *Jovem Europa*, 1834

Chegará o dia ... em que a sublime Germânia estará no pedestal de bronze da liberdade e da justiça, segurando em uma das mãos a tocha do esclarecimento, que lançará a luz da civilização aos mais remotos cantos da terra, e na outra a balança da justiça. Os povos lhe pedirão que julgue as suas disputas, estes mesmos povos que agora nos mostram que o poder é o direito e nos chutam com a botina do escármio e do desprezo.

Discurso de Siebenpfeiffer no Festival de Hambach, 1832

I

Depois de 1830, como vimos, o movimento geral em favor da revolução se dividiu. Um dos resultados desta divisão merece atenção especial: os movimentos nacionalistas conscientes.

Os movimentos que melhor sombolizam esta evolução são os movimentos "jovens" fundados ou inspirados por Giuseppe Mazzini logo depois da revolução de 1830: Jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Suíça, Jovem Alemanha, Jovem França, em 1831-6, e o análogo Jovem Irlanda, da década de 1840, ancestral da única organização revolucionária bem-sucedida e duradoura baseada no modelo das irmandades conspiradoras do princípio do século XIX, os fenianos ou Fraternidade Republicana Irlandesa, melhor conhecia através de seu braço executivo, o Exército Republicano Irlandês. Em si mesmos, estes movimentos não foram de grande importância; a simples presença de Mazzini teria sido suficiente para assegurar sua ineficiência. Simbolicamente, todavia, são de extrema importância, como indica a adoção pelos movimentos nacionalistas subseqüentes de rótulos como "Jovens Tchecos" ou "Jovens Turcos". Eles são o marco da desintegração do movimento revolucionário europeu em segmentos nacionais. Sem dúvida, todos estes segmentos tinham uma tática, uma estratégia e um programa político muito semelhantes, até mesmo uma bandeira seme-

lhante – quase invariavelmente tricolor, de algum tipo. Seus membros não viam qualquer contradição entre suas próprias exigências e as dos movimentos de outras nações e, de fato, pretendiam uma fraternidade de todos, libertando-se simultaneamente. Por outro lado, cada um deles tendia agora a justificar sua preocupação primordial com sua própria nação através da adoção do papel de Messias de todos. Através da Itália (segundo Mazzini), através da Polônia (segundo Mickiewicz), os sofridos povos do mundo seriam conduzidos à liberdade; uma atitude que era prontamente adaptável às políticas conservadoras ou mesmo imperialistas, como testemunham os eslavófilos russos com sua defesa da Sagrada Rússia, a Terceira Roma, e os alemães que posteriormente iriam proclamar ao mundo dentro de uma relativa distância que ele seria curado pelo espírito alemão. Reconhecidamente, esta ambigüidade do nacionalismo vinha desde a Revolução Francesa. Mas naquela época tinha havido apenas *uma* grande nação revolucionária e era lógico considerá-la então (como ainda mesmo depois) o quartel-general de todas as revoluções e o necessário primeiro motor da libertação do mundo. Confiar em Paris era racional; confiar em uma vaga "Itália", "Polônia" ou "Alemanha" (representadas na prática por um punhado de conspiradores e de emigrantes) só era lógico para os italianos, os poloneses e os alemães.

Se o novo nacionalismo tivesse se limitado apenas aos membros das fraternidades revolucionárias nacionais, não valeria a pena dar-lhe muita atenção. Entretanto, ele também refletia forças muito mais poderosas, que estavam-se tornando politicamente conscientes na década de 1830 como resultado da revolução dupla. A mais imediatamente poderosa destas forças era o descontentamento dos proprietários menores ou pequena nobreza inferior e o surgimento de uma classe média e até de uma classe média inferior em inúmeros países, sendo seus porta-vozes, em grande parte, intelectuais profissionais.

O papel revolucionário da baixa pequena nobreza talvez seja melhor ilustrado na Polônia e na Hungria. Lá, de uma maneira geral, os grandes magnatas proprietários de terras haviam descoberto há muito tempo que era possível e desejável entrar em acordo com o absolutismo e a dominação estrangeira. Os magnatas húngaros eram, em geral, católicos e de há muito tinham sido aceitos como os pilares da sociedade da corte vienense; muito poucos deles iriam-se unir à revolução de 1848. A memória da velha *Rzeczpospolita* fazia com que até mesmo os magnatas poloneses tivessem uma mentalidade nacionalista; mas o mais influente dos seus partidos seminacionais, a união Czartoryski, que agora operava a partir do luxuoso ambiente de emigração do Hotel Lambert em Paris, sempre fora a favor da aliança com a Rússia e continuava a preferir a diplomacia à revolta. Economicamente, eles eram suficientemente abastados para obter o que precisassem sem gastos vultuosíssimos, e até mesmo para investir na benfeitoria de suas propriedades o bastante para poder usufruir da expansão econômica da época, se assim o quisessem. O Conde Széchenyi, um dos poucos li-

berais moderados desta classe e paladino da melhoria econômica, deu um ano de seus rendimentos para a nova Academia Húngara de Ciências – cerca de 60 mil florins. Não há prova de que seu padrão de vida tenha sofrido com esta generosidade desinteressada. Por outro lado, os muitos cavalheiros que pouco tinham, exceto o seu nascimento, para distingui-los dos outros fazendeiros pobres – um-oitavo da população húngara reivindicava o status de cavalheiro – não tinham nem o dinheiro para tornar suas propriedades lucrativas nem a inclinação para competir com os alemães e judeus pela riqueza da classe média. Se não podiam viver decentemente das suas rendas, e uma época degenerada privava-os de suas chances como soldados, então poderiam, se não fossem muito ignorantes, tentar o direito, a administração ou alguma posição intelectual; mas não uma atividade burguesa, que desconsideravam. Estes cavalheiros eram, de há muito, a fortaleza de oposição ao absolutismo e à dominação dos magnatas e estrangeiros, protegendo-se (como na Hungria) por trás do escudo duplo do calvinismo e da administração dos condados. Era natural que sua oposição, descontentamento e aspiração a mais empregos para os cavalheiros locais se fundissem agora com o nacionalismo.

As classes empresariais que surgiram neste período foram, paradoxalmente, um elemento bem menos nacionalista. Reconhecidamente, na Alemanha e na Itália desunidas, as vantagens de um grande mercado nacional unificado eram lógicas. O autor do *Deutschland über Alles* abraçou

> Presunto e tesouras, botas e ligas,
> Lã, sabão, fios e cerveja, [1]

porque tinham conseguido, coisa que o espírito nacional fora incapaz de fazer, um genuíno senso de unidade nacional por meio dos sindicatos alfandegários. Entretanto, há pouca prova de que, digamos, os armadores de Gênova (que mais tarde iriam fornecer a maior parte do apoio financeiro a Garibaldi) preferissem as possibilidades de um mercado italiano nacional à maior prosperidade de comércio por todo o Mediterrâneo. E nos grandes impérios multinacionais, os núcleos comerciais e industriais que cresceram em determinadas províncias podiam rosnar contra a discriminação, mas, no fundo, claramente preferiam os grandes mercados abertos a eles agora do que os pequenos mercados de futura independência nacional. Os industriais poloneses, com toda a Rússia a seus pés, ainda tinham pouca participação no nacionalismo polonês. Quando Palacky reivindicou a favor dos tchecos que, "se a Áustria não existisse, teria que ser inventada", ele não estava só pedindo o apoio da monarquia contra os alemães, mas também expressando o perfeito raciocínio econômico do setor economicamente mais avançado do grande e de outra forma atrasado império. Os interesses empresariais eram, às vezes, o carro-chefe do nacionalismo, como na Bélgica, onde uma pioneira comunidade industrial considerava-se, duvidosamente, desafortunada sob o domínio da poderosa co-

munidade mercantil holandesa, à qual tinha sido presa em 1815. Mas este era um caso excepcional.

Os grandes proponentes do nacionalismo de classe média neste estágio foram as camadas média e inferior das categorias profissionais, administrativas e intelectuais, ou sejam, as classes educadas. (É claro que estas não são distintas das classes empresariais, especialmente em países atrasados, onde os administradores das propriedades, os tabeliões e os advogados se encontram entre os principais acumuladores da riqueza rural.) Para sermos precisos, a guarda avançada do nacionalismo de classe média fez sua guerra ao longo da linha que demarcava o progresso educacional de um grande número de "homens novos" em áreas até então ocupadas por uma pequena elite. O progresso das escolas e das universidades dava a dimensão do nacionalismo, na mesma medida em que as escolas e especialmente as universidades se tornavam seus defensores mais conscientes: o conflito entre a Alemanha e a Dinamarca sobre o Schleswig-Holstein, em 1848, foi previsto pelo conflito entre as universidades de Kiel e Copenhagem, sobre o mesmo problema, na metade da década de 1840.

O progresso foi surpreendente, embora o número total de pessoas "instruídas" continuasse pequeno. O número de alunos nos liceus estatais franceses duplicou entre 1809 e 1842 e aumentou com particular rapidez durante a Monarquia de Julho, mas ainda assim, em 1842, este número era inferior a 19 mil alunos. (O total de crianças que recebiam educação secundária [2] naquela época era de cerca de 70 mil.) A Rússia, por volta de 1850, tinha perto de 20 mil alunos secundaristas em uma população total de 68 milhões de habitantes [3]. O número de estudantes universitários era ainda menor, naturalmente, embora estivesse subindo. É difícil imaginar que a juventude acadêmica prussiana, que foi tão inflamada pelo ideal de liberdade depois de 1806, consistisse em 1805 de pouco mais que 1.500 jovens, e que a Escola Politécnica de Paris, a peste que atormentou os Bourbon restaurados em 1815, acolhesse um total de 1.581 jovens em todo o período entre 1815 e 1830, ou seja, uma admissão anual de cerca de cem alunos. A proeminência revolucionária dos estudantes no período de 1848 faz-nos esquecer que em todo o continente europeu, incluindo-se as anti-revolucionárias Ilhas Britânicas, não havia mais que 40 mil estudantes universitários ao todo. [4] Ainda assim, estes números aumentavam. Na Rússia, subiu de 1.700 em 1825 para 4.600 em 1848. E mesmo se eles não aumentassem, a transformação da sociedade e das universidades (ver capítulo 15) dava-lhes uma nova consciência de si mesmos como um grupo social. Ninguém se recorda que em 1789 havia cerca de 6 mil estudantes na Universidade de Paris, já que eles não desempenharam qualquer papel independente na Revolução. [5] Mas por volta de 1830 ninguém poderia subestimar uma tamanha quantidade de jovens acadêmicos.

As pequenas elites podem operar com línguas estrangeiras, mas a língua nacional se impõe uma vez que o quadro de pessoas instruídas

tenha-se tornado suficientemente grande (como testemunha a luta por um reconhecimento lingüístico nos Estados indianos desde a década de 1940). Daí, o momento em que livros didáticos e jornais são impressos pela primeira vez na língua nacional, ou quando essa língua é usada pela primeira vez para algum fim oficial, marca um passo importantíssimo na evolução nacional. A década de 1830 viu este passo ser dado em grandes áreas da Europa. Assim, as primeiras obras tchecas importantes sobre astronomia, química, antropologia, mineralogia e botânica foram escritas ou terminadas nesta década, quando também apareceram na Romênia os primeiros livros didáticos escritos em romeno, em substituição ao grego habitual. O húngaro, em vez do latim, foi adotado como a língua oficial da Dieta Húngara em 1840, embora a Universidade de Budapeste, controlada por Viena, não tivesse abandonado as palestras dadas em latim até o ano de 1844. (Entretanto, a luta em favor do uso do húngaro como língua oficial já estava sendo travada desde 1790.) Em Zagreb, Gai publicou a sua *Gazeta Croata* (mais tarde *Gazeta Nacional Ilírica*), a partir de 1835, na primeira versão literária do que até então fora simplesmente um complexo de dialetos. Nos países que possuíam há muito tempo uma língua nacional oficial, a mudança não pode ser tão facilmente avaliada, embora seja interessante notar que, depois de 1830, o número de livros em alemão publicados na Alemanha (em comparação com os títulos em latim e francês) ultrapassou pela primeira vez os 90%, sendo que o número de livros escritos em francês caiu depois de 1820 para menos de 4% *. [6] De maneira mais genérica, a expansão editorial nos fornece uma indicação semelhante. Assim, na Alemanha, o número de livros publicados em 1821 foi quase o mesmo que em 1800 – cerca de 4 mil títulos por ano; mas em 1841, tinha subido para 12 mil títulos. [7]

É claro que a imensa maioria dos europeus (e não europeus) continuava sem instrução. De fato, com exceção dos alemães, dos holandeses, dos escandinavos, dos suíços e dos norte-americanos, não se pode dizer que qualquer outro povo fosse alfabetizado em 1840. Pode-se dizer que vários povos eram totalmente analfabetos, como os eslavos do sul, que contavam menos de 0,5% de pessoas alfabetizadas em 1827 (mesmo muito mais tarde somente 1% dos recrutas dálmatas do exército austríaco sabiam ler e escrever), ou os russos, que tinham 2% em 1840; e que muitos outros eram quase analfabetos, como os espanhóis, os portugueses (que parece tinham somente cerca de 8 mil crianças ao todo na escola após a Guerra Peninsular) e, com exceção dos lombardos e piemonteses, os italianos. Até mesmo a Grã-Bretanha, a França e a Bélgica tinham cerca de 40 a 50% de analfabetos na década de 1840. [8] O analfabetismo não se constitui em um obstáculo à cons-

* No princípio do século XVIII, somente cerca de 60% de todos os títulos publicados na Alemanha eram em língua alemã; desde então a proporção veio aumentando constantemente.

ciencia política, mas não há de fato qualquer prova de que o nacionalismo do tipo moderno fosse uma poderosa força de massa exceto em países já transformados pela revolução dupla: na França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e – por ser um país dependente política e economicamente da Grã-Bretanha – na Irlanda.

Equacionar o nacionalismo com a alfabetização não significa que a maioria, digamos, dos russos, não se considerasse "russa" quando confrontada com alguém ou alguma coisa que não o fosse. Contudo, para as massas em geral, o teste de nacionalidade ainda era a religião: o espanhol era definido por ser católico, o russo por ser ortodoxo. Entretanto, embora tais confrontações estivessem se tornando bem mais freqüentes, ainda eram raras, e certos tipos de sentimento nacional, tal como o italiano, ainda eram totalmente estranhos à grande massa do povo, que nem mesmo falava a língua literária nacional e sim dialetos quase mutuamente incompreensíveis. Mesmo na Alemanha, a mitologia patriótica exagerou em muito o grau de sentimento nacional contra Napoleão. A França era extremamente popular na Alemanha Ocidental, especialmente entre os soldados, a quem empregava livremente.[9] As populações muito ligadas ao Papa ou ao Imperador podiam expressar ressentimento contra os inimigos da Igreja e da coroa, que por acaso eram os franceses, mas isto dificilmente implicava qualquer sentimento de consciência nacional, quanto mais um desejo em favor de um Estado nacional. Além do mais, o próprio fato de que o nacionalismo era representado pela classe média e pela pequena nobreza era suficiente para fazer o pobre ficar desconfiado. Os revolucionários poloneses radical-democratas tentaram arduamente – como também o fizeram os mais avançados carbonários do sul da Itália e outros conspiradores – mobilizar o campesinato, até mesmo a ponto de oferecer uma reforma agrária. Seu fracasso foi quase total. Os camponeses da Galícia, em 1846, se opuseram aos revolucionários poloneses embora estes tenham efetivamente proclamado o fim da servidão, preferindo massacrar os cavalheiros e confiar nos agentes do Imperador.

O desenraizamento dos povos, que é talvez o mais importante fenômeno do século XIX, destruiria este profundo e antigo tradicionalismo local. Ainda assim, na maior parte do mundo, até a década de 1820, quase ninguém ainda migrava ou emigrava, exceto quando forçado pelos exércitos e a fome, ou então nos grupos migratórios tradicionais, como os camponeses do centro da França, que em determinada estação iam trabalhar em construções no norte, ou como os artesãos ambulantes alemães. O desenraizamento ainda significava, não a suave forma de saudade de casa que se tornaria a doença psicológica característica do século XIX (refletida em inúmeras canções populares sentimentais), mas o agudo e mortal *mal de pays* ou *mal de coeur*, que foi descrito clinicamente pela primeira vez pelos médicos entre os velhos mercenários suíços em terras estrangeiras. O recrutamento para as guerras revolucionárias revelou o mesmo, especialmente entre os bretões. A atração das remotas florestas do nordeste era tão forte que

pôde levar uma empregada estoniana a deixar seus excelentes patrões. os Kügelgen, na Saxônia, onde era livre, e voltar para a servidão em casa. A migração e a emigração, cujo índice mais conveniente é a migração para os EUA, aumentou notavelmente a partir da década de 1820, embora não tivesse alcançado maiores proporções até a década de 1840, quando 1.750.000 pessoas cruzaram o Atlântico Norte (quase o triplo da década de 1830). Assim mesmo, a única grande nação migratória fora das Ilhas Britânicas ainda era a Alemanha, de há muito acostumada a enviar seus filhos como colonos rurais para a Europa Oriental e a América, assim como artesãos por todo o continente e mercenários a todas as partes do mundo.

Na verdade, podemos falar apenas de um movimento nacional no Ocidente, organizado de forma coerente antes de 1848, que foi genuinamente baseado nas massas, e até mesmo este movimento gozava da enorme vantagem da identificação com o mais forte portador da tradição, a Igreja. Foi o movimento irlandês de revogação sob a liderança de Daniel O'Connell (1785-1847), advogado demagogo e eloqüente, de origem camponesa, e o primeiro – até 1848, o único – dos líderes populares carismáticos que marcam o despertar da consciência política das massas até então atrasadas. (As únicas figuras comparáveis, antes de 1848, foram Feargus O'Connor (1794-1855), outro irlandês, que simbolizou o cartismo na Grã-Bretanha, e talvez Luís Kossuth (1802-1894), que deve ter adquirido um pouco do seu posterior prestígio entre as massas antes da revolução de 1848, embora sua reputação na década de 1840 fosse na verdade a de um paladino da pequena nobreza – o fato de ter sido canonizado mais tarde pelos historiadores nacionalistas torna difícil entender com clareza sua carreira inicial.) A Associação Católica de O'Connell, que adquiriu o apoio das massas e a confiança não totalmente justificada do clero na vitoriosa luta pela Emancipação Católica (1829), não estava absolutamente ligada à pequena nobreza, que era, de qualquer forma, protestante e anglo-irlandesa. Foi um movimento de camponeses e da classe média baixa irlandesa, ou melhor, dos elementos dessas camadas que podiam existir na empobrecida ilha. "O Libertador" foi levado à liderança por sucessivas ondas de um movimento de massa de revolta agrária, a principal força motivadora da política irlandesa nesse século espantoso. Foi organizado em sociedades secretas terroristas que ajudaram a destruir o paroquianismo da vida irlandesa. Entretanto, o objetivo de O'Connell não era nem a revolução nem a independência nacional, mas sim uma moderada autonomia para a classe média irlandesa através de acordo ou negociação com os liberais britânicos. Efetivamente, ele não foi um nacionalista e menos ainda um revolucionário camponês, mas sim um autonomista moderado da classe média. E, de fato, a principal crítica que foi feita, não injustificadamente, contra ele pelos nacionalistas irlandeses posteriores (semelhante à dos nacionalistas radicais indianos em relação a Gandhi, que ocupou uma posição análoga na história de seu país) foi a de que poderia ter incitado toda a Irlanda

contra os britânicos, mas deliberadamente recusou-se a fazê-lo. Isto não altera o fato de que o movimento que ele liderou foi genuinamente apoiado pela massa da nação irlandesa.

II

Fora do moderno mundo burguês houve, entretanto, movimentos de revolta popular contra o domínio estrangeiro (i.e. normalmente entendido como significando o domínio de uma religião diferente em vez de uma nacionalidade diferente), que às vezes parecem antecipar os movimentos nacionais posteriores. Assim foram as rebeliões contra o Império Turco, contra os russos no Cáucaso, e a luta contra o usurpador domínio britânico nos confins da Índia. Seria insensato interpretar esses movimentos como tendo muito a ver com o nacionalismo moderno, embora em áreas atrasadas habitadas por camponeses e pastores armados, combativos, organizados em clãs e inspirados por chefes tribais, heróis bandoleiros e profetas, a resistência ao governante (ou infiel) estrangeiro pudesse tomar a forma de autênticas guerras do povo, bem diferentes dos movimentos nacionalistas de elite em países menos homéricos. Na verdade, entretanto, a resistência dos maratas (um grupo militar feudal hindu) e dos sikhs (uma seita religiosa militante) aos britânicos, respectivamente em 1803-18 e 1845-49, tem pouca ligação com o nacionalismo indiano posterior, nem produziu algum que lhe fosse peculiar *. As tribos caucasianas, selvagens, heróicas e feudais encontraram na puritana seita islâmica do muridismo um laço temporário de união contra os invasores russos, e em Shamyl (1797-1871) um líder de grande estatura; mas não existe até a presente data uma nação caucasiana, mas sim meramente um agregado de pequenos povos montanheses em pequenas repúblicas soviéticas. (Os georgianos e os armênios, que formaram nações no sentido moderno, não estavam envolvidos no movimento de Shamyl.) Os beduínos, varridos pelas seitas religiosas puritanas como a wahhabita, na Arábia, e a sanusi, no que é hoje a Líbia, lutaram pela simples fé em Alá e a vida simples do pastor e do assaltante, contra a corrupção dos impostos, os paxás e as cidades; mas o que hoje conhecemos como nacionalismo árabe – um produto do século XX – nasceu das cidades e não dos acampamentos nômades.

* O movimento sikh permanece em grande parte *sui generis* até hoje. A tradição da combativa resistência hindu em Maharashtra fez dessa região um centro inicial do nacionalismo indiano e forneceu alguns dos seus primeiros líderes (altamente nacionalistas), notadamente B.G. Tilak; mas foi, no máximo, uma resistência regional, longe de dominante, no movimento. Pode ser que exista alguma coisa semelhante ao nacionalismo marata hoje em dia, mas sua base social é a resistência das vastas classes trabalhadora e média baixa desprivilegiada aos gujeratis, classe dominante em termos econômicos e, até recentemente, em termos lingüísticos.

Até mesmo as rebeliões contra os turcos nos Bálcans, especialmente entre os povos montanheses raramente subjugados do sul e do oeste, não devem ser muito prontamente interpretadas em termos nacionalistas modernos, embora os bardos e os bravos – os dois eram freqüentemente os mesmos, como no caso dos bispos-guerreiros-poetas de Montenegro – relembrassem as glórias de heróis seminacionais como o albanês Skanderbeg e as tragédias como a derrota dos sérvios em Kossovo nas remotas batalhas contra os turcos. Nada era mais natural do que se revoltar, onde fosse necessário e desejável, contra uma administração local ou um enfraquecido Império Turco. Entretanto, pouco mais do que um subdesenvolvimento econômico unia o que hoje conhecemos como iugoslavos, mesmo os do Império Turco, e a própria concepção de Iugoslávia foi produto de intelectuais na Austro-Hungria e não dos que realmente lutaram pela liberdade *. Os montenegrinos ortodoxos, jamais subjugados, lutaram contra os turcos, mas com igual vontade contra os infiéis albaneses católicos, e os infiéis, porém solidamente eslavos, bósnios muçulmanos. Os bósnios revoltaram-se contra os turcos, de cuja religião muitos deles partilhavam, com tanta presteza quanto os ortodoxos sérvios da planície coberta de bosques do Danúbio, e com mais vontade do que os "velhos sérvios" ortodoxos da fronteira com a Albânia. Os primeiros dos povos balcânicos a se insurgirem no século XIX foram os sérvios, sob o comando do heróico bandoleiro e comerciante de porcos Jorge, o Negro, (1760-1817), mas a fase inicial de sua revolta (1804-7) não era sequer contra o domínio turco, e sim, pelo contrário, justamente a favor do sultão contra os abusos dos governantes locais. Pouco há na história inicial das rebeliões montanhesas dos Bálcans ocidentais que sugira que os sérvios, os albaneses, os gregos e outros não teriam, no século XIX, ficado satisfeitos com um tipo de principado autônomo não nacional como o que o poderoso sátrapa Ali Paxá, o Leão de Janina (1741-1822), estabeleceu por certo tempo no Épiro.

Num e somente num caso, a perene luta dos pastores de ovelhas e dos heróis-bandoleiros contra *qualquer* governo efetivo se fundiu com as idéias do nacionalismo da classe média e da Revolução Francesa: na luta grega pela independência (1821-30). Portanto, não foi por acaso que a Grécia se tornou o mito inspirador dos nacionalistas e liberais de todo o mundo. Pois somente na Grécia todo um povo se insurgiu contra o opressor de uma maneira que poderia ser identificada de forma plausível com a causa da esquerda européia; e, por sua vez, o apoio

* É significativo que o atual regime iugoslavo tenha dividido o que se costumou classificar de nação sérvia nas repúblicas e unidades subnacionais muito mais realistas da Sérvia, Bósnia, Montenegro, Macedônia e Kossovo-Metohidja. Pelos padrões lingüísticos do nacionalismo do século XIX, a maioria dessas regiões pertencia a um único povo "sérvio" (as exceções seriam os macedônios, que se aproximam mais dos búlgaros, e a minoria albanesa de Kosmet), mas, na verdade, elas nunca desenvolveram um nacionalismo sérvio unico.

da esquerda européia, encabeçada pelo poeta Byron, que lá morreu, foi uma considerável ajuda para a conquista da independência grega.

A maioria dos gregos era muito semelhante aos outros esquecidos camponeses-guerreiros e clãs da península balcânica. Entretanto, uma parte formava uma classe administrativa e mercantil internacional também estabelecida em colônias ou em comunidades de minoria espalhadas por todo o Império Turco e fora dele, e a língua e os mais altos escalões da Igreja Ortodoxa, à qual pertencia a maioria dos povos balcânicos, eram gregos, a começar pelo Patriarca Grego de Constantinopla. Funcionários públicos gregos, transformados em príncipes vassalos, governavam os principados do Danúbio (a atual Romênia). Em certo sentido, todas as classes mercantis e instruídas dos Bálcans, da região do Mar Negro e do Levante, quaisquer que fossem suas origens nacionais, foram helenizadas pela própria natureza de suas atividades. Durante o século XVIII, essa helenização ocorreu mais poderosamente do que antes, em grande parte devido à marcante expansão econômica que também estendeu o alcance e os contatos da diáspora grega. O novo e próspero comércio de cereais do Mar Negro levou-a até os centros de negócios italianos, franceses e britânicos e fortaleceu seus laços com a Rússia; a expansão do comércio balcânico trouxe os comerciantes gregos ou helenizados para a Europa Central. Os primeiros jornais em língua grega foram publicados em Viena (1784-1812). A emigração e os deslocamentos periódicos dos camponeses rebeldes reforçaram ainda mais as comunidades de exilados. Foi entre esta diáspora cosmopolitana que as idéias da Revolução Francesa – o liberalismo, o nacionalismo e os métodos de organização política através das sociedades secretas maçônicas – lançaram raízes. Rhigas (1760-98), o líder de um primeiro e obscuro movimento revolucionário possivelmente pan-balcânico, falava francês e adaptou a Marselhesa às situações helênicas. A *Philiké Hetairía*, a sociedade secreta patriótica que foi a principal responsável pela revolta de 1821, foi fundada em Odessa, grande e novo porto russo exportador de cereais, em 1814.

O nacionalismo grego foi até certo ponto comparável aos movimentos de elite ocidentais. É o que explica o projeto de se fazer uma rebelião pela independência grega nos principados do Danúbio sob a liderança de magnatas gregos locais, pois as únicas pessoas que podiam ser consideradas gregas nestas miseráveis terras de servos eram lordes, bispos, comerciantes e intelectuais. É claro que o levante fracassou miseravelmente (1821). Por sorte, entretanto, a Hetairía se pusera também a arregimentar nas montanhas o anárquico mundo de heróis-bandoleiros, proscritos e chefes de clãs (especialmente no Peloponeso), e com um sucesso consideravelmente maior – pelo menos depois de 1818 – do que os cavalheiros carbonários do sul da Itália, que tentaram um proselitismo semelhante com seus bandoleiros locais, os *banditi*. É duvidoso que algo parecido com o nacionalismo moderno tenha significado grande coisa para esses bandoleiros gregos, embora muitos tivessem os seus "escreventes" – o respeito e o interesse pelo estudo de

1. O monarca absoluto: Luís XVI de França, 1754-1793.

2 e 3. A aristocracia e a pequena nobreza: (*acima*). Uma dama e um cavalheiro ingleses a passeio e (*abaixo*) cavalheiros alemães caçando coelhos no início do século XIX.

4. Oficial e cavalheiro: Príncipe Augusto da Prússia, vestindo uniforme completo.

5 e 6. As classes médias: (*acima*) a família Flaquer da Espanha, vista no princípio do século XIX e (*abaixo*) o acadêmico alemão, professor Claassen com sua família, em 1820.

7. A burguesia vitoriosa: a família Stamarty, desenho de Ingres, 1818.

8 e 9. Os intelectuais: (*acima*) o artista boêmio - auto-retrato do artista alemão Karl Blecher, 1836, e (*abaixo*) os estudantes - uma classe revolucionária. Estudantes vienenses na sala da guarda da Universidade de Viena.

10. O financista Nathan Meyer Rothschild (1777-1836) observado por Dighton na Real Bolsa de Valores.

11. Advogados franceses observados por Daumier.

15. Dois camponeses russos em 1823.

16 e 17. (*acima*) Fabricantes de aço de Sheffield, aparecendo o "Hull" ou oficina de amoladores de lâminas e o uso do abanador. (*abaixo*) A nova ordem social: o rei Hudson, magnata da ferrovia, recebe a homenagem da velha hierarquia social.

18. Vista do princípio da era industrial na Europa: a fumaça do progresso paira sobre as fábricas e armazéns, invadindo os campos vizinhos enquanto que os navios a vela são ancorados lado a lado com os primeiros vapores.

19. Cenário da vida de um nobre: Carlton House, originalmente construída para o Príncipe Regente.

20. O bairro pobre: Church Lane, St. Giles, na década de 1840. Note-se os nomes irlandeses neste e no próximo esboço.

21. Cenário da vida da classe média: interior de Beidemeier, Áustria, na década de 1830.

22 e 23. (*acima*) Outro aspecto de St. Giles: o notório cortiço. (*abaixo*) A cena industrial: a mina de Percy, segundo esboço de G. H. Harris a propósito das minas de carvão em Northumberland e Durnham.

24. Diversões: a visão de Cruikshank sobre os passeios nos jardins de Kensington em 1829.

25. Diversões: Uma parada militar "unter den Linden", em Berlim, 1827.

26. A religião: Um aspecto do não conformismo protestante; exterior da capela de Wesley na City Road de Londres: modesta e clássica.

27. O gótico austero do interior da capela de Great Ilford, em Essex.

28. A Catedral de S. Isaac em Leningrado (S. Petersburgo), construída entre 1817 e 1858.

A Guerra e a Revolução

29. A Revolução Francesa: a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789.

30 e 31. (*acima*) Transportes militares subindo para Montmartre em 15 de julho de 1789 e
(*abaixo*) O povo entrando no palácio Real das Tulherias em outubro de 1789.

MARCHE DES MARSEILLOIS

CHANTÉE SUR DIFERANS THEATRES

32. A Marselhesa, escrita por Rouget de Lisle em 25 de abril de 1792, como marcha para as tropas de Marselha. Tornou-se a mais popular canção da Revolução Francesa, sendo hoje o Hino Nacional francês.

33. Um modelo da guilhotina. Foi primeiro usada na França em 1791 sob o comando do Dr. Joseph Ignace Guillotin como um substituto humanitário para o método mais rude da decapitação por espada ou machado. O próprio Dr. Guillotin morreu na guilhotina durante o Reinado do Terror.

34. A Rainha Maria Antonieta a caminho da execução, esboço do famoso pintor jacobino J. L. David.

35. Robespierre, 1758-1794, foi em grande parte responsável pelo Reinado do Terror. Com inimigos de ambos os lados, foi denunciado na Convenção Nacional, preso e executado após um julgamento sumário em 28 de julho de 1794.

36. Marat, 1743-1793, foi uma forte liderança extremista durante a Revolução. Ajudou a provocar a queda dos girondinos. Foi assassinado em sua banheira por Charlotte Corday.

37. (*centro*) Danton, 1759-1794, conduziu a revolta das Tulherias em 1792 e foi durante certo tempo chefe do Comitê de Salvação Pública. Acabou banido por Robespierre e foi guilhotinado.

38. (*abaixo*) Saint-Just, 1756-1794, propôs uma ditadura como o único remédio e solução para as doenças do homem e para o turbilhão em que se encontrava a sociedade. Foi guilhotinado em 28 de julho de 1794.

39. (*acima*) Mirabeau, 1794-1791, tento uma monarquia constitucional. Preven do a violência posterior, procurou e vão detê-la, mas sempre conservou su popularidade junto ao povo.

40. As guerras da revolução, em versão idealizada: a morte do general Marceau em 21 de setembro de 1796. Note-se o herói fenecendo e os homens fortes tomados pela dor.

41. A guerra sem idealização: soldados franceses a ponto de matar os espanhóis, "Com ou Sem Razão", dos *Desastres da Guerra*, de Goya, 1863.

42. A Guerra Napoleônica: a campanha russa vista, como de costume, pelo artista oficial. Os couraceiros franceses atacando na batalha de Moscou em 1812.

43. O mito secular: a famosa idealização por Jean Louis David de Napoleão Bonaparte atravessando os Alpes, nos moldes de Aníbal e Carlos Magno, transforma o homem em super-homem.

44 e 45. A revolução, a guerra e a expansão: (*acima*) A independência venezuelana é proclamada em Caracas em 1821. (*abaixo*) Rebeldes poloneses, um tanto romantizados, forçados à emigração após a derrota da revolta de 1830-31.

46. Diplomacia de canhoneira: a Marinha Britânica abre a China à penetração econômica ocidental na primeira Guerra do Ópio de 1840-42. A canhoneira *Nemesis* aparece aqui na Baía de Anson, em 7 de janeiro de 1841.

47, 48 e 49. A difusão da revolução: (*acima, à esquerda*) Mohammed Ali, governante do Egito e pioneiro da descoberta de que os Estados não europeus podem sobreviver melhor se adotarem o equipamento tecnológico e econômico do Ocidente. (*à esquerda*) Retrato do jovem Giuseppe Mazzini, 1805-1872, apóstolo do nacionalismo italiano, o mais típico de uma grande variedade de movimentos nacionalistas. (*acima*) Toussaint Louverture, 1745-1803, líder da bem-sucedida revolução dos escravos no Haiti e o primeiro grande revolucionário negro dos tempos modernos.

50. O povo ateando fogo ao trono, em 1848, ao pé da Coluna de Julho.

51. Um popular armado, Viena, 1848.

52. Homens da *Garde Mobile*: uma força que cresceu a partir da revolução de 1848. Ela atraiu homens de todas as classes da estrutura social.

53. Apoteose da revolução pós-napoleônica: a famosa pintura de Delacroix simboliza não só a Revolução Francesa de 1830, mas toda a era e a concepção romântica de revolta.

Monumentos do Triunfo

54. Clássico e funcional: a pedra e o ferro comemoram os vitoriosos da idade da revolução. Na década de 1830, o triunfal arco dórico anuncia a estação da estrada de ferro de Euston em Londres, com uma pompa maciça e racional.

55 e 56. (*acima*) A ponte suspensa de Isambard Kingdom Brunel, iniciada em 1836, estende-se sobre a garganta de Clifton com a soberba arrogância do triunfo técnico. (*abaixo*) Fachada do Museu Britânico, Londres (1842-1847), expressando a fé do poderoso classicismo tradicional no conhecimento.

57. O Arco do Triunfo em Paris celebrou a vitória de Napoleão com autodramatização e um toque de vulgaridade adequado ao mundo dos homens que se fizeram por si mesmos. O quadro mostra o enterro das cinzas de Napoleão em 15 de dezembro de 1840.

58. O luxo conspícuo encontra expressão neste projeto para um bolo disfarçado de Pavilhão italiano, feito pelo grande cozinheiro-chefe Antoine Caréme.

59. Os derrotados não têm direito a monumentos arquitetônicos: prisão dos conspiradores da rua Cato, um grupo de rebeldes ingleses, 1819.

60 e 61. (*acima*) O massacre de Peterloo, Manchester, 1819, em uma estampa contemporânea. (*abaixo*) O criminoso famoso, objeto de admiração aterrorizada entre os pobres, é celebrado em numerosos cartazes.

LIFE, TRIAL, CONFESSION &

EXECUTION

T. H. Hooker, for the Murder of Mr. J. De la R

62. Abrigo de pobres: ala masculina de um abrigo de indigentes.

63 e 64. (*acima*) Nem mesmo esta estampa contemporânea de um funeral em Skibbereen pode expressar o horror da Fome Irlandesa de 1847. (*abaixo*) Uma primitiva gravura de acorrentados em Hobart. Condenados comuns e políticos são transportados da Grã-Bretanha para terras distantes.

O Clássico e o Romântico

65. O estilo da arquitetura romântica era neogótico, conservador, medieval e freqüentemente religioso. O monumento a Walter Scott em Edinburgo comemora esta nostalgia por um passado desaparecido ou em vias de desaparecimento.

66. A classe média liberal ainda preferia o classicismo para sua face oficial arquitetônica. Parece adequado que a Bolsa de Paris tivesse escolhido a variedade mais opulenta.

67. Os gostos clássico e romântico em artigos de luxo divergiam. O indefinido rodopio da bailarina Fanny Elssler simboliza a preferência romântica.

68. Por outro lado, a clássica dama encara o mundo com precisão aguçada quanto ao vestuário, inspirado na antiguidade clássica, conforme interpretada pela Revolução Francesa. Quadro de J. L. David, *Madame Recamier*.

69 e 70. (*acima*) O cavalo clássico – adequadamente um cavalo de corrida, "Molly Longleggs", pertencente a um aristocrata inglês e pintado com apurada elegância por Stubbs – frente o cavalo romântico. (*abaixo*) Este animal, em um quadro de Delacroix é uma força da natureza, um símbolo de ilimitado poder, paixão e liberdade, contra um fundo de tormentas.

71 e 72. Como de costume, a linguagem predominante na arquitetura permanece sendo clássica. (*acima*) Paisagem de Berlim, *Unter den Linden*, estruturada pelo gênio neoclássico de Schinkel. (*abaixo*) Cenário para o primeiro ato de *Otelo*, de Rossini, projetado por Schinkel para a Ópera de Berlim.

73 e 74. A pintura, por outro lado, é a linguagem que se presta com exatidão aos românticos. (*acima*) Caspar David Friedrich, prussiano convertido ao catolicismo, expressa a solidão, a nostalgia e os mistérios da natureza entre símbolos de eternidade e imprecisão, enquanto que (*abaixo*) a idealização e os sonhos exóticos fornecem uma saída para a vida real.

75 e 76. O exotismo contrasta com as realidades da vida. (*acima*) A fábrica Swainson, Birley & Cia., próxima de Preston, é rigidamente funcional. (*abaixo*) Joseph Wright, de Derby, idealizando seu povo, inspira-se diretamente através de apuradas observações dos processos industriais; criou o quadro *A Forja de Ferro.*

77. *O Mercado dos Escravos*, de Horace Vernet (1836), é o descanso do fatigado homem de negócios, tornado socialmente aceitável sob o rótulo de "belas artes". A mulher branca representa uma luxuriante versão do ideal feminino de acanhamento e abandono das décadas de 1830 e 1840.

78 e 79. Uma forma menos burguesa de exotismo - e uma arte bem mais séria - reflete-se nas odaliscas argelinas de Delacroix; 1834 (*abaixo*). Para contraste (*acima*) o verdadeiro encontro do Ocidente com o Oriente visto pelos orientais: oficiais britânicos sendo entretidos em uma dança na Índia, antes que a chegada do homem branco e a revolta indiana segregassem as duas raças.

A Ciência e a Indústria

80 e 81. (*acima*) *Rocket*, de George Stephenson, demonstrava a praticabilidade da ferrovia movida a vapor em 1829. (*abaixo*) Um modelo do navio a vapor P. S. *Britannia*.

82. *(acima)* A lâmpada a óleo de Argand (1784) foi o primeiro avanço revolucionário na iluminação artificial desde os tempos pré-históricos. Foi desenvolvida por um químico suíço com experiência adquirida na França e treinado na Inglaterra. A lâmpada química de Argand aparece à direita.

83. Ainda mais revolucionária foi a lâmpada a gás, usada pela primeira vez em 1805 em uma fábrica, e em Pall Mall, para iluminar as ruas, no mesmo ano.

84. A fabricação de gás foi fundamentalmente um amplo processo de laboratório. Com ele, a ciência moderna entra na indústria de uma maneira (literalmente) mais visível. Por um lado, o cientista e o engenheiro, por outro, o trabalhador não qualificado em um cenário de suor e drama, conforme mostrado em *Desenhando Retortas no Grande Estabelecimento de Gás*, Brick Lane.

85. A nova tecnologia tornou possível triunfos inspiradores, tais como a construção do túnel Tâmisa (1825-1843) entre Rotherhithe e Wapping. Como tantos e outros empreendimentos ousados, foi obra de Isamberd Kingdon Brunel.

86. A nova indústria traz a nova loja com sua enorme vitrine de espelhos.

87. Também forneceu os meios para uma revolução da arquiterura realizada pioneiramente pelos engenheiros. A Casa das Palmeiras, de Decimus Burton, no Jardim Botânico, em Kew, foi uma ousada experiência em vidro e ferro, antecipando em um século os modernos hangares de aviões. Sua beleza é funcional.

88. O velho contrasta com o novo. As elegantes carruagens dos correios, como a de Brighton, vistas aqui defronte dos Correios de Londres (1814), eram a última palavra em rapidez e facilidade de transporte, e foram muito melhoradas durante as últimas décadas. Passaram a correr em estradas de cascalho (macadame) construídas pelos grandes engenheiros civis como Telford e Macadam.

89. A nova ferrovia tornou as carruagens imediatamente obsoletas. Na atmosfera da Baía de Nápoles, que não era normalmente um berço do progresso técnico, a primeira ferrovia italiana de Nápoles a Portici foi aberta em 1849.

90. Para o sofrido trabalhador, a indústria não era um triunfo mas um fardo. As ilustrações da Real Comissão sobre o Emprego de Crianças (Minas), 1842, não exigem comentários.

91. As mulheres e as crianças formavam a mão-de-obra mais barata e dócil e foram, portanto, usadas em grande escala, embora o emprego das mulheres e das crianças nos pesados trabalhos das minas não fosse comum, e portanto correspondentemente mais chocante.

92. A plaina de Whitworth, 1842. (*abaixo*) Um exemplo de tear comum por volta de 1850, acionado a motor.

93 e 94. Os triunfos da pesquisa eram menos atormentados pelo sofrimento da massa. (*acima*) Michael Faraday demonstra suas descobertas em uma conferência no Instituto Real, em 1846. (*abaixo*) O globo e a sala de minérios do poeta Goethe.

Retratos

95. Alexander von Humboldt, 1789-1859, viajante e cientista de renome universal.

96. Alexander Sergeievich Pushkin, 1799-1831, o maior poeta da língua russa.

97. Ludwig van Beethoven, 1770-1827. Inspirado pelo liberalismo revolucionário da época, trabalhou incessantemente para aumentar seu domínio e o desenvolvimento, dos meios musicais que corresponderiam a sua sagacidade de espírito e à profundidade emocional de sua alma tempestuosa.

98. Johan Wolfgang von Goethe, 1749-1832, a grande figura da literatura alemã e homem de gênio universal. Representou o ideal do conhecimento humano – devotado à melhoria da humanidade – em sua vida, bem como em sua obra *Fausto*.

99. George Wilhelm Friederich Hegel, 1770-1831, em cuja obra a filosofia clássica alemã atingiu seu ponto máximo, e que ainda hoje continua a ser influente por seus próprios direitos e através de sua influência sobre Karl Marx.

100. Auto-retrato do pintor espanhol Francisco de Goya y Lucientes, 1746-1828.

101. Charles Dickens, 1812-1870 – romancista inglês. Sua obra é marcada por uma combinação maravilhosamente rica de sátira, caricatura, sentimento e humor, e por um firme conhecimento do fundo social de seu período.

102. Honoré de Balzac, 1799-1850, pode geralmente ser considerado o maior dos romancistas franceses. Sendo tanto analítico quanto científico, coloca as paixões humanas sob o microscópio. Sua influência mal pode ser medida.

livros era uma relíquia sobrevivente do antigo helenismo – que compunham manifestos na terminologia jacobina. Se havia alguma coisa pela qual eles lutavam, esta coisa era o antigo gênio da península, em que o papel do homem era o de tornar-se um herói, e o proscrito que fugia para as montanhas para resistir a qualquer governo e para consertar os erros dos camponeses era o ideal político geral. Os nacionalistas do tipo ocidental deram liderança e um alcance pan-helênico, em vez de meramente local, às rebeliões de homens como Kolokotrones, bandoleiro e comerciante de gado. Por seu turno, os bandoleiros produziram esta coisa única e terrível, a insurreição em massa de um povo armado.

O novo nacionalismo grego foi suficiente para conquistar a independência, embora a combinação da liderança de classe média com a desorganização dos bandoleiros e com a intervenção de uma grande potência produzisse uma destas pobres caricaturas do ideal ocidental de liberdade, que viriam a se tornar tão familiares em áreas como a América Latina. Mas teve também o resultado paradoxal de confinar o helenismo à Hellas, criando ou intensificando assim o nacionalismo latente de outros povos balcânicos. Enquanto o fato de ser grego fora apenas pouco mais do que a habilitação profissional do cristão ortodoxo balcânico alfabetizado, a helenização progrediu. Quando passou a significar o apoio político à Hellas, ela retrocedeu, mesmo entre as classes alfabetizadas balcânicas assimiladas. Neste sentido, a independência grega foi a condição preliminar essencial para a evolução de outros nacionalismos balcânicos.

Fora da Europa, é difícil falar de nacionalismo. As muitas repúblicas latino-americanas que substituíram os velhos impérios espanhol e português (para sermos exatos, o Brasil se tornou uma monarquia independente e assim permaneceu de 1816 a 1889), com suas fronteiras freqüentemente refletindo pouco mais do que a distribuição das propriedades dos nobres que tinham apoiado essa ou aquela rebelião local, começaram a adquirir interesses políticos estáveis e aspirações territoriais. O ideal panamericano original de Simon Bolívar (1783-1830) na Venezuela e San Martin (1778-1850) na Argentina foi impossível de realizar, embora persistisse como uma poderosa corrente revolucionária em todas as regiões unidas pela língua espanhola, exatamente como o panbalcanismo, o herdeiro da unidade ortodoxa contra a islâmica, persistiu e pode ainda persistir hoje em dia. A grande extensão e variedade do continente, a existência de focos de rebelião independentes no México (que deram origem à América Central), na Venezuela e em Buenos Aires, e o especial problema do centro do colonialismo espanhol no Peru, que foi libertado a partir de fora, impunham uma fragmentação automática. Mas as revoluções latino-americanas foram obra de pequenos grupos de aristocratas, soldados e elites afrancesadas "evoluídas", deixando a massa da passiva população branca, católica e pobre, e dos índios indiferente ou hostil. Só no México a independência foi conquistada pela iniciativa de um movi-

mento de massa agrário, isto é, indígena, que marchou sob a bandeira da Virgem de Guadalupe; e por isso o México trilhou desde então um caminho diferente e politicamente mais avançado que o resto da América Latina continental. Entretanto, mesmo entre a minúscula camada dos latino-americanos politicamente decisivos, seria anacrônico falarmos nesse período de algo mais que o embrião da "consciência nacional" colombiana, venezuelana, equatoriana etc.

Mas algo parecido com um protonacionalismo existia em vários países da Europa Oriental, embora paradoxalmente tenha tomado o rumo do conservadorismo ao invés da rebelião nacional. Os eslavos se achavam oprimidos em toda parte, exceto na Rússia e em algumas fortalezas selvagens dos Bálcans, mas na sua perspectiva imediata os opressores eram, como vimos, não os monarcas absolutos, mas os proprietários de terras alemães e magiares e os exploradores urbanos. E o seu nacionalismo não dava nenhuma margem para a existência nacional eslava: mesmo um programa tão radical como o dos Estados Unidos Alemães, proposto pelos republicanos e democratas de Baden, sudoeste da Alemanha, previa a inclusão de uma república ilíria (i.e. croata e eslovena) com capital na italiana Trieste, uma república morávia com capital em Olomuc, e uma república boêmia com sede em Praga.[10] Logo, a esperança imediata dos nacionalistas eslavos estava nos imperadores da Áustria e da Rússia. Várias versões da solidariedade eslava expressavam a orientação russa e atraíam os rebeldes eslavos – até mesmo os poloneses anti-russos –, especialmente em tempos de derrota e de desesperança, como depois do fracasso dos levantes em 1846. O "ilirianismo" na Croácia e um nacionalismo tcheco moderado expressavam a tendência austríaca, e ambos recebiam apoio deliberado dos Habsburgo, de quem dois dos mais importantes ministros – Kolowrat e o chefe do sistema policial, Sedlnitzky – eram tchecos. As aspirações culturais croatas foram protegidas na década de 1830 e, em 1840, Kolowrat chegou a propor o que mais tarde viria a ser tão útil na revolução de 1848, a designação de um interventor militar croata (*ban*) como chefe da Croácia, e com controle sobre a fronteira militar com a Hungria, como um contrapeso aos exaltados magiares.[11] Portanto, ser um revolucionário em 1848 equivalia virtualmente a se opor às aspirações nacionais eslavas, e o tácito conflito entre as nações progressistas e reacionárias contribuiu em muito para condenar as revoluções de 1848 ao fracasso.

Nada que se pareça com nacionalismo pode ser descoberto em outras regiões, pois não existiam as condições sociais para isto. De fato, quando muito, as forças que mais tarde viriam a produzir o nacionalismo estavam neste estágio em oposição à aliança da tradição, da religião e da pobreza das massas que produziu a mais poderosa resistência ao abuso dos conquistadores e exploradores ocidentais. Os elementos de uma burguesia local que surgiram em países asiáticos o fizeram à sombra dos exploradores estrangeiros de quem dependiam e eram em grande parte agentes ou intermediários: a comunidade parse

de Bombaim é um exemplo. Mesmo que o asiático instruído e "esclarecido" não fosse um comprador ou um funcionário de menor importância de algum governo ou firma estrangeira (uma situação não diferente daquela da diáspora grega na Turquia), sua primeira tarefa política era a de se ocidentalizar – i.e., introduzir as idéias da revolução francesa e da modernização técnica e científica contra a resistência unida de governantes e governados tradicionais (situação não diferente daquela dos cavalheiros jacobinos do sul da Itália.) Portanto, ele estava duplamente afastado de seu povo. A mitologia nacionalista tem freqüentemente obscurecido este divórcio, em parte pela supressão do elo entre o colonialismo e as primeiras classes médias nativas e em parte por atribuir às mais antigas resistências contra o estrangeiro as cores de um movimento nacionalista posterior. Mas, na Ásia, nos países islâmicos e, mais ainda, na África, a união entre as elites "evoluídas" e o nacionalismo, e entre ambos e as massas só viria a ocorrer no século XX.

O nacionalismo no Oriente foi portanto um produto, enfim, da influência e da conquista ocidental. Este elo é talvez mais evidente no país plenamente oriental em que foram implantados os princípios do que viria a se tornar o primeiro movimento nacionalista moderno das colônias *: o Egito. A conquista de Napoleão introduziu as idéias, os métodos e as técnicas ocidentais, cujos valores foram logo reconhecidos por um hábil e ambicioso soldado local, Mohammed Ali (Mehemet Ali). Tendo conseguido o poder e a virtual independência da Turquia no confuso período que se seguiu à retirada dos franceses, e com o apoio francês, Mohammed Ali partiu para estabelecer um despotismo eficiente e ocidentalizante com ajuda técnica estrangeira (principalmente francesa). Nas décadas de 1820 e 1830, os esquerdistas europeus exaltaram esse autocrata esclarecido e colocaram seus serviços à sua disposição quando a reação em seus próprios países parecia por demais desanimadora. A extraordinária seita dos saint-simonianos, oscilando entre a defesa do socialismo e do desenvolvimento industrial promovido por engenheiros e investimentos bancários, deu-lhe temporariamente um auxílio coletivo e elaborou os seus planos de desenvolvimento econômico (sobre esses planos, ver cap. 13-II). Assim foram eles também que lançaram a dotação para o Canal de Suez (construído pelo saint-simoniano Lesseps), iniciando a dependência fatal dos governantes egípcios de grandes empréstimos negociados por grupos competidores de trapaceiros europeus, que transformaram o Egito em um centro de rivalidade imperialista e, mais tarde, de rebelião antiimperialista. Mas Mohammed Ali não era mais nacionalista do que qualquer outro déspota oriental. Sua ocidentalização, não as suas aspirações ou as de seu povo, foi que lançou as bases para o nacionalismo posterior. Se o Egito teve o primeiro movimento nacionalista do mun-

* Além do movimento irlandês.

do islâmico e Marrocos um dos últimos, foi porque Mohammed Ali (por razões geopolíticas perfeitamente compreensíveis) estava enquadrado nos principais caminhos da ocidentalização, enquanto o isolado império muçulmano do leste da África (um xerifado, como se autointitulava) não estava nem fez qualquer tentativa para estar. O nacionalismo, como tantas outras características do mundo moderno, é filho da revolução dupla.

Parte II

RESULTADOS

Oitavo Capítulo

A TERRA

Eu sou vosso senhor e meu senhor é o Czar. O Czar tem o direito de me dar ordens e devo obedecer-lhe, mas não de dá-las a vós. Em minha propriedade, sou eu o Czar, sou vosso deus na terra, e terei que ser responsável por vós perante Deus no céu... Primeiramente, um cavalo deve ser escovado dez vezes com a almofaça de ferro, e somente então podeis vós limpá-lo com a escova macia. Terei que escovar-vos com violência, e quem sabe se chegarei jamais à escova macia. Deus limpa o ar com trovões e relâmpagos, e, em minha aldeia, eu limparei com trovões e fogo, sempre que assim o julgue necessário.

De um proprietário russo a seus servos.

A posse de uma ou duas vacas, um capado e alguns gansos naturalmente coloca o camponês, segundo sua concepção, acima de seus irmãos do mesmo escalão social. Ao cuidar do gado, ele adquire o hábito da indolência... O trabalho diário se torna enfadonho; a aversão cresce com a indulgência; e com o correr do tempo a venda de um bezerro mal alimentado ou de um capado permite adicionar intemperança à preguiça. A venda da vaca é freqüentemente bem sucedida, e seu desgraçado e desapontado dono, relutante em retomar o curso regular e diário do trabalho, do qual retirou sua subsistência anterior... extrai do padrão dos pobres o alívio que lhe é absolutamente paradoxal.

Pesquisa do Conselho de Agricultura de Somerset, 1789 [2].

I

O que acontecia à terra determinava a vida e a morte da maioria dos seres humanos entre 1789 e 1848. Conseqüentemente, o impacto da revolução dupla sobre a propriedade e o aluguel da terra e sobre a agricultura foi o mais catastrófico fenômeno do período. Pois nem a revolução política nem a econômica podiam desprezar a terra, que a primeira escola de economistas, a dos fisiocratas, considerava a única fonte de riqueza, e cuja transformação revolucionária todos concordavam ser a pré-condição e conseqüência necessárias da sociedade burguesa, se não de todo desenvolvimento econômico rápido. A grande

camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo em todo o mundo cobria o fértil solo do crescimento econômico. Ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro. Isto implicava três tipos de mudanças. Em primeiro lugar, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociável por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, i.e., pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande massa da população rural tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia. Alguns dos economistas mais radicais e cuidadosos também estavam conscientes de uma quarta mudança desejável, embora difícil, senão impossível de atingir. Pois numa economia que tomava como premissa a perfeita mobilidade de todos os fatores de produção, a terra como "monopólio natural" não se encaixava muito bem. Visto que o tamanho da terra era limitado e suas várias partes diferiam em fertilidade e facilidade de acesso, era inevitável que os donos das partes mais férteis gozassem de vantagem especial e arrecadassem aluguéis sobre os demais. Como abolir ou mitigar essa opressão – p. ex., através de uma tributação adequada, por meio de leis contra a concentração da propriedade ou mesmo através da nacionalização – era assunto de discussões acaloradas, especialmente na Inglaterra industrial. (Estas discussões também afetavam outros "monopólios naturais" como as ferrovias, cuja nacionalização, por esta razão, nunca foi considerada incompatível com uma economia de empresa privada, sendo praticada amplamente *.) Entretanto, estes eram problemas de terra em uma sociedade burguesa. A tarefa imediata era ainda a de instaurar essa sociedade, pô-la em funcionamento.

Havia dois grandes obstáculos para isso, e ambos exigiam uma combinação de ação política e econômica: os proprietários de terra pré-capitalistas e o campesinato tradicional. Por outro lado, a tarefa podia ser cumprida de vários modos. Os mais radicais foram os britânicos e os americanos, pois ambos eliminaram o campesinato e um deles eliminou também o proprietário. A clássica solução britânica produziu um país em que talvez 4 mil proprietários possuíam cerca de quatro-sétimos da terra [3] cultivada – tomo aqui por base estatísticas de 1851 – por 250 mil fazendeiros (três-quartos da área sendo constituída de fazendas que iam de 50 a 500 acres) que empregavam cerca de 1.250.000 serviçais e trabalhadores contratados. Persistiam ainda bolsões de pequenos proprietários, mas, excetuando as montanhas escocesas e partes do País de Gales, só um pedante poderia falar de um campesinato britânico no sentido continental. A clássica solução americana foi a da fazenda comercial cujo ocupante era o próprio proprietário, que compensava com mecânização intensiva a escassez de mão-de-obra contratada. As ceifadeiras mecânicas de Obed Hussey (1833) e de Cyrus McCormick (1834) foram o complemento para os fazendeiros de espírito puramente comercial ou para os especuladores de terras que, saindo da Nova Inglaterra, levaram para o oeste o *american way of life*, apropriando-se das terras ou, mais tarde, comprando-as do governo a preços mais do que vantajosos. A clássica solução prussiana foi socialmente a menos revolucionária. Consistiu em transformar os próprios proprietários feudais em fazendeiros capitalistas e os servos em trabalhadores contratados. Os *junkers* * mantiveram o controle de suas magras propriedades que tinham por muito tempo cultivado para o mercado de exportação com mão-de-obra servil; mas agora trabalhavam com camponeses "libertos" da servidão e da terra. O exemplo pomeraniano é sem dúvida extremo: posteriomente neste século, cerca de 2 mil grandes propriedades cobriam 61% da terra, cerca de 60 mil pequenas e médias cobriam o resto, e o restante da população não possuía terras; [4] mas o fato é que, enquanto em 1773 a *Enciclopédia de Economia Doméstica e Agrícola*, de Krüniz, sequer mencionava a palavra "trabalhador", o que mostra a insignificância de uma classe trabalhadora rural, em 1849 o número de pessoas sem terras ou de trabalhadores rurais substancialmente assalariados na Prússia era estimado em quase 2 milhões. [5] A única outra solução sistemática do problema agrário num sentido capitalista foi a dinamarquesa, que também criou uma vasta camada de pequenos e médios fazendeiros comerciais. Entretanto, ela se deveu no fundamental às reformas do período de despotismo esclarecido da década de 1780 e portanto foge um pouco dos limites deste livro.

A solução norte-americana foi determinada por esse fato único, o de dispor de um suprimento virtualmente ilimitado de terra desocupada e da ausência de todas as velharias ligadas às relações feudais e ao coletivismo camponês tradicional. Praticamente o único obstáculo à propagação da atividade agrícola 100% individualista foram as tribos de peles vermelhas, cujas terras – normalmente garantidas por tratados assinados com os britânicos, franceses e americanos – eram possuídas coletivamente, em geral como campo de caça. O conflito total entre uma visão da sociedade que considerava a propriedade individual perfeitamente alienável não somente como a única disposição racional, mas também *natural*, e a visão que assim não pensava é talvez mais evidente na confrontação entre os ianques e os índios. "Dentre

* Mesmo na Inglaterra, ela foi seriamente proposta na década de 1840.

* Nome que se dava aos nobres feudais que estimulavam, sobretudo na Prússia, um partido nacionalista e conservador. Na Alemanha, designava os moços nobres (*Jungherr*, "jovem nobre") incorporados às forças militares. *(Nota da edição brasileira)*

|as causas| mais perniciosas e fatais |que impediram os índios de aprender os benefícios da civilização|", segundo o Comissário para Assuntos Indígenas, [6] "estavam a *sua posse coletiva de extensões demasiadamente grandes de terra* e o direito a vastas anuidades em dinheiro; a primeira delas dando-lhes um grande campo para sua indulgência em seus hábitos nômades e errantes e impedindo que *adquirissem um conhecimento da individualidade na propriedade* e da vantagem de lares fixos; e a segunda estimulando a preguiça e o espírito aproveitador, e dando-lhes os meios para gratificarem seus gostos e apetites depravados." Portanto, privá-los de suas terras por meio de fraudes, roubos e quaisquer outros tipos de pressão era tão moral quanto lucrativo.

Os índios primitivos e nômades não eram as únicas pessoas que não entendiam e não desejavam o racionalismo burguês-individualista a respeito da terra. De fato, com exceção de minorias de camponeses iluminados, informados ou "fortes e sóbrios", a grande maioria da população rural desde o maior proprietário feudal até o mais pobre dos pastores de ovelhas estava unida em abominá-lo. Somente uma revolução político-legal dirigida contra os proprietários e os camponeses tradicionais poderia criar as condições para que a minoria racional se transformasse na maioria racional. A história das relações agrárias na maior parte da Europa Ocidental e de suas colônias em nosso período é a história dessa revolução, embora suas conseqüências totais não fossem sentidas até a segunda metade do século.

Como vimos, seu primeiro objetivo foi transformar a terra em uma mercadoria. Os vínculos e outras proibições de venda ou dispersão que se aplicavam às propriedades nobres tinham que ser quebrados e, portanto, o proprietário tinha que estar sujeito à penalidade salutar da bancarrota em caso de incompetência econômica, o que permitiria a compradores economicamente mais competentes assumir o controle da situação. Acima de tudo, nos países católicos e muçulmanos (os países protestantes já o tinham feito há muito tempo), o grande bloco de terras eclesiásticas tinha que ser tomado do reino gótico de superstição não econômica e aberto ao mercado e à exploração racional. A secularização e a venda as aguardavam. As terras coletivas igualmente vastas – e, por serem coletivas, mal utilizadas – das comunidades municipais e das aldeias, os campos e os pastos comuns, as florestas etc., tinham que se tornar acessíveis à empresa individual. A divisão em lotes individuais e "cercos" as aguardava. Não poderia haver dúvidas de que os novos compradores seriam os empresários fortes e sóbrios; e assim seria atingido o segundo objetivo da revolução agrária.

Mas somente sob a condição de que os camponeses, de cujos escalões muitos deles sem dúvida viriam, se transformassem em uma classe com livre capacidade para dispor de seus recursos; um passo que automaticamente também atingiria o terceiro objetivo, a criação de uma grande força de trabalho "livre" constituída dos que não conseguissem se tornar burgueses. A libertação do camponês dos laços e obrigações não econômicas (servidão, pagamentos aos proprietários, trabalhos forçados, escravidão etc.) também era, portanto, essencial. Isto traria uma vantagem adicional e crucial. Pois se acreditava que o assalariado livre, com o incentivo de recompensas mais altas, ou o fazendeiro livre se mostrariam mais eficientes do que o trabalhador forçado, tanto o servo como o criado ou o escravo. Somente uma outra condição tinha que ser preenchida. O enorme número dos que agora vegetavam na terra a que toda a história humana os prendia, mas que, se ela fosse produtivamente explorada, seriam um mero excedente populacional*, tinha que ser arrancado de suas raízes para se mover livremente. Somente assim migrariam para as cidades e as fábricas onde seus músculos eram cada vez mais necessários. Em outras palavras, os camponeses tinham que perder suas terras juntamente com seus outros vínculos.

Na maior parte da Europa, isto significava que o complexo de regras políticas e legais tradicionais comumente conhecido como "feudalismo" tinha que ser abolido onde já não estivesse ausente. Em termos amplos, no período que vai de 1789 a 1848, isto foi alcançado – na maior parte através da intervenção direta ou indireta da Revolução Francesa – de Gilbraltar à Prússia Oriental e do Báltico à Sicília. As mudanças equivalentes na Europa Central somente tiveram lugar em 1848, e na Rússia e na Romênia na década de 1860. Fora da Europa, algo nominalmente parecido foi alcançado nas Américas, com as grandes exceções do Brasil, de Cuba e do sul dos Estados Unidos, onde a escravidão persistiu até 1862-88. Em algumas áreas coloniais diretamente administradas por Estados europeus, notadamente em partes da Índia e da Argélia, também foram introduzidas revoluções legais semelhantes. Assim aconteceu na Turquia e, durante um breve período, no Egito. [8]

Com exceção da Grã-Bretanha e de alguns outros países, onde o feudalismo neste sentido já tinha sido abolido ou nunca tinha realmente existido (embora tivessem existido as tradicionais coletividades camponesas), os métodos efetivos para se alcançar esta revolução foram muito semelhantes. Na Grã-Bretanha, não era necessária nem politicamente praticável qualquer legislação para expropriar as grandes herdades, pois os grandes proprietários ou seus fazendeiros já estavam afinados com a sociedade burguesa. Sua resistência ao triunfo final das relações burguesas no interior – entre 1795 e 1846 – foi mais árdua. Entretanto, embora ela contivesse de uma maneira desarticulada uma espécie de protesto tradicionalista contra o destrutivo princípio do lu-

* Assim, estimava-se no início da década de 1830 que a proporção do excedente de mão-de-obra empregável era de 1 para 6 do total da população na Inglaterra urbana e industrial, de 1 para 20 na França e na Alemanha, de 1 para 25 na Áustria e na Itália, de 1 para 30 na Espanha e de 1 para 100 na Rússia. [7]

cro puramente individualista, a causa de seus mais óbvios descontentamentos foi muito mais simples: o desejo de manter num período de depressão de pós-guerra os altos preços e os altos aluguéis das terras que vigoraram durante as guerras revolucionárias e napoleônicas. Era antes um grupo de pressão agrária do que uma reação feudal. O principal gume da lei voltou-se portanto contra os aspectos retrógrados do campesinato, dos agricultores e dos trabalhadores. Uns 5 mil "cercados" estabelecidos por decretos gerais e particulares ocuparam cerca de 6 milhões de acres de campos e terras comuns a partir de 1760, transformando-os em propriedades privadas, e foram reforçados por numerosas regulamentações menos formais. A *Lei dos Pobres* de 1834 foi projetada para tornar a vida tão intolerável para os pobres do campo que eles se vissem forçados a abandonar a terra em busca de qualquer emprego que lhes fosse oferecido. E, de fato, logo começaram a fazê-lo. Na década de 1840, vários condados já estavam à beira de uma perda *absoluta* de população, e a partir de 1850 a fuga do campo se tornou generalizada.

As reformas da década de 1780 aboliram o feudalismo na *Dinamarca*, embora seus principais beneficiários não tenham sido os senhores de terra, mas os camponeses arrendatários e pequenos proprietários que se sentiram encorajados, após a abolição dos campos abertos, a consolidar suas faixas de terra como propriedades individuais: um processo análogo ao do "encercamento" que tinha praticamente se completado por volta de 1800. As propriedades tendiam a ser divididas em parcelas e vendidas a seus antigos arrendatários, embora a depressão pós-napoleônica, à qual os pequenos proprietários tiveram mais dificuldade de sobreviver do que os arrendatários, tenha desacelerado este processo entre 1816 e cerca de 1830. Por volta de 1865, a Dinamarca era primordialmente um país de proprietários camponeses independentes. Na *Suécia*, reformas semelhantes, porém menos drásticas, tiveram os mesmos efeitos, de modo que por volta da segunda metade do século XIX o tradicional cultivo comunal, o sistema de faixas de terra, tinha virtualmente desaparecido. As antigas áreas feudais foram assimiladas ao resto do país, no qual o campesinato livre sempre fora predominante, do mesmo modo que na *Noruega* (após 1815, parte da Suécia, e, antes, da Dinamarca). Uma tendência a subdividir as fazendas maiores, compensada por uma outra a consolidar a posse, fez-se sentir em algumas regiões. O resultado disso foi que aumentou rapidamente a produtividade da agricultura – na Dinamarca, o número de cabeças de gado duplicou no último quarto do século XVIII [9] – mas com o rápido crescimento da população um número cada vez maior de camponeses pobres não encontrava emprego. Na segunda metade do século XIX, sua miséria levou ao que foi proporcionalmente o maior movimento de emigração do século (principalmente para o meio-oeste americano): da infértil Noruega e, um pouco mais tarde, da Suécia, embora menos da Dinamarca.

II

Como vimos, na França, a abolição do feudalismo foi obra da Revolução. A pressão camponesa e o jacobinismo levaram a reforma agrária além do ponto em que os baluartes do desenvolvimento capitalista teriam desejado que ela parasse (ver cap. 2 – V, 3 – III). A França como um todo, portanto, não se tornou nem um país de senhores de terras e trabalhadores agrícolas nem de fazendeiros comerciais, mas em grande parte de vários tipos de proprietários camponeses, que se tornaram o principal amparo de todos os regimes políticos subseqüentes que não ameaçaram tomar suas terras. A suposição de que o número de proprietários camponeses aumentou em mais de 50% – de 4 para 6,5 milhões – é velha e plausível, mas não prontamante verificável. Tudo o que sabemos com certeza é que o número destes proprietários não diminuiu e que em algumas áreas aumentou mais do que em outras; mas se o departamento da Mosela, onde aumentou em 40% entre 1789 e 1801, é mais típico do que o departamento normando de Eure, onde permaneceu imutável, [10] é algo que requer um estudo mais detalhado. As condições nos campos eram, em geral, boas. Mesmo em 1847-8 não houve nenhuma privação real, exceto entre um setor de assalariados. [11] O fluxo de mão-de-obra excedente da aldeia para a cidade foi, portanto, pequeno, um fato que ajudou a retardar o desenvolvimento industrial francês.

Na maior parte da Europa latina, nos Países Baixos, na Suíça e na Alemanha Ocidental a abolição do feudalismo foi obra dos exércitos conquistadores franceses, determinados a "proclamar imediatamente em nome da nação francesa... a abolição dos dízimos, do feudalismo e dos direitos senhoriais", [12] ou então de liberais nativos que cooperaram com eles ou neles se inspiraram. Por volta de 1799, a revolução legal tinha, assim, vencido nos países adjacentes ao leste da França e no norte e centro da Itália, freqüentemente apenas completando uma evolução já bastante avançada. A volta dos Bourbon depois da abortada revolução napolitana de 1798-9 adiou-a no sul da Itália continental até 1808; a ocupação britânica manteve-a fora da Sicília, embora o feudalismo fosse formalmente abolido naquela ilha entre 1812 e 1843. Na Espanha, as cortes liberais antifrancesas de Cadiz aboliram o feudalismo em 1811 e certos vínculos em 1813, embora, como era costume fora das áreas profundamente transformadas por uma longa incorporação à França, o retorno dos velhos regimes retardasse a aplicação prática destes princípios. As reformas francesas, portanto, começaram ou continuaram, em vez de terem completado, a revolução legal em áreas como o noroeste da Alemanha a leste do Reno e nas "Províncias Ilírias" (Ístria, Dalmácia, Ragusa, mais tarde também a Eslovênia e parte da Croácia), que só vieram a cair sob administração ou dominação francesa depois de 1805.

Entretanto, a Revolução Francesa não foi a única força que impulsionava por uma revolução total das relações agrárias. O puro ar-

gumento econômico em favor de uma utilização racional da terra tinha impressionado grandemente os déspostas esclarecidos do período pré-revolucionário, e produzira respostas muito semelhantes. No Império Habsburgo, José II tinha de fato abolido a servidão e secularizado muitas das terras da Igreja na década de 1780. Por razões semelhantes, e devido a suas persistentes rebeliões, os servos da Livônia russa foram formalmente reconduzidos ao status de proprietários camponeses de que tinham desfrutado um pouco antes sob administração sueca. Isso não os ajudou em nada, pois a ganância dos todo-poderosos proprietários de terras logo transformou a emancipação em um mero instrumento de expropriação camponesa. Depois das guerras napoleônicas as poucas garantias legais dos camponeses foram eliminadas, e entre 1819 e 1850 eles perderam no mínimo um-quinto de suas terras enquanto os domínios senhoriais cresciam entre 60 e 180% [13]. Elas agora eram cultivadas por uma classe de trabalhadores sem terras.

Estes três fatores - a influência da Revolução Francesa, o argumento econômico racional dos servidores civis, e a ganância da nobreza - determinaram a emancipação dos camponeses na Prússia entre 1807 e 1816. A influência da Revolução foi claramente decisiva, pois seus exércitos tinham acabado de pulverizar a Prússia e assim demonstrado com força dramática o abandono dos velhos regimes que não adotaram métodos modernos, i.e., aqueles padronizados pela França. Como na Livônia, a emancipação combinou-se com a abolição da modesta proteção legal de que o campesinato tinha anteriormente desfrutado. Em troca da abolição do trabalho forçado e das obrigações feudais e por seus novos direitos de propriedade, o camponês se viu obrigado, entre outras perdas, a dar a seu antigo senhor um-terço ou a metade de seu antigo pedaço de terra, ou um vultoso equivalente em dinheiro. O longo e complexo processo legal de transição estava longe de ser completado por volta de 1848, mas já era evidente que, enquanto os proprietários de herdades tinham-se beneficiado grandemente e que um número menor de camponeses bem-sucedidos tinham-se beneficiado um pouco, graças a seus novos direitos de propriedade, o grosso do campesinato estava nitidamente em piores condições, e o número de trabalhadores sem terras crescia rapidamente*.

* O surgimento de trabalhadores sem terra de grandes propriedades foi estimulado pela falta de desenvolvimento industrial local e pela produção de uma ou duas principais safras para a exportação (principalmente cereais). Isto se presta facilmente a tal organização. (Na Rússia, nesta época, 90% das vendas comerciais de cereais vinham das grandes fazendas, e apenas 10% das propriedades camponesas.) Por outro lado, onde o desenvolvimento industrial local criou um mercado *variado* e em expansão para os alimentos produzidos nos campos vizinhos, o camponês ou pequeno fazendeiro levou vantagem. Logo, enquanto na Prússia a emancipação camponesa expropriou o servo, na Boêmia o camponês deu um salto da libertação, depois de 1848, para a independência. [14]

Economicamente o resultado foi benéfico a longo prazo, embora as perdas tenham sido sérias a curto prazo - como era freqüente nas grandes mudanças agrárias. Por volta de 1830-31, a Prússia voltou a ter o número de cabeças de gado bovino e ovino do início do século, com os proprietários de terras agora possuindo uma porção maior e os camponeses uma porção menor. Por outro lado, aproximadamente durante a primeira metade do século, a área cultivada cresceu em bem mais de um-terço e a produtividade em 50%. [15] A população rural excedente cresceu rapidamente, e já que as condições rurais eram bem ruins - a fome de 1846-8 foi provavelmente pior na Alemanha do que em qualquer outra parte, exceto na Irlanda e na Bélgica -, esse excedente teve bastante incentivo para emigrar. E, de fato, antes da Fome Irlandesa, os alemães foram o povo que deu a maior quantidade de emigrantes.

Os passos legais efetivos para os sistemas burgueses de propriedade da terra foram dados assim na maior parte, como vimos, entre 1789 e 1812. Suas conseqüências, fora da França e de algumas áreas adjacentes, fizeram-se sentir muito mais vagarosamente, principalmente devido à força da reação econômica e social após a derrota de Napoleão. Em geral, cada novo avanço do liberalismo fazia as revoluções legais darem mais um passo da teoria à prática, e cada recuperação dos velhos regimes as retardava, principalmente nos países católicos onde a secularização e a venda das terras da Igreja era uma das mais urgentes exigências dos liberais. Na Espanha, assim, o triunfo temporário de uma revolução liberal em 1820 trouxe uma nova lei de desvinculação que permitiu aos nobre vender suas terras livremente; a restauração do absolutismo anulou-a em 1823; a nova vitória do liberalismo reafirmou-a em 1836, e assim por diante. Portanto, o volume efetivo de transferências de terras no período que focalizamos, foi ainda modesto, até onde podemos medi-lo, exceto em áreas onde um ativo grupo de compradores e especuladores de terras da classe média estava pronto para lançar mão das oportunidades que se lhe apresentavam: na planície de Bolonha, norte da Itália, as terras nobres foram desvalorizadas 78% do seu valor total em 1789 para 66% em 1804 e 51% em 1835. [16] Por outro lado, na Sicília, 90% de todas as terras continuaram nas mãos dos nobres até muito mais tarde. [17]*

Havia uma exceção: as terras da Igreja. Estas enormes propriedades, quase invariavelmente mal utilizadas e em ruínas - já se disse que dois-terços das terras do Reino de Nápoles, por volta de 1760, eram eclesiásticos [19] -, tinham poucos defensores e muitos lobos rondando à sua volta. Mesmo durante a reação absolutista na Áustria católica, de-

* Há uma afirmação plausível segundo a qual esta poderosa burguesia rural, que, "como classe social, e em substância o guia e regulador da marcha para a unidade italiana", pela sua própria orientação agrária, tendia à doutrina do livre comércio, que conquistou para a unidade italiana muita boa vontade da Grã-Bretanha, mas que também retardou a industrialização italiana. [18]

pois do colapso do despotismo esclarecido de José II, ninguém sugeriu a volta das secularizadas e dissipadas terras monásticas. Assim, em uma comuna na Romagna italiana as terras da Igreja caíram de 42,5% da área em 1783 para 11,5% em 1812, mas as terras perdidas pela Igreja passaram não apenas para proprietários burgueses (que aumentaram de 24 para 47%) mas também aos nobres (que aumentaram de 34 para 41%).[20] Conseqüentemente, não constitui surpresa que mesmo na católica Espanha os governos liberais intermitentes tenham conseguido por volta de 1845 vender mais da metade das terras da Igreja, principalmente nas províncias em que a propriedade eclesiástica estava mais concentrada ou em que o desenvolvimento econômico era maior (em 15 províncias mais três-quartos de todas as propriedades da Igreja foram vendidos).[21]

Infelizmente, para a teoria econômica liberal, esta redistribuição de terra em larga escala não produziu aquela classe de senhores ou fazendeiros empreendedores e progressistas que confiantemente se esperara. Por que deveria até mesmo um comprador da classe média – um advogado, comerciante ou especulador da cidade – em áreas economicamente não desenvolvidas e inacessíveis envolver-se com os problemas e o investimento necessário para a transformação da terra em uma empresa comercial sólida, ao invés de meramente ocupar o lugar, que até então lhe fora vedado, do antigo proprietário nobre ou eclesiástico, cujos poderes ele podia agora exercer preocupado mais com o dinheiro vivo do que com a tradição e os costumes? Em enormes áreas do sul da Europa somou-se assim ao velho um novo e mais duro grupo de "barões". As grandes concentrações latifundiárias foram ligeiramente diminuídas, como no sul da Itália continental, ou não se alteraram, como na Sicília, ou foram mesmo reforçadas, como na Espanha. Em tais regimes a revolução legal reforçou dessa forma o velho feudalismo com um novo; ainda mais que o pequeno comprador, e especialmente o camponês, pouco se beneficiou das vendas de terras. Entretanto, na maior parte do sul da Europa a velha estrutura social permaneceu forte o bastante para tornar até mesmo o pensamento de uma emigração em massa impossível. Os homens e as mulheres viviam onde tinham vivido seus antepassados e, se fossem obrigados, ali morreriam de fome. O êxodo em massa do sul da Itália, por exemplo, só se daria meio século depois.

Mas, mesmo onde os camponeses realmente receberam a terra ou tiveram confirmada a sua posse, como na França, em partes da Alemanha ou na Escandinávia, eles não se transformaram automaticamente, como se esperava, na classe empreendedora de pequenos fazendeiros. E isto pelo simples fato de que, conquanto quisessem a terra, os camponeses raramente queriam uma economia agrária burguesa.

III

Pois o velho sistema tradicional, embora ineficaz e opressor, era também um sistema de considerável certeza social e, num nível bastante miserável, de alguma segurança econômica, para não mencionarmos que era consagrado pelo costume e a tradição. As fomes periódicas, o peso do trabalho, que faziam os homens se tornarem velhos aos 40 anos de idade e as mulheres aos 30, eram atos de Deus; só se transformaram em atos pelos quais os homens eram considerados responsáveis em tempos de miséria anormal ou de revolução. A revolução legal, do ponto de vista do camponês, não lhe deu nada exceto alguns direitos legais, mas lhe tomou bastante. Por exemplo, na Prússia, a emancipação deu-lhe dois-terços ou a metade da terra que ele já cultivava e a libertação do trabalho forçado e de outras obrigações; mas formalmente lhe tomou: sua possibilidade de reivindicar a assistência do senhor feudal em tempos de colheita ruim ou de praga do gado; seu direito de retirar ou comprar combustível barato das florestas do senhor; seu direito à assistência do senhor para reparos ou reconstrução de sua casa; seu direito, no caso de extrema pobreza, de pedir ajuda ao senhor para pagar os impostos; e seu direito de dar de pastar aos animais nos campos do senhor. Para o camponês pobre parecia uma troca nitidamente desfavorável. As propriedades da Igreja podiam ser improdutivas, mas exatamente isto é que as recomendava aos camponeses, pois nelas seus costumes tendiam a se transformar em direito preceitual. A divisão do campo comum, do pasto e da floresta, com a colocação de cercas, simplesmente retirou do camponês pobre ou do aldeão os recursos e reservas a que ele (ou melhor, ele como parte da comunidade) sentia ter direito. O mercado de terras livres significava que ele provavelmente teria que vender sua terra; e a criação de uma classe rural de empresários, que os mais empedernidos e duros o explorariam em lugar dos antigos senhores ou junto com eles. Além disso, a introdução do liberalismo na terra foi uma espécie de bombardeio silencioso que destruiu a estrutura social em que sempre habitaram os camponeses, não deixando nada intacto, exceto os ricos: uma solidão chamada liberdade.

Nada mais natural que o camponês pobre ou toda a população rural resistisse da melhor maneira que pudesse, e nada mais natural também que resistisse em nome do velho ideal consuetudinário de uma sociedade justa e estável, i.e., em nome da Igreja e do rei legítimo. Se excetuarmos a revolução camponesa da França (e nem mesmo ela foi, em 1789, generalizadamente anticlerical ou antimonárquica), virtualmente todos os movimentos camponeses importantes em nosso período que não foram dirigidos contra um rei ou igreja *estrangeiros* o foram ostensivamente a favor do sacerdote e do governante. Os camponeses do sul da Itália juntaram-se ao subproletariado urbano para fazer uma contra-revolução social contra os jacobinos napolitanos e os franceses, em 1799, em nome da Sagrada Fé e dos Bourbon; e estes

também foram os slogans das guerrilhas dos bandoleiros da Apúlia e da Calábria contra a ocupação francesa, como mais tarde contra a unidade italiana. Foram os padres e os heróis-bandoleiros que lideraram os camponeses espanhóis em sua guerra de guerrilha contra Napoleão. A Igreja, o rei e um tradicionalismo tão extremado a ponto de estar deslocado até mesmo no início do século XIX é que inspiraram as guerrilhas carlistas do País Basco, de Navarra, de Castela, de Leão e de Aragão em sua luta implacável contra os liberais espanhóis nas décadas de 1830 e 1840. A Virgem de Guadalupe liderou os camponeses mexicanos em 1810. A Igreja e o Imperador é que combateram no Tirol os bávaros e os franceses sob o comando do coletor de impostos Andreas Hofer, em 1809. Foram o czar e a Sagrada Ortodoxia que os russos defenderam em 1812-13. Os revolucionários poloneses na Galícia sabiam que sua única chance de levantar os camponeses ucranianos era através dos padres da Igreja ortodoxa grega; eles fracassaram, pois os camponeses preferiram o Imperador ao cavalheiro. Fora da França, onde o republicanismo ou o bonapartismo haviam conquistado uma importante fração do campesinato entre 1791 e 1815, e onde a Igreja tinha em muitas regiões definhado mesmo antes da Revolução, havia umas poucas áreas – talvez mais claramente aquelas em que a Igreja era um governante estrangeiro de há muito odiado, como na Romagna Papal e na Emília – em que existia o que nós hoje chamaríamos de agitação camponesa de esquerda. E até mesmo na França, a Bretanha e a Vendéia permaneceram fortalezas do bourbonismo popular. O fato de os camponeses europeus não se insurgirem juntos com os jacobinos e os liberais, quer dizer, com os advogados, os lojistas, os administradores de fazendas, os funcionários civis e os proprietários de terras, condenou ao fracasso as revoluções de 1848 nos países em que a Revolução Francesa não lhes tinha dado a terra; e onde ela lhes dera, seu medo conservador de perdê-la ou o seu contentamento mantiveram-nos igualmente inativos.

É claro que os camponeses não se levantaram em defesa do rei verdadeiro, a quem eles mal conheciam, mas do ideal do rei justo que bastaria ser informado das transgressões de seus lordes e súditos para imediatamente puni-los; mas freqüentemente tinham-se levantado em defesa da verdadeira Igreja, pois o padre da aldeia era um deles, os santos certamente eram deles e de ninguém mais, e até mesmo as dilapidadas propriedades eclesiásticas eram, às vezes, senhores mais toleráveis do que o leigo ávido. Onde o campesinato tinha terras e era livre, como no Tirol, em Navarra, ou (com a ausência de um rei) nos cantões católicos da Suíça original, ou seja, a de Guilherme Tell, seu tradicionalismo foi uma defesa da sua relativa liberdade contra a usurpação do liberalismo. Onde ele não tinha terras, era mais revolucionário. Qualquer apelo para resistir à conquista estrangeira e burguesa, fosse feito por um rei, um padre ou qualquer outra pessoa, tinha possibilidade de produzir não somente a pilhagem das casas dos gentilhomens e dos advogados nas cidades, como também a marcha cerimonial (com tambores e insígnias dos santos) para ocupar e dividir a terra, o assassinato de senhores feudais, o estupro de suas mulheres e a queima de documentos legais. Pois certamente era contra o verdadeiro desejo de Cristo e do rei que o camponês fosse pobre e sem terras. Foi esta sólida base de intranqüilidade sócio-revolucionária que fez dos movimentos camponeses nas áreas de servidão e de grandes fazendas, ou nas áreas de propriedades extremamente pequenas e subdivididas, um aliado tão incerto da reação. Tudo o que eles necessitavam para passar de uma agitação formalmente legalista para uma formalmente esquerdista era a consciência de que o rei e a Igreja tinham-se passado para o lado dos ricos locais, além de um movimento revolucionário de homens como eles, que falassem sua própria linguagem. O radicalismo populista de Garibaldi foi talvez o primeiro destes movimentos, e os bandoleiros napolitanos saudaram-no com entusiasmo, ao mesmo tempo que continuavam saudando a Sagrada Igreja e os Bourbon. O marxismo e o bakuninismo seriam ainda mais eficazes. Mas a passagem política da rebelião camponesa da direita para a esquerda mal começara antes de 1848, pois o grande impacto da economia burguesa sobre a terra, que transformaria a endêmica rebeldia camponesa em uma rebeldia epidêmica, realmente só começou a se fazer sentir após a metade do século, e especialmente durante e depois da grande depressão agrária de 1880.

IV

Em grandes partes da Europa, como vimos, a revolução legal veio como algo imposto de fora e de cima, uma espécie de terremoto artificial em vez de deslizamento de terra há muito solta. Isto foi mais óbvio ainda nos lugares onde ela foi imposta a uma economia totalmente não burguesa conquistada por uma economia burguesa, como na África e na Ásia.

Assim, na Argélia, os conquistadores franceses encontraram uma sociedade caracteristicamente medieval com um sistema razoavelmente florescente e firmemente estabelecido de escolas religiosas – já se disse que os soldados camponeses franceses eram menos alfabetizados que os povos que eles conquistavam [22] – financiadas pelas numerosas fundações religiosas *. As escolas foram consideradas meramente como creches de superstição e foram fechadas; permitiu-se que as terras religiosas fossem compradas por europeus que não entendiam seu propósito nem sua inalienabilidade legal; e os professores, normalmente membros das poderosas irmandades religiosas, emigraram para

* Estas terras correspondem às terras doadas à Igreja, com fins rituais e de caridade, nos países cristãos medievais.

as áreas não conquistadas onde fortaleceram as forças da revolta sob a liderança de Abd-el-Kader. Começou então a sistemática passagem da terra à simples propriedade privada alienável, embora seus efeitos totais somente viessem a ser sentidos muito mais tarde. De fato, como poderia o liberal europeu entender a complexa teia de direito coletivo e privado que evitava que a terra, em uma região como Kabília, sucumbisse em uma anarquia de diminutas faixas e fragmentos com figueiras possuídas individualmente?

Por volta de 1848, a Argélia mal tinha sido conquistada. Vastas áreas da Índia já eram então diretamente administradas pelos britânicos há mais de uma geração. Visto que nenhum grupo de colonos europeus desejava adquirir terra indiana, não surgiu qualquer problema de expropriação pura e simples. O impacto do liberalismo sobre a vida agrária indiana foi, em primeira instância, uma conseqüência da busca dos governantes britânicos de um método eficaz e conveniente de tributação sobre a terra. Foi sua combinação de ganância e individualismo legal que produziu a catástrofe. Os direitos de posse territorial da Índia pré-britânica eram tão complexos como em qualquer sociedade tradicional mas não estagnada que fosse periodicamente invadida por conquistadores estrangeiros, mas repousavam, de maneira genérica, em dois firmes pilares: a terra pertencia – *de jure* ou *de facto* – a coletividades autogovernadas (tribos, clãs, comunas de aldeias, irmandades etc.), e o governo recebia uma percentagem de sua produção. Embora algumas terras fossem de certa forma alienáveis, e algumas relações agrárias pudessem ser interpretadas como arrendamentos e alguns pagamentos rurais como renda, não havia de fato nem senhores feudais, nem arrendatários, nem propriedade individual da terra ou arrendamento no sentido inglês. Era uma situação totalmente desagradável e incompreensível para os governantes e administradores britânicos, que então trataram de inventar a organização rural com que estavam familiarizados. Em Bengala, a primeira grande área sob domínio direto britânico, o imposto territorial era cobrado por uma espécie de arrecadador fiscal ou agente comissionado, o zemindar. Teria sido este, com certeza, o equivalente do senhor de terras britânico, que pagava impostos avaliados (como no contemporâneo imposto territorial inglês) sobre o total de suas propriedades, a classe através da qual a cobrança de impostos devia ser organizada, cujo interesse econômico sobre a terra deveria introduzir melhoramentos em sua exploração, e cuja estabilidade derivava do apoio de um regime estrangeiro? Escreveu Lorde Teignmouth na Minuta de 18 de junho de 1789 que delineou o "Ajuste Permanente" da tributação da terra em Bengala: "Considero os zemindares como proprietários do solo, a cuja posse têm direito por herança... O privilégio de dispor da terra pela venda ou hipoteca decorre deste direito fundamental..." [23] Algumas variedades do chamado sistema zemindar foram aplicadas a cerca de 19% da área da Índia posteriormente conquistada pelos britânicos.

A ganância e não a conveniência ditou o segundo tipo de sistema de tributos, que finalmente foi aplicado a uma região que correspondia a pouco mais da metade da Índia britânica, o *Ryotwari*. Aqui os governantes britânicos, considerando-se os sucessores de um despotismo oriental que, em sua visão não totalmente ingênua, foi o supremo senhor de *toda* a terra, tentaram a hercúlea tarefa de fazer uma avaliação individual de impostos para cada camponês, considerando-o como um pequeno proprietário ou, antes, um arrendatário. O princípio que norteava esse método, expresso com a habitual clareza do funcionário hábil, era o liberalismo agrário em sua forma mais pura. Ele exigia, nas palavras de Goldsmid e Wingate, "a limitação da responsabilidade conjunta a alguns casos em que os campos são possuídos em comum ou tenham sido subdivididos por co-herdeiros; a identificação da propriedade no terreno; total liberdade do proprietário para subarrendar ou vender suas terras; e facilidades para efetuar vendas ou transferências de terra, pela avaliação separada dos campos". [24] A comunidade de aldeia era inteiramente ignorada, a despeito das fortes objeções da Câmara Fiscal de Madras (1808-18), que corretamente considerava bem mais realistas os ajustes coletivos de impostos com as comunidades de aldeia, enquanto também (e muito caracteristicamente) as defendia como a melhor garantia da propriedade privada. O doutrinarismo e a ganância venceram, e "a bênção da propriedade privada" foi concedida ao campesinato indiano.

Suas desvantagens eram tão óbvias que os ajustes de terras das partes subseqüentemente conquistadas ou ocupadas do norte da Índia (que cobriam cerca de 30% da área posterior da Índia britânica) voltaram ao sistema zemindar modificado, mas com algumas tentativas de reconhecimento das coletividades existentes, mais notadamente no Punjab.

A doutrina liberal juntou-se a uma imparcial rapacidade para dar mais uma volta no parafuso que apertava os camponeses: aumentou-se violentamente o peso dos tributos. (O imposto territorial de Bombaim foi mais do que duplicado nos primeiros quatro anos após a conquista da província em 1817-18.) A doutrina do arrendamento de Malthus e Ricardo tornou-se a base da teoria de tributos indianos, através da influência do líder utilitarista James Mill. Esta doutrina considerava o imposto sobre a propriedade territorial como um simples excedente, que nada tinha a ver com o valor, e surgiu simplesmente porque algumas terras eram mais férteis do que outras, sendo encampada, com resultados cada vez mais perniciosos para toda a economia, pelos grandes proprietários de terras. Portanto, confiscar toda a terra não tinha qualquer efeito sobre a riqueza de um país, exceto talvez evitar o crescimento de uma aristocracia proprietária de terras capaz de manter prósperos homens de negócio como reféns. Num país como a Grã-Bretanha, a força política dos interesses agrários teria impossibilitado uma solução tão radical – que equivalia a uma virtual na-

cionalização da terra –, mas na Índia o poder despótico de um conquistador ideológico podia impô-la. É consenso geral que, neste particular, confrontavam-se duas linhas de pensamento liberais. Os administradores do partido Whig no século XVIII e os interesses comerciais mais antigos partilhavam o ponto de vista do senso comum segundo o qual os pequenos proprietários ignorantes e operando quase ao nível da subsistência jamais acumulariam capital agrário para impulsionar a economia. Portanto, defenderam "Ajustes Permanentes" do tipo do de Bengala, que estimulou uma classe de grandes proprietários de terras, fixou níveis de impostos para sempre (i.e. a uma taxa decrescente), encorajando assim a poupança e o investimento. Os administradores utilitaristas, encabeçados pelo temível Mill, preferiam a nacionalização da terra e uma massa de pequenos arrendatários ao perigo de uma outra aristocracia de proprietários de terras. Se a Índia tivesse uma semelhança mínima com a Grã-Bretanha, a fórmula liberal certamente teria sido irresistivelmente mais persuasiva (depois do motim indiano de 1857, ela se impôs por razões políticas). Mas, como não tinha, ambas as visões eram igualmente irrelevantes para a agricultura indiana. Além do mais, com o desenvolvimento da revolução industrial na metrópole, os interesses setoriais da velha Companhia das Índias Orientais (que, entre outras coisas, viriam a ser uma colônia razoavelmente florescente para alimentar) estavam cada vez mais subordinados aos interesses gerais da indústria britânica (que eram, acima de tudo, manter a Índia como mercado, uma fonte de renda, não como um competidor). Conseqüentemente, teve preferência a política utilitarista, que assegurava o estrito controle britânico e uma colheita de impostos sensivelmente mais alta. O limite pré-britânico tradicional de tributação era de um-terço da renda; a base padrão da avaliação britânica era da metade. Só depois que o utilitarismo doutrinário levou ao óbvio empobrecimento e à Revolta de 1857 é que a tributação foi reduzida a um nível menos extorsivo.

A aplicação do liberalismo econômico à terra indiana não criou nem um grupo de grandes proprietários esclarecidos nem um campesinato forte. Simplesmente introduziu um outro elemento de incerteza, uma outra teia complexa de parasitas e exploradores da aldeia (p.ex. os novos funcionários britânicos),[25] uma considerável mudança e concentração da propriedade e um crescimento da dívida e da pobreza camponesas. No distrito de Cawnpore (Uttar Pradesh), mais de 84% das propriedades eram de proprietários hereditários na época em que a Companhia das Índias Orientais assumiu o controle da situação. Por volta de 1840, 40% de todas as propriedades tinham sido compradas por seus donos, e, por volta de 1872, 62,6%. Além disso, das mais de 3 mil propriedades ou aldeias – aproximadamente três-quintos do total – transformadas pelos donos originais em três distritos das províncias do noroeste (Uttar Pradesh) por volta de 1846-7, mais de 750 tinham sido transferidas para agiotas.[26]

Há muito o que dizer em favor do sistemático despotismo esclarecido dos burocratas utilitaristas que construíram o domínio britânico neste período. Eles trouxeram a paz, um grande desenvolvimento para os serviços públicos, eficiência administrativa, uma legislação de confiança e um governo sem corrupção nos altos escalões. Mas, economicamente, fracassaram da maneira mais sensacional. De todos os territórios sob administração de governos europeus ou de governos do tipo europeu, inclusive a Rússia czarista, a Índia era o que se via perseguido pelas epidemias de fome mais gigantescas e mortíferas, talvez – embora as estatísticas sejam falhas em relação ao período inicial – cada vez piores à medida em que o século passava.

A única outra grande área colonial (ou ex-colonial) onde foram feitas tentativas de aplicação da lei liberal sobre a terra foi a América Latina, onde a velha colonização feudal dos espanhóis jamais demonstrou qualquer preconceito contra a posse indígena fundamentalmente coletiva e comunal da terra, desde que os colonizadores brancos pudessem abocanhar a terra que quisessem. Os governos independentes, entretanto, procederam à liberalização nos moldes das doutrinas de Bentham e da Revolução Francesa que os inspiraram. Assim, Bolívar decretou a individualização da terra comunitária no Peru (1824) e a maioria das repúblicas aboliram os vínculos à maneira dos liberais espanhóis. A liberação das terras dos nobres pode ter levado a alguma redistribuição e dispersão das propriedades, embora a grande *hacienda* (*estancia*, *finca*, *fundo*) continuasse sendo a unidade dominante da propriedade de terra na maioria das repúblicas. O ataque contra a propriedade comunal continuou muito ineficiente. De fato, ele não foi realmente desfechado com seriedade antes de 1850, e a liberalização da economia política continuou tão artificial quanto a liberalização do sistema político. Em substância, os parlamentos, as eleições, as leis territoriais etc. pouco mudaram o continente.

V

A revolução da propriedade de terras foi o aspecto político do rompimento da tradicional sociedade agrária; sua invasão pela nova economia rural e pelo mercado mundial, o aspecto econômico. No período de 1787 a 1848, essa transformação econômica foi ainda imperfeita, como se pode medir pelas modestíssimas taxas de emigração. As ferrovias e os navios a vapor mal tinham começado a criar um único mercado mundial agrícola quando da grande depressão agrária do final do século XIX. A agricultura local era, portanto, grandemente protegida da competição internacional ou até mesmo interprovincial. A competição industrial pouco efeito produzia sobre os inúmeros ofícios de aldeia ou manufaturas domésticas, exceto talvez o de direcioná-los para a produção para mercados maiores. Os novos métodos agrícolas –

fora das áreas de agricultura capitalista bem sucedida – eram lentos para penetrar na aldeia, embora as novas culturas industriais, notadamente o açúcar de beterraba, que se difundiu em conseqüência da discriminação napoleônica contra a cana-de-açúcar (britânica) e as novas culturas de alimentos (também britânicos), principalmente o milho e a batata, fizessem surpreendentes avanços. Era preciso uma extraordinária conjuntura econômica, tal como a proximidade imediata de uma economia altamente industrial e a inibição do desenvolvimento normal, para produzir um verdadeiro cataclismo em uma sociedade agrária por meios puramente econômicos.

Esta conjuntura de fato existia, e este cataclismo de fato ocorreu na Irlanda e, até certo ponto, na Índia. O que aconteceu na Índia foi simplesmente a virtual destruição, em algumas décadas, do que tinha sido uma florescente indústria doméstica e de aldeia que suplementava os rendimentos rurais; em outras palavras, a desindustrialização da Índia. Entre 1815 e 1832, o valor das exportações de produtos de algodão da Índia caiu de 1,3 milhões de libras para menos de 100 mil libras, enquanto a importação de produtos de algodão britânicos aumentou 16 vezes. Em 1840, um observador já protestava contra os desastrosos efeitos da transformação da Índia na "fazenda agrícola da Inglaterra; ela é um país manufatureiro, suas manufaturas de várias espécies existem há anos e nunca qualquer outra nação pôde competir com elas quando o jogo era limpo... Reduzi-la agora a um país agrícola seria uma injustiça para com a Índia". [27] A descrição era enganadora, pois um certo fermento manufatureiro constituía, na Índia como em muitos outros países, parte integrante da economia agrícola em muitas regiões. Conseqüentemente, a desindustrialização fez a própria aldeia camponesa mais dependente da sorte exclusiva e flutuante da colheita.

A situação na Irlanda era mais dramática. Aqui, uma população de pequenos arrendatários economicamente atrasados, extremamente inseguros e praticando uma agricultura de subsistência pagava rendas altíssimas a um pequeno grupo de proprietários de terras estrangeiros, geralmente ausentes e que não cultivavam a terra. Exceto no nordeste (Ulster), o país tinha de há muito sido desindustrializado pela política mercantilista do governo britânico colonialista e, mais tarde, pela competição da indústria britânica. Uma simples inovação técnica – a substituição pela batata dos tipos anteriormente prevalecentes de agricultura – tornara possível um grande aumento da população, pois um acre de terra plantado com batatas pode alimentar muito mais gente do que um acre dedicado a pasto ou outros tipos de cultura. A demanda dos proprietários de terra por um número máximo de rendeiros que lhes proporcionassem dividendos e também, mais tarde, por uma força de trabalho para cultivar as novas fazendas que exportavam alimentos para o crescente mercado britânico encorajou a multiplicação de minúsculas propriedades: em 1841, em Connacht, 64% de todas as propriedades maiores tinham menos de cinco acres, sem contar o número desconhecido de propriedades anãs com menos de um acre. Assim, durante o século XVIII e princípios do século XIX, a população se multiplicou nestas faixas de terra, vivendo à base de 10-12 libras peso de batata por dia para cada pessoa e – pelo menos até a década de 1820 – à base de leite e de um pedaço ocasional de peixe; uma população cuja pobreza não tinha paralelo na Europa Ocidental. [28]

Visto que não havia emprego alternativo – pois a industrialização estava excluída – o resultado dessa evolução era matematicamente previsível. Quando a população tivesse crescido até os limites do último pedacinho de terra plantado de batatas haveria uma catástrofe. Logo após o fim das guerras francesas, os sinais de avanço dessa catástrofe apareceram. A escassez de alimentos e as enfermidades epidêmicas começaram uma vez mais a dizimar um povo cujo descontentamento agrário em massa é muito facilmente explicável. As más colheitas e as doenças das plantações na metade da década de 1840 forneceram apenas o pelotão de fuzilamento para um povo já condenado. Ninguém sabe, ou jamais saberá precisamente, o custo humano da Grande Fome Irlandesa de 1847, que foi, de longe, a maior catástrofe humana da história européia no período que focalizamos. Estimativas grosseiras permitem supor que perto de um milhão de pessoas morreu de fome e que outro tanto emigrou da ilha entre 1846 e 1851. Em 1820, a Irlanda tinha pouco menos de 7 milhões de habitantes. Em 1846, talvez tivesse 8,5 milhões. Em 1851, estava reduzida a 6,5 milhões de habitantes e, desde então, sua população tem decrescido constantemente com a emigração. "*Heu dira fames! Heu saeva hujus memorabilis anni pestilentia!*" [29] esvreveu um pregador de paróquia, empregando o tom dos cronistas da era das trevas, naqueles meses em que nenhuma criança foi batizada nas paróquias de Galway e Mayo, simplesmente porque não nasceram crianças.

A Índia e a Irlanda eram talvez os piores países para um camponês viver entre 1789 e 1848, mas ninguém que pudesse fazer uma escolha tampouco teria desejado ser trabalhador de fazenda na Inglaterra. Há um consenso geral de que a situação desta classe infeliz se deteriorou marcadamente depois da metade da década de 1790, em parte devido às forças econômicas, em parte com o pauperizante "Sistema de Speenhamland" (1795), uma tentativa bem intencionada, mas errada, de garantir ao trabalhador um salário mínimo. Seu principal efeito foi o de desmoralizar os trabalhadores e encorajar os fazendeiros a baixar os salários. As débeis e ignorantes manifestações de revolta dos trabalhadores podem ser medidas pelo aumento das infrações contra as leis do jogo na década de 1820, por incêndios culposos e violações da propriedade nas décadas de 1830 e 1840, mas acima de tudo pelo desesperado "levante dos últimos trabalhadores", uma epidemia de rebelião que se difundiu espontaneamente, a partir de Kent, por inúmeros condados no fim de 1830 e que foi selvagemente reprimida. O liberalismo econômico se propôs a solucionar o problema dos trabalhadores de sua maneira usual, brusca e impiedosa, forçando-os a encontrar trabalho a um salário vil ou a emigrar. A *Nova Lei dos Pobres* de 1834, um

estatuto de insensibilidade incomum, deu aos trabalhadores o auxílio-pobreza somente dentro das novas fábricas (onde tinham que se separar da mulher e dos filhos para desestimular o hábito sentimental e não malthusiano de procriação impensada) e retirou a garantia paroquial de uma manutenção mínima. O custo da lei dos pobres decresceu drasticamente (embora no mínimo um milhão de britânicos permanecessem pobres até o fim de nosso período), e os trabalhadores começaram lentamente a se mover. Visto que a agricultura estava em depressão, sua situação continuou sendo muito miserável e não melhorou substancialmente até a década de 1850.

Os trabalhadores de fazenda eram, de fato, muito pobres em toda parte, embora talvez nas áreas mais retrógradas e isoladas não estivessem em situação pior que a de costume. A infeliz descoberta da batata tornou fácil enfraquecer seu padrão de vida em grandes partes do norte da Europa, e uma melhoria substancial em sua situação só veio a ocorrer, p.ex. na Prússia, nas décadas de 1850 e 1860. A situação do camponês auto-suficiente era provavelmente bem melhor, embora a do pequeno proprietário fosse bastante desesperadora em tempos de fome. Um país camponês como a França foi provavelmente menos afetado que qualquer outro pela depressão geral da agricultura que se seguiu ao *boom* das guerras napoleônicas. De fato, um camponês francês que olhasse para o outro lado do Canal da Mancha em 1840 e comparasse sua situação e a do trabalhador inglês com o que era em 1788 dificilmente poderia ter dúvidas sobre qual dos dois tinha feito o melhor negócio*. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, os fazendeiros americanos observavam os camponeses do Velho Mundo e se congratulavam por sua sorte em não pertencer ao grupo.

* "Tendo vivido muito tempo entre os camponeses e as classes trabalhadoras tanto em meu próprio país quanto no exterior, devo na verdade dizer que... nunca conheci uma gente, nessas condições, mais civilizada, limpa, trabalhadora, frugal, sóbria e mais bem vestida que o camponês francês. Nisso, eles fornecem um contraste marcante com uma considerável porção dos trabalhadores agrícolas escoceses, que são excessivamente sujos e esquálidos; com muitos dos ingleses, que são subservientes, desmoralizados e severamente limitados em seus meios de vida; com os pobres irlandeses, que vivem seminus e em condições selvagens ..." H. Colman, *A Economia Rural e Agrícola da França, Bélgica, Holanda e Suíça* (1848), 25-6.

Nono Capítulo

RUMO A UM MUNDO INDUSTRIAL

De fato, estes são tempos gloriosos para os engenheiros.
James Nasmyth, inventor do martelo a vapor.[1]

Devant de tels témoins, o secte progressive,
Vantez-nous le pouvoir de la locomotive,
*Vantez-nous le vapeur et les chemins de fer.**
A. Pommier[2]

I

Em 1848, somente uma economia estava efetivamente industrializada – a inglesa – e conseqüentemente dominava o mundo. Provavelmente na década de 1840, os Estados Unidos e uma boa parte da Europa Ocidental e Central já tinham ultrapassado ou se encontravam na soleira da revolução industrial. Já era razoavelmente certo que os EUA seriam finalmente considerados – dentro de 20 anos, pensava Richard Cobden na metade da década de 1830 [3] – um sério competidor dos ingleses, e em torno da década de 1840 os alemães, embora talvez ninguém mais, já apontavam para o rápido avanço industrial. Mas perspectivas não são realizações, e, por volta da década de 1840, as efetivas transformações industriais do mundo que não falava a língua inglesa ainda eram modestas. Havia, por exemplo, em 1850, um total de pouco menos que 100 milhas** de ferrovias em toda a Espanha, Portugal, Escandinávia, Suíça e toda a península balcânica, e, tirando os Estados Unidos, menos do que isto em todo os continentes não europeus juntos. Se excluirmos a Grã-Bretanha e algumas outras partes, o mundo social e econômico da década de 1840 pode facilmente ser visto de uma maneira não muito diferente daquele de 1788. A maioria da população do mundo, então como anteriormente, era de camponeses. Em 1830, havia, afinal de contas, somente uma cidade ocidental de mais de um milhão de habitantes (Londres), uma de mais de meio mi-

* Em francês no original: "Diante de tais testemunhas, ó seita progressiva, vangloriemo-nos do poder da locomotiva, vangloriemo-nos do vapor e das estradas de ferro."(*N.T.*)

** 1 milha = 1.609,34 metros. *(Nota da edição brasileira.)*

lhão (Paris) e – tirando a Grã-Bretanha – somente 19 cidades européias de mais de 100 mil habitantes.

Esta lentidão de mudança no mundo não britânico significava que seus movimentos econômicos continuaram, até o fim de nosso período, a serem controlados pelo antiquado ritmo de boas e más colheitas, ao invés de pelo novo ritmo de *booms* e recessões industriais que se alternavam. A crise de 1857 foi provavelmente a primeira de alcance mundial causada por acontecimentos diferentes da catástrofe agrária. Este fato, por acaso, teve as mais extensas conseqüências políticas. O ritmo de mudança nas áreas industriais e não industriais foi muito variado entre 1780 e 1848 *.

A crise econômica que ateou fogo a tamanha parte da Europa em 1846-8 foi uma depressão do velho estilo, predominantemente agrária. Foi de certa forma a última, e talvez a pior, catástrofe econômica do *ancien régime*. Tal não se deu na Grã-Bretanha, onde a pior recessão do período inicial do industrialismo ocorreu entre 1839 e 1842 por razões puramente "modernas", coincidindo de fato com baixíssimos preços do milho. O ponto de combustão social espontânea na Grã-Bretanha foi alcançado na não planejada greve geral dos cartistas, no verão de 1842 (os chamados *plug-riots*). Quando esse ponto foi alcançado no continente, em 1848, a Grã-Bretanha estava simplesmente sofrendo a primeira depressão cíclica da longa era de expansão vitoriana, como também a Bélgica, a outra economia mais ou menos industrial da Europa. Uma revolução continental sem um correspondente movimento britânico, como previu Marx, estava condenada. O que ele não previu foi que a disparidade entre o desenvolvimento britânico e o continental tornasse inevitável que o continente se insurgisse sozinho.

Contudo, o que é importante sobre o período que vai de 1789 a 1848 não é que, por padrões posteriores, suas mudanças econômicas fossem pequenas, mas sim que as mudanças fundamentais estavam claramente acontecendo. A primeira destas mudanças foi demográfica. A população mundial – e em especial a população do mundo dentro da órbita da revolução dupla – tinha iniciado uma "explosão" sem precedentes, que tem multiplicado seu número no curso dos últimos 150 anos. Visto que poucos países, antes do século XIX, tinham qualquer coisa que se parecesse com um censo, sendo os existentes de pouca confiança,** não sabemos com precisão com que rapidez a população aumentou neste período; mas foi certamente um aumento sem precedentes e maior (exceto talvez em países pouco populosos que cobriam espaços vazios e até então mal utilizados, como a Rússia) nas áreas economicamente mais avançadas. A população dos EUA (aumentada pela imigração, encorajada pelos ilimitados recursos e espa-

* O triunfo mundial do setor industrial tendeu a convergir novamente esse ritmo, embora de maneira diferente.

** O primeiro censo britânico foi feito em 1801; o primeiro razoavelmente adequado, em 1831.

ços de um continente) aumentou quase seis vezes de 1790 a 1850, ou seja, de quatro para 23 milhões de habitantes. A população do Reino Unido quase duplicou entre 1800 e 1850, quase triplicou entre 1750 e 1850. A população da Prússia (considerando as fronteiras de 1846) quase duplicou entre 1800 e 1846, o mesmo acontecendo na Rússia européia (sem a Finlândia). As populações da Noruega, da Dinamarca, da Suécia, da Holanda e grandes partes da Itália quase duplicaram entre 1750 e 1850, mas cresceram a uma taxa menos extraordinária durante nosso período; as da Espanha e Portugal aumentaram em um terço.

Fora da Europa, estamos menos bem informados, embora pareça que a população da China aumentou a uma rápida taxa nos séculos XVIII e início do XIX, até que a intervenção européia e o tradicional movimento cíclico da história política chinesa produzisse a derrocada da florescente administração da dinastia Manchu, que se achava no auge da eficiência neste período *. Na América Latina, a população provavelmente cresceu a uma taxa comparável à da Espanha.[4] Não há nenhum sinal de qualquer explosão populacional em outras partes da Ásia. A população da África provavelmente permaneceu estável. Somente certos espaços vazios habitados por colonizadores brancos aumentaram a uma taxa realmente extraordinária, como a Austrália, que em 1790 virtualmente não tinha habitantes brancos, mas, por volta de 1851, tinha meio milhão.

O extraordinário aumento da população naturalmente estimulou muito a economia, embora devêssemos considerá-la antes como uma conseqüência do que uma causa exterior da revolução econômica, pois sem ela um crescimento populacional tão rápido não poderia ter sido mantido durante mais do que um limitado período. (De fato, na Irlanda, onde não foi suplementado por uma revolução econômica constante, esse crescimento não foi mantido.) Ele produziu mais trabalho, sobretudo mais trabalho *jovem* e mais consumidores. O mundo desse período foi bem mais jovem do que qualquer outro anterior: cheio de crianças, com jovens casais ou pessoas no auge da juventude.

A segunda maior mudança foi nas comunicações. Segundo consenso geral, as ferrovias estavam apenas na infância em 1848, embora já fossem de considerável importância prática na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Bélgica, na França e na Alemanha. Mas mesmo antes da ferrovia, o desenvolvimento das comunicações foi, pelos padrões anteriores, empolgante. O império austríaco, por exemplo (excluindo a Hungria) acrescentou mais de 30 mil milhas de estradas entre 1830 e 1847, multiplicando assim sua rede de estradas quase duas vezes e meia.[5] A Bélgica quase duplicou sua rede de estradas entre 1830 e 1850, e até mesmo a Espanha, graças em grande parte à ocupação francesa, quase duplicou sua diminuta teia viária. Os Estados Uni-

* O costumeiro ciclo dinástico na China durava cerca de 300 anos; a dinastia Manchu subiu ao poder na metade do século XVII.

dos, como de costume mais gigantescos em seus empreendimentos do que qualquer outro país, multiplicou seu sistema viário para carruagens em mais de oito vezes – de 21 mil milhas em 1800 para 170 mil em 1850. [6] Enquanto a Grã-Bretanha adquiria seu sistema de canais, a França construía 2 mil milhas deles entre 1800 e 1847 e os Estados Unidos abriam rotas fluviais tão importantes como as do Lago Erie, do Chesapeake e do Ohio. O total da tonelagem mercante do mundo ocidental mais do que duplicou entre 1800 e o início da década de 1840, e já os navios a vapor uniam a Grã-Bretanha e a França (1822) e subiam e desciam o Danúbio. (Em 1840, havia cerca de 370 mil toneladas de navios a vapor comparadas a nove milhões de toneladas de navios a vela, embora isto já representasse na verdade cerca de um-sexto da capacidade de carga.) Novamente aqui os americanos ultrapassaram o mundo, competindo até mesmo com os britânicos quanto à posse da maior frota mercante. *

Também não devemos subestimar a melhoria da velocidade e da capacidade de carga assim alcançadas. Sem dúvida que o serviço de carruagens que conduziu o czar de todas as Rússias de São Petersburgo a Berlim em quatro dias (1834) não estava à disposição de pessoas menos importantes, mas já era disponível o novo e rápido correio (copiado dos franceses e dos ingleses) que depois de 1824 ia de Berlim a Magdeburgo em 15 horas, ao invés de dois dias e meio. A ferrovia e a brilhante invenção de Rowland Hill da cobrança padronizada para a matéria postal em 1839 (suplementada pela invenção do selo adesivo em 1841) multiplicaram os correios, mas, mesmo antes de ambas as invenções, e em países menos adiantados que a Grã-Bretanha, ele cresceu rapidamente: entre 1830 e 1840, o número de cartas anualmente despachadas na França subiu de 64 para 94 milhões. Os navios a vela não eram simplesmente mais rápidos e mais seguros: eram em média maiores também. [7]

Tecnicamente, sem dúvida, estas melhorias não foram tão inspiradoras quanto as ferrovias, embora as arrebatadoras pontes, que se curvavam sobre os rios, as grandes vias aquáticas artificiais e as docas, os esplêndidos veleiros deslizando como cisnes a toda vela e as novas e elegantes carruagens do serviço postal fossem e continuem a ser alguns dos mais belos produtos do desenho industrial. Mas como meio para facilitar as viagens e os transportes, para unir a cidade ao campo, as regiões pobres às ricas, as ferrovias foram admiravelmente eficientes. O crescimento da população deveu muito a elas, pois o que em tempos pré-industriais o retardava não era tanto a alta taxa de mortalidade mas sim as catástrofes periódicas – freqüentemente muito localizadas – de fome e escassez de alimentos. Se a fome se tornou menos ameaçadora no mundo ocidental neste período (exceto em anos de fracasso

* Eles quase atingiram seu objetivo por volta de 1860, antes que os navios de ferro mais uma vez dessem a supremacia aos ingleses.

quase universal nas colheitas, como em 1816-7 e 1846-8), foi primordialmente devido a essas melhorias no transporte, bem como, é claro, à melhoria geral na eficiência de governo e administração (cf. capítulo 10).

A terceira grande mudança foi, naturalmente, no volume do comércio e da emigração. Não em toda a parte, sem dúvida. Não há, por exemplo, qualquer sinal de que os camponeses da Calábria e da Apúlia já estivessem preparados para emigrar, nem que o montante de mercadorias trazido para a grande feira de Nijniy Novgorod tivesse aumentado de forma surpreendente. [8] Mas, tomando-se o mundo da revolução dupla como um todo, o movimento de homens e mercadorias já tinha o ímpeto de um deslizamento de terra. Entre 1816 e 1850, perto de cinco milhões de europeus deixaram seus países nativos (quase quatro-quintos deles para as Américas), e dentro dos países as correntes de migração interna eram bem maiores. Entre 1780 e 1840, o comércio internacional em todo o mundo ocidental mais do que triplicou; entre 1780 e 1850, ele se multiplicou em mais de quatro vezes. Por padrões posteriores, tudo isto foi sem dúvida muito modesto, * mas, por padrões anteriores, e afinal de contas estes eram os padrões utilizados pelos contemporâneos para estabelecer comparações com sua época, eles estavam além dos sonhos mais loucos.

II

O que foi mais relevante, depois de 1830 – o ponto-chave que o historiador de nosso período não pode perder, qualquer que seja seu campo de interesse particular –, é que o ritmo de mudança social e econômica acelerou-se visível e rapidamente. Fora da Grã-Bretanha, o período da Revolução Francesa e de suas guerras trouxe relativamente pouco avanço imediato, exceto nos Estados Unidos, que saltaram à frente depois de sua guerra de independência, duplicando a área cultivada por volta de 1810, multiplicando a frota mercante em sete vezes e demonstrando suas capacidades futuras de uma maneira geral. (Não só o descaroçador de algodão, mas também o navio a vapor, o desenvolvimento inicial da produção em série – o moinho de farinha sobre uma correia de transmissão, de Oliver Evans – são avanços americanos deste período.) As bases de uma boa parte da indústria posterior, especialmente da indústria de equipamento pesado, foram lançadas na Europa napoleônica, mas muito pouco sobreviveu ao fim das guerras, que trouxe a crise para toda a parte. No todo, o período que vai de 1815 a 1830 foi um período de reveses ou, na melhor das hipóteses, de recupe-

* Assim, entre 1850 e 1888, 22 milhões de europeus emigraram, e em 1889 o volume total do comércio internacional chegou a quase 3.400 milhões de libras, comparado com menos de 600 milhões de libras, em 1840.

ração lenta. Os Estados colocaram suas finanças em ordem – normalmente por meio de uma rigorosa deflação (os russos foram os últimos a fazê-lo em 1841). As indústrias cambalearam sob os golpes da crise e da competição estrangeira; a indústria algodoeira americana foi severamente atingida, a urbanização era lenta: até 1828, a população rural francesa cresceu tão rapidamente quanto a das cidades. A agricultura definhava, especialmente na Alemanha. Ninguém que se pusesse a observar o crescimento econômico do período, mesmo fora do âmbito da formidável expansão econômica britânica, se sentiria inclinado ao pessimismo, mas poucos julgariam que qualquer outro país, a não ser a Grã-Bretanha e talvez os EUA, estivesse no portal imediato da revolução industrial. Para tomarmos um índice óbvio da nova indústria: fora da Grã-Bretanha, dos EUA e da França, o número de máquinas a vapor e a quantidade de energia a vapor no resto do mundo eram, na década de 1820, de chamar muito pouco a atenção do estatístico.

Depois de 1830 (ou por esta época) a situação mudou rápida e drasticamente, a ponto de, por volta de 1840, os problemas sociais característicos do industrialismo – o novo proletariado, os horrores da incontrolável urbanização – se transformarem no lugar-comum de sérias discussões na Europa Ocidental e no pesadelo dos políticos e administradores. O número de máquinas a vapor na Bélgica duplicou, sua potência em cavalos-força também triplicou, entre 1830 e 1838: de 354 (com 11 mil hp) para 712 (com 30 mil hp). Por volta de 1850, o pequeno país, agora maciçamente industrializado, tinha quase 2.300 máquinas de 66 mil hp, [9] e quase 6 milhões de toneladas de produção de carvão (aproximadamente três vezes mais que em 1830). Em 1830, não havia qualquer companhia de capital social na mineração belga; por volta de 1841, quase metade da produção de carvão vinha destas companhias.

Seria monótono citarmos dados análogos para a França, para os Estados alemães, a Áustria e outros países e áreas em que os princípios da moderna indústria foram lançados nestes 20 anos: os Krupp na Alemanha, por exemplo, instalaram sua primeira máquina a vapor em 1835, as primeiras minas do grande campo de carvão do Ruhr foram abertas em 1837, o primeiro forno movido a coque foi instalado no grande centro siderúrgico tcheco de Vítkovice em 1836, e o primeiro moinho de rolo de Falck, na Lombardia, em 1839-40. Tanto mais monótono porque a industrialização realmente maciça – com exceção da Bélgica e talvez a França – só ocorreu depois de 1848. Os anos que vão de 1830 a 1848 marcam o nascimento de áreas industriais, de famosos centros e firmas industriais cujos nomes se tornaram conhecidos até nossos dias, mas não determinam nem mesmo sua adolescência, quanto mais sua maturidade. Observando-se a década de 1830, sabemos o que significou aquela atmosfera de excitada experimentação técnica, de empreendimento inovador e insatisfeito. Significou a abertura do meio-oeste americano. Mas a primeira ceifeira mecânica de Cyrus McCormick (1834) e os primeiros 78 alqueires de trigo enviados de

Chicago para o leste em 1838 somente têm lugar na história por causa do que provocaram depois de 1850. Em 1846, a fábrica que arriscasse a produção de uma centena de ceifeiras ainda deveria ser parabenizada por sua ousadia: "era de fato difícil achar grupos com suficiente coragem e energia para enfrentar a arriscada empresa de fabricar ceifeiras, e quase tão difícil persuadir os fazendeiros a usarem essas máquinas para cortar os cereais ou encarar favoravelmente essa inovação". [10] Significou a construção sistemática de ferrovias e de indústrias pesadas na Europa e, conseqüentemente, uma revolução nas técnicas de investimento. Mas se os irmãos Pereire não se tivessem transformado nos grandes aventureiros das finanças industriais depois de 1851, deveríamos prestar pouca atenção ao projeto que eles apresentaram em vão ao novo governo francês em 1830: o de um *"escritório de empréstimos* onde a indústria poderá pedir emprestado a todos os capitalistas nos termos mais favoráveis, através do intermédio dos banqueiros mais ricos atuando como fiadores". [11]

Como na Grã-Bretanha, os bens de consumo – geralmente têxteis, mas às vezes também produtos alimentícios – lideraram estas explosões de industrialização; mas os bens de capital – ferro, aço, carvão etc. – já eram mais importantes do que na primeira revolução industrial inglesa: em 1846, 17% dos empregos industriais belgas eram em indústrias de bens de capital, contrastando com os 8 ou 9% da Grã-Bretanha. Por volta de 1850, três-quartos de toda a potência-vapor belga estava na mineração e metalurgia. [12] Como na Grã-Bretanha, o novo estabelecimento industrial médio – a fábrica, a forja ou a mina – era pequeno e cercado por uma grande quantidade de mão-de-obra barata, doméstica, subcontratada e tecnicamente retrógrada, que cresceu com as exigências das fábricas e do mercado e seria finalmente destruída pelos posteriores avanços de ambos. Em 1846, na Bélgica, o número médio de empregados em um estabelecimento fabril de lã, de fibra de linho e de algodão era de apenas 30, 35 e 43 trabalhadores; na Suécia, em 1838, a média por "fábrica" têxtil era meramente de 6 a 7 trabalhadores. [13] Por outro lado, há indícios de uma concentração bem mais maciça do que na Grã-Bretanha, como era mesmo de se esperar onde a indústria se desenvolveu mais tarde, às vezes como um enclave em ambientes agrícolas, usando a experiência dos primeiros pioneiros, baseada em uma tecnologia bem mais desenvolvida e freqüentemente gozando de um maior apoio planificado por parte do governo. Em 1841, na Boêmia, três-quartos de todas as fiandeiras automáticas de algodão eram empregadas em fábricas com mais de 100 trabalhadores cada uma, e quase a metade em 15 fábricas com mais de 200 trabalhadores cada. [14] (Por outro lado, virtualmente toda a tecelagem até a década de 1850 era feita em teares manuais.) Naturalmente, isto era ainda mais acentuado nas indústrias pesadas que agora assumiam a vanguarda: a fundição belga média tinha, em 1838, 80 trabalhadores; a mina belga média tinha, em 1846, perto de 150; [15] para não mencionar-

mos os gigantes industriais como a Cockerill's de Seraing, que empregava 2 mil trabalhadores.

O panorama industrial era, assim, muito semelhante a uma série de lagos cobertos de ilhas. Se tomarmos o campo em geral como o lago, as ilhas representam as cidades industriais, os complexos rurais (tais como as redes de aldeias manufatureiras tão comuns nas montanhas da Alemanha Central e da Boêmia) ou as áreas industriais: cidades têxteis como Mulhouse, Lille ou Rouen na França, Elberfeld-Barmen (terra natal da religiosa família de mestres algodoeiros de Frederick Engels) ou Krefeld, na Prússia, o sul da Bélgica ou a Saxônia. Se tomarmos como o lago a massa de artesãos independentes, os camponeses produzindo mercadorias para vendê-las durante o inverno e os trabalhadores domésticos, as ilhas representam os engenhos, as fábricas, as minas e as fundições de variado tamanho. O grosso da paisagem ainda era de muita água ou – para adaptarmos a metáfora um pouco mais à realidade – de juncais de produção em pequena escala ou dependente que se formavam ao redor dos centros industriais e comerciais. As indústrias domésticas e outras fundadas anteriormente como apêndices do feudalismo também existiam. A maioria delas – p. ex. a indústria silesiana do linho – se achava em rápido e trágico declínio. [16] As grandes cidades quase não eram industrializadas, embora mantivessem uma vasta população de trabalhadores e artesãos para servirem às necessidades de consumo, transporte e serviços. Das cidades do mundo com mais de 100 mil habitantes, fora Lyon, só as inglesas e americanas tinham centros nitidamente industriais: Milão, por exemplo, em 1841, tinha somente duas pequenas máquinas a vapor. De fato, o típico centro industrial – tanto na Grã-Bretanha quanto no continente europeu – era uma cidade provinciana pequena ou de tamanho médio ou ainda um complexo de aldeias.

Sob um importante aspecto, entretanto, a industrialização continental – e até certo ponto a americana – diferia da inglesa. As pré-condições para seu desenvolvimento espontâneo, através da empresa privada, foram menos favoráveis. Como vimos, na Grã-Bretanha, após uma lenta preparação de cerca de 200 anos, não houve escassez real de quaisquer dos fatores de produção e nenhum obstáculo institucional para o pleno desenvolvimento capitalista. O mesmo não aconteceu em outros países. Na Alemanha, por exemplo, houve uma nítida escassez de capital; a própria modéstia do padrão de vida das classes médias alemãs (maravilhosamente transformado, embora dentro da encantadora austeridade da decoração de interiores de Biedemeier) o demonstra. Freqüentemente se esquece que, pelos padrões alemães contemporâneos, Goethe, cuja casa em Weimar apresenta um pouco mais de conforto – embora não muito mais – do que o padrão dos modestos banqueiros da seita britânica de Clapham, era deveras um homem muito rico. Na década de 1820, as senhoras da corte e até mesmo as princesas em Berlim usavam simples vestidos de percal durante todo o ano; se possuíam um vestido de seda, guardavam-no para ocasiões especiais. [17] Os tradicionais sistemas de grêmios ou guildas de mestres, artífices e aprendizes ainda se constituía em um obstáculo para o empreendimento capitalista, para a mobilidade da mão-de-obra qualificada e mesmo para qualquer mudança econômica: a obrigação de que um artesão pertencesse a uma guilda foi abolida na Prússia em 1811, embora não o fossem as próprias guildas, cujos membros eram, além disso, fortalecidos politicamente pela legislação municipal do período. A produção dos grêmios permaneceu quase intacta até as décadas de 1830 e 1840. Em outros países, a introdução plena da *Gewerbefreiheit** teve que esperar até a década de 1850.

A multiplicidade de Estados diminutos, cada um com seus controles e interesses estabelecidos, ainda inibia o desenvolvimento racional. A simples construção de um sindicato geral de direitos alfandegários, como o que a Prússia conseguiu realizar em seu próprio interesse e pela pressão de sua posição estratégica entre 1818 e 1834, era (com a exceção da Áustria) um triunfo. Todo governo, mercantilista ou paternal, baixava seus regulamentos e disposições administrativas sobre o assunto, para benefício da estabilidade social, porém para a irritação do empresário privado. O Estado prussiano controlava a qualidade e o justo preço da produção artesanal, as atividades da indústria doméstica silesiana de tecelagem de linho e as operações dos proprietários de minas na margem direita do Reno. Era necessária uma permissão governamental para se abrir uma mina, e ela podia ser retirada já depois de iniciado o negócio.

Obviamente, em tais circunstâncias (que têm paralelo em inúmeros outros Estados), o desenvolvimento industrial tinha que funcionar de um modo bastante diferente do modelo britânico. Assim, em todo o continente europeu, o governo tinha um controle muito maior sobre a indústria, não apenas porque já estivesse acostumado a isto, mas porque tinha que fazê-lo. Guilherme I, Rei dos Países Baixos Unidos, fundou, em 1822, a *Société Générale pour favoriser l'Industrie Nationale des Pays Bas*, dotada de terras do Estado, com mais ou menos 40% de suas ações subscritas pelo rei e 5% garantidas a todos os outros subscritores. O Estado prussiano continuou a controlar a operação de uma grande proporção das minas do país. Sem exceção, todos os novos sistemas ferroviários foram planejados pelos governos e, se não foram efetivamente construídos por eles, foram incentivados pela subvenção de concessões favoráveis e pela garantia de investimentos. De fato, até hoje a Grã-Bretanha é o único país cujo sistema ferroviário foi totalmente construído por empresas particulares, assumindo os riscos na sua busca de lucros, sem o incentivo de bônus e garantias aos investidores e empresários. A primeira e mais bem-planejada destas redes foi a belga, projetada em princípios da década de 1830, com o intuito de

* Em alemão no original: liberdade de ofício, livre exercício profissional. *(Nota da edição brasileira.)*

separar o país, recém-independente, do sistema de comunicações (primordialmente fluvial) baseado na Holanda. As dificuldades políticas e a relutância da grande burguesia conservadora em trocar investimentos seguros por especulativos adiaram a construção estruturada da rede francesa, que a Câmara tinha decidido executar em 1833; a pobreza de recursos adiou a construção da rede austríaca, que o Estado decidiu construir em 1842; e da prussiana.

Por razões semelhantes, a empresa do continente europeu dependia muito mais do que a britânica de um aparato financeiro e de uma moderna legislação bancária, comercial e de negócios. De fato, a Revolução Francesa forneceu os dois: os códigos legais de Napoleão, com sua ênfase na liberdade contratual garantida legalmente, seu reconhecimento das letras de câmbio e outros papéis comerciais, e suas disposições em prol das empresas de capital social (como a *société anonyme* e a *commandite*, sociedade em que um dos sócios entra com o capital e o outro com o trabalho, adotadas em toda a Europa, exceto na Grã-Bretanha e na Escandinávia) tornaram-se por esta razão os modelos gerais para o mundo. Além do mais, os instrumentos para o financiamento da indústria que nasceram do cérebro fértil daqueles jovens revolucionários saint-simonianos, os irmãos Pereire, foram bem recebidos no exterior. Sua maior vitória ainda teve que esperar a era do *boom* mundial da década de 1850; mas já na década de 1830, a *Société Générale* belga começou a praticar o investimento bancário do tipo que os irmãos Pereire tinham imaginado e, na Holanda, os financistas (embora ainda não ouvidos pela massa de negociantes) adotaram as idéias saint-simonianas. Em essência, estas idéias almejavam mobilizar, através de bancos e empresas de investimento, uma variedade de recursos de capital nacional que não teria espontaneamente entrado no desenvolvimento industrial e cujos donos não teriam sabido onde investir se assim o tivessem desejado. Depois de 1850, deu-se o fenômeno continental característico (especialmente alemão) do grande banco atuando também como investidor e dessa forma dominando a indústria e facilitando sua concentração precoce.

III

Entretanto, o desenvolvimento econômico deste período contém um gigantesco paradoxo: a França. Teoricamente, nenhum país deveria ter avançado mais rapidamente. Ela possuía, como já vimos, instituições ajustadas de forma ideal ao desenvolvimento capitalista. O talento e a capacidade inventiva de seus empresários não tinha paralelo na Europa. Os franceses inventaram ou foram os primeiros a desenvolver as grandes lojas de departamentos, a propaganda e, guiados pela supremacia da ciência francesa, todos os tipos de inovações e realizações técnicas – a fotografia (com Nicephore Nièpce e Daguerre), o processo de soda de Leblanc, o descolorante à base de cloro de Berthollet, a galvanoplastia e a galvanização. Os financistas franceses foram os mais inventivos do mundo. O país possuía grandes reservas de capital, que exportava, auxiliado por sua capacidade técnica, para todo o continente europeu – e até mesmo, depois de 1850, para coisas tais como a Companhia Geral de Coletivos de Londres, para a Grã-Bretanha. Por volta de 1847, cerca de 2,25 bilhões de francos tinham saído para o exterior [18] – valor este só superado pelas astronômicas cifras britânicas, maiores do que as de qualquer outro país. Paris era um centro internacional de finanças que seguia Londres bem de perto; na verdade, em tempos de crise como em 1847, Paris chegou a superar Londres nesse campo. O empreendimento francês, na década de 1840, fundou as companhias de gás da Europa – em Florença, Veneza, Pádua e Verona – e obteve privilégios para fundá-las em toda a Espanha, na Argélia, no Cairo e em Alexandria. E estava para financiar as ferrovias do continente europeu (exceto as da Alemanha e da Escandinávia).

Ainda assim, basicamente, o desenvolvimento econômico francês era na verdade mais lento do que o de outros países. Sua população crescia silenciosamente, porém sem dar grandes saltos. Suas cidades (com a exceção de Paris) expandiam-se modestamente; de fato, no princípio da década de 1830, algumas delas diminuíram. Seu poderio industrial no final da década de 1840 era sem dúvida maior do que o dos outros países europeus – possuía tanta energia a vapor quanto todo o resto do continente junto – mas tinha perdido terreno para a Grã-Bretanha e estava a ponto de perdê-lo também para a Alemanha. De fato, a despeito de suas vantagens e do início pioneiro, a França nunca se tornou uma potência industrial de maior importância em comparação com a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos.

A explicação para este paradoxo é, como já vimos (cf. cap. 3-III), a própria Revolução Francesa, que tomou com Robespierre muito daquilo que havia dado com a Assembléia Constituinte. A parte capitalista da economia francesa era uma superestrutura erguida sobre a base imóvel do campesinato e da pequena burguesia. Os trabalhadores livres destituídos de terras simplesmente vinham pouco a pouco para as cidades; as mercadorias baratas e padronizadas que fizeram as fortunas dos industriais progressistas em outros países ressentiam-se da falta de um mercado suficientemente grande e em expansão. Economizava-se muito capital, mas por que deveria este capital ser investido na indústria doméstica? [19] O empresário francês inteligente fabricava mercadorias de luxo e não mercadorias para o consumo de massa; o financista inteligente promovia as indústrias estrangeiras em vez das domésticas. A empresa privada e o crescimento econômico caminham juntos somente quanto este último propicia lucros mais altos para a primeira do que para outras formas de negócio. Na França ele não o fez, embora através da França tenha fertilizado o crescimento econômico de outros países.

No extremo oposto da França, estavam os Estados Unidos da América. O país sofria de uma escassez de capital, mas estava pronto a

importá-lo em quaisquer quantidades, e a Grã-Bretanha estava pronta a exportá-lo. Sofria de uma aguda escassez de mão-de-obra, mas as Ilhas Britânicas e a Alemanha exportavam aos milhões seus excedentes populacionais após a grande fome da metade da década de 1840. Ressentia-se da falta de homens com qualificações técnicas, mas até mesmo estes – os trabalhadores de algodão de Lancashire, os mineiros do País de Gales e os trabalhadores siderúrgicos – podiam ser importados dos setores já industrializados do mundo, e a típica aptidão americana para criar uma economia de mão-de-obra e, acima de tudo, para a criação de máquinas simplificadoras da necessidade de mão-de-obra já se achava totalmente desenvolvida. Os Estados Unidos ressentiam-se da falta pura e simples de uma colonização e de meios de transporte para explorar seu imenso território e seus recursos aparentemente ilimitados. O mero processo de expansão interna foi bastante para manter sua economia em um crescimento quase ilimitado, embora os colonizadores, governos, missionários e comerciantes americanos já estivessem se expandindo em direção à costa do Pacífico ou levando o seu comércio – apoiado pela segunda maior frota mercante do mundo – através dos oceanos, de Zanzibar ao Havaí. O Pacífico e o Caribe já eram os campos escolhidos do império americano.

Toda instituição da nova república incitava a acumulação, a engenhosidade e a iniciativa privada. Uma vasta população nova, estabelecida nas cidades litorâneas e nos novos estados interioranos recentemente ocupados, exigia os mesmos bens e equipamentos agrícolas, domésticos e pessoais padronizados e fornecia um mercado de homogeneidade ideal. As necessidades de invenção e iniciativa eram grandes, e sucessivamente vieram atendê-las os inventores do navio a vapor (1807-13), da humilde tachinha (1807), da máquina de fazer parafusos (1809), da dentadura postiça (1822), do fio encapado (1827-31), do revólver (1835), da idéia da máquina de escrever e da máquina de costura (1843-6), da prensa rotativa (1846) de uma série de máquinas agrícolas. Nenhuma economia se expandiu mais rapidamente neste período do que a americana, embora sua arrancada realmente decisiva só viesse a ocorrer depois de 1860.

Só um grande obstáculo atrapalhava a conversão dos Estados Unidos na potência econômica mundial em que logo se tornaria: o conflito entre o norte agrícola e industrial e o sul semicolonial. Enquanto o norte se beneficiava do capital, da mão-de-obra e das habilidades da Europa – e notadamente da Grã-Bretanha – como uma economia independente, o sul (que importava poucos destes recursos) era uma economia tipicamente dependente da Grã-Bretanha. O próprio sucesso em suprir as fábricas em expansão de Lancashire com quase todo o seu algodão perpetuava a dependência, comparável àquela em que a Austrália estava prestes a cair com a lã e a Argentina com a carne. O sul era favorável ao livre comércio, que lhe possibilitava vender à Grã-Bretanha e, em troca, comprar as baratas mercadorias britânicas; o norte, quase desde o princípio (1816), protegia firmemente o in-

dustrial nativo contra qualquer estrangeiro – i. e. britânico – que pudesse competir naquela época com ele a preços inferiores. O norte e o sul competiam pelos territórios do oeste – o sul, para as plantações escravas e os posseiros retrógrados com suas culturas de subsistência em terras devolutas das montanhas, e o norte, para as segadoras mecânicas e os matadouros de grande porte; e até a era da ferrovia transcontinental, o sul, que controlava o delta do Mississippi, onde o meio-oeste encontrou seu principal escoamento, tinha alguns fortes trunfos econômicos. O futuro da economia americana só seria decidido na Guerra Civil de 1861-5 – que foi, de fato, a unificação da América através do capitalismo do norte.

O outro futuro gigante do mundo econômico, a Rússia, era até então economicamente desprezível, embora observadores de larga visão já previssem que seus vastos recursos, sua população e seu tamanho iriam mais cedo ou mais tarde projetá-la mundialmente. As minas e as manufaturas criadas pelos czares do século XVIII, tendo senhores ou mercadores feudais como empregadores e os servos como operários, estavam declinando lentamente. As novas indústrias – fábricas têxteis domésticas, de pequeno porte – somente começaram a apresentar uma expansão realmente digna de nota na década de 1860. Mesmo a exportação para o Ocidente do milho extraído no fértil cinturão de terra preta da Ucrânia fazia um progresso apenas moderado. A Polônia russa era bem mais adiantada, mas, como no resto da Europa Oriental, da Escandinávia, no norte, à península balcânica, no sul, ainda não se podia divisar a era da grande transformação econômica. Nem mesmo na Espanha ou no sul da Itália, com exceção de pequenos trechos da Catalunha e do país basco. E mesmo no norte da Itália, onde as mudanças econômicas foram muito maiores, elas eram até então bem mais óbvias na agricultura (sempre, nesta região, uma importante saída para o investimento de capital e a atividade de negócios), no comércio e na frota mercante do que nas manufaturas. Mas o desenvolvimento destas mudanças foi prejudicado em todo o sul da Europa pela grande escassez do que era então, ainda, a única fonte importante de poderio industrial, o carvão.

Assim, uma parte do mundo saltou na dianteira do poderio industrial, enquanto que a outra ficava para trás. Mas estes dois fenômenos não são desligados um do outro. A estagnação econômica, a lentidão ou mesmo a regressão foram produtos do avanço econômico, pois como poderiam as economias relativamente atrasadas resistir à força – ou, em certos casos, à atração – dos novos centros de riqueza, indústria e comércio? Os ingleses e algumas outras áreas da Europa podiam claramente vender a seus competidores a preços mais baixos. Convinha-lhes ser a oficina do mundo. Nada parecia mais "natural" do que os menos evoluídos produzirem alimentos e talvez minérios, trocando estas mercadorias não competitivas por manufaturas britânicas (ou de outros países da Europa Ocidental). "O sol", disse Richard Cobden aos italianos, "é o vosso carvão". [20] Onde o poder local estava nas

mãos de grandes proprietários de terra ou mesmo de fazendeiros ou rancheiros progressistas, essa troca servia a ambos os lados. Os plantadores cubanos estavam muito felizes em fazer dinheiro com o açúcar e importar as mercadorias que permitiam aos estrangeiros comprar o açúcar. Onde os donos de manufaturas podiam se fazer ouvir ou onde os governos locais apreciavam as vantagens do desenvolvimento econômico equilibrado ou meramente consideravam as desvantagens da dependência, a disposição de ânimo era menor.

Friedrich List, o economista alemão – como de hábito fazendo uso do costume congênito da abstração filosófica –, rejeitou uma economia internacional que, na verdade, fez da Grã-Bretanha a principal ou única potência industrial e exigiu protecionismo, assim como o fizeram também, conforme já vimos, embora sem filosofia, os americanos.

Tudo isto supondo que uma economia fosse politicamente independente e forte o bastante para aceitar ou rejeitar o papel para o qual a industrialização pioneira de um pequeno setor do mundo a tinha destinado. Onde não fosse independente, como nas colônias, não tinha escolha. A India, como já vimos, estava no processo de desindustrialização, e o Egito era uma ilustração ainda mais viva do processo, pois o governante local, Mohammed Ali, tinha de fato e sistematicamente começado a transformar o país numa economia moderna, i.e., entre outras coisas, numa economia industrial. Ele não só incentivou o cultivo do algodão para suprir o mercado mundial (a partir de 1821), mas também tinha investido, por volta de 1838, a considerável quantia de 12 milhões de libras na indústria, que empregava talvez 30 ou 40 mil trabalhadores. O que teria acontecido se o Egito tivesse sido deixado ao sabor de sua própria sorte não sabemos; pois o que de fato se deu foi que a Convenção Anglo-Turca de 1838 impôs comerciantes estrangeiros ao país, minando assim o monopólio do comércio externo através do qual Mohammed Ali tinha operado; e a derrota do Egito frente ao Ocidente em 1839-41 forçou-o a reduzir seu exército e, portanto, retirou a maior parte do incentivo que o tinha levado à industrialização.[21] Esta não foi a primeira nem a última vez que as canhoneiras do Ocidente "abriram" um país ao comércio, i.e., à competição superior do setor industrializado do mundo. Quem, ao observar o Egito na época do protetorado britânico no final do século, teria reconhecido o país que fora – 50 anos antes – e para o desgosto de Richard Cobden* – o primeiro Estado não pertencente à raça branca a procurar a maneira moderna de sair do atraso econômico?

De todas as conseqüências econômicas da época da revolução dupla, esta divisão entre os países "adiantados" e os "subdesenvolvidos" provou ser a mais profunda e a mais duradoura. Falando a grosso modo, por volta de 1848 estava claro que os países deviam seguir o exemplo do primeiro grupo, i.e., da Europa Ocidental (exceto a Península Ibérica), da Alemanha, do norte da Itália e partes da Europa Central, da Escandinávia, dos Estados Unidos e talvez das colônias controladas pelos imigrantes de língua inglesa. Mas também era claro que o resto do mundo estava, com exceção de alguns pedaços, muito atrasado ou se transformando – sob a pressão informal das exportações e importações ocidentais ou sob a pressão militar das canhoneiras e das expedições militares ocidentais – em dependências econômicas do Ocidente. Até que os russos tivessem desenvolvido, na década de 1930, meios de transpor este fosso entre "atrasado" e "adiantado", ele permaneceria imóvel, intransponível, e mesmo crescendo, entre a minoria e a maioria dos habitantes do mundo. Nenhum outro fato determinou a história do século XX de maneira mais firme.

* "Todo este desperdício está acontecendo ao algodão *in natura*, que deveria ser vendido a nós. ... Este não é todo o prejuízo, pois as próprias mãos que são levadas para estas manufaturas são arrancadas do cultivo do solo." Morley, *Life of Cobden*, capítulo 3.

Décimo Capítulo

A CARREIRA ABERTA AO TALENTO

Um dia andei por Manchester com um destes cavalheiros da classe média. Falei-lhe das desgraçadas favelas insalubres e chamei-lhe a atenção para a repulsiva condição daquela parte da cidade em que moravam os trabalhadores fabris. Declarei nunca ter visto uma cidade tão mal construída em minha vida. Ele ouviu-me pacientemente e na esquina da rua onde nos separamos comentou: "E ainda assim, ganham-se fortunas aqui. Bom dia, senhor!"

F. Engels, As Condições da Classe Trabalhadora na Inglaterra [1]

*L'habitude prévalut parmi les nouveaux financiers de faire publier dans les journaux le menu des diners et les noms des convives.**

M. Capefigue [2]

I

As instituições formais derrubadas ou criadas por uma revolução são fáceis de distinguir, mas não dão a medida de seus efeitos. O principal resultado da Revolução na França foi o de pôr fim à sociedade aristocrática. Não à "aristocracia", no sentido da hierarquia de status social distinguido por títulos ou outras marcas visíveis de exclusividade, e que muitas vezes se moldava no protótipo dessas hierarquias, a nobreza "de sangue". As sociedades construídas sobre o carreirismo individual saúdam estas marcas de sucesso visíveis e estabelecidas. Napoleão chegou a recriar uma nobreza formal, de categorias, que se juntou depois de 1815 aos velhos aristocratas remanescentes. O fim da sociedade aristocrática também não significou o fim da influência aristocrática. As classes em ascensão naturalmente tendem a ver os símbolos de sua riqueza e poder em termos daquilo que seus antigos grupos superiores tinham estabelecido como os padrões de conforto, luxo e pompa. As esposas dos ricos comerciantes de tecidos de Cheshire tornar-se-iam "senhoras", educadas pelos inúmeros livros de etiqueta e de vida elegante que se multiplicaram para este fim a partir da década

* Em francês no original: "Há o hábito entre os novos financistas de fazer publicar nos jornais o cardápio dos jantares e os nomes dos convivas." (*Nota da edição brasileira*)

de 1840, pela mesma razão que os que lucravam com as guerras napoleônicas apreciavam um título de barão ou que os salões burgueses se enchiam de "veludo, ouro, espelhos, algumas más imitações de cadeiras e outras peças de mobília do estilo Luís XV ... com estilos ingleses para os criados e os cavalos, mas sem o espírito aristocrático". O quê poderia ser mais orgulhoso do que o vangloriar-se de algum banqueiro, saído Deus sabe de onde, de que "quando apareço em meu camarote no teatro, todos os binóculos se voltam para mim e recebo quase que uma ovação real?" [3]

Além do mais, uma cultura tão profundamente formada pela corte e pela aristocracia como a francesa, não perderia a estampa. Assim, a preocupação marcante da prosa literária francesa com análises psicológicas sutis das relações pessoais (que podem ser observadas até mesmo nos escritores aristocráticos do século XVII), ou o padrão formalizado do século XVIII de exaltação sexual e decantação dos amantes e concubinas, tornou-se uma parte integrante da civilização burguesa parisiense. Anteriormente, os reis tinham suas amantes oficiais; agora os bem-sucedidos investidores da bolsa de valores os acompanhavam. As cortesãs garantiam seus bem-remunerados favores propagandeando o sucesso de banqueiros que podiam pagar por elas, assim como o de jovens de sangue azul que levavam suas propriedades à ruína por causa delas. De fato, a Revolução preservou de muitas maneiras as características aristocráticas da cultura francesa de forma excepcionalmente pura, pela mesma razão que a Revolução Russa preservou, com excepcional fidelidade, o balé clássico e a típica mentalidade burguesa do século XIX em relação à "boa literatura". Estas características foram tomadas e assimiladas como uma herança desejável do passado, e daí em diante protegidas contra a erosão evolutiva normal.

E, ainda assim, o velho regime estava morto, embora os pescadores de Brest, em 1832, considerassem a cólera como um castigo de Deus pela deposição do legítimo rei. O republicanismo formal entre os camponeses demorou a se difundir para além do Midi jacobino e de algumas áreas de há muito descristianizadas, mas na primeira eleição universal genuína, a de maio de 1848, o legitimismo já se achava confinado à região oeste e aos departamentos mais pobres do centro do país. A geografia política da França rural moderna já era substancialmente discernível. Subindo na escala social: a Restauração dos Bourbon não restaurou o velho regime, ou melhor, quando Carlos X tentou fazê-lo, foi deposto. A sociedade do período da restauração foi a dos capitalistas e carreiristas de Balzac, do Julien Sorel de Stendhal, e não a dos duques emigrantes que retornaram. Uma era geológica separa-a da "doçura da vida" da década de 1780, analisada por Talleyrand. O Rastignac de Balzac está bem mais próximo do *Bel-Ami* de Maupassant, a figura típica da década de 1880, ou mesmo de Sammy Glick, a figura típica de Hollywood na década de 1940, do que de Fígaro, o sucesso não aristocrático da década de 1780.

Em uma palavra, a sociedade da França pós-revolucionária era burguesa em sua estrutura e em seus valores. Era a sociedade do *parvenu**, i.e., do homem que se fez por si mesmo, o *self-made-man*, embora isto não fosse completamente óbvio antes que o próprio país fosse governado pelos *parvenus*, i.e., antes que se tornasse republicano ou bonapartista. Pode não parecer excessivamente revolucionário a nós que metade da nobreza francesa, em 1840, pertencesse a famílias da velha nobreza, mas, para os burgueses franceses contemporâneos, o fato de que a metade tinha sido gente do povo em 1789 era muito mais surpreendente, especialmente quando eles olhavam para as exclusivistas hierarquias sociais do resto da Europa continental. A frase "quando os bons americanos morrem, eles vão para Paris" expressa aquilo em que Paris se transformou no século XIX, embora só tenha se tornado plenamente o paraíso dos *parvenus* no Segundo Império. Londres ou, mais ainda, Viena, São Petersburgo ou Berlim eram capitais em que o dinheiro ainda não podia comprar tudo, ao menos na primeira geração. Em Paris, havia pouca coisa que valesse a pena comprar que não estivesse a seu alcance.

Este domínio da nova sociedade não era peculiar à França, mas, se excetuarmos a democracia dos Estados Unidos, era, em certos aspectos superficiais, mais óbvio e mais oficial na França, embora não fosse de fato mais profundo do que na Grã-Bretanha ou nos Países Baixos. Na Grã-Bretanha, os grandes *chefs* da culinária ainda eram os que trabalhavam para os nobres, como Carême para o Duque de Wellington (tinha anteriormente servido a Talleyrand), ou para os clubes oligárquicos, como Alexis Soyer, do Clube da Reforma. Na França, o caro restaurante público, inaugurado por cozinheiros da nobreza que perderam seus empregos durante a Revolução, já estava estabelecido. Uma transformação do mundo está implícita na página-título do manual da culinária francesa clássica, onde se lê "Par A. Beanvilliers, ancien officier de MONSIEUR, Comte de Provence...et actuellement Restaurateur, rue de Richelieu nº 26, la Grande Taverne de Londres". [4] ** O gastrônomo – uma espécie inventada durante a Restauração e difundida pelo *Almanaque dos Gastrônomos*, de autoria de Brillat-Savarin, a partir de 1817 – já ia ao café Anglais ou ao Café de Paris para jantares não presididos por anfitriãs. Na Grã-Bretanha, a imprensa ainda era um veículo de instrução, de invectiva e de pressão política. Foi na França que Emile Girardin, em 1836, fundou o jornal moderno – *La Presse* –, político e barato, objetivando a acumulação de renda com anúncios e escrito de maneira atraente para seus leitores

* Em francês no original: indivíduo de origem humilde que alcançou subitamente uma melhoria social e econômica (em inglês, um *upstart*). (*Nota da edição brasileira*)

** Em francês no original: "por A. Beauvillers, ex-empregado do SENHOR Conde de Provença ... e atualmente Restaurador (dono de restaurante) à rua de Richelieu nº 26, (com o estabelecimento) A Grande Taverna de Londres." (*Nota da edição brasileira*.)

através da fofoca, das novelas seriadas e várias outras proezas.* (O pioneirismo francês nestes duvidosos campos ainda é lembrado pelas próprias palavras "jornalismo" e "publicidade", "reclame" e "anúncio".) A moda, as grandes lojas, a vitrine, louvada por Balzac**, foram invenções francesas, o produto da década de 1820. A Revolução trouxe o teatro, essa óbvia carreira aberta aos talentos, para dentro da "boa sociedade" numa época em que seu status social na Grã-Bretanha permanecia análogo ao dos boxeadores e jóqueis: nas Maisons-Lafitte (nome tirado de um banqueiro que transformou os subúrbios em coisa da moda), Lablache, Talma e outras pessoas de teatro estabeleceram-se ao lado da esplêndida casa do Príncipe de la Moskowa.

O efeito da revolução industrial sobre a estrutura da sociedade burguesa foi superficialmente menos drástico, mas na verdade bem mais profundo, pois criou novos *blocs* burgueses que coexistiam com a sociedade oficial, muito grandes para serem absorvidos por ela, exceto por uma pequena assimilação no topo, e muito autoconfiantes e dinâmicos para desejar uma absorção, exceto em seus próprios termos. Em 1820, estes grandes exércitos de sólidos homens de negócios ainda eram pouco visíveis de Westminster, onde os pares e seus parentes ainda dominavam o Parlamento não reformado, ou do Hyde Park, onde senhoras totalmente não puritanas como Harriete Wilson (não puritana até mesmo em sua recusa em fingir de flor arrancada) dirigiam seus automóveis conversíveis, cercadas de ousados admiradores das forças armadas, da diplomacia e da nobreza, sem excluirmos o próprio Duque de Wellington. Os mercadores, os banqueiros e até mesmo os industriais do século XVIII eram poucos e foram assim assimilados pela sociedade oficial; de fato, a primeira geração de milionários do algodão, encabeçada por Sir Robert Peel, o velho, cujo filho estava sendo treinado para o cargo de primeiro-ministro, era solidamente formada de *tories,**** embora de um tipo moderado. Entretanto, o arado de ferro da industrialização multiplicou as carrancudas safras de homens de negócio sob as pesadas nuvens do norte. Manchester não estava mais de acordo com Londres. Com o grito de guerra "o que Manchester pensa hoje, Londres pensará amanhã", a cidade do norte se preparou para impôr termos à capital.

Os novos homens das províncias eram um formidável exército, tanto mais que se tornavam cada vez mais conscientes de ser uma *classe* e não um "escalão mediano" entre os setores mais altos e mais baixos. (O termo "classe média" aparece pela primeira vez por volta de 1812.) Já em 1834, John Stuart Mill podia queixar-se de que os comentaristas sociais "giraram em seu eterno círculo de proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores, até que pareceram aceitar a divisão da sociedade nestas três classes como se fosse um dos mandamentos de Deus".[6] Além do mais, eles não se constituíam simplesmente em uma classe, mas em uma classe militar de combate, organizada a princípio em combinação com os "trabalhadores pobres" (que deviam, pensavam eles, seguir sua liderança*) contra a sociedade aristocrática, e mais tarde contra o proletariado e os proprietários de terras, principalmente naquela associação com grande consciência de classe denominada Liga Contra a Lei do Milho. Eles eram homens que se fizeram por si mesmos ou, pelo menos, sendo de origem modesta, deviam pouca coisa ao nascimento, à família ou a uma educação formal superior. (Como o Sr. Bounderby, do romance *Ásperos Tempos*, de Charles Dickens, não esqueciam de propagandear esse fato.) Eram ricos e a cada ano ficavam mais ricos. Acima de tudo, estavam imbuídos da dinâmica e feroz autoconfiança daqueles cujas carreiras lhes provavam que a divina providência, a ciência e a história se combinaram para servir-lhes a terra numa bandeja.

"A economia política", traduzida para algumas proposições dogmáticas simples por editores-jornalistas independentes que louvavam as virtudes do capitalismo – Edward Baines, do *Leeds Mercury* (1774-1848), John Edward Taylor, do *Manchester Guardian* (1791-1844), Archibald Prentice, do *Manchester Times* (1792-1857), Samuel Smiles (1812-1904) –, deu-lhes a certeza intelectual. A dissidência protestante do gênero independente, unitário, batista e quaker, e não do gênero metodista emotivo, deu-lhes a certeza espiritual e um desprezo pelos inúteis aristocratas. Nem o medo, nem a raiva, nem mesmo a pena emocionavam o empregador que dizia a seus trabalhadores:

> "O Deus da Natureza estabeleceu uma lei justa e imparcial que o homem não tem o direito de contestar; quando se arrisca a fazê-lo, é sempre certo que, mais cedo ou mais tarde, encontra o castigo merecido... Assim, quando os patrões audaciosamente combinam que por uma união de poder eles podem oprimir seus empregados de modo mais eficaz, insultam dessa forma a Majestade Divina e trazem para si a maldição de Deus, enquanto que, por outro lado, quando os empregados se unem para extorquir de seus empregadores aquela parte do lucro que por direito pertence ao patrão, eles igualmente violam a lei da eqüidade."[7]

* Em 1835, o *Journal des Débats* (com uma circulação em torno de 10 mil exemplares) recebeu cerca de 20 mil francos em anúncios. Em 1838, a quarta página do jornal *La Press* foi alugada por 150 mil francos anuais; em 1845, por 300 mil francos.[5]

** "Le grand poème de l'étalage chante ses strophes de couleur depuis la Madeleine jusqu'à la Porte Saint-Denis."

*** *Tory* – Nome que se dá a um membro do Partido Conservador britânico. (*Nota da edição brasileira*)

* "As opiniões daquela classe de pessoas que estão abaixo do escalão médio são formadas e seus espíritos são comandados pelo virtuoso e inteligente escalão que se acha mais imediatamente em contato com elas." James Mill, *An Essay on Government*, 1823.

Havia uma ordem no universo, mas já não era a ordem do passado. Havia somente um Deus, cujo nome era vapor e que falava com a voz de Malthus, McCulloch e de qualquer um que usasse máquinas.

O punhado de intelectuais, escritores e eruditos agnósticos do século XVIII que falavam por eles não deve obscurecer o fato de que a maioria deles estava muito ocupada em ganhar dinheiro para se aborrecer com qualquer coisa que não estivesse ligada a este fim. Eles apreciavam seus intelectuais, até mesmo quando, como no caso de Richard Cobden (1804-1865), não eram homens de negócio particularmente bem-sucedidos, desde que evitassem idéias pouco práticas e excessivamente sofisticadas, pois eles eram homens práticos cuja própria falta de instrução fazia-os suspeitar de qualquer coisa que fosse muito além do empirismo. O cientista Charles Babbage (1792-1871) propôs-lhes seus métodos científicos em vão. Sir Henry Cole, o pioneiro do desenho industrial, da educação técnica e da racionalização do transporte, deu-lhes (com a inestimável ajuda do Príncipe Consorte alemão) o mais brilhante monumento a seus esforços, a Grande Exposição de 1851. Mas foi forçado a se retirar da vida pública em virtude de ser um intrometido com certo gosto pela burocracia, o que, como toda interferência governamental, eles detestavam, quando não se associasse diretamente com seus lucros. George Stephenson, mecânico de minas que se fez por si mesmo, dominou as novas ferrovias, impondo-lhes a medida do velho cavalo e da carroça – nunca pensou em outra coisa –, ao contrário do sofisticado, criativo e ousado engenheiro Isambard Kingdom Brunel, que não possui monumento no panteon de engenheiros construído por Samuel Smiles, exceto a frase condenatória: "em termos de resultados práticos e lucrativos, os Stephenson foram inquestionavelmente os homens mais seguros para se seguir". [8] Os filósofos radicais fizeram todo o possível para construir uma rede de "Institutos de Mecânicos" – expurgados dos desastrosos erros políticos que os operadores insistiam, contra a natureza, em ouvir nesses lugares – a fim de treinar os técnicos das novas indústrias de bases científicas. Já em 1848, a maioria deles se encontrava moribunda por falta de qualquer reconhecimento geral de que tal instrução tecnológica poderia ensinar aos ingleses (em comparação com os alemães e os franceses) qualquer coisa de útil. Havia muitos industriais inteligentes, de espírito experimentador, e até mesmo cultos, que lotavam as reuniões da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, mas seria um erro supor que eles representavam o conjunto de sua classe.

Uma geração destes homens cresceu nos anos entre Trafalgar e a Grande Exposição. Seus antecessores, criados dentro de um quadro social de comerciantes provincianos racionalistas e cultos e de ministros protestantes dissidentes e apoiados no quadro intelectual do século liberal, foram talvez um grupo menos bárbaro: o oleiro Josiah Wedgwood (1730-1795) era membro da Real Sociedade, sócio da Sociedade de Antiquários e da Sociedade Lunar juntamente com Matthew Boulton, seu sócio James Watt e o químico e revolucionário Priestley. (Seu

filho Thomas fez experiências com a fotografia, publicou trabalhos científicos e ajudou o poeta Coleridge.) O fabricante do século XVIII naturalmente construía suas fábricas segundo o estilo de desenho constante nos livros de construtores georgianos. Seus sucessores, senão mais cultos, foram ao menos mais pródigos, pois já na década de 1840 tinham ganho dinheiro suficiente para gastar com liberalidade em residências pseudonobres, em prefeituras pseudogóticas ou pseudo-renascentistas, e para reconstruir suas capelas modestas e utilitárias ou clássicas no estilo perpendicular. Mas entre a era georgiana e a vitoriana aconteceu o que foi corretamente chamado de a gélida era da burguesia, bem como das classes trabalhadoras, cujos contornos ficaram para sempre perpetuados por Charles Dickens em *Ásperos Tempos*.

Um protestantismo beato, rígido, farisaico, sem intelectualismo, obcecado com a moralidade puritana a ponto de tornar a hipocrisia sua companheira automática, dominou essa desolada época. "A virtude", dizia G. M. Young, "avançou numa frente ampla e invencível e foi pisando os que não tinham virtude, os fracos, os pecadores (i.e. aqueles que nem ganhavam dinheiro nem controlavam seus gastos emocionais ou financeiros), levando-os para a lama a que eles tão claramente pertenciam, merecendo na melhor das hipóteses a caridade dos mais bondosos. Havia nisto algum sentido econômico capitalista. Os pequenos empresários tinham que empregar muito dos seus lucros nos negócios se quisessem se transformar em grandes empresários. As massas de novos proletários tinham que se adaptar ao ritmo industrial de trabalho por meio da mais cruel disciplina ou então eram largadas para apodrecerem caso não a aceitassem. E ainda assim, até hoje, o coração se contrai ante a visão do panorama construído por aquela geração: [9]

> Nada vistes em Coketown exceto o severamente funcional. Se os membros de uma seita religiosa construíam ali uma capela – como fizeram os membros de dezoito seitas religiosas –, faziamna como um armazém de tijolo vermelho, às vezes com um sino em uma gaiola colocada no alto (mas isto só em exemplos de muita ornamentação). ... Todas as inscrições públicas existentes na cidade eram pintadas de maneira semelhante, com letras severas em preto e branco. A cadeia poderia ser o hospital, o hospital poderia ser a cadeia, a prefeitura poderia ser uma coisa ou outra, ou ambas, ou ainda qualquer coisa diferente, qualquer coisa que parecesse o contrário do que é em virtude de sua construção. Fatos, fatos e mais fatos em todos os aspectos materiais da cidade; fatos, fatos e mais fatos também em todos os aspectos imateriais. ... Tudo era fato, do hospital ao cemitério, e o que não pudesse se afirmar em números ou ser comprável no mercado mais barato e ven-

dável no mais caro não existia nem nunca existiria, ó mundo sem fim, amém. *

Esta sombria devoção ao utilitarismo burguês, que os evangelistas e puritanos partilhavam com os agnósticos "filósofos radicais" do século XVIII, que a verbalizaram em termos lógicos para eles, produziu sua própria beleza funcional nas estradas de ferro, pontes e armazéns, e seu horror romântico nas infindáveis fileiras de casinhas cinzentas ou avermelhadas envoltas em fumaça e dominadas pelas fortalezas das fábricas. A nova burguesia vivia fora dessa paisagem (se tivesse acumulado dinheiro suficiente para se mudar), ministrando autoridade, educação moral e assistência ao esforço missionário entre os pagãos negros no exterior. Seus homens personificavam o dinheiro, que provava seu direito de dominar o mundo; suas mulheres, que o dinheiro dos maridos privava até da satisfação de realmente executar o trabalho doméstico, personificavam a virtude da classe: ignorantes ("seja boa, doce donzela, e deixe quem quiser ser inteligente"), sem instrução, pouco práticas, teoricamente assexuadas, sem patrimônio e protegidas. Elas foram o único luxo a que se permitiu a era da frugalidade e do cada um por si.

A burguesia manufatureira britânica foi o mais extremado exemplo da classe, mas em todo o continente havia grupos menores da mesma espécie: católicos nos distritos têxteis do norte da França ou na Catalunha, calvinistas na Alsácia, beatos luteranos na Renânia, judeus em toda a Europa Central e Oriental. Raramente eram tão rígidos quanto na Grã-Bretanha, pois raramente estavam tão divorciados das mais velhas tradições da vida urbana e do paternalismo. Léon Faucher sentiu-se dolorosamente surpreso, a despeito de seu liberalismo doutrinário, ante a visão de Manchester na década de 1840, e que observador da Europa continental não se sentiu da mesma forma? [10] Mas eles partilhavam com os ingleses a confiança que vinha do enriquecimento constante – entre 1830 e 1856, os dotes para casamentos da família Dansette, em Lille, aumentaram de 15 mil para 50 mil francos [11] –, da fé absoluta no liberalismo econômico e da repulsa pelas atividades não econômicas. As dinastias de fiandeiros de Lille mantiveram seu total desprezo pela carreira das armas até a Primeira Guerra Mundial. Os Dollfus de Mulhouse dissuadiram o jovem F. Engel da idéia de entrar na Escola Politécnica porque temiam que ela pudesse levá-lo a uma carreira militar ao invés de uma carreira nos negócios. A aristocracia e seus *pedigrees*, para começar, não os tentava excessivamente: como os marechais de Napoleão, eles próprios eram ancestrais.

* Cf. Léon Faucher, *Manchester in (1844)* pp. 24-5: "A cidade de certa forma realiza a utopia de Bentham. Tudo é medido em seus resultados pelos padrões de utilidade; e se o BELO, o GRANDE e o NOBRE alguma vez fincarem suas raízes em Manchester, serão desenvolvidos de acordo com esse padrão."

II

A realização crucial das duas revoluções foi, assim, o fato de que elas abriram carreiras para o talento ou, pelo menos, para a energia, a sagacidade, o trabalho duro e a ganância. Não para todas as carreiras nem até os últimos degraus superiores do escalão, exceto talvez nos Estados Unidos. E, ainda assim, como eram extraordinárias as oportunidades, como estava afastado do século XIX o estático ideal hierárquico do passado! O conselheiro de Estado von Schele, do Reino de Hanover, que recusou o pedido de um jovem e pobre advogado para um cargo no governo, com base no fato de que seu pai era um encadernador de livros e que, assim sendo, ele deveria se ater àquele ofício, pareceria agora odioso e ridículo. [12] Ainda assim, ele nada mais estava fazendo senão repetir a ultrapassada sabedoria proverbial da estável sociedade pré-capitalista, e, em 1750, o filho de um encadernador de livros teria, com toda probabilidade, se agarrado ao ofício do pai. Agora não era mais obrigado a fazê-lo. Havia quatro "caminhos para as estrelas" diante dele: os negócios, a educação (que por sua vez, levava a três metas: o funcionalismo público, a política e as profissões liberais), as artes e a guerra. O último destes caminhos, bastante importante na França durante o período revolucionário e napoleônico, deixou de sê-lo durante as longas gerações de paz que se sucederam, e talvez por esta razão também deixou de ser muito atraente. O terceiro caminho era novo somente na medida em que as recompensas públicas de uma excepcional capacidade para entreter e emocionar os auditórios eram agora muito maiores do que jamais tinham sido anteriormente, conforme demonstrado pelo crescente status social do palco, que finalmente produziria, na Grã-Bretanha eduardiana, fenômenos como o do ator enobrecido e do nobre casado com a corista. Até mesmo no período pós-napoleônico, eles já tinham produzido o fenômeno característico da idolatria ao cantor (p. ex. Jenny Lind, o "Rouxinol Sueco") ou à dançarina (p. ex. Fanny Elssler) e do endeusado concertista (p. ex. Paganini e Franz Liszt).

Nem os negócios nem a educação eram grandes estradas abertas para todos, até mesmo entre os suficientemente emancipados dos grilhões dos costumes e da tradição para acreditarem que "gente como nós" seria aí admitida, para saber como agir numa sociedade individualista ou para aceitar o desejo de "progredir". Os que desejavam viajar nestes caminhos tinham de pagar um pedágio: sem *alguns* recursos iniciais, ainda que mínimos, era difícil entrar na auto-estrada do sucesso. Esse pedágio era inquestionavelmente maior para os que buscassem a estrada da educação do que para os que quisessem escolher a dos negócios, pois até mesmo nos países que adquiriram um sistema público de ensino, a educação primária era muito negligenciada; e, mesmo onde ela existisse, estava confinada, por razões políticas, a um mínimo de alfabetização, obediência moral e conhecimentos de arit-

mética. Entretanto, à primeira vista e paradoxalmente, o caminho educacional parecia mais atraente do que o caminho dos negócios.

Sem dúvida, isto se devia ao fato de que a educação exigia uma revolução muito menor nos hábitos e modos de vida dos homens. O ensino, ainda que somente sob a forma do ensino eclesiástico, tinha o seu lugar socialmente valorizado e aceito na sociedade tradicional; de fato, tinha um lugar mais eminente do que na sociedade totalmente burguesa. Ter um padre, um ministro ou um rabino na família era talvez a maior honra a que os pobres poderiam aspirar, e valiam a pena os sacrifícios titânicos para obtê-la. Esta admiração social podia ser prontamente transferida, uma vez abertas estas carreiras, ao intelectual secular, ao funcionário público, ao professor ou, nos casos mais maravilhosos, ao advogado e ao médico. Além do mais, os estudos não eram tão anti-sociais como pareciam ser tão claramente os negócios. O homem instruído não se voltaria automaticamente para dilacerar seu semelhante da mesma forma desavergonhada e egoísta com que o faria o comerciante ou o empregador. Freqüentemente, de fato, especialmente no caso de um professor, ele ajudava seus concidadãos a saírem da ignorância e da escuridão que pareciam ser responsáveis por suas misérias. Uma sede geral de educação era muito mais fácil de ser criada do que uma sede geral de sucesso individual nos negócios, e a escolaridade era mais facilmente adquirida do que a estranha arte de ganhar dinheiro. As comunidades quase que totalmente compostas de pequenos camponeses, pequenos comerciantes e proletários, como o País de Gales, podiam simultaneamente desenvolver uma fome que empurrasse seus filhos para o ensino e o sacerdócio e criar também um amargo ressentimento contra a riqueza e os negócios.

Contudo, em certo sentido, a educação representava, tão eficazmente quanto os negócios, a competição individualista, a "carreira aberta ao talento" e o triunfo do mérito sobre o nascimento e os parentescos, através do instrumento do exame competitivo. Como de costume, a Revolução Francesa criou a expressão mais lógica dessa competição, as hierarquias paralelas de exames qua ainda selecionam progressivamente, dentre o quadro nacional de ganhadores de bolsas de estudos, a elite intelectual que administra e instrui o povo francês. A bolsa de estudo e o exame competitivo eram também o ideal da escola burguesa de pensadores britânicos com maior consciência de classe, os filósofos radicais benthamitas, que conseqüentemente – mas não antes do final de nosso período – os impôs de uma forma extremamente pura para os mais altos cargos do serviço civil britânico e indiano, contra a dura resistência da aristocracia. A seleção de acordo com os méritos, conforme determinada em exame ou outros testes educacionais, tornou-se o ideal geralmente aceito por todos, exceto pelos serviços públicos europeus mais arcaicos (tais como o do Papado e do Ministério do Exterior britânico) ou pelos mais democráticos, que tendiam – como nos Estados Unidos – a preferir a eleição em vez do exame como um critério de aptidão para os cargos públicos. Pois, como

outras formas de competição individualista, prestar exame era um recurso liberal, mas não democrático ou igualitário.

O principal resultado social da abertura da instrução ao talento foi, assim, paradoxal. Ele criou não a "sociedade aberta" da livre competição comercial, mas sim a "sociedade fechada" da burocracia; mas ambas, em suas várias formas, eram instituições características da era liberal burguesa. O *ethos* dos cargos mais altos do serviço civil do século XIX foi fundamentalmente o do iluminismo do século XVIII: maçônico e "josefiniano" na Europa Central e Oriental, napoleônico na França, liberal e anticlerical nos outros países latinos, e benthamista na Grã-Bretanha. A competição era transformada em promoção automática uma vez que o homem de mérito tivesse efetivamente conquistado seu lugar no serviço; embora a rapidez e a importância com que um homem fosse promovido ainda dependessem, na teoria, de seus méritos, a menos que o igualitarismo da corporação impusesse uma promoção pura em função da idade. À primeira vista, portanto, a burocracia parecia muito dessemelhante do ideal da sociedade liberal. E, ainda assim, os homens que exerciam os serviços públicos estavam unidos na consciência de terem sido selecionados por mérito, numa atmosfera predominante de integridade, eficiência prática e educação, e nas origens não aristocráticas. Até mesmo a rígida insistência na promoção automática (que chegou a ter um alcance absurdo na marinha britânica, que era uma organização bem da classe média) teve ao menos a vantagem de excluir o hábito tipicamente aristocrático e monárquico do favoritismo. Nas sociedades em que o desenvolvimento econômico se arrastava, o serviço público, portanto, fornecia uma alternativa para a ascensão das classes médias. * Não é por mero acidente que, em 1848, no Parlamento de Frankfurt, 68% de todos os deputados fossem funcionários civis (contra somente 12% de "profissionais liberais" e 2,5% de homens de negócios). [13]

Assim, foi uma sorte para quem pensava em fazer carreira o fato de que o período pós-napoleônico tenha sido em quase toda parte um período de crescimento marcante do aparelho e das atividades dos governos, embora fosse pouco extenso para absorver o número cada vez maior de cidadãos alfabetizados. Entre 1830 e 1850, os gastos públicos *per capita* aumentaram em 25% na Espanha, em 40% na França, em 44% na Rússia, em 50% na Bélgica, em 70% na Áustria, em 75% nos Estados Unidos e em mais de 90% na Holanda. (Só na Grã-Bretanha, nas colônias britânicas, na Escandinávia e em alguns Estados atrasados é que os gastos governamentais *per capita* permaneceram estáveis ou caíram durante este período, o do apogeu do liberalismo econômico.) [14] Isto não se deveu somente a esse consumidor óbvio de impostos, as forças armadas, que continuaram depois das guerras napoleônicas

* Todos os funcionários públicos dos romances de Balzac parecem pertencer ou estar ligados a famílias de pequenos empresários.

muito maiores do que antes, apesar da inexistência de guerras internacionais de maior importância: dos principais Estados, só a Grã-Bretanha e a França, em 1851, tinham um exército muito menor do que no auge do poderio de Napoleão em 1810, e em vários Estados – p.ex. a Rússia, a Espanha e diversos Estados italianos e alemães – os exércitos eram de fato maiores. O aumento dos gastos públicos deveu-se também ao desenvolvimento das velhas funções e à aquisição de novas por parte dos Estados. Pois é um erro elementar (não compartilhado por esses protagonistas lógicos do capitalismo, os "filósofos radicais" partidários de Bentham) acreditar que o liberalismo era hostil à burocracia. Ele era somente hostil à burocracia ineficaz, à interferência pública em assuntos que ficariam melhor se deixados para a empresa privada, e à tributação excessiva. O slogan liberal vulgar de um Estado reduzido às atrofiadas funções de um vigia noturno obscurece o fato de que o Estado destituído de suas funções ineficazes e inadequadas era um Estado muito mais poderoso e ambicioso do que antes. Por exemplo, já em 1848, era um Estado que tinha adquirido forças policiais modernas e freqüentemente nacionais: na França, desde 1798; na Irlanda, a partir de 1823; na Inglaterra, desde 1829; na Espanha (a Guarda Civil) a partir de 1844. Fora da Grã-Bretanha, era normalmente um Estado que tinha um sistema educacional público; fora da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, era um Estado que tinha ou estava a ponto de ter um serviço público de ferrovias; em toda parte, era um Estado que tinha um serviço postal cada vez maior para suprir as crescentes necessidades dos negócios e das comunicações privadas. O crescimento da população obrigou-o a manter um sistema judicial maior; o crescimento das cidades e dos problemas sociais urbanos, um maior sistema de administração municipal. Novas ou velhas, as funções governamentais eram desempenhadas cada vez mais por um único serviço nacional civil constituído de funcionários de carreira em regime de tempo integral, cujos últimos escalões eram promovidos e transferidos livremente pela autoridade central de cada país. Entretanto, enquanto um serviço eficiente deste tipo poderia reduzir o número de funcionários e o custo da administração através da eliminação da corrupção e do serviço em regime de meio expediente, ele criava uma máquina governamental muito mais formidável. As funções mais elementares do estado liberal, como a eficiência da avaliação e da coleta de tributos por um corpo de funcionários assalariados ou a manutenção de uma força policial rural, organizada regularmente em termos nacionais, teria parecido estar além dos sonhos mais loucos da maioria dos absolutismos pré-revolucionários. Da mesma forma, o nível de tributação, que realmente já era por vezes um imposto de renda gradativo,* que era tolerado pelo cidadão do estado liberal: em 1840, os gas-

* Na Grã-Bretanha, este fato foi temporariamente imposto durante as guerras napoleônicas e de maneira permanente a partir de 1842. Nenhum outro país de importância tinha seguido esta filosofia antes de 1848.

tos governamentais na Grã-Bretanha liberal foram quatro vezes tão grandes quanto na Rússia autocrática.

Poucos destes novos postos burocráticos equivaliam realmente à dragona do oficial que o proverbial soldado de Napoleão carregava em sua mochila como o primeiro passo para a obtenção do posto de general. Dos 130 mil servidores civis calculados para a França em 1839 [15], a grande maioria era de carteiros, professores, funcionários que recolhiam os impostos, oficiais de justiça e outros; até mesmo os 450 funcionários do Ministério do Interior e os 350 do Ministério das Relações Exteriores eram quase todos escriturários, um tipo de gente que, conforme se vê claramente na literatura desde Dickens até Gogol, não podia ser invejada, exceto talvez devido a seu privilégio de servidor público, à segurança que lhes dava a certeza de não morrer de fome e de sustentar um nível de vida inalterável. Os funcionários que alcançavam um nível social equivalente a uma boa carreira de classe média – financeiramente, nenhum funcionário honesto poderia aspirar mais do que o conforto decente – eram poucos. Mesmo hoje em dia, a "classe administrativa" de todo o funcionalismo civil britânico, que foi planejado pelos reformadores da metade do século XIX como o equivalente da classe média na hierarquia burocrática, não chega a mais de 3.500 ao todo.

Ainda assim, embora a situação do subfuncionário, do comerciário ou do escriturário fosse modesta, ela se achava muito acima da dos trabalhadores pobres. Seu trabalho não exigia esforço físico. Suas mãos limpas e seus colarinhos brancos os colocavam, embora simbolicamente, ao lado dos ricos. Normalmente, eles carregavam consigo a magia da autoridade pública. Perante eles, os homens e as mulheres tinham que formar filas para a obtenção dos documentos que registravam suas vidas; eles os liberavam ou os retinham; diziam-lhes o que podiam e o que não podiam fazer. Nos países mais atrasados (assim como nos Estados Unidos, com sua democracia), através deles, seus primos e sobrinhos podiam achar bons empregos; em muitos países não tão atrasados, eles tinham que ser subornados. Para inúmeras famílias camponesas e trabalhadoras, para as quais todos os demais caminhos de ascensão social estavam fechados, a burocracia, o ensino e o sacerdócio eram, ao menos teoricamente, himalaias que seus filhos podiam tentar alcançar.

As profissões liberais não estavam tão a seu alcance, pois, para se tornar um médico, um advogado, um professor (que na Europa continental significava tanto professor secundário quanto universitário) ou uma "outra categoria qualquer de pessoa de instrução de diversas atividades" [16], eram necessários longos anos de estudo ou excepcionais talento e oportunidade. Em 1851, a Grã-Bretanha tinha cerca de 16 mil advogados (sem contarmos os juízes) e só 1.700 estudantes de direito *; cerca de 17 mil médicos e cirurgiões e 3.500 estudantes de me-

* No continente europeu, o número e a proporção de advogados era constantemente maior.

dicina, menos que 3 mil arquitetos, cerca de 1.300 "editores e escritores". (O termo francês *journalist* ainda não fazia parte do conhecimento oficial.) O direito e a medicina eram as duas das grandes profissões tradicionais. A terceira, o sacerdócio, oferecia menos oportunidades do que se poderia esperar, ainda que somente devido ao fato de estar-se expandindo bem mais lentamente do que a população (com exceção dos pregadores das seitas protestantes). De fato, graças ao zelo anticlerical dos governos – José II suprimiu 359 abadias e conventos, os espanhóis em seus intervalos liberais fizeram todo o possível para suprimir todos eles – certas partes da profissão estavam em estado de regressão e não de expansão.

Só havia uma verdadeira saída: o ensino escolar elementar feito por leigos e religiosos. O número de professores, geralmente recrutados entre os filhos de camponeses, artesãos e de outras famílias modestas, não era absolutamente desprezível nos Estados Ocidentais: na Grã-Bretanha, em 1851, cerca de 76 mil homens e mulheres consideravam-se mestres ou mestras de escola ou professores privados, para não mencionarmos as 20 mil e tantas governantas, o único recurso bem conhecido de moças instruídas e sem dinheiro, incapazes ou relutantes em ganhar a vida em uma atividade menos respeitável. Além do mais, o ensino era não só uma profissão ampla mas em expansão. Era mal remunerada, mas fora dos países mais positivistas como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o professor primário era, com razão, uma figura popular, pois se alguém representava o ideal de uma era em que, pela primeira vez, os homens e as mulheres do povo olhavam por cima de suas cabeças e viam que a ignorância podia ser dissipada, esse alguém era certamente o homem ou a mulher cuja vida e vocação era dar às crianças as oportunidades que seus pais nunca haviam tido, abrir-lhes o mundo, infundir-lhes a verdade e a moralidade.

Claro está que a carreira mais francamente aberta ao talento era a dos negócios. E em uma economia que se expandia rapidamente, as oportunidades de negócios eram cada vez maiores. A pequena escala de muitas empresas, a predominância dos subcontratos, das vendas e compras modestas tornavam-no relativamente fáceis. Ainda assim, nem as condições materiais, sociais ou culturais eram propícias para os pobres. Em primeiro lugar – um fato constantemente desprezado pelos bem-sucedidos – a evolução da economia industrial dependia de se criar mais depressa trabalhadores assalariados do que empregadores ou empregados autônomos. Para cada homem que ascendia no mundo dos negócios, um grande número necessariamente descia. Em segundo lugar, a independência econômica exigia qualificações técnicas, atitudes de espírito, ou recursos financeiros (mesmo que modestos) que a maioria dos homens e mulheres não possuía. Os que tinham a sorte de possuí-los – por exemplo, os membros de certas minorias religiosas ou seitas, cuja aptidão para tais atividades é bem conhecida dos sociólogos – poderiam sair-se bem: a maioria dos servos de Ivanovo – a "Manchester russa" – que se tornaram fabricantes têxteis pertenciam à seita dos "Velhos Crentes". [17] Mas estaria inteiramente fora

da realidade esperar que os que não possuíam estas condições – por exemplo, a maioria dos camponeses russos – fizessem o mesmo ou pensassem sequer em competir com aqueles.

III

Nenhuma parcela da população saudou com maior efusão a abertura da carreira a qualquer espécie de talento do que as minorias que tinham, até então, sido excluídas da eminência, não somente por não serem bem-nascidas, mas também por sofrerem uma discriminação coletiva e oficial. O entusiasmo com que os protestantes franceses se atiraram à vida pública durante e depois da Revolução só foi superado pela vulcânica erupção de talento entre os judeus ocidentais. Antes da emancipação preparada pelo racionalismo do século XVIII e trazida pela Revolução Francesa, só havia dois caminhos de ascensão para os judeus: o comércio ou as finanças, e a interpretação da sagrada lei, e ambos confinavam-nos em suas fechadas comunidades – os "guetos" – das quais só um punhado de "judeus da corte" ou outros homens ricos semi-emergiram, evitando – até mesmo na Grã-Bretanha e na Holanda – se expor demasiadamente à perigosa e impopular luz da celebridade. Este emergir não era impopular somente entre incrédulos brutais e bêbados que, em conjunto, se opunham a aceitar a emancipação judaica. Séculos de opressão social tinham enclausurado a comunidade judaica em si mesma, rechaçando qualquer passo fora de suas rígidas ortodoxias como descrença e traição. Os pioneiros da liberalização dos judeus durante o século XVIII, na Alemanha e na Áustria, notadamente Moisés Mendelssohn (1729-1786), foram qualificados de desertores e ateus.

A grande massa judia, que habitava os crescentes "guetos" da parte oriental do antigo Reino da Polônia e Lituânia, continuava a levar suas autocontidas e receosas vidas entre os hostis camponeses, dividida somente em sua fidelidade entre os eruditos rabinos intelectuais da ortodoxia lituana e os estáticos e pobres Chassidim. É característico que de 46 revolucionários galicianos presos pelas autoridades austríacas em 1834, somente *um* fosse judeu. [18] Mas nas comunidades menores do Ocidente, os judeus agarravam suas novas oportunidades com ambas as mãos, até mesmo quando o preço que tinham que pagar por elas era um batismo nominal, como ainda era o caso nos países semi-emancipados, ao menos para os postos oficiais. Os homens de negócios não necessitavam nem mesmo disto. Os Rothschild, reis do judaísmo internacional, não foram apenas ricos. Isto, eles poderiam tê-lo sido até mesmo antes, embora as transformações militares e políticas do período criassem oportunidades sem precedentes para as finanças internacionais. Agora eles também poderiam *ser vistos como ricos*, ocupando uma posição social grosseiramente proporcional à sua riqueza, e até mesmo podendo aspirar à nobreza que os príncipes eu-

ropeus de fato começaram a conceder-lhes em 1816. (Em 1823 seriam promovidos a barões hereditários pelos Habsburgo.)

Mais surpreendente que a riqueza dos judeus foi o florescimento do seu talento nas artes seculares, nas ciências e nas profissões. Pelos padrões do século XX, este talento ainda era modesto, embora já em 1848 houvesse alcançado a maturidade a maior inteligência judia e o mais bem-sucedido político judeu do século XIX: Karl Marx (1818-1883) e Benjamin Disraeli (1804-1881). Não havia grandes cientistas judeus e somente alguns matemáticos de alta reputação, embora não chegassem à eminência total. Tampouco Meyerbeer (1791-1864) e Mendelson-Bartholdy (1809-1847) eram compositores da mais alta estirpe contemporânea, embora entre os poetas Heinrich Heine (1797-1856) possa figurar entre os melhores de seu tempo. Até então não havia qualquer pintor judeu de importância, nem tampouco grandes músicos ou maestros judeus, e somente uma artista de teatro de renome, a atriz Râchel (1821-1858). Mas, de fato, a produção de gênios não é o critério para se avaliar a emancipação de um povo, que melhor se mede pela repentina abundância de judeus menos eminentes participantes da vida pública e cultural da Europa Ocidental, especialmente na França e, acima de tudo, nos estados alemães, que forneceram a linguagem e a ideologia que pouco a pouco fechavam o vão existente entre ó medievalismo e o século XIX, abrindo caminho para os imigrantes judeus provenientes do interior.

A dupla revolução proporcionou aos judeus a sensação mais próxima à igualdade que os judeus jamais tinham gozado em uma sociedade cristã. Os que agarraram a oportunidade nada mais desejavam senão ser "assimilados" pela nova sociedade, e suas afinidades eram, por razões óbvias, esmagadoramente liberais. Ainda assim, a situação dos judeus era incerta e incômoda, ainda que o anti-semitismo endêmico das massas exploradas, que agora freqüentemente identificava de imediato o judeu e o "burguês" * não fosse seriamente explorado pelos políticos demagogos. Na França e na Alemanha Ocidental (mas não em outras partes), alguns judeus jovens sonhavam com uma sociedade ainda mais perfeita: havia um marcante elemento judeu no saint-simonismo francês (Olinde Rodrigues, os irmãos Pereire, Léon Halévy, d'Eichthal) e, com menor intensidade, no comunismo alemão (Moisés Hess, o poeta Heine e, obviamente, Marx, que entretanto demonstrava uma total indiferença por suas origens e parentescos judaicos).

A situação dos judeus tornava-os excepcionalmente preparados para serem assimilados pela sociedade burguesa. Eles eram uma minoria. Eram esmagadoramente urbanos, a ponto de estarem altamente imunizados contra as doenças da urbanização. Nas cidades, sua morbidez e mortalidade mais baixas já eram notadas pelos estatísticos. Eram homens cultos e à margem da agricultura. Uma enorme proporção deles já estava envolvida nas profissões livres ou nas atividades comerciais. Sua própria posição os obrigava constantemente a considerar as novas situações e idéias, ainda que só para detectar a ameaça latente que podiam trazer de maneira implícita. A grande massa dos povos do mundo, por outro lado, achava muito mais difícil ajustar-se à nova sociedade.

* O bandoleiro alemão, Schinderhannes (Johannes Bueckler, 1777-1803) obteve muita popularidade ao eleger muitos judeus como vítimas, e em Praga a intranqüilidade industrial na década de 1840 também tomou um caráter anti-semita. (Viena, Verwaltungsarchiv, Polizeihofstelle 1186-1845.)

Isto se dava, em parte, porque a sólida armadura do costume impossibilitava-lhes entender o que se esperava deles – como os jovens cavalheiros argelianos, levados a Paris para adquirir uma educação européia na década de 1840, que se sentiram chocados ao descobrir que tinham sido convidados para irem à capital do reino para algo que não era o contato social com o rei e a nobreza, que eles sabiam ser seu dever. Além do mais, a nova sociedade não facilitava o ajustamento. Os que aceitavam as evidentes bênçãos da civilização da classe média e das maneiras da classe média podiam gozar de seus benefícios livremente; os que as recusavam ou não eram capazes de obtê-las simplesmente não contavam. Havia mais do que um mero preconceito político na insistência sobre a livre propriedade que caracterizava os governos liberais moderados de 1830; o homem que não tivesse demonstrado a habilidade de chegar a proprietário não era um homem completo e, portanto, dificilmente poderia ser um cidadão completo. Os extremos desta atitude ocorriam nos lugares onde a classe média européia se punha em contato com o pagão incrédulo, tentando convertê-lo, através de missionários sem sofisticação intelectual, às verdades do cristianismo, ao comércio e ao uso de trajes civilizados (entre tais objetivos não havia uma distinção aguda), ou impondo-lhe as verdades da legislação liberal. Se ele as aceitasse, o liberalismo (em se tratando de revolucionários franceses) estava perfeitamente preparado para conceder-lhe a plena cidadania com todos os seus direitos, ou (em se tratando de um britânico) a esperança de chegar a ser um dia tão bom quanto um inglês. A atitude reflete-se perfeitamente no *senatus-consulte* de Napoleão III que, alguns anos depois do final de nosso período, mas ainda dentro de seu espírito, abria as portas da cidadania francesa ao argelino: "Ele pode, a seu pedido, usufruir dos direitos de cidadão francês e, neste caso, ele é regido pelas leis civis e políticas da França".[19] Na verdade, tudo o que ele tinha a fazer era renunciar ao islamismo; se ele assim não o quisesse – e poucos quiseram – então ele continuaria a ser um súdito e não um cidadão.

O absoluto desprezo dos "civilizados" pelos "bárbaros" (que incluía a massa dos trabalhadores pobres do próprio país)[20] baseava-se neste sentimento de superioridade declarada. O mundo da classe média estava livremente aberto a todos. Portanto, os que não conseguiam cruzar seus umbrais demonstravam uma falta de inteligência pessoal, de força moral ou de energia que, automaticamente, os condenava, ou

na melhor das hipóteses, uma herança racial ou histórica que deveria invalidá-los eternamente, como se já tivessem feito uso, para sempre, de suas oportunidades. O período que culminou por volta da metade do século foi, portanto, uma época de insensibilidade sem igual, não só porque a pobreza que rodeava a respeitabilidade da classe média era tão chocante que o homem rico preferia não vê-la, deixando que seus horrores provocassem impacto apenas sobre os visitantes estrangeiros (como é o caso hoje em dia das favelas da Índia), mas também porque os pobres, como os bárbaros do exterior, eram tratados como se não fossem seres humanos. Se seu destino era o de se tornarem trabalhadores industriais, eles eram simplesmente massa que deveria ser modelada pela disciplina através da pura coerção, sendo a draconiana disciplina fabril suplementada com a ajuda do Estado. (É bastante característico que a opinião da classe média contemporânea não percebesse qualquer incompatibilidade entre o princípio de igualdade perante a lei e os códigos trabalhistas deliberadamente discriminatórios que, como no caso do Código Britânico de Patrões e Empregados, de 1823, puniam os trabalhadores com a prisão por quebra de contrato e os empregadores com modestas multas, se tanto.) [21] Eles deveriam estar constantemente à beira da indigência, porque, caso contrário, não trabalhariam, sendo inacessíveis às motivações "humanas". "É no próprio interesse do trabalhador", disseram os empregadores a Villermé no final da década de 1830, "que ele deve estar sempre fustigado pela necessidade, pois assim ele não dará a seus filhos um mau exemplo, e sua pobreza será uma garantia de sua boa conduta". [22] Contudo, havia pobres em demasia para seu próprio bem, mas era de se esperar que os efeitos da lei de Malthus matassem de fome um número suficiente deles para que se estabelecesse um máximo viável, a menos que, naturalmente *per absurdum*, os pobres estabelecessem seus próprios limites racionais no crescimento da população, refreando uma complacência excessiva na procriação.

Era pequeno o passo a ser dado desta atitude para o reconhecimento formal da desigualdade que, como afirmou Henri Baudrillart em sua conferência inaugural no Collège de France em 1835, era um dos três pilares da sociedade humana, sendo que os outros dois eram a propriedade e a herança. [23] A sociedade hierárquica era, assim, reconstruída sobre os princípios da igualdade formal. Mas havia perdido o que a fazia tolerável no passado, a convicção social geral de que os homens tinham deveres e direitos, de que a virtude não era simplesmente equivalente ao dinheiro, e de que as classes mais baixas, embora baixas, tinham direito a suas modestas vidas na condição social a que Deus os havia chamado.

Décimo-Primeiro Capítulo

OS TRABALHADORES POBRES

Todo fabricante vive em sua fábrica como os plantadores coloniais no meio de seus escravos, um contra uma centena, e a subversão de Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos. ...Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão nem no Cáucaso nem nas estepes tártaras; estão nos subúrbios de nossas cidades industriais. ...A classe média deve reconhecer claramente a natureza da situação e saber onde está pisando. Saint-Marc Girardin, *in Journal de Débats*, 8 de dezembro de 1931.

Pour governer il faut avoir
Manteaux ou rubans en sautoir (bis)
Nous en tissons pour vous, grands de la terre,
Et nous, pauvres canuts, sans drap on nous enterre.
C'est nous les canuts
Nous sommes tout nus. (bis)
Mais quand notre règne arrive
Quand votre règne finira.
Alors nous tisserons le linceul du vieux monde
Car on entend déjà la revolte qui gronde.
C'est nous les canuts
*Nous n'irons plus tout nus.**
Canção dos tecelões de Lyon

I

Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa e não mais efetivamente protegidos nas regiões ainda inacessíveis da sociedade tradicional. Eles podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar.

* Em francês no original: "Para governar é preciso ter/Mantos ou condecorações em brasões/Nós tecemos para vós, grandes da terra,/E nós, pobres operários, sem lençol onde nos deitarmos./Somos nós os operários/Nós estamos nus./Porém, quando chegar o nosso reino/Quando o vosso reino terminar./Então nós teceremos a mortalha do velho mundo/Porque já se percebe a revolta que troa./Somos nós os operários/Não estaremos mais nus." *(N.T.)*

A primeira possibilidade, como já vimos, não só era tecnicamente difícil para quem carecia de um mínimo de bens ou de instrução, como era também profundamente desagradável. A introdução de um sistema individualista puramente utilitário de comportamento social, a selvagem anarquia da sociedade burguesa, teoricamente justificada por seu lema "cada um por si e Deus por todos"*, parecia aos homens criados nas sociedades tradicionais pouco melhor do que a maldade desenfreada. "Em nossa época", disse um dos desesperados tecelões da Silésia que se revoltaram em vão contra o próprio destino em 1844, [1] "os homens inventaram excelentes maneiras de enfraquecer e minar suas próprias existências. Mas, meu Deus, ninguém mais pensa no Sétimo Mandamento, que determina e proíbe o seguinte: Não roubarás. Nem têm em mente as palavras de Lutero, quando ele diz: Amaremos e temeremos o Senhor, assim como não roubaremos a propriedade de nosso vizinho nem o seu dinheiro, nem os obteremos por meios falsos e sim, pelo contrário, devemos ajudá-lo a conservar e melhorar sua existência e sua propriedade." Este homem falava por todos aqueles que se viam arrastados para um abismo pelos que representavam as forças do inferno. Eles não pediam muito. ("Os ricos costumavam tratar os pobres com benevolência, e os pobres viviam de maneira simples, pois naquela época as classes mais baixas necessitavam de muito menos para comprar roupas e fazer outras despesas do que hoje em dia.") Mas até mesmo este modesto lugar na ordem social estava agora, ao que parecia, para lhes ser tomado.

Daí, sua resistência até mesmo às propostas mais racionais da sociedade burguesa, que estavam de braços dados com a desumanidade. Os nobres rurais apresentaram o sistema Speenhamland, ao qual os trabalhadores se agarraram, embora os argumentos econômicos contra ele fossem contundentes. Como meio de minorar a pobreza, a caridade cristã era tão má como inútil, como se podia ver nos Estados papais, que a tinham em grande abundância. Mas era popular não só entre os ricos tradicionalistas, que a fomentavam como salvaguarda contra o perigo dos direitos iguais (propostos por "aqueles sonhadores que sustentam que a natureza criou os homens com direitos iguais e que as distinções sociais devem ser fundamentadas puramente na utilidade comum" [2], mas também entre os pobres tradicionalistas, que estavam profundamente convencidos de que tinham um *direito* às migalhas que caíam da mesa dos ricos. Na Grã-Bretanha, um abismo dividia os expoentes das sociedades amistosas da classe média, que viam nelas uma forma de auto-ajuda individual, e os pobres, que as tratavam também e primordialmente como *sociedades*, com reuniões sociais, cerimônias, rituais e festividades, em detrimento de sua integridade militante.

Esta resistência foi reforçada pela oposição até mesmo de burgueses a alguns aspectos da pura e livre competição individual que não os

* No original: "every man for himself and the devil take the hindmost". (*N.T.*)

beneficiavam. Ninguém era mais devoto do individualismo do que o bronco fazendeiro ou fabricante americano, e nenhuma Constituição mais oposta do que a deles – ou assim acreditavam seus advogados até o século XX – a tais interferências na liberdade, como a legislação federal sobre o trabalhador menor de idade. Mas ninguém estava mais firmemente empenhado, como já vimos, na proteção "artificial" de seus negócios. Um dos principais benefícios que eram esperados da empresa privada e da livre iniciativa era a nova maquinaria. Mas não apenas operários "destruidores de máquinas" se ergueram contra ela: os negociantes e fazendeiros de menor porte simpatizavam com eles porque também consideravam os inovadores como destruidores da existência dos homens. De fato, às vezes, os fazendeiros deixavam suas máquinas ao alcance dos revoltosos para que fossem destruídas, e o governo foi obrigado a enviar uma circular redigida com palavras ásperas, em 1830, para enfatizar que "as máquinas têm tanto direito à proteção da lei quanto quaisquer outros itens patrimoniais". [3] A própria hesitação e a dúvida com que, fora das fortalezas da confiança liberal-burguesa, o novo empresário desempenhava sua histórica tarefa de destruir a ordem moral e social fortaleciam a convicção do homem pobre.

Logicamente, havia trabalhadores que davam o melhor de si para se unir às classes médias, ou ao menos para seguir os preceitos de poupança, de auto-ajuda e automelhoria. A literatura moral e didática da classe média radical, os movimentos de moderação e o esforço protestante estão cheios deste tipo de homem cujo Homero era Samuel Smiles. De fato, estas associações atraíam e talvez encorajavam o jovem ambicioso. O Seminário Royton de Moderação, fundado em 1843 (limitado a meninos – a maioria deles trabalhadores de algodão – que tinham feito voto de abstinência, se recusavam a participar de jogos a dinheiro e viviam com uma estrita moralidade), havia criado em 20 anos de existência cinco mestres tecedores de algodão, um sacerdote, dois gerentes de fábricas de algodão na Rússia "e muitos outros tinham alcançado posições de respeito, como gerentes, inspetores, mecânicos, mestre de escola diplomados, ou tinham-se tornado respeitáveis donos de lojas". [4] Claramente, estes fenômenos eram menos comuns fora do mundo anglo-saxônico, onde o caminho para fora da classe trabalhadora (a não ser através da emigração) era muito mais estreito – nem mesmo na Grã-Bretanha se podia dizer que fosse amplo – e a influência moral e intelectual da classe média radical sobre o trabalhador qualificado era menor.

Por outro lado, havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. Destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, como poderiam muitos deles deixar de cair no abismo dos recursos de sobrevivência, em que as famílias penhoravam a cada semana seus cobertores até o dia do pagamento, e

em que o álcool era "a maneira mais rápida para se sair de Manchester" (ou de Lille ou de Borinage). O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou "uma peste de embriaguez" [5] em toda a Europa. Talvez os inúmeros contemporâneos que deploravam o crescimento da embriaguez, como o da prostituição e de outras formas de promiscuidade sexual, estivessem exagerando. Contudo, a repentina aparição, até 1840, de sistemáticas campanhas de agitação em prol da moderação, entre as classes médias e trabalhadoras, na Inglaterra, Irlanda e Alemanha, mostra que a preocupação com a desmoralização não era nem acadêmica nem tampouco limitada a uma única classe. Seu sucesso imediato teve pouca duração, mas durante o restante do século a hostilidade à embriaguez permaneceu como algo que tanto patrões quanto movimentos trabalhistas tinham em comum. *

Mas naturalmente os contemporâneos que deploravam a desmoralização dos novos pobres industrializados e urbanos não estavam exagerando. Tudo concorria para aumentar esta desmoralização. As cidades e as área industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora. [6] A conseqüência mais patente desta deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente transmitidas pela água), notadamente a *cólera*, que reconquistou a Europa a partir de 1831 e varreu o continente de Marselha a São Petersburgo em 1832 e novamente mais tarde. Para darmos um só exemplo: em Glasgow, o tifo "não chamou a atenção até 1818". [7] Daí em diante, ele cresceu. Houve duas grandes epidemias (o tifo e a cólera) na cidade na década de 1830, três (o tifo, a cólera e a febre recurrente) na década de 1840, duas na primeira metade da década de 1850, até que o aperfeiçoamento urbano acabou com uma geração de desleixo. Os terríveis efeitos deste descuido foram tremendos, mas as classes média e alta não o sentiram. Em nosso período, o desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia. A divisão das grandes cidades européias, de caráter quase universal, em zonas ricas localizadas a oeste e zonas pobres localizadas a leste se desenvolveu neste período.** E que instituições sociais, exceto a taverna e talvez a capela, foram criadas nestas novas aglomerações de trabalhadores, a não ser pela própria iniciativa dos trabalhadores? Só depois de 1848, quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos, e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática.

A bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social, graças em grande parte ao trabalho pioneiro na época daquilo que hoje em dia seria chamado de medicina social. * O mesmo se deu em relação ao aumento da criminalidade e da violência crescente e freqüentemente despropositada que era uma espécie de ação pessoal cega contra as forças que ameaçavam engolir os elementos passivos. A difusão de seitas e cultos de caráter místico e apocalítico durante este período (cf. capítulo 12) indica uma incapacidade semelhante em lidar com os terremotos da sociedade que destroçavam vidas humanas. As epidemias de cólera, por exemplo, provocaram renascimentos religiosos na católica cidade de Marselha, bem como no País de Gales, de maioria protestante.

Todas estas formas de distorções do comportamento social tinham algo comum entre si, e incidentalmente com a "auto-ajuda". Eram tentativas de escapar do destino de ser um trabalhador pobre ou, na melhor das hipóteses, de aceitar ou de esquecer a pobreza e a humilhação. Os que acreditavam na ressurreição, os bêbados, os criminosos, os lunáticos, os vagabundos ou os pequenos negociantes ambiciosos desviavam os olhos das condições da coletividade e (com a exceção dos últimos) se sentiam apáticos em relação à possibilidade de uma ação coletiva. Na história de nosso período, esta apatia da massa desempenha um papel muito mais importante do que se supõe. Não é um mero acidente o fato de que os menos qualificados, os menos instruídos, os menos organizados e, portanto, os menos esperançosos dentre os pobres, naquela época como mais tarde, fossem os mais apáticos: nas eleições de 1848 na cidade prussiana de Halle, 81% dos artesãos independentes e 71% dos pedreiros, carpinteiros e outros traba-

* Esta hostilidade não era verdadeira em relação à cerveja, ao vinho ou outras bebidas que faziam parte da costumeira dieta cotidiana dos homens. Esta hostilidade se restringia, em grande parte, às seitas protestantes anglo-saxônicas.

** "As circunstâncias que obrigam os trabalhadores a saírem do centro de Paris têm tido geralmente, como já se observou, efeitos deploráveis sobre seu comportamento e sua moral. No passado, eles costumavam habitar os andares mais altos dos edifícios cujos andares mais baixos eram habitados por comerciantes e outros membros das classes relativamente confortáveis. Estabelecia-se então uma espécie de solidariedade entre os inquilinos de um mesmo prédio. Os vizinhos se ajudavam nas mínimas coisas. Quando doentes ou desempregados, os trabalhadores podiam encontrar muito apoio dentro do prédio, enquanto que, por outro lado, uma espécie de sentimento de respeito humano imbuía os hábitos da classe trabalhadora com uma certa regularidade." Esta citação foi retirada de um relatório da Câmara de Comércio e da Chefatura de Polícia, mas a novidade da segregação está muito bem apresentada. [8]

* A extensa lista de médicos a quem devemos tantos de nossos conhecimentos daquela época – e do seu subseqüente aperfeiçoamento – contrasta vivamente com a indiferença e a crueldade da opinião burguesa. Villermé e os colaboradores dos *Anais de Higiene Pública*, que ele fundou em 1829, Kay, Thackrah, Simon, Gaskell e Farr, na Grã-Bretanha, e vários na Alemanha, merecem ser mais lembrados do que de fato o são hoje em dia.

lhadores qualificados de construção votaram, mas somente 46% dos trabalhadores das fábricas e ferrovias, dos lavradores, dos serviçais domésticos etc. o fizeram. [9]

II

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranqüilidade revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua conseqüência direta.

Entre 1815 e 1848, nenhum observador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era assustadora. E já em 1840 esses observadores eram muitos e advertiam que tal situação piorava cada vez mais. Na Grã-Bretanha, a teoria populacional de Malthus, que sustentava que o crescimento da população superaria inevitavelmente o crescimento dos meios de subsistência, baseava-se nesta observação e era reforçada pelos argumentos dos economistas ricardianos. Os que tinham um ponto de vista mais auspicioso a respeito das perspectivas da classe trabalhadora eram menos numerosos e tinham menos talento do que os que tinham uma visão pessimista. Na década de 1830, na Alemanha, a crescente pauperização do povo foi o tema específico de pelo menos 14 publicações diferentes, e o debate relativo a se "as reclamações sobre o crescente empobrecimento e a escassez de alimentos" eram justificadas serviu de base para um concurso de ensaios acadêmicos, sendo que o melhor deles receberia um prêmio. (Dez dos dezesseis competidores pensavam que tais reclamações eram justas, e somente dois deles achavam que não.) [10] A predominância destas opiniões é, em si mesma, uma prova da miséria universal e aparentemente sem esperanças dos pobres.

Sem dúvida, a verdadeira pobreza era pior no campo, e especialmente entre os trabalhadores assalariados que não possuíam propriedades, os trabalhadores rurais domésticos, e, é claro, entre os camponeses pobres ou entre os que viviam da terra infértil. Uma má colheita, como as de 1789, 1795, 1817, 1832 e 1847, ainda trazia a verdadeira fome, até mesmo sem a intervenção de outras catástrofes adicionais como a competição das mercadorias britânicas de algodão, que destruiu a base da indústria silesiana de fibras de linho. Depois da arruinada safra de 1813 na Lombardia, muitas pessoas se mantiveram vivas somente graças à alimentação baseada em adubo e feno, pão feito de folhas de feijão e de frutas silvestres. [11] Um mau ano como o de 1817, mesmo na tranqüila Suíça, pôde produzir um excesso real de mortes sobre os nascimentos. [12] A fome européia de 1846-8 se torna pálida

diante do cataclismo da fome irlandesa (cf. capítulo 8-V), mas nem por isso foi menos real. Na Prússia Oriental e Ocidental, em 1847, um-terço da população deixara de comer pão, e se alimentava somente de batatas. [13] Nas austeras, respeitáveis e empobrecidas aldeias manufatureiras das montanhas da Alemanha Central, onde homens e mulheres se sentavam em compridos troncos, possuíam poucas roupa de cama, e usavam canecas de barro ou de latão por falta de vidro, a população tinha-se tornado tão acostumada à dieta de batatas e de café ralo que durante os tempos de fome os componentes dos servidores de socorro tinham que ensinar-lhes a comer ervilhas e mingau. [14] A fome e o tifo devastavam os campos de Flanders e da Silésia, onde os tecelões de linho da aldeia travavam uma batalha desesperada contra a moderna indústria.

Mas, de fato, a miséria – a miséria crescente, como pensavam muitos – que chamava tanto a atenção, tão próxima da catástrofe total como a miséria irlandesa, era a das cidades e zonas industriais onde os pobres morriam de fome de uma maneira menos passiva e menos oculta. Se suas verdadeiras rendas estavam caindo é ainda um assunto de debate histórico, embora, como já vimos, não possa haver dúvida de que a situação geral dos pobres nas cidades se deteriorava. As variações entre uma e outra região, entre os diversos tipos de trabalhadores e entre os diferentes períodos econômicos, bem como a deficiência das estatísticas, tornam difícil que as questões sejam respondidas de uma maneira decisiva, embora qualquer significativa melhora geral possa ser excluída antes de 1848 (ou talvez antes de 1844, na Grã-Bretanha) e o hiato entre os ricos e os pobres certamente estivesse crescendo de uma maneira bastante clara. A época em que a Baronesa de Rothschild usou um milhão e meio de francos em jóias no baile de máscaras do Duque de Orleans, em 1842, era a mesma em que John Bright assim descreveu as mulheres de Rochdale: "2 mil mulheres e moças passaram pelas ruas cantando hinos – um espetáculo surpreendente e singular – chegando às raias do sublime. Assustadoramente famintas, devoravam uma bisnaga de pão com indescritível sofreguidão, e se o pedaço de pão estivesse totalmente coberto de lama seria igualmente devorado com avidez". [15]

De fato, é provável que houvesse alguma deterioração generalizada em grandes partes da Europa, pois não só as instituições urbanas, como já vimos, e os serviços sociais não conseguiam acompanhar o ritmo da impetuosa e inesperada expansão, como também os salários começaram a diminuir a partir de 1815, e a produção e o transporte de alimentos provavelmente decresceu em muitas das grandes cidades até a era da estrada de ferro. [16] Os malthusianos baseavam seu pessimismo em agravamentos desta ordem. Mas fora as circunstâncias agravantes, a simples mudança da dieta alimentar tradicional do homem pré-industrial pela mais austera do industrial e urbanizado era capaz de levar a uma alimentação pior, na mesma medida em que o trabalho e a vida urbana eram capazes de levar a condições de saúde também pio-

res. A extraordinária diferença na aptidão física e saúde entre a população agrícola e industrial (e, claro está, entre as classes alta, média e trabalhadora), na qual os estatísticos franceses e ingleses fixaram sua atenção, se devia claramente a este fato. A expectativa média de vida, na década de 1840, era duas vezes maior entre os trabalhadores rurais de Wiltshire e Rutland do que entre os trabalhadores de Manchester ou de Liverpool. Mas – para citarmos somente um exemplo – "até que o vapor fosse introduzido no trabalho, já no final do último século, a doença dos pulmões causada pelas partículas de aço e pó em suspensão no ar era conhecida apenas nas cutelarias de Sheffield". Já em 1841, 50% de todos os polidores de metais com a idade de 30 anos, 79% de todos eles com a idade de 40 anos, e 100% deles com mais de 50 anos tiveram seus pulmões dilacerados por esta doença. [17]

Além do mais, a troca na economia transferiu e deslocou grandes núcleos de trabalhadores, às vezes para seu próprio benefício, mas quase sempre para sua desgraça. Grandes massas da população continuavam até então sem ser absorvidas pelas novas indústrias e cidades, como um substrato permanente de pobreza e desespero, e também as grandes massas eram periodicamente atiradas ao desemprego pelas crises que, até então, mal eram reconhecidas como temporárias e repetitivas. Dois-terços dos trabalhadores na indústria têxtil de Bolton (1842) e de Roubaix (1847) seriam despedidos de seus empregos devido a estes colapsos. [18] Vinte por cento dos de Nottingham e um-terço dos de Paisley seriam também despedidos. [19] Um movimento como o cartismo na Grã-Bretanha fracassaria repetidas vezes sob sua fraqueza política. Em diversas ocasiões, a fome pura e simples – o intolerável fardo que pesava sobre milhões de trabalhadores pobres – o faria renascer.

Em acréscimo a estas tempestades generalizadas, catástrofes específicas explodiam sobre as cabeças dos diversos tipos de trabalhadores pobres. A fase inicial da revolução industrial, como já vimos, não levou todos os trabalhadores para as fábricas mecanizadas. Pelo contrário, em torno dos poucos setores mecanizados da produção em grande escala, ela multiplicou o número de artesãos pré-industriais, de certos tipos de trabalhadores qualificados, e do exército de mão-de-obra doméstica, freqüentemente melhorando suas condições, especialmente durante os longos anos de escassez de mão-de-obra no período das guerras. Nas décadas de 1820 e 1830, o avanço impessoal e poderoso da máquina e do mercado começou a deixá-los de lado. Na melhor das hipóteses, este fato fazia com que homens independentes se transformassem em dependentes, e que pessoas se transformassem em "mãos". Na pior das hipóteses, e a mais freqüente, criava multidões de desclassificados, empobrecidos e famintos tecelões manuais, tecelões mecânicos e etc., cuja miséria gelava o sangue do economista mais insensível. Não se tratava de uma ralé ignorante e desqualificada. Comunidades semelhantes às dos tecelões de Dunfermline e Norwich, que se desfizeram e se dispersaram na década de 1830, os fabricantes

de móveis de Londres, cujas antiquadas "listas de preços" se tornaram papéis molhados, à medida em que eles se afundavam no pantanal das úmidas oficinas, os artífices do continente que se transformaram em proletários itinerantes, os artesãos que perderam sua independência, haviam sido estes os mais habilitados, os mais instruídos, os mais autoconfiantes, em suma, a flor da classe trabalhadora.* Eles não entendiam o que lhes ocorria e era natural que tratassem de descobri-lo, e mais natural ainda que protestassem.**

Materialmente, é provável que o novo proletariado fabril tivesse condições algo melhores. Por outro lado, não era livre, encontrava-se sob o rígido controle e a disciplina ainda mais rígida imposta pelo patrão ou por seus supervisores, contra quem realmente não tinha quaisquer recursos legais e só alguns rudimentos de proteção pública. Eles tinham que trabalhar por horas ou turnos, aceitar os castigos e multas com as quais os patrões impunham suas ordens ou aumentavam seus lucros. Em áreas isoladas ou nas indústrias, tinham que fazer compras na loja do patrão, freqüentemente recebendo seus pagamentos em *mercadorias miúdas* (permitindo, assim, que os empregadores inescrupulosos aumentassem ainda mais os seus lucros), ou eram obrigados a morar em casas fornecidas pelo patrão. Sem dúvida o jovem da cidade achava que sua vida era tão dependente e depauperada quanto a de seus pais, e nas indústrias do continente europeu com uma forte tradição paternalista, o despotismo do patrão era, ao menos em parte, contrabalançado pela segurança, instrução e serviços de bem-estar social que por vezes o patrão fornecia. Mas para o homem livre, entrar em uma fábrica na qualidade de uma simples "mão" era entrar em algo um pouco melhor que a escravidão, e todos, exceto os mais famintos, tratavam de evitá-lo, e quando não tinham mais remédio, tendiam a resistir contra a disciplina cruel de uma maneira muito mais consistente do que as mulheres e as crianças, a quem os proprietários de fábricas davam, por isso, preferência. Na década de 1830 e em parte na década de 1840, pode-se afirmar que até mesmo a situação material do proletariado fabril apresentou uma tendência a se deteriorar.

Qualquer que fosse a verdadeira situação dos trabalhadores pobres, não pode haver nenhuma dúvida de que todos aqueles que pensavam um pouco sobre a sua situação – i.e., que aceitavam as aflições dos pobres como parte do destino e do eterno rumo das coisas –

* De 195 tecelões adultos de Gloucestershire, em 1840, somente 15 não sabiam ler ou escrever, mas dos rebeldes presos nas zonas industriais de Lancashire, Cheshire e Staffdordshire, em 1842, somente 13% sabiam ler e escrever bem, e 32% sabiam fazê-lo com imperfeição. [19a]

** "Cerca de um terço da população trabalhadora... é formada por tecelões e operários, cujos rendimentos médios não chegam a ser suficientes para criar e sustentar suas famílias sem a ajuda paroquial. É esta fração da comunidade, em sua maioria decente e respeitável, que mais está sofrendo com a depressão dos salários, e a injustiça dos tempos. É a esta classe de meus pobres concidadãos que desejo recomendar o sistema de cooperação." (F. Baker, Primeira Palestra sobre a Cooperação, Bolton 1830.)

consideravam que o trabalhador era explorado pelo rico, que cada vez mais enriquecia, ao passo que os pobres ficavam ainda mais pobres. E que os pobres sofriam *porque* os ricos se beneficiavam. O mecanismo social da sociedade burguesa era profundamente cruel, injusto e desumano. "Não pode haver riqueza sem trabalho" escreveu o jornal *Lancashire Co-operator*. "O trabalhador é a fonte de toda a riqueza. Quem tem produzido todos os alimentos? O pobre e mal alimentado lavrador. Quem construiu todas as casas e armazéns, e os palácios, que pertencem aos ricos, que jamais trabalham ou produzem qualquer coisa? O trabalhador. Quem tece todos os fios e faz o tecido? As tecedoras e os tecelões." Ainda assim "o operário continua pobre, ao passo que os que não trabalham são ricos e possuem abundância em excesso." [20] E o desesperado trabalhador rural (cujos ecos literários ainda se ouvem hoje em dia nas canções evangélicas dos negros americanos) se expressava com menos clareza, mas talvez de maneira mais profunda:

> Se a vida fosse coisa que o dinheiro pudesse obter
> Os ricos viveriam e os pobres deveriam morrer. [21]

III

O movimento operário proporcionou uma resposta ao grito do homem pobre. Ela não deve ser confundida com a mera reação coletiva contra o sofrimento intolerável, que ocorreu em outros momentos da história, nem sequer com a prática da greve e outras formas de militância que se tornaram características da classe trabalhadora. Estes acontecimentos também têm sua própria história que começa muito antes da revolução industrial. O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. Os "pobres" não mais se defrontavam com os "ricos". Uma *classe* específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas. A Revolução Francesa deu confiança a esta nova classe; a revolução industrial provocou nela uma necessidade de mobilização permanente. Uma existência decente não podia ser obtida simplesmente por meio de um protesto ocasional que servisse para restabelecer a estabilidade da sociedade perturbada temporariamente. Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do "movimento" - o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação. Mas a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia, encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas idéias em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista. Seria "socialista", e representaria não o eterno sonho da sociedade livre, que os pobres sempre levam no recôndito de suas mentes, mas na qual só pensam em raras ocasiões de revolução social generalizada, e sim uma alternativa praticável e permanente para o sistema em vigor.

Neste sentido, a consciência de classe dos trabalhadores ainda não existia em 1789, ou mesmo durante a Revolução Francesa. Fora da Grã-Bretanha e da França, ela era quase que totalmente inexistente mesmo em 1848. Mas nos dois países que personificam a revolução dupla, ela certamente passou a existir entre 1815 e 1848, mais especificamente por volta de 1830. A própria expressão "classe trabalhadora" (distinta da menos específica "as classes trabalhadoras") aparece nos escritos trabalhistas ingleses logo após a batalha de Waterloo, e talvez até mesmo um pouco antes, e nos escritos trabalhistas franceses a expressão equivalente se torna freqüente depois de 1830. [22] Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", i.e., em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram perseguidas com intensidade febril entre 1829 e 1834. O complemento do "sindicato geral" era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período, notadamente na obra de William Benbow, *O Grande Feriado Nacional e o Congresso das Classes Produtivas* (1832), sendo seriamente discutida como um método político pelos cartistas. Enquanto isso, tanto na Grã-Bretanha quanto na França, a discussão intelectual deu lugar ao conceito e à palavra "socialismo" na década de 1820, imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França (como pelos grêmios parisienses de 1832) e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento de massas, para o qual ele estava singularmente despreparado. Em poucas palavras, por volta do início da década de 1830, já existiam a consciência de classe proletária e as aspirações sociais. Quase certamente, eram mais débeis e menos efetivas do que a consciência da classe média que seus patrões adquiriram ou puseram em prática ao mesmo tempo. Mas elas estavam presentes.

A consciência proletária estava poderosamente conjugada e reforçada pelo que pode ser melhor descrito como consciência jacobina, ou seja, o conjunto de aspirações, experiências, métodos e atitudes morais com que a Revolução Francesa (e antes a Americana) tinha imbuído os pobres que pensavam e confiavam em si mesmos. Exatamente como a expressão prática da situação da nova classe trabalhadora era "o movimento trabalhista" e sua ideologia "a comunidade cooperativa", o movimento democrático era a expressão prática do povo comum, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como atores e não como simples vítimas. "Os cidadãos de aparência externa pobre e que em outras épocas não teriam ousado se apresentar nestes locais reservados para pessoas elegantes, saíam a passeio junto com os ricos, de cabeça erguida." [23] Eles queriam respeito, reconhecimento e igualdade. Sabiam que podiam obter

tudo isso, pois já o tinham feito em 1793-4. Nem todos estes cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esta fileira.

As consciências jacobina e proletária se suplementavam. A experiência da classe operária dava aos trabalhadores pobres as maiores instituições para sua autodefesa diária, o sindicato e a sociedade de auxílio mútuo, e as melhores armas para a luta coletiva, a solidariedade e a greve (que por sua vez implicava em organização e disciplina). * Entretanto, mesmo onde estas instituições e armas não eram tão débeis, instáveis e localizadas, como no caso do continente europeu, seu alcance era estritamente limitado. A tentativa de usar um modelo puramente unionista ou mutualista não somente para receber maiores salários para grupos organizados de trabalhadores, mas também para derrotar toda a sociedade existente e estabelecer uma nova sociedade, foi feita na Grã-Bretanha entre 1829 e 1834, e depois outra vez durante o cartismo. A tentativa fracassou e este fracasso destroçou um movimento socialista e proletário precoce mas impressionantemente maduro durante 50 anos. A tentativa para transformar as sociedades operárias em sindicatos nacionais de produtores cooperativos (como no Sindicato dos Construtores Práticos com seu "parlamento de construtores" e seu "grêmio de construtores" - 1831-4) fracassou igualmente, assim como também fracassou a tentativa para criar uma cooperativa nacional de produção e "intercâmbios de mão-de-obra eqüitativa". Os grandes "sindicatos gerais", que reuniam todos os trabalhadores, longe de provarem ser mais fortes do que as sociedades regionais e locais, demonstraram que, de fato, eram débeis e de controle difícil, embora isto se devesse menos às dificuldades inerentes a um sindicato geral do que à falta de disciplina, organização e experiência de suas lideranças. A greve geral demonstrou ser inaplicável durante o cartismo, exceto em 1842, na ocasião de uma revolta espontânea causada pela fome.

De modo inverso, os métodos de agitação política próprios ao jacobinismo e ao radicalismo em geral, mas não especificamente à classe trabalhadora, demonstraram tanto sua eficácia quanto sua flexibilidade: campanhas políticas através de jornais e panfletos, reuniões e manifestações públicas e, onde necessário, motins e insurreições. É verdade que nos locais onde estas campanhas tinham objetivos muito ambiciosos, ou onde assustavam em demasia as classes governantes, elas também fracassaram. Na histérica década de 1810, a tendência era recorrer às forças armadas contra qualquer demonstração séria (como em Spa Fields, Londres, em 1816, ou em "Peterloo", Manchester, em 1819, quando 10 revoltosos foram mortos e várias centenas feridos). Em 1838-48, os milhões de assinaturas que subscreviam petições não

* A greve é uma conseqüência tão espontânea e lógica da existência da classe trabalhadora, que a maioria das línguas européias possuem palavras nativas bastante independentes para ela (p. ex. grève, strike, huelga, sciopero, zabastovka), enquanto que as palavras usadas para as instituições são freqüentemente emprestadas

se aproximaram muito mais da Carta do Povo. Contudo, a campanha política em uma frente mais limitada *era* efetiva. Sem ela, não teria havido uma Emancipação Católica em 1829, um Decreto Reformista em 1832, e certamente não teria havido um controle legislativo modesto mas eficiente das condições fabris e das horas de trabalho. Assim, repetidas vezes, encontramos uma classe trabalhadora debilmente organizada que compensava sua fraqueza com os métodos de agitação do radicalismo político. A "agitação das fábricas" da década de 1830, no norte da Inglaterra, compensou a fraqueza dos sindicatos locais, na mesma medida que a campanha de protesto em massa contra o exílio dos "mártires de Tolpuddle" (cf., capítulo 6-III) tentou salvar alguma coisa da destruição dos "sindicatos gerais" que entraram em colapso depois de 1834.

Por sua vez, a tradição jacobina ganhou solidez e continuidade sem precedentes e penetração nas massas a partir da coesiva solidariedade e da lealdade que eram características do novo proletariado. Os proletários não se mantinham unidos pelo simples fato de serem pobres e estarem num mesmo lugar, mas pelo fato de que trabalhar junto e em grande número, colaborando uns com os outros numa mesma tarefa e apoiando-se mutuamente constituía sua própria vida. A solidariedade inquebrantável era sua única arma, pois somente assim eles poderiam demonstrar seu modesto mas decisivo ser coletivo. "Não ser furador de greve" (ou palavras de efeito semelhante) era - e continuou sendo - o primeiro mandamento de seu código moral; aquele que deixasse de ser solidário tornava-se o Judas de sua comunidade. Uma vez que adquiriram uma fagulha mínima de consciência política, suas demonstrações deixaram de ser meras eupções ocasionais de uma "turba" exasperada, que se extinguiam rapidamente, e se converteram no rebulir de um exército. Assim, em uma cidade como Sheffield, uma vez que a luta entre a classe média e a trabalhadora se tornou o principal assunto da política local (no princípio da década de 1840), imediatamente surgiu uma forte e estável coligação proletária. Já no final de 1847, havia oito cartistas no conselho municipal, e o colapso nacional do cartismo em 1848 pouco o afetou em uma cidade onde cerca de 10 ou 12 mil habitantes saudaram a Revolução de Paris daquele ano: já em 1849 os cartistas tinham quase a metade das cadeiras do conselho municipal. [24]

Abaixo da classe trabalhadora e da tradição jacobina havia um substrato de tradição ainda mais antiga que reforçava a ambos: a do motim ou protesto público ocasional de homens desesperados. A ação direta dos amotinados, a destruição de máquinas, lojas ou de casas de gente rica tinham uma longa história. Em geral, essa história expressava a fome ou os sentimentos de homens esgotados, como nas ondas de destruição de máquinas que periodicamente envolviam as indústrias manuais em declínio ameaçadas pelas máquinas (como no caso das indústrias têxteis britânicas em 1810-11 e novamente em 1826, e no caso das indústrias têxteis do continente europeu na metade da década de

1830 e também na metade da década de 1840). Por vezes, como na Inglaterra, era uma forma reconhecida de presão coletiva de trabalhadores organizados, e não implicava qualquer hostilidade às máquinas, como entre os mineiros, certos tipos de operários têxteis qualificados ou de cuteleiros, que conciliavam uma moderação política com um terrorismo sistemático contra seus colegas não sindicalizados. Outras vezes expressava o descontentamento dos trabalhadores desempregados ou esgotados fisicamente. Em uma época de revolução em estado de amadurecimento, esta ação direta criada por homens e mulheres politicamente imaturos podia-se transformar em uma força decisiva, especialmente se ela ocorresse nas grandes cidades ou em locais politicamente sensíveis. Tanto em 1830 quanto em 1848, tais movimentos pesaram de maneira extraordinária nos sucessos políticos ao converterem-se de expressões de descontentamento em franca insurreição.

IV

O movimento trabalhista deste período, portanto, não foi estritamen- um "movimento proletário" nem em sua composição nem em sua ideologia e programa, i.e., não foi apenas um movimento de trabalhadores fabris e industriais ou, nem mesmo, limitado a trabalhadores assalariados. Foi antes uma frente comum de todas as forças e tendências que representavam o trabalhador pobre, principalmente urbano. Esta frente comum existia há muito tempo, mas até mesmo desde a Revolução Francesa sua liderança e inspiração vinha da classe média liberal e radical. Como já vimos, o "jacobinismo" e não o "sans-culotismo" (e muito menos as aspirações dos proletários imaturos) foi o que deu unidade à tradição popular parisiense. A novidade da situação depois de 1815 era o fato de que a frente comum era de maneira crescente e direta contrária à classe média liberal e aos reis e aristocratas, e que o que lhe dava unidade eram o programa e a ideologia do proletariado, ainda que por essa época a classe trabalhadora fabril e industrial mal existisse, e no seu todo fosse politicamente muito menos madura do que outros grupos de trabalhadores pobres. Tanto os pobres quanto os ricos tinham tendência a assimilar politicamente toda a "massa urbana existente abaixo do nível médio da sociedade" [25] ao "proletariado" ou à "classe trabalhadora". Todos os que se sentiam perturbados pelo "crescente sentimento geral e vivo de que há uma desarmonia interna no atual estado de coisas, e que tal situação não pode durar" [26] se inclinavam para o socialismo como a única crítica alternativa intelectualmente válida.

A liderança do novo movimento refletia uma situação semelhante de coisas. Os trabalhadores pobres mais ativos, militantes e politicamente conscientes não eram os novos proletários fabris, mas os artífices qualificados, os artesãos independentes, os empregados domésti-

cos de pouca importância e outros que viviam e trabalhavam substancialmente da mesma forma que antes da revolução industrial, mas sob pressão bem maior. Os primeiros sindicatos eram quase invariavelmente de impressores, chapeleiros, alfaiates etc. O núcleo da liderança do cartismo em uma cidade como Leeds – e este fato é típico – era constituído de um marceneiro que se transformara em tecelão manual, um par de artífices impressores, um vendedor de livros e um cardador de lã. Os homens que adotaram as doutrinas cooperativas de Owen eram em sua maioria estes "artesãos", "mecânicos" e trabalhadores manuais. Os primeiros comunistas alemães da classe trabalhadora foram artesãos ambulantes, alfaiates, marceneiros e impressores. Os homens que se rebelaram contra a burguesia parisiense em 1848 foram os habitantes da velha comunidade artesã Faubourg Saint-Antoine, e não (como na Comuna de 1871) os habitantes proletários de Belleville. Na mesma medida em que o avanço da indústria destruía estas mesmas fortalezas da consciência de "classe trabalhadora", fatalmente minava a força destes primeiros movimentos trabalhistas. Entre 1820 e 1850, por exemplo, o movimento britânico criou uma densa rede de instituições para a educação social e política da classe trabalhadora, os "institutos dos mecânicos", os "Salões de Ciências" owenistas e outros. Já em 1850, havia (sem contarmos com os puramente políticos) 700 destes tipos de instituições na Grã-Bretanha – 151 deles só no condado de Yorkshire. [27] Mas já haviam entrado em declínio e em poucas décadas a maioria deles estaria morta ou em letargia.

Havia apenas uma exceção. Somente na Grã-Bretanha, os novos proletários já tinham começado a se organizar e, até mesmo, a criar seus próprios líderes: John Doherty, o fiandeiro de algodão owenista de nacionalidade irlandesa, Tommy Hepburn e Martin Jude, ambos mineiros. Não só os artesãos e os deprimidos empregados domésticos formavam os batalhões do cartismo; também os trabalhadores fabris lutavam com eles, e às vezes os lideravam. Mas fora da Grã-Bretanha os operários fabris e os mineiros ainda eram em grande parte mais vítimas que agentes. Só depois da segunda metade do século eles começaram a participar efetivamente da formação de seus destinos.

O movimento trabalhista foi uma organização de autodefesa, de protesto e de revolução. Mas para os trabalhadores pobres era mais do que um instrumento de luta: era também um modo de vida. A burguesia liberal nada lhes oferecia; a história arrancou-os da vida tradicional que os conservadores, em vão, se ofereciam para manter ou restaurar. Nada podiam esperar do tipo de vida para o qual eles eram crescentemente arrastados. Mas o movimento tinha a ver com este tipo de vida, ou melhor, a vida que eles mesmos criaram para si e que era coletiva, comunal, combativa, idealista e isolada implicava o movimento, pois a luta era a sua própria essência. E em troca o movimento lhe dava coerência e propósito. O mito liberal supunha que os sindicatos eram compostos de trabalhadores imprestáveis instigados por agitadores sem consciência, mas na realidade os imprestáveis eram os menos

sindicalizados, enquanto que os mais inteligentes e competentes eram os mais firmes em seu apoio aos sindicatos.

Os exemplos mais claros destes "mundos de trabalho" neste período eram provavelmente as velhas indústrias domésticas. Havia a comunidade dos empregados na indústria da seda de Lyon, os sempre rebeldes *canuts* – que se insurgiram em 1831 e 1834 e que, segundo Michelet, "porque este mundo não os satisfazia, criaram um outro mundo na úmida obscuridade de seus becos, um paraíso distante de doces sonhos e visões".[28] Havia comunidades como a dos tecelões de linho da Escócia com seu puritanismo jacobino e republicano, suas heresias baseadas na filosofia do sueco Emanuel Swedenberg, sua biblioteca de artesãos, caixas de poupança, instituto de mecânica, biblioteca e clube científicos, sua academia de desenho, reuniões missionárias, ligas de moderação, escolas infantis, sua sociedade de floricultores e sua revista literária (*Gasometer* de Dunfermline)* e, é claro, o seu cartismo. A consciência de classe, a militância, o ódio e o desprezo ao opressor pertenciam a esta vida tanto quanto os teares em que trabalhavam. Nada deviam aos riscos exceto seus salários. Tudo o mais que possuíam era sua própria criação coletiva.

Mas este silencioso processo de auto-organização não estava limitado aos trabalhadores desta espécie mais antiga. Este processo também se refletiu no "sindicato", freqüentemente baseado na primitiva comunidade metodista local, nas minas de Northumberland e de Durham. Refletiu-se na densa concentração de sociedades amistosas e mútuas de trabalhadores nas novas áreas industriais, especialmente em Lancashire.** Acima de tudo, ele se refletia nos milhares de homens, mulheres e crianças que, carregando tochas nas mãos, faziam demonstrações em favor do cartismo, vindos das pequenas cidades industriais de Lancashire, e na rapidez com que as novas lojas cooperativas se espalhavam no final da década de 1840.

V

E ainda assim, ao observarmos este período, sentimos uma grande e evidente discrepância entre a força dos trabalhadores pobres temidos pelos ricos – o "espectro do comunismo" que os aterrorizava – e sua verdadeira força organizada, para não mencionarmos a do novo proletariado industrial. A expressão pública de seu protesto era, no sentido literal, um "movimento" mais do que uma organização. O que unia

* Cf. T. L. Peacock, *A Abadia do Pesadelo* (1818): "Tu és um filósofo", disse a senhora, "e um amante da liberdade. És o autor de um tratado chamado 'O Gás Filosófico, ou um Projeto para a Iluminação Geral da Mente Humana'."

** Em 1821, Lancashire tinha a maior proporção de membros das sociedades amistosas em relação à população total do país (17%); em 1845 quase a metade das lojas da ordem beneficente dos *Oddfellows* se localizavam em Lancashire e Yorkshire.[29]

inclusive suas manifestações políticas mais sólidas e amplas – o cartismo – era pouco mais do que um punhado de slogans radicais e tradicionais, alguns oradores e jornalistas poderosos que se tornaram porta-vozes dos pobres, como Feargus O'Conner (1794-1855), alguns jornais como o *Northern Star*. Era o destino comum de combater os riscos e os poderosos que levava os velhos militantes a se recordarem:

> "Tínhamos um cachorro chamado Rodney. Minha avó não gostava desse nome porque ela tinha a curiosa noção de que o Almirante Rodney, tendo sido elevado à condição de nobre, fora hostil para com o povo. A velha também procurava explicar-me que Cobbett e Cobden eram duas pessoas diferentes – que Cobbett era o herói, e que Cobden era um simples advogado da classe média. Um dos quadros de que mais me recordo – ficava ao lado de desenhos estampados e junto de uma estatueta em porcelana de George Washington – era um retrato de John Frost.* Uma linha no alto do quadro indicava que ele pertencia a uma série chamada de Galeria de Personagens dos Amigos do Povo. Acima da cabeça havia uma grinalda de laurel enquanto que embaixo havia uma representação do Sr. Frost implorando à Justiça em prol dos esfarrapados proscritos. ... O mais assíduo de nossos visitantes era um sapateiro aleijado ... (que) aparecia todas as manhãs de domingo com um exemplar do *Northern Star*, ainda úmido das prensas rotativas, com o intuito de ouvir algum membro de nossa família ler para ele em voz alta 'a carta de Feargus'. Primeiro, tínhamos que secar o jornal junto ao fogo cuidadosamente para que nenhuma linha daquela sagrada produção fosse danificada. Feito isto, Larry sentava-se para ouvir com todo o reconhecimento de um devoto em um tabernáculo a mensagem do grande Feargus, enquanto fumava placidamente um cachimbo que ocasionalmente ele aproximava do fogo."[30]

Havia pouca liderança ou coordenação. A tentativa mais ambiciosa de transformar o movimento em uma organização, o "sindicato geral" de 1834-5, fracassou rápida e miseravelmente. No máximo, tanto na Grã-Bretanha quanto no continente europeu, havia uma solidariedade espontânea da comunidade trabalhadora local, homens que, como os empregados na indústria de seda de Lyon, morriam tão miseravelmente como tinham vivido. O que mantinha este movimento unido era a fome, a miséria, o ódio e a esperança, e o que o derrotou, na Grã-Bretanha cartista e no revolucionário continente europeu de 1848, foi que os pobres – famintos, bastante numerosos e suficientemente desesperados para se insurgirem – careciam da organização e maturidade capazes de fazer de sua rebelião mais do que um perigo momentâneo para a ordem social. Já em 1848 o movimento dos trabalhadores pobres ainda teria que desenvolver o seu equivalente ao jacobinismo da classe média revolucionária de 1789-94.

* Líder da fracassada insurreição cartista de Newport, em 1839.

Décimo-Segundo Capítulo

A IDEOLOGIA RELIGIOSA

Dêem-me um povo em que as paixões em ebulição e a ganância terrena sejam acalmadas pela fé, a esperança e a caridade; um povo que veja esta terra como uma peregrinação e a outra vida como sua verdadeira pátria; um povo ensinado a admirar e a acatar no heroísmo cristão sua própria pobreza e seu próprio sofrimento; um povo que ame e adore em Jesus Cristo o primogênito de todos os oprimidos, e em sua cruz adore o instrumento da salvação universal. Dêem-me, digo eu, um povo assim moldado, e o socialismo não será somente derrotado com facilidade, mas será impossível mesmo que se pense nele...

Cilviltà Cattolica [1]

"Mas quando Napoleão começou seu avanço, eles (os heréticos camponeses) acreditavam que era o leão do vale de Josafá, que, como diziam seus velhos hinos, estava destinado a destronar o falso Czar e a restaurar o trono do verdadeiro Czar Branco. E assim os camponeses da província de Tambov escolheram uma delegação entre eles, que deveria ir ao encontro de Napoleão e saudá-lo, vestidos de branco."

Haxthausen, *Studien ueber ... Russland* [2]

I

O que os homens pensam a respeito do mundo é uma coisa, e outra muito distinta são os termos em que o fazem. Durante grande parte da história e na maior parte do mundo (sendo a China talvez a principal exceção), os termos em que todos os homens, exceto um punhado de pessoas emancipadas e instruídas, pensavam o mundo eram os termos da religião tradicional, e tanto isto é verdade que há países nos quais a palavra "cristão" é simplesmente sinônimo de "camponês" ou mesmo de "homem". Em alguma época anterior a 1848, isto deixou de ser verdade em certas partes da Europa, mas ainda dentro da área transformada pelas duas revoluções. A religião, uma coisa semelhante ao céu, da qual ninguém escapa e que abarca tudo o que está sobre a terra, tornou-se algo parecido com um acúmulo de nuvens, uma grande característica do firmamento humano, embora limitado e variável. De todas as mudanças ideológicas, esta é de longe a mais profunda, embora suas conseqüências práticas não fossem mais ambíguas e inde-

terminadas do que então se supunha. Em todo caso, é a transformação mais inaudita e sem precedentes.

Naturalmente, o que não tinha precedentes era a secularização das massas. A indiferença religiosa dos senhores, combinada com o escrupoloso cumprimento dos deveres rituais (para dar um exemplo às classes mais baixas) era de há muito tempo familiar entre os nobres emancipados, [3] embora as damas, como é freqüente neste sexo, continuassem a ser muito devotas. Os homens polidos e instruídos poderiam tecnicamente acreditar no ser supremo, embora esse ser não tivesse qualquer função exceto a de existir, e certamente sem interferir nas atividades humanas nem exigir outra forma de veneração do que o reconhecimento benevolente. Mas seus pontos de vista em relação à religião tradicional eram de desprezo e freqüentemente hostis, quase o mesmo que se estivessem prontos a se declararem francamente ateus. "Senhor", teria dito a Napoleão o grande matemático Laplace, quando lhe foi perguntado em que parte de sua mecânica celeste se encaixava Deus, "não tenho necessidade de tal hipótese". O ateísmo declarado ainda era relativamente raro, mas entre os eruditos, escritores e cavalheiros que ditavam as modas intelectuais do final do século XVIII, o cristianismo franco era ainda mais raro. Se havia uma religião florescente entre a elite do final do século XVIII, esta era a maçonaria racionalista, iluminista e anticlerical.

Esta difundida descristianização dos homens nas classes instruídas data do final do século XVII ou do princípio do século XVIII, e seus efeitos públicos tinham sido surpreendentes e benéficos. O simples fato de que aos julgamentos por bruxaria, que tinham sido a praga da Europa Central e Ocidental durante vários séculos, agora se seguiam processos por heresia e *autos-da-fé* no limbo seria suficiente para justificá-lo. Entretanto, no princípio do século XVIII, esta mudança mal afetava os escalões mais baixos ou mesmo os escalões médios. O campesinato permanecia totalmente fora do alcance de qualquer linguagem ideológica que não se expressasse em termos da Virgem, dos Santos e da Sagrada Escritura, para não mencionarmos os deuses e os espíritos mais antigos que ainda se escondiam debaixo de uma fachada levemente cristã. Havia agitações de pensamento não-religioso entre os artesãos que anteriormente haviam sido levados à heresia. Os sapateiros-remendões, os mais persistentes dos intelectuais da classe trabalhadora, que haviam criado mitos como Jacó Boehme, pareciam ter começado a duvidar de qualquer divindade. Em todo caso, em Viena, eram o único grupo de artesãos a simpatizar com os jacobinos, pois se dizia que antes não acreditavam em Deus. Entretanto, não passavam de ligeiras agitações. A grande massa da pobreza desqualificada das cidades continuava (com exceção talvez de algumas cidades do norte da Europa, como Paris e Londres) profundamente devota e supersticiosa.

Mas mesmo entre os escalões médios, a aberta hostilidade à religião não era popular, embora a ideologia de um iluminismo antitradicional, progressista e racionalista se encaixasse perfeitamente no esquema da ascendente classe média. Suas associações eram feitas com a aristocracia e a imoralidade, que pertenciam à sociedade dos nobres. E, de fato, os primeiros pensadores realmente livres, os *libertins* da metade do século XVII, viviam de acordo com a conotação popular deste nome: o *Dom Juan*, de Molière, retrata não somente sua combinação de ateísmo e liberdade sexual, mas também o respeitável horror burguês em relação a ela. Havia boas razões para o paradoxo (particularmente óbvio no século XVII) de que os pensadores intelectualmente mais ousados, que anteciparam muito do que seria mais tarde a ideologia da classe média – por exemplo, Bacon e Hobbes – estiveram associados como indivíduos à velha e corrupta sociedade. Os exércitos da classe média ascendente necessitavam da disciplina e da organização de uma moralidade forte e ingênua para suas batalhas. Teoricamente, o agnosticismo ou o ateísmo são perfeitamente compatíveis com ambas, e certamente o cristianismo era desnecessário, e os filósofos do século XVIII não se cansavam de demonstrar que uma moralidade "natural" (da qual eles encontravam ilustrações entre os nobres selvagens) e os altos padrões pessoais do livre pensador individual eram melhores do que o cristianismo. Mas, na prática, as comprovadas vantagens do velho tipo de religião e os terríveis riscos de abandonar qualquer sanção sobrenatural da moralidade eram imensos, não só para os trabalhadores pobres, que eram geralmente tidos como muito ignorantes e tolos para passarem sem algum tipo de superstição socialmente útil, mas também para a própria classe média.

Na França, as gerações pós-revolucionárias estão cheias de tentativas para criar uma moralidade burguesa anticristã equivalente à cristã: o "culto do ser supremo", inspirado em Rousseau (Robespierre em 1794), as várias pseudo-religiões construídas sobre bases racionalistas não-cristãs, embora mantendo o mecanismo do ritual e do culto (os saint-simonianos e a "religião da humanidade" de Comte). Finalmente, a tentativa de manter as aparências dos velhos cultos religiosos foi abandonada, mas não a de estabelecer uma moralidade leiga oficial (baseada em vários conceitos morais tais como a "solidariedade") e, acima de tudo, uma leiga contrapartida do sacerdócio – os professores. O *instituteur* francês, pobre, abnegado, ensinando a seus alunos em cada aldeia a moralidade romana da Revolução e da República, antagonista oficial do vigário da aldeia, não triunfou até a Terceira República, que também resolveria os problemas políticos de instaurar uma estabilidade burguesa sobre os princípios da revolução social, pelo menos durante 70 anos. Mas ele já estava prefigurado na lei de Condorcet de 1792, que estabelecia que "as pessoas encarregadas da instrução nas classes primárias serão chamadas de *instituteurs*", fazendo eco com Cícero e Salústio que falavam na "instituição do Estado" *(instituere civitatem)* e na "instituição da moralidade do Estado" *(instituere civitatum mores)*. [4]

A burguesia permanecia, assim, dividida ideologicamente entre uma minoria cada vez maior de livres pensadores e uma maioria de ca-

tólicos, protestantes e judeus devotos. Entretanto, o novo fato histórico era de que dos dois setores, o de livres pensadores era imensuravelmente mais dinâmico e efetivo. Embora, em termos puramente quantitativos a religião continuasse muito forte e, como veremos, ficaria ainda mais forte, ela não mais era dominante (para usarmos uma analogia biológica) mas recessiva, e assim permaneceria até os dias atuais dentro do mundo transformado pela revolução dupla. Não há dúvida de que a grande massa de cidadãos dos novos Estados Unidos acreditava em alguma forma de religião (principalmente na protestante), mas a Constituição da República foi e continuou sendo agnóstica, apesar de todos os esforços para mudá-la. Também não há qualquer dúvida de que entre as classes médias britânicas de nosso período os devotos protestantes superavam numericamente a minoria de radicais agnósticos. Mas um Bentham moldou as verdadeiras instituições de sua época bem mais do que um Wilberforce.

A prova mais evidente desta decisiva vitória da ideologia secular sobre a religiosa é também seu mais importante resultado. Com as revoluções americana e francesa as principais transformações políticas e sociais foram secularizadas. Os problemas das revoluções holandesa e inglesa dos séculos XVI e XVII ainda foram discutidos na linguagem tradicional do cristianismo, ortodoxa, cismática e herege. Nas ideologias dos americanos e franceses, pela primeira vez na história da Europa, o cristianismo foi deixado de lado. A linguagem, o simbolismo e o costume de 1789 são puramente não cristãos, se deixarmos de considerar alguns esforços arcaico-populares para a criação de cultos a santos e mártires, análogos aos antigo cultos, em honra dos heróis "sans-culottes" mortos. Isto era, de fato, romano. Ao mesmo tempo este secularismo da revolução demonstra a impressionante hegemonia política da classe média liberal, que impunha suas formas ideológicas particulares a um movimento de massas bem vasto. Se a liderança intelectual da Revolução Francesa tivesse vindo apenas das massas que na verdade a fizeram, é inconcebível que sua ideologia não mostrasse mais sinais de tradicionalismo do que o fazia.*

Assim, o triunfo burguês imbuiu a Revolução Francesa da ideologia moral-secular ou agnóstica do iluminismo do século XVIII, e desde que o idioma daquela revolução se transformou na linguagem geral de todos os movimentos sociais revolucionários subseqüentes, também lhes transmitiu este secularismo. Com algumas exceções sem importância, notadamente entre intelectuais como os saint-simonianos e entre alguns sectários comunistas-cristãos como o alfaiate Weitling (1808-1871), a ideologia da nova classe trabalhadora e dos movimentos socialistas do século XIX foi secular desde o princípio. Thomas Paine, cujas idéias expressavam as aspirações radical-democratas dos

* De fato, só as canções populares do período algumas vezes recolhem ecos da terminologia católica, como a canção *Ça Ira*.

pequenos artesãos e artífices empobrecidos, é tão popular por ter escrito o primeiro livro para provar através de uma linguagem popular que a Bíblia não é a palavra de Deus (*A Idade da Razão*, 1794) quanto por sua obra *Os Direitos do Homem* (1791). Os mecânicos da década de 1820 seguiam Robert Owen não só por sua análise do capitalismo, mas por sua descrença e, muito depois do fracasso do owenismo, por sua obra *Corredores da Ciência*, que continuou a disseminar a propaganda racionalista através das cidades. Havia e há socialistas religiosos, e um grande número de homens que, enquanto religiosos, são também socialistas. Mas a ideologia predominante dos modernos movimentos socialista e trabalhista se baseia no racionalismo do século XVIII.

Isto é ainda mais supreendente pelo fato, como já vimos, de que as massas permaneceram predominantemente religiosas e, como o natural idioma revolucionário das massas criadas em uma tradicional sociedade cristã é um idioma de rebelião (heresia social, milenarismo etc), fizeram da Bíblia um documento altamente incendiário. Entretanto, o secularismo dos novos movimentos socialista e trabalhista se baseava no fato, igualmente novo e mais fundamental, da indiferença religiosa do novo proletariado. Pelos padrões modernos, as classes trabalhadoras e as massas urbanas, que aumentavam no período da revolução industrial, estavam sem dúvida muito influenciadas pela religião; mas pelos padrões da primeira metade do século XIX, não havia precedente para seu distanciamento, ignorância e indiferença em relação à religião organizada. Os observadores de todas as tendências políticas concordam com isto. O Censo Religioso Britânico de 1851 o demonstrou para horror dos contemporâneos. Grande parte deste alijamento se devia ao absuluto fracasso das tradicionais igrejas estabelecidas em lutar com as aglomerações – as grandes cidades e os novos estabelecimentos industriais – e com as classes sociais – o proletariado – estranhos a seus costumes e experiência. Por volta de 1851, havia lugares nas igrejas para somente 34% dos habitantes de Sheffield, somente 31,2% para os de Liverpool e Manchester, somente 29% para os de Birmingham. Os problemas do pregador de uma aldeia agrícola não serviam como guia para a cura das almas em uma cidade industrial ou em um cortiço urbano.

As igrejas estabelecidas, portanto, negligenciavam estas novas comunidades e classes, abandonando-as (especialmente nos países católicos e luteranos) quase que inteiramente à fé secular dos novos movimentos trabalhistas, que mais tarde iria capturá-los, já no final do século XIX. (Como em 1848 não fizeram muito para conservá-las, o esforço para reconquistá-las também não foi muito grande.) As seitas protestantes obtiveram maior sucesso, pelo menos em países como a Grã-Bretanha, em que tais religiões eram um fenômeno político-religioso bem estabelecido. Contudo, há provas de que estas seitas obtiveram maior sucesso em locais onde o meio ambiente social se aproximava mais do tradicionalismo das comunidades aldeãs e pequenas cidades, como por exemplo entre os trabalhadores agrícolas, os minei-

ros e os pescadores. Além disso, entre as classes trabalhadoras industriais estas seitas nunca eram mais do que uma minoria. A classe trabalhadora como grupo era indubitavelmente menos atingida pela religião organizada do que qualquer outro núcleo de pobres na história mundial.

A tendência geral do período desde 1789 até 1848 foi, portanto, de uma enfática secularização. A ciência se achava em crescente conflito com as Escrituras, à medida em que se aventurava pelos caminhos da evolução (cf. capítulo 15). A erudição histórica, aplicada à Bíblia em doses sem precedentes - em particular a partir da década de 1830 pelos professores de Tuebingen - dissolvia o único texto inspirado, senão escrito, pelo Senhor em uma coleção de documentos históricos de vários períodos, com todos os defeitos da documentação humana. O *Novum Testamentum,* (1842-1852) de Lachmann negava que os Evangelhos fossem relatos de testemunhas oculares e duvidava que Jesus Cristo tivesse tido a intenção de fundar uma nova religião. A controvertida obra de David Strauss, *A Vida de Jesus* (1835), eliminava o elemento sobrenatural de seu biografado. Por volta de 1848, a Europa instruída estava quase madura para o choque de Charles Darwin. A tendência foi reforçada pelo ataque direto de numerosos regimes políticos contra a propriedade e os privilégios legais das igrejas estabelecidas e de seu clero, e pela crescente tendência dos governos ou de outras agências seculares para assumir as funções até então atribuídas em grande parte às ordens religiosas, especialmente - nos países católicos romanos - a educação e a beneficência social. Entre 1789 e 1848, muitos monastérios foram dissolvidos e suas propriedades vendidas de Nápoles à Nicarágua. Fora da Europa, é claro, os conquistadores brancos lançavam ataques diretos contra a religião de seus súditos e vítimas, ou como paladinos do iluminismo contra a superstição - como foi o caso dos administradores britânicos da Índia ao proibir que as viúvas se lançassem à fogueira onde eram queimados os corpos de seus esposos e ao abolir a seita ritualista assasina dos rufiões hindus na década de 1830 - ou porque mal sabiam que efeitos suas medidas teriam sobre suas vítimas.

II

Em termos puramente numéricos, é evidente que todas as religiões, a menos que estivessem em decadência, tinham a possibilidade de se expandir com o aumento da população. Ainda assim, duas delas demonstraram uma particular aptidão para o expansionismo em nosso período: o islamismo e as seitas protestantes. Este expansionismo foi ainda mais surpreendente se contrastado com o marcante fracasso de outras religiões cristãs - a católica e algumas modalidades protestantes - para se expandirem, a despeito do violento aumento das atividades missionárias fora da Europa, crescentemente respaldadas pela

força econômica, política e militar da penetração européia. De fato, as décadas napoleônicas e revolucionárias viram o início da sistemática atividade missionária protestante executada em sua maior parte pelos anglo-saxônicos. A Sociedade Missionária Batista (1792), a Sociedade Missionária de Londres (1795), a evangélica Sociedade Missionária das Igrejas (1799), e a Sociedade Bíblica Estrangeira e Britânica (1804) foram seguidas pela Associação Americana de Encarregados para Missões Estrangeiras (1810), pelos Batistas Americanos (1814), pelos Wesleyans (1813-18), pela Sociedade Bíblica Americana (1816), pela Igreja Escocesa (1824), pelos Presbiterianos Unidos (1835), pelos Metodistas Americanos (1819) e por outros tipos de organizações. Na Europa Continental, apesar de um certo pioneirismo iniciado pela Sociedade Missionária dos Países Baixos (1797) e pelos Missionários da Basiléia (1815), a atividade dos protestantes se desenvolveu um pouco mais tarde: as sociedades de Berlim e da região do Reno, na década de 1820, as sociedades suecas de Leipzig e de Bremen, na década de 1830 e a norueguesa, em 1842. As missões do catolicismo, cujas atividades estavam estagnadas e desprezadas, renasceram mais tarde ainda. As razões para esta enxurrada de bíblias e de comércio com os pagãos pertence tanto à história religiosa como social e econômica da Europa e da América. Aqui basta simplesmente notarmos que, por volta de 1848, o resultado destes movimentos ainda era desprezível, exceto em algumas ilhas do Pacífico, como o Havaí. Algumas fortalezas tinham sido conquistadas na costa, em Serra Leoa (para onde a agitação antiescravagista atraía a atenção durante a década de 1790) e na Libéria, constituída em Estado independente pelos escravos americanos libertados na década de 1820. Em torno das áreas de colonização européia na África do Sul, os missionários estrangeiros (mas não a estabelecida Igreja da Inglaterra local ou a Igreja Holandesa Reformada) tinham começado a converter os africanos. Mas quando David Livingstone, o famoso missionário e explorador, navegou para a África em 1840, os habitantes nativos daquele continente ainda se achavam totalmente inatingidos por qualquer espécie de cristianismo.

Em contrapartida, o islamismo continuava sua expansão silenciosa, gradativa e irreversível, sem o apoio do esforço missionário organizado ou da conversão forçada, o que é uma característica desta religião. Ele se expandiu tanto para o Oriente (na Indonésia e no noroeste da China) quanto para o Ocidente (do Sudão ao Senegal) e em menor proporção das costas do oceano Índico para o interior do continente. Quando sociedades tradicionais mudam algo tão fundamental como sua religião, é claro que elas devem estar enfrentando novos e maiores problemas. Sem dúvida os comerciantes muçulmanos, que realmente monopolizavam o comércio do interior da África com o mundo, e com isto se multiplicavam, ajudaram a chamar a atenção dos novos povos para o islamismo. O comércio de escravos, que arruinava a vida comunitária, tornava-o atraente, pois o islamismo é um poderoso meio de

reintegração das estruturas sociais.[4a] Ao mesmo tempo, a religião maometana atraía as sociedades militares e semifeudais do Sudão, e seu sentido de independência, militância e superioridade supunha um útil contrapeso para a escravidão. Os negros muçulmanos eram maus escravos: os haussas (e outros sudaneses) que foram importados para a Bahia se rebelaram nove vezes entre 1807 e o grande levante de 1835 até que, de fato, foram mortos, em sua maioria, ou deportados de volta para a África. Os comerciantes de escravos aprenderam a evitar importações destas regiões, que tinham sido abertas ao comércio muito recentemente.[5]

Enquanto o elemento de resistência aos brancos era muito pequeno no islamismo africano (onde ainda quase não existia nenhuma resistência), era, por tradição, muito forte no sudoeste da Ásia, onde o islamismo – também precedido pelos comerciantes – tinha, de há muito, avançado sobre os cultos locais e o declinante hinduísmo, em grande parte como um meio de resistência mais efetiva contra os portugueses e os holandeses, e como uma espécie de pré-nacionalismo, embora também como um contrapeso popular frente aos príncipes que se tinham convertido ao hinduísmo.[6] À medida em que estes príncipes se tornavam cada vez mais dependentes dos holandeses, o islamismo fincava suas raízes mais profundamente na população. Por seu turno, os holandeses aprenderam que os príncipes indonésios podiam, aliando-se aos professores religiosos, provocar um levante popular geral, como na Guerra de Java do Príncipe de Djogjakarta (1825-1830). Conseqüentemente, eles foram repetidas vezes conduzidos de volta à política de íntima aliança com os governantes locais, governando indiretamente através deles. Enquanto isso, o crescimento do comércio e da navegação que forjava elos mais estreitos entre os muçulmanos do sudoeste da Ásia e de Meca, servia para aumentar o número de peregrinos, para tornar mais ortodoxo o islamismo indonésio e, até mesmo, para abri-lo à influência militante e restauradora do wahabismo árabe. *

Dentro do islamismo, os movimentos de reforma e de renovação, que neste período deram à religião muito de seu poder de penetração, também podem ser visto como um reflexo do impacto da expansão européia e da crise das antigas sociedades maometanas (notadamente dos impérios turco e persa) e talvez também da crescente crise do império chinês. Os puritanos wahabistas tinham surgido na Arábia na metade do século XVIII. Por volta de 1814 tinham conquistado a Arábia e estavam dispostos a conquistar a Síria, até que foram detidos pelas forças combinadas do ocidentalizador Mohammed Ali, do Egito, e das armas ocidentais, mas seus ensinamentos já se estendiam para o leste, invadindo a Pérsia, o Afeganistão e a Índia. Inspirado pelo wahabismo, o santo argelino Sidi Mohammed ben Ali el Senussi desenvolveu um movimento semelhante que, a partir da década de 1840, se espalhou desde Trípoli até o deserto do Saara. Na Argélia, Abd-el-Kader, e Shamyl, no Cáucaso, desenvolveram movimentos político-religiosos de resistência aos franceses e russos, respectivamente (vide capítulo 7) e anteciparam um panislamismo que buscava não só um retorno à pureza original do Profeta, mas também buscava absorver as inovações ocidentais. Na Pérsia, uma heterodoxia ainda mais obviamente revolucionária e nacionalista, o movimento *bab* de Ali Mohammed, surgiu na década de 1840. Tendia, entre outras coisas, a retornar a certas práticas antigas do zoroastrismo persa e exigia que as mulheres retirassem os seus véus.

* Fundado pelo reformador maometano árabe Mohammed ibn' Abdu' l-Wahhad (1691-1787). (*N.T.*)

O fermento e a expansão do islamismo eram tais que, em termos de história puramente religiosa, podemos, talvez, melhor descrever o período que vai de 1789 a 1848 como o período de renascimento do islamismo mundial. Nenhum outro movimento de massa equivalente se desenvolveu em qualquer outra religião não cristã, embora no final do período estivéssemos à beira da grande rebelião Taiping, que possuía muitas características de um movimento semelhante. Pequenos movimentos de reforma religiosa foram fundados na Índia britânica, notadamente o movimento *Brahmo Samaj*, de Ram Mohan Roy (1772-1833). Nos Estados Unidos, as derrotadas tribos indígenas começaram a desenvolver movimentos proféticos religiosos e sociais de resistência aos brancos, como o movimento que inspiraria a guerra da maior confederação jamais conhecida dos índios das planícies, sob a liderança de Tecumseh, na primeira década do século, e a religião do Lago Simpático (1799), projetada para preservar o modo de vida dos índios iroqueses contra a destruição causada pela sociedade branca americana. Thomas Jefferson, homem de rara erudição, foi quem deu sua bênção oficial a este profeta, que adotou alguns elementos cristãos e especialmente quakers. Entretanto, o contato direto entre uma civilização capitalista adiantada e povos animistas ainda era muito raro para produzir muitos dos movimentos proféticos e milenares tão típicos do século XX.

O movimento expansionista do sectarismo protestante difere dos islamistas, na medida em que era quase que inteiramente limitado aos países de civilização capitalista desenvolvida. Seu alcance não pode ser medido, pois alguns movimentos deste tipo (por exemplo, o beatismo alemão ou o evangelismo inglês) permaneceram dentro da estrutura de suas respectivas igrejas estatais estabelecidas. Entretanto, não se tem dúvida quanto ao seu alcance. Em 1851, aproximadamente metade dos devotos protestantes na Inglaterra e no País de Gales freqüentava outros serviços religiosos diversos da Igreja estabelecida. Este extraordinário triunfo das seitas foi o principal resultado do desenvolvimento religioso desde 1790, ou mais precisamente desde os últimos anos das guerras napoleônicas. Assim, em 1790, os metodistas wesleyanos tinham somente 59 mil membros comungantes no Reino Unido; em 1850, eles e suas várias ramificações tinham cerca de dez vezes mais

este número.[7] Nos Estados Unidos, um processo muito semelhante de conversão em massa multiplicou o número de batistas, metodistas e presbiterianos (estes últimos um pouco menos) sob as relativas expensas das antigas igrejas dominantes; por volta de 1850, quase três-quartos de todas as igrejas nos Estados Unidos pertenciam a estas três denominações.[8] O rompimento das igrejas estabelecidas, a secessão e a ascensão das seitas também marcam a história religiosa deste período na Escócia (o "Grande Rompimento" de 1843), na Holanda, na Noruega e em outros países.

As razões para os limites sociais e geográficos do sectarismo protestante são evidentes. Os países católicos romanos não aceitavam o estabelecimento público de seitas. Neles, o equivalente rompimento com a igreja estabelecida ou com a religião dominante tomava melhor a forma de uma descristianização em massa (especialmente entre os homens) do que um cisma *. (Reciprocamente, o anticlericalismo protestante dos países anglo-saxônicos era, constantemente, a contrapartida do anticlericalismo ateu dos países do continente europeu.) O renascimento religioso tendia a tomar a forma de algum novo culto emocional, de algum santo milagreiro ou de uma peregrinação dentro da estrutura aceita pela religião católica romana. Um ou dois destes santos de nosso período chegaram a ter maior importância, como o Curé d'Ars (1786-1859) na França. O cristianismo ortodoxo da Europa Oriental se prestava com mais facilidade ao sectarismo, e na Rússia, o crescente rompimento da sociedade retrógrada vinha, desde o final do século XVII, produzindo uma safra de seitas. Várias delas, em particular a autocastradora seita dos Skoptsi, a dos Doukhobors da Ucrânia e a dos Molokanos, foram produtos do final do século XVIII e do período napoleônico; a seita dos "Velhos Crentes" data do século XVII. Entretanto, geralmente as classes às quais este sectarismo fazia o maior apelo – pequenos artesãos, comerciantes, fazendeiros e outros precursores da burguesia, ou conscientes revolucionários camponeses – ainda não eram numerosas o bastante para produzir um movimento de seitas de grandes proporções.

Nos países protestantes, a situação era diferente. Neles, o impacto da sociedade individualista e comercial era mais forte (pelo menos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos), e a tradição sectarista já estava bem estabelecida. Sua exclusividade e insistência na comunicação individual entre o homem e Deus, bem como sua austeridade moral, tornavam-na atraente para os empresários e pequenos comerciantes em ascensão. Sua sombria e implacável teologia do inferno e da maldição e de uma austera salvação pessoal tornavam-na atraente também para homens que levavam vidas difíceis em um meio ambiente muito duro: para o homem das fronteiras e o pescador, para os pequenos cultivadores e os mineiros e para os explorados artesãos. A seita podia facilmente se transformar em uma assembléia igualitária e democrática de fiéis sem hierarquia religiosa ou social, e assim atraía o homem comum. Sua hostilidade ao elaborado ritual e à doutrinação erudita encorajava a profecia e a pregação de caráter amadorista. A persistente tradição do milenarismo se prestava a uma expressão primitiva de rebeldia social. Finalmente, sua associação com a emocionante e subjugadora "conversão" pessoal abriu caminho para uma "restauração" religiosa massiva de intensidade histórica, na qual os homens e as mulheres poderiam encontrar um bem-vindo relaxamento das tensões de uma sociedade que não proporcionava outras saídas equivalentes para as emoções das massas, e destruía as que tinham existido no passado.

* As seitas e derivações do protestantismo, não muito freqüentes, foram numericamente escassas.

O "despertar religioso" fez muito em prol da propagação das seitas. Assim, o salvacionismo pessoal de John Wesley (1703-1791) e de seus metodistas intensamente irracionalista e emotivo deu ímpeto para o renascimento e a expansão da dissidência protestante, pelo menos na Grã-Bretanha. Por esta razão, as novas seitas e tendências foram inicialmente apolíticas ou, até mesmo (como no caso das seitas wesleyanas metodistas) fortemente conservadoras, pois se afastavam do maléfico mundo exterior em busca da salvação pessoal ou da existência de grupos autocontidos, que constantemente significava que rejeitavam a possibilidade de qualquer alteração coletiva de suas condições seculares. Suas energias "políticas", em geral, eram dirigidas para as campanhas morais e religiosas, como as que multiplicaram as missões estrangeiras, o antiescravagismo e as agitações em prol da moderação dos costumes. Os seguidores de seitas politicamente ativas e radicais no período das revoluções francesa e americana pertenciam antes às mais antigas, rígidas e tranqüilas comunidades puritanas que tinham sobrevivido desde o século XVII, estagnadas ou, até mesmo, evoluindo em direção a um deísmo intelectualista sob a influência do racionalismo do século XVIII: os presbiterianos, os congregacionistas, os unitaristas e os quakers. O novo tipo metodista de seita era anti-revolucionário, e a imunidade da Grã-Bretanha à revolução em nosso período tem sido mesmo atribuída – erroneamente – a sua crescente influência.

Entretanto, o caráter social das novas seitas combatia sua retirada teológica do mundo. Elas se disseminavam mais prontamente entre os que ficavam entre os ricos e os poderosos de um lado e as massas da tradicional sociedade do outro: isto é, entre os que estavam a ponto de galgar os escalões da classe média ou de cair em um novo proletariado, e entre a massa indiscriminada de homens independentes e modestos. A orientação política fundamental de todas estas seitas inclinava-se em direção ao radicalismo jeffersoniano ou jacobino ou, pelo menos, em direção a um liberalismo moderado de classe média. O "não-conformismo" na Grã-Bretanha, as igrejas protestantes que predominavam nos Estados Unidos tendiam, portanto, a ocupar um lugar entre as forças políticas de esquerda, embora entre os metodistas britâni-

cos o "torysmo" de seu fundador só fosse ultrapassado no curso de 50 anos de secessões e crises internas que terminaria em 1848.

Somente entre os muito pobres, ou entre os muito abalados, é que a rejeição original ao mundo existente continuou. Mas era muitas vezes uma primitiva rejeição revolucionária, que tomava a forma de uma predição milenar do fim do mundo, e que as aflições do período pós-napoleônico pareciam (em linha com o Apocalipse) antecipar. William Miller, fundador dos adventistas do sétimo dia nos Estados Unidos, predisse-o para 1843 e 1844, época em que já contava com 50 mil seguidores e com o respaldo de 3 mil pregadores. Nas áreas em que o pequeno comércio e o pequeno trabalho camponês individual se achavam sob o impacto imediato do crescimento de uma dinâmica economia capitalista, como no estado de Nova Iorque, este fermento milenar era particularmente poderoso. Seu mais dramático produto foi a seita dos santos dos últimos dias (os mormons), fundada pelo profeta Joseph Smith que recebeu sua revelação próxima a Palmyra, Nova Iorque, na década de 1820, e conduziu seu povo em êxodo para algum Sião remoto e que eventualmente o levou aos desertos de Utah.

Também havia grupos entre os quais a histeria coletiva das massas nas reuniões de despertar religioso fazia o maior apelo, tanto porque aliviava a dureza e monotonia de suas vidas ("quando não se oferece nenhuma outra diversão, o despertar religioso por vezes assumirá este papel", observou uma senhora a respeito das moças nas fábricas de Essex) [9] como porque sua união religiosa coletiva criava uma comunidade temporária de indivíduos desesperados. Em sua forma moderna, esse despertar religioso foi o produto da fronteira americana. "O Grande Alvorecer" começou em torno de 1800 nas montanhas Apalaches com gigantescas "reuniões campais" – a de Kane Ridge, Kentucky (1801) reuniu cerca de 10 ou 20 mil pessoas sob o comando de 40 pregadores – e um grau de histeria orgiástica difícil de ser concebida: homens e mulheres "sacudiam-se", dançavam até a exaustão, milhares entravam em transes, "falavam línguas diferentes" ou então latiam como cães. Um local remoto, um ambiente social e natural áspero, ou uma combinação de tudo isso, encorajavam aquele despertar que pregadores ambulantes importaram para a Europa, produzindo, assim, uma secessão democrática-proletária nos wesleyanos (os chamados metodistas primitivos) depois de 1808, que se estendeu e se disseminou particularmente entre os mineiros do norte da Inglaterra e entre os pequenos fazendeiros das montanhas, entre os pescadores do Mar do Norte, os empregados agrícolas e os oprimidos trabalhadores domésticos das suarentas indústrias da Inglaterra central. Estes ataques de histeria religiosa ocorreram periodicamente durante todo o nosso período – no sul do País de Gales, eclodiram em 1807-9, 1828-30, 1839-42, 1849 e 1859 [10] e representaram o maior aumento nas forças numéricas das seitas. Eles não podem ser atribuídos a qualquer simples causa precipitadora. Alguns coincidiram com períodos de violenta tensão e intranqüilidade (todas as épocas de ultra-rápida expansão wesleyana em nosso período coincidiram com estas violentas tensões e agitações, exceto uma), outros, com a rápida recuperação que se seguia a uma depressão, e, ocasionalmente, foram precipitados por calamidades sociais como a epidemia de cólera, que ocasionou fenômenos religiosos análogos em outros países cristãos.

III

Em termos puramente religiosos, portanto, nosso período foi de uma crescente secularização e de indiferença religiosa (na Europa), combatidas pelo despertar da religião em suas formas mais intransigentes, irracionais e emocionalmente compulsivas. Se Tom Paine está em um dos extremos, no outro se encontra o adventista William Miller. O materialismo mecânico francamente ateu do filósofo alemão Feuerbach (1804-1872), na década de 1830 se confrontava com os jovens antiintelectualistas do "Movimento de Oxford", que defendiam a literal exatidão das vidas dos santos medievais.

Mas este retorno à religião militante, literal e ultrapassada tinha três aspectos. Para as massas, era, principalmente, um método de luta contra a sociedade cada vez mais fria, desumana e tirânica do liberalismo da classe média: segundo Marx (mas ele não foi o único a usar tais palavras), era "o coração de um mundo sem coração, como é o espírito de um mundo sem espírito ... o *ópio* do povo". [11] Mais do que isto: era uma tentativa de criar instituições políticas, sociais e educacionais em um ambiente que não proporcionava nenhuma dessas condições, e um meio de dar às pessoas pouco desenvolvidas politicamente uma expressão primitiva de seus descontentamentos e aspirações. Seu literalismo, emocionalismo e superstição tanto protestavam contra toda uma sociedade em que dominava o cálculo racional, como contra as classes superiores que deformavam a religião em sua própria imagem.

Para as classes médias vindas das massas, a religião podia ser um amparo moral poderoso, uma justificativa para sua existência social contra o desprezo e o ódio da sociedade tradicional, e um mecanismo de sua expansão. Quando sectaristas, a religião os libertava dos grilhões daquela sociedade. Dava a seus lucros um título moral maior do que o do mero interesse próprio racional; legitimava sua aspereza em relação aos oprimidos; unia-os ao comércio que proporcionava civilização aos pagãos, e vendas a seus produtos.

A religião fornecia estabilidade social para as monarquias e aristocracias, e de fato para todos os que se encontravam no alto da pirâmide. Tinham aprendido com a Revolução Francesa que a Igreja era o mais forte amparo do trono. Os povos analfabetos e devotos, como os do sul da Itália, os espanhóis, os tiroleses e os russos tinham-se lançado às armas para defender sua igreja e seu governante contra os estrangeiros, os infiéis e os revolucionários, abençoados e, em alguns ca-

sos, liderados por seus sacerdotes. Os povos analfabetos e religiosos viveriam contentes na pobreza para a qual Deus os havia conclamado, sob a liderança de governantes que lhes foram dados pela Divina Providência, de maneira simples, digna e ordenadamente e imunes aos efeitos subversivos da razão. Para os governos conservadores depois de 1815 – e que governos da Europa continental não o eram? – o encorajamento dos sentimentos religiosos e das igrejas era uma parte tão indispensável da política quanto a organização da política e da censura: o sacerdote, o policial e o censor eram agora os três principais apoios da reação contra a revolução.

Para a maioria dos governos estabelecidos, bastava que o jacobinismo ameaçasse os tronos e as igrejas os preservassem. Entretanto, para um grupo de intelectuais e ideólogos românticos, a aliança entre o trono e o altar tinha um significado mais profundo: o de preservar uma velha sociedade viva e orgânica contra a corrosão da razão e o liberalismo; o indivíduo encontrava nesta aliança uma expressão mais adequada de sua trágica condição do que em qualquer solução formulada pelos racionalistas. Na França e na Inglaterra, estas justificativas da aliança entre o trono e o altar não tiveram grande importância política, nem tampouco a busca romântica de uma religião pessoal e trágica. (O mais importante explorador destas profundezas do coração humano, o dinamarquês Sören Kierkegaard, 1813-1855, era oriundo de um pequeno país e atraiu muito pouca atenção de seus contemporâneos: sua fama é totalmente póstuma.) Entretanto, nos estados alemães e na Rússia, os intelectuais romântico-reacionários, bastiões da reação monarquista, tiveram seu papel na política como servidores civis, redatores de manifestos e de programas, e inclusive como conselheiros pessoais onde os monarcas tendiam ao desequilíbrio mental (como Alexandre I, da Rússia, e Frederico Guilherme IV, da Prússia). Em conjunto, entretanto, os Friedrich Gentz e os Adam Mueller eram figuras de menor vulto, e seu medievalismo religioso (do qual o próprio Metternich desconfiava) era simplesmente uma fachada tradicionalista para dissimular os policiais e os censores em quem os reis confiavam. A força da Santa Aliança da Rússia, Áustria e Prússia, destinada a manter a ordem na Europa depois de 1815, baseava-se não em sua aparência de cruzada mística, mas na sua decisão de abolir todo e qualquer movimento subversivo pelas armas russas, prussianas e austríacas. Além do mais, os governos genuinamente conservadores se inclinavam a desconfiar de todos os intelectuais e ideólogos, até dos que eram reacionários, pois, uma vez aceito o princípio do raciocínio em vez da obediência, o fim estaria próximo. Conforme escreveu Friedrich Gentz (secretário de Metternich) a Adam Mueller, em 1819:

> "Continuo a defender esta proposição: 'A fim de que a imprensa não possa abusar, nada será impresso nos próximos ... anos'. Se este princípio viesse a ser aplicado como uma regra obrigatória, sendo as raríssimas exceções autorizadas por um Tribunal claramente superior, dentro em breve estaríamos voltando a Deus e à Verdade." [12]

E ainda assim, se os ideólogos antiliberais tiveram pequena importância política, sua fuga dos horrores do liberalismo em direção a um passado orgânico e verdadeiramente religioso teve considerável interesse para a religião, já que produziu um marcante despertar do catolicismo romano entre os jovens sensíveis das classes superiores. Pois não havia sido o próprio protestantismo o precursor direto do individualismo, do racionalismo e do liberalismo? Se uma sociedade verdadeiramente religiosa viesse curar sozinha a doença do século XIX, não seria ela a única sociedade *verdadeiramente* cristã da Idade Média católica? Como de costume, Gentz expressou a atração do catolicismo com uma clareza inadequada ao assunto:

> "O protestantismo é a primeira, a verdadeira e a única fonte de todos os grandes males que nos fazem gemer hoje em dia. Se tivesse simplesmente se limitado ao raciocínio, poderíamos ter sido capazes e obrigados a tolerá-lo, pois há na natureza humana uma tendência enraizada à discussão. Entretanto, já que os governos concordam em aceitar o protestantismo como uma forma permitida de religião, como uma expressão do cristianismo, como um direito do homem; já que eles ... garantiram-lhe um lugar ao lado do Estado, ou mesmo sobre suas ruínas, a única igreja verdadeira, a ordem política, moral e religiosa do mundo foi imediatamente dissolvida. ... Toda a Revolução Francesa, e a ainda pior revolução que está para eclodir na Alemanha, nasceram desta mesma fonte." [13]

Assim, grupos de jovens exaltados fugiam dos horrores do intelecto em direção aos hospitaleiros braços de Roma, e abraçavam o celibato, as torturas do ascetismo, os escritos dos padres, ou simplesmente o ritual caloroso e esteticamente satisfatório da Igreja com uma apaixonada entrega. Em sua maioria, eram provenientes, como era de se esperar, de países protestantes: os românticos alemães eram em geral prussianos. O "Movimento de Oxford" da década de 1830 é o fenômeno mais conhecido deste tipo para o leitor anglo-saxônico, embora seja caracteristicamente britânico, visto que só alguns dos jovens fanáticos que assim expressavam o espírito da mais obscurantista e reacionária das universidades, de fato, se uniram à Igreja Romana, notadamente o talentoso J.H. Newman (1801-1890). Os demais encontraram uma posição intermediária na qualidade de "ritualistas" dentro da Igreja Anglicana, que eles diziam ser a verdadeira Igreja Católica, e tentaram, para o horror dos eclesiásticos, adorná-la com paramentos, incenso e outras abominações papais. Os convertidos eram um enigma para as famílias nobres tradicionalmente católicas, que encaravam sua religião como um distintivo familiar, e para a massa de trabalhadores irlandeses imigrantes que formavam o grosso do catolicismo britânico; o nobre zelo destes convertidos também não era totalmente apreciado pelos funcionários eclesiásticos do Vaticano, realistas e cautelosos. Mas já que eram de excelentes famílias, e a conversão das classes superiores bem poderia anunciar a conversão das classes inferiores, foram

bem recebidos como um sinal estimulante do poder de conquista da Igreja.

Ainda assim, mesmo dentro da religião organizada – ao menos dentro da católica romana, da protestante e da judaica – agiam os sapadores e minadores do liberalismo. Na Igreja Romana, seu principal campo de ação era a França, e sua figura mais importante, Hugues-Felicité-Robert de Lamennais (1782-1854), que caminhou sucessivamente desde o conservadorismo romântico até uma idealização revolucionária do povo, o que o conduziu para perto do socialismo. Sua obra *Paroles d'un Croyant* (1834) criou tumulto no seio dos governos, que não esperavam uma punhalada pelas costas com uma arma tão digna de confiança para a preservação do *status quo*, quanto o catolicismo. Seu autor não demorou a ser condenado por Roma. O catolicismo liberal, entretanto, sobreviveu na França, um país sempre receptivo às tendências eclesiásticas que estivessem em pequeno desacordo com a Igreja de Roma. Também na Itália, a poderosa corrente revolucionária das décadas de 1830 e 1840 arrebanhou para suas fileiras alguns pensadores católicos, como Rosmini e Gioberti (1801-52), paladino de uma Itália liberal unificada pelo papa. Entretanto, o corpo principal da Igreja era cada vez mais militantemente antiliberal.

As minorias e seitas protestantes estavam naturalmente mais próximas do liberalismo, sobretudo em termos políticos: ser huguenot francês equivalia a ser um liberal moderno. (Guizot, o primeiro-ministro de Luís Felipe, foi um deles.) As igrejas estatais protestantes, como a anglicana e a luterana, eram politicamente mais conservadoras, mas suas teologias eram talvez menos resistentes à corrosão da erudição bíblica e da investigação racionalista. Os judeus, naturalmente, estavam expostos a toda a força da corrente liberal. Afinal de contas, eles deviam sua emancipação política e social inteiramente a ela. A assimilação cultural era o objetivo de todos os judeus emancipados. Os mais extremistas dentre os emancipados abandonaram sua antiga religião em favor do cristianismo ou do agnosticismo, como o pai de Karl Marx ou o poeta Heinrich Heine (que, entretanto, descobriu que os judeus nunca deixam de ser judeus, ao menos para o mundo exterior, embora deixem de freqüentar a sinagoga). Os menos extremistas desenvolveram uma atenuada forma liberal de judaísmo. Somente nos obscuros guetos orientais, o Tora e o Talmude continuaram dominando a vida virtualmente inalterada das pequenas cidades.

Décimo-Terceiro Capítulo

A IDEOLOGIA SECULAR

(O Sr. Bentham) transforma utensílios de madeira em um torno por diversão, e fantasia que pode transformar os homens da mesma maneira. Mas não tem grandes dotes para a poesia, e mal sabe extrair a moral de uma obra de Shakespeare. Sua casa é aquecida e iluminada a vapor. Ele é um destes que preferem as coisas artificiais em detrimento das naturais, e pensa que a mente humana é onipotente. Ele sente grande desprezo pelas possibilidades da vida ao ar livre, pelos verdes campos e pelas árvores, e sempre reduz tudo aos termos da Utilidade.

W. Hazlitt, *O Espírito do Século* (1825)

Os comunistas pouco se importam em esconder seus pontos de vista e objetivos. Declaram abertamente que seus fins podem ser obtidos somente pela destruição pela força de todas as condições existentes. Deixem as classes governantes tremerem ante a revolução comunista. Os proletários nada têm a perder a não ser seus grilhões. Têm um mundo a conquistar. Trabalhadores de todos os países, uni-vos!

K. Marx e F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (1848)

I

A quantidade deve ainda fazer-nos dar uma posição de destaque à ideologia religiosa no mundo de 1789-1848; a qualidade dá esta posição de destaque à ideologia leiga ou secular. Com pouquíssimas exceções, todos os pensadores de importância em nosso período falavam o idioma secular, quaisquer que fossem suas crenças religiosas particulares. Muito do que eles pensavam (e do que as pessoas comuns tinham como certo sem uma reflexão maior) será discutido nos termos mais específicos das ciências e das artes; uma outra parte deste pensamento já foi discutida. Neste capítulo nos concentraremos no que foi, afinal, o principal tema que nasceu da revolução dupla: a natureza da sociedade e a direção para a qual ela estava se encaminhando ou deveria se encaminhar. Sobre este problema básico, havia duas principais divisões de opinião: a dos que aceitavam a maneira pela qual o mundo estava-se conduzindo e a dos que não a aceitavam; em outras palavras, os que acreditavam no progresso e os outros. Em certo sentido, havia

só uma *Weltanschauung* de grande significação, e uma série de outros pontos de vista que, quaisquer que fossem seus méritos, eram, no fundo, basicamente críticas negativas ao "iluminismo" humanista, racionalista e triunfante do século XVIII. Seus expoentes acreditavam firmemente (e com razão) que a história humana era um avanço mais que um retrocesso ou um movimento oscilante ao redor de certo nível. Podiam observar que o conhecimento científico e o controle técnico do homem sobre a natureza aumentavam diariamente. Acreditavam que a sociedade humana e o homem individualmente podiam ser aperfeiçoados pela mesma aplicação da razão, e que estavam destinados a seu aperfeiçoamento na história. Com isto concordavam os liberais burgueses e os revolucionários socialistas proletários.

Até 1789, a formulação mais poderosa e adiantada desta ideologia de progresso tinha sido o clássico liberalismo burguês. De fato, seu sistema fundamental fora elaborado de maneira tão firme nos séculos XVII e XVIII que seu estudo mal pertence a este livro. Era uma filosofia estreita, lúcida e cortante que encontrou seus mais puros expoentes, como poderíamos esperar, na Grã-Bretanha e na França.

Ela era rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens em princípio para compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, e convencida também da tendência obscurantista das instituições (entre as quais incluíam o tradicionalismo e todas as religiões outras que o racional) e do comportamento irracionais. Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII. Suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo, que se devia mais à introspecção dos indivíduos da classe média ou à observação de seu comportamento do que aos princípios *a priori* nos quais declarava estar fundamentada, e que se expressava em uma psicologia (embora a palavra ainda não existisse em 1789) que fazia eco com a mecânica do século XVII, a chamada escola "associacionista".

Em poucas palavras, para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros,* e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era "naturalmente" possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos, embora

* O grande Thomas Hobbes, de fato, argumentou fortemente a favor da completa igualdade – para fins práticos – de todos os indivíduos, em todos os aspectos, com exceção das "ciências".

os pensadores liberais mais lógicos preferissem não colocar isto na linguagem dos "direitos naturais". No curso da busca desta vantagem pessoal, cada indivíduo nesta anarquia de competidores iguais achava vantajoso ou inevitável entrar em certos tipos de relações com outros indivíduos, e este complexo de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial do "contrato" – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais. É claro que tais acordos e associações implicavam alguma diminuição da naturalmente ilimitada liberdade do homem para fazer aquilo que quisesse, sendo uma das tarefas da política reduzir tal interferência a um mínimo praticável. Exceto talvez para certos grupos sexuais irredutíveis como pais e filhos, o "homem" do liberalismo clássico (cujo símbolo literário foi Robinson Crusoe) era um animal social somente na medida em que ele coexistia em grande número. Os objetivos sociais eram, portanto, a soma aritmética dos objetivos individuais. A felicidade (um termo que deu a seus definidores quase tantos problemas quanto a seus perseguidores) era o supremo objetivo de cada indivíduo; a maior felicidade do maior número de pessoas era claramente o objetivo da sociedade.

De fato, o *utilitarismo* puro, que reduzia *todas* as relações humanas inteiramente ao padrão que acabamos de esboçar, esteve limitado no século XVII a filósofos insensíveis como o grande Thomas Hobbes, ou a paladinos muito seguros da classe média, como a escola de pensadores e propagandistas britânicos associada com os nomes de Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836) e acima de tudo os economistas políticos clássicos. Havia duas razões para tanto. Em primeiro lugar, uma ideologia que reduzia tudo, exceto o cálculo racional do "interesse próprio", à "insensatez com pernas de pau"* (para usarmos a expressão de Bentham) entrava em conflito com alguns poderosos instintos do comportamento da classe média empenhada em melhorar.** Assim, poderia ser demonstrado que o próprio interesse racional bem poderia justificar uma interferência consideravelmente maior na "liberdade natural" do indivíduo para fazer aquilo que ele desejasse e para guardar o que ganhasse, do que seria esperado. (Thomas Hobbes, cujas obras os utilitaristas britânicos colecionavam e publicavam com devoção, na verdade demonstrara que o interesse próprio impedia quaisquer limites *a priori* sobre o poder estatal, e os próprios benthamitas foram paladinos da administração burocrática estatal quando pensaram que podia proporcionar a maior felicidade ao maior número

* No original, "nonsense on stilts". (*N. T.*)

** Não se deve supor que o interesse próprio necessariamente significava um egoísmo anti-social. Os utilitaristas humanos e de espírito social mantinham o ponto de vista de que as satisfações que o indivíduo procurava aumentar incluíam, ou poderiam incluir com a educação adequada, a "benevolência", isto é, o ímpeto para ajudar aos outros. O curioso é que isto não era um dever moral, ou um aspecto da coexistência social, mas algo que fazia o indivíduo feliz. "O interesse", argumentava d'Holbach em sua obra *Système de la Nature* I, p. 268, "nada é senão o que cada um de nós considera necessário para sua felicidade."

de pessoas tão prontamente quanto o *laissez-faire.*) Conseqüentemente, os que procuravam salvaguardar a propriedade privada, a liberdade individual e de empresa preferiam constantemente dar-lhes a sanção metafísica de um "direito natural" em vez do vulnerável direito de "utilidade". Além do mais, uma filosofia que eliminava a moralidade e o dever tão completamente através de sua redução ao cálculo racional, bem poderia enfraquecer o sentido da disposição eterna das coisas entre os pobres ignorantes sobre quem a estabilidade social se assentava.

O utilitarismo, por razões como estas, nunca monopolizou, portanto, a ideologia da classe média liberal. Mas proporcionou o mais cortante dos machados radicais com que se poderia derrubar as instituições tradicionais que não sabiam responder às triunfantes perguntas: É racional? É útil? Contribui para a maior felicidade do maior número de pessoas? Contudo, não era forte o suficiente nem para inspirar uma revolução nem para evitá-la. O filosoficamente débil John Locke, mais que o soberbo Thomas Hobbes, continuou sendo o pensador favorito do liberalismo vulgar, pois, ao menos, ele colocava a propriedade privada além do alcance da interferência e do ataque, como o mais fundamental dos "direitos naturais". E os revolucionários franceses acharam magnífica esta declaração para colocar suas exigências de liberdade de iniciativa ("todo cidadão é livre para usar seus braços, sua indústria e seu capital como julgar adequado e útil a si mesmo. ... Ele pode fabricar o que lhe aprouver da maneira que lhe aprouver") [1] sob a forma de um direito natural geral à liberdade ("O exercício dos direitos naturais de cada homem não é mais limitado que aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos"). [2]

Em seu pensamento político, o liberalismo clássico separava-se, assim, do rigor e da audácia que fizeram dele uma força revolucionária tão poderosa. Em seu pensamento econômico, entretanto, estava menos inibido, em parte porque a confiança da classe média no triunfo do capitalismo era muito maior do que sua confiança na supremacia política da burguesia sobre o absolutismo ou a turba ignorante, em parte porque as conjecturas clássicas sobre a natureza e o estado natural do homem encaixavam-se, sem dúvida, na situação especial do mercado de uma forma bem melhor do que à situação da humanidade em geral. Conseqüentemente, as clássicas formas da economia política constituem, com Thomas Hobbes, o mais impressionante monumento intelectual à ideologia liberal. Sua época de apogeu é um pouco anterior ao período estudado neste livro. A publicação da obra de Adam Smith (1723-90), *A Riqueza das Nações* (1776), marca o seu início, a de David Ricardo (1792-1823), *Princípios de Economia Política,* de 1817, determina seu apogeu, e o ano de 1830 assinala o início de seu declínio ou transformação. Entretanto, sua versão vulgarizada continuava a conquistar adeptos entre os homens de negócio durante todo o nosso período.

O argumento social da economia política de Adam Smith era tanto elegante quanto confortador. É verdade que a humanidade consistia essencialmente de indivíduos soberanos de certa constituição psicológica, que buscavam seus próprios interesses através da competição entre uns e outros. Mas poderia ser demonstrado que estas atividades, quando deixadas tanto quanto possível fora de controle, produziam não só uma ordem social "natural" (distinta da artificial imposta pelos consumados interesses aristocráticos, o obscurantismo, a tradição ou as intromissões da ignorância), mas também o mais rápido aumento possível da "riqueza das nações", quer dizer, do conforto e do bem-estar, e portanto da felicidade, de todos homens. A base desta ordem natural era a divisão social do trabalho. Podia ser cientificamente *provado* que a existência de uma classe de capitalistas donos dos meios de produção beneficiava a todos, inclusive aos trabalhadores que se alugavam a seus membros, exatamente como poderia ser cientificamente comprovado que os interesses da Grã-Bretanha e da Jamaica estariam melhor servidos se aquela produzisse mercadorias manufaturadas e esta produzisse açúcar natural. O aumento da riqueza das nações continuava com as operações das empresas privadas e a acumulação de capital, e poderia ser demonstrado que qualquer outro método de assegurá-lo iria desacelerá-lo ou mesmo estancá-lo. Além do mais, a sociedade economicamente muito desigual que resultava inevitavelmente das operações de natureza humana não era incompatível com a igualdade natural de todos os homens nem com a justiça, pois além de assegurar inclusive aos mais pobres condições de vida melhores, ela se baseava na mais eqüitativa de todas as relações: o intercâmbio de valores equivalentes no mercado. Como disse um moderno erudito: "nada dependia da benevolência dos outros, pois para tudo que se obtinha era devolvido, em troca, um equivalente. Além disso, o livre jogo das forças naturais destruiria todas as posições que não fossem construídas com base em contribuições ao bem comum". [3]

O progresso era, portanto, tão "natural" quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral. Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, com considerável justificativa histórica neste período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo.

A força desta visão panglossiana apoiava-se não apenas naquilo que se acreditava ser a irrefutável habilidade de demonstrar seus teoremas econômicos através de um raciocínio dedutivo, mas também no evidente progresso da civilização e do capitalismo do século XVIII. Reciprocamente, começou a tropeçar não só porque Ricardo descobrira contradições dentro do sistema que Smith preconizara, mas

porque os verdadeiros resultados sociais e econômicos do capitalismo provaram ser menos felizes do que tinham sido previstos. A economia política na primeira metade do século XIX tornou-se uma ciência "lúgubre" mais do que cor-de-rosa. Naturalmente, ainda se poderia sustentar que a miséria dos pobres que (como argumentou Malthus em seu famoso *Ensaio sobre a População*, de 1798) estava condenada a se prolongar até a beira da extenuação, ou (como argumentava Ricardo) a padecer com a introdução das máquinas,* ainda se constituía na maior felicidade do maior número de pessoas, número que simplesmente resultou ser muito menor do que se poderia esperar. Mas tais fatos, bem como as marcantes dificuldades para a expansão capitalista no período entre 1810 e a década de 1840, refrearam o otimismo e estimularam a investigação crítica, especialmente sobre a *distribuição* em contraste com a *produção*, que havia sido a preocupação maior da geração de Smith.

A economia política de David Ricardo, uma obra-prima de rigor dedutivo, introduziu assim consideráveis elementos de discórdia na natural harmonia em que os primeiros economistas tinham apostado. E até mesmo enfatizou, bem mais do que o tinha feito Smith, certos fatores que se poderia esperar que detivessem a máquina do progresso econômico, atenuando o suprimento de seu combustível essencial, tal como uma tendência para o declínio da taxa de lucros. E mais ainda, David Ricardo criou a teoria geral do valor intrínseco do trabalho, que só dependia de um leve toque para ser transformada em um argumento potente contra o capitalismo. Contudo, seu domínio técnico como pensador e seu apaixonado apoio aos objetivos práticos que a maioria dos homens de negócios britânicos advogavam – o livre comércio e a hostilidade aos proprietários de terras – ajudaram a dar à economia política clássica um lugar ainda mais firme que antes na ideologia liberal. Para efeitos práticos, as tropas de choque da reforma da classe média britânica no período pós-napoleônico foram armadas com uma combinação de utilitarismo benthamita e economia ricardiana. Por sua vez, as maciças realizações de Smith e Ricardo, respaldadas pelas do comércio e da indústria britânica, fizeram da economia política uma ciência em grande parte britânica, reduzindo os economistas franceses (que tinham, no mínimo, compartilhado da liderança no século XVIII) a um papel menos importante de simples predecessores ou auxiliares, e os economistas não clássicos a um amontoado de franco-atiradores. Além do mais, transformaram-na em um símbolo essencial dos avanços liberais. O Brasil instituiu uma cátedra de economia política em 1808 – bem antes da França – ocupada por um propagador de Adam Smith, J. B. Say (o principal economista francês) e o

* "A opinião mantida pela classe trabalhadora de que o uso de máquinas é constantemente prejudicial a seus interesses não se baseia no preconceito ou no erro, mas é compatível com os corretos princípios da economia política." *Princípios*, p. 383.

anarquista utilitário William Godwin. A Argentina mal tinha ficado independente quando, em 1823, a nova universidade de Buenos Aires começou a ensinar economia política com base nas obras já traduzidas de Ricardo e James Mill; mas não o fez antes de Cuba, que teve sua primeira cátedra já em 1818. O fato de que o verdadeiro comportamento econômico dos governantes latino-americanos arrepiava os cabelos dos financistas e economistas europeus não faz qualquer diferença para a sua ligação com a ortodoxia econômica.

Na política, como vimos, a ideologia liberal não era nem tão coerente nem tão consistente. Teoricamente, continuava dividida entre o utilitarismo e as adaptações das antiquadas doutrinas do direito natural e da lei natural, com predominância do primeiro. Em seu programa prático, a divisão estava entre a crença em um governo popular, quer dizer, governo de maiorias que tinha a lógica a seu lado e refletia o fato de que realmente fazer revoluções e pressionar politicamente para conseguir reformas eficazes não era coisa de classe média, mas uma mobilização de massas * e a crença, mais generalizada, no governo de uma elite de proprietários: quer dizer, entre o "radicalismo" e o "whiggismo", para usarmos os termos britânicos. Pois, se o governo fosse realmente popular, e se a maioria realmente governasse (isto é, se os interesses da minoria fossem sacrificados àquela, como era logicamente inevitável), seria possível acreditar que a verdadeira maioria – "as classes mais numerosas e pobres" [4] – iria salvaguardar a liberdade e cumprir os ditames da razão que coincidiam, como é óbvio, com o programa da classe média liberal?

Antes da Revolução Francesa, a principal causa de alarme neste aspecto era a ignorância e a superstição dos trabalhadores pobres, que estavam constantemente sob o controle do sacerdote ou do rei. A própria revolução introduziu o risco adicional de uma ala à esquerda com um programa anticapitalista implícito (e alguns sustentam que era explícito) em certos aspectos da ditadura jacobina. Os moderados "whigs" logo se deram conta deste perigo: Edmund Burke, cuja ideologia econômica era a de um puro seguidor de Adam Smith, [5] retrocedia em sua política em direção a uma crença francamente irracionalista nas virtudes da tradição, da continuidade e do lento crescimento orgânico, que sempre haviam fornecido o principal suporte teórico do conservadorismo. No continente europeu, os liberais práticos se assustavam com a democracia política, preferindo uma monarquia constitucional com sufrágio adequado ou, em caso de emergência, qualquer absolutismo ultrapassado que garantisse seus interesses. Depois de 1793-4, só uma burguesia extremamente descontente, ou então extre-

* Condorcet (1743-94), cujo pensamento é realmente um compêndio de atitudes burguesas "ilustradas", foi convertido pela queda da Bastilha de uma crença no sufrágio limitado para uma crença na democracia, embora com fortes salvaguardas para o indivíduo e para as minorias.

mamente autoconfiante, como a da Grã-Bretanha, estava preparada, com James Mill, para confiar em sua própria capacidade de conservar o apoio dos trabalhadores pobres permanentemente, mesmo em uma república democrática.

Os descontentamentos sociais, os movimentos revolucionários e as ideologias socialistas do período pós-napoleônico intensificaram este dilema, e a revolução de 1830 tornou-o mais agudo. O liberalismo e a democracia pareciam mais adversários que aliados; o tríplice slogan da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade - expressava melhor uma contradição que uma combinação. Naturalmente, isto parecia mais óbvio na pátria da revolução, a França. Alexis de Tocqueville (1805-59), que dedicou sua impressionante inteligência à análise das tendências inerentes à democracia americana (1835) e mais tarde à Revolução Francesa, sobreviveu como o melhor dos críticos liberais moderados da democracia deste período; poderíamos também dizer que tornou-se particularmente apropriado aos liberais moderados do mundo ocidental depois de 1945. Talvez, não estranhamente, em virtude de sua máxima: "Do século XVIII, como nascidos de uma fonte comum, correm dois rios. Um deles carrega os homens para as instituições livres, o outro para o poder absoluto."[6] Na Grã-Bretanha, também a vigorosa confiança de James Mill em uma democracia liderada pela burguesia contrasta de forma marcante com a ansiedade de seu filho James Stuart Mill (1806-73) em salvaguardar os direitos das minorias contra as maiorias, que predomina em sua obra *A Respeito da Liberdade* (1859).

II

Enquanto a ideologia liberal perdia assim sua confiança original - mesmo a inevitabilidade ou a desejabilidade do progresso começava a ser colocada em dúvida por alguns liberais -, uma nova ideologia, o socialismo, voltava a formular os velhos axiomas do século XVIII. A razão, a ciência e o progresso eram suas bases firmes. O que distinguia os socialistas de nosso período dos paladinos de uma sociedade perfeita de propriedade comum, que periodicamente aparecem na literatura ao longo da história, era a aceitação incondicional da revolução industrial que criava a verdadeira possibilidade do socialismo moderno. O Conde Claude de Saint-Simon (1760-1825), que é por tradição reconhecido como o primeiro "socialista utópico", embora seu pensamento na realidade ocupe uma posição bem mais ambígua, foi antes de tudo o apóstolo do "industrialismo" e dos "industrialistas" (duas palavras criadas por ele). Seus discípulos se tornaram socialistas, audazes técnicos, financistas e industriais, ou tudo isso em seqüência. O saint-simonismo ocupa, assim, um lugar especial na história do desenvolvimento capitalista e anticapitalista. Na Grã-Bretanha, Robert Owen

(1771-1858) foi um pioneiro muito bem sucedido da indústria algodoeira, e extraiu sua confiança na possibilidade de uma sociedade melhor não só de sua firme crença no aperfeiçoamento humano através da sociedade, mas também da visível criação de uma sociedade de potencial abundância através da revolução industrial. Embora de maneira relutante, Frederick Engels também se envolveu com os negócios algodoeiros. Nenhum dos novos socialistas desejavam retardar a hora da evolução social, embora muitos de seus seguidores o desejassem. Até mesmo Charles Fourier (1772-1837), o menos entusiasta do instrialismo entre os fundadores do socialismo, sustentava que a solução estava além e não atrás dele.

Além disso, os próprios argumentos do liberalismo clássico podiam e foram prontamente transformados contra a sociedade capitalista que eles tinham ajudado a construir. De fato, a felicidade, como dizia Saint-Just, era "uma idéia nova na Europa",[7] mas nada era mais fácil de observar que a maior felicidade do maior número de pessoas, que claramente não estava sendo atingida, era a felicidade do trabalhador pobre. Nem era difícil, como William Godwin, Robert Owen, Thomas Hodgskin e outros admiradores de Bentham o fizeram, separar a busca da felicidade das conjecturas de um individualismo egoísta. "O objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade", escreveu Owen,[8] "mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a minoria nunca será capaz de gozá-la."

Mais ainda, a economia política clássica em sua forma ricardiana podia virar-se contra o capitalismo, fato este que levou os economistas da classe média posteriores a 1830 a ver Ricardo com alarme, e até mesmo a considerá-lo, como o fez o americano Carey (1793-1879), como fonte de inspiração de agitadores e destruidores da sociedade. Se, como argumentava a economia política, o trabalho representava a fonte de todo o valor, então por que a maior parte de seus produtores viviam à beira da privação? Porque, como demonstrava Ricardo - embora ele se sentisse constrangido em relação às conclusões de sua teoria - o capitalista se apropriava - em forma de lucro - do excedente que o trabalhador produzia além daquilo que ele recebia de volta sob a forma de salário. (O fato de que os proprietários de terras também se apropriassem de uma parte deste excedente não afetou fundamentalmente o assunto.) De fato, o capitalista explorava o trabalhador. Era necessário eliminar os capitalistas para que fosse abolida a exploração. Um grupo de "economistas do trabalho" ricardianos logo surgiu na Grã-Bretanha para fazer a análise e concluir a moral da história.

Se o capitalismo tivesse realmente alcançado aquilo que dele se esperava nos dias otimistas da economia política, tais críticas não teriam tido ressonância. Ao contrário do que freqüentemente se supõe, entre os pobres há poucas "revoluções de melhora do nível de vida". Mas no período de formação do socialismo, isto é, entre a publicação

da *Nova Visão da Sociedade*, de Robert Owen, lançado a público em 1813-14,[9] e o *Manifesto Comunista*, de 1848, a depressão, os salários decrescentes, o pesado desemprego tecnológico e as dúvidas sobre as futuras possibilidades de expansão da economia eram simplesmente muito inoportunas. * Portanto, os críticos podiam-se apegar não só à injustiça da economia, mas também aos defeitos de seu funcionamento, a suas "contradições internas". Olhos aguçados pela antipatia detectavam, assim, as flutuações ou "crises" do capitalismo (Sismondi, Wade, Engels) que seus partidários dissimulavam, e cuja possibilidade, de fato, negava uma "lei" associada ao nome de J. B. Say (1767-1832). Dificilmente poderia deixar de advertir que a distribuição crescentemente desigual das rendas nacionais neste período ("os ricos ficando mais ricos e os pobres mais pobres") não era um acidente, mas o produto das operações do sistema. Em poucas palavras, podiam demonstrar não só que o capitalismo era injusto, mas que parecia funcionar mal e, na medida em que funcionava, produzia resultados opostos aos que tinham sido preditos por seus defensores.

Deste modo, os novos socialistas simplesmente se defendiam empurrando os argumentos do liberalismo clássico franco-britânico para além do ponto até onde os liberais burgueses estavam preparados para ir. A nova sociedade por eles defendida também não necessitava abandonar o terreno tradicional do humanismo clássico e do ideal liberal. Um mundo no qual todos fossem felizes e no qual todo indivíduo realizasse livre e plenamente suas potencialidades, no qual reinasse a liberdade e do qual desaparecesse o governo coercitivo era o objetivo máximo de liberais e socialistas. O que distinguia os vários membros da família ideológica descendente do humanismo e do iluminismo – liberais, socialistas, comunistas ou anarquistas – não era a amável anarquia mais ou menos utópica de todos eles, mas sim os métodos para alcançá-la. Neste ponto, entretanto, o socialismo se separava da tradição clássica liberal.

Em primeiro lugar, rompia radicalmente com a suposição liberal de que a sociedade era um mero agregado ou combinação de seus átomos individuais, e que sua força motriz estava no interesse próprio e na competição. Ao fazer isto, os socialistas voltaram à mais antiga de todas as tradições ideológicas humanas: a crença de que o homem é naturalmente um ser comunitário. Os homens, naturalmente, vivem juntos e se ajudam mutuamente. A sociedade não era uma redução necessária, embora lamentável, do natural e ilimitado direito do homem de fazer o que lhe agradasse, mas o cenário de sua vida, felicidade e individualidade. A idéia smithiana de que o intercâmbio de mercadorias equivalentes no mercado garantia de alguma forma a justiça social lhes chocava como algo incompreensível ou imoral. A maior parte do povo comum compartilhava este ponto de vista mesmo quando não

* A própria palavra "socialismo" foi criada na década de 1820.

podia expressá-lo. Muitos críticos do capitalismo reagiram contra a óbvia desumanização da sociedade burguesa (o termo técnico "alienação", que os seguidores de Hegel e o próprio Marx, no princípio de sua carreira, usavam, refletia o velho conceito de sociedade mais como o "lar" do homem do que como o simples local das atividades do indivíduo independente), culpando todo o curso da civilização, do racionalismo, da ciência e da tecnologia. Os novos socialistas – ao contrário dos revolucionários do tipo dos velhos artesãos como o poeta William Blake e Jean Jacques Rousseau – tiveram o cuidado de não agir desta forma. Mas partilhavam não só do tradicional ideal da sociedade como o lar do homem, mas também do conceito de que antes da instituição da sociedade de classes e da propriedade os homens tinham, de uma forma ou de outra, vivido em harmonia, conceito este expresso por Rousseau através da idealização do homem primitivo, e também pelos panfletistas radicias menos sofisticados através do mito da antiga liberdade e irmandade dos povos conquistados por governanantes estrangeiros – os saxônicos pelos normandos, os gauleses pelos alemães. "O gênio", disse Fourier, "deve redescobrir os caminhos daquela primitiva felicidade e adaptá-la às condições da indústria moderna."[10] O comunismo primitivo buscava através dos séculos e dos oceanos um modelo a propor ao comunismo do futuro.

Em segundo lugar, o socialismo adotou uma forma de argumentação que, se não estava fora do alcance da clássica tradição liberal, tampouco estava muito dentro dela: a argumentação histórica e evolutiva. Para os liberais clássicos, e de fato para os primeiros socialistas modernos, tais propostas eram naturais e racionais, distintas da sociedade irracional e artificial que a ignorância e a tirania tinham, até então, imposto ao mundo. Agora que o progresso e o iluminismo tinham mostrado ao mundo o que era racional, tudo o que restava a ser feito era retirar os obstáculos que evitavam que o senso comum seguisse seu caminho. De fato, os socialistas "utópicos" (seguidores de Saint-Simon, Owen, Fourier e outros) tratavam de mostrar-se tão firmemente convencidos de que a verdade bastava ser proclamada para ser instantaneamente adotada por todos os homens sensatos e de instrução, que inicialmente limitaram seus esforços para realizar o socialismo a uma propaganda endereçada em primeiro lugar às classes influentes – os trabalhadores, embora indubitavelmente viessem a se beneficiar com ele, eram infelizmente um grupo retrógrado e ignorante – e, por assim dizer, à construção de plantas-piloto do socialismo – colônias comunistas e empresas cooperativas, a maioria delas situada nos espaços abertos da América, onde não havia tradições de atraso histórico que se opusessem ao avanço dos homens. A "Nova Harmonia" de Owen se instalou em Indiana, e nos Estados Unidos havia cerca de 34 "falanges" seguidoras de Fourier, criadas em termos nacionais ou importadas, e numerosas colônias inspiradas pelo comunista-cristão Cabet e outros. Os seguidores de Saint-Simon, menos afeitos a experi-

mentos comunitários, nunca deixaram de buscar um déspota erudito que pudesse levar a cabo suas propostas, e durante certo tempo acreditaram que tinham-no encontrado na inverossímil figura de Mohammed Ali, o governante do Egito.

Havia um elemento de evolução histórica nesta clássica causa racionalista em prol da boa sociedade, já que uma ideologia de progresso implica uma ideologia evolutiva, possivelmente de inevitável evolução através dos estágios do desenvolvimento histórico. Mas só depois que Karl Marx (1818-83) transferiu o centro de gravidade da argumentação socialista de sua racionalidade ou desejabilidade para sua inevitabilidade histórica, o socialismo adquiriu sua mais formidável arma intelectual, contra a qual ainda se erguem defesas polêmicas. Marx extraiu esta linha de argumentação de uma combinação das tradições ideológicas alemães e franco-britânicas (da economia política inglesa, do socialismo francês e da filosofia alemã). Para Marx a sociedade humana havia inevitavelmente dividido o comunismo primitivo em classes, inevitavelmente se desenvolvia através de uma série de sociedades classistas, cada uma delas "progressista" em seu tempo, a despeito de suas injustiças, cada uma delas contendo as "contradições internas" que, a certa altura, se constituem em obstáculo para o progresso futuro e geram as forças para sua superação. O capitalismo era a última delas, e Marx, longe de limitar-se a atacá-lo, usou toda a sua eloqüência abaladora para proclamar seus empreendimentos históricos. Mas era possível demonstrar, por meio da economia política, que o capitalismo apresentava contradições internas que inevitavelmente o convertiam, até certo ponto, em uma barreira para o progresso e que haviam de mergulhá-lo em uma crise da qual não poderia sair. Além do mais, o capitalismo (como também se poderia demonstrar através da economia política), inevitavelmente criava seu próprio coveiro, o proletariado, cujo número e descontentamento crescia à medida que a concentração do poder econômico em mãos cada vez menos numerosas tornavam-no mais vulnerável, mais fácil de ser derrubado. A revolução proletária devia, portanto, inevitavelmente derrubá-lo. Mas também podia-se demonstrar que o sistema social que correspondia aos interesses da classe trabalhadora era o socialismo ou o comunismo. Como o capitalismo predominara, não só porque era mais racional do que o feudalismo, mas também devido à força social da burguesia, também o socialismo predominaria pela inevitável vitória dos trabalhadores. Seria tolice supor que este era um ideal eterno, o qual os homens poderiam ter realizado se tivessem sido suficientemente inteligentes na época de Luís XIV. O socialismo era o filho do capitalismo. Nem mesmo poderia ter sido formulado de uma maneira adequada antes da transformação da sociedade que criou as condições para seu advento. Mas, uma vez que essas condições existiam, a vitória era certa, pois "a humanidade sempre se propõe apenas as tarefas que pode solucionar". [11]

III

Comparadas com estas relativamente coerentes ideologias do progresso, as de resistência ao progresso mal merecem o nome de sistemas de pensamento. Eram antes atitudes carentes de um método intelectual comum e que confiavam na precisão de sua compreensão das fraquezas da sociedade burguesa e na inabalável convicção de que havia algo mais na vida do que o liberalismo supunha. Conseqüentemente, exigem pouca atenção.

A carga principal de sua crítica era que o liberalismo destruía a ordem social ou a comunidade que o homem tinha, em outros tempos, considerado como essencial à vida, substituindo-a pela intolerável anarquia da competição de todos contra todos ("cada um por si e Deus por todos")* e pela desumanização do mercado. Neste ponto, os antiprogressistas revolucionários e conservadores, ou seja, os representantes dos pobres e dos ricos, tendiam a concordar até mesmo com os socialistas, convergência esta que foi muito marcante entre os românticos (vide capítulo 14) e produziu fenômenos tão estranhos quanto a "Democracia Conservadora" ou o "Socialismo Feudal". Os conservadores tendiam a identificar a ordem social ideal – ou tão próxima da ideal o quanto fosse possível, pois as ambições sociais dos bem-acomodados são sempre mais modestas do que as dos pobres – com qualquer regime ameaçado pela revolução dupla, ou com alguma específica situação do passado, como por exemplo o feudalismo medieval. Também, naturalmente, enfatizavam o elemento de "ordem", que era o que protegia os que se encontravam nos degraus superiores da hierarquia social contra os que se achavam nos degraus inferiores. Como já vimos, os revolucionários pensavam antes em alguma remota época dourada quando as coisas iam bem para o povo, pois nenhuma sociedade atual era realmente satisfatória para os pobres. Também enfatizavam a ajuda mútua e o sentimento comunitário de tais épocas em vez da sua "ordem".

Contudo, ambos concordavam que em alguns importantes aspectos o velho regime tinha sido ou era melhor do que o novo. Nele, Deus os classificara em superiores e inferiores e ordenara sua condição, o que agradava aos conservadores, mas também impunha deveres (embora leves e mal cumpridos) aos superiores. Os homens eram desigualmente humanos, mas não mercadorias valoradas de acordo com o mercado. Acima de tudo, viviam juntos, em estreitas redes de relações pessoais e sociais, guiados pelo claro mapa do costume, das instituições sociais e da obrigação. Sem dúvida Gentz, o secretário de Metternich, o demagogo e radical jornalista britânico William Cobbett (1762-1835) tinham em mente um ideal medieval muito diferente, mas ambos igualmente atacavam a Reforma que, segundo eles, tinha intro-

* No original: "every man for himself and the devil take the hindmost". *(N.T.)*

duzido os princípios da sociedade burguesa. E até mesmo Frederick Engels, o mais firme dos que acreditavam no progresso, pintou um quadro ternamente idílico da velha sociedade do século XVIII que a revolução industrial tinha destruído.

Não possuindo uma teoria coerente da evolução, os pensadores antiprogressistas achavam difícil decidir sobre o que tinha acontecido "de errado". Seu réu favorito era a razão, ou mais especificamente, o racionalismo do século XVIII, que procurava de maneira tola e ímpia intrometer-se em assuntos muito complexos para a organização e a compreensão humanas: as sociedades não podiam ser projetadas como máquinas. "Seria melhor esquecer de uma vez por todas", escreveu Burke, "a *Enciclopédia* e todo o conjunto de economistas, e retornar àquelas velhas regras e princípios que fizeram, uma vez, dos príncipes, grandes personagens e felizes as nações." [12] O instinto, a tradição, a fé religiosa, "a natureza humana", a "verdade" em contraste com a "falsa" razão foram alinhados, dependendo da inclinação intelectual do pensador, contra o racionalismo sistemático. Mas, acima de tudo, o conquistador deste racionalismo viria a ser a história.

Se os pensadores conservadores não tinham o sentido do progresso histórico, tinham em troca um sentido muito preciso da diferença entre as sociedades formadas e estabilizadas natural e gradualmente pela história, e aquelas repentinamente estabelecidas por "artifício". Se não sabiam explicar como se talhavam os trajes históricos, e de fato eles negavam que fossem talhados, sabiam explicar admiravelmente como o prolongado uso lhes tornava mais cômodos. O mais sério esforço intelectual da ideologia antiprogressista foi o da análise histórica e reabilitação do passado, a investigação da continuidade contra a revolução. Seus expoentes mais importantes foram, portanto, não os excêntricos franceses emigrados, como De Bonald (1753-1840) e Joseph De Maistre (1753-1821) que procuraram reabilitar um passado morto, constantemente através de argumentações racionalistas que chegavam à beira da loucura, até mesmo quando seus objetivos foram estabelecer as virtudes do irracionalismo, mas homens como Edmund Burke, na Inglaterra, e a "escola histórica" alemã de juristas que legitimou um antigo regime, ainda existente, em termos de sua continuidade histórica.

IV

Resta considerar um grupo de ideologias singularmente equilibradas entre a progressiva e a antiprogressiva ou, em termos sociais, entre a burguesia industrial e o proletariado de um lado, e as classes aristocráticas e mercantis e as massas feudais do outro. Seus defensores mais importantes foram os radicais "homens pequenos" da Europa Ocidental e dos Estados Unidos e os homens da modesta classe média da Europa Central e Meridional, abrigados confortavelmente, mas não de

maneira totalmente satisfatória, na estrutura de uma sociedade monárquica e aristocrática. Todos acreditavam, de alguma forma, no progresso. Nenhum deles estava preparado para segui-lo até suas lógicas conclusões liberais ou socialistas; os primeiros pelo fato de que estas conclusões teriam condenado os pequenos artesãos, os lojistas, os fazendeiros e os pequenos negociantes a serem transformados ou em capitalistas ou em trabalhadores; os últimos porque eram muito fracos e, depois da experiência da ditadura jacobina, muito aterrorizados para desafiar o poderio de seus príncipes, de quem eram, em muitos casos, funcionários. As opiniões destes dois grupos, portanto, combinam os componentes liberais (e no primeiro caso implicitamente socialistas) com componentes antiliberais, e componentes progressistas com antiprogressistas. Além disso, esta complexidade essencial e contraditória lhes permitia ver mais profundamente a natureza da sociedade do que os liberais progressivos ou antiprogressivos. Forçava-os no sentido da dialética.

O mais importante pensador (ou melhor, gênio intuitivo) deste primeiro grupo de radicais pequeno-burgueses já estava morto em 1789: Jean Jacques Rousseau. Indeciso entre o individualismo puro e a convicção de que o homem só é ele mesmo em comunidade, entre o ideal de um Estado baseado na razão e no receio da razão frente ao "sentimento", entre o reconhecimento de que o progresso era inevitável e a certeza de que destruiria a harmonia do primitivo homem "natural", ele expressava seu próprio dilema pessoal tanto quanto o das classes que não podiam aceitar as promessas liberais dos donos de fábricas nem as certezas socialistas dos proletários. As opiniões daquele homem neurótico e desagradável, mas também grandioso, não nos devem preocupar detalhadamente, pois não houve uma escola de pensamento especificamente rousseauniana nem de políticos tais, exceto por Robespierre e os jacobinos do Ano II. Sua influência intelectual foi penetrante e forte, especialmente na Alemanha e entre os românticos, mas não foi tanto uma influência de um sistema, mas uma influência de atitudes e paixões. Sua influência entre os plebeus e os radicais pequeno-burgueses foi também imensa, mas talvez só entre os de espírito mais confuso, tais como Mazzini e nacionalistas de sua espécie, é que foi predominante. Em geral, ela se fundiu com adaptações muito mais ortodoxas do racionalismo do século XVIII, tais como as de Thomas Jefferson (1743-1826) e de Thomas Paine (1737-1809).

As recentes modas acadêmicas apresentam uma tendência para interpretá-lo profundamente mal. Têm ridicularizado a tradição que o agrupa junto a Voltaire e aos enciclopedistas como um pioneiro do iluminismo e da Revolução, já que foi seu crítico. Mas os que foram influenciados por ele então consideravam-no como parte do iluminismo, e os que reimprimiram suas obras em pequenas oficinas radicias no princípio do século XIX automaticamente o colocaram ao lado de Voltaire, d'Holbach e outros. Os críticos liberais recentes lhe têm atacado como o precursor do "totalitarismo" de esquerda. Mas, de fato,

ele não exerceu nenhuma influência sobre a principal tradição do comunismo moderno e do marxismo.* Seus seguidores típicos foram durante todo o nosso período, e desde então, os radicais pequeno-burgueses do tipo jacobino, jeffersoniano ou mazziniano: fanáticos da democracia, do nacionalismo e de um Estado de pequenos homens independentes com igual distribuição de propriedade e algumas atividades de beneficência. Em nosso período, ele era considerado, acima de tudo, o paladino da *igualdade*, da liberdade contra a tirania e a exploração ("o homem nasce livre, mas em todas as partes do mundo se acha acorrentado"), da democracia contra a oligarquia, do "homem natural", simples, não estragado pelas falsificações do dinheiro e da educação, e do "sentimento" contra o cálculo frio.

O segundo grupo, que talvez possa ser chamado mais adequadamente o da filosofia alemã, era bem mais complexo. Além disso, visto que seus membros não tinham nem poder para derrubar suas sociedades nem os recursos econômicos para fazer uma revolução industrial, tendiam a se concentrar na construção de elaborados sistemas gerais de pensamento. Havia poucos liberais clássicos na Alemanha. Wilhelm von Humboldt (1767-1835), irmão do grande cientista, foi o mais notável. Entre os intelectuais das classes média e superior, a atitude mais comum, bem adequada a uma classe em que figuravam tantos servidores civis e professores a serviço do Estado, era talvez a crença na inevitabilidade do progresso e nos benefícios do avanço econômico e científico, combinada à crença nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores. O grande Goethe, ele mesmo ministro e conselheiro privado de um pequeno Estado, ilustra esta atitude muito bem. [13] As exigências da classe média - constantemente formuladas filosoficamente como conseqüência inevitável das tendências da história - levadas a termo por um estado erudito: tal representa melhor o liberalismo alemão moderado. O fato de que os Estados alemães, em seu apogeu, tinham sempre tomado uma iniciativa eficiente e viva na organização do progresso econômico e educacional, e que um completo *laissez-faire* não fora uma política particularmente vantajosa para os homens de negócios alemães, não diminuiu a importância desta atitude.

Entretanto, embora assim possamos assimilar a perspectiva prática dos pensadores da classe média alemã (permitida pelas peculiaridades de sua posição histórica) àquela de seus oponentes em outros países, não é certo que possamos desta maneira explicar a frieza muito marcante em relação ao liberalismo clássico em sua forma pura que

* Em quase 40 anos de correspondência mútua, Marx e Engels mencionaram-no somente três vezes, por acaso, ou de modo bastante negativo. Entretanto, apreciavam, de passagem, seu enfoque dialético que antecipou o enfoque dialético de Hegel.

atravessa a maior parte do pensamento alemão. Os lugares-comuns liberais - materialismo ou empirismo filosófico, Newton, a análise cartesiana e o resto - desagradavam muito a maioria dos pensadores alemães; em troca, o misticismo, o simbolismo e as vastas generalizações sobre conjuntos orgânicos os atraíam visivelmente. Possivelmente uma reação nacionalista contra a cultura francesa predominante no início do século XVIII intensificava este teutonismo do pensamento alemão. Mais provavelmente, a persistência da atmosfera intelectual da última época em que a Alemanha tinha sido econômica, intelectual e, até certo ponto, politicamente predominante era responsável por isto, pois o declínio do período entre a Reforma e o final do século XVIII tinha preservado o arcaísmo da tradição intelectual alemã exatamente da mesma forma que mantido inalterada a aparência das pequenas cidades alemães do século XVI. Em todo caso, a atmosfera fundamental do pensamento alemão - fosse na filosofia, nas ciências ou nas artes - diferia marcantemente da principal tradição do século XVIII na Europa Ocidental.* Em uma época em que a clássica visão do século XVIII estava-se aproximando de seus limites, isto deu ao pensamento alemão alguma vantagem, e ajuda a explicar sua crescente influência intelectual no século XIX.

Sua expressão mais monumental foi a filosofia clássica alemã, um corpo de pensamento criado entre 1760 e 1830 juntamente com a literatura clássica alemã e em íntima ligação com ela. (Não se deve esquecer que o poeta Goethe era um cientista e um "filósofo natural" de distinção, e o poeta Schiller não só era professor de história** mas autor de inestimáveis tratados filosóficos.) Emanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) são seus dois grandes luminares. Depois de 1830, o processo de desintegração que já vimos em ação ao mesmo tempo dentro da economia política clássica (a flor intelectual do racionalismo do século XVIII) também ocorreu dentro da filosofia alemã. Suas conseqüências foram os "jovens hegelianos" e finalmente o marxismo.

A filosofia clássica alemã foi, devemos sempre nos lembrar disto, um fenômeno verdadeiramente burguês. Todas as suas principais figuras (Kant, Hegel, Fichte, Schelling) saudaram com entusiasmo a Revolução Francesa e de fato permaneceram fiéis a ela durante um considerável tempo (Hegel defendeu Napoleão até a batalha de Iena em 1806). O iluminismo foi a estrutura do pensamento típico do século XVIII de Kant e o ponto de partida de Hegel. A filosofia de ambos era

* Isto não se aplica à Áustria, que tinha passado por uma história muito diferente. A principal característica do pensamento austríaco era a de que não havia absolutamente ninguém que merecesse atenção, embora nas artes (especialmente na música, na arquitetura e no teatro) e em algumas ciências aplicadas o Império Austríaco houvesse se distinguido bastante.

** Seus dramas históricos - exceto a trilogia de Wallenstein - contêm algumas inexatidões poéticas que não eram de se esperar.

profundamente impregnada da idéia de progresso: o primeiro grande empreendimento de Kant foi sugerir uma hipótese da origem e desenvolvimento do sistema solar, enquanto toda a filosofia de Hegel é a da evolução (ou a historicidade em termos sociais) e do progresso necessário. Assim, enquanto Hegel desde o início sentiu aversão pela ala de extrema esquerda da Revolução Francesa e finalmente se tornou extremamente conservador, ele nunca e em nenhum momento duvidou da necessidade histórica daquela revolução como base e fundamento da sociedade burguesa. Além disso, ao contrário da maioria dos filósofos acadêmicos posteriores, Kant, Fichte e notadamente Hegel estudaram alguns economistas (os fisiocratas no caso de Fichte, os britânicos no caso de Kant e Hegel), e é razoável acreditar-se que Kant e o jovem Hegel teriam-se considerado persuadidos por Adam Smith.[14]

Esta tendência burguesa da filosofia alemã é, em um aspecto, mais óbvia em Kant, que permaneceu durante toda a sua vida sendo um homem da esquerda liberal – entre seus últimos escritos (1795) se encontra um nobre apelo em favor da paz universal mediante uma federação mundial de repúblicas que renunciariam à guerra –, mas em outro aspecto é mais obscura do que em Hegel. No pensamento de Kant, confinado na modesta e simples residência de um professor na remota região prussiana de Koenigsberg, o conteúdo social tão específico nos pensadores ingleses e franceses é reduzido a uma abstração austera, embora sublime; particularmente a abstração moral da "vontade". * O pensamento de Hegel é, como sabem todos os seus leitores, por penosa experiência, bastante abstrato. Ainda assim, ao menos inicialmente, é evidente que suas abstrações são tentativas de buscar um acordo com a sociedade – a sociedade burguesa; e de fato, em sua análise do *trabalho* como o fator fundamental da humanidade ("o homem faz as ferramentas porque é um ser dotado de razão, e esta é a primeira expressão de sua Vontade", como diza ele em suas conferências de 1805-6)[15] Hegel empunhou, de uma maneira abstrata, as mesmas ferramentas que os economistas clássicos liberais, e incidentalmente forneceu um de seus princípios a Marx.

Contudo, desde o princípio, a filosofia alemã diferia do liberalismo clássico em importantes aspectos, mais notadamente em Hegel do que em Kant. Em primeiro lugar, era deliberadamente idealista e rejeitava o materialismo ou o empirismo da tradição clássica. Em segundo lugar, enquanto a unidade básica da filosofia de Kant é o indivíduo – embora sob a forma de consciência individual –, o ponto de partida de Hegel é o coletivo (isto é, a comunidade), que ele vê se desintegrando em indivíduos sob o impacto do desenvolvimento histórico. E, de fato,

* Assim, Lukacs demonstra que o concreto paradoxo smithiano da "mão escondida", que produz resultados socialmente benéficos a partir do antagonismo egoísta dos indivíduos, em Kant se transforma na pura abstração de uma "sociabilidade anti-social". (*Der Junge Hegel*, p. 409.)

a famosa *dialética* hegeliana, a teoria do progresso (em qualquer campo) através da interminável resolução de contradições, bem pode ter recebido seu estímulo inicial deste profundo conhecimento da contradição entre o individual e o coletivo. Além do mais, desde o início, sua posição à margem da área do impetuoso avanço liberal-burguês, e talvez sua completa inabilidade de participar dele, fez com que os pensadores alemães se sentissem mais conscientes de seus limites e contradições. Sem dúvida era inevitável, mas não foi ela que trouxe grandes perdas e grandes ganhos? Não deveria, por seu turno, ser substituída?

Portanto, concluímos que a filosofia clássica, especialmente a hegeliana, corre paralelamente à visão de mundo, impregnada de dilemas, de Rousseau, embora contrariamente a ele os filósofos fizessem esforços titânicos para incluir suas contradições em sistemas únicos, abrangentes e intelectualmente coerentes. (Rousseau, incidentalmente, teve uma enorme influência emocional sobre Emanuel Kant, que, segundo se diz, interrompeu seu invariável hábito de dar um costumeiro passeio vespertino somente duas vezes, uma pela queda da Bastilha e outra – durante vários dias – para a leitura de *Émile*.) Na prática, os desapontados filósofos revolucionários enfrentavam o problema da "reconciliação" com a realidade, que no caso de Hegel tomou a forma, após anos de hesitação – permaneceu indeciso a respeito da Prússia até depois da queda de Napoleão e, como Goethe, não teve interesse nas guerras de libertação – de uma idealização do Estado prussiano. Na teoria, a transitoriedade da sociedade historicamente condenada foi construída dentro de sua filosofia. Não havia verdade absoluta. Nem sequer o mesmo desenvolvimento do processo histórico, que teria lugar através da dialética da contradição e era entendido por um método dialético, ou pelo menos assim o acreditavam os "jovens hegelianos" da década de 1830, prontos a seguir a lógica da filosofia clássica alemã além do ponto em que seu grande professor desejou parar (pois estava ansioso, um tanto ilogicamente, para terminar a história com a noção da Idéia Absoluta), como depois de 1830 estiveram dispostos a retomar a estrada da revolução que seus predecessores haviam abandonado, ou (como Goethe) nunca tinham escolhido para trilhar. Mas o resultado da revolução em 1830-48 não foi tão somente a conquista do poder pela classe média liberal. E o intelectual revolucionário que surgiu da desintegração da filosofia clássica alemã não foi um girondino ou um filósofo radical, mas sim Karl Marx.

Assim, o período da revolução dupla viu o triunfo e a mais elaborada expressão das radicais ideologias da classe média liberal e da pequena burguesia, e sua desintegração sob o impacto dos Estados e das sociedades que haviam contribuído para criar, ou pelo menos recebido de braços abertos. O ano de 1830, que marca o renascimento do maior movimento revolucionário da Europa Ocidental depois da quietude que se seguiu à vitória de Waterloo, também marca o início de sua crise. Tais ideologias ainda sobreviveriam, embora bastante diminuídas: nenhum economista liberal clássico do último período tinha a estatura

de Smith ou de Ricardo (nem sequer J. S. Mill, que se tornou o típico filósofo-economista liberal britânico da década de 1840); nenhum filósofo clássico alemão viria a ter o alcance ou o poder de Kant e Hegel; e os girondinos e jacobinos da França de 1830, 1848 e depois disso seriam pigmeus comparados a seus ancestrais de 1789-94. Os Mazzinis da metade do século XIX não podiam-se comparar de forma alguma com os Jean Jacques Rousseau do século XVIII. Mas a grande tradição – a principal corrente de desenvolvimento intelectual desde a Renascença – não morreu; foi transformada em seu oposto. Marx foi, em estatura e enfoque, o herdeiro dos economistas e filósofos clássicos. Mas a sociedade da qual ele esperava se tornar profeta e arquiteto era muito diferente da deles.

Décimo-Quarto Capítulo

AS ARTES

Sempre há um gosto da moda: um gosto para escrever as cartas – um gosto para representar Hamlet – um gosto pelas leituras filosóficas – um gosto pelo brilhante – um gosto pelo simples – um gosto pelo tétrico – um gosto pelo terno – um gosto pelo feio – um gosto pelos bandidos – um gosto pelos fantasmas – um gosto pelo diabo – um gosto pelas dançarinas francesas e as cantoras italianas, pelas suíças e tragédias alemãs – um gosto por gozar os prazeres do campo em novembro e os do inverno em Londres até o fim dos dias de cão – um gosto pela fabricação de sapatos – um gosto por viagens pitorescas – um gosto pelo próprio gosto, ou por fazer ensaios sobre o gosto.

A Querida Sra. Pinmoney em T. L. Peacock, *Melincourt* (1816)

Em proporção à riqueza do país, quão poucos são os belos prédios na Grã-Bretanha...; que escasso o emprego de capital em museus, quadros, pérolas, objetos raros, palácios, teatros e outros objetos improdutivos! Isto que é o principal fundamento da grandeza do país, é constantemente verificado pelos viajantes estrangeiros e por alguns de nossos próprios jornalistas, como uma prova de nossa inferioridade.

S. Laing, *Notas de um Viajante sobre as Condições Políticas e Sociais da França, Prússia, Suíça, Itália e outras partes da Europa*, 1842 [1].

I

A primeira coisa que surpreende a qualquer um que tente analisar o desenvolvimento das artes neste período de revolução dupla é seu extraordinário florescimento. Meio século que inclui Beethoven e Schubert, o maduro e velho Goethe, os jovens Dickens, Dostoievsky, Verdi e Wagner, o último de Mozart e toda ou a maior parte de Goya, Pushkin e Balzac, para não mencionarmos um batalhão de homens que seriam gigantes em qualquer outra companhia, pode servir de comparação com qualquer outro período de mesma duração na história do mundo. Grande parte desta extraordinária abundância se deveu à res-

surreição e expansão das artes que atraíram um público erudito em praticamente todos os países europeus.*

Ao invés de saturar o leitor com um longo catálogo de nomes, é melhor ilustrarmos a amplitude e profundidade deste renascimento cultural fazendo-se ocasionais cortes transversais em nosso período. Assim, em 1789-1801, o cidadão que sentisse prazer com as inovações artísticas podia-se deleitar com as *Baladas Líricas* de Wordsworth e Coleridge em inglês, várias obras de Goethe, Schiller, Jean Paul e Novalis em alemão, ao mesmo tempo em que ouvia a *Criação* e as *Estações* de Haydn e a *Primeira Sinfonia* e os *Primeiros Quartetos de Cordas* de Beethoven. Nestes anos, J. L. David terminou seu *Retrato de Madame Recamier*, e Goya o seu *Retrato da Família do Rei Carlos IV*. Em 1824-6, este cidadão poderia ter lido vários novos romances de Walter Scott em inglês, os poemas de Leopardi e as *Promessi Sposi* de Manzoni em italiano, os poemas de Victor Hugo e Alfred de Vigny em francês e, se fosse capaz, as primeiras partes de *Eugene Onegin* de Pushkin em russo e as recém-editadas sagas nórdicas. A *Nona Sinfonia* de Beethoven, *A Morte e a Donzela* de Schubert, a primeira obra de Chopin e o *Oberon* de Weber datam destes anos, assim como os quadros *O Massacre de Chios* de Delacroix e a *Carreta de Feno* de Constable. Dez anos mais tarde (1834-6), a literatura produziu na Rússia *O Inspetor Geral* de Gogol e *A Dama de Espadas* de Pushkin; na França, o *Pai Goriot* de Balzac e obras de Musset, Hugo, Théophile Gautier, Vigny, Lamartine e Alexandre Dumas (pai); na Alemanha, as obras de Büchner, Grabbe e Heine; na Áustria, as de Grillparzer e Nestroy; na Dinamarca as de Hans Andersen; na Polônia o *Pan Tadeusz* de Mickiewicz; na Finlândia, a edição fundamental da epopéia nacional *Kalevala*; na Grã-Bretanha, a poesia de Browning e Wordsworth. A música criou óperas de Bellini e Donizetti, na Itália; as obras de Chopin na Polônia, de Glinka na Rússia; Constable pintava na Inglaterra, Caspar David Friedrich na Alemanha. Um ou dois anos antes e depois deste triênio nos trazem as *Anotações de Pickwick* de Dickens, *A Revolução Francesa* de Carlyle, a segunda parte do *Fausto* de Goethe, os poemas de Platen, Eichendorff e Moerike na Alemanha, as importantes contribuições à literatura húngara e flamenga, bem como novas publicações dos mais importantes escritores franceses, poloneses e russos, e na música o *Davidsbuendlertaenze* de Schumann e o *Réquiem* de Berlioz.

Destas amostras casuais, duas coisas ficam patentes. A primeira delas é a difusão extraordinariamente grande dos acontecimentos artísticos entre as nações. Isto era novo. Na primeira metade do século XIX, a literatura e a música russas surgiram repentinamente como uma força mundial, assim como, de maneira bem mais modesta, aconteceu com a literatura americana com Fenimore Cooper (1787-1851), Edgar Allan Poe (1809-49) e Herman Melville (1819-1891). O mesmo se deu em relação à música e literatura polonesas e húngaras, e, pelo menos sob a forma de publicação de canções folclóricas, contos de fadas e épicos, em relação à literatura nórdica e dos Bálcans. Além disso, em várias destas recém-criadas culturas literárias, o êxito foi imediato e insuperável: Pushkin (1799-1837), por exemplo, continua sendo o poeta russo clássico; Mickiewicz (1798-1855), o maior dos poloneses; Petoefi (1823-49), o poeta nacional húngaro.

O segundo fato evidente é o excepcional desenvolvimento de certas artes e gêneros. A literatura por exemplo, e dentro dela o romance. Provavelmente, nenhum meio século contém uma maior concentração de romancistas imortais: Stendhal e Balzac na França; Jane Austen, Dickens, Thackeray e as irmãs Brontë na Inglaterra; Gogol, o jovem Dostoievsky e Turgenev na Rússia. (O primeiro trabalho de Tolstoi apareceu na década de 1850.) A música talvez seja algo ainda mais surpreendente. O repertório padrão de concertos ainda se baseia grandemente nos compositores ativos neste período – Mozart e Haydn, embora realmente pertençam a uma época anterior, Beethoven e Schubert, Mendelssohn, Schumann, Chopin e Liszt. O período "clássico" da música instrumental foi principlamente o das grandes obras alemãs e austríacas, mas um gênero, a ópera, floresceu mais amplamente e talvez com mais sucesso do que qualquer outro: com Rossini, Donizetti, Bellini e o jovem Verdi na Itália; com Weber e o jovem Wagner (para não mencionarmos as duas últimas óperas de Mozart) na Alemanha; Glinka na Rússia e várias figuras de menor importância na França. A lista das artes plásticas, por outro lado, é menos brilhante, com a exceção parcial da pintura. A Espanha produziu com Francisco Goya y Lucientes (1746-1828) um de seus intermitentes grandes artistas, e um dos maiores pintores de todos os tempos. Pode-se dizer que a pintura britânica (com J. M. W. Turner, 1775-1851, e John Constable, 1776-1837) alcançou um nível de maestria e de originalidade um pouco mais alto do que o do século XVIII, e foi certamente mais influente em termos internacionais do que em qualquer época anterior ou posterior; pode-se também sustentar que a pintura francesa (com J. L. David, 1748-1825; J. L. Géricault, 1791-1824; J. D. Ingres, 1780-1867; F. E. Delacroix, 1790-1863; Honoré Daumier, 1808-79, e o jovem Gustave Courbet, 1819-77) foi tão eminente quanto havia sido em outras épocas de sua história. Por outro lado, a pintura italiana chegou virtualmente ao fim de seus séculos de glória e esplendor, e a pintura alemã não chegou nem perto dos extraordinários triunfos da literatura e da música, ou os que lhe foram próprios no século XVI. A escultura em todos os países foi marcantemente menos brilhante do que no século XVIII e o mesmo se deu com a arquitetura, apesar de algumas obras notáveis na Alemanha e na Rússia. De fato, os maiores empreendimentos arquitetônicos do período foram sem dúvida obra dos engenheiros.

* Os países de civilização não européia não serão considerados aqui, exceto na medida em que tenham sido afetados pela revolução dupla, que neste período foram pouquíssimos.

O que determina o florescimento ou o esgotamento das artes em qualquer período ainda é muito obscuro. Entretanto, não há dúvida de que entre 1789 e 1848, a resposta deve ser buscada em primeiro lugar no impacto da revolução dupla. Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação.

Neste período, sem dúvida, os artistas eram diretamente inspirados e envolvidos pelos assuntos públicos. Mozart escreveu uma ópera propagandística para a altamente política maçonaria (*A Flauta Mágica* em 1790), Beethoven dedicou a *Eroica* a Napoleão como o herdeiro da Revolução Francesa, Goethe foi, pelo menos, um homem de Estado e laborioso funcionário. Dickens escreveu romances para atacar os abusos sociais. Dostoievsky foi condenado à morte em 1849 por atividades revolucionárias. Wagner e Goya foram para o exílio político. Pushkin foi punido por se envolver com os dezembristas, e toda a *Comédia Humana* de Balzac é um monumento de consciência social. Nunca foi menos verdadeiro definir os artistas criativos como "não comprometidos". Os que assim o faziam, os gentis decoradores de palácios rococó e vestiários de senhoras, ou os fornecedores de peças às coleções dos milordes ingleses visitantes, foram precisamente aqueles cuja arte definhou. Quantos de nós se recorda de que Fragonard sobreviveu à Revolução por 17 anos? Mesmo a arte aparentemente menos política, a música, teve as mais fortes vinculações políticas. Este talvez tenha sido o único período na história em que as óperas eram escritas ou consideradas como manifestos políticos e armas revolucionárias.*

O elo entre os assuntos públicos e as artes é particularmente forte nos países onde a consciência nacional e os movimentos de libertação ou de unificação nacional estavam-se desenvolvendo (cf. capítulo 7). Não foi por acaso que o despertar ou ressurreição das culturas literárias nacionais na Alemanha, na Rússia, na Polônia, na Hungria, nos países escandinavos e em outras partes coincidisse com – e de fato fossem sua primeira manifestação – a afirmação da supremacia cultural da língua vernácula e do povo nativo, frente a uma cultura aristocrática e cosmopolita que constantemente empregava línguas estrangeiras. É bastante natural que este nacionalismo encontrasse sua expressão cultural mais óbvia na literatura e na música, ambas artes públicas, que podiam, além disso, contar com a poderosa herança criadora do

* Fora a *Flauta Mágica*, podemos mencionar as primeiras óperas de Verdi, que foram aplaudidas como expressões do nacionalismo italiano, *La Muette de Portici*, de Auber, que desencadeou a revolução belga de 1830, *Uma Vida pelo Czar*, de Glinka, e várias óperas nacionais como a ópera húngara *Hunyady László* (1844), que ainda têm seu lugar no repertório local por suas associações com os primitivos nacionalismos.

povo comum – a linguagem e as canções folclóricas. É igualmente compreensível que as artes tradicionalmente dependentes de comissões das classes dirigentes – cortes, governo, nobreza –, a arquitetura e a escultura, e até certo ponto a pintura, refletissem menos estes renascimentos nacionais.* A ópera italiana floresceu, como nunca, mais como uma arte popular que cortesã, enquanto a pintura italiana e sua arquitetura morriam. É claro que não se deve esquecer que estas novas culturas nacionais estavam limitadas a uma minoria de letrados e às classes superiores e médias. Com a provável exceção da ópera italiana, das reproduções gráficas da arte plástica, e de alguns pequenos poemas e canções, nenhuma das grandes realizações artísticas deste período estava ao alcance dos analfabetos ou dos pobres. A maioria dos habitantes da Europa as desconheciam por completo, até que o nacionalismo de massa ou os movimentos políticos as convertessem em símbolos coletivos. A literatura, é claro, teria a maior circulação, embora principalmente entre as crescentes e novas classes médias, que proporcionavam um mercado particularmente vasto (especialmente entre as mulheres desocupadas) para romances e longas narrativas poéticas. Os autores bem sucedidos raramente gozaram de uma maior prosperidade relativa: Byron recebeu 2.600 libras pelos três primeiros cantos de *Childe Harold*. O palco, embora socialmente muito mais restrito, também alcançava um público de milhares de pessoas. A música instrumental não marchava tão bem, exceto em países burgueses como a Inglaterra e a França, e países com sede de cultura como as Américas onde grandes concertos públicos eram executados com freqüência. (Logo, vários compositores e virtuosos do continente europeu tinham sua atenção voltada para o lucrativo mercado anglo-saxão.) Em outros países, os concertos eram patrocinados pela aristocracia local ou pela iniciativa privada dos asficcionados. A pintura se destinava, desde sempre, ao comprador individual e desaparecia da vista do público, após sua primeira apresentação nas salas de exposição ou nos ateliê dos *marchandes,* embora as exibições públicas fossem agora bem estabelecidas. Os museus e as galerias de arte que foram fundados ou abertos ao público neste período (como o Louvre e a National Gallery de Londres, fundados em 1826) apresentavam mais a arte do passado que a do presente. A estampa, a gravação e a litografia, por outro lado, estavam muito generalizadas, porque eram baratas e começavam a invadir os jornais. A arquitetura (com exceção de um certo número de construções arriscadas de habitações particulares) continuava a trabalhar principalmente para encargos públicos ou privados.

* A ausência de uma população com suficiente cultura literária e consciência política na maior parte da Europa limitou a exploração de algumas artes reprodutoras baratas recém-inventadas como a litografia. Mas as impressionantes realizações de grandes artistas revolucionários neste e em outros meios de expressão – por exemplo, *Os Desastres da Guerra* de Goya, e também a sua obra *Caprichos*, as ilustrações visionárias de William Blake e as litografias e charges jornalísticas de Daumier – demonstram como era forte a atração destas técnicas de propaganda.

II

Mas mesmo as artes de uma pequena minoria social ainda podem fazer ecoar o trovão dos terremotos que abalam toda a humanidade. Assim ocorreu com a literatura e as artes de nosso período, e o resultado foi o "romantismo". Como um estilo, uma escola, uma época artística, nada é mais difícil de definir ou mesmo de descrever em termos de análise formal; nem mesmo o "classiscismo" contra o qual o "romantismo" assegurava erguer a bandeira da revolta. Os próprios românticos pouco nos ajudam, pois embora suas próprias descrições sobre o que buscavam fossem firmes e decididas, também careciam freqüentemente de um conteúdo racional. Para Victor Hugo, o romantismo "surgiu para fazer o que a natureza faz, fundir-se com as criações da natureza, mas ao mesmo tempo não misturá-las: sombra e luz, o grotesco e o sublime – em outras palavras, o corpo e a alma, o animal com o espiritual".[2] Para Charles Nodier, "este último refúgio do coração humano, cansado dos sentimentos comuns, é o que se chama de gênero *romântico:* uma poesia estranha, bastante apropriada à condição moral da sociedade, às necessidades de gerações saciadas que gritam por sensações a qualquer custo..."[3] Novalis achava que o romantismo buscara dar "um maior sentido ao que é costumeiro, um infinito esplendor ao finito".[4] Hegel sustentava que "a essência da arte romântica está na existência livre e concreta do objeto artístico, e na idéia espiritual em sua verdadeira essência – tudo isto revelado a partir do interior mais do que pelos sentidos".[5] Pouco se pode inferir destas afirmativas, o que era de se esperar, pois os românticos preferiam as luzes bruxuleantes e difusas à claridade.

E ainda assim, embora escape a uma classificação, já que suas origens e conclusão se dissolvem à medida em que se tenta datá-las, e que o critério mais agudo se perca em generalidades tão logo tenta defini-lo, ninguém duvida seriamente da existência do romantismo ou de nossa capacidade em reconhecê-lo. Em um sentido estrito, o romantismo surgiu como uma tendência militante e consciente das artes, na Grã-Bretanha, França e Alemanha, por volta de 1800 (no final da década da Revolução Francesa), e em uma área bem mais ampla da Europa e da América do Norte depois da batalha de Waterloo. Foi precedido antes da Revolução (principalmente na Alemanha e na França) pelo que tem sido chamado de "pré-romantismo" de Jean Jacques Rousseau, e a "tempestade e violência" dos jovens poetas alemães. Provavelmente, a era revolucionária de 1830-48 assistiu a maior voga européia do romantismo. No sentido mais amplo, ele dominou várias das artes criadoras da Europa, desde o começo da Revolução Francesa. Neste sentido, os elementos "românticos" em um compositor como Beethoven, um pintor como Goya, um poeta como Goethe e um romancista como Balzac, são fatores cruciais de sua grandeza, assim como não o são, digamos, em Haydn ou Mozart, Fragonard ou Reynolds, Mathias Claudius ou Choderlos de Laclos (todos os quais al-

cançaram o nosso período), embora nenhum daqueles homens pudesse ser inteiramente tachado de "romântico" nem considerasse a si mesmo como tal.* Em um sentido ainda mais amplo, o enfoque da arte e dos artistas característicos do romantismo se tornou o enfoque padrão da classe média do século XIX, e ainda conserva muito de sua influência.

Entretanto, embora não seja absolutamente claro quais eram os propósitos do romantismo, é bastante evidente o que o romantismo combatia: o termo médio. Qualquer que seja o seu conteúdo, era um credo extremista. Os artistas e pensadores românticos, no sentido mais estrito, são encontrados na extrema esquerda, como o poeta Shelley, ou na extrema direita, como Chateaubriand e Novalis, saltando da esquerda para a direita, como Wordsworth, Coleridge e numerosos defensores desapontados da Revolução Francesa, saltando do monarquismo para a extrema esquerda como Victor Hugo, mas quase nunca entre os moderados ou liberais ingleses do centro racionalista, que de fato eram os fiéis mantenedores do "classicismo". "Não tenho qualquer respeito pelos whigh" disse o velho tory Wordsworth, "mas tenho muito do cartismo dentro de mim".[6] Seria demasiado chamá-lo de um credo antiburguês, pois o elemento conquistador e revolucionário das classes jovens, ainda capaz de provocar tempestades, fascinava também os românticos. Napoleão se tornou um de seus heróis míticos, como Satã, Shakespeare, o judeu errante e outros pecadores que se colocavam mais além dos limites comuns da vida. O elemento demoníaco na acumulação capitalista, a busca ininterrupta e ilimitada de *mais,* além dos cálculos da racionalidade ou do propósito, a necessidade ou os extremos do luxo, tudo isso os encantava. Alguns de seus heróis mais característicos, Fausto e Don Juan, compartilhavam esta insaciável ganância com os piratas dos romances de Balzac. E ainda assim, o elemento romântico permaneceu subordinado, mesmo na fase da revolução burguesa. Rousseau forneceu alguns dos acessórios da Revolução Francesa, mas dominou-a somente na época em que ultrapassou o liberalismo burguês, o período de Robespierre. E mesmo assim, seu hábito básico era romano, racionalista e neoclássico. David foi seu pintor, a Razão seu Ser Supremo.

O romantismo não é, portanto, simplesmente, classificável como um movimento antiburguês. De fato, no pré-romantismo das décadas anteriores à Revolução Francesa, muitos de seus slogans característicos tinham sido usados para a glorificação da classe média, cujos sentimentos verdadeiros e simples, para não dizermos insípidos, haviam sido favoravelmente contrastados com a firme camada superior de uma sociedade corrupta, e cuja confiança espontânea na natureza estava

* Visto que o "romantismo" sempre foi o slogan e o manifesto de grupos restritos de artistas, correríamos o risco de dar-lhe um sentido restritivo e anti-histórico se o limitássemos inteiramente a eles, ou excluíssemos aqueles que não concordavam com eles.

destinada, segundo se acreditava, a varrer o artifício da corte e do clericalismo. Entretanto, já que a sociedade burguesa triunfara de fato nas Revoluções Francesa e industrial, o romantismo inquestionavelmente se transformou em seu inimigo instintivo, e pode muito justamente ser considerado como tal.

Sem dúvida sua apaixonada, confusa, porém profunda revolta contra a sociedade burguesa se devia aos interesses egoístas dos dois grupos que lhe forneciam suas tropas de choque: os jovens socialmente deslocados e os artistas profissionais. Nunca houve um período para jovens artistas, vivos ou mortos, como o período romântico: as *Baladas Líricas* (1789) foram obra de homens com 20 e poucos anos de idade; Byron tornou-se famoso da noite para o dia aos 24 anos, idade em que Shelley já era famoso e em que Keats já estava quase em sua cova. A carreira poética de Victor Hugo começou quando tinha 20 anos, a de Musset aos 23. Schubert escreveu *Erlkoenig* aos 18 anos, morrendo aos 31. Delacroix pintou o *Massacre de Chios* aos 25 anos e Petoefi publicou seus *Poemas* aos 21. Uma reputação não obtida ou uma obra-prima não produzida até os 30 anos é uma raridade entre os românticos. A juventude – especialmente a estudantil ou intelectual – era o seu habitat natural; foi durante este período que o Quartier Latin de Paris voltou a ser, pela primeira vez desde a Idade Média, não só o lugar onde se encontrava a Sorbonne, mas um conceito cultural e político. O contraste entre um mundo na teoria totalmente aberto ao talento e, na prática, com cósmica injustiça, monopolizado pelos burocratas sem alma e barrigudos filisteus, clamava aos céus. As sombras da prisão – o casamento, a carreira respeitável, a absorção pelo filisteísmo – envolvia-os, e os pássaros da noite na forma de seus antecessores lhes agouravam (com freqüente precisão) sua inevitável sentença, como o registrador Heerbrand na obra de T. A. Hoffmann, *Goldener Topf*, predisse ("sorrindo maliciosamente e misteriosamente") o pavoroso futuro de um conselheiro da corte para o poético estudante Anselmo. Byron tinha o espírito bastante iluminado para prever que só uma morte extemporânea tinha a possibilidade de salvá-lo de uma "respeitável" velhice, e A. W. Schlegel demonstrou que ele estava certo. Claro que nada havia de universal nesta revolta dos jovens contra os mais velhos. Não era senão um reflexo da sociedade criada pela revolução dupla. Ainda assim, a forma histórica específica desta alienação certamente coloriu uma grande parte do romantismo.

Assim, e inclusive com maior alcance, a alienação do artista que reagia contra ela transformando-se em "o gênio" foi uma das invenções mais características da era romântica. Aonde a função social do artista é clara, sua relação direta com o público – a pergunta do que deve dizer e como dizê-lo respondida pela tradição, a moralidade, a razão e algum outro padrão aceito –, um artista pode ser um gênio, mas raramente se comporta como tal. Os poucos que se adiantaram ao padrão do século XIX – um Michelangelo, um Caravaggio ou um Salvator Rosa – se destacam do exército de homens do tipo artesãos profissionais e entretenedores, os Johann Sebastian Bach, os Handel, os Haydn e Mozart, os Fragonard e Gainsborough da era pré-revolucionária. Aonde se conservou algo semelhante à antiga situação social depois da revolução dupla, o artista continuou sem considerar-se um gênio, embora não lhe faltasse futilidade. Os arquitetos e engenheiros, que trabalhavam por encomendas específicas, continuavam a produzir estruturas de uso óbvio que se lhes impunham formas claramente compreensíveis. É significativo que a grande maioria de construções características e famosas do período entre 1789 e 1848 sejam neoclássicas, como a Madeleine, o Museu Britânico, a catedral de S. Isaac em Leningrado, a Londres de Nash, a Berlim de Schinkel, ou funcionais como as maravilhosas pontes, canais, construções ferroviárias, fábricas e estufas daquela época de beleza técnica.

Entretanto, à parte seus estilos, os arquitetos e engenheiros daquela época se comportavam como profissionais e não como gênios. Também nas formas genuinamente populares de arte como a ópera na Itália ou (em um nível socialmente mais alto) o romance na Inglaterra, compositores e escritores continuavam a trabalhar para divertir os demais e consideravam a supremacia da bilheteria como uma condição natural de sua arte, e não como uma conspiração contra sua musa. Rossini não gostaria de produzir uma ópera não comercial, da mesma forma como o jovem Dickens escrever um romance que não pudesse ser apresentado em seriados, ou hoje em dia o libretista de um musical moderno, um texto que fosse representado na forma em que foi rascunhado. (Isto também pode ajudar a explicar por que a ópera italiana desta época era tão a-romântica, apesar de seu natural prazer vulgar pelo sangue, o trovão e situações "fortes".)

O problema real era o do artista apartado de uma função reconhecida, patrono ou público e deixado para lançar sua alma como uma mercadoria em um mercado cego, que seria comprada ou não, ou para trabalhar dentro de um sistema de patronagem que teria sido em geral economicamente insustentável, mesmo se a Revolução Francesa não tivesse estabelecido sua indignidade humana. O artista, portanto, estava só, gritando dentro da noite, sem nem mesmo a certeza de um eco. Era simplesmente natural que se considerasse um gênio, que criasse somente aquilo que levava dentro de si, sem consideração pelo mundo e como desafio a um público cujo único direito em relação a ele era aceitá-lo em seus próprios termos ou rejeitá-lo de todo. Na melhor das hipóteses, esperava ser entendido, como Stendhal, por uns tantos eleitos ou por uma posteridade indefinida; na pior das hipóteses, escrevia dramas impossíveis de serem representados, como Grabbe ou mesmo a segunda parte do *Fausto* de Goethe, ou composições para orquestras irrealisticamente gigantescas como Berlioz; alguns enlouqueciam como Hölderlin, Grabbe, de Nerval e vários outros. De fato, o gênio incompreendido era, às vezes, amplamente recompensado por príncipes acostumados às excentricidades de amantes ou aos gastos que da-

vam prestígio, ou por uma burguesia enriquecida ansiosa em manter contato com as coisas mais altas da vida. Franz Liszt (1811-86) jamais passou fome no proverbial sótão romântico. Poucos jamais tiveram sucesso em realizar suas fantasias megalomaníacas como Richard Wagner. Entretanto, entre 1789 e 1848, os príncipes de revoluções freqüentemente suspeitavam das artes não líricas * e a burguesia estava mais engajada em acumular dinheiro do que em gastá-lo. Os gênios eram, portanto, em geral, não só incompreendidos mas também pobres. E a maioria deles, revolucionários.

A juventude e os "gênios" mal compreendidos produziam a reação romântica contra os filisteus, a moda de atormentar e chocar os burgueses, a ligação com o submundo e a boêmia (termos estes que adquiriram sua atual conotação durante o período romântico), o gosto pela loucura ou por coisas normalmente censuradas pelos respeitáveis padrões e instituições. Mas isto era só uma pequena parte do romantismo. A enciclopédia de extremismos eróticos de Mário Praz não é mais representativa da *agonia romântica* [7] do que uma discussão a respeito de esqueletos e espectros no simbolismo elizabeteano é uma crítica de Hamlet. Por trás do descontentamento dos românticos como jovens (e ocasionalmente também como mulheres jovens, já que foi este o primeiro período em que as mulheres do continente europeu apareceram como artistas em posse de seus plenos direitos e em considerável número)** e como artistas, havia um descontentamento mais genérico em relação ao tipo de sociedade que surgia a partir da revolução dupla.

A análise social precisa nunca foi o forte dos românticos e, de fato, desconfiavam do resoluto raciocínio mecânico e materialista do século XVIII (simbolizado por Newton, o bicho papão de William Blake e Goethe) que corretamente viam como o século das principais ferramentas com que a sociedade burguesa fora construída. Conseqüentemente, não podemos esperar que fizessem uma crítica arrazoada da sociedade burguesa, embora algo parecido a uma crítica se envolvesse no místico manto da "filosofia da natureza" e se movesse por entre as agitadas nuvens metafísicas formadas dentro de uma ampla estrutura "romântica", que contribuiu, entre outras coisas, para a filosofia de Hegel. (vide cap. 13-II.) Uma crítica semelhante também se desenvolveu, em relâmpagos visionários muito próximos da excentricidade, ou

* O indescritível Ferdinando de Espanha, que patrocionou o revolucionário Goya, apesar de suas provocações artísticas e políticas, é uma exceção.

** Mme. de Staël, George Sand, as pintoras Mme. Vigée Lebrun e Angélica Kauffmann, na França; Bettina von Arnim, Annette von Droste-Huelshoff, na Alemanha. As romancistas foram muito freqüentes na classe média inglesa, onde esta forma de arte era considerada uma forma "respeitável" de se ganhar dinheiro para moças bem-dotadas. Fanny Burney, Mrs. Radcliffe, Jane Austen, Mrs. Gaskell, e as irmãs Brontë se encaixavam por completo ou em parte em nosso período, da mesma maneira que Elizabeth Barrett Browning.

mesmo da loucura, entre os primeiros socialistas utópicos da França. Os primeiros seguidores de Saint-Simon (embora não o seu líder) e especialmente Fourier dificilmente podem ser considerados outra coisa que românticos. O resultado mais duradouro desta crítica romântica foi o conceito de "alienação" humana, que iria desempenhar um papel crucial em Marx, e a insinuação da perfeita sociedade do futuro. Entretanto, a crítica mais eficaz e poderosa da sociedade burguesa viria não daqueles que a rejeitavam (e com ela as tradições dos clássicos: ciência e racionalismo do século XVII) no todo e *a priori*, mas sim daqueles que levaram as tradições do pensamento clássico burguês a suas conclusões antiburguesas. O socialismo de Robert Owen não tinha sequer o mínimo elemento de romantismo em si mesmo; seus componentes eram inteiramente os do racionalismo do século XVIII e da mais burguesa das ciências, a economia política. O próprio Saint-Simon seria melhor descrito como uma prolongação do "iluminismo". É significativo que o jovem Marx, formado na tradição alemã (isto é, primordialmente romântica), se tenha transformado no criador do marxismo só quando combinou seu pensamento com a crítica socialista francesa e a teoria totalmente a-romântica da economia política inglesa. E foi a economia política que forneceu a essência de seu pensamento amadurecido.

III

Nunca é prudente negligenciar as razões do coração que a própria razão desconhece. Como pensadores dentro dos limites de referência ditados pelos economistas e físicos, os poetas se encontravam sobrepujados, mas não só viam mais profundamente que aqueles, como também às vezes com mais clareza. Poucos homens compreenderam o terremoto social causado pela máquina e pela fábrica antes de William Blake na década de 1790, quando em Londres havia ainda pouco mais que algumas oficinas e olarias. Com algumas exceções, os melhores comentários sobre os problemas da urbanização na Inglaterra se deveram aos escritores criativos, cujas observações, freqüentemente de aparência irrealista, demonstraram ser um indicador utilíssimo da grande evolução urbana de Paris. [8] Carlyle foi um guia mais confuso, porém mais profundo, para a Inglaterra em 1840 do que o cuidadoso estatístico e compilador J.R. McCulloch, e se J.S. Mill é melhor do que outros utilitaristas, é porque uma crise pessoal fez com que ele sozinho percebesse o valor dos críticos alemães românticos da sociedade: Goethe e Coleridge. A crítica romântica do mundo, embora mal definida, não era portanto desprezível.

A ansiedade que se convertia em obsessão nos românticos era a recuperação da unidade perdida entre o homem e a natureza. O mundo burguês era profunda e deliberadamente anti-social. "Ele impiedo-

samente quebrou os fortes laços feudais que uniam o homem a seus 'superiores naturais', e não deixou nenhum outro vínculo entre os homens a não ser o puro interesse pessoal e o insensível 'pagamento em espécie'. Ele afogou os mais divinos êxtases de fervor religioso, de entusiasmo nobre, de sentimentalismo filisteu, na congelada água do cálculo egoísta. Transformou o valor pessoal em valor de troca, e em lugar das inumeráveis e inquebrantáveis liberdades ergueu uma simples e inescrupulosa liberdade – a liberdade de Comércio." Esta é a voz do *Manifesto Comunista*, mas ela fala também por todos os românticos. Um mundo deste tipo podia dar conforto e riqueza aos homens – embora na verdade parecesse evidente que este mundo também tornava os outros, em número infinitamente maior, famintos e miseráveis –, mas deixou suas almas desnudas e solitárias. Deixou-os sem pátria e sem lar, perdidos no universo como se fossem seres "alienados". Uma fenda revolucionária na história do mundo impediu-os de evitar esta "alienação" com a decisão de nunca deixar o velho lar. Os poetas do romantismo alemão sabiam melhor que ninguém que a salvação consistia somente na simples e modesta vida de trabalho que se desenrolava naquelas idílicas cidadezinhas pré-industriais que salpicavam as paisagens de sonho por eles descritas da maneira mais irresistível. E ainda assim, seus jovens deviam partir para fazer, por definição, a infindável busca da "flor azul" ou simplesmente para vagar para sempre, cheios de melancolia, cantando as líricas de Eichendorff ou as canções de Schubert. A canção dos andarilhos é sua toada e a nostalgia sua companheira constante. Novalis chegou mesmo a definir a filosofia nestes termos.[9]

Três fontes abrandaram a sede da perdida harmonia entre o homem e o mundo: a Idade Média, o homem primitivo (ou, o que dá no mesmo, o exotismo e o "povo"), e a Revolução Francesa.

A primeira atraiu principalmente os românticos da reação. A estável ordem social da idade feudal, o lento produto orgânico das eras, colorido de heráldica, envolto pelos sombrios mistérios das florestas de contos de fada e coberto pelo dossel do inquestionável céu cristão era o evidente paraíso perdido dos oponentes conservadores da sociedade burguesa, cujo gosto pela devoção, a lealdade e um mínimo de cultura entre os mais modestos a Revolução Francesa tinha simplesmente aguçado. Com as naturais variações locais, esse era o ideal que Burke atirava contra o rosto dos enfurecidos racionalistas da Bastilha em sua obra *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790). Entretanto, onde este sentimento encontrou sua expressão clássica foi na Alemanha, um país que neste período adquiriu algo assim como o monopólio do sonho medieval, talvez porque a organizada *Gemuetlichkeit*, que parecia reinar sob os castelos do Reno e da Floresta Negra, prestava-se mais prontamente à idealização do que a imundície e a crueldade de países mais genuinamente medievais.* Em todo caso, o medievalismo

* "Ó Hermann, Ó Dorotéia! Gemuetlichkeit!" escreveu Gautier, que adorava a Alemanha como todos os românticos franceses. "Ne semble-t-il pas que l'on entend du loin le cor du postillon?"[10]

foi um componente bem mais forte do romantismo alemão do que qualquer outro, e se irradiou para fora da Alemanha, sob a forma de óperas ou do balé romântico (*Freischuetz* ou *Giselle*, de Weber), dos *Contos de Fadas* de Grimm, ou de teorias históricas que inspiraram escritores como Coleridge ou Carlyle. Entretanto, na forma mais genérica de um renascimento gótico, o medievalismo foi o escudo dos conservadores e especialmente dos religiosos antiburgueses em toda a parte. Chateaubriand exaltou o gótico em sua obra *Espírito do Cristianismo* (1802) contra a Revolução; os defensores da Igreja da Inglaterra o favoreciam contra os racionalistas e não conformistas cujos prédios permaneceram clássicos; o arquiteto Pugin e o "Movimento de Oxford", ultra-reacionário e de tendência católica, da década de 1830, eram góticos até a raiz dos cabelos. Enquanto isto, da nevoenta Escócia remota – há muito um país capaz de todos os sonhos arcaicos como os criados pelos poemas do herói irlandês Ossian –, o conservador Walter Scott supria a Europa com mais um conjunto de imagens medievais em seus romances históricos. O fato de que o melhor de seus romances tratasse de períodos bastante recentes da história escapou da atenção do público.

Ao lado desta preponderância do medievalismo conservador, que os governos reacionários surgidos depois de 1815 procuraram traduzir em periclicantes justificativas do absolutismo (cf. cap. 12-III), o medievalismo de esquerda carecia de importância. Na Inglaterra, existia principalmente como uma corrente no movimento radical popular, que tendia a ver o período anterior à Reforma como uma idade de ouro do trabalhador e a Reforma como o primeiro grande passo em direção ao capitalismo. Na França, foi muito mais importante, pois ali sua ênfase não era colocada sobre a hierarquia feudal e a ordem católica, mas sim sobre o *povo*, eternamente sofredor, turbulento e criativo: a nação francesa sempre reafirmando sua identidade e sua missão. Jules Michelet, poeta e historiador, foi o maior destes medievalistas democrático-revolucionários; Victor Hugo criou com o *Corcunda de Notre Dame* o mais conhecido produto daquela preocupação.

Intimamente aliada ao medievalismo, especialmente através de sua preocupação com as tradições da religiosidade mística, estava a busca dos mais antigos mistérios e fontes da sabedoria irracional do Oriente: os reinos românticos, mas também conservadores, de Kublai Khan ou dos brâmanes. Desde sempre, o descobridor do sânscrito, Sir William Jones, foi um sincero whig radical que saudou as revoluções francesa e americana como um cavalheiro erudito, mas o resto dos entusiastas do Oriente e os escritores de poemas pseudopersas, de cujo entusiasmo nasceu uma grande parte do moderno orientalismo, pertenciam à tendência antijacobina. É característico que a Índia dos brâmanes fosse sua meta espiritual ao invés do racional e irreligioso império

chinês, que havia preocupado as imaginações exóticas do iluminismo do século XVIII.

IV

O sonho da perdida harmonia do homem primitivo tem uma história bem mais longa e complexa. Sempre havia sido um sonho avassaladoramente revolucionário, tanto sob a forma da idade de ouro do comunismo, como na da igualdade "quando Adão cavava e Eva fiava"*, quando o livre povo anglo-saxônico ainda não havia sido escravizado pela conquista normanda, ou então sob a forma do nobre selvagem que apontava as deficiências de uma sociedade corrompida. Conseqüentemente, o primitivismo romântico prestava-se mais prontamente à rebelião esquerdista, exceto quando servia simplesmente como uma fuga da sociedade burguesa (como no exotismo de um Gautier ou Mérimée que encontraram no nobre selvagem uma atração turística na Espanha da década de 1830), ou quando a continuidade histórica fazia do primitivismo algo exemplarmente conservador. Este foi, sobretudo, o caso do "povo". Entre os românticos de todas as tendências se admitia sem discussão que o "povo" – o camponês ou o artesão pré-industrial – exemplificavam todas as virtudes incontaminadas e que sua língua, canções, lendas e costumes se constituíam no verdadeiro repositório da alma do povo. Retornar àquela simplicidade e virtude era o objetivo de Wordsworth das *Baladas Líricas*; ser aceito no conjunto de canções folclóricas e de contos de fadas, a ambição – alcançada por vários artistas – de muitos poetas e compositores alemães. O vasto movimento para coletar as canções folclóricas, publicar as antigas narrativas épicas, lexicografar a linguagem viva estava intimamente ligado ao romantismo; a própria palavra *folclore* (1846) foi uma invenção do período. As *Baladas da Fronteira Escocesa*, de Walter Scott, datadas de 1803, a obra de Arnin e Brentano *Des Knaben Wunderhorn* (1806), os *Contos de Fadas* (1812) de Grimm, as *Melodias Irlandesas* (1807-34) de Moore, a *História da Língua Boêmia* (1818) de Dobrovsky, o *Dicionário Servo*, de Vuk Karajic, datado de 1818, e também sua obra *Canções Folclóricas da Sérvia* (1823-33), a obra de Tegnér, *Frithjofssaga* (1825), na Suécia, a edição do *Kalevala*, de Lönnrot, na Finlândia em 1835, a *Mitologia Alemã* (1835) de Grimm, e os *Contos Folclóricos Noruegueses* (1842-71), de Asbjörnson e Moe são alguns dos monumentos daquela tendência.

"O povo" podia ser um conceito revolucionário, especialmente entre os povos oprimidos que estavam a ponto de descobrir ou reafirmar sua identidade nacional, e particularmente entre os que não possuíam uma classe média ou uma aristocracia locais. Para eles, um dicionário, uma gramática ou uma coletânea de canções folclóricas era um acontecimento de vital importância política, uma primeira declaração de independência. Por outro lado, para aqueles que se sentiam mais atraídos pelas virtudes simples do conformismo, ignorância e devoção, pela sabedoria profunda de sua confiança no papa, no rei ou no czar, o culto nacional do primitivo prestava-se a uma interpretação conservadora. Representavam a unidade da inocência, do mito e da antiga tradição, que a sociedade burguesa destruía dia a dia.* O capitalista e o racionalista eram os inimigos contra quem o rei, o senhor e o camponês tinham que manter uma sagrada união.

O primitivo existia em cada aldeia, mas existia como um conceito ainda mais revolucionário na hipotética idade de ouro do comunismo do passado, e como o imaginado nobre selvagem do exterior, especialmente o índio americano. De Rousseau, que a sustentava como o ideal do homem social livre, até os socialistas, a sociedade primitiva era uma espécie de modelo para todas as utopias. A tríplice divisão da história feita por Marx – o comunismo primitivo, a sociedade de classe, e o comunismo a nível mais elevado – confirma, embora também transforme, aquela tradição. O ideal do primitivismo não foi exclusivamente romântico. De fato, alguns de seus defensores mais ardentes pertenciam à tradição iluminista do século XVIII. A busca romântica levou seus exploradores até os grandes desertos da Arábia e do norte da África, entre os guerreiros e as odaliscas de Delacroix e Fromentin, a Byron através do mundo mediterrâneo, ou Lermontov até o Cáucaso, onde o homem natural na figura do cossaco lutava contra o homem natural na figura do membro de uma tribo, entre precipícios e cataratas, ao invés de levá-los à inocente utopia erótica e social do Taiti. Mas também os levou à América, onde o homem primitivo lutava condenado, uma situação que o trazia mais para perto do sentimento dos românticos. Os poemas indígenas do austro-húngaro Lenau se rebelam contra a expulsão dos pele-vermelhas; se o moicano não tivesse sido o último de sua tribo, teria ele se transformado em um símbolo tão poderoso na cultura européia? Naturalmente, o nobre selvagem desempenhou um papel imensuravelmente mais importante no romantismo americano do que no europeu – *Moby Dick* (1815) de Herman Melville é seu maior monumento – mas nos romances de Fenimore Cooper ele captou o velho mundo como o conservador Natchez de Chateaubriand nunca fora capaz de fazê-lo.

A Idade Média, o povo e a nobreza do selvagem eram ideais firmemente ancorados ao passado. Só a revolução, a "primavera dos povos", apontava exclusivamente para o futuro, e assim mesmo os mais

* No original: "When Adam delved and Eve span". *(N.T.)*

* Como devemos interpretar a nova popularidade das danças de salão baseadas no folclore neste período, tais como a valsa, a mazurca e o xote, é uma questão de gosto pessoal. Certamente, foi uma moda romântica.

utópicos ainda achavam cômodo recorrer a um precedente em favor do sem precedente. Isto não foi possível até que uma segunda geração romântica tivesse produzido uma safra de jovens para quem a Revolução Francesa e Napoleão eram fatos da história e não um doloroso capítulo autobiográfico. O ano de 1789 havia sido saudado por praticamente todo artista e intelectual da Europa, mas embora alguns tivessem conservado seu entusiasmo durante a guerra, o terror, a corrupção burguesa e o império, seus sonhos não eram facilmente comunicáveis. Mesmo na Grã-Bretanha, onde a primeira geração do romantismo, de Blake, Wordsworth, Coleridge, Southey, Campbell e Hazlitt, fora totalmente jacobina, os desiludidos e os neoconservadores ainda prevaleciam em 1805. Na França e na Alemanha, de fato, a palavra "romântico" fora realmente inventada como um slogan anti-revolucionário pelos conservadores antiburgueses do final da década de 1790 (freqüentemente antigos esquerdistas desiludidos), o que esclarece o fato de que um certo número de pensadores e artistas nestes países, que pelos padrões modernos deveriam ser considerados românticos, estejam tradicionalmente excluídos desta classificação. Entretanto, nos últimos anos das guerras napoleônicas, começaram a surgir novas gerações de jovens, para os quais só a grande chama libertadora da Revolução era visível através dos anos, as cinzas de seus excessos e corrupções tendo desaparecido do alcance da vista; depois do exílio de Napoleão, mesmo aquele insensível personagem pôde se transformar em um fênix ou libertador quase mítico. E à medida em que a Europa avançava, ano após ano, mais profundamente em direção às baixas e inexpressivas planícies da reação, da censura e mediocridade e dos pestilentos pântanos da pobreza, da infelicidade e da opressão, a imagem da revolução libertadora tornava-se ainda mais luminosa.

A segunda geração de românticos britânicos – a de Byron (1788-1824), a do apolítico mas companheiro de viagens Keats (1795-1821) e, acima de tudo, a geração de Shelley (1792-1822) – foi, assim, a primeira a combinar o romantismo e o revolucionarismo ativo: os desapontamentos da Revolução Francesa, inesquecidos pela maioria de seus antepassados, empalideciam ao lado dos visíveis horrores da transformação capitalista em seu próprio país. No continente europeu, a ligação entre a arte romântica e a revolução antecipada na década de 1820 só se tornou realidade durante e depois da Revolução Francesa de 1830. Isto também é verdade a propósito do que talvez possa ser chamado de visão romântica da revolução e estilo romântico de ser revolucionário, cuja expressão mais conhecida é o quadro de Delacroix *Liberdade nas Barricadas* (1831). Aqui, melancólicos jovens com barba e chapéus altos, trabalhadores em mangas de camisa, tribunos do povo com esvoaçantes cabeleiras sob *sombreros*, rodeados por bandeiras tricolores e bonés frígios, recriam a Revolução de 1793 – não a moderada revolução de 1789, mas a glória do Ano II – erguendo suas barricadas em cada cidade do continente.

Desde o início, o revolucionário romântico não foi inteiramente uma novidade. Seu precussor imediato foi o membro das sociedades secretas e das seitas maçônicas revolucionárias – carbonaro ou filo-heleno – cuja inspiração vinha diretamente de velhos jacobinos ou babovistas sobreviventes como Buonarroti. Foi a típica luta revolucionária do período da Restauração, cheia de ousados jovens armados ou vestidos com uniformes hussardos, saindo de óperas, *soirées* e compromissos com duquesas ou de reuniões ritualistas maçônicas para dar um golpe militar ou se colocar à frente de uma nação revoltosa; de fato, seguiam o padrão de Byron. Entretanto, esta moda revolucionária não só estava muito mais diretamente inspirada pelos estilos de pensamento do século XVIII, como talvez fosse socialmente mais exclusiva do que aqueles. Ela também se ressentia de um elemento crucial da visão revolucionária romântica de 1830-48: as barricadas, as massas, o novo e desesperado proletariado, aquele elemento que a gravura de Daumier sobre o *Massacre na Rue Transnonain* (1834), com seu trabalhador assassinado, acrescentou à imaginação romântica.

A mais surpreendente conseqüência desta união do romantismo com a visão de uma nova e mais elevada Revolução Francesa foi a avassaladora vitória da arte política entre 1830 e 1848. Raramente houve um período em que mesmo os artistas menos "ideológicos" tenham sido mais universalmente partidários, freqüentemente considerando o serviço à política como seu dever primordial. "O romantismo", proclamava Victor Hugo no prefácio de *Hernani*, esse manifesto de rebelião (1830), "é o liberalismo na literatura." [11] "Os escritores", escrevia o poeta Alfred de Musset (1810-57), cujo talento natural – como o do compositor Chopin (1810-49) ou do introspectivo poeta austro-húgaro Lenau (1802-50) – se inclinava mais para o pronunciamento privado que público, "tinham uma predileção para falar em seus prefácios a respeito do futuro, do progresso social, da humanidade e da civilização." [12] Vários artistas se tornaram figuras políticas e não só em países com angústias de libertação nacional, onde todos os artistas tendiam a ser profetas ou símbolos nacionais: Chopin, Liszt e até mesmo o jovem Verdi entre os músicos; Mickiewcz (que acreditava representar um papel messiânico), Petöfi e Manzoni entre os poetas da Polônia, Hungria e Itália, respectivamente. O pintor Daumier trabalhava basicamente como um caricaturista político. O poeta Uhland e os irmãos Grimm eram políticos liberais; o vulcânico gênio juvenil Georg Büchner (1810-37), um ativo revolucionário; Heinrich Heine (1797-1856), um íntimo amigo pessoal de Karl Marx, uma voz ambígua, porém poderosa, da extrema esquerda.* A literatura e o jornalismo se

* Deve-se notar que este foi um dos raros períodos em que poetas não só simpatizavam com a extrema esquerda, mas escreviam poemas que eram tão bons quanto úteis em termos de agitação. O distinto grupo de poetas socialistas alemães de 1840 – Herwegh, Weerth, Freiligrath, e, claro, Heine – merece menção, embora o *Baile de Máscaras da Anarquia* (1820), de Shelley, uma réplica a Peterloo, talvez seja o mais poderoso destes poemas.

fundiram, sobretudo na França, Alemanha e Itália. Em outra época, um Lamennais ou um Jules Michelet na França, um Carlyle ou um Ruskin na Grã-Bretanha poderiam ter sido poetas ou romancistas com algumas opiniões a cerca de assuntos públicos; na sua época foram propagandistas, profetas, filósofos ou historiadores levados por um ímpeto poético. Desta forma, a lava da imaginação poética acompanhou a erupção do jovem intelecto de Marx com uma amplitude inusitada entre filósofos ou economistas. Mesmo o declicado Tennyson e seus amigos de Cambridge colocaram seus corações à disposição da brigada internacional que foi apoiar os liberais contra os clericais na Espanha.

As características teorias estéticas surgidas e desenvolvidas durante este período ratificaram esta unidade da arte e do compromisso social. Os seguidores de Saint-Simon, na França, por um lado, os brilhantes intelectuais revolucionários russos, por outro, desenvolveram as idéias que mais tarde formariam parte dos movimentos marxistas sob nomes tais como "realismo socialista", [13] um nobre ideal, porém não totalmente bem-sucedido, derivado da austera virtude do jacobinismo e da fé romântica no poder do espírito, que fez com que Shelley chamasse os poetas de "legisladores não reconhecidos do mundo". "A arte pelo prazer da arte", embora já formulada principalmente pelos conservadores e diletantes, ainda não podia competir com a arte para o bem da humanidade ou para o bem das nações e do proletariado. Só depois que as revoluções de 1848 tinham destruído as esperanças românticas do grande renascimento do homem, foi que o esteticismo autocontido de alguns artistas aflorou. A evolução de algumas figuras de 1848, como Baudelaire e Flaubert, ilustra esta mudança política e estética, e a *Educação Sentimental* de Flaubert permanece sendo seu maior êxito literário. Somente em países como a Rússia, onde a desilusão de 1848 não ocorreu (talvez porque na Rússia 1848 não houve), as artes continuaram a ser socialmente comprometidas ou preocupadas como anteriormente.

V

O romantismo é a moda mais característica na arte e na vida do período da revolução dupla, mas não é absolutamente a única. De fato, visto que não dominava nem a cultura da aristocracia, nem a da classe média, e menos ainda a da classe trabalhadora pobre, sua verdadeira importância quantitativa na época foi pequena. As artes que dependiam do patrocínio ou do apoio maciço das classes abastadas toleravam melhor o romantismo onde suas características ideológicas eram menos óbvias, como na música. As artes que dependiam do apoio dos pobres quase não tinham nenhum interesse para o artista romântico, embora, de fato, a diversão dos pobres – revistas de contos sentimentalóides, circos, pequenas exibições com uma atração principal, teatros mambembes e coisas semelhantes – foram uma fonte de muita inspiração para os românticos e, em troca, os artistas populares reforçaram o repertório de emoções oferecidas ao público – cenas de transmutação, fadas, últimas palavras de assassinos, bandoleiros etc – com adequadas mercadorias adquiridas nos armazéns românticos.

O estilo fundamental da vida e da arte aristocrática permanecia enraizado no século XVIII, embora consideravelmente vulgarizado pela adesão de novos ricos enobrecidos, conforme ocorreu no estilo do *Império* napoleônico, que foi de impressionante feiura e pretensão, e no estilo da Regência Britânica. Uma comparação entre os uniformes do século XVIII e pós-napoleônicos – a forma de arte que mais diretamente expressava os instintos dos funcionários e cavalheiros responsáveis por seu corte – torna clara esta afirmação. A triunfante supremacia da Grã-Bretanha fez do nobre inglês o padrão da cultura, ou melhor, da incultura aristocrática internacional, pois os interesses do *dandy* – bem barbeado, impassível e refulgente – deviam ser limitados a cavalos, cães, carruagens, pugilistas profissionais, caça, jogo, diversões de cavalheiros e sua própria pessoa. Tal extremismo heróico incendiou até mesmo os românticos, que também apreciavam o "dandismo", mas provavelmente excitou as jovens senhoras de origem modesta ainda mais, fazendo-as sonhar (nas palavras de Gautier):

> "Sir Edward era exatamente o inglês de seus sonhos. O inglês bem barbeado, corado, brilhante, arrumado e polido, que enfrentava os primeiros raios do sol da manhã com um cachecol branco, perfeito, o inglês de impermeável e galochas. Não era ele a própria coroa da civilização?... Terei pratarias inglesas, pensava ela, e porcelana de Wedgwood. Haverá tapetes por toda a casa e serviçais empoados e respirarei o ar ao lado de meu marido, dirigindo uma parelha de quatro cavalos através do Hyde Park... Corças malhadas e dóceis brincarão na grama verde do jardim de minha casa de campo, e talvez também algumas crianças coradas e louras. As crianças 'ficam muito bem' no assento dianteiro de um Barouche, ao lado de um cachorro spaniel, com pedigree..." [14]

Esta era talvez uma visão inspirada, mas não romântica, assim como o quadro das majestades reais ou imperiais graciosamente assistindo uma ópera ou um baile, cobertas de jóias, galanteria e beleza.

A cultura das classes média e baixa não era mais romântica. Sua tônica fundamental era a sobriedade e a modéstia. Somente entre os grandes banqueiros e especuladores, ou entre a primeiríssima geração de milionários industriais, que jamais ou não mais necessitavam reinvestir uma grande parte de seus lucros nos negócios, é que o pseudobarroco opulento do final do século XIX apareceu, e só nos poucos países em que as velhas monarquias e aristocracias não mais dominavam a "sociedade" inteiramente. Os Rothschild, monarcas por direito próprio, já se exibiam como príncipes. [15] A burguesia comum não o fazia. O puritanismo, a religiosidade católica ou evangélica encorajavam

a moderação, a poupança, uma sobriedade espartana e um orgulho moral sem precedentes na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Alemanha e na França huguenote; a tradição moral do iluminismo do século XVIII e da maçonaria fazia o mesmo no setor mais emancipado e anti-religioso. Exceto na busca do lucro e na lógica, a vida da classe média era uma vida de emoção controlada e de perspectivas limitadas deliberadamente. A enorme parcela da classe média que, no continente europeu, não estava envolvida em negócios mas em funções governamentais, como funcionários, professores, ou em alguns casos como pastores, estava ausente até mesmo da fronteira expansionista da acumulação de capital, e o mesmo acontecia com o modesto burguês de província que, consciente de que a riqueza da cidade pequena era o limite de suas possibilidades, não se deixava impressionar pelos padrões de riqueza e poderio de sua época. De fato, a vida da classe média era "a-romântica", e seus padrões ainda eram em grande parte dominados pelas modas do século XVIII.

Isto é perfeitamente evidente no lar da classe média, que era, afinal de contas, o centro da sua cultura mesocrática. O estilo da casa e da rua burguesa pós-napoleônica deriva-se diretamente e quase sempre continua o classicismo ou o rococó do século XVIII. As construções no estilo georgiano continuaram na Grã-Bretanha até a década de 1840, e em outras partes o rompimento arquitetônico (introduzido principalmente por uma redescoberta artisticamente desastrosa da "renascença") chegou mais tarde ainda. O estilo predominante da decoração de interiores e da vida doméstica, melhor chamado de *Biedermeier*, depois de alcançar sua mais perfeita expressão na Alemanha, foi uma espécie de classicismo doméstico acalentado pela intimidade da emoção e pelos sonhos virginais *(Innerlichkeit, Gemuetlichkeit)*, que devia alguma coisa ao romantismo – ou melhor, ao pré-romantismo do final do século XVIII – mas que reduziu até mesmo esta dívida às dimensões da modesta interpretação burguesa de quartetos nas tardes de domingo na sala de estar. O *Biedermeier* produziu um dos mais belos estilos de decoração jamais criado: cortinas brancas lisas contra paredes foscas, assoalhos vazios, cadeiras e escrivaninhas sólidas mas elegantíssimas, pianos, gabinetes de trabalho e jarrões cheios de flores. Foi essencialmente um estilo clássico tardio. Talvez seu mais nobre exemplo seja a casa de Goethe em Weimar. Assim, ou algo muito semelhante, era o cenário em que viviam as heroínas dos romances de Jane Austen (1775-1817), para os rigores evangélicos e deleites da seita de Clapham, para a alta burguesia de Boston ou para os leitores provincianos franceses do *Jornal de Debates*.

O romantismo entrou na cultura da classe média talvez principalmente através do aumento dos devaneios entre as mulheres da família burguesa. Exibir a capacidade do homem em prover o sustento da família para mantê-las numa ociosidade insuportável foi uma de suas principais funções sociais, uma tíbia escravidão era seu destino ideal. Em todo caso, as moças burguesas, como as não burguesas, as odaliscas e as ninfas que os pintores anti-românticos como Ingres (1780-1867) levaram do contexto romântico para o ambiente burguês, adaptaram-se rapidamente ao mesmo tipo frágil, pálido, de cabelos macios, a suave flor vestida com um xale e um gorro tão característicos da moda de 1840. Havia sido percorrido um longo caminho desde aquela leoa humilhada, a Duquesa de Alba, de Goya, ou as jovens neogregas emancipadas, vestidas com musseline branca, que a Revolução Francesa havia espalhado pelos salões, ou as altivas damas e cortesãs da Regência como Lady Lieven ou Harriete Wilson, tão anti-românticas quanto antiburguesas.

As moças burguesas podiam tocar em suas casas a música romântica civilizada de Chopin ou de Schumann (1810-56). O estilo *Biedermeier* podia encorajar um tipo de lirismo romântico, como o de Eichendorff (1788-1857) ou de Eduard Mörike (1804-75), no qual a paixão cósmica era transfigurada em nostalgia ou ansiedade passiva. O empresário ativo podia até mesmo, enquanto estivesse em uma viagem de negócios, desfrutar numa estância montanhosa "a visão mais romântica que jamais vi", descansar em casa fazendo esboços do "Castelo de Udolfo" ou mesmo, como John Cragg de Liverpool, "sendo um homem de gosto artístico" bem como um dono de metalúrgica, "introduzir o ferro fundido na arquitetura gótica". [16] Mas, em seu conjunto, a cultura burguesa não era romântica. O próprio alvoroço do progresso técnico obstruía o romantismo ortodoxo, pelos menos nos centros industriais avançados. Um homem como James Nasmyth, inventor do martelo a vapor (1808-90), era tudo menos um bárbaro, ainda que só pelo fato de ser filho de um pintor jacobino ("o pai da pintura paisagística na Escócia"), criado entre artistas e intelectuais, amante do pitoresco e do antigo e com toda a grande e sólida instrução de um bom escocês. Ainda assim, o que seria mais natural do que o filho de um pintor se tornar um mecânico, ou de que durante uma excursão feita em sua juventude com seu pai o que mais lhe interessou tenha sido a Metalúrgica de Devon? Para ele, bem como para os educados cidadãos de Edinburgo do século XVIII entre os quais cresceu, as coisas eram sublimes mas não irracionais. Rouen continha simplesmente uma "maravilhosa catedral e a Igreja de S. Ouen, tão exótica em sua beleza, juntamente com os refinados restos de arquitetura gótica espalhados por aquela cidade interessante e pitoresca". O pitoresco era esplêndido; ainda assim, ele não pôde deixar de notar, em suas entusiasmadas férias, que era um produto desdenhável. A beleza era esplêndida, mas certamente o que andava errado com a arquitetura moderna era o fato de que "o *propósito* da construção é... encarado como uma coisa secundária". "Relutei em sair de Pisa", escreveu ele, mas "o que mais me interessou na Catedral foram as duas lâmpadas de bronze suspensas no final da nave, que sugeriram a Galileu a invenção do pêndulo." [17] Tais homens não eram nem bárbaros nem filisteus, mas seu mundo estava bem mais próximo do de Voltaire e Josias Wedgwood do que do de John Ruskin. Sem dúvida, o grande inventor de

ferramentas Henry Maudslay se sentia muito mais à vontade em Berlim, com seus amigos Humboldt, o rei dos cientistas liberais, e o arquiteto neoclássico Schinkel, do que teria se sentido em companhia do grande mas nebuloso Hegel.

Em qualquer caso, nos centros da sociedade burguesa avançada, as artes como um todo vinham em segundo lugar em relação às ciências. O culto engenheiro ou fabricante, americano ou britânico, poderia apreciá-las, especialmente em momentos de descanso ou férias em família, mas seus verdadeiros esforços culturais se dirigiam para a difusão e o avanço do conhecimento – do seu próprio, em instituições tais como a Associação Britânica para o Progresso da Ciência, ou do povo, através da Sociedade para a Difusão de Conhecimentos Úteis e outras organizações semelhantes. É característico que o produto típico do iluminismo do século XVIII, a *Enciclopédia*, tenha florescido como nunca, retendo ainda (como no famoso *Léxico de Conversação* dos alemães, de Meyer, um produto da década de 1830) muito de seu liberalismo político militante. Byron ganhou muito dinheiro com seus poemas, mas o editor Constable, em 1812, pagou a Dugald Stewart mil libras por um prefácio sobre o progresso da filosofia para o suplemento da *Enciclopédia Britânica*. [18] E mesmo quando a burguesia era romântica, seus sonhos eram os da tecnologia: os jovens inspirados por Saint-Simon se tornaram os planejadores do canal de Suez, das gigantescas redes de ferrovias que uniam todas as partes do globo, das finanças faustuosas muito além do tipo natural de interesse dos calmos e racionalistas Rothschild, que sabiam que se podia ganhar muito dinheiro por meios conservadores, [19] com um mínimo de arrojo especulativo. A ciência e a técnica foram as musas da burguesia, e celebraram seu triunfo, a estrada de ferro, no grande pórtico neoclássico (hoje em dia destruído) da estação de Euston.

VI

Enquanto isto, fora do raio de ação da literatura, a cultura do povo comum seguia seu caminho. Nas partes não urbanas e não industriais do mundo, pouco mudou. As canções e festas da década de 1840, os costumes, motivos e cores das artes decorativas do povo, o padrão de seus hábitos continuavam a ser quase os mesmos de 1789. A indústria e o desenvolvimento das cidades começaram a destruí-los. Ninguém poderia viver em uma cidade industrial da mesma maneira que o havia feito em uma aldeia, e todo o complexo da cultura necessariamente teria que se esfacelar com o colapso da armação social que o mantinha unido e lhe dava forma. Quando uma canção tem por tema o cultivo da terra, não pode ser cantada por homens que não a cultivam, e se ainda assim o fosse deixava de ser uma canção folclórica e se transformava em uma outra coisa qualquer. A nostalgia do emigrante

mantinha os velhos costumes e canções no exílio da cidade, e talvez mesmo tenha intensificado sua atração, pois tais costumes e canções aliviavam a dor da erradicação. Mas fora das cidades e das fábricas, a revolução dupla transformara – ou mais precisamente, devastara – somente alguns aspectos da antiga vida rural, notadamente em algumas partes da Irlanda e da Grã-Bretanha, até o momento em que as velhas formas de vida se tornaram impossíveis.

De fato, mesmo na indústria, a transformação social não tinha ido longe o suficiente antes da década de 1840 para destruir completamente a cultura antiga, pelo menos nas zonas da Europa Ocidental onde as manufaturas e os artífices tinham tido muitos séculos para desenvolver, por assim dizer, um padrão semi-industrial de cultura. No interior, os mineiros e os tecelões expressavam sua esperança e seu protesto através de canções folclóricas tradicionais, e a revolução industrial não fez mais que aumentar seu número e torná-los mais intensos. A fábrica não tinha necessidade de canções de trabalho, mas outras atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico tinham esta necessidade, e as desenvolveram à moda antiga: a canção do cabrestante dos marujos empregados em grandes veleiros pertence a esta época de ouro da canção folclórica "industrial" na primeira metade do século XIX, como as baladas dos caçadores de baleia da Groenlândia, a balada do dono da mina e da mulher do mineiro e o lamento do tecelão. [20] Nas cidades pré-industriais, os grêmios de artesãos e empregados domésticos desenvolviam uma intensa cultura, na qual as seitas protestantes colaboravam ou competiam com o radicalismo jacobino para estimular a educação, unindo os nomes de Bunyan e John Calvin aos de Tom Paine e Robert Owen. Bibliotecas, capelas e institutos, jardins e viveiros (onde o artesão "mais extravagante" produzia suas flores artificialmente exageradas, pombos e cães) enchiam estas autoconfiantes e militantes comunidades de homens habilidosos; Norwich, na Inglaterra, era famosa não só por seu espírito republicano e ateu, mas também por seus canários. * Mas a adaptação de antigas canções folclóricas à vida industrial não sobreviveria (exceto nos Estados Unidos da América) ao impacto da era das ferrovias e do ferro, e as comunidades de velhos homens qualificados – como a dos antigos tecelões de linho de Dunfermline – tampouco sobreviveriam ao vanço da fábrica e da máquina. Depois de 1840, cairiam em ruínas.

Até então, nada substituía a antiga cultura. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o novo padrão de uma vida totalmente industrial não

* "Ainda há muitas casas antigas", escreveu Francis Horner em 1879, "no fundo da cidade, que costumavam ter seu jardim freqüentemente cheio de flores. Por exemplo, aqui está uma janela – curiosamente grande e alegre – junto da qual trabalhava um tecelão manual, capaz de olhar as flores tão de perto quanto o seu trabalho – unindo o útil ao agradável. ...Mas a fábrica superou sua paciente máquina manual, e as obras de alvenaria tragaram seu jardim." [21]

surgiria em sua plenitude até as décadas de 1870 e 1880. O período que vai desde os antigos modos tradicionais de vida até então foi, portanto, de muitas maneiras, a parte mais negra daquilo que já era em si uma terrível época negra para o trabalhador pobre. Em nosso período, nem as grandes cidades conseguiram desenvolver um padrão de cultura popular - necessariamente comercial mais do que de criação própria - como nas comunidades menores.

É verdade que a grande cidade, especialmente a grande cidade capital, já possuía importantes instituições que supriam as necessidades culturais dos pobres, ou da "raia miúda", embora freqüentemente, coisa curiosa, também as da aristocracia. Entretanto, muitas delas procediam do século XVIII, cuja contribuição para a evolução das artes populares tem sido tão constantemente negligenciada. O teatro popular dos subúrbios de Viena, o teatro dialetal nas cidades italianas, a ópera popular (distinta da ópera da corte), a *commedia dell'arte* e as pantomimas ambulantes, as lutas de boxe e as corridas de cavalo, ou a versão democratizada das touradas espanholas* eram produtos do século XVIII; a literatura de cordel e os livretos de baladas eram produtos de um período ainda mais antigo. As formas genuinamente novas de diversão urbana na grande cidade eram subprodutos da taberna ou loja de bebidas, que se converteu em uma crescente fonte de consolo secular para o trabalhador pobre em sua desorganização social, e a última trincheira urbana do costume e do cerimonial tradicional, preservada e intensificada por grêmios de artífices, sindicatos e as ritualísticas "sociedades de amigos". O "music-hall" e o salão de bailes surgiram da taberna; mas por volta de 1848, esta espécie de diversão ainda não tinha-se desenvolvido totalmente, mesmo na Grã-Bretanha, embora seu aparecimento já tivesse sido notado na década de 1830. [22] As outras novas formas de divertimento urbano das grandes cidades nasceram do conveniente, sempre acompanhadas por seu séquito de artistas mambembes. Na grande cidade, fixaram-se permanentemente, e mesmo na década de 1840, a mistura de exibições variadas com uma atração principal, de teatros, mascates, batedores de carteiras e mendigos em bulevares proporcionavam diversão ao populacho e inspiração aos intelectuais românticos de Paris.

O gosto popular também determinou a forma e a decoração das relativamente poucas mercadorias que a indústria produzia primordialmente para o mercado dos pobres: as canecas comemorativas do triunfo da Lei da Reforma, a grande ponte de ferro sobre o rio Wear ou ainda os magníficos veleiros que cruzavam o Atlântico; a literatura de cordel em que se imortalizavam os sentimentos revolucionários ou patrióticos e os crimes famosos e alguns poucos artigos de mobília e de

* Sua versão original era cavaleiresca, com o principal toureiro montado a cavalo; a inovação da morte do touro, com o toureiro a pé, é tradicionalmente atribuída a um carpinteiro do século XVIII, nascido em Ronda.

roupas que estavam ao alcance do poder aquisitvo dos pobres. Mas em seu conjunto, a cidade, e especialmente a nova cidade industrial, continuava sendo um lugar desolado, cujos poucos atrativos - espaços abertos, festas - iam gradativamente diminuindo pela febre das construções, pela fumaça que empestiava a natureza, e pela obrigatoriedade do trabalho incessante, reforçado em casos adequados pela austera disciplina dominical imposta pela classe média. Só a nova iluminação a gás e as amostras de comércio nas ruas principais, aqui e ali, antecipavam as vivas cores da noite na cidade moderna. Mas a criação da grande cidade moderna e dos modernos estilos urbanos de vida popular teriam que esperar a segunda metade do século XIX.

Décimo-Quinto Capítulo

A CIÊNCIA

Jamais nos esqueçamos que muito antes de nós, as ciências e a filosofia combateram os tiranos. Seus constantes esforços fizeram a revolução. Como homens livres e gratos, devemos estabelecê-las entre nós e para sempre cuidar delas com devoção, pois as ciências e a filosofia manterão a liberdade que conquistamos.

De um membro da Convenção [1]

"Os problemas da ciência", comentava Goethe, "são com grande freqüência problemas de carreira. Uma única descoberta pode tornar um homem famoso e lançar o princípio de sua fortuna como cidadão. ... Todo fenômeno observado pela primeira vez é uma descoberta, e toda descoberta é uma propriedade. Mexa-se na propriedade de um homem e logo suas paixões vêm à tona."

Diálogos com Eckermann, 21 de dezembro de 1823.

I

Traçar um paralelo entre as artes e as ciências é sempre perigoso, pois as relações entre cada uma delas e a sociedade em que vicejam são muito diferentes. Mas as ciências também refletiram na sua marcha a revolução dupla, em parte porque esta lhes colocou novas e específicas exigências, em parte porque lhes abriu novas possibilidades e confrontou-as com novos problemas, e em parte porque sua própria exigência sugeria novos padrões de pensamento. Não desejo deduzir disto que a evolução das ciências entre 1789 e 1848 possa ser analisada exclusivamente em termos dos movimentos da sociedade que as rodeavam. A maior parte das atividades humanas têm sua lógica interna, que determina ao menos uma parte de seu movimento. O planeta Netuno foi descoberto em 1846, não porque algo alheio à astronomia encorajasse seu descobrimento, mas porque as tabelas de Bouvard, em 1821, demonstraram que a órbita do planeta Urano, descoberto em 1781, apresentava inesperados desvios dos cálculos, porque por volta do final da década de 1830, estes desvios tinham-se tornado maiores e foram experimentalmente atribuídos a distúrbios produzidos por algum corpo celeste desconhecido, e porque vários astrônomos começaram a calcular

a posição deste corpo. Contudo, mesmo o mais apaixonado crente na imaculada pureza da ciência pura é consciente de que o pensamento científico pode, ao menos, ser influenciado por questões alheias ao campo específico de uma disciplina, ainda que só porque os cientistas, até mesmo o mais antimundano dos matemáticos, vivem em um mundo mais vasto que o de suas especulações. O progresso da ciência não é um simples avanço linear, cada estágio determinando a solução de problemas anteriormente implícitos ou explícitos nele, e por sua vez colocando novos problemas. Este avanço também prossegue pela descoberta de novos problemas, de novas maneiras de enfocar os antigos, de novas maneiras de enfrentar ou solucionar velhos problemas, de campos de investigação inteiramente novos, de novos instrumentos práticos e teóricos de investigação. Em todo ele há um grande espaço para o estímulo ou a formação do pensamento através de fatores externos. Se, de fato, a maioria das ciências em nosso período tivessem avançado de uma simples forma linear – como foi o caso da astronomia, que permaneceu substancialmente dentro da sua estrutura newtoniana – tais considerações poderiam não ser muito importantes. Mas, como veremos, nosso período foi de novos pontos de partida radicais em alguns campos do pensamento (como na matemática), do despertar de ciências até então adormecidas (como a química), da virtual criação de novas ciências (como a geologia), e da injeção de novas idéias revolucionárias em outras ciências (como as ciências sociais e biológicas).

Da forma como aconteceu com todas as demais forças, as exigências diretas feitas aos cientistas pelo governo ou a indústria estavam entre as menos importantes. A Revolução Francesa mobilizou-os, colocando o geômetra e engenheiro Lazare Carnot a frente do esforço de guerra jacobino o matemático e físico Monge (ministro da Marinha em 1792-3) e uma equipe de matemáticos e químicos a frente da produção bélica, como antes havia encarregado o químico e economista Lavoisier do preparo de uma estimativa da renda nacional. Aquela foi, talvez, a primeira ocasião na história em que o cientista enquanto tal fez parte do governo, embora isto tenha sido de maior importância para o governo do que para a ciência. Na Grã-Bretanha, as principais indústrias de nosso período foram as têxteis de algodão, as do carvão, do ferro, das ferrovias e da construção de navios mercantes. Os conhecimentos que revolucionaram estas indústrias foram os de homens empíricos, talvez demasiadamente empíricos. O herói da revolução da ferrovia britânica foi George Stephenson, que não era culto do ponto de vista científico, mas um intuitivo que adivinhava as possibilidades de uma máquina: um superartesão mais que um técnico. As tentativas de cientistas como Babbage para se tornarem úteis às ferrovias, ou de engenheiros como Brunel para estabelecê-las sobre bases racionais, e não simplesmente empíricas, não deram resultado.

Por outro lado, a ciência se beneficiou tremendamente com o surpreendente estímulo dado à educação científica e técnica, e com o menos surpreendente apoio dado à investigação durante nosso período. Aqui a influência da revolução dupla é bastante clara. A Revolução Francesa transformou a educação técnica e científica de seu país, principalmente devido à criação da *Escola Politécnica* (1795) – que pretendia ser uma escola para técnicos de todas as especialidades – e do primeiro esboço da *Escola Normal Superior* (1794), que seria firmemente estabelecida como parte de uma reforma geral da educação secundária e superior por Napoleão. Também fez renascer a definhante Academia Real (1795) e criou, no Museu Nacional de História Natural (1794), o primeiro centro genuíno de pesquisa fora das ciências físicas. A supremacia mundial da ciência francesa durante a maior parte de nosso período se deveu quase certamente a estas importantes fundações, notadamente à *Politécnica,* um turbulento centro do jacobinismo e liberalismo que atravessou todo o período pós-napoleônico, e um incomparável criador de grandes matemáticos e físicos. A Escola Politécnica teve imitadores em Praga, Viena e Estocolmo, em S. Petersburgo e Copenhagen, em toda a Alemanha e Bélgica, em Zurique e Massachussets, mas não na Inglaterra. O choque da Revolução Francesa também sacudiu a letargia educacional da Prússia, e a nova Universidade de Berlim (1806-10), fundada como parte do despertar prussiano, tornou-se o modelo da maioria das universidades alemães que, por sua vez, viriam criar o padrão das instituições acadêmicas em todo o mundo. Uma vez mais, nenhuma reforma deste tipo se deu na Grã-Bretanha, onde a revolução política nada ganhou nem conquistou. Mas a imensa riqueza do país, que tornava possível a criação de laboratórios particulares como o de Henry Cavendish e o de James Joule, e a pressão geral das pessoas inteligentes da classe média por uma educação técnica e científica obteve bons resultados. O Conde de Rumford, um peripatético aventureiro ilustrado, fundou a *Instituição Real* em 1799. Sua fama entre os leigos baseava-se principalmente em suas famosas conferências públicas, mas sua verdadeira importância reside nas facilidades únicas para a ciência experimental que concedeu a Humphry Davy e Michael Faraday. Foi, de fato, um primeiro exemplo do laboratório de pesquisa. Associações para o progresso da ciência, como a Sociedade Lunar de Birmingham e a Sociedade Filosófica e Literária de Manchester, mobilizaram a ajuda dos industriais nas províncias: John Dalton, fundador da teoria atômica, saiu desta última sociedade. Em Londres, os radicais benthamitas fundaram (ou melhor, assumiram o controle e modificaram) o Instituto dos Mecânicos de Londres – atualmente Birkbeck College – como uma escola para técnicos, a Universidade de Londres como uma alternativa para a sonolência de Oxford e Cambridge, e a Associação Britânica para o Progresso da Ciência (1831) como uma alternativa para o torpor aristocrático da degenerada Sociedade Real. Não eram fundações destinadas a acalentar a busca do conhecimento puro por si mesmo, já que este tipo de instituição demorou mais a surgir. Mesmo na Alemanha, o primeiro laboratório universitário de pesquisa química (o de Liebig, em Giessen) não foi

instalado até 1825. Seria desnecessário dizer que sua inspiração foi francesa. Havia instituições para formar técnicos, como na França e na Grã-Bretanha, professores, como na França e na Alemanha, ou para criar na juventude um espírito de serviço a seu país.

A era revolucionária, portanto, fez crescer o número de cientistas e eruditos e estendeu a ciência em todos os seus aspectos. E ainda mais, viu o universo geográfico das ciências se alargar em duas direções. Em primeiro lugar, o progresso do comércio e o processo de exploração abriram novos horizontes do mundo ao estudo científico, e estimularam o pensamento sobre eles. Um dos maiores gênios científicos de nosso período, Alexandre von Humboldt (1769-1859), contribuiu primordialmente desta forma para o progresso da ciência: como um incansável viajante, observador e teórico nos campos da geografia, etnografia e história natural, embora sua nobre síntese de todo o conhecimento, a obra *Cosmos* (1845-59), não possa ser definida dentro dos limites de disciplinas particulares.

Em segundo lugar, o universo das ciências se ampliou para abraçar países e povos que até então só tinham dado contribuições insignificantes. A lista de grandes cientistas de, digamos, 1750, contém muito poucos que não sejam franceses, britânicos, alemães, italianos e suíços. Mas a lista menor dos grandes matemáticos da primeira metade do século XIX contém o nome de Henrik Abel da Noruega, de Janos Bolyai da Hungria e de Nikolai Lobachevsky da remota cidade de Kazan. Aqui, mais uma vez, a ciência parece refletir a ascensão das culturas nacionais fora da Europa Ocidental, o que é também um surpreendente produto da era revolucionária. Este elemento nacional na expansão das ciências se refletiu, por seu turno, no declínio do cosmopolitismo que havia sido tão característico das pequenas comunidades científicas dos séculos XVII e XVIII. A era da itinerante celebridade internacional que, como Euler, viajou da Basiléia a S. Petersburgo, e daí para Berlim, voltando à corte de Catarina a Grande, passou com os velhos regimes. Daí em diante, o cientista permaneceria dentro de sua área lingüística, exceto para pequenas visitas, comunicando-se com seus colegas através dos jornais especializados, tão típicos produtos deste período: as *Atas da Real Sociedade* (1831), as *Comptes Rendues de l'Academie des Sciences* (1837), as *Atas da Sociedade Filosófica Americana* (1838), ou as novas revistas especializadas tais como a *Journal für Reine und Angewandte Mathematick*, de Crelle, ou os *Anais de Química e Física* (1797).

II

Antes que possamos julgar a natureza do impacto da revolução dupla sobre as ciências, seria conveniente analisar brevemente o que aconteceu com elas. No todo, as clássicas ciências *físicas* não foram revolucionadas, isto é, permaneceram substancialmente dentro dos ter-

mos de referência estabelecidos por Newton, ou continuando as linhas de pesquisa já seguidas no século XVIII ou expandindo as antigas descobertas fragmentárias e coordenando-as em sistemas teóricos mais amplos. Assim, o mais importante dos novos campos abertos, e o único que teve imediatas conseqüências tecnológicas, foi o da eletricidade, ou melhor, o do eletro-magnetismo. Cinco datas importantes – quatro delas em nosso período – marcam seu progresso decisivo: 1786, quando Galvani descobriu a corrente elétrica; 1799, quando Volta construiu sua bateria; 1800, quando a eletrólise foi descoberta; 1820, quando Oersted descobriu a conexão entre eletricidade e magnetismo; 1831, quando Faraday estabeleceu as relações entre todas estas forças, e por acaso se viu como o pioneiro de um enfoque da física (em termos de "campos", em vez de impulsos mecânicos) que se antecipava à era moderna. A mais importante das novas sínteses teóricas foi a descoberta das leis da termodinâmica, isto é, das relações entre calor e energia.

A revolução que transformou a astronomia e a física em ciências modernas ocorrera no século XVII; a que criou a *química* estava em pleno desenvolvimento no início de nosso período. De todas as ciências, esta foi a mais íntima e imediatamente ligada à prática industrial, especialmente aos processos de tingimento e branqueamento da indústria têxtil. Além do mais, seus criadores foram não só homens práticos, ligados a outros homens práticos, como Dalton na *Sociedade Filosófica e Literária de Manchester* e Priestley na *Sociedade Lunar de Birmingham*, como também, algumas vezes, revolucionários políticos, embora moderados. Dois deles foram vítimas da Revolução Francesa: Priestley, nas mãos da turba conservadora do partido Tory, por simpatizar excessivamente com ela, e o grande Lavoisier na guilhotina, por não simpatizar o suficiente, ou melhor, por ser um grande homem de negócios.

A química, como a física, foi proeminentemente uma ciência francesa. Seu verdadeiro fundador, Lavoisier (1743-94), publicou o seu fundamental *Tratado Elementar de Química* no próprio ano da revolução, e a inspiração para os avanços químicos, e especialmente a organização da pesquisa química em outros países – mesmo naqueles que viriam a ser mais tarde os principais centros da pesquisa química, como a Alemanha – foi primeiramente francesa. Os principais avanços antes de 1789 consistiram em estabelecer uma ordem elementar no emaranhado de experiências empíricas, através da elucidação de certos processos químicos fundamentais, tais como a combustão, e de alguns elementos fundamentais, como o oxigênio. Também trouxeram uma medição quantitativa precisa e um programa de ulteriores investigações. O conceito crucial de uma teoria atômica, fundada por Dalton (1803-10), tornou possível à invenção da fórmula química, e com isto a abertura do estudo da estrutura química, ao que se seguiu uma abundância de novos resultados experimentais. No século XIX, a química

viria a ser uma das mais vigorosas de todas as ciências, e conseqüentemente foi uma ciência que atraiu, como acontece com todo assunto dinâmico, uma massa de homens capazes. Entretanto, a atmosfera e os métodos da química continuaram em grande parte a ser os mesmos do século XVIII.

A química teve, entretanto, uma implicação revolucionária: a descoberta de que a vida podia ser analisada em termos das ciências inorgânicas. Lavoisier descobriu que a respiração é uma forma de combustão do oxigênio. Woehler descobriu, em 1828, que um composto até então só encontrado em coisas vivas – a uréia – podia ser sintetizado no laboratório, abrindo, assim, o vasto e novo campo da *química orgânica*. Ainda assim, apesar de haver sido superado o grande obstáculo para o progresso – a crença de que a matéria viva obedecia a leis naturais fundamentalmente diferentes da matéria inerte – nem o estudo da mecânica nem o da química permitiram ao biólogo avançar muito. O avanço mais fundamental da biologia neste perído, a descoberta feita por Schleiden e Schwann de que todas as coisas vivas eram compostas de multiplicidades de *células* (1893-9), estabeleceu uma espécie de equivalente da teoria atômica para a biologia, mas uma biofísica e uma bioquímica maduras ainda estavam muito longe.

Uma revolução ainda mais profunda mas, pela própria natureza do assunto, menos óbvia do que a ocorrida na química, se deu em relação à *matemática*. Contrariamente à física, que continuou dentro dos termos de referência do século XVII, e à química, que respirava forte através da porta aberta no século XVIII, a matemática em nosso período entrou em um universo inteiramente novo, muito além do universo dos gregos, que ainda dominava a aritmética e a geometria plana, e daquele do século XVII que dominava a análise. Poucos, exceto os matemáticos, apreciarão a profundidade da inovação trazida para a ciência pela teoria das funções de complexos variáveis (Gauss, Cauchy, Abel, Jacobi), da teoria dos grupos (Cauchy, Galois) ou dos vetores (Hamilton). Mas até mesmo o leigo é capaz de compreender o alcance da revolução pela qual o russo Lobachevsky (1826-9) e o húngaro Bolyai (1831) derrubaram a mais permanente das certezas intelectuais, a geometria euclidiana. Toda a majestosa e inabalável estrutura da lógica euclidiana se apoiava em certas suposições, uma das quais, o axioma de que as paralelas nunca se encontram, não é nem evidente nem comprovável. Hoje em dia pode parecer elementar construir uma geometria igualmente lógica com base em alguma outra suposição, por exemplo (Lobachevsky, Bolyai) de que uma infinidade de paralelas a qualquer linha L pode passar pelo ponto P; ou (Riemann) de que nenhuma linha paralela à linha L passa pelo ponto P, tanto mais quanto podemos construir superfícies reais às quais estas regras se aplicam. (Assim, a terra, na medida em que é um globo, se adapta às suposições riemannianas e não às euclidianas.) Mas chegar a estas suposições no princípio do século XIX era um ato de audácia intelectual comparável a colocar o Sol e não a Terra no centro do sistema planetário.

III

A revolução matemática passou desapercebida, exceto para alguns especialistas em assuntos notórios por sua distância da vida cotidiana. A revolução nas *ciências sociais*, por outro lado, não podia deixar de abalar o leigo, já que lhe afetava visivelmente, em geral – segundo se acreditava – para o pior. Os eruditos e amantes das ciências nos romances de Thomas Love Peacock estão geralmente banhados de simpatia ou de um ridículo afetuoso, não acontecendo o mesmo com os economistas e propagandistas da *Steam Intellect Society*.

Para sermos precisos, houve duas revoluções cujos cursos convergem para produzir o marxismo como a mais abrangente síntese das ciências sociais. A primeira delas, que dava continuidade ao brilhante pioneirismo dos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, estabelecia o equivalente das leis físicas para as populações humanas. Seu primeiro triunfo foi a construção de uma sistemática teoria dedutiva de *economia política*, que já estava bastante avançada por volta de 1789. A segunda delas, que em substância pertence a nosso período e está intimamente ligada ao romantismo, foi a descoberta da evolução histórica (cf. também cap.13 - I e II).

A ousada inovação dos racionalistas clássicos havia sido demonstrar que algo como leis logicamente compulsórias era aplicável à consciência e ao livre arbítrio humano. As "leis da economia política" eram deste tipo. A convicção de que eram tão distantes do gostar e do desgostar quanto as leis da gravidade (com as quais eram constantemente comparadas) emprestava uma impiedosa certeza aos capitalistas do início do século XIX, e tendia a imbuir seus oponentes românticos de um anti-racionalismo igualmente selvagem. Em princípio, os economistas, é claro, estavam certos, embora exagerassem muito a universalidade dos postulados sobre os quais baseavam suas deduções, a capacidade de "outras coisas" permanecerem "iguais" e também, às vezes, suas próprias capacidades intelectuais. Se a população de uma cidade se duplica e o número de habitações não cresce, então, permanecendo as outras coisas iguais, os aluguéis *devem* subir, queiram ou não. Proposições deste tipo constituíam a força dos sistemas de raciocínio dedutivo criados pela economia política, principalmente na Grã-Bretanha, embora também, em menor grau de intensidade, nos velhos centros de ciências do século XVIII, a França, a Itália e a Suíça. Como vimos, o período que vai de 1776 a 1830 assistiu o triunfo desta economia política (vide cap. 13-I). Ela foi suplementada pela primeira apresentação sistemática de uma teoria demográfica que pretendia estabelecer uma relação mecânica, e virtualmente inevitável, entre as proporções matemáticas dos aumentos de população e os meios de subsistência. O *Ensaio sobre a População*, de T. R. Malthus (1798), não era nem tão original nem tão indiscutível quanto seus defensores reivindicavam, no entusiasmo da descoberta de que alguém provara que os pobres deviam permanecer sempre pobres, e que a generosidade e a

benevolência podiam fazê-los ainda mais pobres. Sua importância não está em seus méritos intelectuais, que foram moderados, mas nos direitos que ele fazia valer para um tratamento científico de um conjunto de decisões tão individuais e caprichosas quanto as decisões sexuais, consideradas como um fenômeno social.

A aplicação de métodos matemáticos à sociedade deu mais um passo importante neste período. Também aqui os cientistas de língua francesa lideravam a marcha, assistidos, sem dúvida, pela soberba atmosfera matemática da educação francesa. Assim, Adolphe Quételet, da Bélgica, em sua marcante obra *Sobre o Homem* (1835), demonstrou que a distribuição estatística das características humanas obedecia a leis matemáticas conhecidas, do que deduziu, com uma confiança considerada então excessiva, a possibilidade de assimilar as ciências sociais às ciências físicas. A possibilidade de uma generalização estatística sobre as populações humanas e o estabelecimento de firmes prognósticos sobre essa generalização haviam sido antecipados pelos teóricos da probabilidade (o ponto de partida de Quételet nas ciências sociais), e por homens práticos que eram obrigados a confiar nela, como no caso das companhias de seguro. Mas Quételet e o grupo de florescentes estatísticos contemporâneos, antropometristas e pesquisadores sociais aplicaram estes métodos a campos bem mais amplos e criaram o que ainda é a principal ferramenta matemática para a investigação de fenômenos sociais.

Estes desenvolvimentos nas ciências sociais foram revolucionários da mesma maneira que a química: seguindo os avanços já realizados teoricamente. Mas as ciências sociais também tiveram algo inteiramente novo e original a seu crédito, que por sua vez fertilizou as ciências biológicas e até mesmo as físicas, como no caso da geologia. Foi a descoberta da história como um processo de evolução lógica, e não simplesmente como uma sucessão crolonógica de acontecimentos. Os elos desta inovação com a revolução dupla são tão óbvios que não precisam ser explicados. Assim, o que veio a se chamar *sociologia* (a palavra foi inventada por Augusto Comte por volta de 1830) nasceu diretamente da crítica ao capitalismo. O próprio Comte, que normalmente é considerado fundador daquela disciplina, começou sua carreira como secretário particular do pioneiro socialista utópico, o Conde de Saint-Simon, * e o mais formidável teórico contemporâneo em matéria sociológica, Karl Marx, considerava sua teoria primordialmente como um instrumento para a mudança do mundo.

A criação da *história* como uma matéria acadêmica talvez seja o aspecto menos importante desta historiografia das ciências sociais. É verdade que uma epidemia de historiadores tomou conta da Europa

* Embora as idéias de Saint-Simon, como vimos, não sejam facilmente classificáveis, parece pedante abandonar a prática estabelecida de chamá-lo de socialista utópico.

na primeira metade do século XIX. Raramente tantos homens se propuseram a interpretar seu mundo escrevendo relatos de muitos volumes a respeito do passado dos vários países, às vezes pela primeira vez: Karamzin, na Rússia (1818-24), Geijer, na Suécia (1832-6), Palacky, na Boêmia (1836-67), são os fundadores da historiografia de seus países. Na França, o ímpeto para entender o presente através do passado era particularmente forte, e a própria Revolução logo se tornou assunto de intensos e partidários estudos de Thiers (1823, 1843), Mignet (1824), Buonarroti (1828), Lamartine (1847) e do grande Jules Michelet (1847-53). Foi o período heróico da historiografia, mas sobreviveu muito pouco da obra de Guizot, Augustin Thierry e Michelet na França, do dinamarquês Niebuhr e do suíço Sismondi, de Hallam, Lingard e Carlyle na Grã-Bretanha, e de inúmeros professores alemães, exceto como documento histórico, como literatura ou ocasionalmente como registro de um gênio.

Os resultados mais duradouros deste despertar histórico se deram no campo da documentação e da técnica histórica. Colecionar relíquias do passado, escritas ou não, se transformou em uma paixão universal. Talvez, em parte, fosse uma tentativa de salvaguardá-las contra os ataques do presente, embora o nacionalismo provavelmente fosse seu mais importante estímulo: em nações até então adormecidas, os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional. E foi assim que os franceses criaram sua *École des Chartes* em 1821, os ingleses, o Departamento de Registros Públicos em 1838, e os alemães começaram a publicar a *Monumental História Alemã*, em 1826, enquanto a doutrina de que a história devia-se basear na escrupulosa avaliação dos documentos originais era lançada pelo prolífico Leopold von Ranke (1795-1886). Enquanto isso, como vimos no capítulo 14, os lingüistas e os folcloristas produziam os dicionários fundamentais de seus idiomas e as coletâneas de tradições orais de seus povos.

A inserção da história nas ciências sociais teve seus efeitos mais imediatos no direito, onde Friedrich Karl von Savigny fundou a escola histórica de jurisprudência, em 1815; no estudo da teologia, onde a aplicação de critérios históricos – notadamente no *Leben Jesu* (1835) de D. F. Strauss – horrorizava os fundamentalistas; mas especialmente em uma ciência totalmente nova, a filologia. Esta ciência também se desenvolveu primeiramente na Alemanha, que era de longe o mais vigoroso centro de difusão de estudos históricos. O fato de que Karl Marx fosse alemão não é meramente casual. O ostensivo estímulo para a filologia era a conquista de sociedades não européias pela Europa. As investigações pioneiras de Sir William Jones em relação ao sânscrito, em 1786, foram o resultado da conquista de Bengala pelos britânicos; a decifração dos hieróglifos por Champollion (seu principal trabalho sobre o assunto foi publicado em 1824) foi o resultado da expedi-

ção de Napoleão ao Egito; a elucidação de Rawlinson da escrita cuneiforme (1835) refletiu a ubiqüidade dos oficiais colonias britânicos. Mas, de fato, a filologia não se limitava à descoberta, descrição e classificação. Nas mãos de grandes eruditos alemães, principalmente, como Franz Bopp (1791-1867) e os irmãos Grimm, tornou-se a segunda ciência social propriamente dita, isto é, a segunda a descobrir leis genéricas aplicáveis a um campo aparentemente tão caprichoso como o da comunicação humana. (A primeira foi a economia política.) Porém, contrariamente às leis da economia política, as da filologia eram fundamentalmente históricas, ou melhor, evolutivas.*

Seu fundamento foi a descoberta de que uma vasta série de idiomas, os indo-europeus, se relacionavam uns com os outros; ao que se acrescentou o fato evidente de que toda língua européia escrita tinha sido completamente transformada com o decorrer dos séculos e presumivelmente ainda estava sofrendo modificações. O problema não se constituía simplesmente em provar e classificar estas relações mediante comparação científica, tarefa que estava então sendo empreendida a fundo (por exemplo, na anatomia comparada, por Cuvier.) Era também, e principalmente, elucidar sua evolução histórica a partir do que deveria ter sido um ancestral comum. A filologia foi a primeira ciência que considerou a evolução como sua verdadeira essência. Desde logo teve sorte porque a Bíblia é relativamente silenciosa quanto à história das línguas, ao passo que, como sabem os biólogos e os geólogos, é muito explícita em relação à criação e à história primitiva do mundo. Conseqüentemente, o filólogo estava menos propenso a ser afogado pelas águas do Dilúvio ou derrubado pelos obstáculos do *Gênesis I* do que seus infelizes colegas. Pelo menos a afirmação bíblica de que "toda a terra usava a mesma língua e a mesma fala" estava do seu lado. Mas a filologia também teve a sorte de que, de todas as ciências sociais, era a única que não lidava diretamente com seres humanos – que sempre se ressentem com a sugestão de que suas ações são determinadas por algo que não seja seu livre arbítrio – mas que se ocupava de palavras, que não se ofendem por isto. Conseqüentemente, estava livre para enfrentar o que ainda é o problema fundamental das ciências históricas, qual seja, como investigar e descobrir a origem da imensa variedade, freqüentemente caprichosa, de indivíduos existentes na vida real, a partir do funcionamento de leis genéricas invariáveis.

Os filólogos pioneiros, na verdade, não avançaram muito quanto à explicação das mudanças lingüísticas, embora o próprio Bopp já tivesse proposto uma teoria sobre a origem das inflexões gramaticais. Mas, de fato, estabeleceram uma espécie de árvore genealógica para as línguas indo-européias. Fizeram uma série de generalizações indutivas

* Paradoxalmente, a tentativa de aplicar o método físico-matemático à lingüística, considerada como parte de uma "teoria da comunicação" mais genérica, não foi iniciada até o século atual.

a respeito das proporções relativas de mudança nos diferentes elementos lingüísticos, e algumas generalizações históricas de grande alcance, como a "Lei de Grimm" (que demonstrou que *todas* as línguas teutônicas sofreram certas alterações consonantais e, vários séculos mais tarde, um grupo de dialetos teutônicos sofreram uma outra mudança semelhante). Entretanto, durante aquelas explorações pioneiras, nunca duvidaram de que a evolução das línguas não era simplesmente uma questão de estabelecer uma seqüência cronológica ou registrar mudanças, mas que esta evolução devia ser explicada por leis gerais da lingüística, análogas às leis científicas.

IV

Os biólogos e os geólogos tiveram menos sorte. Também para eles a história se constituía no principal problema, embora o estudo da terra estivesse (através da mineração) intimamente ligado à química, e o estudo da vida (através da medicina), intimamente relacionado à fisiologia, e (através da crucial descoberta de que os elementos químicos existentes nas coisas vivas eram os mesmos existentes na natureza inorgânica) à química. Porém, para o geólogo, os problemas mais óbvios envolviam a história: por exemplo, a explicação da distribuição de terra e água, de montanhas e, acima de tudo, a formação das camadas terrestres.

Se o problema histórico da geologia era o de como explicar a evolução da terra, o do biólogo era duplo: como explicar a formação da vida desde o ovo, a semente ou o esporo, e como explicar a evolução das espécies. Ambos estavam unidos pela prova evidente dos fósseis, dos quais uma seleção particular podia ser encontrada em determinada camada terrestre e não em outra. Um engenheiro inglês, William Smith, descobriu, na década de 1790, que a sucessão histórica das camadas podia mais convenientemente ser datada pelos seus fósseis característicos, lançando luz assim sobre ambas as ciências por meio das operações de escavação da revolução industrial.

O problema fora tão óbvio que já se haviam feito tentativas para criar teorias de evolução, notadamente para o mundo animal, pelo elegante zoólogo, embora às vezes precipitado, Comte de Buffon *(Les Époques de la Nature,* 1778). Na década da Revolução Francesa, estas teorias ganharam terreno rapidamente. O reflexivo James Hutton, de Edinburgo (*Teoria da Terra,* 1795) e o excêntrico Erasmus Darwin, que brilhava na Sociedade Lunar de Birmingham e escrevia parte de sua obra científica em versos (*Zoonomia,* 1794), publicaram teorias evolutivas bastante completas sobre a terra, as plantas e a espécie animal. Laplace, em 1796, antecipado pelo filósofo Emanuel Kant, desenvolveu também uma teoria evolucionista do sistema solar, e Pierre

Cabanis, mais ou menos na mesma época, considerou as próprias faculdades mentais do homem como produto de sua história evolutiva.. Em 1809, Lamarck, da França, propôs a primeira teoria moderna e sistemática da evolução, baseada na herança de caracteres adquiridos.

Nenhuma destas teorias obteve triunfo. Na verdade, logo enfrentaram a apaixonada resistência dos "tories" da *Quarterly Review,* cuja "adesão à causa da revelação é tão decisiva". [2] O que aconteceria ao Dilúvio e à Arca de Noé? O que aconteceria com a distinta criação das espécies, para não mencionar o homem? Que iria acontecer, sobretudo, com a estabilidade social? Não só os simples sacerdotes e os menos simples políticos se preocupavam com estas perguntas. O grande Cuvier, fundador do estudo sistemático dos fósseis (*Recherches sur les ossements fossiles,* 1812), rejeitava a evolução em nome da Providência Divina. Seria melhor até mesmo imaginar uma série de catástrofes na história geológica, seguida por uma série de recriações divinas - era difícil considerar a mudança *geológica* como distinta da mudança biológica - do que intrometer-se com a rigidez da Sagrada Escritura e de Aristóteles. O infeliz Dr. Lawrence, que respondeu a Lamarck propondo uma teoria quase darwiniana da evolução pela seleção natural, foi forçado pelo protesto dos conservadores a retirar sua obra *História Natural do Homem* (1819) de circulação. Ele havia sido suficientemente imaturo para não só discutir a evolução do homem, mas também para enfatizar as conseqüências de suas idéias para a sociedade contemporânea. Sua retratação preservou seu emprego, assegurou sua carreira futura, e perturbou para sempre sua consciência, que tranqüilizava adulando os corajosos impressores radicais que, de tempos em tempos, publicavam ilegalmente sua obra incendiária.

Só na década de 1830 - quando a política dera outra guinada para a esquerda - foi que as amadurecidas teorias da evolução irromperam na geologia, com a publicação da famosa obra de Lyell, *Princípios de Geologia* (1830-33), que pôs fim à resistência dos netunistas, que sustentavam, com a Bíblia, que todos os minerais haviam surgido das soluções aquosas que em certa época cobriram a terra (cf. *Gênesis I,* 7-9), e dos "catastrofistas", que seguiam a desesperada linha de argumentação de Cuvier.

Na mesma década, Schmerling, pesquisando na Bélgica, e Boucher de Perthes, que felizmente preferia seu *hobby* de arqueologia a seu cargo de diretor da alfândega de Abbeville, previram algo ainda mais alarmante: a descoberta dos fósseis do homem pré-histórico, cuja possibilidade havia sido acaloradamente negada. * Mas o conservadorismo científico ainda foi capaz de rejeitar aquela terrível possibilidade

* Sua obra *Antiquités celtiques et antediluviennes* não foi publicada até 1846. Na verdade, vários fósseis humanos tinham sido descobertos, de tempos em tempos, mas continuavam desconhecidos ou simplesmente esquecidos nos cantos de museus provincianos.

alegando a falta de provas definitivas, até a descoberta do homem de Neanderthal, em 1856.

Não havia mais remédio do que aceitar que: (*a*) as causas *agora* em movimento tinham, no transcurso do tempo, transformado a terra de seu estado primitivo para o presente estado; (*b*) que isto levara um tempo muito maior do que se podia deduzir das Escrituras; (*c*) que a sucessão de camadas geológicas revelava uma sucessão de formas animais que implicava uma evolução biológica. Bastante significativamente, os que aceitaram esta idéia prontamente, e na verdade demonstraram o maior interesse no problema da evolução, foram os autoconfiantes leigos radicais das classes médias britânicas (sempre com exceção do egrégio Dr. Andrew Ure, mais conhecido por seus hinos de louvor ao sistema fabril). Os cientistas foram lentos na aceitação da ciência. Este fato é menos surpreendente se nos lembrarmos de que a geologia era a única ciência deste período suficientemente cavalheiresca (talvez porque era praticada ao ar livre, de preferência em dispendiosas "viagens geológicas") para ser seriamente estudada nas Universidades de Oxford e Cambridge.

A evolução biológica, entretanto, ainda engatinhava. Só bem depois da derrota das revoluções de 1848 foi que este explosivo assunto voltou a ser examinado. Mesmo então, Charles Darwin teve muito cuidado e ambigüidade ao manejá-lo. Até mesmo a investigação paralela da evolução através da embriologia diminuiu temporariamente. Aqui também os primeiros filósofos especuladores alemães, como Johann Meckel, de Halle (1781-1833), tinham sugerido que durante o seu crescimento o embrião de um organismo recapitulava a evolução de sua espécie. Porém, esta "lei biogenética", embora a princípio apoiada por homens como Rathke, que descobriu que os embriões de pássaros atravessam um estágio no qual têm guelras (1829), foi rejeitada pelo notável Von Baer, de Koenigsberg e São Petersburgo - a fisiologia experimental parece ter exercido uma grande atração sobre os investigadores das áreas eslavônias e bálticas * - e esta linha de pensamento não foi revivida até o advento do darwinismo.

Enquanto isso, as teorias da evolução tinham feito supreendentes progressos no estudo da sociedade. Ainda assim, não devemos exagerar este progresso. O período da revolução dupla pertence à pré-história de todas as ciências sociais, com exceção da economia política, da lingüística e talvez da estatística. Até mesmo o seu mais formidável empreendimento, a coerente teoria da evolução social de Marx e Engels era, nesta época, pouco mais que uma brilhante suposição publicada em um soberbo panfleto - ou usada como base para o relato histórico. A firme construção de bases científicas para o estudo da sociedade humana não teria lugar até a segunda metade do século.

* Rathke lecionou em Dorpat (Tartu), na Estônia; Pander, em Riga; o grande fisiólogo tcheco Purkinje abriu o primeiro laboratório de pesquisas fisiológicas em Breslau, em 1830.

O mesmo ocorreria nos campos da antropologia ou etnografia social, da pré-história, da sociologia e da psicologia. É importante o fato de que estes campos de estudo foram batizados em nosso período, ou de que reivindicações para considerar cada um deles como uma ciência peculiar com suas características próprias foram então formuladas. John Stuart Mill, em 1843, foi talvez o primeiro a reivindicar este *status* para a psicologia. O fato de que sociedades etnológicas especiais foram fundadas na França e na Inglaterra (1839, 1843) para estudar "as raças do homem" é igualmente significativo, como o é a multiplicação de investigações sociais através de meios estatísticos e de sociedades estatísticas entre 1830 e 1848. Porém, as "instruções gerais aos viajantes" da Sociedade Etnológica Francesa que os compelia a "descobrir o que as memórias dos povos têm preservado de suas origens... o que as revoluções têm significado em seu idioma ou costumes, em sua arte, ciência e riqueza, seu poder ou governo, através de causas internas ou de invasão estrangeira"[3] não passam de um programa, embora profundamente histórico. De fato, o que importa a respeito das ciências sociais em nosso período são menos os seus resultados (embora se acumulasse um considerável material descritivo) do que sua firme predisposição materialista, expressa em uma determinação de explicar as diferenças sociais humanas em termos do meio ambiente, e seu comprometimento igualmente firme em relação à evolução. Em 1787 não havia Chavannes definido a nascente etnologia como "a história do progresso dos povos em direção à civilização"?[4]

Um obscuro subproduto deste desenvolvimento inicial das ciências sociais deve, contudo, ser mencionado rapidamente: as teorias da raça. A existência de diferentes raças (ou melhor, cores) de homens tinha sido muita discutida no século XVIII, quando o problema de uma criação única ou múltipla do homem preocupava também aos espíritos de reflexão. A fronteira entre monogenistas e poligenistas não era simples. O primeiro grupo reunia defensores da evolução e da igualdade humana, com homens que consideravam que, sobre este ponto, a ciência não era conflitante com a Escritura: os pré-darwinianos Prichard e Lawrence, ao lado de Cuvier. O segundo grupo incluía não só cientistas de boa fé, mas também racistas e escravagistas provenientes do sul dos Estados Unidos. Estas discussões a respeito das raças produziram uma viva explosão de antropometria, principalmente baseada na coleção, classificação e medida de crâneos, prática também encorajada pelo estranho *hobby* contemporâneo da frenologia, que tentava determinar o caráter a partir da configuração do crâneo. Na Grã-Bretanha e na França, as sociedades frenológicas foram fundadas em 1823 e 1832 respectivamente, embora o assunto logo tenha sido abandonado pela ciência.

Ao mesmo tempo, uma mistura de nacionalismo, radicalismo, história e observação de campo introduziram o igualmente perigoso tópico das permanentes características raciais ou nacionais na sociedade. Na década de 1820, os irmãos Thierry, historiadores e revolucionários franceses, tinham-se lançado ao estudo da Conquista Normanda e dos gauleses, que ainda hoje se reflete na proverbial frase dos livros de texto franceses *Nos ancêtres les Gaulois* e nos maços azuis de cigarros *Gauloise*. Como bons radicais, mantinham o ponto de vista de que o povo francês descendia dos gauleses, os aristocratas dos teutões que os conquistaram, argumentação que mais tarde seria usada com fins conservadores por etnógrafos da classe alta, como o Conde de Gobineau. A crença de que uma linhagem racial específica sobrevivia – idéia defendida com compreensível zelo por um naturalista galês, W. Edwards, em favor dos celtas – se encaixava admiravelmente em uma época em que os homens pretendiam descobrir a romântica e misteriosa individualidade de suas nações para reivindicar missões messiânicas para elas se fossem revolucionários, ou para atribuir sua riqueza e poderio a uma "superioridade inata". (Em troca, não demonstravam qualquer tendência a atribuir a pobreza e a opressão a uma inferioridade inata.) Porém, para atenuar a responsabilidade destes homens, deve-se dizer que os piores abusos das teorias racistas ocorreram após o final de nosso período.

V

Como podemos explicar estes desenvolvimentos científicos? Como, particularmente, relacioná-los com as outras mudanças históricas da revolução dupla? É evidente que há correlações óbvias. Os problemas teóricos da máquina a vapor levaram o brilhante Sadi Carnot, em 1824, à mais fundamental percepção física do século XIX, as duas leis da termodinâmica (*Reflexions sur la puissance motrice du feu**), embora não fossem as únicas aproximações do problema. O grande avanço da geologia e da paleontologia devia-se em grande parte ao zelo com que os engenheiros e construtores industriais retalhavam a terra e à grande importância da mineração. Não foi por acaso que a Grã-Bretanha se transformou no país geológico por excelência, instituindo um órgão nacional para a inspeção geológica em 1836. A análise dos recursos minerais deu aos químicos inúmeros compostos inorgânicos para seu estudo; a mineração, a cerâmica, a metalurgia, as artes têxteis, as novas indústrias de iluminação a gás e de produtos químicos, assim como a agricultura estimularam seus trabalhos. E o entusiasmo da sólida burguesia radical britânica e da aristocracia "whig", não só em relação à pesquisa aplicada, mas também em relação aos ousados avanços no campo do conhecimento, que assustavam a própria ciência oficial, é prova suficiente de que o progresso científico de nosso período não pode ser separado dos estímulos da revolução industrial.

* Sua descoberta da primeira lei, entretanto, não foi publicada até bem mais tarde.

Do mesmo modo, as implicações científicas da Revolução Francesa são evidentes na aberta ou dissimulada hostilidade à ciência com que os políticos conservadores ou moderados encontravam o que consideravam as conseqüências naturais da subversão racionalista e materialista do século XVIII. A derrota de Napoleão trouxe uma onda de obscurantismo. "A matemática era a algema do pensamento humano", dizia Lamartine, "respiro, e ela se rompe." A luta entre uma combativa esquerda anticlerical e pró-científica, que em seus raros momentos de vitória havia erigido a maioria das instituições que permitiam aos cientistas franceses funcionar, e uma direita anticientífica, que tudo fez para eliminá-las, [5] continua desde então. Com isto não queremos dizer que, na França ou em outros países, os cientistas fossem particularmente revolucionários. Alguns deles o eram, como o jovem Evariste Galois, que se lançou às barricadas em 1830, sendo perseguido como rebelde e morto em um duelo provocado por fanfarrões políticos, com a idade de 21 anos, em 1832. Gerações de matemáticos se têm alimentado das profundas idéias que ele escreveu febrilmente durante aquela que sabia ser sua última noite de vida. Por outro lado, alguns foram francamente reacionários, como o legitimista Cauchy, embora por razões óbvias a tradição da Escola Politécnica, de que era o orgulho, fosse militantemente antimonarquista. Provavelmente, a maioria dos cientistas pertenciam à esquerda moderada durante o período pós-napoleônico, e alguns, especialmente nas novas nações ou nas comunidades até então apolíticas, foram forçados a aceitar importantes cargos políticos, notadamente os historiadores, os lingüistas e outros cientistas com óbvias ligações com movimentos nacionais. Palacky se tornou o principal porta-voz dos tchecos em 1848, os sete professores universitários de Göttingen que assinaram uma carta de protesto em 1837 se transformaram em figuras nacionais,* e o Parlamento de Frankfurt, durante a Revolução Alemã de 1848, era notoriamente uma assembléia de professores universitários e de altos servidores civis. Por outro lado, em comparação com os artistas e filósofos, os cientistas especialmente os cientistas naturais - demonstravam um grau muito baixo de consciência política, a menos que seus estudos ou experiências exigissem outra coisa. Fora dos países católicos, por exemplo, demonstravam uma capacidade notável para combinar a ciência com uma tranqüila ortodoxia religiosa que surpreende o estudioso da era pós-darwiniana.

Tais derivações diretas explicam algumas coisas sobre o desenvolvimento científico entre 1789 e 1848, mas não muito. Os efeitos indiretos de acontecimentos contemporâneos foram claramente mais importantes. Ninguém podia deixar de notar que o mundo estava se transformando mais radicalmente nesta era do que em qualquer outra anterior. Nenhuma pessoa que usasse o raciocínio poderia deixar de estar

* Entre eles estavam os irmãos Grimm.

atemorizada, abalada e mentalmente estimulada por estas convulsões e transformações. Quase não surpreende que os padrões de pensamento derivados das rápidas mudanças sociais, das profundas revoluções, da substituição sistemática de instituições tradicionais e costumeiras por inovações racionalistas radicais resultaram aceitáveis. É possível ligar este visível aparecimento da revolução com a presteza dos matemáticos antimundanos em romper com as eficientes barreiras do pensamento até então existentes? Não podemos assegurá-lo, embora saibamos que a adoção de novas linhas revolucionárias de pensamento é normalmente evitada não por sua dificuldade intrínseca, mas por seu conflito com tácitas suposições sobre o que é ou não "natural". Os próprios termos "número irracional" (para números como $\sqrt{2}$) ou "número imaginário" (para números como $\sqrt{-1}$) indicam a natureza da dificuldade. Uma vez que decidimos que não são nem mais nem menos racionais ou reais do que quaisquer outros, tudo fica claro. Porém, pode ser necessária toda uma era de profunda transformação para encorajar os pensadores a tomar tais decisões; e assim as variáveis complexas ou imaginárias em matemática, tratadas com confusa precaução no século XVIII, só alcançaram sua plenitude depois da revolução.

Deixando a matemática de lado, era de se esperar que os padrões retirados das transformações da sociedade tentariam os cientistas em campos aos quais tais analogias pareciam aplicáveis; por exemplo, para introduzir os dinâmicos conceitos de evolução em conceitos até então estáticos. Isto poderia ocorrer diretamente ou por intermédio de alguma outra ciência. Assim, o conceito da revolução industrial, fundamental para a história e para a maior parte da economia moderna, foi introduzido na década de 1820 como algo análogo ao de Revolução Francesa. Charles Darwin deduziu o mecanismo da "seleção natural" por analogia com o modelo da competição capitalista, que tomou de Malthus (a "luta pela existência"). A voga de teorias catastróficas em geologia (1790-1830) também pôde dever-se em parte à familiaridade daquela geração com as violentas convulsões da sociedade.

Contudo, fora das ciências mais claramente sociais, não há porque dar muito peso a estas influências externas. O mundo do pensamento é, até certo ponto, autônomo: seus movimentos, por assim dizer, se produzem dentro da mesma longitude de onda histórica que os movimentos de fora, mas não são simples ecos destes. Assim, por exemplo, as catastróficas teorias da geologia também se deveram, em parte, à insistência protestante, e especialmente calvinista, na onipotência arbitrária do Senhor. Tais teorias foram, em grande parte, monopólio dos trabalhadores protestantes, tão distintos dos católicos ou agnósticos. Se no campo das ciências se produzem movimentos paralelos aos de outros campos, não é porque cada uma delas possa conectar-se de maneira simples a um aspecto correspondente da política ou da economia.

Ainda assim, as ligações são difíceis de serem negadas. As principais correntes do pensamento geral em nosso período têm sua correspondência no especializado campo da ciência, o que nos habilita a estabelecer um paralelismo entre as ciências e as artes ou entre ambas e as atitudes político-sociais. Assim, o "classicismo" e o "romantismo" existiram também nas ciências e, como já vimos, cada um se ajustava a um enfoque particular da sociedade humana. A adequação do classicismo (ou, em termos intelectuais, o universo newtoniano, racionalista e mecanicista, do iluminismo) com o ambiente do liberalismo burguês, e do romantismo (ou, em termos intelectuais, a chamada "filosofia natural") com seus oponentes, é obviamente uma supersimplificação, e se rompe por completo depois de 1830. Ainda assim, representa um certo aspecto da verdade. Até que a ascensão de teorias como o socialismo moderno tivessem firmemente ancorado o pensamento revolucionário ao passado racionalista (cf. capítulo 13), ciências tais como a física, a química e a astronomia marcharam com o liberalismo burguês franco-britânico. Por exemplo, os revolucionários plebeus do Ano II estavam inspirados por Rousseau e não por Voltaire, e suspeitavam de Lavoisier (a quem executaram) e de Laplace, não só devido a suas ligações como o velho regime, mas por razões semelhantes àquelas que levaram o poeta William Blake a denunciar Newton*. Reciprocamente, a "história natural" era adequada, pois representava a estrada para a espontaneidade da verdadeira e incorruptível natureza. A ditadura jacobina, que dissolveu a Academia Francesa, fundou nada menos que 12 cadeiras de pesquisa no *Jardin des Plantes*. Da mesma forma ocorreu na Alemanha, onde o liberalismo clássico era fraco (cf. capítulo 13): uma ideologia científica rival à clássica – a "filosofia natural" – foi mais popular.

É fácil subestimar a "filosofia natural", porque ela entra em conflito com o que viemos acertadamente considerando como ciência. A "filosofia natural" era especulativa e intuitiva. Buscava expressar o espírito do mundo ou da vida, da misteriosa união orgânica de todas as coisas com as demais, e de muitas outras coisas que resistiam a uma precisa aferição quantitativa ou a uma clareza cartesiana. De fato, estava em aberta revolta contra o materialismo mecânico, contra Newton, e às vezes contra a própria razão. O grande Goethe gastou uma considerável quantidade de seu precioso tempo tentando desmentir a ótica de Newton, pela simples razão de que não se sentia feliz com uma teoria que deixava de explicar as cores pela interação dos princípios da luz e da escuridão. Uma aberração de tal ordem nada causaria senão dolorosa surpresa na Escola Politécnica, onde a persistente preferência dos alemães pelo confuso Kepler, com sua carga de misticismo, em detrimento da lúcida perfeição dos *Principia* era incompreensível. O que se poderia compreender desta passagem de Lorenz Oken?

* Esta suspeita da ciência newtoniana não se estendia a sua aplicação material, cujo valor econômico e militar era evidente.

"A ação ou a vida de Deus consiste em manisfestar-se e contemplar-se eternamente na unidade e na dualidade, dividindo-se externamente e ainda assim permanecendo uno. ... A polarização é a primeira força que aparece no mundo. ... A lei da causalidade é uma lei de polarização. A causalidade é um ato de geração. O sexo está enraizado no primeiro movimento do mundo. ... Em tudo, portanto, há dois processos, um individualizador, vitalizante, e outro universalizador, destrutivo." [6]

O que fazer com tal filosofia? A total incompreensão de Bertrand Russel em relação a Hegel, que operava nestes termos, é um bom exemplo da resposta do racionalista do século XVIII a esta pergunta retórica. Por outro lado, o débito que Marx e Engels reconheceram ter francamente com a filosofia natural* nos adverte que não se pode considerá-la como simples verborragia. A verdade é que exercia certa influência. E produziu não só um esforço científico – Lorenz Oken fundou a liberal *Deutsche Naturforscherversammlung* e inspirou a *Associação Britânica para o Progresso da Ciência* – mas também resultados frutíferos. A teoria celular em biologia, muito da morfologia, embriologia, filologia e muito do elemento histórico e evolutivo em todas as ciências foram primordialmente de inspiração "romântica". Mas até mesmo em seu campo predileto – a biologia – o "romantismo" teve finalmente que ser substituído pelo frio classicismo de Claude Bernard (1813-78), fundador da fisiologia moderna. Por outro lado, mesmo nas ciências físico-químicas, que continuaram a ser a fortaleza do "classicismo", as especulações dos filósofos naturais sobre assuntos tão misteriosos como a eletricidade e o magnetismo trouxeram importantes avanços. Em Copenhagen, Hans Christian Oersted, discípulo do nebuloso Schelling, buscou e encontrou a ligação entre ambas as forças quando demonstrou o efeito magnético das correntes elétricas em 1820. Ambas as tentativas de aproximação às ciências, de fato, se misturavam, mas quase nunca se fundiam, nem mesmo em Marx, que conhecia perfeitamente as origens intelectuais de seu pensamento. No todo, o caminho "romântico" serviu como um estímulo para novas idéias e pontos de partida, que foram posteriormente e mais uma vez abandonados pela ciência. Mas em nosso período não pode ser desprezado.

Se não pode ser menosprezado como um estímulo puramente científico, menos ainda pode sê-lo pelo historiador de idéias e opiniões, na medida em que até mesmo as idéias falsas e absurdas são fatos e forças históricas. Não podemos subestimar um movimento que captou ou influenciou homens do mais alto calibre intelectual, como Goethe, Hegel e o jovem Marx. Podemos simplesmente buscar compreender a profunda insatisfação com o "clássico" ponto de vista franco-britânico do século XVIII a respeito do mundo, cujos grandes em-

* As obras de Engels, *Anti-Dühring* e *Feuerbach*, contêm uma qualificada defesa dela, bem como a favor de Kepler e contra Newton.

preendimentos na ciência e na sociedade foram inegáveis, mas cuja estreiteza e limitações foram também terrivelmente evidentes no período das duas revoluções. Estar consciente destes limites e buscar, freqüentemente através da intuição e não da análise, os termos com que se poderia construir um quadro mais satisfatório do mundo não era realmente construí-lo. Nem as visões de um universo evolutivo, interligado e dialético, que os filósofos naturais expressavam, eram provas ou mesmo formulações adequadas. Porém, refletiam problemas reais – até mesmo problemas reais nas ciências físicas – e antecipavam as transformações e ampliações do mundo das ciências que vieram a produzir nosso moderno universo científico. A seu modo, refletiam também o impacto da revolução dupla, que não deixou qualquer aspecto da vida humana inalterado.

Décimo-Sexto Capítulo

CONCLUSÃO: RUMO A 1848

A pobreza e o proletariado são as úlceras que supuraram no organismo dos Estados modernos. Elas podem ser curadas? Os médicos comunistas propõem a completa destruição e aniquilação do organismo existente. ... Uma coisa é certa, se estes homens receberem o poder para agir, haverá não uma revolução política, mas social, uma guerra contra toda propriedade, uma completa anarquia. Por sua vez, isto daria lugar a novos Estados nacionais, e em que bases morais e sociais? Quem erguerá o véu do futuro? E que papel desempenhará a Rússia? "Sento-me na praia e espero o vento", diz um velho provérbio russo.

Haxthausen, *Studien ueber ... Russland* (1847)[1]

I

Começamos analisando a situação do mundo em 1789. Concluiremos examinando-o cerca de 50 anos mais tarde, ao final do meio-século mais revolucionário da história até hoje registrado.

Foi uma era de superlativos. Os novos e numerosos compêndios de estatística, nos quais esta era de contagens e cálculos buscava registrar todos os aspectos do mundo conhecido*, chegariam com justiça à conclusão de que realmente cada quantidade mensurável era maior (ou menor) do que em qualquer época anterior. A área do mundo conhecida, mapeada e em intercomunicação era maior do que em qualquer época anterior e suas comunicações eram incrivelmente mais rápidas. A população do mundo era também maior do que nunca; em vários casos, além de toda expectativa e probabilidade. As cidades de grande tamanho se multiplicavam mais depressa do que em qualquer época anterior. A produção industrial atingia cifras astronômicas: na década de 1840, cerca de 640 milhões de toneladas de carvão foram arrancadas do interior da terra. Estas cifras só foram suplantadas pelas

* Cerca de 50 importantes compêndios deste tipo foram publicados entre 1800 e 1848, sem contar com as estatísticas governamentais (censos, pesquisas oficiais etc.) ou com as novas e numerosas publicações econômicas especializadas, cheias de tabelas estatísticas.

ainda mais extraordinárias do comércio internacional, que se multiplicara quatro vezes desde 1780 até atingir cerca de 800 milhões de libras esterlinas, e muito mais em outras moedas menos sólidas e estáveis.

A ciência nunca fora tão vitoriosa; o conhecimento nunca fora tão difundido. Mais de quatro mil jornais informavam os cidadãos do mundo, e o número de livros publicados anualmente na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos chegava à casa das centenas de milhares. A inventiva humana dava, a cada ano, vôos cada vez mais ousados. A lâmpada de Argand (1782-4) acabava de revolucionar a iluminação artificial – foi o primeiro avanço de importância desde a lâmpada a óleo – quando os gigantescos laboratórios conhecidos como fábricas de gás, enviando seus produtos ao longo de intermináveis tubos subterrâneos, começaram a iluminar as fábricas* e logo depois as cidades da Europa: Londres, a partir de 1807; Dublin, a partir de 1818; Paris, a partir de 1819, e até mesmo a remota Sydney, em 1841. E o arco voltaico já era conhecido. O professor Wheastone, de Londres, já estava planejando ligar a Inglaterra e a França por meio de um telégrafo elétrico submarino. Quarenta e oito milhões de passageiros utilizaram as ferrovias do Reino Unido em um único ano (1845). Homens e mulheres já podiam ser transportados ao longo de três mil milhas de via férrea na Grã-Bretanha (1846) – e antes de 1850, mais de seis mil – e ao longo de nove mil milhas nos Estados Unidos. Serviços regulares de navio a vapor já ligavam a Europa com a América e com as Índias.

Sem dúvida todos estes triunfos tinham o seu lado obscuro, embora este não figurasse nos quadros estatísticos. Como se poderia encontrar uma expressão quantitativa para o fato, que hoje em dia poucos poderiam negar, de que a revolução industrial criou o mundo mais feio no qual o homem jamais vivera, como testemunhavam as lúgubres, fétidas e enevoadas vielas dos bairros baixos de Manchester? Ou, para os homens e mulheres, desarraigados em quantidades sem precedentes e privados de toda segurança, que constituíam provavelmente o mais infeliz dos mundos? Contudo, podemos perdoar os baluartes do progresso na década de 1840 por sua confiança e determinação "de que o comércio pode evoluir livremente, levando a civilização com uma das maõs, e a paz com a outra, para tornar a humanidade mais feliz, inteligente e melhor". "Senhor", disse Lord Palmerston, prosseguindo esta rósea afirmação no pior dos anos, 1842, "este é o desígnio da Providência."[2] Ninguém podia negar que havia uma pobreza espantosa. Muitos sustentavam que estava mesmo aumentando e se aprofundando. E ainda assim, pelos eternos critérios que medem os triunfos da indústria e da ciência, poderia até mesmo o mais lúgubre dos observadores racionalistas sustentar que, em termos materiais, o mundo estava em condições piores do que em qualquer época anterior, ou mesmo do que em países não industrializados do presente? Não poderia. Já era suficientemente amarga a acusação de que a prosperidade material do trabalhador pobre freqüentemente não era maior do que no passado, e, às vezes, pior do que em períodos guardados na memória. Os baluartes do progresso tentavam rechaçá-la com o argumento de que isto não se devia às operações da nova sociedade burguesa, mas, pelo contrário, aos obstáculos que o velho feudalismo, a monarquia e a aristocracia ainda colocavam no caminho da perfeita iniciativa livre. Os novos socialistas, pelo contrário, sustentavam que isto se devia às próprias operações daquele sistema. Porém, ambos concordavam que a situação era cada vez mais penosa. Uns sustentavam que seria superada dentro da estrutura do capitalismo, enquanto outros discordavam deste ponto de vista, mas ambos, corretamente, acreditavam que a vida humana enfrentava uma possibilidade de melhoria material que traria o controle do homem sobre as forças da natureza.

Quando analisamos a estrutura política e social da década de 1840, entretanto, deixamos o mundo dos superlativos para entrarmos no mundo das afirmações modestas. A maioria dos habitantes da terra continuava sendo de camponeses como antes, embora houvesse poucas áreas – principalmente na Grã-Bretanha – onde a agricultura já era a ocupação de uma pequena minoria, e a população urbana já estava a ponto de ultrapassar a rural, como aconteceu, pela primeira vez, no censo de 1851. Havia proporcionalmente menos escravos, pois seu comércio internacional fora oficialmente abolido em 1815, e a escravidão nas colônias britânicas fora abolida em 1834, e nas colônias francesas e espanholas, durante e depois da Revolução Francesa. Entretanto, enquanto as Índias Ocidentais eram agora, com algumas exceções não britânicas, uma área agrícola legalmente livre, numericamente a escravidão continuava a se expandir em seus dois grandes bastiões, o Brasil e o sul dos Estados Unidos, estimulada pelo próprio progresso da indústria e do comércio que se opunham a todas as restrições de mercadorias e pessoas, e a proibição oficial fazia com que o comércio de escravos fosse mais lucrativo. O preço aproximado de um operário do campo no sul dos Estados Unidos, que era de 300 dólares em 1795, variava entre 1.200 e 1800 dólares em 1860;[3] o número de escravos nos Estados Unidos aumentou de 700 mil em 1790 para 2.500.000 em 1840, e 3.200.000 em 1850. Ainda vinham da África, mas eram cultivados cada vez mais para a venda dentro da área escravista; por exemplo, nos Estados fronteiriços dos Estados Unidos para a venda ao cinturão algodoeiro em expansão.

Além disso, já estavam-se desenvolvendo sistemas de semi-escravidão como a exportação de "mão-de-obra contratada" da Índia para as ilhas açucareiras do Oceano Índico e as Índias Ocidentais.

A servidão ou vínculo legal dos camponeses à gleba fora abolida na maior parte da Europa sem que fosse muito modificada a situação

* Boulton e Watt introduziram-nas em 1798. As fábricas de algodão de Philips e Lee, em Manchester, empregaram permanentemente mil maçaricos a partir de 1805.

real do trabalhador rural pobre em áreas de tradicional cultivo latifundiário como a Sicília ou a Andaluzia. Entretanto, a servidão persistia em suas principais fortalezas da Europa, embora depois de uma grande expansão inicial seus números permanecessem estáveis na Rússia – entre 10 e 11 milhões de homens depois de 1811 – o que quer dizer, houve queda em termos relativos*. Contudo, a agricultura servil (ao contrário da agricultura escravista) estava claramente declinando, sendo suas desvantagens econômicas crescentemente evidentes, e – especialmente a partir da década de 1840 – a rebeldia dos camponeses sendo cada vez mais marcante. O maior insurgimento de servos foi, provavelmente, o da Galícia austríaca, em 1846, prelúdio da total emancipação através da revolução de 1848. Mas, mesmo na Rússia, houve 148 movimentos de agitação camponesa em 1826-34, 216 em 1835-44, 348 em 1844-54, culminando nos 474 movimentos dos últimos anos anteriores à emancipação de 1861.[5]

No outro extremo da pirâmide social, a posição do aristocrata proprietário de terras também mudou menos do que se poderia pensar, exceto em países de revolução camponesa direta, como a França. Sem dúvida agora havia países – por exemplo, França e Estados Unidos – onde os homens ricos já não eram os proprietários de terras (exceto na medida em que também compravam terras como um símbolo de seu ingresso na mais alta classe social, como os Rothschild). Entretanto, mesmo na Grã-Bretanha, na década de 1840, as maiores concentrações de riqueza ainda eram certamente as dos nobres, e no sul dos Estados Unidos, os plantadores de algodão até mesmo criaram para si uma caricatura provinciana da sociedade aristocrática, inspirada em Walter Scott, "cavalheiro", "romance" e outros conceitos que tinham pouco significado para os escravos negros, à expensa dos quais se refestelavam, e nem tampouco para os corados fazendeiros puritanos que se alimentavam de mingau de milho e de carne gorda de porco. Claro está que esta firmeza aristocrática ocultava uma mudança: os rendimentos dos nobres dependiam cada vez mais da indústria, dos estoques e das ações, e do desenvolvimento das propriedades da desprezada burguesia.

Também as "classes médias" tinham aumentado rapidamente, mas seu número ainda assim não era avassaladoramente grande. Em 1801, havia cerca de 100 mil contribuintes que ganhavam acima de 150 libras esterlinas por ano na Grã-Bretanha; ao fim de nosso período, havia cerca de 340 mil,[6] em outras palavras, contando com suas grandes famílias, chegavam a um milhão e meio de pessoas, de uma população total de 21 milhões (1851)**. Naturalmente, o número daqueles

* A extensão da servidão durante o reinado de Catarina II e de Paulo (1762-1801) aumentou-a de cerca de 3,8 milhões de homens para 10,4 milhões em 1811.[4]

** Estas estimativas são arbitrárias; porém, tomando-se por base que todos os que se classificavam na classe média tinham pelo menos um empregado, as 674 mil "empregadas domésticas" em 1851 nos fornecem um pouco mais do máximo das famílias da

que procuravam seguir os padrões e os modos de vida da classe média era bem maior. Nem todos eram muito ricos; uma boa estimativa * é que o número de pessoas que ganhava mais de 5 mil libras por ano era de aproximadamente 4 mil, incluindo a aristocracia; número este não muito incompatível com o dos presumíveis patrões dos 7.579 cocheiros domésticos que enfeitavam as ruas britânicas. Podemos admitir que a proporção das "classes médias" em outros países não era maior do que isto, e que de fato era, em geral, bem mais baixa.

A classe trabalhadora (incluindo o novo proletariado da fábrica da mina, da ferrovia etc.) naturalmente crescia de uma forma vertiginosa. Contudo, exceto na Grã-Bretanha, na melhor das hipóteses podia ser contada em centenas de milhares mas não em milhões. Comparada com o total da população do mundo, ainda era numericamente desprezível e, em todo caso – uma vez mais com a exceção da Grã-Bretanha e alguns pequenos núcleos em outros países – era uma classe desorganizada. Ainda assim, como já vimos, sua importância política já era imensa, e muito desproporcional a seu tamanho e realizações.

A estrutura política do mundo também foi grandemente transformada na década de 1840 e, ainda assim, mas não tanto quanto o observador confiante ou pessimista poderia ter previsto em 1800. A monarquia ainda continuava sendo avassaladoramente o modo mais comum de governo, com exceção do continente americano, e mesmo neste continente, um dos maiores países, o Brasil, era um Império, e um outro, o México, tinha ao menos feito experiências imperiais sob o governo do General Iturbide (Agostinho I) de 1822 a 1833. É verdade que vários reinos europeus, inclusive a França, podiam agora ser descritos como monarquias constitucionais, mas com a exceção de um grupo destes regimes ao longo da margem oriental do Atlântico, a monarquia absoluta continuava a prevalecer em toda parte. É verdade que, por volta de 1840, havia vários Estados novos, produtos da revolução; a Bélgica, a Sérvia, a Grécia e alguns estados latino-americanos. Ainda assim, embora a Bélgica fosse uma força industrial de importância (até certo ponto porque movia-se na órbita de sua vizinha, a França**), o mais importante dos estados revolucionários eram os Estados Unidos, que já existia em 1789. Os Estados Unidos gozavam de duas enormes vantagens: ausência de quaisquer vizinhos poderosos ou de potências rivais que pudessem ou que de fato quisessem evitar sua expansão através do imenso continente até a costa do Pacífico – os franceses tinham, na realidade, vendido aos Estados Unidos uma área tão grande quanto o próprio país na época: o atual estado de Louisiana, em 1803 –

"classe média", e as 50 mil cozinheiras (os números relativos a governantas e vigias eram aproximadamente os mesmos) nos fornecem o mínimo.

* Segundo o eminente estatístico William Farr, no *Statistical Journal*, 1857, p. 102.

** Cerca de um-terço da produção belga de carvão e de ferro era exportada quase que totalmente para a França.

e uma taxa extraordinariamente rápida de expansão econômica. A primeira vantagem também era partilhada pelo Brasil, que, ao se separar pacificamente de Portugal, evitou a fragmentação trazida para a maioria da América espanhola por uma série de guerras revolucionárias, porém, sua riqueza de recursos permanecia quase inexplorada.

Ainda assim, tinha havido grandes mudanças. Além do mais, desde cerca de 1830, tais mudanças cresciam visivelmente. A revolução de 1830 introduziu constituições moderadamente liberais – antidemocráticas mas também claramente antiaristocráticas – nos principais Estados da Europa Ocidental. Sem dúvida, havia acordos, impostos pelo temor de uma revolução de massa, que iria além das moderadas aspirações da classe média. Estes acordos deixaram as classes proprietárias de terras super-representadas no governo, como na Grã-Bretanha, e grandes parcelas das novas classes médias – e especialmente das industriais mais dinâmicas – sem representação, como na França. Ainda assim, foram acordos que decisivamente inclinaram a balança política para o lado das classes médias. Em todos os assuntos de importância, os industriais britânicos conseguiram o que queriam depois de 1832; a capacidade de abolir as leis do milho valia o sacrifício de sua separação das propostas republicanas e anticlericais mais extremadas dos utilitaristas. Não pode haver dúvida de que na classe média da Europa Ocidental, o liberalismo (embora não o radicalismo democrático) estivesse em ascensão. Seus principais oponentes – os conservadores na Grã-Bretanha, coligações partidárias que em geral se alinhavam com a Igreja Católica em outros países – estavam na defensiva e sabiam disso.

Entretanto, até mesmo a democracia radical tinha feito avanços importantes. Após 50 anos de hesitação e hostilidade, a pressão dos homens de fronteira e dos fazendeiros acabou por impô-la aos Estados Unidos durante o governo do presidente Andrew Jackson (1829-37), aproximadamente na mesma época em que a revolução européia reconquistava seu elemento essencial. Ao fim de nosso período (1847), instalou-se uma guerra civil entre radicais e católicos na Suiça. Porém, poucos liberais da moderada classe média já pensavam que esta forma de governo, defendida principalmente por revolucionários de esquerda, adaptada, ao que parecia , para os rudes e pequenos produtores e negociantes das montanhas ou das pradarias, poderia se converter, um dia, na conjuntura política característica do capitalismo, defendido como tal contra os violentos ataques do próprio povo que, na década de 1840, a proclamava.

Só na política internacional é que tinha havido uma revolução na aparência e virtualmente total. O mundo da década de 1840 era completamente dominado pelas potências européias, política e economicamente, às quais se somavam os Estados Unidos. A Guerra do Opio de 1839-42 demonstrara que a única grande potência não européia sobrevivente, o Império da China, estava inerte em face de uma agressão econômica e militar do Ocidente. Nada, ao que parecia, poderia obstar a invasão de canhoneiras ou de regimentos ocidentais que lhe

traziam o comércio e as bíblias. E dentro deste domínio ocidental, a Grã-Bretanha era a maior potência, graças a seu maior número de canhoneiras, comércio e bíblias. A supremacia britânica era tão absoluta que mal necessitava de um controle político para funcionar. Não restavam quaisquer outras potências coloniais, exceto com a conivência britânica, e conseqüentemente não havia rivais. O império francês estava reduzido a umas poucas ilhas espalhadas e a algumas feitorias comerciais, embora estivesse no processo de se reabilitar no Mediterrâneo e na Argélia. Os holandeses, recuperados na Indonésia sob o olhar vigilante da nova feitoria britânica de Singapura, mal eram competidores; os espanhóis retinham Cuba, as Filipinas e algumas vagas pretensões na Africa; as colônias portuguesas estavam esquecidas. O comércio britânico dominava a Argentina, o Brasil e o sul dos Estados Unidos tanto quanto a colônia espanhola de Cuba ou as colônias britânicas na India. Os investimentos britânicos tinham os seus mais fortes interesses no norte dos Estados Unidos ou em qualquer local que fosse economicamente desenvolvido. Nunca, em toda a história do mundo, uma única potência havia exercido uma hegemonia mundial como a dos britânicos na metade do século XIX, pois mesmo os maiores impérios ou hegemonias do passado tinham sido meramente regionais – como no caso dos chineses, dos maometanos e dos romanos. Desde então, nenhuma outra potência jamais conseguiu estabelecer uma hegemonia comparável, e nem há possibilidades de que isto venha a acontecer no futuro, já que nenhuma potência pôde nem poderá reivindicar para si o título de "oficina do mundo".

Contudo, o futuro declínio da Grã-Bretanha já era visível. Observadores inteligentes, mesmo nas décadas de 1830 e 1840, como Tocqueville e Haxthausen, já previam que o tamanho e os recursos potenciais dos Estados Unidos e da Rússia viriam a transformá-los nos gêmeos gigantes dos mundo; dentro da Europa, a Alemanha (como previu Frederick Engels em 1844) logo viria também entrar na competição em termos iguais. Só a França havia decisivamente se retirado da competição pela hegemonia internacional, embora isto ainda não fosse evidente a ponto de dar garantias aos estadistas britânicos ou de outros países.

Em poucas palavras, o mundo da década de 1840 se achava fora de equilíbrio. As forças de mudança econômica, técnica e social desencadeadas nos últimos 50 anos não tinham paralelo, eram irresistíveis mesmo para o mais superficial dos observadores. Por exemplo, era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, a escravidão ou a servidão (exceto nas remotas regiões ainda não atingidas pela nova economia, onde permaneciam como relíquias) teria de ser abolida, como era inevitável que a Grã-Bretanha não poderia para sempre permanecer o *único* país industrializado. Era inevitável que as aristocracias proprietárias de terras e as monarquias absolutas perderiam força em todos os países em que uma forte burguesia estava-se desenvolvendo, quaisquer que fossem as fórmulas ou acordos políticos que encontrassem para

conservar sua situação econômica, sua influência e sua força política. Além do mais, era inevitável que a injeção de consciência política e de permanente atividade política entre as massas, que foi o grande legado da Revolução Francesa, significaria, mais cedo ou mais tarde, um importante papel dessas mesmas massas na política. E dada a notável aceleração da mudança social desde 1830, e o despertar do movimento revolucionário mundial, era claramente inevitável que as mudanças – quaisquer que fossem seus motivos institucionais – não poderiam mais ser adiadas.*

Tudo isto teria sido o bastante para dar aos homens da década de 1840 a consciência de uma mudança pendente. Mas não o bastante para explicar o que se sentia concretamente em toda a Europa: a consciência de uma revolução social iminente. Era bastante significativo que essa consciência não se limitasse aos revolucionários, que a preparavam meticulosamente, nem às classes governantes, cujo temor das massas pobres é patente em tempos de mudança social. Os próprios pobres sentiam-na e as suas camadas mais cultas a expressavam, como escreveu o cônsul americano em Amsterdã durante a fome de 1847, relatando os sentimentos dos emigrantes alemães que passavam pela Holanda: "Todas as pessoas bem informadas expressam a crença de que a atual crise está tão profundamente entrelaçada com os acontecimentos do atual período que *ela não é senão* o começo da grande Revolução, que eles consideram que, mais cedo ou mais tarde, venha a dissolver o atual estado de coisas." [7]

A razão era que a crise do que restava da antiga sociedade parecia coincidir com uma crise da nova sociedade. Analisando a década de 1840, é fácil pensar que os socialistas que previram a iminente crise final do capitalismo eram sonhadores que confundiam suas esperanças com suas possibilidades reais. De fato, o que se seguiu não foi a falência do capitalismo, mas sim seu mais rápido período de expansão e vitória. Ainda assim, nas décadas de 1830 e 1840, era pouco evidente que a nova economia poderia ou buscaria superar suas dificuldades, que pareciam aumentar com seu poder para produzir quantidades cada vez maiores de mercadorias através de métodos cada vez mais revolucionários. Seus próprios teóricos eram perseguidos pela possibilidade do "estado estacionário", do estancamento da força motriz que levava a economia adiante, e que (ao contrário dos teóricos do século XVIII e os do período subseqüente) acreditavam ser algo iminente. Seus próprios defensores tinham duas opiniões a respeito de seu futuro. Na França, os homens que viriam a ser os capitães das altas finanças e da indústria pesada (os saint-simonianos) ainda estavam indecisos, na década de 1830, em relação a qual seria o melhor caminho para obter o

* Claro está que isto não significa que todas as mudanças então amplamente previstas como inevitáveis necessariamente ocorressem; por exemplo, a vitória universal do livre comércio, da paz, das soberanas assembléias representativas, ou o desaparecimento das monarquias ou da Igreja Católica Romana.

triunfo da sociedade industrial, se o socialismo ou o capitalismo. Nos Estados Unidos, homens como Horace Greeley, que se tornaram imortais como os profetas da expansão individualista ("Siga para o oeste, jovem" era seu lema), aderiram, na década de 1840, ao socialismo utópico, fundando e explicando os méritos das "falanges" fourieristas, comunas semelhantes ao *kibutz* que tão mal se adaptam ao que hoje se considera o "americanismo". Os próprios empresários estavam desesperados. Retrospectivamente, pode parecer incompreensível que alguns negociantes quakers, como John Bright, e bem-sucedidos fabricantes de algodão de Lancashire, em pleno período de sua mais dinâmica expansão, estivessem dispostos a levar seu país ao caos, à fome e à revolta, através de um *lock-out* político geral com o único intuito de abolir as tarifas. [8] Ainda assim, no terrível ano de 1841, bem poderia parecer ao capitalista previdente que a indústria enfrentava não só perdas e situações inconvenientes, mas também uma estrangulação geral, a menos que os obstáculos à sua expansão futura fossem imediatamente removidos.

Para a massa do povo comum, o problema era mais simples. Como já vimos, sua condição nas grandes cidades e nos distritos fabris da Europa Ocidental e Central empurrava-os inevitavelmente em direção a uma revolução social. Seu ódio aos ricos e aos nobres daquele mundo amargo em que viviam, e seus sonhos com um mundo novo e melhor deram a seu desespero um propósito, embora somente alguns deles, principalmente na Grã-Bretanha e na França, tivessem consciência deste significado. Sua organização ou facilidade para uma ação coletiva lhes dava força. O grande despertar da Revolução Francesa lhes ensinara que os homens comuns não necessitavam sofrer injustiças e se calar: "anteriormente, as nações de nada sabiam, e o povo pensava que os reis eram deuses sobre a terra e que tinham o direito de dizer que qualquer coisa que fizessem estava bem feita. Através desta atual mudança, é mais difícil governar o povo". [9]

Este era o "espectro do comunismo" que aterrorizava a Europa, o temor do "proletariado", que não só afetava os industriais de Lancashire ou do norte da França, mas também os servidores civis da Alemanha rural, os padres de Roma e os professores em todas as partes do mundo. E com justiça, pois a revolução que eclodiu nos primeiros meses de 1848 não foi uma revolução social simplesmente no sentido de que envolveu e mobilizou todas as classes. Foi, no sentido literal, o insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central. Foi unicamente a sua força que fez cair os antigos regimes desde Palermo até as fronteiras da Rússia. Quando a poeira se assentou sobre suas ruínas, os trabalhadores – na França, de fato, trabalhadores socialistas – eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma sociedade e um novo Estado.

Enquanto os trabalhadores pobres se agitavam, a crescente fraqueza e obsolescência dos antigos regimes da Europa multiplicavam crises dentro do mundo dos ricos e dos influentes. Em si mesmas, estas

crises não tiveram grande importância. Se tivessem ocorrido em uma época diferente, ou em sistemas que permitissem às diferentes parcelas das classes governantes ajustar suas rivalidades pacificamente, não teriam levado à revolução, mais do que as perenes brigas de parcelas da corte na Rússia do século XVIII levaram à queda do czarismo. Na Grã-Bretanha e na Bélgica, por exemplo, houve muitos conflitos entre agrários e industriais, e entre diferentes parcelas de cada um deles. Mas estava claro que as transformações de 1830-32 tinham decidido o problema do poder em favor dos industriais, que contudo o *status quo* político só poderia ser vencido com o risco de uma revolução, e que isto devia ser evitado a todo custo. Conseqüentemente, a árdua luta entre os industriais britânicos defensores do livre comércio e os protecionistas agrícolas em relação às Leis do Milho podia ser travada e vencida (1846) em meio da agitação cartista sem, nem por um momento, expor a unidade de todas as classes governantes contra a ameaça do sufrágio universal. Na Bélgica, a vitória dos liberais sobre os católicos nas eleições de 1847 desligou os industriais dos escalões dos revolucionários potenciais e, em 1848, uma reforma eleitoral cuidadosamente elaborada, que duplicou o número de eleitores,* atenuou os descontentamentos de parcelas cruciais da classe média inferior. Não houve revolução de 1848 embora, em termos de sofrimento real, a Bélgica (ou melhor, a região de Flanders) estava provavelmente em muito piores condições do que qualquer outra parte da Europa Ocidental, com exceção da Irlanda.

Porém, na Europa absolutista, a rigidez dos regimes políticos de 1815, que foram projetados para rechaçar *toda* mudança de teor nacional ou liberal, não deixou qualquer escolha até mesmo para o mais moderado dos oposicionistas, a não ser a do *status quo* ou da revolução. Pode ser que não estivessem prontos a se revoltar, mas, a menos que houvesse uma revolução social irreversível, nada ganhariam. Os regimes de 1815 tinham que ser banidos, mais cedo ou mais tarde. Eles próprios o sabiam. A consciência de que a "história estava contra eles" minava sua vontade de resistir. Em 1848, o primeiro sopro de revolução, dentro ou fora, iria atirá-los longe. Porém, a menos que houvesse um sopro desta ordem, eles não cairiam. Mas ao contrário dos países liberais, as fricções relativamente menores dentro dos regimes absolutistas – os choques dos governantes com as assembléias legislativas da Hungria e da Prússia, a eleição de um papa "liberal" em 1846 (isto é, uma eleição ansiosa para trazer o papado um pouco mais para perto das idéias do século XIX), as mágoas em relação a uma amante na Baviera etc. – se transformaram em vibrações políticas de importância.

Teoricamente, a França de Luís Felipe devia ter partilhado da flexibilidade política da Grã-Bretanha, da Bélgica, da Holanda e dos países escandinavos. Na prática, isto não aconteceu, pois embora fosse claro que a classe governante da França – os banqueiros, financistas e um ou dois grandes industriais – representava somente uma parcela dos interesses da classe média e, além disso, uma parcela cuja política econômica não era apreciada pelos elementos industriais mais dinâmicos, bem como pelos diversos velhos resíduos feudais, a lembrança da Revolução de 1789 se constituía em um obstáculo para a reforma. A oposição consistia não só de uma burguesia descontente, mas também de uma classe média inferior politicamente decisiva, especialmente em Paris (que votou contra o governo a despeito do restrito sufrágio em 1846). Aumentar o direito de voto poderia dar uma abertura aos jacobinos em potencial, os radicais que, ao menos para o veto oficial, eram revolucionários. O primeiro-ministro de Luís Felipe, o historiador Guizot (1840-48), preferiu assim deixar o alargamento da base social do regime ao desenvolvimento econômico, que automaticamente aumentaria o número de cidadãos com qualificação (de proprietário) para entrar na política. De fato isto aconteceu. O eleitorado subiu de 176 mil, em 1831, para 241 mil, em 1846. Porém, isto não era o suficiente. O medo da república jacobina manteve rígida a estrutura política francesa, e a situação política se tornou cada vez mais tensa. Nas condições da Inglaterra, uma campanha política pública, através de discursos de sobremesa, como a campanha lançada pela oposição francesa em 1847, teria sido perfeitamente inofensiva. Sob as condições francesas, ela foi o prelúdio da revolução.

Como as outras crises na política da classe governante européia, coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas – e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flanders, morriam de fome. * Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. A situação variava de um país para outro e dentro de cada um deles, e – felizmente para os regimes existentes – as populações mais miseráveis, como as da Irlanda e de Flanders, ou alguns dos trabalhadores de fábricas nas províncias encontravam-se entre as pessoas politicamente menos maduras: os empregados da indústria algodoeira dos departamentos do norte da França, por exemplo, vingavam-se de seu desespero nos igualmente desesperados imigrantes belgas que invadiam aquelas regiões, em vez de se vingarem contra o governo ou mesmo contra os empregadores. Além do mais, no mais industrializado dos países, a pior situação de descontentamento fora embotada pelo grande avanço na construção ferroviária e industrial da metade da dé-

* Não passava ainda de 80 mil volantes em uma população de 4 milhões de habitantes.

* Nas regiões de cultivo da fibra de linho, em Flanders, a população caiu em 5% entre 1846 e 1848.

cada de 1840. Os anos de 1846-8 foram maus, mas não tão maus como os de 1841-2, e o mais importante é que foram apenas uma pequena depressão no que era agora, visivelmente, uma inclinação ascendente de prosperidade econômica. Porém, tomando-se a Europa Ocidental e Central como um todo, a catástrofe de 1846-8 foi universal e o estado de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado.

Assim, pois, um cataclismo econômico europeu coincidiu com a visível corrosão dos antigos regimes. Um camponês que se insurgia na Galícia, a eleição de um papa "liberal" no mesmo ano, uma guerra civil entre radicais e católicos na Suíça no fim de 1847, vencida pelos radicais, uma das perenes insurreições autônomas da Sicília, em Palermo, no início de 1848, foram não só uma indicação prévia do que estava para acontecer, mas se constituíam em verdadeiras comoções prévias do grande tufão. Todos sabiam disso. Raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às datas certas. Todo um continente esperava, já agora pronto a espalhar a notícia da revolução através do telégrafo elétrico. Em 1831, Victor Hugo escrevera que já ouvia o "ronco sonoro da revolução, ainda profundamente encravado nas entranhas da terra, estendendo por baixo de cada reino da Europa suas galerias subterrâneas a partir do eixo central da mina, que é Paris". Em 1847, o barulho se fazia claro e próximo. Em 1848, a explosão eclodiu.

NORUEGA
Christiania
Estocolmo
Mar do Norte
E
SUÉCIA
REINO UNIDO
DA
GRÃ-BRETANHA
E
IRLANDA
DINAMARCA
Copenhagen
Mar Báltico
Moscou
Oceano Atlântico
Amsterdam
Londres
Berlim
PRÚSSIA
IMPÉRIO
RUSSO
Bruxelas
Hanover
Varsóvia
CONFEDERAÇÃO
GRÃO DUCADO
DE
VARSÓVIA
Paris
Colônia
Mainz
DO
RENO
Boêmia
IMPÉRIO
FRANCÊS
Viena
IMPÉRIO
DA
ÁUSTRIA
Buda Pest
SUIÇA
REINO DA
ITÁLIA
Gênova
Trieste
Províncias Ilírias
Bessarábia
Moldávia
Wallachia
Mar Negro
Lisboa
Madri
REINO DE PORTUGAL
REINO DA ESPANHA
CÓRSEGA
Roma
REINO DE
NÁPOLES
Nápoles
Montenegro
IMPÉRIO OTOMANO
Constantinopla
REINO DA
SARDENHA
Mar Mediterrâneo
REINO
DA SICÍLIA
CHARLES GREEN

Europa em 1810

- Império Francês
- Estados sob o controle de Napoleão
- Estados aliados a Napoleão
- Estados hostis a Napoleão

CHARLES GREEN
NORUEGA
Christiania
Estocolmo
SUÉCIA
Mar do Norte
Mar Báltico
REINO UNIDO
DA GRÃ-BRATANHA
E IRLANDA
DINAMARCA
Copenhagen
Oceano Atlântico
Amsterdam
PAÍSES BAIXOS
MECKLENBURG
Moscou
HANOVER
Hanover
Berlim
Londres
PRÚSSIA
RÚSSIA
BÉLGICA
Bruxelas
Varsóvia
Boêmia
POLÔNIA
Colônia
Mainz
Saxônia
Paris
LUXEMBURGO
Bohemia
BAVÁRIA
Morávia
Galicia
Áustria
Viena
FRANÇA
CONF.
SUIÇA
Tirol
HUNGRIA
Buda Pest
Bessarábia
REINO
DA SARDENHA
LOMBARDIA
VENEZA
IMPÉRIO AUSTRÍACO
Moldávia
Eslovônia
Gênova
Wallachia
Estados da Igreja
Dalmácia
Bósnia
Sérvia
Lisboa
Madri
PORTUGAL
TOSCANA
Mar Negro
Córsega
Roma
Constantinopla
ESPANHA
Montenegro
IMPÉRIO OTOMANO
Rumelia
SARDENHA
Nápoles
REINO DAS
DUAS SICÍLIAS
GRÉCIA
Mar Mediterrâneo
MARROCOS
ARGÉLIA
TUNÍSIA

Europa em 1840

- Confederação Germânica

População Mundial em Grandes Cidades 1800-1850

1800

Edinburgo – Cidades com mais de 100.000
<u>ISTAMBUL</u> – 500.000
<u>LONDRES</u> – 1.000.000

1850

Manchester – Cidades com mais de 100.000
NOVA YORK – 500.000
<u>PARIS</u> – 1.000.000
(População de Paris em 1800-500.000)

CHINA, JAPÃO E FILIPINAS
PEQUIM
TIENTSIN
Mar do Japão
TÓQUIO
Kyoto
Osaka
Nanquim
Xangai
Hangchow
HANKOW
Chunghing
Leste do Mar da China
CANTÃO
Sul do Mar da China
Manilha

ÍNDIA
CALCUTÁ
Bombaim
Madras
Oceano Índico

AMÉRICA DO NORTE E SUL E MÉXICO
Boston
Filadélfia
NOVA YORK
Baltimore
Havana
México
Oceano Atlântico
Oceano Pacífico
Rio de Janeiro

Oceano Atlântico
Glasgow
Edinburgo
Mar do Norte
Dublin
Cork
Liverpool
Manchester
Leeds
Sheffield
Birmingham
Bristol
LONDRES
Amsterdam
Hamburgo
Copenhagen
Mar Báltico
São Petersburgo
Moscou
Berlim
Varsóvia
Breslau
Bruxelas
Colônia
Dresden
PARIS
Praga
Munique
Viena
Budapest
Bordeaux
Lyons
Turim
Milão
Gênova
Veneza
Odessa
Marselha
Bucareste
Mar Negro
Lisboa
Madri
Barcelona
Roma
Nápoles
ISTAMBUL
Mar Mediterrâneo
Palermo
Smyrna
Túnis
Cairo

CHARLES GREEN

Cultura Ocidental 1815-1848: Ópera

Locais e línguas de apresentações de três óperas populares: Rossini – *Almavia o sia l'inutile precauzione, Gazza Ladra;* Auber – *La Muette de Portici*

Corfu – apresentações em francês e italiano

Londres – apresentações também ou exclusivamente em vernáculo

BASEL – apresentações em alemão

SÃO PETERSBURGO – apresentações em vernáculo ou alemão

ESTADOS UNIDOS
St. Louis
Filadélfia
Nova York
México
Havana
Guayaquil
AMÉRICA DO SUL
Lima
Bahia
Santiago
Rio de Janeiro
Buenos Aires
Pacífico
Oceano
Atlântico
Oceano

Batávia
JAVA
AUSTRÁLIA
Sydnei

Oceano
Atlântico
Edinburgo
Dublim
REINO UNIDO
Londres
FRANCE
Lisboa
PORTUGAL
ESPANHA
Madri
Barcelona
Argel
MARROCOS

NORUEGA
SUÉCIA
Christiania
Estocolmo
HELSINGFORS
SÃO PETERSBURGO
RIGA
Mar do Norte
DINAMARCA
COPENHAGEN
Mar Báltico
RÚSSIA
HAMBURGO
PRÚSSIA
AMSTERDAM
Roterdam
Antuérpia
Lille
Bruxelas
Braunschweig
BERLIM
DESSAU
Varsóvia
POLÔNIA
CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA
RUDOLSTADT
PRAGA
Paris
MANHEIM
Brno
Estrasburgo
Munique
VIENA
PRESSBURG
BASEL
IMPÉRIO AUSTRÍACO
BUDAPEST
Klausenburg
Hermanhstadt
Kronstadt
Odessa
Genebra
GRAZ
Lugano
Lyons
Milão
Veneza
Trieste
AGRAM
BUCARESTE
Mar Negro
Marselha
Florença
ITÁLIA
Bastia
Roma
Nápoles
DUAS SICÍLIAS
Cagliari
Mar Mediterrâneo
IMPÉRIO OTOMANO
Constantinopla
Corfu
GRÉCIA
Atenas
Smyrna
TUNÍSIA
Malta

CHARLES GREEN.

A Industrialização da Europa 1850

20% da população em cidades de 100.000 habitantes ou mais

6-10% da população em cidades de 100.000 habitantes ou mais

5% ou menos da população em cidades de 100.000 habitantes ou mais

650.000 Produção de ferro bruto em toneladas

1.000.000 Tonelagem nos portos

REINO UNIDO 3.500.000

Mar do Norte

1.000.000

12.000.000

PAÍSES BAIXOS

BÉLGICA 255.000

1.700.000

1.300.000

650.000

4.200.000

1.300.000

FRANÇA 650.000

SUÍÇA

Oceano Atlântico

ESPANHA 27.000

PORTUGAL

REINO DA NORUEGA E SUÉCIA 157.000

Mar Báltico

DINAMARCA

2.000.000

RÚSSIA EUROPÉIA 300.000

PRÚSSIA

POLÔNIA

ESTADOS ALEMÃES 600.000

200.000

HUNGRIA

ÁUSTRIA

MOLDÁVIA

WALLACHIA

SÉRVIA

IMPÉRIO OTOMANO

Mar Negro

ESTADOS ITALIANOS 72.000

3.000.000

2.500.000

Mar Mediterrâneo

GRÉCIA

CHARLES GREEN.

A Expansão do Direito Francês

CHARLES GREEN

Área sob o Código Civil depois de 1815
Influência do direito Francês
Adaptações nacionais do Código Civil
Egito 1875 Influência ultramarina do direito francês

NORUEGA
SUÉCIA
Mar do Norte
Oceano Atlântico
GRÃ-BRETANHA
Common Law
DINAMARCA
PAÍSES BAIXOS
Código Civil
1811-38
Mar Báltico
PRÚSSIA
POLÔNIA
1808
BÉLGICA
ESTADOS ALEMÃES
RÚSSIA
Louisiania 1825; Haiti 1826; Quebec 1867
FRANÇA
Código Civil 1804
Código de Procedimento Civil 1807
Código Comercial 1807
Código de Instrução Criminal 1808
Código Penal 1810
Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, México, 1871
SUÍÇA
ÁUSTRIA
GALÍCIA
HUNGRIA
ROMÊNIA
1865
BÓSNIA
SÉRVIA
PORTUGAL
1867
ESPANHA
1888-89
Egito 1875
ITÁLIA
1866
Mar Negro
TURQUIA
GRÉCIA

A OFICINA DO MUNDO

Exportações inglesas de algodão para várias partes do mundo — 1820 e 1840

MILHÕES DE JARDAS

	1820	1840
EUA	24	32
América Espanhola	56	279
Europa	128	200
África	10	75
Índias Orientais	11	145
China	3	30
Vários	17	30

OS ESTADOS DA EUROPA EM 1836

Nome	População Total (milhões)	Número de Cidades (mais de 50 mil)	Terras cultivadas em Morgen (medida holandesa equivalente a 2116 acres) (milhões)	Produção de Sementes em Scheffel* (milhões)	Gado Bovino (milhões)	Ferro (milhões	Carvão de cwt)
Rússia, incluindo Polônia e Cracóvia	49.538	6	276	1.125	19	2,1	
Áustria, incluindo Hungria e Lombárdia	35.000	8	93	225	10,4	1,2	2,3
França	33.000	9	74	254	7	4	20,0
Grã-Bretanha, incluindo a Irlanda	24.273	17	67,5	330	10,5	13	200
Confederação Alemã (excluindo Áustria e Prússia	14.205	4	37,5	115	6	1,1	2,2
Espanha	14.032	8	30		3	0,2	0
Portugal	3.530	1	30		3	0,2	0
Prússia	13.093	5	43	145	4,5	2	4,6
Turquia, incluindo Romênia	8.600	5					
Reino de Nápoles	7.622	2	20	116	2,8	0	0,1
Piemonte-Sardenha	4.450	2	20	116	2,8	0	0,1
Resto da Itália	5.000	4	20	116	2,8	0	0,1
Suécia e Noruega	4.000	1	2	21	1,4	1,7	0,6
Bélgica	3.827	4	7	5	2	0,4	55,4
Holanda	2.750	3	7	5	2	0,4	55,4
Suíça	2.000	0	2		0,8	0,1	0
Dinamarca	2.000	1	16		1,6	0	0
Grécia	1.000	0					

* Medida que nesta época equivalia, na Alemanha, a 50 l., na Prússia, a 54, 96 l., e na Saxônia, a 103, 84 l. (N. do T.)

Notas

CAPÍTULO 1

1. Saint-Just, *Oeuvres complètes*, II, p. 514.
2. A. Hovelacque, La taille dans un canton ligure. *Revue Mensuelle de l'École d'Anthropologie* (Paris 1896).
3. L. Dal Pane, *Storia del Lavoro dagli inizi del secolo XVII al 1815* (1958), p. 135. R. S. Eckers, The North-South Differential in Italian Economic Development, *Journal of Economic History*, XXI, 1961, p. 290.
4. Quêtelet, citado por Manouvrier, Sur la taille des Parisiens, *Bulletin de la Société Anthropologique de Paris*, 1888, p. 171.
5. H. Sée, *Esquisse d'une Histoire du Régime Agraire en Europe au XVIII et XIX siècles* (1921), p. 184, J. Blum, *Lord and Peasant in Russia* (1961), pp. 455-60.
6. Th. Haebich, *Deutsche Latifundien* (1947), pp. 27 e seguintes.
7. A. Goodwin ed., *The European Nobility in the Eighteenth Century* (1953), p. 52.
8. L. B. Namier, *1848, The Revolution of the Intellectuals* (1944); J. Vicens Vives, *Historia Economica de Espanã* (1959).
9. Sten Carlsson, *Standssamhälle och standspersoner 1700-1865* (1949).
10. Pierre Lebrun *et. al.*, La rivoluzione industriale in Belgio, *Studi Storici*, II, 3-4, 1961, pp. 564-5.
11. Segundo Turgot (*Oeuvres* V, p. 244): "Ceux qui connaissent la marche du commerce savent aussi que toute entreprise importante, de trafic ou d'industrie, exige le concours de deux espèces d'hommes, d'entrepeneurs...et des ouvriers qui travaillent pour le compte des premiers, moyennant un salaire convenu. Telle est la véritable origine de la distinction entre les entrepreneurs et les maitres, et les ouvriers ou compagnons, laquelle est fondé sur la nature des choses."

CAPÍTULO 2

1. Arthur Young, *Tours in England and Wales*, London School of Economics edition, p. 269.
2. A. de Toqueville, *Journeys to England and Ireland*, ed. J. P. Mayer (1958), pp. 107-8.

3. Anna Bezanson, The Early Uses of the Term Industrial Revolution, *Quarterly Journal of Economics*, XXXVI, 1921-2, p. 343; G. N. Clark, *The Idea of the Industrial Revolution* (Glasgow, 1953).
4. cf. A. E. Musson & E. Robinson, Science and Industry in the late Eighteenth Century, *Economic History Review*, XIII, 2, dezembro de 1960, e a obra de R. E. Schofield sobre os industrialistas da Inglaterra Central e a Sociedade Lunar, *Isis* 47 (março de 1956), 48 (1957), *Annals of Science* II (junho de 1956) etc.
5. K. Berrill, International Trade and the Kate of Economic Growth, *Economic History Review*, XII, 1960, p. 358.
6. W. G. Hoffmann, *The Growth of Industrial Economies* (Manchester, 1958), p. 68.
7. A. P. Wadsworth & J. de L. Mann, *The Cotton Trade and Industrial Lancashire* (1931), capítulo VII.
8. F. Crouzet, *Le Blocus Continental et l'Economie Britannique* (1958), p. 63, sugere que em 1805 atingia dois-terços.
9. P. K. O'Brien, British Incomes and Property in the Early Nineteenth Century, *Economic History Review*, XII, 2 (1959), p. 267.
10. Hoffmann, *op. cit.*, p. 73.
11. Baines, *History of the Cotton Manufacture in Great Britain* (Londres, 1835), p. 431.
12. P. Mathias, *The Brewing Industry in England* (Cambridge, 1959).
13. M. Mulhall, *Dictionary of Statistics* (1892), p. 158.
14. Baines, *op. cit.*, p. 112.
15. cf. Phyllis Deane, Estimates of the British National Income, *Economic History Review* (abril de 1956 e abril de 1957).
16. O'Brien, *op. cit.*, p. 267.
17. Para o estado estacionário cf. J. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (1954), pp. 570-1. A formulação crucial é de John Stuart Mill (*Principles of Political Economy*, Livro IV, capítulo IV): "Quando um país possui uma grande produção e uma grande rede de impostos para tirar proveito, e quando, portanto, existem condições para que se faça um grande acréscimo anual ao capital, é uma das características deste país o fato de que a proporção de lucro se encontra, por assim dizer, a um palmo do *minimum*, estando o país, portanto, à beira do estado estacionário... A mera continuação do atual aumento de capital, caso nada aconteça para contrariar seus efeitos, seria suficiente para reduzir, em poucos anos, esses lucros ao mínimo." Entretanto, quando isto foi publicado em 1848, a força oponente – a onda de desenvolvimento criada pelas ferrovias – já tinha se feito presente.
18. Do radical John Wade, *History of the Middle and Working Classes*; do banqueiro Lord Overstone, *Reflections suggested by the perusal of Mr. J. Horsley Palmer's pamphlet on the causes and consequences of the pressure on the Money Market* (1837); do veterano Anti-Corn Law, J. Wilson, *Fluctuations of Currency, Commerce and Manufacture: referable to the Corn Laws* (1840); e na França, por A. Blanqui (irmão do famoso revolucionário) em 1837 e M. Briaune em 1840. Indubitavelmente, de muitos outros.

19. Baines, *op. cit.*, p. 441. A. Ure & P. L. Simmonds, *The Cotton Manufacture of Great Britain* (edição de 1861), p. 390 e seg.
20. Geo. White, *A Treatise on Weaving* (Glasgow, 1846), p. 272.
21. M. Blaug, The Productivity of Capital in The Lancashire Cotton Industry during the Nineteenth Century, *Economic History Review* (abril de 1961).
22. Thomas Ellison, *The Cotton Trade of Great Britain* (Londres, 1886), p. 61.
23. Baines, *op. cit.*, p. 356.
24. Baines, *op. cit.*, p. 489.
25. Ure & Simmonds, *op. cit.*, vol. I, p. 317 e seg.
26. J. H. Clapham, *An Economic History of Modern Britain* (1926), pp. 427 e seg.; Mulhall, *op. cit.*, pp. 121, 332; M. Robbins, *The Railway Age* (1962), p. 30-1.
27. Rondo E. Cameron, *France and the Economic Development of Europe 1800-1914* (1961), p. 77.
28. Mulhall, *op. cit.*, pp. 501, 497.
29. L. H. Jenks, *The Migration of British Capital to 1875* (Nova Iorque e Londres, 1927), p. 126.
30. D. Spring, The English Landed Estate in the Age of Coal and Iron, *Journal of Economic History* (XI, I, 1951).
31. J. Clegg, *A Chronological History of Bolton* (1876).
32. Albert M. Imlah, British Balance of Payments and Export of Capital, 1816-1913, *Economic History Review V* (1952, 2, p. 24).
33. John Francis, *A History of the English Railway* (1851) II, 136; ver também H. Tuck, *The Railway Shareholder's Manual* (7ª edição, 1846), prefácio, e T. Tooke, *History of Prices* II, pp. 275, 333-4 a respeito da pressão dos excedentes acumulados de Lancashire e lançados nas ferrovias.
34. Mulhall, *op. cit.*, p. 14.
35. *Annals of Agric.* XXXVI, p. 214.
36. Wilbert Moore, *Industrialisation and Labour* (Cornell, 1951).
37. Blaug, *loc. cit.*, p. 368. As crianças com menos de treze anos, entretanto, declinaram agudamente na década de 1830.
38. H. Sée, *Histoire Economique de la France*, Vol. II, p. 189 n.
39. Mulhall, *op. cit.*,; Imlah, *loc. cit.*, II, 52, pp. 228-9. A data correta desta estimativa é 1854.

CAPÍTULO 3

1. Vide R. R. Palmer, *The Age of Democratic Revolution* (1959); J. Godechot, *La Grande Nation* (1956), vol. I, capítulo I.
2. B. Lewis, The Impact of the French Revolution on Turkey, *Journal of World History*, I (1953-4, p. 105).
3. H. Sée, *Esquisse d'une Histoire du Régime Agraire* (1931), pp. 16-17.
4. A. Soboul, *Les Campagnes Montpelliéraines à la fin de l'Ancien Régime* (1958).
5. A. Goodwin, *The French Revolution* (ed. 1959), p. 70.
6. C. Bloch, L'émigration française au XIX siècle, *Etudes d'Histoire Moderne & Contemp.* I (1947), p. 137; D. Greer, *The Incidence of the Emigration*

during the French Revolution (1951), sugere, entretanto, valores bem menores.
7. D. Greer, *The Incidence of the Terror* (Harvard, 1935).
8. *Oeuvres Complèts de Saint-Just*, vol. II, p. 147 (ed. C. Vellay, Paris, 1908).

CAPÍTULO 4

1. cf. p. ex. W.von Groote, *Die Entstehung d. Nationalbewussteins in Nordwestdeutschland 1790-1830* (1952).
2. M. Lewis, *A Social History of the Navy, 1793-1815* (1960), pp. 370, 373.
3. Gordon Craig, *The Politics of the Prussian Army 1640-1945* (1955), p. 26.
4. A. Sorel, *L'Europe et la révolution française*, I (ed. 1922), p. 66.
5. *Considérations sur la France*, capítulo IV.
6. Citado em L. S. Stavrianos, Antecedents to Balkan Revolutions, *Journal of Modern History*, XXIX, 1957, p. 344.
7. G. Bodart, *Losses of Life in Modern Wars* (1916), p. 133.
8. J. Vicens Vives ed., *Historia Social de España y America* (1956), IV, II, p. 15.
9. G. Bruun, *Europe and the French Imperium* (1938), p. 72.
10. J. Leverrier, *La Naissance de l'armée nationale 1789-94* (1939), p. 139; G. Lefebvre, *Napoléon* (1936), pp. 198, 527; M. Lewis, *op. cit.*, p. 119; *Parliamentary Papers* XVII, 1859, p. 15.
11. Mulhall, *Dictionary of Statistics:* War.
12. *Cabinet Cyclopedia*, I, pp. 55-6 (Manufactures in Metal).
13. E. Tarlé, *Le blocus continental et le royaume d'Italie* (1928), pp. 3-4, 25-31; H. Sée, *Histoire Economique de la France*, II, p. 52; Mulhall, *loc. cit.*.
14. Gayer, Rostow e Schwartz, *Growth and Fluctuation of the British Economy, 1790-1850* (1953), pp. 646-9; F. Crouzet, *Le blocus continental et l'économie britannique* (1958), p. 868 e seg.

CAPÍTULO 5

1. Castlereagh, *Correspondence*, Terceira Série, XI, p. 105.
2. Gentz, *Depêches inédites*, I, p. 371.
3. J. Richardson, *My Dearest Uncle, Leopold of the Belgians* (1961), p. 165.
4. R. Cameron, *op. cit.*, p. 85.
5. F. Ponteil, *Lafayette et la Pologne* (1934).

CAPÍTULO 6

1. Luding Boerne, *Gesammelte Schriften*, III, pp. 130-1.
2. *Memoirs of Prince Metternich*, III, p. 468.
3. Viena, Verwaltungsarchiv: Polizeihofstelle H 136/1834, *passim*.
4 Guizot, *Of Democracy in Modern Societies* (Londres, 1838), p. 32.
5. A discussão mais lúcida desta estratégia revolucionária geral está contida nos artigos de Marx no *Neue Rheinische Zeitung* durante a revolução de 1848.
6. M. L. Hansen, *The Atlantic Migration* (1945), p. 147.

7. F. C. Mather, The Govermment and the Chartists, in A. Briggs ed., *Chartists Studies* (1959).
8. cf. *Parliamentary Papers*, XXXIV, de 1834; responde a pergunta 53 (causas e conseqüências das insurreições agrícolas de 1830 e 1831), p.ex. Lambourn, Speen (Berks), Steeple Claydon (Bucks), Bonington (Glos), Evenley (Northants).
9. R. Dautry, *1848 et la Deuxième République* (1848), p. 80.
10. St. Kiniewicz, La Pologne el l'Italie à l'époque du printemps des peuples. *La Pologne au Xe Congrés International Historique*, 1955, p. 245.
11. D. Cantimori, in F. Fejtö ed., *The Opening of an Era: 1848* (1948), p. 119.
12. D. Read, *Press and People* (1961), p. 216.
13. Irene Collins, *Government and Newspaper Press in France, 1814-81*, (1959).
14. cf. E. J. Hobsbawm, *Primitive Rebels* (1959), pp. 171-2; V. Volguine, Les idées socialistes et communistes dans les sociétés secrètes (*Questions d'Histoire*, II, 1954, pp. 10-37); A. B. Spitzer, *The Revolutionary Theories of Auguste Blanqui* (1957), pp. 165-6.
15. G. D. H. Cole e A. W. Filson, *British Working Class Movements Select Documents* (1951), p. 402.
16. J. Zubrzycki, Emigration from Poland, *Population Studies*, VI, (1952-3), p. 248.
17. Engels a Marx, 9 de março de 1847.

CAPÍTULO 7

1. Hoffmann v. Fallersleben, Der Deutsche Zollverein, in *Unpolitische Lieder*.
2. G. Weill. *L'Enseignement Sécondaire en France 1802-1920* (1921), p. 72.
3. E. de Laveleye, *L'Instruction du Peuple* (1872), p. 278.
4. F. Paulsen, *Geschichte des Gelehrten Unterrichts* (1897), II, p. 703; A. Daumard, Les élèves de l'Ecole Polytechnique 1815-48 (*Rev. d'Hist. Mod. et Contemp.* V. 1958); O número total de estudantes alemãs e belgas em um semestre médio do princípio da década de 1840 era de cerca de 14 mil. J. Conrad, Die Frequenzverhältnisse der Universitäten der hauptsächlichen Kulturländer (*Jb. f. Nationalök. u. Statisk* LVI, 1895, pp. 376 e seg.).
5. L. Liard, *L'Enseignement Supérieur en France 1789-1889* (1888), p.11 e seg.
6. Paulsen, *op. cit.*, II, pp. 690-1.
7. *Handwörterbuch d. Staabwissenschaften* (2ª edição) art. Buchhandel.
8. Laveleye, *op. cit.*, p. 264.
9. W. Wachsmuth, *Europäische Sittengeschichte*, V, 2 (1839), pp. 807-8.
10. J. Sigmann, Les radicaux badois et l'idée nationale allemande en 1848. *Etudes d'Histoire Moderne et Contemporaine*, II, 1948, pp. 213-4.
11. J. Miskolczy, *Ungarn und die Habsburger-Monarchie* (1959), p. 85.

CAPÍTULO 8

1. Haxthausen, *Studien...ueber Russland* (1847), II, p. 3.

2. J. Billingsley, *Survey of the Board of Agriculture for Somerset* (1798), p. 52.
3. Os números se baseiam no *New Domesday Book* de 1871-3, mas não há razão para se acreditar que não representem a situação em 1848.
4. *Handwörterbuch d. Staatswissenschaften* (2ª edição), art. Grundbesitz.
5. Th. von der Goltz, *Gesch. d. Deutschen Landwirtschaft* (1903), II; Sartorius v. Walterhausen, *Deutsche Wirtschaftsgeschichte 1815-1914* (1923), p. 132.
6. Citado em L. A. White ed., *The Indian Journals of Lewis, Henry Morgan* (1959), p. 15.
7. L. V. A. de Villeneuve Bargemont, *Economie Politique Chrétienne* (1834), Vol. II, p. 3 e seg.
8. C. Issawi, Egypt since 1800. *Journal of Economic History*, XXI, 1, 1961, p. 5.
9. B. J. Hovde, *The Scandinavian Countries 1720-1860* (1943), Vol. I, p. 279. Para o aumento na colheita média de seis milhões de toneladas (1770) para dez milhões, vide *Hwb. d. Staatswissenschaften*, art. Bauernbefreiung.
10. A. Chabert, *Essai sur les mouvements des prix et des revenus 1798-1820* (1949), II, p. 27 e seg.; F. l'Huillier, *Recherches sur l'Alsace Napoléonienne* (1945), p. 470.
11. p. ex. G. Desert in E. Labrousse ed., *Aspects de la Crise...1846-51* (1956), p. 58.
12. J. Godechot, *La Grande Nation* (1956), II, p. 584.
13. A. Agthe, *Ursprung u. Lage d. Landarbeiter in Livland* (1909), pp. 122-8.
14. Para a Rússia, Lyashchenko, *op. cit.*, p. 360; para a comparação entre a Prússia e a Boêmia, W. Stark, Niedergang und Ende d. Landwirtsch. Grossbetriebs in d. Boehm Laendern (*Jb. f. Nat. Oek.* 146, 1937, p. 434 e seg.).
15. F. Luetge, Auswirkung der Bauernbefreiung, in *Jb. f. Nat. Oek.* 157, 1943, p. 353 e seg.
16. R. Zangheri, *Prime Richerche sulla distribuzione della proprietà fondiaria* (1957).
17. E. Sereni, *Il Capitalismo nelle Campagne* (1948), pp. 175-6.
18. cf. G. Mori, La storia dell'industria italiana contemporanea (*Annali dell'Instituto Giangiacomo Feltrinelli*, II, 1959, p. 278-9); e do mesmo autor, Osservazioni sul libero-scambismo dei moderati nel Risorgimento (*Rivista Storica del Socialismo*, III, 9, 1960).
19. Dal Pane, *Storia del Lavoro in Italia dagli inizi del secolo XVIII al 1815* (1958), p. 119.
20. R. Zangheri ed., *Le Campagne emiliane nell'epoca moderna* (1957), p. 73.
21. J. Vicens Vives ed., *Historia Social y Economica de España y America* (1959), IVii, pp. 92, 95.
22. M. Emerit, L'état intellectuel et moral de l'Algérie en 1830, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, I, 1954, p. 207.
23. R. Dutt, *The Economic History of India under early British Rule* (s/d, 4ª edição), p. 88.
24. R. Dutt, *India and the Victorian Age* (1904), pp. 56-7.

25. B. S. Cohn, The initial British impact on India (*Journal of Asian Studies*, 19, 1959-60, pp. 418-31) mostra que no distrito de Benares (Uttar Pradesh) os funcionários usavam seus postos para adquirir terras. De 74 donos de grandes propriedades, no final do século, 23 deviam o direito original de posse da terra a suas ligações com servidores civis (p. 430).
26. Sulekh Chandra Gupta, Land Market in the North Western Provinces (Uttar Pradesh), in the first half of the nineteenth century (*Indian Economic Review*, IV, 2, agosto de 1958). Ver também, do mesmo autor, Agrarian Background of 1857 Rebellion in the North-western Provinces (*Enquiry*, N. Delhi, fevereiro de 1959).
27. R. P. Dutt, *India Today* (1940), pp. 129-30.
28. K. H. Connell, Land and Population in Ireland, *Economic History Review*, II, 3, 1950, pp. 285, 288.
29. S. H. Cousens, Regional Death Rates in Ireland during the Great Famine, *Population Studies*, XIV, 1, 1960, p. 65.

CAPÍTULO 9

1. Citado em W. Armygate, *A Social History of Engineering* (1961), p. 126.
2. Citado em R. Picard, *Le Romantisme Social* (1944), parte 2, cap. 6.
3. J. Morley, *Life of Richard Cobden* (ed. 1903), p. 108.
4. R. Baron Castro, La poblacion hispano-americana, *Journal of World History*, V, 1959-60, pp. 339-40.
5. J. Blum, Transportation and Industry in Austria 1815-48, *Journal of Modern History* XV (1943), p. 27.
6. Mulhall, *op. cit.*, Post Office.
7. Mulhall, *ibid.*
8. P. A. Khromov, *Ekonomicheskoe Razvitie Rossii v XIX-XX Vekakh* (1950), Tabela 19, p. 482-3. Porém, o montante de vendas aumentou muito mais rapidamente. cf. também, J. Blum, *Lord and Peasant in Russia*, p. 287.
9. R. E. Cameron, *op. cit.*, p. 347.
10. Citado em S. Giedion, *Mechanisation Takes Command* (1948), p. 152.
11. R. E. Cameron, *op. cit.*, p. 115 e seg.
12. R. E. Cameron, *op. cit.*, p. 347; W. Hoffmann, *The Growth of Industrial Economies* (1958), p. 71.
13. W. Hoffmann, *op. cit.*, p. 48. Mulhall, *op. cit.*, p. 377.
14. J. Purs, The Industrial Revolution in the Czech Lands (*Historica*, II), 1960, pp. 199-200.
15. R. E. Cameron, *op. cit.*, p. 347; Mulhall, *op. cit.*, p. 377.
16. H. Kisch, The Textile Industries in Silesia and the Rhineland, *Journal of Economic History*, XIX, dezembro de 1959.
17. O. Fischel e M. V. Boehm, *Die Mode, 1818-1842* (Munique, 1924), p. 136.
18. R. E. Cameron, *op. cit.*, pp. 79, 85.
19. O "locus classicus" desta discussão é G. Lefebvre, *La révolution française et les paysans* (1954).

20. G. Mori, Osservazioni sul libero-scambismo dei moderati nel Risorgimento, *Riv. Storic. del Socialismo*, III, 1960, p. 8.
21. C. Issawi, Egypt since 1800, *Journal of Economic History*, março de 1961, XXI, p. 1.

CAPÍTULO 10

1. F. Engels, *Condition of the Working Class in England*, capítulo XII.
2. M. Capefigue, *Histoires des Grandes Operations Financières*, IV (1860), p. 255.
3. M. Capefigue, *loc. cit.*, pp. 254, 248-9.
4. A. Beauvilliers, *L'Art du Cuisinier* (Paris 1814).
5. H. Sée, *Histoire Economique de la France*, II, p. 216.
6. A. Briggs, Middle Class Consciousness in English Politics 1780-1846, *Past and Present*, 9 de abril de 1956, p. 68.
7. Donald Read, *Press and People 1790-1850* (1961), p. 26.
8. S. Smiles, *Life of George Stephenson* (ed. 1881), p. 183.
9. Charles Dickens, *Hard Times*.
10. Léon Faucher, *Etudes sur l'Angleterre*, I (1842), p. 322.
11. M. J. Lambert-Dansette, *Quelques familles du patronat textile de Lille-Armentières* (Lille 1954), p. 659.
12. Oppermann, *Geschichte d. Königreichs Hannover*, citado em T. Klein, 1848, *Der Vorkampf* (1914), p. 71.
13. G. Schilfert, *Sieg u. Niederlage d. demokratischen Wahlrechts in d. deutschen Revolution 1848-9* (1952), pp. 404-5.
14. Mulhall, *op. cit.*, p. 259.
15. W. R. Sharp, *The French Civil Service* (Nova Iorque, 1931), pp. 15-16.
16. *The Census of Great Britain in 1851* (Londres, Longman, Brown, Green and Longmans, 1854), p. 57.
17. R. Portal, La naissance d'une bourgeoisie industrielle en Russie dans la première moitié du XIX siècle. *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, Douzième série, II, 1959.
18. Viena, *Verwaltungsarchiv*, Polizeihofstelle, H 136/1834.
19. A Girault et L. Milliot, *Principes de Colonisation et de Législation Coloniale* (1938), p. 359.
20. Louis Chevalier, *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses* (Paris, 1958) III, parte 2, discute o emprego do termo "bárbaro", tanto pelos que eram hostis quanto pelos que eram simpatizantes dos trabalhadores pobres na década de 1840.
21. D. Simon, Master and Servant in J. Saville ed., *Democracy and the Labour Movement* (1954).
22. P. Jaccard, *Histoire Sociale du Travail* (1960), p. 248.
23. P. Jaccard, *op. cit.*, p. 249.

CAPÍTULO 11

1. O tecelão Hauffe, nascido em 1807, citado em Alexander Schneer, *Ueber die Noth der Leinen-Arbeiter in Schlelesien...* (Berlim, 1844), p. 16.

2. O teólogo P. D. Michele Augusti, *Della libertà ed eguaglianza degli uomini nell'ordine naturale e civile* (1790), citado em A. Cherubini, *Dottrine e Metodi Assistenziali dal 1789 al 1848* (Milão 1958), p. 17.
3. E. J. Hobsbawm, The Machine Breakers, *Past and Present*, I, 1952.
4. "About Some Lancashire Lads" em *The Leisure Hour* (1881). Devo esta referência a A. Jenkin.
5. "die Schnapspest im ersten Drittel des Jahrunderts", *Handwoerterbuch d. Staatswissenschaften* (2a. edição), art. "Trunksucht".
6. L. Chevalier, *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses*, *passim*.
7. J. B. Russel, *Public Health Administration in Glasgow* (1903), p. 3.
8. A. Chevalier, *op. cit.*, pp. 233-4.
9. E. Neuss, *Entstehung u. Entwicklung d. Klasse d. besitzlosen Lohnarbeiter in Halle* (Berlim, 1958), p. 283.
10. J. Kuczynski, *Geschichte der Lage der Arbeiter* (Berlim, 1960), Vol. 9, p. 264 e seg.; Vol. 8 (1960), p. 109 e seg.
11. R. J. Rath, The Habsburgs and the Great Depression in Lombardo-Venetia 1814-18. *Journal of Modern History*, XIII, p. 311.
12. M. C. Muehlemann, Les prix des vivres et le mouvement de la population dans le canton de Berne 1782-1881. *IV Congrès International d'Hygiène* (1883).
13. F. J. Neumann, Zur Lehre von d Lohngesetzen, *Jb. f. Nat. Oek*, 3a. série, IV, 1892, p. 347 e seg.
14. R. Scheer, *Entwicklung d Annaberger Posamentierindustrie im 19. Jahrhundert* (Leipzig, 1909), pp. 27-8, 33.
15. N. McCord, *The Anti-Corn Law League* (1958), p. 127.
16. "Par contre, il est sûr que la situation alimentaire, à Paris, s'est deteriorée peu à peu avec le XIX siècle, sans doute jusqu'au voisinage des années 50 ou 60." R. Philippe em *Annales 16*,3, 1961, 567. Para cálculos análogos em relação a Londres, cf. E. J. Hobsbawm, The British Standard of Living, *Economic History Review*, X, 1, 1957. O total de consumo per capita de carne na França parece ter permanecido inalterado de 1812 a 1840 (*Congrés Internationale d'Hygiène Paris 1878* (1880), vol. I, p. 432).
17. S. Pollard, *A History of Labour in Sheffield* (1960), pp. 62-3.
18. H. Ashworth em *Journal Stat. Soc.* V (1842), p. 74; E. Labrousse ed., *Aspects de la Crise... 1846-51*, (1956), p. 107.
19. *Statistical Committee appointed by the Anti-Corn Law Conference... March 1842* (s/d), p. 45.

19a. R. K. Webb em *English Historical Review*, LXV (1950), p. 333 e seg.

20. Citado em A. E. Musson, The Ideology of Early Co-operation in Lancashire and Cheshire; *Transactions of the Lancashire and Cheshire Antiquarian Society*, LXVIII, 1958, p. 120.
21. A. Williams, *Folksongs of the Upper Thames* (1923), p. 105 reproduz uma versão semelhante bem mais voltada para consciência de classe.
22. A. Briggs, The Language of "class" in early nineteenth century England, em A. Briggs e J. Saville ed., *Essays in Labour History* (1960); E. Labrousse, *Le mouvement ouvrier et les Idées Sociales*, III (Cours de la Sorbonne), pp. 168-9; E. Coornaert, La pensée ouvrière et la conscience de classe en

France 1830-48, em *Studi in Onore di Gino Luzzato,* III (Milão, 1950), p. 28; G. D. H. Cole, *Attempts at General Union* (1953), p. 161.

23. A. Soboul, *Les Sansculottes de Paris en l'an II* (1958), p. 660.
24. S. Pollard, *op. cit.*, pp 48-9.
25. Th. Mundt, *Der dritte Stand in Deutschland und Preussen...* (Berlim, 1847), p. 4, citado por J. Kuczynski, Gesch. d. Lage d. Arbeiter 9, p. 169.
26. Karl Biedermann, *Vorlesungen ueber Socialismus und Sociale Fragen* (Leipzig, 1847), citado por Kuczynski, *op. cit.*, p. 71.
27. M. Tylecote, *The Mechanics' Institutes of Lancashire before 1851* (Manchester, 1957), VIII.
28. Citado em *Revue Historique* CCXXI (1959), p. 138.
29. P. Gosden, *The Friendly Societies in England 1815-75* (1961), pp. 23, 31.
30. W. E. Adams, *Memoirs of a Social Atom*, I, pp. 163-5 (Londres, 1903).

CAPÍTULO 12

1. Civiltà Cattolica II, 122, citado em L. Dal Pane, Il socialismo e le questione sociale nella prima annata della Civiltà Cattolica (*Studi Onore di Gino Luzzato*, Milão, 1950), p. 144.
2. Haxthausen, *Studien ueber...Russland* (1847), I, p. 388.
3. cf. a descrição feita por Antonio Machado a respeito do cavalheiro da Andaluzia, em *Poesias Completas* (editora Austral), pp. 152-4: "Gran pagano,/Se hizo hermano/De una santa cofradia" etc.
4. G. Duveau, *Les Instituteurs* (1957), pp. 3-4.

4a. J. S. Trimingham, *Islam in West Africa* (Oxford, 1959), p.30.

5. A. Ramos, *Las culturas negras en el mundo nuevo* (México, 1943), p. 277 e seg.
6. W. F. Wertheim, *Indonesian Society in Transition* (1956), p. 204.
7. *Census of great Britain 1851: Religious Worship in England and Wales* (Londres, 1854).
8. Mulhall, *Dictionary of Statistics:* "Religion".
9. Mary Merryweather, *Exxperience of Factory Life* (3ª edição, Londres, 1862), p. 18. A referência é em relação à década de 1840.
10. T. Rees, *History of Protestant Non-conformity in Wales* (1861).
11. Marx-Engels, *Werke* (Berlim, 1956), I, p. 378.
12. *Briefwechsel zwishen Fr. Gentz und Adam Müller*, Gentz a Müller, 7 de outubro de 1819.
13. Gentz a Müller, 19 de abril de 1819.

CAPÍTULO 13

1. *Archives Parlamentaires* 1787-1860 t. VIII, p. 429. Foi este o primeiro rascunho do parágrafo 4 da Declaração do Homem e do Cidadão.
2. Declaration of the Rights of Man and Citizen, 1789, parágrafo 4.
3. E. Roll, *A History of Economic Thought* (edição de 1948), p. 155.
4. *Oeuvres de Condorcet* (edição de 1804) XVIII, p. 412; (*Ce que les citoyens ont le droit d'attendre de leur représentants.*) R. R. Palmer, *The Age of Democratic Revolution*, I, (1959), pp. 13-20, sustenta – de maneira pouco convincente – que o liberalismo era mais claramente "democrático" do que aqui se sugere.
5. cf. C. B. Macpherson, Edmund Burke (*Transactions of the Royal Society of Canada*, LIII, Seção II, 1959, pp. 19-26).
6. Citado em J. L. Talmon, *Political Messianism* (1960), p. 323.
7. Rapport sur le mode d'exécution du décrét du 8 ventôse, an II (*Oeuvres Complèts*, II, 1908, p. 248).
8. *The Book, of the New Moral World*, parte IV, p. 54.
9. R. Owen, *A New View of Society: or Essays on the Principle of the Formation on the Human Character.*
10. Citado em Talmon, *op. cit.*, p. 127.
11. K. Marx, *Preface to the Critique of Political Economy.*
12. *Letter to the Chevalier de Rivarol*, 1º de junho de 1791.
13. Para sua "declaração de fé política", vide Eckermann, *Gespraeche mit Goethe*, 1º de abril de 1824.
14. G. Lukacs, *Der junge Hegel*, p. 409 para Kant, *passim* – esp. II, 5, para Hegel.
15. Lukacs, *op. cit.*, pp. 411-12.

CAPÍTULO 14

1. S. Laing, *Notes of a Traveller on the Social and Political State of France, Prussia, Switzerland, Italy and other parts of Europe, 1842* (edição de 1854), p. 275.
2. *Oeuvres Complètes*, XIV, p. 17.
3. H. E. Hugo, *The Portable Romantic Reader* (1957), p. 58.
4. Fragmente Vermischten Inhalts (Novalis, *Schriften*, Iena, 1923), III, pp. 45-6.
5. Tirado de *The Philosophy of Fine Art* (Londres, 1920), V. I., p. 106 e seg.
6. E. C. Batho, *The Later Wordsworth* (1933), p. 227, ver também pp. 46-7, 197-9.
7. Mario Praz, *The Romantic Agony* (Oxford, 1933).
8. L. Chevalier, *Classes Larorieuses et Classes Dangereuses à Paris dans la première moitié du XIX siècle.* (Paris, 1958).
9. Ricarda Huch, *Die Romantik*, I, p. 70.
10. P. Jourda, *L'exotisme dans la littérature française depuis Chateaubriand* (1939), p. 79.
11. V. Hugo, *Oeuvres Complètes*, XV, p. 2.
12. *Oeuvres Complètes*, IX (Paris, 1879), p. 212.
13. cf. M. Thibert, *Le rôle social de l'art d'après les Saint-Simoniens* (Paris, s/d).
14. P. Jourda, *op. cit.*, pp. 55-6.
15. M. Capefigue, *Histoire des Grandes Opérations Financières*, IV, pp. 252-3.
16. *James Nasmyth, Engineer, An Autobiography*, ed. Samuel Smiles (1897), p. 177.
17. *Ibid.*, pp. 243, 246, 251.
18. E. Halévy, *History of the English People in the Nineteenth Century* (brochura), I, p. 509.

19. D. S. Landes, Vieille Banque et Banque Nouvelle, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, III (1956), p. 205.
20. cf. os discos LP *"Shuttle and Cage" Industrial Folk Ballads* (10 T 13), *Row, Bullies, Row* (T7) e *The Blackball Line*, (T8), todos da Topic, Londres.
21. Citado em G. Taylor, Nineteenth Century Florists and their Flowers (*The Listener*, 23 de junho de 1949). Os tecelões de Paisley eram "floristas" entusiasmados e rigorosos, reconhecendo oito flores que valiam a pena cultivar. Os passamaneiros de Nottingham cultivavam rosas, que ainda não eram – ao contrário da malvarosa – uma flor do trabalhador.
22. *Select Committee on Drunkenness* (Parl. Papers VIII, 1834) Q571. Em 1852, 28 bares e 21 cervejarias em Manchester (de um total de 481 bares e 1.298 cervejarias para uma população de 303 mil do bairro) forneciam entretenimento musical. (John T. Baylee; *Statistics and Facts in reference to the Lord's Day* (Londres, 1852), p. 20.

CAPÍTULO 15

1. Citado em S. Solomon, *Commune*, agosto de 1939, p. 964.
2. G. C. C. Gillispie, *Genesis and Geology* (1951), p. 116.
3. Citado em Encyclopédie de la Pléiade, *Histoire de la Science* (1957), p. 1465.
4. *Essai sur l'éducation intellectuelle avec le projet d'une Science nouvelle* (Lausanne, 1787).
5. cf. Guerlac, Science and National Strength, em E. M. Earle ed., *Modern France* (1951).
6. Citado em S. Mason, *A History of the Sciences* (1953), p. 286.

CAPÍTULO 16

1. Haxthausen, *Studien ueber...Russland* (1847), I, pp. 156-7.
2. Hansard, 16 de fevereiro de 1842, citado em Robinson e Gallagher, *Africa and the Victorians* (1961), p. 2.
3. R. B. Morris, *Encyclopedia of American History* (1953), pp. 515, 516.
4. P. Lyashchenko, *History of the Russian National Economy*, pp. 273-4.
5. Lyashchenko, *op. cit.*, p. 370.
6. J. Stamp, *British Incomes and Property* (1920), pp. 515, 431.
7. M. L. Hansen, *The Atlantic Migration 1607-1860* (Harvard, 1945), p. 252.
8. N. McCord, *The Anti-Corn Law League 1838-46* (Londres, 1958), capítulo V.
9. T. Kolokotrones, citado em L. S. Stavrianos, Antecedents to Balkan Revolutions, *Journal of Modern History*, XXIX, 1957, p. 344.

Bibliografia

Tanto o assunto quanto a literatura são tão vastos que até mesmo uma bibliografia muito selecionada encheria várias páginas. É impossível referir-se a todos os assuntos que possam interessar aos leitores. A American Historical Association já compilou guias bibliográficos para a maioria dos assuntos (*A Guide to Historical Literature*, revisado periodicamente) – usados por alguns professores de Oxford para ajudar os alunos; *A select list of works on Europe and Europe overseas 1715-1815*, editado por J. S. Bromley e A. Goodwin (Oxford, 1956) e *A select list of books on European history 1815-1914*, editado por Alan Bullock e A. J. P. Taylor (1957). O primeiro é melhor. Os livros marcados* também contêm bibliografias recomendáveis.

Há várias séries de história geral cobrindo o período ou parte dele. A mais importante é *Peuples et Civilisations*, porque inclui dois volumes de autoria de George Lefebvre, que são obras-primas históricas: **La Révolution Française* (vol. I, 1789-93 se encontra disponível em inglês, 1962) e **Napoléon* (1953). F. Ponteil, **L'eveil des nationalités 1815-48* (1960) substitui um livro anterior com o mesmo título de autoria de G. Weill, que ainda vale a pena consultar. A série americana equivalente, *The Rise of Modern Europe*, é mais discursiva e geograficamente limitada. Os livros disponíveis são: **A decade of revolution 1789-99* (1934), de Crane Brinton; **Europe and the French Imperium* (1938), de G. Bruun; e * *Reaction and Revolution 1814-32* (1934), de F. B. Artz. Bibliograficamente, o mais útil da série é *Clio*, que tem como objetivo atingir os estudantes e é periodicamente atualizado; note-se especialmente as partes que sumarizam o debate histórico. Os volumes relevantes são: E. Préclin e V. L. Tapié, **Le XVIII siècle* (2 volumes); L. Villat, *La révolution et l'Empire* (2 volumes), J. Droz, L. Genet e J. Vidalenc, **L'époque contemporaine*, vol. I, 1815-71.

Embora antiquada, a obra de J. Kulischer, *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte*, vol. II, *Neuzeit* (reimpresso em 1954), ainda é um bom sumário de história econômica, mas há também numerosos livros americanos de valor aproximadamente igual, como por exemplo *Economic history of Europe since 1750* (1937), de W. Bowden, M. Karpovitch e A. P. Usher. O livro de J. Schumpeter, *Business Cycles I* (1939), é mais amplo do que seu título pode sugerir. Para interpretações genéricas, enquanto distintas de histórias, recomenda-se: *Studies in the de-*

velopment of capitalism (1946), de M. H. Dobb; *The great transformation*, de K. Polanyi (publicado na Inglaterra em 1945 sob o título de *Origins of our Time*); bem como a obra de Werner Sombart, mais antiga, *Der moderne Kapitalismus III: Das Wirtschaftsleben im Zeitalter des Hochkapitalismus* (1928). Para estudos relativos à população, recomendamos *Histoire de la population mondiale de 1700 à 1948* (1949), de M. Reinhard, e especialmente *The economic history of world population* (1962), de C. Cipolla, breve, porém de excelente qualidade como estudo introdutório. Quanto à tecnologia, *A History of Technology, IV: the Industrial Revolution 1750-1850* (1958), de Singer, Holmyard, Hall e Williams é míope, porém útil para referência. Uma introdução melhor é a obra de W. H. Armygate, *A social history of engineering* (1961), e a de W. T. O'Dea, *The social history of lighting* (1958) é agradável e sugestiva. Ver também os livros sobre a história da ciência. Quanto à agricultura, a ultrapassada mas conveniente obra de H. Sée, **Esquisse d'une histoire du régime agraire en Europe au 18e et 19e siècles* (1921), ainda não foi substituída por qualquer outra obra tão adequada. Ainda não existe uma boa síntese da moderna pesquisa agrícola. Quanto a obras relativas às finanças, a de Marc Bloch, *Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe* (1954), embora breve, é tão útil quanto a de K. Mackenzie, *The banking systems of Great Britain, France, Germany and the USA* (1945). Por falta de uma síntese geral, a obra de R. E. Cameron, *France and the economic development of Europe 1800-1914* (1961), uma das mais sólidas pesquisas surgidas nos últimos anos, pode servir como introdução aos problemas de crédito e investimento, juntamente com a ainda insuperável obra de L. H. Jenks, *The migration of British capital to 1875* (1927).

Não existe qualquer bom estudo genérico da revolução industrial, apesar da grande quantidade de trabalhos recentes sobre crescimento econômico, nem sempre de grande interesse para o historiador. A melhor sinopse comparativa se encontra no número especial de *Studi Storici* II, 3-4 (Roma, 1961) e a mais especializada é a *First international conference of economic history, Stockholm 1960* (Paris-Haia, 1961). Apesar de sua idade, o livro de P. Mantoux, *The industrial revolution of the 18th century* (1906), continua sendo básico para a Grã-Bretanha. Não há nada tão bom para o período desde 1800. O livro de W. O. Henderson, **Britain and industrial Europe 1750-1870*, de 1954, descreve a influência britânica, e o estudo de J. Purs, *The industrial revolution in the Czech lands (*Historica* II, Praga, 1960) contém uma bibliografia conveniente para sete países; outra obra escrita em função do estudante universitário é **The industrial revolution on the continent: Germany, France, Russia 1800-1914* (1961), de W. O. Henderson. Entre as obras de discussão mais geral, *O Capital I*, de Karl Marx, continua sendo um trabalho maravilhoso e quase contemporâneo, e o livro de S. Giedion, *Mechanisation takes command* (1948) é, entre outras coisas, um trabalho pioneiro sobre a produção em massa, altamente sugestivo e vastamente ilustrado.

De A. Goodwin ed., *The European nobility in the 18th century* (1953), é um estudo comparativo das aristocracias. Não há nada semelhante em relação à burguesia. Por sorte, a melhor fonte de todas, as obras dos grandes romancistas, notadamente as de Balzac, são de fácil acesso. Em relação às classes trabalhadoras, a obra de J. Kuczynski, *Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus* (Berlim, a ser completada em 38 volumes) é enciclopédica. A melhor análise contemporânea continua sendo a de F. Engels, *Condition of the Working Class in England in 1844*. Para o subproletariado urbano, o livro de L. Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris dans le première moitié du 19e siècle* (1959) é uma brilhante síntese de evidências econômicas e literárias. Embora limitado à Itália e a um período posterior, a mais útil introdução ao estudo do campesinato é o livro de E. Sereni, *Il capitalismo nelle campagne* (1946). Do mesmo autor, *Storia del paesaggio agrario italiano* (1961), analisa as mudanças feitas na paisagem pelas atividades produtivas do homem, discorrendo de forma imaginativa sobre as artes. O livro de R. N. Salaman, *The history and social influence of the potato* (1949), é admirável em função de sua importância histórica de um tipo de alimentação, porém, apesar de pesquisas recentes, a história da vida material continua pouco conhecida, embora o livro de J. Drummond e A. Wilbraham, *The Englishman's food* (1939), seja um trabalho pioneiro. Os livros de J. Chalmin, *L'officier français 1815-1871* (1957), de Georges Duveau, *L'instituteur* (1957) e de Asher Tropp, *The school teachers* (1957) se acham entre as raras histórias das profissões. Os romancistas continuam de longe a fornecer o melhor guia para as mudanças sociais do capitalismo, por exemplo o livro de John Galt, *Annals of the Parish*, em relação à Escócia.

A mais estimulante história da ciência é o livro de J. D. Bernal, **Science in history* (1954), e o livro de S. F. Mason, **A history of the sciences* (1953) é bom em relação à filosofia natural. Como referência, de M. Daumas ed., * *Histoire de la science* (Encyclopédie de la Pleiade, 1957) é recomendável. A obra de J. D. Bernal, *Science and industry in the 19th century* (1953), analisa alguns exemplos dessa interação, e o estudo de R. Taton, The French Revolution and the progress of science (em S. Lilley ed., *Essays in the Social history of science*, Copenhagem, 1953) pode ser a menos inacessível de várias monografias. O livro de C. C. Gillispie, *Genesis and geology* (1951), é agradável e ilustra as dificuldades entre a ciência e a religião. Quanto à educação, recomendamos a obra de G. Duveau, *op. cit.*, e a de Brian Simon, *Studies in the history of education 1780-1870* (1960), que ajudarão a compensar a ausência de um moderno estudo comparativo de boa qualidade. Quanto à imprensa, existe a obra de G. Weill, *Le journal* (1934).

Há numerosas histórias do pensamento econômico, pois o assunto é muito ensinado. Uma boa introdução é o livro de E. Roll, *A history of economic thought* (em várias edições). Ainda é útil a obra de J. B. Bury, *The idea of progress* (1920). O livro de E. Halévy, *The growth of*

philosophic radicalism (1938) é um monumento antigo, porém inabalável. O livro de L. Marcuse, *Reason and revolution: Hegel and the rise of social theory* (1941) é excelente, e o de G. D. H. Cole, *A history of socialist thought I, 1789-1850*, é um estudo criterioso. A obra de Frank Manuel, *The new world of Henri Saint-Simon* (1956) é o mais recente estudo a respeito deste personagem importante e difícil de se compreender. O livro de Auguste Cornu, *Karl Marx und Friedrich Engels, Leben u. Werk I, 1818-44* (Berlim, 1954) parece definitivo. O livro de Hans Kohn, *The idea of nationalism* (1944) é útil.

Não existe qualquer relato geral da religião, porém, a obra de K. S. Latourette, *Christianity in a revolutionary age*, I-III (1959-61) examina todo o mundo. As obras de W. Cantwell Smith, *Islam in modern history* (1957) e de H. R. Niebuhr, *The social sources of denominationalism* (1929) podem introduzir as duas religiões em expansão do período, e a de V. Lanternari, **Movimenti religiosi di libertà e di salvezza* (1960), introduz o que tem sido chamado de "heresias coloniais". O livro de S. Dubnow, *Weltgeschichte des juedischen Volkes*, VIII e IX (1929), trata do problema dos judeus.

As melhores introduções à história das artes são provavelmente as obras de N. L. B. Pevsner, *Outline of European architecture* (edição ilustrada, 1960), de E. H. Gombrich, *The story of art* (1950) e de P. H. Láng, *Music in western civilisation* (1942). Infelizmente, não há obras equivalentes em relação à literatura mundial, embora a obra de Arnold Hauser, *The social history of art*, II (1951) examine este campo também. Os livros de F. Novotny,* *Painting and sculpture in Europe 1780-1870* (1960) e de H. R. Hitchcock,* *Architecture in the 19th and 20th centuries* (1958), ambos editados pela Penguin History of Art, contêm tanto ilustrações quanto bibliografias. Dentre as obras mais especializadas, principalmente em relação às artes visuais, poderíamos mencionar a de F. D. Klingender,* *Art and the industrial revolution* (1947) e *Goya and the democratic tradition* (1948), a de K. Clark, *The gothic revival* (1944), a de P. Francastel, *Le style Empire* (1944), e a de F. Antal, "Reflections on Classicism and Romanticism" (*Burlington Magazine*, 1935, 1936, 1940, 1941), brilhante embora excêntrico.Em relação à música, pode-se ler a obra de A. Einstein, *Music in the romantic era* (1947) e *Schubert* (1951); para a literatura, há a profunda obra de G. Lukacs, *Goethe und seine Zeit* (1955), *The historical novel* (1962) e os capítulos sobre Balzac e Stendhal em *Studies in European realism* (1950); há também o excelente livro de J. Bronowski, *William Blake – a man without mask* (edição de 1954). Para alguns temas genéricos, consulte-se a obra de R. Wellek, *A history of modern criticism 1750-1950*, I (1955), a de R. Gonnard,* *Le légende du bon sauvage* (1946), a de H. T. Parker, *The cult of antiquity and the French revolutionaries* (1937), a de P. Trahard, *La sensibilité révolutionnaire 1791-4* (1936), a de P. Jourda, *L'exotisme dans le litterature française* (1938), e a de F. Picard, *Le romantisme social* (1944).

Somente alguns tópicos podem ser destacados da história dos acontecimentos neste período. Em relação a revoluções e movimentos revolucionários, a bibliografia é gigantesca para o ano de 1789, e um pouco menos vasta para o período de 1815-48. As duas obras de G. Lefebvre citadas acima, e seu livro *The coming of the French Revolution* (1949), são estudos-padrão para a revolução de 1789; o livro de A. Soboul, *Précis d'histoire de la Révolution Française* (1962) é um texto lúcido, e o de A. Goodwin,* *The French Revolution* (1956) é uma sinopse inglesa. A literatura é muito vasta para um sumário. Bromley e Goodwin fornecem um bom guia. Podemos ainda acrescentar o trabalho enciclopédico de A. Soboul, *Les sansculottes en l'an II* (1960), a obra de G. Rudé, *The crowd in the French Revolution* (1959) e a de J. Godechot, *La contre-révolution* (1961). O livro de C. L. R. James, *The black Jacobins* (1938) descreve a revolução haitiana. Em relação aos insurrecionistas de 1815-48, o livro de C. Francovich, *Idee sociali e organizzazione operaria nella prima metà dell' 800* (1959) se constitui em um estudo resumido de boa qualidade para um país de importância, e que pode servir como introdução. A obra de E. Eisenstein, * *Filippo Michele Buonarroti* (1959) nos leva ao mundo das sociedades secretas. O livro de A. Mazour, *The first Russian revolution* (1937) trata da questão dos dezembristas, e o de R. F. Leslie, *Polish politics and the revolution of November 1830* (1956) é de fato um livro bem mais amplo do que seu título sugere. Em relação aos movimentos trabalhistas, não há um bom estudo genérico, pois a obra de E. Dolléans, *Histoire du mouvement ouvrier* I (1936) trata somente da Grã-Bretanha e da França. Mencione-se também *The revolutionary theories of Auguste Blanqui* (1957), de A. B. Spitzer; *Le socialisme romantique* (1948), de D. O. Evans; e *Le Mouvement ouvrier au début de la monarchie de Juillet* (1908) de O. Festy.

Sobre as origens de 1848, a obra de F. Fejtö ed. , *The opening of an era, 1848* (1948) contém ensaios, a maioria de excelente qualidade, sobre numeroros países. O livro de J. Droz, *Les revolutions allemandes de 1848* (1957) é de grande valor; e de E. Labrousse ed., *Aspects de la crise... 1846-51* (1956) é uma coletânea de detalhados estudos econômicos sobre a França. De A. Briggs ed., *Chartist studies* (1959) é o trabalho mais atualizado sobre o assunto. O estudo de E. Labrousse, "Comment naissent les révolutions?" (*Actes du centenaire de 1848*, Paris, 1948) tenta dar uma resposta geral a esta pergunta em função de nosso período.

Sobre questões internacionais, o livro de A. Sorel, *L'Europe et la Révolution Française I* (1895) ainda fornece um bom estudo, e o de J. Godechot, *La Grande Nation*, 2 volumes (1956), descreve a expansão da revolução no exterior. Os volumes IV e V da **Histoire des Relations Internationales* (de autoria de A. Fugier, até 1815, e de P. Renouvin, de 1815 a 1871, ambos publicados em 1954 são guias lúcidos e inteligentes. Sobre o processo da guerra, o livro de B. H. Liddell Hart, *The Ghost of Napoleon* (1933) continua sendo uma excelente introdução à estraté-

gia de terra, e o de E. Tarlé, *Napoleon's invasion of Russia in 1812* (1942) é um estudo conveniente de uma campanha específica. A obra de G. Lefebvre, **Napoléon*, contém, sem dúvida, o esboço mais conciso da natureza do exército francês, e a de M. Lewis, *A social history of the navy 1789-1815* (1960) é muito instrutiva. A obra de E. F. Heckscher, *The Continental System* (1922) deve ser suplementada pela de F. Crouzet, *Le blocus continental et l'économie britannique* (1958) quanto a aspectos econômicos. O livro de F. Redlich, *De Praeda militari: looting and booty 1500-1815* (1955) faz apresentações interessantes. O de J. N. L. Baker, **A history of geographical exploration and discovery* (1937), e a admirável obra russa *Atlas geograficheskikh otkrytii i issledovanii* (1959) fornecem um quadro geral para a conquista européia do mundo; o de K. Panikkar, *Asia and Western dominance* (1954) é um relato instrutivo dessa conquista do ponto de vista asiático. O livro de G. Scelle, *Le traité negrière aux Indes de Castille*, 2 volumes (1906), e o de Gaston Martin, *Histoire de l'Esclavage dans les colonies françaises* (1948) continuam sendo básicos em relação ao tráfico de escravos. O livro de E. O. v. Lippmann, *Geschichte des Zuckers* (1929) pode ser suplementado com o de N. Deerr, *The History of sugar* (1949), em 2 volumes. O de Eric Williams, *Capitalism and Slavery* (1944) é uma interpretação genérica, embora às vezes esquemática. Para a típica colonização "informal" do mundo pelo comércio e as canhoneiras, as obras de H. S. Ferns, *Britain and Argentina in the 19th century* (1960) e de M. Greenberg, *British trade and the opening of China* (1949) são estudos de caso. Em relação às duas grandes áreas sob exploração européia direta, o livro de W. F. Wertheim, *Indonesian society in transition* (Haia-Bandung 1959) se constitui em uma brilhante introdução (ver também *Colonial policy and practice*, de J. S. Furnivall, 1956, que faz uma comparação entre a Indonésia e Burma), e da enorme literatura sobre a Índia, em grande parte frustrante, podemos selecionar as seguintes obras: *Rise and fulfilment of British rule in India* (1934), de G. T. Garrat e E. Thompson; *The English utilitarians and India* (1959), de Eric Stokes – um trabalho bastante brilhante –, e *The social background of Indian nationalism*, de A. R. Desai (Bombaim, 1948). Não existe um relato adequado em relação ao Egito durante o período de Mohammed Ali, porém, pode-se consultar a obra de H. Dodwell, *The Founder of Modern Egypt* (1931).

É impossível fazer mais do que indicar uma ou duas histórias de alguns países ou regiões. Em relação à Grã-Bretanha, o livro de E. Halévy, *History of the English people in the 19th century*, continua fundamental, especialmente a grande pesquisa da Inglaterra em 1815, no volume I, a ser suplementado pelo de A. Briggs, *The age of improvement 1780-1867* (1959). Em relação à França, um clássico da história social fornece o pano de fundo do século XVIII, P. Sagnac, com sua obra *La Formation de la société française moderne*, II (1946), e a de Gordon Wright, *France in modern times* (1962) serve como uma boa introdução histórica desde então. O livro de F. Ponteil, *La monarchie parlementaire 1815-48* (1949), e o de F. Artz, *France under the Bourbon restoration* (1931) são recomendáveis. Em relação à Rússia, o livro de M. Florinsky, *Russia*, II (1953) cobre totalmente o período desde 1800, e o de M. N. Pokrovsky, *Brief history of Russia*, I (1933) juntamente com o de P. Lyashchenko, *History of the Russian national economy* (1947) incluem-no. A obra de R. Pascal, *The growth of modern Germany* (1946) é resumida e de boa qualidade; a de K. S. Pinson, *Modern Germany* (1954) é também introdutória. A de T. S. Hamerow, *Restoration, revolution, reaction: economics and politics in Germany 1815-71* (1958); a de J. Droz, *op. cit.*, e a de Gordon Craig, *The politics of the Prussian army* (1955), podem ser lidas com proveito. Em relação à Itália, a melhor obra é a de G. Candeloro, *Storia dell'Italia moderna* II, 1815-46 (1958). Em relação à Espanha, a obra de P. Vilar, *Histoire d'Espagne*, 1949, é um soberbo guia resumido, e a de J. Vicens Vives ed., *Historia social de España y America Latina*, IV/2, é, entre outros méritos, maravilhosamente ilustrada. A obra de A. J. P. Taylor, *The Habsburg monarchy* (1949) se constitui em uma boa introdução. Consulte-se também *From Joseph II to the Jocobin Trials*, de E. Wangermann (1959). Quanto aos Bálcans, existe a obra de L. S. Stavrianos, *The Balkans since 1453* (1953), e o excelente *The emergence of modern Turkey* (1961), de B. Lewis. Quanto aos países nórdicos, será útil o livro de B. J. Hovde, *The Scandinavian countries 1720-1865*, em dois volumes. Quanto aos Países Baixos, indicamos *Histoire de Belgique*, V-VI (1926, 1932), de H. Pirenne; *La révolution de 1830* (1950), de R. Demoulin e *Free Trade and Protection in the Netherlands 1816-30* (1955), de H. R. C. Wright. Sobre a Irlanda, E. Strauss, *Irich nationalism and British democracy* e *The great famine, studies in recent Irish history* (1957).

Algumas notas finais sobre obras gerais de referência. A *Encyclopedia of World History* (1948), de W. Langer, ou *Hauptdaten der Weltgeschichte* (1957), de Ploetz, fornecem as principais datas; os admiráveis *Annals of European civilisation 1501-1900* (1949), de Alfred Mayer, tratam especialmente da cultura, da ciência etc. O *Dictionary of Statistics* (1892), de M. Mulhall, continua sendo o melhor compêndio estatístico. Entre as enciclopédias históricas, a nova *Sovietskaya Istoricheskaya Entsiklopediya*, em 12 volumes, cobre o mundo; a *Encyclopedie de la Pleiade* tem volumes especiais sobre a História Universal (3), a História das Literaturas (2), a Pesquisa Histórica – muito valioso – e a História da Ciência, porém, a organização é de ordem narrativa e não em forma de dicionário. A *Cassell's Encyclopedia of Literature* (2 volumes) é útil; E. Blom ed., do *Dictionary of Music and Musicians*, de Grove, em nove volumes (1954), embora um pouco britânico, é padrão. A *Encyclopedia of World Art* (a ser completada em 15 volumes, de I a V já publicados) é extraordinária. A *Encyclopedia of the Social Sciences* (1931), embora esteja ficando antiquada, continua muito útil. Os seguintes atlas, ainda não mencionados, também podem ser consultados com proveito: *Atlas Istorii SSSR* (1950); *An Atlas of African History* (1958), de J. D. Fage; o *Atlas of Islamic History* (1943), de H. W. Hazard e H. L. Cooke; J. T. Adams ed., *Atlas of American History* (1957);

o de J. Engel et. al., *Grosser Historischer Weltallas* (1957), e o *Atlas of World History* (1957), de Rand McNally.

A ERA DO CAPITAL

1848-1875

ERIC BSBAWM

No Smoking

3ª edição

A ERA DO CAPITAL

ERIC J. HOBSBAWM

A ERA DO CAPITAL
1848-1875

Tradução de
Luciano Costa Neto

Digitalização: **Argo**

Para Marlene, Andrew e Julia

Sumário

Ilustrações

(entre as páginas 160 e 161)

23. Sala de estar da Rainha Vitória, Castelo de Windsor (Foto reproduzida por Gentil Permissão de Sua Majestade a Rainha; *copy-right reserved).*
24. "Cortando o Assado", fotografia estereoscópica, cerca de 1860 (Foto: Victoria and Albert Museum).
25. Sala em Lincoln Court; ilustração do *Illustrflted Times,* 1861 (Foto: Weidenfeld and Nicolsorí Archives).
26. Opera de Paris, interior, impresso (Foto: Archives Photographi-ques, Paris).
27. Exposição Internacional de PaYis, 1867 (Foto: Victoria and Albert Museum).
28. Salão em Paris, 1867 (Foto: Roger-Viollet).
29. A Academia do Sr. Williams, cerca de 1865 (Foto: Lewisham Local History Library).
30. Carro dormitório da Estrada de Ferro Union Pacific, 1869 (Foto: Radio Times Hulton Picture Library).
31. Estação Ferroviária de Charing Cross, 1864, impresso (Foto: Science Museum, Londres).
32. A Rainha Vitória, o Príncipe Albert e os filhos em torno da árvore de Natal, gravura (Foto: *The Illustrated London News).*
33. Canhão Krupp na Exposição Internacional de Paris em 1867, impresso (Foto: Weidenfeld and Nicolson Archives).
34. Jovem lendo, cerca de 1865 (Foto: Victoria and Albert Museum).
35. "Os irmãos Corrie, os três irmãos King, acompanhados de Brown e Woodruff, 1865 (Foto: Barnardo Photo Library).
36. Reunião para o chá no jardim, cerca de 1865 (Foto: Victoria and Albert Museum).
37. *Le Déjeuner sur THerbe,* de Manet, Museu do Louvre, Paris (Foto: Bulloz).
38. *The Dinner Hour, Wigan,* de Eyre Crowe, City Art Gallery, Manchester.
39. Fore Street, Lambeth York Wharf, cerca de 1860 (Foto: Victoria and Albert Museum).
40. Oficial britânico na Índia, cerca de 1870 (Foto: Radio Times Hulton Picture Library).
41. "O Ultimo do Rebanho", de W.W. Hoopper, cerca de 1877 (Foto: Royal Geographical Society).
42. Napoleão III, caricatura (Foto: Victoria and Albert Museum).
43. Charles Darwin (Foto: National Portrait Gallery, Londres).
44. Príncipe Otto von Bismarck, caricatura (Foto: Mansell Collec-tion).
45. Lev Nikolaevitch Tolstoi, 1868 (Foto: Novosti Press Agency).
46. Gustave Coubert, fotografia de Nadar (Foto: Mansell Collection).
47. Fyodor Mikhailovitch Dostoievsky, fotografia de V.G. Perov (Foto: Novosti Press Agency).
48. Giuseppe Garibaldi, gravura de W. Holl (Foto: R.B. Fleming).
49. Abraham Lincoln (Foto: Weidenfeld and Nicolson Archives).

Mapas
(entre as páginas 321 e 326)

Nota do Tradutor

De acordo com a orientação do autor definida no prefácio de não sobrecarregar a obra, procuramos reduzir as notas de tradução a um mínimo indispensável, como por exemplo em relação ao *Chartist Movement* ou as *Com Laws,* que o autor se refere por inúmeras vezes através do texto. Mantivemos as palavras em outras línguas européias no seu original, mas fornecemos tradução entre parênteses àquelas em alemão. Mantivemos igualmente o original quando se trata de expressões dentro de um contexto cultural americano (ex., *cowboy).* A liberdade com que o autor emprega palavras e expressões em outros idiomas que não o inglês autorizou-nos a agir de forma equivalente na tradução (ex., *expert).*

Expressamos nosso reconhecimento ao Prof. Hobsbawm que, por correspondência, elucidou algumas dúvidas sobre o texto original para efeitos de tradução.

Stanford, março de 1977
L. C. N.

Prefácio

Este livro pretende existir de forma autônoma, assim como os demais volumes da *História da Civilização*[*] da qual ele é apenas uma parte. Ocorre, porém, que o volume que cronologicamente o precede na série foi escrito pelo mesmo autor. Entretanto, *A Era do Capital* pode vir a ser lido por pessoas que conhecem *A Era das Revoluções 1789-1848*, assim como por pessoas que não o conhecem. Aos primeiros, apr-esento as minhas excusas por incluir, aqui e ali, material que já lhes é familiar, com o objetivo de proporcionar a necessária informação prévia para os últimos. Tentei reduzir tal duplicação a um mínimo e fazê-la tolerável pela sua distribuição através do texto. Ó livro pode, espero, ser lido independentemente. Mesmo assim, ele não deveria pedir do leitor nada além de uma instrução geral adequada, pois é delibe-radamente dirigido ao leitor não-especializado. No entanto, um conhecimento elementar da história européia será sempre uma vantagem. Parto do pressuposto que, num caso de emergência, os leitores possam entender e continuar a leitura sem nenhum conhecimento prévio sobre a Queda da Bastilha ou as Guerras Napoleônicas, mas um tal conhecimento certamente ajudará.

O período que o livro abarca é relativamente curto, mas sua dimensão geográfica é extensa. Escrever sobre o mundo de 1789 a 1848 em termos de Europa – em outras palavras, quase que sobre a Inglaterra e França – não é irreal. Porém, já que o tema mais importante do período após 1848 é a expansão da economia capitalista a todo o planeta, a conseqüência inevitável é a impossibilidade de escrever uma história puramente européia, e seria absurdo escrever esta história sem dar uma atenção especial aos outros continentes. O tratamento que concedo divide-se em três partes. As revoluções de 1848 formam um prelúdio a uma seção sobre os principais desenvolvimentos do período. Estes últimos, eu os discuto numa perspectiva duplamente continental e, onde necessário, global, ao invés de tentar apreendê-lo através de séries de histórias "nacionais" fechadas. Os capítulos estão divididos por temas e não cronologicamente, mas os principais subperíodos – a década de 1850, calma mas expansionista, os anos mais turbulentos de 1860, a ascensão e o colapso do início de 1870 – são

[*] Coleção publicada pela Weidenfeld & Nicolson, Inglaterra.

porém claramente discerníveis. A terceira parte consiste em uma série de cortes diacrônicos sobre a economia, sociedade e cultura desta época do século XIX sob estudo.

Não posso considerar-me um *expert* sobre todo o imenso material deste livro, mas apenas de minúsculas parcelas – e precisei confiar quase que inteiramente em material de informações de segunda ou mesmo de terceira mão. Mas isso seria impossível de evitar. Uma enormidade já foi escrita sobre o século XIX, e a cada ano que passa acrescenta-se ao pico da montanha uma massa de publicações especializadas que escurecem o céu da história. Como o campo dos historiadores amplia-se para incluir praticamente todos os aspectos da vida pelos quais nós, do final do século XX, temos interesse, a quantidade de informação que precisa ser absorvida é demasiado grande, mesmo para o mais enciclopédico e erudito dos *scholars.* Ainda que se tome todas as precauções, torna-se freqüentemente necessário, no contexto de uma vasta síntese, reduzir passagens a um ou dois parágrafos, a uma linha, a apenas uma menção ou mesmo lamentavelmente omitilas. E é necessário basear-se, cada vez mais, no trabalho de outros.

Infelizmente, foi impossível seguir a admirável convenção que determina que os estudiosos identifiquem criteriosamente suas fontes, e especialmente suas dívidas a outros. Em primeiro lugar, duvido que pudesse identificar todas as sugestões e idéias que tomei emprestado de forma tão livre de algum artigo ou livro, conversação ou discussão. Posso apenas pedir, àqueles que pilhei, conscientemente ou não, que perdoem minha falta de cortesia. Em segundo lugar, a tentativa de fazê-lo teria sobrecarregado o livro com um pouco recomendável aparato de conhecimento. Pois já que o objeto desta obra não é fazer um sumário dos fatos conhecidos (o que implicaria em um guia para leitores indicando-lhes leitura mais detalhada, para os diversos tópicos), mas sim traçar uma síntese histórica geral, fornecer o sentido dos anos 1848-75 e descobrir ali as raízes de nosso mundo contemporâneo, creio que foi bastante razoável agir desta maneira. Entretanto, há um guia geral de leitura suplementar ao fim do volume, que inclui algumas das obras que achei mais úteis e às quais gostaria de reconhecer meu débito.

As referências foram quase que inteiramente reduzidas a algumas fontes de citações, quadros estatísticos e alguns outros números, assim como algumas declarações que gerassem controvérsias ou fossem surpreendentes. Muitos dos números esparsos de fontes primárias ou do valiosíssimo compêndio *Dictionary of Statistics* de Mulhall não foram identificados. Referências a obras literárias – por exemplo, novelas russas – que existem em várias edições, estão apenas intituladas: referências aos escritos de Marx e Engels, que são importantes estudiosos deste período, estão identificadas pelo título mais conhecido da obra ou pela data da carta, volume e página da edição *standard* existente (Karl Marx e Friederich Engels, *Werke,* East Berlin 1956-

71, de agora em diante, *Werke).*

Sigurd Zienau e Francis Haskell gentilmente corrigiram meus capítulos sobre as ciências e as artes e reviram alguns de meus erros; Charles Curwen respondeu minhas perguntas sobre a China. Assumo, porém, total responsabilidade por minhas omissões ou enganos. W.R. Rodgers, Carmem Claudin e Maria Moisá ajudaram-me enormemente como assistentes de pesquisa por inúmeras vezes. Andrew Hobsbawm e Julia Hobsbawm ajudaram-me a selecionar as ilustrações, assim como Julia Brown. Reconheço também minha dívida a meu editor de texto, Susan Loden.

E.J.H.

Por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: "capitalismo" *. Portanto, parece apropriado chamar o presente volume *A Era do Capital*, um título que também faz lembrar a todos nós que a mais importante obra "do mais formidável crítico do capitalismo, *O Capital* de Karl Murx (1867), foi publicada nesta época. O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevou-os a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral. Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam levados de roldão. As instituições do mundo, ou mais precisamente daquelas partes do mundo ainda não desembaraçadas da tiraríia das tradições e superstições, ou do fato ínfeiíz de não possuírem peie branca (preferivelmente originária da Europa Central ou do Norte), gradualmente se aproximariam do modelo internacional de uma "nação-estado" definida territorialmente, com uma constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembléias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, onde possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ser derrubada.

Traçar o desenvolvimento inicial desta sociedade não é a tarefa deste livro. É suficiente lembrar que esta sociedade já havia completado seu aparecimento histórico tanto na frente econômica como na

* Sua origem talvez preceda 1848, como foi sugerido em *A Era das Revoluções* (Introdução), mas uma pesquisa mais detalhada sugere que raramente tenha ocorrido antes de 1849 ou tenha ganho amplo uso antes da década de 1860.

frente política-ideológica sessenta anos antes de 1848. Os anos de 1789 a 1848 (os quais já discuti num volume prévio – *A Era das Revoluções*, ver prefácio –, livro o qual os leitores terão referências uma ou outra vez) foram dominados por uma dupla revolução: a Revolução Industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França. Ambas implicaram o triunfo de uma nova sociedade, mas se ela deveria ser a sociedade do capitalismo liberal triunfante, ou aquilo que um historiador francês chamou "os burgueses conquistadores", pareceu sempre mais incerto para os contemporâneos do que para nós. Atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais. Por baixo e em volta dos empresários capitalistas, os "pobres proletários", descontentes e sem lugar, que agitavam e se insurgiam. Os anos de 1830 e 1840 foram uma era de crises, cuja saída apenas os otimistas ousavam predizer.

Portanto o dualismo da revolução de 1789 a 1848 dá à história deste período unidade e simetria. É fácil, num certo sentido, ler e escrever sobre este assunto, pois parece possuir tema e forma claros, assim como seus limites cronológicos parecem tão precisamente definidos quanto é possível no que diz respeito a assuntos humanos. Com a revolução de 1848, que abre este volume, a antiga simetria quebrou-se, a forma modificou-se. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou. Mil novecentos e quarenta e oito, a famosa "primavera dos povos", foi a primeira e última revolução européia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, os pesadelos da direita, a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona. Foi esperada e prevista. Pareceu ser a conseqüência e o produto lógico da era das duas revoluções.

Tudo falhou, universalmente, rapidamente e – apesar de isto não ter sido reconhecido por muitos anos pelos refugiados políticos – de forma definitiva. Desde então, não iria mais ocorrer nenhuma revolução social geral do tipo buscado antes de 1848 nos países "avançados" do mundo. O centro de gravidade destes movimentos revolucionários sociais, e depois dos regimes socialistas e comunistas do século XX, iria ter seu lugar em regiões marginais e atrasadas, enquanto que no período que este livro lida, movimentos deste tipo iriam permanecer episódicos, arcaicos e "subdesenvolvidos". A súbita, vasta e aparentemente inesgotável expansão da economia capitalista mundial forneceu alternativas políticas aos países "avançados". A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa).

A história de nosso período é portanto desequilibrada. Ela é primariamente a do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que o representa, das idéias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, pro-

gresso e liberalismo. E a era da burguesia triunfante, mesmo que a burguesia européia ainda hesitasse em assumir um papel político público. Para isso – e talvez apenas para isso – a era das revoluções ainda não havia terminado. As classes médias da Europa ficaram assustadas e permaneceram assustadas com o povo: "democracia" ainda era vista como sendo o prelúdio rápido e certeiro para ò "socialismo". Os homens que oficialmente presidiam os interesses da vitoriosa ordem burguesa no seu momento de triunfo eram nobres do campo prussianos, profundamente reacionários, uma imitação de imperador na França e uma sucessão de proprietários aristocráticos na Inglaterra. O medo da revolução era real, a insegurança básica estava entranhada. Bem para o fim de nosso período, o único exemplo de revolução num país avançado, uma insurreição em Paris quase que localizada e de vida curta, produziu um grande banho de sangue incomparavelmente superior a 1848 e uma enxurrada de nervosas trocas de informações diplomáticas. Já nesse tempo, os dirigentes dos estados avançados da Europa, com maior ou menor relutância, começaram a reconhecer não apenas que "democracia", isto é, uma constituição parlamentar baseada em sufrágio universal, era inevitável, como também viria a ser provavelmente um aborrecimento inofensivo politicamente. Esta descoberta já havia sido feita de há muito pelos dirigentes dos Estados Unidos.

Os anos de 1848 até meados da década de 1870 não foram portanto um período que inspire leitores que apreciam o espetáculo de um drama com heróis no sentido comum. Suas guerras – e este período viu consideravelmente mais guerras que os 30 precedentes e os 40 subseqüentes – eram ou pequenas operações decididas por superioridade organizacional ou tecnológica, como a maioria das campanhas européias fora da Europa, e as guerras rápidas e decisivas através das quais o Império Alemão estabeleceu-se entre 1864 e 1871; ou então massacres mal conduzidos como a Guerra da Criméia, entre 1854 e 1856. A maior das guerras deste período, a Guerra Civil Americana, foi ganha em última análise pelo peso do poder econômico e dos recursos superiores. O Sul, derrotado, possuía o melhor exército e os melhores generais. Os exemplos ocasionais de heroísmo romântico e colorido apareceram, como Garibaldi com suas madeixas ao vento e sua camisa vermelha, mas eram exceção. Não havia também muita dramaturgia na política, onde o critério de sucesso veio a ser definido por Walter Bagehot como o fato de se possuir "opiniões comuns e habilidades incomuns". Napoleão III considerou, visivelmente, o manto de seu grande tio, o primeiro Napoleão, inconfortável para usar. Lincoln e Bismarck, cujas imagens públicas beneficiaram-se pela dureza de suas faces e pela beleza de suas prosas, foram indiscutivelmente grandes homens, mas suas realizações foram conseguidas pelos seus dons de políticos e diplomatas, como as de Cavour na Itália, baseados inteiramente naquilo que agora consideramos os seus carismas.

O drama mais óbvio deste período foi econômico e tecnológico: o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, estradas de ferro cortando continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades como Chicago surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios. Era o drama do poder europeu e norte-americano, com o mundo a seus pés. Mas aqueles que exploraram este mundo conquistado eram, se excluirmos o pequeno número de aventureiros e pioneiros, homens sóbrios em roupas sóbrias, espalhando respeitabilidade e um sentimento de superioridade racial juntamente com fábricas de gás, estradas de ferro e empréstimos.

Era o drama do *progresso*, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito mas, acima de tudo, inevitável. Quase nenhum dos homens com poder e influência em todos os acontecimentos no mundo ocidental desejou pôr-lhe um freio. Apenas alguns pensadores e talvez um maior número de críticos intuitivos tenham previsto que este avanço inevitável iria produzir um mundo bem diferente daquele que se esperava: talvez exatamente o seu oposto. Nenhum deles – nem Marx que havia imaginado uma revolução social em 1848 e para uma década depois – esperou uma mudança súbita. Mesmo em meados de 1860, suas expectativas eram para longo prazo.

O "drama do progresso" é uma metáfora. Mas, para duas espécies de pessoas era uma realidade literal. Para milhões de pobres, transportados para um novo mundo freqüentemente através de fronteiras e oceanos, isto significou uma mudança de vida cataclísmica. Para os indivíduos do mundo fora do capitalismo, que eram agora atingidos e sacudidos por ele, significou a escolha entre uma resistência passiva em termos de suas antigas tradições e formas de ser ou então um traumático processo de tomada das armas do Ocidente para voltá-las contra os conquistadores: a compreensão e a manipulação do progresso por eles mesmos. O mundo deste período da história foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas primariamente dos últimos.

O historiador não pode ser objetivo sobre o período que é seu tema. Nisto, ele difere (para sua vantagem intelectual) dos ideólogos mais típicos, que acreditam que o progresso da tecnologia, "ciências positiva" e sociedade faz com que seja possível ver seu presente com a indiscutível imparcialidade do cientista natural, cujos métodos eles acreditam (erroneamente) compreender. O autor deste livro não pode ocultar uma certa aversão, talvez uma certa reserva, em relação à era a qual se refere, mesmo que diminuída pela admiração por suas titânicas realizações materiais e pelo esforço para compreender mesmo aquilo que não o agrada. Ele não compartilha da nostálgica busca pela certeza, da autoconfiança dos burgueses de meados do século XIX que atrai a muitos dos que buscam explicações para a crise do mundo

ocidental um século depois. Suas simpatias dirigem-se àqueles que poucos deram ouvidos há um século. Em nenhum caso a certeza e a autoconfiança estavam erradas. O triunfo burguês foi breve e temporário. No momento que pareceu completo, provou não ser monolítico mas pleno de fissuras. No início da década de 1870, a expansão econômica e o liberalismo pareciam irresistíveis. No fim da mesma década, já não o eram mais.

Este marco divisório define o fim da era que este livro retrata. Diferente da revolução de 1848, que forma um ponto de partida, este final não é marcado por nenhuma data universal. Se alguma data fosse escolhida, esta data seria 1873, o equivalente vitoriano à *débâcle* de Wall Street em 1929. Daí em diante começou o que um observador contemporâneo chamou "uma curiosa perturbação e depressão sem precedentes do comércio e indústria" que os contemporâneos chamaram "A Grande Depressão" e que usualmente é datada 1873-96.

> "Sua mais notável peculiaridade (escreveu o mesmo observador) tem sido sua universalidade; atingindo nações que tinham estado envolvidas em guerras da mesma forma que as que se abstiveram; as que tinham uma moeda estável... e aquelas que tinham uma moeda instável...; as que viviam sob um sistema de livre troca e aquelas cujas trocas sofriam alguma forma de restrição. Tem sido doloroso em antigas comunidades como a Inglaterra e a Alemanha, e igualmente na Austrália, África do Sul e Califórnia que representam as novas; tem sido uma calamidade demasiado pesada para os habitantes de Newfoundland e Labrador e das ensolaradas plantações de açúcar do Caribe; e não tem enriquecido aqueles dos centros do comércio mundial, que geralmente ganham mais quando os negócios flutuam e são mais incertos"

Assim escreveu um eminente norte-americano no mesmo ano em que, sob a inspiração de Karl Marx, a Internacional Trabalhista e Socialista foi fundada. A Depressão iniciou uma nova era, e pode portanto fornecer uma data conclusiva para a antiga.[2]

Primeira Parte

PRELÚDIO REVOLUCIONÁRIO

Primeiro Capítulo

"A PRIMAVERA DOS POVOS"

Por favor leia os jornais com bastante atenção - agora eles valem a pena ser lidos... Esta Revolução mudará a forma do planeta - assim deve e precisa! – Vive la Republique!

O poeta George Weerth à sua mãe, 11 de março de 1848[1]

Realmente, se eu fosse mais jovem e tivesse mais dinheiro, o que infelizmente não sou e não tenho, imigraria para a América hoje. Não por covardia - pois pessoalmente sou tão pouco atingido quanto posso atingi-los - mas por causa do desgosto pela podridão moral que, usando as palavras de Shakespeare, eleva o mau cheiro ao céu.

O poeta Joseph von Eichendorff a um correspondente, 1º de agosto de 1849 [2]

I

No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: "Nós. dormimos sobre um vulcão ... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte". Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando seus colegas, no programa que ambos tinham traçado algumas semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha sido publicado anonimamente em Londres, por volta de 24 de fevereiro de 1848, sob o título (alemão) de Manifesto do Partido Comunista, "para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês".* Em poucas semanas, ou, no caso do Manifesto, em poucas horas, as esperanças e temores dos pro-

* Foi também traduzido em polonês e sueco no mesmo ano, mas é justo dizer que suas reverberações políticas fora dos pequenos grupos de revolucionários alemães foram insignificantes até que foi republicado no início da década de 1870.

fetas pareceram estar na iminência da realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução européia tinha iniciado.

Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente a maioria bem sucedidas. Mas nunca houve uma que tivesse se espalhado tão rápida e amplamente, se alastrando como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções européias (Ver *A Era das Revoluções,* capítulo 6), a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Por volta de 2 de março, a revolução havia ganho o sudoeste alemão; em 6 de março a Bavária, 11 de março Berlim, 13 de março Viena, e quase imediatamente a Hungria; em 18 de março Milão e, em seguida, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília). Nesta época, o mais rápido serviço de informação acessível a *qualquer pessoa* (os serviços do banco Rothschild) não podia trazer notícias de Paris a Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez estados*, sem contar as repercussões em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia. Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de "revolução mundial" com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos como no após-guerra das duas conflagrações mundiais, eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras. 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes "desenvolvidas" quando as atrasadas do continente. Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos bem sucedida deste tipo de revoluções. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado, estava mantendo todas as distâncias possíveis em relação à revolução à qual devia sua própria existência.

As revoluções de 1848, portanto, possuem uma curiosa relação com o conteúdo deste livro. Mas pela sua ocorrência, e pelo medo de sua recorrência, a história da Europa nos 25 anos seguintes seria muito diferente. 1848 estava bem longe de ser "o ponto crítico quando a Europa falhou em mudar". O que a Europa falhou foi em mudar de uma forma revolucionária. Já que tal não ocorreu, o ano da revolução permanece sozinho, uma abertura mas não a ópera principal, uma en-

---

* França. Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Áustria, Itália, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria, parte da Polônia e Romênia. Os efeitos políticos da revolução também podem ser vistos como sérios na Bélgica, Suíça e Dinamarca.

tra da cujo estilo arquitetônico não leva exatamente ao que se espera quando se passa através do portão.

II

A revolução triunfou através de todo o centro, do continente europeu, mas não na sua periferia. Isto inclui países demasiadamente remotos ou isolados em sua história para serem diretamente atingidos de alguma maneira (por exemplo, a Península Ibérica, Suécia e Grécia), demasiadamente atrasados para possuir a estratificação social politicamente explosiva da zona revolucionária (por exemplo Rússia e o Império Otomano), mas também os únicos países já industrializados, cujo jogo político já estava sendo feito de acordo com regras diferentes como a Inglaterra e a Bélgica. Mesmo assim, a zona revolucionária, consistindo essencialmente da França e da Confederação Alemã, do Império Austríaco com seus limites no sudeste europeu e da Itália era suficientemente heterogênea para incluir regiões tão atrasadas e diferentes como Calábria e Transilvânia, tão desenvolvidas como a Uhr e a Saxônia, tão alfabetizadas como a Prússia e iletradas como a Sicília, tão remotas uma para a outra como Kiel e Palermo, Perpignan e Bucarest. A maioria destes lugares era dirigida por aquilo que podemos chamar de monarcas ou príncipes absolutos, mas a França já era um reino constitucional e burguês, e a única república significativa do continente, a Confederação Helvética, já havia iniciado o ano da revolução com uma breve guerra civil, no final de 1847. Os estados atingidos pela revolução variam em tamanho dos 35 milhões da França para os poucos milhares em principados de ópera bufa da Alemanha central; em *status* de poderosos estados do mundo a províncias ou satélites dirigidos por estrangeiros; em estrutura de estados uniformemente centralizados a conglomerados perdidos.

Acima de tudo, a história – estrutura econômica e social – e a política dividiram a zona revolucionária em duas partes, cujos extremos pareciam ter pouco em comum. Suas estruturas sociais diferiam fundamentalmente, exceto por aquela prevalência substancial e praticamente universal dos homens do campo sobre os homens da cidade,, das pequenas cidades sobre as grandes; um fato facilmente verificável, pois a população urbana e especialmente as grandes cidades eram desproporcionalmente proeminentes em política. [*] No oeste, camponeses eram legalmente livres e grandes estados, relativamente pouco importantes; no Leste, eles eram ainda servos e a propriedade da terra continuava largamente concentrada nas mãos da nobreza rural (ver capítulo 10 mais adiante). No Oeste, a "classe média" significava banqueiros locais, comerciantes, empresários capitalistas, "profissio-

---

[*] Dos delegados ao 'pré-parlamento' alemão da região de Uhr, 45% representavam grandes cidades, 24% pequenas cidades e apenas 10% o campo, onde 73% da população vivia. [3]

nais liberais" e oficiais mais velhos (incluindo professores), se bem que alguns destes tenderiam a se sentir membros de um estrato mais alto *(haute bourgeoisie)*, prontos para competir com a nobreza proprietária, pelo menos nos gastos. A leste, o estrato urbano equivalente consistia largamente de grupos nacionais distintos da população nativa, tais como os alemães e os judeus. O equivalente real da "classe média" era o setor do país de nobres inferiores educados e/ou preocupados com negócios, um estrato que era surpreendentemente grande em algumas áreas. A zona central, da Prússia ao Norte até a Itália (central e do norte) ao Sul, que era num sentido o coração da zona revolucionária, combinou, de várias formas, as características das regiões relativamente "desenvolvidas" e atrasadas.

Politicamente, a zona revolucionária era igualmente heterogênea. Excetuando-se a França, o que estava em jogo não era meramente o conteúdo político e social destes estados, mas sua forma ou mesmo existência. Os alemães tomaram o caminho de construir uma "Alemanha" – deveria ser unitária ou federal? – de um punhado de principados germânicos de vários tamanhos e características. Os italianos tentaram fazer o que o chanceler austríaco Metternich arrogantemente,, mas não inacuradamente, descreveu como sendo uma "mera expressão geográfica" – uma Itália unida. Ambos, com a visão limitada dos nacionalistas, incluíram em seus projetos povos que não se sentiam alemães ou italianos, como os tchecos. Os alemães, italianos e praticamente todos os movimentos nacionais envolvidos na revolução, exceto os franceses, viram-se lutando contra o grande império multinacional dos Habsburgos, que espalhava-se pela Alemanha e Itália, também incluindo os tchecos, húngaros, uma parte substancial de poloneses, romenos, iugoslavos e outros povos eslavos. Alguns destes, ou pelo menos seus porta-vozes, viam o Império como uma solução menos ruim do que serem absorvidos por algum nacionalismo expansionista, como o dos alemães ou o dos húngaros. "Se a Áustria não existisse", parece ter dito o professor Palacki, porta-voz dos tchecos, "seria preciso inventá-la". Através da zona revolucionária, diversas dimensões operavam simultaneamente.

Os radicais confessadamente tinham uma simples solução: uma república democrática unitária e centralizada da Alemanha, Itália, Hungria ou o país que ocorresse ser, constituído de acordo com os princípios da Revolução Francesa sobre as ruínas de todos os reis e príncipes, e que empunhasse sua versão da bandeira tricolor que, usada no modelo francês, era o modelo básico de uma bandeira nacional. Os moderados, por seu turno, estavam emaranhados numa teia de cálculos complexos baseados essencialmente no medo à democracia, que eles acreditavam ser equivalente à revolução social. Aonde as massas ainda não houvessem desalojado os príncipes, seria pouco esperto encorajá-las a minar a ordem social, e onde o tivessem feito, seria desejável retirá-las das ruas e desmantelar as barricadas, que eram os símbolos es-

senciais de 1848. Portanto a questão era quais os príncipes, paralisados mas não depostos pela revolução, que poderiam ser persuadidos a apoiar a boa causa. Como deveria exatamente ser criada uma Alemanha ou Itália liberais, sob que forma constitucional e sob os auspícios de quem? Poderia este plano conter igualmente o rei da Prússia e o imperador da Áustria (como os "grandes-alemães" moderados pensavam – não confundir com os democratas radicais que eram, por definição, "grandes-alemães" de um tipo diferente), ou precisaria ser "pequeno-alemão", i. e, excluir a Áustria? Moderados do mesmo tipo no Império dos Habsburgos praticaram o jogo de maquinar constituições federais e multinacionais, o que só viria a cessar com o desaparecimento do império em 1918. Onde ação ou guerra revolucionária irrompessem, não havia muito tempo para especulações constitucionais. Onde não irrompessem, como na maior parte da Alemanha, dava-se-lhes a maior importância. Visto que a maior proporção de moderados liberais ali consistiam de professores e funcionários civis – 68% dos deputados na assembléia de Frankfurt eram funcionários públicos, 12% pertenciam às "profissões livres" –, os debates deste parlamento de vida curta transformaram-se num paradigma de inteligente futilidade.

As revoluções de 1848, portanto, requerem um detalhado estudo por estado, povo, região, para o que este livro hão é o lugar. No entanto, elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarente-huitard.* Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas" as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a "primavera dos povos" – e, como a primavera, não durou. Precisamos agora olhar brevemente suas características comuns.

Em primeiro lugar, todas foram vitoriosas e derrotadas rapidamente, e na maioria dos casos totalmente. Nos primeiros poucos meses todos os governos na zona revolucionária foram derrubados ou reduzidos à impotência. Todos entraram em colapso ou recuaram virtualmente sem resistência. Portanto, num período relativamente curto, a revolução tinha perdido a iniciativa quase que em todos os lugares: na França, pelo fim de abril; no resto da Europa revolucionária, durante o verão, apesar de que o movimento guardou alguma capacidade, para contra-atacar em Viena, Hungria e Itália. Na França, o primeiro marco da contra-ofensiva conservadora foi a eleição de abril com sufrágio universal. Esta, apesar de eleger apenas uma minoria de monarquistas, enviou para Paris uma grande quantidade de conservadores, eleitos pelos votos de um campesinato politicamente mais inexperiente do que reacionário, e para o qual a esquerda de mentalidade urbana ainda não tinha um apelo. (Aliás, por volta de 1849, as regiões "republicanas" e esquerdistas do campo na França, familiares

para os estudantes da política francesa, já tinham surgido – por exemplo a região provençal – e ali a mais amarga resistência à abolição da república, em 1851, teve lugar.) O segundo marco foi o isolamento e derrota dos trabalhadores revolucionários em Paris, batidos na insurreição de junho (ver mais adiante).

Na Huropa central o ponto decisivo veio quando o exército dos Habsburgos, com sua liberdade de manobra aumentada pela fuga do imperador em maio, conseguiu reagrupar-se, derrotar, em junho, uma insurreição radical em Praga – não sem o apoio da classe média moderada da Tchecoslováquia e Alemanha – e em seguida reconquistar as terras da Bohemia, que eram o coração econômico do império, e logo após recuperar o controle da Itália do norte. Uma tardia e rápida revolução nos principados do Danúbio foi esmagada pela intervenção russa e turca.

Entre o verão e o fim do ano, os velhos regimes retomaram o poder na Alemanha e na Áustria, embora tenha sido necessário recuperar a cidade de Viena, cada vez mais revolucionária, pela força das armas em outubro, com um custo de mais de 4 mil vidas. Depois disso, o rei da Prússia teve suficiente coragem para restabelecer sua autoridade por sobre os berlinenses sem maior problema, e o resto da Alemanha (exceto por alguma oposição no sudoeste) rapidamente entrou na linha, deixando o Parlamento alemão, ou melhor, a Assembléia Constitucional eleita nos esperançosos dias da primavera, assim como a Assembléia prussiana radical e outras entregues a suas discussões, esperando por seu fechamento. Por volta do inverno, apenas duas regiões ainda estavam nas mãos da revolução – partes da Itália e a Hungria. Terminaram por ser reconquistadas, em seguida a uma retomada mais modesta da ação revolucionária na primavera de 1849, em meados daquele ano.

Depois da capitulação dos húngaros e dos venezianos em agosto... de 1849, a revolução estava morta. Com a única exceção na França, todos os antigos comandos foram restaurados no poder – em alguns casos, como no Império dos Habsburgos, inclusive com mais força do que antes – e os revolucionários espalharam-se no exílio. Mais uma vez, com a exceção da França, virtualmente todas as mudanças institucionais, todos os sonhos políticos e sociais da primavera de 1848 foram varridos, e mesmo na França a república teria apenas mais dois anos e meio de vida. Ocorrera uma, e apenas uma modificação irreversível importante: a abolição da escravatura no Império dos Habsburgos. Excetuando-se esta última, apesar de ser visivelmente uma importante realização, 1848 aparece como a revolução da moderna história da Europa que combinou a maior promessa, a maior extensão, o maior sucesso inicial imediato e o mais rápido e retumbante fracasso. Num certo sentido, lembra outro fenômeno de massa da década de 1840, o movi-

mento cartista* na Inglaterra. Os objetivos específicos do Cartismo foram eventualmente atingidos – mas não revolucionariamente ou num contexto revolucionário. Suas grandes aspirações não chegaram a ser perdidas, mas a ação que deveria tê-las levado à frente era completamente diferente da de 1848. Não é um acidente que o documento daquele ano, que viria a ter o mais duradouro e significativo efeito na história mundial, tenha sido o *Manifesto Comunista.*

Todas estas revoluções têm algo mais em comum, que contribuiu largamente para o seu fracasso. Elas foram, de fato ou enquanto antecipação imediata, revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Portanto, elas assustaram os moderados liberais a quem elas mesmas deram poder e proeminência – e mesmo alguns dos políticos mais radicais –, pelo menos tanto quanto os conservadores que apoiavam os antigos regimes. O conde Cavour de Piedmont, futuro arquiteto da Itália Unida, pôs seu dedo nesta fraqueza alguns anos antes (1846):

> "Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos oposicionistas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliarem-se aos flancos do partido conservador." [4]

Portanto, aqueles que fizeram a revolução eram inquestionavelmente os trabalhadores pobres. Foram eles que morreram nas barricadas urbanas: em Berlim, havia apenas 15 representantes das classes educadas e 30 mestres-artesãos entre os 300 mortos das lutas de março; em Milão, apenas 12 estudantes, trabalhadores de colarinho branco ou proprietários entre os 350 mortos na insurreição. Foi sua fome que alimentou as demonstrações que se transformaram em revoluções. O campo nas regiões ocidentais da revolução estava relativamente calmo, enquanto que o sudoeste alemão viu muito mais a insurreição campesina do que é comumente lembrado, mas em outros lugares o medo da revolta no campo era suficientemente agudo para transformar-se em realidade, apesar de que ninguém precisaria usar muita imaginação em áreas como a Itália do sul, onde os camponeses por todos os lados marcharam espontaneamente com bandeiras e tambores por sobre os grandes estados. Mas o medo por si só era suficiente para concentrar totalmente as mentes dos proprietários da ter-

* Movimento trabalhista inglês peta reforma parlamentar, teve seu nome baseado na Carta do Povo, um programa elaborado pelo radical londrino William Lovett em maio de 1838. Continha seis reivindicações: sufrágio universal, igualdade dos distritos eleitorais, voto secreto, eleição anual do Parlamento, pagamentos aos parlamentares e abolição da qualificação de proprietário para os candidatos. Foi o primeiro movimento nacional trabalhista que nasceu do protesto contra as injustiças sociais.da nova ordem industrial na Inglaterra. O movimento foi abalado com o esmagamento de uma revolta em Newport e o banimento de seus líderes para a Austrália. Quando a economia saiu da depressão o movimento perdeu sua força. Mais tarde, todas as reivindicações foram transformadas em leis, com a exceção da eleição anual do Parlamento. (N. T.)

ra. Aterrorizados pelos falsos rumores de uma grande insurreição escrava sob a liderança do poeta Sándor Petöfi (1823-49), a Dieta Húngara – uma Assembléia constituída esmagadoramente por proprietários – votou a imediata abolição da escravatura logo em 15 de março, mas mesmo alguns dias antes o governo imperial, procurando isolar os revolucionários de uma base rural, já havia decretado a imediata abolição da escravatura na Galícia, a abolição do trabalho forçado e outras obrigações feudais nas terras tchecas. Não havia dúvida que a "ordem social" estava em perigo.

O perigo não era igualmente agudo em todos os lugares. Camponeses poderiam ser – e eram – comprados pelos governos conservadores. É improvável que a classe média alemã, incluindo os confiantes homens de negócios da Uhr, estivessem desesperadamente assustados por uma perspectiva de comunismo proletário, ou mesmo poder proletário, que tinha pouca importância exceto em Colônia (onde Marx tinha instalado seu quartel-general) e em Berlim, onde um tipógrafo comunista, Stefan Born, organizara um movimento operário de razoável importância. Porém, da mesma forma como as-classes médias européias dos anos 1840 julgaram ter reconhecido a forma de seus problemas sociais futuros na chuva e fumaça de Lancashire, assim também pensaram ter reconhecido uma outra forma do futuro atrás das barricadas de Paris, o grande antecipador e exportador de revoluções. E a revolução de fevereiro não tinha sido feita apenas pelo "proletariado", mas era uma revolução social consciente. Seu objetivo não era meramente uma república, mas a "república social e democrática". Seus líderes eram socialistas e comunistas. Seu governo provisório incluiu um trabalhador genuíno, – um mecânico conhecido por Alberto. Por alguns dias houve dúvidas se sua bandeira seria a tricolor ou a bandeira vermelha da revolta social.

Exceto onde questões tais corno autonomia nacional ou independência estavam em jogo, a oposição moderada dos anos de 1840 não desejou nem se dedicou seriamente à revolução, e mesmo na questão nacional os moderados preferiram negociação e diplomacia ao invés de confrontação. Eles teriam preferido mais, sem dúvida, mas estavam preparados para negociar concessões que, poder-se-ia razoavelmente argumentar, mesmo o mais estúpido dos absolutistas como o tzar mais cedo ou mais tarde seria forçado a conceder, ou mudanças internacionais que, mais cedo ou mais tarde viriam certamente a ser aceitas pela oligarquia dos "superpoderes" que decidiam nestas questões. Arrastados para a revolução pela força dos pobres e/ou pelo exemplo de Paris, eles naturalmente tentaram transformar uma inesperadamente boa situação para extrair a maior vantagem. Portanto, em última análise, eles estavam certamente, e desde o começo, muito mais assustados pelo perigo de sua própria esquerda do que pelos velhos regimes. Quando as barricadas subiram em Paris, todos os liberais moderados (e, como observou Cavour, uma razoável proporção de radicais) passaram a ser conservadores em potencial. Como a opinião moderada mais ou menos

rapidamente mudava de lado ou desertava, os trabalhadores e os intransigentes entre os radicais democratas ficavam isolados, ou, o que era mais fatal, ficavam diante de uma união de conservadores e ex-moderados aliados ao velho regime: o "partido da ordem", como os franceses chamaram. 1848 fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as "forças do progresso" unidas, mas entre "ordem" e "revolução social". Sua confrontação crucial não foi a de fevereiro em Paris, mas a de junho em Paris, quando os trabalhadores manobrados para uma insurreição isolada foram derrotados e massacrados. Eles lutaram e morreram bravamente. Cerca de 1500 caíram na luta das ruas – dois terços dos mortos do lado do governo. É característica da ferocidade do ódio que os ricos nutrem pelos pobres o fato de que uns 3 mil foram trucidados depois da derrota, enquanto outros 12 mil foram aprisionados, a maioria deportada para campos de trabalho na Argélia. Por seu turno, a revolução de fevereiro em Paris custara apenas 370 vidas.[6]

Portanto, a revolução manteve seu ímpeto somente onde os radicais eram suficientemente fortes e suficientemente ligados com o movimento popular para empurrar os moderados para frente, ou fazê-la sem eles. Isto era mais provável de ocorrer em países onde a questão crucial era a libertação nacional, um objetivo que requer a contínua mobilização das massas. Eis por que a revolução durou mais na Itália e sobretudo na Hungria. Na França a unidade nacional e a independência não estavam em questão. O nacionalismo alemão estava preocupado com a unificação de numerosos estados separados, o que era, porém, impedido não pela dominação alienígena mas – exceto por alguns interesses particularistas – pela atitude de dois superpoderes que se consideravam a si próprios alemães, Prússia e Áustria. As aspirações nacionais eslavas entraram em conflito logo de início com as das nações "revolucionárias" como as dos alemães e magiares, e calaram-se dali em diante, se não chegaram mesmo a apoiar a contra-revolução. Mesmo a esquerda tcheca olhou o Império dos Habsburgos como uma proteção à absorção por uma Alemanha nacional. Os poloneses não tomaram nenhuma parte importante nesta revolução.

Na Itália, os moderados, unidos na retaguarda do antiaustríaco rei de Piedmont e com as fileiras engrossadas depois da insurreição de Milão pelos principados menores, tomaram a dianteira na luta contra o opressor, enquanto não perdiam de vista os republicanos e a revolução social. Graças â fraqueza militar dos estados italianos, à hesitação de Piedmont e, talvez acima de tudo, à recusa de apelar aos franceses (que dariam apoio, acreditava-se, à causa republicana), eles foram duramente derrotados pelo exército austríaco em Custozza, no mês de julho. (Pode ser notado, de passagem, que o grande republicano G. Mazzini (1805-72), com seu infalível instinto para o que era politicamente fútil, opôg-se a um pedido de ajuda aos franceses.) A derrota desacreditou os moderados e passou a liderança da libertação nacional aos radicais, que tomaram o poder em diversos estados itali-

anos durante o outono, para finalmente conseguir instalar uma república romana em 1849, dando a Mazzini ampla oportunidade para retórica. (Veneza, sob o governo de um advogado sensível, Daniele Manin (1804-57), já havia se tornado uma república independente, ficando fora dos distúrbios até que foi inevitavelmente reconquistada pelos austríacos – mais tarde até do que os húngaros – no final de agosto de 1849.) Os radicais não foram uma ameaça militar para a Áustria: quando eles fizeram com que Piedmont declarasse guerra novamente em 1849, os austríacos os venceram facilmente em Novara, no mês de março. Além disso, apesar de mais determinados a expulsar os austríacos e unificar a Itália, eles partilhavam, de modo geral, do medo dos moderados pela revolução social. Mesmo Mazzini, com todo o seu zelo pelo homem comum, preferia que este confinasse seus interesses a questões espirituais, detestava socialismo e opunha-se a qualquer interferência com a propriedade privada. Depois deste fracasso inicial, a revolução italiana viveu do tempo dos outros. Ironicamente, entre aqueles que suprimiram-na, estavam os exércitos da França, que reconquistou Roma em junho. A expedição romana era uma tentativa de assegurar a influência diplomática francesa mais uma vez na península contra a Áustria. Também teve a vantagem extra de ser popular entre os católicos, apoio este que o regime pós-revolucionário confiava receber.

Diferentemente da Itália, a Hungria já era uma entidade política mais ou menos unificada ("as terras da coroa de Santo Estevão"), com uma constituição eficiente, um não-negligenciávei grau de autonomia, e quase todos os elementos de um estado soberano exceto independência. Sua fraqueza era que a aristocracia magiar, que governava esta vasta e esmagadora área, governava não somente o campesinato da grande planície, mas também uma população da qual talvez uns 60% consistisse de croatas, sérvios, eslovacos, romenos e ucranianos, sem mencionar uma substancial minoria alemã. Estes povos camponeses não eram antipáticos a uma revolução que libertasse os escravos, mas sentiam antagonismo pela recusa demonstrada inclusive por alguns radicais de Budapest em fazer qualquer concessão no sentido de reconhecer suas diferenças nacionais em relação aos magiares. Os representantes destas minorias eram hostilizados por uma feroz política de magiarização que objetivava incorporar algumas regiões fronteiriças, ainda de alguma forma autônomas, num estado magiar centralizado e unitário. A Corte em Viena, seguindo a habitual máxima imperialista 'divide e impera', ofereceu-lhes apoio. Viria a ser o exército croata, sob o comando do barão de Jellacic (um amigo de Gaj, o pioneiro do nacionalismo iugoslavo), quem comandaria o assalto a Viena e a Hungria revolucionárias.

Apesar disso, na área que hoje aproximadamente contém a Hungria, a revolução conseguiu manter o apoio de massa do povo (magiar) por razões nacionais e sociais. Os camponeses consideravam ter

recebido sua liberdade não do imperador mas da revolucionária Dieta Húngara. Esta foi a única parte da Europa onde a derrota da revolução foi seguida de algo parecido a uma guerrilha rural, que o famoso bandido Sándor Rósza manteve por vários anos. Quando a revolução estourou, a Dieta, consistindo de uma Câmara alta de moderados magnatas comprometidos e de uma Câmara baixa dominada por nobres rurais e advogados radicais, teve apenas que trocar protestos exigindo ação. Tal veio rapidamente a ocorrer, sob a liderança de um hábil advogado, jornalista e orador, Louis Kossuth (1802-94), que viria a se tornar a personalidade revolucionária internacionalmente mais famosa de 1848. Por razões práticas a Hungria, sob um governo de coalizão moderado-radical relutantemente autorizado por Viena, era um estado autônomo, pelo menos até que os Habsburgos estivessem em condições de reconquistá-la. Depois da batalha de Custozza eles pensaram que já estavam e, cancelando as leis da reforma húngara de março e invadindo em seguida o país, colocaram os húngaros diante da alternativa de capitulação ou radicalização. Conseqüentemente, sob a liderança de Kossuth, a Hungria virou a mesa, depondo o imperador (apesar de formalmente não proclamar a república) em abril de 1849. O apoio popular e a liderança militar de Görgei permitiu aos húngaros fazer face ao exército austríaco. Eles só vieram a ser derrotados quando Viena, em desespero, apelou para a derradeira arma da reação, as forças russas. Isso foi decisivo. Em 13 de agosto, a parcela remanescente do exército húngaro capitulou – não para o comando austríaco, mas para o russo. Sozinha entre as revoluções de 1848, a húngara não caiu e nem de longe pareceu cair devido a sua fraqueza interna, mas pela esmagadora intervenção externa. É evidente que as chances do país em evitar a conquista eram nulas depois que todo o resto ruíra.

Havia alguma alternativa para esta *débâcle* geral? Quase que certamente não. Dos principais grupos sociais envolvidos na revolução, a burguesia, como já vimos, descobriu que preferia a ordem à chance de pôr em prática todo o seu programa, quando diante da ameaça à propriedade. Diante do confronto com a revolução "vermelha", os moderados liberais e os conservadores marchavam ombro a ombro. Os "notáveis" na França, quer dizer, as pessoas de respeito, influentes e ricas"" que dirigiam as questões políticas daquela nação, deram fim a sua longa e antiga luta entre os partidários dos Bourbons, dos Orleans, mesmo dos que apoiavam a república e adquiriram uma consciência de classe nacional através de um emergente e novo "partido da ordem"; As figuras-chave na monarquia restaurada dos Habsburgos viriam a ser o ministro do Interior Alexander Bach (1806-67), um antigo moderado liberal oposicionista e o magnata do comércio e navios K. von Bruck (1798-1860), figura-chave no porto de Trieste. Os banqueiros e comerciantes da região da Uhr, que falavam pelo liberalismo burguês prussiano teriam preferido uma monarquia constitucional limitada, desde que confortavelmente estabelecida como os

pilares de uma Prússia restaurada, onde todos os eventos viessem a prescindir de um sufrágio democrático. De volta, os regimes conservadores restaurados estavam bem preparados para fazer concessões ao liberalismo econômico, legal e até cultural dos homens de negócios, desde que isto não significasse um recuo político. Como veremos mais tarde, os anos reacionários de 1850 viriam a ser, em termos econômicos, um período de sistemática liberalização. Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária.

O grande corpo de radicais da baixa classe média, artesãos descontentes, pequenos proprietários etc, e mesmo agricultores, cujos porta-vozes e líderes eram intelectuais, especialmente jovens e marginais, formavam uma força revolucionária significativa, mas dificilmente uma alternativa política. Eles alinhavam-se, em geral, com a esquerda democrática. A esquerda alemã pedia novas eleições, pois seu radicalismo fizera grande estardalhaço em muitas áreas no final de 1848 e início de 1849, apesar de então já não mais dominar as grandes cidades, que haviam sido reconquistadas pela reação. Na França, os democratas radicais conseguiram 2 milhões de votos em 1849, contra 3 milhões para os monarquistas e 800 mil para os moderados. Os intelectuais forneceram seus ativistas, mas apenas em Viena a "Legião Acadêmica" de estudantes chegou a formar efetivamente tropas de choque para combate. Chamar 1848 de "a revolução dos intelectuais" é um erro. Eles não eram mais importantes nesta revolução que em quaisquer das outras que ocorreram, assim como esta, em países relativamente atrasados, onde o melhor do estrato médio consistia de pessoas caracterizadas por sua escolarização e comando da palavra escrita: graduados de todos os tipos, jornalistas, professores, funcionários. Mas não havia dúvida de que os intelectuais eram proeminentes: poetas tais como Petöfi na Hungria, Herwegh e Freiligrath na Alemanha (que pertencia ao corpo editorial da *Neue Rheinische Zeitung),* Victor Hugo e o consistente moderado Lamartine na França (os professores franceses, ainda que suspeitos para os governos, permaneceram quietos sob a monarquia de julho e supõe-se terem feito frente com a "ordem" em 1848); acadêmicos em grande número na Alemanha (a maioria no lado moderado); médicos como C. G. Jacoby (1804-51) na Prússia, Adolf Fischhof (1816-93) na Áustria; cientistas como F. V. Raspail (1794-1878) na França; e uma vasta quantidade de jornalistas e publicistas dos quais Kossuth era entre todos o mais celebrado e Marx provava ser o mais formidável.

Como indivíduos, tais homens podiam exercer um papel decisivo; como membros de um estado social específico ou como membros de uma pequena-burguesia radical, não o podiam. O radicalismo dos "pequenos", que tinha expressão na exigência de "uma constituição demo-

crática de estado, fosse constitucional ou republicana, fornecendo-lhes a maioria para si e seus aliados camponeses, assim como um governo democrático local que lhes desse controle sob a propriedade municipal e sobre uma série de funções atualmente exercidas pelos burocratas" [7], era suficientemente genuíno, mesmo com uma crise secular numa das mãos e uma depressão econômica temporária na outra, "proporcionando um gosto um pouco amargo. O radicalismo dos intelectuais possuía raízes um pouco menos profundas. Tinha sua base largamente (como descobriu-se depois) na inabilidade da nova sociedade burguesa, de antes de 1848, em produzir suficiente número de postos de *status* adequado para os educados, que produzia em quantidade sem precedentes, e cuja recompensa salarial era bem mais modesta que suas ambições. O que aconteceu com todos aqueles estudantes radicais de 1848 nos anos prósperos de 1850 e 1860? Eles continuaram a herança da tradição familiar e finalmente se acomodaram. E havia inúmeras possibilidades de acomodar-se, especialmente depois da retirada da velha nobreza e da diversificação das formas de fazer dinheiro que a burguesia ligada ao comércio produzia para aqueles cujas qualificações eram primariamente escolaridade. Em 1842, 10% dos professores de liceus franceses originavam-se dos "notáveis", mas por volta de 1877, nenhum. Em 1868 a França produziu poucos graduados secundários *(bacheliers)* a mais que nos anos de 1830, mas um número muito maior podia seguir carreira nos bancos, comércio, no bem-sucedido jornalismo e, depois de 1870, na política profissional[8].

Além disso, quando diante da revolução vermelha, mesmo os radicais democratas tendiam a cair na retórica, dilacerados entre sua genuína simpatia pelo "povo" e seu sentido de propriedade e dinheiro. Diferentes da burguesia liberal, eles não mudaram de lado. Apenas vacilaram, mas nunca muito distantes da direita.

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltava-lhes organização, liderança, e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram porém demasiadamente fracos para fazer algo mais do que ameaçar seus inimigos.Suas forças eram desproporcionalmente efetivas, pois estavam concentrados em massas famintas nos lugares mais sensíveis, ou seja, as cidades maiores, especialmente as capitais.

Tudo isto trazia certa fraqueza encoberta: em primeiro lugar, sua deficiência numérica – eles não eram sempre maioria nas cidades, geralmente considerando-se mesmo uma modesta minoria da população – e em segundo lugar, sua imaturidade política e ideológica. Entre eles, os estratos mais ativistas e politicamente conscientes consistiam de artesãos pré-industriais (usando o termo na forma que os ingleses contemporâneos o entendem, referindo-se a trabalhadores tais como artífices, artesãos, trabalhadores manuais especializados em oficinas não-mecânicas, etc). Atirados na revolução social, seus alvos enquanto massa eram distintamente mais modestos na Alemanha, como o

impressor comunista Stefan Born descobriu em Berlim. Os pobres e os trabalhadores não-especializados das cidades e, fora da Inglaterra, o proletariado industrial e mineiro como um todo não haviam ainda desenvolvido uma ideologia política para si. Na zona industrial do norte da França, mesmo o republicanismo teve dificuldades em impor-se até quase o final da segunda república. 1848 viu Lille e Roubaix exclusivamente preocupadas com seus problemas econômicos, dirigindo seus tumultos não contra reis ou burgueses, mas contra os ainda mais famintos trabalhadores belgas imigrantes.

Onde os plebeus urbanos, ou mais raramente os novos proletários, encontravam-se sob a influência da ideologia jacobinista, socialista ou democrático-republicana ou – como em Viena – de estudantes ativistas, tornavam-se uma força política, pelo menos como geradores de motins. (Sua participação em eleições ainda era baixa e imprevisível, diferente daqueles trabalhadores rurais pauperizados que, na Saxônia ou Inglaterra, eram altamente radicalizados.) Paradoxalmente, fora de Paris isto era raro na França jacobina, enquanto que na Alemanha a Liga Comunista de Marx fornecia os elementos de uma rede nacional para a extrema-esquerda. Fora deste raio de influência, os trabalhadores pobres eram politicamente insignificantes.

Evidentemente, não deveríamos subestimar o potencial do "proletariado" de 1848, mesmo que jovem e imaturo como força social, começando, como estava, a ter sua consciência enquanto classe. Em certo sentido, aliás, seu potencial revolucionário era maior do que seria subseqüentemente. O duro conhecimento do pauperismo e da crise antes de 1848 havia encorajado poucos a acreditar que o capitalismo poderia ou iria trazer condições decentes de vida ou, se trouxesse, se elas iriam durar. A juventude e a fraqueza da classe trabalhadora, ainda emergindo da massa dos trabalhadores pobres, mestres artesãos independentes e pequenos comerciantes, evitou porém uma concentração exclusiva em reivindicações econômicas, o que só ocorria entre os mais ignorantes e isolados. As reivindicações *políticas*, sem as quais nenhuma revolução é feita, nem mesmo a mais puramente social delas, foram feitas no contexto da situação. O objetivo popular em 1848, a "república democrática e social", era simultaneamente social e político. Mas mesmo a experiência trabalhista, acrescentada de novos elementos institucionais baseados na prática de sindicatos e da ação cooperativa, não foi suficiente para criar elementos novos e poderosos como os *sovietes* da revolução russa.

Além disso, organização, ideologia e liderança eram lamentavelmente pouco desenvolvidas. Mesmo a mais elementar das formas, o sindicato, era restrito a umas poucas centenas ou, no melhor dos casos, uns poucos milhares de membros. Freqüentemente, mesmo as sociedades dos trabalhadores especializados, pioneiros em sindicalismo, apareceram pela primeira vez durante a revolução – os impressores na Alemanha, os chapeleiros na França. Os socialistas e comunistas organizados eram ainda mais limitados em número: umas poucas dú-

zias, no máximo umas poucas centenas. Portanto, 1848 foi a primeira revolução na qual socialistas ou mais precisamente comunistas – pois socialismo pré-1848 era um movimento largamente apolítico para construir utopias cooperativas – apareceram na frente da cena desde o inicio. Era o ano não apenas de Kossuth, A. Ledru-Rollin (1807-74) e Mazzini, mas de Karl Marx (1818-83), Louis Blanc (1811-82) e L. A. Blanqui (1805-81) (o severo rebelde que saiu de uma vida na prisão apenas quando libertado pelas revoluções), de Bakunine e mesmo de Proudhon. Mas o que significava socialismo para os seus seguidores além de um nome para uma classe trabalhadora autoconsciente, com suas próprias aspirações a uma sociedade diferente do capitalismo e baseada na sua derrubada? Mesmo seu inimigo não estava claramente definido. Falava-se muito de "classe trabalhadora" e mesmo de "proletariado", mas, durante a revolução, nada sobre "capitalismo".

De fato, quais eram as perspectivas políticas de uma classe trabalhadora mesmo que socialista? O próprio Karl Marx não acreditou que a revolução estivesse na agenda. Mesmo na França, "o proletariado de Paris ainda era incapaz de ir além da república burguesa de outra forma que não fosse na *idéia,* na *imaginação".* "Suas necessidades imediatas e confessadas desviava-os da vontade de derrubar a burguesia, e nem eles possuíam os instrumentos para tal efetuar." O máximo que poderia ser atingido seria uma república burguesa que trouxesse à luz a verdadeira natureza da futura luta – a confrontação entre a burguesia e o proletariado – e fixasse na lembrança dos trabalhadores que "sua posição como classe ficara mais insuportável e que seu antagonismo com a burguesia tornara-se mais agudo".[9] Seria numa primeira instância uma república democrática, numa segunda uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária-popular, e finalmente uma ditadura do proletariado ou, como na frase que talvez tenha derivado de Blanqui, é que refletiu a temporária proximidade dos dois grandes revolucionários no imediato pós-1848, a "revolução permanente". Mas, diferente de Lênin em 1917, Marx não concebeu a substituição da revolução burguesa por uma proletária até depois da derrota de 1848; e então, quando formulou uma perspectiva comparável a de Lênin, não a manteve por muito tempo. Não haveria uma segunda edição de 1848 na Europa central e do norte. A classe operária, como ele cedo reconheceu, teria de seguir um caminho diferente.

Portanto, as revoluções de 1848 surgiram e quebraram-se como uma grande onda, deixando pouco, exceto mito e promessa. Elas "deveriam ter sido" revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas. Elas poderiam ter-se reforçado umas às outras sob a liderança da França, prevenindo ou adiando a restauração dos velhos governos, e mantendo à distância o tzar. Mas a burguesia francesa preferiu a estabilidade social em casa aos prêmios e perigos de ser, uma vez mais, *la grande nation* e, por razões análogas, os líderes moderados da revolução hesitaram em pedir a intervenção francesa. Nenhuma outra for-

ça social poderia ter sido forte suficientemente para dar-lhes coerência e ímpeto, exceto nos casos especiais onde havia luta pela independência contra um poder politicamente dominante, e mesmo isso falhou, já que as lutas nacionais ficaram isoladas e, em todos os casos, fracas demais para fazer frente aos poderosos de antes. Os grandes e característicos personagens de 1848 representaram seus papéis de heróis no palco da Europa por poucos meses, para depois desaparecerem para sempre – com a exceção de Garibaldi que viria a ter um momento ainda mais glorioso doze anos mais tarde. Kossuth e Mazzini viveram o resto de suas vidas no exílio, pouco contribuindo diretamente para a conquista por seus países da autonomia e unificação, apesar de terem um lugar garantido nos seus panteões nacionais. Ledru-Rollin e Raspail nunca mais vieram a ter um outro momento de celebridade como na segunda república, e os eloqüentes professores do parlamento de Frankfurt retiraram-se para seus gabinetes. Dos passionais exilados de 1850, formando grandes planos e governos rivais no exílio do *fog* de Londres, nada sobreviveu, salvo a obra dos mais isolados e atípicos, Marx e Engels.

Ainda assim, 1848 não foi meramente um breve episódio histórico sem conseqüências. Se as mudanças que 1848 realizou não foram nem as que os revolucionários intentaram, nem mesmo facilmente definíveis em termos de regimes políticos, leis e instituições, elas foram pelo menos bem profundas. Marcaram o fim, pelo menos na Europa ocidental, da política da tradição, das monarquias que acreditavam que seus povos (exceto os descontentes da classe média) aceitavam, acolhiam mesmo com prazer, a regra do direito divino que apontava dinastias para presidir sobre sociedades hierarquicamente estratificadas, tudo sancionado pela tradição religiosa, na crença dos direitos e deveres patriarcais dos que eram superiores social e economicamente. Como o poeta Grillparzer, ele mesmo de forma alguma um revolucionário, escreveu ironicamente sobre, presumivelmente, Metternich:

> Aqui jaz, sua celebridade esquecida,
> O legítimo famoso Dom Quixote
> Quem, revirando a verdade e o fato, julgou-se esperto
> E acabou acreditando nas suas próprias mentiras;
> Um velho louco, que deve ter sido um patife na juventude:
> Não podia mais reconhecer a verdade.[10]

Dali em diante, as forças do conservadorismo, privilégio e riqueza teriam que defender-se de outras formas. Mesmo os pesados e ignorantes camponeses da Itália do sul, na grande primavera de 1848, cessaram de patrocinar o absolutismo, como haviam feito 50 anos antes. Quando eles marcharam para ocupar a terra, raramente expressaram hostilidade à "constituição".

Os defensores da ordem social precisaram aprender a política do povo. Esta foi a maior inovação trazida pelas revoluções de 1848.

Mesmo os mais arqui-reacionários dos *junkers** prussianos descobriram, naquele ano, que precisavam de um jornal que pudesse influenciar a "opinião pública" – conceito em si próprio ligado ao liberalismo e incompatível com a hierarquia tradicional. O mais inteligente dos arqui-reacionários prussianos de 1848, Otto von Bismarck (1815-98), mais tarde demonstraria sua lúcida compreensão da natureza da política na sociedade burguesa e seu magistral domínio das suas técnicas. Porém, as inovações políticas mais significativas deste tipo ocorreram na França.

Ali, a derrota da insurreição da classe trabalhadora em junho havia deixado um poderoso "partido da ordem", capaz de derrotar a revolução social mas não de conseguir o apoio das massas, ou mesmo daqueles conservadores que não desejavam que, em função da defesa de sua "ordem", necessitassem se comprometer com aquele preciso tipo de moderado republicanismo que estava então no poder. O povo estava ainda demasiado mobilizado para permitir uma limitação nas eleições: somente após 1850, uma substancial parte da "vil multidão" – quer dizer, um terço da França, dois terços de Paris – foi excluída do voto. Entretanto, em dezembro de 1848, os franceses não elegeram um moderado para a nova presidência da república, mas também não elegeram um radical. (Não havia candidato monarquista.) O vencedor, por maioria esmagadora – 5,5 milhões em 7,4 milhões de votos – foi Luís Napoleão, sobrinho do grande imperador. Apesar de ter demonstrado mais tarde ser um político notavelmente astuto, Napoleão deu a impressão, quando assumiu o governo no final de setembro, nada mais ter qae um nome prestigiado e o apoio de uma devotada amante inglesa. Evidentemente ele não era um revolucionário no sentido social, mas também não era um conservador; seus seguidores chegaram mesmo a fazer algumas brincadeiras com seu interesse na juventude pelo Saintsimonismo (Ver Cap. 3 parte II mais adiante) e alegaram ter ele alguma simpatia pelos pobres. Mas basicamente ele venceu porque os camponeses votaram solidamente no *slogan:* "Abaixo as taxas, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador"; em outras palavras, como Marx analisou, os trabalhadores votaram nele contra a república dos ricos, pois na percepção deles Luís Napoleão significava "a deposição de Cavaignac (que havia derrotado a insurreição de junho), a demissão do republicanismo burguês, a recuperação da vitória de junho" [11], e a pequena-burguesia, porque ele parecia não alinhar-se com a grande burguesia.

A eleição de Luís Napoleão significou que mesmo a democracia do sufrágio universal, aquela instituição identificada com a revolução, era compatível com a manutenção da ordem social. Mesmo uma massa esmagadora de descontentes não estava destinada a eleger governantes dedicados a "derrubar a sociedade". As grandes lições desta

---

* Morgado, membro da classe dominante na Prússia. (N. T.).

experiência não foram imediatamente apreendidas, pois Luís Napoleão cedo aboliu a república e proclamou-se imperador, apesar de nunca esquecer as vantagens políticas de um bem-conduzido sufrágio universal, que veio a reintroduzir. Ele viria a ser o primeiro dos chefes de estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também com aquela espécie de demagogia e de relações públicas tão mais facilmente operadas do alto do estado do que de qualquer outro lugar. Sua experiência demonstra não apenas que a "ordem social" podia aparecer como uma força capaz de atrair a "esquerda", mas também uma era ou um país onde os cidadãos tinham sido mobilizados para participar na política. As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político. A derrota das revoluções poderia temporariamente tirá-los do cenário, mas quando reapareciam, determinavam as ações mesmo daqueles estadistas que tinham menos simpatias por eles.

Segunda Parte

DESENVOLVIMENTO

Segundo Capítulo

A GRANDE EXPANSÃO*

Aqui, aquele que é poderoso nas armas da paz, capital e maquinaria, usa-as para proporcionar conforto e alegria para o público, do qual ele é um servidor, tornando-se portanto rico enquanto enriquece a outros com suas mercadorias.

William Whewell, 1852. [1]

Um povo pode atingir bem-estar material sem táticas subversivas se ele for dócil, trabalhador e se esforçar sempre para melhorar.
Dos estatutos da *Société contre L'Ignorance* de Clermont-Ferrand, 1869 [2]

A área inabitada do mundo expande-se rapidamente. Novas comunidades, isto é, novos mercados, diariamente surgem nas outrora desertas regiões no Novo Mundo no Oeste, e nas terras tradicionalmente férteis do Velho Mundo no Leste.

"Philoponos", 1850 [3]

I

Poucos observadores, em 1849, poderiam ter predito que 1848 iria ser a última revolução geral no ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a "república social", viriam a ser gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX, pelo menos até o presente (1974). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870, que é o assunto principal deste capítulo. Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países "desenvolvidos" transformou-se em economias industriais.

Esta era de desmedido avanço econômico começou com um *boom* que viria a ser o mais espetacular ocorrido até então, e sobretudo por ter sido temporariamente impedido pelos eventos de 1848. As revoluções haviam sido precipitadas pela última e talvez maior das crises

---

* Título original: "The Great Boom". (N.T.).

econômicas do tipo antigo. O novo mundo do "ciclo do comércio" que apenas os socialistas haviam reconhecido como o ritmo básico e modo de operação da economia capitalista, tinha seu tipo próprio de flutuações econômicas e suas próprias dificuldades. Porém, em meados da década de 1840, embora a difusa e incerta era do desenvolvimento capitalista desse a impressão de estar chegando a um fim, ao contrário, o grande salto para a frente estava apenas por começar. 1847-48 viu um severo tropeço do ciclo do comércio, provavelmente agravado por problemas remanescentes mais antigos. De qualquer modo, de um ponto de vista puramente capitalista, era apenas uma depressão aguda naquilo que já parecia uma tumultuada economia de negócios. James de Rothschild, que olhava a situação econômica de 1848 com bastante complacência, era um homem de negócios sensível, mas profeta político bem pobre. O pior do "pânico" parecia ter passado e as perspectivas a longo prazo eram mais róseas. Porém, embora a produção industrial tivesse se recuperado bem rapidamente, mesmo depois da virtual paralisia dos meses revolucionários, a atmosfera geral permanecia incerta.

O que seguiu foi tão extraordinário que não foi possível detectar um precedente. Nunca, por exemplo, as exportações inglesas cresceram tão rapidamente do que nos primeiros sete anos de 1850. O algodão inglês aumentou sua taxa de crescimento sobre as décadas anteriores. Entre 1850 e 1860 a taxa duplicou. Em números absolutos, a *performance* é ainda mais impressionante: entre 1820 e 1850, estas exportações cresceram em 1. 100 milhões de jardas, mas na década entre 1850 e 1860 elas cresceram consideravelmente mais que 1. 300 milhões. O número das máquinas de algodão cresceu de 100 mil entre 1819-21 e 1844-46, e dobrou daí até 1850[4]. E estamos aqui lidando com uma grande indústria de há muito estabelecida e, mais do que isso, que acabava de perder terreno nos mercados europeus nesta década, devido à rapidez do desenvolvimento das indústrias locais. Para onde olharmos, evidências similares da grande expansão podem ser encontradas. A exportação de ferro da Bélgica mais que duplicou entre 1851 e 1857. Na Prússia, um quarto de século antes de 1850,67 companhias tinham sido fundadas com um capital total de 45 milhões de táleres, mas em 1851-57, 115 companhias similares tinham-se estabelecido – *excluindo* companhias de estradas de ferro - com um capital total de 114,5 milhões, quase todas elas, nos anos eufóricos entre 1853 e 1857 [5]. Não é mais necessário continuar a reproduzir estas estatísticas, mas os homens de negócios da época divulgavam-nas com avidez.

O que fez este *boom* tão satisfatório para os homens de negócios famintos de lucros foi a combinação de capital barato e um rápido aumento nos preços. Depressões (do tipo de ciclo de comércio) sempre significaram preços baixos, em todos os acontecimentos do século XIX. Expansões eram inflacionárias. Mesmo assim, o aumento de cerca de um terço dos níveis de preços ingleses entre 1848-50 e 1857 foi notavelmente grande. Os lucros aparentemente à espera de produtores e

comerciantes apresentavam-se irresistíveis. Num certo momento deste período inacreditável, a taxa de lucro do capital do *credit mobilier* de Paris, a companhia financeira que era o símbolo da expansão capitalista no período (ver capítulo 12 mais adiante), chegou a 50%. E os homens de negócios não eram os únicos a lucrar. Como já foi sugerido o emprego cresceu aos saltos, tanto na Europa como no resto do mundo, para onde homens e mulheres migravam então em quantidades enormes (ver capítulo 11 mais adiante). Não sabemos atualmente muito sobre taxas de desemprego, mas mesmo na Europa um exemplo de evidência é decisivo. O grande aumento no custo dos cereais (isto é, o principal elemento no custo de vida) entre 1853 e 1855 não precipitou mais tumultos em parte alguma, salvo em regiões atrasadas como o norte da Itália (Piedmont) e Espanha, onde talvez tenha contribuído para a revolução de 1854. A alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagaram o descontentamento popular. Mas para os capitalistas, as amplas provisões de trabalho então chegando ao mercado eram relativamente baratas.

A conseqüência política deste *boom* era de longo alcance. Proporcionou aos governos sacudidos pela revolução um espaço para respirar de valor inestimável e, por outro lado, destroçou os ânimos dos revolucionários. Numa palavra, a política estava em estado de hibernação. Na Inglaterra, o cartismo passou à história, e o fato de que sua morte tenha sido mais prolongada do que historiadores normalmente supõem, não a fez menos definitiva. Mesmo Ernest Jones (1819-69), seu líder mais persistente, desistiu de reviver um movimento independente das classes trabalhadoras no final da década de 1850. A reforma parlamentar cessou de preocupar os políticos ingleses por algum tempo, deixando-os livres para dançar seus complicados passos de bale parlamentar. Mesmo os radicais de classe média, Cobden e Bright, eram agora uma minoria isolada na política.

Para as monarquias restauradas do continente e para o filho indesejado da Revolução Francesa, o Segundo Império de Napoleão III, o espaço para respirar era ainda mais vital. Para Napoleão este espaço proporcionou maiorias eleitorais genuínas e comoventes que deram colorido à sua aspiração de ser um imperador "democrático". Para as velhas monarquias e principados, deu tempo para a recuperação política e a legitimação da estabilidade e prosperidade, que era então politicamente mais relevante que a legitimidade de suas dinastias. Também proporcionou-lhes lucros sem a necessidade de consultar assembléias representativas, e deixou os exilados políticos a roerem suas unhas e a se atacarem mutuamente com selvageria num exílio sem esperanças. Por todo aquele tempo, deixou-os fracos nos assuntos internacionais, mas fortes internamente. Mesmo o Império dos Habsburgos, que já havia sido restaurado em 1849 graças à intervenção do exército russo, era agora capaz de, pela primeira e única vez na história, administrar todos os seus territórios – incluindo os húngaros re-

calcitrantes – num único regime absolutista centralizado e burocrático. Este período de calma chegou ao fim com a depressão de 1857. Economicamente falando, tratava-se apenas de uma interrupção da era de ouro do crescimento capitalista, que continuou numa escala até maior na década de 1860 e atingiu seu clímax em 1871-73. Politicamente, transformou a situação. Confessadamente, desapontou as esperanças dos revolucionários que esperavam um novo 1848, apesar de admitirem que "as massas haviam-se tornado letárgicas em resultado desta prolongada prosperidade"[7]. Mas a política reanimou-se. Em pouco tempo, todas as velhas questões da política liberal voltaram à agenda – a unificação nacional da Alemanha e da Itália, a reforma, constitucional, liberdades civis e o resto. Onde a expansão econômica de 1851-57 havia tomado lugar num vácuo político, prolongando a derrota e a exaustão de 1848-49, depois de 1859 ela coincidiu com uma intensa e crescente atividade política. Por outro lado, apesar de interrompida por diversos fatores externos como a Guerra Civil Americana de 1861-65, a década de 1860 foi, do ponto de vista econômico, relativamente estável. A depressão de ciclo de comércio seguinte (que ocorreu, de acordo com o gosto e a região, em algum período entre 1866 e 1868) não chegou a ser tão concentrada, global ou dramática como a de 1857-58. Em resumo, a política ganhou novo ânimo num período de expansão, mas não era mais a política da revolução.

II

Se a Europa estivesse vivendo a era dos príncipes barrocos, teria então sido soterrada por máscaras espetaculares, procissões e óperas distribuindo representações alegóricas do triunfo econômico e progresso industrial aos pés de seus governantes. De fato, o mundo triunfante do capitalismo teve seu equivalente. A era de sua vitória global foi iniciada e pontilhada pelos gigantescos rituais de autocongratulação, as grandes exibições internacionais, cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico – o Palácio de Cristal em Londres (1851), a Rotonda ("maior que São Pedro em Roma") em Viena, cada qual exibindo o número crescente e variado de manufaturas, cada uma delas atraindo turistas nacionais e estrangeiros em quantidades astronômicas. Quatorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 – a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo – 24 mil em Paris, em 1855; 29 mil em Londres, em 1862; 50 mil em Paris, em 1867. Justiça seja feita, a maior delas todas foi a Feira do Centenário de Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos, com a presença do Imperador e da Imperatriz do Brasil – cabeças coroadas da época, curvadas diante dos produtos da indústria – e de 130 mil cidadãos. Eles eram os primeiros dos dez milhões que pagaram tributo naquela ocasião ao "progresso da época".

Quais eram as razões para este progresso? Por que a expansão e-

conômica foi tão acelerada neste período? A pergunta precisaria realmente ser feita inversamente. O que nos choca retrospectivamente sobre a primeira metade do século XIX é o contraste entre o enorme e crescente potencial produtivo da industrialização capitalista e sua inabilidade, bem patente, em aumentar sua base. Poderia crescer dramaticamente, mas parecia incapaz de expandir o mercado para seus produtos, proporcionar saídas lucrativas para seu capital acumulado, ter por si só a capacidade de gerar emprego a uma taxa comparável ou com salários adequados. É instrutivo lembrar que, mesmo no final da década de 1840, observadores inteligentes e bem-informados na Alemanha – no clímax da explosão industrial naquele país – admitiam, como o fazem atualmente nos países subdesenvolvidos, que nenhuma industrialização poderia fornecer emprego para a vasta e crescente "população em excesso" dos pobres. Revolucionários tinham tido a esperança de que isso viesse a ser definitivo, mas mesmo homens de negócios temeram que isso pudesse vir a estrangular seu sistema industrial (Ver .4 *Era das Revoluções,* capítulo 16).

Por duas razões estas esperanças ou medos provaram ser infundados. Em primeiro lugar, a economia industrial nos seus primórdios descobriu – graças largamente à pressão da busca de lucro da acumulação do capital – o que Marx chamou sua "suprema realização"; a estrada de ferro. Em segundo lugar – e parcialmente devido à estrada de ferro, o vapor e o telégrafo "que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção" [8] – o espaço geográfico da economia capitalista poderia repentinamente multiplicar-se, na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse. O mundo inteiro tornou-se parte desta economia. Esta criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período (ver capítulo 3 adiante). Olhando retrospectivamente meio século depois, H. M. Hyndman, simultaneamente um homem de negócios vitoriano e um marxista (apesar de atípico em ambos os papéis), corretamente comparou os dez anos de 1847 a 1857 com a era das grandes descobertas geográficas e as conquistas de Colombo, Vasco da Gama, Cortez e Pizarro. Apesar de nenhuma descoberta dramática ter tido lugar e (com exceções relativamente menores) poucas conquistas formais terem sido realizadas por conquistadores militares, por razões práticas um mundo econômico inteiramente novo somou-se ao antigo e integrou-se nele.

Isto era particularmente crucial para o desenvolvimento econômico e forneceu a base para a gigantesca expansão nas exportações – em mercadorias, capital e homens – que teve um papel tão importante na expansão daquele que era ainda o maior país capitalista, a Inglaterra. A economia de consumo de massa ainda repousava no futuro, exceto talvez nos Estados Unidos. O mercado doméstico dos pobres, ainda não engrossado por camponeses e pequenos artesãos, era desdenhado como base para qualquer avanço econômico espetacular que fosse. O capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a ex-

pansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo. O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar. Entre 1850 e 1870, cresceu de 260%. Qualquer coisa vendável era negociada, mesmo aquelas que sofriam direta resistência do país comprador, como o caso do ópio da Índia britânica exportado para a China, que dobrou em quantidade e triplicou de preço. (O número médio de caixas de ópio de Bengala exportadas anualmente em 1844-49 era de 43 mil, e, em 1869-74, 87 mil.) * Por volta de 1875, um bilhão de libras esterlinas tinham sido investidas no exterior pela Inglaterra – três quartas partes deste montante desde 1850 – enquanto o investimento externo francês decuplicava entre 1850 e 1880.

Observadores da época, com seus olhos fixos em aspectos menos fundamentais da economia, certamente apontariam um outro fator: as grandes descobertas de ouro na Califórnia, Austrália e outros lugares depois de 1848 (ver capítulo 3 mais adiante). Estas descobertas multiplicaram os meios de pagamento disponíveis para a economia mundial e removeram o que muitos homens de negócios acharam ser uma escassez (de meios de pagamento) paralisante, abaixaram a taxa de juros e encorajaram a expansão do crédito. Em sete anos a disponibilidade mundial de ouro aumentou de seis a sete vezes, assim como a quantidade de impressões de moedas de ouro emitidas pela Inglaterra, França e Estados Unidos cresceu de uma média anual de 4,9 milhões de libras em 1848-49 para 28,1 milhões de libras por ano entre 1850 e 1856. O papel da barra de ouro na economia mundial continua a ser até hoje um assunto de discussão apaixonada, debate este que não devemos abordar. Sua ausência, entretanto, não deve ter trazido tantos inconvenientes quanto foi imaginado pelos observadores da época: outros meios de pagamento como cheques – uma grande novidade – faturas, etc, estavam em expansão e a uma taxa considerável. Porém, três aspectos da nova disponibilidade de ouro praticamente não levantavam controvérsias.

Em primeiro lugar, ajudaram, talvez de forma decisiva, a produzir aquela situação relativamente rara, entre cerca de 1810 e o fim do século XIX, uma era de aumento de preços ou de inflação moderada, porém flutuante. Basicamente, a maior parte deste século foi deflacionária, devido grandemente à persistente tendência da tecnologia em baratear produtos manufaturados, e das recém-abertas fontes de matérias-primas e alimentos que barateavam (mesmo que mais intermitentemente) os produtos primários. Deflação a longo termo – isto é, pressão nas margens de lucro – não fizeram muito mal aos homens de negócios, porque estes fabricaram e venderam uma quantidade muito mais vasta. Porém, até pouco depois do fim de nosso período, não fez aos trabalhadores muito bem, já que ou o custo de vida não caía na mesma razão ou seus salários eram demasiado magros para permitir-lhes algum benefício. De outro lado, a inflação indiscutivelmente aumentou as margens de lucro e, assim fazendo, encorajou os negócios.

Nosso período foi basicamente um interlúdio inflacionário num século deflacionário.

Segundo, a disponibilidade de barras de ouro em largas quantidades ajudou a estabelecer aquele *standard* monetário estável e seguro baseado na libra esterlina (fixada com paridade no ouro), sem o qual, como a experiência das décadas de 1930 e 1970 viria demonstrar, o comércio mundial torna-se mais difícil, complexo e imprevisível. Terceiro, os caçadores de ouro abriram eles mesmos novas áreas, sobretudo no Pacífico, para intensa atividade econômica. Assim fazendo, eles "criaram mercados a partir do nada", como Engels tristemente colocou para Marx. E em meados da década de 1870, Califórnia, Austrália e outras zonas auríferas já não eram nada negligenciáveis. Elas continham para mais de três milhões de habitantes com mais dinheiro na mão que qualquer outra população comparável em tamanho.

Observadores da época também teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, engenho com o qual, todos concordam, o progresso da indústria ganhou força. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico.

As barreiras institucionais sobreviventes ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial. O que torna esta suspensão geral de barreiras tão extraordinária é que ela não estava limitada aos estados onde o liberalismo político era triunfante ou mesmo influente. Se tinha sido mais drástica nas monarquias absolutas restauradas e principados da Europa que na Inglaterra, França ou Países Baixos, era porque ali muito mais havia a ser levado de roldão. O controle das corporações sobre a produção artesanal, que tinha permanecido forte na Alemanha, deu lugar a *Gewerbefreiheit* – liberdade para iniciar e praticar qualquer forma de comércio – na Áustria em 1859, e na maior parte da Alemanha na primeira metade da década de 1860. Foi finalmente estabelecida de forma completa na Federação do Norte da Alemanha (1869) e no Império alemão; para o descontentamento de numerosos artesãos que deveriam conseqüentemente tornar-se de forma crescente hostis ao liberalismo, chegando a proporcionar uma base política para movimentos de extrema-direita a partir de 1870. A Suécia, que havia abolido as taxas em 1846, estabeleceu completa liberdade em 1864; a Dinamarca aboliu a velha legislação de taxas em 1849 e 1857; a Rússia, que na sua maior parte não havia conhecido um sistema de taxas, removeu os últimos vestígios do que havia em uma das cidades (alemães) da sua província báltica (1866), apesar de ter continuado por razões políticas, a restringir o direito dos judeus de praticar comércio e negócios a uma área específica.

Esta liquidação legal dos períodos medieval e mercantilista não.

foi limitada a uma legislação profissional. As leis contra a usura caíram por terra na Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha, entre 1854 e 1867. O controle severo que o governo exercia sobre a mineração – incluindo a operação de minas – foi virtualmente suspenso, como por exemplo, na Prússia entre 1851 e 1865, e portanto (sujeito à permissão governamental) qualquer empresário poderia então reclamar os direitos para explorar qualquer mineral que viesse a achar, e conduzir as explorações da forma que melhor lhe aprouvesse. Similarmente, a formação de companhias de negócios de então ficou muito mais livre do controle burocrático. A Inglaterra e a França conduziram estas modificações, enquanto a Alemanha só veio a estabelecer medidas similares por volta da década de 1870. A lei comercial foi então adaptada à atmosfera que prevalecia de florescente expansão comercial.

Mas, de alguma forma, a tendência mais impressionante era o movimento em direção à total liberdade de comércio. Abertamente, apenas a Inglaterra havia abandonado o protecionismo de forma total, mantendo taxas alfandegárias – pelo menos teoricamente – apenas por razões fiscais. Portanto, exceto pela eliminação ou redução de restrições etc, nas vias navegáveis internacionais como o Danúbio (1857) e o tráfico entre a Dinamarca e a Suécia, além da simplificação do sistema monetário internacional pela criação de grandes zonas monetárias (por exemplo, a União Monetária Latina da França, Bélgica, Suíça e Itália em 1865), uma série de "tratados de. livre comércio" cortaram substancialmente as barreiras de tarifas entre as nações industriais líderes na década de 1860. Mesmo a Rússia (1863) e a Espanha (1868) ligaram-se de certa forma ao movimento. Apenas os Estados Unidos, cuja indústria apoiava-se grandemente num mercado interno protegido e era pobre em exportações, permaneceu um bastião do protecionismo, mas mesmo assim mostrou alguma modificação no começo da década de 1870.

Podemos mesmo dar mais um passo. Até aquele momento, mesmo as mais audaciosas e seguras economias capitalistas haviam hesitado em repousar inteiramente no livre mercado com o qual estavam teoricamente comprometidas, principalmente no que diz respeito à relação entre patrões e empregados. Mesmo neste campo sensível, motivações não-econômicas foram evitadas. Na Inglaterra a lei do "Senhor e do Empregado" foi modificada, estabelecendo-se igualdade de tratamento no que toca ao rompimento de contrato entre ambas as partes. O que a primeira vista é mais surpreendente, entre 1867 e 1875, todos os significativos obstáculos legais aos sindicatos trabalhistas e ao direito de greve foram abolidos com um impressionante pouco estardalhaço (ver capítulo 6 mais adiante). Muitos outros países ainda hesitaram em conceder tal liberdade à organização trabalhista, apesar do que Napoleão III relaxou a proibição legal sobre os sindicatos de forma bastante significativa. Mesmo assim, a situação geral nos países desenvolvidos tendia então para transformar-se na-

quilo que havia sido descrito no *Gewerbeordnunq* alemão de 1869: "As relações entre aqueles que independentemente praticam um negócio e seus trabalhadores, assistentes ou aprendizes, são determinadas por contrato livre". Apenas o mercado regulava a compra e venda da força de trabalho, como para qualquer outra coisa.

Indiscutivelmente, este vasto processo de liberalização encorajou a iniciativa privada, assim como a liberalização do comércio ajudou a expansão econômica, mas não devemos esquecer que muito da liberalização formal não era realmente necessária. Algumas formas de livre movimento internacional que hoje são controladas, sobretudo as do capital e trabalho, isto é, migração, eram em 1848 tomadas como dadas no mundo desenvolvido, de forma que não eram sequer discutidas (ver capítulo II mais adiante). Por outro lado, a questão do lugar que as mudanças institucionais ou legais tomam no desenvolvimento é demasiadamente complexa para a fórmula simplista do século XIX: "liberalização cria progresso econômico". A era de expansão já tinha começado antes mesmo que as *corn laws** tivessem sido revogadas na Inglaterra, em 1846. Não há dúvida que a liberalização trouxe todo o tipo de resultados especificamente positivos. Tanto que Copenhague começou a desenvolver-se mais rapidamente como cidade depois da abolição das leis que desencorajavam os navios mercantes de entrar no Báltico (1857). Mas até onde o movimento global para liberalizar era uma causa, concomitante ou conseqüência da expansão econômica, fica aberto para discussão. A única coisa certa é que, quando outras bases para o desenvolvimento capitalista faziam sentir sua falta, a liberalização não resolvia tudo por si mesma. Nenhum lugar liberalizou mais do que a República de Nova Granada (Colômbia) entre 1848 e 1854, mas quem afirmaria que as grandes esperanças de prosperidade de seus chefes de estado foram realizadas imediatamente, se é que foram realizadas?

Todavia, na Europa estas mudanças indicaram uma profunda e grande confiança no liberalismo econômico, que parecia ser justificado por uma geração. Dentro de cada país isto não era tão surpreendente, já que a iniciativa capitalista privada florescia tão claramente.

---

* *Corn laws* – Na história inglesa, as leis regulando a importação e exportação de trigo, embora haja registros que mencionem a imposição de tais restrições desde o século XII, elas só vieram a tornar-se politicamente importantes no final do século XVII e inícios do XIX, diante da falta crescente do produto devido ao aumento populacional da Inglaterra e aos bloqueios impostos pelas guerras napoleônicas. As Leis do Trigo foram finalmente revogadas em 1846, um triunfo para os produtores cuja expansão havia sido dificultada pela proteção ao cereal, contra os interesses dos senhores da terra. Desde 1822 esta proteção era persistentemente impopular. De 1839 a 1846, a *Anti-Corn Law Leaque,* operando de Manchester sob a direção de Richard Cobden, mobilizou as classes médias e os industriais contra os senhores da terra, e depois que o primeiro-ministro Sir Robert Peel passou a representar os interesses da *Leaque* e a safra da batata na Irlanda foi um fracasso (1845), todas as Leis do Trigo foram revogadas cessando a agitação. (N. T.)

Enfim, mesmo a liberdade de contrato para os trabalhadores, incluindo a tolerância de sindicatos suficientemente fortes para se estabelecerem pelo poder de barganha de seus associados, pouco parecia ameaçar os lucros, já que o "exército industrial de reserva" (como Marx o chamou), consistindo basicamente de massas de camponeses, ex-artesãos e outros habitantes das cidades e regiões industriais, mantinha os salários a um nível satisfatoriamente modesto (ver os capítulos 11 e 12 mais adiante). O entusiasmo pelo comércio livre internacional é à primeira vista mais surpreendente, exceto entre os ingleses para os quais significou, acima de tudo, que lhes era livremente permitido encorajar países subdesenvolvidos a vender seus próprios produtos – basicamente alimentos e matérias-primas – barato e em grande quantidade, de forma a conseguir as divisas necessárias para comprar as manufaturas inglesas.

Mas por que os rivais da Inglaterra (com a exceção dos Estados Unidos) aceitaram este arranjo aparentemente desfavorável? (Para os países subdesenvolvidos, que não procuravam competir industrialmente, isto era evidentemente atraente: os estados do sul dos Estados Unidos, por exemplo, estavam bastantes contentes de ter um mercado ilimitado para seu algodão na Inglaterra, e portanto ficaram fortemente ligados ao comércio livre até serem conquistados pelo norte.) É um exagero dizer que o comércio livre internacional progrediu porque, neste breve momento, a utopia liberal genuinamente empolgou até governos – mesmo que somente com a força daquilo que acreditavam ser uma inevitabilidade histórica –, mas não há dúvida que eles estavam muito influenciados pelos argumentos econômicos que pareciam ter a força de leis naturais. Porém, convicção intelectual é raramente mais forte que o interesse próprio. Mas o fato é que a maior parte das economias em vias de industrialização podiam ver neste período duas vantagens no livre comércio. Em primeiro lugar, a expansão geral do comércio mundial, que era realmente muito espetacular comparada ao período de antes de 1840, beneficiou a todos, mesmo que beneficiasse desproporcionalmente à Inglaterra. Tanto um comércio de exportação grande e sem impedimentos, quanto uma fonte de alimentos e matérias-primas igualmente grande e sem impedimentos eram evidentemente desejáveis. Se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava. Em segundo lugar, qual fosse a futura rivalidade entre as economias capitalistas, nesta etapa de industrialização a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o *know-how* da Inglaterra era bastante útil. Para tomar apenas um exemplo, ilustrado pelo quadro seguinte, o ferro para estradas de ferro e maquinaria, cujas exportações aumentaram na Inglaterra, não inibiu a industrialização de outros países mas, pelo contrário, facilitou-a.

EXPORTAÇÃO DE FERRO E AÇO PARA
ESTRADAS DE FERRO E MAQUINARIA
(total qüinqüenal em milhares de toneladas)

	ferro e aço p/ estradas de ferro	maquinaria
1845-49	1.291	4,9(1846-50)
1850-54	2.846	8,6
1856-60	2.333	17,7
1861-65	2.067	22,7
1866-70	3.809	24,9
1870-75	4.040	44,1

Fonte: B. R. Mitchell & P. Leane, *Abstract of Histórical Statistics,* Cambridge, 1962, pp. 146-7.

III

A economia capitalista recebeu, portanto, simultaneamente (o que não quer dizer acidentalmente) um número de estímulos extremamente poderosos. Qual foi o resultado? Expansão econômica é mais convenientemente medida em estatística, e a sua mais característica medida do século XIX era a força a vapor (já que a força a vapor era a típica forma de força) e seus produtos associados, carvão e ferro. Meados do século XIX eram fundamentalmente a era da fumaça e do vapor. A produção de carvão já era de longa data medida em milhões de toneladas, mas agora chegava a ser medida em dezenas de milhões para países individualmente, e em centenas de milhões para o mundo. Cerca de metade deste carvão – um pouco mais no início de nosso período – vinha do produtor incomparavelmente maior, a Inglaterra. A produção de ferro ali havia atingido a ordem da magnitude de milhões na década de 1830 (era de 2,5 milhões de toneladas em 1850). Por volta de 1870, a França, Alemanha e os Estados Unidos produziam cada um entre um e dois milhões de toneladas, enquanto a Inglaterra, ainda a "oficina do mundo", permanecia bem na frente com 6 milhões, ou seja metade da produção mundial. Naqueles 20 anos, a produção mundial de carvão multiplicou-se por duas vezes e meia, a produção de ferro multiplicou-se por quatro vezes. A força total de vapor, porém, multiplicou-se por quatro vezes e meia, subindo de uma estimativa de 4 milhões HP em 1850 para cerca de 18,5 milhões de HP em 1870.

Estes números brutais indicam um pouco mais além de que a industrialização estava em processo. O fato significativo era que o progresso estava agora geograficamente muito mais espalhado, apesar de muito desigual. A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos

os continentes e em países não-industrializados. A chegada da estrada de ferro (ver capítulo 3 mais adiante) era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização. Mas a "máquina fixa", por si própria, fez progressos dramáticos na fábrica e na mina. Na Suíça foram instaladas 34 máquinas em 1850, mas em 1870 havia quase mil; na Áustria o número subiu de 671 (1852) para 9.160 (1875), aumentando de mais de 15 vezes os HP. (Para comparação, um país europeu realmente atrasado como Portugal ainda tinha umas poucas 70 máquinas totalizando 1.200 HP em 1873.) O total da força a vapor da Holanda multiplicou-se por trinta vezes.

Havia algumas regiões industriais menores, e algumas economias industriais européias como a Suécia haviam começado de pouco o processo de industrialização em forma ampla. Mas o fato mais significativo era o desenvolvimento desigual dos centros mais importantes. No começo de nosso período, a Inglaterra e a Bélgica eram os únicos países onde a indústria tinha se desenvolvido de forma intensiva, e ambos permaneceram os mais altamente industrializados *per capita.* O consumo de aço destes países por habitante em 1850 era respectivamente, de 170 libras e 90 libras, comparadas às 56 libras dos Estados Unidos, 37 na França e 27 na Alemanha. A Bélgica era uma economia pequena, mas relativamente importante: em 1873 já produzia uma vez e meia mais ferro que seu vizinho muito maior, a França. A Inglaterra, evidentemente, era o país industrial *par excellence* e, como já vimos, conseguiu manter sua posição relativa, apesar de que sua capacidade produtiva de força a vapor havia começado a declinar seriamente. Em 1850, a Inglaterra possuía bem mais de um terço de toda a força a vapor, mas já na década de 1870 possuía apenas uma quarta parte ou menos: 900 mil HP de um total de 4,1 milhões de HP. Em números absolutos, os Estados Unidos já estavam um pouco mais na frente por volta de 1850, e deixaram a Inglaterra bem atrás em 1870, com mais do dobro da força a vapor que a velha Inglaterra, mas mesmo assim a expansão industrial americana, apesar de extraordinária, era menos sensacional que a da Alemanha. A força a vapor fixa desta última era extremamente modesta em 1850 – talvez 40 mil HP no todo, muito menos que 10% das dos ingleses – e em 1870 era de 900 mil HP, o mesmo que a Inglaterra e muito superior à francesa.

A industrialização da Alemanha era um fato histórico de importância maior. Bem distintas de sua importância econômica, suas implicações políticas eram de longo alcance. Em 1850 a federação alemã tinha tantos habitantes quanto a França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, um império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente. E, desde que o poder político e militar passou a se basear de forma crescente no potencial industrial, capacidade tecnológica e *know-how,* as conseqüências políticas do desenvolvimento indus-

trial tornaram-se bem mais sérias do que antes. As guerras de 1860 demonstraram isto (ver capítulo 4 mais adiante). Daquele momento em diante, nenhum estado poderia manter seu lugar no clube dos "super-poderes" sem aquelas bases.

Os produtos característicos da era vieram a ser o ferro e o carvão, e seu símbolo mais espetacular, a estrada de ferro, que os combinava. Têxteis, o mais típico produto da primeira fase de industrialização, cresceu comparativamente menos. O consumo de algodão na década de 1850 era cerca de 60% maior do que na década de 1840, mas permaneceu estático na década de 1860 (porque a indústria tinha sido paralisada pela Guerra Civil Americana) e cresceu por volta de 50% na década seguinte, de 1870. A produção de lã em 1870 era o dobro da de l840. Mas a produção de carvão e ferro havia quintuplicado, enquanto pela primeira vez tornava-se possível a produção em massa de aço. Durante este período, as inovações tecnológicas na indústria do ferro e do aço tiveram um papel análogo ao das inovações na indústria têxtil da era precedente. No continente europeu (exceto na Bélgica onde sempre prevaleceu), o carvão mineral substituiu o carvão de lenha como principal combustível na década de 1850. Por toda parte, novos processos – o conversor de Bessemer (1856), o alto forno Siemens-Martin (1864) – tornaram possível a manufatura de aço barato, que vinha quase que substituir o ferro forjado. Porém, sua importância estava no futuro. Em 1870 apenas 15% do ferro acabado produzido na Alemanha, menos do produzido 10% na Inglaterra, terminava por se transformar em aço. Nosso período ainda não era a idade do aço, nem mesmo ainda a era dos armamentos que deram ao novo material um ímpeto significativo. Era a idade do ferro.

Porém, mesmo tendo tornado possível a tecnologia revolucionária do futuro, a nova "indústria pesada" não era particularmente revolucionária senão em escala. Em termos globais, a Revolução Industrial da década de 1870 ainda estava impulsionada pelo ímpeto gerado pelas inovações técnicas de 1760-1840. Mesmo assim, as décadas do meado do século desenvolveram duas formas de indústria baseada numa tecnologia ainda mais revolucionária: a química e (na medida em que dizia respeito a comunicações) a elétrica.

Com pequenas exceções, as principais invenções técnicas da primeira fase industrial não exigiram conhecimento científico muito avançado. Felizmente para a Inglaterra, elas estavam dentro da possibilidade de compreensão de homens práticos, experientes e com bom senso como George Stephenson, o grande construtor de estradas de ferro. A partir da metade o século, as coisas se modificaram. O telégrafo estava ligado bem de perto à ciência acadêmica, através de homens como C. Wheatstone (1802-75) de Londres e William Thompson (Lord Kelvin) (1824-1907) de Glasgow. As tintas artificiais da indústria, um triunfo de síntese de massa química, apesar de seu primeiro produto (a cor violeta claro) não ser aclamado mundialmente por suas qualidades estéticas, nasceu de um laboratório dentro de uma fábrica.

Assim também ocorreu com os explosivos e a fotografia. Pelo menos uma das inovações cruciais na produção de aço, o processo Gilchrist-Thomas "básico", veio através da educação universitária. Como testemunham as novelas de Júlio Verne (1828-1905), o professor tornou-se uma figura industrial mais importante do que nunca: não foi ao grande L. Pasteur (1822-95) que os produtores de vinho na França foram procurar para resolver um difícil problema? Acima de tudo, o laboratório de pesquisa tornou-se parte integrante do desenvolvimento industrial. Na Europa, ele permaneceu ligado a universidades ou instituições similares – a de Ernst Abbe em Iena desenvolveu as famosas peças de fabricação Zeiss – mas nos Estados Unidos o laboratório puramente comercial já havia aparecido no limiar das companhias telegráficas. Cedo, seriam famosas através de Thomas Alva Edison (1847-1931).

Uma conseqüência significativa desta penetração da indústria pela ciência era que dali em diante, o sistema educacional tornara-se crucial para o desenvolvimento da indústria. Os pioneiros da primeira fase industrial, Inglaterra e Bélgica, não estavam entre os povos mais alfabetizados, e seus sistemas de educação avançada ou tecnológica (se excetuarmos o escocês) estavam longe de serem bons. Daquele momento em diante, era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições de educação avançada viesse a se tornar uma economia "moderna"; e vice-versa, países pobres e retrógrados que contavam com um bom sistema educacional, encontraram facilidade para iniciar o desenvolvimento, como por exemplo, a Suécia. [*]

O valor prático de uma boa educação primária para uma tecnologia científica, econômica e militar é evidente. Não foi outra a razão da facilidade com que a Prússia derrotou os franceses em 1870-71 senão a alfabetização muito superior de seus soldados. Por outro lado, o que o desenvolvimento econômico precisava em nível mais elevado não era tanto originalidade científica e sofisticação – estas poderiam ser emprestadas – mas a capacidade de compreender e manipular ciência: "desenvolvimento" mais do que pesquisa. As universidades e

---

[*] Taxa de analfabetismo em alguns países europeus (homens)

Inglaterra	1875*	17%	Suécia	1875**	1%
França	1875**	18%	Dinamarca	1859-60**	3%
Bélgica	1875**	23%	Itália	1875**	52%
Escócia	1875*	9%	Áustria	1875**	42%
Suíça	1879**	6%	Rússia	1875**	79%
Alemanha	1875**	2%	Espanha	1877**	63%

*Maridos, récém-casados, analfabetos.
**Recrutas, analfabetos

Fonte: C.M. Cipolla. Literacy and Development in the West, Harmondwsorth, 1969, Tabela I, Apêndice II, III

academias técnicas americanas, que ombreavam com o nível de Cambridge ou a *Polvtechnique,* eram economicamente superiores às britânicas porque proporcionavam uma educação sistemática para engenheiros como ainda não se pensava fazer na Inglaterra. (Até 1898 a única forma de tornar-se um engenheiro profissional na Inglaterra era por aprendizagem.) Os americanos eram também superiores aos franceses, porque produziam em massa engenheiros de nível adequado ao invés de produzir uns poucos superiormente inteligentes e de grande cultura, como na França. Os alemães, neste aspecto, confiavam nas suas excelentes escolas secundárias em lugar de suas universidades, e pela década de 1850 iniciou-se como pioneira a *Realschule,* uma escola secundária não-clássica, de orientação técnica. Quando, em 1867, os notoriamente industriais "educados" da região da Uhr receberam convite para contribuir para o qüinquagésimo aniversário da universidade de Bonn, todos os industriais com uma única exceção recusaram, alegando que "os eminentes industriais locais não tiveram uma alta educação *(wissenschaftlich)* acadêmica e não iriam dar coisa semelhante a seus filhos".[10]

Apesar disso, a tecnologia tinha uma base científica, e é surpreendente como as inovações de um punhado de pioneiros científicos, desde que concebidas em termos facilmente conversíveis em maquinaria, fossem tão rápida e amplamente adotados. Novas matérias-primas, freqüentemente encontráveis apenas fora da Europa, atingiram a partir daí uma significação que só viria a se tornar evidente no período subseqüente do imperialismo. Desse modo, petróleo já havia atraído a atenção dos engenhosos ianques como um combustível conveniente para lâmpadas, mas rapidamente encontrou novos usos através do processamento químico. Em 1859, apenas dois mil barris haviam sido produzidos, mas por volta de 1874 quase 11 milhões de barris (a maioria proveniente de Pensilvânia e Nova York) já davam meios a John D. Rockfeller (1839-1937) para estabelecer um cerco à nova indústria pelo controle de seu transporte através de sua Standard Oil Company.

Apesar disso tudo, estas inovações parecem mais significativas quando vistas em retrospecto do que no seu próprio tempo. Pelo final da década de 1860, um *expert* ainda pensava que os únicos metais que tinham um futuro econômico importante eram aqueles conhecidos dos antigos: ferro, cobre, estanho, chumbo, mercúrio, ouro e prata. Man ganes, níquel, cobalto e alumínio, ele concluía, "não parecem inclinados a ter um papel tão importante quanto seus antecessores"." O crescimento das importações de borracha pela Inglaterra - de 7.600 cwt* em 1850 para 159 mil cwt em 1876 - era realmente notável, mas as quantidades viriam a ser desprezíveis pelos padrões de vinte anos

---

* *cwt.* abreviatura de *hundredweight* que quer dizer peso de 112 libras Eqüivale no sistema decimal a 50,8024 kg. (N.T.)

mais tarde. Os usos mais comuns deste material – ainda quase que totalmente coletado em forma bruta na América do Sul – ainda eram em coisas tais como roupas a prova d'água e elástico. Em 1876, havia exatamente 200 telefones trabalhando na Europa e 380 nos Estados Unidos, e na Exposição Internacional de Viena a operação de uma bomba d'água movida a eletricidade ainda era uma grande novidade. Olhando para trás, podemos observar que a ruptura estava bem próxima: o mundo estava prestes a entrar na era da luz e força elétricas, do aço e ligas de aço, do telefone e fonógrafo, das turbinas e máquinas a explosão. Mas tudo isso ainda não havia acontecido em meados da década de 1870.

A maior inovação industrial, excetuando-se os campos científicos acima mencionados, foi provavelmente a produção em massa de maquinaria, que tinha sido construída virtualmente à mão, como as locomotivas e os navios o são até hoje. A maior parte do avanço.na engenharia de produção de massa veio dos Estados Unidos, pioneiro do revólver Colt, rifle Winchester, relógios produzidos em massa, máquina de costura e (através dos matadouros de Cincinatti e Chicago na década de 1860) as modernas linhas de montagem, isto é, o transporte mecânico do objeto de produção de uma operação à seguinte. A essência da máquina produzida pela máquina (que implicava no desenvolvimento de máquinas-operatrizes automáticas ou semiautomáticas) era que vinha a ser demandada em quantidades estandartizadas muito superiores a qualquer outra máquina – isto é, por indivíduos e não por firmas ou instituições. O mundo inteiro em 1875 tinha talvez 62 mil locomotivas, mas o que era esta demanda comparada aos 400 mil relógios de pulso produzidos nos Estados Unidos em um único ano (1855) ou os rifles demandados pelos 3 milhões de soldados Federais e Confederados, entre 1861 e 1865, na Guerra Civil Americana? Conseqüentemente, os produtos mais claramente tendentes a seguir a linha de produção em massa eram aqueles que pudessem ser usados por um número muito grande de pequenos produtores, como fazendeiros e costureiras (as máquinas de costura), em escritórios (a máquina de escrever), bens de consumo como relógios, mas, acima de tudo, as pequenas armas e munição de guerra. Estes produtos eram de alguma forma especializados e atípicos. Tudo isto assustava os europeus, que já percebiam, por volta de 1860, a superioridade tecnológica dos Estados Unidos na produção em massa, mas que ainda não tinham percebido o "homem prático", pois pensavam que os americanos não iriam se preocupar em inventar máquinas para produzir artigos inferiores se havia na Europa uma fonte de artesãos preparados e versáteis. Sobretudo, não foi uma autoridade francesa que disse, já em 1900, que a França poderia talvez não ser capaz de ombrear com outros países na indústria de produção de massa, mas poderia manter facilmente sua posição na indústria onde habilidade, talento e destreza fossem decisivos: a manufatura de automóveis?

IV

Os homens de negócios, olhando à sua volta para o mundo no começo de 1870, podiam transpirar confiança, para não dizer complacência. Mas seria tal fato justificado? Mesmo que a gigantesca expansão da economia mundial, agora firmemente sustentada na industrialização de numerosos países e com um denso e genuinamente global dilúvio de mercadorias, capital e homens, continuasse ou mesmo fosse acelerada, o efeito das injeções específicas de energia que havia recebido na década de 1840 não iria durar muito. O novo mundo aberto à empresa capitalista continuaria a crescer – mas não seria mais absolutamente *novo.* (Realmente, logo que os seus produtos, como trigo e outros cereais dos campos americanos e das estepes russas, começaram a ser derramados no velho mundo, como ocorreu nas décadas de 1870 e 1880, tal fato iria romper e colocar fora do lugar a agricultura tanto dos velhos como dos novos países.) Por uma geração inteira, a construção das ferrovias pelo mundo foi em frente. Mas o que aconteceria quando as ferrovias se tornassem menos universais, devido a que a maior parte delas já havia sido construída? O potencial tecnológico da primeira Revolução Industrial, a inglesa do algodão, carvão, ferro e máquinas a vapor, parecia suficientemente vasto. Uma geração que começasse a explorar este potencial mais adequadamente poderia ser perdoada por julgá-lo inexaurível. Mas isso não ocorreu, e já em 1870 os limites deste tipo de tecnologia eram visíveis. O que iria ocorrer se viesse a ser exaurido?

Com o mundo entrando na década de 1870, estas sombrias reflexões pareciam absurdas. Mas, na verdade, o processo de expansão era, como todos agora reconhecem, curiosamente catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam *booms* estratosféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomeçassem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo. Foi em 1860, depois da primeira destas quedas mundiais, que os economistas acadêmicos na pessoa de um brilhante doutor francês, Clement Juglar (1819-1905), reconheceram e mediram a periodicidade deste "ciclo do comércio" até então considerado apenas por socialistas e outros elementos heterodoxos. Portanto, por mais dramáticas que fossem estas interrupções na expansão, elas eram temporárias. Nunca foi tão alta a euforia entre estes homens de negócios quanto no começo da década de 1870, durante o famoso *Gründerjahre* (anos da promoção comercial) na Alemanha, período no qual os projetos mais absurdos e evidentemente fraudulentos de companhias encontraram dinheiro fácil para seus objetivos. Eram os dias, como um jornalista vienense descreveu, em que "companhias existiam para transportar a aurora boreal em oleodutos

para a Praça de Santo Estevão e para vender produção em massa de botas para os nativos das ilhas dos mares do sul". [12]

Então veio a derrocada. Mesmo para o gosto de um período que apreciava *booms* brilhantes e coloridos, foi bastante dramática: 21.000 milhas de estradas de ferro americanas entraram em colapso e falência, as ações na bolsa alemã caíram em 60% entre a alta e 1877 e – mais característico – quase metade dos altos fornos nos grandes produtores de ferro pararam. O dilúvio de imigrantes para o Novo Mundo foi reduzido para um modesto rio. Entre 1865 e 1873, anualmente, mais de 200 mil chegavam no porto de Nova York, mas em 1877 apenas 63 mil o fizeram. Mas, diferente das outras quedas durante o século, esta não parecia chegar a um fim. Já tarde em 1889, um estudo alemão, descrevendo-se a si mesmo como "uma introdução aos estudos econômicos para dirigentes e homens de negócios", observava que "desde a queda da bolsa em 1883... a palavra crise tem constantemente, com apenas algumas breves interrupções, estado presente na cabeça de todos". [13] E isso na Alemanha, o país cuja expansão econômica neste período continuava a ser espetacular. Historiadores têm duvidado da existência daquilo que tem sido chamado "A Grande Depressão" de 1873 a 1896, que evidentemente não foi tão dramática quando a de 1929 a 1934, quando a economia capitalista mundial chegou a entrar em colapso. No entanto, observadores da época não tinham dúvida de que o grande *boom* havia sido seguido por uma grande depressão.

Uma nova era na história, tanto política quanto econômica, abre-se com a depressão da década de 1870. Esta era encontra-se fora dos limites deste volume, apesar do que podemos ressaltar, de passagem, que minou ou destruiu as fundações do liberalismo de meados do século XIX, que parecia tão fortemente estabelecido. O período do final da década de 1840 até meados da década de 1870 iria provar não ser, contrariamente ao desejo convencional de alguns, o modelo de crescimento econômico, desenvolvimento político, progresso intelectual e realização cultural que iria, apesar de tudo, terminar por sobreviver com algumas melhoras, no futuro indefinido, mas ao invés de tudo isso uma espécie de interlúdio. .Entretanto, suas realizações globais eram, de qualquer forma, extremamente surpreendentes. Nesta era, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali.em diante, passava a ser história mundial.

Terceiro Capítulo

O MUNDO UNIFICADO

II

A burguesia, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização... Em uma palavra, cria um mundo a sua própria imagem.

K. Marx e F. Engels, 1848 [1]

Como o comércio, a educação e toda a rápida divulgação de pen-sa-mento e conhecimento, seja pelo telégrafo ou pelo vapor, tudo mudaram, mal posso acreditar que o grande Criador prepare o mundo para se tornar uma nação, falando um único idioma, uma realização que fará com que os exércitos e os navios não sejam mais necessários.

Presidente Ulysses S, Grant, 1873 [2]

"Você precisava ter ouvido tudo que ele disse - eu preparava-me para viver numa montanha em algum lugar, no Egito ou na América".
"E então?" Stoltz observou friamente. "Você pode chegar no Egito em duas semanas e na América em três".
"Mas quem vai para a América ou o Egito? Os ingleses certamente, mas este é o jeito que o bom Deus os fêz, e além disso, eles não têm onde morar no seu próprio país. Mas quem de nós iria sonhar em viajar para lá? Alguns desesperados, talvez, cujas vidas não valem nada para si mesmos.

I. Goncharov, 1859 [3]

I

Quando escrevemos a "história mundial" dos períodos precedentes, estamos na realidade fazendo uma soma das histórias das diversas partes do globo, que, de fato, elas haviam tomado conhecimento umas das outras, porém superficial e marginalmente, exceto quando os habitantes de uma região conquistaram ou colonizaram uma outra, como os europeus ocidentais fizeram com as Américas. É perfeitamente possível escrever a história antiga da África com apenas uma referência casual ao Extremo Oriente, com (exceto a costa ocidental e o Ca-

bo) pouca referência a Europa, mas não sem persistente referência ao mundo islâmico. O que acontecia na China era, até o século XVIII, irrelevante aos dirigentes políticos da Europa, exceção feita aos russos (mas não a alguns de seus grupos específicos de comerciantes); o que acontecia no Japão estava fora do conhecimento direto de todos, exceto de um punhado de mercadores holandeses que tinham tido permissão para ali manter um entreposto, entre o século XVI e meados do século XIX. Inversamente, a Europa era para o Império Celeste apenas uma região de bárbaros felizmente bastante longínqua para não colocar nenhum problema, como, por exemplo, especificar o grau de sua fiel subserviência ao Imperador, apesar de levantar alguns problemas de administração para os funcionários responsáveis por alguns portos. Por esta razão, mesmo entre algumas regiões onde havia razoável interação, muito podia ser posto de lado sem grande inconveniência. Para quem na Europa ocidental – mercadores ou estadistas – era importante saber o que se passava nas montanhas da Macedônia? Se a Líbia fosse inteiramente engolida por algum cataclisma natural, que real diferença isso faria para alguém, mesmo para o Império Otomano, do qual era tecnicamente uma parte, ou entre os mercadores do Levante de várias nações?

A falta de interdependência entre as várias partes do globo não era simplesmente uma questão de ignorância, apesar do que, fora da região em questão e freqüentemente dentro dela, a ignorância do "interior" ainda era considerável. Mesmo em 1848, imensas áreas de vários continentes estavam marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus – principalmente no que diz respeito a África, Ásia central, o interior da América do Sul e partes da América do Norte e Austrália, sem mencionar os quase totalmente inexplorados Ártico e Antártico. Os mapas que fossem desenhados por qualquer outro cartógrafo teriam mostrado espaços ainda maiores do desconhecido; para isso, os funcionários chineses, mercadores e *coureurs de bois* de cada interior dos continentes conheciam bem mais sobre algumas áreas, fossem grandes ou pequenas, do que os europeus, mesmo que a soma global de seus conhecimentos geográficos fosse bem mais exígua. Conseqüentemente, a adição meramente aritmética de tudo que um *expert* conhecesse sobre o mundo seria um mero exercício acadêmico. Não era uma coisa de se encontrar: de fato, não era, mesmo em termos de conhecimento geográfico, *um* mundo.

Ignorância era mais um sintoma que uma causa da falta de unidade no mundo. Refletia simultaneamente a falta de relações diplomáticas, políticas e administrativas, que eram demasiado tênues (A Bíblia de referência diplomática, genealógica e política, o *Almanach de Gotha*, apesar de cuidadoso em reportar o pouco que fosse conhecido sobre as ex-colônias que tinham se tornado repúblicas nas Américas, não incluía a Pérsia antes de 1859, China antes de 1861, Japão antes de 1863, Libéria antes de 1868 e Marrocos antes de 1871. O reino do Sião entrou apenas em 1880). Refletia também a fraqueza

dos laços econômicos. É verdade que o "mercado mundial", aquela pré-condição crucial e característica da sociedade capitalista, estava já por longo tempo e desenvolvendo. O comércio internacional (isto é, a soma total de todas as exportações e importações de todos os países dentro da competência das estatísticas econômicas européias daquele período) havia ultrapassado o dobro em valor entre 1720 e 1780. No período da Revolução Dual (1780-1840) tinha mais que triplicado – notando-se que este crescimento substancial era modesto em comparação a nosso período de estudo. Por volta de 1870, o valor do comércio externo para cada cidadão do Reino Unido, França, Alemanha, Áustria e Escandinávia era entre quatro e cinco vezes o que havia sido em 1830; para cada holandês e belga, três vezes maior; e mesmo para cada cidadão dos Estados Unidos – um país para o qual o comércio externo era de importância marginal – bem mais do dobro. No decorrer da década de 1870, uma quantidade anual de cerca de 88 milhões de toneladas de mercadorias foi trocada entre as nações mais importantes, comparadas com as 20 milhões de 1840. 31 milhões de toneladas de carvão atravessaram os mares, comparadas a 1,4 milhão; 11,2 milhões de toneladas de trigo, comparadas a menos de 2 milhões; 6 milhões de toneladas de ferro comparadas a um milhão; e mesmo – antecipando o século XX – 1,4 milhão de toneladas de petróleo, que era desconhecido do comércio internacional em 1840.

Vamos medir a rede das trocas econômicas entre partes do mundo mais precisamente. As exportações britânicas para a Turquia e o Oriente Médio cresceram de 3,5 milhões de libras em 1848 para um máximo de 16 milhões em 1870; para a Ásia, de 7 milhões para 41 milhões em 1875; para as Américas Central e do Sul, de 6 milhões para 25 milhões em 1872; para a índia, de perto de 5 milhões para 24 milhões em 1875; para a Austrália, de 1,5 milhão para mais de 20 milhões em 1875. Em outras palavras, em 35 anos, o valor das trocas entre a mais industrializada das economias e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo havia se multiplicado por seis. Isso evidentemente não é muito impressivo pelo que temos hoje em dia, mas o volume em números absolutos ultrapassava tudo que podia ter sido previsto anteriormente. A rede que unia as várias regiões do mundo visivelmente apertava.

Definir precisamente quanto o processo contínuo de exploração, que gradualmente preencheu os espaços vazios nos mapas, estava interligado com o crescimento do mercado mundial é uma questão complexa. Parte era subproduto da política externa, parte produto de entusiasmo missionário, parte de curiosidade científica e, para o fim de nosso período, parte de iniciativa jornalística e editorial. Portanto, nem J. Richardson (1787-1865), H. Barth (1821-65) e A. Overweg (1822-52), que tinham sido enviados pelo Ministério de Relações Exteriores britânico para explorar a África central em 1849, nem o grande David Livingstone (1813-73), que cruzou o coração daquele que ainda era conhecido como o "continente escuro" de 1840 a 1873, pa-

trocinado pelo cristianismo calvinista, nem Henry Morton Stanley (1841-1904), o jornalista do *New York Herald*, que foi descobrir o paradeiro de Livingstone (não ele, especialmente!), nem S. W. Baker (1821-92) e J. H. Speke (1827-64), cujos interesses eram mais puramente geográficos ou aventureiros, estavam ou poderiam estar desinformados da dimensão econômica de suas viagens. Como um monsenhor francês com interesses missionários colocou:

> "O bom Deus não precisa de nenhum homem, e a propagação do Evangelho ocorre sem ajuda humana; entretanto, redundaria em glória para o comércio europeu se tal viesse trazer ajuda na tarefa de superar as barreiras que impedem o caminho da evangelizacão..."[4]

Explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso; vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças, com uma providencial e beneficente manufatura de Bolton e Roubaix, levar as mercadorias de Birmingham que inevitavelmente arrastavam a civilização para onde quer que fossem.

Realmente, o que chamamos de "exploradores" de meados do século XIX eram apenas alguns subgrupos bem conhecidos, mas numericamente pouco importantes, de um número muito maior de homens que abriram o planeta ao conhecimento. Eram os que viajavam em áreas onde o desenvolvimento econômico e o lucro eram ainda insuficientemente atraentes para fazer substituir o "explorador" pelo comerciante (europeu), explorador de minérios, o construtor de estradas de ferro e telégrafo e, mais tarde, se o clima provasse adequado, o colono branco. "Exploradores" dominaram a cartografia do interior da África, porque o continente, para o Oeste, estava desprovido de qualquer óbvia razão econômica entre a abolição do tráfico negreiro e a dupla descoberta, de um lado de pedras preciosas e metais (no sul) e de outro lado, do valor econômico de certos produtos primários que só podiam crescer ou ser cultivados em climas tropicais, estando ainda muito longe da produção sintética. Nada ali era de grande significação ou promessa até a década de 1870, mas parecia inconcebível que um continente tão vasto e tão subutilizado não viesse, mais cedo ou mais tarde, a provar ser uma fonte de riqueza e lucro. (Afinal, as exportações britânicas para a África ao sul do Sahara tinham aumentado em cerca de 1,5 milhão de libras no final de 1840 para cerca de 5 milhões em 1871 – vieram a dobrar na década de 1870, para atingir 10 milhões no começo de 1880 – o que, de forma alguma, podia ser considerado como pouco promissor.) Os "exploradores" também dominaram a abertura da Austrália, porque o deserto interior era vasto, vazio e, até meados do século XX, desprovidos de óbvias fontes de exploração econômica. Por outro lado, os oceanos do mundo cessaram (exceto o Ártico – o Antártico atraiu pouca atenção neste período) de preocupar os "exploradores". (O incentivo ali era largamente

econômico – a busca de uma passagem praticável Norte-Oeste e Norte-Este para navios entre o Atlântico e o Pacífico que pudesse, como os vôos transpolares de nossos dias – economizar um bom tempo e, portanto, dinheiro. A busca do Pólo Norte não era, neste período, desejada com grande persistência.) A grande extensão das rotas de navios, e sobretudo a colocação dos grandes cabos submarinos implicavam naquilo que pode ser chamado propriamente de exploração.

O mundo em 1875 era portanto mais conhecido do que nunca fora antes. Mesmo em nível nacional, mapas detalhados (a maior parte iniciados por razões militares) podiam ser agora encontrados na maioria dos países desenvolvidos: a publicação do empreendimento pioneiro neste setor, os mapas da Inglaterra da Ordnance Survey – mas não ainda da Escócia e Irlanda – tinha sido completada em 1862. Porém, mais importante que o mero conhecimento, as mais remotas partes do mundo estavam agora começando a ser interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o barco a vapor, o telégrafo.

Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto por Júlio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em 80 dias, evitando os inúmeros contratempos que perturbaram o indomável Phileas Fogg. Os leitores podem recordar a rota do imperturbável viajante. Ele foi de trem e barco a vapor, através da Europa, de Londres a Brindisi, e em seguida de barco, através do recém-aberto Canal de Suez (uma estimativa de sete dias). A viagem de barco de Suez a Bombaim iria tomar-lhe 30 dias. A viagem de trem de Bombaim a Calcutá deveria, se não fosse a falha em completar um trecho do caminho, tomar-lhe três dias. Dali em diante, pelo mar para Hong-Kong, Yokohama e através do Pacífico até São Francisco era ainda um longo caminho de 41 dias. Então, com a estrada de ferro transamericana que acabava de ser completada em 1869, somente os perigos ainda não completamente dominados, representados pelas hordas de bisões e os índios, estavam entre o viajante e uma viagem normal de sete dias para Nova York. O resto da viagem – o Atlântico para atingir Liverpool e o trem para Londres – não teria causado problemas se não fosse a necessidade do suspense ficcional. Aliás, um agente de viagens americano ofereceu uma volta-ao-mundo similar não muito depois.

Quanto teria durado esta viagem a Phileas Fogg em 1848? Ela teria de ter sido feita quase que inteiramente por via marítima, pois nenhuma estrada de ferro atravessava nenhum continente, e nem mesmo existiam no resto do mundo exceto nos Estados Unidos, onde elas não avançavam terra a dentro mais de 200 milhas. Os barcos a vela mais rápidos tomariam pelo menos uma média de 110 dias para uma viagem até Cantão por volta de 1870, quando já estavam no máximo da perfeição técnica; não poderiam nunca fazê-la em menos de 90 dias, mas sabia-se que já tinham feito em até 150 dias. Podemos

dificilmente imaginar uma circunavegação por volta de 1848 que, contando com a maior sorte possível, fosse feita em muito menos que 11 meses, ou seja, quatro vezes mais do que Phileas Fogg, sem contar o tempo despendido em portos.

Este progresso no tempo despendido em viagens de longa distância era relativamente modesto, especialmente por causa do pouco avanço observado nas velocidades marítimas. O tempo médio gasto por um vapor transatlântico entre Liverpool e Nova York, em 1851, era de 14 a 12 dias e meio; era substancialmente o mesmo em 1873, embora a linha White Star orgulhosamente garantisse poder encurtá-lo para 10 dias.[5] Exceto onde a própria distância fosse encurtada, como no caso do canal de Suez, Fogg não poderia esperar fazer melhor do que um viajante em 1848. A verdadeira transformação deu-se em terra – através das estradas de ferro, e assim mesmo não pelo aumento da velocidade tecnicamente possível das locomotivas, mas pela extraordinária extensão da construção de linhas de estradas de ferro. As locomotivas de 1848 eram de fato mais lentas que as de 1870, mas já atingiam Holyhead a partir de Londres em oito horas e meia, ou seja, três horas e meia a mais do que em 1974. (Em 1865, entretanto, Sir William Wilde – pai do famoso Oscar e um notável pescador – poderia sugerir a seus leitores londrinos um fim-de-semana em Connemara para pescaria.) Todavia, a locomotiva, tal como existia em 1830, era uma máquina de extraordinária eficiência. Mas o que não existia fora da Inglaterra, em 1848, era algo parecido a uma rede ferroviária.

II

O período que este livro trata viu a construção de tais redes ferroviárias quase que por toda a Europa, nos Estados Unidos e mesmo em uns poucos outros lugares do mundo. Os quadros seguintes, o primeiro apresentando uma visão geral e o segundo ligeiramente mais detalhado, falam por si mesmos. Em 1845, fora da Europa, o único país "subdesenvolvido" a possuir uma milha que fosse de estrada de ferro era Cuba. Em 1855 havia linhas em todos os cinco continentes, apesar de na América do Sul (Brasil, Chile, Peru) serem dificilmente visíveis. Em 1865, a Nova Zelândia, Argélia, México e África do Sul já tinham suas primeiras estradas de ferro, e por volta de 1875, enquanto Brasil, Argentina, Peru e Egito tinham perto de mil milhas ou mais de trilhos, Ceilão, Java, Japão e mesmo o remoto Taiti já tinham adquirido suas primeiras linhas. Enquanto isso, por volta de 1875, o mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros, meio milhão de vagões de carga transportando, como era estimado, 1.371 milhões de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias ou, em outras palavras, nove vezes mais do que era carregado anualmente por via marítima (média) naquela década. A época que estudamos era, em termos quantitativos, a primeira autêntica idade das estradas de ferro.

VIAS FERREAS EM MILHAS
(milhares de milhas)

	1840	1850	1860	1870	1880
Europa	1,7	14,5	31,9	63,3	101,7
América do Norte	2,8	9,1	32,7	56,0	100,6
Índia	–	–	0,8	4,8	9,3
Resto da Ásia	–	–	–	–	–*
Australásia	–	–	–*	1,2	5,4
América Latina	–	–	–*	2,2	6,3
África (inc. Egito)	–	–	–*	0,6	2,9
Total mundial	4,5	23,6	66,3	128,2	228,4

* Menos de 500 milhas.
Fonte: M. Mulhall, *A Dictionary of Statistics*, London, 1892, p. 495

O PROGRESSO DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS DE FERRO

	1845	1855	1865	1875
Número de países na Europa				
com estradas de ferro	9	14	16	18
com mais de 1.000 km. de trilhos	3	6	10	15
com mais de 10.000 km. de trilhos	–	3	3	5
Número de países nas Américas				
com estradas de ferro	3	6	11	15
com mais de 1.000 km. de estradas de ferro	1	2	2	6
com mais de 10.000 km. de estradas de ferro	–	1	1	2
Número de países na Ásia				
com estradas de ferro	–	1	2	5
com mais de 1.000 km. de estradas de ferro	–	–	1	1
com mais de 10.000 km. de estradas de ferro	–	–	–	1
Número de países na África				
com estradas de ferro	–	1	3	4
com mais de 1.000 km. de estradas de ferro	–	–	–	1
com mais de 10.000 km. de estradas de ferro	–	–	–	–

Fonte: F. X. von Neumann-Spallart, *Übersichten der Weltwirtschaft*, Stuttgart 1880, p. 336. "Eisenbahnstatistik", *Handwörterbuch der Staatswissenshaften*, 2nd. ed. Jena 1900.

A construção de grandes troncos ferroviários naturalmente ganhou a maior parte da publicidade. Era, realmente, o maior conjunto de obras públicas existente e um dos mais sensacionais feitos da engenharia conhecido até então na história. Quando as ferrovias deixaram a topografia inexata da Inglaterra, suas realizações técnicas passaram a ser até mais sensacionais. A ferrovia do Sul de Viena e Trieste, atravessava o passo de Semmering a uma altura de quase 3 mil pés em 1854; em 1871, trilhos atravessando os Alpes atingiam elevações de até 4.500 pés; em 1869, a Union Pacific atingia 8.600 pés atravessando as Rochosas; e em 1874, o triunfo do conquistador Henry Meiggs (1811-77), a Estrada de Ferro Central do Peru corria lentamente a uma altura de 15.840 pés. Assim como atingiam os picos, elas perfuravam as montanhas, transformando em anãs as modestas passagens das primeiras estradas de ferro inglesas. O primeiro dos grandes túneis dos Alpes, o do Monte Cenis, tinha sido iniciado em 1857 e completado em 1870, e suas sete milhas e meia foram percorridas pelo primeiro trem postal subtraindo 24 horas da distância até Brindisi (um expediente utilizado por Philleas Fogg, como lembramos).

E impossível não partilhar a sensação de excitação, autoconfiança e orgulho que empolgava os que viveram através desta época heróica dos engenheiros, como quando a estrada de ferro ligou pela primeira vez o Passo de Calais ao Mediterrâneo, ou como quando tornou-se possível viajar de trem para Sevilha, Moscou, Brindisi, e também quando os trilhos de ferro percorreram o caminho do Oeste através das pradarias e montanhas norte-americanas, através do subcontinente indiano na década de 1860, descendo o vale do Nilo e varando o interior da América Latina na década de 1870.

Como podemos negar admiração por estas tropas de choque da industrialização que construíram tudo isso, aos exércitos de camponeses freqüentemente organizados de forma cooperativa que, com pá e picareta moveram terra e pedras numa quantidade inimaginável, aos capatazes profissionais ingleses e irlandeses que construíram linhas longe de seus países, aos maquinistas e mecânicos de Newcastle ou Bolton que partiram para longe para construir as novas linhas de ferro da Argentina ou Nova Gales do Sul? Como podemos não nos emocionar com os exércitos de *coolies*[*] que deixaram seus ossos ao longo de cada milha de trilhos? Hoje, o belo filme *Pather Panchali* de Satyadjit Ray (baseado numa novela bengalesa do século-XIX) nos permite recapturar a maravilha da primeira máquina a vapor, um maciço dragão de ferro, a própria força do mundo industrial irresistível e inspiradora, fazendo seu caminho onde nada previamente havia passado, exceto mulas e carroças.

Também não podemos deixar de nos tocar pelos homens duros com chapéus que organizaram e presidiram estas vastas transformações do panorama humano – material e espiritual. Thomas Brassey (1805-70),

---

[*] *coolies* - trabalhador hindu ou chinês. (N.T.)

que chegou a empregar oito mil homens em cinco continentes, foi apenas o mais conhecido destes empreendedores. A lista de suas empresas pelo mundo afora eqüivale às honras de batalhas de campanha dos generais em dias menos luminosos: Prato e Pistoia, Lions e Avinhão, a estrada de ferro norueguesa, a Jutlândia, o grande tronco do Canadá, Bilbao e Miranda, Bengala do Leste, Maurício, Queensland, Argentina central, Lemberg e Czernowitz, estrada de ferro de Delhi, Boca e Barracas, Varsóvia e Terespol, as docas de Callao.

O "romance da indústria"; uma frase que gerações de oradores públicos iria gastar e fazer perder seu sentido original, cercava até banqueiros, financistas, empreendedores que apenas proviam o dinheiro para a construção das estradas. Homens como George Hudson (1800-71) ou Barthel Strousberg (1823-84) estouraram na bancarrota assim como antes na riqueza e proeminência social. Seus colapsos tornaram-se pontos de referência na história econômica. (Nenhuma tolerância entretanto pode ser concedida aos genuínos *robber barons*[*] tais como ôs homens de estrada de ferro americanos – Jim Fisk (1834-72), Jay Gould (1836-92), Commodore Vanderbilt (1794-1877) etc. – que apenas compraram e exploraram as estradas de ferro existentes assim como qualquer outra coisa sobre a qual pudessem pôr as mãos.) E difícil negar admiração mesmo pelos escroques mais evidentes entre os construtores de estradas. Henry Meiggs era sem dúvida um aventureiro desonesto, tendo deixado atrás de si uma estrada de contas não-pagas, subornos e despesas luxuosas ao longo de todo o lado ocidental dos continentes americanos, mais freqüentemente nos centros de vilania e exploração como São Francisco e Panamá do que entre respeitáveis homens de negócios. Mas pode alguém que tenha visto a Estrada de Ferro Central do Peru negar a grandeza da concepção e realização desta imaginação romântica e marota?

Esta combinação de romantismo, empreendimento e finança era talvez mais dramaticamente colocada pela seita francesa dos Saintsimonistas. Estes apóstolos da industrialização transformaram-se especialmente depois do fracasso da revolução de 1848, de um grupo de crentes que os colocou nos livros de história como os "socialistas utópicos", em um dinâmico e corajoso grupo de empreendedores conhecidos como "capitães de indústria", mas acima de tudo como construtores de rede de comunicações. Eles não eram os únicos a sonhar com um mundo ligado pelo comércio e tecnologia. Estados improváveis como centros de comércio global, como por exemplo o Império dos Habsburgos sem acesso ao mar, produziram o *Austrian Lloyd* de Trieste, cujos navios, antecipando o ainda não-construído canal de Suez, chamavam-se *Bombay* e *Calcutta*. E foi um saintsimoniano, F. M. de Lesseps (1805-94), que construiu o canal de Suez e planejou o canal do Panamá, para seu azar mais tarde.

---

[*] *Robber Baron* - "Barão Medieval". (N.T.)

Os irmãos ísaac e Émile Pereire iriam-se tornar conhecidos sobretudo como financistas aventurosos que se fizeram sozinhos no império de Napoleão III. O próprio Émile havia supervisionado a construção da primeira estrada de ferro francesa em 1837, vivendo num apartamento sobre as obras, e apostando na demonstração da superioridade do novo meio de transporte. Durante o segundo império os Pereire iriam construir linhas de estradas de ferro por todo o continente num duelo titânico com o mais conservador dos Rothschild, que veio a arruiná-los (1869). Outro saintsimoniano, P. F. Talabot (1789-1885), construiu entre outras coisas as linhas do sudeste francês, as docas de Marselha e as linhas húngaras, além de comprar as balsas ultrapassadas pela ruína do comércio fluvial no Ródano, esperando usá-las numa frota comercial ao longo do Danúbio em direção ao Mar Negro — um projeto vetado pelo Império dos Habsburgos. Tais homens pensavam em termos de continentes e oceanos. Para eles, o mundo era um única coisa, interligado por trilhos de ferro e máquinas a vapor, pois seus horizontes comerciais eram como seus sonhos sobre o mundo. Para tais homens, destino, história e lucro eram uma e a mesma coisa.

De um ponto de vista global, a rede de troncos ferroviários permanecia suplementar à de navegação internacional. Tal como existia na Ásia, Austrália, África e América Latina, a ferrovia, considerada do ponto de vista econômico, era basicamente um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto do qual estes bens poderiam ser enviados para as zonas industriais e urbanas do mundo. O transporte marítimo, como já vimos, não se tornou notavelmente rápido em nosso período. Sua lentidão técnica é indicada pelo fato, hoje bem conhecido, de que o transporte marítimo a vela havia continuado a manter-se frente ao navio a vapor de forma surpreendente, graças aos progressos tecnológicos menos dramáticos mas substanciais na sua própria eficiência. O vapor tinha-se expandido extraordinariamente, de cerca de 14% do transporte mundial em 1840 para 49% em 1870, mas a vela ainda estava ligeiramente na frente. Somente na década de 1870, e sobretudo na de 1880, é que saiu fora do páreo. (Pelo final desta última década, a vela tinha sido reduzida para aproximadamente 25% do transporte global.) O triunfo do barco a vapor era essencialmente o da marinha mercante britânica, ou melhor, da economia britânica que estava por detrás dele. Em 1840 e 1850, barcos britânicos fizeram aproximadamente um quarto da tonelagem a vapor nominal do mundo; em 1870, perto de um terço; em 1880, mais da metade. Em outras palavras, entre 1850 e 1880 a tonelagem a vapor britânica cresceu por volta de 1.600%, e a do resto do mundo por 440%. Isso era razoavelmente natural. Se alguma carga fosse e viesse a ser despachada de Callao, Shangai ou Alexandria, a probabilidade era de que fosse destinada para a Grã-Bretanha. E muitos navios estavam carregados. 1.250 milhões de toneladas (900 mil inglesas) passaram através do canal de Suez em 1874 – no primeiro ano de operação haviam passado menos de meio milhão. O tráfego regular através do Atlântico Norte era ainda maior: 5,8 milhões

de toneladas entraram pelos três principais portos da costa leste dos Estados Unidos em 1875.

Trilhos e navios transportavam mercadorias e pessoas. Porém, a transformação tecnológica mais sensacional de nosso período estava na comunicação de mensagens através do telégrafo elétrico. Este invento revolucionário parece que estava pronto para ser descoberto em meados da década de 1830. Em 1836-37 fora inventado quase que simultaneamente por um número de diferentes pesquisadores, dos quais Cooke e Wheatstone foram os mais imediatamente bem sucedidos. Em poucos anos, era aplicado nas estradas de ferro e, o que era mais importante, planos de linhas submarinas já eram considerados por volta de 1840, não se tornando porém praticáveis antes de 1847, quando então o grande Faraday sugeriu isolar os cabos com guta-percha. Em 1853 um austríaco, Gintl, e dois anos mais tarde outro,Stark, demonstraram que duas mensagens poderiam ser enviadas pelo mesmo fio nas duas direções; no final da década de 1850, um sistema para enviar duas mil palavras era adotado pela American Telegraph Company; em 1860, Wheatstone patenteava um telégrafo automático, ancestral dos telégrafos modernos e Telex.

A Inglaterra e os Estados Unidos já estavam aplicando esta nova invenção por volta de 1840, um dos primeiros exemplos de uma tecnologia desenvolvida por cientistas, e que dificilmente poderia ter sido desenvolvida sem base numa sofisticada teoria científica. As partes desenvolvidas da Europa adotaram-no rapidamente nos anos seguintes a 1848: Áustria e Prússia em 1849, Bélgica em 1850, França em 1851, Holanda e Suíça em 1852, Suécia em 1853, Dinamarca em 1854. A Noruega, Espanha, Portugal, Rússia e Grécia introduziram-no na segunda metade da década de 1850; Itália, Rumânia e Turquia na década de 1860. As linhas familiares do telégrafo e os pólos multiplicaram-se: 2 mil milhas em 1849 no continente europeu, 15 mil em 1854, 42 mil em 1859, 80 mil em 1864, 111 mil em 1869. O mesmo ocorreu com as mensagens. Em 1852, menos de 250 mil foram enviadas em todos os seis países continentais onde havia sido introduzido, mas em 1869 a França e a Alemanha enviaram cada uma mais de 6 milhões, a Áustria mais de 4 milhões, Bélgica, Itália e Rússia mais de 2 milhões, e mesmo a Turquia e Romênia entre 600 mil e 700 mil cada uma [6].

Entretanto, o desenvolvimento mais significativo era a construção de cabos submarinos, pioneiros através do Passo de Calais no início da década de 1850 (Dover-Calais 1851, Ramsgate-Ostend 1853), em distâncias cada vez maiores. Um cabo pelo Atlântico Norte havia sido proposto em meados da década de 1840 e veio a ser instalado em 1857-58, quebrando-se devido à precariedade da instalação e do isolamento. A segunda tentativa, com o célebre *Great Western* – o maior navio do mundo –, como navio instalador de cabos, foi bem sucedida em 1865. A partir daí, sucederam-se as instalações de cabos internacionais que, em cinco ou seis anos virtualmente enlaçaram o globo.

Em 1870, cabos estavam sendo instalados entre Singapura e Batavia, Madras-Penang, Penang-Singapura, Suez-Aden, Aden-Bombaim, Penzâncio-Lisboa, Lisboa-Gibraltar, Gibraltar-Malta, Malta-Alexandria, Marselha-Bône, Emden-Teerã (por terra), Bône-Malta, Salcombe-Brest, Beachy Head-Havre, Santiago de Cuba-Jamaica, e outro par de linhas através do Mar do Norte. Em 1872 era possível telegrafar de Londres para Tóquio e Adelaide. Em 1871, o resultado do Derby* era enviado de Londres para Calcutá em não menos de 5 minutos, apesar de que a notícia era consideravelmente menos excitante que o feito em si. O que eram os oitenta dias de Phileas Fogg comparados a isso? Tal rapidez de comunicação não era apenas sem precedentes, ou mesmo sem comparação possível. Para a maioria das pessoas, em 1848 estaria completamente fora da imaginação.

A construção deste sistema telegráfico mundial combinava elementos políticos e comerciais: com a importante exceção dos Estados Unidos, o telégrafo interno era ou tornou-se quase que inteiramente estatal, e mesmo a Grã-Bretanha nacionalizou-o adjudicando-o ao Post Office em 1869. Por outro lado, os cabos submarinos permaneceram quase que inteiramente sob a reserva da iniciativa privada que os havia construído, mesmo que o mapa mostrasse sua substancial importância estratégica, sobretudo para o Império Britânico. Eles eram realmente da maior importância para o governo, não apenas por razões militares e de segurança, mas para a administração – como testemunham os inúmeros telegramas enviados por países como a Rússia, Áustria e Turquia, cujo tráfico comercial e privado pouco teriam-no justificado. Tanto maior o território, tanto mais útil para as autoridades, que dispunham então de meios rápidos de comunicação com seus mais remotos postos avançados.

Os homens de negócios obviamente usaram intensamente o telégrafo, mas os cidadãos comuns cedo descobriram seu uso – a maioria das vezes, evidentemente, para ligações urgentes e dramáticas com parentes. Por volta de 1869, 60% de todos os telegramas belgas eram privados. Mas o uso mais significativo da invenção não pode ser medido meramente pelo número de mensagens. O telégrafo transformou as *notícias*, como Julius Reuter (1816-99) entrevira quando fundou sua agência telegráfica em Aix-la-Chapelle em 1851. (Entrou mais tarde no mercado inglês, com o qual Reuter então se associou em 1858.) Do ponto de vista jornalístico, a Idade Média terminou em 1860, quando as notícias internacionais passaram a poder ser enviadas livremente de um número suficientemente grande de lugares no mundo para atingir a mesa do café-da-manhã no dia seguinte. Novidades não eram mais medidas em dias, ou no caso de lugares remotos em semanas ou meses, mas em horas ou mesmo em minutos.

---

* Elegante clube inglês que patrocinava famosas corridas de cavalo (N. T.)

Esta aceleração extraordinária na velocidade das comunicações teve um resultado paradoxal. Aumentando o abismo entre os lugares acessíveis à nova tecnologia e o resto, intensificou o atraso relativo daquelas partes do mundo onde o cavalo, o boi, a mula, o homem, ou o barco ainda determinavam a velocidade do transporte. Numa época em que Nova York podia telegrafar a Tóquio numa questão de minutos ou horas, tornou-se mais espantoso que as imensas disponibilidades do *New York Herald* não fossem suficientes para obter uma carta de David Livingstone do centro da África em menos de oito ou nove meses (1871-72); e, mais espantoso ainda, o *Times* de Londres poder reproduzir aquela mesma carta no dia seguinte à sua publicação em Nova York. A "selvageria" do "Oeste Selvagem" e a "escuridão" do "continente escuro" eram devidos parcialmente a estes contrastes.

Assim se explicava a extraordinária paixão do público pelo explorador e o homem que passou a ser chamado de "viajante" *tout court* – isto é, a pessoa que viajava até ou além das fronteiras da tecnologia, fora da área onde a cabine de comando do vapor, o compartimento dormitório do *wagon-lit* (ambas invenções do nosso período), o hotel e a *pension* cuidava do turista. Phileas Fogg viajou nesta fronteira. O interesse de seu empreendimento residia simultaneamente na demonstração de que, por um lado, os trilhos, o vapor e o telégrafo praticamente enlaçavam o globo e, por outro lado, que ainda havia uma margem de incerteza, assim como algumas lacunas remanescentes, que evitavam que viagens através do mundo se tornassem uma rotina.

Entretanto, os "viajantes", cujos relatórios eram mais avidamente lidos, eram aqueles que enfrentavam as incertezas do desconhecido, com nenhuma ajuda suplementar da tecnologia moderna exceto aquela que pudesse ser carregada nos ombros de nativos. Eram os exploradores e os missionários, especialmente os que penetraram no interior da África, os aventureiros, especialmente os que se aventuraram nos territórios incertos do Islã, os naturalistas caçadores de borboletas e pássaros nas selvas da América do Sul ou nas ilhas do Pacífico. Nossa época era, como os editores cedo descobriram, o início de uma idade de ouro feita de viajantes de poltrona, seguindo nos livros Burton e Speke, Stanley e Livingstone através das matas e da floresta virgem.

III

Portanto, a intrincada rede da economia internacional trazia mesmo as áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo. O que contava não era apenas velocidade – embora uma crescente intensidade do tráfico também trouxesse uma maior demanda por rapidez – mas o nível da repercussão. Isso pode ser vividamente ilustrado pelo exemplo de um acontecimento econômico que simultaneamente abriu nosso período e, como tem sido ar-

gumento, largamente determinou sua forma: a descoberta do ouro na Califórnia (e logo depois na Austrália).

Em janeiro de 1848, um indivíduo chamado James Marshall descobriu ouro no que parecia ser uma vasta jazida em Sutter's Mill perto de Sacramento, na Califórnia, uma extensão ao norte do México que havia sido anexada aos Estados Unidos de pouco, área que não tinha nenhuma significação econômica exceto para uns poucos fazendeiros e donos de rancho mexicano-americanos, pescadores comuns e de baleia, que usavam o conveniente porto da baía de São Francisco onde florescia uma pequena cidade de 812 habitantes brancos. Já que este território fazia face ao Pacífico e estava separado do resto dos Estados Unidos por grandes cadeias de montanhas, deserto e planície, suas atrações e evidente riqueza natural não eram de imediata relevância para empresas capitalistas, sendo porém reconhecidas. A corrida ao ouro rapidamente mudou esta situação. Notícias fragmentárias deste evento foram filtradas para o resto dos Estados Unidos em setembro e outubro daquele ano, despertando porém pouco interesse até serem confirmadas pelo presidente Polk em sua mensagem presidencial de dezembro. Desde então a corrida ao ouro passou a ser identificada com os "Forty-niners". Pelo final de 1849, a população da Califórnia havia saltado de 14 mil para aproximadamente 100 mil, e em 1852 para 500 mil; São Francisco já era então uma cidade de quase 35 mil. No final de 1849, cerca de 540 navios aportaram naquela cidade, metade oriunda de portos europeus, metade americanos e, em 1 850, 1. 150 navios ali deixaram quase meia tonelada em mercadorias.

Os efeitos econômicos deste súbito desenvolvimento na Califórnia, e a partir de 1851 na Austrália, foram muito debatidos, mas observadores da época não tinham dúvida sobre sua importância. Engels observou dolorosamente a Marx em 1852: "A Califórnia e a Austrália são dois casos não-previstos no *Manifesto (Comunista):* a criação de grandes e novos mercados a partir do nada. Precisamos rever isso" [7]. Em que medida estes eventos foram responsáveis pela expansão norte-americana, pelo *boom* mundial (ver capítulo 2 mais atrás), ou pela súbita explosão da emigração em massa (ver capítulo 11 mais adiante), não precisamos decidir aqui. O que estava claro, de qualquer maneira, é que acontecimentos localizados a milhares de milhas distantes da Europa tinham, na opinião de competentes observadores, um efeito imediato e de longo alcance naquele continente. A interdependência da economia mundial não poderia ser melhor demonstrada.

Que tais corridas do ouro iriam afetar as metrópoles da Europa e a costa leste dos Estados Unidos, assim como os financistas e comerciantes de visão global, não chega a ser surpreendente. Sua repercussão em outras partes do globo geograficamente remotas é porém mais inesperada, apesar de se levar em conta que na prática a Califórnia era apenas accessível por mar, onde as distâncias não são um obstáculo particularmente sério à comunicação. Os marinheiros dos navios da rota do Pacífico desertavam para tentar a sorte nos campos auríferos,

e mesmo os habitantes de São Francisco fizeram coisa semelhante assim que as notícias ali chegaram. A febre do ouro espalhou-se rapidamente através dos oceanos. Em agosto de 1849, 200 navios, abandonados por suas tripulações, vagavam nas águas, seus cascos sendo usados para construção de casas. Nas ilhas Sandwich (Havaí), China e Chile, marinheiros ouviram as notícias, capitães espertos – como os mercadores ingleses na costa oeste da América do Sul – recusaram a tentação lucrativa de seguir para o Norte. Frete e salários de marinheiros dispararam com os preços de qualquer coisa exportável para a Califórnia e nada era não-exportável. Pelo final de 1849, o congresso chileno, observando que a maior parte do transporte marítimo nacional estava sendo dirigido para a Califórnia, onde era então imobilizado por deserções, autorizou navios estrangeiros a praticar o tráfico costeiro de cabotagem temporariamente. A Califórnia, pela primeira vez, criou uma rede de comércio ligando as costas do Pacífico, através do qual cereais chilenos, café e cacau mexicano, batatas e outros alimentos da Austrália, açúcar e arroz da China, e mesmo – depois de 1854 – algumas importações do Japão, foram transportadas para os Estados Unidos. (Não era à-toa que o *Bankers Magazine* de Boston havia predito em 1850 que "não seria nada temerário antecipar uma extensão parcial desta influência de comércio até ao Japão".)[8] .

Mais significativo de nosso ponto de vista, a mobilidade de pessoas era maior que o comércio. A imigração de chilenos, peruanos e nativos das ilhas do Pacífico,[9] apesar de chamar a atenção no estágio inicial, não era de maior importância numérica. (Em 1860, a Califórnia tinha cerca de 2.400 latino-americanos além dos mexicanos, e menos de 350 oriundos das ilhas do Pacífico.) Por outro, lado, "um dos resultados mais extraordinários desta descoberta maravilhosa foi o impulso que deu às empresas do Império Celestial. Os chineses, até então as mais impassíveis e domésticas criaturas do universo, haviam começado uma nova vida na Califórnia, nas minas, e vieram para a Califórnia aos milhares" '". Em 1849 havia 76 chineses, pelo final de 1850, 4 mil; em 1852, não menos de 20 mil, e por volta de 1876 havia cerca de 111 mil, ou seja, 25% de todos os habitantes não californianos do estado. Eles trouxeram consigo seu preparo, inteligência e espírito comercial e, incidentalmente, introduziram na civilização ocidental um dos mais poderosos produtos culturais do Leste, o restaurante chinês, que já florescia em 1850. Oprimidos, odiados, ridicularizados e de vez em quando linchados – 88 foram assassinados na baixa de 1862 – eles mostraram a capacidade usual deste grande povo em sobreviver e prosperar, até que o *Chinese Restriction Act* de 1882, clímax de uma longa agitação racial, pôs um fim naquilo que tinha sido o primeiro exemplo na história de uma imigração de massa, voluntária e atraída por razões econômicas, de uma sociedade oriental para uma ocidental.

Por outro lado, o estímulo da corrida do ouro atingiu apenas as fontes tradicionais de migração para a costa oeste, entre elas a britâ-

nica, irlandesa e alemã que formavam a grande maioria, além dos mexicanos.

Estes vieram sobretudo pelo mar, exceto alguns norte-americanos (especialmente os do Texas, Arkansas, Missouri, Wisconsin e Iowa – estados com uma migração desproporcionalmente pesada para a Califórnia) que presumivelmente vieram por terra, uma viagem incômoda que tomava 3 a 4 meses de costa. A rota mais importante que os corredores em busca do ouro percorriam era a que ligava a Europa à São Francisco, costa oeste dos Estados Unidos, via Terra do Fogo percorrendo, 16 a 17 mil milhas através do mar. Londres, Liverpool, Hamburgo, Bremen, Le Havre e Bordéus já tinham linhas diretas na década de 1850. O interesse em diminuir esta viagem de 4 ou 5 meses, assim como de fazê-la mais segura, era prioritário. Os veleiros construídos pelos armadores de Boston e Nova York para o tráfico de chá entre Cantão e Londres podiam agora carregar uma mercadoria diferente. Apenas dois destes haviam feito a volta da América do Sul antes da corrida do ouro, mas na segunda metade de 1851, 24 (de 34 mil toneladas) atingiram São Francisco, diminuindo a distância de Boston para a costa oeste em 100 dias de viagem, ou mesmo, em alguns casos, para 80. Inevitavelmente, uma rota mais curta em tempo pedia para ser construída. O istmo do Panamá mais uma vez tornou-se naquilo que já havia sido nos tempos coloniais espanhóis: o ponto principal de transporte entre navios, pelo menos até que fosse construído um canal, hipótese que foi imediatamente considerada pelo tratado anglo-americano de Bulwer-Clayton de 1850, e que começou – enfrentando a oposição americana – a ser planejado pelo dissidente saintsimoniano francês de Lesseps, recém-vitorioso em Suez na década de 1870. O governo dos Estados Unidos incrementou um serviço postal através do istmo do Panamá, portanto tornando possível o estabelecimento de um serviço de vapor regular mensal entre Nova York e o lado do Caribe, e da cidade do Panamá para São Francisco e Oregon. O esquema, iniciado em 1848 essencialmente por motivos políticos e imperialistas, tornou-se comercialmente mais que viável com a corrida do ouro. O Panamá tornou-se o que sempre tem sido, uma cidade-propriedade americana, onde futuros *robber barons* como Comodore Vanderbilt e W. Ralston (1828-89), fundador do banco da Califórnia, faziam suas negociatas. A economia de tempo era tão grande que o istmo cedo se transformou num ponto vital na cabotagem internacional: através dele, Southampon podia ser ligada a Sydney em 58 dias, e o ouro, descoberto no começo da década de 1850 naquele outro grande centro aurífero, a Austrália (para não mencionar os metais preciosos mais antigos do México e Peru), fez por ali seu caminho para a Europa e a costa leste norte-americana. Somado ao ouro californiano, talvez 60 milhões de dólares anuais devem ter sido transportados através do Panamá. Nenhum espanto que a primeira estrada de ferro tenha, já em 1855. atravessado o istmo. Ela havia sido planejada por uma companhia francesa mas, caracteristicamente, construída por uma americana.

Estes eram os resultados visíveis e quase imediatos de acontecimentos ocorridos num dos mais remotos cantos do mundo. Nenhum espanto que os observadores vissem o mundo econômico não apenas como um complexo interligado, onde cada parte era sensível ao que acontecia nas outras, e através do qual dinheiro, mercadorias e homens moviam-se silenciosamente e com crescente rapidez, obedecendo ao irresistível estímulo da oferta e demanda, ganhos e perdas, e com a ajuda da moderna tecnologia. Se mesmo os mais preguiçosos (porque menos "econômicos") destes homens respondiam a tais estímulos *en masse* – a imigração britânica para a Austrália pulou de 20 mil para quase 90 mil em um ano, depois que ouro foi ali descoberto –, então nada nem ninguém poderia resistir. Obviamente ainda havia muitas partes do globo, mesmo na Europa, mais ou menos isoladas desta movimentação. Mas havia alguma dúvida de que, cedo ou tarde, seriam arrastadas para dentro do torvelinho?

IV

Hoje estamos mais familiarizados do que os homens de meados do século XIX com este desenho totalizante do planeta em um único mundo. Mas há uma diferença substancial entre o processo que nós vivenciamos hoje e o do período que este livro abarca. O que é mais impressionante neste aspecto, mais adiante no século XX, é a padronização que vai bem além da puramente econômica e tecnológica. Neste particular, nosso mundo é bem mais massivamente padronizado que aquele de Phileas Fogg, mas apenas porque há mais máquinas, instalações produtivas e negócios. As estradas de ferro, telégrafos e navios de 1870 não eram menos identificáveis como "modelos" da era onde ocorriam do que os automóveis e aeroportos de 1970. O que pouco ocorria então era a padronização internacional, interlingüística da cultura, que hoje distribui os mesmos filmes, tipos de música, programas de televisão e mesmo estilos de vida através do mundo. Os "modelos" do mundo desenvolvido eram copiados pelos mais atrasados em um punhado de versões dominantes – os ingleses, através de seu império, nos Estados Unidos e, com menos ênfase, no continente europeu; os franceses, na América Latina, no Levante e partes da Europa oriental; os alemães e austríacos, através da Europa central e oriental, na Escandinávia e um pouco nos Estados Unidos. Um certo estilo comum visual, o interior burguês superlotado de móveis, o barroco público dos teatros e óperas podiam ser vistos onde europeus ou colonos descendentes de europeus tivessem se estabelecido (ver capítulo 13 mais adiante). Entretanto, com a exceção dos Estados Unidos (e Austrália), onde altos salários democratizaram o mercado, e portanto o estilo de vida das classes economicamente mais modestas, esta característica permaneceu confinada a uns poucos.

Não há dúvida de que os profetas burgueses de meados do século XIX olhavam para a frente procurando um mundo único e mais ou menos padronizado, onde todos os governos teriam o conhecimento das verdades da economia política e do liberalismo, levadas através do planeta por missionários impessoais mais poderosos que aqueles da cristandade ou do islamismo; um mundo refeito à imagem da burguesia, talvez mesmo onde, eventualmente, as diferenças nacionais viessem a desaparecer. O desenvolvimento das comunicações já pedia novas formas de coordenação internacionais e organismos padronizados – a *International Telegraph Union* de 1865, a *Universal Postal Union* de 1875, a *International Metereological Organization* de 1878, todas ainda existentes hoje. Já colocava também – para fins limitados e resolvido pelo *International Signals Code* de 1871 – o problema de uma "linguagem" padronizada internacional. Em poucos anos, tentativas de criar línguas cosmopolitas artificiais tornaram-se moda, iniciada com a estranha *Volapük* (World-speak) engendrada por um alemão em 1880. (Nenhuma destas vingou, nem mesmo a mais promissora, *Esperanto*, outro produto da década de 1880.) O movimento trabalhista também encontrava-se no processo de estabelecer uma organização global que iria tirar conclusões da crescente unificação do planeta – a Internacional (ver capítulo 6 mais adiante). Que a Cruz Vermelha Internacional (1860), filha também de nosso período, pertença a este grupo é mais duvidoso, pois ela era baseada na mais extrema forma de falta de internacionalismo, isto é, guerra entre estados.

Mesmo assim, padronização e unificação internacionais neste sentido permaneceram frágeis e parciais. De certa forma, o nascimento de novas nações e novas culturas com base democrática, isto é, usando idiomas separados ao invés de línguas internacionais de minorias cultas, fazia esta padronização mais difícil. Escritores de reputação européia ou mundial alcançaram esta dimensão graças a traduções. E enquanto era significativo que por volta de 1875 leitores de alemão, francês, sueco, holandês, espanhol, dinamarquês, italiano, português, tcheco e húngaro fossem capazes de desfrutar de algumas das obras de Dickens (assim como búlgaros, russos, finlandeses, servo-croatas, armênios e leitores de iídiche o foram antes do final do século), era também significativo que este processo resultasse numa crescente divisão lingüística. Fossem quais fossem as perspectivas a longo prazo, era aceito pelos observadores liberais da época que, a curto ou médio prazo, o desenvolvimento terminaria por criar nações diferentes e rivais (ver capítulo 5 mais adiante). O máximo que se poderia então desejar é que estas nações comungassem o mesmo tipo de instituições, economia e credos. A unidade do mundo implicava na sua divisão. O sistema mundial do capitalismo era uma estrutura de "economias nacionais" rivais. O triunfo mundial do liberalismo ficava na conversão de todos os povos, pelo menos os que eram vistos como "civilizados". Não havia dúvida que os campeões do progresso de nosso

período estavam confiantes de que isso viria a acontecer mais cedo ou mais tarde Mas esta confiança tinha bases razoavelmente inseguras.

Eles tinham boas razões quando apontavam para a rede cada vez mais desenvolvida de comunicações globais, cujo resultado mais tangível era um vasto aumento no tráfico de trocas internacionais, mercadorias e pessoas – comércio e migração, que serão considerados separadamente (ver capítulo 11 mais adiante). Mas, mesmo no plano internacional de negócios, a unificação global não era uma vantagem indiscutível, pois ela criava uma economia mundial onde todas as partes estavam de tal modo dependentes umas das outras que um empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento. Disto era ilustração clássica a crise internacional.

Como foi sugerido, dois tipos maiores de flutuação econômica afetavam a sorte do mundo na década de 1840; o antigo ciclo agrário, baseado nos azares das colheitas e do gado, e o novo "ciclo do comércio", parte essencial do mecanismo da economia capitalista. Em 1840, o primeiro destes ainda era dominante no mundo, embora seus efeitos tendessem a ser mais regionais que globais, já que mesmo as mais amplas formas de uniformização – o clima, epidemias humanas, de animais ou plantas - raramente ocorriam simultaneamente em todas as partes do mundo. Economias industrializadas já eram dominadas pelo ciclo do comércio, pelo menos a partir do final das guerras napoleônicas, mas isso afetava na prática apenas a Inglaterra, talvez a Bélgica e os pequenos setores de outras economias ligadas ao sistema internacional. Crises que não vieram ao lado de distúrbios agrários, como por exemplo as de 1826, 1837 ou 1839-42, estremeceram a Inglaterra, a costa leste dos Estados Unidos e Hamburgo, deixando, entretanto, a maior parte da Europa relativamente sem problemas.

Dois processos se apresentaram depois de 1848 para mudar este estado de coisas. Em primeiro lugar, a crise do ciclo do comércio tornou-se genuinamente mundial. A de 1857, que começou, com um colapso bancário em Nova York, era provavelmente a primeira crise mundial do tipo moderno. (Isto talvez não fosse acidental: Karl Marx observara que as comunicações haviam trazido as duas maiores fontes de distúrbios comerciais, Índia e América, para bem mais perto da Europa.) Dos Estados Unidos a crise passou para a Inglaterra, então para a Alemanha do Norte, depois para a Escandinávia, de volta para Hamburgo, deixando uma trilha de bancarrotas e desemprego enquanto atravessava oceanos em direção à América do Sul. A depressão de 1873, que começou em Viena, espalhou-se na direção oposta com muito maior amplitude. Seus efeitos a longo prazo viriam a ser, como veremos, muito mais profundos – como era de se esperar. Em segundo lugar, pelo menos nos países em vias de industrialização, as antigas flutuações agrárias tinham perdido bastante do seu efeito, tanto pelo transporte de massa de alimentos, que diminuíam carências locais e tendiam a igualar preços, como porque os efeitos sociais de

tais carências estavam agora contornados pela oferta suficiente de empregos gerados pelo setor industrial da economia. Uma série de más colheitas ainda poderia afetar a agricultura, mas não mais o resto do país. Além disso, com a economia mundial estreitando seu cerco, mesmo os azares da agricultura dependiam muito menos das flutuações da natureza que dos preços do mercado mundial – como as grandes depressões agrárias das décadas de 1870 e 1880 viriam a demonstrar.

Todas estas manifestações afetavam apenas aquele setor do mundo que já estava mergulhado na economia internacional. Já que vastas áreas e populações – virtualmente toda a Ásia e África, a maior parte da América Latina e mesmo partes substanciais da Europa – ainda existiam fora de qualquer economia que não fosse a da pura troca local e longe de portos, estradas de ferro e telégrafo, deveríamos não exagerar a unificação do mundo completada no período de 1848 a 1875. Afinal, como um eminente cronista da época colocou, *"A. economia mundial* está apenas nos seus primórdios"; mas também, acrescentando com toda a correção: "mesmo estes primórdios nos permitem imaginar sua futura importância, já que neste estágio presente representam uma transformação genuinamente espantosa da produtividade da humanidade" "Se fôssemos considerar apenas uma região, como por exemplo, a costa sul do Mediterrâneo e norte da África, por volta de 1870, tudo o que dissemos só poder-se-ia aplicar ao Egito e às modestas porções da Argélia colonizada pelos franceses. O Marrocos só veio a conceder a estrangeiros a liberdade de comerciar através de seu> território em 1862; Tunísia nem sequer pensava na idéia, preferindo incrementar seu vagaroso progresso por meio de empréstimos até 1865. Foi por volta desta época que um produto do crescimento do comércio mundial, o chá, foi encontrado ao sul da cordilheira dos Atlas em Ouargla, Timbuctu e Tafilet, apesar de ser ainda um artigo de alto luxo: uma onça custava o equivalente ao salário mensal de um soldado marroquino. Até a segunda metade do século, não se viu o crescimento característico da população do mundo moderno ocorrendo nos países islâmicos enquanto que, ao contrário, através dos países saharianos, assim como na Espanha, a combinação tradicional de fome e epidemias em 1867-69 (que devastou a índia pelo mesmo período) vinha a ser, pela sua grande importância econômica, social e política, maior que qualquer manifestação associada com a ascensão do capitalismo mundial, embora talvez – como na Argélia – intensificada por este.

Quarto Capítulo

CONFLITOS E GUERRA

E a história inglesa fala alto para reis:
Se caminhardes à frente das idéias de vosso século, estas idéias vos acompanharão e sustentarão.
Se caminhardes atrás delas, elas vos arrastarão.
Se caminhardes contra elas, elas o derrubarão.

Napoleão III

A velocidade com a qual o instinto militar desenvolveu-se nesta nação de proprietários de navios, mercadores e comerciantes... é bem conhecida. (O Baltimore Gun Club) tinha apenas um interesse: a destruição da humanidade por motivos filantrópicos e o desenvolvimento de armamentos, que eles olhavam como instrumentos de civilização.

Júlio Verne, 1865 [2]

I

Para o historiador, a grande expansão da década de 1850 marca a fundação de uma economia industrial global e de uma única história mundial. Para os dirigentes de meados do século XIX na Europa, como vimos, proporcionou uma oportunidade para tomar fôlego durante a qual os problemas (que nem as revoluções de 1848 nem a sua supressão resolveram) chegaram a ser esquecidos ou mesmo mitigados pela prosperidade e administração sadia. De fato, os problemas sociais agora pareciam mais contornáveis em virtude da grande expansão, da adoção de política e instituições adequadas ao desenvolvimento capitalista irrestrito, e da abertura de válvulas de escape – pleno emprego e imigração – suficientemente amplas para reduzir as pressões do descontentamento da massa. Mas os problemas políticos permaneceram, e pelo final da década de 1850, estava claro que não podiam ser evitados por muito mais tempo. Estes problemas eram, para cada governo, essencialmente questões de política doméstica, mas devido a natureza peculiar dos sistemas de estado europeus a leste da linha da Holanda à Suíça, questões domésticas e internacionais apresentavam-se como inextricavelmente interligadas. Liberalismo e democracia ra-

dical, ou pelo menos o desejo por direitos e representação não podiam ser separados, na Alemanha ou Itália, no Império dos Habsburgos ou mesmo no Império Otomano e nas fronteiras do Império Russo, das ambições por autonomia nacional, independência ou unificação. E isto poderia (como efetivamente, viria a ocorrer nos casos da Alemanha, Itália ou do Império dos Habsburgos) produzir conflitos internacionais.

Pois, bem longe dos interesses de outras potências em qualquer modificação substancial nas fronteiras do continente, a unificação da Itália implicava na expulsão do Império dos Habsburgos, ao qual a maior parte do norte da Itália pertencia. A unificação da Alemanha levantava três questões: que Alemanha exatamente era para ser unificada[*], como – se jamais – as duas maiores potências que eram membros da Confederação Germânica, Prússia e Áustria, deveriam integrá-la, e o que iria acontecer com os numerosos outros principados, que iam de médios reinos a pequenos territórios de ópera bufa. E ambas, como vimos, implicavam diretamente na natureza e fronteiras do Império dos Habsburgos. Na prática, ambas as unificações implicavam enfim em guerras.

Felizmente para os dirigentes europeus, tal mistura de problemas domésticos e internacionais tinha cessado de ser explosiva; ou melhor, a derrota da revolução seguida pela grande expansão haviam-lhes tirado a força. Falando em termos gerais, a partir do final da década de 1850, estes governos encontraram-se novamente diante de agitação política doméstica, provocada por uma classe média liberal e alguns democratas radicais, eventualmente mesmo por alguma força emergente do movimento operário. Alguns deles – especialmente quando, como a Rússia na guerra da Criméia (1854-56) e o Império dos Habsburgos na Guerra Italiana de 1859-60, vieram a ser derrotados – encontravam-se agora mais vulneráveis que antes para fazer face ao descontentamento popular. Entretanto, estas novas agitações não eram revolucionárias, exceto em um ou dois lugares onde puderam ser isoladas ou contidas. O episódio característico destes anos era a confrontação entre um parlamento prussiano fortemente liberal, eleito em 1861, e o rei da Prússia com sua aristocracia, ambos sem a mais remota intenção de abdicar de seus propósitos. O governo da Prússia, sabendo perfeitamente que a ameaça liberal era meramente retórica, provocou uma confrontação e simplesmente chamou o mais

---

[*] A Confederação Germânica incluía a menor parte do Império dos Habsburgos, a maior parte da Prússia, assim como Holstein-Lauenburg, que também pertencia a Dinamarca e Luxemburgo e que também tinha raízes não-germânicas. Não incluía o então Schleswig dinamarquês. Por outro lado, a *União Alfandegária Alemã* (Zollverein), originalmente formada em 1834, por volta de meados da década de 1850 incluía toda a Prússia, mas nenhuma parte da Áustria. Também deixava de fora Hamburgo, Bremen e uma grande parte da Alemanha do Norte (Mecklenburg e Holstein-Lauenburg assim como o Schleswig). As complicações de tal situação poderiam ser bem imaginadas.

rude conservador disponível - Otto von Bismarck - para o cargo de primeiro-ministro, para governar desafiando a recusa do parlamento em votar taxas. Ele o fez sem dificuldades.

Mais que isso, a coisa mais significativa a respeito da década de 1860 foi que, não apenas governos mantinham quase sempre a iniciativa e quase nunca perdiam (senão momentaneamente) o controle da situação que podiam sempre manipular, mas também que podiam *sempre* conceder as reivindicações de suas oposições populares em todos os acontecimentos a oeste da Rússia. Esta foi uma década de reformas, liberalização política, mesmo de algumas concessões ao que era chamado "as forças da democracia". Na Inglaterra, Escandinávia e nos Países Baixos, onde houvesse constituições parlamentares, o eleitorado estava com os governos. O British Reform Act de 1867 fazia acreditar que havia colocado o poder eleitoral nas mãos dos eleitores da classe operária. Na França, onde o governo de Napoleão III tinha visivelmente perdido seu voto urbano por volta de 1863 – conseguiu eleger apenas um dos quinze deputados de Paris – mais e mais tentativas eram feitas para "liberalizar" o sistema imperial. Mas esta mudança de temperamento é ainda mais espantosa junto às monarquias não-parlamentares.

A monarquia dos Habsburgos depois de 1860 simplesmente desistiu de tentar governar como se seus governados não tivessem opiniões políticas. Daí em diante, concentrou seus esforços em encontrar alguma coalizão de forças entre suas numerosas e díspares nacionalidades, uma qualquer que fosse suficientemente forte para manter o resto politicamente imóvel, apesar de todas agora receberem certas concessões educacionais e lingüísticas (ver capítulo 5 adiante). Até 1879 foi-lhe fácil encontrar sua base mais conveniente entre os liberais classe-média de sua fatia da população de língua alemã. Mas a monarquia não foi capaz de manter um controle eficiente sobre os Magiares, que conseguiram algo não muito distante de uma independência, o "Compromisso" de 1867, que transformou o Império na Monarquia Dual Austro-Húngara. Mas ainda mais surpreendente foi o que aconteceu na Alemanha. Em 1862, Bismarck tornou-se primeiro-ministro da Prússia, num programa de manutenção da tradicional monarquia prussiana e sua aristocracia, contra o liberalismo, democracia e nacionalismo germânico. Em 1871, o mesmo chefe de estado aparecia como chanceler do Império Germânico unido por suas próprias forças, com um parlamento (confessadamente de pouca importância) eleito por voto masculino universal, e repousando no entusiástico apoio dos liberais (moderados).alemães. Bismarck não era de forma alguma um liberal, e longe de um nacionalista alemão, no sentido político (ver capítulo 5 adiante). Era apenas suficientemente inteligente para perceber que o mundo dos *junkers* prussianos não poderia mais ser preservado apenas com a manutenção do conflito contra o liberalismo e o nacionalismo, mas precisava trazê-los, ambos, para o seu próprio lado. Isto implicava repetir o que o líder conservador inglês Benjamin Disraeli (1804-81),

ao introduzir o Reform Act de 1867, descrevia como "surpreender os Whigs banhando-se e fugindo com suas próprias roupas".

A política dos dirigentes da década de 1860 estava portanto determinada por três considerações. Primeiro, eles se encontravam numa situação de mudança política e econômica que não podiam controlar, mas a qual precisavam se adaptar. A única escolha – e os chefes de estado reconheciam-na bem claramente – era seguir na direção do vento ou utilizar seus conhecimentos de navegação para pôr seus navios em outra direção. O vento em si era um fato da natureza. Segundo, eles precisavam determinar que concessões às novas forças poderiam ser feitas sem ameaçar o sistema social – ou, em casos especiais, as estruturas políticas cuja defesa era de responsabilidade destes governantes – e o ponto além do qual eles não podiam mais seguir com segurança. Mas, em terceiro lugar, eles tinham a sorte de poder tomar ambas as decisões em circunstâncias que lhes permitiam uma considerável iniciativa, campo para manipulação e que lhes faziam capazes, em alguns casos, até de agir com virtual liberdade para controlar o curso dos acontecimentos.

Os chefes de estado que figuram com maior proeminência nas histórias tradicionais da Europa deste período eram, por conseguinte, aqueles que de forma mais sistemática combinavam controle político com diplomacia e controle da máquina do governo, como Bismarck na Prússia, conde Camillo Cavour (1810-61) em Piedmont e Napoleão-III, ou aqueles mais capazes de manejar o difícil processo de abertura controlada de um sistema de dominação de classe alta, como por exemplo, o liberal W. E. Gladstone (1809-98) e o conservador Disraeli na Inglaterra. E os mais bem sucedidos foram aqueles que souberam virar as novas e antigas forças políticas não-oficiais para sua própria vantagem, aprovassem elas a política destes governantes ou não. Napoleão III caiu em 1870 porque não conseguiu fazê-lo. Mas dois homens provaram ser incomumente eficientes nesta difícil operação, o moderado liberal Cavour e o conservador Bismarck.

Ambos eram políticos extraordinariamente lúcidos, fato refletido na despretensiosa claridade do estilo de Cavour e no impressionante domínio da prosa germânica por Bismarck, uma personalidade por demais grandiosa e complexa. Ambos eram profundamente anti-revolucionários e sem nenhuma simpatia pelas forças políticas, cujos programas entretanto eles seguiram e cumpriram, exceto quanto às suas implicações democráticas e revolucionárias. Ambos tiveram cuidado em separar unidade nacional de influência popular: Cavour, pela insistência em transformar o novo reino italiano num prolongamento de Piedmont, até o ponto de recusar renumerar o título do rei Vitorio Emanuel II (de Savóia) em Vitorio Emanuel I (da Itália); Bismarck, pela construção do novo império germânico através da supremacia da Prússia. Mas ambos eram suficientemente flexíveis para integrar a oposição em seus respectivos sistemas, garantindo porém a impossibilidade de que estas oposições viessem a ganhar controle.

Ambos enfrentaram problemas imensamente complexos de; tática internacional e (no caso de Cavour) de política nacional. Bismarck, que não precisava de ajuda externa e não se preocupava com oposição interna, só podia considerar uma Alemanha unificada que não fosse nem democrática nem demasiado grande que não pudesse ser dominada pela Prússia. Isto implicava a exclusão da Áustria, que ele obteve por meio de duas rápidas guerras brilhantemente conduzidas em 1864 e 1866 e a paralisia do país, que ele conseguiu fomentando e alimentando a autonomia da Hungria dentro do Império dos Habsburgos (1867), simultaneamente com a preservação da Áustria, para a qual dali em diante ele iria dedicar alguns belos presentes diplomáticos. (Isto porque, se a monarquia dos Habsburgos entrasse em colapso com todas as suas nacionalidades, seria impossível evitar que os austríacos alemães viessem a se unir com a Alemanha, portanto abalando a supremacia da Prússia tão cuidadosamente construída. Isso foi, de fato, o que aconteceu depois de 1918, e um dos resultados colaterais da "grande Alemanha" de Hitler (1938-45) foi o total desaparecimento da Prússia. Hoje, nem sequer seu nome sobreviveu, exceto nos livros de história.) Isso também implicava fazer a supremacia da Prússia mais digerível que a austríaca para os estados menos germânicos e mais anti-Prússia, o que Bismarck conseguiu com uma guerra igualmente brilhante na sua concepção e condução contra a França, em 1870-71. Cavour, por seu turno, precisava mobilizar um aliado (França) para expulsar a Áustria da Itália, mas terminou por ser imobilizado por esta iniciativa quando o processo de unificação foi bem além do que Napoleão III esperava. Mais grave, Cavour encontrou-se diante de uma Itália dividida, com a metade superior unificada sob controle do Estado, e a metade inferior unificada pela guerra revolucionária, liderada militarmente por aquele frustrado Fidel Castro do século XIX, o chefe guerrilheiro de camisa vermelha Giuseppe Garibaldi .(1807-82). Rápido pensar, veloz conversação e brilhantes manobras foram necessárias para persuadir Garibaldi a entregar o poder ao rei, o que veio a fazer em 1860.

As operações destes chefes de estado ainda inspiram admiração por seu brilhantismo técnico. Entretanto, o que os fazia tão surpreendentes não era apenas talento pessoal, mas a amplitude pouco usual de ação de que dispunham, graças à falta de um sério perigo revolucionário e a existência de rivalidade internacional a um nível incontrolável. As ações de movimentos não-oficiais ou populares, demasiado fracos para conseguir alguma coisa por si próprios, ou fracassaram ou tornaram-se subordinados a mudanças decididas de cima. Os liberais alemães, radicais democratas e revolucionários sociais contribuíram pouco exceto para aplaudir ou condenar o processo de unificação germânica. A esquerda italiana, como já vimos, teve um papel maior. A expedição siciliana de Garibaldi, que rapidamente conquistou o sul da Itália, perturbou Cavour, mas embora sendo uma conquista significativa, seria impossível determinar qualquer ulterior

conseqüência, dada a situação criada por Cavour e Napoleão. Em nenhum momento a esquerda italiana conseguiu concretizar a república democrática italiana, que era vista como o complemento essencial à unidade. A pequena nobreza húngara moderada conseguiu autonomia para seu país sob o véu de Bismarck, mas os radicais ficaram desapontados. Kossuth continuou a viver no exílio e lá morreu. As rebeliões dos povos balcânicos na década de 1870 vieram resultar numa espécie de independência para a Bulgária (1878), mas apenas na medida em que isso interessava às grandes potências: os bosnianos, que começaram suas insurreições em 1875-76, apenas trocaram a dominação turca por uma provavelmente superior administração dos Habsburgos. Por outro lado, como veremos, revoluções independentes terminaram mal (ver capítulo 9 adiante). Mesmo a espanhola de 1868, que chegou a produzir uma fugaz república radical em 1873, terminou com um rápido retorno à monarquia.

Não diminuímos os méritos dos grandes dirigentes políticos da década de 1860 ao dizer que suas respectivas tarefas foram grandemente facilitadas porque podiam introduzir mudanças constitucionais de maior magnitude sem drásticas conseqüências políticas e, menos ainda, porque podiam iniciar e terminar guerras quase que pela livre vontade. Neste período, tanto a ordem doméstica quanto a internacional podiam ser consideravelmente modificadas com um risco político comparativamente pequeno.

II

Eis por que os 30 anos que sucederam 1848 foram um período de mudanças mais espetaculares ao nível de relações internacionais que domésticas. No tempo das revoluções, ou melhor, depois da derrota de Napoleão (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 5), os governos das grandes potências tiveram o maior cuidado em evitar conflitos de maior importância entre si, já que a experiência havia mostrado que grandes guerras e revoluções caminham juntas. Agora que as revoluções de 1848 tinham vindo e partido, este motivo para constrangimento diplomático tornara-se de importância secundária. A geração posterior a 1848 foi uma era de guerras e não de revoluções. Algumas delas foram de fato o produto de tensões internas, ou de fenômenos revolucionários ou quase-revolucionários. Estes – as grandes guerras civis da China (1851-64) e dos Estados Unidos (1861-65) – não fazem parte exatamente da presente discussão, exceto no que diz respeito aos aspectos técnicos e diplomáticos das guerras deste período. Vamos considerá-las separadamente (ver capítulos 7 e 8 mais adiante). Aqui estamos interessados principalmente nas tensões e mudanças internas dentro do sistema de relações internacionais, sem esquecer o curioso intercâmbio entre as políticas internacional e doméstica.

Se fôssemos perguntar a um especialista (que ainda estivesse vivo) do sistema internacional pré-1848 sobre problemas de política externa – vamos dizer, Visconde Palmerston que foi o Secretário de Estado Britânico bem antes das revoluções e continuou a dirigir a pasta com algumas interrupções até sua morte em 1865 – ele nos teria explicado da seguinte forma: as únicas questões internacionais que contavam eram as relações entre as cinco grandes potências européias, cujos conflitos pudessem resultar em guerras de maior importância, os seja, Inglaterra, Rússia, França Áustria e Prússia (ver *A Era das Revoluções*, capítulo 5). O único estado além destes com suficiente ambição e poder para ser levado em conta, os Estados Unidos, era desprezível, já que confinava seus interesses a outros continentes, e nenhuma potência européia tinha ambições vivas nas Américas que não fossem econômicas – e estas eram do interesse de empresários privados, não de governos. De fato, em 1867 a Rússia vendia o Alaska aos Estados Unidos por uns poucos 7 milhões de dólares e mais o suborno de alguns congressistas americanos para convencer o Congresso a aceitar aquilo que era universalmente considerado uma coleção de rochas, geleiras e tundra ártica. As potências européias, ou melhor, aquelas que contavam – Inglaterra, por causa de sua riqueza e armada; Rússia, por causa de sua extensão e exército; e França, por causa de seu tamanho, exército e reconhecida e respeitada história militar – tinham ambições e razões para desconfiança mútua, mas não além da linha do compromisso diplomático. Por mais de 30 anos depois da derrota de Napoleão em 1815, nenhuma das grandes potências havia usado armas entre si, limitando suas operações militares à supressão da subversão doméstica ou internacional, a vários conflitos locais, nem para se expandirem no resto atrasado do mundo.

Havia entretanto uma fonte de atrito o bastante constante, surgindo sobretudo da combinação entre uma lenta desintegração do Império Otomano, do qual vários elementos não-turcos estavam aptos a se libertar, e das ambições conflitantes da Rússia e Inglaterra no Mediterrâneo oriental, o atual Oriente Médio e a área entre a fronteira leste da Rússia e a fronteira oeste do Império Britânico da índia. Da mesma forma que os ministros das relações exteriores dos países decisivos não estavam preocupados com nenhum distúrbio grave no sistema internacional através de revoluções, eles se sentiam, porém, ameaçados com aquilo que era chamado "A questão do Leste". Mesmo assim, não se havia ainda perdido o controle. As revoluções de 1848 provaram-no, pois mesmo que três entre as cinco grandes potências tivessem sido convulsionadas por elas, o sistema internacional emergiu praticamente intocado como tal. E também, com a exceção parcial da França, o mesmo ocorreu com os sistemas políticos internos de todos.

As décadas subseqüentes viriam a ser bastante diferentes. Em primeiro lugar, o poder considerado (pelo menos pelos britânicos) como potencialmente o mais instável, a França, reapareceu da revolução como um império populista sob outro Napoleão, e o que era mais

estranho, o medo de um retorno ao Jacobinismo de 1793 não mais detinha esta possibilidade. Napoleão, apesar de divulgar ocasionalmente que "Império significa Paz", especializou-se em intervenções internacionais: expedições militares a Síria (1860), em conjunto com a Inglaterra sobre a China (1858-65), e mesmo – enquanto os Estados Unidos estavam ocupados de outra forma – uma aventura no México (1863-67), onde o satélite francês que foi o Imperador Maximiliano (1864-67) não sobreviveu por muito mais tempo à Guerra Civil Americana. Não havia nada particularmente francês nestes exercícios de banditismo, exceto talvez pelo reconhecimento por parte de Napoleão do valor eleitoral da glória imperial. A França era apenas suficientemente forte para tomar parte nesta *razzia* do mundo não-europeu, enquanto a Espanha, por exemplo, não o era mais, apesar de suas grandiosas ambições em recuperar parte de sua perdida influência imperial na América Latina. Enquanto as ambições francesas estivessem situadas bem longe, não afetavam particularmente o sistema de poder europeu; mas quando elas tomavam lugar onde as potências européias estivessem exercitando sua rivalidade, vinham trazer perturbação ao que já era um equilíbrio bastante delicado.

O primeiro dos mais importantes resultados desta perturbação foi a Guerra da Criméia (1854-56), o acontecimento mais próximo a uma guerra geral européia entre 1815 e 1914. Não havia nada de novo ou inesperado na situação que transformou-se numa carnificina internacional importante e notoriamente incompetente, entre a Rússia de um lado, Inglaterra, França e Turquia do outro, e na qual estima-se que mais de 600 mil pessoas tenham perecido, sendo que 500 mil delas por doença: 22% das tropas inglesas, 30% das francesas e cerca de metade das russas. Nem antes nem depois disso pode-se dizer que a política russa de dividir a Turquia ou de transformá-la num satélite (neste caso a primeira hipótese) tenha procurado, demandado ou levado a uma guerra entre as potências. Mas antes e durante a fase seguinte da desintegração turca, na década de 1870, o conflito entre potências deu-se essencialmente como um jogo entre dois poderosos e velhos contendores, Inglaterra e Rússia, os outros não desejando ou não podendo intervir de outra forma que não fosse simbólica. Mas na década de 1850 havia um outro contendor, a França, cujos estilo e estratégia eram, acima de tudo, imprevisíveis. Há pouca dúvida de que alguém quisesse realmente tal guerra, que foi liquidada sem ter resultado em nenhuma modificação substancial na "Questão do Leste", assim que as potências puderam desvencilhar-se do *imbróglio.* O que ocorreu foi que o mecanismo de diplomacia da "Questão do Leste", criada para pequenas confrontações, ruiu temporariamente – e ao custo de umas poucas centenas de milhares de vidas.

Os resultados diplomáticos diretos da guerra foram temporários ou insignificantes, embora a Romênia (formada pela união de dois principados do Danúbio e nominalmente sob suserania turca até 1878) tenha se tornado *de fado* independente. Os resultados políticos

de longo alcance foram mais sérios. Na Rússia, a rígida crosta da autocracia tzarista de Nicolau I (1825-55), já sob pressão crescente, rachou. Uma era de crise, reformas e mudanças começara ali, culminando na emancipação dos servos (1861) e na emergência de um movimento revolucionário russo no final da década de 1860. O mapa político do resto da Europa viria em breve a ser transformado, processo este facilitado, se não tornado possível, pelas alterações do sistema de poder internacional precipitadas pelo episódio da Criméia. Como já assinalamos, um reino unido da Itália surgiu nos anos 1858-70, uma Alemanha unida em 1862-71, incidentalmente levando ao colapso o Segundo Império de Napoleão na França e a Comuna de Paris (1870-71), além de que a Áustria tinha sido excluída da Alemanha e profundamente reestruturada. Em resumo, com a exceção da Inglaterra, todas as "potências" européias foram substancialmente – em muitos casos até territorialmente – modificadas entre 1856 e 1871, e um novo grande estado, como cedo viria a ser reconhecido, tinha sido fundado: a Itália.

Muitas destas alterações derivavam direta ou indiretamente das unificações políticas da Alemanha e da Itália. Fosse qual fosse o ímpeto original destes movimentos pela unificação, o processo viria a ser levado a cabo por governos constituídos, em outras palavras, através da força militar. Como na famosa frase de Bismarck, a questão da unificação tinha sido solucionada "com sangue e ferro". Em 12 anos a Europa passou por quatro guerras importantes: França, Savóia e os italianos contra a Áustria (1858-59); Prússia e Áustria contra a Dinamarca (1864); Prússia e Itália contra a Áustria (1866); Prússia e os estados germânicos contra a França (1871). Todas foram relativamente breves e, pelos padrões das grandes carnificinas na Criméia e nos Estados Unidos, nenhuma excepcionalmente custosa, apesar do que cerca de 160 mil pereceram na guerra franco-prussa, a maior parte do lado francês. Mas todas ajudaram a fazer do período da história européia de que trata este volume um interlúdio guerreiro, naquele que de outra forma seria um século incomumente pacífico entre 1815 e 1914. Mesmo assim, apesar de que a guerra era bastante comum neste mundo entre 1848 e 1871, o medo de uma guerra *geral*, medo este que o século XX tem vivido virtualmente sem interrupção desde a primeira década do século, ainda não assustava os cidadãos do mundo burguês. Isso só começou a ocorrer lentamente depois de 1871. Guerras entre estados ainda podiam ser deliberadamente iniciadas e terminadas por governos, uma situação brilhantemente explorada por Bismarck. Apenas sobre guerras civis não se tinha tal controle, assim como em relação aos relativamente poucos conflitos que degeneraram em genuínas guerras entre povos, como a guerra entre o Paraguai e seus vizinhos (1864-70), transformada num destes episódios de carnificina e destruição incontroláveis, com os quais o nosso próprio século está tão familiarizado. Ninguém sabe ao certo a extensão das perdas nas guerras de Taiping, mas tem-se dito que algumas províncias chinesas até hoje não conseguiram recuperar sua população de antes das guerras.

A Guerra Civil Americana matou mais de 630 mil soldados, e o total de mortos, feridos e desaparecidos ficou entre 33 e 40% do conjunto de forças unionistas e confederadas. A Guerra do Paraguai matou 330 mil (até onde as estatísticas latino-americanas possam ter algum significado), reduzindo a população de sua vítima principal para cerca de 200 mil, dos quais 30 mil eram homens. Por onde for que se observe, a década de 1860 foi uma década de sangue.

O que fez com que este período da história fosse relativamente tão sangrento? Em primeiro lugar, o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não-europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dali surgidos. Assim foi a Guerra Civil Americana, sejam quais forem suas origens políticas, quando o norte industrializado venceu o sul agrário, ou como poderia ser dito em outras palavras, a transferência do sul americano, do império informal da Inglaterra (da qual a indústria do algodão era o pendente econômico) para a nova e definitiva economia industrial dos Estados Unidos. Pode-se considerar esta transferência como um passo precoce mas gigantesco no caminho que, no século XX, levaria a totalidade das Américas da dependência britânica para a dependência americana. A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Rio da Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma efetiva, graças talvez à original dominação jesuíta (ver capítulo 7 mais adiante). O restante dos índios que resistiram à conquista branca foram empurrados para a fronteira desta conquista. Apenas no norte da bacia do Prata os povoados indígenas permaneceram sólidos, e o guarani, ao invés de português ou espanhol, permaneceu como o idioma *de facto* para comunicação entre nativos e colonos. A rebelião de Taiping e sua supressão são inseparáveis da rápida penetração de armas e capital ocidental no Império Celestial, desde a primeira Guerra do Ópio (1839-42) (ver capítulo 7 mais adiante).

Em segundo lugar, como já vimos – especialmente na Europa –, foi graças a recuperação da guerra como um instrumento normal de política governamental, já que não mais se acreditava que a guerra devia ser evitada por medo da conseqüente revolução, e já que estava também convencido (corretamente) de que os mecanismos de poder eram capazes de mantê-las nos limites desejados. A rivalidade econômica não levava além de atritos locais numa era de expansão, onde parecia haver lugar para todos. Mais ainda, nesta era clássica de liberalismo econômico, a competição comercial estava mais próxima de independência frente a qualquer apoio governamental do que nunca, antes ou depois. Ninguém neste período – nem mesmo Marx, contrariamente a uma suposição corrente –, entendeu as guerras européias como basicamente econômicas na sua origem.

Em terceiro lugar, estas guerras agora podiam ser promovidas com a nova tecnologia do capitalismo. (Já que esta tecnologia, através da câmera e do telégrafo também havia transformado a cobertura das guerras na imprensa, trazendo sua realidade mais vividamente diante do público literato, mas, exceto pela fundação da Cruz Vermelha Internacional em 1860 e a Convenção de Genebra de 1864, isto resultou em pouca coisa. Nosso século não viria a produzir melhores controles sobre suas horríveis matanças.) As guerras asiáticas e latino-americanas permaneceram substancialmente pré-tecnológicas, exceção feita às pequenas incursões de forças européias. A Guerra da Criméia, com sua incompetência característica, falhou em usar adequadamente a tecnologia já existente. Mas as guerras da década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados e o telégrafo disponível para rápidas comunicações. Também nesta época, foram desenvolvidos os barcos de guerra e suas derivações, a artilharia pesada, as armas de guerra de produção em massa, incluindo a metralhadora Gatling (1361), assim como os modernos explosivos passaram a ser usados – a dinamite foi inventada em 1866 – trazendo conseqüências significativas para o desenvolvimento das economias industriais. Portanto, todos estavam mais preparados e próximos dos massacres das guerras modernas do que em qualquer época anterior. A Guerra Civil Americana mobilizou 2,5 milhões de homens de uma população de, digamos, 33 milhões. O restante das guerras do mundo industrial permaneceu como conflitos de pequenas proporções, pois mesmo os 1,7 milhões mobilizados em 1870-71 na guerra franco-germânica representaram menos de 2,5% dos 77 (ou mais) milhões de habitantes dos dois países, ou seja, 8% dos 22 milhões capazes de empunhar armas. Ainda é importante notar que, de meados da década de 1860 em diante, gigantescas batalhas envolvendo mais de 300 mil homens deixaram de ser incomuns (Sadowa em 1866, Gravelotte e Sedan em 1870). Apenas uma batalha deste tipo o-correu durante todo o período das guerras napoleônicas (Leipzig em 1813). Mesmo a batalha de Solferino, na Guerra Italiana de 1859, foi maior que todas as batalhas napoleônicas (com exceção de uma).

Já observamos os subprodutos domésticos destas iniciativas e guerras entre governos. Mas a longo prazo, suas conseqüências internacionais ainda viriam a ser mais dramáticas. Pois no período que estudamos, o sistema internacional foi fundamentalmente alterado – muito mais profundamente que os observadores da época chegaram a reconhecer. Apenas um aspecto disto permaneceu inalterado – a extraordinária superioridade do mundo desenvolvido sobre o subdesenvolvido, que era sublinhada (ver capítulo 8 mais adiante) pela carreira do único país não-branco que neste período conseguiu imitar o Oeste, ou seja, o Japão. A tecnologia moderna colocava qualquer governo que não a dispusesse a mercê de qualquer outro que a possuísse.

Por outro lado, ás relações entre as potências foram transformadas. Por meio século depois da derrota de Napoleão, apenas um país

era essencialmente industrial e capitalista, dispondo de uma genuína política global, isto é, uma armada global: a Inglaterra. Na Europa havia dois países com exércitos potencialmente decisivos, apesar de que sua força era essencialmente não-capitalista: a Rússia com sua vasta e fisicamente vigorosa população e a França, com a possibilidade e a tradição de mobilização de massa revolucionária. A Áustria e a Prússia não eram de importância político-militar comparável. Nas Américas havia apenas um poder sem rival, os Estados Unidos que, como já vimos, não se aventurava na área da real rivalidade entre potências. (Esta área não incluía, antes da década de 1850, o Extremo Oriente.) Mas entre 1848 e 1871, ou mais precisamente durante a década de 1860, três fatos ocorreram. Primeiro, a expansão da industrialização produziu outras potências essencialmente industriais e capitalistas além da Inglaterra: os Estados Unidos, a Prússia (Alemanha), e muito antes disso, a França, tendo o Japão se somado mais tarde. Segundo, o progresso da industrialização fez com que, de forma crescente, a riqueza e a capacidade industrial viessem a ser os fatores decisivos no poderio internacional, diminuindo assim a posição relativa da Rússia e da França e aumentando a da Prússia (Alemanha). Terceiro, a emergência como potências independentes de dois estados extra-europeus, os Estados Unidos (unidos sob o norte na Guerra Civil) e o Japão (sistematicamente embarcando na "modernização" da Restauração Meiji de 1868), criavam pela primeira vez a possibilidade de um conflito global entre potências. A tendência crescente de homens de negócios e governos europeus em expandir suas atividades além-mar e de envolverem-se facilmente com outros poderes, em áreas tais como o Extremo Oriente e o Oriente Médio(Egito), reforçava esta possibilidade.

Fora da Europa estas mudanças na estrutura de poder não produziam ainda grandes conseqüências. Mas dentro da Europa, fizeram-se imediatamente sentir. A Rússia, como a Guerra da Criméia mostrara, tinha cessado de ser potencialmente decisiva no continente europeu. Assim como a França, o que havia sido demonstrado pela guerra franco-prussiana. Por outro lado, a Alemanha, um novo poder que combinava uma impressionante força industrial e tecnológica com uma população substancialmente maior que qualquer outro estado europeu exceto a Rússia, tornou-se a nova força decisiva nesta parte do mundo, e assim permaneceria até 1945. A Áustria, na redecorada versão de uma Monarquia Dual Austro-Húngara (1867), permaneceu aquilo que havia sido por já tanto tempo, uma "grande potência" apenas no tamanho e na conveniência internacional, apesar de mais forte que a recém-unificada Itália, cuja grande população e ambições diplomáticas davam também direito a requerer ser tratada como participante no jogo do poder.

De mais a mais, a estrutura formal internacional passou a divergir da estrutura real. A política internacional tornou-se política mundial, na qual pelo menos duas potências não-européias iriam intervir de fato, embora isso não fosse evidente até o século XX. Mais ainda,

estes países tornaram-se uma espécie de oligopólio de potências capitalistas industriais, exercendo um monopólio sobre o mundo mas competindo entre si, embora isto não se tornasse evidente até a era do "imperialismo", depois do fim de nosso período. Por volta de 1875, tudo isso era dificilmente discernível. Mas as fundações da nova estrutura de poder foram estabelecidas na década de 1860, incluindo o medo de uma guerra geral européia, que começava a preocupar os observadores da cena internacional na década de 1870. De fato, tal guerra não iria acontecer nos 40 anos seguintes, um período mais longo do que o século XX poderia imaginar para si mesmo. Nossa própria geração, que pode olhar para trás no momento que escrevemos e ver quase 30 anos sem guerras entre as grandes, ou mesmo médias potências,* sabe melhor do que ninguém que a ausência de guerra pode ser muito bem combinada com o seu temor permanente. Apesar dos conflitos, a era do triunfo liberal tinha sido estável. Não mais o seria depois de 1875.

* Com a exceção do conflito entre os Estados Unidos e a China na Coréia em 1950-53, num tempo em que a China não era considerada uma potência de maior envergadura.

Quinto Capítulo

A CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES

"Mas o que... é uma nação? Por que a Holanda é uma nação enquanto Hanover e o Grão-Ducado de Parma não o são?"

Ernest Renan, 18821[1]

"O que é nacional? Quando ninguém entende uma palavra da língua que você fala."

Johann Nestroy, 1862[2]

"Se um grande povo não acredita que a verdade deva ser encontrada em si mesma... se não acredita que ele sozinho se complete a si mesmo e esteja destinado a levantar-se e salvar a todo o, *resto pela sua verdade, imediatamente transforma-se em material etnográfico, e não mais em um grande povo... Uma nação que perde esta fé deixa de ser uma nação."*

F. Dostoiewsky, 1871-72[3]

NAÇÕES. Reunir aqui todos os povos (?)

Gustave Flaubert, 1852[4]

I

Se as políticas doméstica e internacional estavam intimamente ligadas entre si neste período, o traço que as ligava mais obviamente era o que chamamos de "nacionalismo" - mas os meados do século XIX ainda o conheciam como "o princípio de nacionalidade". Sobre o que girava a política internacional entre os anos de 1848 e 1870? A historiografia tradicional ocidental tem pouca dúvida a este respeito: era sobre a criação de uma Europa de nações-estados. Talvez haja considerável dúvida sobre a relação entre esta faceta da era e outras que estavam evidentemente em conexão com ela, tais como o progresso econômico, liberalismo, talvez até democracia, mas nenhuma sobre o papel central da nacionalidade.

E realmente, como poderia haver? Mesmo significando outras coisas, 1848, a "primavera dos povos", foi claramente, e sobretudo em termos internacionais, uma afirmação de nacionalidade, ou melhor, de nacionalidades rivais. Alemães, italianos, húngaros, poloneses, romenos e o resto afirmaram seu direito de serem estados inde-

pendentes e unidos, embraçando todos os membros de suas nações contra governos opressores, como fizeram os tchecos, croatas, dinamarqueses e outros, embora com crescente apreensão sobre aspirações revolucionárias por parte das nações maiores, que pareciam excessivamente dispostas a sacrifícios neste particular. A França já era um estado independente nacional, mas não menos nacionalista por causa disso.

As revoluções haviam fracassado, mas a política européia dos 25 anos seguintes continuaria a ser dominada pelas mesmas aspirações. Como vimos anteriormente, estes objetivos já haviam sido atingidos, de uma forma ou de outra, fosse por meios não-revolucionários ou apenas marginalmente revolucionários. A França retornou à caricatura de uma "grande nação" sob a caricatura de um grande Napoleão; a Itália e a Alemanha foram unificadas sob os reinos de Savóia e da Prússia; a Hungria atingiu virtualmente uma organização doméstica pelo Compromisso de 1867; a Romênia tornou-se um estado pelo amalgamento de dois "principados danubianos". Somente a Polônia, que não teve uma adequada participação na revolução de 1848, fracassou em conseguir independência ou autonomia através da insurreição de 1863.

No extremo oeste da Europa, como no extremo sudeste, o problema nacional veio a se impor. Os fenianos na Irlanda levantaram-se sob a forma de uma insurreição radical, apoiados pelos milhões de compatriotas empurrados para os Estados Unidos pela fome e ódio aos ingleses. A crise endêmica do multinacional Império Otomano tomou a forma de revoltas por parte dos diversos povos cristãos que tinham sido dominados por tanto tempo nos Bálcãs. A Grécia e a Sérvia já eram independentes, apesar de muito menores do que achavam que deveriam ser. A Romênia conseguiu uma espécie de independência pelo final da década de 1850. Insurreições populares no início da década de 1870 precipitaram ainda uma outra crise turca nacional e internacional, que viria a fazer da Bulgária um país independente pelo final da década, acelerando a "balcanização" dos Bálcãs. A assim chamada "Questão do Leste", aquela permanente preocupação dos chanceleres, agora se tornava basicamente uma questão de como redesenhar o mapa da Turquia européia entre um número incerto de estados de tamanho duvidoso, que se acreditava representarem "nações", estatutos ao qual reclamavam. E um pouco mais ao Norte, os problemas internos do Império dos Habsburgos eram de forma cada vez mais patente as questões de suas nacionalidades constituintes, muitas das quais – e potencialmente todas – levantavam pedidos que iam de uma tênue autonomia nacional à secessão.

Mesmo fora da Europa, a construção de nações era dramaticamente visível. O que era a Guerra Civil Americana, senão a tentativa de manter a unidade da nação americana frente à destruição? O que era a Restauração Meiji, senão o aparecimento de uma nova e orgulhosa "nação" no Japão? Parecia quase impossível negar que o "nation-making", como Walter Bagehot (1826-77) chamou este processo,

estava tomando lugar através de todo o mundo e era uma característica dominante da era.

Tão evidente, que a natureza do fenômeno praticamente não foi investigada. "A nação" era dada. Como Bagehot colocou: "Não podemos imaginar aqueles para os quais isto é uma dificuldade: sabemos do que se trata quando vocês não nos perguntam, mas não conseguimos explicá-la ou defini-la rapidamente" [5], e poucos pensavam que precisavam. Certamente os ingleses sabiam o que era ser inglês, os franceses, alemães ou russos certamente não tinham dúvidas do que fosse sua identidade coletiva. Na era da construção de nações, acreditava-se que isso implicava a transformação desejada, lógica e necessária de "nações" em estado-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da "nação", que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a *língua*. Mas implicar em tudo isso não é muito lógico. Se por um lado é inegável, e tão velho quanto a história, o fato de existirem grupos distintos de homens diferenciando-se a si mesmos de outros grupos por uma variedade de critérios, por outro lado não é certo que estes mesmos critérios fossem aquilo que o século XIX entendia por "nacionalidade". Menos ainda dizer que o fato de estarem organizados em estados territoriais do tipo do século XIX coincidia com o conceito de "nação". Estas eram fenômenos históricos recentes, embora alguns estados territorialmente mais antigos – Inglaterra, França, Espanha, Portugal e talvez até a Rússia – pudessem ser definidos como "estado-nações" sem que isso fosse totalmente absurdo. Mesmo como um programa geral, as aspirações de formar estado-nações a partir de estados que não fossem nações era um produto da Revolução Francesa. Precisamos, portanto, separar bem claramente entre a formação de nações e "nacionalismos" de um lado, na medida em que isso ocorreu durante nosso período, e a criação de estado-nações, de outro.

O problema não era apenas analítico, mas também prático. Pois a Europa, deixando de lado o resto do mundo, estava dividida evidentemente em "nações" cujas aspirações em fundar estados não deixava, pelo certo ou pelo errado, nenhuma dúvida, e em "nações" a cerca das quais havia uma boa dose de incerteza quanto a aspirações semelhantes. O melhor guia para o primeiro tipo era o fato político, a história institucional ou a história cultural das tradições. A França, Inglaterra, Espanha e Rússia eram inegavelmente "nações" porque possuíam estados identificados com os franceses, ingleses, etc. Hungria e Polônia eram nações porque havia existido um reino húngaro como entidade separada, mesmo quando dentro do Império dos Habsburgos, e um estado polonês que também havia existido de há muito até sua destruição no final do século XVIII. A Alemanha era uma nação por força de que seus numerosos principados (apesar de nunca unidos em um único estado territorial) terem constituído outrora o então chamado "Sagrado Império Romano da Nação Germânica" e formado por outro

lado a Federação Germânica, mas também porque todos os alemães de educação elevada partilhavam a mesma língua escrita e literatura. A Itália, apesar de nunca ter sido uma entidade política enquanto tal, possuía talvez a mais antiga das literaturas comuns à sua própria elite. (Nenhum inglês, alemão ou francês pode ler as obras do século XIV escritas nos seus países sem estudar antes um bom pedaço de um idioma diferente. Mas todos os italianos de boa educação hoje lêem Dante com menos dificuldades que pessoas de língua inglesa moderna em relação a Shakespeare.) E assim por diante.

O critério "histórico" de nacionalidade implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis, com o povo comum. Mas o argumento ideológico para o nacionalismo era bem diferente e muito mais radical, democrático e revolucionário. Apoiava-se no fato de que, o que fosse que a história ou a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses, os tchecos eram tchecos e não alemães, os finlandeses não eram russos e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro. Argumentos históricos poderiam ser encontrados ou inventados para explicar esta posição – sempre se pode encontrá-los –, mas essencialmente o movimento tcheco não ficou apenas na aspiração de restaurar a Coroa de São Venceslau, assim como o movimento irlandês não ficou fixado na Revogação da União de 1801. A base deste senso separatista não era necessariamente "étnica", na acepção de diferenças rapidamente identificáveis, como aparência física ou mesmo de idioma. Durante nosso período, o movimento dos irlandeses (muitos dos quais já falavam inglês), dos noruegueses (cuja língua literária não era muito diferente do dinamarquês), ou dos finlandeses (cujos nacionalistas eram bilingües, falando sueco e finlandês), não criaram um caso fundamentalmente lingüístico para si mesmos. Se chegava a ser cultural, não se tratava da "alta cultura", que muitos destes povos não chegavam a ter em grande quantidade, mas sim da cultura oral – canções, baladas, épicos etc, os hábitos e formas de vida dos *folks* –, do povo comum, em outras palavras para um entendimento prático, do campesinato. O primeiro estágio deste "renascimento nacional" era invariavelmente o de encontrar, recuperar e sentir orgulho desta herança de folclore (ver *A Era das Revoluções* capítulo 14). Mas isso não era político em si. Aqueles que iniciaram este movimento eram, freqüentemente ou não, membros de elevada cultura da classe dirigente ou elite estrangeira, como os pastores luteranos alemães ou os senhores com preocupações intelectuais no Báltico, que colecionavam o folclore e antigüidades do campesinato latvio ou estoniano. Os irlandeses não eram nacionalistas porque acreditassem em duendes.

Por que eles eram nacionalistas, e até onde eles eram nacionalistas, vamos discutir mais adiante. O ponto significativo aqui é que a típica nação "a histórica" ou "semi-histórica" era também uma peque-

na nação, e isto colocava o nacionalismo do século XIX diante de um dilema que tem sido raramente reconhecido. Pois os grandes defensores da "nação-estado" entendiam-se não apenas como nacional, mas também como "progressista", isto é, capaz de uma economia, tecnologia, organização de estado e força militar viáveis, ou em outras palavras, que precisava ser territorialmente grande. Terminava por ser, na realidade, a unidade "natural" do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista. "Unificação", assim como "independência", era o princípio básico, e onde argumentos históricos para unificação não existissem – como era o caso da Alemanha e Itália – esta era, quando possível, formulada como um programa. Não havia evidência de que os estados balcânicos tivessem-se sentido algum dia parte de uma mesma nação, mas os ideólogos nacionalistas que apareceram na primeira metade do século pensavam em termos de uma "Illiria" unindo serbos, croatas, eslovacos, bosnianos, macedônios e outros que até hoje demonstram que seu nacionalismo iugoslavo existe em conflito com seus sentimentos (como croatas, slovacos etc).

O mais eloqüente e típico dos defensores da "Europa das nacionalidades", Giuseppe Mazzini (1805-72), propôs um mapa de sua Europa ideal em 1857 [6]; consistia de 11 uniões deste tipo. Claramente sua concepção de "nação-estado" era bem diferente da de Woodrow Wilson, que presidiu a única criação sistemática sobre o papel de um mapa europeu, seguindo princípios nacionais em Versalhes, 1919-20. Sua Europa consistia em 26 ou (incluindo a Irlanda) 27 estados soberanos e, pelo critério Wilsoniano, casos poderiam ser levantados em pelo menos algumas outras situações. O que deveria acontecer com as pequenas nações? Elas deveriam ser integradas completamente, de forma federal ou outra qualquer, com ou sem uma quantidade ainda indeterminada de autonomia, às nações-estados viáveis. Mas Mazzini parecia não se dar conta de que um homem que propusesse unir a Suíça a Savóia, Tirol alemão, Caríntia e Slovênia ficava numa posição difícil para criticar, por exemplo, o Império dos Habsburgos, por passar por cima do princípio nacional.

O argumento mais simples daqueles que identificavam nações-estados com o progresso era negar o caráter de "nações reais" aos povos pequenos e atrasados, ou então argumentar que o progresso iria reduzi-los a meras idiossincrasias dentro das grandes "nações reais", ou mesmo levá-los a um desaparecimento *de facto* por assimilação a algum *Kulturvolk.* Isso não parecia fora da realidade. Depois de tudo, a participação como membro na Alemanha não impedia os meckenburgueses de falar em seu dialeto, que era mais próximo do holandês que do alto-alemão e que nenhum bávaro conseguia entender, como também não evitava que os eslavos lusatianos não aceitassem (como ainda discutem) um estado basicamente alemão. A existência dos breves, e uma parte dos bascos, catalães e flamengos, para não mencionar aqueles que se comunicam em provençal ou na *Langue d'oc* pare-

cia perfeitamente compatível com a nação francesa da qual faziam parte, e os alsacianos criaram um problema apenas porque uma outra grande nação-estado – a Alemanha –disputava-os. Além disso, havia exemplos de pequenos grupos lingüísticos, cujas elites de instrução elevada olhavam para frente sem remorsos em relação ao desaparecimento de seus próprios idiomas. Muitos gauleses em meados do século XIX estavam resignados a isto, e alguns viam mesmo com prazer este processo, na medida em que facilitasse a penetração do progresso numa região atrasada.

Havia um forte elemento de diferenciação e talvez um mais forte de patrocínio especial em tais argumentos. Algumas nações – as maiores, as "avançadas", as estabelecidas, incluindo certamente a própria nação do ideólogo – estavam destinadas pela história a prevalecer ou (se o ideólogo preferisse uma conceituação darwinista) a serem vitoriosas na luta pela existência; e outras não. Todavia isso não deve ser entendido como simplesmente uma conspiração de parte de algumas nações para oprimir outras, embora porta-vozes das nações desprezadas não devessem ser repreendidos por pensar assim. Pois o argumento era dirigido não apenas contra as línguas e culturas regionais das nações como também contra intrusos; também não pretendia seu desaparecimento, mas apenas seu "rebaixamento" da qualidade de "língua" para a de "dialeto". Cavour não negou aos habitantes da Savóia o direito de falar sua própria língua (mais próxima do francês do que do italiano), numa Itália unificada: ele mesmo falava-a por razoes domésticas. Ele e outros italianos nacionalistas apenas insistiam em que deveria haver somente uma língua e um meio de instrução oficiais, em outras palavras o italiano, e que as outras deveriam sumir evaporar-se da melhor forma que pudessem. Da maneira como as coisas seguiam, nem os sicilianos nem os sardenhos insistiram na sua nacionalidade separada, portanto seus problemas poderiam ser redefinidos, na melhor das hipóteses, como "regionalismo". Este fenômeno apenas se tornou politicamente significativo uma vez que um pequeno povo reclamou pela sua nacionalidade, como os tchecos fizeram em 1848, quando seus porta-vozes recusaram o convite dos liberais alemães para tomar parte no parlamento de Frankfurt. Os alemães, não negaram que eles fossem tchecos. Apenas entenderam, o que era correto, que todos os tchecos de boa cultura liam e escreviam alemão, partilhavam da alta cultura alemã e que, portanto (incorretamente) eram alemães. O fato de que a elite tcheca também falasse tcheco e partilhasse da cultura do povo simples local parecia ser politicamente irrelevante, como as atitudes do povo simples em geral e do campesinato em particular.

Diante das aspirações nacionais de povos pequenos, os ideólogos de uma "Europa nacional" tinham três escolhas diante de si: eles podiam negar legitimidade ou existência a tais movimentos, podiam reduzi-los a movimentos de autonomia regional, ou podiam aceitá-los como fatos indiscutíveis porém intragáveis. Os alemães tenderam pa-

ra a primeira hipótese com povos como os eslovenos, e os húngaros com os eslovacos. (Esta atitude precisa ser diferenciada daquela dos revolucionários sociais que não deram maior importância ao nacionalismo – pelo menos em nosso período – e que portanto tiveram uma visão puramente operacional do fenômeno. Para Marx, os nacionalismos húngaro e polonês eram bons, porque mobilizavam do lado da revolução, e os nacionalismos tcheco e croata ruins, porque objetivamente estavam do lado da contra-revolução. Mas não podemos negar que houvesse um elemento de nacionalismo, de grande-nação nesses pontos de vista, de forma bem acentuada entre os revolucionários altamente chauvinistas franceses (como os blanquistas) e difícil de ser negado mesmo em Friederich Engels.) Cavour e Mazzini assumiram a segunda hipótese com respeito ao movimento irlandês. Nada pode ser mais paradoxal do que o fracasso em entender do ponto de vista nacionalista um movimento nacional, cuja base de massa era de tal forma evidente. Políticos de todas as correntes foram constrangidos a assumir a terceira hipótese com respeito aos tchecos, cujo movimento nacional, apesar de não pretender total independência, não podia mais ser posto de lado após 1848. Quando possível, evidentemente, não se dava nenhuma importância a tais movimentos. Nenhum estrangeiro iria preocupar-se com o fato de que a maioria dos velhos estados "nacionais" não fosse outra coisa senão estados multinacionais (como por exemplo, Inglaterra, França ou Espanha), pois ou gauleses, escoceses, bretões, catalães etc. não colocavam nenhum problema internacional e (com a possível exceção dos catalães) nenhum problema significativo nas políticas de seus próprios países.

II

Havia uma diferença fundamental entre o movimento para fundar estado-nações e "nacionalismo". O primeiro era um programa para construir um artifício político que reclamava basear-se no último. Não há dúvida de que muitos daqueles que se consideravam "alemães" por alguma razão achavam que isso não implicava necessariamente num único estado alemão, um estado alemão de algum tipo específico ou mesmo um estado onde todos os alemães vivessem dentro de uma área determinada, como uma canção nacional dizia, entre os rios Meuse a Oeste e Nieman a Leste, as ilhas da Dinamarca (o cinturão) ao Norte e o rio Adige ao Sul. Bismarck, por exemplo, teria negado que sua rejeição a este programa da "grande Alemanha" significava que ele não era menos alemão que um *junker* prussiano e funcionário do estado. Ele era alemão, mas não um alemão nacionalista, provavelmente nem mesmo um nacionalista "pequeno-alemão" por convicção, embora tenha unificado o país (excluindo as áreas do Império Austríaco que tivessem pertencido ao Santo Império Romano, mas incluindo as áreas tomadas pela Prússia aos poloneses, que nunca

tinham feito parte do Império Romano). Um caso extremo de divergência entre nacionalismo e nação-estado era a Itália, a maior parte da qual tinha sido unificada sob o rei da Sabóia em 1859-60, 1866 e 1870. Não havia precedente histórico posterior a Roma antiga para uma única administração de toda a área compreendida entre os Alpes e a Sicília, que Metternich havia descrito com grande precisão como uma "mera expressão geográfica". No momento da unificação, em 1860, estimou-se que não mais de 2,5% de seus habitantes falava a língua italiana no dia-a-dia, o resto falando idiomas de tal forma diferentes que professores enviados pelo estado italiano para a Sicília, na década de 1860, foram confundidos com ingleses[7]. Provavelmente uma percentagem bem maior, mas ainda uma modesta minoria, teria se sentido naquela data como italianos. Não é de admirar que Massimo d'Azeglio (1792-1866) tivesse exclamado em 1860: "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos".

De qualquer maneira, fosse qual fosse sua natureza ou programa, movimentos representando a "idéia nacional" cresceram e multiplicaram-se. Eles não representavam freqüentemente – ou normalmente – aquilo que o século XX viria a entender como a extrema versão de um programa nacional, ou seja, a necessidade de um estado totalmente independente, homogêneo territorial e lingüisticamente, laico, provavelmente republicano/parlamentar para cada povo. (O Sionismo, pelo extremismo mesmo de suas reivindicações, ilustra de forma clara este fato, pois implicava tomar um território, inventar uma língua e laicizar as estruturas políticas de um povo cuja unidade histórica tinha consistido exclusivamente na prática de uma religião comum.) Entretanto, todos implicavam algumas modificações políticas mais ou menos ambiciosas, o que os fazia "nacionalistas". Precisamos agora examinar estes últimos com cuidado para evitar tanto o anacronismo de uma compreensão tardia dos fatos, como a tentação de confundir as idéias dos líderes nacionalistas mais vociferantes com as idéias de fato aceitas pelos seus seguidores.

Não deveríamos também passar por cima, sem dar atenção para a substancial diferença entre velhos e novos nacionalismos, os primeiros incluindo não apenas as nações "históricas" sem um estado, mas também aquelas que há longo tempo o possuíam. Quão britânicos os britânicos se sentiam? Não muito, apesar da inexistência, nesta época, de qualquer movimento autonomista gaulês ou escocês. Imigrantes ingleses para os Estados Unidos tinham orgulho de sua nacionalidade, portanto sentindo relutância em se tornarem cidadãos americanos, mas imigrantes escoceses ou gauleses não tinham tal lealdade. Eles permaneciam orgulhosos escoceses ou gauleses escolhendo a cidadania inglesa ou americana e naturalizavam-se sem maiores problemas. Em que medida os franceses sentiam-se membros *de la grande nation?* Não sabemos, mas estatísticas referentes à evasão ao serviço militar no início do século sugerem que certas regiões a oeste e ao sul (para não mencionar o caso especial dos corsos) olhavam o

serviço militar compulsório mais como uma imposição do que como um dever nacional do cidadão francês. Os alemães, como sabemos, tinham opiniões diferentes quanto ao tamanho, natureza e estrutura do futuro estado unificado alemão, mas quantos entre eles estavam decididamente interessados na unificação alemã? Pelo menos não os camponeses alemães, segundo um consenso geral, nem mesmo na revolução de 1848, quando a questão nacional dominou a política. Estes eram países onde o nacionalismo de massa e o patriotismo não podiam ter sua.existência negada, mas todavia demonstravam de forma clara como era imprudente tomar por certa a sua universalidade e homogeneidade.

Na maior parte das outras nações, especialmente as emergentes, só a mitificação e a propaganda tomariam-nos por certos em meados do século XIX. Nestas, o movimento "nacional" tendia a tornar-se político após sua fase sentimental e folclórica, com a emergência de grupos mais ou menos expressivos dedicados à "idéia nacional", publicando jornais e literatura nacionais, organizando sociedades nacionais, tentando estabelecer instituições educacionais e culturais, e engajando-se em várias atividades francamente políticas. Mas, de forma geral, neste ponto o movimento ainda era carente de um apoio decisivo por parte da massa da população. Consistia basicamente de um extrato social intermediário entre as massas e a burguesia ou a aristocracia existentes (se tanto), especialmente os literatos: professores, camadas inferiores do clero, alguns pequenos comerciantes e artesãos urbanos, e aquela espécie de homens que tinham conseguido subir ao ponto máximo possível para os filhos de um campesinato subordinado numa sociedade hierárquica. Eventualmente os estudantes – de algumas faculdades, seminários ou colégios com orientação nacional – forneciam a estes grupos um ativo corpo de militantes. Evidentemente, nas nações "históricas" que demandavam apenas a remoção da dominação estrangeira para surgirem como estados, a elite local – pequena nobreza na Hungria e Polônia, burocratas classe-média na Noruega – proporcionava quadros mais imediatamente políticos e às vezes uma base maior para a emergência de nacionalismo (ver *A Era Revoluções,* capítulo 7). No todo, esta fase de nacionalismo termina entre 1848 e a década de 1860 na Europa central, ocidental e setentrional, embora muitos dos pequenos povos bálticos e eslavos estivessem apenas começando a entrar no período.

Por razões óbvias, as camadas mais tradicionais, atrasadas ou pobres de cada povo eram as últimas a serem envolvidas em tais movimentos: trabalhadores, empregados e camponeses, que seguiam o caminho traçado pela "bem-educada" elite. A fase de nacionalismo de massa, que vinha normalmente sob a influência de organizações da camada média de nacionalistas liberais-democratas – exceto quando contrabalançada pela influência de partidos independentes trabalhistas e socialistas – estava de alguma forma relacionada com desenvolvimento econômico e político. Nas terras tchecas esta movimentação

começou com a revolução de 1848, desapareceu nos anos absolutistas da década de 1850, mas cresceu enormemente durante o rápido progresso econômico da década de 1860, quando as condições políticas passaram a ser mais favoráveis. Uma burguesia nativa tcheca tinha então adquirido suficiente força econômica para fundar um banco nacional tcheco, e mesmo instituições custosas tais como o Teatro Nacional de Praga (inaugurado provisoriamente em 1862). Mais próximo de nosso interesse, organizações culturais de massa como os clubes de ginástica *Sokol* (1862) cobriam então os campos, e as campanhas políticas depois do Compromisso Austro-Húngaro foram conduzidas por meio de uma série de grandes comícios a céu aberto - uns 140, com uma estimativa de participação em terno de um milhão e meio no período 1868-71 [8] - que aliás ilustram tanto a novidade como o "internacionalismo" cultural de movimentos de massa nacionais. Percebendo a falta de um nome adequado para tais atividades, os tchecos inicialmente tomaram emprestado o termo *meeting* do movimento irlandês, que tentaram imitar. (O termo *meeting* também seria tomado de empréstimo para reuniões de massa de classe trabalhadora pelos franceses e espanhóis, mas a esta altura provavelmente por influência inglesa.) Logo um nome adequadamente tradicional viria a ser encontrado, recuando-se no tempo até os Hussitas do século XV (um exemplo natural da militância nacional tcheca), o "tabor"; e, por sua vez, este nome viria a ser adotado pelos nacionalistas croatas para suas reuniões de massa, embora os Hussitas não tivessem nenhuma relevância histórica para estes últimos.

Este tipo de nacionalismo de massa era novo, e bem diferente do nacionalismo de elite ou de classe média dos movimentos italianos e alemão. E existia ainda há tempos outra forma de nacionalismo de massa: mais tradicional, revolucionário e independente das classes médias locais, mesmo que a razão disso fosse a pouca importância econômica e política destas últimas. Mas poderíamos chamar de "nacionalistas", as rebeliões dos camponeses e montanheses contra a lei do estrangeiro, quando os revoltosos eram unidos apenas pela consciência da opressão, xenofobia e uma ligação profunda com a tradição antiga, com a fé e um vago sentido de identidade étnica? Somente quando estas rebeliões mostravam de uma ou outra forma alguma conexão com movimentos nacionalistas modernos. Se esta ligação existiu no sudeste europeu onde tais movimentos destruíram muito do Império Turco, particularmente na década de 1870 (Bósnia, Bulgária), é um problema a ser debatido, mas é indiscutível que elas produziram estados independentes (Romênia, Bulgária) que reclamavam ser nacionais. Na melhor das hipóteses, podemos falar de um proto-nacionalismo, como entre os romenos, conscientes da diferença de sua língua dos vizinhos eslavos, alemães e húngaros, e cônscios de um certo "eslavismo" que diversos intelectuais e políticos tentaram desenvolver entre eles sob a forma de uma ideologia de Panslavismo neste período. (Panslavismo era oferecido tanto aos políticos conservadores e imperiais da Rússia quanto aos

povos eslavos do Império dos Habsburgos, com o objetivo de formar uma grande nação ao invés de várias pequenas nações inviáveis. Este Panslavismo era combatido fortemente pela esquerda, que via nele uma extensão da influência russa considerada o centro da reação internacional.)

Um desses movimentos, entretanto, era indiscutivelmente nacional: o irlandês. A Irmandade Republicana Irlandesa ("Fenians"), com o ainda sobrevivente Exército Republicano Irlandês (IRA), era o descendente linear das fraternidades do período pré-1848 e o de vida mais longa. O apoio rural de massa a políticos nacionalistas não era em si nada de novo, pois;, a combinação irlandesa de conquista estrangeira, pobreza, opressão c uma classe senhorial na sua grande maioria inglesa-protestante imposta sobre um campesinato irlandês-católico, mobilizava mesmo os nomes politizados. Na primeira metade do século, os líderes deste movimento de massa tinham pertencido à (pequena) classe média irlandesa, e seus objetivos – apoiados pela única organização efetiva de caráter nacional, a Igreja – eram conseguir uma moderada acomodação com os ingleses. A novidade em relação aos Fenianos, que primeiro apareceram como tais no final da década de 1850, era que eles eram completamente independentes dos moderados da classe média, e que seu apoio vinha inteiramente das classes populares – mesmo, apesar da aberta hostilidade da Igreja, de partes do campesinato –, assim como eram os primeiros a colocar um programa de total independência da Inglaterra, a ser obtida por meio da insurreição armada. Embora o nome da organização derivasse de heróica mitologia da antiga Irlanda, sua ideologia era bem pouco tradicional, mesmo que seu nacionalismo laico e anticlerical não pudesse esconder que, para a massa dos fenianos irlandeses o critério de nacionalidade fosse (e ainda seja) a fé católica. A concentração exclusiva no objetivo de conseguir uma República Irlandesa através da luta armada substituiu um programa social, econômico e mesmo de política doméstica, e a legenda heróica de rebeldes armados e mártires tem sido muito grande até hoje para aqueles que desejassem formular tais programas. Esta é a "tradição republicana" que sobrevive na década de 1970 e que reapareceu na guerra civil do Ulster, no IRA "Provisório." A rapidez com a qual os fenianos aliaram-se com revolucionários socialistas, e com que estes reconheceram o caráter revolucionário do Fenianismo, não deveria encorajar ilusões sobre esta questão. (Marx apoiou-os decididamente e mantinha correspondência com líderes fenianos.)

Mas não deveríamos também subestimar a novidade e a significação histórica de um movimento cujo suporte financeiro vinha da massa dos trabalhadores irlandeses levados para os Estados Unidos pela fome, o ódio aos ingleses, e cujos recrutas vinham dos proletários imigrantes para a América e Inglaterra – não havia quase trabalhadores industriais no que é hoje a República Irlandesa – e de jovens camponeses vindos dos antigos baluartes do "terrorismo agrário" irlandês, cuja estrutura era formada destes mesmos camponeses e do estrato mais baixo da elite

urbana dos trabalhadores, que dedicaram a vida à insurreição. Tudo isso antecipa os movimentos revolucionários nacionais dos países subdesenvolvidos no século XX. Faltava-lhes o melhor da organização do trabalhismo socialista, ou talvez apenas a inspiração de uma ideologia socialista que viria transformar a combinação de liberação nacional e transformação social numa força formidável no século XX. Não havia socialismo em nenhuma parte, e os fenianos que também eram revolucionários sociais, especialmente Michael Davitt (,1846-1906), conseguiram apenas tornar explícito diante da *Land Lea-gue* o que havia sjdo sempre implícito, ou seja, a relação entre nacionalismo de massa e descontentamento agrário; e isto somente após o fim de nosso período, durante a Grande Depressão Agrária do final da década de 1870 e na década seguinte. Fenianismo era nacionalismo de massa na época do triunfante liberalismo. Podia fazer pouco, exceto rejeitar a Inglaterra e reclamar total independência para um povo oprimido através da revolução, esperando que isso viesse a resolver todos os problemas de pobreza e exploração. Isso não foi sequer conseguido efetivamente, pois apesar da abnegação e heroísmo dos fenianos, suas insurreições (1867) e invasões (por exemplo, do Canadá a partir dos Estados Unidos) foram realizadas com notável ineficiência, e os dramáticos *coups* conseguidos, comuns em tais operações, conseguiram pouco mais do que a publicidade normal; em alguns casos, má publicidade. Eles geraram a força que iria conseguir independência para a maior parte da Irlanda Católica mas, a partir do momento em que não geraram mais nada além disso, deixaram o futuro da Irlanda para os moderados classe-média, os ricos fazendeiros e os mercadores das pequenas cidades de um pequeno país agrário, que iriam tomar posse da herança dos fenianos.

Embora o caso irlandês fosse único, não há dúvida de que em nosso período o nacionalismo tornou-se uma força de massa, pelo menos nos países povoados por brancos. Mesmo assim, o *Manifesto Comunista* era mais realista do que é comumente considerado, ao dizer que "os trabalhadores não tem pátria". O nacionalismo avançou na classe operária *pari passu* com a consciência política, fosse porque a tradição revolucionária era nacional (como na França), fosse porque os líderes e ideólogos dos novos movimentos trabalhistas estivessem profundamente envolvidos na questão nacional (como em todos os lugares em 1848). A alternativa para a consciência política "nacional" não era, na prática, o "internacionalismo proletário", mas uma consciência subpolítica que operava numa escala ainda menor que o da nação-estado. Eram poucos os homens e mulheres da esquerda política que escolheram claramente entre lealdades nacionais ou supranacionais, como a causa internacional do proletariado. O "internacionalismo" da esquerda, na prática, significava solidariedade e apoio para aqueles que lutavam pela mesma causa em outras nações e, no caso de refugiados políticos, a presteza em participar na luta no lugar que se encontrassem. Mas, como os exemplos de Garibaldi, Cluseret e da

Comuna de Paris (que ajudou os fenianos na América) provaram, isso não era incompatível com uma passional profissão de fé nacionalista. Também podia significar uma recusa em aceitar as definições do "interesse nacional" impostas por governos ou outras instâncias. Mesmo os socialistas franceses e alemães, que em 1870 juntaram-se ao protesto contra a guerra "fraticida" Franco-Prussiana, não eram insensíveis ao nacionalismo, da maneira como *eles* o viam. A Comuna de Paris tinha-se apoiado tanto no patriotismo jacobino de Paris como nos *slogans* de emancipação social, assim como os marxistas alemães social-democratas de Liebknecht e Bebei tinham-se apoiado no apelo ao nacionalismo radical-democrático de 1848, contra a versão prussiana do programa nacional. O que os trabalhadores alemães ressentiam era mais a reação do que o patriotismo alemão; e um dos aspectos mais inaceitáveis da reação era que chamava os sociais-democratas de *vaterlandlose Gesellen* (companheiros sem pátria), desta forma negando-lhes o direito de serem tanto trabalhadores como bons alemães. E, evidentemente, era quase impossível para a consciência política não estar de uma forma ou de outra definida nacionalmente. O proletariado, como a burguesia, existia apenas conceitualmente como um fato internacional. Na realidade existia como um agregado de grupos definidos pelos seus estados nacionais ou diferenças lingüísticas/étnicas; ingleses, franceses ou, em estados multinacionais, alemães, húngaros ou eslavos. E, na medida em que "estado" e "nação" coincidiam na ideologia daqueles que estabeleciam instituições e dominavam a sociedade civil, política em termos de estado implicava política em termos de nação.

III

Mesmo assim, malgrado poderosos sentimentos e lealdades nacionais (na medida em que nações transformavam-se em estados), a "nação" não era algo espontâneo mas um produto. Também não era historicamente nova, pois expressava características que membros de grupos humanos muito antigos tinham em comum, ou aquilo que os unia contra "estrangeiros". Precisava, portanto, ser construída. Daí a importância crucial das instituições que podiam *impor* uniformidade nacional, que eram principalmente o estado, especialmente a educação do estado, emprego do estado e (nos países que adotavam serviço militar obrigatório) serviço militar. (França, Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria-Hungria.) Os sistemas educacionais dos países desenvolvidos expandiram-se substancialmente durante este período, em todos os níveis. O número de estudantes universitários permaneceu, entretanto, bastante modesto, por parâmetros atuais. Omitindo estudantes de teologia, a Alemanha tinha a dianteira no final da década de 1870, com quase 17 mil, seguida de longe pela Itália e França com 9 a 10 mil cada, e Áustria com 8 mil [9]. Das 18 novas universidades fundadas

entre 1849 e 1875, nove eram fora da Europa (cinco nos Estados Unidos, duas na Austrália, uma em Argel e outra em Tóquio), cinco eram na Europa Oriental (Jassy, Bucareste, Odessa, Zagreb e Czernowitz). Duas modestas fundações encontravam-se na Inglaterra. Estas universidades cresceram sob pressão nacionalista, e nos Estados Unidos tais instituições de educação superior estavam num processo de multiplicação. A educação secundária cresceu com as classes médias, embora (como a alta burguesia para a qual esta educação estava destinada) tenham permanecido muito mais instituições de elite, exceto ainda nos Estados Unidos, onde a "high school" pública começou sua carreira de triunfo democrático. (Em 1850 havia apenas 100 delas na nação inteira.) Na França, a proporção de alunos sob educação secundária cresceu de 1 em 35 (1842) para 1 em 20 (1864), mas graduados secundários formavam apenas 1 em 55 ou 60 em 1860, embora fosse bem melhor que os 1 para 93 de 1840 '".

Mas o maior avanço ocorreu nas escolas primárias, cujo objetivo era não apenas o de transmitir rudimentos da língua ou aritmética mas, talvez mais do que isso, impor os valores da sociedade (moral, patriotismo) a seus alunos. Este era o setor da educação que havia sido previamente negligenciado pela estado laico, e seu crescimento estava intimamente ligado com o avanço das massas na política, como testemunham a instalação da sistema de educação primária do estado na Inglaterra, três anos depois do *Reform Act* de 1867, e a vasta expansão do sistema na primeira década da Terceira República na França. O progresso era realmente espantoso: entre 1840 e 1880 a população da Europa cresceu em 33%, mas o número de seus filhos na escola cresceu em 145%. Mesmo na bem-educada Prússia, o número de escolas primárias cresceu de mais de 50% entre 1843 a 1871. Mas não era apenas devido ao atraso da Itália que o mais rápido crescimento de população escolar tenha ocorrido ali: 460%. Nos 15 anos que seguiram à unificação, o número de escolas primárias dobrou.

De fato, para as novas nações-estados, estas instituições eram de importância crucial, pois apenas através delas a "língua nacional" (geralmente construída antes através de esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades. Por exemplo, a *mass media* – neste momento a imprensa – só podia transformar-se em tal quando uma massa alfabetizada em número suficiente fosse criada. Era portanto também de importância crucial a luta dos movimentos nacionais para conseguir a "autonomia cultural", isto é, controlar a parte relativa nas instituições do Estado, como por exemplo, conseguir instrução escolar e uso administrativo para suas respectivas línguas. A disputa não era tal que afetasse os analfabetos, que aprendiam seus dialetos em família, nem as minorias que assimilavam *en bloc* a língua dominante da classe dirigente. Os judeus europeus estavam satisfeitos em guardar suas línguas nativas – o lidiche derivado do alemão medieval e o Ladino derivado do espanhol medieval –como uma *Mame-Loschen* (língua ma-

terna) para uso doméstico, comunicando-se com seus vizinhos em qualquer língua que fosse necessária e, no caso de se transformarem em burgueses, abandonando este velho idioma por aquele que fosse usado pela aristocracia e classe média contíguas, fosse ela inglesa, francesa, polonesa, russa, húngara, mas especialmente alemã. (Um movimento para desenvolver tanto o lidiche como o Ladino numa língua literária normal desenvolveu-se a partir do meio do século e foi mais tarde retomado pelos movimentos revolucionários (marxistas) judeus, e não pelo nacionalismo judeu-sionismo). Mas os judeus neste momento não eram nacionalistas, e seu fracasso em dar importância a uma língua "nacional", assim como o fracasso em possuir um território nacional levou muitos a duvidar se realmente deveriam se constituir numa "nação". Por outro lado, a disputa era vital para as classes médias e elites emergentes de povos atrasados ou subalternos. Eram elas que particularmente sentiam o acesso privilegiado a postos importantes e de prestígio que tinham os nativos da língua "oficial" mesmo quando (como no caso dos tchecos) seu bilingüismo compulsório lhes dava vantagem sobre os alemães monoglotas na Bohemia. Por que deveria um croata aprender italiano, língua de uma pequena minoria, para tornar-se um oficial da marinha austríaca?

E portanto, na medida em que estado-nações eram formados, postos públicos e profissões da civilização progressista se multiplicavam, a educação escolar se tornava mais geral e, acima de tudo, a migração urbanizava povos rurais, todos estes ressentimentos encontravam uma ressonância geral crescente. Pois escolas e instituições, ao imporem uma língua de instrução, impunham também uma cultura, uma nacionalidade. Em áreas de povoamento homogêneo, isso não tinha importância: a constituição austríaca de 1867 reconhecia educação elementar na "língua do país". Mas por que deveriam os eslovacos ou tchecos, que haviam imigrado para cidades alemães, tornar-se alemães como preço de serem alfabetizados? Eles reclamavam o direito a escolas próprias, mesmo quando fossem minorias. E por que deveriam os tchecos e eslovacos de Praga ou Ljubljana (Laibach), tendo reduzido os alemães de uma maioria a uma pequena minoria, confrontar nomes de ruas e regulamentos municipais numa língua estrangeira? A política da metade austríaca do Império dos Habsburgos era demasiado complexa para que o governo tivesse tempo para pensar multinacionalmente. Mas o que pensar se outros governos usavam a educação, poderosa arma, para formar as nações que pretendiam magiarizar, germanizar ou italianizar sistematicamente? O paradoxo do nacionalismo era que, ao formar sua própria nação, automaticamente criava contra-nacionalismos para aqueles que a partir de então eram forçados à escolha entre assimilação ou inferioridade.

A era do liberalismo não entendeu este paradoxo. Realmente, não entendia este "princípio de nacionalidade" que aprovava, considerava mesmo personificar, e em vários casos apoiava ativamente. Observadores da época estavam certos em supor que nações e naciona-

lismo .eram ainda malformados e maleáveis. A nação americana, por exemplo, baseava-se na idéia de que, ao migrar através do oceano, muitos milhões de europeus iriam rapidamente abandonar qualquer lealdade política a suas pátrias e qualquer demanda de *status* oficial para suas línguas ou culturas nativas. Os Estados Unidos (ou Brasil, ou Argentina) não viriam a ser multinacionais mas, pelo contrário, absorveriam os imigrantes na própria nação. E no nosso período, exatamente isto veio a acontecer, quando as comunidades imigrantes não perderam sua identidade nacional no *melting-pot* do novo mundo, mas permaneceram ou tornaram-se mesmo conscientes e orgulhosos irlandeses, alemães, suecos, italianos etc. As comunidades de imigrantes podiam ser forças nacionais importantes nos seus países de origem, como os irlandeses americanos o eram na política da Irlanda; mas nos Estados Unidos eles eram de maior importância apenas para eleições municipais. Os alemães de Praga, somente por sua existência, levantaram os mais importantes problemas para o Império dos Habsburgos; nada disso ocorreu em relação aos alemães de Cincinnati ou Milwaukee nos Estados Unidos.

O nacionalismo, portanto, parecia manejável na estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser, acreditava-se, um mundo liberal, e um mundo liberal seria feito de nações. O futuro viria a mostrar que a relação entre os dois não era tão simples assim.

Sexto Capítulo

AS FORÇAS DA DEMOCRACIA

A burguesia deveria saber que, junto com ela, as forças da democracia cresceram durante o Segundo Império. Ela encontrará estas forças... tão solidamente estabelecidas que seria loucura recomeçar uma guerra contra elas.

Henri Allain Targé, 1868 [1]

Assim como o progresso da democracia é o resultado do desenvolvimento geral social, uma sociedade avançada, ao mesmo tempo que detém uma grande parte de poder político, deve proteger o Estado dos excessos democráticos. Se estes últimos predominarem em algum momento, deverão ser prontamente reprimidos.

Sir T. Erskine May, 1877 [2]

I

Se o nacionalismo era uma força histórica reconhecida por governos, "democracia", ou a crescente participação do homem comum nas questões do estado, era outra. Os dois eram uma única coisa, na medida em que movimentos nacionalistas neste período tornaram-se movimentos de massa, e certamente a esta altura praticamente todos os líderes radicais nacionalistas supunham estes dois conceitos como sendo idênticos. Entretanto, como já vimos, uma grande parte do povo comum, como os camponeses, ainda não havia sido atingida pelo nacionalismo, mesmo em países onde sua participação em política era levada a sério, enquanto outras, principalmente as novas classes trabalhadoras, eram praticamente requisitadas para seguir movimentos que, pelo menos em teoria, punha um interesse de classe internacional acima de filiações nacionais. Em todos estes casos, do ponto de vista das classes dirigentes, o fato importante era não que as "massas" acreditassem em alguma coisa, mas que seus credos agora contavam na política. Eles eram por definição numerosos, ignorantes e perigosos; muito perigosos, precisamente devido à sua ignorante tendência para acreditar em seus próprios olhos, que lhes diziam que aqueles que os governavam davam muito pouca atenção a suas misérias, e a lógica simplista que lhes sugeria que, já que eles formavam a grande maioria do povo, o governo deveria basicamente servir-lhes em seus interesses.

Tornava-se, portanto, cada dia mais claro, nos países desenvolvidos e industrializados do Oeste, que mais cedo ou mais tarde os sistemas políticos teriam que abrir espaço para estas forças. Além disso, também tornava-se claro que o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra esta contingência. Sua forma característica de organização política era o governo representativo através de assembléias eleitas representando não (como nos estados feudais) interesses sociais ou coletividades, mas agregados de indivíduos de *status* legalmente iguais. Interesse próprio, ou mesmo um certo senso comum, dizia àqueles que se encontravam por cima que nem todos os homens eram igualmente capazes de decidir as grandes questões do governo, os analfabetos menos que os graduados em universidades, os supersticiosos menos que os esclarecidos, os pobres menos que aqueles que haviam provado sua capacidade de comportamento racional pela acumulação de propriedade. Entretanto, longe da falta de convicção que tais argumentos levantavam entre os que estavam por cima, com a exceção dos mais conservadores, eles tinham duas fraquezas maiores. A igualdade legal não podia fazer tais distinções em teoria. O que era consideravelmente mais importante, tornava-se mais e mais difícil de realizar na prática já que mobilidade social e progresso educacional, ambos essenciais à sociedade burguesa, obscureciam a divisão entre as camadas médias e as camadas inferiores. Onde deveria ser traçada a Tinha entre a grande e crescente massa de "respeitáveis" trabalhadores e as baixas classes médias que adotavam muito dos valores e comportamentos da burguesia? Por onde passasse esta linha, ao incluir um grande número deles, era possível que assimilasse um corpo substancial de cidadãos que não apoiava várias das idéias as quais o liberalismo burguês olhava como essenciais ao progresso da sociedade, e que bem poderiam opor-se a elas de forma passional. Além disso, e de forma mais decisiva, as revoluções de 1848 tinham mostrado como as massas podiam irromper no círculo fechado dos dirigentes da sociedade, e o progresso da sociedade industrial fez com que sua pressão fosse constantemente maior mesmo em períodos não-revolucionários.

A década de 1850 deu a muitos dos dirigentes um espaço para respirar. Por mais de uma década eles não tiveram seriamente que se preocupar com tais problemas na Europa. Entretanto, havia um país em que os relógios políticos e constitucionais não podiam ser simplesmente atrasados. Na França, onde três revoluções já haviam começado, a exclusão das massas da política parecia uma tarefa utópica: elas deveriam então ser "dirigidas". O chamado Segundo Império de Luís Napoleão (Napoleão III) tornou-se então uma espécie de laboratório de um tipo de política mais moderno, embora as peculiaridades de seu caráter tenham algumas vezes obscurecido suas formas de controle político. Tal experimento estava ao gosto, embora talvez menos ao talento, do personagem enigmático que estava a sua frente.

Napoleão III foi notavelmente sem sorte nas suas relações públicas. Ele foi suficientemente infeliz para unir contra si os mais poderosos talentos polêmicos de seu tempo, e as investidas combinadas de Karl Marx e Victor Hugo são suficientes, sozinhas, para enterrar sua memória, sem contar o espírito não menos mordaz de alguns talentosos jornalistas. Além disso, ele foi notoriamente mal sucedido nos seus empreendimentos políticos internacionais e mesmo domésticos. Um Hitler pôde sobreviver à unânime reprovação da opinião mundial, já que é inegável que este homem terrível e psicopata realizou coisas extraordinárias no caminho de uma catástrofe provavelmente inevitável; pelo menos em manter o apoio de seu povo até o fim. Napoleão III não era nem tão extraordinário nem tão louco. O homem que era manobrado por Cavour e Bismark, o homem cujo apoio político tinha afundado perigosamente mesmo antes que seu império se desintegrasse após algumas semanas de guerra, o homem que transformou "Bonapartismo" de uma força política de maior importância na França em uma anedota histórica, entrou inevitavelmente na História como "Napoleão, o Pequeno". Ele nem sequer representou bem seu papel. Aquela figura reticente, saturnina mas freqüentemente charmosa, com grandes bigodes, doentio, horrorizado pelas batalhas que ele mesmo e a grandeza francesa iriam detonar, só parecia imperial *ex-officio.*

Ele era essencialmente um político, político de segundo nível e, como se veria mais tarde, mal sucedido. Mas o destino e seu passado viriam trazer-lhe um papel inteiramente novo para representar. Como pretendente imperial antes de 1848 – embora sua pretensão genealógica em ser um Bonaparte levantasse dúvidas [2], teve que pensar em termos não-tradicionais. Cresceu em um mundo de agitadores nacionalistas (ele mesmo ligando-se aos Carbonari) e de Sainsimonianos. Desta experiência, tirou uma fé segura, talvez excessiva, na inevitabilidade de forças históricas tais como nacionalismo e democracia, e uma certa heterodoxia acerca de problemas sociais e métodos políticos que vieram a ajudar-lhe muito mais tarde. A revolução deu-lhe a chance de apresentar o nome de Bonaparte para a presidência, sendo eleito por uma grande maioria, mas por uma imensa variedade de motivos. Ele não precisou de votos para permanecer no poder nem (depois do golpe de estado de 1851) para declarar-se imperador, mas se não tivesse sido eleito antes, nem toda sua capacidade para intriga teria persuadido os generais, ou quem quer que tivesse poder e ambição, para apoiá-lo. Era, portanto, o primeiro dirigente de um grande país, com a exceção dos Estados Unidos, a chegar ao poder através do sufrágio (masculino) universal, e nunca o esqueceu. Ele continuou a operar desta forma, primeiro como um César plebiscitário mais ou menos como o general de Gaulle (a assembléia representativa eleita sendo bem insignificante), e depois de 1860 com a parafernália usual do parlamentarismo. Sendo um indivíduo persuadido das verdades históricas de seu tempo, provavelmente não acreditou que ele mesmo também pudesse resistir à "força da história".

A atitude de Napoleão III em relação à política eleitoral era ambígua, e isso é que a faz interessante. Como "parlamentarista", ele jogou aquilo que era então o jogo normal da política, quer dizer, obteve uma maioria suficiente de uma assembléia de indivíduos eleitos, agrupados em vagas alianças com vagas etiquetas, que não devem ser confundidas com os modernos partidos políticos. Portanto, políticos sobreviventes da Monarquia de Julho (1830-48), como Adolphe Thiers (1797-1877), e futuros luminares da Terceira República, como Jules Favre (1809-80), Jules Ferry (1832-93) e Gambetta (1838-82), recuperaram ou fizeram seus nomes na década de 1860. Ele não foi muito bem-sucedido neste jogo, especialmente quando decidiu instalar um firme controle burocrático sobre as eleições e a imprensa. Por outro lado, enquanto um candidato eleitoral, guardava em reserva (outra vez como o general de Gaulle, só que este último talvez com maior sucesso) a arma do plebiscito. Ratificou seu triunfo em 1852 com uma esmagadora vitória plebiscitária provavelmente autêntica (apesar do considerável "controle") de 7,8 milhões de votos contra 0,24 milhões, com 2 milhões de abstenções, e mesmo em 1870, na véspera do colapso, podia ainda recuperar-se de uma situação parlamentar em deterioração, com uma maioria de 7,4 milhões contra 1,6 milhão.

Este apoio popular era politicamente desorganizado (exceto, é claro, quando através de pressões burocráticas). Diferente dos líderes populares modernos, Napoleão III não teve nenhum "movimento",' mas evidentemente como chefe do estado ele dificilmente precisaria de um. Seu apoio também não era homogêneo. Pessoalmente talvez tivesse preferido o apoio dos "progressistas" – o voto jacobino-republicano, que sempre ficou de fora acontecesse o que acontecesse nas cidades – e o da classe operária, cujo significado social e político ele apreciava ainda mais que os liberais ortodoxos. Entretanto, embora ele recebesse de quando em vez o apoio de importantes porta-vozes deste grupo, como o anarquista Pierre-Joseph Proudhon (1809-65), e tenha seriamente se esforçado para conciliar e domesticar o crescimento do movimento trabalhista na década de 1860 – tendo legalizado as greves em 1864 –, fracassou em quebrar a tradicional e lógica afinidade que o movimento trabalhista tinha com a esquerda. Na prática, apoiou-se no elemento conservador e especialmente no campesinato, principalmente nos dois terços do oeste do país. Para estes, ele era um Napoleão, um governo estável e anti-revolucionário, seguro contra as ameaças à propriedade; e (se eram católicos), o defensor do Papa em Roma, uma situação da qual Napoleão teria apreciado em se desvencilhar por razões diplomáticas, mas que não podia fazê-lo por razões domésticas.

Mas sua forma de governar era ainda mais significativa. Karl Marx observou com sua argúcia habitual a natureza de sua relação com o campesinato francês,

> "incapazes de impor seu interesse de classe em nome próprio, fosse através de um parlamento ou de uma convenção. Não podiam-se repre-

sentar, precisavam ser representados. Seu representante precisa ao mesmo tempo aparecer como o líder, uma autoridade sobre eles, e como um poder governamental ilimitado que protege-os de outras classes e envia-lhes o sol e a chuva de cima. A influência política dos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no poder executivo subordinando a sociedade a si mesmo." [3]

Napoleão era o poder executivo. Muitos políticos do século XX -nacionalistas, populistas e, no sentido mais perigoso, fascistas – iriam redescobrir a forma de relação que ele inaugurou com as massas incapazes de "impor seu interesse de classe em nome próprio". Ainda descobririam que havia outras camadas da população similares neste aspecto ao campesinato pós-revolucionário francês.

Com a exceção da Suíça, cuja constituição revolucionária permanece até hoje, nenhum outro estado europeu operava na base do sufrágio universal (masculino) na década de 1850 (O *Nationalrat* suíço era escolhido por todos os homens maiores de 20 anos sem qualificação de propriedade, mas a segunda Câmara era escolhida pelos cantões.) Deve-se assinalar que mesmo nos Estados Unidos nominalmente democrático, a participação eleitoral era bem inferior à francesa: em 1860, Lincoln foi eleito por menos da metade dos 4,7 milhões de votos de uma população de tamanho incomparavelmente maior. Algumas assembléias representativas, geralmente sem grande poder ou influência, exceto na Inglaterra, Escandinávia, Holanda, Bélgica, Espanha e Sabóia, invariavelmente elegiam de forma bastante indireta, com restrições mais ou menos rigorosas relativas a qualificações de idade ou propriedade, tanto para votantes como para candidatos. Quase invariavelmente, as assembléias eleitas desta forma eram flanqueadas e cerceadas em sua ação por câmaras mais conservadoras, a maioria delas indicadas ou compostas de membros hereditários ou *ex-officio.* A Inglaterra, com mais ou menos 1 milhão de eleitores entre 27,5 milhões de habitantes, era sem dúvida bem menos restritiva que, por exemplo, a Bélgica com aproximadamente 60 mil de 4,7 milhões, mas nenhuma delas era, nem pretendia ser, democrática.

O reaparecimento da pressão popular na década de 1860 fez com que fosse impossível manter uma política do tipo isolada. Pelo final de nosso período, somente a Rússia tzarista e a Turquia Imperial mantinham-se como simples autocracias na Europa, enquanto, por outro lado, o sufrágio universal não era mais prerrogativa de regimes surgidos de revoluções. O novo império alemão usou-o para eleger seu *Reichstaq,* embora mais por razões decorativas. Muito poucos estados, nesta década, escaparam de alguma forma de aumentar suas franquias, e os problemas que tinham preocupado apenas a minoria de países nos quais o voto tinha real significado – a escolha entre votar por listas ou Por candidatos, "geometria eleitoral" na constituição de eleitorados sociais ou geográficos, controles que as câmaras maiores poderiam exercer sobre as câmaras menores, direitos reservados ao Executivo etc. – agora preocupavam todos os governos. Mas ainda

eram pouco agudos. O Second Reform Act na Inglaterra, mesmo duplicando o número de eleitores, ainda deixava-os como 8% da população, enquanto no recém-unificado Reino da Itália eram apenas 1%. Mesmo assim, algumas mudanças haviam-se verificado, e outras podiam apenas ser adiadas.

Estes avanços em direção a governos representativos levantavam dois problemas bastantes diferentes em política: os das "classes" e "massas", para usar o jargão inglês da época, isto é, aqueles das classes altas e médias, e o problema do pobre que havia permanecido por longo tempo alienado do processo oficial da política. Entre eles, estava a camada intermediária – pequenos comerciantes, artesãos e outros "pequenos burgueses", proprietários camponeses etc. – que na qualidade de proprietários já estavam, pelo menos em parte, envolvidos em representatividade política tal como ela havia existido até então. Nem as velhas aristocracias da terra ou hereditárias nem a nova burguesia tinham a força dos números, mas, diferente da aristocracia, a burguesia precisava deles. Pois enquanto ambas tinham (pelo menos nas suas camadas mais elevadas) riqueza e a forma de poder pessoal e influência nas suas comunidades que fazia de seus membros, automaticamente, pelo menos "pessoas importantes" em potencial, isto é, pessoas de conseqüência política, somente as aristocracias estavam firmemente entrincheiradas em instituições que as salvaguardavam do voto: em Câmaras dos Lordes ou câmaras similares, ou por meio de representação mais ou menos desproporcional, como no caso do "sufrágio de classe" das Dietas da Prússia e da Áustria. Além disso, nas monarquias que eram ainda a forma prevalecente de governo, a aristocracia encontrava apoio político sistemático como classe.

As burguesias, por outro lado, escoravam-se na sua riqueza, na sua indispensabilidade e no destino histórico que fazia delas e de suas idéias as fundações dos estados "modernos" deste período. Entretanto, o que as transformavam em força no interior dos sistemas políticos era a habilidade para mobilizar o apoio dos não-burgueses que possuíam número, e portanto votos. Tirar-lhes isto, como aconteceu na Suécia no final da década de 1860 e iria acontecer em todos os lugares mais tarde com o crescimento de verdadeira política de massa, reduzia-os a uma minoria eleitoralmente impotente, pelo menos na política de âmbito nacional. (Em políticas municipais iriam se manter melhor.) Daí a importância crucial, para a burguesia, em manter o apoio ou a hegemonia sobre a pequena burguesia, as classes trabalhadoras e, mais raramente, sobre o campesinato. Falando de forma ampla, neste período da história ela não foi bem-sucedida. Em sistemas políticos representativos, os Liberais (normalmente o clássico partido das classes do comércio urbano e industrial) estavam geralmente no poder com apenas algumas interrupções ocasionais. Na Inglaterra, assim ocorreu entre 1846 e 1874; na Holanda, durante pelo menos 20 anos depois de 1848; na Bélgica, de 1857 a 1870; na Dinamarca, mais ou menos até o choque da derrota em 1864. Na Áustria e na Alemanha,

eles eram o maior apoio formal dos governos entre a metade da década de 1860 até o final da década de 1870.

Entretanto, como a pressão vinha de baixo, uma ala radical mais democrática (progressista, republicana) tendia a se separar deles, onde já não fosse mais ou menos independente. Na Escandinávia, partidos camponeses separaram-se como "a esquerda" *(Venstre)* em 1848 (Dinamarca) e durante a década de 1860 (Noruega), ou o grupo de pressão agrário anticidade (Suécia 1867). Na Prússia (Alemanha), os democratas radicais, com sua base no sudoeste não-industrial, recusaram-se a seguir os nacionais-liberais burgueses em sua aliança com Bismark depois de 1866, embora alguns deles tendessem a se aliar aos social-democratas marxistas anti-Prússia. Na Itália, os republicanos permaneceram na oposição, enquanto os moderados tornaram-se dominantes do novo reino unificado. Na França, a burguesia há muito não conseguia mais comandar sozinha ou mesmo sob a bandeira liberal, e seus candidatos buscavam apoio popular através de rótulos cada vez mais inflamados. "Reforma" e "Progressista" davam lugar a "Republicano", e este a "Radical", e, na Terceira República, a "Radical-Socialista". cada qual ocultando uma nova geração dos mesmos barbados Sólon, rapidamente mudando para posições moderadas depois de seus triunfos eleitorais com a esquerda. Somente na Inglaterra os radicais permaneceram uma ala permanente do Partido Liberal; provavelmente porque aí praticamente não existiam, enquanto classe, os camponeses e a pequena burguesia que permitiram aos radicais estabelecerem sua independência política alhures.

De qualquer forma, por razões práticas o liberalismo permaneceu no poder, pois representava a única política econômica que se acreditava fazer sentido para o desenvolvimento ("Manchesterismo", como os alemães chamavam), assim como, aceitava-se quase que universalmente, ser o representante da ciência, razão, história e progresso para aqueles que tivessem qualquer idéia que fosse sobre esses assuntos. Neste sentido, quase todo chefe de estado e funcionário público, nas décadas de 1850 e 1860, era um liberal, fosse qual fosse sua filiação ideológica, assim como hoje ninguém o é mais. Os próprios radicais não tinham alternativa viável ao liberalismo. Em qualquer situação, juntar-se com a genuína oposição contra o liberalismo era impensável para eles, talvez mesmo impossível. Ambos faziam parte da "esquerda".

A genuína oposição (a "direita") veio daqueles que resistiam às "forças da história". Na Europa, poucos realmente desejavam um retorno ao passado, como nos dias dos românticos reacionários de depois de 1815. Tudo o que queriam era interromper ou pelo menos diminuir, o ameaçador progresso do presente, um objetivo racionalizado por intelectuais que viam a necessidade de "ordem" e "progresso". Portanto, o conservadorismo era capaz de atrair de vez em quando alguns grupos da burguesia liberal, que sentia que mais progresso podia trazer uma vez mais a revolução para perto. Naturalmente tais parti-

dos conservadores atraíam o apoio de grupos especiais, cujos interesses imediatos iam de encontro com a política liberal prevalecente (por exemplo, agrários e protecionistas), ou grupos que se opunham aos liberais por razões que não diziam respeito ao seu liberalismo, como por exemplo, os belgas flamengos, que se ressentiam de uma burguesia essencialmente afrancesada predominando culturalmente. Sem dúvida também, especialmente na sociedade rural, rivalidades locais ou de família eram naturalmente assimiladas dentro de uma dicotomia ideológica que dizia pouco respeito a ela mesma. O Coronel Aureliano Buendía, no romance de Garcia Marquez, *Cem anos de solidão,* organizou o primeiro dos seus 32 levantes liberais no interior da Colômbia não porque fosse um liberal ou soubesse o significado de tal palavra, mas porque sentia-se ultrajado por um oficial local, que por acaso representava um governo conservador. Talvez haja uma razão lógica ou histórica em por que os açougueiros vitorianos foram predominantemente conservadores (uma ligação com a agricultura?) e os donos de armazém em grande parte liberais (uma ligação com o comércio exterior?), mas nada disso foi estabelecido, e talvez o que precise de explicação seja não estes fatos, mas por que estes dois tipos onipresentes de lojistas tenham sistematicamente se recusado a partilhar as mesmas opiniões, fossem quais fossem.

Mas o conservantismo essencialmente estava com aqueles que ficavam com a tradição, a velha e ordeira sociedade, costumes e nenhuma modificação, em oposição a tudo que fosse novo. Dai a importância crucial da posição das igrejas oficiais, organizações ameaçadas por tudo aquilo que o liberalismo defendia e ainda capazes de mobilizar forças imensas contra ele, como por exemplo a inserção de uma quinta coluna no centro do poder burguês através da piedade e tradicionalismo das viúvas e filhas, a permanência de um controle clerical sobre as cerimônias de nascimento, casamento e morte, e um controle sobre um grande setor da educação. Estes controles eram vigorosamente contestados, e forneceram um bom número de razões para a disputa política entre conservadores e liberais em vários países.

Todas as igrejas oficiais eram *ipso facto* conservadoras, embora apenas a maior delas, a Católica Romana, tenha formulado sua posição de aberta hostilidade à crescente tendência liberal. Em 1864, o Papa Pio IX definiu suas posições no *Syllabus of Errors.* Esta encíclica condenou de forma igualmente implacável, 80 erros, incluindo "naturalismo" (que negava a ação de Deus sobre os homens e o mundo), "racionalismo" (o uso da razão sem referência a Deus), "racionalismo moderado" (uma recusa de supervisão eclesiástica por parte da ciência e da filosofia), "indiferentismo" (escolha livre de religião ou mesmo ausência dela), educação laica, a separação da Igreja e do Estado e, em geral (erro nº 80), a idéia de que o "Pontífice Romano pode e deve reconciliar-se e chegar a bom termo com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna". Inevitavelmente, a linha entre direita e esquerda tornou-se em grande parte a divisão entre clericalistas

e anticlericalistas; os últimos sendo na maior parte francamente descrentes nos países católicos, mas também – principalmente na Inglaterra – crentes de religiões minoritárias ou independentes da igreja do Estado (ver capítulo 14 mais adiante). A posição das igrejas de Estado, onde fossem religiões minoritárias, era anômala. Os católicos holandeses encontravam-se do lado liberal contra os calvinistas predominantes, e os alemães, incapazes de se aliarem fosse com a direita protestante fosse com a esquerda liberal do império bismarckiano, formaram um "Partido de Centro" na década de 1870.

O que era novo em política de "classe" neste período era sobretudo a emergência da burguesia liberal como uma força no contexto de uma política mais ou menos constitucionalista, com o declínio do absolutismo, principalmente na Alemanha, Áustria-Hungria e Itália – uma área cobrindo cerca de um terço da população da Europa. (Aproximadamente um terço da população do continente ainda vivia sob governos nos quais não tinha participação.) O progresso da imprensa periódica – fora da Inglaterra e Estados Unidos ela ainda se dirigia sobretudo a leitores burgueses – ilustra esta mudança de forma viva: entre 1862 e 1873, o número de periódicos na Áustria (sem Hungria) aumentou de 345 para 866.

A abertura permanecia de tal forma restrita na maioria dos casos que não se colocava a moderna questão de política de massa. De fato, freqüentemente os representantes da classe média podiam tomar o lugar do "povo" real, que diziam representar. Poucos casos chegaram a ser tão extremos como Nápoles ou Palermo no começo da década de 1870, quando 37,5 e 44% dos candidatos estavam nas listas porque eram graduados de alguma forma. Mas mesmo na Prússia, o triunfo dos liberais em 1863 parece menos impressionante se for lembrado que 67% do voto da cidade que os elegeu representavam realmente apenas 25% do voto urbano, já que dois terços do eleitorado não se deu ao trabalho de ir às urnas nas cidades [4]. Representaram estes esplêndidos triunfos do liberalismo na década de 1860, nestes países de franquias limitadas e apatia popular, algo além da opinião de uma minoria de respeitáveis burgueses citadinos?

Na Prússia, Bismarck pelo menos pensava que não, e conseqüentemente resolveu o conflito constitucional entre a Dieta Liberal e a monarquia simplesmente governando sem referência ao parlamento. Já que ninguém sustentava os liberais exceto a burguesia, e a burguesia era incapaz ou não desejava mobilizar nenhuma força genuína, armada ou política, toda conversa sobre o Grande Parlamento de 1640 ou os Estados Gerais de 1789 era apenas fumaça. (Por outro lado, o que deu aos liberais poder real em alguns países atrasados, apesar de sua posição minoritária, era a existência de agricultores que dominavam suas respectivas regiões virtualmente sem controle governamental, ou de funcionários prontos a fazer "pronunciamentos" no interesse liberal. Era o caso em diversos países ibéricos.) Bismarck percebia, porém que, no sentido mais literal da palavra, uma "revolução bur-

guesa" era uma impossibilidade, já que seria uma revolução de verdade apenas se a burguesia fosse mobilizada, e em nenhum caso homens de negócios ou professores pareciam estar inclinados a levantar barricadas. Isto não o impediu, porém, de aplicar o programa econômico, legal e ideológico da burguesia liberal, desde que pudesse ser combinado com a predominância da aristocracia agrária numa monarquia prussiana protestante. Ele não quis arrastar os liberais para uma aliança de desespero com as massas, e de qualquer forma o programa da burguesia era o programa óbvio para um estado europeu moderno, e se não era óbvio, pelo menos parecia inevitável. Como sabemos, ele foi brilhantemente bem sucedido. A burguesia liberal aceitou a oferta do programa sem o poder político – não tinha muita opção – e transferiu-se, em 1866, para o Partido Liberal Nacional, que foi a base para as manobras políticas domésticas de Bismarck durante todo o resto de nosso período.

Bismarck e outros conservadores sabiam que fossem o que fossem, as massas não eram certamente liberais no sentido em que os homens de negócios urbanos o eram. Conseqüentemente, eles sentiram que às vezes podiam segurar os liberais mediante a ameaça de aumentar as franquias. Podiam mesmo terminar por fazê-lo, como Benjamim Disraeli o fez em 1867 e os católicos belgas mais modestamente em 1870. O erro foi supor que as massas eram conservadoras no sentido que eles atribuíam à palavra. Não há dúvida de que a maioria do campesinato na maior parte da Europa ainda era tradicionalista, pronto a apoiar a igreja, o rei ou o imperador e a seus superiores hierárquicos de forma automática, especialmente contra os malignos desígnios dos homens de cidade. Mesmo na França, grandes regiões do oeste e do sul continuaram a votar durante a Terceira República nos que apoiavam a dinastia dos Bourbons. Sem dúvida também, como Walter Bagehot, teórico da democracia inócua, destacou depois do Reform Act de 1867, havia muitos (incluindo trabalhadores) cujo comportamento político era dirigido para a defesa do "melhor da sociedade". Mas a partir do momento em que as massas entraram na cena política, inevitavelmente passaram a agir, mais cedo ou mais tarde, como atores, e não mais como extras na multidão do fundo de um quadro. E enquanto os camponeses atrasados ainda podiam ser considerados "seguros", os crescentes setores industriais e urbanos não mais o podiam. O que estes últimos queriam não era o liberalismo clássico, e portanto não eram bem-vindos aos dirigentes conservadores, especialmente àqueles devotados a uma política econômica e social essencialmente liberal. Isso viria a se tornar evidente durante a depressão econômica e a incerteza que acompanharam o colapso da expansão liberal em 1873.

II

O primeiro e mais perigoso grupo a estabelecer sua identidade separada e definir seu papel na política foi o novo proletariado, cujo número fora multiplicado por 20 anos de industrialização.

O movimento trabalhista não tinha sido tão destruído ou decapitado pelo fracasso das revoluções de 1848 e pela subseqüente década de expansão econômica. Os vários teóricos de um novo futuro social, que haviam transformado a agitação da década de 1840 no "espectro do comunismo", tendo fornecido ao proletariado uma perspectiva política alternativa tanto para os conservadores como para os liberais ou radicais, estavam na prisão como Auguste Blanqui; no exílio como Karl Marx e Louis Blanc; esquecidos como Constantin Pecqueur (1801-87); ou, como Etienne Cabet (1788-1857), somando todas estas , situações. Alguns haviam feito as pazes com o novo regime, como P. J. Proudhon fez com Napoleão III. O período não era muito propício para os que acreditavam na iminência do socialismo. Marx e Engels, que mantiveram alguma esperança no renascimento revolucionário por um ou dois anos depois de 1849, transferiram depois estas esperanças para a grande crise seguinte (a de 1857), e resignaram-se então por um longo período. Enquanto talvez seja um exagero dizer que o socialismo tenha desaparecido por completo, mesmo na Inglaterra provavelmente ninguém era socialista em 1860 que não o tivesse sido em 1848. Podemos talvez agradecer a este intervalo de isolamento forçado da política, que permitiu a Karl Marx amadurecer suas teorias e estabelecer as fundações de *O Capital*, mas ele mesmo não pensava assim. Nesse meio tempo, as organizações políticas sobreviventes da (ou dedicada à) classe operária tinham entrado em colapso, como a Liga Comunista em 1852, ou tinham-se tornado gradualmente insignificantes, como o Cartismo inglês.

Entretanto, no nível mais modesto de luta econômica e autoproteção, organizações da classe operária sobreviveram, e só podiam crescer. Isto apesar de que, com a notável (embora parcial) exceção da Inglaterra, sindicatos e greves eram legalmente proibidos em toda a Europa, embora Sociedades de Amizade (Sociedades de Ajuda Mútua) e cooperativas – no continente geralmente para produção, na Inglaterra geralmente para lojas – fossem bastantes comuns. Não se pode dizer que tivessem florescido muito: na Itália (1862), a média de membros de tais Sociedades de Ajuda Mútua em Piedmont, onde eram mais fortes, era um pouco inferior a 50[5]. Somente na Inglaterra, Austrália e – curiosamente – nos Estados Unidos, sindicatos de trabalhadores tinham significado real, sendo que nos últimos dois casos geralmente transportados como idéia na bagagem dos imigrantes ingleses com organização e consciência de classe.

Na Inglaterra, não apenas os hábeis artesãos das indústrias produtoras de máquinas assim como artesãos de ocupações mais antigas, e até trabalhadores do algodão mantinham poderosos sindicatos lo-

cais, ligados de forma mais ou menos efetiva em nível nacional e, em um ou dois casos (A Amalgamated Society of Engineers, 1852, e a Amalgamated Society of Carpenters and Joiners, 1860), tendo coordenado financeiramente, senão estrategicamente, sociedades nacionais. Formavam uma minoria não-negligenciável e, entre os especializados, em alguns casos uma maioria. Além disso, forneciam uma base sobre a qual o sindicalismo podia ser rapidamente expandido. Nos Estados Unidos eram talvez mais poderosos, embora viessem a se mostrar ineficientes para agüentar o impacto de uma industrialização realmente rápida pelo final do século. Entretanto eram menos poderosos que no paraíso do trabalho organizado, as colônias australianas, onde os trabalhadores da construção civil conseguiram o Dia de Oito Horas já em 1856, logo seguidos por outras profissões. Sem dúvida, em nenhum outro lugar era a posição de barganha do trabalhador mais forte que nesta economia subpovoada e dinâmica, onde as corridas ao ouro da década de 1850 envolveram milhares, aumentando os salários daqueles que ficaram.

Observadores sensíveis não esperavam que esta relativa pouca importância do movimento trabalhista durasse. De fato, a partir de 1860, ficou claro que o proletariado estava voltando à cena como a outra *dramatis personae* da década de 1840, embora num estado de espírito menos turbulento. Emergiu com rapidez imprevista, para ser logo seguido pela ideologia a partir de então identificada com seus movimentos: o socialismo. Este processo de emergência era um curioso amálgama de ação política e industrial, de vários tipos de radicalismo do democrático ao anárquico, de lutas de classes, alianças de classe e concessões governamentais ou capitalistas. Mas acima de tudo era *internacional,* não apenas porque, como no recrudescimento do liberalismo, ocorresse em vários países simultaneamente, mas porque era inseparável da solidariedade internacional das classes trabalhadoras, da solidariedade internacional da esquerda radical (uma herança do período pré-1848). Era organizado pela Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional de Karl Marx (1864-72). A verdade de que "os trabalhadores não tem pátria", como o Manifesto Comunista colocava, pode ser debatida: certamente os trabalhadores radicais organizados da França e Inglaterra eram patriotas à sua maneira – a tradição revolucionária francesa sendo notoriamente nacionalista (ver capítulo 5 acima). Mas numa economia onde os fatores de produção moviam-se livremente, mesmo os sindicatos ingleses não-ideológicos viam a necessidade de impedir empregadores de importar fura-greves de fora. Na Inglaterra, a Internacional emergiu de uma combinação de agitação para reforma eleitoral com uma série de campanhas por solidariedade internacional – com Garibaldi e a esquerda italiana em 1864, com Abraham Lincoln e o Norte na Guerra Civil Americana (1861-65), com os infelizes poloneses em 1863, acreditando-se, corretamente, que todos estes iriam reforçar o movimento trabalhista, pelo menos na sua forma mais política, sindi-

calista. E o mero contato organizado entre trabalhadores de um país e de outro só podia ter repercussões nos seus respectivos movimentos, como Napoleão III verificaria depois de ter permitido aos trabalhadores franceses enviar uma grande delegação a Londres na ocasião de uma exposição internacional em 1862.

A Internacional, fundada em Londres e rapidamente passada às mãos capazes de Karl Marx, começou como uma curiosa combinação de líderes sindicalistas ingleses insulares e liberal-radicais, misturados ideologicamente com militantes sindicalistas franceses bem mais esquerdistas, e um *staff* de velhos revolucionários do continente de visões bem variadas. Suas batalhas ideológicas iriam eventualmente arruiná-la. Já que foram suficientemente revistas por muitos outros historiadores, não há necessidade de nos determos muito neste aspecto. Falando de forma geral, a primeira grande luta entre os "puros" (isto ' é, os liberais ou radical-liberais) sindicalistas e aqueles com perspectivas mais ambiciosas de transformação social foi ganha pelos socialistas (embora Marx tivesse o cuidado de manter os ingleses fora das lutas do continente). Em seguida Marx e seus seguidores confrontaram (e derrotaram) os seguidores do "mutualismo" de Proudhon, artesãos antiintelectuais e com uma consciência de classe militante, para depois enfrentar o desafio de Michel Bakunin (1814-76) e sua aliança anarquista. Incapaz de manter controle sobre a Internacional por mais tempo, Marx condenou-a ao transferir seus escritórios para Nova York. Entretanto, por este tempo, a base da grande mobilização da classe trabalhadora, da qual a Internacional era parte e de certa forma coordenadora, já havia de qualquer forma se estabelecido. Portanto, como se veria, as idéias de Marx haviam triunfado.

Na década de 1860, tudo isso ainda não era imediatamente previsível. Havia apenas um movimento marxista de massa trabalhadora, ou pelo menos socialista, aquele que tinha se desenvolvido na Alemanha depois de 1863. (De fato, se excetuarmos o abortado National Labor Reform Party of the United States – 1872 – uma extensão política da ambiciosa National Labor Union – 1866-72 – que era filiado ao IWMA, havia apenas um movimento político trabalhista operando em escala nacional, independente dos partidos "burgueses" ou "pequeno-burgueses".) Esta era a realização de Ferdinand Lassalle (1825-65), um agitador brilhante que caiu vítima de uma vida privada bem colorida (morreu de ferimentos recebidos em um duelo por causa de uma mulher), e que era visto como um seguidor de Karl Marx, na medida em que seguia qualquer um. A Associação Geral dos Trabalhadores Alemães de Lassalle *(Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* –1863) era oficialmente radical-democrata e não socialista, sendo seu *slogan* imediato o sufrágio universal, mas tinha uma passional consciência de classe e um sentimento antiburguês e, apesar de suas dimensões modestas no início, organizou-se como um partido de massa moderno. Marx não a recebeu muito bem de início, apoiando uma organização rival sob a liderança de dois discípulos mais chegados (ou

pelo menos mais aceitáveis), o jornalista Wilhelm Liebknecht e o jovem bem-dotado August Bebel. Esta organização, baseada na Alemanha central, embora oficialmente mais socialista, paradoxalmente seguiu uma política menos intransigente de aliança com a esquerda democrática (anti-Prússia) dos velhos combatentes de 1848. Os Lassalleanos, um movimento quase que inteiramente prussiano, pensaram essencialmente em termos de uma solução prussiana para o problema alemão. Já que esta solução era a que prevalecia claramente depois de 1866, estas diferenças, sentidas de forma passional na década da unificação alemã, cessaram de ser importantes. Os marxistas (juntamente com a ala lassaleana que insistia no caráter proletário do movimento) formaram um Partido Social Democrático em 1869 e fundiram-se definitivamente em 1875 com os lassaleanos (mais tarde verificou-se que os lassaleanos foram de fato absorvidos), formando o poderoso Partido Social Democrata da Alemanha (SPD).

O fato importante é que ambos os movimentos estavam de alguma forma ligados a Marx, a quem olhavam (principalmente depois da morte de Lassalle) como fonte de inspiração teórica e *profeta.* Ambos emanciparam-se da democracia radical-liberal e passaram a funcionar como movimentos trabalhistas independentes. E ambos (com o sufrágio universal concedido por Bismarck ao norte da Alemanha em 1866, e a toda a Alemanha em 1871) ganharam apoio de massa imediato e tiveram seus líderes eleitos para o parlamento. Em Barmen, lugar natal de Frederick Engels, 34% votaram em socialistas em 1867; 51% em 1871.

Mas se a Internacional não inspirava partidos operários significativos (os dois alemães não eram sequer oficialmente filiados a ela), estava associada, por outro lado, ao aparecimento do trabalhismo em um razoável número de países, sob a forma de um maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866. Em que medida esta ajuda foi realmente decisiva não é claro. Entretanto, particularmente a partir de 1868, tais lutas começaram a convergir com este crescimento, já que os líderes destes movimentos tenderam de forma crescente a se sentir atraídos pela Internacional, inclusive para militarem na organização. Uma onda de greves e agitação trabalhista espalhou-se pelo continente, atingindo até a Espanha e a Rússia: em 1870 houve greves em São Petersburgo. Atingiram a Alemanha e a França em 1868, Bélgica em 1869 (guardando sua força por alguns anos), Áustria-Hungria logo depois, chegando finalmente à Itália em 1871 (onde alcançou seu ponto culminante em 1872-74) e à Espanha no mesmo ano. Neste mesmo período, a onda de greves estava no seu ponto máximo na Inglaterra, em 1871-73.

Novos sindicatos espalharam-se. Eles deram à Internacional as suas massas: para ilustrar apenas com o exemplo austríaco, aqueles que a apoiavam cresceram em número de 10 mil em Viena para 35 mil entre 1869 e 1872; de 5 mil nas terras tchecas para quase 17 mil;

de 2 mil na Styria e Carinthia para quase 10 mil somente na Styria.[6] Isso não parece muito, comparado a cifras posteriores, mas representava um poder ainda maior de mobilização – os sindicatos na Alemanha aprenderam a tomar decisões sobre greves somente em comícios de massa, representando também aqueles que não estavam organizados – que certamente assustava governos, especialmente em 1871 quando a época de maior apelo popular da Internacional coincidiu com a Comuna de Paris (ver capítulo 9 mais adiante).

Alguns governos e pelo menos seções da burguesia ficaram apreensivos com o crescimento do trabalhismo no início da década de 1860. O liberalismo estava demasiadamente comprometido com a ortodoxia do *laissez-faire* econômico para se preocupar seriamente com unia política de reforma social, embora alguns dos democratas radicais alertados para o perigo de perder o apoio do proletariado estivessem preparados até para este sacrifício e, em países onde o *"manchesterismo"* não tinha sido totalmente vitorioso, alguns funcionários e intelectuais viam tais reformas como mais e mais necessárias. Na Alemanha, sob o impacto do crescimento do movimento socialista, um curioso grupo chamado "Professores Socialistas" *(Kathedersozialisten)* formou em 1872, a influente Sociedade para a Política Social *(Verein für Sozialpoliíik)*, que advogava a reforma social como uma alternativa para, ou melhor, um profilático contra a luta de classes marxista. (O termo "socialista", diferente do mais inflamado "comunista", podia ainda ser usado de forma vaga por qualquer um que recomendasse ação econômica do Estado e reforma social, e foi muito usado neste sentido até o crescimento generalizado de movimentos socialista de trabalhadores na década de 1880.)

Porém, mesmo aqueles que viam a interferência pública no mecanismo de mercado livre como um caminho certo para a ruína estavam agora convencidos de que as atividades e as organizações trabalhistas deveriam ser reconhecidas para que fossem controladas. Como vimos, alguns dos mais demagógicos políticos como Napoleão III ou Disraeli estavam bem alertados sobre o potencial eleitoral da classe operária. Na década de 1860, a lei foi modificada para permitir uma certa e limitada organização trabalhista, bem como algumas greves em alguns países da Europa; ou, para ser mais exato, abrir espaço na teoria do mercado livre para a barganha livre e coletiva de trabalhadores. Entretanto, a posição legal dos sindicatos permanecia bastante incerta. Apenas na Inglaterra era grande o peso político da classe operária e de seus movimentos – por consenso comum, aceitava-se que ele formava a maior parte da população – para produzir, após alguns anos de transição (1867-75), um sistema virtualmente completo de reconhecimento legal, de tal forma favorável ao sindicalismo que, desde então, tentativas periódicas ocorreram para tirar a liberdade que eles haviam recebido.

O objetivo destas reformas era diretamente prevenir o surgimento do trabalhismo como uma força política independente, ou mais a-

inda revolucionária. Essa tática foi bem sucedida em países onde já estavam estabelecidos os movimentos trabalhistas não-políticos ou liberal-radicais. Onde o poder do trabalhismo organizado ainda era forte, como na Inglaterra e na Austrália, partidos trabalhistas independentes só viriam a aparecer muito mais tarde, e menos então viriam a permanecer essencialmente não-socialistas. Mas, como vimos, na maior parte da Europa o movimento trabalhista emergiu no período da Internacional, em grande parte sob a orientação dos socialistas, e o movimento trabalhista viria a ser politicamente a ela identificado, e mais especialmente ao marxismo. Na Dinamarca, onde a Associação Internacional dos Trabalhadores havia sido fundada em 1871, com o objetivo de organizar greves, formaram-se sindicatos independentes depois da dissolução da Internacional em 1873, a maioria dos quais reuniu-se mais tarde em uma "liga social democrata". Esta era a realização mais significativa da Internacional. Havia tornado o trabalhismo independente e socialista.

Mas, por outro lado, não o havia feito insurreicional. Apesar do terror que inspirava a governos, a Internacional não planejou a revolução imediata. O próprio Marx, apesar de não menos revolucionário do que antes, não considerou a revolução como um projeto sério naquele momento. E mesmo sua atitude em relação à única tentativa de fazer revolução proletária, a Comuna de Paris, foi bastante cuidadosa. Não acreditou que ela tivesse a mínima chance de sucesso. O melhor que poderia ter feito seria conseguir uma barganha com o governo de Versalhes. Depois de seu fim inevitável, ele escreveu um obituário nos termos mais comoventes, mas o objetivo deste magnífico panfleto *(A Guerra Civil na França)* era dar indicações aos revolucionários no futuro, e nisto ele foi bem sucedido. Entretanto, a Internacional, isto é, Marx, permaneceu em silêncio enquanto a Comuna ocorria. Durante a década de 1860, ele trabalhou em perspectiva a longo prazo e permaneceu modesto em outras a curto termo. Ele teria ficado satisfeito com o estabelecimento, pelo menos nos países industrializados, de movimentos trabalhistas politicamente independentes (onde fosse legalmente possível) e organizados como movimentos de massa para a conquista do poder político, e também emancipados da influência intelectual do liberal-radicalismo (incluindo o simples "republicanismo" ou o nacionalismo), assim como em relação ao tipo de ideologia esquerdista (anarquismo, mutualismo etc) que ele via, com certa razão, como um retrocesso. Ele não pedia nem sequer que tais movimentos fossem "marxistas"; e mesmo, diante das circunstâncias, isso teria sido utópico, já que Marx não tinha virtualmente seguidores, exceto na Alemanha e entre alguns poucos emigrados. Ele não esperava também que o capitalismo fosse entrar em colapso ou estivesse correndo o perigo imediato de ser derrubado. Esperava meramente realizar os primeiros passos na organização dos exércitos que iriam enfrentar a longa campanha contra o bem-fortificado inimigo.

No início da década de 1870, parecia que o movimento havia fracassado em atingir mesmo estes modestos objetivos. O trabalhismo britânico permanecia firmemente nas mãos dos liberais, submetido a líderes fracos e corruptos, incapazes de conseguir representação parlamentar suficiente a partir de sua força eleitoral agora decisiva. O movimento francês estava em ruínas, como conseqüência da Comuna de Paris, e entre estas ruínas nenhum sinal de nada melhor que os obsoletos blanquismo, sansculotismo e mutualismo. A grande onda de agitação trabalhista de 1873-75 deixou atrás de si alguns sindicatos ligeiramente mais fortes, e em alguns casos mesmo até mais fracos em relação a onda de 1866-68. A própria Internacional cindiu-se, tendo sido incapaz de eliminar a influência da esquerda obsoleta, cujo fracasso era por demais evidente. A Comuna estava morta, e a outra única revolução européia, a espanhola, chegava rapidamente a um ponto sem saída: em torno de 1874, os Bourbons estavam de volta à Espanha, adiando a República Espanhola por quase 60 anos. Somente na Alemanha havia ocorrido um avanço sensível. Uma nova perspectiva revolucionária, se bem que difícil ainda de entrever, podia ser discernida nos países subdesenvolvidos, e a partir de 1870 Marx passou a colocar algumas esperanças na Rússia. Mas o movimento deste tipo imediatamente mais interessante, porque capaz de perturbar a Inglaterra, o bastião do capitalismo mundial, também tinha entrado em colapso. O movimento feniano na Irlanda estava aparentemente em ruínas (ver capítulo 5).

Um estado de espírito de retraimento e desapontamento tomou conta dos últimos anos de vida de Marx. Ele escreveu comparativamente pouco e permaneceu politicamente mais ou menos inativo. (O principal do material postumamente publicado por Engels como *O Capital*, vols. II e II e as "Teorias da Mais-Valia" tinham, na realidade, sido escritos antes da publicação do Vol. I em 1867. Dos escritos de Marx mais importantes, excetuando-se algumas cartas, apenas a "Crítica do Programa de Gotha" (1875) é posterior à queda da Comuna [*].) Porém agora podemos constatar que duas realizações da década de 1860 foram permanentes. Daquele momento em diante, os movimentos da massa trabalhadora haveriam de ser organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda socialista pré-marxista havia sido quebrada. E, em conseqüência, a estrutura da política iria ser constantemente modificada.

A maioria destas modificações não iria ser evidente até o final da década de 1880, quando a Internacional renasceu, agora como uma frente comum de partidos de massa, a maioria marxista. Mas mesmo na década de 1870, pelo menos um país teve que enfrentar o novo

---

[*] E também os *Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Okonomie* escritas em 1879-80, publicadas em *Marx-Engels Werke* XIX Berlin, 1962 e por Harper & Row Publ. New York, 1975 em *Carver, Karl Marx: Text on Method.* (N.T.).

problema: a Alemanha. Ali o voto socialista (102 mil em 1871) começou a crescer novamente com uma força aparentemente inexorável, depois de uma rápida queda: 340 mil em 1874 e meio milhão em 1877. Ninguém sabia o que fazer com essa força. Massas que não permaneciam passivas e que não se prestavam a seguir a liderança dos "superiores" tradicionais da burguesia, e cujos líderes não podiam ser assimilados, não entravam no esquema da política. Bismarck, que fazia o jogo do parlamentarismo liberal para seus próprios fins, tão bem ou mesmo melhor do que qualquer outro, não podia pensar em outra coisa senão proibir a atividade socialista pela força da lei.

Sétimo Capítulo

PERDEDORES

Uma imitação dos costumes europeus, incluindo a perigosa arte de emprestar, tem sido ultimamente modificada: mas, nas mãos dos dirigentes orientais, a civilização do Oeste não frutifica; e ao invés de restaurar um estado vacilante, parece ameaçá-lo com uma mais rápida ruína.

Sir T. Erksine May, 1877[1]

O mundo de Deus não dá autoridade para a moderna ternura pela vida humana... E necessário que em todas as terras do Leste se estabeleça medo e terror ao Governo. Então, e apenas então, seus benefícios serão apreciados.

J. W. Kaye, 1870[2]

I

Na "luta pela existência" que forneceu a metáfora básica do pensamento econômico, político, social e biológico do mundo burguês, somente os "mais capazes" sobreviveriam, sendo sua "capacitação" comprovada não apenas pela sobrevivência mas também pela dominação. A maior parte da população mundial tornou-se vítima daqueles cuja superioridade econômica, tecnológica e conseqüentemente militar era inquestionável e parecia indestrutível: as economias e estados da Europa central e do norte, e os países estabelecidos alhures por seus imigrantes, especialmente os Estados Unidos. Com as três exceções mais importantes da Índia, Indonésia e partes da África do Norte, poucos deles se tornaram ou foram colônias formais em nosso período de estudo. (Podemos deixar de lado as áreas de colonização anglo-saxônica como a Austrália, Nova Zelândia e Canadá que, embora não sendo formalmente independentes, eram tratados de forma claramente diversa das áreas habitadas por "nativos", um termo em si neutro, mas que. adquiria uma forte conotação de inferioridade.) Estas exceções não eram negligenciáveis: a Índia sozinha possuía 14% da população mundial em 1871. Mesmo assim, a independência política do resto contava pouco. Economicamente estavam a mercê do capitalismo desde que estivessem a seu alcance. De um ponto de vista mili-

tar, sua inferioridade era evidente. O barco de guerra e a força expedicionária pareciam ser todo-poderosos.

Na realidade, não eram tão decisivos assim quando, por exemplo, europeus ameaçavam governos fracos ou tradicionais. Estes povos tinham muito daquilo que os administradores ingleses gostavam de chamar, não sem admiração, de "raça militar", sendo capazes de derrotar forças européias em batalhas terrestres, embora nunca no mar. Os turcos tinham uma merecida reputação de soldados, e de fato a habilidade destes últimos em derrotar e massacrar não apenas os rebeldes ao sultão, mas para enfrentar o mais perigoso dos adversários, o exército russo, preservou o Império Otomano face às rivalidades entre as potências européias, e pelo menos atrasou sua desintegração. Os soldados britânicos tratavam os sikhs e pathans na Índia e os zulus na África, assim como os franceses aos bérberes do norte da África com respeito considerável. Mais uma vez a experiência mostrava que as forças expedicionárias eram severamente perturbadas pela irregular guerra de guerrilhas, especialmente em áreas montanhosas, onde faltava aos estrangeiros apoio local. Os russos lutaram por décadas contra este tipo de resistência no Cáucaso, e os ingleses desistiram da tentativa de controlar o Afeganistão diretamente, contentando-se em supervisionar a fronteira norte com a índia. Por último, a ocupação permanente de extensos países por uma pequena minoria de conquistadores estrangeiros era muito difícil e cara e, dada a capacidade dos países desenvolvidos em impor sua vontade e interesses sem precisar da presença físico-militar, a tentativa não parecia ser compensadora. E ninguém acreditava que pudesse ser feita, mesmo que necessário.

A maior parte do mundo não estava, portanto, numa posição de determinar seu próprio destino. Poderia, na melhor das hipóteses, reagir às forças externas que pressionavam com vigor cada vez maior. Este mundo de vítimas consistia em quatro setores mais importantes. Primeiro, havia os impérios não-europeus sobreviventes ou grandes reinos independentes do mundo islâmico e da Ásia: o Império Otomano, Pérsia, China, Japão e uns outros menores como o Marrocos, Burma, Sião e Vietnã. Os maiores dentre estes sobreviveram, embora – com a exceção do Japão que será considerado separadamente (ver capítulo 8 mais adiante) – minados de forma crescente pelas novas forças do capitalismo do século XIX; os menores foram ocupados pelo final de nosso período com a exceção do Sião, que sobreviveu como um estado-tampão entre zonas de influência inglesa e francesa. Segundo, havia as antigas colônias da Espanha e Portugal nas Américas, agora estados nominalmente independentes. Em terceiro lugar, havia a África ao sul do Sahara, sobre o que não há muito o que dizer pois não atraía a atenção neste período. Finalmente, havia as vítimas já formalmente colonizadas ou ocupadas, sobretudo na Ásia.

Todos enfrentavam o problema fundamental de qual seria a atitude diante de uma conquista formal ou informal pelo Oeste. Que os brancos eram demasiado fortes para serem meramente rejeitados, isso

era evidente. Os índios maias das selvas do Yucatan puderam expulsá-los em 1847, retornando ao antigo modo de vida como resultado da "Guerra Racial", até que, no século XX, o sisal e a goma de mascar os trouxeram de volta à órbita da civilização ocidental. Mas o caso deles era excepcional, pois o Yucatan era isolado, o poder branco mais próximo era fraco (México), e os ingleses (dos quais uma colônia era fronteiriça aos maias) não os desencorajaram. Mas para a maioria dos povos politicamente organizados do mundo não-capitalista, a dúvida não era se o mundo da civilização branca podia ser evitado, mas como seria a reação a seu impacto: copiá-lo, resistir à sua influência ou uma combinação de ambos.

Dos setores dependentes do mundo, dois já haviam sofrido compulsoriamente a "ocidentalização" pela dominação européia, ou estavam em pleno processo: as antigas colônias das Américas e as atuais nas diversas partes do mundo.

A América Latina tinha emergido do *status* colonial espanhol e português como um agregado de estados tecnicamente soberanos, nos quais instituições e leis liberais de classe média do tipo conhecido do século XIX (inglês e francês) foram impostas por sobre a herança institucional portuguesa e espanhola do passado, sobretudo um colorido catolicismo romano passional e profundamente enraizado, característico da população local – que era índia, mixada e em grande parte africana na zona do Caribe, assim como na costa do Brasil. O imperialismo do mundo capitalista não iria fazer uma tentativa sistemática para evangelizar suas vítimas. Estes eram países agrícolas e virtualmente inacessíveis para um remoto mercado mundial, na medida em que estivessem fora do alcance de rios, portos ou mulas. Deixando de lado a área de plantações escravas e as tribos do interior inaccessível ou das remotas fronteiras do extremo norte e sul, estes países eram habitados principalmente por camponeses em comunidades autônomas em relação direta de servitude com os proprietários de vastas áreas de terra, ou mais raramente independentes. Estes países eram dominados pela riqueza de grandes proprietários de terras, cuja posição tinha sido notavelmente reforçada pela abolição do colonialismo espanhol. Eram também dominados pelos homens armados que os senhores da terra podiam mobilizar. Estes formavam a base dos *caudillos* que, a frente de seus exércitos, tornaram-se tão familiares no cenário político latino-americano. Basicamente, os países do continente eram quase todos oligarquias. Na prática, isto significava que o poder nacional e os estados nacionais eram fracos, salvo se uma república fosse muito pequena ou um ditador suficientemente feroz para instilar, pelo menos, terror temporário nos mais remotos cidadãos. Estes países estavam em contato com a economia mundial através dos estrangeiros que dominavam a importação e exportação assim como o transporte (com a exceção do Chile que tinha uma florescente frota própria). Em nosso período, estes estrangeiros eram principalmente os ingleses, embora alguns franceses e americanos pudessem também

ser percebidos. A sorte dos governos dependia da percentagem que levavam sobre este tráfico exterior e do sucesso em aumentar empréstimos, mais uma vez sobretudo dos ingleses.

As primeiras décadas depois da independência viram regressão econômica e demográfica em muitas áreas, com exceções notáveis como o Brasil, que havia se separado pacificamente de Portugal sob um imperador local, evitando assim conflitos e guerra civil, e o Chile, isolado na sua faixa temperada pelo Pacífico. As reformas liberais instituídas pelos novos regimes – a maior acumulação de repúblicas no mundo – têm, como ainda até hoje, pouca importância prática. Em alguns estados maiores, e conseqüentemente mais importantes, como a Argentina do ditador Rosas (1835-52), dominavam oligarcas educados no país, olhando para dentro e hostis a inovações. A impressionante expansão mundial do capitalismo no nosso período iria mudar tudo isso.

Em primeiro lugar, ao norte do istmo do Panamá viria a ocorrer uma intervenção por parte dos países "desenvolvidos", bem maior e mais direta desde os tempos de Espanha e Portugal. México, a vítima maior, perdeu vários territórios para os Estados Unidos como resultado da agressão americana de 1847. Em segundo lugar, a Europa (e em medida menor os Estados Unidos) descobriram mercadorias valiosas para importar da grande região subdesenvolvida – guano do Peru, tabaco de Cuba e de outras áreas, algodão do Brasil e de outros lugares (especialmente durante a Guerra Civil Americana), café (depois de 1840 sobretudo do Brasil), nitratos do Peru etc. Vários destes eram produtos de *boom* temporário, passíveis de declínio tão rápido quanto a ascensão: a era do guano no Peru tinha começado antes de 1848 e não sobreviveu â década de 1870. Somente após esta década, a América Latina desenvolveu produtos relativamente estáveis de exportação, que iriam durar como tal até as décadas intermediárias de nosso século atual, ou mesmo até hoje. O investimento de capital estrangeiro começava a desenvolver a infra-estrutura do continente – estradas de ferro, instalações portuárias, utilidades públicas; mesmo a imigração européia aumentou substancialmente, na maior parte em Cuba, Brasil e sobretudo nas áreas temperadas do estuário do Rio da Prata. (Aproximadamente 250 mil europeus instalaram-se no Brasil entre 1855 e 1874, enquanto que mais de 800 mil foram para a Argentina e Uruguai no mesmo período.)

Este desenvolvimento fortaleceu as mãos da minoria de latino-americanos devotados à modernização do continente, tão pobre quanto rico em potencialidade e recursos; "um mendigo sentado em cima de ouro", como um viajante italiano descreveu o Peru. Os estrangeiros, mesmo quando ameaçadores como no México, eram um perigo menor comparado ao formidável componente de inércia nativa, representado pela soma de um campesinato tradicionalista, senhores da terra antiquados e sem visão e, sobretudo, a Igreja. Ou melhor, se estas características não fossem superadas em primeiro lugar, as chances de

reagir aos estrangeiros seriam poucas. E elas não poderiam ser superadas por simples modernização ou "europeização" como se pretendia.

As ideologias do "progresso" que envolviam latino-americanos cultos não eram apenas aquelas do liberalismo dos franco-mações ou benthamitas "iluminados", que tinham sido tão populares no movimento de independência. Na década de 1840, várias formas de socialismo utópico tinham capturado intelectuais, prometendo não apenas perfeição social mas desenvolvimento econômico, e de 1870 em diante o positivismo de Augusto Comte penetrou profundamente no Brasil (cujo lema nacional ainda é o comtiano "Ordem e Progresso") e no México, em escala menor. Portanto, o "liberalismo" clássico ainda prevalecia. A combinação da revolução de 1848 com a expansão capitalista mundial deu aos liberais sua chance. Eles trouxeram a destruição real da antiga ordem legal colonial. As duas reformas mais significativas foram a liquidação sistemática de qualquer propriedade da terra que não fosse propriedade privada e sobretudo um feroz anticlericarismo, que chegou a abolir os privilégios de propriedade da igreja. Os extremos deste anticlericalismo foram atingidos no México sob o presidente Benito Juarez (1806-72), onde a Igreja e o Estado foram separados, dízimos abolidos, padres forçados a prestar um juramento de lealdade, funcionários públicos proibidos de assistir serviços religiosos e as terras eclesiásticas vendidas. Entretanto, outros países foram apenas um pouco menos militantes.

A tentativa de transformar a sociedade via modernização institucional imposta através do poder político fracassou, essencialmente porque não tinha o suporte de uma independência econômica. Os liberais eram uma elite educada e urbana num continente rural, e na medida em que tivessem um genuíno poder político, ele repousava em generais não muito fiéis e em clãs de proprietários de terras que, por razões que tinham apenas uma remota conexão com John Stuart Mill ou Darwin, escolheram a filiação daquele lado. Do ponto de vista social e econômico, muito pouco havia mudado na América Latina até a década de 1870, exceto que o poder dos senhores da terra tinha aumentado e o dos camponeses enfraquecido. E na medida em que tinha-se transformado sob o impacto do mercado mundial, o resultado era subordinar a velha economia à demanda do comércio importação-exportação, operado através de uns poucos grandes portos ou capitais e controlado por estrangeiros. A única exceção de importância eram as terras do Rio da Prata, onde a maciça imigração européia iria produzir uma população inteiramente nova, com uma estrutura social inteiramente não-tradicional. A América Latina, neste período sob estudo, tomou o caminho da "ocidentalização" na sua forma burguesa-liberal com grande zelo, e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outro país no mundo, com a exceção do Japão, mas os resultados foram desapontadores.

Deixando de lado as áreas habitadas por (normalmente recentes) colonos europeus e sem uma grande população nativa (Austrália, Ca-

nadá), os impérios coloniais das potências européias consistiam em umas poucas regiões onde uma maioria ou minoria de colonos brancos coexistia com uma população indígena de razoável importância (África do Sul, Argélia, Nova Zelândia) e um grande número de regiões sem uma população européia significativa ou permanente. Colônias do "colono branco" viriam criar mais tarde o mais intratável problema de colonialismo, embora em nosso período de estudo não tivessem grande importância internacional. De qualquer forma, o problema das populações nativas era o de como resistir ao avanço dos colonos brancos e, embora os Zulus, os maori e os bérberes fossem bem fornidos em armas, eles não conseguiam mais do que sucesso locais. As colônias de população indígena mais sólida levantaram problemas mais sérios, já que a escassez de brancos fez com que fosse essencial usar nativos em grande número para administrar, assim como utilizar as instituições existentes para esta administração, pelo menos ao nível local. Em outras palavras, os colonizadores estavam diante do problema de criar um corpo de nativos assimilados para tomar o lugar do homem branco e também, de depender das instituições tradicionais dos países, geralmente longe de atender a seus interesses. Por outro lado, os povos indígenas confrontavam o desafio da ocidentalização como algo muito mais complexo do que mera resistência.

II

A índia – de longe a maior colônia – ilustra as complexidades e paradoxos desta situação. A mera existência de dominação estrangeira em si mesma não colocava maiores problemas aqui, já que vastas regiões do subcontinente tinham sido, no curso de sua história, conquistadas e reconquistadas por vários tipos de estrangeiros (a maioria da Ásia central), cuja legitimidade havia sido suficientemente estabelecida pelo poder efetivo. Que os dominadores atuais tivessem pele mais clara que os afghans e uma linguagem administrativa um pouco mais incompreensível que o persa clássico, não chegou a levantar maiores problemas; que eles não procurassem conversões para sua religião peculiar com um zelo excessivo (para tristeza dos missionários) era uma conquista política. Entretanto as mudanças que eles provocaram, deliberadamente ou em conseqüência de sua curiosa ideologia e atividade econômica sem precedentes, eram mais profundas e perturbadoras que qualquer outra coisa que tivesse atravessado o Passo de Khyber.

Eles eram simultaneamente revolucionários e limitados. Os ingleses esforçaram-se para inserir um processo de ocidentalização – em alguns casos mesmo de assimilação – não apenas porque práticas locais como a cremação de viúvas *(suttee)* ultrajava realmente muito deles, mas sobretudo por causa das necessidades mesmas da administração e da economia. Ambas destruíam a estrutura social e econômica existentes, mesmo quando tal não era a intenção. Portanto, após

longos debates, T. B. Macaulay (1800-59) – e sua famosa Minuta (1835) – estabeleceu um sistema de educação puramente inglês para os poucos indianos nos quais o British Raj tinha interesse oficial, ou seja, os administradores subalternos. Uma pequena elite anglicizada emergiu, às vezes tão distante das massas indianas a ponto de perder fluência em sua própria língua vernacular ou de anglicizar os próprios nomes, embora nem o mais assimilado dos indianos viesse a ser tratado como inglês pelos ingleses. Por outro lado, os ingleses recusaram-se ou fracassaram na tentativa de ocidentalização porque, em primeiro lugar, os indianos eram enfim um povo dominado, cuja função *não* era a de competir com o capitalismo inglês, e em segundo lugar por causa dos riscos políticos da excessiva interferência em práticas populares, e também pela notável discrepância entre o número de ingleses e os aproximadamente 190 milhões de indianos (1871), tão grande a ponto de parecer insuperável, pelo menos por parte do pequeno número de administradores ingleses. A literatura extremamente capaz produzida pelos homens que dominaram ou tiveram experiência com a índia no século XIX – e que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de disciplinas como a sociologia, antropologia social e história comparativa (ver capítulo 14 mais adiante), – faz parte de uma série de variações em torno do tema da incompatibilidade numérica e da impotência.

A "ocidentalização" viria eventualmente produzir a liderança, as ideologias e os programas da luta de libertação indiana, cujos líderes culturais e políticos surgiriam dos flancos daqueles que haviam colaborado com os ingleses, beneficiado-se desta dominação na qualidade de uma burguesia compradora ou, em outras palavras, iniciando "sua modernização" pela imitação do Oeste. Isso produziu o início de uma classe de industrialistas locais, cujos interesses viriam produzir conflitos com a política econômica metropolitana. É necessário ressaltar que, neste período, a elite ocidentalizada via nos britânicos um modelo e a abertura de novas possibilidades. O nacionalista anônimo no *Mukherjees Magazine* (Calcutá 1873) era ainda uma figura isolada quando escreveu: "Maravilhados pelo brilho artificial em torno deles... os nativos aceitavam os pontos de vista de seus superiores (e) neles, depositavam sua fé como se fossem um Veda comercial. Mas dia após dia a luz da inteligência limpa-lhes o *fog* de suas mentes".[3] Na medida em que havia resistência aos britânicos enquanto britânicos, ela vinha dos tradicionalistas e era mesmo muda – com uma importante exceção –, numa época em que, como o nacionalista B. G. Tilak mais tarde lembraria, o povo "estava primeiramente maravilhado pela disciplina dos britânicos. Estradas de ferro, telégrafo, estradas, escolas impressionavam o povo. Distúrbios haviam cessado e o povo podia aproveitar a calma e a paz... o povo começou a dizer que mesmo um cego podia viajar em segurança de Benares a Rameshwar com ouro amarrado numa vara".[4]

A importante exceção foi o grande levante de 1857-58 no norte da planície indiana, conhecido na tradição histórica inglesa como o "Motim indiano", um ponto crucial na história da administração britânica, que tem sido apontado retrospectivamente como um prelúdio ao movimento nacional indiano. Era o último sinal de reação do norte da Índia contra a imposição do domínio inglês direto, e finalmente fez ruir a velha East Índia Company. Este curioso sobrevivente do colonialismo de empresa privada, absorvido de forma crescente no aparato de estado inglês, vinha finalmente ser substituído definitivamente por ele. A política de anexação sistemática de territórios indianos meramente dependentes, associada ao regime do vice-rei Lord Dalhousie (1847-56), e especialmente a anexação em 1856 do Reino de Oudh, última relíquia do Império Mughal, terminou por provocar a explosão. A rapidez e a falta de tato das mudanças impostas, ou entendidas pelo nativos como iminentes, precipitaram-na. O pretexto foi a introdução de cartuchos de graxa, que os soldados do exército bengalês viam como uma deliberada provocação de sua sensibilidade religiosa. (O estabelecimento de missionários era um dos principais motivos da fúria popular.) Embora o levante tenha começado como um motim do exército bengalês (os de Bombaim e Madras permaneceram quietos), transformou-se numa insurreição popular de maior importância na planície do norte, sob a liderança dos nobres e príncipes tradicionais, na tentativa de restaurar o Império Mughal. As tensões econômicas, como as oriundas das mudanças efetuadas pelos ingleses na taxa de terra, a principal fonte de renda pública, tiveram certamente sua importância, mas até onde este fato isolado poderia produzir uma tal revolta é bastante duvidoso. Os homens rebelaram-se contra aquilo que eles acreditavam ser uma destruição rápida e rude de sua forma de vida por uma sociedade estrangeira.

O "Motim" foi esmagado num banho de sangue, mas ensinou aos ingleses a ter cuidado. Por razões práticas, a política de anexações cessou, exceto nas fronteiras ocidental e oriental do subcontinente. As grandes áreas da Índia ainda não ocupadas por administração direta foram deixadas para a administração de príncipes locais marionetes, controlados pelos ingleses, embora oficialmente respeitados e considerados, e estes, por seu turno, transformaram-se nos pilares do regime que lhes garantia riqueza, poder local e *status.* Desenvolveu-se uma tendência acentuada para buscar apoio nos elementos mais conservadores deste país, os proprietários de terras e especialmente a poderosa minoria muçulmana, seguindo a antiga regra imperial "Divide e Impera". Com o passar do tempo, esta mudança de política tornou-se mais do que o reconhecimento da resistência da Índia tradicional à dominação estrangeira. Tornou-se um contrapeso ao lento desenvolvimento da resistência da nova elite indiana classe-média – produtos da sociedade colonial, em alguns casos seus servidores. Pois fossem quais fossem as políticas aplicadas no império indiano, sua realidade econômica e política continuava a enfraquecer e alquebrar as forças

da tradição e reforçar as forças da inovação, intensificando o conflito entre estas últimas e os ingleses. Após o final do regime da Company, o crescimento de uma nova comunidade de ingleses expatriados, acompanhados de suas mulheres, que enfatizavam de forma crescente seus sentimentos segregacionistas e de superioridade racial, aumentou a fricção social com a nova camada de classe média. As tensões econômicas dos últimos 30 anos do século XIX (ver capítulo 16 mais adiante) multiplicaram argumentos antiimperialistas. Pelo final da década de 1880, o Congresso Nacional Indiano – o principal veículo do nacionalismo indiano e partido dirigente da Índia independente – já existia. No século XX as massas indianas viriam seguir a direção ideológica do novo nacionalismo.

III

O Levante Indiano de 1857-58 não foi a única rebelião colonial de massa do passado contra o presente. Dentro do império francês, o grande levante argelino de 1871, precipitado tanto pela retirada das tropas francesas durante a Guerra Franco-Prussiana como pela imigração em massa de alsacianos e lorrainianos para a Argélia depois de 1871, constitui-se num fenômeno análogo. Porém, a magnitude destas rebeliões era limitada, pois as principais vítimas da sociedade ocidental capitalista não eram colônias conquistadas, mas sociedades e estados enfraquecidos, embora nominalmente independentes. O destino de dois destes pode ser reunido em nosso período de estudo: Egito e China.

Egito, um principado virtualmente independente embora formalmente ainda dentro do Império Muçulmano, estava predestinado a ser vítima de sua riqueza agrária e de sua situação estratégica. A primeira destas transformou-o numa economia de exportação agrária, suprindo o mundo capitalista com trigo e especialmente algodão, cujas vendas cresceram dramaticamente. Já no início da década de 1860, a exportação representava 70% da renda auferida pelo país, e durante o grande *boom* da década de 1860 (quando os fornecimentos americanos foram interrompidos pela Guerra Civil) até os camponeses se beneficiaram, embora metade deles tivesse contraído doenças parasitárias devido ao aumento da irrigação. Esta vasta expansão levou o comércio egípcio decididamente para dentro do sistema internacional (britânico), atraindo levas de homens de negócios e aventureiros prontos a conceder crédito ao Khedive Ismail. Desta forma, o Khedive esperava transformar o Egito num poder moderno e imperial e reconstruir o Cairo, tendo como padrão as linhas imperiais de Paris de Napoleão III, que fornecia o modelo básico de paraíso para dirigentes deste tipo. O segundo fator, a situação estratégica, atraia os interesses das potências ocidentais e seus capitalistas, especialmente os ingleses, cuja posição como potência mundial passou-a depender, de forma definitiva,

da construção do Canal de Suez. A cultura mundial pode ficar modestamente agradecida ao Khedive por ter encomendado a Aida de Verdi (1871), cuja *premiére* teve lugar na nova ópera do Khedive, para celebrar a abertura do Canal, mas o custo de tudo isso para o povo egípcio viria a ser excessivo.

O Egito estava, portanto, integrado na economia européia como um fornecedor de produtos agrários. Os banqueiros, através dos pashas, extorquiam o povo egípcio, e quando o Khedive e seus pashas não mais podiam pagar os juros dos empréstimos que haviam aceitado com tanto entusiasmo – em 1876 eles totalizavam quase metade da receita para aquele ano –, os estrangeiros impuseram controle [5]. Os europeus teriam talvez ficado contentes apenas em explorar um Egito independente, mas o colapso do *boom* econômico, assim com o da estrutura política e administrativa do governo do Khedive – minado pelas forças econômicas e tentações que os dirigentes egípcios não entendiam nem conseguiam manejar – tornava esta independência difícil. Os ingleses, cuja posição era mais forte e cujos interesses estavam envolvidos de forma muito mais crucial, emergiram como os novos dirigentes do país na década de 1880.

Entretanto, a incomum abertura do Egito ao Oeste tinha criado uma nova elite de senhores da terra, intelectuais, funcionários civis e militares que dirigiram o movimento nacional de 1879-82 diretamente contra o Khedive e os estrangeiros. No curso do século XIX, o velho grupo dirigente turco ou turco-circassiano tinha sido egipcianizado, ao mesmo tempo em que vários egípcios haviam galgado posições de riqueza e influência. O árabe substituiu o turco como língua oficial, reforçando a já poderosa posição do Egito como centro da vida intelectual islâmica. O notável pioneiro da ideologia islâmica moderna, o persa Jamal ad-din Al Afghani encontrou um público entusiástico entre os intelectuais egípcios durante sua influente estadia no país (1871-79). O ponto importante em Al Afghani, assim como seus discípulos egípcios, era que não advogava uma simples reação islâmica negativa contra o Oeste. Sua própria ortodoxia religiosa tem sido realmente questionada (ele tornou-se um franco maçom em 1875), embora fosse realista o bastante para saber que as convicções religiosas do mundo islâmico não deviam ser sacudidas e eram, na realidade, uma força política de grande magnitude. Seu apelo era por uma revitalização do Islã que permitisse ao mundo muçulmano absorver a ciência moderna e copiar o Oeste; demonstrar enfim que o Islã de fato absorvia a ciência moderna, parlamentos e exércitos nacionais[6]. O movimento antiimperialista no Egito olhava para frente e não para trás.

Enquanto os pashas do Egito imitavam o tentador exemplo de Paris de Napoleão III, a maior das revoluções do século XIX ocorria no maior dos impérios não-europeus, a chamada rebelião Taiping da China (1850-66). Ela tem sido ignorada por historiadores eurocen-

tristas, embora Marx estivesse suficientemente bem informado sobre ela para escrever em 1853: "Talvez o próximo levante do povo europeu dependa muito mais do que agora ocorre no Império Celestial do que qualquer outra causa política". Era a maior das rebeliões, não apenas porque a China (cuja metade do atual território era controlada pelos Taipings) continha talvez 400 milhões de habitantes, de longe o estado mais populoso do mundo, mas também por causa da escala extraordinária de ferocidade que ocorreu nas guerras civis no país. Provavelmente 20 milhões de chineses morreram neste período. Estas convulsões eram, de várias formas, o produto direto do impacto ocidental na China.

Provavelmente sozinha entre os grandes impérios tradicionais do mundo, a China possuía uma tradição revolucionária popular, ideológica e prática. Ideologicamente seus intelectuais e seu povo tomavam a permanência e centralização de seu império como um dado: existiria sempre, sob um único imperador (salvo por alguns períodos ocasionais de divisão), seria sempre administrada por intelectuais-burocratas que tivessem passado pelos grandes exames nacionais do serviço civil, introduzidos aproximadamente dois mil anos antes – e somente abandonados quando o império estava próximo do desaparecimento definitivo em 1910. Portanto, a história deste país era a de uma sucessão de dinastias, cada qual passando, acreditava-se, por um ciclo de ascensão, crise e transcendência: ganhando é perdendo o "mandato do Céu" que legitimava sua absoluta autoridade. Neste processo de mudança de uma dinastia para outra, a insurreição popular derivada do banditismo social, os levantes camponeses, as atividades das sociedades secretas populares e até a rebelião de grande magnitude eram conhecidas e esperadas para desempenhar seus respectivos papéis. No entanto, as próprias ocorrências destas agitações eram uma clara indicação de que o "mandato do Céu" estava por acabar. A permanência da China, centro da civilização mundial, era conseguida através da repetição contínua do ciclo de mudanças de dinastia, que incluía este elemento revolucionário.

A dinastia Manchu, imposta por conquistadores do Norte em meados do século XVII, havia substituído a dinastia Ming, que havia, por seu turno (através de revolução popular), derrubado a dinastia Mongol no século XIV. Embora na primeira metade do século XIX o regime Manchu parecesse funcionar sem maiores problemas, com inteligência e eficiência – apesar de se dizer que havia uma grande quantidade de corrupção –, já se percebiam sinais de crise e rebelião desde a década de 1790. Malgrado quaisquer outras razões que possam ser apontadas, o fato é que o extraordinário aumento da população do país no século precedente (cujas causas ainda não estão claramente elucidadas) havia começado a criar pressões econômicas agudas. O número de chineses parece haver subido de perto de 140 milhões em 1741 para cerca de 400 milhões em 1834. O novo elemento dramático na situação chinesa era a conquista ocidental, que havia

derrotado o Império na primeira Guerra do Ópio (1839-42). O choque desta capitulação diante de uma modesta força naval inglesa foi e-norme, pois tinha revelado a fragilidade do sistema imperial, e mesmo setores da opinião pública fora das poucas áreas imediatamente afetadas devem ter tomado consciência do fato. Conseqüentemente, houve um aumento marcante e imediato nas atividades das várias forças de oposição, notavelmente as poderosas e profundamente enraizadas sociedades secretas, como a *Tríade* do sul da China, dedicada à derrubada da dinastia estrangeira Manchu e a restauração da Ming. A administração imperial havia instituído forças de milícia contra os ingleses, desta forma ajudando a distribuir armas pela população civil. Só faltava uma fagulha para produzir a explosão.

Esta fagulha apareceu sob a forma de um profeta obcecado, talvez psicopata, e líder messiânico Hung HsiuChuan (1813-64), um dos fracassados no exame para o Serviço Civil imperial, e logo em seguida um descontente político. Depois de seu fracasso no exame, ele e-videntemente teve um colapso nervoso que se transformou em conversão religiosa. Por volta de 1847-48 fundou uma "Sociedade dos que veneram Deus" na província de Kwangsi e teve rapidamente como seguidores camponeses e mineiros, homens da grande população chinesa de nômades empobrecidos, membros de várias minorias nacionais e de velhas sociedades secretas. Havia porém uma novidade significativa na sua pregação. Hung tinha sido influenciado pela leitura de textos cristãos, tinha até convivido com um missionário americano em Cantão e, portanto, assimilado elementos ocidentais significativos, numa mistura de idéias anti-Manchu, herético-religiosas e revolucionárias. A rebelião estourou em 1850 em Kwangsi e espalhou-se tão rapidamente que um "Reino Celestial de Paz Universal" pôde ser proclamado no ano seguinte, com Hung como o supremo "Rei Celestial". Era indubitavelmente um regime de revolução social, cujo maior apoio baseava-se nas massas populares, e dominado por idéias igualitárias taoístas, budistas e cristãs. Teocraticamente organizada na base de uma pirâmide de unidades familiares, aboliu a propriedade privada (a terra sendo distribuída apenas para uso, não para propriedade), estabeleceu a igualdade entre os sexos, proibiu tabaco, ópio e álcool, introduziu um novo calendário (incluindo a semana de sete dias) e várias outras reformas culturais, não esquecendo de abaixar as taxas. Pelo final de 1853, os Taipings eram pelo menos um milhão de ativos militantes que controlavam a maior parte do sul e do leste chinês, tendo capturado Nanking embora sem conseguir – mais pela falta de cavalaria – adentrar-se ao norte. A China estava dividida, e mesmo aquelas partes que não se encontravam sob o regime de Taiping estavam sendo convulsionadas por graves insurreições tais como as do *Nien*, uma revolta dos camponeses rebeldes do norte, não suprimida até 1868, além da rebelião da minoria nacional Miao em Kweichow, e de outras minorias no sudoeste e noroeste. 146

A revolução Taiping não se manteve, e realmente não se esperava que se mantivesse. Suas inovações radicais alienavam moderados, tradicionalistas e aqueles que tinham propriedades a perder – e esses não eram apenas os ricos. O fracasso de seus líderes em guiar-se pelas suas próprias regras puritanas enfraqueceram seu apelo popular, e profundas divisões desenvolveram-se rapidamente na liderança. Após 1856 encontrava-se na defensiva, e em 1864 a capital Taiping de Nanking era recapturada. O governo imperial recuperou-se, mas o preço que pagou por tal recuperação era pesado e viria provar-se fatal. Isso também ilustrava as complexidades do impacto do Ocidente.

Paradoxalmente, os dirigentes da China eram menos propensos a adotar inovações ocidentais que os rebeldes plebeus, habituados de longa data a viver num mundo ideológico onde as idéias não-oficiais vinham de fontes estrangeiras (como o budismo). Para os intelectuais-burocratas confucianos que governavam o Império, o que não fosse chinês era bárbaro. Havia mesmo resistência à tecnologia, que obviamente fazia os bárbaros invencíveis. Mesmo em 1867, o Grande Secretário Wo Jen alertou o trono de que o estabelecimento de um colégio para ensinar astronomia e matemática iria "fazer do povo prosélito do estrangeirismo" e resultaria "no colapso da retidão e na difusão da iniqüidade",[7] e a resistência à construção de estradas de ferro e coisas semelhantes permaneceu considerável. Por razões óbvias, um partido "modernizante" desenvolveu-se, mas pode-se adivinhar que eles prefeririam manter a China inalterada, meramente acrescentando a capacidade de produzir armamentos ocidentais. (Suas tentativas para desenvolver tal produção na década de 1860 não foram por esta razão, muito bem sucedidas.) A enfraquecida administração imperial via-se diante da escolha entre diferentes graus de concessão ao Oeste. Frente a uma revolução social de magnitude, sentia relutância em mobilizar a enorme força da xenofobia popular chinesa contra os invasores. Realmente, a derrubada do governo de Taiping parecia ao Império de longe o problema mais urgente, e para este objetivo a ajuda dos estrangeiros era, se não essencial, pelo menos desejável; sua boa vontade, então, indispensável. Portanto, a China Imperial viu-se rapidamente na completa dependência de estrangeiros. Um triunvirato anglo-franco-americano já controlava a alfândega de Shangai desde 1854, mas depois da segunda Guerra do ópio (1856-58) e do saque de Peking (1860), que terminou numa completa capitulação, um inglês foi indicado para "assistir" a administração de toda a receita da alfândega chinesa. (Neste período, não apenas a Inglaterra, mas também a França, Rússia e os Estados Unidos receberam concessões. Vários portos foram abertos, mercadores estrangeiros receberam liberdade de movimento e imunidades diante da lei chinesa, havia liberdade de ação para os missionários estrangeiros, mercado livre, incluindo navegação livre nas águas fluviais, pesadas indenizações de guerra etc.) Na prática, Robert Hart, que foi Inspetor Geral da Alfândega Chinesa de 1863 até 1909, era o chefe da economia chinesa, e

embora ele chegasse a inspirar confiança aos governos chineses e a identificar-se com o país, na realidade o arranjo implicava na inteira subordinação do governo imperial aos interesses dos ocidentais.

De fato, quando chegou o ponto crítico, os ocidentais preferiram arrastar os Manchus até sua derrubada, que teria produzido ou um regime militante nacionalista revolucionário ou, o que é mais provável, anarquia e um vazio político que o Oeste estava relutante em preencher. (A simpatia inicial da parte de alguns estrangeiros pelos elementos aparentemente cristãos dos Taiping rapidamente evaporou-se.) Por outro lado, o Império chinês recuperou-se da crise de Taiping através de uma combinação de concessões ao Oeste, um retorno ao conservadorismo e uma erosão fatal de seu poder central. Os verdadeiros vitoriosos na China eram os velhos intelectuais-burocratas. Diante do perigo mortal, a dinastia Manchu e a aristocracia aproximaram-se da elite chinesa, concedendo-lhe muito de seu antigo poder. Os melhores dos intelectuais-administradores – homens como Li Hung-Chang (1823-1901) – salvaram o Império quando Peking estava sem poder, instituindo exércitos provinciais baseados em recursos provinciais. Agindo desta forma, eles anteciparam o próximo colapso da China numa coleção de regiões sob "senhores da guerra" independentes. O grande e antigo Império da China iria, a partir de então, viver a custa dos outros.

De uma forma ou de outra, portanto, as sociedades e estados vítimas do mundo capitalista, com a exceção do Japão (a ser considerado separadamente, ver capítulo 8 mais adiante), fracassaram em chegar a um bom entendimento com este último. Seus dirigentes e elites cedo se convenceram que uma simples recusa em aceitar o estilo dos ocidentais era impraticável e, se praticável, teria meramente perpetuado sua fraqueza. Os que viviam nas colônias conquistadas, dominadas ou administradas pelo Oeste, não tinham muita escolha: seus destinos eram determinados por seus conquistadores. Os outros estavam divididos entre seguir uma política de resistência ou colaborar com concessões, entre uma sincera ocidentalização ou alguma forma de reforma que lhes permitisse adquirir a ciência e a tecnologia do Oeste sem perder, concomitantemente, suas próprias culturas e instituições. No todo, as antigas colônias dos estados europeus nas Américas optaram por uma incondicional imitação do Oeste; a cadeia das antigas monarquias que iam do Marrocos no Atlântico à China no Pacífico, eram partidários de alguma versão de reforma quando não podiam isolar-se completamente da expansão ocidental.

Os casos da China e do Egito são, nas suas particularidades, típicos desta escolha. Ambos eram estados independentes com base em antigas civilizações e uma cultura não-européia, minados pela penetração do comércio e finanças ocidentais (aceitas com boa ou má vontade) e sem poder para resistir às forças militares e navais do Oeste,

mesmo que modestamente mobilizadas. As potências capitalistas neste estágio não estavam interessadas particularmente em ocupação e administração, na medida em que seus cidadãos tivessem total liberdade em fazer o que bem entendessem, incluindo privilégios extraterritoriais. Tais cidadãos vieram encontrar-se, de forma crescente, envolvidos nas. questões internas de tais países apenas quando os governos locais começaram a se desintegrar diante do impacto ocidental, assim como também devido à rivalidade entre os poderes ocidentais. Os dirigentes da China e do Egito rejeitaram uma política de resistência nacional preferindo – onde tivessem a opção – uma dependência em relação ao Oeste que lhes mantivesse o poder político próprio. Neste período, relativamente poucos entre os que, nestes países, queriam a resistência através da regeneração nacional, favoreciam a ocidentalização. Em lugar disso, eles optavam por uma forma de reforma ideológica que lhes permitisse encarnar o que quer que fosse que tivesse feito o Oeste tão formidável dentro de seus próprios sistemas culturais.

IV

Tais políticas fracassaram. O Egito ver-se-ia cedo sob controle direto de seus conquistadores, e a China tornou-se ainda mais sem saída na via da desintegração. Já que os regimes existentes e seus dirigentes tinham optado pela dependência ocidental, era improvável que os reformadores nacionais pudessem ser bem sucedidos, já que a revolução era a pré-condição para o sucesso. (De fato, os maiores entre os velhos impérios independentes não-ocidentais viriam a ser derrubados ou transformados por revoluções no começo do século XX – Turquia, Irã e China.) Mas ainda, não era tempo para isso.

Portanto, o que é hoje chamado o "Terceiro Mundo" ou "os países subdesenvolvidos" estavam à mercê do Oeste, vítimas perdidas. Mas esta subordinação não traria nenhuma compensação para estes países? Como já vimos, havia os que, nos países atrasados, acreditavam que isto ocorresse. A ocidentalização era a única solução, e isso não implicava apenas aprender e copiar os estrangeiros, mas aceitar sua aliança contra as forças locais do tradicionalismo, isto é, sua dominação – aí o preço tinha que ser pago. E um engano ver estes passionais "modernizadores" à luz dos posteriores movimentos nacionalistas, considerando-os como simples traidores ou agentes do imperialismo estrangeiro. Eles podiam apenas sustentar o ponto de vista de que os estrangeiros, longe da invencibilidade, iriam ajudá-los a criar uma sociedade capaz de resistir ao Oeste. A elite mexicana da década de 1860 era pró-estrangeira porque havia perdido as esperanças no país [8]. Tais argumentos eram também usados por revolucionários ocidentais. Marx viu de forma positiva a vitória americana sobre o México na guerra de 1847, porque ela trazia progresso histórico e criava

as condições para o desenvolvimento do capitalismo, quer dizer, para as condições de derrubada do próprio capitalismo. Sua posição no que toca à "missão" britânica na Índia, expressa em 1853, é conhecida. Considerava-a com uma dupla missão: "o aniquilamento da antiga sociedade asiática e o estabelecimento das fundações materiais da sociedade ocidental na índia". Realmente, ele acreditava que:

> "Os indianos não terão os frutos dos novos elementos da sociedade espalhados entre eles pela burguesia inglesa, até que na Grã-Bretanha as atuais classes dominantes tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial ou até que os hindus tenham se fortalecido suficientemente para livrar-se dos ingleses de vez".

No entanto, apesar do "sangue e sujeira... miséria e degradação" para o que a burguesia arrastava os povos do mundo, ele via estas conquistas como positivas e progressistas.

Portanto, sejam quais forem as últimas perspectivas (e os historiadores modernos são bem menos otimistas que Marx em 1850), no presente imediato os resultados mais evidentes da conquista ocidental foram "a perda de um velho mundo sem o ganho de um novo" que acrescentou uma "forma peculiar de melancolia à miséria presente dos hindus" [9], assim como para outros povos vítimas do Oeste. Os ganhos eram difíceis de se discernir neste período, e as perdas demasiado evidentes. Do lado positivo havia os barcos a vapor, estradas de ferro e telégrafos, além de pequenos focos de intelectuais educados no Ocidente. Havia comunicação – material e cultural. Havia também crescimento na produção para exploração em algumas áreas, embora não ainda em grandes proporções. Havia uma substituição de ordem por desordem pública, segurança por insegurança em algumas áreas que ficaram sob controle colonial direto. Mas apenas o otimismo congênito iria argumentar que estes benefícios contrabalançavam o lado negativo neste período.

O contraste mais óbvio entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos era, e ainda é, aquele entre pobreza e riqueza. No primeiro, pessoas ainda morriam de fome, mas, segundo o que o século XIX considerava em números pequenos: digamos, uma média de 500 por ano na Inglaterra. Na Índia, eles morriam aos milhões – um em dez na população de Orissa durante a grande epidemia de fome de 1865-66, algo entre uma quarta parte e uma terça parte da população de Rajputana em 1868-70, três e meio milhões (ou 15% da população) em Madras, um milhão (ou 20% da população) em Mysore durante a grande fome de 1876-88, a pior de todas na história da índia do século XIX [10]. Na China, não é fácil separar a catástrofe da fome de numerosas outras catástrofes do período, mas a de 1849 parece ter custado 14 milhões de vidas, enquanto outras 20 milhões devem ter morrido entre 1854 e 1864[11]. Partes de Java foram varridas por uma terrível fome em 1848-50. O final da década de 1860 e princípios da de 1870 viram uma epidemia de fome no cinturão dos países que ia da Índia à

Espanha[12]. A população muçulmana da Argélia caiu em 20% entre 1861 e 1872 [13]. A Pérsia, cuja população total era estimada entre 6 e 7 milhões em meados da década de 1870, parece ter perdido entre 1,5 e 2 milhões na grande epidemia de fome de 1871-73[14]. É difícil dizer se a situação era pior na primeira metade do século (e talvez o fosse na Índia e na China) ou meramente a mesma. Em qualquer caso, o contraste com os países desenvolvidos no mesmo período era dramático, mesmo se concedermos que (como parece ser verdade para o mundo islâmico) a era dos movimentos demográficos tradicionais e catastróficos já dava lugar lentamente a um novo modelo populacional na segunda metade do século.

Em resumo, o principal dos povos do Terceiro Mundo não parecia se beneficiar de forma significativa do progresso extraordinário e sem precedentes do Oeste. Se eles percebiam este fato como sendo algo mais do que uma mera quebra de seus antigos modos de vida, era mais comum um exemplo possível do que uma realidade. O progresso não pertencia ao mundo que conheciam, e muitos duvidavam se isso era desejável. Mas aqueles que resistiram em nome da tradição foram derrotados. O dia daqueles que resistiriam com as armas do progresso ainda não havia chegado.

Oitavo Capítulo

VENCEDORES

Que classes e camadas da sociedade tornar-se-ão agora os verdadeiros representantes da cultura, dar-nos-ão nossos intelectuais, artistas e poetas, nossas personalidades criativas? Ou será que tudo vai se transformar em um grande negócio, como na América?

Jakob Burjhardt, 1868-71[1]

A administração do Japão tornou-se esclarecida e progressista: a experiência européia ali é aceita como um guia: estrangeiros são -empregados em seu serviço: e os hábitos e idéias estão dando caminho para a civilização ocidental.

Sir T. Erskine May, 1877 [2]

I

Nunca, portanto, os europeus dominaram o mundo de forma tão completa e inquestionável como em nosso período de estudo, de 1848 a 1875. Para ser mais preciso, nunca brancos de origem européia dominaram com menos desafio, pois o mundo da economia e do poder capitalista incluía pelo menos um estado não-europeu, ou melhor, uma federação, os Estados Unidos da América. Os Estados Unidos ainda não tinham uma participação maior nas questões mundiais, e portanto os estadistas europeus davam-lhes apenas atenção intermitente, salvo no que envolvesse seus interesses nas duas regiões do mundo nas quais os Estados Unidos estavam diretamente interessados, ou seja, os continentes americanos e o Oceano Pacífico; mas$_{v-}$ com a exceção da Inglaterra, cujas perspectivas eram consisten tem ente globais, nenhum outro estado estava constantemente envolvido nestas duas áreas. A liberação da América Latina tinha removido todas as colônias européias de sua parte continental, exceção feita às Guianas, que davam aos ingleses algum açúcar, aos franceses uma colônia penal para criminosos perigosos, e aos holandeses uma lembrança de seus antigos laços com o Brasil. As ilhas do Caribe, excetuando-se a ilha de Hispaniola (que consistia na república negra do Haiti e na República Dominicana finalmente emancipada da dominação espanhola e da preponderância haitiana), permaneceram possessões coloniais da Espanha (Cuba e Porto Rico), Inglaterra, França,

Holanda e Dinamarca. Exceto pela Espanha, que desejava uma restauração parcial de seu império americano, nenhum dos estados europeus dava muita importância a suas possessões no Caribe. Somente no continente norte-americano uma importante presença européia permaneceu até 1875, a vasta mas subdesenvolvida e grandemente vazia dependência britânica do Canadá, separado dos Estados Unidos por uma longa fronteira aberta, uma linha reta das margens do lago Ontário até o Oceano Pacífico. As áreas em disputa de cada lado desta linha eram ajustadas pacificamente – se bem que através de complicada barganha diplomática –, na maioria das vezes em favor dos. Estados Unidos no decorrer do século. Quanto às margens asiáticas do Oceano Pacífico, somente o extremo oriente russo da Sibéria, a colônia britânica de Hong-Kong e a base na Malásia marcavam a presença direta das grandes potências européias, embora os franceses estivessem começando a ocupação da Indochina. As relíquias do colonialismo espanhol e português, e os holandeses no que é hoje a Indonésia, não levantavam problemas internacionais.

A expansão territorial dos Estados Unidos não causava, portanto maior alvoroço nas chancelarias européias. Uma grande parte do sudoeste do continente – Califórnia, Arizona, Utah e partes do Colorado e Novo México – foi cedida pelo México depois de uma guerra desastrada em 1848-53. A Rússia vendeu o Alaska em 1867: estes e outros antigos territórios do Oeste foram transformados em estados da União quando se tornaram suficientemente interessantes do ponto de vista econômico ou accessíveis: a Califórnia em 1850, Oregon em 1859, Nevada em 1864, enquanto que no centro do país Minesota, Kansas, Wisconsin e Nebraska adquiriram estatuto de estado entre 1858 e 1867. Além disso, as ambições territoriais americanas não iam além deste ponto, embora os estados escravistas do sul desejassem uma expansão da sociedade escrava às grandes ilhas do Caribe e expressassem mesmo ambições maiores em relação à América Latina. O tipo básico de dominação americana era o de controle indireto, já que nenhuma potência estrangeira aparecia como um desafiante efetivamente direto: eram governos fracos e apenas nominalmente independentes, que sabiam que precisavam ficar do lado do gigante do Norte. Somente no final do século, durante a moda internacional do imperialismo, iriam os Estados Unidos quebrar por pouco tempo esta tradição estabelecida. "Pobre México", iria observar o presidente Porfirio Diaz (1828-1915), "tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos", e mesmo os estados latino-americanos que se achavam mais perto do Todo-Poderoso verificaram de forma cada vez mais consciente que, neste mundo, era sobre Washington que eles deveriam manter o olho alerta. O ocasional aventureirismo norte-americano tentou estabelecer poder direto nas estreitas pontes de terra que separavam o Oceano Atlântico do Oceano Pacífico, mas nada realmente ocorreu até que o canal do Panamá viesse a ser construído sendo ocupado por forças americanas em uma pequena república independente destacada, para

esta finalidade, de um grande estado sul-americano, a Colômbia. Mas isso seria mais tarde.

A maior parte do mundo, e especialmente a Europa, estava atenta aos Estados Unidos, porque neste período (1848-75) vários milhões de europeus haviam emigrado para lá, e porque sua grande extensão territorial e extraordinário progresso fizeram-no rapidamente o milagre técnico do planeta. Tratava-se, como os americanos foram os primeiros a reconhecê-lo, da terra dos superlativos. Onde no mundo poder-se-ia encontrar uma cidade como Chicago, que tinha uns modestos 30 mil habitantes em 1850, e veio a se tornar o sexto maior centro urbano do mundo com mais de 1 milhão de habitantes em apenas 40 anos? Ali encontravam-se as maiores estradas de ferro do mundo, atravessando inigualáveis distâncias em suas rotas transcontinentais, e nenhum outro país excedia o total em milhas construídas (49.168 em 1870). Nenhum milionário parecia mais *self-made* que os dos Estados Unidos, e se ainda não eram os mais ricos - embora cedo viessem a ser – eram pelo menos em maior número. Em nenhum lugar os jornais eram mais aventurosamente jornalísticos, políticos mais corruptos, nenhum país mais ilimitado em suas possibilidades.

A "América" ainda era o Novo Mundo, a sociedade aberta num país aberto onde o imigrante sem um centavo podia, como se acreditava, fazer-se a si mesmo (o *self-made man),* e desta forma construir uma república igualitária e democrática, a única de tamanho e importância no mundo em 1870. A imagem dos Estados Unidos como uma alternativa revolucionária política às monarquias do Velho Mundo, com sua aristocracia e sujeição, era talvez mais viva que nunca, pelo menos fora de suas fronteiras. A imagem da América como um lugar onde a pobreza não tivesse vez, de esperança pessoal através do enriquecimento individual, substituiu a velha imagem européia. O Novo Mundo confrontava crescentemente a Europa, não como a nova sociedade, mas como a sociedade dos novos ricos.

E dentro do Estados Unidos, o sonho revolucionário estava longe de desaparecer. A imagem da república era a de uma terra de igualdade, democracia, talvez de liberdade anárquica, oportunidade ilimitada, tudo isto mais tarde sendo chamado de "destino manifesto" da nação. Ninguém pode ter uma idéia correta dos Estados Unidos no século XIX ou, em relação a esta específica questão no século XX, sem apreciar este componente utópico, embora obscurecido de forma cada vez maior e transformado num dinamismo econômico e tecnológico complacente, exceto em momentos de crise. Era, por origem, uma utopia agrária de fazendeiros livres e independentes numa terra livre. Nunca chegou a bom termo com o mundo das grandes cidades e da grande indústria, e não se reconciliava com a dominação destes últimos em nosso período. Mesmo num centro tão típico da indústria americana como a cidade têxtil de Peterson, Nova Jersey, o *ethos* do comércio ainda não era dominante. Durante a greve de 1877, os fazendeiros reclamaram amargamente, e com razão, de que o prefeito

republicano, os políticos democráticos, a imprensa, os tribunais e a opinião pública não os havia apoiado.[3]

A grande maioria dos americanos ainda era rural: em 1860 apenas 16% vivia em cidades de mais de 8 mil habitantes. A utopia rural na sua forma mais literal – o solo livre – podia mobilizar mais poder político do que nunca, principalmente no seio da população crescente do meio-oeste. Ela contribuiu para a formação do Partido Republicano e para sua orientação antiescravista (pois embora o programa de uma república sem classes, de fazendeiros livres, não tivesse nada a ver com a escravidão e pouco interesse no negro, excluía a escravidão). Atingiu seu maior triunfo com o Homestead Act de 1862, que oferecia a qualquer filho de família americana, maior de 21 anos, 160 acres grátis depois de 5 anos de residência contínua ou compra por US$ 1,25 depois de seis meses. Não é preciso acrescentar que esta utopia fracassou. Entre 1862 e 1890, menos de 400 mil famílias se beneficiaram do Homestead Act, enquanto a população como um todo cresceu em 32 milhões, sendo que os estados da costa do Pacífico em mais de 10 milhões. Somente as estradas de ferro (que receberam somas enormes de terras públicas para poder recuperar as perdas de construção e operação com os lucros da especulação imobiliária) venderam mais terras a 5 dólares do que tudo que havia sido vendido sob o Act. Os verdadeiros beneficiários da terra livre eram os especuladores, financistas e intermediários capitalistas. Nas últimas décadas do século pouco se ouvia do bucólico sonho de liberdade da terra.

Seja qual for a forma que escolhermos para olhar a transformação dos Estados Unidos, se o final de um sonho revolucionário ou o início de uma era, o fato é tal que aconteceu na época 1848-75. A mitologia em si mesma testemunha a importância desta época com os dois temas mais profundos e eternos da história americana localizados na cultura popular: a Guerra Civil e o Oeste. Ambos estão intimamente interligados, já que foi a abertura do Oeste (ou mais exatamente suas partes sul e central) que precipitou o conflito entre os estados da República, entre os que representavam os colonos livres e o despontar do capitalismo do Norte, e os da sociedade escravista do Sul. Foi o conflito Kansas-Nebraska, de 1854, sobre a introdução do escravismo no centro do país que viria precipitar a formação do Partido Republicano. Este elegeria Abraham Lincoln (1809-65) presidente em 1860, um acontecimento que levaria à secessão dos Estados Confederados do Sul em 1861. (Virgínia, Carolinas do Norte e do Sul, Geórgia, Alabama, Flórida, Mississipi, Louisiana, Tenessee, Arkansas. Alguns estados fronteiriços hesitaram mas não se separaram da União: Maryland, West Virgínia, Kentucki, Missouri e Kansas.)

A expansão da colonização para o Oeste não era coisa nova. Tinha apenas sido dramaticamente acelerada em nosso período pelas estradas de ferro – a primeira delas tendo chegado e atravessado o Mississipi em 1854-56 – e pelo desenvolvimento da Califórnia (ver capítulo 3). Depois de 1849, "o Oeste" cessou de ser uma espécie de fron-

teira do infinito e tornou-se um espaço vazio de planície, deserto e montanha suspensos entre duas áreas em rápido desenvolvimento, o Leste e a costa do Pacífico. As primeiras linhas transcontinentais foram construídas simultaneamente para o Leste, a partir do Pacífico, e para o Oeste do Mississipi, encontrando-se em algum lugar em Utah. De fato, a região entre o Mississipi e a Califórnia (o "Oeste Selvagem") permaneceu bastante vazia em nosso período, diferindo do ritmo do centro, já bastante populoso, cultivado e mesmo industrializado. Estimava-se que o total de trabalho para a instalação de fazendas na vasta área da planície, no período entre 1850 e 1880, era pouco mais que o despendido para tal fim no mesmo período no sudoeste ou nos estados do Atlântico.[4]

As pradarias a oeste do Mississipi estavam sendo lentamente colonizadas por fazendeiros, o que implicava na remoção (por transferência forçada) dos índios, incluindo aqueles já transferidos por legislação precedente e pelo massacre do búfalo, sobre o que a economia dos índios repousava. Sua exterminação começou em 1867, no mesmo ano em que o Congresso estabeleceu as mais importantes reservas indígenas. Por volta de 1883, 13 milhões haviam sido mortos. As montanhas nunca se transformaram numa área importante de colonização agrícola. Elas eram e permaneceram uma fronteira dos mineiros, com uma população ávida por metais preciosos – sobretudo prata –, dos quais o Comstock Lode em Nevada (1859) provou ser o maior. Produziu 300 milhões de dólares em vinte anos, fez fortunas espetaculares para uma meia dúzia de homens, uma quantidade semelhante de milionários, um número um pouco maior de pequenas mas expressivas acumulações de riqueza para os padrões da época antes de desaparecer, deixando atrás de si uma Virgínia City vazia, povoada pelos fantasmas dos mineiros irlandeses assombrando o Union Hall e a Opera House. Corridas semelhantes ocorreram em Colorado, Idaho e Montana.[5] Demograficamente não tinham muita importância. Em 1870, o Colorado (admitido como estado em 1876) tinha menos do que 40 mil habitantes.

O sudoeste permanecia essencialmente campo, isto é, *cowboy* e terras. As grandes hordas de bois – uns 4 milhões entre 1865 e 1879 – eram levadas no transporte ferroviário para os grandes matadouros de Chicago. O tráfego deu origem portanto a estabelecimentos em Missouri, Kansas e Nebraska, como Abilene e Dodge City de vivida reputação em milhares de Westerns.[6]

O "Oeste Selvagem" é um mito tão poderoso que se torna difícil analisá-lo com algum realismo. O único fato histórico mais ou menos preciso é que ele durou pouco tempo, entre a Guerra Civil e o colapso da exploração mineira em 1880. A designação "selvagem" não era devida aos índios, que estavam prontos a viver em paz com os brancos, exceto talvez no extremo sudoeste onde tribos como os Apaches (1871-86) e os (mexicanos) Yaqui (1875-1926) lutaram as últimas de várias guerras centenárias para manter suas respectivas independên-

cias em relação aos brancos. Era devido às instituições, ou melhor à falta de instituições efetivas, de governo e lei nos Estados Unidos. (Não haveria "Oeste Selvagem" no Canadá, onde até as corridas do ouro eram menos anárquicas, e onde os Sioux que combateram e derrotaram Custer nos Estados Unidos antes de serem massacrados ali viviam calmamente.) A anarquia (ou para usar um termo mais neutro, a paixão pela autonomia individual com armas) era talvez exagerada pelo sonho de liberdade e do ouro que arrastava homens para o Oeste. Para além da fronteira das fazendas de colonos e cidades, não havia famílias: em 1870 Virgínia City tinha dois homens para cada mulher, e apenas 10% de crianças. Ê verdade que o mito do Oeste degradou até este sonho. O mesmo sonho de liberdades não se aplicava aos índios ou aos chineses (que eram aproximadamente um terço da população de Idaho em 1870). No sudoeste racista – o Texas pertencia à Confederação –, certamente não se aplicava aos negros. E embora muito daquilo que olhamos hoje como "Western" derivasse dos mexicanos, que talvez tenham fornecido mais *cowboys* que qualquer outro grupo,[7] também não se aplicava a estes. Era um sonho de brancos pobres que esperavam substituir a empresa privada do mundo burguês pelo jogo, ouro e armas.

Se não há nada de muito obscuro sobre a "abertura para o Oeste", a natureza e as origens da Guerra Civil Americana (1861-65) levam a uma discussão sem fim entre os historiadores. Esta disputa gira em torno do tipo de sociedade escravista que havia nos estados do Sul e sua possível compatibilidade com o capitalismo dinâmico e em expansão do Norte. Seria de fato uma sociedade escravista, dado que os negros eram sempre uma minoria mesmo no Deep South* e considerando que a maioria dos escravos trabalhava não na clássica plantação de grandes dimensões, mas num pequeno número de fazendas brancas ou então como domésticos? Não se pode negar que a escravidão era a instituição central da sociedade do Sul, ou que esta questão fosse a causa principal da disputa e rompimento entre os estados do Norte e do Sul. A verdadeira questão é saber por que isto levou à secessão e à guerra civil ao invés de alguma forma de coexistência. Apesar de tudo, embora não houvesse dúvida de que grande parte da população do Norte detestava a escravidão, o abolicionismo militante por si só não era suficientemente forte para determinar a política da União. E o capitalismo do Norte, quaisquer que fossem os sentimentos privados dos homens de negócios, bem poderia ter achado possível e conveniente chegar a um bom termo com o Sul escravista e explorá-lo, assim como os centros de negócios internacionais fazem hoje com o *apartheid* da África do Sul.

---

* Termo genérico norte-americano que identifica a região constituída pelos estados secessionistas durante a guerra civil. (N.T.)

Evidentemente as sociedades escravistas, incluindo a do Sul, estavam com os dias contados. Nenhuma delas sobreviveu o período de 1848 a 1890 – nem mesmo Cuba e Brasil (ver capítulo 10 mais adiante). Elas estavam isoladas fisicamente, pela abolição do tráfico negreiro que havia florescido na década de 1850, e também isoladas moralmente pelo consenso geral do liberalismo burguês que olhava-as como contrárias à marcha da história, moralmente indesejáveis e economicamente ineficientes. É difícil imaginar a sobrevivência do Sul como uma sociedade escravista no século XX, e mais ainda a sobrevivência da servidão na Europa do Leste mesmo se (como acreditam algumas escolas de historiadores) considerarmos ambas economicamente viáveis como sistemas de produção. Mas o que trouxe o Sul para uma situação uma crise na década de 1850 foi um problema específico: a dificuldade de coexistência com um capitalismo dinâmico no Norte e um dilúvio de migração para o Oeste.

Em termos puramente econômicos, o Norte não estava muito preocupado com o Sul, uma região agrária praticamente não envolvida em industrialização. Tempo, população, recursos e produção estavam do lado do Norte. As principais disputas eram políticas. O Sul, uma virtual semicolônia dos ingleses, para os quais supria a maior parte do algodão de que a indústria inglesa necessitava, achava vantajoso o mercado livre, enquanto a indústria do Norte estava firme e militantemente comprometida, de longa data, com tarifas protecionistas, e incapaz de impô-las de forma adequada por causa dos estados do Sul (que representavam, é preciso lembrar, quase metade dos estados em 1850). A indústria do Norte estava certamente mais preocupada com uma nação, do ponto de vista do comércio, metade livre e metade protecionista, do que metade escrava e metade livre. O Sul fez o que pôde para compensar as vantagens do Norte ao cortá-lo de seu *hinterland,* tentando desta forma estabelecer uma área de tráfego e comunicações voltada para o Sul e baseada no sistema fluvial do Mississipi, ao invés de voltada para o Atlântico a leste, adiantando-as desta forma na expansão para o Oeste. Isso era bastante natural, já que seus brancos pobres haviam de longa data explorado e aberto aquela região.

Mas a grande superioridade econômica do Norte significava que o Sul precisava insistir com rigidez redobrada na sua força política – impor suas reivindicações nos termos mais formais (por exemplo, insistindo na aceitação oficial da escravidão nos novos territórios do Oeste), realçar a autonomia dos estados (direitos dos estados) contra o governo nacional, exercer seu veto na política nacional, desencorajar o desenvolvimento econômico do Norte etc. De fato, o Sul foi um obstáculo ao Norte quando prosseguiu com sua política expansionista em direção ao Oeste. Os únicos objetivos dos sulistas eram políticos, já que (dado que não iria ou não poderia derrotar o Norte no jogo próprio do desenvolvimento capitalista) a corrente da história estava contra eles. Toda melhoria em transporte reforçava as ligações do Oeste com o Atlântico. Basicamente o sistema de estradas de ferro corria de

Leste a Oeste sem nenhuma linha importante entre o Norte e Sul. Além disso, os homens que povoavam o Oeste, viessem do Norte ou do Sul, não eram proprietários de escravos, mas brancos pobres e livres, atraídos pelo solo livre, ouro e aventura. A extensão formal da escravidão aos novos territórios e estados era portanto crucial para o Sul, e os conflitos crescentes entre os dois lados na década de 1850 giravam sobretudo em torno desta questão. Ao mesmo tempo, a escravidão era irrelevante para o Oeste, e de fato a expansão para o Oeste talvez tenha enfraquecido o sistema escravista. Não lhes dava maior força do que a que os líderes do Sul esperavam quando planejaram a anexação de Cuba e a criação de um império de plantação no Caribe do Sul. Em resumo, o Norte estava numa posição de unificar o continente que o Sul não tinha. Agressivos em postura, o recurso real dos sulistas estavam em abandonar a luta e separar-se da União, e isso foi o que fizeram quando a eleição de Abraham Lincoln de Illinois, em 1860, demonstrou que haviam perdido o "Meio-Oeste".

A Guerra Civil durou cinco anos. Em termos de destruição e mortes, era de longe a maior guerra em que qualquer país "desenvolvido" havia-se envolvido em nosso período, embora relativamente perca um pouco do brilho diante da Guerra do Paraguai na América do Sul e fique muito atrás das Guerras Taiping na China. Os estados do Norte, embora notavelmente inferiores em *performance* militar venceram por causa de sua vasta preponderância em homens, capacidade e tecnologia. Afinal eles tinham mais de 70% da população total nos Estados Unidos, mais de 80% dos homens em idade militar e mais de 90% da produção industrial. O triunfo do Norte também era o do capitalismo americano e o dos Estados Unidos moderno. Mas, embora a escravidão fosse abolida, não era o triunfo do Negro, fosse escravo ou livre. Depois de alguns anos de "Reconstrução" (isto é, democratização forçada), o Sul retornou ao controle dos brancos conservadores sulistas, isto é, racistas. As tropas de ocupação do Norte foram finalmente retiradas em 1877. Em certo sentido, os sulistas haviam atingido seus objetivos: os republicanos do Norte (que mantiveram o controle da presidência pela maior parte do tempo de 1860 a 1932) não podiam ganhar no Sul solidamente democrata, que desta forma guardou uma autonomia substancial. O Sul, por outro lado, através de seu voto em bloco, podia exercer alguma influência nacional, já que seu apoio era essencial para o sucesso do outro grande partido, o Democrata. De fato, o Sul permaneceu agrário, pobre, atrasado e ressentido; os brancos ressentindo a nunca esquecida derrota, os negros a franqueza e rudeza da subordinação reimposta pelos brancos.

O capitalismo americano desenvolveu-se com impressionante e dramática rapidez depois da Guerra Civil, que talvez tenha atrasado temporariamente seu desenvolvimento, embora isto também tenha fornecido consideráveis oportunidades para gigantescos homens de negócios corretamente apelidados de *robber barons* (barões medievais). Este avanço extraordinário forma a terceira grande corrente da

história dos Estados Unidos em nosso período. Diferente da Guerra Civil e do Oeste Selvagem, a era dos Robber Barons não se tornou parte da mitologia americana, exceto como componente da demonologia dos democratas e populistas, mas ainda é hoje parte da realidade americana Os Robber Barons ainda são uma parte identificável no cenário dos negócios. Várias tentativas têm sido feitas para defender ou reabilitar os homens que mudaram o vocabulário da língua inglesa: quando a Guerra Civil estourou, a palavra *millionaire* ainda era escrita em caracteres italicizados, mas quando o maior *robber* da primeira geração, Cornelius Vanderbilt, morreu em 1877, sua fortuna de 100 milhões de dólares requeriu a cunhagem de um novo termo, *multi-millionaire*. Tem-se argumentado que muitos dos grandes capitalistas americanos foram, na realidade, inovadores criativos, sem os quais os triunfos da industrialização americana, que eram realmente expressivos, não teriam sido obtidos tão rapidamente. A riqueza destes não era, portanto, obtida a partir de banditismo econômico, mas graças à generosidade com que a sociedade reconhecia os seus benfeitores. Tais argumentos não podem ser aplicados a todos os *robber barons*, pois até a consciência dos apologistas recua diante de escroques tais como Jim Fisk ou Jay Gould, mas seria falta de sensibilidade negar que um número de magnatas deste período realizou contribuições positivas, algumas vezes importantes, para o desenvolvimento da economia industrial moderna ou (o que não é exatamente a mesma coisa) para as operações de um sistema de empresas capitalistas.

Porém, tais argumentos estão fora do ponto principal. Eles meramente encontram outra maneira de dizer o óbvio, ou melhor dizendo, que os Estado Unidos do século XIX eram uma economia capitalista na qual o dinheiro – uma boa quantidade de dinheiro – iria ser feito, entre outras formas, pelo desenvolvimento e racionalização dos recursos produtivos de um país, vasto e em rápido crescimento, inserido numa economia mundial em acelerada expansão. Três coisas distinguem a era dos *robber barons* americanos das outras florescentes economias capitalistas do mesmo período, que também produziram suas gerações de milionários, às vezes igualmente ávidos.

A primeira característica distintiva era a total falta de qualquer forma de controle sobre trocas comerciais feitas com rudeza ou escroqueria, assim como as possibilidades realmente espetaculares de corrupção em âmbito local e nacional – especialmente nos anos pós-Guerra Civil. Praticamente não existia aquilo que se poderia chamar de governo (dentro dos padrões europeus) nos Estados Unidos, e a margem de ação para os ricos poderosos e inescrupulosos era praticamente ilimitada. De fato, a expressão *robber barons* deveria ter sua ênfase na segunda palavra e não na primeira, pois como num reino medieval fraco, os homens não olhavam para a lei mas para a sua própria força – e quem era mais forte numa sociedade capitalista do que os ricos? Os Estados Unidos, sozinho entre os estados do mundo burguês, era um país de justiça privada e forças armadas privadas.

Entre 1850 e 1889, esquadrões "Vigilante" mataram 530 trangressores da lei, ou acusados de tal, ou seja, 6 em cada 7 de todas as vitimas da história completa deste fenômeno caracteristicamente americano, que vai de 1760 a 1909.[8] (Dos 326 movimentos Vigilante registrados, 230 atuaram neste período.) Em 1865 e 1866, toda estrada de ferro, mina de carvão, grande forno ou laminadora na Pensylvania recebeu autorização para empregar quantos homens armados quisesse para agir conforme julgassem necessário, embora em outros estados xerifes e outros funcionários deviam indicar formalmente os membros destas polícias privadas. E foi durante este período que a mais notória destas forças particulares de detetives e pistoleiros, os "Pinkertons", ganharam sua sombria reputação, primeiro na luta contra criminosos e depois contra o trabalhismo.

A segunda característica específica desta era pioneira do *big business* americano, *big money* e *big power* era que a maior parte daqueles que o praticavam, diferentes da maioria dos grandes empreendedores do Velho Mundo, pareciam estar sempre obcecados pela construção tecnológica em si mesma, sem se julgarem aparentemente comprometidos com nenhuma forma especial de fazer dinheiro. Tudo o que queriam era maximizar os lucros; mas ocorreu que a maioria deles terminou por consegui-lo através do grande fazedor de dinheiro desta época, as estradas de ferro. Cornelius Vanderbilt tinha apenas uns poucos 10 ou 20 milhões de dólares antes de entrar no negócio das estradas de ferro, que lhe trouxe uns 80-90 milhões de dólares em 16 anos. Não é tão surpreendente, já que homens da turma da Califórnia – Collis P. Huntington (1821-1900), Leland Stanford (1824-93), Charles Crocker (1822-88) e Mark Hopkins (1813-78) – podiam sem modéstia pagar o triplo do custo da construção da Central Pacific Railroad, e escroques como Fisk e Gould podiam amealhar milhões com transações fraudulentas e saques abertos, sem colocar um único vagão-dormitório sobre trilhos, ou preparar a partida de uma única locomotiva.

Poucos dos milionários da primeira geração fizeram sua carreiras em um único ramo de atividade. Huntington começou vendendo material pesado para mineiros da corrida do ouro em Sacramento. Talvez seus fregueses incluíssem o magnata da carne Philip Armour (1832-1901), que tentou a sorte nas minas antes de entrar no negócio de armazéns em Milwaukee, que permitiu-lhe fazer fortuna no decorrer da Guerra Civil. Jim Fisk trabalhou em circo, garçom de hotel, mascate e vendedor ambulante antes de descobrir as possibilidades de contratos de guerra e, depois, a bolsa de valores. Jay Gould foi, por seu turno, cartógrafo e mercador de peles, antes de descobrir o que se podia fazer com estradas de ferro. Andrew Carnegie (1835-1919) não concentrou suas energias no ferro até completar 40 anos. Começou como telegrafista, continuou como executivo de estradas de ferro – sua renda já feita através de investimentos cujo valor crescia rapidamente –, entrou em petróleo (que iria ser o campo escolhido por John D. Rockefeller, que começou a vida como atendente e livreiro em O-

hio), enquanto gradualmente seguiu em direção à indústria que iria dominar. Todos estes homens eram especuladores e estavam prontos para seguir em direção do dinheiro grosso, onde quer que ele se encontrasse. Nenhum deles tinha ou poderia ter escrúpulos de forma excessiva, numa era e numa economia onde fraude, suborno, calúnia e, se necessário, revólveres eram aspectos normais da competição. Todos eram homens duros e todos olhariam as questões concernentes à honestidade de suas atividades como sendo consideravelmente menos relevantes para seus negócios do que sua esperteza. Não era por acaso que o "darwinismo social" explicava, de forma dogmática, que aqueles que subiam ao topo de tudo eram os melhores, porque eram os mais capazes de sobreviver na selva humana, teoria que se transformou na teologia nacional do final do século XIX nos Estados Unidos.

A terceira característica dos *robber barons* será bem óbvia, mas tem sido supervalorizada pela mitologia do capitalismo americano: uma proporção considerável deles eram *self-made men* e não possuíam competidores em riqueza e posição social. Claro, apesar da proeminência de vários *self-made* multi-milionários, apenas 42% dos homens de negócios deste período, que entraram no *Dictionary of American-Biography*, vinham das classes médias ou baixas. (Os nascidos entre 1820 e 1849 foram contados. Os cálculos são de C. Wright Mills.) Muitos vinham de famílias do comércio ou profissionais liberais. Apenas 8% da "elite industrial da década de 1870" eram filhos de pais de classe operária.[9]. Ainda para efeitos de comparação, é interessante recordar que dos 189 milionários ingleses que morreram entre 1858 e 1879 aproximadamente 70% vinham de uma descendência de pelo menos uma geração, e provavelmente várias de riqueza, sendo mais de 50% deles proprietários de terras.[10] Evidentemente, a América possuía seus Astors e Vanderbilts, herdeiros de dinheiro antigo, e o maior de seus financistas, J. P. Morgan (1837-1913), era um banqueiro de segunda geração, cuja família tornou-se rica na qualidade de uma das maiores intermediárias em trazer capital inglês para os Estados Unidos. Mas o que atraía a atenção eram, fato aliás bem compreensível, as carreiras dos jovens que simplesmente viam a oportunidade, apanhavam-na e enfrentavam todos os desafios: homens que estavam imbuídos acima de tudo pelo imperativo capitalista da acumulação. As oportunidades eram realmente colossais para homens preparados para seguir a lógica da obtenção do lucro em lugar da lógica de viver, e que possuíam competência suficiente, energia, rudeza e ambição. As distrações eram mínimas. Não havia uma velha nobreza para seduzir os homens com títulos, e nem o exemplo tentador da vida descontraída de uma aristocracia agrária. A política era antes algo para se comprar do que para se praticar, exceto, evidentemente, como outro meio de fazer dinheiro.

Em certo sentido, portanto, os *robber barons* sentiam-se representantes da América como nenhum outro grupo ou pessoa. E não estavam enganados. Os nomes dos maiores milionários – Morgan, Rockefeller – entraram no domínio do mito, e esta era a razão por que, ao

lado de mitos de origem bem diferente – pistoleiros e xerifes do Oeste – eles eram provavelmente os únicos nomes de indivíduos americanos deste período (com a exceção de Abraham Lincoln) bem conhecidos no exterior, exceto entre aqueles que diziam ter um especial interesse na história dos Estados Unidos. E os grandes capitalistas impuseram seu selo ao país. "Antigamente", escreveu o *National Labor Tribune* em 1874, "os homens na América podiam ser seus próprios dirigentes. Ninguém podia ou devia tornar-se dominador". Mas agora, "estes sonhos não se realizam... A classe operária deste país... repentinamente descobriu que o capital é tão rígido como uma monarquia absoluta". "

II

De todos os países não-europeus, apenas um foi bem-sucedido em encontrar e derrotar o Ocidente no terreno inimigo. Este país foi o Japão, para uma certa surpresa dos Observadores da época. Para eles, era talvez o menos conhecido de todos os países desenvolvidos, já que havia sido virtualmente fechado ao contato direto com o Oeste no século XVII, mantendo apenas um único ponto de mútua observação, por onde os holandeses tinham recebido permissão para manter um comércio em escala restrita. Em meados do século XIX, o país não parecia ao Oeste diferente de qualquer outro país-oriental, ou em outras palavras, estava igualmente destinado ao atraso econômico e à inferioridade militar para tornar-se vítima do capitalismo. Commodore Perry, dos Estados Unidos, cujas ambições no Pacífico iam bem mais longe dos interesses de seus barcos caçadores de baleias (que haviam sido recentemente – 1851 – objeto de uma grande obra de criação artística da América do século XIX, *Moby Dick* de Herman Melville), forçou os japoneses à abertura de certos portos em 1853-54 com o método usual de ameaças navais. Os ingleses, e mais tarde as forças unidas ocidentais em 1862, bombardearam o Japão com frivolidade e a impunidade habituais: a cidade de Kagoshima foi atacada como uma simples retaliação pelo assassinato de um único inglês. Não parecia de forma alguma que em apenas meio século o Japão seria uma potência mundial, capaz de derrotar uma potência européia numa guerra de maiores proporções, usando apenas uma das mãos, e que em três quartos de século estaria perto de rivalizar com a marinha inglesa; menos ainda, que na década de 1970 alguns observadores esperassem o Japão ultrapassar a economia dos Estados Unidos em alguns anos.

Historiadores talvez tenham se surpreendido menos diante das realizações japonesas do que deveriam. Eles apontaram para o fato de que, de muitos ângulos, o Japão, embora inteiramente diferente na sua tradição cultural, era surpreendentemente análogo ao Oeste na estrutura social. O país possuía algo muito próximo a uma ordem feudal da

Europa medieval, uma nobreza agrária hereditária, camponeses semi-servis e um corpo de mercadores-empreendedores e financistas cercados por um corpo incomumente ativo de artífices, todos assentados numa crescente urbanização. Diferente de Europa, as cidades não eram independentes nem os mercadores livre, mas a crescente concentração da nobreza (os samurais) nas cidades fazia-os depender de forma crescente do setor não-agrário da população, e o desenvolvimento sistemático de uma economia nacional fechada, fora do mercado externo, criou um corpo de empreendedores essencial para a formação de um mercado nacional intimamente ligado ao governo. Os Mitsui, por exemplo – ainda hoje uma das maiores forças no capitalismo japonês –, começaram como produtores de *sakê* (aguardente de arroz) no início do século XVII, tornaram-se financistas e em 1673 estabeleceram-se em Edo (Tóquio) como lojistas, fundando filiais em Kioto e Osaka. Por volta de 1680, eles estavam ativamente jogados naquilo que a Europa teria chamado de mercado de ações, tornando-se logo depois agentes financeiros da família imperial e do Shogunate (os dirigentes *de facto* do país), assim como do diversos clãs feudais mais importantes. Os Sumitomo, também ainda hoje proeminentes, começaram no comércio de drogas e equipamentos pesado em Kioto e logo transformaram-se em grandes mercadores no comércio do cobre. No final do século XVIII, agiam como administradores regionais do monopólio do cobre e exploravam minas.

Não é impossível que o Japão, deixado a si mesmo, tivesse evoluído por si só na direção da economia capitalista, embora a questão não possa ser jamais resolvida. O que é fora de qualquer dúvida é que o Japão estava mais disposto a imitar o Oeste que muitos outros países não-europeus e mais capaz também de fazê-lo. A China era plenamente capaz de derrotar os ocidentais no próprio terreno deles, pelo menos na medida em que possuía o conhecimento técnico, sofisticação intelectual, educação, experiência administrativa e a capacidade para o comércio requerida para a tarefa. Mas a China era demasiadamente gigantesca, demasiado auto-suficiente, demasiado acostumada a se considerar o centro da civilização para que a incursão de uma leva de perigosos e narigudos bárbaros, por mais avançados tecnicamente que fossem, viesse a sugerir imediatamente a liquidação e o abandono de seus antigos meios. A China não queria imitar o Oeste. Os homens cultos do México queriam imitar o capitalismo liberal como exemplificado pelos Estados Unidos, mesmo que fosse apenas para obter um meio de resistência ao vizinho do Norte. Mas o peso de uma tradição com a qual eles eram demasiadamente fracos para romper ou destruir tornava impossível tal propósito. Igreja e campesinato, índio ou hispanizado num modelo medieval, tudo isso era. muito para eles, e eles eram muito poucos. A vontade era maior que a capacidade. Mas o Japão possuía ambas. A elite japonesa sabia que seu país era um entre muitos que confrontavam os perigos da conquista ou sujeição, que já havia aliás sofrido no curso de sua longa história. Era

mais (para usar a fraseolagia européia da época) uma "nação" potencial do que um império ecumênico. Ao mesmo tempo, possuía a capacidade técnica e outras além do pessoal necessário para uma economia do século XIX. E o que talvez fosse mais importante, a elite japonesa possuía um aparato de estado e uma estrutura social capazes de controlar o movimento de uma sociedade inteira. Transformar o país do alto sem arriscar resistência passiva, desintegração ou revolução é extremamente difícil. Os dirigentes japoneses estavam na posição histórica excepcional de serem capazes de mobilizar o mecanismo tradicional da obediência social para os propósitos de uma repentina, radical mas controlada "ocidentalização", sem maior resistência que a de uma dissidência samurai espalhada e uma rebelião camponesa.

O problema de enfrentar o Oeste havia preocupado os japoneses por algumas décadas – e a vitória inglesa sobre a China na primeira Guerra do Ópio (1839-42) demonstrou a capacidade e a possibilidade dos métodos do Ocidente. Se a própria China não podia resistir-lhes, não estariam os ocidentais predestinados a vencer em todas as partes? A descoberta do ouro na Califórnia, aquele evento crucial na história do mundo em nosso período, trouxe os Estados Unidos de forma definitiva ao Pacífico, colocando o Japão diretamente no centro das investidas ocidentais com vistas a "abrir" seus mercados, da mesma forma que as Guerras do Ópio haviam "aberto" os da China. A resistência direta era inócua, como o demonstraram as fracas tentativas de organizá-la. Meras concessões e evasões diplomáticas não eram senão expedientes temporários. A necessidade de reforma, tanto pela adoção das técnicas relevantes do Oeste e como através de restauração (ou criação) da vontade de afirmação nacional, era vigorosamente debatida pelos funcionários superiores e os intelectuais. Mas o que veio a ser a "Restauração Meiji" de 1868, isto é, uma drástica "revolução do alto" foi o evidente fracasso do sistema militar feudal-burocrático dos Shoguns em resolver a crise. Em 1853-54, os dirigentes do país estavam divididos e em dúvida diante do que fazer. Pela primeira vez o governo formalmente pediu a opinião e o conselho dos *daimyo*, ou lordes feudais, a maioria dos quais foi a favor de resistência ou contemporização. Desta forma, demonstravam sua inabilidade em agir de forma efetiva, e suas contra-medidas militares foram ineficientes e custaram o bastante para drenar as finanças e confundir o sistema administrativo do país. Enquanto a burocracia revelava sua incompetência e as frações dos nobres desentendiam-se dentro do Shogunate, a segunda derrota da China em mais uma Guerra do Ópio (1857-58) sublinhou a fraqueza do Japão diante do oeste. Mas as novas concessões aos estrangeiros e a crescente desintegração da estrutura política doméstica produziu uma contra-reação entre jovens intelectuais samurais, que em 1860-63 iniciaram, contra estrangeiros e líderes impopulares, uma destas levas de terror e assassinatos que pontuam a história japonesa. Desde a década de 1840, ativistas patrióticos tinham iniciado estudos militares e ideológicos nas províncias e

em algumas escolas de esgrima em Edo (Tóquio), onde passaram a ficar sob a influência de alguns filósofos, voltando depois para suas províncias feudais *(han)* com os dois *slogans* "Expulsar os bárbaros" e "venerar o Imperador". Ambos os *slogans* eram lógicos: o Japão precisava evitar cair vítima dos estrangeiros e, dado o fracasso do Shogunate, era natural que a atenção conservadora se voltasse para a alternativa política tradicional sobrevivente, o teoricamente todo-poderoso mas praticamente impotente Trono Imperial. A reforma conservadora (ou revolução do alto) teria praticamente que tomar a forma de uma restauração do poder imperial contra Shogunate. A reação estrangeira ao terrorismo dos extremistas, como por exemplo o bombardeamento de Kagoshima pelos ingleses, apenas intensificou a crise doméstica e minou o já desgastado regime. Em janeiro de 1868 (após a morte do velho imperador e a indicação do novo Shogun), a restauração imperial foi finalmente proclamada, com a força de algumas poderosas prefeituras dissidentes, e estabelecida após uma curta guerra civil. A "Restauração Meiji" havia sido realizada.

Se isto tivesse sido apenas uma reação conservadora xenófoba, teria sido comparativamente insignificante. As grandes forças feudais do oeste japonês, especialmente Satsuma e Choshu, cujas forças derrubaram o velho sistema, tradicionalmente hostilizavam a Casa de Tokugawa que monopolizava o Shogunate. Nem o seu poderio nem o tradicionalismo militante dos jovens extremistas eram um programa em si, e os homens que então passaram a ter a sorte do Japão nas mãos, predominantemente jovens samurais (em média 30 anos em 1868) não representavam as forças sociais da revolução social, embora tivessem claramente chegado ao poder numa época em que as tensões econômicas e sociais eram especialmente agudas e refletiam tanto em um número de levantes camponeses localizados e não muito marcadamente políticos, como também a ascensão de ativistas camponeses e de classe média. Mas entre 1853 e 1868, o núcleo principal dos jovens samurais ativistas sobreviventes (muitos dos mais xenófobos morreram em ações terroristas) tinha reconhecido que seu objetivo, salvar o país, pedia uma ocidentalização sistemática. Muitos deles em 1868 tinham contactado os estrangeiros; muitos haviam viajado ao exterior. Todos reconheciam que preservar implicava transformar.

O paralelismo entre o Japão e a Prússia tem sido freqüentemente levantado. Em ambos os países, o capitalismo tinha sido formalmente instituído não por revolução burguesa, mas por revolução de cima, efetuada por uma velha ordem aristocrático-burocrática que reconhecia que sua sobrevivência não podia ser assegurada de outra forma. Em ambos os países, os regimes econômicos e políticos subseqüentes guardaram importantes características da velha ordem: uma disciplina obediente e ética, além do respeito que estava presente nas classes médias e mesmo no novo proletariado, eventualmente ajudando o capitalismo a resolver os problemas da disciplina do trabalho; uma forte dependência da economia de iniciativa privada em relação à ajuda e

supervisão do estado burocrático; e um não menos persistente militarismo que iria-se tomar mais tarde um formidável poder na guerra, encarnando um passional e mesmo patológico extremismo da direita política. Mas há diferenças. Na Alemanha, a burguesia liberal era forte, consciente de si mesmo como classe e uma força política independente. Como as revoluções de 1848 tinham demonstrado, a "revolução burguesa" era uma genuína possibilidade. O caminho prussiano para o capitalismo passava através de uma burguesia relutante em fazer uma revolução burguesa e um estado Junker preparado para darlhe muito do que ela queria sem uma revolução, pelo preço da preservação do controle político nas mãos da aristocracia agrária e da monarquia burocrática. Os Junkers não iniciaram esta mudança. Eles meramente (graças a Bismarck) se asseguraram de que não seriam engolidos no processo. No Japão, por outro lado, a iniciativa, a direção e o pessoal da "revolução de cima" veio dos próprios setores feudais. A burguesia japonesa (ou seu equivalente) teve uma participação apenas na medida em que a existência de uma camada de homens de negócios e empreendedores tornava praticável a instalação de uma economia capitalista nos termos ocidentais. A Restauração Meiji não pode ser vista em nenhum sentido real como uma "revolução burguesa" mesmo que abortada, embora possa ser vista como equivalente funcional de parte de uma tal revolução.

Isso faz com que o radicalismo das mudanças introduzidas apareça de forma ainda mais impressionante. As velhas províncias feudais foram abolidas e substituídas por uma administração centralizada estatal, que então adquiriu uma nova moeda decimal e definiu uma política financeira através da inflação, de empréstimos públicos baseados num sistema bancário inspirado pelo American Federal Reserve, e (em 1873) de uma taxação adequada da terra. (Deve-se lembrar que em 1868 o governo central não possuía nenhuma renda independente, baseando-se temporariamente na ajuda das províncias feudais (que iriam logo ser abolidas), em empréstimos forçados, e na dependência dos Tokugawa ex-Shoguns.) Esta reforma financeira implicava uma reforma social radical, o Regulamento da Propriedade da Terra (1873), que estabelecia compromisso individual e não comunal em relação às taxas, definindo portanto direitos de propriedade individuais, com o conseqüente direito de venda. Os antigos direitos feudais, já em declínio no que dizia respeito à terra cultivada, caíram mais ainda de importância. Enquanto a alta nobreza e uns poucos samurais eminentes guardavam alguma terra em montanhas e florestas, o governo tomou posse sobre a propriedade comunal, os camponeses tornaram-se inquilinos de ricos proprietários de terras – e os nobres e os samurais perderam sua base econômica. Em troca, receberam compensação e ajuda governamental, mas mesmo antes que estas provassem ser inadequadas, para muitos deles a mudança de situação tinha sid,o demasiado profunda. Iria ainda se tornar mais drástica pela Lei do Serviço Militar de 1873 que, como no modelo prussiano, introdu-

ziu o serviço militar obrigatório. Sua conseqüência maior foi de fundo igualitário, na medida em que abolia os últimos vestígios de separação e distinção de *status* dos samurais como classe. Entretanto, a resistência tanto dos camponeses como dos samurais diante das novas medidas – houve uma média de talvez 30 levantes camponeses por ano entre 1869 e 1874 e uma importante rebelião samurai em 1877 – foi aniquilada sem maiores dificuldades.

Não era o objetivo do novo regime abolir a aristocracia e distinções de classe, embora estas últimas fossem simplificadas e modernizadas. Uma nova aristocracia tinha mesmo sido estabelecida. Ao mesmo tempo, a ocidentalização implicava a abolição das antigas posições, uma sociedade na qual a riqueza, a cultura e a influência política determinavam mais do que o nascimento, trazendo portanto genuínas tendências igualitárias: desfavoráveis para o samurai mais pobre, que recusava o trabalho comum, favoráveis para o povo simples que passava a ser (a partir de 1870) autorizado a usar nomes de família e a escolher livremente tanto a profissão como o lugar de residência. Para os dirigentes japoneses, diferentemente da sociedade ocidental burguesa, tais questões constituíam não um programa em si, mas instrumentos para atingir o programa de renascimento nacional. Eles eram necessários e portanto precisavam ser criados. E eram também aceitáveis para os homens da velha sociedade, em parte por causa da enorme carga de ideologia tradicional em servir ao estado que traziam (ou mais concretamente a necessidade de "reformar o estado"). Eles não eram bem-vindos aos camponeses tradicionalistas e samurais, especialmente aqueles para os quais o novo Japão na realidade não iria melhorar o futuro. Entretanto, o radicalismo das mudanças introduzidas no espaço de alguns anos por homens formados na velha sociedade e pertencentes à orgulhosa classe da aristocracia militar ainda é um fenômeno único e extraordinário.

A força motriz era a ocidentalização. O Oeste possuía claramente o segredo do sucesso e, portanto, a todo custo precisava ser imitado. A perspectiva de tomar de roldão todos os valores e instituições de uma outra sociedade era talvez menos impensável para os japoneses do que para muitas outras civilizações, pois eles já haviam-no experimentado) uma vez – com a China –, mas mesmo assim ainda era uma idéia assustadora, traumática e problemática. Pois ela não podia ser realizada com empréstimos provisórios, seletivos ou controlados, especialmente tratando-se de uma sociedade tão diferente da japonesa como a ocidental. Daí a exagerada paixão com a qual muitos dos partidários da ocidentalização se atiraram à tarefa. Para alguns parecia implicar no abandono de tudo aquilo que fosse japonês, já que todo o passado era necessariamente atrasado e bárbaro: a simplificação ou talvez mesmo o abandono da língua japonesa, a renovação da origem genética inferior japonesa pela miscigenação com a origem genética ocidental superior – uma sugestão, baseada na recém-digerida teoria do racismo social-darwinista, que tinha aliás apoio nas altas esferas

do país. [12] Surgiam costumes e cortes de cabelo ocidentais, hábitos alimentares (os japoneses não comiam carne) eram adotados com o mesmo zelo que a tecnologia, estilo arquitetônico e idéias ocidentais. [13] A ocidentalização não iria implicar até na adoção de ideologias que eram fundamentais ao progresso ocidental incluindo mesmo o cristianismo? Não implicaria também no abandono de todas as antigas instituições, incluindo o imperador?

Por outro lado, a ocidentalização iria colocar um dilema ainda maior, já que o Ocidente não era um único sistema coerente, mas um complexo de idéias e instituições rivais. Quais delas iriam os japoneses escolher? Em termos práticos a escolha não era difícil. O modelo inglês servia naturalmente como um guia para estradas de ferro, telégrafo, obras públicas, indústria têxtil e muito dos métodos de comércio. O modelo francês inspirava a reforma legal, e inicialmente a reforma militar, até que o modelo prussiano veio a prevalecer (a Marinha evidentemente seguiu o exemplo inglês). As universidades deviam muito ao exemplo alemão e americano, e a educação primária, a inovação na agricultura e os serviços postais aos Estados Unidos. Por volta de 1875-76, cerca de 500 a 600 especialistas estrangeiros, e mais tarde, em 1890, 3 mil aproximadamente, estavam empregados sob supervisão japonesa. Mas politicamente e ideologicamente a escolha era mais difícil. Como iria o Japão escolher entre os sistemas rivais dos estados burgueses-liberais – França e Inglaterra – e a monarquia prussiano-germânica mais autoritária? Acima de tudo, como iria escolher entre o Ocidente Intelectual, representado pelos missionários (que tinham um grande e surpreendente apelo entre os desorientados samurais prontos para transferir sua lealdade tradicional de um senhor de Terra para um senhor nos Céus), e o Ocidente representado pela ciência agnóstica – Herbert Spencer e Charles Darwin? Ou entre as escolas religiosas e laicas?

No espaço de duas décadas apareceu uma reação contra os extremos da ocidentalização, parcialmente com a ajuda da tradição crítica ocidental do liberalismo, como a alemã, que ajudou a inspirar a constituição de 1889, em grande parte uma reação neotradicionalista que iria virtualmente inventar uma nova religião do estado centrada no culto ao imperador, o culto Shinto. Foi esta combinação de neotradicionalismo e modernização seletiva (como exemplificada pelo édito imperial educacional de 1890) que prevaleceu. Mas as tensões entre aqueles para os quais a ocidentalização implicava revolução fundamental e os outros para quem significava apenas um Japão forte permaneceram sem solução. A revolução não iria ocorrer, mas a transformação do Japão num formidável poder moderno tornou-se realidade. Economicamente as realizações do Japão permaneceram modestas na década de 1870, baseadas quase que inteiramente numa economia de mercantilismo de estado, que contrastava de forma estranha com a ideologia oficial de liberalismo econômico. As atividades

militares do novo exército eram ainda dirigidas inteiramente contra os recalcitrantes inimigos do velho Japão, e em 1873 planejou-se uma guerra contra a Coréia, evitada apenas porque os membros mais sensíveis do Meiji acreditavam que a transformação interna deveria preceder a aventura externa. Portanto, o Oeste continuava a subestimar a significação da transformação do Japão.

Observadores ocidentais não conseguiam entender este estranho país. Alguns quase nada viam nele além de um esteticismo exótico e cativante e mulheres elegantes e subservientes que confirmavam tão diretamente a superioridade masculina e (assim pensava-se) ocidental: a terra de Pinkerton e Madame Butterfly. Outros estavam tão convencidos da inferioridade não-ocidental que simplesmente não viam nada relevante. "Os japoneses são uma raça alegre, e ficam contentes com pouco, não parecendo capazes de realizar muito" escreveu o *Japan Herald* em 1881.[14] Até o final da Segunda Guerra Mundial a crença que, do ponto de vista tecnológico, os japoneses só podiam produzir imitações baratas dos produtos ocidentais fazia parte da mitologia ocidental. Porém, já havia alguns observadores mais capazes – muitos deles americanos – que observavam a impressionante eficiência da agricultura japonesa, as técnicas dos artesãos, a potencialidade dos soldados. Já em 1878, um general americano previu que graças a eles o país "estava destinado a assumir uma parte importante da história mundial". [15] Logo que os japoneses provaram que podiam vencer guerras, as idéias dos ocidentais sobre eles tornaram-se bem menos satisfatórias. Mas no final de nosso período, eles ainda eram vistos como a prova viva de que a civilização ocidental burguesa estava triunfante e era superior a todas as outras; e nesta época, mesmo os japoneses bem instruídos não teriam discordado.

Nono Capítulo

A SOCIEDADE EM PROCESSO DE MUDANÇA

De acordo com os comunistas: "De cada um de acordo com suas capacidades: para cada um de acordo com suas necessidades". Em outras palavras, ninguém deve lucrar por sua própria força, capacidade ou indústria; mas deve-se submeter às vontades dos fracos, estúpidos e vadios.

Sir Thomas Erskine May, 1877

O governo está passando das mãos daqueles que possuem alguma coisa para as mãos daqueles que não possuem nada, das mãos daqueles com um interesse material na preservação da sociedade para aqueles que não se preocupam de nenhuma maneira com a ordem, estabilidade e conservação... Talvez, na grande lei da mudança na Terra, para nossas sociedades modernas os trabalhadores são o que os bárbaros foram para as sociedades da antigüidade, os agentes convulsivos da dissolução e destruição.

Os Gongourts durante a Comuna de Paris.

Assim como o capitalismo e a sociedade burguesa triunfaram, os projetos que lhes eram alternativos recuaram, apesar do aparecimento da política popular e dos movimentos trabalhistas. Estes projetos não poderiam parecer menos promissores do que em 1872-73. Porém, em poucos anos apenas, o futuro daquela sociedade que havia triunfado tão espetacularmente mais uma vez parecia incerto e obscuro, e movimentos destinados a substituí-la ou derrubá-la novamente precisavam ser levados a sério. Precisamos, portanto, considerar agora estes movimentos de mudança social e política radicais na forma em que eles existiram no terço final do século XIX. Isto não é apenas escrever história com a capacidade de saber previamente o que vai ocorrer mais tarde, embora não haja uma boa razão por que o historiador deva despojar-se de sua capacidade mais importante, em troca da qual qualquer inventor daria seus olhos e dentes, ou seja, o conhecimento do que de fato acontecerá depois. E também escrever história

como os da época a viam. Os ricos e poderosos raramente são tão confiantes em si mesmos que não temam um fim da sua dominação. E o que é mais importante, a lembrança da revolução ainda estava perto e era forte. Qualquer pessoa de 40 anos em 1868 tinha vivido a maior das revoluções européias ainda adolescente. Qualquer pessoa com 50 anos havia vivido as revoluções de 1830 como criança, e as de 1848 como adulto. Italianos, espanhóis, poloneses e outros haviam vivido insurreições, revoluções ou eventos com um forte componente insurreicional, como o movimento de liberação de Garibaldi no Sul da Itália, no decorrer dos últimos 15 anos. Não devemos ficar surpresos de que o medo ou a esperança da revolução fossem fortes e vivos.

Agora sabemos que não iriam ser de maior conseqüência nos anos após 1848. De fato, escrever sobre a revolução social nestas décadas é semelhante a escrever sobre serpentes na Inglaterra: elas existem, mas não como uma parcela significativa da fauna. A revolução européia, tão próxima – talvez tão real – no grande ano de esperança e desapontamento, desapareceu de vista. Marx e Engels, tinham, como sabemos, depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subseqüentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em seqüência à (e conseqüência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isto não aconteceu, eles não a esperaram mais num futuro previsível, e certamente não mais na forma de um outro 1848. É naturalmente bastante errôneo supor que Marx transformara-se numa espécie de social-democrata gradualista (no sentido moderno do termo), ou mesmo que esperasse que a transição para o socialismo, quando viesse a ocorrer, se desse pacificamente. Mesmo nos países onde os trabalhadores pudessem se tornar capazes de tomar o poder pacificamente através da vitória eleitoral (ele mencionou os Estados Unidos, Inglaterra e talvez a Holanda), esta tomada do poder, e a subseqüente destruição da velha política e das instituições, que ele via como essencial, iria provavelmente, pensava, levar a uma violenta resistência por parte dos antigos dirigentes. E nisso ele era sem dúvida bastante realista. Governos e classes dirigentes, poderiam estar prontos a aceitar um governo trabalhista que não ameaçasse sua dominação, mas não havia razão para supor, especialmente depois da sanguinária supressão da Comuna de Paris, que eles estivessem preparados a aceitar um que o fizesse.

Entretanto, as perspectivas de revolução, e não apenas a socialistas, nos países desenvolvidos da Europa não eram mais um assunto da prática política e, como já vimos, Marx descartava-as, mesmo na França. O futuro imediato dos países capitalistas europeus residia na organização de partidos da classe operária independentes e de massa, cujas demandas políticas a curto prazo não eram revolucionárias. Quando Marx ditou o programa dos social-democratas alemães *(Gotha* 1875) para um entrevistador americano, ele deixou de lado a única cláusula que entrevia um futuro socialista ("o estabelecimento de cooperativas de produção socialista...sob o controle democrático da

classe operária", como uma mera concessão tática aos lassalleanos. O socialismo, ele observou, "será o resultado do movimento. Mas isto será uma questão de tempo, educação e do desenvolvimento de novas formas de sociedade".[3]

Este futuro remoto e imprevisível poderia ser significativamente adiantado mais pelo desenvolvimento nas margens do que no centro da sociedade burguesa. A partir do final da década de 1860, Marx começou seriamente a conceber a estratégia de uma perspectiva indireta para a derrubada da sociedade burguesa por três vias, duas das quais se tornariam proféticas e uma errada: revolução colonial, Rússia e os" Estados Unidos. A primeira destas tornou-se parte de seus cálculos através do surgimento do movimento revolucionário irlandês (ver capítulo 5 mais acima). A Inglaterra era, então, decisiva para o futuro da revolução proletária porque era a metrópole do capital, o dirigente do mercado mundial e, ao mesmo tempo, o *único* país onde "as condições materiais de tal revolução tinham-se desenvolvido até um certo grau de maturidade"." Portanto, o objetivo principal da Internacional precisava ser o de acelerar a revolução inglesa, e a única forma de fazê-lo era conseguir a independência irlandesa. A revolução irlandesa (ou de forma mais geral, a revolução dos povos oprimidos) era vista não apenas por si mesma mas como um possível impulsionador da revolução nos países burgueses centrais, coma o calcanhar de Aquiles do capitalismo metropolitano.

O papel reservado à Rússia era talvez mais ambicioso. A partir da década de 1860, como veremos, uma revolução russa não era apenas uma possibilidade mas uma probabilidade, talvez mesmo uma certeza. Mas enquanto em 1848 tal contingência seria bem recebida apenas na medida em que removeria uma grande pedra do caminho da vitória de uma revolução ocidental, agora tornava-se significativa por si mesma. Uma revolução russa poderia de fato "dar o sinal para uma revolução • proletária no Ocidente, de tal forma que ambas se complementariam" (como Marx e Engels colocaram no prefácio de uma nova edição russa do *Manifesto Comunista).*[5] Mais ainda: poderia concebivelmente -embora Marx nunca se tenha claramente comprometido com esta hipótese - levar a uma transição direta da Rússia de um comunalismo de aldeias a um desenvolvimento comunista, passando por cima do desenvolvimento de um capitalismo maduro. Como Marx previu de forma correta, uma Rússia revolucionária mudaria as perspectivas de revolução em todos os lugares.

O papel reservado aos Estados Unidos era menos central. Seu maior efeito era negativo: alquebrar, por força de seu desenvolvimento maciço, o monopólio industrial da Europa Ocidental, e em particular da Inglaterra, e abalar, por força também de sua exportação agrícola, as bases da grande e pequena propriedade agrária na Europa. Esta era sem dúvida uma afirmação correta. Mas iria contribuir positivamente para o triunfo da revolução? Na década de 1870, Márx e Engels esperavam realisticamente uma crise no sistema político dos Es-

tados Unidos, já que a crise agrária iria enfraquecer os fazendeiros, "a base de toda a Constituição", e o crescente domínio da política por parte dos especuladores e grandes empresários iria provocar um sentimento de repulsa entre os cidadãos. Também sublinhavam as tendências para a formação de um movimento proletário de massa. Talvez não esperassem muito destas tendências, embora Marx expressasse algum otimismo: nos Estados Unidos, "o povo é mais resoluto que na Europa...tudo amadurece mais rapidamente".[6] Portanto, estavam enganados ao considerar os Estados Unidos e a Rússia como os dois grandes países que haviam sido omitidos do Manifesto Comunista: o desenvolvimento futuro de ambos iria ser bem diferente.

As idéias de Marx carregam o peso de seus triunfos póstumos. No seu tempo elas não representavam uma força política séria, embora por volta de 1875 dois sintomas de sua subseqüente influência já fossem visíveis: um poderoso Partido Social Democrata Alemão e uma penetração dramática de suas idéias – inesperado para ele, mas não retrospectivamente – na *intelligentzia* russa (ver mais adiante neste mesmo capítulo). No final da década de 1860 e começos da de 1870, o "doutor vermelho" era algumas vezes acusado de ser responsável pelas atividades da Internacional (ver capítulo 6), da qual ele era sem dúvida a figura mais formidável e a eminência parda. Entretanto, como já vimos, a Internacional não era de forma alguma um movimento marxista, ou mesmo um movimento que contivesse mais do que um punhado de seguidores de Marx, a maioria deles alemães *emigres* de sua própria geração. Consistia de uma série de grupos esquerdistas unidos basicamente, e talvez exclusivamente, pelo fato de que todos pretendiam organizar "os trabalhadores", e com substancial sucesso, embora nem sempre. Suas idéias representavam os remanescentes de 1848 (ou mesmo de 1789 transformadas entre 1830 e 1848), algumas antecipações do reformismo trabalhista e uma subvariedade peculiar de sonho revolucionário, o anarquismo.

Em certo sentido, todas as teorias de revolução eram, naquele tempo, e tinham de ser, tentativas de se chegar a um bom termo com a experiência de 1848. Isso se aplica tanto a Marx como a Bakunin, à Comuna de Paris e aos populistas russos, que discutiremos mais adiante. Alguém poderia dizer que todos vinham do fermento dos anos 1830-48, não tivesse uma das cores pré-48 desaparecido para sempre do espectro da esquerda: o socialismo utópico. As correntes utópicas maiores haviam cessado de existir enquanto tais. O saint-simonismo tinha cortado suas ligações com a esquerda. Havia-se transformado no "Positivismo" de Augusto Comte (1798-1857) e numa juvenil experiência levada a termo por um grupo de capitalistas aventureiros, na maioria franceses. Os seguidores de Robert Owen (1771-1858) tinham voltado suas energias intelectuais para o espiritualismo e o laicismo, e suas energias práticas para o modesto campo das lojas cooperativas. Fourier, Cabet e outros inspiradores das comunidades comunistas, sobretudo na terra da liberdade e das oportunidades extra-

ordinárias, foram esquecidos. O *slogan* de Horace Greeley (1811-72) "Vá para o Oeste, jovem" provou ser mais bem-sucedido que os de Fourier. O socialismo utópico não sobreviveu a 1848.

Por outro lado, o produto da Grande Revolução Francesa sobreviveu. Este produto ia dos republicanos radicais democratas (às vezes enfatizando a libertação nacional, outras o interesse em problemas sociais) aos jacobinos comunistas com o selo de L. A. Blanqui, que aparecia breve e intermitentemente da prisão quando uma revolução na França o libertava provisoriamente. Esta esquerda tradicional não havia aprendido nada. Alguns de seus extremistas na Comuna de Paris não podiam pensar em nada de melhor do que reproduzir exatamente os acontecimentos da Grande Revolução. O blanquismo, organizado de forma determinada e conspiratória, sobreviveu na França e teve um papel crucial na Comuna, mas seria seu canto do cisne. Nunca mais iria ter um papel de importância significativa e perder-se-ia nas tendências contraditórias do novo movimento socialista francês.

O radicalismo democrático era mais resistente, porque seu programa apresentava tanto uma expressão genuína das aspirações do "homem comum" (lojistas, professores, camponeses), um componente essencial das aspirações dos trabalhadores, como um *slogan* conveniente para os políticos liberais que pediam seus votos. Liberdade, igualdade e fraternidade podem não ser *slogans* muito precisos, mas as pessoas pobres e modestas confrontadas com os ricos e poderosos sabiam seu significado. Quando o programa oficial do radicalismo democrático foi realizado, numa república com base no sufrágio universal, igual e incondicional, como nos Estados Unidos, a necessidade do "povo" em exercer poder real contra os ricos e corruptos manteve a paixão democrática bem viva. Mas, é claro, o radicalismo democrático era uma realidade em poucos lugares, mesmo no campo modesto do governo local.

E ainda, neste período, a democracia radical não era mais um *slogan* revolucionário em si, mas um meio (não automático) para atingir um fim. A república revolucionária era a "república social", a democracia revolucionária a "democracia social" – título adotado de forma crescente pelos partidos marxistas. Isto não era tão óbvio entre os nacionalistas revolucionários, como os mazzinistas na Itália, já que o vencedor da independência e da unificação (numa base de republicanismo democrático) iria, eles acreditavam, resolver de alguma forma todos os outros problemas. O nacionalismo real era automaticamente democrático e social, e se não o fosse, não era real. Mas mesmo os mazzinistas não negavam a libertação social, e Garibaldi declarava-se mesmo um socialista, qualquer que fosse o seu entendimento do termo. Depois dos desapontamentos da unificação ou republicanismo, os dirigentes do novo movimento socialista iriam surgir dentre os antigos republicanos radicais.

O anarquismo, embora podendo ter sua origem traçada no fermento revolucionário da década de 1840, é muito mais claramente um

produto do período posterior a 1848, ou mais precisamente da década de 1860. Seus dois fundadores políticos eram P. J. Proudhon, um francês pintor autodidata, além de volumoso escritor que praticamente não tomou parte em nenhuma agitação política, e Miguel Bakunin, um peripatético aristocrata russo que se jogava na agitação em todas as oportunidades que aparecessem. (Um *pedigree* intelectual para o anarquismo poderia ser realmente desenhado, mas tem pouco a ver com o desenvolvimento do atual movimento anarquista.) Ambos, desde cedo, atraíram a desfavorável atenção de Marx e, embora admirando-o, despertaram sua hostilidade. A teoria assistemática, preconceituosa e profundamente não-liberal de Proudhon – ele era antifeminista e anti-semita, tendo seguidores na extrema direita – não tem grande interesse em si mesma, mas contribuiu com dois temas do pensamento anarquista: uma crença em pequenos grupos de ajuda mútua formados de produtores, ao invés de fábricas desumanizadas, e um ódio a governos em si mesmos, a *qualquer* governo. Este era um apelo profundo a pequenos artesãos independentes, trabalhadores especializados autônomos que resistiam à proletarização, homens que não haviam esquecido uma infância camponesa ou provinciana nas regiões às margens do industrialismo desenvolvido. Era a estes homens e em tais regiões que o anarquismo tinha força de apelo mais forte: entre os relojoeiros suíços da "Federação de Jura" iria-se encontrar as origens dos mais devotados anarquistas da Primeira Internacional.

Bakunin acrescentou pouco a Proudhon como pensador, exceto uma indiscutível paixão pela revolução imediata – "a paixão da destruição", dizia, "é simultaneamente uma paixão criadora" –, um perigoso entusiasmo pelo potencial revolucionário de criminosos e marginais da sociedade aliado a algumas poderosas intuições. Ele não era um grande pensador, mas um profeta, agitador e - apesar do descrédito por parte dos anarquistas em relação à organização e disciplina, onde viam a ensombrecedora presença e tirania do estado – um organizador conspiratório formidável. Nesta qualidade, ele espalhou o anarquismo pela Itália, Suíça e (através de discípulos) Espanha, organizando também o que viria a ser a divisão da Internacional em 1870-72. E nesta qualidade ele virtualmente criou um movimento anarquista para os proudonistas franceses, na forma de um corpo teórico onde se encontrava uma modalidade bem pouco desenvolvida de sindicalismo, ajuda mútua e cooperativismo, sendo que politicamente não muito revolucionário. Não que o anarquismo fosse uma força maior pelo final de nosso período. Mas havia estabelecido alguma base na França e Suíça francesa, alguns núcleos de influência na Itália e, acima de tudo, havia feito grandes progressos na Espanha, onde os artesãos e trabalhadores da Catalunha e os trabalhadores rurais de Andaluzia receberam com prazer o novo Testamento. Ali floresceu com a crença nativa de que pequenas cidades e oficinas poderiam conduzir-se perfeitamente se a superestrutura do estado e os ricos fossem sim-

plesmente removidos, e que o ideal de um país constituído de cidades autônomas era facilmente realizável. De fato, o movimento "cantonista" durante a República Espanhola de 1873-74 tentou realmente realizá-lo, e seu principal ideólogo, F. Pi y Margall (1824-1901) iria ser adotado no panteão anarquista juntamente com Bakunin, Proudhon – e Herbert Spencer.

O anarquismo era tanto uma revolta do passado pré-industrial contra o presente, quanto filho do mesmo presente. Rejeitava a tradição embora a natureza intuitiva a espontânea tanto do pensamento como do movimento forçassem a guardá-la – talvez mesmo enfatizá-la – assim como a um número de elementos tradicionais tais como o anti-semitismo ou, mais realmente, a xenofobia. Ambos ocorreram em Proudhon e Bakunin. Simultaneamente, o anarquismo detestava de forma passional a religião e as igrejas, e defendia as causas do progresso, incluindo a ciência e a tecnologia, da razão e talvez, acima de tudo, do "iluminismo" e da educação. E já que rejeitava qualquer autoridade, encontrava-se curiosamente convergindo para um ponto comum com o ultra-individualismo do *laissez-faire* burguês. Ideologicamente, Spencer (que iria escrever *Man Against the State)* era tão anarquista quanto Bakunin. A única coisa que o anarquismo não conseguia prever era o futuro, sobre o qual nada tinha a dizer salvo que só podia acontecer depois da revolução.

O anarquismo não tem grande importância política (fora da Espanha) e diz-nos respeito apenas como uma imagem distorcida do período. O movimento revolucionário mais interessante da época seria outro bem diferente: o populismo russo. Não era e nunca tornou-se um movimento de massa, e seus atos de terrorismo mais dramáticos, culminando no assassinato do Tzar Alexandre II (1881), ocorreram após o fim de nosso período. Mas é o ancestral tanto de uma importante família de movimentos nos países atrasados do século XX como do bolchevismo russo. Oferece também um ligação direta entre o revolucionarismo das décadas de 1830 e 1840 e o de 1917 – uma ligação bem mais direta, poder-se-ia argumentar, que a Comuna de Paris. Além disso, já que era um movimento composto quase que inteiramente de intelectuais, num país onde praticamente toda a vida intelectual séria era necessariamente política, viria a ser imediatamente projetado como movimento no cenário da literatura global através dos geniais escritores da época: Turgenev (1789-1871) e Dostoievsky (1821-81). Até os observadores ocidentais da época ouviram falar dos "nihilistas" e confundiram-nos com o anarquismo de Bakunin. Isto era compreensível, já que este último estava presente no movimento russo, assim como em todos os outros movimentos revolucionários, e temporariamente foi confundido com um personagem tipicamente dostoievskiano (vida e literatura estando muito próximas na Rússia), o jovem advogado de crença quase que patológica no terror e na violência, Sergei Gennadevitch Nechaev. Mas o populismo russo não era de forma alguma anarquista.

Que a Rússia "deveria ter" uma revolução não era questionado seriamente por ninguém na Europa, desde os liberais mais moderados até a esquerda. O regime político do país, uma autocracia sob Nicolau I (1825-1855) era de forma patente um anacronismo e não podia, a longo prazo, resistir. Mantinha-se no poder pela falta de algo como uma classe média e, acima de tudo, pela existência de uma tradicional lealdade ou passividade de um campesinato atrasado e em grande parte servil, que aceitava o domínio da nobreza porque esta era a vontade de Deus, porque o Tzar representava a Santa Rússia, e também porque eles eram deixados bastante a vontade e em paz para conduzir seus próprios modestos negócios através das poderosas comunidades de vila, cuja existência atraiu a atenção de observadores russos e estrangeiros desde a década de 1840. Eles não estavam, porém, satisfeitos. À parte sua pobreza e a coerção dos senhores, eles nunca aceitaram o direito da nobreza à terra: o camponês pertencia ao senhor, mas a terra pertencia aos camponeses, pois apenas eles a cultivavam. Eles eram somente inativos ou incapazes de fazer alguma coisa. Se abandonassem a passividade e se insurgissem, as coisas ficariam difíceis para o tzar e as classes dominantes na Rússia. E se sua rebelião fosse capitalizada pela esquerda ideológica e política, o resultado não seria certamente uma simples repetição dos grandes levantes dos séculos XVII e XVIII – os *Pugachevshchina* que assustaram os governantes russos –, mas uma revolução social.

Depois da guerra da Criméia, uma revolução russa parecia não mais apenas desejável, mas cada vez mais provável. Esta era a maior inovação da década de 1860. O regime que, por mais reacionário e ineficiente que pudesse parecer, tinha aparecido até então como estável e poderoso externamente, imune tanto à revolução continental de 1848 como capaz de fazer marchar seus exércitos contra ela em 1849, revelava-se agora internamente instável e externamente mais fraco do que parecia. Suas maiores fraquezas eram políticas e econômicas, e aí reformas de Alexandre II (1855-81) poderiam ser vistas mais como um sintoma do que remédio para estas fraquezas. Na realidade, como veremos (no capítulo 10 seguinte), a emancipação dos servos (1861) criara as condições para um campesinato revolucionário, enquanto que as reformas administrativas, jurídicas e outras do tzar (1864-70) fracassaram em remover as fraquezas da autocracia tzarista, ou mesmo em compensar a aceitação tradicional que agora se encontrava ameaçada. A revolução na Rússia não era mais um projeto utópico.

Dada a fraqueza da burguesia e (naquele momento) do novo proletariado industrial, apenas uma camada social exígua mas articulada existia que pudesse "levar" a agitação política, e na década de 1860 veio a adquirir consciência própria, uma associação com radicalismo político e um nome: *a inteltigentzia.* Sua própria exigüidade talvez tenha ajudado a este grupo de pessoas de educação superior a se sentir uma força coerente: mesmo em 1897, os "instruídos" consistiam em não mais que uns 100 mil homens, e qualquer coisa acima de

6 mil mulheres em toda a Rússia.[7]. Os números eram pequenos mas cresciam rapidamente. Moscou, em 1840, possuía pouco mais que 1.200 educadores, doutores, advogados e pessoas ativas nas artes em geral, mas por volta de 1882 já contava com 5 mil professores, 2 mil doutores, 500 advogados e 1.500 nas "artes". Mas o que é significativo em relação a eles é que não se juntavam nem à classe dos negócios, que no século XIX praticamente não requeria qualificação acadêmica (exceto na Alemanha), talvez apenas um certificado de conhecimentos sociais, nem se ligavam com o maior empregador de intelectuais, a burocracia. Dos 333 graduados de S. Petersburgo em 1848-50, apenas 96 entraram no serviço civil.

Duas coisas distinguiam a *intelligentsia* russa das outras camadas de intelectuais: o reconhecimento enquanto grupo social especial e um radicalismo político orientado mais socialmente que nacionalmente. A primeira distinguia-os dos intelectuais ocidentais, que eram rapidamente absorvidos na classe média predominante e na ideologia liberal ou democrática vigente. Excetuando-se o boêmio literário e artístico (ver capítulo 15 mais adiante), que era uma subcultura aceita ou pelo menos tolerada, não havia nenhum grupo significativo de dissidentes, e a boêmia dissidente era política apenas marginalmente. Mesmo as universidades, tão revolucionárias em 1848, tornaram-se politicamente conformistas. Por que deveriam ser diferentes os intelectuais na era do triunfo burguês? A segunda característica distintiva era a diferença em relação aos intelectuais dos povos emergentes europeus, cujas energias políticas estavam ligadas quase que exclusivamente ao nacionalismo, isto é, à luta para a construção de uma sociedade liberal burguesa própria, na qual pudessem ser integrados. A *intelligentsia* russa não podia seguir a primeira alternativa, já que a Rússia não era, de forma patente, uma sociedade burguesa e já que o sistema tzarista havia feito mesmo do mais moderado liberalismo um *slogan* de revolução política. As reformas do tzar Alexandre II na década de 1860 – libertação dos servos, mudanças educacionais e jurídicas e o estabelecimento de um certo governo local para a nobreza (os *zemstvos* de 1864) e as cidades (1870) – eram todas demasiadamente hesitantes e limitadas para mobilizar o entusiasmo potencial dos reformistas de forma permanente, e de qualquer maneira esta fase de reformas durou pouco. Também não seguiu a seguinte alternativa, não tanto porque a Rússia já fosse uma sociedade independente ou lhe faltasse orgulho nacional, mas porque os *slogans* do nacionalismo russo – Santa Rússia, pan-slavismo etc. – eram usados pelo tzar, pela igreja, e por tudo o que fosse reacionário. O personagem de Tolstoi (1828-1910) em *Guerra e Paz*, Pierre Bezuhov, de certa forma o mais russo dos personagens do romance, era obrigado a procurar idéias cosmopolitas, mesmo a defender Napoleão, o invasor, porque não estava contente com a Rússia tal como ela era; e seus sobrinhos e netos espirituais, a *intelligentsia* das décadas de 850 e 1860, iriam ser forçados a fazer o mesmo.

Eles eram – e enquanto nativos do que era *par excellence* o país atrasado da Europa não poderiam ser outra coisa – modernizantes isto é, "ocidentalizantes". Mas, por outro lado, eles não podiam ser apenas "'ocidentalizantes", já que o liberalismo ocidental e o capitalismo da época não ofereciam um modelo viável para a Rússia seguir, e porque a única força de massa potencialmente revolucionária na Rússia era o campesinato. O resultado veio a ser o "populismo", que segurava esta contradição numa balança tensa. Visto desta forma, o "populismo" lança muita luz sobre os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo de meados do século XX. O rápido progresso do capitalismo na Rússia, posterior ao período que analisamos, que implicava no rápido crescimento de um proletariado industrial organizado, ultrapassaria as incertezas da era populista e o colapso da fase heróica do populismo – de 1868 a 1881 – e encorajaria reconsiderações teóricas. Os marxistas, que surgiam das ruínas do populismo, eram, pelo menos em teoria, ocidentalizantes puros. A Rússia, argumentavam, iria seguir o mesmo caminho do Ocidente, gerando as mesmas forças de mudança política e social – uma burguesia que iria estabelecer uma república democrática, um proletariado que iria cavar a cova daquela. Mas mesmo alguns marxistas cedo se tornaram conscientes – durante a revolução de 1905 – de que esta perspectiva era irreal. A burguesia russa iria ser muito fraca para assumir seu papel histórico, e o proletariado, com o apoio da força irresistível do campesinato, iria derrubar igualmente o tzarismo e o capitalismo russo imaturo, tudo isto dirigido pelos "revolucionários profissionais".

Os populistas eram modernizantes. A Rússia de seus sonhos era nova – uma Rússia de progresso, educação, e produção revolucionária – mas socialista e não capitalista. Seria baseada na mais antiga e tradicional das instituições russas, a *obshchina* ou vila comunal, que iria tornar-se ancestral direto e modelo da sociedade socialista. O tempo e os intelectuais populistas da década de 1870 perguntaram a Marx, cujas teorias haviam assimilado, se ele pensava que tal fosse possível, e Marx lutou consigo mesmo diante desta atraente mas (de acordo com suas teorias) implausível proposição, concluindo hesitantemente que talvez pudesse. Por outro lado, a Rússia precisava rejeitar as tradições da Europa ocidental – incluindo as formas de seu liberalismo e doutrinas liberais –, porque o país não possuía tais tradições. Pois mesmo aquele aspecto do populismo que possuía as ligações aparentemente mais diretas com o espírito revolucionário de 1789-1848 era, em certo sentido, diferente e novo.

Os homens e mulheres que agora juntavam-se em conspirações secretas para derrubar o tzarismo através de insurreição e terror eram mais do que os herdeiros dos Jacobinos ou dos revolucionários profissionais que descendiam destes últimos. Eles iriam quebrar todas as ligações com a sociedade para se dedicar totalmente ao "povo" e à sua revolução, para penetrar no seio do povo e expressar sua vontade. Havia uma intensidade não-romântica, uma totalidade de auto-sacrifício

acerca de sua dedicação que não tinha paralelo no Ocidente. Eles estavam mais próximos de Lênin que de Buonarroti. E vieram encontrar a maior parte de seus membros (como em muitos dos movimentos similares posteriores) entre os estudantes, especialmente os mais novos e pobres que estavam entrando na universidade, deixando de se limitar aos filhos da nobreza.

Os ativistas do novo movimento revolucionário eram de fato gente "nova" em lugar dos filhos da nobreza. De 924 pessoas presas ou exiladas entre 1873 e 1877, apenas 279 vinham de famílias nobres, 117 de funcionários não-nobres, 33 de comerciantes; 68 eram judeus, 92 vinham daquilo que se poderia chamar melhor de pequena-burguesia urbana *(meshchane)*, 138 eram nominalmente camponeses – presumivelmente de meios urbanos similares – e não menos de 197 eram filhos de padres. O número de mulheres entre eles era particularmente surpreendente. Não menos de 15% dos aproximadamente 1.600 propagandistas presos no período acima eram mulheres. O movimento inicialmente oscilou entre um terrorismo meio anárquico de pequenos grupos (sob a influência de Bakunin e Nechaev) e os defensores de educação política de massa do "povo". Mas o que veio eventualmente a prevalecer foi a organização conspiratória secreta, centralizada e rigidamente disciplinada, de afinidade Jacobina-blanquista, elitista na prática fosse qual fosse a teoria, e que antecipou os bolcheviques.

O populismo é, significativo não pelo que tenha realizado, que foi praticamente nada, nem pelos números que veio a mobilizar, que pouco excederam a mil pessoas: sua importância reside no fato de que marca o início de uma história contínua de agitação revolucionária russa que, em 50 anos, iria derrubar o tzarismo e instalar o primeiro regime na história mundial dedicado à construção do socialismo. Eles eram sintomas da crise que, entre 1848 e 1870 rapidamente – e para a maioria dos observadores ocidentais inesperadamente – transformou a Rússia tzarista de um dos pilares do reacionarismo mundial num gigante claudicante, certamente a ser derrubado revolucionariamente. Mas eles eram mais do que isso. Formaram o laboratório químico no qual as mais importantes idéias revolucionárias do século XIX iriam ser testadas, combinadas e desenvolvidas. Não há dúvida de que isto se deve, em certa medida, à boa sorte – cujas razões são bem misteriosas – de que o populismo tenha coincidido com uma das mais brilhantes e impressionantes explosões de criação cultural e intelectual da história do mundo. Países atrasados procurando entrar na modernidade são geralmente copiadores e sem originalidade nas suas idéias, embora nem tanto na sua prática: intelectuais brasileiros e mexicanos apanharam de forma não crítica Auguste Comte; intelectuais espanhóis voltaram-se neste mesmo período para um obscuro filósofo alemão de segunda categoria do início do século XIX, Karl Krause, que transformaram num batalhador pelo iluminismo anticlerical. A esquerda russa não estava apenas em contato com o que de melhor e mais avançado havia no pensamento da época, assimilando-o – estu-

dantes em Kazan liam *O Capital* mesmo antes do livro ser traduzido para o russo – mas imediatamente adaptava o pensamento social dos países avançados, e eram reconhecidamente capazes de fazê-lo. Alguns de seus maiores nomes guardam uma reputação basicamente nacional – N. Chernishevsky (1828-89), V. Belinsky (1811-48), N. Dobrolyubov (1836-61) e mesmo, de certa forma, o esplêndido Alexandre Herzen (1812-70). Outros influenciaram – o que talvez tenha se dado uma ou duas décadas depois – a sociologia, a antropologia e a historiografia dos países ocidentais, como por exemplo P. Vinogradov (1854-1925) na Inglaterra, V. Lutchisky (1877-1949) e N. Kareiev (1850-1936) na França. O próprio Marx apreciou de forma imediata as realizações intelectuais de seus leitores russos, e não apenas porque eram o seu primeiro público intelectual.

Até agora temos considerado os revolucionários sociais. E as revoluções? A maior delas em nosso período era virtualmente desconhecida aos observadores da época, e certamente sem conexão com as ideologias do Ocidente: a de Taiping (ver capítulo 7). As mais freqüentes, as da América Latina, pareciam consistir, na maioria das vezes, em *pronunciamentos* (golpes militares) ou secessões regionais que não modificavam a forma do país. As européias, ou eram fracassos como a insurreição polonesa de 1863, absorvida por um liberalismo moderado, ou como a conquista revolucionária da Sicília e do sul da Itália por Garibaldi em 1860, ou então de significado puramente nacional, como. as revoluções espanholas de 1854 e 1868-74. A primeira destas revoluções espanholas era, como a revolução colombiana do início da década de 1850, um efeito retardado dos acontecimentos de 1848. O mundo ibérico estava geralmente fora do ritmo do resto da Europa. A segunda pareceu a observadores da época, em meio à agitação política e à Internacional, pressagiar um novo *round* de revoluções européias. Mas não haveria um novo 1848. Haveria apenas a Comuna de Paris em 1871.

A Comuna de Paris era, como a maior parte da história revolucionária de nosso período, importante não apenas por aquilo que realizou como por aquilo que anunciou; era mais formidável como um símbolo de que como um fato. Sua história verdadeira é obscurecida pelo mito enormemente poderoso que gerou, tanto na França como (através de Karl Marx) no movimento socialista internacional; um mito que reverbera até hoje, principalmente na República Popular da China.[10] Ela foi extraordinária, heróica, dramática e trágica, mas em termos concretos foi breve, e na opinião da maioria dos observadores condenada, um governo insurreicional de trabalhadores em uma única cidade, cuja realização maior foi o fato de ser realmente um *governo*, mesmo que durasse menos de dois meses. Lênin, depois de outubro de 1917, iria contar os dias até a data em que pôde triunfantemente dizer: já duramos mais do que a Comuna. Porém, os historiadores deveriam resistir à tentação de reduzi-la retrospectivamente. Se não chegou a ameaçar seriamente a ordem burguesa, pelo menos aterrori-

zou a todos pela sua mera existência. Se na sua vida e morte foi cercada por pânico e histeria, especialmente na imprensa internacional, que acusava-a de instituir o comunismo, expropriar os ricos e partilhar suas mulheres, de terror, massacre generalizado, caos, anarquia ou o que mais provocasse pesadelos nas classes respeitáveis – tudo, não é necessário dizer, arquitetado pela Internacional. Mais importante, os próprios governos sentiram a necessidade de entrar em ação contra a ameaça internacional à ordem e à civilização. Excetuando-se a colaboração internacional entre polícias e uma tendência (vista como mais escandalosa ontem do que seria hoje) em negar a *comunardos* fugitivos o *status* protetor de refugiados políticos, o chanceler austríaco – apoiado por Bismarck, homem não dado a reações de pânico – sugeriu a formação da Contra-Internacional Capitalista. O medo da revolução era um fato maior na constituição da Liga dos Três Imperadores de 1873 (Alemanha, Áustria, Rússia), vista como uma nova Santa Aliança "contra o radicalismo europeu que tem ameaçado todos os tronos e instituições", " embora o rápido declínio da Internacional tivesse feito este objetivo menos urgente na época em que foi finalmente instituída. O fato significativo sobre este nervosismo era que os governos agora temiam não a revolução social em geral, mas a revolução *proletária.* Os marxistas, que viam a Comuna essencialmente como um movimento proletário, estavam na berlinda dos governos e da opinião pública "respeitável" da época.

E de fato, a Comuna era uma insurreição *operária* – e se uma palavra descreve homens e mulheres "a meio caminho entre 'povo' e 'proletariado' " ao invés de trabalhadores de fábricas, esta palavra também serviria para os ativistas dos movimentos trabalhistas em outros lugares neste período.[12] Os 36 mil *comunardos* aprisionados eram um corte transversal na população trabalhadora de Paris: 8% de trabalhadores de colarinho branco, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e similares, mas o resto esmagadoramente operários – da construção civil, metalurgia, trabalho em geral, seguidos pelos mais tradicionalmente especializados (carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos), que também forneciam um número desproporcional ao pessoal dirigente, e evidentemente os eternos radicais sapateiros. Mas podia-se dizer que a Comuna fosse uma revolução *socialista?* Quase que certamente sim, embora seu socialismo fosse essencialmente o sonho pré-. 1848 de cooperativas autônomas ou unidades corporativas de produtores, agora reclamando intervenção governamental radical e sistemática. Seus resultados práticos foram mais modestos, mas isso não foi culpa sua.

Pois a Comuna foi um regime sitiado, o filho da guerra e do cerco de Paris, a resposta à capitulação. O avanço dos prussianos em 1870 quebrou o pescoço do império de Napoleão III. Os moderados republicanos que o derrubaram continuaram a guerra sem vontade, e desistiram ao perceber que a única resistência possível implicava a mobilização revolucionária das massas, um novo jacobismo e outra

república social. Em Paris, sitiada e abandonada pelo governo e pela burguesia, o poder de fato havia caído nas mãos dos prefeitos dos *arrondissements* (distritos) e da Guarda Nacional, isto é, na prática os setores populares e operários. A tentativa de desarmar a Guarda Nacional (depois da capitulação), que provocou a revolução, tomou a forma de uma organização municipal independente de Paris (a "Comuna"). Mas a Comuna foi quase que imediatamente sitiada pelo governo nacional (então localizado em Versalhes) – o exército vitorioso alemão que cercava Paris contendo-se para não intervir. Os dois meses da Comuna foram um período praticamente de guerra contínua contra as esmagadoras forças de Versalhes: quase duas semanas depois de sua proclamação em 18 de março havia perdido a iniciativa. Por volta de 21 de maio, o inimigo havia entrado em Paris e a semana final meramente demonstrou que o povo trabalhador de Paris podia morrer tão arduamente como havia vivido. Os de Versalhes talvez tenham perdido 1.100 em mortos e desaparecidos, e a Comuna talvez tenha executado uma centena de reféns.

Quem saberá dizer quantos *comunardos* foram mortos durante a luta? Milhares foram massacrados posteriormente: os de Versalhes admitiram 17 mil, mas este número não pode ser mais do que a metade da verdade. Mais de 43 mil foram feitos prisioneiros, 10 mil foram sentenciados, dos quais pelo menos metade foi enviada para o exílio penal na Nova Caledônia, o resto para a prisão. Esta era a vingança do "povo respeitável". Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as "classes melhores". E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder.

Terceira Parte

RESULTADOS

Décimo Capítulo

A TERRA

Assim que o índio passar a ganhar três reales por dia, não irá trabalhar mais do que a metade da semana, pois então estará recebendo os mesmos nove reales que recebe atualmente. Quando você tiver mudado tudo, terá voltado à estaca zero: a liberdade, aquela verdadeira liberdade que não quer nem taxas, nem regulamentos, nem medidas para desenvolver a agricultura: aquele maravilhoso laissez-faire *que é a última palavra em economia política.*

Um proprietário de terras mexicano, 1865[1]

O preconceito que existia contra todas as classes populares ainda existe em relação aos camponeses. Eles não recebem a educação da classe média: daí suas diferenças, a falta de consideração pelos seus compatriotas, o vigoroso desejo de escapar da opressão deste desdém geral. Daí, portanto, a decadência dos velhos costumes, a corrupção e a deterioração de nossa raça.

Um jornal de Mantua, 1856 [2]

I

Em 1848, a população do mundo, mesmo da Europa, ainda consistia sobretudo de homens do campo. Mesmo na Inglaterra, a primeira economia industrial, a cidade não era mais numerosa do que o campo até 1851, e neste ano ultrapassava-o por pouco (51%). Em nenhum outro lugar, exceto França, Bélgica, Saxônia, Prússia e Estados Unidos, mais de 1% da população vivia em cidades de 10 mil ou mais habitantes. Por meados e pelo final da década de 1870, a situação havia substancialmente se modificado, mas com algumas poucas exceções a população rural ainda prevalecia em grande número sobre a urbana. Portanto, de longe a maior parte da humanidade e os destinos da vida ainda dependiam do que acontecesse na e com a terra.

O que acontecesse na terra, por sua vez, dependia de fatores econômicos, técnicos e demográficos que, consideradas todas as peculiaridades locais, operavam em escala mundial, ou pelo menos em grandes zonas geográfico-climáticas, assim como de fatores institucionais (sociais, políticos, legais etc.) que diferiam de forma profunda

entre si, mesmo quando as linhas gerais do desenvolvimento mundial operavam através deles. Geograficamente, as planícies norte-americanas, os pampas sul-americanos, as estepes do sul da Rússia e da Hungria eram passíveis de comparação: grandes campos em zonas mais ou menos temperadas, adequadas ao cultivo em larga escala de cereais. Todas elas desenvolveram o que era, do ponto de vista da economia mundial, o mesmo tipo de agricultura, tornando-se grandes exportadoras de trigo. Mas do ponto de vista social, político e legal, havia uma grande diferença entre as planícies norte-americanas, desocupadas em grande parte (exceção feita a algumas tribos indígenas que viviam da caça) e as européias, já ocupadas em pequena escala por uma população voltada para a agricultura; entre os fazendeiros livres do Novo Mundo e os camponeses servos do Velho Mundo, entre as formas de libertação camponesa depois de 1848 na Hungria e as formas subseqüentes na Rússia, entre os grandes ranchos da Argentina e entre os nobres senhores da terra na Europa oriental, entre os sistemas legais, a administração e as políticas da terra dos vários países em questão. Para o historiador é igualmente ilegítimo olhar apenas o que tinham em comum sem ver aquilo em que se diferenciavam.

O que uma parte crescente da agricultura tinha em comum por todo o mundo era uma sujeição à economia industrial mundial. Suas demandas multiplicavam o mercado comercial para produtos agrícolas – a maior parte alimentos e matérias-primas para a indústria, assim como alguns produtos industriais de menor importância – tanto internamente, através do rápido crescimento das cidades, como internacionalmente. Sua tecnologia tornava possível trazer regiões outrora inaccessíveis de forma efetiva para as fronteiras maiores do mercado mundial através da estrada de ferro e do vapor. As convulsões sociais que sucederam a transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos comercializado em larga escala, fizeram com que os homens perdessem os laços tradicionais com a terra de seus ancestrais, especialmente quando estes descobriram que não ganhavam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. Simultaneamente, a demanda insaciável de trabalho por parte das novas indústrias e ocupações urbanas, a diferença crescente entre o campo atrasado e a cidade avançada com seus estabelecimentos industriais atraíam-nos de qualquer maneira. Em nosso período vemos o crescimento enorme e simultâneo do comércio dos produtores agrícolas, uma extensão impressionante das áreas sob uso agrícola e – pelo menos nos países afetados diretamente pelo desenvolvimento capitalista mundial – uma grande "debandada da terra".

Por duas razões este processo tornou-se particularmente maciço durante nosso período de estudo. Ambos são aspectos do extraordinário crescimento e aprofundamento da economia mundial que forma o tema básico da história desta época. A tecnologia tornou possível a abertura de áreas geograficamente remotas ou inaccessíveis à produção para exportação, mais especialmente as planícies do centro dos

Estados Unidos e do sudeste russo. Em 1844-53 a Rússia exportou a-nualmente cerca de 11,5 milhões de hectolitros de trigo, e na segunda metade da década de 1870 entre 47 e 89 milhões. Os Estados Unidos, que haviam exportado pouco na década de 1840 – uns 5 milhões de hectolitros – agora vendiam para o exterior mais de 100 milhões [3]. Simultaneamente, encontramos as primeiras tentativas para desenvolver algumas áreas do além-mar como produtores especializados em certos produtos para o mundo "desenvolvido" – indigo e juta em Bengala, tabaco na Colômbia, café no Brasil e Venezuela, sem falar no algodão do Egito etc. Estes substituíam ou suplementavam os produtos de exportação tradicional do mesmo tipo – o açúcar do Caribe e o Brasil, o algodão dos estados sulistas da América, cujo tráfico tinha sido paralisado pela Guerra Civil de 1861-65. No todo, com algumas exceções – como o algodão egípcio e a juta indiana – estas especializações econômicas provaram ser provisórias, ou então, onde permanentes, não se desenvolveram em escala comparável à do século XX. Este último modelo de agricultura de mercado mundial não se estabeleceu antes do período de economia mundial imperialista de 1870-1930. Produtos de rápida expansão subiam e caíam; as áreas que forneciam o local de tais exportações em nosso período mais tarde estagnariam ou seriam abandonadas. Portanto, se o Brasil era o maior produtor de café, o estado de São Paulo, identificado de forma predominante com este produto em nosso século, representava naquela época apenas uma quarta parte da produção do Rio e uma quinta parte de todo o país.

Portanto, um comércio internacional de produtos agrícolas estava agora sendo normalmente – por razões óbvias – levado a extremas especializações ou mesmo à monocultura nas regiões de exportação. A tecnologia tornava-o possível, pois afinal os grandes meios de transportes através de grandes distâncias praticamente não existiam antes da década de 1840. Simultaneamente, a tecnologia acompanhava visivelmente a demanda, ou esperava mesmo antecipá-la. Isto era mais evidente nas planícies selvagens do sudoeste americano e em vários lugares da América do Sul onde o gado multiplicava-se virtualmente sem esforço humano, acompanhado por *gaúchos, llaneros, vaqueiros* e *cowboys* e atraía a atenção de todos os fazedores de dinheiro, que viam nisso um meio de enriquecer. O Texas levou alguns animais para Nova Orleães e, depois de 1849, para a Califórnia, mas era a promessa do grande mercado do Norte que apressava os donos de ranchos em explorar estes longos caminhos que se tornaram parte do romance do "Oeste Selvagem", ligando o remoto sudoeste com as estradas de ferro mais próximas e, através delas, com o gigantesco centro que era Chicago, cujos matadouros foram abertos em 1865. Os animais eram transportados em dezenas de milhares antes da Guerra Civil, em centenas de milhares nos 20 anos seguintes, até que a inauguração da rede ferroviária completa trouxe o clássico período do "O-este Selvagem" (que era essencialmente uma economia de pecuária) a um fim na década de 1880. Entretanto, um outro método de utilizar a

pecuária já estava sendo explorado: a preservação da carne, através dos métodos tradicionais de salgar e secar, por alguma forma de concentração (os extratos de liebig começaram a ser produzidos em 1863), por enlatamento e finalmente pela solução decisiva da refrigeração. Portanto, embora Boston recebesse alguma carne congelada no final da década de 1860, e Londres alguma da Austrália a partir de 1865, este tipo de comércio não se desenvolveu de fato até o final de nosso período. Não é acidental que os dois grandes pioneiros americanos, Swift e Armour, não tenham se estabelecido em Chicago antes de 1875.

O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda *per capita.* Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram dramaticamente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a capacidade da nova economia capitalista em proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção (ver capítulo 12 mais adiante). Em conseqüência, para tomar um exemplo, o consumo de chá *per capita* da Inglaterra triplicou entre 1844 e 1876, e o consumo de açúcar *per capita* cresceu de 17 para 60 libras neste mesmo período.[4]

A agricultura mundial dividia-se de forma crescente em duas partes, uma dominada pelo mercado capitalista, nacional ou internacional, a outra grandemente dependente dele. Isto não significa que nada fosse comprado ou vendido no setor independente, embora seja provável que uma boa proporção do produto da agricultura camponesa fosse consumida pelos próprios camponeses, ou comerciada dentro dos estreitos limites de um sistema local de trocas. Porém, há uma diferença substancial entre o tipo de economia agrícola na qual as vendas para fora são marginais ou opcionais e o tipo em que as riquezas dependem deste mercado externo; para colocar de outra forma, entre aqueles perseguidores pelo espectro de uma má colheita e uma subseqüente epidemia de fome e aqueles perseguidos pelo oposto de tudo isso, a superprodução ou a súbita competição e um colapso nos preços. Pela década de 1870 uma parte suficiente da agricultura mundial estava na segunda posição, e portanto capaz de provocar depressão agrária em dimensões mundiais de forma politicamente explosiva.

Do ponto de vista econômico, o setor tradicional da agricultura era uma força negativa: era imune às flutuações dos grandes mercados ou resistia a seu impacto da melhor maneira que pudesse. Onde fosse forte, mantinha homens e mulheres ligados à terra, até onde a terra pudesse dar-lhes um meio de vida, ou se desfazia de sua população em excesso por via da migração sazonais, como as que partiram do centro da França em direção a Paris. As secas mortíferas do sertão nordestino brasileiro provocaram um êxodo periódico de homens fa-

mintos; e as notícias de que a seca havia terminado trazia-os de volta novamente para a paisagem agreste e cheia de cactus onde nenhum brasileiro "civilizado" se aventurava, salvo em alguma expedição militar contra algum messias do interior. Havia áreas nos Cárpatos, nos Bálcãs, no oeste russo, na Escandinávia e na Espanha – para ficarmos apenas no mais desenvolvido dos continentes – onde a economia mundial, portanto o resto do mundo moderno, fosse sob forma material ou mental, não significava muito. Em 1931, os habitantes da Polésia, quando perguntados pelos censores poloneses acerca de sua nacionalidade, não entenderam direito a pergunta. Eles responderam "somos daqui mesmo" ou "somos locais"[5].

O setor de mercado era mais complexo, já que sua fortuna dependia tanto da natureza do mercado, em alguns casos do mecanismo de distribuição, do grau de especialização dos produtores, como de estrutura social da agricultura. Num extremo, poderia haver a virtual monoculturalização das novas áreas agrícolas, imposta por uma orientação em direção a um remoto mercado mundial e intensificada, se não mesmo criada, pelo mecanismo característico de firmas de comércios estrangeiras, nas grandes cidades portuárias, que controlavam este comércio de exportação – os tradicionais gregos que dirigiam o comércio do milho russo através de Odessa, os Bunges & Borns de Hamburgo, que estavam para preencher a mesma função nos países da Bacia do Prata de Buenos Aires e Montevidéu. Onde tais exportações eram produzidas por grandes países, como era usual nas plantações tropicais (açúcar, algodão etc), o tipo de especialização era completo. Geralmente, em tais casos a identidade de interesses produzia uma estreita simbiose entre os grandes produtores – fossem nativos ou estrangeiros – as grandes firmas de comércio e os interesses compradores dos portos de exportação-importação, e também a política dos estados representando os mercados europeus e seus fornecedores. A aristocracia escravista do sul dos Estados Unidos, os *estancieros* da Argentina e os grandes ranchos de carneiros da Austrália eram tão entusiasticamente devotados ao livre comércio e à livre empresa como os ingleses dos quais dependiam, já que suas rendas baseavam-se exclusivamente na venda livre do produto de seus países, obtendo em retorno aquilo que seus fregueses pudessem fornecer em produtos não-agrícolas.

No outro extremo, o crescimento das áreas urbanas multiplicou a demanda por uma variedade de alimentos, para cuja produção as pequenas dimensões das unidades agrárias não proporcionavam nenhuma vantagem especial, e de nenhuma forma comparável com aquelas que o cultivo intensivo e a tecnologia proporcionavam. Os que produziam produtos alimentícios mais duráveis tinham que se preocupar mais com a competição dos mercados nacional e mundial do que aqueles que vendiam produtos perecíveis como ovos, legumes, frutas ou mesmo carne fresca – ou qualquer outro alimento perecível que não pudesse ser transportado por grandes distâncias. A grande depressão agrária das décadas de 1870 e 1880 foi, portanto, uma depres-

são de produtos duráveis. Fazendas mistas e agricultura camponesa, especialmente a dos camponeses ricos com espírito empresarial, floresciam em tais situações.

Esta era uma razão porque as previsões de ruína que tinham sido feitas para o campesinato falharam neste estágio, mesmo que parecendo verdadeiras em alguns dos países mais industrializados e desenvolvidos. Era fácil definir que uma unidade camponesa era inviável quando menor que um determinado tamanho e quantidade de recursos, que variavam com o solo, clima e tipo de produção. Era porém muito mais difícil mostrar que a economia de grandes unidades era superior às médias ou mesmo pequenas, especialmente quando a maior parte da demanda de trabalho de tais unidades podia ser suprida pelo trabalho virtualmente gratuito de grandes famílias camponesas. O campesinato sofria uma constante erosão por uma proletarização daqueles cujos rendimentos eram demasiado pequenos para sustentá-los.

O crescimento da economia capitalista transformou a agricultura com sua demanda maciça. Não é portanto surpreendente que nosso período tenha visto um crescimento da quantidade de terra posta em uso agrícola, sem mencionar o aumento na produção através de melhorias na produtividade. O que não é geralmente reconhecido é quão vasta era a extensão da terra agrícola. Tomando as estatísticas disponíveis do mundo como um todo, entre 1840 e 1880 esta área cresceu da metade, de 500 para 750 milhões de acres[6]. Metade deste aumento ocorreu na América, onde a área agrícola triplicou neste período (quintuplicou na Austrália e cresceu duas vezes e meia no Canadá). Ali tomou sobretudo a forma de um simples avanço geográfico da agricultura pelo interior. Entre 1849 e 1877 a produção de trigo avançou nove graus de longitude nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1860. É importante lembrar, porém, que a região a oeste do Mississipi ainda era comparativamente subdesenvolvida.

Entretanto, embora menos imediatamente visível porque distribuído dentro e em volta da área cultivada, os números para a Europa são igualmente impressionantes. A Suécia dobrou sua área de produção entre 1840 e 1880, a Itália e a Dinamarca expandiram-na por mais da metade, a Rússia, Alemanha e Hungria por uma terça parte[7]. Na Itália do Sul e nas ilhas, cerca de 600 mil hectares de árvores desapareceram entre 1860 e 1911 [8]. Numas poucas regiões privilegiadas, incluindo o Egito e a índia, a irrigação em larga escala também foi significativa, embora uma fé simplista e fervorosa na tecnologia tenha produzido efeitos secundários desastrosos e imprevistos então e agora[9]. Somente na Inglaterra a agricultura havia conquistado todo o país. Ali a área cresceu em menos de 5%.

Seria tedioso multiplicar as estatísticas da crescente produtividade e produção agrícolas. Mais interessante é descobrir até onde estas eram devidas à industrialização, e se usavam os mesmos métodos e tecnologia que estavam transformando a indústria. Antes da década de 1840 a resposta teria sido: numa escala bem pequena. Mesmo du-

rante nosso período, uma grande parte da agricultura estava sendo conduzida por meios que eram familiares há 100, ou talvez há 200 anos antes, o que era bastante natural, já que grandes resultados podiam ser conseguidos pela generalização dos melhores métodos conhecidos pelas fazendas pré-industriais. As terras virgens da América foram esvaziadas a ferro e fogo, como na Idade Média; explosivos foram usados para derrubar árvores. Para fins de produtividade, a substituição do arado de madeira pelo de aço e a segadeira pela foice foram mais importantes que a aplicação da força do vapor, que nunca se adaptou à vida da fazenda, por ser basicamente imóvel. As colheitas foram a grande exceção, pois consistiam em uma série de operações que requeriam um grande número de trabalhadores temporários – e com a crescente falta de trabalhadores, os salários, já altos, aumentaram. A maior inovação – colheita com máquinas – estava confinada quase que exclusivamente aos Estados Unidos, onde o trabalho era escasso e os campos extensos. Mas em geral a aplicação da criatividade à agricultura aumentou sensivelmente. Entre 1849 e 1851 uma média anual de 191 patentes agrícolas foram pedidas nos Estados Unidos; em 1859-61, 1.282; em 1869-71, não menos de 3.217. [10]

Portanto, as fazendas permaneceram visivelmente o que tinham sempre sido na maior parte do mundo: mais prósperas nas áreas desenvolvidas, onde se investia mais em melhorias, prédios etc, parecendo um centro de negócios em muitos lugares, mas nunca transformadas de modo a não mais serem reconhecidas. No entanto, a produção industrial agora contribuía de forma importante para o capital na agricultura, assim como a ciência moderna através da química orgânica (de origem germânica). Fertilizadores industriais (potássio, nitratos) não eram ainda usados em larga escala: as importações da Inglaterra de nitrato chileno ainda não tinham atingido a soma de 60 mil toneladas em 1870. Por outro lado, um extenso comércio desenvolveu-se, para benefício temporário das finanças peruanas e lucro permanente de algumas firmas inglesas e francesas, com o fertilizador natural guano; 12 milhões de toneladas foram exportadas entre 1850 e 1880, quando então o *boom* do guano entrou em colapso; um tráfico impossível de se imaginar antes da era de transporte de massa global. [11]

II

As forças econômicas que moviam a agricultura faziam-no naquelas áreas que eram accessíveis à mudança – eram as forças da expansão. A função da expansão na economia moderna não era apenas a de suprir alimentos e matéria-prima em quantidades crescentes, mas também a de proporcionar o mais importante reservatório de força de trabalho para ocupações não-agrícolas. Sua terceira grande função, a de proporcionar o capital para o desenvolvimento urbano e industrial,

dificilmente poderia ocorrer em países agrários, onde as outras fontes de renda para governos e ricos eram escassas, embora pudesse suprir ainda que de forma ineficiente e inadequada.

Os obstáculos vinham de três fontes: os próprios camponeses, seus superiores econômicos, políticos e sociais, e o peso inteiro das sociedades tradicionais institucionalizadas, onde a agricultura pré-industrial era o coração e o corpo da sociedade. Todos os três obstáculos estavam destinados a serem vítimas do capitalismo embora, como já vimos, nem o campesinato nem a hierarquia social que escorava-se nos seus ombros,estivesse em qualquer perigo imediato de colapso. Na realidade, os três fenômenos interligados eram teoricamente incompatíveis com o capitalismo, e portanto tendentes a entrar em conflito com este último.

Para o capitalismo, a terra era um fator de produção e uma mercadoria peculiar apenas pela sua imobilidade e quantidade limitada, embora, como tenha ocorrido, as grandes aberturas de novas terras deste período fizeram com que estas limitações parecessem aparentemente insignificantes para a época. O problema do que fazer com aqueles que detinham este "monopólio natural", portanto mantendo uma espécie de pedágio sobre o resto da economia, parecia relativamente superável. A agricultura era uma "indústria" como qualquer outra, para ser conduzida por princípios de obtenção de lucro, o fazendeiro um empresário. O mundo rural como um todo era um mercado, uma fonte de trabalho, uma fonte de capital.

Não havia meio de reconciliar esta perspectiva com a dos camponeses ou senhores da terra, para os quais a terra não era apenas uma fonte de grande lucro mas a própria estrutura de vida; onde as relações entre os homens e a terra e entre si em termos da terra não eram opcionais, mas obrigatórias. Mesmo a nível de governo e pensamento político, onde as "leis da economia" poderiam ser mais aceitas, o conflito era grande. A propriedade tradicional da terra podia ser economicamente indesejável, mas não era ela o cimento da estrutura social que desabaria em anarquia e revolução caso desaparecesse? (A política inglesa da terra na Índia viu-se com graves problemas diante deste dilema.) Economicamente, talvez fosse mais simples se não houvesse campesinato, mas não era ele uma garantia da estabilidade social e a espinha dorsal dos exércitos de muitos governos? Num tempo onde o capitalismo estava arruinando suas classes trabalhadoras de forma tão evidente, podia um estado prescindir de um reservatório de saudáveis homens do campo para recrutar para as cidades?

Conseqüentemente, o capitalismo poderia somente vir a minar as bases agrárias da estabilidade política, especialmente às margens ou dentro da periferia dependente do Ocidente desenvolvido. Economicamente, como vimos, a transição para a produção de mercado, e especialmente a exportação de monocultura, rompia as relações sociais tradicionais e desestabilizava a economia. Politicamente, a "modernização" implicava, para aqueles que desejavam sofrer o processo,

uma colisão frontal com o principal apoio do tradicionalismo, a sociedade agrária (ver capítulos 7 e 8). As classes dirigentes da Inglaterra, onde senhores da terra e camponeses pré-capitalistas haviam desaparecido, e as da Alemanha e França, onde um *modus vivendi* com o campesinato fora estabelecido na base de um florescente (e onde necessário protegido) mercado interno, podiam, portanto, confiar na lealdade do campo. Mas em outros lugares não o podiam. Na Itália e na Espanha, na Rússia e nos Estados Unidos, na China e na América Latina, era mais provável que se transformassem em regiões de fermento social e explosão ocasional.

Por uma razão ou por outra, três tipos de empreendimento agrário estavam sob particular pressão: a plantação escrava, o estado servil e a economia camponesa tradicional não-capitalista. O primeiro foi liquidado dentro de nosso período pela abolição da escravidão nos Estados Unidos e na maior parte da América Latina, com a exceção do Brasil e de Cuba onde estava com os dias contados. E nestes últimos abolida oficialmente em 1889. Na prática, pelo final do nosso período, a escravidão havia recuado para as partes mais atrasadas do Oriente Médio e da Ásia, onde não tinha mais um papel significativo na agricultura. O estado servil foi formalmente liquidado na Europa entre 1848 e 1868, embora o campesinato pobre e especialmente os sem-terra nas regiões dos grandes países da Europa do sul e do leste tivessem permanecido num estado semi-servil, visto que permaneceram sujeitos a uma esmagadora coerção não-econômica. Onde os camponeses tivessem direitos legais ou civis inferiores aos usufruídos pelos ricos e poderosos, qualquer que fosse a teoria poderiam sofrer coerção não-econômica, como na Wallachia, Andaluzia e Sicília. Serviços de trabalho compulsório não haviam sido abolidos em muitos países sul-americanos, mas pelo contrário, intensificados. Portanto, poder-se-ia dificilmente falar da extinção da servidão naquele continente. (A persistência de tais obrigações – descritas em termos locais como *vanaconas, huasipungos* etc. – não devem ser confundidas com arranjos funcionalmente similares como servidão por dívida, da mesma forma que a importação de trabalho onde o trabalhador deve o transporte ao senhor não deve ser confundida com a escravidão. Ambas estas formas aceitam a abolição da escravidão e servidão formais como dadas, e procuram recriá-las dentro da estrutura de um contrato tecnicamente "livre".) Contudo, a servidão parece ter sido confinada de forma crescente aos camponeses índios, explorados por senhores não-índios. O terceiro tipo manteve-se, como já vimos.

As razões para esta liquidação geral das formas pré-capitalistas (isto é, não-econômicas) de dependência agrária são complexas. Em alguns casos, fatores políticos foram obviamente decisivos. No Império dos Habsburgos em 1848, e na Rússia em 1861, não foi tanto a impopularidade da servidão no campesinato que determinou a emancipação, embora tivesse sido um dos fatores, mas o medo de uma revolução não-camponesa que viesse adquirir uma força decisiva atra-

vés da mobilização do descontentamento camponês. A rebelião camponesa era uma possibilidade constante, como demonstrada pelos levantes agrários na Galícia em 1846, na Itália do sul em 1848, na Sicília em 1860 e na Rússia nos anos subseqüentes à guerra da Criméia. Mas não eram as rebeliões cegas dos camponeses que assustavam os governos – elas duravam pouco, e seriam aniquiladas a ferro e fogo mesmo pelos liberais, como na Sicília [12] – mas a mobilização do descontentamento camponês reforçando um desafio político à autoridade central. Os Habsburgos tentaram, portanto, isolar os vários movimentos de autonomia nacional de suas bases camponesas, e o tzar russo fez o mesmo na Polônia. Sem apoio do campesinato, os movimentos liberais-radicais eram insignificantes nos países agrários, ou pelo menos contornáveis. Tanto os Habsburgos como os Romanov sabiam bem disso, e agiram conseqüentemente.

Porém, insurreição e revolução, por camponeses ou outros, explicam alguma coisa sobre a emancipação dos servos, mas nada sobre a abolição da escravidão. Pois, diferente da insurreição dos servos, a rebelião escrava era relativamente incomum – circunscrita aos Estados Unidos [13] – e nunca no século XIX considerada uma ameaça política muito séria. Seria então a pressão para a abolição da servidão e a escravidão de origem econômica? Certamente em alguma medida. É bem sabido que historiadores econométricos argumentam retrospectivamente que a agricultura servil ou escrava era, de fato, mais proveitosa ou até mais eficiente que a agricultura orientada pelo trabalho livre. (O argumento tem sido elaborado para a escravidão, mas não na mesma medida para a servidão [14].) Isto é perfeitamente possível, e os argumentos são realmente fortes. Porém, é inegável que os observadores da época, operando com métodos da época e critérios de contabilidade, concluíssem que era inferior, embora evidentemente não possamos dizer até onde o justificável horror em relação à escravidão e à servidão fizeram estas conclusões tendenciosas. E mais, Thomas Brassey, o empresário das estradas de ferro, falando a voz do senso comum dos negócios, observou sobre a servidão que a produção na Rússia servil era a metade da inglesa e da saxônica e inferior a qualquer outro país europeu, e sobre a escravidão, que esta era "obviamente" inferior do ponto de vista da produtividade do que do trabalho livre e mais cara do que as pessoas normalmente pensavam, tendo em vista o preço de compra e manutenção do escravo. [15] O cônsul britânico em Pernambuco (admite-se que fazendo um relatório para um governo passionalmente antiescravista) assinalou que o senhor escravo perdia 12% de juros do capital que poderia empregar ao invés de comprar escravos. Erradas ou não, estas opiniões eram comuns fora dos ambientes de senhores de escravos.

Na realidade, a escravidão estava de forma patente em declínio, e não apenas por razões humanitárias. O final efetivo do tráfico escravo deu-se por pressão da Inglaterra, que cortou de fato o suprimento de escravos, o que aumentou seu preço. A importação de africanos

para o Brasil caiu de 54 mil em 1849 para virtualmente zero em meados da década de 1850. O tráfico interno negreiro, embora muito usado em argumentos abolicionistas, parece não ter tido um papel importante. Mas a mudança do trabalho escravo para o não-escravo era espantosa Em 1872, a população de cor no Brasil era três vezes mais numerosa do que a população escrava, e mesmo entre negros puros os dois grupos eram quase iguais em número. Em Cuba, por volta de 1877, o número de escravos havia caído de 400 mil para 200 mil [16]. Possivelmente, mesmo nas áreas mais tradicionais do cultivo escravo, a mecanização a partir de meados do século diminuiu a demanda por trabalho no processamento do produto, embora nas grandes economias açucareiras, como Cuba, produzisse um correspondente crescimento na necessidade de braços no campo. Entretanto, dada a crescente competição do açúcar de beterraba europeu e o potencial extremamente alto do componente de trabalho manual na produção da cana-de-açúcar, a pressão para abaixar os custos do trabalho era considerável. Mas poderia a economia de plantação escrava agüentar o duplo custo de investir pesadamente na mecanização e nas despesas com os escravos? Tais cálculos encorajaram a substituição (pelo menos em Cuba) de escravos não exatamente por trabalhadores livres mas por trabalhadores endividados, *sendo estes trabalhadores trazidos de entre os índios Maias do Yucatan, vítimas da Guerra Racial (ver capítulo 7), ou da então "recém-aberta" China. Porém, parecia não haver dúvida de que a escravidão como modo de exploração estava em declínio na América Latina, mesmo antes de ser abolida, e que o problema econômico em relação a esta forma de trabalho apareceu de forma cada vez mais forte a partir de 1850.

Quanto à servidão, o problema econômico em relação a ela era simultaneamente geral e específico. Em termos gerais, parecia claro que a permanência de camponeses imobilizados inibia o desenvolvimento da indústria, que era vista como demandando trabalho livre. A abolição da servidão iria portanto ser uma pré-condição necessária para a mobilidade de trabalho livre. Além disso, como poderia a agricultura servil ser economicamente racional se, para citar um defensor russo da servidão na década de 1850, "ela impedia a possibilidade de estabelecer o custo de produção sem qualquer precisão" [17]? A agricultura servil também impedia o ajuste racional adequado ao mercado. Mais especificamente, tanto o desenvolvimento de um mercado interno para uma variedade de alimentos e matérias-primas agrícolas, quanto o de um mercado externo – sobretudo para o trigo – minaram a servidão. Na parte norte da Rússia, que nunca foi muito adequada ao cultivo extensivo do trigo, fazendas de camponeses deslocaram a produção de cânhamo, fibras e outras intensivas lavouras, enquanto manufaturas proporcionaram outro tipo de mercado para o campesi-

---

* Onde o trabalhador deve ao senhor o preço de seu transporte (N.T.).

nato. O número de servos efetuando serviços de trabalho, já uma minoria, caiu. Servia para pagar aos senhores da terra a comutação de serviços para uma orientação de mercado. No sul vazio, onde as estepes virgens transformavam-se em campos de trigo, a servidão não era de grande importância. O que os senhores da terra precisavam para a expansão da economia de exportação era de melhores transportes, crédito, trabalho livre e máquinas. A servidão sobreviveu na Rússia, como na Romênia, sobretudo nas áreas de produção de sementes com uma densa população camponesa, onde os senhores podiam compensar sua fraqueza competitiva com o aumento de serviços, ou esperar cortar pelo mesmo método, mesmo que temporariamente, os preços no mercado de exportação.

Entretanto, a abolição do trabalho não-livre não pode ser analisada simplesmente em termos de cálculo econômico. As forças da sociedade burguesa opunham-se à escravidão e à servidão não apenas porque acreditavam que estas fossem economicamente indesejáveis, nem por razões morais, mas também porque estas formas pareciam incompatíveis com uma sociedade de mercado baseado na busca livre do interesse individual. Por outro lado, proprietários de escravos e senhores da terra apoiavam o sistema porque este parecia-lhes a coluna dorsal daquela sociedade e de suas classes. Talvez achassem mesmo impossível suas próprias existências sem escravos ou servos, que definiam o próprio *status* da classe. Os senhores da terra russos não se revoltavam contra o tzar, e nem poderiam, porque este lhes proporcionava a única legitimação possível contra um campesinato que, se por um lado estava profundamente convencido de que a terra pertencia a quem nela trabalhava, por outro lado acreditava na sua subordinação hierárquica aos representantes de Deus e do imperador. Mas os senhores se opunham à emancipação de forma bastante decidida. Ela era imposta de fora ou de cima e por uma força superior.

De fato, se a abolição/emancipação tivesse sido apenas o produto de forças econômicas, não teriam produzido os resultados insatisfatórios que produziram tanto nos Estados Unidos como na Rússia. As áreas nas quais a escravidão ou a servidão tinham sido de importância marginal ou genuinamente "não-econômica" – por exemplo, no norte e no sul da Rússia ou nos estados fronteiriços e no sudoeste dos Estados Unidos – ajustaram-se rapidamente à sua liquidação. Mas nas áreas centrais do velho sistema os problemas eram muito mais difíceis de serem enfrentados. Portanto, nas províncias russas da "terra negra" (distintas da Ucrânia e das fronteiras das estepes), a agricultura capitalista desenvolveu-se devagar, dívidas de trabalho permaneceram até meados da década de 1880, enquanto a expansão da lavoura ficava, em geral, bastante mais atrasada em relação às plantações de semente no sul. Em resumo, os benefícios puramente econômicos do final da economia de coerção física permanecem em debate.

Nas antigas economias escravistas isto não pode ser explicado no campo político, já que o Sul tinha sido conquistado e a antiga aris-

tocracia da terra perdera temporariamente o poder, adquirindo-o de novo, porém, logo depois. Na Rússia, os interesses da classe proprietária de terras eram, evidentemente, cuidadosamente considerados e salvaguardados. O problema, neste caso, era que a emancipação não produzia uma solução agrária satisfatória nem para a nobreza, nem para o campesinato, nem para os projetos de uma genuína agricultura capitalista. Em ambas as áreas, a resposta dependia de qual seria a melhor forma de agricultura, especialmente agricultura de larga escala, sob condições capitalistas.

Há duas formas principais de agricultura capitalista, que Lênin chamou respectivamente de caminho "prussiano" e caminho "americano": no primeiro caso, grandes fazendas operadas por proprietários-empresários capitalistas com trabalho alugado, no segundo, fazendeiros comerciais independentes de extensão variada também operando com trabalho alugado onde necessário, embora numa escala muito menor. Ambas implicavam uma economia de mercado, mas, mesmo antes do triunfo do capitalismo, a maioria das grandes fazendas operavam como unidades produtivas para vender uma grande proporção de sua produção, enquanto a maioria das propriedades camponesas, sendo primariamente para consumo próprio, não o faziam. Portanto, a vantagem das grandes fazendas e plantações para o desenvolvimento econômico não residia tanto na superioridade técnica, maior produtividade etc, mas sobretudo na sua capacidade pouco comum em gerar excedente agrícola para o mercado. Onde o campesinato permaneceu "pre-comercial", como em grande parte na Rússia e entre os escravos emancipados das Américas, que retornaram à agricultura de subsistência camponesa, a fazenda manteve esta vantagem, mas onde faltavam as antigas vantagens do trabalho compulsório, proporcionadas pela escravidão e servidão, a fazenda sentia agora mais dificuldade em obter trabalho, salvo quando os antigos escravos ou servos fossem desprovidos de terra ou a possuíssem em tão pouca quantidade que eram obrigados a se transformar em trabalhadores alugados – e que não houvesse um trabalho mais atraente como alternativa.

Mas no todo, os ex-escravos adquiriram alguma terra (embora não os "40 acres e uma mula" com que sonhavam) e os ex-servos, embora perdendo alguma terra para os senhores, especialmente nas regiões de agricultura comercial em expansão, permaneceram camponeses. Aliás, a sobrevivência – e mesmo o recrudescimento – da velha comuna de cidade, com seus arranjos de periódica distribuição equitativa de terra, salvaguardou a economia camponesa. Daí a crescente tendência dos senhores da terra para alugar as propriedades, repondo assim os produtos que eles mesmo encontravam mais dificuldade em produzir.

Mas, se o caminho "prussiano" não era seguido sistematicamente, por outro lado, o caminho "americano" também não o era. Este dependia da criação de um grande corpo de fazendeiros empresários cultivando essencialmente produtos de venda imediata. Um tamanho

mínimo de propriedade era necessário para tal, variando com as circunstâncias. Portanto, no sul dos Estados Unidos depois da Guerra Civil, a "experiência tem mostrado que é duvidoso se algum lucro pode ser obtido por um cultivador cuja produção anual é menor que 50 fardos... Um homem que não consiga produzir 8 ou 10 fardos no mínimo praticamente não tem objetivo na vida e nada para viver". Uma grande parte do campesinato permaneceu, portanto, dependente da cultura de subsistência em suas propriedade se estas o permitissem, e, quando não, dependia do trabalho em outro local como complemento. Dentro do campesinato, desenvolveu-se um bom número de fazendeiros comerciais – eles eram de importância substancial na Rússia na década de 1880 –, mas diferenças de classe ocorriam por vários fatores – racismo nos Estados Unidos, a persistência da comunidade de pequenas vilas na Rússia.

Portanto, nem a abolição nem a emancipação produziram um resultado satisfatório do ponto de vista capitalista para o "problema agrário", e é duvidoso que isto pudesse ter ocorrido, salvo se as condições para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista já estivessem presentes, como nas áreas marginais da economia servil/escravista do Texas ou (na Europa) na Bohemia e Hungria. Nestas áreas, podemos ver os caminhos "prussiano" ou "americano" em ação. As grandes fazendas de nobres, algumas vezes ajudadas pelas injeções de capital financeiro na forma de pagamentos de compensação pela perda de serviços de trabalho, transformaram-se em empresas capitalistas. Nas terras tchecas eles detinham 43% das cervejarias, 65% das fazendas de açúcar e 60% das destilarias no começo da década de 1870. Ali floresceram, com a concentração da lavoura intensiva, não apenas grandes fazendas com trabalho alugado, mas também grandes sítios camponeses, que começavam a competir com as fazendas. Na Hungria, estes últimos permaneceram dominantes e a totalidade dos servos sem terra obtiveram liberdade sem receber, enfim, nenhuma terra [19].

Nas antigas áreas centrais de coerção física, como na Rússia e na Romênia, onde a servidão durou mais tempo, o campesinato tinha sido deixado como uma massa bastante homogênea (exceto quando divididos por raça ou nacionalidade) e descontente, talvez mesmo revolucionária. A incapacidade para ação, devida à opressão racial ou à dependência por não possuírem terras, mantinha-os quietos, como os negros rurais do sul dos Estados Unidos ou os trabalhadores das planícies Húngaras. Por outro lado, o campesinato tradicional, especialmente quando organizado comunalmente, transformou-se numa força formidável. A Grande Depressão da década de 1870 abriu uma era de agitação rural e revolução camponesa.

Poderia este processo ter sido evitado por uma forma "mais racional" de emancipação? É duvidoso. Pois encontramos resultados muito similares naquelas regiões onde a tentativa de criar as condições para a agricultura capitalista tinha sido efetuada não por um édi-

to global abolindo a economia de coerção, mas pelo processo mais geral da imposição pela lei do liberalismo burguês: transformando toda propriedade agrária em propriedade individual, e transformando a terra numa mercadoria de venda livre como qualquer outro objeto. Na teoria, este processo já havia sido amplamente aplicado na primeira metade do século (ver *A Era das Revoluções*, capítulo 8), mas na prática veio a ser imensamente reforçado, depois de 1850, pelo triunfo do liberalismo. Isto significava, primeiro e acima de tudo, a quebra das antigas organizações comunais e a distribuição ou a alienação da terra de posse coletiva, ou da terra de instituições não-econômicas como as da Igreja. Isto viria a ser efetuado de maneira mais dramática e rude na América Latina, por exemplo, no México, no período de Juarez na década de 1860, ou na Bolívia sob o ditador Melgarejo (1866-71), mas também ocorreu em grande escala na Espanha depois da revolução de 1854, na Itália depois da unificação do país sob as instituições liberais de Piedmont, e onde mais o liberalismo econômico e legal tivesse triunfado. E o liberalismo avançava mesmo nos lugares onde os governos não lhe eram muito simpático. As autoridades francesas tomaram algumas providências para salvaguardar a propriedade comunal entre seus súditos muçulmanos na Argélia, e mesmo Napoleão III achou inconcebível que a propriedade individual, como direito sobre a terra, não fosse estabelecida formalmente entre os membros da comunidade muçulmana "onde possível e oportuno", uma medida que veio a ter o efeito de permitir a europeus a possibilidade de comprá-las pela primeira vez. Entretanto, ainda não era o convite à liquidação pela expropriação efetuada pela Lei de 1873 (depois da grande insurreição de 1871) que veio propor a imediata transferência da propriedade nativa para o *status* legal francês, uma medida que "beneficiou a quase ninguém, exceto aos homens de negócios e especuladores (europeus)" [20]. Com ou sem apoio oficial, os muçulmanos perderam suas terras para os colonos brancos ou para as companhias de terras.

A ambição teve um papel em tais expropriações: por parte dos governos, pelos lucros em vendas de terra ou outras rendas; por parte dos senhores da terra, colonos ou especuladores, o fato de adquirir barato fazendas e propriedades. Mas seria injusto negar aos legisladores a sinceridade da convicção de que a transformação da terra numa mercadoria livremente alienável e a transformação em propriedade privada de relíquias comunais, eclesiásticas ou outras obsolescências de um passado irracional iriam, no todo, proporcionar uma base para um desenvolvimento agrícola satisfatório. Mas não era injusto de forma alguma em relação ao campesinato, que em sua totalidade se recusou a se transformar em uma florescente classe de fazendeiros comerciais, mesmo quando tinham a chance de consegui-lo. (A maioria não tinha esta chance, já que não podia comprar a terra posta no mercado ou mesmo compreender os complexos processos legais que levaram à sua desapropriação.) Talvez a medida não tenha reforçado o latifúndio em

si – o termo é ambíguo e profundamente imbuído de mitologia política – mas onde tivesse trazido reforços não era ao camponês de economia de subsistência, velho ou novo. O maior efeito da liberalização viria a ser o aprofundamento do descontentamento camponês.

A novidade deste descontentamento era que agora podia ser mobilizado pela esquerda política. De fato, exceto em partes do sul da Europa, não iria ainda ser mobilizado. Na Sicília e no sul da Itália, a revolução camponesa de 1860 ligou-se a Garibaldi, uma grande figura de camisa vermelha que parecia, de todas as formas, o libertador do povo, e cuja crença em uma república radical-democrática, laica e mesmo vagamente "socialista" não parecia de todo incompatível com a crença em santos, na Virgem, no Papa e (fora da Itália) no rei Bourbon. No sul da Espanha, o republicanismo e a Internacional (na sua forma bakuninista) cresceram rapidamente: nenhuma cidade andaluza entre 1870 e 1874 deixou de ter sua "sociedade de trabalhadores" [21]. (Na França, é claro, o republicanismo, a forma principal da esquerda, já estava bem estabelecido em algumas áreas rurais depois de 1848, e teve o apoio da maioria, moderadamente, depois de 1871.) Talvez uma esquerda revolucionária tenha surgido na Irlanda com os fenianos na década de 1860, para irromper na formidável Land league do final da década de 1870 e inícios da de 1880.

Havia, evidentemente, mesmo na Europa, muitos países – e praticamente todos fora deste continente – onde a esquerda, revolucionária ou não, falhou em provocar qualquer impacto no campesinato; como os populistas russos iriam descobrir (ver capítulo 9) quando se decidiram a "ir ao povo" na década de 1870. De fato, enquanto a esquerda permanecesse urbana, laica ou mesmo militantemente anticlerical e sem interesse nos problemas do campo, o campesinato iria continuar nutrindo suspeita e hostilidade em relação a ela. O sucesso rural dos militantes anarquistas anticristãos na Espanha ou republicanos na França era excepcional. Mesmo assim, pelo menos na Europa, a antiquada insurreição rural pela Igreja, pelo rei e contra as cidades ímpias e liberais tornaram-se escassas. Mesmo a segunda guerra carlista na Espanha (1872-76) foi uma questão muito mais geral que a primeira da década de 1830, e virtualmente confinou-se às províncias bascas. Como o grande *boom* da década de 1860 e inícios da de 1870 abriu caminho para a depressão agrária das décadas de 1870 e 1880, o campesinato não podia mais ser tomado com um elemento conservador na política.

Mas em que medida a vida no campo foi transformada pelas forças do Novo Mundo? Não é fácil julgar pelo ponto de vista do século XX, já que a vida rural foi mais transformada neste período do que em qualquer época anterior desde a invenção da agricultura. Olhando retrospectivamente, os caminhos de homens e mulheres no campo em meados do século XIX parecem fixados numa antiga tradição de mudança a passos de tartaruga. Evidentemente trata-se de uma ilusão, mas a natureza exata destas mudanças é agora difícil de discernir, ex-

ceto talvez entre os colonos do Oeste Americano, prontos para mudar de fazenda e produto de acordo com as perspectivas de preços ou lucros especulativos, equipados com máquinas e comprando novidades através do catálogo postal.

Mas havia de qualquer forma, mudanças no campo. Havia a estrada de ferro. Havia, com crescente freqüência, a escola primária, ensinando a língua nacional (uma nova e segunda língua para a maioria dos filhos de camponeses) e, conjuntamente com a administração nacional e a política, fragmentando suas personalidades. Por volta de 1875, o uso de apelidos pelos quais as pessoas eram conhecidas e identificadas nas vilas de Bray na Normandia havia praticamente desaparecido. Isto era devido inteiramente aos professores que não permitiam que as crianças usassem nas escolas outra coisa que não fosse seus nomes próprios[22]. Talvez não tivessem exatamente desaparecido, mas retroagido, com o dialeto local, para o submundo privado e não-oficial da cultura não-literária. E a divisão mesma entre os alfabetizados e analfabetos no campo era uma poderosa força de mudança. Em 1849, era natural que a política camponesa na Morávia tomasse a forma de um boato de que o líder revolucionário húngaro Kossuth era o filho do "imperador camponês" Joseph II, descendente do antigo rei Svatopluk, e prestes a invadir o país a frente de um grande exército.[23] Mas já por volta de 1875, a política na Tchecoslováquia, especialmente no campo, era conduzida em termos mais sofisticados, e aqueles que esperavam a salvação nacional através de herdeiros de "imperadores populares", antigos ou modernos, talvez se sentissem um pouco embaraçados em admiti-lo. Aquela forma de pensar confinava-se mais e mais a países analfabetos, como a Rússia, onde os populistas revolucionários, nesta mesma época, tentaram – sem sucesso – organizar uma revolução camponesa através de um "pretendente popular" ao trono do tzar.[24]

Poucos países eram relativamente alfabetizados, exceto partes da Europa central e ocidental (principalmente as protestantes) e a América do Norte. Mas mesmo entre os atrasados e tradicionais, dois tipos de pessoas do campo eram os maiores pilares das antigas formas – os velhos e as mulheres, cujas "histórias de viúvas" passavam de geração em geração e ocasionalmente, para benefício dos homens da cidade, para colecionadores de folclore e canções populares. E é ainda um paradoxo do período, que, freqüentemente ou não, a mudança tenha sido trazida para a vida do campo através das mulheres. Algumas vezes, na Inglaterra, meninas do campo tornaram-se mais instruídas que meninos – isto parece ter acontecido pela década de 1850. Certamente nos Estados Unidos eram as mulheres que representavam as "formas civilizadas" – aprendizado através de livros, higiene, casas "limpas" e mobília segundo o modelo e sobriedade da cidade. Os que empurravam os filhos para serem "melhores do que eles mesmos" eram mais as mães do que os pais. Mas talvez o mais poderoso agente de tal "modernização" fosse a migração de jovens camponesas para o

serviço doméstico nas casas das classes médias urbanas. Tanto para homens como para mulheres, o grande processo de melhorar era inevitavelmente um processo de minar as antigas formas e aprender as novas. Para isso, voltamos agora nossa atenção.

Décimo-Primeiro Capítulo

OS HOMENS DE PÕEM A CAMINHO

Perguntamos onde estava seu marido.
"Ele está na América"
"O que é que ele faz lá?"
"Ele conseguiu um emprego como Tzar"
"Mas como pode um judeu ser Tzar?"
"Tudo é possível na América", ela respondeu.

Scholem Alejchem[1], 1900

Disseram-me que os irlandeses estão tirando o serviço doméstico dos negros por toda parte... Aqui isso é universal; não se encontra praticamente em lugar nenhum um empregado que não seja irlandês.

A. H. Clough para Thomas Carlyle, Boston, 1853 [2]

I

A metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História. Seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram então, são falhas em capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre estados: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo este fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. Entretanto, uma forma dramática desta migração pode ser aproximadamente documentada. Entre 1846 e 1875, uma quantidade bem superior a 9 milhões de pessoas deixou a Europa, e a grande maioria seguiu para os Estados Unidos [3]. Isto equivalia a mais de 4 vezes a população de Londres em 1851. No meio século precedente tal movimentação não deve ter sido superior a um milhão e meio de pessoas no todo.

Movimentos populacionais e industrialização andam juntos, já que o desenvolvimento econômico moderno do mundo pede mudanças substanciais junto aos povos e, por outro lado, facilita tais movimentos tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como evidentemente permite ao mundo manter uma população bem maior. A enorme expansão das

massas em nosso período não era nem inesperada nem sem precedentes muito modestos. Era certamente previsível nas décadas de 1830 e 1840. Porém, o que parecia ser uma corrente viva, transformou-se subitamente numa torrente. Antes de 1845, somente em um ano ocorreu que mais de 100 mil passageiros tivessem chegado aos Estados Unidos. Mas entre 1846 e 1850, uma média anual de mais de 250 mil deixou a Europa, e nos cinco anos subseqüentes, uma média anual de 350 mil; somente em 1854 não menos que 428 mil chegaram aos Estados Unidos e embora os números flutuassem segundo as condições econômicas dos países de origem e de destino, o fluxo continuou numa escala ainda maior do que antes.

Entretanto, por maior que fossem tais migrações, elas ainda eram modestas em relação às cifras posteriores. Na década de 1880, entre 700 mil e 800 mil europeus emigraram em média cada ano, e nos anos posteriores a 1900, entre 1 e 1,4 milhão por ano. Assim, entre 1900 e 1910 um número consideravelmente maior de pessoas emigrou para os Estados Unidos do que durante o período inteiro que este livro estuda.

A mais evidente limitação às migrações era geográfica. Deixando de lado as relíquias do tráfico negreiro (já então ilegal e praticamente estrangulado pela marinha britânica), o maior número de migrantes internacionais era formado de europeus, ou mais precisamente neste período, europeus ocidentais e alemães. Os chineses já estavam certamente se movimentando nas fronteiras do norte de seu império para além da região do povo Han, e para as regiões do sul nas penínsulas e ilhas do sudeste asiático, mas não se pode imaginar em que número. Talvez fosse modesto. Em 1871 havia talvez uns 120 mil na Malásia [4]. Os indianos começaram, depois de 1852, a emigrar pouco a pouco para a vizinha Birmânia. O vazio deixado pelo banimento do tráfico escravo estava sendo, de certa forma, preenchido pelo transporte de trabalho endividado, sobretudo proveniente da Índia e da China. 125 mil chineses seguiram para Cuba entre 1853 e 1874[5]. Eles iriam criar as diásporas indianas da Guiana e Trinidad, das ilhas dos Oceanos Pacífico e Indico, e do Caribe britânico. Chineses aventureiros já estavam sendo atraídos (ver capítulo 3) em algum número para as regiões pioneiras da parte americana do Pacífico, que iriam proporcionar aos jornalistas locais algumas brincadeiras sobre lavanderias, cozinheiros (eles inventaram o restaurante chinês em São Francisco durante a corrida do ouro), e criar demagogos locais com *slogans* de exclusividade racial. A frota mercante em rápido crescimento em todo o mundo deixava então um depósito de pequenas populações de cor nos portos internacionais mais importantes. O recrutamento de tropas coloniais, sobretudo pelos franceses que esperavam através disso suplantar a superioridade demográfica dos alemães (uma questão discutida com ansiedade na década de 1860), trouxe alguns outros pela primeira vez para uma região européia.

Mesmo entre os europeus, a migração de massa intercontinental estava confinada aos povos de relativamente poucos países, neste pe-

ríodo sobretudo ingleses, irlandeses e alemães e, a partir de 1860, noruegueses e suecos – os dinamarqueses nunca emigraram na mesma medida – cujo pequeno número esconde o imenso vazio demográfico que deixavam. Desta forma, a Noruega enviou dois terços de seu aumento populacional para os Estados Unidos, superados apenas pelos desafortunados irlandeses que enviaram todo o seu aumento populacional para fora: o país perdeu consistentemente em população em todas as décadas depois da grande epidemia de fome de 1846-47. Por outro lado, embora os ingleses e os alemães tenham mandado apenas aproximadamente 10% de seu aumento populacional para fora, em números absolutos isso significava muito. Entre 1851 e 1880, cerca de 5,3 milhões deixaram as Ilhas Britânicas (3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália, meio milhão para o Canadá) – de longe a maior migração transoceânica no mundo.

Os italianos do sul e sicilianos, que iriam tornar-se um dilúvio nas grandes cidades das Américas, praticamente ainda não haviam começado a sair de suas pequenas e pobres vilas; os europeus orientais, católicos ou ortodoxos, permaneciam grandemente sedentários e apenas os judeus iam para cidades provinciais para depois seguir em direção às grandes cidades. Os camponeses russos mal haviam começado a emigrar para os grandes espaços abertos da Sibéria antes de 1880, embora tivessem seguido em grande número para as estepes da Rússia européia, cuja colonização tinha sido mais ou menos completada por volta de 1880. Os poloneses mal haviam começado a povoar as minas de Ruhr antes de 1890 embora os tchecos já estivessem se deslocando para o sul de Viena. O grande período da emigração eslava, judaica e italiana para as Américas começaria em 1880.

Já que a maioria dos europeus era de origem rural, assim eram os emigrantes. O século XIX foi uma gigantesca máquina para elevar os homens do campo. A maioria deles foi para as cidades, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudessem encontrar em mundos estranhos, assustadores mas sobretudo promissores, onde se dizia que o pavimento das cidades era leito de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que algum cobre. Não é exatamente verdade que as correntes migratórias fossem todas iguais. Alguns pequenos grupos de migrantes, sobretudo alemães e escandinavos, que seguiram para a região dos Grandes Lagos nos Estados Unidos, ou os colonos escoceses no Canadá, trocaram um meio agrícola rural pobre por um melhor: somente 10% dos emigrantes para os Estados Unidos em 1880 foram para a agricultura, e a maioria não como fazendeiros, possivelmente devido ao preço dos equipamentos necessários[6].

Se a redistribuição dos homens do campo através do globo não pode ser negligenciada, é contudo menos surpreendente do que o êxodo da agricultura. Migração e urbanização andavam juntas, e na segunda metade do século XIX os países mais associados a este processo (Estados Unidos, Austrália, Argentina) tinham uma taxa de con-

centração urbana não superada em nenhum lugar, exceto na Inglaterra e nus partes industrializadas da Alemanha. "(Em 1890, as 20 maiores cidades do mundo incluíam cinco nas Américas e uma na Austrália.) Homens e mulheres transferiram-se para as cidades, embora talvez (com certeza na Inglaterra) cada vez mais oriundos de outras cidades.

Se a transferência se dava dentro do próprio país, isto não levantava nenhum problema novo de técnica. Na maioria dos casos eles não iam muito longe, ou se fossem, os caminhos para a cidade já haviam sido percorridos por vizinhos. Novos rumos eram às vezes abertos pela tecnologia, tais como a estrada de ferro que trouxe os bretões à Paris para perder sua fé (como no provérbio) na estação de Montparnasse e para preencher os bordéis da cidade com seus habitantes mais característicos. Garotas da Bretanha substituíram as de Lorraine como as prostitutas mais familiares.

As mulheres migrantes entre países tornaram-se em sua maioria empregadas domésticas, até que se casassem com um compatriota ou passassem para alguma ocupação urbana. A migração de famílias ou mesmo de casais era incomum. Os homens seguiam o comércio tradicional de suas regiões ao se transferirem para as cidades; no caso de serem especializados, sua própria profissão; ou então, se comerciantes, alguma forma de pequeno comércio, sobretudo de alimentos ou bebidas. Além destes casos eles encontravam emprego sobretudo nas duas grandes ocupações que não requeriam nenhuma especialização particular estranha a homens do campo, ou seja, construção e transporte. Em Berlim, em 1885, 81% dos homens engajados no suprimento de alimentos, 83,5% dos envolvidos em construção e mais de 85% daqueles em transporte tinham nascido fora da cidade[7]. Se eles não tinham muita sorte nos empregos mais especializados, exceto quando aprendizes, por outro lado estavam em melhor situação do que os mais pobres nascidos na própria cidade. O pior dos quarteirões pobres era habitado mais freqüentemente pelos nativos do que pelos emigrantes. No nosso período ainda não havia muita alternativa de trabalho fabril na maioria das grandes capitais.

A maior parte desta estrita produção industrial encontrava-se nas cidades médias (embora crescendo rapidamente) ou mesmo – sobretudo nas minas e em algumas espécies têxteis – nas vilas e pequenas cidades. Ali não havia uma demanda comparável para mulheres imigrantes, exceto nos têxteis, e os empregos para os imigrantes homens eram, quase que por definição, não especializados e mal pagos

Migrações através de fronteiras e oceanos levantavam problemas mais complexos, e isso não era de nenhuma forma devido ao fato de os imigrantes não entenderam a língua do país. Na realidade, a maior parte dos imigrantes, aqueles das Ilhas Britânicas, não tinham dificuldades lingüísticas significativas, embora alguns migrantes internos a tivessem, como por exemplo, dentro dos impérios multinacionais da Europa central e oriental. Entretanto, fora a língua, a emigração sem dúvida aumentou de forma aguda a questão da origem nacional dos indivíduos (ver também capítulo 5). Se alguém permane-

cesse num país novo, deveria ser obrigado a romper as ligações com o antigo? A questão não se levantava na transferência para as colônias do Estado, onde era possível manter as nacionalidades inglesa ou francesa, fosse na Nova Zelândia ou na Argélia, pensando no velho país como "o lar". Levantava problemas mais agudos, porém, nos Estados Unidos, que recebia imigrantes mas impunha que estes se transformassem rapidamente em cidadãos americanos falando inglês, já que qualquer cidadão racional não poderia desejar outra coisa senão ser americano. De fato, a maioria deles assim o fez.

Uma mudança de cidadania não implicava, evidentemente, um divórcio em relação ao velho país. Bem ao contrário. O imigrante típico, largado em um lugar estranho que o havia recebido de forma suficientemente fria, voltava-se naturalmente para o único agrupamento humano que lhe era familiar e que podia ajudá-lo, a companhia dos compatriotas. A América que havia-lhe ensinado as primeiras frases formais em inglês – "Ouço a sirene. Preciso andar depressa" – não era uma sociedade mas um meio de fazer dinheiro. Podia-se ler numa brochura da *International Harvest Corporation*, feita para ensinar inglês aos trabalhadores poloneses, as frases subseqüentes da primeira lição:

> "Ouço a sirene de cinco minutos.
> É hora de ir para a fábrica.
> Apanho meu cartão no portão e entrego no departamento.
> Mudo minhas roupas e fico pronto para trabalhar.
> Toca a primeira sirene do início do trabalho.
> Como meu almoço.
> É proibido comer antes disso.
> Apronto-me para ir para o trabalho.
> Trabalho até que a sirene toque novamente.
> Deixo meu lugar limpo e bem arrumado.
> Preciso ir para a casa" [8].

A primeira geração de imigrantes, por mais zelosa que fosse ao tentar aprender as técnicas da nova vida, terminava por viver num gueto auto-imposto, apoiando-se nas velhas tradições e nas memórias do antigo país que tinha abandonado tão prontamente. Mesmo os ricos financistas judeus de Nova York, os Guggenheims, Kuhns, Sachs, Seligmanns e Lehmajins, que tinham o que o dinheiro podia comprar nos Estados Unidos, não eram americanos da forma que os Wertheimsteins em Viena consideravam-se austríacos, os Bleichroeders em Berlim consideravam-se prussianos e mesmo os internacionais Rothschilds em Londres e Paris consideravam-se ingleses e franceses. Eles permaneceram tanto alemães como americanos. Falavam, escreviam e pensavam em alemão, freqüentemente enviavam seus próprios filhos para serem educados no antigo país, juntavam-se e apoiavam financeiramente associações germânicas.[9]

Mas a emigração levantou muito mais dificuldades materiais elementares. Os homens precisavam descobrir aonde ir e o que fazer ao chegar no novo lugar. Eles precisavam ir para Minesota de algum

remoto fiorde norueguês; para o condado de Green Lake ou Wisconsin, da Pomerânia ou Brandemburgo; para Chicago, de alguma vila em Kerry. O custo em si mesmo não era uma dificuldade insuperável, embora as condições de viagem para emigrantes através do oceano fossem famigeradas especialmente nos anos posteriores à epidemia de fome na Irlanda, se não assassinas. Em 1885 a passagem de um emigrante de Hamburgo para Nova York custava 7 dólares. As tarifas eram baixas, não apenas porque considerava-se que este tipo de passageiro não necessitava ou merecia melhores acomodações do que animais (mas afortunadamente necessitando menos espaço), ou porque faltassem melhorias nas comunicações, mas também por razões econômicas. Emigrantes eram carga. Provavelmente para a maioria das pessoas, o custo da viagem para o porto final de embarque – Le Havre, Bremen, Hamburgo e sobretudo Liverpool – era bem maior que a travessia em si.

Mesmo assim, este dinheiro não estava ao alcance dos mais pobres entre todos, embora estas somas pudessem ser facilmente economizadas e enviadas da América ou Austrália, com seus altos salários, para os parentes nos antigos países. De fato, tais pagamentos eram parte da vasta soma de remessas para o exterior de imigrantes que, estranhos às altas formas de gastos de seus novos países, podiam economizar bastante. Os irlandeses sozinhos enviaram de volta entre 1 e 7 milhões de libras esterlinas anualmente, no começo da década de 1850 [10]. Entretanto, quando o parente não podia ajudar, uma variedade de intermediários com interesse financeiros entrava em ação. Onde havia uma grande demanda por trabalho de um lado, uma população ignorante das condições no país escolhido de outro e uma longa distância pelo meio, o agente ou contratador florescia.

Tais indivíduos faziam seus lucros acumulando gado humano nas mãos das companhias de navegação ansiosas para encher seus navios, para enviá-lo às autoridades públicas e companhias de estradas de ferro interessadas em povoar seus territórios vazios, para proprietários de minas, donos de siderúrgicas e outros empregadores de trabalho primário que necessitavam de braços. Os agentes eram pagos pelos empregadores, e pelos centavos de homens e mulheres que talvez fossem forçados a atravessar metade de um continente estranho antes de embarcar para cruzar o Atlântico: da Europa central para o Havre, ou através do Mar do Norte via Inglaterra para Liverpool. Podemos deduzir que eles geralmente exploravam a pobreza e a ignorância, embora os extremos do contrato de trabalho e servidão de dívida fossem talvez incomuns neste período, exceto entre os indianos e os chineses enviados para plantações. Em geral, tais intermediários não sofriam nenhum controle, exceto alguma supervisão quanto às condições sanitárias a bordo, depois das terríveis epidemias do final da década de 1840. Eles tinham a opinião pública dos influentes por detrás. A burguesia de meados do século XIX ainda acreditava que a Europa era superpovoada por pobres. Quanto maior quantidade fosse

embarcada para fora melhor para todos eles (porque melhorariam suas condições) e melhor para os que ficassem (porque o mercado de trabalho seria aliviado) Sociedades beneficentes, até sindicatos, trabalharam para arranjar subsídios para a emigração de seus clientes ou membros, como o único meio prático de lidar com o pauperismo e o desemprego. Parecia uma boa justificativa o fato de que, em nosso período, os países em processo de industrialização mais rápida fossem, ao mesmo tempo, os maiores exportadores de homens, como a Inglaterra e a Alemanha. O argumento era, hoje se sabe, errado. Dando um balanço, a economia dos países que despachavam homens teria se beneficiado mais se tivesse empregado estes recursos humanos ao invés de expulsá-los. Por outro lado, as economias do Novo Mundo beneficiaram-se enormemente com o êxodo do Velho Mundo. E também os imigrantes. O pior período de sua pobreza e exploração nos Estados Unidos parece ter ocorrido depois do final de nosso período.

Por que pessoas emigravam? Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Apesar das perseguições políticas depois de 1848, refugiados políticos ou ideológicos formavam apenas uma pequena fração da emigração de massa, mesmo em 1849-54, embora houvesse um tempo em que radicais controlaram metade da imprensa em língua alemã nos Estados Unidos, onde eles aproveitavam para denunciar seu país de refúgio [11]. Seu ardor entretanto rapidamente esmaeceu, assim como a maioria dos imigrantes não-ideológicos que transferiram suas energias revolucionárias para a campanha antiescravista. A fuga de seitas religiosas procurando maior liberdade para prosseguir em suas atividades, freqüentemente peculiares, era provavelmente menos significativa que no meio-século precedente, já que os governos vitorianos não tinham uma posição muito forte em ortodoxia como tal, embora não achassem desagradável se livrarem dos mórmons ingleses ou dinamarqueses, cuja tendência à poligamia causava problemas. Mesmo na Europa oriental, as ativas campanhas anti-semitas, que iriam estimular a emigração de massa dos judeus, ainda era coisa para o futuro.

As pessoas emigravam para escapar às más condições em casa ou para procurar melhores no exterior? Tem havido uma longa e inútil discussão sobre este ponto. Não há dúvida de que pobres tendiam a emigrar mais do que ricos, e que eles tenderiam a fazê-lo mais ainda se as condições tradicionais de vida viessem a se tornar difíceis ou impossíveis. Portanto, na Noruega artesãos emigraram mais do que trabalhadores de fábrica; mais tarde foi a vez dos pescadores, quando a vela deu lugar ao vapor. Há igualmente pouca dúvida de que neste período, quando a idéia de jogar fora o antigo era ainda estranha e assustadora para a maioria das pessoas, alguma forma de força cataclísmica ainda era necessária para levá-los ao desconhecido. Um trabalhador de fazenda em Kent, escrevendo da Nova Zelândia, agradeceu aos fazendeiros por havê-lo expulsado por causa de uma greve, já

que agora ele se encontrava muito melhor: ele não teria pensado em partir de outra maneira.

Entretanto, como a emigração maciça tornava-se parte integrante da experiência do povo comum, em que cada criança do condado de Kildare tinha algum primo, tio ou irmão já na Austrália ou nos Estados Unidos, a partida se tornou uma opção normal – e não necessariamente irreversível –, baseada numa escolha de perspectivas, e não meramente uma força do destino. Se chegassem notícias de que havia sido descoberto ouro na Austrália, ou que empregos abundavam e eram bem pagos nos Estados Unidos, a emigração aumentava. Inversamente, caiu nos anos depois de 1873, quando a economia dos Estados Unidos encontrou-se em depressão aguda. Portanto, não pode haver dúvida de que a primeira grande onda de emigração de nosso período (1845-54) foi essencialmente uma fuga da fome ou pressão da população na terra, basicamente na Irlanda e na Alemanha, que forneceu 80% de todos os emigrantes transatlânticos nestes anos.

Nem era a emigração necessariamente permanente. Emigrantes – em que proporção não sabemos – sonhavam em fazer sua fortuna no exterior e depois voltar para casa, ricos e respeitados. Uma grande proporção – entre 30 e 40% – realmente o fez, embora na maioria das vezes pela razão oposta, porque não tinham gostado do Novo Mundo ou tinham tido dificuldades em lá se estabelecer. Outros emigraram novamente. Na medida em que as comunicações revolucionarizavam-se, o mercado de trabalho, especialmente para trabalhadores especializados, expandia-se até abarcar todo o mundo industrializado. A lista dos líderes sindicais ingleses deste período estava cheia de homens que haviam trabalhado no exterior, nos Estados Unidos ou em outro lugar qualquer, já que teriam podido trabalhar tanto em Newcastle como em Barrow-in-Furness dado às suas qualidades profissionais. Portanto, agora se tornava possível fazer emigração através dos oceanos por estação do ano ou temporariamente.

De fato, o aumento maciço da emigração continha uma quantidade considerável de movimento não-permanente – temporário, por estações ou meramente nômade. Nada em si havia de novo nestes movimentos. Todos estes viajantes eram familiares antes da Revolução Industrial. Porém, a rápida extensão mundial da nova economia iria pedir, e portanto criar, novos tipos de tais viajantes.

Consideremos o símbolo desta extensão, a estrada de ferro. Seus donos cobriam o globo, e com eles o pessoal (de maioria inglesa ou irlandesa) composto de gerentes, trabalhadores especializados e elite proletária; algumas vezes estabelecendo-se para sempre, seus filhos tornando-se os anglo-argentinos da geração seguinte ou então movendo-se de país para país, como muitos dos homens ligados ao petróleo hoje em dia. Já que estradas de ferro eram construídas em qualquer lugar, não se podia confiar necessariamente na força de trabalho local, mas, em lugar disso, desenvolver um corpo de trabalhadores nômades que ainda caracteriza os grandes projetos de constru-

ção através do mundo Na maioria dos países industriais estes eram recrutados entre homens marginais e sem lugar fixo, prontos para trabalhar duro por um bom pagamento; mesmo em más condições, e beber ou jogar o dinheiro ganho também de forma dura, pensando pouco no futuro. Pois assim como para o marinheiro há sempre um outro navio, para estes trabalhadores ambulantes haveria também sempre um outro grande projeto de construção quando o atual tivesse terminado. Homens livres nas fronteiras da indústria, chocando o respeitável de todas as classes,, heróis de um folclore de masculinidade não-oficial, eles assumiam o mesmo tipo de papel que os marinheiros e mineiros de fronteiras, embora recebendo mais que os primeiros, sem porém ter a esperança de fortuna dos últimos.

Nas sociedades agrárias mais tradicionais, estes construtores móveis formavam uma importante ponte entre a vida rural e industrial. Organizados em grupos ou times regulares, liderados por um capitão eleito que negociava termos e partilhava das negociações dos contratos, camponeses pobres da Itália, Croácia ou Irlanda atravessariam continentes ou mesmo oceanos para fornecer trabalho aos construtores de cidades, fábricas ou estradas de ferro. Tais migrações desenvolveram-se nas planícies húngaras a partir da década de 1850. Os menos organizados dentre estes camponeses, freqüentemente ofereciam uma eficiência superior e maior disciplina (ou docilidade), e a disposição para trabalhar por salários baixos.

Não é suficiente, entretanto, chamar a atenção para o crescimento daquilo que Marx denominou a "cavalaria ligeira" do capitalismo, sem observar concomitantemente uma diferença significativa entre os países desenvolvidos; ou, mais precisamente, entre o Velho e Novo Mundo. A expansão econômica produziu uma "fronteira" em todos os lugares. Algumas vezes, uma comunidade mineira, tal como em Gelsenkirchen (na Alemanha), que cresceu de 3.500 habitantes para quase 96 mil entre 1858 e 1895, era um "Novo Mundo" comparável a Buenos Aires ou Pensilvânia como centro industriais. Mas no Velho Mundo, em geral, a necessidade de uma população móvel foi obtida sem que todavia se criasse mais do que uma população flutuante comparativamente modesta, exceto nos grandes portos e nos centros tradicionais como as grandes cidades. Isto talvez tenha acontecido porque seus membros possuíam algum sentido de comunidade ligando-os a uma sociedade estruturada. Foi nas regiões escassamente povoadas ou além das fronteiras da colonização no além-mar, onde grupos de trabalhadores ambulantes eram mais necessitados, que tais grupos de indivíduos flutuantes fizeram sentir sua presença como comunidade, ou pelo menos foram mais "visíveis". O Velho Mundo estava cheio de viajantes e aventureiros, mas nenhum deles atraiu a atenção como os *cowboys* americanos de nosso período, embora seus equivalentes na Austrália, os itinerantes fazendeiros de ovelhas e outros trabalhadores rurais do *hinterland* também tenham produzido um poderoso mito local.

II

A forma característica de viagem para o pobre era a migração. Para a classe média e os ricos, era mais e mais turismo, essencialmente um produto da estrada de ferro, barco a vapor e (até onde a invenção de nosso período, o cartão postal, também é uma parte essencial do processo) da nova magnitude e rapidez das comunicações postais. (Estas foram sistematizadas internacionalmente com o estabelecimento da *International Postal Union* em 1869.) Homens pobres nas cidades viajavam por necessidade, mas raramente por prazer, salvo quando era a pé – as autobiografias dos artesãos vitorianos estão repletas de titânicas caminhadas campestres – e por períodos restritos. Homens pobres no campo nunca viajavam somente por prazer, combinando prazer com negócios nos mercados e feiras. A aristocracia viajava muito por razões não-utilitárias, mas de uma forma que nada tem em comum com o turismo moderno. Famílias nobres partiam das casas na cidade para as casas de campo regularmente nas estações, com um cortejo de empregados e veículos de bagagem como se fossem pequenos exércitos. (Aliás, o pai do príncipe Kropotkin dava à sua mulher e à criadagem ordens específicas dentro de uma tradição militar.) Eles poderiam também se estabelecer em algum centro adequado de vida social por algum tempo, como aquela família latino-americana (como atesta o *Guide de Paris* de 1867) que desembarcou com 18 vagões de bagagem. O Grand Tour dos jovens nobres ainda não implicava no Grand Hotel do turismo da era capitalista, em parte porque esta instituição ainda estava se desenvolvendo – mais ou menos em conexão com as estradas de ferro – e em parte também porque estes nobres desdenhavam parar em hotéis de passagem.

O capitalismo industrial produziu duas novas formas de viagens de prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia, e pequenas excursões mecanizadas para as massas, em alguns países como a Inglaterra. Ambas eram os resultados diretos da aplicação do vapor no transporte, já que pela primeira vez na história, viagens regulares e seguras eram possíveis para grandes quantidades de pessoas e bagagem, e por qualquer tipo de terreno ou mar. Diferente das diligências, que poderiam ter seu caminho interrompido por bandoleiros em regiões remotas, as locomotivas eram imunes desde o princípio – exceto no Oeste Americano –, mesmo em áreas notoriamente pouco seguras como na Espanha e nos Bálcãs.

As viagens de um dia para as massas, se excluirmos as excursões em navios, tinham nascido na década de 1850 – para ser mais preciso, na Grande Exibição de 1851, que atraiu um vasto número de visitantes para suas maravilhas em Londres, um tráfico encorajado pelas estradas de ferro com bilhetes a preços especiais e organizado pelos membros de inúmeras sociedades locais e comunidades. O próprio Thomas Cook, cujo nome iria tornar-se sinônimo de turismo organizado nos 25 anos seguintes, tinha começado sua carreira fazendo

tais arranjos e mais tarde desenvolvendo-os em um grande negócio, a-partir de 1851. As numerosas exposições internacionais (ver capítulo 2) traziam cada uma seu exército de visitantes, e a reconstrução de capitais encorajou cidades provincianas a exibir suas maravilhas. Pouco mais precisa ser dito sobre o turismo neste período. Permaneceu confinado a pequenas viagens, extenuantes para o padrão contemporâneo, trazendo na sua bagagem uma florescente indústria menor, a dos *souvenirs* Em geral, as estradas de ferro (de qualquer maneira na Inglaterra) tinham pouco interesse nas viagens de terceira-classe, embora o governo obrigasse-as a fornecer pelo menos um mínimo. Porém em 1872 as estradas de ferro inglesas iriam obter 50% de suas passagens neste nível Aliás, na medida em que viagens regulares de terceira-classe aumentavam, o tráfico de excursão em trens especiais tornava-se menos importante.

A classe média, porém, viajava com mais seriedade. A forma mais importante de tais viagens, em termos quantitativos, era provavelmente a da viagem de verão da família ou (para os mais ricos) uma estação de águas. Este período viu um grande desenvolvimento de tais lugares – na costa da Inglaterra, nas montanhas do continente. (Embora Biarritz já fosse bastante famosa na década de 1860, graças ao patrocínio de Napoleão III e a pinturas impressionistas que demonstravam um interesse visível nas praias da Normandia, a burguesia do continente ainda não se sentia comprometida com a água salgada e o sol.) Em meados da década de 1860, um *boom* de férias classe-médias já transformava partes da costa britânica, com lugares para passeios na beira do mar, *piers* e outros embelezamentos que tornaram possível a proprietários de terras obter lucros insuspeitados de faixas de terra antes sem nenhum valor. Estes eram fenômenos de classe média e de baixa classe média. No total, as regiões de lazer da classe operária não se tornaram muito significativas até a década de 1880, quando então a nobreza certamente não consideraria uma estadia em Bournemouth (onde o poeta francês Verlaine passaria uma temporada) ou Ventnor (onde Turgenev e Karl Marx foram tomar um pouco de ar) como uma atividade propícia para o verão.

As estações de água do continente (as inglesas não tinham atingido tal proeminência) eram bem mais estilizadas, proporcionando portanto hotéis de luxo e os divertimentos necessários para clientela tão distinta, como cassinos e bordéis de alta classe. Vichy, Spa, Baden-Baden, Aix-les-Baines, mas sobretudo todas as grandes estações de águas da monarquia dos Habsburgos, Gastein, Marienbad, Karlsbad etc., eram para a Europa do século XIX o que Bath havia sido para a Inglaterra do século XVIII, lugares da moda para passear, justificados pela desculpa de beber alguma água mineral de gosto desagradável ou de imergir em alguma forma líquida sob o controle benevolente de algum médico. O *status* destes lugares era determinado pelo papel desempenhado na diplomacia do período. Napoleão III encon-

trou Bismarck em Biarritz e Cavour em Plombières, e uma convenção foi encerrada em Gastein. Entretanto, o fígado era um grande nivelador, e as estações de águas minerais atraíram uma boa quantidade de ricos não-aristocráticos e profissionais de classe média, cujas tendências para comer e beber demasiadamente eram reforçadas pela prosperidade. Afinal, Dr. Kugelmann recomendou Karlsbad para um membro tão pouco típico da classe média como Karl Marx, que cuidadosamente registrou-se como "homem de meios privados" para evitar identificação até que descobriu que, como Dr. Marx, ele poderia economizar uma *Kurtaxe*[12] mais ou menos elevada. Na década de 1840, poucos destes lugares haviam saído da simplicidade rural. Em 1858, o *Murray's Guide* descrevia Mariembad como um lugar "comparativamente recente" e indicava que Gastein tinha apenas 200 quartos para hóspedes. Mas na década de 1860, todos estes lugares floresciam.

Sommerfrische (férias de verão) e *Kurort* (estação de águas) eram para os burgueses coisas normais; a França e a Itália tradicionalistas confirmam hoje que o descanso anual era então uma instituição burguesa. Para os mais delicados, um sol tépido era indicado, isto quer dizer, invernos no Mediterrâneo. A Cote d'Azur havia sido descoberta pelo Lorde Brougham, o político radical cuja estátua ainda domina a vista em Cannes, e embora os nobres russos viessem a se tornar seus clientes mais lucrativos, o nome "Promenade des Anglais" em Cannes ainda indica quem abriu esta nova fronteira do rico lazer. Monte Carlio construiu seu Hotel de Paris em 1866. Depois da abertura do Canal de Suez, e especialmente depois da construção da estrada de ferro ao longo do Nilo, o Egito tornou-se o lugar para aqueles cuja saúde desaconselhava os outonos e invernos do Norte, combinando as vantagens climáticas, o exotismo, os monumentos de antigas civilizações com a dominação européia. O incansável Baedeker editou seu primeiro guia para este país em 1877.

Ir para o Mediterrâneo no verão, exceto com o objetivo de procurar arte e arquitetura, ainda era visto como loucura até no início do século XX, era do culto ao sol e das peles bronzeadas. Somente alguns lugares, como a baía de Nápoles e Capri (estabelecidos graças ao patrocínio da Imperatriz da Rússia) eram considerados toleráveis na estação quente. A modéstia dos preços locais na década de 1870 indica uma era de início de turismo. Americanos ricos, saudáveis ou doentes – ou melhor, suas esposas e filhas – faziam fila nos centros da cultura européia, embora no final de nosso período os milionários já estivessem começando a estabelecer seu estilo de residência de verão. Xanadus construídos ao longo da costa da Nova Inglaterra. Os ricos nos países quentes tomaram o caminho das montanhas.

Precisamos, entretanto, distinguir duas formas de passeio: o mais longo (verão ou inverno) e o *tour* que tornava-se cada vez mais prático e rápido. Como sempre, as maiores atrações eram as paisagens românticas e os monumentos da cultura, mas pela década de 1860, os ingleses (pioneiros como sempre) exportavam sua paixão

pelo exercício físico para as montanhas da Suíça onde mais tarde encontrariam o esqui como esporte de inverno. O Clube Alpino foi fundado em 1858, e Edward Whymper escalou o Matterhorn em 1865. Por razões de certa forma obscuras, tais atividades extenuantes cercadas de um cenário inspirador atraíam particularmente intelectuais a profissionais liberais anglo-saxões, a ponto do alpinismo juntar-se ao costume de fazer longas caminhadas como hábito característico dos acadêmicos de Cambridge, altos funcionários, professores de escolas privadas, filósofos e economistas, para surpresa de intelectuais latinos, mas não tanto dos alemães. Quanto aos viajantes menos ativos, seus passos eram guiados por Thomas Cook e os sólidos guias do período, sendo que o pioneiro *Murray's Guides* começava a ser obscurecido por aquelas bíblias do turismo, os *Baedekers* alemães, então publicados em diversas línguas.

Estes *tours* não eram baratos. No início da década de 1870, uma viagem de seis semanas para duas pessoas de Londres via Bélgica, Vale do Reno, Suíça e França – talvez o itinerário turístico mais comum – custava cerca de 85 libras, ou aproximadamente 20% da renda anual de uma pessoa recebendo 8 libras por semana, que seria o salário de um respeitável empregado doméstico naqueles dias[13]. Tal soma tomaria mais de três quartas partes do salário anual de um bem-pago operário especializado britânico. É evidente que o turista que era objeto das estradas de ferro, hotéis, guias turísticos etc. pertencia à confortável classe média. Estes eram os homens e mulheres que sem dúvida reclamavam do custo das casas desocupadas em Nice, que havia subido entre 1858 e 1876 de 64 libras para 100 por ano, e salário de empregados domésticos que tinha igualmente subido de 8-10 libras para o escândalo de 24-30 por ano [14]. Mas estas também eram as pessoas que, é seguro dizer, podiam pagar tais preços.

Estava então o mundo da década de 1870 dominado por migrações, viagens e fluxo demográfico? É fácil esquecer que a maioria das pessoas deste planeta ainda vivia e morria no lugar onde havia nascido, e que toda esta movimentação não era maior ou diferente do que havia sido antes da Revolução Industrial. Havia certamente mais gente no mundo que se parecia com os franceses, 88% dos quais em 1861 vivia no *département* de nascimento – no *département* de Lot, 97% vivia ainda na *parish* de nascimento –, do que com populações mais móveis e migratórias [15]. E portanto, as pessoas que iam sendo gradualmente arrancadas de suas tradições, habituavam-se a viver de uma forma em que viam coisas que seus pais nunca haviam feito e eles mesmos não esperavam fazer. Pelo final de nosso período, os imigrantes formavam uma substancial maioria não apenas em países como a Austrália e cidades como Nova York e Chicago, mas em Estocolmo, Christiania (atualmente Oslo), Budapeste, Berlim e Roma (entre 55 e 60%), assim como Paris e Viena (65%)[16]. As cidades e as novas áreas industriais eram, cada vez mais, os magnetos que os atraíam. Que tipo de vida os esperava ali?

Décimo-Segundo Capítulo

A CIDADE, A INDÚSTRIA, A CLASSE TRABALHADORA

Agora eles fazem até o nosso pão diário
Com vapor e com turbina
E muito em breve, a nossa própria conversa
Vamos empurrá-la com uma máquina
Em Trautenau há duas igrejas,
Uma para os ricos e outra para os pobres;
Nem mesmo na sepultura
É o pobre desgraçado seu igual.

Poema in *Trautenau Wochenblatt,* 1869 [1]

Nos velhos tempos, se alguém chamasse um artesão de "trabalhador" ele seria levado certamente a uma briga... Mas agora disseram aos artesãos que os trabalhadores estão no topo do Estado, e portanto todos insistem em ser trabalhadores.

M. May, 1848[2]

A questão da pobreza é a mesma que a da morte, doença, inverno ou qualquer outro fenômeno natural. Não sei qual delas é possível de impedir.

William Makepeace Thackeray, 1848[3]

I

Dizer que os novos migrantes chegaram, ou que novas gerações então nasceram num mundo de indústria e tecnologia é bastante óbvio, mas não muito esclarecedor em si. Que tipo de mundo era este?

Era, em primeiro lugar, um mundo que não consistia apenas de fábricas, empregadores e proletários, ou que tivesse sido transformado pelo enorme progresso de seu setor industrial. Por mais espantosas que fossem estas medidas em si mesmas não são adequadas para medir o impacto do capitalismo. Em 1866, Reichenberg (Liberec), o centro têxtil da Bohemia, ainda tinha metade de sua produção total através de trabalho manual, embora estes dependessem de alguma forma de algumas grandes fábricas. Era uma região sem dúvida menos avançada em organização industrial que Lancashire, onde os últimos dentre os trabalhadores manuais foram absorvidos por alguma outra

forma de trabalho na década de 1850. No ponto culminante do *boom* do açúcar do início da década de 1870, apenas 40 mil trabalhadores foram empregados na indústria açucareira. Mas este fato mede menos o impacto da nova indústria de açúcar do que o fato de quantidade de acres ocupados na sua produção haver sido multiplicada, no campo da Bohemia, por vinte vezes entre 1853-54 (4.800 hectares) e 1872-73 (123. 800 hectares)[4]. O número dos passageiros nas linhas de estradas de ferro na Inglaterra quase que dobrou entre 1848 e 1854 – de 58. para 108 milhões – enquanto que a receita das companhias de carga multiplicou-se em duas vezes e meia – e isto é mais significativo que o percentual preciso de mercadorias industriais ou viagens de negócios ocultadas por estes números.

E ainda, o trabalho industrial em si mesmo, na sua estrutura e organização característica, além da urbanização – vida nas cidades que cresciam rapidamente – eram certamente as formas mais dramáticas da nova vida; nova porque mesmo a continuação pura e simples de alguma ocupação local escondia mudanças de longo alcance. Alguns anos depois do fim de nosso período (1887), o professor alemão Ferdinand Toennies formulou a distinção entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (uma sociedade de indivíduos), gêmeos hoje familiares a qualquer estudante de sociologia. A distinção é similar a outras feitas por observadores da época, entre jargões criados para denominar.as sociedades 'tradicionais" e "modernas" – por exemplo, a fórmula de Sir Henry Maine reduzindo o progresso da sociedade ao percurso "do *status* ao contrato". O ponto a observar, entretanto, é que Toennies baseou sua análise não na diferença entre comunidade camponesa e sociedade urbanizada, mas entre a cidade antiquada e.a metrópole capitalista, "essencialmente uma cidade comercial e, na medida em que o comércio domina o trabalho produtivo, uma cidade-fábrica"[5] Este novo ambiente e sua estrutura são o objeto do presente capítulo.

A cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro. A urbanização cresceu rapidamente depois de 1850. Na primeira metade do século, somente a Inglaterra tinha tido uma taxa anual de urbanização superior a 0,20 pontos (representando a mudança do ponto percentual no nível da população urbana entre o primeiro e último censo do período, dividido pelo número de anos)[6], embora a Bélgica praticamente atingisse aquele nível. Mas entre 1850 e 1890 até a Austro-Hungria, Noruega e Irlanda urbanizavam-se àquela taxa, sendo que a Bélgica e os Estados Unidos entre 0,30 e 0,40, Prússia, Austrália e Argentina entre 0,40 e 0,50, Inglaterra e País de Gales, além da Saxônia, a mais de 0,50 por ano. Dizer que a concentração de pessoas em cidades era "o mais impressionante fenômeno social do atual século" [7] era dizer o óbvio. Para os nossos padrões ainda era modesta – pelo final do século pouco mais de uma dúzia de países havia atingido à taxa de concentração urbana da Inglaterra e País de Gales em 1801. Porém todos (exceto Escócia e Holanda) já haviam atingido este nível desde 1850.

A cidade industrial típica era neste período uma cidade de tamanho médio, mesmo por padrões atuais, embora, como ocorresse na Europa central e oriental, algumas cidades (que tendiam a ser muito grandes) também se tornaram centros maiores de produção – por exemplo, Berlim, Viena e São Petersburgo. Oldham tinha 83 mil habitantes em 1871, Barmen 75 mil, Roubaix 65 mil. Mas as antigas cidades industriais de maior reputação geralmente não atraíam as novas formas de produção, e conseqüentemente a nova região industrial típica tomava em geral a forma de pequenas vilas, que se transformavam em pequenas cidades, que depois se desenvolviam transformando-se em grandes cidades. Poucos de seus habitantes estavam a uma distância do campo superior a uma caminhada. Até a década de 1870, as grandes-cidades da Alemanha industrial do ocidente, tais como Colônia e Dusseldorf, alimentavam-se com os mantimentos trazidos ao mercado semanal pelos camponeses das regiões circunvizinhas [8]. Em certo sentido, o choque da industrialização residia precisamente no grande contraste entre as habitações escuras, monótonas, repletas de gente e as fazendas coloridas circunvizinhas, como em Sheffield, por exemplo.

Isso é o que tornava possível que trabalhadores em áreas em processo de industrialização – embora tal fenômeno diminuísse rapidamente – permanecessem meio-agricultores. Até depois de 1900, os mineiros na Bélgica tiravam férias na estação certa (se necessário através de uma "greve de batatas") para ir tomar conta de suas plantações de batatas. Mesmo na Inglaterra do norte, os desempregados na zona urbana podiam facilmente voltar ao trabalho nas fazendas próximas em época de verão [9].

A grande cidade – quer dizer, um povoamento de mais de 200 mil, incluindo um punhado de cidades metropolitanas de mais de meio milhão – não era exatamente um centro industrial (embora pudesse contar um bom número de fábricas), mas mais precisamente um centro de comércio, transporte, administração e uma multiplicidade de serviços que uma grande concentração de pessoas atraía. A maioria de seus habitantes era de fato composta de trabalhadores, de um tipo ou de outro, incluindo um grande número de empregados domésticos – quase que um entre cinco habitantes de Londres (1851), mas uma proporção bem inferior em Paris [10]. E ainda, estas mesmas dimensões garantiam que estas cidades também contivessem uma boa porcentagem de classe média e baixa classe média – digamos, entre 20 e 23% tanto em Londres como em Paris.

Tais cidades cresceram com extraordinária rapidez. Viena cresceu de mais de 400 mil em 1846 para 700 mil em 1880, Berlim de 378 mil (1X49) para quase um milhão (1875), Paris de 1 para 1,9 milhão e Londres de 2,5 para 3,9 milhões (1851-81), embora estes números percam o brilho diante de alguns outros de além-mar: Chicago ou Melbourne. Mas a forma, imagem e estrutura mesma da cidade havia mudado, tanto sob pressão para construção e planejamento poli-

ticamente motivada (sobretudo em Paris e Viena) como pela fome de lucro das construtoras. Ambas não recebiam bem a presença dos pobres nas cidades, que eram a maioria da população, embora reconhecessem que eram um mal necessário.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos. Esta também era a política das estradas de ferro, que fazia suas linhas passarem através destes bairros, onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis. Para os construtores, os pobres eram um mercado que não dava lucro, comparado ao dos ricos com suas lojas especializadas e distritos de comércio, e também às sólidas casas e apartamentos para a. classe média. Quando os pobres não ocupavam os distritos centrais das cidades abandonados pelas classes mais elevadas, seus lugares eram construídos por empresários especuladores ou pelos construtores dos grandes blocos de aluguel, conhecidos na Alemanha como "barracões de aluguel" *(Mietskasernen).* Das casas populares construídas em Glasgow entre 1866 e 1874, 75% eram de um ou dois quartos apenas, e mesmo assim foram rapidamente ocupadas.

Quem diz cidade de meados do século XIX, diz "superpovoada" e "cortiço" e, quanto mais rápido a cidade crescesse, pior era em superpopulação. Apesar da reforma sanitária e do pequeno planejamento que ali havia, o problema da superpopulação talvez tenha crescido neste período sem que a saúde tenha melhorado, quando não piorou decididamente. As maiores melhorias neste setor só começaram a ocorrer no final de nosso período. As cidades ainda devoravam suas populações, embora as cidades inglesas, na qualidade de mais antigas da era industrial, estivessem próximas de se reproduzirem a si mesmas, isto é, crescer sem a constante e maciça transfusão de sangue representada pela imigração.

Dar mais atenção às necessidades dos pobres em si não chegaria a dobrar o número dos arquitetos londrinos em 20 anos (de pouco mais de 1 mil para 2 mil – na década de 1830 eles deveriam perfazer menos de uma centena), embora a construção de casas populares viesse a se transformar num negócio bastante lucrativo ". Era, na realidade, uma época de *boom* na arquitetura e na construção – para a burguesia. Sua história foi escrita, em relação a Paris, por Emile Zola. A época iria assistir a construção de casas em lugares caros que aumentavam constantemente de preço, e conseqüentemente o nascimento do "elevador" , depois seguido da construção dos primeiros arranha-céus nos Estados Unidos. E importante lembrar que, no momento em que os negócios de Manhattan começaram a atingir os céus, o setor leste de Nova York era provavelmente o mais populoso cortiço do mundo ocidental, com mais de 520 pessoas por acre. Ninguém construía arranha-céus para eles: talvez para sorte deles.

Paradoxalmente, tanto mais a classe média crescia e florescia, drenando recursos para seu próprio sistema habitacional, escritórios, lojas que eram tão características do desenvolvimento da época e seus prestigiosos edifícios, relativamente menos recursos eram dedicados aos bairros da classe operária, exceto nas formas mais gerais de despesas públicas – ruas, esgotos, iluminação e utilidades públicas. A única forma de empresa privada (incluindo construção) que se dirigia basicamente ao mercado de massa, exceção feita ao mercado e pequena loja era a taverna – que transformou-se no elaborado *gin-palace* da Inglaterra das décadas de 1860 e 1870 – e seu corolário, o teatro e *o music-hall.* Pois, na medida em que as pessoas se tornavam urbanizadas, as antigas tradições e práticas que haviam trazido do campo ou da cidade pré-industrial tornavam-se irrelevantes ou impraticáveis.

II

A grande cidade era um portento, embora só contivesse uma minoria da população. A grande empresa industrial era ali ainda pouco significativa. De fato, pelos padrões modernos, o tamanho de tais empresas não era muito expressivo, embora tendesse a aumentar. Na década de 1850, uma fábrica com 300 trabalhadores na Inglaterra podia ser ainda considerada muito grande, e em 1871 uma fábrica de tecidos inglesa empregava normalmente 180 pessoas. [12] A indústria pesada, tão característica de nosso período, era muito maior do que isso, e tendia a desenvolver as concentrações de capital que controlavam cidades ou regiões inteiras, mobilizando vastos exércitos de trabalho sob seu comando.

Companhias de estradas de ferro eram gigantescos empreendimentos, mesmo quando construídas e dirigidas em condições de livre iniciativa e competição, como normalmente não o eram. Na época em que o sistema ferroviário inglês havia-se estabilizado, no final da década de 1860, cada metro de trilho entre a fronteira escocesa, as montanhas Pennine, o mar e o Rio Humber era controlado pela North-Eastern Railway. Minas de carvão eram ainda, na maioria dos casos, empreendimentos individuais e freqüentemente pequenos, embora as dimensões de alguns grandes desastres operacionais dêem alguma idéia da escala em que operavam: 145 mortos em Risca em 1860, 178 em Ferndaleem 1867, 140 em Swaithe (Yorkshire), 110 em Mons (Bélgica) em 1875, e 200 em High Blantyre (Escócia) em 1877. De forma crescente, e em especial na Alemanha, a combinação do horizontal com o vertical produziu aqueles impérios industriais que controlavam a vida de milhares. A empresa conhecida desde 1873 como *Gutehoff-nungshütte A. G.* era sem dúvida a maior da Ruhr, mas já havia então se estendido de siderurgia para minas de carvão – produzindo praticamente todas as 215 mil toneladas de ferro e a metade das 415 mil toneladas de carvão que a Ruhr inteira requeria – e havia se

diversificado em transporte, construção de pontes, navios e uma grande variedade de máquinas. [13]

Não deve causar admiração o fato de que os Krupp em Essen cresceram de 72 trabalhadores em 1848 para quase 12 mil em 1873, ou que Schneider na França tivesse atingido 12.500 em 1870, de forma que mais da metade da população da cidade de Creusot trabalhava nos seus fornos e maquinaria diversa[14]. A indústria pesada produziu a região industrial da mesma forma que produziu a companhia que englobava cidades, onde o destino de homens e mulheres dependia do humor e boa-vontade de um único gerente, atrás do qual estava a força da lei e do poder do Estado, olhando esta autoridade como necessária e benfazeja.

Pois, fosse pequena ou grande, era o "gerente" e não a autoridade impessoal da "companhia" que dirigia os negócios, e até a companhia era identificada com um único homem, e não com um corpo de diretores. Na maioria das mentes das pessoas, e na realidade capitalismo ainda significava um único homem, uma única família, um único negócio a coordenar. Este fato mesmo veio a gerar alguns sérios problemas para a estrutura das empresas. Eles diziam respeito ao fornecimento de capital e a forma de administrá-lo.

A empresa característica da primeira metade do século tinha, esmagadoramente, sido financiada de forma privada – por exemplo, com recursos familiares – e sofrido expansão através de reinvestimento dos lucros, embora isto possa também querer dizer que, com a maior parte do capital comprometido desta maneira, a firma talvez necessitasse de uma boa quantidade de crédito para suas operações correntes. Mas o tamanho e o custo crescentes de empreendimentos tais como estradas de ferro, atividades metalúrgicas e outras que requeriam um grande empate de capital inicial, tornavam isso mais difícil, especialmente em países que estavam entrando em processo de industrialização, não dispondo de grandes acumulações de capital privado para investimento. É verdade que em alguns países tais reservatórios de capital já eram disponíveis suficientemente, não apenas para suas próprias necessidades, mas também ansiosos para serem exportados (com uma adequada taxa de juros) para o resto da economia mundial. Os ingleses investiram no exterior neste período como nunca antes ou, em termos relativos, desde então. Assim também o fizeram os franceses, provavelmente em detrimento de suas próprias indústrias, que cresceram a uma taxa inferior às suas rivais inglesas. Mas mesmo na Inglaterra e na França, novas formas de mobilizar estes recursos, ou de canalizá-los convenientemente para as empresas, precisavam ser encontradas.

Nosso período foi, assim, um tempo fértil para experimentos na mobilização de capital para o desenvolvimento industrial. Com a notável exceção da Inglaterra, a maioria das transações, de uma forma ou de outra, envolvia os bancos, direta ou indiretamente, ou eram feitas através da forma da moda, o *crédit mobilier,* uma espécie de companhia industrial financeira que olhava os bancos ortodoxos como in-

suficientemente preparados para (ou desinteressados em) o financiamento industrial, competindo com eles. Os irmãos Pereire, estes dinâmicos industrialistas inspirados pelas idéias de Saint-Simon e desfrutando de algum apoio de Napoleão III, desenvolveram o modelo protótipo desta invenção. Eles se espalharam por toda a Europa, competindo com seus raivosos rivais, os Rothschilds, que não gostaram da idéia mas foram obrigados a segui-la e – como freqüentemente acontece em períodos de grande expansão da economia em que financistas sentem-se heróis e o dinheiro corre – eram muito imitados, especialmente na Alemanha. *Crédits mobiliers* era a sensação, pelo menos até que os Rothschilds venceram a batalha contra os Pereires e – como também freqüentemente acontece em períodos de grande expansão econômica – alguns operadores se aventuraram um pouco longe demais atravessando a tênue fronteira que separa o otimismo nos negócios e a fraude. Entretanto, uma variedade de outras soluções com objetivos similares estava também sendo desenvolvida, especialmente o banco de investimento ou *banque d'affaires.* E evidentemente as bolsas de valores, agora comerciando principalmente com as ações das empresas comerciais e de transporte, floresciam como nunca. Em 1856, a Bolsa de Paris sozinha apresentava uma lista de 33 companhias de estradas de ferro e canais, 38 companhias de mineração, 11 portuárias, 7 de transportes urbanos, 11 de gás e 42 de vários empreendimentos industriais, indo de têxteis a ferro galvanizado e borracha, com um valor total de cinco e meio milhões de francos-ouro. [15]

Em quanto realmente eram requeridas estas vastas mobilizações de capital? Em que medida eram elas eficazes? Industriais em geral nunca apreciaram muito os financistas, e os primeiros tentaram sempre ter o mínimo possível de negócios a tratar com bancos. "Lille", escreveu um observador em 1869, "não é uma cidade capitalista, é antes de tudo um grande centro industrial e comercial" [16], onde os homens aplicavam seus lucros de volta nos negócios, não brincavam com eles, e onde todos esperavam nunca ter de pedir emprestado a bancos. Nenhum industrial gostava de ficar a mercê de credores. Mas às vezes precisavam fazê-lo. Krupp cresceu tão rapidamente entre 1855 e 1866 que ficou sem capital. Há um elegante modelo histórico, segundo o qual quanto mais atrasada a economia e quanto mais tardio o início da industrialização, maior a dependência nos métodos de mobilização de recursos e poupança em larga escala. Nos países desenvolvidos ocidentais, recursos privados e mercado de capital eram bastante adequados. Na Europa central, os bancos e instituições similares tinham que atuar muito na qualidade de sistemáticos "desenvolvedores" da história. Mais a Leste, Sul e além-mar, os governos tinham que apoiar-se em si mesmos, geralmente com a ajuda de investimento estrangeiro, fosse para garantir capital ou, talvez mais corretamente, fazer com que os investidores tivessem seus dividendos garantidos (ou pelo menos pensassem que tinham), dividendos que iriam sozinhos mobilizar o dinheiro. Fosse qual fosse a validade desta teoria, não há dúvida de que em nosso

período, os bancos (e instituições similares) tinham um papel muito mais relevante como atores do desenvolvimento e direção da indústria na Alemanha, o grande recém-chegado industrial, do que em qualquer outro país no Ocidente. Se eles apenas pretendiam – como os *crédits mobiliers* – ou se eles eram realmente, eficazes no papel, é uma questão um pouco obscura. Provavelmente eles não eram particularmente preparados para tal, até que os grandes industriais, então reconhecendo a necessidade de um financiamento muito mais elaborado do que nos velhos dias, colonizaram os grandes bancos, como fizeram de forma crescente na Alemanha a partir da década de 1870.

As finanças não afetaram muito a organização dos negócios, mas talvez tenham influenciado na sua política. O problema da direção era mais complicado. Para o modelo básico da empresa individual ou em mãos de uma única família, a autocracia patriarcal familiar, este era um problema irrelevante nas indústrias da segunda metade do século XIX. "O melhor aprendizado é aquele proporcionado pela palavra que sai da boca", dizia um manual alemão em 1868, "deixem o empreendedor dar o exemplo por si mesmo, onipresente e sempre accessível, cujas ordens sejam reforçadas pelo exemplo pessoal que seus empregados têm constantemente diante dos olhos." [17] Este conselho, adequado a artesãos ou fazendeiros, era válido na medida em que a instrução era um aspecto essencial da gerência nos novos países em vias de industrialização. Até homens com os conhecimentos básicos dê artesãos (preferentemente em metais) precisavam aprender a habilidade do trabalhador especializado de fábrica. A grande maioria dos trabalhadores especializados dos Krupp parece ter sido treinada no trabalho desta maneira. Somente na Inglaterra podiam os empregadores confiar no suprimento de trabalhadores deste tipo que já tinham experiência industrial. O paternalismo de tantos empreendimentos no continente devia alguma coisa a esta longa associação entre os trabalhadores e as firmas onde tinham crescido e de onde dependiam. Mas os senhores dos trilhos, minas e siderúrgicas não podiam olhar paternalmente por cima dos ombros de seus empregados todo o tempo, e certamente não o fizeram.

A alternativa e complemento à instrução era o comando. Mas nem a autocracia da família nem as pequenas operações da indústria especializada e comércio supriam a necessidade de direção para as grandes organizações capitalistas. Portanto, a iniciativa privada na sua forma mais irrestrita e anárquica tendeu para os únicos modelos disponíveis de gerência em grande escala, o militar e o burocrático. As companhias de estradas de ferro, com suas pirâmides de trabalhadores uniformizados e disciplinados, possuindo segurança de trabalho, promoção por antigüidade e até mesmo pensões, são um exemplo extremo O apelo exercido pelos títulos militares, que ocorria livremente entre os primeiros executivos ingleses de estradas de ferro e os executivos dos grandes portos, não era apenas devido ao orgulho em relação às hierarquias de soldados e oficiais (como era o caso dos a-

lemães), mas à inabilidade da iniciativa privada em determinar uma forma específica de gerência para os grandes negócios. Havia vantagens evidentes do ponto de vista organizacional. Não resolvia o problema da manutenção do trabalho de forma leal, diligente e modesta. Tudo estava muito bem para países onde uniformes estavam na moda – e eles certamente não estavam na Inglaterra e nos Estados Unidos –, encorajando entre os trabalhadores as virtudes militares dos soldados, e entre elas sem dúvida a de ser mal pago.

Sou um soldado, um soldado da indústria
E como você, tenho minha bandeira.
Meu trabalho, tem enriquecido a pátria.
Vou te dizer, meu destino é glorioso. [18]

Assim cantava um poeta em Lille (França). Mas mesmo este patriotismo era um pouco demasiado.

A era do capital encontrou dificuldades em acertar os termos com este problema. A insistência da burguesia na lealdade, disciplina e modesta satisfação não podia realmente esconder que sua verdadeira percepção de que o que fazia os trabalhadores trabalharem era algo bem diferente. Mas o que era então? Na teoria eles deveriam trabalhar para deixar de serem trabalhadores logo que possível, entrando então no universo burguês. Como "E.B." colocou nas *Songs for English Work men to Sing* em 1867:

Trabalhem, rapazes, trabalhem e fiquem satisfeitos
Desde que vocês tenham o suficiente para comprar um refeição;
O homem em que vocês podem confiar
Ficará rico mais e mais
Somente se puser seus ombros na roda. "

Mas embora esta esperança pudesse ser suficiente para alguns que tivessem conseguido subir e sair da classe operária, era perfeitamente evidente que a maioria dos trabalhadores permaneceria trabalhador por toda a. vida, e de fato o sistema econômico requeria deles exatamente isso. A promessa do marechal-de-campo não tinha a intenção de promover todos os soldados a marechais.

Se a promoção não era um incentivo adequado, seria então o dinheiro? Entretanto era um axioma dos empregadores de meados do século XIX que os salários precisavam ser mantidos o mais baixo possível, embora empreendedores inteligentes com experiência internacional como Thomas Brassey, o construtor de estradas de ferro, começassem a apontar para o fato de que o trabalho do operário inglês bem pago era de fato mais barato que o do abissalmente mal pago *coolie, já* que a produtividade do primeiro era muito superior. Mas tais paradoxos não eram suficientes para convencer homens de negócios crescidos dentro da teoria econômica do *wage-fund,* acreditando ser ela uma demonstração científica de que aumentar salários era im-

possível, e que os sindicatos estavam portanto condenados ao fracasso. A "ciência" tornou-se um pouco mais flexível a partir de 1870, quando o trabalhismo organizado começou a parecer um ator permanente na cena industrial, ao invés de aparecer apenas como um extra. A grande autoridade em economia, John Stuart Mill (1806-73) (que chegou a simpatizar pessoalmente com o trabalhismo), modificou sua posição na questão em 1869, depois do que a teoria do *wage-fund* perderia sua autoridade canônica. Mas não haveria ainda mudanças nos princípios de negócios. Poucos empregadores tinham a intenção de pagar mais do que precisavam.

Além disso, economia a parte, nos países do Velho Mundo a classe média acreditava que os trabalhadores deveriam ser pobres, não apenas porque sempre tinham sido, mas também porque a inferioridade econômica era um índice adequado de inferioridade de classe. Se, como aconteceu ocasionalmente – por exemplo no grande *boom* de 1872-73 –, alguns trabalhadores chegassem a receber suficientemente para se darem ao luxo de desfrutar dos privilégios que os empregadores olhavam como seus direitos naturais, a indignação que isto levantava era sincera e vinha do fundo do coração. O que é que mineiros tinham a ver com pianos de cauda e champagne? Em países com carência de trabalhadores, hierarquia social subdesenvolvida e uma população operária truculenta e democrática, as coisas poderiam ser diferentes; mas na Inglaterra e na Alemanha, França e Império dos Habsburgos, diferente da Austrália e dos Estados Unidos, o máximo adequado para a classe trabalhadora era uma quantidade suficiente de comida boa e decente (preferivelmente sem muita bebida), um lugar modesto para vida social, vestimenta adequada para proteger a moral, e saúde e conforto sem arriscar uma tendência à imitação dos melhores na escala social. Esperava-se que o progresso capitalista viesse eventualmente trazer os trabalhadores próximo a este ideal, e infelizmente (o que não implicava em aumentar salários) muitos ainda estavam abaixo deste nível. Portanto, era desnecessário, indesejável e perigoso aumentar salários além daquele limite.

De fato, as teorias econômicas e os princípios aceitos do liberalismo de classe média não iam muito bem juntos. Em certo sentido as teorias triunfaram. Em nosso período, a relação de salário iria ser crescentemente transformada em uma relação de mercado. Conseqüentemente, vimos o capitalismo inglês da década de 1860 abandonar formas de compulsão não-econômica de trabalho (tais como os Master e Servants Acts que puniam com cadeia quebras de contratos por trabalhadores), contratos de longo termo (tais como o *annual bond* dos mineiros de carvão do Norte), enquanto a duração média de contratos era diminuída, o período médio de pagamento gradualmente reduzido para uma semana ou mesmo um dia ou uma hora, fazendo portanto a barganha no mercado muito mais sensível e flexível. Por outro lado, as classes médias teriam ficado chocadas se os trabalhadores pedissem de fato por um tipo de vida que elas tinham como dado,

e mais ainda se eles viessem a consegui-lo. Desigualdade de vida e expectativas cresciam com o sistema.

Isso limitava os incentivos econômicos que os patrões estavam preparados para conceder. Eles desejavam ligar salários à produção por vários sistemas de *piece-work,* que parece haverem se espalhado durante nosso período, e assinalar que os trabalhadores deviam agradecer por ter afinal algum trabalho, já que havia um grande exército industrial de reserva do lado de fora esperando por aqueles empregos.

Pagamentos contra resultados tinham algumas vantagens evidentes: Marx chamou-a a melhor forma de retribuição por salários para o capitalismo. Fornecia um incentivo genuíno para o trabalhador intensificar o seu trabalho e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade, uma garantia contra a negligência em geral, uma solução para reduzir a conta de salários em tempos de depressão, assim como um método adequado para reduzir os custos do trabalho e impedir que salários aumentassem mais do que era necessário e conveniente. Também dividia os trabalhadores entre si, já que o que recebiam podia variar enormemente dentro do mesmo estabelecimento, ou diferentes tipos de trabalho poderiam ser pagos através de formas inteiramente diferentes. Algumas vezes os especializados faziam o papel de subempregadores, pagos por produção, contratando então assistentes não-especializados por um mínimo e controlando o que estes produziam. O problema era que o trabalho por empreitada sofria alguma resistência, especialmente por parte dos especializados, já que era um arranjo muito complexo e obscuro, não apenas para os trabalhadores mas também para os empregadores que não tinham, na maioria das vezes, idéias das normas de produção que deveriam ser estipuladas. Também, não era fácil de ser aplicado em algumas ocupações. Os trabalhadores tentaram remover estas desvantagens reintroduzindo o conceito de um salário básico previsível e impossível de ser comprimido, que seria um "salário padrão" determinado através dos sindicatos ou de práticas informais. Os empregadores estavam próximos da remoção destas idéias por aquele processo que os partidários da indústria americanos iriam chamar de "gerência científica" *(scientific management),* mas no nosso período eles ainda tinham problemas em lidar com esta solução.

Talvez isto tenha levado a uma ênfase maior no outro incentivo econômico. Se um único fator dominava a vida dos trabalhadores do século XIX, este fator era a *insegurança.* Eles não sabiam no princípio da semana quanto iriam levar para casa na sexta-feira. Eles não sabiam quanto tempo iria durar o emprego presente ou, se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar um novo trabalho e em que condições. Eles não sabiam que acidentes ou doenças iriam afetá-los, e embora soubessem que algum dia no meio da vida – talvez 40 anos para os trabalhadores não-especializados, talvez 50 para os especializados – iriam se tornar incapazes para o trabalho pleno e adulto, não sabiam o que iria acontecer então entre este momento e a morte. Di-

versa era a insegurança dos camponeses, à mercê de periódicas – e, para ser honesto, mais assassinas – catástrofes tais como secas e fome, mas capazes de prever com maior precisão como um homem ou uma mulher pobre passaria a maioria dos dias da vida do nascimento até a morte. A primeira era uma imprevisibilidade mais profunda, apesar do fato de que a maioria dos trabalhadores era empregada por longos períodos de suas vidas por um único empregador. Não havia certeza no trabalho mesmo para os mais especializados: durante a queda de 1857-58 o número de trabalhadores na indústria de engenharia em Berlim caiu em quase uma terça parte.[20] Não existia nada que correspondesse à moderna segurança social, exceto caridade e readmissão no serviço, mas algumas vezes nem isso.

Para o mundo do liberalismo, insegurança era o preço a pagar por progresso e liberdade, sem mencionar riqueza, e tornava-se tolerável pela contínua expansão econômica. Segurança deveria ser comprada – pelo menos algumas vezes – não por homens e mulheres livres, mas, como a terminologia inglesa especificava muito bem, por "empregados" – cuja liberdade era bastante limitada: empregados domésticos, empregados de estradas de ferro, servidores civis etc. Na realidade, o maior grupo entre estes, os empregados domésticos urbanos não desfrutavam da segurança das famílias da nobreza tradicional, mas freqüentemente viam-se diante da insegurança na sua pior forma: demissão imediata sem uma carta de recomendação do antigo senhor para futuros empregadores. Pois o mundo dos burgueses estabelecidos também era considerado como sendo basicamente inseguro, um estado de guerra onde a qualquer momento eles poderiam ser as vítimas da competição, fraude ou desastre econômico, embora os homens de negócios que eram vulneráveis a esse ponto talvez formassem apenas uma pequena minoria das classes médias, e a penalidade do fracasso raramente era o trabalho manual, menos ainda o trabalho de casa. A expansão econômica mitigava esta constante insegurança. Não há muita evidência de que salários reais na Europa tenham começado a aumentar antes do final da década de 1860, mas mesmo antes que o sentimento geral de que os tempos melhoravam passasse a ser uma certeza nos países desenvolvidos, o contraste com as décadas desesperadas e sofridas de 1830 e 1840 era palpável. Nem o aumento súbito no custo de vida nos anos 1853-54, nem a catástrofe financeira de 1858 trouxeram distúrbios sociais sérios. A verdade é que o grande *boom* econômico havia fornecido emprego – em casa e para os imigrantes afora – numa escala sem precedentes. Não havia evidentemente falta de trabalho, já que os exércitos de reserva da população rural (em casa e fora) estavam agora pela primeira vez avançando *en masse* sobre os mercados de trabalho. Somente o fato de que a competição destes últimos não reverteu as condições da classe operária sugere que o ímpeto e a escala desta expansão econômica eram realmente imensos.

A classe operária, porém, muito diferente da classe média, via a insegurança como uma coisa muito mais constante e real. Ela não ti-

nha reservas significativas. Aqueles que podiam viver de economias por algumas semanas eram considerados privilegiados [21]. Até os salários dos especializados eram modestos. Em tempos normais, um operário em Preston que, com seus sete filhos empregados, ganhasse 4 libras por semanas numa semana de pleno emprego, teria sido objeto de inveja de seus vizinhos. Mas não foram precisas muitas semanas da epidemia de fome em Lancashire (devida a interrupção do suprimento de algodão dos Estados Unidos por causa da Guerra Civil) para reduzir esta mesma família à miséria. O caminho normal, ou mesmo inevitável da vida passava por estes abismos nos quais o trabalhador e sua família iriam provavelmente cair: o nascimento de crianças, a velhice e a impossibilidade de continuar o trabalho. Em Preston, 52% de todas as famílias operárias com crianças abaixo da idade de trabalho, trabalhando em pleno serviço num ano de comércio memorável (1851) poderia esperar viver abaixo da linha de miséria. [22] A idade avançada era uma catástrofe para ser esperada com estoicismo, um declínio na capacidade de produção a partir dos 40, quando a força física começava a decair –especialmente para os menos especializados –, seguida de pobreza. Para a classe média, os meados do século XIX foram a idade de ouro das pessoas em idade madura, quando os homens atingiam o ponto culminante de suas carreiras, renda e atividade e o declínio fisiológico ainda não havia-se tornado muito óbvio. Para os oprimidos – trabalhadores de ambos os sexos e mulheres de todas as classes – a flor da vida só aparecia na juventude.

Nem incentivos econômicos nem insegurança forneciam um mecanismo geral realmente efetivo para manter o trabalho no seu ponto máximo; o primeiro porque sua amplitude era limitada, o último porque sua obtenção parecia tão impossível como a previsão do tempo. As classes médias achavam este argumento de difícil compreensão. Por que deveriam ser exatamente os melhores, mais capazes e sóbrios trabalhadores, aqueles com maior tendência a formar sindicatos, já que eles eram precisamente os que mereciam os melhores salários e o emprego mais regular? Mas os sindicatos eram de fato compostos e liderados por estes homens, embora a mitologia burguesa visse os sindicatos como multidões de estúpidos e desencaminhados, instigados por agitadores que não conseguiriam obter uma melhor forma de vida de outra maneira. Certamente não havia nenhum mistério nisso. Os trabalhadores que eram objeto de competição entre empregadores não eram apenas aqueles que tinham força de barganha para fazer a existência de sindicatos possível mas também aqueles mais conscientes de que "o mercado" sozinho não lhes garantia nem segurança nem aquilo a que eles pensavam ter direito.

Entretanto, desde que eles não se organizassem – e algumas vezes mesmo quando chegavam a fazê-lo – os trabalhadores proporcionavam a seus empregadores uma solução para o controle do trabalho: na sua esmagadora maioria eles gostavam de trabalhar e suas expectativas eram espantosamente modestas. Os não-especializados ou re-

cém-chegados do interior eram orgulhosos de sua força, vindo de um meio onde o trabalho pesado era o critério do valor de uma pessoa e onde mulheres eram escolhidas não pela aparência mas pela potencialidade para o trabalho. "Minha experiência tem mostrado", declarou um superintendente de siderurgia americano em 1875, "que os alemães, irlandeses, suecos e aquilo que eu chamo de *Buckwheats* – jovens americanos do campo – criteriosamente misturados, produzem a força mais efetiva e tratável que se possa encontrar." [23]

Por outro lado, os especializados eram sensíveis aos incentivos (não-capitalistas) do orgulho e conhecimento de suas especializações. Até as máquinas deste período, de ferro e bronze, limpas e polidas com o toque do amor, em condições perfeitas de funcionamento depois de um século, são um vivo exemplo disso. O catálogo sem fim dos objetos dispostos nas exposições internacionais, embora horríveis do ponto de vista estético, eram monumentos para orgulho daqueles que os construíram. Estes homens não aceitavam muito bem as ordens e supervisão, e estavam freqüentemente fora de qualquer controle efetivo, exceto pelo coletivo que eram suas oficinas. Eles também recusavam métodos para fazer com que seus serviços fossem feitos mais rapidamente, ou que rebaixassem o respeito devido ao trabalho. Mas se eles não trabalhavam nem mais ou nem mais rapidamente do que o que o trabalho pedia, eles não trabalhavam nem menos nem com menor vigor: ninguém precisava oferecer-lhes maiores incentivos para que dessem do seu melhor. "Um dia justo de trabalho por um dia justo de pagamento" dizia o refrão, e se eles esperavam que o pagamento os satisfizesse, esperavam também que o trabalho tornasse a todos satisfeitos, inclusive a eles mesmos.

Evidentemente, esta visão não-capitalista do trabalho beneficiava mais aos empregadores que aos operários. Ê necessário observar que os compradores no mercado de trabalho operavam segundo o princípio de comprar no mercado mais barato e vender no mais caro, embora às vezes ignorantes dos métodos de avaliação corretos. Mas os vendedores não estavam geralmente pedindo o salário máximo que o mercado pudesse agüentar e oferecendo em troca a quantidade mínima de trabalho que pudessem. Estes últimos estavam apenas buscando uma forma decente de ganhar a vida. Eles estavam apenas tentando melhorar um pouco. Em resumo, embora naturalmente não fossem insensíveis às diferenças entre salários altos e baixos, eles estavam comprometidos mais com a vida humana do que com transações econômicas.

III

Mas é possível falarmos dos "trabalhadores" como uma categoria única ou como uma classe? O que havia em comum entre grupos de pessoas freqüentemente tão diferentes no meio, origem social, formação, situação econômica ou mesmo até na língua e costumes?

Nem mesmo a pobreza, pois embora para os padrões da classe média todos tivessem baixas rendas – exceto em paraísos do trabalho como a Austrália na década de 1850, onde os trabalhadores em composição de jornais ganhavam até 18 libras por semana –,[24] pelos padrões dos pobres havia uma grande diferença entre os "artesãos" bem pagos ou menos regularmente empregados, que usavam uma cópia das vestimentas da classe média nos domingos ou mesmo no caminho para o trabalho e os trabalhadores famintos que nem sabiam quando receberiam a próxima refeição, ou a de sua família. Todos estavam realmente unidos através de um sentido comum do trabalho manual e da exploração, e de forma crescente, pelo destino de serem operários. Eles estavam unidos pela crescente segregação da sociedade burguesa, cuja riqueza crescia dramaticamente enquanto a situação dos trabalhadores permanecia precária, uma burguesia que se tornava mais e mais inflexível na admissão dos que vinham de baixo. Pois havia uma real diferença entre as modestas conquistas de conforto que um trabalhador bem-sucedido, ou mesmo um ex-trabalhador pudessem conseguir e as brutais acumulações de riqueza. Os trabalhadores foram empurrados para uma consciência comum não apenas pela polarização social mas, nas cidades pelo menos, por um estilo comum de vida – no qual a taverna ("a igreja do trabalhador", como um burguês liberal chamou-a) tinha um papel central – e por um estilo comum de pensamento. Os menos conscientes tendiam a ser tacitamente laicizados, os mais conscientes radicalizavam-se – os que apoiaram a Internacional na década de 1860, os futuros seguidores dos socialistas. Os dois fenômenos estavam interligados, pois a religião tradicional tinha sido sempre um liame de unidade social dentro do ritual de afirmação da comunidade. Mas as procissões e cerimônias comuns atrofiaram-se em Lille durante o Segundo Império. Os trabalhadores especializados de Viena, cuja piedade e ingênua alegria na pompa católica Lé Play havia notado na década de 1850, tornaram-se indiferentes a estas coisas. Em menos de duas gerações haviam transferido sua fé para o socialismo.

Os grupos heterogêneos dos "trabalhadores pobres" sem dúvida tenderam a se tornar parte do "proletariado" nas cidades e regiões industriais. A importância crescente dos sindicatos na década de 1860 registrou bem esta circunstância, e a existência mesma – para não mencionar a força – da Internacional teria sido impossível sem ela. Porem, os "trabalhadores pobres" não eram apenas o conjunto de grupos disparatados. Eles haviam, especialmente nos anos desesperados da primeira metade do século, fundido-se numa massa homogênea de descontentes e oprimidos. Esta homogeneidade estava agora sendo perdida. A era do capitalismo liberal estável e florescente oferecia à classe operária" a possibilidade de melhorar sua barganha coletiva através de organização coletiva. Mas aqueles que permaneciam meramente a miscelânea de "pobres" não podiam esperar muito dos sindicatos, e menos ainda das Sociedades de Ajuda Mútua. Sindicatos eram, especialmente, organizações que favoreciam minorias, embora

greves pudessem ocasionalmente mobilizar as massas. Além disso, o capitalismo oferecia ao trabalhador individual perspectivas diferentes de melhorias em termos burgueses, que porções maiores da população trabalhadora eram incapazes ou estavam sem vontade de obter.

Uma fissura, portanto, apareceu dentro daquilo que se transformava, de forma crescente, na "classe operária". Ela separava os "trabalhadores" dos "pobres", ou de outra forma, "os respeitáveis" dos "sem respeito". Em termos políticos (ver capítulo 6) separava pessoas como o "artesão inteligente", aos quais os radicais de classe média ingleses estavam ansiosos para dar o voto, das massas enraivecidas que eles estavam ainda determinados a excluir.

Nenhum termo é mais difícil de analisar que "respeitabilidade" na classe operária de meados do século XIX, pois expressava simultaneamente a penetração de *standards* e valores da classe média e também as atitudes sem as quais o amor-próprio da classe operária não teria sido possível de ser criado, assim como um movimento de luta coletiva impossível de construir: sobriedade, sacrifício, o adiamento da gratificação. Se o movimento dos trabalhadores tivesse sido claramente revolucionário, ou pelo menos radicalmente segregado do mundo da classe média (como havia sido antes de 1848 e voltaria a sê-lo na era da Segunda Internacional), a distinção teria sido suficientemente clara. Porém, no nosso período, a linha entre melhoria individual e coletiva, entre imitar a classe média e combatê-la com as próprias armas era difícil de traçar. Onde devemos situar William Marcroft (1822-94)? Ele poderia ser facilmente apresentado como um modesto exemplo da "ajuda-a-si-mesmo" de Samuel Smiles – o filho ilegítimo de um empregado de fazenda e uma tecelã, sem nenhuma educação, que começou como um trabalhador na indústria têxtil, passando a capataz numa firma de engenharia até que, em 1861, estabeleceu-se de forma independente como um dentista, morrendo com 15 mil libras acumuladas, o que não era nada negligenciável: um radical-liberal por toda a vida e advogado da moderação. Mas seu lugar modesto na história também é devido à sua paixão (igualmente por toda a vida) pela produção cooperativa (isto é, socialismo através de "ajuda-a-si-mesmo") ao qual ele dedicou todos os seus dias. Por outro lado, William Allan (18)3-74) era sem dúvida nenhuma um seguidor da luta de classe e, nas palavras de seu obituário, "em questões sociais ele inclinava-se para a escola de Robert Owen". Portanto, este trabalhador radical, formado na escola revolucionária de antes de 1848, iria deixar sua marca na história do trabalhismo como o cauteloso, moderado e acima de tudo eficiente administrador do maior dos sindicatos de trabalhadores especializados do "novo modelo", a Amalgamated Society of Engineers; era um anglicano convicto e "em política um liberal consistente, não dado a nenhum tipo de politicagem" [26].

O fato é que o trabalhador capaz e inteligente, especialmente se especializado, oferecia tanto o principal esteio do controle social de classe média e de disciplina industrial no trabalho, como também os

melhores indivíduos para a autodefesa coletiva dos trabalhadores. Ele fornecia o primeiro porque o capitalismo estável, próspero e em expansão precisava dele, proporcionando-lhe perspectivas de melhoria modesta. Estas não pareciam mais provisórias ou temporárias. Mas ele também fornecia o segundo, porque (com a possível exceção dos Estados Unidos, aquela terra que parecia prometer ao pobre um meio pessoal de livrar-se de uma pobreza que se arrastava por toda a vida, de sair da classe operária, e a cada cidadão igualdade diante de todos) as classes trabalhadoras sabiam que o mercado livre liberal por si só não lhes daria os direitos ou lhes supriria as necessidades. Eles precisavam se organizar e lutar. A "aristocracia do trabalho", inglesa, uma camada peculiar a este país onde a classe de pequenos produtores independentes, lojistas etc. era relativamente insignificante, como era também a baixa classe dos *white-collar* e burocratas menores, ajudou a transformar o Partido Liberal num partido de apelo genuinamente de massa. Ao mesmo tempo, formava o coração do movimento sindical, incomumente poderoso. Na Alemanha, mesmo os trabalhadores mais "respeitáveis" eram empurrados para as fileiras do proletariado pela distância que os separava da burguesia e pela força das classes intermediárias. Ali o homem que mergulhava nas associações de "melhoria" *(Bildungsvereine)* na década de 1860 – havia mil destes clubes em 1863, 2 mil em 1872 somente na Baviera – afastava-se rapidamente do liberalismo de classe média destas associações, embora não tanto da cultura de classe média que ali lhe fora inculcada ". Outros como ele iriam se transformar no pessoal dirigente do novo movimento social-democrata, especialmente depois do fim de nosso período. Mas eles eram trabalhadores "respeitáveis", e levaram o bom e o mau lado de sua respeitabilidade para o partido de Lassalle e Marx. Somente onde a revolução parecia ser a *única* solução plausível para as condições dos trabalhadores pobres, ou onde – como na França – a tradição de insurreição e república social revolucionária era a tradição política dominante do povo trabalhador, a "respeitabilidade" era um fator relativamente insignificante, ou confinado às classes médias e àqueles que desejavam identificar-se com elas.

E os outros? Embora fossem objeto de muito mais interesse que as classes trabalhadoras "respeitáveis" (bem menos nesta geração do que antes de 1848 ou depois de 1880), deles sabemos muito pouco, exceto pela pobreza e abandono a que estavam relegados. Não expressavam opiniões publicamente, e raramente eram requisitados mesmo Por aquelas organizações sindicais, políticas ou outras que se preocupassem em chegar até eles. Mesmo o Exército da Salvação, criado tendo especificamente estes setores pobres "não-respeitáveis" em mente, não conseguiu tornar-se mais do que uma atração de entretenimento público (com seus uniformes, bandas e hinos) e uma fonte útil de caridade. De fato, para a maioria dos não-especializados, as organizações que começavam a dar expressão ao movimento trabalhista dos "respeitáveis" eram inatingíveis. Grandes levantes de cunho

político, tal como o Cartismo ná década de 1840, podiam recrutá-los: os vendedores de mercado descritos por Henry Mayhew eram todos cartistas. Grandes revoluções poderiam inspirar, talvez apenas brevemente, até os mais oprimidos e apolíticos: as prostitutas de Paris foram decididamente a favor da Comuna em 1871. Mas a era do triunfo burguês não eram precisamente uma era de revoluções ou mesmo de movimentos de massas políticos, Bakunin não estava talvez inteiramente errado ao supor que o espírito de uma insurreição pelo menos potencial estava talvez mais entre os marginais e o subproletariado, embora estivesse bastante enganado ao vê-los como base para um movimento revolucionário. A miscelânea dos pobres apoiou a Comuna, mas seus ativistas eram os especializados e artesãos; as seções mais marginais entre os pobres – os adolescentes – estavam pouco representados entre eles. Os adultos, especialmente aqueles suficientemente velhos para ter, mesmo que falha, uma memória a cerca de 1848, eram os revolucionários característicos de 1871.

A linha que dividia os trabalhadores pobres entre militantes potenciais do movimento trabalhista e o resto não era cortante, mas certamente existia. "Associação" – a formação livre e consciente de sociedades democráticas para melhorias e defesa social – era a fórmula mágica da época liberal; através dela, até os movimentos trabalhistas que iriam abandonar o liberalismo se desenvolveriam[28]. Aqueles que quisessem e pudessem efetivamente "associar-se" deveriam dar os ombros e desprezar os que não quisessem ou pudessem, e não apenas as mulheres que estavam virtualmente excluídas do mundo das formalidades dos clubes e de suas propostas de associados. As fronteiras daqueles setores da classe operária que iriam ser reconhecidos como forças sociais e políticas coincidia com o mundo dos clubes – Sociedades de Ajuda Mútua, ordens fraternas de beneficência, clubes de esportes e ginástica e mesmo associações religiosas voluntárias num extremo e associações políticas e de trabalho ao outro. Estas últimas cobriam uma parte variada mas substancial da classe operária – talvez uns 40% no final de nosso período. Mas deixava muitos de fora. Estes eram os objetos e não os sujeitos da era liberal.

Ê difícil, olhando retrospectivamente, formar uma idéia equilibrada das condições de todos estes trabalhadores. Em um aspecto, a lista dos países onde havia cidades e indústrias modernas era agora muito maior, e conseqüentemente o nível de desenvolvimento industrial que representavam. Portanto, generalizações não são fáceis, e seu valor é circunscrito mesmo se nos limitarmos – e precisamos fazê-lo – aos países relativamente desenvolvidos em oposição aos atrasados, as classes trabalhadoras urbanas em distinção aos setores camponeses e agrários. O problema é determinar um meio termo entre, de um lado, a violenta pobreza que ainda dominava a vida da maior parte dos trabalhadores pobres, o meio físico e moral repulsivo que cercava muitos deles e, de outro, a melhoria geral das condições e perspectivas que havia ocorrido desde a década de 1840. Porta-vozes satisfei-

tos de parte da burguesia tendiam a dar maior ênfase a estas melhorias, embora ninguém pudesse negar o que Sir Robert Giffen (1837-1900), olhando para o meio século da história inglesa de 1883, chamou de "um resíduo ainda não desenvolvido", ou que as melhorias, "mesmo quando medidas por um ideal baixo, ainda são muito pequenas", ou então que "ninguém pode contemplar as condições das massas populares sem desejar alguma coisa como uma revolução para que elas melhorem"[29]. Reformadores sociais menos satisfeitos, embora não negando as melhorias – no caso da elite de trabalhadores cujas qualificações relativamente escassas punham-nos numa condição de vendedores privilegiados no mercado de trabalho – , davam um retrato menos cor de rosa:

> "Sobram ainda (escrevia Miss Edith Simcox, no começo da década de 1880) ... uns dez milhões de trabalhadores de cidades, incluindo todos os mecânicos e trabalhadores cujas vidas não estão ameaçadas pela miséria. Nenhuma linha precisa pode ser traçada entre os trabalhadores que podem ser contados entre "os pobres" e aqueles que estão fora; há um fluxo constante, e exceto aqueles que sofrem de má remuneração crônica, artesãos assim como mercadorias, estão todos constantemente mergulhando, com culpa ou não, nas profundezas da miséria. Não e fácil julgar quantos dentre estes dez milhões pertencem à próspera aristocracia das classes trabalhadoras, aquela camada com a qual os políticos entram em contato e da qual saem aqueles que a sociedade apressadamente acolhe como "trabalhadores representativos"... Eu confesso que deveria estimar que apenas um pouco mais de dois milhões de trabalhadores especializados, representando uma população de cinco milhões, esteja vivendo habitualmente com alguma facilidade e segurança de qualquer espécie... Os outros cinco milhões incluem os trabalhadores e operários menos especializados, homens e mulheres, cujo salário máximo lhes proporciona as necessidades e decência mínimas da existência e para os quais, por conseguinte, qualquer azar significa miséria, uma queda rápida na penúria" [30].

Mas mesmo estas impressões bem informadas e evidentes eram um tanto otimistas, por duas razões. Primeiro, porque (como pesquisas sociais que começaram a ser feitas a partir do final da década de 1880 deixam claro) os trabalhadores pobres – que formavam aproximadamente 40% da classe operária de Londres – pouco desfrutavam das "decências mínimas da existência", mesmo pelos padrões austeros aplicados para os setores mais baixos. Segundo, porque o "estado de alguma facilidade e segurança de qualquer espécie" representava demasiado pouco. A jovem Beatrix Potter, vivendo anonimamente entre os operários têxteis de Bacu, não teve dúvida de que tivesse partilhado das vidas da "confortável classe operária" – dissidentes e colaboradores, uma comunidade fechada excluindo os "não-respeitáveis" e marginais, cercada pelo "bem-estar geral e bem remunerado", sendo as casas "bem decoradas e mobiladas, e as refeições excelentes". E

mesmo esta observadora perspicaz iria descrever estes mesmos indivíduos – quase sem perceber o que estava descrevendo – como parecendo vítimas de excesso de trabalho físico nos períodos de grande comércio, comendo e dormindo muito pouco, fisicamente exaustos para esforços intelectuais, a mercê de "muitas chances de esgotamento, significando falta de conforto físico". A profunda e simples fé puritana destes homens e mulheres era, como ela via, uma resposta ao medo das "vidas gastas e fracassadas"

> "Vida em Cristo" e esperança em outro mundo trazem facilidade e refinamento na mera luta pela existência, acalmando a busca desenfreada pelas boas coisas desta vida com "uma outra existência", e fazendo do fracasso um "meio de atingir a graça" ao invés de uma busca incansável pelo sucesso".[31]

Este não é o quadro de famintos prestes a se rebelarem nos seus cortiços, mas também não é um quadro de homens e mulheres "melhores, muito melhores do que eram há cinqüenta anos atrás", e menos ainda de uma classe que "tinha tido o benefício material dos últimos cinqüenta anos" (Giffen) ", como economistas satisfeitos e ignorantes mantinham. Era um quadro de pessoas com algum respeito e segurança, cujas expectativas eram enormemente modestas, mas conscientes de que poderia ser bem pior, que se lembravam de tempos quando eram bem mais pobres, e que estavam freqüentemente perseguidas pelos aspectos da miséria (como entendiam o termo). O pauperismo estava sempre próximo. "Ninguém deve usar muito de uma coisa boa porque senão gasta-se dinheiro com muita facilidade", disse um dos hospedeiros de Beatrix Potter, colocando o cigarro que ela havia-lhe oferecido em cima da lareira depois de uma ou duas baforadas, guardando para a noite seguinte. Aquele que esquecer que esta era a forma pela qual homens e mulheres pensavam sobre os bens de suas vidas, naqueles dias, não será certamente a pessoa indicada para julgar a pequena mas genuína melhoria que a grande expansão capitalista trouxe para uma parte substancial das classes trabalhadoras no nosso período. E a distância que as separava do mundo burguês era imensa – e intransponível.

Décimo-Terceiro Capítulo

O MUNDO BURGUÊS

Você sabe que pertencemos a um século em que os homens são valorizados apenas pelo que são. Todos os dias algum chefe pouco enérgico ou sério é forçado a descer os degraus da sociedade que parecia pertencer-lhe de forma permanente, e algum balconista inteligente e esperto toma-lhe o lugar.

Mme. Motte-Bossut a seu filho, 1856 [1]

Com seus rebentos a volta, eles aquecem-se no calor de seu sorriso.
Uma inocência infantil e alegre ilumina suas faces contentes.
Ele é sagrado, eles o honram, ele é adorável, eles o adoram.
Ele é seguro, eles o estimam, ele ê firme, eles o temem.
Seus amigos são os mais excelentes entre os homens.
Ele retorna à casa bem-ordenada.

Martin Tupper, 1876 [2]

I

Precisamos olhar agora a sociedade burguesa. Os fenômenos mais . superficiais são às vezes os mais profundos. Comecemos nossa análise desta sociedade, que atingiu seu apogeu neste período, pela aparência das roupas que seus membros usavam, pelos interiores que os cercavam. "As roupas fazem o homem", dizia um ditado alemão, e nenhuma época seguiu mais a risca tal idéia do que a época em que a mobilidade social poderia de fato colocar numerosas pessoas dentro de uma situação histórica inteiramente nova para desempenhar papéis sociais novos (e superiores), e portanto, tendo que usar as roupas apropriadas. Não havia muito que o austríaco Nestroy havia escrito sua farsa descontraída e um pouco amarga *The Talisman* (1840), onde as aventuras da vida de um pobre ruivo são dramaticamente alteradas pela aquisição e subseqüente perda de uma peruca preta. O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade serem esquecidos e artificialmente eliminados. Ali, e somente ali, os burgueses e mais ainda os pequenos burgueses podiam manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a demons-

travam e faziam-na possível, a vida de sonho que encontrou sua expressão culminante no ritual doméstico sistematicamente criado e desenvolvido para este fim, a celebração do Natal. O jantar de Natal (celebrado por Dickens), a árvore de Natal (inventada na Alemanha, mas rapidamente aclimatada na Inglaterra graças ao patrocínio real), a canção de Natal – mais conhecida através da *Stille Nacht* alemã – simboliza ao mesmo tempo o frio do mundo do lado de fora, o calor do círculo familiar do lado de dentro e o contraste entre os dois.

A impressão mais imediata do interior burguês de meados do século é a de ser demasiadamente repleto e oculto, uma massa de objetos, freqüentemente escondidos por cortinas, toldos, tecidos e papéis de parede, e sempre muito elaborados, fosse o que fosse. Nenhum quadro sem uma rebuscada moldura, nenhuma cadeira sem tecido de proteção, nenhuma peça de tecido sem borla, nenhuma peça de madeira sem o toque do torno mecânico, nenhuma superfície sem algum tecido ou objeto repousando em cima. Isto era sem dúvida um sinal de riqueza e *status:* a bela austeridade dos interiores Biedermayer refletia mais a severidade das finanças burguesas das províncias alemães do que um gosto inato, e a mobília dos quartos dos empregados, por seu lado, era deserta. Objetos expressavam seu custo e, no tempo em que a maioria dos objetos domésticos era produzida ainda por processos manuais, a elaboração era um índice adequado para expressar o valor de objetos caros. O custo também comprava conforto, que era tanto visível como desfrutável. Mesmo assim, os objetos eram mais do que meramente utilitários ou símbolos de *status* e sucesso. Tinham valor em si mesmo como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como *transformadores* do homem. No lar tudo isso era expresso e concentrado. Daí a sua grande acumulação.

Estes objetos, como as casas que os continham, eram *sólidos,* um termo usado caracteristicamente para melhor elogiar uma empresa de comércio. Eram construídos para durar para sempre, e duraram. Ao mesmo tempo, precisavam expressar as aspirações mais altas e espirituais da vida através de sua beleza, salvo quando as expressavam através de sua mera existência como os livros e os instrumentos musicais, que permaneciam surpreendentemente funcionais no seu *design,* exceto por alguns floreados exteriores, ou quando faziam parte do mundo das utilidades domésticas como peças para a cozinha ou bagagem. Beleza significava decoração, já que a simples construção das casas da burguesia ou os objetos que as mobilizavam não eram suficientemente grandiosos para oferecer apoio espiritual ou moral em si mesmos, como as grandes estradas de ferro e navios a vapor. A parte de fora das casas permanecia funcional: a questão era relativa ao interior, na medida em que pertencessem ao mundo burguês, como ocorria com os novos carros-dormitórios Pullman (1865) e os salões e quartos de primeira classe dos navios a vapor que tinham *décor.* Beleza portanto significava decoração, uma coisa aplicada à superfície dos objetos.

Esta dualidade entre solidez e beleza expressava uma grande divisão entre o material e o ideal, o corpóreo e o espiritual, muito típica do mundo burguês, já que espírito e idéia dependiam da matéria e podiam ser expressos somente através da matéria, ou pelo menos através do dinheiro que pudesse comprá-la. Nada era mais espiritual do que a música, mas a forma característica em que ela entrava no lar burguês era o piano, um aparato excessivamente grande, rebuscado e caro, mesmo quando reduzido – para o benefício de uma camada mais modesta aspirante a valores burgueses – às dimensões mais manuseáveis de um piano de parede *(pianino).* Nenhum interior burguês era completo sem ele; todas as filhas diletas da burguesia eram obrigadas a praticar escalas sem fim naquele instrumento.

A ligação entre moral, espiritualidade e miséria, tão óbvia nas sociedades não-burguesas, não tinha sido inteiramente eliminada. Era geralmente reconhecido que a busca exclusiva de coisas mais elevadas era não-remunerada, exceto no que toca a algumas artes mais vendáveis, mas mesmo assim a prosperidade era para ser alcançada somente nos anos maduros: o estudante pobre ou o jovem artista, na qualidade de professor particular ou de convidado para o jantar de domingo, eram reconhecidamente uma parte subalterna da família burguesa, e seguramente naquelas partes do mundo onde a cultura fosse altamente respeitada. Mas a conclusão definitiva era de que não havia uma contribuição entre a busca de sucesso material e espiritual, mas que um era a base necessária para o outro. Como o romancista E. M. Forster colocou no período áureo da burguesia: "Entravam os dividendos, elevavam-se grandiosos pensamentos". O destino mais certo para um filósofo era o de nascer filho de banqueiros, como George Lukacs. A glória do ensino alemão, o *Privatgelehrter* (professor particular), era depender de renda própria. Era correto que o pobre professor judeu casasse com a filha do comerciante local mais rico, já que era impensável que uma comunidade com ensino respeitável remunerasse seus luminares apenas com elogios.

Esta dualidade de matéria e espírito implicava uma hipocrisia que observadores não-simpáticos ao mundo burguês consideravam uma característica fundamental deste mundo. Em nenhum outro aspecto era isso mais óbvio, no sentido literal de ser visível, do que em questões de sexo. Isso não quer dizer que o burguês (homem) de meados do século XIX (ou aqueles que aspiravam ser como ele) fossem simplesmente desonestos, pregando uma moralidade e deliberadamente praticando outra, embora evidentemente o hipócrita consciente seja mais facilmente encontrável onde a diferença entre a moralidade oficial e as demandas da natureza humana sejam separada por uma distância abissal, e esta sociedade o era. Certamente Henry Ward Beeches, o grande pregador novaiorquino do puritanismo, deveria ter evitado manter tumultuados casos de amor extraconjugais, ou então ter escolhido uma carreira que não lhe demandasse ser um advogado tão proeminente da moderação sexual; embora ninguém possa deixar de

simpatizar com a má sorte que o ligou, em meados da década de 1870, com a bela feminista e advogada do amor-livre Victoria Woodhull, uma senhora cujas convicções tornavam difícil manter uma vida privada. Esta esplêndida mulher, uma de duas irmãs igualmente atraentes e emancipadas, deu a Marx alguns momentos de irritação por causa de seus esforços para converter a seção americana da Internacional num órgão de propagação de amor-livre e espiritualismo. As duas irmãs saíram-se muito bem de suas relações com Commodore Vanderbilt, que tomava conta de seus interesses financeiros. Mais tarde casou-se bem e morreu na atmosfera da respeitabilidade na Inglaterra, em Bredon's Norton, Worcestershire [3]. Mas é um puro anacronismo pensar, como vários escritores recentes do "The other Victorians" tem feito, que a moralidade sexual oficial da época fosse uma mera fachada. Em primeiro lugar, esta hipocrisia não era simplesmente uma mentira, exceto talvez entre aqueles cujas preferências sexuais fossem tão irresistíveis quanto publicamente inadmissíveis, como, por exemplo, políticos proeminentes dependendo de votos puritanos ou respeitáveis negociantes homossexuais em cidades provincianas. Mas era menos hipócrita nos países (por exemplo, na maioria dos católicos) onde um comportamento francamente duplo era aceito: castidade para mulheres solteiras e fidelidade para as casadas, a caça livre de todas as mulheres (exceto talvez filhas casadoiras das classes médias e altas) por todos os jovens burgueses solteiros, e uma infidelidade tolerada para os casados. Aqui as regras do jogo eram perfeitamente entendidas, incluindo a necessidade de uma certa discrição nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudesse ser ameaçada: paixão, como qualquer italiano da classe média ainda conhece, é uma coisa, "a mãe dos meus filhos" é outra bem diferente. A hipocrisia entrava neste tipo de comportamento apenas pelo fato de que as mulheres deveriam permanecer totalmente fora do jogo, quer dizer, na ignorância do que os homens (e outras mulheres) faziam. Nos países protestantes, esperava-se que a moralidade das restrições sexuais e da fidelidade atingisse os dois sexos, mas o próprio fato de que isto era percebido mesmo por aqueles que quebravam-na, levava-os não exatamente à hipocrisia mas ao tormento pessoal. É bastante ilegítimo tratar uma pessoa em tal situação como um mero trapaceiro.

Mais do que isso, a moral burguesa era consideravelmente aplicada; na verdade, talvez tenha se tornado muito mais efetiva a partir do momento em que a massa das classes trabalhadoras "respeitáveis" passou a adotar os valores da cultura hegemônica, e que as classes médias baixas, que seguiam a burguesia por definição, cresceram em número. Tais questões resistiam mesmo ao intenso interesse do mundo burguês nas "estatísticas morais", desmentindo todas as tentativas de medir a extensão da prostituição. A única tentativa adequada de medir infecções venéreas, que evidentemente tinham uma forte conexão com algumas formas de sexo extraconjugal, revelou pouco, exceto que na Prússia era muito maior na megalópole Berlim do que em

qualquer outra província (tendendo normalmente a diminuir de acordo com o tamanho das cidades e vilas) e que atingia o ponto máximo nas cidades com portos, guarnições e institutos de educação, isto é, com alta concentração de jovens solteiros longe de suas casas. Não há razão para supor que o membro vitoriano médio da classe média, baixa classe média, ou "respeitável" classe operária, na Inglaterra vitoriana ou nos Estados Unidos, não conseguisse viver de acordo com seus princípios de fidelidade sexual. As jovens americanas que surpreendiam cínicos homens, experimentados na Paris de Napoleão III, com a liberdade que os pais lhes permitiam de saírem sozinhas e em companhia de jovens americanos, são uma evidência tão forte sobre a moralidade sexual quanto as reportagens jornalísticas do espectro do vício na Londres vitoriana: talvez até mais forte [4]. É inteiramente ilegítimo aplicar *standards* pós-freudianos num mundo pré-freudiano, ou entender que o comportamento sexual de então devesse ser como o nosso. Pelos padrões modernos, aqueles monastérios leigos, as universidades de Oxford e Cambridge, pareceriam casos literários de patologia sexual. O que pensaríamos hoje de um Lewis Carroll cuja paixão era fotografar menininhas nuas? Pelos padrões vitorianos, os vícios maiores eram certamente a gula e não a luxúria, e a tendência sentimental de muitos professores por jovens rapazes – quase que certamente (o termo é revelador) "platônica" – seria colocada entre as esquisitices de educadores inveterados. Foi nesta época que a expressão "to make love" (na língua inglesa) tornou-se sinônimo de ato sexual. O mundo burguês era perseguido pelo sexo, mas não necessariamente pela promiscuidade sexual: a *nemesis* característica do mito burguês, como o romancista Thomas Mann viu tão claramente, acompanhava uma *única* queda do estado de graça, como a sífilis do compositor Adrian Leverkuchn em *Dr. Faustus.* O próprio extremismo de seu medo reflete uma ingenuidade prevalecente, ou melhor, inocência. A força dos padrões morais nos países protestantes foi revelada pelo comportamento dos senhores de escravos em relação a suas escravas. Contrariamente ao que se poderia esperar, e também em relação ao *ethos* dominante nos países católicos-mediterrâneos –"não há nada de melhor do que um tamarindo doce ou uma mulata virgem" dizia um ditado cubano – parece que a extensão de miscigenação, ou mesmo de filhos ilegítimos no Sul rural e escravo, foi bastante pequena [5].

Esta inocência, entretanto, nos permite ver o poderoso elemento sexual no mundo burguês de forma clara nas suas roupas, uma extraordinária combinação de tentação e interdição. O burguês vitoriano era coberto por tecidos, deixando pouca coisa publicamente visível, exceto a face, e mesmo isso nos trópicos. Em casos extremos (como nos Estados Unidos), até objetos que lembrassem o corpo (como os pés das mesas) podiam vir a ser ocultos. Ao mesmo tempo, e nunca tanto quanto nas décadas de 1860 e 1870, todas as características sexuais secundárias eram enfatizadas grotescamente: cabelos e barbas nos homens, cabelos, seios e ancas nas mulheres, aumentadas para

proporções gigantescas através de enchimentos postiços, *culs-de-Paris* etc. O efeito de choques do famoso quadro de Manet *Déjeuner sur l'Herbe* (1863) deriva precisamente do contraste entre a enorme respeitabilidade das roupas dos homens e a nudez das mulheres. A verdadeira obsessão com a qual a civilização burguesa insistia que a mulher era essencialmente um ser espiritual implicava que os homens não o eram, e também que a óbvia atração física entre os sexos não cabia dentro do sistema de valores. Sucesso era incompatível com prazer, como o folclore do esporte ainda assume, ao sentenciar jogadores à abstenção sexual temporária antes do grande jogo ou da grande luta. De forma mais geral, a civilização apoiava-se na repressão das urgências sexuais. O maior dos psicólogos da burguesia, Sigmund Freud, fez desta proposição a pedra de toque de suas teorias, embora gerações posteriores tenham lido nele uma chamada pela abolição da repressão.

Mas por que era este aspecto visto de forma tão passional e até patológica, tão contrastante com o ideal de moderação e *juste milieu* que definia as ambições e papéis sociais das classes médias?[6] Nos degraus mais baixos das aspirações da classe média a resposta é fácil. Somente esforços heróicos poderiam elevar um homem e uma mulher pobres, ou mesmo seus filhos, para fora da desmoralização, colocando-os no lugar firme da respeitabilidade e, acima de tudo, definir ali as suas posições. Para os membros dos Alcoólatras Anônimos, não havia solução de compromisso: era ou a total abstinência ou o colapso completo. De fato, o movimento pela total abstinência do álcool, que floresceu nos países protestantes e puritanos, ilustra esta questão de forma clara. Não era efetivamente um movimento para abolir ou mesmo para limitar o alcoolismo de massa, mas para definir e separar a classe dos indivíduos que tivessem demonstrado pela força pessoal de seu caráter que eram distintos dos pobres não-respeitáveis. O puritanismo sexual preenchia a mesma função. Mas este era um fenômeno "burguês" apenas na medida em que refletia a hegemonia da respeitabilidade burguesa. Como as leituras de Samuel Smiles ou a prática de outras formas de "ajuda-a-si-mesmo", aquilo substituía o sucesso burguês ao invés de preparar para ele. Ao nível do artesão ou funcionário "respeitável", a abstinência era freqüentemente a única gratificação. Em termos materiais dava apenas compensações modestas.

O problema do puritanismo sexual burguês é mais complexo. A crença de que o burguês de meados do século XIX era incomumente vigoroso e portanto obrigado a construir defesas incomumente impenetráveis contra a tentação da carne não é convincente: o que fazia as tentações tão tentadoras era precisamente o extremismo dos padrões morais aceitos, que tornavam a queda igualmente dramática, como o caso do católico-puritano conde Muffat em *Nana* de Emile Zola, a novela *par excellence* da prostituição em Paris na década de 1860. Evidentemente, o problema era também de certa forma econômico, como veremos. A "família" não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema

de propriedade e das empresas de comércio, ligada com outras unidades similares através de um sistema de trocas mulher-mais-propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam, por estrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, ser *virgines inlactae.* Qualquer coisa que enfraquecesse esta unidade familiar era inadmissível, e nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que introduzia herdeiros e noivas "inadequados" (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns.

Mas as tensões eram mais que econômicas. Elas eram particularmente fortes em nosso período, quando a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês. Os burgueses não viviam mais numa economia familiar de escassez ou num nível social remotamente longe das tentações da alta sociedade. O problema era mais o de gastar que o de economizar. Não apenas os burgueses ociosos tornavam-se mais e mais numerosos – em Colônia o número de *rentiers* pagando imposto de renda cresceu de 162 em 1854 para 600 em 1874 [7] – como de que outra forma, exceto gastar, poderiam os bem-sucedidos burgueses demonstrar o seu sucesso, tendo ou não poder político enquanto classe? A palavra *parvenu* (novo-rico) automaticamente tornou-se sinônimo do gastador destemperado. Se estes burgueses tentavam alcançar o estilo de vida da aristocracia ou então, como os conscientes Krupp e outros magnatas da Ruhr, construir castelos e impérios feudais paralelos e até mais impressionantes que aqueles dos Junkers, cujos títulos haviam recusado, precisavam gastar, e de uma forma que inevitavelmente fazia com que seu estilo de vida se parecesse mais próximo ao da aristocracia não-puritana, e as mulheres mais ainda. Antes da década de 1850, isto havia sido um problema relativamente de poucas famílias; em alguns países, como a Alemanha, praticamente nenhuma. Mas agora transformava-se no problema de toda uma classe.

A burguesia como classe encontrava enorme dificuldade em combinar aquisições e despesas de uma forma moralmente satisfatória, da mesma maneira que era incapaz de resolver o problema material equivalente de como garantir uma sucessão de homens de negócios igualmente dinâmicos e capazes dentro de uma mesma família, um fato que aumentava o papel das filhas, que podiam trazer sangue novo para dentro do complexo de negócios. Dos quatro filhos do banqueiro Friedrich Wichelhaus em Wuppertal (1810-86), apenas Robert (nascido em 1836) permaneceu banqueiro. Os outros três (nascidos em 1831, 1842 e 1846) terminaram como fazendeiros e um acadêmico, mas ambas as filhas (nascidas em 1829e 1838) casaram-se com industriais, inclusive um membro da família de Engels[8]. A coisa mais importante pela qual os burgueses lutavam, o lucro, cessava de ser uma motivação adequada assim que trazia riqueza em quantidade adequada. No final do século, a burguesia descobriu pelo menos uma fórmula temporária para combinar aquisições e despesas a-

través da compra de antiguidades Estas décadas finais antes da catástrofe de 1914 iriam ser o *Indian summer*, a *belle époque* da vida burguesa, lamentada de forma retrospectiva por seus sobreviventes. Mas em nosso período, as contradições estavam talvez no seu ponto mais agudo: esforço e prazer coexistiam, mas esbarravam-se. E a sexualidade era uma das vítimas do conflito, a hipocrisia um dos vencedores.

II

Sufocada por roupas, paredes e objetos, ali estava a família burguesa, a instituição mais misteriosa de nossa época. Pois, se é fácil descobrir ou indicar as conexões entre puritanismo e capitalismo, como testemunha uma grande literatura especializada, as conexões entre a família do século XIX e a sociedade burguesa permanecem obscuras. De fato, o aparente conflito entre as duas tem sido raramente até percebido. Por que deveria uma sociedade dedicada a uma economia de obtenção de lucro, livre iniciativa competitiva, esforços do indivíduo isolado, igualdade de direitos, oportunidades e liberdade, por que enfim deveria ela apoiar-se numa instituição que negava todos estes ideais?

Sua unidade básica, a casa de uma única família, era uma autocracia patriarcal e um microcosmo da espécie de sociedade que a burguesia como classe (ou seus porta-vozes teóricos) denunciava e destruía: uma hierarquia de dependência pessoal.

> "Ali firmemente estava e dirigia o pai, marido, senhor.
> Trazendo prosperidade, como guardião, guia e juiz."[9]

Abaixo dele – continuando a citar o Grande Filósofo Martin Tupper, estavam "o bom anjo da casa, a mãe, esposa e amante" [10] cujo trabalho, para o grande Ruskin era:

> "I Agradar as pessoas
> II Alimentá-las de forma agradável
> III Vesti-las
> IV Mantê-las em ordem
> V Fazê-las aprender". [11]

uma tarefa para a qual, curiosamente, ela não precisava demonstrar possuir nem inteligência nem conhecimento. Isto não era assim apenas porque sua nova função de esposa burguesa (admirar a capacidade do marido burguês e mantê-lo em paz e conforto) conflitasse com as velhas funções de dirigir o lar, mas também porque sua inferioridade em relação ao homem precisava ser demonstrada:

> "Tem ela saber? É precioso, mas tome cuidado para que ela não se exceda

> Pois as mulheres precisam ser dominadas, e a verdadeira dominação é da mente. [12]

Entretanto, este ser atraente, ignorante e idiota era requisitado para exercer também dominação; não sobre as crianças, cujo senhor era ainda o *pater famílias*, mas sobre os criados, cuja presença distinguia os burgueses dos que lhes eram socialmente inferiores. Definia-se uma "lady" pelo fato de que era alguém que não trabalhava mas dava ordens para outra pessoa fazê-lo,[13] sua superioridade estando estabelecida por esta relação. Os empregados eram cada vez mais mulheres – entre 1841 e 1881 a percentagem de homens no serviço doméstico na Inglaterra caiu de 20 para 12 – portanto a casa ideal burguesa consistia em um senhor dominando um número de mulheres hierarquicamente dispostas, já que os filhos homens tendiam a deixar o lar ao crescerem, ou então – entre as classes altas inglesas – logo que chegavam a idade de ir para o colégio interno.

Mas a doméstica, embora recebendo salário, o que a igualava ao trabalhador cujo emprego definia o homem burguês na economia, era essencialmente bem diferente deste mesmo trabalhador, já que ela (ou mais raramente ele) mantinha uma ligação com o empregador maior que a de meramente receber um salário, pois era uma ligação muito mais pessoal, e de fato, de forma prática, uma ligação de dependência total. Tudo na sua vida era estritamente prescrito e controlado, já que vivia num quarto magramente mobiliado. Desde o uniforme que usava até a carta-testemunho de boa conduta e "caráter" sem a qual era impossível conseguir novo emprego, tudo simbolizava uma relação de poder e dominação. Isto não excluía relações pessoais próximas, se desiguais, às que haviam nas sociedades escravas. Talvez até encorajasse, embora não deva ser esquecido que para cada babá ou jardineiro que viviam suas vidas inteiras a serviço de uma única família havia uma centena de meninas do interior que passavam brevemente através da casa para a gravidez, o casamento ou outro emprego, sendo tratadas apenas como uma outra instância daquele "problema de empregadas" que preenchia as conversas das patroas. O ponto crucial era o de que a estrutura da família burguesa estava em direta contradição com a sociedade burguesa. Dentro dela a liberdade, a oportunidade, o nexo do dinheiro e a busca do lucro individual não eram a regra.

Poderia ser argumentado que tal ocorria porque o anarquismo social hobbesiano, que formava o modelo teórico da economia burguesa, não dava nenhuma base para nenhum tipo de organização social, incluindo a família. E, de fato, era um contraste deliberado com o mundo de fora, um oásis de paz num mundo de guerra, *le repos du guerrier*

> "Você sabe (escreveu a mulher de um industrial francês a seus filhos em 1856) que vivemos numa época em que os homens têm seu valor determinado apenas por seus próprios esforços. Todo dia que passa, o bravo e esperto assistente toma o lugar do senhor, cuja negligência e

falta de seriedade desloca-o do lugar que lhe parecia ser atribuído permanentemente." *

"Que batalha", escreveu seu marido, encurralado em competição com industriais têxteis ingleses. "Muitos morrerão na luta, muitos mais serão seriamente feridos." '" A metáfora da guerra vinha naturalmente aos lábios dos homens quando discutiam suas "lutas pela existência" ou a "'sobrevivência dos melhores", da mesma forma como a metáfora da paz quando descreviam seus lares: "o acolhedor lugar da felicidade", o lugar onde "a ambição do coração encontrava sua paz", já que nunca podia encontrá-la no mundo exterior, desde que nunca podia ser satisfeita. [15]

Mas pode também ser que a desigualdade essencial sobre a qual o capitalismo se apoiava encontrasse uma expressão necessária na família burguesa. Precisamente porque não era baseada em desigualdades coletivas, institucionalizadas e tradicionais, a dependência precisava ser uma relação individual. Já que a superioridade era algo tão incerto para o indivíduo, ela precisava tomar uma forma em que fosse permanente e segura. Já que sua expressão essencial era o dinheiro, que expressa meramente a relação de troca, outras formas de expressão que demonstrassem a dominação de pessoas sobre pessoas precisavam suplementá-la. Não havia evidentemente nada de novo na estrutura da família patriarcal baseada na subordinação da mulher e filhos. Mas onde poderíamos esperar que a sociedade burguesa logicamente quebrasse a instituição ou a transformasse – como ela iria de fato se desintegrar mais tarde – a fase clássica da sociedade burguesa reforçou-a e exagerou-a.

Até onde este patriarcado burguês "ideal" representava acuradamente a realidade é outra história, Um historiador fez um sumário adequado do burguês típico de Lille como um homem que "teme a Deus, mas mais ainda à sua mulher e lê o *Echo du Nord."* [16] A existência e o reforço do tipo-ideal da família burguesa deste período é significativo. É suficiente para explicar o início de um movimento feminista sistemático entre as mulheres da classe média deste período, pelo menos nos países anglo-saxônicos ou protestantes.

A casa burguesa, entretanto, era meramente o núcleo de uma conexão familiar mais ampla, dentro da qual o indivíduo operava: "os Rothschilds", "os Krupps", ou igualmente "os Forstyes" que fizeram muito da história econômica e social do século XIX um assunto essencialmente dinástico. Mas embora uma enorme quantidade de material sobre tais famílias tenha sido acumulada desde o século passa-

---

* Citado em L. Trénard, "Un Industriel roubásien du XIX siécle", *Reme du Nord,* 50 (1968) pag. 38. O texto do trecho desta carta parece ser o mesmo da epígrafe do capítulo. A tradução do francês para o inglês difere em pouca coisa mas mantivemos as duas versões na tradução portuguesa.(N.T.)

do, nem os antropólogos sociais nem os livros genealógicos (uma o-cupação aristocrática) deram-lhe suficiente atenção específica para tornar fácil uma generalização com alguma base que seja sobre tais grupos familiares.

Em que medida se promoviam a partir das classes mais baixas? Não em grande número, embora em teoria nada lhes impedisse. Dos chefes de oficina ingleses em 1865, 89% vinham de famílias de classe média, 7% da classe média baixa (incluindo pequenos lojistas, artesãos independentes etc.) e apenas 4% de trabalhadores, especializados ou – menos ainda – não-especializados ″. A maior parte dos manufatores têxteis do norte da França no mesmo período eram igualmente filhos daquilo que poder-se-ia chamar de camada média; os fundadores da empresa capitalista no sudoeste alemão não eram sempre necessariamente ricos, mas o número daqueles com longa experiência familiar em negócios, e freqüentemente nas indústrias que iriam se desenvolver, é significativo – protestantes suíço-alsacianos corno os Koechlin, Geigy ou Sarrasin, judeus nascidos nas finanças de pequenos negócios. Homens de cultura – sobretudo filhos de pastores protestantes ou funcionários civis – modificaram-se mas não alteraram seu *status* de classe média com o advento da empresa capitalista[18]. As carreiras do mundo burguês estavam de fato abertas ao talento, mas as famílias com um certo grau de educação, propriedade e ligações sociais, entre outras, certamente começavam com uma enorme vantagem relativa; pelo menos a de poder estabelecer relações de casamento com outras do mesmo *status* social, da mesma linha de negócios ou com recursos que podiam ser combinados entre si.

As vantagens de uma família grande ou de um grupo fechado de famílias era certamente substancial. Dentro dos negócios garantia capital, talvez contatos proveitosos, e sobretudo gerentes de confiança. Os Lefebvres de Lille em 1851 financiaram os negócios de lã de um cunhado, Amedée Prouvost. Siemens e Halske, a famosa firma elétrica estabelecida em 1847, obteve seu capital inicial de um primo; e os três irmãos, Werner, Carl e William tomaram conta respectivamente das filiais de Berlim, São Petersburgo e Londres. A história dos negócios do século XíX está repleta de tais alianças familiares e interpenetrações. Elas demandavam um grande número de filhos e filhas disponíveis, mas deles não havia carência e portanto – diferente do campesinato francês que requeria que um e apenas um filho tomasse conta dos negócios da família – não havia nenhum controle na quantidade de filhos, exceto entre as famílias dos pobres e das classes médias baixas.

Mas como eram organizados estes clãs? Como operavam? Em que ponto deixavam de representar grupos de família e se transformavam num grupo social coerente, numa burguesia local, ou mesmo (como talvez no caso dos banqueiros protestantes e judeus) numa rede mais espalhada, da qual as alianças de família formavam apenas um aspecto? Não podemos responder estas questões ainda.

III

O que, em outras palavras, queremos dizer com "burguesia" como classe neste período? As definições econômicas, políticas e sociais diferiam de alguma forma, mas ainda eram suficientemente próximas umas das outras para causar relativamente pouca dificuldade.

Portanto, economicamente, a quintessência do burguês era um "capitalista" (isto é, o possuidor de capital, ou aquele que recebia renda derivada de tal fonte, ou um empresário em busca de lucro, ou todas estas coisas juntas). E, de fato, o "burguês" característico ou o membro da classe média de nosso período incluía poucas pessoas que não entrassem numa destas categorias. As 150 famílias principais de Bordeaux em 1848 incluíam 90 homens de negócios (comerciantes, banqueiros, lojistas etc, embora poucos industriais), 45 possuidores de alguma propriedade e *rentiers* e 15 membros de profissões liberais que eram, naqueles dias, variedades da empresa privada. Havia entre eles uma ausência total de executivos assalariados, que formavam o maior grupo dentro das 450 famílias mais ricas de Bordeaux em 1960[19]. Podemos acrescentar que, embora a propriedade da terra, ou melhor, de propriedades urbanas permanecesse uma fonte importante de renda, especialmente dentro da pequena e média burguesia em áreas de pouca industrialização, esta fonte diminuía aos poucos de importância. Mesmo na Bordeaux não-industrial, formava apenas 40% da riqueza deixada por herança em 1873 (23% das maiores fortunas) enquanto que na Lille industrial no mesmo ano formava apenas 31%.[20]

O aspecto da política burguesa era naturalmente diferente de alguma forma, pelo menos na medida em que a política é uma atividade especializada e que consome tempo, além de não atrair a todos igualmente, ou que para a qual nem todos têm as mesmas qualificações. De qualquer maneira, neste período, o número de burgueses que praticava a política burguesa chegava a impressionar. Na segunda metade do século XIX, entre 25 e 40% dos membros do Conselho Federal Suíço consistia de negociantes ou *rentiers* (20 a 30% dos membros do Conselho eram "barões federais" que dirigiam os bancos, estradas de ferro e indústrias), uma percentagem maior que no século XX. Outros 15% consistiam de profissionais liberais, isto é, advogados – embora 50% de todos os membros do Conselho tivessem diplomas em Direito, uma espécie de *standard* educacional que dava qualificação para a vida pública e a administração na maioria dos países. Outros 20 a 30% consistiam de "figuras públicas" profissionais (prefeitos, juízes do campo e outros magistrados)[21]. O Grupo Liberal na Câmara Belga de meados do século tinha 83% de seus membros burgueses: 16% eram homens de negócios, 16% *proprietaires,* 15% *rentiers,* 18% administradores profissionais e 42% de profissões liberais, isto é, advogados e uns poucos médicos [22]. Assim ocorria, e talvez até em maior escala, na política das cidades, dominadas como eram naturalmente pelas notabilidades burguesas (normalmente liberais) do lugar. Se os

escalões mais elevados do poder eram em grande parte ocupados por grupos mais idosos tradicionalmente estabelecidos, a partir de 1830 (França) e 1848 (Alemanha), a burguesia "tomou de assalto e conquistou os escalões intermediários do poder político" como conselhos municipais, prefeituras, conselhos distritais etc, e manteve-os sob controle até o surgimento da política de massa nas últimas décadas do século. A partir de 1830 Lille foi governada por prefeitos que eram proeminentes homens de negócios [23]. Na Inglaterra as grandes cidades estavam notoriamente nas mãos da oligarquia dos homens de negócios locais.

Socialmente, as definições não eram tão claras, embora a "classe média" incluísse todos os grupos acima descritos, desde que fossem abastados e bem estabelecidos: homens de negócios, proprietários, profissionais liberais e os escalões mais altos da administração que eram, evidentemente, um grupo numericamente bem pequeno fora das cidades principais. A dificuldade está em definir os limites "altos" e "baixos" desta camada dentro da hierarquia de *status* social, assim como levar em conta a marcada heterogeneidade dos membros dentro destes limites: havia, pelo menos, uma estratificação interna aceita em *grande moyenne* e *petite bourgeoisie*, a última mergulhando dentro do que seria, *de faceto*, o limite da classe.

No topo da escala, a burguesia era mais ou menos diferenciada da aristocracia (alta ou baixa) dependendo parcialmente da exclusividade social e legal deste grupo ou pela sua própria consciência de classe. Nenhum burguês poderia transformar-se num verdadeiro aristocrata na Rússia ou na Prússia, e mesmo nos lugares onde títulos de baixa nobreza fossem distribuídos livremente, como no Império dos Habsburgos, nenhum conde Chotek ou Auersperg, embora pronto para juntar-se aos diretores de uma empresa comercial, consideraria um barão von Wertheimstein qualquer coisa além de um banqueiro de classe média ou judeu. A Inglaterra estava sozinha em aceitar sistematicamente, embora ainda de forma modesta neste período, homens de negócios na aristocracia – preferindo banqueiros e financistas antes de industriais.

Por outro lado, até 1870 e mesmo depois, ainda havia industriais alemães que se recusavam a permitir que seus sobrinhos se tornassem oficiais da reserva, como sendo algo inadequado a jovens daquela classe, ou que seus filhos insistissem em fazer o serviço militar na infantaria ou engenharia, ao invés de escolher a cavalaria mais socialmente exclusiva. Mas é preciso acrescentar que quando os lucros começaram a rolar – e eles eram bastante substanciais em nosso período – a tentação das condecorações, títulos, casamentos com a nobreza, e em geral o estilo da vida aristocrática, tornou-se irresistível para os ricos. Os produtores ingleses inconformados iriam se transferir para a Igreja da Inglaterra, e no norte da França o "Voltaireanismo mal-oculto" de antes de 1850 iria se transformar no fervoroso catolicismo de depois de 1870 [24].

No outro extremo, a linha divisória era bem mais claramente econômica, embora os homens de negócios – pelo menos na Inglaterra – viessem a traçar uma linha demarcatória entre eles mesmos e os vendedores que ofereciam suas mercadorias diretamente ao público, como lojistas; pelo menos até que a venda a varejo viesse a mostrar que poderia trazer milhões àqueles que a praticavam. O artesão independente e o pequeno lojista claramente pertenciam à baixa classe média ou *Mittelstand,* que tinha pouco em comum com a burguesia exceto a aspiração ao *status* social desta última. O camponês rico não era um burguês; nem o era o funcionário *white-collar.* Entretanto havia, em meados do século XIX, um reservatório suficientemente grande do velho tipo de produtor ou vendedor de pequena mercadoria economicamente independente, e mesmo de trabalhadores especializados ou capatazes, para que a linha divisória fosse nebulosa: alguns prosperariam e, pelo menos nas suas localidades, seriam aceitos como burgueses.

Uma das principais características da burguesia como classe era que consistia num corpo de pessoas com poder e influência, independente do poder e influência derivados de nascimento ou *status.* Para pertencer a ela, um homem tinha que ser "alguém"; uma pessoa que contasse como *indivíduo,* por causa da sua riqueza, capacidade de comandar outros homens, ou de influenciá-los de alguma forma. Portanto, a forma clássica da política burguesa era, como já vimos, inteiramente diferente da política de massa daqueles abaixo dela, incluindo a pequena burguesia. O recurso clássico do burguês em apuros ou com razão para reclamações era exercer ou pedir influência pessoal: ter uma palavra com o prefeito, o deputado, o ministro, o velho companheiro de escola ou universidade, o "contato" na indústria. A Europa burguesa cresceu cheia de sistemas informais de proteção mútua, redes de velhos amigos ou máfias ("amigos de amigos"), entre os quais aqueles saídos das mesmas instituições educacionais eram naturalmente muito mais importantes, especialmente se fossem instituições universitárias, que produziam ligações nacionais ao invés de meramente locais. Na Inglaterra, entretanto, as chamadas *public schools,* que se desenvolveram rapidamente neste período, reuniram os filhos da burguesia de diferentes partes do país numa idade ainda menor. Na França, alguns dos grandes *lycées* de Paris talvez tenham servido a um fim similar, de qualquer forma para os intelectuais. Uma destas redes, a franco-maçonaria, serviu a um objetivo ainda mais importante, sobretudo nos países católicos, pois foi usada de fato como a cimentação ideológica da burguesia liberal para a sua dimensão política ou mesmo, como na Itália, como virtualmente a única organização permanente e nacional da classe [25]. O burguês individual, que se via chamado a comentar sobre assuntos públicos, sabia que uma carta ao *The Times* ou ao *Neue Freie Presse* atingiria não apenas uma grande parte de sua classe e as decisões a serem tomadas mas, o que era mais importante, ela seria impressa com a força de sua afirmação enquanto indivíduo. A burguesia como classe não organizou movimentos de

massa, mas grupos de pressão. Seu modelo na política não era o Cartismo, mas a Anti-Corn-Law League.

Evidentemente, o grau em que um burguês era "notabilidade" variava enormemente, da *grande bourgeoisie* cujo campo de ação era nacional ou mesmo internacional às figuras mais modestas que eram pessoas importantes em Aussig ou Groningen. Krupp esperava e recebeu mais consideração que Theodor Boeninger de Duisburg, que a administração regional apenas recomendara para o título de Conselheiro Comercial *(Kommerzienrat)* porque era rico, industrial capaz, ativo na vida pública e religiosa, e havia apoiado o governo nas eleições para os conselhos municipal e distrital. Portanto ambos, cada qual a seu modo, eram "pessoas que contavam". Se esnobismo dividia milionários dos ricos e estes por seu turno dos meramente confortáveis, o que era natural numa classe cuja verdadeira essência era elevar-se mais alto na escala do conforto individual, esta divisão não chegava a destruir a consciência de grupo que transformou o "meio" da sociedade na "classe média" ou "burguesia".

Apoiava-se em pressupostos comuns, credos comuns, formas de ação comuns. A burguesia de nosso período era esmagadoramente "liberal", não necessariamente num sentido partidário (embora como já vimos, os partidos liberais prevalecessem), mas num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que estes fossem compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar. Acreditava mais na cultura que na religião, em casos extremos substituindo a freqüência ritual à igreja pela ida à ópera, teatro e concertos. Acreditava na carreira aberta ao empreendimento e talento, e as próprias vidas de seus membros provavam estes méritos. Como já vimos, neste tempo a fé tradicional e puritana nas virtudes da moderação e abstenção encontrava dificuldades no caminho de sua realização, mas este fracasso não era muito lamentado. Se a sociedade alemã viesse a entrar em colapso algum dia, escreveu um cronista em 1855, seria porque as classes médias tinham começado a procurar aparência e luxo "sem buscar contrabalançar isso com o sentido burguês para o trabalho, com o respeito pelas forças espirituais da vida, com o esforço de identificar ciência, idéia e talento com o desenvolvimento progressivo do Terceiro Estado" [26]. Talvez o sentido da luta pela existência – uma seleção natural na qual vitória ou mesmo sobrevivência provavam tanto a capacitação quanto as qualidades essencialmente morais que sozinhas poderiam proporcionar esta capacitação – reflita a adaptação da antiga ética burguesa a uma nova situação. Darwinismo, social ou de outra forma, não era apenas uma ciência mas também uma ideologia, mesmo antes de ser formulada. Ser burguês não era apenas ser superior, mas implicava também ter demonstrado as qualidades morais equivalentes às antigas qualidades puritanas.

Mas, antes de qualquer outra coisa, significava superioridade. O burguês não era apenas independente, um homem a quem ninguém (exceto o Estado ou Deus) dava ordens, mas que determinava-as a si mesmo. Não era apenas um empregador, empresário ou capitalista, mas socialmente um "senhor", um *lord (Fabrikherr),* um *patron* ou *chef.* O monopólio do comando – na casa, no negócio, na fábrica – era fundamental para sua própria definição, e seu reconhecimento formal, fosse nominal ou real, é um elemento essencial em todas as disputas industriais deste período: "Mas eu também sou o Diretor das Minas, quer dizer o dirigente *(chef)* de uma grande população de trabalhadores... Represento o princípio da autoridade e preciso fazê-la respeitada na minha própria pessoa: tal tem sido sempre meu objetivo consciente em minhas relações com as classes trabalhadoras" [27]. Somente os membros das profissões liberais, ou o artista ou o intelectual que não fosse essencialmente um empregador ou alguém com subordinados, não se definiam como *master.* Mesmo aqui, o "princípio da autoridade" estava longe de ser ausente, fosse a partir do comportamento do professor universitário tradicional do continente, do médico autocrático, do regente ou do pintor cheio de caprichos. Se Krupp comandava seus exércitos de trabalhadores, Richard Wagner esperava subserviência total de suas platéias.

Dominação implica inferioridade. Mas a burguesia de meados do século XIX estava dividida quanto à natureza daquela inferioridade das classes baixas (inferioridade sobre a qual não havia desacordo) embora tentativas tenham sido feitas para distinguir, dentro da massa subalterna, entre aqueles que se poderia esperar uma ascensão para, pelo menos, a condição de baixa classe média e outros para os quais não havia redenção possível. Já que o sucesso era devido ao mérito pessoal, o fracasso era claramente devido à falta de mérito. A ética tradicional burguesa, puritana ou laica, havia determinado que isso era devido mais à fraqueza moral ou espiritual do que à falta de inteligência, pois era evidente que cérebro não era uma necessidade indispensável para o sucesso nos negócios. Isso não implicava necessariamente em antiintelectualismo, embora na Inglaterra e nos Estados Unidos esta atitude fosse bem difundida, na medida em que o triunfo em negócios era sobretudo dos homens pobremente ilustrados, que usavam o empiricismo e o senso comum. Samuel Smiles colocou esta questão de forma simples:

> "A experiência a ser obtida através de livros, embora freqüentemente valiosa, é da natureza do *aprender;* enquanto que a experiência ganha da vida real é da natureza da *sabedoria;* e uma pequena loja da última vale muito mais que um estoque da primeira" [28].

Mas uma classificação simplista em moralmente superiores e inferiores, embora adequada para distinguir os "respeitáveis" da massa trabalhadora bêbada e licenciosa, não mais era de forma geral ade-

quada, exceto para a baixa classe média, pois as antigas virtudes não mais eram visivelmente aplicáveis para a burguesia afluente e bem-sucedida. A ética da abstinência e do esforço praticamente não podia mais ser aplicada ao sucesso dos milionários americanos das décadas de 1860 e 1870, ou mesmo ao rico produtor, aposentado numa casa de campo com todo o conforto e menos ainda para seus parentes *rentiers;* àqueles cujo ideal era, nas palavras de Ruskin:

> "que a vida deveria ser vivida num *mundo agradavelmente ondulante,* sustentado por toda parte com ferro e carvão. Para cada *banco agradável* deve existir uma *bela mansão...* um *parque de tamanho moderado;* um grande jardim e estufas; uma *carruagem agradável* para passeios. Na casa devem viver... o *gentleman* inglês com sua *graciosa esposa* e sua *bela família;* ele sempre capaz de fornecer o *boudoir* e as jóias para a esposa, *e belos vestidos de salão* para as filhas e instrumentos de caça para os filhos, e caça nos Highlands para si mesmo". [29]

Daí a crescente importância das teorias alternativas da superioridade biológica de classe, que tanto atravessa o *Weltanschauung* burguês do século XIX. Superioridade era o resultado da seleção natural, transmitida geneticamente (ver capítulo 14). O burguês era, senão de uma espécie diferente, pelo menos de uma raça superior, um nível mais alto na evolução humana, diferente dos níveis mais baixos que permaneciam no equivalente cultural ou histórico da infância ou, no máximo, adolescência.

De senhor à raça superior era apenas um passo; portanto, o direito de dominar, a inquestionável superioridade do burguês como espécie, implicava não apenas inferioridade mas idealmente uma inferioridade aceita nas relações entre homens e mulheres (que mais uma vez simbolizavam muito sobre a visão burguesa do mundo). Os trabalhadores, como as mulheres, deveriam ser leais e satisfeitos. Se não o fossem, era devido àquela figura crucial do universo social da burguesia, "o agitador de fora". Embora nada fosse mais óbvio a olho nu que o fato de que os membros dos sindicatos eram sempre os melhores trabalhadores, os mais inteligentes, os mais preparados, o mito do "agitador de fora" explorando as mentes simples mas basicamente operativas dos trabalhadores era indestrutível. "A conduta dos trabalhadores é deplorável", escreveu um gerente de minas francês em 1869, no processo de violenta repressão a uma espécie de greve que o livro *Germinal* de Zola nos deu um retrato tão vivo, "mas é preciso ter-se em conta que eles foram apenas vítimas de agitadores." [30] Para ser mais preciso: o militante operário ativo ou o líder potencial *precisava,* por definição, ser um "agitador", já que não podia ser classificado dentro do estereótipo de obediência, boçalidade e estupidez. Quando em 1859 nove dos melhores operários mineiros de Seaton Delaval – "seis deles metodistas primitivos, e dois deles dados à predica" – foram enviados à prisão por dois meses depois de uma greve

à qual eles tinham se oposto, o gerente da mina deixou este ponto bem claro: – "Sei que eles são homens respeitáveis, e é por isso que eu os ponho na prisão. Não adianta nada prender aqueles que não sentem".[31] Tal atitude refletia a determinação em decapitar as classes menos favorecidas, quando elas não perdiam seus líderes potenciais espontaneamente através da absorção por parte da classe média. Mas também refletia um grau considerável de confiança. Estávamos longe daqueles proprietários de fábricas da década de 1830, vivendo em terror constante de algo como uma insurreição escrava (ver *A Era das Revoluções,* epígrafe ao capítulo 11). Quando, agora, os donos de fábricas falavam do perigo do comunismo espreitando atrás de qualquer limitação do direito absoluto de admitir e despedir, eles não se referiam à revolução social, mas meramente ao fato de que o direito de propriedade e o direito de dominação eram indissociáveis, e uma sociedade burguesa iria perder-se completamente a partir do momento em que qualquer interferência em relação à propriedade fosse permitida.[32] Portanto, a reação de medo e ódio foi bem mais histérica quando o espectro da revolução social irrompeu mais uma vez dentro do confiante mundo capitalista. Os massacres dos *Communards* de Paris (ver capítulo 9) o testemunham de forma contundente.

IV

Uma classe de senhores: sim. Uma classe dirigente? A resposta é mais complexa. A burguesia não era evidentemente uma classe dirigente no sentido em que o velho tipo de senhor da terra o era, cuja posição proporcionava-lhe, *de jure* ou *de facto* o direito de governo por sobre os habitantes de seu território. O burguês normalmente operava dentro de uma rede de poder de governo e administração que não era de sua propriedade, pelo menos fora dos prédios que ocupasse ("meu lar é meu castelo"). Somente em áreas muito distantes da autoridade do Estado, como em campos remotos de mineração, ou onde o próprio Estado fosse fraco, como nos Estados Unidos, podiam os senhores burgueses exercer aquele tipo de comando direto, fosse através do comando sobre as forças locais da autoridade pública, por exércitos privados como os homens de Pinkerton, ou pela criação de grupos armados como os "Vigilantes" para manter a "ordem". Além disso, em nosso período, era bastante excepcional o caso de estados onde a burguesia houvesse conquistado o controle político formal, ou não precisasse partilhá-lo com elites políticas pregressas, Na maioria dos países a burguesia, embora bem definida, realmente não controlava ou exercia o poder político, exceto talvez nos níveis subalternos ou municipais.

O que ela realmente exerceu foi hegemonia, e foi o que determinou de forma crescente a sua política. Não havia alternativa para o

capitalismo como método de desenvolvimento econômico, e neste período isto implicava a realização do programa econômico e institucional da burguesia liberal (com variações locais), assim como a posição crucial da burguesia dentro do Estado. Mesmo para os socialistas, a via para o triunfo proletário passava através de um capitalismo completasse desenvolvido. Antes de 1848, havia parecido, por um momento, que sua crise de transição poderia também ser sua crise final, pelo menos na Inglaterra, mas na década de 1850 ficou claro que seu período maior de crescimento havia apenas começado. Era indestrutível no seu bastião principal, Inglaterra, e em outros lugares as perspectivas de revolução social paradoxalmente pareciam depender mais do que nunca dos projetos da burguesia, doméstica ou estrangeira, ao criar o capitalismo triunfante que faria possível sua derrubada. Em certo sentido tanto Marx (que recebeu bem a conquista da Índia pela Inglaterra e metade do México pelos Estados Unidos como historicamente progressista no seu tempo) quanto os elemento progressistas no México ou na Índia, que procuravam aliança com os Estados Unidos, ou o Rajá britânico contra seus próprios tradicionalistas, reconheciam a mesma situação global. Em relação aos dirigentes dos regimes conservadores, antiburgueses e antiliberais da Europa, fosse em Viena, Berlim ou São Petesburgo, eles reconheciam que a alternativa para o desenvolvimento econômico capitalista era o atraso e o conseqüente enfraquecimento. O problema destes últimos era como fazer crescer o capitalismo e com ele a burguesia sem a contra-partida de um regime político burguês-liberal. A simples rejeição da sociedade burguesa e de suas idéias não era mais possível. A única organização que resolveu combater esta tendência sem tréguas, a Igreja Católica, conseguiu apenas isolar-se. A encíclica *Syllabus of Errors* de 1864 e o Concilio do Vaticano demonstraram, pelo seu extremismo na rejeição de tudo que caracterizava o século XIX, que estavam inteiramente na defensiva.

A partir da década de 1870, o monopólio do programa burguês (na sua forma "liberal") começou a desagregar-se. Mas, no nosso período, era imbatível. Em questões econômicas, mesmo os dirigentes absolutistas da Europa central e do leste foram forçados a abolir a servidão e desmantelar o aparato tradicional do controle econômico estatal assim como os privilégios corporativos. Em questão políticas, estes mesmos dirigentes chegaram a um bom termo com os liberais burgueses mais moderados e, embora nominalmente, com o tipo burguês de instituições representativas. Culturalmente, era o estilo burguês de vida que prevalecia por sobre o aristocrático, inclusive através de uma retirada geral da velha aristocracia do mundo da cultura (como esta palavra era então entendida): eles se tornaram, seja não o fossem, os "bárbaros" de Matthew Arnold (1822-88). Depois de 1850, é difícil pensar em reis que fossem grandes patronos das artes, exceto loucos como Ludwig II da Baviera (1864-86), ou em magnatas nobres que fossem colecionadores importantes de objetos de arte. Antes de 1848, as certezas da burguesia ainda eram ameaçadas pelo me-

do da revolução social. Depois de 1870, elas seriam mais uma vez minadas, sobretudo pelo medo dos movimentos da classe operária em expansão. Mas no período intermediário eles triunfaram fora de qualquer dúvida ou ameaça. A era, julgou Bismarck, que não tinha simpatia pela sociedade burguesa, era uma de "interesses materiais". Interesses econômicos eram uma "força elementar". "Acredito que o avanço das questões econômicas no desenvolvimento interno progride e não pode ser interrompida." [33] Mas o que representava esta força elementar neste período, senão o capitalismo e o mundo feito pela e para a burguesia?

Décimo-Quarto Capítulo

CIÊNCIA, RELIGIÃO, IDEOLOGIA

Nossa aristocracia é mais bela do que as classes médias, do melhor de suas mulheres; mas, ah, que pena que a primogenitura destrua a Seleção Natural!

Charles Darwin, 1864 [1]

É freqüente hoje em dia que pessoas queiram mostrar quão inteligente são pelo grau de emancipação em relação à Bíblia e ao Catecismo.

F. Schaubach sobre a literatura popular, 1863 [2]

John Stuart Mill não vai conseguir nada em reclamar o sufrágio para os negros e as mulheres. Tais conclusões são os resultados inevitáveis das premissas de onde ele partiu... (e sua) reductio ad absurdum.

Anthropological Review, 1866 [3]

I

A sociedade burguesa de nosso período estava confiante e orgulhosa de seus sucessos. Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento, da "ciência". Homens cultos deste período não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas. Em 1861 o estatístico e economista Cournot observou que "o fato de acreditar em verdades filosóficas saiu tanto de moda que nem o público nem nenhuma academia se dispõe a receber mais obras deste tipo, exceto como produtos de puro academicismo ou curiosidade histórica".[4] Não era, de fato, um bom período para filósofos. Mesmo no seu reduto tradicional, Alemanha, não havia ninguém de estatura comparável para suceder às grandes figuras do passado. O próprio Hegel saíra de moda no seu país natal, e o modo pelo qual os medíocres que agora davam o tom para o povo alemão tratavam o grande filósofo alemão, fez com que Marx, em 1860, se declarasse um discípulo daquele grande pensador.[5] As duas grandes correntes filosóficas subordinavam-se elas mesmas à ciência: o positivismo francês, associada com a escola do curioso Augusto

Comte, e o empirismo inglês, associado com John Stuart Mill, sem mencionar o medíocre pensador cuja influência era então maior do que qualquer outro no mundo, Herbert Spencer (1820-1903). A base dupla da "filosofia positiva" de Augusto Comte era a imutabilidade das leis da natureza e a impossibilidade de qualquer conhecimento infinito ou absoluto. Na medida em que não foi além da excêntrica "Religião da Humanidade" comtiana, o positivismo foi pouco mais do que uma justificação filosófica do método convencional das ciências experimentais, e, da mesma forma, para a maior parte dos da época Mill foi, nas palavras de Taine, o homem que "abriu o caminho certo da indução e do experimento". Portanto, esta perspectiva estava explicitamente baseada em Comte e Spencer, numa visão histórica do progresso evolucionista. O método positivo ou científico era (ou seria) o triunfo do último dos estágios através dos quais a humanidade precisava passar – na terminologia de Comte, os estágios teológico, metafísico e científico; cada qual com suas instituições próprias das quais, Mill e Spencer pelo menos concordavam, o liberalismo (numa compreensão larga do termo) era a expressão mais adequada. Alguém poderia dizer, com algum exagero, que sob este ponto de vista o progresso da ciência fazia a filosofia redundante, exceto como uma espécie de laboratório intelectual assistindo ao cientista.

Além disso, com tal confiança nos métodos da ciência, não é de se surpreender que os homens instruídos da segunda metade do século XIX estivessem tão impressionados com suas conquistas. De fato, às vezes chegaram a pensar que estas conquistas não eram apenas impressionantes mas também finais. William Thompson (Lord Kelvin), o celebro físico, pensava que todos os problemas básicos da física haviam sido resolvidos, e só alguns problemas menores ainda precisavam ser solucionados. Ele estava, como sabemos, redondamente enganado.

Entretanto, o erro era significativo e compreensível. Em ciência, como na sociedade, há períodos revolucionários e não-revolucionários e, enquanto o século XX é revolucionário em ambas, mais ainda que a "era das revoluções" (1789-1848), o período de que trata este livro não foi (com algumas exceções) revolucionário em nenhuma das duas. Isto não quer dizer que todos os homens convencionais de inteligência e habilidade pensassem que a ciência ou a sociedade tivessem resolvido todos os problemas, embora em alguns aspectos particulares, como os que diziam respeito ao tipo básico de economia e o tipo básico do universo físico, alguns dos mais capazes dentre eles sentissem que os problemas mais substanciais tivessem sido solucionados. Mas isto quer dizer, com absoluta certeza, que estes homens não tinham dúvidas sérias sobre a direção que estavam seguindo ou deveriam seguir, assim como em relação aos métodos teóricos ou práticos de lá chegar. Ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado. Este era,

sem dúvida, o conceito dominante da época, embora houvesse uma divisão fundamental entre aqueles que pensavam que o progresso seria mais ou menos contínuo e linear e aqueles (como Marx) que sabiam que ele precisaria e iria ser descontínuo e contraditório. Dúvidas poderiam surgir apenas sobre questões de gosto, maneiras e moral, onde a simples acumulação quantitativa não fornecia um guia certo. Não havia dúvida de que os homens em 1860 sabiam mais do que nunca em relação a períodos anteriores, mas a questão de que eles fossem "melhores" não podia ser demonstrada com a mesma facilidade. Mas estas eram questões que preocupavam teólogos (cuja reputação intelectual não era muito alta), filósofos e artistas (que eram admirados mas aproximadamente da mesma forma com que homens ricos admiram os diamantes que podem comprar para suas mulheres) e críticos sociais, da esquerda ou da direita, que não gostavam do tipo de sociedade em que viviam ou em que eram forçados a viver. Entre pessoas cultas em 1860, estes eram uma minoria.

Embora o progresso maciço fosse possível em todos os ramos do conhecimento, parecia evidente que alguns estavam mais adiantados, mais bem formados que outros. Parecia que a física estava mais madura que a química, e que já havia deixado para trás o estágio de progresso efervescente e explosivo dentro do qual a ciência estava ainda tão visivelmente engajada. A química, por seu turno, mesmo a "química orgânica", estava muito mais adiantada do que as ciências sobre a vida, que pareciam estar começando a tomar impulso naquela era de excitante progresso. De fato, se uma única teoria científica deva representar o avanço das ciências naturais em nosso período, e era de fato reconhecida como crucial, esta teoria é a da evolução, e se uma única figura dominou a imagem pública da ciência esta foi a do indivíduo de aparência simiesca Charles Darwin (1809-82). O estranho, abstrato e logicamente fantástico mundo dos matemáticos permaneceu de certa forma isolado, tanto do público geral como do científico, talvez mais do que antes, já que seu maior contato com a física (através da tecnologia física) parecia, neste estágio, ter menor utilidade para as abstrações avançadas e aventurosas que nos grandes dias da construção da mecânica do espaço. O cálculo, sem o qual as realizações da engenharia e das comunicações do período não teriam sido possíveis, estava então bem mais atrás da móvel fronteira da matemática. Esta questão e talvez melhor representada pelo maior matemático de.nosso período, Georg Bernhard Riemann (1826-66), cuja tese universitária de 1854, "Sobre as hipóteses que são subjacentes à geometria" (publicada em 1868), não pode ser omitida de uma discussão sobre a ciência do século XIX da mesma maneira que os *Principia* de Newton não podem sê-lo sobre o século XVII. Ela estabeleceu os fundamentos da topologia a geometria diferencial, a teoria do espaço-tempo e a gravitação. Riemann chegou a propor uma teoria de física compatível com a moderna teoria dos quanta. Porém, estes e outros desenvolvimentos altamente originais da ma-

temática não tiveram seu lugar até a nova era revolucionária da física, que iria começar somente no final do século.

Entretanto, em nenhuma das ciências naturais parecia haver alguma dúvida séria sobre a direção geral na qual o conhecimento avançava, ou sobre a estrutura básica conceituai ou metodológica sobre a qual estava baseada. Descobertas não faltavam, teorias às vezes novas mas não inesperadas. Mesmo a teoria darwinista da evolução impressionava não porque o *conceito* de evolução fosse novo – era familiar havia décadas – mas porque fornecia, pela primeira vez, um modelo de explanação satisfatório para a origem das décadas, e o fez em termos que eram inteiramente conhecidos até para não-cientistas, já que refletiam os conceitos mais familiares da economia liberal, a competição. De fato, um número pouco comum de grandes cientistas escreveu uma terminologia que os permitia rapidamente a popularização – alguns até excessivamente – tais como Darwin, Pasteur, os fisiologistas Claude Bernard (1813-78.) e Rudolf Virchow (1821-1902) e Helmholtz (1821 -§4), sem mencionar os físicos William Thompson e Lord Kelvin. Os modelos básicos ou "paradigmas" das teorias científicas pareciam firmes, embora grandes cientistas como James Clerk Maxwell (1831-79) formulassem suas versões com a precaução instintiva que as fizessem compatíveis com outras teorias posteriores que surgissem baseadas em modelos diferentes.

No interior das ciências naturais havia pouco daquela confrontação passional que ocorre quando há um impasse, não de hipóteses diferentes, mas de diferentes formas de olhar o mesmo problema, isto é, quando um lado propõe não apenas uma resposta diferente, mas que pensa que o outro lado é inaceitável, "impensável". Tal impasse ocorreu no mundo pequeno e remoto das matemáticas quando H. Kronecker (1839-1914) atacou K. Wierstrass (1815-1897), R. Dedekind (1831-1916) e G. Cantor (1845-1918) na questão da matemática do infinito. Tais *Methodenstreite* (batalhas de métodos) dividiam também o mundo dos cientistas sociais, mas na medida em que entravam nas ciências naturais – mesmo as biológicas na sensível questão da evolução – refletiam uma intrusão de preferências ideológicas em lugar de debates profissionais. Não há nenhuma razão científica convincente para que elas não ocorressem. Portanto, aqueles cientistas vitorianos mais típicos como William Thompson, Lord Kelvin (típico na sua combinação entre grande poder teórico convencional, enorme fertilidade tecnológica e conseqüente sucesso nos negócios) estavam claramente descontentes com a matemática de Clerk Maxwell e sua teoria eletromagnética da luz, vista por muitos como o ponto de partida para a física moderna. Portanto, como ele conseguiu reformulá-la em termos de seu próprio tipo de matemática de engenharia (o que não é), não chegou a discutir a questão. Além disso, Thompson demonstrou, para sua própria satisfação que, baseado nas leis da física conhecidas, o sol não poderia ser mais velho que 500 milhões de anos, e que portanto o tempo requerido pela evolução geológica e bio-

lógica na Terra era impossível. (Na qualidade de cristão ortodoxo, ele recebeu muito bem esta conclusão.) Realmente, de acordo com a física de 1864, ele estava correto: seria apenas a descoberta das forças desconhecidas da energia nuclear que permitiria aos cientistas supor uma vida muito mais longa para o sol e conseqüentemente para a Terra. Mas Thompson não se preocupava com o fato de que a física pudesse estar incompleta ou se entrava em conflito com a geologia aceita, ou ainda se os geólogos estavam simplesmente adiante da física. O debate talvez nem tivesse ocorrido, se o desenvolvimento das ciências tivesse sido levado em consideração.

Portanto, o mundo da ciência andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais, e o seu progresso interior parecia, como o das ferrovias, oferecer a perspectiva da colocação de mais trilhos do mesmo tipo em novos territórios. Os céus pareciam conter pouco daquilo que teria surpreendido velhos astrônomos, afora uma série de novas observações através de telescópios mais poderosos ou instrumentos de medição melhores (ambos desenvolvimentos alemães) e o uso da nova técnica de fotografia, assim como da análise espectroscópica, pela primeira vez aplicada à luz das estrelas em 1861, que viria a transformar-se num instrumento de pesquisa extremamente poderoso.

As ciências físicas tinham-se desenvolvido dramaticamente no meio-século precedente, quando fenômenos aparentemente disparatados como o calor e a energia foram unificados pelas leis da termodinâmica, enquanto que a eletricidade, o magnetismo e mesmo a luz convergiam para um único modelo analítico. A termodinâmica não avançou muito em nosso período, embora Thompson tivesse completado o processo da reconciliação das novas doutrinas sobre o calor com as antigas da mecânica em 1851 *(The dynamical equivalent of Heat).* O espantoso modelo matemático da teoria eletromagnética da luz, formulada pelo ancestral da moderna física teórica, James Clerk Mawwell, em 1862, era profunda e não-acabada. Deixava o caminho aberto para a descoberta do elétron. Portanto Maxwell, talvez porque nunca tenha conseguido fazer uma exposição adequada daquilo que ele mesmo descrevia como "estranha teoria" (só viria a ser feito em 1941!)[6] fracassou em convencer os seus contemporâneos mais célebres como Thompson e Helmholtz, ou mesmo o brilhante austríaco Ludwig Boltzmann (1844-1906), cuja intervenção em 1868 praticamente lançou a mecânica estatística como um campo de conhecimento. Provavelmente a física de meados do século XIX não era tão espetacular quanto dos períodos precedentes e subseqüente, mas seu desenvolvimento teórico era bastante expressivo. Portanto, a teoria eletromagnética e as leis da termodinâmica pareciam, entre elas, (citando Bernal) implicar uma certa finalidade mútua" [7]. De qualquer forma os ingleses (liderados por Thompson) e mesmo outros físicos que haviam desenvolvido sua capacidade criativa na termodinâmica, estavam atraídos pela idéia de que o homem ainda não havia adquirido um conhecimento definitivo das leis da natureza (embora Helmholtz ou

Boltzmann não estivessem bem convencidos). Talvez a impressionante fertilidade tecnológica da física do modelo mecânico tornasse a ilusão da finalidade mais tentadora.

Não havia certamente tal finalidade em vista no que toca à segunda grande ciência natural, talvez a mais florescente de todo o século XIX, a química. Sua expansão era dramática, especialmente na Alemanha, não apenas porque seu uso industrial parecesse não ter fim: de fertilizantes a produtos médicos e explosivos. Os químicos estavam a caminho de formarem mais da metade dos profissionais engajados nas ciências [8]. As fundações da química como uma ciência madura haviam sido estabelecidas nos últimos 30 anos do século XVIII. Ela havia florescido desde então, e continuou desenvolvendo-se numa excitante fonte de idéias e descobertas em nosso período.

Os processos elementares básicos da química eram conhecidos e os instrumentos analíticos essenciais, disponíveis; a existência de um número limitado de elementos químicos, compostos de diferentes números de unidades básicas (átomos) e componentes de elementos compostos de unidade de moléculas multiatômicas, além de alguma idéia das leis destas combinações, dariam a partida para os grandes avanços nas atividades dos químicos, a análise e síntese de várias substâncias. O campo especial da química orgânica já florescia neste tempo, embora estivesse confinada às propriedades – a maioria delas eram úteis na produção – de materiais derivados de fontes que um dia haviam sido orgânicas, como o carvão. Ainda estava a um longo caminho da bioquímica, isto é, a compreensão de como estas substâncias funcionavam no organismo vivo. Assim mesmo, os modelos da química permaneciam bastante imperfeitos, mas avanços substanciais na compreensão destes vieram a ser feitos no nosso período. Eles iluminaram a estrutura dos componentes químicos, que ate então haviam sido vistos apenas em termos quantitativos (isto é, o número de átomos numa molécula).

Tornou-se então possível determinar o correto número de cada tipo de átomo numa molécula através da Lei de Avogrado de 1811 (já existente), que um químico patriota italiano fez com que fosse objeto das atenções durante um simpósio em 1860 sobre a questão, o ano da unidade italiana. Além disso – mais um empréstimo frutífero da física – Pasteur descobriu em 1848 que substâncias quimicamente idênticas poderiam ser fisicamente diferentes, por exemplo, girando ou não girando no plano da luz polarizada. Destas descobertas, seguiu-se, entre outras coisas, que as moléculas têm uma forma no espaço tridimensional, e o brilhante químico alemão Kekülé (1829-96), na situação bastante vitoriana de um passageiro sentado no segundo andar de um ônibus londrino em 1865, imaginou o primeiro dos modelos complexos estruturais moleculares, o famoso anel de seis átomos de carbono cada qual com um átomo de hidrogênio ligado. Poder-se-ia dizer que a concepção arquitetônica ou de engenharia de um modelo que até en-

tão tinha sido conhecido pela sua forma escrita – C_6 H_6, a mera contagem dos átomos – era a fórmula química.

Talvez ainda mais sensacional fosse a generalização maior no campo da química produzida por este período, a Tabela Periódica dos Elementos (1869) de Mendeleev (1834-1907). Graças à solução dos problemas do peso atômico e de sua valência (o número de ligações que o átomo de um elemento possui com outros elementos), a teoria atômica, negligenciada de alguma forma depois de haver florescido no começo do século XIX, veio à tona novamente depois de 1860, e simultaneamente a tecnologia na construção do espectroscópio (1859) permitiu que vários novos elementos fossem descobertos. Além disso, a década de 1860 foi um grande período de padronização e mensuramento. (Entre outras coisas, a fixação das unidades familiares das medidas elétricas, volt, ampere, watt e ohm.) Várias tentativas foram então feitas para reclassificar os elementos químicos de acordo com a valência e o peso atômico. A de Mendeleev e a do alemão German Lotar Meyer (1830-95) baseava-se no fato de que as propriedades dos elementos variavam de forma periódica com seus respectivos pesos atômicos. A Tabela de Mendeleev parecia à primeira vista concluir o estudo da teoria atômica pelo estabelecimento de um limite à existência de tipos fundamentalmente diferentes de matéria. De fato, "tratava-se de encontrar a interpretação completa num novo conceito de matéria não mais feita de átomos imutáveis mas de relações relativamente provisórias de umas poucas partículas fundamentais, elas mesmas sujeitas a mudanças e transformações". Mas Mendeleev, como Clerk Maxwell, via suas conclusões como a última palavra em uma velha discussão, ao invés de a primeira num novo debate.

A biologia ficava bem atrás das ciências físicas, agrilhoada não apenas pelo conservadorismo dos dois grupos maiores de homens interessados na sua aplicação prática, mas também pelos fazendeiros e especialmente pelos médicos. Retrospectivamente, o maior dos primeiros fisiologistas é Claude Bernard, cujo trabalho fornece a base para toda a fisiologia moderna assim como a bioquímica, e que, além de tudo, escreveu uma das melhores análises dos processos da ciência jamais escritos – a sua *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental* (1865). Entretanto, embora reconhecido, especialmente no seu país natal, a França, suas descobertas não foram imediatamente aplicadas e sua influência foi, conseqüentemente inferior a de seu compatriota Louis Pasteur que se tornou, juntamente com Darwin, talvez o cientista de meados do século XIX mais conhecido do grande público. Pasteur foi atraído para o campo da bacteriologia, do qual tornou-se o grande pioneiro (juntamente com Robert Koch [1843-1910], um doutor alemão), através da química industrial, mais precisamente a análise de por que a cerveja e o vinagre às vezes estragavam por razões que a analise química não conseguia revelar. Tanto as técnicas da bacteriologia – o microscópio, a preparação de culturas e lâminas etc. – e sua aplicabilidade imediata – a erradicação de doenças em a-

nimais e homens – fizeram a nova disciplina accessível, compreensível e atraente. Técnicas como antissépticos (desenvolvidas por Lister [1827-1912] por volta de 1865), pasteurização ou outros métodos de preservação de produtos orgânicos do contágio de micróbios, assim como a isolação estavam à mão, e os argumentos e resultados eram suficientemente palpáveis para derrubar mesmo a ferrenha hostilidade da comunidade médica. O estudo da bactéria iria fornecer à biologia um *approach* extremamente útil para a natureza da vida, mas neste período não levantou nenhuma questão teórica que o mais convencional dos cientistas não pudesse imediatamente reconhecer.

O mais significativo e dramático avanço na biologia pouco tinha a ver na época com o estudo da estrutura física e química da vida e seu mecanismo. A teoria da evolução pela seleção natural ia bem mais longe dos limites da biologia, e nisto reside sua importância. Ela ratificava o triunfo da história sobre todas as ciências, embora "história" neste sentido fosse normalmente confundida pelos da época com "progresso". Além disso, ao trazer o próprio homem para dentro do esquema da evolução biológica, abolia a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais. Portanto, todo o cosmos, ou pelo menos todo o sistema solar precisavam ser concebidos como um processo de mudança histórica constante. O sol e os planetas estavam no centro desta história, e portanto, como os geólogos já haviam estabelecido (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 15), também estava a Terra. Coisas vivas eram então incluídas neste processo, embora a questão de que a vida tivesse evoluído da não-vida permanecesse sem solução e, sobretudo por razões ideológicas, extremamente delicada. (O grande Pasteur acreditava que havia demonstrado que não poderia evoluir desta forma.) Darwin trouxe não apenas os animais mas também o homem para o esquema evolucionista.

A dificuldade para a ciência de meados do século XIX não residia na admissão de tal historicização do universo – nada era mais fácil de conceber numa era de mudanças históricas tão esmagadoramente óbvias e maciças – mas de combiná-la com as operações uniformes, contínuas e não-revolucionárias das leis naturais permanentes. Um descrédito em relação a revoluções sociais não estava ausente de suas considerações, assim como um descrédito da religião tradicional, cujos textos estavam comprometidos com mudança descontínua ("criação") e interferência na regularidade da natureza ("milagres"). Entretanto, parecia também que neste estágio a ciência dependia de uniformidade e invariância. O reducionismo parecia ser essencial. Somente pensadores revolucionários como Marx achavam fácil conceber situações onde dois mais dois não fosse mais igual a quatro, mas que pudesse ser igual a outra coisa no seu lugar.

A grande conquista dos geólogos havia sido a explicação de como a operação das mesmas forças exatamente visíveis hoje podia explicar a enorme variedade do que podia ser observado na Terra inanimada, passado e presente. A grande conquista da seleção natural era

poder explicar a grande variedade das espécies, inclusive o homem. Este sucesso era tentador, e ainda tenta pensadores a negar ou minimizar os processos inteiramente diferentes ou novos que governam a mudança histórica, e que reduzem as mudanças nas sociedades humanas a regras da evolução biológica – com importantes conseqüências (e às vezes, intenções) políticas – "social-darwinismo". A sociedade na qual os cientistas ocidentais viviam – e todos os cientistas pertenciam ao mundo ocidental, mesmo aqueles situados nas margens da Rússia – combinavam estabilidade e mudança, assim como suas teorias revolucionárias.

Eles eram, apesar de tudo, dramáticos ou mesmo traumáticos, já que pela primeira vez investiam em direção a uma confrontação deliberada e militante com as forças da tradição, o conservadorismo e especialmente a religião. Eles aboliram o *status* especial que os homens haviam concebido para si mesmos há milênios atrás. Como conceber que o homem, criado à imagem de Deus, não fosse nada mais que um macaco modificado? Diante da escolha entre macacos e anjos, os opositores de Darwin tomaram o lado dos anjos. A força desta resistência demonstra a força do tradicionalismo e da religião organizada mesmo entre os grupos mais emancipados e instruídos das populações ocidentais, pois a discussão estava limitada aos altamente cultos. Mas o que é igualmente ou talvez mais espantoso é a disposição dos evolucionistas de publicamente desafiar as forças da tradição – e seu triunfo relativamente rápido. Havia existido muitos evolucionistas na primeira metade do século, mas entre eles os biólogos tinham lidado com a questão com extremo cuidado e mesmo algum medo pessoal. O próprio Darwin retraiu-se em algumas idéias que havia concebido.

Isso não era devido ao fato de que a evidência da descendência do homem de macacos agora era demasiadamente esmagadora para que qualquer resistência lhe fosse oposta mas, como terminou por suceder, ela acumulou-se rapidamente na década de 1850. O crânio de tipo simiesco do Homem de Neanderthal (1856) não podia ser negado. Mas a evidência havia sido suficientemente forte mesmo antes de 1848. Era devido sim, à feliz conjuntura de dois fatos, ao rápido avanço da burguesia liberal e "progressista" e à ausência de revoluções. O desafio às forças da tradição cresceram e ficaram mais fortes, mas não mais pareciam implicar em mudanças sociais. O próprio Darwin ilustra esta combinação. Um burguês, homem da esquerda moderadamente liberal e inquestionavelmente pronto para confrontar as forças do conservadorismo e da religião a partir do final da década de 1850 (embora nunca antes disso), ele polidamente rejeitou o oferecimento de Karl Marx que queria dedicar-lhe o segundo volume do Capital. Ele não era, apesar de tudo, um revolucionário.

A sorte do darwinismo portanto dependia não tanto do seu sucesso em convencer o público científico, isto é, dos méritos evidentes de *A Origem das Espécies*, mas da conjuntura política e ideológica do tempo e do país. Iria ser, evidentemente, adotada de imediato pela ex-

trema esquerda, que havia de fato há muito tempo atrás fornecido um poderoso componente do pensamento evolucionista. Alfred Russel Wallace (1823-1913), que aliás descobriu a teoria da seleção natural independentemente de Darwin e partilhou esta glória com ele, vinha da tradição de ciência e radicalismo que teve um papel tão importante no começo do século XIX e que achava a "história natural" tão normal. Formado no meio do cartismo, permaneceu um homem da extrema esquerda que voltou à política, mais tarde na vida, dando apoio militante à nacionalização da terra e mesmo ao socialismo, enquanto mantinha sua crença em outras teorias características da ideologia plebéia e heterodoxa, como a frenologia e o espiritualismo (ver próximo capítulo). Marx imediatamente colocou a *Origem* de Darwin como a "base das ciências naturais do nosso ponto de vista" [9], e a social democracia tornou-se fortemente – e para alguns discípulos de Marx como Kautski de maneira excessiva – darwinista.

Esta evidente afinidade entre socialistas e darwinismo biológico não impediu que as classes médias liberais, dinâmicas e progressistas também o acolhessem de braços abertos. O darwinismo triunfou rapidamente na Inglaterra e na confiante atmosfera liberal da Alemanha na década da unificação. Na França, onde a classe média preferia a estabilidade do império napoleônico e os intelectuais de esquerda não sentiam nenhuma necessidade de importação de idéias não-franceses, e portanto atrasadas, o darwinismo não avançou rapidamente até o final do império e a derrota na Comuna de Paris. Na Itália, seus defensores estavam mais nervosos por causa das implicações social-revolucionárias do que por causa dos rompantes papais, mas de qualquer forma ainda suficientemente confiantes em si mesmos. Nos Estados Unidos, não apenas triunfou rapidamente, mas cedo transformou-se na ideologia do capitalismo militante. Por outro lado, a oposição à evolução darwinista, mesmo entre cientistas, veio dos socialmente conservadores.

II

A evolução liga as ciências naturais às ciências humanas ou sociais, embora o último termo seja anacrônico. Porém, a necessidade de uma ciência específica e geral da sociedade (distinta das várias disciplinas relevantes já tratando com assuntos humanos), era pela primeira vez sentida. A British Association for the Promotion of Social Science (1857) tinha meramente o modesto objetivo de aplicar métodos científicos às reformas sociais. Entretanto, a sociologia, termo inventado por Auguste Comte em 1839 e popularizado por Herbert Spencer (que escreveu um livro prematuro sobre os princípios desta e de numerosas outras ciências em 1876), era muito falada. Pelo final de nosso período, ainda não havia produzido nem uma disciplina reconhecida nem um assunto de pesquisa acadêmica. Por outro lado,

o amplo mas cognoscível campo da antropologia emergia rapidamente como uma ciência reconhecida, saindo da filosofia, direito, etnologia, literatura de viagem, do estudo da língua e do Folclore e das ciências médicas (via o então popular assunto da "antropologia física", que levou à moda de medir e colecionar os crânios de vários povos). A primeira pessoa a ensiná-la oficialmente foi provavelmente Quatrefages em 1855, na cadeira que existia para esta matéria no Museu Nacional de Paris. A fundação da Sociedade Antropológica de Paris (1859) foi seguida por um repentino interesse na década de 1860, quando associações similares foram fundadas em Londres, Madri, Moscou, Florença e Berlim. A psicologia (outro termo cunhado recentemente, desta vez por John Stuart Mill) ainda estava ligada à filosofia – A. Bain e seu livro *Mental and Moral Science* (1868) ainda combinava-a com a ética – mas recebia cada vez mais uma orientação experimental com W. Wundt (1832-1920), que havia sido assistente do grande Hemholtz. Era inquestionavelmente uma disciplina aceita pela década de 1870, pelo menos nas universidades alemãs. Esta matéria também atingia os campos da sociologia e da antropologia, e em 1859, um jornal era fundado ligando-a com a lingüística.[10]

Pelos padrões das ciências "positivas" e especialmente as experimentais, os resultados destas novas ciências não impressionavam muito, embora três pudessem clamar resultados sistemáticos e genuínos como ciências antes de 1848: economia, estatística e lingüística (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 15). A ligação entre economia e matemática tornou-se então direta com A. A. Cournot (1801-77) e L. Walras (1834-1910), ambos franceses, e a aplicação da estatística aos fenômenos sociais já estava suficientemente avançada para estimular sua aplicação às ciências físicas. Pelo menos isto é o que era defendido pelos estudantes das origens da mecânica estatística, iniciada por Clerk Maxwell. Por conseguinte, a estatística social floresceu como nunca antes, seus praticantes encontrando emprego público à vontade. Congressos internacionais estatísticos passaram a ocorrer a partir de 1853, e o estatuto científico da matéria foi então reconhecido pela eleição do célebre e admirável Dr. William Farr (1807-83) para a Royal Society. A lingüística, como veremos, seguiria uma linha diferente de desenvolvimento.

Mas, no total, estes resultados não eram excepcionais. A escola econômica utilitarista desenvolvida simultaneamente na Inglaterra, Áustria e França, por volta de 1870, era formalmente elegante e sofisticada, mas sem dúvida consideravelmente mais limitada que a velha economia política" (ou mesmo a recalcitrante "escola histórica econômica" dos alemães), e desta forma uma abordagem menos realística aos problemas econômicos. Diferente das ciências naturais, numa sociedade liberal as ciências sociais não tinham nem mesmo o estímulo ao progresso tecnológico. Já que o modelo básico da economia parecia perfeitamente satisfatório, não deixava nenhum grande problema a resolver, tais como o do crescimento, possível colapso econômico ou

distribuição de renda. Na medida em que estes problemas não estivessem ainda resolvidos, as operações automáticas da economia de mercado (sobre as quais as análises então se concentravam) iriam resolvê-los, desde que não estivessem fora de solução humana. De qualquer maneira, as coisas estavam progredindo e melhorando, uma situação que fazia difícil que as mentes dos economistas se concentrassem em aspectos mais profundos de sua ciência.

As reservas que os pensadores burgueses tinham sobre seu mundo eram de natureza mais social e política que econômica, especialmente onde o perigo de revolução não estava esquecido como na França, ou estava emergindo com o crescimento do movimento trabalhista, como na Alemanha. Mas se os pensadores alemães (que nunca engoliram direito teorias liberais extremas) estavam, como os conservadores em todos os lugares, preocupados com o fato de que a sociedade produzida pelo capitalismo liberal mostrava-se perigosa e instável, por outro lado pouco tinham a propor exceto reformas sociais preventivas. A imagem básica do sociólogo era a imagem biológica de um "organismo social", a cooperação funcional de todos os grupos na sociedade, muito diferente da luta de classes. Era no fundo o antigo conservadorismo vestido com roupa, do século XIX e, aliás, difícil de se combinar com a outra imagem biológica do século, que propunha mudança e progresso, a "evolução". Era de fato uma base melhor para propaganda do que para ciência.

Portanto, o único pensador do período que desenvolveu uma teoria compreensível da estrutura e mudança social que ainda impõe respeito foi o revolucionário social Karl Marx, que desfruta da admiração, ou pelo menos do respeito, de economistas, historiadores e sociólogos. Esta é uma realização admirável, já que seus contemporâneos (exceto alguns economistas) estão agora esquecidos, mesmo pelos homens mais instruídos. Mas o que é mais espantoso não é tanto o fato de que Auguste Comte ou Herbert Spencer fossem, apesar de tudo, pessoas de alguma estatura intelectual reconhecida, mas que os homens que eram então olhados como os Aristóteles do mundo moderno praticamente tenham desaparecido de vez. Eles eram, no seu tempo, incomparavelmente mais famosos e influentes que Marx, cujo *Capital* foi descrito em 1875 por um especialista anônimo alemão como a obra de um autodidata ignorante do progresso dos últimos 25 anos [11]. Pois nesta época no Ocidente, Marx era levado a sério apenas dentro do movimento trabalhista internacional, e especialmente pelo crescente movimento socialista de seu próprio país, e mesmo assim sua influência ali era superficial. Entretanto, os intelectuais de uma Rússia cada vez mais revolucionária liam-no avidamente. A primeira edição alemã do *Capital* (1867) – mil cópias – levou cinco anos para vender, mas em 1872 as primeiras mil cópias da edição russa esgotaram-se em menos de dois meses.

O problema com o qual Marx se defrontava era o mesmo que outros cientistas sociais tentavam enfrentar: a natureza e mecânica da

transição de uma sociedade pré-capitalista para uma capitalista e suas específicas formas de operação e tendências de futuro desenvolvimento. Já que suas respostas são relativamente familiares, não precisamos recapitulá-las aqui, embora valha a pena assinalar que Marx resistiu à tendência, que em outros lugares cresceu com força sempre maior, de separar a análise econômica de seus contextos históricos sociais. O problema do desenvolvimento histórico da sociedade do século XIX levou tanto teóricos como inclusive homens práticos a penetrar profundamente no passado remoto. Pois, tanto dentro dos países capitalistas quanto nos lugares onde a sociedade burguesa em expansão encontrava – e destruía – outras sociedades, o passado vivo e o presente nascente encontravam-se em conflito aberto. Pensadores alemães viam a ordem hierárquica dos "estratos" dar lugar, em seu próprio país, a uma sociedade de classes conflitantes. Advogados ingleses, especialmente aqueles com experiência na Índia, contrastavam a antiga sociedade do "status" com a nova do "contrato" e viam a transição da primeira para a segunda como a principal forma do desenvolvimento histórico. Escritores russos viviam de fato simultaneamente nos dois mundos – o antigo comunalismo dos camponeses, que muitos deles conheciam dos longos verões em suas fazendas, e o mundo do intelectual ocidentalizado e viajado. Para o observador de meados do século XIX, toda a história coexistia ao mesmo tempo, exceto as antigas civilizações e impérios como a antigüidade clássica, que haviam sido (literalmente) enterrados, esperando as pás de H. Schliemann (1822-90) ,em Tróia e Micenas ou as de Flinders Petrie (1853-1942) no Egito.

Poder-se-ia talvez esperar que a disciplina ligada mais de perto ao passado proporcionasse uma contribuição mais importante ao desenvolvimento das ciências sociais, mas na realidade a história como um especialização acadêmica foi curiosamente de pouca ajuda. Seus praticantes estavam sobretudo interessados com dirigentes, batalhas, tratados, acontecimentos políticos ou instituições político-legais, num mundo politicamente retrospectivo, senão com política cotidiana vestida com roupas históricas. Eles elaboraram a metodologia de pesquisa baseados nos documentos dos arquivos públicos, hoje admiravelmente organizados e preservados, e (seguindo a liderança dos alemães) organizaram suas publicações em torno dos dois pólos da tese acadêmica e da revista especializada para *scholars:* a *Historische Zeitschrift* foi publicada pela primeira vez em 1858, a *Revue Historique* em 1876, a *Historical Review* inglesa em 1886 e a *American Historical Review* em 1895. Mas o que eles produziram foi no máximo alguns monumentos permanentes de erudição, aos quais ainda hoje recorremos, e no mínimo uns gigantescos panfletos que hoje, se são lidos, é por mero interesse literário. A história acadêmica, apesar do moderado liberalismo de alguns de seus praticantes, tinha uma natural inclinação em preservar o passado, e tinha uma atitude de suspeita, senão de deploração, em relação ao futuro. As ciências sociais, neste período, tinham a inclinação contrária.

Apesar de tudo, se os historiadores acadêmicos seguiam seus caminhos de erudição, a história permanecia como a estrutura básica das novas ciências sociais. Isto era particularmente óbvio no florescente (e, como em tantos outros, proeminentemente alemão) campo da lingüística, ou melhor, para usar o termo da,época, da filologia. O maior interesse desta ciência residia na reconstituição da evolução histórica das línguas indo-européias que, talvez porque fossem conhecidas na Alemanha como "indo-alemãs", atraíam ali a atenção nacional, quando não nacionalista. Esforços para estabelecer uma tipologia evolucionista mais ampla das línguas, isto é, descobrir as origens e o desenvolvimento histórico da fala e da linguagem também foram feitos – por exemplo, H. Steinthal (1823-99) e A. Schleicher (1821-68) – mas as árvores das linguagens então construídas permaneciam altamente especulativas e as relações entre os vários *genera* e *species* extremamente duvidosas. Na realidade, com a exceção do hebreu e de alguns dialetos semitas que atraíam estudiosos judeus ou bíblicos e também algum trabalho feito com as línguas fino-uralianas (que por acaso tinham um representante na Europa central, a Hungria) pouco, fora das línguas indo-européias, havia sido sistematicamente estudado nos países onde a filologia de meados do século XIX havia florescido. (A escola americana de lingüística, baseada no estudo das línguas ameríndias, ainda não se tinha desenvolvido.) Por outro lado, os *insights* fundamentais da primeira metade do século eram agora sistematicamente aplicados e desenvolvidos na lingüística evolucionista indo-européia. Os tipos regulares de mudanças sonoras descobertas por Grimm para o alemão eram agora investigados e especificados de forma mais aprofundada, métodos de reconstrução de formas de palavras antigamente não-escritas e a construção de modelos das "árvores de família" lingüísticas eram estabelecidos, outros modelos de mudança evolutiva (como a "teoria das ondas" de Schmidt) eram sugeridos, e o uso da analogia – especialmente analogia gramatical – era desenvolvido, já que a filologia não era nada se não fosse comparativa. Pela década de 1870, a escola líder de *Junggrammatiker* (Jovens Gramáticos) se julgava capaz de reconstruir o Indo-Europeu original, do qual tantas línguas desde o sânscrito no Leste e o celta no Oeste descendiam, e o temível Schleicher chegou a escrever textos neste idioma reconstruído. A lingüística moderna tomou um caminho inteiramente diverso, rejeitando os interesses históricos e evolucionistas de meados do século XIX talvez com violência excessiva, e nesta medida o principal desenvolvimento da filologia em nosso período produziu princípios conhecidos ao invés de antecipar novos. Mas era bem tipicamente uma ciência social evolucionista, e pelos padrões da época, muito bem sucedida, tanto entre especialistas como junto ao grande público. Infelizmente, entre os últimos (apesar dos desmentidos específicos de *scholars* como F. Marx-Muller (1823-1900) de Oxford, encorajou a crença no racismo – os que falavam as línguas indo-européias (um conceito puramente, lingüístico) sendo identificados com a "raça ariana".

O racismo tinha um papel central em outra ciência social que se desenvolvia rapidamente, a antropologia, uma fusão de duas disciplinas sensivelmente diferentes, a "antropologia física" (basicamente derivada de interesses anatômicos e similares) e a "etnografia", ou a descrição de várias comunidades – geralmente atrasadas ou primitivas. Ambas inevitavelmente confrontaram e foram de fato dominadas pelo problema da diferença entre diversos grupos humanos e (como estavam calcadas no modelo evolucionista) o problema da descendência do homem, assim como os diferentes tipos de sociedade, dos quais o mundo burguês parecia sem dúvida o mais elevado. Antropologia física automaticamente levava ao conceito de "raça", já que as diferenças entre povos brancos, amarelos ou pretos, negros, mongóis, caucasianos (ou qual fosse a classificação empregada) eram indiscutíveis. Isso não implicava em si mesmo nenhuma crença em desigualdade racial, superioridade ou inferioridade, embora quando combinado com o estudo da evolução do homem na base do fóssil préhistórico certamente a sugerisse. Pois os ancestrais mais identificáveis e mais remotos – principalmente o Homem de Neanderthal – eram claramente mais simiescos e culturamente inferiores que os seus descobridores. Logo, se algumas raças existentes poderiam ser demonstradas como estando mais próximas ao macaco do que outras, não iria isso provar sua inferioridade?

O argumento é frágil, mas era um apelo natural para aqueles que queriam provar a inferioridade racial, por exemplo, negros em relação a brancos – ou melhor, de qualquer um em relação a brancos. (A forma de macaco poderia ser discernida pelo olho do preconceito até nos chineses e japoneses, como testemunham muitos desenhos da época.) Mas se a evolução biológica darwinista sugeria uma hierarquia das raças, assim o fez o método comparativo aplicado na "antropologia cultural", da qual *Primitive Culture* (1871) de E. B. Tylor é a obra mais Importante. Para E. B. Tylor (1832-1917), assim como para muitos dos maravilhados pelo "progresso" que observavam comunidades e culturas (que diferentes dos fósseis humanos não haviam desaparecido), estas não eram diferentes por natureza, mas representativas de um estágio anterior da evolução no caminho da civilização moderna. Elas eram iguais à infância na vida do indivíduo. Isso implicava uma teoria de estágios – Tylor tinha sido influenciado por Comte – que ele aplicava (com a caução habitual de homens respeitáveis tocando este assunto ainda explosivo) à religião. Do primitivo "animismo" (uma palavra inventada por ele) o caminho levava a religiões monoteístas mais elevadas, e eventualmente para o triunfo da ciência que, capaz de explicar ares cada vez maiores da experiência, sem recurso ou referência ao espírito iria, "em cada departamento, um após outro, substituir a descoberta de uma lei sistemática à ação independente voluntária" [12.] Nesse ínterim, entretanto, "sobrevivências" historicamente modificadas estágios da civilização poderiam ser dis-

cernidas em qualquer lugar, mesmo nas partes evidentemente "atrasadas" das nações civilizadas, por exemplo, nas superstições e costumes do campo. Portanto, o camponês transformara-se na ligação entre o selvagem e o civilizado. Tylor, que pensou a antropologia como "essencialmente uma ciência reformadora", não acreditava que isso indicasse qualquer incapacidade dos camponeses em se tornarem membros completos da sociedade civilizada. Mas, o que seria mais fácil de concluir do que aqueles que representavam o estágio da infância ou adolescência no desenvolvimento da civilização eram de fato "infantis" e precisavam ser tratados como crianças pelos seus "pais" maduros?

> "Assim como o tipo do negro (escreveu a *Anthropological Review)* é fetal, o tipo do mongol é infantil. E, de acordo com isto, encontramos que o governo, literatura e artes deles também são infantis. Crianças sem barba cuja vida é uma tarefa e cuja maior virtude consiste numa obediência indiscutível."[13]

Ou, como o capitão Osborn colocou de maneira meio naval em 1860: "Trate-os como crianças. Faça-os fazer o que sabemos que é melhor para eles como é para nós, e todas as dificuldades com a China chegarão a um fim." [14]

Outras raças eram "inferiores" porque representavam um estágio anterior da evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas. E esta inferioridade era comprovada porque, de fato, a "raça superior" era superior pelo critério de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais "bem-sucedida". O argumento era tão lisonjeiro quanto conveniente – tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores e, por outro lado, se cidadãos pertenciam às "raças inferiores", não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados. O argumento ainda não estava vestido com o aparato da genética moderna, que virtualmente ainda não havia sido inventada: os agora celebrados experimentos do monje Gregor Mendel (1822-84) com feijões no jardim de seu monastério moraviano (1865) passaram completamente desapercebidos até que foram redescobertos em 1900. Mas, de uma forma primitiva, a idéia de que as classes superiores eram um tipo mais elevado de humanidade, desenvolvendo sua superioridade por endogamia, e ameaçada pela mistura com as ordens inferiores e, mais ainda, pelo rápido aumento numérico destes inferiores, era largamente aceita. Por outro lado, como a escola (sobretudo italiana) da "antropologia criminal" pretendia provar, o criminoso, o anti-social, o desprivilegiado social pertenciam a uma linhagem humana diferente e inferior da "respeitável", e podia ser reconhecida como tal pelo mensuramento do crânio e outros métodos simples.

O racismo atravessa o pensamento de nosso período numa extensão difícil de julgar hoje, e nem sempre fácil de compreender. (Por que, por exemplo, o horror generalizado da miscigenação e a crença quase universal entre os brancos de que os mestiços herdavam precisamente as piores características das raças de seus pais?) Exceto pela sua conveniência enquanto legitimização da dominação do branco sobre indivíduos de cor, ricos sobre pobres; isto talvez seja melhor explicado como um mecanismo através do qual uma sociedade fundamentalmente inegalitária, baseada sobre uma ideologia fundamentalmente egalitária, racionalizava suas desigualdades, uma tentativa para justificar e defender aqueles privilégios que a democracia (implicitamente nas suas instituições) precisava inevitavelmente desafiar. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante da igualdade e da democracia, portanto a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo, podia provar que os homens *não* eram iguais.

Mas evidentemente, a ciência do nosso período não chegou a prová-lo embora alguns cientistas tenham se esforçado bastante. A tautologia darwinista ("sobrevivência dos melhores", sendo que a prova de "ser melhor" era precisamente a sobrevivência) não podia provar que os homens fossem superiores às minhocas, já que ambos sobreviviam com sucesso. A "superioridade" era entendida através da redução à equação de nivelar história evolucionista com "progresso". E mesmo que a história evolutiva do homem discernisse corretamente o progresso em algumas questões importantes – principalmente ciência e tecnologia – embora não dando atenção a outras, não conseguiu, e aliás não poderia, fazer do "atraso" um fato permanente e irreparável. Pois ela era baseada na premissa de que os seres humanos, pelo menos na sua emergência como *homo sapiens*, eram os mesmos, seus comportamentos obedecendo às mesmas leis uniformes, embora em circunstâncias históricas diferentes. O inglês era diferente do indo-europeu original, mas não porque os ingleses modernos operassem de uma maneira linguisticamente diferente das tribos ancestrais da Ásia central. O paradigma básico da "árvore de família", que aparece tanto na filologia como na antropologia, implica o contrário das formas de desigualdade genéticas ou outras quaisquer permanentes. Os sistemas de parentesco dos aborígenes australianos, habitantes das ilhas do Pacífico e índios iraquianos, que os ancestrais da antropologia social moderna como Lewis Morgan (1818-81) então começavam a estudar seriamente – embora o assunto fosse ainda basicamente mais estudado nas bibliotecas ao que no campo – eram vistos como "sobreviventes" dos estágios ancores da evolução daquilo que se tornara a família do século XIX. Mas o ponto principal sobre eles residia em que eram comparáveis: diferentes, mas não necessariamente inferiores. O "darwinismo social" e antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política.

Se olharmos retrospectivamente por sobre as ciências naturais e sociais do período ficaremos espantados com sua impressionante confiança em si mesmas. Isso era mais justificado talvez nas ciências natu-

rais do que nas sociais, mas era um fato igualmente marcante. Os físicos, que pensavam haver deixado a seus sucessores pouco mais para fazer do que arranjar pequenas soluções, expressavam o mesmo estado de espírito de August Schleicher, que tinha certeza de que os arianos haviam se comunicado na mesma língua que eles haviam há pouco reconstruído. Este sentimento não era muito baseado nos resultados – os das disciplinas evolucionistas dificilmente eram suscetíveis de falsificação – mas na crença da infalibilidade do "método científico". Ciência "positiva", operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo "leis" uniformes e invariantes além de qualquer possível modificação, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía. Mais do que isso: com o crescimento do mundo do século XIX, os estágios anteriores e infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação tinham acabado, e o "terceiro estágio" da ciência positiva de Comte havia chegado. E fácil agora achar graça de tal confiança, tanto pela adequação dos métodos como pela permanência dos modelos teóricos, mas talvez fosse uma reação um tanto deslocada. E se os cientistas sentiam que podiam falar com certeza, mais ainda os propagandistas e os ideólogos, que tinham ainda mais certeza que as certezas dos cientistas, porque eles podiam bem entender o que diziam estes cientistas, desde que tal pudesse ser dito sem o recurso à alta matemática. Mesmo a física e a química pareciam estar ao alcance do "homem prático" – digamos, um engenheiro civil. A *Origem das Espécies* de Darwim estava inteiramente ao acesso de um advogado bem instruído. Nunca mais iria ser tão simples para o senso comum, que sabia que o mundo triunfante do progresso liberal capitalista era o melhor dos mundos possíveis, mobilizar o universo para confirmar seus próprios preconceitos.

Os publicistas, popularizadores e ideólogos eram agora encontrados através do mundo ocidental onde quer que houvesse uma elite atraída pela "modernização" Os cientistas e estudiosos originais – aqueles que desfrutavam, e ainda desfrutam, de reputação fora de seus países – eram distribuídos de forma mais irregular. Na Realidade, eles estavam virtualmente confinados a partes da Europa e da América do Norte (Na Europa, as penínsulas Ibérica e Balcânica permaneceram meio atrasadas neste particular.) Trabalho de considerável qualidade e interesse internacional era agora produzido em quantidade significativa na Europa central e do leste, e mais curiosamente na Rússia – e esta era provavelmente a mais espantosa mudança no mapa "acadêmico" do mundo ocidental em nosso período, embora nenhuma história da ciência deste período possa ser escrita sem referência a alguns eminentes norte-americanos, principalmente o físico Willard Gibbs (1839-1903). Portanto, seria difícil negar que, digamos, em 1875, o que acontecia nas universidades de Kazan e Kiev era mais significativo do que o que acontecia em Yale ou Princeton.

Mas a mera distribuição geográfica não pode revelar suficientemente o que era cada vez mais o fator dominante sobre a vida acadê-

mica de nosso período, em outras palavras, a hegemonia dos alemães, apoiados pelo fato de diversas universidades usarem aquela língua (que incluía as da maior parte da Suíça, Império dos Habsburgos e regiões bálticas da Rússia), e a poderosa atração que a cultura alemã exercia na Escandinávia e Europa do leste e sudeste. Fora do mundo latino e da Inglaterra, e mesmo numa certa medida em ambos, o modelo alemão de universidade era geralmente adotado. A predominância alemã era sobretudo quantitativa: em nosso período provavelmente um número maior de jornais científicos foram publicados nesta língua do que em francês e inglês juntos. Afora alguns campos das ciências naturais, como a química e provavelmente a matemática, que eles claramente dominavam, a qualidade extremamente alta de suas realizações era menos óbvia, porque (diferente do início do século. XIX) não havia neste tempo um gênero especificamente alemão de filosofia. Enquanto que os franceses, talvez por razões nacionalistas, mantiveram seu próprio, estilo (embora não a matemática francesa) – exceto por alguns indivíduos célebres, os alemães seguiram outro caminho. Talvez o estilo dos alemães, que se tornou dominante no século XX, não tenha emergido como tal até que as ciências tivessem passado para a fase da teoria e sistematização que (por razões mais ou menos obscuras) caía-lhes admiravelmente. De qualquer maneira, as ciências naturais inglesas – que desfrutavam de um público expressivo de especialistas, burgueses e mesmo artesãos – continuavam a produzir cientistas de renome extraordinário, como Thompson e Darwin.

Exceto na história acadêmica e na lingüística, não havia uma tal dominação alemã nas ciências sociais. A economia era ainda bastante inglesa, embora em retrospectiva possamos detectar alguma obra analítica importante na França, Itália e Áustria. (O Império dos Habsburgos, embora de alguma forma parte da cultura alemã, seguiu uma trajetória intelectual bastante diferente.) A sociologia, pelo pouco que valia, estava basicamente associada à França e à Inglaterra, tendo sido recebida entusiasticamente no mundo latino. Na antropologia, as conexões internacionais dos ingleses deram-lhes uma vantagem notável. A "evolução" em geral – a ponte entre as ciências naturais e sociais – tinha seu centro de gravidade na Inglaterra. A verdade é que as ciências sociais refletiam as pré-concepções e problemas do liberalismo burguês na sua forma clássica, tal como não eram encontrados na Alemanha, onde a sociedade burguesa inseria-se dentro do contexto bismarkiano de aristocratas e burocratas. O mais eminente cientista social do período, Karl Marx, trabalhou na Inglaterra, fazendo derivar o contexto de sua análise concreta de uma ciência econômica não-alemã e a base empírica de sua obra da sociedade burguesa "clássica" – a inglesa – embora já a esta época não mais isenta de desafios.

III

A "ciência" era o centro daquela ideologia laica de progresso, quer liberal quer, numa medida menor mas de crescente importância, socialista, que não demanda uma discussão especial, pois sua natureza geral deveria, por agora, ter claramente surgido de sua história.

Comparada com a ideologia laica, a religião no nosso período é de interesse incomparavelmente menor e não merece um tratamento mais prolongado. Mas, mesmo assim, merece alguma atenção, não apenas porque ainda formava o idioma no qual a esmagadora maioria da população mundial pensava, mas também porque a própria sociedade burguesa, apesar de sua crescente laicização, estava bastante preocupada em relação às possíveis conseqüências de sua própria audácia. A descrença em Deus tornou-se relativamente fácil em meados do século XIX, pelo menos no mundo ocidental, já que muitas das idéias passíveis de verificação das escrituras judaico-cristãs haviam sido minadas ou mesmo desmentidas pelas ciências sociais históricas, e sobretudo naturais. Se Lyell (1797-1875) e Darwin estavam certos, então o livro da Gênesis estava simplesmente errado no seu sentido literal; e os oponentes intelectuais de Darwin e Lyell estavam visivelmente em debandada. O pensamento livre das classes altas era familiar de longa data, pelo menos entre senhores distintos. O ateísmo intelectual e de classe média também não era novo e tornou-se militante com a importância crescente do anticlericalismo. O pensamento livre da classe operária, embora já associado a ideologias revolucionárias, tomou uma forma especial, tanto porque as velhas ideologias revolucionárias declinavam deixando atrás apenas seus aspectos políticos menos diretos como também porque as novas ideologias, firmemente baseadas numa filosofia materialista, ganhavam terreno. O movimento "laicizante" na Inglaterra derivava diretamente dos velhos movimentos operários Cartista e Owenita, mas agora existia como um corpo independente, particularmente atraente a homens e mulheres que reagiam contra uma herança religiosa especialmente intensa. Deus estava não apenas despedido, mas sob ferrenho ataque.

Este ataque militante à religião coincidia, mas não era exatamente idêntico à corrente igualmente militante do anticlericalismo que abarcava todas as correntes intelectuais dos liberais moderados aos marxistas e anarquistas. Os ataques a igrejas, e mais obviamente igrejas oficiais do estado e a Igreja Católica Romana internacional – que clamava para si o direito de definir a verdade ou o monopólio de certas funções atingindo o cidadão (como casamento, enterro e educação) – não implicava ateísmo em si mesmo. Nos países contendo mais do que uma religião essa luta poderia ser conduzida pelos membros de uma corrente religiosa contra outra. Na Inglaterra a luta era basicamente levada pelas seitas não-conformistas contra a Igreja Anglicana; na Alemanha, Bismarck, que entrou numa *Kulturkampf* (luta cultural) amarga contra a Igreja Católica Romana em 1870-71, certa-

mente não pretendia na qualidade oficial de luterano, que a existência de Deus ou a divindade de Jesus estivessem em questão. Por outro lado, em países com uma única fé monolítica, mais obviamente os católicos, o anticlericalismo normalmente implicava rejeição de toda e qualquer religião. Havia, é certo, uma fraca corrente "liberal" dentro do catolicismo que resistia ao cada vez mais rígido ultraconservantismo da hierarquia romana, formulada na década de 1860 (ver referência anterior à Syllabus of Errors) e oficialmente triunfante no Concilio Vaticano de 1870 com a declaração da infalibilidade papal. Entretanto, esta pequena corrente era facilmente assimilada pela Igreja; e mesmo apoiada por alguns eclesiásticos que queriam preservar uma relativa autonomia de suas igrejas católicas regionais, e que eram provavelmente mais fortes na França. Mas o "galicanismo" não pode ser realmente chamado de "liberal" no sentido aceito do termo, mesmo levando em conta que estava mais preparado, em termos pragmáticos e anti-romanos, para chegar a um bom termo com os governos laicos modernos e liberais.

O anticlericalismo era militantemente laico, na medida em que pretendia tomar da religião qualquer *status* oficial na sociedade ("desestabelecimento da igreja", "separação da igreja do Estado"), deixando-a como uma questão puramente privada. Deveria ser transformada em uma ou diversas organizações puramente voluntárias, análogas aos clubes de colecionadores de selos, somente que em dimensões um pouco maiores. Mas isso não era baseado tanto na falsidade da crença em Deus ou qualquer versão particular desta crença, mas na crescente capacidade administrativa, amplitude e ambição do estado laico – mesmo na sua forma mais *laissez-faire* e liberal – que estava decidido a expulsar organizações privadas daquilo que então considerava seu campo de ação. Entretanto, o anticlericalismo era basicamente político, porque a certeza passional por detrás de tudo era de que religiões bem estabelecidas eram hostis ao progresso. E de fato eram, sendo do ponto de vista sociológico e político instituições bastante conservadoras. A Igreja Católica Romana, tinha aliás uma hostilidade manifesta por tudo aquilo que o século XIX se punha firmemente a favor. As seitas ou os heterodoxos poderiam ser liberais ou mesmo revolucionários, minorias religiosas poderiam ser atraídas pela tolerância liberal, mas igrejas ou ortodoxias nunca poderiam sê-lo. E, na medida em que as massas – especialmente as massas rurais – estavam ainda nas mãos destas forças do obscurantismo, tradicionalismo e reacionarismo político, seu poder precisava ser destruído para que o progresso continuasse seu curso. Conseqüentemente, o anticlericalismo era mais militante e passional na proporção do "atraso" do país. Na França, os políticos argumentavam sobre o *status* das escolas católicas, mas no México, muito mais estava em disputa na luta entre o governo e os padres. O "progresso", a emancipação da tradição – tanto para a sociedade como para os indivíduos – parecia entretanto implicar uma ruptura militante com as antigas crenças que encontravam expressão pas-

sional no comportamento dos militantes dos movimentos populares, assim como no dos intelectuais da classe média. Um livro chamado *Moisés ou Darwin* iria ser lido por um número maior de trabalhadores social-democratas nas bibliotecas dos sindicatos alemães que os escritos do próprio Marx. Progresso, educadores, emancipadores e ciência (logicamente desenvolvida em "socialismo científico") era a chave para a emancipação intelectual dos grilhões do passado de superstições e do presente opressivo. Os anarquistas da Europa ocidental, que refletiam os instintos espontâneos destes militantes de forma bastante precisa, eram selvagemente anticlericais. Não é nenhum acidente que, na Romagna italiana, um ferreiro radical tenha dado o nome de Benito Mussolini a seu filho em homenagem ao presidente mexicano anticlerical Benito Juarez.

Apesar de tudo, mesmo entre os livre-pensadores, uma nostalgia pela religião permaneceu. Ideólogos da classe média, que apreciavam o papel da religião como uma instituição mantenedora de um estado de adequada modéstia entre os pobres e uma garantia da ordem, algumas vezes flertaram com neo-religiões, como a "religião da humanidade" de Comte que substituía os santos por uma seleção de grandes homens para o Panteão, embora tais experimentos não tenham sido muito bem sucedidos. Mas também havia uma tendência genuína de substituir as consolações da religião pelas da idade da ciência. A "Ciência Cristã", fundada por Mary Baker Eddy (1821-1910) que publicou seus escritos em 1875, indicava uma destas tentativas. A impressionante popularidade do espiritualismo, que teve sua primeira voga na década de 1850, é talvez provavelmente devida a essa tendência. Suas afinidades políticas e ideológicas se faziam com o progresso, a reforma e a esquerda radical, e não menos com a emancipação feminina, especialmente nos Estados Unidos que eram o seu centro maior de difusão. Mas afora suas outras atrações, tinha a vantagem considerável de colocar a sobrevivência após a morte dentro de um contexto da ciência experimental, talvez mesmo (como a nova arte da fotografia poderia demonstrar) no de uma imagem objetiva. Quando milagres não podiam ser mais aceitos e a parapsicologia aumentava seu público potencial. Algumas vezes, porém, não indicava nada mais que a sede humana geral por rituais coloridos que a religião tradicional normalmente fornecia de forma tão eficiente. A metade do século XIX está plena de rituais laicos inventados, especialmente nos países anglo-saxônicos, onde sindicatos elaboraram complicadas bandeiras e certificados alegóricos, Sociedades de Ajuda Mútua, cercadas por sua vez com a parafernália da mitologia e do ritualismo nas suas "lojas", Ku-Klux-Klans e outras ordens políticas menos "secretas". A mais antiga, e sem dúvida a mais influente de todas estas sociedades secretas, ritualizadas e hierarquizadas estava de fato comprometida com o pensamento livre e o anticlericalismo, pelo menos afora dos países anglo-saxônicos: os franco-maçons. Se o número de seus adeptos

cresceu neste período não sabemos, embora seja provável; certamente sua importância política cresceu.

Mas se mesmo os livre-pensadores reclamavam pelo menos algum consolo espiritual do tipo tradicional, eles pareciam, por outro lado, estar perseguindo um inimigo em debandada. Pois – como os escritos vitorianos da década de 1860 eloqüentemente testemunham – o indivíduo com fé tinha "dúvidas", especialmente se fosse intelectual. A religião estava sem dúvida em declínio, não meramente entre intelectuais, mas nas grandes cidades onde a pressão comunitária.para a prática religiosa e a moralidade era pouco sentida.

E portanto as décadas de meados do século XIX não chegaram a ver um declínio de religião de massa comparável ao caminho intelectual tomado" pela teologia. O centro das classes médias anglo-saxônicas permaneceu religioso, em geral praticantes, ou pelo menos hipócritas. Dos grandes milionários americanos apenas um (Andrew Carnegie) propagandeava falta de fé. A taxa de expansão das seitas protestantes não-oficiais decaiu, mas – pelo menos na Inglaterra – a "consciência não-conformista" que representavam tornou-se politicamente muito mais influente na medida em que se tornava mais classe média. A religião não chegou a declinar no meio das novas comunidades de imigrantes no resto do mundo: na Austrália, o percentual de freqüência à Igreja no meio da população de mais de 15 anos aumentou de 36,5% em 1850 para quase 59% em 187C e estacionou em torno de 40% nas últimas décadas do século [15]. Os Estados Unidos, a despeito de Col. Ingersoll, o célebre ateu (1833-99), era um país sem Deus numa medida muito maior que a França.

Na medida em que as classes médias estavam em questão, o declínio da religião era, como vimos, inibido não apenas pela tradição e fracasso em larga escala do racionalismo liberal em fornecer um substituto coletivo para o ritual e a fé religiosa (exceto talvez através da arte – ver capítulo seguinte), mas também pela relutância em abandonar um pilar de estabilidade, moralidade e ordem social tão valioso, talvez tão indispensável. Na medida em que as massas estavam em questão, a expansão da religião pode ter sido devido sobretudo àqueles fatores geográficos sobre os quais a Igreja Católica gostava de apoiar-se para os seus maiores triunfos: as migrações de massa de homens e mulheres de regiões mais tradicionais para as novas cidades, regiões e continentes, e a alta taxa de fertilidade dos pobres comparadas a dos não-crentes corrompidos pelo progresso. Não há evidência de que os irlandeses tenham se tornado mais religiosos em nosso período, mas há alguma certeza de que as migrações enfraqueceram sua fé, embora sua dispersão e sua taxa de natalidade fizessem com que a Igreja Católica crescesse de forma relativa e absoluta através da cristandade. E além disso, não haviam forças dentro da própria religião para revivê-la e dispersá-la?

Certamente neste estágio os missionários cristãos não eram notavelmente bem-sucedidos, fosse ao lidar com o proletariado perdido

em casa ou ainda menos ao tentar converter indivíduos de religiões rivais pelo mundo afora. Considerando as despesas substanciais – entre 1871 e 1877 os ingleses sozinhos contribuíram com 8 milhões de libras para as missões [16] – os resultados foram bastante modestos. O Cristianismo de todas e quaisquer denominações fracassou em tornar-se um competidor sério em relação à única religião realmente em expansão, o Islamismo. Este continuava a espalhar-se de forma irresistível, sem o benefício de uma organização missionária, dinheiro ou o apoio das grandes potências, através da África e partes da Ásia – sem dúvida ajudado não apenas por seu igualitarismo mas também pela consciência da superioridade dos valores em relação aos conquistadores europeus. Nenhum missionário conseguiu jamais abrir uma brecha dentro da população maometana. Conseguiram apenas entrar um pouco dentro de algumas não-islâmicas, já que faltava ainda aos missionários a grande arma da penetração cristã, ou seja, a conquista colonial direta, ou pelo menos a conversão oficial de governantes que traziam seus cidadãos com eles, como aconteceu em Madagascar, que declarou-se uma ilha cristã em 1869. O Cristianismo fez alguns avanços no sul da índia (sobretudo no meio da camada mais baixa do sistema de castas), apesar da falta de entusiasmo do governo – na Indochina, em seqüência à conquista francesa, mas nada de significativo na África, até que o imperialismo multiplicasse o número de missionários (de uns 3 mil protestantes em meados da década de 1880 para talvez uns 18 mil em 1900) e pusesse um poder material bem mais persuasivo atrás do poder espiritual do Redentor. [17] Portanto, nos melhores dias do liberalismo, a ação missionária talvez tenha perdido algum ímpeto. Somente uns três ou quatro novos centros católicos missionários foram abertos na África em cada uma das décadas entre 1850 e 1880, comparado com seis na década de 1840, 14 na de 1880 e 17 na de 1890. [18] O Cristianismo era mais efetivo quando alguns elementos da religião eram absorvidos pela ideologia religiosa local, sob a forma de cultos "nativistas" sincréticos. O movimento Taiping na China (ver capítulo 7) foi de longe o maior e o mais influente de tais fenômenos.

Mas dentro do Cristianismo havia sinais de um contra-ataque em relação ao avanço da laicização. Nem tanto no mundo protestante, onde a formação e expansão de novas seitas não-oficiais parecia ter perdido muito do dinamismo que possuía antes de 1848 – com a possível exceção dos negros na América anglo-saxônica –, da mesma forma que os católicos. O culto do milagre em Lurdes, na França, que começou com a visão de uma pequena pastora em 1858 expandiu-se com enorme rapidez; talvez espontaneamente no começo, mas logo depois com ativo apoio eclesiástico. Por volta de 1875 uma filial de Lurdes era aberta na Bélgica. De forma menos dramática, o anticlericalismo provocou um movimento substancial de evangelização entre os crentes e um reforço maior da influência clerical. Na América Latina, a população rural havia sido em larga escala cristã sem a presença de padres: até depois de 1860, a igreja no México havia sido sobre-

tudo urbana. Contra o anticlericalismo oficial a Igreja sistematicamente capturou ou reproselitizou o campo. Em certo sentido, diante da ameaça da reforma laica, a Igreja reagiu da mesma forma como havia feito no século XVI com a Contra-Reforma. O Catolicismo, agora totalmente intransigente, recusando qualquer acomodação com as forças do progresso, industrialização e liberalismo, tornou-se uma força muito mais poderosa depois do Concilio Vaticano de 1870 do que antes – mas ao custo de abandonar muito do seu terreno aos adversários.

Fora da cristandade as religiões apoiavam-se sobretudo na força do tradicionalismo para resistir à erosão da era liberal ou à confrontação com o Ocidente. Tentativas para "liberalizá-las" eram bem vistas por burguesias semi-assimiladas (como a Reforma Judaica que surgiu no final da década de 1860), execradas pelos ortodoxos e desprezadas pelos agnósticos. As forças da tradição ainda eram esmagadoramente poderosas, e freqüentemente reforçadas pela resistência ao "progresso" e à expansão européia. Como já vimos, o Japão chegou a criar uma nova religião de estado, o shintoísmo, a partir de elementos tradicionais, em grande parte com propósitos antieuropeus (ver capítulo 8). Mesmo os ocidentalistas e revolucionários do Terceiro Mundo iriam aprender que o caminho mais fácil para ser bem sucedido como político entre as massas era adquirir o papel, ou pelo menos o prestígio, de um monje budista ou de um santo hindu. E portanto, apesar de que o número dos francamente descrentes permanecesse relativamente pequeno em nosso período (afinal, mesmo na Europa, a metade feminina da raça humana não era praticamente afetada pelo agnosticismo), eles dominavam um mundo essencialmente laico. Tudo que a religião poderia fazer contra eles era recuar para trás de suas vastas e poderosas fortificações e preparar-se para um cerco muito longo.

Décimo-Quinto Capítulo

AS ARTES

Precisamo-nos convencer definitivamente que nossa história hoje é feita pelos mesmos seres humanos que também fizeram um dia as obras da arte grega. Mas tendo aceito este ponto, nossa tarefa é então descobrir o que é que transformou estes seres humanos de forma tão fundamental, que agora só conseguimos produzir o que sai das indústrias de luxo, onde antes criavam-se obras de arte.

Richard Wagner [1]

Por que você escreve em versos? Ninguém dá importância a isso agora... Na nossa era de maturidade cética e independência republicana, o verso é uma forma aposentada. Preferimos a prosa, que em virtude de sua liberdade de movimento está mais de acordo com os instintos da democracia.

Eugene Pelletan, deputado francês, 1877 [2]

I

Se o triunfo da sociedade burguesa parecia congênito à ciência, tal não ocorria da mesma forma com as artes. O reconhecimento de valor em relação às artes criativas é sempre muito subjetivo, mas não se pode praticamente negar que a era da revolução dual (1789-1848) viu extraordinárias realizações de homens e mulheres de dons bastante notáveis. A segunda metade do século XIX, especialmente as décadas que são o objeto deste livro, não dão uma impressão equivalente, exceto em um ou dois países atrasados, sendo de longe o mais notável deles a Rússia. Isto não quer dizer que as realizações criativas deste período fossem medíocres, embora ao rever aqueles criadores cuja obra maior ou a aclamação pública ocorreram entre 1848 e a década de 1870, precisamos lembrar que muitos deles já eram pessoas maduras e com uma expressiva produção antes de 1848. Afinal – para mencionar apenas três dos mais inquestionavelmente importantes – Charles Dickens (1812-70) já estava na metade de sua *ouvre,* Honoré Daumier (1808-79) tinha sido um ativo artista gráfico desde a revolução de 1830, e mesmo Richard Wagner (1813-83) já tinha várias óperas atrás de si: *Lohengrin* foi produzida em 1851. Porém, não há dúvida de que a literatura de prosa, e especialmen-

te o romance, floresceu de forma admirável graças principalmente à continuada glória dos ingleses e dos franceses e à nova glória dos russos. Na história da pintura houve claramente um admirável e grandioso período, graças quase que exclusivamente aos franceses. Na música, a era de Wagner e Brahms é inferior apenas em comparação com a era precedente de Mozart, Beethoven e Schubert.

Porém, se olharmos mais de perto a cena criativa, verifica-se que ela é bem menos inspirada. Já vimos como se distribuía geograficamente. Para a Rússia tratava-se de uma era espantosamente triunfante na música e sobretudo na literatura, para não mencionar as ciências naturais e sociais. Uma década como a de 1870, que viu os pontos culminantes de Dostoievsky e Tolstoi, P. Tchaikovsky (1840-93), M. Mussorgsky (1835-81) e o balé imperial clássico, não teme nenhum tipo de comparação. A França e a Inglaterra, como vimos, mantiveram um nível bastante elevado sobretudo na literatura da prosa, mas também na pintura e poesia. (Na poesia inglesa, a obra de Tennyson, Browning e outros é menos impressionante que a dos grandes românticos da era das revoluções; na França, com a obra de Baudelaire e Rimbaud, ocorreu o contrário.) Os Estados Unidos, embora ainda contribuindo de forma insignificante no campo das artes visuais e da música, já começa a estabelecer-se como uma força literária com Melville (1819-91), Hawthorne (1804-64) e Whitman (1819-91) no leste, e com uma nova geração de escritores populistas emergindo do jornalismo no oeste, entre os quais Mark Twain (1835-1910) iria ser o mais expressivo. Mesmo assim, numa comparação global, esta era uma realização de nível provinciano e de várias formas menos importante, e ainda menos influente internacionalmente do que a obra criativa que era produzida por algumas pequenas nações que afirmavam suas nacionalidades. (Curiosamente, um bom número de escritores americanos menores da primeira metade do século fizeram mais de uma viagem ao exterior.) Os compositores dos tchecos (A. Dvorak (1841-1904), S. Smetana (1824-84)) acharam mais simples conseguir aceitação internacional que os escritores daquele povo, isolados por uma língua que poucos de fora conheciam ou se incomodavam em aprender. Dificuldades lingüísticas também "localizaram" a reputação de escritores de algumas outras regiões, alguns dos quais ocupam uma posição-chave na história literária de seus respectivos povos – por exemplo, os holandeses e os flamengos. Somente os escandinavos conseguiram captar um público maior, talvez devido ao fato de que seu representante mais célebre – Henrik Ibsen (1828-1906) que atingiu a maturidade exatamente no término de nosso período – tenha escolhido escrever peças para o teatro.

Contra tudo isso, precisamos observar um declínio visível e de certa forma espetacular na qualidade das melhores obras daqueles dois centros de atividade criativa, os povos de língua germânica e os italianos. Talvez possa haver alguma discussão sobre música, mas na Itália não há quase nada além de Verdi (1813-1901), cuja carreira estava bem estabelecida desde antes de 1848 e na Austro-Alemanha,

entre os compositores reconhecidos, apenas Brahms (1833-97) e Bruckner (1824-96) surgiram essencialmente neste período, Wagner já sendo virtualmente maduro. Mesmo assim, estes nomes são suficientemente impressivos, especialmente Wagner, um gênio absoluto e fenômeno cultural apesar de ter um caráter vil. Mas qualquer relutância em aceitar inferioridade das artes destes dois povos deve permanecer restrita inteiramente à música. Não há dúvida quanto à inferioridade literária e das artes visuais em relação às do período anterior a 1848.

Tomando as diversas artes separadamente, a queda geral de nível é igualmente óbvia em algumas, sendo que em outras a superioridade em relação ao período precedente é inegável. A literatura floresceu, como já vimos, através do meio conveniente dos romances. Podem ser vistos como o gênero que achou uma forma possível de adaptar-se àquela sociedade burguesa cuja ascensão e crises formavam o assunto preferido dos escritores. Tentativas foram feitas para salvar a reputação da arquitetura do século XIX, mas há de qualquer forma algumas realizações expressivas. Entretanto, quando se considera a orgia de construções na qual a próspera sociedade burguesa atirou-se a partir da década de 1850, estas não são nem grandiosas nem particularmente numerosas. Paris reconstruída por Haussman impressiona por seu planejamento, mas não pelos edifícios que guarnecem suas esquinas e bulevares. Viena, que aspirou a obras-primas mais pessoais, foi apenas duvidosamente bem-sucedida. Roma do rei Vittorio Emmanuel, cujo nome está provavelmente ligado com um maior número de peças de má arquitetura do que qualquer outro soberano, é um desastre. Comparados com as extraordinárias realizações do, digamos, neo-classicismo – o derradeiro estilo unificado de arquitetura antes do triunfo da "moderna" ortodoxia do século XX –, os edifícios da segunda segunda metade do século XIX são mais capazes de demandar desculpas do que admiração universal. Isto não se aplica, evidentemente, às obras dos engenheiros brilhantes e imaginativos, embora tudo tendesse a ser escondido atrás de fachadas *fine art*.

Mesmos os entusiastas têm até bem recentemente encontrado dificuldades em dizer muito a favor da pintura deste período. A obra que tem se tornado uma parte permanente do museu do século XX é, quase sem exceção, francesa: sobreviventes da era das revoluções como Daumier e G. Courbet (1819-77), a escola de Barbizon e o grupo *a-vant-garde* dos Impressionistas (um rótulo indiscriminado que não precisamos analisar detidamente no momento), que surgiu na década de 1860. Esta façanha é de fato muito impressionante, e um período que viu o surgimento de E. Manet (1832-83), E. Degas (1834-1917) e o jovem P. Cézanne (1839-1906) não precisa se preocupar com sua reputação. Mesmo assim, estes pintores não eram apenas atípicos em relação ao que era posto sobre telas em quantidades cada vez maiores neste tempo, mas também muito suspeitos à arte respeitável e ao gosto do público. Sobre a arte oficial acadêmica ou sobre a popular, o máximo que pode ser razoavelmente dito é que não era uniforme em caráter,

que seus padrões de técnica eram altos, e que alguns méritos modestos podem ser redescobertos aqui e ali. A maior parte era e é horrível.

Pode ser que a escultura de meados e fins do século XIX, amplamente dispostos em inumeráveis obras monumentais, mereça um pouco mais de atenção do que se lhe tem dado normalmente – afinal, produziu o jovem Rodin (1840-1917). Entretanto, qualquer coleção de obras plásticas vitorianas *en masse*, como ainda podem ser vistas nas casas dos ricos Bengalis, constituiu-se numa visão tremendamente depressiva.

II

Esta era, de alguma forma, uma situação tragicômica. Poucas sociedades valorizaram tanto as obras dos gênios criadores (em si mesmo virtualmente uma invenção burguesa como fenômeno social – ver *A Era das Revoluções,* capítulo XIV) do que a burguesa do século XIX. Poucas estavam prontas a gastar dinheiro tão livremente com as artes e, em termos puramente quantitativos, nenhuma sociedade precedente comprou tanto como a quantidade de livros velhos e novos, objetos materiais, quadros, esculturas, estruturas decoradas de madeira e bilhetes para representações teatrais ou musicais. (Apenas o crescimento da população colocaria esta afirmação fora de disputa.) Sobretudo, e paradoxalmente, poucas sociedades tinham estado tão convencidas de que viviam numa era dourada das artes criadoras.

O gosto deste período não era nada se não fosse contemporâneo, como era de fato natural para uma geração que acreditava no progresso universal e constante. Herr Ahrens (1805-81), um industrial do norte da Alemanha, mudou-se para o clima culturalmente mais propício de Viena por volta dos seus 50 anos e começou a colecionar quadros modernos ao invés de obras de velhos mestres, e isto era típico como fenômeno.[3] Os Bolckow (ferro), Holloway (patente das pílulas) e Mendel (algodão), que competiam entre si para aumentar os preços das pinturas a óleo na Inglaterra, fizeram afortunados pintores acadêmicos da época.[4] Os jornalistas que registravam orgulhosamente a abertura e o custo total destes gigantescos edifícios públicos, que começaram a desfigurar a imagem das cidades depois de 1848, genuinamente acreditavam que estavam celebrando uma nova Renascença, financiada por príncipes industriais comparáveis aos Medici. Enfim, a conclusão mais evidente que os historiadores podem tirar do final do século XIX é que a mera aplicação de dinheiro não é capaz de garantir uma idade de ouro para as artes.

Mais ainda, a quantidade de dinheiro gasta era impressionante por quaisquer padrões exceto os da capacidade produtiva sem precedentes do capitalismo. Entretanto, estas quantidades não mais eram gastas pelas mesmas pessoas. A revolução burguesa era vitoriosa mesmo no campo característico da atividade dos príncipes e da no-

breza. Nenhuma das grandes reconstruções de cidades entre 1850 e 1875 colocou como ponto dominante da paisagem um palácio real ou imperial, nem mesmo um complexo de palácios aristocráticos. Onde a burguesia fosse fraca, como na Rússia, o tzar e os grão-duques podiam ainda ser os patronos principais em caráter individual, mas mesmo assim o papel deles em tais países parece ter sido bem menos central do que fora antes da Revolução Francesa, Em outros lugares, um príncipe menor ocasional e excêntrico como Ludwig II da Baviera ou a marquesa de Hertford poderiam colocar toda a paixão em comprar arte e artistas mas, no total, cavalos, jogo e mulheres eram mais capazes de pô-los em dívidas do que a patronagem das artes.

Quem pagava então pelas artes? Governos e outras entidades públicas, a burguesia e – este ponto merece atenção – uma seção cada vez mais significativa das "ordens menores" para os quais os processos industriais e tecnológicos faziam com que os produtos das mentes criativas se tornassem accessíveis em quantidades cada vez maiores e a preços cada vez menores.

Autoridades públicas laicas eram quase os únicos fregueses para os edifícios gigantescos e monumentais, cujo propósito era comprovar a riqueza e esplendor da era em geral e da cidade em particular. Seus propósitos eram raramente utilitários. Na era do *laissez-faire,* os edifícios governamentais não eram injustificadamente conspícuos. Normalmente não eram religiosos, exceto nos países católicos ou quando construídos para uso interno pelos grupos (minoritários) religiosos como os judeus e os não-conformistas ingleses, que desejavam registrar sua riqueza e satisfação crescentes. A paixão pela "restauração" e acabamento das grandes igrejas e catedrais da Idade Média que varreu a Europa de meados do século como uma doença contagiosa, era mais cívica que espiritual. Mesmo nas monarquias mais esplêndidas, pertencia mais ao público do que à corte: coleções imperiais eram agora museus, as óperas abriam suas bilheterias. Eram, na realidade, os símbolos característicos da glória e da cultura, pois mesmo as titânicas prefeituras que os dirigentes das cidades mandavam construir eram de longe muito maiores do que requeriam as modestas necessidades da administração municipal. Os meticulosos homens de negócios de Leeds deliberadamentw rejeitaram os cálculos utilitários na construção de seus prédios. O que era uns poucos milhares a mais, quando a meta a fixar era de que "no ardor das disputas mercantis, os habitantes de Leeds não se esqueceram de cultivar a percepção do belo e um gosto pelas belas artes"? (De fato, gastaram 122 mil libras ou cerca de três vezes mais que a estimativa original, equivalente a mais de 1% do *total* em renda para o Reino Unido *inteiro* no ano de sua inauguração, 1858.)[5]

Um exemplo pode ilustrar o caráter geral de tais edifícios. A cidade de Viena derrubou suas velhas fortificações na década de 1850, e encheu o espaço vazio nas décadas subseqüentes com um magnífico bulevar circular cercado de edifícios públicos. O que eram estes edifí-

cios? Um deles representava o comércio (a bolsa de valores), outro a religião (a Votivkirche), três deles universidades, três outros de importância civil e questões públicas (a prefeitura, o palácio da justiça e o parlamento) e não menos de oito representavam as artes: teatros, museus, academias etc.

As demandas da burguesia eram individualmente mais modestas, coletivamente bem maiores. Sua patronagem enquanto indivíduos não era talvez tão importante como iria ser na última geração antes de 1914, quando os milionários dos Estados Unidos aumentaram os preços de certas obras de arte, a um nível mais alto do que nunca ou desde então. (Mesmo no final do nosso período os *robber barons* estavam ainda muitos ocupados na espoliação geral para poderem exibir de coração os frutos de seu banditismo.) Era portanto evidente, particularmente a partir da década de 1860, que havia muito dinheiro sobrando. A década de 1850 produziu apenas um artigo de mobília francesa do século XVI11 (o símbolo de *status* internacional de um rico interior) que tenha passado de 1 mil libras num leilão; a de 1860, oito; a de 1870, 14 incluindo um lote que atingiu 30 mil libras; artigos como um vaso de Sèvres (um símbolo de *status* bastante similar) chegou a 1 mil libras, três vezes mais na década de 1850, sete vezes mais na de 1860 e 11 vezes na de 1870.[6] Um punhado de príncipes-competidores é suficiente para fazer a fortuna de pintores e *marchands*, mas mesmo um público numericamente modesto é capaz de manter uma produção artística substancial se lhe fornecer uma boa saída. O teatro, e numa certa medida a música clássica, concertos, provavam esta afirmação. (A ópera e o bale clássico, então como agora, sustentavam-se como subsídios do governo ou de ricos a procura *de status*, nem sempre ignorantes das facilidades de acesso a belas bailarinas e cantoras.) O teatro florescia, pelo menos financeiramente. O mesmo ocorria com os editores de livros caros e sólidos para um mercado limitado, cujas dimensões são talvez indicadas pela circulação do *Times* de Londres, que andava entre 50 mil e 60 mil nas décadas de 1850 e 1860, atingindo 100 mil em algumas poucas ocasiões especiais. Quem poderia reclamar quando o livro *Traveis* de Livingstone (1857) vendeu 30 mil exemplares numa edição de um guinéu em seis anos?[7] De qualquer maneira, as necessidades domésticas e de comércio da burguesia fizeram a fortuna de inúmeros arquitetos que construíram e reconstruíram áreas substanciais das cidades para aquela classe.

O mercado burguês era novo apenas na medida em que agora era especialmente grande e cada vez mais próspero. Por outro lado, os meados do século produziram um fenômeno realmente revolucionário: pela primeira vez, graças à tecnologia e à ciência, alguns tipos de obras criativas tornaram-se tecnicamente passíveis de reprodução barata, e numa dimensão sem precedentes. Apenas um destes processos chegava de fato a competir com o ato da criação artística em si mesma, em outras palavras, a fotografia, que nasceu na década de 1850. Como veremos, seus efeitos na pintura foram imediatos e profundos.

O resto apenas trouxe versões de qualidade inferior de produtos individuais ao alcance do público de massa: escrita, através da multiplicação de edições baratas, estimuladas principalmente pelas estradas de ferro (os seriados principais eram chamados tipicamente de bibliotecas "ambulantes ou "de viagem"), retratos através de gravação em ferro, em que os novos processos de eletrogravação (1845) tornaram possível a produção em grandes quantidades sem perda de detalhes ou refinamentos, assim como através do desenvolvimento do jornalismo, literatura, autoditatismo etc. (Que tais novidades tenham aparecido nas décadas de 1830 e 1840 não diminui a importância de sua expansão quantitativa a partir de 1850)

O enorme significativo econômico deste nascente mercado de massa é freqüentemente subestimado. As rendas dos principais pintores, impressionantes mesmos pelos padrões modernos – Millais tinha uma média de 20 a 25 mil libras anuais de libras esterlinas vitorianas entre 1868 e 1874 – eram baseadas sobretudo nas gravuras de dois guinéus em molduras de 5 shillings que Gambart, Flatou e outros *marchands* lançavam. A *Railway Station* de Frith (1860) conseguiu 4.500 libras em tais direitos subsidiários e mais 750 libras por direitos de exibição. [8] Em 1853, E. Bulwer-Lytton (1803-73), um escritor que não negligenciava assuntos de finanças, vendeu 10 anos de direito para edições baratas de romances que ele já havia escrito para Routledge's Railway Library por 20 mil libras.[9] Com a única exceção de *Uncle Toms Cabin (A cabana do pai Tomás),* 1852, de Harriet Beecher Stowe, que deve ter vendido 1,5 milhão em um ano apenas no Império Britânico, o mercado de massas para as artes não pode ser comparado com o dos tempos atuais. Apesar disso, ele existia e sua importância é inegável.

Duas observações precisam ser feitas sobre isso. A primeira é realçar a desvalorização da produção tradicional, que era mais diretamente afetada pelo avanço da reprodução mecânica. Em uma geração isso iria produzir, especialmente na Inglaterra, a pátria da industrialização, uma reação político-ideológica do movimento *art sand crafts* (em larga escala socialista), cujas raízes antiindustrialistas, implícitaamente anticapitalistas, podem ser encontradas através da firma de desenho de William Morris de 1860 e com os pintores pré-rafaelitas da década de 1850. Estes últimos dizem respeito à natureza do público que influenciava os artistas. Era, evidentemente, não apenas uma clientela aristocrática ou burguesa, como a que naturalmente determinava o conteúdo do que era apresentado no West End londrino ou na região dos teatros de Paris. Era também um público de massa da modesta classe média e outras, incluindo trabalhadores especializados, que aspiravam à respeitabilidade e à cultura. As artes de nossa época eram em todos os sentidos *populares,* como os técnicos de propaganda de massa da década de 1880 sabiam quando compravam algumas das mais lamentáveis e caras pinturas para nelas afixar seus anúncios.

As artes eram prósperas, e assim também eram os talentos criativos que tinham apelo junto ao público – e eles eram, de todas as formas, claramente os piores. É um mito afirmar que os melhores talentos do período eram normalmente deixados à míngua e na boêmia por filistinos que não sabiam apreciá-los. Podemos certamente descobrir aqueles que, por várias razões, resistiram ou tentaram chocar o público burguês, ou simplesmente falharam em atrair compradores, a maioria na França (G. Flaubert, 1821-80, os primeiros simbolistas e os impressionistas), mas também em outros lugares. Entretanto, era mais freqüente que os homens e mulheres, cuja fama tenha passado pelo teste de sobreviver um século, fossem pessoas cujas reputações na época iam do muito respeito à idolatria, e cuja renda ia de classe média confortável até o fabuloso. A família de Tolstoi iria viver confortavelmente da renda de algumas novelas quando o grande homem distribuiu suas fazendas. Charles Dickens, sobre o qual estamos bem informados quanto à situação financeira, recebia por volta de 10 mil libras anuais em quase todos os anos a partir de 1848 até a década de 1860, quando sua renda anual cresceu atingindo 33 mil libras em 1868 (a maior parte vindo do circuito americano de leitura). [10] Cento e cinqüenta mil dólares seria uma renda substancial hoje em dia, mas por volta de 1870 punha uma pessoa na classe dos muito ricos. Por força disso, o artista tinha que chegar a um bom termo com o mercado. E mesmo aqueles que não chegaram a ficar ricos eram respeitados. Dickens, W. Thackeray (1811-63), George Eliot (1819-80), Tennyson (1809-92), Victor Hugo (1802-85), Zola (1840-1902), Tolstoi, Dostoievsky, Turgenev, Wagner, Verdi, Brahms, Liszt (1811-86), Dvorak, Tchaikovsky, Mark Twain, Henrik Ibsen: estes são nomes de pessoas que em vida não sentiram falta de sucesso e reconhecimento.

III

E mais do que isso, ele (e ela – neste período muito mais raramente que na primeira metade do século) desfrutava não apenas da possibilidade de conforto material, mas especialmente de estima. Na sociedade aristocrática e monárquica, o artista tinha sido quando muito um ornamentador ou ornamento da corte ou *palazzo*, uma valiosa peça da propriedade, e na pior alternativa alguns daqueles caros fornecedores de serviços e artigos de luxo como cabelereiros e costureiros que a moda demandava. Para a sociedade burguesa ele representava o "gênio", que era uma versão não-financeira da empresa individual, "o ideal" que complementava e coroava o sucesso material e, de forma mais geral, os valores espirituais da vida.

Não há como compreender as artes do final do século XIX sem este sentido da necessidade social delas deverem agir como fornecedoras do conteúdo espiritual da mais materialista das civilizações. Po-

der-se-ia até dizer que eles tomavam o lugar das religiões tradicionais, entre os cultos e emancipados, isto é, as classes médias bem-sucedidas, suplementadas, evidentemente, pelos espetáculos inspiradores da "natureza" quer dizer, paisagens. Isso era mais evidente entre os povos de língua germânica, que tinham passado a considerar a cultura como seu monopólio especial numa época em que os ingleses haviam tomado conta do econômico e os franceses se apossado do político. Ali, óperas e teatros tornaram-se templos onde homens e mulheres cultuavam, devotadamente mas nem sempre apreciando de fato as obras do repertório clássico, e onde as crianças eram formalmente iniciadas na escola primária pelo *Guilherme Tell* de Schiller para avançar eventualmente dentro dos mistérios adultos do *Fausto* de Goethe. O gênio desagradável de Richard Wagner tinha uma clara compreensão desta função quando construiu sua catedral em Bayreuth (1872-76), onde os piedosos peregrinos vêm até hoje assistir, em religiosa exaltação, por longas horas e diversos dias, e ainda proibidos das frivolidades do aplauso, ao neopaganismo do mestre alemão. Wagner mostrava assim uma clara compreensão não apenas em perceber a conexão entre sacrifício e exaltação religiosa, mas também em entender a importância das artes como portadoras da nova religião laica do nacionalismo. Pois o que mais, exceto os exércitos, poderia expressar melhor este conceito ilusório de nação do que os símbolos da arte – primitiva, como nas bandeiras e hinos, elaborada e profunda, como naquelas escolas nacionais de música que se tornaram tão intimamente identificadas com as nações de nosso período no seu momento de aquisição de uma consciência coletiva, independência ou unificação – um Verdi no *Risorgimento* italiano, um Dvorak ou Smetana entre os tchecos?

Nem todos os países empurraram a exaltação religiosa das artes até o ponto que esta atingiu na Europa central, e mais especificamente entre as classes médias judias – na maior parte da Europa e dos Estados Unidos culturalmente alemãs ou germanizadas. (O que as artes, e principalmente a música clássica devem ao patrocínio desta pequena e rica comunidade, tão profundamente imbuída de cultura no final de século XIX, é incalculável.) Em geral, os capitalistas da primeira geração eram filisteus, embora suas mulheres se esforçassem o quanto podiam para ter algum interesse em coisas mais elevadas. O único milionário americano que tinha uma genuína paixão pelas coisas do espírito – ocorria também ser o único livre pensador anticlerical – era Andrew Carnegie, que não podia esquecer a tradição de seu pai rebelde e culto. Fora da Alemanha, talvez na Áustria, havia banqueiros que desejavam ver seus filhos transformados em compositores ou maestros, talvez porque não tivessem uma alternativa de vê-los como ministros ou *premiers.* A substituição da religião pela exaltação em relação à natureza e às artes era característica apenas de setores intelectuais, das classes médias, como aqueles que iriam formar mais tarde o *Bloomsburv* inglês, homens e mulheres com renda privada proveniente de heranças, raramente envolvidos em negócios.

Apesar de tudo, mesmo nas sociedades burguesas mais filistéias, talvez com a exceção dos Estados Unidos, as artes ocupavam um lugar especial de respeito e estima. Os grandes símbolos coletivos de *status* do teatro e da ópera cresceram nos centros das capitais – o foco do planejamento das cidades como em Paris (1860) e Viena (1869), visível em catedrais como em Dresden (1869), invariavelmente gigantescas e monumentalmente elaboradas como em Barcelona (a partir de 1862) e Palermo (a partir de 1875). Os museus e as galerias públicas de arte surgiram, ou foram ampliadas, reconstruídas e transformadas, como também as grandes bibliotecas nacionais – o salão de leitura do Museu Britânico foi construído em 1852-57, a Bibliothèque Nationale reconstruída em 1854-75. De forma mais geral, o número das grandes bibliotecas (diferente das universidades) multiplicou-se de forma fenomenal na Europa, e mais modestamente nos Estados Unidos. Em 1848 havia cerca de 400 com talvez 17 milhões de volumes na Europa; por volta de 1880 havia quase 12 vezes mais com quase o dobro de volumes. A Áustria, Rússia, Itália, Bélgica e Holanda multiplicaram o número de suas bibliotecas por 10, a Inglaterra quase a mesma coisa, mesmo Espanha e Portugal quase 4 vezes, e os Estados Unidos menos de 3 vezes. (Por outro lado, os Estados Unidos quase quadruplicaram o número de seus livros, um fato superado apenas pela Suíça.) [11]

As estantes das casas burguesas encheram-se com elaboradas obras encadernadas dos clássicos nacionais e internacionais. Os visitantes de galerias e museus multiplicaram-se: a exibição da Royal Academy em 1848 atraiu talvez uns 90 mil visitantes, mas pelo final da década de 1870 atraía quase 400 mil. Por esta época, os *vernissages* haviam-se tornado moda entre a alta classe, um sinal seguro do *status* social ascendente da pintura, assim como as pré-estréias teatrais londrinas que começavam a competir com as parisienses depois de 1870; em ambos os casos com efeitos desastrosos sobre as artes objetos destes eventos. Os turistas burgueses praticamente não podiam evitar aquela peregrinação sem fim aos andares do Louvre, Uffizi e San Marco. Os próprios artistas, mesmo os duvidosos artistas de teatro e líricos, tornaram-se respeitados e respeitáveis, candidatos adequados para se tornarem *sirs* ou portadores de outros títulos nobiliárquicos. Eles não precisavam nem mesmo se conformar aos ditames dos burgueses normais, já que as gravatas, chapéus e outros elementos da indumentária eram razoavelmente caros. (Aqui também Richard Wagner mostrou uma impecável percepção do público burguês: mesmo seus escândalos tornaram-se parte de sua imagem criativa.) Gladstone, no final da década de 1860, foi o primeiro primeiro-ministro a convidar luminares das artes e da vida intelectual para seus jantares oficiais.

Mas *divertia-se* realmente com as artes aquele público burguês que as patrocinava e aplaudia? A questão é anacrônica. É verdade que havia algumas formas de criação artística que mantinham uma relação direta com um público que elas apenas pretendiam entreter. Sobretudo havia a "música ligeira" que, talvez sozinha entre as artes, teve sua

idade de ouro em nosso período. A palavra "opereta" apareceu pela primeira vez em 1856, e a década de 1865 e 1875 iria ver o ponto culminante das realizações de Jacques Offenbach (1819-80), Johann Strauss (1825-99) – a "Valsa do Danúbio Azul" data de 1867, *Die Fledermaus* de 1874 – a "Cavalaria Ligeira" de Suppé (1820-95) e os sucessos de Gilbert e Sullivan (1836-1911, 1842-1900). Até que o peso da "arte culta" caísse de forma bruta sobre ela, a ópera manteve seu *rapport* com um público que buscava diretamente entretenimento *(Rigoletto, II Trovatore, LM Traviata* – obras posteriores a 1848) e o palco comercial multiplicou seus dramas e farsas intrincadas, dos quais apenas o último tipo sobreviveu ao tempo (Labiche – 1815-88; Meilhac – 1831-97; Halévy – 1834-1908). Mas tais diversões eram aceitas como culturalmente inferiores, como os vários *girl-shows* que Paris havia lançado na década de 1850, com os quais eles tinham muito em comum. (A construção do Folies Bergère secundou a da Ópera e se deu muito antes da Comédie Française.) [12] Arte culta de verdade não era uma questão de mero entretenimento ou mesmo algo que pudesse ser isolado como uma "apreciação estética".

A "arte pela arte", era ainda um fenômeno minoritário mesmo entre os artistas românticos, uma reação contra o ardente compromisso político e social da era das revoluções, intensificado pelos amargos resultados de 1848, o movimento que havia arrastado tantos espíritos criativos. O esteticismo não iria se tornar uma moda burguesa até o final da década de 1870 e 1880. Os artistas criativos eram sábios, profetas, mestres, moralistas, fontes da *verdade.* O esforço era o preço pago pelos seus rendimentos vindos de uma burguesia pronta a acreditar que tudo que tinha valor (financeiro ou espiritual) requeria abstenção de prazer. As artes eram parte deste esforço humano. O cultivo das artes coroava-o.

IV

Qual era a natureza desta verdade? Aqui precisamos destacar a arquitetura das outras artes, pois faltava-lhe o tema que dava às outras a aparência de unidade. De fato, a coisa mais característica acerca da arquitetura é o desaparecimento daqueles "estilos" morais-ideológicos-estéticos aceitos, que tinham sempre deixado sua marca em outras épocas. O ecletismo comandava. Como Pietro Selvático observou, já em 1850 na sua *Storia dell'Arte del Disegno,* não havia um estilo único de beleza. Cada estilo era adaptado a uma função. Portanto, dos edifícios ao longo da Ringstrasse vienense à igreja, o estilo era naturalmente gótico, o parlamento grego, a prefeitura uma combinação de renascença com gótico, a bolsa de valores (como muitas outras oeste período) um classicismo opulento, os museus e a universidade alta renascença, o Burgtheater e a Opera o que melhor pode

ser descrito como Segundo Império, no qual elementos ecléticos da renascença predominavam.

A necessidade de pompa e esplendor normalmente encontrava a alta renascença e o gótico tardio mais adequados como idioma. (Barroco e rococó foram desprezados até o século XX.) A renascença, idade dos príncipes mercadores, era naturalmente o estilo que mais caía aos homens que se viam a si mesmos como sucessores destes príncipes, mas outras reminiscências eram também aceitas livremente. Por conseguinte, os nobres da terra da Silésia, que se tornaram milionários capitalistas graças ao carvão de suas fazendas, e seus colegas mais burgueses invadiram toda a história da, arquitetura de vários séculos. O *Schloss* (castelo) do banqueiro von Eichborn (1857) é claramente prussiano-neoclássico, um estilo mais favorecido pelos ricos burgueses do final de nosso período. O gótico, com sua sugestão conjunta, de glória do burgo medieval e de fama dos cavaleiros, tentava aos mais aristocráticos e afluentes, como em Koppitz (1859) e Miechowitz (1858). A experiência de Paris de Napoleão III, na qual milionários silesianos mais conhecidos como o príncipe Henckel von Donnersmarck deixaram sua marca, quando não apenas por seu casamento com uma das cortesãs mais famosas, La Paiva, sugeria naturalmente modelos maiores de esplendor, pelo menos aos príncipes de Hohenlohe e Pless. A renascença italiana, holandesa e alemã do norte forneciam modelos igualmente aceitáveis ao menos grandioso, sozinhas ou combinadas.[13] Mesmo os motivos menos previsíveis apareceram. Os ricos judeus de nosso período demonstraram uma preferência pelo estilo islâmico-mouro para suas sinagogas cada vez mais opulentas, uma afirmação (com eco nas novelas de Disraeli) da aristocracia oriental que não precisava competir com a ocidental, [14] e talvez este seja o único exemplo de um uso deliberado de modelos não-ocidentais nas artes da burguesia ocidental, até a irrupção da moda japonesa no final da década de 1870 e na de 1880.

Em resumo, a arquitetura não expressava nenhum tipo de "verdade", mas apenas a autoconfiança da sociedade que a construía, e este (sentido de imensa e indiscutível fé no destino burguês é que torna expressivos seus melhores exemplos. Era uma linguagem de símbolos sociais. Daí o deliberado encobrimento do que era realmente novo e interessante nela, a magnífica tecnologia e técnicas de engenharia, que mostrava sua face em público apenas em raras ocasiões, quando o que era para ser simbolizado era o progresso técnico em si mesmo: no Crystal Palace de 1851, a Rotunda da exibição de Viena de 1873, mais tarde a Torre Eiffel (1889). De outra forma, mesmo o glorioso funcional dos edifícios utilitaristas era disfarçado, como nas estações das estradas de ferro – alucinadamente ecléticas como a de London Bridge (1862), gótica como a de St. Pancras, Londres (1868), renascença com(a de Südbahnhof em Viena (1869-73). (Entretanto, numerosas outras importantes estações sobreviveram afortunadamente ao gosto luxuriante da nova era.) Só as pontes eram gloriosas na beleza

de sua engenharia – mesmo isso talvez um pouco pesado agora, dada à abundância e ao baixo preço do ferro – embora este fenômeno curioso, a ponte suspensa gótica (Tower Bridge, Londres), já aparecesse no horizonte. E, portanto, do ponto de vista técnico, atrás daquelas fachadas góticas as coisas mais *modernas*, originais e imaginativas estavam acontecendo. A decoração dos apartamentos Segundo Império em Paris já começava a esconder aquela avançada invenção, original e sensacional, o elevador ou ascensor para passageiros. Talvez a única peça que era uma justificativa *tour-de-force* da imaginação técnica e à qual os arquitetos raramente resistiam, mesmo nos edifícios com fachadas públicas "artísticas", era a gigantesca cúpula – como nos mercados, salões de leitura de bibliotecas, arcadas de comércio como a Galeria Victor Emmanuel em Milão. De outra forma, nenhuma era escondeu de forma tão persistente seus próprios méritos.

A arquitetura não tinha uma "verdade" própria, porque não tinha significado que pudesse ser expresso em palavras. As outras artes tinham, porque seu sentido assim permitia. Nada é mais surpreendente para as gerações de meados do século XX, educadas em dogmas críticos bem diferentes, que a crença de meados do século XIX na qual a forma da arte não era importante, que o conteúdo valia tudo. Seria errado concluir daí a simples subordinação das outras artes à literatura, embora se acreditasse que seu conteúdo pudesse ser expresso em palavras, com vários graus de adequação, e embora a literatura fosse de fato a chave artística do período. Se "cada quadro contava uma história" e freqüentemente a música também – esse era, afinal, o tempo característico das óperas, música de bale e suítes descritivas – a nota programática estava destinada a ser proeminente. Seria mais verdadeiro dizer que se esperava que cada arte fosse expressiva também em termos de outras, que o ideal da "obra total de arte" (o *Gesamtkunstwerk* do qual Wagner, como usualmente, fez-se o porta-voz) unia elas todas. Mas as artes em que o sentido podia ser expresso de forma precisa, isto é, em palavras ou imagens representativas, tinham vantagem sobre as outras que não podiam. Era mais fácil transformar uma história numa ópera *(Carmen)* ou mesmo quadros numa composição *(Quadros de uma Exposição* de Mussorgsky) do que transformar uma composição musical num quadro, ou mesmo em poesia lírica.

A questão "do que se trata?" era portanto não apenas legítima mas fundamental para qualquer julgamento das artes de meados do século. A resposta era geralmente: "realidade" e "vida". "Realismo" era o termo que mais comumente vinha aos lábios dos observadores da época e posteriores acerca deste período, e sempre quando lidando com a literatura ou as artes visuais. Nenhum termo poderia ser mais ambíguo. Implicava uma tentativa de descrever, representar ou de qualquer modo encontrar um equivalente preciso de fatos, imagens, idéias, sentimentos, paixões – em caso extremo o exemplo especificamente musical do *Leitmotiv* wagneriano, cada um deles representando uma pessoa, situação ou ação, ou suas recriações musicais do

êxtase sexual *(Tristan und Isolde* – 1865). Mas qual é esta realidade assim representada, a vida "exatamente como" a arte deveria ser? A burguesia de meados do século estava dividida num dilema que seu triunfo fazia ainda mais agudo. A imagem de si mesma a qual aspirava não podia representar *toda* a realidade, na medida em que a realidade fosse de pobreza, exploração e miséria, materialismo, paixões e aspirações cuja existência ameaçasse uma estabilidade que, apesar de toda confiança que a burguesia tinha em si mesma, era sentida como sendo precária. Havia, para citar um adágio do *New York Times*, uma diferença entre as notícias e "all the news that's fit to print" (as notícias adequadas para publicação). Por outro lado, numa sociedade dinâmica e progressista, a realidade era, afinal, não-estática. Não iria então o realismo representar não o presente necessariamente imperfeito, mas a situação melhor à qual os homens aspiravam e que já estava, seguramente, sendo criada? A arte tinha uma dimensão futura (Wagner, como sempre, dizia representá-la). Em resumo, as imagens do "real" e do "como a vida" na arte divergiam cada vez mais das.imagens estilizadas e sentimentalizadas. Na melhor das hipóteses a versão burguesa de "realismo" era cuidadosamente seleta, como o famoso *Angelus* de J-F. Millet (1814-75), no qual a pobreza e o trabalho duro pareciam mais aceitáveis pela piedade obediente dos pobres; na pior das hipóteses transformava-se no sentimentalismo do retrato de família.

Nas artes representativas havia três formas de escapar a este dilema. Uma era insistir em representar toda a realidade, incluindo o desagradável ou o perigoso. O "realismo" transformava-se então em "naturalismo" ou "verismo". Isso normalmente implicava uma consciência social crítica da sociedade burguesa, como Courbert na pintura, Zola e Flaubert na literatura, ou mesmo obras que não tinham tal intenção crítica deliberada, como a obra-prima de Bizet (1838-75), a ópera das classes baixas *Carmen* (1875), que eram percebidas pelo público e pela crítica como se fossem políticas. A alternativa era abandonar totalmente qualquer realidade, fosse cortando as ligações entre arte e vida, ou mais especificamente vida contemporânea ("arte pela arte") ou então pela escolha da abordagem visionária (como no *Bateau Ivre* de 1871 do jovem revolucionário Rimbaud), ou ainda a fantasia evasiva dos humoristas como Edward Lear (1812-88) e Lewis Carroll (1832-98) na Inglaterra, Wilhelm Busch (1832-1908) na Alemanha. Mas na medida em que o artista não se retirasse (ou avançasse) para a fantasia deliberada, as imagens básicas ainda eram entendidas como sendo "como a vida". E neste ponto as artes visuais tiveram um choque traumático, profundo: a competição da tecnologia através da fotografia.

A fotografia, inventada na década de 1820 e divulgada publicamente na França na década seguinte, tornou-se um meio para se trabalhar na reprodução em massa da realidade de nosso período e foi rapidamente desenvolvida num negócio comercial na França da década de 1850, em grande parte por membros da *bohème* artística sem sucesso como Nadar (1820-1911), para quem, por exemplo, viria a

trazer sucesso artístico e financeiro, e para todos os outros pequenos empreendedores que entraram num negócio relativamente barato. As insaciáveis demandas da burguesia, especialmente a pequena burguesia cheia de aspirações por retratos baratos, forneceu a base de seu sucesso. (A fotografia inglesa permaneceu por muito mais tempo nas mãos de cavalheiros e damas que praticavam-na por razões experimentais ou como *hobby.)* Era automaticamente óbvio que ela destruía o monopólio do artista representativo. Um crítico conservador observou, já em 1850, que ela ameaçava seriamente a existência de "vários ramos da arte, tais como as gravuras, litogravura, e alguns tipos de retratos". [15] Como poderiam estes competir com a completa reprodução da natureza (exceto na cor) com um método que transcrevia os próprios "fatos" numa imagem direta, tudo de forma científica? A fotografia substituía então a arte? Os neoclassicistas e os (então) românticos reacionários inclinavam-se em acreditar que sim, e que tal era indesejável. J. A. D. Ingres (1780-1867) via-a com uma invasão imprópria do progresso industrial no domínio da arte. Charles Baudelaire (1821-67), de um ponto de vista bastante diferente, pensava o mesmo: "Qual o homem, merecedor do nome de artista, que genuíno amante das artes iria confundir a indústria com a arte?" [16] O papel correto de fotografia para ambos era o de ser uma técnica subordinada e neutra, análoga à impressão na literatura.

Mas, curiosamente, os realistas que estavam mais diretamente ameaçados por ela não eram uniformemente hostis. Aceitavam o progresso e a ciência. Não era a pintura de Manet – como observou Zola – como as suas próprias novelas, inspiradas pelo método científico de Claude Bernard (ver capítulo 16)? E, portanto, mesmo quando defendiam a fotografia, resistiam a identificar como arte a reprodução exata e naturalista que suas teorias pareciam implicar. "Nem" desenho, nem cor, nem a exatidão da representação" argumentava o crítico naturalista Francis Wey, "constituem o artista: é a *mens divina*, a inspiração divina... O que faz o pintor não é a mão mas o cérebro: a mão apenas obedece." [18] A fotografia era útil, porque podia ajudar o pintor a ir além de uma simples e mecânica cópia dos objetos. Duvidosos entre o idealismo e o realismo do mundo burguês, os realistas também rejeitavam a fotografia, mas com um certo embaraço.

O debate era passional, mas foi resolvido através daquela invenção característica da sociedade burguesa, o direito de propriedade. A lei francesa, que protegia a "propriedade artística" especialmente contra plágios sob a lei da Grande Revolução (1793), deixava os produtos industriais sujeitos à proteção muito mais vaga do artigo 1382 do Código Civil. Todos os fotógrafos argumentavam que os modestos fregueses que compravam seus produtos estavam comprando não apenas imagens baratas e reconhecíveis mas também os valores espirituais da arte. Simultaneamente, os fotógrafos que não conheciam celebridades de forma suficientes para tirar seus valiosos retratos não podiam resistir à tentação de piratear cópias, o que implicava que as

fotografias originais não estavam legalmente protegidas como a arte. Os tribunais foram chamados para decidir quando os senhores Mayer e Pierson processavam uma firma rival por piratear as fotografias do conde Cavour e Lord Palmerston. No decorrer de 1862 o caso percorreu todos os tribunais até a Corte de Cassação, que decidiu que a fotografia era, afinal, uma arte, já que esta era a única maneira de proteger efetivamente seu *copyright.* Mas podiam – tais eram as complexidades que a tecnologia introduzia no mundo das artes – as leis na sua majestade falar de uma só maneira? O que ocorreria quando as demandas de propriedade entrassem em conflito com as da moralidade, como aconteceu quando, inevitavelmente, os fotógrafos descobriram as possibilidades comerciais do corpo feminino, especialmente na forma de fácil divulgação do "cartão-de-visitas"?

Que estes "nus fotográficos, de forma feminina, em quaisquer posições, provocativas aos olhos em sua nudez total" " eram obscenos, não havia dúvida: uma lei assim já os havia declarado em 1850. Mas como seus sucessores do século XX, os fotógrafos de garotas de meados do século XIX podiam – inutilmente neste período – refutar os argumentos da moralidade com os da arte: a arte radical do realismo. *Tecnologia, comércio e a avant-garde* formavam uma aliança *underground,* contrapondo-se à aliança oficial do dinheiro com os valores espirituais. O ponto de vista oficial prevalecia com dificuldade. Condenando tal fotógrafo, o promotor público também condenava "aquela escola de pintura que se chamava realista e suprimia a beleza...que substituía as graciosas ninfas da Grécia e Itália por ninfas de uma raça desconhecida, até então, tristemente notória nas margens do Sena". [20] Este discurso foi registrado em *Le Moniteur de la Photographie* de 1863, o ano do *Déjeuner sur 1'Herbe* de Manet.

O realismo era portanto ambíguo e contraditório. Seus problemas podiam ser evitados apenas ao preço da trivialização do artista "acadêmico" que pintava o que era aceitável e vendável, deixando as relações entre ciência e imaginação, fato e ideal, progresso e valores eternos e o resto se arranjarem por si. O artista sério, fosse crítico da sociedade burguesa ou suficientemente lógico para levá-la a sério, estava numa posição mais difícil, e a década de 1860 iniciaria uma fase de desenvolvimento que se mostrou ser não apenas difícil mas insolúvel. Com o "realismo" programático, isto é, naturalista de Courbet, a história da pintura ocidental, complexa mas coerente desde a Renascença italiana, chegava a seu fim. O historiador alemão da arte Hildebrand concluiu caracteristicamente seu estudo da pintura do século XIX com Courbet nesta década. O que veio depois – ou melhor, o que já estava surgindo simultaneamente com os Impressionistas – não podia ser ligado tão facilmente ao passado: eles antecipavam o futuro.

O dilema fundamental do realismo era ao mesmo tempo o do conteúdo e da técnica, e também as relações entre ambos. Na medida em que se discutia o conteúdo, o problema não era apenas o de escolher o comum ao invés do "nobre" e "distinto", os tópicos intocados

pelos artistas respeitáveis contra os que formavam o centro das academias, como francamente os artistas políticos de esquerda – como o Courbet revolucionário e comunardo – estavam inclinados a fazê-lo. [21] Portanto, eram todos os artistas que tomavam a sério o realismo, já que precisavam pintar o que os olhos viam, que eram coisas, ou melhor, impressões aos sentidos e não idéias, qualidades ou julgamentos de valores. *Olympia* certamente não era uma Venus idealizada mas – nas palavras de Zola – "sem dúvida algum modelo que Manet copiou tal como era - na sua nudez juvenil",[22] e o que era mais chocante, ecoava formalmente a famosa Venus de Tiziano. Mas fosse ou não fosse uma atitude política, o realismo *não podia* pintar Venus mas apenas garotas nuas, assim como não podia pintar a majestade, mas apenas pessoas com coroas; e esta é a razão por que o Kaulbach da proclamação de Guilherme I como imperador alemão em 1871 tem um efeito consideravelmente inferior aos *ikons* de David ou Ingres sobre Napoleão I.

Mas embora o realismo parecesse politicamente radical, porque estava mais à vontade com os assuntos populares, ele de fato limitava, talvez mesmo tornasse impossível, a arte comprometida política ou ideologicamente que havia dominado o período anterior a 1848, pois pintura política não existe sem idéias e julgamentos. A pintura política mais comum da primeira metade do século foi certamente eliminada da arte séria, ou seja, a pintura histórica em rápido declínio a partir da metade do século. O realismo naturalista de Courbet, o republicano, democrata e socialista, não fornecia a base de uma arte politicamente revolucionária, nem mesmo na Rússia, onde uma técnica naturalista estava subordinada a um relato de histórias pelos *Percchizhniki*, alunos do teórico revolucionário Chernishevski, tornando-se indistinguível, exceto pelo conteúdo, da pintura acadêmica. Marcava o fim de uma tradição, não o início de uma nova.

A revolução na arte e a arte da revolução começaram então a divergir, apesar dos esforços dos teóricos e propagandistas como o *quarante-huitard* Théophile Thoré (1807-69) e o radical Emile Zola no sentido de juntá-las. Os Impressionistas foram importantes não pelos motivos populares que retratavam – danças populares, visões das cidades e as cenas das ruas, teatros, corridas e bordéis da sociedade burguesa – mas por suas inovações de método. Mas estas eram simplesmente tentativas de continuar a representação da realidade, "o que os olhos vêem", através de técnicas análogas à fotografia e tomadas emprestadas a ela, assim como ao eterno progresso das ciências. Isto também implicava o abandono dos códigos convencionais de pintura. O que é que os olhos realmente "viam" quando a luz caía sobre objetos? Certamente não os sinais de código aceitos para um céu azul, nuvens brancas e traços de fisionomia. Portanto, a tentativa de fazer um realismo mais "científico" inevitavelmente removia-o do senso comum, até que as novas técnicas em si tornaram-se um código convencional. Como acontece de fato, hoje lemos estes códigos sem dificulda-

des quando admiramos Manet, A. Renoir (1841-1919), Degas, C. Monet (1840-1926) ou C. Pisarro (1830-1903). No seu tempo eles eram incompreensíveis, "um jarro de tinta atirado na cara do público" como Ruskin exclamaria sobre James MacNeill Whistler (1834-1903).

Este problema se mostraria temporário, mas outros dois aspectos da nova arte iriam ser mais difíceis de se lidar. Primeiro, trazia a pintura diante dos inevitáveis limites de seu caráter "científico". Por exemplo, o Impressionismo logicamente não implicava somente em pinturas, mas num filme colorido e de preferência tridimensional, capaz de reproduzir o constante movimento de luz e objetos. As séries de quadros de Monet da fachada da catedral de Rouen foram tão longe quanto possível nesta direção através de tintas e pincéis, mas não muito longe. Mas se a busca pela ciência na arte não encontrava uma solução definitiva, então tudo o que se havia conseguido tinha sido a destruição de um código de comunicação visual convencional e geralmente aceito, que não havia sido substituído pela "realidade" ou nenhum outro código equivalente – e em seu lugar encontrava-se uma multiplicidade de convenções possíveis e iguais. Em última análise – mas as décadas de 1860 e 1870 estavam ainda longe de chegar a esta conclusão – talvez não houvesse meio de escolher entre as visões subjetivas de nenhum indivíduo; e quando este ponto estava para ser descoberto, a busca da perfeita objetividade do concreto visual veio a ser transformada no triunfo da perfeita subjetividade. O caminho era tentador, pois se a ciência era um dos valores básicos da sociedade burguesa, o individualismo e a competição eram outros. Os cânones do treinamento e padrões acadêmicos nas artes estavam, algumas vezes inconscientemente, substituindo os critérios de "perfeição" e "correção" pelo novo de "originalidade", abrindo caminho para a sua própria eventual superação.

Segundo, se a arte era análoga à ciência, ela partilhava então também a característica do *progresso* que (com algumas qualificações) igualava "novo" ou "último" a "superior". Isso não levantava maiores dificuldades com a ciência, pois qualquer estudante em 1875 entendia evidentemente melhor de física do que Newton ou Faraday. Isso não é verdade nas artes: Courbet era melhor do que, digamos, Baron Gros, não porque ele tivesse aparecido mais tarde ou fosse um realista, mas porque tinha mais talento. Além disso, a palavra "progresso" em si mesma era ambígua, já que podia ser e era aplicada igualmente a qualquer mudança historicamente observada. O "progresso" podia ou não ser um fato, mas "progressista" era uma declaração de intenção política. O revolucionário nas artes poderia ser facilmente confundido com o revolucionário na política, especialmente por mentes desvairadas como a de P. J. Proudhon, e ambas podiam por sua vez ser confundidas com outra coisa muito diferente, "modernidade" – uma palavra usada pela primeira vez em 1849.

Ser "contemporâneo" neste sentido também tinha implicações de mudança e inovação técnica, assim como de motivos. Por essa ra-

zão, como Baudelaire observou com acuidade, o prazer de representar o presente vem não apenas de sua possível beleza, mas também de "seu caráter essencial de ser o presente", portanto cada "presente" precisa encontrar sua forma própria de expressão, já que nenhum outro poderia expressá-lo adequadamente. Isso poderia ou não ser "progresso" na medida de uma melhora objetiva, mas era certamente "progresso" na medida em que os meios de apreensão de todo o passado precisavam dar lugar aos meios de apreensão do tempo presente, que eram melhores porque eram contemporâneos. As artes precisavam portanto renovar-se constantemente. E assim fazendo, inevitavelmente, cada sucessão de inovadores iria – pelo menos temporariamente – perder a massa dos tradicionalistas, filisteus, aqueles aos quais faltava aquilo que o jovem Rimbaud (1854-91) – que formulou tanto dos elementos deste futuro nas artes – chamou "a visão". Em resumo, começamos a nos encontrar naquele mundo hoje familiar da *avant-garde* – embora o termo ainda não fosse corrente. Não é acidente que a genealogia retrospectiva das artes *avant-garde* normalmente não nos conduza além do Segundo Império na França – para Baudelaire e Flaubert na literatura e para os Impressionistas na pintura. Historicamente é em grande medida um mito, mas sua localização no tempo é importante. Marca o colapso da tentativa de produzir uma arte intelectualmente consistente (embora constantemente crítica) com a sociedade burguesa – uma arte assumindo as realidades físicas do mundo capitalista, do progresso e da ciência natural da forma que era concebida pelo positivismo.

V

Este colapso afetava mais as camadas marginais do mundo burguês que seu centro: estudantes e jovens intelectuais, escritores e artistas com aspirações, a *bohème* em geral daqueles que se recusavam (embora temporariamente) a adotar uma,espécie de respeitabilidade burguesa e se misturavam rapidamente aos que eram incapazes de fazê-lo, ou cujo tipo de Vida impedia-os de fazer. Os distritos cada vez mais especializados das grandes cidades onde todos se encontravam – o Quartier Latin ou Montmartre – tornaram-se os centros de tais *avant-gardes* e jovens rebeldes provincianos como o garoto Rimbaud que lendo avidamente pequenas revistas ou poesia heterodoxa em lugares como Charleville, eram atraídos para tais lugares. Eles forneciam para os produtores e consumidores aquilo que iria ser chamado, um século depois, *underground* ou contracultura, e que não era, de forma alguma, um mercado negligenciável, embora ainda incapaz de dar à *avant-garde* um meio de vida. O desejo crescente da burguesia em acercar-se das artes multiplicou os candidatos em abraçá-las – estudantes de arte, aspirantes a escritores etc. O livro *Scenes of Bohemian Life* de Henry Murger (1851) produziu uma voga enorme para o

que poderia ser chamado o equivalente da sociedade burguesa da *fête champeíre* do século XVIII – o paraíso laico do mundo ocidental e o centro da arte, com o qual a Itália não mais podia competir. Talvez houvesse na segunda metade do século entre 10 e 20 mil pessoas em Paris denominando-se a si mesmos de "artistas" [23].

Embora alguns movimentos revolucionários deste período estivessem praticamente confinados ao *milieu* do Quartier Latin – por exemplo, os blanquistas – e embora os anarquistas viessem a identificar o mero fato de pertencer à contracultura com revolução, a *avant-garde* como tal não tinha uma linha política específica, ou nenhuma linha de todo. Entre os pintores, os da extrema-esquerda, Pisarro e Monet, fugiram para Londres em 1870 para evitar tomar parte na guerra franco-prussiana, enquanto Cézanne no seu refúgio de província francamente não tinha interesse nos pontos de vista políticos de seu maior amigo, o novelista radical Zola. Manet e Degas – burgueses de renda privada – e Renoir calmamente foram para a guerra e evitaram a Comuna de Paris; Courbet tomou uma parte demasiado pública nela. Uma paixão por gravuras japonesas – um dos subprodutos mais significativos da abertura do mundo ao capitalismo – unia os Impressionistas, o feroz republicano Clemenceau – prefeito de Montmartre sob a Comuna – e os irmãos Goncourt que eram histericamente anti-comunardos. Eles estavam unidos, como os Românticos de antes de 1848, apenas por um desagrado comum em relação à burguesia e seus regimes políticos – naquela altura o Segundo Império –, o reino da mediocridade, da hipocrisia e do lucro.

Até 1848 estes Quartiers Latins espirituais da sociedade burguesa tinham esperança em uma revolução republicana ou social – e talvez até, com todo o ódio possível, uma certa admiração relutante pelo dinamismo dos mais ativos *robber barons* do capitalismo, que faziam seu caminho através das barreiras da tradicional sociedade aristocrática. A *Educação Sentimental* (1869) de Flaubert é a história daquela esperança nos corações dos jovens da década de 1840 e de seu duplo desapontamento pela própria revolução de 1848 e pela era subseqüente na qual a burguesia triunfou a preço de abandonar até mesmo os ideais de sua própria revolução, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Em certo sentido o romantismo de 1830-48 era a principal vítima desta desilusão. Seu realismo visionário transformou-se em realismo "científico" ou positivo, mantendo – talvez desenvolvendo – o elemento de criticismo social ou pelo menos de escândalo, mas perdendo a visão. Este processo, por seu turno, ocasionou a "arte pela arte" ou as preocupações com as formalidades da linguagem, estilo e técnica. "Todos têm inspiração", o velho poeta Gautier (1811-72) disse a um jovem. "Todo burguês é movido pela aurora e pelo pôr-do-sol. O poeta tem a habilidade de um artesão.[24]" Quando uma nova forma de arte visionária viria surgir no meio da geração que havia vivido a infância em 1848 ou mesmo não era ainda nascida – Arthur Rimbaud escreveu sua obra principal em 1871-73, Isidore Ducasse, o "conde de Lautré-

amont (1846-70) publicou seus *Chantsde Maldororem 1869* – ela seria esotérica, irracionalista e, fossem quais fossem as intenções de seus criadores, apolítica.

Como o colapso do sonho de 1848 e a vitória da realidade da França do Segundo Império, da Alemanha de Bismarck, da Inglaterra Palmerstoniana e Gladstoniana, e da Itália de Vittorio Emmanuel, as artes ocidentais burguesas, a começar pela pintura e poesia, bifurcaram-se naquelas com apelo ao público de massa e naquelas outras dirigidas apenas a uma minoria bem definida. Elas não eram tão marginais em relação à sociedade burguesa quanto pode fazer crer a história mitológica da *avant-garde,* mas no todo é inegável que os pintores e poetas que chegaram à maturidade entre 1848 e o final de nosso período e que até hoje admiramos, tinham um apelo indiferente ao mercado de sua época e quando eram famosos, o eram por causar escândalos: Courbet e os Impressionistas, Baudelaire e Rimbaud, os pré-rafaelitas, A. C. Swinburne (1837-1909), Dante Gabriel Rossetti (1828-82). Mas este não é exatamente o caso em relação a todas as artes nem mesmo a todas as que dependiam inteiramente do patrocínio burguês, com a exceção do drama falado do período. Isto é talvez devido ao fato de que as dificuldades que cercavam o "realismo" nas artes visuais eram mais fáceis de serem enfrentadas em algumas outras.

VI

A música praticamente não era afetada, já que nenhum realismo representativo é de fato possível naquela arte, e qualquer tentativa de introduzir realismo ali precisava ser necessariamente metafórica ou dependente de palavras ou drama. A não ser no caso da fusão wagneriana da *Gesamtkunstwerk* (a arte total de suas obras) ou na modesta canção, o realismo na música significava a representação de emoções identificáveis: incluindo – como no *Tristan* de Wagner (1865) – as conhecidas emoções do sexo. Mais comumente, como nas florescentes escolas nacionais de compositores – Smetana e Dvorak na Bohemia, Tchaikovsky, Rinsky Korsakov (1844-1908), Mussorgsky etc, na Rússia, E. Grieg (1843-1907) na Noruega e evidentemente os alemães (mas não os austríacos) – elas eram as emoções do nacionalismo para o qual existiam símbolos convenientes na forma de motivos oriundos da música folclórica etc. Mas, como já foi sugerido, a música séria floresceu não tanto porque sugeria o mundo real, mas porque sugeria as coisas dos espírito e, portanto, fornecia entre outras coisas uma substituição para a rebelião, como sempre fornecera um poderoso adjunto a ela. Se pretendia ser tocada, precisava, exercer alguma forma de apelo aos patrões ou ao mercado. Nesta medida, a música podia opor-se ao mundo burguês apenas de dentro, o que era uma tarefa fácil, já que os Próprios burgueses não percebiam direito quando

estavam sendo criticados – eles poderiam até sentir que suas próprias aspirações e a glória de sua cultura estavam ali sendo expressas. Portanto, a música floresceu em um idioma mais ou menos tradicionalmente romântico. Seu maior militante vanguardista, Richard Wagner, também era sua figura pública mais célebre, já que foi bem sucedido em convencer (graças à patronagem do rei louco Ludwig da Baviera) as autoridades culturais financeiramente em melhor situação, assim como os membros burgueses de seu público, que eles mesmos pertenciam àquela elite espiritual, bem superior às massas filistéias, e que só eles merecem a arte do futuro.

A literatura de prosa, e especialmente a arte formal característica da era burguesa, a novela, floresceu exatamente pela razão oposta: As palavras podiam, diferentemente das notas musicais, representar a "vida real" assim como idéias, e diferentemente das artes visuais, a técnica literária não reclamava para si a capacidade de imitá-la. O "realismo" na novela não colocava portanto contradições imediatas e insolúveis tais como a fotografia introduziu em relação à pintura. Algumas novelas podiam pretender uma verdade rigorosamente documentária mais do que outras, algumas poderiam desejar estender seus assuntos e campos vistos como impróprios ou inadequados para receber a atenção pública (ambos ocorriam em relação aos naturalistas franceses), mas quem poderia negar que mesmo os mais subjetivos escreviam histórias sobre o mundo presente e mesmo sobre a sociedade da época? Não há nenhum novelista deste período cuja obra não possa ser transformada em novela de televisão. Daí a popularidade e a flexibilidade da novela como um *genre,* e suas realizações extraordinárias. Com algumas poucas exceções – Wagner na música, alguns pintores franceses e talvez alguma poesia – as maiores realizações de nossa época foram novelas: russas, inglesas, francesas, talvez mesmo (se incluirmos *Moby Dick* de Hermann Melville) americanas. E (com a exceção de Melville) as maiores novelas dos grandes novelistas receberam reconhecimento imediato, e às vezes até mesmo foram compreendidas.

O grande potencial da novela residia na sua amplitude: os temas mais vastos e ambiciosos estavam dentro do campo de alcance do romancista: *Guerra e Paz* (1869) tentou a Tolstoi, *Crime e Cativo* (1866) a Dostoievsky, *Pais e Filhos* (1862) a Turgenev. A novela tentava apreender a realidade de uma sociedade inteira embora, fato bastante curioso, as tentativas deliberadas de fazê-lo em nosso período, através de seriados em conexão segundo o modelo de Scott ou Balzac, não atraíssem os grandes talentos: mesmo Zola somente veio dar início ao seu gigantesco retrato retrospectivo do Segundo Império (a série dos Rougon-Macquart) em 1871, PerezGaldós (1843-1920) seus *Episódios Nacionales* em 1873, Gustav Freytag (1816-95) – num nível mais baixo – seu *Die Ahnen (Os Ancestrais)* em 1872. O sucesso destes esforços titânicos variavam fora da Rússia, onde eram quase que uniformemente bem-sucedidos; portanto nenhuma era que possui os talentos de um Dickens maduro, Flaubert, George Eliot, Thacke-

ray e Gottfríed Keller (1819-90) precisa temer qualquer competição. Mas o que era característico da novela e tornou-a a forma de arte típica de nosso período era que seus esforços mais ambiciosos foram obtidos não através do mito e da técnica (como o *Anel* de Wagner) mas através da descrição simples da vida cotidiana. Não atacava de assalto os paraísos da criação, mas caminhava inexoravelmente em direção a ela. Por esta razão permitia-se, quase sem nada a perder, ser traduzida. Pelo menos um grande novelista de nosso período tornou-se uma figura de projeção internacional: Charles Dickens.

Entretanto, seria injusto confinar a discussão das artes na era do triunfo burguês aos mestres e às obras-primas, especialmente aquelas confinadas a um público minoritário. Este era, como já vimos, um período da arte para as massas através da tecnologia da reprodução, que tornava a multiplicação ilimitada das imagens um fato possível, o casamento entre tecnologia e comunicações que produziu o jornal de massa e o periódico – especialmente a revista ilustrada – e a educação de massa que fez a todos capazes de se transformarem num público. As obras de arte da época que eram de fato bastantes conhecidas – quer dizer, conhecidas fora da minoria "culta" – eram, com raras exceções, aquelas das quais Charles Dickens é talvez a figura mais importante. (Mas Dickens escreveu como jornalista – suas novelas eram publicadas em capítulos – e portou-se como um ator, conhecido de muitos milhares graças a suas leituras de palco focalizando cenas dramáticas de seus livros.) A literatura que vendia mais amplamente era o jornal popular, que atingia circulações sem precedentes de 250 mil ou mesmo meio milhão de exemplares na Inglaterra e nos Estados Unidos. A pinturas que iriam-se encontrar nas paredes dos trens do Oeste americano ou nas casas de campo na Europa eram gravuras tais como o *Monarch of the Glen* de Landseer (ou seu equivalente nacional), ou então retratos de Lincoln, Garibaldi ou Gladstone. As composições que entravam na consciência popular eram as árias de Verdi interpretadas pelos organistas populares italianos ou aqueles pequenos excertos de Wagner que podiam ser adaptados à música para casamentos: mas não as próprias óperas.

Mas isso em si mesmo implicava uma revolução cultural. Com o triunfo da cidade e da indústria, uma divisão cada vez maior se interpunha entre de um lado os setores "modernos" das massas, quer dizer, os urbanizados, os instruídos, aqueles que aceitavam o conteúdo da cultura hegemônica – a da sociedade burguesa – e de outro lado, os setores "tradicionais" cada vez mais minados. Divisão mais e mais aguda, porque a herança do passado rural se tornava de forma cada vez maior irrelevante para o tipo de vida da classe operária urbana: nas décadas de 1860 e 1870 os operários industriais da Bohemia pararam de se expressar através de canções folclóricas e passaram para a canção do *music-hall* e baladas que falavam de uma vida que tinha pouco ou nada em comum com a de seus pais. Este era o vazio que os

ancestrais da música popular e do *show-business* começaram a preencher para aqueles que tinham ambições culturais modestas. Na Inglaterra, a era na qual os *music-halls* multiplicaram-se nas cidades também foi a era na qual sociedades corais e bandas de música operária, com um repertório de "clássicos" populares da alta cultura multiplicaram-se nas comunidades industriais. Mas é característico que nestas décadas o curso da cultura corresse em uma só direção – da classe média para baixo, pelo menos na Europa. Mesmo aquilo que iria se transformar na mais característica forma da cultura proletária, os esportes de massa, em nosso período era determinado – como por exemplo na Association Football – pelos jovens da classe média que fundaram os clubes e organizavam as competições. Só no final da década de 1870 e início da de 1880 iriam estes esportes ser capturados e seguros pela classe operária.

Mas mesmo as formas de cultura rural mais tradicionais estavam minadas, nem tanto pelas migrações mas sobretudo pela educação. A partir do momento em que a educação primária tornou-se accessível às massas, a cultura tradicional inevitavelmente cessou de ser basicamente oral e face a face e dividiu-se em uma cultura superior ou dominante para os instruídos e outra inferior ou dominada para os analfabetos. A educação e a burocracia nacional transformaram mesmo as vilas em uma assembléia esquizofrênica de indivíduos, divididos entre os apelidos através dos quais eles eram conhecidos de seus vizinhos ("Paquito") e os nomes oficiais da escola e do estado através dos quais eles eram conhecidos pela autoridade ("Francisco Gonzales Lopez"). As gerações tornaram-se de fato bilíngües. As numerosas tentativas de salvar a velha linguagem para a literatura sob a forma de uma "literatura de dialeto" diziam respeito mais a uma nostalgia romântica de classe média, populismo ou "naturalismo". A maior exceção era o contra-ataque populista-democrático na alta cultura (nesta altura, "estrangeira") pelos escritores humoristas e jornalistas do sul e oeste dos Estados Unidos, que sistematicamente usavam a linguagem falada como base; dentre estes, o maior monumento é o *Huckleberry Finn* de Mark Twain (1884).

Pelos nossos padrões, este declínio ainda era modesto. Mas era significativo, pois durante estes anos ainda não era visivelmente compensado pelo desenvolvimento do que se poderia chamar de uma contracultura urbana ou proletária. (No campo nunca iria haver um tal fenômeno.) A hegemonia da cultura oficial, inevitavelmente identificada com a classe média triunfante, era dominante em relação às massas subalternas. E neste período pouco poderia mitigar tal sujeição.

Décimo-Sexto Capítulo

CONCLUSÃO

Faça-se o que quiser, o destino tem sempre a última palavra nas questões humanas. Há uma tirania real para todos. Segundo os princípios do Progresso, o destino já devia ter sido abolido há muito tempo atrás.

Johann Nestroy, autor teatral cômico vienense, 1850 [1]

A era do triunfo liberal começou com uma revolução derrotada e terminou numa depressão prolongada. A primeira é um sinal divisório mais conveniente para marcar o início ou o fim de um período histórico do que a segunda, mas a história não consulta a conveniência dos historiadores, embora alguns dentre eles não estejam prevenidos a respeito deste ponto. As exigências de construção dramáticas talvez sugiram a conclusão deste livro com um acontecimento adequadamente espetacular – a proclamação da Unidade Alemã e a Comuna de Paris em 1871, ou mesmo a grande queda da bolsa de 1873 – mas as necessidades da construção dramática e as da realidade freqüentemente não são as mesmas. O caminho termina não com a visão de um ponto culminante ou de uma catarata, mas sobre a paisagem menos facilmente identificável de um sistema fluvial: um tempo qualquer entre 1871 e 1879. Se precisamos definir uma data, escolhamos uma que simbolize "a metade da década de 1870" sem associá-la a nenhum evento formidável que a sobrecarregue desnecessariamente; digamos, 1875.

A nova era que iria se seguir à era do triunfo liberal seria bastante diferente. Economicamente, iria se desligar rapidamente da competição sem barreiras das empresas privadas, da abstenção governamental em relação a interferências, e daquilo que os alemães chamavam *Manchesterismus* (a ortodoxia do livre comércio da Inglaterra vitoriana), para passar às grandes corporações industriais (cartéis, trustes, monopólios), grande intervenção governamental, e às mais diferentes ortodoxias de política econômica, mas não necessariamente de teoria econômica. A era do individualismo encerra-se em 1870, lamentada pelo advogado inglês A. V. Dicey, e a idade do "coletivismo" começava; e embora a maior parte do que ele sombriamente apontava como os avanços do "coletivismo" nos pareça hoje insignificante, em certo sentido ele tinha razão.

A economia capitalista mudou de quatro formas significativas. Em primeiro lugar, entramos agora numa nova era tecnológica, não mais determinada pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial: uma era de novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão), de nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não-ferrosos), de indústrias baseadas em novas ciências tais como a indústria em expansão da química orgânica. Em segundo lugar, entramos também agora cada vez mais na economia de mercado de consumo doméstico, iniciada nos Estados Unidos, desenvolvida (na Europa ainda modestamente) pela crescente renda das massas, mas sobretudo pelo substancial aumento demográfico dos países desenvolvidos. De 1870 a 1910, a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos Estados Unidos de 38,5 para 92 milhões. Em outras palavras, entramos no período da produção de massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis.

Em terceiro lugar – e de certa forma este foi o desenvolvimento mais decisivo – uma reviravolta paradoxal teve lugar. A era do triunfo liberal tinha sido aquela era *de facto* do monopólio industrial inglês, dentro do qual (com algumas notáveis exceções) os lucros eram assegurados sem muita dificuldade pela competição de pequenas e médias empresas. A era pós-liberal caracterizava-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais – a inglesa, a alemã, a norte-americana; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada uma destas economias enfrentavam (no período de depressões) para fazer lucros adequados. A competição levava portanto à concentração econômica, controle de mercado e manipulação. Para citar um excelente historiador:

> O crescimento econômico era agora também luta econômica – luta que servia para separar os fortes dos fracos, desencorajar uns e estimular outros, favorecer as novas nações famintas às expensas das velhas. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza e um sentimento de agonia, no sentido tradicional da palavra. Tudo isto fortalecia e por seu turno era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se naquele surto final de fome por territórios e na caça por "esferas de influência" que tem sido chamada de Novo Imperialismo [2].

O mundo entrou no período do imperialismo, no sentido maior da palavra (que inclui as mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o "capitalismo monopolista") mas também em seu sentido menor: uma nova integração dos países "subdesenvolvidos" enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países "desenvolvidos". Além da rivalidade (que levou as potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios) entre mercados e exportações de capital, tal processo também era devido à crescente não-disponibilidade de

matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos, por razões geológicas ou climáticas. As novas indústrias tecnológicas demandavam tais matérias: petróleo, borracha, metais não-ferrosos. Pelo final do século a Malásia era conhecida como produtora de estanho, a Rússia, Índia e Chile por seu manganês, a Nova Caledônia pelo níquel. A nova economia de consumo demandava quantidades crescentes não apenas de matérias produzidas nos países desenvolvidos (por exemplo, cereais e carne) mas também daquelas que não podia produzir (por exemplo, bebidas e frutas tropicais e subtropicais, e óleo vegetal para sabão). A *banana republic* tornou-se parte da economia capitalista da mesma forma que a colônia produtora de estanho, borracha ou cacau.

Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma reconhecidamente moderna. O desenvolvimento da nova forma de desenvolvimento/dependência iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930, e forma a quarta grande mudança na economia mundial.

Politicamente, o final da era liberal significa literalmente o que as palavras querem dizer. Na Inglaterra os Liberais/Whig (no sentido amplo de que não era Conservadores/Tory) tinham permanecido com o poder (com duas breves exceções) através de todo o período entre 1848 e 1874. Nos últimos 25 anos do século, eles iriam ficar no poder por apenas 8 anos. Na Alemanha e na Áustria os liberais cessaram, na década de 1870, de ser a base parlamentar principal dos governos, até onde estes governos realmente precisavam de uma base parlamentar. Eles estavam minados não apenas pela derrota de sua ideologia de mercado livre e por governos relativamente inativos, mas também pela democratização da política eleitoral (ver capítulo 6) que destruiu a ilusão de que seu programa representava a vontade das massas. Por um lado, a depressão contava a favor da pressão protecionista de algumas indústrias e dos interesses nacionais agrários. A tendência em relação à liberdade de comércio foi revertida na Rússia e na Áustria em 1874-75, na Espanha em 1877, na Alemanha em 1879 e praticamente em todos os lugares exceto na Inglaterra – e mesmo ali o livre comércio estava sob pressão a partir da década de 1880. Por outro lado, as demandas vindas de baixo por proteção contra os "capitalistas", por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário mínimo por parte dos trabalhadores tornaram-se audíveis e politicamente eficazes. As "classes melhores", fosse a antiga nobreza hierárquica ou a nova burguesia, não podiam mais falar pelas "ordens subalternas" ou, o que é mais importante, confiar no seu apoio não-compensado.

Um novo estado, cada vez mais forte e intervencionista e dentro dele um novo tipo de política desenvolveram-se a partir de então, recebidos com melancolia pelos pensadores antidemocráticos. "A ver-

são moderna dos Direitos do Homem", pensava o historiador Jacob Burckhardt em 1870, "inclui o direito ao trabalho e à subsistência. Pois os homens não desejam mais deixar os assuntos mais vitais para a sociedade, porque eles querem o impossível e imaginam que tal só pode vir a ser obtido com garantia sob compulsão do estado." [3] O que os perturbava não era a utópica demanda (como consideravam) por parte dos pobres para viver decentemente, mas a capacidade dos pobres de impor tais demandas. "As massas querem sua paz e sua paga. Se elas o conseguirem através de uma república ou de uma monarquia, apoiarão qualquer uma delas. Se não, sem muito barulho irão apoiar a primeira constituição que lhes prometer o que querem." [4] E o estado, não mais controlado pela autonomia moral e pela legitimidade que a tradição lhe atribuía na crença de que as leis da economia não podiam ser quebradas, iria se tornar na prática um Leviathan cada vez mais poderoso, embora em teoria um instrumento para atingir os objetivos das massas.

Pelos padrões modernos, o crescimento do papel e das funções do Estado permaneceu bem modesto, embora seus gastos (isto é, suas atividades) tenham crescido per capita em praticamente todo o mundo durante nosso período, muito como resultado do violento aumento da dívida pública (exceto naqueles bastiões do liberalismo, da paz e da empresa privada não-subsidiada, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Dinamarca). Este aumento nos gastos públicos era muito mais marcado nos países em desenvolvimento, que estavam no processo de construção da infra-estrutura de suas economias – os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina – através da importação de capital. Mesmo assim, os gastos sociais, com a exceção talvez da educação, permaneceram bem negligenciáveis. Por outro lado, três novas tendências emergiam na política das tensões confusas da nova era de depressão econômica, que em quase todos os lugares tornou-se uma era de agitação social e descontentamento.

A primeira tendência, e quase que aparentemente nova, era a emergência de partidos e movimentos de classe operária, geralmente com uma orientação socialista (isto é, cada vez mais marxista), dos quais o Partido Social-Democrata Alemão era o pioneiro ê o exemplo mais expressivo. Embora os governos e as classes médias da época olhassem para eles como muito perigosos, na realidade eles partilhavam os valores e princípios do iluminismo racionalista sobre o qual o liberalismo se apoiava. A segunda tendência não partilhava desta herança, e aliás opunha-se decididamente a ela. Partidos demagógicos antiliberais e anti-socialistas surgiram nas décadas de 1880 e 1890, tanto da sombra de suas antigas raízes liberais – como os nacionalistas alemães pan-germânicos e anti-semitas que se tornaram os ancestrais do hitlerismo – como sob a proteção das igrejas até então politicamente inativas, como o movimento "social-cristão" na Áustria. Por várias razões, entre as quais a posição ultra-reacionária do Vaticano sob Pio IX (1846-78) talvez seja a mais importante, a Igreja Católica

perdeu a chance de utilizar seu enorme potencial em política de massa de forma efetiva, exceto em alguns poucos países ocidentais, nos quais era uma minoria obrigada a se organizar como um grupo de pressão – como o "Partido de Centro" na Alemanha da década de Í870. A terceira tendência era a emancipação dos partidos e movimentos nacionalistas de massa de sua antiga identificação ideológica com o radicalismo liberal. Alguns movimentos pela autonomia nacional ou independência tendiam a passar, pelo menos teoricamente, para o lado do socialismo, especialmente nos casos em que a classe operária tinha um papel importante em seus respectivos países; mas era um socialismo mais nacional do que internacional (como entre os chamados Socialistas do Povo Tcheco ou então o Partido Socialista Polonês) e o elemento nacional tendia a prevalecer sobre o socialista. Outros se dirigiam para uma ideologia baseada no sangue, solo, língua, o que pudesse enfim ser considerado uma tradição étnica e nada mais.

Tal processo não iria abalar o tipo básico de política dos estados desenvolvidos que haviam surgido na década de 1860: uma tendência mais ou menos gradual e relutante em direção a um constitucionalismo democrático. Mesmo assim, o surgimento da política de massa não-liberal, ainda que teoricamente aceitável, assustava governos. Antes de aprenderem a manejar o novo sistema, eles tendiam – sobretudo durante a "Grande Depressão" – algumas vezes a cair em pânico ou coerção. A Terceira República não iria readmitir os sobreviventes do massacre dos comunardos na política novamente antes do início da década de 1880. Bismarck, que sabia como manejar os liberais burgueses mas não sabia lidar nem com um partido socialista de massa nem com um partido católico de massa, pôs os social-democratas na ilegalidade em 1879. Gladstone escorregou para a coerção na Irlanda. Entretanto, isso iria se constituir mais em uma fase temporária do que em uma tendência permanente. A estrutura da política burguesa (onde existia) não seria encurralada no seu ponto-limite até bem para dentro do século XX.

Embora nosso período deságüe nos momentos perturbados da "Grande Depressão", seria errôneo pintar um quadro muito carregado nas cores. Diferente de 1930, as dificuldades econômicas eram tão complexas que os historiadores têm mesmo duvidado se o termo "depressão" é justificado como uma descrição dos 20 anos que se seguiram após o final deste volume. Eles estão errados, mas suas dúvidas são suficientes para nos alertar em relação a um tratamento excessivamente dramático. Nem do ponto de vista econômico nem do político a estrutura do mundo capitalista de meados do século entrou em colapso. Entrou numa nova fase mas, mesmo sob a forma de um liberalismo político e econômico vagarosamente modificado, tinha todavia um campo bastante amplo para agir. Seria diferente nos países pobres, atrasados, subdesenvolvidos e dominados, ou então aqueles situados, como a Rússia, simultaneamente no mundo dos vitoriosos e das vítimas. Ali a "Grande Depressão" iria abrir uma era de revolução

iminente. Mas para a primeira ou as duas primeiras gerações posteriores a 1875, o mundo da burguesia triunfante parecia permanecer bastante solido. Talvez tivesse um pouco menos de autoconfiança do que antes, e suas afirmações sobre esta confiança talvez um pouco menos seguras, talvez um pouco mais preocupada a respeito de seu próprio futuro. Talvez tenha ficado um pouco mais perturbada pela *débâcle* de suas antigas certezas intelectuais, que (especialmente depois da década de 1880) pensadores, artistas e cientistas sublinhavam com suas novas incursões dentro dos novos e perturbadores territórios da mente. Mas o "progresso" continuava indubitavelmente sob a forma de sociedades burgueses, capitalistas e num sentido geral liberais. A "Grande Depressão" era apenas um interlúdio. Não havia afinal crescimento econômico, avanço científico e técnico, melhorias e paz? Não iria o século XX ser uma versão mais gloriosa e bem-sucedida do século XIX?

Nós sabemos que não iria ser.

TABELA I
A Europa e os Estados Unidos: Países e Recursos

	1847-50			1876-80		
	população (em milhões)	força a vapor (000 HP)	número de cidades (acima de 50 mil)	população (em milhões)	força a vapor (000 HP)	número de cidades (acima de 50 mil)
Reino Unido	27	1.290	32	32,7	7.600	48,2
França	34,1	370	14	36,9	3.070	29,5
Alemanha	–	–	17	42,7	5.120	28,7
Prússia	11,7	92				
Baviera	4,8					
Saxônia	1,8					
Hanover	1,8					
Würtenberg	1,7					
Baden	1,3					
32 outros estados entre 0.02 e 0.9						
(Austria)	*					
Rússia	66,0	70	8	85,7	1.740	2,6
Asutria com Hungria	37,0	100	13	37,1**	1.560	12,0
Itália	–	–		27,8	500	13,4
Duas Sicílias	8,0		4			
Sardenha	4,0		2			
Estados Papais	2,9		1			

(continua)

	1847-50			1876-80		
	população (em milhões)	força a vapor (000 HP)	número de cidades (acima de 50 mil)	população (em milhões)	força a vapor (000 HP)	número de cidades (acima de 50 mil)
Toscana	1,5		2			
3 outros estados entre 0.1 e 0.5 (Áustria)						
Espanha	12,3	20	8	16,6	470	7,1
Portugal	3,7	0	2	4,1	60	5,4
Suécia (incluindo Noruega)	3,5	0	1	4,3	310	12,5
Dinamarca	1,4	0	1	1,9**	90	26,6
Holanda	3,0	10	5	3,9	130	29,5
Bélgica	4,3	70	5	5,3	610	35,5
Suíça	2,4	0	0	2,8	230	46,1
Império Otomano	30 (aprox.)***	0	7	28 (1877)**	–	?
Grécia	1,0 (aprox.)	0	–	1,9	0	2,3
Sérbia	0,5 (aprox.)	0	–	1,4	0	0,7
Romênia	–	–	–	5,0	0	1,5
Estados Unidos	23,2	1.680	7	50,2 **	9.110	47,7

* Partes do Império Austríaco contadas na "Confederação Germânica" até 1866.
** Ganhos ou perdas significativos de território ou população entre 1847-76.
*** Apenas o território europeu.

Tabela 2

I – *Densidade da rede ferroviária, 1880*

km² (por mil)	país
mais de 1.000	Bélgica
mais de 750	Reino Unido
mais de 500	Suíça, Alemanha, Holanda
250-499	França, Dinamarca, Áustria-Hungria, Itália
100-249	Suécia, Espanha, Portugal, Romênia, EUA, Cuba
50- 99	Turquia, Chile, Nova Zelândia, Trinidad, Victória, Java
10- 49	Noruega, Finlândia, Rússia, Canadá, Uruguai, Argentina, Costa Rica, Jamaica, Índia, Ceilão, Tasmânia, Gales do Sul, Austrália do Sul, Colônia do Cabo, Argélia, Egito, Tunísia.

II – *Estradas de ferro e navios a vapor, 1830-76* *

	km de estradas de ferro	toneladas de navios a vapor
1831	332	32.000
1841	8.591	105.121
1846	17.424	139.973
1851	38.022	263.679
1856	68.148	575.928
1861	106.886	803.003
1866	145.114	1.423.232
1871	235.375	1.939.089
1876	309.641	3.293.072

* F. X. von Neumann Spallart, *Ubersichten der Weltwirtschaft*, Stuttgart, 1880, pp. 335 ff.

III – *Tráfego marítimo mundial.*
*Distribuição geográfica da tonelagem, 1879**

Área	Tonelagem total
Europa	
Mar Ártico	61
Mar do Norte	5.536
Báltico	1.275
Atlântico, incluindo o Mar da Irlanda e o Passo de Calais	4.553
Mediterrâneo Ocidental	1.356
Mediterrâneo Oriental, incluindo o Adriático	604
Mar Negro	188
Resto do mundo	
América do Norte	3.783
América do Sul	138
Ásia	700
Austrália e Pacífico	359

* A. N. Kiaer, *Statistique Internationale de la Navigation Maritime* Christiania 1880, 1881.

Tabela 3
Produção mundial de ouro e prata, 1830-75
(000 Kilos) *

	ouro	prata
1831-40	20,3	596,4
1841-50	54,8	780,4
1851-55	197,5	886,1
1851-60	206,1	905,0
1861-65	198,2	1.101,1
1866-70	191,9	1.339,1
1871-75	170,7	1.969,4

* Neumann-Spallart, *op. cit.*, 1880, p. 250.

Tabela 4
Agricultura Mundial, 1840-87 *

	Valor da produção (em libras)		Número da força empregada (000)	
	1840	1887	1840	1887
Inglaterra	218	251	3.400	2.460
França	269	460	6.950	6.450
Alemanha	170	424	6.400	8.120
Rússia	248	563	15.000	22.700
Austria	205	331	7.500	10.680
Itália	114	204	3.600	5.390
Espanha	102	173	2.000	2.720
Portugal	18	31	700	870
Suécia	16	49	550	850
Noruega	8	17	250	380
Dinamarca	16	35	280	420
Holanda	20	39	600	840
Bélgica	30	55	900	980
Suiça	12	19	300	440
Turquia etc.	98	194	2.000	2.900
Europa	1.544	2.845	50.430	66.320
Estados Unidos	184	776	2.550	9.000
Canadá	12	56	300	800
Austrália	6	62	100	630
Argentina	5	42	200	600
Uruguai	1	10	50	100

* M. Mulhall, *A dictionary of Statistics*, London, 1892, p. 11.

O Mundo em 1847

CANADÁ
2 milhões de habitantes
E.U.A.
MÉXICO
CUBA ESPANHOLA
1 milhão de habitantes
IMPÉRIO RUSSO
JAPÃO
IMPÉRIO CHINÊS
IMPÉRIO OTOMANO
IMPÉRIO PERSA
ÍNDIA
134 milhões de habitantes
FILIPINAS ESPANHOLA
2,7 milhões de habitantes
CEILÃO
1,4 milhão de habitantes
ÍNDIAS ORIENTAIS HOLANDESAS
20 milhões de habitantes

REINO UNIDO
PRÚSSIA
IMPÉRIO RUSSO
FRANÇA
SUÍÇA
IMPÉRIO HABSBURGO
ESPANHA
IMPÉRIO OTOMANO
0 milhas 300

0 1000 2000 3000 4000 5000
milhas

Colônias Européias
Repúblicas
Países com 5-10 milhões de habitantes
Países com mais de 10 milhões de habitantes
União Alfandegária Alemã, 1854

O Mundo por volta de 1880

1880: Escravidão e Servidão no Mundo Ocidental

Um Mundo em Movimento

Cultura Ocidental em 1847-1875: Ópera

○ *Grande Ópera: perfomances entre 1850-76 de La traviata (Verdi), Ballo in Maschera (Verdi), Fausto (Gounod).*

● *Ópera Ligeira: perfomances de Orfeu e Belle Helène, de Offenbach.*

□ *Ópera Erudita: perfomances de Tristão, de Wagner.*

0 1000 2000 3000 4000 5000 milhas

Introdução:
1. Ver J. Dubois, Le *vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872,* Paris, 1963.
2 D. A. Wells, *Recent Economic Changes,* Nova York, 1889, p.1.

CAPÍTULO I
1. P. Goldammer (ed.), *1848, Augenzeugen der Revolution,* Berlim Ocidental, 1973, p. 58.
2. Goldammer, *op. cit., p. 666.*
3. K. Repgen, *Marzbewegung und Maiwahlen des Revolutionsjahres 1848 in Rheinland,* Bonn, 1955, p. 118.
4. *Rinascità, II 1848, Raccolta di Saggi e Testimonianze,* Roma, 1948.
5. R.Hoppe & J. Kuczynski, "Eine...Analyse der Mãrzgefallenen 1848 in Berlin", *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte,* 1964, IV, pp. 200 - 76; D. Cantimori in F. Fejtõ, ed., *1848 - Opening of an Era,* 1948.
6. Roger Ikof, *Insurrection ouvrière de juin 1848,* Paris, 1936.
7. Karl Marx & FrEflgels,"Address to the Communist League", março de 1850, *Wer-ke* VII, p. 247.
8. Paul Gerbod, *La condition univèrsitaire en France au I9e siècle,* Paris, 1965:
9. Karl Marx, "Class Struggles in France 1848-1850", *Werke* VII, pp. 30-1.
10. Franz Grillparzer, *Werke,* Munique, 1960, I, p. 137.
11. Marx, "Class Struggles in France", *Werke* VII, p. 44.

CAPITULO 2 •
1. Citado em *Ideas and Beliefs of the Victorians,* Londres, 1949, p. 51.
2. Devo esta referência ao prof. Sanford Elwitt.
3. "Philoponos", *The. Great Exhibition of1-851; or the Weallh of lhe World in its Workshops,* Londres, 1850, p. 120.
4. T. Ellison, *The Cotton Trade ofGreal Britain,* Londres, 1866, pp. 63 e 66.
5. Horst Thieme, "Statistische Materialien zur Konzessionierung der Aktienge-sells-chaften in Preussen bis 1867", *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte* II, 1960, p. 285.
6. J. Bouvíer, F. Furet & M. Gilet, *L? Mouvement du profil en France au 19e siècle.* Hague, 1955, p. 444.
7. Engels a Marx, 5 de novembro de 1857, *Werke* XXIX, p. 211.
8. Marx a Danielson, 10 de abril de 1879, *Werke* XXXIV, pp. 370-5.
9. F. S. Turner, *British Opium Policy and its Resulls to Índia and China.* Londres, 1876, p. 305.
10. F. Zunkel, "Industriebürgertum in Westdeutschland" em H. U. Wehler (ed.), *Moderne Deutsche Sozialgeschichte,* Colônia-Berlim, 1966, p. 323.
11. L. Simonin, *Mines and Miners or Vnderground Life,* Londres, 1868, p. 290.
12. Daniel Spitzer, *Gezammelte Schriften,* Munique e Leipizig, II, 1912, p. 60.

13. J. Kuczynski, *Geschicht der Lage der Arbeiler unter dem Kapitalismus,* Berlim Ocidental, 1961, XII, p. 29.

CAPITULO 3

1. K. Marx & F. Engels, *Manifesto of the Communist Party,* Londres, 1848.
2. U. S. Grant, Inaugural Message to Congress, 1873.
3. I. Goncharov, *Oblomov,* 1859.
4. J. Laffey, "Racines de 1'imperialisme français en Extrème-Orient", *Revue d'Histoire Modern'et Contemporaine XVI,* abril-junho de 1969, p. 285
5. Muitas destas informações são tiradas de W. S. Lindsay, *History of Merchant Shipping,* 4. vols. Londres, 1876.
6. Sir James Anderson, *Statistics of Telegraphy, Londres, 1872.*
7. Engels a Marx, 24 de agosto de 1852, *Werke* XXVIII, p. 118.
8. *Bankers Magazine,* V, Boston, 1850-1, p. 11.
9. *Bankers Magazine,* IX, Londres, 1849, p. 545.
10. *Bankers Magazine,* V, Boston, 1850-1, p. 11.
11. Neumann-Spallart, *Ubersichten der Weltwirst mhaft,* Suttgart, 1880, p. 7.

CAPÍTULO 4

1. Prince Napoléon Louis Bonaparte, *Fragments Historiques, 1688 et 1830,* Paris, 1841, p. 125.
2. Jules Verne, *From the Earth to the Moon, 1865.*

CAPITULO 5

1. Ernest Renan, "What is a Nation" em A. Zimmern (ed.), *Modern Political Doctrines,* Oxford, 1939, pp. 191-2.
2. Johann Nestroy, *Haeuptling Abendwind,* 1862.
3. Shatov em F. Dostoievsky, *The Possessed,* 1871-2.
4. Gustave Flaubert, *Dictionnaire des idées recues, c* 1852.
5. Walter Bagehot, *Physics and Politics,* Londres, 1873, pp. 20-1.
6. Citado em D. Mack Smith, // *Risorgimenlo Italiano,* Bari, 1968, p. 422.
7. Tullio de Mauro, *Storia Lingüística dèll'Itália Vnita,* Bari, 1963.
8. J. Koralka, "Social problems in the Czech and Slovak national movements" em: Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Strucutures Sociales, *Mouvements Nationaux d'lndépendance et Classes Populaires, Paris 1971, l, p. 62.*
9. J. Conrad, "Die Frequenzverhãltnisse der Universitâten der hauptsãchlichsten Kul-turlander", *Jahrbücher für Nationalõkonomie und Statistik,* 1891, 3rd. ser. I, pp. 376ff.
10. Sinto-me em dívida com Dr. R. Anderson por estas informações.

CAPÍTULO 6

1. H. A. Targé, *Les Déficits,* Paris, 1868, p. 25.
2. Sir T. Erskine May, Democracy in Europe, Londres, 1877, I, p. lxxi.
3. Karl Marx, "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte", *Werke* VIII, pp. 198-9.
4. G. Procacci, *Le elezioni dei 1874 e 1'opposizione meridionale,* Milão, 1956, p. 60; W. Gagel, *Die Wahlrechtsfrage in der Geschichte der deutschen, Liberalen Parteien 1848-1918.* Dusseldorf, 1958, p. 28.
5. J. Ward, *Workmen and Wages ai Home and Abroad,* Londres, 1868, p. 284.
6. J. Deutsch, Geschichte der õterreichischen Gewerkschaftsbewegung, Viena, 1908, pp. 73-4; Herbert Steiner, "Die internationale Arbeiterassoziation und die österr. Arbeiterbewegung", *WegundZiel,* Viena, Sondernummer, Jãnner, 1965, pp. 89-90.

CAPITULO 7

1. Erskine May, op. cit., I, p.29
2. J. W. Kaye *A History of the Sepoy War in índia,* 1870, II, pp. 402-3.
3. Bipan Chandra, *Rise and Growth of Economic Nationalism in Índia,* Deli, 1966, p. 2
4. Chandra *op. cit.*
5. E. R. J. Owen, *Cotton and the Egyptian Economy 1820-1914,* Oxford, 1969, p. 156.
6. Nikki Keddie, *An Islamic Response to Imperialism,* Los Angels, 1968, p. 18.
7. Hu Shene *Imperialism and Chinese Politics,* Pekin, 1955, p. 92.
8. Jean A. Meyer em *Amoles E.* 5. *C.* 25, 3, 1970, pp. 796-7.
9. Karl Marx, "British Rule in índia", *New Daily Tribune,* 25 de junho de 1853, *Werke* IX, p. 129.
10. B M Bhatia, *Famines in índia,* Londres, 1967, pp. 68-97.
11. Ta Chen *Chinese Migration with Special Reference to Labour Conditions,* US Bu-reau of Labor Statistics, Washington, 1923.
12. N Sanchez Albornoz, "Le Cycle vital annuel en Espagne 1863-1900", *Ànnales E. S. C* 24, 6, novembro-dezembro de 1969; M. Emerit, "Le Maroc et l'Europe jusqu'en 1885", *Annales E. S. C.* 20, 3, maio-junho de 1965.
13. P. Leroy-Beaulieu, *LAlgérie et Ia Tunisie,* 2nd. ed., Paris, 1897, p. 53.
14. *Almanach de Gotha,* 1876.

CAPÍTULO 8

1. Jacob Burhardt, *Reflections on History,* Londres, 1943, p. 170.
2. Erskine May, *op. cit.,* I, p. 25.
3. Herbert G. Gutman, "Social Status and Social Mobility in Nineteenth Century America: The Industrial City. Paterson, New Jersey", mimeo, 1964.
4. Martin J. Primack, "Farm construction as a use of farm labor in the United States 1850-1910", *Journal of Economic History* xxv, 1965, p. 114 ff.
5. Rodman Wilson Paul, *Mining Fronliers of the Far West,* Nova York, 1963, pp. 57-81.
6. Joseph G. McGoy, *Historie Sketches of the Caule Trade ofthe West and Southwesl,* Kansas City, 1874; Glendale, Califórnia, 1940. O autor aponta Albilene como um centro de gado sendo que, em 1871, tornou-se o maior deles.
7. Charles Howard Shinn em *Mining Camps, A Study in American Frontier Government* ed. R. W. Paul, Nova York, Evanston e Londres, 1965, capítulo XXIV, pp. 45-6.
8. Hugh Dacis Granam & Ted Gur (eds.), *The History of Violence in America,* New York, 1969, capítulo 5, especialmente p. 175.
9. W. Miller (ed.), *Men in Business,* Cambridge (Mass.), 1952, p. 202. 10 Sinto-me em dívida com Dr. William Rubinstein de Johns Hopkins University pelas informações nas quais este ponto de vista, está baseado.
11. Herbert G. Gutman, "Work, Culture and Society in Industrializing America 1815-1919", *American Historical Review,* 78, 3, 1973, p. 569.
12. John Whitney Hall, *Das Japanische Kaiserreich,* Frankfurt, 1968, p. 282.
13. Nakagawa, Reiichiro & Henry Rosovsky, "The Case ofthe Dying Kimono", *Business History Review,* XXXVII, 1963, pp. 59-80.
14. V. G. Kiernan, *The Lords of Human Kind,* Londres, 1972, p. 188.
15. Kiernan, *op. cit.,* p. 193.

CAPÍTULO 9

1. Erskine May, *op. cit.,* I, pp. lxv-vi.
2. *Journaux des Frères Goncourt,* Paris, 1956, II, p. 753.
3. *Werke* XXXIV, pp. 510-11.
4. *Werke* XXXII, p. 669.
5. Werke XIX, p.296.
6. *Werke* XXXIV, p. 512.

7. M. Pushkin, "The professions and the intelligentsia in nineteenth-century Rússia", *University of Birmingham Hislorical Journal*, XII, I. 1969, pp. 72 ff. .
8. Hugh Seton Watson, *Imperial Rússia 1861-1917*, Oxford, 1967, pp. 422-3.
9. A. Ardao, "Positivism in Latin America", *Journal of the History ofldeas*, XXIV, 4, 1963, p. 519, assinala que uma constituição Comtiana foi imposta no estado do Rio Grande do Sul (Brasil).
10. G. Haupt, "La Commune comme symbole et comme exemple", *Mouvement Social*, 79, abril-junho de 1972, pp. 205-26.
11. Samuel Bernstein, *Essays in Política! and lntellectual History*, Nova York, 1955, capítulo XX, "The First International and a New Holly Alliance", especialmente pp. 194-5 e 197.
12. J. Rougerie, *Paris Libre 1871*, Paris, 1971, pp. 256-63.

CAPITULO 10

1. Citado em Jean Meyer, *Problemas campesinos y revueltas agrárias (1821-1910),-Mé*-xico, 1973, p. 93.
2. Citado em R. Giusti, "L'agricoltura ei contadini nel Mantovano(1848-1866)", *Mo-on the Metallurgy of Iron*, Londres, 1872, p. 227); o suprimento diário de um único
3. Neumann-Spallart, *op. cit.*, p. 65.
4. Mitchell & Deane, *Abstract of Histórica! Statistics*, Cambridge, 1962, pp. 356-7.
5. M. Hroch, *Die Vorkämpfer der nationalen Bewegung bei den kleinen Völkern Europas*, Praga, 1968, p. 168.
6. "Agriculture" em Mulhall, *op. cit., p. 1*.
7. I. Wellman, "Histoiré rurale de Ia Hongrie", *Annales E. S. C.* 23, 6, 1968, p. 1203; Mulhall, *loc. cit.*
8. E. Sereni, *Storia del paesaggio agrário italiano*, Bari, 1962, pp. 351-2. O deflorestamento industrial também não deve ser negligenciado. "A grande quantidade de combustível requerida (pelos fornos do Lago Superior) já causou uma impressão definitiva nas matas circunvizinhas", escreveu H. Bauermann em 1868 *(A Treatise on the Metallurgy of Iron*, Londres, 1872, p. 227) o suprimento diário de um único forno requeria a devastação de um acre de floresta.
9. Elizabeth Whitcombe, *Agrarian Conditions in Northern índia, I, 1860-1900*, Berke-ley, Los Angeles e Londres, 1972, pp. 75-85, discute de forma crítica as conseqüências da engenharia de irrigação em larga escala nas Províncias unidas.
10. Irwin Feller, "Inventive activity in agriculture, 1837-1900", *Journal of Economic History*, XXII, 1962, p. 576.
11. Charles McQueen, *Peruvian Public Finance*, Washington, 1926, pp. 5-6. O Guano supria 75% das rendas de todos os tipos do governo peruano em 1861-6, 80% em 1869-75. (Heraclio Bonilla, *Guano y burguesia en ei Peru*, Lima, 1974, pp. 1389, citando Shane Hunt.)
12. Ver G. Verga, "Liberty", pequena história baseada no levante de Bronte, que está entre os discutidos por D. Mack Smith em "The peasants' revolt in Sicily in 1860" em *Studi in Onore di Gino Luzzatto*, Milão, 1950, pp. 201-40.
13. E. D. Genovese, In Red and Black, *Marxian Explorations in Southern and Afro-American History*, Harmondsworth, 1971, pp. 131-4.
14. Para a mais elaborada versão deste argumento ver R. W. Fogel & S. Engermann, *Time on the Cross*, Boston e Londres, 1974.
15. Th. Brassey, *Works and Wages Practically Illustrated*, Londres, 1872.
16. H. Klein, "The Coloured Freedmen in Brazilian Slave Society", *Journal of Social History 3*, I, 1969, pp. 36: Júlio Le Riverend, *Historia econômica de Cuba*, Havana, 1956, p. 160.
17. P. Lyashchenko, *A History of the Russian National Economy*, Nova York, 1949, p. 365.
18. D. Wells, *Recent Economic Changes*, Nova York, 1889, p. 100.
19. J. Varga, *Typen und Probleme des bauerlichen Grundbesitzes 1767-1849*, Budapeste, 1965, citado em *Annales E. S. C.* 23, 5 (1968), p. 1165.

20. A Giraut& L Milliot, *Príncipes de Colonisation et de Législation Colonille. L'Algérie.* Paris, 1938, pp. 383 e 386.
21. José Termes Ardevol, *El Movimiento Obrero en Espana, La Primera internacional 11864-1881),* Barcelona, 1965. Apêndice: Sociedades Obreras creadas en 1870-1874.
22. A Dubuc, "Les sobriquets dans le Pays de Bray en 1875", *Annales de Normandie,* agosto de l952, pp. 281-2.
23. Jaroslav Purs, "Die Entwicklung des Kapitalismus in der Landwirtschaft der böhmischen Lander 1849-1879", *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte,* 1963, III, p. 40.
24 Franco Venturi, *Les Intellectuels, le peuple et la revolution. Histoiré du populisme rus-se au XIX siècle,* Paris, 1972, II, pp. 946-8. Este livro magnífico, cuja tradução em língua inglesa foi feita de uma de suas primeiras edições *(Roots of Revolution,* Londres, 1960) é um trabalho-chave nesta questão.

CAPITULO 11
1. Scholem Alejchen, *Aus den nahen Osten,* Berlim, 1922.
2. F. Mulhauser, *Correspondence of Arthur Hugh Clough,* Oxford, 1957, II, p. 396.
3. I. Ferenczi, ed. F. Willcox, *International Migrations;* Vol. 1 *Statistics,* National Bureau of Economic Research, Nova York, 1929.
4. Ta Chen, *Chinese Migration with Special Referencefo Lrbor Conditions,* United States Bureau of Labor Statistics, Washington, 1923, p. 82.
5. S. W. Mintz, "Cuba: Terre et Esclaves", *Etudes Rurales,* 48, 1972, p. 143.
6. R. Mayo Smith, *Emigration and Immigration, A Study in Social Science,* Londres, 1890, p. 94.
7. A. F. Weber, *The Growth of Cities in the Nineteenth Century,* Nova York, 1899, p. 374.
8. Herbert Gutman, "Work, Culture and Society in industrializing America, 1815-1919", *American History Review,* 78, 3 de junho de 1973, p. 533.
9. Barry E. Suplee, "A Business Elite: German-Jewish Financiers in Nineteenth Century New York", *Business History Review,* XXXI, 1957, pp. 143-78.
10. Ferenczi, ed. Willcox, *op. cit.,* Vol. II, p. 270n.
11. Carl F. Wittke, *We who built America,* Nova York, 1939, p. 193.
12. Egon Erwin Kisch, *Karl Marx in Karlsband,* Berlim Ocidental, 1968.
13. C. T. Bidwell, *The Cost of Living Abroad,* Londres, 1876, apêndice. A Suíça foi o principal objeto desta viagem.
14. Bidwell, *op. cit.,* p. 16.
15. Georg v. Mayr, *Statistik und Gesellschaftslehre;* II, *Bevoelkerungsstatistik, 2.* Liéferung, Tübingen, 1922, p. 176.
16. E. G. Ravenstein, "The Laws of Migration", *Journal of the Royal Statistical Society,* 52, 1889, p. 285.

CAPÍTULO 12
1. Purs, "The working class movement in the Czech lands", *Histórica,* 1965, p. 70.
2. M. May, *Die Arbeitsfrage,* 1848, citado em R. Engelsing, "Zur politschen Bildung der deutschen Unterschichten, 1789-1863", *Hist. Ztschr.* 206, 2, abril de 1968, p. 356.
3. *Letters and Private Papers of W. M. Thackeray,* ed. Gordon N. Ray, II, 356, Londres 1945.
4. J. Purs, "The industrial revolution in the Czech Lands", *Histórica,* II, 1960, pp. 210 e 220.
5. Citado em H. J. Dyos & M. Wolff (eds.), *The Victorian City,* Londres e Boston, 1973, I, p. 110.
6. Dyos & Wolff, *op. cit.,* I, p. 5.
7. A. F. Weber, 1898, citado em Dyos e Wolff, *op. cit.,* I, p. 7.
8. H.Croon, "Die Versorgung der Staedte des Ruhrgebietes im 19.U.20. Jahrhundert", mimeo (International Congress of Economic History 1965), p. 2.

9. L. Henneaux-Depooter, *Misères et Luttes Sociales dans le Hainaut 1860-96,* Bruxelas, 1959, p. 117; Dyos & Wolff, *op. cit.,* p. 134.
10. Dyos & Wolff, *op. cil..* I, p. 424.
11. Dyos'& Wolff. *op. cit.*, I, p. 326.
12. J. H. Clapham, *An Economic History of Modem Britain,* Cambridge, 1932, II, pp. 116-17.
13. Erich Maschke, *Es entsleht ein Konzern,* Tubingern, 1969.
14. R. Ehrenberg, *Krupp-Sludien,* Thünen-Archiv II, Jena, 1906-9, p. 203; C. Fohlen, *The Fontana Economic History of Europe, 4, The Emergence of Industrial Societies,* Londres. 1973, I, p. 60; J. P. Rioux. *La Révolution Industrielle,* Paris, 1971, p. 163.
15. P. J. Proudhon. *Manuel du Spéculateur à Ia Bourse,* Paris, 1857, pp. 429 ff.
16. B. Gille, *The Fontana Economic History of Europe, 3: The Industrial Révolution,* Londres, 1973, p. 278.
17. J. Kocka, "Industrielles Management: Konzeptionen und Modellevor 1914". *Vierteljahrschrift für Sozial - und Wirtschaftsgesch.* 56/3, outubro de 1969, p. 336, citando de Emminghaus, *Allgemeine* Gewerbeslehre.
18. P. Pierrard, "Poesie et chanson... à Lille sous le 2e Empire", *Revue du Nord,* 46, 1964, p. 400.
19. G. D. H. Cole & Raymond Postgate, *The Common People,* Londres, 1946, p. 368.
20. H. Mottek, *Wittschaftsgeschidhte Deutschlands,* Berlim Ocidental, 1973, II, p. 235.
21. E. Waugh, *Home Life of lhe Lancashire Factory Folk during the Cotton Famine*, Londres, 1867, p. 13.
22. M. Anderson, *Familv Structure in Nineteenth Century Lancashire* Cambridge 1973 p. 31.
23. O. Handlin (ed.), *Immigrations as a Factor in American History,* Englewood Cliffs, 1959. pp. 66-7.
24. J. Hagan & C. Fisher, "Piece-work and some of its consequences in the printing and coal mining industries ir, \ustralia, 1850-1930". *Labour History,* 25, novembro de 1973. p. 26.
25. E. Schwiedland. *Kleingewrbe uber Hausindustrie in Osterreich,* Leipizig, 1894, II, pp. 264-5 e 284-5.
26. J. Saville & J. Beüamy (eds.), *Dictionary of Labour Biographv,* I. p. 17.
27. Engelsing, *op. cit.,* p. 364.
28. Rudolf Braun, *Soziaicr u>:<> kulíureller Wandel in einem landliehen Induslriegebiet im 19. u. 20. Jahrhundcrí.* Hrlcnbach-Zurique e Stultgart, 1965, p. 139, usa este termo especificamente para o período. Seus inestimáveis livros (ver também *Industrialisie-rung und 1'olkslebin,* !%'•) não podem ser recomendados tão bem.
29. *Industrial Remunennion Conference.* Londres, 1885, p. 27.
30. *Industrial Remunerarion Conference,* pp. 89-90.
31. Beatrice Webb, *My Appremiceship.* Harmondsworth, 1938, pp. 189 e 195.
32. *Industrial Remunerqfion Conference,* pp. 27 e 30.

CAPlTULO 13

1. Citado em L. Trenard "Un Industriei roubaisien du XIX siècle", *Revue du Nord, 50,* 1968. p. 38
2. Murtin Tupper *Proverbial Philosophy*, 1876.
3. Ver Ernanie Sachs, The Terrible Siren, Nova York. 1928, especialmente pp. 174-5.
4. A liberdade de visitar garotas americanas é ressaltada na seção relevante do capítulo sobre estrangeiros em Paris no soberbo *Paris Guide.* 1867, 2 vols.
5. Sobre Cuba, Verena Martinez Alier. "Elopement and seduction in 19th centurv Cuba", *Past and Present,* 53, maio de 1972; sobre América do Sul, E. Genovese, *Roll Jordan Roll.* Nova York. 1974, pp. 413-30 e R. W. Fogel & Stanley Engermann, *op. cit.*
6. De "Maxims for Revolutionists" em *Man and Supermun:* "Um homem moderadamente honesto, com uma mulher moderadamente encantadora, ambos beber-

rões moderados, numa casa moderadamente saudável: esta é a verdadeira unidade da classe média".
7. Zunkel, *op. cit.*, p. 320.
8. Zunkel, *op. cit.*, p. 526 n. 59. .
9. Tupper *op. cit.:* "Of Home", p. 361.
10. Tupper, *loc. cit.,* p. 362.
11. John Ruskin "Fors Clarigera", em E. T. Cook & A. Wedderburn (eds.). *Collected Works,* Londres e Nova York, 1903-12, vol. 27, carta 34.
12. Tupper, *op. cit.; "Of Marriage ', p. 118.*
13. "Minha opinião é que, se uma mulher é obrigada a trabalhar, imediatamente (embora ela possa ser cristã ou bem nascida) ela perde a posição peculiar que o termo *lady* convencionalmente designa". Carta ao *Englishwoman's Journal,* VIII, 1866. p. 59.
14. Trénard, *op. cit.,* pp. 38 e 42.
15. Tupper, *op. cit.: "Of Joy", p. 133.*
16. J. Lambert-Dansette, "Le Patronat du Nord. Sa période triomphante", em *Bulletin de la Société d'histoíre moderne et contemporaine,* 14, Série 18, 1971, p. 12.
17. Charlotte Erickson, *British Industrialists: Steel and Hosiery, 1850-1950,* Cambridge, 1959.
18. H. Kellenbenz, "Unternehmertum in Südwestdeutschland", *Tradition,* 10,4, agosto de 1965, pp. 183 ff.
19. C. Pucheu, "Les Grands Notables de 1'Agglomération Bordelaise du milieu du XIXe siècle à nos jours", *Revue d'histoire économique et sociale.* 45, 1967, p. 493.
20. P. Guillaume, "La Fortune Bordelaise au milieu du XIX siècle", *Revue d'histoire écnomique et sociale,* 43, 1965, pp. 331, 332 e 351.
21. E. Gruner, "Quelques reflexions sur 1'élite politique dans la Conféderation Helvetique depuis 1848", *Revue d'histoire économique et sociale,* 44, 1966, pp. 145 ff.
22. B. Verhaegen, "Legroupe Liberal à Ia Chanibre Belge (1847-1852)", *Revue Belge de Philogie et dhisloire,* 47, 1969, 3-4, pp. 1176 ff.
23. Lambert-Dansette, *op. cit.,* p. 9.
24. Lambert-Dansette, *op. cit.,* p. 8; V.E. Chancellor (ed.), *Master and Artisan in Victorian England,* Londres, 1969, p. 7.
25. Serge Hutin, *Les Francs-Maçons,* Paris, 1960, pp. 103 ff. e 114 ff.; P. Chevallier, *Histoire de la Francmaçonnerie française,.II;* Paris 1574. Para o mundo Ibérico o julgamento: "A Livre massonaria deste período não era senão a conspiração universal da classe média revolucionária contra a tirania feudal, monárquica e divina. Era a Internacional desta classe", citado em íris M. Zavala, *Masones, Comuneros y Carbonarios,* Madri, 1971, p. 192
26. T. Mundt, *Die neuen Bestrebungen zu einer wirtschaftlichen Reform der unteren Volksklassen,* 1855, citado em Zunkel, *op. cit.,* p. 327.
27. Rolande Trempé, "Contribution à 1'étude de la psychologie patronale: le comportement des administrateurs de la Societé des Mines de Carmaux, 1856-1914", *Mouve-ment Social,* 43, 1963, p. 66.
28. John Ruskin, *Modem Painters,* citado em W. E. Houghton, *The Viclorian Frame of Mind,* Newhaven, 1957, p. 116. Samuel Smiles, *Self Help, 859,* capítulo II, pp. 359-60.
29. John Ruskin, "Traffic", *The Crown of Wild Olives,* 1866, *Works* 18, p. 453.
30. Trempé, *op. cit.,* p. 73.
31. W. L. Burn, *The Age of Equipoise,* Londres, 1964, p. 244 n.
32. H. Ashworth em 1853-4, citado em Burn, *op. cit.,* p. 243
33. H. U. Wehler, *Bismark und der Imperialismus,* Colônia-Berlin, 1969, p. 431.

CAPITULO 14
1. Francis Darwin & A. Seward (eds.), *More Letters of Charles **Darwin,*** Nova York, 1903, II, p. 34.
2. Citado em Engelsing, *op. cit.,* p. 361.

3. *Anihropological Review,* IV, 1866, p. 115.
4. P. Benaerts *et. ai, Nalionalité et Nationalisme,* Paris, 1968, p. 623.
5. Karl Marx, *Capital,* I, postescrito à segunda edição.
6. Em *Electromagnetic Theory* de Julius Stratton do MIT, Dr. S. Zienau, com quem me encontro em dívida pelas referências que faço às ciências físicas, informa-me que isto veio num momento propício para o esforço de guerra anglo-saxão no campo do radar.
7. J. D. Bernal, *Science in History,* Londres, 1969, II, p. 568.
8. Bernal, *op. cit.*
9. Marx a Engels, 19 de dezembro de. 1860, *Werke* XXX, p. 131.
10. H. Steinthal & M. Lazarus, *Zietschriftfür Volkerpsychologie und Sprachwis-senchaft.*
11. F. Mehring, *Karl Marx, The Story of his Life,* Londres, 1936, p. 383.
12. E. B. Tylor, "The Religion of Savages", *Fortnightly Review* VI, 1866, p. 83.
13. *Anthropological Review* IV, 1866, p. 120.
14. Kiernan, *op. cit.*, p. 159.
15. W. Philips, "Religious profession and practice in New South Wales 1850-1900", *Historical Studies,* outubro de 1972, p. 388.
16. *Haydris Dictionary of Dates,*. 1889 ed.; artigo: Missions.
17. Eugene Stock, *A Short Handbook of Missions,* Londres, 1904, p. 97. As estatísticas neste manual parcial e influente são tiradas de J. S. Dennis, *Centennial Survey of joreign Missions,* Nova York e Chicago, 1902.
18. *Catholic Encyclopedia;* artigo: Missions, África.

CAPITULO 15

1. R. Wagner, "Kunst und Klima", *Gesammelte Schriften,* Leipzig, 1907, III, p. 214.
2. Citado em E. Dowden, *Studies in Literature 1789-1877,* Londres, 1892, p. 404.
3. Th. v. Frimmel, *Lexicon der Winer Gemãldesammlungen,* A-L, 1913-14; artigo: Ahrens.
4. G. Reitlinger, *The EconomicsofTaste,* Londres, 1961, capítulo 6. Eu tenho confiado bastante neste valioso trabalho, que traz ao estudo da arte um realismo financeiro adequado a nosso período.
5. Asa Briggs, *Victorian Citties,* Londres, 1963, pp. 164 e 183.
6. Reitlinger, *op. cit.*
7. R. D. Altick, *The English Cammon Reader,* Chicago, 1963, pp. 355 e 388.
8. Reitlinger, *op. cit.*
9. F. A. Mumby, *The House of Routledge,* Londres, 1934.
10. M. V. Stokes, "Charles Dickens: A Customer of Coutts & Co.", *The Dickensian,* 68, 1972, pp. 17-30. Estou em dívida com Michael Slater por esta referência.
11. Mulhall, *op. cit.;* artigo: Libraries. Uma nota especial deveria ser feita sobre o movimento da livraria pública britânica. Dezenove cidades instalaram tais livrarias nos anos 1850, 1 1 na década de 1860, 51 nos anos 1870 (W. A. Munford, *Edward Edwards,* Londres, 1963).
12. T. Zeldin, *France 1848-1945,* Oxford, 1974, I, p. 310.
13. G. Grundmann, "Schlösser und Villen des 19. Jahrhunderts von Unternehmern in Schlesien", *Tradition,* 10, 4, agosto de 1965, pp. 149-62.
14. R. Wischnitzer, *The Architecture ofthe European Synagogue,* Filadélfia, 1964, capítulo 10, especialmente pp. 196 e 202-6.
15. Gisèle Freund, *Photographie und bürgerliche Gesellschafl,* Munique, 1968, p. 92.
16. Freund, *op. cit.,* pp. 94-6'.
17. Citado em Linda Nochlin (ed.), *Realism and Tradition in An,* Englewood Cliffs, 1966, pp. 71 e 74.
18. Gisèle Freund, *Photographie et Société,* Paris, 1974, p. 77.
19. Freund, *op. cit.,* 1968, p. III.
20. Freund, *op. cit.,* 1968, pp. 112-13.
21. Sobre a questão das artes e da revolução neste período, ver T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois.* Londres, 1973 e *Image of lhe People: Gustave Coubert,*

Londres, 1973. 1973.
22. Nochlin, *op. cit.,* p. 77.
23. Mesmo num centro de menor importância como a Bohemia, Munique, o Münchner Kunstverein tinha cerca de 4.500 membros em meados da década de 1879. P. Drey, *Die wirtschaftlichen Grundlagen der Malkunst. Versuch einer Kunstökonomie,* Stutt-íart e Berlim, 1910.
24. "Na arte o artesão é quase tudo. Inspiração – sim, inspiração é uma coisa muito bela mas um tanto *banal;* é, desta forma, universal. Todo burguês é mais ou menos afetado por uma aurora ou pôr do sol. Ele tem uma certa dose de inspiração". Citado em Dowden, *op. cit.,* p. 405.

CAPÍTULO 16
1. Johann Nestroy, *Sie Sollen Ihn Nicht Haben,* 1850.
2. D S. Landes, *The Unbound Prometheus,* Cambridge, 1969, pp. 240-1.
3. Burckhardt, *op. cit.,* p. 116.
4. Burckhardt, *op. cit.,* p. 171.

LEITURA COMPLEMENTAR

Com algumas poucas exceções, as notas abaixo referem-se apenas a livros, e livros em língua inglesa. Isto não quer dizer que sejam os melhores disponíveis, embora freqüentemente o sejam. Trata-se de uma concessão à ignorância de línguas estrangeiras da maioria dos leitores de língua inglesa através do mundo.

A bibliografia do período é tão vasta que não é possível uma tentativa de cobrir todos os aspectos relacionados, mesmo que seletivamente, e as escolhas sugeridas são de cunho pessoal, às vezes mesmo fortuitas. Guias para leitura da maioria dos tópicos estão contidos em *A Guide to Historical Literature* periodicamente revisto e editado pela American Historical Association. A bibliografia existente na *Cambridge Econamic History of Europe,* vol. VI é maior do que seu título sugere. *A Bibliography of Modern History* (1968) de J. Roach (ed.) também pode ser consultada, com alguma cautela. A maioria dos livros relacionados abaixo também contém referências bibliográficas, em notas de pé de página ou separadamente.

Entre as obras gerais de referência histórica, a *Encyclopedia of World History* de W. Langer fornece as principais datas, assim como *Chronology of the Modern World* (1966) de Neville Williams. *Annals of European Civilization 1500-1900(1949)* de Alfred Mayer trata das artes e das ciências. *A Dictionary of Statistics* de M. Mulhall (1892) ainda é o melhor compêndio para números. Para referência geral sobre o século XIX, a décima-primeira edição da *Encyclopaedia Britannica,* ainda disponível em boas bibliotecas de universidades, é incomparavelmente superior às suas sucessoras, assim como a *Encyclopaedia of lhe Social Sciences* (1931) é – para nossas finalidades – superior a edição posterior de 1968. Compêndios biográficos e obras de referência em assuntos especiais são demasiadamente numerosos para serem mencionados. Entre os atlas históricos, o *Grosser Historiseher Weltatlas* (1957) de J. Engel *et. al*, o *Atlas of World History* (1957) de Rand-McNally e o *Penguin Historical Atlas* (1974) são recomendados.

An Introduction to Contemporary History de G. Barraclough (1967) e *The Triumph ofthe Middle Classes* (1966) de C. Morazé – este último com mapas excepcionalmente bem feitos – podem servir como introdução à história global. O elegante e erudito *The Lords of the Human Kind* (1969,1972) de V. G. Kiernan analisa as atitudes eu-

ropéias em relação ao mundo exterior. Os dois livros, *New Cambridge Modern Historv*, vol. X (J. P. T. Bury ed., *The Zenith of European Power 1839-1870)* e as duas partes da *Cambridge Economic History* Vol. VI *(The Industrial Revolutions and After)* vão além da Europa. Ambos podem ser consultados constantemente com bom proveito. Para análises mais estritamente sobre a Europa, *The Ascendancy of Europe 1815-1914* (1972) de M. S. Anderson e *The Age of Revolution, Europe 1789-1848* (1962) de E. J. Hobsbawm vão além do continente. *Liberal Europe 1848-1875* (1974) de W. E. Mosse cobre exatamente o mesmo período do presente livro. *Political and Social Upheaval 1832-1852* de William L. Langer (1969) – com a bibliografia – é de longe o melhor dos volumes cronologicamente relevantes da série *The Rise of Modern Europe* editada pelo mesmo autor.

De obras gerais em campos mais especializados, *The Fontana Economic History of Europe* de C. Cipolla (ed.) (1973, vols. 3, 4i, 4ii) são extremamente úteis, mas sem dúvida a melhor introdução à história econômica do período é o soberbo *The Unbound Prometheus* (1969) de D. S. Landes, um desenvolvimento da contribuição deste autor à *Cambridge Economic History.* Os importantes volumes de *A History of Technology* de C. Singer *et al.* são para referência. *The Culture of Western Europe: the nineteenth and twentieth centuries* (1963) de G. L. Mosse é uma adequada introdução a este assunto. *Science in History* (1965) de J. D. Bernal é brilhante, mas as seções sobre o nosso período não devem ser tomadas de forma acrítica. Nem deveriam ser as seções de *The Social History of Art* de A. Hauser (1952. Vários volumes da *Penguin History of Art* cobrem o século XIX. *European Society in Upheaval* (1975 ed.) de Peter Stearns é uma tentativa, talvez prematura, de cobrir a história social do continente. Duas obras de C. Cipolla, *The Economic History of World Population* (1962) e *Literacy and Development in the West* (1969), são breves e úteis introduções. *The Growth ofCities in the 19*[tn] *Century* (1889 e reimpressões) de A. F. Weber tem sido um inestimável compêndio desde sua publicação original.

Nem todos os países possuem uma história nacional de tamanho adequado e de fácil acesso em língua inglesa para o nosso período. A Inglaterra, por exemplo, não tem, embora *The Origin of Modern English Society 1780-1880* (1969) de H. Perkin e *Midvictorin Britain 1850-75* (1971) de Geoffrey Best são bons em história social, e *An Economic History of Modern Britain,* II *(1850-1880)* (1932) de J. H. Clapham ainda é excepcional. A melhor história da França, é ainda de longe a *Nouvelle Histoire de la France Contemporaine,* vols. 8 e 9 de M. Agulhon *(1848 ou 1'apprentissage de la Republique* de Alain Plessis *(De La fête imperiale au mur desFêdéres)* (ambos de 1973 e sem tradução inglesa). *A History of Modern Germany 1840-1945* de Hajo Holborn (1970) é bom, mas para o nosso período *Restoration, Revolution, Reaction, Economics and Politics in Germany 1815-1871* (1958) de T. S. Hamerow e *Social Foundations of German Unification* (1969) do mesmo autor são altamente relevantes. *The Habsburg*

Empire 1790-1918 (1969) de C. A. Macartney e o expressivo *Spain 1808-1939* (1966) de Raymond Carr contém ambos a maior parte do que precisamos saber sobre estes países e *The Scandinavian Countries 1720-1865, 2* vols. (1943) de B. J. Hovde mais do que isso. Histórias da Rússia refletem opiniões francamente discordantes. *Imperial Rússia 1801-1917* (1967) de Hugh Seton Watson está repleto de informações, assim como *A History of the Russian National Economy* (1949) de P. Lyashchenko. *History of the Italian People,* II(1973) de G. Procacci é uma boa introdução embora um tanto comprimida; *Italy, A Modern History* (1959) de D. Mack Smith é uma obra antiga feita pelo maior especialista deste período da história italiana. *The Balkans since 1453* (1958) de L. S. Stravianos é uma visão geral muito boa.

Para o mundo não-europeu.a maioria dos leitores talvez precise não de histórias do período, mas de introduções gerais a regiões às quais não são familiares. Para a China, isso pode ser encontrado em China Readings I de Franz Schurmann e O. Schell (eds.), o volume *Imperial China* (1967); para o Japão, no The Japan Reader I, o volume *Imperial Japan 1800-1945* (1973) de J. Livingston, J. Moore e F. Oldfhather (eds.); para o mundo islâmico *Unity and Variety in Muslim Civilization* (1955) de G. von Grunebaum (ed.); para a América Latina, alguma coisa de *Readings in Latin American History II: since 1810* (1966) de Lewis Hanke (ed.); para a Índia, *Agrarian Conditions in Northern Índia, I: The United Provinces under British Rule* (1972) de Elizabeth Whitcombe; para o Egito, *Cotton and The Egyptian Economy 1820-1914* (1969) de E. R. J. Owen. Para os principais eventos nos seus respectivos países, *The Taiping Rebellion* (19,66) de M. Franz e *The Meiji Restoration* 1972) de W. G. Beasley.

A bibliografia para a história americana é interminável. Qualquer história geral será adequada para aqueles totalmente estranhos em relação a este país, como por exemplo, *The Making of American Society I; to 1877* (1972) de E. C. Rozwenc, suplementada pela *Encyclopaedia of American History* (1965) de R. B. Morris. Todas estão atrasadas em relação aos progressos da pesquisa.

O tema principal do presente livro é a criação de um único mundo sob a hegemonia capitalista. Para este processo de exploração, ver *A History of Geographical Discovery and Exploration* (1931) de J. N. L. Baker; para pó mapas, ver *Memoirs of Hydrography II* (vai de 1830 a 80) de Cdr L. S. Dawnson RN (reimpresso em 1969); para o transporte, uma breve introdução por M. Robbins, *The Ralway Age* (1962), e uma exuberante e triunfante crônica por W. S. Lindsay, *History of Merchant Shipping,* 4 vols. (1876). A expansão da colonização e dos empreendimentos é inseparável da história das migrações (ver capítulo 11); ver *Migration and Economic Growth* (1954) de Brinley Thomas: para o lado humano, *The Immigrant in American History* (1940) de M. Hansen e *Invisible Immigrants: The Adaptatiori of English and Scottish immigrants in 19th century America* (1972) de C. Erickson, enquanto que *A New System of Slavery* (1974) de Hugh Tinker trata da exportação de

trabalho endividado. Para as fronteiras em expansão, *Westward Expansion* de R. A. Billington (1949) e *Mining Froníiers of the Far West* (1963) de Rodman Wilson Paul. Para os empreendimentos capitalistas fora da Europa, o esplêndido *Bankers and Pashas: International Finance and Modern Imperialism in Egypt* (1958) de D. S. Landes, *The Migration of British Capital to 1875* (J 927) de L. H. Jenks, *Europe, The World's Banker* (1930) de H. Feis, *The Life and Labours of Mr Brassey* (1872, reimpresso 1969), de A. T. Helps e *Henry Meiggs, A Yankee Pizarro* (1946) de W. Stewart. Os dois últimos volumes tratam dos titãs da construção ferroviária. Uma olhada interessante nas atitudes da época é *The Political and Social Ideas of Jules Verne* (1972) de Jean Chesneaux, sobre o autor de *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias.* A história da burguesia, classe-chave de nosso período, ainda espera para ser bem escrita, pelo menos em inglês e em uma forma adequadamente accessível. *Victorian People* (1955) de Asa Briggs é uma útil introdução, mas o melhor guia ainda é a série de novelas dos *Rou-gon-Macquart* de Émile Zola que analisa a sociedade do Segundo Império Francês e cuja autenticidade documentária é bem alta. Ver também a introdução de Mario Praz para *The Nineteenth Cenlury World* (1968) de G. S. Métraux e F. Crouzet (eds.). Entre as monografias, deve-se mencionar *La Bourgeoisie Parisienne 1815-1848* (versão reduzida 1970) de Adeline Daumard, *Les Grands Nolables en France, 2* vols. (1964) de A. Tudesq, adequado para o estudo da formação da consciência política no período da revolução de 1848, assim como "Industriebürgertum in Westdeutschland" de F. Zunkel incluído em *Modern Deutsche Sozialgeschichte* (1966) de H. U. Wehler (ed.). Para as aspirações da baixa classe média e de certa forma adequado para as demais classes, *Self Help* (1859 e numerosas edições subseqüentes) de Samuel Smiles. *The Age of Equipoise* (1964) de W. L. Burn é um excelente corte transversal da sociedade burguesa (inglesa), e *France 1848-1945,* vol. I (1974) de T. Zeldin um guia bastante razoável para a sociedade burguesa francesa, incluindo família e sexo. *The Formation of the British Liberal Party 1857-68* (1972) é bem estimulante.

Embora haja excelentes livros sobre a cidade do século XIX além do volume de A. F. Weber (como por exemplo, *Victorian Cities* (1963) de Asa Briggs e o enciclopédico *The Victorian City,* vols. (1973) de H. J. Dyos e M. Wolff eds.), guias gerais para o mundo dos trabalhadores manuais – diferente das histórias de suas organizações – são bastante escassos. *Useful Toil* (1974) de John Burnett (ed.) edita autobiografias de trabalhadores ingleses com introduções adequadas, e *London Labour and the London Poor,* 4 vols. (originalmente 1861-62) de Henry Mayhew é uma reportagem de gênio sobre a maior das cidades ocidentais. *Labouring Men* (1964) de E. J. Hobsbawm, contém alguns estudos relevantes. Numerosos estudos valiosos para alguns países em particular, especialmente a França, permanecem infelizmente sem tradução (inglesa). Poder-se-ia escolher *Les Ouvriers en Greve, 1871-90* vol. 2 (1974) de Michelle Perrot, *Les Mineurs de Carmaux* (1971) de Rolande Trempé e *Sozialer und kultureller Wandel in einem*

ländlichen Industriegebiet (1965) de Rudolf Braun, cuja importância é bem maior que a restrita base de pesquisa (Suíça) poderia sugerir. O maciço *Geschichte der lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus,* 40 vols. (1960-72) de J. Kuczynski deve ser mencionado – os vols. 2, 3 e 18, 19, 20 tratam sobre os trabalhadores alemães deste período.

Além das obras gerais já mencionadas, a terra, a agricultura e a sociedade agrária podem ser estudadas em *Peasants and Peasant Societies* (1971) de T. Shanin (ed.), *Lord and Peasant in Rússia* (1961) de Jerome Blum, *Rural Rússia under the Old Regime* (1932) de Geroid T. Robinson, *English Landed Society in the 19th Century* (1963) de F. M. L Thompson e *The Farmers Last Frontier* (1945) de F. A Shannon. Para a questão muito debatida do último período da escravidão, ver *The World the Slaveholders made* (1969) de Eugene G. Genovese assim como *Roll, Jordan Roll: the World the Slaves Made* (1974) do mesmo autor, e também *Time on the Cross 2* vols. (1974) de R. W. Fogel e S. Engermann, uma obra controvertida. Para a menos conhecida economia do trabalho endividado, *Sugar without Slaves* (1972) de Alan Adamson. *La Terre* de Zola combina acuidade e preconceito urbano contra camponeses. Para os camponeses desen-raizados, *Immigralion as a Factor in American History* (1959) de O. Handlin (ed.).

The Strugglefor Mastery in Europe, 1848-1918 (1954) de A. J. P. Taylor *The European Powers and the German Question 1848-1871* de W. E. Mosse (1969) poderão servir para introduzir a história das relações internacionais; *A History of Milistarism* (1938) de A. Vagts, *The Rise of Rail Power in War and Conquest (1915)*de E. A Pratt, e "Nineteenth Century Military Techniques" de H. Nickerson editado no *Journal of World History,* IV (1957-5-8), para a história das guerras. *The Franco-Prussian War* (1962) de Michael Howard é uma monografia exemplar.

Para as atitudes da época em torno das duas grandes alternativas em disputa, os governos populares ou nacionais, ver *Physics and Politics* (1873) de Walter Bagehot e *The British Constitution* (1872, numerosas edições). A historiografia e discussão do nacionalismo não é satisfatória. "What is a Nation?" de Ernest Renan editado em *Modern Political Doctrines* de A. Zimmern (ed.) (1939) é um ponto de partida. O melhor livro é *Die Vorkämpfer der Nationalen Bewegung bei den Kleinen Völkern Europas* (Praga, 1968) de M. Hroch; ver também a "Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales" editado em *Mouvements Nationaux d'Indépendance et Classes Populaires aux 19th et 20th siécles,* vol. I (1971). Sobre a extensão do voto na Inglaterra em 1867, *Before the Socialists* (1965), capítulos III-IV de Royden Harrison; para a Alemanha, o artigo de G. Mayer "Die Trennung der proletarischen von der bürgelichen Demokratie in Deutschland 1863-70" editado no *Grünbergs Archiv,* II (1911), páginas 1-67. Ver também as obras de J. R. Vincent, T. S. Hamerow e T. Zeldin, *The Political System of Napoleon III* (1958). Para as revoluções do período, *The Revolution of*

1854 in Spanish History (1966) de V. G. Kiernan, *The Federal Republic in Spain 1868-74 (*1962) de C. A. M. Hennessy e, entre à vasta literatura sobre a Comuna de Paris incluindo a famosa obra de Marx – *A Guerra Civil na França* – o livro de J. Rougerie, *Paris Libre 1871* (1971). *Political and Social Upheaval 1832-52* (1969) de W. L. Langer e *The 1848 Revolution* (1974) de Peter Stearns podem introduzir os leitores nas grandes revoluções de nosso período, sobre as quais Marx escreveu duas pequenas obras na época *(As Lutas de Classe na França* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte),* e Engels uma obra *(Revolução e Contra-Revolução na Alemanha),* e A. de Tocqueville algumas extraordinárias passagens em suas *Memórias.* O maior de todos os combatentes da liberdade do período é o assunto de *Garibaldi* (1974) de J. Ridley, e os revolucionários russos são revistos numa obra clássica de F. Venturi, *Roots of Revolution* (1960).

From Wealth to Welfare: The Evolution of Liberalism (1963) de H. K. Girvetz descreve os sentidos em constante mudança da ideologia burguesa dominante; *Virgin Land* (1957) de Henry Nash Smith é um excelente guia para a ideologia do radicalismo, que encontrou sua expressão mais pura nas fronteiras – para isso ver também *Free Soil, Free Labor, Free Men* (1970) de Eric Foner. *The Origens of Socialism.* (1969) de G. Lichtheim é a melhor introdução a este assunto. *A History of Socialist Thought, II: Marxism and Anarchism, 1850-1890* (1954) de G. D. H. Cole é ainda o mais accessível dos livros que tratam sobre esta questão de forma geral. Para uma crítica não-socialista do capitalismo, ver talvez a maior das obras contemporâneas *Reflexions on World History* (1945) de J. Bufckhärdt: *"A History of Economic Thought* de E. Roll é concisa e inteligente afastando-se de edição em edição das posições radicais que o autor defendia a princípio. *European Positivism in the 19th Century* (1963) trata de uma corrente ideológica mais ou menos central em nosso período. *Karl Marx, The Story ofHis Life*(1936) de Franz Mehring é preferível a outras introduções à vida e obra de Marx, pois Mehring procura refletir aquilo que Marx quis fazer entender para a sua geração imediata de discípulos e seguidores. *A History of the Warfare of Sciente and Theology* (1896) de A. D. White é valiosa para consulta pelas mesmas razões. Sobre o darwinismo, *Evolution and Society: A Study in Victorian Social Theory* (1966) de J. Burrow, e a introdução deste mesmo autor à edição da Penguin de *The Origin of Species* (1968), *Social Darwinism in American Thought* (1955) de R. Hofstadter e *Physics and Politics* (1873) de W. Bagehot.

A History of European Thought in the 19th Century (4 vols., 1896-1914) de J. T. Mertz permanece essencial para um estudo da ciência do século XIX. *The Life of William Thompson (2* vols. 1910) de S. P. Thompson trata de uma figura central. *Science and Industry in the 19th Century* (1953) de J. D. Bernal é uma brilhante monografia. *Science and History* do mesmo autor foi mencionada mais acima. *A Hundred Years of Chemistry* (1948) é um tratamento conveniente de

uma ciência crucial. Para as artes, além das obras gerais mencionadas, *The Economics of Taste* I e II (1961, 1963) de G. Reitlinger discute a natureza do mercado das artes. *The Absolute Bourgeois* e *Image of the People í* 1973) ambos de T. J. Clark discutem arte e revolução, *Realism* (1971) de Linda Nochlin explica-se pelo titulo (ver também a obra desta autora "The Invention of the Avant-Garde: France 1830-1880" editado em *Art News Annual* 34 assim como o livro de Gisèle Freund, *Photographie und bürgerliche Gesellschaft* (1968). O artigo de Walter Benjamin "Paris Capital of the 19th Century" publicado em *New Left Review* 48, 1968, é breve mas profundo. *Studies in European Realism* (1950) de George Lukács é a obra de um notável crítico da prosa, e *Main Currents in Nineteenth Century Literature* (6 vols. 1901-05) de Georg Brandes fornece uma visão quase que da época. *Aspects of Wagner* (1972) de Bryan Magee defende um grande mas desagradável compositor.

Sobre a crise que conclui nosso período, *Grosse Depression und Bismarckzeit* (1967) de Hans Rosenberg e *Recent Economic Changes* (1889) de David Wells.

Uma obra geral de interesse bastante considerável pode ser mencionada como conclusão: *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1967, Penguin 1973) de Barrington Moore.

Eric J. Hobsbawm

A era dos impérios

1875-1914

PAZ E TERRA

Eric J. Hobsbawm

A ERA DOS IMPÉRIOS
1875-1914

Tradução
Sieni Maria Campos
Yolanda Steidel de Toledo

Revisão Técnica
Maria Célia Paoli

PAZ E TERRA

Sumário

PREFÁCIO

Embora escrito por um historiador profissional, este livro não se dirige a outros acadêmicos, mas a todos que desejam entender o mundo e que acreditam na importância da história para tanto. Seu objetivo não é contar aos leitores exatamente o que aconteceu no mundo ao longo dos quarenta anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, embora eu espere que lhes dê uma idéia do período. Se quiserem descobrir mais, basta consultar, com facilidade, uma vasta — e, em geral, excelente — bibliografia, em sua grande maioria, facilmente acessível em língua inglesa a qualquer pessoa que se interessar por história. Uma parte dela foi relacionada no guia de bibliografia complementar.

O que tentei fazer neste volume, bem como nos dois que o precederam (*A Era das Revoluções 1789-1848* e *A Era do Capital 1848-1875*), foi entender e explicar o século XIX e seu lugar na história, entender e explicar um mundo em processo de transformação revolucionária, localizar as raízes de nosso presente no solo do passado e, talvez sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros. Desde que comecei a me interessar por história, sempre quis saber como se articulam todos esses aspectos da vida passada (ou presente) e por quê.

Assim, este livro não é (a não ser eventualmente) um relato ou exposição sistemática, e ainda menos uma demonstração de erudição. A melhor maneira de lê-lo é como o desenrolar de uma argumentação, ou antes, o delineamento de um tema básico através de vários capítulos. Os leitores devem julgar se a tentativa teve êxito, embora eu tenha feito o máximo para torná-lo acessível aos que não são historiadores.

Não há como reconhecer tudo o que devo aos inúmeros escritores cujas obras pilhei, mesmo se muitas vezes em desacordo com eles, e ainda menos o que devo às idéias recolhidas ao longo dos anos, em conversas com colegas e alunos. Caso reconheçam suas próprias idéias e observações, podem ao menos me responsabilizar por tê-las usado, ou aos fatos, mal, o que sem dúvida fiz uma ou outra vez. Posso, contudo, reconhecer os que me possibilitaram concentrar uma extensa preocupação com esse período num único livro. O Collège de France me permitiu produzir o que pode ser considerado um primeiro esboço, sob a forma de um curso de treze palestras em 1982; agradeço a essa respeitável instituição e a Emmanuel Le Roy Ladurie, que sugeriu o convite. O Leverhulme Trust me concedeu uma bolsa (*Emeritus Fellowship*) em 1983-1985, o que me permitiu conseguir ajuda durante a pesquisa; a Maison dês Sciences de l'Homme e Clemens Heller, de Paris, bem como o World Institute for Development Economics Research da Universidade das Nações Unidas e a Fundação Macdonnell me propiciaram algumas semanas de tranqüilidade em 1986 para terminar o texto. Dentre as pessoas que me ajudaram na pesquisa, quero expressar meu particular agradecimento a Susan Haskins, Vanessa Marshall e Dra. Jenna Park. Francis Haskell leu o capítulo sobre artes, Alan Mackay os que abordam as ciências, Pat Thane o que trata da emancipação da mulher; e eles me preservaram de alguns erros, mas temo que não de todos. André Schiffrin leu o manuscrito inteiro como amigo e como exemplo do não-especialista culto, a quem este livro se dirige. Durante muitos anos dei aulas de história da Europa aos alunos do Birkbeck College, Universidade de Londres, e não sei se eu teria sido capaz de pensar a história do século XIX no contexto da história mundial sem essa experiência. Assim, este livro é dedicado a eles.

INTRODUÇÃO

Memória é vida. Seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, e por isso a memória está em permanente evolução. Ela está sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação. Às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente. A história é a sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe. A memória sempre pertence a nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente: a história é uma representação do passado.

Pierre Nora, 1984

Não é provável que um mero relato do desenrolar dos acontecimentos, mesmo em escala mundial, resulte numa melhor compreensão das forças em jogo no mundo hoje, a não ser que, ao mesmo tempo, estejamos conscientes das mudanças estruturais subjacentes. O que precisamos, antes de mais nada, é de um novo quadro analítico e de novos termos de referência. É o que este livro procurará oferecer.

Geoffrey Barraclough, 1964

1

No verão de 1913, uma jovem se formou na escola secundária em Viena, capital do Império Austro-Húngaro. Ainda era uma façanha bastante incomum entre as moças da Europa central. Para comemorar o acontecimento, seus pais decidiram presenteá-la com uma viagem ao exterior, e como era impensável que uma moça de família de dezoito anos fosse exposta ao perigo e à tentação sozinha, procuraram um parente que conviesse. Felizmente, entre as várias famílias interligadas que haviam saído de várias cidades pequenas da Polônia e da Hungria nas gerações anteriores e avançado para o Ocidente rumo à prosperidade e à educação, havia uma que fora mais bem-sucedida que a média. Tio Albert construíra

uma rede de lojas no Levante — Constantinopla, Esmirna, Alepo, Alexandria. No início do século XX não faltavam negócios a serem feitos no Império Otomano e no Oriente Médio, e a Áustria há muito era a janela comercial da Europa central para o Oriente. O Egito era ao mesmo tempo um museu vivo, próprio para o aprimoramento cultural, e uma comunidade sofisticada da classe média cosmopolita européia, com quem era fácil se comunicar por meio da língua francesa, que a moça e suas irmãs haviam aperfeiçoado num internato nas vizinhanças de Bruxelas. O país continha também, é claro, os árabes. O tio Albert ficou feliz em acolher sua jovem parenta, que viajou para o Egito num navio a vapor do Lloyd Triestino, saindo de Trieste, então o principal porto do Império Habsburgo e também, coincidentemente, o lugar onde residia James Joyce. A moça viria a ser a mãe do autor deste livro.

Alguns anos antes, um rapaz também viajou para o Egito, mas de Londres. Os antecedentes de sua família eram consideravelmente mais modestos. Seu pai, que emigrara da Polônia russa para a Grã-Bretanha na década de 1870, marceneiro profissional, ganhava seu precário sustento na zona leste de Londres e Manchester, criando, o melhor possível, uma filha de seu primeiro casamento e oito filhos do segundo, a maioria deles já nascida na Inglaterra. Só um de seus filhos teve talento ou interesse pelos negócios. Apenas um dos mais novos teve acesso a uma escolaridade mais prolongada, tornando-se engenheiro de minas na América do Sul, que então fazia informalmente parte do Império Britânico. Todos, contudo, procuravam apaixonadamente dominar a língua e a cultura inglesas e se anglicizaram com entusiasmo. Um foi ser ator, outro levou avante os negócios da família, um se tornou professor primário, outros dois entraram para o funcionalismo público em expansão, trabalhando nos Correios. Acontece que a Grã-Bretanha ocupara o Egito pouco antes (1882) e, assim, um irmão acabou representando uma pequena parte do Império Britânico — os Correios e Telégrafos egípcios — no delta do Nilo. Ele sugeriu que o Egito conviria a mais um de seus irmãos, cujas principais qualificações para ganhar seu sustento lhe teriam sido muitíssimo úteis se ele não se visse realmente obrigado a ganhá-lo: era inteligente, agradável, musical e

um bom esportista versátil, além de pugilista peso-leve de nível de campeonato. Na verdade, ele era exatamente o tipo de inglês que conseguiria e manteria um cargo num escritório de navegação muito mais facilmente "nas colônias" que em qualquer outro lugar.

Esse rapaz viria a ser o pai do autor, que conheceu, assim, sua futura esposa ali onde a economia e a política da Era dos Impérios, sem falar de sua história social, os reuniu — presumivelmente no Esporte Clube dos arredores de Alexandria, perto de onde instalariam sua primeira casa. É extremamente improvável que um encontro assim tivesse acontecido num lugar assim, ou que tivesse levado ao casamento entre duas pessoas assim em qualquer outro período da história anterior ao abordado neste livro. Os leitores devem ser capazes de descobrir por quê.

Entretanto, há um motivo mais sério para começar o presente volume com um fato autobiográfico. Para todos nós há uma zona de penumbra entre a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas. Para os seres humanos individuais essa zona se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam — digamos, da foto de família mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar — ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente ("Eu o conheci um pouquinho antes do fim da guerra"; "Kennedy deve ter morrido em 1963, porque foi quando eu ainda estava em Boston"). A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. Mas sempre há essa terra-de-ninguém no tempo. É a parte da história cuja compreensão é mais árdua para os historiadores, ou para quem quer que seja. Para o autor, nascido quando a Primeira Guerra Mundial chegava ao fim e cujos pais tinham 33 e 19 anos respectivamente em 1914, a Era do Império fica nessa zona de penumbra.

Mas isso não se aplica só aos indivíduos, mas também às sociedades. O mundo em que vivemos é ainda, em grande medida, um mundo feito por homens e mulheres que cresceram no período de que trata este livro, ou imediatamente antes. À medida que o

século XX vai chegando ao fim, talvez isso esteja deixando de ocorrer — quem pode ter certeza? —, mas sem dúvida era o caso durante os dois primeiros terços de nosso século.

Considere-se, por exemplo, a lista de nomes de personalidades políticas que devem ser contadas entre os que impulsionaram e deram forma ao século XX. Em 1914, Vladimir Ilyitch Ulyanov (Lenin) tinha 44 anos, Joseph Vissarionovich Dzhugashvili (Stalin), 35, Franklin Delano Roosevelt, 30, J. Maynard Keynes, 32, Adolf Hitler, 25, Konrad Adenauer (construtor da República Federal da Alemanha no pós-1945), 38. Winston Churchill tinha 40, Mahatma Gandhi 45, Jawaharlal Nehru 25, Mao Tse-tung 21, Ho Chi-minh 22, a mesma idade que Josip Broz (Tito) e Francisco Franco Bahamonde (o general Franco da Espanha), dois anos mais novos que Charles de Gaulle e nove mais novos que Benito Mussolini. Considerem-se os significativos números no terreno da cultura. Uma amostra extraída de um *Dictionary of Modern Thought*[a], publicado em 1977, nos diz o seguinte:

Pessoas nascidas em 1914 e após	23%
Pessoas ativas em 1880-1914 ou adultas em 1914	45%
Pessoas nascidas em 1900-1914	17%
Pessoas ativas antes de 1880	15%

É patente que os homens e mulheres que elaboraram esse compêndio ainda consideravam, depois de transcorridos três quartos do século XX, a Era dos Impérios como de longe a mais significativa na formação do pensamento moderno então em curso. Quer concordemos com sua avaliação ou não, esta é historicamente significativa.

Assim, não são apenas os poucos indivíduos ainda vivos com uma vinculação direta aos anos anteriores a 1914 que enfrentam o problema de como olhar a paisagem de sua zona nebulosa particular, mas também, de modo mais impessoal, todos os que vivem no mundo da década de 1980, na medida em que sua forma foi moldada pela era que nos levou à Primeira Guerra Mundial. Não

quero dizer que o passado mais remoto não tenha significado para nós, mas que suas relações conosco são diferentes. Ao lidarmos com períodos remotos, sabemos que os encaramos essencialmente como estranhos e distantes, mais como os antropólogos ocidentais empreendendo uma pesquisa sobre os povos montanheses de Papua. Se esses períodos estiverem muito distantes — geográfica, cronológica ou emocionalmente —, podem sobreviver exclusivamente através das relíquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos, impressos ou gravados, objetos materiais, imagens. Ademais, sendo historiadores, sabemos que o que escrevemos só pode ser julgado e corrigido por outros estranhos como nós, para quem, também, "o passado é outro país". Partimos, por certo, dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, inclusive da tendência a reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir e apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer. Não obstante, vamos lançar mão das ferramentas e materiais habituais de nosso ofício, trabalhando em arquivos e outras fontes primárias, lendo uma enorme quantidade de literatura secundária, abrindo nosso caminho através dos debates e desavenças acumuladas de gerações de nossos predecessores, dos modos e fases mutáveis de interpretação e interesse, sempre curiosos, sempre (esperemos) fazendo perguntas. Mas o único obstáculo com que nos deparamos são outros contemporâneos nossos discutindo, como estranhos, sobre um passado que não é mais parte de memória. Afinal, até o que pensamos lembrar sobre a França de 1789 ou a Inglaterra de George III é o que aprendemos de segunda ou quinta mão através de pedagogos, oficiais ou informais.

Ali onde os historiadores tentam se defrontar com um período para o qual existem testemunhas oculares vivas, dois conceitos de história bem diferentes se chocam ou, no melhor dos casos, completam-se mutuamente: a acadêmica e a existencial, o arquivo e a memória pessoal. Pois todo mundo é historiador de sua própria vida passada consciente, na medida em que elabora uma versão pessoal dela: um historiador nada confiável, sob a maioria dos pontos de vista, como bem sabem todos os que se aventuraram pela

"história oral", mas um historiador cuja contribuição é essencial. Os acadêmicos que entrevistam velhos soldados ou políticos já terão adquirido informação mais vasta e mais confiável sobre os acontecimentos, em publicações e documentos, do que a guardada na memória de sua fonte, mas mesmo assim pode interpretá-la mal. Ademais, ao contrário do historiador, digamos, das cruzadas, o historiador da Segunda Guerra Mundial pode ser corrigido por aqueles que, lembrando dela, meneiam a cabeça e lhe dizem: "Mas não foi nada disso". Não obstante, as duas versões da história em confronto são, em sentidos diferentes, construções coerentes do passado, conscientemente defendidas como tais e, ao menos, potencialmente passíveis de serem definidas.

Mas a história da zona de penumbra é diferente. Ela constitui, em si, uma imagem incoerente e incompletamente percebida do passado, por vezes mais obscura, outras vezes aparentemente nítida, sempre transmitida por uma mescla de aprendizado e memória de segunda mão moldada pela tradição pública e particular. Pois ela ainda faz parte de nós, mas não está mais inteiramente dentro de nosso alcance pessoal. Ela é como aqueles mapas antigos multicoloridos, cheios de contornos improváveis e espaços brancos, emoldurados por monstros e símbolos. Os monstros e símbolos são ampliados pelos meios modernos de comunicação de massa porque o próprio fato de a zona de penumbra ser importante para nós a coloca numa posição central também em suas preocupações. Graças a eles essas imagens fragmentárias e simbólicas perduraram, ao menos no mundo ocidental: o *Titanic*, que conserva todo seu poder de ocupar as manchetes três quartos de século depois de seu naufrágio, é um exemplo notável. Quando essas imagens que aparecem em nossas mentes se referem, por uma razão ou outra, ao período que terminou na Primeira Guerra Mundial, é muito mais difícil interpretá-las de modo ponderado do que o seria com outras imagens e relatos que costumavam pôr os não historiadores em contato com o passado remoto: Drake jogando bocha enquanto a Armada se aproximava da Grã-Bretanha, o colar de diamantes ou o "Que comam brioches" de Maria Antonieta, Washington atravessando o Delaware. Nenhuma delas afetará um só

instante o historiador sério. Elas são exteriores a nós. Mas, poderemos ter certeza de que, mesmo como profissionais, olhamos as imagens mitificadas da Era dos Impérios com um olhar igualmente frio: o *Titanic*, o terremoto de São Francisco, Dreyfus? É evidente que não, haja vista o centenário da Estátua da Liberdade.

Mais que qualquer outra, a Era dos Impérios exige desmistificação precisamente porque nós — inclusive os historiadores — não vivemos mais nela, mas não sabemos quanto dela ainda vive em nós. Isso não quer dizer que ela precise ser desmascarada ou denunciada (atividade em que foi pioneira).

2

A necessidade de algum tipo de perspectiva histórica é ainda mais urgente pelo fato de as pessoas do final do século XX ainda estarem, de fato, apaixonadamente envolvidas com o período que se encerrou em 1914, provavelmente porque agosto de 1914 é uma das "rupturas naturais" mais inegáveis da história. Foi sentido como o fim de uma era em seu tempo, e ainda o é. É bem possível rebater essa opinião insistindo-se na continuidade e nas situações inconclusas que, se prolongaram através dos anos da Primeira Guerra Mundial. Afinal, a história não é como uma linha de ônibus em que todos — passageiros, motorista e cobrador — são substituídos quando chega ao ponto final. Não obstante, se há datas que obedecem a algo mais que à necessidade de periodização, agosto de 1914 é uma delas: foi considerada o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia. Assinala o fim do "longo século XIX" com o qual os historiadores aprenderam a trabalhar; e que foi objeto de três volumes dos quais o presente é o último.

Não há dúvida de que foi por esse motivo que ele atraiu um número assombroso de historiadores, amadores e profissionais, autores que escreveram sobre cultura, literatura e artes, biógrafos, realizadores de filmes e programas de televisão e não menos

importantes, criadores de moda. Eu estimaria que no mundo anglófono foi publicado nos últimos quinze anos, ao menos um título significativo por mês — livro ou artigo sobre os anos entre 1880 e 1914. A maioria visava a um público de historiadores ou outros especialistas, pois esse período, como vimos, não é crucial apenas para o desenvolvimento da cultura moderna, mas dá margem a um grande número de debates acalorados na área da história, nacional ou internacional, em sua grande maioria iniciados nos anos que precederam 1914: sobre o imperialismo, sobre o desenvolvimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, sobre o problema do declínio econômico britânico, sobre a natureza e a origem da Revolução Russa — para citar apenas alguns. Por motivos óbvios, o mais conhecido desses temas é a questão das origens da Primeira Guerra Mundial, que até a data já gerou vários milhares de volumes e continua a produzir literatura em quantidades impressionantes. A questão permaneceu viva porque o problema das origens das guerras mundiais infelizmente tem se recusado a desaparecer desde 1914. De fato, em nenhum outro ponto a vinculação entre preocupações passadas e presentes é mais evidente que na história da Era dos Impérios.

Deixando de lado a literatura puramente monográfica, a maioria dos autores que escreveram sobre o período pode ser dividida em duas classes: os que se voltam para o passado e os que se voltam para o futuro. Cada um deles tende a se concentrar em um dos dois traços mais óbvios do período. Por um lado, este parece extraordinariamente remoto e sem volta quando visto por sobre o abismo intransponível de agosto de 1914. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, a origem de boa parte do que ainda caracteriza o final do século XX ainda são os trinta anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. O *best-seller* de Barbara Tuchman, *The Proud Tower*[b], um "retrato do mundo anterior à guerra (1890-1914)", talvez seja o exemplo mais conhecido do primeiro gênero; o estudo de Alfred Chandler sobre a gênese da administração empresarial moderna, *The Visible Hand*, pode representar o segundo.

Em termos de quantidade de títulos e de exemplares editados, os que se voltam para o passado quase certamente prevalecem. O

passado irrecuperável constitui um desafio aos bons historiadores, cientes de que ele não pode ser entendido em termos anacrônicos mas encerra, também, a enorme tentação da nostalgia. Os menos observadores e mais sentimentais tentam constantemente retomar os encantos de uma era que as lembranças das classes alta e média tenderam a ver através de uma névoa dourada: a assim chamada *belle époque*, ou "bela época". Naturalmente, esse enfoque agradou aos produtores de espetáculos e da mídia, os figurinistas e outros fornecedores dos consumidores muito ricos. Talvez seja esta a versão do período com mais chances de ser conhecida do público através do cinema e da televisão. Ela é totalmente insatisfatória, embora sem dúvida capte um aspecto altamente visível do período que, afinal de contas, introduziu termos como "plutocracia" e "classe ociosa" no discurso público. Pode-se debater sobre se essa abordagem é mais ou menos inútil que a dos autores ainda mais nostálgicos, porém intelectualmente mais sofisticados, que esperam provar que o paraíso perdido poderia não ter sido perdido, se não fosse por erros evitáveis ou acidentes impossíveis de prever, sem os quais não teria havido Guerra Mundial, Revolução Russa ou qualquer dos acontecimentos considerados responsáveis pela perda do mundo anterior a 1914.

Outros historiadores estão mais preocupados com o oposto dessa grande descontinuidade, com o fato de boa parte do que continua sendo característico de nossa época ter sua origem, às vezes muito súbita, nas décadas que precederam 1914. Eles procuram essas raízes e antecipações de nossa época, que, de fato, são óbvias. Na política, os partidos trabalhistas e socialistas que governam ou lideram a oposição na maioria dos Estados da Europa ocidental são filhos da era de 1875 a 1914, bem como outro ramo de sua família, os partidos comunistas que dirigem os regimes da Europa oriental[c]. De mesma filiação são as políticas de governos eleitos por voto democrático, o partido de massa moderno e o sindicato operário de massa organizado a nível nacional, bem como a legislação moderna relativa ao bem-estar social.

Com o nome de "modernismo", a *avant-garde* desse período dominou a maior parte da produção cultural erudita do século XX.

Mesmo hoje, quando algumas *avant-gardes* ou outras escolas já não aceitam essa tradição, elas ainda se definem nos termos daquilo que rejeitam ("pós-modernismo"). Enquanto isso, a cultura da vida cotidiana ainda é dominada por três inovações desse período: a indústria publicitária em sua versão moderna, os modernos jornais e revistas de circulação de massa e (diretamente ou através da televisão) a fotografia em movimento ou filme. A ciência e a tecnologia podem ter percorrido um longo caminho de 1875-1914 a nossos dias, mas nas ciências há uma continuidade evidente entre a era de Planck, Einstein e do jovem Niels Bohr e a atual. No que tange à tecnologia, os automóveis movidos a gasolina que percorrem as ruas e as máquinas voadoras, que surgiram, no período que estudamos, pela primeira vez na história, ainda dominam nosso cenário urbano e rural. As comunicações por telefone, por telégrafo e sem fio, inventadas à época, foram aperfeiçoadas, mas não superadas. É possível que, vistas retrospectivamente, as derradeiras décadas do século XX não sejam mais vistas como cabendo no quadro estabelecido antes de 1914, mas na maioria das vezes este ainda servirá de referência.

Mas não é suficiente apresentar a história do passado nesses termos. Não há dúvida de que a questão da continuidade e descontinuidade entre a Era dos Impérios e o presente ainda é importante, pois nossas emoções ainda estão diretamente comprometidas com essa parte do passado histórico. Não obstante, do ponto de vista do historiador, continuidade e descontinuidade, consideradas isoladamente, são questões de pouca monta. Mas como devemos situar esse período? Pois, afinal, a relação do passado com o presente ocupa lugar central nas preocupações tanto dos que escrevem como dos que lêem história. Ambos querem, ou deveriam querer, entender como o passado se tornou o presente, e ambos querem entender o passado; e o maior obstáculo para tanto é o fato de este *não* ser igual ao presente.

A Era dos Impérios, embora um livro independente, é o terceiro e último volume do que acabou sendo um estudo geral do século XIX na história mundial — quer dizer, o "longo século XIX" dos historiadores, que vai de, digamos, 1776 a 1914. Não era a intenção

original do autor embarcar em algo tão loucamente ambicioso. Mas existe coerência entre os três volumes — escritos com intervalos de anos e, à exceção do último, não concebidos intencionalmente como partes de um projeto único —, na medida em que partilham de uma convicção comum quanto ao que foi o século XIX. E já que essa concepção comum conseguiu interligar *A Era das Revoluções* à *A Era do Capital*, e ambos, por sua vez, à *A Era dos Impérios* — e espero que sim —, ela também deve ajudar a relacionar a Era dos Impérios ao que veio depois dela.

O eixo central em torno do qual tentei organizar a história do século foi, basicamente, o triunfo e a transformação do capitalismo na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal. A história começa com a dupla e decisiva irrupção da primeira revolução industrial, na Grã-Bretanha, que estabeleceu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, em promover crescimento econômico e penetração mundial, e da revolução política franco-americana, que estabeleceu os modelos dominantes das instituições públicas da sociedade burguesa, completadas pela emergência praticamente simultânea de seus sistemas teóricos mais característicos — e inter-relacionados: a economia política clássica e a filosofia utilitarista. O primeiro volume desta história, *A Era das Revoluções 1789-1848*, está estruturado em torno desse conceito de "revolução dual".

Ela levou à conquista audaciosa do planeta pela economia capitalista, conquista essa realizada por sua classe característica, a "burguesia", e sob a bandeira de sua expressão intelectual característica, a ideologia do liberalismo. Este é o principal tema do segundo volume, que abarca o breve período entre as revoluções de 1848 e o início da Depressão da década de 1870, quando as perspectivas da sociedade burguesa e sua economia pareciam relativamente tranqüilas, pois seus triunfos reais eram notáveis. Pois ou bem a resistência política dos *anciens régimes*, contra os quais fora feita a Revolução Francesa, havia sido superada, ou esses mesmos regimes pareciam aceitar a hegemonia econômica, institucional e cultural de um progresso burguês triunfante. Economicamente, as dificuldades de uma industrialização e de um

crescimento econômico limitados pela estreiteza de sua base inicial foram superadas pela disseminação da transformação industrial e pela enorme ampliação dos mercados mundiais. Socialmente, os descontentamentos explosivos dos pobres da Era das Revoluções foram dissipados em conseqüência. Em suma, os principais obstáculos que se opunham ao progresso burguês contínuo e presumivelmente ilimitado pareciam ter sido removidos. As possíveis dificuldades derivadas das contradições internas desse progresso ainda não pareciam ser motivo de inquietude imediata. Houve menos socialistas e social-revolucionários na Europa nesse período do que em qualquer outro.

Mas, por outro lado, a Era dos Impérios é marcada e dominada por essas contradições. Foi uma era de paz sem paralelo no mundo ocidental, que gerou uma era de guerras mundiais igualmente sem paralelo. Apesar das aparências, foi uma era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que, com uma facilidade que raiava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios; mas uma era que gerou, inevitavelmente, em sua periferia, as forças combinadas da rebelião e da revolução que a tragariam. Desde 1914 o mundo tem sido dominado pelo medo, e às vezes pela realidade, de uma guerra mundial e pelo medo (ou esperança) de uma revolução — ambos baseados nas condições históricas que emergiram diretamente da Era dos Impérios.

Foi a era em que movimentos de massa organizados da classe dos trabalhadores assalariados, característica do capitalismo industrial e por ele criada, emergiram subitamente exigindo a derrubada do capitalismo. Mas emergiram em economias altamente prósperas e em expansão e, nos países onde eram mais fortes, em um momento em que o capitalismo lhes oferecia condições ligeiramente menos miseráveis que antes. Foi uma era em que as instituições políticas e culturais do liberalismo burguês foram estendidas, ou estavam em vias de se estender, às massas operárias que viviam em sociedades burguesas, até mesmo (pela primeira vez na história) às suas mulheres; mas para isso foi preciso forçar sua classe central, a burguesia liberal, a ocupar uma posição

marginal no poder político. Isto porque as democracias eleitorais, produto inevitável do progresso liberal, liquidaram o liberalismo burguês enquanto força política na maioria dos países. Para uma burguesia cujos alicerces morais tradicionais ruíram sob o peso de sua própria acumulação de riqueza e conforto, foi uma era de profunda crise de identidade e de transformação. Sua existência mesma como classe dirigente foi solapada pela transformação de seu próprio sistema econômico. As pessoas jurídicas (ou seja, grandes organizações empresariais ou sociedades anônimas), de propriedade de acionistas, que empregavam administradores e executivos assalariados, começaram a substituir as pessoas concretas e suas famílias na propriedade e na administração de suas próprias empresas.

São incontáveis os paradoxos como esse. A história da Era dos impérios está repleta deles. Na verdade, seu perfil característico, como será visto neste livro, é o avanço da sociedade e do mundo burgueses rumo ao que foi chamado de sua "morte estranha" ao atingir seu apogeu, vítima justamente das contradições inerentes a seu avanço.

Ademais, a vida cultural e intelectual do período evidencia uma curiosa consciência desse padrão de inversão, da morte iminente de um mundo e da necessidade de outro. Mas o tom e o sabor peculiares do período derivam do fato de que os cataclismas vindouros eram a um tempo esperados, mal compreendidos e desacreditados. A guerra mundial viria, mas ninguém, nem sequer o melhor dos profetas, entendeu realmente que tipo de guerra seria. E quando o mundo por fim chegou à beira do abismo, os responsáveis pela tomada das decisões, incrédulos, se lançaram a ele. Os grandes e novos movimentos socialistas eram revolucionários; mas, para a maioria deles, a revolução era de certa forma o resultado lógico e necessário da democracia burguesa, que deu a uma parcela da população cada vez mais numerosa o poder de decidir sobre outra, cada vez mais reduzida. E para os que esperavam a verdadeira insurreição, tratava-se de uma batalha cujo objetivo só podia ser, num primeiro momento, instituir a democracia burguesa como etapa preliminar de algo mais avançado. Assim, os

revolucionários permaneceram no quadro da Era dos Impérios, mesmo se preparando para superá-la.

Nas ciências e nas artes, as ortodoxias do século XIX estavam sendo demolidas, mas nunca um número maior de homens e mulheres, cujo acesso à cultura era recente e que eram intelectualmente conscientes, acreditou mais firmemente no que as pequenas *avant-gardes*, mesmo então, estavam rejeitando. Se os pesquisadores da opinião pública, no mundo desenvolvido pré-1914, tivessem comparado o percentual de esperança ao de mau agouro, o dos otimistas ao dos pessimistas, a esperança e o otimismo com toda certeza teriam prevalecido. Paradoxalmente, é provável que tivesse obtido mais votos nessa direção no novo século, quando o mundo ocidental se aproximava de 1914, do que nas últimas décadas do anterior. Mas, é claro, esse otimismo incluía não só os que acreditavam no futuro do capitalismo, mas também os que aguardavam, esperançosos, sua superação.

O padrão histórico de reversão em si, de desenvolvimento que solapa seus próprios alicerces, não tem nada de novo ou peculiar nesse período em relação a qualquer outro. É assim que as transformações históricas endógenas operam. Continuam operando assim. Peculiar ao longo século XIX é o fato de as forças titânicas e revolucionárias desse período, que transformaram o mundo a ponto de torná-lo irreconhecível, terem sido conduzidas por um veículo específico, historicamente peculiar e frágil. Exatamente como a transformação da economia mundial se identificou, durante um período crucial porém necessariamente breve, à sorte de um único Estado de porte médio — a Grã-Bretanha —, o desenvolvimento do mundo contemporâneo se identificava temporariamente ao da sociedade liberal burguesa do século XIX. A própria extensão na qual as idéias, valores, pressupostos e instituições a ela associados pareceram triunfar na Era do Capital indicam a natureza historicamente transitória desse triunfo.

O presente livro estuda o momento histórico em que ficou claro que a sociedade e a civilização criadas por e para a burguesia liberal ocidental representavam não a forma permanente do mundo industrial moderno, mas apenas uma fase de seu desenvolvimento

inicial. As estruturas econômicas sobre as quais repousa o mundo do século XX, mesmo quando capitalistas, não são mais as da "empresa privada" na acepção consensual entre os homens de negócios de 1870. A revolução presente na memória do mundo desde a Primeira Guerra Mundial já não é a Revolução Francesa de 1789. A cultura que o perpassa já não é a cultura burguesa, como teria sido entendida antes de 1914. O continente que então concentrava a esmagadora maioria de seu poderio econômico, intelectual e militar não é mais assim. Nem a história em geral nem a história do capitalismo em particular se encerraram em 1914, embora uma parte bastante grande do mundo tenha adotado um tipo de economia fundamentalmente diferente. A Era dos Impérios ou, como Lenin a chamou, o imperialismo, não foi, evidentemente, "a etapa final" do capitalismo; mas, à época, Lenin nunca afirmou realmente que fosse. Simplesmente a denominou, na primeira versão de seu influente escrito, "a última etapa" do capitalismo[d]. E, contudo, é compreensível que observadores — e não apenas observadores hostis à sociedade burguesa — tenham sentido a era da história mundial em que eles viveram nas últimas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial como algo mais que apenas outra fase de desenvolvimento. De uma forma ou de outra, o período parecia antecipar e preparar um mundo qualitativamente diferente do passado. E assim acabou sendo ia partir de 1914, mesmo se não da maneira esperada ou prevista pela maioria dos profetas. Não há como voltar ao mundo da sociedade liberal burguesa. Os próprios apelos conclamando a reviver o espírito do capitalismo do século XIX no final do Século XX testemunham a sua impossibilidade. Bem ou mal. Desde 1914 o século da burguesia pertence à história.

---

[a] Dicionário do Pensamento Moderno. (N. da T.)

[b] A ser publicado proximamente por esta Editora. (N. do E.)

[c] Os partidos comunistas no poder no mundo não-europeu foram construídos segundo esse modelo, mas após o período que abordamos aqui.

[d] Título mudado para "etapa superior" após sua morte.

CAPÍTULO 1

A REVOLUÇÃO CENTENÁRIA

"Hogan é um profeta... Um profeta, Hinnissy, é um homem que antevê problemas... Hogan é hoje o homem mais feliz do mundo, mas algo vai acontecer amanhã."

Mr. Dooley Says, 1910

1

Os centenários foram inventados no fim do século XIX. Em algum momento entre o centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889) — ambos comemorados com as exposições internacionais de praxe — os cidadãos instruídos do mundo ocidental tomaram consciência do fato de que aquele mundo, nascido entre a Declaração de Independência, a construção da primeira ponte de ferro do mundo e a tomada da Bastilha, estava completando cem anos. Qual seria o resultado de uma comparação entre o mundo dos anos 1880 e o dos anos 1780?[a]

Em primeiro lugar, em 1880 ele era genuinamente global. Quase todas as suas partes agora eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado ou aproximado. Com mínimas exceções, a exploração já não consistia em "descoberta", mas numa forma de esforço atlético, muitas vezes mesclado a importantes elementos de competição pessoal ou nacional; tipicamente a tentativa de dominar os ambientes físicos mais duros e inóspitos do Ártico e da Antártida. O norte-americano Peary chegaria em primeiro lugar ao Pólo Norte

em 1909, vencendo nesse desafio seus competidores britânico e escandinavo; o norueguês Amundsen atingiu o Pólo Sul em 1911, um mês antes do desafortunado britânico capitão Scott. (Tais façanhas não tinham nem pretendiam ter a menor conseqüência prática.) A ferrovia e a navegação a vapor haviam reduzido as viagens intercontinentais ou transcontinentais a uma questão de semanas, em vez de meses — salvo na maior parte do território da África, da Ásia continental e de partes do interior da América do Sul —, e em breve as tornariam uma questão de dias: com a conclusão da Ferrovia Transiberiana, em 1904, seria possível viajar de Paris a Vladivostok em quinze ou dezesseis dias. Com o telégrafo elétrico, a transmissão de informação ao redor do mundo era agora uma questão de horas. Em decorrência, homens e mulheres do mundo ocidental — mas não só eles viajaram e se comunicaram através de grandes distâncias com facilidade e em número sem precedentes. Vejamos apenas um exemplo do que seria considerado uma fantasia absurda na época de Benjamin Franklin. Em 1879, quase um milhão de turistas visitaram a Suíça. Mais de 200 mil deles eram norte-americanos: o equivalente a mais de um em cada vinte habitantes da totalidade dos EUA, considerando-se seu primeiro censo (1790).[b]

Ao mesmo tempo, o mundo era muito mais densamente povoado. As cifras demográficas são tão especulativas, sobretudo no que tange ao final do século XVIII, que a precisão numérica é inútil e perigosa; mas não deve ser muito equivocado supor que os aproximadamente 1,5 bilhões de seres humanos vivos nos anos 1880 representavam o dobro da população mundial dos anos 1780. Os mais numerosos eram, de longe, os asiáticos, como sempre o foram, mas enquanto em 1800 eles constituíam quase dois terços da humanidade (segundo estimativas recentes), em 1900 talvez fossem 55 por cento. O segundo maior grupo era o dos europeus (incluindo a Rússia asiática, esparsamente povoada). A população européia era, em 1900 (430 milhões) quase com certeza mais do dobro dos, digamos, 200 milhões de 1800. Ademais, sua emigração em massa para outros continentes foi responsável pela mudança mais drástica que sofreu a população mundial: o aumento dos habitantes das Américas de cerca de 30 a quase 160 milhões entre 1800 e 1900; e,

especialmente, a América do Norte, que aumentou de cerca de 7 a mais de 80 milhões de habitantes. O devastado continente africano, sobre cujos dados demográficos, como se sabe, há pouca informação, cresceu mais lentamente que qualquer outro, talvez no máximo um terço nesse século. No final do século XVIII havia, talvez, três vezes mais africanos do que americanos (do norte e latinos), ao passo que no fim do século XIX é provável que houvesse substancialmente mais americanos do que africanos. A reduzida população das ilhas do Pacífico, incluindo a Austrália, embora reforçada por uma migração européia de hipotéticos 2 a talvez 6 milhões de pessoas, tinha pouco peso demográfico.

Contudo, enquanto num sentido o mundo estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global — um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações, de produtos materiais e idéias —, em outro sentido este mundo caminhava para a divisão. Nos anos 1780, como em todos os outros períodos da história de que se tem registro, houve regiões ricas e pobres, economias e sociedades avançadas e atrasadas, unidades com organização política e força militar mais fortes e mais fracas. E é inegável que um abismo profundo separava a grande faixa do mundo que fora, tradicionalmente, o reduto das sociedades de classe e de Estados e cidades mais ou menos estáveis, administrados por minorias cultas e felizmente para o historiador — gerando documentação escrita, das regiões ao norte e ao sul, sobre as quais se concentrou a atenção dos etnógrafos e antropólogos do final do século XIX e começo do século XX. Não obstante, dentro dessa ampla faixa onde vivia a maior parte da humanidade — que se estendia do lapão a leste ao litoral norte e central do Atlântico e, através da conquista européia, ao território americano —, as disparidades, embora já acentuadas, ainda não pareciam insuperáveis.

Em termos de produção e riqueza, para não falar de cultura, as diferenças entre as principais regiões pré-industriais eram, pelos padrões modernos, espantosamente mínimas: de digamos, 1 a 1,8. De fato, uma estimativa recente calcula que, entre 1750 e 1800, o

produto nacional bruto *per capita* nos países hoje conhecidos como "desenvolvidos" era basicamente o mesmo que na região agora conhecida como "Terceiro Mundo", embora isso provavelmente se deva ao enorme tamanho e peso relativo do Império Chinês (com cerca de um terço da população mundial), cujo padrão médio de vida à época devia ser superior ao europeu. No século XVIII, os europeus podem ter achado o Celeste Império um lugar realmente muito estranho, mas nenhum observador inteligente o teria considerado, em qualquer sentido, uma economia ou civilização inferiores à européia, e menos ainda um país "atrasado". Mas, no século XIX a defasagem entre os países ocidentais, base da revolução econômica que estava transformando o mundo, e os demais se ampliou, primeiro devagar, depois cada vez mais rápido. Ao redor de 1880 (segundo o mesmo cálculo), a renda *per capita* do mundo "desenvolvido" era cerca do dobro da do Terceiro Mundo; em 1915 seria mais do que o triplo, e continuava aumentando. Em torno de 1950 (para destacar o contraste), a diferença era de 1 a 5; em 1970, de 1 a 7. Ademais, a defasagem entre o Terceiro Mundo e as áreas realmente desenvolvidas do mundo "desenvolvido", ou seja, os países industrializados, começou mais cedo e se ampliou ainda mais acentuadamente. O PNB *per capita* já era mais do dobro que o do Terceiro Mundo em 1830; em 1913, cerca de sete vezes maior.[c]

A tecnologia era uma das principais causas dessa defasagem, acentuando-a não só econômica como politicamente. Um século após a Revolução Francesa, tornava-se cada vez mais evidente que os países mais pobres e atrasados podiam ser facilmente vencidos e (salvo se fossem muito grandes) conquistados, devido à inferioridade técnica de seus armamentos. Tratava-se de um fato relativamente novo. A invasão do Egito por Napoleão, em 1798, opôs os exércitos francês e mameluco com equipamento comparável. As conquistas coloniais das forças européias haviam sido realizadas não por causa de armas milagrosas, mas devido a uma maior agressividade, crueldade e, acima de tudo, organização disciplinada. Contudo, a revolução industrial, que se fez presente nos conflitos armados em meados do século (cf. *A Era do Capital*, cap. 4), fez a balança pender mais ainda a favor do mundo "avançado" graças aos explosivos

potentes, às metralhadoras e ao transporte a vapor (ver cap. 13). Eis por que o meio século transcorrido entre 1880 e 1930 seria a idade de ouro, ou melhor, de ferro, da diplomacia de canhoneira.

Portanto, ao abordar 1880, estamos menos diante de um mundo único do que de dois setores que, combinados, formam um sistema global: o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre. Mesmo esta descrição é enganosa. Enquanto o (menor) Primeiro Mundo, apesar de suas consideráveis disparidades internas, era unido pela história e por ser o portador conjunto do desenvolvimento capitalista, o Segundo Mundo (muito maior) não era unido senão por suas relações com o primeiro, quer dizer, por sua dependência potencial ou real. O que tinha o Império Chinês em comum com o Senegal, o Brasil, as Novas Hébridas, o Marrocos e a Nicarágua, além do fato de pertencerem todos à espécie humana? O Segundo Mundo não era unido por sua história, cultura, estrutura social nem instituições, nem sequer pelo que hoje consideramos a característica mais marcante do mundo dependente: a pobreza em massa. Pois a riqueza e a pobreza, como categorias sociais, se aplicam apenas a sociedades estratificadas de um certo modo e a economias estruturadas de uma certa maneira, e algumas partes do mundo dependente não tinham nem uma nem outra. Todas as sociedades humanas conhecidas na história encerram algumas desigualdades sociais (além da desigualdade entre os sexos), mas embora os marajás da Índia, em visita ao Ocidente, pudessem ser tratados como se fossem milionários no sentido ocidental, não era possível assimilar desta forma os homens importantes ou chefes da Nova Guiné, nem mesmo hipoteticamente. E mesmo as pessoas comuns de qualquer lugar do mundo normalmente transformando-se em operários, e portanto em membros da categoria dos "pobres", ao serem transladadas para longe de seus países, era descabido descrevê-las dessa maneira em seu ambiente de origem. De qualquer modo, havia partes privilegiadas do mundo — sobretudo nos trópicos — em que ninguém sentia falta de moradia, alimento ou lazer. De fato, ainda havia sociedades pequenas em que os conceitos de trabalho e lazer não tinham sentido, nem existiam palavras para dizê-los.

Se a existência dos dois setores do mundo era inegável, as fronteiras entre elas eram, no entanto, indefinidas, sobretudo porque o conjunto de Estados através dos quais e pelos quais foi feita a conquista econômica — e, no período que nos ocupa, a conquista política — do planeta, estava unido tanto pela história como pelo desenvolvimento econômico. Esse conjunto de Estados era a "Europa", constituída não só pelas regiões que formavam, claramente, o cerne do desenvolvimento capitalista mundial — sobretudo a Europa central e do noroeste e algumas colônias ultramarinas. A "Europa" englobava as regiões meridionais, que haviam tido um papel importante no início do desenvolvimento capitalista, mas que, desde o século XVI, haviam estagnado; e os conquistadores do primeiro grande império ultramarino europeu, ou seja, as penínsulas itálica e ibérica. Ela incluía também uma vasta zona fronteiriça a leste, onde, por mais de mil anos, a cristandade — quer dizer, os herdeiros e descendentes do Império Romano[d] — havia combatido as invasões periódicas de conquistadores militares provenientes da Ásia central. Os invasores da última leva, que criaram o grande Império Otomano, foram gradualmente expulsos das enormes áreas da Europa por eles controladas entre os séculos XVI e XVIII; era óbvio que seus dias na Europa estavam contados, embora em 1880 ainda controlassem uma faixa considerável, que atravessava a península balcânica (partes das atuais Grécia, Iugoslávia e Bulgária, além de toda a Albânia), bem como algumas ilhas. Grande parte dos territórios reconquistados ou liberados só podiam ser considerados como "europeus" por cortesia: na verdade, a península balcânica ainda era comumente chamada de "Oriente Próximo": por isso, o sudoeste da Ásia veio a ser conhecido como "Oriente Médio". Por outro lado, os dois Estados que mais fizeram por repelir os turcos eram ou se tornaram potências européias, apesar do atraso notório da totalidade ou de parcelas de seus povos e territórios: o Império Habsburgo e, acima de tudo, o império dos czares da Rússia.

Assim, grandes extensões da "Europa" estavam, na melhor das hipóteses, na periferia do centro do desenvolvimento econômico capitalista e da sociedade burguesa. Em alguns deles, a maioria dos

habitantes vivia visivelmente num século diferente do de seus contemporâneos e governantes — como no litoral adriático da Dalmácia ou na Bukovina, onde, em 1880, 88% da população eram analfabetos, contra 11% na Baixa Austrália, que fazia parte do mesmo império. Muitos austríacos cultos partilhavam da opinião de Metternich de que "a Ásia começa onde a estrada para o Oriente sai de Viena", assim como a maioria dos italianos do norte encaravam a maioria dos italianos do sul como uma espécie de bárbaros africanos; mas em ambas as monarquias as áreas atrasadas eram apenas uma parte do Estado. Na Rússia, a questão "européia ou asiática?" calava muito mais fundo, já que praticamente toda a região que vai do leste da Bielorrússia e da Ucrânia até o Pacífico era igualmente distante da sociedade burguesa, a não ser por uma exígua camada culta. De fato, o tema foi objeto de acalorado debate público.

Contudo, a história, a política, a cultura, e não menos os séculos de expansão por terra e por mar sobre o Segundo Mundo ligaram até as parcelas atrasadas do Primeiro Mundo às avançadas, à exclusão de poucos enclaves isolados dos Bálcãs montanhosos e outros semelhantes. A Rússia era de fato atrasada, embora seus dirigentes tivessem voltado sistematicamente os olhos para o oeste e conseguido controlar os territórios fronteiriços ocidentais, como a Finlândia, os países bálticos e partes da Polônia, que eram claramente mais avançados. Contudo, economicamente, a Rússia pertencia sem sombra de dúvida "ao Ocidente", na medida em que seu governo estava obviamente empenhado numa política maciça de industrialização segundo o modelo ocidental. Politicamente, o Império czarista era antes colonizador que colônia e, culturalmente, a pequena minoria culta da Rússia era um dos motivos de orgulho da civilização ocidental do século XIX. Talvez os camponeses da Bukovina[e], no ponto mais remoto do nordeste do Império Habsburgo, ainda vivessem na Idade Média, mas sua capital, Czernowitz, abrigava uma universidade européia ilustre e sua classe média judaica, emancipada e assimilada, era tudo, menos medieval. No outro extremo da Europa, Portugal era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época, praticamente uma semicolônia

britânica; e apenas o olhar da fé poderia discernir ali indícios significativos de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, Portugal era não apenas membro do clube dos Estados soberanos como um grande império colonial, em virtude de sua história; conservava seu império africano não só porque as nações européias rivais não conseguiam decidir como reparti-lo, mas porque, sendo "europeu", seus domínios não eram considerados — pelo menos não totalmente — mera matéria-prima da conquista colonial.

Nos anos 1880 a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa. Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver. Demograficamente, o mundo contava com uma proporção mais elevada de europeus no fim do século que no início — talvez um em cada quatro, contra um em cada cinco. Apesar dos milhões de pessoas que o velho continente mandou para vários mundos novos, ele cresceu mais depressa. Embora a posição futura da América como superpotência econômica mundial já estivesse assegurada pelo ritmo e pelo ímpeto de sua industrialização, o produto industrial europeu ainda era duas vezes maior do que o americano, e os principais avanços tecnológicos ainda provinham basicamente do leste do Atlântico. Os automóveis, o cinema e o rádio foram inicialmente desenvolvidos com seriedade na Europa. (A participação do Japão na moderna economia mundial demorou a deslanchar, mas foi bem mais rápida na política mundial.)

Quanto à cultura erudita, o mundo das colônias brancas ultramarinas ainda continuava totalmente dependente do velho continente, de forma ainda mais óbvia entre as ínfimas elites cultas das sociedades não brancas, na medida em que estas consideravam "o Ocidente" como modelo. Economicamente, a Rússia não sustentava, de forma alguma, a comparação com o crescimento arrojado e a riqueza dos EUA. Culturalmente, a Rússia de Dostoievsky (1821-1881), Tolstoi (1828-1910), Tchekov (1860-1904), Tchaikovsky (1840-1893), Borodin (1834-1887) e Rimsky-Korsakov (1844-1908) era uma grande potência, e os EUA de Mark Twain (1835-1910) e Walt Whitman (1819-1892) não, mesmo incluindo aí

Henry James (1843-1916), que há muito emigrara para a atmosfera mais propícia da Grã-Bretanha. A cultura e a vida intelectual européias ainda estavam majoritariamente nas mãos de uma minoria próspera e culta, admiravelmente adaptadas para funcionar nesse meio e para ele. A contribuição do liberalismo e, mais além, da esquerda ideológica foi exigir que todos passassem a ter livre acesso às realizações dessa cultura de elite. O museu e a biblioteca públicos foram suas conquistas características. A cultura americana, mais democrática e igualitária, só assumiu uma posição própria na era da cultura de massa do século XX. Por enquanto, até em áreas tão estreitamente articuladas ao progresso técnico como as ciências, a julgar pela distribuição geográfica dos prêmios Nobel ao longo de seus quinze primeiros anos de existência, os EUA ainda ficavam atrás não só dos alemães e dos britânicos, mas até da pequena Holanda.

Se uma parcela do Primeiro Mundo podia se enquadrar com a mesma propriedade à zona de dependência e atraso, praticamente todo o Segundo Mundo indubitavelmente a integrava, à exceção do Japão, que passava por um processo de "ocidentalização" sistemática desde 1868 (ver *A Era do Capital*, cap. 8), e de territórios ultramarinos povoados por grande número de descendentes de europeus — em 1880 ainda basicamente provenientes da Europa central e do noroeste —, salvo, é claro, as populações nativas que eles não haviam conseguido eliminar. Foi essa dependência — ou mais exatamente a incapacidade de ou ficar afastado da rota do comércio e da tecnologia do Ocidente e encontrar um substituto para eles, ou resistir por intermédio de homens armados e organizados — que reuniu na mesma categoria, a de vítimas da história do século XIX em relação àqueles que a implementavam, sociedades que fora isto não tinham nada em comum. Como expressou o cruel humor ocidental, com um ligeiro excesso de simplificação militar:

> Aconteça o que acontecer, nós temos
> o fuzil Maxim, e eles não.

Comparadas a essa diferença, as diferenças entre sociedades pré-históricas, como as das ilhas da Melanésia, e as sofisticadas e urbanizadas sociedades da China, da Índia e do mundo islâmico pareciam insignificantes. Que importava que suas artes fossem admiráveis, que os monumentos de suas culturas ancestrais fossem maravilhosos e que suas filosofias (sobretudo religiosas) impressionassem tanto como o cristianismo, e na verdade provavelmente mais que ele, alguns acadêmicos e poetas ocidentais? Basicamente, essas sociedades estavam todas igualmente à mercê dos navios que vinham do exterior com carregamentos de bens, homens armados e idéias diante das quais ficavam impotentes e que transformaram seus universos como convinha aos invasores, independente dos sentimentos dos invadidos.

Isso não significa que a divisão entre os dois mundos fosse uma mera divisão entre países industrializados e agrícolas, entre civilizações urbanas e rurais. No Segundo Mundo havia cidades mais antigas e/ou tão grandes como no Primeiro: Pequim, Constantinopla. O mercado capitalista mundial do século XIX gerou, dentro dele, centros urbanos desproporcionalmente grandes através dos quais era canalizado o fluxo de suas relações econômicas: Melbourne, Buenos Aires e Calcutá tinham cerca de meio milhão de habitantes cada uma nos anos 1880, o que ultrapassava a população de Amsterdã, Milão, Birmingham ou Munique, ao passo que os três quartos de milhão de Bombaim só eram superados por meia dúzia de cidades da Europa. Embora as cidades fossem mais numerosas e tivessem um papel mais significativo nas economias do Primeiro Mundo, com poucas exceções especiais, o mundo "desenvolvido" permaneceu surpreendentemente agrícola. Apenas em seis países europeus a agricultura empregava menos que a maioria — geralmente uma ampla maioria — da população masculina, mas esses seis eram, caracteristicamente, o núcleo do desenvolvimento capitalista mais antigo: Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Holanda e Suíça. Entretanto, era só na Grã-Bretanha que a agricultura ocupava uma ínfima minoria de cerca de um sexto; nos outros países, empregava entre 30 e 45 por cento. Havia, de fato,

uma diferença notável entre a comercializada e eficiente atividade agrícola das regiões "desenvolvidas" e a agricultura das regiões atrasadas. Os camponeses da Dinamarca e da Bulgária tinham pouco em comum, ao redor de 1880, a não ser o interesse por estábulos e terras. Contudo, a lavoura, como o antigo artesanato, era um estilo de vida cujas raízes mergulhavam num passado longínquo, como sabiam os etnólogos e folcloristas do final do século XIX, que procuravam antigas tradições e "remanescentes populares" basicamente no campo. Mesmo a agricultura mais revolucionária ainda as conservava.

Reciprocamente, a implantação da indústria não se restringia inteiramente ao Primeiro Mundo. À parte a construção de uma infraestrutura (isto é, portos e ferrovias), as atividades extrativas (mineração) — presentes em muitas economias dependentes e coloniais — e a produção familiar, presente em muitas áreas rurais atrasadas, algumas indústrias do tipo ocidental do século XIX tendiam a se desenvolver modestamente em países dependentes como a Índia, mesmo nesta etapa inicial, por vezes enfrentando forte oposição de interesses metropolitanos, sobretudo nos setores têxtil e alimentício. Mas até a metalurgia penetrou no Segundo Mundo. A grande empresa indiana de ferro e aço, Tata, iniciou suas operações nos anos 1880. Enquanto isso, a produção reduzida dos pequenos artesãos que trabalhavam em suas casas ou em oficinas "por peça" continuava sendo tão característica do mundo "desenvolvido" como da maior parte do mundo dependente. Este tipo de produção estava prestes a entrar num período de crise, apreensivamente acompanhado pelos acadêmicos alemães, ao se defrontar com a concorrência das fábricas e da distribuição moderna. Porém, em seu conjunto, ainda sobreviveu com força considerável.

Contudo, é aproximadamente correto fazer da indústria um critério de modernidade. Nos anos 1880, nenhum país fora do mundo "desenvolvido" (e do Japão, que se somou a ele) podia ser descrito como industrializado ou em vias de industrialização. Mas pode-se dizer que mesmo os países "desenvolvidos" que ainda eram essencialmente agrícolas, ou, em todo caso, não associados imediatamente a fábricas e forjas, já estavam em sintonia com a

sociedade industrial e a alta tecnologia. Fora a Dinamarca, os países escandinavos, por exemplo, eram, até pouco tempo atrás, notoriamente pobres e atrasados. Contudo, em poucas décadas eles teriam mais telefones por habitante que qualquer outra região da Europa, incluindo a Grã-Bretanha e a Alemanha; ganharam um número de prêmios Nobel de ciência consideravelmente mais elevado que os EUA, e estavam prestes a se tornar redutos de movimentos políticos socialistas organizados especificamente em função dos interesses do proletariado industrial.

E, o que é ainda mais óbvio, podemos descrever o mundo "avançado" como um mundo em rápido processo de urbanização e, em casos extremos, um mundo onde o número de moradores das cidades era sem precedentes. Em 1800 havia apenas dezessete cidades na Europa cuja população era de 100 mil habitantes ou mais, no total menos de 5 milhões. Em torno de 1890 havia 103 com uma população total mais de seis vezes superior. Desde 1789, o que o século XIX havia gerado não era tanto o gigantesco formigueiro urbano com seus milhões de habitantes apressados — embora entre 1800 e 1880 três outras cidades de mais de um milhão de habitantes tenham se somado a Londres (Paris, Berlim e Viena). Antes, esse século havia gerado uma rede de cidades grandes e médias bem espalhadas, especialmente grandes zonas ou conurbações bastante densas em função desse desenvolvimento urbano e industrial, que iam gradativamente tomando conta do campo à sua volta. Alguns de seus exemplos mais dramáticos eram comparativamente novos, produtos do desenvolvimento da indústria pesada de meados do século, como Tyneside e Clydeside na Grã-Bretanha, ou apenas se desenvolvendo em escala maciça como o Ruhr na Alemanha ou o cinturão carvão-aço da Pensilvânia. Essas regiões, tornamos a insistir, não continham necessariamente qualquer cidade maior, salvo se ali houvesse capitais, centros administrativos governamentais ou outras atividades terciárias ou portos internacionais importantes, que também tendiam a gerar populações excepcionalmente grandes. É bem curioso que, à exceção de Londres, Lisboa e Copenhague, em 1880 nenhum Estado europeu possuía uma cidade que fosse ambas as coisas.

2

Por mais profundas e evidentes que fossem as diferenças econômicas entre os dois setores do mundo, é difícil descrevê-las em duas palavras; também não é fácil sintetizar as diferenças políticas entre elas. Existia claramente um modelo geral referencial das instituições e estrutura adequadas a um país "avançado", com algumas variações locais. Esse país deveria ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também, a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativa locais. Deveria ser composto de "cidadãos", isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos, de associações ou outros tipos de grupos e comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. E assim por diante. Essas eram as aspirações não só dos países "desenvolvidos" (todos os quais estavam, até certo ponto, ajustados a esse modelo ao redor de 1880), mas de todos os outros que não queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação-Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo "desenvolvido". De fato, o maior contingente de Estados operando teoricamente segundo esse modelo, em geral o modelo federalista americano mais que a variante centralista francesa, seria encontrado na América Latina. Esta era composta, à época, de dezessete repúblicas e um império, que não sobreviveu além dos anos 1880 (Brasil). Na prática, era notório que a realidade política latino-americana e, neste sentido, a de algumas monarquias nominalmente constitucionais do sudeste

da Europa, tinha pouca relação com a teoria constitucional. Grande parte do mundo não desenvolvido não possuía Estados nem deste nem, por vezes, de nenhum tipo. Parte dele era composta de colônias das potências européias, diretamente administradas por elas: em pouco tempo esses impérios coloniais conheceriam enorme expansão. Alguns deles, no interior da África, por exemplo, consistiam de unidades políticas às quais o termo "Estado", no sentido então corrente na Europa, não podia ser rigorosamente aplicado, embora outros termos então correntes ("tribos") não fossem muito melhores. Alguns deles eram impérios, por vezes muito antigos, como o chinês, o persa e o otomano, sem paralelo, na história européia, mas que evidentemente não eram Estados territoriais ("nações-Estado") do tipo dos do século XIX, e obviamente estavam (ao que parecia) se tornando obsoletos. Por outro lado, o mesmo raquitismo, senão a mesma senilidade, afetava alguns dos impérios obsoletos que, ao menos parcial ou marginalmente, se situavam no mundo "desenvolvido", quanto mais não fosse devido a seu *status*, inegavelmente abalado, de "grandes potências": os impérios czarista e Habsburgo (Rússia e Áustria-Hungria).

Em termos de política internacional (isto é, na avaliação dos governos e ministérios das relações exteriores da Europa), o número de entidades tratadas como Estados soberanos no mundo inteiro era bastante modesto para nossos patrões. Por volta de 1875, não passavam de dezessete na Europa (incluindo as seis "potências" — Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Itália — e o Império Otomano), dezenove nas três Américas (incluindo uma "grande potência" virtual, os EUA), quatro ou cinco na Ásia (sobretudo o Japão e dois impérios antigos, o chinês e o persa) e talvez três casos altamente marginais na África (Marrocos, Etiópia e Libéria). Fora das Américas, que continham o maior conjunto de repúblicas do globo, praticamente todos esses Estados eram monarquias — na Europa as únicas exceções eram a Suíça e (a partir de 1870) a França — embora os países desenvolvidos fossem, em sua maioria, monarquias constitucionais ou que, ao menos, acenavam com iniciativas oficiais favoráveis a algum tipo de

representação eleitoral. Os impérios czarista e otomano — o primeiro à margem do "desenvolvimento", o outro pertencendo nitidamente ao mundo das vítimas — eram as únicas exceções européias. Entretanto, fora a Suíça, a França, os EUA e possivelmente a Dinamarca, nenhum desses Estados representativos se baseava no direito de voto democrático[f] (à época, contudo, exclusivamente masculino), embora algumas colônias brancas, formalmente pertencentes ao Império Britânico (Austrália, Nova Zelândia, Canadá) fossem razoavelmente democráticas — de fato mais que qualquer outra região fora dos estados das Montanhas Rochosas nos EUA. Contudo, nesses países extra-europeus a democracia política pressupunha a exclusão das populações autóctones anteriores à sua chegada — índios, aborígines, etc. Mesmo ali onde estas não podiam ser eliminadas através da expulsão para "reservas" ou do genocídio, não faziam parte da comunidade política. Em 1890, dos 63 milhões de habitantes dos EUA, apenas 230 mil eram índios."

Quanto aos habitantes do mundo "desenvolvido" (e dos países que procuravam ou eram forçados a imitá-lo), os adultos do sexo masculino cada vez mais se adequavam ao critério mínimo da sociedade burguesa: o de indivíduos juridicamente livres e iguais. A servidão legal já não existia em lugar algum da Europa. A escravidão legal, abolida em quase todo o mundo ocidental e dominado pelo Ocidente, vivia seus derradeiros anos até em seus últimos bastiões — Brasil e Cuba — onde não sobreviveu além dos anos 1880. A liberdade e igualdade jurídicas estavam longe de ser incompatíveis com a desigualdade real. O ideal da sociedade liberal burguesa foi sintetizado nesta frase irônica de Anatole France: "A lei, em sua majestática igualdade, dá a todos os homens o mesmo direito de jantar no Ritz e de dormir debaixo da ponte". Contudo, no mundo "desenvolvido", agora era essencialmente o dinheiro — ou a falta dele — antes que o berço ou as diferenças de liberdade ou *status* jurídico que regia a distribuição de tudo, salvo dos privilégios de exclusividade social. E a igualdade jurídica também não excluía a desigualdade política, pois além da riqueza pesava o poder *de facto*. Os ricos e poderosos não só eram mais influentes politicamente, como podiam exercer uma coerção extralegal considerável, como

bem sabia qualquer habitante de áreas como o interior do sul da Itália e das Américas, sem falar dos negros americanos. Contudo, havia uma diferença nítida entre essas regiões do mundo onde tais desigualdades oficialmente ainda faziam parte do sistema social e político e aquelas nas quais elas eram, ao menos formalmente, incompatíveis com a teoria oficial. Essa diferença era análoga à que havia entre países onde a tortura ainda era um dispositivo legal do processo judicial (no Império Chinês, por exemplo) e aqueles em que não existia oficialmente, embora os policiais identificassem com toda clareza a diferença entre as classes "torturáveis" e as "não-torturáveis" (nas palavras do romancista Graham Greene).

A diferença mais nítida entre os dois setores do mundo era cultural, no sentido mais amplo da palavra. Por volta de 1880, predominavam no mundo "desenvolvido" países ou regiões em que a maioria da população masculina e, cada vez mais, feminina era alfabetizada; onde a vida política, econômica e intelectual havia, de maneira geral, se emancipado da tutela das religiões antigas, baluartes do tradicionalismo e da superstição; e que praticamente monopolizavam o tipo de ciência que era cada vez mais essencial à tecnologia moderna. No final dos anos 1870, qualquer país ou região da Europa que contasse com uma maioria de analfabetos quase certamente podia ser classificada como não-desenvolvida ou atrasada, e vice-versa. Itália, Portugal, Espanha, Rússia e os países balcânicos estavam, na melhor das hipóteses, nas margens do desenvolvimento. Dentro do Império Austríaco (deixando de lado a Hungria), os eslavos dos territórios tchecos, os germanófonos e os italianos e eslovenos, com uma taxa de analfabetismo bem mais baixa, constituíam as partes avançadas do país, ao passo que os representantes das regiões atrasadas eram os ucranianos, romenos e servo-croatas, predominantemente analfabetos. Uma população urbana majoritariamente analfabeta, como em grande parte do que era então o Terceiro Mundo, seria um indicador ainda mais convincente de atraso, pois o índice de alfabetização das cidades costumava ser muito mais elevado que o do campo. Havia alguns elementos culturais bastante óbvios em tais discrepâncias, como por exemplo o incentivo acentuadamente maior à educação de massa

entre os protestantes e judeus (ocidentais), ao contrário do que ocorria entre os católicos, muçulmanos e de outras religiões. Teria sido difícil imaginar um país pobre e predominantemente rural, como a Suécia, com apenas dez por cento de analfabetismo em 1850, fora da região protestante do mundo (integrada pela maioria dos países do litoral do Mar Báltico, Mar do Norte e Atlântico norte, com extensões à Europa central e à América do Norte). Por outro lado, a situação também refletia, e visivelmente, o desenvolvimento econômico e a divisão social do trabalho. Entre os franceses (1901), os pescadores eram três vezes mais analfabetos que os operários e trabalhadores domésticos; os camponeses eram duas vezes mais analfabetos; as pessoas envolvidas com o comércio a metade, sendo, evidentemente, o funcionalismo público e as profissões liberais os mais instruídos de todos. Os camponeses que dirigiam suas próprias empresas eram *menos* analfabetos que os trabalhadores agrícolas (embora não muito), mas nos setores menos tradicionais da indústria e do comércio os empregadores eram mais instruídos que os operários (embora não mais que seus funcionários de escritório). Os fatores culturais, sociais e econômicos não podem ser separados na prática.

A educação de massa — assegurada à época nos países desenvolvidos por um ensino primário cada vez mais universalizado, promovido ou supervisionado pelos Estados — deve ser distinguida da educação e da cultura das geralmente pequenas elites. Neste ponto, as diferenças entre os dois setores daquela faixa do planeta onde a alfabetização era conhecida eram menores, embora a educação superior de estratos como os intelectuais europeus, eruditos muçulmanos ou hindus e mandarins do leste asiático tivesse pouco em comum (a menos que também se adequassem ao padrão europeu). O analfabetismo de massa, como na Rússia, não excluía a existência de uma cultura esplêndida, embora restrita a uma ínfima minoria. Entretanto, certas instituições caracterizavam a região "desenvolvida" ou a dominação européia, sobretudo a universidade essencialmente secular, que não existia fora dessa zona[g], e, por motivos diferentes, a ópera (ver o mapa em *A Era do Capital*).

Ambas as instituições refletiam a penetração da civilização "ocidental" dominante.

3

Definir a diferença entre partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo é um exercício complexo e frustrante, pois tais classificações são por natureza estáticas e simples, e a realidade que deveria se adequar a elas não era nenhuma das duas coisas. O que definia o século XIX era a mudança: mudanças em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos perifericamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. Por outro lado, até os mais "avançados" dos países "desenvolvidos" mudaram parcialmente através da adaptação da herança de um passado antigo e "atrasado", e continham camadas e parcelas da sociedade resistentes à transformação. Os historiadores quebram a cabeça procurando a melhor maneira de formular e apresentar essa mudança universal, porém diferente em cada lugar, a complexidade de seus padrões e interações e suas principais tendências.

A maioria dos observadores dos anos 1870 teria ficado muitíssimo mais impressionada por sua linearidade. Em termos materiais, em termos de conhecimento e de capacidade de transformar a natureza, parecia tão patente que a mudança significava avanço, que a história — de todo modo a história moderna — parecia sinônimo de progresso. O progresso era medido pela curva sempre ascendente de tudo que pudesse ser medido, ou que os homens escolhessem medir. O aperfeiçoamento contínuo, mesmo das coisas que obviamente ainda precisavam ser aperfeiçoadas, era garantido pela experiência histórica. Parecia difícil

acreditar que, há pouco mais de três séculos, europeus inteligentes tivessem considerado a agricultura, as técnicas militares e até a medicina da Roma antiga como modelo para suas próprias; que há escassos dois séculos pudesse ter havido um debate sério sobre se os modernos algum dia poderiam superar as realizações dos antigos; que no final do século XVIII especialistas pudessem ter duvidado que a população da Grã-Bretanha estava aumentando.

Era na tecnologia e em sua conseqüência mais óbvia, o crescimento da produção material e da comunicação, que o progresso era mais evidente. A maquinaria moderna era predominantemente movida a vapor e feita de ferro e de aço. O carvão se tornara a fonte de energia industrial mais importante, fornecendo 95% do total da Europa (fora a Rússia). Os regatos de montanha da Europa e da América do Norte, que inicialmente determinavam a localização de tantos cotonifícios — cujo nome evoca, em inglês, a importância da energia hidráulica[h] —, voltaram à atividade rural. Por outro lado, as novas fontes de energia, eletricidade e petróleo ainda não eram muito significativas, embora por volta dos anos 1880 a geração de eletricidade em grande escala e o motor de combustão interna estivessem começando a se tornar viáveis. Nem mesmo os EUA afirmaram ter mais que cerca de 3 milhões de lâmpadas elétricas em 1890, e no início dos anos 1880 a economia industrial européia mais moderna, a Alemanha, consumia menos de 400 mil toneladas de petróleo por ano.

Além de inegável e triunfante, a tecnologia moderna era extremamente visível. Suas máquinas de produção, embora não fossem muito potentes pelos padrões atuais — na Grã-Bretanha a média de 20 HP em 1880 —, costumavam ser grandes, ainda feitas principalmente de ferro, como se pode constatar nos museus de tecnologia. Mas os maiores e mais potentes motores do século XIX eram os mais visíveis e audíveis de todos. Eram as 100 mil locomotivas (200-450 HP) que puxavam seus quase 2,75 milhões de carros e vagões, em longas composições, sob bandeiras de fumaça. Elas faziam parte da inovação de maior impacto do século, sequer sonhada cem anos antes ao contrário das viagens aéreas —, quando Mozart escreveu suas óperas. Vastas redes de trilhos reluzentes,

correndo por aterros, pontes e viadutos, passando por atalhos, atravessando túneis de mais de quinze quilômetros de extensão, por passos de montanha da altitude dos mais altos picos alpinos, o conjunto das ferrovias constituía o esforço de construção pública mais importante já empreendido pelo homem. Elas empregavam mais homens que qualquer outro empreendimento industrial. Os trens alcançavam o centro das grandes cidades — onde suas façanhas triunfais eram festejadas com estações ferroviárias igualmente triunfais e gigantescas — e às mais remotas áreas da zona rural, onde não penetrava nenhum outro vestígio da civilização do século XIX. Por volta do início dos anos 1880 (1882), quase 2 bilhões de pessoas viajavam por ano pelas ferrovias, a maioria delas, naturalmente, na Europa (72 por cento) e na América do Norte (20 por cento). À época, nas regiões "desenvolvidas" do Ocidente, muito poucos homens, talvez mesmo muito poucas mulheres, cuja mobilidade era mais restrita, deixaram de entrar em contato com a ferrovia em algum momento de suas vidas. É provável que o único outro subproduto da tecnologia moderna mais universalmente conhecido fosse a rede de linhas telegráficas em sua infindável sucessão de postes de madeira, com uma quilometragem três ou quatro vezes superior à da totalidade das ferrovias do mundo inteiro.

Os 22 mil navios a vapor do mundo em 1882, embora provavelmente ainda mais potentes como máquinas que as locomotivas, alem de serem muito menos numerosos e apenas visíveis pela pequena minoria de seres que chegavam até perto dos portos, eram num certo sentido muito menos típicos. Pois ainda representavam (mas por margem mínima) uma tonelagem menor, mesmo na industrializada Grã-Bretanha, que os navios a vela. Quanto à navegação mundial como um todo, ainda havia, em 1880, quase três toneladas dependentes do vento para cada tonelada movida a vapor. Nos anos 1880, isto estava começando a mudar imediata e radicalmente, a favor do vapor. A tradição ainda reinava nas águas, especialmente no que tange a construção, carga e descarga de navios, apesar da passagem da madeira ao ferro e da vela ao vapor.

Que atenção os observadores leigos sérios da segunda metade dos anos 1870 teriam dado aos avanços revolucionários da tecnologia que já estavam em gestação ou nascendo à época: os vários tipos de turbinas e motores de combustão interna, o telefone, o gramofone e a lâmpada elétrica incandescente (todos sendo inventados), o automóvel, que Daimler e Benz tornaram operacional nos anos 1880, sem falar do cinematógrafo, da aeronáutica e da radiotelegrafia, produzidos ou pesquisados nos anos 1890? Quase com certeza eles teriam esperado e previsto o desenvolvimento importante de qualquer coisa ligada à eletricidade, à fotografia e à síntese química, com as quais estavam bastante familiarizados, e não se surpreenderiam se a tecnologia conseguisse resolver um problema tão óbvio e tão urgente como a invenção de um motor móvel para a mecanização do transporte rodoviário. Não poderiam ter antecipado as ondas de rádio e a radioatividade. Certamente teriam feito especulações — e quando foi que os seres humanos não fizeram? — sobre as perspectivas de vôo humano, e teriam ficado esperançosos, dado o otimismo tecnológico da época. Não há dúvida de que as pessoas estavam ávidas de novas invenções, quanto mais espetaculares melhor. Thomas Alva Edison, que montou o que foi provavelmente o primeiro laboratório privado de desenvolvimento industrial em 1876, em Menlo Park, Nova Jersey, tornou-se um herói americano com seu primeiro fonógrafo, em 1877. Mas eles provavelmente não teriam previsto as transformações efetivas que essas inovações acarretaram na sociedade de consumo, pois, na verdade, à exceção dos EUA, elas permaneceriam relativamente modestas até a Primeira Guerra Mundial.

Assim, o progresso era mais visível na capacidade de produção material e de comunicação rápida e ampla no mundo "desenvolvido". É quase certo que os benefícios dessa multiplicação da riqueza não tenham se estendido, nos anos 1870, à esmagadora maioria dos habitantes da Ásia, África e, à exceção de uma parte do Cone Sul, América Latina. Não é clara qual foi a proporção das pessoas das penínsulas do sul da Europa e do Império Czarista afetadas por eles. Mesmo no mundo "desenvolvido", tais benefícios eram distribuídos de maneira muito desigual numa população composta de 3,5% de

ricos, 13-14% de classe média e 82-83% de classes trabalhadoras, segundo a classificação oficial francesa dos funerais da República, nos anos 1870 (ver *A Era do Capital*, capítulo 12). Entretanto, era difícil negar uma certa melhoria nas condições das pessoas comuns. O aumento da estatura humana, tornando hoje cada geração mais alta que a de seus pais, provavelmente começara por volta de 1880 em diversos países — mas de modo algum em todos e de maneira muito modesta, quando comparado ao que teve lugar após 1880 ou mesmo mais tarde. A nutrição é, de longe, a razão mais decisiva para esse aumento da estatura humana. A esperança de vida média ao nascer ainda era bastante modesta nos anos 1880: 43-45 anos nas principais regiões "desenvolvidas"[i], embora menos de 40 na Alemanha e 48-50 na Escandinávia. (Nos anos 1960, seria de cerca de 70 anos nestes países.) Contudo, a esperança de vida sem dúvida aumentara bastante no decorrer do século, embora o declínio importante da mortalidade infantil, que afeta sobremaneira essa cifra, estivesse apenas começando.

Em suma, a maior esperança dos pobres, mesmo nas partes "desenvolvidas" da Europa, era ainda, provavelmente, ganhar o suficiente para manter corpo e alma juntos, ter um teto sobre a cabeça e roupas suficientes, sobretudo nas idades mais vulneráveis de seu ciclo vital, quando os filhos ainda não estavam em idade de trabalhar e quando homens e mulheres envelheciam. Nas partes "desenvolvidas" da Europa, morrer de fome já não era uma contingência possível. Mesmo na Espanha, a última fome de grandes proporções ocorreu nos anos 1860. Entretanto, na Rússia a fome continuava representando um risco de vida significativo: haveria uma importante carestia em 1890-1891. No que mais tarde seria chamado de Terceiro Mundo ela permaneceu endêmica. Era indubitável a emergência de um setor substancial de camponeses prósperos, como também, em alguns países, a de um setor de trabalhadores manuais "respeitáveis" que, devido à sua qualificação ou ao seu número reduzido, tinham a possibilidade de poupar dinheiro e comprar mais do que o essencial para a sobrevivência. Mas a verdade é que o único mercado cuja renda era de natureza a tentar os empresários e homens de negócios era o dos rendimentos

médios. A inovação mais notável na distribuição foi a loja de departamentos, introduzida pioneiramente na França, na América e na Grã-Bretanha, e que começava a penetrar na Alemanha. O *Bon Marché* ou o *Whiteley's Universal Emporium* ou o *Wanamakers* não visavam um público de classe trabalhadora. Os EUA, com seu enorme potencial de consumidores, já tinham em vista um mercado de massas de bens padronizados de nível médio, mas até ali o mercado de massa dos pobres (o mercado *five-and-dime*[j], ainda ficava entregue às pequenas empresas que achavam que valia a pena ser fornecedor dos pobres. A moderna produção em massa e a economia do consumo de massa ainda não haviam chegado. Chegariam muito em breve.

Mas o progresso também parecia evidente no que as pessoas ainda preferiam chamar de "estatísticas morais". A alfabetização estava em franca expansão. Não seria indicativo de crescimento de civilização o fato de o número de cartas enviadas na Grã-Bretanha no início das guerras contra Napoleão, talvez duas por ano por habitante, ter passado a cerca de 42 na primeira metade dos anos 1880? Que 186 milhões de exemplares de jornais e revistas fossem publicados por mês nos EUA de 1880, contra 330 mil em 1788? Que em 1880 as pessoas que se dedicavam à ciência, associando-se às sociedades cultas, talvez fossem 44 mil, provavelmente quinze vezes mais que cinqüenta anos antes? Não há dúvida de que a moralidade, conforme medida pelos dados muito duvidosos das estatísticas criminais e pelas estimativas fantasiosas dos que desejavam (como tantos vitorianos) condenar o sexo fora do matrimônio, manifestava uma tendência menos certa ou satisfatória. Mas o progresso das instituições, que se encaminhavam ao constitucionalismo liberal e à democracia, visível em todas as partes nos países "avançados", não poderia ser considerado como um sinal de progresso moral, complementar aos extraordinários êxitos científicos e materiais da época? Quantos teriam discordado de Mandell Creighton, bispo anglicano e historiador, que afirmou que "somos obrigados a reconhecer, como a hipótese científica a partir da qual a história tem sido escrita, um progresso nas questões humanas"?

Poucos, nos países "desenvolvidos"; embora, como alguns poderiam observar, esse consenso fosse relativamente recente até nessas regiões do mundo. No resto do mundo, a maioria das pessoas nem teria entendido a proposta do bispo, mesmo que tivessem pensado sobre ela. A novidade, especialmente quando trazida de fora por gente da cidade é estrangeiros, era algo que perturbava velhos hábitos arraigados, mais do que algo portador de progresso; de fato, predominavam os indícios de que ela trazia perturbação, ao passo que os indícios de melhoria eram fracos e pouco convincentes. Nem o mundo progredia, nem esperava-se que progredisse: posição também defendida vigorosamente no mundo "desenvolvido" por aquele firme opositor de tudo que o século XIX representou, a Igreja Católica Romana (ver *A Era do Capital*, cap. 6:1). No máximo, se a época era difícil por razões outras que os caprichos da natureza ou da divindade, como a fome, a seca e as epidemias, devia-se esperar a restauração da normalidade da vida humana através de um retorno à fé verdadeira, que de algum modo fora abandonada (por exemplo, os ensinamentos do Sagrado Corão) ou através de um retorno a um passado, real ou suposto, de justiça e ordem. Seja como for, a velha sabedoria e os velhos hábitos eram melhores, ao passo que o progresso implicava que os jovens podiam ensinar aos velhos.

Assim sendo, o "progresso" fora dos países avançados não era nem um fato óbvio nem uma suposição plausível, mas sobretudo um perigo e um desafio estrangeiros. Os que se beneficiavam com ele e o acolhiam favoravelmente eram as reduzidas minorias de governantes e citadinos que se identificavam com os valores adventícios e irreligiosos. Os que os franceses no Norte da África chamavam, significativamente, de *évolués* "evoluídos" — eram, a esta altura, justamente os que haviam rompido com seu passado e com seu povo; que foram às vezes coagidos a romper (abandonando a lei islâmica, por exemplo, como no Norte da África), se quisessem desfrutar dos benefícios da cidadania francesa. Havia, ainda, poucos lugares, mesmo nas regiões atrasadas da Europa adjacentes às zonas avançadas ou circundadas por elas, onde os homens do campo ou os heterogêneos pobres urbanos estavam dispostos a

aceitar a liderança de modernizadores abertamente antitradicionalistas, como descobririam muitos dos novos partidos socialistas.

O mundo estava, portanto, dividido numa parte menor, onde o "progresso" nascera, e outra, muito maior, onde chegara como conquistador estrangeiro, ajudado por minoria de colaboradores locais. Na primeira, até a massa das pessoas comuns agora acreditava que o progresso era possível e desejável e mesmo que, sob certos aspectos, estava ocorrendo. Na França, nenhum político sensato em campanha e nenhum partido significativo se definiam como "conservadores"; nos Estados Unidos, o "progresso" era uma ideologia nacional; até na Alemanha imperial — o terceiro grande país a adotar o sufrágio universal masculino nos anos 1870 — os partidos que se diziam "conservadores" receberam menos de um quarto dos votos nas eleições gerais daquela década.

Mas se o progresso era tão poderoso, tão universal e tão desejável, como explicar essa relutância em acolhê-lo ou mesmo em participar dele? Seria simplesmente o peso morto do passado que gradual, desigual porém inevitavelmente seria tirado dos ombros daquelas parcelas da humanidade que ainda se dobravam sob seu peso? Em breve não seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, mil e seiscentos quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do *boom* da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar *Il Trovatore*? Grupos de paladinos dos novos hábitos já não estavam à frente dos destinos de seus países, como os chamados *científicos* no México, ou se preparando para isso, como o também significativamente chamado Comitê para a União e o Progresso (mais conhecido como Jovens Turcos) no Império Otomano? O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e idéias ocidentais — e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e da conquista militares?

Contudo, a impossibilidade ou a recusa da maioria dos habitantes do mundo de viver à altura do exemplo dado pelas

burguesias ocidentais era mais notória que os êxitos das tentativas de imitá-lo. Talvez não se pudesse esperar senão que os habitantes conquistadores do Primeiro Mundo, ainda capazes de menosprezar os japoneses, concluíssem que amplas categorias da humanidade eram biologicamente incapazes de realizar aquilo que uma minoria de seres humanos de pele teoricamente branca — ou, mais restritamente, pessoas de cepa européia — havia sido a única a se mostrar capaz. A humanidade foi dividida segundo a "raça", idéia que penetrou na ideologia do período quase tão profundamente como a de "progresso"; aqueles cujo lugar nas grandes celebrações internacionais do progresso, as Exposições Mundiais (ver *A Era do Capital*, cap. 2), era nos *stands* do triunfo tecnológico e aqueles cujo lugar era nos "pavilhões coloniais" ou nos "povoados nativos" que agora os completavam. Até nos próprios países "desenvolvidos", a humanidade estava cada vez mais dividida na cepa enérgica e talentosa da classe média e nas massas indolentes, condenadas à inferioridade por suas deficiências genéticas. Apelava-se à biologia para explicar a desigualdade, em particular aqueles que se sentiam destinados à superioridade.

Ainda assim, o apelo à biologia também tornava mais dramático o desespero daqueles cujos planos para a modernização de seus países foram de encontro à incompreensão e à resistência silenciosas de seus povos. Nas repúblicas da América Latina, ideólogos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da "arianização" — ou seja, do "branqueamento" progressivo do povo através de casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina). Suas classes dirigentes eram, por certo, brancas — ou ao menos assim se consideravam — e os sobrenomes não ibéricos dos descendentes de europeus eram e ainda são desproporcionalmente freqüentes nos integrantes de suas elites políticas. Mas até no Japão, por menos provável que pareça hoje, a "ocidentalização" parecia suficientemente problemática nesse período, a ponto de sugerir que ela só poderia ser realizada com

êxito por meio de uma injeção do que hoje chamaríamos de genes ocidentais (ver *A Era do Capital*, caps. 8 e 14).

Essas incursões no charlatanismo pseudocientífico (cf. cap. 10) acentuaram ainda mais o contraste entre o progresso como aspiração universal, de fato real, e o caráter parcial de seu avanço concreto. Apenas alguns países pareciam estar se transformando, a ritmos diferentes, em economias industrial-capitalistas, estados liberal-constitucionalistas e sociedades burguesas segundo o modelo ocidental. Mesmo dentro de países ou comunidades, a defasagem entre os "avançados" (que em geral eram também os ricos) e os "atrasados" (que em geral eram também os pobres) era enorme e acentuada, como a classe média judaica próspera, civilizada e assimilada dos países ocidentais e da Europa central descobririam muito em breve, quando confrontados com os 2,5 milhões de pessoas da mesma religião que emigraram para o oeste, saindo de seus guetos da Europa oriental. Esses bárbaros realmente podiam ser o *mesmo* povo "que nós"?

E será que a massa de bárbaros do interior e do exterior era grande a ponto de confinar o progresso a uma minoria, que garantia a civilização apenas porque conseguia manter os bárbaros sob controle? Não fora dito pelo próprio John Stuart Mill que "o despotismo é um modo de governo legítimo para se lidar com os bárbaros, desde que a finalidade seja seu avanço"? Mas havia outro dilema, e mais profundo, no progresso. Aonde, na verdade, levava? Supondo que a conquista total da economia mundial e a marcha para a frente de uma ciência e uma tecnologia triunfantes, da qual a primeira dependia cada vez mais, fossem de fato inegáveis, universais, irreversíveis e, portanto, inevitáveis. Supondo que por volta dos anos 1870 as tentativas de contê-las ou mesmo de retardá-las iam ficando cada vez mais irrealistas e enfraquecidas, e que até mesmo as forças dedicadas à conservação das sociedades tradicionais às vezes já tentavam atingir seu objetivo usando as armas da sociedade moderna, assim como os pregadores da verdade literal da Bíblia hoje usam os computadores e a mídia eletrônica. Supondo mesmo que o progresso político, sob a forma de governos representativos, e progresso moral, sob a forma de

alfabetização e leitura amplamente disseminadas, continuariam ou até se acelerariam. Será que o progresso levaria a um avanço da civilização coincidente com as aspirações do século do progresso, como articuladas pelo jovem John Stuart Mill: um mundo, ou mesmo um país, "mais aperfeiçoado; mais notável nas melhores características do Homem e da Sociedade; mais à frente no caminho da perfeição; mais feliz, mais nobre, mais sábio"?

Por volta dos anos 1870, o progresso do mundo burguês chegara a um ponto em que vozes mais céticas ou mesmo mais pessimistas, começaram a ser ouvidas. E elas eram reforçadas pela situação em que o mundo se encontrava nos anos 1870, e que poucos haviam previsto. Os alicerces econômicos da civilização que avançava foram abalados por tremores. Após uma geração de expansão sem precedentes, a economia mundial estava em crise.

---

[a] *A Era das Revoluções*, cap. 1, estuda esse mundo mais antigo.

[b] Para um cômputo mais completo desse processo de globalização, ver *A Era do Capital*, caps. 3 e 11.

[c] A cifra que exprime o PNB *per capita* é uma construção puramente estatística: produto nacional bruto dividido pelo número de habitantes. Embora seja útil para efeitos de comparações gerais do crescimento econômico de diferentes países e/ou períodos, não nos diz nada sobre a renda ou padrão de vida reais de qualquer de seus habitantes, ou sobre a distribuição da renda na região, a não ser que, teoricamente, em um país com renda *per capita* alta haveria mais a distribuir que em outro onde essa cifra fosse mais reduzida.

[d] Entre o século V d.C. e 1453, a sobrevivência do Império Romano conheceu fortuna variável, com sua capital em Bizâncio (Istambul) e o cristianismo ortodoxo como religião oficial. O czar russo, como seu nome indica (czar = César; Tzarigrado — "cidade do imperador" ainda é o nome eslavo de Istambul), considerava-se o sucessor desse império, e Moscou como "a terceira Roma".

[e] Essa região passou a fazer parte da Romênia em 1918, e desde 1947 integra a República Soviética da Ucrânia.

[f] O fato de os analfabetos não terem direito de voto, sem falar da tendência aos golpes militares, faz com que seja impossível descrever as repúblicas latino-americanas como "democráticas" sob qualquer aspecto.

[g] A universidade ainda não era necessariamente a instituição moderna para o avanço do conhecimento, segundo o modelo alemão do século XIX que estava se disseminando no Ocidente à época.

[h] Cotonifício: *cotton mill*; a palavra *mill*, incluída no nome, significa moinho, daí a associação. (N. da T.)

[i] Bélgica, Grã-Bretanha, França, Massachusetts, Holanda, Suíça.

[j] *Five-and-dime*: cinco e dez centavos de dólar. (N. da T.)

CAPÍTULO 2

UMA ECONOMIA MUDANDO DE MARCHA

A combinação tornou-se gradualmente a alma dos sistemas comerciais modernos.

A. V. Dicey, 1905

O objetivo de qualquer fusão de capital e unidades de produção ... deve ser sempre a maior redução possível dos custos de produção, administração e venda, visando a realizar os maiores lucros possíveis por meio da eliminação da concorrência destrutiva.

Carl Duisberg, fundador de I. G. Farben, 1903-1904

Há momentos em que o desenvolvimento está a tal ponto amadurecido em todas as áreas da economia capitalista — no terreno da tecnologia, dos mercados financeiros, do comércio, das colônias — que é preciso ocorrer uma expansão extraordinária do mercado mundial. O conjunto da produção mundial será aumentado a um nível novo e mais abrangente. Neste momento, o capital começa a entrar num período de avanço impetuoso.

I. Helphand ("Parvus"), 1901

1

Ao estudar a economia mundial em 1889, ano da fundação da Internacional Socialista, um ilustre especialista americano observou que ela se caracterizara, desde 1873, por "agitação sem precedentes e depressão do comércio". "Sua peculiaridade mais digna de nota", escreveu ele,

> "foi sua universalidade; afetando tanto nações que se envolveram em guerras como as que mantiveram a paz; as que têm uma moeda estável com padrão ouro como as que têm moeda instável...; as que vivem num sistema de livre comércio de matérias-primas e aquelas onde há restrições comerciais, maiores ou menores. Ela foi penosa em comunidades antigas como a Inglaterra e a Alemanha, bem como na Austrália, na África do Sul e na Califórnia, que constituíam as novas; ela se tornou uma calamidade excessivamente pesada tanto para os habitantes das terras estéreis da Terra Nova e do Labrador, como para as ensolaradas e férteis ilhas açucareiras das Índias Orientais e Ocidentais; e não enriqueceu as comunidades situadas nos centros comerciais do mundo, que normalmente ganham mais quando os negócios são flutuantes e incertos".

Os observadores contemporâneos do autor partilhavam amplamente esse ponto de vista — normalmente expresso num estilo menos barroco — embora alguns historiadores viessem, mais tarde, a achar difícil entendê-lo. Pois embora o ritmo comercial, que configura o ritmo básico de uma economia capitalista, tenha, por certo, gerado algumas depressões agudas no período entre 1873 e meados dos anos 1890, a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes. Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados e que a revolução industrial se estendeu a novos países, como a Suécia e a Rússia. Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento mais intenso que nunca — preparando assim, circunstancialmente, uma crise de endividamento internacional muito

semelhante à dos anos 1980, sobretudo por serem os nomes dos Estados devedores em grande medida os mesmos. O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano. Será que um período com um aumento tão espetacular da produção podia ser descrito como uma "Grande Depressão"?

Os historiadores podem duvidar de tal descrição, mas os contemporâneos não. Estariam aqueles ingleses, franceses, alemães e americanos inteligentes, bem informados e preocupados sendo vítimas de uma alucinação coletiva? Esta suposição seria absurda, embora o tom algo apocalíptico de alguns comentários pudesse ter parecido excessivo mesmo à época. Mas os "espíritos mais ponderados e conservadores" não partilhavam, de forma alguma, da sensação do Sr. Wells da "ameaça de um contingente de bárbaros internos — ao contrário dos antigos, que vinham de fora —, que investiria contra toda a organização atual da sociedade, ameaçando inclusive a continuidade da própria civilização". No entanto, alguns concordavam com ele, sem falar do crescente grupo de socialistas que aguardavam ansiosamente a ruína do capitalismo devido a suas contradições internas insuperáveis, que a era da depressão parecia demonstrar. A nota pessimista da literatura e da filosofia dos anos 1880 não pode ser cabalmente entendida sem considerar essa sensação generalizada de mal-estar econômico, e, por conseguinte, social.

Quanto aos economistas e empresários, o que preocupava até os de mentalidade menos apocalíptica era a prolongada "depressão de preços, uma depressão de juros e uma depressão de lucros", como disse Alfred Marshall, o futuro guru da teoria econômica, em 1888. Em suma, após o colapso reconhecidamente drástico dos anos 1870 (ver *A Era do Capital*, cap. 2), o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade.

A agricultura foi a vítima mais espetacular desse declínio dos lucros — na verdade, alguns de seus setores foram os que sofreram depressão mais profunda de toda a economia — e aquela cujo

descontentamento teve conseqüências políticas mais imediatas e de maior alcance. Sua produção, que havia aumentado muito no decorrer das décadas precedentes (ver *A Era do Capital*, cap. 10), agora inundava o mercado mundial, até então protegido contra a concorrência estrangeira pelo custo elevado do transporte. As conseqüências para os preços agrícolas, tanto na agricultura européia como nas economias exportadoras ultramarinas, foram dramáticas. Em 1894, o preço do trigo era apenas pouco mais de um terço do que fora em 1867 — um prêmio esplêndido para os compradores, mas um desastre para os agricultores e trabalhadores agrícolas, que ainda representavam entre 40 e 50% dos trabalhadores do sexo masculino nos países industrializados (à exceção apenas da Inglaterra) e até 90% nos outros. Em algumas regiões, a situação era agravada pela superposição de outros flagelos, como a infestação de filoxera após 1872, que reduziu em dois terços a produção vinícola francesa entre 1875 e 1889. As décadas da depressão foram um mau momento para os agricultores de qualquer país envolvido com o mercado mundial. A reação dos agricultores variou, dependendo da riqueza e da estrutura política de seus países, da agitação eleitoral à rebelião, sem falar dos que morreram de fome, como na Rússia em 1891-1892. O coração do populismo, que assolou os EUA nos anos 1890, se situava no Kansas e em Nebraska, terras produtoras de trigo. Entre 1879 e 1894 houve revoltas camponesas, ou agitações tratadas como tais, na Irlanda, na Sicília e na Romênia. Os países que não precisavam se preocupar com um campesinato porque já não o tinham, como a Grã-Bretanha, podiam deixar sua agricultura se atrofiar: neste caso desapareceram dois terços da superfície de trigais entre 1875 e 1895. Alguns países, como a Dinamarca, modernizaram propositalmente sua agricultura, passando aos rentáveis produtos animais. Outros governos, como o alemão, e especificamente o francês e o americano, optaram pelas tarifas alfandegárias, que mantiveram os preços elevados.

Entretanto, as duas reações não governamentais mais comuns foram a emigração e a formação de cooperativa, sendo esta última a opção, principalmente, dos sem-terra e dos proprietários de terras

sem bens líquidos, estes sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis. Os anos 1880 conheceram as taxas mais elevadas de migração ultramarina, no caso dos países de emigração antiga (salvo o caso excepcional da Irlanda na década seguinte à Grande Fome) (ver *A Era das Revoluções*, cap. 8:5), e o início real da emigração em massa de países como a Itália, a Espanha e a Áustria-Hungria, seguidos pela Rússia e pelos Bálcãs[a]. Era a válvula de escape que mantinha a pressão social abaixo do ponto de rebelião ou revolução. Quanto às cooperativas, ofereciam empréstimos modestos aos pequenos camponeses — por volta de 1908. mais da metade dos agricultores independentes da Alemanha pertenciam a tais minibancos rurais (cujo pioneiro foi o Raiffeisen católico, nos anos 1870). Nesse meio tempo, as cooperativas de compra de suprimentos, de comercialização e de processamento (estas últimas notadamente no setor de laticínios e, na Dinamarca, de defumação de bacon) se multiplicaram em vários países. Dez anos depois de 1884, os agricultores franceses aproveitaram uma lei destinada a legalizar os sindicatos em benefício próprio, quando 400 mil deles entraram para dois mil desses *syndicats*[b]. Por volta de 1900, havia 1.600 cooperativas processando laticínios nos EUA, a maioria delas do meio-oeste, e as cooperativas de agricultores detinham firmemente o controle da indústria de laticínios da Nova Zelândia.

O setor empresarial tinha seus próprios problemas. Uma época em que se incutiu a crença de que um aumento de preços ("inflação") é um desastre econômico pode ter dificuldades de acreditar que os homens de negócios do século XIX se preocupavam muito mais com uma queda dos preços — e, em um século globalmente deflacionário, nenhum período foi mais drasticamente deflacionário que 1873-1896, quando o nível britânico de preços caiu em 40 por cento. Pois a inflação não é boa só para os devedores, como sabem todos os proprietários de imóvel com uma hipoteca longa, mas constitui também um impulso automático à taxa de lucro, já que os bens produzidos são vendidos por um preço mais alto, em vigor quando chegam ao ponto de venda. Simetricamente, a deflação reduz a taxa de lucro. Uma grande expansão do mercado poderia

mais que compensar essa redução, mas a rapidez real do crescimento do mercado não foi suficiente, em parte porque a nova tecnologia industrial fez aumentar enormemente tanto o produto possível como o necessário (ao menos quando a fábrica funcionava a um ritmo rentável), em parte porque o próprio número de produtos e economias industriais concorrentes estava crescendo, aumentando, assim, significativamente a capacidade instalada total, e em parte também porque um mercado de massa para os bens de consumo ainda se desenvolvia devagar. Mesmo para os bens de capital, a combinação de uma capacidade instalada nova e aperfeiçoada a um uso mais eficiente do produto e às mudanças na demanda teria efeitos drásticos: o preço do ferro caiu 50% entre 1871-1875 e 1894-1898.

Outra dificuldade foi que os custos de produção eram, a curto prazo, mais estáveis que os preços, pois — com algumas exceções — os salários não podiam ser, ou não foram, reduzidos proporcionalmente, ao passo que as empresas também estavam sobrecarregadas com fábricas e equipamentos já obsoletos, ou em vias de se tornar; ou com fábricas e equipamentos novos e caros, que, dados os baixos lucros, demoravam mais que o previsto a se pagarem. Em algumas partes do mundo a situação se complicava ainda mais devido à queda — gradual, porém a curto prazo flutuante e imprevisível — do preço da prata e de sua cotação em relação ao ouro. Enquanto ambos permaneceram estáveis, como durante muitos anos antes de 1872, os pagamentos internacionais calculados em metais preciosos, que eram a base da moeda mundial, eram bastante simples[c]. Quando a paridade passou a ser instável, as transações comerciais entre países cujas unidades monetárias tinham como padrão metais preciosos diferentes se tornaram bem menos simples.

Que medidas podiam ser tomadas em relação à depressão dos preços, lucros e taxas de juros? Uma solução com que muitos concordaram, como sugere a importância do debate da época sobre o "bimetalismo", foi uma espécie de monetarismo às avessas, que atribuía a queda dos preços fundamentalmente a uma escassez mundial de ouro, que gradativamente se tornava a única base do

sistema mundial de pagamentos (através da libra esterlina, com sua paridade fixa em relação ao ouro — ou seja, o soberano de ouro). Um sistema baseado tanto no ouro como na prata, disponível em quantidades cada vez maiores, especialmente na América, certamente provocaria uma alta de preços através da inflação monetária. A inflação da moeda — atraente sobretudo para os agricultores das *prairies*[d], que estavam sob pressão, sem falar dos operadores das minas de prata das Montanhas Rochosas — tornou-se um cavalo de batalha importante dos movimentos populistas americanos, e a perspectiva da crucificação da humanidade numa cruz de ouro inspirou a retórica do grande tribuno do povo, William Jennings Bryan (1860-1925). Como no caso de outras causas favoritas de Bryan, como a verdade literal da Bíblia e a conseqüente necessidade de eliminar o ensino das doutrinas de Charles Darwin, ele apoiou um perdedor. Os banqueiros, os grandes empresários e os governos dos países centrais do capitalismo mundial não tinham a mínima intenção de abandonar o padrão ouro, que para eles tinha valor parecido ao do Livro do Gênese para Bryan. De qualquer maneira, apenas países como o México, a China e a Índia, que não contavam, se baseavam principalmente na prata.

Os governos eram mais propensos a dar ouvidos aos grupos de influência e de eleitores organizados, que os instavam a proteger o produtor nacional contra a concorrência de bens importados. Pois destes não fazia parte apenas — como se poderia pensar — o enorme bloco de agricultores, mas também importantes organizações de industriais nacionais, que procuravam minimizar o problema da "superprodução" pelo menos mantendo o rival estrangeiro fora do país. A Grande Depressão fechou a longa era de liberalismo econômico (cf. *A Era do Capital*, cap. 2), ao menos no que tange ao comércio de matérias-primas[e]. Começando com a Alemanha e a Itália (têxteis) no final dos anos 1870, as tarifas protecionistas se tornaram um elemento permanente do cenário econômico internacional, culminando, no início dos anos 1890, com as tarifas punitivas associadas aos nomes de Méline, na França (1892) e McKinley, nos EUA (1890)[f].

A Grã-Bretanha foi o único país industrial importante a logo abraçar a causa do comércio livre e irrestrito, apesar dos poderosos desafios ocasionais lançados pelos protecionistas. Os motivos eram óbvios, e não se relacionavam à ausência de um campesinato grande e, portanto, de um voto automaticamente protecionista grande. A Grã-Bretanha era, de longe, o maior exportador de produtos industrializados, e no decorrer do século sua economia se orientou cada vez mais para a exportação provavelmente mais que nunca nos anos 1870 e 1880 — muito mais que seus principais rivais, embora não mais que algumas economias avançadas muito menores, como a Bélgica, a Suíça, a Dinamarca e a Holanda. A Grã-Bretanha era, de longe, o maior exportador de capital, de serviços financeiros e comerciais "invisíveis" e de serviços de transporte. De fato, à medida que a concorrência estrangeira ia prejudicando a indústria britânica, a *City* de Londres e a marinha mercante britânica iam se tornando mais centrais que nunca para a economia mundial. Inversamente, embora isto muitas vezes seja esquecido, a Grã-Bretanha era, de longe, o maior mercado comprador das exportações de produtos primários do mundo, e dominava — pode-se até dizer que constituía — o mercado mundial de alguns deles, como o açúcar de cana, o chá e o trigo, dos quais ela foi responsável, em 1880, pela metade do total comercializado internacionalmente. Em 1881, a Grã-Bretanha comprou quase a metade de toda a carne exportada no mundo e muito mais lã e algodão (55% das importações européias) que qualquer outro país. Na verdade, como a Grã-Bretanha permitiu o declínio de sua própria produção de alimentos durante a Depressão, sua tendência à importação se tornou realmente extraordinária. Em 1905-1909, ela importou não apenas 56% de todo o seu consumo interno de cereais, mas também 76% do queijo e 68% dos ovos.

Assim sendo, o livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinos de produtos primários trocassem suas mercadorias por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido, base essencial do poderio econômico britânico. Os *estancieros* argentinos e uruguaios, os produtores de lã australianos

e os agricultores dinamarqueses não tinham interesse em incentivar a indústria manufatureira nacional, pois se saíam muito bem como planetas do sistema solar britânico. O preço que a Grã-Bretanha pagou não foi pequeno. Como vimos, a adoção do livre comércio significou estar disposta a deixar a agricultura britânica afundar, se ela não conseguisse nadar. A Grã-Bretanha era o único país onde até os estadistas do Partido Conservador, apesar do seu antigo compromisso com o protecionismo, estavam dispostos a abandonar a agricultura. O sacrifício era reconhecidamente mais fácil, pois as finanças dos ultra-ricos e dos proprietários rurais, ainda decisivos politicamente, agora dependiam da renda da propriedade urbana e das carteiras de investimento na mesma proporção que do arrendamento dos trigais. Isto poderia implicar também que se estava disposto a sacrificar a própria indústria britânica, como os protecionistas temiam? Visto retrospectivamente da desindustrializada Grã-Bretanha dos anos 1980, o temor de cem anos atrás não parece irrealista. Afinal de contas, o capital existe para gerar dinheiro, e não para fazer uma seleção de produtos. Contudo, embora já fosse claro que, na política britânica, a opinião da *City* de Londres pesava bem mais que a dos industriais de província, por enquanto os interesses da *City* não pareciam conflitantes com os da maioria da indústria. Assim, a Grã-Bretanha continuou comprometida com o liberalismo econômico[g], dando aos países protecionistas ao mesmo tempo a liberdade de controlar seus mercados internos e muito espaço para promover suas exportações.

Economistas e historiadores nunca deixaram de discutir sobre os efeitos desse renascimento do protecionismo internacional ou, em outras palavras, sobre a estranha esquizofrenia da economia mundial capitalista. Os elementos constitutivos básicos de seu núcleo, no século XIX, eram, cada vez mais, as "economias nacionais" — a britânica, a alemã, a norte-americana, etc. Entretanto, apesar do título programático do grande trabalho de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), o lugar da "nação" como unidade não era claro na teoria pura do capitalismo liberal, cujas peças básicas eram os átomos irredutíveis da empresa, do indivíduo e da "firma" (sobre a qual não se dizia muito), movidos pelo imperativo de

maximizar os ganhos ou minimizar as perdas. Eles operavam "no mercado", que tinha a escala mundial por limite. O liberalismo foi a anarquia da burguesia e, como o anarquismo revolucionário, não deixava espaço para o Estado. Ou antes, o Estado como fator econômico só existia como algo que interferia nas operações autônomas e automáticas "do mercado".

De certa maneira, essa ótica tinha algum sentido. Por um lado, parecia razoável supor — sobretudo após a liberalização das economias em meados do século (*A Era do Capital*, cap. 2) — que o que fazia essa economia funcionar e crescer eram as decisões econômicas de suas partículas básicas. Por outro lado, a economia capitalista era, e só podia ser, mundial. Esta feição global acentuou-se continuamente no decorrer do século XIX, à medida que estendia suas operações a partes cada vez mais remotas do planeta e transformava todas as regiões cada vez mais profundamente. Ademais, essa economia não reconhecia fronteiras, pois funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção. Assim, o capitalismo, além de internacional na prática, era internacionalista na teoria. O ideal de seus teóricos era uma divisão internacional do trabalho que garantisse o crescimento máximo da economia. Seus critérios eram globais: não tinha sentido tentar produzir bananas na Noruega, pois elas podiam ser produzidas muito mais barato em Honduras. Eles desdenhavam os argumentos locais ou regionais em contrário. A teoria pura do liberalismo econômico era obrigada a aceitar as conseqüências mais extremas, ou mesmo absurdas, de seus pressupostos, desde que se pudesse demonstrar que destes decorria a otimização dos resultados globais. Se fosse possível demonstrar que toda a produção industrial do mundo devia ser concentrada em Madagascar (como 80% de sua produção de relógios estava concentrada numa pequena região da Suíça), ou que toda a população da França devia se mudar para a Sibéria (como uma grande proporção de noruegueses foi, de fato, trasladada pela migração para os EUA)[h], não havia argumentos econômicos contra tais procedimentos.

Que erro econômico podia ser demonstrado no quase monopólio britânico da indústria mundial de meados do século, ou o

desenvolvimento demográfico da Irlanda, que perdeu quase a metade de sua população entre 1841 e 1911? O único equilíbrio que a teoria econômica liberal admitia era o mundial.

Mas, na prática, esse modelo era inadequado. A economia capitalista mundial em expansão era formada por um conjunto de blocos sólidos, mas também fluidos. Independente das origens das "economias nacionais" que constituíam esses blocos — isto é, de economias definidas por fronteiras de Estados — e das limitações teóricas de uma teoria econômica baseada nelas elaborada principalmente por teóricos alemães — as economias nacionais existiam porque as nações-Estado existiam. Pode ser verdade que ninguém pensaria na Bélgica como primeira economia industrializada do continente europeu se seu território tivesse continuado a fazer parte da França (como antes de 1815) ou a ser uma região dos Países Baixos unidos (como entre 1815 e 1830). Entretanto, já que a Bélgica era um Estado, tanto sua política econômica como a dimensão política das atividades econômicas de seus habitantes eram plasmadas por esse fato. Sem dúvida, é verdade que havia e há atividades econômicas, como as finanças internacionais, que são essencialmente cosmopolitas, escapando assim às restrições nacionais, na medida em que estas eram eficazes. Mesmo assim, essas empresas transnacionais tiveram o cuidado de se vincular a uma economia nacional convenientemente importante. Assim, as famílias de banqueiros comerciais (majoritariamente alemãs) tenderam a transferir seus escritórios centrais de Paris para Londres após 1860. E o mais internacional dos grandes bancos, o Rothschild, floresceu quando operava na capital de um Estado importante e, quando não, feneceu: os Rothschild de Londres, Paris e Viena mantiveram uma força importante, mas os Rothschild de Nápoles e Frankfurt (a empresa se recusou a se transferir para Berlim) não. Após a unificação da Alemanha, Frankfurt já não bastava.

As observações acima se aplicam, é claro, basicamente à parcela "desenvolvida" do mundo, isto é, aos Estados capazes de defender suas economias em vias de industrialização contra a concorrência, mas não ao resto do mundo, cujas economias eram política ou economicamente dependentes do núcleo desenvolvido.

Estas regiões não tinham opção, já que ou uma potência colonial decidia o que tinha que acontecer a suas economias, ou uma economia imperial tinha condições de transformá-las numa *banana* — ou café — *republic*. Ou, ainda, essas economias não costumavam estar interessadas em opções alternativas de desenvolvimento, pois era visivelmente remunerador para elas se transformarem em produtoras especializadas em produtos primários para um mercado mundial composto pelos Estados metropolitanos. No mundo periférico, a "economia nacional", na medida em que se puder dizer que tenha existido, tinha funções diferentes.

Mas o mundo desenvolvido não era só uma massa de "economias nacionais". A industrialização e a Depressão transformaram-nas num grupo de economias *rivais*, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição de outras. A concorrência se dava não só entre empresas, mas também entre nações. Daqui em diante, os leitores britânicos se horrorizariam com os relatos jornalísticos da invasão econômica alemã — *Made in Germany* (1896), de E. E. Williams, ou *American Invaders* (1902), de Fred A. Mackenzie. Seus pais não tinham perdido a calma diante das advertências (justificadas) sobre a superioridade técnica dos estrangeiros. O protecionismo expressava uma situação de concorrência econômica internacional.

Mas qual foi seu efeito? Podemos considerar como comprovado que um excesso de protecionismo generalizado — que procura erguer barricadas em torno da economia de cada nação-Estado, por meio de fortificações políticas que a defendam do mundo exterior — é pernicioso para o crescimento econômico mundial. Isto seria pertinentemente provado entre as duas guerras mundiais. Entretanto, no período 1880-1914, o protecionismo não era nem geral nem, com exceções ocasionais, proibitivo e, como vimos, restringia-se ao comércio de mercadorias e não afetava os movimentos de mão-de-obra nem as transações financeiras internacionais. O protecionismo agrícola, de maneira geral, funcionou na França, falhou na Itália (onde a reação a ele foi a migração em massa) e protegeu os interesses dos grandes proprietários rurais na Alemanha. O protecionismo industrial, de maneira geral, ajudou a ampliar a base

industrial do mundo, ao incentivar as indústrias nacionais a produzirem com vistas aos mercados internos de seus países, que também estavam se expandindo a passos largos. Calculou-se que o aumento global da produção entre 1880 e 1914 foi, por conseguinte, nitidamente maior do que fora durante as décadas de livre comércio. Em 1914, sem dúvida, a produção industrial foi distribuída menos desigualmente no mundo metropolitano ou "desenvolvido" do que havia sido quarenta anos antes. Em 1870, os quatro principais Estados industriais haviam sido responsáveis por quase 80% do total mundial de produtos manufaturados, mas, em 1913, sua participação foi de 72%, com uma produção cinco vezes maior. Saber até que ponto o protecionismo contribuiu para esse resultado é uma discussão em aberto. Parece claro que ele não pode ter comprometido seriamente o crescimento.

Se o protecionismo era a reação política instintiva do produtor preocupado com a Depressão, essa não era, contudo, a reação mais significativa do capitalismo a suas dificuldades. Ela resultava da combinação de concentração econômica e racionalização empresarial ou, na terminologia americana que agora começa a definir estilos globais, "trustes" e "administração científica". Ambos eram tentativas de ampliar as margens de lucro, comprimidas pela concorrência e pela queda de preços.

A concentração econômica não deve ser confundida com monopólio em sentido estrito (controle do mercado por uma única empresa), nem no sentido amplo mais usual de controle do mercado por um pequeno número de firmas dominantes (oligopólio). Por certo, os exemplos dramáticos de concentração, que mereceram acolhida negativa por parte do público, foram desse tipo, geralmente decorrentes de fusões ou de acordos, com vistas ao controle do mercado, entre firmas que, segundo a teoria da livre iniciativa, deviam estar concorrendo entre si, o que beneficiaria o consumidor. Era o caso dos "trustes" americanos que geraram uma legislação antimonopolista, como a Lei Anti-Truste, de Sherman (1890), de eficácia duvidosa — e dos *syndicates*[i] ou cartéis alemães — principalmente na indústria pesada — que desfrutavam do beneplácito governamental. O Cartel do Carvão do Reno e da

Westfália (1893), cujo controle da produção de carvão dessa região era da ordem de 90%, ou a Standard Oil Company, que em 1880 controlou 90-95% do petróleo refinado nos EUA, eram, sem dúvida, monopólios. Assim também, para fins práticos, o "truste de bilhões de dólares" da United States Steel (1901), que detinha 63% da indústria siderúrgica americana. Também é claro que uma tendência — oposta à concorrência irrestrita — à "combinação de vários capitalistas que antes operavam isoladamente", tornou-se inegavelmente óbvia durante a Grande Depressão e se manteve no novo período de prosperidade mundial. Uma tendência ao monopólio ou oligopólio é inegável na indústria pesada, em setores profundamente dependentes de encomendas governamentais — como o de armamentos, em rápida expansão —, em atividades que geram e distribuem novas formas revolucionárias de energia, como o petróleo e a eletricidade, nos transportes e em algumas indústrias produtoras de bens de consumo de massa, como sabão e tabaco.

Entretanto, o controle do mercado e a eliminação da concorrência constituíam apenas um aspecto de um processo mais geral de concentração capitalista, e não eram nem universais nem irreversíveis: em 1914 houve uma concorrência muito mais acentuada nos setores petroleiro e siderúrgico norte-americanos do que houvera dez anos antes. Neste sentido, é ilusório falar, em relação a 1914, daquilo que por volta de 1900 era claramente identificado como sendo uma nova fase do desenvolvimento capitalista, como "capitalismo monopolista". Mas não importa muito como o chamemos ("capitalismo associado", "capitalismo organizado", etc.), desde que se admita — e é preciso admitir — que o cartel avançou às custas da concorrência de mercado, as sociedades anônimas às custas das firmas privadas, as grandes empresas comerciais e industriais às custas das menores; e que essa concentração implicou uma tendência ao oligopólio. Isto era evidente mesmo em fortalezas poderosas da antiquada empresa de pequena e média escala, como a Grã-Bretanha. A partir de 1880, o padrão da distribuição foi revolucionado. "Merceeiro" e "açougueiro" agora não significavam apenas um pequeno lojista, mas crescentemente uma firma de porte nacional ou internacional com

centenas de filiais. No setor bancário, um pequeno número de gigantescos bancos por ações, com redes nacionais de agências, substituíram muito rapidamente os bancos menores: o Lloyds Bank absorveu 164 pequenos bancos. Após 1900, como já foi observado, os antiquados — ou outros — "bancos rurais" britânicos passaram a ser "uma curiosidade histórica".

Assim como a concentração econômica, a "administração científica" (o próprio termo só entrou em uso por volta de 1910) foi filha da Grande Depressão. Seu fundador e apóstolo, F. W. Taylor (1856-1915), começou a desenvolver suas idéias na altamente problemática indústria siderúrgica americana em 1880. Procedentes do oeste, essas idéias chegaram à Europa nos anos 1890. A pressão sobre os lucros durante a Depressão, bem como o tamanho e complexidade crescentes das firmas, sugeriam que os métodos tradicionais, empíricos ou improvisados não eram mais adequados à condução das empresas. Daí a necessidade de uma forma mais racional ou "científica" de controlar, monitorar e programar empresas grandes e que visavam à maximização do lucro. A tarefa em que o "taylorismo" concentrou imediatamente seus esforços — e à qual a imagem pública da "administração científica" era identificada — era como conseguir que os operários trabalhassem mais. Esse objetivo foi perseguido por meio de três métodos principais: (1) isolando cada operário de seu grupo de trabalho e transferindo o controle do processo de trabalho do operário ou do grupo a agentes da administração, que diziam ao operário exatamente o que fazer e quanto produzir, à luz de (2) uma divisão sistemática de cada processo em unidades componentes cronometradas ("estudo do tempo e do movimento"), e (3) de vários sistemas de pagamento dos salários, o que incentivaria o operário a produzir mais. Esses sistemas de pagamento por produção se disseminaram muito rapidamente, mas, para fins práticos, o taylorismo em sentido lato quase não se difundiu na Europa antes de 1914 — nem mesmo nos EUA — e só se tornou um *slogan* familiar nos círculos administrativos nos últimos anos do pré-guerra. Após 1918, o nome de Taylor seria o título sintético do uso racional da maquinaria e da força de trabalho para maximizar a produção, paradoxalmente tanto

entre os responsáveis pelo planejamento bolchevique como entre os capitalistas.

Contudo, é claro que a transformação da estrutura das grandes empresas, da oficina ao escritório e à contabilidade, progrediu substancialmente entre 1880 e 1914. A "mão visível" das modernas organização e administração empresariais agora substituía a "mão invisível" do mercado anônimo de Adam Smith. Assim sendo, os executivos, engenheiros e contadores começaram a assumir as funções dos administradores-proprietários. A sociedade anônima ou *Konzern* substituiu o indivíduo. Agora era muito mais provável que o homem de negócios típico, ao menos nas grandes empresas, não fosse mais um membro da família do fundador, mas um executivo contratado, e que o encarregado de supervisionar seu desempenho fosse um banqueiro ou acionista, em vez de um capitalista administrador.

Havia uma terceira saída possível para os problemas empresariais: o imperialismo. Muitas vezes foi observada a coincidência cronológica entre a Depressão e a fase dinâmica da repartição colonial do planeta. Os historiadores discutem muito até que ponto as duas estão ligadas. De qualquer forma, como mostrará o capítulo seguinte, a relação era bastante mais complexa que a simples ligação de causa e efeito. Entretanto, não há como negar que a pressão do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como a da produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas — inclusive a conquista colonial. A "expansão territorial", disse um funcionário do Departamento de Estado dos EUA em 1900, "não é senão o subproduto da expansão do comércio". Ele não era, de forma alguma, a única pessoa envolvida com a política e a economia internacionais a ter essa opinião.

Um resultado final, ou subproduto, da Grande Depressão deve ser mencionado. Esta foi também uma era de grande agitação social. Não apenas entre os agricultores, que, como vimos, foram abalados pelos tremores sísmicos do colapso dos preços dos produtos agrícolas, mas também entre as classes operárias. Não é óbvio o motivo pelo qual a Grande Depressão levou à mobilização maciça

das classes operárias em numerosos países e, a partir do final dos anos 1880, à emergência dos movimentos de massa socialistas e trabalhistas em muitos deles. Pois, paradoxalmente, a mesma queda de preços que radicalizou automaticamente os agricultores abaixou de forma muito acentuada o custo de vida para os assalariados, acarretando uma indubitável melhoria no padrão de vida material dos operários na maioria dos países industrializados. Mas aqui só precisamos observar que os movimentos trabalhistas modernos também são filhos do período da Depressão. Estes movimentos serão abordados no capítulo 5.

2

De meados dos anos 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade, ao invés de, como até então, no tom menor da depressão. A afluência, baseada no *boom* econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido no continente europeu como "a bela época" (*belle époque*). A passagem da preocupação à euforia foi tão súbita e dramática que os economistas comuns procuraram algum tipo especial de força externa para explicá-la, um *deus ex-machina*, que encontraram na descoberta de enormes reservas de ouro na África do Sul, na última das grandes corridas do ouro ocidentais, no Klondike (Canadá, 1898) e em outros lugares. Os historiadores da economia, em seu conjunto, se deixaram impressionar menos por essa tese basicamente monetarista do do que alguns governos do final do século XX. Mesmo assim, a velocidade da virada foi notável e quase imediatamente diagnosticada por um revolucionário particularmente arguto, A. L. Helphand (1869-1924), escrevendo sob o pseudônimo de Parvus. Como indicadora do início de um novo e longo período de impetuoso avanço capitalista. Na verdade, o contraste entre a Grande Depressão e o *boom* secular posterior motivou as primeiras especulações sobre aquelas "ondas longas" no desenvolvimento do

capitalismo mundial, mais tarde associadas ao nome do economista russo Kondratiev. Nesse ínterim, de qualquer maneira tornou-se evidente que aqueles que haviam feito previsões sombrias acerca do futuro do capitalismo, ou mesmo acerca de seu colapso iminente, haviam errado. Entre os marxistas ocorreram discussões acaloradas sobre o que isso implicava para o futuro de seus movimentos e se a doutrina de Marx teria de ser "revista".

Os historiadores da economia têm tendido a centrar sua atenção em dois aspectos da era: a redistribuição do poder e da iniciativa econômicos, quer dizer, o relativo declínio britânico e o relativo — e absoluto — avanço dos EUA e sobretudo da Alemanha; e o problema das flutuações, longas e curtas, quer dizer, basicamente sobre a "onda longa" de Kondratiev, cujo movimento descendente e ascendente cortou o período ao meio. Por mais interessantes que sejam estes problemas, são secundários do ponto de vista da economia mundial.

Em princípio, não é, de fato, surpreendente que a Alemanha, com sua população aumentando de 45 a 65 milhões, e os EUA, passando de 50 a 92 milhões, tivessem alcançado a Grã-Bretanha, territorialmente menor e menos populosa. No entanto, isso não torna o triunfo da exportação industrial alemã menos impressionante. No transcurso dos trinta anos anteriores a 1913, eles passaram de menos da metade da cifra da Grã-Bretanha a uma cifra superior a essa. À exceção dos países que podem ser chamados de "semi-industrializados" — isto é, para fins práticos, os "domínios" britânicos virtuais ou efetivos, incluindo suas dependências econômicas latino-americanas —, as exportações de produtos manufaturados da Alemanha para todos os países ultrapassaram as britânicas. Elas eram um terço mais elevadas no mundo industrial e mesmo dez por cento maiores no mundo não-desenvolvido. Outra vez, não é surpreendente que a Grã-Bretanha não conseguisse conservar a extraordinária posição de "oficina do mundo" que detinha por volta de 1860. Nem os EUA, no auge de sua supremacia mundial no início dos anos 1950 — e representando uma parcela da população mundial três vezes superior à britânica dos anos 1860 —, conseguiram em momento algum atingir os seus 53% da produção

mundial de ferro e aço e 49% da têxtil. Uma vez mais, isso não explica por que exatamente — nem sequer se — houve uma desaceleração do crescimento e um declínio da economia britânica, questões que se tornaram tema de uma vasta literatura acadêmica. A questão importante não é quem, no contexto da economia mundial em expansão, cresceu mais e mais rápido, mas o conjunto do crescimento desta.

Quanto ao ritmo de Kondratiev — chamá-lo de "ciclo", no sentido estrito da palavra, seria uma petição de princípio —, ele certamente coloca questões analíticas fundamentais acerca da natureza do crescimento econômico no período capitalista ou, como podem argumentar alguns estudantes, acerca do crescimento de qualquer economia mundial. Lamentavelmente, não há nenhuma teoria que mereça aceitação ampla sobre essa curiosa alternância de fases de confiança e apreensão, que juntas formam uma "onda" de cerca de meio século. A teoria mais conhecida e elegante a esse respeito, a de Josef Alois Schumpeter (1883-1950), associa cada etapa "descendente" ao esgotamento do lucro potencial de uma série de "inovações" econômicas e o novo movimento ascendente a um novo conjunto de inovações, percebidas basicamente — mas não só — como tecnológicas, cujo potencial será, por sua vez, exaurido. Assim, as novas indústrias, agindo como "setores líderes" do crescimento econômico — por exemplo o algodão na primeira revolução industrial, as ferrovias durante e após os anos 1840 —, se tornam, por assim dizer, os motores que arrancam a economia mundial do marasmo em que estava temporariamente imersa. Essa teoria é bastante plausível, pois cada um dos períodos seculares de movimento ascendente desde os anos 1780 esteve, de fato, associado ao surgimento de setores tecnologicamente revolucionários: sem esquecer do mais excepcional de todos esses *booms* econômicos, o das duas décadas e meia anteriores aos anos 1970. O problema, no caso do desenvolvimento rápido do fim dos anos 1890, é que as indústrias inovadoras daquele período — em sentido amplo, as químicas e elétricas, ou as associadas às novas fontes de energia prestes a competir seriamente com o vapor — por enquanto ainda não pareciam ter porte suficiente para dominar os

movimentos da economia mundial. Em suma, como não podemos explicar adequadamente as periodicidades de Kondratiev, elas não nos podem ser de muita valia. Apenas nos permitem observar que o período abordado neste livro abrange a queda e a ascensão de uma "onda de Kondratiev"; mas isto, em si, não é surpreendente, pois a totalidade da história moderna da economia mundial se encaixa facilmente nesse padrão.

Há, contudo, um aspecto da análise de Kondratiev que deve ser relevante para um período de "globalização" acelerada da economia mundial. Trata-se da relação entre o setor *industrial* mundial, que expandiu por meio de uma contínua revolução da produção, e a produção *agrícola* mundial, que cresceu principalmente devido à abertura, em ritmo descontínuo, de novas zonas geográficas de produção, ou zonas recentemente especializadas em cultivos de exportação. O trigo disponível para consumo no mundo ocidental foi, em 1910-1913, quase o dobro (em média) dos anos 1870. Mas o grosso desse aumento viera de um pequeno número de países novos: EUA, Canadá, Argentina e Austrália e, na Europa, Rússia, Romênia e Hungria. O crescimento da produção agrícola na Europa ocidental (França, Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Escandinávia) só representou 10-15% do incremento. Assim sendo, a desaceleração da taxa de crescimento da produção agrícola mundial após o salto inicial não é surpreendente, mesmo sem considerar catástrofes agrárias como os oito anos de seca (1895-1902), que mataram a metade do rebanho ovino da Austrália, e as novas pragas como o gorgulho do algodão, que atacou os algodoais dos EUA a partir de 1892. Assim, os "termos de troca" tenderiam a ficar mais favoráveis à agricultura e menos à indústria, isto é, os agricultores pagariam relativa ou absolutamente menos pelo que comprassem à indústria, e esta, relativa ou absolutamente mais pelo que comprasse à agricultura.

Argüiu-se que essa mudança nos termos de troca pode explicar a passagem de uma queda de preços notável em 1873-1896 a uma impressionante alta dessa época até 1914 — e depois. Talvez. Mas o certo é que essa mudança nos termos de troca pressionou os custos de produção industriais e, portanto, sua lucratividade. Felizmente

para a "beleza" da *belle époque*, a economia estava estruturada de maneira a transferir essa pressão dos lucros para os operários. O aumento rápido do salário real, tão característico da Grande Depressão, desacelerou-se visivelmente. Na França e na Grã-Bretanha, houve uma *queda* efetiva do salário real entre 1899 e 1913. Isso foi uma das causas da tensão e das explosões sociais ressentidas dos últimos anos anteriores a 1914.

O que, então, tornou a economia mundial tão dinâmica? Seja qual for a explicação detalhada, a chave do problema está claramente na faixa central de países industrializados e em vias de industrialização, que se estendia cada vez mais na região temperada do hemisfério norte, pois eles agiam como o motor do crescimento global, a um tempo como produtores e como mercados.

Esses países agora formavam uma massa produtiva enorme, crescendo e se estendendo rapidamente no núcleo da economia mundial. Agora incluíam não apenas os maiores ou menores centros industrializados em meados do século XIX, em sua maioria se expandindo a taxas que iam de impressionantes a quase inimagináveis — Grã-Bretanha, Alemanha, EUA, França, Bélgica, Suíça, os territórios tchecos — como também mais uma série de regiões que estavam se industrializando: Escandinávia, Holanda, o norte da Itália, Hungria, Rússia e mesmo o Japão. Eles constituíam também um corpo cada vez mais possante de compradores dos bens e serviços do mundo: um conjunto que cada vez mais vivia de comprar, isto é, cada vez menos dependente das economias rurais tradicionais. A definição habitual de um "citadino" no século XIX era alguém que vivia num lugar de mais de dois mil habitantes. Contudo, mesmo se adotarmos um critério ligeiramente menos modesto (5 mil), a porcentagem de europeus da região "desenvolvida" e de norte-americanos que viviam em cidades ascendera, por volta de 1910, a 41% (de 19 e 14 respectivamente em 1850) e talvez 80% dos citadinos (contra dois terços em 1850) viviam em cidades de mais de 20 mil habitantes; destes, por sua vez, bem mais da metade morava em cidades de mais de 100 mil habitantes, o que quer dizer em vastos estoques de fregueses.

Ademais, graças às quedas de preços da Depressão, esses fregueses tinham bastante mais dinheiro para gastar do que antes, mesmo considerando a redução do salário real após 1900. O significado coletivo dessa acumulação de fregueses, mesmo pobres, agora era reconhecido pelos homens de negócios. Os filósofos políticos temiam a emergência das massas, ao passo que os vendedores a saudavam. A indústria publicitária, que se desenvolve agora como força importante pela primeira vez, dirige-se a elas. As vendas a prazo, em grande medida uma inovação desse período, visavam a permitir que as pessoas com pequenas rendas fizessem grandes compras. E a arte e a indústria revolucionárias do cinema (ver cap. 9) começaram do nada em 1895 para exibir uma riqueza além dos sonhos mais ambiciosos em 1915, com produtos tão caros que faziam óperas e príncipes parecerem mendigos, tudo isso baseado na força de um público que pagava em centavos.

Há uma cifra que, sozinha, pode ilustrar a importância da região "desenvolvida" do mundo na época. Apesar do crescimento notável das novas regiões e economias ultramarinas, apesar da sangria causada por uma vasta emigração em massa, a parcela de europeus na população mundial cresceu no decorrer do século XIX, e sua taxa de crescimento passou de 7% ao ano na primeira metade e 8% na segunda a quase 13% em 1900-1913. Se a este continente urbanizado de consumidores potenciais acrescentarmos os EUA e algumas economias ultramarinas em processo de desenvolvimento rápido, porém muito menores, teremos um mundo "desenvolvido" de algo em torno de 15% da superfície do planeta, com ao redor de 40% de seus habitantes.

Esses países constituíam o grosso da economia mundial. Juntos representavam 80% do mercado internacional. E mais, eles determinavam o desenvolvimento do resto do mundo, cujas economias cresciam ao prover às necessidades estrangeiras. Não se pode saber o que teria acontecido ao Uruguai ou a Honduras se lhes tivesse cabido a iniciativa. (De qualquer maneira, não era provável que isso ocorresse: o Paraguai já tentara uma vez escapar ao mercado mundial e fora massacrado e forçado a voltar a ele — cf. *A Era do Capital*, cap. 4.) O que nós sabemos é que o primeiro

produzia carne porque havia um mercado para ele na Grã-Bretanha e, o outro, bananas porque alguns comerciantes de Boston calcularam que os americanos pagariam para comê-las. Algumas economias satélites se saíram melhor que outras, mas quanto melhor se saíssem, maior o proveito das economias do núcleo central, para quem esse crescimento se traduzia em mercados maiores e crescentes para a exportação de bens e capital. A marinha mercante mundial, cujo crescimento indica grosso modo a expansão da economia global, permaneceu mais ou menos estável entre 1860 e 1890. Seu volume flutuou entre 16 e 20 milhões de toneladas. Entre 1890 e 1914, quase duplicou.

3

Então, como podemos sintetizar a economia mundial da Era do Império?

Em primeiro lugar, como vimos, foi uma economia cuja base geográfica era muito mais ampla do que antes. Sua parcela industrializada e em processo de industrialização aumentara: na Europa, devido à revolução industrial na Rússia e em países como a Suécia e a Holanda, até então pouco atingidos por ela, e, fora da Europa, por causa do desenvolvimento da América do Norte e, já até certo ponto, do Japão. O mercado internacional dos produtos primários cresceu enormemente — entre 1880 e 1913 o comércio internacional dessas mercadorias quase triplicou — bem como, por conseguinte, tanto as áreas destinadas a sua produção como sua integração ao mercado mundial. O Canadá se integrou ao grupo dos maiores produtores mundiais de trigo após 1900, com uma safra que passou da média anual de 18 milhões de hectolitros nos anos 1890 a 70 milhões em 1910-1913. Ao mesmo tempo, a Argentina se tornava um exportador importante de trigo — e todos os anos os lavradores italianos, apelidados de "andorinhas" (*golondrinas*), atravessavam 16 mil quilômetros de Oceano Atlântico, indo e voltando para fazer sua

colheita. A economia da Era dos Impérios foi aquela em que Baku (no Azerbaijão) e a bacia do Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia industrial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo e Buenos Aires, e aquela em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do *boom* da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas.

Por conseguinte, como já foi observado, a economia mundial agora era notavelmente mais pluralista que antes. A economia britânica deixou de ser a única totalmente industrializada e, na verdade, a única industrial. Se reunirmos a produção industrial e mineral (incluindo a construção), em 1913 os EUA forneceram 46% deste total, a Alemanha 23,5%, a Grã-Bretanha 19,5% e a Franca 11%. A Era dos Impérios, como veremos, foi essencialmente caracterizada pela rivalidade entre Estados. Ademais, as relações entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido também foram mais variadas e complexas que em 1860, quando a metade do total das exportações da Ásia, África e América Latina se dirigiu a um só país, a Grã-Bretanha. Por volta de 1900, a participação britânica caiu a um quarto, e as exportações do Terceiro Mundo para outros países da Europa ocidental já superavam as destinadas à Grã-Bretanha (31%). A Era do Império já não era monocêntrica.

Esse pluralismo crescente da economia mundial ficou, até certo ponto, oculto por sua persistente e, na verdade, crescente dependência dos serviços financeiros, comerciais e da frota mercante da Grã-Bretanha. Por um lado, a *City* de Londres era, mais que nunca, o centro de operações das transações comerciais internacionais, tanto que o rendimento de seus serviços comerciais e financeiros, sozinho, quase compensava o grande déficit do item mercadorias de sua balança comercial (137 milhões de libras contra 142 milhões, em 1906-1910). Por outro lado, o enorme peso dos investimentos britânicos no exterior e de sua frota mercante reforçou ainda mais a posição central do país, numa economia mundial que girava em torno de Londres e se baseava na libra esterlina. A Grã-Bretanha continuou a ter uma posição dominante no mercado internacional de capitais. Em 1914, a França, a Alemanha, os EUA, a

Bélgica, a Holanda, a Suíça e os demais, juntos, somavam 56% dos investimentos ultramarinos mundiais; a Grã-Bretanha, *sozinha*, detinha 44%. Em 1914, a frota britânica de navios a vapor era, sozinha, 12% maior que a totalidade das frotas mercantes de todos os outros países europeus reunidos.

Na verdade, a posição central da Grã-Bretanha por ora estava sendo reforçada pelo próprio desenvolvimento do pluralismo mundial. Pois, como as economias em processo de industrialização recente compravam mais produtos primários do mundo subdesenvolvido, acumulavam em seu conjunto um déficit comercial bastante substancial em relação a este último. A Grã-Bretanha, sozinha, restabelecia um equilíbrio global, pois importava mais bens manufaturados de seus rivais, exportava seus próprios produtos industriais para o mundo dependente, mas principalmente obtinha rendimentos invisíveis de vulto, provenientes tanto de seus serviços comerciais internacionais (bancos, seguros, etc.) como da renda gerada pelos enormes investimentos no exterior do maior credor mundial. Assim, o relativo declínio industrial britânico reforçou sua posição financeira e sua riqueza. Os interesses da indústria britânica e da *City*, até então bastante compatíveis, começaram a entrar em conflito.

A terceira característica da economia mundial é a que mais salta aos olhos: a revolução tecnológica. Como todos nós sabemos, foi nessa época que o telefone e o telégrafo sem fio, o fonógrafo e o cinema, o automóvel e o avião passaram a fazer parte do cenário da vida moderna, sem falar na familiarização das pessoas com a ciência por meio de produtos como o aspirador de pó (1908) e o único medicamento universal jamais inventado, a aspirina (1899). Tampouco devemos esquecer a mais benéfica de todas as máquinas do período, cuja contribuição para a emancipação humana foi imediatamente reconhecida: a modesta bicicleta. Apesar de tudo, antes de saudarmos essa safra impressionante de inovações como uma "segunda revolução industrial", não devemos esquecer que só retrospectivamente elas são consideradas como tal. Para o século XIX, a principal inovação consistia na atualização da primeira revolução industrial, através do aperfeiçoamento da tecnologia do

vapor e do ferro: o aço e as turbinas. As indústrias tecnologicamente revolucionárias, baseadas na eletricidade, na química e no motor de combustão, começaram certamente a ter um papel de destaque, em particular nas novas economias dinâmicas. Afinal de contas, Ford começou a fabricar seu modelo T em 1907. Contudo, considerando apenas a Europa, entre 1880 e 1913 foi construída a mesma quilometragem de ferrovias que na "idade da ferrovia" inicial, entre 1850 e 1880. França, Alemanha, Suíça, Suécia e Holanda aproximadamente duplicaram suas redes ferroviárias nesses anos. O último triunfo da indústria britânica, o virtual monopólio britânico da construção naval definido entre 1870 e 1913, foi conquistado por meio da exploração dos recursos da primeira revolução industrial. Não obstante, a nova revolução industrial reforçou, mais que substituiu, a antiga.

A quarta característica foi, como já vimos, uma dupla transformação da empresa capitalista: em sua estrutura e em seu *modus operandi*. Por um lado, houve a concentração de capital, o aumento da escala, que levou à distinção entre "empresa" e "grande empresa" (*Grossindustrie*, *Grossbanken*, *grande industrie*...), ao retraimento do mercado de livre concorrência e a todos os demais aspectos que, por volta de 1900, levaram os observadores a buscar em vão rótulos gerais que descrevessem o que parecia ser cabalmente uma nova fase de desenvolvimento econômico (ver próximo capítulo). Por outro lado, houve uma tentativa sistemática de racionalizar a produção e a direção das empresas aplicando "métodos científicos" não só à tecnologia, mas também à organização e aos cálculos.

A quinta característica foi uma transformação excepcional do mercado de bens de consumo: uma mudança tanto quantitativa como qualitativa. Com o aumento da população, da urbanização e da renda real, o mercado de massa, até então mais ou menos restrito à alimentação e ao vestuário, ou seja, às necessidades básicas, começou a dominar as indústrias produtoras de bens de consumo. A longo prazo, isto foi mais importante que o notável crescimento do consumo das classes ricas e favorecidas, cujo perfil de demanda não mudou de maneira acentuada. Foi o Ford modelo T, e não o Rolls-

Royce, que revolucionou a indústria automobilística. Ao mesmo tempo, uma tecnologia revolucionária e o imperialismo concorreram para a criação de uma série de produtos e serviços novos para o mercado de massa dos fogões a gás, que se multiplicaram nas cozinhas da classe operária britânica no decorrer desse período, à bicicleta, ao cinema e à modesta banana, cujo consumo era praticamente desconhecido antes de 1880. Uma de suas conseqüências mais óbvias foi a criação dos meios de comunicação de massa, que só agora merecem esse nome. Um jornal britânico atingiu pela primeira vez uma tiragem de um milhão de exemplares nos anos 1890, e um francês por volta de 1900.

Tudo isso implicou uma transformação não apenas da produção, pelo que agora veio a ser chamado de "produção em massa", mas também da distribuição, inclusive do crédito ao consumidor (sobretudo através das vendas a prazo). Assim, a venda de chá em pacotes padronizados de 1/4 de libra começou na Grã-Bretanha em 1884. Ela faria a fortuna de mais de um magnata de empórios saído das ruelas dos bairros operários das grandes cidades, como *Sir* Thomas Lipton, cujos iate e dinheiro conquistaram a amizade do rei Eduardo VII, monarca com notória atração por milionários pródigos. O número de filiais da Lipton passou de zero em 1870 a 500 em 1899.

O aspecto acima também se ajustava naturalmente à sexta característica da economia: o crescimento acentuado, tanto absoluto como relativo, do setor terciário da economia, tanto público como privado — trabalho em escritórios, lojas e outros serviços. Tomemos apenas o caso da Grã-Bretanha, um país que, em seu apogeu, dominara a economia mundial com uma quantidade ridiculamente reduzida de trabalho de escritório: em 1851, havia 67 mil funcionários públicos e 91 mil empregados de comércio, numa população ativa total de cerca de 9,5 milhões de pessoas. Mas por volta de 1911, o comércio empregava quase 900 mil pessoas, das quais 17% eram mulheres, e o funcionalismo público triplicara. A porcentagem da população ativa que o comércio empregava quintuplicara desde 1851. Mais adiante abordaremos a conseqüência social dessa

proliferação de trabalhadores de colarinhos brancos e mãos limpas ("brancas").

A última característica da economia que destacarei aqui será a crescente convergência de política e economia, quer dizer, o papel cada vez maior do governo e do setor público, ou o que ideólogos da persuasão liberal, como o advogado A. V. Dicey, consideraram como o avanço ameaçador do "coletivismo" às custas da velha, boa e vigorosa iniciativa individual ou voluntária. Na verdade, tratava-se de um dos sintomas do retraimento da economia da livre concorrência, que fora o ideal — e até certo ponto a realidade — do capitalismo de meados do século XIX. De uma forma ou de outra, após 1875, houve um ceticismo crescente quanto à eficácia da economia de mercado autônoma e auto-regulada, a famosa "mão oculta" de Adam Smith, sem alguma ajuda do Estado e da autoridade pública. A mão estava se tornando visível das mais variadas maneiras.

Por um lado, como veremos (capítulo 4), a democratização da política forçou governos muitas vezes relutantes e inquietos a enveredarem pelo caminho de políticas de reforma e bem-estar sociais, bem como de ação política na defesa dos interesses econômicos de certos grupos de eleitores, como o protecionismo e — de certa forma com menos eficácia — medidas contra a concentração econômica, como nos EUA e na Alemanha. Por outro lado, ocorreu a fusão da rivalidade política entre os Estados com a concorrência econômica entre grupos nacionais de empresários, o que contribuiu — como veremos — tanto para o fenômeno do imperialismo como para a gênese da Primeira Guerra Mundial. Levaram também, a propósito, ao crescimento de indústrias em que, como na indústria bélica, o papel do governo era decisivo.

Contudo, embora o papel estratégico do setor público pudesse ser crucial, seu peso real na economia permaneceu modesto. Apesar da proliferação dos exemplos em contrário — como a aquisição pelo governo britânico de uma participação na indústria petrolífera do Oriente Médio e seu controle da nova telegrafia sem fio, ambos significativos do ponto de vista militar; a presteza com que o governo alemão nacionalizou parcelas de sua indústria; e, acima de tudo, a política sistemática de industrialização do governo russo a partir dos

anos 1890 — os governos e a opinião pública encaravam o setor público apenas como uma espécie de complemento menor à economia privada, mesmo em se considerando o crescimento acentuado da administração pública (sobretudo municipal) na Europa, na área do serviço direto como na das empresas de utilidade pública. Os socialistas não partilhavam dessa crença na supremacia do setor privado, embora dessem pouca ou nenhuma atenção aos problemas de uma economia socializada. Talvez possam ter considerado essas iniciativas municipais como um "socialismo municipalista", mas a maioria delas se devia a autoridades sem intenções, nem mesmo simpatias, socialistas. As economias modernas amplamente controladas, organizadas e dominadas pelo Estado foram produto da Primeira Guerra Mundial. Entre 1875 e 1914, a parcela dos crescentes produtos nacionais que os gastos públicos consumiam na maioria dos países líderes tendeu a se reduzir: e isto apesar do acentuado aumento dos gastos com os preparativos para a guerra.

Esses foram os rumos do crescimento e da transformação do mundo "desenvolvido". Contudo, o que mais forte impacto causava nas pessoas do mundo "desenvolvido" e industrial à época era, mais até que a evidente transformação de suas economias, seu ainda mais evidente êxito. Vivia-se, obviamente, num tempo de prosperidade. Até as massas trabalhadoras se beneficiaram com essa expansão, ao menos na medida em que a economia industrial de 1875-1914 era predominantemente do tipo mão-de-obra intensiva e sua oferta de trabalho não especializado, ou de aprendizado rápido, para homens e mulheres que afluíam à cidade e à indústria parecia quase ilimitada. Foi isso que permitiu que os europeus que emigraram para os EUA se adaptassem a um mundo industrial. Contudo, embora a economia fornecesse trabalho, ainda não propiciava mais que um alívio modesto, às vezes mínimo, à miséria que a maioria dos trabalhadores encarou, no transcurso da maior parte da história, como seu destino. Na mitologia retrospectiva das classes operárias, as décadas que precederam 1914 não figuram como uma idade de ouro, como no caso dos europeus ricos ou mesmo da mais modesta classe média. Para estes, a *belle époque*

foi de fato o paraíso que seria perdido após 1914. Para os homens de negócio e os governos posteriores à guerra, 1913 seria o ponto de referência permanente, ao qual eles aspiravam retornar, deixando para trás uma era problemática. Vistos dos nublados e conturbados anos do pós-guerra, os momentos excepcionais do último *boom* anterior a ela faziam figura de ensolarada "normalidade", a que ambos aspiravam retornar. Em vão. Pois, como veremos, as mesmas tendências da economia pré-1914, que tornaram a era tão dourada para as classes médias, empurraram-na à guerra mundial, à revolução e aos distúrbios, excluindo a hipótese de uma volta ao paraíso perdido.

---

[a] A única parcela da Europa meridional que conheceu emigração significativa antes dos anos 1880 foi Portugal.

[b] Em francês no original. (N. da T.)

[c] Grosso modo, 15 unidades de prata = 1 unidade de ouro.

[d] Pradarias; neste caso, denominação específica das do vale do Mississippi, EUA.

[e] Acentuaram-se a livre movimentação de capital, transações financeiras e mão-de-obra.

[f] Nível médio das tarifas alfandegárias na Europa. 1914.
Reino Unido 0%; Holanda 4%; Suíça, Bélgica 9%; Alemanha 13%; Dinamarca 14%; Áustria-Hungria, Itália 18%; França, Suécia 20%; EUA (1913) 30% [Reduzidas de 49,5% (1890), 39,9% (1894), 57% (1897) e 38%, (1909)]; Rússia 38%; Espanha 41%.

[g] Salvo em matéria de imigração irrestrita, pois o país foi um dos primeiros a criar uma legislação contra a entrada maciça de (judeus) estrangeiros em 1905.

[h] Entre 1820 e 1975, o número de noruegueses que emigraram para os EUA — cerca de 855 mil — foi quase equivalente à população total da Noruega em 1820.

[i] *Syndicate*: "grupo econômico, corporação, associação de capitalistas, sociedade de banqueiros ou companhias formada para a realização de negócio vultoso (esp. para controlar o mercado de determinado produto)" (Dicionário Inglês-Português Webster's, 1982). (N. da T.)

CAPÍTULO 3

A ERA DOS IMPÉRIOS

Apenas uma confusão política completa e um otimismo ingênuo podem impedir que se reconheça que os esforços inevitáveis em favor da expansão comercial de todas as nações civilizadas, sob controle da burguesia, após um período de transição de concorrência aparentemente pacífica, se aproximam nitidamente do ponto em que apenas o poder *decidirá a parte que caberá a cada nação no controle econômico da Terra e, portanto, a esfera de ação de seus povos e, especialmente, do potencial de ganho de seus trabalhadores.*

Max Weber, 1894

"Quando estiverdes entre os chineses"... diz [o Imperador da Alemanha], "lembrai que sois a vanguarda da Cristandade", diz ele, "e atravessai com vossas baionetas todo odioso infiel de marfim que virdes", diz ele. "Fazei-os compreender o que significa a nossa civilização ocidental... E se, por um acaso, tomardes uma pequena extensão de terra enquanto isso, não deixeis nunca que um francês ou um russo a tomem de vós".

Mr. Dooley's Philosophy, 1900

1

Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os "avançados" dominariam os "atrasados"; em suma, num mundo de império. Mas, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi

provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam "imperadores", ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.

Na Europa, os governantes da Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia e (em sua qualidade de dirigentes da Índia) Grã-Bretanha reivindicavam esse título. Dois deles (Alemanha e Grã-Bretanha/ Índia) eram inovações dos anos 1870. Eles mais que compensaram o desaparecimento do "Segundo Império" de Napoleão III, da França. Fora da Europa, os dirigentes da China, Japão, Pérsia e — talvez com maior cortesia diplomática internacional — Etiópia e Marrocos[a] eram normalmente autorizados a usar esse título, ao passo que, até 1889, sobreviveu um imperador americano, o do Brasil. Pode-se acrescentar à lista um ou dois imperadores ainda mais obscuros. Em 1918, cinco deles haviam desaparecido. Hoje (1987) o único sobrevivente titular desse seleto grupo de supermonarcas é o governante do Japão, cujo perfil político é fraco e cuja influência política é insignificante.

Num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial. A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As vítimas desse processo foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal, o primeiro mais que o segundo, apesar de tentativas de estender o território sob seu controle no noroeste africano. Entretanto, a permanência dos principais territórios portugueses na África (Angola e Moçambique), que sobreviveriam às outras colônias imperialistas, deveu-se basicamente à incapacidade de seus rivais modernos chegarem a

um acordo quanto à maneira exata de dividi-los entre si. Nenhuma rivalidade desse tipo salvou os despojos do Império Espanhol nas Américas (Cuba, Porto Rico) e no Pacífico (Filipinas) dos EUA em 1898. A maioria dos grandes impérios tradicionais da Ásia permaneceu nominalmente independente, embora as potências ocidentais tenham delimitado ali "zonas de influência" ou mesmo de administração direta que (como no caso do acordo anglo-russo sobre a Pérsia em 1907) podiam cobrir a totalidade do território. Na verdade, seu desamparo político e militar era dado como certo. Sua independência dependia de sua utilidade como Estados-tampão (como o Sião — hoje Tailândia —, que separava as zonas britânica e francesa no Sudeste asiático, ou do Afeganistão, que separava a Grã-Bretanha e Rússia), da incapacidade de as potências imperiais rivais concordarem numa fórmula para a divisão, ou meramente de sua extensão. O único Estado não europeu que resistiu com êxito à conquista colonial formal, quando esta foi tentada, foi a Etiópia, que conseguiu resistir à Itália, o mais fraco dos Estados imperiais.

Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e — ainda em escala modesta — japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. A Ásia, como vimos, conservava uma extensa área nominalmente independente, embora os mais antigos dos impérios europeus tenham ampliado e completado seus vastos domínios — a Grã-Bretanha, anexando a Birmânia ao seu império indiano e implantando ou reforçando a zona de influência nas áreas do Tibete, da Pérsia e do golfo Pérsico; a Rússia, avançando sobre a Ásia Central e (com menos êxito) sobre a Sibéria e a Manchúria do lado do Pacífico: os holandeses, implementando um controle mais firme nas regiões mais distantes da Indonésia. Dois impérios praticamente novos foram criados pela conquista francesa da Indochina, iniciada no governo de Napoleão III, e pela conquista

japonesa da Coréia e de Taiwan (1895), às custas da China, e, posteriormente, de forma mais modesta, às custas da Rússia (1905). Só uma das regiões principais do planeta não foi afetada substancialmente por esse processo de divisão. As Américas eram, em 1914, o que haviam sido em 1875, ou, neste sentido, nos anos 1820: uma coleção única de repúblicas soberanas, com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho. À exceção dos EUA, seu *status* político raramente impressionava alguém, além de seus vizinhos. Era perfeitamente claro que, do ponto de vista econômico, elas eram dependentes do mundo desenvolvido. Contudo, nem os EUA, que crescentemente afirmavam sua hegemonia política e militar na área, tentaram seriamente conquistá-las e administrá-las. Suas únicas anexações diretas se restringiram a Porto Rico (permitindo que Cuba mantivesse uma independência meramente nominal) e a uma estreita faixa ao longo do novo Canal do Panamá, que fazia parte de outra república pequena e nominalmente independente — para este fim destacada da Colômbia, bem maior, por uma revolução local conveniente. Na América Latina, a dominação econômica, e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal. As Américas constituíam, é claro, a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. À exceção da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenho) do século XVIII, sem maior significado econômico ou outro. Nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe[b].

Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados, que dá título ao presente volume, foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em "avançados" e "atrasados" que já observamos. Foi também notavelmente nova. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados,

a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, da Rússia e da Coréia. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo uma perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara ocidental. O crescimento da Rússia imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista; ademais, como veremos, a Rússia perdeu algum território para o Japão. Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito "possuía" formalmente. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo — conservando apenas a Islândia e a Groenlândia como territórios dependentes.

O mais espetacular não é necessariamente o mais importante. Quando os observadores do panorama mundial do final dos anos 1890 começaram a analisar o que parecia obviamente uma nova fase no padrão geral de desenvolvimento nacional e internacional, notavelmente diferente do mundo liberal de livre comércio e livre concorrência de meados do século, eles consideraram a criação de impérios coloniais apenas um de seus aspectos. Os observadores ortodoxos pensavam discernir, em termos gerais, uma nova era de expansão nacional na qual (como sugerimos) os elementos políticos e econômicos já não eram claramente separáveis e o Estado desempenhava um papel cada vez mais ativo e crucial tanto a nível interno como externo. Os observadores heterodoxos analisaram o período mais especificamente como uma nova fase de desenvolvimento capitalista, decorrente de várias tendências nele discerníveis. A mais influente dessas análises do que logo foi chamado de "imperialismo", o pequeno livro de Lenin de 1916, na

verdade só abordou "a divisão do mundo entre as grandes potências" no sexto de seus dez capítulos.

Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. Ele constituiu o ponto de partida de análises mais amplas, pois não há dúvida de que a palavra "imperialismo" passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial. Ademais, foi então que adquiriu a dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu. Eis por que são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava — para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J. A. Hobson "na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental". Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o "imperialismo", a que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo.

As discussões em torno desse tema sensível são tão apaixonadas, densas e confusas que a primeira tarefa do historiador é desemaranhá-las para que o fenômeno em si possa ser visto. Pois a maioria das discussões não tinha como tema o que aconteceu no mundo de 1875-1914, e sim o marxismo, tema capaz de suscitar sentimentos fortes: acontece que a análise (altamente crítica) do imperialismo na versão de Lenin se tornaria central no marxismo revolucionário dos movimentos comunistas após 1917 e dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. O que deu particular

aspereza ao debate foi que um dos lados em disputa parece ter tido uma ligeira vantagem embutida — pois aqueles defensores e opositores do imperialismo se enfrentavam desde 1890 —, ou seja, a própria palavra adquiriu gradualmente, e agora é improvável que perca, uma conotação pejorativa. Ao contrário da "democracia" que, devido a suas conotações favoráveis, mesmo seus inimigos gostam de reivindicar, o "imperialismo" normalmente é algo reprovado e, portanto, feito por outros. Em 1914, inúmeros políticos se orgulhavam de se denominarem imperialistas, mas no transcorrer de nosso século eles praticamente desapareceram de vista.

O cerne da análise leninista (que se baseava abertamente em vários autores da época, tanto marxianos como não marxianos) era que as raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, levava à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também geraram a Primeira Guerra Mundial. Não precisamos discutir aqui os mecanismos específicos através dos quais o "capitalismo monopolista" levou ao colonialismo — as opiniões divergem a esse respeito, mesmo entre os marxistas — ou a ampliação mais recente dessa análise numa "teoria da dependência" de alcance mais geral, no fim do século XX. De uma forma ou de outra, todas partem do princípio de que a expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas.

Não seria particularmente interessante fazer uma crítica dessas teorias, o que seria irrelevante no presente contexto. O ponto a observar é apenas que os analistas não-marxistas do imperialismo tenderam a argüir o oposto dos que os marxistas diziam, obscurecendo assim o tema. Tenderam a negar qualquer conexão específica entre o imperialismo do fim do século XIX e do século XX com o capitalismo em geral, ou com sua etapa particular que, como vimos, parecia emergir no final do século XIX. Negaram que o imperialismo tivesse raízes econômicas importantes, que beneficiasse economicamente os países imperiais e, menos ainda,

que a exploração das zonas atrasadas fosse, de alguma forma, essencial ao capitalismo, e que seus efeitos nas economias coloniais fossem negativos. Argumentaram que o imperialismo não levou a rivalidades incontornáveis entre as potências imperiais e que sua relação com a origem da Primeira Guerra Mundial não foi significativa. Rejeitando as explicações econômicas, eles se concentraram em argumentos de ordem psicológica, ideológica, cultural e política, embora normalmente evitassem com todo cuidado o terreno perigoso da política interna, pois os marxistas também tendiam a ressaltar as vantagens que as classes dirigentes metropolitanas auferiam com as políticas e propaganda imperialistas, pois estas, entre outras coisas, se contrapunham ao crescente interesse das classes trabalhadoras pelos movimentos operários de massa. Alguns desses contra-ataques se mostraram poderosos e eficazes, embora muitas dessas linhas de argumentação fossem mutuamente incompatíveis. Na verdade, boa parte da literatura teórica pioneira do antiimperialismo não é defensável. Mas a desvantagem da literatura contrária a ela é a não-explicação efetiva da conjugação de fatores econômicos e políticos, nacionais e internacionais, cujo impacto seus contemporâneos acharam tão importante, por volta de 1900, que procuraram dar-lhes uma explicação abrangente. Ela não explica por que seus contemporâneos acharam que o "imperialismo" era a um só tempo uma novidade e um acontecimento historicamente *central*. Em suma, boa parte dessa literatura se limita a negar fatos que eram bastante óbvios à época e ainda são.

Deixando o leninismo e o antileninismo de lado, a primeira coisa que o historiador tem de restabelecer é o fato óbvio, que ninguém teria negado nos anos 1890, de que a divisão do globo tinha uma dimensão econômica. Demonstrá-lo não é explicar tudo sobre o período do imperialismo. O desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco. Neste sentido, mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos,

emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial. Entretanto, embora seja possível determinar uma conexão econômica entre as tendências do desenvolvimento econômico no centro capitalista do mundo na época e sua expansão na periferia, torna-se muito menos plausível imputar todo o peso da explicação do imperialismo a motivos que não tenham uma conexão intrínseca com a penetração e a conquista do mundo não-ocidental. E mesmo os que parecem ter, como os cálculos estratégicos das potências rivais, devem ser analisados tendo em mente a dimensão econômica. Nem a política atual no Oriente Médio, que está longe de ser explicável apenas em termos econômicos, pode ser discutida realisticamente sem — levar em conta o petróleo.

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (ver *A Era do Capital*, cap. 3). Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico. Essa globalização da economia não era, nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. Ela continuou a crescer — menos notavelmente em termos relativos, porém mais maciçamente em termos de volume e cifras — entre 1875 e 1914. As exportações européias, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre esta última data e 1915 apenas duplicaram. Mas a navegação mercante mundial, entre 1840 e 1870, passou só de 10 a 16 milhões de toneladas, para dobrar nos quarenta anos seguintes, enquanto a rede ferroviária mundial passava de pouco mais de 200 mil quilômetros (1870), a mais de 1 milhão às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Essa malha de transportes cada vez mais fina incorporou até os países atrasados e anteriormente marginais à economia mundial, e

criou nos velhos centros de riqueza e desenvolvimento um interesse novo por essas áreas remotas. De fato, agora que eram acessíveis, muitas dessas regiões pareciam à primeira vista meras extensões potenciais do mundo desenvolvido, que já estavam sendo povoadas e desenvolvidas por homens e mulheres de origem européia, eliminando ou repelindo os habitantes nativos, gerando cidades e sem dúvida, com o tempo, civilização industrial: EUA a oeste do Mississippi, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Argélia, o Cone Sul da América do Sul. A previsão, como veremos, estava errada. Entretanto, embora muitas vezes remotas, essas áreas eram, na mentalidade da época, diferentes daquelas outras regiões que, por motivos climáticos, não atraíam o povoamento branco, mas aonde — citando um destacado administrador imperial da época — "o europeu podia ir, em número reduzido, com seu capital, sua energia e seu conhecimento para desenvolver um comércio extremamente lucrativo e obter produtos necessários ao uso de sua civilização avançada".

Pois a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo ainda vinha predominantemente dos EUA e da Europa (da Rússia e, muito atrás, da Romênia) mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já eram objeto de intenso confronto e conchavo diplomático. A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos antiimperialistas precoces e justificados. Com o tempo, foi extensamente cultivada na Malaia[c]. O estanho provinha da Ásia e da América do Sul. Os metais não-ferrosos, que anteriormente eram irrelevantes, tornaram-se essenciais para as ligas de aço exigidas pela tecnologia da alta velocidade. Alguns deles eram abundantes no mundo desenvolvido, notadamente nos EUA, mas outros não. As novas indústrias elétrica e de motores precisavam muito de um dos metais mais antigos, o cobre. Suas

principais reservas, e, por conseguinte, seus maiores produtores, estavam no que o final do século XX chamaria de Terceiro Mundo: Chile, Peru, Zaire, Zâmbia. E, é claro, havia uma demanda constante e nunca satisfeita de metais preciosos que, neste período, transformaram a África do Sul, de longe, no maior produtor de ouro do mundo, sem contar sua riqueza em diamantes. As minas eram os principais pioneiros da abertura do mundo ao imperialismo, muito eficazes nesse papel, porque os lucros eram suficientemente excepcionais para justificar também a construção de ramais de ferrovias.

Independente das exigências de uma nova tecnologia, o crescimento do consumo de massa nos países metropolitanos gerou um mercado em rápida expansão para os produtos alimentícios. Em volume absoluto, ele era dominado pelos produtos alimentícios básicos da zona temperada, cereais e carne, agora reduzidos de modo barato e em grandes quantidades em várias zonas de povoamento europeu — América do Sul e do Norte, Rússia e Australásia. Mas ele também transformou o mercado dos produtos há muito — e caracteristicamente conhecidos (ao menos em alemão) como "bens coloniais" e vendidos nos armazéns do mundo desenvolvido: açúcar, chá, café, cacau e seus derivados. Com o transporte rápido e a conservação, as frutas tropicais e subtropicais passaram a estar disponíveis: eles viabilizaram a *banana republic*.

Os britânicos, que haviam consumido 700 gramas de chá *per capita* nos anos 1840 e 1,5 kg nos anos 1860, estavam consumindo 2,6 kg nos anos 1890, mas isso representava uma média anual de importação de 102 mil toneladas, contra menos de 45 mil toneladas nos anos 1860 e cerca de 18 nos anos 1840. Enquanto os britânicos abandonavam as poucas xícaras de café que bebiam, para encher seus bules com chá da Índia e do Ceilão (Sri Lanka), os americanos e alemães importavam café em quantidades cada vez mais espetaculares, notadamente da América Latina. No início dos anos 1900, as famílias de Nova Iorque consumiam meio quilo de café por semana. Os fabricantes Quaker de bebidas e chocolate da Inglaterra, felizes por distribuir bebidas não-alcoólicas, obtinham sua matéria-prima na África Ocidental e na América do Sul. Os astutos homens

de negócios de Boston, que fundaram a United Fruit Company em 1885, criaram impérios privados no Caribe para fornecer à América a antes insignificante banana. Os fabricantes de sabão, explorando o primeiro mercado a demonstrar cabalmente a potencialidade da nova indústria publicitária, se voltaram para os óleos vegetais da África. As *plantations*, as grandes propriedades rurais e as fazendas eram o segundo pilar das economias imperiais. Os comerciantes e financistas metropolitanos eram o terceiro.

Esses fatos não mudaram a forma nem o caráter dos países industrializados ou em processo de industrialização, embora tenham criado novos ramos de grandes negócios, cujos destinos ligavam-se intimamente aos de determinadas partes do planeta, como as companhias de petróleo. Mas transformaram o resto do mundo, na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíam em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes. A Malaia cada vez mais significava borracha e estanho; o Brasil, café; o Chile, nitratos; o Uruguai, carne; Cuba, açúcar e charutos. Na verdade, à exceção dos EUA, mesmo as colônias de povoamento branco fracassaram em sua industrialização (nesta etapa), porque também ficaram presas na gaiola da especialização internacional. Elas podiam tornar-se extraordinariamente prósperas, mesmo para padrões europeus, sobretudo quando seus habitantes eram imigrantes europeus livres e, em geral, militantes com força política em assembléias eleitas, cujo radicalismo democrático podia ser tremendo, embora normalmente não incluísse os nativos[d]. Um europeu que desejasse emigrar, na Era dos Impérios, provavelmente teria feito melhor em ir para Austrália, Nova Zelândia, Argentina ou Uruguai do que para qualquer outro lugar, inclusive os EUA. Todos esses países desenvolveram partidos trabalhistas e radical-democratas, ou mesmo governos, e ambiciosos sistemas públicos de bem-estar e previdência social (Nova Zelândia, Uruguai) muito antes dos Estados europeus. Mas o fizeram como complementos da economia industrial européia (isto é, essencialmente britânica) e, portanto, para eles —

ou, em todo caso, para os interesses vinculados à exportação de produtos primários — não era negócio se industrializar. Não que as metrópoles fossem receber de braços abertos sua industrialização. Qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência.

Os territórios dependentes que não pertenciam ao que foi denominado "capitalismo de povoamento" (branco) não se saíram tão bem. Seu interesse econômico residia na combinação de recursos a uma força de trabalho que, composta de "nativos", custava pouco e podia ser mantida barata. Entretanto, as oligarquias de proprietários de terras e de comerciantes agentes de potências estrangeiras — locais, importados da Europa ou ambos — e, onde existiam, de seus governantes, beneficiavam-se com a duração absoluta do período de expansão das matérias primas de exportação de suas regiões, interrompido apenas por crises breves, embora às vezes dramáticas (como na Argentina em 1890), geradas pelo ciclo comercial, pela excessiva especulação, pela paz e a guerra. Entretanto, embora a Primeira Guerra Mundial tenha desorganizado alguns de seus mercados, os produtores dependentes estavam muito distantes dela. Do ponto de vista destes, a era dos impérios, que começou no final do século XIX, durou até a Grande Depressão de 1929-1933. Ainda assim, no transcurso deste período eles se tornariam crescentemente vulneráveis, pois suas fortunas eram, cada vez mais, função do preço do café (que em 1914 já era responsável por 58% do valor das exportações brasileiras e 53% das colombianas), da borracha, do estanho, do cacau, da carne ou da lã. Porém, até a queda vertical dos preços das mercadorias primárias durante a depressão de 1929, essa vulnerabilidade, quando considerada a longo prazo, não parecia ser muito significativa comparada à aparentemente ilimitada expansão das exportações e dos créditos. Ao contrário, como vimos, antes de 1914 os termos de troca pareciam evoluir a favor dos fornecedores de produtos primários.

Entretanto, a importância econômica crescente dessas áreas para a economia mundial não explica por que, entre outras coisas, os

principais Estados industriais deveriam ter se precipitado em dividir o planeta em colônias e esferas de influência. A análise antiimperialista do imperialismo sugeriu vários motivos por que os acontecimentos deveriam ter se desenrolado assim. O mais conhecido deles — a pressão do capital por investimentos mais rentáveis do que os realizados em seu próprio país, investimentos garantidos contra a rivalidade do capital estrangeiro — é o menos convincente. Como a exportação britânica de capital se expandiu imensamente no último terço do século e, de fato, a renda desses investimentos se tornou essencial para o balanço de pagamentos britânico, era perfeitamente natural relacionar o "novo imperialismo" às exportações de capital, como fez J. A. Hobson. Mas não há como negar que, na verdade, muito pouco desse fluxo maciço tomou o rumo dos novos impérios coloniais: a maior parte do investimento ultramarino britânico se dirigiu às colônias de povoamento branco — que estavam se desenvolvendo rápido e eram em geral antigas que em breve teriam reconhecido o *status* de "domínios" praticamente independentes (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul), e aos que podem ser chamados de domínios "honorários", como a Argentina e o Uruguai, sem falar nos EUA. Ademais, o grosso desses investimentos (76% em 1913) revestiu a forma de empréstimos públicos a ferrovias e empresas de serviços públicos, que certamente remuneravam melhor que o investimento na dívida interna do governo britânico — com médias respectivamente de 5% e 3% — mas eram, por certo, igualmente menos lucrativos que os benefícios do capital industrial na Grã-Bretanha, exceto, sem dúvida, para os banqueiros que os administravam. Esperava-se que fossem investimentos mais seguros do que altamente remuneradores. Nenhum desses fatores significa que as colônias não foram adquiridas porque algum grupo de investidores não esperasse enriquecer da noite para o dia, ou em defesa de investimentos já realizados. Independente da ideologia, o motivo para a Guerra dos Boers foi o ouro.

Um motivo geral mais convincente para a expansão colonial foi a procura de mercados. O fato de esta muitas vezes fracassar é irrelevante, Era amplamente disseminada a crença de que a

"superprodução" da Grande Depressão poderia ser resolvida por meio de um vasto esforço de exportação. Os homens de negócios, sempre propensos a preencher os espaços em branco no mapa do comércio mundial com altos números de clientes potenciais, naturalmente procurariam estas áreas inexploradas: a China, uma das que povoava a imaginação dos homens de venda — e se cada um daqueles 300 milhões comprasse apenas uma caixa de percevejos de estanho? — e a África, o continente desconhecido, a outra. As Câmaras de Comércio das cidades britânicas, no início dos anos 1880, em plena depressão, ficaram indignadas só de pensar que as negociações diplomáticas podiam impedir o acesso de seus comerciantes à bacia do Congo, que se acreditava oferecer indizíveis perspectivas de vendas, ainda mais quando esta colônia estava sendo explorada por aquele homem de negócios coroado, o rei dos belgas, Leopoldo II, como um projeto lucrativo. (Seu método favorito de exploração, por meio do trabalho forçado, não visava incentivar elevadas compras *per capita*, quando não diminuindo efetivamente o número de fregueses com a tortura e o massacre.)

Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram "portas abertas" nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A conseqüência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo. Num certo sentido, tratava-se da extensão do protecionismo, que ganhou terreno em quase todas as partes após 1879 (ver capítulo anterior). "Se vocês não fossem protecionistas tão teimosos", disse o primeiro-ministro britânico ao embaixador francês em 1897, "não nos achariam tão ávidos por anexar territórios". Neste sentido, o "novo imperialismo" foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880. Daí não decorre que se esperasse a transformação de

qualquer colônia em particular, por si só, no Eldorado, embora isto tenha efetivamente acontecido no caso da África do Sul, que se tornou o maior produtor mundial de ouro. As colônias podiam propiciar apenas bases adequadas ou trampolins para a penetração na economia da região. Isto foi declarado com toda clareza por um funcionário do Departamento de Estado dos EUA por volta da virada do século, quando os EUA seguiram o estilo internacional, fazendo uma breve investida para a construção de um império colonial próprio.

A essa altura torna-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para este fim, pois o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda da política. O motivo estratégico para a colonização era evidentemente mais forte na Grã-Bretanha, que tinha colônias de há muito estabelecidas em locais cruciais para o controle do acesso a várias regiões terrestres e marítimas consideradas como vitais para os interesses mundiais comerciais e marítimos britânicos ou que, com o surgimento do navio a vapor, podiam funcionar como postos de abastecimento de carvão. (Gibraltar e Malta são antigos exemplos das primeiras, Bermudas e Aden vieram a ser exemplos úteis das segundas.) Sem esquecer o significado simbólico ou real que tem para os ladrões obter uma parcela apropriada do produto da pilhagem. Uma vez que as potências rivais começaram a recortar o mapa da África ou da Oceania, cada uma delas tentou, naturalmente, evitar que uma porção excessiva (ou uma parcela particularmente atraente) fosse para outras mãos. Uma vez que o *status* de grande potência se associou, assim, à sua bandeira tremulando em alguma praia bordada de palmeiras (ou, mais provavelmente, em áreas cobertas de arbustos secos), a aquisição de colônias se tornou um símbolo de *status* em si, independente de seu valor. Por volta de 1900, até os EUA, cujo tipo de imperialismo nunca antes, nem depois fora especialmente associado à posse de colônias formais, sentiram-se obrigados a adotar o modelo. A Alemanha ficou profundamente ofendida por uma nação tão poderosa e dinâmica como ela possuir uma parte tão notavelmente menor de território colonial que os

britânicos e franceses, embora também a importância econômica de suas colônias fosse pouca, e a estratégica ainda menor. A Itália insistiu era tomar extensões decididamente desinteressantes de desertos e montanhas africanas, no intuito de dar respaldo à sua posição de grande potência; e, sem dúvida, seu fracasso na conquista da Etiópia em 1896 prejudicou essa posição.

Pois se as grandes potências eram Estados que adquiriam colônias, as pequenas nações não tinham, por assim dizer, "nenhum direito" a elas. A Espanha perdeu a maior parte do que lhe restava de império colonial em decorrência da Guerra Hispano-Americana de 1898. Como vimos, foram seriamente discutidos planos de repartir o remanescente do império africano de Portugal entre os novos colonialistas. Apenas os holandeses mantiveram, em silêncio, suas ricas e antigas colônias (principalmente no sudeste asiático), e ao Rei dos belgas, como também vimos, foi permitido demarcar seu domínio privado na África, com a condição de manter seu acesso aberto a todos, porque nenhuma grande potência estava disposta a dar a outra uma parte significativa da grande bacia do rio Congo. Devemos, é claro, acrescentar que em vastas extensões da Ásia e das Américas uma repartição maciça por potências européias estava fora de questão por motivos políticos. Nas Américas, a situação das colônias européias sobreviventes estava congelada pela Doutrina Monroe: só os EUA tinham liberdade de ação. Na maior parte da Ásia, a luta era por esferas de influência em Estados nominalmente independentes, notadamente China, Pérsia e Império Otomano. Havia a exceção dos russos e dos japoneses — os primeiros estendendo com êxito sua área na Ásia Central, mas fracassando na conquista de parcelas apreciáveis no norte da China, os últimos incorporando a Coréia e Formosa (Taiwan) como resultado de uma guerra com a China em 1894-1895. As principais regiões onde havia competição pela detenção de terras ficavam, assim, na prática, na África e na Oceania.

Assim sendo, explicações essencialmente estratégicas do imperialismo atraíram alguns historiadores, que tentaram colocar os motivos da expansão britânica na África em termos da necessidade de defender as rotas para a Índia, bem como suas vias de acesso

marítimas e terrestres, contra ameaças potenciais. De fato, é importante recordar que, globalmente falando, a Índia era o cerne da estratégia britânica e que esta exigia o controle não apenas das rotas marítimas curtas (Egito, Oriente Médio. Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Arábia do Sul) e longas (Cabo da Boa Esperança e Cingapura) para o subcontinente, mas de todo o Oceano Índico, inclusive de setores cruciais do litoral e do interior da África. Os governos britânicos tinham aguda consciência disto. Também é verdade que a desintegração do poder local em algumas áreas cruciais para este fim, como o Egito (incluindo o Sudão), levou os britânicos a implementarem uma presença política direta muito maior que sua intenção inicial e, inclusive, governo efetivo. Contudo, esses argumentos não invalidam uma análise econômica do imperialismo. Em primeiro lugar, eles subestimam o incentivo diretamente econômico para a aquisição de alguns territórios africanos, dos quais o sul da África é o mais óbvio. A disputa pela África Ocidental e pelo Congo, em todo caso, foi basicamente econômica. Em segundo lugar, eles passam por alto o fato de a Índia ser a "gema mais esplêndida da coroa imperial" e o cerne do pensamento estratégico britânico global, justamente em virtude de sua importância muito real para a economia britânica. Esta importância nunca foi maior que então, quando até 60% das exportações britânicas de algodão iam para a Índia e o Extremo Oriente, principalmente para a Índia — só para ela foram 40-45% — e o balanço de pagamentos internacional da Grã-Bretanha dependia do superávit propiciado pela Índia. Em terceiro lugar, a própria desintegração dos governos nacionais locais, que às vezes acarretou a implantação de um governo europeu em áreas que os europeus anteriormente não tinham se preocupado em administrar, derivou do fato de as estruturas locais terem sido solapadas pela penetração econômica. E, por fim, é vã a tentativa de provar que nada no desenvolvimento interno do capitalismo ocidental nos anos 1880 explica a redivisão territorial do mundo, pois o capitalismo mundial nesse período foi claramente diferente do que fora nos anos 1860. Agora, ele consistia numa pluralidade de "economias nacionais" rivais, "protegendo-se" umas das outras. Em suma, a política e a economia não podem ser separadas na

sociedade capitalista, assim como a religião e a sociedade não podem ser isoladas nas regiões islâmicas. A tentativa de formular uma explicação puramente não econômica para o "novo imperialismo" é tão irrealista como a de explicar em termos puramente não econômicos o surgimento dos partidos operários.

Na verdade, o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática (ver próximo capítulo) teve uma relação nítida com o surgimento do "novo imperialismo". A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado "imperialismo social", isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras. Não há dúvida de que todos os políticos eram perfeitamente conscientes dos benefícios potenciais do imperialismo. Em alguns casos — notadamente na Alemanha — o surgimento do imperialismo foi basicamente explicado em termos da "primazia da política interna". A versão de Cecil Rhodes do imperialismo social, que pensou basicamente nos benefícios econômicos que o império, direta ou indiretamente, podia proporcionar às massas descontentes, foi talvez a menos relevante. Não há provas válidas de que a conquista colonial como tal tenha tido muita relação com o nível de emprego ou com os rendimentos reais da maioria dos operários dos países metropolitanos[e], e a idéia de que a emigração para as colônias propiciaria uma válvula de escape aos países superpovoados foi pouco mais que uma fantasia demagógica. (Na verdade, nunca foi tão fácil encontrar um lugar para onde emigrar que entre 1880 e 1914, e apenas uma ínfima minoria de emigrantes se dirigiu às colônias — ou precisou fazê-lo.)

Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas: e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à

nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade. Numa era de política de massa (ver próximo capítulo), mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade. Uma vez mais, seus contemporâneos tinham total clareza a este respeito. A cerimônia britânica de coroação de 1902, cuidadosamente remodelada, foi elogiada por visar a expressar "o reconhecimento, por uma democracia livre, de uma coroa hereditária *como símbolo do domínio mundial de sua espécie*" (grifo meu). Em suma, o império era um excelente aglutinante ideológico.

Não é totalmente claro até que ponto essa variante específica de patriotismo exacerbado foi eficaz, especialmente em países onde o liberalismo e a esquerda, mais radical, contavam com fortes tradições antiimperial, antimilitar, anticolonial ou, de maneira mais geral, antiaristocrática. Sabe-se que, em vários países, o imperialismo era extremamente popular entre os novos estratos médios e de colarinhos brancos, cuja identidade social residia, em grande medida, na reivindicação de serem os instrumentos preferenciais do patriotismo (ver cap. 8). São muito menos numerosos os indícios de qualquer entusiasmo espontâneo dos operários pelas conquistas coloniais, ainda menos pelas guerras, ou, na verdade, de qualquer grande interesse nas colônias, novas ou antigas (à exceção das de povoamento branco). O êxito das tentativas de institucionalizar o orgulho pelo imperialismo, como com a fixação de um "Dia do Império" na Grã-Bretanha (1902), dependia amplamente da mobilização de um público cativo de escolares. (O apelo ao patriotismo, em sentido mais geral, será abordado abaixo.)

Entretanto, é impossível negar que a idéia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo. Em suas grandes exposições internacionais (ver *A Era do Capital*, cap. 2), a civilização burguesa sempre se orgulhara do triunfo triplo da ciência, da tecnologia e das manufaturas. Na era dos impérios, ela também se orgulhará de suas colônias. No final do século multiplicaram-se os "pavilhões coloniais", até então praticamente desconhecidos: dezoito deles

complementaram a Torre Eiffel em 1889, catorze atraíram os turistas a Paris em 1900. Tratava-se, sem dúvida, de publicidade proposital, mas como toda propaganda — comercial ou política — realmente bem-sucedida, só teve êxito por ter tocado um ponto sensível do público. As exposições coloniais eram um sucesso. Os jubileus, funerais e coroações reais britânicos eram ainda mais impressionantes porque, como os antigos triunfos romanos, exibiam marajás submissos com vestimentas preciosas — livremente leais e não cativos. As paradas militares tornavam-se ainda mais coloridas por incluir sikhs enturbantados, rajputs bigodudos, gurkas sorridentes e implacáveis, cavalarianos argelinos e altos senegaleses negros: o mundo do que era considerado como barbárie a serviço da civilização. Mesmo na Viena dos Habsburgo, desinteressada de colônias ultramarinas, um povoado ashanti fascinou os visitantes. O *douanier*[f] Rousseau não era o único a sonhar com os trópicos.

Assim sendo, a sensação de superioridade que uniu os brancos ocidentais — ricos, classe média e pobres — não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam nas colônias. Em Dacar ou Mombaça, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como *gentleman* por pessoas que nem teriam notado sua existência em Paris ou Londres; o operário branco era um comandante de negros. Mas mesmo onde a ideologia insistia numa igualdade, mesmo potencial, esta se transformava gradualmente em dominação. A França acreditava na transformação de seus súditos em franceses, teoricamente descendentes de "*nos ancêtres les gaulois* (nossos ancestrais, os gauleses) — como os livros didáticos insistiam, tanto em Timbuctu como na Martinica e em Bordeaux — ao contrário dos britânicos, convencidos do caráter não-inglês essencial e permanente dos bengalis e iorubás. Contudo, a existência mesma desses estratos de *évolués* nativos ressaltava a falta de "evolução" da grande maioria. As Igrejas empreenderam a conversão dos pagãos a várias versões da verdadeira fé cristã, exceto onde ativamente desencorajadas pelos governos coloniais (como na Índia) ou onde a tarefa era claramente impossível (como nas regiões islâmicas).

Essa foi a época clássica de empenho missionário maciço[g]. O trabalho missionário não foi, de forma alguma, um intermediário da política imperialista. Muitas vezes se opôs às autoridades coloniais; quase sempre colocou os interesses de seus convertidos em primeiro lugar. Contudo, o sucesso do Senhor se dava em função do avanço imperialista. Ainda pode ser debatido se o comércio seguiu a bandeira, mas não há dúvida de que a conquista colonial abriu o caminho à ação missionária efetiva — como em Uganda, na Rodésia (Zâmbia e Zimbábue) e Niassalândia (Malaui). E se a cristandade insistia na igualdade de almas, ressaltava a desigualdade de corpos — mesmo de corpos clericais. Era algo feito pelos brancos para os nativos, e pago pelos brancos. E embora os fiéis nativos se multiplicassem, ao menos a metade do clero continuou branca. Quanto a um bispo de cor, seria necessário um microscópio potente para detectá-lo em algum lugar entre 1880 e 1914. A Igreja Católica só sagrou seus primeiros bispos asiáticos nos anos 1920, oitenta anos após ter observado o quanto isso seria desejável.

Quanto ao movimento mais apaixonadamente devotado à igualdade entre todos os homens, ele falava com duas vozes. A esquerda secular era antiimperialista em seus princípios e freqüentemente em sua prática. A liberdade para a Índia, como a liberdade para o Egito e a Irlanda, eram o objetivo do movimento trabalhista britânico. A esquerda nunca vacilou em sua condenação das guerras e conquistas coloniais, correndo muitas vezes o risco considerável de uma impopularidade temporária — como na oposição britânica à Guerra dos Boers. Os radicais revelaram os horrores do Congo, das plantações metropolitanas de cacau nas ilhas africanas, do Egito. A campanha que levou à grande vitória eleitoral do Partido Liberal britânico em 1906 foi travada, em grande medida, por meio de denúncias públicas do "escravismo chinês" nas minas sul-africanas. Contudo, com raríssimas exceções (como a Indonésia holandesa), os socialistas ocidentais pouco fizeram efetivamente para organizar a resistência dos povos coloniais contra seus governantes até a era da Internacional Comunista. Dentro do movimento socialista e operário, aqueles que aceitavam abertamente o imperialismo como algo desejável, ou ao menos como uma etapa

essencial na história dos povos que ainda não estavam "preparados para um governo autônomo", eram uma minoria da direita revisionista e fabiana, embora muitos líderes sindicais provavelmente considerassem as discussões sobre as colônias como irrelevantes, ou encarassem os povos de cor basicamente como força de trabalho barata que ameaçava os resolutos operários brancos. Certamente, a pressão em favor da proibição da imigração de cor, que gerou as políticas da "Califórnia Branca" e "Austrália Branca" entre 1880 e 1914, originou-se basicamente na classe operária, e os sindicatos de Lancashire se uniram aos patrões do setor de algodão da região para insistir em que a Índia devia permanecer não industrializada. Internacionalmente, o socialismo anterior a 1914 continuou sendo um movimento predominantemente de europeus e de emigrantes brancos e seus descendentes (ver cap. 5). O colonialismo permaneceu um interesse marginal para eles. Na verdade, sua análise e definição da nova etapa "imperialista" do capitalismo, que eles detectaram a partir do final dos anos 1890, considerava acertadamente a anexação e a exploração coloniais apenas como um sintoma e uma característica dessa nova etapa: indesejável, como todas as suas características, mas não central em si. Foram poucos os socialistas que, como Lenin, já estavam com os olhos postos no "material inflamável" na periferia do capitalismo mundial.

Na medida em que a análise socialista (isto é, sobretudo marxista) integrava o colonialismo a um conceito muito mais amplo de uma "nova etapa" do capitalismo, ela era indubitavelmente correta em princípio, embora não necessariamente nos detalhes de seu modelo teórico. Essa análise às vezes também era propensa demais — como, aliás, as análises capitalistas da época — a exagerar o significado econômico da expansão colonial para os países metropolitanos. O imperialismo do final do século XIX foi indubitavelmente "novo". Foi produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais, fato novo e intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados num período de incerteza econômica (ver cap. 2); em suma, foi uma era em que "tarifas alfandegárias e expansão tornam-se a reivindicação comum às classes dirigentes". Foi parte de um

processo de abandono de um capitalismo de políticas públicas e privadas de *laissez-faire*, o que também era novo, e implicou o surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, bem como a crescente intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O imperialismo pertencia a um período em que a parte periférica da economia mundial tornou-se crescentemente significativa. Foi um fenômeno que pareceu tão "natural" em 1900 como teria parecido implausível em 1860. Mas se não fosse por essa vinculação entre o capitalismo pós-1873 e a expansão ao mundo não-industrializado, há dúvidas até sobre se o "imperialismo social" teria tido o mesmo papel que desempenhou na política interna dos Estados que estavam se adaptando à política eleitoral de massa. Todas as tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos, embora freqüentemente eruditos e às vezes argutos.

2

Ainda nos restam as perguntas relativas ao impacto da expansão ocidental (e, a partir dos anos 1890, japonesa) sobre o resto do mundo, e as relacionadas ao significado dos aspectos "imperiais" do imperialismo para os países metropolitanos.

A primeira destas perguntas pode ser respondida mais rapidamente que a segunda. O impacto econômico do imperialismo foi significativo, mas, é claro, o que ele teve de mais significativo foi sua profunda desigualdade, pois as relações entre metrópoles e países dependentes eram altamente assimétricas. O impacto das primeiras sobre os segundos foi dramático e decisivo, mesmo sem ocupação efetiva, ao passo que o impacto dos segundos sobre as primeiras pode ser insignificante e raramente foi uma questão de vida ou morte. Cuba prosperava ou declinava dependendo do preço do açúcar e da disposição dos EUA a importá-lo, mas nem países

"desenvolvidos" bastante pequenos — digamos, a Suécia — sofreriam graves inconvenientes se todo o açúcar do Caribe desaparecesse do mercado, porque não dependiam exclusivamente daquela área para esse artigo. Praticamente todas as importações e exportações de qualquer região da África subsaariana iam ou vinham de um pequeno número de metrópoles ocidentais, mas o comércio metropolitano com a África, a Ásia e a Oceania, embora aumentando modestamente entre 1870 e 1914, permaneceu bastante marginal. Cerca de 80% do comércio europeu durante todo o século XIX, importação como exportação, era feito com outros países desenvolvidos; o mesmo é verdade no que tange aos investimentos europeus no exterior. A parcela dos investimentos destinada a países ultramarinos era majoritariamente direcionada a um pequeno número de economias em desenvolvimento rápido, sobretudo povoadas por descendentes de europeus — Canadá, Austrália, África do Sul, Argentina, etc. — bem como, é claro, aos EUA. Neste sentido a era do imperialismo tem um aspecto muito diferente quando enfocado do ponto de vista da Nicarágua ou da Malaia, ou da Alemanha ou da Franca.

Dentre os países metropolitanos, foi obviamente para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve maior importância, uma vez que sua supremacia econômica sempre dependera de sua relação especial com os mercados ultramarinos e as fontes de produtos primários. Na verdade, pode-se argüir que em momento algum, a partir da revolução industrial, as manufaturas do Reino Unido haviam sido particularmente competitivas nos mercados das economias em vias de industrialização, salvo, talvez, durante as décadas douradas de 1850-1870. Para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não-europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte. No final do século XIX, o sucesso obtido nesse terreno foi notável estendendo incidentalmente a área controlada oficial ou efetivamente pela monarquia britânica a um quarto da superfície do globo (que os atlas britânicos orgulhosamente colocariam de vermelho). Se incluirmos o assim chamado "império informal" de Estados independentes que na verdade eram economias satélites da Grã-Bretanha, talvez um terço

do planeta fosse britânico em sentido econômico e, na verdade, cultural. Pois a Grã-Bretanha exportou até a forma específica de suas caixas coletoras de correspondência para Portugal e uma instituição do mais puro estilo britânico, como a loja de departamentos Harrods, para Buenos Aires. Mas, por volta de 1914, outras potências já estavam se infiltrando em boa parte desta zona de influência indireta, especialmente na América Latina.

Entretanto, boa parte dessa operação defensiva bem-sucedida era independente da "nova" expansão imperialista, à exceção do mais rico e inesperado dos filões: os diamantes e o ouro da África do Sul. Isto gerou uma safra instantânea de milionários (majoritariamente alemães) — os Wernher, Beit, Eckstein e outros — a maioria dos quais foi também instantaneamente incorporada à alta sociedade britânica, nunca tão receptiva ao dinheiro de primeira geração, desde que este se espalhasse à sua volta em quantidades suficientemente grandes. Isto levou também ao maior dos conflitos coloniais, a Guerra Sul-africana de 1899-1902, que eliminou a resistência de duas pequenas repúblicas locais povoadas por camponeses brancos.

A maior parte do sucesso ultramarino britânico deveu-se à exploração mais sistemática das possessões britânicas já existentes ou da posição especial do país como maior importador de áreas como a América do Sul, bem como seu maior investidor. À exceção da Índia, do Egito e da África do Sul, a maior parte da atividade econômica britânica ocorria em países praticamente independentes, como os "domínios" brancos, ou em áreas como os EUA e a América Latina, onde a ação do Estado britânico não era, ou não podia ser, efetivamente desenvolvida. Pois, apesar dos gritos de dor da Associação de Detentores de Debêntures Estrangeiras (criada durante a Grande Depressão) ao se defrontar com a conhecida prática latina de suspender o pagamento da dívida ou pagá-la em moeda desvalorizada, o governo não deu um respaldo efetivo a seus investidores na América Latina, porque não podia. A Grande Depressão foi um teste de fogo nesse sentido, porque, como depressões mundiais posteriores (inclusive a dos anos 1970 e 1980), levou a uma crise de endividamento internacional de vulto, que pôs

os bancos das metrópoles em sério risco. O máximo que o governo britânico pôde fazer foi tomar providências para salvar a grande casa de Baring da insolvência na "crise Baring" de 1890, quando esse banco se aventurou, como fazem os bancos, com excessivo desembaraço na voragem das inadimplentes finanças argentinas. Se ele respaldou os investidores com a diplomacia da força, como crescentemente após 1905, foi para ajudá-los a enfrentar empresários de outros países apoiados por seus próprios governos, e não contra os governos mais fortes do mundo dependente.[h]

Na verdade, considerando os anos bons e os maus, os capitalistas britânicos se saíram geralmente bem em seu império informal ou "livre". Quase a metade do capital acionário a longo prazo britânico estava, em 1914, no Canadá, na Austrália e na América Latina. Mais da metade da poupança britânica foi investida no exterior após 1900.

A Grã-Bretanha se apossou, é claro, de sua parte nas regiões recentemente colonizadas do mundo, e, dadas a força e a experiência britânicas, era uma parte maior e provavelmente mais valiosa que a de qualquer outro. A França ocupava a maior parte da África Ocidental, mas as quatro colônias britânicas na área controlavam as parcelas onde havia "as populações africanas mais densas, as maiores instalações produtivas e a preponderância do comércio". Contudo, o objetivo britânico não era a expansão, mas impedir a intromissão de outros em territórios até então dominados pelo comércio e pelo capital britânicos, como a maior parte do mundo ultramarino.

Será que as outras nações tiraram benefícios proporcionais de sua expansão colonial? É impossível dizer, pois a colonização formal era apenas um aspecto da expansão e da concorrência econômica global e, no caso das duas principais potências industriais, Alemanha e EUA, não era um aspecto maior. Ademais, como já vimos, uma relação especial com o mundo não-industrial não era economicamente crucial para nenhum outro país além da Grã-Bretanha (com a possível exceção da Holanda). Isso é tudo o que podemos dizer com razoável certeza. Em primeiro lugar, a ofensiva colonial parece ter sido inversamente proporcional ao dinamismo

econômico dos países metropolitanos, onde até certo ponto servia para compensar sua inferioridade econômica e política em relação a seus rivais — e, no caso da França, sua inferioridade demográfica e militar. Em segundo lugar, em todos os casos houve forte pressão de grupos econômicos específicos — notadamente os associados ao comércio ultramarino e às indústrias que usavam matéria-prima ultramarina — em favor da expansão colonial, que eles naturalmente justificavam com as perspectivas de vantagens nacionais. Em terceiro lugar, enquanto alguns desses grupos se saíam bastante bem dessa expansão — a *Compagnie Française de l'Afrique Occidentale* pagou dividendos de 26 por cento em 1913 —, a maioria das novas colônias efetivas atraiu pouco capital, e seus resultados econômicos foram decepcionantes[i]. Em suma, o novo colonialismo foi um subproduto de uma era de rivalidade econômico-política entre economias nacionais concorrentes, intensificada pelo protecionismo. Entretanto, na medida em que o comércio metropolitano com as colônias quase invariavelmente aumentou em termos de porcentagem de seu comércio total, aquele protecionismo teve algum êxito.

Contudo, a Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também cultural: a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações transformadas de sua minoria "desenvolvida", tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social. Nos países dependentes isto dificilmente afetou alguém fora das elites locais, embora, é claro, se deva lembrar que em algumas regiões, como a África subsaariana, foi o próprio imperialismo, ou o fenômeno associado das missões cristãs, que criou a possibilidade da existência de uma nova elite social baseada na educação de estilo ocidental. A divisão entre Estados africanos "francófonos" e "anglófonos" de hoje espelha exatamente a distribuição dos impérios coloniais francês e britânico[j]. Salvo na África e na Oceania, onde as missões cristãs às vezes obtinham conversões em massa à religião ocidental, a grande massa das populações coloniais, se tivesse escolha, dificilmente mudaria seus estilos de vida. E, para constrangimento dos missionários mais rígidos, o que os povos indígenas adotaram não foi tanto a fé

importada do Ocidente, mas aqueles dentre seus elementos que faziam sentido para eles em termos de seu próprio sistema de crenças e suas instituições, ou necessidades. Exatamente como os esportes levados aos ilhéus do Pacífico por administradores coloniais britânicos entusiastas (tantas vezes escolhidos entre os produtos mais robustos da classe média), a religião colonial com muita freqüência parecia tão inesperada ao observador ocidental como o cricket de Samoa. Era o caso mesmo dos fiéis que nominalmente seguiam as ortodoxias de sua denominação. Mas eles também foram capazes de desenvolver suas próprias versões da fé, notadamente na África do Sul — a única região da África onde houve conversões realmente maciças —, onde um "movimento etíope" abandonou as missões já em 1892, para estabelecer uma forma de cristandade menos identificada aos brancos.

O que o imperialismo trouxe às elites efetivas ou potenciais do mundo dependente foi, portanto, essencialmente a "ocidentalização". Esse processo já estava, sem dúvida, em curso há muito tempo. Por várias décadas fora claro, para todos os governos e elites confrontados à dependência ou à conquista, que eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam (ver *A Era do Capital*, caps. 7, 8:2). E, de fato, as ideologias que inspiraram essas elites na era do imperialismo datavam dos anos entre a Revolução Francesa e meados do século XIX, como quando revestiram a forma do positivismo de Auguste Comte (1798-1857), doutrina modernizadora que inspirou os governos do Brasil, do México e do início da Revolução Turca. A resistência da elite ao Ocidente era ocidentalizante, mesmo quando se opunha à ocidentalização indiscriminada no terreno da religião, da moral, da ideologia ou do pragmatismo político. A figura com a aura de santidade do Mahatma Gandhi, vestindo tanga e usando uma roca (para desencorajar a industrialização), não apenas era apoiada e financiada pelos proprietários de cotonifícios mecanizados em Ahmedabad[k], como ele mesmo era um advogado formado no Ocidente e visivelmente influenciado pelas ideologias dele derivadas. É totalmente impossível compreendê-lo vendo nele apenas um hindu tradicionalista.

Na verdade, Gandhi ilustra bastante bem o impacto específico da era do imperialismo. Nascido numa casta relativamente modesta de comerciantes e prestamistas, anteriormente não muito associada à elite ocidentalizada que administrava a Índia sob a direção de superiores britânicos, ele adquiriu, contudo, uma educação profissional e política na Inglaterra. Por volta do final dos anos 1880, esta era uma opção tão aceita para jovens ambiciosos de seu país, que o próprio Gandhi começou a redigir um guia da vida inglesa para futuros estudantes de posses modestas como ele. Escrito em excelente inglês, aconselhava-os sobre todos os pontos, da viagem para Londres no vapor da companhia P&O e como encontrar moradia, a maneira de satisfazer às exigências da dieta dos piedosos hindus e como se acostumar com o surpreendente hábito ocidental de se barbear, em vez de recorrer a um barbeiro. Gandhi claramente não se via nem como um assimilador nem como um opositor incondicional das coisas britânicas. Como muitos pioneiros da libertação colonial fizeram desde então, durante sua estadia temporária na metrópole ele escolheu freqüentar círculos ocidentais ideologicamente compatíveis — neste caso, os de vegetarianos britânicos, que certamente podiam ser considerados favoráveis também a outras causas "progressistas".

Gandhi aprendeu sua técnica característica de mobilizar massas tradicionais para fins não-tradicionais por meio da resistência passiva num ambiente criado pelo "novo imperialismo". Era, como se podia esperar, uma fusão de elementos ocidentais e orientais, pois ele não fez segredo de sua dívida intelectual para com John Ruskin e Tolstoi. (Antes dos anos 1880, a fertilização de flores políticas indianas com pólen levado da Rússia teria sido inconcebível, mas por volta da primeira década do novo século isto já era comum entre os indianos, como seria entre radicais chineses e japoneses.) A África do Sul, país do *boom* dos diamantes e do ouro, atraiu uma vasta comunidade de imigrantes modestos da Índia, e a discriminação racial neste novo cenário criou uma das poucas situações em que os indianos não pertencentes à elite se dispuseram à mobilização política moderna. Gandhi adquiriu experiência política e granjeou sua fama como defensor dos direitos indianos na África do Sul. Por ora

ele dificilmente poderia ter feito o mesmo na própria Índia, para onde finalmente retornou — mas apenas após a deflagração da guerra de 14 — para se tornar a figura chave do movimento nacional indiano.

Em suma, a Era dos Impérios criou tanto as condições que formaram líderes antiimperialistas como as condições que, como veremos (cap. 12), começaram a propiciar ressonância a suas vozes. Mas, é claro, é um anacronismo e um equívoco apresentar a história dos povos e regiões submetidas à dominação e à influência das metrópoles ocidentais basicamente em termos de resistência ao Ocidente. É um anacronismo porque, com exceções que serão apontadas abaixo, o início mais precoce da era dos movimentos antiimperiais significativos se dá, para a maioria das regiões, com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa; um equívoco por ler o texto do nacionalismo moderno — independência, autodeterminação dos povos, formação de Estados territoriais, etc. (ver cap. 6) — num registro histórico que ainda não o continha nem podia contê-lo. Na verdade, foram as elites ocidentalizadas as primeiras a entrar em contato com essas idéias, através de suas visitas ao Ocidente e às suas instituições educacionais, pois esta era sua origem. Jovens estudantes indianos de volta da Grã-Bretanha podiam levar consigo as palavras de ordem de Mazzini e Garibaldi; mas, à época, poucos habitantes do Punjab, sem falar de regiões como o Sudão, teriam a mínima idéia do que poderiam significar.

Assim sendo, o mais poderoso legado cultural do imperialismo foi uma educação em moldes ocidentais para minorias de vários tipos: para os pouco favorecidos que se alfabetizaram, descobrindo portanto, com ou sem a ajuda da conversão cristã, o caminho mais direto para a ambição, que usava o colarinho branco dos clérigos, professores, burocratas ou funcionários de escritório. Em algumas regiões também se incluíam aqueles que haviam adquirido novos costumes, como soldados e policiais dos novos governantes, envergando suas roupas, adotando suas idéias peculiares de tempo, de lugar e de organização doméstica. Estes constituíam, é claro, as minorias de instigadores e agitadores potenciais, motivo pelo qual a era do colonialismo, breve mesmo quando medida por uma única vida humana, surtiu efeitos tão duradouros. Pois é surpreendente

que na maior parte da África a totalidade da experiência do colonialismo, da ocupação inicial à formação de Estados independentes, caiba no lapso de uma única vida — digamos, na de *Sir* Winston Churchill (1874-1965).

E quanto ao efeito oposto do mundo dependente sobre o dominante? O exotismo fora um subproduto da expansão européia desde o século XVI, embora observadores filosóficos da era do Iluminismo tenham, na maioria das vezes, tratado os países estranhos distantes da Europa e do povoamento europeu como uma espécie de barômetro moral da civilização européia. Onde eram nitidamente civilizados, podiam ilustrar as deficiências institucionais do Ocidente, como nas *Cartas Persas*, de Montesquieu; caso contrário, a tendência era tratá-los como os nobres selvagens, cujo comportamento natural e admirável ilustrava a depravação da sociedade civilizada. A novidade no século XIX era que os não-europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos de conversão aos valores da única *verdadeira* civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente. E, em um certo sentido, os valores das sociedades tradicionais não-ocidentais tornaram-se cada vez mais irrelevantes para sua sobrevivência, numa era em que apenas contavam a força e a tecnologia militar. A sofisticação da Pequim imperial por acaso evitou que os bárbaros ocidentais queimassem e saqueassem o Palácio de Verão mais de uma vez? A elegância da cultura de elite em Mughal, a capital em declínio, retratada com tanta beleza por Satyajit Ray em *Os Enxadristas*, impediu o avanço dos britânicos? Para o europeu médio, essas pessoas se tornaram objeto de desprezo. Os únicos não-europeus que mereciam sua estima eram os guerreiros, de preferência os que podiam ser recrutados para seus próprios exércitos coloniais (sikhs, gurkas, montanheses bérberes, afegãos, beduínos). O Império Otomano conquistou o respeito, concedido a contragosto, porque mesmo em seu declínio tinha uma infantaria capaz de resistir aos exércitos europeus. O

Japão começou a ser tratado como um igual quando começou a ganhar guerras.

Contudo, a densidade mesma da rede global de comunicações, a própria facilidade do acesso a países estrangeiros intensificaram, direta ou indiretamente, o confronto e a entremescla dos mundos ocidental e exótico. Eram poucos os que conheciam e refletiam sobre ambos, embora esse número tenha sido aumentado no período imperialista por escritores que escolheram ser os intermediários entre eles: escritores ou intelectuais por vocação e por profissão marinheiros (como Pierre Loti e, o maior deles, Joseph Conrad), soldados e administradores (como o orientalista Louis Massignon) ou jornalistas coloniais (como Rudyard Kipling). Mas o exótico se tornou crescentemente parte da educação cotidiana, como na literatura juvenil de enorme sucesso de Karl May (1842-1912), cujo herói alemão imaginário percorreu o faroeste e o Oriente islâmico, com incursões à África negra e à América Latina; nos romances de aventuras, cujos vilões agora incluíam orientais inescrustáveis e todo-poderosos como o Dr. Fu Manchu de Sax Rohmer; em revistas escolares baratas para garotos britânicos, que agora incluíam um hindu rico falando um barroco inglês-babu, estereótipo previsível. O exótico podia até tornar-se uma parte ocasional porém previsível da experiência cotidiana, como no *show* do Oeste Bravio de Buffalo Bill, com seus igualmente exóticos *cowboys* e índios, que conquistaram a Europa a partir de 1887, ou nos "povoados coloniais" cada vez mais elaborados ou mostras das grandes exposições internacionais. Qualquer que fosse sua intenção, esses lampejos de mundos estranhos não tinham caráter documentário. Eles eram ideológicos, em geral reforçando o sentimento de superioridade do "civilizado" em relação ao "primitivo". Eram imperialistas apenas porque, como mostram os romances de Joseph Conrad, a vinculação central entre os mundos do exótico e do cotidiano era a penetração, formal ou informal, do Ocidente no Terceiro Mundo. Quando a linguagem coloquial absorveu palavras oriundas da experiência colonial efetiva — sobretudo sob a forma de vários tipos de gíria, notadamente a dos exércitos coloniais — elas refletiam muitas vezes uma visão negativa dos súditos. Os operários italianos chamavam os fura-greves de

crumiri (nome de uma tribo do Norte da África) e os políticos italianos chamavam as legiões de dóceis eleitores sulistas, levados às urnas pelos chefes locais, de *ascari* (tropas coloniais nativas). *Caciques*, os chefes índios do império espanhol da América, tornara-se sinônimo de qualquer chefe político; *caids* (chefe indígena da África do Norte) foi o termo aplicado a líderes de gangues criminosas na França.

Houve, contudo, um lado mais positivo nesse exotismo. Os administradores e soldados com abertura intelectual — os homens de negócios se interessavam menos pôr tais assuntos refletiram profundamente sobre as diferenças entre suas próprias sociedades e aquelas que governavam. Produziram obras de impressionante erudição sobre elas, especialmente no império indiano, bem como reflexões teóricas que transformaram as ciências sociais ocidentais. Boa parte desse trabalho foi o subproduto da dominação colonial ou visava a ajudá-la, e a maioria repousava, inquestionavelmente, no sentimento firme e confiante da superioridade do conhecimento ocidental sobre qualquer outro, exceto talvez no terreno da religião, onde, por exemplo, a superioridade do metodismo em relação ao budismo não era óbvia aos olhos de observadores imparciais. O imperialismo ocasionou um aumento notável no interesse ocidental em formas de espiritualidade derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. Contudo, apesar da crítica pós-colonial, esse conjunto de obras de erudição ocidental não pode ser simplesmente descartado como uma desqualificação arrogante de culturas não-européias. No mínimo as melhores dentre elas as encararam com seriedade, como algo a ser respeitado, com quem era preciso aprender. No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas não-ocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como "primitivas", notadamente as da África e da Oceania. Seu "primitivismo" era, sem dúvida, sua principal atração, mas é inegável que as gerações de vanguarda do início do século

XX ensinaram os europeus a ver essas obras como arte — muitas vezes grande arte — em sua verdadeira grandeza, independentemente de sua origem.

Um aspecto final do imperialismo deve ser brevemente mencionado: seu impacto nas classes dirigente e média dos próprios países metropolitanos. Num certo sentido, o imperialismo destacou o triunfo dessas classes e das sociedades criadas à sua imagem como nada mais poderia ter feito. Um pequeno número de países, sobretudo do noroeste da Europa, dominou o planeta. Alguns imperialistas, para indignação dos latinos, sem falar dos eslavos, gostavam até de ressaltar os méritos específicos como conquistadores dos europeus de origem teutônica e especialmente anglo-saxônica, a quem, independente de suas rivalidades, era atribuída uma afinidade mútua, que ainda ecoa no respeito ressentido de Hitler em relação à Grã-Bretanha. Um pequeno número de homens das classes alta e média desses países — altos funcionários, administradores, homens de negócio, engenheiros — exerciam efetivamente aquela dominação. Por volta de 1890, pouco mais de seis mil funcionários britânicos governavam quase 300 milhões de indianos, com a ajuda de pouco mais de 70 mil efetivos europeus, cujos soldados rasos eram, como as muito mais numerosas tropas indígenas, mercenários que recebiam ordens e que eram provenientes, em número desproporcional, daquela antiga reserva de guerreiros coloniais nativos: os irlandeses. Este é um caso extremo, mas que nem por isto deixa de ser típico. Poderia haver prova mais extraordinária de superioridade absoluta?

Assim, o número de pessoas diretamente envolvidas com o império era relativamente pequeno — mas seu significado simbólico era enorme. Quando se pensou que o escritor Rudyard Kipling, o bardo do império indiano, estava morrendo de pneumonia em 1899, não apenas os britânicos e os americanos ficaram pesarosos — Kipling acabara de dedicar um poema sobre "O fardo do homem branco" aos EUA, sobre sua responsabilidade nas Filipinas — mas o imperador da Alemanha enviou um telegrama.

Contudo, o triunfo imperial gerou também a um tempo problemas e incertezas. Colocou problemas na medida em que a

contradição entre o governo das classes dirigentes metropolitanas em seus impérios e seus próprios povos foi se tornando insolúvel. Nas metrópoles, como veremos, a política democrática eleitoral prevalecia ou, como parecia inevitável, estava destinada a prevalecer crescentemente. Nos impérios coloniais, governava a autocracia, baseada na combinação da coerção física à submissão passiva a uma superioridade grande a ponto de parecer incontestável e portanto legítima. Os militares e os "pró-cônsules" autodisciplinados, homens isolados com poderes absolutos sobre territórios do tamanho de reinos, governavam continentes, ao passo que na metrópole as massas ignorantes e inferiores estavam revoltadas. Não havia aqui uma lição — uma lição no sentido da *Vontade de Poder*, de Nietzsche — a ser aprendida?

O imperialismo também gerou incertezas. Em primeiro lugar, confrontou uma pequena minoria de brancos — pois mesmo a maioria desta raça pertencia à categoria dos destinados à inferioridade, como a nova disciplina da eugenia alertava incessantemente (ver cap. 10) — às massas de negros, pardos, talvez sobretudo amarelos, aquele "perigo amarelo" contra o qual o imperador Guilherme II conclamou à união e à defesa do Ocidente. Será que impérios mundiais tão facilmente conquistados, com uma base tão estreita, governados com uma facilidade tão absurda graças à devoção de uns poucos e a passividade de muitos, será que eles podiam durar? Kipling, o maior — talvez o único — poeta do imperialismo, saudou o grande momento de orgulho imperial demagógico, o Jubileu de Diamante da Rainha Vitória, em 1897, com um lembrete profético da impermanência dos impérios:

> *Far-called, our navies melt away;*
> *On dune and headland sinks the fire:*
> *Lo, all our pomp of yesterday*
> *Is one with Nineveh and Tyre!*
> *Judge of the Nations, spare us yet,*
> *Lest we forget, lest we forget.*[I]

A pompa planejou a construção de uma nova capital imperial enorme para a Índia em Nova Delhi. Clemenceau teria sido o único observador cético a prever que esta seria a mais recente de uma longa série de ruínas de capitais imperiais? E será que a vulnerabilidade da dominação global era muito maior que a vulnerabilidade da dominação interna em relação às massas brancas?

A incerteza era uma faca de dois gumes. Pois se o império (e o governo das classes dirigentes) era vulnerável a seus governados, embora talvez não ainda, não de modo imediato, não seria mais imediatamente vulnerável à erosão interna da vontade de governar, da disposição de travar a luta darwiniana pela sobrevivência do mais apto? Será que a própria riqueza e o próprio luxo que o poder e o espírito empreendedor haviam gerado não tinham enfraquecido as fibras daqueles músculos cujos esforços constantes eram necessários para mantê-los? Será que o império não leva ao parasitismo no centro e ao triunfo final dos bárbaros?

Em nenhum lugar o destino parecia estar mais presente nessas perguntas que no maior e mais vulnerável de todos os impérios, naquele que ultrapassava em tamanho e glória todos os impérios do passado e que, contudo, sob outros aspectos estava à beira do declínio. Mas mesmo os alemães, trabalhadores e vigorosos, percebiam que o imperialismo ia de par com aquele "estado que vive de rendas", que não podia senão levar ao declínio. Deixemos J. A. Hobson dar a voz a esses temores: se a China fosse repartida,

> "a maior parte da Europa ocidental poderia então adquirir a aparência e o caráter já exibidos por parcelas de território do sul da Inglaterra, na Riviera e nas localidades residenciais ou infestadas de turistas da Itália e da Suíça: pequenos grupos de aristocratas ricos extraindo dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo algo maior de servidores profissionais de alto gabarito e comerciantes de luxo, e um conjunto grande de criados pessoais e trabalhadores do setor de transporte e dos estágios finais da produção dos bens mais perecíveis; todas as principais atividades importantes teriam desaparecido, pois os

> alimentos e produtos manufaturados básicos afluiriam como um tributo da África e da Ásia".

A *belle époque* da burguesia iria portanto desarmá-la. Os encantadores e inofensivos Elóis, do romance de H. G. Wells, que passavam a vida se divertindo ao sol, ficariam à mercê dos escuros Morlocks de quem dependiam e contra os quais estavam desamparados. "A Europa", escreveu o economista alemão Schulze-Gaevernitz, "transferirá o ônus da labuta física — primeiro o da agricultura e da mineração, depois as fainas mais árduas da indústria — às raças de cor, contentando-se em viver de rendimentos, e talvez, neste sentido, preparará o terreno para a emancipação econômica, e mais tarde política, das raças de cor."

Esses eram os maus sonhos que tiravam o sono da *belle époque*. Neles, os pesadelos dos impérios se uniam ao medo da democracia.

---

[a] O sultão do Marrocos prefere o título de "rei". Nenhum dos outros minissultões sobreviventes do mundo islâmico era ou podia ser encarado como "rei dos reis".

[b] Esta doutrina, expressa pela primeira vez em 1823 e subseqüentemente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências européias no hemisfério ocidental. Mais tarde, isto passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério. À medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada com mais seriedade pelos Estados europeus.

[c] Malaia: nome da Malaísia antes de sua independência. (N. da T.)

[d] Na verdade, a democracia branca os excluía dos benefícios conquistados para os de pele branca, e inclusive se recusava a considerá-los como plenamente humanos.

[e] Em casos isolados o império pode ser útil. Os mineiros da Cornualha trocaram em massa as minas de estanho decadentes de sua península pelos campos auríferos da África do Sul, onde ganhavam muito dinheiro e morriam ainda mais cedo que de costume de enfermidades pulmonares. Os proprietários de minas de Cornualha, com menos risco para suas vidas, compraram novas minas de estanho na Malaia.

[f] Oficial da alfândega francesa. (N. da T.)

[g] Entre 1876 e 1902 houve 119 traduções da Bíblia, contra 74 nos trinta anos precedentes e 40 no período 1816-1845. O número de missões protestantes novas na África entre 1886 e 1895 foi de 23, cerca de três vezes a cifra de qualquer década anterior.

[h] Houve um pequeno número de casos de "economia de canhoneira" como na Venezuela, Guatemala, Haiti, Honduras e México — mas não modificaram seriamente esse quadro. É claro, os governos e capitalistas britânicos, confrontados com a escolha entre partidos ou Estados locais que favorecessem os interesses econômicos britânicos ou os hostilizassem, não deixariam de apoiar o lado-mais proveitoso para os lucros britânicos: o Chile contra o Peru na "Guerra do Pacífico" (1879-1882), os inimigos do presidente Balmaceda no Chile em 1891. Em questão, os nitratos.

[i] A França nem conseguiu integrar totalmente suas novas colônias a um sistema protecionista embora 55% do comércio do império francês em 1913 tenham sido realizados com a metrópole. Incapaz de romper os vínculos econômicos já estabelecidos dessas áreas com outras regiões e metrópoles, a França tinha que comprar grande parte dos produtos coloniais de que necessitava — borracha, peles e couro, madeira tropical — via Hamburgo, Antuérpia e Liverpool.

[j] Que, após 1918, dividiram entre si as antigas colônias alemãs.

[k] "Ah", teria exclamado um desses patrocinadores, "se Bapuji soubesse o quanto custa mantê-lo pobre!".

[l] "Atraídas para longe, nossas marinhas desaparecem; / Entre dunas e promontórios naufraga o ardor; / Vejam, toda nossa pompa de ontem / Une-se a Nínive e Tiro! / Juiz das Nações, poupai-nos contudo, / Para que não esqueçamos, para que não esqueçamos." (N. da T.)

CAPÍTULO 4

A POLÍTICA DA DEMOCRACIA

Todos os que, pela fortuna, pela educação, pela inteligência ou pela astúcia, são aptos para liderar uma comunidade humana e têm a oportunidade de o fazer — em outras palavras, todas as facções das classes dominantes — devem curvar-se perante o sufrágio universal, desde que instituído, e igualmente, se a ocasião o exigir, lisonjeá-lo e ludibriá-lo.

Gaetano Mosca, 1895

A democracia ainda está em experiência, mas até o momento não se desacreditou; verdade é que sua força plena não entrou ainda em operação, e isto por duas causas, uma mais ou menos permanente, com respeito a seus efeitos, e outra de natureza transitória. Em primeiro lugar, seja qual for a representação numérica da riqueza, seu poder será sempre desproporcionado; em segundo lugar, a organização deficiente das classes que acabaram de receber o direito ao voto impediu qualquer alteração de vulto no preexistente equilíbrio do poder.

John Maynard Keynes, 1904

É significativo que nenhum dos modernos Estados seculares tenha deixado de oferecer feriados nacionais dando ocasião a assembléias.

American Journal of Sociology, 1896

1

O período histórico de que trata este volume inicia-se com o surto internacional de histeria entre os governantes europeus e suas aterrorizadas classes médias, provocado em 1871 pela breve

existência da Comuna de Paris, a cuja supressão seguiu-se um massacre de parisienses em escala normalmente inconcebível nos Estados civilizados do século XIX. Mesmo pelos nossos mais bárbaros padrões, a escala é ainda impressionante (cf. *A Era do Capital*, cap. 9). Este breve e brutal desencadeamento de terror cego por uma sociedade respeitável — pouco característico para o tempo — refletia um problema político fundamental da sociedade burguesa: sua democratização.

A democracia, conforme observou o sagaz Aristóteles, é o governo das massas populares, que em geral são pobres. Evidentemente, os interesses dos pobres e os dos ricos, dos privilegiados e dos desprivilegiados não são os mesmos; mesmo se presumíssemos que são ou podem ser, é improvável que as massas considerem os negócios públicos sob a mesma luz ou nos mesmos termos que aqueles que os escritores vitorianos ingleses chamavam "as classes", satisfeitos de ainda identificar ação política de classe apenas com a aristocracia e a burguesia. Era este o dilema básico do liberalismo do século XIX (cf. *A Era do Capital*, cap. 6:1), tão dedicado às constituições e assembléias eleitas e soberanas das quais esforçava-se por se desviar, sendo antidemocrático; ou, mais exatamente, excluindo a maioria dos cidadãos do sexo masculino dos Estados, para não mencionar a totalidade das mulheres que neles habitavam, excluídas do direito ao voto e de serem eleitas. Até época de que trata este volume, seu inabalável fundamento era a distinção entre aquilo que os lógicos franceses da era de Luís Filipe chamavam de "o país legal" e "o país real" (*le pays légal, le pays réel*). A ordem social entrou em perigo, desde o momento em que o "país real" iniciou sua penetração no fechado recinto do "país legal" ou "político", o qual era defendido pelas fortificações da propriedade, pelas qualificações educacionais para o voto e, na maioria dos países, pelos privilégios aristocráticos institucionalizados, tais como as câmaras de pares hereditários.

De fato, o que aconteceria na política quando as massas populares, ignorantes e brutalizadas, incapazes de entender a elegante e salutar lógica do mercado livre de Adam Smith, controlassem o destino político dos Estados? O mais provável é que

seguissem o caminho que conduziria àquela revolução social cujo breve ressurgimento, em 1871, tanto apavorara a gente respeitável. A revolução, em sua antiga forma insurrecional, talvez não parecesse mais iminente; mas não se ocultaria ela atrás de alguma concessão mais ampla do sufrágio, que se estendesse para além dos estratos dos proprietários e das pessoas instruídas? Não levaria isso, inevitavelmente, ao comunismo, conforme temia o futuro *Lord* Salisbury, em 1866?

Após 1870, contudo, tornou-se cada vez mais claro que a democratização da política dos Estados era inteiramente inevitável. As massas marchariam para o palco da política, quer isto agradasse ou não aos governantes. Foi o que realmente aconteceu. Sistemas eleitorais baseados em amplo direito ao voto e às vezes, teoricamente, até no sufrágio universal masculino, existiam já na França e na Alemanha, em 1870 (pelo menos para o parlamento nacional alemão), bem como na Suíça e na Dinamarca. Na Inglaterra, as leis da Reforma de 1867 e 1883 quase quadruplicaram o eleitorado, que se elevou de 8 a 29% para os homens de mais de vinte anos. A Bélgica democratizou estes direitos em 1894, após uma greve geral realizada por essa reforma (o aumento foi de 3,9 para 37,3%, para a população adulta); a Noruega dobrou essas cifras em 1898 (de 16,6 para 34,8%). Na Finlândia, uma democracia extensiva única (76% de adultos) surgiu com a revolução de 1905. Na Suécia, o eleitorado dobrou em 1908, alcançando o nível do da Noruega. A metade austríaca do império dos Habsburgo recebeu o sufrágio universal em 1907, e a Itália em 1913. Fora da Europa, os EUA, a Austrália e a Nova Zelândia já eram, é claro, democráticos, e a Argentina seguiu-lhes o exemplo em 1912. Segundo padrões mais recentes, essa democratização ainda era incompleta — o eleitorado comum, sob sufrágio universal, era de 30 a 40% da população adulta — mas deve-se notar que até o voto feminino já era mais que um utópico *slogan*. Havia sido introduzido nas margens dos territórios dos colonizadores brancos, na década de 1880 — no Wyoming (EUA), na Nova Zelândia e na Austrália do Sul — e nas democráticas Finlândia e Noruega, entre 1905 e 1915.

Esses acontecimentos eram vistos sem entusiasmo pelos governos que os introduziram, mesmo quando comprometidos, por convicção ideológica, com a representação popular. Os leitores já devem ter observado de passagem que, mesmo países hoje considerados profunda e historicamente democráticos, como os escandinavos, apenas tardiamente decidiram ampliar o direito ao voto; para não mencionar os Países Baixos, que, ao contrário da Bélgica, resistiram sistematicamente à democratização antes de 1918 (embora seu eleitorado, na realidade, houvesse crescido em ritmo comparável). Os políticos talvez se resignassem a profilaticamente estender o direito ao voto, enquanto ainda eram capazes de controlá-lo, e não alguma extrema esquerda. Provavelmente foi isso que sucedeu na França e na Inglaterra. Entre os conservadores, havia cínicos, como Bismarck, que depositava sua fé na lealdade tradicional — ou, conforme poderiam argüir os liberais, na ignorância e na estupidez — de um eleitorado de massas, calculando que o sufrágio universal fortaleceria a direita e não a esquerda. Mesmo Bismarck, porém, preferia não correr riscos na Prússia (que dominava o império Alemão), onde mantinha o votei de três classes acentuadamente inclinado a favor da direita. Essa precaução demonstrou ser sábia, visto o eleitorado de massas se haver revelado incontrolável a partir do alto. Em outras partes, os políticos cediam às agitações e à pressão popular ou aos cálculos baseados nos conflitos políticos domésticos. Em ambos os casos, temiam as conseqüências daquilo que Disraeli chamara "salto no escuro", e que poderiam ser imprevisíveis. Com certeza, as agitações socialistas da década de 1890 e as repercussões diretas ou indiretas da primeira Revolução Russa aceleraram a democratização. Contudo, qualquer que fosse o modo pelo qual esta avançava, entre 1880 e 1914 a maioria dos Estados ocidentais havia se resignado ao inevitável: a política democrática não podia mais ser protelada. Daí em diante, o problema foi manipulá-la.

Essa manipulação, em seu sentido mais grosseiro, ainda era fácil. Era possível, por exemplo, limitar estritamente o papel político das assembléias eleitas por sufrágio universal. Era esse o modelo de Bismarck, no qual os direitos constitucionais do parlamento alemão

(*Reichstag*) eram reduzidos a um mínimo. Em outros países, câmaras secundárias, às vezes compostas de membros hereditários, como na Inglaterra, votavam (e influenciavam) por meio de colégios eleitorais especiais e por outras instituições análogas, pondo freios às assembléias representativas democratizadas. Os elementos do sufrágio universal baseado na propriedade foram retidos e reforçados pelas qualificações educacionais (por exemplo, votos adicionais para cidadãos com educação superior, na Bélgica, na Itália e nos Países Baixos e cadeiras parlamentares para as universidades, na Inglaterra). O Japão introduziu o parlamentarismo com essas mesmas limitações, em 1890. Esses sufrágios imaginários (*fancy franchises*) como os chamavam os ingleses, eram reforçados pelo útil expediente daquilo que os austríacos chamavam de "geometria eleitoral", ou manipulação dos distritos eleitorais, com o objetivo de minimizar ou maximizar o apoio a certos partidos. Os eleitores tímidos ou simplesmente cautelosos podiam ser submetidos a pressões mediante o voto nominal, especialmente quando inspecionado por senhores poderosos e outros patrões: a Dinamarca manteve o voto nominal até 1918, a Hungria até a década de 1930. O clientelismo, como bem o sabiam os chefões das cidades americanas, conseguia gerar eleitores em blocos: na Europa, o liberal italiano Giovanni Giolitti revelou-se mestre na política clientelista. A idade mínima do eleitor era elástica: ia dos vinte anos, na democrática Suíça, aos trinta, na Dinamarca, e era muitas vezes aumentada quando o direito ao voto era ampliado. E havia ainda a possibilidade da simples sabotagem, pela criação de complicações relativas à inscrição nos registros eleitorais. Assim, na Inglaterra, calcula-se que em 1914 cerca de metade da classe operária foi *de facto* impedida de votar graças a tais estratagemas.

Esses estratagemas, no entanto, se realmente freavam e limitavam os movimentos do veículo político rumo à democracia, não conseguiam deter seu avanço. O mundo ocidental, inclusive a Rússia czarista após 1905, marchava obviamente para um sistema político baseado num eleitorado sempre mais amplo, dominado pelo povo comum.

A conseqüência lógica de tais sistemas era a mobilização política das massas para as eleições e através destas, ou seja, no sentido de pressionar os governos nacionais. Isso envolvia a organização de movimentos e partidos de massas, a política de propaganda de massas e o desenvolvimento da mídia de massas — nesta fase, principalmente a recém-desenvolvida imprensa popular ou "imprensa marrom" — e ainda outros acontecimentos que suscitavam novos e importantes problemas para o governo e para as classes dominantes. Infelizmente para o historiador, esses problemas desapareceram da cena européia nas discussões políticas abertas, na medida em que a crescente democratização tornou impossível debatê-los publicamente com algum grau de franqueza. Que candidato desejaria dizer aos seus eleitores que os considerava demasiado estúpidos e ignorantes para saberem o que era melhor em política, e que suas exigências eram tão absurdas quanto perigosas para o futuro do país? Que estadista, rodeado de repórteres que transmitiriam suas palavras para as mais remotas tavernas de esquina, diria exatamente o que pensava? Os políticos eram obrigados, cada vez mais, a apelar para um eleitorado de massas; e mesmo ao falar diretamente às massas, ou indiretamente, pelo megafone da imprensa popular (inclusive pelos jornais dos adversários), Bismarck, por exemplo, provavelmente jamais se dirigiu senão a uma audiência de elite. Foi Gladstone quem introduziu a campanha eleitoral de massas na Inglaterra (e talvez na Europa), durante a campanha de 1879. Não seriam mais discutidas — com a franqueza e o realismo que caracterizam os debates referentes à Lei da Reforma Britânica, de 1867 — as implicações e expectativas da democracia, a não ser por leigos em política. Mas enquanto os governantes envolviam-se em retórica, as discussões políticas sérias retiravam-se para o mundo dos intelectuais e para o minoritário público culto que os liam. A era da democratização foi igualmente a era dourada de uma nova sociologia política: Durkheim e Sorel, Ostrogorski e os Webbs, Mosca, Pareto, Robert Michels e Max Weber.

Os governantes, quando realmente queriam dizer o que pensavam, deviam fazê-lo na obscuridade dos corredores do poder,

nos clubes, nas reuniões sociais particulares, durante as caçadas e fins de semana no campo, em ocasiões em que membros da elite se encontravam numa atmosfera bem diversa daquela das gladiatórias comédias dos debates parlamentares ou dos comícios. A era da democratização, portanto, veio a ser a era da hipocrisia pública, ou antes, da duplicidade e, conseqüentemente, da sátira política: foi a era de Mr. Dooley, das cômicas, amargas e imensamente talentosas revistas de charges políticas como a alemã *Simplicissimus*, a francesa *Assiette au Beurre*, ou a *Fackel*, de Karl Kraus, em Viena. Que observador inteligente não perceberia o abismo escancarado entre o discurso público e a realidade política, revelado no epigrama de Hilaire Belloc, sobre o grande triunfo eleitoral dos liberais, em 1906:

> *The accursed power that rests on privilege*
> *And goes with women, and champagne, and bridge,*
> *Broke: and Democracy resumed her reign*
> *That goes with bridge, and women, and champagne.*[a]

Mas quem eram as massas que agora se mobilizavam para a ação política? Em primeiro lugar, havia classes de estratos sociais até então abaixo e fora do sistema político, várias das quais podiam formar alianças ainda mais heterogêneas, coalizões e "frentes populares". Destas a mais formidável era a classe operária, agora mobilizada em partidos e movimentos de explícita base de classe. Serão examinadas no próximo capítulo.

Havia igualmente uma ampla e mal definida coalizão de estratos intermediários descontentes e incertos quanto ao que mais temiam, se os ricos ou o proletariado. Era a antiga pequena burguesia de mestres artesãos e pequenos lojistas, minada em suas bases pelo progresso da economia capitalista, pelo rápido crescimento de uma nova classe média baixa composta de trabalhadores não-manuais e de colarinho branco: estes constituíam a *Handwerkerfrage* e a *Mittelstandsfrage* da política alemã, durante e após a Grande Depressão. Seu mundo era definido pelo tamanho, o mundo da "gente pequena" contra o dos "grandes interesses", no qual a própria

palavra "pequeno", tal como em "homem pequeno", "*le petit commerçant*", "*der kleine Mann*", tornou-se, além de um *slogan*, um toque de reunir. Quantos jornais radical-socialistas da França ostentavam com orgulho o título: *Le Petit Niçois, Le Petit Provençal, La Petite Charente, Le Petit Troyen*? Pequeno, sim, mas não demasiado pequeno, uma vez que a pequena propriedade necessitava tanto de defesa contra o coletivismo quanto a grande propriedade; e era preciso defender a superioridade do empregado de escritório contra qualquer confusão com o operário manual qualificado, que poderia ter renda semelhante, especialmente por estarem as classes médias estabelecidas pouco propensas a aceitar as classes médias baixas como suas iguais.

Era essa também, e por boas razões, a esfera política da retórica e da demagogia *par excellence*. Em países onde era vigorosa a tradição do jacobinismo radical e democrático, sua retórica, veemente ou floreada, mantinha a "gente pequena" à esquerda, embora na França isto incorporasse boa dose de chauvinismo nacional e um significativo potencial de xenofobia. Na Europa central, era irrestrito seu caráter nacionalista e, em especial, seu caráter anti-semita. Os judeus não eram simplesmente identificados com o capitalismo, e sobretudo com a parte deste que se chocava com os pequenos artesãos e lojistas — banqueiros, negociantes fundadores de novas redes de distribuição e lojas de departamentos —, mas também e com freqüência com socialistas ateus e, de modo mais geral, com intelectuais que solapavam antigas e ameaçadoras verdades da moralidade e da família patriarcal. A partir da década de 1880, o anti-semitismo tornou-se um dos mais importantes componentes dos movimentos políticos organizados de "homens pequenos", desde as fronteiras ocidentais da Alemanha até o Leste, atingindo o Império Habsburgo, à Rússia e à Romênia. Seu significado também não deve ser subestimado em outras partes. Quem imaginaria, ao observar as convulsões anti-semitas que abalaram a França na década de 1890 — década dos escândalos do Panamá e do caso Dreyfus[b] —, que existiam, durante esse período, nesse país de 40 milhões de habitantes, apenas 60 mil judeus?

Havia também, é claro, o campesinato, que formava ainda a maioria em muitos países e, em outros, o maior grupo econômico. Embora, desde a década de 1880 — época de depressão —, camponeses e agricultores se mobilizassem cada vez mais, como grupos de pressão econômica, aderindo até mesmo às novas organizações cooperativas de compra, de mercado, de processamento de produtos e de crédito — e isso em massas impressionantes e em países diferentes, como os EUA e a Dinamarca, a Nova Zelândia e a França, a Bélgica e a Irlanda o campesinato raramente organizava-se política ou eleitoralmente como classe, presumindo-se que um conjunto tão variado possa ser considerado classe. Naturalmente, em países agrícolas, governo nenhum poderia dar-se o luxo de desprezar os interesses econômicos de um conjunto de eleitores tão substancial quanto o dos lavradores. Todavia, na medida em que o campesinato se mobilizava eleitoralmente, fazia-o sob bandeiras não-agrícolas, mesmo onde era claro que a força de um específico partido ou movimento político, tal como a dos populistas dos EUA, na década de 1890, ou a dos social-revolucionários, na Rússia (após 1902), dependia do apoio dos fazendeiros e camponeses.

Se grupos sociais mobilizavam-se como tais, também o faziam grupos de cidadãos unidos por lealdades setoriais, como as da religião e as da nacionalidade. Setoriais porque as mobilizações políticas de massas, em base confessional, mesmo em países de uma só religião, seriam sempre blocos contrapostos a outros blocos, confessionais ou leigos. E as mobilizações nacionalistas (às vezes, como no caso dos poloneses e irlandeses, coincidindo com as religiosas), eram quase sempre movimentos autonomistas no interior de Estados multinacionais. Pouco havia neles em comum com o patriotismo inculcado pelos Estados — e que às vezes escapava ao seu controle — ou com movimentos políticos, normalmente de direita, que pretendiam representar "a nação" contra minorias subversivas (cf. cap. 6.)

Entretanto, a ascensão de movimentos de massa político-confessionais, como fenômeno geral, foi substancialmente dificultada pelo ultraconservadorismo e uma entidade que possuía, de longe, a

mais formidável capacidade de mobilizar e organizar seus fiéis, ou, mais exatamente, a Igreja Católica Romana. A política, os partidos, as eleições fazem parte daquele deplorável século XIX que Roma tentara proscrever, desde o *Syllabus*, de 1864 e o Concilio do Vaticano de 1870 (cf. *A Era do Capital*, cap. 14:3). A Igreja permaneceu absolutamente irreconciliada com o século XIX, conforme testemunha a prescrição de pensadores católicos que, nas décadas de 1890 e de 1900, cautelosamente insinuaram que se devia entrar num acordo com as idéias contemporâneas (o "modernismo" foi condenado pelo papa Pio X em 1907). Que lugar haveria para a política católica nesse mundo infernal de política leiga, salvo o da total oposição e o da defesa específica da prática religiosa, da educação católica e de outras instituições da Igreja, vulneráveis em relação ao Estado em permanente conflito com ela?

Assim, embora o potencial político dos partidos cristãos fosse enorme, como o demonstraria a história européia a partir de 1945,[c] e à medida que, evidentemente, esse potencial crescia a cada uma das extensões do voto, a Igreja resistia à formação de partidos políticos formalmente por ela apoiados, conquanto haja reconhecido, desde o início da década de 1890, que seria desejável arrebatar as classes trabalhadoras à revolução socialista e atéia e, é claro, necessário cuidar de seu maior eleitorado, os camponeses. Todavia, a despeito da bênção papal à nova preocupação católica com a política social (encíclica *Rerum Novarum*, 1891), os ancestrais e fundadores daqueles que viriam a ser os partidos democrata-cristãos da era que sucederia a Segunda Guerra Mundial eram considerados com suspeita e tratados com periódica hostilidade pela Igreja — não apenas porque também eles, como o "modernismo", pareciam se comprometer com tendências indesejáveis no mundo laico, mas igualmente porque a Igreja não se sentia à vontade junto aos quadros dos novos estratos católicos da classe média e da classe média baixa, urbana e rural, provenientes das economias em expansão, que nelas encontravam seu campo de ação. Quando o grande demagogo Karl Lueger (1844-1910) conseguiu, na década de 1890, fundar o primeiro importante partido moderno de massas social-cristão — um vigoroso movimento anti-semita de classe média

baixa que conquistou a cidade de Viena — ele o fez a despeito da resistência da hierarquia austríaca. (O partido sobrevive ainda, como Partido do Povo, havendo governado a Áustria independente durante a maior parte de sua história, desde 1918).

A Igreja, portanto, costumava apoiar partidos conservadores ou reacionários, de vários tipos, ou, em nações católicas subordinadas no interior de Estados multinacionais, mantinha-se em boas relações com movimentos nacionalistas, não contaminados pelo vírus secular. Contra o socialismo e a revolução, a Igreja apoiava qualquer coisa. Partidos e movimentos de massas genuinamente católicos encontravam-se apenas na Alemanha (onde surgiram para resistir às campanhas anticlericais de Bismarck na década de 1870), nos Países Baixos (onde a política sempre tomava a forma de agrupamentos confessionais, inclusive de protestantes e não-religiosos, organizados em blocos verticais) e na Bélgica (onde os católicos e liberais anticlericais haviam formado um sistema de dois partidos bem antes da democratização).

Mais raros ainda eram os partidos religiosos protestantes, e onde eles existiam as exigências confessionais costumavam fundir-se com outros *slogans*: nacionalismo e liberalismo (preponderantes no não-conformista País de Gales), antinacionalismo (entre os protestantes da Ulster, que optavam pela união com a Grã-Bretanha contra a autonomia política da Irlanda), e liberalismo (como no Partido Liberal inglês, onde o não-conformismo aumentava seu poder à proporção que os velhos aristocratas *whigs* e os importantes interesses dos grandes negócios passavam para os conservadores, na década de 1880)[d]. Na Europa oriental, é claro, a religião na política era impossível de se distinguir — inclusive na Rússia — do nacionalismo de Estado. O czar não era apenas o chefe da Igreja Ortodoxa, mas mobilizava a ortodoxia contra a revolução. As outras grandes religiões do mundo (o islamismo, o hinduísmo, o budismo e o confucionismo), para não mencionar cultos restritos a comunidades ou grupos específicos, ainda operavam num universo ideológico e político no qual era desconhecida e irrelevante a política ocidental democrática.

Se a religião encerrava um grande potencial político, a identificação nacional era um fator de mobilização igualmente formidável e, na prática, mais eficaz. Quando a Irlanda após a democratização do direito ao voto na Inglaterra em 1884 — votou em seus representantes, o partido nacionalista irlandês capturou todos os assentos parlamentares católicos da ilha. Oitenta e cinco parlamentares, entre 103, formaram uma disciplinada falange, em apoio ao líder (protestante) do nacionalismo irlandês, Charles Stewart Parnell (1846-1891). Onde quer que a consciência nacional optasse pela expressão política, evidenciava-se que poloneses votariam como poloneses (na Alemanha e na Áustria) e tchecos como tchecos. A política da metade austríaca do Império Habsburgo paralisara-se por essas divisões nacionais. De fato, após os tumultos e conseqüentes represálias de alemães e tchecos em meados da década de 1890, o parlamentarismo entrou em colapso completo, visto ser impossível, daí em diante, qualquer maioria parlamentar para qualquer governo. A concessão do sufrágio universal, em 1907, não foi feita apenas em resposta a pressões: foi uma desesperada tentativa no sentido de mobilizar as massas eleitorais que votariam, talvez, em partidos não-nacionais (católicos ou mesmo socialistas) contra os irreconciliáveis e rixentos blocos nacionais.

Em sua forma extrema — nos disciplinados partidos de massas combinados com movimentos — a mobilização política de massas permaneceu incomum. Mesmo entre os novos movimentos operários e socialistas, o padrão monolítico e abrangente da social-democracia alemã não era, de modo algum, universal (cf. próximo capítulo). Não obstante, os elementos constitutivos desse novo fenômeno eram agora discerníveis quase em toda parte. Eram eles, primeiro, as organizações eleitorais, que formavam a sua base. O partido-de-massas-com-movimentos, ideal-típico, consistia em um complexo de organizações locais ou seções, unido a um complexo de organizações, cada uma também ligada a seções locais destinadas a fins especiais, mas integradas a um partido com objetivos políticos mais amplos. Assim, em 1914, o movimento nacional irlandês consistia na Liga Irlandesa Unida, que formava sua base nacional eleitoralmente organizada — isto é, em cada um dos distritos

parlamentares. A Liga organizava os congressos eleitorais, dirigidos pelo seu presidente e com a presença não só de seus próprios delegados, mas igualmente dos delegados dos conselhos sindicais (consórcios das seções sindicais das cidades), dos próprios sindicatos, da Associação Terra e Trabalho, que representava os interesses dos lavradores, pelos delegados da Associação Atlética Gaélica, pelas associações de auxílio mútuo, tais como a Antiga Ordem dos Hibérnicos — que, aliás, ligava a ilha à emigração americana — além de outras entidades. Eis os quadros mobilizados que formavam o elo essencial entre a liderança nacionalista dentro e de fora do Parlamento e o eleitorado de massas, que definia os limites exteriores daqueles que apoiavam a causa da autonomia irlandesa. Os ativistas assim organizados poderiam formar, em si, uma massa realmente substancial: em 1913 a Liga contava com 130 mil membros entre uma população total de irlandeses católicos de 3 milhões.

Em segundo lugar, os novos movimentos de massas eram ideológicos. Eram mais que simples grupos de pressão e ação a favor de objetivos específicos, tais como a defesa da viticultura. Tais grupos organizados de interesse específico naturalmente proliferavam, visto que a lógica da política democratizada exigia que os interesses exercessem pressões junto aos governos e às assembléias nacionais, em teoria sensíveis a elas. Mas entidades como a alemã *Bund der Landwirte*[e] (fundada em 1893 e quase imediatamente, em 1894, apoiada por 200 mil agricultores) não se ligavam a um partido, a despeito das simpatias obviamente conservadoras do *Bund* e do quase total domínio que os grandes latifundiários exerciam sobre ele. Em 1898, contava o *Bund* com o apoio de 118 (entre 397) deputados do *Reichstag*, que pertenciam a cinco partidos diferentes. Diversamente de tais grupos de interesses específicos, por poderosos que fossem, o novo partido, combinado com movimentos, representava uma visão total do mundo. Era isto, mais que o programa político concreto, específico e talvez mutável que, para seus membros e seguidores, formava algo semelhante àquela "religião cívica" a qual, para Jean-Jacques Rousseau, Durkheim e outros teóricos do novo campo da sociologia, deveria

ligar entre si as sociedades modernas; apenas neste caso, formava um cimento seccional. A religião, o nacionalismo, a democracia, o socialismo, as ideologias precursoras do fascismo de entreguerras: tudo isso mantinha unidas as massas recém-mobilizadas, quaisquer que fossem os interesses materiais também representados por seus movimentos.

Paradoxalmente, os países de vigorosa tradição revolucionária, como a França e os EUA e, mais remotamente, a Inglaterra, a ideologia de suas próprias revoluções anteriores permitia às velhas e novas elites domesticar, pelo menos em parte, a nova mobilização de massas, por meio de estratégias há muito familiares aos oradores do dia 4 de julho, na democrática América do Norte. O liberalismo britânico, herdeiro da Revolução Gloriosa de 1688 e que não desprezava um ocasional apelo aos regicidas de 1649, em benefício dos descendentes das velhas seitas puritanas[f], conseguiu embargar o desenvolvimento de um Partido Trabalhista de massas até depois de 1914. Além disso, o Partido Trabalhista (fundado em 1900), tal como era, velejava na esteira dos liberais. O radicalismo republicano, na França, tentou absorver e assimilar as mobilizações populares de massas, agitando a bandeira da República e da Revolução contra seus inimigos. E não o fazia sem êxito. Os *slogans* "Não há inimigos à esquerda" e "Unidade de todos os bons republicanos" foram importantes no sentido de ligar a nova esquerda popular aos homens do centro, que mandavam na Terceira República.

Em terceiro lugar, segue-se que as mobilizações de massas eram, a seu modo, globais. Ou elas estraçalhavam o antigo quadro de referências localizado ou regional da política, ou o marginalizavam, ou ainda integravam-no em movimentos mais amplos e abrangentes. Em qualquer caso, a política nacional, nos países democratizados, deixava menos campo aos partidos puramente regionais, mesmo em Estados com marcantes diferenças entre suas regiões, como Alemanha e a Itália. Assim, na Alemanha, o caráter regional de Hanover (anexado à Prússia tão recentemente como é 1866), onde ainda eram marcantes o sentimento antiprussiano e a lealdade à antiga dinastia dos Guelfos, assinalava sua presença apenas pela menor percentagem de votos (85%,

contra 94-100% em outras partes) dados aos vários partidos de amplitude nacional. O fato de as minorias étnicas ou confessionais, ou mesmo os grupos sociais e econômicos, serem às vezes limitados a áreas geográficas especiais não nos deve desorientar. Em contraste com a política eleitoral da antiga sociedade burguesa, a nova política de massas mostrava-se progressivamente incompatível com a velha política localizada, baseada nos homens com poder e influência local, conhecidos (no vocabulário político francês) como *notables* (notáveis). Havia ainda muitas partes da Europa e das Américas — especialmente em áreas tais como a península ibérica e a balcânica, o sul da Itália e a América Latina — locais onde *caciques* ou patrões, pessoas poderosas e influentes localmente, poderiam "fornecer" blocos de votos de sua clientela a quem melhor pagasse ou a patrões ainda mais importantes. Na política democrática, o "patrão" não chegava a desaparecer, mas neste caso era crescentemente o partido que fazia o notável ou que, pelo menos, o salvava do isolamento e da impotência política — e não o contrário. Elites mais antigas, que se transformavam a fim de adaptar-se à democracia, desenvolviam várias combinações entre a política da influência e do clientelismo local e aquela da democracia. Na realidade, as últimas décadas do velho século e as primeiras do novo foram repletas de complicados conflitos entre as "notabilidades" ao velho estilo e os novos operadores da política, os patrões locais e outros elementos chaves que controlavam os partidos locais.

A democracia que assim substituía a política dos notáveis — na medida em que era bem-sucedida — não substituía o clientelismo e a influência pelo "povo", mas pela organização: ou, mais exatamente, os comitês, os notáveis de partido, as minorias ativistas. Esse paradoxo foi prontamente registrado por observadores realistas da política, que assinalaram o papel decisivo desses comitês (ou *caucuses*, segundo o termo anglo-americano), ou mesmo a "lei de ferro da oligarquia" que Robert Michels acreditava poder deduzir de seu estudo do Partido Social-Democrata alemão. Michels notou igualmente a tendência dos novos movimentos de massas para venerar figuras de líderes, embora tenha exagerado seu significado. Com respeito à admiração que, sem dúvida, costumava circundar

certos líderes de movimentos nacionais de massas, a qual se manifestava em tantas paredes de casas modestas durante a época que examinamos, por meio dos retratos de Gladstone, o Grande Velho do Liberalismo, ou de Bebel, o líder da social-democracia alemã, ela era um reflexo principalmente da causa que unia os fiéis, e não do próprio líder. Além disso, não faltavam movimentos de massas sem líderes carismáticos. Quando Charles Stewart Parnell caiu vítima das complicações de sua vida particular e da hostilidade conjunta da Igreja católica e da moralidade não-conformista, em 1891, ele foi abandonado sem hesitação pelos irlandeses — e todavia nenhum líder suscitara tanto entusiasmo e lealdade. O mito de Parnell sobreviveu durante longo tempo ao homem.

Em suma, para os que o apoiavam, o partido ou movimento representava-os e por eles agia. Eis por que era fácil para a organização tomar o lugar de seus membros e seguidores, e para os líderes, dominar a organização. Os movimentos de massas estruturados não eram portanto, de nenhum modo, repúblicas de iguais. Mas a combinação da organização com o apoio de massas oferecia-lhes uma enorme capacidade, quase insuspeitada: eles eram Estados em potencial. Na verdade, as mais importantes revoluções do nosso século substituíram antigos regimes, velhos Estados e velhas classes dominantes, por partidos combinados com movimentos institucionalizados como sistemas de poder estatal. Este potencial é ainda mais impressionante porque as organizações ideológicas mais antigas, aparentemente, careciam dele. No Ocidente, por exemplo, a religião parecia ter perdido a capacidade de se transformar em teocracia, e decerto nem o pretendia fazer[g]. O que as Igrejas vitoriosas estabeleciam, pelo menos no mundo cristão, eram regimes clericais, operados por instituições seculares.

A democratização, embora em avanço, apenas iniciara a transformação política. Contudo, suas implicações, algumas vezes já explícitas, suscitavam os mais graves problemas para aqueles que governavam e para as classes no interesse das quais o faziam. Havia o problema de manter a unidade e a própria existência dos Estados, que já era urgente na política multinacional confrontada por movimentos nacionais. No Império Austríaco, esse era já o problema central do Estado, e mesmo na Inglaterra a emergência do nacionalismo de massas irlandês abalara a estrutura política estabelecida. Havia os problemas de como manter a continuidade de políticas sensatas, tais como as consideravam as elites do país — acima de tudo, na economia. Não interferiria a democracia, inevitavelmente, nas operações do capitalismo e — segundo pensavam os homens de negócios para pior? Não ameaçaria o livre comércio, na Inglaterra, ao qual todos os partidos apegavam-se religiosamente? Não ameaçaria a solidez das finanças e do padrão-ouro, pedra de toque de toda política econômica respeitável? Esta última ameaça aparentava urgência nos EUA, dado que a mobilização do populismo, na década de 1890, havia dirigido seus mais veementes raios retóricos contra — para citarmos seu grande orador William Jennings Bryan — a crucificação da humanidade numa cruz de ouro. De modo mais geral, mas acima de tudo, situava-se o problema de garantir a legitimidade, talvez a própria sobrevivência da sociedade tal como então constituída, ao enfrentar a ameaça dos movimentos de massas pela revolução social. E tais ameaças afiguravam-se ainda mais perigosas dada a inegável ineficácia dos parlamentos eleitos pela demagogia e fragmentados por conflitos partidários irreconciliáveis, além da indubitável corrupção de um sistema político que não se apoiava mais em homens de fortuna independente e sim, cada vez mais, naqueles cuja carreira e fortuna baseavam-se no êxito que obtivessem na nova política.

Ambos estes fenômenos não podiam ser desprezados. Em nações democráticas com poderes divididos, como os EUA, o governo (isto é, o ramo executivo, representado pela presidência) era, em certo grau, independente do parlamento eleito, embora

suscetível de ser paralisado por seu contrapeso. (Mas a eleição democrática dos presidentes introduzia outro perigo.) No modelo europeu de governo representativo, em que os governos, exceto quando protegidos por monarquias do velho estilo, eram teoricamente dependentes das assembléias eleitas, os problemas afiguravam-se insuperáveis. Efetivamente, eles com freqüência iam e vinham como grupos de turistas num hotel, sempre que uma breve maioria parlamentar se esfacelava e outra a sucedia. A França, mãe das democracias européias, talvez detivesse o recorde: tivera cinqüenta e dois gabinetes em menos de trinta e nove anos, entre 1875 e a deflagração da guerra, dos quais apenas onze duraram doze meses ou mais. Reconhecidamente, os mesmos nomes tendiam a reaparecer na maioria deles. Não causa admiração, portanto, que a continuidade efetiva do governo e da política estivesse nas mãos dos funcionários permanentes, não-eleitos e invisíveis, da burocracia. No que se refere à corrupção, talvez não fosse maior que no início do século XIX, quando os governos, inclusive o inglês, haviam partilhado os corretamente assim chamados "cargos lucrativos da *Coroa*" e as lucrativas sinecuras entre seus parentes e dependentes. Mesmo onde a corrupção não era tanta, ela era mais visível; por exemplo, quando os políticos que se haviam elevado pelos próprios esforços cobravam, de um modo ou de outro, o valor de seu apoio ou oposição aos homens de negócios ou outros interessados. Tal corrupção era ainda mais visível se confrontada com o incorruptibilidade dos juízes e administradores públicos permanentes mais graduados — suposta pelo menos na Europa ocidental e central —, ambos protegidos em larga medida, nos países constitucionais, contra o duplo risco da eleição e do clientelismo — com a importante exceção dos EUA.[h]

Ocorriam escândalos de corrupção política não apenas em países em que não se abafava o som do dinheiro a trocar de mãos, como na França (o escândalo Wilson em 1885, o escândalo Panamá em 1892-1893), mas igualmente onde o som era abafado, como na Inglaterra (o escândalo Marconi, no qual envolveram-se dois homens que se haviam feito pelos próprios esforços, como Lloyd George e Rufus Isaacs, posteriormente ocupante do mais alto posto judicial

inglês e vice-rei da Índia)[i]. A instabilidade e a corrupção parlamentar poderiam, é claro, estar ligadas, onde os governos constituíam suas maiorias, essencialmente naquilo que efetivamente era compra de votos por favores políticos — os quais, inevitavelmente, tinham dimensão financeira. Conforme observado, Giovanni Giolitti, na Itália, era mestre nessa estratégia.

Os contemporâneos pertencentes às camadas superiores da sociedade davam-se conta, vivamente, dos perigos de uma política democratizada e, de modo geral, da progressiva centralidade das massas. Isso não constituía simplesmente preocupação dos que se ocupavam de negócios públicos, como o redator do *Le Temps* e da *Revue des Deux Mondes* — fortalezas da opinião respeitável francesa —, que em 1897 publicou um livro caracteristicamente intitulado *A Organização do Sufrágio Universal: A Crise do Estado Moderno*, ou mesmo preocupação do pro-cônsul dos conservadores pensantes, o ministro Alfred Milner (1845-1925), que em 1902 referia-se (privadamente) ao Parlamento britânico como "aquela malta de Westminster". Muito do difundido pessimismo da cultura burguesa da década de 1880 e das seguintes refletia, sem dúvida, o sentimento dos líderes abandonados por seus antigos seguidores, das elites que viam desintegrar-se suas defesas contra as massas, das minorias educadas e cultas (ou, mais exatamente, dos filhos dos ricos) invadidos por "aqueles que acabavam de emancipar-se do analfabetismo ou da semibarbárie", ou colocados de lado pela maré montante de uma civilização engrenada às massas.

A nova situação política desenvolveu-se passo a passo, e irregularmente, dependendo dá história interna dos diversos Estados. Isso dificulta e quase inutiliza uma avaliação comparativa da política de 1870-1890. Foi a súbita emergência internacional dos movimentos operários de massa e dos movimentos socialistas, durante e após 1880 (cf. cap. seguinte), que parece ter colocado numerosos governos e classes dominantes em dificuldades essencialmente semelhantes, conquanto retrospectivamente seja possível perceber que não foram estes os únicos movimentos de massas a dar dores de cabeça aos governantes. De modo geral, na maioria dos países europeus de constituição limitada e restrições ao

direito de voto, a predominância política da burguesia liberal na metade do século (cf. *A Era do Capital*, cap. 6:1, cap. 13:3) caiu por terra no decorrer da década de 1870, se não por outras razões, como um resultado secundário da Grande Depressão: na Bélgica em 1870, na Alemanha e na Áustria, em 1879, na Itália na década de 1870, na Inglaterra em 1874. Exceto durante episódicos retornos ao poder, ela jamais voltou a dominar. Nenhum padrão político de igual clareza emergiu na Europa durante o novo período, embora nos EUA o Partido Republicano, que conduzira o Norte à vitória na Guerra Civil, conquistasse quase ininterruptamente a presidência até 1913. Na medida em que os problemas insolúveis e os desafios básicos da revolução e da secessão puderam ser mantidos fora da política parlamentar, os estadistas poderiam iludir as maiorias parlamentares com coalizões mutáveis entre aqueles que não pretendiam ameaçar o Estado e a ordem social. Na maioria dos casos era possível manter esses desafios afastados, embora na Inglaterra o súbito surgimento de um sólido bloco militante de nacionalistas irlandeses na década de 1880, dispostos a provocar perturbações na Câmara dos Comuns e a reter o equilíbrio do poder, tenha imediatamente transformado a política parlamentar e os dois partidos que, até então, haviam dançado decorosamente seu *pas de deux*. Ou pelo menos, em 1886, precipitou o afluxo de nobres milionários *whig* e de homens de negócios liberais ao partido *tory*, o qual, como partido conservador e unionista (isto é, oposto à autonomia irlandesa), crescentemente desenvolveu-se no partido unido da grande propriedade fundiária e da grande indústria.

Em outras partes a situação, conquanto mais dramática, era, na realidade, mais controlável. Na restaurada monarquia da Espanha (1874) a fragmentação dos derrotados opositores do sistema — republicanos à esquerda, carlistas à direita — permitiu a Cánovas (1828-1897) permanecer no poder durante a maior parte do período de 1874-1897, manipulando os políticos e um apolítico voto rural. Na Alemanha, a fraqueza de elementos irreconciliáveis permitiu a Bismarck controlar as coisas bastante bem na década de 1880, e no Império Austríaco a moderação dos partidos eslavos respeitáveis beneficiou, de igual modo o elegante e aristocrático *boulevardier*

conde Taaffe (1833-1895, no cargo, 1879-1893). A direita francesa, que se recusou a aceitar a república, era uma minoria eleitoral permanente, e o exército não desafiava a autoridade civil: assim sobreviveu a república às muitas e pitorescas crises que a sacudiram (em 1877, em 1885-1887, em 1892-1893 e durante o caso Dreyfus em 1884-1900). Na Itália, o boicote do Vaticano a um Estado secular e anticlerical facilitou a Depretis (1813-1887) conduzir sua política do "transformismo" ou, mais exatamente, transformar os adversários em seguidores do governo.

Na verdade, o único e verdadeiro desafio ao sistema era extraparlamentar — e a insurreição que vinha de baixo não precisava, no momento, ser levada a sério nos países constitucionais, ao passo que os exércitos, mesmo na Espanha, território clássico dos *pronunciamentos*, guardavam silêncio. E onde, como nos Bálcãs e na América Latina, a insurreição e as forças armadas na política permaneciam partes familiares do cenário, eram antes parte do sistema do que ameaças potenciais a este.

Entretanto, era improvável que tal situação perdurasse. Ao confrontar-se com o surgimento de forças aparentemente irreconciliáveis na política, o primeiro instinto dos governos era com freqüência a coerção. Bismarck, mestre em manipular uma política de sufrágio restrito, sentia-se perplexo, na década de 1870, ao enfrentar o que ele considerava uma massa organizada de católicos leais a um Vaticano reacionário "além das montanhas" (daí o termo "ultramontano"); e declarou uma guerra anticlerical contra eles (a assim chamada *Kulturkampf* ou luta cultural da década de 1870). Confrontado com a ascensão dos social-democratas, ele declarou o partido fora da lei em 1879. Desde que o retorno ao puro absolutismo parecia impossível e de fato impensável — uma vez que era permitido aos social-democratas banidos apresentar candidatos às eleições — ele malogrou em ambos os casos. Mais cedo ou mais tarde — no caso dos socialistas, após sua queda em 1889 — os governos precisaram conviver com os novos movimentos de massas. O imperador austríaco, cuja capital fora empolgada pela demagogia dos social-cristãos, recusou-se três vezes a aceitar-lhes o líder, Lueger, como prefeito de Viena, antes de resignar-se ao inevitável,

em 1897. Em 1886, o governo belga reprimiu militarmente a onda de greves e tumultos dos operários — dos mais miseráveis entre os europeus ocidentais — e prendeu os líderes socialistas, estivessem ou não envolvidos nos distúrbios. Todavia, sete anos depois concedeu uma espécie de sufrágio universal depois de uma bem-sucedida greve geral. Os governos italianos mandaram atirar em camponeses sicilianos em 1093 e contra operários milaneses em 1898. Após os cinqüenta cadáveres de Milão, porém, o governo mudou de rumo. De modo geral, os anos 1890, década do surgimento do socialismo como movimento de massas, são o marco de um momento decisivo. Iniciava-se uma era de novas estratégias políticas.

As gerações de leitores que cresceram posteriormente à Primeira Guerra Mundial talvez considerem estranho que nenhum governo haja seriamente contemplado o abandono do sistema parlamentar e constitucional, neste tempo. *Após* 1916, de fato, o constitucionalismo liberal e a democracia representativa efetivamente bateram em retirada em toda a linha de frente, embora em parte restaurados após 1945. No período de que tratamos não foi esse o caso. Mesmo na Rússia czarista, a derrota da revolução de 1905 não conduziu a uma abolição total das eleições e do parlamento (Duma). Ao contrário de 1849 (cf. *A Era do Capital*, cap. 1), não houve um simples retorno à reação, mesmo que no final de seu período de poder Bismarck haja considerado a idéia de suspender ou abolir a constituição. A sociedade burguesa talvez tenha se sentido apreensiva quanto ao rumo a seguir, mas ainda era suficientemente autoconfiante, principalmente porque o avanço econômico mundial de modo nenhum estimulava o pessimismo. Mesmo a opinião politicamente moderada (a não ser que existissem interesses financeiros e diplomáticos contrários) esperava uma revolução na Rússia — a qual, imaginava-se, transformaria a nódoa da civilização européia num correto Estado liberal-burguês — e de fato a revolução de 1905, ao inverso da de 1917, foi entusiasticamente apoiada pela classe média e pelos intelectuais. Outras insurreições foram insignificantes. Os governos permaneceram notavelmente calmos durante a epidemia anarquista de assassínios, na década de 1890,

durante a qual foram vitimados dois monarcas, dois presidentes e um primeiro-ministro[j], e após 1900 ninguém mais se preocupava seriamente com o anarquismo, a não ser na Espanha e em alguns países da América Latina. Deflagrada a guerra de 1914, o ministro do Interior francês nem se deu ao trabalho de mandar prender os revolucionários (principalmente anarquistas e anarco-sindicalistas) e subversivos antimilitaristas tidos como perigosos para o Estado, embora a polícia houvesse, desde longa data, compilado uma lista precisamente com essa finalidade.

Se, contudo, a sociedade burguesa como um todo não se sentia ainda imediata e gravemente ameaçada (contrariamente ao que sucedeu nas décadas subseqüentes a 1917), tampouco seus valores do século XIX e suas expectativas históricas haviam sido irremediavelmente solapados. Esperava-se que o comportamento civilizado, o império da lei e as instituições liberais levassem avante seu progresso secular. Restava ainda muita barbárie, especialmente (segundo os "respeitáveis") entre as ordens inferiores e, é claro, entre povos "não civilizados", mas felizmente já colonizados. Havia ainda Estados, mesmo na Europa, como o Império Otomano e o Czarista, onde bruxuleavam ou nem mesmo se acendiam as velas da razão. Todavia, os próprios escândalos que convulsionavam a opinião nacional e internacional indicavam quanto eram elevadas as expectativas de civilidade, no mundo burguês, em tempos de paz: Dreyfus (recusa de investigar um só erro judiciário); Ferrer, em 1909 (execução de um educador espanhol erroneamente acusado de liderar uma onda de tumultos em Barcelona); Zabern, em 1913 (vinte manifestantes presos durante uma noite, pelo exército alemão, numa cidade alsaciana). Nós, situados em finais do século XX, podemos apenas considerar com melancólica incredulidade um período em que massacres, tais como os que diariamente ocorrem no mundo atual, eram tidos como monopólio de turcos e tribos selvagens.

As classes dominantes, portanto, optaram por novas estratégias, mesmo enquanto se empenhavam em limitar o impacto da opinião e do eleitorado de massas em nome de seus interesses e nos do Estado, bem como no da formação e da continuidade da alta política. Seu alvo principal era o movimento operário e socialista, que repentinamente emergira a nível internacional como fenômeno de massas por volta de 1890 (cf. cap. 5). Revelou-se, afinal, que seria mais fácil entrar num acordo com este do que com os movimentos nacionalistas que surgiram na época ou, se já estavam em cena, entravam em nova fase de militância, autonomismo ou separatismo (cf. cap. 6). Com referência aos católicos, exceto quando identificados com algum nacionalismo autonomista, eram relativamente fáceis de ser integrados, visto serem socialmente conservadores — o que vale mesmo para o caso dos raros partidos social-cristãos, como o de Lueger. Aliás, eles costumavam contentar-se com a salvaguarda de interesses especificamente eclesiásticos.

Trazer os movimentos operários para o jogo institucionalizado da política era coisa difícil — na medida em que os empregadores, defrontados com greves e sindicatos, demonstravam uma lentidão muito maior que a dos políticos para desistir da política do pulso forte e adotar a da luva de pelica — e isso acontecia até na pacífica Escandinávia. O crescente poder dos grandes negócios mostrava-se particularmente recalcitrante. Na maioria dos países, notadamente nos EUA e na Alemanha, os empregadores, como classe, jamais se reconciliaram com os sindicatos antes de 1914; e mesmo na Inglaterra, onde os sindicatos haviam sido aceitos em princípio e, não raro, na prática, desde longa data, houve uma contra-ofensiva de empregadores, na década de 1890. E isso não obstante os administradores governamentais perseguirem uma política de conciliação e de os líderes do Partido Liberal fazerem o possível para infundir confiança e atrair o voto operário. Era também difícil politicamente, pois os novos partidos operários recusavam qualquer acordo com o Estado e o sistema burguês, em âmbito nacional — raramente eram assim tão intransigentes no campo dos governos locais —, como eram propensos a ser os adeptos da Internacional de

1889, dominada pelos marxistas. (A política operária não-revolucionária e não-marxista era isenta de tais problemas.) Em cerca de 1900, porém, ficou claro o aparecimento de uma ala moderada ou reformista em todos os movimentos socialistas de massas; de fato, mesmo entre os marxistas, ela encontrou seu ideólogo em Eduard Bernstein, que afirmara que "o movimento é tudo, o alvo é nada" e cuja insensível reivindicação para uma revisão da teoria marxista causou escândalo, afronta e apaixonados debates no mundo socialista, após 1897. Enquanto isso, a política do eleitoralismo de massas — da qual eram defensores entusiastas até os mais marxistas entre os partidos, pois ela oferecia visibilidade máxima ao crescimento de seus efetivos — integrava sem ruído esses partidos no sistema.

Os socialistas, certamente, não podiam ainda fazer parte dos governos. Não se poderia esperar que tolerassem políticos e governos "reacionários". Toda via, uma política que conduzisse pelo menos os representantes moderados do movimento operário a um alinhamento mais amplo e favorável à reforma, bem como à união entre democratas, republicanos, anticlericais e "homens do povo", especialmente contra os inimigos mobilizados dessas boas causas, teria boas perspectivas de êxito. Foi sistematicamente seguida na França, de 1899 em diante, por Waldeck Rousseau (1846-1904), arquiteto de um governo de união republicana contra inimigos-que claramente o desafiavam, no caso Dreyfus; e na Itália por Zanardelli, cujo governo, em 1903, contava com o apoio da extrema esquerda; e mais tarde pelo grande embusteiro e conciliador Giolitti. Na Inglaterra, após algumas dificuldades nos anos 1890, os liberais, em 1903, concluíram um pacto eleitoral com o recém-fundado Comitê de Representação Trabalhista, o que ofereceu a este condições de entrar para o Parlamento, com alguma força, em 1906, como Partido Trabalhista. Em outros países, o interesse comum no sentido de ampliar o sufrágio aproximou os socialistas dos outros democratas, como na Dinamarca, onde em 1901 — pela primeira vez na Europa — o governo pôde contar com o apoio de um partido socialista e nele confiar.

O motivo dessas propostas do centro parlamentar à extrema esquerda não era, usualmente, a necessidade do apoio socialista, uma vez que mesmo os grandes partidos socialistas eram grupos minoritários que, na maioria dos casos, poderiam facilmente ser eliminados do jogo parlamentar, como o foram os partidos comunistas, de comparável dimensão, na Europa, após a Segunda Guerra Mundial. Os governos alemães mantiveram afastado o mais formidável de todos esses partidos, por meio da assim chamada *Sammlungspolitik* (política de união ampla) ou, mais exatamente, reunindo maiorias de anti-socialistas garantidos, conservadores, católicos e liberais. O que os homens sensatos das classes dominantes não tardaram a discernir foi, por assim dizer, o desejo de explorar as possibilidades de domar as feras da floresta política. A estratégia do abraço cordial teve resultados vários, e a intransigência dos empregadores propensos à coerção e à provocação de confrontos industriais de massas não facilitou as coisas, ainda que em seu conjunto essa estratégia funcionasse, pelo menos na medida em que conseguiu cindir os movimentos operários de massas em alas irreconciliáveis, uma moderada e outra radical, geralmente minoria — e isolando esta última.

A democracia, no entanto, seria tanto mais fácil de domar quanto menos agudos fossem seus descontentamentos. A nova estratégia envolvia, portanto, uma disposição no sentido de empreender programas de reforma e bem-estar social, que minaram os clássicos acordos liberais de meados do século, com governos que eram mantidos à distância do campo reservado à iniciativa e à empresa privada. O jurista inglês A. V. Dicey (1835-1922) viu o rolo compressor do coletivismo, em marcha desde 1870, achatando a paisagem da liberdade individual na tirania centralizada e niveladora das refeições escolares, seguros de saúde e aposentadorias. Em certo sentido, ele tinha razão. Bismarck, lógico como sempre, já na década de 1880 decidira cortar as raízes da agitação socialista por meio de um ambicioso esquema de previdência social; foi seguido, nesta orientação, pela Áustria e pelos governos liberais ingleses de 1906-1914 (aposentadorias, bolsas de trabalho, seguros de saúde e desemprego) e mesmo pela França, após algumas hesitações

(aposentadorias em 1911). É interessante que os países escandinavos, hoje "Estados do bem-estar social" *par excellence*, fossem então alheios ao assunto; e diversos países fizeram apenas gestos simbólicos nessa direção, e os EUA do tempo de Carnegie, Rockefeller e Morgan, nem isso. Nesse paraíso da iniciativa privada, mesmo o trabalho de menores permanecia fora da alçada da lei federal, embora por volta de 1914 existissem leis que o proibiam, teoricamente, até na Itália, na Grécia e na Bulgária. Por volta de 1905, leis geralmente disponíveis estipulavam indenizações a operários em caso de acidente, mas não interessaram o Congresso e foram condenadas pelos tribunais como inconstitucionais. Exceto na Alemanha, tais esquemas de bem-estar social eram modestos até os últimos anos que precederam 1914, e mesmo na Alemanha malograram visivelmente na tentativa de sustar o crescimento do partido socialista. Não obstante, ficou estabelecida uma tendência nesse sentido, notavelmente mais acelerada nos países protestantes da Europa e da Australásia.

Dicey também tinha razão ao sublinhar o inevitável crescimento no peso e no papel desempenhado pelo aparato estatal, uma vez abandonado o ideal da não-intervenção. Pelos padrões modernos, a burocracia continuava modesta, embora aumentasse em ritmo acelerado — e em nenhuma parte mais que na Inglaterra, onde os empregos governamentais triplicaram entre 1891 e 1911. Na Europa, por volta de 1914, esses empregos iam de 3% da força de trabalho na França — seu ponto mais baixo, fato aliás surpreendente — e, em seu ponto mais alto, a 5,5-6% na Alemanha e — fato igualmente surpreendente — na Suíça. A título de comparação, nos países da Comunidade Econômica Européia, na década de 1970, os empregos governamentais formavam entre 10 e 13% da população ativa.

Não seria possível, no entanto, conquistar a lealdade das massas sem políticas sociais dispendiosas, que talvez onerassem o lucro dos empresários, de quem dependia a economia? Como vimos, acreditava-se que o imperialismo não só teria condições de pagar reformas sociais como era também popular. Revelou-se contudo que a guerra, ou a simples perspectiva de uma guerra bem-sucedida, encerrava em si um potencial demagógico ainda maior. O governo

inglês conservador utilizou a Guerra Sul-Africana (1899-1902) para varrer da cena seus adversários liberais na "eleição caqui" de 1900, e o imperialismo americano mobilizou com êxito a popularidade dos canhões para a guerra contra a Espanha, em 1898. Na verdade, as elites governantes dos EUA, encabeçadas por Theodore Roosevelt (1858-1919), presidente de 1901-1909, acabava de descobrir o caubói-inseparável-de-seu-revólver como símbolo do verdadeiro americanismo, da liberdade e da tradição branca nativa contra a horda invasora dos imigrantes das classes baixas e a incontrolável grande cidade. Desde então, esse símbolo tem sido extensivamente explorado.

O problema, todavia, era mais amplo. Seria possível incutir uma nova legitimidade, em relação aos regimes dos Estados e às classes dominantes, na mente das massas democraticamente mobilizadas? Grande parte da história de nossos tempos consiste na tentativa de dar uma resposta a essa pergunta. A tarefa era urgente, pois os antigos mecanismos de subordinação social já estavam freqüentemente em evidente colapso. Assim foi que os conservadores alemães — essencialmente um partido de eleitores fiéis aos grandes latifundiários e nobres — perderam metade de seu quinhão do total dos votos entre 1881 e 1912, pela simples razão de 71% de seus votos provirem de aldeias de menos de 2 mil habitantes, as quais abrigavam uma parte decrescente da população; apenas 5% provinham das grandes cidades de mais de 100 mil habitantes, para as quais os alemães se dirigiam em grande número. As antigas lealdades funcionavam ainda nas grandes propriedades rurais dos *junkers*, da Pomerânia[k], onde os conservadores mantinham quase metade dos votos; mas mesmo na Prússia como um todo conseguiam mobilizar apenas 11-12% dos eleitores. A situação daquela outra classe de senhores, a burguesia liberal, era ainda mais dramática. Ela triunfara pela destruição da coesão social das antigas hierarquias e comunidades, pela sua preferência pelo mercado, em oposição às relações humanas, *Gesellschaft* contra *Gemeinschaft*[l] — e, quando as massas entraram no palco político em busca de seus próprios interesses, eram hostis a tudo o que o liberalismo burguês simbolizava. Em

parte alguma isso era tão óbvio quanto na Áustria, onde os liberais, por volta do fim do século, reduziam-se a um pequeno e isolado punhado de alemães citadinos da classe média e judeus-alemães. A municipalidade de Viena, sua fortaleza durante a década de 1860, foi perdida para os radical-democratas, para os anti-semitas e para o novo partido cristão-social, antes de o ser para a social-democracia. Mesmo em Praga, onde esse núcleo burguês poderia reivindicar a representação da reduzida e decrescente minoria de língua alemã, que incluía todas as classes (cerca de 30 mil e, em 1910, não mais que 7% da população), não conseguia manter a fidelidade nem dos estudantes e pequeno-burgueses nacionalistas alemães (*völkisch*), nem a dos operários alemães, social-democratas e politicamente passivos, nem sequer a de uma certa proporção de judeus.

E com respeito ao próprio Estado, ainda normalmente representado por monarcas? Talvez fosse absolutamente novo, isento de todo precedente histórico relevante, como na Itália e no novo Império Alemão, para não mencionar a Romênia e a Bulgária. Seus regimes talvez fossem o produto de derrotas recentes, da revolução ou da guerra civil como na França, na Espanha e nos EUA, posteriormente à guerra civil, para não mencionar os regimes das repúblicas latino-americanas, perenemente mutantes. Nas monarquias antigas e estabelecidas — mesmo na Inglaterra da década de 1870 — as agitações republicanas estavam, ou pareciam estar, longe de ser desprezíveis. As agitações nacionais reuniam forças. Poder-se-ia contar com a pretensão do Estado à lealdade de todos os seus súditos ou cidadãos?

Foi este, conseqüentemente, o momento em que os governos, os intelectuais e os homens de negócios descobriram o significado político da irracionalidade. Os intelectuais escreviam, mas os governos agiram. "Aquele que se decidir a basear seu pensamento político num reexame de como opera a natureza humana, deve começar por uma tentativa de vencer a própria tendência para exagerar a intelectualidade da humanidade", assim escrevia um cientista político inglês, Graham Wallas, em 1908, consciente de que escrevia também o epitáfio do liberalismo do século XIX. A vida política, portanto, tornou-se sempre mais ritualizada e repleta de

símbolos e apelos publicitários, tanto explícitos como subliminares. À medida que os antigos meios — predominantemente religiosos — de assegurar a subordinação, a obediência e a lealdade se desagregavam, a necessidade, agora manifesta, de algo que os substituísse foi atendida pela *invenção* das tradições, pelo uso de antigos e experimentados suscitadores de emoções como a coroa, a glória militar e, como vimos (cf. cap. 3), outros meios novos, tais como o império e a conquista colonial.

Como na horticultura, esse desenvolvimento foi mescla de plantio vindo de cima — ou pelo menos da disposição de o realizar — e do crescimento vindo de baixo. Os governos e as elites governantes sabiam, decerto, o que faziam, ao instituir novas festas nacionais, como o 14 de julho na França (1880), ou quando elaboraram a ritualização da monarquia britânica, que foi se tornando sempre mais hierática e bizantina, desde que isso teve início em 1880. Na verdade, o comentador padrão da constituição inglesa, após a extensão do direito ao voto de 1867, distinguiu lucidamente entre as suas partes "eficientes", pelas quais o governo era realmente realizado, e as partes "dignificadas", cuja função era promover a alegria das massas enquanto eram governadas. As quantidades de mármore e as torres de alvenaria, com as quais os Estados, ansiosos por confirmar sua legitimidade — notadamente o novo Império Alemão —, costumavam encher espaços vazios, deviam ser planejadas pelas autoridades, o que realmente era feito, mais para o proveito financeiro do que artístico de muitos arquitetos e escultores. As coroações inglesas passaram a ser organizadas de modo absolutamente consciente, como operações político-ideológicas, com o fim de serem vistas pelas massas.

Não criaram, todavia, a exigência de um simbolismo e de um ritual emocionalmente satisfatório. O que fizeram foi descobrir e preencher um vácuo deixado pelo racionalismo político da era liberal, pela nova necessidade de se dirigir às massas e pela transformação das próprias massas. A esse respeito, a invenção das tradições corria paralelamente à descoberta comercial do mercado de massas e do espetáculo e divertimento de massas, que pertencem a essas mesmas décadas. A indústria publicitária, pioneira nos EUA após a

guerra civil, pela primeira vez tornou-se dona de si própria. O cartaz moderno nasceu nas décadas de 1880 e 1890. Um mesmo quadro de psicologia social (a psicologia "das multidões" tornou-se assunto da predileção, tanto dos professores franceses como dos gurus da propaganda nos EUA) reunia o Torneio Real anual (iniciado em 1880), uma exibição pública da glória e da teatralidade das forças armadas britânicas e a iluminação da praia de Blackpool, recreio dos novos proletários nos feriados; a rainha Vitória e a mocinha da Kodak (produto da década de 1900); os monumentos do imperador Guilherme aos reis Hohenzollern e os cartazes de Toulouse-Lautrec de famosas artistas de variedades.

As iniciativas oficiais, naturalmente, obtinham maior êxito ao explorar e manipular emoções básicas espontâneas e indefinidas, ou ao integrar temas da política de massas não-oficial. O 14 de julho, na França, estabeleceu-se como dia nacional genuíno, uma vez que mobilizava tanto a afeição do povo pela Grande Revolução como a demanda por um carnaval institucionalizado. O governo alemão, apesar de suas incontáveis toneladas de mármore e alvenaria, não conseguiu estabelecer o imperador Guilherme I como pai da pátria, mas aproveitou o entusiasmo nacionalista não-oficial, que erguia "colunas de Bismarck" às centenas após a morte do grande estadista, demitido por Guilherme II (que reinou de 1888 a 1918). Inversamente, o nacionalismo não-oficial estava como que soldado à "pequena Alemanha" — à qual desde sempre se opusera — pelo poder militar e pela ambição global, conforme testemunham o triunfo do "*Deutschland Über Alles*" sobre hinos nacionais mais modestos e o da nova bandeira prusso-alemã, preta, branca e vermelha, sobre a de 1848, preta, branca e amarela, ocorridos na década de 1890.

Os regimes políticos, portanto empenhavam-se numa guerra silenciosa pelo controle dos símbolos e ritos do pertencimento à raça humana, dentro de suas próprias fronteiras, e não o faziam menos quando controlavam o sistema escolar público (especialmente as escolas primárias, que nas democracias eram a base essencial para "a educação de nossos senhores"[m] dentro do espírito "certo") e, de modo geral, onde quer que as igrejas fossem pouco confiáveis, o que era feito por meio da tentativa de controlar as grandes cerimônias

dos nascimentos, casamentos e mortes. De todos esses símbolos, talvez o mais poderoso tenha sido a música, em suas formas políticas de hino nacional e marcha militar — ambas executadas com grande entusiasmo, nessa época de J. P. Souza (1854-1932) e Edward Elgar (1857-1934)[n] — e, acima de tudo, a bandeira nacional. Na ausência da monarquia, a bandeira poderia tornar-se a virtual personificação do Estado, da nação e da sociedade, como nos EUA, onde a prática da veneração à bandeira como ritual diário nas escolas do país se difundiu desde fins da década de 1880, até que se tornou universal.

Sorte do regime que pudesse contar com a mobilização de símbolos universalmente aceitáveis, como o monarca inglês, que chegava a iniciar suas aparições anuais num festival proletário, o final da taça de futebol, realçando assim a convergência entre o ritual público de massas e o espetáculo de massas. Nesse período, os espaços cerimoniais públicos e políticos, por exemplo, aqueles que rodeavam os novos monumentos nacionais alemães, bem como os novos estádios e salas de esporte, desdobravam-se igualmente em áreas políticas e começaram a multiplicar-se. Os leitores mais idosos talvez se recordem dos discursos de Hitler no Sportspalast (palácio de esportes) de Berlim. Sorte do regime que pudesse pelo menos associar-se a uma grande causa, para a qual houvesse apoio popular de massas, como a da Revolução e a da República, na França e nos EUA.

Países e governos competiam pelos símbolos da junção e da lealdade emocional com movimentos de massas não-oficiais, que poderiam elaborar seus próprios contra-símbolos, tais como a socialista "Internacional" quando o anterior hino da Revolução "A Marselhesa", foi anexado pelo Estado. Embora os partidos socialistas alemães e austríacos sejam habitualmente citados como exemplos extremos de comunidades separadas, de contra-sociedade e contracultura (cf. cap. 5), eles eram, de fato, apenas parcialmente separatistas, pois permaneceram ligados à cultura oficial pela fé na educação (ou melhor, no sistema de escolas públicas), na razão e na ciência, bem como nos valores das artes (burguesas) — ou os "clássicos". Eram, afinal, herdeiros do Iluminismo. Foram os

movimentos religiosos e nacionalistas que rivalizaram com o Estado, fundando sistemas escolares rivais em bases lingüísticas e confessionais. Ainda assim, todos os movimentos de massas propendiam, como vimos no caso dos irlandeses, a formar um complexo de associações e contracomunidades em torno de centros de lealdade, rivalizando assim com o Estado.

4

Conseguiram as sociedades políticas e as classes governantes da Europa ocidental lidar com essas mobilizações de massas, potencial ou efetivamente subversivas? Em conjunto, durante o período que termina em 1914, elas o conseguiram; exceto na Áustria, esse conglomerado de nacionalidades que, todas vendo em outros lugares suas perspectivas futuras e mantendo-se unidas apenas pela longevidade do imperador Francisco José (que reinou de 1848 a 1916), pela administração de uma burocracia cética e raciocinalista e pelo fato de este ser um destino menos indesejável que outro qualquer, para bom número de grupos nacionais. Em conjunto, deixaram-se integrar no sistema. Para muitos Estados do Ocidente burguês e capitalista — a situação em outras partes do mundo era, conforme veremos, muito diversa (cf. cap. 12) — o período de 1875 a 1914 e, com certeza, o de 1900 a 1914, foi, apesar dos alarmes e correrias, um período de estabilidade política.

Movimentos como o socialista, que rejeitavam o sistema, foram apanhados em sua teia — ou, quando suficientemente fracos, utilizados como catalisadores para um consenso majoritário. Era esta a função da "reação", na república francesa e na do anti-socialismo, na Alemanha imperial: nada unia tão firmemente como um inimigo comum. Até o nacionalismo podia ser, às vezes, utilizado. O nacionalismo galês serviu para fortalecer o liberalismo; seu defensor, Lloyde George, tornou-se ministro do governo e o principal conciliador e moderador demagógico do radicalismo democrático e

do movimento operário. O nacionalismo irlandês, após o drama de 1879-1891, parecia tranqüilizado pela reforma agrária e pela sua dependência política do liberalismo inglês. O pangermanismo extremista reconciliara-se com a "pequena Alemanha" pelo militarismo e pelo imperialismo do imperador Guilherme. Mesmo os flamengos, na Bélgica, permaneciam ainda no redil do partido católico, que não questionava a existência do Estado binacional unitário. Os irreconciliáveis da ultradireita e da ultraesquerda podiam ser isolados. Os grandes movimentos socialistas anunciavam a inevitável revolução, mas tinham outras coisas com que se ocupar no momento. Ao explodir a guerra de 1914, a maioria deles reuniu-se aos seus governos e classes dominantes, em patriótica solidariedade. A maior exceção do Ocidente europeu apenas constitui prova da regra. O Partido Independente Trabalhista, que continuava a opor-se à guerra, só o fazia por compartilhar da longa tradição pacífica do não-conformismo inglês e do liberalismo burguês — os quais, na realidade, fizeram da Inglaterra o *único* país de cujo gabinete os liberais se demitiram por esses motivos.[o]

Os partidos socialistas que aceitaram a guerra com freqüência o fizeram sem entusiasmo e principalmente por temerem o abandono de seus adeptos, que se apresentavam ao alistamento com fervor espontâneo. Na Inglaterra, onde inexistia alistamento compulsório, iriam se apresentar dois milhões como voluntários para o serviço militar, entre agosto de 1914 e junho de 1915 — melancólica prova do êxito da política de integração democrática. Apenas onde era incipiente o empenho em fazer com que o cidadão pobre se identificasse com a nação e o Estado, como na Itália, ou onde dificilmente seria bem-sucedido, como entre os tchecos, é que as massas em 1914 permaneceram hostis ou indiferentes à guerra. O movimento de massas contrário à guerra só teve início, para valer, muito mais tarde.

Uma vez bem-sucedida a integração política, os regimes defrontavam-se apenas com o desafio imediato da ação direta. Tais formas de inquietação alastraram-se principalmente durante os últimos anos que precederam a guerra. Constituíam mais um desafio à ordem pública do que ao sistema social, dada a ausência de

situações revolucionárias ou mesmo pré-revolucionárias nos países centrais da sociedade burguesa. Os tumultos dos vinhateiros, no sul da França, o motim do 17º Regimento, enviado contra eles (1917), violentas greves quase gerais, em Belfast (1907), Liverpool (1911) e Dublin (1913), uma greve geral na Suécia (1908) e até a "semana trágica" em Barcelona (1909) foram por si insuficientes para abalar os alicerces políticos dos regimes. Mas foram realmente graves, não menos como sintomas da vulnerabilidade das economias complexas. Em 1912, o primeiro-ministro britânico Asquith, a despeito da proverbial impassibilidade do *gentleman* inglês, chorou ao anunciar a retirada do governo diante de uma greve geral de mineiros de carvão.

Tais fenômenos não devem ser subestimados. Embora os contemporâneos não soubessem o que viria depois, sentiam freqüentemente, nesses últimos tempos que precederam a guerra, a sensação de que a terra tremia como sob os choques sísmicos que precedem os terremotos. Esses foram anos em que, sobre os hotéis Ritz e as casas de campo, pairavam no ar prenúncios de violência. Sublinhavam a instabilidade e a fragilidade da ordem política da *belle époque*.

Não os superestimemos tampouco. No que diz respeito aos países do âmago da sociedade burguesa, o que destruiu a estabilidade da *belle époque*, inclusive a sua paz, foi a situação da Rússia, do Império Habsburgo e dos Bálcãs, e não a da Europa ocidental ou mesmo a da Alemanha. O que tornava perigosa a situação na Grã-Bretanha às vésperas da guerra não era a rebelião dos operários, mas a divisão no interior dos estratos governantes: uma crise constitucional, quando os lordes ultraconservadores resistiram aos Comuns, ou uma recusa coletiva dos oficiais a obedecer as ordens do governo liberal, comprometido com a *Home rule* para a Irlanda. Não há dúvidas de que tais crises deviam-se, em parte, à mobilização dos trabalhadores, pois o que despertara a cega e vã resistência dos lordes havia sido a inteligente demagogia de Lloyd George, destinada a manter "o povo" dentro da estrutura do sistema dos governantes. Todavia, a última e mais grave destas crises foi provocada pelo compromisso político dos liberais com a

autonomia irlandesa (católica) e o dos conservadores com a recusa armada dos ultraprotestantes do Ulster de aceitá-la. A democracia parlamentar, o jogo estilizado da política, era — como sabemos ainda hoje, na década de 1980 — impotente para controlar tal situação.

Mesmo assim, durante os anos decorridos desde 1880 até 1914, as classes dominantes descobriram que a democracia parlamentar, a despeito de seus temores, revelara-se perfeitamente compatível com a estabilidade político-econômica dos regimes capitalistas. Essa descoberta, como o próprio sistema, era nova, pelo menos na Europa. Para os social-revolucionários veio a ser uma decepção. Marx e Engels haviam sempre considerado a república democrática, ainda que claramente burguesa, como a antecâmara do socialismo, desde que permitia e até estimulava a mobilização política do proletariado como classe e a das massas oprimidas, sob a liderança do proletariado. Haveria, pois, de favorecer — gostasse ou não — a vitória do proletariado e seu confronto com os exploradores. Contudo, no final desse período, fazia-se ouvir uma nota muito diferente entre seus discípulos. "Uma república democrática", argumentava Lenin em 1917, "é a melhor carapaça possível para o capitalismo; portanto, o capitalismo, uma vez obtido o controle dessa excelente carapaça... estabelecerá seu poder tão segura e firmemente que nenhuma mudança, quer de pessoas, quer de instituições, ou partidos, na república democrático-burguesa, o poderá abalar". Como sempre, Lenin não se preocupava tanto com a análise política em geral e sim com a busca de argumentos eficazes para uma situação política específica, neste caso contrária ao governo provisório da Rússia revolucionária e em favor do poder soviético. Seja como for, não nos preocupa a validade de sua afirmação, aliás altamente discutível e não menos por deixar de distinguir entre as circunstâncias econômicas e sociais que salvaguardavam os Estados das sublevações sociais e as instituições que os auxiliavam a conseguir isso. Preocupa-nos a sua plausibilidade. Antes de 1880, tal afirmação pareceria igualmente implausível tanto para os que apoiavam como para os que se opunham ao capitalismo, na medida em que estivessem

comprometidos com a atividade política. Mesmo na ultra-esquerda política, um julgamento assim negativo da "república democrática" seria quase inconcebível. Subjacente ao julgamento de Lenin de 1917, havia a experiência de uma geração de democratização no Ocidente e, em especial, a dos últimos quinze anos anteriores à guerra.

Não seria, contudo, a estabilidade desse casamento entre a democracia política e o capitalismo florescente a ilusão de uma era transitória? Em retrospecto, o que nos impressiona, com respeito aos anos que vão desde 1880 até 1914 é, a um tempo, A política de democracia a fragilidade e o alcance restrito de tal combinação. Esta estava e permanece confinada a uma minoria de prósperas e pujantes economias, no Ocidente, geralmente em Estados com uma longa história de governo constitucional. O otimismo democrático e a crença na inevitabilidade histórica poderiam dar a impressão de que o progresso universal não poderia ser sustado. Mas não seria esse, afinal, o modelo universal do futuro. Em 1919, toda a Europa, a ocidente da Rússia e da Turquia, foi sistematicamente reorganizada em Estados segundo o modelo democrático. No entanto, quantas democracias restariam na Europa em 1939? Ao surgir o fascismo, bem como outras formas de ditadura, o caso oposto ao de Lenin foi largamente debatido, não menos por seus seguidores. O capitalismo, inevitavelmente, deveria abandonar a democracia burguesa. Isto era igualmente errôneo: a democracia burguesa renasceu das próprias cinzas em 1945, permanecendo, desde então, o sistema favorito das sociedades capitalistas, quando suficientemente fortes, economicamente prósperas e socialmente não polarizadas ou divididas para permitir-se a adoção de um sistema tão vantajoso. Esse sistema, porém, opera com eficácia apenas em muito poucos dos 150 Estados que formam as Nações Unidas no final do século XX. O progresso da política democrática, entre 1880 e 1914, não prefigurava sua permanência nem seu triunfo universal.

---

[a] O poder amaldiçoado que repousa no privilégio / e anda com mulheres, champanhe e *bridge*, / Rompeu-se; e a Democracia reassumiu o reino / que anda com *bridge*, mulheres e

champanhe. (N. da T.)

[b] O capitão Dreyfus, do estado-maior francês, foi erroneamente condenado por espionagem a favor da Alemanha, em 1894. Após campanha destinada a provar sua inocência, que polarizou e convulsionou toda a França, ele foi perdoado em 1899 e finalmente reabilitado em 1906. O "caso" teve um impacto traumático na Europa toda.

[c] Na Itália, na França, na Alemanha Ocidental e na Áustria, esses partidos emergiram e permaneceram, com exceção da França, como grandes partidos do governo.

[d] Não-conformismo: grupos protestantes dissidentes, exteriores à Igreja Anglicana, na Inglaterra e no País de Gales.

[e] Em alemão no original: Liga dos Agricultores. (N. da T.)

[f] O primeiro-ministro liberal, *Lord* Rosebery, pagou do seu bolso a estátua de Oliver Cromwell, erigida diante do Parlamento em 1899.

[g] O último exemplo de tal transformação é, provavelmente, o estabelecimento da comunidade mórmon em Utah, em 1848.

[h] Mesmo nesse país, uma Comissão de Servidores Públicos foi estabelecida, em 1883, com o fim de elaborar as bases de um Serviço Público Federal independente do clientelismo político. Mas o clientelismo permaneceu, na maioria do país, mais importante do que convencionalmente se supõe.

[i] As transações realizadas dentro de uma elite dominante e coesa, que talvez houvessem surpreendido os observadores democráticos e os moralistas políticos, não eram raras. Ao morrer, em 1895, *Lord* Randolph Churchill, pai de Winston, que havia sido chanceler do Tesouro, devia cerca de 60.000 libras a Rothschild, o qual, segundo seria de prever, tinha seus interesses nas finanças nacionais. A dimensão da dívida pode ser indicada em termos atuais pelo fato de essa única soma elevar-se a 0,4% do *total* do produto dos impostos de renda na Inglaterra, naquele ano.

[j] Rei Umberto da Itália, imperatriz Elizabeth da Áustria, presidente Sadi Carnot da França, presidente McKinley dos EUA, primeiro-ministro Cánovas da Espanha.

[k] A Pomerânia é uma área ao longo do Báltico, a noroeste de Berlim, hoje parte da Polônia.

[l] Em alemão no original: sociedade contra a comunidade. (N. da T.)

[m] Frase de Robert Lowe em 1867.

[n] Entre 1890 e 1910 houve maior quantidade de arranjos musicais baseados no hino inglês do que jamais houve antes ou depois.

[o] John Morley, o biógrafo de Gladstone e John Burns, anteriormente líder operário.

CAPÍTULO 5

TRABALHADORES DO MUNDO

Conheci um sapateiro chamado Schröder... Depois ele foi para a América... Deu-me alguns jornais para ler e eu li um pouco, porque estava entediado, mas depois fui-me interessando cada vez mais... Os jornais descreviam a miséria dos trabalhadores e sua dependência dos capitalistas e dos senhorios e o faziam de um modo tão vivo e tão fiel ao natural que realmente me espantei. Era como se antes meus olhos houvessem estado fechados. Que diabo, o que eles escreviam nesses jornais era verdade*. Toda a minha vida, até aquele dia, era prova disso.*

Um operário alemão, *c.* 1911

Eles (os operários europeus) sentem que devem surgir sem demora grandes mudanças sociais; que foi baixada a cortina diante da comédia humana do governo pelas classes, das classes e para as classes; que o dia da democracia está próximo e as lutas dos que labutam pelo que é seu terão precedência sobre as guerras entre as nações, que significam batalhas sem causa entre trabalhadores.

Samuel Gompers, 1909

Vida proletária, morte proletária e incineração, no espírito do progresso cultural.

Lema da Associação Funerária dos Operários Austríacos,
"A Flama"

1

Dada a inevitável extensão do eleitorado, a maioria dos eleitores era fatalmente ou pobre, ou insegura, ou descontente, ou tudo isso. Não

podiam deixar de estar dominados por sua situação econômica e social e pelos problemas dela decorrentes; em outras palavras, pela situação de sua classe. E a classe cujos números cresciam de modo mais visível, à medida que a onda de industrialização engolfava o Ocidente, cuja presença se tornava sempre mais ineludível e cuja consciência de classe aparentemente ameaçava de modo mais direto o sistema social, econômico e político das sociedades modernas, era o proletariado. Nessa gente é que pensava o jovem Winston Churchill (então ministro do gabinete liberal), ao advertir o Parlamento de que, se o sistema conservador-liberal de dois partidos entrasse em colapso, seria substituído pelo da política de classes.

O número de pessoas que ganhavam a vida por meio de trabalho manual, em troca de um salário, aumentava sensivelmente em todos os países inundados ou apenas banhados pela maré montante do capitalismo ocidental — e isso desde as fazendas da Patagônia até as minas de nitrato do Chile e as geladas minas de ouro do nordeste da Sibéria, cenário de uma greve espetacular e de um massacre, às vésperas da Grande Guerra. Aquelas pessoas eram encontradas onde quer que as cidades modernas necessitassem de trabalhos de construção ou onde houvesse serviços municipais de utilidade pública — já indispensáveis no século XIX, como os de gás, água e esgotos — e onde quer que se estendesse a rede portuária ou a de estradas de ferro e telégrafos, que interligavam, economicamente, o globo. Minas eram encontradas mesmo em lugares remotos e em todos os cinco continentes. Em 1914, mesmo os campos petrolíferos eram explorados em escala significativa, na América do Norte, na América Central, na Europa Oriental e no Sudeste da Ásia, bem como no Oriente Médio. Mais expressivo é o fato de, mesmo em países predominantemente agrícolas, os mercados urbanos serem providos de alimentos manufaturados, bebidas, estimulantes e têxteis elementares, por mão-de-obra barata, trabalhando numa espécie de estabelecimento industrial, em alguns dos quais — a Índia é um exemplo — desenvolviam-se indústrias razoavelmente significativas, de têxteis e até de ferro e aço. Todavia, o número dos assalariados multiplicava-se de modo espetacular, formando neste caráter classes

reconhecidas, especialmente nos países em que a industrialização havia sido estabelecida desde longa data; e no crescente número de países que, conforme já vimos, entravam em seu período de revolução industrial entre 1870 e 1914, ou seja, sobretudo na Europa, na América do Norte, no Japão e em algumas áreas de maciça colonização branca, no além-mar.

O número de tais assalariados crescia, em grande parte, por eles se haverem transferido de dois grandes reservatórios de trabalho pré-industrial, as oficinas artesanais e a agricultura, que ainda mantinham a maioria dos seres humanos. Pelo final do século, a urbanização provavelmente avançara mais e com maior rapidez do que jamais o fizera antes, e importantes correntes migratórias — por exemplo, da Inglaterra e das comunidades judaicas do Leste europeu — provinham das cidades, ainda que às vezes das pequenas cidades. Esses emigrantes podiam transferir-se, como de fato aconteceu, de um tipo de trabalho não-agrícola para outro. Com respeito aos homens e mulheres que fugiam à terra (para usar o termo *Landflucht*, corrente nesse tempo), relativamente poucos teriam a oportunidade de se dedicar à agricultura, mesmo que o quisessem.

Por um lado, a lavoura modernizada, e em processo de modernização, do Ocidente exigia relativamente menos braços do que antes, embora empregasse extensivamente trabalhadores migrantes sazonais, com freqüência vindos de longe, e pelos quais os fazendeiros não tinham que ter responsabilidade, ao terminar o período sazonal de trabalho; eram os *Sachsengänger*, vindos da Polônia para a Alemanha; as "andorinhas" italianas, na Argentina[a], o trabalhador itinerante, o viajante clandestino, e, já nesse tempo, os mexicanos nos EUA. Seja como for, o progresso agrícola significava menos gente a trabalhar na lavoura. Em 1910, a Nova Zelândia, que não possuía indústria digna de menção, dependia inteiramente de sua agricultura extremamente eficiente, especializada em gado e laticínios; 54% de sua população moravam nas cidades, e 40% (ou duas vezes a proporção da Europa, excluída a Rússia) empregavam-se em ocupações terciárias.

Enquanto isso, a agricultura não-modernizada das regiões atrasadas já não podia oferecer terra suficiente a futuros camponeses, que se multiplicavam nas aldeias. O que a maioria deles almejava, ao emigrar, decerto não era terminar a vida como trabalhadores. Eles queriam "fazer a América" (ou o país para onde fossem) na esperança de ganhar o suficiente, após alguns anos, para comprar uma propriedade ou uma casa e, como pessoa de posses, adquirir o respeito dos vizinhos, em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega. Uma minoria retornou, mas a maioria permaneceu, perfazendo turmas de construção, das minas, das siderúrgicas e realizando outras atividades do mundo urbano e industrial, que necessitava de trabalho duro e de pouco mais. Suas filhas e noivas ingressavam nos serviços domésticos.

Ao mesmo tempo, a máquina e a fábrica tiravam a base de massas consideráveis que, até fins do século XIX, produziam os mais familiares bens de consumo urbanos — roupas, calçados, móveis e assemelhados — por métodos artesanais, abrangendo desde os do altivo mestre-artesão até os das suadas oficinas e os das costureiras de sótãos. Se o número deles, segundo as aparências, não diminuiu de modo notável, sua participação na força de trabalho tornou-se menor, a despeito do espetacular aumento da produção. Assim, na Alemanha, o número de pessoas que se ocupavam de sapataria baixou ligeiramente entre 1882 e 1907, de 400 mil a 370 mil — claramente a maior parte da produção adicional era fabricada em aproximadamente 1.500 fábricas importantes (cujos números haviam triplicado desde 1882 e que agora empregavam quase seis vezes mais operários que naquele ano); e não em pequenas oficinas sem operários, ou com menos de dez deles, e cujos números haviam baixado em 20%; elas empregavam agora apenas 63% das pessoas que se ocupavam de sapataria, contra 93% em 1882. Em países que se industrializavam rapidamente, o setor de manufaturas pré-industriais oferecia, portanto, uma pequena, mas não desprezível, reserva para o recrutamento de novos operários.

Por outro lado, o número dos proletários crescia também em ritmo impressionante nas economias que se industrializavam,

impulsionado pelo apetite aparentemente ilimitado por força de trabalho nesse período de expansão econômica e, não menos, pela espécie de força de trabalho pré-industrial que ora se preparava para inundar seus setores em expansão. Na medida em que a indústria crescia ainda por uma espécie de casamento entre a destreza manual e a tecnologia a vapor, ou — como no caso da construção — não mudara realmente seus métodos, a demanda visava as antigas especialidades de ofício, ou especialidades adaptadas das antigas artesanias, como os dos ferreiros e serralheiros, para novas indústrias de maquinaria. Isto era expressivo, dado que os treinados trabalhadores diaristas de ofício — um grupo estabelecido de assalariados pré-industriais — formavam freqüentemente o elemento mais ativo, instruído e autoconfiante do proletariado em desenvolvimento das economias principais: o líder do Partido Social-Democrata era um torneiro (August Bebel) e o do Partido Socialista Espanhol, um tipógrafo (Iglesias).

Na proporção em que o trabalho industrial não era mecanizado, não requerendo qualificações especiais, estava não apenas ao alcance de boa parte de recrutas toscos, mas, por empregar muita mão-de-obra, multiplicava o seu número na proporção em que a produção aumentava. Para apresentar dois exemplos óbvios: a construção, que elaborava a infraestrutura da produção, dos transportes e das gigantescas cidades em rápida expansão; a mineração de carvão, que produzia a forma básica da energia da época — o vapor —, geravam ambas grandes efetivos de trabalhadores. A indústria da construção, na Alemanha, cresceu a partir de cerca de meio milhão em 1875 a quase 1,7 milhão em 1907, ou de 10% a quase 16% da força de trabalho. Em 1913, não menos de um milhão e um quarto de homens, na Inglaterra (800 mil na Alemanha em 1907), manejavam picaretas e enxadas, carregavam e erguiam o carvão que mantinha em movimento a economia mundial. (Em 1985, os números equivalentes eram 197.000 e 137.000.) Por outro lado, a mecanização, ao buscar substituir a habilidade manual e a experiência por seqüências de máquinas ou processos especializados feitos por mão-de-obra mais ou menos sem especialização, recebeu muito bem o baixo preço e a imaturidade de

operários inexperientes — e, em parte nenhuma tanto como nos EUA, onde as habilidades pré-industriais eram, em todo caso, escassas e não requisitadas a nível de fábrica ("A vontade de especializar-se não é geral", disse Henry Ford).

Ao aproximar-se o término do século XIX, não havia país industrializado, em fase de industrialização ou de urbanização que pudesse deixar de tomar consciência dessas massas de trabalhadores, historicamente sem precedentes e aparentemente anônimas e desenraizadas, que tomavam uma proporção crescente de seus povos e, ao que parecia, em aumento inevitável; dentro em pouco, provavelmente, seriam uma maioria. A diversificação das economias industriais, notadamente pelo aumento das ocupações terciárias — escritórios, lojas, serviços —, estava apenas em seu início, exceto nos EUA, onde os trabalhadores terciários já superavam em número os de colarinho azul. Em outras partes parecia predominar um desenvolvimento contrário. Cidades que em tempos pré-industriais haviam sido habitadas principalmente por pessoas do setor terciário — pois até os seus artífices eram também, geralmente, lojistas — tornaram-se centros manufatureiros. Em fins do século XIX, cerca de dois terços da população ocupada das grandes cidades (ou seja, das cidades de mais de 100 mil habitantes) trabalhavam na indústria.

Quem lançasse um olhar retrospectivo, no fim do século, se impressionaria principalmente com o avanço dos exércitos industriais e, dentro de cada cidade ou região, provavelmente com o avanço da especialização industrial. A cidade industrial típica, o mais das vezes habitada por 50.000 a 300.000 pessoas — e é evidente que, no início do século, qualquer cidade de mais de 100.000 habitantes seria considerada muito grande —, tendia a evocar uma imagem monocromática ou, na melhor das hipóteses, de dois ou três matizes associados; têxteis, em Roubaix ou Lodz, Dundee ou Lowell; carvão, ferro e aço, isolados ou combinados, em Essen ou Middlesbrough; armamentos e construção naval em Jarrow e Barrow; produtos químicos em Ludwigshafen ou Widnes. A esse respeito ela diferia, em dimensão e variedade, da nova megalópolis de muitos milhões, fosse ou não a capital. Embora algumas das grandes capitais fossem

igualmente importantes centros industriais (Berlim, São Petersburgo, Budapeste), habitualmente não ocupavam posição central no padrão industrial de um país.

Mais ainda, embora essas massas fossem heterogêneas e muito pouco uniformes, a tendência de trabalharem como componentes de firmas grandes e complexas, em fábricas de centenas e até de milhares de operários parecia ser universal, especialmente nos novos centros de indústria pesada. Krupp em Essen, Vickers em Barrow, Armstrong em Newcastle avaliaram a dimensão de sua força de trabalho, em cada uma de suas fábricas, em dezenas de milhares. Aqueles que trabalhavam nesses gigantescos pátios e fábricas eram minoria. Mesmo na Alemanha, o número médio de pessoas empregadas em unidades de mais de dez trabalhadores, em 1913, era apenas de 23-24, mas essa minoria era cada vez mais visível e potencialmente ameaçadora. E, qualquer que seja o estabelecido pelo historiador, o fato é que para os contemporâneos a massa dos operários era enorme, e indiscutivelmente crescia, lançando uma escura sombra sobre a ordem estabelecida na sociedade e na política. Que aconteceria, na verdade, se os operários se organizassem politicamente como classe?

Foi precisamente o que aconteceu, em escala européia e com extraordinária velocidade. Onde quer que a política democrática e eleitoral o permitisse, apareciam em cena, crescendo com rapidez assustadora, os partidos de massas baseados na classe operária, em sua maior parte inspirados na ideologia do socialismo revolucionário (pois todo socialismo era, por definição, considerado revolucionário) e liderados por homens e às vezes por mulheres — que acreditavam nessa ideologia. Em 1890, mal chegavam a existir, com a importante exceção do Partido Social-Democrata alemão, recentemente (1875) unificado e já uma respeitável força eleitoral. Em 1906, já eram de tal modo levados em conta que um estudioso alemão publicou um livro sobre o tema "Por que não existe socialismo nos EUA?". A existência de partidos operários e socialistas de massas era já a regra: a ausência deles é que surpreendia.

De fato, por volta de 1914, havia partidos socialistas de massas mesmo nos EUA, onde o candidato do partido, em 1912, recebeu quase um milhão de votos; havia-os igualmente na Argentina, onde o partido teve 10% dos votos em 1914, enquanto na Austrália um Partido Trabalhista admitidamente não-socialista já formava o governo federal desde 1912. No que diz respeito à Europa, os partidos socialistas e trabalhistas eram forças eleitorais respeitáveis em quase toda parte em que as condições o permitiam. Eram, na realidade, minorias, mas em alguns Estados, notadamente na Alemanha e na Escandinávia, já eram os maiores partidos nacionais, detendo até 35-40% do voto nacional — e cada uma das extensões do direito ao voto revelava que as massas industriais estavam prontas para escolher o socialismo. E essas massas não só votavam como organizavam-se em gigantescos exércitos: o Partido Trabalhista belga, em seu pequeno país, contava com 276 mil membros em 1911; o grande SPD alemão, com mais de um milhão; e as organizações de operários menos diretamente políticas, ligadas a tais partidos e não raro por eles fundadas, eram ainda mais maciças — sindicatos e sociedades cooperativas.

Nem todos os exércitos do trabalho eram tão grandes, compactos e disciplinados como os do norte e do centro da Europa. Mesmo, porém, onde os partidos operários consistiam em grupos de ativistas irregulares, ou em militantes locais prontos para liderar as manifestações que ocorressem, os novos partidos operários e socialistas deviam ser levados a sério. Eram fator expressivo na política nacional. Assim, o partido francês, cujos 76 mil membros, em 1914, não eram tantos nem unidos, elegeu, não obstante, 103 deputados, em virtude de seus 1,4 milhão de votos. O partido italiano, com uma filiação ainda mais modesta — 50 mil membros em 1914 — teve uma votação de quase um milhão. Em suma, os partidos socialistas e trabalhistas cresciam em quase toda parte, num ritmo que, dependendo do ponto de vista do observador, seria extremamente alarmante ou maravilhoso. Os líderes se animavam fazendo triunfantes extrapolações da curva de crescimento anterior. O proletariado estava destinado — era só considerar a Inglaterra industrial e os registros do recenseamento nacional de alguns anos

— a tornar-se a grande maioria do povo. O proletariado ligava-se a seus partidos. Era só questão de tempo, segundo os sistemáticos socialistas alemães, dados à estatística — e esses partidos passariam para além do mágico número dos 51% dos votos, o qual, nos Estados democráticos, seria certamente um marco decisivo. Ou, como dizia o novo hino do socialismo mundial: "A Internacional será a raça humana".

Não é preciso que compartilhemos desse otimismo que, manifestamente, estava mal situado. Não obstante, durante os anos que precederam 1914, tornou-se evidente que mesmo os partidos mais miraculosamente bem-sucedidos ainda possuíam grandes reservas de apoio em potencial para mobilizar, o que na verdade estavam fazendo. É natural, aliás, que o extraordinário crescimento dos partidos socialistas e operários desde a década de 1880 haja infundido em seus membros e seguidores, bem como em seus líderes, um sentimento de exaltação, de esperança maravilhosa, da inevitabilidade histórica de seu triunfo. Jamais houvera época tão repleta de esperanças para aqueles que labutam com suas mãos, numa fábrica, numa oficina ou nas minas. Nas palavras de uma canção socialista russa: "Do passado sombrio resplandece a luz brilhante do futuro".

2

Esse notável impulso ascendente dos partidos da classe operária era, à primeira vista, um tanto surpreendente. Sua força residia essencialmente na elementar simplicidade de seu apelo apolítico. Eram esses os partidos de todos os operários manuais, que trabalhavam por um salário. Representavam essa classe, em suas lutas contra os capitalistas e seus Estados; seu objetivo era criar uma nova sociedade, que teria início com a emancipação dos trabalhadores por sua própria iniciativa, e que emanciparia toda a raça rumana, à exceção de uma minoria cada vez mais insignificante

de exploradores. A doutrina do marxismo, formulada como tal entre a morte de Marx e o fim do século, crescentemente dominava a maioria dos novos partidos; a clareza com que enunciava suas proposições a dotava de um enorme poder de penetração política. Era suficiente saber que todos os trabalhadores deviam se unir ou apoiar esses partidos, pois a própria história lhes garantiria a vitória futura.

Isso pressupunha que existisse uma classe operária suficientemente numerosa e homogênea para reconhecer a si própria na imagem marxista do "proletariado"; e suficientemente convencida da validade da análise socialista de sua situação e de suas tarefas, das quais a primeira era formar um partido proletário e, independentemente de qualquer outra coisa, engajar-se na ação política. (Nem todos os revolucionários concordavam com tal primazia da política, mas no momento pode-se deixar de lado esta minoria antipolítica, principalmente inspirada em idéias então associadas ao anarquismo.)

Praticamente, porém, todos os observadores concordavam em que o "proletariado" estava longe de ser uma massa homogênea, mesmo dentro de uma só nação. Na verdade, antes do surgimento dos novos partidos, havia-se falado, habitualmente, em "classes trabalhadoras" no plural e jamais no singular.

As divisões no interior das massas classificadas pelos socialistas sob o título de "proletariado" eram, na verdade, tão importantes que se poderiam constituir num empecilho a qualquer asserção prática de uma consciência de classe única e unificada.

O clássico proletariado da moderna fábrica ou estabelecimento industrial, freqüentemente uma minoria ainda pequena, embora em rápido aumento, estava longe de ser idêntico ao grosso dos trabalhadores manuais que trabalhavam em pequenas oficinas, na produção domiciliar da zona rural e dos fundos de casas da cidade ou até ao ar livre; e também da labiríntica selva de assalariados que abarrotavam as cidades e — mesmo deixando de lado os da lavoura — o campo. As ocupações industriais, os ofícios e as demais atividades, com freqüência extremamente localizadas e com horizontes geográficos altamente restritos, não consideravam ser

seus problemas e sua situação os mesmos. Quanto haveria de comum, digamos, entre os caldeireiros, exclusivamente do sexo masculino, e as tecelãs de algodão, da Inglaterra, na maioria mulheres; ou, dentro das mesmas cidades portuárias, entre os operários especializados dos estaleiros e os estivadores; ou entre operários da confecção e os da construção civil? Essas divisões não eram apenas verticais, mas horizontais: entre trabalhadores de ofício e operários, entre pessoas e ocupações "respeitáveis" (que se respeitavam e eram respeitados) e o resto — entre a aristocracia do trabalho, o *lumpenproletariat* e os que se situavam entre ambos, ou mesmo entre diferentes estratos de ofícios especializados — em que o compositor-tipógrafo olhava de cima para o pedreiro e o pedreiro fazia o mesmo para o pintor de casas. Havia, além disso, não apenas divisões mas rivalidades entre grupos equivalentes, cada qual em busca do monopólio de um tipo especial de trabalho; e tais rivalidades eram exasperadas pelos desenvolvimentos tecnológicos, que transformavam antigos processos, criavam novos, tornavam irrelevantes as antigas especialidades e invalidavam as definições claras e tradicionais daquilo que "por direito" pertencia às funções, digamos, do serralheiro ou do ferrador. Onde os empregadores eram fortes e os operários eram fracos, a gerência, por meio das máquinas e do mando, impunha sua própria divisão de trabalho; mas em outras partes os operários qualificados talvez travassem aquelas amargas "disputas de demarcação" que agitaram os estaleiros ingleses, notadamente na década de 1890, não raro lançando operários não envolvidos nas greves interocupacionais numa ociosidade incontrolável e imerecida.

A todas essas diferenças acrescentavam-se outras, ainda mais óbvias, de origem social e geográfica, de nacionalidade, de língua, de cultura e de religião, às quais não podiam deixar de emergir à proporção que a indústria recrutava seus efetivos, que tão rapidamente aumentavam, em todos os cantos do próprio país e mesmo, nessa era de maciça migração internacional e transoceânica, no estrangeiro. Aquilo, portanto, que de um ponto de vista poderia parecer uma concentração de homens e mulheres numa única "classe operária" seria talvez considerado, de outro,

como gigantesca dispersão de fragmentos da sociedade, uma diáspora de velhas e novas comunidades. Na medida em que tais divisões separavam os operários, evidentemente elas eram úteis para os empregadores e mesmo estimuladas por eles — em especial nos EUA, onde o proletariado, em sua maior parte, consistia numa grande variedade de imigrantes. Mesmo uma entidade intensamente militante como a *Western Federation of Miners* (Federação dos Mineiros do Oeste), das Montanhas Rochosas, corria perigo de fragmentar-se, devido aos conflitos entre os trabalhadores metodistas e qualificados da Cornualha, especializados em pedras duras, encontrados em qualquer parte da terra em que houvesse mineração comercial de metal, e os irlandeses católicos, menos qualificados, encontrados onde quer que houvesse necessidade de força e trabalho duro nas fronteiras do mundo de língua inglesa.

Houvesse ou não outras diferenças no interior da classe operária, não cabia dúvida de que as diferenças de nacionalidade, religião e língua a dividiam. O caso clássico da Irlanda é tragicamente familiar. Mesmo na Alemanha, os operários católicos resistiam ao apelo da social-democracia muito mais que os protestantes; e na Boêmia, os operários tchecos resistiram à integração proposta em um movimento pan-austríaco dominado por operários de língua alemã. O entusiástico internacionalismo dos socialistas — os operários, havia-lhes dito Marx, não tinham pátria, apenas classe — atraía os movimentos operários, não apenas pelo seu ideal, mas por ser com freqüência a condição prévia essencial para a ação. De outro modo, como poderiam os operários ser mobilizados como tais numa cidade igual a Viena, onde um terço deles era de emigrados tchecos; ou em Budapeste, onde os operários qualificados eram alemães e os demais, eslovacos ou magiares? O grande centro industrial de Belfast demonstrava — e demonstra ainda — o que pode acontecer quando os operários se identificam principalmente como católicos ou protestantes ou mesmo como irlandeses e não como operários.

Afortunadamente, o apelo ao internacionalismo ou, o que era quase a mesma coisa nos países grandes, ao inter-regionalismo, não ficou totalmente sem efeito. As diferenças de língua, de

nacionalidade ou de religião, por si mesmas, não impossibilitavam a formação de uma consciência de classe unificada, especialmente onde grupos nacionais de operários não competissem, tendo cada qual seu nicho no mercado de trabalho. Criavam importantes dificuldades apenas onde expressassem ou onde simbolizassem conflitos graves entre grupos que iam além dos limites de classe; ou diferenças do interior da classe operária que eram, aparentemente, incompatíveis com a unidade dos operários. Os operários tchecos suspeitavam dos alemães, não como operários e sim como membros de uma nação que tratava os tchecos como inferiores. Os operários irlandeses católicos no Ulster não se deixavam impressionar por apelos pela unidade da classe, ao verem os católicos crescentemente excluídos, entre 1890 e 1914, dos empregos qualificados na indústria, os quais, por esse motivo, haviam-se tornado virtual monopólio dos operários protestantes, com a aprovação de seus sindicatos. Mesmo assim, tal era a força da experiência de classe que a identificação alternativa do operário com algum outro grupo, em classes operárias plurais — como polonês, como católico, ou outra coisa —, apenas estreitava a identificação de classe, sem a substituir. Uma pessoa sentia-se operário, mas especificamente operário tcheco, polonês ou católico. A Igreja Católica, a despeito da profunda hostilidade que nutria para com a divisão e o conflito entre classes, foi obrigada a formar, ou pelo menos a tolerar, sindicatos e até sindicatos católicos — nessa época não muito grandes — embora preferisse organizações conjuntas de empregadores e empregados. O que as identificações alternativas realmente excluíram não foi a consciência de classe como tal, mas a consciência *política* de classe. Assim, houve um movimento sindicalista, e as habituais tendências de formar um partido trabalhista, mesmo no sectário campo de batalha que era o Ulster. Mas a unidade dos operários só era possível na medida em que as duas questões dominantes da existência e do debate político fossem excluídas da discussão: a religião e a autonomia para a Irlanda, sobre as quais os operários católicos e os protestantes, os *green* e os *orange* (os verdes e os cor-de-laranja), não conseguiam entrar em acordo. Algum tipo de movimento sindical e de luta industrial seria

possível, sob tais circunstâncias, mas nunca — exceto dentro de cada comunidade e portanto débil e intermitentemente — um partido baseado na identificação de classe.

Acrescente-se a esses fatores, que dificultavam a tomada de consciência e a organização da classe operária, a estrutura heterogênea da própria economia industrial em seu desenvolvimento. Nesse particular a Inglaterra era absolutamente excepcional, visto lá existir um forte sentimento apolítico de classe e uma organização sindical. A simples antigüidade — e arcaísmo da industrialização pioneira desse país permitira um sindicalismo um tanto primitivo e bastante descentralizado, em grande parte composto de sindicatos de ofícios, que aprofundara suas raízes nas indústrias básicas do país, as quais — por diversas razões — se desenvolveram menos pela substituição da maquinaria por trabalho humano que por um casamento de operações manuais com energia a vapor. Em todas as grandes indústrias da antiga "oficina do mundo" — a do algodão, a da mineração, a da metalurgia, a da construção de maquinaria e de navios (última indústria que a Inglaterra dominou) — existia um núcleo de organização sindical baseado principalmente nas ocupações e nos ofícios, sobretudo com a capacidade de se transformar em sindicalismo de massas. Entre 1867 e 1875, os sindicatos adquiriram realmente *status* legal e privilégios de tal alcance que nem os mais militantes dos empregadores nem os governos conservadores nem os juízes conseguiram reduzi-los ou aboli-los até a década de 1980. A organização sindical não estava simplesmente presente e aceita; era poderosa, especialmente no local de trabalho. Esse excepcional e mesmo único poder operário criaria, no futuro, problemas crescentes para a economia industrial britânica; e na verdade, mesmo durante nosso período, criou grandes dificuldades para os industriais que desejavam mecanizá-lo ou administrá-lo. Antes de 1914, os industriais malograram nos casos mais decisivos, mas para nossos propósitos é suficiente anotar a anomalia da Inglaterra a esse respeito. A pressão política pode ajudar a reforçar o poder de fábrica, sem que efetivamente tenha que substituí-lo.

Em outros lugares a situação era bastante diversa. De modo geral, os sindicatos funcionavam apenas à margem da indústria moderna, especialmente a de grande escala: em oficinas, nos canteiros de obras e em pequenas e médias empresas. A organização, em teoria, podia ser nacional, mas na prática era extremamente localizada e descentralizada. Em países como a França e a Itália, seus agrupamentos efetivos eram as alianças entre pequenos sindicatos locais, agrupados em volta de salões operários locais. A federação sindical nacional francesa (CGT) requeria apenas um mínimo de *três* sindicatos locais para constituir um sindicato nacional. Nas grandes fábricas da moderna indústria os sindicatos eram desimportantes. Na Alemanha, a força da social-democracia; com seus "sindicatos livres", não se fazia sentir nas indústrias pesadas da região do Reno e do Ruhr. Nos EUA, o sindicalismo nas grandes indústrias foi virtualmente eliminado na década de 1890 — e não retornaria antes da década de 1930 —, mas sobreviveu nas indústrias de pequeno porte e nos sindicatos de ofício da construção civil, protegido pelo localismo do mercado das grandes cidades, onde a rápida urbanização, para não mencionar a política do suborno e dos contratos da municipalidade, proporcionava maior campo de ação. A única alternativa real ao sindicato local de pequenos grupos de trabalho organizado e ao sindicato de ofício (de operários em sua maioria qualificados) era a mobilização, ocasional e raramente permanente, de massas de trabalhadores em greves intermitentes; mas isso era também quase sempre localizado.

Houve algumas extraordinárias exceções, entre as quais distinguiram-se os mineiros, por sua verdadeira diferença em relação aos carpinteiros e charuteiros, os ferreiros-mecânicos, os tipógrafos e os demais artesãos assalariados que formavam os quadros normais da classe operária dos novos movimentos proletários. De um modo ou de outro, essas massas de homens robustos que trabalhavam nas trevas, quase sempre morando com suas famílias em comunidades isoladas e tão impeditivas e áridas quanto suas minas, ligados entre si pela solidariedade do trabalho e da comunidade e pela dura e perigosa atividade, mostravam uma marcante propensão para engajar-se em lutas coletivas; mesmo na

França e nos EUA, os mineiros de carvão formaram, pelo menos intermitentemente, poderosos sindicatos[b]. Dada a dimensão do proletariado das minas e suas notáveis concentrações regionais, seu papel potencial nos movimentos operários — e na Inglaterra, real — poderia ser enorme.

Dois outros setores parcialmente imbricados do sindicalismo não artesanal merecem atenção: o dos transportes e o dos funcionários públicos. Os servidores do Estado eram ainda excluídos das organizações operárias — até na França que, mais tarde, seria o baluarte dos sindicatos de servidores públicos — o que retardou de modo marcante a sindicalização das estradas de ferro, freqüentemente de propriedade do Estado. Contudo, mesmo as estradas de ferro particulares revelaram-se difíceis de serem organizadas, fora dos amplos e pouco populosos espaços, onde o fato de serem indispensáveis oferecia uma considerável vantagem estratégica àqueles que nelas se empregavam, especialmente aos maquinistas e aos tripulantes dos trens. As companhias de estradas de ferro eram, de longe, as maiores empresas da economia capitalista e quase impossíveis de sindicalizar, exceto no conjunto daquilo que poderia ser uma rede de extensão quase igual à do país: em 1890, a *London and Nort Western Railway Company* (Companhia de Estradas de Ferro de Londres e do Noroeste), por exemplo, controlava 65 mil operários, num sistema de 7 mil quilômetros de linha e 800 estações.

Em contraste, o outro setor chave dos transportes, o marítimo, era extremamente localizado nos portos de mar e em torno deles, onde, por sua vez, toda a economia tendia a circular. Aqui, portanto, qualquer greve nas docas propendia a tornar-se uma greve geral dos transportes que, a seu turno, poderia vir a ser uma greve geral. As greves gerais econômicas, que se multiplicaram nos primeiros anos do novo século[c] — e conduziram a exaltados debates dentro do movimento socialista —, eram, portanto, principalmente as que tiveram lugar nas cidades portuárias: em Trieste, Gênova, Marselha, Barcelona, Amsterdã. Foram batalhas gigantescas mas improváveis, como tal, de conduzir a uma organização sindical permanente de massas, dada a heterogeneidade de uma força de trabalho

freqüentemente não-especializada. Todavia, os transportes por estrada de ferro e por mar, embora muito diferentes, tinham em comum sua crucial importância estratégica para as economias das nações, que se poderiam paralisar, caso eles cessassem. À medida que cresciam os movimentos operários, os governos tomavam consciência crescente desse potencial estrangulamento e elaboravam as possíveis contramedidas: destas, a decisão do governo francês de derrotar uma greve geral de estradas de ferro, em 1910, por meio do alistamento de 150 mil ferroviários ou, mais precisamente, de os colocar sob disciplina militar, é o mais drástico exemplo.

Entretanto, também os empregadores particulares reconheciam o papel estratégico do setor de transportes. A contra-ofensiva à onda de sindicalização, na Inglaterra, em 1889-1890 (a qual, por sua vez, fora lançada por greves de marinheiros e doqueiros), teve início com uma batalha contra os ferroviários escoceses e uma série de batalhas contra a maciça mas instável sindicalização dos grandes portos de mar. Inversamente, a ofensiva operária desencadeada às vésperas da guerra mundial planejou sua própria força estratégica de choque, a Tríplice Aliança dos mineiros de carvão, dos ferroviários e da federação dos trabalhadores nos transportes (ou seja, dos empregados nos portos). O transporte era agora claramente considerado elemento crucial na luta de classes.

Era assim considerado, aliás, com maior clareza que outra zona de confronto que em breve se revelaria ainda mais decisiva: a das grandes e crescentes indústrias metalúrgicas. Nestas, a força tradicional da organização operária, os operários especializados de antecedentes artesanais, com obstinados sindicatos de ofício, encontravam a grande fábrica moderna, que se propunha reduzi-los (ou à maioria deles) a operadores semiqualificados de máquinas e ferramentas, cada vez mais especializadas e sofisticadas. Aqui, nesta fronteira do avanço tecnológico que tão rapidamente se movia, o conflito de interesses era claro. Enquanto durasse a paz, a situação em seu conjunto favorecia os administradores; mas depois de 1914, já não surpreendia que a lâmina cortante da radicalização operária se achasse em toda parte das grandes fábricas de

armamentos. Subjacente à disposição revolucionária dos metalúrgicos, durante e após a guerra mundial, discernimos as tensões preparatórias das décadas de 1890 e de 1900.

As classes operárias, portanto, não eram homogêneas nem fáceis de unir num só grupo social coerente — mesmo deixando de lado o proletariado agrícola, que os movimentos sindicais buscavam organizar e mobilizar, em geral sem grande êxito[d]. E todavia eles estavam sendo unificados. Como?

3

Um modo poderoso de unificar era o da ideologia, amparada pela organização. Os socialistas e anarquistas levaram seu novo evangelho às massas, até então desprezadas por quase todas as instituições, exceto por seus exploradores e por aqueles que as aconselhavam a se manter silenciosas e obedientes; e mesmo as escolas primárias (onde as alcançavam) contentavam-se, de modo geral, a inculcar os deveres cívicos da religião, enquanto as próprias Igrejas organizadas (a não ser por algumas seitas plebéias) só muito lentamente entravam em território proletário ou estavam mal equipadas para lidar com populações tão diferentes daquelas das comunidades estruturadas das antigas paróquias rurais ou urbanas. Os operários eram gente desconhecida e esquecida, na proporção em que formavam um novo grupo social. O quanto eram desconhecidos, testemunham-no dezenas de escritos de pesquisadores socialistas e de observadores da classe média; o quanto eram esquecidos, pode ser avaliado por qualquer pessoa que haja lido as cartas do pintor Van Gogh, que foi às minas de carvão belgas como evangelista. Os socialistas, com freqüência, eram os primeiros a deles se aproximar. Onde as condições o permitissem, eles imprimiam nos mais variados grupos de operários — desde artesãos assalariados e vanguardas militantes até comunidades inteiras de mineiros e trabalhadores de obras — uma única

identidade: a de "proletários". Em 1886, os aldeões dos vales belgas em torno de Liège, que tradicionalmente manufaturavam armas de fogo, eram apolíticos. Passavam a vida sendo mal pagos, e a diversão, para os homens, residia apenas em criar pombos, pescar e freqüentar brigas de galos. Assim que o "Partido dos Trabalhadores" apareceu em cena, converteram-se em massa: daí em diante, 80 a 90% de Val de Vesdre passou a votar pelos socialistas, abrindo brechas até nas últimas fortificações do catolicismo local. O povo do Liegeois percebeu que participava da identificação e da fé dos tecelões de Ghent, cuja própria língua (o flamengo) não podiam entender; e por aí com a identificação e a fé de todos aqueles que participavam do ideal de uma só classe operária universal. Essa mensagem, a da unidade de todos os que trabalham e são pobres, foi levada até os mais remotos cantos dos países, por agitadores e propagandistas. E eles traziam igualmente a *organização*, a ação coletiva estruturada sem a qual a classe operária não poderia existir como classe; e, por meio da organização, adquiriam aqueles quadros de porta-vozes que podiam articular os sentimentos e esperanças dos homens e mulheres que não os saberiam enunciar. Eles possuíam ou encontravam as palavras para as verdades que todos sentiam. Sem essa coletividade organizada, seriam apenas pobre gente do trabalho. Pois o antigo *corpus* de sabedoria — os provérbios, ditados e canções — que formulara a *Weltanschauung* dos trabalhadores pobres do mundo pré-industrial, já não bastava. Eles constituíam uma *nova* realidade social, que exigia nova reflexão. Isto iniciou-se no momento em que compreenderam a mensagem de seus novos porta-vozes: "Vocês são uma classe, devem demonstrar que são uma classe". Por isso, em casos extremos, era suficiente que os novos partidos simplesmente pronunciassem seu nome: "o partido dos trabalhadores". Ninguém, exceto os militantes do novo movimento, trazia essa mensagem de consciência de classe aos trabalhadores. Sua mensagem unificava todos os que se dispusessem a reconhecer-lhe a grande verdade que cancelava as diferenças existentes entre eles.

Mas toda gente dispunha-se a reconhecê-la — pois alargava-se a brecha que separava os que eram, ou se tornavam, trabalhadores

e o resto das pessoas, inclusive as de outros setores dos socialmente modestos, da "gente pequena" — uma vez que o mundo da classe operária separava-se progressivamente — e não menos porque os conflitos entre os que pagavam salários e os que destes viviam constituía uma realidade existencial cada vez mais dominante. Este era o caso, evidentemente, em lugares praticamente criados pela e para a indústria, como Bochum (4.200 habitantes em 1842, 120.000 em 1907, dos quais 78% eram operários e 3% eram "capitalistas") ou Middlesbrough (6.000 em 1841, 105.000 em 1911). Nesses centros, principalmente de mineração e indústria pesada, que cresceram como cogumelos na segunda metade do século, talvez mais que as cidades das fábricas têxteis que anteriormente haviam sido os típicos centros industriais, os homens e as mulheres poderiam passar a vida sem sequer chegar a ver, com alguma regularidade, um membro das classes não assalariadas que de algum modo não lhes desse ordens (proprietários, gerentes, funcionários, professores, padres), a não ser no que diz respeito aos pequenos artesãos e lojistas, ou aos taverneiros, que atendiam às modestas necessidades dos pobres e que, conforme a clientela, adaptavam-se ao ambiente proletário[e]. Em Bochum, a produção para consumo incluía, sem contar com os habituais padeiros, açougueiros e cervejeiros, algumas centenas de costureiras e 48 modistas, mas apenas oito lavadeiras, seis fabricantes de chapéus e gorros, oito peleteiros e — o que é significativo — nenhuma pessoa que fabricasse o símbolo característico do *status* da classe média e alta, as luvas.

Todavia, mesmo na grande cidade, com seus serviços multiformes e progressivamente diversificados, com sua variedade social e sua especialização funcional, suplementadas na época pelo planejamento urbano e pelo desenvolvimento da propriedade, havia uma separação de classes, salvo em territórios neutros, como o parque, a estação ferroviária e as estruturas destinadas ao divertimento. O velho "bairro popular" declinou, com a nova segregação social: em Lion, La Croix-Rousse, antiga cidadela dos turbulentos tecelões da seda, que de lá desciam para o centro da cidade, foi descrito em 1913 como um bairro de "pequenos

empregados" — "o enxame de operários abandonara o planalto e as ladeiras que a ele davam acesso". Os operários haviam se transferido da velha para a outra margem do-Ródano, onde estavam as fábricas. Progressivamente, a cinzenta uniformidade dos novos bairros operários, expelidos das áreas centrais da cidade, espalhava-se por toda parte: por Wedding e Neukölln, em Berlim, por Favoriten e Ottakring, em Viena, por Poplar e West Ham, em Londres — contrapartidas dos bairros e subúrbios das classes média e média baixa, que rapidamente se desenvolviam. E se a muito discutida crise do setor artesanal tradicional empurrou alguns grupos de mestres-artesãos para a direita radical, anticapitalista e antiproletária, como aconteceu na Alemanha, poderia igualmente, como na França, intensificar-lhes o jacobinismo anticapitalista ou o radicalismo republicano. Quanto aos assalariados e aprendizes, dificilmente poderiam deixar de se convencer de que agora nada mais eram senão proletários. E não era natural para as pressionadas indústrias domésticas proto-industriais, freqüentemente (como era o caso dos tecelões em tear manual) em simbiose com as primeiras fases do sistema de fábrica, que se identificassem com a situação proletária? Comunidades localizadas desse tipo, em várias regiões montanhosas da Alemanha, da Boêmia e de outras partes, tornaram-se as fortalezas naturais do movimento.

Todos os operários estavam, por boas razões, prontos a ser convencidos da injustiça da ordem social, mas o ponto crucial de sua experiência era seu relacionamento com os empregadores. O novo movimento operário socialista era inseparável dos descontentes do local de trabalho, quer se expressassem ou não por meio de greves e (mais raramente) de sindicatos organizados. Repetidamente, o surgimento de um partido socialista local é inseparável de um grupo particular de operários localmente centrais, cuja mobilização ele libera ou reflete. Em Roanne (França) os tecelões formavam o âmago do *Parti Ouvrier*; quando a tecelagem organizou-se nessa região, em 1889-1891, os cantões rurais subitamente mudaram de política, passando da "reação" para o "socialismo", e o conflito industrial passou para a organização política e a atividade eleitoral. Todavia, conforme demonstra o exemplo do movimento operário

inglês nas décadas de meados do século, não havia conexão necessária entre a prontidão para a greve, para a organização e a identificação da classe dos empregadores (os "capitalistas") como o mais importante adversário político. Na verdade, uma frente comum unira, tradicionalmente, aqueles que trabalhavam e produziam, os operários, artesãos, lojistas e burgueses contra os ociosos e contra o "privilégio" — os que acreditavam no progresso (uma coalizão que também atravessou os limites da classe) contra a "reação". No entanto, essa aliança, em grande parte responsável pela anterior força histórica e política do liberalismo (cf. *A Era do Capital*, cap. 6), desmoronou, não apenas por haver a democracia eleitoral revelado os interesses divergentes dos seus vários componentes, mas porque a classe dos empregadores, progressivamente tipificada pelas suas dimensões e concentração — como vimos, a palavra chave "grande", como em "grandes negócios", *grande industrie*, *grand patronat*, ou *Grossindustrie* —, aparece com maior freqüência e integra-se mais visivelmente na zona indiferenciada da riqueza, do poder estatal e do privilégio. Junta-se a "plutocracia", que os demagogos eduardianos, na Inglaterra, gostavam de desancar — uma "plutocracia" que, enquanto a era da depressão cedia lugar ao embriagador surto da expansão econômica, pavoneava-se cada vez mais e o fazia visivelmente por meio da nova mídia de massas. O principal perito trabalhista do governo inglês afirmava que os jornais e o automóvel, monopólio dos ricos na Europa, caracterizavam o iniludível contraste entre ricos e pobres.

À medida que a luta política contra o "privilégio" se incorporava à até então independente luta que se desenvolvia no local do emprego, ou em volta dele, o mundo do operário manual separava-se cada vez mais daqueles que se situavam acima dele, por meio do crescimento impressionantemente rápido em alguns países, do setor terciário da economia, que gerou um estrato de homens e mulheres que trabalhavam sem sujar as mãos. Diferentemente da antiga pequena burguesia de pequenos artesãos lojistas, que poderia ser considerada zona de transição ou terra-de-ninguém entre o operariado e a burguesia, essas novas classes médias e as classes médias baixas separavam as duas outras; apesar da absoluta

modéstia de sua situação econômica, com freqüência pouco melhor que a de operários bem pagos, estas classes davam realce precisamente ao que a separava dos trabalhadores manuais e ao que possuía ou julgava possuir em comum com os que lhe eram socialmente superiores (cf. cap. 7). Formavam uma camada, isolando o operariado abaixo dela.

Se os desenvolvimentos econômicos e sociais assim favoreciam a formação de uma consciência de classe de todos os operários manuais, um terceiro fator virtualmente forçou-os à unificação: a economia nacional e o Estado-nação, que progressivamente se interligavam. O Estado-nação não apenas formava o quadro de referência da vida do cidadão, estabelecendo-lhe parâmetros e determinando as condições concretas e os limites geográficos da luta operária, mas igualmente tornava as suas intervenções políticas, legais e administrativas cada vez mais centrais à existência da classe trabalhadora. A economia operava progressivamente como sistema integrado, ou seja, como um sistema em que o sindicato não mais funcionava como um agregado de unidades locais frouxamente ligadas e preocupadas principalmente com as condições locais; seria compelido a adotar uma perspectiva nacional, pelo menos em relação à própria indústria. Na Inglaterra, o novo fenômeno que eram os conflitos trabalhistas organizados *nacionalmente* surgiu pela primeira vez na década de 1890, enquanto o espectro da greve nacional dos transportes e dos mineiros de carvão concretizava-se na década de 1900. De modo correspondente, as indústrias começaram a negociar acordos coletivos de âmbito nacional, praticamente desconhecidos antes de 1889. Em 1910, porém, haviam-se tornado prática comum.

A tendência crescente dos sindicatos, especialmente dos sindicatos socialistas, de organizar os trabalhadores em estruturas abrangentes, cada qual cobrindo uma única indústria nacional ("sindicalismo industrial"), refletia esse sentido da economia como um todo integrado. O "sindicalismo industrial", como aspiração, reconhecia que "a indústria" deixara de ser classificação teórica para estatísticos e economistas para se tornar um conceito operacional ou estratégico, de âmbito nacional, o quadro de referência econômico

da luta dos sindicatos, por muito localizados que fossem. Os mineiros de carvão ingleses, conquanto violentamente apegados aos seus campos de mineração ou mesmo às suas minas e embora conscientes da especificidade de seus problemas e costumes, perceberam que, inevitavelmente, tinham que se unir — Gales do Sul com a Nortúmbria, Fife com Staffordshire em organização nacional, entre 1888 e 1908.

No tocante ao Estado, a democratização eleitoral impôs uma unidade de classe que os governantes almejavam evitar. A própria luta pela extensão dos direitos do cidadão inevitavelmente adquiria um matiz de classe para os operários, visto que a questão central da controvérsia (pelo menos para os homens) era o direito ao voto dos cidadãos *sem propriedade*. A qualificação segundo a propriedade, por modesta que fosse, excluiria, antes de tudo, grande parte dos operários. Inversamente, onde os direitos de voto não haviam ainda sido alcançados, pelo menos em teoria, os novos movimentos socialistas fatalmente convertiam-se nos maiores defensores do sufrágio universal, deflagrando ou ameaçando deflagrar gigantescas manifestações e greves gerais por essa causa — na Bélgica em 1893 e mais duas vezes depois desta, na Suécia em 1902, na Finlândia em 1905 — o que, a um tempo, reforçava e demonstrava o poder de mobilização das massas recém-convertidas. Até as reformas eleitorais deliberadamente antidemocráticas poderiam reforçar a consciência de classe nacional, como aconteceu na Rússia, após 1905, onde os eleitores trabalhadores foram reunidos (e sub-representados) num compartimento separado, ou *cúria* eleitoral. Todavia, as atividades eleitorais, nas quais caracteristicamente os partidos socialistas mergulharam, para escândalo dos anarquistas que as consideravam separando o movimento da revolução, só poderiam conferir à classe operária uma dimensão nacional única, por muito dividida que estivesse sob outros aspectos.

Mais ainda: o próprio Estado unificava a classe, visto que, progressivamente, qualquer grupo social teria de perseguir seus objetivos políticos por meio de pressões exercidas junto ao governo *nacional*, a favor ou contra a legislação e a administração de leis

nacionais. Nenhuma classe tinha uma necessidade mais consistente e contínua de ação estatal positiva em assuntos econômicos e sociais, para compensar as inadequações de sua desamparada ação coletiva; e quanto mais numeroso o proletariado nacional, tanto mais sensíveis (mas com relutância) eram os políticos às exigências de um conjunto de eleitores tão perigoso e de tal dimensão. Na Inglaterra, os antigos sindicatos de meados da era vitoriana e o novo movimento operário dividiram-se, na década de 1880, essencialmente devido à questão da exigência de que fosse instituído um dia de oito horas *por lei*, e não por meio de negociações coletivas. Isto é, exigiam uma lei universalmente aplicável a *todos* os trabalhadores, uma lei por definição, *nacional* e mesmo, segundo a opinião da II Internacional, plenamente conscientes do significado da exigência, uma lei internacional. Essa agitação originou a provavelmente mais visceral e comovente instituição do internacionalismo da classe operária: as manifestações anuais de Primeiro de Maio, inauguradas em 1890. (Em 1917, os operários russos, finalmente livres para comemorar, até puseram de lado seu próprio calendário a fim de se manifestarem precisamente no mesmo dia em que o resto do mundo o fazia.)[f] Todavia, a força da unificação da classe operária, dentro de cada nação, substituía de modo inevitável as esperanças e asserções teóricas do internacionalismo operário, salvo para uma nobre minoria de militantes e ativistas. Conforme demonstrou o comportamento das classes operárias em agosto de 1914, o quadro de referência efetivo da sua consciência de classe era, exceto durante os breves momentos da revolução, o Estado e a nação politicamente definidos.

4

Não é possível e sequer necessário examinar aqui o pleno alcance das variações geográficas, ideológicas, nacionais, regionais e outras, reais ou potenciais, referentes ao tema geral da formação das

classes operárias de 1870-1914 como grupos sociais conscientes e organizados. Evidentemente, este ainda não era o caso em alguma medida expressiva para aquela parte da humanidade cuja pele era de matiz diferente (como na Índia e naturalmente no Japão), mesmo quando seu desenvolvimento industrial já era inegável. Esse avanço da organização de classe não era cronologicamente uniforme. Acelerou-se, porém, no decorrer de dois curtos períodos. O primeiro grande avanço ocorreu entre o final da década de 1880 e os primeiros anos de 1890, marcadas, ambas, pela reinstituição de uma Internacional dos Trabalhadores (a "Segunda", para a distinguir da Internacional de Marx de 1864-1872) e por aquele símbolo da confiança e da esperança da classe operária, o Primeiro de Maio. Foram esses os anos em que os socialistas primeiro apareceram em números significativos nos parlamentos de diversos países, enquanto na Alemanha, onde seu partido já era forte, o poder do SPD mais que dobrou entre 1887 e 1893 (de 10,1 a 23,3%). O segundo período importante de avanço aconteceu aproximadamente entre a Revolução Russa de 1905 — que muito o influenciou, especialmente na Europa central — e 1914. O maciço avanço eleitoral dos partidos socialistas e operários era agora auxiliado pela difusão do sufrágio democratizado, que lhe permitia ser eficazmente registrado. Ao mesmo tempo, ondas de agitação operária produziam um avanço ainda maior na força do sindicalismo organizado. Embora os pormenores variassem enormemente com as circunstâncias nacionais, essas duas ondas de rápido avanço operário podem ser encontradas de um ou de outro modo, em quase toda parte.

Contudo, a formação da consciência de classe dos trabalhadores não pode ser identificada, simplesmente, com o crescimento dos movimentos operários organizados, embora haja exemplos, particularmente na Europa central e em algumas zonas industriais especializadas, nas quais a identificação dos operários com seu partido ou movimento era quase total. Assim, um analista de eleições num distrito eleitoral da Alemanha central (Naumburg-Merseburg) ficou surpreso pelo fato de que apenas 88% dos operários tivessem votado no SPD: evidentemente, presumia que, nesse lugar, a equação "operário = social-democrata" fosse a regra.

Este caso, porém, não era típico nem mesmo comum. O que se tornava cada vez mais comum, quer os operários se identificassem ou não com "seu" partido, era a identificação apolítica de classe, ou a consciência de pertencerem a um mundo separado de operários, que incluía, mas ia muito além do "partido de classe". Pois tal consciência era baseada numa experiência de vida à parte, um modo e um estilo de vida separados que emergiam, não obstante as variações regionais de costumes e idioma, em formas partilhadas de atividade social (por exemplo, existem versões de esportes especificamente identificados com os proletários como classe, tais como as associações de futebol, na Inglaterra, que datam da década de 1880), ou mesmo modos de vestir novos e específicos de classe, como o proverbial boné operário de viseira.

Ainda assim, sem o surgimento simultâneo do "movimento", mesmo as expressões não-políticas da consciência de classe não haveriam sido completas nem mesmo plenamente concebíveis: pois foi por meio do movimento que "as classes trabalhadoras", no plural, fundiram-se com a "classe operária", no singular. Os movimentos, por sua vez, à proporção que se tornavam movimentos de massas, eram imbuídos da desconfiança não política, mas instintiva, dos trabalhadores em relação a todos os que não tinham mãos sujas pelo trabalho. Esse difuso *ouvrierisme*, como o chamavam os franceses, refletia a realidade dos partidos de massas, uma vez que estes, ao contrário das pequenas organizações ilegais, eram preponderantemente compostos de trabalhadores manuais. Os 61 mil membros do Partido Social-Democrata, em Hamburgo, em 1911-1912, incluíam apenas 36 "escritores e jornalistas" e *dois* membros das profissões mais prestigiosas. Na realidade, apenas 5% de seus membros eram não-proletários, e destes, metade consistia de estalajadeiros. Mas essa desconfiança em relação a não-trabalhadores não excluía a admiração por grandes mestres oriundos de classe diferente, como o próprio Karl Marx, nem por um punhado de socialistas de origem burguesa, pais-fundadores, líderes nacionais e oradores (duas funções não raro difíceis de distinguir) ou "teóricos". E na verdade, em sua primeira geração, os partidos socialistas atraíram admiráveis figuras da classe média, homens

talentosos merecedores de admiração: Victor Adler, na Áustria (1852-1918); Jaurès, na França (1859-1914); Turati, na Itália (1857-1932); Branting, na Suécia (1860-1925).

O que era, pois, esse "movimento" que em casos extremos poderia finalmente vir a coincidir com a classe? Em toda parte ele incluía a mais básica e universal organização de trabalhadores: o sindicato, embora sob formas diferentes e com força variável. Também incluía, com freqüência, as cooperativas, principalmente sob a forma de lojas para operários, ocasionalmente (como na Bélgica) como instituições centrais do movimento[g]. Em países onde existiam partidos socialistas de massas, eles incluiriam, mais cedo ou mais tarde, todas as associações em que participassem os operários, desde o berço à sepultura — ou, mais exatamente, dado seu anticlericalismo — ao crematório, preferido pelos "avançados" por ser mais apropriado à época das ciências e do progresso. As associações poderiam variar, desde os 200 mil membros da Federação Alemã de Corais Operários, de 1914, e dos 13 mil membros do Clube dos Ciclistas Operários "Solidariedade", de 1910, até os Operários Colecionadores de Selos e os Operários Criadores de Coelhos, cujos vestígios encontram-se ainda, vez por outra, nas estalagens dos subúrbios de Viena. Mas, em sua essência, todos eles subordinavam-se, ou faziam parte, ou pelo menos ligavam-se intimamente à sua expressão essencial, o partido político, quase sempre chamado Socialista (Social-Democrata) e/ou mais simplesmente, dos "Trabalhadores" ou "Trabalhista". Movimentos operários que carecessem de partidos de classe organizados ou que se opusessem à política, embora pudessem representar a velha estirpe de esquerda, da ideologia utópica ou anarquista, eram quase invariavelmente fracos. Representavam quadros itinerantes de militantes isolados, de evangelistas, de agitadores, de potenciais líderes de greves, mas não estruturas de massas. Exceto no mundo ibérico, sempre defasado em relação aos demais desenvolvimentos europeus, o anarquismo jamais foi ideologia majoritária em parte nenhuma da Europa, nem mesmo de movimentos operários fracos. Salvo nos países latinos e, conforme revelou a Revolução de 1917, na Rússia, o anarquismo era politicamente sem importância.

A grande maioria desses partidos operários, sendo a Austrália a exceção mais importante, anteviam mudanças fundamentais na sociedade e, conseqüentemente, davam a si próprios o nome de "socialistas", ou julgava-se que estivessem propensos a isso, como o Partido Trabalhista inglês. Antes de 1914, queriam manter muita distância da política da classe dominante e mais ainda do governo, até o dia em que o próprio movimento formasse um governo seu e, presumivelmente, iniciasse a grande transformação. Líderes trabalhistas que se haviam deixado tentar por compromissos com partidos da classe média e com os governos eram execrados, salvo quando guardavam silêncio completo, como no caso de J. R. MacDonald sobre os arranjos eleitorais com os liberais, que pela primeira vez deram ao Partido Trabalhista inglês uma expressiva representação parlamentar, em 1906. (Por motivos compreensíveis, a atitude dos partidos para com o governo local era bem mais positiva.) Talvez a razão principal pela qual tantos partidos como esse hastearam a bandeira vermelha de Karl Marx tenha sido porque ele, mais que qualquer outro teórico de esquerda, lhes tenha dito três coisas que pareciam igualmente plausíveis e animadoras: que nenhum melhoramento previsível, dentro do atual sistema, mudaria a situação básica dos trabalhadores como tais (a sua "exploração"); que a natureza do desenvolvimento capitalista, que ele longamente analisara, tornava a derrubada da presente sociedade e sua substituição por outra, nova e melhor, bastante incerta; e que a classe operária, organizada em partidos de classe, seria a criadora e a herdeira de um glorioso futuro. Desse modo, Marx oferecia aos operários uma certeza, análoga àquela anteriormente oferecida pela religião, de que a ciência demonstrava a inevitabilidade histórica de seu futuro triunfo. No que se refere a isso, o marxismo era tão eficaz que, mesmo os que se opunham a Marx, dentro do movimento, adotavam em larga medida sua análise do capitalismo.

Assim, tanto os oradores como os ideólogos desses partidos quanto seus adversários tinham geralmente como certo que queriam uma revolução social e que suas atividades subentendiam essa revolução. Todavia, o que exatamente significaria essa frase, a não ser que a mudança do capitalismo para o socialismo, de uma

sociedade baseada na propriedade privada e na iniciativa, para outra, baseada na "propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca" revolucionaria de fato a vida — embora a exata natureza e o conteúdo do futuro socialista fossem surpreendentemente muito pouco discutidos e permanecessem imprecisos — exceto para afirmar que o mau de agora seria bom, então. A natureza da revolução foi a questão dominante dos debates sobre política proletária durante todo o período.

O que estava em discussão não era a fé numa total transformação da sociedade, mesmo estando muitos líderes e militantes demasiado absorvidos nas lutas imediatas para interessar-se por um futuro remoto. Era antes o fato de, seguindo uma tradição de esquerda que remontava para além de Marx e Bakunin, a 1789 ou mesmo a 1776, as revoluções esperarem realizar mudanças sociais fundamentais por meio de uma súbita, violenta e insurrecional transferência do poder. Ou, em sentido mais geral e milenarista, que a grande mudança, cuja inevitabilidade havia sido estabelecida, devia ser mais iminente do que no momento aparentava ser no mundo industrial, ou mesmo do que parecera, durante a depressão e o descontentamento da década de 1880, ou durante os surtos de esperança do início de 1890. Mesmo o veterano Engels — ao lançar um olhar retrospectivo à Era das Revoluções, durante a qual era de esperar que se erguessem barricadas mais ou menos a cada vinte anos e na qual ele realmente tomara parte em campanhas revolucionárias, de arma na mão — advertiu que os dias de 1848 pertenciam, irreversivelmente, ao passado. Como vimos, desde meados da década de 1890 a idéia do iminente colapso do capitalismo parecia absolutamente implausível. Que restava, pois, aos exércitos do proletariado, mobilizados aos milhões sob a bandeira vermelha?

Algumas vezes, à direita do movimento, recomendavam alguns que todos se concentrassem nas melhorias e reformas imediatas que a classe operária conseguisse do governo e dos empregadores, deixando que o futuro remoto cuidasse de si próprio. A revolta e a insurreição, em todo caso, não estavam na agenda. Mesmo assim, raros líderes operários nascidos após 1860 abandonaram a idéia da

Nova Jerusalém. Eduard Bernstein (1850-1932), intelectual socialista formado pelos próprios esforços, que por imprudência sugeriu não apenas que fossem revistas as teorias de Karl Marx à luz do florescente capitalismo ("revisionismo"), mas também que o almejado objetivo do socialismo era menos importante que as reformas a serem ganhas no caminho, foi maciçamente condenado por políticos operários, cujo interesse em derrubar o capitalismo era não raro extremamente débil. A crença de que a sociedade atual era intolerável fazia sentido para a gente da classe operária, mesmo quando, conforme notara um observador de um congresso socialista alemão na década de 1900, seus militantes "mantinham-se um pão ou dois à frente do capitalismo". Era o ideal de uma nova sociedade que infundia esperanças à classe operária.

Não obstante, como havia a nova sociedade de ser instaurada, numa época em que o colapso do velho sistema parecia o contrário de iminente? A constrangida descrição de Kautsky do grande Partido Social Democrata alemão como um partido que "embora revolucionário não faz revolução", é um resumo do problema. Seria suficiente manter, como fazia o SPD, um compromisso teórico com nada menos que a revolução social, uma posição de oposição intransigente, só para medir periodicamente a ascensão das forças do movimento nas eleições, confiando nas forças objetivas do desenvolvimento histórico, para produzir seu inevitável triunfo? Não, se isto significasse, como acontecia na prática com demasiada freqüência, que o movimento havia se adaptado a operar dentro do quadro de referências do sistema que não conseguia derrubar. Esta fachada de intransigência, segundo a opinião de muitos radicais e militantes, ocultava uma acomodação com a passividade, uma recusa de dar ordem de ação aos exércitos mobilizados do trabalho e à supressão das lutas que espontaneamente recresciam entre as massas, tudo isso em nome da miserável disciplina organizacional.

O que a díspar, mas após 1905 crescente, esquerda radical rejeitava — com seus rebeldes, seus militantes sindicalistas de base, seus intelectuais dissidentes e seus revolucionários — eram os partidos proletários de massas, em sua opinião inevitavelmente reformistas e burocratizados, em virtude de estarem engajados em

certos tipos de ação política. Os argumentos contra eles eram muito semelhantes, quer os da predominante ortodoxia marxista, como habitualmente era o caso no continente, ou os dos antimarxistas à moda fabiana, como na Inglaterra. A esquerda radical preferia, em vez disso, confiar na ação direta proletária, que contornava o perigoso pântano da política e culminava, idealmente, em algo parecido com uma greve geral revolucionária. O "sindicalismo revolucionário", que prosperara na década anterior a 1914, sugere, como o próprio nome indica, um casamento entre revolucionários sociais extremados e a militância sindicalista descentralizada, associada em variáveis graus às idéias anarquistas. Floresceu, fora da Espanha, principalmente como ideologia de algumas centenas ou de milhares de militantes sindicalistas proletários e de um punhado de intelectuais, durante a segunda fase do crescimento e da radicalização do movimento, que coincidiu com uma considerável e internacionalmente difundida inquietação operária, e com muita incerteza nos partidos socialistas, sobre o que exatamente poderiam ou deveriam estar fazendo.

Entre 1905 e 1914, o típico revolucionário ocidental era provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário que, paradoxalmente, rejeitava o marxismo como ideologia de partidos que faziam uso dele como escusa para não tentar fazer revolução. Isto era um tanto injusto para com o espírito de Marx, visto que o impressionante, em relação aos partidos proletários de massa do Ocidente que hasteavam sua bandeira em seus mastros, era a real modéstia do papel neles desempenhado por Marx. As crenças básicas dos líderes e militantes desses partidos eram freqüentemente impossíveis de ser distinguidas da esquerda não-marxista radical operária ou jacobina. Todos eles acreditavam, de igual modo, na luta da razão contra a ignorância e a superstição (isto é, o clericalismo); na luta do progresso contra o sombrio passado; na ciência, na educação, na democracia e na trindade secular Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Mesmo na Alemanha, onde quase um em três cidadãos votava no Partido Social Democrata que se declarara formalmente marxista em 1891, o *Manifesto Comunista*, antes de 1905, era publicado em edições de apenas 2 mil a 3 mil

exemplares, e a obra ideológica mais popular nas bibliotecas operárias era aquela, cujo título se explica a si mesmo: *Darwin versus Moisés*. Na verdade, havia escassez mesmo de intelectuais marxistas nativos. Os principais "teóricos" da Alemanha eram importados do Império Habsburgo, como Kautsky e Hilferding, ou do Império do czar, como Parvus e Rosa Luxemburgo. A oriente de Praga e Viena havia abundante provisão de marxismo e de intelectuais marxistas. Nessas regiões, o marxismo reteve seu impulso revolucionário intacto, e o liame entre marxismo e revolução continuava manifesto, ao menos porque as perspectivas revolucionárias eram imediatas e reais.

Nesse ponto, realmente, estava a chave do padrão dos movimentos operários e socialistas, como a de muitas outras coisas na história dos cinqüenta anos precedentes a 1914. Esses movimentos surgiram nos países da revolução dual e na própria zona da Europa ocidental e central na qual toda pessoa politizada referia-se à maior das revoluções do passado, a da França, de 1789; e onde todo habitante das cidades que houvesse nascido no mesmo ano de Waterloo, no decurso de sessenta anos de vida haveria, provavelmente, passado pelo menos por duas, ou talvez três revoluções, em primeira ou segunda mão. O movimento operário e socialista via em si mesmo a continuação linear dessa tradição. Os social-democratas austríacos comemoravam o Dia de Março (aniversário das vítimas da revolução de Viena, de 1848) antes de comemorarem o novo Primeiro de Maio. Todavia, a revolução social retirava-se rapidamente de sua primitiva zona de incubação. E sob certos aspectos o surgimento dos partidos de classe, maciços, organizados e, acima de tudo, disciplinados, acelerou essa retirada. Os comícios de massas organizados, as cuidadosamente planejadas manifestações ou passeatas de massas, as campanhas eleitorais antes substituíram que prepararam tumultos e insurreições. A súbita onda de partidos "vermelhos" nos países avançados da sociedade burguesa era realmente um fenômeno preocupante para os que os governavam; mas, entre estes, poucos realmente esperavam ver uma guilhotina erguida em suas capitais. Reconheciam esses partidos como entidades de oposição radical dentro de um sistema

que não obstante oferecia espaço para melhorias e para a conciliação. Essas sociedades não eram, ou não eram ainda, ou não eram mais, daquelas em que muito sangue corria, a despeito da retórica que afirmava o contrário.

O que mantinha os novos partidos comprometidos com a completa revolução da sociedade, pelo menos teoricamente, e as massas de trabalhadores comuns comprometidos com esses partidos, não era decerto a incapacidade de o capitalismo lhes oferecer melhorias. Era o fato de, até-onde a maioria dos trabalhadores que esperavam melhorias podia julgar, todos os aperfeiçoamentos expressivos provinham, em primeiro lugar, da ação e da organização deles próprios, como classe. Na verdade, sob certos aspectos, a decisão de preferir o caminho dos melhoramentos coletivos excluía as demais opções. Nas regiões da Itália em que os trabalhadores pobres e sem terra se organizaram em sindicatos e cooperativas, eles não escolheram a alternativa da emigração em massa. Quanto mais vigoroso era o senso da comunidade e da solidariedade da classe trabalhadora, tanto mais fortes as pressões sociais no sentido que se mantivessem dentro dela, embora isso não excluísse — especialmente no caso de grupos como o dos mineiros — a ambição de proporcionar aos filhos a escolaridade que os afastaria das minas. O que havia, subjacente às convicções socialistas dos militantes da classe trabalhadora e à aprovação das massas era, mais que qualquer outra coisa, o mundo segregado imposto ao novo proletariado. Se neles havia esperança — e seus membros organizados eram realmente altivos e esperançosos — era porque eles tinham esperanças no movimento. Se o "sonho americano" era individualista, o do operário europeu era predominantemente coletivo.

Seria isso revolucionário? Quase certamente não, no sentido insurrecional, a julgar pelo comportamento da maioria do mais forte dos partidos socialistas revolucionários, o SPD alemão. Mas existia na Europa um vasto cinturão semicircular de pobreza e inquietação, no qual a revolução efetivamente estava na agenda, e — pelo menos numa de suas partes — realmente irrompeu. Estendia-se a partir da Espanha, passando por grande parte da Itália, e dirigia-se ao Império

Russo, através da península balcânica. A revolução emigrava da Europa ocidental para a oriental, em nosso período. Examinaremos a sorte da zona revolucionária do continente e do globo, logo abaixo. Aqui notaremos apenas que, no Leste, o marxismo reteve suas conotações explosivas originais. Após a Revolução Russa, retornou ao Ocidente e expandiu-se novamente para o Leste, como a quintessência da ideologia da revolução social, assim permanecendo durante grande parte do século XX. Entretanto, a brecha na comunicação entre socialistas que usavam a mesma linguagem teórica alargava-se quase sem que o percebessem, até que sua dimensão foi subitamente revelada na explosão da guerra de 1914, quando Lenin, de longa data admirador da ortodoxia social-democrata alemã, descobriu que seu principal teórico era um traidor.

5

Embora na maioria dos países os partidos socialistas, a despeito de divisões nacionais e confessionais, evidentemente estivessem a caminho de mobilizar a maioria das classes trabalhadoras, era inegável que, salvo na Inglaterra, o proletariado não era — ou, como afirmavam confiantes os socialistas, "não era ainda" — nem de longe a maioria da população. Assim que os partidos socialistas adquiriram base de massa, deixando de ser seitas de propaganda e agitação, ou grupos de quadros ou dispersos baluartes locais de convertidos, tornava-se evidente que não podiam confinar sua atenção exclusivamente à classe operária. O debate intensivo sobre a "questão agrária", que se iniciou entre os marxistas em meados da década de 1890, reflete precisamente essa descoberta. Embora "o campesinato" estivesse, sem dúvida, destinado a desaparecer (conforme corretamente argumentavam os marxistas, pois isto tem finalmente se verificado no final do século XX), o que poderia ou deveria o socialismo oferecer, enquanto isso, aos 36% da Alemanha e aos 43% da França que viviam da agricultura (1900), para não

mencionar os países europeus que ainda eram predominantemente agrícolas? A necessidade de ampliar o apelo dos partidos socialistas, deslocando-os do que era puramente proletário, podia ser formulada e defendida de diversos modos, desde os simples cálculos eleitorais até as considerações revolucionárias de teoria geral ("A social-democracia é o partido do proletariado... mas... é simultaneamente um partido de desenvolvimento social, visando o desenvolvimento de todo o corpo social desde a presente fase capitalista até uma forma mais elevada".) Isso não podia ser ignorado, uma vez que o proletariado fora derrotado eleitoralmente quase em toda parte, isolado ou menos reprimido pelas forças reunidas das outras classes.

A própria identificação, porém, entre partido e proletariado tornava o apelo aos outros estratos sociais mais difícil. Dificultava o caminho dos políticos pragmáticos, dos reformistas, dos "revisionistas" marxistas, os quais teriam preferido ampliar o socialismo de um partido de classe para um "partido do povo", pois mesmo os políticos práticos, prontos para deixar a doutrina aos poucos camaradas classificados como "teóricos", reconheciam que o apelo quase existencial aos operários, como operários, era o que proporcionava aos partidos sua verdadeira força. Mais ainda, as exigências políticas e os *slogans* especificamente talhados para a medida do proletariado — tais como o dia de oito horas e a socialização — deixavam indiferentes os demais estratos e até corriam o risco de atrair-lhes o antagonismo, por envolverem uma ameaça de expropriação. Os partidos socialistas operários raramente tiveram sucesso ao tentar romper o amplo mas separado universo da classe operária, dentro do qual seus militantes, e não raro as massas, chegavam até a sentir-se muito à vontade.

No entanto, a atração exercida por esses partidos ia muito além das classes operárias; e mesmo os partidos de massa que mais intransigentemente se identificavam com uma classe, manifestamente mobilizavam apoio de outros estratos sociais. Havia, por exemplo, países nos quais o socialismo, não obstante sua falta de conexão ideológica com o mundo rural, conquistava grandes áreas no campo — e não apenas o apoio daqueles que poderiam ser

classificados como "proletários rurais"; isso ocorreu em partes do sul da França, da Itália central e dos EUA, onde a mais sólida fortaleza do Partido Socialista situava-se — coisa surpreendente — entre os fazendeiros brancos, pobres e fanáticos pela Bíblia, em Oklahoma, onde a votação do seu candidato presidencial subiu a mais de 25%, em 1912, nas vinte e três comarcas mais rurais do Estado. Igualmente notável é o fato de os pequenos artesãos e lojistas estarem super-representados, na filiação do Partido Socialista Italiano, se comparados aos seus números na população total.

Havia, sem dúvida, razões históricas para isso. Onde a tradição política da esquerda (secular) — a dos republicanos, democratas, jacobinos e outros — era antiga e forte, o socialismo poderia parecer uma extensão lógica de tudo isso, ou, por assim dizer, uma versão atualizada daquela declaração de fé nas eternas grandes causas da esquerda. Na França, onde o socialismo era claramente uma força de grande porte, aqueles populares intelectuais do campo e paladinos dos valores republicanos, os professores das escolas primárias, sentiam fortemente a atração do socialismo; e os mais importantes agrupamentos políticos da Terceira República pagavam seu tributo de respeito aos ideais do eleitorado adotando os nomes de Republicano Radical ou de Partido Radical Socialista em 1901. (Embora, evidentemente, não fossem radicais nem socialistas.) Os partidos socialistas, contudo, extraíam sua força, bem como sua ambigüidade política, daquelas tradições, porque, como vimos, eles partilhavam delas mesmo quando já lhes pareciam insuficientes. Assim, nos Estados em que o direito ao voto era ainda restrito, seus militantes e seu combate efetivo pelos direitos democráticos ao voto mereceu para eles o apoio de outros democratas. Como partidos dos menos privilegiados, era natural que fossem agora vistos como os defensores típicos da luta contra a desigualdade e o "privilégio", os quais haviam sido centrais ao radicalismo político desde a Revolução Americana e a Francesa; ainda mais que tantos de seus antigos porta-bandeiras, a exemplo da classe média liberal, haviam-se juntado às próprias forças do privilégio.

Os partidos socialistas beneficiavam-se, de modo mais claro, de seu *status* de intransigentes adversários dos ricos. Representavam

uma classe que era, sem exceções, pobre, ainda que não necessariamente muito pobre segundo os padrões contemporâneos. Denunciavam a exploração, a riqueza e sua constante concentração com uma paixão incessante. Outros, também pobres e que se sentiam explorados, embora não proletários, bem poderiam achar simpático tal partido.

Em terceiro lugar, os partidos socialistas eram, quase por definição, partidos dedicados àquele conceito chave do século XIX, o "progresso". Defendiam, especialmente os marxistas, o inevitável avanço da marcha da história rumo a um futuro melhor, cujo conteúdo exato poderia não estar bem claro mas que certamente presenciaria o contínuo e acelerado triunfo da razão, da educação e da tecnologia. Quando os anarquistas espanhóis refletiam sobre sua utopia, era em termos de eletricidade e máquinas automáticas para a remoção de refugos. O progresso, ainda que apenas sinônimo de esperança, era a aspiração dos que pouco ou nada possuíam e os recentes ecos de dúvida sobre a sua realidade ou sobre se era desejável, vindos do mundo da cultura burguesa e patrícia (cf. abaixo), aumentavam as associações plebéias e politicamente radicais, pelo menos na Europa. Não pode haver dúvida de que os socialistas beneficiavam-se com o prestígio do progresso entre os que nele acreditavam, especialmente entre pessoas instruídas e imbuídas da tradição do liberalismo e do Iluminismo.

Finalmente e paradoxalmente, o fato de serem gente de fora e em permanente oposição (pelo menos até a revolução) ele oferecia-lhes uma vantagem. Sua primeira habilidade foi claramente a de atrair muito mais que o apoio estatisticamente esperado de minorias cuja posição na sociedade era, em certo grau anômala, tais como os judeus em muitos países da Europa, mesmo quando se tratava de judeus confortavelmente burgueses; e na França, da minoria protestante. Em segundo lugar, não maculados pela contaminação das classes dominantes, poderiam atrair nações oprimidas nos impérios multinacionais, e estas talvez viessem a se manifestar sob a bandeira vermelha, à qual emprestariam um matiz distintamente nacional. Isso ocorreu desse modo — o que é notável — no império czarista (conforme veremos no cap. 5), sendo o caso mais dramático

o dos finlandeses. Eis a razão pela qual o Partido Socialista Finlandês, havendo recolhido 37% dos votos assim que a lei o permitiu, cresceu para 47% em 1916 e veio a ser, de fato, o partido nacional de seu país.

O apoio aos partidos chamados proletários poderia, portanto, estender-se muito além do proletariado. Quando o caso era este, poderia, em circunstâncias convenientes, fazer deles partidos do governo; e, após 1918, isso realmente aconteceu. Todavia, juntar-se ao sistema do governo "burguês" significava abandonar o *status* de revolucionário, ou mesmo de opositor radical. Antes de 1914, isso não chegava a ser absolutamente impensável, mas certamente não era admissível em público. O primeiro socialista que aderiu a um governo "burguês", embora com a desculpa da unidade na defesa da república contra a iminente ameaça da reação, Alexandre Millerand (1889) — subseqüentemente ele se tornou presidente da França —, foi solene e ignominiosamente expulso do movimento nacional e internacional. Antes de 1914, nenhum político socialista sério teria sido tolo ao ponto de perpetrar tal erro. (De fato, na França, o Partido Socialista só participou de um governo em 1936.) Pelo menos, em sua fachada, os partidos permaneceram puros e intransigentes até a guerra.

Contudo, uma última pergunta deve ser feita. É possível escrever a história das classes trabalhadoras de nossa época simplesmente em termos de suas organizações de classe (não necessariamente apenas as socialistas) ou daquela consciência genérica de classe, expressa nos estilos de vida e nos padrões de comportamento do gueto que era o mundo do proletariado? Apenas na medida em que sentiam e se comportavam como membros de tal classe. Esta consciência poderia estender-se a uma grande distância, a paragens absolutamente inesperadas, tais como as dos ultra devotos tecelões *hassidim* de xales rituais judaicos, num canto perdido da Galícia (Kolomea), que entraram em greve contra seus empregadores, com o auxílio dos socialistas judeus da localidade. Todavia, grande parte dos pobres, especialmente dos muito pobres, não se considerava "proletária" nem como tal se comportava e tampouco julgava as organizações e modos de agir do movimento

aplicáveis ou relevantes para si. Eles se consideravam como pertencentes à eterna categoria dos pobres, dos prescritos, dos desafortunados ou dos marginais. Se emigravam do campo ou de alguma região estrangeira para uma cidade grande, morariam talvez num gueto, imbricado num sujo e pobre bairro operário; o mais provável, porém, é que os dominassem a rua, o mercado e os inumeráveis expedientes pequeninos, legais e ilegais, pelos quais as famílias pobres mantêm juntos a alma e o corpo, sendo apenas alguns, em qualquer sentido, real trabalho assalariado. Para eles, o que contava não eram o sindicato nem o partido de classe, mas os vizinhos, a família, os patronos que lhes poderiam fazer favores ou arranjar empregos; de outro modo, eles mais evitavam que pressionavam as autoridades públicas, os padres ou a gente que provinha do mesmo lugar da terra distante; qualquer pessoa ou qualquer coisa que lhes tornasse a vida suportável, num ambiente novo e desconhecido. Se pertenciam à antiga plebe urbana de uma cidade, a admiração dos anarquistas pelos seus submundos não os tornava mais proletários ou mais políticos. O mundo de *A Child of the Jago* (1896), de Arthur Morrison, ou de Aristide Bruant, em sua canção *Belleville-Ménilmontant*, não é o mundo da consciência de classe senão na medida em que o ressentimento contra os ricos é compartilhado por ambos. O irônico mundo do dar-de-ombros e da aceitação, totalmente apolítico, da canção de *music-hall* inglesa[h], que atingiu nesses anos sua época de ouro, está mais próximo ao da classe operária consciente, mas os seus temas — sogras, esposas, falta de dinheiro para o aluguel — pertenciam a qualquer comunidade de pobres-diabos urbanos do século XIX.

Não devemos esquecer esses mundos. E, de fato, não os esquecemos, pois eles, paradoxalmente, atraíram os artistas da época mais que o respeitável mundo monocromático e especialmente provinciano do proletariado clássico. Não devemos, porém, contrapô-lo ao mundo proletário. A cultura dos plebeus pobres, mesmo no mundo dos tradicionais excluídos, era sombreada pela consciência de classe, onde quer que esses dois mundos coexistissem. Eles se reconheciam mutuamente, e onde a consciência de classe e seus movimentos fossem fortes como,

digamos, em Berlim ou no grande porto de mar que era Hamburgo, o mundo da miscelânea e da pobreza pré-industrial ajustava-se a eles, e até alcoviteiros, ladrões e receptadores lhes apresentavam seus respeitos. Nada tinham de independente com que contribuir, embora os anarquistas não pensassem assim. Careciam, é certo, de militância permanente, para não mencionar o compromisso, do ativista — mas deles carecia igualmente, como bem sabia todo ativista, a grande maioria da classe operária, em qualquer parte. Não têm fim as queixas dos militantes, ao referirem-se a esse peso morto de passividade e ceticismo. À medida que emergia uma classe operária consciente, que se expressava no movimento e no partido, nesta época, as plebes pré-industriais eram atraídas para sua esfera de influência. E, na medida em que não o foram, serão ignoradas pela história, por não terem sido seus construtores, mas apenas as suas vítimas.

---

[a] Dizem que se recusavam ao trabalho da colheita na Alemanha, visto a viagem da Itália para a América do Sul ser mais fácil e mais barata, sendo os salários mais altos.

[b] Conforme indicam os versos dos mineiros alemães, grosseiramente traduzíveis do seguinte modo:

> Os padeiros assam pão sozinhos
> Os marceneiros trabalham em sua casa;
> mas os mineiros, onde estiverem,
> contam com bravos e confiáveis companheiros.

[c] Greves gerais breves, a favor da democratização do direito ao voto, eram outro assunto.

[d] Exceto na Itália, onde a Federação dos Trabalhadores da Terra era, de longe, o maior sindicato, aquele que lançou as bases para a posterior influência comunista, na Itália central e em partes do sul do país. Na Espanha o anarquismo teve, possivelmente, influência intermitente comparável entre os trabalhadores rurais sem terra.

[e] O papel da taverna, como ponto de reunião de sindicatos e dos ramos do partido socialista e dos taverneiros, como socialistas militantes, é bastante conhecido em diversos países.

[f] Conforme se sabe, em 1917, o calendário russo (juliano) estava ainda treze dias atrasado em relação ao nosso (o gregoriano), daí procedendo o conhecido enigma da Revolução de Outubro, que ocorreu em 7 de novembro.

[g] Embora a cooperação entre operários estivesse intimamente ligada aos movimentos trabalhistas, e formasse, de fato, uma ponte entre os ideais "utópicos" do socialismo pré-1848 e o novo socialismo, não era este o caso da parte mais florescente da cooperação, a dos camponeses e fazendeiros, exceto em algumas partes da Itália.

[h] Como cantava Gus Elen: Com uma escada / E uns óculos / Você veria os pântanos de Hackney / Se não fossem as casas de permeio.

CAPÍTULO 6

BANDEIRAS DESFRALDADAS: NAÇÕES E NACIONALISMO

"Scappa, che arriva la patria." (Foge, que a pátria vem aí.)

De uma camponesa italiana, ao filho.

A linguagem deles tornou-se complexa, porque agora lêem. Lêem livros — de qualquer modo, aprendem a ler pelos livros... A palavra e o idioma da linguagem literária e a pronúncia sugerida pela ortografia tendem a prevalecer sobre o uso local.

H. G. Wells, 1901

O nacionalismo... ataca a democracia, demole o anticlericalismo, luta contra o socialismo e solapa o pacifismo, o humanitarismo e o internacionalismo... Declara terminado o programa do liberalismo.

Alfredo Rocco, 1914

1

Se a ascensão dos partidos da classe trabalhadora foi um importante subproduto da democratização, a ascensão do nacionalismo na política foi outro. Em si, evidentemente não era novo (cf. *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital*). Todavia, no período de 1880 a 1914, o nacionalismo avançou dramaticamente e seu conteúdo ideológico e político transformou-se. Seu próprio vocabulário indica a significação desses anos. A própria palavra "nacionalismo" apareceu

pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. Foi esta, igualmente, a época em que a canção "*Deutschland Über Alles*" (A Alemanha acima de todos os outros) substituiu composições rivais, tornando-se o hino nacional da Alemanha. A palavra "nacionalismo", embora originalmente descrevesse apenas uma versão de direita do fenômeno, provou ser mais conveniente do que o desajeitado "princípio de nacionalidade" que fora parte do vocabulário da política européia desde 1830; e assim veio a ser utilizada igualmente para todos os movimentos que consideravam a "causa nacional" como de primordial importância política: mais exatamente, para todos os que exigiam o direito à autodeterminação, ou seja, em última análise, o direito de formar um Estado independente, destinado a algum grupo nacionalmente definido. O número de tais movimentos ou, pelo menos, dos líderes que afirmavam falar por eles, e sua significação política aumentariam de modo impressionante nessa época. A base dos "nacionalismos" de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com "sua" nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente. A democratização da política e especialmente a das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas. Quando os Estados faziam isso, chamavam-no de "patriotismo". Originalmente, a essência do nacionalismo de direita, que emergia em Estados-nação já estabelecidos, era a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política, e por meio dela a estigmatização de todos os demais como traidores. O fenômeno era novo; durante a maior parte do século XIX, o nacionalismo fora identificado com movimentos liberais e radicais, bem como com a tradição da Revolução Francesa. Em outras partes, porém, o nacionalismo não se identificava necessariamente com nenhuma das cores do espectro político.

Entre os movimentos nacionais que ainda careciam de Estados próprios encontramos alguns que se identificavam com a direita, outros com a esquerda, e outros, ainda, indiferentes a ambas. Realmente, conforme sugerimos, havia movimentos, não pouco poderosos, que mobilizavam homens e mulheres em base nacional, mas, por assim dizer, por acidente, uma vez que apelavam em primeiro lugar para a libertação social. Entretanto, se nessa época a identificação nacional evidentemente era, ou tornou-se depois, um fator importante na política dos Estados, seria um erro considerar o apelo ao nacionalismo incompatível com outro qualquer. Os políticos nacionalistas e seus adversários, naturalmente, preferiam insinuar que um tipo de apelo excluía o outro, como o uso de um chapéu exclui o de outro ao mesmo tempo. Mas, como questão de história e observação, isso não confere. Em nossa época, era perfeitamente possível ser revolucionário marxista e patriota irlandês, como James Connolly, executado em 1916, por liderar a Insurreição da Páscoa em Dublin.

Porém, na medida em que, nos países de política de massas, os partidos competiam pelo apoio de um mesmo grupo de seguidores, estes seriam obrigados a realizar escolhas mutuamente excludentes.

Os movimentos da classe operária, ao apelar para seus eleitores em potencial, na base da identificação de classe, não tardaram a compreender isso, na extensão em que precisaram competir, como de hábito em regiões multinacionais, contra partidos que pediam a proletários e a socialistas em potencial que os apoiassem como tchecos, como poloneses ou como eslovenos. Daí a sua preocupação, tão logo tornaram-se movimentos de massas, com a "questão nacional". O fato de quase todo teórico marxista de importância, desde Kautsky até Rosa Luxemburgo, passando pelos austro-marxistas e chegando a Lenin e ao jovem Stalin, haver tomado parte em veementes debates a respeito desse assunto no período, demonstra a urgência e a centralidade do problema.

Onde a identificação nacional tornava-se força política, formava uma espécie de substrato geral da política. Isto torna extremamente difíceis de definir as suas multiformes expressões, mesmo em casos em que afirmara ser especificamente nacionalistas ou patrióticas.

Conforme veremos, a identificação nacional, quase com certeza, veio a difundir-se mais em nosso período, e o significado de apelo nacional, na política, aumentou. Todavia, e quase certamente, o mais importante era aquela série de mutações, dentro do nacionalismo político, que viria a ter profundas conseqüências no século XX.

Devem ser mencionados quatro aspectos dessas mutações. O primeiro, conforme já vimos, é o surgimento do nacionalismo e do patriotismo, como ideologia encampada pela direita política. Isto encontraria sua expressão extrema entre as duas guerras, no fascismo, cujos ancestrais ideológicos aí são encontrados. O segundo é a pressuposição, absolutamente alheia à fase liberal dos movimentos nacionais, de que a autodeterminação nacional, até e inclusive a formação de Estados soberanos independentes, aplicava-se não apenas a algumas nações que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, política e cultural, mas a todo e qualquer grupo que reivindicasse o título de "nação". A diferença entre a antiga pressuposição e a nova é ilustrada pela diferença entre as doze entidades bastante grandes consideradas como as que constituíam a "Europa das nações" por Giuseppe Mazzini, o grande profeta do nacionalismo do século XIX, em 1857 (cf. *A Era do Capital*, cap. 5:1), e os 26 Estados — 27 se incluirmos a Irlanda — que emergiram do princípio da autodeterminação nacional, do presidente Wilson, no fim da Primeira Guerra Mundial. O terceiro era a tendência progressiva para admitir que a "autodeterminação nacional" não podia ser satisfeita por qualquer forma de autonomia inferior à plena independência do Estado. Durante a maior parte do século XIX a maioria das reivindicações de autonomia não havia previsto isso. Finalmente, havia a nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem.

Antes de meados da década de 1870 houve Estados, principalmente os da metade ocidental da Europa, que se consideravam como representantes de "nações" (por exemplo, a França, a Inglaterra, a nova Alemanha e a Itália), e Estados que, embora baseados em algum outro princípio político, eram considerados como representantes do conjunto principal de seus habitantes, com fundamentos que poderiam ser julgados

semelhantes aos nacionais (isso aplica-se aos czares, que certamente eram objeto da lealdade do povo da Grande Rússia, por serem governantes russos e ortodoxos). Além dos limites do Império Habsburgo e talvez do Império Otomano, as numerosas nacionalidades do interior dos Estados estabelecidos não constituíam problema político muito grave, especialmente após haverem sido estabelecidos um Estado alemão e um italiano. Havia, naturalmente, os poloneses, divididos entre a Rússia, a Alemanha e a Áustria, e que jamais perdiam de vista a restauração de uma Polônia independente. Havia, dentro do Reino Unido, os irlandeses. Havia vários blocos de nacionalidades que por uma ou outra razão encontravam-se além das fronteiras da nação-Estado relevante, à qual teriam preferido pertencer, embora só algumas delas criassem problemas políticos, como por exemplo os habitantes da Alsácia-Lorena, anexada pela Alemanha em 1871. (Nice e Sabóia, entregues, pelo que mais tarde seria a Itália, à França, em 1870, não demonstraram sinais de descontentamento.)

Não há dúvida de que o número dos movimentos nacionalistas aumentou consideravelmente na Europa da década de 1870 em diante, embora, de fato, menos Estados nacionais novos houvessem sido estabelecidos na Europa, durante os quarenta anos precedentes à Primeira Guerra Mundial do que durante os quarenta anos que precederam a formação do Império Alemão, e aqueles que foram estabelecidos não eram muito expressivos: Bulgária (1878), Noruega (1907), Albânia (1913).[a] Havia agora "movimentos nacionais" não apenas entre povos até então considerados não-históricos (ou melhor, que jamais antes haviam possuído um Estado independente, uma classe dominante ou uma elite cultural), tais como os finlandeses e eslovacos, mas entre povos sobre os quais quase ninguém, a não ser entusiastas de folclore, havia sequer pensado, como os estonianos e macedônios. E dentro dos Estados-nação longamente estabelecidos, as populações regionais começavam agora a mobilizar-se politicamente, como nações; isto aconteceu em Gales, onde houve um movimento de jovens galeses, organizado em 1890, sob a liderança de um advogado local, de quem muito se ouviria falar no futuro — David Lloyd e George; e na Espanha, onde

foi formado um Partido Nacional Basco, em 1894. Por volta dessa mesma época Theodor Herzl lançou o sionismo entre os judeus, para os quais a espécie de nacionalismo que isto representava fora até então desconhecida e sem significado.

Muitos desses movimentos não contavam ainda com grande apoio entre o povo pelo qual pretendiam falar, embora a emigração em massa oferecesse agora aos numerosos membros das comunidades atrasadas o poderoso incentivo da nostalgia, para que se identificassem com o que haviam deixado e para que abrissem a mente a novas idéias políticas. Não obstante, a identificação em massa com a "nação" certamente cresceu, e o problema político do nacionalismo tornou-se provavelmente mais difícil de controlar, tanto para os Estados quanto para os competidores não-nacionalistas. Provavelmente, a maior parte dos observadores da cena européia durante os primeiros anos da década de 1870 acreditou que, após o período da unificação da Itália e da Alemanha e do compromisso austro-húngaro, o "princípio da nacionalidade" se tornaria talvez menos explosivo do que havia sido. Mesmo as autoridades austríacas, quando lhes foi solicitada a inclusão de uma pergunta sobre a língua, em seu recenseamento (medida recomendada pelo Congresso Internacional de Estatística de 1873), não se negaram a fazê-lo, embora demonstrassem pouco entusiasmo. Julgaram, no entanto, que seria preciso dar tempo para que se esfriassem as ardentes paixões nacionalistas dos últimos dez anos. Seria seguro presumir, imaginaram eles, que isso já teria acontecido por ocasião do recenseamento de 1880. Não poderiam estar mais redondamente enganados.

Contudo, o que se revelou significativo, a longo prazo, não foi tanto o grau do apoio para a causa nacional, obtido nessa época entre este ou aquele povo, e sim a transformação da definição e do programa do nacionalismo. Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição étnico-lingüística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX. Sem examinar longamente o assunto, é suficiente recordar que os ideólogos do movimento irlandês só começaram a ligar a causa da nação irlandesa à defesa da língua gaélica algum tempo após a

fundação da Liga Gaélica, em 1893; que os bascos não fundamentaram suas reivindicações nacionais em sua língua (de modo distinto de seus *fueros* históricos, isto é, privilégios constitucionais), até essa mesma época; que os acalorados debates sobre se a língua macedônia é mais semelhante à búlgara que à servo-croata estavam entre os últimos argumentos utilizados para decidir a qual desses dois povos os macedônios deveriam se unir. Com respeito aos judeus sionistas, eles superaram os demais, identificando a nação judaica com o hebraico, língua que judeu nenhum jamais utilizara para fins comuns desde o cativeiro da Babilônia — se é que então o fizeram. Havia acabado de ser inventada (1880) como língua de uso cotidiano diferente de uma língua sagrada e ritual ou de uma erudita *língua franca* — por um homem que iniciara o processo de provê-la com um vocabulário apropriado, inventando um termo hebraico para "nacionalismo"; o idioma era aprendido mais como um distintivo do compromisso com o sionismo do que como um meio de comunicação.

Isso não significa que a linguagem haja sido anteriormente irrelevante como questão nacional. Era um critério de nacionalidade entre outros; e em geral, quanto menos conspícuo, mais forte a identificação das massas do povo com sua coletividade. A língua não era um campo de batalha ideológica para aqueles que simplesmente a falavam, mesmo porque o exercício de um controle sobre a língua que as mães falavam com os filhos, os maridos com as mulheres e os vizinhos uns com os outros era quase impossível. A linguagem realmente falada pela maioria dos judeus, o ídiche, não tinha praticamente dimensão ideológica até que a esquerda não-sionista a adotasse; nem a maioria dos judeus que a falavam se importava com o fato de que muitas autoridades (inclusive as do Império Habsburgo) recusavam-se a aceitá-la mesmo como língua separada. Milhões de pessoas preferiram tornar-se membros da nação americana, a qual obviamente não possuía base étnica única e aprenderam o inglês por necessidade ou por conveniência, sem atribuir aos seus esforços para falar a nova língua nenhum elemento de alma nacional ou de continuidade nacional. O nacionalismo lingüístico foi criação de pessoas que escreviam e liam, não de gente que falava. E as

"línguas nacionais", nas quais descobriam o caráter essencial das nações, eram com grande freqüência artefatos, uma vez que deviam ser compiladas, padronizadas, homogeneizadas e modernizadas para uso contemporâneo e literário, extraídas que eram do quebra-cabeça dos dialetos locais e regionais que constituíam as línguas não-literárias realmente faladas. As principais línguas nacionais escritas dos antigos Estados-nação, ou das culturas letradas, haviam passado por essa fase de compilação e "correção" há muito tempo: o alemão e o russo no século XVIII, o francês e o inglês no século XVII, o italiano e o castelhano mais cedo ainda. Para a maioria das línguas dos grupos lingüísticos menores, o século XIX foi a época das grandes "autoridades" que estabeleceram o vocabulário e "corrigiram" o uso de seu idioma. Para algumas delas — o catalão, o basco e as línguas bálticas — isso aconteceu durante a passagem do século XIX para o século XX.

As linguagens escritas ligam-se íntima, mas não necessariamente, aos territórios e instituições. O nacionalismo que estabeleceu a si próprio como versão padronizada da ideologia e do programa nacional era essencialmente territorial, uma vez que seu modelo básico era o Estado territorial da Revolução Francesa, ou, de qualquer modo, aquele que mais se aproximasse de efetivar o controle político sobre um território claramente definido e seus habitantes, e que estivesse, na prática, disponível. Mais uma vez, o sionismo oferece o exemplo extremo, precisamente por ser tão claramente um programa emprestado, sem precedentes e sem conexão orgânica com a verdadeira tradição que oferecera permanência, coesão e uma indestrutível identidade ao povo judeu durante milhares de anos. Pedia a eles que adquirissem território (habitado por outro povo) — para Herzl não era sequer necessário que esse território tivesse quaisquer conexões históricas com os judeus — bem como uma linguagem que não falavam há milhares de anos.

A identificação das nações com um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de migração em massa, bem como no mundo não-migratório, que foi preciso desenvolver uma definição alternativa da nacionalidade, notadamente no Império

Habsburgo e entre os judeus da diáspora. A nacionalidade era aqui considerada inerente, não a um trecho especial do mapa ao qual estaria ligado um conjunto de habitantes, mas aos membros desses conjuntos, aos homens e mulheres que se considerassem pertencentes a uma nacionalidade, onde quer que por acaso estivessem. Como tais, esses membros de uma nacionalidade gozariam de "autonomia cultural". Os partidários das teorias humana e geográfica da "nação" travavam amargas discussões, especialmente no movimento socialista internacional e entre sionistas e membros do *Bund*, entre os judeus[b]. Nenhuma dessas teorias era particularmente satisfatória, embora a humana fosse mais inofensiva. Em todo caso, não levava seus partidários a criar primeiro um território para depois comprimir dentro dele os habitantes, dando-lhes a forma nacional certa; ou, nas palavras de Pilsudski, líder da recém-independente Polônia, após 1918: "O Estado é que faz a nação e não a nação, o Estado".

Do ponto de vista sociológico, os não-territorialistas quase certamente estavam com a razão. Não pelo fato de que homens e mulheres — tirando-se ou acrescentando-se alguns povos nômades ou de diáspora — não estivessem profundamente apegados a algum pedaço de terra ao qual davam o nome de "lar", especialmente considerando que durante a maior parte do decorrer da história a maioria deles pertenceu àquela muito enraizada parte da humanidade, os que vivem da agricultura. Mas este "território natal" se parecia tanto ao território da nação moderna quanto a palavra *father* (pai), no moderno termo *fatherland* (pátria) refere-se a um pai real. A "terra natal" era o local de uma comunidade *real* de seres humanos, que mantinham entre si relações sociais reais e não uma comunidade imaginária que criaria uma espécie de liame entre os membros de uma população de dezenas — hoje até de centenas — de milhões de pessoas. O próprio vocabulário o prova. Em espanhol, *patria* não se tornou coincidente com Espanha até fins do século XIX. No século XVIII ainda significava simplesmente o local ou a cidade em que a pessoa nascera. *Paese*, em italiano, e *pueblo*, em espanhol, podem significar e significam ainda tanto uma aldeia como o território nacional e seus habitantes[c]. O nacionalismo e o Estado

encamparam as associações de parentesco de vizinhança e da terra natal, para territórios e populações de dimensão e escala tais, que as transformaram em metáforas.

Mas, é claro, com o declínio das verdadeiras comunidades às quais as pessoas se haviam habituado — aldeia e família, paróquia e *barrio*, guilda, confrarias e outras coisas —, declínio ocorrido por elas não mais abrangerem, como haviam feito um dia, a maioria das contingências da vida das pessoas, seus membros sentiram necessidade de algo que lhes tomasse o lugar. A comunidade imaginária da "nação" poderia preencher esse vácuo.

A nação, porém, estava ligada — e inevitavelmente àquele fenômeno característico do século XIX, o "Estado-nação". Pois, com respeito à política, Pilsudsky estava certo. O Estado não só fazia a nação mas *precisava* fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o "patriotismo" de todos. As autoridades — numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhes eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social — necessitavam de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência. "A nação" era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado — para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe. Nos Estados constitucionais, quanto mais as massas eram trazidas para a política através das eleições, tanto maior era o campo em que tais apelos se faziam ouvir.

Além disso, mesmo os Estados não-constitucionais haviam agora aprendido a avaliar a força política que era a capacidade de

apelar para seus súditos na base da nacionalidade (uma espécie de apelo democrático, sem os perigos da democracia), bem como na base do dever de prestarem obediência às autoridades sancionadas por Deus. Na década de 1880, até o czar da Rússia, defrontado com agitações revolucionárias, começou a aplicar a política que fora inutilmente sugerida em 1830 ao seu avô, a saber, a de basear seu governo não apenas nos princípios da autocracia e da ortodoxia, mas igualmente nos da nacionalidade: ou seja, apelar aos russos como russos. É claro que em certo sentido praticamente todos os monarcas do século XIX tiveram de envergar o traje à fantasia nacional, dado que quase nenhum deles havia nascido no país que governava. A grande maioria dos príncipes e princesas alemães, que se tornaram os governantes ou consortes dos governantes da Inglaterra, Grécia, Romênia, Rússia, Bulgária ou qualquer país que desejasse cabeças coroadas, prestava sua homenagem ao princípio da nacionalidade, tornando-se inglês, como a rainha Vitória, ou grego, como Otto da Baviera, ou aprendendo alguma língua que falava com sotaque, embora tivessem todos muito mais em comum com os demais membros do sindicato internacional dos príncipes — ou antes, com a família, desde que eram todos aparentados — do que com seus próprios súditos.

O que tornava mais indispensável ainda o nacionalismo estatal era, ao mesmo tempo, a economia de uma era tecnológica e a natureza de sua administração pública e privada, que exigiam educação elementar em massa ou pelo menos alfabetização. O século XIX foi a época em que se rompeu a comunicação oral, à medida que crescia a distância entre as autoridades e os súditos e a migração em massa interpunha dias ou mesmo semanas de viagem até entre mães e filhos, noivos e noivas. Do ponto de vista do Estado, a escola tinha ainda outra vantagem essencial: poderia ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos. Até o triunfo da televisão, não houve meio de propaganda secular que se comparasse à sala de aula.

Em termos educacionais, portanto, a era de 1870 a 1914 foi, na maioria dos países europeus, acima de tudo a era da escola primária. Mesmo em países reconhecidamente escolarizados, o

número de professores de escola primária multiplicou-se. Triplicou na Suécia e cresceu quase de igual modo na Noruega. Países relativamente atrasados quiseram alcançá-los. Dobrou o número de crianças de escola primária nos Países Baixos; no Reino Unido (que não possuíra sistema educacional público até 1870) esse número triplicou; na Finlândia aumentou treze vezes. Mesmo nos Bálcãs, terra de analfabetos, quadruplicou o número de crianças em escolas primárias, e o número de professores quase triplicou. Mas um sistema escolar nacional, ou seja, um sistema predominantemente organizado e supervisionado pelo Estado necessitava de uma língua nacional para a instrução. A educação reuniu-se aos tribunais e à burocracia (cf. *A Era do Capital*, cap. 5) como a força que tornaria a língua a condição principal da nacionalidade.

Os Estados, portanto, criaram "nações", ou seja, o patriotismo nacional e, pelo menos para certos fins, cidadãos lingüística e administrativamente homogeneizados, com especial urgência e zelo. A República Francesa transformou camponeses em franceses. O reino italiano, inspirando-se no *slogan* de D'Azeglio (cf. *A Era do Capital*, cap. 5:2), fez o melhor que pôde, com duvidoso êxito, para "fazer italianos" por meio da escola e do serviço militar, após ter "feito a Itália". Os EUA tornaram o conhecimento da língua inglesa condição da cidadania americana e, de fins da década de 1880 em diante, começaram a introduzir um culto real na sua nova religião cívica a única permitida em sua constituição agnóstica — sob a forma de um ritual diário de homenagem à bandeira, em toda escola americana. O Estado húngaro fez o possível para transformar em magiares os multinacionais habitantes de suas terras; o Estado russo pressionou pela russificação de suas nacionalidades menores, ou antes, tentou dar à língua russa o monopólio da educação. E onde a multinacionalidade era suficientemente reconhecida para permitir a instrução primária ou mesmo a secundária, em qualquer outro vernáculo (como no Império Habsburgo), a língua estatal inevitavelmente gozava de vantagens decisivas nos mais altos escalões do sistema. Daí a significação, para as nacionalidades não-estatais, da luta pela universidade própria, como aconteceu na Boêmia, em Gales e em Flandres.

O nacionalismo de Estado, quer o real ou (como no caso dos monarcas) o inventado por conveniência, era uma estratégia de dois gumes. À medida que mobilizava alguns habitantes, alienava outros — os que não pertenciam nem desejavam pertencer à nação identificada com o Estado. Em suma, auxiliava a definir as nacionalidades excluídas da nacionalidade oficial, por meio da separação de comunidades que, por qualquer motivo, resistiam à linguagem e à ideologia pública, oficial.

2

Por que, porém, resistiam alguns quando tantos não o faziam? Afinal, eram oferecidas substanciais vantagens aos camponeses — e maiores ainda aos seus filhos — se se tornassem franceses; "ou de fato para qualquer um que adquirisse uma língua importante para a cultura e para a ascensão profissional, além do seu próprio dialeto ou vernáculo". Em 1910, 70% dos imigrantes alemães que iam para os EUA, lá chegando com em média (para depois de 1910) 41 dólares no bolso, tornavam-se cidadãos americanos de fala inglesa, embora, obviamente, não tencionassem deixar de falar e de sentir como alemães. (A bem da verdade, poucos Estados tentaram seriamente impedir a vida privada de uma linguagem e cultura de minoria, contanto que não desafiasse publicamente a supremacia do Estado-nação oficial.) Também poderia acontecer que a linguagem não-oficial não pudesse efetivamente competir com a oficial, exceto para fins de religião, poesia ou sentimento comunal e familiar. Por mais difícil que seja acreditar nisto hoje em dia, existiram galeses ardentemente nacionalistas que aceitaram um lugar secundário para sua antiga língua celta no século do progresso, e outros que visualizaram para ela uma futura eutanásia[d] natural. Houve, na verdade, quem preferisse migrar, não de um para outro território, mas de uma classe para outra; viagem esta que poderia significar mudança de nação ou pelo menos mudança de linguagem. A Europa

central encheu-se de nacionalistas alemães com nomes obviamente eslavos e de magiares cujos nomes eram traduções literais do alemão ou adaptações do eslovaco. A nação americana e a língua inglesa não foram as únicas que, na era do liberalismo e da mobilidade, emitiram convites para quase todos que quisessem se tornar sócios. E houve muita gente que se deu por feliz em aceitar tais convites, ainda mais que isto não implicava realmente negação de suas origens. Durante o século XIX, para a maioria, "assimilação" estava longe de ser nome feio: era o que um grande número de pessoas esperava conseguir, especialmente os que desejavam entrar para as classes médias.

Uma óbvia razão pela qual os membros de algumas nacionalidades recusavam-se a ser "assimilados" era a de não lhes permitirem tornar-se plenamente membros da nação oficial. O caso extremo é o das elites nativas nas colônias européias, educadas na língua e na cultura de seus donos para que pudessem administrar os coloniais no interesse dos europeus, mas manifestamente não tratadas como seus iguais. Neste caso, era fatal que irrompesse um conflito, cedo ou tarde, mais ainda por haver a educação ocidental, na verdade, fornecido uma linguagem específica na qual articulariam suas reivindicações. Por que, escrevia um intelectual indonésio em 1913 (em holandês), esperava-se que os indonésios comemorassem o centenário da libertação dos Países Baixos de Napoleão? Se ele fosse um holandês "não organizaria uma comemoração de independência num país em que havia sido roubada a independência do povo".

Os povos coloniais constituíam caso extremo, uma vez que desde o início tornou-se claro, dado o racismo que permeia a sociedade burguesa, que não havia assimilação que transformasse homens de pele escura em "verdadeiros" ingleses, belgas ou holandeses, embora possuísse tanto dinheiro e sangue nobre e tanto gosto pelos esportes quanto a nobreza européia — caso este aplicável a muito rajá indiano educado na Inglaterra. Contudo, mesmo no interior do mundo dos brancos havia uma impressionante contradição entre a oferta de assimilação ilimitada para quem quer que revelasse boa vontade e capacidade para reunir-se à nação-

Estado e a rejeição, na prática, de alguns grupos. Isso tornava-se especialmente dramático para aqueles que até então haviam suposto, com fundamentos altamente plausíveis, que não havia limites para o que poderia ser alcançado pela assimilação: os judeus cultos e ocidentalizados de classe média. Eis por que o caso Dreyfus na França, a vitimação de um único oficial do estado-maior francês, por ser judeu, produziu uma reação de horror tão desproporcionada — e não apenas entre os judeus mas entre todos os liberais — e conduziu diretamente ao estabelecimento do sionismo, um nacionalismo de Estado, territorial, para judeus.

A metade do século precedente a 1914 foi a era clássica da xenofobia e, portanto, de reação nacionalista a ela, porquanto — mesmo deixando de lado o colonialismo global — foi uma era de mobilidade maciça e de migração e, especialmente durante as décadas da Depressão, de tensão social, declarada ou oculta. Tomemos um só exemplo: em 1914, aproximadamente, cerca de 3,6 milhões (ou quase 15% da população) haviam abandonado permanentemente o território da Polônia do entreguerras, sem contar outro meio milhão *por ano* de migrantes sazonais. A conseqüente xenofobia não veio apenas de baixo. Suas manifestações mais inesperadas, que refletiam a crise do liberalismo burguês, provinham das classes médias estabelecidas, que não tinham sequer a probabilidade de se encontrar com a espécie de gente que se instalara em Lower East Side, em Nova Iorque, ou em alojamentos de trabalhadores rurais, na Saxônia. Max Weber, glória da imparcialidade da erudição alemã burguesa, desenvolveu tal animosidade contra os poloneses (que, corretamente, acusava de haverem sido importados em massa por latifundiários alemães, como mão-de-obra barata), que até entrou para a ultranacionalista Liga Pan-Germânica, na década de 1890. A verdadeira sistematização do preconceito de raça contra "eslavos, mediterrâneos e semitas" nos EUA situa-se entre a população branca nativa, especialmente entre protestantes de fala inglesa de classes média e alta, os quais, nessa época, chegaram mesmo a inventar seu próprio mito heróico e nativista, o caubói anglo-saxão branco (felizmente, não sindicalizado)

dos amplos espaços — muito diferentes dos perigosos formigueiros das já inchadas grandes cidades.[e]

De fato, para essa burguesia, a afluência dos estrangeiros pobres realçava e simbolizava os problemas suscitados pelo proletariado urbano em expansão, visto este combinar as características dos "bárbaros" internos e externos, que ameaçavam tragar a civilização, tal como a conheciam os homens respeitáveis. Além disso, eles acentuavam — e em parte nenhuma mais que nos EUA — a aparente incapacidade da sociedade para lidar com problemas de mudança brusca, bem como a imperdoável falha das novas massas em não aceitar a posição superior das antigas elites. Foi em Boston, centro da tradicional burguesia branca, anglo-saxã e protestante, ao mesmo tempo instruída e rica, que foi fundada a Liga de Restrição à Imigração, em 1893. Politicamente, a xenofobia das classes médias foi quase certamente mais eficaz que a das classes trabalhadoras, que refletia atritos culturais entre vizinhos e o medo da competição de uma mão-de-obra barata. A não ser sob um aspecto: foi a pressão local da classe trabalhadora que na realidade excluiu os estrangeiros dos mercados de trabalho, dado que, para os empregadores, o incentivo de importar mão-de-obra barata era quase irresistível. Onde a exclusão mantinha inteiramente afastado o estrangeiro — como a prescrição de imigrantes não-brancos, na Califórnia e na Austrália, que triunfou nas décadas de 1880 e 1890 —, o fato não produziu atritos nacionais ou comunais; mas onde discriminava um grupo já presente, como o dos africanos, na África do Sul branca, ou os católicos, na Irlanda do Norte, isto naturalmente ocorria. Contudo, a xenofobia das classes trabalhadoras raramente foi eficaz antes de 1914. Examinando bem os fatos, a maior migração de povo da história produziu surpreendentemente poucas agitações contra estrangeiros entre os trabalhadores, mesmo nos EUA e, praticamente nenhuma, como na Argentina e no Brasil.

Não obstante, os grupos de emigrantes em países estrangeiros provavelmente descobririam sentimentos nacionais, encontrassem ou não a xenofobia local. Poloneses e eslovacos adquiriam consciência de si como tais, não apenas porque, havendo deixado suas aldeias natais, não podiam mais contar consigo como pessoas

que não requerem definição, e não só por lhes ser imposta, nos Estados para onde se haviam transferido, alguma nova definição, como as que classificavam pessoas que até então se haviam considerado sicilianos ou napolitanos, ou mesmo nativos de Lucca ou Salerno, como "italianos", o que ocorreu na chegada aos EUA. Necessitavam da própria comunidade, para auxílio mútuo. De quem poderiam os imigrantes esperar auxílio, em sua nova vida, estranha e desconhecida, senão de parentes e amigos, de gente da antiga terra? (Mesmo migrantes regionais, dentro de seu próprio país conservam-se juntos.) Quem o entenderia — ou a ela, o que é mais a propósito, pois a esfera feminina doméstica torna a mulher mais monoglota que o homem? Quem poderia dar-lhes a feição de uma comunidade e não de uma pilha de estrangeiros, exceto, em primeiro lugar, algum grupo como a sua igreja — que, embora em teoria fosse universal, era nacional, na prática —, uma vez que seus sacerdotes provinham do mesmo povo que suas congregações? Os padres eslovacos falariam eslovaco com eles, fosse qual fosse a língua em que celebravam missa. Assim é que a "nacionalidade" se tornava uma verdadeira rede de relações pessoais e não uma comunidade imaginária, simplesmente porque, longe da terra, todo esloveno tinha, potencialmente, uma conexão pessoal com outro esloveno quando se encontravam.

Além disso, se tais populações devessem de algum modo ser organizadas, tendo em vista as novas sociedades em que se encontravam, isto teria de ser feito de modo a permitir comunicação. Os movimentos operários e socialistas, como vimos, eram internacionalistas e chegavam a sonhar, como antes os liberais (cf. *A Era do Capital*, cap. 3:1, 4), com um futuro em que todos falariam uma única linguagem mundial — sonho que sobrevive ainda em pequenos grupos de esperantistas. Mais cedo ou mais tarde, como esperava Kautsky ainda em 1908, todo o conjunto da humanidade instruída seria fundido numa só língua e nacionalidade. Todavia, enquanto esperavam, enfrentavam o problema da torre de Babel: os sindicatos nas fábricas da Hungria tinham de emitir chamados para greve em quatro línguas diferentes. Não tardaram a descobrir que grupos de nacionalidades mescladas não trabalham bem, a não ser

que seus membros sejam já bilíngües. Movimentos internacionais de trabalhadores *precisavam ser* combinações de unidades nacionais ou lingüísticas. Nos EUA, o partido que efetivamente tornou-se partido de massa dos trabalhadores, o Democrata, desenvolveu-se, necessariamente, como coalizão "étnica".

Quanto maior a migração dos povos, tanto mais rápido o desenvolvimento das cidades e da indústria, que lançava as massas desenraizadas umas contra as outras, e tanto maior a base para a consciência nacional entre os desenraizados. Portanto, no caso de movimentos nacionais novos, o exílio era com freqüência o principal local de incubação. Quando o futuro presidente Masaryk assinou o acordo que viria a criar um Estado unindo tchecos e eslovacos (Tchecoslováquia), ele o fez em Pittsburg, pois a base de massas do nacionalismo organizado eslovaco encontrava-se na Pensilvânia e não na Eslováquia. Com respeito ao atrasado povo montanhês dos Cárpatos, conhecido na Áustria como rutenos, que também viriam a se unir à Tchecoslováquia, de 1918 a 1945, seu nacionalismo não tinha qualquer expressão organizada, exceto entre os emigrantes, nos EUA.

O auxílio mútuo e a proteção aos emigrantes podem ter contribuído para o crescimento do nacionalismo em suas nações, mas não são suficientes para explicá-lo. Todavia, na medida em que repousava sobre uma ambígua nostalgia de duas faces pelos velhos costumes deixados na velha pátria pelos emigrantes, ele possuía algo em comum com a força que, sem dúvida, impelia o nacionalismo na terra natal, especialmente nas nações menores. Era o neotradicionalismo, uma reação defensiva e conservadora contra a desintegração da velha ordem social pela epidemia de modernidade que avançava, pelo capitalismo, pelas cidades e pela indústria, sem esquecer o socialismo proletário, que era seu resultante lógico.

O elemento tradicionalista é bastante óbvio, no apoio oferecido pela Igreja Católica a movimentos tais como os do nacionalismo basco e flamengo, ou mesmo a muitos nacionalismos de pequenos povos que eram, quase por definição, rejeitados pelo nacionalismo liberal, como incapazes de formar nações-Estado viáveis. Os ideólogos de direita, que ora se multiplicavam, inclinavam-se

igualmente a desenvolver o gosto pelo regionalismo cultural tradicionalmente enraizado, tal como a *félibrige* provençal. De fato, os ancestrais ideológicos da maioria dos movimentos separatistas e regionalistas do fim do século XX, na Europa ocidental (o bretão, o galês, o occitano, etc.), encontram-se na direita intelectual pré-1914. Inversamente, entre esses pequenos povos, nem a burguesia nem o novo proletariado costumavam achar a seu gosto os mininacionalismos. Em Gales a ascensão dos trabalhistas solapou o nacionalismo dos jovens galeses, que ameaçara anexar o Partido Liberal. Quanto à nova burguesia industrial, era de esperar que preferisse o mercado de uma grande nação ou o do mundo ao constrangimento provincial de um pequeno país ou região. Nem na Polônia russa nem no país basco, duas regiões desproporcionadamente industrializadas, de Estados maiores, os capitalistas nativos demonstraram entusiasmo pela causa nacional; e a burguesia de Ghent, abertamente voltada para a França, era uma provocação permanente aos nacionalistas flamengos. Ainda que tal falta de interesse não fosse completamente universal, era suficientemente forte para desorientar Rosa Luxemburgo, a ponto de ela supor não haver base burguesa para o nacionalismo polonês.

Mas, o que era ainda mais decepcionante para os tradicionalistas nacionalistas, o campesinato, a mais tradicionalista das classes, demonstrou apenas um débil interesse pelo nacionalismo. Os camponeses de língua basca demonstraram pouco entusiasmo pelo Partido Nacional Basco, fundado em 1894 para defender tudo que era antigo contra a incursão dos espanhóis e dos operários ateus. Como a maioria dos demais movimentos deste tipo, este era antes de tudo uma entidade urbana de classe média e de classe média baixa.

Efetivamente, o avanço do nacionalismo em nossa época foi, em grande parte, fenômeno levado a cabo por esses estratos médios da sociedade. Portanto, os socialistas contemporâneos estavam certos quando o chamaram pequeno-burguês. E sua conexão com tais estratos auxilia a explicar as três singulares características que já observamos: a mudança baseada em questões da língua; uma reivindicação por Estados independentes (e não de formas menores

de autonomia); e o deslocamento para a direita e a ultradireita, em política.

Para as classes médias baixas, ascendendo a partir de um ambiente popular, a carreira e a língua vernácula estavam inseparavelmente ligadas. Desde o momento em que a sociedade se decidiu pela alfabetização em massa, a língua falada tinha de ser, em certo sentido, oficial — era o veículo da burocracia e da instrução — caso contrário afundaria no mundo crepuscular da comunicação puramente oral, ocasionalmente dignificada com o *status* de peça a ser exibida num museu de folclore. A educação *de massas*, ou antes, a primária, era o desenvolvimento crucial, visto ser possível apenas em língua que o grosso da população pudesse entender.[f] Ser educado em língua totalmente estranha, seja esta língua viva ou morta, só é possível para uma seleta e às vezes exígua minoria que dispõe de tempo considerável e pode arcar com as despesas e o esforço necessários para dela adquirir o domínio suficiente. A burocracia, por sua vez, é elemento crucial, tanto por decidir o *status* oficial de uma língua como porque, na maioria dos países, é ela que oferece o maior conjunto de empregos que requerem alfabetização. Daí surgiram as pequenas lutas infindáveis que desintegraram a política do Império Habsburgo, a partir da década de 1890; eram lutas sobre a língua em que deveriam ser escritas as placas nas ruas, em áreas onde havia mescla de nacionalidades, e sobre assuntos tais como a nacionalidade de um assistente de mestre-carteiro ou chefe de estação.

Apenas o poder político, porém, poderia transformar o *status* das línguas e dialetos menores (os quais, como todos sabem, são apenas línguas sem exército nem força policial). Daí as pressões e contrapressões subjacentes aos elaborados recenseamentos lingüísticos dessa época (dos quais os mais notáveis são, por exemplo, os da Bélgica e os da Áustria, de 1910), dos quais dependiam as reivindicações políticas deste e daquele idioma. Daí, pelo menos em parte, a mobilização política dos nacionalistas pela língua, precisamente no momento em que, na Bélgica, o número dos flamengos bilíngües crescera de modo notável ou, como ocorreu no país basco, o uso da língua basca praticamente desaparecia nas

cidades de rápido crescimento. Porque unicamente a pressão política poderia conseguir um lugar para as que, na prática, eram línguas "não competitivas", como meios de educação ou comunicação pública escrita. Foi isso, e só isso, que tornou a Bélgica oficialmente bilíngüe (1870) e o flamengo uma matéria obrigatória nas escolas secundárias de Flandres (mas só em 1883). Tendo, porém, a língua não-oficial recebido reconhecimento oficial, automaticamente criou um eleitorado político, de pessoas nela alfabetizadas. Os 4,8 milhões de alunos das escolas primárias e secundárias da Áustria dos Habsburgo, em 1912, obviamente incluíam uma quantidade muito maior de nacionalistas reais e potenciais do que os 2,2 milhões de 1874, para não mencionar os 100 mil professores suplementares que passaram a instruí-los em várias línguas rivais.

Todavia, nas sociedades multilíngües, as pessoas educadas no idioma local e capazes de utilizar sua educação para o progresso profissional ainda assim sentiam-se, provavelmente, inferiores e desprivilegiadas. Conquanto, na prática, levassem vantagem na competição por empregos menos importantes, por ser mais provável que fossem bilíngües que os esnobes da língua de elite, talvez sentissem, justificadamente que, ao procurar cargos superiores, estariam em desvantagem. Daí a pressão para que o ensino do vernáculo fosse prolongado, da educação primária à secundária e finalmente até o topo de um sistema educacional pleno, a universidade do vernáculo. Por esse motivo, em Gales e em Flandres, a exigência de tal universidade foi intensa e exclusivamente política. Em Gales, efetivamente, a universidade nacional (1893) tornou-se, durante algum tempo, a primeira e a *única* instituição nacional do povo de um pequeno país que não tinha existência, administrativa ou outra, distinta da existência da Inglaterra. Aqueles cuja língua materna era o vernáculo não-oficial continuariam, quase certamente, a ser excluídos dos mais altos círculos da cultura e dos negócios públicos e privados, a não ser como pessoas que empregavam o idioma superior e oficial, no qual esses negócios seriam conduzidos. Em suma, o fato de a nova classe média baixa, e mesmo a classe média, haverem sido

educadas em esloveno ou flamengo sublinhava que os mais altos prêmios e o melhor *status* caberiam ainda àqueles que falavam francês ou alemão, ainda que não se dessem ao trabalho de aprender a língua menos importante.

Ainda maior pressão política seria necessária para vencer essa desvantagem estrutural. De fato, o que era preciso era *poder* político. Para falar clara e rudemente, as pessoas teriam de ser obrigadas a utilizar o vernáculo para propósitos para os quais normalmente achariam preferível utilizar outra língua. A Hungria insistia em escolas magiares, embora todo húngaro educado, então como agora, soubesse perfeitamente que o conhecimento de pelo menos uma língua internacionalmente falada era essencial para todos, exceto para as mais subalternas funções da sociedade húngara. A compulsão, ou a pressão governamental equivalente a ela, foi o preço pago para fazer do magiar uma língua literária que pudesse servir a todo propósito moderno em seu próprio território, embora ninguém pudesse entender uma palavra fora dele. Unicamente o poder político e, em última análise, o poder do Estado, poderia esperar alcançar tal resultado. Os nacionalistas, especialmente aqueles cujo meio de vida e perspectivas profissionais ligavam-se à sua língua, eram pouco propensos a perguntar se não haveria outros modos para fazer com que as linguagens se desenvolvessem e florescessem.

Nesta medida, o nacionalismo lingüístico possuía uma propensão estrutural para a secessão. E, inversamente, a reivindicação de um Estado territorial independente parecia sempre mais inseparável da língua de tal modo que vemos o compromisso oficial para com o gaélico entrando no nacionalismo irlandês (aproximadamente 1890), embora — ou talvez, na realidade, porque — a maioria dos irlandeses estivesse satisfeita por falar apenas inglês; e o sionismo inventasse o hebraico como língua cotidiana porque nenhuma outra língua dos judeus os comprometeria com a construção de um Estado territorial. Há espaço para interessantes reflexões sobre o variado destino de tais esforços, essencialmente políticos, de engenharia lingüística, pois alguns deles malograriam (como a reconversão dos irlandeses para o gaélico) ou quase

malograriam (como a construção de um norueguês mais norueguês — *nynorsk*), enquanto outros teriam êxito. Todavia, antes de 1914, geralmente careciam do necessário poder estatal. Em 1916, o número de pessoas que realmente falava hebraico diariamente não era maior que 16 mil.

O nacionalismo, porém, ligava-se ao estrato médio de outro modo, que lhes conferia, a um e outro, uma inclinação para a direita, em política. A xenofobia tinha uma atração imediata para os comerciantes, para os artesãos independentes e para alguns lavradores ameaçados pelo progresso da economia industrial, especialmente durante os difíceis anos da Depressão. O estrangeiro veio simbolizar a desintegração dos antigos costumes e o sistema capitalista que os desintegrava. Portanto, o virulento anti-semitismo político que observamos alastrar-se pelo mundo ocidental desde a década de 1880 pouco tinha a ver com o número real dos judeus, contra os quais era dirigido: foi tão eficaz na França, onde havia 60 mil entre 40 milhões, na Alemanha, onde havia meio milhão entre 65 milhões, como em Viena, onde eles formavam 15% da população. (Não constituiu fator político em Budapeste, onde compunham um quarto da população.) O anti-semitismo visava particularmente banqueiros, empresários e outros, que eram identificados com as devastações do capitalismo entre a "gente pequena". A imagem caricatural típica do capitalista na *belle époque* não era simplesmente a de um gordo de cartola, fumando charuto, mas também com nariz judaico — porque os campos da empresa em que os judeus se tornaram notáveis competiam com os pequenos lojistas, dando ou recusando crédito aos fazendeiros e pequenos artesãos.

Por isso, o líder socialista alemão Bebel achava que o anti-semitismo era "o socialismo dos idiotas". No entanto, o que nos impressiona, com respeito à ascensão do anti-semitismo político, em finais do século, não é tanto a equação "judeu-capitalista", que, em amplas regiões da Europa central e oriental não deixava de ser plausível, mas sua associação com o nacionalismo de *direita*. Isto não era devido apenas à ascensão dos movimentos socialistas, que combatiam sistematicamente a xenofobia latente ou declarada de seus partidários, tanto assim que a profunda aversão aos

estrangeiros e judeus, nesses setores, tendia a ser mais envergonhada do que no passado. Aquela associação, contudo, assinalava, nos maiores Estados, um evidente deslocamento da ideologia nacionalista para a direita, especialmente na década de 1890, quando vemos, por exemplo, as antigas organizações de massas do nacionalismo alemão, as *Turner* (associações de ginástica), desviarem-se do liberalismo herdado da revolução de 1848, para uma postura militarista, agressiva e anti-semita. Foi o momento em que as bandeiras do patriotismo se tornaram de tal modo propriedade da direita política, que a esquerda achava difícil empunhá-las, mesmo nos casos em que o patriotismo identificava-se firmemente com a revolução e a causa do povo, como a tricolor francesa. Parecia-lhes que brandir a bandeira nacional era arriscar-se a uma contaminação com a ultradireita. Somente nos tempos de Hitler é que a esquerda francesa recobrou o pleno uso do patriotismo jacobino.

O patriotismo, portanto, deslocou-se para a direita política, não só por se haver desbaratado seu antigo companheiro, o liberalismo burguês, mas por já não se manter a situação internacional que anteriormente havia tornado compatíveis liberalismo e nacionalismo. Até a década de 1870 — talvez até o Congresso de Berlim, em 1878 — se poderia afirmar que o ganho de uma nação-Estado não significava necessariamente uma perda para outra. Na verdade, o mapa da Europa havia sido transformado pela criação de duas importantes nações-Estado (Alemanha e Itália) e pela formação de diversas outras de menor porte, nos Bálcãs, sem que tudo isso desse em guerra ou numa intolerável desintegração do sistema internacional dos Estados. Até a Grande Depressão, algo de semelhante ao livre comércio mundial, embora beneficiando mais a Inglaterra que a outros, havia sido do interesse de todos. Da década de 1870 em diante, porém, tais reivindicações não pareciam mais verdadeiras, e dado o conflito mundial ser considerado, mais uma vez, possibilidade real, senão iminente, ganhou terreno a espécie de nacionalismo para o qual as demais nações eram francamente ameaças ou vítimas.

Esse nacionalismo, a um tempo, engendrou e foi encorajado pelos movimentos da direita política que emergiram da crise do liberalismo. Realmente, os homens que primeiro adotaram o novo nome de "nacionalistas" foram, não raro, aqueles que se sentiram impelidos à ação política pela experiência da derrota de seus Estados na guerra, tais como Maurice Barrès (1862-1923) e Paul Deroulède (1846-1914), após a vitória alemã sobre a França em 1870-1871, e Enrico Corradini (1865-1931) após a derrota, ainda mais humilhante, da Itália pela Etiópia em 1896. E os movimentos por eles fundados, que levaram a palavra "nacionalismo" aos dicionários, eram deliberadamente concebidos "em reação contra a democracia então no governo", isto é, contra a política parlamentar. Os movimentos franceses desse tipo permaneceram marginais, como a *Action Française* (por volta de 1898), que se perdeu num monarquismo politicamente irrelevante e na prosa vituperativa. Os movimentos italianos acabaram por fundir-se com o fascismo após a Primeira Guerra Mundial. Eram característicos de uma nova raça de movimento político, baseada no chauvinismo, na xenofobia e, cada vez mais, na idealização da expansão nacional, na conquista e no próprio ato da guerra.

Esse nacionalismo prestava-se de modo excepcional à expressão dos ressentimentos coletivos de um povo que não sabia explicar seu descontentamento com precisão. Era culpa do estrangeiro. O caso Dreyfus deu ao anti-semitismo francês uma penetração especial, não apenas pelo fato de o acusado ser judeu (que estava fazendo um estrangeiro no estado-maior francês?) mas pelo seu suposto crime ser a espionagem a favor da Alemanha. Inversamente, o sangue dos "bons" alemães gelava, ao pensarem que seu país estava sendo sistematicamente "cercado" pela aliança de seus inimigos, conforme seus líderes lhes recordavam com freqüência. Enquanto isso, os ingleses aprontavam-se para comemorar o estouro da guerra mundial (com outros povos beligerantes) por meio de uma explosão de histeria antialienígena que tornou aconselhável a mudança do nome de família alemão da dinastia real para Windsor, anglo-saxão. Não há dúvida de que todo cidadão natural do país — excetuando uma minoria de socialistas

internacionalistas, uns poucos intelectuais, alguns homens de negócios cosmopolitas e o clube internacional de aristocratas e casas reinantes — sentiu a atração do chauvinismo até certo ponto. Sem dúvida quase todos, inclusive bom número de socialistas e intelectuais, estavam tão profundamente imbuídos do racismo fundamental da civilização do século XIX (cf. *A Era do Capital*, cap. 14:2), que eram, de modo igual, embora indireto, vulneráveis às tentações advindas da crença de serem, sua classe ou seu povo, estrutural e naturalmente superiores aos demais, O imperialismo só podia reforçar tais tentações entre os membros dos Estados imperiais. Contudo, pouca dúvida resta de que os que mais pressurosamente reagiram às cometas nacionalistas encontravam-se situados em algum lugar entre as classes superiores estabelecidas da sociedade e os camponeses e proletários do estrato inferior.

Para esse estrato médio em ampliação, o nacionalismo possuía igualmente uma atração mais ampla e menos instrumental. Oferecia-lhes uma identidade coletiva, como "fiéis defensores" da nação que deles se esquivava, como classe, ou como aspirantes ao pleno *status* burguês que tanto cobiçavam. O patriotismo compensava a inferioridade social. Assim na Inglaterra, onde não havia serviço militar compulsório, a curva do alistamento voluntário de soldados operários na imperialista Guerra Sulafricana (1899-1902) simplesmente reflete a situação econômica. Subia e descia com o desemprego. Mas a curva do alistamento dos jovens de classe média baixa e de colarinho branco refletia claramente a atração da propaganda patriótica. Em certo sentido, aliás, o patriotismo uniformizado trazia suas recompensas sociais. Na Alemanha, oferecia o *status* potencial de oficial da reserva, para os rapazes que haviam tido educação secundária até a idade de dezesseis anos, ainda que não houvessem prosseguido seus estudos. Na Inglaterra, conforme a guerra demonstraria, mesmo os amanuenses e vendedores a serviço da nação poderiam tornar-se oficiais e — na terminologia brutalmente franca da classe superior inglesa — "*gentlemen* temporários".

3

O nacionalismo, contudo, entre 1870 e 1914, não pode ser confinado à espécie de ideologia que atraía as classes médias frustradas ou os antiliberais (e anti-socialistas), precursoras do fascismo. Inquestionavelmente, nessa época os governos e partidos ou movimentos que podiam fazer, ou dar a entender, um apelo nacional gozariam de vantagem complementar; e inversamente, aqueles que não o podiam ou não o queriam fazer, até certo ponto se prejudicariam. É absolutamente inegável que a guerra de 1914, ao ser deflagrada, produziu explosões genuínas, embora curtas, de patriotismo de massas, nos principais países beligerantes. E nos Estados multinacionais, os movimentos operários organizados em toda a extensão do Estado lutaram e foram derrotados, numa ação de retaguarda contra a própria desintegração em movimentos separados, baseada nos operários de cada uma das nacionalidades. O movimento trabalhista e socialista do Império Habsburgo, portanto, desmoronou antes que o próprio império o fizesse.

Não obstante, há uma importante diferença entre o nacionalismo como ideologia de movimentos nacionalistas e de governos agitadores de bandeiras e a mais ampla atração da nacionalidade. O primeiro não lançava o olhar para além do *establishment* ou da grandeza da "nação". Seu programa consistia em resistir, expelir, derrotar, conquistar, submeter ou eliminar "o estrangeiro". Tudo mais era sem importância. Era suficiente afirmar a qualidade de irlandês, ou a germanidade, ou a qualidade de croata do povo irlandês, alemão ou croata, num Estado independente, pertencente exclusivamente a eles, anunciar seu futuro glorioso, e estar disposto a fazer todos os sacrifícios para alcançá-lo.

Era isto que, na prática, limitava sua atração a quadros de ideólogos entusiastas e de militantes; às classes médias informes em busca de coesão e autojustificação; e àqueles grupos (mais uma vez, entre os "pequenos homens" que lutavam pela vida) que pudessem atribuir todos os seus descontentamentos aos malditos estrangeiros. E, é claro, este nacionalismo atraía igualmente governos, que

recebiam de braços abertos uma ideologia que dizia aos cidadãos que o patriotismo era suficiente.

Para a maioria, porém, o nacionalismo não era o bastante. Isso, paradoxalmente, fica mais claro precisamente nos movimentos reais das nacionalidades que não haviam ainda alcançado a autodeterminação. Os movimentos que receberam genuíno apoio de massas, em nossa época — e nem todos os que o desejaram realmente o conseguiram — foram, quase invariavelmente, aqueles que combinavam a atração da nacionalidade e da língua com algum interesse ou força mobilizadora mais poderosa, antiga ou moderna. A religião era uma delas. Sem a Igreja Católica, o movimento flamengo e o basco teriam sido politicamente desprezíveis e ninguém duvida de que o catolicismo deu consistência e força de massa ao nacionalismo dos irlandeses e poloneses, dirigidos por governantes de outra religião. De fato, durante essa época, o nacionalismo dos fenianos irlandeses, originalmente um movimento secular e até anticlerical, que apelava aos irlandeses além das fronteiras confessionais, tornou-se uma força política muito importante, precisamente por haver permitido que o nacionalismo irlandês se identificasse essencialmente com irlandeses católicos.

O mais surpreendente, conforme já sugerimos, é que os partidos cujo objetivo original e principal era a libertação internacional e social de classe, acabaram por se tornar os veículos também da libertação nacional. O restabelecimento de uma Polônia independente foi alcançado, não sob a liderança de qualquer um dos numerosos partidos do século XIX, voltados exclusivamente à independência, mas sob liderança proveniente do Partido Socialista Polonês, da Segunda Internacional. O nacionalismo armênio revela o mesmo padrão, como o fã? igualmente o nacionalismo territorial judeu. Quem fez Israel não foi Herzl nem Weizmann, mas o sionismo trabalhista (inspirado na Rússia). Conquanto alguns desses partidos fossem justificavelmente criticados dentro do socialismo internacional, por haverem colocado o nacionalismo muito adiante da libertação social, o mesmo não se pode dizer de outros partidos socialistas ou até marxistas, que para surpresa deles próprios deram consigo mesmos a representar certas nações, em particular o Partido

Socialista Finlandês, os mencheviques da Geórgia, o *Bund* judeu, em amplas áreas da Europa oriental — na verdade, mesmo os rigidamente não-nacionalistas bolcheviques da Letônia. Inversamente, os movimentos nacionalistas tornaram-se cônscios de que era desejável definir, se não um programa social específico, pelo menos uma preocupação com questões econômicas e sociais. Caracteristicamente, foi na Boêmia industrializada — dilacerada entre tchecos e alemães, ambos atraídos por movimentos operários[g] — que emergiram movimentos que se autodescreviam especificamente como nacional-socialistas. Os nacional-socialistas tchecos eventualmente tornaram-se o partido característico da Tchecoslováquia independente e forneceram o último presidente (Beneš). Os nacional-socialistas alemães inspiraram um jovem austríaco que lhes adotou o nome e a combinação de ultranacionalismo anti-semita com imprecisa demagogia populista social, na Alemanha do pós-guerra: Adolf Hitler.

O nacionalismo, portanto, tornou-se genuinamente popular, mas especialmente quando bebido como coquetel. Sua atração não residia tanto em seu sabor quanto na combinação com outros ingredientes ou com ingredientes que, esperava-se, estancariam a sede espiritual e material dos consumidores. Um tal nacionalismo, todavia, embora bastante genuíno, não era tão militante nem tão dedicado a um só objetivo e certamente não tão reacionário quanto o desejaria a direita agitadora de bandeiras.

O Império Habsburgo, prestes a desintegrar-se sob várias pressões nacionais, ilustra paradoxalmente as limitações do nacionalismo. Embora, no começo da década de 1900, a maioria do povo estivesse inquestionavelmente consciente de que pertencia a uma nacionalidade ou outra, poucas pessoas achavam isso incompatível com o apoio à monarquia Habsburgo. Mesmo após o início da guerra, a independência nacional não veio a ser questão importante, e em apenas quatro das nações sob os Habsburgo era encontrada inequívoca hostilidade contra o Estado — três das quais identificáveis com Estados nacionais além de suas fronteiras (italiano, romenos e tchecos). A maioria das nacionalidades não desejava visivelmente evadir-se daquilo que a classe média e a

classe média baixa, pela boca de seus fanáticos, gostava de chamar "a prisão dos povos". E quando, no decorrer da guerra, avolumaram-se os sentimentos revolucionários e a insatisfação, tomaram a forma, em primeiro lugar, de revolução social e não de movimentos de independência nacional.

Quanto aos beligerantes ocidentais, durante o curso da guerra viram aumentar progressivamente os sentimentos contra esta e o descontentamento social, porém sem destruir o patriotismo dos exércitos de massa. O extraordinário impacto internacional das revoluções russas de 1917 só é compreensível se tivermos em mente que aqueles que foram para a guerra de boa vontade, e mesmo com entusiasmo, em 1914, eram movidos pela idéia do patriotismo, que não podia ser confinada a *slogans* nacionalistas: incluía o senso do que era devido ao cidadão. Esses exércitos não iam para a guerra por gostarem da luta, da violência ou do heroísmo, ou para implementar o incondicional egoísmo e expansionismo do nacionalismo de direita. E menos ainda por hostilidade ao liberalismo e à democracia.

Ao contrário. A propaganda doméstica de todos os beligerantes, com respeito à política de massas, demonstra em 1914 que o assunto a ser sublinhado não era a glória nem à conquista, mas o de "nós" sermos vítimas de agressão, ou de política agressiva, o de "eles" representarem uma ameaça mortal aos valores da liberdade e da civilização que "nós" representamos. Mais importante: homens e mulheres não seriam mobilizados com êxito para a guerra, a não ser que sentissem sua luta como algo mais que um simples combate armado: que, em algum sentido, o mundo melhoraria com a "nossa vitória", e que "nosso" país seria — para repetir uma frase de Lloyd George — "terra digna de heróis". Os governos inglês e francês, portanto, reivindicavam a defesa da democracia e da liberdade, contra o poder monárquico, o militarismo e o barbarismo ("os hunos"), enquanto o governo alemão reivindicava a defesa dos valores da ordem, da lei e da cultura, contra a autocracia e o barbarismo russos. As perspectivas de conquista e engrandecimento imperial poderiam ser anunciadas nas guerras coloniais; não, porém,

nos conflitos mais importantes — mesmo que delas se ocupassem os ministros do Exterior, nos bastidores.

As massas alemãs, francesas e inglesas, ao marchar para a guerra em 1914, o fizeram não como guerreiros e aventureiros, mas como cidadãos e civis. E este mesmo fato que, para governos que operam em sociedades democráticas, demonstra a necessidade do patriotismo e igualmente a sua força. Apenas o sentimento de que a causa do Estado era genuinamente a sua, poderia mobilizar com eficácia as massas: e em 1914 os ingleses, franceses e alemães sentiam isso. As massas permaneceram mobilizadas até que três anos de massacres sem paralelos e o exemplo da revolução na Rússia lhes ensinaram que haviam estado enganadas.

---

[a] Os Estados estabelecidos ou internacionalmente reconhecidos em 1830-1871 incluíam Alemanha, Itália, Bélgica, Grécia, Sérvia e Romênia. O assim chamado "Compromisso" de 1867 importava na concessão de uma autonomia de grande alcance, pelo Império Habsburgo, à Hungria.

[b] Em alemão no original. A *Algemener Yidisher Arbeter Bund* (União Geral de Trabalhadores Judeus) era uma organização social-democrata de massas no Império Russo. (N. da T.)

[c] A força do seriado da TV alemã *Heimat* residia precisamente na conjugação da experiência dos personagens da *patria chica*, para usar o termo espanhol — a montanha Hunsrück — à experiência da "grande pátria", a Alemanha.

[d] Esse termo foi realmente utilizado por uma testemunha galesa ao comitê parlamentar sobre educação galesa.

[e] Os três membros da elite do Norte e do Leste e principais responsáveis por esse mito (que, diga-se de passagem, expulsou o povo que era o principal criador da cultura e do vocabulário do caubói, o mexicano), foram Owen Wister (autor de *The Virginian*, 1902), o pintor Frederick Remington (1861-1909) e o futuro presidente Theodore Roosevelt.

[f] A proibição do uso do galês, ou de alguma língua ou dialeto local, na sala de aula — proibição que deixou tão traumáticos vestígios na memória dos estudiosos e intelectuais locais, não foi devida a algum tipo de reivindicação totalitária do Estado-nação dominante, mas, quase certamente, à crença sincera de que não haveria possibilidade de uma educação adequada, a não ser na língua do Estado, e de que a pessoa que se conservasse monoglota seria inevitavelmente prejudicada em sua cidadania e em suas perspectivas profissionais.

[g] Os social-democratas receberam 38% dos votos tchecos, na primeira eleição democrática — 1907 —, e emergiram como o maior partido.

CAPÍTULO 7

QUEM É QUEM OU AS INCERTEZAS DA BURGUESIA

No sentido mais amplo possível... o Eu de um homem é a soma, o total do que ele pode chamar seu, não apenas seu corpo e suas forças psíquicas, mas suas roupas e sua casa, sua mulher e seus filhos, seus ancestrais e seus amigos, sua reputação, suas obras, suas terras e seus cavalos, seu iate e sua conta de banco.

William James

Com imenso prazer... começam a fazer compras... e mergulham nisso como quem imerge numa carreira; como classe, falam, pensam e sonham com a posse.

H. G. Wells, 1909

O Colégio foi fundado pela recomendação e conselho da querida esposa do fundador... para oferecer a melhor educação às mulheres da Classe Alta e da Classe Média Alta.

Da Escritura da Fundação do Colégio Holloway, 1883

1

Voltemo-nos agora para aqueles a quem aparentemente a democratização ameaçava. Nesse século da burguesia triunfante, os membros das bem-sucedidas classes médias estavam certos da própria civilização; de modo geral, eram seguros e não costumavam lutar com dificuldades financeiras; todavia, apenas ao findar o século

sentiram fisicamente o *conforto*. Haviam vivido, até então, bastante bem, rodeados de uma profusão de objetos sólidos e enfeitados, envolvidos em grande quantidade de tecidos, podendo permitir-se tudo que consideravam apropriado a pessoas de sua posição social e inapropriado aos seus inferiores, consumindo alimentos e bebidas em quantidades substanciais, provavelmente excessivas. Comida e bebida, pelo menos em alguns países, eram excelentes: *cuisine bourgeoise*, na França, era termo gastronomicamente elogioso.

Em outras partes, comida e bebida eram, pelo menos, abundantes. Um amplo suprimento de empregados compensava o desconforto e impraticabilidade da casa burguesa. Não os podia, no entanto, ocultar. Só tardiamente, ao findar do século, é que a sociedade burguesa desenvolveu um estilo de vida e o equipamento material apropriado e realmente destinado a ajustar-se às necessidades da classe, que supostamente lhe formava a espinha dorsal: homens de negócios, as profissões liberais ou os mais altos escalões do serviço público, com suas famílias. Estas não aspiravam nem necessariamente esperavam adquirir o *status* da aristocracia, ou as recompensas materiais dos muito ricos, mas se situavam bem acima da faixa em que a compra de uma coisa significava a renúncia a outra.

O paradoxo do mais burguês dos séculos consistia em que seus estilos de vida só se tornaram burgueses mais tarde; que esta transformação foi iniciada antes na sua periferia do que no seu centro; e que, como modo de vida especificamente burguês, seu triunfo foi apenas momentâneo. Talvez por isso os sobreviventes olhassem com tanta freqüência e nostalgia para a era que precedeu a 1914, chamando-a de *belle époque*. Começaremos o exame daquilo que aconteceu às classes médias do período a partir da consideração desse paradoxo.

Esse novo estilo de vida era o da casa e jardim suburbanos, que de longa data deixara de ser especificamente estilo burguês, exceto como índice de aspiração. Como tantas outras coisas, na sociedade burguesa, ele procedeu do clássico país do capitalismo, a Inglaterra. É possível identificá-lo, em primeiro lugar, nos subúrbios ajardinados, construídos por arquitetos como Norman Shaw, na década de 1870,

para famílias endinheiradas da classe média, mas não especialmente ricas (Bedford Park). Colônias desse tipo, geralmente destinadas a estratos bem mais ricos que seus equivalentes ingleses, desenvolveram-se nas cercanias das cidades da Europa central — o *Cottage Viertel*, em Viena, *Dahlem* e o *Grunewald Viertel*, em Berlim — e finalmente decaíram socialmente, tornando-se subúrbios da classe média baixa ou um labirinto de "pavilhões" sem planejamento nos arredores das cidades grandes. Eventualmente, por meio da especulação dos construtores e dos planejadores urbanos com ideais sociais, transformaram-se em ruas e colônias de casas geminadas, destinadas a recapturar o espírito da aldeia e da cidade pequena (*Siedlungen*, ou "povoamentos", seria o significativo termo alemão para elas) — como as habitações municipais para operários mais endinheirados, já no século XX. A casa ideal, para a classe média, já não fazia parte de uma rua da cidade, uma "casa de cidade", nem seu substituto, o apartamento em um grande edifício de frente para uma rua da cidade e pretendendo ser um palácio; era uma casa de campo urbanizada, ou, antes, suburbanizada (uma *villa* ou mesmo um *cottage*) num parque ou jardim em miniatura, rodeado de verde. Iria se revelar como um ideal de vida imensamente poderoso, embora ainda não aplicável na maior parte das cidades não anglo-saxônicas.

A *villa* distinguia-se de seu modelo original — a casa de campo dos nobres ou dos grandes proprietários — por um aspecto importante, independentemente de sua dimensão e custo mais modestos e passíveis de redução. Era antes planejada para as conveniências da vida privada e não para a luta pelo *status* social e para a representação. Na realidade, o fato de tais colônias serem, em larga medida, comunidades destinadas a uma única classe, topograficamente isoladas do resto da sociedade, tornava mais fácil a concentração nos confortos de vida. Esse isolamento surgia mesmo quando não era intencional: as "cidades-jardim" e os "subúrbios-jardim", planejados por projetistas anglo-saxões socialmente idealistas, seguiram o mesmo caminho dos subúrbios construídos especificamente para remover as classes médias da proximidade de seus inferiores. Esse êxodo, por si, indicava certa

abdicação da burguesia de seu papel de classe dirigente. "Boston", diziam os ricos da cidade aos seus filhos, por volta de 1900, "nada lhes oferecerá exceto pesados impostos e desordem política. Quando vocês se casarem, procurem construir casa num subúrbio, entrem para o clube de campo e façam com que sua vida se concentre em seu clube, na sua casa e nos seus filhos".

Esse era, porém, o oposto da função da casa de campo ou castelo tradicionais ou mesmo da função de sua rival e imitadora burguesa, a mansão do grande capitalista — da *Villa Hügel*, dos Krupp, ou de *Bankfield House* e *Belle Vue*, dos Ackroyds e Crossleys, que dominavam a vida da enfumaçada cidade da lã, Halifax. Essas residências eram o revestimento da máquina do poder. Eram destinadas a demonstrar os recursos e o prestígio de um membro da elite dirigente aos outros membros e às classes inferiores, bem como a organizar o jogo de influências e domínio. Se gabinetes eram estruturados na casa de campo do duque de Omnium, também John Crossley, dos tapetes Crossley, pelo menos convidava quarenta e nove colegas seus do Conselho da Municipalidade de Halifax para passar três dias em sua casa no *Lake District*, por ocasião de seu qüinquagésimo aniversário; e recebia o príncipe de Gales para a inauguração da municipalidade de Halifax. Nessas residências, a vida privada era inseparável da pública, e tinha funções reconhecidas, por assim dizer, diplomáticas, políticas e públicas, cujas exigências tinham precedência sobre os confortos domésticos. É inimaginável que os Akroyds mandassem construir uma grandiosa escadaria pintada com cenas clássicas da mitologia, uma sala de banquetes com pinturas, uma sala de jantar, uma biblioteca e um conjunto de nove salas de recepção, ou mesmo uma ala de empregados para vinte e cinco pessoas, somente para uso familiar. O fidalgo, em sua casa de campo, não podia esquivar-se ao exercício do poder e da influência, no seu condado, mais que o magnata de negócios local, em Bury ou em Zwickau. Na verdade, enquanto morasse na cidade, por definição e imagem da hierarquia social urbana, mesmo um membro mediano da burguesia dificilmente poderia deixar de indicar — ou melhor, de sublinhar — o lugar que nela ocupava pela escolha de seu endereço ou, pelo menos, pela

dimensão de seu apartamento, pelo andar que ocupava no edifício, pelo grau de servidão de que poderia dispor e pelas formalidades de seu trato e intercâmbio social. A família de um corretor de bolsa eduardiano, recordada mais tarde por um filho dissidente, era inferior aos Forsyte porque sua casa não tinha vista tão ampla para Kensington Gardens, embora não estivesse tão distante deste a ponto de perder *status*. A estação londrina estava, mas a mãe "estava em casa" formalmente, todas as tardes, e organizava recepções à noite com uma "orquestra húngara" alugada nas Lojas Universais Whiteley; além disso, oferecia ou comparecia a jantares quase diariamente, à hora estabelecida, durante os meses de maio e junho. A vida privada e a apresentação pública do *status* e das exigências sociais não se podiam separar.

As classes médias do período pré-industrial, que ascendiam modestamente, eram em sua maior parte excluídas de tais ostentações pelo seu *status* social inferior, se bem que respeitável, ou por suas convicções puritanas ou pietistas, para não mencionar os imperativos da acumulação de capital. Foram a prosperidade e o crescimento econômico de meados do século que as colocaram ao alcance do êxito, ao mesmo tempo que lhes impunham um estilo de vida modelado segundo o das antigas elites. Todavia, nesse momento de triunfo, quatro fatores estimularam a formação de um estilo de vida menos formal e mais genuinamente privado e privatizado.

O primeiro deles, conforme verificamos, foi a democratização política, que solapou a influência pública e política de todos os burgueses, exceto os mais ricos. Em alguns casos, a burguesia (em sua maior parte liberal) foi, de fato, forçada a retirar-se completamente da política, dominada por movimentos de massas ou por massas de eleitores que se recusavam a lhe reconhecer a "influência", quando esta não era dirigida diretamente contra ela. A cultura da Viena *fin de siècle*, conforme já se argumentou, era, em ampla medida, a cultura de uma classe e de um povo — os judeus da classe média — aos quais já não era permitido ser aquilo que queriam ser — alemães liberais — e que não encontrariam muitos seguidores, mesmo como burguesia liberal não-judia. A cultura dos

Buddenbrook e a de Thomas Mann, seu autor — filho de um patrício de antiga e altiva cidade de comerciantes hanseáticos —, é a de uma burguesia que se retirou da política. Os Cabot e Lowell, de Boston, embora longe de serem expulsos da política nacional, perderam para os irlandeses o controle político de sua cidade. Desde 1890, desmantelava-se a paternalista "cultura de fábrica" do norte da Inglaterra; era uma cultura na qual os operários podiam ser sindicalistas, mas que celebravam o aniversário dos empregadores, cujas cores políticas eram as suas. Uma das razões pelas quais emergiu o Partido Trabalhista, após 1900, é terem-se recusado os homens influentes dos distritos eleitorais da classe operária, isto é, a burguesia local, a abrir mão do direito de nomear os "notáveis" do local (ou seja, gente igual a eles próprios) para o Parlamento e o conselho, na década de 1890. Se a burguesia reteve seu poder político, daí em diante, foi por mobilizar influência e não seguidores.

O segundo fator foi um certo afrouxamento dos liames entre a burguesia triunfante e os valores puritanos que haviam sido anteriormente tão úteis para a acumulação do capital, e por meio dos quais a classe havia freqüentemente se identificado e estabelecido a distância que a separava da ociosa e dissoluta aristocracia e dos bêbados e preguiçosos operários. Entre a burguesia estabelecida o dinheiro já havia sido ganho. Poderia provir não diretamente de sua fonte, mas de pagamentos regulares recebidos mediante pedaços de papel que representavam "investimentos", cuja natureza poderia ser obscura, mesmo quando não se originassem de alguma remota região do globo, distantes dos condados ao redor de Londres. Freqüentemente era herdado ou distribuído aos filhos ociosos e às mulheres da família. Grande parte da burguesia do final do século XIX consistia na "classe ociosa", nome inventado a esta altura por um sociólogo americano apartidário, de grande originalidade, Thorstein Veblen, que sobre ela escreveu uma "Teoria". E mesmo aqueles que ganhavam dinheiro não precisavam dedicar a isso muito tempo, pelo menos no caso de o fazerem nos bancos (europeus), nas finanças e nas especulações. Na Inglaterra, em todos os casos, essas atividades deixavam bastante tempo para se cultivar outros interesses. Em suma, gastar tornou-se pelo menos tão importante

quanto ganhar. Não era necessário gastar prodigamente como os ultra-ricos, dos quais efetivamente havia muitos, na *belle époque*. Mesmo os relativamente menos opulentos aprendiam a gastar para o próprio conforto e prazer.

O terceiro fator foi o afrouxamento das estruturas da família burguesa, refletida em uma definida emancipação feminina (que examinaremos no próximo capítulo) e o surgimento de grupos de idade situados entre a adolescência e o casamento como categoria separada e mais independente de "juventude" que, por sua vez, teve poderoso impacto nas artes e na literatura (cf. cap. 9). As palavras "juventude" e "modernidade" tornaram-se às vezes quase intercambiáveis; e se "modernidade" significava algo, era uma mudança do gosto, da decoração e do estilo. Estes dois acontecimentos se tornaram visíveis durante a segunda metade do século entre as classes médias estabelecidas, e óbvios durante as duas últimas décadas. Não afetaram apenas aquela forma de lazer que assumira a forma de viagens e turismo — conforme o demonstra corretamente *Morte em Veneza*, de Visconti, onde o grande hotel de praia ou de montanha, que entrava então em sua fase gloriosa, era dominado pela imagem das mulheres que hospedava —, mas acentuaram grandemente o papel do lar burguês como cenário para a mulher.

O quarto fator foi o substancial aumento do número daqueles que pertenciam, pretendiam pertencer ou que aspiravam obsessivamente a fazer parte da burguesia; era o aumento, em suma, da "classe média" como um todo. Uma idéia definida de um estilo de vida essencialmente doméstico era uma das coisas que mantinham todos os seus membros juntos.

2

Ao mesmo tempo, a democratização, a elevação da classe operária autoconsciente e a mobilização social criavam um novo problema de

identidade social para os que pertenciam ou desejavam pertencer a uma ou outra camada dessas "classes médias". A definição de "burguesia" é notoriamente difícil (cf. *A Era do Capital*, cap. 3:3 e 4), e não foi facilitada na medida em que a democracia e a ascensão dos movimentos operários induziram aqueles que pertenciam à burguesia (cujo nome tornava-se cada vez mais um palavrão) a negar em público a sua própria existência como classe, senão a existência de todas as classes. Na França sustentava-se que a Revolução havia abolido as classes; na Inglaterra, que as classes, não sendo castas fechadas, não existiam; no campo cada vez mais ressoante da sociologia, que a estrutura social e a estratificação eram demasiado complexas para tais simplificações. Na América, o perigo parecia residir não tanto na possibilidade de as massas se mobilizarem como uma só classe, identificando seus exploradores como outra classe, mas sim em que, afirmando seu direito constitucional à igualdade, declarassem pertencer à classe média diminuindo as vantagens (outras que não a dos irretorquíveis fatos da riqueza) de se pertencer a uma elite. A sociologia, que como disciplina acadêmica era um produto do período de 1870-1914, sofre ainda as conseqüências dos infindáveis e inconclusivos debates sobre classe e *status* social, devido à predileção de seus praticantes pela reclassificação da população do modo que melhor convenha às suas convicções ideológicas.

Além disso, com a mobilidade social e o declínio das hierarquias tradicionais estabelecendo quem pertence ou não a um "estrato médio" ou "condição" social, os limites desta zona social intermediária (e da sua área interna) tornaram-se imprecisos. Em países habituados às classificações mais antigas, como a Alemanha, eram inferidas esmeradas distinções entre um *Bürgertum* da burguesia, por sua vez dividido em *Besitzbürgertum*, baseado na posse de propriedades, e em *Bildungsbürgertum*, baseado no acesso ao *status* burguês por meio da educação superior, além de um *Mittelstand* ("condição média"), abaixo do precedente, o qual, por sua vez, olhava por cima do ombro para o *Kleinbürgertum*, ou pequena burguesia. Outras línguas da Europa ocidental simplesmente manipulavam as categorias imprecisas e mutáveis de uma

burguesia/classe média "grande" ou "superior", "pequena" ou "inferior", entre as quais havia um espaço ainda mais impreciso. De que modo determinar, porém, quem poderia pretender fazer parte de qualquer uma destas categorias?

A dificuldade básica residia na constante elevação do número dos pretendentes ao *status* burguês, numa sociedade em que, afinal, era a burguesia que formava o estrato social superior. Mesmo onde a antiga nobreza proprietária de terras não havia sido eliminada (como na América) ou privada de seus privilégios *de jure* (como na França republicana), seu perfil nos países capitalistas desenvolvidos era nitidamente mais baixo. Mesmo na Inglaterra, onde conservara sua presença política proeminente e as maiores fortunas, durante as décadas de meados do século, ela declinava. Em 1858-1879, dos milionários ingleses que morreram, quatro quintos (117) ainda haviam sido proprietários de terras; em 1880-1889, apenas pouco mais de um terço deles o haviam sido, e em 1900-1914, essa percentagem foi ainda mais baixa. Os aristocratas perfaziam a maioria em quase todos os gabinetes ingleses, antes de 1895. Após esta data, jamais o tornaram a ser. Os títulos de nobreza estavam longe de ser desprezados, mesmo em países que oficialmente não os reconheciam; americanos ricos, que não os podiam adquirir para si, compravam-nos na Europa, com a maior presteza, por meio de casamentos subsidiados para suas filhas. As máquinas de costura Singer tornaram-se a princesa de Polignac. Não obstante, mesmo antigas monarquias profundamente enraizadas admitiam que dinheiro era um critério de nobreza tão útil como o do sangue azul. O imperador Guilherme II "considerava dever seu, como governante, atender aos desejos dos milionários, em relação às condecorações e patentes de nobreza; condicionava, porém, suas mercês a doações de caridade, no interesse público. Talvez o influenciassem os modelos ingleses". Bem o poderia crer o observador. Dos 159 pariatos criados na Inglaterra, entre 1901 e 1920 (omitindo os concedidos às forças armadas), 66 foram concedidos a homens de negócios, metade dos quais eram industriais; e a 34 profissionais liberais, dos quais a grande maioria era de advogados; apenas vinte foram concedidos a proprietários de terras.

Se a linha entre a burguesia e aristocracia era imprecisa, os limites entre a burguesia e seus inferiores estavam também longe de ser claros. Isto não afetava demasiadamente a "antiga" classe média baixa ou pequena burguesia de artesãos independentes, pequenos lojistas e seus semelhantes. A sua escala de operações os situava firmemente em um nível mais baixo e mesmo em oposição à burguesia. O programa dos radicais franceses constava de uma série de variações sobre o tema "o pequeno é belo": "a palavra *'petit'* é constantemente repetida nos congressos do Partido Radical". Seus inimigos eram "*les gros*" — o grande capital, a grande indústria, a grande finança, os grandes negociantes. Essa mesma atitude, com uma deformação direitista, nacionalista e anti-semita, e não esquerdista e republicana, encontrava-se entre seus equivalentes alemães, mais pressionados pela irresistível e rápida industrialização desde a década de 1870. Visto do alto, não apenas sua pequenez mas, de igual modo, suas ocupações os excluíam de um *status* mais elevado, a não ser quando, excepcionalmente, a dimensão de sua fortuna obliterasse a memória de sua origem. Ainda assim, a impressionante transformação do sistema distributivo, especialmente da década de 1880 em diante, tornava necessárias algumas revisões. A palavra "merceeiro" traz ainda uma conotação de desprezo entre as classes médias altas, mas na Inglaterra desta época um homem como *Sir* John Lipton (que ganhou seu dinheiro com pacotes de chá), *Lord* Leverhulme (que o ganhou com sabão), ou *Lord* Vestey (que o ganhou com carne congelada), adquiriam títulos e iates a vapor. Todavia, a dificuldade real surgiu com a enorme expansão do setor terciário — o dos empregos em escritórios públicos e privados —, isto é, o de um trabalho que era tanto claramente subalterno como remunerado mediante ordenados (mesmo se chamados de "recompensa"[a]), mas que era, de igual modo, não-manual e baseado em qualificações educacionais, apesar de relativamente modestas; e, acima de tudo, realizado por homens, ou mesmo por algumas mulheres, a maioria das quais recusava-se especificamente a considerar-se parte da classe operária e aspirava, não raro com imensos sacrifícios materiais, ao estilo de vida e à respeitabilidade da classe média. A linha entre esta nova "classe

média baixa" de "empregados" (*Angestellte*, *employés*) e os mais altos estratos profissionais, ou mesmo dos executivos e gerentes assalariados dos grandes negócios, levantavam problemas novos.

Deixando de lado estas novas classes médias baixas, tornava-se claro que aumentava rapidamente o número de novos candidatos à classe média, ou de aspirantes ao *status* da classe média, o que propunha problemas práticos de demarcação e definição, dificultados ainda pela incerteza dos critérios teóricos relativos a essas definições. Aquilo que constituía "a burguesia" sempre foi mais difícil de determinar do que aquilo que, em teoria, definia a nobreza (por exemplo, nascimento, títulos hereditários, propriedade de terras) ou a classe operária (por exemplo, o salário e o trabalho manual). Todavia (cf. *A Era do Capital*, cap. 13), os critérios de meados do século XIX eram bastante explícitos. Exceto no caso de servidores públicos graduados e remunerados, esperava-se que os membros dessa classe possuíssem capital ou renda proveniente de investimentos e/ou que agissem como empresários independentes, que auferiam lucros e empregavam operários, ou que fossem membros de uma profissão "liberal", o que era uma forma de iniciativa privada. É significativo que "lucros" e "honorários" fossem incluídos sob o mesmo título, para fins de arrecadação de imposto de renda, na Inglaterra. No entanto, diante das mudanças acima referidas, estes critérios tornaram-se muito menos úteis para distinguir os membros da burguesia "real" — economicamente, mas acima de tudo socialmente — na considerável massa das "classes médias", para não mencionar o grupo, ainda maior, formado por aqueles que aspiravam a tal *status*. Nem todos possuíam capital; mas não o possuíam, de igual modo (pelo menos inicialmente), muitos homens de *status* burguês inconteste, que o haviam substituído pela educação superior como recurso inicial (*Bildungsbürgertum*): seu número aumentava substancialmente. O número de médicos, na França, que era mais ou menos estável entre 1866 e 1886, aumentara para 20.000 por volta de 1911; na Inglaterra, o número de médicos elevou-se de 15.000 para 22.000; o de arquitetos, de 7.000 para 11.000, entre 1881 e 1901; nestes dois países o crescimento foi mais rápido que o crescimento da população adulta. Nem todos eram

empresários ou empregadores (exceto dos próprios criados). Mas quem poderia negar *status* burguês aos gerentes graduados remunerados, que perfaziam uma parte, sempre mais essencial, da grande empresa em um tempo no qual, conforme acentuava um perito alemão, "o caráter íntimo e puramente privado do antigo pequeno negócio simplesmente não se aplicava mais aos grandes empreendimentos"?

A grande maioria de todas essas classes médias, pelo menos na medida em que muitas delas eram produto da era posterior à revolução dual (cf. *A Era das Revoluções*, Introdução), tinham uma coisa em comum: a mobilidade social, passada e presente. Sociologicamente, conforme notou um observador francês na Inglaterra, as "classes médias" consistiam "essencialmente em famílias no processo de elevar-se socialmente", e a burguesia, em pessoas que "haviam chegado" — seja no ponto mais alto ou em algum platô convencionalmente definido. Tais instantâneos, contudo, dificilmente apresentariam uma imagem adequada de um processo em movimento, que só poderia ser surpreendido pelo equivalente sociológico daquela recente invenção, o filme, ou fotografia em movimento. Os "novos estratos sociais", cujo advento Gambetta considerava o conteúdo essencial do regime da Terceira República francesa — e pensava, sem dúvida, em homens semelhantes a ele próprio, que abriam seu caminho para ganhar influência e renda sem negócios nem propriedades, mas por meio da política democrática —, não cessavam de se mover, mesmo quando, reconhecidamente, haviam "chegado". Inversamente, essa "chegada" não mudaria o caráter da burguesia? A qualidade de membro desta classe poderia ser negada aos pertencentes à segunda ou à terceira geração, que levavam vida ociosa, apoiados na fortuna da família e que, às vezes, reagiam contra os valores e as atividades que constituíam, ainda, a essência de sua classe?

Estes problemas, na época de que tratamos, não concernem ao economista. Uma economia baseada na iniciativa privada voltada para o lucro, tal como a que, inquestionavelmente, dominou os países desenvolvidos do Ocidente, não exige analistas para especular sobre quais são exatamente os indivíduos que constituem

a "burguesia". Do ponto de vista do economista o príncipe Henckel von Donnersmarck, o segundo homem mais rico da Alemanha imperial (após Krupp), era funcionalmente um capitalista, visto que nove décimos de sua renda provinham de propriedade de minas de carvão, de ações de bancos e indústrias, sociedade em empreendimentos imobiliários, para não mencionar os 12 a 15 milhões de marcos de rendimentos em juros. Por outro lado, para o sociólogo e o historiador, o *status* do príncipe como aristocrata hereditário está longe de ser irrelevante. O problema em definir a burguesia *como um grupo de homens e mulheres*, e a linha divisória que a separa das "classes médias baixas", portanto, não encontra suporte direto na análise do desenvolvimento do capitalismo, nesta fase (exceto para os que crêem que o sistema depende das motivações pessoais dos indivíduos, como empresários particulares[b]) embora, naturalmente, reflita mudanças estruturais na economia capitalista e possa esclarecer suas formas de organização.

3

Estabelecer critérios identificáveis era, portanto, urgente para os então membros, reais ou virtuais, da burguesia ou da classe média e particularmente para aqueles cujo dinheiro, por si só, não seria suficiente para a compra de um *status* seguro de respeito e privilégio para si e para sua descendência. Três modos de estabelecer esse pertencimento adquiriram grande importância no período — pelo menos em países em que já surgia alguma incerteza em relação a "quem era quem". [c] Todos exigiam que se preenchessem duas condições: deviam distinguir claramente os membros da classe média dos das classes operárias, dos camponeses e de outros ocupados em trabalhos manuais, e deviam apresentar uma hierarquia de exclusividade, sem afastar a possibilidade de o candidato galgar os degraus da escadaria social. Um estilo de vida e uma cultura de classe média era um destes critérios; uma atividade

ociosa e especialmente a nova invenção, o esporte, era outro; mas o principal indicador do pertencimento de classe crescentemente veio a ser, e ficou sendo, a educação formal.

Sua função mais importante não era utilitária, a despeito dos retornos financeiros potenciais uma inteligência treinada e ao conhecimento especializado em uma era baseada, crescentemente, na tecnologia científica, não obstante tal educação abrir um pouco mais amplamente as carreiras à meritocracia do talento, especialmente na própria indústria educacional, que se expandia. O que contava era a demonstração de que os adolescentes tinham condições de adiar a tarefa de ganhar a vida. O conteúdo da educação era secundário e, na realidade, o valor vocacional do grego e do latim, que tanto absorviam o tempo dos meninos da "escola pública" na Inglaterra, ou o da filosofia, das letras, da história e da geografia, que preenchiam 77% das horas nos *lycées* franceses (1890), era desprezível. Mesmo na Prússia, cuja mentalidade era tão prática, os clássicos *Gymnasien*, em 1885, continham quase três vezes o número de alunos que os *Realgymnasien* e as *Ober-Realschulen*, mais "modernos" e de mentalidade mais técnica. Além disso, o custo de oferecer a uma criança tal educação era, por si, um distintivo social. Um funcionário prussiano, que o calculou com meticulosidade germânica, gastou 31% de sua renda com a educação de seus três filhos, durante um período de trinta e um anos.

A educação formal, preferivelmente coroada por algum diploma, havia sido, até esse momento, irrelevante para a elevação à burguesia, exceto no caso das profissões cultas dentro e fora dos serviços públicos, em cujo treinamento consistia a principal função das universidades, ao qual acrescentavam um ambiente convidativo para a bebida, a devassidão e as atividades esportivas dos jovens cavalheiros, para os quais os exames reais eram absolutamente sem importância. Poucos homens de negócios do século XIX eram formados em alguma coisa. A *polytechnique* francesa da época não constituía atração especial para a elite burguesa. Um banqueiro alemão, ao aconselhar um industrial incipiente em 1884, rejeitou a teoria e a instrução universitária, considerando-as meramente "um

meio de gozar as horas de repouso, como um charuto depois do almoço". Aconselhou a entrada imediata para negócios práticos, a busca de um respaldo financeiro, a observação do que se passava nos EUA e o ganho da experiência, deixando a instrução superior aos "técnicos cientificamente treinados" que teriam utilidade para os empresários. Do ponto de vista dos negócios isto era simples senso comum, apesar de não satisfazer os quadros técnicos. Os engenheiros alemães exigiam, não sem amargura, "posição social condizente com a significância do engenheiro, na vida".

A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores. A própria idade mínima em que se deixava a escola, para esse tipo de ingresso — cerca de 16 anos — garantia aos rapazes, em alguns países onde havia alistamento militar, a classificação como oficial em potencial. Crescentemente, a educação secundária até a idade de 18 ou 19 anos tornava-se habitual nas classes médias; e era normalmente seguida de educação universitária ou de treinamento profissional superior. Os números referentes a isso permaneceram baixos, embora aumentassem um pouco no caso da educação secundária e, de modo mais impressionante, no caso da educação superior. Entre 1875 e 1912, o número dos estudantes alemães mais que triplicou, o dos estudantes franceses (1875-1910) mais que quadruplicou. Todavia, ainda em 1910, menos de 3% das faixas etárias situadas entre os 12 e os 19 anos freqüentavam escolas secundárias (77.500 ao todo) e apenas 2% permaneceram nelas até os exames finais, nos quais apenas metade passou. A Alemanha, com uma população de 65 milhões, entrou para a Primeira Guerra Mundial com uma tropa de cerca de 120.000 oficiais da reserva, ou cerca de 1% dos homens entre 20 e 45 anos.

Por mais modestos que fossem, esses números eram muito superiores à dimensão habitual das classes dominantes mais antigas — por exemplo, às 7.000 pessoas que em 1870 detinham 80% de toda a terra de propriedade privada, na Inglaterra, para não mencionar as cerca de 700 família que constituíam o pariato inglês.

Eram certamente demasiado grandes para a formação daquelas redes informais e pessoais, por meio das quais a burguesia do início do século XIX conseguiria estruturar-se; e isto, em parte, por estar a economia altamente localizada e em parte porque os grupos minoritários, religiosos e étnicos, que desenvolveram afinidade especial pelo capitalismo (protestantes franceses, quacres, unitários, gregos, judeus, armênios), originaram redes de mútua lealdade, de parentesco, e de transações comerciais que se estenderam por países, continentes e oceanos inteiros[d]. No próprio topo da economia nacional e internacional essas redes ainda operavam, uma vez que o número de pessoas envolvidas era diminuto e alguns tipos de negócios, especialmente bancos e finanças, concentravam-se cada vez mais num punhado de centros financeiros (geralmente nas próprias capitais das nações-Estado mais importantes). Por volta de 1900, a comunidade dos bancos ingleses, que controlava de fato os negócios financeiros do mundo, consistia em algumas dezenas de famílias que moravam numa pequena área de Londres, que se conheciam entre si, freqüentavam os mesmos clubes e círculos sociais e ligavam-se através de casamentos. A associação do aço do Reno-Westfália, que se compunha da maioria da indústria do aço alemã, consistia em 28 empresas. O maior de todos os trustes, a United States Steel, foi formado por um punhado de homens em conversas informais; e finalmente concretizado durante jantares e jogos de golfe.

A grande burguesia genuína, antiga ou recente, não tinha, portanto, grandes dificuldades para se organizar como elite, já que podia utilizar métodos muito semelhantes aos da aristocracia, ou mesmo — como na Inglaterra —, os próprios mecanismos desta. Na realidade, sempre que possível, seu objetivo era, cada vez mais, o de coroar o êxito comercial pela entrada na classe nobre, pelo menos por meio dos seus filhos e filhas, se não por meio de um estilo de vida aristocrático. É um erro considerar isso uma simples abdicação dos valores burgueses perante antigos valores aristocráticos. Para começar, a socialização por meio de escolas de elite (ou outras) fora não menos importante para a aristocracia tradicional do que para a burguesia. Na medida em que essa

socialização adquiriu importância, como nas "escolas públicas" inglesas, assimilou os valores aristocráticos em um sistema moral destinado a uma sociedade burguesa e para seus serviços públicos. Além disso, o teste dos valores aristocráticos tornava-se agora, e cada vez mais, um estilo de vida dissoluto e dispendioso que exigia acima de tudo *dinheiro*, viesse de onde viesse. O dinheiro, portanto, tornou-se seu critério. O aristocrata proprietário de terras, genuinamente tradicional, na medida em que não conseguia manter tal estilo de vida e as atividades a este associadas, isolava-se num mundo provinciano em desaparecimento, ainda leal e altivo mas socialmente marginal, como os personagens de Theodor Fontane, em *Der Stechlin* (1895), uma poderosa elegia aos velhos valores *junker* do antigo Brandemburgo. A grande burguesia utilizava os mecanismos da aristocracia como o faria com qualquer escolha de elite, para os seus próprios fins.

O verdadeiro teste das escolas e universidades, como agências socializadoras, era para aqueles que galgavam a escada social e não para os que já haviam atingido o topo. Transformou o filho de um jardineiro não-conformista de Salisbury num lente de Cambridge e o filho *deste*, via Eton e King's College, no economista John Maynard Keynes, tão obviamente membro de uma elite polida e segura de si que ainda nos espantamos ao pensar no ambiente da infância de sua mãe, entre tabernáculos batistas provincianos — e todavia ele foi, até o fim, um altivo membro de sua classe, à qual, mais tarde, chamou de "burguesia educada".

Não admira que a espécie de escolaridade que oferecia o *status* burguês, provável ou certo, expandiu-se para atender ao aumento do número dos que haviam adquirido fortuna, porém não *status* (como vovô Keynes); para aqueles cujo *status* burguês dependia, tradicionalmente, da educação, como era o caso dos filhos dos pastores protestantes pobres, bem como o dos filhos dos profissionais mais liberalmente remunerados e para uma multidão de pais menos "respeitáveis", ambiciosos em relação a seus filhos. Desenvolveu-se, pois, a educação secundária, principal portal de entrada. O número dos alunos multiplicou-se por algo situado entre dois (Bélgica, França, Noruega, Países Baixos) e cinco (Itália). O

número dos estudantes, nas universidades que lhes ofereciam a garantia de se tornarem membros das classes médias, quase triplicou na maioria dos países europeus, entre finais da década de 1870 e o ano de 1913. (Durante as décadas precedentes permanecera relativamente estável.) De fato, por volta da década de 1880, os observadores alemães preocuparam-se com a admissão às universidades de mais estudantes do que os setores econômicos da classe média podiam acomodar.

O problema da "genuína classe média alta" — ou, digamos, dos sessenta e oito "grandes industriais" que, de 1895 a 1907, se juntaram aos cinco já instalados na mais elevada classe de contribuintes, em Bochum (Alemanha) — era o fato de uma tão generalizada expansão educacional já não oferecer emblemas de *status* suficientemente exclusivos. Ao mesmo tempo, no entanto, a grande burguesia não podia separar-se formalmente de seus inferiores, pois suas estruturas precisavam manter-se abertas a novos membros — uma vez que esta era a natureza de seu ser — e porque precisavam mobilizar, ou pelo menos conciliar, as classes médias e as inferiores, a fim de enfrentar as classes operárias, sempre mais mobilizadas. Daí a insistência dos observadores não-socialistas de que a "classe média" não só crescia mas adquiria enorme dimensão. O temível Gustav von Schmoller, maioral dos economistas alemães, achava que a classe média perfazia um quarto da população, mas nisto incluía não só os novos "funcionários, gerentes e técnicos, recebendo bons porém moderados salários", mas também os capatazes e operários qualificados. Sombart, de igual modo, avaliava a classe média em 12,5 milhões, contra 35 milhões de operários. Esses eram essencialmente cálculos de eleitores potencialmente anti-socialistas. Uma avaliação generosa dificilmente ultrapassaria os 300 mil, considerados como perfazendo o "público investidor" de fins da era vitoriana e da era eduardiana, na Inglaterra. Em qualquer caso, os próprios membros das classes médias estavam longe de abrir os braços às ordens inferiores, ainda quando estes usassem colarinho e gravata. Um observador inglês, mais caracteristicamente, tratava

sumariamente as classes médias inferiores como pertencentes, com os operários, ao "mundo das escolas elementares".

No interior dos sistemas em que a entrada era aberta, portanto, tinham de ser estabelecidos círculos de exclusividade informal, mas definitiva. Isto era mais fácil num país como a Inglaterra, que não tinha educação primária pública até 1870 (e a freqüência à escola não viria a ser compulsória senão daí a vinte anos), nem educação secundária pública até 1902 nem qualquer tipo de educação universitária significativa fora das duas antigas universidades, Oxford e Cambridge[e]. Numerosas escolas, inadequada mas surpreendentemente chamadas "públicas", foram fundadas para a classe média de 1840 em diante. Seguiam o modelo das nove antigas fundações, reconhecidas como tais em 1870 e já servindo de viveiro para a nobreza e os grandes proprietários, especialmente Eton. Em princípios da década de 1900 haviam-se expandido e formavam uma lista de cerca de 64 até 160 escolas — dependendo do seu grau de exclusividade e esnobismo —, relativamente dispendiosas, que pretendiam tal *status* e treinavam deliberadamente seus alunos para serem membros da classe dominante. Um grupo de escolas secundárias particulares, principalmente no norte e no leste dos EUA, preparava, também, os filhos das boas famílias, ou, de qualquer modo, das famílias ricas, para o polimento final das universidades particulares de elite.

Dentro destas, como dentro do grande corpo dos estudantes universitários alemães, grupos ainda mais exclusivos eram recrutados por associações privadas — tais como o *Korps* dos estudantes ou pelas mais prestigiadas fraternidades de letras gregas[f] —, cujo lugar, nas antigas universidades inglesas, foi tomado pelos "colégios residenciais". As burguesias de fins do século XIX eram, portanto, uma estranha combinação de sociedades fechadas mas educacionalmente abertas: abertas, por ser a entrada franqueada em virtude do dinheiro, ou mesmo (por meio de bolsas de estudos e outras providências destinadas a estudantes pobres) do mérito, mas fechadas, na medida em que era claramente dado a entender que alguns círculos eram consideravelmente mais iguais que outros. A exclusividade era puramente social. Os estudantes do

Korps alemão, muito dados à cerveja e cheios de cicatrizes, duelavam a fim de provar que eram (ao contrário das ordens inferiores) *satisfaktionsfähig*, ou melhor, que eram cavalheiros e não plebeus. Às sutis gradações de *status*, nas escolas particulares inglesas, eram estabelecidas por aquelas que se dispunham a entrar em competições esportivas, contra outras — ou melhor, que tinham irmãs com possibilidades de ser parceiras convenientes para um casamento. O grupo das universidades americanas de elite, pelo menos no Leste, era efetivamente definido pela exclusividade social do esporte: na *Ivy League*, elas jogavam umas contra as outras.

Para aqueles que ascendiam à grande burguesia, esses mecanismos de socialização garantiam inquestionavelmente a qualidade de membro para seus filhos. A educação acadêmica para as filhas era opcional, e fora dos círculos liberais e progressistas não era garantida. Apresentava, porém, vantagens práticas definidas. A instituição dos "antigos camaradas" (*Alte Herren alumni*) que se desenvolvem rapidamente desde a década de 1870, demonstrava que os produtos de um estabelecimento educacional formavam uma rede que poderia ser nacional ou mesmo internacional, mas que ao mesmo tempo ligava as gerações mais novas às mais velhas. Em suma, oferecia coesão social a um grupo heterogêneo de recrutas. Também aqui o esporte proporcionava boa parte do elemento formal de ligação. Por meios tais, uma escola, um colégio, um *Korps* ou uma fraternidade — revisitados e com freqüência financiados por seus antigos alunos — formava uma espécie de máfia potencial ("amigos de amigos") para auxílio mútuo, que não era menor nos negócios; e, por sua vez, a rede dessas "extensões familiares" de pessoas presumivelmente de *status* social e econômico equivalente oferecia um entrelaçamento de contatos potenciais além do alcance dos parentes ou dos negócios regionais ou locais. Nas palavras do guia às fraternidades colegiais americanas, ao observar o enorme crescimento das associações de antigos alunos Beta Theta Phi possuía capítulos listando ex-alunos em 16 cidades em 1889, mas 110 em 1912 —, elas formavam "círculos de homens cultos que de outro modo não se conheceriam".

O potencial prático de tais redes, num mundo de negócios nacionais e internacionais, pode ser indicado pelo fato de uma dessas fraternidades norte-americanas (a Delta Kappa Epsilon) gabar-se de ter seis senadores, quarenta congressistas, um Cabot Lodge e *o* Theodore Roosevelt, em 1889, ao passo que em 1912 incluía igualmente dezoito banqueiros de Nova Iorque (inclusive J. P. Morgan), nove personagens abastados de Boston, três diretores da Standard Oil e pessoas de peso comparável no Meio-Oeste. Não seria decerto desvantajoso para o futuro empresário de, digamos, Peoria, submeter-se aos rigores da iniciação na Delta Kappa Epsilon, num colégio apropriado e pertencente à *Ivy League*.

Tudo isso adquiria importância econômica e social à medida que se desenvolvia a concentração capitalista e atrofiava-se a indústria puramente local ou mesmo regional, carecendo de liames com redes mais amplas, como foi o caso dos "bancos rurais" ingleses. Todavia, conquanto o sistema de escolaridade formal e informal fosse conveniente para a elite econômica e social estabelecida, era essencial principalmente para os que desejavam fazer parte dela, ou ter sua "chegada" a ela certificada pela assimilação de seus filhos. A escola era a escada pela qual os filhos dos membros mais modestos do estrato intermediário passavam para o alto; pois até nos sistemas educacionais mais meritocráticos, poucos eram os filhos de verdadeiros camponeses, e menos ainda os de operários, que passavam além dos degraus mais baixos.

4

A relativa facilidade com que "os dez mil do alto" (como vieram a ser chamados) sabiam estabelecer exclusividade não resolveu o problema dos cem mil do alto, que preenchiam o mal definido espaço entre a gente superior e o populacho; e menos ainda o problema das bem mais numerosas "classes médias inferiores", não raro situadas apenas por um fio de cabelo (financeiramente falando) acima dos

operários qualificados mais bem pagos. Pertenciam certamente ao que os observadores sociais ingleses chamavam de "classe que tem empregados" — 29% da população, numa cidade provinciana como York. Apesar do fato de o número dos empregados domésticos haver estacionado ou mesmo declinado, de 1880 em diante, não tendo mantido, portanto, o mesmo ritmo de crescimento que o dos estratos médios, as aspirações da classe média ou mesmo da classe média baixa eram inconcebíveis sem empregados domésticos, exceto nos EUA. Nesta medida, a classe média era ainda uma classe de senhores (cf. *A Era do Capital*), ou antes, de senhoras, de jovens mulheres trabalhadoras. Certamente, davam aos filhos e, cada vez mais, também às filhas, educação secundária. Na medida em que isso era para os homens uma qualificação para o *status* de oficial da reserva (ou oficiais "cavalheiros temporários" nos exércitos de massas da Inglaterra de 1914), igualmente os marcava como potenciais senhores de outros homens. No entanto, um número crescentemente maior desses homens já não eram "independentes" no sentido formal, mas recebiam salários de seus empregadores, ainda quando estes eram eufemisticamente chamados por algum outro nome. Ao lado da antiga burguesia de empresários, profissionais independentes e daqueles que reconheciam somente ordens de Deus e do Estado, crescia agora a nova classe média dos gerentes, executivos e peritos técnicos assalariados no capitalismo das grandes corporações estatais e na alta tecnologia: era a burocracia pública e privada, cuja ascensão foi analisada por Max Weber. Ao lado, mas sobrepujando a pequena burguesia antiga, de artesãos independentes e pequenos lojistas, surgia agora a nova pequena burguesia dos escritórios, lojas e administração subalterna. Eram estes, realmente, estratos numericamente muito amplos, e a gradual mudança das atividades econômicas primárias e secundárias para as terciárias prometia aumentar sua dimensão. Nos EUA, em torno de 1900, eram já mais numerosos que a própria classe operária, embora constituísse exceção.

A nova classe média e a classe média baixa eram demasiado numerosas e, com freqüência, demasiado insignificantes tomadas individualmente; seu meio ambiente era demasiado desestruturado e

anônimo (especialmente na cidade grande), e a escala em que a economia e a política operavam era demasiado ampla para que contassem como pessoas ou famílias, como as da "classe média alta" e as da "*haute bourgeoisie*". Sem dúvida, sempre fora assim numa grande cidade, mas em 1871 menos de 5% dos alemães moravam em cidades de 100.000 ou mais habitantes, ao passo que em 1910 mais de 21% o faziam. Progressivamente, portanto, as classes médias eram identificadas não tanto como indivíduos "levados em conta" como tais e sim por meio de sinais coletivos de reconhecimento: pela educação que haviam recebido, pelo estilo de vida e por práticas que indicavam sua situação aos outros, aliás tão inidentificáveis, como indivíduos, quanto eles próprios. Para as classes médias reconhecidas, aqueles sinais normalmente envolviam uma combinação de rendimentos e educação, bem como certa distância visível das origens populares, tais como as indicadas, por exemplo, pelo uso habitual da linguagem da cultura nacional padrão e do sotaque indicador de classe, no relacionamento social com outros que não os inferiores. As classes médias baixas, antigas e novas, eram claramente separadas e inferiores pelos "rendimentos insuficientes, mediocridade cultural e proximidade das origens populares". O principal objetivo da "nova" pequena burguesia era o de demarcar tão nitidamente quanto possível a distância que as separava das classes operárias — objetivo que geralmente as inclinava para a direita radical, na política. Sua forma de esnobismo era a reação.

O grosso da classe média "sólida" e incontestável não era numeroso: em princípios da década de 1900, menos de 4% das pessoas que morriam, na Inglaterra, deixavam mais de 300 libras em propriedades (inclusive casas, móveis, etc.). Todavia, ainda que um rendimento mais que confortável de classe média — digamos 700-1.000 libras por ano — tenha sido talvez dez vezes superior a um bom rendimento da classe operária, não se poderia comparar ao dos realmente ricos, para esquecer os super-ricos. Era enorme o abismo entre a classe média superior, estabelecida, reconhecida e próspera, e aquilo que então veio a ser chamado "plutocracia", que representava, segundo um observador de fins da era vitoriana, "a

visível obliteração da distinção convencional entre os aristocratas de nascimento e os do dinheiro".

A segregação residencial — mais que provável, num subúrbio elegante — era um modo de estruturar essas massas endinheiradas como grupamento social. A educação, como vimos, era outro. Ambos conjugavam-se numa prática que se institucionalizou, essencialmente, durante o último quartel do velho século: o esporte. Formalizado em torno desta época na Inglaterra, que lhe ofereceu o modelo e o vocabulário, alastrou-se como um incêndio aos demais países. Em seu início, sua forma moderna foi associada especialmente à classe média e não necessariamente à classe alta. Os jovens aristocratas poderiam experimentar, como na Inglaterra, qualquer forma de proeza física, mas o campo em que se especializavam era o dos exercícios ligados à equitação e à matança, ou pelo menos ao ataque aos animais e às pessoas: a caça, o tiro, a pesca, as corridas de cavalos, a esgrima e coisas semelhantes. Efetivamente, na Inglaterra, a palavra "esporte" era originalmente restrita a tais atividades, sendo os jogos e competições físicas (hoje chamados "esporte"), classificados como "passatempo". A burguesia, como sempre, não apenas adotou como transformou os modos de vida dos nobres. Os aristocratas, caracteristicamente, também se entregaram a formas de atividade notavelmente dispendiosas, tais como o recém-inventado automóvel, que foi corretamente descrito na Europa de 1905 como "brinquedo de milionários e meio de transporte das classes endinheiradas".

Os novos esportes abriram caminho até a classe operária, e, mesmo antes de 1914, alguns deles eram entusiasticamente praticados por operários — havia, na Inglaterra, talvez um milhão de jogadores de futebol — que eram observados e seguidos com paixão por grandes multidões. Este fato incorporou ao esporte um critério de classe próprio, o amadorismo, ou antes, a proibição ou a estrita segregação da casta dos "profissionais". Nenhum amador poderia distinguir-se de modo genuíno nos esportes, a não ser que pudesse dedicar a eles mais tempo do que os operários dispunham, exceto se fossem pagos. Os esportes que se tornaram mais característicos das classes médias, como o tênis, o *rugby*, o futebol americano — ainda

um jogo dos estudantes de faculdade, apesar do esforço que exige — ou os ainda não desenvolvidos esportes de inverno, todos eles obstinadamente rejeitaram o profissionalismo. O ideal do amadorismo, que apresentava a vantagem adicional de reunir classe média e nobreza, foi entesourado nos Jogos Olímpicos, uma nova instituição (1896), nascida no cérebro de um francês admirador do sistema inglês de escolas públicas, que havia sido construído em torno de seus campos de jogos.

Que o esporte era considerado elemento importante na formação da nova classe governante, segundo o modelo do *gentleman* britânico burguês treinado em escola pública, é evidente, pelo papel das escolas ao introduzi-lo no continente. (Os futuros clubes profissionais de futebol eram, freqüentemente, times de firmas inglesas expatriadas e de seus funcionários.) Que o esporte apresentava um aspecto patriótico e até militarista é igualmente claro. Mas serviu também para criar novos padrões de vida e de coesão da classe média. O tênis, inventado em 1873, rapidamente tornou-se o jogo perfeito dos subúrbios da classe média, em grande parte por ser bissexual e por conseguinte oferecer um meio para os "filhos e filhas da grande classe média" encontrarem parceiros não apresentados pela família mas certamente de posição social comparável à deles. Em suma, os esportes alargavam o estreito círculo de família e conhecidos, da classe média e, por meio da rede de entrelaçamento e interação dos "clubes de tênis com sócios contribuintes", criavam um universo social fora das células domésticas auto-abrangentes. "A sala de visitas da casa não tardou a minguar e a tornar-se um ponto insignificante". O triunfo do tênis é inconcebível sem a suburbanização e a progressiva emancipação da mulher da classe média. O alpinismo e o novo esporte do ciclismo (que se tornou o primeiro esporte para espectadores de massa, da classe operária, no continente), e os novos esportes de inverno, precedidos da patinação, beneficiaram-se também, e substancialmente, da atração entre os sexos; aliás, desempenharam um significativo papel na emancipação feminina, por essa razão.

Os clubes de golfe desempenhariam um papel igualmente importante no mundo (anglo-saxão) masculino de profissionais da

classe média e homens de negócios. Já nos deparamos com um recente acordo de negócio concluído num campo de golfe. O potencial social deste jogo — cujas partidas são disputadas em extensas propriedades, dispendiosamente construídas e conservadas por membros de clubes destinados a excluir, social e financeiramente, estranhos inaceitáveis — impressionou as novas classes médias como uma súbita revelação. Antes de 1889, havia apenas dois campos de golfe em toda Yorkshire (West Riding); entre 1890 e 1895, foram abertos 29 deles. De fato, a extraordinária rapidez com que todas as formas de esporte organizado conquistaram a sociedade burguesa, entre 1870 e os primeiros anos de 1900, sugere que o esporte preenchia uma necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre. Paradoxalmente, pelo menos na Inglaterra, um proletariado industrial e uma nova burguesia, ou classe média, emergiram ao mesmo tempo como grupos autoconscientes, que se definiam um contra o outro por meio de maneiras e estilos de vida e ação coletiva. O esporte, criação da classe média transformada em duas alas com óbvia identificação de classe, constituía um dos modos mais importantes de realizar aquela definição.

5

Por conseguinte, três importantes tendências marcaram socialmente as classes médias das décadas que precederam 1914. Na extremidade inferior, aumentou o número daqueles que, de algum modo, reivindicavam a qualidade de membros do grupo intermediário. Eram os empregados não-manuais, que, à margem, distinguiam-se dos operários — que podiam ganhar tanto quanto eles — apenas pela pretensa formalidade da roupa de trabalho (os proletários de "paletó preto" ou, como diziam os alemães, "de colarinho duro") e por um pretenso estilo de vida de classe média. Na extremidade superior, tornava-se imprecisa a linha divisória entre

empregadores, profissionais superiores, gerentes altamente colocados, executivos assalariados e funcionários graduados. Todos eles foram colocados num só grupo (de modo realístico), o da "classe", na ocasião em que o recenseamento inglês tentou pela primeira vez registrar a população por classes. Ao mesmo tempo, aumentava consideravelmente a classe burguesa ociosa de homens e mulheres que viviam de lucros de segunda mão — e ressoa o eco da tradição puritana, através da classificação do British Inland Revenue de "rendimentos indébitos". Relativamente poucos burgueses ocupavam-se agora em realmente "ganhar dinheiro"; muito maior era o acúmulo de lucros à sua disposição, a ser distribuídos entre seus parentes. Acima de tudo, estava o grupo dos super-ricos, os plutocratas. Afinal, havia já mais de 4 mil milionários (em dólares) nos EUA, no início da década de 1890.

Para a maioria deles, as décadas precedentes à guerra foram boas; para os mais favorecidos, foram extraordinariamente generosas. A nova classe média baixa recebeu bem pouco em termos materiais, pois seus rendimentos não puderam exceder os do artesão qualificado, embora medidos por ano e não por semana ou por dia; e os operários não precisavam gastar grande coisa para "manter as aparências". Entretanto, seu *status* situava-os incontestavelmente acima das massas trabalhadoras. Na Inglaterra, os homens desta classe podiam até julgar-se *gentlemen*, um termo originalmente reservado aos grandes proprietários de terra; na era da burguesia, todavia, foi drenado do seu conteúdo social específico e aberto para quem quer que, efetivamente, não realizasse trabalho manual. (Nunca foi usado para os trabalhadores.) A maioria achava que conseguira mais que seus pais e esperava melhores perspectivas para seus filhos. Isto, provavelmente, pouco contribuía para diminuir o senso de ressentimento impotente contra os que lhes ficavam acima ou abaixo — o que, aparentemente, era característico desta classe.

Os pertencentes ao inconteste mundo da burguesia tinham, na verdade, muito pouco de que se queixar, pois oferecia-se a quem quer que dispusesse de algumas centenas de libras esterlinas por ano — o que estava muito abaixo do limiar dos ricos — uma vida

excepcionalmente agradável, agora conduzida num estilo de vida excepcionalmente aprazível. O grande economista Marshall achava (em *Principles of Economics*) que um professor poderia viver convenientemente com 500 libras por ano, opinião confirmada por seu colega, o pai de John Maynard Keynes, que conseguia poupar 400 libras por ano, tiradas de um rendimento (salário mais capital herdado) de 1.000 libras, que lhe permitia ter casa forrada com papel de parede Morris, com três empregados permanentes e uma governanta, tirando férias duas vezes por ano — um mês na Suíça custava ao casal 68 libras em 1891 — e entregar-se às suas paixões, que eram colecionar selos, caçar borboletas, estudar lógica e, naturalmente, jogar golfe. Não havia dificuldade em achar modos de gastar cem vezes mais por ano e os ultra-ricos da *belle époque* — multimilionários norte-americanos, grão-duques russos, magnatas do ouro sul-africanos e um sortimento de financistas internacionais — apressavam-se a competir, gastando tão prodigamente quanto podiam. Mas não era preciso ser magnata para gozar algumas saborosas doçuras desta vida; em 1896, por exemplo, um serviço de jantar com 101 peças, decorado com o próprio monograma do comprador, podia ser adquirido no varejo, em Londres, por menos de 5 libras. O grande hotel internacional, nascido das estradas de ferro em meados do século, atingiu seu apogeu durante os vinte anos que precederam 1914. Muitos deles trazem ainda o nome do mais famoso dos cozinheiros-chefes contemporâneos: César Ritz. Esses palácios podem ter sido freqüentados pelos super-ricos, mas não foram construídos principalmente para eles, pois os super-ricos ainda construíam, ou alugavam, suas próprias residências palacianas. Estes hotéis visavam aos medianamente ricos e comodamente endinheirados. *Lord* Rosebery jantava no novo Hotel Cecil, mas não o jantar-padrão de 6 *shillings* por cabeça. Atividades cujo objetivo eram os realmente opulentos tinham seu preço marcado segundo outra escala. Em 1909, um jogo de tacos de golfe, com o saco, custaria uma libra esterlina e meia, em Londres, ao passo que o preço básico de um novo carro Mercedes era 900 libras. (*Lady* Wimborne e o filho possuíam dois deles e mais dois Daimler, três Darracqs e dois Napiers.)

Não admira, portanto, que os anos pré-1914 viviam do folclore da burguesia como a era dos dias dourados. Ou que o tipo de classe ociosa que mais atraía a atenção tenha sido a que se entregava (para citar novamente Veblen) ao "consumo conspícuo" a fim de confirmar o próprio *status* e fortuna, não tanto em face das ordens inferiores, demasiado distantes, nas profundezas, para ser notadas, mas sim na competição com os outros magnatas. A resposta de J. P. Morgan ao ser perguntado quanto custava manter um iate ("Se você tem de perguntar, é porque não tem recursos para isso"), e a observação de John D. Rockefeller, igualmente apócrifa, ao lhe contarem que J. P. Morgan deixara 80 milhões de dólares ao morrer ("E todos nós pensávamos que ele era rico"), indicam a natureza do fenômeno. Havia muito disso naquelas décadas laminadas a ouro, quando os *marchands* de arte, como Joseph Duveen, convenciam os bilionários que apenas uma coleção de antigos mestres poderia selar-lhes o *status*, quando nenhum merceeiro bem-sucedido estaria completo sem um imenso iate e nenhum especulador de minas, sem um haras de cavalos de corrida, um palácio no campo (preferivelmente inglês) e uma charneca com aves de caça ou quando a simples quantidade e variedade de alimentos desperdiçados — e, mesmo, as quantidades consumidas — durante um fim de semana, da era eduardiana, ultrapassa a imaginação.

Na verdade, no entanto, conforme já ficou sugerido, o maior grupo ocioso subsidiado por rendimentos privados tomou, provavelmente, a forma de atividades não lucrativas pelas esposas, filhos e filhas e, às vezes, outros parentes, das famílias bem providas. Este foi, como veremos, um elemento importante para a emancipação feminina (cf. cap. 8): Virginia Woolf considerava "um teto para si mesma", isto é, 500 libras por ano, essencial para esse fim; e a grande firma fabiana de Beatrice e Sidney Webb respaldava-se nas 1.000 libras por ano que ela havia recebido por ocasião de seu casamento. Boas causas, que iam desde campanhas pela paz e pela sobriedade, passando pelo serviço social para os pobres — esta foi a era dos "centros comunitários" nas favelas, feitos por ativistas de classe média — até o amparo às artes não-comerciais, beneficiadas por trabalho voluntário e subsídios financeiros. A

história da arte do início do século XX está repleta de tais subsídios; a poesia de Rilke foi possível pela generosidade de um tio e de uma sucessão de nobres senhoras; a poesia de Stefan George e a crítica social de Karl Kraus, bem como a filosofia de Georg Lukács, pelos negócios da família, que igualmente permitiram a Thomas Mann concentrar-se na vida literária, antes dela se tornar lucrativa. Nas palavras de E. M. Forster, outro beneficiário dos rendimentos privados: "Entravam dividendos, erguiam-se sublimes pensamentos". Eles alçavam-se para dentro e para fora de *villas* e apartamentos mobiliados pelas "artes e ofícios", um movimento que adaptava os métodos do artesão medieval, para aqueles que podiam pagar; e entre famílias "cultas", para as quais, dado o acento e os rendimentos aceitáveis, mesmo ocupações até então de pouco respeito tornavam-se o que os alemães chamavam *salonfahig* (aceitáveis na sala de visitas da família). Um processo — e não o menos curioso — dessa classe média ex-puritana foi a presteza que demonstrou, no final do século, em permitir que seus filhos e filhas entrassem para o palco em caráter profissional, o qual adquiriu todos os símbolos de reconhecimento público. Afinal, *Sir* Thomas Beecham, herdeiro das Pílulas Beecham, preferia passar o tempo como maestro profissional, tocando Delius (filho do comércio de lã de Bradford) e Mozart (que não gozou de tais vantagens).

6

E, contudo, poderia a época da burguesia triunfante florescer, se amplas faixas dessa mesma burguesia envolviam-se tão pouco com a geração da riqueza e tão rapidamente iam à deriva, distanciando-se da ética puritana, dos valores do trabalho e do esforço, da acumulação pela abstenção, pelo dever e pela seriedade moral, valores estes que lhe haviam forjado a identidade, a altivez e a feroz energia? Conforme verificamos no capítulo 3, o medo — não, a vergonha — de um futuro de parasitas os perseguiam. O ócio, a

cultura e o conforto estavam muito bem. (A grosseira ostentação pública da riqueza, pelo esbanjamento e o luxo, ainda era acolhida com considerável reserva, por uma geração que lia a Bíblia, que lhes recordava a adoração do bezerro de ouro.) Mas a classe que tornara seu o século XIX, não estaria ela a se afastar do próprio destino? Como combinaria ela, se é que o faria, os valores do passado e os do presente?

Esse problema ainda era dificilmente visível nos EUA, onde o empresário dinâmico não sentia, de modo discernível, as pontadas da incerteza, embora alguns se preocupassem com relações públicas. Era entre as antigas famílias da Nova Inglaterra, dedicadas aos serviços profissionais e a um público universitário e culto, como os James e Adams, que se encontravam homens e mulheres que, positivamente, sentiam-se pouco à vontade na sociedade em que viviam. O máximo que se pode dizer dos capitalistas norte-americanos é que alguns deles ganharam dinheiro tão depressa e em quantidades de tal modo astronômicas que, forçosamente, se depararam com o fato de a acumulação de capital, por si, não ser objetivo adequado para a vida de um ser humano, mesmo burguês[g]. Todavia, a maioria dos homens de negócios norte-americanos não eram da classe do reconhecidamente fora do comum Andrew Carnegie. Ele entregou 350 milhões de dólares a várias causas e pessoas excelentes, pelo mundo afora, sem que isso afetasse visivelmente seu estilo de vida, em Skibo Castle; ou da classe de Rockefeller, que imitou o novo esquema de Carnegie, da fundação filantrópica, e que doaria mais dinheiro ainda, antes de sua morte, em 1937. Filantropia em tal escala, tal como as coleções de arte, tinham a vantagem adicional retrospectiva de suavizar, face ao público, os contornos destes homens recordados por seus operários e rivais de negócios como ferozes predadores. Para a maioria da classe média norte-americana, ficar rico ou, pelo menos, prosperar ainda era o suficiente como objetivo de vida e justificação adequada para sua classe e civilização.

Tampouco percebe-se uma grande crise da autoconfiança burguesa, nos pequenos países ocidentais que entravam em sua época de transformação econômica — tal como os "pilares da

sociedade" da provinciana cidade de estaleiros norueguesa sobre a qual Henrik Ibsen escreveu uma peça célebre e epônima (1877). Ao contrário dos capitalistas da Rússia, não tinham razões para sentir que todo o peso e toda a moralidade de uma sociedade tradicionalista, desde os grão-duques até os mujiques, lhes eram absolutamente contrários; para não mencionar seus explorados operários. Ao contrário. Mesmo na Rússia, onde encontramos fenômenos surpreendentes na literatura e na vida — tais como o do homem de negócios bem-sucedido mas envergonhado de seu triunfo (Lopakhin em *O Pomar de Cerejeiras*, de Tchekhov), e o grande magnata têxtil e mecenas que financiou os bolchevistas de Lenin (Savva Morozov) —, o rápido êxito industrial trouxe auto-segurança. Paradoxalmente, aquilo que transformaria a Revolução de Fevereiro, de 1917, na Revolução de Outubro — como já foi persuasivamente argumentado — foi a convicção, adquirida pelos empregadores russos durante os vinte anos precedentes, de que "não podia haver ordem econômica na Rússia senão a capitalista" e de que os capitalistas russos eram bastante fortes para obrigar seus operários a manter a linha.[h]

Havia, sem dúvida, muitos homens de negócios e profissionais bem-sucedidos, nas regiões desenvolvidas da Europa, que ainda sentiam os ventos da história nas velas de seus barcos, embora lhes fosse cada vez mais difícil deixar de tomar conhecimento do que se passava com os dois mastros que, tradicionalmente, apoiavam as velas: a firma gerenciada pelo próprio dono e a família do proprietário, centrada no elemento masculino. A administração dos grandes negócios por funcionários assalariados ou a perda da independência de empresários anteriormente soberanos para os cartéis eram ainda, conforme notou aliviado um observador alemão, "muito distantes do socialismo". O mero fato, porém, de estarem assim ligados os negócios privados e o socialismo, demonstra quão longe parecia estar a idéia aceita de iniciativa privada das estruturas econômicas de nosso período. No tocante à erosão da família burguesa, para a qual muito contribuiu a emancipação de seu elemento feminino, como poderia ela não solapar a autodefinição de uma classe tão fortemente respaldada na sua manutenção (cf. *A Era*

do Capital, cap. 13:2) — uma classe para a qual a respeitabilidade era igual à "moralidade" e que, crucialmente, dependia da conduta percebida de suas mulheres?

O que tornava o problema particularmente agudo, em todo o caso na Europa, e dissolvia os firmes contornos da burguesia do século XIX, era uma crise naquilo que — exceto para alguns grupos de pietistas católicos autoconscientes — constituía desde longa data a ideologia e a lealdade que a identificavam. A burguesia acreditava não apenas no individualismo, na respeitabilidade e na propriedade, mas igualmente no progresso, na reforma e no liberalismo moderado. Na eterna batalha política entre os estratos superiores das sociedades do século XIX, entre os "partidos de movimento" ou "progresso" e os "partidos da ordem", as classes médias se haviam colocado incontestavelmente, em sua grande maioria, pelo movimento, embora de nenhum modo insensíveis à ordem. Todavia, como veremos adiante, tanto o progresso quanto a reforma e o liberalismo estavam em crise. O progresso científico e tecnológico, é claro, permaneceu inconteste. O progresso econômico ainda parecia seguro, pelo menos após as dúvidas e hesitações da Depressão, ainda que gerasse movimentos operários organizados, comumente liderados por subversivos perigosos. O progresso político, como vimos, era um conceito bem mais problemático à luz da democracia. No que concerne ao campo cultural e ao da moralidade, a situação era cada vez mais enigmática. Que se deveria fazer de Friedrich Nietzsche (1844-1900), ou de Maurice Barrès (1862-1923), que em 1903 eram os gurus dos filhos de pessoas que haviam navegado os mares da intelectualidade orientados pelos faróis de Herbert Spencer (1820-1903) ou Ernest Renan (1820-1892)?

A situação parecia ainda mais enigmática, do ponto de vista intelectual, com a ascensão ao poder e proeminência, no mundo burguês, da Alemanha, país em que a cultura da classe média jamais aceitara de bom grado as lúcidas simplicidades do Iluminismo racionalista do século XVIII, o qual penetrou o liberalismo dos países em que se originara a revolução dual, a França e a Inglaterra. A Alemanha era, incontestavelmente, um gigante em ciência e erudição, em tecnologia e desenvolvimento econômico, em

civilidade, cultura e artes, e não menos em poder. Talvez, tomada em seu conjunto, tenha sido esta a mais impressionante história de êxito nacional do século XIX. Sua história exemplificava o progresso. Mas seria esta realmente liberal? E mesmo na medida em que o era, onde se encaixaria aquilo que os alemães *fin de siècle* chamavam de liberalismo, entre as verdades aceitas de meados do século? As universidades alemãs chegavam a recusar-se a ensinar economia do modo como o assunto era universalmente entendido em outras partes. O grande sociólogo alemão Max Weber, cujos antecedentes eram impecavelmente liberais, considerava-se um burguês liberal vitalício e, na verdade, era realmente, pelos padrões alemães, um liberal de esquerda. Todavia, acreditava entusiasticamente no militarismo, no imperialismo e — pelo menos durante algum tempo — sentiu-se tão tentado pelo nacionalismo de direita que entrou para a Liga Pan-Germânica. Consideremos, por outro lado, as guerras doméstico-literárias dos irmãos Mann: Heinrich[i], um racionalista clássico, homem de esquerda e francófilo; Thomas, crítico veemente do liberalismo e da "civilização" ocidental, à qual costumava contrapor (de modo familiarmente teutônico) uma "cultura" essencialmente alemã. No entanto, toda a carreira de Thomas Mann e, seguramente, suas reações à ascensão e triunfo de Hitler, demonstram que suas raízes e seu coração situavam-se na tradição liberal do século XIX. Qual dos irmãos era o verdadeiro "liberal"? Onde estaria o *Bürger*, ou o burguês alemão?

Além disso, como vimos, a própria política burguesa tornava-se mais complexa e dividida, à proporção que a supremacia dos partidos liberais desmoronava durante a Grande Depressão. Antigos liberais passaram a conservadores, como na Inglaterra; o liberalismo dividiu-se e declinou, como na Alemanha, ou perdeu apoio para a esquerda e a direita, como na Bélgica e na Áustria. O que significa, exatamente, ser um membro do Partido Liberal, ou mesmo um liberal, sob tais circunstâncias? Seria necessário uma pessoa ser, ideológica ou politicamente, um liberal? Afinal, na década de 1900, havia muitos países nos quais o típico membro das classes empresariais ou profissionais situava-se francamente à direita do centro político. Abaixo deles havia as fileiras, sempre maiores, da

nova classe média e da classe média baixa, com sua ressentida e construída afinidade pela direita francamente antiliberal.

Duas questões de urgência crescente sublinhavam a erosão das antigas identidades coletivas: o nacionalismo/imperialismo (cf. caps. 3 e 6) e a guerra. A burguesia liberal certamente não fora entusiasta da conquista imperial, conquanto (paradoxalmente) seus intelectuais tenham sido os responsáveis pelo modo de administrar a maior de todas as possessões imperiais — a Índia (cf. *A Era das Revoluções*, cap. 8:4). A expansão imperial podia ser reconciliada com o liberalismo burguês, não porém comodamente, via de regra. Os mais altissonantes brados da conquista costumavam estar bem mais à direita. Por outro lado, a burguesia liberal não se opusera, por princípio, ao nacionalismo nem à guerra. Entretanto, haviam considerado "a nação" (inclusive a sua própria) como uma fase temporária na evolução para uma sociedade e uma civilização realmente globais; eram céticos quanto às reivindicações de independência nacional dos povos que julgavam pequenos e obviamente inviáveis. Quanto à guerra, ainda que às vezes necessária, era algo a ser evitado, que só suscitava entusiasmo entre a nobreza militarista e os incivilizados. A observação (realista) de Bismarck, de que os problemas da Alemanha seriam solucionados somente por meio de "ferro e sangue", havia sido deliberadamente destinada a escandalizar o público liberal e burguês de meados do século XIX, o que realmente fizera na década de 1860.

É evidente que na era dos impérios, da expansão do nacionalismo e da aproximação da guerra, esses sentimentos já não sintonizavam com as realidades políticas do mundo. Um homem que na década de 1900 repetisse coisas que, na década de 1860 ou na de 1880, seriam consideradas como o mais puro bom senso da experiência burguesa, se acharia em 1910 em discordância com seu tempo. (As peças de Bernard Shaw, após 1900, alcançam alguns de seus efeitos-cômicos por meio de tais confrontos.) Em tais circunstâncias, seria de esperar que os liberais realistas da classe média desdobrassem as costumeiras racionalizações e rodeios, quanto à meia mudança de posições, ou permanecessem em

silêncio. Na verdade, foi isso mesmo que fizeram os ministros do governo liberal inglês, ao conduzirem o país à guerra, ao mesmo tempo que simulavam, até para si próprios, que não o estavam fazendo. Mas há ainda outra coisa.

Enquanto a Europa burguesa, em crescente conforto material, rumava para a catástrofe, observamos o estranho fenômeno de uma burguesia, ou pelo menos de parte significativa de sua juventude e de seus intelectuais, a mergulhar de bom grado e até com entusiasmo no abismo. Todos conhecem o caso dos rapazes — antes de 1914 havia poucas provas relativas às perspectivas belicosas das moças — que saudaram a irrupção da Primeira Guerra Mundial como se fosse amor à primeira vista. "Agora, graças sejam dadas a Deus, que nos colocou à altura de tal hora", escreveu um socialista fabiano, normalmente racional e apóstolo de Cambridge, o poeta Rupert Brooke. "Só a guerra", escreveu o futurista italiano Marinetti, "sabe rejuvenescer, acelerar e afiar a inteligência humana, alegrar e arejar os nervos, libertando-nos do peso do fardo cotidiano e dando sabor à vida e talento aos imbecis." "Na vida dos acampamentos e debaixo do fogo", escreveu um estudante francês, "... experimentamos a suprema expansão da força francesa que trazemos dentro de nós." Não faltaram, porém, intelectuais mais velhos que, também eles, saudaram a guerra com manifestos de regozijo e orgulho que, aliás, alguns deles viveram o bastante para lamentar. Foi com freqüência observada, durante os anos precedentes a 1914, a moda de rejeitar o ideal da paz, da razão e do progresso por outro, de violência, instinto e explosão. Um influente livro sobre a história inglesa destes tempos chama a isso *A Estranha Morte da Inglaterra Liberal*.

Poderia estender-se o título à Europa ocidental. As classes médias européias, no conforto de sua civilizada existência, sentiam-se inquietas (embora isto não se aplicasse ainda ao homem de negócios do Novo Mundo). Haviam perdido sua missão histórica. As mais sinceras canções de irrestrito louvor aos benefícios da razão, da ciência, da educação, do esclarecimento, da liberdade, da democracia e do progresso da humanidade, dos quais a burguesia sentira, um dia, o orgulho de ser o exemplo, eram agora cantadas

(como veremos adiante) por pessoas cuja formação intelectual pertencia a uma era anterior e que não haviam acertado o passo com os tempos. Foi às classes operárias, e não à burguesia, que Georges Sorel — um brilhante, rebelde e excêntrico intelectual — advertiu contra "As Ilusões do Progresso", em um livro publicado com esse título, em 1908. Ao lançar o olhar para trás e para diante, os intelectuais, os jovens e os políticos das classes burguesas não estavam convencidos de que tudo fora ou havia de ser para o melhor. Todavia, parte importante da classe alta e média da Europa reteve firme confiança no progresso futuro, pois este baseava-se na recente e espetacular melhora de sua situação. Consistia nas mulheres e, especialmente, nas nascidas de 1860 em diante.

---

[a] *Salaries* em inglês. À diferença de *wages*, significa pagamento regular para trabalho não-manual ou mecânico. (N. da T.)

[b] Houve, na verdade, pensadores que argumentavam que a burocratização, o aumento da impopularidade dos valores empresariais e outros fatores como esses solapariam o papel do empresário particular e, por meio deste, o do capitalismo. Max Weber e Joseph Schumpeter eram dessa opinião, entre seus contemporâneos.

[c] A publicação de obras de referência sobre pessoas de *status* no país — distintamente dos guias ao parentesco de famílias reais e de nobres, tais como o *Almanaque de Gotha* — começou nessa época. O *Quem é Quem* inglês (1897) foi talvez o primeiro.

[d] As razões de tais afinidades foram bastante discutidas, notadamente nessa época, por estudiosos alemães, por exemplo, Max Weber e Werner Sombart. Seja qual for a explicação — e tudo quanto esses grupos tinham em comum era o *status* autoconsciente de minoria — o fato é que pequenos grupos deste tipo, tais como os dos quacres ingleses, transformaram-se quase por completo em grupos de banqueiros, ou de negociantes e de manufatureiros.

[e] O sistema escocês era bem mais abrangente, mas os diplomados escoceses que desejavam abrir caminho no mundo achavam prudente obter mais um grau ou passar por mais um exame em Oxbridge, como fez o pai de Keynes, após obter seu diploma em Londres.

[f] Sociedades estudantis americanas cujo nome é formado por uma combinação de letras gregas. No original, *greek letter fraternity*. (N. da T.)

[g] "Amontoar riquezas é dos piores tipos de idolatria — Não há ídolo mais aviltante que o dinheiro... Se eu continuar muito tempo sobrecarregado de negócios, com a maior parte de meus pensamentos voltados ao modo de conseguir dinheiro no mais curto espaço de tempo possível, isso poderá me degradar, sem esperança de recuperação permanente" (Andrew Carnegie).

[h] Nas palavras de um líder industrial moderado, em 3 de agosto de 1917: "Devemos insistir... em que a presente revolução é uma revolução burguesa [voz: 'Correto'], que, presentemente, a ordem burguesa é inevitável e que, por ser inevitável, deve conduzir a uma conclusão absolutamente lógica: as pessoas que governam o país devem pensar e agir de modo burguês".

[i] Provavelmente, e injustamente, ele é considerado fora da Alemanha acima de tudo por ter escrito o livro em que foi baseado o filme de Marlene Dietrich, o *Anjo Azul*.

CAPÍTULO 8

A NOVA MULHER

Na opinião de Freud, a verdade é que a mulher nada ganha pelo estudo e que, no todo, a sorte delas não há de melhorar com isso. Acresce que as mulheres não podem alcançar a realização do homem, na sublimação da sexualidade.

Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena, 1907

Minha mãe deixou a escola aos 14. Teve de empregar-se numa fazenda, imediatamente... Mais tarde foi para Hamburgo, como criada de servir. Mas ao irmão dela permitiram aprender alguma coisa, e ele veio a ser serralheiro. Ao perder o emprego, deixaram-no até entrar para outro aprendizado, como pintor.

Grete Appen, sobre a mãe, nascida em 1888

A restauração do respeito próprio da mulher é a essência do movimento feminista. A mais substancial das vitórias políticas não pode ter valor mais alto que este: o de ensinar a mulher a não depreciar o próprio sexo.

Katherine Anthony, 1915

1

À primeira vista, pode parecer absurdo estudar a história de metade da raça humana de nossa época inscrevendo-a no contexto da história das classes médias ocidentais, um grupo relativamente pequeno mesmo no interior dos países de capitalismo "desenvolvido" ou em desenvolvimento. Contudo isto é legítimo, na medida em que os historiadores concentram sua atenção nas mudanças e transformações da condição feminina; a mais impressionante destas,

"a emancipação feminina", foi, durante essa época, iniciada e mesmo quase inteiramente restrita ao estrato médio e — em forma diferente — aos estratos superiores da sociedade estatisticamente menos significativos. A "emancipação feminina" era ainda bastante modesta a essa altura, mesmo tendo o período produzido um pequeno — mas sem precedentes — número de mulheres ativas em campos até então restritos exclusivamente aos homens e onde de fato elas se distinguiam notavelmente: eram figuras como Rosa Luxemburgo, Madame Curie, Beatrice Webb. Ainda assim, era suficientemente ampla para produzir não apenas um punhado de pioneiras, mas — dentro dos meios burgueses — uma espécie nova, a "nova mulher", sobre a qual, de 1880 em diante, os observadores do sexo masculino teorizaram e discutiram e que foi a protagonista dos escritores "progressistas", como Nora, de Henrik Ibsen, e Rebecca West, heroína de Bernard Shaw, ou melhor, anti-heroína.

Na condição da grande maioria das mulheres do mundo, das que viviam na Ásia, na África, na América Latina e nas sociedades camponesas do sul e do leste europeu, ou mesmo na maioria das sociedades agrícolas, não havia ainda nenhuma mudança. Havia ocorrido uma pequena mudança na condição da maioria das mulheres das classes trabalhadoras em toda parte, exceto, é claro, sob um aspecto crucial. De 1875 em diante as mulheres do mundo "desenvolvido" visivelmente começaram a ter menos filhos.

Em suma, essa parte do mundo agora experimentava, nitidamente, a assim chamada "transição demográfica" a partir de alguma variante do antigo padrão — em termos aproximados, altos índices de natalidade que contrabalançavam altos índices de mortalidade — passando para o familiar padrão moderno do baixo índice de natalidade compensado pela baixa mortalidade. Precisamente como e por que sobreveio esta transição, é um dos maiores enigmas com que se defrontam os historiadores de demografia. Historicamente falando, o acentuado declínio da fertilidade, nos países "desenvolvidos", é absolutamente novo. A propósito, a ausência, em grande parte do mundo, de um declínio conjunto da fertilidade e da mortalidade explica a espetacular explosão da população global, desde as duas guerras mundiais;

pois, enquanto a mortalidade tem caído extraordinariamente, em parte devido à melhora do padrão de vida, em parte pela revolução na medicina, o índice de natalidade, na maior parte do Terceiro Mundo, permanece alto e apenas está começando a declinar após o intervalo de uma geração.

No Ocidente, o declínio das taxas de natalidade e o de mortalidade eram melhor coordenados. Ambos, evidentemente afetavam a vida e os sentimentos das mulheres — uma vez que o mais notável desenvolvimento relativo à mortalidade era a queda acentuada da mortalidade dos bebês de menos de um ano, fato que se tornou inequívoco durante as últimas décadas que precederam 1914. Na Dinamarca, por exemplo, onde a mortalidade infantil era, em média, de 140 em 1.000 crianças nascidas vivas, na década de 1870, a cifra estava em 96, durante os últimos cinco anos precedentes a 1914; nos Países Baixos, os números equivalentes eram quase 200 e pouco mais de 100. (A título de comparação: na Rússia a mortalidade infantil permaneceu em cerca de 250 por 1.000, no início da década de 1900, comparada com 260 em 1870.) Não obstante, é razoável supor que o fato de ter menos filhos foi, na vida das mulheres, uma mudança mais notável do que a de ver sobreviverem mais filhos seus.

Um índice de natalidade mais baixo pode ser assegurado tanto se as mulheres se casarem mais tarde, como se mais mulheres permanecerem solteiras (mas presumindo-se que com isto não se eleve o índice de ilegitimidade), ou por meio de alguma forma de controle da natalidade, o que, no século XIX, predominantemente significava abstenção de fazer sexo ou *coitus interruptus*. (Na Europa, pode-se pôr de lado o infanticídio em massa.) com efeito, o padrão do casamento na Europa ocidental, bastante peculiar e que havia prevalecido por muitos séculos, utilizara todos esses meios, especialmente os dois primeiros. Pois diversamente do padrão usual de casamento nos países não ocidentais, pelos quais as meninas casavam-se cedo e quase nenhuma permanecia solteira, as mulheres do Ocidente pré-industrial inclinavam-se a casar tarde, muitas vezes no final de seus vinte anos, e a proporção de solteiros e solteiras era alta. Por conseguinte, mesmo durante o período de

rápido crescimento populacional nos séculos XVIII e XIX, a taxa de natalidade européia, nos países "desenvolvidos" e em desenvolvimento do Ocidente, era mais baixa do que a do Terceiro Mundo no século XX; e a taxa de crescimento, por mais espantosa que seja pelos padrões do passado, era mais modesta. Não obstante, e a despeito de uma tendência geral, embora não universal, no sentido de uma proporção maior de mulheres se casarem e de o fazerem mais jovens, o índice de natalidade baixou: ou seja, o controle deliberado da natalidade deve ter-se difundido. Os intensos debates sobre essa questão emocionalmente explosiva, mais livremente discutida em alguns países que em outros, são menos significativos que as silenciosas (fora dos dormitórios apropriadas) e sólidas decisões de exércitos de casais, com o fim de limitar a dimensão de suas famílias.

Outrora, decisões tais como estas haviam sempre formado parte da estratégia da manutenção e extensão dos recursos familiares, o que significava — dado serem os europeus, em sua maioria, gente do campo — a salvaguarda da transmissão das terras de uma geração para a que lhe sucedia. Os dois mais surpreendentes exemplos de controle da progênie, a França pós-revolucionária e a Irlanda pós-fome, foram principalmente devidos à decisão dos camponeses ou dos fazendeiros de impedir a dispersão do patrimônio familiar, reduzindo o número de herdeiros em condições de reivindicar parte dele; no caso francês, pela redução do número de filhos; no caso dos irlandeses, que eram muito mais devotos, pela redução do número de homens e mulheres em condições de ter filhos capazes de fazer aquelas reivindicações, o que foi feito elevando-se a idade média para o casamento até o mais alto ponto europeu em todos os tempos, multiplicando-se os homens e mulheres solteiros — preferivelmente sob a prestigiosa forma do celibato religioso — e, é claro, exportando-se em massa os rebentos supérfluos para além-mar, como emigrantes. Daí os raros exemplos, num século de crescimento populacional, de um país (França), cuja população permanecia pouco mais que estável e de outro (Irlanda) cuja população chegou a cair.

As novas formas de controlar a dimensão da família não eram, quase certamente, devidas aos mesmos motivos. Nas cidades, sem dúvida, eram estimuladas pelo desejo de um padrão de vida mais alto, particularmente entre as classes médias baixas que se multiplicavam e cujos membros não se podiam permitir ao mesmo tempo a despesa decorrente de uma grande ninhada de criancinhas e o acesso a uma oferta maior de bens de consumo e serviços, agora disponíveis; pois no século XIX ninguém, exceto os velhos indigentes, era mais pobre que um casal com escassos rendimentos e a casa cheia de crianças. Também eram devidas às mudanças que, a esta altura, tornavam as crianças um fardo cada vez maior para os pais, uma vez que freqüentavam a escola ou recebiam treinamento durante um prolongado período, permanecendo, portanto, economicamente dependentes. As proibições relativas ao trabalho de menores e a urbanização do trabalho reduziram ou eliminaram o modesto valor econômico representado pelas crianças para os pais, por exemplo, em fazendas onde podiam se tornar úteis.

Ao mesmo tempo, o controle da natalidade indicava significativas mudanças culturais, seja em relação às crianças quanto ao que homens e mulheres esperavam da vida. Se os filhos deviam ser mais bem-sucedidos que seus pais — e, para a maioria das pessoas, na era pré-industrial, isto não fora possível nem desejável — era preciso que tivessem melhores oportunidades na vida; e famílias menores tornavam possível dedicar mais tempo, mais cuidados e mais recursos a cada um dos filhos. Assim como, sob um aspecto, um mundo de mudança e de progresso abriria oportunidades de melhora social e profissional de uma geração para a seguinte, poderia, igualmente, ensinar aos homens e às mulheres que sua vida não estava limitada a ser uma réplica da de seus pais. Os moralistas reprovavam os franceses, com suas famílias de apenas um filho ou dois; não pode haver dúvida, porém, de que na privacidade da conversa sobre travesseiros, isso sugeria novas possibilidades aos casais.[a]

O aumento do controle da natalidade indica, portanto, certa penetração de novas estruturas, valores e expectativas na esfera das mulheres trabalhadoras ocidentais. Não obstante, a maioria delas foi

afetada apenas marginalmente por esse fato. Na verdade, elas estavam afastadas da "economia" convencionalmente definida como consistindo naqueles que declaravam ter emprego ou "ocupação" (diferente da do trabalho doméstico familiar). Na década de 1890, cerca de dois terços dos homens foram classificados como "ocupados", nos países "desenvolvidos" da Europa e dos EUA, ao passo que cerca de três quartos das mulheres — nos EUA, 87% delas — não estavam nessa categoria.[b] Mais exatamente, 95% de todos os homens casados entre as idades de 18 e 60 anos estavam "ocupados", nesse sentido na década de 1890 (por exemplo, na Alemanha), enquanto apenas 12% das mulheres casadas o estavam; embora metade das solteiras e cerca de 40% das viúvas fossem "ocupadas".

As sociedades pré-industriais não são inteiramente repetitivas, mesmo no campo. As condições da vida mudam e mesmo o padrão da existência feminina não permanece igual, através das gerações, conquanto dificilmente se possa esperar transformações extraordinárias no decorrer de um período de cinqüenta anos, exceto as resultantes de catástrofes climáticas ou políticas, ou do impacto do mundo industrial. No caso da maioria das mulheres das zonas rurais exteriores às zonas "desenvolvidas" do mundo, esse impacto era ainda pouco importante. O que caracterizava sua vida era a impossibilidade de separar as funções familiares e o trabalho. Estas eram levadas a efeito num único ambiente, no qual a maior parte dos homens e mulheres realizavam suas tarefas sexualmente diferenciadas — tanto naquilo que hoje consideramos "casa" como na "produção". Os agricultores precisavam das esposas para o trabalho da fazenda, bem como para cozinhar e criar os filhos; e os mestres-artesãos e pequenos lojistas necessitavam delas para conduzir seu comércio. Se existiam ocupações que reuniam homens sem mulheres, durante longos períodos — digamos as dos soldados e marinheiros —, não existiam ocupações puramente femininas (exceto talvez a prostituição e os divertimentos públicos, a ela assimilados) que não fossem, normalmente, levadas a efeito, a maior parte do tempo, dentro de uma casa; pois mesmo mulheres e homens solteiros que se empregavam como criados e trabalhadores

agrícolas "moravam na casa". Na medida em que o grosso das mulheres do mundo continuavam a viver desse modo, agrilhoadas pelo duplo trabalho e pela sua inferioridade em relação ao homem, pouco há que dizer sobre elas que não se dissesse igualmente nos tempos de Confúcio, de Maomé ou do Velho Testamento. Elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX.

Havia, realmente, um número grande e crescente de mulheres trabalhadoras cujos padrões de vida haviam sido ou estavam sendo transformados — não necessariamente para melhor — pela revolução econômica. O primeiro aspecto desta revolução que os transformou foi o que hoje chamamos "proto-industrialização", um impressionante aumento das indústrias domésticas e a domicílio para venda em mercados mais amplos. Na proporção em que isto continuava a ser feito num ambiente que combinava a produção doméstica e a de fora de casa, a posição das mulheres não se modificou, embora alguns tipos de manufatura doméstica fossem especificamente femininos (por exemplo, as rendas e a palha trançada), oferecendo às mulheres da zona rural a vantagem, comparativamente rara, de um meio de ganhar um pouco de dinheiro vivo, independentemente do homem. Contudo, o que as indústrias domésticas conseguiram, de modo geral, foi uma certa erosão das diferenças convencionais entre o trabalho feminino e o masculino e, acima de tudo, uma transformação da estrutura e da estratégia familiar. Era possível montar casa tão logo duas pessoas atingissem a idade de trabalhar; os filhos, valiosa adição à força de trabalho da família, podiam ser engendrados em considerar o que aconteceria ao pedaço de terra do qual dependia seu futuro de camponeses. O mecanismo tradicional e complexo destinado a manter, em relação à própria geração, um equilíbrio entre as pessoas e os meios de produção dos quais elas dependiam, por meio do controle da idade do casamento e da escolha dos parceiros, da dimensão da família e da herança — esse mecanismo entrou em colapso. As conseqüências desse fato no crescimento demográfico têm sido muito discutidas, mas o relevante, neste caso, são as conseqüências

mais imediatas, relativas às histórias de vida e aos padrões de vida das mulheres.

Por volta do final do século XIX, as proto-indústrias, empregassem elas homens ou mulheres, ou ambos, estavam sendo vitimadas por indústrias maiores, de grande escala e, na verdade, o mesmo sucedia à produção artesanal, nos países industrializados. Falando de modo global, a "indústria doméstica" era ainda substancial, e por esse motivo seus problemas preocupavam cada vez mais os pesquisadores sociais e os governos. A indústria doméstica incluía talvez 7% de todos os empregos industriais, na Alemanha, talvez 19% na Suíça, elevando-se, na Áustria, a 34%, na década de 1890. Essas indústrias, conhecidas como de "exploração máxima", chegaram a expandir-se sob certas circunstâncias, com o auxílio da nova mecanização em pequena escala (especialmente a máquina de costura) e de uma força de trabalho notoriamente mal paga e explorada. Contudo, perdiam crescentemente o caráter de "manufatura familiar" na medida em que sua força de trabalho tornava-se cada vez mais feminina e, a propósito, a freqüência obrigatória à escola as privava do trabalho dos menores, que comumente era parte integrante delas. À proporção que eram excluídas as ocupações tradicionalmente proto-industriais — tecelagem em tear manual, tricotagem, etc. —, a maioria das indústrias domésticas deixou de ser um empreendimento de família e tornou-se apenas um tipo de trabalho mal pago que as mulheres podiam fazer em casa, nas águas-furtadas ou nos quintais.

As indústrias domésticas pelo menos permitiam que elas combinassem trabalho pago com a supervisão da casa e dos filhos. Eis por que tantas mulheres casadas que precisavam ganhar dinheiro, mas permaneciam acorrentadas à cozinha e às crianças, acabaram por fazer esses trabalhos. Pois o segundo efeito da industrialização em relação à posição feminina, e o mais importante, foi também muito mais drástico: separou a casa do local de trabalho. E, ao fazer isto, excluiu-as em larga medida da economia publicamente reconhecida — aquela em que eram pagos salários às pessoas — e agravou sua tradicional inferioridade em relação aos homens por meio da nova dependência econômica. Os camponeses,

por exemplo, dificilmente existiriam como tais sem as esposas. O trabalho agrícola exigia a mulher, bem como o homem. Era absurdo considerar os rendimentos da casa como ganhos por um dos sexos e não por ambos, mesmo se um deles fosse tido como dominante. Mas, na nova economia, a renda familiar era, tipicamente e crescentemente, ganha por pessoas especificáveis, que saíam para trabalhar e retornavam de uma fábrica ou escritório a intervalos regulares e trazendo dinheiro, que era distribuído aos demais membros da família, os quais, de modo igualmente claro, *não* o ganhavam diretamente, embora sua contribuição para a casa fosse essencial de outras maneiras. Aqueles que traziam o dinheiro não eram necessariamente apenas os homens, ainda que o principal "ganha-pão" fosse tipicamente um homem; mas quem achava difícil levar dinheiro para a casa era tipicamente a mulher casada.

Essa separação da casa e do local de trabalho trazia consigo, logicamente, um padrão de divisão sexual-econômica. Para a mulher, isso significava que seu papel de gerência doméstica tornava-se sua função primordial, especialmente em casos em que os ganhos familiares eram irregulares ou escassos. Isto talvez explique as constantes queixas de fontes da classe média, relativas às inadequações das mulheres das classes trabalhadoras a esse respeito: tais queixas, aparentemente, não eram comuns na época pré-industrial. É claro que isto produziu uma nova espécie de complementaridade entre marido e mulher, exceto entre os ricos. Não obstante, ela já não trazia dinheiro para casa.

O principal "ganha-pão" devia ter como objetivo um rendimento suficiente para manter todos os seus dependentes. O ganho dele (pois tratava-se tipicamente de um homem) deveria ser, portanto, idealmente fixado a um nível que não exigisse nenhuma outra contribuição para produzir rendimento familiar suficiente para manter todos. Inversamente, os ganhos dos demais membros da família eram, na melhor das hipóteses, concebidos como complementares, e isso reforçava a tradicional crença de que o trabalho da mulher (e o dos menores, é claro) era inferior e mal pago. Afinal, a mulher devia receber menos, desde que não era dela que provinha a renda familiar. Uma vez que os homens, mais bem pagos, teriam seus

salários reduzidos pela competição das mulheres, mal pagas, a sua estratégia lógica era a de excluir, se possível, tal competição, compelindo ainda mais as mulheres à dependência econômica e aos empregos perenemente mal pagos. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da mulher, a dependência tornou-se ótima estratégia econômica. De longe, sua melhor chance de conseguir bons rendimentos era a de ligar-se a um homem capaz de os ganhar, uma vez que as próprias chances de conseguir tal subsistência costumavam ser mínimas. Salvo nas mais altas esferas da prostituição, que não eram mais fáceis de atingir do que, no futuro, o estrelato em Hollywood, sua mais promissora carreira era o casamento. Mas o casamento tornava-lhe extremamente difícil sair de casa a fim de ganhar dinheiro, mesmo que ela o quisesse, em parte porque os trabalhos domésticos e os cuidados aos filhos e ao marido a mantinham amarrada à casa e, em parte, a própria suposição de que um bom marido devia ser, por definição, um bom arrimo de família, intensificando a convencional resistência dos homens e das mulheres à idéia de que a esposa trabalhasse. O fato de ela não precisar trabalhar era a prova visível, perante a sociedade, de que a família não estava pauperizada. Tudo conspirava para tornar dependente a mulher casada. As mulheres, quase sempre, trabalhavam antes de casar. Com freqüência eram obrigadas a trabalhar quando enviuvavam ou seus maridos as abandonavam. Mas não costumavam trabalhar quando casadas. Na década de 1890, apenas 12,8% das mulheres alemãs casadas tinham ocupação reconhecida e, na Inglaterra (1911), apenas 10% delas.

Desde que muitos homens adultos claramente não conseguiam providenciar sozinhos uma subsistência adequada à família, o trabalho pago das mulheres e crianças era, de fato, e com muita freqüência, essencial para o orçamento familiar. Além disso, dado serem as mulheres e crianças mão-de-obra notoriamente barata e fácil de intimidar, especialmente desde que a maioria dessa força de trabalho consistia em meninas, a economia do capitalismo incentivava-lhes o emprego onde quer que fosse possível — isto é, onde não penetrasse a resistência masculina, ou a das leis e

convenções ou mesmo a da natureza de certas atividades físicas prejudiciais. O trabalho feminino, portanto, existia e em boa quantidade, mesmo segundo os estreitos critérios do recenseamento, que quase certamente subestimavam substancialmente a quantidade de mulheres casadas "ocupadas", visto que grande parte do trabalho pago feito por elas não seria declarado como tal ou não seria diferenciado das tarefas domesticas com as quais não raro coincidia: receber pensionistas em casa, trabalhar meio período como faxineira, lavadeira, etc. Na Inglaterra, 34% das mulheres maiores de 10 anos eram "ocupadas", na década de 1880 e na de 1890 — comparadas com 83% dos homens; na indústria, a proporção de mulheres alcançava 18% na Alemanha e 31% na França. O trabalho da mulher na indústria estava, no início de nossa época, ainda predominantemente concentrado nos poucos ramos tipicamente "femininos" notadamente têxteis e de confecção, mas também e cada vez mais na indústria de alimentos. Contudo, a maioria das mulheres que ganhavam a vida individualmente o fazia no setor de serviços. O número e a proporção de empregadas domésticas, curiosamente, variava consideravelmente. Era, provavelmente, maior na Inglaterra que em qualquer outro lugar — talvez duas vezes maior que na França e na Alemanha — mas desde o final do século começou a baixar de modo notável. No caso extremo da Inglaterra, onde o número delas dobrou entre 1851 e 1891 (de 1,1 para 2 milhões), permaneceu estável durante o resto do período.

Em tudo e por tudo, pode-se considerar a industrialização do século XIX — utilizando a palavra em seu sentido mais amplo — como um processo tendente a expelir as mulheres, particularmente as casadas, da economia oficialmente definida como tal, a saber, aquela na qual apenas as pessoas que recebiam individualmente ganhos em dinheiro, contavam como "ocupadas": a espécie de economia que incluía o ganho das prostitutas na "renda nacional", pelo menos em teoria, mas não o fazia no caso de atividades equivalentes, mas não pagas, conjugais ou extraconjugais, das demais mulheres; ou que registrava criadas pagas como "ocupadas", mas trabalho doméstico não pago como "desocupação". Produziu-se

uma certa masculinização daquilo que a economia reconhecia como "trabalho", assim como no mundo burguês, onde o preconceito contra as mulheres que trabalhavam era muito maior e mais facilmente aplicável (cf. *A Era do Capital*, cap. 13:2), produziu-se a masculinização dos negócios. Na época pré-industrial, as mulheres que cuidavam pessoalmente de suas propriedades ou empresas eram reconhecidas, embora incomuns. No século XIX, foram, cada vez mais, consideradas aberrações da natureza, a não ser nos níveis sociais mais baixos, onde a pobreza e o rebaixamento geral das "ordens inferiores" impossibilitava considerar assim tão "desnaturadas" as mulheres que perfaziam o grande número das lojistas, das feirantes, das estalajadeiras e das donas de pensão, das pequenas comerciantes e das prestamistas.

Se a economia estava assim masculinizada, também o estava a política. À medida que a democratização avançava e o direito de voto — local e nacionalmente — era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava). Também isto era, relativamente, uma inovação. Na política popular da sociedade pré-industrial, que variava desde as pressões de opinião de uma aldeia, a tumultos em prol da antiga "economia moral" e às revoluções e barricadas, as mulheres, pelo menos as pobres, não só tomaram parte, como, reconhecidamente, desempenharam um papel. Na Revolução Francesa, foram as mulheres de Paris que marcharam sobre Versalhes, a fim de expressar ao rei a exigência do povo de que fossem controlados os preços dos alimentos. Na era dos partidos e das eleições gerais, empurraram-nas para o segundo plano. Se exerciam alguma influência, era apenas por meio de seus homens.

Pela natureza das coisas estes processos afetavam, mais que quaisquer outras, as mulheres das novas classes, as mais típicas do século XIX: as classes média e operária. As camponesas, as filhas e

esposas dos pequenos artesãos, lojistas e equivalentes, continuaram a viver como haviam vivido, exceto na medida em que elas ou os homens da família eram absorvidos pela nova economia. Pela natureza das coisas, as diferenças entre as mulheres, na nova situação de dependência econômica e na antiga situação de inferioridade, não eram, na prática, muito grandes. Em ambas, os homens eram o sexo dominante, e as mulheres, seres humanos de segunda classe: posto que careciam totalmente de direitos de cidadania, não se podia sequer chamá-las cidadãs de segunda classe. Em ambas, a maioria delas trabalhava, recebesse pagamento ou não.

Tanto as mulheres da classe operária como as da classe média viram sua posição começar a mudar, substancialmente nessas décadas, por motivos econômicos. Em primeiro lugar, as transformações estruturais e a tecnologia agora alteravam e aumentavam consideravelmente a perspectiva feminina de emprego assalariado. A mudança mais notável, à parte o declínio do emprego doméstico, foi o aumento das ocupações que hoje são primordialmente femininas: empregos em lojas e escritórios. As vendedoras das lojas, na Alemanha, passaram de 32.000 em 1882 (abaixo de um quinto do total) a 174.000 em 1907 (ou cerca de 40% do total). Na Inglaterra, o governo central e local empregava 7.000 mulheres em 1881, mas 76.000 em 1911; o número das "funcionárias no comércio e nas empresas" elevara-se de 6.000 a 146.000 — um tributo à máquina de escrever. O desenvolvimento da educação primária expandiu o magistério, uma profissão (subalterna) que, em bom número de países — nos EUA e crescentemente na Inglaterra —, tornou-se notavelmente feminizada. Mesmo na França, em 1891, pela primeira vez mais mulheres que homens foram recrutadas para esse exército mal pago e dedicado, o dos "hussardos negros da República", uma vez que mulheres podiam ensinar meninos, mas era impensável submeter os homens às tentações de ensinar um número cada vez maior de meninas de escola. Algumas dessas novas aberturas beneficiaram as filhas dos operários, ou mesmo as dos camponeses, um número maior beneficiou as filhas das classes médias e da antiga e nova classe média baixa, atraídas

particularmente para cargos que conferiam certa respeitabilidade social ou podiam ser consideradas (às custas da redução de seus níveis salariais) como trabalhando para "cobrir pequenas despesas" [c].

Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias. Entre esses aspectos, não precisamos dar demasiada atenção ao mais espetacular de todos: a campanha ativa e, em países como a Inglaterra, dramática das "sufragistas" ou "*suffragettes*", em prol do direito feminino ao voto. Como movimento feminino independente, não possuía maior significação, exceto em alguns países (notadamente EUA e Inglaterra) e, mesmo nestes, não começou a atingir seus objetivos senão após a Primeira Guerra Mundial. Em países como a Inglaterra, onde o sufragismo tornou-se um fenômeno significativo, deu a medida da força política do feminismo organizado, mas ao fazer isso revelou igualmente sua principal limitação, um apelo restrito principalmente à classe média. Como outros aspectos da emancipação das mulheres, o voto feminino era vigorosamente apoiado, em princípio, pelos novos partidos operários e socialistas, que, de fato, ofereciam de longe o ambiente mais favorável para as mulheres emancipadas tomarem parte na vida pública, pelo menos na Europa. No entanto, enquanto essa nova esquerda socialista (diversamente de partes da antiga esquerda, acentuadamente masculina, radical-democrática e anticlerical) coincidia, em parte, com o feminismo sufragista e era, não raro, atraída por ele, não podia deixar de observar que a maioria das mulheres da classe operária lutava contra incapacidades muito mais urgentes que a privação do voto político, as quais provavelmente não seriam removidas automaticamente pelo direito de voto; e que não ocupavam o primeiro plano nas mentes da maioria das sufragistas da classe média.

2

Retrospectivamente, o movimento pela emancipação parece bastante natural, e mesmo sua aceleração na década de 1880, à primeira vista, não surpreende. Tal como a democratização da política, um grau mais elevado de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, estava implícito na ideologia da burguesia liberal, por mais inconveniente e inoportuno que aparentasse ser aos patriarcas em suas vidas privadas. As transformações internas da burguesia, após a década de 1870, inevitavelmente ofereciam maior campo de ação para as suas mulheres e especialmente para suas filhas, pois, como vimos, criavam uma substancial classe ociosa de mulheres com meios independentes do casamento, e conseqüentemente, uma procura por atividades não domésticas. Além disso, quando não se exigia mais trabalho produtivo de um número crescente de homens da burguesia, muitos deles tendo se engajado em atividades culturais que severos homens de negócios teriam preferido deixar às mulheres da família, as diferenças de sexo só poderiam parecer atenuadas.

Além disso, certo grau de emancipação feminina era, provavelmente, *necessário* para os pais da classe média, pois nem todas as famílias dessa classe e praticamente nenhuma da classe média baixa era, sob qualquer aspecto, suficientemente rica para manter suas filhas com todo o conforto, quando elas não casavam nem trabalhavam. Isto talvez explique o entusiasmo de tantos homens da classe média (que jamais admitiram mulheres em seus clubes e associações profissionais) pela educação de suas filhas, no sentido de elas alcançarem uma certa independência. De igual modo, não há nenhuma razão para se duvidar das genuínas convicções dos pais liberais, nesses assuntos.

A ascensão dos movimentos operários e socialistas como movimentos fundamentais para a emancipação dos desprivilegiados, incontestavelmente incentivou as mulheres à busca de sua liberdade; não foi por acaso que elas perfizeram um quarto dos sócios da (pequena e de classe média) Sociedade Fabiana, fundada em 1883. E, como vimos, a ascensão de uma economia de serviços e de

outras ocupações terciárias proporcionou às mulheres uma variedade maior de empregos femininos, enquanto a ascensão da economia de consumo fazia delas o alvo principal do mercado capitalista.

Não necessitamos, portanto, gastar muito tempo a descobrir as razões da emergência da "nova mulher", apesar de que é bom lembrar que tais razões podem não ter sido assim tão simples como parecem à primeira vista. Não existe, por exemplo, evidência suficiente de que, em nosso período, a posição da mulher tenha mudado muito em virtude de sua significação econômica cada vez mais central, como controladora da cesta de compras, fato reconhecido pela indústria da propaganda, com seu realismo habitualmente pouco ético, que então entrava em sua primeira era gloriosa. Devia esta fixar-se nas mulheres, numa economia que descobrira o consumo de massa mesmo entre os bastante pobres, pois havia dinheiro a ganhar por intermédio de quem decidia a respeito da maior parte das compras de uma casa. Era preciso tratá-la com maior respeito, pelo menos da parcela desse mecanismo da sociedade capitalista. A transformação do sistema distributivo — cadeias de lojas e grandes magazines sobrepunham-se às vendas de esquina e às feiras; os catálogos por reembolso postal, aos mascates — institucionalizou esse respeito, por meio da deferência, da bajulação, dos mostruários e da publicidade.

Todavia, as damas burguesas sempre haviam sido tratadas como freguesas de valor, ao passo que grande parte das despesas dos relativa ou absolutamente pobres ainda eram feitas para cobrir necessidades ou eram fixadas pelo costume. O campo do que era agora considerado necessidade doméstica ampliou-se, mas os luxos pessoais femininos, como artigos de toalete e as modas de temporada, ainda se restringiram principalmente às classes médias. O poder de compra das mulheres, no mercado, não contribuía ainda para mudar o seu *status*, e era este o caso especialmente das classes médias, onde isto não era novidade. Pode-se mesmo argumentar que as técnicas, tidas por anunciantes e jornalistas como as mais eficazes tendiam, antes, a perpetuar os estereótipos tradicionais do comportamento feminino. Por outro lado, o mercado

feminino originou um número substancial de novos empregos para profissionais do sexo feminino, muitas das quais, por motivos óbvios, interessavam-se ativamente pelo feminismo.

Quaisquer que fossem as complexidades do processo, não há dúvida quanto à notável mudança da posição e das aspirações das mulheres, principalmente nas classes médias, durante as décadas precedentes a 1914. O mais óbvio sintoma desta mudança foi a notável expansão da educação secundária para meninas. Na França, o número dos liceus para rapazes permaneceu aproximadamente estável entre 330 e 340, durante toda essa época; mas o número de estabelecimentos do mesmo tipo para as meninas elevou-se de zero em 1880 a 138 em 1913, e o número de meninas que os freqüentavam (cerca de 33 mil) alcançou um terço do número dos meninos. Na Inglaterra, onde não havia sistema secundário nacional antes de 1902, o número das escolas de rapazes subiu de 292, em 1904-1905, a 397, em 1913-1914; mas o número de escolas para meninas elevou-se de 99 para uma comparável cifra de 349.[d] Em cerca de 1907-1908, em Yorkshire, o número de meninas nas escolas secundárias era aproximadamente igual ao dos rapazes, mas o que talvez seja mais interessante é que em cerca de 1913-1914, o número de meninas que permaneciam nas escolas secundárias do país após a idade de 16 anos era *muito maior* que o dos rapazes.

Nem todos os países demonstraram zelo comparável pela educação formal das meninas (da classe média e média baixa). Esta avançou muito mais lentamente na Suécia do que em outros países escandinavos, quase nada nos Países Baixos, muito pouco na Bélgica e na Suíça, ao passo que na Itália, com 7.500 alunas, era desprezível. Inversamente, em 1910, cerca de um quarto de milhão de meninas receberam educação secundária na Alemanha (muito mais que na Áustria) e — o que é surpreendente — na Rússia alcançou igual número em 1900. A educação secundária para meninas progrediu menos na Escócia que na Inglaterra e no País de Gales. A educação universitária para mulheres demonstrou grande irregularidade, salvo sua absolutamente notável expansão, na Rússia czarista, onde cresceu de menos de 2.000 em 1905 a 9.300 em 1911

— e, naturalmente, nos EUA, onde os números totais (56.000 em 1910), que praticamente haviam dobrado desde 1890, não se comparavam aos de outros sistemas universitários. Em 1914, os números da Alemanha, França e Itália situavam-se entre 4.500 e 5.000 e, na Áustria, 2.700. Note-se que as mulheres eram admitidas aos estudos universitários na Rússia, nos EUA e na Suíça, desde a década de 1860, mas na Áustria apenas em 1897 e na Alemanha só em 1900-1908 (Berlim). Exceto em medicina, apenas 103 mulheres se haviam formado nas universidades alemães por volta de 1908, ano em que foi nomeada a primeira mulher professora universitária nesse país (na Academia Comercial de Mannheim). As diferenças nacionais no processo da educação feminina não atraíram grande interesse entre os historiadores até o presente.

Mesmo que todas essas meninas (com exceção de um punhado delas, que penetrava nas instituições masculinas da universidade) não tenham recebido educação igual, ou tão boa quanto a dos rapazes da mesma idade, o simples fato de a educação secundária formal para mulheres da classe média se haver tornado familiar e, em certos países, quase normal, em dados círculos, era coisa absolutamente sem precedentes.

O segundo e menos quantificável sintoma de uma significativa mudança na posição das (jovens) mulheres é a maior liberdade de movimentos adquirida por elas, dentro da sociedade, tanto em seu próprio direito como pessoas quanto nas suas relações com os homens. Isto era de particular importância para as jovens de famílias "respeitáveis", submetidas às mais rigorosas restrições convencionais. A prática de dançar social e ocasionalmente nos lugares públicos destinados para esse fim (ou melhor, nem em casa nem formalmente, em bailes da sociedade, organizados em ocasiões especiais) reflete este afrouxamento das convenções. Por volta de 1914, a juventude mais liberada das grandes cidades e balneários ocidentais já se familiarizara com danças rítmicas sexualmente provocantes, de duvidosa mas exótica origem (o tango argentino, os passos sincopados dos negros americanos), praticados em *night-clubs*, ou de maneira mais chocante nos hotéis, à hora do chá ou durante o jantar, entre um e outro prato.

Isso implicava liberdade de movimentos, não apenas no sentido social, mas no literal. Pois ainda que a moda feminina não expressasse dramaticamente a emancipação até uma época posterior à Primeira Guerra Mundial, o desaparecimento das armaduras de tecidos e barbatanas que encerravam o corpo feminino em público já era antecipado pelas roupas soltas e flutuantes, popularizadas no final do período, pelas vogas do esteticismo intelectual da década de 1880, do *art-nouveau* e da alta-costura pré-1914. E neste ponto a fuga das mulheres da classe média, do ambiente crepuscular, das lâmpadas de abajur, que era o interior burguês, para o ar livre, tornara-se significativa, porque também implicava, pelo menos em certas ocasiões, uma fuga às restrições inibidoras dos movimentos, impostas pelas roupas e corpetes (e também a substituição disso tudo pelo novo e flexível sutiã depois de 1910). Não foi por acaso que Ibsen simbolizou a liberação de sua heroína por uma lufada de ar fresco a entrar na casa norueguesa. O esporte não só possibilitou aos jovens (homens e mulheres) encontrarem-se como parceiros fora dos limites da casa e da parentela; as mulheres, embora em pequeno número, eram sócias dos novos clubes de turismo e de alpinismo, e aquela grande máquina de liberdade, a bicicleta, emancipou mais a mulher que o homem, já que ela tinha mais necessidade de liberdade de movimentos. A bicicleta proporcionava ainda mais liberdade do que aquela de que gozavam as cavaleiras da aristocracia, obrigadas ainda, por decoro feminino e com considerável risco, a montar de lado, em silhões. Quanta liberdade adicional adquiriram as mulheres da classe média, através da prática crescente, e eminentemente feminina, de passar as férias em estações de veraneio — os esportes de inverno, a não ser pela patinação, praticada por ambos os sexos, estavam na infância — onde apenas ocasionalmente os maridos se reuniam a elas, permanecendo em seus escritórios da cidade?[e]

De qualquer modo, agora os banhos mistos — a despeito dos esforços em sentido contrário — inevitavelmente revelavam mais os corpos do que a respeitabilidade vitoriana teria considerado tolerável.

Em que medida esse aumento da liberdade de movimentos significou maior liberdade sexual para as mulheres da classe média, é difícil precisar. Sexo sem casamento era ainda, decerto, restrito a uma minoria de jovens conscientemente emancipadas desta classe, que, quase com certeza, buscavam outras expressões de liberação, políticas ou outras. Segundo recordava uma mulher russa, sobre o período posterior a 1905, "tornou-se muito difícil para uma jovem 'progressista' recusar as propostas sem dar largas explicações. Os rapazes provincianos não eram muito exigentes, simples beijos eram suficientes, mas os universitários da capital... não era fácil repelir. 'Você é antiquada, *Fräulein*?' E quem queria ser antiquada?". De que dimensão seriam essas comunidades de jovens emancipadas, não se sabe, embora quase com certeza tenham sido maiores na Rússia czarista e de desprezível tamanho nos países mediterrâneos[f], mas provavelmente bastante significativas no norte e no ocidente da Europa (inclusive na Inglaterra) e nas cidades do Império Habsburgo. O adultério, muito provavelmente a mais difundida forma de sexo extraconjugal para as mulheres da classe média, pode ou não ter aumentado com o aumento de autoconfiança feminina. Existe grande diferença entre o adultério, como uma forma utópica de sonho de libertação de uma vida restrita, tal como na versão padronizada do tipo Mme. Bovary dos romances do século XIX, e a liberdade relativa entre maridos e mulheres, da classe média francesa, de terem amantes desde que mantidas as convenções, conforme apresentam as peças de teatro dos *boulevards*, no século XIX. (A propósito, o romance e as peças foram escritos por homens.) Todavia, o adultério do século XIX, bem como a maioria do sexo então praticado, resiste à quantificação. Tudo o que se pode dizer com alguma certeza é que essa forma de comportamento era mais comum em círculos aristocráticos e círculos da moda, sendo que nas grandes cidades (com o auxílio de instituições discretas e impessoais, como os hotéis) as aparências podiam ser mantidas com maior facilidade.[g]

Contudo, se o historiador quantitativo está perplexo, o qualitativo não pode deixar de impressionar-se com o progressivo reconhecimento da sensualidade feminina, nas estridentes declarações dos homens a respeito das mulheres deste período.

Muitas delas são tentativas de reafirmar, em termos literários ou científicos, a superioridade masculina nas realizações ativas e intelectuais e a função passiva e, por assim dizer, suplementar, das mulheres, na relação entre os sexos. Se isto parece ou não expressar o temor à ascendência feminina — como é talvez o caso do dramaturgo sueco Strindberg ou do livro do desequilibrado jovem austríaco Otto Weininger *Sex and Character* (1903), que passou por 25 edições em 22 anos — é assunto secundário. O preceito, infinitamente citado do filósofo Nietzsche aos homens, para que não esquecessem o chicote ao buscar a mulher (*Assim falou Zaratustra*, 1883) não era, realmente, mais sexista que o louvor às mulheres, feito por Karl Kraus, contemporâneo e admirador de Weininger. Insistir, como fazia Kraus, que "aquilo que não é dado à mulher é precisamente o que assegura que o homem faça uso de seus talentos", ou como o psiquiatra Möbius (1907), que "o homem cultural, alienado da natureza" necessita da mulher natural como sua contrapartida, poderia sugerir (como para Möbius), ou não sugerir (como para Kraus), que todos os estabelecimentos de educação superior, para mulheres, deviam ser destruídos. A atitude básica era semelhante. Havia, contudo, uma inequívoca e nova insistência em que as mulheres, como tais, tinham poderosos interesses eróticos; para Kraus, "*a sensualidade* (grifo meu) das mulheres é a fonte na qual a intelectualidade (*Geistigkeit*) do homem se renova". A Viena *fin de siècle*, esse notável laboratório da psicologia moderna, oferece o reconhecimento mais sofisticado e menos constrangido da sexualidade feminina. Os retratos de Klimt, das senhoras vienenses, para não mencionar os das mulheres em geral, são imagens de pessoas com poderosas preocupações eróticas próprias, não simples imagens de sonhos sexuais masculinos. Seria muito improvável que não refletissem algo da realidade sexual da classe média e superior do Império Habsburgo.

O terceiro sintoma de mudança era a atenção pública, acentuadamente maior, concedida às mulheres, como um grupo que possuía interesses é aspirações especiais como pessoas. Sem dúvida o faro comercial foi o primeiro a sentir o cheiro do mercado especial formado pelas mulheres — por exemplo, o das páginas

femininas dos novos diários de massas, dirigidos, à classe média baixa, ou das revistas femininas, para jovens e mulheres recentemente alfabetizadas — mas até o mercado apreciava o valor publicitário de tratar as mulheres não apenas como consumidoras, mas como realizadoras. A grande exposição internacional anglo-francesa de 1908 captou a tônica dos tempos, não apenas por combinar o esforço de vendas dos expositores com a celebração do império e com o primeiro estádio olímpico especialmente construído, mas igualmente com o Palácio do Trabalho Feminino, situado num ponto central e incluindo uma exposição da história de mulheres ilustres, mortas antes de 1900, "de origem real, nobre ou simples" (desenhos da jovem Vitória, o manuscrito de *Jane Eyre*, a carruagem usada na Criméia por Florence Nightingale, etc.) e exposições de trabalhos de agulha, de artes e ofícios, ilustrações de livros, fotografias e coisas semelhantes[h]. Não devemos, igualmente, deixar de considerar a emergência das mulheres como realizadoras individuais nos esforços competitivos, de que o esporte, outra vez, oferece um exemplo notável. A criação das simples femininas em Wimbledon, depois de seis anos das simples masculinas, e também, num mesmo intervalo, nos campeonatos franceses e norte-americanos, era uma inovação mais revolucionária, na década de 1880, do que é reconhecido hoje. Que mulheres respeitáveis, e até casadas, aparecessem em público, independentemente das suas famílias e de seus homens, teria sido virtualmente inconcebível duas décadas antes.

3

Por motivos óbvios, é mais fácil documentar o movimento consciente das campanhas pela emancipação feminina e as mulheres que realmente conseguiram penetrar nas esferas de vida até então reservadamente masculinas. Ambos consistem em articuladas minorias de mulheres de classe média e superior do Ocidente que,

por sua própria raridade, foram registradas — tanto melhor documentadas porque até seus esforços e, em alguns casos, sua própria existência haviam despertado resistência e debate. A simples visibilidade dessas minorias desviava a atenção da grande onda que era a mudança histórica na posição social das mulheres, que os historiadores podem apreender apenas obliquamente. De fato, mesmo desenvolvimento consciente do movimento pela emancipação não é inteiramente apreendido se nos concentrarmos em suas porta-vozes militantes. Pois uma importante parte dele e quase certamente a maioria das que nele tomaram parte fora da Inglaterra, da América e, possivelmente, da Escandinávia e dos Países Baixos não o fizeram movidas por uma identificação com os movimentos especificamente femininos, mas pela sua identificação com a liberação da mulher como parte de movimentos mais amplos de emancipação geral, tais como os movimentos operários e socialistas. Não obstante, essas minorias devem ser brevemente examinadas.

Conforme sugerimos, os movimentos especificamente feministas eram pequenos: em muitos países do continente suas organizações consistiam em algumas centenas ou, na melhor das hipóteses, de um a dois mil indivíduos. Seus membros eram predominantemente das classes médias e sua identificação com a burguesia e em particular com o liberalismo burguês, cuja extensão ao segundo sexo defendiam, dava-lhes a força que possuíam e determinava suas limitações. Abaixo do nível da burguesia educada e próspera, o voto feminino, o acesso à educação superior e o direito de sair para o trabalho e de ter profissão, além da luta pelos direitos e pelo *status* legal igual ao masculino (especialmente no tocante aos direitos de propriedade), dificilmente despertariam um fervor engajado como outros assuntos. Nem devemos esquecer que a relativa liberdade das mulheres da classe média de fazer campanha em prol de tais exigências repousava, pelo menos na Europa, na transferência dos encargos domésticos a um grupo de mulheres muito maior, o das empregadas.

As limitações do feminismo de classe média ocidental não eram apenas sociais e econômicas, mas também culturais. A forma de

emancipação a que aspiravam seus movimentos, a saber, a de ser tratada legal e politicamente como o homem e a de tomar parte, como pessoas, sem considerações quanto ao sexo, na vida da sociedade, presumia a transformação do padrão de vida social, já bastante distanciado do tradicional "lugar da mulher". Para tomar um caso extremo: os homens emancipados de Bengala, desejando demonstrar sua ocidentalização, quiseram tirar suas mulheres do isolamento e trazê-las "para a sala de visitas", mas com isto produziram entre elas tensões inesperadas, uma vez que não ficou nada claro para estas mulheres o que ganhariam em troca da perda da autonomia (subalterna mas muito real) sobre aquela parte da casa que era, incontestavelmente, *delas*. Uma "esfera feminina" claramente definida — quer a das mulheres isoladamente em suas relações de casa, ou a das mulheres, coletivamente, como membros da comunidade — poderia agredir as progressistas, como uma mera desculpa para manter a inferioridade feminina, como de fato, entre outras coisas, evidentemente o era. E é claro que assim crescentemente veio a se tornar, com o enfraquecimento das estruturas sociais tradicionais.

Todavia, dentro dos seus limites, essa esfera havia oferecido a essas mulheres recursos individuais e coletivos disponíveis que não eram inteiramente desprezíveis. Por exemplo, elas eram as perpetuadoras e formadoras da língua, da cultura e dos valores sociais, as essenciais forjadoras da "opinião pública", as iniciadoras reconhecidas de certas espécies de ação pública (como a defesa da "economia moral"), e, não menos, elas eram as pessoas que não só haviam aprendido a manipular seus homens mas também, em alguns assuntos e em algumas situações, *esperava-se* que eles cedessem a elas. O domínio dos homens sobre as mulheres, por absoluto que fosse em teoria, não era arbitrário ou irrestrito na prática coletiva como o domínio dos monarcas absolutos por direito divino não era um despotismo ilimitado. Esta observação não justifica que uma forma de domínio seja melhor que a outra, mas talvez ajude a explicar por que muitas mulheres — que, por desejarem algo melhor, haviam aprendido com o passar das gerações a "aproveitar o sistema" — permaneciam relativamente indiferentes às

reivindicações da classe média liberal, as quais aparentemente não ofereciam tais vantagens práticas. Afinal, mesmo dentro da sociedade burguesa e liberal, as francesas da classe média e da pequena burguesia, que nada tinham de tolas e raramente eram dadas a uma suave passividade, não se deram ao trabalho de apoiar em grandes números a causa do sufrágio feminino.

Desde que os tempos estavam mudando e a subordinação da mulher era universal, aberta e orgulhosamente anunciada pelos homens, isso deixava um pleno espaço para movimentos de emancipação feminina. Na medida, porém, em que havia para estes a possibilidade de obter apoio entre as massas de mulheres do período, paradoxalmente esse apoio *não era* aos movimentos especificamente feministas, mas sim às demandas das mulheres dentro dos movimentos de emancipação humana universal. Daí a atração dos novos movimentos social-revolucionários e socialistas. Estes eram especificamente comprometidos com a emancipação das mulheres — a mais popular exposição do socialismo, pelo líder do Partido Social Democrata Alemão, foi significativamente *A Mulher e o Socialismo*, de August Bebel. Na verdade, os movimentos socialistas ofereciam, em larga medida, o ambiente público mais favorável para as mulheres que não eram atrizes, ou as poucas filhas favorecidas da elite, para que desenvolvessem sua personalidade e seu talento. Mais que isto, eles prometiam uma total transformação da sociedade o que, como bem sabiam as mulheres realistas, haveria de requerer uma mudança no antigo padrão das relações entre os sexos[i].

Nessa medida, a verdadeira escolha política para as massas de mulheres européias não estava entre o feminismo e os movimentos políticos mistos, mas entre as igrejas (notadamente a Igreja Católica) e o socialismo. As igrejas, lutando numa poderosa ação de retaguarda contra o "progresso" do século XIX (cf. *A Era do Capital*, cap. 6:1), defendiam os direitos, tais como já os possuíam as mulheres na ordem tradicional da sociedade, e com zelo tanto maior, visto que o conjunto dos fiéis e, sob certos aspectos, seu próprio pessoal, estava se tornando surpreendentemente feminino: em fins do século havia, quase certamente, muito mais religiosas profissionais do que em qualquer tempo, desde a Idade Média.

Dificilmente pode ter sido por acaso que os mais conhecidos santos católicos da época que começa em meados do século XIX tenham sido mulheres: Santa Bernadette de Lourdes e Santa Teresa de Lisieux — ambas canonizadas em princípios do século XX — e que a Igreja tenha dado incentivo notável ao culto da Virgem Maria. Nos países católicos, a Igreja ofereceu armas poderosas, e rancorosas, às esposas contra os maridos. Muito do anticlericalismo, portanto, adquiriu um matiz de hostilidade antifeminina, como na França e na Itália. Por outro lado, as Igrejas defendiam as mulheres à custa de também comprometer suas piedosas seguidoras a aceitar a tradicional subordinação e a condenar a emancipação feminina que os socialistas ofereciam.

Pelas estatísticas, as mulheres que optaram pela defesa de seu sexo por meio da devoção foram de número enormemente superior ao das que optaram pela liberação. Realmente, enquanto o movimento socialista atraía desde o início uma *avant-garde* de mulheres excepcionalmente capazes — principalmente, como se poderia esperar, as da classe média e superior — não há muitos sinais, antes de 1905, de participação feminina significativa em partidos operários e socialistas. Durante a década de 1890 não mais do que 50 mulheres (ou 2 a 3%) eram membros do reconhecidamente pequeno *Parti Ouvrier Français*. Quando recrutadas em maiores números, como na Alemanha, após 1905, o eram principalmente como esposas, filhas ou (como no famoso romance de Gorki) mães de socialistas. Antes de 1914 não havia equivalente ao, digamos, Partido Social Democrata Austríaco de meados da década de 1920, do qual 30% dos membros eram mulheres; ou ao Partido Trabalhista Inglês da década de 1930, do qual aproximadamente 40% dos membros individuais eram mulheres; embora na Alemanha a percentagem delas já fosse substancial. A porcentagem de mulheres organizadas em sindicatos permaneceu consistentemente baixa: era desprezível em 1890 (a não ser na Inglaterra), normalmente não mais de 10%, em 1900[j]. No entanto, uma vez que as mulheres não votavam na maioria dos países, o índice mais próximo de suas simpatias políticas não está à nossa disposição, e maiores especulações são ociosas.

A maioria das mulheres, portanto, permaneceu fora de qualquer forma de movimento pela emancipação. Além disso, mesmo as mulheres cujas vidas, carreiras e opiniões demonstravam seu intenso interesse no sentido de quebrar a tradicional gaiola da "esfera feminina" manifestavam pouco entusiasmo pelas campanhas mais ortodoxas das feministas. O período primitivo da emancipação feminina produziu notável safra de mulheres eminentes, mas algumas das mais ilustres entre elas (por exemplo, Rosa Luxemburgo ou Beatrice Webb) não viam razão para restringir seu talento à causa de um só sexo. Verdade é que o reconhecimento público era então mais fácil: de 1891 em diante, o livro de referências inglês *Men of the Time* (Homens dos Tempos) mudou o título para *Men and Women of the Time* (Homens e Mulheres dos Tempos), e a atividade pública para as causas femininas ou para aquelas consideradas de interesse especial para mulheres (por exemplo, o bem-estar das crianças) era, por si, capaz de proporcionar notoriedade pública. Não obstante, o caminho da mulher no mundo dos homens permaneceu difícil, o êxito exigia esforços e dotes absolutamente especiais e o número das que o conseguiam era modesto.

De longe, a maior proporção delas praticava atividades reconhecidamente compatíveis com a feminilidade tradicional, tais como as artes teatrais ou (para mulheres de classe média, especialmente as casadas) literárias. As "mulheres dos tempos" registradas em 1895 eram em seu maior número, na Inglaterra, as escritoras (48) e as figuras do palco (42). Na França, Colette (1873-1954) era ambas as coisas. Antes de 1914, uma mulher já recebera o Prêmio Nobel de literatura (Selma Lagerlöf, da Suécia, 1909). Carreiras profissionais abriram-se, por exemplo, na educação, com a grande expansão da educação secundária e superior para meninas, ou — o que é certo na Inglaterra — no novo jornalismo. Em nosso período, a política e as campanhas públicas da esquerda tornaram-se outra opção promissora. A maior percentagem de mulheres inglesas de destaque, em 1895 — um terço — apareceu sob o título "Reformadoras, Filantropas, etc." O fato é que a política revolucionária e socialista oferecia oportunidades não igualadas em

outras partes, conforme o demonstrava o número de mulheres da Rússia czarista que operavam numa variedade de países (Rosa Luxemburgo, Vera Zasulich, Alexandra Kollontai, Anna Kuliscioff, Angélica Balabanoff, Emma Goldman), e poucas em outros países (Beatrice Webb na Inglaterra, Henrietta Roland-Holst nos Países Baixos).

Diferente da política conservadora que, na Inglaterra — embora quase em nenhum lugar mais —, retinha a lealdade de muitas das aristocráticas senhoras feministas[k], mas sem oferecer tais possibilidades; e diferia da política partidária liberal, em que os políticos eram, nessa época, essencialmente do sexo masculino. Não obstante, a facilidade relativa com que as mulheres imprimiam sua marca na vida pública é simbolizada pela outorga do prêmio Nobel da paz a uma delas (Bertha von Suttner, em 1905). A tarefa mais árdua, indubitavelmente, era a da mulher que arrostava a resistência, institucional e informal, dos homens, entrincheirada nas profissões organizadas, a despeito da cabeça-de-ponte, pequena, mas em rápida expansão, estabelecida por elas na medicina: 20 médicas na Inglaterra e no País de Gales em 1881, 212 em 1901, 447 em 1911. Isto dá a medida da realização extraordinária de Marie Sklodkowska-Curie (outro produto do Império czarista), que ganhou dois prêmios Nobel de ciências durante esse período (1903 e 1911). Todavia, essas luminares não dão a medida da participação feminina no mundo masculino, que poderia ser impressionante, considerando-se os pequenos números envolvidos; pensa-se no papel desempenhado por um punhado de inglesas emancipadas na revivescência do movimento operário depois de 1888; em Annie Besant e Eleanor Marx, e nas propagandistas itinerantes que tanto contribuíram para a formação do jovem *Independent Labour Party* (Partido Trabalhista Independente), Enid Stacy, Katherine Conway, Caroline Martyn. Não obstante, apesar do apoio de praticamente todas essas mulheres aos direitos femininos e de, particularmente na Inglaterra e nos EUA, a maioria apoiar vigorosamente o movimento político feminista, elas dedicaram ao movimento uma atenção apenas marginal.

Aquelas que nele realmente se concentraram eram as normalmente comprometidas com a agitação política, uma vez que exigiam direitos que, do mesmo modo que o voto, requeriam mudanças políticas e legais. Dificilmente poderiam esperar muita coisa dos partidos conservadores ou confessionais, e suas relações com os liberais e radicais, com quem estavam as afinidades ideológicas do feminismo da classe média, eram às vezes difíceis, especialmente na Inglaterra, onde foram os governos liberais que se atravessaram no caminho do vigoroso movimento sufragista de 1906-1914. Ocasionalmente (como entre os tchecos e finlandeses), elas eram associadas aos movimentos de oposição de libertação nacional. Dentro dos movimentos socialistas e operários, as mulheres eram incentivadas a concentrar-se em seu próprio sexo, e muitas feministas socialistas realmente assim o fizeram, não apenas porque a exploração das mulheres trabalhadoras exigia, obviamente, ação, mas também por haverem descoberto a necessidade de lutar pelos direitos e interesses das mulheres dentro de seu próprio movimento, a despeito do seu compromisso ideológico com a igualdade. Pois a diferença entre uma pequena *avant-garde* de militantes progressistas e revolucionários e o movimento operário de massas era que este último consistia primordialmente não apenas em homens (apenas em virtude de o grosso dos assalariados e, mais ainda, da classe operária organizada, ser de homens), mas de homens cuja atitude para com as mulheres era tradicional e cujos interesses, como sindicalistas, mandavam excluir do trabalho masculino os competidores mal pagos. E as mulheres eram a forma quintessencial do trabalho mal pago. Contudo, no interior dos movimentos operários, estas questões eram emudecidas e, até certo ponto, contornadas pela multiplicação das organizações femininas e dos comitês do interior destes, especialmente após 1905.

Das questões políticas do feminismo, o direito ao voto nas eleições parlamentares era o de maior evidência. Antes de 1914, este direito não havia sido ganho em nenhuma nação, exceto na Austrália e na Nova Zelândia, na Finlândia e na Noruega, embora já existisse em diversos estados dos EUA e, em limitada extensão, em governos locais. O sufrágio feminino não era questão que

mobilizasse importantes movimentos de mulheres ou que desempenhasse papel importante na política nacional, exceto nos EUA e na Inglaterra, onde recebia substancial apoio das mulheres das classes superiores e médias, além de o receber de líderes políticos e ativistas dos movimentos socialistas. As agitações tornaram-se espetaculares pela tática da ação direta da *Women's Social and Political Union* (as "*suffragettes*") no período de 1906-1914. Contudo o sufragismo não nos deve induzir a desprezar a extensiva organização política das mulheres como grupos de pressão para outras causas, quer de interesse especial para seu sexo — como as campanhas contra o "tráfico de escravas brancas" (que conduziu à Lei Mann, em 1910, nos EUA) —, quer em questões como a paz e o antialcoolismo. Se não foram bem-sucedidas, enfim, em seu primeiro empenho, sua contribuição para o triunfo da última causa, a décima oitava emenda à constituição americana (a Lei Seca), foi decisiva. Não obstante, fora dos EUA, da Inglaterra, dos Países Baixos e da Escandinávia, a atuação política independente das mulheres (exceto quando faziam parte do movimento operário) permaneceu de escassa importância.

4

Havia, contudo, ainda outro componente do feminismo a abrir caminho por entre os debates, políticos e não-políticos, sobre as mulheres: a liberação sexual. O assunto era melindroso, conforme o testemunha a perseguição às mulheres que faziam publicamente propaganda de uma causa tão respeitavelmente respaldada como a do controle da natalidade: Annie Besant, a quem privaram de seus filhos por esse motivo em 1877, e mais tarde Margaret Sanger e Marie Stopes. Acima de tudo, porém, isso não se enquadrava facilmente na textura de movimento nenhum. O mundo da alta classe do grande romance de Proust ou a Paris das lésbicas independentes e com freqüência muito ricas, como Natalie Barney, aceitavam

facilmente a liberdade sexual, ortodoxa ou heterodoxa, contanto que fossem guardadas as aparências onde necessário. Mas — como testemunha Proust — não associava a liberação sexual com a felicidade social ou particular ou com a transformação social; e tampouco alegrava-se com a perspectiva de tal transformação (exceto no caso de uma *bohème* situada bem mais abaixo, de artistas e escritores atraídos pelo anarquismo). Inversamente, os revolucionários sociais estavam, certamente, comprometidos com a liberdade da escolha sexual para as mulheres — a utopia sexual de Fourier, admirada por Engels e Bebel, não fora totalmente esquecida — e tais movimentos atraíam os anticonvencionais, os utopistas, os boêmios e propagandistas da contracultura de todo tipo, inclusive aqueles que desejavam afirmar seu direito de dormir com quem quisessem e do modo que desejassem. Homossexuais como Edward Carpenter e Oscar Wilde, defensores da tolerância sexual como Havelock Ellis, mulheres liberadas de vários gostos, como Annie Besant e Olive Schreiner, gravitavam na órbita do pequeno movimento socialista inglês da década de 1880. Uniões livres sem certidão de casamento eram não apenas aceitas, mas, onde o anticlericalismo fosse particularmente entusiasta, praticamente obrigatórias. Todavia, conforme demonstram as escaramuças de Lenin, mais tarde, com camaradas do sexo feminino demasiado preocupadas com a questão sexual, as opiniões dividiam-se sobre o que deveria significar o "amor livre" e em que medida isso deveria ser preocupação central do movimento socialista. Um advogado da ilimitada liberação dos instintos como o psiquiatra Otto Grosz (1877-1920) — criminoso, viciado em drogas e dos primeiros discípulos de Freud, que abriu seu caminho através dos meios artísticos e intelectuais de Heidelberg (e não menos por meio de suas amantes, as irmãs Richthofen, amantes ou esposas de Max Weber, D. H. Lawrence e outros), passando por Munique, Ascona, Berlim e Praga — era um seguidor de Nietzsche com escassa simpatia por Marx. Embora tenha sido saudado por alguns dos boêmios anarquistas de antes de 1914 — mas sofrendo a oposição de outros, como um inimigo da moral — e tendo favorecido o que quer que destruísse a ordem existente, Grosz era um elitista que dificilmente se ajusta a

qualquer quadro político. Em suma, a liberação sexual, como programa, suscitava mais problemas do que oferecia soluções. Fora da *avant-garde bohème*, seu apelo programático era pequeno.

Um importante problema que a liberação sexual suscitou, ou ao qual chamou a atenção, foi o da exata natureza do futuro da mulher na sociedade se lhe fosse concedida igualdade de direitos, oportunidades e tratamento. Aqui, o ponto crucial era o futuro da família, que dependia da mulher, como mãe. Era fácil conceber as mulheres emancipadas dos fardos domésticos, dos quais as classes médias e altas já se haviam despojado (especialmente na Inglaterra) por meio dos empregados e de mandar a prole do sexo masculino aos internatos, desde tenra idade. As mulheres americanas, num país onde os empregados já eram escassos, há muito pleiteavam — e começavam a conseguir — a transformação tecnológica, e racionalizadora, do trabalho doméstico. Christine Frederick, no *Ladies Home Journal*, de 1912, chegou a trazer a "administração científica" para dentro de casa. Os fogões a gás alastravam-se, não muito depressa, desde 1880, e os fogões elétricos, mais rapidamente, desde os últimos anos precedentes à guerra. O termo "aspirador de pó" apareceu em 1903 e os ferros elétricos foram empurrados a um público cético a partir de 1909, mas seu triunfo teria lugar no futuro, durante o intervalo entre as duas guerras. As lavanderias — não ainda as das casas — foram mecanizadas; o valor da produção de máquinas de lavar, nos EUA, quintuplicou entre 1880 e 1910. Os socialistas e anarquistas, com igual entusiasmo pela utopia tecnológica, preferiam arranjos coletivos, e concentraram-se igualmente em escolas infantis, berçários e o fornecimento ao público de alimentos já preparados (dos quais as merendas escolares foram um dos primeiros exemplos) que dariam às mulheres a capacidade de combinar a maternidade com o trabalho e outras atividades. Todavia, isso não resolveu completamente o problema.

Não poderia a emancipação feminina implicar a substituição da família nuclear existente por algum outro agrupamento humano? A etnografia, que florescia como nunca antes, demonstrava que esse estava longe de ser o único tipo de família conhecido da história — o

livro do antropólogo finlandês Westermarck, *History of Human Marriage* (História do Casamento Humano), de 1891, atingira, até 1921, cinco edições e foi traduzida para o francês, o alemão, o sueco, o italiano, o espanhol e o japonês — e Engels, em sua *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), tirou as necessárias conclusões revolucionárias. No entanto, embora a esquerda utópico-revolucionária experimentasse novas formas de unidades comunitárias, cujo produto mais duradouro viria a ser o *kibutz* dos colonos judeus na Palestina, pode-se afirmar com segurança que a maioria dos líderes socialistas e a maioria, ainda mais numerosa, de seus seguidores, para não mencionar as pessoas menos "avançadas", concebiam o futuro em termos de uma transformada família nuclear, mas, ainda assim, essencialmente uma família nuclear. Contudo, as opiniões divergiam quanto à mulher que fazia do casamento, da manutenção da casa e da maternidade sua carreira primordial. Conforme observou Bernard Shaw para uma mulher emancipada, correspondente de um jornal, a emancipação feminina era principalmente assunto *dela*. Apesar de uma certa defesa da casa e do lar pelos moderados do socialismo (por exemplo, os "revisionistas" alemães), os teóricos de esquerda, de modo geral, achavam que a emancipação feminina adviria de um emprego ou de interesses fora de casa, o que, portanto, incentivavam com entusiasmo. Contudo, o problema de combinar a emancipação com a maternidade não seria facilmente resolvido.

Um grande número, provavelmente a maioria, das mulheres emancipadas da classe média que optavam por uma carreira num mundo masculino, nesta época, resolvia o problema abstendo-se de ter filhos, recusando-se a casar e com freqüência (como na Inglaterra) pelo virtual celibato. Isto não era apenas um reflexo da hostilidade para com os homens, disfarçada às vezes como sentimento de superioridade feminina em relação ao outro sexo, tal como podia ser encontrado na periferia do movimento sufragista anglo-saxão. Também não era simplesmente um subproduto do fato demográfico que o excesso de mulheres — 1,33 milhão na Inglaterra, em 1911 — impossibilitava o casamento para muitas. O casamento, na verdade, era ainda uma carreira à qual aspiravam

mesmo as mulheres trabalhadoras não-manuais que abandonavam o ensino escolar ou o emprego de escritório no dia de seu casamento, mesmo quando não fossem a isso obrigadas. Isto refletia a dificuldade muito real de combinar duas ocupações absorventes, numa época em que apenas recursos ou auxílios excepcionais tornariam essa combinação praticável. Na ausência destes, uma operária feminista, como Amalie Ryba-Seidl (1876-1952), fora obrigada a abandonar a militância de toda sua vida no Partido Socialista Austríaco por cinco anos (1895-1900), para dar ao marido três filhos; e, o que pelos nossos padrões é menos desculpável, Bertha Philpotts Newall (1877-1932), uma notável mas esquecida historiadora, achou que devia pedir demissão do cargo de diretora do Girton College, Cambridge, tão tarde quanto 1925, "porque o pai necessita dela e ela acha que deve ir". Mas o custo da auto-abnegação era alto, e as mulheres que optavam por uma carreira, como Rosa Luxemburgo, sabiam que a teriam de pagar e que a estavam pagando.

Em que medida, pois, havia se transformado a condição feminina, durante o meio século precedente a 1914? O problema não é o de medir e sim o de julgar as mudanças que, por quaisquer padrões, foram substanciais para um grande número, talvez para a maioria das mulheres do Ocidente urbano e industrial; e dramáticas para uma minoria de mulheres da classe média. (Mas vale a pena repetir que todas essas mulheres, juntas, formavam apenas pequena percentagem da metade feminina da raça humana.) Pelos padrões simples e elementares de Mary Wollstonecraft, que pediu direitos iguais para ambos os sexos, tinha havido uma importante vitória no acesso das mulheres às ocupações e profissões até então mantidas como monopólios masculinos, com freqüência implacavelmente defendidas, do bom senso e mesmo das convenções burguesas, como na ocasião em que os homens ginecologistas argumentaram que as mulheres eram especialmente *inadequadas* para tratar de doenças especificamente femininas. Por volta de 1914, poucas mulheres haviam avançado por essa brecha, mas, em princípio, o caminho estava aberto. Apesar de as aparências indicarem o contrário, as mulheres estavam à beira de uma vitória maciça na

longa luta por iguais direitos de cidadania, simbolizada pelo voto. Por muito implacavelmente contestadas que tenham sido antes de 1914, menos de dez anos depois as mulheres votavam nas eleições nacionais pela primeira vez na Áustria, Tchecoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Polônia, Rússia, Suécia, Inglaterra e EUA[l]. Essa mudança notável, é evidente, foi a culminância das lutas de antes de 1914. Quanto à igualdade de direitos perante a lei (civil) o balanço foi bem menos positivo, apesar de haverem sido removidas as desigualdades mais flagrantes. Na questão da igualdade de vencimentos, não tinha havido adiantamento significativo. Com exceções sem importância, as mulheres podiam ainda esperar ganhar muito menos que os homens pelo mesmo trabalho, ou para ocupar cargos que, sendo "empregos de mulheres", eram por esse motivo mal pagos.

Poderia ser dito que, um século após Napoleão, os Direitos do Homem da Revolução Francesa haviam sido concedidos às mulheres. As mulheres estavam as vésperas de conseguir igualdade de direitos de cidadania, e embora de modo reduzido e estreito, abriam-se carreiras, agora, para seus talentos, como para os dos homens. Retrospectivamente, é fácil reconhecer as limitações desses avanços, como também as dos primeiros Direitos do Homem. Foram bem-vindos, mas não bastavam, especialmente para a grande maioria das mulheres mantidas na dependência pelo casamento e pela pobreza.

Mesmo, porém, no caso daquelas para quem o progresso da emancipação era incontestável — as mulheres das classes médias estabelecidas (embora provavelmente não da nova e antiga pequena burguesia ou classes médias baixas) e as mulheres jovens que trabalhavam antes do casamento — isso colocava um problema importante. Se a emancipação significava emergir da esfera privada e freqüentemente separada da família, da casa e das relações pessoais às quais as mulheres haviam sido tão longamente confinadas — poderiam elas, e como poderiam, reter a parte da feminilidade que não eram simplesmente papéis a elas impostos pelos homens num mundo feito para os homens? Em outras palavras, como poderiam as mulheres competir, como mulheres,

numa esfera pública formada por um sexo diversamente definido e em termos a ele adequados?

Não há, provavelmente, resposta permanente para essa pergunta, examinada de diferentes modos por todas as gerações que levam a sério a posição das mulheres na sociedade. Cada resposta ou conjunto de respostas pode ser satisfatório apenas para sua própria conjuntura histórica. Qual foi a resposta das primeiras gerações de mulheres ocidentais urbanas que mergulharam numa época de emancipação? Sabemos bastante a respeito da vanguarda das pioneiras notáveis politicamente ativas e culturalmente articuladas, mas pouco sabemos sobre as inativas e inarticuladas. Só sabemos que as modas femininas que varreram os setores emancipados do Ocidente após a Primeira Grande Guerra e que retomaram os temas prenunciados antes de 1914 nos meios "avançados" (notadamente a boêmia artística das grandes cidades), combinavam dois elementos muito diferentes. Por um lado, a "geração do *jazz*" do após-guerra adotou decisivamente o uso de cosméticos em público, o que antes havia sido característico de mulheres cuja função exclusiva era a de agradar aos homens: prostitutas e outras profissionais do entretenimento. Exibiam agora partes do corpo, a começar pelas pernas, que as convenções do século XIX relativas ao decoro feminino haviam mantido ocultas dos olhos concupiscentes dos homens. Por outro lado as modas posteriormente à guerra faziam o melhor que podiam para minimizar as características sexuais secundárias que distinguiam mais visivelmente os homens das mulheres, cortando e mais tarde tosquiando cabelos tradicionalmente longos e tornando os seios tão chatos quanto fisicamente possível. Como as saias curtas, os corpetes abandonados e a recém-encontrada liberdade de movimentos, tudo isso eram sinais e reivindicações de liberdade. Não poderiam ter sido tolerados por uma geração mais velha de pais, maridos e outros detentores da tradicional autoridade patriarcal. Que mais indicavam? Talvez, como o triunfo do "vestidinho preto" inventado por Coco Chanel (1883-1971), pioneira entre as mulheres de negócio profissionais, refletissem igualmente as exigências da mulher que precisava combinar o trabalho e a informalidade em

público com a elegância. Pode-se apenas refletir. Mas é difícil negar que os sinais da moda emancipada apontavam em direções opostas e nem sempre compatíveis.

Como tantas outras coisas no mundo do entre-guerras, as modas da liberação feminina pós-1918 tiveram suas pioneiras nas *avant-gardes* pré-guerra. Mais exatamente, elas floresceram nos quarteirões boêmios das grandes cidades: em Greenwich Village, em Montmartre e Montparnasse, em Chelsea e em Schwabing. Pois as idéias da sociedade burguesa, inclusive suas crises e contradições ideológicas, encontravam expressão característica, embora com freqüência desnorteante e desnorteada, nas artes.

---

[a] O exemplo francês era ainda citado por sicilianos decididos a limitar suas famílias, nas décadas de 1950 a 1960 — ou assim fui informado, por dois antropólogos que se dedicavam ao assunto, P. e J. Schneider.

[b] Uma classificação diferente talvez produzisse números muito diferentes. Por exemplo, a metade austríaca da monarquia Habsburgo contava 47,3% de mulheres ocupadas, comparadas à metade húngara, não dessemelhante economicamente falando, que contava com pouco menos de 25%. Estas percentagens são baseadas na população total, incluindo crianças e velhos.

[c] "As jovens que trabalham em grandes estabelecimentos atacadistas e as funcionárias são procedentes de famílias de melhor classe e são portanto, com maior freqüência, subsidiadas pelos seus pais... Em alguns poucos misteres, tais como o de datilógrafa, o das funcionárias e balconistas... encontramos o moderno fenômeno da jovem que trabalha para cobrir suas pequenas despesas."

[d] O número de escolas mistas, quase certamente de *status* inferior, elevou-se mais modestamente, de 184 para 281.

[e] Os leitores interessados em psicanálise talvez tenham notado o papel desempenhado pelas férias, no progresso das pacientes, nos livros de Sigmund Freud sobre os casos de que tratava.

[f] Isto pode explicar o enorme papel desempenhado pelas emigradas russas nos movimentos progressistas operários de um país como a Itália.

[g] Essas observações aplicam-se exclusivamente às classes média e alta. Não se aplicam ao comportamento sexual pré e pós-conjugal das mulheres do campesinato e das classes trabalhadoras urbanas, as quais, naturalmente, constituíam a maioria das mulheres.

[h] Contudo, é típico dos tempos que "as artistas, em sua maioria, preferissem exibir seus trabalhos no Palácio das Belas-Artes", e que o *Women's Industrial Council* se queixasse ao *The Times* das condições intoleráveis nas quais trabalhavam milhares de mulheres empregadas na exposição.

[i] Disso não se segue que tal transformação tomaria apenas a forma da revolução social que anteviam os movimentos socialistas e anarquistas.

[j] Percentagem de mulheres entre os sindicalizados em 1913: Inglaterra 10,5%; Alemanha 9%; Bélgica (1923) 8,4%; Suécia 5%; Suíça 11%; Finlândia 12,3%

[k] A lista do feminista *Englishwoman's Year-Book* (1905) incluía 158 senhoras com títulos, entre as quais trinta duquesas, marquesas, viscondessas e condessas. Isso compreendia um quarto das duquesas da Inglaterra.

[l] De fato, na Europa, as mulheres foram excluídas do voto apenas nos países latinos (inclusive na França), na Hungria, nas partes mais atrasadas da Europa oriental e no sudeste da Europa — além da Suíça.

CAPÍTULO 9

AS ARTES TRANSFORMADAS

Eles [políticos franceses de esquerda] eram muitos ignorantes sobre arte... mas todos afetavam maior ou menor conhecimento do assunto e, com freqüência, realmente a apreciavam... Um seria um dramaturgo; outro, arranharia violino; outro seria um wagneriano fanático. E todos colecionavam quadros impressionistas, liam livros decadentes e se orgulhavam de gostar de alguma arte ultra-aristocrática.

Romain Rolland, 1915

É entre esses homens, com intelectos cultos, nervos sensíveis e má digestão que encontramos os profetas e discípulos do evangelho do Pessimismo... Por conseguinte, não é provável que o credo do Pessimismo exerça muita influência na forte e prática raça anglo-saxônica, e dele só podemos discernir tênues vestígios na tendência de certos grupos, muito restritos, do assim chamado esteticismo, a admirar ideais mórbidos e auto-referentes, tanto em poesia como em pintura.

S. Laing, 1885

O passado é necessariamente inferior ao futuro. É assim que queremos que seja. Como poderíamos reconhecer qualquer mérito ao nosso mais perigoso inimigo?... É assim que negamos o esplendor, que nos obseca, dos séculos mortos e que cooperamos com a mecânica vitoriosa que mantém o mundo firme em sua teia de velocidade.

F. T. Marinetti, o futurista, 1913

Talvez nada ilustre melhor a crise de identidade por que passava a sociedade burguesa nesse período que a história das artes dos anos 1870 a 1914. Foi a época em que tanto as artes criativa como seu público perderam as referências. A reação das primeiras a essa situação foi um salto para a frente rumo à inovação e à experimentação, vinculando-se cada vez mais às utopias ou pseudoteorias. O público, salvo os conquistados pela moda e pelo esnobismo, murmurava defensivamente que "não entendia de arte, mas sabia do que gostava", ou se refugiava na esfera das obras "clássicas", cuja excelência era garantida pelo consenso de gerações. Contudo, a própria validade desse consenso estava sob fogo cerrado. Do século XVI ao final do XIX, uma centena de esculturas antigas compunha o que era considerado a mais elevada realização das artes plásticas, sendo seus nomes e reproduções familiares a todo ocidental instruído: Laocoonte, Apolo do Belvedere, Gladiador Moribundo, Menino Tirando um Espinho, Níobe Chorando, e várias outras. Foram praticamente todas esquecidas nas duas gerações após 1900, exceto talvez a Vênus de Milo — destacada desde sua descoberta, no início do século XIX, pelo conservadorismo das autoridades do museu do Louvre em Paris — que mantém até hoje sua popularidade.

Ademais, a partir do fim do século XIX, o tradicional terreno da cultura erudita estava minado por um inimigo ainda mais poderoso: o fato de as artes atraírem as pessoas comuns e (com exceção parcial da literatura) de terem sido revolucionadas pela combinação da tecnologia com a descoberta do mercado de massas. O cinema, a inovação mais extraordinária nessa área, juntamente com o *jazz* e seus vários descendentes, ainda não triunfara: mas em 1914 já estava muito presente e pronto para conquistar o mundo.

É, sem dúvida, pouco adequado exagerar a divergência entre o público e os artistas criativos da cultura erudita ou burguesa desse período. Sob muitos aspectos, o consenso entre eles continuava a existir, e os trabalhos de pessoas que se consideravam inovadoras, e que, como tais, encontraram resistência, foram incorporados ao conjunto do que era tanto "bom" como "popular" entre o público refinado, mais, também, de maneira diluída ou seletiva, entre

camadas muito mais amplas da população. O repertório aceito de música erudita do fim do século XX inclui o trabalho de compositores desse período, bem como o dos "clássicos" dos séculos XVIII e XIX, seu principal manancial: Mahler, Richard Strauss, Debussy e vários vultos de destaque sobretudo nacional (Elgar, Vaughan Williams, Reger, Sibelius). O repertório operístico internacional ainda estava sendo elaborado (Puccini, Strauss, Mascagni, Leoncavallo, Janáček, sem contar Wagner, cujo triunfo data dos trinta anos anteriores a 1914). Na verdade, a grande ópera prosperou imensamente, absorvendo inclusive a *avant-garde*, para benefício do público elegante, sob a forma de balé russo. Os maiores nomes daquela época ainda são lendários: Caruso, Chaliapin, Melba, Nijinsky. Os "clássicos ligeiros" ou as populares operetas, canções e composições curtas, essencialmente em seus próprios idiomas, também brilharam muito, como a opereta Habsburgo (Lehar, 1879-1948) e a "comédia musical". O repertório das orquestras de Palm Court, dos coretos e até das *juke-boxes* de hoje testemunha a atração que essas peças exercem.

A literatura em prosa "séria" da época encontrara e conservara seu lugar, embora nem sempre sua popularidade contemporânea. Se a reputação de Thomas Hardy, Thomas Mann ou Marcel Proust aumentou (justificadamente) — a maioria de seus trabalhos foi publicada após 1914, embora as novelas de Hardy tenham sido publicadas sobretudo entre 1871 e 1897 —, a sorte de Arnold Bennett e. H. G. Wells, Romain Rolland e Roger Martin du Gard, Theodore Dreiser e Selma Lagerlöf foi mais difícil. Ibsen e Shaw, Chekhov e (em seu próprio país) Hauptmann, sobreviveram ao escândalo inicial para serem incorporados ao teatro clássico. Por essa razão, os revolucionários das artes visuais do final do século XIX, impressionistas e pós-impressionistas, foram reconhecidos no século XX como "grandes mestres", mais que como indicadores da modernidade de seus admiradores.

A verdadeira linha divisória atravessa o próprio período. Trata-se da *avant-garde* experimental dos últimos anos do pré-guerra, que, fora uma pequena comunidade de "avançados" — intelectuais, artistas, críticos e seguidores da moda — nunca seria recebida de

modo genuíno e espontâneo pelo grande público. Aqueles podiam se consolar pensando que o futuro lhes pertencia, mas para Schönberg o futuro não chegaria como chegou para Wagner (embora se possa argumentar que chegou para Stravinsky); para os cubistas não chegaria como chegou para Van Gogh. Afirmar esse fato não significa julgar os trabalhos e, menos ainda, subestimar o talento de seus criadores, que podia ser impressionante. Contudo, é difícil negar que Pablo Picasso (1881-1973), homem de gênio extraordinário e vasta produtividade, é admirado sobretudo como um fenômeno mais do que pela força de influência ou mesmo por nossa simples fruição de seu trabalho (salvo no que tange a um pequeno número de quadros, principalmente de seu período pré-cubista). Ele pode perfeitamente ter sido o primeiro artista com um talento dessa ordem desde o renascimento.

É, portanto, inútil estudar as artes deste período, como o historiador é tentado a fazer para o começo do século XIX, em termos de suas realizações. No entanto, deve-se enfatizar que seu desenvolvimento foi notável. O nítido aumento do tamanho e da riqueza de uma classe média urbana capaz de dar mais atenção à cultura, bem como a grande extensão da classe média baixa e de setores das classes trabalhadoras instruídos e com sede de cultura, teria sido suficiente para garantir esse desenvolvimento. O número de teatros triplicou na Alemanha entre 1870 e 1896, passando de duzentos a seiscentos. Foi nesse período que começaram os Concertos Promenade na Grã-Bretanha (1895), que a nova Medici Society (1908) produziu em massa reproduções baratas dos grandes mestres da pintura para satisfazer a essas novas aspirações culturais, que Havelock Ellis, mais conhecido como sexólogo, publicou uma Mermaid Series barata de peças elizabetanas e da época de James I, que coleções como World's Classics e Everyman Library[a] levaram a literatura internacional aos leitores de poucos recursos. No alto da escala de riqueza estavam os preços das obras dos velhos mestres e outros símbolos do grande dinheiro, dominados pelas aquisições rivais de milionários americanos aconselhados por negociantes, que por sua vez eram assessorados por conhecedores como Bernard Berenson; ambos foram extremamente bem-

sucedidos nesse comércio, e os preços bateram todos os recordes em termos reais. Os setores refinados dos ricos, e ocasionalmente dos muito ricos, em regiões apropriadas, e os museus que dispunham de um bom financiamento, sobretudo da Alemanha, adquiriram não apenas o melhor dos velhos mestres, mas também dos novos, inclusive das *avant-gardes* mais radicais, que sobreviveram economicamente graças, em boa medida, ao patrocínio de alguns desses colecionadores, como os homens de negócios moscovitas Morozov e Shtchukin. Os menos refinados se fizeram retratar, ou mais freqüentemente a suas esposas, por John Singer Sargent ou Boldini, e encomendaram o projeto de suas casas a arquitetos da moda.

Não há dúvida de que o público das artes, mais rico, refinado e democratizado, era entusiasta e receptivo. Trata-se, afinal, de um período em que as atividades culturais, há muito tempo um indicador de *status* na classe média alta, encontraram símbolos concretos para expressar as aspirações e as modestas realizações materiais de amplas camadas, como o piano de armário, que, financeiramente acessível através do crediário, agora era entronizado na sala de visitas dos funcionários, dos trabalhadores mais bem pagos (ao menos nos países anglo-saxônicos) e camponeses prósperos ansiosos para demonstrar sua modernidade. Ademais, a cultura representava aspirações não apenas individuais, mas também coletivas, sobretudo dos novos movimentos de massa de trabalhadores. Numa era de democracia, as artes também simbolizavam objetivos e realizações políticas, para a prosperidade material dos arquitetos que projetaram os gigantescos monumentos à autocongratulação nacional e à propaganda imperial, que povoaram o novo Império Alemão, a Grã-Bretanha eduardiana e a Índia com massas de alvenaria; e dos escultores, que forneceram a essa idade de ouro o que foi chamado de "estatuomania", objetos que iam do gigantesco (como na Alemanha e nos EUA) aos modestos bustos de Marianne[b] e os memoriais de pessoas ilustres locais nas comunas rurais francesas.

As artes não devem ser avaliadas por sua mera quantidade, nem suas realizações são uma simples função do consumo e da

demanda do mercado. Contudo, não há como negar que houve, nesse período, mais pessoas tentando ganhar seu sustento como artistas criativos (ou maior proporção delas na força de trabalho). Sugeriu-se inclusive que a existência de diversas dissidências das instituições oficiais de arte, que controlavam as exposições públicas oficiais (o New English Arts Club, as intituladas com toda clareza "Secessões" de Viena e Berlim, etc., sucessoras da Exposição Impressionista francesa do início dos anos 1870), era devida em grande parte ao congestionamento numérico da profissão e de seus institutos oficiais, que tendiam naturalmente a ser dominados pelos artistas mais velhos e reconhecidos. Pode-se até argumentar que agora havia se tornado mais fácil que nunca ganhar o sustento como criador profissional, devido ao notável crescimento da imprensa diária e periódica (incluindo as publicações ilustradas) e ao surgimento da indústria da publicidade, assim como de bens de consumo desenhados pelo artista-artesão ou outros especialistas de nível profissional. A publicidade criou ao menos uma forma nova de arte visual que viveu uma pequena idade de ouro em torno de 1890: o cartaz. Não há dúvida de que essa quantidade de criadores profissionais produziu muito trabalho sob encomenda para o mercado, ou o que era assim sentido pelos literatos e músicos profissionais, que sonhavam com sinfonias enquanto escreviam operetas ou canções, ou, como George Gissing, com grandes romances e poemas enquanto fabricava resenhas, "ensaios" ou folhetins. Mas era trabalho pago, e até razoavelmente bem pago: garantia-se às mulheres que queriam ser jornalistas, provavelmente o maior contingente de novas mulheres profissionalizadas, que era possível ganhar 150 libras esterlinas por ano trabalhando apenas para a imprensa australiana.

Ademais, é inegável que durante esse período a própria criação artística prosperou notavelmente e se estendeu mais do que nunca por uma ampla área da civilização ocidental. De fato, sem contar com a música — cujo repertório já era basicamente internacional, sobretudo o de origem austro-germânica — a criação artística se tornou mais do que nunca internacionalizada. A fecundação das artes ocidentais por influências exóticas — do Japão a partir dos

anos 1860, da África no início dos anos 1900 — já foi mencionada em conexão com o imperialismo. Nas artes populares, influências da Espanha, Rússia, Argentina, Brasil e sobretudo América do Norte se disseminaram no mundo ocidental. Mas a cultura, no sentido aceito pela elite, também internacionalizou-se notavelmente devido à maior facilidade de deslocamento pessoal dentro de uma ampla área cultural. Pensamos não tanto na verdadeira "naturalização" de estrangeiros atraídos pelo prestígio de certas culturas nacionais, o que fez gregos (Moreas), americanos (Stuart Merill, Francis Vielé-Griffin) e ingleses (Oscar Wilde) escreverem textos simbolistas em francês; dispôs poloneses (Joseph Conrad) e americanos (Henry James, Ezra Pound) a irem morar na Inglaterra; e garantiu que a Escola de Paris para pintores tivesse uma freqüência composta mais de espanhóis (Picasso, Gris), italianos (Modigliani), russos (Chagall, Lipchitz, Soutine), romenos (Brancusi), búlgaros (Pascin) e holandeses (Van Dongen) do que de franceses. Em certo sentido, esse era apenas um aspecto da dispersão de intelectuais que, neste período, se distribuíram pelas cidades do planeta como imigrantes, turistas, povoadores e refugiados políticos; ou pelas universidades e laboratórios, para fecundar a política e a cultura internacionais[c]. Pensamos antes nos leitores ocidentais que descobriram a literatura russa e a escandinava (traduzida) nos anos 1880, nos centro-europeus que se inspiraram no movimento *arts-and-crafts* britânico, no balé russo que conquistou a Europa elegante antes de 1914. A cultura erudita, a partir dos anos 1880, foi uma combinação dos produtos nativos com os importados.

Entretanto, as culturas nacionais, ao menos em suas manifestações menos conservadoras e convencionais, gozavam de evidente boa saúde — se é que esta é a palavra certa para algumas artes e talentos criativos que, nos anos 1880 e 1890, se orgulhavam de ser considerados "decadentes". É, obviamente, difícil fazer julgamentos de valor nesse território tão vago, pois o sentimento nacional é capaz de exagerar os méritos das realizações culturais em sua própria língua. Ademais, como vimos, agora havia literaturas vigorosas em idiomas lidos por poucos estrangeiros. Para a grande maioria, a excelência da prosa e especialmente da poesia em

gaélico, húngaro ou finlandês é uma questão de fé, como a da poesia de Goethe ou Pushkin para os que não sabem alemão ou russo. A música tem mais sorte nesse sentido. Seja como for, não há critérios válidos de julgamento — salvo talvez a inclusão em uma *avant-garde* reconhecida — para destacar figuras nacionais de seus contemporâneos, em termos de renome internacional. Rubén Darío (1867-1916) terá sido melhor poeta que outros latino-americanos seus contemporâneos? Bem pode ter sido, mas só podemos ter certeza de que esse nicaragüense conquistou reconhecimento internacional no mundo hispânico como um influente inovador poético. Esta dificuldade de estabelecer critérios internacionais de avaliação literária tornou a escolha do prêmio Nobel de literatura (instituído em 1897) permanentemente insatisfatória.

A efervescência cultural era, talvez, menos perceptível em países de prestígio reconhecido e produção artística ininterrupta, embora até nestes pudesse ser observada especial intensidade na vida cultural, como na França da Terceira República e no Império Alemão após os anos 1880 (comparada às décadas do meio do século); e nova folhagem brotava nos galhos de artes criativas até então bastante vazios: teatro e composição musical na Grã-Bretanha, literatura e pintura na Áustria. Mas particularmente impressionante é o inquestionável florescimento das artes em países ou regiões pequenas e marginais, até então pouco notados ou há muito tempo adormecidos: Espanha, Escandinávia ou Boêmia. Isto fica óbvio numa moda internacional como variadamente chamado *art nouveau* (*Jugendstil*, *stile liberty*), do fim do século. Seus epicentros se encontravam não apenas em algumas capitais culturais mais importantes (Paris, Viena), mas também e, na verdade, sobretudo em outras mais ou menos periféricas: Bruxelas e Barcelona, Glasgow e Helsingfors (Helsinki). A Bélgica, a Catalunha e a Irlanda são exemplos marcantes.

É provável que em nenhum outro momento, desde o século XVII, o resto do mundo tenha tido que prestar tanta atenção à produção cultural dos Países Baixos do sul como nas últimas décadas do século XIX. Foi então que Maeterlinck e Verhaeren tornaram-se rapidamente nomes de destaque na literatura européia

(um deles ainda é conhecido como o escritor do *Pelléas et Mélisande*, de Debussy); James Ensor se tornou um nome conhecido na pintura, enquanto o arquiteto Horta lançou o *art nouveau*, Van de Velde levou um "modernismo" de origem britânica para a arquitetura alemã e Constantin Meunier inventou o estereótipo internacional da escultura proletária. No que tange à Catalunha ou, antes, ao *modernisme* de Barcelona, de cujos arquitetos e pintores Gaudi e Picasso são apenas os mais famosos, pode-se dizer sem medo de errar que apenas os catalães mais seguros de si teriam previsto tamanha glória cultural em, digamos, 1860. Como um observador do panorama irlandês daquele ano tampouco teria previsto o extraordinário vigor dos escritores (sobretudo protestantes) oriundos daquela ilha, da geração após 1880: George Bernard Shaw, Oscar Wilde, o grande poeta W. B. Yeats, John M. Synge, o jovem James Joyce e outros de renome mais local.

Contudo, não bastaria escrever a história das artes no período que nos ocupa simplesmente como uma estória de sucessos, o que por certo o era em termos econômicos e de democratização da cultura e, a um nível algo mais modesto que a época shakespeariana ou beethoveniana, de ampla disseminação da realização criativa. Pois mesmo permanecendo na esfera da "cultura erudita" (que já estava se tornando tecnologicamente obsoleta), nem os criadores em arte nem o público do que era classificado como "boa" literatura, música, pintura, etc. a viam nesses termos. Ainda havia, sobretudo na zona fronteiriça onde a criação artística e a tecnologia se superpõem, expressões de confiança e triunfo. Os palácios públicos do século XIX e as grandes estações de estrada de ferro ainda estavam sendo construídos como colossais monumentos às belas-artes: em Nova Iorque, Saint Louis, Antuérpia, Moscou (a extraordinária estação Kazan), Bombaim e Helsinki. As evidentes realizações da tecnologia, como demonstrado na Torre Eiffel e nos novos arranha-céus americanos, deslumbraram até aqueles que negavam seu valor estético. Para as massas cada vez mais instruídas e desejosas de cultura, o simples acesso à cultura erudita, ainda vista como um *continuum* de passado e presente, "clássico" e "moderno", era um triunfo em si. A *Everyman's Library* (britânica)

publicou suas realizações em volumes em cuja programação visual havia ecos de William Morris, com textos de Homero a Ibsen, de Platão a Darwin. E, é claro, a estatuária pública e a celebração da história e da cultura nas paredes de edifícios públicos — como na Sorbonne de Paris e no Teatro Municipal, na Universidade e no Museu de História da Arte de Viena —, brilhou mais que nunca. A luta incipiente entre os nacionalismos italiano e alemão no Tirol materializou-se respectivamente em torno da construção de monumentos a Dante e Walther von der Vogelweide (poeta lírico medieval).

2

No entanto, o fim do século XIX não sugere triunfalismo amplo e autoconfiança cultural, e as implicações bem conhecidas do termo *fin de siècle* são, bastante enganosamente, as da "decadência" de que tantos artistas consagrados e novatos — vem à mente o jovem Thomas Mann — se orgulhavam nas décadas de 1880 e 1890. De maneira mais geral, as artes "elevadas" estavam pouco à vontade na sociedade. De certa maneira, no campo da cultura como nos outros, os resultados da sociedade e do progresso histórico burgueses, por muito tempo concebidos como uma coordenada marcha para a frente da mente humana, foram diferentes do esperado. O primeiro grande historiador liberal da literatura alemã, Gervinus, argumentara, antes de 1848, que a ordenação (liberal e nacional) dos assuntos políticos alemães era a condição necessária para um novo florescimento da literatura alemã. Depois do surgimento da nova Alemanha, os livros didáticos de história da literatura previam confiantemente a iminência dessa idade de ouro, mas no final do século tais prognósticos otimistas se transformaram em glorificação da herança clássica contra as obras contemporâneas, consideradas decepcionantes ou (no caso dos "modernistas") indesejáveis. Para mentes mais amplas que a da média dos pedagogos, já ficava claro

que "o espírito alemão de 1888 representa uma regressão em relação ao espírito alemão de 1788" (Nietzsche). A cultura parecia uma luta da mediocridade para se consolidar contra "o predomínio da plebe e dos excêntricos (sobretudo quando aliados)". Na batalha européia entre antigos e modernos, travada no fim do século XVII e ganha de maneira evidente pelos modernos na Era das Revoluções, os antigos — já não situados na antigüidade clássica — venciam uma vez mais.

A democratização da cultura através da educação de massas — e até devido ao crescimento numérico das classes média e média baixa, ávidas de cultura — já bastava para fazer as elites procurarem símbolos de *status* cultural mais exclusivos. Mas o fulcro da crise das artes reside na crescente divergência entre o que era contemporâneo e o que era "moderno".

No início, essa divergência não era óbvia. De fato, após 1880, quando a "modernidade" se tornou um *slogan* e o termo "*avant-garde*", em seu sentido moderno, se insinuou nas conversas de pintores e escritores franceses, a defasagem entre o público e as artes mais ousadas parecia estar se reduzindo. Isto se dava em parte porque as idéias "avançadas" sobre sociedade e cultura parecem combinar-se naturalmente, sobretudo em décadas de depressão econômica e tensão social, e em parte porque o gosto de importantes setores da classe média tornou-se nitidamente mais flexível, talvez através do reconhecimento público das mulheres (da classe média) emancipadas e da juventude como grupos, e devido à fase mais livre e voltada para o lazer da sociedade burguesa (ver cap. 7). O reduto do público burguês tradicional, a grande ópera, que, em 1875, ficara chocado com o populismo da *Carmen*, de Bizet, no início da década de 1900 aceitara não apenas Wagner, mas também a curiosa combinação de árias e realismo social (*verismo*) sobre as ordens inferiores (*Cavalleria Rusticana*, de Mascagni, 1890; *Louise*, de Chapentier, 1900). Estava preparado para fazer a fortuna de um compositor como Richard Strauss, cuja *Salomé* (1905) reunia tudo o que teria chocado a burguesia de 1880: um libreto simbolista baseado no trabalho de um esteta militante e escandaloso (Oscar Wilde) e uma linguagem musical pós-wagneriana sem concessões.

Em outro nível, comercialmente mais significativo, o gosto da minoria não-convencional agora se torna rentável, como demonstram as fortunas das firmas londrinas Heals (fabricantes de móveis) e Liberty (tecidos). Na Grã-Bretanha, o epicentro desse terremoto estilístico, um porta-voz da incoerência do convencionalismo, a opereta *Patience*, de Gilbert e Sullivan, satirizou uma figura de Oscar Wilde e atacou a recente preferência das moças (atraídas pelos vestidos "estéticos", inspirados em galerias de arte) por poetas simbolistas com lírios nas mãos, em vez dos vigorosos oficiais de cavalaria. Pouco depois, o movimento *arts-and-crafts* de William Morris elaborou o modelo das mansões, chalés rurais e decoração de interiores da burguesia abastada e instruída ("minha classe", como a chamaria mais tarde o economista J. M. Keynes).

Realmente, o fato de as mesmas palavras serem usadas para descrever inovações sociais, culturais e estéticas ressalta a convergência. O New English Arts Club (1886), *art-nouveau*, e o *Neue Zeit*, principal periódico do marxismo internacional, usaram o mesmo adjetivo para a "nova mulher". A juventude e o crescimento primaveril foram as metáforas que descreveram a versão alemã do *art-nouveau* (*Jugendstil*), os rebeldes artísticos do Jung-Wien (1890) e os idealizadores das imagens de primavera e crescimento das manifestações trabalhistas de is de maio. O futuro pertencia ao socialismo — mas a "música do futuro" (*Zukunftsmusik*) de Wagner tinha uma dimensão sociopolítica consciente, na qual mesmo revolucionários políticos de esquerda (Bernard Shaw; Victor Adler, o líder socialista austríaco; Plekhanov, o marxista russo pioneiro) pensavam discernir elementos socialistas que hoje escapam à maioria de nós. De fato, a esquerda anarquista (embora talvez menos que a socialista) descobriu méritos ideológicos até no grande, porém longe de ser politicamente "progressista", gênio de Nietzsche, que, independente de suas outras características, era indubitavelmente "moderno".

Era, sem dúvida, natural que as idéias "avançadas" tivessem afinidade com estilos artísticos inspirados pelo "povo" ou que, aprofundando o realismo até produzir o "naturalismo" (cf. *A Era do Capital*), adotou como tema os oprimidos e explorados e mesmo as

lutas dos trabalhadores. E vice-versa. Na época socialmente consciente da Depressão, houve uma produção considerável de tais trabalhos, boa parte dos quais — por exemplo, na pintura — de autoria de pessoas não ligadas a qualquer manifesto ou rebelião artística. Era natural que os "avançados" admirassem autores que demoliam as convenções burguesas, sobre as quais era "apropriado" escrever. Seus preferidos eram os grandes romancistas russos, boa parte deles descobertos e popularizados no Ocidente por "progressistas", Ibsen (e, na Alemanha, outros escandinavos como o jovem Hamsun e — escolha menos previsível — Strindberg) e, acima de tudo, os escritores "naturalistas", acusados pelas pessoas respeitáveis de se concentrarem no sujo lado inferior da sociedade e, com freqüência, às vezes temporariamente, atraídos pela esquerda democrática de vários tipos como Émile Zola e o dramaturgo alemão Hauptmann.

Também não parecia estranho que os artistas expressassem seu ardoroso compromisso com a humanidade sofredora por meios que iam além do "realismo", cujo modelo era um registro científico isento: Van Gogh, então ainda bastante desconhecido; o norueguês Munch, socialista; o belga James Ensor, em cujo quadro *Entrada de Jesus Cristo em Bruxelas em 1889* havia um estandarte pela Revolução Social; ou a proto-expressionista alemã Käthe Kollwitz comemorando a revolta dos tecelões de teares manuais. Contudo, os estetas militantes e os defensores da arte pela arte, campeões da "decadência", e as escolas destinadas, a ser de difícil compreensão para a massa, como o "simbolismo", também simpatizavam com o socialismo, como Oscar Wilde e Maeterlinck, ou ao menos se interessavam pelo anarquismo. Huysmans, Leconte de Lisle e Mallarmé estavam entre os signatários de *La Révolte* (1894). Em suma, antes do início do novo século não havia uma separação generalizada entre "modernidade" política e artística.

A revolução de origem britânica na arquitetura e nas artes aplicadas ilustra o vínculo entre ambas, bem como sua eventual incompatibilidade. As raízes britânicas do "modernismo" que levou à Bauhaus foram, paradoxalmente, góticas. Na enfumaçada oficina do mundo, uma sociedade de egoísmo e de vandalismo estético, onde

os pequenos artífices, tão visíveis no resto da Europa, já não podiam ser discernidos na névoa gerada pelas fábricas, a Idade Média de camponeses e artesãos parecera por muito tempo um modelo de sociedade mais satisfatório, tanto do ponto de vista social como artístico. Dada a revolução industrial irreversível, foi inevitável a tendência a tomá-la como modelo inspirador de uma visão de futuro, antes que como algo que podia ser preservado, e ainda menos restaurado. William Morris (1834-1896) é ilustrativo da totalidade do trajeto entre o medievalismo romântico tardio e uma espécie de marxismo social revolucionário. O que tornou Morris e o movimento *arts-and-crafts*, associado a ele, tão notavelmente influentes foi a ideologia, mais que seu surpreendente e múltiplo talento de *designer*, decorador e artífice: este movimento de renovação artística procurava especificamente reatar os laços perdidos entre a arte e o operário da produção e transformar o ambiente da vida cotidiana — dos elementos internos da casa à aldeia, à cidade e à paisagem —, mais do que ter acesso à esfera fechada em si das "belas-artes" para os ricos e o lazer. O movimento *arts-and-crafts* teve influência desproporcional, pois seu impacto se estendeu automaticamente além dos pequenos círculos de artistas e críticos, e porque inspirou os que desejavam mudar a vida humana, sem contar os homens práticos interessados na produção de estruturas e objetos utilitários e nos importantes setores da educação. Não menos importante, o movimento interessou um punhado de arquitetos de mentalidade progressista, atraídos para as novas e urgentes tarefas do "planejamento urbano" (o termo tornou-se corrente após 1900) pela visão de utopia tão prontamente associada a sua profissão e aos divulgadores a ela vinculados: a "cidade jardim" de Ebenezer Howard (1898) ou, ao menos, o "subúrbio jardim".

Como o movimento *arts-and-crafts*, portanto, uma ideologia artística tornou-se mais que uma moda entre criadores e *connaisseurs*, pois seu compromisso com a mudança social o vinculou ao mundo das instituições públicas e das autoridades reformistas, que podiam traduzi-la na realidade de escolas de arte ou cidades e comunidades reprojetadas ou expandidas. E vinculou os homens e — em número notavelmente maior — mulheres ativos no

movimento à produção, porque seu objetivo era essencialmente produzir "artes aplicadas", ou arte usada na vida real. O monumento mais duradouro a William Morris é um jogo de maravilhosos papéis de parede e desenhos têxteis ainda disponíveis no mercado nos anos 1980.

A culminação deste casamento sócio-estético entre ofícios, arquitetura e reforma foi o estilo que — em grande medida, embora não inteiramente, propulsado pelo exemplo britânico e seus divulgadores — se disseminou na Europa no final da década de 1890 com vários nomes, dos quais *art nouveau* é o mais conhecido. Ele era deliberadamente revolucionário, antihistoricista, antiacadêmico e, como seus defensores nunca deixaram de repetir, "contemporâneo". Combinava a indispensável tecnologia moderna — seus movimentos mais destacados foram as estações dos sistemas municipais de transporte de Paris e Viena — à união artesanal entre adorno e adequação à finalidade; tanto que hoje sugere, acima de tudo, uma profusão de elementos decorativos curvilíneos entrelaçados, baseados em motivos estilizados, principalmente biológicos, botânicos e femininos. Estas eram as metáforas da natureza, da juventude, do crescimento e do movimento tão características da época. E, de fato, mesmo fora da Grã-Bretanha, os artistas e arquitetos que usavam essa linguagem estavam associados ao socialismo e ao trabalhismo — como Berlage, que construiu uma sede de sindicato em Amsterdã, e Horta, idealizador da "Maison du Peuple", em Bruxelas. O *art nouveau* triunfou essencialmente através do mobiliário, dos elementos de decoração de interiores e de inúmeros objetos domésticos, desde os caros e luxuosos de Tiffany, de Lalique e do Werkstätte vienense às luminárias de mesa e à cutelaria cuja imitação mecânica se espalhou pelas modestas casas de subúrbio. Foi o primeiro estilo "moderno" a conquistar todos os espaços.[d]

Contudo, havia dissenções no coração do *art nouveau*, que podem ter sido parcialmente responsáveis por seu rápido desaparecimento, ao menos do cenário da cultura de elite. Eram as contradições que levaram a vanguarda ao isolamento. De qualquer maneira, as tensões entre o elitismo e as aspirações populistas de

cultura "avançada", isto é, entre a esperança de uma renovação geral e o pessimismo da classe média instruída ao se confrontar com a "sociedade de massas", só haviam sido temporariamente encobertas. A partir de meados da década de 1890, quando ficou claro que a grande vaga socialista não levava à revolução e sim a movimentos de massa organizados, cujas tarefas eram promissoras porém rotineiras, os artistas e estetas os acharam menos inspiradores. Em Viena, Karl Kraus, que a social-democracia inicialmente atraía, afastou-se dela no novo século. As campanhas eleitorais não o motivavam, e a política cultural do movimento tinha que levar em conta o gosto convencional de seus militantes proletários, e este de fato teve trabalho suficiente lutando para vencer a influência dos romances e *thrillers* baratos e outras formas de *Schundliteratur* contra a qual os socialistas (notadamente na Escandinávia) empreenderam campanhas acirradas. O sonho de uma arte para o povo se confrontou com a realidade de um público essencialmente de classes média e alta para as artes "avançadas", com poucas exceções cujos temas tornavam politicamente aceitável por parte de militantes operários. Ao contrário das vanguardas de 1880-1895, as do novo século, salvo as sobreviventes da geração mais velha, não eram atraídas pela política radical. Eram apolíticas ou, em algumas escolas, como os futuristas italianos, tinham até tendências direitistas. Apenas a guerra, a Revolução de Outubro e as inclinações apocalípticas do cubismo e do "construtivismo" tornariam a amalgamar a revolução nas artes e na sociedade, lançando retrospectivamente uma luz vermelha sobre ambos, o que não acontecia antes de 1914. "A maioria dos artistas de hoje", queixou-se o velho marxista Plekhanov em 1912-1913, "adota pontos de vista burgueses e é totalmente refratária aos grandes ideais de liberdade de nossa época." E na França observou-se que os pintores de vanguarda estavam totalmente absortos em seus debates técnicos, evitando outros movimentos intelectuais e sociais. Quem o teria esperado em 1890?

3

Havia, contudo, contradições mais fundamentais no interior das artes da *avant-garde*. Eram relativas à natureza das duas coisas que o mote da Secessão de Viena evocava ("*Der Zeit ihre Kunst, der Kunst ihre Freiheit*" — "À nossa era, a sua arte, à arte, a sua liberdade"), ou "modernidade" e "realidade". A "natureza" continuou sendo o tema das artes criativas. Mesmo em 1911, o pintor mais tarde considerado o pai da abstração pura, Vassily Kandinsky (1866-1944), recusou-se a cortar todos os vínculos com ela, pois resultariam simplesmente padrões "como de gravata ou tapete (dizendo sem rodeios)". Mas, como veremos, as artes só estavam refletindo uma incerteza nova e fundamental quanto ao que a natureza era (ver cap. 10). As artes enfrentavam um problema triplo. Dada sua realidade objetiva e descritível — uma árvore, um rosto, um acontecimento — como a descrição poderia captar a realidade? As dificuldades enfrentadas para tornar a realidade "real", em sentido "científico" ou objetivo, levaram os pintores impressionistas, por exemplo, muito além da linguagem visual da conformidade representativa (ver *A Era do Capital*, cap. 15: 4), embora, como o sucesso demonstrou, não além da compreensão do leigo. O impressionismo levou seus seguidores consideravelmente longe, ao pontilhismo de Seurat (1859-1891) e à procura da estrutura básica como oposta à aparência da realidade visual, com os cubistas, que, reivindicando a autoridade de Cézanne (1839-1906), pensaram poder discernir em algumas formas geométricas tridimensionais.

Em segundo lugar, havia a dualidade entre "natureza" e "imaginação", ou arte como a comunicação de descrições e de idéias, emoções e valores. A dificuldade não reside na escolha entre tais opções, pois poucos, mesmo entre os "realistas" ou "naturalistas" ultrapositivistas, se consideravam câmeras fotográficas humanas imparciais. A dificuldade reside na crise dos valores do século XIX — diagnosticada pela poderosa visão de Nietzsche — e, por conseguinte, da linguagem convencional, representativa ou simbólica, para a tradução de idéias e valores em artes criativas. A avalanche da estatuária e da arquitetura oficial de linguagem

tradicional, que cobriu o mundo ocidental entre 1880 e 1914 — da estátua da Liberdade (1886) ao monumento a Vítor Emanuel (1912) — representava um passado moribundo e, após 1918, claramente morto. No entanto, a busca de outras linguagens, muitas vezes exóticas, que levara do Egito antigo ao Japão, das ilhas da Oceania às esculturas da África, refletia não apenas insatisfação em relação ao velho mas também incerteza no que tange ao novo. Em certo sentido, o *art nouveau* foi, por esse motivo, a invenção de uma nova tradição que acabou não dando certo.

Em terceiro lugar, havia o problema de combinar realidade e subjetividade. Parte da crise do positivismo, que será discutida de modo mais completo no próximo capítulo, era a insistência no fato de a "realidade" não *estar* aí simplesmente para ser descoberta, mas ser algo percebido, enfermado e até construído através e pela mente do observador. Na versão "fraca" dessa perspectiva, a realidade estava aí objetivamente, mas apreendida apenas através dos estados de espírito do indivíduo que a apreendia e reconstruía, como na visão proustiana da sociedade francesa, um subproduto da longa expedição de um homem só explorando sua própria memória. Na versão "forte", nada restava da realidade, salvo o ego do criador e suas emanações sob forma de palavras, sons ou pintura. Inevitavelmente, essa arte teve enormes dificuldades de comunicação. Inevitavelmente essa arte se prestou a um puro subjetivismo beirando o solipsismo, e críticos discordantes assim a desqualificaram.

Mas a arte de *avant-garde* queria, é claro, comunicar algo mais que o estado de espírito do artista ou seus exercícios técnicos. No entanto, a "modernidade" que procurava expressar encerrava uma contradição fatal para Morris e o *art nouveau*. A renovação das artes na linha de Ruskin-Morris não reservava um lugar real para a máquina, cerne daquele capitalismo que era, parafraseando Walter Benjamin, a época em que a tecnologia aprendeu a reproduzir obras de arte. De fato, as vanguardas do final do século XIX tentaram criar a arte da nova era dando continuidade aos métodos da antiga, cujas formas de discurso ainda partilhavam. O "naturalismo" expandiu o campo da literatura como representação da "realidade" ao ampliar

seus temas, incluindo, sobretudo, a vida dos pobres e a sexualidade. A linguagem estabelecida do simbolismo e da alegoria foi modificada ou adaptada para expressar novas idéias e aspirações, como na nova iconografia de Morris dos movimentos socialistas e em outras escolas de *avant-garde* "simbolistas" importantes. O *art nouveau* foi a culminação da tentativa de dizer o novo usando uma versão da linguagem do velho.

Mas como poderia o *art nouveau* expressar precisamente aquilo de que a tradição *arts-and-crafts* não gostava, ou seja, a sociedade da máquina e a ciência moderna? Não seria a produção em massa das formas de ramos, flores e mulheres, os motivos de decoração artesanal e o idealismo que a moda comercial do *art nouveau* trazia, uma *reductio ad absurdum* do sonho de Morris de um renascimento do artesanato? Como sentiu Van de Velde — que inicialmente fora um paladino das tendências de Morris e do *art nouveau* — o sentimentalismo, o lirismo e o romantismo não seriam incompatíveis com o homem moderno, que vivia na nova racionalidade da era da máquina? Não deveria expressar a arte uma nova racionalidade humana, refletindo a da economia tecnológica? Não haveria uma contradição entre o funcionalismo simples e utilitário, inspirado nos antigos ofícios, e o gosto do artífice pela decoração, a partir do qual o *art nouveau* desenvolveu sua selva ornamental? "Ornamento é crime", declarou o arquiteto Adolf Loos (1870-1933), igualmente inspirado em Morris e nos ofícios. Significativamente, os arquitetos, inclusive pessoas originalmente associadas a Morris ou até ao *art nouveau* — como Berlage na Holanda, Sullivan nos EUA, Wagner na Áustria, Macintosh na Escócia, Auguste Perret na França, Behrens na Alemanha e até Horta na Bélgica —, agora se deslocavam em direção à nova utopia do funcionalismo, à volta à pureza da linha, da forma e do material não disfarçado pelo ornamento e adaptado a uma tecnologia não mais identificada a pedreiros e carpinteiros. Pois, como um destes (Muthesius) — também, tipicamente, entusiasta do "estilo nacional" britânico — argumentou em 1902: "O resultado da máquina só pode ser a forma despida de ornamento, fatual". Lá estamos no mundo da Bauhaus e de Le Corbusie.

Era compreensível a atração que essa pureza racional exerceu sobre os arquitetos, agora construindo edifícios para cujas estruturas os ofícios tradicionais eram irrelevantes e cuja decoração era um embelezamento aplicado *a posteriori*; mesmo que aquela sacrificasse a esplêndida aspiração a uma união total de estrutura e decoração, escultura, pintura e artes aplicadas — que Morris derivou de sua admiração pelas catedrais góticas — uma espécie de equivalente visual da "obra de arte total" de Wagner, a *Gesamtkunstwerk*. As artes que culminaram no *art nouveau* ainda tentaram realizar essa unidade. Mas se, por um lado, pode-se entender o interesse despertado pela austeridade dos novos arquitetos, deve-se observar também que não há, de forma alguma, razão convincente para que o uso de uma tecnologia revolucionária na construção *deva* acarretar um "funcionalismo" decorativamente despojado (sobretudo quando, como tantas vezes, ele se tornou uma estética antifuncional); ou para que alguma coisa além das máquinas deva querer ter aspecto de máquina.

Assim, teria sido bastante possível, e na verdade mais lógico, saudar o triunfo da tecnologia revolucionária com a salva completa dos vinte e um tiros da arquitetura convencional, na forma das grandes estações ferroviárias do século XIX. Não havia uma lógica obrigatória no movimento do "modernismo" arquitetônico. O que ele expressava era, basicamente, a convicção emocional de que a linguagem convencional das artes visuais, baseada na tradição histórica, era de certo modo inadequada ou não-apropriada ao mundo moderno. Para ser mais preciso, sentiram que essa linguagem não poderia, de modo nenhum, *expressar* o novo mundo que o século XIX criara, mas apenas ocultá-lo. A máquina, agora gigantesca, esfacelara a fachada belas-artes atrás da qual estivera escondida. A antiga linguagem tampouco poderia expressar, sentiam eles, a crise da percepção e dos valores humanos que esse século de revolução produzira e que agora era obrigado a enfrentar.

Em certo sentido, a *avant-garde* acusou tanto os tradicionalistas como os modernistas *fin-de-siècle* daquilo que Marx acusara os revolucionários de 1789-1848, ou seja, de "invocar os espíritos do passado a seu serviço e tomar emprestados seus nomes, lemas de

batalha e trajes para apresentar a nova cena de história mundial sob esse disfarce consagrado pela tradição e com essa linguagem emprestada". Só que eles não tinham uma linguagem nova, ou não sabiam como seria. Pois qual era a linguagem para expressar o novo mundo, especialmente quando seu único aspecto identificável (fora a tecnologia) era a desintegração do antigo? Esse era o dilema do "modernismo" no início do novo século.

O que fez os artistas de *avant-garde* seguirem em frente não foi, portanto, uma visão do futuro, mas uma visão invertida do passado. De fato, eles eram com freqüência, como na arquitetura e na música, eminentes praticantes de estilos derivados da tradição, os quais abandonaram apenas porque, como o ultrawagneriano Schönberg, sentiram-nos incapazes de suportar modificações adicionais. Os arquitetos abandonaram o ornamento assim que o *art nouveau* o levou a extremos; os compositores, a tonalidade, assim que a música mergulhou no cromatismo pós-wagneriano. Há muito tempo os pintores estavam conturbados pela inadequação das antigas convenções à representação da realidade externa e de seus próprios sentimentos, porém — fora os poucos que iniciaram a "abstração" total, às vésperas da guerra (notadamente os da *avant-garde* russa) — acharam difícil deixar de pintar *algo*. A *avant-garde* tentou várias direções, mas, de maneira geral, optou tanto por aquilo que pareceu, a observadores como Max Raphael, a supremacia da cor e da forma sobre o conteúdo, como pela busca única de um conteúdo não-figurativo sob a forma de emoção ("expressionismo") ou por várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representacional e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem (cubismo). Apenas os escritores, presos em sua dependência às palavras com significados e sons conhecidos, achavam, até então, difícil fazer uma revolução formal equivalente, embora uns poucos tenham começado a tentar. Experimentos no sentido de abandonar formas convencionais de composição literária (por exemplo, versos rimados e métrica) não eram novos nem ambiciosos. Os escritores esticaram, torceram e manipularam o conteúdo, isto é, o que pode ser dito com palavras comuns. Felizmente, a poesia do início do século XX foi resultado, não de

uma revolta, mas sim de um desenvolvimento linear do simbolismo do final do século XIX. Assim, produziu Rilke (1875-1926), Apollinaire (1880-1918), George (1868-1933), Yeats (1865-1939), Blok (1880-1921) e os grandes espanhóis.

Os contemporâneos, desde Nietzsche, não duvidavam que a crise das artes fosse um reflexo da crise de uma sociedade — a sociedade liberal burguesa do século XIX — que, de uma forma ou de outra, estava em processo de destruição das bases de sua existência, dos sistemas de valores, convenção e entendimento intelectual que a estruturavam e ordenavam. Mais tarde, historiadores pesquisaram essa crise nas artes em geral e em casos particulares, como o da "Viena *fin-de-siècle*". Aqui temos que observar apenas duas coisas a esse respeito. Em primeiro lugar, a ruptura nítida entre as *avant-gardes fin-de-siècle* e as do século XX ocorreu em algum momento entre 1900 e 1910. Os amantes de datas podem escolher entre muitas, mas o nascimento do cubismo em 1907 convém tanto como qualquer outra data. Nos últimos anos antes de 1914, praticamente tudo que é característico dos vários tipos de "modernismo" pós-1918 já está presente. Em segundo lugar, a *avant-garde* se viu, por conseguinte, enveredando por caminhos aonde o grande público não queria nem podia segui-la. Richard Strauss, já tendo percorrido a estrada que o afastava da tonalidade como artista, decidiu, depois do fracasso de *Elektra* (1909), como fornecedor da grande ópera comercial, que o público não o acompanharia mais além, e voltou (com enorme sucesso) à linguagem mais acessível de *Rosenkavalier* (1911).

Abriu-se, portanto, um largo abismo entre a substância principal do gosto "refinado" e as diversas minorias que afirmavam sua qualidade de rebeldes dissidentes antiburgueses, demonstrando admiração por estilos de criação artística inacessíveis e escandalosos para a maioria. Apenas três pontes principais cruzaram esse abismo. A primeira foi o patrocínio de alguns poucos homens, tão esclarecidos como bem relacionados, como o industrial alemão Walter Rathenau, ou de negociantes como Kahnweiler, que apreciava o potencial comercial desse mercado pequeno, porém financeiramente compensador. A segunda foi um setor da alta

sociedade elegante, mais que nunca entusiasta dos estilos mutáveis e garantidos como não-burgueses, de preferência exóticos e chocantes. A terceira, paradoxalmente, foram os negócios. Sem preconceitos estéticos, a indústria era capaz de reconhecer a tecnologia de construção revolucionária e a economia de um estilo funcional — já o fizera —, e o mundo dos negócios podia ver que as técnicas da *avant-garde* eram eficazes na publicidade. Critérios "modernistas" tinham valor prático para o desenho industrial e para a produção em massa mecanizada. Após 1918, o patrocínio dos homens de negócios e o desenho industrial seriam as principais vias de assimilação dos estilos originalmente associados à *avant-garde* da cultura erudita. Contudo, antes de 1914, eles permaneceram confinados a enclaves isolados.

É, portanto, ilusório dar muita importância à *avant-garde* "modernista" antes de 1914, salvo como ancestral. É provável que a maioria das pessoas, mesmo entre as de muita cultura, nunca tivesse ouvido falar, digamos, de Picasso ou Schönberg, enquanto os inovadores do último quartel do século XIX já se haviam tornado parte da bagagem da classe média culta. Os novos revolucionários pertenciam uns aos outros, a grupos de discussão dos jovens dissidentes nos cafés dos bairros próprios da cidade, aos críticos e redatores de manifestos a favor dos novos "ismos" (cubismo, futurismo, vorticismo), a pequenas revistas e a uns poucos empresários e colecionadores com faro e gosto pelos novos trabalhos e seus criadores: um Diaghilev, um Alma Schindler, que mesmo antes de 1914 avançara de Gustav Mahler a Kokoschka, Gropius e (um investimento cultural menos bem-sucedido) o impressionista Fraz Werfel. Eles foram absorvidos por um setor da última moda. Nada mais.

Ao mesmo tempo, as *avant-gardes* dos últimos anos pré-1914 marcam uma ruptura fundamental na história das artes eruditas desde o renascimento. Mas o que elas *não* realizaram foi a verdadeira revolução cultural do século XX a que visavam. Esta estava ocorrendo simultaneamente como subproduto da democratização da sociedade, mediada por homens de negócios cujos olhos se voltavam para um mercado inteiramente não-burguês.

As artes populares estavam prestes a conquistar o mundo, tanto em sua própria versão *arts-and-crafts* como por meio da tecnologia de ponta. Esta conquista é o fato mais importante da cultura do século XX.

4

Nem sempre é fácil situar seus estágios iniciais. Em algum momento do final do século XIX, a migração para grandes cidades em rápido crescimento gerou tanto um mercado lucrativo para os espetáculos e o lazer populares como bairros da cidade a eles dedicados, que boêmios e artistas também acharam atraentes: Montmartre, Schwabing. Por conseguinte, as formas tradicionais de lazer popular foram modificadas, transformadas e profissionalizadas, produzindo versões originais da criação artística popular.

O mundo da cultura erudita, ou antes sua faixa boêmia, tinha, é claro, pleno conhecimento do mundo do entretenimento teatral popular que se desenvolveu em tais bairros das grandes cidades. Os jovens aventureiros, a *avant-garde* ou *bohème* artística, os sexualmente não-convencionais, os elementos marginais da classe mais alta que sempre patrocinaram os caprichos de boxeadores, jóqueis e dançarinas sentiam-se à vontade nesses ambientes pouco respeitáveis. Na verdade, em Paris, esses elementos populares foram adaptados ao cabaré e à cultura de espetáculos de Montmartre sobretudo para satisfazer a um público de pessoas de alta sociedade, turistas e intelectuais; e foram imortalizados nos cartazes e litografias do maior de seus habitantes, o aristocrático pintor Toulouse-Lautrec. Uma cultura burguesa marginal de *avant-garde* também deu sinais de vida na Europa central, mas na Grã-Bretanha a sala de concertos, que atraiu os estetas intelectuais a partir dos anos 1880, era genuinamente voltada para uma audiência popular. A admiração se justificava. O cinema em breve faria de uma figura do mundo da diversão dos pobres britânicos o artista mais

universalmente admirado da primeira metade do século XX: Charlie Chaplin (1889-1977).

Em um nível consideravelmente mais modesto de entretenimento popular, ou entretenimento produzido pelos pobres — taberna, salão de danças, café-concerto e bordel —, surgiu, no final do século, toda uma gama de inovações musicais, que se propagou além das fronteiras e dos oceanos, em parte através do turismo e do teatro musical, mas sobretudo por meio do novo costume da dança social em público. Alguns, como a *canzone* napolitana, então em sua época de ouro, não ultrapassaram suas próprias fronteiras. Outros deram mostras de grande capacidade de expansão, como o *flamenco* andaluz, entusiasticamente absorvido, a partir dos anos 1880, pelos intelectuais populistas espanhóis; ou o tango, produto do bairro dos bordéis de Buenos Aires, que havia chegado ao *beau monde* europeu antes de 1914. Nenhuma dessas criações exóticas e plebéias teria futuro mais triunfal e global que a linguagem musical dos negros norte-americanos, que — uma vez mais, por intermédio do palco, da música popular comercializada e da dança social — já cruzara o oceano em 1914. Houve uma fusão entre estas e as artes do *demi-monde* plebeu das grandes cidades, ocasionalmente reforçada por boêmios desclassificados e saudada por apreciadores da classe alta. Tratava-se do equivalente urbano da arte folclórica que agora constituía a base de uma indústria de diversão comercializada, embora seu modo de criação não fosse em nada tributário de seu modo de exploração. Porém, acima de tudo, tratava-se de artes que não deviam substancialmente nada à cultura burguesa, nem sob forma de arte "erudita" nem sob forma de entretenimento ligeiro de classe média. Ao contrário, elas estavam transformando a cultura burguesa de baixo para cima.

Enquanto isso, a verdadeira arte da revolução tecnológica, baseada no mercado de massas, desenvolvia-se com rapidez sem precedentes. Dois desses veículos tecnológico-econômicos ainda tinham uma importância menor: a difusão mecânica do som e a imprensa. O impacto do fonógrafo era limitado pelo custo dos componentes necessários, o que ainda restringia em grande medida sua posse aos relativamente abastados. O impacto da imprensa era

limitado por se basear na antiquada palavra impressa. Seu conteúdo era dividido em porções pequenas e independentes para um tipo de leitor de menor nível cultural e menos disposto a se concentrar que as sólidas elites de classe média, que liam *The Times*, o *Journal des Débats* e o *Neue Freie Presse*, mas nada mais. Suas inovações puramente visuais — cabeçalhos em caixa alta, *lay-out* da página, mistura de texto e imagens e especialmente a apresentação da publicidade —, eram plenamente revolucionárias, como os cubistas reconheceram incluindo pedaços de jornal em seus quadros; mas talvez as únicas formas de comunicação genuinamente inovadoras que a imprensa renovou foram os desenhos (*cartoons*), inclusive as primeiras versões das modernas tiras, transpostas em forma simplificada, por razões técnicas, dos impressos e folhetos populares. A imprensa de massa, que começou a alcançar tiragens que totalizavam um milhão de exemplares ou mais nos anos 1890, transformou as condições da impressão, mas não seu conteúdo ou suas associações — talvez porque os fundadores dos jornais fossem provavelmente cultos e certamente ricos e, portanto, sensíveis aos valores da cultura burguesa. Ademais, em princípio não havia nada de novo na atividade dos jornais e revistas.

O cinema, por sua vez, que dominaria e transformaria todas as artes do século XX (finalmente também via televisão e vídeo), era totalmente novo em sua tecnologia, em seu modo de produção e em sua maneira de apresentar a realidade. Trata-se, de fato, da primeira arte que não poderia ter existido a não ser na sociedade industrial do século XX e que não tinha paralelo ou precedente nas artes anteriores — nem sequer na fotografia, que podia ser considerada apenas uma alternativa ao desenho ou à pintura (*A Era do Capital*, cap. 15:4). Pela primeira vez na história, a apresentação do movimento em imagens visuais se libertava da sua apresentação imediata e ao vivo. E, pela primeira vez na história, o teatro ou o espetáculo estavam livres das restrições impostas pelo tempo, espaço e natureza física do observador, para não falar dos limites do palco em relação ao uso dos efeitos. O movimento da câmera, a variabilidade de seu foco, o espectro ilimitado dos truques fotográficos e, acima de tudo, a possibilidade de cortar a tira de

celulóide — que registra tudo — em pedaços e montá-los ou remontá-los à vontade tornaram-se imediatamente evidentes e foram imediatamente explorados pelos realizadores, que raramente tinham qualquer interesse ou afinidade com as artes de vanguarda. Até agora, nenhuma arte representa tão bem quanto o cinema as exigências e o triunfo espontâneo de um modernismo artístico inteiramente não-tradicional.

E o triunfo do cinema foi extraordinário e sem precedentes em termos de rapidez e de escala. A fotografia em movimento só se tornou tecnicamente viável em torno de 1890. Embora os franceses tenham sido os principais pioneiros na exibição dessas imagens em movimento, filmes curtos foram primeiro projetados como novidade de *vaudevilles* e feiras em 1895-1896, quase simultaneamente em Paris, Berlim, Londres, Bruxelas e Nova Iorque. No máximo uma dúzia de anos mais tarde, 26 milhões de americanos iam ver filmes *toda semana*, provavelmente nos 8 a 10 mil pequenos cinematógrafos; quer dizer, uma cifra que não chegava a 20% de toda a população dos EUA. Quanto à Europa, até na atrasada Itália havia, à época, quase quinhentos cinemas nas cidades principais, sendo quarenta só em Milão. Em 1914, o público norte-americano de cinema chegava a quase 50 milhões. O cinema era agora um grande negócio. O *star system* fora inventado (em 1912, por Carl Laemmle, para Mary Pickford). E a indústria cinematográfica começara a se instalar no que já estava se tornando sua capital mundial: uma colina de Los Angeles.

Essa realização extraordinária se devia, em primeiro lugar, à total falta de interesse dos pioneiros do cinema por qualquer outra coisa além de produzir diversão lucrativa para um público de massa. Eles entraram para o ramo como artistas, às vezes obscuros artistas de circo, como o primeiro magnata do cinema, Charles Pathé (1863-1957) da França — embora ele não fosse um empresário europeu típico. Eles eram, com mais freqüência, como nos EUA, pobres mas dinâmicos mascates judeus imigrantes, que teriam vendido com o mesmo entusiasmo roupas, luvas, peles, ferramentas ou carne se estes artigos tivessem parecido igualmente lucrativos. Passaram à produção para ter o que exibir. Seu público alvo era, sem a menor

hesitação, os menos instruídos, os menos reflexivos, os menos sofisticados, os menos ambiciosos intelectualmente, que lotavam os cinematógrafos onde Carl Laemmle (Universal Films), Louis B. Mayer (Metro-Goldwyn-Mayer), os irmãos Warner (Warner Brothers) e William Fox (Fox Filmes) começaram em torno de 1905. Em *The Nation* (1913), a democracia populista norte-americana recebeu de braços abertos esse triunfo dos estratos mais baixos, obtido por meio de entradas a cinco centavos, enquanto a democracia social européia, preocupada em levar aos trabalhadores as coisas mais elevadas da vida, desqualificou os filmes como diversão do lumpemproletariado escapista. O cinema desenvolveu-se, portanto, segundo as fórmulas que conseguiam aplausos garantidos, tentadas e testadas desde a Roma antiga.

Ainda mais, o cinema desfrutou de uma vantagem não prevista, mas absolutamente crucial. Dado que até a década de 20 ele era apenas capaz de reproduzir imagens, mas não palavras, era forçado ao silêncio interrompido apenas pelos sons do acompanhamento musical; isto multiplicou as oportunidades de emprego para músicos de segunda categoria. Livre das restrições da Torre de Babel, o cinema desenvolveu, portanto, uma linguagem universal que, de fato, lhe permitiu explorar o mercado mundial, independente do idioma.

Não há dúvida de que as inovações revolucionárias do cinema como arte, todas elas já praticamente desenvolvidas nos EUA em 1914, se deveram à necessidade de se dirigir a um público potencialmente universal exclusivamente através da visão — tecnicamente manipulável —, mas também não há dúvida de que essas inovações, que deixaram a *avant-garde* da cultura erudita muito atrás em termos de ousadia, foram prontamente aceitas pelas massas porque essa era uma arte que tudo transformava, salvo o conteúdo. O que o público viu e adorou no cinema foi precisamente o que surpreendeu, animou, divertiu e movimentou todas as platéias desde que existe entretenimento profissional. Paradoxalmente, foi aí que a cultura erudita causou seu único impacto significativo na indústria cinematográfica americana, que em 1914 estava começando a conquistar e dominar totalmente o mercado mundial.

Enquanto os artistas americanos mais famosos estavam prestes a se tornar milionários com os centavos dos imigrantes e trabalhadores, outros empresários do setor teatral e do *vaudeville* (sem contar alguns dos mascates do cinematógrafo) sonhavam em atingir a respeitável família de "classe" e de maior poder aquisitivo, especialmente o bolso da "nova mulher" da América e seus filhos. (Pois 75% do público do cinematógrafo eram compostos de homens adultos.) Eles precisavam de histórias caras e de prestígio ("clássicos da tela"), risco que a anarquia da produção cinematográfica americana de baixo custo não estava disposta a correr. Mas aquelas podiam ser importadas da pioneira indústria francesa, que ainda dominava um terço da produção mundial, ou de outros europeus. Pois se o teatro convencional europeu, com seu mercado de classe média já conquistado, tinha sido a fonte natural de um cinema culturalmente mais ambicioso, e se adaptações teatrais de histórias bíblicas e clássicos profanos (Zola, Dumas, Daudet, Hugo) tinham tido sucesso, por que não adaptações cinematográficas? As importações de produções de guarda-roupas sofisticados e atrizes famosas como Sarah Bernhardt, ou a elaborada parafernália épica em que os italianos se especializaram, foram comercialmente bem-sucedidas nos últimos anos do pré-guerra. Incentivados pela dramática mudança de filmes documentários para estórias e comédias, que parece ter ocorrido em 1905-1909, os produtores americanos se sentiram encorajados a realizar seus próprios épicos e novelas cinematográficas. Por sua vez, isso deu a chance para talentos antes menores e desinteressantes de sólida extração americana média, como D. W. Griffith, de transformar o cinema em uma forma de arte importante e original.

Hollywood se baseava na articulação do populismo do cinematógrafo com a mentalidade e o drama cultural e moralmente gratificantes, esperados pela massa igualmente grande de americanos médios. Sua força e sua fraqueza residiam precisamente no seu interesse único pela bilheteria de um mercado de massas. A força era, em primeira instância, econômica. O cinema europeu optou, não sem alguma resistência da parte de artistas populistas[e],

pelo público culto, às custas do popular. De outro modo, quem teria feito os famosos filmes alemães UFA da década de 20? Enquanto isso, a indústria americana podia explorar ao máximo o mercado de massas de uma população que teoricamente era apenas um terço maior que o proporcionado pela população da Alemanha. Isto lhe permitiu cobrir os custos e obter altos lucros dentro do país e, assim, conquistar o resto do mundo, reduzindo os preços. A Primeira Guerra Mundial acentuaria essa nítida vantagem e tornaria a posição americana inabalável. Recurso ilimitados também permitiriam que Hollywood, depois da guerra, comprasse talentos do mundo inteiro, sobretudo da Europa central. Nem sempre fez bom uso deles.

Suas fraquezas eram igualmente óbvias. Hollywood criara um meio extraordinário com um potencial extraordinário, mas com mensagem artística irrelevante, ao menos até a década de 30. O número de filmes mudos americanos que permanecem no repertório ativo, ou que mesmo as pessoas cultas conseguem lembrar, é ínfimo — salvo as comédias. Considerando-se a enorme quantidade de filmes produzidos, eles representam uma porcentagem completamente insignificante do total. Ideologicamente, na verdade, a mensagem era tudo menos ineficiente ou irrelevante. Se alguém lembrar da grande massa de filmes B, verá que seus valores iriam perpassar a alta política americana do final do século XX.

Apesar disso, o lazer de massas industrializado revolucionou as artes do século XX, e o fez separada e independentemente da *avant-garde*. Pois, antes de 1914, as vanguardas artísticas não estavam envolvidas com o cinema e aparentemente não tiveram interesse por ele, fora um cubista de origem russa radicado em Paris, que parece ter pensado numa seqüência abstrata para um filme de 1913. A vanguarda só levou realmente a sério o veículo no meio da guerra, quando ele já estava praticamente maduro. A forma típica de *show-business* de *avant-garde* pré-1914 era o balé russo, para o qual o grande empresário Diaghilev mobilizou os compositores e pintores mais exóticos e revolucionários. Mas o balé russo visava, sem hesitações, a uma elite de esnobes culturais bem-nascidos e bem-relacionados, assim como os produtores americanos de filmes visavam ao menor denominador possível de humanidade.

Assim, a arte "moderna", a verdadeira arte "contemporânea" deste século se desenvolveu de modo imprevisto, não notada pelos defensores dos valores culturais, e com a velocidade que se pode esperar de uma genuína revolução cultural. Mas já não era e já não podia ser a arte do mundo burguês e do século burguês, salvo num aspecto crucial: era profundamente capitalista. Seria o cinema "cultura", no sentido burguês? Em 1914, a maioria das pessoas instruídas teria, quase com certeza, pensado que não. E, no entanto, esse veículo novo e revolucionário era muitíssimo mais forte que a cultura da elite, cuja procura de uma nova maneira de exprimir o mundo preenche a maioria das histórias das artes do século XX.

Poucos vultos representam de maneira mais óbvia a antiga tradição, em suas versões convencional e revolucionária, que dois compositores da Viena de pré-1914: Erich Wolfgang Korngold, uma criança prodígio do meio musical médio, já se lançando às sinfonias, óperas e tudo mais; e Arnold Schönberg. O primeiro chegou ao fim da vida como compositor de muito sucesso de trilhas musicais para os filmes hollywoodianos e diretor musical da Warner Brothers. O segundo, depois de revolucionar a música clássica do século XIX, passou seus últimos dias na mesma cidade, sempre sem público, mas admirado e subsidiado por músicos mais adaptáveis e muito mais prósperos, que ganhavam dinheiro na indústria cinematográfica não aplicando as lições aprendidas com ele.

As artes do século XX foram portanto revolucionadas, mas não por aqueles que assumiram o encargo de fazê-lo. Neste sentido, o caso das ciências foi dramaticamente diferente.

---

[a] Clássicos mundiais e Biblioteca de todos. (N. da T.)

[b] Nome feminino usado para designar a Revolução Francesa. (N. da T.)

[c] O papel desses emigrantes da Rússia na política de outros países é bem conhecido: Rosa Luxemburgo, Helphand-Parvus e Radek na Alemanha, Kuliscioff e Balabanoff na Itália, Rappoport na França, Dobrogeanu-Guerea na Romênia. Emma Goldman nos EUA.

[d] O autor, enquanto escreve, mexe o chá com uma colher *made in Korea*, cujos motivos decorativos se inspiram visivelmente no *art nouveau*.

[e] "Nossa atividade, que progrediu por meio de seu sucesso de público, precisa do apoio de todas as classes sociais. Ela não deve se tornar a preferida apenas das classes mais abastadas, que podem pagar por uma entrada de cinema quase tanto como por uma de teatro" (*Vita Cinematografica*, 1914).

CAPÍTULO 10

CERTEZAS SOLAPADAS: AS CIÊNCIAS

De que é composto o universo material? Éter, matéria e energia.

S. Laing, 1885

É geralmente aceito que nosso conhecimento das leis fundamentais da hereditariedade avançou muito nos últimos quinze anos. Na verdade, é justo dizer a esse respeito que conquistou-se mais neste período que em toda a história anterior desse ramo de conhecimento.

Raymond Peal, 1913

O espaço e o tempo deixaram de ser, para a física relativista, elementos constitutivos do mundo, admitindo-se agora que são construções.

Bertrand Russell, 1914

Há épocas em que o modo de aprender e estruturar o universo é transformado inteiramente num breve lapso de tempo, como nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Todavia, na época, essa transformação foi entendida, ou mesmo notada, por um número relativamente reduzido de homens e mulheres em alguns países e, às vezes, apenas por minorias, mesmo dentro dos campos de atividade intelectual e criativa que estavam sendo transformados. E nem todas essas áreas passaram por uma transformação, nem foram transformadas da mesma maneira. Um estudo mais completo deveria estabelecer a distinção entre os campos em que as pessoas estavam conscientes de um progresso linear, mais do que de uma transformação (como nas ciências médicas) e os que foram revolucionados (como a física); entre as antigas ciências já

revolucionadas e as que, elas próprias, constituíam inovações, pois nasceram no período que nos ocupa (como a genética); entre teorias científicas destinadas a se tornar a base de um novo consenso ou ortodoxia e outras que permaneceriam à margem de suas disciplinas, como a psicanálise. Deveria também ser feita a distinção entre teorias já aceitas, já questionadas, mas retomadas com sucesso sob uma forma mais ou menos modificada, como o darwinismo, e outros componentes da herança intelectual de meados do século XIX que desapareceram, a não ser de certos compêndios menos avançados, como a física de Kelvin. E certamente deveria ser estabelecida, também, a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais, que, tal qual o tradicional campo de saber das humanidades, divergiam cada vez mais das primeiras — criando um crescente abismo no qual o vasto conjunto daquilo que o século XIX considerara "filosofia" parecia desaparecer. Contudo, seja qual for o modo como avaliamos a situação assim apresentada, ela é verdadeira. A paisagem intelectual, na qual visivelmente emergiam sumidades como Planck, Einstein e Freud, para não falar de Schönberg e Picasso, era clara e fundamentalmente diferente daquilo que mesmo observadores inteligentes acreditavam perceber em, digamos, 1870.

A transformação era de dois tipos. Intelectualmente, implicava o fim da compreensão do universo na imagem do arquiteto ou do engenheiro: um edifício ainda inacabado, mas cujo término não tardaria muito; um edifício baseado "nos fatos", ligados entre si pelos firmes andaimes de causas determinando efeitos e pelas "leis da natureza", e construído com as ferramentas confiáveis da razão e do método científico; uma construção do intelecto, mas que também expressava, quando vista de forma mais acurada, as realidades objetivas do cosmos. Para a mentalidade do mundo burguês triunfante, o gigantesco mecanismo estático do universo, herdado do século XVII e, desde então, ampliado por extensão a novos campos, produzia não apenas permanência e previsibilidade, mas também transformação. Produziu a evolução (que podia facilmente ser identificada como o "progresso" secular, ao menos nos assuntos

humanos). Foram esse modelo do universo e a maneira de a mente humana compreendê-lo que agora faliam.

Mas essa falência teve um aspecto psicológico crucial. A estruturação intelectual do mundo burguês excluía as antigas forças religiosas da análise de um universo no qual o sobrenatural e o milagroso não podiam ter nenhum papel, e reservava pouco lugar analítico às emoções, a não ser como produtos das leis da natureza. Contudo, com exceções marginais, o universo intelectual parecia caber em ambas as coisas, com a compreensão intuitiva do mundo material (a "experiência dos sentidos") e com os conceitos intuitivos, ou ao menos muito antigos, da operação do raciocínio humano. Assim, ainda era possível pensar a física e a química por meio de modelos mecânicos (o "átomo bola de bilhar")[a]. Mas a nova estruturação do universo viu-se, cada vez mais, obrigada a descartar a intuição e o "bom senso". Em certo sentido, a "natureza" se tornou menos "natural" e mais incompreensível. Na verdade, embora todos nós vivamos hoje com uma tecnologia que repousa na nova revolução científica, em um mundo cuja aparência visual foi por ela transformada e no qual seus conceitos e vocabulário ecoam no discurso leigo culto, ainda hoje não se sabe com clareza até que ponto os processos comuns de pensamento do público leigo assimilaram essa revolução. Pode-se dizer que ela foi mais assimilada existencialmente do que intelectualmente.

O processo de divórcio entre ciência e intuição pode talvez ser ilustrado através do exemplo extremo da matemática. Em algum momento de meados do século XIX, o progresso do pensamento matemático começou a gerar não apenas resultados conflitantes com o mundo real (como fizera anteriormente — ver *A Era das Revoluções*) tal como apreendido pelos sentidos — o caso da geometria não-euclidiana —, como também resultados que pareciam chocantes até aos matemáticos, que pensaram, como o grande Georg Cantor, que "*je vois mais ne le crois pas*"[b]. Começou o que Bourbaki chamou de "patologia" da matemática. Na geometria, uma das duas fronteiras dinâmicas da matemática do século XIX, apareceram todas as formas de fenômenos impensáveis até então, como as curvas sem tangentes. Mas a questão mais dramática e

"impossível" talvez tenha sido a exploração de magnitudes infinitas por Cantor, que criou um mundo onde os conceitos intuitivos de "maior" e "menor" não eram mais aplicáveis e a aritmética não dava mais os resultados esperados. Era um avanço instigante, um novo "paraíso" matemático — para usar a expressão de Hilbert — de onde a vanguarda matemática se recusava a ser expulsa.

Uma solução — a seguir adotada pela maioria dos matemáticos — era emancipar a matemática de qualquer correspondência com o mundo real e transformá-la na elaboração de postulados, *quaisquer* postulados, que deviam apenas ser definidos de modo preciso e obrigados a ser não contraditórios entre si. A matemática se baseou, daí em diante, numa rigorosa suspensão da crença em tudo que não fossem as regras do jogo. Nas palavras de Bertrand Russell — um dos que mais contribuiu para repensar os fundamentos da matemática, que agora se deslocava para o centro do palco, talvez pela primeira vez em história — a matemática era o assunto sobre o qual ninguém sabia do que se estava falando ou se o que estava sendo dito era verdade. Seus fundamentos foram reformulados com a exclusão rigorosa da intuição.

Isso acarretou dificuldades psicológicas enormes, bem como algumas de natureza intelectual. A relação das matemáticas com o mundo real era inegável mesmo sendo, do ponto de vista do formalismo matemático, irrelevante. No século XX, a mais pura matemática encontrou uma vez mais alguma correspondência no mundo real, e serviu de fato para explicar esse mundo ou para dominá-lo por meio de tecnologia. Até G. H. Hardy, matemático puro especializado em teoria dos números — e, incidentalmente, autor de uma brilhante introspecção autobiográfica —, que se orgulhava de que nada do que fizera tivesse tido aplicação prática, contribuiu com um teorema que é a base da genética populacional moderna (a assim chamada lei de Hardy-Weinberg). Qual era a natureza da relação entre o jogo matemático e a estrutura do mundo real correspondente? Isso talvez não importasse aos matemáticos em sua qualidade de matemáticos, mas na verdade até mesmo muitos dos formalistas, como o grande Hilbert (1862-1943), parecem ter acreditado em uma verdade matemática objetiva, isto é, em que não

era irrelevante o que os matemáticos pensavam sobre a "natureza" das entidades matemáticas que manipulavam ou sobre a "verdade" de seus teoremas. Toda uma escola de "intuitivos", antecipada por Henri Poincaré (1854-1912) e liderada, a partir de 1907, pelo holandês L. E. J. Brouwer (1882-1966), rejeitou amargamente o formalismo, se necessário, inclusive, às custas de abandonar os próprios triunfos do raciocínio matemático cujos resultados literalmente inacreditáveis haviam acarretado a reavaliação das bases da matemática; notadamente o próprio trabalho de Cantor sobre a teoria dos conjuntos, proposta, contra oposição ferrenha de alguns, nos anos 1870. As paixões suscitadas por essa batalha na estratosfera do pensamento puro indicam a profundidade da crise intelectual e psicológica gerada pela falência das antigas vinculações entre a matemática e a percepção do mundo.

Ademais, o próprio repensar dos fundamentos da matemática era bastante problemático, pois a tentativa mesma de baseá-la em definições rigorosas e na não-contradição (que também incentivou o desenvolvimento da lógica matemática) conheceu dificuldades que fariam do período entre 1900 e 1930 a época da "grande crise dos fundamentos" (Bourbaki). A própria exclusão implacável da intuição só era possível estreitando-se os horizontes dos matemáticos. Além desses horizontes, encontravam-se os paradoxos que matemáticos e lógicos matemáticos agora descobriam — Bertrand Russell formulou muitos deles nos primeiros anos do século — e que acarretaram as mais profundas dificuldades[c]. Oportunamente (em 1931) o matemático austríaco Kurt Gödel provou que, para certos objetivos fundamentais, não há como eliminar a contradição: não podemos provar que os axiomas da aritmética são consistentes por meio de um número finito de passos que não levem a contradições. Contudo, nessa época os matemáticos já haviam se acostumado a viver com as incertezas de seu objeto. As gerações das décadas de 1890 e 1900 ainda estavam longe de se conformar com elas.

Salvo para um pequeno grupo de pessoas, a crise na matemática podia ficar em segundo plano. Um conjunto muito maior de cientistas bem como, circunstancialmente, a maioria dos seres humanos cultos estavam envolvidos com a crise do universo

galileano ou newtoniano da física — cujo início pode ser determinado com bastante exatidão em 1895 — e que seria substituído pelo universo einsteiniano da relatividade. A resistência que encontrou no mundo dos físicos foi menor que a relativa à revolução matemática, provavelmente porque ainda não ficara patente o desafio que este representava para as crenças tradicionais na certeza e nas leis da natureza. Isso ocorreria só na década de 20. Em compensação, a resistência dos leigos foi enorme. De fato, mesmo em 1913, um autor alemão de um estudo e de uma história da ciência em quatro volumes, bem-informado e nada tolo (que deixou de mencionar, conscientemente, Planck — salvo como epistemólogo —, Einstein, J. J. Thompson e inúmeros outros que hoje em dia dificilmente seriam omitidos), negou que qualquer acontecimento excepcionalmente revolucionário estivesse em curso nas ciências. "É tendencioso apresentar a ciência como se seus fundamentos tivessem agora se tornado instáveis e nossa era devesse empreender sua reconstrução." Como sabemos, a física moderna continua tão distante para a maioria dos leigos como os aspectos mais elevados da teologia escolástica para a maioria dos que acreditavam na cristandade na Europa do século XIV, até mesmo para os que se dispõem a acompanhar as freqüentemente brilhantes tentativas de divulgá-la, multiplicadas desde a Primeira Guerra Mundial. Os ideólogos de esquerda rejeitaram a relatividade por considerá-la incompatível com sua própria idéia de ciência e os de direita a condenaram como judia. Em suma, daqui em diante a ciência tornou-se não apenas algo que poucas pessoas podiam entender, mas também algo de que muitos discordavam, embora crescentemente reconhecessem sua dependência em relação a ela.

O impacto na experiência, no bom senso e nas concepções aceitas do universo pode, talvez, ser melhor ilustrado pelo problema do "éter luminífero", agora quase tão esquecido como o logístico, invocado para explicar a combustão no século XVIII, antes da revolução química. Não havia evidência da existência do éter — algo elástico, rígido, incompressível e livre de atrito que, acreditava-se, enchia o universo — mas ele tinha que existir, no contexto de uma imagem de mundo essencialmente mecânico e que excluía qualquer

coisa como a assim chamada "ação a distância", sobretudo porque a física do século XIX estava cheia de ondas, começando com as da luz (cuja velocidade real foi determinada pela primeira vez) e multiplicada via progresso das pesquisas em eletromagnetismo que, a partir de Maxwell, incluiu as ondas luminosas. Mas, num universo físico mecanicamente concebido, as ondas tinham que ser ondas em *algo*, assim como as ondas do mar são ondas na água. Na medida em que o movimento das ondas se tornou cada vez mais central na imagem do mundo físico, "o éter foi descoberto neste século, no sentido de que todas as evidências conhecidas de sua existência foram levantadas nesta época" (para citar um contemporâneo muito pouco ingênuo). Em suma, o éter foi inventado porque, como afirmaram todas as "autoridades em física" [com raras vozes discordantes, como Heinrich Hertz (1857-1894), o descobridor das ondas de rádio, e Ernst Mach (1836-1916), mais conhecido como filósofo da ciência], "não devíamos saber nada sobre luz, calor irradiante, eletricidade ou magnetismo; sem isso provavelmente não haveria a gravitação", pois uma imagem mecanicista do mundo exigia também que sua força fosse exercida através de algum meio material.

Contudo, se o éter existia, deveria ter propriedades mecânicas, fossem elas elaboradas ou não por meio dos novos conceitos eletromagnéticos. Estes colocaram dificuldades consideráveis, pois a física (desde Faraday e Maxwell) operava com dois esquemas conceituais que não se combinavam com facilidade e que; na verdade, tendiam a se afastar: a física das partículas discretas (da "matéria") e a dos meios contínuos ou "campos". Pareceu mais fácil supor — a teoria foi elaborada por H. A. Lorentz (1853-1928), um dos eminentes cientistas holandeses que transformaram o período numa idade de ouro para a ciência holandesa comparável ao século XVII — que o éter era estacionário em relação à matéria em movimento. Mas isso agora podia ser testado, e dois americanos, A. A. Michelson (1852-1931) e E. W. Morle (1838-1923), tentaram fazê-lo numa celebrada e imaginativa experiência em 1887, com um resultado que pareceu totalmente inexplicável. Tão inexplicável e tão incompatível com crenças profundamente enraizadas que foi

periodicamente repetido, com todas as precauções possíveis, até a década de 20: sempre com o mesmo resultado.

Qual era a velocidade do movimento da Terra através do éter estacionário? Um feixe de luz era dividido em duas partes, que percorriam, ida e volta, duas trajetórias iguais em ângulo reto entre si, sendo outra vez reunidos. Se a Terra viajasse pelo éter na direção de um dos feixes, o movimento do aparelho, durante o trânsito da luz, devia fazer com que as trajetórias dos feixes se tornasse desigual. Isso poderia ser detectado. Mas não pôde. Parecia que o éter, fosse o que fosse, se movimentava com a Terra, ou presumivelmente com qualquer outro elemento medido. O éter parecia não ter característica física alguma ou estar além de qualquer forma de captação material. A alternativa era abandonar a imagem científica estabelecida do universo.

Os leitores familiarizados com a história da ciência não se surpreenderão por Lorentz ter preferido a teoria ao fato e ter, portanto, tentado descartar a experiência Michelson-Morley, salvando assim o éter, considerado "o fulcro da física moderna", por meio de um exemplar extraordinário de acrobacia teórica que o transformaria no "João Batista da relatividade". Suponha que o tempo e o espaço possam ser ligeiramente separados, de forma que um corpo possa ficar mais curto quando de frente para a direção de seu movimento do que estaria se estivesse em repouso ou colocado transversalmente. Nesse caso, a contração do aparelho de medição de Michelson-Morley poderia ter ocultado a imobilidade do éter. Tal suposição, argumenta-se, era na verdade muito próxima da teoria da relatividade especial de Einstein (1905), mas o problema de Lorentz e seus contemporâneos foi que eles quebraram o ovo da física tradicional nessa tentativa desesperada de mantê-lo intacto, enquanto Einstein, criança ainda quando Michelson e Morle chegaram à sua surpreendente conclusão, estava pronto para simplesmente abandonar as antigas convicções. Não havia movimento absoluto. Não havia éter, ou, se havia, não apresentava qualquer interesse para os físicos. De uma forma ou de outra, a antiga ordem da física estava condenada.

Duas conclusões podem ser tiradas desse instrutivo episódio. A primeira, compatível com o ideal racionalista que a ciência e seus historiadores herdaram do século XIX, é que os fatos são mais fortes que as teorias. Dado o desenvolvimento do eletromagnetismo, a descoberta de novos tipos de radiação ondas de rádio (Hertz, 1883), raios X (Röntgen, 1895), radioatividade (Becquerel, 1896); dada a crescente necessidade de adaptar a teoria ortodoxa a formas curiosas; dada a experiência Michelson-Morley, cedo ou tarde a teoria teria que ser fundamentalmente alterada para se adequar aos fatos. Não é surpreendente que isso não tenha se dado imediatamente, mas aconteceu cedo o bastante: a transformação pode ser datada, com alguma precisão, da década de 1895-1905.

A outra conclusão é simetricamente oposta. A visão do universo físico que ruiu em 1895-1905 se baseara não nos "fatos", mas em pressupostos *a priori* sobre o universo, em parte baseados no modelo mecânico do século XVII e em parte em intuições ainda mais antigas da experiência sensorial e da lógica. Nunca houvera maiores dificuldades intrínsecas para a aplicação da relatividade à eletrodinâmica ou a qualquer outra área, sobretudo à mecânica clássica, o que era um pressuposto desde Galileu. A única coisa que a física pode dizer sobre dois sistemas, dentro dos quais as leis de Newton se mantêm (por exemplo, dois trens), é que eles se movem um em relação ao outro, mas não que um está "em repouso" em sentido absoluto. O éter foi inventado porque o modelo mecânico aceito de universo precisava de algo assim e porque parecia intuitivamente inconcebível que de algum modo não houvesse distinção entre movimento absoluto e repouso absoluto *em algum lugar*. Tendo sido inventado, ele barrou o prolongamento da relatividade à eletrodinâmica ou às leis da física em geral. Em suma, o que tornou a revolução na física tão revolucionária não foi a descoberta de novos fatos, embora isso tenha, por certo, ocorrido, mas a relutância dos físicos em reconsiderar seus paradigmas. Como sempre, não foram as inteligências sofisticadas as preparadas para reconhecer que o rei estava nu: elas passaram o tempo inventando teorias para explicar por que suas roupas eram tão esplêndidas como invisíveis.

Ambas as conclusões são corretas, mas a segunda é muito mais útil ao historiador, já que a primeira não explica realmente de forma adequada como a revolução da física aconteceu. Velhos paradigmas não costumam inibir o progresso da pesquisa, como não o fizeram à época, nem a formação de teorias que sejam tanto consistentes com os fatos como intelectualmente fecundas. Produziram apenas o que, retrospectivamente, pode ser visto (como no caso do éter) como teorias desnecessárias e indevidamente complicadas. Reciprocamente, os revolucionários em física — pertencendo sobretudo àquela "física teórica", que ainda era pouco reconhecida como um campo, e que se auto-situava em algum lugar entre a matemática e os aparelhos de laboratório — não estavam fundamentalmente motivados por qualquer desejo de esclarecer inconsistências entre observação e teoria. Trabalharam a seu próprio modo, às vezes movidos por preocupações puramente filosóficas ou mesmo metafísicas, como a procura de Max Planck "do Absoluto", que os levou à física contra o conselho dos professores, que estavam convencidos de que faltavam apenas detalhes a serem ajustados nessa ciência, e a partes da física que outros consideravam desinteressantes. Nada é mais surpreendente na breve peça autobiográfica escrita na velhice por Max Planck — cuja teoria quântica (anunciada em 1900) marcou a irrupção pública da nova física — que o sentimento de isolamento, de não ser compreendido, quase de fracasso, que obviamente nunca o abandonou. Afinal, poucos físicos foram mais homenageados em vida, em seu próprio país e internacionalmente. Muito desse sentimento foi, evidentemente, resultado dos 25 anos, a partir de sua tese de doutoramento em 1875, em que o jovem Planck tentou em vão fazer seus admirados mestres — inclusive homens que ele finalmente convenceria — entenderem, reagirem ou mesmo lerem o trabalho que lhes apresentava: trabalho em sua opinião indubitavelmente conclusivo. Olhamos para trás e vemos cientistas identificando problemas cruciais não resolvidos em suas áreas e empreendendo sua solução, alguns pelo caminho correto, a maioria pelo errado. Mas, na verdade, como os historiadores da ciência nos

lembraram, pelo menos desde Thomas Kuhn (1962), não é dessa maneira que as revoluções científicas ocorrem.

O que explica, então, a transformação da matemática e da física nesse período? Essa é a questão crucial para o historiador. Ademais, para o historiador que não se concentra exclusivamente nos debates especializados entre teóricos, a questão não se refere apenas à mudança da imagem científica do universo, mas também à relação entre essa mudança e tudo mais que estava acontecendo no período. Os processos do intelecto não são autônomos. Sejam quais forem a natureza das relações entre a ciência e a sociedade onde está embutida e a conjuntura histórica particular onde ocorre, essa relação existe. Os problemas que os cientistas identificam, os métodos que usam, os tipos de teorias que consideram satisfatórias em geral ou adequadas em particular, as idéias e modelos que usam para resolvê-los são os de homens e mulheres cujas vidas, mesmo no presente, não se restringem ao laboratório ou ao estudo.

Algumas dessas relações são de uma simplicidade crua. Uma parte substancial do ímpeto do desenvolvimento da bacteriologia e da imunologia foi uma função do imperialismo, pois os impérios ofereciam um forte incentivo ao controle das doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, que prejudicavam as atividades dos homens brancos nas regiões coloniais. Há, portanto, uma vinculação direta entre Joseph Chamberlain e (*Sir*) Ronald Ross, prêmio Nobel de medicina em 1902. O papel desempenhado pelo nacionalismo está longe de ser secundário. Wassermann, cujo teste de sífilis proporcionou o incentivo para o desenvolvimento da serologia, foi instado a pesquisá-lo em 1906 pelas autoridades alemãs, ansiosas para atingir o nível do que eles consideravam o avanço indevido da pesquisa francesa em sífilis. Se, por um lado, não seria aconselhável deixar de lado essas vinculações diretas entre ciência e sociedade, sejam elas sob a forma de patrocínio ou pressão governamental ou da iniciativa privada, ou sob a forma menos trivial de trabalho científico estimulado por ou proveniente do progresso industrial prático ou de suas exigências técnicas, por outro lado essas relações não podem ser satisfatoriamente analisadas nestes termos, ainda menos no período 1873-1914. Ademais, as relações entre ciência e

suas aplicações práticas eram tudo, menos próximas, salvo na química e na medicina. Assim, na Alemanha dos anos 1880 e 1890 — poucos países levaram tão a sério as implicações práticas da ciência — as academias técnicas (Technische Hochschulen) se queixavam de que seus matemáticos não se limitavam apenas ao ensino da matemática necessária aos engenheiros, e os professores de engenharia enfrentaram os de matemática numa batalha frontal em 1897. De fato, a massa dos engenheiros alemães, embora inspiradas pelo progresso americano a instalar laboratórios de tecnologia na década de 1890, não mantinha contato estreito com a atualidade científica. A indústria, reciprocamente, se queixava de que as universidades não estavam interessadas em seus problemas e faziam suas próprias pesquisas — embora lentamente. Krupp (que só autorizou seu filho a freqüentar uma faculdade técnica em 1882) só se interessou pela física, como algo diferenciado da química, em meados da década de 1890. Em suma, universidades, academias técnicas, indústria e governo estavam longe de coordenar seus interesses e esforços. Instituições de pesquisa financiadas pelo governo começavam, de fato, a surgir, mas não se pode dizer que estivessem avançadas: a Kaiser Wilhelm Gesellschaft (hoje Max Planck Gesellschaft), que financiava e coordenava a pesquisa fundamental, só foi criada em 1911, embora tenha tido predecessores privados. Ademais, mesmo se os governos estivessem, sem dúvida, começando a garantir e até a agilizar pesquisas que consideravam significativas, ainda é problemático falar do governo como uma força de peso que garantisse a pesquisa fundamental; não mais que a indústria, com a possível exceção dos laboratórios Bell. Ademais, a única ciência, além da medicina, na qual a pesquisa pura e as aplicações práticas estavam, à época, adequadamente integradas era a química, que por certo não estava passando então por nenhuma transformação fundamental ou revolucionária.

Essas transformações científicas não teriam sido possíveis sem o desenvolvimento técnico da economia industrial, com, por exemplo, o advento da livre disponibilidade da eletricidade, a fabricação de bombas de vácuo adequadas e instrumentos precisos de medida.

Mas um elemento necessário a qualquer explicação não é, em si, explicação suficiente. Temos que olhar mais além. É possível compreender a crise da ciência tradicional analisando as preocupações sociais e políticas dos cientistas?

Estas eram, obviamente, dominantes nas ciências sociais; e, mesmo nas ciências naturais mais relevantes para a sociedade e suas preocupações, o elemento social e político era muitas vezes crucial. No período que nos interessa, este era plenamente o caso de todas as áreas da biologia que atingiam diretamente o homem social, e de todas as que podiam ser vinculadas ao conceito de "evolução" e ao nome cada vez mais carregado de conotações políticas de Charles Darwin. Ambos tinham um conteúdo ideológico forte. Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a "natureza" (*A Era do Capital*, cap. 14:2). Os pobres eram pobres por terem nascido inferiores. Assim, a biologia não era só potencialmente a ciência da direita política como também a ciência dos que desconfiavam da ciência, da razão e do progresso. Poucos pensadores foram mais céticos em relação às verdades dos meados do século XIX, inclusive à ciência, do que Nietzsche. Contudo, seus próprios escritos, e notadamente seu trabalho mais importante, *A Vontade de Poder*, podem ser lidos como uma variante do darwinismo social, um discurso desenvolvido com a linguagem da "seleção natural", neste caso uma seleção destinada a produzir a nova raça dos "super-homens", que iria dominarmos humanos inferiores como o homem, na natureza, domina e explora a criação bruta. E as vinculações entre biologia e ideologia são, de fato, particularmente evidentes no intercâmbio entre a "eugenia" e a nova ciência da "genética", que praticamente veio à luz em torno de 1900, sendo batizada pouco depois por William Bateson (1905).

A eugenia, que era um programa para a aplicação, às pessoas, do cruzamento seletivo comum na agricultura e pecuária, foi muito anterior à genética. O nome data de 1883. Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de

membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana — por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou a raças adequadamente coloridas, como a "nórdica"), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral. Se a eugenia, por um lado, podia se tornar a pseudociência fascista e racista tornada genocídio deliberado com Hitler, por outro lado não se identificava exclusivamente com qualquer setor político de classe média antes de 1914, não mais que as teorias sobre a raça, muito populares, entre as quais figurava. Temas ligados à eugenia surgiram na música ideológica dos liberais, dos reformadores sociais, dos socialistas fabianos e alguns outros setores de esquerda, nos países em que o movimento ficou na moda[d], embora na batalha entre hereditariedade e meio ambiente ou, na expressão de Karl Pearson, "natureza" e "criação"[e], fosse praticamente impossível que a esquerda optasse *exclusivamente* pela hereditariedade. Daí, aliás, a acentuada falta de entusiasmo pela genética por parte dos profissionais da área médica nesse período. Pois os grandes triunfos da medicina da época se davam a nível ambiental, tanto por meio dos novos tratamentos das doenças microbianas (que, a partir de Pasteur e Koch, haviam propiciado o surgimento da nova ciência da bacteriologia) como do saneamento básico. Os médicos eram tão relutantes como os reformadores sociais em acreditar, com Pearson, que "1.500.000 libras esterlinas gastas no incentivo da reprodução sadia seriam mais proveitosas para a erradicação da tuberculose que a criação de um sanatório em cada aglomeração urbana". Eles tinham razão.

O que tornou a eugenia "científica" foi justamente o surgimento da genética após 1900, que parecia sugerir a exclusão total das

influências ambientais na hereditariedade e a determinação, por um único gene, da maioria ou de todas as características; isto é, que o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano era possível. Seria pouco admissível argumentar que a genética cresceu devido às preocupações da eugenia, embora haja casos de cientistas que foram atraídos para a pesquisa sobre hereditariedade "como *conseqüência* de um compromisso anterior com a cultura-da-raça", notadamente *Sir* Francis Galton e Karl Pearson. Contudo, é possível demonstrar que as vinculações entre genética e eugenia eram estreitas no período 1900-1914 e que, tanto na Grã-Bretanha como nos EUA, as figuras de proa da ciência estavam associadas ao movimento, embora antes de 1914, pelo menos na Alemanha e nos EUA, a demarcação entre ciência e pseudociência racista não fosse nada clara. Isso levou geneticistas sérios a sair das organizações de eugenistas comprometidos no período entre as duas guerras mundiais. O elemento "político" da genética fica evidenciado em todos os acontecimentos. O futuro prêmio Nobel H. J. Muller declararia em 1918: "Nunca me interessei pela genética como pura abstração, mas sempre devido a sua relação fundamental com o ser humano — suas características e meios de auto-aperfeiçoamento".

Se o desenvolvimento da genética deve ser situado no contexto da premente preocupação com problemas sociais aos quais a eugenia dizia oferecer soluções biológicas (por vezes alternativas às socialistas), o desenvolvimento da teoria evolucionista, na qual estava imbricada, também tinha uma dimensão política. O desenvolvimento da "sociobiologia" em anos recentes chamou mais uma vez a atenção sobre esse ponto. Essa dimensão ficara evidente desde o início da teoria da "seleção natural", cujo modelo chave, a "luta pela sobrevivência", fora basicamente derivado das ciências sociais (Malthus). Observadores da virada do século registraram uma "crise no darwinismo" que produziu várias especulações alternativas — o assim chamado "vitalismo", o "neolamarckismo" (como era chamado em 1901) e outras. Isso se devia não apenas às dúvidas científicas sobre as formulações do darwinismo, que se tornara uma espécie de ortodoxia biológica na década de 1880, mas também a

dúvidas quanto a suas implicações mais amplas. O acentuado entusiasmo dos social-democratas pelo darwinismo bastou para garantir que ele não seria discutido em termos exclusivamente científicos. Por outro lado, enquanto a tendência político-darwinista na Europa o via como um reforço para a perspectiva marxista, segundo a qual os processos evolucionistas na natureza e na sociedade ocorriam independente da vontade e da consciência dos homens — e todos os socialistas sabiam aonde esses processos inevitavelmente levariam — nos EUA o "darwinismo social" destacava a livre concorrência como lei fundamental da natureza, e o triunfo do mais apto (isto é, do homem de negócios bem-sucedido) sobre os menos aptos (isto é, os pobres). A sobrevivência do mais apto também podia ser indicada, e de fato assegurada, pela conquista das raças e povos inferiores ou pelas guerras contra Estados rivais (como sugeriu o general alemão Bernhardi em 1913 em seu livro *Germany and the Next War*).

Tais temas sociais se inseriram nos debates dos próprios cientistas. Assim, os primeiros anos da genética foram atormentados por uma briga amarga e persistente entre mendelianos (mais influentes nos EUA e entre os experimentalistas) e os assim chamados biométricos (relativamente mais fortes na Grã-Bretanha e entre os estatísticos matematicamente avançados). Em 1900, as pesquisas de Mendel sobre as leis da hereditariedade, tanto tempo negligenciadas, foram simultânea e separadamente redescobertas em três países e propiciariam — contra a oposição biométrica — as bases da genética moderna, embora tenha sido sugerido que os biólogos de 1900 leram nos velhos relatórios sobre o cultivo de ervilhas uma teoria de determinantes genéticos que não passava pela cabeça de Mendel em seu jardim de mosteiro, em 1865. Os historiadores da ciência aduziram várias razões para esse debate, algumas delas com clara dimensão política.

A inovação mais importante que, junto com a genética mendeliana, restaurou um "darwinismo" marcadamente modificado em sua posição de teoria cientificamente ortodoxa da evolução biológica, foi a incorporação à teoria de Darwin de imprevisíveis e descontínuos "saltos", bizarros e originais, em sua maioria inviáveis,

mas tendo, ocasionalmente, vantagens evolutivas potenciais sobre as quais operaria a seleção natural. Foram chamados de "mutações" por Hugo De Vries, um dos muitos redescobridores contemporâneos das esquecidas pesquisas de Mendel. O próprio De Vries tinha sido influenciado pelo mais importante mendeliano britânico e inventor da palavra "genética", William Bateson, cujos estudos sobre a variação (1894) foram conduzidos "com especial atenção à descontinuidade na origem das espécies". Contudo, continuidade e descontinuidade não eram apenas uma questão de cruzamento de plantas. O líder dos biométricos, Karl Pearson, rejeitou a descontinuidade até mesmo antes de se interessar pela biologia, pois "nenhuma grande reconstrução social, que beneficiasse de modo permanente qualquer classe da comunidade, jamais foi feita através de uma revolução... o progresso humano, como o da natureza, nunca dá saltos".

Bateson, seu grande antagonista, estava longe de ser um revolucionário. Entretanto, se há algo claro sobre as idéias desse curioso personagem, é seu desgosto pela sociedade existente (fora a Universidade de Cambridge, que ele queria preservar contra qualquer reforma, salvo a admissão de mulheres), seu ódio pelo capitalismo industrial e pelo "sórdido lucro de lojista" e sua nostalgia de um passado feudal orgânico. Em suma, tanto para Pearson como para Bateson, a variabilidade das espécies era uma questão de ideologia tanto quanto de ciência. É inútil, e de fato costuma ser impossível, tentar um paralelo entre teorias científicas específicas e posições políticas específicas, ainda menos em áreas que, como a "evolução", se prestam a uma gama de diferentes metáforas ideológicas. É quase tão inútil quanto analisá-las em termos da classe social dos cientistas, pois praticamente todos eles eram, nesse período, quase por definição, profissionais liberais de classe média. Contudo, a política, a ideologia e a ciência são aspectos inseparáveis em áreas como a biologia, pois suas vinculações são por demais óbvias.

Apesar de os físicos teóricos e mesmo os matemáticos serem também seres humanos, essas ligações em seu caso não são óbvias. Influências políticas conscientes ou inconscientes podem ser lidas em seus debates, mas não com muito proveito. O imperialismo

e o surgimento dos movimentos de massa trabalhistas podem ajudar a elucidar questões de biologia, mas dificilmente terão a mesma utilidade em lógica simbólica ou teoria quântica. Os acontecimentos do mundo exterior aos seus estudos não eram, entre 1875 e 1914, catastróficos a ponto de intervir diretamente em seus trabalhos — como seria o caso após 1914 e como pode ter sido no fim do século XVIII, início do XIX. As revoluções no mundo do intelecto nesse período dificilmente poderiam ser derivadas por analogia das revoluções externas à ciência. No entanto, todos os historiadores ficam surpresos com o fato de a transformação revolucionária na visão de mundo científica naqueles anos estar inserida em um abandono mais geral e dramático dos valores, verdades e maneiras estabelecidos e longamente aceitos de encarar o mundo e estruturá-lo conceitualmente. Pode ser puro acaso, ou escolha arbitrária, que a teoria quântica de Planck, a redescoberta de Mendel, as *Logische Untersuchungen* de Husserl, a *Interpretação dos Sonhos* de Freud e a *Natureza Morta com Cebolas* de Cézanne possam todos ser datados de 1900 — como teria sido possível inaugurar o novo século com a *Química Inorgânica* de Ostwald, a *Tosca* de Puccini, a primeira novela *Claudine* de Colette e *L'Aiglon* de Rostand — mas a coincidência de inovações dramáticas em diversas áreas não deixa de ser impressionante.

Uma pista da transformação já foi sugerida. Era mais negativa que positiva, na medida em que substituía o que fora considerado, com ou sem razão, como uma visão científica de mundo coerente e potencialmente abrangente, onde razão e intuição não se contrapunham, por uma alternativa que não lhe era equivalente. Como vimos, os próprios teóricos estavam confusos e desorientados. Nem Planck nem Einstein estavam preparados para desistir do universo racional, causal e determinista para cuja destruição seus trabalhos tanto colaboraram. Planck era tão hostil ao neopositivismo de Ernst Mach como Lenin. Mach, por sua vez, embora sendo um dos raros primeiros céticos em relação ao universo físico dos cientistas do final do século XIX, seria igualmente cético quanto à teoria da relatividade. O pequeno mundo da matemática, como vimos, estava dividido por batalhas sobre se a verdade matemática

podia ser mais do que formal. Ao menos os números naturais e o tempo eram "reais", pensava Brouwer. A verdade é que os próprios teóricos se viram confrontados com contradições que não podiam resolver, pois nem os "paradoxos" (um eufemismo para contradições), que os lógicos simbólicos tanto se empenharam em superar, não foram satisfatoriamente eliminados — nem sequer pelo monumental trabalho de Russell e Whitehead, os *Principia Mathematica* (1910-1913), como o primeiro admitiria. A solução menos perturbadora era refugiar-se naquele neopositivismo que se tornaria o que há de mais próximo a uma filosofia da ciência aceita no século XX. A corrente neopositivista que surgiu no final do século XIX, com autores como Duhem, Mach, Pearson e o químico Ostwald, não deve ser confundida com o positivismo que dominou as ciências naturais e sociais antes da nova revolução científica. Aquele positivismo acreditava que podia fundamentar a visão coerente de mundo, que estava prestes a ser questionada, em verdadeiras teorias baseadas na experiência testada e sistematizada das ciências (idealmente experimentais), isto é, nos "fatos" da natureza tal como descobertos pelo método científico. Por seu lado, as ciências "positivas", ao contrário da especulação indisciplinada da teologia e da metafísica, propiciariam uma base sólida ao direito, à política, à moralidade e à religião — em suma, às maneiras de o ser humano viver em sociedade e articular suas esperanças para o futuro.

Críticos não científicos, como Husserl, ressaltaram que "a exclusividade com que a totalidade da visão de mundo do homem moderno se deixou, na segunda metade do século XIX, ser determinada pelas ciências positivas e ofuscada pela 'prosperidade' que estas produziram significou um afastamento descuidado das questões que eram decisivas para uma verdadeira humanidade". Os neopositivistas se concentraram nas deficiências conceituais das próprias ciências positivas. Confrontados com teorias científicas que, sendo agora consideradas inadequadas, poderiam também ser vistas como um "constrangimento da linguagem e deformação das definições"; e com modelos representativos (como o "átomo bola de bilhar") insatisfatórios, eles escolheram duas vias interligadas por

onde escapar à dificuldade. Por um lado propuseram uma reconstrução da ciência a partir de uma base estritamente empirista e até fenomenalista, e, por outro lado, uma rigorosa formalização e axiomatização das bases da ciência. Isso eliminava especulações sobre as relações entre o "mundo real" e nossa interpretação dele, isto é, sobre a "verdade" como distinta da consistência interna e utilidade das proposições, sem interferir na prática real da ciência. As teorias científicas, como disse peremptoriamente Henri Poincaré, "nunca eram verdadeiras nem falsas", mas apenas úteis.

Foi sugerido que a emergência do neopositivismo no final do século viabilizou a revolução científica, ao propiciar uma transformação das idéias físicas sem qualquer preocupação com as concepções anteriores de universo, causalidade e leis naturais. Isso significa, apesar da admiração de Einstein por Mach, tanto dar crédito excessivo aos filósofos da ciência — inclusive àqueles que dizem aos cientistas que não se incomodem com a filosofia — como subestimar a crise, bastante generalizada no período, das idéias aceitas no século XIX, da qual o agnosticismo neopositivista e o repensar da matemática e da física eram apenas aspectos. Para considerar essa transformação em seu contexto histórico global, é preciso encará-la como parte da crise generalizada. E se quisermos encontrar um denominador comum aos múltiplos aspectos dessa crise, que atingiu praticamente todos os setores de atividade intelectual, em graus diversos, este deve ser o fato de todos se defrontarem, depois dos anos 1870, com inesperados, imprevistos e muitas vezes incompreensíveis resultados do progresso. Ou, para ser mais preciso, com as contradições que este havia gerado.

Para usar uma metáfora adequada à Era do Capital, esperava-se que os trilhos de estradas de ferro construídos pela humanidade levassem a destinos que os viajantes podiam não conhecer, pois lá ainda não haviam chegado, mas sobre cuja existência e natureza geral não tinham dúvida. Do mesmo modo os viajantes à Lua, de Júlio Verne, não duvidavam da existência desse satélite ou de que, uma vez lá chegando, realmente saberiam o que restaria a ser descoberto por meio de uma inspeção mais detalhada do solo. O século XX podia ser predito, por extrapolação, como uma versão

melhorada e mais esplêndida dos meados do século XIX[f]. E, ainda assim, a paisagem imprevista, enigmática e perturbadora que os viajantes viam pela janela do trem da humanidade, enquanto ele rumava sem hesitações para o futuro, seria realmente a do caminho que levava ao destino indicado em suas passagens? Não teriam tomado o trem errado? Pior: teriam tomado o trem certo que, de algum modo, os estava levando numa direção que eles não queriam nem da qual gostavam? Se fosse o caso, como tinha começado essa situação de pesadelo?

A história intelectual das décadas após 1875 é repleta do sentimento de expectativas não apenas logradas — "como era bela a República quando ainda tínhamos um imperador", como brincou o desiludido francês — mas que de certa forma estavam se transformando em seu oposto. Vimos esse sentimento de inversão perturbando tanto os ideólogos como os profissionais da política à época (ver cap. 4). Já o observamos no terreno da cultura, onde foi produzido um pequeno, mas pródigo gênero de cultura burguesa sobre o declínio e a queda da civilização moderna a partir dos anos 1880. *Degeneration*, do futuro sionista Max Nordau (1893), é um bom exemplo, adequadamente histérico. Nietzsche, o eloqüente e ameaçador profeta de uma catástrofe iminente, cuja natureza exata ele não definiu muito bem, expressa melhor que ninguém essa crise das expectativas. Seu próprio modo de exposição literária, uma sucessão de aforismos poéticos e proféticos contendo intuições visionárias e verdades não discutidas, parecia contraditório com o discurso filosófico racionalista próprio para a construção de sistemas, com o qual ele dizia operar. Seus admiradores entusiásticos se multiplicaram entre os jovens (do sexo masculino) de classe média a partir de 1890.

Para Nietzsche, a decadência da vanguarda, o pessimismo e o niilismo dos anos 1880 eram mais que uma moda. Eram o "resultado final lógico de nossos grandes valores e ideais". As ciências naturais, dizia ele, produziram sua própria desintegração interna, seus próprios inimigos, uma anticiência. As conseqüências das modalidades de pensamento aceitas pela política e pela economia do século XIX eram niilistas. A cultura da época estava ameaçada

por seus próprios produtos culturais. A democracia produziu o socialismo, a submersão fatal do gênio pela mediocridade, da força pela fraqueza — uma tecla em que também os eugenistas bateram, contudo de modo mais prosaico e positivista. Assim sendo, não seria essencial rever todos esses valores e ideais, e o sistema de idéias de que eles faziam parte, já que de qualquer modo estava ocorrendo uma "reavaliação de todos os valores"? Tais reflexões foram se multiplicando à medida que o velho século ia chegando ao fim. A única ideologia de peso que continuou firmemente ligada à idéia de ciência, razão e progresso do século XIX foi o marxismo, não afetado pela desilusão em relação ao presente porque esperava ansiosamente o futuro triunfo justamente daquelas "massas" cuja irrupção causou tanto desconforto aos pensadores de classe média.

As próprias questões científicas desenvolvidas, que quebraram os moldes das explicações estabelecidas, faziam parte desse processo geral de expectativas transformadas e invertidas que é encontrado, à época, em todos os lugares onde homens e mulheres, em sua vida pública ou privada, enfrentaram o presente e o compararam às suas próprias expectativas ou às de seus pais. Será lícito supor que em tal ambiente os pensadores pudessem estar mais dispostos que em outras épocas a questionar os caminhos estabelecidos do intelecto, a pensar, ou ao menos a ponderar, o que até então era impensável? Ao contrário do início do século XIX, as revoluções cujos ecos podiam em certo sentido ser encontrados nos produtos da mente não estavam ocorrendo de fato, mas antes deveriam ser esperadas. Estavam implícitas na crise de um mundo burguês que simplesmente não podia mais ser compreendido em seus velhos e mesmos termos. Olhar o mundo de outro modo, mudar o próprio ponto de vista não era apenas mais fácil. Foi o que, de uma forma ou de outra, a maioria das pessoas de fato teve que fazer em suas vidas.

Entretanto, essa sensação de crise intelectual era um fenômeno estritamente minoritário. Entre os que tinham formação científica, imagina-se que essa sensação ficou restrita a poucas pessoas diretamente envolvidas com a falência da maneira de encarar o mundo do século XIX, e dentre elas nem todas o sentiram

agudamente. Os dados envolvidos eram exíguos, pois mesmo onde a formação científica se expandira dramaticamente — como na Alemanha, onde o número de estudantes de ciências se multiplicou por oito entre 1880 e 1910 — eles ainda eram da ordem dos milhares e não de dezenas de milhares. E a maioria deles se dirigia à indústria ou a atividades docentes bastante rotineiras, onde era pouco provável que se preocupassem muito com a falência da imagem estabelecida do universo. (Um terço dos diplomados em ciência na Grã-Bretanha em 1907-1910 se dedicavam basicamente ao ensino de primeiro e segundo graus.) A posição dos químicos, de longe o maior corpo de cientistas profissionais da época, ainda era marginal à nova revolução científica. Os que sentiram diretamente o terremoto intelectual foram os matemáticos e os físicos, cujo número sequer ainda aumentava muito depressa. Em 1910, as Sociedades de Física da Alemanha e da Grã-Bretanha, juntas, tinham apenas cerca de 700 membros, contra mais de dez vezes esse número nas sociedades associadas de química de ambos os países.

Ademais, a ciência moderna, até em sua acepção mais ampla, continuou restrita a uma comunidade geograficamente concentrada. A distribuição dos novos prêmios Nobel mostra que suas maiores realizações ainda ficavam agrupadas na região tradicional do avanço científico, o centro e o nordeste da Europa. Dos primeiros 76 ganhadores do prêmio Nobel, só dez não eram da Alemanha, Grã-Bretanha, França, Escandinávia, Países Baixos, Austria-Hungria ou Suíça. Apenas três eram mediterrâneos, dois da Rússia e três da comunidade científica dos EUA, em crescimento acelerado porém ainda secundário. Os demais cientistas e matemáticos não europeus se destacavam — por vezes com brilho, como o físico neozelandês Ernest Rutherford — sobretudo através de seu trabalho na Grã-Bretanha. Na verdade, a comunidade científica estava ainda mais concentrada do que esses próprios dados indicam. Mais de 60% de todos os laureados com prêmios Nobel vinham de centros científicos da Alemanha, Grã-Bretanha e França.

Uma vez mais, os intelectuais ocidentais que tentaram elaborar alternativas ao liberalismo do século XIX, a juventude burguesa culta que acolheu Nietzsche e o irracionalismo, constituíam ínfimas

minorias. Seus porta-vozes contavam-se a poucas dúzias, seu público era composto essencialmente das novas gerações dos educados nas universidades, que eram, fora dos EUA, uma elite minúscula. Em 1913, havia 14 mil estudantes universitários na Bélgica e na Holanda, para uma população total de 13-14 milhões de habitantes; 11.400 na Escandinávia (fora a Finlândia) para quase 11 milhões; e até na estudiosa Alemanha, apenas 77 mil para 65 milhões. Quando os jornalistas falavam da "geração de 1914", normalmente queriam se referir a uma mesa de café cheia de rapazes falando para o círculo de amizades que haviam feito quando entraram para a *École Normale Supérieure* de Paris ou a alguns líderes autoproclamados das modas intelectuais das universidades de Cambridge ou Heidelberg.

Tais dados não devem nos levar a subestimar o impacto das novas idéias, pois os números não são indicadores de influência intelectual. O número total de homens escolhidos para a pequena sociedade de discussão de Cambridge, normalmente conhecida como os "Apóstolos", entre 1890 e a guerra foi de apenas 37; mas entre eles estavam os filósofos Bertrand Russell, G. E. Moore e Ludwig Wittgenstein, o futuro economista J. M. Keynes, o matemático G. H. Hardy e algumas personalidades razoavelmente famosas da literatura inglesa. Nos círculos intelectuais russos, o impacto da revolução na física e na filosofia já era tão importante em 1908 que Lenin sentiu a necessidade de escrever um longo livro contra Ernst Mach, cuja influência política entre os bolcheviques ele considerava tão séria quanto perniciosa: *Materialismo e Empirocriticismo*. Seja qual for a nossa visão das opiniões de Lenin sobre ciência, sua avaliação da realidade política era extremamente realista. Ademais, num mundo já formado pela mídia moderna (no dizer de Karl Kraus, satírico e inimigo da imprensa), as noções vulgarizadas das principais mudanças intelectuais não demorariam a ser absorvidas por um público mais amplo. Em 1914, o nome de Einstein não era conhecido fora das famílias dos próprios grandes físicos, mas, no final da guerra mundial, a "relatividade" já era tema de piadas apreensivas nos cabarés da Europa central. No curto lapso da Primeira Guerra Mundial, Einstein se tornara, apesar da

total impenetrabilidade de sua teoria para a maioria dos leigos, talvez o único cientista depois de Darwin cujo nome e imagem eram reconhecidos, de maneira geral, pelo público leigo instruído do mundo inteiro.

---

[a] Enquanto isso, o átomo, que em breve seria quebrado em partículas ainda menores, foi retomado nesse período como elemento básico das ciências físicas, após uma época em que fora relativamente deixado de lado.

[b] Em francês no original: "Vejo mas não creio". (N. da T.)

[c] Um exemplo simples (Berry e Russell) é a afirmação de que "a classe de números inteiros cuja definição pode ser expressa em menos de dezesseis palavras é finita". É impossível definir, sem contradição, um número inteiro como "o menor inteiro não definível em menos de dezesseis palavras", já que a segunda definição contém apenas dez palavras. O mais fundamental desses paradoxos é o "Paradoxo de Russell", que pergunta se o conjunto de todos os conjuntos, que não são elementos de si mesmos, é um elemento dele mesmo. Isto é análogo ao antigo paradoxo do filósofo grego Zenon, sobre se podemos acreditar num cretense que diz que "todos os cretenses são mentirosos".

[d] O movimento pelo controle da natalidade guardava relações estreitas com os argumentos eugenistas.

[e] *Nature* e *nurture*, no original. (N. da T.)

[f] Salvo na medida em que a segunda lei da termodinâmica predisse a morte do universo por congelamento, proporcionando assim uma base vitoriana adequada ao pessimismo.

CAPÍTULO 11

RAZÃO E SOCIEDADE

Eles acreditavam na Razão como os católicos na Virgem Maria.

Romain Rolland, 1915

Nos neuróticos, o instinto de agressão está inibido, ao passo que a consciência de classe o libera; Marx mostra como ele pode ser gratificado sem prejuízo para o significado da civilização; pela apreensão das verdadeiras causas da opressão e pela organização adequada.

Alfred Adler, 1909

Não partilhamos a crença obsoleta de que todos os fenômenos culturais podem ser deduzidos*, como produto ou função, de constelações de interesses "materiais". No entanto, acreditamos que foi cientificamente criativo e fecundo analisar os fenômenos sociais e os fatos culturais sob esse ângulo específico, na extensão em que eles são economicamente condicionados. Assim continuará sendo no futuro previsível, desde que esse princípio seja aplicado com cuidado e não restringido pela parcialidade dogmática.*

Max Weber, 1904

Há outra forma de enfrentar a crise intelectual que deve ser mencionada aqui. Pois uma forma de pensar o então impensável era rejeitar ao mesmo tempo a razão e a ciência. É difícil medir a força dessa reação contra o intelecto nos últimos anos do velho século, ou mesmo, retrospectivamente, apreciar essa força. Muitos de seus defensores mais expressivos pertenciam ao submundo, ou *demi-monde*, da inteligência, e hoje estão esquecidos. Nós temos tendência a negligenciar a voga do ocultismo, da necromancia, da magia, da parapsicologia (que preocupou alguns destacados

intelectuais britânicos) e das várias versões do misticismo e da religiosidade orientais, que vicejaram nas margens da cultura ocidental. O desconhecido e o incompreensível se tornaram mais populares do que já tinham sido desde o início da época romântica (ver *A Era das Revoluções*, cap. 14:2). Podemos observar de passagem que a moda desses temas, antes principalmente limitada à esquerda autodidata, agora tendia a se deslocar de modo notável em direção à direita política. Pois as disciplinas heterodoxas não eram mais, como haviam sido, pretensas ciências como a frenologia, a homeopatia, o espiritualismo e outras formas de parapsicologia, preferidas por aqueles que eram céticos em relação ao aprendizado convencional do *establishment*, mas sim significavam *rejeição* da ciência e de todos os seus métodos. Entretanto, embora essas formas de obscurantismo tenham dado algumas contribuições substantivas às artes de vanguarda (como, por exemplo, através do pintor Kandinsky e do poeta W. B. Yeats), seu impacto nas ciências naturais foi irrelevante.

Na verdade, seu impacto no grande público tampouco foi muito grande. Para a grande maioria das pessoas instruídas, sobretudo os recentemente educados, as antigas verdades intelectuais não estavam em questão. Ao contrário, eram triunfantemente reafirmadas por homens e mulheres para quem o "progresso" estava longe de ter exaurido suas promessas. O maior avanço intelectual dos anos 1875-1914 foi o desenvolvimento maciço da instrução e do autodidatismo populares e o aumento do público leitor nesses estratos. Na verdade, o autodidatismo e o auto-aperfeiçoamento foram uma das principais funções dos novos movimentos da classe trabalhadora e um dos maiores atrativos para seus militantes. E o que as massas recém-instruídas de leigos absorveram e aceitaram, sobretudo se eram politicamente da esquerda democrática ou socialista, foram as certezas racionais da ciência do século XIX, inimiga da superstição e do privilégio, espírito que presidia a instrução e o esclarecimento, prova e garantia do progresso e da emancipação das classes menos favorecidas. Uma das vantagens decisivas do marxismo em relação a outras tendências socialistas era justamente o fato de ele ser um "socialismo científico". Darwin e

Gutenberg, o inventor da imprensa, eram tão respeitados pelos radicais e social-democratas quanto Thomas Paine e Marx. A frase de Galileu "E contudo se move" era persistentemente citada na retórica socialista, indicando o triunfo inevitável da causa dos trabalhadores.

As massas estavam ao mesmo tempo em movimento e sendo instruídas. Entre meados da década de 1870 e a guerra, o número de professores de primeiro grau aumentou em cerca de um terço nos países com um bom sistema educacional, como a França, e em sete ou até treze vezes a cifra de 1875 em países anteriormente deficientes em educação, como a Inglaterra e a Finlândia; o número de professores de segundo grau deve ter se multiplicado por quatro ou cinco (Noruega, Itália). Essa própria conjugação de movimento e instrução fez a linha de frente da velha ciência avançar mais, enquanto seu reforço, na retaguarda, estava se preparando para a reorganização. Para os professores de segundo grau, ao menos nos países latinos, dar aulas de ciência significava inculcar o espírito dos enciclopedistas, do progresso e do racionalismo, daquilo que um manual francês (1898) chamou de "libertação do espírito", fácil de identificar ao "livre-pensamento" ou à libertação da Igreja de Deus. Se alguma crise existia para esses homens e mulheres, não era a da ciência ou da filosofia, mas a do mundo daqueles que viviam no privilégio, na exploração e na superstição. E no mundo fora da democracia ocidental e do socialismo, a ciência significava poder e progresso em um sentido menos metafórico. Significava a ideologia da modernização, imposta às atrasadas e supersticiosas massas rurais pelos *científicos*[a], elites políticas esclarecidas de oligarcas inspirados pelo positivismo — como no Brasil da República Velha e no México de Porfirio Díaz. Significava o segredo da tecnologia ocidental. Significava o darwinismo social que legitimava os multimilionários americanos.

A prova mais impressionante desse avanço do evangelho simples da ciência e da razão foi o recuo dramático da religião tradicional, ao menos no centro dos países europeus de sociedade burguesa. Isto não quer dizer que a maioria da espécie humana estivesse prestes a se tornar "livre-pensadora" (para usar a

expressão da época). A grande maioria dos seres humanos, inclusive praticamente todas as mulheres, manteve seu compromisso com a fé nas divindades ou espíritos, bem como com seus ritos, fosse qual fosse sua religião, localidade ou comunidade. Como vimos, as Igrejas cristãs foram, por conseguinte, acentuadamente feminizadas. Considerando-se que todas as principais religiões desconfiavam das mulheres e insistiam firmemente em sua inferioridade, e algumas, como a judaica, praticamente as excluíam do culto religioso formal, a lealdade das mulheres aos deuses parecia incompreensível e surpreendente aos homens racionalistas, sendo com freqüência considerada mais uma prova da inferioridade de seu gênero. Assim, deuses e antideuses conspiravam contra elas, embora os partidários do livre-pensamento, teoricamente comprometidos com a igualdade dos sexos, tivessem uma participação envergonhada nessa conspiração.

Uma vez mais, na maior parte do mundo não-branco, a religião ainda continuava sendo a única linguagem para falar do cosmos, da natureza, da sociedade e da política, tanto formulando como sancionando o que as pessoas pensavam e faziam. A religião era o que mobilizava homens e mulheres para objetivos que os ocidentais expressavam em termos seculares, mas que, na verdade, não podiam ser inteiramente traduzidos na linguagem secular. Os políticos britânicos podem querer reduzir Mahatma Gandhi a um mero agitador anti-imperialista que usava a religião para inflamar as massas supersticiosas, mas, para o Mahatma, uma vida santa e espiritual era mais do que um instrumento político para a conquista da independência. Qualquer que fosse seu significado, a religião era ideologicamente onipresente. Os jovens terroristas bengalis da virada do século, a infância do que mais tarde veio a ser o marxismo indiano, eram inicialmente inspirados por um asceta bengali e seu sucessor Swami Vivekananda (cuja doutrina Vedanta é provavelmente mais conhecida através de uma versão californiana mais anódina), cuja mensagem eles interpretavam de modo plausível como um chamado à sublevação do país, então submetido a uma potência estrangeira, embora destinado a oferecer uma fé universal à humanidade[b]. Afirmou-se que "não foi através da política secular e

sim de sociedades quase religiosas que os indianos instruídos adquiriram o hábito de pensar e se organizar em escala nacional". Tanto a absorção do Ocidente (através de grupos como o Brahmo Samaj — ver *A Era das Revoluções*, cap. 12:2) como a rejeição do Ocidente pela classe média nativista (através do Arya Samaj, fundado em 1875) revestiram-se dessa forma; sem contar a Sociedade Teosófica, cujas vinculações ao movimento nacional indiano serão destacadas mais adiante.

E se em países como a Índia os estamentos instruídos e emancipados que acolheram a modernidade acharam as ideologias desta inseparáveis da religião (ou, se as acharam separáveis, tinham que ocultar cuidadosamente o fato), fica óbvio que a atração que uma linguagem ideológica puramente secular exercia sobre as massas era irrelevante e que uma ideologia puramente secular era incompreensível. Onde as massas se rebelaram, o fizeram provavelmente sob a bandeira de seus deuses; como ainda, depois da Primeira Guerra Mundial, contra os britânicos por causa da queda do sultão turco, que fora um califa *ex officio*, ou chefe de todos os muçulmanos; ou contra a revolução mexicana por Cristo Rei. Em suma, em escala mundial, seria absurdo considerar a religião significativamente mais fraca em 1914 do que em 1870 ou 1780.

Contudo, no centro dos países burgueses, embora talvez não nos EUA, a religião tradicional estava recuando com rapidez sem precedentes, tanto em sua força intelectual como entre as massas. Tratava-se, até certo ponto, de uma conseqüência quase automática da urbanização, pois é praticamente certo que, outros fatores permanecendo iguais, a cidade tem mais probabilidades de desencorajar a devoção que o campo, e a grande cidade mais que a pequena. Mas até as cidades se tornaram menos religiosas com a assimilação dos imigrantes das devotas regiões rurais aos urbanos a-religiosos ou céticos. Em Marselha, metade da população ainda freqüentava o culto dominical em 1840, mas em 1901 a proporção caíra a 16%, Mais ainda, nos países católicos, que englobavam 45% da população européia, a fé recuou com especial rapidez no período, diante da ofensiva conjunta (citando uma queixa clerical francesa) do racionalismo da classe média e do socialismo dos professores das

escolas, mas particularmente diante da combinação de ideais emancipatórios e cálculo político que tornou a luta contra a Igreja o problema político chave. A palavra "anticlerical" surgiu na França nos anos 1850 e o anticlericalismo se tornou um ponto central da política do centro e da esquerda francesas a partir de meados do século, quando o controle da maçonaria passa para as mãos de anticlericais.

O anticlericalismo se tornou um problema central da política dos países católicos por duas razões principais: porque a Igreja Católica Romana optara por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso, só podendo, portanto, ser identificada à direita política, e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, uniu a burguesia liberal e a classe trabalhadora. Os políticos astutos não deixaram de ter isso em mente ao lançar apelos à unidade de todos os homens de bem: a França superou o caso Dreyfus com essa frente unida, desestabilizando imediatamente a Igreja Católica.

Um dos subprodutos dessa luta, que acarretou a separação entre Igreja e Estado na França em 1905, foi uma acentuada aceleração da descristianização militante. Em 1889, só 2,5% das crianças da diocese de Limoges não haviam sido batizadas; em 1904 — o auge do movimento — essa porcentagem foi de 34%. Mas mesmo a onde a luta entre Igreja e Estado não ocupava o centro da cena política, a organização dos movimentos de massa de trabalhadores ou a entrada dos homens comuns na vida política pois a mulheres eram muito mais leais à fé) tiveram o mesmo efeito. No piedoso vale do Pó, no norte da Itália, as queixas relativas ao declínio da religião se multiplicaram no fim do século. (Na cidade de Mântua, dois terços se abstiveram da comunhão pascal já em 1885.) Os trabalhadores italianos que se incorporaram ao operariado siderúrgico da Lorena antes de 1914 já eram ateus. Nas dioceses espanholas (ou antes, catalãs) de Barcelona e Vich, a proporção de crianças batizadas na primeira semana de vida caiu à metade entre 1900 e 1910. Em suma, para a maior parte da Europa, progresso e secularização andavam de mãos dadas. E a velocidade do avanço de ambos era diretamente proporcional à perda do *status* das Igrejas, que lhes havia dado as vantagens de um monopólio. As

universidades de Oxford e Cambridge, que tinham excluído ou discriminado os não-anglicanos até 1871, deixaram rapidamente de ser um refúgio do clero anglicano. Em Oxford (1891) a maioria dos diretores de faculdades ainda pertenciam às ordens religiosas, mas não mais nenhum de seus professores.

Houve, na verdade, pequenos retrocessos: a classe alta anglicana, convertida à fé mais vigorosa do catolicismo; os estetas *fin-de-siècle*, atraídos pelo ritual colorido; talvez especialmente os irracionalistas, para quem o próprio absurdo intelectual da fé tradicional provava sua superioridade em relação à razão; e os reacionários, que constituíram o grande baluarte da antiga tradição e hierarquia mesmo quando não acreditavam nelas, como foi o caso de Charles Maurras, líder intelectual na França da monarquista e ultracatólica *Action Française*. Havia, de fato, muitos que praticavam suas religiões, e até alguns fervorosos fiéis entre docentes, cientistas e filósofos, mas a fé religiosa destes poucos poderia ter sido inferida a partir de seus escritos.

Em suma, intelectualmente, a religião ocidental nunca tivera tão pouco espaço como no início do século XX, e politicamente estava batendo em retirada, para dentro de muralhas confessionais fortificadas contra assaltos de fora.

O beneficiário natural dessa combinação de democratização e secularização foi a esquerda política e ideológica, e foi nesse campo que se deu o florescimento da velha crença burguesa na ciência, na razão e no progresso.

O herdeiro de mais peso das velhas certezas (política e ideologicamente transformadas) foi o marxismo, o corpo teórico e doutrinário elaborado após a morte de Karl Marx a partir de seus escritos e dos de Friedrich Engels, sobretudo dentro do Partido Social Democrata alemão. Em muitos sentidos o marxismo, na versão de Karl Kautsky (1854-1938), definidor de sua ortodoxia, foi o último triunfo da confiança científica positivista do século XIX. Era materialista, determinista, inevitabilista, evolucionária, e identificava firmemente as "leis da história" com as "leis da ciência". O próprio Kautsky considerou inicialmente a teoria da história de Marx como "nada além da aplicação do darwinismo ao desenvolvimento social",

afirmando, em 1880, que o darwinismo nas ciências sociais ensinava que "a transição de uma concepção de mundo velha a uma nova ocorre inelutavelmente". Paradoxalmente para uma teoria que prezava tanto a ciência, o marxismo tinha, de maneira geral, muitas desconfianças em relação às dramáticas inovações contemporâneas na ciência e na filosofia, talvez porque pareciam trazer um enfraquecimento das certezas do materialismo (por exemplo, livre-pensamento e determinismo) que eram tão atraentes. Foi só nos círculos austro-marxistas da Viena intelectual, onde ocorreram tantas inovações, que o marxismo manteve o contato com esses avanços, embora possa tê-lo feito ainda mais entre os intelectuais russos revolucionários devido à ligação ainda mais militante de seus gurus marxistas ao materialismo[c]. Os cientistas da natureza da época tinham, portanto, pouca motivação profissional para se interessar por Marx e Engels, e assim, embora alguns fossem politicamente de esquerda, como na França do caso Dreyfus, poucos se interessaram por eles. Kautsky nem publicou a *Dialética da Natureza*, de Engels, a conselho do único físico profissional do partido, para quem o Império Alemão aprovou a assim chamada Lex Arons (1898), que excluiu os docentes social-democratas de designações universitárias.

Contudo, qualquer que fosse o interesse pessoal de Karl Marx no progresso das ciências naturais de meados do século XIX, seu tempo e sua energia intelectual foram inteiramente dedicados às ciências sociais. E neste terreno, bem como na história, o impacto das idéias marxianas foi substancial.

Sua influência foi tanto direta como indireta. Na Itália, no centro-leste da Europa e, sobretudo, no Império Czarista, regiões que pareciam à beira da revolução social ou da desintegração, Marx conquistou imediatamente um apoio intelectual amplo, extremamente brilhante, mas às vezes temporário. Nesses países ou regiões houve momentos, como por exemplo durante os anos 1890, em que praticamente todos os intelectuais acadêmicos mais jovens eram, de uma forma ou de outra, revolucionários ou socialistas, e a maioria se considerava marxista, como tem acontecido com freqüência na história do Terceiro Mundo desde então. Na Europa ocidental poucos intelectuais eram profundamente marxistas, apesar das dimensões

dos movimentos de massas dos trabalhadores comprometidos com uma social-democracia marxiana — salvo, estranhamente, na Holanda, dando então início à sua revolução industrial. O Partido Social Democrata alemão importou suas teorias marxistas do Império Habsburgo (Kautsky, Hilferding) e do Império Czarista (Rosa Luxemburgo, Parvus). Aqui, o marxismo era influente sobretudo através de pessoas suficientemente impressionadas, tanto pelo seu desafio intelectual como político, para tentar a crítica de sua teoria ou buscar respostas alternativas não socialistas às questões intelectuais que ele colocava. Tanto no caso de seus paladinos como de seus críticos, para não falar dos ex-marxistas ou pós-marxistas que começaram a aparecer a partir do final da década de 1890, como o eminente filósofo italiano Benedetto Croce (1866-1952), o elemento político era nitidamente dominante; em países como a Grã-Bretanha, que não precisava se preocupar com um forte movimento marxista de trabalhadores, ninguém deu muita atenção a Marx. Em países onde havia movimentos fortes desse tipo, eminentes professores, como Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), na Áustria, usaram o tempo que lhes sobrava de suas tarefas como professores ou ministros para refutar a teoria marxista. Mas é claro que o marxismo dificilmente teria suscitado uma produção intelectual tão substancial e prestigiosa, a favor e contra, se suas idéias não tivessem uma importância intelectual considerável.

O impacto de Marx nas ciências sociais ilustra a dificuldade de comparar seu desenvolvimento ao das ciências naturais nesse período. As ciências sociais lidavam essencialmente com o comportamento e os problemas de seres humanos que estão longe de ser observadores neutros e isentos de seus próprios problemas. Como vimos, até nas ciências naturais a ideologia se torna mais importante à medida que vamos passando do mundo inanimado à vida e, especialmente, aos problemas de biologia diretamente implicados e referidos a seres humanos. As ciências sociais e humanas operam inteiramente, e por definição, na zona explosiva onde todas as teorias têm implicações políticas diretas e onde o impacto da ideologia, da política e da situação em que os pensadores se encontram é preponderante. É perfeitamente

possível, no período que nos interessa (como em qualquer outro), ser tanto um astrônomo de destaque como um revolucionário marxista, como A. Pannekoek (1873— 1960), cujos colegas de profissão sem dúvida achavam sua política tão irrelevante para sua astronomia como seus camaradas sua astronomia para a luta de classes. Se se tratasse de um sociólogo, ninguém teria considerado sua política irrelevante para suas teorias. As ciências sociais ziguezaguearam, passaram e tornaram a passar pelo mesmo território ou muitas vezes andaram em círculo por esse motivo. Ao contrário das ciências naturais, faltava-lhes um corpo central de conhecimento e teoria cumulativos universalmente aceito e um campo estruturado de pesquisa no qual se pudesse dizer que o progresso era resultado de um ajuste da teoria às novas descobertas. E, durante o período que analisamos, a divergência entre os dois ramos de "ciência" se tornou acentuada.

De certo modo isso era novo. No auge da crença liberal no progresso, parecia que a maioria das ciências sociais — etnografia/antropologia, filologia/lingüística, sociologia e diversas escolas importantes de economia — partilhava um quadro básico de pesquisa e teoria com as ciências naturais, o evolucionismo (ver *A Era do Capital*, cap. 14:2). O cerne da ciência social era o estudo da ascensão do homem de um estado primitivo até o atual e a compreensão racional deste presente. Esse processo era habitualmente considerado como um progresso da humanidade passando por vários "estágios", embora mantendo em suas margens sobrevivências de estágios anteriores, bastante semelhantes a fósseis vivos. O estudo da sociedade humana era uma ciência positiva como qualquer outra disciplina evolucionária, da geologia à biologia. Parecia perfeitamente natural a um autor escrever um estudo das condições do progresso com o título de *Physics and Politics, Or thoughts on the application of the principles of 'natural selection' and 'inheritance' to political society*[d] como um livro que seria publicado na década de 1880 na Coleção Científica Internacional por uma editora de Londres, lado a lado com volumes como *The Conservation of Energy, Studies in Spectrum Analysis, The*

Study of Sociology, General Physiology of Muscles and Nerves and Money and the Mechanism of Exchange [e].

Entretanto, esse evolucionismo não tinha afinidades nem com as novas modas em filosofia nem com o neopositivismo, como tampouco com os que começaram a ter suas dúvidas sobre um progresso que parecia estar levando para a direção errada e, portanto, sobre as "leis históricas" que o tornavam aparentemente inevitável. A história e a ciência, combinadas de maneira tão triunfal na teoria da evolução, estavam agora sendo separadas. Os historiadores acadêmicos alemães rejeitaram as "leis históricas" como parte de uma ciência que pudesse operar generalizações, pois não havia lugar para tanto em disciplinas humanas dedicadas especificamente ao único e irrepetível, ou até à "maneira subjetivo-psicológica de ver as coisas", separada "do objetivismo cru dos marxistas por um vastíssimo abismo". A pesada artilharia da teoria mobilizada nos anos 1890 na mais graduada publicação européia dedicada à história, a *Historische Zeitschrift* — embora originalmente dirigida contra outros historiadores com excessiva propensão à ciência social, ou qualquer outra — logo dirigiria seu poder de fogo basicamente contra os social-democratas.

Por outra parte, estas ciências sociais e humanas, na medida em que podiam aspirar à argumentação rigorosa ou matemática ou a métodos experimentais das ciências naturais, também abandonaram a evolução histórica, às vezes com alívio. Foi o caso até de algumas que não podiam aspirar a nenhum dos dois, como a psicanálise, que foi descrita por um historiador sagaz como "uma teoria a-histórica do homem e da sociedade que podia tornar suportável (aos correligionários liberais de Freud em Viena) um mundo sem rumo e fora de controle". Em economia, uma "batalha de métodos" bem amarga entrou para a história na década de 1880. O lado vencedor (liderado por Carl Menger, outro liberal vienense) representava não apenas uma visão do método científico — argumentação dedutiva contra a indutiva — mas um estreitamento proposital das até então amplas perspectivas da ciência dos economistas. Os economistas com preocupações históricas eram ou bem expulsos para o limbo dos excêntricos e agitadores, como Marx, ou bem, como a "escola

histórica", dominante na economia alemã, instados a se reclassificarem em outra categoria, por exemplo historiadores da economia ou sociólogos, deixando a verdadeira teoria aos analistas dos equilíbrios neoclássicos. Isso significou que questões de dinâmica histórica, desenvolvimento econômico e mesmo de flutuações econômicas e crises foram em grande parte expulsas da nova ortodoxia acadêmica. A economia tornou-se assim a única ciência social do período que analisamos a não ser incomodada pelo problema do comportamento não-racional, pois era definida de modo tal que excluía todas as transações que não pudessem ser descritas de algum modo como racionais.

De maneira similar, a lingüística, que fora (junto com a economia) a primeira e mais confiante das ciências sociais, agora parecia perder o interesse no modelo de evolução lingüística que fora sua maior realização. Ferdinand de Saussure (1857-1913), que foi o inspirador póstumo de todas as modas estruturalistas após a Segunda Guerra Mundial, concentrou-se, ao contrário, na estrutura de comunicação estática e abstrata, da qual as palavras eram um veículo possível. Sempre que as ciências sociais e humanas puderam, se assimilaram às ciências experimentais, como, notadamente, uma parte da psicologia, que correu para o laboratório para dar continuidade a seus estudos sobre a percepção, a aprendizagem e a modificação experimental do comportamento. Isso produziu uma teoria russo-americana do "behaviorismo" (I. Pavlov, 1849-1936; J. B. Watson, 1878-1958), que dificilmente pode servir de orientação para a mente humana: a complexidade das sociedades humanas, ou mesmo as vidas e as relações humanas comuns, não se prestam ao reducionismo dos positivistas de laboratório, por mais eminentes que sejam, nem o estudo de suas transformações no tempo pode ser feito experimentalmente. Assim, a conseqüência prática de maior projeção da psicologia experimental, os testes de inteligência (cujo pioneiro foi Binet, na França, a partir de 1905), foi achar mais fácil determinar os limites do desenvolvimento intelectual das pessoas por meio de um QI aparentemente permanente, do que determinar a natureza desse desenvolvimento, ou como ocorreu, ou aonde podia levar.

Essas ciências sociais positivistas ou "rigorosas" cresceram, gerando departamentos universitários e profissões, mas sem algo mais que possa ser comparado à capacidade de surpreender e chocar das ciências naturais revolucionárias do período. De fato, onde as primeiras estavam sendo transformadas, os pioneiros desta transformação já haviam feito seu trabalho em período anterior. A nova economia do lucro marginal e do equilíbrio se voltava para W. S. Jevons (1835-1882), Léon Walras (1834-1910) e Carl Menger (1840-1921), cujo trabalho original fora desenvolvido nos anos 1860 e 1870; os psicólogos experimentais, embora sua primeira publicação com esse título tenha sido a do russo Bekhterev em 1904, se voltavam para a escola alemã de Wilhelm Wundt, criada nos anos 1860. Entre os lingüistas, o revolucionário Saussure era ainda mal conhecido fora de Lausanne, pois sua fama se baseia em anotações de aula publicadas após sua morte.

As questões mais dramáticas e controvertidas das ciências sociais e humanas guardavam estreita relação com a crise intelectual *fin-de-siécle* do mundo burguês. Como vimos, ela revestiu duas formas. Sociedade e política pareciam necessitar ser repensadas na era das massas, em particular os problemas da estrutura e coesão sociais, ou (em termos políticos) a lealdade dos cidadãos e a legitimidade do governo. O que preservou a ciência econômica de convulsões intelectuais maiores foi, talvez, o fato de a economia capitalista ocidental não estar, manifestamente, enfrentando problemas da mesma gravidade ou, ao menos, eles eram temporários. De maneira geral, tratava-se das novas dúvidas a respeito dos pressupostos do século XIX em relação à racionalidade humana e à ordem natural das coisas.

É na psicologia que a crise da razão fica mais óbvia, ao menos na medida em que ela tentava se conciliar não com situações experimentais, mas com a mente humana como um todo. O que restaria do próspero cidadão visando a objetivos racionais através da maximização do lucro pessoal, se esse processo se baseava em uns quantos "instintos" como os dos animais (MacDougall); se a mente racional não passava de um barco navegando nas ondas e correntezas do inconsciente (Freud); ou mesmo se a consciência

racional era apenas um tipo especial de consciência, "ao passo que em sua totalidade, dela separadas pela mais frágil película, residem formas potenciais de consciência totalmente diferentes" (William James, 1902)? Qualquer leitor da grande literatura, qualquer apreciador da arte ou pessoas introspectivas amadurecidas já estavam, é claro, familiarizados com tais observações. Contudo, foi agora e não antes que essas observações se tornaram parte do que se autodenominava o estudo científico da psique humana. Elas não se ajustavam à psicologia de laboratório ou dos testes; a coexistência de dois ramos de investigação da psique humana foi incômoda. Na verdade, o inovador mais marcante nessa área, Sigmund Freud, criou uma disciplina, a psicanálise, que se separou do resto da psicologia e cuja pretensão a um *status* científico e valor terapêutico foi, desde então, tratada com desconfiança nos círculos científicos convencionais. Por outro lado, seu impacto em uma minoria de homens e mulheres emancipados foi rápido e considerável, inclusive em parte das ciências humanas e sociais (Weber, Sombart). Uma terminologia vagamente freudiana se incorporaria ao discurso corrente de leigos instruídos após 1918, ao menos na Alemanha e nas regiões de cultura anglo-saxônica. Além de Einstein, Freud é provavelmente o único cientista do período (pois ele assim se considerava) cujo nome é conhecido pelo homem da rua. Isso foi devido, sem dúvida, à conveniência de uma teoria que autorizava homens e mulheres a jogarem a culpa de suas ações em algo independente de sua vontade como seu inconsciente, mas ainda mais ao fato de Freud poder ser visto, acertadamente, como alguém que rompeu tabus sexuais e, erradamente, como paladino da libertação da repressão sexual. Pois a sexualidade assunto aberto à discussão e pesquisa públicas e a uma abordagem literária com poucos disfarces no período que analisamos (basta pensar em Proust na França, Arthur Schnitzler na Áustria e Frank Wedekind na Alemanha)[f] — era central para a teoria de Freud. Freud não foi, é claro, o único, nem sequer o primeiro, autor a pesquisá-la em profundidade. Ele não pertence ao crescente contingente de sexólogos que apareceu após a publicação do livro *Psychopathia Sexualis* (1886), de Richard von Krafft-Ebing, que inventou o termo

"masoquismo". Ao contrário de Krafft-Ebing, a maioria dos sexólogos era reformista, visando conseguir tolerância pública para várias formas de tendências sexuais não convencionais ("anormais"); e informar e libertar da culpa os que pertenciam a tais minorias sexuais (Havelock Ellis, 1859-1939, Magnus Hirschfeld[g]). Ao contrário dos novos sexólogos, Freud não despertou tanto o interesse de um público especificamente preocupado com problemas sexuais, mas o de homens e mulheres cultos e suficientemente emancipados dos tabus judaico-cristãos tradicionais para aceitar o que há muito imaginavam, ou seja, o enorme poder, ubiqüidade e multiformidade do impulso sexual.

Freudiana ou não-freudiana, individual ou social, o que preocupava a psicologia não era como os seres humanos raciocinavam, mas quão pouco essa capacidade de raciocinar afetava seu comportamento. A partir daí foi capaz de refletir a era da política e da economia das massas de duas maneiras, ambas críticas: por meio da "psicologia das multidões", conscientemente antidemocrática, de Le Bon (1841-1931), Tarde (1843-1904) e Trotter (1872-1939), que afirmava que todos os homens abandonavam o comportamento racional quando reunidos em multidão; e por meio da publicidade, cujo entusiasmo pela psicologia era notório e que há muito descobrira que sabão não era vendido por argumentos. Publicaram-se trabalhos sobre a psicologia da publicidade desde antes de 1909. Entretanto, a psicologia, lidando principalmente com o indivíduo, não teve que se entender com os problemas de uma sociedade em processo de mudança. A disciplina transformada da sociologia, sim.

A sociologia foi, provavelmente, o produto mais original das ciências sociais no período que nos ocupa; ou, em termos mais precisos, a tentativa mais significativa de compreender intelectualmente as transformações históricas que são o tema central deste livro. Pois os problemas fundamentais que preocuparam seus expoentes mais notáveis eram políticos. Como mantinham as sociedades sua coesão fora dos costumes e da aceitação tradicional da ordem cósmica, em geral sancionada por alguma religião, que um dia haviam justificado a subordinação social e as normas? Como

funcionam as sociedades enquanto sistemas políticos sob tais condições? Em suma, como pode lidar uma sociedade com as conseqüências imprevistas e perturbadoras da democratização e da cultura de massas, ou, numa formulação mais geral, de uma evolução da sociedade burguesa que parecia levá-la a algum outro tipo de sociedade? Esse conjunto de problemas é o que distingue os homens, hoje considerados como fundadores da sociologia, da legião de evolucionistas positivistas inspirados em Comte e Spencer (ver *A Era do Capital*, cap. 14:2), hoje esquecidos, que até então representavam esse tema.

A nova sociologia não era uma disciplina acadêmica estabelecida nem sequer bem definida, e até hoje não conseguiu estabelecer um consenso internacional em torno de seu conteúdo exato. No máximo, algo como uma "área" acadêmica surgiu nesse período em alguns países europeus, em torno de alguns poucos homens, revistas, sociedades e inclusive uma ou duas cátedras universitárias; mais notavelmente na França, em torno de Emile Durkheim 1858-1917), e na Alemanha em torno de Max Weber (1864-1920). Apenas nas Américas, e em especial nos EUA, havia um número significativo de sociólogos com esse nome. Na verdade, boa parte do que hoje seria classificado como sociologia era trabalho de homens que ainda continuavam a se considerar de outras áreas: Thorstein Veblen (1857-1929), economista, Ernst Troeltsch (1865-1923), teólogo, Vilfredo Pareto (1848-1923), economista, Gaetano Mosca (1858— 1941), cientista político, e até Benedetto Croce, filósofo. O que deu a esse campo alguma unidade foi a tentativa de entender uma sociedade que as teorias do liberalismo político e econômico não podiam, ou não podiam mais, abranger. Contudo, ao contrário da moda sociológica em algumas de suas fases posteriores, sua preocupação maior nesse período era refrear a mudança da sociedade, antes que transformá-la, para não falar de revolucioná-la. Daí sua relação ambivalente com Karl Marx, hoje muitas vezes citado, com Durkheim e Weber, como fundador da sociologia do século XX, mas cujos discípulos nem sempre gostam muito desse rótulo. Nas palavras de um intelectual alemão contemporâneo: "Deixando de lado as conseqüências práticas de

suas doutrinas e a organização de seus seguidores com elas comprometidos, Marx levantou questões intrincadas mesmo do ponto de vista científico, às quais temos que nos esforçar para desemaranhar".

Alguns dos que se dedicavam à nova sociologia se concentraram em saber como as sociedades realmente funcionavam, de modo diferente do que supunha a teoria liberal. Daí a profusão de publicações versando sobre o que hoje seria chamado de "sociologia política", baseadas, em grande medida, na experiência da nova política democrático-eleitoral e dos movimentos de massas, ou de ambos (Mosca, Pareto, Michels, S. e B. Webb). Alguns se concentraram em saber o que mantinha as sociedades coesas contra as forças desagregadoras, oriundas dos conflitos entre as classes e entre os grupos que as compunham, e na tendência da sociedade liberal a reduzir a humanidade a indivíduos dispersos, desorientados e desenraizados ("anomia"). Daí a preocupação dos principais pensadores — quase invariavelmente agnósticos e ateus — como Weber e Durkheim, com o fenômeno da religião, e daí a crença de que todas as sociedades precisam, seja da religião, seja de seu equivalente funcional para manter seu tecido social; e de que os elementos de todas as religiões podiam ser encontrados nos ritos dos aborígines australianos, à época normalmente considerados sobreviventes da infância da espécie humana (ver *A Era do Capital*, cap. 14:2). Reciprocamente, as tribos primitivas e bárbaras que o imperialismo agora permitia, e às vezes exigia, que os antropólogos estudassem minuciosamente — o "trabalho de campo" se tornou parte integrante da antropologia social no início do século XX —, eram agora vistas basicamente não como demonstrações de estágios evolucionários passados, mas como sistemas sociais em funcionamento efetivo.

Mas qualquer que fosse a natureza da estrutura e da coesão das sociedades, a nova sociologia não podia eludir o problema da evolução histórica da humanidade. Na verdade, a evolução social ainda continuava sendo o cerne da antropologia, e, para homens como Max Weber, a questão de saber de onde a sociedade burguesa tinha vindo e para onde estava evoluindo permanecia

candente tanto quanto para os marxistas, e por razões análogas. Weber, Durkheim e Pareto — os três liberais com graus variáveis de ceticismo — estavam preocupados com o novo movimento socialista e se encarregaram de refutar Marx, ou antes sua "concepção materialista da história", por meio da elaboração de uma perspectiva mais geral de evolução social. Empreenderam, por assim dizer, a elaboração de respostas não-marxianas a perguntas marxianas. Isso é menos óbvio em Durkheim, pois Marx não tinha influência na França, a não ser como aquele que propiciou um tom ligeiramente mais vermelho ao velho revolucionarismo jacobino-*communard*[h]. Na Itália, Pareto (mais lembrado como economista matemático brilhante) aceitou a realidade da luta de classes, mas replicou que ela não levaria à derrubada de todas as classes dirigentes e sim à substituição de uma elite dirigente por outra. Na Alemanha, Weber foi chamado de "o Marx burguês", por ter aceito muitas das perguntas de Marx, virando, contudo, de cabeça para baixo seu método ("materialismo histórico") de respondê-las.

O que motivou e determinou o desenvolvimento da sociologia no período que abordamos foi, portanto, a percepção da crise nas questões da sociedade burguesa, a consciência da necessidade de fazer algo para evitar sua desintegração ou transformação em tipos diferentes de sociedade sem dúvida menos desejáveis. Isso terá revolucionado as ciências sociais ou até criado uma base adequada para a ciência geral da sociedade cuja construção seus pioneiros empreenderam? As opiniões divergem, mas são, em sua maioria, provavelmente céticas. Contudo, há uma pergunta que pode ser respondida com mais segurança: esses homens terão propiciado os meios para evitar a revolução e a desintegração que eles esperavam represar ou reverter?

A resposta é negativa. A cada ano que passava a combinação de revolução e guerra ficava mais próxima. Acompanhemos agora a sua trajetória.

---

[a] Em espanhol no original. (N. da T.)

[b] "Oh, Índia... alcançarás tu, por meio de tua graciosa covardia, aquela Liberdade merecida apenas pelos bravos e os heróicos?... Oh, tu, Mãe da força, tira de mim a fraqueza, tira de mim a falta de hombridade e faz de mim um homem" (Vivekananda).

[c] Por exemplo, Sigmund Freud ficou com o apartamento do líder da social-democracia austríaca, Victor Adler, na Berggasse, onde Alfred Adler (não era parente do primeiro), um psicanalista comprometido com a social-democracia, apresentou em 1909 um trabalho sobre "A psicologia do marxismo". O filho de Victor Adler, Friedrich, era, em compensação, cientista e admirador de Ernst Mach.

[d] *Física e Política, ou Pensamentos sobre a aplicação dos princípios da "seleção natural" e "herança" à política*. (N. da T.)

[e] *A conservação da energia, Estudos sobre análise espectral, O estudo da Sociologia, Fisiologia geral de músculos e nervos e O dinheiro e o mecanismo de câmbio*. (N. da T.)

[f] Proust no que tange à homossexualidade masculina e feminina; Schnitzler — médico — a favor de uma abordagem honesta da promiscuidade sexual fortuita (*Reigen*, 1903, escrito originalmente em 1896-1897); Wedekind (*Frühlings Erwachen*, 1891), sobre a sexualidade da adolescência.

[g] Ellis começou a publicar seus *Studies in the Psychology of Sex* em 1897; o Dr. Magnus Hirschfeld começou a publicar seu *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen* (Anuário de casos sexuais fronteiriços) no mesmo ano.

[h] *Communard*: partidário/participante da Comuna de Paris (1871). (N. da T.)

CAPÍTULO 12

RUMO À REVOLUÇÃO

Ouviu falar do Sinn Fein, da Irlanda?... É um movimento interessantíssimo e muito parecido ao assim chamado Movimento Extremista da Índia. Sua política é não mendigar favores, mas arrancá-los.

Jawaharlal Nehru (aos dezoito anos) a seu pai, 12.9.1907

Na Rússia, tanto o soberano como o povo são de raça eslava, mas, simplesmente porque o povo não suporta o veneno da autocracia, estão dispostos a sacrificar milhões de vida para comprar a liberdade... Mas, quando olho para meu país, não consigo controlar meus sentimentos. Não apenas tem a mesma autocracia que a Rússia, como temos sido pisoteados por bárbaros estrangeiros há 200 anos.

Um revolucionário chinês, *c.* 1903-1904

Operários e camponeses da Rússia, vocês não estão sozinhos! Se conseguirem derrubar, esmagar e destruir os tiranos da Rússia feudal, policiada pelos senhores e czarista, sua vitória servirá como sinal para uma luta mundial contra a tirania do capital.

V. I. Lenin, 1905

1

Os últimos anos do capitalismo do século XIX têm sido até hoje considerados um período de estabilidade social e politica: de regimes que não apenas sobreviviam como também prosperavam. E, na verdade, se nos concentrássemos só nos países de capitalismo "desenvolvido", tal idéia seria razoavelmente plausível.

Economicamente, as sombras dos anos da Grande Depressão se dissipavam, dando lugar ao sol radioso da expansão e da prosperidade da década de 1900. Sistemas políticos que não sabiam muito bem como lidar com as agitações sociais da década de 1880 — com a súbita emergência dos partidos de massas das classes trabalhadoras voltados para a revolução ou com as mobilizações de massa de cidadãos contra o Estado em outras bases — aparentemente descobriram maneiras flexíveis de conter e integrar alguns e isolar outros. Os quinze anos entre 1899 e 1914 foram a *belle époque* não só por terem sido prósperos — e a vida era incrivelmente atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos —, mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados talvez com o futuro, não estavam com medo do presente. Suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis.

Entretanto, no mundo havia áreas consideráveis onde claramente este não era o caso. Nessas regiões, os anos entre 1880 e 1914 foram um período de revoluções continuamente possíveis, iminentes ou mesmo reais. Embora alguns desses países fossem mergulhar na guerra mundial, nem nesse caso 1914 foi a ruptura aparentemente súbita que separa a tranqüilidade, a estabilidade e a ordem de uma era de dilaceramento. Em alguns deles — o Império Otomano, por exemplo — a própria guerra mundial foi só mais um episódio de uma série de conflitos militares que já haviam começado alguns anos antes. Em outros — talvez a Rússia e com certeza o Império Habsburgo — a própria guerra mundial foi, em boa medida, produto da insolubilidade dos problemas políticos internos. Para outro grupo de países ainda — China, Irã, México — o papel da guerra de 14 não foi de forma alguma significativo. Em suma, no que tange à vasta área do planeta que então constituía o que Lenin sagazmente chamou, em 1908, de "material inflamável na política mundial", a idéia de que, de uma forma ou de outra, a estabilidade, a prosperidade e o progresso liberal teriam continuado, se não fosse a imprevista e evitável intervenção da catástrofe de 1914, não tem a mais remota plausibilidade. Ao contrário. Após 1917, ficou claro que até os países prósperos e estáveis da sociedade burguesa ocidental

teriam, de um modo ou de outro, sido atingidos pelos levantes revolucionários globais que começaram na periferia do sistema mundial, único e interdependente, que essa sociedade criara.

O século burguês desestabilizou sua periferia de dois modos principais: solapando as antigas estruturas de suas economias e sociedades e tornando inviáveis seus regimes e instituições políticas estabelecidas. Os efeitos do primeiro foram mais profundos e explosivos. Foi o responsável pela diferença entre o impacto histórico das revoluções russa e chinesa, persa e turca. Mas o segundo era mais prontamente visível, pois, com exceção do México, a zona atingida pelo terremoto político global de 1900-1914 foi sobretudo o grande cinturão geográfico de antigos impérios, alguns deles datando das brumas da antigüidade, que se estendiam da China, a leste, ao Habsburgo e talvez Marrocos, a oeste.

Pelos padrões dos impérios e nações-Estado ocidentais, essas estruturas políticas arcaicas eram frágeis, obsoletas e, como diriam muitos partidários contemporâneos do darwinismo social, fadadas a desaparecer. Foi seu colapso e desintegração que propiciou as condições para as revoluções de 1910-1914 e, na Europa, o cenário imediato tanto para a guerra mundial que se aproximava como para a Revolução Russa. Os impérios que caíram naqueles anos estavam entre as mais antigas forças políticas da história. A China, embora às vezes dilacerada e ocasionalmente conquistada, fora um grande império e o centro da civilização pelo menos durante dois milênios. Os grandes concursos para o serviço civil imperial, que selecionava a elite intelectual que a dirigia, fora realizado anualmente — com interrupções esporádicas — por mais de dois mil anos. Quando foram abandonados, em 1905, o fim do império só podia estar próximo. (Estava de fato a seis anos de distância.) A Pérsia fora um grande império e centro de cultura por um período similar, embora sua sorte tenha conhecido flutuações mais dramáticas. Sobreviveu a seus maiores antagonistas, os Impérios Romano e Bizantino, ressurgiu após ter sido conquistada por Alexandre, o Grande, pelo Islã, pelos mongóis e pelos turcos. O Império Otomano, embora muitíssimo mais jovem, foi o último daquela sucessão de conquistadores nômades que saíram da Ásia central, desde a época

de Átila, o Huno, para derrubar e tomar posse de reinos orientais e ocidentais: ávaros, mongóis, várias mesclas de turcos. Com sua capital em Constantinopla, a antiga Bizâncio, a cidade dos Césares (Tzarigrado), ele era herdeiro em linha direta do Império Romano, cuja metade ocidental ruíra no século V d.C., mas cuja metade oriental sobrevivera — até ser conquistada pelos turcos — por mais mil anos. Embora o Império Otomano tenha retrocedido a partir do final do século XVII, continuava sendo um respeitável território tricontinental. Ademais, o sultão, seu mandatário absoluto, era considerado pela maioria dos muçulmanos do mundo como seu califa, o chefe de sua religião, e, assim sendo, sucessor do profeta Maomé e seus discípulos triunfantes do século VII. Os seis anos que assistiram à transformação desses três impérios em monarquias constitucionais ou repúblicas, segundo o modelo ocidental burguês, marcam indiscutivelmente o fim de uma fase importante da história mundial.

Os dois grandes e instáveis impérios multinacionais europeus que também estavam às vésperas do colapso, a Rússia e o Habsburgo, não eram muito comparáveis entre si, salvo na medida em que ambos representavam um tipo de estrutura política — países governados, por assim dizer, como propriedades familiares — que cada vez mais pareciam sobreviventes pré-históricos no século XIX. Mais ainda, ambos reclamavam o título de César (czar, Kaiser), o primeiro através de ancestrais bárbaros medievais com os olhos voltados para o Império Romano do Oriente, o segundo devido a ancestrais equivalentes que reviviam a lembrança do Império Romano do Ocidente. Na verdade, enquanto impérios e potências européias, ambos eram relativamente recentes. Ademais, em contraste com os impérios antigos, ficavam na Europa, na fronteira entre as zonas de economias desenvolvida e atrasada, e portanto, desde o início, parcialmente integrados ao mundo economicamente "avançado"; e, enquanto "grandes nações", totalmente integrados ao sistema político da Europa, um continente cuja definição mesma sempre foi política[a]. Daí, a propósito, as enormes repercussões da revolução russa e, de maneira diferente, da ruína do Império Habsburgo no panorama europeu e político global, comparadas às

repercussões relativamente modestas ou puramente regionais das revoluções, digamos, chinesa, mexicana ou iraniana.

O problema dos impérios obsoletos da Europa era que eles estavam simultaneamente em dois campos: avançado e atrasado, forte e fraco, lobo e cordeiro. Os impérios antigos estavam apenas no das vítimas. Pareciam destinados à ruína, conquista ou dependência, salvo se pudessem aprender com os imperialistas ocidentais o que os tornava tão poderosos. No final do século XIX isto era perfeitamente claro, e a maioria dos Estados maiores e dos dirigentes do antigo mundo dos impérios tentou, em graus diversos, assimilar o que eles consideravam como as lições do Ocidente; mas apenas o Japão foi bem-sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos.

2

Sem a pressão da expansão imperialista, não é provável que tivesse ocorrido uma revolução no antigo Império Persa, bastante decrépito, no século XIX, como tampouco no mais ocidental dos reinos islâmicos, o Marrocos, onde o governo do sultão (o Maghzen) tentou, com pouquíssimo sucesso, ampliar a área sob sua administração e estabelecer uma espécie de controle efetivo sobre o mundo anárquico e terrível das tribos guerreiras bérberes. (De fato, não se pode dizer com certeza que os acontecimentos de 1907-1908 no Marrocos mereçam sequer como cortesia o título de revolução.) A Pérsia era pressionada ao mesmo tempo pela Rússia e pela Grã-Bretanha, das quais havia desesperadamente tentado escapar ao lançar mão de consultores e ajuda de outros Estados ocidentais — a Bélgica (cuja constituição serviria de modelo à persa), os EUA e, após 1914, a Alemanha — que não tinham reais condições de contrabalançar a pressão britânica. A política iraniana já encerrava as três forças cuja conjunção acarretaria uma revolução ainda maior em 1979: os intelectuais emancipados e ocidentalizados, com aguda

consciência da fraqueza do país e da injustiça social nele reinante; os comerciantes do mercado (*bazaar*) com aguda consciência da concorrência econômica estrangeira; e a coletividade do clero muçulmano, representantes do ramo Shia do Islã, que funcionava como uma espécie de religião nacional persa, capaz de mobilizar as massas tradicionais. Estes, por sua vez, tinham aguda consciência da incompatibilidade entre a influência ocidental e o Corão. A aliança entre radicais, *bazaris* e o clero já dera uma demonstração de força em 1890-1892, quando a concessão imperial do monopólio do tabaco a um homem de negócios britânico teve que ser cancelada em decorrência de tumultos, sublevações e um notavelmente bem-sucedido boicote nacional da venda e uso do tabaco, do qual até as esposas do xá participaram. A guerra russo-japonesa de 1904-1905 e a primeira Revolução Russa eliminaram temporariamente um dos atormentadores da Pérsia e deram aos revolucionários persas tanto um incentivo como um programa, pois a potência que derrotara um imperador europeu não era apenas asiática, mas também uma monarquia constitucional. Uma constituição podia, assim, ser encarada (pelos radicais emancipados) não só como a reivindicação óbvia de uma revolução ocidental, mas igualmente (por setores mais amplos da opinião pública) como uma espécie de "segredo da força". De fato, uma viagem maciça de aiatolás à cidade santa de Qom e de mercadores do *bazaar* à legação britânica — que incidentalmente paralisou os negócios de Teerã — garantiu a eleição de uma assembléia legislativa e uma constituição em 1906. Na prática, o acordo de 1907 entre a Grã-Bretanha e a Rússia, dividindo a Pérsia entre ambos, deixava poucas opções à política persa. Na realidade, o primeiro período revolucionário terminou em 1911, embora a Pérsia tenha permanecido, nominalmente, sob a autoridade de algo como a constituição de 1906-1907 até a revolução de 1979. Por outro lado, o fato de nenhum outro poder imperialista ter reais condições de desafiar a Grã-Bretanha e a Rússia provavelmente salvou a existência da Pérsia como Estado e a de sua monarquia, que detinha pouco poder próprio: uma brigada de cossacos, cujo comandante se autoproclamou, no fim da Primeira Guerra Mundial, o fundador da última dinastia imperial, os Pahlevi (1921-1979).

Desse ponto de vista, o Marrocos teve menos sorte. Situado num ponto particularmente estratégico do mapa-múndi, o canto noroeste da África, foi considerado uma presa adequada pela França, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha, bem como por todos os outros que se situavam a uma distância naval. A debilidade interna da monarquia tornou-o particularmente vulnerável a ambições estrangeiras, e a crise internacional gerada pela briga entre os diversos predadores — notadamente em 1906 e 1911 — teve um papel de destaque na gênese da Primeira Guerra Mundial. A França e a Espanha dividiram o país entre si, sendo que os interesses internacionais (isto é, britânicos) eram preservados por meio de um porto livre em Tânger. Por outro lado, a perda da independência do Marrocos, com a subseqüente ausência de controle do sultão sobre os clãs guerreiros bérberes, tornaria difícil e lenta a conquista militar real do território pelos franceses, e mais ainda pelos espanhóis.

3

As crises internas dos grandes Impérios Chinês e Otomano eram mais antigas e mais profundas. O Império Chinês vinha sendo abalado por uma crise social importante desde meados do século XIX (*A Era do Capital*). Só conseguira superar a ameaça revolucionária do Taiping às custas de praticamente liquidar o poder administrativo central do império e de deixá-lo à mercê dos estrangeiros, que haviam estabelecido enclaves extraterritoriais e praticamente assumido o controle da fonte principal das finanças imperiais, a administração alfandegária chinesa. O enfraquecido império, dirigido pela imperatriz (viúva do imperador) Tzu-hsi (1835-1908), mais temida dentro do império que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo. A Rússia avançou sobre a Manchúria, de onde seria expulsa por seus rivais japoneses, que separaram Taiwan e a Coréia, da China, após uma guerra vitoriosa em 1894-1895, e se

preparavam para abocanhar maiores porções do território. Enquanto isso, os britânicos alargaram sua colônia de Hong Kong e praticamente separaram o Tibete, que eles viam como uma dependência de seu império indiano; a Alemanha preparou terreno para si no norte da China; os franceses exerceram alguma influência nas vizinhanças de seu império da Indochina (também separado da China) e ampliaram suas posições no sul; até o fraco Portugal obteve a concessão de Macau (1887). Se, por um lado, os lobos estavam dispostos a formar um bloco contra a presa, como fizeram quando Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e Japão se uniram para ocupar e saquear Pequim em 1900, sob o pretexto de debelar a assim chamada Guerra dos Boxers, por outro lado não conseguiam chegar a um acordo quanto à divisão da imensa carcaça. Ainda mais pelo fato de uma das potências imperiais mais recentes, os Estados Unidos, agora cada vez mais proeminente no Pacífico Ocidental — que há muito era área de interesse dos EUA —, insistir na "abertura das portas" da China, isto é, que tinham tanto direito de saqueá-la quanto os primeiros imperialistas. Como no Marrocos, essa rivalidade no Pacífico pelo corpo em decomposição do Império Chinês contribuiu para a gênese da Primeira Guerra Mundial. Seus efeitos mais imediatos foram tanto a preservação da independência nominal da China como a aniquilação final da mais antiga entidade política viva do mundo.

Existiam na China três forças principais de resistência. A primeira, a instituição imperial da corte e dos servidores civis confucianos graduados, reconheceu com toda clareza que só a modernização segundo o modelo ocidental (ou talvez mais exatamente, o japonês, inspirado no ocidental) poderia preservar a China. Mas isso teria significado a destruição precisamente do sistema moral e político que eles representavam. As reformas de cunho conservador estariam fadadas ao fracasso mesmo se não tivessem sido dificultadas pelas intrigas e divisões palacianas, enfraquecidas pela ignorância técnica e periodicamente arrasadas, com intervalos de poucos anos, por repetidos assaltos da agressão estrangeira. A segunda, a antiga e poderosa tradição de rebelião popular e de sociedades secretas impregnadas de ideologias de

oposição, não perdera nada de seu vigor. Na verdade, apesar da derrota de Taiping, tudo contribuía para reforçá-la, pois entre 9 e 13 milhões de pessoas morreram de fome no norte da China no final da década de 1870 e os diques do rio Amarelo se romperam, significando a ruína de um império cujo dever era protegê-los. A assim chamada Guerra dos Boxers de 1900 foi, na verdade, um movimento de massas, cuja vanguarda era a organização Lutadores-com-os-punhos pela Justiça e a Unidade, oriunda da grande e antiga sociedade secreta budista conhecida como Lotus Branco. Contudo, por motivos óbvios, a xenofobia e o antimodernismo militantes constituíam o ponto crítico dessas rebeliões. Elas visavam os estrangeiros, a cristandade e as máquinas, o que, embora proporcionasse uma parte da força necessária à revolução chinesa, não podia lhe oferecer nem programa nem perspectiva.

A base para tais transformações só existia, embora estreita e instável, no sul da China, onde os negócios e o comércio sempre haviam sido importantes e onde o imperialismo estrangeiro assentou as bases para algum desenvolvimento burguês autóctone. Os grupos dirigentes locais já estavam se afastando tranqüilamente da dinastia manchu, e foi só aqui que as antigas sociedades secretas de oposição se interessaram e se aliaram a algo como um programa moderno e concreto para a renovação chinesa. As relações entre as sociedades secretas e o jovem movimento sulista de revolucionários republicanos, dos quais emergeria Sun Yat-sen (1866-1925) como principal inspirador da primeira fase da revolução, foram objeto de muito debate e incerteza, mas não resta dúvida de que eram muito próximas e essenciais. (Os republicanos chineses no Japão, base de sua agitação, até criaram um local especial das Tríades em Yokohama para seu próprio uso.) Ambos partilhavam uma enraizada oposição à dinastia manchu — as Tríades ainda se dedicavam à restauração da antiga dinastia Ming (1368-1644) —, um ódio ao imperialismo — que podia ser formulado na linguagem da xenofobia tradicional ou na do nacionalismo moderno, tirada da ideologia revolucionária ocidental — e um conceito de revolução social, que os republicanos transpuseram do registro da antiga insurreição antidinástica ao da moderna revolução ocidental. Os famosos "três

princípios" — nacionalismo, republicanismo e socialismo (ou, mais exatamente, reforma agrária) de Sun Yat-sen podem ter sido formulados em termos derivados do Ocidente, notadamente de John Stuart Mill, mas na verdade até os chineses que não dispunham dessa base ocidental (como o médico praticante formado nas missões e muito viajado) podiam considerá-los extensões lógicas de conhecidas reflexões antimanchus. E os poucos intelectuais urbanos republicanos viam as sociedades secretas como essenciais para atingir as massas urbana e, especialmente, rural. Essas sociedades provavelmente também ajudaram a organizar o apoio das comunidades de imigrantes chineses que o movimento de Sun Yat-sen foi o primeiro a mobilizar politicamente para objetivos nacionais.

No entanto, as sociedades secretas (como os comunistas mais tarde descobririam) dificilmente poderiam ser a melhor base para a construção de uma nova China, e os intelectuais radicais ocidentalizados ou semi-ocidentalizados do litoral sul ainda não eram suficientemente numerosos, influentes, nem organizados para tomar o poder. Tampouco os modelos liberais ocidentais em que se inspiravam lhes davam uma receita para governar o império. O império caiu em 1911 devido a uma revolta (no sul e no centro) onde se combinavam elementos de rebelião militar, da insurreição republicana, da retirada da lealdade por parte dos fidalgos, e da revolta popular e das sociedades secretas. Na prática, contudo, ele foi substituído à época não por um novo regime, mas por um amontoado de estruturas de poder regional instáveis e que se sucediam com muita rapidez, principalmente sob controle militar ("senhores da guerra"). Nenhum novo regime nacional estável surgiria na China por quase quarenta anos — até o triunfo do Partido Comunista em 1949.

O Império Otomano há muito vinha desmoronando, embora, ao contrário de todos os outros impérios antigos, continuasse sendo uma força militar capaz de dar bastante trabalho até aos exércitos das grandes nações. Desde o fim do século XVII, suas fronteiras setentrionais vinham sendo forçadas a retroceder para dentro da península balcânica e da Transcaucásia pelo avanço dos impérios russo e Habsburgo. Os povos cristãos dos Bálcãs estavam cada vez mais inquietos e, com o incentivo e a ajuda de grandes nações rivais, já haviam transformado boa parte dos Bálcãs numa série de Estados mais ou menos independentes, o que havia roído e esfarelado o que restava do território otomano. A maioria das regiões remotas do império, no norte da África e no Oriente Médio, não estava mais submetida de maneira regular e efetiva ao governo otomano há muito tempo. Agora, cada vez mais, se não quase oficialmente, essas regiões passavam para as mãos dos imperialistas britânicos e franceses. Em 1900 era claro que tudo que ficava entre a fronteira ocidental do Egito e do Sudão e o Golfo Pérsico provavelmente viria a ser área de influência ou domínio britânico, salvo a Síria a partir do norte do Líbano, que a França reivindicava, e a maior parte da península arábica, onde, como ainda não fora encontrado petróleo ou qualquer outra coisa de valor comercial, as disputas entre os chefes tribais locais e os movimentos de revivificação islâmicos de pregadores beduínos podiam ser entregues à própria sorte. De fato, em 1914 a Turquia desaparecera quase por completo da Europa, fora totalmente eliminada da África e conservava um império débil apenas no Oriente Médio, onde não sobreviveu à guerra mundial. Contudo, ao contrário da Pérsia e da China, a Turquia tinha uma alternativa potencial imediata ao império em processo de desintegração: uma grande população étnica e lingüisticamente muçulmana turca na Ásia Menor, que podia constituir a base de algo como uma "nação-Estado" segundo o modelo ocidental aprovado do século XIX.

É quase certo que isso não estava, inicialmente, nos planos das autoridades ocidentalizadas e dos funcionários públicos, aos quais se uniram os membros das novas profissões liberais, como a advocacia e o jornalismo[b], para empreender a tarefa de fazer o

império reviver por meio da revolução, pois as fracas tentativas, sem muito empenho, do próprio império no sentido de se modernizar — a mais recente data dos anos 1870 — malograram. O Comitê para a União e o Progresso, mais conhecido como os Jovens Turcos (fundado nos anos 1890), que tomou o poder em 1908 na esteira da Revolução Russa, desejava implantar um patriotismo que abarcasse todos os otomanos, passando por cima de divisões étnicas, lingüísticas e religiosas, e baseado nas verdades seculares do Iluminismo (francês) do século XVIII. A versão do Iluminismo que mais lhes agradava se inspirava no positivismo de Augusto Comte, que combinava uma fé cega na ciência e na modernização inevitável com o equivalente secular da religião, o progresso não democrático ("ordem e progresso", para citar o lema positivista) e um planejamento social de cima para baixo. Por motivos óbvios, essa ideologia seduziu as ínfimas elites modernizadoras no poder em países atrasados e tradicionalistas, que elas tentaram arrastar à força para o século XX. Essa ideologia provavelmente nunca foi tão influente como na última parte do século XIX nos países não europeus.

Nesse sentido, como em outros, a revolução turca de 1908 fracassou. Na verdade, ela acelerou a derrocada do que restava do Império Turco, ao mesmo tempo que carregava o Estado com uma constituição liberal clássica e um parlamento multipartidário feitos para países burgueses onde não se esperava que os governos governassem muito, pois as questões da sociedade estavam nas mãos ocultas de uma economia capitalista dinâmica e auto-regulada. O fato de o regime dos Jovens Turcos ter dado continuidade ao compromisso econômico e militar do império com a Alemanha, o que colocou a Turquia no lado perdedor da Primeira Guerra Mundial, lhe seria fatal.

Assim, a modernização turca passou de um quadro liberal-parlamentar a um militar-ditatorial e da esperança em uma lealdade política secular-imperial à realidade de um nacionalismo exclusivamente turco. Incapaz de continuar a ignorar as lealdades grupais ou de dominar as comunidades não-turcas, a Turquia optaria, após 1915, por uma nação etnicamente homogênea, o que implicou

a assimilação forçada dos gregos, armênios, curdos e outros, quando não foram expulsos em bloco ou massacrados. Um nacionalismo turco etnolingüístico deu margem até a sonhos imperiais baseados no nacionalismo secular, pois amplas regiões da Ásia ocidental e central, principalmente na Rússia, eram habitadas por povos que falavam variantes da língua turca; o destino da Turquia lhe impunha, sem dúvida, reuni-lo numa grande união "pan-turcaniana". Assim, entre os Jovens Turcos a balança pendeu não do lado dos modernizadores partidários da ocidentalização e da transnacionalização, mas para o dos modernizadores também ocidentalizados, porém defensores de uma enfatização da etnia ou mesmo da raça, como o poeta e ideólogo nacional Zia Gökalp (1876-1924). A verdadeira revolução turca, que começou de fato com a abolição do próprio império, teve lugar sob tais auspícios após 1918. Mas seu conteúdo já estava implícito nos objetivos dos Jovens Turcos.

Assim pois, ao contrário da Pérsia e da China, a Turquia não apenas liquidou um antigo regime como também passou bem depressa a construir um novo. A Revolução Turca inaugurou, talvez, o primeiro dos regimes modernizadores contemporâneos do Terceiro Mundo: intensamente comprometido com o progresso e as luzes contra a tradição, com o "desenvolvimento" e com uma espécie de populismo não perturbado pelo debate liberal. Na falta de uma classe média revolucionária, ou, na verdade, de qualquer outra classe revolucionária, os intelectuais e especialmente, após a guerra, os soldados assumiriam o controle do processo. Seu líder, Kemal Atatürk, um general duro e bem-sucedido, implementaria implacavelmente o programa modernizador dos Jovens Turcos: foi proclamada uma república, o islamismo deixou de ser uma religião oficial, o alfabeto romano substituiu o árabe, o véu das mulheres foi abolido e estas mandadas para a escola, e os homens turcos — quando necessário, por meio de força militar — foram obrigados a usar chapéu-coco ou de qualquer outro modelo ocidental, em vez dos turbantes. A fraqueza da Revolução Turca, observável em sua economia, residia em sua incapacidade de se impor à grande massa da população rural turca ou mudar a estrutura da sociedade agrária.

Contudo, os corolários históricos dessa revolução foram importantes, mesmo se insuficientemente reconhecidos pelos historiadores, cujos olhos tendem a se fixar, no que tange ao período anterior a 1914, nas conseqüências internacionais imediatas da Revolução Turca — a derrocada do império e seu papel na gênese da Primeira Guerra Mundial — e, quando se voltam para depois de 1917, na Revolução Russa, muito mais importante. Por motivos óbvios, os fatos relativos a esta última eclipsaram os acontecimentos contemporâneos na Turquia.

5

Uma revolução, ainda mais ignorada, começou no México em 1910. Ela atraiu pouca atenção no exterior, salvo nos Estados Unidos, em parte porque do ponto de vista diplomático a América Central era o quintal exclusivo de Washington (nas palavras de seu ditador derrubado, "Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos") e em parte porque, inicialmente, suas implicações não eram nada claras. Não parecia haver, de imediato, uma distinção evidente entre essa e as outras 114 mudanças violentas de governo na América Latina do século XIX, que ainda constituem o grupo mais numeroso dentre os acontecimentos habitualmente conhecidos como "revoluções". Ademais, à época em que a Revolução Mexicana se manifestou como um levante social importante, a primeira do gênero num país agrário do Terceiro Mundo, estava fadada a ser, uma vez mais, eclipsada pelos acontecimentos na Rússia.

No entanto, a Revolução Mexicana é significativa, pois nasceu diretamente das contradições internas do mundo do império e por ter sido a primeira das grandes revoluções no mundo colonial e dependente em que as massas trabalhadoras tiveram um papel importante. Pois os movimentos anti-imperialistas e os que mais tarde seriam chamados de movimentos de libertação colonial estavam, de fato, se desenvolvendo no interior dos velhos e novos

impérios coloniais das metrópoles, mas sem contudo ainda parecerem representar uma ameaça séria ao poder imperial.

De maneira geral, os impérios coloniais ainda eram controlados com a mesma facilidade com que haviam sido conquistados — fora as regiões guerreiras montanhosas como as do Afeganistão, Marrocos e Etiópia, ainda fora do domínio estrangeiro. "Sublevações nativas" eram reprimidas sem muitos problemas, embora por vezes — como no caso do Herero, no Sudoeste Africano alemão (atual Namíbia) — com notável brutalidade. Os movimentos anticolonialistas ou autonomistas estavam, de fato, começando a se desenvolver nos países colonizados social e politicamente mais complexos, mas normalmente não se consumava aquela aliança entre a minoria instruída e ocidentalizada e os defensores xenófobos da tradição antiga que (como na Pérsia) os transformou numa força política respeitável. Ambos os grupos nutriam desconfianças mútuas, por motivos óbvios, o que era proveitoso para o poder colonial. Na Argélia francesa, o núcleo da resistência foi o clero muçulmano (ulemá) que já estava se organizando, enquanto os leigos *évolués*[c] tentavam se tornar franceses da esquerda republicana. No protetorado da Tunísia, seu cerne foram os ocidentalizados instruídos, já então formando um partido que reivindicava uma constituição (o Destour), do qual descendeu em linha direta o Partido Neo-Destour, cujo líder, Habib Bourguiba, tornou-se o chefe da Tunísia independente em 1954.

Das grandes potências coloniais, apenas a mais antiga e maior, a Grã-Bretanha, pressentia a transitoriedade. Aquiesceu à virtual independência das colônias povoadas por brancos (chamadas de "domínios" a partir de 1907). Como essa medida não era de natureza a despertar resistência, não se esperava que criasse problemas; nem sequer na África do Sul, onde os conflitos com os *boers*, recentemente anexados após sua derrota numa guerra difícil, pareciam sanados por um acordo liberal generoso e pela frente comum constituída pelos britânicos e *boers* brancos contra a maioria não-branca. De fato, a África do Sul não causou qualquer transtorno sério em nenhuma das duas guerras mundiais, após as quais os *boers* tornaram a se apossar do subcontinente. A outra colônia

britânica "branca", a Irlanda, foi — e continua sendo — fonte de intermináveis problemas, embora a explosiva agitação dos anos da *Land League* e Parnell pareceu se acalmar após 1890 devido às brigas políticas irlandesas e a uma poderosa combinação de repressão e ampla reforma agrária. Os problemas da política parlamentar britânica fizeram ressurgir a questão irlandesa após 1910, mas a base de sustentação dos revoltosos irlandeses permaneceu tão estreita e instável que sua estratégia com vistas a ampliá-la consistia essencialmente em procurar o martírio através de uma rebelião destinada de antemão ao fracasso, cuja repressão ganharia o povo para sua causa. Isto de fato aconteceu após o Levante da Páscoa de 1916, um pequeno golpe de Estado dado por um pequeno número de militantes armados totalmente isolados. A guerra, como tantas outras vezes, revelou a fragilidade de edifícios políticos que haviam parecido estáveis.

Não parecia haver qualquer ameaça imediata ao domínio britânico em nenhum outro lugar. E, contudo, um movimento autêntico de libertação colonial estava se desenvolvendo visivelmente tanto nas mais antigas como na mais nova possessão britânica. O Egito, mesmo após a repressão da insurreição dos soldados de Arabi Pasha em 1882, nunca estivera em bons termos com a ocupação britânica. Seu governante, o quediva, e a classe dominante local de latifundiários, cuja economia há muito se integrara ao mercado mundial, aceitaram a administração do "procônsul" britânico, *Lord* Cromer, com acentuada falta de entusiasmo. O movimento/organização/partido autonomista, mais tarde conhecido como Wafd, já estava criando corpo. O controle britânico continuou bastante firme — duraria até 1952 — mas a impopularidade do domínio colonial direto era tanta que ele seria trocado, após a guerra (1922), por uma forma menos direta de gerenciamento, o que implicou uma certa egipcianização da administração. A semi-independência da Irlanda e a semi-autonomia do Egito, ambas ganhas em 1921-1922, marcariam o primeiro recuo parcial dos impérios.

O movimento de libertação era muitíssimo mais sério na Índia. Nesse subcontinente de quase 300 milhões de habitantes, a

burguesia poderosa — tanto comercial como financeira, industrial e de profissionais liberais — e o importante quadro de funcionários instruídos que o administrava para a Grã-Bretanha se ressentiam cada vez mais da exploração econômica, da impotência política e da inferioridade social. Basta ler E. M. Forster em *A Passage to India* para compreender por que. Já surgira um movimento autonomista. Sua principal organização, o Congresso Nacional Indiano (fundado em 1885), que se tornaria o partido de libertação nacional, refletia inicialmente tanto o descontentamento dessa classe média como a tentativa de administradores britânicos inteligentes, como Allan Octavian Hume (o verdadeiro fundador da organização), de serenar a agitação acatando os protestos sérios. Contudo, no começo do século XX, o Congresso começará a escapar à tutela britânica, em parte graças à influência da aparentemente apolítica ideologia da teosofia. Como admiradores do misticismo indiano, adeptos ocidentais dessa filosofia eram capazes de partilhar dos sentimentos nacionais indianos e, alguns deles, como a ex-secularista e ex-militante socialista Annie Besant, não tinham qualquer dificuldade em converter-se em paladinos do nacionalismo indiano. Os indianos cultos e sobretudo os ceilandeses acharam, é claro, o reconhecimento ocidental de seus próprios valores culturais agradável. O Congresso, contudo, embora com força crescente — e, a propósito, estritamente secular e de mentalidade ocidental — continuou sendo uma organização de elite. Entretanto, uma agitação que empreendeu a mobilização das massas não instruídas por meio da religião tradicional já estava em cena no oeste da Índia. Bal Ganghadar Tilak (1856-1920) defendeu as vacas sagradas do hinduísmo contra a ameaça estrangeira com algum sucesso popular.

Ademais, no início do século XX havia outros dois viveiros ainda mais portentosos de agitação popular na Índia. Os imigrantes indianos da África do Sul começavam a se organizar coletivamente contra o racismo da região e o principal porta-voz de seu bem-sucedido movimento de resistência passiva ou não-violenta de massa era, como vimos, o jovem advogado gujerati que, ao retornar à Índia em 1915, se tornaria a maior força mobilizadora das massas indianas pela causa da independência nacional: Gandhi. Gandhi

inventou o perfil, imensamente poderoso na política do Terceiro Mundo, do político moderno como um santo. Ao mesmo tempo, surgia em Bengala uma versão mais radical da política de libertação, com sua cultura vernácula sofisticada, sua ampla classe média hindu, sua vasta massa de classe média baixa instruída e com empregos modestos e seus intelectuais. O plano britânico de dividir essa grande província, criando uma região predominantemente muçulmana, propiciou a ampliação da agitação antibritânica a uma escala maciça. (O esquema foi abandonado.) O movimento nacionalista bengali, que desde o início constituiu a esquerda do Congresso e nunca se integrou de todo a este, combinou — a esta altura — um apelo religioso-ideológico ao hinduísmo a uma imitação proposital de movimentos revolucionários ocidentais afins, tais como o irlandês e o russo Narodniks. Isso criou o primeiro movimento terrorista sério na Índia — no período imediatamente anterior à guerra haveria outros no norte do país, cuja base eram os imigrantes punjabis retornados da América (o "partido Ghadr") — que, em 1905, já constituía um problema grave para a polícia. Ademais, os primeiros comunistas indianos [por exemplo, M. N. Roy (1887-1954)] viriam do movimento terrorista bengali durante a guerra. Mesmo continuando o controle britânico firme na Índia, para alguns administradores inteligentes já era claro que alguma espécie de revolução se tornaria inevitável, por mais lenta que fosse, levando a algum grau, de preferência modesto, de autonomia. De fato, a primeira proposta nesse sentido seria feita por Londres durante a guerra.

A região de maior vulnerabilidade imediata do imperialismo mundial se situava mais na zona nebulosa do império informal do que no formal, ou o que após a Segunda Guerra Mundial seria chamado de "neocolonialismo". O México era, sem dúvida, um país tanto econômica como politicamente dependente do grande vizinho do norte, mas tecnicamente era um Estado soberano independente, com suas próprias instituições e decisões políticas. Era mais um Estado como a Pérsia que uma colônia como a Índia. Ademais, o imperialismo econômico não era inaceitável para suas classes dirigentes nativas, na medida em que era uma força potencialmente

modernizadora. Pois em toda a América Latina os proprietários rurais, comerciantes, industriais e intelectuais que constituíam as classes dirigentes e as elites locais sonhavam com a realização do progresso que daria a seus países — que sabiam atrasados, frágeis, não respeitados e marginais à civilização ocidental, da qual eles se consideravam parte integrante — a oportunidade de cumprir seu destino histórico. Progresso significava Grã-Bretanha, França e, de modo cada vez mais claro, EUA. As classes dirigentes do México, especialmente no norte, onde a influência da economia americana vizinha era forte, não tinham objeções a se integrarem ao mercado mundial e, assim, ao mundo do progresso e da ciência, mesmo desprezando a rude grosseria dos homens de negócios e políticos gringos. De fato, quem surgiria como grupo político decisivo no país, após a revolução, seria a "gangue de Sonora", chefes da classe média agrária economicamente mais avançada dos Estados mexicanos do norte. Inversamente, o grande obstáculo à modernização foi a vasta massa da população rural, imobilista e inamovível, em todo ou em parte Índia ou negra, mergulhada na ignorância, na tradição e na superstição. Houve momentos em que os dirigentes e intelectuais da América Latina, como os do lapão, perderam as esperanças em seus povos. Sob a influência do racismo generalizado do mundo burguês (ver *A Era do Capital*, cap. 14:2) eles sonharam com uma transformação biológica de suas populações que as tornassem receptivas ao progresso: pela imigração maciça de pessoas de origem européia no Brasil e no Cone Sul da América do Sul, pelo cruzamento maciço com brancos no Japão.

Os dirigentes mexicanos não eram particularmente entusiastas da imigração maciça de brancos, pois a probabilidade de estes serem norte-americanos era alta demais, e sua luta de independência contra a Espanha já buscara legitimação invocando um passado pré-colombiano, independente e amplamente fictício, identificado aos astecas. Assim sendo, a modernização do México deixou os sonhos biológicos para outros e se concentrou diretamente no lucro, na ciência e no progresso mediados pelo investimento estrangeiro e pela filosofia de Augusto Comte. O grupo dos assim

chamados *científicos* se dedicou sinceramente a esses objetivos. Seu líder inconteste e chefe político do país desde 1870, isto é, durante todo o período a partir do grande avanço da economia imperialista mundial, era o presidente Porfirio Díaz (1830-1915). E, de fato, o desenvolvimento econômico do México durante sua presidência fora impressionante, para não falar da riqueza que alguns mexicanos acumularam por meio dele, especialmente os que estavam em condições de jogar, em benefício próprio, grupos rivais de empresários europeus (como o magnata britânico do petróleo e da construção, Weetman Pearson) uns contra os outros e contra os mais permanentemente dominantes norte-americanos.

À época, como agora, a estabilidade dos regimes entre o Rio Grande e o Panamá era ameaçada pela perda da boa vontade de Washington, que era imperialista militante e opinava "que o México hoje não passa de um anexo da economia americana". As tentativas de Díaz de manter a independência de seu país jogando o capital europeu contra o americano tornou-o extremamente impopular ao norte de suas fronteiras. O país era grande demais para lançar mão da intervenção militar, que os EUA praticavam com entusiasmo à época em países menores da América Central; mas em 1910 Washington não estava propenso a desencorajar seus simpatizantes (como a Standard Oil, irritada com a influência britânica no país que já era um dos maiores produtores de petróleo do mundo), que podiam desejar colaborar com a derrubada de Díaz. Não há dúvida de que os revolucionários mexicanos se beneficiaram grandemente de uma fronteira norte amistosa; e Díaz ficava ainda mais vulnerável porque, depois de conquistar o poder como líder militar, ele propiciara uma atrofia do exército, pois supunha — o que é compreensível — que os golpes militares eram mais perigosos que as insurreições populares. Para azar dele, viu-se confrontado com uma revolução popular armada importante que seu exército, ao contrário da maioria das forças armadas latino-americanas, foi incapaz de esmagar.

Tal confronto se deveu justamente ao notável desenvolvimento da economia, terreno em que sua presidência fora tão bem-sucedida. O regime apoiou os proprietários rurais (*hacendados*) com

mentalidade empresarial, ainda mais depois da rápida expansão geral e do desenvolvimento substancial de as ferrovias terem transformado faixas de terra antes inacessíveis em produtoras potenciais de tesouros. As comunidades livres dos povoados, localizadas sobretudo no centro e no sul do país, que haviam sido preservadas pela lei real espanhola e provavelmente fortalecidas nas primeiras gerações após a independência, foram sistematicamente expulsas de suas terras em uma geração. Elas seriam o cerne da revolução agrária, cujo líder e porta-voz foi Emiliano Zapata (1879-1919). Duas das áreas onde a inquietação rural foi mais intensa e prontamente mobilizada, os Estados de Morelos e Guerrero, estavam a uma distância da capital fácil de ser vencida a cavalo e, portanto, em condições de influenciar os assuntos nacionais.

A segunda área conturbada ficava no norte, rapidamente transformada de região-limite indígena (especialmente após a derrota dos apaches, em 1885), numa fronteira economicamente dinâmica, vivendo numa espécie de dependência simbiótica com as áreas vizinhas dos EUA. Ali estavam contidos inúmeros descontentamentos potenciais, como o das comunidades de ex-pioneiros que lutaram contra os índios e que agora estavam privados de suas terras; o dos índios yaqui, ressentidos com a derrota; o da nova e crescente classe média e o do número considerável de homens livres e seguros de si, freqüentemente possuidores de seus cavalos e armas, que podiam ser encontrados nas áreas de fazendas e minas abandonadas. Pancho Villa, bandido, ladrão de gado e por fim general revolucionário, era um exemplo típico destes últimos. Havia também grupos de proprietários rurais poderosos e prósperos como os Madero talvez a família mais rica do México — que disputavam o controle de seus próprios Estados com o governo central ou os seus aliados, os *hacendados* locais.

Muitos desses grupos potencialmente dissidentes na verdade se beneficiaram com os investimentos estrangeiros maciços e o crescimento econômico da época de Porfirio Díaz. O que os transformou em dissidentes, ou melhor, o que transformou uma luta política corriqueira em torno da reeleição ou possível afastamento do presidente Díaz em uma revolução foi, provavelmente, a crescente

integração da economia mexicana à economia mundial (ou antes, à americana). Mas a recessão americana de 1907-1908 teve efeitos desastrosos no México: diretos, na ruína do próprio mercado mexicano e na pressão financeira sobre a indústria do país; indiretos, na enxurrada de trabalhadores mexicanos que voltavam ao país sem um tostão, depois de perderem seus empregos nos EUA. As crises moderna e antiga coincidiam; recessão cíclica e quebra de safra, com os preços dos alimentos disparando para níveis fora do alcance dos pobres.

Foi nessas circunstâncias que uma campanha eleitoral virou terremoto. Díaz, tendo autorizado erroneamente a oposição a fazer campanha pública, "venceu" com facilidade as eleições contra seu principal adversário, Francisco Madero, mas o levante de rotina do candidato derrotado se transformou, para surpresa geral, num levante social e político nas terras fronteiriças do norte e no centro camponês rebelde que não pôde mais ser controlado. Díaz caiu. Madero assumiu, mas em breve seria assassinado. Os EUA procuraram sem sucesso, entre os generais e políticos rivais, alguém que fosse ao mesmo tempo suficientemente dócil ou corrupto e capaz de implantar um regime estável. Zapata fez uma redistribuição de terras aos seus seguidores camponeses no sul, Villa expropriou fazendas no norte quando lhe foi conveniente para pagar seu exército revolucionário e afirmou que, como homem de origem pobre, estava cuidando dos seus. Em 1914, ninguém tinha a mais pálida idéia do que aconteceria no México, mas não podia haver qualquer tipo de dúvida de que o país estava convulsionado por uma revolução social. O perfil do México pós-revolução só ficaria claro no final da década de 1930.

6

Alguns historiadores pensam que a Rússia, a economia que mais rapidamente se desenvolvia no fim do século XIX, teria continuado a

avançar e a evoluir rumo a uma sociedade liberal próspera se seu progresso não tivesse sido interrompido por uma revolução que só podia ter sido evitada pela Primeira Guerra Mundial. Nenhuma previsão teria surpreendido mais os contemporâneos do que essa. Se havia um Estado onde se acreditava que a revolução fosse não só desejável como inevitável, era o império dos czares. Gigantesco, pesado e ineficiente, econômica e tecnologicamente atrasado, com 126 milhões de habitantes (1897), 80% de camponeses e 1% de nobreza hereditária, ele era organizado de uma forma que todos os europeus instruídos consideravam francamente pré-histórica no fim do século XIX: a autocracia burocrática. Esse mesmo fato tornou a revolução o *único* método passível de mudar a política do Estado que não fosse dar um puxão de orelhas no czar ou fazer a máquina estatal se movimentar de cima para baixo: poucas pessoas poderiam optar pela primeira possibilidade, e ela não implicava necessariamente a segunda. Como havia a consciência quase universal da necessidade de um tipo ou outro de mudança, praticamente todos — desde os que no Ocidente teriam sido chamados de conservadores moderados até a extrema esquerda — eram obrigados a ser revolucionários. A única indagação era de que tipo.

O governo do czar estava ciente, desde a Guerra da Criméia (1854-1856), de que a posição russa de grande nação de primeira linha não podia mais se basear, com segurança, apenas no tamanho do país, em sua grande população e nas conseqüentemente vastas, porém primitivas, forças armadas. A Rússia precisava se modernizar. A abolição da servidão, em 1861 — junto com a Romênia, a Rússia era o último baluarte da servidão camponesa na Europa —, visava a puxar a agricultura russa para o século XIX, mas não produziu nem um campesinato satisfeito (cf. *A Era do Capital*, cap. 10:2) nem uma agricultura modernizada. O rendimento da produção de cereais na Rússia européia era (1898-1902) de pouco menos de 63 hectolitros por hectare, contra cerca de 100 nos EUA e 246 na Grã-Bretanha. Mesmo assim, a expansão da fronteira agrícola para a produção cerealista de exportação transformou a Rússia num dos maiores fornecedores mundiais de grãos. A safra líquida do conjunto dos

cereais aumentou 160% entre o início da década de 1860 e o da de 1900, e as exportações quintuplicaram ou sextuplicaram, aumentando em contrapartida a dependência dos camponeses russos em relação aos preços do mercado mundial, que (para o trigo) caíram a quase a metade durante a depressão agrícola mundial.

Como os camponeses não eram nem vistos nem ouvidos coletivamente fora de seus povoados, o descontentamento de quase cem milhões de camponeses podia facilmente passar despercebido, embora o flagelo da fome de 1891 tenha chamado a atenção para o problema. Entretanto, esse descontentamento não foi só acentuado pela pobreza, pelos sem-terra, pelos impostos elevados e preços baixos para os cereais, mas tinha também formas potenciais de organização significativas através das comunidades coletivas dos povoados, cuja posição como instituições oficialmente reconhecidas foi, paradoxalmente, fortalecida pela libertação dos servos e reforçada ainda mais na década de 1880, quando alguns burocratas as consideraram como um inestimável bastião da lealdade tradicionalista contra os revolucionários sociais. Outros, no terreno oposto do liberalismo econômico, faziam pressão para que elas fossem rapidamente eliminadas e suas terras transformadas em propriedade privada. Um debate análogo dividia os revolucionários. Os *narodniks* (ver *A Era do Capital*, cap. 9) ou populistas — com, é preciso que se diga, algum apoio instável e hesitante do próprio Marx — pensavam que uma comuna camponesa revolucionada podia constituir a base de uma transformação socialista direta da Rússia, poupando o país dos horrores do desenvolvimento capitalista; os marxistas russos acreditavam que isso não era mais possível, porque a comuna já estava se dividindo em dois grupos mutuamente hostis, burguesia e proletariado rurais. Eles também teriam preferido essa situação, pois só tinham fé nos trabalhadores. Ambos os lados, nos dois debates, testemunham a importância das comunas camponesas, que detinham 80% da terra, em cinqüenta províncias da Rússia européia, em posse comunitária, a ser periodicamente redistribuída por decisão da comunidade. A comuna estava, de fato, se desintegrando nas regiões do sul, onde a comercialização estava

mais implantada, com menos rapidez, porém, do que acreditavam os marxistas: permanecia quase universalmente inabalada no norte e no centro. Nos locais onde continuava forte, era um organismo que articulava o consenso do povoado em torno da revolução bem como, em outras circunstâncias, a favor do czar e da Sagrada Rússia. Nos lugares onde estava se desfazendo, levou a maioria de seus habitantes a se unirem para defendê-la ativamente. Na verdade, felizmente para a revolução, o desenvolvimento da "luta de classes no povoado", predita pelos marxistas, ainda não fora suficiente para comprometer a imagem do movimento, que parecia ser maciço de *todos* os camponeses, mais ricos e mais pobres, contra a nobreza e o Estado.

Independente de suas opiniões, quase todos os participantes da vida pública russa, legal ou ilegal, concordavam em que o governo do czar administrara mal a reforma agrária e negligenciara os camponeses. Agravara, na verdade, seu descontentamento quando este já era agudo, desviando recursos da população rural para uma maciça industrialização patrocinada pelo Estado na década de 1890. Isto porque o grosso da receita fiscal da Rússia vinha da área rural, e os impostos elevados, juntamente com tarifas protecionistas vultosas e muita importação de capital, eram essenciais para o projeto de aumentar o poder da Rússia czarista através da modernização econômica. Os resultados, obtidos por meio de uma mescla de capitalismo privado e de Estado, foram espetaculares. Entre 1890 e 1904, foram duplicados os quilômetros de ferrovias (em parte devido à construção da linha transiberiana), enquanto a produção de carvão, ferro e aço dobrou nos últimos cinco anos do século. Mas o outro lado da moeda foi o fato de a Rússia czarista passar a ter um proletariado industrial em rápida expansão, concentrado em complexos fabris extraordinariamente grandes de poucos centros principais e, por conseguinte, ter também um começo de movimento de trabalhadores comprometido, é claro, com a revolução social.

Uma terceira conseqüência da industrialização rápida foi o desenvolvimento desproporcional de regiões não pertencentes à Grande Rússia, situadas nas extremidades oeste e sul do império, como a Polônia, a Ucrânia e o Azerbaijão (petróleo). As tensões

nacionais e sociais se intensificaram, sobretudo com a tentativa do governo czarista de aumentar seu controle político por meio de uma política sistemática de russificação através da educação a partir dos anos 1880. Como vimos, a combinação dos descontentamentos sociais aos nacionais é indicada pelo fato de as variantes dos novos movimentos sociais democráticos (marxistas) da maioria dos povos minoritários e politicamente mobilizados do Império czarista terem se tornado de fato partidos nacionais. O fato de um georgiano (Stalin) vir a ser dirigente de uma Rússia revolucionada constitui menos um acidente histórico que o de um corso (Napoleão) ter se tornado dirigente de uma França revolucionada.

Todos os liberais europeus, a partir de 1830, tinham conhecimento e eram favoráveis a um movimento de libertação nacional polonês, baseado na burguesia, contra o governo czarista, que ocupava a maior parte daquele país dividido, embora o nacionalismo revolucionário não fosse muito visível ali desde a insurreição derrotada de 1863[d]. A partir de cerca de 1870, eles também se acostumaram — e apoiaram — à nova idéia de uma revolução iminente no próprio coração do império, governado pelo "autocrata de todas as Rússias", tanto devido ao fato de o próprio czarismo dar sinais de fraqueza interna e externa, como ao surgimento de um movimento revolucionário muito visível, no início composto quase inteiramente por integrantes da assim chamada *intelligentsia*: filhos e, em grau elevado e sem precedentes, filhas da nobreza e da burguesia, os estamentos médios e outros instruídos, inclusive — pela primeira vez — uma proporção substancial de judeus. A primeira geração desses revolucionários era majoritariamente *narodnik* (populista) (cf. *A Era do Capital*, cap. 9), voltada para o campesinato, que não tomou conhecimento deles. Foram muito mais bem-sucedidos agindo em pequenos grupos terroristas — especialmente quando, em 1881, conseguiram assassinar o czar, Alexandre II. Embora o terrorismo não tenha podido enfraquecer significativamente o czarismo, deu destaque internacional ao movimento revolucionário russo e ajudou a cristalizar um consenso praticamente universal, com exceção da

extrema direita, em torno da necessidade e da inevitabilidade de uma revolução russa.

Os *narodniks* foram destruídos e dispersos após 1881, mas renasceram sob a forma de um partido "Revolucionário Social" no início da década de 1900; desta vez, porém, os povoados estavam preparados para escutá-los. Eles se tornariam o principal partido rural de esquerda, embora também tenham ressuscitado a ala terrorista, onde, à época, estava infiltrada a polícia secreta[e]. Como todos que esperavam algum tipo de revolução russa, eles haviam sido estudantes aplicados de teorias ocidentais apropriadas e, portanto, graças à Primeira Internacional, do mais vigoroso e proeminente teórico da revolução social: Karl Marx. Na Rússia, dada a inviabilidade social e política das soluções liberais ocidentais, até as pessoas que em outros lugares teriam sido liberais eram marxistas antes de 1900, pois o marxismo ao menos predizia uma fase de desenvolvimento capitalista no caminho que levava à sua derrubada pelo proletariado.

Não é surpreendente o fato de os movimentos revolucionários que cresceram sobre as ruínas do populismo dos anos 1870 serem marxistas, embora só tivessem se organizado num partido social-democrata russo — ou, antes, num complexo de organizações social-democratas rivais, que ocasionalmente agiam em conjunto, sob o manto geral da Internacional — no final da década de 1890. A esta altura, a idéia de um partido baseado no proletariado industrial tinha algum fundamento real, mesmo se o mais forte apoio de massa ia para a social-democracia, à época ainda provavelmente composta por artesãos e trabalhadores autônomos empobrecidos e proletarizados do norte da região onde eram confinados os judeus, baluarte da Liga Judaica (1897). Nós costumamos acompanhar o avanço do grupo específico de revolucionários marxistas que finalmente prevaleceu, ou seja, aquele liderado por Lenin (V. I. Ulyanov, 1870-1924), cujo irmão fora executado devido à sua participação no assassinato do czar. Por mais relevante que possa ser — e a genialidade de Lenin na combinação de teoria e prática revolucionárias não é a menor das causas dessa importância — é preciso lembrar de três coisas. Os bolcheviques[f] eram apenas uma

entre várias tendências dentro ou próximo da social-democracia russa (por sua vez diferente de outros partidos socialistas de base nacional do império). De fato, eles só se transformaram em partido autônomo em 1912, quando quase certamente se tornaram a força majoritária da classe trabalhadora organizada. Em terceiro lugar, para os socialistas estrangeiros, como provavelmente para a massa dos trabalhadores russos, as distinções entre diferentes tipos de socialistas ou eram incompreensíveis ou pareciam secundárias, todos sendo igualmente merecedores de apoio e solidariedade como inimigos do czarismo. A principal diferença entre os bolcheviques e os outros era que os camaradas de Lenin eram mais bem-organizados, mais eficientes e mais confiáveis.

O fato de a inquietação social e política ser crescente e perigosa ficou óbvio para o governo do czar, embora a inquietação camponesa viesse a continuar por algumas décadas após a emancipação. O czarismo não desencorajou, até às vezes encorajou, o anti-semitismo de massa, que desfrutava de enorme apoio popular, como a vaga de *pogroms* de 1881 revelou, embora esse apoio fosse menor na Grande Rússia que na Ucrânia e nas regiões bálticas, onde estava concentrado o grosso da população judaica. Os judeus, cada vez mais maltratados e discriminados, eram cada vez mais atraídos pelos movimentos revolucionários. Por outro lado, o regime, consciente do perigo potencial que o socialismo representava, jogou com a legislação trabalhista, e inclusive organizou com presteza contra-sindicatos sob o controle da polícia no início da década de 1900, que efetivamente se transformaram em sindicatos de fato. Foi o massacre de uma manifestação organizada por eles que, na verdade, precipitou a revolução de 1905. Entretanto, a partir de 1900, o rápido aumento da inquietação social ficou cada vez mais evidente. Os tumultos provocados por camponeses, há muito semi-adormecidos, recrudesceram inegavelmente a partir de cerca de 1902, ao mesmo tempo que os trabalhadores organizavam o que veio a desembocar em greves gerais em Rostov-sobre-o-Don, Odessa e Baku (1902-1903).

Regimes inseguros prudentes evitam políticas externas temerárias. A Rússia czarista enveredou por esse terreno, como uma

grande potência (por mais que tivesse pés de barro) que insistia em desempenhar o que ela sentia ser o papel que lhe cabia na conquista imperial. O território escolhido foi o Extremo Oriente — a ferrovia transiberiana fora, em boa medida, construída para penetrar nesse território. A conquista russa ali esbarrou na expansão japonesa, ambas às custas da China. Como sempre nesses episódios imperialistas, negócios obscuros e auspiciosamente lucrativos de empresários que ficam na sombra complicavam o quadro. Como apenas a infeliz e gigantesca China enfrentara uma guerra contra o Japão, o Império Russo foi o primeiro a subestimar, no século XX, aquele formidável Estado. A guerra russo-japonesa de 1904-1905, embora tenha matado 84 mil japoneses e ferido 143 mil, foi um rápido e humilhante desastre para a Rússia, ressaltando a fraqueza do czarismo. Até os liberais de classe média, que haviam começado a se organizar como oposição política em 1900, se aventuraram a fazer manifestações públicas. O czar, consciente das ondas revolucionárias cada vez mais altas, acelerou as negociações de paz: antes de sua conclusão, a revolução estourou, em janeiro de 1905.

A revolução de 1905 foi, como disse Lenin, uma "revolução burguesa realizada por meios proletários". "Por meios proletários" talvez seja uma simplificação excessiva, embora o início do recuo do governo se tenha devido às greves maciças de trabalhadores na capital e às greves de solidariedade na maioria das cidades industriais do império; e embora mais tarde as greves tenham, outra vez, exercido a pressão que propiciou algo parecido a uma constituição em 17 de outubro. Ademais, foram os trabalhadores que — sem dúvida a partir da experiência dos povoados — se organizaram espontaneamente nos "conselhos" (em russo: *soviets*), dentre os quais o Soviete de Delegados de Trabalhadores de São Petersburgo, instalado em 13 de outubro, funcionou não apenas como uma espécie de parlamento de trabalhadores, mas provavelmente, por um curto período, como a autoridade mais efetiva e real da capital do país. Os partidos socialistas reconheceram bem depressa a relevância dessas assembléias, e alguns tiveram participação destacada nelas — como o jovem L. B. Trotsky (1879-

1940) em São Petersburgo[g]. Isso porque, por mais crucial que fosse a intervenção dos trabalhadores, concentrados na capital e em outros centros politicamente candentes, foi a irrupção das revoltas camponesas em escala maciça na região da Terra Negra, no vale do Volga e em partes da Ucrânia, bem como o desmoronamento das forças armadas, dramatizado pelo motim do encouraçado *Potemkin*, que quebrou a resistência czarista — como em 1917. A mobilização simultânea da resistência revolucionária das nacionalidades menores foi igualmente significativa.

O caráter "burguês" da revolução podia ser, e foi, dado por certo. Não apenas a esmagadora maioria da classe média era favorável à revolução e a esmagadora maioria dos estudantes (ao contrário de outubro de 1917) estavam mobilizados para lutar por ela, como também tanto os liberais como os marxistas admitiam, quase sem discordância, que a revolução, se fosse bem-sucedida, *só* poderia levar à implantação de um sistema parlamentarista ocidental burguês, com suas liberdades civis e políticas características, dentro do qual os estágios posteriores da luta de classes marxiana seriam travados. Em suma, havia consenso de que a construção do socialismo não estava na pauta revolucionária imediata, quanto mais não fosse porque a Rússia era muito atrasada. Não estava nem econômica nem socialmente pronta para o socialismo.

Todos concordavam nesse ponto, salvo os social-revolucionários, que ainda sonhavam com um projeto cada vez menos plausível de ver as comunas camponesas transformadas em unidades socialistas — projeto paradoxalmente realizado apenas nos *kibutzim* da Palestina, produtos do que há no mundo de menos parecido a um mujique, os judeus urbanos socialistas-nacionalistas que emigraram da Rússia para a Terra Santa após o fracasso da revolução de 1905.

No entanto Lenin viu, com a mesma clareza que as autoridades czaristas, que a burguesia — liberal ou outra — na Rússia era numérica e politicamente fraca demais para assumir o governo após o czarismo, da mesma maneira como a empresa capitalista privada russa era fraca demais para modernizar o país sem as iniciativas das empresas estrangeiras e do Estado. Mesmo no auge da revolução,

as concessões políticas feitas pelas autoridades foram modestas, muito mais restritas que as de uma constituição liberal-burguesa — pouco mais que um parlamento indiretamente eleito (Duma) com poderes limitados no que tange às finanças e nulos em relação ao governo e às "leis fundamentais"; em 1907, quando a agitação revolucionária amainara e a manipulação do direito de voto ainda não produzira uma Duma suficientemente inofensiva, a maior parte da constituição foi revogada. Não foi, na verdade, um retorno à autocracia, mas, na prática, o czarismo tornara a se implantar.

Mas, como 1905 já provara, ele podia ser derrubado. O que a posição de Lenin tinha de novo em relação à de seus principais rivais, os mencheviques, era o fato de ele reconhecer que, dada a fraqueza ou a ausência da burguesia, a revolução burguesa deveria, por assim dizer, ser feita sem a burguesia. Seria feita pela classe operária, organizada e conduzida pelo disciplinado partido de vanguarda de revolucionários profissionais — a notável contribuição de Lenin à política do século XX — com o apoio do campesinato que ansiava por terra, cujo peso político na Rússia era decisivo e cujo potencial revolucionário agora estava sendo demonstrado. Essa foi, em suas grandes linhas, a posição leninista até 1917. A idéia de que os próprios operários podiam, dada a ausência de uma burguesia, tomar o poder e passar diretamente à etapa seguinte da revolução social ("revolução permanente") de fato havia sido brevemente ventilada durante a revolução — quanto mais não fosse para estimular uma revolução proletária no Ocidente, sem a qual acreditava-se que as chances de um regime socialista sobreviver fossem mínimas, a longo prazo. Lenin pensou nessa possibilidade, mas continuou a rejeitá-la como impraticável.

A perspectiva leninista repousava num crescimento da classe operária, num campesinato que continuasse sendo uma força revolucionária — e, é claro, também na mobilização, na aliança ou, ao menos, na neutralização das forças de libertação nacional, pois elas eram recursos revolucionários importantes, na medida em que inimigas do czarismo. (Daí a insistência de Lenin no direito à autodeterminação, ou mesmo à separação da Rússia, embora os bolcheviques estivessem organizados num partido único para todo o

território e, por assim dizer, a-nacional.) O proletariado de fato estava crescendo, pois a Rússia empreendera outra ofensiva industrializadora nos últimos anos antes de 1914; e era mais provável que os jovens migrantes vindos do campo, numa grande torrente fluindo em direção às fábricas de Moscou e São Petersburgo, seguissem mais os radicais bolcheviques do que os moderados mencheviques, sem contar os miseráveis acampamentos provinciais de fumaça, carvão, ferro, têxteis e lama — o Donets, os Urais, Ivanovo — que sempre se inclinaram para o bolchevismo. Após poucos anos de desânimo na esteira da derrota da revolução de 1905, uma enorme e nova vaga de inquietação proletária tornou a se erguer em 1912, com seu ascenso dramatizado pelo massacre de duzentos operários grevistas nas longínquas minerações de ouro (de propriedade britânica) siberianas no rio Lena.

Mas continuariam os camponeses revolucionários? A reação do governo do czar a 1905, através do competente e decidido ministro Stolypin, criaria uma massa substancial de camponeses conservadores, incrementando ao mesmo tempo a produtividade agrícola por meio de um mergulho entusiástico no equivalente russo do "cerceamento de terras" britânico. A comuna camponesa foi sistematicamente dividida em lotes privados em benefício de uma classe de camponeses prósperos com mentalidade empresarial, os *kulaks*. Se Stolypin ganhasse sua aposta nos "fortes e sérios", a polarização social entre os ricos do povoado, de um lado, e os sem-terra, de outro, a diferenciação das classes rurais anunciada por Lenin realmente teria ocorrido; mas, diante do panorama real, ele reconheceu, com seu habitual tino político certeiro, que ela não seria positiva para a revolução. Se a legislação de Stolypin poderia ou não ter dado os resultados políticos esperados a longo prazo, não podemos saber. Ela foi implementada de maneira bastante ampla nas províncias do sul, onde a comercialização estava mais enraizada, notadamente na Ucrânia, e muito menos nas outras regiões. Entretanto, já que o próprio Stolypin foi afastado do governo do czar em 1911 e assassinado pouco depois, e já que, em 1906, o próprio império teria só mais oito anos de paz, a indagação é acadêmica.

O que é claro é que a derrota da revolução de 1905 nem gerara uma alternativa "burguesa" potencial ao czarismo nem lhe dera mais do que meia dúzia de anos de trégua. Em 1912-1914, o país estava uma vez mais em ebulição, devido à inquietação social. Lenin estava convencido de que uma vez mais uma situação revolucionária se aproximava. No verão de 1914, os únicos obstáculos que se lhe opunham eram a força e a firme lealdade da burocracia do czar, da polícia e das forças armadas que — ao contrário de 1904-1905 — não estavam nem desmoralizadas nem engajadas no campo oposto; e talvez a passividade da classe média intelectual russa, cuja grande maioria, desanimada pela derrota de 1905, trocara o radicalismo político pelo irracionalismo e a vanguarda cultural.

Como em tantos outros Estados europeus, a deflagração da guerra deu vazão ao ardor social e político. Quando este arrefeceu, foi ficando cada vez mais evidente que o czarismo estava acabado. Caiu em 1917.

Em 1914, a revolução convulsionara todos os antigos impérios do planeta, das fronteiras da Alemanha aos mares da China. Como a Revolução Mexicana, as agitações egípcias e o movimento nacional indiano mostraram, ela estava começando a corroer os novos impérios formais ou informais do imperialismo. Entretanto seus resultados ainda não estavam claros em parte alguma, e era fácil subestimar a significação de seu fogo, bruxuleando entre o que Lenin chamou de "material inflamável na política mundial". Ainda não estava claro que a Revolução Russa produziria um regime comunista — o primeiro da história e se tornaria o acontecimento central da política mundial do século XX, como a Revolução Francesa fora o acontecimento central da política do século XIX.

E contudo já era óbvio que, de todas as erupções ocasionadas pelo vasto terremoto social do planeta, a Revolução Russa teria a maior repercussão internacional, pois até a convulsão incompleta e temporária de 1905-1906 tivera resultados dramáticos e imediatos. Quase com certeza precipitou as revoluções persa e turca, provavelmente acelerou a chinesa e, ao incentivar o imperador da Áustria a introduzir o sufrágio universal, transformou, tornando ainda mais instável, a conturbada política do Império Habsburgo. Pois a

Rússia era uma "grande potência", uma das cinco pedras angulares do sistema internacional centrado na Europa e, levando em conta apenas territórios próprios, de longe o maior, mais populoso e mais dotado de recursos. Uma revolução social num Estado assim estava fadada a ter efeitos mundiais poderosos, exatamente pelo mesmo motivo que haviam tornado a Revolução Francesa muitíssimo mais significativa internacionalmente que as numerosas revoluções do fim do século XVIII.

Mas as repercussões potenciais de uma revolução russa seriam ainda mais amplas que as de 1789. A simples extensão física e a plurinacionalidade de um império que ia do Pacífico à fronteira alemã significava que sua queda afetava um número muito maior de países, em dois continentes, que a de um Estado mais marginal ou isolado na Europa ou na Ásia. E o fato crucial de a Rússia estar com um pé no mundo dos conquistadores e outro no das vítimas, no avançado e no atrasado, fez com que sua revolução tivesse repercussões potenciais consideráveis em ambos. A Rússia era tanto um país industrial importante como uma economia camponesa tecnologicamente medieval; uma nação imperial e uma semicolônia; uma sociedade cujas realizações intelectuais e culturais eram capazes de superar os mais avançados similares do mundo ocidental e um país cujos soldados camponeses ficaram pasmos com a modernidade dos japoneses que os capturaram em 1904-1905. Em suma, a Revolução Russa podia ser relevante ao mesmo tempo para os organizadores ocidentais dos trabalhadores e para os revolucionários orientais, na Alemanha e na China.

A Rússia czarista exemplifica todas as contradições do planeta na Era do Império. O único elemento que faltava para fazê-las explodir em erupções simultâneas era a guerra mundial, que a Europa cada vez mais esperava e que foi incapaz de evitar.

---

[a] Desde então não há uma característica geográfica que demarque claramente o prolongamento ocidental da massa de terra asiática, que chamamos de Europa, do resto da Ásia.

[b] A lei islâmica não exigia uma profissão específica de advogado. O número de pessoas alfabetizadas foi triplicado entre 1875-1900, criando um mercado maior para a imprensa.

[c] Em francês, no original: evoluído. (N. da T.)

[d] As partes anexadas pela Rússia formavam o núcleo da Polônia. Os nacionalistas poloneses também resistiram, na condição mais fraca de minoria, na parte anexada pela Alemanha, mas chegaram a uma solução de compromisso bastante confortável no setor austríaco com a monarquia dos Habsburgo, que precisava do apoio polonês para criar um equilíbrio político entre suas nacionalidades em conflito.

[e] Seu cabeça, o policial Azev (1869-1918), enfrentou a complexa tarefa de assassinar um número suficiente de pessoas proeminentes para satisfazer seus camaradas e entregar um número suficiente destes para satisfazer a polícia, sem perder a confiança de nenhum dos dois lados.

[f] Assim chamados devido a uma maioria temporária no primeiro verdadeiro congresso do Partido Trabalhista Social Democrata Russo (1903). Em russo: *bolshe* = mais; *menshe* = menos.

[g] A maioria dos outros socialistas conhecidos estava no exílio e não pôde voltar à Rússia a tempo de atuar eficazmente.

CAPÍTULO 13

DA PAZ À GUERRA

Durante o debate [de 27 de março de 1900] expliquei... que eu entendia por política mundial tão-somente o apoio e o avanço nas tarefas geradas pela expansão de nossa indústria, de nosso comércio, da força de trabalho, da atividade e da inteligência de nosso povo. Não temos a intenção de implementar uma política agressiva de expansão. Queríamos apenas proteger os interesses vitais que conquistamos no mundo inteiro, no desenrolar natural dos acontecimentos.

Chanceler alemão von Büllow, 1900

Não é certo que uma mulher vá perder seu filho se ele for para o front*; na verdade, a mina de carvão e o pátio de manobras de uma ferrovia são lugares mais perigosos que o campo militar.*

Bernard Shaw, 1902

Glorificaremos a guerra — a única higiene do mundo —, o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutivo dos construtores da liberdade, belas idéias pelas quais vale a pena morrer e que as mulheres desprezam.

F. T. Marinetti. 1909

1

A partir de agosto de 1914, a presença da guerra mundial rondou, impregnou e assombrou a vida dos europeus. Quando da redação do presente texto, a maioria das pessoas deste continente, com mais de setenta anos, passou ao menos por uma parte de duas guerras no curso de suas vidas; todas as de mais de cinqüenta, com exceção

dos suecos, suíços, irlandeses do sul e portugueses, têm a experiência de ao menos parte de uma delas. Mesmo os nascidos depois de 1945, depois de as armas terem silenciado nas fronteiras dos países europeus, conheceram raros anos em que em algum lugar do mundo não houvesse guerra, e viveram a vida toda com o sombrio espectro de um terceiro conflito mundial, nuclear, mantido sob controle apenas pela infindável concorrência visando a garantir a destruição mútua, como praticamente todos os governos lhes disseram. Como podemos chamar tal época de tempo de paz, mesmo que a catástrofe global esteja sendo evitada por quase tanto tempo quanto o foi uma guerra importante entre potências européias, entre 1871 e 1914. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes,

> "a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas num lapso de tempo durante o qual o desejo de rivalizar através de batalhas é suficientemente conhecido".

Quem pode negar que esta seja a situação do mundo desde 1945?

Não era assim antes de 1914: a paz era o quadro normal e esperado das vidas européias. Desde 1815 não houvera nenhuma guerra envolvendo as potências européias. Desde 1871, nenhuma nação européia ordenara a seus homens em armas que atirassem nos de qualquer outra nação similar. As grandes potências escolhiam suas vítimas no mundo fraco e não-europeu, embora às vezes calculassem mal a resistência de seus adversários: os *boers* deram aos britânicos muito mais trabalho que o esperado e os japoneses conquistaram seu lugar entre as grandes nações ao derrotar a Rússia em 1904-1905, surpreendentemente com poucos transtornos. No território da maior e mais próxima vítima potencial — o Império Otomano, há muito em processo de desintegração — a guerra era, de fato, uma possibilidade permanente, dado que os povos a ele submetidos procuravam se estabelecer ou se expandir como Estados independentes e, por conseguinte, guerreavam entre si, arrastando as grandes nações em seus conflitos. Os Bálcãs eram

conhecidos como o barril de pólvora da Europa, e foi, de fato, ali que a explosão global de 1914 começou. Mas a "Questão Oriental" era um ponto conhecido da pauta da diplomacia internacional, e embora tivesse gerado crises internacionais sucessivas durante um século, inclusive uma guerra internacional bastante substancial (a Guerra da Criméia), nunca escapara totalmente ao controle. Ao contrário do Oriente Médio desde 1945, os Bálcãs pertenciam, para a maioria dos europeus que não viviam ali, ao reino das estórias de aventuras, como as do autor alemão de literatura infantil Karl May, ou das operetas. A imagem das guerras balcânicas, no final do século XIX, era a do livro *Arms and the Man*, de Bernard Shaw, que, caracteristicamente, foi transformada em musical (*The Chocolate Soldier*, de um compositor vienense, 1908).

A possibilidade de uma guerra generalizada na Europa fora, é claro, prevista, e preocupava não apenas os governos e as administrações, como também um público mais amplo. A partir do início da década de 1870, a ficção e a futurologia produziram, sobretudo na Grã-Bretanha e na França, *sketches*, geralmente não realistas, sobre uma futura guerra. Na década de 1880, Friedriech Engels já analisava as probabilidades de uma guerra mundial, enquanto o filósofo Nietzsche, louca porém profeticamente, saudou a militarização crescente da Europa e predisse uma guerra que "diria sim ao animal bárbaro, ou mesmo selvagem, que existe entre nós". Na década de 1890, a preocupação com a guerra foi suficiente para gerar o Congresso Mundial (Universal) para a Paz — o vigésimo primeiro estava previsto para setembro de 1914, em Viena —, o Prêmio Nobel da Paz (1897) e a primeira das Conferências de Paz de Haia (1899), reuniões internacionais de representantes majoritariamente céticos de governos e a primeira de muitas das reuniões que tiveram lugar desde então, nas quais os governos declararam seu compromisso decidido, porém teórico, com o ideal da paz. Nos anos 1900, a guerra ficou visivelmente mais próxima e nos anos 1910 podia ser e era considerada iminente.

E contudo sua deflagração não era realmente *esperada*. Nem durante os últimos dias da crise internacional — já irreversível — de julho de 1914, os estadistas, dando os passos fatais, acreditavam

que realmente estivessem dando início a uma guerra mundial. Uma fórmula seria com certeza encontrada, como tantas vezes no passado. Os que se opunham à guerra também não podiam acreditar que a catástrofe há tanto tempo predita por eles chegara. Bem no final de julho, *depois* de a Áustria ter declarado guerra à Sérvia, os líderes do socialismo internacional se reuniram, profundamente abalados mas ainda convencidos de que uma guerra generalizada era impossível e que uma solução pacífica para a crise seria encontrada. "Eu, pessoalmente, não acredito que haverá uma guerra generalizada", disse Victor Adler, chefe da social-democracia do Império Habsburgo, no dia 29 de julho. Nem aqueles que estavam apertando os botões da destruição nela acreditavam, não porque não quisessem, mas porque era independente de sua vontade: como o imperador Guilherme, perguntando a seus generais, no último minuto, se a guerra, afinal de contas, não poderia ser situada na Europa oriental se se evitasse atacar a França e a Rússia — e ouvindo a resposta de que infelizmente isso era impraticável. Aqueles que haviam construído os mecanismos da guerra e ligado os interruptores agora estavam vendo, com uma espécie de incredulidade estupefata, as engrenagens começarem a se pôr em movimento. Para os que nasceram após 1914, é difícil imaginar como a crença de que uma guerra mundial não podia "realmente" acontecer estava profundamente enraizada no tecido da vida antes do dilúvio.

Assim, para a maioria dos Estados ocidentais, e na maior parte do tempo entre 1871 e 1914, uma guerra européia era uma lembrança histórica ou um exercício teórico para um futuro indefinido. A principal função dos exércitos em suas sociedades durante esse período era civil. O serviço militar obrigatório — alistamento — agora era a norma em todas as nações de peso, com exceção da Grã-Bretanha e dos EUA, embora, na verdade, nem todos os rapazes de fato se alistassem; e, com o ascenso dos movimentos de massas socialistas, generais e políticos às vezes ficavam nervosos — erroneamente, como veio a ser evidenciado — ao pensar em pôr armas nas mãos de proletários potencialmente revolucionários. Para os recrutas comuns, mais familiarizados com a

servidão do que com as glórias da vida militar, entrar para o exército se tornou um rito de passagem que marcava a chegada de um garoto à idade adulta, seguido por dois ou três anos de treinamento e trabalho duro, que se tornavam mais toleráveis devido à notória atração que a farda exercia sobre as moças. Para os suboficiais profissionais o exército era um emprego. Para os oficiais, um jogo infantil onde quem brincava eram os adultos, símbolo de sua superioridade em relação aos civis, de esplendor viril e de *status* social. Para os generais era, como sempre, o terreno propício às intrigas políticas e ciúmes relativos à carreira, tão amplamente documentada nas memórias dos chefes militares.

Para os governos e as classes dirigentes, os exércitos eram não só forças para enfrentar inimigos internos e externos, mas também um modo de garantir a lealdade, ou mesmo o entusiasmo ativo, de cidadãos com simpatias inquietantes por movimentos de massas que solapavam a ordem política e social. Junto com a escola primária, o serviço militar era talvez o mecanismo mais poderoso à disposição do Estado com vistas à inculcação do comportamento cívico apropriado e, não menos importante, à transformação do habitante de um povoado no cidadão (patriota) de uma nação. A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua "nacional" oficial, e o exército fez do espaguete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália. No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exércitos, para os habitantes não-militares da Europa, entre 1871 e 1914, era provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos.

Naturalmente, os soldados e, bem mais raramente, os marinheiros de vez em quando desempenhavam suas funções básicas. Podiam ser mobilizados contra desordens e protestos em momentos de perturbações e de crise social. Os governos, especialmente os que precisavam se preocupar com a opinião pública e com seus eleitores, costumavam ser cuidadosos ao

confrontar as tropas com o risco de atirar em seus compatriotas: as conseqüências políticas dos tiros que soldados pudessem disparar contra civis podiam ser muito negativas, e as de sua recusa a fazê-lo podiam ser ainda piores, como ficou patente em Petrogrado em 1917. Entretanto, as tropas eram mobilizadas com bastante freqüência, e o número de vítimas nacionais da repressão militar não foi, de forma alguma, irrelevante nesse período, mesmo nos Estados da Europa central e ocidental, onde não se supunha a iminência da revolução, como a Bélgica e a Holanda. Em países como a Itália tais intervenções podiam ser, de fato, muito substanciais.

Para as tropas, a repressão interna era uma atividade inofensiva, mas as guerras eventuais, especialmente nas colônias, eram mais perigosas. O risco era reconhecidamente mais médico que militar. Dos 274 mil militares americanos mobilizados para a guerra hispano-americana de 1898, houve apenas 379 mortos e 1.600 feridos em combate, porém mais de cinco mil morreram de doenças tropicais. Não admira que os governos apoiassem com tanto entusiasmo as pesquisas em medicina, que no período que nos ocupa conseguiram algum controle sobre a febre amarela, a malária e outros flagelos dos territórios ainda conhecidos como "a tumba do homem branco". A França perdeu uma média de oito oficiais por ano em operações coloniais, entre 1871 e 1908, incluídas as cifras relativas à única zona onde houve perdas sérias, Tonkin, onde caiu quase a metade dos 300 oficiais mortos nesses 37 anos. Não é nosso intuito subestimar a seriedade dessas campanhas, sobretudo sabendo-se que as perdas entre as vítimas eram desproporcionalmente pesadas. Mesmo para os países agressores, essas guerras eram tudo menos viagens de lazer. A Grã-Bretanha enviou 450 mil homens à África do Sul em 1899-1902, voltando com um saldo de 29 mil mortos em combate ou como conseqüência de ferimentos e 16 mil de doença, o que representou um ônus de 220 milhões de libras esterlinas. Tais custos eram importantes. Contudo, o trabalho do soldado nos países ocidentais era, de longe, consideravelmente menos perigoso que o de certos grupos de trabalhadores civis, como os dos transportes (especialmente por mar) e das minas. Nos três últimos anos das longas décadas de paz,

morriam por ano 1.430 mineiros de carvão britânicos, e 165 mil (ou mais de 10% da força de trabalho) sofriam ferimentos. E a taxa de acidentes nas minas de carvão britânicas, embora mais elevada que a belga ou a austríaca, era algo mais baixa que a francesa, cerca de 30% menor que a alemã e não mais de um terço do que a dos EUA. Os que corriam o maior risco de vida e de integridade física não usavam farda.

Assim, se deixarmos de lado a guerra britânica na África do Sul, a vida do soldado e do marinheiro de uma grande nação era bastante pacífica, embora não fosse o caso nos exércitos da Rússia czarista, envolvidos em sérias guerras contra os turcos nos anos 1870 e em outra, desastrosa, contra os japoneses em 1904-1905; nem no exército japonês, que lutou vitoriosamente tanto contra a China como contra a Rússia. Essa situação ainda pode ser identificada nas memórias e aventuras inteiramente não-bélicas daquele imortal ex-membro do famoso 91º Regimento do exército imperial e real austríaco, o bom soldado Schweik (inventado por seu autor em 1911). Os quarteis-generais, naturalmente, se prepararam para a guerra, como era seu dever. Como de costume, a maioria deles se preparou para uma versão melhorada da última guerra importante de que os comandantes se lembravam ou que haviam vivido.

Os britânicos, como era natural no caso da maior nação naval, se prepararam para uma participação apenas modesta na guerra terrestre, embora fosse ficando cada vez mais evidente para os generais que faziam os preparativos para a cooperação com os aliados franceses, nos anos que precederam 1914, que se exigiria muito mais deles. Mas, de maneira geral, foram os civis, e não esses homens, que previram as terríveis transformações da guerra, graças aos avanços da tecnologia militar, que os generais — e mesmo alguns almirantes mais abertos à questão tecnológica — demoraram a entender. Friedrich Engels, velho amante de assuntos militares, chamou muitas vezes a atenção sobre suas limitações, mas foi um financista judeu, Ivan Bloch, que em 1898 publicou em São Petersburgo os seis volumes de seu *Technical, Economic and Political Aspects of the Coming War*, um trabalho profético que

predizia o empate militar da guerra de trincheiras, o que levaria a um conflito prolongado cujos custos econômicos e humanos intoleráveis exauririam os beligerantes ou os fariam mergulhar na revolução social. O livro foi rapidamente traduzido para numerosos idiomas, sem qualquer conseqüência no planejamento militar.

Enquanto apenas alguns observadores civis compreendiam o caráter catastrófico da futura guerra, governos que não o entendiam se lançaram entusiasticamente à corrida para se equipar com os armamentos cuja nova tecnologia o propiciaria. A tecnologia da morte, já em processo de industrialização em meados do século (ver *A Era do Capital*, cap. 4:2), avançou notavelmente nos anos 1880, não apenas devido a uma verdadeira revolução na rapidez e no poder de fogo das armas pequenas e da artilharia, mas também através da transformação dos navios de guerra por meio de motores-turbina, de uma blindagem protetora mais eficaz e da capacidade de carregar muito mais armas. A propósito, até a tecnologia da morte civil foi transformada pela invenção da "cadeira elétrica" (1890), embora os algozes de fora dos EUA tenham permanecido fiéis a antigos e comprovados métodos, como o enforcamento e a decapitação.

Uma conseqüência óbvia foi que os preparativos para a guerra se tornaram muito mais caros, especialmente porque os Estados competiam uns com os outros para manter a primeira posição ou ao menos para não cair para a última. Essa corrida armamentista começou de maneira modesta no final da década de 1880 e se acelerou no novo século, em particular nos últimos anos antes da guerra. Os gastos militares britânicos permaneceram estáveis nos anos 1870 e 1880, tanto em termos de porcentagem do orçamento total como *per capita* em relação à população. Mas passou de 32 milhões em 1887 a 44,1 milhões de libras esterlinas em 1898-1899, e a mais de 77 milhões em 1913-1914. E o crescimento mais espetacular foi o da marinha, o que não é surpreendente, pois se tratava da ala de alta tecnologia de guerra, correspondente aos mísseis nos gastos modernos em armamentos. Em 1885, a marinha custara ao Estado 11 milhões de libras — em torno da mesma ordem de grandeza que em 1860. Em 1913-1914 custou mais de quatro

vezes esse montante. No mesmo período, os gastos navais alemães aumentavam de modo ainda mais acentuado de 90 milhões de marcos por ano em meados da década de 1890 a quase 400 milhões.

Uma conseqüência de gastos tão elevados foi a necessidade complementar de impostos mais altos, ou de empréstimos inflacionários, ou de ambos. Mas uma conseqüência igualmente óbvia, embora muitas vezes deixada de lado, foi que eles cada vez mais fizeram da morte em prol de várias pátrias um subproduto da indústria em grande escala. Alfred Nobel e Andrew Carnegie, dois capitalistas que sabiam o que os transformara em milionários dos ramos de explosivos e aço, respectivamente, tentaram compensar a situação destinando uma parte de sua riqueza à causa da paz. Nesse sentido foram atípicos. A simbiose entre guerra e produção da guerra transformou inevitavelmente as relações entre governo e indústria, pois, como observou Friedrich Engels em 1892, "como a guerra se tornou um setor da *grande industrie*... *la grande industrie*... [a] se tornou uma necessidade política". E, reciprocamente, o Estado se tornou essencial para certos setores da indústria, pois quem, senão o governo, constitui a clientela dos armamentos? Os bens que essa indústria produziam eram determinados não pelo mercado, mas pela interminável concorrência dos governos, que os fazia procurar garantir para si um fornecimento satisfatório das armas mais avançadas e, portanto, mais eficientes. E mais, o que os governos precisavam não era tanto da produção real de armas, mas sim da capacidade de produzi-las numa escala compatível com uma época de guerra, se fosse o caso; isso quer dizer que eles tinham que zelar para que suas indústrias mantivessem uma capacidade de produção altamente excedente para tempos de paz.

Assim, de uma forma ou de outra, os Estados eram obrigados a garantir a existência de poderosas indústrias nacionais de armamentos, a arcar com boa parte do custo de seu desenvolvimento técnico e a fazer com que permanecessem rentáveis. Em outras palavras, tinham que proteger essas indústrias contra os vendavais que ameaçavam os navios da empresa capitalista que singravam os mares imprevisíveis do mercado livre e

da livre concorrência. É claro que eles mesmos também podiam se envolver na fabricação de armas, como o fizeram por muito tempo. Mas nesse exato momento os Estados — ou ao menos o Estado liberal britânico — preferiram chegar a um acordo com a empresa privada. Nos anos 1880, os produtores privados de armamento assinaram mais de um terço de seus contratos de fornecimento com as forças armadas; nos anos 1890, 46%; nos anos 1900, 60%: o governo, incidentalmente, estava disposto a garantir-lhes dois terços. Não admira que as empresas de armamento estivessem entre os gigantes da indústria, ou passassem a estar: a guerra e a concentração capitalista caminhavam juntas. Krupp, na Alemanha, o rei dos canhões, empregava 16.000 pessoas em 1873, 24.000 em torno de 1890, 45.000 em torno de 1900 e quase 70.000 em 1912, quando 50.000 das famosas armas Krupp saíram da linha de produção. Na fábrica britânica Armstrong, Whitworth empregava 12.000 homens em suas instalações principais em Newcastle, que passaram a 20.000 — ou mais de 40% de todos os metalúrgicos do Tyneside — em 1914, sem contar os das 1.500 firmas menores que viviam de subempreitadas da Armstrong. Também eram muito rentáveis.

Como o moderno "complexo industrial-militar" dos EUA, essas concentrações industriais gigantescas não teriam sido nada sem a corrida armamentista dos governos. Assim sendo, é tentador responsabilizar tais "mercadores da morte" (a expressão se popularizou entre os pacifistas) pela "guerra de aço e ouro", como a denominou um jornalista britânico. Não era lógico que a indústria de armas incentivasse a aceleração da corrida armamentista, inventando, se necessário, inferioridades nacionais ou "janelas de vulnerabilidade", que podiam ser removidas através de lucrativos contratos? Uma firma alemã, especializada na fabricação de metralhadoras, conseguiu inserir uma nota no jornal *Le Figaro* para que o governo francês planejasse duplicar seu número de metralhadoras. Como conseqüência, o governo alemão fez uma encomenda de 40 milhões de marcos de tais armas em 1908-1910, aumentando assim os dividendos da firma de 20 a 32%. Uma firma britânica, argumentando que seu governo subestimara de modo

grave o programa de rearmamento da marinha alemã, beneficiou-se com 250.000 libras esterlinas por cada encouraçado encomendado pelo governo britânico o que duplicou sua construção naval. Pessoas elegantes e pouco visíveis, como o grego Basil Zaharoff, atuando em nome da Vickers (e que mais tarde recebeu o título de cavaleiro pelos serviços prestados aos aliados durante a Primeira Guerra Mundial), tomaram as providências necessárias para que a indústria de armamentos das grandes nações vendessem seus produtos menos vitais ou obsoletos a Estados do Oriente Próximo e da América Latina, que já estavam em condições de comprar tais utensílios. Em suma, o comércio internacional moderno da morte já estava bem encaminhado.

Contudo, a guerra mundial não pode ser explicada como uma conspiração de fabricantes de armas, mesmo fazendo os técnicos, com certeza, o máximo para convencer generais e almirantes, mais familiarizados com paradas militares do que com a ciência, de que tudo estaria perdido se eles não encomendassem o último tipo de arma ou navio de guerra. Não há dúvida de que a acumulação de armamento, que atingiu proporções temíveis nos últimos cinco anos anteriores a 1914, tornou a situação mais explosiva. Não há dúvida de que havia chegado o momento, ao menos no verão europeu de 1914, em que a máquina inflexível que mobilizava as forças da morte não poderia mais ser estocada. Porém a Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição.

2

A discussão sobre a gênese da Primeira Guerra Mundial tem sido ininterrupta desde agosto de 1914. Provavelmente correu mais tinta, mais árvores foram sacrificadas para fazer papel, mais máquinas de escrever trabalharam para responder a essa pergunta do que a qualquer outra na história — inclusive talvez o debate em torno da

Revolução Francesa. À medida que as gerações se sucediam, que a política nacional e internacional ia sendo transformada, o debate foi ressurgindo. Mal a Europa mergulhara na catástrofe, os beligerantes começaram a se perguntar por que a diplomacia internacional não conseguira evitá-la e a atribuir-se mutuamente a responsabilidade. Aqueles que se opunham à guerra iniciaram imediatamente suas análises. A Revolução Russa de 1917, que publicou os documentos secretos do czarismo, acusou o imperialismo como um todo. Os aliados vitoriosos criaram a tese da culpa de guerra, exclusivamente alemã, pedra angular do tratado de paz de Versalhes de 1919 e geradora de um imenso fluxo de textos documentários e de propaganda histórica a favor e, sobretudo, contra essa tese. Naturalmente, a Segunda Guerra Mundial fez esse debate ser retomado, e ele foi revigorado alguns anos depois, quando tornou a surgir uma historiografia de esquerda na República Federal Alemã, que, ansiosa para romper com as ortodoxias conservadoras e patrióticas nazi-alemã, elaborou sua própria versão da responsabilidade da Alemanha. As discussões sobre os perigos para a paz mundial, que, por motivos óbvios, nunca cessaram após Hiroshima e Nagasaki, procuram inevitavelmente possíveis paralelos entre as origens das guerras mundiais passadas e as perspectivas internacionais atuais. Enquanto os propagandistas preferiram a comparação com os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial ("Munique"), os historiadores encontram cada vez mais similitudes entre os problemas dos anos 1980 e 1910. Assim, as origens da Primeira Guerra Mundial eram, uma vez mais, uma questão de importância candente e imediata. Nessas circunstâncias, qualquer historiador que tente explicar, como deve fazer um historiador do nosso período, por que ocorreu a Primeira Guerra Mundial, mergulha em águas profundas e turbulentas.

Contudo, podemos ao menos simplificar essa tarefa eliminando perguntas a que o historiador não tem que responder. A mais importante delas é aquela da "culpa de guerra", que se refere a um julgamento moral e político mas tem a ver apenas perifericamente com os historiadores. Se estamos interessados em saber por que um século de paz européia cedeu o lugar a uma época de guerras

mundiais, perguntar de quem foi a culpa é tão fútil quanto perguntar se Guilherme, o Conquistador, tinha um bom motivo legal para invadir a Inglaterra o é para o estudo da razão pela qual os guerreiros da Escandinávia partiram para conquistar numerosas áreas da Europa nos séculos X e XI.

É claro que nas guerras as responsabilidades muitas vezes podem ser identificadas. Poucos negariam que nos anos 1930 a atitude da Alemanha era essencialmente agressiva e expansionista e que a de seus adversários era essencialmente defensiva. Ninguém negaria que as guerras de expansão imperial em nossa época, como a Guerra Hispano-Americana de 1898 e a Sul-Africana de 1899-1902, foram provocadas pelos EUA e pela Grã-Bretanha e não por suas vítimas. Seja como for, todo mundo sabe que os governos de todos os Estados do século XIX, por mais preocupados que estivessem com suas relações públicas, consideravam a guerra uma contingência normal da política internacional e eram honestos o bastante para admitir que bem podiam tomar a iniciativa militar. Os Ministérios da Guerra ainda não se chamavam, eufemisticamente, Ministérios da Defesa.

Contudo, é indubitável que nenhum governo de qualquer uma das grandes potências de antes de 1914 queria seja uma guerra européia generalizada, seja mesmo — ao contrário dos anos 1850 e 1860 — um conflito militar restrito com outra grande nação européia. Isto é conclusivamente demonstrado pelo fato de que nos lugares onde as ambições políticas das grandes nações entravam em conflito direto, ou seja, nas zonas ultramarinas de conquistas e partilhas coloniais, seus numerosos confrontos eram sempre resolvidos por algum acordo pacífico. Até as mais graves dessas crises, as de Marrocos em 1906 e 1911, foram contornadas. Às vésperas de 1914, os conflitos coloniais não pareciam mais colocar problemas insolúveis às várias nações concorrentes — fato que tem sido usado, de modo bastante ilegítimo, como argumento para afincar que as rivalidades imperialistas foram irrelevantes na deflagração da Primeira Guerra Mundial.

É evidente que as nações estavam longe de ser pacíficas, quanto menos pacifistas. Elas se prepararam para uma guerra

européia — às vezes erroneamente[b] — mesmo fazendo seus ministros da Relações Exteriores o máximo para evitar o que eles unanimemente consideravam uma catástrofe. Nos anos 1900, nenhum governo tinha objetivos que, como os de Hitler em 1930, só pudessem ser atingidos por meio da guerra ou da ameaça constante de guerra. Até a Alemanha — cujo comandante do Estado-Maior defendeu em vão um ataque antecipado em 1904-1905 contra a França, enquanto sua aliada, a Rússia, estava imobilizada pela guerra e, mais tarde, pela derrota e pela revolução — só usou a oportunidade oferecida pela fraqueza e isolamento temporários da França para fazer avançar suas reivindicações imperialistas sobre Marrocos, um problema administrável em torno do qual ninguém pretendia começar, nem começou, uma guerra importante. Nenhum governo de potências importantes, nem os mais ambiciosos, frívolos e irresponsáveis, queria uma guerra de grandes proporções. O velho imperador Francisco José, ao anunciar a deflagração dessa guerra a seus condenados súditos em 1914, estava sendo totalmente sincero ao dizer "Eu não quis que isso acontecesse" ("*Ich hab es nicht gewollt*"), mesmo tendo sido seu governo que, de fato, a provocou.

O máximo que se pode afirmar é que, a partir de um certo ponto do lento escorregar para o abismo, a guerra pareceu tão inevitável que alguns governos decidiram que a melhor coisa a fazer seria escolher o momento mais propício, ou menos desfavorável, para iniciar as hostilidades. Afirma-se que a Alemanha procurou esse momento a partir de 1912, mas dificilmente poderia ter sido antes. Sem dúvida, durante a crise final de 1914 — precipitada pelo irrelevante assassinato de um arquiduque austríaco por um estudante terrorista numa cidade de província dos confins dos Bálcãs — a Áustria sabia que corria o risco de uma guerra mundial ao provocar a Sérvia; e a Alemanha, ao decidir dar total apoio à sua aliada, transformou o risco quase numa certeza. "A balança está pendendo contra nós", disse o ministro da Guerra austríaco em 7 de julho. Não era melhor guerrear antes que pendesse mais? A Alemanha seguiu a mesma linha de raciocínio. Apenas nessa linha restrita a pergunta sobre "culpa de guerra" tem algum sentido. Mas como os acontecimentos mostraram no verão de 1914, ao contrário

de crises anteriores, a paz fora anulada por todas as nações — até pelos britânicos, que os alemães tinham esperanças parciais de que ficassem neutros, aumentando assim suas chances de derrotar tanto a França como a Rússia[c]. Nenhuma das grandes nações teria dado o golpe de misericórdia na paz, nem mesmo em 1914, se não estivesse convencida de que seus ferimentos já eram mortais.

Portanto, descobrir as origens da Primeira Guerra Mundial não eqüivale a descobrir "o agressor". Ele repousa na natureza de uma situação internacional em processo de deterioração progressiva, que escapava cada vez mais ao controle dos governos. Gradualmente a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações. Tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento no cenário europeu de um Império Alemão unificado, constituído entre 1864 e 1871 por meio da diplomacia e da guerra, às custas dos outros (cf. *A Era do Capital*, cap. 4), e procurava se proteger contra seu principal perdedor, a França, através de alianças em tempos de paz, que geraram contra-alianças. As alianças, em si, embora implicassem a possibilidade da guerra, não a tornavam nem certa nem mesmo provável. Assim, o chanceler alemão Bismarck, que foi o campeão do jogo de xadrez diplomático multilateral por quase trinta anos após 1871, dedicou-se com exclusividade e sucesso à manutenção da paz entre as nações. Um sistema de blocos de nações só se tornou um perigo para a paz quando as alianças opostas se consolidaram como permanentes, mas especialmente quando as disputas entre eles se transformaram em confrontos inadministráveis. Isto aconteceria no novo século. A pergunta crucial é: por quê?

Contudo, não havia maiores diferenças entre as tensões internacionais que levaram à Primeira Guerra Mundial e as que são subjacentes ao perigo de uma terceira, que as pessoas, nos anos 1980, ainda esperam evitar. Nunca houve, desde 1945, a mínima dúvida quanto aos principais adversários numa terceira guerra mundial: os EUA e a URSS. Mas, em 1880, as coalizões de 1914 não eram previstas. Naturalmente, alguns aliados e inimigos potenciais eram fáceis de discernir. A Alemanha e a França estariam em lados opostos, quanto mais não fosse porque a Alemanha

anexara grandes porções da França (Alsácia-Lorena) após sua vitória em 1871. Também não era difícil prever a permanência da aliança entre Alemanha e Áustria-Hungria, forjada por Bismarck após 1866, pois o equilíbrio interno do novo Império Alemão tornou essencial manter vivo o multinacional Império Habsburgo. Sua desintegração em fragmentos nacionais não apenas levaria, como Bismarck bem sabia, à ruína do sistema de Estados da Europa central e oriental, como destruiria também a base de uma "pequena Alemanha" dominada pela Prússia. De fato, ambas as coisas aconteceram após a Primeira Guerra Mundial. O traço diplomático mais permanente do período 1871-1914 foi a "Tríplice Aliança" de 1882, que na verdade era uma aliança austro-alemã, já que o terceiro participante, a Itália, logo se afastaria para finalmente se unir ao campo antialemão em 1915.

Uma vez mais era óbvio que a Áustria, envolvida nos turbulentos assuntos dos Bálcãs devido a seus problemas multinacionais, e, mais profundamente que nunca, depois de ter conquistado a Bósnia-Herzegovina em 1878, se achava em oposição à Rússia naquela região[d]. Embora Bismarck tenha feito o máximo para manter relações estreitas com a Rússia, era previsível que cedo ou tarde a Alemanha seria forçada a escolher entre Viena e São Petersburgo e que só podia optar por Viena. Ademais, uma vez que a Alemanha tinha desistido da opção russa, como aconteceu no final da década de 1880, era lógico que a Rússia e a França se unissem — como de fato o fizeram em 1891. Friedrich Engels cogitara dessa aliança ainda nos anos 1880, naturalmente dirigida contra a Alemanha. Assim sendo, no início da década de 1890, dois grupos de nações se enfrentavam na Europa inteira.

Embora as relações internacionais tenham ficado mais tensas, não era inevitável uma guerra européia generalizada, quanto mais não seja porque os problemas que separavam a França da Alemanha (ou seja a Alsácia-Lorena) não tinham interesse para a Áustria, e os que representavam um risco de conflito entre a Áustria e a Rússia (o nível de influência da Rússia nos Bálcãs) eram insignificantes para a Alemanha. Os Bálcãs, observou Bismarck, não valiam os ossos de um único granadeiro pomeraniano. A França não

tinha reais brigas com a Áustria, nem a Rússia com a Alemanha. Por isso, os problemas que separavam a França da Alemanha, embora permanentes, dificilmente seriam considerados merecedores de uma guerra pela maioria dos franceses, e os que separavam a Áustria da Rússia, embora — como 1914 mostrou — potencialmente mais graves, só se colocavam intermitentemente. Três problemas transformaram o sistema de aliança numa bomba-relógio: a situação do fluxo internacional, desestabilizado por novos problemas e ambições mútuas entre as nações, a lógica do planejamento militar conjunto que congelou os blocos que se confrontavam, ornando-os permanentes, e a integração de uma quinta grande nação, a Grã-Bretanha, a um dos blocos, (ninguém se preocupou muito com as tergiversações da Itália, que só era uma "grande nação" por cortesia internacional). Entre 1903 e 1907, para surpresa geral — incluindo a sua própria — a Grã-Bretanha se uniu ao lado antialemão. A origem da Primeira Guerra Mundial pode ser melhor entendida acompanhando-se o surgimento desse antagonismo anglo-germânico.

A Tríplice Entente foi surpreendente tanto para os inimigos como para os aliados britânicos. No passado, a Grã-Bretanha não tinha tradição nem qualquer motivo permanente de atrito com a Prússia — e o mesmo parecia ser verdade em relação à super-Prússia conhecida agora como Império Alemão. Por outro lado, a Grã-Bretanha fora antagonista quase automática da França em quase todas as guerras européias desde 1688. Mesmo isso não sendo mais verdade, quanto mais não fosse porque a França deixara de ser capaz de dominar o continente, o atrito entre os dois países era visivelmente crescente, ao menos porque ambos competiam pelo mesmo território e influência como nação imperialista. Assim, as relações eram pouco amistosas no que tange ao Egito, cujo controle era cobiçado por ambas, mas foi tomado pelos britânicos (junto com o Canal de Suez, financiado pela França). Durante a crise de Fashoda, de 1898, pareceu que haveria derramamento de sangue, pois as tropas coloniais rivais britânicas e francesas se enfrentaram no interior do Sudão. Na divisão da África, os ganhos de um eram, no mais das vezes, às custas do outro. No que tange à Rússia, os

impérios britânico e czarista haviam sido antagonistas permanentes na zona dos Bálcãs e do Mediterrâneo da assim chamada "Questão Oriental" e nas áreas, mal definidas porém amargamente disputadas, da Ásia central e ocidental que ficavam entre a Índia e as terras do czar: Afeganistão, Irã e as regiões com saída para o Golfo Pérsico. A perspectiva de ver russos em Constantinopla — e portanto no Mediterrâneo — e de uma expansão russa em direção à Índia era um pesadelo constante para os chanceleres britânicos. Os dois países haviam inclusive se enfrentado na única das guerras européias do século XVIII de que a Grã-Bretanha participou (a Guerra da Criméia) e nos anos 1870 uma guerra russo-britânica era muito provável.

Dado o modelo consagrado de diplomacia britânica, uma guerra contra a Alemanha era uma possibilidade tão remota que devia ser ignorada. Uma aliança *permanente* com qualquer nação continental parecia incompatível com a manutenção do equilíbrio de poder, que era o principal objetivo da política externa britânica. Uma aliança com a França seria considerada improvável, uma com a Rússia quase impensável. Contudo, o implausível se tornou realidade: a Grã-Bretanha se vinculou de forma permanente à França e à Rússia contra a Alemanha, resolvendo todas as diferenças com a Rússia, a ponto de concordar com a ocupação, por esta, de Constantinopla — oferta que desapareceu do horizonte com a Revolução Russa de 1917. Como e por que se produziu essa surpreendente transformação?

Aconteceu porque ambos os jogadores, bem como as regras do jogo tradicional da diplomacia internacional, mudaram. Em primeiro lugar, o tabuleiro em que era jogado ficou muito maior. A rivalidade entre as potências, confinada antes em grande medida à Europa e áreas adjacentes (com exceção dos britânicos), era agora global e imperial — fora a maior parte das Américas, destinada com exclusividade à expansão imperial dos EUA pela Doutrina Monroe de Washington. Agora era igualmente provável que as disputas internacionais que tinham que ser resolvidas, para não degenerarem em guerras, ocorressem na África ocidental e no Congo nos anos 1880, na China no final da década de 1890, no Magreb (1906, 1911) e no corpo em decomposição do Império Otomano, muito mais

provavelmente que em torno de qualquer problema na Europa não-balcânica. Ademais, agora havia mais dois jogadores: os EUA — que, embora ainda evitando envolvimento com problemas europeus, desenvolviam um expansionismo ativo no Pacífico — e o Japão. Na verdade, a aliança britânica com o Japão (1902) foi o primeiro passo rumo à Tríplice Aliança, pois a existência daquela nova potência, que em breve mostraria que podia inclusive derrotar o Império czarista na guerra, reduziu a ameaça que a Rússia representava para a Grã-Bretanha, fortalecendo assim a posição britânica. Tornou, portanto, possível o esvaziamento de antigas disputas russo-britânicas.

A globalização do jogo de poder internacional transformou automaticamente a situação do país, que fora até então a única das grandes potências com objetivos políticos realmente mundiais. Não é exagero dizer que durante a maior parte do século XIX a função da Europa nos cálculos diplomáticos britânicos era ficar quieta para que a Grã-Bretanha pudesse dar continuidade a suas atividades, principalmente econômicas, no resto do planeta. Esta era a essência da combinação característica de um equilíbrio europeu de poder com a *Pax Britannica*, garantido pela única marinha de dimensões mundiais que controlava todos os oceanos e orlas marítimas do globo. Em meados do século XIX, todas as outras marinhas do mundo, juntas, mal ultrapassavam o tamanho da marinha britânica sozinha. No final do século já não era assim.

Em segundo lugar, com o surgimento de uma economia industrial capitalista mundial, o jogo internacional se desenrolava em torno de apostas bastante diferentes. Isso não significa que — adaptando a famosa frase de Clausewitz — a guerra agora fosse apenas a continuação da concorrência econômica por outros meios. Esta opinião tentou os deterministas históricos à época, quanto mais não fosse porque observavam muitos exemplos de expansão econômica por meio de metralhadoras e canhoneiras. Entretanto, era uma simplificação grosseira. Mesmo tendo o desenvolvimento capitalista e o imperialismo responsabilidade na derrapagem descontrolada do mundo em direção a um conflito mundial, é impossível argumentar que muitos dos capitalistas fossem provocadores conscientes da guerra. Qualquer estudo imparcial das

publicações do setor de negócios, da correspondência particular e comercial dos homens de negócios, de suas declarações públicas enquanto porta-vozes dos bancos, do comércio e da indústria mostra, de modo bastante conclusivo, que a maioria dos homens de negócios achava a paz internacional vantajosa para eles. De fato, a guerra em si era aceitável somente na medida em que não interferisse nos "negócios como de costume", e a principal objeção do jovem economista Keynes (que ainda não era um reformador radical de sua área) era que a guerra não apenas matava seus amigos, mas também inviabilizava uma política econômica baseada nos "negócios como de costume". Havia, naturalmente, expansionistas econômicos belicosos, mas o jornalista liberal Norman Angell exprimia quase com certeza o consenso do mundo dos negócios: a crença de que a guerra beneficiava o capital era A Grande Ilusão, título de seu livro de 1912.

De fato, por que os capitalistas — mesmo os industriais, com a possível exceção dos fabricantes de armas — desejariam perturbar a paz internacional, quadro essencial de sua prosperidade e expansão, se o tecido da liberdade internacional para negociar e o das transações financeiras dependiam dela? Evidentemente, os que foram bem-sucedidos na concorrência internacional não tinham motivos de queixa. Assim como a liberdade de penetrar no mercado mundial não apresenta desvantagem para o Japão hoje, a indústria alemã podia estar bem contente com ela antes de 1914. Os perdedores pediriam, naturalmente, proteção econômica a seus governos, o que é, contudo, muito diferente de pedir guerra. Ademais, o maior dos perdedores potenciais, a Grã-Bretanha, resistiu até contra esses pedidos, e seus interesses econômicos permaneceram, em sua esmagadora maioria, vinculados à paz, apesar do constante temor da concorrência alemã, ruidosamente expressa nos anos 1890, e da penetração já efetiva do capital alemão e americano no mercado interno britânico. No que tange às relações anglo-americanas, podemos inclusive ir mais longe. Se apenas a concorrência econômica bastasse para uma guerra, a rivalidade anglo-americana deveria logicamente ter preparado o terreno para um conflito militar — como alguns marxistas do entre-

guerra ainda pensavam que fosse ocorrer. Contudo, foi precisamente entre os anos 1900 que o Estado-Maior imperial britânico abandonou até os mais remotos planos de emergência para uma guerra anglo-americana. Daí em diante, essa possibilidade ficou totalmente excluída.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo empurrou o mundo inevitavelmente em direção a uma rivalidade entre os Estados, à expansão imperialista, ao conflito e à guerra. Após 1870, como os historiadores mostraram,

> "a passagem do monopólio à concorrência talvez tenha sido o fator isolado mais importante na preparação da mentalidade propícia ao empreendimento industrial e comercial europeu. Crescimento econômico também era luta econômica — luta que servia para separar os fortes dos fracos, para desencorajar alguns e endurecer outros, para favorecer as nações novas e famintas às custas das antigas. O otimismo em relação a um futuro de progresso indefinido cedeu o lugar à incerteza e a um sentimento de agonia, no sentido clássico do termo. Tudo isso, por sua vez, reforçando e sendo reforçado pelo acirramento das rivalidades políticas, as duas formas de concorrência que surgiam".

A economia mundial deixara totalmente de ser, como fora em meados do século XIX, um sistema solar girando em torno de uma estrela única, a Grã-Bretanha. Embora as transações financeiras e comerciais do planeta ainda, na verdade cada vez mais, passassem por Londres, a Grã-Bretanha já não era, evidentemente, a "oficina do mundo", nem seu principal mercado importador. Ao contrário, seu declínio relativo era patente. Um certo número de economias industriais nacionais agora se enfrentavam mutuamente. Sob tais circunstâncias a concorrência econômica passou a estar intimamente entrelaçada com as ações políticas, ou mesmo militares, do Estado. O ressurgimento do protecionismo durante a Grande Depressão foi a primeira conseqüência dessa fusão. Do ponto de vista do capital, o apoio político passaria a ser essencial para manter a concorrência

estrangeira a distância, e talvez também essencial em regiões do mundo onde as empresas de economias industriais nacionais competiam umas com as outras. Do ponto de vista dos Estados a economia passou a ser desde então tanto a base mesma do poder internacional como seu critério. Agora era impossível conceber uma "grande nação" que não fosse ao mesmo tempo uma "grande economia" — transformação ilustrada pelo ascenso dos EUA e pelo enfraquecimento relativo do Império Czarista.

Inversamente, as transformações que ocorreram no poder econômico, que mudaram automaticamente o equilíbrio entre força política e militar, não acarretariam uma redistribuição de papéis no cenário internacional? Esta era uma opinião francamente popular na Alemanha, cujo assombroso crescimento industrial lhe conferiu um peso internacional incomparavelmente maior que o que tivera a Prússia. Não foi por acaso que entre os alemães nacionalistas de 1890, o velho cântico patriótico "*O sentinela do Reno*", dirigido exclusivamente contra os franceses, perdeu rapidamente terreno frente às ambições globais do "*Deutschland Über Alles*", que se tornou, de fato, o hino nacional alemão, embora ainda não oficialmente.

O que tornou essa identificação entre poder econômico e político-militar tão perigosa foram não apenas as rivalidades nacionais pelos mercados mundiais e recursos materiais e pelo controle de regiões, como no Oriente Próximo e Médio, onde os interesses econômicos e estratégicos tantas vezes se sobrepunham. Bem antes de 1914, a petro-diplomacia já era um fator crucial no Oriente Médio, sendo vitoriosas a Grã-Bretanha e a França, as empresas de petróleo ocidentais (mas ainda não americanas) e um intermediário armênio, Calouste Gulbenkian, que garantiu 5% para si próprio. Inversamente, a penetração econômica e estratégica alemã no Império Otomano já preocupava os britânicos e ajudou a situar a Turquia do lado da Alemanha durante a guerra. Mas a novidade da situação residia em que, dada a fusão entre economia e política, nem a divisão pacífica das áreas disputadas em "zonas de influência" podia manter a rivalidade internacional sob controle. A única coisa que poderia controlá-la — como sabia Bismarck, que a administrou

com incomparável habilidade entre 1871 e 1889 —, era a limitação deliberada de objetivos. Se os Estados pudessem definir seus objetivos diplomáticos com precisão — uma determinada mudança nas fronteiras, um casamento dinástico, uma "compensação" definível pelos avanços de outros Estados — tanto o cálculo como o acordo seriam possíveis. Mas nenhuma das duas excluía — como o próprio Bismarck comprovara entre 1862 e 1871 — o conflito militar controlado.

Mas o traço característico da acumulação capitalista era justamente não ter limite. As "fronteiras naturais" da Standard Oil, do Deutsche Bank, da De Beers Diamond Corporation estavam situadas nos confins do universo, ou antes, nos limites de sua capacidade de expansão. Foi este aspecto dos novos padrões da política mundial que desestabilizou as estruturas da política mundial tradicional. Enquanto o equilíbrio e a estabilidade permaneciam a condição fundamental das nações européias em suas relações recíprocas, em outros lugares nem as mais pacíficas hesitavam em recorrer à guerra contra os fracos. Tinham sem dúvida, como vimos, o cuidado de manter seus conflitos coloniais sob controle. Estes nunca pareceram constituir *casus belli* para uma guerra de grandes proporções, mas com certeza precipitaram a formação de blocos internacionais e finalmente beligerantes: o que se tornou o bloco anglo-franco-russo começou com o "entendimento cordial" anglo-francês (*Entente Cordiale*) de 1904, essencialmente uma negociação imperialista através da qual os franceses desistiram de reivindicar o Egito, e, em troca, a Grã-Bretanha apoiaria suas reivindicações relativas ao Marrocos — uma vítima na qual a Alemanha também estava de olho. Entretanto, todas as nações, sem exceção, estavam com ânimo expansionista e conquistador. Até a Grã-Bretanha — cuja postura era fundamentalmente defensiva, dado que seu problema era como proteger seu domínio global, até então incontestado, contra os novos intrusos — atacou as repúblicas sul-africanas; ela também não hesitou em pensar em dividir as colônias de outro Estado europeu, Portugal, com a Alemanha. No oceano do planeta, todos os Estados eram tubarões e todos os estadistas sabiam disso.

Mas o que tornou o mundo um lugar ainda mais perigoso foi a equação tácita de crescimento econômico ilimitado e poder político, que veio a ser aceita inconscientemente. Assim, o imperador alemão pediu, nos anos 1890, "um lugar ao sol" para seu Estado. Bismarck poderia ter reivindicado o mesmo — e, de fato, conquistara um lugar muitíssimo mais poderoso no mundo para a nova Alemanha do que a Prússia jamais desfrutara. Contudo, Bismarck podia definir as dimensões de suas ambições, evitando cuidadosamente entrar no terreno das zonas sem controle, ao passo que para Guilherme II a frase se tornou um mero *slogan* sem conteúdo concreto. Formulava simplesmente um princípio de proporcionalidade: quanto mais poderosa for a economia de um país, maior será sua população, maior o lugar internacional de sua nação-Estado. Assim, não havia limites teóricos ao lugar que ele podia sentir que lhe cabia. Como dizia a frase nacionalista: "*Heute Deutschland, morgen die ganze Welt*" (Hoje a Alemanha, amanhã o mundo inteiro). Tal dinamismo ilimitado pode ser expresso na retórica política, cultural ou nacionalista-racista: mas o real denominador comum dos três níveis era a necessidade imperiosa de expandir uma economia capitalista maciça, observando suas curvas estatísticas dispararem para cima. Sem isso sua significação seria tão reduzida como, digamos, a dos intelectuais poloneses do século XIX, que acreditavam numa missão messiânica de seu (então não existente) país no mundo.

Em termos práticos, o perigo não era a Alemanha se propor concretamente a tomar o lugar britânico de potência mundial, embora a retórica da agitação nacionalista alemã tenha prontamente batido na tecla antibritânica. O perigo residia antes em que um poder global exigia uma marinha global, e a Alemanha empreendeu (1897), portanto, a construção de uma grande esquadra de guerra, que tinha a vantagem incidental de representar não os velhos estados alemães, mas exclusivamente a nova Alemanha unificada, com um oficialato que representava não os *junkers* prussianos ou qualquer outra tradição guerreira aristocrática, mas a nova classe média, ou seja, a nova nação. O próprio almirante Tirpitz, paladino da expansão naval, negou ter planejado uma marinha capaz de derrotar a britânica, afirmando que só queria uma força naval ameaçadora o

bastante para forçar a Grã-Bretanha a apoiar as suas reivindicações globais e, especialmente, coloniais. Além disso, seria possível esperar-se que um país do porte da Alemanha não tivesse uma marinha à altura de sua importância?

Do ponto de vista britânico, a construção de uma esquadra de guerra alemã — mais que um mero aumento da tensão para sua marinha já excessivamente comprometida a nível mundial e já superada pela soma das esquadras das nações rivais, antigas e modernas — significava o aumento das dificuldades em manter, sequer, seu objetivo mais modesto: o de ser mais forte que as duas outras maiores marinhas, combinadas (o "padrão duas potências"). Ao contrário de todas as outras, as bases da esquadra alemã estavam inteiramente no Mar do Norte, de frente para a Inglaterra.

Seu objetivo não podia ser outro senão o conflito com a marinha britânica. Do ponto de vista britânico, a Alemanha era essencialmente um poder continental e, como importantes estudiosos da geopolítica como *Sir* Halford Mackinder destacaram (1904), as grandes nações desse tipo já têm vantagens substanciais em relação a uma ilha de tamanho médio. Os interesses marítimos alemães legítimos eram visivelmente marginais, ao passo que o Império Britânico dependia profundamente de suas rotas marítimas, e de fato deixara os continentes (exceto a Índia) aos exércitos de Estados cujo elemento era a terra. Mesmo se a esquadra de guerra alemã não fizesse absolutamente nada, inevitavelmente imobilizaria navios britânicos, dificultando, ou até impossibilitando, o controle naval britânico sobre águas consideradas vitais — como o Mediterrâneo, o Oceano Indico e a orla do Atlântico. O que para a Alemanha era um símbolo de *status* internacional e de ambições mundiais indefinidas, para o Império Britânico era uma questão de vida ou morte. As águas americanas podiam — e foram em 1901 — ser deixadas a cargo de um país amigo, os EUA; as águas do Extremo Oriente foram deixadas a cargo dos EUA e do Japão, porque à época ambos eram nações com interesses puramente regionais, que de qualquer maneira não pareciam incompatíveis com os britânicos. A marinha alemã, mesmo como marinha regional, o que não mais pretendia ser, era uma ameaça tanto para as ilhas

britânicas como para a posição mundial do Império Britânico. A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do *status quo* e a Alemanha sua modificação — inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a rivalidade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversários potenciais. Era lógico que se aproximasse da França e — uma vez o perigo russo minimizado pelo Japão — da Rússia, ainda mais porque a derrota russa destruíra, pela primeira vez na memória das pessoas ainda vivas, o equilíbrio entre as nações do continente europeu que os chanceleres britânicos tinham dado por certo durante tanto tempo. Este fato revelou que a Alemanha era a força militar dominante na Europa, de longe, a mais temível. Esses foram os antecedentes da surpreendente Tríplice Entente anglo-franco-russa.

A divisão da Europa nos dois blocos hostis levou quase um quarto de século, da formação da Tríplice Aliança (1882) à configuração da Tríplice Entente (1907). Não precisamos acompanhar o período, ou os acontecimentos subseqüentes, através do labirinto de todos os seus detalhes. Estes apenas demonstram que o atrito internacional no período do imperialismo era global e endêmico, que ninguém — ainda menos os britânicos — sabia muito bem em que direção as contracorrentes dos interesses, temores e ambições, suas e de outras nações, os estavam levando, e, embora o sentimento de que estariam levando a Europa rumo a uma guerra importante fosse generalizado, nenhum dos governos sabia muito bem o que fazer a esse respeito. Falharam inúmeras tentativas de romper o sistema de blocos, ou ao menos de mitigá-lo por meio de aproximação entre os blocos: entre Grã-Bretanha e Alemanha, Alemanha e Rússia, Alemanha e França, Rússia e Áustria. Os blocos, fortalecidos por planos inflexíveis de estratégia e mobilização, tornaram-se mais rígidos; o continente foi incontrolavelmente arrastado para a batalha por meio de uma série de crises internacionais que, após 1905, cada vez mais eram solucionadas por "malabarismo político" — isto é, pela ameaça da guerra.

A partir de 1905, a desestabilização da situação internacional, como conseqüência da nova vaga de revoluções na periferia das sociedades plenamente "burguesas", acrescentou material inflamável novo a um mundo que já estava prestes a pegar fogo. Houve a revolução russa de 1905, que deixou o Império Czarista temporariamente incapacitado, encorajando a Alemanha a insistir em suas reivindicações no Marrocos, intimidando a França. Berlim foi forçada a recuar na conferência de Algeciras (janeiro de 1906) devido ao apoio britânico à França, em parte porque uma guerra de grandes proporções por causa de um problema puramente colonial era pouco atraente politicamente, em parte porque a marinha alemã ainda se sentia excessivamente fraca para enfrentar uma guerra contra a marinha britânica. Dois anos depois, a Revolução Turca destruiu os acordos, cuidadosamente construídos, que visavam ao equilíbrio internacional no sempre explosivo Oriente Próximo. A Áustria aproveitou a oportunidade para anexar formalmente a Bósnia-Herzegovina (que anteriormente apenas administrava), precipitando assim uma crise com a Rússia, resolvida apenas com a ameaça de um apoio militar alemão à Áustria. A terceira grande crise internacional, em torno do Marrocos em 1911, tinha reconhecidamente pouco a ver com a revolução e tudo a ver com o imperialismo — e com as duvidosas operações de homens de negócios piratas que perceberam suas múltiplas possibilidades. A Alemanha enviou uma canhoneira disposta a se apoderar do porto de Agadir, ao sul do Marrocos, no intuito de obter alguma "compensação" dos franceses por seu "protetorado" iminente sobre o Marrocos, mas foi forçada a recuar pelo que pareceu ser uma ameaça britânica, a de ir à guerra do lado dos franceses. É irrelevante se isso foi mesmo proposital ou não.

A crise de Agadir demonstrou que quase todo confronto entre duas potências importantes agora as levava à beira da guerra. Quando prosseguiu o desmoronamento do Império Turco — com a Itália atacando e ocupando a Líbia em 1911 e a Sérvia, a Bulgária e a Grécia empreendendo a expulsão dos turcos da península balcânica em 1912 — todas as nações estavam imobilizadas, tanto pela relutância em antagonizar um aliado potencial como a Itália, até

então não comprometida com nenhum dos dois lados, como pelo medo de serem arrastadas a problemas incontroláveis pelos Estados balcânicos. Em 1914 ficou provado que tinham razão. Congeladas na imobilidade, viram a Turquia ser quase empurrada para fora da Europa e uma segunda guerra entre os Estados pigmeus balcânicos vitoriosos redesenhar o mapa dos Bálcãs em 1913. O máximo que as potências européias conseguiram foi criar um Estado independente na Albânia (1913) — sob o príncipe alemão de costume, embora os albaneses que se preocupavam com o assunto preferissem um aristocrata inglês independente que mais tarde inspirou as novelas de aventuras de John Buchan. A crise balcânica seguinte foi precipitada em 28 de junho de 1914, quando o herdeiro do trono austríaco, o arquiduque Francisco Fernando, visitou a capital da Bósnia, Sarajevo.

O que tornou a situação ainda mais explosiva foi que, justamente nesse período, a política interna das principais potências empurrou sua política externa para a zona de perigo. Como vimos, após 1905 os mecanismos políticos que serviam para administrar estavelmente os regimes começaram visivelmente a ruir. Tornou-se cada vez mais difícil controlar, e ainda mais absorver e integrar, as mobilizações e contramobilizações dos súditos em via de se transformarem em cidadãos democráticos. A própria política democrática encerrava um elemento de alto risco, até num Estado como a Grã-Bretanha, que mantinha a verdadeira política externa cuidadosamente oculta, não apenas no Parlamento como também de parte do gabinete liberal. O que fez a crise de Agadir avançar de uma ocasião de conchavo político potencial a uma confrontação de soma zero foi um discurso público de Lloyd George que parecia não deixar à Alemanha outra opção além da guerra ou do recuo. A política não democrática era pior ainda. Seria possível não afirmar "que as principais causas da trágica deflagração européia de julho de 1914 foram a incapacidade de as forças democráticas da Europa central e oriental controlarem os elementos militaristas de suas sociedades e a rendição dos autocratas, não a seus súditos democráticos leais, mas a seus conselheiros militares irresponsáveis"? E, pior que tudo, os países que estavam enfrentando problemas internos insolúveis não

se sentiriam tentados a apostar na solução propiciada por um triunfo externo, especialmente quando seus conselheiros militares lhes diziam que, desde que a guerra era certa, o melhor momento para agir era agora?

Não era, certamente, o caso na Grã-Bretanha e na França, apesar de seus problemas. Foi provavelmente o caso na Itália, embora, felizmente, o aventureirismo italiano sozinho não pudesse deflagrar a guerra mundial. Foi o caso na Alemanha? Os historiadores continuam discutindo sobre o efeito da política interna alemã na sua política externa. Parece claro que (como em todas as outras nações) a agitação de direita nas bases incentivou e ajudou a corrida armamentista competitiva, especialmente no mar. Afirmou-se que a inquietação dos trabalhadores e o avanço eleitoral da social-democracia fizeram com que as elites dirigentes se interessassem em desarmar o problema interno por meio do êxito externo. Sem dúvida, havia muitos conservadores que, como o duque de Ratibor, pensavam que era necessária uma guerra para restaurar a antiga ordem, como em 1864-1871. Provavelmente essa idéia não fez nada mais do que tornar os civis menos céticos em relação aos argumentos de seus generais belicosos. Foi o caso na Rússia? Sim, na medida em que o czarismo, restaurado após 1905 com modestas concessões à liberalização política, viu provavelmente no apelo ao nacionalismo da Grande Rússia e à glória da força militar sua estratégia mais promissora, com vistas a renascer e se fortalecer. E de fato, se não fosse pela lealdade firme e entusiástica das forças armadas, a proximidade de uma revolução teria sido maior em 1913-1914 que em qualquer outro momento entre 1905 e 1917. Contudo, em 1914 a Rússia com toda certeza não queria a guerra. Mas, graças a alguns anos de preparação militar, temida pelos generais alemães, a Rússia podia contemplar uma guerra em 1914, o que, evidentemente, não teria sido possível alguns anos antes.

Entretanto, havia uma nação que não podia senão apostar sua existência no jogo militar, porque sem ele parecia condenada: a Áustria-Hungria, dilacerada desde meados da década de 1890 por problemas nacionais cada vez mais inadministráveis, dos quais os dos eslavos do sul pareciam ser os mais recalcitrantes e perigosos,

por três motivos. Primeiro, porque não só causavam transtornos — como as outras nacionalidades politicamente organizadas no império multinacional, que disputavam vantagens umas às outras — como também complicavam as coisas ao pertencer tanto ao governo de Viena — lingüisticamente flexível — como ao de Budapeste — implacavelmente magiar. A agitação dos eslavos do sul na Hungria, além de transbordar para a Áustria, agravou as sempre difíceis relações entre as duas metades do império. Segundo, porque o problema dos eslavos da Áustria não podia ser desenraizado da política balcânica e, na verdade, ambos estavam ainda mais entrelaçados desde a ocupação da Bósnia, em 1878. Ademais, já existia um Estado independente eslavo do sul, a Sérvia (sem contar Montenegro, um homérico pequeno Estado montanhoso de pastores de cabras hostis, pistoleiros e príncipes-bispos apreciadores das inimizades feudais e sangrentas e da composição de épicos heróicos), o que podia ser uma tentação para os eslavos do sul dissidentes no império. Terceiro, porque a derrocada do Império Otomano praticamente condenou o Império Habsburgo, salvo se este pudesse demonstrar, sem sombra de dúvida, que ainda era uma grande nação nos Bálcãs, onde ninguém podia se meter.

Até o fim de seus dias, Gavrilo Princip, o assassino do arquiduque Francisco Fernando, não conseguiu acreditar que sua minúscula iniciativa tivesse ateado fogo ao mundo. A crise final de 1914 foi tão completamente inesperada, tão traumática e, vista retrospectivamente, tão persistente porque foi essencialmente um incidente na política austríaca que exigia, na opinião de Viena, que se "desse uma lição na Sérvia". A atmosfera internacional parecia calma. Nenhum ministério das relações exteriores esperava problemas em junho de 1914, e personalidades públicas há décadas eram assassinadas com uma certa freqüência. Em princípio, ninguém nem se preocupou com o fato de uma grande nação intervir pesadamente num vizinho pequeno e problemático. Desde então cerca de cinco mil livros foram escritos para explicar o aparentemente inexplicável: como, dentro de pouco mais de cinco semanas após Sarajevo, a Europa se encontrava em guerra[e]. A resposta imediata parece agora tão clara com simples: a Alemanha

decidiu dar apoio total à Áustria, ou seja, não acalmar a situação. O resto seguiu-se inexoravelmente. Pois, em 1914, *qualquer* confronto entre os blocos em que se esperasse que um dos dois lados recuasse os levava à beira da guerra. Além de um certo ponto, as mobilizações inflexíveis das forças militares, sem as quais tal confronto não mereceria credibilidade, não podiam retroceder. A "desmobilização" não poderia mais desmobilizar, mas apenas destruir. Em 1914, *qualquer* incidente, por mais aleatório que fosse — até a ação de um terrorista estudantil ineficaz num canto perdido do continente — podia levar a esse confronto, se alguma nação isolada, presa ao sistema de bloco e contra-bloco, escolhesse levá-lo a sério. Assim, a guerra chegou e, em circunstâncias comparáveis, chegaria outra vez.

Em suma, as crises internas e internacionais nos últimos anos anteriores a 1914 fundiram-se. A Rússia uma vez mais ameaçada pela revolução social, a Áustria desafiada pela desintegração de um império múltiplo não mais controlável, e até a Alemanha polarizada e talvez ameaçada pelo imobilismo devido a suas divisões políticas — todos eles pendiam para o lado de seus militares e suas soluções. Até a França, unida por uma relutância a pagar impostos e, portanto, a conseguir as verbas necessárias para um rearmamento maciço (era mais fácil prolongar outra vez o serviço militar para três anos), elegerem 1913 um presidente que conclamou a vingança contra a Alemanha e emitiu ruídos belicosos, fazendo eco aos generais que agora, com otimismo assassino, abandonavam uma estratégia defensiva por um assalto ofensivo do outro lado do Reno. Os britânicos preferiam os navios de guerra aos soldados: a marinha sempre fora popular, uma glória nacional passível de ser aceita pelos liberais como protetora do comércio. As cicatrizes navais tinham charme político, ao contrário da reforma do exército. Poucos, mesmo entre seus políticos, perceberam que os planos para uma guerra conjunta com a França implicavam um exército maciço e finalmente a convocação, e de fato não tinham em vista nada além de uma guerra basicamente naval e comercial. Contudo, embora o governo britânico tenha se mantido pacífico até o último momento — ou antes, se recusou a tomar posição temendo uma divisão do governo

liberal — ele não podia pensar em ficar fora da guerra. Felizmente, a invasão alemã da Bélgica, há muito preparada pelo plano Schlieffen, propiciou a Londres uma cobertura moral para necessidades diplomáticas e militares.

Mas como reagiriam as massas da Europa a uma guerra que não podia senão ser uma guerra de massas, já que todos os beligerantes, salvo os britânicos, se prepararam para lutar com exércitos de recrutas de enormes dimensões? Em agosto de 1914, antes mesmo da deflagração das hostilidades, 19 milhões — e potencialmente 50 milhões — de homens armados estavam frente a frente, de um lado e de outro das fronteiras. Qual seria a atitude dessas massas quando convocadas e qual seria o impacto da guerra entre os civis, especialmente se, como alguns militares argutamente suspeitavam — embora quase não levando o dado em conta em seus planos —, a guerra não terminasse rapidamente? Os britânicos eram particularmente sensíveis a esse problema, pois dispunham apenas de voluntários para reforçar seu exército regular modesto de 20 divisões (comparado com 74 da França, 94 da Alemanha e 108 da Rússia), porque as classes trabalhadoras eram sustentadas sobretudo com alimentos despachados de navio do ultramar, o que era extremamente vulnerável a um bloqueio, e porque nos anos imediatamente anteriores à guerra o governo enfrentara agitação e tensão sociais inéditas na memória das pessoas vivas à época e uma situação explosiva na Irlanda. "A atmosfera de guerra", pensou o ministro liberal John Morley, "não pode ser propícia à ordem num sistema democrático que está à beira do espírito de [18]48"[f]. Mas a atmosfera interna das outras nações também era de natureza a inquietar seus governos. É um erro pensar que em 1914 os governos se precipitaram à guerra para desativar suas crises sociais internas. No máximo, calcularam que o patriotismo minimizaria as resistências mais graves e a não-cooperação.

Nisso eles estavam certos. A oposição liberal, humanitária e religiosa à guerra sempre fora insignificante na prática, embora nenhum governo (com a exceção eventual da Grã-Bretanha) estivesse disposto a reconhecer uma recusa a prestar serviço militar por objeção de consciência. Os movimentos trabalhista e socialista

organizados, em seu conjunto, se opunham ardentemente ao militarismo e à guerra, e o Partido Trabalhista e a Internacional Socialista inclusive se engajaram, em 1907, numa greve geral internacional contra a guerra, mas políticos teimosos não levaram o fato muito a sério, embora um extremista de direita tenha assassinado o grande líder e orador socialista francês Jean Jaurès poucos dias antes da guerra, quando ele tentava desesperadamente salvar a paz. Os principais partidos socialistas foram contra essa greve, poucos acreditavam que fosse viável e, de qualquer maneira, como Jaurès reconheceu, "uma vez deflagrada a guerra, não podemos fazer mais nada". Como vimos, o ministro do Interior da França nem se incomodou em prender os perigosos militantes antiguerra, dos quais a polícia preparara cuidadosamente uma lista nesse intuito. A dissidência nacionalista não demonstrou imediatamente ser um fator grave. Em suma, a convocação do governo ao alistamento não enfrentou uma real resistência.

Mas os governos se enganaram no que tange a um ponto crucial: foram pegos totalmente de surpresa, assim como os que se opunham à guerra, pela extraordinária vaga de entusiasmo patriótico com que seus povos pareciam mergulhar num conflito no qual ao menos 20 milhões de pessoas seriam mortas ou feridas, sem contar os incalculáveis milhões de nascimentos que deixaram de acontecer e o excesso de mortes civis devido à fome e à doença. As autoridades francesas previam 5 a 13 por cento de deserção: na verdade apenas 1,5 por cento se esquivou ao recrutamento em 1914. Na Grã-Bretanha, onde havia a mais forte oposição política à guerra e onde ela estava profundamente enraizada na tradição, tanto na liberal quanto na trabalhista e socialista, o número de voluntários nas primeiras oito semanas foi de 750 mil, mais um milhão nos oito meses seguintes. Os alemães, como previsto, nem sonharam em desobedecer às ordens. "Como alguém vai poder dizer que não amamos nossa pátria quando após a guerra tantos milhares de nossos bons companheiros de partido dizem 'fomos condecorados por heroísmo'?". Assim escreveu um militante social-democrata alemão, tendo recebido a Cruz de Ferro em 1914. Na Áustria não foi só o povo dominante que foi abalado por uma breve onda de

patriotismo. Como reconheceu o líder socialista austríaco Victor Adler, "mesmo entre as nacionalidades, lutar na guerra era uma espécie de libertação, uma esperança de que algo diferente viria". Até na Rússia, onde haviam sido previstos um milhão de desertores, todos, salvo poucos milhares dos 15 milhões, obedeceram à convocação. As massas seguiram as bandeiras de seus respectivos Estados e abandonaram os líderes que se opuseram à guerra. Na verdade, deles restavam poucos, ao menos em público. Em 1914, os povos da Europa foram alegremente massacrar e ser massacrados, por pouco tempo, no entanto. Após a Primeira Guerra Mundial isso nunca mais aconteceu.

O momento os surpreenderá, mas não mais pelo fato da guerra, ao qual a Europa se habituaria, como alguém que vê uma tempestade se aproximando. De certo modo sua chegada foi amplamente sentida como uma libertação e um alívio, sobretudo pelos jovens da classe média — homens, muito mais que mulheres — embora menos pelos operários e menos ainda pelos camponeses. Como uma tempestade, ela rompeu o abafamento da espera e limpou o ar. Significou o fim da superficialidade e da frivolidade da sociedade burguesa, do tedioso gradualismo da melhoria do século XIX, da tranqüilidade e da ordem pacífica que era a utopia liberal para o século XX e que Nietzsche denunciara profeticamente, junto com a "pálida hipocrisia administrada por mandarins". Após uma longa espera no auditório, significou a abertura da cortina para o início de um drama histórico grandioso e empolgante do qual o público descobriu ser o elenco. Significou decisão.

O fato de a guerra ter sido o momento da transposição de uma fronteira histórica — uma daquelas raras datas que marcam a periodização da civilização humana — teria sido reconhecido como algo mais que uma conveniência pedagógica? Provavelmente sim, apesar da esperança muito disseminada numa guerra curta, num retorno previsível à vida normal e à "normalidade" retrospectivamente identificada a 1913, presente em tantas das opiniões registradas de 1914. Até as ilusões dos jovens patriotas e militaristas que mergulharam na guerra como num elemento novo, "como nadadores na pureza saltando", implicaram mudanças

profundas. O sentimento da guerra como fim de uma época era talvez mais forte no mundo da política, embora poucos tivessem uma consciência tão clara como Nietzsche dos anos 1880 da "era de guerras, levantes [*Umstürze*], explosões monstruosas [*ungeheure*]" que começara, ainda menos numerosos foram os de esquerda que, interpretando a seu próprio modo a guerra, nela viam esperança, como Lenin. Para os socialistas a guerra era uma catástrofe dupla e imediata, pois, como movimento dedicado ao internacionalismo e à paz, foi subitamente reduzido à impotência, e a vaga de união nacional e patriotismo sob a direção das classes dirigentes tomou conta, embora momentaneamente, dos partidos e até do proletariado com consciência de classe dos países beligerantes. Entre os estadistas dos antigos regimes houve ao menos um que reconheceu que tudo mudara. "As lâmpadas estão se apagando na Europa inteira", disse Edward Grey ao ver as luzes da sede do governo inglês apagadas na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha entraram em guerra. "Não as veremos brilhar outra vez em nossa existência."

Temos vivido, desde agosto de 1914, no mundo de guerras, levantes e explosões monstruosas que Nietzsche profeticamente anunciou. É isto que envolve a era anterior a 1914 com a névoa da nostalgia, uma tênue idade de ouro, de ordem e de paz, de perspectivas não problemáticas. Tais projeções passadas de bons velhos tempos imaginários pertencem à história das últimas décadas do século XX, e não das primeiras. Os historiadores dos dias anteriores ao apagar das luzes não pensavam nelas. Sua preocupação central, que perpassa este livro, deve ser a de entender e mostrar como a era da paz, da civilização burguesa confiante e cada vez mais próspera, e dos impérios ocidentais, carregava inelutavelmente dentro de si o embrião da era da guerra, da revolução e da crise que marcou seu fim.

---

[a] Em francês no original. (N. da T.)

[b] O almirante Raeder afirmou inclusive que em 1914 o comando naval alemão não tinha planos para uma guerra contra a Grã-Bretanha.

[c] A estratégia alemã (o "Plano Schlieffen", de 1905) previa um rápido e decisivo ataque contra a França, seguido por um rápido e decisivo ataque contra a Rússia. O primeiro significava a invasão da Bélgica, propiciando assim à Grã-Bretanha uma desculpa para entrar na guerra, com a qual há muito tempo estava efetivamente comprometida.

[d] Os povos eslavos do sul estavam em parte na metade austríaca do Império Habsburgo (eslovenos, croatas, dálmatas), em parte na metade húngara (croatas, alguns sérvios), em parte sob administração imperial comum (Bósnia-Herzegovina) e o resto em pequenos reinos independentes (Sérvia, Bulgária e o miniprincipado de Montenegro) ou sob controle turco (Macedônia).

[e] Com exceção da Espanha, Escandinávia, Holanda e Suíça, todos os Estados europeus finalmente se envolveram, como também o Japão e os EUA.

[f] Paradoxalmente, o medo dos possíveis efeitos da fome na classe operária britânica sugeriu aos estrategistas navais a possibilidade de desestabilizar a Alemanha através de um bloqueio que levaria a fome a seu povo. Isto foi, de fato, tentado com sucesso considerável durante a guerra.

EPÍLOGO

Wirklich, ich lebe in finsteren Zeiten!
Das arglose Wort ist töricht. Eine glatte Stirn
Deutet auf Unempfindlichkeit hin. Der Lachende
Hat die furchtbare Nachricht
Nur nock nicht empfangen.

Bertolt Brecht, 1937-1938

As décadas precedentes foram, pela primeira vez, percebidas como uma longa idade de ouro, de avanço constante, quase ininterrupto. Exatamente como disse Hegel, só começamos a entender uma era quando as cortinas vão se fechar sobre ela ("a coruja de Minerva só abre suas asas ao anoitecer") e, assim, só podemos chegar a reconhecer abertamente seus traços positivos ao entrarmos na era subseqüente, cujos problemas agora queremos destacar pintando-a de cores fortemente contrastantes com a anterior.

Albert O. Hirschman, 1986

1

Se a palavra "catástrofe" fora mencionada pelos membros da classe média européia antes de 1913, quase com certeza seria relacionada a um dos poucos acontecimentos traumáticos em que homens e mulheres com eles se viram envolvidos no decorrer de uma vida longa e, em geral, tranqüila: como o incêndio do Karltheater, em Viena, em 1881, durante uma apresentação dos *Contos de Hoffman*, de Offenbach, no qual perderam-se quase 1.500 vidas, ou o naufrágio do *Titanic* com número equivalente de vítimas. As catástrofes muito maiores que atingiram a vida dos pobres — como o terremoto de 1908 em Messina, muito mais grave que o modesto tremor de São Francisco (1905), ao qual, contudo, se deu muito mais importância — e as contínuas ameaças à vida, à integridade física e

à saúde que sempre atormentou a existência das classes trabalhadoras ainda hoje chamam menos a atenção do público.

Após 1914, o mundo sugeria, sem sombra de dúvida, outras e maiores calamidades, até aos mais imunes a elas em suas vidas pessoais. A Primeira Guerra Mundial acabou não sendo "os últimos dias da humanidade", como Karl Kraus a chamou em seu quase-drama de denúncia; mas ninguém que tenha vivido uma vida adulta, tanto antes como depois de 1914-1918, em qualquer lugar da Europa e, cada vez mais, em amplas áreas fora do mundo europeu, poderia deixar de observar que os tempos haviam mudado dramaticamente.

A mudança mais óbvia e imediata foi que agora a história mundial se desenrolava, evidentemente, através de uma série de convulsões sísmicas e cataclismas humanos. A idéia de progresso ou mudança contínua nunca se mostrou tão pouco plausível como durante a vida dos que passaram pelas duas guerras mundiais, por dois períodos globais de revoluções após cada guerra, pela descolonização generalizada e em parte revolucionária, por duas expulsões em massa de povos que culminaram em genocídio e ao menos uma crise econômica cuja gravidade foi suficiente para despertar dúvidas sobre o próprio futuro dos setores do capitalismo ainda não derrubados pela revolução — levantes que afetaram continentes e países bastante distantes da zona de guerra e convulsão política européia. Uma pessoa nascida, digamos, em 1900 teria passado por tudo isso diretamente — ou através dos meios de comunicação de massa que tornaram os fatos imediatamente acessíveis — antes de atingir a idade da aposentadoria. E, é claro, o perfil histórico configurado por convulsões continuaria.

Antes de 1914, as únicas quantidades medidas em milhões, fora as da astronomia, eram praticamente as populações dos países e os dados da produção, do comércio e das finanças. A partir de 1914, nos acostumamos a ter números de vítimas de tais magnitudes: as guerras, mesmo localizadas (Espanha, Coréia, Vietnã) — as maiores fazem dezenas de milhões —, o número dos que são levados à imigração forçada ou ao exílio (gregos, alemães, muçulmanos no subcontinente indiano, *kulaks*), e até o dos massacrados em genocídios (armênios, judeus), sem contar os que morrem por causa

da fome e das epidemias. Como tais magnitudes humanas fogem a um registro preciso ou como a mente humana não consegue compreendê-las, elas são discutidas acaloradamente. Mas os debates giram em torno de *milhões* a mais ou a menos. Essas cifras astronômicas também não podem ser cabalmente explicadas, e ainda menos justificadas, pelo rápido crescimento da população mundial em nosso século. A maioria delas se refere a áreas onde ela não estava crescendo tão depressa assim.

Hecatombes nessa escala estavam além do alcance da imaginação do século XIX, e as que ocorreram se situavam no mundo do atraso ou da barbárie, fora do âmbito do progresso e da "civilização moderna", e estavam, com certeza, destinadas a recuar diante do avanço universal, embora desigual. As atrocidades do Congo e da Amazônia, de proporções modestas pelos padrões modernos, chocaram tanto a Era do Império — como testemunha o livro *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad — só porque eram, manifestamente, regressões do homem civilizado à selvageria. O estado de coisas a que nos acostumamos, no qual a tortura voltou a fazer parte dos métodos policiais em países que se orgulham de seu grau de civilidade, teria não apenas repugnado a opinião política como teria sido considerado, com razão, uma recaída na barbárie, o que foi contra todas as tendências históricas de desenvolvimento observáveis desde meados do século XVIII.

Após a catástrofe maciça de 1914 e cada vez mais, os métodos da barbárie se tornaram parte integrante e esperada do mundo civilizado, tanto que encobriram os avanços contínuos e notáveis da tecnologia e da capacidade humana de produzir e inclusive as inegáveis melhorias na organização social humana em muitos lugares do mundo, até que se tornasse impossível ignorá-los, no decorrer do grande salto para a frente da economia mundial, no terceiro quartel do século XX. Em termos de melhoria material da humanidade como um todo, para não mencionar sua compreensão e seu controle da natureza, os argumentos a favor de uma visão da história do século XX como progresso são, na verdade, mais convincentes do que no caso do século XIX. Pois mesmo se europeus morreram e fugiram aos milhões, os sobreviventes

estavam se tornando mais numerosos, mais altos, mais sadios e viviam mais tempo. A maioria vivia melhor. Mas os motivos por que perdemos o hábito de pensar em nossa história como progresso são óbvios. Embora o progresso do século XX seja inegável, as previsões não sugerem um ascenso contínuo, mas a possibilidade, talvez até a iminência, de alguma catástrofe: outra e mais letal guerra mundial, um desastre ecológico, uma tecnologia cujo triunfo torne o mundo inabitável para a espécie humana, ou qualquer outra forma atual que o pesadelo possa revestir. A experiência nos ensinou, em nosso século, a viver na expectativa do apocalipse.

Mas para os membros do mundo burguês instruído e próspero que viveram nessa era de catástrofe e convulsão social, não parece se tratar, em primeira instância, de um cataclisma fortuito, algo como um furacão generalizado que devastasse tudo à sua passagem. Parecia ser dirigido especificamente contra sua ordem social, política e moral. Seu resultado provável, que o liberalismo burguês não tinha como evitar, era a revolução social das massas. Na Europa a guerra gerou não só a ruína ou a crise de todos os Estados e regimes a leste do Reno e na borda ocidental dos Alpes, mas também o primeiro regime que empreendeu, deliberada e sistematicamente, a transformação dessa ruína na derrubada geral do capitalismo, na destruição da burguesia e na construção de uma sociedade socialista: o regime bolchevique, que chegou ao poder na Rússia com o desmoronamento do czarismo. Como vimos, os movimentos de massa do proletariado teoricamente dedicados a esse objetivo já existiam na maior parte do mundo desenvolvido, embora os políticos dos países parlamentares tenham concluído que ali não constituíam uma real ameaça para o *status quo*. Mas a combinação da guerra à derrocada e à Revolução Russa tornaram o perigo iminente e quase irresistível.

O perigo do "bolchevismo" dominou não só a história dos anos imediatamente posteriores à Revolução Russa de 1917, como toda a história do mundo desde então. Inclusive, por muito tempo, deu a seus conflitos internacionais a aparência de uma guerra civil e ideológica. No final do século XX, ele ainda domina a retórica do confronto entre as superpotências, ao menos unilateralmente,

embora até o olhar mais superficial perceba que os anos 80 não combinam com a imagem de uma revolução mundial única prestes a esmagar o que o jargão internacional chamou de "economias de mercado desenvolvidas", ainda menos se orquestrada a partir de um centro único e com vistas à construção de um único sistema socialista monolítico sem vontade ou capacidade de coexistir com o capitalismo. A história do mundo desde a Primeira Guerra Mundial tomou forma à sombra de Lenin, real ou imaginário, como a história do mundo ocidental no século XIX tomou forma à sombra da Revolução Francesa. Em ambos os casos, acabou saindo da sombra, mas não totalmente. Da mesma maneira que os políticos, mesmo em 1914, especulavam sobre se o espírito reinante no pré-guerra lembrava 1848, assim nos anos 1980 cada derrubada de algum regime em algum lugar do Ocidente ou do Terceiro Mundo evoca esperanças ou temores do "poder marxista".

O mundo não se tornou socialista, embora em 1917-1920 isso fosse considerado possível, ou mesmo inevitável a longo prazo, não só por Lenin como também, por algum tempo, pelos que representavam e governavam regimes burgueses. Durante alguns meses, até os capitalistas europeus, ou ao menos seus porta-vozes intelectuais e administradores, pareciam resignados à eutanásia, pois estavam diante de movimentos operários socialistas imensamente fortalecidos depois de 1914 e que, na verdade, em alguns países como a Alemanha e a Áustria, constituíam a única força organizada e capaz de apoiar o Estado, que havia sobrevivido à ruína dos antigos regimes. Qualquer coisa era melhor que o bolchevismo, até a desistência pacífica. Os longos debates (sobretudo em 1919) sobre em que medida as economias deviam ser socializadas, como deviam ser socializadas e quanto devia ser concedido ao novo poder do proletariado não eram apenas manobras táticas para ganhar tempo. Só o aparentaram quando ficou provado que o período de grave perigo, real ou imaginário, para o sistema tinha sido tão breve que, afinal de contas, nada de drástico precisava ser feito.

Retrospectivamente podemos ver que o susto foi exagerado. O momento de revolução mundial potencial passou, deixando atrás de

si apenas um regime comunista num país extraordinariamente enfraquecido e atrasado, cujo principal trunfo era a vastidão de seu território e de seus recursos, que o transformariam numa superpotência política. Também deixou atrás de si um potencial considerável de revolução anti-imperialista, modernizadora e camponesa, à época sobretudo na Ásia, que reconhecia suas afinidades com a Revolução Russa, e as parcelas dos movimentos socialista e trabalhista pré-1914, agora divididos, que arriscavam a sorte com Lenin. Nos países industrializados, esses movimentos comunistas geralmente representavam uma minoria dos movimentos de trabalhadores antes da Segunda Guerra Mundial. Como o futuro demonstraria, as economias e sociedades das "economias de mercado desenvolvidas" eram notavelmente resistentes. Caso contrário, dificilmente poderiam ter emergido sem revolução social dos cerca de trinta anos de vagalhões históricos que poderiam ter feito navios em más condições naufragarem. O século XX foi cheio de revoluções sociais, e outras ainda podem ocorrer antes de seu término; mas as sociedades industriais desenvolvidas foram mais imunes a elas que quaisquer outras, salvo quando a revolução lhes chegou como subproduto de uma derrota ou conquista militar.

Assim, a revolução poupou os principais bastiões do capitalismo mundial, embora por um momento até seus defensores pensassem estar prestes a desabar. A antiga ordem repeliu o assalto. Mas conseguiu afastá-lo — *tinha* que consegui-lo transformando-se em algo muito diferente do que era em 1914. Pois, após essa data, diante do que um eminente historiador liberal chamou de "crise mundial" (Elie Halevy), o liberalismo burguês ficou totalmente perplexo. Podia renunciar ou ser varrido. Ou podia se assimilar a algo como os partidos social-democratas "reformistas", não-bolcheviques, não-revolucionários, que, de fato, surgiram na Europa como a principal garantia da continuidade social e política após 1917 e, por conseguinte, deixaram de ser partidos de oposição para se tornarem governo, efetivo ou potencial. Em suma, podia desaparecer ou se tornar irreconhecível. Mas sob sua forma antiga ele não tinha mais nenhuma chance.

Giovanni Giolitti (1842-1928), da Itália, é um exemplo do primeiro destino. Como vimos, ele fora notavelmente bem-sucedido na "administração" da política italiana do início do século XX: conciliando e domesticando os trabalhadores, comprando apoio político, mudando de posição e negociando, concedendo, evitando confrontos. Na situação socialmente revolucionária de seu país no pós-guerra, tais táticas falharam totalmente. A estabilidade da sociedade burguesa foi recuperada por meio de gangues armadas de "nacionalistas" e fascistas da classe média, numa verdadeira guerra de classes contra um movimento de trabalhadores incapaz de fazer uma revolução. Os políticos (liberais) os apoiaram, com a vã esperança de poder integrá-los a seu sistema. Em 1922, os fascistas assumiram o governo, após o que a democracia, o parlamento, os partidos e os antigos políticos liberais foram eliminados. O caso italiano foi apenas um entre muitos. De 1920 a 1939 os sistemas democráticos parlamentares praticamente desapareceram na maioria dos Estados europeus, comunistas ou não[a]. Os fatos falam por si mesmos. O liberalismo na Europa parecia condenado por uma geração.

John Maynard Keynes, também discutido acima, é um exemplo da segunda escolha, ainda mais interessante por ter apoiado o Partido Liberal Britânico a vida toda e ser um membro consciente do que ele chamava de sua classe, "a burguesia instruída". Como jovem economista, Keynes fora quase a quintessência da ortodoxia. Ele pensava, com razão, que a Primeira Guerra Mundial era tão inútil como incompatível com a economia liberal e com a civilização burguesa. Como consultor profissional dos governos de guerra posteriores a 1914, foi favorável à menor interrupção possível dos "negócios como de costume". Uma vez mais, de modo bastante lógico, achava que o grande líder de guerra (liberal) Lloyd George estava levando a Grã-Bretanha à ruína econômica ao subordinar todo o resto à conquista da vitória militar[b]. Ficou horrorizado, mas não surpreso, ao ver boa parte da Europa e do que ele considerava civilização européia ruir sob o peso da derrota e da revolução. Concluiu, outra vez acertadamente, que um tratado de paz politicamente irresponsável imposto pelos vencedores

comprometeria as chances de recuperar a estabilidade capitalista da Alemanha, e portanto da Europa, em bases liberais. Entretanto, diante do desaparecimento irremediável da *belle époque* do pré-guerra, de que ele tanto desfrutara em companhia de seus amigos de Cambridge e Bloomsbury, Keynes dedicou, a partir daí, todo seu considerável brilho intelectual, sua criatividade, seu estilo e sua capacidade de persuasão a encontrar uma maneira de salvar o capitalismo de si mesmo.

Como decorrência, acabou revolucionando a ciência econômica, a ciência social mais ligada à economia de mercado da Idade dos Impérios e que evitara incorporar o sentimento de crise, tão evidente em outras ciências sociais. A crise, primeiro política e depois econômica, serviu de base para Keynes repensar a ortodoxia liberal. Ele se tornou o paladino de uma economia administrada e controlada pelo Estado, que, apesar da evidente dedicação de Keynes ao capitalismo, teria sido considerada a ante-sala do socialismo por todos os ministros das finanças de todas as economias industriais desenvolvidas anteriores a 1914.

Keynes merece destaque porque formulou o que seria a maneira mais intelectual e politicamente influente de dizer que a sociedade capitalista só poderia sobreviver se os Estados capitalistas controlassem, administrassem e até planejassem boa parte do perfil geral de suas economias, transformando-as, se necessário, em economias mistas público/privadas. Após 1944, a lição foi adotada por ideólogos e governos reformistas, social-democratas e radicais que lhe deram continuidade com entusiasmo, caso não fossem, como na Escandinávia, pioneiros independentes dessas idéias. A lição de que o capitalismo nos termos liberais pré-1914 estava moto foi quase universalmente aprendida no período das duas guerras mundiais e da recessão mundial, até por aqueles que se recusavam a lhe dar novos rótulos teóricos. Durante os quarenta anos que se seguiram ao início da década de 30, os defensores teóricos de uma economia de livre concorrência pura foram uma minoria isolada, além dos homens de negócios, cujo ponto de vista sempre lhes torna difícil reconhecer os interesses preferenciais de seu sistema como

um todo, na medida em que concentram suas mentes nos interesses preferenciais de sua firma ou atividade específica.

A lição tinha que ser aprendida, porque a alternativa à época da Grande Recessão dos anos 30 não era uma recuperação induzida pelo mercado, mas a derrocada. Não se tratava, como pensavam cheios de esperança os revolucionários, da "crise final" do capitalismo, mas foi provavelmente a única crise econômica até então, na história de um sistema econômico que funciona essencialmente através de flutuações cíclicas, que de fato pôs em perigo o sistema.

Assim, os anos entre o início da Primeira e as seqüelas da Segunda Guerra Mundial foram um período de crise e convulsões extraordinárias na história. A melhor maneira de considerá-lo é como uma era em que o modelo mundial da Era dos Impérios ruiu sob o impacto de explosões que ela mesma gerara em silêncio durante os longos anos de paz e prosperidade. O que ruiu é evidente: o sistema mundial liberal e a sociedade burguesa do século XIX como norma à qual, por assim dizer, qualquer tipo de "civilização" aspirava. Foi, afinal de contas, a era do fascismo. Qual seria o perfil do futuro? Este só ficou claro em meados do século e, mesmo então, o desenrolar dos fatos, embora talvez previsível, era tão diferente daquele com que as pessoas tinham se acostumado na era das convulsões, que elas demoraram quase uma geração para identificar o que estava acontecendo.

2

O período, ainda em curso, que sucedeu a essa era de ruína e transição é, provavelmente, o mais revolucionário já vivido pela espécie humana, em termos de transformações sociais que afetam os homens e mulheres comuns do mundo — crescendo a uma taxa que nem a história anterior do mundo em processo de industrialização conheceu. Pela primeira vez desde a Idade da

Pedra, a população mundial estava deixando de ser composta por pessoas que viviam da agricultura e da pecuária. Em todas as regiões do mundo, exceto (ainda) a África ao sul do Saara e o quadrante sul da Ásia, os camponeses agora eram minoria, nos países desenvolvidos uma ínfima minoria. Esse deslocamento ocorreu durante uma única geração. Por conseguinte, o mundo — não apenas os antigos países "desenvolvidos" — se tornou urbano, enquanto o desenvolvimento econômico, inclusive a grande industrialização, era internacionalizado ou globalmente redistribuído de um modo inconcebível antes de 1914. A tecnologia contemporânea, graças ao motor de combustão interna, ao transistor, à calculadora de bolso, ao onipresente avião, para não falar da modesta bicicleta, penetrou nos confins mais recônditos do planeta, aos quais o comércio tem acesso de uma forma que poucos teriam imaginado, mesmo em 1939. As estruturas sociais, ao menos nas sociedades desenvolvidas do capitalismo ocidental, foram dramaticamente abaladas, inclusive as domésticas e familiares tradicionais. Retrospectivamente é possível agora reconhecer o quanto daquilo que fez a sociedade burguesa do século XIX funcionar foi, na verdade, herança e produção de um passado que seu próprio processo de desenvolvimento destruiria. Tudo isso aconteceu num espaço de tempo incrivelmente curto pelos padrões históricos — cabe na memória dos homens e mulheres nascidos durante a Segunda Guerra Mundial — em decorrência do *boom* mais maciço e extraordinário de expansão econômica mundial de todos os tempos. Um século depois do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, seus prognósticos dos efeitos econômicos e sociais do capitalismo pareciam se cumprir — mas não, apesar de um terço da humanidade ser governado por seus discípulos, a derrubada do capitalismo pelo proletariado.

Nesse período, a sociedade burguesa do século XIX e tudo que dela decorria já pertenciam a um passado que não determinava mais o presente de maneira imediata, embora, é claro, tanto o século XIX como o final do século XX façam parte do mesmo período longo da transformação revolucionária da humanidade — e da natureza —, que se tornou notoriamente revolucionária no último quartel do

século XVIII. Os historiadores observarão a estranha coincidência que consiste no fato de o *El-super-boom* do século XX ter ocorrido exatamente cem anos após o grande *boom* de meados do século XIX (1850-1873, 1950-1973) e, por conseguinte, o período de problemas econômicos mundiais do final do século XX, que começou em 1973, ter tido início justamente cem anos após a Grande Depressão, onde o presente livro começou. Mas não há relação entre esses fatos, salvo se alguém descobrir algum mecanismo cíclico do movimento econômico que possa produzir uma repetição cronológica tão exata; e isso é bastante improvável. A maioria de nossos contemporâneos não quer nem precisa se reportar a 1880 para explicar o que está conturbando o mundo nos anos 1980 e 1990.

Contudo, o mundo do fim do século XX ainda é moldado pelo século burguês e pela Idade dos Impérios em particular, tema deste livro. Moldado em sentido literal. Assim, por exemplo, os acordos financeiros mundiais, que deviam constituir o quadro internacional do *boom* global do terceiro quartel deste século, foram negociados, em meados da década de 1940, por homens que já eram adultos em 1914 e que eram totalmente regidos pela experiência dos últimos 25 anos da desintegração da Era dos Impérios. A última geração de estadistas ou líderes nacionais que já eram adultos em 1914 morreu na década de 70 (por exemplo, Mao, Tito, Franco, de Gaulle). Porém, o que é mais significativo é que o mundo de hoje foi moldado pelo que poderíamos chamar de paisagem histórica que a Era dos Impérios e sua derrocada deixaram como saldo.

O elemento mais óbvio dessa herança é a divisão do mundo em países socialistas (ou que afirmam sê-lo) e o resto. A sombra de Karl Marx preside à vida de mais de um terço da espécie humana em virtude dos fatos que tentamos esquematizar nos capítulos 3, 5 e 12. Quaisquer que tenham sido os prognósticos para o futuro da massa continental que se estende dos mares da China ao meio da Alemanha, mais algumas áreas na África e nas Américas, é bastante correto dizer que os regimes que afirmam cumprir as previsões de Karl Marx possivelmente não teriam figurado entre os previstos antes do surgimento de movimentos de massa de trabalhadores

socialistas, cujo exemplo e ideologia inspirariam, por sua vez, movimentos revolucionários em regiões atrasadas e dependentes ou coloniais.

Outro elemento obviamente herdado é a própria globalização do modelo político mundial. Se as Nações Unidas do final do século XX englobam uma maioria de Estados numericamente considerável do que veio a ser chamado de Terceiro Mundo (e, incidentalmente, Estados que não estão em bons termos com as nações "ocidentais"), é porque eles são, em sua esmagadora maioria, relíquias da divisão do mundo entre as nações imperiais da Era dos Impérios. Assim, a descolonização do Império Francês gerou cerca de vinte novos Estados, a do Império Britânico muitos mais; e, ao menos na África (que, no momento em que este livro foi escrito consistia de mais de cinqüenta entidades nominalmente independentes e soberanas), todos eles reproduziram as fronteiras traçadas pela conquista e pela negociação interimperialista. Uma vez mais, se não fosse pelo desenrolar dos fatos naquele período, seria problemático esperar que a grande maioria desses países tratasse das questões relativas a seus estratos instruídos e governos, em inglês e francês, no final deste século.

Uma herança um tanto menos óbvia da Era dos Impérios é o fato de todos esses Estados serem descritos, e muitas vezes se autodescreverem, como "nações". Isso não se deve apenas, como tentei mostrar, ao fato de a ideologia da "nação" e do "nacionalismo", produto europeu do século XIX, poder ser usada como ideologia de libertação colonial e como tal ser importada pelos membros das elites ocidentalizadas dos povos coloniais, mas também porque, como demonstrado no capítulo 6, o conceito da "nação-Estado" passou, nesse período, a estar ao alcance de grupos de *qualquer* tamanho que escolhessem descrever a si mesmos assim, ao contrário do que ocorria em meados do século XIX, quando os pioneiros do "princípio da nacionalidade" partiam do princípio de que o conceito se aplicava apenas a povos médios ou grandes. A maioria dos Estados que surgiram no mundo desde o final do século XIX (e que receberam, a partir do presidente Wilson, o *status* de "nações") tinha população e/ou dimensões modestas e, muitas vezes, a partir

do início da descolonização, diminutas[c]. Na medida em que o nacionalismo se disseminou fora do Velho Mundo "desenvolvido", ou na medida em que a política não-européia foi assimilada ao nacionalismo, a herança da Era dos Impérios ainda está presente.

Ela está igualmente presente na transformação das relações familiares ocidentais tradicionais e, especialmente, na emancipação da mulher. Essas transformações têm, sem dúvida, se desenrolado numa escala muitíssimo mais gigantesca que nunca desde meados do século, mas, na verdade, foi durante a Era dos Impérios que a "nova mulher" se revelou pela primeira vez como um fenômeno significativo e que os movimentos políticos e sociais de massa dedicados, entre outros temas, à emancipação da mulher se tornaram forças políticas: notadamente os movimentos trabalhistas e socialistas. Os movimentos de mulheres no Ocidente podem ter inaugurado uma fase nova e mais dinâmica nos anos 1960, talvez em boa medida como resultado do grande aumento da entrada de mulheres, especialmente casadas, no mercado de trabalho remunerado fora de casa, mas trata-se só de uma fase de um acontecimento histórico importante, cuja trajetória se inicia no período que nos ocupa e, para fins práticos, não antes.

Ademais, como este livro tentou deixar claro, a Era dos Impérios assistiu ao nascimento da maioria dos fatores que ainda caracterizam a sociedade urbana moderna de cultura de massas, das formas internacionais de esporte para espectadores à imprensa e cinema. Mesmo tecnicamente os meios de comunicação de massa modernos não constituem inovações fundamentais, apenas aperfeiçoamentos que tornaram as duas invenções básicas criadas na Era dos Impérios mais universalmente acessíveis: a reprodução mecânica do som e a fotografia em movimento. A continuidade entre a era de Jacques Offenbach e o presente não é comparável à do jovem Fox, de Zukor, Goldwyn e "A voz do dono".

Não é difícil descobrir outros aspectos de nossas vidas que ainda são configurados pelo século XIX em geral e pela Era dos Impérios em particular, ou que constituem sua continuação. Nenhum leitor duvidaria da extensão da lista. Mas será esta a principal reflexão sugerida por um olhar retrospectivo sobre a história do século XIX? Ainda é difícil, senão impossível, voltar olhos inexpressivos para aquele século que criou a história mundial, porque ele criou a economia mundial capitalista moderna. Para os europeus, ele está particularmente carregado de emoção, porque, mais que qualquer outro, ele foi a era européia; na história mundial e, para os britânicos, foi uma época única, porque a Grã-Bretanha foi seu cerne, não só do ponto de vista econômico. Para os norte-americanos, foi o século em que os EUA deixaram de fazer parte da periferia européia. Para os povos do resto do mundo, foi a era em que toda a história passada, por mais longa e notável que fosse, foi necessariamente interrompida. O que lhes aconteceu, ou o que fizeram a partir de 1914, está implícito no que lhes aconteceu entre a primeira revolução industrial e 1914.

Foi um século que transformou o mundo — não mais que o nosso próprio século, mas de modo mais notável na medida em que, então, tais transformações revolucionárias e contínuas eram novas. Voltando os olhos para trás, podemos ver esse século da burguesia e da revolução surgir no horizonte como a esquadra de Nelson se preparando para a ação, até no que não vemos: a tripulação raptada que a conduzia, pouco numerosa, pobre, açoitada e bêbada, vivendo de xá e bolachas bichadas. Olhando retrospectivamente podemos reconhecer que aqueles que o fizeram e, cada vez mais, as crescentes massas que dele participaram no Ocidente "desenvolvido" sabiam que ele estava destinado a realizações extraordinárias e pensavam que sua missão era resolver todos os principais problemas da humanidade, remover todos os obstáculos que se interpunham à sua solução.

Nunca antes ou depois os homens e mulheres práticos nutriram expectativas tão elevadas, tão utópicas em relação à vida no planeta: paz universal, cultura universal por meio de um único idioma

mundial, ciência que não só tentasse responder, mas que de fato respondesse às perguntas mais fundamentais sobre o universo, a emancipação da mulher de toda sua história passada, a emancipação de toda a humanidade através da emancipação dos trabalhadores, a liberação sexual, uma sociedade de abundância, um mundo onde cada um colaborasse segundo suas capacidades e recebesse conforme sua necessidade. Não se tratava apenas de sonhos de revolucionários. A utopia através do progresso estava, sob aspectos fundamentais, embutida no século. Oscar Wilde não estava brincando quando disse que não valia a pena ter um mapa do mundo onde não figurasse a Utopia. Estava falando em nome de Cobden, o do livre comércio, bem como em nome de Fourier, o socialista, no do presidente Grant como no de Marx (que não rejeitou os objetivos utópicos, mas apenas suas estratégias), no de Saint-Simon, cuja utopia do "industrialismo" não pode ser reportada nem ao capitalismo nem ao socialismo, porque afirmava pertencer a ambos. Mas o que as utopias mais características do século XIX tinham de novo era que para elas a história *não* seria interrompida.

Os burgueses esperavam uma era de melhoria infindável — material, intelectual e moral — através do progresso liberal; os proletários, ou os que diziam falar em nome deles, a esperavam através da revolução. Mas ambos esperavam o mesmo. E o esperavam não através de um automatismo histórico, mas de esforço e luta. Os artistas que exprimiram com mais profundidade as aspirações culturais do século burguês e se tornaram, por assim dizer, as vozes articuladoras de seus ideais foram aqueles como Beethoven, que era visto como o gênio que lutou até a vitória, cuja música superou as forças obscuras do destino, cuja sinfonia coral culminou no triunfo do espírito humano liberto.

Na Era dos Impérios houve, como vimos, vozes — tão profundas como influentes nas classes burguesas — que previram resultados diferentes. Mas, de maneira geral, aos olhos da maioria dos ocidentais, a era parecia mais próxima das promessas do século que qualquer outra anterior. De sua promessa liberal, através da melhoria material, da educação e da cultura; de sua promessa revolucionária, por meio do surgimento, da força de massas e das perspectivas de

um triunfo futuro inevitável dos novos movimentos trabalhistas e socialistas. Para alguns, como este livro tentou mostrar, a Era dos Impérios foi de inquietude e temor crescentes. Para a maioria dos homens e mulheres do mundo transformado pela burguesia foi, quase certamente, uma era de esperança.

É sobre essa esperança que agora podemos refletir retrospectivamente. Ainda podemos partilhá-la, mas já não sem ceticismo e incerteza. Fomos testemunha da realização de muitas promessas de utopia que não deram os resultados esperados. Não estamos vivendo uma época em que, nos países mais avançados, as comunicações modernas, os meios de transporte e as fontes de energia eliminaram a distinção entre cidade e campo, coisa que um dia foi considerada possível apenas numa sociedade que tivesse resolvido praticamente todos os seus problemas? O que decididamente a nossa não fez. O século XX conheceu muitos momentos de libertação e êxtase social que tiveram excesso de confiança em sua própria permanência. Há lugar para a esperança, pois os seres humanos são animais que esperam. Há lugar, inclusive, para grandes esperanças, pois, apesar das aparências e dos preconceitos em contrário, as verdadeiras realizações do século XX em termos de progresso material e intelectual — o progresso moral e cultural é antes questionável — é extraordinariamente impressionante e bastante inegável.

Há ainda lugar para a maior de todas as esperanças, a da criação de um mundo no qual homens e mulheres livres, emancipados do medo e da necessidade material, viverão juntos uma vida boa numa boa sociedade? Por que não? O século XIX nos ensinou que o desejo da sociedade perfeita não é satisfeito por algum projeto predeterminado para o modo de vida, seja ele mórmon, owenista[d] ou outro; e podemos desconfiar que mesmo se um projeto novo desse tipo viesse a ser o perfil do futuro, nós não saberíamos, ou não estaríamos em condições de determinar, hoje, qual seria. A função da busca da sociedade perfeita não é pôr um ponto final na história, mas abrir suas possibilidades desconhecidas e incognoscíveis a todos os homens e mulheres. Nestes sentido, a

estrada que leva à utopia não está interrompida, felizmente, para a espécie humana.

Mas, como sabemos, ela pode ser bloqueada: pela destruição universal, por uma volta à barbárie, pela dissolução das esperanças e valores a que o século XIX aspirou. O século XX nos ensinou que isso é possível. A história, divindade que preside a ambos os séculos, já não dá aos homens e mulheres acostumados a pensar a garantia inabalável de que a humanidade tomará o rumo da terra prometida, qualquer que seja a maneira como esta foi concebida; menos ainda o modo de alcançá-la. Pode aparecer de diferentes maneiras. Sabemos que é possível, porque vivemos no mundo criado pelo século XIX, e sabemos que, por mais titânicas que tenham sido suas realizações, elas não foram o esperado ou sonhado à época.

Contudo, embora não possamos mais acreditar que a história nos assegura o resultado certo, também sabemos que não nos garante o errado. Ela nos oferece a opção, sem nenhuma estimativa clara da probabilidade de nossa escolha. Os indícios de que o mundo será melhor no século XXI não são negligenciáveis. Se o mundo conseguir não se autodestruir, a probabilidade será bastante grande. Mas não chegará à certeza. A única certeza que podemos ter em relação ao futuro é que ele surpreenderá até mesmo aqueles que puderam ver mais longe.

---

[a] Em 1939, os únicos, dentre os 27 Estados europeus, que podiam ser descritos como democracias parlamentares eram: Reino Unido, Estado Livre da Irlanda, França, Bélgica, Suíça, Holanda e os quatro escandinavos (a Finlândia por pouco). Todos eles, salvo o Reino Unido, o Estado Livre da Irlanda, a Suécia e a Suíça, logo desapareceriam temporariamente em virtude de ocupação ou de aliança com a Alemanha nazista.

[b] A atitude foi, naturalmente, muito diferente em relação à Segunda Guerra Mundial, travada contra a Alemanha nazista.

[c] Doze Estados africanos do início da década de 1980 tinham populações de menos de 600.000 habitantes, e dois, de menos de 100.000.

[d] Referente a Robert Owen (1771-1858), utópico inglês. (N. da T.)

QUADROS

QUADRO 1

ESTADOS E POPULAÇÕES 1880-1914
(em milhões de habitantes)

		1880	1914
I/Re	* Reino Unido	35,3	45
Rp	* França	37,6	40
I	* Alemanha	45,2	68
I	* Rússia	97,7	161 (1910)
I/Re	* Áustria	37,6	51
Re	* Itália	28,5	36
Re	Espanha	16,7	20,5
Re, 1908 Rp	Portugal	4,2	5,25
Re	Suécia	4,6	5,5
Re	Noruega	1,9	2,5
Re	Dinamarca	2,0	2,75
Re	Holanda	4,0	6,5
Re	Bélgica	5,5	7,5
Rp	Suíça	2,8	3,5
Re	Grécia	1,6	4,75
Re	Romênia	5,3	7,5
Re	Sérvia	1,7	4,5
Re	Bulgária	2,0	4,5
Re	Montenegro	—	0,2
Re	Albânia	0	0,8
I	Finlândia (na Rússia)	2,0	2,9
Rp	EUA	50,2	92,0 (1910)
I	Japão	c. 36	53
I	Império Otomano	c. 21	c. 20
I	China	c.420	c.450

Outros Estados, por ordem de grandeza da população

Mais de 10 milhões	Brasil, México
5-10 milhões	Pérsia, Afeganistão, Argentina
2-5 milhões	Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, Sião
Menos de 2 milhões	Bolívia, Cuba, Costa Rica, Rep. Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Uruguai

I = império, Re = reino, Rp = república
* as grandes nações da Europa.

QUADRO 2

URBANIZAÇÃO NA EUROPA DO SÉCULO XIX (1800-1890)

	Número de cidades (10.000 habitantes ou mais)			População urbana total (porcentagem)		
	1800	1850	1890	1800	1850	1890
Europa	364	878	1709	10	16,7	29
Norte e Oeste [1]	105	246	543	14,9	26,1	43,4
Central [2]	135	306	629	7,1	12,5	26,8
Mediterrânea [3]	113	292	404	12,9	18,6	22,2
Oriental [4]	11	34	133	4,2	7,5	18
Inglaterra/Gales	44	148	356	20,3	40,8	61,9
Bélgica	20	26	61	18,9	20,5	34,5
França	78	165	232	8,8	14,5	25,9
Alemanha	53	133	382	5,5	10,8	28,2
Áustria/Boêmia	8	17	101	5,2	6,7	18,1
Itália	74	183	215	14,6	20,3	21,2
Polônia	3	17	32	2,4	9,3	14,6

[1] Escandinávia, Reino Unido, Holanda, Bélgica
[2] Alemanha, França, Suíça
[3] Itália, Espanha, Portugal
[4] Áustria/Boêmia, Polônia

Fonte: Jan de Vries, *European Urbanisation 1500-1800*, Londres, 1984, quadro 3.8.

QUADRO 3

EMIGRAÇÃO: PAÍSES DE POVOAMENTO EUROPEU 1871-1911 (milhões de pessoas)

Anos	Total	Grã-Bretanha/ Irlanda	Espanha/ Portugal	Alemanha/ Áustria	Outros
1871-1880	3,1	1,85	0,15	0,75	0,35
1881-1890	7,0	3,25	0,75	1,8	1,2
1891-1900	6,2	2,15	1,0	1,25	1,8
1901-1911	11,3	3,15	1,4	2,6	4,15
	27,6	10,4	3,3	6,4	7,5

IMIGRAÇÃO: (milhões de pessoas)

Anos	Total	EUA	Canadá	Argentina/ Brasil	Austrália/ N. Zelândia	Outros
1871-1880	4,0	2,8	0,2	0,5	0,2	0,3
1881-1890	7,5	5,2	0,4	1,4	0,3	0,2
1891-1900	6,4	3,7	0,2	1,8	0,45	0,25
1901-1911	14,9	8,8	1,1	2,45	1,6	0,95
	32,8	20,5	1,9	6,15	2,5	1,7

Baseado em A. M. Carr Saunders, *World Population*, Londres, 1936. A diferença entre os totais da emigração e da imigração advertem o leitor sobre a falta de confiabilidade desses cálculos.

A EDUCAÇÃO DO MUNDO

QUADRO 4
ANALFABETISMO

1850	Países com taxa de analfabetismo baixa: inferior a 30% dos adultos	Taxa de analfabetismo média: 30-50%	Taxa de analfabetismo alta: mais de 50%
	Dinamarca Suécia Noruega Finlândia Islândia Alemanha	Áustria Terras Tchecas França Inglaterra Irlanda Bélgica	Hungria Itália Portugal Espanha Romênia Todos os balcânicos e Grécia
	Suíça Holanda Escócia EUA (brancos)	Austrália	Polônia Rússia EUA (não-brancos) Resto do mundo
1913	Países com taxa de analfabetismo baixa inferior a 10%	Média: 10-30%	Alta: mais de 30%
	(os citados acima) França Inglaterra Irlanda Bélgica Áustria Austrália Nova Zelândia	Norte da Itália Noroeste da Iugoslávia (Eslovênia)	Hungria Centro e sul da Itália Portugal Espanha Romênia Todos os balcânicos e Grécia Rússia EUA (não-brancos) Resto do mundo

QUADRO 5
UNIVERSIDADES

	1875	1913
América do Norte	c.360	c.500
América Latina	c.30	c.40
Europa	c.110	c.150
Ásia	c.5	c.20
Australásia	2	c.5
África	0	c.5

Papel de jornal usado em diferentes regiões do mundo, *c.* 1880

Fonte: calculado a partir de M. G. Mulhall, *The Progress of the World Since the Beginning of the Nineteenth Century*, Londres, 1880, reimpressão de 1971, p. 91.

Telefones no mundo em 1912

Fonte: Weltwirtschaftliches Archiv, 1913, I/ii, p. 143.

em milhares de unidades	
Total mundial	12453
EUA	8362
Europa	3239

QUADRO 6

O PROGRESSO DO TELEFONE: ALGUMAS CIDADES
(telefones por 100 habitantes)

	1895	Ordem	1911	Ordem
Estocolmo	4,1	1	19,9	2
Christiania (Oslo)	3	2	6,9	8
Los Angeles	2	3	24	1
Berlim	1,6	4	5,3	9
Hamburgo	1,5	5	4,7	10
Copenhague	1,2	6	7	7
Boston	1	7	9,2	4
Chicago	0,8	8	11	3
Paris	0,7	9	2,7	12
Nova Iorque	0,6	10	8,3	6
Viena	0,5	11	2,3	13
Filadélfia	0,3	12	8,6	5
Londres	0,2	13	2,8	11
São Petersburgo	0,2	14	2,2	14

Fonte: Weltwirtschaftliches Archiv, 1913, I/ii, p. 143.

IMPERIALISMO

QUADRO 7

ESTADOS INDEPENDENTES E POSSESSÕES EM 1913
(% da área mundial)

América do Norte	32%
América Central e do Sul	92,5%
África	3,4%
Ásia	70% excluindo a Rússia asiática 43,2% incluindo a Rússia asiática
Oceania	0%
Europa	99%

Fonte: calculado com dados de *League of Nations International Statistical Yerbook*, Genebra, 1926.

QUADRO 8

INVESTIMENTOS BRITÂNICOS NO EXTERIOR: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

	1860-1870	1911-1913
Império Britânico	36	46
América Latina	10,5	22
EUA	27	19
Europa	25	6
Outros	3,5	7

Fonte: C. Feinstein, cit. *in* M. Battatt Brown, *After Imperialism*, Londres, 1963, p. 110.

QUADRO 9

PRODUÇÃO MUNDIAL DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS-PRIMAS TROPICAIS
1880-1910 (em milhares de toneladas)

	1880	1900	1910
Banana	30	300	1800
Cacau	60	102	227
Café	550	970	1090
Borracha	11	53	87
Fibra de algodão	950	1200	1770
Juta	600	1220	1560
Oleaginosas	—	—	2700
Cana-de-açúcar bruta	1850	3340	6320
Chá	175	290	360

Fonte: P. Bairoch, *The Economic Development of the Third World Since 1900*, Londres, 1975, p. 15.

VIDA ECONÔMICA

QUADRO 10
PRODUÇÃO E COMÉRCIO MUNDIAIS 1781-1971
(1913 = 100)

	Produção	Comércio	
1781-1790	1,8	2,2	(1780)
1840	7,4	5,4	
1870	19,5	23,8	
1880	26,9	38	(1881-1885)
1890	41,1	48	(1891-1895)
1900	58,7	67	(1901-1905)
1913	100,0	100	
1929	153,3	113	(1930)
1948	274,0	103	
1971	950,0	520	

Fonte: W. W. Rostow, *The World Economy: History and Prospect*, Londres, 1978, Apêndices A e B.

QUADRO 11
FRETE MARÍTIMO: TONELAGEM
(SÓ NAVIOS DE MAIS DE 100 TONELADAS)
(em milhares de toneladas)

	1881	1913
Total mundial	18325	46970
Grã Bretanha	7010	18696
EUA	2370	5429
Noruega	1460	2458
Alemanha	1150	5082
Itália	1070	1522
Canadá	1140	1735*
França	840	2201
Suécia	470	1047
Espanha	450	841
Holanda	420	1310
Grécia	330	723
Dinamarca	230	762
Áustria-Hungria	290	1011
Rússia	740	974

* Domínio britânico

Fonte: Mulhall, *Dictionary of Statistics*, Londres, 1881, e Liga das Nações, *International Statistics Yearbook 1913*, quadro 76.

CORRIDA ARMAMENTISTA

Gastos militares das grandes potências (Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França) — 1880-1914
(mL = milhões de libras esterlinas)

Ano	Gastos
1880	132 mL
1890	158 mL
1900	205 mL
1910	288 mL
1914	397 mL

Fonte: The Times Atlas of World History, Londres, 1978, p. 250.

QUADRO 12
EXÉRCITOS
(em milhares)

	1879		1913	
	Paz	Mobilizados	Paz	Mobilizados
Grã-Bretanha	136	c.600	160	700
Índia	c.200	—	249	
Áustria-Hungria	267	772	800	3.000
França	503	1.000	1.200	3.500
Alemanha	419	1.300	2.200	3.800
Rússia	766	1.213	1.400	4.400

QUADRO 13
MARINHAS
(Em número de navios de guerra)

	1900	1914
Grã-Bretanha	49	64
Alemanha	14	40
França	23	28
Áustria-Hungria	6	16
Rússia	16	23

MAPAS

Mapa 1 — Migrações internacionais. 1820-1910 (Fonte: *The Times Atlas of World History*).

Canadá
EUA
México
Brasil
Chile
Argentina
Rússia
Áustria - Hungria
China
Japão
Índia
Egito
África do Norte francesa
África Oriental alemã
Índias Holandesas
Austrália
União Sul-Africana
Nova Zelândia

PAÍSES QUE INVESTEM NO EXTERIOR:
GRÃ-BRETANHA
FRANÇA
EUA
outros
capital estrangeiro investido

EXPORTAÇÃO DE:
capital britânico
capital francês
capital EUA
capital alemão
outros capitais

Investimentos no exterior em 1914 (em milhões de $)

Rússia 500
Bélgica 900
EUA 3.510
Holanda 4.160
Alemanha 5.650
França 9.200
Reino Unido 19.935

Mapa 2 — Movimentos de capital: 1875-1914.

Mapa 3 — Ópera e nacionalismos: apresentações de *Siegfried*, de Wagner, 1875-1914.

Mapa 4 — O mundo dividido: impérios em 1914.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

"Viver com centavos lhe fornecerá todos os fatos", escreveu o poeta W. H. Auden sobre o tema de suas reflexões. Hoje é mais difícil, mas todos os que quiserem descobrir ou relembrar os principais acontecimentos da história do século XIX devem ler este livro junto com um dos diversos textos didáticos escolares ou universitários básicos, como o de Gordon Craig, *Europe 1815-1914*, 1971, e também pode ser útil consultar trabalhos de referência como o de Neville Williams, *Chronology of the Modern World*, 1969, que traz a relação dos principais acontecimentos em várias áreas para cada ano, desde 1763. Dentre os livros didáticos que abordam o período enfocado neste livro, merecem recomendação os primeiros capítulos de James Joll, *Europe Since 1870*, várias edições, e Norman Stone, *Europe Transformed 1878-1918*, 1983. D. C. Watt, *History of the World in the Twentieth Century*, vol. I: 1890-1918, 1967, tem como ponto forte as relações internacionais. Os trabalhos do autor deste livro — *A Era das Revoluções 1789-1848* e *A Era do Capital 1848-1875* — constituem a base do presente volume, que dá prosseguimento ao estudo do século XIX iniciado nos anteriores.

Existem atualmente numerosos quadros mais ou menos impressionistas, ou antes pontilhistas, da Europa e do mundo nas últimas décadas que antecederam 1914, dos quais o de Barbara Tuchman, *The Proud Tower*, 1966, é o mais difundido. Edward R. Tannenbaum, *1900, The Generation Before the Great War*, 1976, é menos conhecido. O que eu prefiro, em parte por ter recorrido maciçamente à sua erudição enciclopédica, em parte porque partilho uma tradição intelectual e uma ambição histórica com o autor, é o último livro de Jan Romein, *The Watershed of Two Eras: Europe in 1900*, 1976.

Há uma série de trabalhos coletivos ou enciclopédicos, ou compêndios de referência, que abarcam temas do período que enfocamos e muitos outros. O importante volume (XII) da *Cambridge*

Modern History não deve ser recomendado, mas os da *Cambridge Economic History of Europe* (vols. VI e VII) contêm estudos excelentes. A *Cambridge History of the British Empire* representa um estilo de história obsoleto e inútil, mas as histórias da África, da China e especialmente da América Latina merecem sua inclusão na historiografia do final do século XX. Dentre os atlas históricos, destaca-se o *Times Atlas of World History*, 1978, compilado sob a direção de um historiador original e criativo, G. Barraclough, e o *Atlas of Modern History*, ed. Penguin, é muito útil. O *Chambers Biographical Dictionary* contém dados breves sobre um número surpreendente de pessoas de todos os tempos, até o presente, em um único volume. O *Dictionary of Statistics* (ed. 1898, reimpr. 1969), de Michael Mulhall, continua indispensável para o século XIX. O compêndio moderno essencial, basicamente econômico, é o de B. Mitchell, *European Historical Statistics*, 1980. Peter Flora (ed.), *State, Economy and Society in Western Europe 1815-1975*, 1983, contém uma massa de informação sobre política institucional e administrativa, educação e outros temas. O trabalho de Jan Romein, *The Watershed of Two Eras*, não foi concebido como uma obra de referência, mas pode ser consultado como tal, especialmente em questões de cultura e idéias.

Sobre um tema de particular importância para o período, a melhor fonte ainda é I. Ferenczi e W. F. Wilcox (orgs.), *International Migration*, 2 vols., 1929-1931. No que tange a um tópico de interesse permanente, G. McEvedy e R. Jones, *An Atlas of World Population History*, 1978, é oportuno. Algumas obras de referência sobre temas mais especializados são mencionadas sob título à parte. Quem quiser saber como o século XIX via a si mesmo às vésperas da Primeira Guerra Mundial deve consultar a 11ª edição da *Encyclopaedia Britannica*, em sua última edição britânica, de 1911, que, devido à sua excelência, ainda pode ser encontrada em muitas bibliotecas de referência de qualidade.

HISTÓRIA ECONÔMICA

Como breves introduções à história econômica do período, podemos citar: W. Woodruff, *Impact of Western Man: A Study of Europe's Role in the World Economy 1750-1960*, 1966, e W. Ashworth, *A Short History of the International Economy Since 1850*, várias edições. A *Cambridge Economic History of Europe*, vols. VI e VII, e C. Cipolla (org.) *The Fontana Economic History of Europe*, vols. IV e V, partes 1 e 2, 1973-1975, são empreendimentos coletivos cuja qualidade vai de boa a notável. O trabalho de Paul Bairoch, *The Economic Development of the Third World Since 1900*, 1975, supera essa classificação. Dentre os muitos trabalhos úteis desse autor, poucos dos quais, infelizmente, traduzidos, o P. Bairoch e M. Levy-Leboyer (orgs.), *Disparities in Economic Development Since the Industrial Revolution*, 1981, contém material relevante. A. Milward, e S. B. Saul, *The Economic Development of Continental Europe 1780-1870*, 1973, e *The Development of the Economies of Continental Europe 1850-1914*, 1979, são muito mais que apenas livros didáticos universitários. Sobre o período que abordamos, citemos S. Pollard e C. Holmes (orgs.), *Documents of European Economic History*, vol. II: *Industrial Power and National Rivalry 1870-1914*, 1972. D. S. Landes, *The Unbound Prometheus*, várias edições, é, de longe, a melhor e mais instigante abordagem das questões tecnológicas. Sidney Pollard, *Peaceful Conquest*, 1981, integra a história da industrialização britânica à continental.

Sobre questões econômicas importantes do período, ver as discussões sobre o tema B9 ("Da empresa familiar à administração profissional") do Oitavo Congresso Internacional de História Econômica (Budapeste, 1982). São pertinentes: Alfred D. Chandler, *The Visible Hand: The Management Revolution in American Business*, 1977, e Leslie Hannah, *The Rise of the Corporate Economy*, 1976. Os trabalhos a seguir discutem outros tópicos importantes para a economia da época: A. Maizels, *Industrial Growth and World Trade*, W. Arthur Lewis, *Growth and Fluctuations 1870-1913*, 1978, Herbert Feis, *Europe, the World's Banker*, reimpressão de original de 1930, e M. de Cecco, *Money and Empire: The International Gold Standard 1890-1914*. 1914.

SOCIEDADE

Os camponeses eram maioria no mundo, e T. Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, 1971, é uma excelente introdução ao seu mundo; do mesmo autor, *The Awkward Class*, 1972, aborda o campesinato russo; Eugene Weber, *Peasants into Frenchmen*, 1976, esclarece muitos pontos relativos aos franceses; o texto de Max Weber "Capitalism and Rural Society in Germany", em H. Gerth e C. Wright Mills, *From Max Weber*, numerosas edições, pp. 363-385, é mais amplo do que seu título sugere. A antiga pequena burguesia é discutida em G. Crossick e H. G. Haupt (org.), *Shopkeepers and Master Artisans in 19th Century Europe*, 1984. Hoje em dia há uma vasta literatura sobre a classe operária, mas os trabalhos quase sempre se restringem a um país, uma categoria ou setor de atividade. Abordando uma área mais ampla, ao menos em parte, temos: Peter Stearns, *Lives of Labor*, 1971, Dick Geary, *European Labor Protest 1848-1939*, 1981, Charles, Louise e Richard Tilly, *The Rebellious Century 1930-1930*, 1975, e E. J. Hobsbawm, *Trabalhadores*, 1964 e outras edições, e *Mundos do trabalho*, 1984. São ainda menos numerosos os estudos que abordam os trabalhadores no contexto de suas relações com outras classes. David Crew, *Town in the Ruhr: A Social History of Bochum 1860-1914*, 1979, é um deles. O estudo clássico sobre a transformação dos camponeses em operários é F. Znaniecki e W. I. Thomas, *The Polish Peasant in Europe and America*, 1984, 1ª ed em 1918.

Os estudos comparativos sobre a classe média ou a burguesia são ainda menos freqüentes, embora os estudos ou histórias nacionais sobre o tema hoje sejam, felizmente, mais comuns. O livro de Theodore Zeldin, *France 1848-1945*, 2 vols., 1973, contém muito material sobre esse e outros aspectos da sociedade, mas nenhum análise. Os primeiros capítulos de R. Skidelsky, *John Maynard Keynes*, vol. I, 1880-1920, 1983, constitui um estudo de caso de mobilidade social, por meio de uma combinação de acumulação e diplomas; e vários estudos de William Rubinstein, sobretudo em *Past & Present*, esclarecem de maneira mais genérica a burguesia britânica. A mobilidade social em geral é discutida com autoridade

por Hartmut Kaelble, em*, Social Mobility in the 19th and 20th Centuries: Europe and America in Comparative Perspective*, 1985. O trabalho de Arno Mayer, *The Persistence of the Old Regime*, 1982, é, em boa medida, comparativo, e contém material de valor; é baseado numa tese controvertida, notadamente sobre as relações entre as classes média e alta. Como sempre, os romances e peças do século XIX nos dão a melhor imagem dos mundos da aristocracia e da burguesia. A cultura e a política como instrução de um estrato burguês são belamente usados na obra de Carl E. Schorske, *Fin-de-Siècle Vienna*, 1980.

O grande movimento pela emancipação da mulher gerou uma boa quantidade de literatura histórica de qualidade variável, mas não há um único livro satisfatório sobre o período. Embora sua preocupação básica e histórica não seja o mundo desenvolvido, o livro de Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development*, 1970, é importante. A obra de Louise Tilly e Joan W. Scott, *Women, Work and Family*, 1978, é fundamental; ver também a seção "Sexual division of labor and industrial capitalism" na excelente revista de estudos sobre a mulher *Signs*, inverno de 1981. Há um capítulo sobre a mulher em T. Zeldin, *France 1848-1945*. Poucas histórias nacionais contêm uma abordagem da problemática da mulher. Sobre o feminismo há uma vasta bibliografia. Richard J. Evans (que escreveu um livro sobre o movimento na Alemanha) aborda o tema do ponto de vista comparativo em *The Feminists: Women's Emancipation Movements in Europe, America and Australia 1840-1920*, 1977. Contudo, muitos dos aspectos não-políticos em que a situação da mulher mudou, normalmente para melhor, e suas relações com outros movimentos além da esquerda da época, não foram pesquisados sistematicamente. Sobre as principais mudanças demográficas, ver D. V. Glass e E. Grebenik, "World Population, 1800-1950", em *Cambridge Economic History of Europe*, vol. IV, 1965, e C. Cipolla, *The Economic History of World Population*, 1962. Um trabalho profundo de J. Hajnal sobre as diferenças históricas entre o modelo de casamento da Europa ocidental e outros figura em D. V. Glass e D. E. C. Eversley (orgs.), *Population in History*, 1965.

Os livros de Anthony Sutcliffe, *Towards the Planned City 1780-1914*, 1981, e de Peter Hall, *The World Cities*, 1966, constituem introduções modernas à urbanização do século XIX; o de Adna F. Weber, *The Growth of Cities in the Nineteenth Century*, 1897 e reimpressões recentes, é um estudo da época que conserva sua importância.

Sobre a religião e as igrejas, o trabalho de Hugh McLeod, *Religion and the People of Western Europe*, 1974, é breve e lúcido. O de autoria de D. E. Smith, *Religion and Political Development*, 1970, volta-se mais para o mundo não-europeu, em relação ao qual o trabalho de W. C. Smith, *Islam in Modern History*, 1957, embora antigo, continua sendo importante.

IMPÉRIO

O texto básico da época sobre o imperialismo é J. A. Hobson, *Imperialism*, 1902, com muitas edições subseqüentes. No que tange ao debate sobre o tema, ver Wolfgang Mommsen, *Theories of Imperialism*, 1980, e R. Owen e B. Sutcliffe (orgs.), *Studies in the Theory of Imperialism*, 1972. A conquista de colônias é esclarecida no livro de Daniel Headrick, *Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*, 1981, e no maravilhoso trabalho de V. G. Kiernan, *The Lords of Human Kind*, 1972, de longe o melhor estudo das "European attitudes to the outside world in the imperial age", seu subtítulo ("Atitudes européias em relação ao mundo exterior na era imperial"). Sobre a economia do imperialismo, ver P. J. Cain, *Economic Foundations of British Overseas Expansion 1815-1914*, 1980, A. G. Hopkins, *An Economic History of West Africa*, 1973, e o trabalho antigo, porém valioso, de Herbert Feis, já mencionado, bem como J. F. Rippy, *British Investments in Latin America 1822-1949*, 1959. e — do lado americano — o estudo de Charles M. Wilson sobre a United Fruit, *Empire in Green and Gold*, 1947.

Sobre a visão dos que formularam as políticas, ver J. Gallagher e R. F. Robinson, *Africa and the Victorians*, 1958, e D. C. M. Platt,

Finance, Trade and Politics in British Foreign Policy 1815-1914, 1968. No que tange às implicações e raízes nacionais do imperialismo, consultar Bernard Semmel, *Imperialism and Social Reform*, 1960, e, para os que não lêem alemão, H. U. Wehler, "Bismarck's Imperialism 1862-1890", em *Past & Present*, nº 48, 1970. Sobre alguns efeitos do império nos países alvo, ver Donald Denoon, *Settler Capitalism*, 1983, Charles Van Onselen, *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand 1886-1914*, 2 vols., 1982 e — um ponto deixado em segundo plano — Edward Bristow, *The Jewish Fight Against White Slavery*, 1982. Thomas Pakenham, *The Boer War*, 1979, constitui uma imagem nítida da maior das guerras imperiais.

POLÍTICA

Os problemas históricos decorrentes da política popular só podem ser estudados país por país. Contudo, um pequeno número de trabalhos com uma abordagem geral pode ser útil. Algumas pesquisas contemporâneas foram indicadas nas notas do capítulo 4. Dentre estas, a de Robert Michel, *Political Parties*, várias edições, ainda é interessante, porque se baseia numa abordagem rigorosa do tema. O trabalho de Eugene e Pauline Anderson, *Political Institutions and Social Change in Continental Europe in the Nineteenth Century*, 1967, é útil no que tange ao crescimento do aparelho do Estado; Andrew McLaren, *A Short History of Electoral Systems in Western Europe*, 1980, é exatamente o que diz ser; Peter Köhler, F. Zacher e Martin Partington (orgs.), *The Evolution of Social Insurance 1881-1981*, 1982, infelizmente só abarca a Alemanha, a França, a Grã-Bretanha, a Áustria e a Suíça. Em termos de dados coletados para referência sobre temas relevantes, o trabalho mais completo é, de longe, o de Peter Flora, *State, Economy and Society in Western Europe*, citado acima. E. J. Hobsbawm e T. Ranger (orgs.), *A invenção da tradição*, 1983, trata das reações não institucionais à democratização da política, especialmente os ensaios de D. Cannadine e E. J. Hobsbawm. Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.),

The European Right: A Historical Profile, 1965, é um guia para a parte do leque político não discutida no texto, exceto, incidentalmente, a vinculada ao nacionalismo.

Sobre a emergência dos movimentos trabalhistas e socialistas, a obra padrão de referência é G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought*, em, partes 1 e 2, "The Second International", 1956. A de James Joll, *The Second International 1889-1914*, 1974, é mais breve; W. Guttsman, *The German Social-Democratic Party 1875-1933*, 1981, é um estudo da maior importância sobre o "partido de massa" clássico; Georges Haupt, *Aspects of International Socialism 1889-1914*, 1986, e M. Salvadori, *Karl Kautsky and the Socialist Revolution*, 1979, constituem boas introduções às esperanças e ideologias. J. P. Nettl, *Rosa Luxemburg*, 2 vol., 1967, e Isaac Deutscher, *Life of Trotsky*, vol. 1: *The Prophet Armed*, 1954, vêem o socialismo com os olhos de participantes eminentes.

Sobre o nacionalismo, os capítulos pertinentes de meus livros *A era das revoluções* e *A era do capital* podem ser consultados. Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, 1983, é uma análise recente do fenômeno, e Hugh Seton-Watson, *Nations and States*, 1977, é enciclopédico. M. Hroch, *Social Preconditions of National Revival in Europe*, 1985, é fundamental. Sobre a relação entre nacionalismo e movimentos trabalhistas, ver meu ensaio "What is the Workers' Country?", em *Mundos do trabalho*, 1984. Embora aparentemente interessem apenas os especialistas, os estudos sobre o país de Gales em D. Smith e H. Francis, *A People and a Proletariat*, 1980, são de suma importância.

HISTÓRIA CULTURAL E INTELECTUAL

H. Stuart Hughes, *Consciousness and Society*, numerosas edições, é a mais conhecida introdução às transformações de idéias nesse período; George Lichtheim, *Europe in the Twentieth Century*, 1972, embora publicado como um livro sobre história geral, aborda essencialmente as questões intelectuais. Como todos os trabalhos desse autor, é uma obra densa porém imensamente compensadora.

Jan Romein, *The Watershed of Two Eras* (já citado), fornece uma quantidade infindável de material. Quanto às ciências, C. C. Gillispie, *On the Edge of Objectivity*, 1960, que abrange um período muito mais extenso, é uma introdução sofisticada. O campo é vasto demais para um estudo breve — C. C. Gillispie (org.), *Dictionary of Scientific Biography*, 16 vols., 1970-1980, e Philip P. Wiener (org.), *Dictionary of the History of Ideas*, 4 vols., 1973-1974, são excelentes obras de referência; W. F. Bynum, E. J. Browne e Roy Porter (orgs.), *Dictionary of the History of Science*, 1981, e o *Fontana Dictionary of Modern Thought*, 1977, são bons e sucintos. Sobre a física, área crucial, Ronald W. Clark, *Einstein, the Life and Times*, 1971, pode ser completado por R. McCormmach (org.), *Historical Studies in the Physical Sciences*, vol. II, 1970, no que tange à assimilação da relatividade. O romance do mesmo autor *Night Thoughts of a Classical Physicist*, 1982, é uma boa evocação do cientista convencional médio e, incidentalmente, dos acadêmicos alemães. C. Webster (org.), *Biology, Medicine and Society 1840-1940*, 1981, pode iniciar o leitor no mundo da genética, da eugenia, da medicina e das dimensões sociais da biologia.

As obras de referência sobre artes, muito numerosas, não costumam demonstrar muita percepção histórica: a *Encyclopedia of World Art* é muito útil para as artes visuais; no *New Grove Dictionary of Music*, 16 vols., 1980, nota-se demais que foi escrito por especialistas para outros especialistas. Os estudos gerais da Europa referentes ao período em torno de 1900 costumam conter muito material sobre as artes do período (por exemplo, Romein). As histórias gerais das artes se colocam como uma questão de gosto, quando não são meras crônicas. Arnold Hauser, *The Social History of Art*, 1958, é uma versão marxista totalmente rígida. W. Hofmann, *Turning-Points in Twentieth-century Art 1890-1917*, 1969, é interessante, mas também discutível. O vínculo entre William Morris e o modernismo é destacado por N. Pevsner, *Pioneers of the Modern Movement*, 1936. Mark Girouard, *The Victorian Country House*, 1971, e *Sweetness and Light: The Queen Anne Movement 1860-1900*, 1977, tem como ponto forte a vinculação entre arquitetura e estilos de vida de classe. Roger Shattuck, *The Banquet Years: The Origins*

of the Avantgarde in France 1885 to World War One, ed. revista 1967, é instrutivo e divertido. Camilla Gray, *The Russian Experiment in Art 1863-1922*, 1971 é excelente. Sobre o teatro e, na verdade, sobre a vanguarda de um dos mais importantes centros europeus, P. Jelavich, *Munich and Theatrical Modernism*, 1985. Roy Pascal, *From Naturalism to Expressionism: German Literature and Society 1880-1918*, 1973, deve ser recomendado.

Dentre os livros que procuram integrar as artes à sociedade contemporânea e a outros segmentos intelectuais, Romein e Tannenbaum, como sempre, devem ser consultados. Stephen Kern, *The Culture of Time and Space 1880-1918*, 1983, é aventuroso e instigante. O leitor deve julgar se é também convincente.

Sobre as principais tendências nas ciências humanas e sociais, J. A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*, várias edições desde 1954, é enciclopédico e pesado: apenas como referência. Uma leitura atenta de G. Lichtheim, *Marxism*, 1961, é compensadora. Os sociólogos, sempre com tendência a refletir sobre o que é a sua disciplina, também pesquisaram sua história. Os artigos no verbete "Sociology" da *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 1968, vol. XV, dão uma orientação. Não é fácil fazer um levantamento da história da historiografia em nosso período, a não ser o de Georges Iggers, *New Directions in European Historiography*, 1975. Entretanto, o verbete "History" da *Encyclopaedia of the Social Sciences*, org. por E. R. A. Seligman, 1932 — que em muitos pontos não foi superada pela *International Encyclopedia* de 1968 — dá uma boa idéia de seus debates. É de autoria de Henri Berr e Lucien Febvre.

HISTÓRIAS NACIONAIS

A bibliografia restrita à língua inglesa é adequada para países que usam essa língua, e (em boa medida graças ao vigor dos estudos sobre o Leste da Ásia nos EUA) não é inadequada para o Extremo Oriente, mas omite, evidentemente, a maior parte dos melhores e mais abalizados trabalhos sobre a maioria dos países europeus.

Um bom texto sobre a Grã-Bretanha é R. T. Shannon, *The Crisis of Imperialism 1865-1915*, 1974, sendo seus pontos fortes os temas culturais e intelectuais, mas George Dangerfield, *The Strange Death of Liberal England*, 1ª ed. 1935, com seus cinqüenta anos de idade e seus erros na maioria dos detalhes, ainda é a maneira mais instigante de começar a observar a história da nação nesse período. A obra de Elie Halévy, *A History of the English People in the Nineteenth Century*, (1895-1915), vols. IV e V, é ainda mais velha, mas é o produto de um contemporâneo notavelmente inteligente, erudito e observador. Para leitores que desconhecem totalmente a história britânica, o ideal é R. K. Webb, *Modern Britain from the Eighteenth Century to the Present*, 1969.

Felizmente, alguns excelentes manuais franceses foram traduzidos. J. M. Mayeur e M. Reberioux, *The Republic from its Origins to the Great War 1871-1914*, 1984, é a melhor história sucinta que há; Georges Dupeaux, *French Society 1789-1970*, 1976, também deve ser recomendado. T. Zeldin, *France 1848-1945*, 1973, é enciclopédico (salvo no que tange aos temas econômicos) e arguto; Sanford Elwitt, *The Third Republic Defended: Bourgeois Reform in France 1880-1914*, 1986, analisa a ideologia dos governantes da república; o notável trabalho de Eugene Weber *Peasants into Frenchmen* analisa uma das maiores realizações da república.

As obras alemãs foram menos traduzidas, embora felizmente disponhamos de H.-U. Wehler, *The German Empire 1871-1918*, 1984; pode ser utilmente completado por um livro antigo de autoria de um marxista muito competente de Weimar, Arthur Rosenberg, *The Birth of the German Republic*, 1931. Gordon Craig, *German History 1867-1945*, 1981, é abrangente. Volker Berghahn, *Modern Germany, Society, Economics and Politics in the Twentieth Century*, 1986, oferece um panorama mais geral. Para ajudar a entender a política alemã: J. J. Sheehan, *German Liberalism in the Nineteenth Century*, 1974, Carl Schorske, *German Social Democracy 1905-1917*, 1955 — antigo, porém perspicaz —, e Geoffrey Eley, *Reshaping the German Right*, 1980 — polêmico.

Para a Áustria-Hungria, C. A. Macartney, *The Habsburg Empire*, 1968, é o relato geral que melhor convém; R. A. Kann. *The Multinational Empire: Nationalism and National Reform in the Habsburg Monarchy 1848-1918*, 2 vols., 1970, é exaustivo e, às vezes, extenuante. Para os que puderem consegui-lo, o livro de H. Wickham Steed, *The Habsburg Monarchy*, 1913, é o que um jornalista talentoso e bem informado teria visto à época: Steed era correspondente do *Times*. *Fin-de-siècle*, de Carl Schorske, aborda tanto a política como a cultura. Vários textos de Ivan Berend e George Ranki, dois excelentes historiadores húngaros da economia, relatam e analisam a Hungria em particular e a Europa centro-oriental em geral, com bons resultados.

Não há uma boa bibliografia sobre a Itália no período que nos interessa, para os que não lêem italiano. Há algumas histórias gerais, como a de Denis Mack-Smith, *Italy: A Modern History*, 1969, autor cujos trabalhos mais importantes abordam períodos anteriores e posteriores. O livro de Christopher Seton-Watson, *Italy from Liberalism to Fascism 1871-1925*, 1967, é menos vivo que o velho, porém relevante, do grande filósofo Benedetto Croce, *History of Italy 1871-1915*, 1929, que omite, contudo, a maioria das coisas que não interessam a um pensador idealista e muitas das que interessam a um historiador moderno. Sobre a Espanha, no entanto, os leitores ingleses dispõem de duas obras gerais de destaque: a densa, porém imensamente compensadora, de Raymond Carr, *Spain 1808-1939*, 1966 e a maravilhosa, ainda que "não-científica", de Gerald Brenan, *The Spanish Labyrinth*, 1950. A história dos povos e Estados dos Bálcãs é tratada em vários trabalhos de J. e/ou B. Jelavich, por exemplo: Barbara Jelavich, *History of the Balkans*, vol. II sobre o século XX (publicado em 1983); mas não posso me impedir de chamar a atenção para o de Daniel Chirot, *Social Change in a Peripheral Society: The Creation of a Balkan Colony*, 1976, que analisa o destino trágico do povo romeno, e o de Milovan Djilas, *Land Without Justice*, 1958, que recria o mundo dos bravos montenegrinos. O trabalho de Stanford J. Shaw e E. K. Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey, vol. II: 1808-1975*, 1977, é abalizado, mas não propriamente empolgante.

Seria enganoso sugerir que as histórias gerais de outros países europeus publicadas em inglês são realmente satisfatórias, embora a situação seja bem diferente no que tange a monografias (por exemplo, na *Scandinavian Economic History Review* ou outros periódicos).

As *Cambridge Histories* da África, América Latina e China — todas publicadas para o período que nos interessa dão uma boa orientação sobre os respectivos continentes ou regiões; o livro de John K. Fairbank, Edwin O. Reischauer e Albert M. Craig, *East Asia: Tradition and Transformation*, 1978, aborda todos os países do Extremo Oriente e, incidentalmente, fornece (caps. 17-18, 22-23) uma introdução útil à história moderna do Japão, sobre o qual pode-se consultar, num enfoque mais geral, J. Whitney Hall, *Japan: From Prehistory to Modern Times* (ed. de 1986), John Livingston *et al.*, *The Japan Reader*, vol. I: 1800-1945, 1974, e Janet E. Hunter, *A Concise Dictionary of Modern Japanese History*, 1984. Os que não são especialistas em estudos orientais e estão interessados na vida e na cultura japonesa podem apreciar o livro de Edward Seidensticker, *Low City, High City: Tokyo from Edo to Earthquake... 1867-1923*, 1985. A melhor introdução à Índia moderna é de autoria de Judith M. Brown, *Modern India*, 1985, que contém uma boa bibliografia.

Alguns trabalhos sobre a China, o Irã, o Império Otomano, a Rússia e outras regiões em ebulição são indicados sob o título "Revoluções".

Por algum motivo há escassez de boas introduções à história dos EUA no século XX, embora não haja escassez de manuais universitários de todo tipo, ou de reflexões sobre a natureza do americano, e há uma montanha de monografias. A versão atualizada de um livro antigo e confiável, S. E. Morison, H. S. Commager e W. E. Leuchtenberg, *The Growth of the American Republic*, 6ª ed., 1969, ainda é melhor que a maioria. Contudo, o de George Kennan, *American Diplomacy 1900-1950*, 1951, ed. ampliada em 1984, deve ser recomendado.

REVOLUÇÕES

Sobre perspectivas comparadas das revoluções do século XX, ver Barrington Moore, *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*, 1965; é um clássico e inspirou Theda Scocpol, *States and Revolutions*, 1978. Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, 1972, é importante; E. J. Hobsbawm, "Revolution", em Roy Porter e M. Teich (orgs.), *Revolution in History*, 1986, é um breve estudo comparativo dos problemas.

A historiografia da Rússia czarista, sua derrocada e revolução, é vasta demais mesmo para uma lista breve e superficial. É mais fácil citar que ler o livro de Hugh Seton-Watson, *The Russian Empire 1801-1917*, 1967; e o de Hans Rogger, *Russia in the Age of Modernisation 1880-1917*, 1983, fornece dados. T. G. Stavrou (org.), *Russia under the Last Tsar*, 1969, contém ensaios de diversos autores sobre vários tópicos. P. Lyashchenko, *History of the Russian National Economy*, 1949, deve ser completado com as partes pertinentes da *Cambridge Economic History of Europe*. Sobre o campesinato russo, Geroid T. Robinson, *Rural Russia under the Old Regime*, 1932 e freqüentes reimpressões desde então, é a melhor maneira de começar, embora não seja atualizado. O trabalho extraordinário e nada fácil de Teodor Shanin, *Russia as a Developing Society*, vol. I: *Russia's Turn of Century*, 1985, e vol. II: *Russia 1905-07: Revolution as a Moment of Truth*, 1986, tenta ver a revolução do ponto de vista de sua influência na história russa subseqüente e à luz desta. A obra de L. Trotsky, *History of the Russian Revolution*, várias edições, oferece uma visão comunista de um participante, cheia de inteligência e verve. A edição inglesa do trabalho de Marc Ferro, *The Russian Revolution of February 1917*, contém uma bibliografia oportuna.

A bibliografia em língua inglesa sobre a outra grande revolução, a chinesa, também está aumentando, embora sua esmagadora maioria aborde o período a partir de 1911. O livro de J. K. Fairbank, *The United States and China*, 1979, é realmente uma breve história moderna da China. Do mesmo autor, *The Great Chinese Revolution 1800-1985*, 1986, é ainda melhor. O trabalho de Franz Schurmann e Orville Schell (org.), *China Readings I: Imperial China*, 1967,

proporciona os antecedentes; o de F. Wakeman, *The Fall of Imperial China*, 1975, cumpre o que seu título promete. V. Purcell, *The Boxer Rising*, 1963, é o relato mais completo desse episódio. Mary Clabaugh Wright (org.), *China in Revolution: the First Phase 1900-1915*, 1968, pode ser uma introdução dos leitores a estudos mais monográficos.

Sobre as transformações de outros impérios orientais antigos, a obra de Nikki R. Keddie, *Roots of Revolution: An Interpretive History of Modern Iran*, 1981, é abalizada. Sobre o Império Otomano, Bernard Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, 1961, ed. revista em 1969, e D. Kushner, *The Rise of Turkish Nationalism 1876-1908*, 1977, podem ser completados com N. Berkes, *The Development of Secularism in Turkey*, 1964, e Roger Owen, *The Middle East in the World Economy*, 1981.

No que tange à única real revolução que teve lugar fora do contexto imperialista no período que nos ocupa, a mexicana, dois trabalhos podem servir de introdução: os primeiros capítulos de Friedrich Katz, *The Secret War in Mexico*, 1981 ou o capítulo do mesmo autor da *Cambridge History of Latin America* —, e John Womack, *Zapata and the Mexican Revolution*, 1969. Ambos os autores são excelentes. Não há uma introdução da mesma qualidade à tão controvertida história da libertação nacional da Índia. O livro de Judith Brown *Modern India*, 1985, proporciona o melhor começo, e o de A. Maddison, *Class Structure and Economic Growth in India and Pakistan Since the Mughals*, 1971, fornece os antecedentes econômicos e sociais. Para os que querem uma amostra dos trabalhos mais monográficos, há o de C. A. Bayly — brilhante indianista —, *The Local Roots of Indian Politics: Allahabad 1880-1920*, 1975, e o de L. A. Gordon, *Bengal: The Nationalist Movement 1876-1940*, 1974, sobre a região mais radical.

Sobre as regiões islâmicas, fora da Turquia e do Irã, não há muito o que recomendar. P. J. Vatikiotis, *The Modern History of Egypt*, 1969, pode ser consultado, mas o livro do famoso antropólogo E. Evans-Pritchard, *The Sanusi of Cyrenaica*, 1949, é mais divertido. Foi escrito para informar os comandantes britânicos que estavam lutando nesses desertos durante a Segunda Guerra Mundial.

PAZ E GUERRA

Uma boa introdução recente aos problemas relativos à origem da Primeira Guerra Mundial é a de James Joll, *The Origins of the First World War*, 1984. O livro de A. J. P. Taylor, *The Struggle for Mastery in Europe*, 1954, é antigo, porém excelente no que tange às complicações da diplomacia internacional. Os de Paul Kennedy, *The Rise of the Anglo-German Antagonism 1860-1914*, 1980, Zara Steiner, *Britain and the Origins of the First World War*, 1977, F. R. Bridge, *From Sadowa to Sarajevo: The Foreign Policy of Austria—Hungary 1866-1914*, 1976, e Volker Berghahn, *Germany and the Approach of War*, 1973, constituem bons exemplos de monografias recentes. O livro de Geoffrey Barraclough, *From Agadir to Armageddon: The Anatomy of a Crisis*, 1982, é um trabalho de um dos historiadores mais originais de sua época. Sobre a guerra e a sociedade em geral, William H. McNeil, *The Pursuit of Power*, 1982, é instigante; quanto ao período específico abordado neste livro, Brian Bond, *War and Society in Europe 1870-1970*, 1983; sobre a corrida armamentista do pré-guerra, Norman Stone, *The Eastern Front 1914-1917*, 1978, caps. 1-2. Marc Ferro, *The Great War*, 1973, é um bom resumo do impacto da guerra. Robert Wohl, *The Generation of 1914*, 1979, discute alguns dos que aguardavam ansiosamente a guerra; Georges Haupt, *Aspects of International Socialism 1871-1914*, 1986, discute os que tinham a posição oposta — e, com particular brilho, a posição de Lenin em relação à guerra e à revolução.

Nota: Esta lista bibliográfica complementar partiu do princípio de que os leitores dominam apenas o inglês. Infelizmente, é provável que seja o caso hoje em dia no mundo anglo-saxão. Também parte do princípio de que, se os leitores estiverem suficientemente interessados, consultarão as numerosas publicações acadêmicas especializadas na área de história.

Table of Contents

ERIC HOBSBAWM

ERA DOS EXTREMOS

O breve século XX

1914-1991

COMPANHIA DAS LETRAS

ERIC HOBSBAWM

ERA DOS EXTREMOS

O breve século XX
1914–1991

Tradução:
MARCOS SANTARRITA

Revisão técnica:
MARIA CÉLIA PAOLI

2ª edição
26ª reimpressão

COMPANHIA DAS LETRAS

Título original:
Age of extremes
The short twentieth century: 1914–1991

Capa:
Hélio de Almeida

Preparação:
Stella Weiss, Maria Laura Santos Bacellar,
Marcos Luiz Fernandes,
Sylvia Maria Pereira dos Santos

Índice remissivo:
Caren Inoue
Aline Sanchez Leme

Revisão:
Carmen S. da Costa
Touché! Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917-
Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991 / Eric Hobsbawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Título original: Age of extremes : the short twentieth century : 1914/1991.
Bibliografia.
ISBN 85-7164-468-3

1. Civilização moderna - Século 20 - História I. Título.

95-2689 CDD-909.82

Índices para catálogo sistemático:

1. Civilização mundial : Século 20 : História 909.82
2. Século 20 : Civilização mundial : História 909.82

2003

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3167-0801
Fax: (11) 3167-0814
www.companhiadasletras.com.br

ÍNDICE

PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores. Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida — do início da adolescência até hoje — tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914 durante quase toda a minha carreira, embora não me abstivesse de escrever sobre ela em outras condições. "Minha época", como se diz no jargão profissional, é o século XIX. Acho que já é possível ver o Breve Século XX — de 1914 até o fim da era soviética — dentro de uma certa perspectiva histórica, mas chego a ele desconhecendo a literatura acadêmica, para não dizer que desconheço quase todas as fontes primárias acumuladas pelo grande número de historiadores do século XX.

Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século — mesmo em uma única língua importante — como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica ou do império bizantino conhece tudo o que foi escrito sobre esses longos períodos, na época e depois. Mesmo pelos padrões de erudição histórica, contudo, meu conhecimento no campo da história contemporânea é precário e irregular. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas — a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo — o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polêmicas.

Este livro, portanto, assenta-se sobre alicerces estranhamente irregulares. Além da ampla e variada leitura de muitos anos, complementada por toda a leitura necessária para dar cursos de história do século XX aos pós-graduandos da New School for Social Research, recorri ao conhecimento, às memórias e às opiniões acumulados por uma pessoa que viveu o Breve Século XX na posição de "observador participante", como dizem os antropólogos sociais, ou simplesmente como um viajante de olhos abertos, ou como o que meus ancestrais chamariam *kibbitzer* — e isso em inúmeros países. O valor histórico dessas experiências não decorre de ter presenciado grandes ocasiões históricas ou de ter conhecido ou encontrado destacados estadistas ou protagonistas da história. Na verdade, minha experiência como jornalista ocasional em pesquisas neste ou naquele país, sobretudo da América Latina, tem sido a de que em geral as entrevistas com presidentes ou outros tomadores de decisão não são compensadoras, pela razão óbvia de que a maior parte do que essas pessoas dizem é para registro público. As pessoas que nos esclarecem de fato são as que podem — ou querem — falar livremente, de preferência quando não têm responsabilidade por grandes questões. Apesar disso, meu conhecimento de pessoas e lugares, embora forçosamente parcial e enganador, me foi de enorme valia, mesmo tratando-se tão-somente de visitar a mesma cidade num intervalo de trinta anos — Valência ou Palermo —, fato que permite compreender a rapidez e o âmbito da transformação social no terceiro quartel do presente século, ou mesmo tratando-se tão-somente da lembrança de algo dito há muito tempo em alguma conversa e guardado, às vezes sem motivo claro, para uso futuro. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

Como não poderia deixar de ser, este livro também se baseia nas informações obtidas junto a colegas, estudantes, e todos a quem abordei durante sua elaboração. Em alguns casos a dívida é sistemática. O capítulo sobre as ciências foi submetido a meus amigos Alan Mackay FRS — que além de cristalógrafo é enciclopedista — e John Maddox. Parte do que escrevi sobre desenvolvimento econômico passou pela leitura de meu colega na New School, Lance Taylor, que foi do MIT [Massachusetts Institute of Technology — Instituto de Tecnologia de Massachusetts]; uma parte muito maior dependeu da leitura de trabalhos, do acompanhamento dos debates e, de um modo geral, da atenção dedicada às conferências organizadas sobre várias questões macroeconômicas no Instituto Mundial para Pesquisa de Desenvolvimento Econômico da Universidade da ONU (UNU/WIDER), em Helsinque, quando esse instituto se transformou num grande centro internacional de pesquisa e debates sob a direção do dr. Lal Jayawardena. Os verões que tive ocasião de passar nessa admirável instituição, na qualidade de pesquisador visitante com bolsa da McDonnel Douglas, foram-me inestimáveis, inclusive por sua proxi-

midade da URSS e sua preocupação intelectual com os últimos anos desse país. Nem sempre aceitei o conselho daqueles a quem consultei e, mesmo quando o fiz, a responsabilidade pelos erros é exclusivamente minha. Beneficiei-me muito das conferências e colóquios durante os quais os acadêmicos dedicam boa parte de seu tempo a encontrar seus pares, inclusive com o objetivo de estimular-se uns aos outros. Não tenho como agradecer a todos os colegas que me ajudaram ou corrigiram em ocasiões formais e informais, nem toda a informação que adquiri por acaso, por ter a sorte de ensinar a um grupo muito internacional de estudantes na New School. Contudo, penso que devo especificar meu reconhecimento para com Ferdan Ergut e Alex Julca, pelo que aprendi em seus trabalhos sobre a revolução turca e a natureza da migração e mobilidade social no Terceiro Mundo. Devo, ainda, à tese de doutoramento de minha aluna Margarita Giesecke, sobre a APRA e o levante de Trujillo em 1932.

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais. Minha dívida para com jornais como o *Guardian* de Londres, o *Financial Times* e o *New York Times* é mais que evidente. Minha dívida para com as inestimáveis publicações das Nações Unidas e seus vários organismos e para com o Banco Mundial está registrada na bibliografia. Há que lembrar, ainda, a antecessora destes, a Liga das Nações, que embora na prática fosse um fracasso quase total, realizou admiráveis pesquisas e análises, que culminaram no pioneiro *Industrialisation and World Trade* [*Industrialização e comércio mundial*], de 1945, merecedoras de nossa gratidão. Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes.

Os leitores terão de aceitar a maior parte do que escrevi neste livro na base da confiança, com exceção das óbvias opiniões pessoais do autor. Não há sentido em sobrecarregar um livro como este com um enorme aparato de referências ou outras marcas de erudição. Tentei restringir minhas referências à fonte das citações textuais, das estatísticas e outros dados quantitativos — fontes diferentes às vezes apresentam números diferentes — e à ocasional justificação de afirmações que os leitores possam achar pouco comuns, desconhecidas ou inesperadas e de alguns aspectos em que as opiniões controvertidas do autor possam exigir uma certa corroboração. Essas referências estão entre parênteses no texto. O título completo da fonte encontra-se no final do volume. Essa bibliografia não passa de uma relação completa de todas as fontes efetivamente citadas ou mencionadas no texto. Ela *não* é um guia sistemático para outras leituras. Depois da bibliografia há um breve indicador de outras leituras. O conjunto das referências também foi concebido de modo a ficar bem separado das notas de rodapé, que apenas ampliam ou restringem o texto.

Contudo, por uma questão de justiça, quero indicar algumas obras em que me apoiei bastante ou com que estou particularmente em débito. Eu não gostaria que seus autores deixassem de sentir-se devidamente apreciados. De um modo geral, devo muito à obra de dois amigos: o historiador econômico e infatigável compilador de dados quantitativos Paul Bairoch e Ivan Berend, ex-presidente da Academia Húngara de Ciências, a quem devo o conceito do Breve Século XX. Sobre a história política geral do mundo desde a Segunda Guerra Mundial, P. Calvocoressi (*World politics since 1945* [Política mundial de 1945 em diante]) foi um guia seguro e às vezes — compreensivelmente — cáustico. Sobre a Segunda Guerra Mundial, muito devo ao soberbo *War, economy and society 1929-45* [Guerra, economia e sociedade 1929-45], de Alan Milward, e, sobre a economia pós-1945, achei utilíssimos *Prosperity and upheaval: The world economy 1945-1980* [Prosperidade e revolta: a economia mundial de 1945-1980], de Herman Van der Wee, e *Capitalism since 1945* [Capitalismo a partir de 1945], de Philip Armstrong, Andrew Glyn e John Harrison. *The Cold War* [A Guerra Fria], de Martin Walker, merece uma atenção muito maior do que a morna recepção que lhe reservaram os críticos. Sobre a história da esquerda desde a Segunda Guerra Mundial, muito devo ao dr. Donald Sassoon, do Queen Mary and Westfield College, Universidade de Londres, que teve a bondade de me deixar ler seu vasto e esclarecedor estudo do assunto, ainda incompleto. No que diz respeito à história da URSS, minha dívida principal é para com os textos de Moshe Lewin, Alec Nove, R. W. Davies e Sheila Fitzpatrick; no que diz respeito à China, para com os de Benjamin Schwartz e Stuart Schram; e no que diz respeito ao mundo islâmico, para com Ira Lapidus e Nikki Keddie. Minhas opiniões sobre as artes muito devem às obras (e à conversa) de John Willett sobre a cultura de Weimar, bem como a Francis Haskell. No capítulo 6, penso ser óbvia minha dívida para com o *Diaghilev* de Lynn Garafola.

Meus agradecimentos especiais aos que me ajudaram concretamente a preparar este livro. São eles, em primeiro lugar, minhas auxiliares de pesquisa Joanna Bedford em Londres e Lise Grande em Nova York. Gostaria de acentuar sobretudo minha dívida para com esta última, sem quem eu não poderia ter preenchido as enormes lacunas em meu conhecimento nem conferido fatos e referências lembrados apenas pela metade. Também sou muito grato a Ruth Syers, que datilografou meus rascunhos, e a Marlene Hobsbawm, que leu vários capítulos do ponto de vista do leitor não acadêmico com interesse genérico pelo mundo moderno, a quem este livro se dirige.

Já mencionei minha dívida para com os estudantes da New School, que assistiram às aulas nas quais tentei formular minhas idéias e interpretações. A eles dedico este livro.

Eric Hobsbawm
Londres — Nova York, 1993-4

O SÉCULO: VISTA AÉREA
Olhar panorâmico

DOZE PESSOAS VÊEM O SÉCULO XX

Isaiah Berlin (filósofo, Grã-Bretanha): "Vivi a maior parte do século XX, devo acrescentar que não sofri provações pessoais. Lembro-o apenas como o século mais terrível da história".

Julio Caro Baroja (antropólogo, Espanha): "Há uma contradição patente entre a experiência de nossa própria vida — infância, juventude e velhice passadas tranqüilamente e sem maiores aventuras — e os fatos do século XX... os terríveis acontecimentos por que passou a humanidade".

Primo Levi (escritor, Itália): "Nós, que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. Esta é uma idéia incômoda que passei aos poucos a aceitar, ao ler o que outros sobreviventes escreveram — inclusive eu mesmo, quando releio meus textos após alguns anos. Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras".

René Dumont (agrônomo, ecologista, França): "Vejo-o apenas como um século de massacres e guerras".

Rita Levi Montalcini (Prêmio Nobel, ciência, Itália): "Apesar de tudo, neste século houve revoluções para melhor [...] o surgimento do Quarto Estado e a emergência da mulher, após séculos de repressão".

William Golding (Prêmio Nobel, escritor, Grã-Bretanha): "Não posso deixar de pensar que este foi o século mais violento da história humana".

Ernst Gombrich (historiador da arte, Grã-Bretanha): "A principal carac-

terística do século XX é a terrível multiplicação da população do mundo. É uma catástrofe, uma tragédia. Não sabemos o que fazer a respeito".

Yehudi Menuhin (músico, Grã-Bretanha): "Se eu tivesse de resumir o século XX, diria que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e destruiu todas as ilusões e ideais".

Severo Ochoa (Prêmio Nobel, ciência, Espanha): "O mais fundamental é o progresso da ciência, que tem sido realmente extraordinário [...] Eis o que caracteriza nosso século".

Raymond Firth (antropólogo, Grã-Bretanha): "Tecnologicamente, coloco o desenvolvimento da eletrônica entre os fatos mais significativos do século XX; em termos de idéias, destaco a passagem de uma visão relativamente racional e científica das coisas para outra não racional e menos científica".

Leo Valiani (historiador, Itália): "Nosso século demonstra que a vitória dos ideais de justiça e igualdade é sempre efêmera, mas também que, se conseguimos manter a liberdade, sempre é possível recomeçar [...] Não há por que desesperar, mesmo nas situações mais desesperadas".

Franco Venturini (historiador, Itália): "Os historiadores não têm como responder a essa pergunta. Para mim, o século XX é apenas o esforço sempre renovado de entendê-lo".

(Agosti & Borgese, 1992, pp. 42, 210, 154, 76, 4, 8, 204, 2, 62, 80, 140 e 160)

I

Em 28 de junho de 1992 o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada e inesperada em Sarajevo, que já era o centro de uma guerra balcânica que iria custar cerca de 150 mil vidas no decorrer daquele ano. Seu objetivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. E, de fato, foi muito observada e admirada a presença do conhecido estadista — idoso e visivelmente frágil sob o fogo das armas portáteis e da artilharia. Um aspecto da visita de Mitterrand, contudo, embora claramente fundamental, passou despercebido: a data. Por que o presidente da França escolhera aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de junho era o aniversário do assassinato, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria, ato que em poucas semanas levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Para qualquer europeu culto da geração de

Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo. Que melhor maneira de dramatizar as implicações potenciais da crise bósnia que escolhendo uma data assim tão simbólica? Mas quase ninguém captou a alusão, exceto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva.

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do mundo, e particularmente todos os ministérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido.

Contudo, não é propósito deste livro contar a história da época de que trata, o Breve Século XX entre 1914 e 1991, embora todo aquele que já tenha ouvido um estudante americano inteligente perguntar-lhe se o fato de falar em "Segunda Guerra Mundial" significa que houve uma "Primeira Guerra Mundial" saiba muito bem que nem sequer o conhecimento de fatos básicos do século pode ser dado por certo. Meu objetivo é compreender e explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem a outra era, por exemplo os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem até a Guerra do Vietnã é pré-história.

Para os historiadores de minha geração e origem o passado é indestrutível, não apenas porque pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (a estação Wilson na Praga de antes da guerra, a estação de metrô Stalingrado em Paris), em que os tratados de paz ainda eram assinados e portanto tinham de ser identificados (Tratado de Versalhes) e os memoriais de guerra lembravam aconte-

cimentos passados, como também porque os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho.

Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independentemente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma. O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, por exemplo na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, "capitalismo" e "socialismo" como alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante. Agora já deve estar ficando evidente que essa oposição era uma construção arbitrária e em certa medida artificial, que só pode ser entendida como parte de determinado contexto histórico. E no entanto mesmo hoje, quando escrevo, não é fácil considerar, inclusive retrospectivamente, princípios de classificação mais realistas que aquela que reunia EUA, Japão, Suécia, Brasil, República Federal da Alemanha e Coréia do Sul num mesmo escaninho e as economias e sistemas de Estado da região soviética que desmoronaram depois da década de 1980 no mesmo compartimento em que estavam as do Oriente e do Sudeste Asiático, que, como se constata, não desmoronaram.

Mesmo o mundo que sobreviveu ao fim da Revolução de Outubro é um mundo cujas instituições e crenças foram moldadas pelos que pertenciam ao lado vencedor da Segunda Guerra Mundial. Os que estavam do lado perdedor ou a ele se associavam não apenas ficaram em silêncio ou foram silenciados, como foram praticamente riscados da história e da vida intelectual, investidos do papel de "o inimigo" no drama moral de Bem *versus* Mal. (É possível que o mesmo esteja acontecendo hoje com os perdedores da Guerra Fria da segunda metade do século, embora talvez não na mesma medida, nem por tanto tempo.) Esse é um dos preços que se paga por viver num século de guerras religiosas, que têm na intolerância sua principal característica. Mesmo os que propalavam o pluralismo de suas não-ideologias acreditaram que o mundo não era grande o bastante para uma coexistência permanente com religiões seculares rivais. Confrontos religiosos ou ideológicos como os que povoaram este

século erguem barricadas no caminho do historiador. A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. As primeiras são fáceis de superar, pois não há verdade no conhecido mas enganoso dito francês *tout comprendre c'est tout pardonner* (tudo compreender é tudo perdoar). Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender.

II

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos. As únicas corridas de cavalos que esses historiadores podem pretender relatar e analisar são as já ganhas ou perdidas. Seja como for, nos últimos trinta ou quarenta anos o desempenho dos adivinhos, fossem quais fossem suas qualificações profissionais como profetas, mostrou-se tão espetacularmente ruim que só governos e institutos de pesquisa econômica ainda têm, ou dizem ter, maior confiança nele. É possível mesmo que depois da Segunda Guerra Mundial esse desempenho tenha piorado.

Neste livro, a estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise — e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. À medida que a década

de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle*. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do "Fim da História", haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.

O roteiro deste livro segue esse preceito. Ele começa com a Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial.*

Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e, após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. Toda a história do imperialismo moderno, tão firme e autoconfiante quando da morte da rainha Vitória, da Grã-Bretanha, não durara mais que o tempo de uma vida humana — digamos, a de Winston Churchill (1874-1965).

Mais ainda: uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável

(*) Tentei descrever e explicar a ascensão dessa civilização numa história em três volumes do "longo século XIX" (da década de 1780 a 1914), e analisar as razões do colapso. O presente texto fará referência a esses volumes, *The age of Revolution, 1789-1848*, *The age of Capital, 1848-1875*, e *The age of Empire, 1875-1914*, ocasionalmente, onde parecer útil.

do capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, pareceram próximos do colapso. Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália. Enquanto isso, avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários.

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras, esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo — sobretudo as décadas de 1930 e 1940 — constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é um momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século — com exceção do breve período de antifascismo — ocuparam posições de antagonismo inconciliável. A vitória da União Soviética sobre Hitler foi uma realização do regime lá instalado pela Revolução de Outubro, como demonstra uma comparação do desempenho da economia russa czarista na Primeira Guerra Mundial com a economia soviética na Segunda Guerra (Gatrell & Harrison, 1993). Sem isso, o mundo hoje (com exceção dos EUA) provavelmente seria um conjunto de variações sobre temas autoritários e fascistas, mais que de variações sobre temas parlamentares liberais. Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo — o medo — para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma.

Contudo, mesmo tendo sobrevivido — por pouco — ao triplo desafio da depressão, do fascismo e da guerra, o capitalismo ainda parecia enfrentar o avanço global da revolução, que só podia arregimentar-se em torno da URSS, egressa da Segunda Guerra Mundial como superpotência.

E no entanto, como agora podemos ver retrospectivamente, a força do desafio socialista global ao capitalismo era a da fraqueza de seu adversário. Sem o colapso da sociedade burguesa do século XIX na Era da Catástrofe, não teria havido Revolução de Outubro nem URSS. O sistema econômico improvisado na arruinada casca eurasiana rural do antigo império czarista sob o nome de socialismo não se teria acreditado — nem teria sido considerado — uma alternativa global realista para a economia capitalista. A Grande Depressão de 1930 criou essa impressão, pois foi o desafio do fascismo que fez da URSS o instrumento indispensável para a derrota de Hitler e, em conseqüência, uma das duas superpotências cujos confrontos dominaram e aterrorizaram a segunda metade do Breve Século XX, estabilizando, ao mesmo tempo, em muitos

aspectos — como hoje podemos ver —, sua estrutura política. A URSS não teria estado durante uma década e meia, em meados do século, à testa de um "campo socialista" que compreendia um terço da raça humana, com uma economia que por um breve instante pareceu capaz de sobrepujar o crescimento econômico capitalista.

Como e por que o capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, viu-se, para surpresa de todos, inclusive dele próprio, saltar para a Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedentes e possivelmente anômalo? Eis, talvez, a questão central para os historiadores do século XX. Ainda não se chegou a um consenso e não tenho a pretensão de oferecer uma resposta persuasiva. Talvez seja preciso esperar que toda a "longa onda" da segunda metade do século XX possa ser vista em perspectiva para que surja uma análise mais convincente, mas, embora hoje possamos ver a Era de Ouro, retrospectivamente, como um todo, no momento em que escrevo as Décadas de Crise que o mundo viveu desde então ainda não estão completas. Contudo, já podemos avaliar com muita confiança a escala e o impacto extraordinários da transformação econômica, social e cultural decorrente, a maior, mais rápida e mais fundamental da história registrada. Vários aspectos dessa transformação serão discutidos na segunda parte deste livro. É provável que no terceiro milênio os historiadores do século XX situem o grande impacto do século na história como sendo o desse espantoso período e de seus resultados. Porque as mudanças dele decorrentes para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis. E ainda estão ocorrendo. Os jornalistas e ensaístas filosóficos que detectaram o "fim da história" na queda do império soviético estavam errados. O argumento é melhor quando se afirma que o terceiro quartel do século assinalou o fim dos sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos.

Diante disso, é provável que a história do confronto entre "capitalismo" e "socialismo", com ou sem a intervenção de Estados e governos como os EUA e a URSS pretendendo representar um ou outro, pareça de interesse histórico mais limitado — comparável, a longo prazo, às guerras religiosas dos séculos XVI e XVII ou às Cruzadas. Para os que viveram um pedaço qualquer do Breve Século XX, é natural que capitalismo e socialismo pareçam enormes, e assim o são neste livro, escrito por um escritor do século XX, para leitores de fins do século XX. As revoluções sociais, a Guerra Fria, a natureza, limitações e falhas fatais do "socialismo realmente existente" e seu colapso são discutidas à exaustão. Mesmo assim, convém lembrar que o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização de países agrários atrasados. Na verdade, nesse aspecto suas grandes realizações coincidiram com a Era de Ouro capitalista. As

estratégias rivais para sepultar o mundo de nossos antepassados foram eficazes? Foram, inclusive, conscientes? Eis algo que não precisamos examinar aqui. Como veremos, até o início da década de 1960 elas pareciam no mínimo emparelhadas, visão que parece absurda à luz do colapso do socialismo soviético, embora um primeiro-ministro britânico, em conversa com um presidente americano, ainda pudesse considerar a URSS um Estado cuja "exuberante economia [...] em breve ultrapassará a sociedade capitalista na corrida pela riqueza material" (Horne, 1989, p. 303). Contudo, o importante é notar, simplesmente, que na década de 1980 a Bulgária socialista e o Equador não socialista tinham mais em comum entre si que com a Bulgária e o Equador de 1939.

Embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes conseqüências, por enquanto impossíveis de calcular por inteiro, mas basicamente negativas, fossem o incidente mais dramático das Décadas de Crise que se seguiram à Era de Ouro, essas iriam ser décadas de crise *universal* ou global. A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem suas configurações políticas, sociais e econômicas, porque pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado ("transnacionalmente") e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado. Em decorrência, as idéias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas. No início havia a esperança de que os problemas da década de 1970 fossem uma pausa temporária no *Grande Salto Avante* da economia mundial, e países de todos os tipos e modelos econômicos e políticos buscaram soluções temporárias. Porém,foi ficando cada vez mais claro que se tratava de uma era de problemas de longo prazo, para os quais os países capitalistas buscaram soluções radicais, muitas vezes ouvindo teólogos seculares do livre mercado irrestrito, que rejeitavam as políticas que tão bem haviam servido à economia mundial durante a Era de Ouro e que agora pareciam estar falhando. Os fanáticos do *laissez-faire* tiveram tanto êxito quanto os demais. Na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. Os países socialistas, agora com suas economias desabando, vulneráveis, foram impelidos a realizar rupturas igualmente — ou até mais — radicais com seu passado e, como sabemos, rumaram para o colapso. Esse colapso pode assinalar o fim do Breve Século XX, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início. Nesse ponto minha história chega ao fim.

Chega ao fim — como todo livro concluído no início da década de 1990 — com um olhar para a escuridão. O colapso de uma parte do mundo revelou

o mal-estar do resto. À medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido econômico, mas também no político. O colapso dos regimes comunistas entre Ístria e Vladivostok não apenas produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos. Além disso, esse colapso revelou a precariedade dos sistemas políticos internos apoiados essencialmente em tal estabilidade. As tensões das economias em dificuldades minaram os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, que desde a Segunda Guerra Mundial vinham funcionando tão bem nos países capitalistas, assim como minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. As próprias unidades básicas da política, os *"Estados-nação"* territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas, alguns dos quais — tal é a ironia da história — exigiram para si o status anacrônico e irreal de "Estados-nação" em miniatura. O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século, patente.

Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais era a crise social e moral, refletindo as transformações pós-década de 1950 na vida humana, que também encontraram expressão generalizada, embora confusa, nessas Décadas de Crise. Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo e que tornaram possível a breve mas decisiva aliança dos dois contra o fascismo, que as rejeitava. Um observador conservador alemão, Michael Stürmer, disse corretamente, em 1993, que as crenças do Oriente e do Ocidente estavam em questão:

> Há um estranho paralelismo entre Oriente e Ocidente. No Oriente, a doutrina de Estado insistia em que a humanidade era dona de seu destino. Contudo, mesmo nós acreditávamos numa versão menos oficial e extrema do mesmo *slogan*: a humanidade estava para tornar-se dona de seus destinos. A pretensão de onipotência desapareceu absolutamente no Oriente, e só relativamente *chez nous* — mas os dois lados naufragaram. (De Bergdorf, 98, p. 95)

Paradoxalmente, uma era cuja única pretensão de benefícios para a humanidade se assentava nos enormes triunfos de um progresso material apoiado na ciência e tecnologia encerrou-se numa rejeição destas por grupos substanciais da opinião pública e pessoas que se pretendiam pensadoras do Ocidente.

Contudo, a crise moral não dizia respeito apenas aos supostos da civiliza-

ção moderna, mas também às estruturas históricas das relações humanas que a sociedade moderna herdara de um passado pré-industrial e pré-capitalista e que, agora vemos, haviam possibilitado seu funcionamento. Não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas. Os estranhos apelos em favor de uma "sociedade civil" não especificada, de uma "comunidade", eram as vozes de gerações perdidas e à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tornado frases insípidas. Não restava outra maneira de definir identidade de grupo senão definir os que nele não estavam.

Para o poeta T. S. Eliot, "é assim que o mundo acaba — não com uma explosão, mas com uma lamúria". O Breve Século XX se acabou com os dois.

III

Como comparar o mundo da década de 1990 ao mundo de 1914? Nele viviam 5 ou 6 bilhões de seres humanos, talvez três vezes mais que na eclosão da Primeira Guerra Mundial, e isso embora no Breve Século XX mais homens tivessem sido mortos ou abandonados à morte por decisão humana que jamais antes na história. Uma estimativa recente das "megamortes" do século menciona 187 milhões (Brzezinski, 1993), o equivalente a mais de um em dez da população mundial total de 1900. Na década de 1990 a maioria das pessoas era mais alta e pesada que seus pais, mais bem alimentada e muito mais longeva, embora talvez as catástrofes das décadas de 1980 e 1990 na África, na América Latina e na ex-URSS tornem difícil acreditar nisso. O mundo estava incomparavelmente mais rico que jamais em sua capacidade de produzir bens e serviços e na interminável variedade destes. Não fora assim, não teria conseguido manter uma população global muitas vezes maior que jamais antes na história do mundo. Até a década de 1980 a maioria das pessoas vivia melhor que seus pais e, nas economias avançadas, melhor que algum dia tinha esperado viver, ou mesmo imaginado possível viver. Durante algumas décadas, em meados do século, chegou a parecer que se haviam descoberto maneiras de distribuir pelo menos parte dessa enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países mais ricos, mas no fim do século a desigualdade voltava a prevalecer e também entrava maciçamente nos ex-países "socialistas", onde antes imperava uma certa igualdade de pobreza. A humanidade era muito mais culta que em 1914. Na verdade, talvez pela primeira vez na história a maioria dos seres humanos podia ser descrita como alfabetizada, pelo menos nas estatísticas oficiais, embora o significado dessa conquista estivesse muito menos claro no final do século do que teria estado em 1914, em vista do fosso enorme — talvez crescente — entre o mínimo de competência oficialmente aceito como alfabetização, muitas vezes descrito como "analfabetismo funcio-

nal", e o domínio da leitura e da escrita ainda esperado nas camadas de elite.

O mundo estava repleto de uma tecnologia revolucionária em avanço constante, baseada em triunfos da ciência natural previsíveis em 1914 mas que na época mal haviam começado e cuja conseqüência política mais impressionante talvez fosse a revolução nos transportes e nas comunicações, que praticamente anulou o tempo e a distância. Era um mundo que podia levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores em 1914. Ele dava condições às pessoas de se falarem entre si cruzando oceanos e continentes ao toque de alguns botões e, para quase todas as questões práticas, abolia as vantagens culturais da cidade sobre o campo.

Por que, então, o século terminara não com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação? Por que, como mostram as epígrafes deste capítulo, tantos cérebros pensantes o vêem em retrospecto sem satisfação, e com certeza sem confiança no futuro? Não apenas porque sem dúvida ele foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, freqüência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. Ao contrário do "longo século XIX", que pareceu, e na verdade foi, um período de progresso material, intelectual *e moral* quase ininterrupto, quer dizer, de melhoria nas condições de vida civilizada, houve, a partir de 1914, uma acentuada regressão dos padrões então tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média e que todos acreditavam piamente estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população.

Visto que este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis, não é fácil apreender a extensão do regresso, por desgraça cada vez mais rápido, ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamado padrões de barbarismo. Esquecemos que o velho revolucionário Friedrich Engels ficou horrorizado com a explosão de uma bomba republicana irlandesa em Westminster Hall — porque, como velho soldado, afirmava que a guerra se travava contra combatentes e não contra não-combatentes. Esquecemos que os *pogroms* na Rússia czarista, que, com justiça, indignaram a opinião pública e impeliram milhões de judeus russos para o outro lado do Atlântico entre 1881 e 1914, eram pequenos, quase insignificantes, pelos padrões de massacre modernos: os mortos contavam-se às dezenas, não às centenas, e jamais aos milhões. Esquecemos que no passado uma convenção internacional estabeleceu que as hostilidades da guerra "não devem começar sem aviso prévio e explícito, sob a forma de uma arrazoada declaração de guerra ou de um *ultimatum* com declaração de guerra condicional", pois quando foi mesmo a

última guerra iniciada com tal declaração explícita ou implícita? Ou que acabou com um tratado de paz formal negociado entre os Estados beligerantes? Durante o século XX as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra a economia e a infra-estrutura de Estados e contra suas populações civis. Desde a Primeira Guerra Mundial, o número de baixas civis na guerra tem sido muito maior que as militares em todos os países beligerantes, com exceção dos EUA. Quantos de nós recordam que em 1914 se tinha por certo que

> A guerra civilizada, diz-nos o manual escolar, limita-se, até onde possível, à incapacitação das Forças Armadas do inimigo; não fosse assim, a guerra continuaria até o extermínio de uma das partes. "Há boas razões [...] para que essa prática se tornasse um costume nos países da Europa." (*Encyclopaedia Britannica*, XI ed., 1911, arte: Guerra.)

Não é que ignoremos o ressurgimento da tortura, ou mesmo do assassinato, como parte normal das operações de segurança pública nos Estados modernos, mas é provável que não avaliemos com precisão a dramática reviravolta implícita, considerando-se a longa era de desenvolvimento jurídico, desde a primeira abolição formal da tortura num país ocidental, na década de 1880, até 1914.

E no entanto não podemos comparar o mundo do final do Breve Século XX ao mundo de seu início, em termos da contabilidade histórica de "mais" e "menos". Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e "civilização ocidental" quando o século começou. Os europeus e seus descendentes estavam reduzidos de talvez um terço para no máximo um sexto da humanidade: uma minoria decrescente vivendo em países que mal reproduziam — quando reproduziam — suas populações, uma minoria cercada e, na maioria dos casos — com algumas brilhantes exceções, como os EUA até a década de 1990 —, erguendo barricadas contra a pressão da imigração das regiões pobres. As indústrias, em que a Europa fora pioneira, migravam para outras partes. Os países do outro lado dos oceanos, que outrora se voltavam para a Europa, agora se voltavam para outras partes. A Austrália, a Nova Zelândia e até mesmo os bi-oceânicos EUA, viam o futuro no Pacífico, seja lá qual for o significado exato disso.

As "grandes potências" de 1914, todas européias, haviam desaparecido, como a URSS, herdeira da Rússia czarista, ou sido reduzidas a um *status* regional ou provincial, com a possível exceção da Alemanha. O próprio esforço para criar uma "Comunidade Européia" supranacional única e inventar um senso de identidade européia a ela correspondente, substituindo as velhas lealdades a países e Estados históricos, demonstrava a profundidade desse declínio.

Seria essa uma mudança de grande significado, a não ser para os historia-

dores políticos? Talvez não, pois refletia apenas mudanças menores na configuração econômica, intelectual e cultural do mundo. Mesmo em 1914, os EUA já eram uma grande economia industrial, o grande pioneiro, modelo e força propulsora da produção em massa e da cultura de massa que conquistaram o globo durante o Breve Século XX, e, apesar de suas muitas peculiaridades, eram a extensão da Europa no além-mar, enquadrando-se no Velho Continente sob a denominação "civilização ocidental". Quaisquer que fossem suas perspectivas futuras, os EUA da década de 1990 viam o "Século Americano" às suas costas, sua era de ascensão e triunfo. O conjunto dos países da industrialização do século XIX continuava sendo, de longe, a maior concentração de riqueza e poder econômico e científico-tecnológico do globo, além daquele cujos povos tinham, de longe, o mais alto padrão de vida. No fim do século isso ainda compensava fartamente a desindustrialização e a mudança da produção para outros continentes. Nessa medida, a impressão de um velho mundo eurocêntrico ou "ocidental" em pleno declínio era superficial.

A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990 o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora a unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as "economias nacionais", definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. O estágio alcançado na década de 1990 na construção da "aldeia global" — expressão cunhada na década de 1960 (McLuhan, 1962) — não parecerá muito adiantado aos observadores de meados do século XXI, porém já havia transformado não apenas certas atividades econômicas e técnicas e as operações da ciência, como ainda importantes aspectos da vida privada, sobretudo devido à inimaginável aceleração das comunicações e dos transportes. Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. É curioso observar que o comportamento humano privado teve menos dificuldade para adaptar-se ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, às férias nas Seychelles e ao emprego transoceânico.

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominaram os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores deplorem suas conseqüências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do "socialismo real".

Essa sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for), estava sempre implícita na teoria capitalista. Desde a Era da Revolução, observadores de todos os matizes ideológicos previram a conseqüente desintegração dos velhos laços sociais na prática e acompanharam seu desenvolvimento. É conhecido o eloqüente tributo do Manifesto Comunista ao papel revolucionário do capitalismo. ("A burguesia [...] despedaçou impiedosamente os diversos laços feudais que ligavam o homem a seus 'superiores naturais', e não deixou nenhum outro nexo entre homem e homem além do puro interesse próprio.") Mas não foi exatamente assim que a nova e revolucionária sociedade capitalista funcionou na prática.

Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que o herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. Não há "enigma sociológico" na disposição da sociedade burguesa de introduzir "um individualismo radical na economia e [...] despedaçar todas as relações sociais ao fazê-lo" (isto é, sempre que atrapalhassem), temendo ao mesmo tempo o "individualismo experimental radical" na cultura (ou no campo do comportamento e da moralidade) (Daniel Bell, 1976, p. 18). A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado — por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos.

Contudo, Marx e os outros profetas da desintegração dos velhos valores e relações sociais tinham razão. O capitalismo era uma força revolucionadora permanente e contínua. Claro que ela acabaria por desintegrar mesmo as partes do passado pré-capitalista que antes achava convenientes, ou até mesmo essenciais, para seu próprio desenvolvimento: acabaria serrando pelo menos um dos galhos em que se assentava. Isso vem acontecendo desde meados do século. Sob o impacto da extraordinária explosão econômica da Era de Ouro e depois, com suas conseqüentes mudanças sociais e culturais — a mais profunda revolução na sociedade desde a Idade da Pedra —, o galho começou a estalar e partir-se. No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem.

É a essa situação que uma parte da humanidade já deve acomodar-se no final do século: no novo milênio, outras deverão fazê-lo. Porém então, quem sabe, já seja possível ver melhor para onde vai a humanidade. Olhando para

trás, vemos a estrada que nos trouxe até aqui; foi o que tentei fazer neste livro. Não sabemos o que moldará o futuro, embora eu não tenha resistido à tentação de refletir sobre parte desses problemas, na medida em que eles surgem dos escombros do período que acaba de chegar ao fim. Esperemos que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável. O velho século não acabou bem.

Parte um

A ERA DA CATÁSTROFE

1
A ERA DA GUERRA TOTAL

Filas de rostos pálidos murmurando, máscaras de medo,
Eles deixam as trincheiras, subindo pela borda,
Enquanto o tempo bate vazio e apressado nos pulsos,
E a esperança, de olhos furtivos e punhos cerrados,
Naufraga na lama. Ó Jesus, fazei com que isso acabe!

Siegfried Sassoon (1947, p. 71)

Talvez se ache melhor, em vista das alegações de "barbaridade" dos ataques aéreos, manter as aparências com a formulação de regras mais brandas e também limitando-se nominalmente o bombardeio a alvos de caráter estritamente militar [...] *para evitar enfatizar a verdade de que a guerra aérea tornou tais restrições obsoletas e impossíveis. Talvez se passe algum tempo até que ocorra outra guerra e enquanto isso o público pode ser educado quanto ao significado da guerra aérea.*

Rules as to bombardment by aircraft, 1921 (Townsend, 1986, p. 161)

(*Sarajevo, 1946.*) *Aqui, como em Belgrado, vejo nas ruas um considerável número de moças cujos cabelos estão ficando grisalhos, ou já o estão completamente. Têm os rostos atormentados mas ainda jovens, enquanto as formas dos corpos traem ainda mais claramente sua juventude. Parece-me ver como a mão desta última guerra passou pelas cabeças desses seres frágeis* [...]

Tal visão não pode ser preservada para o futuro; essas cabeças logo se tornarão mais grisalhas ainda e desaparecerão. É uma pena. Nada poderia falar tão claramente sobre nossa época às futuras gerações quanto essas jovens cabeças grisalhas, das quais se roubou a despreocupação da juventude.

Que pelo menos tenham um memorial nesta notinha.

Signs by the roadside (Andric, 1992, p. 50)

I

"As luzes se apagam em toda a Europa", disse Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, observando as luzes de Whitehall na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram à guerra. "Não voltaremos a vê-las acender-se em nosso tempo de vida." Em Viena, o grande satirista Karl Kraus preparava-se para documentar e denunciar essa guerra num extraordinário drama-reportagem a que deu o título de *Os últimos dias da humanidade*. Ambos viam a guerra mundial como o fim de um mundo, e não foram os únicos. Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 — quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear —, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os humanos pios acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito.

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos.

Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos — inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centro-europeus — se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. "Paz" significava "antes de 1914": depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. Em 1914 não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram as seis "grandes potências" européias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia — após 1871 ampliada para Alemanha — e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão. Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas das grandes potências haviam combatido, a Guerra da Criméia (1854-6), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a França do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses, ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houvera na Europa guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil,

embora no Extremo Oriente o Japão tivesse combatido (e vencido) a Rússia em 1904-5, apressando com isso a Revolução Russa.

Não houvera, em absoluto, guerras *mundiais*. No século XVIII a França e a Grã-Bretanha tinham combatido numa série de guerras cujos campos de batalha começavam na Índia, passavam pela Europa e chegavam à América do Norte, cruzando os oceanos do mundo. Entre 1815 e 1914 nenhuma grande potência combateu outra fora de sua região imediata, embora expedições agressivas de potências imperiais ou candidatas a imperiais contra inimigos mais fracos do ultramar fossem, claro, comuns. A maioria dessas expedições resultava em lutas espetacularmente unilaterais, como as guerras dos EUA contra o México (1846-8) e a Espanha (1898) e as várias campanhas para ampliar os impérios coloniais britânico e francês, embora de vez em quando a escória reagisse, como quando os franceses tiveram de retirar-se do México na década de 1860 e os italianos da Etiópia em 1896. Com os Estados modernos munidos de arsenais cada vez mais cheios de uma tecnologia da morte tremendamente superior, mesmo seus adversários mais formidáveis só podiam esperar, na melhor das hipóteses, um adiamento da retirada inevitável. Esses conflitos exóticos eram material para livros de aventura ou reportagens dos correspondentes de guerra (essa inovação de meados do século XX), mais que assuntos de relevância direta para a maioria dos habitantes dos Estados que os travavam e venciam.

Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu — "Gallipoli" tornou-se seu mito nacional — e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a "complicações européias" e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês. Embora a ação militar fora da Europa não fosse muito significativa a não ser no Oriente Médio, a guerra naval foi mais uma vez global: a primeira batalha travou-se em 1914, ao largo das ilhas Falkland, e as campanhas decisivas, entre submarinos alemães e comboios aliados, deram-se sobre e sob os mares do Atlântico Norte e Médio.

É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal. As colônias das potências imperiais não tiveram escolha. Com exceção da futura República da Irlanda e de Suécia, Suíça,

Portugal, Turquia e Espanha, na Europa, e talvez do Afeganistão, fora da Europa, quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas. Quanto aos campos de batalha, os nomes de ilhas melanésias e assentamentos nos desertos norte-africanos, na Birmânia e nas Filipinas, tornaram-se tão conhecidos dos leitores de jornais e radiouvintes — e essa foi essencialmente a guerra dos noticiários radiofônicos — quanto os nomes de batalhas no Ártico e no Cáucaso, na Normandia, em Stalingrado e em Kursk. A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo.

Locais, regionais ou globais, as guerras do século XX iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China em 1937-9, e a Guerra da Coréia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século XIX pós-napoleônico, entre Prússia-Alemanha e França, em 1870-1, matou talvez 150 mil pessoas, uma ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco, de 1932-5, entre Bolívia (pop. *c.* 3 milhões) e Paraguai (pop. *c.* 1,4 milhão). Em suma, 1914 inaugura a era do massacre (Singer, 1972, pp. 66 e 131).

Não há espaço neste livro para discutir as origens da Primeira Guerra Mundial, que o autor tentou esboçar em *A era dos impérios*. Ela começou como uma guerra essencialmente européia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as chamadas "Potências Centrais", Alemanha e Áustria-Hungria, do outro, com a Sérvia e a Bélgica sendo imediatamente arrastadas para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado a Tríplice Aliança se avolumava numa coalizão bastante grande. Subornada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e — mais importante — os EUA entraram em 1917. Na verdade, sua intervenção seria decisiva.

Os alemães, então como na Segunda Guerra Mundial, viram-se diante de uma possível guerra em duas frentes, inteiramente diferente dos Bálcãs, aos quais haviam sido arrastados por sua aliança com a Áustria-Hungria. (Contudo, como três das quatro Potências Centrais ficavam nessa região — a Turquia e a Bulgária, além da Áustria —, ali o problema estratégico não era tão urgente.) O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o

império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois, movida pela necessidade, a Alemanha planejava uma campanha relâmpago (o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de *blitzkrieg*). O plano quase deu certo, mas não inteiramente. O exército alemão avançou sobre a França, inclusive atravessando a Bélgica, neutra, e só foi detido algumas dezenas de quilômetros a Leste de Paris, junto ao rio Marne, cinco ou seis semanas depois de declarada a guerra. (Em 1940 o plano viria a dar certo.) Em seguida recuou um pouco, e os dois lados — os franceses agora complementados pelo que restava dos belgas e por uma força de terra britânica que logo cresceria enormemente — improvisaram linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas, que pouco depois se estendiam sem interrupção da costa do Canal, em Flandres, até a fronteira suíça, deixando grande parte da França oriental e da Bélgica sob ocupação alemã. Nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição.

Essa era a "Frente Ocidental", que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como — e com — ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia — que um escritor alemão chamou depois de "furacões de aço" (Ernst Jünger, 1921) — "amaciavam" o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a "terra de ninguém", um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria. A tentativa alemã de romper a barreira em Verdun, em 1916 (fevereiro-julho), foi uma batalha de 2 milhões de homens, com 1 milhão de baixas. Fracassou. A ofensiva dos britânicos no Somme, destinada a forçar os alemães a suspender a ofensiva de Verdun, custou à Grã-Bretanha 420 mil mortos — 60 mil no primeiro dia de ataque. Não surpreende que na memória dos britânicos e franceses, que travaram a maior parte da Primeira Guerra Mundial na Frente Ocidental, esta tenha permanecido como a "Grande Guerra", mais terrível e traumática na memória que a Segunda Guerra Mundial. Os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, e se incluirmos os prisioneiros de guerra, os feridos e os permanentemente estropiados e desfigurados — os "*gueules cassés*" ["caras quebradas"] que se tornaram parte tão vívida da imagem posterior da guerra —, não muito mais de um terço dos soldados franceses saiu da guerra incólume. As possibilidades do primeiro milhão de soldados britânicos sobreviver à guerra incólume eram de mais ou menos 50%. Os britânicos perderam uma geração — meio milhão de homens com

menos de trinta anos (Winter, 1986, p. 83) —, notadamente entre suas classes altas, cujos rapazes, destinados como *gentlemen* a ser os oficiais que davam o exemplo, marchavam para a batalha à frente de seus homens e em conseqüência eram ceifados primeiro. Um quarto dos alunos de Oxford e Cambridge com menos de 25 anos que serviam no exército britânico em 1914 (Winter, 1986, p. 98) foi morto. Os alemães, embora contassem ainda mais mortos que os franceses, perderam apenas uma pequena proporção de seus contingentes em idade militar, muito mais numerosos que os franceses: 13% deles. Mesmo as baixas aparentemente modestas dos EUA (116 mil, contra 1,6 milhão de franceses, quase 800 mil britânicos e 1,8 milhão de alemães) na verdade demonstram a natureza assassina da Frente Ocidental, a única onde estes lutaram. Pois embora os EUA perdessem entre 2,5 e 3 vezes mais homens na Segunda Guerra Mundial que na Primeira, em 1917-8 as forças americanas estiveram em ação por pouco mais de um ano e meio, enquanto na Segunda Guerra Mundial foram três anos e meio — e num único setor bastante exíguo, e não no mundo inteiro.

Os horrores da guerra na Frente Ocidental teriam conseqüências ainda mais tristes. Sem dúvida, a própria experiência ajudou a brutalizar tanto a guerra como a política: se uma podia ser feita sem contar os custos humanos ou quaisquer outros, por que não a outra? Quase todos os que serviram na Primeira Guerra Mundial — em sua esmagadora maioria soldados rasos — saíram dela inimigos convictos da guerra. Contudo, os ex-soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade — inclusive em relação a mulheres e não combatentes — que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido *frontsoldat* era a experiência formativa da vida. Contudo, a reação oposta teve conseqüências igualmente negativas. Após a guerra, tornou-se bastante evidente para os políticos, pelo menos nos países democráticos, que os banhos de sangue de 1914-8 não seriam mais tolerados pelos eleitores. A estratégia pós-1918 da Grã-Bretanha e da França, tal como a estratégia pós-Vietnã nos EUA, baseava-se nessa crença. A curto prazo, isso ajudou os alemães a ganhar a Segunda Guerra Mundial no Ocidente em 1940, contra uma França empenhada em agachar-se por trás de suas fortificações incompletas e, uma vez rompidas estas, simplesmente não querendo continuar a luta; e uma Grã-Bretanha desesperada por evitar meter-se no tipo de guerra terrestre maciça que dizimara seu povo em 1914-8. A longo prazo, os governos democráticos não resistiram à tentação de salvar as vidas de seus cidadãos, tratando as dos países inimigos como totalmente descartáveis. O lançamento da bomba atômica sobre Hiroxima e Nagasaki em 1945 não foi justificado como indispensável para a vitória, então absolutamente certa, mas como um

meio de salvar vidas de soldados americanos. É possível, no entanto, que a idéia de que isso viesse a impedir a URSS, aliada dos EUA, de reivindicar uma participação preponderante na derrota do Japão tampouco estivesse ausente das cabeças do governo americano.

Enquanto a Frente Ocidental permanecia num impasse sangrento, a Frente Oriental continuava em movimento. Os alemães pulverizaram uma canhestra força de invasão russa na batalha de Tannenberg, no primeiro mês da guerra, e depois, com a ajuda por vezes efetiva dos austríacos, empurraram a Rússia para fora da Polônia. Apesar de ocasionais contra-ofensivas russas, ficou claro que as Potências Centrais tinham o domínio e que a Rússia travava uma ação defensiva de retaguarda contra o avanço alemão. Nos Bálcãs, as Potências Centrais tinham o controle, apesar do desempenho militar irregular do pétreo império habsburgo. Os beligerantes locais, Sérvia e Romênia, a propósito, sofreram de longe as maiores perdas militares. Os aliados, apesar de ocuparem a Grécia, não fizeram progresso até o colapso das Potências Centrais, após o verão de 1918. O plano da Itália de abrir outra frente contra a Áustria-Hungria nos Alpes falhou, sobretudo porque muitos soldados italianos não viam motivo para lutar pelo governo de um Estado que não consideravam seu e cuja língua poucos sabiam falar. Após uma grande *débâcle* militar em Caporetto em 1917, que deixou uma memória literária no romance *Adeus às armas*, de Ernest Hemingway, os italianos tiveram mesmo de ser reforçados por transferências de outros exércitos aliados. Enquanto isso, França, Grã-Bretanha e Alemanha sangravam até a morte na Frente Ocidental, a Rússia se via cada vez mais desestabilizada pela guerra que estava perdendo a olhos vistos, e o império austro-húngaro cambaleava para o desmoronamento, desejado por seus movimentos nacionalistas locais, e ao qual os ministros das Relações Exteriores aliados se resignavam sem entusiasmo, prevendo com razão uma Europa instável.

Como romper o impasse na Frente Ocidental? Esse era o problema crucial para os dois lados, pois sem vitória no Ocidente nenhum dos dois podia vencer a guerra, ainda mais porque a guerra naval também estava empatada. A não ser por uns poucos ataques ocasionais, os aliados controlavam os oceanos, mas as frotas de combate britânicas e alemãs enfrentavam-se e imobilizavam uma à outra no mar do Norte. A única tentativa de entrar em combate (1916) terminou indefinida, mas, visto que confinou a frota alemã às suas bases, no balanço geral foi vantajosa para os aliados.

Os dois lados tentaram vencer pela tecnologia. Os alemães — sempre fortes em química — levaram o gás venenoso ao campo de batalha, onde ele se revelou ao mesmo tempo bárbaro e ineficaz, ocasionando o único caso autêntico de repulsa humanitária governamental a um meio de fazer a guerra, a Convenção de Genebra de 1925, pela qual o mundo se comprometia a não usar guerra química. E de fato, embora todos os governos continuassem a preparar-

se para ela e esperassem que o inimigo a usasse, ela não foi usada por nenhum dos lados na Segunda Guerra Mundial, se bem que os sentimentos humanitários não impedissem os italianos de lançar gás sobre os povos coloniais. O acentuado declínio dos valores da civilização após a Segunda Guerra Mundial acabou trazendo o gás venenoso de volta. Durante a Guerra Irã-Iraque, na década de 1980, o Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra soldados e civis. Os britânicos foram pioneiros nos veículos blindados de esteira, ainda conhecidos pelo então codinome de tanques, mas seus generais, não muito brilhantes, ainda não haviam descoberto como usá-los. Ambos os lados usaram os novos e ainda frágeis aeroplanos, além de (a Alemanha) curiosas aeronaves em forma de charuto e cheias de hélio, fazendo experiências de bombardeio aéreo, por sorte sem grande eficácia. A guerra aérea também atingiu a maioridade na Segunda Guerra Mundial, notadamente como um meio de aterrorizar civis.

A única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra em 1914-8 foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário. Como todos os suprimentos da Grã-Bretanha eram transportados por mar, parecia factível estrangular as ilhas britânicas mediante uma guerra submarina cada vez mais implacável contra os navios. A campanha chegou perto do êxito em 1917, antes que se descobrissem meios efetivos de contê-la, mas fez mais que qualquer outra coisa para arrastar os EUA à guerra. Os britânicos, por sua vez, fizeram o melhor possível para bloquear os suprimentos da Alemanha, ou seja, matar de fome a economia e a população alemãs. Foram mais eficazes do que deviam, pois, como veremos, a economia de guerra alemã não era dirigida com a eficiência e racionalidade de que se gabavam os alemães — diferentemente da máquina militar alemã, que, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial, era impressionantemente superior a qualquer outra. A mera superioridade do exército alemão enquanto força militar poderia ter-se mostrado decisiva se a partir de 1917 os aliados não tivessem podido valer-se dos recursos praticamente ilimitados dos EUA. Na verdade, a Alemanha, mesmo entravada pela aliança com a Áustria, assegurou a vitória total no Leste, expulsando a Rússia da guerra para a revolução e para fora de grande parte de seus territórios europeus em 1917-8. Pouco depois de impor a paz punitiva de Brest-Litowsk (março de 1918), o exército alemão, agora livre para concentrar-se no Ocidente, na verdade rompeu a Frente Ocidental e avançou de novo sobre Paris. Graças à inundação de reforços e equipamentos americanos os aliados se recuperaram, mas por um instante pareceu por um triz. Contudo, era o último lance de uma Alemanha exausta, que se sabia perto da derrota. Assim que os aliados começaram a avançar, no verão de 1918, o fim era apenas uma questão de semanas. As Potências Centrais não apenas admitiram a derrota, mas desmoronaram. A revolução varreu o Sudeste e o Centro da Europa no outono

de 1918, como varrera a Rússia em 1917 (ver o próximo capítulo). Nenhum dos velhos governos ficou de pé entre as fronteiras da França e o mar do Japão. Mesmo os beligerantes do lado vitorioso ficaram abalados, embora seja difícil acreditar que Grã-Bretanha e França não sobrevivessem inclusive à derrota como entidades políticas estáveis; a Itália não, contudo. Certamente nenhum dos países derrotados escapou da revolução.

Se um dos grandes ministros ou diplomatas do passado — aqueles a quem os membros aspirantes dos ministérios do Exterior de seus países ainda eram instruídos a tomar como modelos, um Tayllerand ou um Bismarck — se levantasse da cova para observar a Primeira Guerra Mundial, certamente se perguntaria por que estadistas sensatos não tinham decidido resolver a guerra por meio de algum acordo, antes que ela destruísse o mundo de 1914. É o que também nós devemos perguntar-nos. A maioria das guerras não revolucionárias e não ideológicas do passado não se travara sob a forma de lutas de morte ou que prosseguissem até a exaustão total. Em 1914, certamente não era a ideologia que dividia os beligerantes, exceto no fato de que nos dois lados a guerra tinha de ser travada mediante a mobilização da opinião pública, isto é, alegando algum profundo desafio a valores nacionais aceitos, como o barbarismo russo contra a cultura alemã; a democracia francesa e britânica contra o absolutismo alemão, ou coisas assim. Além disso, houve estadistas que recomendaram algum tipo de acordo de compromisso mesmo fora da Rússia e da Áustria-Hungria, que pressionavam seus aliados nesse sentido com crescente desespero, à medida que a derrota se aproximava. Por que, então, a Primeira Guerra Mundial foi travada pelas principais potências dos dois lados como um tudo ou nada, ou seja, como uma guerra que só podia ser vencida por inteiro ou perdida por inteiro?

O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. "As 'fronteiras naturais' da Standard Oil, do Deutsche Bank ou da De Beers Diamond Corporation estavam no fim do universo, ou melhor, nos limites de sua capacidade de expansão" (Hobsbawm, 1987, p. 318). Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e Grã-Bretanha, o céu tinha de ser o limite, pois a Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a Grã-Bretanha, com o conseqüente relegamento de uma já declinante Grã-Bretanha a um *status* inferior. Era uma questão de ou uma ou outra. Para a França, então e depois, os objetivos em jogo eram menos globais, mas igualmente urgentes: compensar sua crescente e aparentemente inevitável inferioridade demográfica e econômica frente à Alemanha. Também aqui a questão era o futuro da França como grande potência. Nos dois casos,

o acordo teria significado apenas adiamento. A própria Alemanha, seria de supor, podia esperar até que seu tamanho e superioridade crescentes estabelecessem a posição que os governantes alemães achavam ser direito de seu país, o que aconteceria mais cedo ou mais tarde. Na verdade, a posição dominante de uma Alemanha duas vezes derrotada e sem pretensões a potência militar na Europa era mais inconteste no início da década de 1990 do que as pretensões da Alemanha militarista jamais haviam sido antes de 1945. Contudo, isso se deve ao fato de Grã-Bretanha e França, como veremos, terem sido forçadas, após a Segunda Guerra Mundial, embora com relutância, a aceitar sua relegação a um *status* de segunda categoria, assim como a Alemanha Federal, com toda a sua força econômica, reconheceu que no pós-1945 a supremacia mundial como Estado individual estava, e teria de continuar, fora de seu poder. Na década de 1900, no auge da era imperial e imperialista, tanto a pretensão alemã a um *status* global único ("O espírito alemão regenerará o mundo", diziam) quanto a resistência a isso de Grã-Bretanha e França, ainda inegáveis "grandes potências" num mundo eurocentrado, continuavam intatas. No papel, sem dúvida era possível o acordo neste ou naquele ponto dos quase megalomaníacos "objetivos de guerra" que os dois lados formularam assim que a guerra estourou, mas na prática só um objetivo contava naquela guerra: a vitória total, aquilo que na Segunda Guerra Mundial veio a chamar-se "rendição incondicional".

Era um objetivo absurdo, que trazia em si a derrota e que arruinou vencedores e vencidos; que empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física. Em 1940 a França foi atropelada com ridícula facilidade e rapidez por forças alemãs inferiores e aceitou sem hesitação a subordinação a Hitler porque o país havia sangrado até quase a morte em 1914-8. A Grã-Bretanha jamais voltou a ser a mesma após 1918, porque o país arruinara sua economia travando uma guerra que ia muito além de seus recursos. Além disso, a vitória total, ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinou as escassas possibilidades existentes de restaurar alguma coisa que guardasse mesmo fraca semelhança com uma Europa estável, liberal, burguesa, como reconheceu de imediato o economista John Maynard Keynes. Se a Alemanha não fosse reintegrada na economia européia, isto é, se não se reconhecesse e aceitasse o peso econômico do país dentro dessa economia, não poderia haver estabilidade. Mas essa era a última consideração na mente dos que tinham lutado para eliminar a Alemanha.

O acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália) e em geral, embora imprecisamente, conhecido como Tratado de Versalhes,* era dominado por cinco considera-

(*) Tecnicamente, o Tratado de Versalhes só se refere à paz com a Alemanha. Vários parques e castelos reais nas vizinhanças de Paris deram seus nomes aos outros tratados: Saint-Germain com a Áustria; Trianon com a Hungria; Sèvres com a Turquia; Neuilly com a Bulgária.

ções. A mais imediata era o colapso de tantos regimes na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo, dedicado à subversão universal, um ímã para forças revolucionárias de todas as partes (ver capítulo 2). Segundo, havia a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, esse era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. Terceiro, o mapa da Europa tinha de ser redividido e retraçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano. Os muitos pretendentes à sucessão, pelo menos na Europa, eram vários movimentos nacionalistas que os vitoriosos tendiam a estimular, contanto que fossem antibolcheviques como convinha. Na verdade, na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar *Estados-nação* étnico-lingüísticos, segundo a crença de que as nações tinham o "direito de autodeterminação". O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e lingüísticas das regiões que seriam divididas em *Estados-nação*. A tentativa foi um desastre, como ainda se pode ver na Europa da década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco.* O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas — divisão entre Grã-Bretanha e França — com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer "um lar nacional" para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial.

O quarto conjunto de considerações eram as políticas internas dentro dos países vitoriosos — o que significava, na prática, Grã-Bretanha, França e EUA — e os atritos entre eles. A conseqüência mais importante dessa politicagem interna foi que o Congresso americano se recusou a ratificar um acordo de paz escrito em grande parte por ou para seu presidente, e os EUA por conseguinte se retiraram dele, com resultados de longo alcance.

Por fim, as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. Fracas-

(*) A guerra civil iugoslava, a agitação secessionista na Eslováquia, a secessão dos Estados bálticos da antiga URSS, os conflitos entre húngaros e romenos pela Transilvânia, o separatismo da Moldova (Moldávia, ex-Bessarábia) e, na realidade, o nacionalismo transcaucasiano, são alguns dos problemas explosivos que não existiam ou não teriam como existir antes de 1914.

saram da forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra.

Tornar o mundo seguro contra o bolchevismo e remapear a Europa eram metas que se sobrepunham, pois a maneira mais imediata de tratar com a Rússia revolucionária, se por acaso ela viesse a sobreviver — o que não parecia de modo algum certo em 1919 —, era isolá-la atrás de um "cinturão de quarentena" (*cordon sanitaire*, na linguagem da diplomacia contemporânca) de Estados anticomunistas. Como os territórios desses Estados haviam sido em grande parte ou inteiramente secionados de ex-terras russas, sua hostilidade para com Moscou podia ser dada como certa. Do Norte para o Sul, eram eles: Finlândia, uma região autônoma que Lenin deixara separar-se; três novas pequenas repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), para as quais não havia precedente histórico; Polônia, devolvida à condição de Estado após 120 anos; e uma Romênia muitíssimo ampliada, com o tamanho duplicado por cessões das partes húngara e austríaca do império habsburgo e da ex-russa Bessarábia. A maioria desses Estados na verdade fora destacada da Rússia pela Alemanha e, não fosse pela Revolução Bolchevique, certamente teria sido devolvida àquele Estado. A tentativa de ir adiante com esse cinturão de isolamento no Cáucaso fracassou, antes de mais nada, porque a Rússia revolucionária chegou a um acordo com a Turquia, não comunista mas revolucionária, e que não tinha simpatia pelos imperialistas britânicos e franceses. Daí os Estados da Armênia e Geórgia, independentes durante um curto período, estabelecidos após Brest-Litowsk, e as tentativas conduzidas pelos britânicos de separar o Azerbaijão, onde há muito petróleo, não sobreviverem à vitória dos bolcheviques na Guerra Civil de 1918-20 e ao tratado soviético-turco de 1921. Em suma, no Leste os aliados aceitaram as fronteiras impostas pela Alemanha à Rússia revolucionária, na medida em que essas fronteiras não cram tornadas inoperantes por forças que os aliados não pudessem controlar.

Isso ainda deixava grandes regiões, sobretudo da antiga Europa austro-húngara, para serem remapeadas. A Áustria e a Hungria foram reduzidas a retaguardas alemã e magiar, a Sérvia foi expandida para uma grande e nova Iugoslávia pela fusão com a (ex-austríaca) Eslovênia e a (ex-húngara) Croácia, e também com o antes independente pequeno reino tribal de pastores e assaltantes, Montenegro, uma sombria massa de montanhas cujos habitantes reagiram à perda sem precedentes de sua soberania convertendo-se em massa ao comunismo, que, achavam, apreciava a virtude heróica. Estavam também ligados à Rússia ortodoxa, cuja fé os ainda não conquistados homens da montanha negra tinham defendido contra os infiéis turcos durante tantos séculos. Também se formou uma nova Tchecoslováquia, juntando-se o miolo industrial do império habsburgo, as terras tchecas, às áreas de camponeses eslovacos e rutênios antes pertencentes à Hungria. A Romênia foi ampliada para um conglomerado multinacional, enquanto a Polônia e a Itália também se beneficia-

vam. Não havia um único precedente histórico assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de *Estados-nação* pequenos demais. Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria — mas na prática não inteiramente todas — de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores.

Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas conseqüências (a cláusula da "culpa de guerra"), para mantê-la permanentemente enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a Alsácia-Lorena voltasse à França e uma substancial região no Leste à Polônia restaurada (o "Corredor Polonês", que separava a Prússia oriental do resto da Alemanha), além de alguns ajustes menores nas fronteiras alemãs; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se "reparações" (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar. (Elas foram redistribuídas entre os britânicos e seus domínios, os franceses, e em menor extensão aos japoneses, mas, em deferência à crescente impopularidade do imperialismo, não mais foram chamadas de "colônias", e sim de "mandatos" para assegurar o progresso de povos atrasados, entregues humanitariamente às potências imperiais, que nem sonhariam em explorá-los para nenhum outro propósito.) Com exceção das cláusulas territoriais, nada restava do Tratado de Versalhes em meados da década de 1930.

Quanto ao mecanismo para impedir outra guerra mundial, era evidente que desmoronara absolutamente o consórcio de "grandes potências" européias que se supunha assegurá-lo antes de 1914. A alternativa, exortada a obstinados politiqueiros europeus pelo presidente Wilson, com todo o fervor liberal de um cientista político de Princeton, era estabelecer uma "Liga de Nações" (isto é, Estados independentes) que tudo abrangesse, e que solucionasse pacífica e democraticamente os problemas antes que se descontrolassem, de preferência em negociação pública ("alianças abertas feitas abertamente"), pois a guerra também tornara suspeitos, como "diplomacia secreta", os habituais e sensíveis processos de negociação internacional. Foi em grande parte uma reação contra os tratados secretos acertados entre os aliados durante a guerra, nos quais dividiram a Europa do pós-guerra e o Oriente Médio com uma surpreendente falta de atenção pelos desejos, ou mesmo interesses, dos habitantes daquelas

regiões. Os bolcheviques, descobrindo esses documentos sensíveis nos arquivos czaristas, haviam-nos prontamente publicado para o mundo ler, e portanto exigia-se um exercício de redução de danos. A Liga das Nações foi de fato estabelecida como parte do acordo de paz e revelou-se um quase total fracasso, a não ser como uma instituição para coleta de estatísticas. Contudo, em seus primeiros dias resolveu uma ou duas disputas menores, que não punham a paz mundial em grande risco, como a da Finlândia e Suécia sobre as ilhas Åland.* A recusa dos EUA a juntar-se à Liga das Nações privou-a de qualquer significado real.

Não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa. Como já observamos, os EUA quase imediatamente se retiraram, e num mundo não mais eurocentrado e eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora uma grande potência mundial podia se sustentar. Como veremos, isso se aplicava tanto às questões econômicas do mundo quanto à sua política. Duas grandes potências européias, e na verdade mundiais, estavam temporariamente não apenas eliminadas do jogo internacional, mas tidas como não existindo como jogadores independentes — a Alemanha e a Rússia soviética. Assim que uma ou as duas reentrassem em cena, um acordo de paz baseado apenas na Grã-Bretanha e na França — pois a Itália também continuava insatisfeita — não poderia durar. E, mais cedo ou mais tarde, a Alemanha ou a Rússia, ou as duas, reapareceriam inevitavelmente como grandes jogadores.

Qualquer pequena chance que tivesse a paz foi torpedeada pela recusa das potências vitoriosas a reintegrar as vencidas. É verdade que a repressão total da Alemanha e a total proscrição da Rússia soviética logo se revelaram impossíveis, mas a adaptação à realidade foi lenta e relutante. Os franceses, em particular, só de má vontade abandonaram a esperança de manter a Alemanha fraca e impotente. (Os britânicos não eram obcecados pela lembrança da derrota e da invasão.) Quanto à URSS, os Estados vencedores teriam preferido que não existisse, e, tendo apoiado os exércitos da contra-revolução na Guerra Civil russa e enviado forças militares para apoiá-los, não mostravam entusiasmo algum pelo reconhecimento dessa sobrevivência. Seus homens de negócios chegaram mesmo a descartar as ofertas das maiores concessões a investidores estrangeiros feitas por Lenin, desesperado por qualquer forma de reiniciar a economia quase destruída pela guerra, a revolução e a guerra civil. A Rússia

(*) As ilhas Åland, situadas entre a Finlândia e a Suécia, e fazendo parte da Finlândia, eram e são habitadas exclusivamente por uma população de língua sueca, enquanto a recém-independente Finlândia estava agressivamente empenhada no predomínio da língua finlandesa. Como alternativa à secessão para a Suécia vizinha, a Liga idealizou um plano que assegurava o uso exclusivo do sueco nas ilhas, e as protegia de indesejada imigração da Finlândia continental. (N. A.)

soviética foi obrigada a desenvolver-se no isolamento, embora para fins políticos os dois Estados proscritos da Europa, a Rússia soviética e a Alemanha, se juntassem no início da década de 1920.

Talvez a guerra seguinte pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial (ver capítulo 3). E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o *status quo* mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos. Daí em diante, uma nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam. A imagem de frotas de aviões jogando bombas sobre cidades, e de figuras de pesadelo com máscaras contra gases, tateando o caminho como cegos em meio à nuvem de gás venenoso, perseguiu minha geração: profeticamente num caso, erroneamente no outro.

II

As origens da Segunda Guerra Mundial produziram uma literatura histórica incomparavelmente menor sobre suas causas do que as da Primeira Guerra, e por um motivo óbvio. Com as mais raras exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou de que a Alemanha, Japão e (mais hesitante) a Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três, capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler.

As respostas a perguntas históricas não são, claro, tão simples. Como vimos, a situação mundial criada pela Primeira Guerra era inerentemente instável, sobretudo na Europa, mas também no Extremo Oriente, e portanto não se esperava que a paz durasse. A insatisfação com o *status quo* não se restringia aos Estados derrotados, embora estes, notadamente a Alemanha, sentissem que tinham bastantes motivos para ressentimento, como de fato tinham. Todo partido na Alemanha, dos comunistas na extrema esquerda aos nacional-socialistas de Hitler na extrema direita, combinavam-se na condenação do Tratado de Versalhes como injusto e inaceitável. Paradoxalmente, uma revolução alemã autêntica poderia ter produzido uma Alemanha menos explosiva no cenário internacional. Os dois países derrotados que foram de fato revolucionados, a Rússia e a Turquia, se achavam demasiado preocupados com suas

próprias questões, incluindo a defesa de suas fronteiras, para desestabilizar a situação internacional. Eram forças a favor da estabilidade na década de 1930, e na verdade a Turquia permaneceu neutra na Segunda Guerra Mundial. Contudo, tanto o Japão quanto a Itália, embora do lado vencedor da guerra, também se sentiam insatisfeitos, os japoneses com um realismo de certa forma maior que os italianos, cujos apetites imperiais excediam muitíssimo o poder de seu Estado independente para satisfazê-los. De qualquer modo, a Itália saíra da guerra com consideráveis ganhos territoriais nos Alpes, no Adriático e até mesmo no mar Egeu, mesmo não sendo aquele butim prometido ao Estado pelos aliados em troca da entrada ao lado deles em 1915. Contudo, o triunfo do fascismo, um movimento contra-revolucionário e portanto ultranacionalista e imperialista, sublinhou a insatisfação italiana (ver capítulo 5). Quanto ao Japão, sua força militar e naval bastante considerável tornava-o a mais formidável potência no Extremo Oriente, sobretudo desde que a Rússia estava fora do quadro, e isso foi em certa medida reconhecido internacionalmente pelo Acordo Naval de Washington de 1922, que pôs um ponto final na supremacia naval britânica, estabelecendo a fórmula de 5:5:3 para a força das marinhas americana, britânica e japonesa, respectivamente. Mas o Japão, cuja industrialização avançava a passos largos, embora em tamanho absoluto a economia ainda fosse bastante modesta — 2,5% da produção mundial no fim da década de 1920 —, sem dúvida achava que merecia uma fatia maior do bolo do Extremo Oriente do que as potências imperiais brancas lhe concediam. Além disso, os japoneses tinham uma aguda consciência da vulnerabilidade de um país ao qual faltavam praticamente todos os recursos naturais necessários a uma economia moderna, cujas importações estavam à mercê de interferências de marinhas estrangeiras, e as exportações à mercê do mercado dos EUA. A pressão militar para a criação de um império territorial próximo na China, dizia-se, logo encurtaria as linhas de comunicação japonesas, e assim as tornaria menos vulneráveis.

Apesar disso, fosse qual fosse a instabilidade da paz pós-1918 e a probabilidade de seu colapso, é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. Alternativamente, podemos contar esses marcos miliários de um modo negativo: a não-ação da Liga contra o Japão; a não-tomada de medidas efetivas contra a Itália em 1935; a não-

reação de Grã-Bretanha e França à denúncia unilateral alemã do Tratado de Versalhes, e notadamente à reocupação alemã da Renânia em 1936; a recusa de Grã-Bretanha e França a intervir na Guerra Civil Espanhola ("não-intervenção"); a não-reação destas à ocupação da Áustria; o recuo delas diante da chantagem alemã sobre a Tchecoslováquia (o "Acordo de Munique" de 1938); e a recusa da URSS a continuar opondo-se a Hitler em 1939 (o pacto Hitler-Stalin de agosto de 1939).

E no entanto, se um lado claramente não queria guerra, e fez tudo possível para evitá-la, e o outro a glorificava e, no caso de Hitler, sem dúvida a desejava ativamente, nenhum dos agressores queria a guerra que tiveram, quando a tiveram, e contra pelo menos alguns dos inimigos com os quais se viram lutando. O Japão, apesar da influência militar em sua política, certamente teria preferido alcançar seus objetivos — em essência a criação de um império leste-asiático — sem uma guerra *geral*, na qual só se envolveu porque os EUA se achavam envolvidos numa. Que tipo de guerra queria a Alemanha, quando e contra quem, ainda são temas de discussão, pois Hitler não era um homem que documentava suas decisões, mas duas coisas estão claras. Uma guerra contra a Polônia (apoiada pela Grã-Bretanha e a França) em 1939 não fazia parte de seu plano de guerra, e a guerra em que finalmente se viu, contra a URSS e os EUA, era o pesadelo de todo general e diplomata alemão.

A Alemanha (e depois o Japão) precisava de uma guerra ofensiva rápida pelos mesmos motivos que a tinham feito necessária em 1914. Os recursos conjuntos dos inimigos potenciais de cada um deles, uma vez unidos e coordenados, eram esmagadoramente maiores que os seus. Nenhum dos dois sequer fez planos para uma guerra extensa, nem contou com armamentos de longo período de gestação. (Em contraste, os britânicos, aceitando a inferioridade em terra, investiram seu dinheiro desde o início nas formas mais caras e tecnologicamente sofisticadas de armamento, e fizeram planos para uma longa guerra, em que eles e seus aliados venceriam o outro lado em produção.) Os japoneses foram mais bem-sucedidos que os alemães em evitar a coalizão de seus inimigos, pois ficaram de fora tanto da guerra da Alemanha contra a Grã-Bretanha e a França em 1939-40 quanto da guerra contra a Rússia depois de 1941. Ao contrário das outras potências, eles tinham lutado de fato contra o Exército Vermelho, numa guerra não oficial mas substancial, na fronteira sino-siberiana em 1939, e saído seriamente maltratados. O Japão só entrou na guerra contra a Grã-Bretanha e os EUA, mas não contra a URSS, em dezembro de 1941. Infelizmente para ele, a única potência contra a qual tinha de lutar, os EUA, lhe era tão imensamente superior em recursos que praticamente tinha de vencer.

A Alemanha pareceu mais afortunada por algum tempo. Na década de 1930, quando a guerra se aproximava, a Grã-Bretanha e a França não se juntaram à Rússia soviética, e esta acabou preferindo chegar a um acordo com Hitler, enquanto a política local impedia o presidente Roosevelt de dar mais

que apoio burocrático ao lado que apoiava apaixonadamente. A guerra portanto começou em 1939 como um conflito puramente europeu e, de fato, depois que a Alemanha entrou na Polônia, que foi derrotada e dividida em três semanas com a agora neutra URSS, como uma guerra puramente européia ocidental de Alemanha contra Grã-Bretanha e França. Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com ridícula facilidade, ocupando os quatro primeiros países e dividindo a França numa zona diretamente ocupada e administrada pelos alemães vitoriosos, e num "Estado" satélite francês (seus governantes, oriundos dos vários setores da reação francesa, não queriam mais chamá-la de república), com capital num balneário provinciano, Vichy. Só restou em guerra com a Alemanha a Grã-Bretanha, sob uma coalizão de todas as forças nacionais, chefiada por Winston Churchill e baseada na total recusa a qualquer tipo de acordo com Hitler. Foi nesse momento que a Itália fascista decidiu escorregar do muro de neutralidade, onde se sentava cautelosamente seu governo, para o lado alemão.

Para fins práticos, a guerra na Europa acabara. Mesmo que a Alemanha não pudesse invadir a Grã-Bretanha, devido ao duplo obstáculo do mar e da Real Força Aérea, não havia possibilidade de uma guerra em que os britânicos pudessem retornar ao continente europeu, quanto mais derrotar a Alemanha. Os meses de 1940-1, quando a Grã-Bretanha ficou sozinha, são um momento maravilhoso na história do povo britânico, ou pelo menos dos que tiveram a sorte de vivê-lo, mas as possibilidades do país eram exíguas. O programa de rearmamento "Defesa do Hemisfério", dos EUA, de junho de 1940, praticamente assumia que mais armas para a Grã-Bretanha seriam inúteis e, mesmo depois de aceita a sobrevivência britânica, o Reino Unido ainda era visto sobretudo como uma base de defesa distante para a América. Enquanto isso, o mapa da Europa era redesenhado. A URSS, por acordo, ocupou as áreas européias do império czarista perdidas em 1918 (com exceção das partes da Polônia tomadas pela Alemanha) e a Finlândia, contra a qual Stalin travara uma desastrada guerra de inverno em 1939-40, o que levou as fronteiras russas um pouco mais para longe de Leningrado. Hitler presidiu uma revisão do acordo de Versalhes nos antigos territórios habsburgos, que se revelou de curta vida. As tentativas britânicas de ampliar a guerra nos Bálcãs levaram à esperada conquista de toda a península pela Alemanha, incluindo as ilhas gregas.

Na verdade, a Alemanha cruzou de fato o Mediterrâneo para a África, quando pareceu que sua aliada Itália, ainda mais decepcionante como poder militar na Segunda Guerra Mundial que a Áustria-Hungria na Primeira, ia ser inteiramente expulsa de seu império africano pelos britânicos, que lutavam a partir de sua base principal no Egito. O Afrika Korps alemão, sob um de seus mais talentosos generais, Erwin Rommel, ameaçou toda a posição britânica no Oriente Médio.

A guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de

1941, a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata — pois comprometia a Alemanha numa guerra em duas frentes — que Stalin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contemplá-la. Mas para Hitler a conquista de um vasto império territorial oriental, rico em recursos e trabalho escravo, era o próximo passo lógico, e, como todos os outros especialistas militares, com exceção dos japoneses, ele subestimou espetacularmente a capacidade soviética de resistir. Não, porém, sem certa plausibilidade, em vista da desorganização do Exército Vermelho pelos expurgos da década de 1930 (ver capítulo 13), da aparente condição do país, dos efeitos gerais do terror, e das intervenções extraordinariamente ineptas de Stalin na estratégia militar. Na verdade, os avanços iniciais dos exércitos alemães foram tão rápidos e pareceram tão decisivos quanto as campanhas no Ocidente. No início de outubro, estavam nos arredores de Moscou, e há indícios de que, durante alguns dias, o próprio Stalin ficou desmoralizado e pensou em fazer a paz. Mas o momento passou, e as simples dimensões das reservas de espaço, força humana, valentia física e patriotismo russos, e um implacável esforço de guerra, derrotaram os alemães e deram à URSS tempo para se organizar efetivamente, sobretudo por deixar que os muito talentosos chefes militares (alguns deles recém-libertados de *gulags*) fizessem o que achavam melhor. Os anos de 1942-5 foram a única vez em que Stalin fez uma pausa em seu terror.

Uma vez que a guerra russa não se decidira em três semanas, como Hitler esperava, a Alemanha estava perdida, pois não estava equipada nem podia agüentar uma guerra longa. Apesar de seus triunfos, tinha, e produzia, muito menos aviões do que mesmo a Grã-Bretanha e a Rússia, sem contar os EUA. Uma nova ofensiva alemã em 1942, após o inverno terrível, pareceu tão brilhantemente bem-sucedida como todas as outras, e levou os exércitos alemães a fundo no Cáucaso e ao vale do baixo Volga, mas não podia mais decidir a guerra. Os exércitos alemães foram detidos em Stalingrado (verão de 1942-março de 1943). Depois disso, os russos começaram por sua vez o avanço, que só os levou a Berlim, Praga e Viena no fim da guerra. De Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo.

Enquanto isso a guerra, ainda basicamente européia, se tornara de fato global. Isso se deveu em parte às agitações antiimperialistas entre os súditos e dependentes da Grã-Bretanha, ainda o maior império mundial, embora ainda pudessem ser eliminadas sem dificuldade. Os simpatizantes de Hitler entre os bôeres na África do Sul podiam ser internados — ressurgiram depois da guerra como os arquitetos do regime de *apartheid* de 1954 — e a tomada do poder no Iraque por Rashid Ali na primavera de 1941 foi rapidamente sufocada. Muito mais significativo foi o fato de que o triunfo de Hitler na Europa deixou um vácuo imperial parcial no Sudeste Asiático, no qual o Japão então entrou, afirmando um protetorado sobre as desamparadas relíquias dos franceses na Indochina. Os EUA encararam essa extensão do poder do Eixo no Sudeste

Asiático como intolerável, e aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, cujo comércio e abastecimentos dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Foi esse conflito que levou à guerra entre os dois países. O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou a guerra mundial. Dentro de poucos meses, os japoneses tinham tomado todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no Oeste, e o vazio Norte da Austrália a partir da Nova Guiné.

É provável que o Japão não pudesse evitar a guerra com os EUA, a menos que desistisse do objetivo de estabelecer um poderoso império econômico (eufemisticamente chamado de "Grande Esfera de Co-prosperidade Leste-Asiática"), que era a essência mesma de sua política. Contudo, tendo observado as conseqüências do fracasso das potências européias ao tentarem resistir a Hitler e Mussolini, e seus resultados, não se poderia esperar que os EUA de F. D. Roosevelt reagissem à expansão japonesa como a Grã-Bretanha e a França tinham reagido à expansão alemã. De qualquer modo, a opinião pública americana encarava o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina. O "isolacionismo" americano pretendia manter-se fora apenas da Europa. Na verdade, foram o embargo ocidental (isto é, americano) ao comércio japonês e o congelamento de bens japoneses que obrigaram o Japão a passar à ação, se não queria que sua economia, inteiramente dependente de importações oceânicas, fosse estrangulada de repente. A jogada que fez era perigosa, e revelou-se suicida. O Japão talvez aproveitasse sua única oportunidade de estabelecer rapidamente seu império sulista; mas como calculava que isso exigia a imobilização da marinha americana, a única força que podia intervir, também significava que os EUA, com suas forças e recursos esmagadoramente superiores, seriam *imediatamente* arrastados para a guerra. Não havia como o Japão vencer essa guerra.

O mistério é: por que Hitler, já inteiramente esgotado na Rússia, declarou gratuitamente guerra aos EUA, dando assim ao governo de Roosevelt a oportunidade de entrar no conflito europeu ao lado da Grã-Bretanha, sem enfrentar esmagadora resistência política em casa? Pois havia muito pouca dúvida na mente de Washington de que a Alemanha nazista constituía um perigo muito mais sério, ou de qualquer modo muito mais global, para a posição dos EUA — e do mundo — que o Japão. Os EUA portanto preferiram concentrar-se mais em ganhar a guerra contra a Alemanha do que contra o Japão, e concentrar seus recursos de acordo. O cálculo foi correto. Foram necessários mais três anos e meio para derrotar a Alemanha, após o que o Japão foi posto de joelhos em três meses. Não há explicação adequada para a loucura de Hitler, embora saibamos que ele persistente e impressionantemente subestimou a capacidade de ação, para não falar no potencial econômico e tecnológico, dos EUA, porque julgava as democracias incapazes de agir. A única democracia que levava a sério era a Grã-Bretanha, que com razão encarava como não inteiramente democrática.

As decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos EUA decidiram também o resultado da Segunda Guerra Mundial. Isso não pareceu imediatamente óbvio, pois o Eixo atingira o auge do seu sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943. Além disso, os aliados ocidentais só reentraram efetivamente no continente europeu em 1944, pois enquanto conseguiam expulsar o Eixo do Norte da África e atravessar para a Itália, eram mantidos à distância pelo exército alemão. Nesse meio tempo, a única grande arma dos aliados ocidentais contra a Alemanha era o poder aéreo, e este, como demonstraram pesquisadores posteriores, se mostrava espetacularmente ineficaz, exceto para matar civis e destruir cidades. Só os exércitos soviéticos continuaram a avançar, e só nos Bálcãs — sobretudo na Iugoslávia, Albânia e Grécia — um movimento armado em grande parte inspirado pelos comunistas que causou à Alemanha, e ainda mais à Itália, sérios problemas militares. Apesar disso, Winston Churchill tinha razão quando exclamou confiante depois de Pearl Harbor que a vitória pela aplicação correta de uma força esmagadora era certa (Kennedy, p. 347). Do fim de 1942 em diante, ninguém duvidou de que a Grande Aliança contra o Eixo ia vencer. Os aliados começaram a concentrar-se no que fazer com sua previsível vitória.

Não precisamos seguir mais adiante o curso dos acontecimentos militares, a não ser para observar que, no Ocidente, a resistência alemã se mostrou muito dura de vencer, mesmo depois que os aliados reentraram em peso no continente em junho de 1944, e que, ao contrário de 1918, não houve sinal algum de revolução alemã contra Hitler. Só os generais alemães, núcleo de poder militar e eficiência prussianos tradicionais, tramaram a queda de Hitler em julho de 1944, pois eram mais patriotas racionais do que entusiastas de um *Götterdämmerung* wagneriano em que a Alemanha seria totalmente destruída. Não tiveram apoio popular, fracassaram e foram mortos *en masse* pelos legalistas de Hitler. No Leste houve ainda menos sinais de racha na determinação do Japão de lutar até o fim, motivo pelo qual se lançaram armas nucleares sobre Hiroxima e Nagasaki, para assegurar uma rápida rendição japonesa. A vitória em 1945 foi total, a rendição incondicional. Os Estados inimigos derrotados foram totalmente ocupados pelos vencedores. Não se fez qualquer paz formal, pois não se reconhecia nenhuma autoridade independente das forças de ocupação, pelo menos na Alemanha e no Japão. O mais próximo de negociações de paz foi a série de conferências entre 1943 e 1945, em que as principais potências aliadas — EUA, URSS e Grã-Bretanha — decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações umas com as outras depois da guerra: em Teerã, em 1943; em Moscou, no outono de 1944; em Ialta, Criméia, no início de 1945; e em Potsdam, na Alemanha ocupada, em agosto de 1945. Mais bem-sucedida, uma série de negociações interaliados entre 1943 e 1945 estabeleceu um esquema mais geral para as relações políticas e econômicas entre Estados, incluindo o esta-

belecimento das Nações Unidas. Essas questões pertencem a outro capítulo (ver capítulo 9).

Mais ainda que a Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial foi portanto travada até o fim, sem idéias sérias de acordo em nenhum dos lados, com exceção da Itália, que trocou de lado e regime político em 1943 e não foi inteiramente tratada como território ocupado, mas como um país derrotado com um governo reconhecido. (Foi ajudada pelo fato de os aliados não conseguirem empurrar os alemães, e a "República Social" fascista sob Mussolini deles dependente, para fora de mais da metade da Itália durante quase dois anos.) Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, essa mútua intransigência não exige explicação especial. Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrédulo, era a escravização e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total.

Suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. As mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial (Milward, p. 270; Petersen, 1986), e, em outros termos, entre 10% e 20% da população *total* da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. As baixas na Grã-Bretanha e França foram bem menores que na Primeira Guerra — cerca de 1%, mas nos EUA um tanto mais altas. Mesmo assim, são palpites. As baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões (estimativa original por cima, e quase certamente exagerada), mas 5 ou mesmo 4 milhões? E se os novecentos dias de sítio alemão a Leningrado (1941-4) mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? Na verdade, podemos realmente *apreender* números além da realidade aberta à intuição física? Que significa para o leitor médio desta página que, de 5,7 milhões de prisioneiros de guerra russos na Alemanha, 3,3 milhões morreram (Hirschfeld, 1986)? A única coisa certa sobre as baixas da guerra é que levaram mais homens que mulheres. Em 1959, ainda havia na URSS sete mulheres entre as idades de 35 e cinqüenta anos

para cada quatro homens (Milward, 1979, p. 212). Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes.

III

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX. Na verdade, houve guerras tragicamente destrutivas antes, e mesmo guerras que anteciparam os esforços totais da guerra moderna, como na França durante a Revolução. Até hoje, a Guerra Civil de 1861-5 continua sendo o conflito mais sangrento na história dos EUA: matou tantos homens quanto todas as guerras posteriores do país juntas, incluindo as duas mundiais, a da Coréia e a do Vietnã. Apesar disso, antes do século XX, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. Jane Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não saiba disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavalheiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte nelas. É inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a Grã-Bretanha nas guerras do século XX.

O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20% (Milward, 1979, p. 216). Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa, durante anos, não pode ser mantido, a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e — ou alternativamente — em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população. As economias agrárias tradicionais não podem em geral mobilizar uma proporção tão grande de sua força de trabalho, a não ser sazonalmente, pelo menos na zona temperada, pois há momentos no ano agrícola em que todos os braços são necessários (por exemplo, para a colheita). Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda.

Também neste caso, as guerras do século XX foram guerras de massa, no sentido de que usaram, e destruíram, quantidades até então inconcebíveis de produtos durante a luta. Daí a expressão alemã *Materialschlacht* para descrever as batalhas ocidentais de 1914-8 — batalhas de materiais. Napoleão, por sorte para a capacidade industrial extremamente restrita da França em sua época, pôde vencer a batalha de Jena em 1806, e com isso destruir o poder da Prússia, com não mais de 1500 rodadas de artilharia. Contudo, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a França fazia planos para uma produção de munição de 10-12 mil granadas *por dia*, e no fim sua indústria teve de produzir 200 mil granadas *por dia*. Mesmo a Rússia czarista descobriu que produzia 150 mil granadas por dia, ou uma taxa de 4,5 milhões por mês. Não admira que os processos das fábricas de engenharia mecânica fossem revolucionados. Quanto aos instrumentos menos destrutivos da guerra, lembremos que durante a Segunda Guerra Mundial o exército dos EUA encomendou mais de 519 milhões de pares de meias e mais de 219 milhões de calças, enquanto as forças alemãs, fiéis à tradição burocrática, num único ano (1943) encomendou 4,4 milhões de tesouras e 6,2 milhões de almofadas para os carimbos dos departamentos militares (Milward, 1979, p. 68). A guerra em massa exigia produção em massa.

Mas a produção também exigia organização e administração — mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado.

Isso também suscitava novos problemas. Os assuntos militares sempre foram interesse especial dos governos, desde que assumiram a direção de exércitos permanentes ("que ficam") no século XVII, em vez de subcontratá-los de empresários militares. Na verdade, exércitos e guerra logo se tornaram "indústrias" ou complexos de atividade econômica muito maiores que qualquer coisa no comércio privado, motivo pelo qual no século XIX tantas vezes proporcionaram a especialização e a capacidade de administração para os vastos empreendimentos privados que se desenvolveram na área industrial, por exemplo, os projetos de ferrovias ou instalações portuárias. Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século XIX surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e a marinha, que antecipavam o que hoje conhecemos como "complexo industrial-militar" (ver *A era dos impérios*, capítulo 13). Apesar disso, a crença básica entre a era da Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial era de que a economia iria, até onde fosse possível, continuar a operar em tempo de guerra como em tempo de paz ("negócios como sempre"), embora, é claro, algumas indústrias fossem sentir claramente

seu impacto — por exemplo, a indústria de roupas, da qual se exigiria que produzisse trajes militares muito além de qualquer capacidade em tempo de paz.

O principal problema dos governos era, para eles, fiscal: como pagar as guerras. Deveria ser por meio de empréstimos, de impostos diretos, e, em qualquer dos casos, em que termos exatos? Conseqüentemente, eram os tesouros ou ministérios de Finanças que eram vistos como os comandantes da economia de guerra. A Primeira Guerra Mundial, que durou tão mais do que os governos haviam previsto, e consumiu tão mais homens e armamentos, tornou impossíveis os "negócios como sempre" e, com eles, a dominação dos ministérios de Finanças, embora funcionários do Tesouro (como o jovem Maynard Keynes na Grã-Bretanha) ainda balançassem a cabeça diante da disposição dos políticos de buscar vitória sem contar os custos financeiros. Estavam certos, claro. A Grã-Bretanha travou as duas guerras muito além de seus meios, com conseqüências duradouras e negativas para sua economia. Contudo, se se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus custos precisavam ser levados em conta, mas sua produção — e no fim toda a economia — precisava ser administrada e planejada.

Os governos só aprenderam isso por experiência própria durante a Primeira Guerra Mundial. Na Segunda, já o sabiam desde o começo, graças em grande parte à experiência da Primeira, cujas lições suas autoridades haviam estudado intensamente. Apesar disso, só aos poucos foi ficando claro como os governos tinham de assumir completamente a economia, e como eram agora essenciais o planejamento e a alocação de recursos (além de pelos mecanismos econômicos habituais). No início da Segunda Guerra Mundial só dois Estados, a URSS e, em menor medida, a Alemanha nazista tinham qualquer mecanismo para controlar fisicamente a economia, o que não surpreende, pois as idéias soviéticas de planejamento eram originalmente inspiradas e em certa medida baseadas no que os bolcheviques conheciam da planejada economia de guerra alemã de 1914-7 (ver capítulo 13). Alguns Estados, notadamente a Grã-Bretanha e os EUA, não tinham sequer os rudimentos de tais mecanismos.

É pois um estranho paradoxo que entre as economias planejadas de guerra dirigidas por governos em ambas as guerras, e em guerras totais isso queria dizer *todas* as economias de guerra, as dos Estados democráticos ocidentais — Grã-Bretanha e França na Primeira Guerra; Grã-Bretanha e mesmo os EUA na Segunda — se mostrassem muito superiores à da Alemanha com sua tradição de teorias e administração racional-burocrática. (Sobre planejamento soviético, ver capítulo 13.) Só podemos imaginar os motivos, mas sobre os fatos não há dúvida. A economia de guerra alemã foi menos sistemática e eficaz na mobilização de todos os recursos para a guerra — claro, até depois que a estratégia de ataques relâmpago falhou, não precisava fazê-lo — e certamente cuidou muito menos da população civil alemã. Os habitantes de Grã-Bretanha e França que sobreviveram ilesos à Primeira Guerra Mundial provavel-

mente estavam um pouco mais saudáveis que antes da guerra, mesmo quando eram mais pobres, e o salário real de seus trabalhadores havia subido. Os alemães estavam mais famintos, e os salários reais de seus operários haviam caído. As comparações são mais difíceis na Segunda Guerra Mundial, quando nada porque a França foi logo eliminada, os EUA eram mais ricos e sob muito menos pressão, a URSS mais pobre e sob muito mais. A economia de guerra alemã tinha praticamente toda a Europa para explorar, mas acabou a guerra com muito maior destruição física que os beligerantes ocidentais. Mesmo assim, no conjunto uma Grã-Bretanha mais pobre, cujo consumo civil caíra em mais de 20% em 1943, encerrou a guerra com uma população ligeiramente mais bem alimentada e saudável, graças a uma planejada economia de guerra sistematicamente voltada para a igualdade e justeza de sacrifício, e justiça social. O sistema alemão era, claro, ineqüitativo em princípio. A Alemanha explorou os recursos e a mão-de-obra da Europa ocupada, tratou as populações não alemãs como inferiores e, em casos extremos — os poloneses, mas sobretudo os russos e judeus —, praticamente como mão-de-obra escrava descartável, que não precisava nem *ser mantida viva*. A mão-de-obra estrangeira aumentou cerca de um quinto da força de trabalho na Alemanha em 1944 — 30% nas indústrias de armamentos. Mesmo assim, o máximo que se pode afirmar sobre os próprios trabalhadores alemães é que seus ganhos reais permaneceram os mesmos que em 1938. A mortalidade infantil britânica e as taxas de doença caíram progressivamente durante a guerra. Na ocupada e dominada França, um país proverbialmente rico em alimentos e fora da guerra depois de 1940, declinaram o peso médio e a forma física da população em todas as idades.

A guerra total sem dúvida revolucionou a administração. Até onde revolucionou a tecnologia e a produção? Ou, perguntando de outro modo, até onde adiantou ou retardou o desenvolvimento econômico? Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais. Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século XX. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz — pensamos na aeronáutica e nos computadores — mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, "carregando" os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo-benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante (ver capítulo 9).

Mesmo assim, a tendência tecnológica da guerra não era nova. Além disso,

a economia industrial moderna foi construída com base em inovação tecnológica constante, que por certo teria ocorrido, provavelmente em ritmo crescente, mesmo sem guerras (se podemos tomar essa suposição irrealista para argumentar). As guerras, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, ajudaram muito a difundir a especialização técnica, e certamente tiveram um grande impacto na organização industrial e nos métodos de produção em massa, mas o que conseguiram foi, de longe, mais uma aceleração da mudança que uma transformação.

A guerra promoveu o crescimento econômico? Num certo sentido, é evidente que não. As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções de tempo de guerra). No caso extremo da URSS, o efeito econômico líquido da guerra foi inteiramente negativo. Em 1945, a agricultura do país estava em ruínas, assim como a industrialização dos Planos Qüinqüenais pré-guerra. Tudo que restava eram uma imensa e inteiramente inadaptável indústria de armamentos, um povo morrendo de fome e em declínio, e maciça destruição física.

Por outro lado, as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e serem o principal arsenal de seus aliados, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. É provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século XX, o que só começou a desaparecer aos poucos no fim do século (ver o capítulo 9). Em 1914, já eram a maior economia industrial, mas ainda não a dominante. As guerras, que os fortaleceram enquanto enfraqueciam, relativa ou absolutamente, suas concorrentes, transformaram sua situação.

Se os EUA (nas duas guerras) e a Rússia (sobretudo na Segunda Guerra Mundial) representam os dois extremos dos efeitos econômicos das guerras, o resto do mundo se situa entre esses dois extremos; mas no todo mais perto da ponta russa que da ponta americana da curva.

IV

Falta avaliar o impacto humano da era de guerras, e seus custos humanos. O simples volume de baixas, a que já nos referimos, é apenas parte destes. Muito curiosamente, a não ser, por motivos compreensíveis, na URSS, os núme-

ros muito menores da Primeira Guerra Mundial iriam causar um impacto muito maior que as imensas quantidades da Segunda, como testemunham a maior predominância de monumentos e o culto aos mortos da Primeira Guerra Mundial. A Segunda não produziu equivalentes dos monumentos ao "soldado desconhecido", e depois dela a comemoração do "Dia do Armistício" (aniversário do 11 de novembro de 1918) foi perdendo aos poucos sua solenidade de entreguerras. Talvez 10 milhões de mortos parecessem um número mais brutal para os que jamais haviam esperado tal sacrifício do que 54 milhões para os que já haviam experimentado a guerra como um massacre antes.

Sem dúvida, tanto a totalidade dos esforços de guerra quanto a determinação de ambos os lados de travá-la sem limites e a qualquer custo deixaram a sua marca. Sem isso, é difícil explicar a crescente brutalidade e desumanidade do século XX. Sobre essa curva ascendente de barbarismo após 1914 não há, infelizmente, dúvida séria. No início do século XX, a tortura fora oficialmente encerrada em toda a Europa Ocidental. Depois de 1945, voltamos a acostumar-nos, sem grande repulsa, a seu uso em pelo menos um terço dos Estados membros das Nações Unidas, incluindo alguns dos mais velhos e civilizados (Peters, 1985).

O aumento da brutalização deveu-se não tanto à liberação do potencial latente de crueldade e violência no ser humano, que a guerra naturalmente legitima, embora isso certamente surgisse após a Primeira Guerra Mundial entre um certo tipo de ex-soldados (veteranos), sobretudo nos esquadrões da morte ou arruaceiros e "Brigadas Livres" da ultradireita nacionalista. Por que homens que tinham matado e visto matar e estropiar seus amigos iriam hesitar em matar e brutalizar os inimigos de uma boa causa?

Um motivo importante foi a estranha democratização da guerra. Os conflitos totais viraram "guerras populares", tanto porque os civis e a vida civil se tornaram os alvos estratégicos certos, e às vezes principais, quanto porque em guerras democráticas, como na política democrática, os adversários são naturalmente demonizados para fazê-los devidamente odiosos ou pelo menos desprezíveis. As guerras conduzidas de ambos os lados por profissionais, ou especialistas, sobretudo os de posição social semelhante, não excluem o respeito mútuo e a aceitação de regras, ou mesmo cavalheirismo. A violência tem suas leis. Isso ainda era evidente entre os pilotos de caças das forças aéreas nas duas guerras, como testemunha o filme pacifista de Jean Renoir sobre a Primeira Guerra Mundial, *La grande illusion*. Os profissionais da política e da diplomacia, quando desimpedidos pelas exigências de votos ou jornais, podem declarar guerra ou negociar a paz sem ressentimentos contra o outro lado, como boxeadores que se apertam as mãos antes de começarem a luta, e bebem uns com os outros depois. Mas as guerras totais estavam muito distantes do padrão bismarckiano ou do século XVIII. Nenhuma guerra em que se mobilizam os sentimentos nacionais de massa pode ser tão limitada quanto as guerras aristocrá-

ticas. E, deve-se dizer, na Segunda Guerra Mundial a natureza do regime de Hitler e o comportamento dos alemães, inclusive do velho exército alemão não nazista, na Europa Oriental, foi o de justificar muita demonização.

Outro motivo, porém, era a nova impessoalidade da guerra, que tornava o matar e estropiar uma conseqüência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. Diante dos canhões permanentemente fixos da Frente Ocidental estavam não homens, mas estatísticas — nem mesmo estatísticas reais, mas hipotéticas, como mostraram as "contagens de corpos" de baixas inimigas durante a guerra americana no Vietnã. Lá embaixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que certamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para abatedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios da morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais.

Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: "sem Estado" ("apátrida") ou "genocídio". A Primeira Guerra Mundial levou à matança de um incontável número de armênios pela Turquia — o número mais habitual é de 1,5 milhão —, que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população. Foi seguida depois pela mais conhecida matança nazista de cerca de 5 milhões de judeus — os números permanecem em disputa (Hilberg, 1985). A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa forçaram milhões de pessoas a se deslocarem como refugiados, ou por compulsórias "trocas de população" entre Estados, que equivaliam à mesma coisa. Um total de 1,3 milhão de gregos foi repatriado para a Grécia, sobretudo da Turquia; 400 mil turcos foram decantados no Estado que os reclamava; cerca de 200 mil búlgaros passaram para o diminuído território que tinha o seu nome nacional; enquanto 1,5 ou talvez 2 milhões de nacionais russos, fugindo da Revolução Russa ou no lado perdedor da Guerra Civil russa, se viram sem pátria. Foi sobretudo para estes, mais do que para os 300 mil armênios que fugiam ao genocídio, que se inventou um novo documento para aqueles que, num mundo cada vez mais burocratizado, não tinham existência burocrática em qualquer Estado: o chamado passaporte de Nansen da Liga das Nações, com o nome do grande explorador ártico que fez

uma segunda carreira como amigo dos sem-amigos. Numa estimativa por cima, os anos 1914-22 geraram entre 4 e 5 milhões de refugiados.

A primeira enxurrada de destroços humanos foi o mesmo que nada diante do que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, ou da desumanidade com que foram tratados. Estimou-se que em maio de 1945 havia talvez 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa, excluindo-se trabalhadores forçados dos alemães e alemães que fugiam diante do avanço dos exércitos soviéticos (Kulicher, 1948, pp. 253-73). Cerca de 13 milhões de alemães foram expulsos das partes da Alemanha ocupadas pela Polônia e a URSS, da Tchecoslováquia e partes do Sudeste europeu onde haviam sido assentados (Holborn, 1968, p. 363). Foram absorvidos pela nova República Federal da Alemanha, que ofereceu um lar e cidadania a qualquer alemão que voltasse para lá, como o novo Estado de Israel ofereceu um "direito de retorno" a qualquer judeu. Quando, senão em épocas de fuga em massa, poderiam tais ofertas ser feitas a sério? Das 11 332 700 "pessoas deslocadas" de várias nacionalidades encontradas na Alemanha pelos exércitos vitoriosos em 1945, 10 milhões logo retornaram a suas pátrias — mas a metade destas foi obrigada a fazê-lo contra a vontade (Jacobmeyer, 1986).

Não havia refugiados apenas na Europa. A descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões deles, obrigados a cruzar as novas fronteiras entre a Índia e o Paquistão (nas duas direções), sem contar os 2 milhões mortos na guerra civil que se seguiu. A Guerra da Coréia, outro subproduto da Segunda Guerra Mundial, produziu talvez 5 milhões de coreanos deslocados. Após o estabelecimento de Israel — ainda outro dos efeitos da guerra — cerca de 1,3 milhão de palestinos foram registrados na Agência de Socorro e Trabalho das Nações Unidas (UNRWA); do outro lado, em inícios da década de 1960, 1,2 milhão de judeus haviam migrado para Israel, a maioria deles também refugiados. Em resumo, a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos.

Retrospectivamente, os 31 anos desde o assassinato do arquiduque austríaco em Sarajevo até a rendição incondicional do Japão devem parecer uma era de devastação comparável à Guerra dos Trinta Anos do século XVII na história alemã. E Sarajevo — a primeira Sarajevo — certamente assinalou o início de uma era geral de catástrofe e crise nos assuntos do mundo, que é o tema deste e dos próximos quatro capítulos. Apesar disso, na memória das gerações pós-1945, a "Guerra dos Trinta e Um Anos" não deixou atrás de si o mesmo tipo de memória que sua antecessora mais localizada do século XVII.

Isso se deve em parte ao fato de ela só ter formado uma única era de guerra da perspectiva do historiador. Para os que a viveram, foi experimentada

como duas guerras distintas, embora relacionadas, separadas por um período "entreguerras" sem francas hostilidades, que vai de treze anos para o Japão (cuja Segunda Guerra começou na Manchúria em 1931) a 23 anos para os EUA (que só entraram na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941). Contudo, se dá também porque cada uma dessas guerras teve seu próprio caráter e perfil históricos. Ambas foram episódios de carnificina sem paralelos, deixando atrás as imagens de pesadelo tecnológico que rondaram as noites e dias da geração seguinte: gás venenoso e bombardeio aéreo após 1914, a nuvem do cogumelo da destruição nuclear após 1945. Ambas acabaram em colapso e — como veremos no próximo capítulo — revolução social em grandes regiões da Europa e Ásia. Ambas deixaram os beligerantes exaustos e enfraquecidos, a não ser os EUA, que saíram das duas guerras incólumes e enriquecidos, como os senhores econômicos do mundo. E, no entanto, como são impressionantes as diferenças! A Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou — de um mundo pacífico e democrático de *Estados-nação* sob a Liga das Nações; de um retorno à economia mundial de 1913; mesmo (entre os que saudaram a Revolução Russa) de capitalismo mundial derrubado dentro de anos ou meses por um levante dos oprimidos — logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 1920.

A Segunda Guerra Mundial na verdade trouxe soluções, pelo menos por décadas. Os impressionantes problemas sociais e econômicos do capitalismo na Era da Catástrofe aparentemente sumiram. A economia do mundo ocidental entrou em sua Era de Ouro; a democracia política ocidental, apoiada por uma extraordinária melhora na vida material, ficou estável; baniu-se a guerra para o Terceiro Mundo. Por outro lado, até mesmo a revolução pareceu ter encontrado seu caminho para a frente. Os velhos impérios coloniais desapareceram ou logo estariam destinados a desaparecer. Um consórcio de Estados comunistas, organizado em torno da União Soviética, agora transformada em superpotência, parecia disposto a competir na corrida pelo crescimento econômico com o Ocidente. Isso se revelou uma ilusão, mas só na década de 1960 essa ilusão começou a desvanecer-se. Como podemos ver agora, mesmo o cenário internacional se estabilizou, embora não parecesse. Ao contrário da Grande Guerra, os ex-inimigos — Alemanha e Japão — se reintegraram na economia mundial (ocidental), e os novos inimigos — os EUA e a URSS — jamais foram realmente às vias de fato.

Mesmo as revoluções que encerraram as duas guerras foram bastante diferentes. As do pós-Primeira Guerra Mundial tinham, como veremos, raízes numa repulsa ao que a maioria das pessoas que as viveram encarava cada vez mais como uma matança sem sentido. Tinham sido revoluções contra a guerra. As revoluções posteriores à Segunda Guerra Mundial surgiram da partici-

pação popular num conflito mundial contra inimigos — Alemanha, Japão, mais generalizadamente o imperialismo — que, embora terrível, os que dele participaram julgavam justo. E no entanto, como as duas guerras mundiais, os dois tipos de revolução pós-guerra podem ser vistos na perspectiva do historiador como um único processo. Devemos voltar-nos agora para isso.

2
A REVOLUÇÃO MUNDIAL

Ao mesmo tempo, acrescentou [Bukharin]: "Acho que entramos num período de revolução que pode durar cinqüenta anos, antes que a revolução seja finalmente vitoriosa na Europa e em todo o mundo".

Arthur Ransome, *Six weeks in Russia in 1919* (Ransome, 1919, p. 54)

Como é terrível ler o poema de Shelley (para não falar dos cantos camponeses egípcios de 3 mil anos atrás), denunciando opressão e exploração. Serão eles lidos num futuro ainda repleto de opressão e exploração, e dirão as pessoas: "Até naquele tempo..."?

Bertolt Brecht, ao ler "The masque of anarchy" em 1938 (Brecht, 1964)

Depois da Revolução Francesa, surgiu na Europa uma Revolução Russa, e isso mais uma vez ensinou ao mundo que mesmo o mais forte dos invasores pode ser repelido, assim que o destino da Pátria é realmente confiado ao povo, aos humildes, aos proletários, à gente trabalhadora.

Do jornal mural da *19 Brigata Eusebio Giambone*, dos *partisans* italianos, 1944 (Pavone, 1991, p. 406)

A revolução foi a filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da "Guerra dos Trinta e Um Anos", porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século. A guerra sozinha não conduz necessariamente a crise, colapso e revolução nos países beligerantes. Na verdade, antes de 1914 predominava a crença contrária, pelo menos em relação a regimes estabelecidos com legitimidade tradicional. Napoleão I queixava-se amargamente de que o imperador da Áustria podia sobreviver feliz a uma centena de batalhas perdidas, como o rei da Prússia sobrevivera ao desastre e à perda de metade de suas terras, enquanto ele próprio, filho da Revolução Francesa, estaria em risco após uma única derrota. Mas as tensões da guerra total do século XX sobre os Estados e povos nela envolvidos

foram tão esmagadoras e sem precedentes que eles se viram esticados até quase seus limites e, quase sempre, até o ponto de ruptura. Só os EUA saíram das guerras mundiais como tinham entrado, apenas um pouco mais fortes. Para todos os demais, o fim das guerras significou levantes.

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, "perdido o mandato do céu". A humanidade estava à espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa (ver *A era dos impérios*, capítulo 5). Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se portanto tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. Na verdade, não é por acaso que a história do Breve Século XX, segundo a definição deste livro, praticamente coincide com o tempo de vida do Estado nascido da Revolução de Outubro.

Contudo, a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as idéias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos "Dez dias que abalaram o mundo" (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista. A maioria seguiu a URSS na segunda onda de revoluções surgida da segunda fase da longa guerra mundial de 1914-45. O presente capítulo trata dessa revolução em duas partes, embora naturalmente se concentre na Revolução original e formativa de 1917, e no estilo próprio especial que impôs a suas sucessoras.

De qualquer modo, dominou-as em grande parte.

I

Durante grande parte do Breve Século XX, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de convencidos de que ele não pudesse triunfar. E — com a significativa exceção dos anos de 1933 a 1945 (ver capítulo 5) — a política internacional de todo o Breve Século XX após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente.

À medida que avançava o Breve Século XX, essa imagem da política mundial como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais (cada um, após 1945, mobilizado por trás de uma superpotência a brandir armas de destruição global) se tornou cada vez mais irrealista. Na década de 1980, tinha tão pouca relevância para a política internacional quanto as Cruzadas. Mas podemos entender como veio a existir. Pois, mais completa e inflexivelmente até mesmo que a Revolução Francesa em seus dias jacobinos, a Revolução de Outubro se via menos como um acontecimento nacional que ecumênico. Foi feita não para proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas para trazer a revolução do proletariado mundial. Na mente de Lenin e seus camaradas, a vitória bolchevique na Rússia era basicamente uma batalha na campanha para alcançar a vitória do bolchevismo numa escala global mais ampla, e dificilmente justificável a não ser como tal.

Que a Rússia czarista estava madura para a revolução, merecia muitíssimo uma revolução, e na verdade essa revolução certamente derrubaria o czarismo, já fora aceito por todo observador sensato do panorama mundial desde a década de 1870 (ver *A era dos impérios*, capítulo 12). Após 1905-6, quando o czarismo foi de fato posto de joelhos pela revolução, ninguém duvidava seriamente disso. Alguns historiadores, em retrospecto, dizem que a Rússia czarista, não fossem o acidente da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique, teria evoluído para uma florescente sociedade industrial liberal-capitalista, e estava a caminho disso, mas seria necessário um microscópio para detectar profecias desse tipo feitas antes de 1914. Na verdade, o regime czarista mal se recuperara da revolução de 1905 quando, indeciso e incompetente como sempre, se viu mais uma vez açoitado por uma onda de descontentamento social em rápido crescimento. Tirando a firme lealdade do exército, polícia e serviço público nos últimos meses antes da eclosão da guerra, o país parecia mais uma vez à beira de uma erupção. Na verdade, como em tantos dos países beligerantes, o entusiasmo e patriotismo das massas após a eclosão da guerra desarmaram a situação política — embora, no caso da Rússia, não por

muito tempo. Em 1915, os problemas de governo do czar pareciam mais uma vez insuperáveis. Nada pareceu menos surpreendente e inesperado que a revolução de março de 1917,* que derrubou a monarquia russa e foi universalmente saudada por toda a opinião pública ocidental, com exceção dos mais empedernidos reacionários tradicionalistas.

E no entanto, com exceção dos românticos que viam uma estrada reta levando das práticas coletivas da comunidade aldeã russa a um futuro socialista, todos tinham como igualmente certo que uma revolução da Rússia não podia e não seria socialista. As condições para uma tal transformação simplesmente não estavam presentes num país camponês que era um sinônimo de pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial, o predestinado coveiro do capitalismo de Marx, era apenas uma minúscula minoria, embora estrategicamente localizada. Os próprios revolucionários marxistas russos partilhavam dessa opinião. Por si mesma, a derrubada do czarismo e do sistema de latifundiários iria produzir, e só se poderia esperar que produzisse, uma "revolução burguesa". A luta de classes entre a burguesia e o proletariado (que, segundo Marx, só podia ter um resultado) continuaria então sob as novas condições políticas. Claro, a Rússia não existia isolada, e uma revolução naquele enorme país, que se estendia das fronteiras do Japão às da Alemanha, e cujo governo era parte do punhado de "potências mundiais" que dominava a situação mundial, não poderia deixar de ter grandes conseqüências internacionais. O próprio Karl Marx, no fim da vida, tinha esperado que a Revolução Russa agisse como uma espécie de detonador, disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrialmente mais desenvolvidos, onde estavam presentes as condições para uma revolução socialista proletária. Como veremos, lá pelo fim da Primeira Guerra Mundial, pareceu que era exatamente isso que ia acontecer.

Havia mais uma complicação. Se a Rússia não estava pronta para a revolução socialista proletária dos marxistas, tampouco estava para a "revolução burguesa" liberal. Mesmo os que não queriam mais que isso tinham de encontrar um meio de fazê-lo sem depender das pequenas e fracas forças da classe média liberal russa, uma minúscula minoria sem posição moral, apoio público ou tradição institucional de governo representativo em que pudesse encaixar-se. Os Cadetes, partido do liberalismo burguês, tinham menos de 2,5% dos deputados da Assembléia Constitucional livremente eleita (e logo dissolvida) de 1917-8. Uma Rússia liberal-burguesa teria de ser conquistada pelo levante de camponeses e operários que não sabiam nem se importavam com o que era isso, sob a liderança de partidos revolucionários que queriam outra coisa, ou,

(*) Como a Rússia ainda seguia o calendário juliano, que ficava treze dias atrás do calendário gregoriano adotado em todas as demais partes do mundo cristão ou ocidental, a Revolução de Fevereiro na verdade se deu em março; e a de Outubro, em 7 de novembro. Foi a Revolução de

o que era mais provável, as forças que faziam a revolução iriam além de seu estágio liberal-burguês, passando para uma mais radical "revolução permanente" (para usar a expressão adotada por Marx e revivida durante a revolução de 1905 pelo jovem Trotski). Em 1917, Lenin, cujas esperanças não tinham ido muito além de uma Rússia democrático-burguesa em 1905, também concluiu desde o início que o cavalo liberal não era um dos corredores no páreo revolucionário russo. Era uma avaliação realista. Contudo, em 1917 estava tão claro para ele quanto para todos os outros marxistas russos e não russos que simplesmente não existiam na Rússia as condições para uma revolução *socialista*. Para os revolucionários marxistas na Rússia, sua revolução *tinha* de espalhar-se em outros lugares.

Mas nada parecia mais provável de que era isso que iria acontecer mesmo, porque a Grande Guerra acabou em generalizado colapso político e crise revolucionária, sobretudo nos Estados beligerantes derrotados. Em 1918, todos os quatro governantes das potências derrotadas (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária) perderam seus tronos, assim como o czar da Rússia, derrotada pela Alemanha, que já caíra em 1917. Além disso, a inquietação social, equivalendo quase a uma revolução na Itália, abalou até mesmo os beligerantes europeus do lado vencedor.

Como vimos, as sociedades da Europa beligerante começaram a vergar sob as extraordinárias pressões da guerra em massa. Baixara a onda inicial de patriotismo que se seguira à eclosão da guerra. Em 1916, o cansaço de guerra transformava-se em hostilidade surda e calada em relação a uma matança aparentemente interminável e incerta, que ninguém parecia ter vontade de acabar. Enquanto, em 1914, os adversários da guerra se sentiam desamparados e isolados, em 1916 podiam sentir que falavam pela maioria. O quanto a situação mudara dramaticamente foi demonstrado quando, em 28 de outubro de 1916, Friedrich Adler, filho do líder e fundador do partido socialista austríaco, assassinou deliberadamente e a sangue-frio o primeiro-ministro austríaco, conde Stürgkh, num café de Viena — era uma época de inocência, antes dos homens da segurança — como um gesto público contra a guerra.

O sentimento antiguerra naturalmente elevou o perfil político dos socialistas, que cada vez mais reverteram à oposição que seus movimentos faziam à guerra antes de 1914. Na verdade, alguns partidos (por exemplo, na Rússia, na Sérvia e na Grã-Bretanha — o Partido Trabalhista Independente) jamais deixaram de opor-se a ela, e, mesmo onde os partidos socialistas apoiaram a

---

Outubro que reformou o calendário russo, como reformou a ortografia russa, assim demonstrando a profundidade de seu impacto. Pois é bem sabido que essas pequenas mudanças geralmente exigem terremotos sócio-políticos para trazê-las. A mais duradoura e universal conseqüência da Revolução Francesa é o sistema métrico.

guerra, seus mais eloqüentes opositores se encontravam em suas fileiras.* Ao mesmo tempo, e em todos os grandes países beligerantes, o movimento trabalhista organizado nas vastas indústrias de armamentos tornou-se um centro de militância industrial e antiguerra. Os ativistas sindicais de escalões inferiores nessas fábricas, homens qualificados em forte posição de barganha ("delegados de fábrica" na Grã-Bretanha; "*Betriebsobleute*" na Alemanha), tornaram-se sinônimos de radicalismo. Os artífices e mecânicos das novas marinhas de alta tecnologia, pouco diferentes de fábricas flutuantes, moveram-se na mesma direção. Tanto na Rússia quanto na Alemanha, as principais bases navais (Kronstadt; Kiel) iriam tornar-se grandes centros de revolução, e mais tarde um motim naval francês no mar Negro deteria a intervenção francesa contra os bolcheviques na Guerra Civil russa de 1918-20. A rebelião contra a guerra adquiriu assim concentração e atuação. Não admira que os censores austro-húngaros, controlando a correspondência de seus soldados, passassem a notar uma mudança de tom. "Se ao menos o bom Deus nos trouxesse a paz" tornou-se "Para nós já chega" ou "Dizem que os socialistas vão fazer a paz".

Não surpreende, portanto, que, mais uma vez segundo os censores habsburgos, a Revolução Russa fosse o primeiro acontecimento político desde o início da guerra a repercutir nas cartas até mesmo de esposas de camponeses e operários. E não surpreende, sobretudo depois que a Revolução de Outubro levou os bolcheviques de Lenin ao poder, que os desejos de paz e revolução social se fundissem: um terço da amostragem de cartas censuradas entre novembro de 1917 e março de 1918 esperava obter a paz via Rússia, um terço via revolução, e outros 20% via uma combinação das duas. Que uma revolução na Rússia teria grande repercussão internacional, sempre foi claro desde que a primeira revolução, em 1905-6, abalara os antigos impérios sobreviventes na época, da Áustria-Hungria até a China, passando por Turquia e Pérsia (ver *A era dos impérios*, capítulo 12). Em 1917, toda a Europa se tornara um monte de explosivos sociais prontos para ignição.

II

A Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra Mundial. A explosão era esperada, embora ninguém pudesse prever o momento e ocasião da detonação. Poucas semanas antes da revolução de fevereiro, Lenin ainda se perguntava em seu

(*) Em 1916, um importante Partido Social-Democrata Independente na Alemanha (USPD) cindiu-se formalmente sobre a questão da maioria dos socialistas (SPD) que continuava a apoiar a guerra.

exílio suíço se viveria para vê-la. Na verdade, o governo do czar desmoronou quando uma manifestação de operárias (no habitual "Dia da Mulher" do movimento socialista — 8 de março) se combinou com um *lock-out* industrial na notoriamente militante metalúrgica Putilov e produziu uma greve geral e a invasão do centro da capital, do outro lado do rio gelado, basicamente para exigir pão. A fragilidade do regime se revelou quando as tropas do czar, mesmo os leais cossacos de sempre, hesitaram e depois se recusaram a atacar a multidão, e passaram a confraternizar com ela. Quando, após quatro dias de caos, elas se amotinaram, o czar abdicou, sendo substituído por um "governo liberal" provisório, não sem certa simpatia e mesmo ajuda dos aliados ocidentais da Rússia, que temiam que o desesperado regime do czar saísse da guerra e assinasse uma paz em separado com a Alemanha. Quatro dias espontâneos e sem liderança na rua puseram fim a um Império.* Mais que isso: tão pronta estava a Rússia para a revolução social que as massas de Petrogrado imediatamente trataram a queda do czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais. O feito extraordinário de Lenin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique.

Assim, em vez de uma Rússia liberal e constitucional voltada para o Ocidente, disposta a combater os alemães, o que resultou foi um vácuo revolucionário: um "governo provisório" impotente de um lado, e do outro uma multidão de "conselhos" de base (sovietes) brotando espontaneamente por toda parte, como cogumelos após as chuvas.** Estes tinham poder de fato, ou pelo menos poder de veto, mas não tinham idéia do que fazer com ele, ou do que se poderia fazer. Os vários partidos e organizações revolucionários — social-democratas bolcheviques e mencheviques, social-revolucionários, e inúmeras facções menores da esquerda, emergindo da ilegalidade — tentaram estabelecer-se nessas assembléias, para coordená-las e convertê-las às suas políticas, embora no início só Lenin as visse como a alternativa para o governo ("Todo poder aos sovietes"). Contudo, é claro que, quando o czar caiu, uma proporção relativamente pequena do povo russo sabia o que representavam os rótulos dos partidos revolucionários, e os que sabiam em geral não eram capazes de discernir seus apelos rivais. O que sabiam era apenas que não mais aceitavam autoridade — nem mesmo a autoridade dos revolucionários que diziam saber mais do que eles.

(*) O custo humano, maior que o da Revolução de Outubro mas relativamente modesto: 53 oficiais, 602 soldados, 73 policiais e 587 civis feridos ou mortos. (W. H. Chamberlin, 1965, vol. I, p. 85.)

(**) Esses "conselhos", com supostas raízes na experiência das comunidades aldeãs russas autogovernadas, surgiram como entidades políticas entre operários fabris durante a revolução de 1905. Como as assembléias de delegados diretamente eleitos eram conhecidas dos trabalhadores organizados em toda parte, e apelavam a seu senso de democracia, o termo "soviete", às vezes, mas não sempre, traduzido nas línguas locais (conselhos; *räte*), teve um forte apelo internacional.

A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão, e a dos operários entre eles, melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era, como sempre, terra. Todos concordavam que queriam o fim da guerra, embora a massa de soldados camponeses que formava o exército não fosse a princípio contra a luta como tal, mas contra a severa disciplina e maltrato de outros soldados. O *slogan* "Pão, Paz, Terra" conquistou logo crescente apoio para os que o propagavam, em especial os bolcheviques de Lenin, que passaram de um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros no início do verão daquele ano. Ao contrário da mitologia da Guerra Fria, que via Lenin essencialmente como um organizador de golpes, a única vantagem real com que ele e os bolcheviques contavam era a capacidade de reconhecer o que as massas queriam; de conduzir, por assim dizer, por saber seguir. Quando, por exemplo, ele reconheceu que, ao contrário do programa socialista, os camponeses queriam uma divisão da terra em fazendas familiares, não hesitou um instante em comprometer os bolcheviques com essa forma de individualismo econômico.

Ao contrário, o Governo Provisório e seus seguidores não souberam reconhecer sua incapacidade de fazer a Rússia obedecer suas leis e decretos. Quando homens de negócios e administradores tentaram restabelecer a disciplina de trabalho, não fizeram mais que radicalizar os trabalhadores. Quando o Governo Provisório insistiu em lançar o exército na ofensiva militar em junho de 1917, o exército estava farto, e os soldados camponeses voltaram para suas aldeias a fim de tomar parte na divisão de terra com os parentes. A revolução espalhou-se pelas estradas de ferro que os levavam de volta para casa. Ainda não era o momento para uma queda imediata do Governo Provisório, mas do verão em diante a radicalização se acelerou tanto no exército quanto nas principais cidades, cada vez mais em favor dos bolcheviques. O campesinato deu apoio esmagador aos herdeiros dos narodniks (ver *A era da catástrofe*, capítulo 9), os social-revolucionários, embora estes se tornassem uma esquerda mais radical, que se aproximou dos bolcheviques, e em breve se juntou a eles no governo após a Revolução de Outubro.

Quando os bolcheviques — até então um partido de operários — se viram em maioria nas principais cidades russas, e sobretudo na capital, Petrogrado e Moscou, e depressa ganharam terreno no exército, a existência do Governo Provisório tornou-se cada vez mais irreal; em especial quando teve de apelar às forças revolucionárias na capital para derrotar uma tentativa de golpe contra-revolucionário de um general monarquista em agosto. A onda radicalizada de seus seguidores inevitavelmente empurrou os bolcheviques para a tomada do poder. Na verdade, quando chegou a hora, mais que tomado, o poder foi colhido. Diz-se que mais gente se feriu na filmagem da grande obra de Einsenstein, *Outubro* (1927), do que durante a tomada de fato do Palácio de

Inverno em 7 de novembro de 1917. O Governo Provisório, sem mais ninguém para defendê-lo, simplesmente se esfumou.

Do momento em que a queda do Governo Provisório se tornou certa, a Revolução de Outubro foi mergulhada em polêmicas. A maioria delas é enganadora. A verdadeira questão não é se a Revolução, como têm dito historiadores anticomunistas, foi um *putsch* ou um golpe do fundamentalmente antidemocrático Lenin, mas quem, ou o quê, devia ou podia seguir-se à queda do Governo Provisório. A partir do início de setembro, Lenin tentou não apenas convencer os elementos hesitantes em seu partido de que o poder poderia fugir-lhes com facilidade se não tomado por um plano organizado, durante o tempo possivelmente curto em que estava ao seu alcance, mas — talvez com igual urgência — responder à pergunta "Podem os bolcheviques manter o poder do Estado?" se o tomassem. Que poderia fazer, na verdade, *qualquer um* que tentasse governar a erupção vulcânica da Rússia revolucionária? Nenhum outro partido além dos bolcheviques de Lenin estava preparado para enfrentar essa responsabilidade sozinho — e o panfleto de Lenin sugere que nem todos os bolcheviques estavam tão determinados quanto ele. Em vista da situação política favorável em Petrogrado, em Moscou e nos exércitos do Norte, a defesa puramente de curto prazo da tomada do poder *já*, em vez de esperar outros acontecimentos, era de fato difícil de responder. A contra-revolução apenas começara. Um governo desesperado, em vez de dar lugar aos sovietes, podia entregar Petrogrado ao exército alemão, já na fronteira norte do que é hoje a Estônia, ou seja, a alguns quilômetros da capital. Além disso, Lenin raramente hesitou em encarar de frente os fatos mais sombrios. Se os bolcheviques não tomassem o poder, "uma onda de verdadeira anarquia podia tornar-se mais forte *do que nós*". Em última análise, o argumento de Lenin não podia deixar de convencer seu partido. Se um partido revolucionário não tomasse o poder quando o momento e as massas o pediam, em que ele diferia de um partido não revolucionário?

A perspectiva a longo prazo é que era problemática, mesmo supondo-se que o poder tomado em Petrogrado e Moscou pudesse ser estendido ao resto da Rússia e ali mantido contra a anarquia e a contra-revolução. O programa do próprio Lenin, de empenhar o novo governo do soviete (isto é, basicamente Partido Bolchevique) na "transformação socialista da República russa", era essencialmente uma aposta na transformação da Revolução Russa em revolução mundial, ou pelo menos européia. Quem — como ele disse tantas vezes — imaginaria que a vitória do socialismo "pode se dar [...] a não ser pela completa destruição da burguesia russa e européia?". Nesse meio tempo, o dever básico, na verdade único, dos bolcheviques era se agüentarem. O novo regime pouco fez sobre o socialismo, a não ser declarar que esse era seu objetivo, tomar os bancos e declarar o controle dos "operários" sobre as administrações existentes, isto é, apor o selo oficial ao que já vinham fazendo de qualquer

modo desde a Revolução, enquanto os exortava a manterem a produção funcionando. Nada mais tinha a dizer-lhes.*

O novo regime se agüentou. Sobreviveu a uma paz punitiva imposta pela Alemanha em Brest-Litowsk, alguns meses antes de os próprios alemães serem derrotados, e que separou a Polônia, as províncias bálticas, a Ucrânia e partes substanciais do Sul e Oeste da Rússia, além de, *de facto*, a Transcaucásia (a Ucrânia e a Transcaucásia foram recuperadas). Os aliados não viram motivo para ser mais generosos com o centro da subversão mundial. Vários exércitos e regimes contra-revolucionários ("brancos") levantaram-se contra os soviéticos, financiados pelos aliados, que enviaram tropas britânicas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas para o solo russo. Nos piores momentos da brutal e caótica Guerra Civil de 1918-20, a Rússia soviética foi reduzida a uma faixa de território sem saída para o mar, no Norte e no Centro da Rússia, em algum ponto entre a região dos Urais e os atuais Estados bálticos, a não ser pelo estreito dedo exposto de Leningrado, apontado para o golfo da Finlândia. As únicas vantagens importantes com que o novo regime contava, enquanto improvisava do nada um Exército Vermelho eventualmente vitorioso, eram a incompetência e divisão das briguentas forças "brancas", a capacidade destas de antagonizar o campesinato da Grande Rússia, e a bem fundada desconfiança entre as potências ocidentais de que não podiam ordenar com segurança a seus soldados e marinheiros rebeldes que combatessem os bolcheviques. Em fins de 1920, os bolcheviques haviam vencido.

Assim, contra as expectativas, a Rússia soviética sobreviveu. Os bolcheviques mantiveram, na verdade ampliaram, seu poder, não só (como observou Lenin com orgulho e alívio após dois meses e quinze dias) por mais tempo que a Comuna de Paris de 1871, mas durante anos de ininterrupta crise e catástrofe, conquista alemã e imposição de paz punitiva, separações regionais, contra-revolução, guerra civil, intervenção armada estrangeira, fome e colapso econômico. Não podia ter estratégia ou perspectiva além de optar, dia a dia, entre as decisões necessárias à sobrevivência imediata e as que arriscavam um desastre imediato. Quem podia dar-se ao luxo de considerar as possíveis conseqüências a longo prazo, para a Revolução, de decisões que tinham de ser tomadas *já*, do contrário seria o fim da Revolução e não haveria outras conseqüências a considerar? Uma a uma, as medidas necessárias foram tomadas. Quando a nova República soviética emergiu de sua agonia, descobriu-se que essas medidas a haviam levado para um lado muito distante do que Lenin tinha em mente na Estação Finlândia.

(*) "Eu lhes disse: façam tudo o que quiserem, tomem tudo o que quiserem, nós os apoiaremos, mas cuidem da produção, cuidem para que a produção seja útil. Assumam trabalho útil, vão cometer erros, mas aprenderão." (Lenin, *Relatório sobre as atividades do Conselho dos Comissários do Povo*, 11/24 de janeiro de 1918, 1970, p. 551.)

Mesmo assim, a Revolução sobreviveu. E o fez por três grandes razões: primeiro, possuía um instrumento de poder único, praticamente construtor de Estado, no centralizado e disciplinado Partido Comunista de 600 mil membros. Qualquer que tenha sido seu papel antes da Revolução, esse modelo organizacional, incansavelmente propagado e defendido por Lenin desde 1902, atingiu a maioridade depois dela. Praticamente todos os regimes revolucionários do Breve Século XX iam adotar alguma variação dele. Segundo, era, de forma evidente, o *único* governo capaz de manter a Rússia integral como Estado — e disposto a tanto —, desfrutando, portanto, de considerável apoio de patriotas russos à parte isso politicamente hostis, como os oficiais sem os quais o novo Exército Vermelho não poderia ter sido construído. Para estes, como para o historiador que trabalha em retrospecto, a opção em 1917-8 não era entre uma Rússia liberal-democrática ou não liberal, mas entre a Rússia e a desintegração, que havia sido o destino de outros impérios arcaicos e derrotados, ou seja, a Áustria-Hungria e a Turquia. Ao contrário destes, a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos. A terceira razão era que a Revolução permitira ao campesinato tomar a terra. Quando chegou a isso, o grosso dos camponeses da Grande Rússia — núcleo do Estado, além de do seu novo exército — achou que suas chances de mantê-la eram melhores sob os vermelhos do que se retornasse a fidalguia. Isso deu aos bolcheviques uma vantagem decisiva na Guerra Civil de 1918-20. Como se viu, os camponeses russos foram otimistas demais.

III

A revolução mundial, que justificou a decisão de Lenin de entregar a Rússia ao socialismo, não ocorreu, e com isso a Rússia soviética foi comprometida, por uma geração, com um isolamento empobrecido e atrasado. As opções para seu desenvolvimento futuro estavam determinadas, ou pelo menos estreitamente circunscritas (ver capítulos 13 e 16). Contudo, uma onda de revolução varreu o globo nos dois anos após Outubro, e as esperanças dos aguerridos bolcheviques não pareceram irrealistas. "*Völker hört die Signale*" ("Povos, escutem os sinais") era o primeiro verso do refrão da "Internacional" em alemão. Os sinais vieram, altos e nítidos, de Petrogrado e — depois que a capital foi transferida para uma localização mais segura em 1918 — Moscou,*

(*) A capital da Rússia czarista era São Petersburgo, nome que soava demasiado alemão na Primeira Guerra Mundial e foi portanto mudado para Petrogrado. Após a morte de Lenin, tornou-se Leningrado (1924), e durante a queda da URSS voltou ao nome original. A União Soviética (seguida por seus satélites mais servis) era incomumente dada a topônimos políticos, muitas vezes

e foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além. "Sovietes" foram formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba, onde poucos sabiam onde ficava a Rússia. Os anos de 1917-9 na Espanha vieram a ser conhecidos como o "biênio bolchevique", embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários. O militante nacionalista índio M. N. Roy caiu imediatamente sob o seu fascínio no México, onde a revolução local, entrando na fase mais radical em 1917, naturalmente reconheceu sua afinidade com a Rússia revolucionária: Marx e Lenin tornaram-se seus ícones, juntos com Montezuma, Emiliano Zapata e vários trabalhadores índios, e ainda podem ser vistos nos grandes murais de seus artistas oficiais. Em poucos meses Roy estava em Moscou, e desempenhou um papel importante na nova Internacional Comunista para a libertação das colônias. Em parte graças a socialistas holandeses residentes como Henk Snevliet, a Revolução de Outubro deixou em seguida sua marca na principal organização de massa do movimento de libertação nacional indonésio, o Sarekat Islam. "Essa ação do povo russo", disse um jornal de província turco, "um dia no futuro se tornará um sol e iluminará toda a humanidade." No distante interior da Austrália, os rudes tosquiadores de ovelhas (e em grande parte católicos irlandeses), sem interesse perceptível por teoria política, aplaudiram os soviéticos como um Estado operário. Nos EUA os finlandeses, havia muito a mais fortemente socialista das comunidades imigrantes, converteram-se em massa ao comunismo, enchendo os sombrios assentamentos mineiros em Minnesota de comícios "onde a menção do nome de Lenin fazia pulsar o coração [...] Em místico silêncio, quase em êxtase religioso, nós admirávamos tudo que vinha da Rússia". Em suma, a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo.

Até mesmo muitos dos que viram a Revolução de perto, um processo menos conducente ao êxtase religioso, se converteram, desde prisioneiros de guerra que voltavam a seus países como bolcheviques convictos e futuros líderes comunistas de seus países, como o mecânico croata Joseph Broz (Tito), a jornalistas visitantes como Arthur Ransome, do *Manchester Guardian*, uma figura não notadamente política, mais conhecido por usar sua paixão por barcos em encantadores livros infantis. Uma figura ainda menos bolchevique, o escritor tcheco Jaroslav Hasek — futuro autor da obra-prima *As aventuras do*

---

complicados pelas reviravoltas da sorte. Assim, Tsaritsyn, no Volga, tornou-se Stalingrado, cenário de uma batalha épica na Segunda Guerra Mundial, mas, após a morte de Stalin, Volgogrado. Na época em que escrevo ainda tem este nome.

bravo soldado Schwejk — viu-se pela primeira vez militando numa causa e, diz-se, ainda mais espantosamente, sóbrio. Tomou parte na Guerra Civil como comissário do Exército Vermelho, depois do que voltou a seu papel mais conhecido como anarco-boêmio e bebum de Praga, alegando que a Rússia soviética pós-revolucionária não fazia o seu estilo. Mas a Revolução fizera.

Contudo, os acontecimentos na Rússia inspiraram não só revolucionários, porém, mais importante, revoluções. Em janeiro de 1918, semanas depois da tomada do Palácio de Inverno, e enquanto os bolcheviques tentavam desesperadamente negociar a paz a todo custo com o exército alemão em avanço, uma onda de greves políticas e manifestações antiguerra em massa varreu a Europa Central, começando em Viena, espalhando-se via Budapeste às regiões tchecas da Alemanha e culminando na revolta dos marinheiros austro-húngaros no Adriático. Quando se desfizeram as últimas dúvidas sobre a derrota das Potências Centrais, seus exércitos finalmente se desmantelaram. Em setembro, os soldados camponeses da Bulgária voltaram para casa, proclamaram uma república e marcharam sobre Sofia, embora ainda fossem desarmados com ajuda alemã. Em outubro, a monarquia dos Habsburgo desabou após as últimas batalhas perdidas na frente italiana. Vários novos *Estados-nação* foram proclamados, na (justificada) esperança de que os aliados vitoriosos as prefeririam aos perigos da Revolução Bolchevique. E de fato a primeira reação do Ocidente ao apelo bolchevique aos povos para celebrarem a paz — e a publicação, por eles, dos tratados secretos em que os aliados haviam dividido a Europa entre si — foram os Catorze Pontos do presidente Wilson, que jogavam a carta nacionalista contra o apelo internacional de Lenin. Uma zona de pequenos *Estados-nação* formaria uma espécie de cinturão de quarentena contra o vírus vermelho. Em início de novembro, marinheiros e soldados amotinados espalharam a revolução alemã da base naval de Kiel para todo o país. Proclamou-se uma república, e o imperador retirou-se para os Países Baixos, sendo substituído por um ex-seleiro social-democrata como chefe de Estado.

A revolução, que assim varria regimes de Vladivostok ao Reno, era uma revolta contra a guerra e, na maior parte, a vinda da paz desarmou muito do explosivo que ela continha. De qualquer modo, seu conteúdo social era vago, a não ser entre os soldados camponeses dos impérios dos Habsburgo, Romanov e otomano, e dos Estados menores do Sudeste da Europa, e suas famílias. Ali, consistia de quatro pontos: terra, e desconfiança das cidades, ou de estranhos (sobretudo judeus) e ou de governos. Isso tornava os camponeses revolucionários, mas não bolcheviques, em grandes partes da Europa Central e Oriental, embora não na Alemanha (com exceção de parte da Baviera), Áustria e partes da Polônia. Tinham de ser conciliados com uma medida de reforma agrária mesmo em alguns países conservadores, de fato contra-revolucionários, como a Romênia e a Finlândia. Por outro lado, onde constituíam a maioria da população, praticamente asseguraram que os socialistas, e sobretudo os bolchevi-

ques, não ganhassem as eleições gerais. Isso não fazia necessariamente dos camponeses bastiões do conservadorismo político, mas atrapalhou fatalmente os social-democratas; ou então — como na Rússia soviética — levou-os a abolir a democracia eleitoral. Por esse motivo os bolcheviques, tendo pedido uma Assembléia Constituinte (uma conhecida tradição revolucionária desde 1789), dissolveram-na assim que ela se reuniu, poucas semanas depois de outubro. E o estabelecimento de novos pequenos *Estados-nação* nas linhas wilsonianas, embora longe de eliminar conflitos nacionais na zona de revoluções, também diminuiu o espaço da Revolução Bolchevique. Essa fora, de fato, a intenção dos articuladores da paz aliados.

Por outro lado, o impacto da Revolução Russa nos levantes europeus de 1918-9 foi tão patente que seria difícil haver muito espaço em Moscou para ceticismo quanto à perspectiva de disseminação da revolução do proletariado mundial. Para o historiador — e mesmo para alguns revolucionários locais — parecia claro que a Alemanha imperial era um Estado de considerável estabilidade social e política, com um movimento operário forte mas no fundo moderado, que por certo não teria experimentado nada semelhante a uma revolução armada, não fosse a guerra. Ao contrário da Rússia czarista ou da periclitante Áustria-Hungria; ao contrário da Turquia, o proverbial "doente" da Europa; ao contrário dos bárbaros e armados habitantes das montanhas do Sudeste do continente, capazes de qualquer coisa, não era um país onde se esperassem levantes. E de fato, comparado com as situações autenticamente revolucionárias nas derrotadas Rússia e Áustria-Hungria, o grosso dos soldados, marinheiros e operários revolucionários alemães permaneceu tão moderado e respeitador da lei quanto as talvez apócrifas piadas dos revolucionários russos sempre os fizeram parecer ("Onde houver um aviso proibindo o público de pisar na grama, é óbvio que os insurretos alemães só andarão pelas trilhas").

Contudo, esse era o país onde os marinheiros revolucionários levaram a bandeira dos sovietes por todo o território, onde o diretor de um soviete de operários e soldados de Berlim nomeou um governo socialista, onde Fevereiro e Outubro pareciam ser um só, pois o poder de fato na capital já parecia estar nas mãos de socialistas radicais assim que o imperador abdicou. Era uma ilusão, devido à total, mas temporária, paralisia dos velhos exército, Estado e estrutura de poder sob o duplo choque da derrota absoluta e da revolução. Após uns poucos dias, o velho regime republicanizado logo estava de volta na sela, não mais seriamente perturbado pelos socialistas, que não conseguiram nem ganhar maioria nas primeiras eleições, embora se realizassem poucas semanas depois da revolução.* Viram-se menos perturbados ainda pelo recém-

(*) A maioria moderada social-democrata ganhou apenas 38% dos votos — o máximo em toda a sua história — e os social-democratas independentes cerca de 7,5%.

improvisado Partido Comunista, cujos líderes, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, foram logo assassinados por pistoleiros de aluguel do exército.

Apesar disso, a revolução alemã de 1918 confirmou as esperanças dos bolcheviques russos, tanto mais porque uma república socialista de curta vida foi proclamada na Baviera em 1918 e, na primavera de 1919, após o assassinato de seu líder, uma breve república soviética se estabeleceu em Munique, capital da arte, da contracultura e da (politicamente menos subversiva) cerveja alemãs. Coincidiu com outra e mais séria tentativa de levar o bolchevismo mais para oeste, a república soviética húngara de março-julho de 1919.* Ambas foram, claro, eliminadas com a esperada brutalidade. Além disso, a decepção com os social-democratas logo radicalizou os trabalhadores alemães, muitos dos quais transferiram sua lealdade para os socialistas independentes, e depois de 1920 para o Partido Comunista, que portanto se tornou o maior desses partidos fora da Rússia soviética. Não se poderia esperar uma revolução alemã, afinal? Embora 1919, o ano auge da agitação social ocidental, houvesse trazido derrota às únicas tentativas de espalhar a Revolução Bolchevique; embora a onda revolucionária estivesse rápida e visivelmente baixando em 1920, a liderança bolchevique em Moscou não abandonou a esperança de revolução alemã até fins de 1923.

Pelo contrário. Foi em 1920 que os bolcheviques se comprometeram com o que, retrospectivamente, parece um grande erro, a divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Fizeram isso estruturando seu novo movimento internacional comunista com base no modelo do partido de vanguarda leninista, de uma elite de "revolucionários profissionais" em tempo integral. A Revolução de Outubro, como vimos, conquistara simpatias nos movimentos socialistas internacionais, todos os quais, praticamente, emergiram da guerra mundial ao mesmo tempo radicalizados e muitíssimo fortalecidos. Com raras exceções, os partidos socialistas e trabalhistas continham grandes blocos de opinião que favoreciam a entrada na nova Terceira Internacional Comunista, que os comunistas fundaram para substituir a Segunda Internacional (1889-1914), desacreditada e despedaçada pela guerra mundial a que não conseguira resistir.** Na verdade, vários deles, como os partidos socialistas da França, Itália, Áustria e Noruega, e os Socialistas Independentes da Alemanha, de fato aprovaram a idéia, deixando em minoria os irreconciliados adversários do bolchevismo. Contudo, o que Lenin e os bolcheviques queriam não era um movimento de simpatizantes internacionais da Revolução de Outubro, mas um

(*) Sua derrota espalhou uma diáspora de refugiados políticos e intelectuais por todo o mundo, alguns deles com inesperadas carreiras futuras, como o magnata do cinema sir Alexander Korda e o ator Bela Lugosi, mais conhecido como astro do filme de horror original *Drácula*.

(**) A chamada Primeira Internacional foi a Associação Internacional de Trabalhadores, de Karl Marx, de 1864-72.

corpo de ativistas absolutamente comprometidos e disciplinados, uma espécie de força de ataque global para a conquista revolucionária. Os partidos não dispostos a adotar a estrutura leninista eram barrados ou expulsos da nova Internacional, que só poderia ser enfraquecida com a aceitação dessas quintas-colunas de oportunismo e reformismo, para não falar no que Marx chamara outrora de "cretinismo parlamentar". Na iminente batalha só poderia haver lugar para soldados.

O argumento só fazia sentido com uma condição: que a revolução mundial ainda estivesse em andamento, e suas batalhas, em perspectiva imediata. Contudo, embora a situação européia estivesse longe de estabilizada, era claro em 1920 que a Revolução Bolchevique não estava nos planos do Ocidente, embora também fosse claro que na Rússia os bolcheviques se achavam estabelecidos permanentemente. Sem dúvida, quando a Internacional se reuniu, parecia haver uma possibilidade de que o Exército Vermelho, vitorioso na Guerra Civil, e agora marchando para Varsóvia, espalhasse a revolução para oeste pela força armada, como subproduto de uma breve guerra russo-polonesa, provocada pelas ambições territoriais da Polônia. Restaurada à condição de Estado após um século e meio de não-existência, a Polônia exigia agora suas fronteiras do século XVIII. Essas ficavam dentro da Bielorrússia, Lituânia e Ucrânia. O avanço soviético, que deixou um maravilhoso monumento literário na *Cavalaria vermelha* de Isaac Babel, foi saudado por uma variedade incomumente ampla de contemporâneos, que iam do romancista austríaco Joseph Roth, depois elegista dos Habsburgo, a Mustafá Kemal, futuro líder da Turquia. Mas os trabalhadores poloneses não se levantaram, e o Exército Vermelho retornou das portas de Varsóvia. Daí em diante, apesar das aparências, não haveria novidades na frente ocidental. Claro, as perspectivas da revolução passaram para o Leste, na Ásia, à qual Lenin sempre dispensara considerável atenção. Na verdade, de 1920 a 1927 as esperanças de revolução mundial pareceram repousar na revolução chinesa, avançando sobre o Kuomintang, então o partido de libertação nacional, cujo líder Sun Yat-sen (1886-1925) acolheu igualmente o modelo soviético, a assistência militar soviética e o novo Partido Comunista como parte de seu movimento. A aliança Kuomintang-comunistas ia tomar o Norte a partir de suas bases no Sul da China, numa grande ofensiva de 1925-7, pondo a maior parte da China mais uma vez sob o controle de um único governo, pela primeira vez desde a queda do império em 1911, antes que o principal general do Kuomintang, Chiang Kai-shek, se voltasse contra os comunistas e os massacrasse. Contudo, mesmo antes dessa prova de que o Leste ainda não estava maduro para Outubro, a promessa da Ásia não ocultava o fracasso da revolução no Ocidente.

Em 1921, isso era inegável. A revolução se achava em retirada na Rússia soviética, embora politicamente o poder bolchevique fosse inexpugnável (ver pp. 369-70). Estava fora dos planos do Ocidente. O Terceiro Congresso do

Comintern reconheceu isso sem o admitir exatamente, convocando uma "frente única" com os mesmos socialistas que o Segundo expulsara do exército do progresso revolucionário. O que isso significava, na verdade, era uma divisão dos revolucionários pelas próximas gerações. Contudo, de qualquer modo era tarde demais. O movimento rachara em definitivo, a maioria dos socialistas de esquerda, indivíduos e partidos, voltou para o movimento social-democrata, em sua esmagadora maioria levada por moderados anticomunistas. Os novos partidos comunistas continuaram sendo minorias da esquerda européia, e em geral — com umas poucas exceções, como na Alemanha, França e Finlândia — minorias um tanto pequenas, se bem que apaixonadas. Sua situação não ia mudar até a década de 1930 (ver capítulo 5).

IV

Contudo, o ano de levantes deixou para trás não apenas um país imenso mas atrasado agora governado por comunistas e empenhado na construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, como também um governo, um movimento internacional disciplinado e, talvez igualmente importante, uma geração de revolucionários comprometidos com a visão da revolução mundial sob a bandeira erguida em Outubro e a liderança do movimento que inevitavelmente tinha seu quartel-general em Moscou. (Durante vários anos, esperara-se que logo se transferisse para Berlim, e o alemão, não o russo, continuou sendo a língua oficial da Internacional entre as guerras.) Talvez o movimento não tenha sabido com exatidão como a revolução mundial ia avançar após a desestabilização na Europa e a derrota na Ásia, e as tentativas esparsas dos comunistas de insurreição armada independente (Bulgária e Alemanha em 1923, Indonésia em 1926, China em 1927 e — tardio e anômalo — o Brasil em 1935) foram desastrosas. Contudo, como a Grande Depressão e a ascensão de Hitler logo iriam provar, era difícil a situação do mundo entre as guerras ser de porte a desencorajar especulações apocalípticas (ver capítulos 3 e 5). Isso não explica a súbita mudança do Comintern para uma retórica de ultra-revolucionismo e esquerdismo sectário entre 1928 e 1934, pois, qualquer que fosse a retórica, na prática o movimento nem esperava nem se preparou para tomar o poder em parte alguma. A mudança, que se mostrou calamitosa do ponto de vista político, deve ser explicada antes pela política interna do Partido Comunista soviético, quando Stalin assumiu seu controle, e talvez também como uma tentativa de compensar a cada vez mais evidente divergência entre os interesses da URSS, como um Estado que não tinha como evitar a coexistência com outros Estados — começou a ganhar reconhecimento internacional como regime a partir de 1920 — e o movimento cujo objetivo era subverter e derrubar todos os outros governos.

No fim, os interesses de Estado da União Soviética prevaleceram sobre os interesses revolucionários mundiais da Internacional Comunista, que Stalin reduziu a um instrumento da política de Estado soviético, sob o estrito controle do Partido Comunista soviético, expurgando, dissolvendo e reformando seus componentes à vontade. A revolução mundial pertencia à retórica do passado, e na verdade qualquer revolução só era tolerada se a) não conflitasse com o interesse de Estado soviético; e b) pudesse ser posta sob controle soviético direto. Os governos ocidentais, que viam o avanço de regimes comunistas após 1944 essencialmente como uma extensão do poder soviético, sem dúvida interpretavam corretamente as intenções de Stalin; mas o mesmo faziam os revolucionários irreconciliados que, furiosos, censuravam Moscou por não querer que os comunistas tomassem o poder e desencorajar toda tentativa de fazê-lo, mesmo os que se mostraram bem-sucedidos, como na Iugoslávia e na China.

Apesar disso, até o fim a Rússia soviética continuou sendo, mesmo aos olhos de muitos membros interesseiros e corruptos de sua *nomenklatura*, algo mais que apenas outra grande potência. A emancipação universal, a construção de uma alternativa melhor para a sociedade capitalista eram, afinal, sua razão fundamental de existir. Por que mais deveriam os impassíveis burocratas de Moscou ter continuado a financiar e armar durante décadas os guerrilheiros do Congresso Nacional Africano, aliado dos comunistas, cujas chances de derrubar o sistema de *apartheid* na África do Sul pareciam e eram mínimas? (Coisa curiosa: o regime comunista chinês, embora criticasse a URSS por trair os movimentos revolucionários após o rompimento entre os dois países, não tem uma folha comparável de apoio prático a movimentos de libertação do Terceiro Mundo.) A humanidade, a URSS aprendera há muito tempo, não seria transformada pela revolução mundial inspirada por Moscou. No longo crepúsculo dos anos Brejnev, desapareceu até mesmo a sincera convicção de Nikita Kruchev, de que o socialismo ia "enterrar" o capitalismo por força de sua superioridade econômica. Pode bem ser que a erosão terminal dessa crença na vocação universal do sistema explique por que, no fim, ele se desintegrou sem resistência (ver capítulo 16).

Nenhuma dessas hesitações perturbou a primeira geração de inspirados pela luz brilhante de Outubro a dedicar suas vidas à revolução mundial. Como os primeiros cristãos, a maioria dos socialistas pré-1914 era de crentes na grande mudança apocalíptica que iria abolir tudo que era mal e trazer uma sociedade sem infelicidade, opressão, desigualdade e injustiça. O marxismo oferecia à esperança do milênio a garantia da ciência e da inevitabilidade histórica; a Revolução de Outubro agora oferecia a prova de que a grande mudança começara.

O número total desses soldados no necessariamente implacável e disciplinado exército de emancipação humana talvez não fosse maior que umas poucas dezenas de milhares; o número de profissionais do movimento internacio-

nal, "mudando de país com mais freqüência que de sapatos", como disse Bertolt Brecht num poema escrito em homenagem a eles, talvez não passasse de umas poucas centenas ao todo. Eles não devem ser confundidos com o que os italianos, nos dias de seu Partido Comunista de 1 milhão de membros, chamavam de "o povo comunista", os milhões de seguidores e simples membros para os quais o sonho de uma sociedade nova e *boa* era também real, embora na prática o seu não fosse mais que o ativismo diário do velho socialismo e cujo compromisso, de qualquer modo, era mais de classe e comunidade do que de dedicação pessoal. Contudo, embora o seu número fosse pequeno, não se pode entender o século XX sem eles.

Sem o "novo tipo de partido" de Lenin, cujos "revolucionários profissionais" eram os quadros, é inconcebível que em pouco mais de trinta anos após Outubro um terço da raça humana se visse vivendo sob regimes comunistas. O que sua fé e sua irrestrita lealdade ao quartel-general da revolução mundial em Moscou deram aos comunistas foi a capacidade de ver-se (sociologicamente falando) como partes de uma igreja universal, não uma seita. Os partidos comunistas orientados por Moscou perderam líderes por secessão e expurgo, mas até o movimento perder o ânimo após 1956 eles não se cindiram, ao contrário dos grupos fragmentários de dissidentes marxistas que seguiram Trotski e os ainda mais fissíparos conventículos "marxista-leninistas" do maoísmo pós-1960. Por poucos que fossem — e quando Mussolini foi derrubado na Itália em 1943 o Partido Comunista italiano consistia de cerca de 5 mil homens e mulheres, a maioria saindo da cadeia ou do exílio — eram o que os bolcheviques tinham sido em fevereiro de 1917, o núcleo de um exército de milhões, governantes potenciais de um povo e um Estado.

Para essa geração, sobretudo os que, embora jovens, viveram os anos de levante, a revolução foi o acontecimento de suas vidas; os dias de capitalismo estavam inevitavelmente contados. A história contemporânea era a antecâmara da vitória final para os que vivessem para vê-la, o que incluiria alguns soldados da revolução ("os mortos de licença", como disse o comunista russo Leviné, pouco antes de ser executado pelos que derrubaram o soviete de Munique de 1919). Se a própria sociedade burguesa tinha tantos motivos para duvidar de seu futuro, por que estariam eles confiantes na sua sobrevivência? Suas próprias vidas demonstravam sua realidade.

Tomemos o caso de dois jovens alemães temporariamente ligados como amantes, que foram mobilizados pela revolução soviética da Baviera de 1919; Olga Benario, filha de um próspero advogado de Munique, e Otto Braun, um professor primário. Ela iria ver-se organizando a revolução no hemisfério ocidental, ligada e afinal casada com Luís Carlos Prestes, líder da longa marcha insurrecional pelos sertões brasileiros, que havia convencido Moscou a apoiar um levante no Brasil em 1935. O levante fracassou, e Olga foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha de Hitler, onde acabou morrendo num campo

de concentração. Enquanto isso Otto, mais bem-sucedido, partiu para revolucionar o Oriente como especialista militar do Comintern e, como se viu, o único não chinês a participar da famosa "Longa Marcha" dos comunistas chineses, antes de voltar a Moscou e por fim à República Democrática Alemã (Oriental). (A experiência o deixou cético em relação a Mao.) Quando, a não ser na primeira metade do século XX, poderiam duas vidas interligadas ter tomado esses rumos?

Assim, na geração após 1917, o bolchevismo absorveu todas as outras tradições revolucionárias, ou empurrou-as para a margem de movimentos radicais. Antes de 1914, o anarquismo fora muito mais uma ideologia impulsora de ativistas revolucionários que o marxismo em grandes partes do mundo. Marx, fora da Europa Oriental, era mais visto como o guru dos partidos de massa cujo avanço inevitável, mas não explosivo, para a vitória, ele tinha demonstrado. Na década de 1930 o anarquismo deixara de existir como força política importante fora da Espanha, mesmo na América Latina, onde a bandeira vermelha e preta tradicionalmente inspirara mais que a vermelha. (Mesmo na Espanha a Guerra Civil ia destruir o anarquismo, enquanto fazia a fortuna dos comunistas, até então relativamente insignificantes.) Na verdade, os grupos social-revolucionários que existiam fora do comunismo moscovita tomaram daí em diante Lenin e a Revolução de Outubro como seu ponto de referência, e eram quase sempre chefiados ou inspirados por alguma figura dissidente ou expulsa do Comintern, à medida que Yosif Stalin estabelecia, e depois fechava, seu domínio sobre o Partido Comunista soviético e a Internacional. Poucos desses centros dissidentes contavam muito do ponto de vista político. De longe o mais prestigioso dos hereges, o exilado Leon Trotski — co-líder da Revolução de Outubro e arquiteto do Exército Vermelho — fracassou por completo em seus esforços políticos. Sua "Quarta Internacional", destinada a competir com a stalinizada Terceira Internacional, foi praticamente invisível. Quando foi assassinado por ordem de Stalin em seu exílio no México, em 1940, a importância política de Trotski era insignificante.

Em suma, ser um social-revolucionário cada vez mais significava ser um seguidor de Lenin e da Revolução de Outubro, e cada vez mais um membro ou seguidor de algum partido comunista alinhado com Moscou; e tanto mais quando, após o triunfo de Hitler na Alemanha, esses partidos adotaram a política de união antifascista que lhes permitiu sair do isolamento sectário e conquistar apoio de massa tanto entre os trabalhadores quanto entre os intelectuais (ver capítulo 5). Os jovens que tinham sede de derrubar o capitalismo tornaram-se comunistas ortodoxos, e identificaram sua causa com o movimento internacional centrado em Moscou; e o marxismo, restaurado por Outubro como a ideologia da mudança revolucionária, significava o marxismo do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, que era agora o centro global para disseminação dos grandes textos clássicos. Ninguém mais à vista se oferecia para

interpretar o mundo e mudá-lo, nem parecia melhor capacitado para fazer isso. Assim ia continuar até depois de 1956, quando a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional centrado em Moscou trouxe os pensadores, tradições e organizações marginalizados da heterodoxia esquerdista para a esfera pública. Mesmo assim, ainda viviam sob a grande sombra de Outubro. Embora qualquer um com o mais leve conhecimento de história da ideologia pudesse reconhecer mais o espírito de Bakunin, ou mesmo de Nechaev, do que de Marx nos radicais estudantes de 1968 e depois, isso não levou a nenhuma ressurreição significativa da teoria ou dos movimentos anarquistas. Ao contrário, 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria — geralmente em versões que teriam surpreendido Marx — e para uma variedade de seitas e grupos "marxista-leninistas", unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas.

Paradoxalmente, essa quase completa tomada da tradição social-revolucionária se deu num momento em que o Comintern abandonou claramente as estratégias revolucionárias originais de 1917-23, ou, antes, contemplou estratégias para a transferência de poder bastante diferentes das de 1917 (ver capítulo 5). De 1935 em diante, a literatura da esquerda crítica iria encher-se de acusações de que os movimentos de Moscou perdiam, rejeitavam, ou melhor, traíam as oportunidades de revolução, porque Moscou não mais a queria. Até o orgulhosamente "monolítico" movimento centrado nos soviéticos começar a rachar por dentro, esses argumentos tiveram pouco efeito. Enquanto o movimento comunista manteve sua unidade, coesão e impressionante imunidade a fissão, foi, para a maioria dos que, no mundo, acreditavam na revolução global, a única opção. Além disso, quem podia negar que os países que romperam com o capitalismo na segunda grande onda de revolução social no mundo, de 1944 a 1949, o fizeram sob os auspícios de partidos comunistas ortodoxos, orientados pelos soviéticos? Só depois de 1956 os que pensavam em revolução tiveram uma verdadeira opção entre vários desses movimentos com alguma verdadeira pretensão a efetividade política ou insurrecional. Mesmo esses — vários tipos de trotskismo, maoísmo e grupos inspirados pela revolução cubana de 1959 (ver capítulo 15) — ainda eram mais ou menos de derivação leninista. Os velhos partidos comunistas continuavam sendo em grande parte os maiores grupos da extrema esquerda, mas a essa altura o velho movimento comunista perdera o ânimo.

V

A força do movimento pela revolução mundial estava na forma comunista de organização, o "novo tipo de partido" de Lenin, uma formidável inova-

ção de engenharia social do século XX, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média. Dava até mesmo a organizações pequenas uma eficácia desproporcional, porque o partido podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução de suas decisões a todo custo. Isso impressionava profundamente até mesmo os observadores hostis. E no entanto, a relação entre o modelo do "partido de vanguarda" e as grandes revoluções que ele se destinava a fazer, e ocasionalmente conseguia, longe estava de clara, embora nada fosse mais evidente do que o fato de que o modelo atingia a maioridade *após* revoluções vitoriosas, ou durante guerras. Pois os partidos leninistas eram essencialmente construídos como elites (vanguardas) de líderes (ou melhor, antes das revoluções serem vencidas, "contra-elites"), e as revoluções sociais, como mostrou 1917, dependem do que acontece entre as massas e em situações que nem as elites nem as contra-elites podem controlar por inteiro. Na verdade, o modelo leninista teve de fato considerável apelo para jovens membros de velhas elites, sobretudo no Terceiro Mundo, que entraram nesses partidos em números desproporcionais, apesar dos esforços heróicos, e relativamente bem-sucedidos, desses partidos para promover verdadeiros proletários. A grande expansão do comunismo brasileiro na década de 1930 baseou-se na conversão de jovens intelectuais de famílias da oligarquia latifundiária e oficiais subalternos do exército (Martins Rodrigues, 1984, pp. 390-7).

Por outro lado, os sentimentos das verdadeiras "massas" (às vezes incluindo os seguidores ativos das "vanguardas") com freqüência entravam em choque com as idéias de seus líderes, sobretudo em momentos de verdadeira insurreição de massa. Assim, a rebelião dos generais espanhóis contra o governo da Frente Popular em julho de 1936 desencadeou de imediato a revolução em várias regiões da Espanha. Que os militantes, sobretudo anarquistas, passassem a coletivizar os meios de produção, não foi surpreendente, embora o Partido Comunista e o governo central depois se opusessem e, onde possível, revertessem essa transformação, e os prós e contras disso continuam a ser discutidos na literatura política e histórica. Contudo, o acontecimento também desencadeou a maior de todas as ondas de iconoclasma e homicídio anticlerical, pois essa forma de atividade se tornara pela primeira vez parte das agitações populares em 1835, quando os cidadãos de Barcelona reagiram a uma tourada insatisfatória incendiando vários conventos. Cerca de 7 mil pessoas do clero — isto é, 12% a 13% dos padres e monges do país, embora apenas uma proporção insignificante de freiras — foram mortas, enquanto numa única diocese da Catalunha (Gerona) mais de 6 mil imagens foram destruídas (Thomas, 1977, pp. 270-1; M. Delgado, 1992, p. 56).

Duas coisas estão claras nesse terrível episódio: foi denunciado pelos líderes ou porta-vozes da esquerda revolucionária espanhola, embora fossem

anticlericais radicais, incluindo os anarquistas, notórios inimigos dos padres; e para os que o perpetraram, como também para muitos dos que assistiram, *isso*, mais que qualquer outra coisa, era o que na verdade significava a revolução: a inversão da ordem da sociedade e seus valores, não só por um breve momento, mas para sempre (Delgado, 1992, pp. 52-3). Estava muito bem os líderes insistirem, como sempre faziam, em que o principal inimigo era o capitalista, e não o padre: nos ossos, as massas sentiam diferente. (Se a política popular numa sociedade menos machista que a ibérica teria sido menos homicidamente iconoclasta, é uma questão contrafactual, mas sobre a qual uma séria pesquisa sobre as atitudes das mulheres poderia, apesar disso, lançar alguma luz.)

Na verdade, o tipo de revolução que vê a estrutura de ordem e autoridade políticas se evaporarem de repente, deixando o homem (e, até onde lhe permitem, a mulher) comum entregue a seus próprios recursos, se mostrou raro no século XX. Mesmo o outro exemplo mais próximo de súbito colapso de um regime, a Revolução Iraniana de 1979, não foi exatamente tão inestruturado, apesar da extraordinária unanimidade da mobilização das massas de Teerã contra o xá, grande parte da qual deve ter sido espontânea. Graças às estruturas do clericalismo iraniano, o novo regime já estava presente na ruína do antigo, embora não fosse assumir sua forma completa por algum tempo (ver capítulo 15).

Na verdade, a típica revolução pós-Outubro do Breve Século XX, deixando de lado algumas explosões localizadas, seria ou iniciada por um golpe (quase sempre militar), capturando a capital, ou o resultado final de uma luta armada extensa e em grande parte rural. Como os oficiais subalternos — muito mais raramente suboficiais — de simpatias radicais ou esquerdistas eram comuns em países pobres e atrasados, onde a vida militar oferecia perspectivas de uma carreira atraente para jovens capazes e educados de famílias sem ligações e riqueza, essas iniciativas costumavam ser encontradas em países como o Egito (a revolução dos Oficiais Livres de 1952) e outros do Oriente Médio (Iraque em 1958, Síria em vários momentos desde a década de 50 e a Líbia em 1960). Os militares fazem parte do tecido da história revolucionária latino-americana, embora raras vezes tenham tomado o poder nacional, e não por muito tempo, por causas declaradamente esquerdistas. Por outro lado, para surpresa da maioria dos observadores, em 1974 um clássico *putsch* militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo: a "Revolução dos Cravos em Portugal". A aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Européia, a que Portugal se juntou pouco depois.

A estrutura social, as tradições ideológicas e as funções políticas das Forças Armadas nos países desenvolvidos fizeram os militares com interesses

políticos nesses países preferirem a direita. Golpes em aliança com os comunistas, ou mesmo socialistas, não faziam o gênero deles. Claro, nos movimentos de libertação do império francês ex-soldados das forças nativas vieram a desempenhar um papel importante (em especial na Argélia). Sua experiência na Segunda Guerra Mundial e depois fora insatisfatória, não apenas devido à discriminação habitual, como também porque os soldados, em grande parte coloniais, das forças da França Livre de De Gaulle, eram, tal como os membros em grande parte não gálicos da resistência armada dentro da França, rapidamente empurrados para as sombras.

Os exércitos da França Livre nas paradas oficiais da vitória após a libertação eram bem "mais brancos" que os que de fato ganharam as honras da batalha gaullista. Apesar disso, no todo, os exércitos coloniais das potências imperiais, mesmo quando de fato tendo oficiais nativos das colônias, permaneceram leais, ou antes apolíticos, ainda descontando-se os mais ou menos 50 mil soldados indianos que entraram no exército nacional indiano sob os japoneses (Echenberg, 1992, pp. 141-5; M. Barghava & Singh Gill, 1988, p. 10; Sareen, 1988, pp. 20-1).

VI

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos de ideologias arcaicas facilmente confundidos pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo com a reação e a contra-revolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiam-se sempre *contra*, e jamais *a favor* da França e da causa de sua Revolução. A própria palavra "guerrilha" não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. Os bolcheviques, que travaram tanto guerra irregular quanto regular durante a Guerra Civil, usavam o termo *partisan*, que se tornou padrão nos movimentos de resistência inspirados pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. Em retrospecto, é surpreendente que a ação de guerrilha quase não desempenhasse papel algum na Guerra Civil Espanhola, embora devesse haver bastante espaço para ela nas áreas republicanas ocupadas pelas forças de Franco. Na verdade, os comunistas organizaram alguns núcleos de guerrilha bastante significativos, de fora, após a Segunda Guerra Mundial. Antes da Primeira Guerra Mundial, ela não fazia parte da caixa de ferramentas dos fazedores de revolução em perspectiva.

Isso com exceção da China, onde a nova estratégia foi pioneiramente usada por alguns (mas não todos) líderes comunistas, depois que o Kuomintang,

sob Chang Kai-chek, se voltou contra seus ex-aliados comunistas em 1927, e após o espetacular fracasso da insurreição comunista nas cidades (Cantão, 1927). Mao Tsé-tung, principal defensor da nova estratégia — que acabaria tornando-o o líder da China comunista —, não apenas reconheceu que, após mais de quinze anos de revolução, grandes regiões da China estavam fora do controle efetivo de qualquer administração central, mas, como dedicado admirador de *A margem da água*, grande romance clássico sobre banditismo social chinês, que as táticas de guerrilha eram parte tradicional do conflito social chinês. Na verdade, nenhum chinês com educação clássica deixaria de notar a semelhança entre o estabelecimento da primeira zona livre de guerrilha de Mao nas montanhas de Kiangsi em 1927 e a fortaleza da montanha dos heróis de *A margem da água*, que o jovem Mao chamou seus colegas estudantes a imitar em 1917 (Schram, 1966, pp. 43-4).

A estratégia chinesa, embora heróica e inspiradora, parecia inadequada a países com modernas comunicações internas e governos habituados a administrar todo o seu território, por mais remoto e fisicamente difícil. Na verdade, não se mostrou bem-sucedida a curto prazo nem mesmo na China, onde o governo nacional, após várias campanhas militares, obrigou os comunistas em 1934 a abrir mão de seus vários territórios soviéticos livres nas principais regiões do país e retirar-se, através da lendária Longa Marcha, para uma região remota e pouco povoada do noroeste.

Depois que tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram das caminhadas no sertão para o comunismo em fins da década de 1930, nenhum grupo esquerdista importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte, a menos que contemos a luta do general César Augusto Sandino contra os fuzileiros navais americanos na Nicarágua (1927-33), que iria inspirar a revolução sandinista cinqüenta anos depois. (Contudo, um tanto implausivelmente, a Internacional Comunista tentou apresentar sob essa luz Lampião, famoso bandido social brasileiro e herói de mil livrinhos de cordel.) O próprio Mao só se tornou a estrela-guia dos revolucionários depois da Revolução Cubana.

Contudo, a Segunda Guerra Mundial produziu um incentivo mais imediato e geral à tomada do caminho da guerrilha para a revolução: a necessidade de resistir à ocupação da maior parte da Europa continental, incluindo grandes partes da União Soviética européia, pelos exércitos da Alemanha de Hitler e seus aliados. A resistência, e sobretudo a resistência armada, desenvolveu-se em escala substancial depois que o ataque de Hitler à URSS mobilizou os vários movimentos comunistas. Quando o exército alemão foi finalmente derrotado, com variadas contribuições de movimentos de resistência locais (ver capítulo 5), os regimes da Europa ocupada ou fascista se desintegraram, e regimes social-revolucionários sob controle comunista tomaram o poder, ou tentaram, em vários países onde a resistência armada tinha sido mais eficaz (Iugoslávia, Albânia e — não fosse pelo apoio militar britânico e finalmente americano — Grécia).

Provavelmente também podiam tê-lo tomado, embora não por muito tempo, na Itália ao Norte dos Apeninos, mas, por motivos ainda discutidos no que resta da esquerda revolucionária, não tentaram. Os regimes comunistas que se estabeleceram no Leste e Sudeste da Ásia após 1945 (na China, parte da Coréia e da Indochina francesa) também podem ser encarados como filhos da resistência da época da guerra; pois mesmo na China o maciço avanço dos exércitos comunistas de Mao para o poder só começou depois que o exército japonês partiu para tomar o corpo principal do país em 1937. A segunda onda de revolução social mundial surgiu da Segunda Guerra, como a primeira tinha surgido da Primeira — embora de uma maneira absolutamente diferente. Desta vez era a própria guerra, e não a repulsa a ela, que levava a revolução ao poder.

A natureza e política dos novos regimes revolucionários são examinadas em outra parte (ver capítulos 5 e 13). Aqui, estamos interessados no processo da revolução em si. As revoluções de meados de século, que ocorreram no lado vitorioso de longas guerras, diferiram dos cenários clássicos de 1789 ou Outubro, ou mesmo do colapso em câmara lenta de regimes como a China imperial ou o México porfirista (ver *Age of Empire*, capítulo 12), em dois aspectos. Primeiro — e nisso se assemelham ao resultado de golpes militares vitoriosos — não havia dúvida real sobre quem tinha feito a revolução ou exercia o poder: o grupo político ligado às Forças Armadas vitoriosas da URSS, pois a Alemanha, o Japão e a Itália não teriam sido derrotados *só* pelas forças da Resistência — nem mesmo na China. (Os exércitos ocidentais vitoriosos se opunham, é claro, aos regimes dominados pelos comunistas.) Houve um interregno ou vazio de poder. Do outro lado, as únicas situações em que fortes movimentos de Resistência não tomaram o poder rapidamente após o colapso dos poderes do Eixo foram onde os aliados ocidentais mantiveram um pé nos países liberados (Coréia do Sul, Vietnã), ou onde as forças anti-Eixo internas estavam elas próprias divididas, como na China. Ali, os comunistas depois de 1945 ainda precisavam estabelecer-se contra um governo corrupto e cada vez mais fraco, mas co-beligerante, o do Kuomintang; observados por uma URSS notavelmente sem entusiasmo.

Segundo, o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la. Em termos de resistência européia, a insurreição urbana — o levante de Paris no verão de 1944; de Milão na primavera de 1945 — teve de esperar até que a guerra praticamente acabasse, pelo menos em sua região. O que aconteceu em Varsóvia em 1944 foi o castigo do levante urbano prematuro: eles tinham apenas uma bala no gatilho, embora uma bala grande. Em

suma, para a maioria da população, mesmo de um país revolucionário, o caminho da guerrilha para a revolução significava esperar durante longos períodos que a mudança viesse de outra parte, sem poder fazer muita coisa. Os combatentes de fato da resistência, incluindo toda a sua infra-estrutura, eram, inevitavelmente, uma minoria bastante pequena.

Em seu território, claro, as guerrilhas não podiam funcionar sem apoio de massa; não menos porque, em conflitos extensos, suas forças seriam em grande parte recrutadas localmente: assim (como na China), grupos de operários industriais e intelectuais podiam ser discretamente transformados em exércitos de ex-camponeses. Contudo, a relação deles com as massas não era, inevitavelmente, tão simples como sugere a expressão de Mao sobre o peixe da guerrilha nadando na água do povo. Numa região de guerrilha típica, quase qualquer grupo perseguido de marginais que se comportasse bem, pelos padrões locais, podia desfrutar de generalizada simpatia contra soldados estrangeiros invasores, ou aliás contra quaisquer agentes do governo nacional. Contudo, as profundas divisões dentro do campo também significavam que os amigos vitoriosos automaticamente se arriscavam a ganhar inimigos. Os comunistas chineses que estabeleceram suas áreas rurais soviéticas em 1927-8 descobriram, para sua injustificada surpresa, que a conversão de uma aldeia dominada por um clã ajudava a estabelecer uma rede de "aldeias vermelhas" baseada em clãs interligados, mas também os punha em guerra contra os inimigos tradicionais deles, que formavam uma rede semelhante de "aldeias negras". "Em alguns casos", queixavam-se, "a luta de classes se transformava na luta de uma aldeia contra outra. Houve casos em que nossas tropas tiveram de sitiar e destruir aldeias inteiras" (Räte-China, 1973, pp. 45-6). Revolucionários guerrilheiros vitoriosos aprenderam a navegar nessas águas traiçoeiras, mas — como deixam claro as memórias de guerra do *partisan* iugoslavo Milovan Djilas — a libertação era muito mais complexa que um simples levante unânime de um povo oprimido contra conquistadores estrangeiros.

VII

Estas não eram considerações que turvassem a satisfação dos comunistas que agora se viam à frente de todos os governos entre o rio Elba e os mares da China. A revolução mundial, que os inspirara, avançara visivelmente. Em vez de uma única URSS fraca e isolada, emergira, ou estava emergindo, algo como uma dezena de Estados da segunda grande onda de revolução global, chefiada por uma das duas potências no mundo merecedoras deste nome (o termo superpotência já existia em 1944). Tampouco se exaurira o ímpeto da revolução global, pois a descolonização das velhas possessões ultramarinas imperialistas prosseguia em franco progresso. Não se poderia esperar que isso levas-

se a mais avanços na causa do comunismo? Não temia a própria burguesia internacional pelo futuro do que restava do capitalismo, ao menos na Europa? Não se perguntavam os parentes industriais franceses do jovem historiador Le Roy Ladurie, enquanto reconstruíam suas fábricas, se no fim a nacionalização, ou muito simplesmente o Exército Vermelho, não daria uma solução final ao problema deles: sentimentos que, ele iria lembrar-se como velho conservador, confirmaram sua decisão de entrar no Partido Comunista Francês em 1949 (Le Roy Ladurie, 1982, p. 37)? Não disse um subsecretário do Comércio americano ao governo do presidente Truman, em março de 1946, que a maioria dos países europeus estava na beirinha mesmo e podia ser empurrada a qualquer momento; e outros gravemente ameaçados (Loth, 1988, p. 137)?

Esse era o estado de espírito dos homens e mulheres que saíam da ilegalidade, do combate e da resistência, do cárcere, do campo de concentração ou exílio, para assumir a responsabilidade pelo futuro de países em sua maioria arruinados. Talvez alguns deles observassem que, mais uma vez, o capitalismo tinha se mostrado muito mais fácil de derrubar onde era fraco ou mal existia do que em seus países-núcleo. E no entanto, poderia alguém negar que o mundo dera uma dramática virada para a esquerda? Se os novos governantes ou co-governantes comunistas de seus Estados transformados se preocupavam com alguma coisa imediatamente após a guerra, não era com o futuro do socialismo. Era com a reconstrução de países empobrecidos, exaustos e arruinados, às vezes em meio a populações hostis, e com o perigo de uma guerra desencadeada pelas potências capitalistas contra o campo socialista antes que a reconstrução lhes desse segurança. Paradoxalmente, os mesmos temores rondavam o sono de políticos e ideólogos ocidentais. Como veremos, a Guerra Fria que se instalou no mundo após a segunda onda de revolução mundial foi uma disputa de pesadelos. Fossem ou não justificados, os medos do Oriente ou Ocidente eram parte da era de revolução mundial nascida em Outubro de 1917. Mas essa própria era estava para acabar, embora levasse mais quarenta anos para que se pudesse escrever o seu epitáfio.

Apesar disso, mudara o mundo, embora não da maneira como esperavam Lenin e os inspirados pela Revolução de Outubro. Fora do hemisfério ocidental, os dedos de duas mãos bastam para contar os poucos Estados do mundo que não passaram por alguma combinação de revolução, guerra civil, resistência a e libertação de ocupação estrangeira, ou a profilática descolonização por impérios condenados numa era de revolução mundial. (Grã-Bretanha, Suécia, Suíça e talvez Islândia são os únicos casos europeus.) Mesmo no hemisfério ocidental, omitindo as grandes mudanças violentas de governo sempre localmente descritas como "revoluções", grandes revoluções sociais — no México, Bolívia, a Revolução Cubana e suas sucessoras — transformaram o panorama latino-americano.

As revoluções de fato feitas em nome do comunismo se exauriram, embora seja demasiado cedo para orações fúnebres sobre elas enquanto os chineses, um quinto da raça humana, continuam a viver num país governado por um Partido Comunista. Contudo, é óbvio que um retorno ao mundo dos *anciens régimes* desses países é tão impossível quanto era na França depois da era revolucionária e napoleônica, ou, aliás, quanto revelou ser a volta das ex-colônias à vida pré-colonial. Mesmo onde se reverteu a experiência do comunismo, o presente dos países ex-comunistas, e presumivelmente seu futuro, traz e continuará trazendo as marcas específicas da contra-revolução que substituiu a revolução. Não há como apagar a era soviética da história da Rússia ou do mundo, como se não tivesse havido. Não há como São Petersburgo voltar a 1914.

Contudo, as conseqüências indiretas da era de levantes após 1917 foram tão profundas quanto as diretas. Os anos após a Revolução Russa iniciaram o processo de emancipação colonial e descolonização, e introduziram a política de bárbaras contra-revoluções (na forma do fascismo e outros muitos movimentos — ver capítulo 4) e a política de social-democracia na Europa. Esquece-se muitas vezes que até 1917 todos os partidos trabalhistas e socialistas (fora a meio periférica Austrália) preferiram ficar em permanente oposição até a chegada da hora do socialismo. Os primeiros governos ou coalizões de governos social-democratas (não do Pacífico) foram formados em 1917-9 (Suécia, Finlândia, Alemanha, Austrália, Bélgica), seguidos, depois de poucos anos, pela Grã-Bretanha, Dinamarca e Noruega. Tendemos a esquecer que a própria moderação desses partidos era em grande parte uma reação ao bolchevismo, como o foi a disposição do velho sistema político de integrá-los.

Em suma, a história do Breve Século XX não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos. Não menos porque se revelou a salvadora do capitalismo liberal, tanto possibilitando ao Ocidente ganhar a Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler quanto fornecendo o incentivo para o capitalismo se reformar, e também — paradoxalmente — graças à aparente imunidade da União Soviética à Grande Depressão, o incentivo a abandonar a crença na ortodoxia do livre mercado. Como veremos no próximo capítulo.

3
RUMO AO ABISMO ECONÔMICO

Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje [...] A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo.

Presidente Calvin Coolidge, Mensagem ao Congresso, 4/12/1928

Depois da guerra, o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo.

The Times, 23/1/1943

I

Suponhamos que a Primeira Guerra Mundial tivesse sido apenas uma perturbação temporária, apesar de catastrófica, numa economia e civilização fora isso estáveis. A economia teria então voltado a alguma coisa parecida ao normal após afastar os detritos da guerra e daí seguido em frente. Mais ou menos como o Japão sepultou os 300 mil mortos do terremoto de 1923, limpou as ruínas que deixaram 2 ou 3 milhões de desabrigados e reconstruiu a cidade como era antes, porém um pouco mais à prova de terremotos. Como teria sido o mundo entreguerras nessas circunstâncias? Não sabemos, e não há sentido em especular sobre o que não aconteceu, e quase certamente não poderia ter acontecido. Mas a pergunta não é inútil, porque nos ajuda a captar o profundo efeito na história do século XX do colapso econômico entre as guerras.

Sem ele, com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt. É muito improvável que o sistema soviético tivesse sido encarado como um sério rival econômico e uma alternativa possível ao capitalismo mundial. As conseqüências da crise econômica no mundo não europeu ou não ocidental, comentadas em outra parte desta obra, foram patentemente impressionantes. Em suma, o mundo da segunda metade do século XX é incompreensível se não entendermos o impacto do colapso econômico. É o tema deste capítulo.

A Primeira Guerra Mundial devastou apenas partes do Velho Mundo, sobretudo na Europa. A revolução mundial, o aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século XIX, espalhou-se mais amplamente: do México à China e, em forma de movimentos de libertação coloniais, do Magreb à Indonésia. Contudo, seria fácil encontrar partes do globo cujos cidadãos tivessem ficado distantes de ambos, notadamente os Estados Unidos da América, assim como grandes regiões da África colonial central e setentrional. Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos — a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la.

As operações de uma economia capitalista jamais são suaves, e flutuações variadas, muitas vezes severas, fazem parte integral dessa forma de reger os assuntos do mundo. O chamado "ciclo do comércio", de expansão e queda, era conhecido de todo homem de negócios do século XIX. Esperava-se que se repetisse, com variações, a cada período de sete a onze anos. Uma periodicidade um tanto mais extensa começara a chamar a atenção no fim do século XIX, quando observadores perceberam em retrospecto as inesperadas peripécias das décadas anteriores. Um *boom* espetacular, batedor de recordes, de cerca de 1850 a inícios da década de 1870, fora seguido por vinte e tantos anos de incertezas econômicas (os autores econômicos, um tanto enganadoramente, falaram numa Grande Depressão), e depois por outra onda marcadamente secular de progresso na economia mundial (ver *A era do capital, A era dos impérios*, capítulo 2). No início da década de 1920, um economista russo, N. D. Kondratiev, que mais tarde seria uma das primeiras vítimas de Stalin, discerniu um padrão de desenvolvimento econômico a partir de fins do século XVIII, através de uma série de "ondas longas" de cinqüenta a sessenta anos, embora nem ele nem ninguém mais conseguisse dar uma explicação satisfatória para esses movimentos, e estatísticos céticos até mesmo negas-

sem sua existência. Desde então, elas tornaram-se universalmente conhecidas na literatura especializada sob o nome de Kondratiev, que, por sinal, concluiu na época que a longa onda da economia mundial estava para terminar.* Tinha razão.

No passado, ondas e ciclos, longos, médios e curtos, tinham sido aceitos por homens de negócios e economistas mais ou menos como os fazendeiros aceitam o clima, que também tem seus altos e baixos. Nada se podia fazer a respeito: criavam oportunidades ou problemas, podiam trazer a prosperidade ou a bancarrota a indivíduos ou indústrias, mas só os socialistas que, como Karl Marx, acreditavam que o ciclo fazia parte de um processo pelo qual o capitalismo gerava o que acabariam por se revelar contradições internas insuperáveis, achavam que elas punham em risco a existência do sistema econômico como tal. Esperava-se que a economia mundial continuasse crescendo e avançando, como havia claramente feito, com exceção das súbitas e breves catástrofes das depressões cíclicas, por mais de um século. O que parecia ser novo na recente situação era que, provavelmente pela primeira e até ali única vez na história do capitalismo, suas flutuações apresentavam perigo para o sistema. E mais: em importantes aspectos, a curva secular de subida parecia interromper-se.

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente "globalização", ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. O progresso técnico continuou e até se acelerou na Era da Catástrofe, transformando e sendo transformado pela era de guerras mundiais. Embora na vida da maioria dos homens e mulheres as experiências econômicas centrais da era tivessem sido cataclísmicas, culminando na Grande Depressão de 1929-33, o crescimento econômico não cessou nessas décadas. Apenas diminuiu o ritmo. Na maior e mais rica economia da época, os EUA, a taxa média de crescimento do PNB per capita da população entre 1913 e 1938 foi apenas de um modesto 0,8% ao ano. A produção industrial mundial cresceu pouco mais de 80% nos 25 anos após 1913, ou cerca de metade da taxa de crescimento do quarto de século anterior (Rostow, 1978, p. 662). Como vamos ver (capítulo 9), o contraste com a era pós-1945 iria ser ainda mais espetacular. Contudo, se um ser de Marte estivesse observando as irregulares flutuações que os seres humanos experimentavam no solo, ele ou ela teria concluído que a economia mundial se achava em expansão contínua.

(*) O fato de boas previsões se haverem mostrado possíveis com base nas "ondas longas" de Kondratiev — o que não é muito comum em economia — convenceu muitos historiadores e mesmo alguns economistas de que elas contêm alguma verdade, embora não saibamos qual.

Contudo, com certeza sob um aspecto ela não se achava em expansão. A globalização da economia dava sinais de que parara de avançar nos anos entreguerras. Por qualquer critério de medição, a integração da economia mundial estagnou ou regrediu. Os anos anteriores à guerra tinham sido o período de maior migração em massa na história registrada, mas esses fluxos depois secaram, ou foram represados pelas perturbações das guerras e restrições políticas. Durante os quinze anos que precederam 1914, quase 15 milhões de pessoas desembarcaram nos EUA. Nos quinze anos seguintes, o fluxo diminuiu para 5,5 milhões, e durante a década de 1930 e a guerra, parou quase por completo: menos de 750 mil pessoas entraram nos EUA (*Historical Statistics* I, p. 105, tabela C 89-101). A migração ibérica, voltada principalmente para a América Latina, caiu de 1,75 milhão na década de 1911-20 para menos de 250 mil na década de 1930. O comércio mundial recuperou-se das perturbações da guerra e da crise do pós-guerra e subiu um pouco acima de 1913 no fim da década de 1920, caindo novamente durante a depressão, mas no fim da Era da Catástrofe (1948) não era significativamente maior em volume do que antes da Primeira Guerra Mundial (Rostow, 1978, p. 669). Entre o início da década de 1890 e 1913, havia mais que duplicado. Entre 1948 e 1971, iria quintuplicar. Essa estagnação é tanto mais surpreendente quando lembramos que a Primeira Guerra Mundial produziu um número substancial de novos países na Europa e no Oriente Médio. Tantos quilômetros a mais de fronteiras de países poderiam levar-nos a esperar um aumento automático no comércio entre estes Estados, uma vez que transações comerciais antes feitas num mesmo país (digamos, Áustria-Hungria, ou Rússia) eram agora classificadas como internacionais. Do mesmo modo, o trágico fluxo de refugiados do pós-guerra e da pós-revolução, cujos números já se mediam em milhões (ver capítulo 7), poderia levar-nos a esperar mais um crescimento que uma queda da migração global. Durante a Grande Depressão, até mesmo o fluxo internacional de capital pareceu secar. Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90%.

Por que essa estagnação? Sugeriram-se vários motivos, como por exemplo que a maior das economias do mundo, a dos EUA, passara a ser praticamente auto-suficiente, exceto pelo suprimento de umas poucas matérias-primas; jamais dependera particularmente do comércio externo. Contudo, mesmo países que tinham sido comerciantes de peso, como a Grã-Bretanha e os Estados escandinavos, mostravam a mesma tendência. Os contemporâneos concentravam-se numa causa de alarme mais óbvia, e com certeza quase tinham razão. Cada Estado agora fazia o mais possível para proteger suas economias de ameaças externas, ou seja, de uma economia mundial que estava visivelmente em apuros.

Tanto homens de negócios quanto governos tinham tido a esperança que, após a perturbação temporária da guerra mundial, a economia mundial de

alguma forma retornasse aos dias felizes de antes de 1914, que encaravam como normais. E de fato o *boom* imediatamente após a guerra, pelo menos nos países não perturbados por revoluções e guerras civis, parecia promissor, embora as empresas e governos não vissem com bons olhos o poder enormemente fortalecido dos trabalhadores e dos sindicatos, o que parecia significar o aumento dos custos de produção, devido a salários maiores e menos horas de trabalho. Contudo, o reajuste mostrou-se mais difícil que o esperado. Os preços e o *boom* desmoronaram em 1929. Com isso o poder dos trabalhadores foi minado — o desemprego britânico depois disso não mais caiu muito abaixo de 10%, e os sindicatos perderam metade de seus membros nos doze anos seguintes — fazendo assim mais uma vez a balança pender para o lado dos patrões, mas a prosperidade continuou fugidia.

O mundo anglo-saxônico, os países neutros da época da guerra e o Japão fizeram o que puderam para deflacionar, isto é, ordenar suas economias de acordo com os velhos e firmes princípios de moedas estáveis garantidas por finanças sólidas e o padrão ouro, que não conseguira resistir às tensões da guerra. E de fato foram mais ou menos bem-sucedidos nesse propósito entre 1922 e 1926. Contudo, a grande zona de derrota e convulsão, da Alemanha no Ocidente à Rússia soviética no Oriente, testemunhou um espetacular colapso do sistema monetário, comparável apenas ao que se deu em parte do mundo pós-comunista depois de 1989. No caso extremo — a Alemanha em 1923 — a unidade monetária foi reduzida a um milionésimo de milhão de seu valor de 1913, ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero. Mesmo nos casos menos extremos, as conseqüências foram drásticas. O avô do autor, cuja apólice de seguro venceu durante a inflação austríaca,* gostava de contar a história de que sacou essa grande soma em moeda desvalorizada e descobriu que ela dava apenas para tomar um drinque em seu café favorito.

Em suma, as poupanças privadas desapareceram, criando um vácuo quase completo de capital ativo para as empresas, o que ajuda a explicar a dependência maciça de empréstimos estrangeiros da economia alemã nos anos seguintes e sua vulnerabilidade quando veio a Depressão. A situação na URSS tampouco era melhor, embora o desaparecimento das poupanças privadas em forma monetária não tivesse ali as mesmas conseqüências econômicas ou políticas. Quando a grande inflação acabou, em 1922-3, devido à decisão dos governos de parar de imprimir papel-moeda em quantidades ilimitadas e mudar a moeda, as pessoas na Alemanha que dependiam de rendas fixas e poupanças foram aniquiladas, embora uma minúscula fração do dinheiro tivesse sido salva na Polônia, Hungria e Áustria. Contudo, pode-se imaginar o efeito trau-

(*) No século XIX, ao fim do qual os preços estavam muito mais baixos do que no começo, as pessoas se acostumaram de tal modo a preços estáveis ou em queda que a simples palavra *inflação* era o suficiente para descrever o que hoje chamamos de "hiperinflação".

mático da experiência nas classes média e média baixa locais. Isso deixou a Europa Central pronta para o fascismo. Os artifícios para fazer as populações se acostumarem a longos períodos de patológica inflação de preços (por exemplo, pela "indexação" de salários e outras rendas — a palavra foi usada pela primeira vez por volta de 1960) só foram inventados após a Segunda Guerra Mundial.*

Em 1924, esses furacões pós-guerra se acalmaram, e pareceu possível esperar um retorno ao que um presidente americano batizou de "normalismo". Houve realmente algo parecido com um retorno ao crescimento global, embora alguns dos produtores de matérias-primas e alimentos, inclusive alguns fazendeiros americanos, ficassem incomodados com os preços dos produtos primários, que voltaram a cair após uma breve recuperação. Os loucos anos 20 não foram uma era de ouro para os fazendeiros dos EUA. Além disso, o desemprego na maior parte da Europa Ocidental permaneceu assombroso e, pelos padrões pré-1914, patologicamente alto. É difícil lembrar que mesmo nos anos de *boom* da década de 1920 (1924-9) o desemprego ficou em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e nada menos de 17% a 18% na Dinamarca e na Noruega. Só os EUA, com uma média de desemprego de 4%, eram uma economia realmente a pleno vapor. Os dois fatos indicam uma fraqueza na economia. A queda dos preços dos produtos primários (que deixaram de cair ainda mais pelo acúmulo feito de estoques cada vez maiores) simplesmente demonstrou que a demanda deles não conseguia acompanhar a capacidade de produção. Tampouco devemos desdenhar o fato de que o *boom*, como se deu, foi em grande parte alimentado pelo enorme fluxo de capital internacional que invadiu os países industriais naqueles anos, em especial a Alemanha. Só esse país, que recebeu cerca de metade de todas as exportações de capital do mundo em 1928, tomou emprestados entre 20 e 30 trilhões de marcos, metade provavelmente a curto prazo (Arndt,1944, p. 47; Kindelberger, 1973). Mais uma vez isso deixou a economia alemã extremamente vulnerável, como ficou provado quando o dinheiro americano foi tirado de circulação após 1929.

Portanto, não foi surpresa para ninguém, com exceção dos especuladores de cidadezinhas americanas, cuja imagem se tornou conhecida do mundo ocidental nessa época através de *Babbit* (1920), do romancista americano Sinclair Lewis, que a economia mundial ficasse de novo em apuros poucos anos depois. A Internacional Comunista tinha de fato previsto outra crise econômica no auge do *boom*, esperando que ela — ou assim acreditavam, ou diziam acreditar seus porta-vozes — levasse a um novo lote de revoluções. Na verdade, produziu o contrário, a curto prazo. Contudo, o que ninguém esperava, provavelmente nem mesmo os revolucionários em seus momentos mais confian-

(*) Nos Bálcãs e nos Estados bálticos, os governos jamais perderam inteiramente o controle da inflação, embora ela tivesse sido séria.

tes, era a extraordinária universalidade e profundidade da crise que começou, como mesmo não historiadores sabem, com a quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros.

Como observaram os admiráveis especialistas da Liga das Nações, embora ninguém lhes desse muita atenção, uma dramática recessão da economia industrial norte-americana logo contaminou outro núcleo industrial, a Alemanha (Ohlin, 1931). A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo, mas essas são médias suavizadas. Dessa forma, nos EUA, a Westinghouse, grande empresa de eletricidade, perdeu dois terços de suas vendas entre 1929 e 1933, enquanto sua renda líquida caiu 75% em dois anos (Schatz, 1983, p. 60). Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, o da seda bruta três quartos. Isso deixou prostrados — para citar apenas os nomes relacionados pela Liga das Nações em 1931 — Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários. Em suma, tornou a Depressão global no sentido literal.

As economias da Áustria, Tchecoslováquia, Grécia, Japão, Polônia e Grã-Bretanha, bastante sensíveis a abalos sísmicos vindos do Ocidente (ou Oriente), foram igualmente abaladas. A indústria da seda japonesa triplicara sua produção em quinze anos para abastecer o vasto mercado americano de meias de seda, que então desapareceu temporariamente — o mesmo acontecendo com o mercado para os 90% de seda do Japão que iam para os EUA. Enquanto isso, o preço de outro grande produto primário da produção agrícola japonesa, o arroz, também despencou, como o fez em todas as grandes zonas produtoras de arroz do Sul e Leste da Ásia. Uma vez que o preço do trigo despencou ainda mais que o do arroz, ficando mais barato que este, diz-se que muitos orientais passaram de um para outro. Contudo, o *boom* de chapatis e talharins, se houve, piorou a situação dos agricultores em países exportadores de arroz como Birmânia, Indochina francesa e Sião (hoje Tailândia) (Latham, 1981, p. 178). Os agricultores tentaram compensar os preços em queda plantando e vendendo mais safras, o que fez os preços afundarem ainda mais.

Para os agricultores dependentes do mercado, sobretudo do mercado de exportação, isso significou a ruína, a menos que pudessem recuar para o tradicional último reduto do camponês, a produção de subsistência. Isso de fato

ainda era possível em grande parte do mundo dependente, e até onde a maioria de africanos, asiáticos do Sul e do Leste e latino-americanos ainda era camponesa, isso sem dúvida os protegeu. O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1980; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas.

Ainda assim, mesmo em países camponeses coloniais as pessoas sofreram, como se pode perceber pela queda de cerca de dois terços na importação de açúcar, farinha, peixe enlatado e arroz na Costa do Ouro (hoje Gana), onde o mercado de cacau (fundado no campesinato) entrou em queda livre, para não falar no corte de 98% nas importações de gim (Ohlin, 1931, p. 52).

Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (a menos que pudessem voltar para uma família camponesa no interior), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a conseqüência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia. O único Estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938. Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar.

O que tornava a situação mais dramática era que a previdência pública na forma de seguro social, inclusive auxílio-desemprego, ou não existia, como nos EUA, ou, pelos padrões de fins do século XX, era parca, sobretudo para os desempregados a longo prazo. É por isso que a seguridade social sempre foi uma preocupação tão vital dos trabalhadores: proteção contra as terríveis incertezas do desemprego (isto é, salários), doença ou acidente, e as terríveis certezas de uma velhice sem ganhos. É por isso que os trabalhadores sonhavam em ver os filhos em empregos de salários modestos, mas seguros, e com aposentadoria. Mesmo no país mais coberto por planos de seguro-desemprego antes da Depressão (Grã-Bretanha), menos de 60% da força de trabalho estava protegida por eles — e isso apenas porque a Grã-Bretanha desde 1920 tinha sido obrigada a adaptar-se ao desemprego em massa. Nas demais partes da

Europa (com exceção da Alemanha, onde era acima de 40%), a proporção de trabalhadores com direito ao auxílio-desemprego ia de zero a cerca de um quarto (Flora, 1983, p. 461). As pessoas acostumadas às flutuações de emprego ou a passar temporadas cíclicas de desemprego ficaram desesperadas quando não surgiu emprego em parte alguma, depois que suas pequenas economias e seu crédito nas mercearias locais se exauriram.

Daí o impacto central, traumático, do desemprego em massa sobre a política dos países industrializados, pois foi este o significado primeiro e principal da Grande Depressão para o grosso dos habitantes. Que lhes importava que historiadores econômicos (e mesmo a lógica) demonstrassem que a maioria da força de trabalho do país, empregada mesmo nos piores momentos, estivesse de fato vivendo em condições significativamente melhores, já que os preços caíram durante todos os anos entreguerras, e os dos alimentos mais rapidamente que quaisquer outros nos piores anos da Depressão. A imagem predominante na época era a das filas de sopa, de "Marchas da Fome" saindo de comunidades industriais sem fumaça nas chaminés onde nenhum aço ou navio era feito e convergindo para as capitais das cidades, para denunciar aqueles que julgavam responsáveis. Tampouco deixaram os políticos de notar que até 85% dos membros do Partido Comunista Alemão, que cresceu quase tão rápido quanto o Partido Nazista nos anos da Depressão e mais rápido nos últimos meses antes da ascensão de Hitler ao poder, estavam desempregados (Weber, 1969, vol. I, p. 243).

Não surpreende portanto que o desemprego fosse visto como uma ferida profunda e potencialmente mortal ao corpo político. "Depois da guerra", escreveu um editorialista no *Times* de Londres, "o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo" (Arndt, 1944, p. 250). Nunca antes na história da industrialização poderia tal trecho ter sido escrito. Explica mais sobre as políticas governamentais ocidentais do pós-guerra do que prolongadas pesquisas de arquivos.

Curiosamente, o senso de catástrofe e desorientação causado pela Grande Depressão foi talvez maior entre os homens de negócios, economistas e políticos do que entre as massas. O desemprego em massa, o colapso dos preços agrícolas, as atingiram com força, mas elas não tinham dúvida de que havia alguma solução política para essas injustiças inesperadas — na esquerda ou na direita — até o ponto em que os pobres podem esperar que suas modestas necessidades sejam satisfeitas. Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. Para enfrentar a crise imediata, a curto prazo, eles tinham, em sua visão, de solapar a base a longo prazo de uma economia mundial florescente. Numa época em que o comércio mundial caiu 60% em quatro anos (1929-32), os Estados se viram erguendo barreiras

cada vez mais altas para proteger seus mercados e moedas nacionais contra os furacões econômicos mundiais, sabendo muito bem que isso significava o desmantelamento do sistema mundial de comércio multilateral sobre o qual, acreditavam, devia repousar a prosperidade do mundo. A pedra fundamental desse sistema, o chamado "*status* de nação mais favorecida", desapareceu de quase 60% de 510 acordos comerciais assinados entre 1931 e 1939, e, onde continuou, foi em geral numa forma limitada (Snyder, 1940).* Onde iria parar isso? Haveria uma saída do círculo vicioso?

Examinaremos adiante as conseqüências políticas imediatas disso, o mais trágico episódio na história do capitalismo. Contudo, deve-se mencionar desde já sua mais significativa implicação a longo prazo. Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século. Em 1931-2, a Grã-Bretanha, Canadá, toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, sempre encarado como a base de trocas internacionais estáveis, e em 1936 haviam-se juntado a eles os fiéis apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses.** Quase simbolicamente, a Grã-Bretanha em 1931 abandonou o Livre Comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840 quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA. A retirada britânica dos princípios de transações livres numa única economia mundial dramatiza a corrida geral para a autoproteção na época. Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso — radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita — eram demasiado ameaçadores.

Assim, os governos não mais protegeram a agricultura simplesmente com tarifas contra a competição estrangeira, embora, onde o tinham feito antes, erguessem barreiras tarifárias ainda mais altas. Durante a Depressão, passaram a subsidiá-la, assegurando preços agrícolas, comprando os excedentes ou pagando aos agricultores para não produzir, como nos EUA após 1933. As origens dos bizarros paradoxos da "Política Agrícola Comum" da Comunidade Européia, através da qual, nas décadas de 1970 e 1980, minorias cada vez mais exíguas de agricultores ameaçaram levar a Comunidade à bancarrota com os subsídios de que desfrutavam, remontam à Grande Depressão.

Quanto aos trabalhadores, após a guerra o "pleno emprego", ou seja, a eli-

(*) A cláusula de "nação mais favorecida" na verdade significa o oposto do que parece, ou seja, que o parceiro comercial será tratado nos mesmos termos que a "nação mais favorecida" — isto é, *nenhuma* nação será mais favorecida.

(**) Na forma clássica, um *padrão ouro* dá à unidade de uma moeda, como por exemplo, a cédula de um dólar, o valor de um determinado peso de ouro, pelo qual, se necessário, o banco a trocará.

minação do desemprego em massa, tornou-se a pedra fundamental da política econômica nos países de capitalismo democrático reformado, cujo mais famoso profeta e pioneiro, embora não o único, foi o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). O argumento keynesiano em favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa era tão econômico quanto político. Os keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. Apesar disso, o motivo pelo qual esse meio de aumentar a demanda recebeu tão urgente prioridade — o governo britânico empenhou-se nele mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial — foi que se acreditava que o desemprego em massa era política e socialmente explosivo, como de fato mostrara ser durante a Depressão. Essa crença era tão forte que, quando muitos anos depois voltou o desemprego em massa, e sobretudo durante a séria depressão no início da década de 1980, observadores (incluindo este autor) tinham a certeza de que presenciavam agitações sociais, e ficaram surpresos quando isso não aconteceu (ver capítulo 14).

Isso se deveu, em grande parte, a outra medida profilática tomada durante, depois e em conseqüência da Grande Depressão: a instalação de modernos sistemas previdenciários. Como surpreender-se por terem os EUA aprovado a Lei de Seguridade Social em 1935? Estamos de tal modo acostumados à predominância de abrangentes sistemas de bem-estar nos Estados desenvolvidos do capitalismo industrial — com algumas exceções, como o Japão, Suíça e EUA — que esquecemos como havia poucos "Estados do Bem-estar" no sentido moderno antes da Segunda Guerra Mundial. Mesmo os países escandinavos apenas começavam a desenvolvê-los. Na verdade, nem o termo Estado do Bem-estar (*welfare state*) havia entrado em uso antes da década de 1940.

O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Qüinqüenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. Essas conquistas impressionaram mais os observadores estrangeiros de todas as ideologias, incluindo um pequeno mas influente fluxo de turistas sócio-econômicos em Moscou em 1930-5, que o visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabilidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin. Pois o que eles tentavam compreender não era o fenômeno da URSS em si, mas o colapso de seu próprio sistema econômico, a profundidade do fracasso do capitalismo ocidental. Qual era o segredo do sistema soviético? Podia-se

aprender alguma coisa com ele? Ecoando os Planos Qüinqüenais da URSS, "Plano" e "Planejamento" tornaram-se palavras da moda na política. Os partidos social-democratas adotaram "planos", como na Bélgica e Noruega. Sir Arthur Salter, funcionário público britânico da máxima distinção e respeitabilidade, e um pilar do *establishment*, escreveu um livro, *Recovery* [Recuperação], para demonstrar que era essencial uma sociedade planejada, se o país e o mundo queriam escapar do ciclo perverso da Grande Depressão. Outros servidores e funcionários públicos centristas britânicos estabeleceram uma assessoria de alto nível chamada PEP (*Political and Economic Planning* — Planejamento Político e Econômico). Jovens políticos conservadores como o futuro primeiro-ministro Harold Macmillan (1894-1986) tornaram-se porta-vozes do "planejamento". Até os nazistas plagiaram a idéia, quando Hitler introduziu um "Plano Quadrienal" em 1933. (Por motivos que serão examinados no próximo capítulo, o sucesso dos nazistas com a Depressão em 1933 teve menos repercussões internacionais.)

II

Por que a economia capitalista não funcionou entre as guerras? A situação nos EUA é parte essencial de qualquer resposta a esta pergunta. Pois se era possível responsabilizar ao menos parcialmente as perturbações da Europa na guerra e no pós-guerra, ou pelo menos nos países beligerantes da Europa, pelos problemas econômicos ali ocorridos, os EUA tinham estado muito distantes do conflito, embora por um curto e decisivo período tivessem se envolvido nele. Assim, longe de perturbar sua economia, a Primeira Guerra Mundial, como a Segunda, beneficiou-os espetacularmente. Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial — pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais européias (Hilgendt, 1945, tabela 1.14). É uma cifra espantosa. Concretamente, enquanto a produção de aço americana subiu cerca de um quarto entre 1913 e 1920, a produção de aço do resto do mundo caiu cerca de um terço (Rostow, 1978, p. 194, tabela II.33). Em suma, após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial. Foi a Grande Depressão que interrompeu temporariamente essa ascensão.

Além disso, a guerra não apenas reforçou sua posição como maior produtor industrial do mundo, como os transformou no maior credor do mundo. Os britânicos haviam perdido cerca de um quarto de seus investimentos globais durante a guerra, sobretudo os aplicados nos EUA, os quais tiveram de vender para com-

prar suprimentos de guerra; os franceses perderam mais ou menos metade dos deles, em grande parte devido às revoluções e colapsos na Europa. Enquanto isso os americanos, que tinham começado a guerra como um país devedor, terminaram-na como o principal credor internacional. Como os EUA concentraram suas operações na Europa e no hemisfério ocidental (os britânicos ainda eram de longe os maiores investidores na Ásia e África), seu impacto na Europa foi decisivo.

Em suma, não há explicação para a crise econômica mundial sem os EUA. Eles eram, afinal, tanto o primeiro país exportador do mundo na década de 1920 quanto, depois da Grã-Bretanha, o primeiro país importador. Importavam quase 40% de todas as exportações de matérias-primas e alimentos dos quinze países mais comerciais, um fato que ajuda muito a explicar o desastroso impacto da Depressão nos produtores de trigo, algodão, açúcar, borracha, seda, cobre, estanho e café (Lary, 1943, pp. 28-9). Pelo mesmo motivo, tornaram-se a principal vítima da Depressão. Se suas importações caíram em 70% entre 1929 e 1932, suas exportações caíram na mesma taxa. O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1939, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade.

Isso não pretende subestimar as raízes exclusivamente européias do problema, em grande parte de origem política. Na conferência de paz de Versalhes (1919), haviam-se imposto pagamentos imensos mas indefinidos à Alemanha, como "reparações" pelo custo da guerra e os danos causados às potências vitoriosas. Como justificativa, inserira-se uma cláusula no tratado de paz fazendo da Alemanha *a única* responsável pela guerra (a chamada cláusula da "culpa de guerra"), a qual, além de historicamente duvidosa, revelou-se um presente para o nacionalismo alemão. A quantia que a Alemanha teria de pagar permaneceu vaga, como um compromisso entre a posição dos EUA, que propunham fixar os pagamentos da Alemanha segundo a capacidade de pagar do país, e a dos outros aliados — sobretudo os franceses — que insistiam em recuperar todos os custos da guerra. O objetivo real destes, ou pelo menos da França, era manter a Alemanha fraca e ter um meio de poder pressioná-la. Em 1921, a soma foi fixada em 132 bilhões de marcos ouro, ou seja, 33 bilhões de dólares na época, o que todo mundo sabia ser uma fantasia.

As "reparações" levaram a intermináveis debates, crises periódicas e acordos sob os auspícios americanos, pois os EUA, para o desprazer de seus ex-aliados, queriam relacionar a questão da dívida alemã com eles à das dívidas deles com Washington. Estas eram quase tão absurdas quanto as somas exigidas dos alemães, que equivaliam a uma vez e meia todo o produto nacional bruto do país em 1929; as dívidas britânicas com os EUA equivaliam à metade do produto nacional bruto da Grã-Bretanha; as dívidas francesas a dois terços (Hill, 1988, pp. 15-6). Um "Plano Dawes", em 1924, na verdade fixou uma soma para a Alemanha pagar anualmente; um "Plano Young", em 1929, modificou o esquema de pagamento e, incidentalmente, estabeleceu o Banco de

Acordos Internacionais em Basiléia (Suíça), a primeira das instituições financeiras internacionais que iriam se multiplicar após a Segunda Guerra Mundial. (No momento em que escrevo, ele ainda está em funcionamento.) Para fins práticos, todos os pagamentos, alemães e aliados, cessaram em 1932. Só a Finlândia terminou de pagar suas dívidas de guerra com os EUA.

Sem querer esmiuçar muito, duas questões estavam em causa. *Primeiro*, havia a questão posta pelo jovem John Maynard Keynes, que escreveu uma crítica selvagem à conferência de Versalhes, da qual participou como membro subalterno da delegação britânica: *The economic consequences of the peace* [As conseqüências econômicas da paz] (1920). Sem uma restauração da economia alemã, argumentava, seria impossível a restauração de uma civilização e economia liberais estáveis na Europa. A política francesa de manter a Alemanha fraca para sua "segurança" era contraprodutiva. Na verdade, os franceses estavam fracos demais para impor sua política, mesmo quando ocuparam por breve período o coração industrial da Alemanha ocidental em 1923, com a desculpa de que os alemães se recusavam a pagar. Acabaram tendo de tolerar uma política de "realização" alemã após 1924, que fortaleceu a economia alemã. Mas, *segundo*, havia a questão de como seriam pagas as reparações. Os que desejavam manter a Alemanha fraca queriam dinheiro vivo, em vez de (como seria racional) bens da produção corrente, ou pelo menos parte da renda das exportações alemãs, uma vez que isso teria fortalecido a economia alemã contra seus competidores. Na verdade, obrigaram a Alemanha a recorrer a pesados empréstimos, de forma que as reparações que foram pagas vieram dos empréstimos maciços (americanos). Para seus rivais de meados da década de 1920, isso parecia ter a vantagem extra de fazer a Alemanha incorrer em profunda dívida, em vez de expandir suas exportações para equilibrar sua balança externa. E de fato as importações alemãs subiram às alturas. Contudo, todo o arranjo, como já vimos, deixou tanto a Alemanha quanto a Europa extremamente sensíveis ao declínio dos empréstimos americanos, que começou mesmo antes da crise e a suspensão completa de empréstimos americanos após a crise de Wall Street em 1929. Todo o castelo de cartas de reparações desmoronou durante a Depressão. A essa altura, o fim dos pagamentos não teve efeitos positivos sobre a Alemanha ou a economia mundial, porque esta tinha desabado como sistema integrado, o mesmo acontecendo, em 1931-3, com todos os acordos para pagamentos internacionais.

Contudo, as perturbações e complicações políticas do tempo da guerra e do pós-guerra na Europa só em parte explicam a severidade do colapso econômico entreguerras. Em termos econômicos, podemos vê-lo de dois modos.

O primeiro vê basicamente um impressionante e crescente desequilíbrio na economia internacional, devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do mundo. O sistema mundial, pode-se argumentar, não funcionou porque, ao contrário da Grã-Bretanha, que fora o centro antes de 1914, os EUA não precisavam muito do resto do mundo, e portanto, outra vez ao contrá-

rio da Grã-Bretanha, que sabia que o sistema de pagamentos mundiais se apoiava na libra esterlina e cuidava para que ela permanecesse estável, os EUA não se preocuparam em agir como estabilizador global. Não precisavam muito do mundo porque, após a Primeira Guerra Mundial, tinham de importar menos capital, trabalho e (em termos relativos) produtos do que nunca — com exceção de algumas matérias-primas. Suas exportações, embora internacionalmente importantes — Hollywood praticamente monopolizou o mercado de cinema internacional —, davam uma contribuição muito menor à renda nacional que em qualquer outro país industrial. Pode-se discutir até onde foi significativa essa retirada, por assim dizer, dos EUA da economia mundial. Contudo, fica claro que essa explicação da Depressão foi uma das que influenciaram Washington nos anos de guerra para assumir a responsabilidade pela estabilidade da economia mundial após 1945 (Kindleberger, 1973).

A segunda perspectiva da Depressão se fixa na não-geração, pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura. As fundações da prosperidade da década de 1920, como vimos, eram fracas, mesmo nos EUA, onde a agricultura já se achava praticamente em depressão, e os salários em dinheiro, ao contrário do mito da grande era do *jazz*, não estavam subindo, mas na verdade estagnaram nos últimos anos loucos do *boom* (*Historical Statistics of the USA*, I, p. 164, tabela D722-727). O que acontecia, como muitas vezes acontece nos *booms* de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso. Também aqui, quaisquer que sejam as discussões entre historiadores e economistas, que ainda hoje debatem a questão, os contemporâneos com forte interesse em políticas de governo ficaram profundamente impressionados com a fraqueza da demanda; inclusive John Maynard Keynes.

Quando veio o colapso, claro que este foi muito mais drástico nos EUA porque a lenta expansão da demanda fora fortalecida por meio de uma enorme expansão de crédito ao consumidor. (Leitores que se lembram do fim da década de 1980 talvez reconheçam o cenário.) Os bancos, já atingidos pelo *boom* especulativo imobiliário que, com a tradicional aliança entre otimistas auto-iludidos e a crescente picaretagem financeira,* chegara ao auge alguns anos antes do Grande Crash, estavam sobrecarregados de dívidas não saldadas, recusavam novos empréstimos para habitação e refinanciamento para os exis-

(*) Não por nada a década de 1920 foi a do psicólogo Émile Coúe (1857-1926), que popularizou a auto-sugestão otimista através do *slogan* constantemente repetido: "Todo dia, em todos os aspectos, estou ficando cada vez melhor".

tentes. Isso não os impediu de estourar aos milhares,* quando (em 1933) quase metade das hipotecas domésticas americanas ficaram em atraso e mil propriedades por dia eram executadas (Miles et al., 1991, p. 108). Só os compradores de automóveis deviam 1,4 milhão de um total de endividamento pessoal de 6,5 milhões em empréstimos de curto e médio prazo (Ziebura, 1990, p. 49). O que tornava a economia tão mais vulnerável a esse *boom* de crédito era que os consumidores não usavam seus empréstimos para comprar os bens de consumo tradicionais, que mantêm corpo e alma juntos, e têm portanto muito pouca variação: alimentos, roupas e coisas semelhantes. Por mais pobre que se seja, não se pode reduzir abaixo de um certo ponto a própria demanda de produtos básicos; tampouco essa demanda dobra quando dobra a renda da pessoa. Em vez disso, os consumidores compravam os bens supérfluos da moderna sociedade de consumo que os EUA, mesmo então, já iniciavam. Mas a compra de carros e casas podia ser adiada, e, de qualquer modo, eles tinham e têm uma elasticidade-renda de demanda muito alta.

Portanto, a menos que se esperasse que a Depressão fosse breve, ou ela acabasse logo, e não se solapasse a confiança no futuro, o efeito de tal crise podia ser impressionante. A produção de automóveis nos EUA *caiu para a metade* entre 1929 e 1931, ou, num nível mais baixo, a produção de discos para os pobres (discos "raciais" e de *jazz* dirigidos ao público negro) praticamente cessou por algum tempo. Em suma, "ao contrário das ferrovias ou navios mais eficientes, ou da introdução de aço e ferramentas automáticas — que reduziam os custos — os novos produtos e estilo de vida exigiam níveis de renda elevados e em expansão, e um alto grau de confiança no futuro, para difundirem-se rapidamente" (Rostow, 1978, p. 219). Mas era isso exatamente que estava desmoronando.

Mesmo a pior depressão cíclica mais cedo ou mais tarde tem de acabar, e após 1939 havia sinais cada vez mais claros de que o pior já passara. De fato, algumas economias dispararam na frente. O Japão e, em escala mais modesta, a Suécia alcançaram quase duas vezes o nível de produção pré-Depressão no fim da década de 1930, e em 1938 a economia alemã (embora não a italiana) estava 25% acima de 1929. Mesmo economias emperradas como a britânica davam claros sinais de dinamismo. Contudo, o esperado aumento não voltou. O mundo continuou em depressão. Isso foi mais visível na maior de todas as economias, a dos EUA, porque as várias experiências para estimular a economia feitas pelo "New Deal" do presidente F. D. Roosevelt — às vezes de maneira inconsistente — não corresponderam exatamente à sua promessa econômica. Uma forte subida foi seguida, em 1937-8, por outro *crash* econômico,

(*) O sistema bancário americano não permitia o tipo de banco gigante europeu, com um sistema nacional de filiais, e portanto consistia de fracos bancos locais ou, na melhor das hipóteses, estaduais.

embora em escala mais modesta que após 1929. O principal setor da indústria americana, de produção de automóveis, jamais reconquistou seu pico de 1929. Em 1938, estava pouco acima do que em 1920 (*Historical Statistics*, II, p. 716). Para quem olha em retrospecto da década de 1990, salta aos olhos o pessimismo de comentaristas inteligentes. Economistas capazes e brilhantes viam o futuro do capitalismo, caso ele não fosse mexido, como de estagnação. Essa visão, já antecipada no panfleto de Keynes contra o tratado de paz de Versalhes, tornou-se muito popular nos EUA após a Depressão. Não deve qualquer economia madura tender à estagnação? Como disse o propositor de outro prognóstico pessimista para o capitalismo, o economista austríaco Schumpeter: "Em qualquer período prolongado de mal-estar econômico, os economistas, entrando como as outras pessoas no clima da época, proferem teorias que pretendem mostrar que a Depressão veio para ficar" (Schumpeter, 1954, p. 1172). Talvez historiadores, que venham a estudar o período de 1973 até o fim do Breve Século XX, fiquem igualmente impressionados com a persistente relutância das décadas de 1970 e 1980 em considerar a possibilidade de uma depressão geral da economia capitalista mundial.

Isto se deu apesar de os anos 30 terem sido uma década de considerável inovação tecnológica na indústria, como por exemplo no desenvolvimento dos plásticos. Na verdade, em um campo — a diversão e o que mais tarde veio a chamar-se de "meios de comunicação" — os anos entreguerras viram uma reviravolta, pelo menos no mundo anglo-saxônico, com o triunfo do rádio de massa e da indústria de cinema de Hollywood, para não falar da moderna imprensa ilustrada de rotogravura (ver capítulo 6). Talvez não seja tão surpreendente o fato de que as gigantescas casas de exibição cinematográfica se tivessem erguido como palácios nas cinzentas cidades do desemprego em massa, pois os ingressos de cinema eram extremamente baratos, e tanto os muito jovens como os velhos, mais atingidos pelo desemprego de então e depois, tinham tempo de sobra e, como observaram os sociólogos, durante a Depressão era provável que maridos e mulheres partilhassem juntos mais atividades de lazer que antes (Stouffer & Lazarsfeld, 1937, pp. 55 e 92).

III

A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos dos que ocupavam cargos de autoridade em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com cartas dos mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar. Até onde se

podia confiar nos economistas, por mais brilhantes que fossem, quando demonstravam, com grande lucidez, que a Depressão em que eles mesmos viviam não podia acontecer numa sociedade de livre mercado propriamente conduzida, pois (segundo uma lei econômica com o nome de um francês do início do século XIX) não era possível nenhuma superprodução que logo não se corrigisse? Em 1933, não era fácil acreditar, por exemplo, que onde a demanda de consumo, e portanto o consumo, caíssem em depressão, a taxa de juros cairia também o necessário para estimular o investimento, para que a demanda de investimento preenchesse o buraco deixado pela menor demanda de consumo. Com o desemprego nas alturas, não parecia plausível acreditar (como aparentemente acreditava o Tesouro britânico) que obras públicas não aumentariam o emprego, porque o dinheiro gasto nelas seria simplesmente desviado do setor privado, que de outro modo geraria o mesmo volume de empregos. Economistas que aconselhavam que se deixasse a economia em paz, governos cujos primeiros instintos, além de proteger o padrão ouro com políticas deflacionárias, era apegar-se à ortodoxia financeira, aos equilíbrios de orçamento e à redução de despesas, visivelmente não tornavam melhor a situação. Na verdade, à medida que continuava a Depressão, argumentava-se com considerável vigor, entre outros por J. M. Keynes — que em conseqüência disso se tornou o mais influente economista dos quarenta anos seguintes —, que tais governos estavam piorando a Depressão. Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos. Também nos dá uma vívida ilustração da necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer.

De qualquer modo, o que era uma "economia de livre mercado" em uma época em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo "perfeita competição", e economistas críticos de Karl Marx podiam observar como ele se mostrara correto, especialmente em sua previsão da crescente concentração de capital (Leontiev, 1938, p. 78)? Não era preciso ser marxista, nem mostrar interesse por Marx, para ver como era diferente da economia de livre competição do século XIX o capitalismo entreguerras. Na verdade, muito antes da quebra de Wall Street, um inteligente banqueiro suíço observou que o fato de o liberalismo econômico (e, acrescentou, do socialismo pré-1917) não conseguir manter-se como programa universal explicava a tendência a uma economia autocrática — fascista, comunista ou sob os auspícios de grandes corporações independentes de seus

acionistas (Somary, 1929, pp. 174 e 193). E no final da década de 1930 as ortodoxias liberais da livre competição pareciam tão desgastadas que a economia mundial podia ser vista como um sistema tríplice composto de um setor de mercado, um governamental (dentro do qual as economias planejadas ou controladas, como as do Japão, Turquia, Alemanha e União Soviética, faziam suas transações umas com as outras), e um setor de autoridades públicas e quase públicas internacionais que regulavam algumas partes da economia (por exemplo, com acordos internacionais de mercadorias) (Staley, 1939, p. 231).

Não surpreende, portanto, que os efeitos da Grande Depressão tanto sobre a política quanto sobre o pensamento público tivessem sido dramáticos e imediatos. Infeliz o governo por acaso no poder durante o cataclismo, fosse ele de direita, como a presidência de Herbert Hoover nos EUA (1928-32), ou de esquerda, como os governos trabalhistas na Grã-Bretanha e Austrália. A mudança nem sempre foi tão imediata quanto na América Latina, onde doze países mudaram de governo ou regime em 1930-1, dez deles por golpe militar. Mesmo assim, em meados da década de 1930 havia poucos Estados cuja política não houvesse mudado substancialmente em relação ao que era antes do *crash*. Na Europa e Japão, deu-se uma impressionante virada para a direita, com exceção da Escandinávia, onde a Suécia entrou em seu governo social-democrata de meio século em 1932, e na Espanha, onde a monarquia Bourbon deu lugar a uma infeliz e, como se viu, breve República em 1931. Falaremos mais disso no próximo capítulo, embora se deva dizer logo que a quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares — Japão (1931) e Alemanha (1933) — constituiu a conseqüência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão. Os portões para a Segunda Guerra Mundial foram abertos em 1931.

O fortalecimento da direita radical foi reforçado, pelo menos durante o pior período da Depressão, pelos espetaculares reveses da esquerda revolucionária. Assim, longe de iniciar outra rodada de revoluções sociais, como esperara a Internacional Comunista, a Depressão reduziu o movimento comunista fora da União Soviética a um estado de fraqueza sem precedentes. Isso se deveu, em certa medida, à política suicida do Comintern, que não apenas subestimou grandemente o perigo do nacional-socialismo na Alemanha, como seguiu uma linha de isolamento sectário que parece incrível em retrospecto, decidindo que seu principal inimigo era o trabalhismo de massa organizado dos partidos social-democratas e trabalhistas (descritos como "social-fascistas").* Certamente em 1934, depois que Hitler já destruíra o PC (KPD) ale-

(*) Isso chegou a tal ponto que em 1933 Moscou insistiu que o líder comunista italiano P. Togliatti retirasse a sugestão de que talvez a social-democracia não fosse o perigo primeiro, pelo menos na Itália. A essa altura Hitler chegara de fato ao poder. O Comintern só mudou sua linha em 1934.

mão, outrora a esperança de Moscou para a revolução mundial e ainda a maior e aparentemente mais formidável e crescente secção da Internacional, quando mesmo os comunistas chineses, expulsos de suas bases de guerrilha rurais, não passavam de uma perseguida caravana em sua Longa Marcha para algum refúgio distante e seguro, muito pouco parecia restar de um movimento revolucionário internacional organizado significativo, legal ou mesmo ilegal. Na Europa de 1934, só o Partido Comunista francês tinha ainda uma presença política verdadeira. Na Itália fascista, dez anos depois da Marcha sobre Roma e nas profundezas da Depressão internacional, Mussolini sentiu-se suficientemente confiante para libertar alguns dos comunistas presos em comemoração àquela data (Spriano, 1969, p. 397). Tudo isso iria mudar dentro de poucos anos (ver capítulo 5). Mas permanece o fato de que o resultado imediato da Depressão, pelo menos na Europa, foi o exato oposto do que os revolucionários sociais tinham esperado.

Tampouco se limitava esse declínio da esquerda ao setor comunista, pois com a vitória de Hitler o Partido Social-Democrata alemão desapareceu de vista, enquanto que um ano depois a social-democracia austríaca caiu após uma breve resistência armada. Em 1931, o Partido Trabalhista britânico já se tornara vítima da Depressão, ou antes de sua crença na ortodoxia econômica do século XIX, e seus sindicatos, que tinham perdido metade dos membros desde 1920, estavam mais fracos que em 1913. A maior parte do socialismo europeu se achava encostada na parede.

Fora da Europa, no entanto, a situação era diferente. As regiões do Norte das Américas deslocavam-se acentuadamente para a esquerda, à medida que os EUA, sob seu novo presidente Franklin D. Roosevelt (1933-45), faziam experiências com um New Deal mais radical, e o México, sob o presidente Lázaro Cárdenas (1934-40), revivia o dinamismo original do início da Revolução Mexicana, sobretudo na questão da reforma agrária. Movimentos sociais/políticos bastante poderosos surgiram nas planícies assoladas pela crise do Canadá, o *Social Credit* e a Federação Cooperativa da Comunidade Econômica (o *Novo Partido Democrático* de hoje), ambos de esquerda pelos critérios da década de 1930.

Não é fácil caracterizar o impacto político da Depressão sobre o resto da América Latina, pois embora seus governos ou partidos governantes caíssem como paus de boliche à medida que o colapso nos preços mundiais de seus produtos básicos de exportação quebrava suas finanças, não caíram na mesma direção. Mesmo assim, caíram mais para a esquerda do que para a direita, embora apenas brevemente. A Argentina entrou em uma era de governo militar após um longo período de governo civil; e embora líderes de mentalidade fascista como o general Uriburu (1930-2) logo fossem afastados, moveu-se claramente para a direita, se bem que uma direita tradicionalista. O Chile, por outro lado, aproveitou a Depressão para derrubar um de seus raros presidentes

ditadores antes da era do general Pinochet, Carlos Ibañez (1927-31), e moveu-se, de uma forma tempestuosa, para a esquerda. Na verdade passou por uma momentânea "República Socialista" em 1932, sob um coronel de nome esplêndido, Marmaduke Grove, e depois criou uma bem-sucedida Frente Popular com base no modelo europeu (ver capítulo 4). No Brasil, a Depressão acabou com a oligárquica "República Velha" de 1899-1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista-nacionalista (ver p. 137). Ele dominou a história de seu país pelos vinte anos seguintes. A mudança no Peru foi bem mais para a esquerda, embora o mais poderoso dos novos partidos, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) — um dos poucos partidos de massa com base na classe operária do tipo europeu bem-sucedidos no hemisfério ocidental* —, fracassasse em suas ambições revolucionárias (1930-2). A mudança na Colômbia foi ainda mais para a esquerda. Os liberais, sob um presidente de mentalidade reformista muito influenciado pelo New Deal de Roosevelt, assumiram após quase trinta anos de governo conservador. A mudança radical foi ainda mais acentuada em Cuba, onde a posse de Roosevelt permitiu aos habitantes desse protetorado ao largo da costa americana derrubar um presidente odiado e, mesmo pelos padrões então predominantes em Cuba, extraordinariamente corrupto.

No vasto setor colonial do mundo, a Depressão trouxe um acentuado aumento na atividade antiimperialista, em parte por causa do colapso dos preços das mercadorias das quais dependiam as economias coloniais (ou pelo menos suas finanças públicas e classes médias), e em parte porque os próprios países metropolitanos apressaram-se em proteger sua agricultura e empregos, sem avaliar os efeitos dessas políticas sobre suas colônias. Estados europeus cujas decisões econômicas eram determinadas por fatores internos não podiam a longo prazo manter intatos impérios com uma infinita complexidade de interesses de produtores (Holland, 1985, p. 13) (ver capítulo 7).

Por este motivo, na maior parte do mundo colonial a Depressão assinalou o início efetivo do descontentamento político e social local, que só podia ser dirigido contra o governo (colonial), mesmo onde — como na Malásia — os movimentos políticos nacionalistas só fossem surgir após a Segunda Guerra Mundial. Tanto na África Ocidental (britânica) quanto no Caribe, a agitação social fazia agora sua entrada, em conseqüência direta da crise das exportações locais (cacau e açúcar). E mesmo em países com movimentos nacionais anticoloniais já desenvolvidos, os anos de depressão trouxeram uma escalada do conflito, sobretudo onde a agitação atingira as massas. Esses, afinal, foram os anos de expansão da Irmandade Muçulmana no Egito (fundada em 1928) e da segunda mobilização das massas indianas por Gandhi (1931) (ver capítulo 7).

(*) Os outros foram os Partidos Comunistas cubano e chileno.

Talvez a vitória dos ultras republicanos sob De Valera, nas eleições irlandesas de 1932, também devesse ser vista como uma reação anticolonial tardia ao colapso econômico.

Provavelmente nada demonstra mais a globalidade da Grande Depressão e a severidade de seu impacto do que essa rápida visão panorâmica dos levantes políticos praticamente universais que ela produziu num período medido em meses ou num único ano, do Japão à Irlanda, da Suécia à Nova Zelândia, da Argentina ao Egito. Contudo, não se deve julgar seu impacto apenas, ou mesmo principalmente, por seus efeitos políticos de curto prazo, por mais impressionantes que muitas vezes tenham sido. Trata-se de uma catástrofe que destruiu toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, do longo século XIX. O período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma. Afinal, as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se, como a Associação Econômica Americana ouviu em 1938, e, de maneira ainda mais impressionante, a URSS parecia imune à catástrofe. Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas, era a segunda, e, após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se a opção mais efetiva. Contudo, a curto prazo não era tanto um programa ou alternativa política consciente quanto uma sensação de que, uma vez terminada a Depressão, jamais se deveria permitir que tal coisa voltasse a acontecer, e, no melhor dos casos, uma disposição de experimentar estimulada pelo evidente fracasso do liberalismo clássico do livre mercado. Assim, a política social-democrata sueca após 1932 foi uma reação consciente aos fracassos da ortodoxia econômica que dominara o desastroso governo trabalhista britânico de 1929-31, pelo menos na opinião de um de seus maiores arquitetos, Gunnar Myrdal. Uma teoria alternativa à economia de livre mercado em bancarrota estava ainda em elaboração. *General theory of employment, interest and money* [Teoria geral de emprego, juro e dinheiro], de J. M. Keynes, a mais influente contribuição a ela, só foi publicado em 1936. Uma prática de governo alternativa, a direção e administração macroeconômicas da economia com base na renda nacional, só se desenvolveu na Segunda Guerra Mundial e depois, embora, talvez de olho na URSS, os governos e outras entidades públicas na década de 1930 cada vez mais passassem a ver as economias nacionais como um todo, e a avaliar o tamanho de seu produto ou renda totais.*

(*) Os primeiros governos a fazerem isso foram a URSS e o Canadá em 1925. Em 1930, nove países tinham estatísticas governamentais oficiais de renda nacional, e a Liga das Nações tinha estimativas de outros 26. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, havia estimativas para

A terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial. O fascismo em sua versão alemã (nacional-socialismo) beneficiou-se tanto da tradição intelectual alemã, que (ao contrário da austríaca) se mostrara hostil às teorias neoclássicas de liberalismo econômico, transformadas em ortodoxia internacional desde a década de 1880, quanto de um governo implacável, decidido a livrar-se do desemprego a qualquer custo. Cuidou da Grande Depressão, deve-se dizer, rápida e de maneira mais bem-sucedida que qualquer outro (os resultados do fascismo italiano são menos impressionantes). Contudo, esse não foi seu grande apelo numa Europa que perdera em grande parte o rumo. Mas, à medida que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tornava-se cada vez mais claro que na Era da Catástrofe não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entraram em decadência ou colapso. Devemos voltar-nos agora para esse processo.

39 países; em meados da década de 1950, para 93; e desde então cifras de renda nacionais, muitas vezes com apenas uma remota ligação com as realidades do padrão de vida de seus povos, se tornaram quase tanto um padrão para Estados independentes quanto as bandeiras nacionais.

4
A QUEDA DO LIBERALISMO

No nazismo, temos um fenômeno difícil de submeter-se à análise racional. Sob um líder que falava em tom apocalíptico de poder ou destruição mundiais, e um regime fundado numa ideologia absolutamente repulsiva de ódio racial, um dos países mais cultural e economicamente avançados da Europa planejou a guerra, lançou uma conflagração mundial que matou cerca de 50 milhões de pessoas, e perpetrou atrocidades — culminando no assassinato mecanizado em massa de milhões de judeus — de uma natureza e escala que desaflam a imaginação. Diante de Auschwitz, os poderes de explicação do historiador parecem deveras insignificantes.

Ian Kershaw (1993, pp. 3-4)

Morrer pela Pátria, pela Idéia! [...] *Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no front, matar é que é importante* [...] *Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva na de outro homem.*

Da carta de um jovem voluntário da República Social Fascista de 1943-5, in Pavone (1991, p. 413)

I

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes "avançadas" e "em avanço" do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do

debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana. Esses valores, parecia claro, tinham feito progresso durante todo o século, e estavam destinados a avançar ainda mais. Afinal, em 1914 mesmo as duas últimas autocracias da Europa, a Rússia e a Turquia, tinham feito concessões na direção de um governo constitucional, e o Irã chegara a tomar emprestada uma Constituição da Bélgica. Antes de 1914, esses valores só tinham sido contestados por forças tradicionalistas como a Igreja Católica Romana, que ergueu barricadas defensivas de dogmas contra as forças superiores da modernidade; por uns poucos rebeldes intelectuais e profetas do apocalipse, sobretudo de "boas famílias" e centros estabelecidos de cultura, de certo modo parte da civilização que contestavam; e pelas forças da democracia, no todo um fenômeno novo e perturbador. (Ver *A era dos impérios*.) A ignorância e atraso das massas, seu compromisso com a derrubada da sociedade burguesa pela revolução social, e a irracionalidade humana latente tão facilmente explorada por demagogos, eram de fato motivo de alarme. Contudo, o mais perigoso desses novos movimentos de massa, o movimento trabalhista socialista, era na verdade, tanto em teoria como na prática, tão apaixonadamente comprometido com os valores da razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual quanto qualquer outro. A medalha do Dia do Trabalho do Partido Social-Democrata alemão mostrava Karl Marx de um lado e a Estátua da Liberdade do outro. O desafio deles era à economia, não ao governo constitucional e à civilidade. É difícil imaginar um governo encabeçado por Victor Adler, August Bebel ou Jean Jaurès como o fim da "civilização como a conhecemos". De qualquer modo, tais governos ainda pareciam remotos.

De fato, as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a erupção de barbarismo em 1914-8 aparentemente apenas apressou esse avanço. Com exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos, mesmo a Turquia. A Europa, a Oeste da fronteira soviética, consistia inteiramente nesses Estados em 1920. Na verdade, as instituições básicas do governo liberal constitucional, eleições para assembléias representativas e/ou presidentes, eram quase universais no mundo de países independentes nessa época, embora devamos lembrar que os cerca de 65 Estados independentes do período entreguerras tinham sido um fenômeno basicamente europeu e americano: um terço da população do mundo vivia sob domínio colonial. Os únicos Estados que não tiveram quaisquer eleições no período 1919-47 eram fósseis políticos isolados, a saber, Etiópia, Mongólia, Nepal, Arábia Saudita e Iêmen. Outros cinco Estados que tiveram apenas *uma* eleição nesse período, o que não indica uma forte inclinação para a democracia, eram o Afeganistão, a China do Kuomintang, a Guatemala, o Paraguai e a Tailândia, então ainda conhecida como Sião, mas a própria existência de

eleições é indício de pelo menos alguma penetração de idéias políticas liberais, pelo menos em teoria. Não se está sugerindo, claro, que a simples existência ou freqüência de eleições prove mais que isso. Nem o Irã, que teve seis eleições depois de 1930, nem o Iraque, que teve três, podiam, mesmo então, ser considerados bastiões da democracia.

Mesmo assim, os regimes eleitorais representativos eram bastante freqüentes. E no entanto os 23 anos entre a chamada "Marcha sobre Roma" de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. Em 1918-20, assembléias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes em dois Estados europeus, na década de 1920 em seis, na de 1930 em nove, enquanto a ocupação alemã destruía o poder constitucional em outros cinco durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça.

Nas Américas, a outra região de Estados independentes, a situação era mais confusa, mas não chegava a sugerir um avanço geral das instituições democráticas. A lista de Estados *consistentemente* constitucionais e não autoritários no hemisfério ocidental era curta: Canadá, Colômbia, Costa Rica, os EUA e a hoje esquecida "Suíça da América Latina" e sua única democracia verdadeira, o Uruguai. O melhor que podemos dizer é que os movimentos entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o da Segunda foram às vezes para a esquerda, às vezes para a direita. Quanto ao resto do globo, grande parte do qual consistia em colônias, e portanto não liberais por definição, afastou-se das constituições liberais, na medida em que algum dia as tinham tido. No Japão, um regime liberal moderado deu lugar a um nacionalista-militarista em 1930-1. A Tailândia deu alguns poucos passos em direção a um governo constitucional, e a Turquia foi tomada pelo modernizador militar progressista Kemal Atatürk no início da década de 1920, um homem do tipo que não permite que eleições atrapalhem seu caminho. Nos continentes da Ásia, África e Australásia, só a Austrália e a Nova Zelândia eram consistentemente democráticas, pois a maioria dos sul-africanos permaneceu fora do âmbito da constituição do homem branco.

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara.

Talvez valha a pena lembrar que nesse período a ameaça às instituições liberais vinha apenas da direita política, já que entre 1945 e 1989 se supôs,

quase como coisa indiscutível, que vinha essencialmente do comunismo. Até então, o termo "totalitarismo", inicialmente inventado como uma descrição ou autodescrição do fascismo italiano, era aplicado quase só a esses regimes. A Rússia soviética (a partir de 1922 URSS) estava isolada, e não podia e nem queria, após a ascensão de Stalin, ampliar o comunismo. A revolução social sob a liderança leninista (ou qualquer outra) deixou de espalhar-se depois que a onda inicial do pós-guerra refluiu. Os movimentos social-democratas (marxistas) tornaram-se mais forças mantenedoras do Estado que forças subversivas, e não se questionava seu compromisso com a democracia. Nos movimentos trabalhistas da maioria dos países os comunistas eram minorias, e onde eram fortes, na maior parte dos casos foram, ou tinham sido, ou iriam ser suprimidos. O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, como provou a segunda onda de revolução durante e após a Segunda Guerra Mundial, mas nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda.* O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo "fascismo" é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante.

Insuficiente porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas. E relevante porque o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro. Como foi dito, por um *expert* no assunto: "Não foi por acaso [...] que os ditadores da realeza da Europa Oriental, burocratas e oficiais, e Franco (na Espanha) imitaram o fascismo" (Linz, 1975, p. 206).

As forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos, omitindo a forma mais tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americanos, sem qualquer coloração política *a priori*. Todos eram contra a revolução social, e na verdade uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-20 estava na raiz de todos eles. Todos eram autoritários e hostis às instituições políticas liberais, embora às vezes mais por motivos pragmáticos do que por princípio. Reacionários anacrônicos podiam proibir alguns partidos, especialmente o comunista, mas não todos. Após a derrubada da breve república soviética húngara de 1919, o almirante Horthy, chefe do que ele afirmava ser o reino da Hungria, apesar de não mais ter rei ou mari-

(*) O que chega mais perto de uma tal derrubada é a anexação da Estônia pela URSS em 1940, pois na época o pequeno país báltico, tendo atravessado alguns anos autoritários, passara a ter de novo uma constituição mais democrática.

nha, governou um Estado autoritário que continuou sendo parlamentar, mas não democrático, no velho sentido oligárquico do século XVIII. Tudo tendia a favorecer os militares e promover a polícia, ou outros grupos de homens capazes de exercer coerção física, pois estes eram o principal baluarte contra a subversão. E de fato, o apoio deles foi muitas vezes essencial para a direita chegar ao poder. Todos tendiam a ser nacionalistas, em parte por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros, guerras perdidas ou impérios insuficientes, e em parte porque agitar bandeiras nacionais era um caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade. Apesar disso, havia diferenças.

Autoritários ou conservadores anacrônicos — o almirante Horthy, o marechal Mannerheim, vencedor da guerra civil de brancos *versus* vermelhos na recém-independente Finlândia; o coronel, depois marechal Pilsudski, libertador da Polônia; o rei Alexandre, antes da Sérvia, agora da recém-unida Iugoslávia; e o general Francisco Franco da Espanha — não tinham qualquer programa ideológico particular, além do anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe. Podiam descobrir-se aliados à Alemanha de Hitler e a movimentos fascistas em seus países, mas só porque na conjuntura entreguerras a aliança "natural" era a feita por todos os setores da direita política. Claro que considerações nacionais podiam entremear-se a essa aliança. Winston Churchill, um *tory* deveras direitista nessa época, embora não típico, manifestou alguma simpatia pela Itália de Mussolini, e não conseguiu forçar-se a apoiar a República espanhola contra as forças de Franco, mas a ameaça da Alemanha à Grã-Bretanha o tornou o paladino da união antifascista. Por outro lado, reacionários tradicionais como ele estavam sujeitos a ter de enfrentar a oposição de movimentos autenticamente fascistas, às vezes com substancial apoio das massas.

Um segundo tipo da direita produziu o que se tem chamado de "estatismo orgânico" (Linz, 1975, pp. 277, 306-13), ou regimes conservadores, não tanto defendendo a ordem tradicional, mas deliberadamente recriando seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo. Por trás disso havia uma nostalgia ideológica de uma imaginada Idade Média ou sociedade feudal, em que se reconhecia a existência de classes ou grupos econômicos, mas a terrível perspectiva da luta de classes era mantida a distância pela aceitação voluntária de uma hierarquia social, pelo reconhecimento de que cada grupo social ou "estamento" tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica composta por todos, e deveria ser reconhecido como uma entidade coletiva. Isso produziu vários tipos de teorias "corporativistas", que substituíam a democracia liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional. Às vezes esta era descrita como participação ou democracia "orgânica", e portanto melhor que a real, mas de fato combinava-se sempre com regimes autoritários e Estados fortes governados de cima, em grande parte por burocratas e tecnocratas. Invariavelmente limitava ou abolia a democracia eleitoral ("Democracia baseada em corretivos

corporativos", na expressão do premiê húngaro conde Bethlen) (Ranki, 1971). Os exemplos mais acabados desses Estados corporativos foram encontrados em alguns países católicos, notadamente Portugal do professor Oliveira Salazar, o mais longevo de todos os regimes antiliberais da direita na Europa (1927-74), mas também na Áustria entre a destruição da democracia e a invasão de Hitler (1934-8), e, em certa medida, na Espanha de Franco.

Contudo, se os regimes reacionários desse tipo tinham origens e inspirações mais antigas que o fascismo, e às vezes muito diferentes dele, nenhuma linha nítida os separava, porque ambos partilhavam os mesmos inimigos, senão as mesmas metas. Assim, a Igreja Católica Romana, profunda e inflexivelmente reacionária como era em sua versão oficial consagrada pelo primeiro Concílio Vaticano de 1870, não era fascista. Na verdade, por sua hostilidade a Estados essencialmente seculares com pretensões totalitárias, veio a sofrer a oposição do fascismo. Mas a doutrina do "Estado corporativo", melhor exemplificada em países católicos, foi em grande parte elaborada em círculos fascistas (italianos), embora estes, é claro, tivessem recorrido à tradição católica para fazê-lo. Esses regimes chegaram a ser chamados de "clerical-fascistas" e fascistas em países católicos às vezes vinham diretamente do catolicismo integrista, como no movimento *rexista* do belga Leon Degrelle. A ambigüidade da atitude da Igreja em relação ao racismo de Hitler já foi muitas vezes comentada; com menos freqüência observou-se a considerável ajuda dada após a guerra por pessoas de dentro da Igreja, às vezes em posições importantes, a fugitivos nazistas ou fascistas de vários tipos, inclusive muitos acusados de horripilantes crimes de guerra. O que ligava a Igreja não só a reacionários anacrônicos mas aos fascistas era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o "comunismo ateu".

De fato a era fascista assinalou uma virada na história católica, em grande parte porque a identificação da Igreja com a direita, cujos maiores porta-vozes internacionais eram agora Hitler e Mussolini, criou substanciais problemas morais para os católicos com preocupações sociais, para não falar de substanciais conflitos políticos com as hierarquias não antifascistas o bastante à medida que o fascismo recuava para sua derrota inevitável. Por outro lado, o antifascismo, ou a simples resistência patriótica ao conquistador estrangeiro, pela primeira vez dava legitimidade ao catolicismo democrático (democracia cristã) dentro da Igreja. Os partidos políticos que mobilizavam o voto católico romano haviam surgido, em bases pragmáticas, em países onde os católicos eram uma minoria significativa, normalmente para defender interesses da Igreja contra Estados seculares, como na Alemanha e nos Países Baixos. A Igreja resistia fazer tais concessões à política da democracia e do liberalismo em países oficialmente católicos, embora se preocupasse com a ascensão do socialismo ateu o bastante para formular em 1891 — uma renovação radical — uma política

social que acentuava a necessidade de dar aos trabalhadores o que lhes era devido, mantendo ao mesmo tempo o caráter sagrado da família e da propriedade privada, mas *não* do capitalismo como tal.* Isso proporcionou uma primeira base para os católicos sociais e aqueles dispostos a organizar formas de defesa dos trabalhadores, como sindicatos católicos, de maneira geral mais inclinados a tais atividades por pertencerem ao lado mais liberal do catolicismo. Com exceção da Itália, onde o papa Benedito XV (1914-22) permitiu por um breve período que um grande Partido Popular (católico) surgisse após a Primeira Guerra Mundial, até o fascismo destruí-lo, os católicos democráticos e sociais continuaram sendo minorias políticas marginais. Foi o avanço do fascismo na década de 1930 que os tirou do casulo, embora os católicos que declararam seu apoio à República espanhola fossem um grupo pequeno, apesar de intelectualmente importante. O apoio dos católicos foi decididamente para Franco. A Resistência, que eles podiam justificar com base mais no patriotismo que na ideologia, lhes deu uma oportunidade, e a vitória lhes permitiu tomá-la. Mas o triunfo da democracia cristã na Europa, e algumas décadas depois em partes da América Latina, pertence a um período posterior. Quando o liberalismo caiu, a Igreja, com raras exceções, se rejubilou com sua queda.

II

Restam os movimentos que podem ser verdadeiramente chamados de fascistas. O primeiro desses foi o italiano, que deu nome ao fenômeno, criação de um renegado jornalista socialista, Benito Mussolini, cujo primeiro nome, tributo ao anticlerical presidente mexicano Benito Juárez, simbolizava o apaixonado antipapismo de sua nativa Romagna. O próprio Adolf Hitler reconheceu sua dívida e seu respeito a Mussolini, mesmo quando Mussolini e a Itália fascista demonstraram sua fraqueza e incompetência na Segunda Guerra Mundial. Em troca, Mussolini recebeu de Hitler, um tanto tardiamente, o anti-semitismo que estivera de todo ausente do seu movimento antes de 1938, e na verdade da história da Itália desde a unificação.** Contudo, o fascismo italiano sozinho não exerceu muita atração internacional, embora tentasse influenciar e financiar pequenos movimentos em outras partes, e mostrasse alguma

(*) Esta foi a encíclica *Rerum Novarum*, complementada quarenta anos depois, e não por acaso no pior da Grande Depressão, pela *Quadragesimo Anno*. Continua sendo a pedra angular da política social da Igreja até hoje, como atesta a encíclica do papa João Paulo II de 1991, emitida no centenário da *Rerum Novarum*. Contudo, o equilíbrio preciso de condenação tem variado com o contexto político.

(**) Deve-se dizer, em justiça aos compatriotas de Mussolini, que durante a guerra o exército italiano se recusou terminantemente a entregar judeus para extermínio pelos alemães ou quaisquer outros nas áreas ocupadas — sobretudo no Sudeste da França e partes dos Bálcãs.

influência em setores inesperados, como sobre Vladimir Jabotinsky, fundador do "revisionismo" sionista, que se tornou o governo de Israel sob Menahem Begin na década de 1970.

Sem o triunfo de Hitler na Alemanha no início de 1933, o fascismo não teria se tornado um movimento geral. Na verdade, todos os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália foram fundados após sua chegada ao poder, notadamente a Cruz em Seta húngara, que arrebanhou 25% dos votos na primeira eleição secreta realizada na Hungria (1939), e a Guarda de Ferro romena, cujo apoio real era ainda maior. De fato, mesmo movimentos inteiramente financiados por Mussolini, como o dos terroristas Ustashi croatas de Ante Pavelich, não ganharam muito terreno, e permaneceram ideologicamente fascistizados até a década de 1930, quando parte deles buscou inspiração e financiamento na Alemanha. Mais que isso, sem o triunfo de Hitler na Alemanha, a idéia do fascismo como um movimento *universal,* uma espécie de equivalente direitista do comunismo internacional tendo Berlim como sua Moscou, não teria se desenvolvido. O que não produziu um movimento sério, mas apenas, durante a Segunda Guerra Mundial, colaboradores ideologicamente motivados dos alemães na Europa ocupada. Foi nesse ponto que, notadamente na França, muitos da ultradireita tradicional, por mais reacionários que fossem, se recusaram a aderir: eram nacionalistas ou não seriam nada. Alguns chegaram a juntar-se à Resistência. Além disso, sem a posição internacional da Alemanha como uma potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria tido impacto sério fora da Europa, nem teriam os governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho de posar de simpatizantes fascistas, como quando Salazar de Portugal alegou, em 1940, que ele e Hitler estavam "ligados pela mesma ideologia" (Delzell, 1970, p. 348).

Não é fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além de um senso geral de hegemonia alemã. A teoria não era o ponto forte de movimentos dedicados às inadequações da razão e do racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade. Atraíram todo tipo de teóricos reacionários em países de vida intelectual conservadora ativa — a Alemanha é um caso óbvio —, mas estes eram elementos mais decorativos que estruturais do fascismo. Mussolini poderia facilmente ter dispensado seu filósofo de plantão, Giovanni Gentile, e Hitler na certa nem soube nem se importou com o apoio do filósofo Heidegger. Também o fascismo não pode ser identificado com uma determinada forma de organização do Estado, como o Estado corporativista — a Alemanha perdeu logo o interesse por tais idéias, tanto mais porque elas conflitavam com a idéia de uma única, indivisa e total

---

Embora o governo italiano também demonstrasse uma conspícua ausência de zelo no assunto, cerca de metade da pequena população judia italiana morreu; alguns, porém, mais como militantes antifascistas do que como simples vítimas (Steinberg, 1990; Hughes, 1983).

Volksgemeinschaft, ou Comunidade Popular. Mesmo um elemento aparentemente tão fundamental como o racismo no início estava ausente do fascismo italiano. Por outro lado, como vimos, o fascismo compartilhava nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita. Vários desses, notadamente entre os grupos reacionários franceses não fascistas, também compartilhavam com ele a preferência pela violência de rua como política.

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado orgânico" tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público — os comícios de Nuremberg, as massas na piazza Venezia assistindo os gestos de Mussolini lá em cima na sacada — mesmo quando chegava ao poder; como também faziam os movimentos comunistas. Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do Primeiro de Maio dos comunistas como feriado oficial em 1933.

Do mesmo modo, embora o fascismo também se especializasse na retórica da volta ao passado tradicional, e recebesse muito apoio de classes de pessoas que teriam genuinamente preferido aniquilar o século anterior se pudessem, não era de modo algum um movimento tradicionalista como, digamos, os carlistas da Navarra, que formaram um dos principais corpos de apoio a Franco na Guerra Civil, ou as campanhas de Gandhi por um retorno aos teares manuais e ideais da aldeia. Enfatizava muitos *valores* tradicionais, o que é outro assunto. Os fascistas denunciavam a emancipação liberal — as mulheres deviam ficar em casa e ter muitos filhos — e desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna, sobretudo das artes modernistas, que os nacional-socialistas alemães descreviam como "bolchevismo cultural" e degeneradas. Contudo, os movimentos fascistas — o italiano e o alemão — não apelavam aos guardiães históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que se faz a si mesmo, legitimizado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas.

O passado ao qual eles apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabricadas. Mesmo o racismo de Hitler não era feito daquele orgulho de uma linhagem ininterrupta e sem mistura que leva americanos esperançosos de provar sua descendência de algum nobre de Suffolk do século XVI a contratar genea-

logistas, mas uma mixórdia pós-darwiniana do século XIX pretendendo (e, infelizmente, na Alemanha muitas vezes recebendo) o apoio da nova ciência da genética, mais precisamente do ramo da genética aplicada ("eugenia") que sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes. A raça destinada a dominar o mundo através de Hitler não tinha sequer um nome até 1898, quando um antropólogo cunhou o termo "nórdico". Hostil como era, em princípio, à herança do Iluminismo e da Revolução Francesa do século XVIII, o fascismo não podia formalmente acreditar em modernidade e progresso, mas não se acanhava em combinar um lunático conjunto de crenças com uma modernidade tecnológica em questões práticas, exceto quando ela comprometia sua pesquisa científica básica feita em premissas ideológicas (ver capítulo 18). O fascismo era triunfantemente antiliberal. Também forneceu a prova de que o homem pode, sem dificuldade, combinar crenças malucas sobre o mundo com um confiante domínio de alta tecnologia contemporânea. O fim do século XX, com suas seitas fundamentalistas brandindo as armas da televisão e da coleta de fundos programada em computador, nos familiarizou mais com esse fenômeno.

Apesar disso, a combinação de valores conservadores, técnicas de democracia de massa e a inovadora ideologia de barbarismo irracionalista, centrada em essência no nacionalismo, precisa ser explicada. Tais movimentos não tradicionais da direita radical haviam surgido em vários países europeus em fins do século XIX, em reação ao liberalismo (isto é, à transformação acelerada de sociedades pelo capitalismo), à ascensão dos movimentos da classe trabalhadora, e, de maneira geral, à onda de estrangeiros que invadia o mundo na maior migração de massa da história até aquela data. Homens e mulheres migravam não apenas para o outro lado de oceanos e fronteiras internacionais, mas do campo para a cidade; de uma região do mesmo país para outra — em suma, de "casa" para a terra de estrangeiros e, virando-se a moeda, como estranhos em casa alheia. Quase quinze em cada cem poloneses saíram de seu país para não voltar, e mais meio milhão por ano como migrantes sazonais — em sua grande maioria para juntar-se às classes trabalhadoras dos países que os recebiam. Antecipando o fim do século XX, o fim do século XIX introduziu a xenofobia de massa, da qual o racismo — a proteção da cepa local pura contra a contaminação, c até mesmo a submersão, pelas hordas invasoras subumanas — tornou-se a expressão comum. Sua força pode ser medida não só pelo temor da imigração polonesa que levou o grande sociólogo alemão liberal Max Weber a apoiar temporariamente a Liga Pangermânica, mas pela campanha cada vez mais febril contra a imigração de massa nos EUA, que acabou levando, durante e após a Primeira Guerra Mundial, o país da Estátua da Liberdade a fechar suas fronteiras àqueles aos quais a Estátua fora erigida para acolher.

O cimento comum desses movimentos era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um

lado, e os crescentes movimentos de trabalhistas, do outro. Ou que, na melhor das hipóteses, os privava da posição respeitável que tinham ocupado na ordem social, e que julgavam lhes ser devida, ou do status social numa sociedade dinâmica a que achavam que tinham direito a aspirar. Esses sentimentos encontraram sua expressão característica no anti-semitismo, que começou a desenvolver movimentos políticos específicos baseados na hostilidade aos judeus no último quartel do século XIX em vários países. Os judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto, inclusive seu compromisso com as idéias do Iluminismo e da Revolução Francesa que os tinham emancipado e, ao fazê-lo, os haviam tornado mais visíveis. Eles podiam servir como símbolos do odiado capitalista/financista; do agitador revolucionário; da corrosiva influência dos "intelectuais sem raízes" e dos novos meios de comunicação; da competição — como poderia ela ser outra coisa que não "injusta"? — que lhes dava uma fatia desproporcional dos empregos em certas profissões que exigiam educação; e do estrangeiro e forasteiro como tal. Para não falar da visão aceita entre os cristãos antiquados de que eles tinham matado Jesus.

A antipatia aos judeus era de fato difusa no mundo ocidental, e a posição deles na sociedade do século XIX ambígua. Contudo, o fato de operários em greve, mesmo quando membros de movimentos trabalhistas não racistas, atacarem lojistas judeus e pensarem em seus patrões como judeus (com bastante freqüência corretamente, em grandes áreas da Europa Central e Oriental), não deve levar-nos a vê-los como proto-nacional-socialistas, assim como o anti-semitismo habitual dos intelectuais britânicos edwardianos, como os do Grupo de Bloomsbury, não os tornava simpatizantes de anti-semitas *políticos* da direita radical. O anti-semitismo camponês da Europa Oriental, onde para fins práticos o judeu era o ponto de contato entre o ganha-pão do aldeão e a economia externa de que sempre dependera, era sem dúvida mais permanente e explosivo, e tornou-se mais ainda quando as sociedades rurais eslavas, magiares e romenas foram convulsionadas pelos incompreensíveis terremotos do mundo moderno. Entre povos tão sombrios ainda se podia acreditar nas histórias de judeus sacrificando crianças cristãs, e os momentos de explosão social levavam a *pogroms* que os reacionários do império do czar estimulavam, sobretudo após o assassinato do czar Alexandre II em 1881 por revolucionários sociais. Aqui, uma estrada reta conduz do anti-semitismo de base ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Certamente o anti-semitismo de base deu substrato a movimentos fascistas europeus orientais que adquiriram uma base de massa — notadamente a Guarda de Ferro na Romênia e a Cruz em Seta na Hungria. De qualquer modo, nos antigos territórios dos Habsburgo e Romanov essa ligação foi muito mais clara que no Reich alemão, onde o anti-semitismo de base rural e provincial, embora forte e com profundas raízes, era menos violento: pode-se mesmo dizer, mais tolerante. Judeus

que fugiram da recém-ocupada Viena para Berlim em 1938 ficaram pasmados com a ausência de anti-semitismo nas ruas. Ali a violência vinha por decreto de cima, como em novembro de 1938 (Kershaw, 1983). Mesmo assim, não há comparação entre a selvageria casual e intermitente dos *pogroms* e o que iria acontecer uma geração depois. O punhado de mortos de 1881, os quarenta ou cinqüenta do *pogrom* de Kishinev de 1903, indignaram o mundo — e justificadamente — porque nos dias antes do avanço do barbarismo um tal número de vítimas parecia intolerável a um mundo que esperava que a civilização progredisse. Mesmo os muito maiores *pogroms* que acompanharam os levantes de camponeses em massa da Revolução de 1905 na Rússia tiveram, pelos padrões posteriores, apenas modestas baixas — talvez oitocentos mortos no todo. Pode-se comparar isso com os 3800 judeus assassinados em Vilnius (Vilna) pelos lituanos nos três dias de 1941, quando os alemães invadiram a URSS, antes que começassem os extermínios sistemáticos.

Os novos movimentos da direita radical que apelavam para essas tradições mais antigas de intolerância, mas em essência as transformavam, atraíam sobretudo os grupos inferiores e médios das sociedades européias, e eram formulados como retórica e teoria por intelectuais nacionalistas que surgiram como uma tendência na década de 1890. O próprio termo "nacionalismo" foi cunhado nessa década para descrever esses porta-vozes da reação. A militância de classe média e de classe média baixa deu uma virada para a direita radical sobretudo em países onde as ideologias de democracia e liberalismo não eram dominantes, ou entre classes que não se identificavam com elas, ou seja, em países que não haviam passado por uma Revolução Francesa ou seu equivalente. Na verdade, nos principais países centrais do liberalismo ocidental — Grã-Bretanha, França e EUA — a hegemonia da tradição revolucionária impediu o surgimento de quaisquer movimentos fascistas de massa importantes. É um engano confundir o racismo dos populistas americanos ou o chauvinismo dos republicanos franceses com proto-fascismo: esses eram movimentos da esquerda.

Isso não queria dizer que, quando a hegemonia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade não mais atrapalhasse, os velhos instintos não pudessem ligar-se a novos *slogans* políticos. Há pouca dúvida de que os ativistas da suástica nos Alpes suíços foram em grande parte recrutados da espécie de profissionais liberais provincianos — veterinários, agrimensores e outros assim — que tinham sido os liberais locais, uma minoria educada e emancipada num ambiente dominado pelo clericalismo camponês. Do mesmo modo, no fim do século XX, a desintegração dos movimentos proletários trabalhistas e socialistas clássicos liberou o chauvinismo e racismo instintivos de muitos trabalhadores braçais. Até então, embora não exatamente imunes a tais sentimentos, eles hesitavam em manifestá-los em público, por lealdade a partidos apaixonadamente hostis a tal intolerância. Desde a década de 1960, a xenofobia e o racismo político ocidentais se encontram sobretudo entre as camadas de traba-

lhadores braçais. Contudo, nas décadas em que se incubou o fascismo, eles pertenciam aos que não sujavam as mãos no trabalho.

As camadas de classe média e média baixa continuaram sendo o alicerce desses movimentos por toda a era da ascensão do fascismo. Não negam isso a sério nem mesmo historiadores ansiosos por revisar o consenso de "quase" todas as análises feitas sobre o apoio nazista feitas entre 1930 e 1980 (Childers, 1983; Childers, 1991, pp. 8, 14-5). Tomemos apenas um caso entre as muitas pesquisas da filiação e do apoio de tais movimentos na Áustria do entreguerras. Dos nacional-socialistas eleitos como conselheiros distritais em Viena em 1932, 18% eram autônomos, 56% trabalhadores de escritório e funcionários públicos, e 14% operários. Dos nazistas eleitos em cinco assembléias austríacas fora de Viena no mesmo ano, 16% eram seus próprios patrões e fazendeiros, 51% trabalhadores de escritório etc., e 10% operários (Larsen et al., 1978, pp. 766-7).

Isso não quer dizer que os movimentos fascistas não conseguiam conquistar genuíno apoio de massa entre os trabalhadores pobres. Qualquer que fosse a composição dos seus quadros, os membros da Guarda de Ferro romena vinham do campesinato pobre. O eleitorado da Cruz em Seta húngara era, em grande parte, operário (o Partido Comunista sendo ilegal e o Social-Democrata, sempre pequeno, pagando o preço por ser tolerado pelo regime de Horthy) e, após a derrota da social-democracia austríaca em 1934, houve uma visível virada dos operários para o Partido Nazista, sobretudo nas províncias austríacas. Além disso, assim que se estabeleceram governos fascistas com legitimidade pública, como na Itália e na Alemanha, muito mais trabalhadores ex-socialistas e comunistas se alinharam com os novos regimes do que agrada à tradição da esquerda considerar. Apesar disso, como os partidos fascistas tinham dificuldades para atrair os elementos autenticamente tradicionais da sociedade rural (a menos que apoiados, como na Croácia, por organizações como a Igreja Católica Romana), e eram inimigos jurados de ideologias e partidos identificados com as classes trabalhadoras organizadas, seu eleitorado principal se encontrava naturalmente nas camadas médias da sociedade.

Até onde chegava o apelo original do fascismo dentro da classe média é uma questão mais em aberto. Certamente era forte o seu apelo para a juventude da classe média, sobretudo para universitários da Europa continental, os quais, entre as guerras, foram conhecidos por seu ultradireitismo. Treze por cento dos membros do movimento fascista italiano em 1921 (ou seja, antes da "Marcha sobre Roma") eram estudantes. Na Alemanha, entre 5% e 10% de todos os estudantes eram membros do partido já em 1930, quando a grande maioria de futuros nazistas ainda não começara a interessar-se por Hitler (Kater, 1985, p. 467; Noelle & Neumann, 1967, p. 196). Como veremos, os ex-oficiais militares da classe média estavam fortemente representados: tipos para os quais a Grande Guerra, com todos os seus horrores, assinalara o pico da rea-

lização pessoal, comparado ao qual suas futuras vidas civis só se mostraram decepcionantes vales. Esses eram, claro, segmentos das camadas médias particularmente receptivos aos apelos do ativismo. Em termos gerais, o apelo da direita radical era tanto mais forte quanto maior fosse a ameaça à posição, real ou convencionalmente esperada, de um segmento profissional da classe média, à medida que cedia e ruía o esquema que devia manter a sua ordem social no lugar. Na Alemanha, o duplo golpe da grande inflação, que reduziu o valor da moeda a zero, e da posterior Grande Depressão radicalizou até mesmo camadas da classe média como as dos funcionários públicos médios e altos, cuja posição parecia segura, e que em circunstâncias menos traumáticas estariam satisfeitos em continuar como patriotas no velho estilo, nostálgicos do kaiser Guilherme, mas dispostos a cumprir seu dever com uma República encabeçada pelo marechal-de-campo Hindenburg, caso ela não estivesse visivelmente desmoronando sob seus pés. A maioria dos alemães apolíticos entre as guerras sentia saudades do império de Guilherme. Ainda na década de 1960, quando a maioria dos alemães ocidentais tinha concluído (compreensivelmente) que a melhor época na história alemã era *agora*, 42% dos de mais de sessenta anos ainda achavam que a época anterior a 1914 era melhor que a presente, contra 32% convertidos pelo *Wirtschaftswunder* [milagre econômico] (Noelle & Neumann, 1967, p. 196). Os eleitores do centro e da direita burgueses passaram em números maciços para o Partido Nazista entre 1930 e 1932. Mas não foram esses os construtores do fascismo.

Essas classes médias conservadoras eram, está claro, defensoras potenciais ou mesmo convertidas do fascismo, devido à maneira como se traçaram as linhas de combate político no entreguerras. A ameaça à sociedade liberal e todos os seus valores parecia vir exclusivamente da direita; a ameaça à ordem social, da esquerda. As pessoas da classe média escolhiam sua política de acordo com seus temores. Os conservadores tradicionais em geral simpatizavam com os demagogos do fascismo e dispunham-se a aliar-se a eles contra o inimigo maior. O fascismo italiano tinha uma cobertura de imprensa mais ou menos favorável na década de 1920, e mesmo na de 1930, exceto da que ia do liberalismo até a esquerda. "Tirando a experiência audaciosa do fascismo, a década não foi frutífera em lideranças estatais construtivas", escreveu John Buchan, o eminente conservador e escritor britânico de romances de suspense. (O gosto pela criação de suspenses raramente acompanha convicções esquerdistas, o que é uma pena.) (Graves & Hodge, 1941, p. 248) Hitler foi levado ao poder por uma coalizão da direita tradicional, que ele depois suplantou. O general Franco incluiu a então não muito importante *Falange* espanhola em sua frente nacional porque o que ele representava era a união de toda a direita contra os espectros de 1789 e 1917, entre os quais ele não fazia distinções sutis. Foi por mera sorte que não entrou na Segunda Guerra Mundial do lado de Hitler, mas enviou uma força de voluntários, a "Divisão Azul", para com-

bater os comunistas ateus na Rússia lado a lado com os alemães. O marechal Pétain certamente não era fascista nem simpatizante nazista. Um dos motivos pelos quais foi tão difícil após a guerra distinguir entre fascistas franceses convictos e colaboradores pró-alemães, de um lado, e o corpo principal de apoio ao regime de Vichy do marechal Pétain, de outro, era que na verdade não havia uma linha nítida que os separasse. Aqueles cujos pais tinham odiado Dreyfus, os judeus e a cadela-República — algumas figuras de Vichy tinham idade suficiente para tê-lo feito pessoalmente — transformaram-se sem sentir em fanáticos defensores de uma Europa hitlerista. Em suma, a "natureza" da aliança da direita entre as guerras ia dos conservadores tradicionais, passando pelos reacionários da velha escola, até os extremos da patologia fascista. As hostes tradicionais do conservadorismo e da contra-revolução eram fortes, mas muitas vezes inertes. O fascismo forneceu-lhes a dinâmica e, talvez mais importante ainda, o exemplo de vitória sobre as forças da desordem. (O argumento proverbial em favor da Itália fascista não era que "Mussolini fez os trens rodarem no horário"?) Do mesmo modo como o dinamismo dos comunistas exerceu uma atração sobre a esquerda desorientada e sem leme após 1933, também os sucessos do fascismo, sobretudo depois da tomada nacional-socialista da Alemanha, deram a impressão de que ele era a onda do futuro. O próprio fato de que nessa época o fascismo fez uma entrada destacada, se bem que breve, no cenário político até mesmo da conservadora Grã-Bretanha demonstra o poder desse "efeito demonstrativo". A conversão de um dos mais destacados políticos do país e a conquista do apoio de um de seus grandes chefões da imprensa são mais significativas do que o fato de o movimento de sir Oswald Mosley ter sido rapidamente abandonado por políticos respeitáveis e o *Daily Mail* de lorde Rothermere ter logo retirado seu apoio à União de Fascistas britânica. Pois a Grã-Bretanha ainda era vista, universal e corretamente, como um modelo de estabilidade política e social.

III

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular. Sem esses, não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e agressivos em vários países europeus desde o fim do século XIX, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914. Sob esse aspecto, os apologetas do fascismo provavelmente têm razão quando afirmam que Lenin engendrou Mussolini e Hitler. Contudo, é inteiramente ilegítimo desculpar o barbarismo fascista alegando que ele foi inspirado pelas supostas barbaridades anteriores

da Revolução Russa — que teria imitado —, como alguns historiadores alemães estiveram perto de fazer na década de 1980 (Nolte, 1987).

Contudo, duas importantes restrições devem ser feitas à tese de que a reação direitista foi essencialmente uma resposta à esquerda revolucionária. Primeiro, subestima o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre uma importante camada de soldados e jovens nacionalistas, em grande parte da classe média e média baixa, os quais, depois de novembro de 1918, ressentiram-se de sua oportunidade perdida de heroísmo. O chamado "soldado da linha de frente" (*frontsoldat*) iria desempenhar um papel importantíssimo na mitologia dos movimentos da direita radical — o próprio Hitler era um deles — e proporcionar um corpo substancial dos primeiros esquadrões de ultranacionalistas violentos, como os oficiais que mataram os líderes comunistas Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo no início de 1919, os *squadristi* italianos e *freikorps* alemães. Cinqüenta e sete por cento dos primeiros fascistas italianos eram ex-soldados. Como vimos, a Primeira Guerra Mundial foi uma máquina que brutalizou o mundo, e esses homens se regozijaram com a liberação de sua brutalidade latente.

O forte compromisso da esquerda, começando com os liberais progressistas, com movimentos antiguerra e antimilitaristas, e a imensa repulsa popular contra a matança em massa da Primeira Guerra Mundial levaram muitos a subestimar o surgimento de uma minoria relativamente pequena, mas ainda assim numerosa, para a qual a experiência do combate, mesmo nas condições de 1914-8, era fundamental e inspiradora; para a qual o uniforme e a disciplina, o sacrifício — o próprio ou o dos outros — e o sangue, as armas e o poder eram o que fazia a vida masculina digna de viver. Eles não escreveram muitos livros sobre a guerra, embora (sobretudo na Alemanha) um ou dois o tenham feito. Esses Rambos da época eram recrutas naturais da direita radical.

A segunda restrição é que a reação da direita respondeu não ao bolchevismo como tal, mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem existente da sociedade ou podiam ser culpados pelo seu colapso, especialmente a classe operária organizada. Lenin era mais o símbolo dessa ameaça do que a realidade concreta, que, para a maioria dos políticos, era representada não tanto pelos partidos trabalhistas socialistas, de líderes bastante moderados, mas pelo surto de poder, confiança e radicalismo dos operários, que davam aos velhos partidos socialistas uma nova força política e, de fato, transformaram-nos em esteios indispensáveis dos Estados liberais. Não por acaso, no imediato pós-guerra, a exigência principal dos agitadores socialistas desde 1889 foi concedida quase em toda parte na Europa: o dia de trabalho de oito horas.

A ameaça implícita na ascensão da força dos trabalhadores fazia gelar o sangue dos conservadores, mais que a transformação de líderes sindicais e oradores da oposição em ministros do governo, embora isso já fosse difícil de engolir. Eles pertenciam por definição à "esquerda". Numa era de revolta social,

nenhuma linha clara os separava dos bolcheviques. Na verdade, muitos dos partidos socialistas teriam se juntado alegremente aos comunistas nos anos do imediato pós-guerra, não houvessem estes rejeitado a filiação. O homem que Mussolini assassinou após sua "Marcha sobre Roma" não era um líder do Partido Comunista, mas um socialista, Matteotti. A direita tradicional talvez visse a Rússia atéia como a encarnação de tudo que era mal no mundo, mas o levante dos generais em 1936 não foi dirigido contra os comunistas como tais, mesmo porque eles eram a menor parte da Frente Popular (ver capítulo 5). Foi dirigido contra uma onda popular que, até a Guerra Civil, tinha favorecido os socialistas e anarquistas. Uma racionalização *ex post facto* é que faz de Lenin e Stalin uma desculpa para o fascismo.

Ainda assim é preciso explicar por que a reação da direita após a Primeira Grande Guerra conseguiu vitórias cruciais na forma do fascismo. Antes de 1914 já existiam movimentos extremistas da ultradireita — histericamente nacionalistas e xenofóbicos, promotores dos ideais da guerra e da violência, intolerantes e dados a atos violentamente coercivos, totalmente antiliberais, antidemocráticos, antiproletários, anti-socialistas e antinacionalistas, defensores do sangue e do solo e dos valores antigos que a modernidade estava destruindo. Eles tinham alguma influência dentro da direita política e em alguns círculos intelectuais, mas em lugar algum chegam a dominar ou controlar.

O que deu ao fascismo sua oportunidade após a Primeira Guerra Mundial foi o colapso dos velhos regimes, e com eles das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia. Onde estas permaneceram em boa ordem de funcionamento, não houve necessidade de fascismo. Ele não fez progresso algum na Grã-Bretanha, apesar da breve agitação nervosa acima indicada. A direita conservadora tradicional continuou no controle. Não fez progresso efetivo na França até depois da derrota de 1940. Embora a direita radical francesa — a monarquista *Action Française* e a *Croix de Feu* [Cruz de Fogo] do coronel La Rocque — estivesse bastante disposta a espancar esquerdistas, não chegava a ser fascista, e de fato alguns de seus elementos iriam juntar-se à Resistência.

Do mesmo modo o fascismo não era necessário onde uma nova classe ou grupo nacionalista podia assumir o poder em países recém-independentes. Esses homens podiam ser reacionários e optar por um governo autoritário, por motivos a serem considerados adiante, mas só a retórica identificava cada virada antidemocrática para a direita na Europa entre as guerras com o fascismo. Não houve movimentos fascistas importantes na nova Polônia, governada por militaristas autoritários, tampouco na parte tcheca da Tchecoslováquia, que era democrática, nem no núcleo sérvio (dominante) da nova Iugoslávia. Nos países cujos governantes eram direitistas ou reacionários da velha escola e movimentos fascistas ou semelhantes surgiram — na Hungria, Romênia, Finlândia, mesmo na Espanha de Franco, cujo líder não era ele próprio um fascista —

não houve dificuldade para mantê-los sob controle, a menos (como na Hungria em 1944) que os alemães os pressionassem. Isso não quer dizer que movimentos nacionalistas minoritários nos velhos ou novos Estados não pudessem achar o fascismo atraente, inclusive porque podiam esperar apoio financeiro e político da Itália e, depois de 1933, da Alemanha. Assim foi, claramente, em Flandres (na Bélgica), na Eslováquia e na Croácia.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultra-radicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos da direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (*squadristi*; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos eleitorais. Contudo, em nenhum dos dois Estados fascistas o fascismo "conquistou o poder", embora na Itália e na Alemanha se explorasse muito a retórica de se "tomar as ruas" e "marchar sobre Roma". Nos dois casos o fascismo chegou ao poder pela conivência com, e na verdade (como na Itália) por iniciativa do velho regime, ou seja, de uma forma "constitucional".

A novidade do fascismo era que, uma vez no poder, ele se recusava a jogar segundo as regras do velhos jogos políticos, e tomava posse completamente onde podia. A transferência total de poder, ou a eliminação de todos os rivais, demorou bastante mais na Itália que na Alemanha (1933-4), mas, uma vez realizada, não havia mais limites políticos internos para o que se tornava, caracteristicamente, a desenfreada ditadura de um supremo "líder" populista (*Duce*; *Führer*).

Neste ponto, devemos descartar, por alguns instantes, duas teses igualmente inadequadas sobre o fascismo: uma fascista, mas adotada por muitos historiadores liberais, e outra cara ao marxismo soviético ortodoxo. Não houve "revolução fascista", nem foi o fascismo a expressão do "capitalismo monopolista" ou do grande capital.

Os movimentos fascistas apresentavam elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, freqüentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico. Contudo, o cavalo do fascismo revolucionário não deu a largada nem correu. Hitler eliminou rapidamente os que levavam a sério o componente "socialista" no nome do Partido dos Trabalhadores Na-

cional-Socialistas Alemães — o que ele sem dúvida não levava. A utopia de um retorno a uma Idade Média para o homem comum, cheia de proprietários-camponeses hereditários, artesãos como Hans Sachs e moças de tranças louras, não era um programa que pudesse realizar-se em grandes Estados do século XX (a não ser na versão de pesadelo dos planos de Himmler para um povo racialmente purificado), menos ainda em regimes que, como o fascismo italiano e alemão, estavam empenhados no caminho da modernização e do avanço tecnológico.

O que o nacional-socialismo sem dúvida realizou foi um expurgo radical das velhas elites e estruturas institucionais imperiais. Afinal, o único grupo que realmente lançou uma revolta contra Hitler — e foi conseqüentemente dizimado — foi o velho exército prussiano aristocrático, em julho de 1944. Essa destruição das velhas elites e dos velhos esquemas, reforçada após a guerra pelas políticas dos exércitos ocidentais de ocupação, acabaria tornando possível construir a República Federal numa base muito mais sólida do que a República de Weimar de 1919-33, que tinha sido pouco mais que o império derrotado, sem o kaiser. O nazismo sem dúvida tinha, e em parte realizou, um programa social para as massas: férias; esportes; o planejado "carro do povo", que o mundo veio a conhecer após a Segunda Guerra Mundial como o "fusca" Volkswagen. Sua principal realização, porém, foi acabar com a Grande Depressão mais efetivamente do que qualquer outro governo, pois o antiliberalismo dos nazistas tinha o lado positivo de não comprometê-los com uma crença *a priori* no livre mercado. Apesar disso, o nazismo era mais um velho regime recauchutado e revitalizado do que um regime basicamente novo e diferente. Como o Japão militarista e imperial da década de 1930 (que ninguém diria ser um sistema revolucionário), era uma economia capitalista não liberal que conseguiu uma impressionante dinamização de seu sistema industrial. As realizações econômicas e outras da Itália fascista foram bem menos impressionantes, como se demonstrou na Segunda Guerra Mundial. Sua economia de guerra era extraordinariamente fraca. A conversa sobre a "revolução fascista" não passava de retórica, embora, sem dúvida, para o grosso dos fascistas italianos, fosse uma retórica sincera. O fascismo foi mais claramente um regime calcado nos interesses das velhas classes dominantes, que surgira mais como uma defesa contra a agitação revolucionária do pós-guerra do que, como na Alemanha, como uma reação aos traumas da Grande Depressão e à incapacidade dos governos de Weimar de enfrentá-los. O fascismo italiano, que num certo sentido continuou o processo de unificação italiana do século XIX, com isso produzindo um governo mais forte e mais centralizado, teve algumas realizações a seu crédito. Foi, por exemplo, o único regime italiano a conseguir suprimir a Máfia siciliana e a Camorra napolitana. Contudo, seu significado histórico não repousa em seus objetivos e realizações, mas em seu papel como pioneiro global de uma nova versão da contra-revolução triunfante. Mussolini

inspirou Hitler, e Hitler jamais deixou de reconhecer a inspiração e a prioridade italiana. Por outro lado, o fascismo italiano foi, e por um longo tempo continuou sendo, uma anomalia entre os movimentos da direita radical em sua tolerância e mesmo certo gosto pelo "modernismo" de vanguarda e também em alguns outros aspectos — notadamente na completa falta de interesse pelo racismo anti-semita, até Mussolini se alinhar com a Alemanha em 1938.

Quanto à tese do "capitalismo monopolista", o ponto essencial do capital realmente grande é que pode se acomodar com todo regime que não o exproprie de fato, e qualquer regime tem de se acomodar com ele. O fascismo não foi mais "a expressão dos interesses do capital monopolista" do que o New Deal americano ou os governos trabalhistas britânicos, ou a República de Weimar. O grande capital no início da década de 1930 não queria particularmente Hitler, e teria preferido um conservadorismo mais ortodoxo. Deu-lhe pouco apoio até a Grande Depressão, e mesmo então o apoio foi tardio e pouco uniforme. Contudo, quando ele chegou ao poder, o capital colaborou seriamente, a ponto de usar trabalho escravo e campos de extermínio para suas operações durante a Segunda Guerra Mundial. O grande e o pequeno capital evidentemente se beneficiaram da expropriação dos judeus.

Deve-se dizer no entanto que o fascismo teve algumas grandes vantagens para o capital, em relação a outros regimes. Primeiro, eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade pareceu ser o principal baluarte contra ela. Segundo, eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho. Na verdade, o "princípio de liderança" fascista era o que a maioria dos patrões e executivos de empresas aplicava a seus subordinados em suas firmas, e o fascismo lhe dava justificação autorizada. Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital. Enquanto nos EUA os 5% de unidades consumidoras do topo viram entre 1929 e 1941 sua fatia de renda total (nacional) cair 20% (houve uma tendência igualitária semelhante, porém mais modesta, na Grã-Bretanha e na Escandinávia), na Alemanha os 5% do topo ganharam 15% durante o mesmo período (Kuznets, 1956). Finalmente, como já se disse, o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização de economias industriais — embora de fato menos no planejamento técnico-científico ousado e a longo prazo das democracias ocidentais.

IV

Teria o fascismo se tornado muito significativo na história do mundo não fosse a Grande Depressão? É provável que não. A Itália sozinha não era uma base promissora a partir da qual abalar o mundo. Na década de 20, nenhum outro movimento europeu de contra-revolução da direita radical dava a im-

pressão de ter muito futuro, em grande parte pelos mesmos motivos que levaram ao fracasso as tentativas insurrecionais de revolução social comunista: a onda revolucionária pós-1917 refluíra, e a economia parecia recuperar-se. Na Alemanha, os pilares da sociedade imperial, generais, funcionários públicos e o resto, tinham de fato dado um certo apoio aos paramilitares mercenários e outros extremistas da direita após a revolução de novembro, embora (compreensivelmente) tivessem se empenhando em manter a nova república conservadora, anti-revolucionária e, acima de tudo, um Estado capaz de ter algum espaço de manobra internacional. Contudo, quando forçados a optar, como durante o *putsch* direitista de Kapp de 1920 e a revolta de Munique de 1923, na qual Adolf Hitler se viu pela primeira vez nas manchetes, apoiaram sem hesitar o *status quo*. Após a recuperação econômica de 1924, o Partido dos Trabalhadores Nacional-Socialistas foi reduzido a uma rabeira de 2,5 a 3% do eleitorado, conseguindo pouco mais da metade do que o pequeno e civilizado Partido Democrático alemão, pouco mais que um quinto dos comunistas e muito menos de um décimo dos social-democratas nas eleições de 1928. Contudo, dois anos depois havia subido para mais de 18% do eleitorado, tornando-se o segundo partido mais forte na política alemã. Quatro anos depois, no verão de 1932, era de longe o mais forte, com mais de 37% dos votos totais, embora não mantivesse esse apoio enquanto duraram as eleições democráticas. Está claro que foi a Grande Depressão que transformou Hitler de um fenômeno da periferia política no senhor potencial, e finalmente real, do país.

Contudo, mesmo a Grande Depressão não teria dado ao fascismo nem a força nem a influência que ele exerceu na década de 1930 caso não houvesse levado um movimento desse tipo ao poder na Alemanha, um Estado destinado por seu tamanho, potencial econômico e militar e também sua posição geográfica, a desempenhar um papel político importante na Europa sob qualquer forma de governo. Mesmo a derrota absoluta em duas guerras mundiais não impediu a Alemanha de acabar o século XX como o Estado dominante do continente. Do mesmo modo como, na esquerda, a vitória de Marx no maior Estado do globo ("um sexto da superfície terrestre do mundo", como os comunistas gostavam de gabar-se entre as guerras) dera ao comunismo uma grande presença internacional, mesmo em momentos em que sua força política fora da URSS era insignificante, também a tomada da Alemanha por Hitler pareceu confirmar o sucesso da Itália de Mussolini e transformar o fascismo numa poderosa corrente política global. A bem-sucedida política de agressivo expansionismo militarista dos dois Estados (ver capítulo 5) — reforçada pela do Japão — dominou a política internacional da década. Era portanto natural que Estados ou movimentos do tipo apropriado fossem atraídos e influenciados pelo fascismo, buscassem o apoio da Alemanha e da Itália e — em vista da expansão desses países — muitas vezes o recebessem.

Na Europa, por motivos óbvios, esses movimentos pertenciam marca-

damente à direita política. Assim, dentro do sionismo (que nessa época era um movimento quase só de judeus asquenazitas vivendo na Europa), a ala do movimento que se voltava para o fascismo italiano, os "revisionistas" de Vladimir Jabotinsky, era vista e se classificava como da direita, em oposição aos sionistas (predominantemente) socialistas e liberais. Contudo, a influência do fascismo na década de 1930 não podia deixar de ser, em certa medida, global, mesmo porque ele estava associado a duas potências dinâmicas e ativas. Mas, fora da Europa, foram poucas as condições para a criação dos movimentos fascistas como no continente de origem. Portanto, onde surgiram movimentos fascistas ou claramente influenciados pelo fascismo, sua localização e função políticas eram muito mais problemáticas.

Evidentemente, certas características do fascismo europeu encontraram ecos no além-mar. Teria sido surpreendente se os muftis de Jerusalém e outros árabes que resistiam à colonização judaica da Palestina (e aos britânicos que a protegiam) não achassem a seu gosto o anti-semitismo de Hitler, embora este não tivesse relação com os modos tradicionais de coexistência islâmica com infiéis de vários tipos. Alguns hindus de alta casta na Índia tinham consciência, como os modernos extremistas cingaleses do Sri Lanka, de sua superioridade como "arianos" confirmados — na verdade, como os originais — em relação a raças mais escuras em seu próprio subcontinente. E os bôeres militantes retidos como pró-alemães durante a Segunda Guerra Mundial — alguns tornaram-se líderes de seu país na era do *apartheid* após 1948 — também tinham afinidades ideológicas com Hitler, tanto como racistas convictos quanto pela influência teológica das correntes calvinistas elitistas de ultradireita dos Países Baixos. Contudo, isso dificilmente qualifica a proposição básica de que o fascismo, ao contrário do comunismo, não existia na Ásia ou África (a não ser talvez entre alguns colonos europeus locais) porque parecia não ter relação com as situações políticas locais.

Isso se aplica, em termos gerais, até mesmo ao Japão, embora esse país fosse aliado da Alemanha e da Itália, combatesse do mesmo lado na Segunda Guerra Mundial e sua política fosse dominada pela direita. As afinidades entre as ideologias dominantes nas extremidades oriental e ocidental do Eixo são deveras fortes. Os japoneses não perdiam para ninguém em sua convicção de superioridade racial e da necessidade de pureza racial, em sua crença nas virtudes militares de auto-sacrifício, obediência absoluta a ordens, abnegação e estoicismo. Todo samurai teria endossado o lema das SS de Hitler (*Meine Ehre ist Treue*, mais bem traduzido como "Honra significa subordinação cega"). Sua sociedade era de rígida hierarquia, total dedicação do indivíduo (se é que tal termo tinha algum significado local no sentido ocidental) à nação e seu divino imperador, e absoluta rejeição de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Os japoneses não tinham dificuldade para entender os mitos wagnerianos de deuses bárbaros, cavaleiros medievais puros e heróicos e a natureza especificamente

alemã das montanhas e florestas, ambas cheias de sonhos *voelkisch* alemães. Eles tinham a mesma capacidade de combinar comportamento bárbaro com sofisticada sensibilidade estética: o prazer do torturador do campo de concentração em tocar quartetos de Schubert. Na medida em que o fascismo podia ser traduzido em termos zen, os japoneses bem poderiam tê-lo acolhido, embora não precisassem dele. E na verdade, entre diplomatas acreditados junto às potências fascistas européias, mas sobretudo entre os grupos terroristas ultranacionalistas dados a assassinar políticos não suficientemente patrióticos, e no exército do Kwantung que estava conquistando, dominando e escravizando a Manchúria e a China, havia japoneses que reconheciam essas afinidades e faziam campanha por uma identificação mais estreita com as potências fascistas européias.

Contudo, o fascismo europeu não podia ser reduzido a um feudalismo oriental com uma missão imperial nacional. Pertencia essencialmente à era da democracia e do homem comum, embora o próprio conceito de um "movimento" de mobilização de massa para fins novos, na verdade revolucionários, guiado por líderes autodesignados não fizesse sentido no Japão de Hirohito. O exército e a tradição prussianos, mais do que Hitler, se encaixavam na sua visão de mundo japonesa. Em suma, apesar das semelhanças com o nacional-socialismo alemão (as afinidades com a Itália eram menores), o Japão não era fascista.

Quanto aos Estados e movimentos que buscavam o apoio da Alemanha e Itália, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Eixo dava grande impressão de que ia vencer, a ideologia não era o seu principal motivo, embora alguns dos regimes nacionalistas menores na Europa, cuja posição dependia inteiramente do apoio alemão, prontamente se anunciassem como mais nazistas que as SS, notadamente o Ustashi croata. Contudo, seria absurdo pensar no Exército Republicano Irlandês ou nos nacionalistas indianos sediados em Berlim como "fascistas" porque, na Segunda Guerra Mundial como na Primeira, alguns deles negociaram o apoio alemão com base no princípio de que "o inimigo de meu inimigo é meu amigo". Na verdade, o líder republicano irlandês Frank Ryan, que entrou nessas negociações, era ideologicamente tão antifascista que chegara a fazer parte das Brigadas Internacionais para combater o general Franco na Guerra Civil Espanhola, até ser capturado pelas forças de Franco e enviado para a Alemanha. Não precisamos deter-nos em tais casos.

Entretanto, resta ainda um continente em que o impacto ideológico do fascismo europeu foi inegável: as Américas.

Na América do Norte, homens e movimentos inspirados pela Europa não tiveram grande importância fora de determinadas comunidades de imigrantes cujos membros traziam consigo as ideologias do país de origem, como os escandinavos e judeus haviam trazido uma tendência para o socialismo, ou que retinham alguma lealdade para com seu antigo país. Dessa maneira, as afeições dos americanos provenientes da Alemanha — e, em muito menor medida,

da Itália — contribuíram para o isolacionismo dos EUA, embora não haja indícios de que se tenham tornado fascistas em grande número. A parafernália de milícias, camisas de alguma cor e braço erguido em saudações a líderes não fez parte da direita e das mobilizações racistas americanas, das quais a Ku Klux Klan foi a mais conhecida. O anti-semitismo era sem dúvida forte, embora sua versão contemporânea americana — como nos populares sermões do padre Coughlin pela rádio Detroit — provavelmente se devesse mais ao corporativismo direitista de inspiração católica européia. É típico dos EUA na década de 1930 o fato de que o populismo demagógico mais bem-sucedido e possivelmente perigoso da década, a conquista da Louisiana por Huey Long, viesse do que era, em termos americanos, uma tradição claramente radical e esquerdista. Abateu a democracia em nome da democracia, e apelava não aos ressentimentos de uma pequeno-burguesia ou aos instintos anti-revolucionários de autopreservação dos ricos, mas ao igualitarismo dos pobres. Também não era racista. Nenhum movimento cujo *slogan* era "Todo homem um rei" podia encaixar-se na tradição nazista.

Na América Latina é que a influência fascista européia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil. Na verdade, apesar de infundados temores americanos de um cerco nazista a partir do Sul, o principal efeito da influência fascista na América Latina foi interno a seus países. Tirando a Argentina, que favoreceu abertamente o Eixo — mas o fez tanto antes de Perón tomar o poder em 1934 quanto depois —, os governos do hemisfério ocidental entraram na guerra do lado dos EUA, pelo menos nominalmente. É no entanto verdade que em alguns países sul-americanos seus militares foram moldados no sistema alemão ou treinados pelos alemães ou mesmo por quadros nazistas.

Explica-se facilmente a influência fascista ao Sul do rio Grande. Vistos do sul, os Estados Unidos após 1914 não mais pareciam, como no século XIX, o aliado das forças internas do progresso e o contrapeso diplomático para os espanhóis, franceses e britânicos imperiais e ex-imperiais. As conquistas imperiais americanas do território espanhol em 1898, a Revolução Mexicana, para não falar do surgimento das indústrias de petróleo e banana, introduziram um antiimperialismo ianque na política latino-americana, que o gosto de Washington, no primeiro terço do século, por uma diplomacia de canhoneiras e desembarque de *marines* nada fez para desestimular. Victor Raul Haya de la Torre, fundador da antiimperialista APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), de ambições pan-latino-americanas, embora só se houvesse estabelecido em seu nativo Peru, planejava ter seus insurretos treinados pelos quadros do famoso rebelde antiianque Sandino na Nicarágua. (A longa guerra de guerrilha de Sandino contra a ocupação americana após 1927 iria inspirar a

Revolução "sandinista" na Nicarágua na década de 1980.) Além disso, os EUA da década de 1930, debilitados pela Grande Depressão, não pareciam tão temíveis e dominadores quanto antes. O abandono, por Franklin D. Roosevelt, das canhoneiras e fuzileiros de seus antecessores podia ser visto não apenas como "política de boa vizinhança", mas também (erroneamente) como um sinal de fraqueza. A América Latina da década de 1930 não se inclinava a olhar para o Norte.

Mas, visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos e grandes, esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação. (Moscou ainda era vista essencialmente como um modelo para a revolução social, o que restringia seu apelo político.)

E, no entanto, como eram diferentes de seus modelos europeus as atividades e realizações políticas de homens que não faziam segredo de sua dívida intelectual para com Mussolini e Hitler! Ainda lembro o choque que senti ao ouvir o presidente da Bolívia revolucionária admiti-la sem hesitação numa conversa em particular. Na Bolívia, soldados e políticos de olho na Alemanha se viram organizando a revolução de 1952, que nacionalizou as minas de estanho e deu ao campesinato índio uma radical reforma agrária. Na Colômbia, o grande tribuno popular Jorge Eliezer Gaitán, longe de escolher a direita política, tomou a liderança do Partido Liberal e certamente, como presidente, o teria levado numa direção radical se não tivesse sido assassinado em Bogotá em 9 de abril de 1948, um fato que provocou a insurreição popular *imediata* da capital (inclusive a polícia) e a proclamação de comunas revolucionárias em muitas municipalidades provinciais do país. O que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizavam não eram estrangeiros e grupos de fora (embora seja inegável o conteúdo anti-semita no peronismo e outras políticas argentinas), mas a "oligarquia" — os ricos, a classe dominante local. Perón encontrou o núcleo de seu apoio na classe trabalhadora argentina, e sua máquina política era algo parecido a um partido trabalhista construído em torno do movimento sindical de massa que promoveu. Getúlio Vargas no Brasil fez a mesma descoberta. Foi o exército que o derrubou em 1945 e, mais uma vez, em 1954, forçando-o a suicidar-se. Foi a classe trabalhadora urbana, à qual ele dera proteção social em troca de apoio político, que o chorou como o pai de seu povo. Os regimes fascistas europeus

destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram os criaram. Independentemente de filiação intelectual, historicamente não podemos falar do mesmo tipo de movimento.

V

Contudo, também esses movimentos devem ser vistos como parte do declínio e queda do liberalismo na Era da Catástrofe. Pois embora a ascensão e triunfo do fascismo fossem a expressão mais espetacular da derrota liberal, é um erro, mesmo na década de 1930, ver essa queda exclusivamente em termos de fascismo. Portanto, na conclusão deste capítulo, devemos perguntar como se deve explicá-la. É preciso, no entanto, primeiro resolver a confusão comum que identifica fascismo com nacionalismo.

Que os movimentos fascistas tendiam a apelar para paixões e preconceitos nacionalistas é óbvio, embora os Estados corporativistas semifascistas, como Portugal e a Áustria em 1934-8, em grande parte sob inspiração católica, tivessem de reservar seu ódio irrestrito para pessoas e países de outra religião ou ateus. Além disso, o nacionalismo puro era difícil para os movimentos fascistas de países conquistados e ocupados pela Alemanha e Itália, ou cujas fortunas dependiam da vitória desses Estados contra seus próprios governos nacionais. Nos casos desse tipo (Flandres, os Países Baixos, Escandinávia), eles podiam identificar-se com os alemães como parte do grupo racial teutônico maior, porém uma posição mais conveniente (apoiada com rigor pela propaganda do dr. Goebbels durante a guerra) era paradoxalmente *internacionalista*. A Alemanha era vista como o núcleo e única garantia de uma futura *ordem européia*, com os apelos de sempre a Carlos Magno e ao anticomunismo; uma fase no desenvolvimento da idéia européia sobre a qual os historiadores da Comunidade Européia do pós-guerra não gostam muito de se deter. As unidades militares não alemãs que lutaram sob a bandeira alemã na Segunda Guerra Mundial, sobretudo como parte das SS, geralmente acentuavam esse elemento transnacional.

Por outro lado, fica igualmente claro que nem todos os nacionalismos simpatizavam com o fascismo, e não só porque as ambições de Hitler, e em menor medida de Mussolini, ameaçavam vários deles, como por exemplo os poloneses e tchecos. Na verdade, como veremos (capítulo 5), em vários países a mobilização contra o fascismo iria produzir um patriotismo da esquerda, sobretudo durante a guerra, quando a resistência ao Eixo era feita por "frentes nacionais" ou governos que abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores. Em termos gerais, o nacionalismo local pendia para o fascismo ou não conforme tivesse mais a ganhar do que a perder com o avanço do Eixo, e se seu ódio ao comunismo ou a algum outro

Estado, nacionalidade ou grupo étnico (os judeus, os sérvios) era maior que sua antipatia aos alemães e italianos. Assim, os poloneses, embora fortemente anti-russos, não colaboraram significativamente com a Alemanha nazista, enquanto os lituanos e alguns ucranianos (ocupados pela URSS de 1939-41), sim.

Por que o liberalismo sofreu uma queda entre as guerras, mesmo em Estados que não aceitavam o fascismo? Os radicais, socialistas e comunistas ocidentais que viveram esse período tinham a tendência a ver a era de crise global como a agonia final do sistema capitalista. Diziam que o capitalismo não mais podia dar-se o luxo de governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais, que incidentalmente haviam proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Diante de problemas econômicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora tinha de apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo.

Como tanto o capitalismo quanto a democracia liberal iriam fazer um retorno triunfante em 1945, é fácil esquecer que havia um núcleo de verdade nessa visão, além de um pouco de retórica de agitação demais. O sistema democrático não funciona se não há um consenso básico entre a maioria dos cidadãos sobre a aceitabilidade de seu Estado e sistema social, ou pelo menos uma disposição de negociar acordos consensuais. Isso, por sua vez, é muito facilitado pela prosperidade. Na maior parte da Europa, essas condições simplesmente não se encontravam presentes entre 1918 e a Segunda Guerra Mundial. O cataclismo social parecia iminente ou já tinha acontecido. O temor da revolução era tal que na maior parte do Leste e Sudeste da Europa, assim como em parte do Mediterrâneo, os partidos comunistas mal conseguiram emergir da ilegalidade. O fosso intransponível entre a direita ideológica e até mesmo a esquerda moderada destruiu a democracia austríaca em 1930-4, embora esta tenha florescido naquele país a partir de 1945 sob exatamente o mesmo sistema bipartidário de católicos e socialistas (Seton Watson, 1962, p. 184). A democracia espanhola desabou sob as mesmas tensões na década de 1930. O contraste com a transição negociada da ditadura de Franco para uma democracia pluralista na década de 1970 é impressionante.

Quaisquer que fossem as possibilidades de estabilidade existentes em tais regimes, não puderam sobreviver à Grande Depressão. A República de Weimar caiu em grande parte porque a Grande Depressão tornou impossível manter o acordo tácito entre Estado, patrões e trabalhadores organizados que a mantivera à tona funcionando. A indústria e o governo sentiram que não tinham escolha senão impor cortes econômicos e sociais, e o desemprego em massa fez o resto. Em meados de 1932, nacional-socialistas e comunistas arrebanharam a maioria absoluta dos votos alemães, e os partidos comprometidos com a República ficaram reduzidos a pouco mais de um terço. Por outro lado, é inegável que a estabilidade dos regimes democráticos após a Segunda Guerra

Mundial, especialmente a da nova República Federal da Alemanha, apoiou-se nos milagres econômicos dessas décadas (ver capítulo 9). Onde os governos têm o bastante para distribuir e satisfazer a todos que reclamam, e o padrão de vida da maioria dos cidadãos cresce de qualquer modo, a temperatura da política democrática raramente chega ao ponto de ebulição. Tenderam a prevalecer o acordo e o consenso, até os mais ardentes crentes na derrubada do capitalismo acharam o *status quo* menos intolerável na prática do que na teoria, e mesmo os mais inflexíveis defensores do capitalismo acharam naturais os sistemas de seguridade social e as negociações periódicas de salários e vantagens com os sindicatos.

Contudo, como mostrou a própria Grande Depressão, isso é apenas parte da resposta. Uma situação muito semelhante — a recusa dos trabalhadores organizados em aceitar os cortes da Depressão — levou ao colapso do governo parlamentar e finalmente à nomeação de Hitler como chefe de governo na Alemanha, mas na Grã-Bretanha apenas à mudança de um governo trabalhista para um "Governo Nacional" (conservador), dentro de um sistema parlamentar estável e inabalado.* A Depressão não levou automaticamente à suspensão ou abolição da democracia representativa, como também é evidente pelas conseqüências políticas nos EUA (o New Deal de Roosevelt) e na Escandinávia (o triunfo da social-democracia). Só na América Latina, onde as finanças dos governos dependiam, em sua maior parte, das exportações de um ou dois produtos primários, cujos preços despencaram de repente e dramaticamente (ver capítulo 3), a Depressão provocou a queda quase imediata de quaisquer governos existentes, sobretudo por golpes militares. Deve-se acrescentar que a mudança política no sentido oposto também se deu no Chile e na Colômbia.

No fundo, a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz.

A primeira dessas condições era que gozasse de consentimento e legitimidade gerais. A própria democracia apóia-se nesse consentimento, mas não o cria, a não ser pelo fato de que nas democracias bem estabelecidas e estáveis o próprio processo de eleição regular tende a dar aos cidadãos — mesmo da minoria — a impressão de que o processo eleitoral legitima os governos que produz. Mas poucas das democracias do período entreguerras eram bem estabelecidas. Na verdade, até o início do século XX a democracia era rara fora dos EUA e da França (ver *A era dos impérios*, capítulo 4). De fato, pelo menos dez Estados da Europa após a Primeira Guerra Mundial ou eram inteiramente

(*) Um governo trabalhista em 1931 dividiu-se quanto à questão, alguns líderes trabalhistas e seus seguidores liberais passaram para os conservadores, que tiveram uma vitória arrasadora na eleição seguinte e permaneceram confortavelmente no poder até maio de 1940.

novos, ou estavam tão mudados em relação a seus antecessores que não tinham qualquer legitimidade especial para seus habitantes. As políticas dos Estados na Era da Catástrofe eram, na maioria das vezes, as políticas da crise.

A segunda condição era um certo grau de compatibilidade entre os vários componentes do "povo", cujo voto soberano determinava o governo comum. A teoria oficial da sociedade burguesa liberal não reconhecia "o povo" como um conjunto de grupos, comunidades e outras coletividades com interesses como tais, embora antropólogos, sociólogos e todos os políticos praticantes o fizessem. Oficialmente, o povo, mais um conceito teórico que um corpo concreto de seres humanos, consistia de uma reunião de indivíduos auto-suficientes, cujos votos se somavam em maiorias e minorias aritméticas, traduzidas em assembléias eleitas como governos majoritários e oposições minoritárias. Na medida que a eleição democrática transpunha as linhas divisórias entre os segmentos da população nacional, ou era possível conciliar ou desarmar os conflitos entre eles, a democracia tornava-se viável. Contudo, numa era de revoluções e tensões sociais radicais, a regra era mais a luta que a paz entre as classes transformada em política. A intransigência ideológica e de classe podia despedaçar o governo democrático. Além disso, os remendados acordos de paz após 1918 multiplicaram o que nós, no fim do século XX, sabemos ser o vírus fatal da democracia, isto é, as divisões do conjunto de cidadãos exclusivamente segundo linhas étnico-nacionais ou religiosas (Glenny, 1992, pp. 146-8), como na ex-Iugoslávia e na Irlanda do Norte. Três comunidades étnico-religiosas votando como blocos, como na Bósnia; duas comunidade inconciliáveis, como no Ulster; 62 partidos políticos, cada um representando uma tribo ou clã, como na Somália, não podem, como sabemos, oferecer a base para um sistema político democrático, mas — a menos que um dos grupos em disputa ou alguma autoridade externa tenha força suficiente para estabelecer o domínio (não democrático) — base apenas para a instabilidade e a guerra civil. A queda dos três impérios multinacionais da Áustria-Hungria, Rússia e Turquia substituiu três Estados supranacionais, cujos governos eram neutros entre as numerosas nacionalidades que governavam, por um número maior ainda de Estados multinacionais, cada um identificado com *uma*, no máximo duas ou três, das comunidades étnicas dentro de suas fronteiras.

A terceira condição era que os governos democráticos não tivessem de governar muito. Os parlamentos tinham surgido não tanto para governar como para controlar o poder dos que o faziam, uma função ainda óbvia nas relações entre o Congresso e a Presidência americanos. Eram mecanismos destinados a agir como freios, que se viram tendo de agir como motores. Assembléias soberanas, eleitas por um sufrágio restrito mas em expansão, tornaram-se cada vez mais comuns a partir da Era das Revoluções, mas a sociedade burguesa do século XIX supunha que o grosso da vida de seus cidadãos teria lugar não na esfera de governo, porém na economia auto-regulada e no mundo de associações

privadas e não oficiais (a "sociedade civil").* Ela contornava de dois modos as dificuldades de governar através de assembléias eleitas: não esperando muita ação governamental, ou mesmo legislação, de seus parlamentos, e providenciando para que o governo — ou melhor, a administração — pudesse ser exercido independentemente de suas variações. Como vimos (capítulo 1), os corpos de funcionários públicos independentes, nomeados permanentemente, haviam se tornado um mecanismo essencial para o governo dos Estados modernos. Uma maioria parlamentar era essencial apenas onde se tinha de tomar, ou aprovar, decisões executivas importantes ou polêmicas, e a organização e manutenção de um corpo adequado de apoio era a tarefa principal dos líderes do governo, uma vez que (com exceção dos EUA) o executivo em regimes parlamentares não era, em geral, eleito diretamente. Em Estados de sufrágio restrito (isto é, um eleitorado composto sobretudo pela minoria rica, poderosa ou influente), isso era facilitado por um consenso comum sobre o que constituía seu interesse coletivo (o "interesse nacional"), para não falar dos recursos de patronagem.

O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o "Estado-guarda-noturno" das piadas políticas, tornou-se tão obsoleto quanto o "guarda-noturno" que inspirou a metáfora.

A quarta condição era riqueza e prosperidade. As democracias da década de 1920 desmoronaram sob a tensão da revolução e contra-revolução (Hungria, Itália, Portugal), ou do conflito nacional (Polônia, Iugoslávia); as da década de 1930, sob as tensões da Depressão. Só precisamos comparar a atmosfera política da Alemanha de Weimar e a Áustria da década de 1920 com a da Alemanha Federal e da Áustria pós-1945 para nos convencermos disso. Mesmo os conflito nacionais eram menos incontroláveis, quando os políticos de cada minoria podiam comer uma fatia do bolo do Estado. Essa era a força do Partido Agrário na única verdadeira democracia da Europa Central, a Tchecoslováquia: oferecia vantagens que cruzavam as linhas nacionais. Na década de 1930, nem a Tchecoslováquia pôde mais manter juntos os tchecos, eslovacos, alemães, húngaros e ucranianos.

Nessas circunstâncias, a democracia tornava-se mais um mecanismo para formalizar divisões entre grupos inconciliáveis que qualquer outra coisa. Muitas vezes, mesmo nas melhores circunstâncias, não produzia nenhuma base estável para um governo democrático, sobretudo quando a teoria da represen-

(*) A década de 1980, no Ocidente e no Oriente, seria tomada por uma retórica saudosista sobre um retorno inteiramente impraticável a um século XIX idealizado, construído com base nessas suposições.

tação democrática se aplicava em rigorosas versões de representação proporcional.* Onde, em tempos de crise, não havia maioria parlamentar alguma, como na Alemanha (ao contrário da Grã-Bretanha),** a tentação de procurar base em outro lugar era esmagadora. Mesmo em democracias estáveis, as divisões políticas que o sistema implica são vistas por muitos cidadãos mais como custos do que como benefícios do sistema. A própria retórica da política anuncia candidatos e partidos mais como representativos do nacional do que do estreito interesse partidário. Em tempos de crise, os custos do sistema pareciam insustentáveis, e seus benefícios incertos.

Assim, é fácil entender que a democracia parlamentar nos Estados sucessores dos velhos impérios, bem como na maior parte do Mediterrâneo e da América Latina, fosse uma frágil planta crescendo em solo pedregoso. O argumento mais forte em seu favor, o de que, por pior que fosse, era melhor que qualquer sistema de governo alternativo, soa pouco atraente. Entre as guerras raramente pareceu realista e convincente, e mesmo seus defensores falavam com pouca confiança. Sua queda parecia inevitável, uma vez que mesmo nos Estados Unidos observadores sérios, mas exageradamente sombrios, diziam que "Isso pode acontecer aqui"(Sinclair Lewis, 1935). Ninguém previa ou esperava a sério seu renascimento no pós-guerra, menos ainda seu retorno, por mais breve que fosse, como a forma de governo predominante em todo o globo na década de 1990. Para os que observavam retrospectivamente, a partir dessa época, o período entreguerras, a queda de sistemas políticos liberais pareceu uma breve interrupção em sua secular conquista do globo. Infelizmente, à medida que se aproximava o novo milênio, as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1990.

(*) As intermináveis permutas de sistemas eleitorais democráticos — proporcional ou outros — são todas tentativas de obter e manter maiorias estáveis que permitam governos estáveis em sistemas políticos que, por sua própria natureza, tornam isso difícil.

(**) Na Grã-Bretanha, a recusa em considerar qualquer forma de representação proporcional ("quem vence leva tudo") favoreceu um sistema bipartidário e marginalizou outros partidos — como depois da Primeira Guerra Mundial, o até então dominante Partido Liberal, embora ele continuasse conquistando constantes 10% do voto nacional (assim foi ainda em 1992). Na Alemanha, o sistema proporcional, embora favorecendo ligeiramente os partidos maiores, não produziu nenhum partido depois de 1920 com sequer um terço das cadeiras (com exceção dos nazistas em 1932), entre cinco partidos grandes e cerca de uma dúzia de agrupamentos menores. Na ausência de maioria, a Constituição previa o governo executivo (temporário) com poderes de emergência, ou seja, a suspensão da democracia.

5
CONTRA O INIMIGO COMUM

Amanhã para os jovens, os poetas explodindo como bombas,
Os passeios à beira do lago, as semanas de perfeita comunhão;
Amanhã, as corridas de bicicletas
Pelos subúrbios nas noites de verão. Mas hoje, a luta [...]

W. H. Auden, "Espanha", 1937

Querida mamãe: De todas as pessoas que conheço, a senhora é a única que vai sentir mais, por isso meus últimos pensamentos são para a senhora. Não culpe ninguém mais por minha morte, porque eu mesmo escolhi minha sorte.

Não sei como lhe escrever, porque, mesmo tendo a cabeça clara, não consigo encontrar as palavras certas. Assumi meu lugar no Exército de Libertação, e morro quando a luz da vitória já começa a brilhar [...] *Vou ser fuzilado daqui a pouco com 23 outros camaradas.*

Depois da guerra a senhora deve exigir seus direitos a uma pensão. Eles lhe entregarão minhas coisas na prisão, só que estou ficando com o colete de papai, porque não quero que o frio me faça tremer [...]
Mais uma vez, digo adeus. Coragem!

Seu filho,
Spartaco.

Spartaco Fontanot, metalúrgico, 22 anos, membro do grupo resistente de Misak Manouchian, 1944, in Lettere (1954, p. 306)

I

A pesquisa de opinião pública é filha dos EUA da década de 1930, pois a extensão da "pesquisa de amostragem" dos pesquisadores de mercado para a política teve início, essencialmente, com George Gallup em 1936. Entre os primeiros resultados dessa técnica está um que teria surpreendido todos os presidentes americanos antes de Franklin D. Roosevelt, e surpreenderá todos os lei-

tores que foram criados depois da Segunda Guerra Mundial. Quando perguntados, em janeiro de 1939, quem os americanos queriam que ganhasse, se irrompesse uma guerra entre a União Soviética e a Alemanha, 83% foram a favor de uma vitória soviética, contra 17% de uma alemã (Miller, 1989, pp. 283-4). Num século dominado pelo confronto entre o comunismo anticapitalista da Revolução de Outubro, representado pela URSS, e o capitalismo anticomunista, cujo defensor e principal exemplar eram os EUA, nada parece mais anômalo do que essa declaração de simpatia, ou pelo menos preferência, pelo berço da revolução mundial em detrimento de um país vigorosamente anticomunista e cuja economia era reconhecivelmente capitalista. Tanto mais que a tirania de Stalin na URSS nessa época se achava, por consenso geral, em seu pior estágio.

A situação histórica era sem dúvida excepcional e teria vida relativamente curta. Durou, no máximo, de 1939 (quando os EUA reconheceram oficialmente a URSS) até 1947 (quando os dois campos ideológicos se defrontaram como inimigos na "Guerra Fria"), porém mais realisticamente de 1935 a 1945. Em outras palavras, foi determinada pela ascensão e queda da Alemanha de Hitler (1933-45) (ver capítulo 4), contra a qual EUA e URSS fizeram causa comum, porque a viam como um perigo maior do que cada um ao outro.

Os motivos pelos quais o fizeram transcendem o alcance das relações internacionais convencionais ou a política de influência, e é o que torna tão significativo o anômalo alinhamento de Estados e movimentos que acabaram travando e ganhando a Segunda Guerra Mundial. O que acabou forjando a união contra a Alemanha foi o fato de que não se tratava apenas de um Estado-nação com razões para sentir-se descontente com sua situação, mas de um Estado cuja política e ambições eram determinadas por sua ideologia. Em suma, de que era uma potência fascista. Enquanto isso foi deixado de lado ou não avaliado, mantiveram-se as habituais maquinações da *Realpolitik*. Podia-se fazer oposição ou acordo, contrabalançar ou, se necessário, combater a Alemanha, dependendo dos interesses da política de Estado de cada país e da situação geral. E de fato, em algum ponto entre 1933 e 1941, todos os outros grandes participantes do jogo internacional trataram a Alemanha de acordo com esses interesses. Londres e Paris apaziguaram Berlim (isto é, fizeram concessões à custa de outros), Moscou trocou uma posição de oposição por uma de proveitosa neutralidade, em troca de ganhos territoriais, e mesmo a Itália e o Japão, cujos interesses os alinhavam com a Alemanha, descobriram que esses interesses também lhes ditavam, em 1939, que não participassem dos primeiros estágios da Segunda Guerra Mundial. Eventualmente, a lógica da guerra de Hitler acabou levando todos eles para ela, inclusive os EUA.

Mas, à medida que avançava a década de 1930, tornava-se cada vez mais claro que havia mais coisas em questão do que o relativo equilíbrio de poder entre os *Estados-nação* que constituíam o sistema internacional (isto é, basicamente europeu). Na verdade, a política do Ocidente — da URSS às Américas,

passando pela Europa — pode ser mais bem entendida não como uma disputa entre Estados, mas como uma guerra civil ideológica internacional. (Como veremos, esta não é a melhor maneira de entender a política da África, da Ásia e do Extremo Oriente, dominados pelo colonialismo — ver capítulo 7). E, conforme vimos, as linhas divisórias cruciais nesta guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; do outro, seus adversários. Em suma, a fronteira passava não entre capitalismo e comunismo, mas entre o que o século XIX teria chamado de "progresso" e a "reação" — só que esses termos já não eram exatamente opostos.

Tornou-se uma guerra internacional, porque em essência suscitou as mesmas questões na maioria dos países ocidentais. Foi uma guerra civil, porque as linhas que separavam as forças pró e antifascistas cortavam cada sociedade. Jamais houve um período em que o patriotismo, no sentido de lealdade automática ao governo nacional de um cidadão, contasse menos. Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, os governos de pelo menos dez velhos países europeus eram chefiados por homens que, em seu começo (ou, no caso da Espanha, no começo da Guerra Civil), tinham sido rebeldes, exilados políticos ou pelo menos pessoas que tinham encarado seu próprio governo como imoral e ilegítimo. Homens e mulheres, muitas vezes do cerne das classes políticas de seus países, optavam pela lealdade ao comunismo (isto é, à URSS) em detrimento da lealdade a seu próprio Estado. Os "espiões de Cambridge" e, provavelmente com maior efeito prático, os membros japoneses do círculo de espiões de Sorge foram apenas dois entre muitos exemplos.* Por outro lado, inventou-se o termo especial "*quisling*" — nome de um nazista norueguês — para descrever as forças políticas dentro de Estados atacados por Hitler que preferiram, mais por convicção do que por oportunismo, juntar-se ao inimigo de seu país.

Isso era verdade mesmo em relação a pessoas movidas mais por patriotismo do que por ideologia global. Pois mesmo o patriotismo convencional estava agora dividido. Conservadores fortemente imperialistas e anticomunistas como Winston Churchill, e homens de formação reacionária católica como De Gaulle, preferiram combater a Alemanha não por alguma animosidade especial contra o fascismo, mas por causa de "*une certaine idée de la France*" ou "uma certa idéia da Inglaterra". Mesmo para os desse tipo, seu compromisso podia ser parte de uma guerra *civil* internacional, pois seu conceito de patriotismo não era necessariamente o de seus governos. Ao ir para Londres e

(*) Afirma-se que a informação de Sorge, baseada nas fontes mais dignas de crédito, de que o Japão *não* pretendia atacar a URSS em fins de 1941, permitiu a Stalin transferir reforços vitais para a Frente Ocidental, num momento em que os alemães se achavam nos arredores de Moscou (Deakin & Storry, 1964, capítulo 13; Andrew & Gordievsky, 1991, pp. 281-2).

declarar, em 18 de junho de 1940, que sob ele a "França Livre" continuaria a combater a Alemanha, Charles de Gaulle estava praticando um ato de rebelião contra o governo legítimo da França, que decidira constitucionalmente encerrar a guerra, e fora quase sem dúvida apoiado nessa decisão pela grande maioria dos franceses da época. Sem dúvida Churchill, em tal situação, teria reagido do mesmo jeito. Se a Alemanha houvesse ganhado a guerra, ele teria sido tratado por seu governo como traidor, como os russos que lutaram ao lado dos alemães contra a URSS foram tratados por seu país depois de 1945. Do mesmo modo, eslovacos e croatas, cujos países obtiveram seu primeiro gostinho de (restrita) liberdade de Estado como satélites da Alemanha de Hitler, encararam retrospectivamente os líderes de seus Estados na época da guerra como heróis patriotas ou colaboradores fascistas com base na ideologia: membros de cada povo combateram dos dois lados.*

O que uniu todas essas divisões civis nacionais numa única guerra global, internacional e civil, foi o surgimento da Alemanha de Hitler. Ou, mais precisamente, entre 1931 e 1941, a marcha para a conquista e a guerra da aliança de Estados — Alemanha, Itália e Japão, da qual a Alemanha de Hitler se tornou o pilar central. E a Alemanha de Hitler era ao mesmo tempo mais implacável e comprometida com a destruição dos valores e instituições da "civilização ocidental" da Era das Revoluções, e mais capaz de levar a efeito seu bárbaro projeto. Passo a passo, as vítimas potenciais do Japão, Alemanha e Itália viram os Estados do que viria a chamar-se "Eixo" ampliarem suas conquistas, rumo à guerra que, de 1931 em diante, parecia inevitável. Costumava-se dizer que "fascismo significa guerra". Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria e estabeleceu ali um Estado títere. Em 1932 ocupou a China ao Norte da Grande Muralha e chegou a Xangai. Em 1933 Hitler subiu ao poder na Alemanha com um programa que ele não tentava ocultar. Em 1934, uma breve guerra civil na Áustria eliminou a democracia ali e introduziu um regime semifascista que se destacou sobretudo por resistir à integração com a Alemanha e (com apoio italiano na época) por derrotar um golpe nazista que assassinou o premiê austríaco. Em 1935, a Alemanha comunicou sua ruptura com os tratados de paz e ressurgiu como grande potência militar e naval, reapossando-se (por plebiscito) da região do Saar em sua fronteira ocidental e desligando-se com desprezo da Liga das Nações. No mesmo ano Mussolini, com igual desprezo pela opinião pública, invadiu a Etiópia, que a Itália passou ocupar como colônia em 1936-7, após o que o Estado também rasgou sua ficha de membro da Liga. Em 1936, a Alemanha recuperou a Renânia e, com ajuda e intervenção ostensivas de Itália e Alemanha, um golpe militar na Espanha iniciou um grande confli-

(*) Contudo, isso não deve ser usado para justificar as atrocidades praticadas pelos dois lados, que, com certeza no caso do Estado croata de 1942-5, e provavelmente no caso do Estado eslovaco, foram maiores que as de seus adversários, e de qualquer modo indefensáveis.

to, a Guerra Civil Espanhola, sobre o qual falaremos mais adiante. As duas potências fascistas fizeram num alinhamento formal, o Eixo Berlim—Roma, enquanto Alemanha e Japão concluíam um "Pacto Anti-Comintern". Em 1937, sem surpreender ninguém, o Japão invadiu a China e partiu para uma guerra aberta que só cessou em 1945. Em 1938, a Alemanha também achou que chegara a hora da conquista. A Áustria foi invadida e anexada em março, sem resistência militar, e, após várias ameaças, o acordo de Munique em outubro despedaçou a Tchecoslováquia e transferiu grandes partes dela para Hitler, mais uma vez pacificamente. O resto foi ocupado em março de 1939, encorajando a Itália, que não tinha demonstrado ambições imperiais por alguns meses, a ocupar a Albânia. Quase imediatamente uma crise polonesa, mais uma vez resultante de mais exigências territoriais alemãs, paralisou a Europa. Disso veio a guerra européia de 1939-41, que se tornou a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, um outro fator entrelaçou os fios da política nacional numa única teia internacional: a consistente e cada vez mais espetacular debilidade dos Estados democráticos liberais (que coincidiam ser também os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial); a sua incapacidade ou falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir ao avanço de seus inimigos. Como vimos, foi essa crise do liberalismo que fortaleceu os argumentos e as forças do fascismo e dos governos autoritários (ver capítulo 4). O acordo de Munique de 1938 demonstrou perfeitamente essa combinação de confiante agressão de um lado, medo e concessão do outro, o que explica por que durante gerações a própria palavra "Munique" se tornou sinônimo, no discurso político ocidental, de retirada covarde. A vergonha de Munique, sentida quase imediatamente mesmo por aqueles que assinaram o acordo, estava não apenas em entregar a Hitler um triunfo fácil, mas no palpável medo de guerra que o antecedeu, e na ainda mais palpável sensação de alívio por tê-la evitado a qualquer custo. "*Bande de cons*", diz-se que o premiê Daladier murmurou com desprezo quando, tendo entregue a vida de um aliado da França, esperava ser vaiado em sua volta a Paris, mas só encontrou aplausos delirantes. A popularidade da URSS, e a relutância a criticar o que acontecia lá, deveram-se basicamente à sua oposição à Alemanha nazista, muito diferente das hesitações do Ocidente. O choque do pacto com a Alemanha em agosto foi maior por isso.

II

A mobilização de todo o potencial de apoio contra o fascismo, isto é, contra o campo alemão, portanto, foi um triplo apelo pela união de todas as forças políticas que tinham um interesse comum em resistir ao avanço do Eixo; por uma política real de resistência; e por governos dispostos a executar essa

política. Na verdade, foram necessários mais de oito anos para conseguir essa mobilização — dez, se datarmos o início da corrida para a guerra mundial em 1931. Porque a resposta a todos os três apelos foi, inevitavelmente, hesitante, gaguejante ou confusa.

Sob certos aspectos, era provável que o apelo à unidade antifascista conquistasse a resposta mais imediata, pois o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético, como inimigos a serem igualmente destruídos. Na velha expressão inglesa, eles tinham de unir-se, caso não quisessem ser eliminados um por um. Os comunistas, até então a força que mais tendia à divisão da esquerda do Iluminismo, concentrando seu fogo (como, infelizmente, é típico dos radicais políticos) não contra o inimigo óbvio, mas contra o competidor potencial mais próximo, acima de tudo os social-democratas (ver capítulo 2), mudaram de curso um ano e meio depois da ascensão de Hitler ao poder e transformaram-se nos mais sistemáticos e, como sempre, mais eficientes defensores da unidade antifascista. Isso afastou o grande obstáculo à unidade da esquerda, embora não suas desconfianças profundamente enraizadas.

Em essência, a estratégia apresentada (em conjunto com Stalin) pela Internacional Comunista (que escolhera como seu novo secretário-geral George Dimitrov, um búlgaro cuja corajosa contestação pública às autoridades nazistas, no julgamento do incêndio do Reichstag em 1933, havia eletrizado os antifascistas em toda parte)* era de círculos concêntricos.

As forças unidas dos trabalhistas (a "Frente Unida") formariam a base de uma ampla aliança eleitoral e política com os democratas e liberais (a "Frente Popular"). Além disso, à medida que continuava o avanço da Alemanha, os comunistas pensaram numa extensão ainda mais ampla, numa "Frente Nacional" de todos que, independentemente de crenças ideológicas ou políticas, encaravam o fascismo (ou as potências do Eixo) como o inimigo primeiro. Essa extensão da aliança antifascista ultrapassando o centro até a direita — as "mãos dos comunistas franceses estendidas aos católicos", ou a disposição dos comunistas britânicos de aceitar o notório anticomunista Winston Churchill — enfrentou maior resistência na esquerda tradicional, até que a lógica da guerra acabou por impô-la. Contudo, a união de centro e esquerda fazia sentido político, e estabeleceram-se "Frentes Populares" na França (pioneira nessa

(*) Um mês depois da ascensão de Hitler ao poder, o prédio do Parlamento alemão em Berlim foi misteriosamente incendiado. O governo nazista imediatamente acusou o Partido Comunista e usou a ocasião para suprimi-lo. Os comunistas acusaram os nazistas de terem organizado o incêndio para esse fim. Um solitário holandês desequilibrado com simpatias revolucionárias, Van der Lubbe, além do líder do grupo parlamentar comunista e três búlgaros que trabalhavam em Berlim para a Internacional Comunista foram presos e julgados. Van der Lubbe estava certamente envolvido no incêndio, os quatro comunistas com certeza não, como também obviamente não o KPD. Os atuais estudos históricos não endossam a sugestão de uma provocação nazista.

manobra) e na Espanha, que repeliram ofensivas locais da direita e conquistaram impressionantes vitórias eleitorais na Espanha (fevereiro de 1936) e França (maio de 1936).

As vitórias dramatizaram os custos da desunião anterior, porque as listas eleitorais unidas de centro e esquerda conquistaram substanciais maiorias parlamentares — mas embora mostrassem uma impressionante mudança de opinião *dentro* da esquerda, notadamente na França, em favor do Partido Comunista, não indicaram qualquer séria ampliação de apoio político ao antifascismo. Na verdade, o triunfo da Frente Popular, que produziu o primeiro governo francês encabeçado por um socialista, o intelectual Leon Blum (1827-1950), foi conquistado por um aumento que mal chegou a 1% da votação dos radicais-socialistas-comunistas em 1932, e o triunfo eleitoral da Frente Popular espanhola por uma mudança ligeiramente maior, mas que ainda deixava o novo governo com quase metade dos eleitores contra si (e a direita um pouco mais forte que antes). Mesmo assim, essas vitórias incutiram esperança e mesmo euforia nos movimentos trabalhistas e socialistas locais; mais do que se pode dizer em relação ao Partido Trabalhista britânico, despedaçado pela Depressão e a crise política em 1931 — tinha então sido reduzido a meras cinqüenta cadeiras —, mas que, quatro anos depois, não havia ainda recuperado sua votação pré-Depressão, ou seja, contava com apenas pouco mais de metade de suas cadeiras de 1929. Entre 1931 e 1935, o voto dos conservadores simplesmente caiu de cerca de 61% para cerca de 54%. O chamado governo "nacional" da Grã-Bretanha, encabeçado de 1937 em diante por Neville Chamberlain, que se tornou sinônimo do "apaziguamento" com Hitler, apoiava-se em sólido voto majoritário. Não há motivo para supor que, não houvesse a guerra irrompido em 1939, e houvesse uma eleição acontecido em 1940 como deveria, os conservadores não a ganhariam de novo confortavelmente. Na verdade, a não ser pela maior parte da Escandinávia, onde os social-democratas ganharam logo terreno, não houve sinal de qualquer mudança eleitoral significativa para a esquerda na Europa Ocidental na década de 1930, mas houve algumas mudanças bastante maciças para a direita nas partes do Leste e Sudeste europeus onde ainda se faziam eleições. Há um agudo contraste entre o Velho e Novo Mundo. Na Europa não ocorreu nada semelhante à dramática mudança de republicanos para democratas em 1932 (o voto presidencial destes subiu de entre 15 a 16 milhões para quase 28 milhões em quatro anos), mas deve-se dizer que, em termos eleitorais, Franklin D. Roosevelt atingiu seu pico em 1932, embora (para surpresa de todos, com exceção de seu povo) ficasse só um pouco aquém daquilo em 1936.

O antifascismo, portanto, organizou os adversários tradicionais da direita, mas não inflou os seus números; mobilizou mais facilmente as minorias que as maiorias. Entre essas minorias, os intelectuais e os interessados nas artes estavam particularmente abertos a seu apelo (com exceção de uma cor-

rente de literatura internacional inspirada pela direita tradicionalista e antidemocrática — ver capítulo 6), porque a arrogante e agressiva hostilidade do nacional-socialismo aos valores da civilização como até então concebidos ficou imediatamente óbvia nos campos que lhes diziam respeito. O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura "modernista", a queima pública de livros "judeus" e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitler no governo. Além disso, embora os cidadãos comuns pudessem desaprovar as barbaridades mais brutais do sistema — os campos de concentração e a redução dos judeus alemães (que incluía todos aqueles com pelo menos um avô judeu) a uma segregada subclasse sem direitos —, um número surpreendentemente grande via tais barbaridades, na pior das hipóteses, como aberrações limitadas. Afinal, os campos de concentração eram basicamente obstáculos a uma potencial oposição comunista e prisões para os quadros da subversão, um objetivo pelo qual muitos conservadores convencionais tinham certa simpatia, e quando a guerra explodiu não havia mais de 8 mil pessoas em todos eles. (Sua expansão num *universe concentrationnaire* de terror, tortura e morte para centenas de milhares, e mesmo milhões, de pessoas se deu durante a guerra.) E, até a guerra, a política nazista, por mais bárbaro que fosse o tratamento aos judeus, ainda parecia encarar a "solução final" do "problema judeu" mais como expulsão do que como extermínio em massa. A própria Alemanha parecia ao observador não político um país estável, até mesmo em expansão econômica, com um governo popular, apesar de com algumas características antipáticas. Os que liam livros, incluindo o *Mein Kampf* do próprio Führer, tinham mais probabilidade de reconhecer, na sanguinária retórica dos agitadores racistas e na tortura e assassinato concentrados em Dachau ou Buchenwald, a ameaça de todo um mundo construído no deliberado reverso da civilização. Os intelectuais ocidentais (embora nessa época só uma fração de estudantes, então em sua maioria um contingente de filhos e futuros membros das "respeitáveis" classes médias) foram portanto a primeira camada social mobilizada em massa contra o fascismo na década de 1930. Era ainda uma camada social pequena mas extraordinariamente influente, especialmente por incluir os jornalistas que, nos países não fascistas do Ocidente, desempenharam um papel crucial alertando até mesmo os leitores e governantes mais conservadores para a natureza do nacional-socialismo.

A política de resistência à ascensão do campo fascista era, mais uma vez, simples e lógica no papel. Tratava-se de unir todos os países contra os agressores (a Liga das Nações oferecia uma estrutura potencial para isso), não fazer concessões a eles e, pela ameaça e, se necessário, pela ação comum, detê-los e derrotá-los. O comissário de Relações Exteriores da URSS, Maxim Litvinov

(1876-1952), fez-se o porta-voz dessa "Segurança Coletiva". Mais fácil dizer que fazer. O maior obstáculo era que, então como agora, mesmo Estados que partilhavam do temor e suspeita dos agressores tinham outros interesses que os dividiam ou podiam ser usados para dividi-los.

O quanto contava a mais óbvia divisão entre a União Soviética, comprometida em teoria com a derrubada dos regimes burgueses e o fim dos impérios em toda parte, e os outros Estados, que agora viam a URSS como inspiradora e instigadora da subversão, não está claro hoje. Embora os governos — todos os principais reconheceram a URSS depois de 1933 — sempre estivessem dispostos a chegar a um acordo com ela quando isso servia a seus propósitos, alguns de seus membros e agências continuavam a encarar o bolchevismo, interna e externamente, como o inimigo essencial, no espírito das guerras frias pós-1945. Os serviços de espionagem britânicos foram sabidamente excepcionais ao concentrarem-se de tal forma contra a ameaça vermelha que só a abandonaram como seu alvo principal em meados da década de 1930 (Andrew, 1985, p. 530). Apesar disso, muitos conservadores achavam, sobretudo na Grã-Bretanha, que a melhor de todas as soluções seria uma guerra germano-soviética, enfraquecendo, e talvez destruindo, os dois inimigos, e uma derrota do bolchevismo por uma enfraquecida Alemanha não seria uma coisa ruim. A relutância pura e simples dos governos ocidentais em entrar em negociações efetivas com o Estado vermelho, mesmo em 1938-9, quando a urgência de uma aliança anti-Hitler não era mais negada por ninguém, é demasiado patente. Na verdade, foi o temor de ter de enfrentar Hitler sozinho que acabou levando Stalin, desde 1935 um inflexível defensor de uma aliança com o Ocidente contra Hitler, ao Pacto Stalin-Ribbentrop de agosto de 1939, com o qual esperava manter a URSS fora da guerra enquanto a Alemanha e as potências ocidentais se enfraqueciam mutuamente, em proveito de seu Estado, que, pelas cláusulas secretas do pacto, ficava com uma grande parte dos territórios ocidentais perdidos pela Rússia após a revolução. O cálculo se revelou incorreto, mas, como as fracassadas tentativas de criar uma frente comum contra Hitler, demonstrou as divisões entre Estados que tornaram possível a ascensão extraordinária e praticamente sem resistência da Alemanha nazista entre 1933 e 1939.

Além disso, a geografia, a história e a economia davam aos governos diferentes perspectivas do mundo. O continente da Europa como tal era de pouco ou nenhum interesse para o Japão e os EUA, cujas políticas eram do Pacífico e da América, e para a Grã-Bretanha, ainda comprometida com um império mundial e uma estratégia marítima global, embora demasiado fraca para manter qualquer dos dois. Os países da Europa Oriental estavam espremidos entre a Alemanha e a Rússia, o que obviamente determinava suas políticas, sobretudo quando (como se revelou) as potências mostraram-se incapazes de protegê-los. Vários haviam adquirido, após 1917, territórios antes pertencentes à Rússia, e embora hostis à Alemanha, resistiam por conseguinte a qual-

quer aliança antigermânica que trouxesse as forças russas de volta às suas terras. E no entanto, como a Segunda Guerra Mundial iria demonstrar, a única aliança antifascista efetiva seria a que incluísse a URSS. Quanto à economia, países como a Grã-Bretanha, que sabiam ter travado uma Primeira Guerra Mundial para além de suas capacidades financeiras, recuavam diante dos custos do rearmamento. Em suma, havia um amplo fosso entre reconhecer as potências do Eixo como um grande perigo e fazer alguma coisa a respeito.

A democracia liberal (que por definição não existia no lado fascista ou autoritário) alargou esse fosso. Tornou lenta ou impediu a decisão política, notadamente nos EUA, e sem dúvida lhe dificultou, e às vezes impossibilitou, a adoção de políticas impopulares. Sem dúvida alguns governos usaram isso para justificar seu próprio torpor, mas o exemplo dos EUA mostra que mesmo um presidente forte e popular como Franklin D. Roosevelt era incapaz de executar sua política antifascista contra a opinião do eleitorado. Não fosse Pearl Harbor e a declaração de guerra de Hitler, os EUA sem dúvida teriam continuado fora da guerra. Não está claro sob que circunstâncias poderiam ter entrado.

Contudo, o que enfraqueceu a decisão das principais democracias européias, a França e a Grã-Bretanha, não foram tanto os mecanismos políticos da democracia quanto a lembrança da Primeira Guerra Mundial. Essa era uma ferida cuja dor ainda sentiam, igualmente, eleitores e governos, porque o impacto daquela guerra fora sem precedentes e universal. Tanto para a França quanto para a Grã-Bretanha, esse impacto, em termos humanos (embora não materiais), foi muito maior do que se revelou o da Segunda Guerra Mundial (ver capítulo 1). Outra guerra como aquela precisava ser evitada quase a qualquer custo. Era sem dúvida o último dos recursos da política.

Não se deve confundir a relutância em ir à guerra com recusa a lutar, embora o moral militar potencial dos franceses, que haviam sofrido mais que qualquer outro país beligerante, estivesse sem dúvida enfraquecido pelo trauma de 1914-8. Ninguém foi para a Segunda Guerra Mundial cantando, nem mesmo os alemães. Por outro lado, o pacifismo irrestrito (não religioso), embora muito popular na Grã-Bretanha na década de 1930, jamais foi um movimento de massa, e desapareceu na década de 1940. Apesar da ampla tolerância com os "opositores por motivos de consciência" na Segunda Guerra Mundial, o número dos que alegaram o direito de recusar-se a lutar foi pequeno (Calvocoressi, 1987, p. 63).

Na esquerda não comunista, ainda mais emocionalmente comprometida com o ódio à guerra e ao militarismo após 1918 do que (em teoria) antes de 1914, a paz a qualquer preço continuou sendo uma posição minoritária, mesmo na França onde era mais forte. Na Grã-Bretanha, George Lansbury, um pacifista que, pelo acidente de um holocausto eleitoral, se viu à frente do Partido Trabalhista depois de 1931, foi eficiente e brutalmente afastado da liderança em 1935. Ao contrário do governo da Frente Popular encabeçado

pelos socialistas na França, o trabalhismo britânico podia ser criticado não por falta de firmeza diante dos agressores fascistas, mas por recusar-se a apoiar as necessárias medidas militares para tornar a resistência efetiva, como rearmamento e recrutamento. A mesma crítica podia ser estendida aos comunistas, que jamais haviam sido tentados pelo pacifismo.

A esquerda se achava de fato num dilema. Por um lado, a força do antifascismo estava em mobilizar os que temiam a guerra, tanto a última como os terrores futuros da seguinte. O fato de o fascismo significar guerra era um motivo convincente para combatê-lo. Por outro lado, uma resistência ao fascismo que não previsse o uso de armas não poderia dar certo. O que é mais, a esperança de provocar o colapso da Alemanha nazista, ou mesmo da Itália de Mussolini, pela firmeza coletiva mas pacífica baseava-se em ilusões sobre Hitler e as supostas forças de oposição dentro da Alemanha. De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos *sabíamos* que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincentes para evitá-la. Nós — o historiador também pode recorrer à própria memória — *contávamos* em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. E como antifascistas não tínhamos dúvida de que, quando ela viesse, não teríamos outra opção além de lutar.

Apesar disso, não se pode usar o dilema político da esquerda para explicar o fracasso dos governos, mesmo porque preparações efetivas para a guerra não dependiam de resoluções aprovadas (ou não aprovadas) em congressos de partidos; nem mesmo, por um período de vários anos, do medo de eleições. E no entanto os governos, e em particular o francês e o britânico, também tinham ficado marcados de forma indelével pela Grande Guerra. A França saíra dela dessangrada, e potencialmente uma força ainda menor e mais fraca que a derrotada Alemanha. A França não nada podia sem aliados contra uma Alemanha revivida, e os únicos países europeus que tinham igual interesse em aliar-se a ela, a Polônia e os Estados sucessores dos Habsburgo, se achavam fracos demais para isso. Os franceses investiram seu dinheiro numa linha de fortificações (a "Linha Maginot", nome de um ministro logo esquecido) que, esperavam, impediria os atacantes alemães pela perspectiva de perdas como as de Verdun (ver capítulo 1). Fora isso, só podiam voltar-se para a Grã-Bretanha e, depois de 1933, para a URSS.

Os governos britânicos tinham igual consciência de uma fraqueza fundamental. Financeiramente, não podiam se dar o luxo de outra guerra. Estrategicamente, não tinham mais uma marinha capaz de operar ao mesmo tempo nos três grandes oceanos e no Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, o problema que de fato os preocupava não era o que acontecia na Europa, mas como manter inteiro, com forças claramente insuficientes, um império global geograficamente maior do que jamais existira, mas também e visivelmente à beira da decomposição.

Os dois Estados portanto se sabiam fracos demais para defender um *status quo* em grande parte estabelecido em 1919 para atender a seus interesses. Também sabiam que esse *status quo* era instável e impossível de ser mantido. Nenhum tinha nada a ganhar com outra guerra, e muito a perder. A política óbvia e lógica era negociar com a nova Alemanha para estabelecer um padrão europeu mais durável, e isso sem dúvida significava fazer concessões ao crescente poder da Alemanha. Infelizmente, a nova Alemanha era a de Adolf Hitler.

A chamada política de "apaziguamento" teve tão má publicidade desde 1939 que é preciso nos lembrarmos como pareceu sensata a tantos governos ocidentais que não eram visceralmente antialemães nem apaixonadamente antifascistas em princípio, sobretudo a Grã-Bretanha, onde mudanças no mapa continental, em "países distantes dos quais pouco sabemos" (Chamberlain sobre a Tchecoslováquia em 1938), não faziam subir a pressão sangüínea de ninguém. (Os franceses claro que ficavam muito mais nervosos com *quaisquer* iniciativas que favorecessem a Alemanha, que acabaria mais cedo ou mais tarde por se voltar contra eles, mas a França estava fraca.) Uma Segunda Guerra Mundial, podia-se prever com segurança, arruinaria a economia britânica e desmontaria grandes partes de seu império. O que verdade foi o que aconteceu. Embora fosse um preço que socialistas, comunistas, movimentos de libertação colonial e o presidente F. D. Roosevelt estivessem mais que dispostos a pagar pela derrota do fascismo, não esqueçamos que era excessivo do ponto de vista dos imperialistas britânicos racionais.

Contudo, acordo e negociação eram impossíveis com a Alemanha de Hitler, porque os objetivos políticos do nacional-socialismo eram irracionais e ilimitados. Expansão e agressão faziam parte do sistema, e, a menos que se aceitasse de antemão a dominação alemã, ou seja, se preferisse não resistir ao avanço nazista, a guerra era inevitável, provavelmente mais cedo do que mais tarde. Daí o papel central da ideologia na formação da política da década de 1930: se determinou os objetivos da Alemanha nazista, excluiu a *realpolitik* como alternativa para os adversários. Os que reconheciam que não podia haver acordo com Hitler, o que era uma avaliação realista da situação, o faziam por motivos inteiramente pragmáticos. Encaravam o fascismo como intolerável em princípio e *a priori*, ou (como na caso de Winston Churchill) eram impelidos por um ideal igualmente *a priori* daquilo que seu país e império "representavam", e não podiam sacrificar. O paradoxo de Winston Churchill foi que esse grande romântico, cujo julgamento político fora consistentemente errado em quase tudo desde 1914 — incluindo a avaliação da estratégia militar da qual se orgulhava —, mostrou-se realista em uma única questão, a da Alemanha.

Por outro lado, os realistas políticos do apaziguamento foram inteiramente irrealistas em sua avaliação da situação, mesmo quando a impossibilidade de um acordo negociado com Hitler se tornou óbvia para qualquer obser-

vador razoável em 1938-9. Esse foi o motivo da tragicomédia de março-setembro de 1939, que terminou numa guerra que ninguém queria, numa época e lugar que ninguém queria (nem a Alemanha), e que na verdade deixou a Grã-Bretanha e a França sem a mínima idéia do que, como beligerantes, deviam fazer, até que a *blitzkrieg* de 1940 os aniquilou. Mesmo diante da evidência que eles próprios aceitaram, os apaziguadores na Grã-Bretanha e França ainda não conseguiam pensar em negociar a sério uma aliança com a URSS, sem a qual a guerra não podia ser nem adiada nem vencida, e sem a qual as garantias contra o ataque alemão, súbita e descuidadamente espalhadas pela Europa Oriental por Neville Chamberlain — sem, por incrível que pareça, consultar ou sequer *informar* adequadamente a URSS —, eram papel sem valor. Londres e Paris não queriam lutar, mas no máximo dissuadir com uma demonstração de força. Isso não pareceu plausível nem por um momento a Hitler, e tampouco a Stalin, cujos negociadores pediam em vão propostas de operações estratégicas conjuntas no Báltico. Mesmo quando os exércitos alemães entraram na Polônia, o governo de Chamberlain ainda estava disposto a negociar com Hitler, como Hitler calculara que ele faria (Watt, 1989, p. 215).

Hitler errou o cálculo, e os Estados ocidentais declararam guerra, não porque seus estadistas a quisessem, mas porque a política do próprio Hitler, depois de Munique, impossibilitou outra saída aos apaziguadores. Foi ele quem mobilizou contra o fascismo as massas até então descomprometidas. Essencialmente, a ocupação alemã da Tchecoslováquia em março de 1939 converteu a opinião pública britânica à resistência e, ao fazê-lo, forçou a mão de um governo relutante; o que por sua vez forçou a mão do governo francês, que não teve outra opção senão ir junto com seu único aliado de fato. Pela primeira vez a luta contra a Alemanha de Hitler unia, em vez de dividir, os britânicos, mas — ainda — sem nenhum objetivo. Enquanto os alemães rápida e impiedosamente destruíam a Polônia e dividiam seus restos com Stalin, que se retirara para uma condenada neutralidade, uma "guerra falsa" obtinha uma paz implausível no Ocidente.

Nenhum tipo de *Realpolitik* pode explicar a política dos apaziguadores depois de Munique. Uma vez que uma guerra parecia bastante provável — e quem em 1939 duvidava? — a única coisa a fazer era preparar-se para ela tão bem quanto possível, e isso não foi feito. Pois a Grã-Bretanha, mesmo a Grã-Bretanha de Chamberlain, certamente não estava disposta a aceitar uma Europa dominada por Hitler antes que a guerra acontecesse, embora, após o colapso da França, houvesse certo apoio a uma paz negociada — isto é, à aceitação da derrota. Mesmo na França, onde um pessimismo beirando o derrotismo era bastante comum entre políticos e militares, o governo não pretendia entregar a alma, nem o fez, até o exército desmoronar em junho de 1940. Sua política era morna, porque eles nem ousavam seguir a lógica da política de poder, nem as convicções *a priori* dos da resistência, para os quais *nada* podia

ser mais importante que combater o fascismo (na forma de fascismo ou na da Alemanha de Hitler), nem as dos anticomunistas, para os quais "a derrota de Hitler significaria o colapso dos sistemas autoritários que constituem o principal baluarte contra a revolução comunista" (Thierry Maulnier, 1938 in Ory, 1976, p. 24). Não é fácil dizer o que determinou as ações desses estadistas, já que eles não foram movidos apenas pelo intelecto, mas por preconceitos, esperanças e receios que, no silêncio, distorciam sua visão. Havia as lembranças da Primeira Guerra Mundial e as incertezas de políticos que viam seus sistemas políticos e economias democrático-liberais em uma queda que poderia ser a final; um estado de espírito mais típico do Continente que da Grã-Bretanha. Havia uma genuína incerteza sobre se, em tais circunstâncias, os imprevisíveis resultados de uma política de resistência bem-sucedida justificariam os custos proibitivos que ela implicaria. Pois, afinal, para a maioria dos políticos britânicos e franceses, o melhor que se podia conseguir era preservar um *status quo* não muito satisfatório e provavelmente insustentável. E por trás de tudo isso havia a questão de saber se, estando o *status quo* de qualquer maneira condenado, o fascismo não era melhor que a outra alternativa, a revolução social e o bolchevismo. Se o único tipo de fascismo em oferta fosse o italiano, poucos políticos conservadores ou moderados teriam hesitado. Mesmo Winston Churchill era pró-italiano. O problema era que eles enfrentavam não Mussolini, mas Hitler. Ainda assim, não deixa de ser significativo o fato de que a principal esperança de tantos governos e diplomatas da década de 1930 era estabilizar a Europa chegando a um acordo com a Itália, ou pelo menos separando Mussolini da aliança com seu discípulo. Não deu certo, embora o próprio Mussolini fosse realista o bastante para manter uma certa liberdade de ação até, em junho de 1940, concluir, erroneamente mas não sem razão, que os alemães tinham ganhado e declarar guerra ele próprio.

III

As disputas da década de 1930, travadas dentro dos Estados ou entre eles, eram portanto transnacionais. Em nenhuma parte foi isso mais evidente do que na Guerra Civil Espanhola de 1936-9, que se tornou a expressão exemplar desse confronto global.

Em retrospecto, pode parecer surpreendende que esse conflito tenha mobilizado *instantaneamente* as simpatias da esquerda e da direita na Europa e nas Américas, especialmente dos intelectuais ocidentais. A Espanha era uma parte periférica da Europa, e sua história estivera persistentemente fora de compasso com o resto do continente, do qual se separa pela muralha dos Pireneus. Mantivera-se à parte das guerras européias desde Napoleão, como iria ficar fora da Segunda Guerra Mundial. Desde o início do século XIX, seus

assuntos não interessavam aos governos europeus, embora os EUA houvessem provocado uma breve guerra contra ela em 1898, a fim de roubar-lhe as últimas partes restantes do velho império mundial do século XVI: Cuba, Porto Rico e Filipinas.* Na verdade, e ao contrário das crenças da geração deste autor, a Guerra Civil Espanhola não foi a primeira fase da Segunda Guerra Mundial, e a vitória do general Franco, que, como vimos, nem mesmo pode ser descrito como fascista, não teve conseqüências globais. Apenas manteve a Espanha (e Portugal) isolada do resto do mundo por mais trinta anos.

Contudo, não foi por acaso que a política interna desse país notoriamente anômalo e auto-suficiente se tornou o símbolo de uma luta global na década de 1930. Suscitou os principais problemas políticos da época: de um lado, democracia e revolução social, sendo a Espanha o único país na Europa onde ela estava pronta para explodir; do outro, um campo singularmente rígido de contra-revolução ou reação, inspirado por uma Igreja Católica que rejeitava tudo o que acontecera no mundo desde Martinho Lutero. Muito curiosamente, nem os partidos do comunismo moscovita nem os inspirados pelo fascismo tinham algum significado na Espanha antes da Guerra Civil, pois esse país seguiu seu próprio caminho excêntrico tanto na ultra-esquerda anarquista quanto na ultradireita carlista.**

Os bem-intencionados liberais, anticlericais e maçons ao estilo século XIX dos países latinos, que tomaram o poder dos Bourbon numa revolução pacífica em 1931, não puderam nem conter a fermentação social dos espanhóis pobres, nas cidades e nos campos, nem desativá-la com reformas sociais efetivas (ou seja, basicamente a agrária). Em 1933, foram afastados por governos conservadores, cuja política de repressão a agitações e insurreições locais, como a revolta dos mineiros asturianos em 1934, simplesmente ajudou a aumentar a pressão revolucionária potencial. Nesse estágio, a esquerda espanhola descobriu a Frente Popular do Comintern, para a qual estava sendo impelida pela vizinha França. A idéia de que todos os partidos deviam formar uma frente única eleitoral contra a direita fazia sentido para uma esquerda que não sabia muito bem o que fazer. Mesmo os anarquistas, naquele seu último bastião no mundo, se inclinavam a pedir a seus seguidores que praticassem o vício burguês de votar numa eleição, que até então haviam rejeitado como indigno de um verdadeiro revolucionário, embora nenhum anarquista na verdade se conspurcasse concorrendo. Em fevereiro de 1936, a Frente Popular

(*) A Espanha manteve sua presença no Marrocos, disputado pelas aguerridas tribos berberes locais, que proporcionaram ao exército espanhol formidáveis unidades de combate, e também em alguns territórios africanos mais ao sul, esquecidos de todos.

(**) O carlismo foi um movimento ferozmente monarquista e ultratradicionalista, com forte apoio camponês, sobretudo na guerra. Os carlistas travaram guerras civis na década de 1830 e 1870, defendendo um ramo da família real espanhola.

obteve uma maioria de votos pequena e nada arrasadora, e graças à sua coordenação, uma substancial maioria de cadeiras no Parlamento espanhol, ou Cortes. Essa vitória produziu menos um governo efetivo da esquerda que uma fissura pela qual a lava acumulada de insatisfação social pôde começar a esguichar. Isso tornou-se cada vez mais evidente nos meses seguintes.

Nesse estágio, tendo falhado a política direitista ortodoxa, a Espanha reverteu a uma forma política em que fora pioneira, e que se tornara típica do mundo ibérico: o *pronunciamiento*, ou golpe militar. Mas do mesmo modo como a esquerda espanhola se via olhando para o frentismo popular do outro lado das fronteiras nacionais, também a direita espanhola sentia-se atraída para as potências fascistas. Isso não se dava tanto por meio do modesto movimento fascista local, a Falange, quanto da Igreja e dos monarquistas, para os quais pouca diferença havia entre liberais e comunistas, todos igualmente ateus, não havendo portanto possibilidade de acordo com qualquer deles. A Itália e a Alemanha esperavam extrair algum proveito moral e talvez político de uma vitória da direita. Os generais espanhóis que começaram a tramar a sério um golpe após a eleição precisavam de apoio financeiro e ajuda prática, que negociaram com a Itália.

Contudo, os momentos de vitória democrática e mobilização política de massas não são ideais para golpes militares, que dependem para ter sucesso da convenção de que os civis, assim como setores não comprometidos das Forças Armadas, aceitem os sinais, do mesmo modo como os *putschistas* militares cujos sinais não são aceitos reconheçam discretamente seu fracasso. O *pronunciamiento* clássico é um jogo que se joga melhor nos momentos em que as massas estão em recesso ou os governos perderam a legitimidade. Essas condições não estavam presentes na Espanha. O golpe de 17 de julho dos generais teve êxito em algumas cidades, e enfrentou apaixonada resistência de pessoas e Forças Armadas leais em outras. Não conseguiu tomar as duas principais cidades da Espanha, incluindo a capital, Madri. Em partes do país precipitou, portanto, a revolução social à qual pretendia adiantar-se. Em toda a Espanha, iniciou-se uma longa guerra civil entre o governo legítimo e devidamente eleito da República, agora ampliado e incluindo socialistas, comunistas e mesmo alguns anarquistas, mas coabitando de maneira pouco confortável com as forças da rebelião de massa que haviam derrotado o golpe, e os generais insurgentes que se apresentavam como cruzados nacionalistas contra o comunismo. O mais jovem e politicamente inteligente dos generais, Francisco Franco y Bahamonte (1892-1975), viu-se à frente de um novo regime que com o correr da guerra se tornou um Estado autoritário com um partido único — um conglomerado de direita que ia do fascismo aos velhos monarquistas e ultras carlistas que recebeu o nome absurdo de Falange Tradicionalista Espanhola. Mas os dois lados da Guerra Civil precisavam de apoio. E recorreram a patrocinadores potenciais.

A reação da opinião antifascista à rebelião dos generais foi imediata e espontânea, ao contrário da reação dos governos antifascistas, bem mais cautelosos, mesmo quando, como a URSS e o chamado governo da Frente Popular que acabara de chegar ao poder na França, eram fortemente a favor da República. (A Itália e a Alemanha imediatamente enviaram armas e homens para o seu lado.) A França estava ansiosa para ajudar, e deu alguma assistência (oficialmente "não reconhecida") à República, até ser exortada a uma política oficial de "não-intervenção" por divisões internas e pelo governo britânico, profundamente hostil ao que via como o avanço da revolução social e do bolchevismo na península Ibérica. A opinião da classe média e conservadora no Ocidente em geral partilhava dessa atitude, embora (com exceção da Igreja Católica e dos pró-fascistas) não se identificasse muito com os generais. A Rússia, embora firme do lado republicano, também entrou no Acordo de Não-Intervenção patrocinado pelos britânicos, cujo objetivo, o de impedir a ajuda alemã e italiana aos generais, ninguém esperava nem queria atingir, e aos poucos "passou de equívoco a hipocrisia" (Thomas, 1977, p. 395). De setembro de 1936 em diante, a Rússia enviou sem reservas, embora não exatamente de modo oficial, homens e material para apoiar a República. A não-intervenção, que significava simplesmente que a Grã-Bretanha e a França se recusavam a fazer fosse o que fosse em relação à maciça intervenção das potências do Eixo na Espanha, com o que abandonavam a República, confirmou tanto fascistas quanto antifascistas em seu desprezo aos não-intervencionistas. Também aumentou enormemente o prestígio da URSS, a única potência que ajudou o governo legítimo da Espanha, e dos comunistas dentro e fora daquele país, não apenas porque organizaram essa ajuda internacionalmente, mas porque também logo se estabeleceram como a espinha dorsal do esforço militar republicano.

Contudo, mesmo antes de os soviéticos mobilizarem seus recursos, todos, desde os liberais até os mais extremistas da esquerda, reconheceram de imediato como sua a luta espanhola. Como escreveu o maior poeta britânico da época, W. H. Auden:

> *Naquela árida praça, naquele fragmento lascado da quente*
> *África, tão toscamente colado na inventiva Europa;*
> *Naquela terra plana açoitada por rios,*
> *Nossas idéias têm corpos; os ameaçadores vultos de nossa febre*
> *São precisos e vivos.*

E o que é mais: ali, e somente ali, a interminável e desmoralizante queda da esquerda era detida por homens e mulheres que combatiam o avanço da direita armada. Mesmo antes de a Internacional Comunista começar a organizar as Brigadas Internacionais (cujos primeiros contingentes chegaram à sua futura base em outubro), de fato antes que as primeiras colunas organizadas de voluntários aparecessem no *front* (as do movimento liberal-socialista italia-

no Giustizia e Libertá), voluntários estrangeiros já lutavam pela República em certa quantidade. Mais de 40 mil jovens estrangeiros de mais de cinqüenta países* acabaram indo lutar e muitos morrer num país sobre o qual provavelmente não conheciam mais que o mapa no atlas da escola. É significativo que não mais de mil voluntários estrangeiros tenham lutado do lado de Franco (Thomas, 1977, p. 980). Para esclarecimento dos leitores criados no ambiente moral de fins do século XX, deve-se acrescentar que esses não eram nem mercenários, nem, com exceção de poucos casos, aventureiros. Eles foram lutar por uma causa.

É difícil lembrar hoje o que a Espanha significou para os liberais e os esquerdistas que viveram a década de 1930, embora para muitos de nós sobreviventes, todos já ultrapassando o tempo de vida bíblico, continue sendo a única causa que, mesmo em retrospecto, pareça tão pura e atraente quanto em 1936. Hoje parece pertencer a um passado pré-histórico, mesmo na Espanha. Contudo, na época apresentava-se àqueles que combatiam o fascismo como o *front* central de sua batalha, por ser o único em que a ação jamais cessou durante mais de dois anos e meio, o único em que era possível participar como indivíduos, se não de uniforme, pelo menos fazendo coletas de dinheiro, ajudando a refugiados, e através de infindáveis campanhas para pressionar nossos governos covardes. E o avanço gradual, mas aparentemente invencível, do lado nacionalista, a derrota e morte previsíveis da República, apenas tornavam mais desesperadamente urgente forjar a união contra o fascismo mundial.

Pois a República espanhola, apesar de nossas simpatias e da (insuficiente) ajuda recebida, travou uma ação de retaguarda contra a derrota desde o início. Em retrospecto, fica claro que isso se deveu à sua própria fraqueza. Pelos padrões das guerras do século XX, ganhas ou perdidas, a guerra republicana de 1936-9, com todo o seu heroísmo, teve um desempenho ruim, em parte porque não usou seriamente aquela poderosa arma contra forças convencionais, a guerrilha — uma estranha omissão num país que deu nome a essa forma de guerra não convencional. Ao contrário dos nacionalistas, que tinham uma direção militar e política única, os republicanos continuaram politicamente divididos, e — apesar da contribuição dos comunistas — não conseguiram formar uma vontade militar e um comando estratégico únicos, ou só tarde demais. O melhor que podia fazer era de tempos em tempos repelir ofensivas potencialmente fatais do outro lado, prolongando assim uma guerra que podia muito bem ter terminado em novembro de 1936 com a tomada de Madri.

(*) Entre eles, talvez 10 mil franceses, 5 mil alemães e austríacos, 5 mil poloneses e ucranianos, 3500 italianos, 2800 dos EUA, 2 mil britânicos, 1500 iugoslavos, 1500 tchecos, mil húngaros, mil escandinavos e vários outros. Os 2 a 3 mil russos dificilmente podem ser classificados como voluntários. Diz-se que cerca de 7 mil de todos esses eram judeus (Thomas, 1977, pp. 982-4; Paucker, 1991, p. 15).

Na época, a Guerra Civil Espanhola não pareceu um bom presságio para a derrota do fascismo. Internacionalmente, foi uma versão em miniatura de uma guerra européia, travada entre Estados fascistas e comunistas, os últimos marcadamente mais cautelosos e menos decididos que os primeiros. As democracias ocidentais continuaram não tendo certeza de nada, a não ser de seu não-envolvimento. Internamente, foi uma guerra em que a mobilização da direita se mostrou muito mais efetiva que a da esquerda. Terminou em derrota total, várias centenas de milhares de mortos, várias centenas de milhares de refugiados nos países que quiseram recebê-los, incluindo a maior parte dos talentos artísticos e intelectuais sobreviventes da Espanha, que, com raras exceções, haviam ficado do lado da República. A Internacional Comunista mobilizara todos os seus formidáveis talentos em favor da República espanhola. O futuro marechal Tito, libertador e líder da Iugoslávia comunista, organizava o fluxo de recrutas das Brigadas Internacionais em Paris; Palmiro Togliati, líder comunista italiano, era o dirigente de fato do inexperiente Partido Comunista espanhol, e foi um dos últimos a escapar do país em 1939. Também este fracassou, e sabia que estava fracassando, como a URSS, que destacou algumas de suas mais impressionantes cabeças militares para servir na Espanha (por exemplo, os futuros marechais Konev, Malinovski, Voronov e Rokossovski, e o futuro comandante da marinha soviética, almirante Kuznetsov).

IV

E no entanto, a Guerra Civil Espanhola antecipou e moldou as forças que iriam, poucos anos depois da vitória de Franco, destruir o fascismo. Antecipou a política da Segunda Guerra Mundial, aquela aliança única de frentes nacionais que ia de conservadores patriotas a revolucionários sociais, para a derrota do inimigo nacional e simultaneamente para a regeneração social. Pois a Segunda Guerra Mundial foi, para os do lado vencedor, não apenas uma luta pela vitória militar, mas — mesmo na Grã-Bretanha e nos EUA — por uma sociedade melhor. Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939 — nem mesmo a 1928 ou 1918, como os estadistas após a Primeira Guerra Mundial haviam sonhado com uma volta ao mundo de 1913. Um governo britânico sob Winston Churchill se comprometeu, no meio de uma guerra desesperada, com um Estado do Bem-estar abrangente e o pleno emprego. Não foi por acaso que o Relatório Beveridge saiu com estas recomendações num dos anos mais negros da desesperada guerra da Grã-Bretanha: 1942. Os planos para o pós-guerra dos EUA tratavam apenas lateralmente do problema de como tornar impossível outro Hitler. O verdadeiro esforço intelectual dos planejadores do pós-guerra era dedicado a aprender as lições da Grande Depressão e da década de 1930, para que não se repetissem. Quanto aos movi-

mentos de resistência nos países derrotados e ocupados pelo Eixo, a inseparabilidade de libertação e revolução social, ou pelo menos de uma grande transformação, era para eles indiscutível. Além disso, por toda a Europa antes ocupada, no Leste e no Oeste, surgiram os mesmos tipos de governo após a vitória: administrações de união nacional baseadas em todas as forças que se haviam oposto ao fascismo, sem distinção ideológica. Pela primeira e única vez na história, ministros comunistas sentaram-se ao lado de ministros conservadores, liberais ou social-democratas na maioria dos Estados europeus, uma situação destinada a não durar muito.

Embora uma ameaça comum os reunisse, essa espantosa unidade de opostos, Roosevelt e Stalin, Churchill e os socialistas britânicos, De Gaulle e os comunistas franceses, teria sido impossível sem um certo relaxamento das hostilidades e suspeitas mútuas entre os defensores e adversários da Revolução de Outubro. A Guerra Civil Espanhola tornou isso muito mais fácil. Mesmo governos anti-revolucionários não podiam esquecer que o governo espanhol, sob um presidente e um primeiro-ministro liberais, tinha completa legitimidade constitucional e moral quando pedira ajuda contra seus generais insurgentes. Mesmo os estadistas democráticos que o haviam traído, temendo pela própria pele, tinham a consciência pesada. Tanto o governo espanhol quanto, o que importava mais, os comunistas cada vez mais imersos em seus assuntos insistiam em que não visavam a revolução social, e de fato fizeram o possível para controlá-la e revertê-la, para horror dos entusiastas revolucionários. A revolução, insistiam todos, não era a questão; e sim a defesa da democracia.

O ponto interessante é que não se tratava de mero oportunismo, ou, como pensavam os puristas da ultra-esquerda, traição à revolução. Refletia a passagem deliberada de uma maneira insurrecional para uma gradual, de uma maneira confrontacional para uma de negociação, até mesmo parlamentar de chegada ao poder. À luz da reação do povo espanhol ao golpe, sem dúvida revolucionário,* os comunistas agora podiam ver como uma tática essencialmente defensiva, imposta pela desesperada situação de seus movimentos após a subida de Hitler ao poder, abria perspectivas de avanço, isto é, "um novo tipo de democracia", surgindo dos imperativos da política e da economia da guerra. Os latifundiários e capitalistas que apoiavam os rebeldes perderiam suas propriedades; não como latifundiários e capitalistas, mas como traidores. O governo teria de planejar e assumir a economia; não por motivos ideológicos, mas pela lógica das economias de guerra. Conseqüentemente, se vitorioso, "esse novo tipo de democracia não pode deixar de ser inimigo do espírito con-

(*) Nas palavras do Comintern, a revolução espanhola era "parte integral da luta antifascista, apoiada na mais ampla base social. É uma revolução popular. É uma revolução nacional. É uma revolução antifascista" (Ercoli, outubro de 1936, citado in Hobsbawm, 1986, p. 175).

servador [...] Oferece garantia de maiores conquistas econômicas e políticas para os trabalhadores espanhóis" (ibid., p. 176).

O panfleto do Comintern de outubro de 1936 descrevia assim com considerável exatidão a forma da política na guerra antifascista de 1939-45. Seria uma guerra travada na Europa por governos ou coalizões de resistência "do povo", ou "de frentes nacionais" abrangendo tudo, feita com economias administradas e a ser encerrada, nos territórios ocupados, com maciços avanços no setor público, devido à expropriação de capitalistas, não como tais, mas como alemães ou colaboradores dos alemães. Em vários países da Europa Central e Oriental, uma linha levava diretamente do antifascismo a uma "nova democracia" dominada, e eventualmente absorvida, pelos comunistas, mas até a eclosão da Guerra Fria o objetivo desses regimes do pós-guerra *não* era, de maneira específica, a conversão imediata para sistemas socialistas ou a abolição do pluralismo político e da propriedade privada.* Nos países do Ocidente, as conseqüências sociais e econômicas líquidas da guerra e da libertação não foram muito diferentes, embora o fosse a conjuntura política. Introduziram-se reformas sociais e econômicas, não (como depois da Primeira Guerra Mundial) em resposta à pressão das massas e ao temor da revolução, mas por governos comprometidos com elas em princípio, em parte do velho tipo reformista, como os democratas nos EUA e o Partido Trabalhista, agora no governo na Grã-Bretanha; e em parte por partidos de reforma e ressurreição nacional surgidos diretamente dos vários movimentos antifascistas. Em suma, a lógica da guerra antifascista conduzia à esquerda.

V

Em 1936, e mais ainda em 1939, essas implicações da guerra espanhola pareciam remotas, até mesmo irreais. Após quase uma década de aparente fracasso total da linha de unidade antifascista do Comintern, Stalin tirou-a de sua agenda, pelo menos naquele momento, e não apenas chegou a um acordo com Hitler (embora os dois lados soubessem que isso não poderia durar), como instruiu o movimento internacional a abandonar a estratégia antifascista, uma decisão insensata que talvez se possa explicar melhor por sua proverbial aversão a mesmo os menores riscos.** Contudo, em 1941 a lógica da linha do Comintern acabou por se impor. Pois quando a Alemanha invadiu a URSS e trou-

(*) Mesmo na conferência de fundação do novo Departamento de Informação Comunista (Cominform) da Guerra Fria, o delegado búlgaro, Vlko Tchervenkov, ainda descrevia firmemente nesses termos as perspectivas de seu país (Reale, 1954, pp. 66-7, 73-4).

(**) Talvez temesse que a entusiástica participação comunista numa guerra antifascista francesa ou britânica pudesse ser vista por Hitler como um sinal de sua secreta má-fé, e portanto como uma desculpa para atacá-lo.

xe os EUA para a guerra — em suma, quando a luta contra o fascismo se transformou por fim numa guerra global —, a guerra tornou-se tão política quanto militar. Internacionalmente, transformou-se numa aliança entre o capitalismo dos EUA e o comunismo da União Soviética. Dentro de cada país da Europa — mas não, na época, do mundo dependente do imperialismo ocidental — esperava unir todos os dispostos a resistir à Alemanha ou à Itália, ou seja, formar uma coalizão de resistência que fosse de um lado a outro do espectro político. Como toda a Europa beligerante, com exceção da Grã-Bretanha, estava ocupada pelas potências do Eixo, essa guerra de resistentes era essencialmente uma guerra de civis, ou de forças armadas de ex-civis, não reconhecidas como tais pelos exércitos alemães e italianos: uma luta selvagem de *partisans*, que impunha opções políticas a todos.

A história dos movimentos da Resistência européia é em grande parte mitológica, pois (a não ser, em certa medida, na própria Alemanha) a legitimidade dos regimes e governos do pós-guerra se baseou em sua folha de serviço na Resistência. A França é o caso extremo, porque ali faltava ao governo após a Libertação qualquer continuidade com o governo francês de 1940, que fizera a paz e cooperara com os alemães, e porque a resistência organizada, para não falar da armada, fora um tanto fraca, pelo menos até 1944, e o apoio popular a ela precário. A França do pós-guerra foi reconstruída pelo general De Gaulle com base no mito de que, em essência, a França eterna jamais aceitara a derrota. Como ele próprio declarou: "A Resistência foi um blefe que deu certo" (Gillois, 1973, p. 164). É um ato político o fato de os únicos combatentes da Segunda Guerra Mundial comemorados em memoriais de guerra franceses hoje serem combatentes da Resistência que se fizeram parte das forças de De Gaulle. Contudo, a França não é de modo algum o único caso de um Estado construído sobre a mística da Resistência.

Duas coisas se devem dizer sobre os movimentos de resistência europeus. Primeiro, sua importância militar (com a possível exceção da Rússia) foi insignificante antes de a Itália retirar-se da guerra em 1943, e não decisiva em parte alguma, com exceção talvez de partes dos Bálcãs. Deve-se repetir que seu maior significado foi político e moral. Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos de um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-5, incluindo um movimento *partisan* armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos (Bocca, 1966, pp. 297-302, 385-9, 569-70; Pavone, 1991, p. 413). Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45. A resistência interna, uma minoria de militantes comunistas, conservadores militares prussianos e um punhado de dissidentes religiosos e liberais, esta-

va morta ou saía de campos de concentração. Por outro lado, é evidente que o apoio ao fascismo ou a colaboração com o invasor afastou as pessoas envolvidas da vida pública por uma geração após 1945, embora a Guerra Fria contra o comunismo encontrasse bastante uso para essa gente no submundo ou *demimonde* das operações militares e de espionagem ocidentais.*

A segunda observação sobre a Resistência é que, por motivos óbvios — embora com a notável exceção da Polônia —, sua política pendia para a esquerda. Em cada país os fascistas, os radicais de direita, os conservadores, ricos locais e outros cujo principal terror era a revolução social, tendiam a simpatizar, ou pelo menos a não se opor aos alemães; o mesmo faziam vários movimentos regionalistas ou nacionalistas menores, eles próprios da direita ideológica, alguns dos quais na verdade esperavam tirar proveito de sua colaboração, notadamente o nacionalismo flamengo, eslovaco e croata. O mesmo, não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como "colaboracionista" em qualquer parte. Segue-se que os da direita política que escolheram a resistência eram inteiramente atípicos de seu eleitorado político. Winston Churchill e o general De Gaulle não foram membros típicos de suas famílias ideológicas, embora se deva dizer que, para muitos tradicionalistas viscerais de instintos militares, fosse impensável um patriotismo que não defendesse a pátria.

Isso explica, caso seja necessária alguma explicação especial, o extraordinário destaque dos comunistas nos movimentos de resistência e, conseqüentemente, seu espantoso avanço político durante a guerra. Os movimentos comunistas europeus atingiram o auge de sua influência em 1945-7 por esse motivo, exceto na Alemanha, onde não se recuperaram da brutal decapitação de 1933, e das heróicas e suicidas tentativas de resistência nos três anos seguintes. Mesmo em países distantes da revolução social, como Bélgica, Dinamarca e os Países Baixos, os partidos comunistas conquistaram entre 10 e 12% dos votos — um múltiplo do que conquistavam antes, formando o ter-

(*) A força armada secreta anticomunista conhecida, depois de revelada sua existência por um político italiano em 1990, como *Gladio* (espada), foi estabelecida em 1949 para continuar a resistência interna em vários países europeus após uma ocupação soviética, caso surgisse uma tal situação. Seus membros eram armados e pagos pelos EUA, treinados pela CIA e por forças secretas e especiais britânicas, e ocultava-se sua existência aos governos em cujos territórios elas operavam, com exceção de indivíduos escolhidos. Na Itália, e talvez em outras partes, constituíam-se originalmente de fascistas renitentes, deixados para trás como núcleos de resistência pelo Eixo derrotado, e que posteriormente ganharam novo valor como anticomunistas fanáticos. Na década de 1970, quando uma invasão pelo Exército Vermelho não mais parecia plausível nem mesmo para os operadores do serviço secreto americano, os "gladiadores" encontraram um novo campo de atividade como terroristas de direita, às vezes fazendo-se passar por terroristas de esquerda.

ceiro ou quarto bloco dos parlamentos de todos os países. Na França, surgiram como o maior partido nas eleições de 1945, maior, pela primeira vez, que seus antigos rivais socialistas. Na Itália, seu resultado foi ainda mais espantoso. Um bando pequeno, perseguido e notoriamente malsucedido de quadros ilegais antes da guerra — chegaram a ser ameaçados de dissolução pelo Comintern em 1938 — emergiu de dois anos de resistência como um partido de massa de 800 mil membros, logo (1946) alcançando quase 2 milhões. Nos países onde a guerra contra o Eixo fora travada essencialmente pela resistência armada interna — Iugoslávia, Albânia e Grécia — as forças dos *partisans* tinham sido dominadas pelos comunistas, tanto que o governo britânico sob Churchill, que não tinha a menor simpatia pelos comunistas, transferiu seu apoio e ajuda do monarquista Mihailovic para o comunista Tito, quando ficou claro que um era incomparavelmente mais perigoso para os alemães que o outro.

Os comunistas passaram à resistência não apenas porque a estrutura do "partido de vanguarda" de Lenin era projetada para produzir uma força de quadros disciplinados e desprendidos, cujo próprio objetivo era a ação eficiente, mas porque situações extremas, como ilegalidade, repressão e guerra, eram exatamente a que esses corpos de "revolucionários profissionais" se destinavam. Na verdade, "só eles tinham previsto a possibilidade de uma guerra de resistência" (Foot, 1976, p. 84). Nisso diferiam dos partidos socialistas de massa, que achavam quase impossível operar fora da legalidade — eleições, comícios e o resto — que definia e determinava suas atividades. Diante de um golpe fascista ou ocupação alemã, os partidos social-democratas tenderam a entrar em hibernação, da qual no melhor dos casos emergiram, como os alemães e austríacos, no fim da era negra com a maior parte de seus velhos seguidores, e dispostos a retomar a política. Embora não ausentes da Resistência, foram, por motivos estruturais, sub-representados. No caso extremo da Dinamarca, na verdade um governo social-democrata se achava no poder quando a Alemanha ocupou o país, *e permaneceu no poder* durante toda a guerra, embora presumivelmente sem simpatia pelos nazistas. (O partido levou alguns anos para se recuperar desse episódio.)

Duas outras características ajudaram os comunistas a destacar-se na Resistência: seu internacionalismo e a apaixonada, quase milenar convicção com que dedicavam suas vidas à causa (ver capítulo 2). O primeiro possibilitou-lhes mobilizar homens e mulheres mais abertos ao apelo antifascista do que a qualquer convocação patriótica, como por exemplo os refugiados da Guerra Civil Espanhola na França, que proporcionaram a maior parte da resistência armada *partisan* no Sudoeste daquele país — talvez 12 mil combatentes antes do Dia D (Pons Prades, 1975, p. 66) — e os outros refugiados e imigrantes da classe operária de dezessete países, que, sob o acrônimo MOI (*Main d'Œuvre Immigrée* [mão-de-obra imigrante]), fizeram alguns dos trabalhos mais perigosos de Paris, como o grupo Manouchian (armênios e judeus poloneses), que

atacou oficiais alemães na capital francesa.* E a segunda gerou uma combinação de bravura, auto-sacrifício e brutalidade que impressionou até mesmo seus adversários, e que uma obra de maravilhosa honestidade, *Tempo de guerra*, do iugoslavo Milovan Djilas (Djilas, 1977), pinta de modo tão vívido. Os comunistas, na opinião de um historiador politicamente moderado, foram "dos mais bravos entre os bravos" (Foot, 1976, p. 86), e embora sua organização disciplinada lhes desse as melhores possibilidades de sobrevivência nas prisões e campos de concentração, suas perdas foram pesadas. As suspeitas sobre o PC francês, cuja liderança era antipatizada mesmo por comunistas, não podem negar inteiramente sua pretensão de ser *le parti des fusillés* [o partido dos fuzilados], que teve pelo menos 15 mil de seus militantes executados pelo inimigo (Touchard, 1977, p. 258). Não é de surpreender que tivessem um poderoso apelo para homens e mulheres corajosos, sobretudo jovens, e talvez principalmente em países onde o apoio de massa à resistência ativa fora escasso, como na França ou Tchecoslováquia. Também atraíam fortemente os intelectuais, o grupo mais prontamente mobilizado sob a bandeira do antifascismo, e que formava o núcleo das organizações de resistência não partidárias (mas genericamente esquerdistas). O caso de amor dos intelectuais franceses pelo marxismo, e o domínio da cultura italiana por pessoas ligadas ao Partido Comunista, que duraram ambos uma geração, foram produtos da Resistência. Quer tenham se lançado pessoalmente na Resistência, como o destacado editor do pós-guerra que observa com orgulho que *todos* os membros de sua empresa pegaram em armas como *partisans*, quer se tenham tornado simpatizantes comunistas porque eles próprios ou suas famílias *não* foram resistentes de fato — talvez tivessem estado até no outro lado —, todos os intelectuais sentiram a atração do Partido Comunista.

Com exceção das fortalezas de guerrilheiros nos Bálcãs, os comunistas não tentaram estabelecer regimes revolucionários em lugar nenhum. É verdade que não estavam em posição de fazer isso em parte alguma a Oeste de Trieste, mesmo que quisessem concorrer ao poder, mas também que a URSS, à qual seus partidos eram absolutamente leais, desencorajou vigorosamente tais investidas unilaterais ao poder. As revoluções comunistas de fato feitas (Iugoslávia, Albânia, depois China), o foram *contra* a opinião de Stalin. A opinião soviética era que, internacionalmente e em cada país, a política do pós-guerra devia continuar dentro do esquema da aliança antifascista abrangente, isto é, buscava uma coexistência, ou antes simbiose, a longo prazo, de sistemas capitalistas e comunistas, e maior mudança social e política, presumivelmente por transformações dentro do "novo tipo de democracia" que surgiria das coalizões do

(*) Um dos amigos do autor, que acabou se tornando subcomandante do MOI sob o tcheco Arthur London, era um judeu austríaco de origem polonesa, que tinha como tarefa na Resistência organizar a propaganda antinazista entre as tropas alemãs na França.

tempo da guerra. Esse roteiro otimista logo desapareceu na Guerra Fria, tão completamente que poucos se lembram que Stalin exortou os comunistas iugoslavos a manter a monarquia, ou que em 1945 os comunistas britânicos se opunham ao rompimento da coalizão de Churchill da época da guerra, ou seja, à campanha eleitoral que iria levar o Partido Trabalhista ao poder. No entanto, não há dúvida de que Stalin dizia tudo isso a sério, e tentou prová-lo dissolvendo o Comintern em 1943, e o Partido Comunista dos EUA em 1944.

A decisão de Stalin, expressa nas palavras de um líder comunista americano, "de que não levantaremos a questão do socialismo de forma e maneira a pôr em perigo ou enfraquecer [...] a unidade" (Browder, 1944, in Starobin, 1972, p. 57), deixava claras as suas intenções. Para fins práticos, como reconheceram os dissidentes comunistas, era um adeus permanente à revolução mundial. O socialismo se limitaria à URSS e à área destinada por negociação diplomática como sua zona de influência, isto é, basicamente a ocupada pelo Exército Vermelho no fim da guerra. Mesmo dentro dessa zona de influência, continuaria sendo mais uma perspectiva para o futuro do que um programa imediato para as novas "democracias populares". A história, que pouco se interessa pelas intenções políticas, seguiu outro rumo — exceto num aspecto. A divisão do globo, ou de uma grande parte dele, em duas zonas de influência, negociadas em 1944-5, permaneceu estável. Nenhum lado cruzou mais que momentaneamente a linha que os dividiu durante trinta anos. Ambos recuaram do confronto aberto, assegurando assim que as guerras frias mundiais jamais se tornassem quentes.

VI

O breve sonho de Stalin, de uma parceria americano-soviética no pós-guerra, não fortaleceu de fato a aliança global de capitalismo liberal e comunismo contra o fascismo. Em vez disso, demonstrou sua força e amplitude. É evidente que se tratava de uma aliança contra uma ameaça militar, e que nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA. Apesar disso, a própria natureza da guerra confirmou as intuições de 1936 sobre as implicações da Guerra Civil Espanhola: a identificação de mobilização militar e civil com mudanças sociais. No lado aliado — mais que no fascista — foi uma guerra de reformadores, em parte porque nem mesmo a mais confiante potência capitalista podia esperar vencer uma guerra longa sem abandonar os "negócios de sempre", em parte porque a própria Segunda Guerra Mundial dramatizou os fracassos dos anos entreguerras, dos quais a não-união contra os agressores era apenas um sintoma menor.

Que vitória e mudança social andavam juntas, está claro pelo que sabemos do desenrolar da opinião pública nos países beligerantes ou libertados onde havia liberdade para expressá-la, exceto, curiosamente, nos EUA, onde os anos depois de 1936 viram uma erosão marginal do voto presidencial democrata, e uma acentuada ressurreição dos republicanos: era um país dominado por suas preocupações internas e muito mais distante dos sacrifícios da guerra que qualquer outro. Onde houve eleições autênticas, elas mostraram uma nítida mudança para a esquerda. O caso mais impressionante foi o britânico, onde as eleições de 1945 derrotaram o universalmente amado e admirado senhor da guerra, Winston Churchill, e levaram ao poder o Partido Trabalhista com um aumento de 50% em sua votação. Nos cinco anos seguintes, ele iria presidir um período de reformas sociais sem precedentes. Os dois grandes partidos haviam se envolvido igualmente no esforço de guerra. O eleitorado escolheu aquele que prometia tanto vitória quanto transformação social. O fenômeno foi geral na Europa Ocidental guerreira, embora não se deva exagerar sua escala ou radicalismo, como tendeu a fazê-lo sua imagem pública, pela eliminação temporária da direita fascista ou colaboracionista.

A situação nas partes da Europa libertadas pela revolução guerrilheira ou pelo Exército Vermelho é mais difícil de julgar, ainda mais que o genocídio em massa, o grande deslocamento de população e a expulsão ou emigração forçada em massa tornaram impossível comparar antes e depois da guerra os países que mantiveram seus velhos nomes. Por toda essa área, o grosso dos habitantes dos países invadidos pelo Eixo se viu como vítima dele, com exceção dos politicamente divididos eslovacos e croatas, que ganharam Estados nominalmente independentes sob os auspícios alemães; a maioria das pessoas nos Estados aliados da Alemanha, Hungria e Romênia; e, claro, a grande diáspora alemã. Isso não queria dizer que simpatizassem com os movimentos de resistência de inspiração comunista — exceto talvez os judeus, perseguidos por todos os demais — e ainda menos (com exceção dos tradicionalmente russófilos eslavos dos Bálcãs) com a Rússia. Os poloneses eram, em sua grande maioria, antialemães e anti-russos, e também anti-semitas. Os pequenos povos bálticos, ocupados pela URSS em 1940, haviam sido anti-russos, anti-semitas e pró-alemães, enquanto tinham tido escolha em 1941-5. Nem comunistas, nem Resistência seriam encontrados na Romênia, e muito pouco na Hungria. Por outro lado, o comunismo e o sentimento pró-russo eram fortes na Bulgária, embora a Resistência fosse precária, e na Tchecoslováquia o PC, sempre um partido de massa, surgiu como o grande favorito em eleições verdadeiramente livres. Vitórias de guerrilha não são plebiscitos, mas há pouca dúvida de que a maioria dos iugoslavos acolheu o triunfo dos *partisans* de Tito, exceto a minoria alemã, os seguidores do regime Ustashi croata, dos quais os sérvios se vingaram com selvageria por massacres anteriores, e um cerne tradicionalista na Sérvia, onde o movimento de Tito, e conseqüentemente a guerra antialemã,

jamais floresceram.* A Grécia permaneceu proverbialmente dividida, apesar da recusa de Stalin em ajudar os comunistas gregos e as forças pró-vermelhos contra os britânicos que apoiavam seus adversários. Só especialistas em estudos de famílias se dariam o trabalho de arriscar um palpite sobre os sentimentos políticos dos albaneses depois do triunfo dos comunistas. Contudo, em todos esses países iria começar uma era de maciça transformação social.

Muito curiosamente, a URSS foi (com os EUA) o único país beligerante a que a guerra não trouxe nenhuma mudança social e institucional significativa. Começou e terminou o conflito sob Yosif Stalin (ver capítulo 13). Contudo, está claro que a guerra impôs enormes tensões à estabilidade do sistema, sobretudo severamente reprimida na área rural. Não fosse a arraigada crença do nacional-socialismo de que os eslavos eram uma raça de escravos subumanos, os invasores alemães teriam podido conquistar apoio duradouro entre muitos povos soviéticos. Por outro lado, a verdadeira base da vitória soviética foi o patriotismo da nacionalidade majoritária da URSS, os grandes russos, sempre a elite do Exército Vermelho, a que o regime soviético apelou em seus momentos de crise. Na verdade, a Segunda Guerra Mundial se tornou oficialmente conhecida na URSS como "a Grande Guerra Patriótica", corretamente.

VII

Neste ponto, o historiador deve dar um grande salto para evitar cair na armadilha de uma análise puramente ocidental. Pois muito pouco do que foi escrito neste capítulo até agora se aplica à maior parte do globo. Não é totalmente irrelevante para o conflito entre o Japão e a Ásia Oriental continental, uma vez que o Japão, dominado pela política da direita ultranacionalista, era aliado da Alemanha nazista, e as principais forças de resistência na China eram as comunistas. Aplica-se em certa medida à América Latina, grande importadora de ideologias européias da moda, como fascismo ou comunismo, e sobretudo ao México, revivendo sua grande revolução na década de 1930 sob o presidente Lázaro Cardenas (1934-40) e apoiando apaixonadamente a República espanhola na Guerra Civil. Na verdade, depois da derrota o México continuou sendo o único Estado a reconhecer a República como o governo legítimo da Espanha. Contudo, para a maior parte da Ásia, África e o mundo islâmico, o fascismo, como ideologia ou como política de um Estado agressor, não era e jamais se tornou o principal e muito menos o único inimigo. Este era o "im-

(*) Contudo, os sérvios na Croácia e na Bósnia, assim como os montenegrinos (que proporcionaram 17% dos oficiais do exército *partisan*), eram fortemente pró-Tito, como o eram importantes setores dos croatas — povo do próprio Tito — e os eslovenos. A maior parte da luta se deu na Bósnia.

perialismo" ou "colonialismo", e as potências imperialistas eram, em sua maioria, as democracias liberais: Grã-Bretanha, França, os Países Baixos, Bélgica e os EUA. Além disso, todas as potências imperiais, com exceção do Japão, eram brancas.

Logicamente, os inimigos da potência imperial eram aliados em potencial na luta pela libertação colonial. Até mesmo o Japão, que, como sabiam os coreanos, taiuaneses, chineses e outros, tinha seu próprio tipo brutal de colonialismo, podia atrair a simpatia das forças anticoloniais do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia como um defensor dos não-brancos contra os brancos. A luta antiimperial e a luta antifascista, portanto, tendiam a puxar para pólos opostos. O pacto de Stalin com os alemães em 1939, que perturbou a esquerda ocidental, permitiu aos comunistas da Índia e do Vietnã concentrar-se felizes na oposição aos britânicos e franceses; ao passo que a invasão alemã da URSS em 1941 os obrigou, como bons comunistas, a dar prioridade à derrota do Eixo, ou seja, pôr a libertação de seus próprios países bem mais abaixo na agenda. Isso era não só impopular, como estrategicamente sem sentido, numa época em que os impérios coloniais do Ocidente encontravam-se em seu período mais vulnerável, quando não de fato desmoronando. E, na verdade, os esquerdistas locais que não se sentiam presos pelos grilhões da lealdade ao Comintern aproveitaram a oportunidade. O Partido do Congresso lançou o movimento "Deixe a Índia" em 1942, enquanto o radical bengali Subhas Bose de Bengala recrutava um Exército de Libertação Indiana para os japoneses formado por prisioneiros de guerra do exército indiano feitos durante os avanços relâmpago iniciais. Militantes anticoloniais na Birmânia e na Indonésia encaravam a situação do mesmo jeito. A *reductio ad absurdum* dessa lógica anticolonialista foi a tentativa de um grupo marginal extremista judeu na Palestina de negociar com os *alemães* (via Damasco, então sob os franceses de Vichy) ajuda para libertar a Palestina dos britânicos, o que eles viam como a mais alta prioridade para o sionismo. (Um militante do grupo envolvido nessa missão acabou se tornando primeiro-ministro de Israel: Yitzhak Shamir.) Tais visões evidentemente não implicavam simpatia pelo fascismo, embora o anti-semitismo nazista pudesse atrair árabes palestinos em conflito com colonizadores sionistas, e alguns grupos no Sul da Ásia pudessem reconhecer-se nos arianos superiores da mitologia nazista. Mas eram casos especiais (ver capítulos 12 e 15).

O que exige explicação é por que, afinal, o antiimperialismo e os movimentos de libertação coloniais se inclinaram em sua maioria para a esquerda, e assim se viram, pelo menos no fim da guerra, convergindo com a mobilização antifascista global. O motivo fundamental é que a esquerda ocidental era o viveiro das teorias e políticas antiimperialistas, e o apoio aos movimentos de libertação colonial vinha em maior parte da esquerda internacional, e sobretudo (desde o Congresso Bolchevique dos Povos Orientais, em Baku, em 1922) do Comintern e da URSS. Além disso, os ativistas e futuros líderes dos movi-

mentos de independência, que pertenciam principalmente às elites de seus países educadas no Ocidente, sentiam-se mais à vontade no ambiente não racista e anticolonial dos liberais, democratas, socialistas e comunistas locais do que em que qualquer outro, quando iam às suas metrópoles. Eram de qualquer modo quase todos modernizadores, aos quais os nostálgicos mitos medievalistas, a ideologia nazista e o exclusivismo racista de suas teorias lembravam exatamente aquelas tendências "comunalistas" e "tribalistas" que, na opinião deles, eram sintomas do atraso de seu país explorados pelo imperialismo.

Em suma, uma aliança com o Eixo, obedecendo ao princípio de que "os inimigos de meu inimigo são meus amigos", só podia ser tática. Mesmo no Sudeste Asiático, onde o domínio japonês era menos repressivo que o dos antigos colonialistas, e exercido por não-brancos contra não-brancos, só podia ser passageiro, uma vez que o Japão, além de seu racismo generalizado, não tinha interesse em libertar colônias como tal. (E de fato teve vida breve, porque o Japão foi logo derrotado.) O fascismo ou os nacionalismos do Eixo não exerciam nenhuma atração em particular. Por outro lado, um homem como Jawaharlal Nehru, que (ao contrário dos comunistas) não hesitou em lançar-se na rebelião do "Deixe a Índia" em 1942, ano da crise do império britânico, jamais deixou de acreditar que uma Índia livre ergueria uma sociedade socialista, e que a URSS seria uma aliada nesse esforço, talvez mesmo — com muitas reservas — um exemplo.

O fato de que os líderes e porta-vozes da libertação colonial eram, com muita freqüência, minorias atípicas da população que pretendiam emancipar na verdade tornava mais fácil a convergência com o antifascismo, pois o grosso das populações coloniais era movido, ou pelo menos mobilizável, por sentimentos e idéias sobre os quais (não fosse o seu compromisso com a superioridade racial) o fascismo poderia ter exercido alguma atração: tradicionalismo; exclusivismo religioso e étnico; desconfiança do mundo moderno. Na verdade, esses sentimentos não haviam ainda sido mobilizados de maneira substancial, ou, se haviam, ainda não tinham se tornado politicamente dominantes. A mobilização de massa islâmica desenvolveu-se muito vigorosamente no mundo muçulmano de 1918 a 1945. Assim, a Irmandade Muçulmana de Hassan al-Banna (1928), um movimento fundamentalista marcadamente hostil ao liberalismo e ao comunismo, tornou-se o principal porta-estandarte do descontentamento das massas egípcias na década de 1940, e suas afinidades potenciais com as ideologias do Eixo eram mais do que táticas, sobretudo em vista de sua hostilidade ao sionismo. Contudo, os movimentos políticos que de fato chegaram ao poder nos países islâmicos, às vezes levados pelas massas fundamentalistas, eram seculares e modernizantes. Os coronéis egípcios que iriam fazer a revolução de 1952 eram intelectuais emancipados que haviam estado em contato com os pequenos grupos comunistas egípcios cuja liderança, incidentalmente, era em grande parte judaica (Perrault, 1987). No subcontinente

indiano, o Paquistão (produto das décadas de 1930 e 1940) fora corretamente descrito como "o programa de elites secularizadas obrigadas pela desunião [territorial] da população muçulmana e pela competição com as maiorias hindus a chamar sua sociedade de 'islâmica', em vez de nacionalmente separatista" (Lapidus, 1988, p. 738). Na Síria, a operação foi feita pelo Partido Baath, fundado na década de 1940 por dois professores primários educados em Paris que, com todo o seu misticismo árabe, eram ideologicamente antiimperialistas e socialistas. A Constituição da Síria não faz menção alguma ao islã. A política iraqueana (até a Guerra do Golfo de 1991) era determinada por várias combinações de oficiais nacionalistas, comunistas e baathistas, todos dedicados à unidade árabe e ao socialismo (pelo menos em teoria), mas claramente não à lei do Corão. Tanto por motivos políticos quanto porque o movimento revolucionário argelino tinha uma ampla base (especialmente entre o grande grupo de trabalhadores braçais emigrados para a França), houve um forte elemento islâmico presente na revolução argelina. Contudo, os revolucionários acertaram especificamente (em 1956) que "a sua era uma luta para destruir uma colonização anacrônica, mas não uma guerra de religião" (Lapidus, 1988, p. 693), e propuseram formar uma república social e democrática, que se tornou constitucionalmente uma república socialista unipartidária. Na verdade, o período de antifascismo é o único em que partidos comunistas de fato tiveram apoio e influência substanciais dentro de algumas partes do mundo islâmico, notadamente na Síria, Iraque e Irã. Só muito depois é que as vozes seculares e modernizantes de liderança política foram afogadas e silenciadas pela política de massa do redespertar fundamentalista (ver capítulos 12 e 15).

Apesar de seus conflitos de interesse, que iriam ressurgir após a guerra, o antifascismo dos países ocidentais desenvolvidos e o antiimperialismo de suas colônias viram-se convergindo para o que ambos encaravam como um futuro de transformação social no pós-guerra. A URSS e o comunismo local ajudaram a transpor o fosso, já que significavam antiimperialismo para os primeiros e compromisso total com a vitória para o outro. Contudo, ao contrário dos teatros de guerra da Europa, os teatros não europeus não trouxeram grandes triunfos políticos aos comunistas, a não ser nos casos especiais onde (como na Europa) o antifascismo coincidiu com a libertação nacional/social: na China e Coréia, onde os colonialistas eram os japoneses, e na Indochina (Vietnã, Camboja, Laos), onde os inimigos imediatos da liberdade continuaram sendo os franceses, cuja administração local se subordinara aos japoneses quando esses haviam tomado a região. Esses eram os países onde o comunismo estava destinado a triunfar na era do pós-guerra, sob Mao, Kim Il Sung e Ho Chi Minh. Em outras partes, os líderes dos Estados que iriam ser descolonizados vinham de movimentos em geral da esquerda, mas menos preocupados em 1941-5 em dar à derrota do Eixo prioridade sobre tudo o mais. Ainda assim, mesmo esses não podiam deixar de ver com algum otimismo a situação do mundo após a

derrota do Eixo. As duas superpotências não eram amigas do velho colonialismo, pelo menos no papel. Um conhecido partido anticolonialista chegara ao poder no coração do maior dos impérios. A força e legitimidade do velho colonialismo haviam sido seriamente solapadas. As possibilidades de liberdade pareciam melhores do que jamais antes. Isso se revelou verdade, mas não sem algumas brutais ações reacionárias dos velhos impérios.

VIII

Assim, a derrota do Eixo — mais precisamente da Alemanha e Japão — deixou pouca saudade, a não ser na Alemanha e no Japão, cujos povos tinham lutado, com obstinada lealdade e formidável eficiência, até o último dia. No fim, o fascismo não tinha mobilizado nada além de seus países originais, a não ser um punhado de minorias ideológicas da direita radical, a maioria das quais teria sido marginalizada em seus próprios países, uns poucos grupos nacionalistas que esperavam atingir seus objetivos com uma aliança germânica, e um monte de refugos do fluir e refluir da guerra e conquista, recrutados para a bárbara soldadesca auxiliar da ocupação nazista. Os japoneses não mobilizaram nada além de uma simpatia temporária pela pele amarela, em vez da branca. O grande atrativo do fascismo europeu, que fornecia proteção contra os movimentos da classe trabalhadora, o socialismo, o comunismo e o quartel-general do demônio ateu em Moscou que os inspirava a todos, tinha conquistado apoio considerável entre os conservadores ricos, embora o apoio do grande capital fosse sempre mais pragmático que de princípios. Não era uma atração que sobrevivesse ao fracasso e à derrota. De qualquer modo, o efeito líquido de doze anos de nacional-socialismo foi que grande parte da Europa estava agora à mercê dos bolcheviques.

Assim, o fascismo dissolveu-se como um torrão de terra lançado num rio, e praticamente desapareceu do cenário político de vez a não ser na Itália, onde um modesto movimento neofascista (o Movimento Sociale Italiano), homenageando Mussolini, tem uma presença permanente na política italiana. Isso não se deveu apenas à exclusão da política de pessoas antes destacadas em regimes fascistas, embora não dos serviços do Estado e da vida pública, e menos ainda da vida econômica. Não se deveu tampouco ao trauma dos bons alemães (e, de um modo diferente, dos japoneses leais) cujo mundo desabou no caos físico e moral de 1945, e para os quais a simples fidelidade a suas velhas crenças tornou-se contraproducente. Atrapalhou sua adaptação a uma vida nova e inicialmente incompreensível, sob as potências ocupantes, que lhes impuseram suas instituições e costumes: que determinaram os caminhos por onde teriam necessariamente de seguir dali em diante. O nacional-socialismo nada tinha a oferecer à Alemanha pós-1945, a não ser lembranças amargas. É típico que numa

parte marcadamente nacional-socialista da Alemanha de Hitler, a Áustria (que, por uma manobra de diplomacia internacional, se viu classificada mais entre os inocentes do que entre os culpados), a política do pós-guerra logo voltasse exatamente ao que fora antes da abolição da democracia em 1933, a não ser por uma ligeira virada para a esquerda (ver Flora, 1983, p. 99). O fascismo desapareceu com a crise mundial que lhe permitira surgir. Jamais fora, mesmo em teoria, um programa ou projeto político universal.

Por outro lado, o antifascismo, por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. E o que é mais, essa unidade não foi negativa, mas positiva, e em certos aspectos duradoura. Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do Iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado. Algumas dessas semelhanças existiam apenas no papel, embora não seja inteiramente sem importância o fato de entidades políticas distantes da democracia ocidental, e na verdade de qualquer democracia, como Etiópia de Mengistu, a Somália antes da queda de Siad Bare, a Coréia do Norte de Kim Il Sung, a Argélia e a Alemanha Oriental preferirem atribuir-se o título oficial de República Democrática do Povo (ou Popular). É um título que regimes fascistas, autoritários e mesmo conservadores tradicionais teriam rejeitado com desprezo no entreguerras.

Em outros aspectos, as aspirações comuns não eram tão distantes da realidade comum. O capitalismo constitucional ocidental, os sistemas comunistas e o Terceiro Mundo estavam igualmente comprometidos com iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, mas não de uma forma que distinguisse sistematicamente um grupo de outro, ou seja, todos ficavam aquém do objetivo comum.* Eram todos Estados seculares. Mais precisamente, após 1945 eram quase todos Estados que, deliberada e ativamente, rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado. Por mais difícil que seja lembrar, na era da teologia do neoliberalismo econômico, como entre o início da década de 1940 e a de 1970 os mais prestigiosos e até então influentes defensores da completa liberdade de mercado, como por exemplo Friedrich von Hayek, viram-se e a seus semelhantes como profetas no deserto, advertindo em vão um capitalismo ocidental que não lhes dava ouvidos, de que estava trilhando a "Estrada da Servidão" (Hayek, 1944). Na verdade, avançava para uma era de milagres econômicos (ver capítulo 9). Os governos capitalistas estavam convencidos de que só o intervencionismo econômico podia impedir um retorno às catástrofes econô-

(*) Notadamente, todos esqueceram o importante papel desempenhado pelas mulheres na guerra, na Resistência e na libertação.

micas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo, como antes tinham preferido Hitler. Países do Terceiro Mundo acreditavam que só a ação pública podia tirar suas economias do atraso e dependência. No mundo descolonizado, seguindo a inspiração da União Soviética, a estrada para o futuro parecia ser a do socialismo. A União Soviética e sua nova e extensa família acreditavam apenas no planejamento central. Todas as três regiões do mundo avançaram no pós-guerra com a convicção de que a vitória sobre o Eixo, conseguida através da mobilização política e de políticas revolucionárias, além de sangue e ferro, abria uma nova era de transformação social.

Em certo sentido, tinham razão. Jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki. Mas como sempre a história tomou apenas consciência marginal das intenções humanas, mesmo as dos formuladores de decisões nacionais. A verdadeira transformação social não foi pretendida nem planejada. E de qualquer modo, a primeira contingência que se teve de enfrentar foi o imediato colapso da grande aliança antifascista. Assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais.

6

AS ARTES 1914-45

A Paris dos surrealistas é também um pequeno "universo" [...] No maior, o cosmo, as coisas não parecem dıferentes. Também ali há encruzilhadas onde sinais espectrais lampejam no trânsito, e inconcebíveis analogias e ligações entre fatos são a ordem do dia. É a região da qual se comunica a lírica poesia do surrealismo.

Walter Benjamin, "Surrealismo", in *Rua de mão única* (1979, p. 231)

A nova arquitetura parece fazer pouco progresso nos EUA [...] *Os defensores do novo estilo estão muito ansiosos, e alguns falam no estridente estilo pedagógico dos crentes no Imposto Único* [...] *mas, a não ser no nível dos projetos de fábricas, parecem não estar fazendo muitos seguidores.*

H. L. Mencken, 1931

I

O motivo pelo qual brilhantes desenhistas de moda, uma raça notoriamente não analítica, às vezes conseguem prever as formas dos acontecimentos futuros melhor que os profetas profissionais é uma das mais obscuras questões da história; e, para o historiador da cultura, uma das mais fundamentais. É sem dúvida fundamental para quem queira entender o impacto da era dos cataclismos no mundo da alta cultura, das artes da elite, e sobretudo na vanguarda. Pois aceita-se geralmente que essas artes previram o colapso da sociedade liberal-burguesa com vários anos de antecedência (ver *A era dos impérios*). Em 1914, praticamente tudo que se pode chamar pelo amplo e meio indefinido termo de "modernismo" já se achava a postos: cubismo; expressionismo; abstracionismo puro na pintura; funcionalismo e ausência de ornamentos na arquitetura; o abandono da tonalidade na música; o rompimento com a tradição na literatura.

Um grande número de nomes que iria constar da lista de "modernistas" eminentes da maioria das pessoas já se encontravam maduros, produtivos ou

mesmo famosos em 1914.* Até mesmo T. S. Eliot, cuja poesia só foi publicada de 1917 em diante, já fazia parte do cenário vanguardista de Londres [como colaborador (com Pound) de *Blast*, de Wyndham Lewis]. Esses filhos da — no mais tardar — década de 1880 continuavam sendo ícones da modernidade quarenta anos depois. O fato de que vários homens e mulheres que só começaram a surgir após a guerra também chegassem às listas de eminentes "modernistas" da alta cultura surpreende menos que o domínio da geração mais velha.** (Assim, mesmo os sucessores de Schönberg — Alban Berg e Anton Webern — pertencem à geração de 1880.)

Na verdade, as únicas inovações formais depois de 1914 no mundo da vanguarda "estabelecida" parecem ter sido duas: o *dadaísmo*, que se transformou ou antecipou o *surrealismo* na metade ocidental da Europa, e o construtivismo soviético na oriental. O *construtivismo*, uma excursão por esqueléticas construções tridimensionais e de preferência móveis, que têm seu análogo mais próximo em algumas estruturas de parque de diversão (rodas gigantes, carecas enormes etc.), foi logo absorvido pelo estilo dominante da arquitetura e do desenho industrial, em grande parte por meio da Bauhaus (da qual falaremos mais à frente). Seus mais ambiciosos projetos, como a famosa torre inclinada giratória de Tatlin, em homenagem à Internacional Comunista, jamais chegaram a ser construídos, ou então tiveram vidas evanescentes como decoração dos primeiros rituais públicos soviéticos. Apesar de novo, o construtivismo pouco mais fez do que ampliar o repertório do modernismo arquitetônico.

O *dadaísmo* tomou forma no meio de um grupo misto de exilados em Zurique (onde outro grupo de exilados, sob Lenin, aguardava a revolução), em 1916, como um angustiado mas irônico protesto niilista contra a guerra mundial e a sociedade que a incubara, inclusive contra sua arte. Como rejeitava toda arte, não tinha características formais, embora tomasse emprestados alguns truques das vanguardas cubista e futurista pré-1914, entre eles a colagem, ou montagem de pedaços de imagens, inclusive de fotos. Basicamente, qualquer coisa que pudesse causar apoplexia entre os amantes de arte burguesa convencional era dadaísmo aceitável. O escândalo era seu princípio de coesão. Assim, a exposição por Marcel Duchamp (1887-1968) de um vaso de mictório público como "arte instantânea" em Nova York, em 1917, encaixava-se perfeitamente no espírito do dadaísmo, a que ele se juntou ao voltar dos EUA; mas sua discreta recusa posterior a ter qualquer relação com a arte — preferia jogar xadrez — não. Pois nada havia de discreto no dadaísmo.

(*) Matisse e Picasso; Schönberg e Stravinsky; Gropius e Mies van der Rohe; Proust, James Joyce, Thomas Mann e Franz Kafka; Yeats, Ezra Pound, Alexander Blok e Anna Akhmatova.

(**) Entre outros, Isaac Babel (1894); Le Corbusier (1897); Ernest Hemingway (1899); Bertolt Brecht, Garcia Lorca e Hamus Eisler (todos nascidos em 1898); Kurt Weill (1900); Jean-Paul Sartre (1905); e W. H. Auden (1907).

O *surrealismo*, embora igualmente dedicado à rejeição da arte como era até então conhecida, igualmente dado a escândalos públicos e (como veremos) ainda mais atraído pela revolução social, era mais que um protesto negativo; como seria de esperar de um movimento centrado principalmente na França, um país onde toda moda exige uma teoria. Na verdade, podemos dizer que, enquanto o dadaísmo naufragava no início da década de 1920 com a era de guerra e revolução que lhe dera origem, o surrealismo saía dela com o que se tem chamado de "uma súplica pela ressurreição da imaginação, baseada no Inconsciente revelado pela psicanálise, os símbolos e sonhos" (Willett, 1978).

Sob certos aspectos, foi uma ressurreição, em trajes do século XX (ver *A era das revoluções*, capítulo 14), porém com mais senso de absurdo e diversão. Ao contrário das vanguardas "modernistas" dominantes, mas como o dadaísmo, o surrealismo não se interessava pela inovação formal como tal: se o Inconsciente se expressava num fluxo aleatório de palavras ("escrita automática"), ou no meticuloso estilo acadêmico século XIX em que Salvador Dalí (1904-89) pintava seus deliqüescentes relógios em paisagens desertas, pouco importava. O que contava era reconhecer a capacidade da imaginação espontânea, não mediada por sistemas de controle racional, para extrair coesão do incoerente, e uma lógica aparentemente necessária do visivelmente ilógico ou mesmo impossível. O *Castelo nos Pireneus*, de René Margritte (1898-1967), cuidadosamente pintado à maneira de um postal, sai do topo de uma rocha imensa, como se houvesse brotado ali. Só que a rocha, como um ovo gigante, está flutuando no céu acima do mar, pintados com igual cuidado realista.

O surrealismo foi uma contribuição autêntica ao repertório das artes de vanguarda e sua novidade foi atestada por sua capacidade de causar impacto, incompreensão ou, o que era a mesma coisa, de provocar um riso às vezes embaraçado, mesmo entre os membros da vanguarda mais antiga. Essa foi a minha própria reação, admitidamente juvenil, à Exposição Surrealista Internacional de 1936 em Londres, e depois a um amigo pintor surrealista em Paris, cuja insistência em produzir o exato equivalente em óleo de uma foto de entranhas humanas achei difícil de entender. Apesar disso, em retrospecto, deve ser visto como um movimento admiravelmente fértil, sobretudo na França e em países como os hispânicos, onde a influência francesa era forte. Influenciou poetas de primeira categoria na França (Éluard, Aragón); Espanha (Garcia Lorca); Europa Oriental e América Latina (César Vallejo no Peru, Pablo Neruda no Chile); e na verdade parte dele ainda ecoa na literatura de "realismo mágico" daquele continente muito tempo depois. Suas imagens e visões — Max Ernst (1891-1976), Magritte, Joan Miró (1893-1983) e sim, mesmo Salvador Dalí — tornaram-se parte das nossas. E, ao contrário da maioria das vanguardas ocidentais anteriores, de fato fertilizou a principal arte do século XX, a da câmera. Não por acaso o cinema tem dívidas com o surrealismo não apenas de Luis Buñuel (1900-83), mas também do principal roteirista do cine-

ma francês nessa era, Jacques Prévert (1900-77), enquanto o fotojornalismo tem dívidas com o surrealismo de Henri Cartier-Bresson (1908-).

No entanto, somando-se tudo, estas foram ampliações da revolução da vanguarda nas grandes artes, que já se dera antes que o mundo cujo colapso ela expressava se fizesse de fato em pedaços. Três coisas se podem observar sobre essa revolução na era dos cataclismos: a vanguarda se tornou, por assim dizer, parte da cultura estabelecida; foi pelo menos em parte absorvida pela vida cotidiana; e — talvez acima de tudo — tornou-se dramaticamente politizada, talvez mais que as grandes artes em qualquer período desde a Era das Revoluções. E, no entanto, jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que a maioria das pessoas real e conscientemente gostavam.

Dizer que a nova vanguarda se tornou fundamental para as artes estabelecidas não é afirmar que tomou o lugar do clássico e da moda, mas que complementou os dois, e se tornou a prova de um sério interesse por assuntos culturais. O repertório operístico internacional continuou sendo essencialmente o que era na Era dos Impérios, tendo compositores nascidos no início da década de 1860 (Richard Strauss, Mascagni), ou mesmo antes (Puccini, Leoncavallo, Janacek), como os extremos limites da "modernidade", como, em termos gerais, ainda continuam.*

Contudo, o parceiro tradicional da ópera, o balé, foi transformado num considerável veículo de vanguarda pelo grande empresário russo Sergei Diaghilev (1872-1929), sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial. Após sua montagem de 1917, em Paris, de *Parade* (desenhos de Picasso, música de Satie, libreto de Jean Cocteau, notas do programa de Guillaume Apollinaire), cenários de gente como os cubistas George Braque (1882-1963) e Joan Gris (1887-1927); música composta ou reescrita por Stravinsky, De Falla, Milhaud e Poulenc tornaram-se *de rigueur*, enquanto os estilos de dança e coreografia eram modernizados de acordo. Antes de 1914, pelo menos na Grã-Bretanha, a Exposição Pós-Impressionista fora vaiada por um público filistino, enquanto Stravinsky causava escândalo aonde quer que fosse, como causou o Armory Show em Nova York e em outras partes. Após a guerra, os filistinos calaram-se diante das provocativas exposições do "modernismo", das deliberadas declarações de independência do desacreditado mundo do pré-guerra, manifestos de revolução cultural. E, através do balé modernista, explorando sua combinação única de apelo esnobe, magnetismo da voga (mais a nova *Vogue*)

(*) É significativo o fato de que, com relativamente raras exceções — Alban Berg, Benjamin Britten — as grandes criações para o palco musical após 1918 — por exemplo *A ópera dos três vinténs*, *Mahagonny*, *Porgy and Bess* — não tenham sido escritas para teatros de ópera oficiais.

e *status* artístico de elite, a vanguarda irrompeu de sua paliçada. Graças a Diaghilev, escreveu uma figura típica do jornalismo cultural britânico da década de 1920, "a multidão apreciou positivamente os cenários dos melhores e mais ridicularizados pintores vivos. Ele nos deu Música Moderna sem lágrimas e Pintura Moderna sem risos" (Mortimer, 1925).

O balé de Diaghilev não era simplesmente um veículo para a difusão das artes de vanguarda, que, de qualquer modo, variavam de um país para outro. Nem, na verdade, foi a mesma vanguarda difundida por todo o mundo ocidental, pois, apesar da continuada hegemonia de Paris sobre grandes regiões de elite cultural, reforçada depois de 1918 pelo afluxo de expatriados americanos (a geração de Hemingway e Scott Fitzgerald), não mais havia na verdade uma alta cultura unificada no Velho Mundo. Na Europa, Paris competia com o Eixo Moscou—Berlim, até que o triunfo de Stalin e Hitler silenciou ou dispersou as vanguardas russa e alemã. Os fragmentos dos antigos impérios habsburgo e otomano seguiram seu próprio caminho em literatura, isolados por línguas que ninguém tentava séria ou sistematicamente traduzir até a era da diáspora antifascista na década de 1930. O extraordinário florescimento da poesia em língua espanhola dos dois lados do Atlântico não teve impacto quase nenhum até que a Guerra Civil Espanhola de 1936-9 a revelasse. Mesmo as artes menos prejudicadas pela torre de Babel, as de imagem e som, eram menos internacionais do que se poderia supor, como mostra uma comparação da posição relativa de, digamos, Hindemith dentro e fora da Alemanha, ou de Poulenc dentro e fora da França. Os cultos amantes de arte ingleses, inteiramente familiarizados mesmo com os membros conhecidos da École de Paris do entreguerras, talvez sequer tivessem ouvido falar dos nomes de pintores expressionistas alemães importantes como Nolde e Franz Marc.

Só havia na verdade duas artes de vanguarda que todos os porta-vozes da novidade artística, em todos os países, podiam com certeza admirar, e as duas vinham mais do Novo que do Velho Mundo: o cinema e o *jazz*. O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra Mundial, depois de inexplicavelmente ignorado por ela (ver *A era dos impérios*). Não apenas se tornou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade, Charles Chaplin (a quem poucos poetas modernos de respeito deixaram de dedicar uma composição), como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mais especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção. O cânone de "filmes de arte" que se esperava que os fãs intelectuais admirassem em pequenos templos de cinema especializados durante a era dos cataclismos, de um lado a outro do globo, consistia essencialmente de criações da vanguarda como: *Encouraçado Potemkim*, de Sergei Eisenstein (1898-1948), de 1925, em geral considerado como a obra-prima de todos os tempos. A seqüência da escadaria de Odessa nessa obra, que quem

tenha visto — como eu vi num cinema de vanguarda de Charing Cross, na década de 1930 — jamais esquece, foi descrita como "a seqüência clássica do cinema mudo, e possivelmente os mais influentes seis minutos da história do cinema" (Manvell, 1944, pp. 47-8).

De meados da década de 1930 em diante, os intelectuais favoreceram o cinema francês populista de René Clair; Jean Renoir (não atipicamente, filho do pintor); Marcel Carné; o ex-surrealista Prévert; e Auric, ex-membro do cartel musical de vanguarda *Les Six*. Estes, como críticos não intelectuais gostavam de observar, eram menos agradáveis, embora sem dúvida mais artisticamente refinados que o grosso daquilo que centenas de milhões (incluindo os intelectuais) viam toda semana em palácios do cinema cada vez mais gigantescos e luxuosos, ou seja, a produção de Hollywood. Do outro lado, os *showmen* realistas de Hollywood foram quase tão rápidos quanto Diaghilev em perceber a contribuição da vanguarda ao lucro. "Tio" Carl Laemmle, o chefão da Universal Studios, talvez o menos intelectualmente ambicioso dos mandachuvas de Hollywood, cuidava de abastecer-se com os mais recentes homens e idéias nas visitas anuais à sua Alemanha natal, com o resultado de que o produto característico de seus estúdios, o filme de horror (Frankenstein, Drácula etc.), era às vezes uma cópia bastante próxima de modelos expressionistas alemães. O fluxo de diretores da Europa Central, como Lang, Lubitsch e Wilder, para o outro lado do Atlântico — e praticamente todos eles eram vistos como intelectuais em suas terras nativas — iria ter impacto considerável sobre a própria Hollywood, para não falar de técnicos como Karl Freund (1890-1969) ou Eugen Schufftan (1893-1977). Contudo, o caminho do cinema e das artes populares será examinado mais adiante.

O "*jazz*" da "Era do Jazz", ou seja, uma espécie de combinação de negros americanos, *dance music* rítmica sincopada e uma instrumentação não convencional pelos padrões tradicionais, quase certamente despertou aprovação universal entre a vanguarda, menos por seus próprios méritos que como mais um símbolo de modernidade, da era da máquina, um rompimento com o passado — em suma, outro manifesto de revolução cultural. A equipe da Bauhaus se fez fotografar com um saxofone. A paixão autêntica pelo tipo de *jazz* hoje reconhecido como a grande contribuição dos EUA à música do século XX continuou sendo rara entre intelectuais estabelecidos, de vanguarda ou não, até a segunda metade do século. Os que a cultivaram, como eu depois da visita de Duke Ellington a Londres em 1933, eram uma pequena minoria.

Qualquer que fosse a linhagem local de modernismo, entre as guerras ele se tornou o emblema dos que queriam provar que eram cultos e atualizados. Se se gostava ou não, ou mesmo se se tinha ou não lido, visto ou ouvido obras dos nomes aprovados e reconhecidos — por exemplo pelos alunos de literatura inglesa da primeira metade da década de 1930, T. S. Eliot, Ezra Pound, James Joyce e D. H. Lawrence —, era inconcebível não falar deles com conhe-

cimento. E o que é talvez mais interessante: a vanguarda intelectual de cada país reescreveu ou revalorizou o passado para encaixá-lo nas exigências contemporâneas. Os ingleses receberam firmes instruções de esquecer Milton e Tennyson, mas admirar John Donne. O mais influente crítico britânico da época, F. R. Leavis, de Cambridge, chegou mesmo a idealizar um cânone, ou "grande tradição", de romances ingleses que era o exato oposto de uma verdadeira tradição, pois omitia da sucessão histórica qualquer coisa de que o crítico não gostasse, como tudo de Dickens, com exceção de um romance até então tido como uma das obras menores do mestre, *Hard times*.*

Para os amantes da pintura espanhola, Murilo agora estava fora de moda, mas a admiração por El Greco era obrigatória. Acima de tudo, porém, qualquer coisa relacionada com a Era do Capital e a Era dos Impérios (fora sua arte de vanguarda) era não apenas rejeitada: tornou-se praticamente invisível. Isso foi demonstrado não só pela queda vertical dos preços da pintura acadêmica do século XIX (e a correspondente, mas ainda modesta, ascensão dos impressionistas e modernistas posteriores): continuaram quase invendáveis até a década de 1960. As próprias tentativas de reconhecer algum mérito na construção vitoriana tinham em si um ar de deliberada provocação ao *verdadeiro* bom gosto, associada a reacionários de mau gosto. Este autor, criado entre os grandes monumentos arquitetônicos da burguesia liberal que cercam a velha "cidade interna" de Viena, ficou sabendo, por uma espécie de osmose cultural, que eles deviam ser encarados como inautênticos ou pomposos, ou as duas coisas juntas. Tais prédios só foram de fato destruídos *en masse* nas décadas de 1950 e 1960, as mais desastrosas na arquitetura moderna, motivo pelo qual uma Sociedade Vitoriana para proteção de prédios do período 1840-1914 só foi estabelecida na Grã-Bretanha em 1958 (mais de vinte anos depois de um Grupo Georgiano, para proteger a menos proscrita herança do século XVIII).

O impacto da vanguarda no cinema comercial já sugere que o "modernismo" começava a deixar sua marca na vida diária. Fez isso obliquamente, com produções que o grande público não considerava "arte", e conseqüentemente não tinham de ser julgadas por um critério de valor estético *a priori*: primeiramente na publicidade, no desenho industrial, na arte gráfica comercial e em objetos genuínos. Assim, entre os defensores da modernidade, a famosa cadeira tubular de Marcel Breuer (1925-9) trazia uma enorme carga ideológica e estética (Giedion, 1948, pp. 488-95). Contudo, iria abrir caminho para o mundo moderno não como um manifesto, e sim como a modesta mas universalmente útil cadeira móvel empilhável. Porém não pode haver dúvida alguma de que, menos de vinte anos depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a vida metropolitana de todo o mundo ocidental encontrava-se claramente mar-

(*) Para ser justo, o dr. Leavis acabou, embora um pouco relutantemente, encontrando palavras mais adequadas de apreciação para esse grande escritor.

cada pelo modernismo, mesmo em países como os EUA e a Grã-Bretanha, que pareciam não receptivos a ele na década de 1920. A aerodinâmica, que varreu o *design* americano de produtos adequados e inadequados a ela a partir do início da década de 1930, ecoava o futurismo italiano. O estilo *art déco* (derivado da Exposição de Artes Decorativas de Paris, de 1925) domesticou a angularidade e abstração modernistas. A revolução moderna do livro em brochura na década de 1930 (Penguin Books) abria caminho para a tipografia de vanguarda de Jan Tschichold (1902-74). O ataque frontal do modernismo ainda era desviado. Só depois da Segunda Guerra Mundial o chamado Estilo Internacional de arquitetura modernista transformou o cenário urbano, embora seus principais propagandistas e praticantes — Gropius, Le Corbusier, Mies van der Rohe, Frank Lloyd Wright etc. — estivessem em atividade há muito tempo. Com algumas exceções, o grosso dos prédios públicos, inclusive de projetos habitacionais de municipalidades da esquerda, que se poderia esperar simpatizassem com a nova arquitetura de preocupações sociais, mostravam pouco sinal de sua influência, a não ser uma aparente antipatia pelo enfeite. A maior parte da maciça reconstrução da "Viena Vermelha" operária na década de 1920 foi feita por arquitetos que mal figuram, caso figurem, na maioria das histórias da arquitetura. Mas os equipamentos menores da vida diária foram rapidamente remodelados pela modernidade.

Devemos deixar que o historiador de arte decida até onde isso se deveu à herança dos movimentos de artes e ofícios e da *art nouveau*, em que a arte de vanguarda se empenhara para uso diário; até onde veio dos construtivistas russos, alguns dos quais decidiram deliberadamente revolucionar o desenho de produção de massa; até onde veio da adequação do purismo modernista à moderna tecnologia doméstica (por exemplo, o *design* de cozinha). Permanece o fato de que um estabelecimento de vida curta, que começou principalmente como centro de vanguarda política e artística, veio a dar o tom na arquitetura e nas artes aplicadas de duas gerações. Foi a Bauhaus, ou a escola de arte e desenho de Weimar e depois Dessau na Alemanha Central (1919-33), cuja existência coincidiu com a República de Weimar — acabou dissolvida pelos nacional-socialistas pouco depois de Hitler tomar o poder. A lista de nomes de uma forma ou de outra associados à Bauhaus parece um *Who's Who* das artes avançadas entre o Reno e os Urais: Gropius e Mies van der Rohe; Lyonel Feininger, Paul Klee e Wassily Kandinsky; Malevich, El Lissitzky, Moholy-Nager etc. Sua influência se baseava não só nesses talentos, mas — a partir de 1921 — num deliberado afastamento da velha tradição de artes e ofícios e belas artes (de vanguarda) em direção a *designs* de uso prático e produção industrial: carrocerias de carros (de Gropius), poltronas de aviões, arte gráfica publicitária (uma paixão do construtivista russo El Lissitzky), além do desenho das cédulas de 1 e 2 milhões de marcos durante a grande hiperinflação alemã de 1923.

A Bauhaus — como mostram seus problemas com políticos hostis a ela — foi considerada profundamente subversiva. E na verdade algum tipo de compromisso político domina as artes "sérias" na Era da Catástrofe. Na década de 1930, chegou até a Grã-Bretanha, ainda um porto seguro de estabilidade social e política em meio à revolução européia, e aos EUA, distantes da guerra mas não da Grande Depressão. Esse compromisso político não era de modo algum apenas da esquerda, embora os amantes radicais de arte achassem difícil, sobretudo quando jovens, aceitar que gênio criador e opiniões progressistas não andassem juntos. Contudo, especialmente na literatura, opiniões profundamente reacionárias, às vezes traduzidas em práticas fascistas, eram bastante comuns na Europa Ocidental. Os poetas T. S. Eliot e Ezra Pound na Grã-Bretanha e no exílio; William Butler Yeats (1865-1939) na Irlanda; o romancista Knut Hamsun (1859-1952) na Noruega, um apaixonado colaborador dos nazistas; D. H. Lawrence na Grã-Bretanha e Louis Ferdinand Céline na França (1884-1961) são exemplos óbvios. Os brilhantes talentos dos emigrados russos não podem, claro, ser automaticamente classificados como "reacionários", embora alguns deles o fossem, ou assim se tornassem; pois a recusa a aceitar o bolchevismo unia emigrados de opiniões políticas largamente diferentes.

Apesar disso, provavelmente seria seguro dizer que no ambiente da guerra mundial e da Revolução de Outubro, e mais ainda na era de antifascismo das décadas de 1930 e 1940, foi a esquerda, muitas vezes a esquerda revolucionária, que basicamente atraiu a vanguarda. Na verdade, guerra e revolução politizaram vários movimentos de vanguarda não políticos antes da guerra na França e na Rússia. (A maior parte da vanguarda russa, porém, não mostrou qualquer entusiasmo inicial pelo movimento de Outubro.) Como a influência de Lenin trouxe o marxismo de volta ao mundo ocidental, também assegurou a conversão das vanguardas ao que os nacional-socialistas, não incorretamente, chamavam de "bolchevismo cultural" (*Kulturbolschewismus*). O dadaísmo era a favor da revolução. Seu sucessor, o surrealismo, só tinha problemas para decidir que tipo de revolução, a maioria da seita preferindo Trotski a Stalin. O Eixo Moscou—Berlim, que influenciou tão grande parte da cultura, baseava-se em simpatias comuns. Mies van der Rohe construiu um monumento aos líderes espartaquistas assassinados Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo para o Partido Comunista alemão. Gropius, Bruno Taut (1880-1938), Le Corbusier, Hannes Mayer e toda a "Brigada Bauhaus" aceitaram encomendas soviéticas — verdade que numa época em que a Grande Depressão tornava a URSS não apenas ideológica, mas também profissionalmente atraente para os arquitetos ocidentais. Mesmo o cinema alemão, em essência não muito político, foi radicalizado, como atesta o maravilhoso diretor G. W. Pabst (1885-1967), um homem mais interessado em apresentar mulheres que assuntos públicos, e mais tarde bastante disposto a trabalhar sob os nazistas. Contudo, nos últimos anos de Weimar foi autor de alguns dos filmes mais radicais, incluindo *A ópera dos três vinténs*, de Brecht-Weill.

A tragédia dos artistas modernistas, de esquerda ou direita, foi que o compromisso político muito mais efetivo de seus próprios movimentos de massa e de seus próprios governantes — para não falar de seus adversários — os rejeitaram. Com a parcial exceção do fascismo italiano influenciado pelo futurismo, os novos regimes autoritários da direita e da esquerda preferiam prédios e vistas monumentais anacrônicos e gigantescos, representações edificantes na pintura e na escultura, elaboradas interpretações dos clássicos no palco e ideologia aceitável em literatura. Hitler, claro, era um pintor frustrado que acabou encontrando um jovem arquiteto competente para realizar suas concepções gigantescas, Albert Speer. Contudo, nem Mussolini, nem Stalin, nem o general Franco, os quais inspiraram todos seus próprios dinossauros arquitetônicos, começaram a vida com tais ambições pessoais. Nem a vanguarda alemã, nem a russa, portanto, sobreviveram à ascensão de Hitler e Stalin, e os dois países, na ponta de tudo que era avançado e reconhecido nas artes da década de 1920, quase desapareceram do panorama cultural.

Retrospectivamente, podemos perceber melhor que os contemporâneos o desastre cultural que o triunfo de Hitler e Stalin se revelou, ou seja, como as artes de vanguarda tinham raízes no solo revolucionário da Europa Central e Oriental. O melhor vinho das artes parecia dar nas encostas raiadas de lava dos vulcões. Não era apenas que as autoridades culturais de regimes politicamente revolucionários davam mais reconhecimento oficial, isto é, patrocínio, aos revolucionários artísticos que os conservadores que eles substituíram, mesmo que suas autoridades políticas não mostrassem entusiasmo. Anatol Lunacharsky, o "Comissário para Esclarecimento", estimulava a vanguarda, embora o gosto de Lenin em arte fosse bastante convencional. O governo social-democrata da Prússia, antes de ser expulso do cargo em 1933 (sem resistência) pelas autoridades do Reich alemão, mais de direita, encorajou o maestro radical Otto Klemperer a transformar um dos teatros de ópera de Berlim numa vitrine de tudo que era avançado em música entre 1928 e 1931. Contudo, de uma maneira indefinível, também parece que as épocas de cataclismo aumentaram as sensibilidades, aguçaram as paixões dos que as viveram, na Europa Central e Oriental. A visão deles era dura, sem alegria, e a própria dureza e o senso trágico que a infundiam eram o que às vezes dava a talentos não especialmente destacados uma amarga eloqüência denunciatória, por exemplo B. Traven, um insignificante emigrante boêmio anarquista antes ligado à breve República Soviética de Munique de 1919, que passou a escrever sobre marinheiros e o México (*O tesouro de sierra Madre*, de Huston e com Bogart, baseou-se nele). Sem isso, ele teria continuado em merecida obscuridade. Quando um artista desses perdia o senso de que o mundo era intolerável, como fez o selvagem satirista alemão George Grosz ao emigrar para os EUA após 1933, restava-lhe apenas sentimentalismo tecnicamente competente.

A arte de vanguarda centro-européia da era dos cataclismos raramente

expressou esperança, embora seus membros politicamente revolucionários estivessem comprometidos com uma visão positiva do futuro, por convicções ideológicas. Suas mais vigorosas realizações, a maioria datando dos anos anteriores à supremacia de Hitler e Stalin — "Não posso pensar no que dizer sobre Hitler",* brincava o grande satirista austríaco Karl Kraus, que a Primeira Guerra Mundial deixara tudo menos mudo (Kraus, 1922) —, brotaram do apocalipse e da tragédia: a ópera *Wozzek* de Alban Berg (apresentada pela primeira vez em 1926); *A ópera dos três vinténs* (1928) e *Mahagonny* (1931), de Brecht e Weill; *Die Massnahme* (1930), de Brecht-Eisler; os contos da *Cavalaria vermelha* (1926), de Isaac Babel; o filme *Encouraçado Potemkim* (1925), de Eisenstein; ou *Berlin-Alexanderplatz* (1929), de Alfred Döblin. Quanto ao colapso do império habsburgo, produziu uma extraordinária explosão de literatura, que foi da denúncia de *Os últimos dias da humanidade* (1922), de Karl Kraus, passando pela ambígua bufoneria de *O bravo soldado Schwejk* (1921), até a melancólica lamentação de *Radetskymarsch* (1932), de Joseph Roth, e a interminável auto-reflexão de *O homem sem qualidades* (1930), de Robert Musil. Nenhum conjunto de acontecimentos políticos do século XX teve um impacto tão profundo sobre a imaginação criadora, embora à sua maneira a revolução e guerra civil irlandesas (1916-22), com O'Casey, e de um modo mais simbólico a Revolução Mexicana (1910-20), com seus muralistas — mas não a Revolução Russa —, tivessem influenciado as artes em seus respectivos países. Um império destinado a cair como metáfora de uma elite cultural ocidental minada e em desmoronamento ela própria: essas imagens há muito rondavam os escuros desvãos da imaginação centro-européia. O fim da ordem encontrou expressão nas *Elegias de Duíno* (1913-23), do grande poeta Rainer Maria Rilke (1875-1926). Outro escritor de Praga, de língua alemã, apresentou um sentido ainda mais absoluto da incompreensibilidade da situação humana, individual e coletiva: Franz Kafka (1883-1924), cuja obra foi quase toda publicada postumamente.

Essa, pois, foi a arte criada

> *nos dias em que o mundo desabava*
> *nas horas em que fugiam as fundações da Terra*

para citar o intelectual clássico e poeta A. E. Housman, que estava longe da vanguarda (Housman, 1988, p. 138). Essa era uma arte com a visão do "anjo da história", que o marxista judeu alemão Walter Benjamin (1892-1940) dizia reconhecer no quadro *Angelus novus*, de Paul Klee:

> O rosto volta-se para o passado. Onde vemos uma cadeia de acontecimentos à nossa frente, *ele* vê uma única catástrofe, que prossegue amontoando detritos sobre ruínas até chegarem a seus pés. Se ao menos ele pudesse ficar para acordar

(*) "*Mir fällt zu Hitler nichts ein.*" Isso não impediu Kraus, após um longo silêncio, de escrever umas cem páginas sobre o assunto, que no entanto ultrapassou sua compreensão.

> os mortos e juntar os fragmentos do que se quebrou! Mas sopra uma tempestade dos lados do Paraíso, batendo em suas asas com tal força que o Anjo não mais pode fechá-las. Essa tempestade o leva irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o monte de detritos a seus pés chega aos céus. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Benjamin, 1971, pp. 84-5)

A Oeste da zona de colapso e revolução, o senso de inelutável cataclismo era menor, mas o futuro parecia igualmente enigmático. Apesar do trauma da Primeira Guerra Mundial, a continuidade com o passado não foi tão obviamente rompida até a década de 1930, a da Grande Depressão, do fascismo e da guerra.* Mesmo assim, em retrospecto, o estado de espírito dos intelectuais ocidentais parece menos desesperado e mais esperançoso que os dos centro-europeus, agora espalhados e isolados de Moscou a Hollywood, ou dos europeus do Leste, cativos silenciados pelo fracasso e o terror. Continuavam a achar que defendiam valores ameaçados, mas ainda não destruídos, para revitalizar o que estava vivo em sua sociedade, se necessário transformando-a. Como veremos (capítulo 18), grande parte da cegueira ocidental para com os erros da União Soviética de Stalin deveu-se à convicção de que, afinal, ela representava os valores do Iluminismo contra a desintegração da razão; do "progresso" no sentido antigo e simples, muito menos problemático que o "vento soprando do Paraíso" de Walter Benjamin. Só entre os ultra-reacionários encontrávamos o sentido do mundo como uma tragédia incompreensível, ou melhor, como para o maior romancista britânico da época, Evelyn Waugh (1903-66), uma comédia negra para estóicos; ou, como para o romancista francês Louis Ferdinand Céline, um pesadelo até para os cínicos. Embora o melhor e mais inteligente jovem poeta da vanguarda britânica da época, W. H. Auden (1907-73), percebesse a história como tragédia — *Spain, Palais des Beaux-Arts* —, o estado de espírito do grupo do qual ele era o centro achava a situação humana bastante aceitável. Os mais impressionantes artistas de vanguarda britânicos, o escultor Henry Moore (1898-1986) e o compositor Benjamin Britten (1913-76), dão a impressão de que estariam bastante dispostos a deixar que a crise mundial os contornasse, caso ela não se houvesse intrometido. Mas ela o fez.

As artes de vanguarda ainda eram um conceito restrito à cultura da Europa e seus entornos e dependências, e mesmo lá os pioneiros na fronteira da revolução artística muitas vezes ainda se voltavam ansiosos para Paris e mesmo — em medida menor, mas surpreendente — para Londres.** Ainda não se

(*) Na verdade, os grandes ecos literários da Primeira Guerra Mundial só começaram a reverberar lá pelo fim da década de 1920, quando *Nada de novo no front* (1929; filme de Hollywood, 1930), de Erich Maria Remarque, vendeu 2,5 milhões de exemplares em um ano e meio, em 25 línguas.

(**) O escritor argentino Jorge Luís Borges (1899-1986) era conhecidamente anglófilo e voltado para a Inglaterra; o extraordinário poeta grego alexandrino K. P. Kaváfis (1863-1933) na verdade tinha o inglês como primeira língua, assim como — pelo menos para fins literários —

voltavam para Nova York. O que isso significa é que a vanguarda não européia mal existia fora do hemisfério ocidental, onde se achava firmemente ancorada tanto na experimentação artística quanto na revolução social. Seus mais conhecidos representantes nessa época, os pintores muralistas da revolução mexicana, discordavam apenas sobre Stalin e Trotski, mas não sobre Zapata e Lenin, a quem Diego de Rivera (1886-1957) insistiu em incluir num afresco destinado ao novo Rockefeller Center em Nova York (um triunfo de *art déco* que só ficava atrás do prédio da Chrysler), para desprazer dos Rockefeller.

Contudo, para a maioria dos artistas no mundo não ocidental o problema era a modernidade, não o modernismo. Como iriam seus escritores transformar vernáculos falados em idiomas literários flexíveis e compreensíveis para o mundo contemporâneo, como faziam os bengaleses desde meados do século XIX na Índia? Como os homens (talvez, naqueles novos tempos, até as mulheres) iriam escrever poesia em urdu, e não mais no persa clássico até então obrigatório para tais fins? Em turco, e não mais no árabe clássico que a revolução de Atatürk lançara na lata de lixo da história, junto com o fez e o véu das mulheres? Que iriam fazer, em países de culturas antigas, com relação as suas tradições? Artes que, por mais atraentes que fossem, não pertenciam ao século XX? Abandonar o passado era revolucionário o suficiente para fazer parecer irrelevante ou mesmo incompreensível a revolta ocidental de uma fase da modernidade contra a outra. Tchecov e Tolstoi podiam parecer modelos mais adequados que James Joyce para os que achavam que sua tarefa — e sua inspiração — era "ir ao povo" e pintar um quadro realista de seus sofrimentos e ajudá-lo a revoltar-se. Até os escritores japoneses, que aderiram ao modernismo na década de 1920 (provavelmente pelo contato com o futurismo italiano), tinham um contingente "proletário" socialista ou comunista forte, e de quando em quando dominante (Keene, 1984, capítulo 15). Na verdade, o primeiro grande escritor moderno chinês, Lu Hsün (1881-1936), rejeitou deliberadamente os modelos ocidentais e voltou-se para a literatura russa, onde "podemos ver a boa alma dos oprimidos, seus sofrimentos e lutas" (Lu Hsün, 1975, p. 23).

Para a maioria dos talentos criativos do mundo não europeu que não estavam confinados por suas tradições nem eram simples ocidentalizadores, a tarefa principal parecia ser descobrir, erguer o véu e apresentar a realidade contemporânea de seus povos. O realismo era o movimento deles.

II

De certa forma, esse desejo uniu as artes do Oriente e do Ocidente. Pois

---

Fernando Pessoa (1888-1935), o maior poeta português do século. É bem conhecida a influência de Kipling sobre Brecht.

ficava cada vez mais claro que o século XX era o do homem comum, e dominado pelas artes produzidas por e para ele. Dois instrumentos interligados tornaram o mundo do homem comum visível e capaz de documentação como jamais antes: a reportagem e a câmera. Nenhum dos dois era novo (ver *A era do capital*, capítulo 15; *A era dos impérios*, capítulo 9), mas entraram numa era de ouro de consciência própria depois de 1914. Os escritores, sobretudo nos EUA, não apenas se viam como registradores ou repórteres, mas escreviam para jornais e na verdade eram ou tinham sido jornalistas: Ernest Hemingway (1889-1961), Theodore Dreiser (1871-1945), Sinclair Lewis (1885-1951). "Reportagem" — o termo aparece pela primeira vez em dicionários franceses em 1929, e em ingleses em 1931 — tornou-se um gênero aceito de literatura socialmente crítica e de apresentação visual na década de 1920, em grande parte sob a influência da vanguarda revolucionária russa, que louvava o fato acima da diversão popular que a esquerda européia sempre condenara como o ópio do povo. O jornalista comunista tcheco Egon Erwin Kisch, que se orgulhava do nome de "Repórter com Pressa" (*Der rasende Reporter*, 1925, era o título da primeira de uma série de suas reportagens), parece ter posto o termo em circulação na Europa Central. A palavra se espalhou, sobretudo através do cinema, pela vanguarda ocidental. Suas origens são claramente visíveis nas partes denominadas "Jornal da tela" e "O olho da câmera" — alusão ao cinedocumentarista Dziga Vertov — com que a narrativa é entrecortada na trilogia *USA*, de John dos Passos (1896-1970), escrita no período esquerdista do romancista. Nas mãos da vanguarda de esquerda, o "cinedocumentário" se tornou um movimento com consciência própria, mas na década de 1930 mesmo os profissionais menos ousados do ramo de notícias e revistas reivindicavam um *status* intelectual e criativo mais elevado, transformando alguns jornais da tela, em geral despretensiosos tapa-buracos, em mais grandiosos documentários como "Marcha do tempo", e tomando de empréstimo as inovações de fotógrafos da vanguarda, como os pioneiros do comunista AIZ da década de 1920, para criar uma era de ouro da revista ilustrada: *Life* nos EUA, *Picture Post* na Grã-Bretanha, *Vu* na França. Contudo, fora dos países anglo-saxônicos, ela só começou a florescer em massa após a Segunda Guerra Mundial.

O novo fotojornalismo devia seus méritos não só aos homens talentosos — às vezes até mulheres — que descobriram a fotografia como meio de comunicação, à ilusória crença de que "a câmera não mente", ou seja, que de algum modo ela representava a verdade "real", e às melhorias técnicas que tornaram fáceis as fotos não posadas com as novas câmeras em miniatura (a Leica foi lançada em 1924), mas talvez acima de tudo ao domínio universal do cinema. Homens e mulheres aprenderam a ver a realidade através de lentes de câmeras. Pois embora aumentasse a circulação da palavra impressa (agora também cada vez mais intercalada com fotos de rotogravura na imprensa sen-

sacionalista), esta perdeu terreno para o cinema. A Era da Catástrofe foi a era da tela grande de cinema. Em fins da década de 1930, para cada britânico que comprava um jornal diário, dois compravam um ingresso de cinema (Stevenson, pp. 396, 403). Na verdade, à medida que se aprofundava a Depressão e o mundo era varrido pela guerra, a freqüência nos cinemas no Ocidente atingia o mais alto pico de todos os tempos.

No novo veículo visual, as artes de vanguarda e de massa se fertilizavam umas às outras. Na verdade, nos velhos países do Ocidente o domínio das camadas educadas e um certo elitismo penetraram mesmo o veículo de massa do cinema, produzindo uma época de ouro para o cinema mudo alemão durante a era de Weimar, para o filme sonoro francês na década de 1930, e para o cinema italiano assim que retiraram a manta do fascismo que encobria seus talentos. Desses, talvez o cinema populista francês da década de 1930 tenha sido o mais bem-sucedido na combinação do que os intelectuais queriam de cultura com o que o grande público queria de diversão. Foi o único cinema intelectual que jamais esqueceu a importância da trama, especialmente de amor e crime, e o único capaz de fazer boas piadas. Onde a vanguarda (política e artística) fez somente o que quis inteiramente, como no movimento documentário ou na arte agitprop [agitação e propaganda], seu trabalho raramente atingiu mais que pequenas minorias.

Contudo, não é a contribuição da vanguarda que torna importantes as artes de massa da época. É sua hegemonia cultural cada vez mais inegável, embora, como vimos, fora dos EUA ainda não tivessem escapado inteiramente da supervisão da elite cultural. As artes (ou melhor, diversões) que se tornaram dominantes foram as que se dirigiam a massas mais amplas do que o grande, e crescente, público de classe média e classe média baixa com gostos tradicionais. Estas ainda dominavam o "boulevard" europeu, ou o teatro do "West End", ou seus equivalentes, pelo menos até Hitler dispersar os fabricantes de tais produtos, mas seu interesse é pequeno. O fato mais interessante nessa região média foi o crescimento extraordinário, explosivo, de um gênero que dera alguns sinais de vida antes de 1914, mas nenhum indício de seus triunfos posteriores: a história policial, agora escrita em tamanho de livro. O gênero era basicamente britânico — talvez um tributo ao Sherlock Holmes de A. Conan Doyle, que se tornou internacionalmente conhecido na década de 1890 — e, o que é mais surpreendente, em grande parte feminino e acadêmico. Sua pioneira, Agatha Christie (1891-1976), continua sendo *best-seller* até hoje. As versões internacionais desse gênero ainda eram bastante inspiradas pelo modelo britânico, ou seja, tratavam quase exclusivamente de assassinatos como um jogo de salão, que exigia a mesma engenhosidade dos jogos de palavras cruzadas com dicas enigmáticas de alta classe, que eram uma especialidade ainda mais britânica. O gênero é melhor visto como uma curiosa invocação a uma ordem social ameaçada mas ainda não rompida. O assassinato, que agora se

tornava o crime central, quase único, para mobilizar o detetive, estoura num ambiente caracteristicamente ordeiro — a casa de campo, ou algum meio profissional conhecido — e é reconstituído até apontar uma das maçãs podres que confirmam a sanidade do resto do barril. Restaura-se a ordem com a razão, aplicada ao problema pelo detetive, que representa ele próprio (ainda era quase sempre um homem) o ambiente. Daí talvez a insistência no investigador *privado*, a menos que o próprio policial fosse, ao contrário da maioria de sua espécie, um membro das classes alta ou média. Era um gênero profundamente conservador, embora ainda autoconfiante, ao contrário da ascensão contemporânea do mais histérico *thriller* de agente secreto (também basicamente britânico), um gênero com grande futuro na segunda metade do século. Seus autores, homens de méritos literários modestos, muitas vezes encontravam um cenário adequado no serviço secreto de seu país.*

Em 1914, os veículos de comunicação de massa em escala moderna já podiam ser tidos como certos em vários países ocidentais. Mesmo assim, seu crescimento na era dos cataclismos foi espetacular. A circulação de jornais nos EUA cresceu muito mais rápido que a população, dobrando entre 1920 e 1950. Nessa altura, vendia-se entre trezentos e 350 jornais por cada cem homens, mulheres e crianças de um país "desenvolvido" típico, embora os escandinavos e australianos consumissem ainda mais publicações, e os urbanizados britânicos, talvez por ser sua imprensa mais nacional que local, compravam espantosos seiscentos exemplares para cada mil habitantes (*UN Statistical Yearbook*, 1948). A imprensa atraía os alfabetizados, embora em países de escolaridade de massa fizesse o melhor possível para satisfazer os semi-alfabetizados com ilustrações e histórias em quadrinhos, ainda não admiradas pelos intelectuais, e desenvolvendo uma linguagem muito colorida, apelativa e pseudodemótica, que evitava palavras de muitas sílabas. Sua influência na literatura não foi pequena. O cinema, por outro lado, fazia poucas exigências à alfabetização, e depois que aprendeu a falar, em fins da década de 1920, praticamente nenhuma ao público de língua inglesa.

Contudo, ao contrário da imprensa, que na maioria das partes do mundo interessava apenas a uma pequena elite, o cinema foi quase desde o início um veículo de massa internacional. O abandono da linguagem potencialmente universal do filme mudo, com seus códigos testados de comunicação intercultural, com certeza muito fez para tornar internacionalmente familiar o inglês falado, e com isso ajudou a estabelecer a língua como o patoá global do fim do século. Pois na era de ouro de Hollywood os filmes eram principalmente

(*) Os ancestrais do moderno *thriller* ou romance policial "grosso" eram muito mais demóticos. Dashiell Hammett (1894-1961) começou como agente da Pinkerton e publicou em revistas *pulp* [de pacotilha]. Aliás, o único autor a transformar a história policial em literatura autêntica, o belga Georges Simenon (1903-89), era um escritor autodidata que escrevia por contrato.

americanos — a não ser no Japão, onde se faziam quase tantos longas-metragens quanto nos EUA. Quanto ao resto do mundo, às vésperas da Segunda Guerra Mundial Hollywood fazia quase tantos filmes quanto todas as outras indústrias combinadas, mesmo incluindo a Índia, que já produzia cerca de 170 por ano para um público tão grande quanto o do Japão e quase tanto quanto o dos EUA. Em 1937, produziu 567 filmes, ou cerca de mais de dez por semana. A diferença entre a capacidade hegemônica do capitalismo e a do socialismo burocratizado é a que existe entre esse número e os 41 filmes que a URSS dizia ter produzido em 1938. Apesar disso, por motivos lingüísticos óbvios, o predomínio global tão extraordinário de uma única indústria não podia durar. De qualquer modo, não sobreviveu à desintegração do "sistema de estúdios", que atingiu seu auge nessa época como uma máquina de produção de sonhos em massa, mas desmoronou pouco depois da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro dos veículos de massa era inteiramente novo: o rádio. Ao contrário dos outros dois, baseava-se sobretudo na propriedade privada do que ainda era um maquinário sofisticado, e assim se restringia, em essência, aos países "desenvolvidos" relativamente prósperos. Na Itália, o número de aparelhos de rádio não ultrapassou o de automóveis até 1931 (Isola, 1990). As grandes concentrações de aparelhos de rádio se encontravam, na véspera da Segunda Guerra Mundial, nos EUA, Escandinávia, Nova Zelândia e Grã-Bretanha. Contudo, nesses países ele avançou em ritmo espetacular, e mesmo os pobres podiam comprá-lo. Dos 9 milhões de aparelhos da Grã-Bretanha em 1939, metade foi comprada por pessoas que ganhavam entre 2,5 e quatro libras por semana — uma renda modesta — e outros 2 milhões por pessoas ganhando menos que isso (Briggs, 1961, vol. 2, p. 254). Talvez não surpreenda o fato de que a audiência de rádio duplicou nos anos da Grande Depressão, quando sua taxa de crescimento foi mais rápida do que antes ou depois. Pois o rádio transformava a vida dos pobres, e sobretudo das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, tocado ou de outro modo expresso em som estava agora ao alcance deles. Surpreende, portanto, que um veículo desconhecido, quando a Primeira Guerra Mundial acabou, houvesse conquistado 10 milhões de lares nos EUA no ano da quebra da Bolsa, mais de 27 milhões em 1939 e mais de 40 milhões em 1950?

Ao contrário do cinema, ou mesmo da nova imprensa de massa, o rádio não transformou de nenhum modo profundo a maneira humana de perceber a realidade. Não criou novos meios de ver ou estabelecer relações entre as impressões dos sentidos e as idéias (ver *A era dos impérios*). Era simplesmente um veículo, não uma mensagem. Mas sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação

de massa, como governantes e vendedores logo perceberam, para propaganda política e publicidade. No início da década de 1930, o presidente dos EUA já descobrira o potencial da "conversa ao pé da lareira" pelo rádio, e o rei da Grã-Bretanha o das transmissões de Natal da família real (1932 e 1933, respectivamente). Na Segunda Guerra Mundial, com sua interminável demanda de notícias, o rádio alcançou a maioridade como instrumento político e meio de informação. O número de aparelhos de rádio na Europa Continental aumentou substancialmente em todos os países, a não ser nos muito arrasados por batalhas (Briggs, 1961, vol. 3, apêndice C). Em vários casos, seu número duplicou ou mais que duplicou. Na maioria dos países não europeus, sua ascensão foi ainda mais acentuada. Seu uso pelo comércio, embora desde o começo dominasse as ondas aéreas nos EUA, teve uma conquista mais difícil em outras partes, uma vez que, por tradição, os governos relutavam em abrir mão do controle sobre um meio tão poderoso de influenciar cidadãos. A BBC manteve seu monopólio público. Onde a transmissão comercial foi tolerada, esperava-se ainda assim que acatasse a voz oficial.

É difícil reconhecer as inovações da cultura do rádio, pois muito daquilo que ele iniciou tornou-se parte da vida diária — o comentário esportivo, o noticiário, o programa de entrevistas com celebridades, a novela, e também todos os tipos de seriado. A mais profunda mudança que ele trouxe foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer. Contudo, curiosamente, esse veículo — e, até o surgimento do vídeo e do videocassete, sua sucessora, a televisão — embora essencialmente centrado no indivíduo e na família, criou sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história pessoas desconhecidas que se encontravam provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior: o grande jogo, o programa humorístico favorito, o discurso de Winston Churchill, o conteúdo do noticiário.

A arte mais significativamente afetada pelo rádio foi a música, pois ele abolia as limitações acústicas ou mecânicas do alcance dos sons. A música, a última das artes a romper a velha prisão corporal que limita a comunicação oral, já tinha entrado na era da reprodução mecânica antes de 1914, com o gramofone, embora este ainda não estivesse ao alcance das massas. Os anos do entreguerras sem dúvida puseram gramofones e discos ao alcance das massas, embora o virtual colapso do mercado de "discos raciais", isto é, música típica dos pobres, durante a Depressão americana, demonstrasse a fragilidade dessa expansão. Contudo, o disco, embora sua qualidade técnica melhorasse depois de cerca de 1930, tinha seus limites, entre outros de duração. Além disso, seu alcance dependia das vendas. O rádio, pela primeira vez, permitiu que música fosse ouvida a distância por mais de cinco minutos ininterruptos, e por um número teoricamente ilimitado de ouvintes. Tornou-se assim um populariza-

dor único da música de minorias (incluindo a clássica e, de longe, o mais poderoso meio de venda de discos, como de fato continua sendo). O rádio não mudou a música — certamente afetou-a menos que o teatro ou o cinema, que também aprendeu a reproduzir sons — mas o papel da música na vida contemporânea, não excluindo o de pano de fundo para a vida cotidiana, é inconcebível sem ele.

As forças que dominaram as artes populares foram assim basicamente tecnológicas e industriais: imprensa, câmera, cinema, disco e rádio. Contudo, desde o fim do século XIX uma verdadeira fonte de inovação criativa autônoma vinha se acumulando nos setores populares e de diversão de algumas grandes cidades (ver *A era dos impérios*). Estava longe de exaurida, e a revolução nas comunicações levou seus produtos muito além de seus ambientes originais. Assim, o tango argentino formalizado, e sobretudo ampliado de dança para canção, provavelmente atingiu o auge nas décadas de 1920 e 1930, e quando seu maior astro, Carlos Gardel (1890-1935), morreu num acidente aéreo, foi chorado por toda a América espanhola, e (graças aos discos) transformado numa presença permanente. O samba, destinado a simbolizar o Brasil como o tango a Argentina, é filho da democratização do Carnaval do Rio na década de 1920. Contudo, o acontecimento mais impressionante e, a longo prazo, influente dessa área foi o desenvolvimento do *jazz* nos EUA, em grande parte sob o impacto da migração dos negros dos estados do Sul para as grandes cidades do Meio-Oeste e Nordeste: uma autêntica arte musical do artista profissional (basicamente negro).

O impacto de algumas dessas inovações ou acontecimentos populares ainda era restrito fora de seus ambientes locais. Também era ainda menos revolucionário do que viria a tornar-se na segunda metade do século, quando — para tomar o exemplo óbvio — um idioma diretamente derivado do *blues* negro americano se tornou, na forma de *rock'n'roll*, uma linguagem global de nossa cultura. Apesar disso, porém — com exceção do cinema —, o impacto dos meios de comunicação de massa e da criação popular foi mais modesto do que se tornou na segunda metade do século (o que será examinado em seguida); já era enorme em quantidade e impressionante em qualidade, sobretudo nos EUA, que começaram a exercer uma inquestionável hegemonia nesses campos, graças a sua extraordinária preponderância econômica, seu firme compromisso com o comércio e a democracia, e, após a Grande Depressão, a influência do populismo rooseveltiano. No campo da cultura popular, o mundo era americano ou provinciano. Com uma exceção, nenhum outro modelo nacional ou regional se estabeleceu globalmente, embora alguns tivessem substancial influência regional (por exemplo, a música egípcia dentro do mundo islâmico), e um toque exótico ocasional entrasse na cultura popular comercial global de vez em quando, como os componentes caribenhos e latino-americanos de dança e música. A única exceção foi o esporte. Nesse setor

de cultura popular — e quem, tendo visto a seleção brasileira em seus dias de glória, negará sua pretensão à condição de arte? — a influência americana permaneceu restrita à área de dominação política de Washington. Do mesmo modo que o críquete só é jogado como esporte de massa onde a bandeira britânica drapejou um dia, também o beisebol causou pouco impacto, a não ser onde os *marines* americanos desembarcaram um dia. O esporte que o mundo tornou seu foi o futebol de clubes, filho da presença global britânica, que introduziu times com nomes de empresas britânicas ou compostos de expatriados britânicos (como o São Paulo Atlético Club) do gelo polar ao Equador. Esse jogo simples e elegante, não perturbado por regras e/ou equipamentos complexos, e que podia ser praticado em qualquer espaço aberto mais ou menos plano do tamanho exigido, abriu caminho no mundo inteiramente por seus próprios méritos, e, com o estabelecimento da Copa do Mundo em 1930 (conquistada pelo Uruguai), tornou-se genuinamente universal.

E no entanto, por nossos padrões, os esportes de massa, embora agora globais, permaneceram extraordinariamente primitivos. Seus praticantes ainda não tinham sido absorvidos pela economia capitalista. As grandes estrelas ainda eram amadores, como no tênis (isto é, assimilados ao *status* burguês tradicional), ou profissionais que ganhavam um salário não muito superior ao de um operário industrial qualificado, como no futebol britânico. Ainda tinham de ser apreciados pessoalmente, pois mesmo o rádio só podia traduzir a visão real do jogo ou corrida nos crescentes decibéis da voz do locutor. A era da televisão e dos esportistas pagos ainda estava alguns anos à frente. Mas, como veremos (capítulos 9 a 11), não tantos assim.

7
O FIM DOS IMPÉRIOS

Ele se tornou um revolucionário terrorista em 1911. Seu guru esteve presente em sua noite de núpcias, e ele jamais morou com a esposa durante os dez anos até a morte dela, em 1928. Era uma regra férrea para os revolucionários manter distância das mulheres [...] *Ele me dizia que a Índia ia se libertar pela luta, como os irlandeses. Foi quando estava com ele que li* Minha luta pela liberdade irlandesa, *de Dan Breen. Dan Breen era o ideal de Masterda. Ele chamou sua organização de "Exército Republicano Indiano, setor de Chittagong", por causa do Exército Republicano Irlandês.*

Kalpana Dutt (1945, pp. 16-7)

A raça de administradores coloniais nascida no paraíso tolerava e até mesmo estimulava o sistema de suborno-corrupção porque este proporcionava um maquinário barato para o exercício do controle sobre populações agitadas e muitas vezes dissidentes. Pois o que isso significa na verdade é que o que um homem deseja (isto é, ganhar seu processo judicial ou obter um emprego oficial) pode ser conseguido fazendo um favor ao homem com poder de dar ou negar. O "favor" feito não precisa ser uma doação em dinheiro (isso é grosseiro, e poucos europeus na Índia sujavam as mãos desse jeito). Pode ser uma doação de amizade e respeito, pródiga hospitalidade, ou de fundos para uma "boa causa", mas acima de tudo, lealdade ao raj.

M. Carritt (1985, pp. 63-4)

I

Durante o século XIX, alguns países — sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte — conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu

sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram o modelo — até 1917 o *único* modelo — para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história. Depois de 1917, o comunismo soviético ofereceu um modelo alternativo, mas essencialmente do mesmo tipo, exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais. A história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é portanto determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como os senhores da espécie humana.

Nessa medida, a história do Breve Século XX continua sendo geograficamente distorcida, e só pode ser escrita dessa maneira, pelo historiador que deseja concentrar-se na dinâmica da transformação global. Isso não significa que partilhemos do senso de superioridade condescendente e demasiadas vezes etnocêntrico, ou mesmo racista, e do completamente injustificável farisaísmo ainda comuns nos países favorecidos. Na verdade, este historiador se opõe apaixonadamente ao que E. P. Thompson chamou de "enorme condescendência" para com os atrasados e pobres do mundo. Apesar disso, permanece o fato de que a dinâmica da maior parte da história do mundo no Breve Século XX é derivada, não original. Consiste essencialmente das tentativas das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o "desenvolvimento" tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista.* Não havia outro modelo operacional além da "ocidentalização" ou "modernização", ou o que se queira chamá-lo. Por outro lado, só o eufemismo político separa os vários sinônimos de "atraso" (como Lenin não hesitava em descrever a situação de seu próprio país e dos "países coloniais e atrasados") que a diplomacia internacional espalhou por um mundo descolonizado ("subdesenvolvidos", "em desenvolvimento" etc.).

O modelo operacional de "desenvolvimento" podia ser combinado com vários outros conjuntos de crenças e ideologias, contanto que não interferissem com ele, isto é, contanto que o país interessado não proibisse, por exemplo, a construção de aeroportos por não terem sido autorizados pelo Corão ou a Bíblia, ou por entrarem em conflito com a edificante tradição da cavalaria medieval, ou por serem incompatíveis com a profundidade da alma eslava. Por outro lado, onde tais conjuntos de crenças se opunham ao processo de "desen-

(*) Vale a pena observar que a simples dicotomia "capitalista"/"socialista" é mais política que analítica. Reflete o surgimento de movimentos trabalhistas de massa cuja ideologia socialista era, na prática, pouco mais que o conceito da atual sociedade ("capitalismo") virada pelo avesso. Isso foi reforçado, após a Revolução de Outubro de 1917, pela longa Guerra Fria Vermelho/Antivermelho do Breve Século XX. Em vez de classificar o sistemas econômicos de, digamos, EUA, Coréia do Sul, Áustria, Hong Kong, Alemanha Ocidental e México sob o mesmo título de "capitalismo", seria perfeitamente possível classificá-los sob vários.

volvimento" *na prática*, e não apenas em teoria, asseguravam o fracasso e a derrota. Por mais forte e sincera que fosse a crença em que a magia desviaria balas de metralhadora, ela funcionava demasiado raramente para fazer muita diferença. O telefone e o telégrafo eram melhores meios de comunicação que a telepatia do taumaturgo.

Isso não significa descartar as tradições, crenças ou ideologias, imutáveis ou modificadas, pelas quais as sociedades que entravam em contato com o novo mundo de "desenvolvimento" o julgavam. Tradicionalismo e socialismo concordavam ao detectar um espaço moral vazio no centro do triunfante liberalismo capitalista econômico — e político — que destruía todos os laços entre indivíduos, exceto os baseados na "tendência a trocar" de Adam Smith e na busca de satisfação e interesses pessoais. Como sistema moral, maneira de ordenar o lugar dos seres humanos no mundo, de reconhecer o que e quanto o "desenvolvimento" e o "progreso" destruíam, as ideologias e sistemas de valores pré ou não capitalistas eram muitas vezes superiores às crenças que as canhoneiras, comerciantes, missionários e administradores coloniais traziam consigo. Como meio de mobilizar as massas em sociedades tradicionais contra a modernização, capitalista ou socialista, ou mais precisamente contra os forasteiros que a traziam, esses movimentos podiam em certas condições ser muito eficazes, embora na verdade nenhum dos que foram bem-sucedidos na libertação do mundo atrasado, antes da década de 1970, tivesse sido inspirado ou estabelecido em ação por ideologias tradicionais ou neotradicionais. Isso apesar do fato de que um desses movimentos, a breve agitação de Khilafat na Índia britânica (1920-1), exigindo a manutenção do sultão turco como califa de todos os fiéis, a manutenção do império otomano com suas fronteiras de 1914 e o controle muçulmano sobre os lugares santos do islã (inclusive a Palestina), provavelmente impôs a não-cooperação e a desobediência civil em massa a um hesitante Congresso Nacional Indiano (Minault, 1982). As mais características mobilizações de massa sob os auspícios da religião — a "Igreja" mantinha melhor seu domínio sobre a gente simples que o "rei" — foram ações reacionárias, embora às vezes tenazes e heróicas, como a resistência camponesa à Revolução Mexicana secularizante, sob a bandeira de "Cristo Rei" (1926-32), descrita pelo seu principal historiador em termos épicos como "a Cristíada" (Meyer, 1973-9). A religião fundamentalista como dínamo poderoso de mobilização das massas pertence às últimas décadas do século XX, que testemunharam até um bizarro retorno à moda, entre alguns intelectuais, do que seus pais cultos teriam descrito como superstição e barbarismo.

Por outro lado, eram ocidentais as ideologias, os programas, mesmo os métodos e formas de organização política que inspiraram a emancipação dos países dependentes e atrasados de sua dependência e atraso: liberais; socialistas; comunistas e/ou nacionalistas; secularistas e desconfiados do clericalismo; e fazendo uso dos mecanismos desenvolvidos para os fins da vida pública

1. Sarajevo: o arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria e sua esposa deixam o Paço Municipal de Sarajevo, a caminho de seu assassinato, que provocou a Primeira Guerra Mundial (28 de junho de 1914).

2. Os campos de massacre da França, vistos pelos agonizantes: soldados canadenses em crateras de granadas, 1918.

32. Fim da Guerra Fria: cai o Muro de Berlim, 1[illegible].

33. Queda do comunismo europeu: Stalin retirado de Praga.

em sociedades burguesas — imprensa, comícios, partidos, campanhas de massa — mesmo quando o discurso adotado era, e tinha de ser, calcado no vocabulário religioso usado pelas massas. O que isso significou é que a história dos responsáveis pelas transformações no Terceiro Mundo neste século é a história de minorias de elite, às vezes relativamente minúsculas, pois — além da quase total ausência de instituições de política democrática — só uma minúscula camada possuía o necessário conhecimento, educação, ou mesmo alfabetização elementar. Afinal, antes da independência, mais de 90% da população do subcontinente indiano eram analfabetos. O número dos alfabetizados numa língua ocidental (isto é, inglês) era ainda mais exíguo — digamos meio milhão em mais ou menos 300 milhões antes de 1914, ou um em seiscentos.* Até a região mais sedenta de educação (Bengala Ocidental) na época da independência (1949-50), com apenas 272 estudantes universitários para cada 100 mil habitantes, tinha cinco vezes mais que a região central norte-indiana. O papel desempenhado por essas minorias numericamente insignificantes era enorme. Os 38 mil parses da presidência de Bombaim, uma das principais divisões da Índia britânica no fim do século XIX, mais de um quarto deles alfabetizado *em inglês*, não surpreendentemente se tornaram a elite de comerciantes, industriais e financistas em todo o subcontinente. Entre os cem advogados da Suprema Corte de Bombaim admitidos entre 1890 e 1900 contavam-se dois grandes líderes nacionais da Índia independente (Mohandas Karamchand Gandhi e Vallabhai Patel) e o futuro fundador do Paquistão, Muhammad Ali Jinnah (Seal, 1968, p. 884; Misra, 1961, p. 382). A função abrangente de tais elites educadas no Ocidente pode ser ilustrada por uma família indiana conhecida do autor. O pai, um proprietário de terras, próspero advogado e figura social sob os britânicos, tornou-se diplomata e acabou sendo governador estadual após 1947. A mãe foi a primeira mulher ministra nos governos provinciais do Partido do Congresso de 1937. Dos quatro filhos (todos educados na Grã-Bretanha), três filiaram-se ao Partido Comunista, um tornou-se comandante-em-chefe do exército indiano; outro acabou tornando-se membro da Assembléia pelo partido; um terceiro — após complexos azares políticos — ministro no governo da sra. Gandhi; enquanto o quarto prosperou nos negócios.

Nada disso quer dizer que as elites ocidentalizadas aceitassem necessariamente os valores dos Estados e culturas que tomavam como modelos. Suas opiniões pessoais podiam ir de 100% de assimilacionismo a uma profunda desconfiança do Ocidente, combinada com a convicção de que só pela adoção de suas inovações se poderia preservar ou restaurar os valores específicos da civilização nativa. O objetivo do mais convicto e bem-sucedido plano de "oci-

(*) Com base nos dados para os que tinham educação escolar secundária do tipo ocidental (Seal, 1968, pp. 21-2).

dentalização", o Japão a partir da Restauração Meiji, não era ocidentalizar, mas ao contrário tornar viável o Japão tradicional. Do mesmo modo, o que os ativistas do Terceiro Mundo liam nas ideologias e programas de que se apropriavam não era tanto o texto ostensivo quanto o próprio subtexto deles. Assim, no período de independência, o socialismo (isto é, a versão comunista soviética) atraía os governos descolonizados não apenas porque a causa do antiimperialismo sempre pertencera à esquerda metropolitana, mas ainda mais porque viam a URSS como um modelo para superar o atraso através de uma industrialização planejada, questão de muito mais interesse para eles do que a emancipação do que se pudesse ver em seus países como "o proletariado" (ver pp. 350 e 376). Do mesmo modo, embora o Partido Comunista brasileiro jamais vacilasse em seu compromisso com o marxismo, um determinado tipo de nacionalismo desenvolvimentista se tornou "um ingrediente fundamental na política do partido desde o início da década de 30, mesmo quando isso conflitava com interesses trabalhistas considerados separadamente de outros" (Martins. Rodrigues, 1984, p. 437). Mesmo assim, quaisquer que fossem os objetivos conscientes ou inconscientes dos que moldavam a história do mundo atrasado, a modernização, ou seja, a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los.

Isso era tanto mais óbvio quando as perspectivas das elites do Terceiro Mundo e as do grosso de suas populações divergiam substancialmente, exceto na medida em que o racismo branco (isto é, do Atlântico Norte) proporcionava um laço comum de ressentimento que podia ser partilhado por marajás e varredores. Ainda assim, podia acontecer de ser menos sentido por homens, e sobretudo mulheres, acostumados a *status* inferiores em qualquer sociedade, independentemente da cor da pele de seus membros. Fora do mundo islâmico, a possibilidade de uma religião oferecer essa ligação — neste caso de imutável superioridade em relação aos infiéis — era incomum.

II

A economia de capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou praticamente todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado nas fronteiras da URSS. Esse é o motivo pelo qual a Grande Depressão de 1929-33 iria ser um marco milenar na história do antiimperialismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Fossem quais fossem a economia, a riqueza, as culturas e sistemas políticos dos países antes de chegarem ao alcance do polvo do Atlântico Norte, foram todos sugados para dentro do mercado mundial, quando não descartados por homens de negócios e governos estrangeiros como economicamente desinteressantes, embora pitorescos, como os beduínos dos grandes desertos antes da descoberta de petró-

leo e gás natural em seu inóspito hábitat. Seu valor para o mercado mundial era, essencialmente, como fornecedores de produtos primários — matérias-primas para a indústria, energia e produtos agrícolas — e como uma saída para o investimento do capital nortista, sobretudo em empréstimos a governos e para a infra-estrutura de transportes, comunicações e cidades, sem o que os recursos dos países dependentes não podiam ser eficazmente explorados. Em 1913, mais de três quartos de todos os investimentos britânicos no além-mar — sendo que os britânicos exportavam mais capital que todo o resto do mundo junto — estavam em ações de governos, ferrovias, portos e navios (Brown, 1963, p. 153).

A industrialização do mundo dependente ainda não fazia parte dos planos de ninguém, mesmo em países como os do Cone Sul da América Latina, onde parecia lógico processar alimentos localmente produzidos, como a carne, em forma de mais fácil transporte, como as latas de carne em conserva. Afinal, o enlatamento de sardinhas e o engarrafamento de vinho não haviam industrializado Portugal, nem se pretendia que o fizessem. Na verdade, o padrão básico na mente da maioria dos governos e empresários do Norte era que o mundo dependente pagasse a importação de suas manufaturas com a venda de produtos primários. Essa fora a base da economia mundial dominada pelos britânicos no período pré-1914 (*A era dos impérios*, capítulo 2), embora, com exceção dos países do chamado "capitalismo colonial", o mundo dependente não fosse um mercado de exportação particularmente compensador para manufaturas. Os 300 milhões de habitantes do subcontinente indiano, os 400 milhões de chineses, eram pobres demais e satisfaziam localmente uma proporção muito grande de suas necessidades para comprar muita coisa de alguém. Felizmente para os britânicos em sua era de hegemonia econômica, esses 700 milhões de vinténs somavam o bastante para manter a indústria de algodão de Lancashire no ramo. Seu interesse, como o de todos os produtores do Norte, era obviamente tornar o mercado subordinado, tal como estava, completamente dependente da produção hortista, ou seja, torná-lo agrário.

Tivessem ou não esse objetivo, não conseguiram sucesso, em parte porque os mercados locais criados pela própria absorção de economias numa sociedade de mercado mundial, uma sociedade de compra e venda, estimulavam a produção de bens de consumo, que era mais barata se estabelecida localmente, e em parte porque muitas das economias nas regiões dependentes, sobretudo na Ásia, eram estruturas muitíssimo complexas, com longos históricos de manufatura, considerável sofisticação e impressionantes recursos e potencial técnicos e humanos. Assim, as gigantescas cidades portuárias *entrepôt* que vieram a ser os elos típicos entre o Norte e o mundo dependente — de Buenos Aires e Sydney a Bombaim e Saigon — desenvolveram indústrias locais no abrigo de sua temporária proteção contra importações, mesmo não sendo esta a intenção de seus dominadores. Não era preciso muito incentivo

para fazer com que produtores de têxteis em Ahmedabad ou Xangai, nativos ou agentes de alguma empresa estrangeira, abastecessem o mercado indiano ou chinês próximos, em detrimento dos produtos de algodão até então importados da distante Lancashire a custos dispendiosos. Na verdade, foi isso que aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial, estrangulando a indústria de algodão britânica.

E no entanto, quando pensamos como parecia lógica a previsão de Marx sobre a eventual disseminação da Revolução Industrial pelo resto do globo, é espantoso ver como a indústria pouco saíra do mundo do capitalismo desenvolvido antes do fim da Era dos Impérios, e mesmo até a década de 1970. Em fins da década de 1930, a única grande mudança no mapa mundial da industrialização se devia aos Planos Qüinqüenais soviéticos (ver capítulo 2). Ainda em 1960 os velhos centros de industrialização na Europa Ocidental e América do Norte produziam mais de 70% do produto mundial bruto e quase 80% do "valor acrescentado na manufatura", ou seja, da produção industrial (Harris, 1987, pp. 102-3). A grande virada da indústria para longe do velho Ocidente — incluindo a ascensão da indústria japonesa, que em 1960 produzia apenas perto de 4% da produção industrial mundial — ocorreu no último terço do século. Só na década de 1970 os economistas começaram a escrever livros sobre "a divisão internacional de trabalho", ou seja, o início da desindustrialização dos velhos centros.

Evidentemente o imperialismo, a velha "divisão internacional de trabalho", tinha uma tendência inata de reforçar o monopólio industrial dos velhos países-núcleo. Nessa medida, os marxistas do entreguerras, mais tarde acompanhados pelos "teóricos da dependência" de várias escolas pós-1945, tinham bases visíveis para seus ataques ao imperialismo como um modo de assegurar a continuação do atraso nos países atrasados. Contudo, paradoxalmente, foi a relativa imaturidade do desenvolvimento da economia mundial capitalista e, mais exatamente, da tecnologia de transporte e comunicação, que manteve a indústria localizada em suas terras natais originais. Nada havia na lógica do empreendimento com fins lucrativos e acumulação de capital que impedisse a fabricação de aço na Pensilvânia ou no Ruhr para sempre, embora não cause surpresa o fato de que os governos dos países industriais, sobretudo quando inclinados ao protecionismo ou com grandes impérios coloniais, fizessem o possível para impedir que competidores potenciais prejudicassem a sua indústria. Mas mesmo governos imperiais podiam ter motivos para industrializar suas colônias, embora o único caso em que isso tivesse sido sistematicamente feito fosse pelo Japão, que desenvolveu indústrias pesadas na Coréia (anexada em 1911) e, depois de 1931, na Manchúria e Taiwan, porque essas colônias ricas em recursos ficavam suficientemente próximas da pátria exígua e notoriamente pobre em matérias-primas para servir diretamente à industrialização nacional japonesa. Contudo, mesmo na maior das colônias, a constatação,

durante a Primeira Guerra Mundial, de que a Índia não estivera em condições de fabricar bastante para a auto-suficiência industrial e a defesa militar levou a uma política de proteção e participação direta do governo no desenvolvimento econômico do país (Misra, 1961, pp. 239 e 256). Se a guerra tornou claras aos administradores imperiais as deficiências de uma indústria colonial insuficiente, a Depressão de 1929-33 os submeteu à pressão financeira. À medida que caíam as rendas da agricultura, a renda do governo colonial tinha de ser escorada por maiores impostos sobre bens manufaturados, incluindo os da própria metrópole, britânicos, franceses ou holandeses. Pela primeira vez, as empresas ocidentais, que haviam até então importado livremente, tiveram um forte incentivo a estabelecer instalações para a produção local nesses mercados marginais (Holland, 1985, p. 13). Ainda assim, mesmo descontando-se a guerra e a Depressão, o mundo dependente na primeira metade do Breve Século XX permaneceu em sua maioria agrário e rural. Por isso o "*grande salto avante*" da economia mundial no terceiro quartel do século iria se revelar uma tão dramática virada da sorte.

III

Praticamente todas as partes da Ásia, África e América Latina/Caribe eram e sentiam-se dependentes do que acontecia nuns poucos Estados do hemisfério norte, mas (fora das Américas) a maioria delas era também ou propriedade deles, ou administrada, ou de outro modo dominada e comandada por eles. Isso se aplicava mesmo às que mantinham suas próprias autoridades nativas (por exemplo, como "protetorados" ou principados), pois estava claro que o "conselho" do representante britânico ou francês na corte do emir, bei, rajá, rei ou sultão local era compulsório. Era o que acontecia mesmo em Estados formalmente independentes como a China, onde os estrangeiros gozavam de direitos territoriais extras e de supervisão de algumas das funções centrais dos Estados soberanos, como a coleta de impostos. Nessas áreas, era inevitável que surgisse o problema de como livrar-se do domínio estrangeiro. O mesmo não ocorria nas Américas Central e do Sul, que consistiam quase inteiramente de Estados soberanos, embora os EUA — mas ninguém mais — se inclinassem a tratar os pequenos países da América Central como protetorados de fato, sobretudo no primeiro e último terços do século.

O mundo colonial fora tão completamente transformado numa coleção de Estados nominalmente soberanos depois de 1945 que retrospectivamente pode parecer que isso não só era inevitável como aquilo que os povos coloniais sempre haviam querido. Isso é com certeza verdadeiro nos países que tinham atrás de si uma longa história como entidades políticas, como os grandes impérios asiáticos — China, Pérsia, os otomanos — e talvez um ou dois outros países

como o Egito; sobretudo quando eram construídos em torno de um substancial *staatvolk*, ou Estado do povo, a exemplo dos chineses han ou dos crentes no islamismo xiita como religião nacional do Irã. Nesses países, era fácil politizar o sentimento popular contra os estrangeiros. Não por acaso a China, Turquia e Irã foram cenários de importantes revoluções autóctones. Contudo, esses casos eram excepcionais. Com mais freqüência, o próprio conceito de uma entidade política permanente, com fronteiras fixas separando-a de outras entidades idênticas, e sujeita exclusivamente a uma autoridade permanente, ou seja, a idéia do Estado soberano independente que temos como certa, não fazia sentido para as pessoas, pelo menos (mesmo na área de agricultura permanente e fixa) acima do nível da aldeia. Na verdade, mesmo onde existia um "povo" que claramente se tinha ou era reconhecido como tal, e que os europeus gostavam de descrever como uma "tribo", a idéia de que ele podia ser territorialmente separado de outro povo com o qual coexistia, se misturava e dividia funções era difícil de captar, porque fazia pouco sentido. Nessas regiões, a única base para tais Estados independentes do tipo do século XX eram os territórios nos quais a conquista e a rivalidade imperial os havia dividido, em geral sem qualquer respeito às estruturas locais. O mundo pós-colonial está assim quase inteiramente dividido pelas fronteiras do imperialismo.

Além disso, os habitantes do Terceiro Mundo que mais se ressentiam dos ocidentais (fosse como infiéis, como trazedores de todo tipo de perturbadoras e atéias inovações modernas, ou simplesmente por resistência a qualquer mudança na vida da gente simples, que eles, não sem razão, julgavam seria para pior) opunham-se igualmente à justificada convicção das elites de que a modernização era indispensável. Isso tornava difícil uma frente comum contra os imperialistas, mesmo em países coloniais onde todos os membros do povo súdito suportavam o fardo comum do desprezo dos colonizadores pela raça inferior.

A grande tarefa dos movimentos nacionalistas de classe média nesses países era como conquistar o apoio das massas essencialmente tradicionalistas e antimodernas sem pôr em perigo seu próprio projeto modernizante. O dinâmico Bal Ganghadar Tilak (1856-1920), nos primeiros dias do nacionalismo indiano, tinha razão em supor que a melhor maneira de conquistar apoio de massa, mesmo entre as baixas classes médias — e não só em sua parte nativa da Índia — era defendendo a santidade das vacas e o casamento de meninas de dez anos, e afirmando a superioridade espiritual da antiga civilização hindu ou "ariana" e sua religião sobre a civilização "ocidental" moderna e seus admiradores nativos. A primeira fase importante de militância nacionalista indiana, de 1905 a 1910, foi feita em grande parte nesses termos "nativistas", especialmente entre os jovens terroristas de Bengala. Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) iria acabar conseguindo mobilizar as aldeias e bazares da Índia, às dezenas de milhões, em grande parte com o mesmo apelo ao nacio-

nalismo da espiritualidade hindu, embora tendo o cuidado de não romper a frente comum com os modernizadores (dos quais, num sentido real, ele fazia parte — ver *A era dos impérios*, capítulo 13) e de evitar o antagonismo à Índia maometana, sempre implícito na visão militantemente hindu do nacionalismo. Ele inventou o político como santo, a revolução pelo ato coletivo de passividade ("não-cooperação não violenta"), e até a modernização social, como a rejeição do sistema de castas, através do potencial reformador contido nas abrangentes ambigüidades em eterna mutação do hinduísmo em evolução. Teve um êxito muito acima do esperado (ou temido) por todos. E no entanto, como ele próprio reconheceu no fim da vida, antes de ser assassinado por um militante da tradição tilakiana de exclusivismo hindu, fracassara em seu esforço fundamental. A longo prazo, foi impossível conciliar o que movia as massas com o que precisava ser feito. No fim, a Índia livre seria governada por aqueles que "não se voltavam para uma ressurreição da Índia dos tempos antigos", que "não tinham qualquer simpatia ou compreensão deles [...] voltavam-se para o Ocidente e se sentiam muitíssimo atraídos pelo progresso ocidental" (Nehru, 1936, pp. 23-4). Contudo, na época em que este livro está sendo escrito, a tradição de antimodernismo Tilak, agora representada pelo militante Partido BJP, continuava sendo o grande foco de oposição popular e — então como agora — a maior força divisiva na Índia, não só entre as massas, mas também entre os intelectuais. A breve tentativa de Mahatma Gandhi de um hinduísmo ao mesmo tempo popular e progressista desapareceu de vista.

Um esquema semelhante surgiu no mundo muçulmano, embora ali (a não ser após revoluções vitoriosas) todos os modernizadores sempre tivessem de prestar seus respeitos à religiosidade popular universal, quaisquer que fossem suas crenças privadas. Contudo, ao contrário da Índia, as tentativas de passar uma mensagem reformadora ou modernizadora no islã não se destinavam a mobilizar as massas, e não o fizeram. Os discípulos de Jamal al-Din al Afghani (1839-97) no Irã, Egito e Turquia; de seu seguidor Mohammed Abduh (1849-1905) no Egito; do argelino Abdul Hamid ben Badis (1889-1940) não se encontravam nas aldeias, mas nas escolas e faculdades, onde uma mensagem de resistência às potências européias teria de qualquer modo encontrado audiências simpáticas.* Apesar disso, os verdadeiros revolucionários do mundo islâmico, e os que chegaram ao poder lá, eram como vimos (capítulo 5) modernizadores seculares não islâmicos: homens como Kemal Atatürk, que substituiu o fez turco (ele próprio uma inovação do século XIX) pelo chapéu-coco, a escrita árabe característica do islã por letras romanas, e de fato rompeu as ligações entre o islamismo, o Estado e a lei. Apesar disso, como a história recente mais uma vez confirma, é mais fácil obter a mobilização das massas

(*) No Norte da África francês, a religiosidade rural era dominada por vários homens santos sufitas ("Marabouts"), alvos escolhidos da denúncia dos reformadores.

com base na religiosidade antimoderna ("fundamentalismo islâmico"). Em suma, um profundo conflito separava os modernizadores, que eram também os nacionalistas (um conceito inteiramente não tradicional), e a gente comum do Terceiro Mundo.

Os movimentos antiimperialistas e anticoloniais de antes de 1914 eram, portanto, menos destacados do que se poderia pensar, em vista da quase total liquidação dos impérios coloniais ocidentais e japonês no decorrer do meio século que se seguiu à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Mesmo na América Latina, a hostilidade à dependência econômica em geral e aos EUA em particular, o único Estado imperialista que insistiu numa presença militar na região, não era então um ponto tão importante na política local. O único império que enfrentava sérios problemas em algumas áreas — isto é, problemas que não podiam ser tratados com operações de polícia — era o britânico. Em 1914, já havia concedido autonomia interna às colônias de assentamento branco massivo, conhecidas desde 1907 como "domínios" (Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul), e estava comprometido com a autonomia ("Governo Interno") para a sempre problemática Irlanda. Na Índia e no Egito, já ficara claro que os interesses imperiais e as exigências locais de autonomia, e mesmo de independência, poderiam exigir soluções políticas. Depois de 1905, podia-se mesmo falar num certo elemento de apoio de massa para o movimento nacionalista na Índia e no Egito.

Contudo, a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro conjunto de acontecimentos que abalou seriamente a estrutura do colonialismo mundial, além de destruir dois impérios (o alemão e o otomano, cujas antigas possessões foram divididas entre os britânicos e os franceses), e derrubar temporariamente um terceiro, a Rússia (que recuperou suas dependências asiáticas dentro de poucos anos). As tensões da guerra nas regiões dependentes, cujos recursos a Grã-Bretanha precisou mobilizar, geraram agitação. O impacto da Revolução de Outubro e o colapso geral de velhos regimes, seguidos pela independência irlandesa *de facto* para os 26 condados do Sul (1921), fizeram pela primeira vez os impérios parecerem mortais. No fim da guerra, um partido egípcio, o *Wafd* ("delegação") de Said Zaghlul, inspirado pela retórica do presidente Wilson, pediu pela primeira vez independência completa. Três anos de luta (1919-22) obrigaram os britânicos a transformar seu protetorado num Egito semi-independente sob controle britânico, uma fórmula que a Grã-Bretanha também achou conveniente para a administração de todas as áreas asiáticas (com exceção de uma) que tomara do império turco: o Iraque e a Transjordânia. (A exceção foi a Palestina, que eles administraram diretamente, tentando em vão conciliar as promessas feitas durante a guerra aos judeus sionistas, em troca de apoio contra a Alemanha, e aos árabes, em troca de apoio contra os turcos.)

Foi menos fácil para a Grã-Bretanha encontrar uma fórmula fácil para manter o controle sobre a maior de suas colônias, a Índia, onde o *slogan* do "autogoverno" (*swaraj*), adotado pelo Partido do Congresso pela primeira vez

em 1906, agora se aproximava cada vez mais da independência completa. Os anos revolucionários de 1918-22 transformaram a política nacionalista de massa no subcontinente, em parte por voltar as massas muçulmanas contra os britânicos, em parte pela sangrenta histeria de um general britânico, no turbulento ano de 1919, que massacrou uma multidão desarmada numa área sem saída. matando várias centenas (o "Massacre de Amristar"), mas sobretudo pela combinação de uma onda de greves operárias com a desobediência civil em massa convocada por Gandhi e um Congresso radicalizado. Naquele momento, um estado de espírito quase milenar tomou o movimento de libertação: Gandhi anunciou que o *swaraj* seria conquistado até o fim de 1921. O governo "não procura minimizar de modo algum o fato de que a situação causa grande ansiedade", uma vez que as cidades estavam paralisadas pela não-cooperação, o campo, em grandes áreas do norte da Índia, Bengala, Orissa e Assam, se achava em polvorosa e "uma grande parte da população maometana em todo o país está amargurada e mal-humorada" (Cmd 1586, 1922, p. 13). Dali em diante, a Índia tornou-se intermitentemente ingovernável. É provável que só a hesitação da maioria dos líderes do Congresso, incluindo Gandhi, em mergulhar o país nas trevas selvagens de uma insurreição incontrolável das massas, sua própria falta de confiança, e a convicção da maioria dos líderes nacionalistas, abalada mas não totalmente destruída, de que os britânicos estavam genuinamente empenhados na reforma indiana, tenham salvo o domínio britânico. Depois que Gandhi suspendeu a campanha de desobediência civil no início de 1922, alegando que ela levara ao massacre de policiais numa aldeia, pode-se afirmar que o domínio da Grã-Bretanha na Índia dependia da moderação dele — muito mais do que da polícia e do exército.

A convicção não era injustificada. Embora houvesse um poderoso bloco de empedernido imperialismo na Grã-Bretanha, do qual Winston Churchill se fez porta-voz, a opinião efetiva da classe dominante britânica após 1919 era de que em última análise seria inevitável alguma forma de autogoverno indiano semelhante ao "*status* de domínio", e o futuro da Grã-Bretanha na Índia dependia de um acordo com a elite indiana, incluindo os nacionalistas. O fim do domínio unilateral britânico na Índia a partir daí era apenas uma questão de tempo. Como a Índia era o núcleo de todo o império britânico, o futuro desse império como um todo, portanto, agora parecia incerto, a não ser na África e nas ilhas dispersas do Caribe e do Pacífico, onde o paternalismo ainda reinava inconteste. Nunca uma área tão grande do globo estivera sob controle britânico, formal ou informal, quanto entre as duas guerras, mas jamais os governantes da Grã-Bretanha haviam sentido tão pouca confiança na manutenção de sua velha supremacia imperial. Esse foi um dos grandes motivos pelos quais, quando a posição se tornou insustentável após a Segunda Guerra Mundial, os britânicos, em geral, não resistiram à descolonização. É também talvez o motivo pelo qual outros impérios, notadamente o francês — mas também o holan-

dês —, lutaram de armas na mão para manter suas posições coloniais após 1945. Seus impérios não haviam sido abalados pela Primeira Guerra Mundial. A única grande dor de cabeça dos franceses era que ainda não haviam concluído a conquista do Marrocos, mas as tribos berberes guerreiras das montanhas Atlas eram um problema mais militar que político, e na verdade ainda maior para a colônia marroquina da Espanha, onde um intelectual montanhês local, Abd-el-Krim, proclamou a República Rif em 1923. Entusiasticamente apoiado pelos comunistas franceses e outros da esquerda, Abd-el-Krim foi derrotado em 1926 com ajuda francesa, após o que os berberes montanheses retornaram a seus afazeres habituais, combatendo nos exércitos coloniais francês e espanhol no exterior, e resistindo a qualquer tipo de governo central em sua terra. Um movimento anticolonial modernizante nas colônias islâmicas francesas e na Indochina francesa só veio a surgir bem depois da Primeira Guerra Mundial, a não ser por uma modesta antecipação na Tunísia.

IV

Os anos de revolução abalaram principalmente o império britânico, mas a Grande Depressão atingiu todo o mundo dependente. Para praticamente todos esses países, a era de imperialismo fora de quase contínuo crescimento, não interrompido nem pela guerra mundial, da qual a maior parte permaneceu distante. Claro, muitos de seus habitantes ainda não participavam muito da economia mundial em expansão, ou não sentiam que sua participação se desse de qualquer modo novo, pois que importava para homens e mulheres pobres, que haviam cavado e carregado fardos desde o início dos tempos, em que exato contexto global faziam isso? Mesmo assim, a economia imperialista levou substanciais transformações à vida da gente simples, sobretudo nas regiões de produção primária voltada para a exportação. Às vezes essas mudanças já se haviam expressado no tipo de política que os governantes nativos ou estrangeiros reconheciam. Assim, enquanto as *haciendas* peruanas eram transformadas, entre 1900 e 1930, em usinas de açúcar costeiras e fazendas comerciais de ovelhas nas montanhas, e o pinga-pinga de migração índia para o litoral e a cidade se tornava um rio, novas idéias vazavam para os tradicionais interiores. No início da década de 1930, Huasicancha, uma comunidade "especialmente remota" a uns 3 mil metros de altura nas inacessíveis encostas dos Andes, já debatia qual dos dois partidos radicais nacionais representaria melhor seus interesses (Smith, 1989, esp. p. 175). Contudo, com muito mais freqüência ninguém, com exceção dos locais, sabia ainda, nem se importava, o quanto eles mudavam.

Que significava, por exemplo, para economias que mal tinham usado dinheiro, ou só o tinham usado para poucos fins, entrar numa economia onde

ele era um meio universal de troca, como acontecia nos mares do Indo-Pacífico? O sentido de bens, serviços e transações entre povos foi transformado, e por conseqüência, também os valores morais da sociedade, assim como sua forma de distribuição social. Entre os matrilineares camponeses plantadores de algodão de Negri Sembilan (Malásia), as terras ancestrais, cultivadas sobretudo pelas mulheres, só podiam ser herdadas por elas ou através delas, mas os novos campos abertos na selva pelos homens, e nos quais se plantavam safras suplementares, como frutas e legumes, podiam ser transmitidos diretamente para homens. Com o surgimento, porém, da borracha, uma safra mais lucrativa que o arroz, mudou o equilíbrio entre os sexos, à medida que ganhava importância a herança de homem para homem. E isso, por sua vez, fortaleceu os líderes de mentalidade patriarcal do islamismo, que de qualquer modo tentavam sobrepor a ortodoxia à lei consuetudinária local, para não falar do governante local e sua família, outra ilha de descendência patrilinear no lago matrilinear local (Firth, 1954). O mundo dependente estava repleto de tais mudanças e transformações em comunidades de pessoas cujo contato direto com o vasto mundo era mínimo — talvez, neste caso, só através de um comerciante chinês, ele próprio na maioria dos casos de origem camponesa ou um artesão emigrante de Fukien, cuja cultura o acostumara ao esforço consistente, porém acima de tudo à sofisticação em questões de dinheiro, mas fora isso igualmente distante do mundo de Henry Ford e da General Motors (Friedman, 1959).

E no entanto, a economia mundial como tal parecia remota, porque seu impacto imediato, reconhecível, não era cataclísmico, a não ser talvez nos crescentes enclaves industriais de mão-de-obra barata em regiões como a Índia e a China, onde o conflito trabalhista, e mesmo a organização dos trabalhadores nos moldes do Ocidente, se espalharam a partir de 1917, e nas gigantescas cidades portuárias e industriais através das quais o mundo dependente se comunicava com a economia mundial que determinava seus destinos: Bombaim, Xangai (cuja população cresceu de 200 mil no século XIX para 3,5 milhões na década de 1930), Buenos Aires, ou, em menor escala, Casablanca, cuja população alcançou 250 mil menos de trinta anos depois de inaugurada como um porto moderno (Bairoch, 1985, pp. 517 e 525).

A Grande Depressão mudou tudo isso. Pela primeira vez, os interesses de economias dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque, inclusive porque os preços dos produtos primários, dos quais dependia o Terceiro Mundo, caíram muito mais dramaticamente que os dos bens manufaturados que eles compravam do Ocidente (capítulo 3). Pela primeira vez, colonialismo e dependência se tornaram inaceitáveis mesmo para os que até então se beneficiavam com eles. "Os estudantes se amotinaram no Cairo, Rangun e Jacarta (Batávia), não porque sentissem que algum milênio político estava ao alcance, mas porque a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham

tornado o colonialismo tão aceitável para a geração de seus pais" (Holland, 1985, p. 12). Mais que isso: pela primeira vez (exceto durante as guerras) a vida da gente simples era abalada por terremotos que não eram de origem natural, e que exigiam mais protestos do que preces. Passou a existir uma base de massa para a mobilização política, sobretudo onde os camponeses tinham se envolvido maciçamente na economia de dinheiro-safra do mercado mundial, como na costa ocidental africana e no Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo, a Depressão desestabilizou a política nacional e internacional do mundo dependente.

Os anos 1930 foram portanto uma década crucial para o Terceiro Mundo, não tanto porque a Depressão levou à radicalização, mas antes porque estabeleceu contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países. Isso se deu mesmo em países como a Índia, onde o movimento nacionalista já tinha mobilizado apoio de massa. Uma segunda onda de não-cooperação em massa no início da década de 1930, uma nova Constituição negociada pelos britânicos, e as primeiras eleições em âmbito nacional em 1937 demonstraram o apoio nacional ao Congresso, cujos membros no interior do território do Ganges subiram de cerca de 60 mil em 1935 para 1,5 milhão no fim da década (Tomlinson, 1976, p. 86). Isso tornou-se mais óbvio em países até então menos mobilizados. Começavam a surgir, claramente ou não, as tendências gerais da política de massa do futuro: populismo latino-americano baseado em líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos; mobilizações políticas por líderes sindicais que teriam futuro como líderes partidários, como no Caribe britânico; um movimento revolucionário com forte base entre trabalhadores migrantes para a França e de lá retornados, como na Argélia; uma resistência nacional de base comunista com fortes laços agrários, como no Vietnã. No mínimo, como na Malásia, os anos de Depressão quebraram os laços entre as autoridades coloniais e as massas camponesas, deixando espaço para o surgimento de futuros políticos.

No fim da década de 1930, a crise do colonialismo já se espalhara para outros impérios, embora dois deles, o italiano (que acabava de conquistar a Etiópia) e o japonês (que tentava conquistar a China), ainda se achassem em expansão, se bem que não por muito tempo. Na Índia, a nova Constituição de 1935, uma infeliz negociação com as forças crescentes do nacionalismo indiano, revelou-se uma grande concessão a ele, através do triunfo eleitoral quase nacional do Congresso. Na África do Norte Francesa, sérios movimentos políticos surgiam pela primeira vez na Tunísia, Argélia — havia até algumas perturbações no Marrocos —, enquanto a agitação de massa sob liderança comunista, ortodoxa ou dissidente, se tornava substancial pela primeira vez na Indochina francesa. Os holandeses conseguiam manter controle na Indonésia, uma região que "sente os movimentos no Oriente como não o fazem muitos outros países" (Van Asbeck, 1939), não porque ela estivesse calma, mas sobretudo porque as forças de oposição — islâmicas, comunistas e nacionalistas

seculares — se achavam divididas entre si e umas contra as outras. Mesmo no que os ministros coloniais encaravam como o tranqüilo Caribe, uma série de greves nos campos de petróleo de Trinidad e nas fazendas e cidades da Jamaica, entre 1935 e 1938, transformou-se em motins e choques por toda a ilha, revelando uma até então não percebida insatisfação de massa.

Só a África Central e Setentrional ainda continuava calma, embora mesmo ali os anos da Depressão provocassem as primeiras greves trabalhistas em massa após 1935, começando no cinturão do cobre centro-africano, e Londres passasse a exortar os governos coloniais a criar ministérios de Trabalho, tomar medidas para melhorar as condições dos trabalhadores e estabilizar as forças do trabalho, reconhecendo o sistema corrente de migração de homens do campo para as minas como social e politicamente desestabilizador. A onda de greves de 1935-40 varreu toda a África, mas ainda não era política no sentido anticolonial, a menos que consideremos política a disseminação de igrejas e profetas voltados para os negros, e de opositores de governos mundanos como o movimento milenar Watchtower (com origem nos EUA) no cinturão do cobre. Pela primeira vez, os governos coloniais começavam a refletir sobre o efeito desestabilizador da mudança econômica na sociedade rural africana — que na verdade passava por uma notável era de prosperidade — e a encorajar a pesquisa do tema por antropólogos sociais.

Contudo, o perigo político parecia remoto. No campo, essa foi a era de ouro do administrador branco, com ou sem o "chefe" obediente, às vezes criado para esse fim onde a administração colonial era "indireta". Nas cidades, uma classe insatisfeita de africanos urbanos educados já era suficientemente grande em meados da década de 1930 para manter uma florescente imprensa política, como o *African Morning Post* na Costa do Ouro (Gana), o *West African Pilot* na Nigéria e o *Éclaireur de la Côte d'Ivoire* na Costa do Marfim ("liderou uma campanha contra os chefes e a polícia; exigiu medidas de reconstrução social; defendeu a causa dos desempregados e dos agricultores africanos atingidos pela crise econômica") (Hodgkin, 1961, p. 32). Os líderes do nacionalismo político local já surgiam, influenciados pelas idéias do movimento negro nos EUA, da França da era da Frente Popular, pelas idéias que circulavam na União dos Estudantes da África Ocidental, e até do movimento comunista.* Alguns dos futuros presidentes das futuras repúblicas africanas já estavam em cena — Jomo Kenyatta (1889-1978) do Quênia; dr. Namdi Azikiwe, que mais tarde seria o presidente da Nigéria. Nada disso causava ainda noites de insônia nos ministérios coloniais europeus.

Embora provável, parecia na verdade iminente em 1939 o fim universal dos impérios coloniais? Não, se pode servir de guia a lembrança que tem este

(*) Contudo, nem uma única figura africana destacada se tornou ou continuou sendo comunista.

escritor de uma "escola" para comunistas britânicos e "coloniais" naquele ano. E mais ninguém que os apaixonados jovens militantes marxistas teria grandes expectativas naquela época. O que transformou a situação foi a Segunda Guerra Mundial. Embora tivesse sido mais que isso, foi também uma guerra interimperialista, e até 1943 os grandes impérios coloniais estavam do lado perdedor. A França desabou ignominiosamente, e muitos de seus dependentes sobreviveram por permissão das potências do Eixo. Os japoneses tomaram conta do havia de colônias britânicas, holandesas e outras no Sudeste Asiático e no Pacífico ocidental. Mesmo no Norte da África os alemães ocuparam o que quiseram até quase a cidade de Alexandria. A certa altura, os britânicos pensaram seriamente em retirar-se do Egito. Só a África ao Sul dos desertos permaneceu sob firme controle ocidental, e, de fato, lá os britânicos conseguiram liquidar o império italiano, no Chifre da África, com pouca dificuldade.

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições. O teste do domínio britânico na Índia não foi a grande rebelião organizada pelo Congresso em 1942 sob o *slogan* "Deixe a Índia", pois foi sufocada sem séria dificuldade. Foi que, pela primeira vez, um número que pode ter chegado a 55 mil soldados indianos passou para o inimigo, para formar um "Exército Nacional Indiano" sob um líder esquerdista do Congresso, Subhas Chandra Bose, que decidira buscar apoio japonês para a independência indiana (Bhargava & Singh Gill, 1988, p. 10; Sareen, 1988, pp. 20-1). Uma "Assembléia das Maiores Nações Asiáticas Orientais" chegou a ser organizada em Tóquio em 1943, com a presença dos "presidentes" e "primeiros-ministros" da China, controlada pelo Japão, Índia, Tailândia, Birmânia e Manchúria (mas não Indonésia, à qual se ofereceu uma "independência" japonesa quando a guerra já estava perdida). Os nacionalistas coloniais eram realistas demais para ser pró-japoneses, embora agradecessem o apoio do Japão, sobretudo quando era substancial, como na Indonésia. Quando os japoneses estavam para perder, as colônias voltaram-se contra eles, mas nunca esqueceram como os velhos impérios ocidentais se haviam mostrado fracos. Tampouco ignoraram o fato de que as duas potências que haviam de fato derrotado o Eixo, os EUA de Roosevelt e a URSS de Stalin, eram ambas, por motivos diferentes, hostis ao velho colonialismo, embora o anticomunismo americano logo tornasse Washington o defensor do conservadorismo no Terceiro Mundo.

V

Não surpreendentemente, os velhos sistemas coloniais ruíram primeiro na Ásia. A Síria e o Líbano (antes franceses) se tornaram independentes em

1945; a Índia e o Paquistão em 1947; Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e as Índias Orientais holandesas (Indonésia) em 1948. Em 1946, os EUA concederam *status* formal de independência às Filipinas, que haviam ocupado desde 1898. O império japonês, claro, desaparecera em 1945. O Norte da África islâmico já estava abalado, mas ainda se segurava. A maior parte da África Central e Setentrional, e as ilhas do Caribe e Pacífico permaneciam relativamente calmas. Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial.

A resistência no resto do Sudeste Asiático foi desigual. Os holandeses (que se revelaram um pouco melhores que os britânicos, descolonizando seu império índico sem dividi-lo) eram fracos demais para manter um poder militar adequado no imenso arquipélago indonésio, cujas ilhas, em sua maioria, estariam dispostas a mantê-los como contrapeso para a predominância dos 55 milhões de javaneses. Eles desistiram quando descobriram que os EUA não consideravam a Indonésia uma frente essencial contra o comunismo mundial, ao contrário do Vietnã. Na verdade, longe de estar sob liderança comunista, os novos nacionalistas indonésios tinham acabado de sufocar uma insurreição do Partido Comunista local em 1948, um fato que convenceu os EUA de que o poder militar holandês seria mais bem empregado contra a suposta ameaça soviética na Europa do que na manutenção de seu império. Assim os holandeses mantiveram apenas uma base colonial na metade ocidental da grande ilha melanésia de Nova Guiné, até que ela também foi incorporada à Indonésia, na década de 1960. Na Malásia, os britânicos se viram colhidos entre os sultões tradicionais, que tinham lucrado com o império, e dois grupos de habitantes diferentes e mutuamente desconfiados, os malaios e os chineses, ambos radicalizados de modos diferentes; os chineses pelo Partido Comunista, que conquistara muita influência como o único grupo de resistência contra os japoneses. Irrompida a Guerra Fria, não havia como permitir comunistas no poder ou ocupando cargos na ex-colônia, muito menos chineses, mas após 1948 os britânicos precisaram de doze anos, 50 mil soldados, 60 mil policiais e uma guarda nacional de 200 mil membros para derrotar uma insurreição e a guerra de guerrilha sobretudo chinesas. Pode-se perguntar se os britânicos teriam arcado

com os custos dessa operação com tanta disposição, se o estanho e a borracha da Malásia não fossem tão confiáveis faturadores de dólares, assegurando com isso a estabilidade da libra. Contudo, a descolonização da Malásia teria sido de qualquer forma complexa, e só foi obtida de modo satisfatório para os conservadores malaios e milionários chineses em 1957. Em 1965, a ilha chinesa de Cingapura passou a constituir uma cidade-Estado independente e muito rica.

Ao contrário dos franceses e holandeses, a Grã-Bretanha aprendera com a longa experiência na Índia que, a partir do surgimento de movimentos nacionalistas sérios, a única maneira de manter as vantagens do império era abrir mão do poder formal. Os britânicos retiraram-se do subcontinente indiano em 1947, antes que se tornasse patente sua incapacidade para controlá-lo, e sem a menor resistência. O Ceilão (rebatizado de Sri Lanka em 1972) e a Birmânia também se tornaram independentes, o primeiro com bem-vinda surpresa, a última com alguma hesitação, pois os nacionalistas birmaneses, embora liderados por uma Liga da Liberdade do Povo antifascista, também haviam cooperado com os japoneses. Na verdade, eles eram tão hostis à Grã-Bretanha que a Birmânia foi a única entre todas as possessões britânicas a se recusarem de imediato a entrar na Comunidade Econômica Britânica, associação sem compromisso pela qual Londres tentava manter pelo menos a lembrança do império britânico. Nisso se anteciparam até mesmo à Irlanda, que se declarou república fora da Comunidade Econômica no mesmo ano. Mesmo assim, e embora creditada ao governo trabalhista britânico que assumiu o poder no fim da Segunda Guerra Mundial, a rápida e pacífica retirada da Grã-Bretanha do maior bloco da humanidade já submetido e administrado por um conquistador estrangeiro estava longe de ser um sucesso completo. Foi conseguida à custa da sangrenta divisão da Índia num Paquistão muçulmano e numa Índia não religiosa mas esmagadoramente hindu, no curso da qual talvez várias centenas de milhares de pessoas foram massacradas por adversários religiosos e outros milhões de habitantes expulsos de suas terras ancestrais para o que era agora um país estrangeiro. Isso não fazia parte do plano dos nacionalistas indianos, dos movimentos muçulmanos nem dos governantes imperiais.

Como a idéia de um Paquistão separado, cujo próprio conceito e nome só foram inventados por alguns estudantes em 1932-3, se tornou realidade em 1947 é uma questão que continua a perseguir estudiosos e sonhadores dos "se ao menos" da história. Uma vez que a sabedoria da visão retrospectiva nos mostra que a divisão da Índia segundo credos religiosos estabeleceu um precedente sinistro para o futuro do mundo, isso necessita uma explicação. Em certo sentido, não foi culpa de ninguém, ou foi de todos. Nas eleições sob a Constituição de 1935, o Partido do Congresso triunfara até na maioria das áreas muçulmanas, e o partido nacional que dizia representar a comunidade minoritária, a Liga Muçulmana, se saíra mal. A ascensão do Partido do Congresso, secular e não sectário, naturalmente deixou apreensivos muitos muçul-

manos, a maioria deles (assim como dos hindus) ainda não eleitores, pois a maior parte dos líderes do Congresso num país predominantemente hindu provavelmente seria hindu. Em vez de reconhecer esses temores e dar aos muçulmanos uma representação especial, as eleições pareceram fortalecer as pretensões do Congresso de ser o *único* partido nacional, representando hindus e muçulmanos. Foi isso que fez a Liga Muçulmana, sob seu formidável líder Muhammad Ali Jinnah, romper com o Congresso e tomar o que se tornou a estrada para o separatismo potencial. Contudo, só em 1940 Jinnah abandonou sua oposição a um Estado muçulmano separado.

Foi a guerra que dividiu a Índia em duas. Em certo sentido, foi o último grande triunfo do domínio britânico — e ao mesmo tempo seu último suspiro de exaustão. Pela última vez o domínio britânico mobilizou os homens e a economia da Índia para uma guerra britânica, numa escala ainda maior que em 1914-8, desta vez enfrentando a oposição das massas agora representadas por um partido de libertação nacional, e — ao contrário da Primeira Guerra Mundial — a iminente invasão pelo Japão. Foi um feito espantoso, mas a custos elevados. A oposição do Congresso à guerra levou seus líderes a se afastar da política e, depois de 1942, à cadeia. As tensões da economia de guerra alienaram importantes grupos políticos muçulmanos que defendiam o domínio britânico, principalmente no Punjab, portanto empurrando-os para a Liga Muçulmana, que agora se tornava uma força de massa no momento mesmo em que o governo em Délhi, temendo a capacidade do Congresso de sabotar o esforço de guerra, deliberada e sistematicamente explorava a rivalidade hindu-muçulmana para imobilizar o movimento nacional. Dessa vez se pode realmente dizer que a Grã-Bretanha "dividiu para governar". Em seu último e desesperado esforço para vencer a guerra, o domínio britânico destruiu não apenas a si mesmo, mas a sua própria justificativa moral, que era a consecução de um único subcontinente indiano onde as diversas comunidades pudessem coexistir em relativa paz sob uma administração e lei únicas, porque imparciais. Quando a guerra acabou, o motor da política comunal não mais podia ser posto em marcha à ré.

Em 1950, a descolonização asiática estava completa, a não ser pela Indochina. Enquanto isso, a região do islã ocidental, da Pérsia (Irã) ao Marrocos, era transformada por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições, começando com a nacionalização das empresas de petróleo ocidentais no Irã (1951) e a guinada daquele país para o populismo, sob o comando do dr. Muhammad Mussadiq (1880-1967), apoiado pelo então poderoso Partido Tudeh (Comunista). (Previsivelmente, os partidos comunistas adquiriram alguma influência no Oriente Médio após a grande vitória soviética.) Mussadiq seria derrubado por um golpe organizado pelo serviço secreto anglo-americano em 1953. A revolução dos Oficiais Livres no Egito (1952), liderada por Gamal Abdel Nasser (1918-70), e a posterior derrubada

de regimes no Iraque (1958) e Síria não puderam ser tão facilmente revertidos, embora os britânicos e franceses, inidos ao novo Estado antiárabe de Israel, fizessem o possível para derrubar Nasser na crise do Suez em 1956 (ver p. 359). Contudo, os franceses resistiram tenazmente ao levante pela independência nacional na Argélia (1954-62), um dos territórios em que, a exemplo da África do Sul e — de certa maneira — Israel, a coexistência de uma população local com um grande grupo de colonos europeus tornava o problema da descolonização particularmente difícil de resolver. A guerra argelina foi assim um conflito de uma brutalidade peculiar, que ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de segurança de países que se diziam civilizados. Popularizou o infame uso posterior e generalizado da tortura com choques elétricos aplicados a línguas, bicos de seios e órgãos genitais, e levou à derrubada da Quarta República (1958) e quase à da Quinta (1961), antes que a Argélia conquistasse a independência que o general De Gaulle há muito reconhecia como inevitável. Enquanto isso, o governo francês havia negociado com discrição a autonomia e (1956) independência de dois outros protetorados norte-africanos: Tunísia (que se tornou uma república) e Marrocos (que continuou sendo uma monarquia). No mesmo ano, os britânicos discretamente abriram mão do domínio sobre o Sudão, que se tornara inviável quando eles perderam o controle do Egito.

Não está claro em que momento os velhos impérios compreenderam que a Era dos Impérios acabara definitivamente. Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS, e acabou para sempre com o chamado "Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio", a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918.

De qualquer modo, em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto. A África do Sul e a Rodésia do Sul, os Estados africanos com substanciais populações de colonos brancos (com exceção do Quênia), também se recusaram a adotar políticas que inevitavelmente produziriam regimes controlados

por africanos, e os brancos da Rodésia do Sul chegaram a declarar-se independentes (1965) da Grã-Bretanha para evitar esse destino. Contudo, Paris, Londres e Bruxelas (o Congo Belga) decidiram que a concessão de independência com a manutenção da dependência econômica e cultural era preferível a longas lutas que provavelmente acabariam em independência sob governos esquerdistas. Só no Quênia houve uma expressiva insurreição popular e guerra de guerrilha, embora em grande parte limitada a setores de um povo local, o kikuyu (o chamado movimento Mau Mau, 1952-6). Em outras partes, a política de descolonização profilática foi seguida com êxito, exceto no Congo Belga, onde logo conduziu à anarquia, guerra civil e política de potência internacional. Na África britânica, a Costa do Ouro (hoje Gana), que já tinha um partido de massa dirigido por um talentoso político e intelectual pan-africano, Kwame Nkrumah, recebeu independência em 1957. Na África francesa, a Guiné foi arremessada numa precoce e empobrecida independência em 1958, quando seu líder, Sekou Touré, recusou o convite de De Gaulle para entrar numa "Comunidade Francesa", que combinava autonomia com estrita dependência da economia francesa, tornando-se o primeiro líder negro obrigado a buscar ajuda em Moscou. Quase todas as demais colônias britânicas, francesas e belgas foram liberadas em 1960-2, e o restante pouco depois. Só Portugal e os Estados de colonos brancos independentes resistiram à tendência.

As maiores colônias britânicas no Caribe foram tranqüilamente descolonizadas na década de 1960, as ilhas menores em intervalos entre essa data e 1981, as ilhas do Índico e Pacífico em fins da década de 1960 e na de 1970. Na verdade, em 1970 nenhum território de tamanho significativo continuava sob administração direta das ex-potências colonialistas ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia — e, claro, no Vietnã em guerra. A era imperial acabara. Menos de três quartos de século antes, parecera indestrutível. Mesmo trinta anos antes, cobria a maior parte dos povos do globo. Parte irrecuperável do passado, tornara-se parte das sentimentalizadas lembranças literárias e cinematográficas dos antigos Estados imperiais, enquanto uma nova geração de escritores nativos dos países outrora coloniais começava a produzir uma literatura que partia da era da independência.

Parte dois

A ERA DE OURO

8
GUERRA FRIA

Embora a Rússia soviética pretenda espalhar sua influência de todas as formas possíveis, a revolução mundial não faz mais parte de seu programa, e nada há nas condições internas da União que possa encorajar um retorno a velhas tradições revolucionárias. Qualquer comparação entre a ameaça alemã antes da guerra e uma ameaça soviética hoje deve levar em conta [...] *diferenças fundamentais* [...] *Há portanto infinitamente menos perigo de uma súbita catástrofe com os russos do que com os alemães.*

Frank Roberts, embaixada britânica, Moscou, para o Foreign Office, Londres, 1946, in Jensen (1991, p. 56)

A economia de guerra proporciona abrigos confortáveis para dezenas de milhares de burocratas com e sem uniforme militar que vão para o escritório todo dia construir armas nucleares ou planejar uma guerra nuclear; milhões de trabalhadores cujo emprego depende do sistema de terrorismo nuclear; cientistas e engenheiros contratados para buscar aquela "inovação tecnológica" final que pode oferecer segurança total; fornecedores que não querem abrir mão de lucros fáceis; intelectuais guerreiros que vendem ameaças e bendizem guerras.

Richard Barnet (1981, p. 97)

I

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. Como veremos nos capítulos seguintes, dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 1970 (ver capítulos 9 e 14). Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada "Guerra Fria".

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar"). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês — *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

Na Europa, linhas de demarcação foram traçadas em 1943-5, tanto a partir de acordos em várias conferências de cúpula entre Roosevelt, Churchill e Stalin, quanto pelo fato de que só o Exército Vermelho podia derrotar a Alemanha. Havia indefinições, sobretudo acerca da Alemanha e da Áustria, as quais foram solucionadas pela divisão da Alemanha segundo as linhas das forças de ocupação orientais e ocidentais e a retirada de todos os ex-beligerantes da Áustria. Esta se tornou uma espécie de segunda Suíça — um pequeno país comprometido com a neutralidade, invejado por sua persistente prosperidade, e portanto descrito (corretamente) como "chato". A URSS aceitou com relutân-

cia Berlim Ocidental como um enclave dentro de seu território alemão, mas não estava preparada para lutar pela questão.

A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro co-beligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. Como veremos (capítulos 12 e 15), foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu. Ao contrário do que ocorrera na Europa, nem mesmo os limites da área sob futuro controle comunista podiam ser previstos, quanto mais acertados de antemão por negociações, ainda que provisórias e ambíguas. Assim, a URSS não queria muito a tomada do poder pelos comunistas na China,* mas ela se deu assim mesmo.

Contudo, mesmo no que depois veio a ser chamado de "Terceiro Mundo", em poucos anos as condições para a estabilidade internacional começaram a surgir, quando ficou claro que a maioria dos novos Estados pós-coloniais, por menos que gostasse dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era anticomunista em sua política interna e "não alinhada" (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais. Em suma, o "campo comunista" não deu sinais de expansão significativa entre a Revolução Chinesa e a década de 1970, quando a China estava fora dele (ver capítulo 16).

De fato, a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica. Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela. Assim, durante a Guerra da

(*) Houve uma notável falta de referência — em qualquer contexto — à China no relatório de Zhdanov sobre a situação mundial que abriu a conferência de fundação do Departamento de Informação Comunista (Cominform) em setembro de 1947, embora a Indonésia e o Vietnã fossem classificados como "entrando no campo antiimperialista", e a Índia, Egito e Síria como "simpatizantes" dele (Spriano, 1983, p. 286). Já em abril de 1949, quando Chang Kai-chek abandonou sua capital Nanquim, o embaixador soviético juntou-se a ele — o *único* do corpo diplomático — em sua retirada para Cantão. Seis meses depois, Mao proclamava a República Popular (Walker, 1993, p. 63).

Coréia de 1950-3, em que os americanos se envolveram oficialmente, mas os russos não, Washington sabia que pelo menos 150 aviões chineses eram na verdade aviões soviéticos com pilotos soviéticos (Walker, 1993, pp. 75-7). A informação foi mantida em segredo, porque se supunha, corretamente, que a última coisa que Moscou queria era guerra. Durante a crise dos mísseis cubanos de 1962, como agora sabemos (Ball, 1992; Ball, 1993), a principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra.

Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve. A URSS sabia (ou melhor, percebera), já em 1953, quando não houve reação aos tanques soviéticos que restabeleceram o controle diante de uma séria revolta operária na Alemanha Oriental, que os apelos americanos para "fazer retroceder" o comunismo não passavam de histrionismo radiofônico. Daí em diante, como confirmou a revolução húngara de 1956, o Ocidente se manteria fora da região de domínio soviético. A Guerra Fria que de fato tentou corresponder à sua retórica de luta pela supremacia ou aniquilação não era aquela em que decisões fundamentais eram tomadas pelos governos, mas a nebulosa disputa entre seus vários serviços secretos reconhecido e não reconhecidos, que no Ocidente produziu esse tão característicos subproduto da tensão internacional, a ficção de espionagem e assassinato clandestino. Nesse gênero, os britânicos, com o James Bond de Ian Fleming e os heróis agridoces de John le Carré — ambos tinham trabalhado nos serviços secretos britânicos —, mantiveram uma firme superioridade, compensando assim o declínio de seu país no mundo do poder real. Contudo, a não ser em alguns dos países mais fracos do Terceiro Mundo, as operações da KGB, CIA e órgãos semelhantes eram triviais em termos de verdadeira política de poder, embora muitas vezes dramáticas.

Terá havido, nessas circunstâncias, verdadeiro perigo de guerra mundial em algum momento desse longo período de tensão — a não ser, claro, pelo tipo de acidente que inevitavelmente ameaça os que patinam muito tempo sobre gelo fino? Difícil dizer. Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina Truman, em março de 1947 ("Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora"), e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coréia, que levou sua ambição militar longe demais. Esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico — afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China. Por outro lado, os EUA com quem a URSS se defrontava tinham o monopólio das armas nucleares e multiplicavam declarações de anticomunismo militantes e agressivas, enquanto surgiam as primei-

ras fendas na solidez do bloco soviético com a saída da Iugoslávia de Tito (1948). Além disso, de 1949 em diante a China esteve sob um governo que não apenas mergulhou imediatamente numa grande guerra na Coréia, como — ao contrário de todos os outros governos — se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver.* Qualquer coisa poderia acontecer.

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares — quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) — as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros — os EUA na Coréia em 1951, e para salvar os franceses no Vietnã em 1954; a URSS contra a China em 1969 —, mas de todo modo as armas não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: os EUA para acelerar as negociações de paz na Coréia e no Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956. Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato *querer* apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro tampouco queria a guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. A crise dos mísseis cubanos de 1962, um exercício de força desse tipo inteiramente supérfluo, por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária, e na verdade o susto trouxe à razão por algum tempo até mesmo os mais altos formuladores de decisões.**

II

Como então vamos explicar os quarenta anos de confronto armado e mobilizado, baseado na sempre implausível suposição — neste caso claramente

(*) Informa-se que Mao declarou ao líder italiano Palmiro Togliatti: "Quem lhe disse que a Itália deve sobreviver? Restarão 3 milhões de chineses, e isso será bastante para a raça humana continuar". "A jovial disposição de Mao de aceitar a inevitabilidade de uma guerra nuclear e sua possível utilidade como um meio de provocar a derrota final do capitalismo deixou tontos seus camaradas de outros países" em 1957 (Walker, 1993, p. 126).

(**) O líder soviético Nikita S. Kruschev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalançar os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética com a Turquia (Burlatsky, 1992). Os EUA o obrigaram a retirá-los com a ameaça de guerra, mas também retiraram os mísseis da Turquia. Os mísseis soviéticos, como o presidente Kennedy foi informado na época, não faziam diferença para o equilíbrio estratégico, embora fizessem considerável diferença nas relações públicas presidenciais (Ball, 1992, p. 18; Walker, 1988). Os mísseis americanos retirados foram descritos como "obsoletos".

infundada — de que a instabilidade do planeta era de tal ordem que uma guerra mundial podia explodir a qualquer momento, possibilidade essa afastada apenas pela incessante dissuasão mútua? Em primeiro lugar, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado. A maioria dos observadores esperava uma séria crise econômica pós-guerra, mesmo nos EUA, por analogia com o que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial. Um futuro prêmio Nobel de economia em 1943 falou da possibilidade, nos EUA, do "maior período de desemprego e deslocamento industrial que qualquer economia já enfrentou" (Samuelson, 1943, p. 51). Na verdade, os planos do governo americano para o pós-guerra se preocupavam muito mais em impedir uma nova Grande Depressão do que em evitar outra guerra, uma questão a que Washington dava apenas uma atenção esparsa e provisória antes da vitória (Kolko, 1969, pp. 244-6).

Se Washington previa "os grandes problemas do pós-guerra" que minavam "a estabilidade — social e econômica — no mundo" (Dean Acheson, citado in Kolko, 1969, p. 485), era porque no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos. Além disso, o sistema internacional pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto — a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para a revolução.

A situação do imediato pós-guerra em muitos países liberados e ocupados parecia solapar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de aliados ocidentais, e assediados dentro e fora de seus governos pelos comunistas, que emergiam da guerra em toda parte mais fortes que em qualquer época no passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais de seus países. O primeiro-ministro (socialista) da França foi a Washington advertir que, sem apoio econômico, era provável que se inclinasse para os comunistas. A péssima safra de 1946, seguida pelo inverno terrível de 1946, deixou ainda mais nervosos os políticos europeus e os assessores presidenciais americanos.

Nessas circunstâncias, não surpreende que a aliança da época da guerra entre os grandes países capitalistas e o poder socialista agora à frente de sua

própria zona de influência se tenha rompido, como muitas vezes acontece, no fim das guerras, até mesmo com coalizões menos heterogêneas. Contudo, isso com certeza não basta para explicar por que a política americana — os aliados e clientes de Washington, com a possível exceção da Grã-Bretanha, estavam consideravelmente menos superaquecidos — deveria basear-se, pelo menos em suas declarações públicas, num cenário de pesadelo da superpotência moscovita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma "conspiração comunista mundial" atéia sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade. É ainda mais inadequada para explicar a retórica de campanha de John F. Kennedy em 1960, numa época em que era inconcebível dizer que aquilo que o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan chamava "nossa moderna sociedade livre — a nova forma de capitalismo" (Horne, 1980, vol. II, p. 283) passasse por qualquer dificuldade imediata.*

Por que a perspectiva dos "profissionais do Departamento de Estado" no pós-guerra podia ser descrita como "apocalíptica" (Hughes, 1969, p. 28)? Por que até mesmo o calmo diplomata britânico que rejeitava qualquer comparação da URSS com a Alemanha nazista iria dizer então, em Moscou, que o mundo se achava "diante do perigo de um equivalente moderno das guerras religiosas do século XVI, em que o comunismo soviético lutará com a democracia social ocidental e a versão americana do capitalismo pelo domínio do mundo" (Jensen, 1991, pp. 41, 53-4; Roberts, 1991)? Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista — e menos ainda agressiva — nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5. Na verdade, nas áreas em que Moscou controlava seus regimes clientes e movimentos comunistas, estes se achavam especificamente comprometidos a *não* erguer Estados segundo o modelo da URSS, mas economias mistas sob democracias parlamentares multipartidárias, distintas da "ditadura do proletariado" e, "mais ainda", de partido único. Estes eram descritos em documentos partidários internos como "nem úteis nem necessários" (Spriano, 1983, p. 265). (Os únicos regimes comunistas que se recusaram a seguir essa linha foram aqueles cujas revoluções, ativamente desencorajadas por Stalin, escaparam ao controle de Moscou — por exemplo, a Iugoslávia.) Além do mais, embora isso não fosse muito notado, a União Soviética desmobilizou suas tropas — sua maior vantagem militar — quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para 3 milhões em fins de 1948 (*New York Times*, 24/10/1946; 24/10/1948).

(*) "O inimigo é o próprio sistema comunista — implacável, insaciável, incessante em sua corrida para a dominação mundial [...] Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus *versus* a tirania brutal e atéia" (Walker, 1993, p. 132).

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. Em sua própria periferia ocidental, continuou tendo problemas, durante anos, com as guerrilhas na Ucrânia e em outras regiões. Era governada por um ditador que demonstrara ser tão avesso a riscos fora do território que controlava diretamente quanto implacável dentro dele: Y. V. Stalin (ver capítulo 13). Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA. Sem dúvida Stalin, como comunista, acreditava que o capitalismo seria inevitavelmente substituído pelo comunismo, e nessa medida qualquer coexistência dos dois sistemas não seria permanente. Contudo, os planejadores soviéticos não viam o capitalismo em crise no fim da Segunda Guerra Mundial. Não tinham dúvida de que ele continuaria por um longo tempo sob a hegemonia dos EUA, cuja riqueza e poder, enormemente aumentados, eram simplesmente óbvios demais (Loth, 1988, pp. 36-7). Isso, na verdade, era o que a URSS suspeitava e receava.* Sua postura básica após a guerra não era agressiva, mas defensiva.

Contudo, dessa situação surgiu uma política de confronto dos dois lados. A URSS, consciente da precariedade e insegurança de sua posição, via-se diante do poder mundial dos EUA, conscientes da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro incerto de grande parte da Ásia. O confronto provavelmente teria surgido mesmo sem ideologia. George Kennan, o diplomata americano que no início de 1946 formulou a política de "contenção" que Washington adotou com entusiasmo, não acreditava que a Rússia estivesse em cruzada pelo comunismo, e — como provou em sua carreira posterior — estava longe de ser um cruzado ideológico (a não ser, possivelmente, contra a política democrata, sobre a qual tinha pífia opinião). Era apenas um especialista em Rússia da velha escola de política de potência — havia muitos desses nos ministérios das Relações Exteriores europeus — que via a Rússia, czarista ou bolchevique, como uma sociedade atrasada e bárbara, governada por homens movidos por um "tradicional e instintivo senso de insegurança russo", sempre se isolando do mundo externo, sempre dirigida por autocratas, sempre buscando "segurança" apenas na luta paciente e mortal para a destruição total de uma potência rival, jamais em acordos ou compromissos com ela; sempre, em conseqüência, respondendo apenas à "lógica da força", jamais à

(*) Eles teriam ficado ainda mais desconfiados se soubessem que os chefes do Estado-Maior conjunto elaboraram um plano para lançar bombas atômicas sobre as vinte principais cidades soviéticas dez semanas depois do fim da guerra (Walker, 1993, pp. 26-7).

razão. O comunismo, claro, em sua opinião tornava a Rússia ainda mais perigosa, reforçando a mais brutal das grandes potências com a mais implacável das ideologias utópicas, ou seja, de conquista do mundo. Mas a implicação da tese era que a única "potência rival" da Rússia, ou seja, os EUA, teria de "conter" a pressão desta por uma resistência inflexível, mesmo que ela não fosse comunista.

Por outro lado, do ponto de vista de Moscou, a única estratégia racional para defender e explorar a vasta, mas frágil, nova posição de potência internacional era exatamente a mesma: nenhum acordo. Ninguém sabia melhor que Stalin como era fraca a sua mão de jogo. Não poderia haver negociações sobre as posições oferecidas por Roosevelt e Churchill na época em que o esforço soviético era essencial para vencer Hitler, e ainda considerado fundamental para derrotar o Japão. A URSS poderia estar disposta a recuar de qualquer posição exposta além da posição fortificada que ela considerava ter sido combinada nas conferências de cúpula de 1943-5, sobretudo em Yalta — por exemplo, nas fronteiras de Irã e Turquia em 1945-6 —, mas qualquer tentativa de reabrir Yalta só podia ser respondida com uma recusa direta. Na verdade, tornou-se notório o "Não" do ministro das Relações Exteriores de Stalin, Molotov, em todas as reuniões internacionais depois de Yalta. Os americanos tinham o poder; embora só até certo ponto. Até dezembro de 1947 não havia aviões para transportar as doze bombas atômicas existentes, nem militares capazes de montá-las (Moisi, 1981, pp. 78-9). A URSS *não* o tinha. Washington só abriria mão de alguma coisa em troca de concessões, mas estas eram precisamente o que Moscou não podia se dar o luxo de bancar, mesmo em troca de ajuda econômica, extremamente necessária, a qual, de qualquer modo, os americanos não queriam dar-lhe, alegando ter "perdido" o pedido soviético de um empréstimo no pós-guerra, feito antes de Yalta.

Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. Não seria preciso muito para transformar a exausta e empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte na época que todo o resto do mundo junto. A intransigência era a tática lógica. Que pagassem para ver o blefe de Moscou.

Contudo, a política de intransigência mútua, e mesmo de permanente rivalidade de poder, não implicava perigo diário de guerra. As secretarias das Relações Exteriores do século XIX, que tinham como certo que os impulsos expansionistas da Rússia czarista deviam ser "contidos" continuamente, sabiam muito bem que os momentos de confronto aberto eram raros, e as crises de guerra mais ainda. Menos ainda intransigência mútua implica uma política de luta de vida ou morte, ou guerra religiosa. Contudo, dois elementos na situação ajudavam a fazer o confronto passar do reino da razão para o da emo-

ção. Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia. É triste, mas deve-se dizer que estes eram provavelmente mais perigosos.

Pois o governo soviético, embora também demonizasse o antagonista global, não precisava preocupar-se com ganhar votos no Congresso, ou com eleições presidenciais e parlamentares. O governo americano precisava. Para os dois propósitos, um anticomunismo apocalíptico era útil, e portanto tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica ou do tipo do secretário de Estado da marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882-1949), clinicamente louco o bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela no hospital. Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial — na verdade, de longe a maior — e que ainda viam o "isolacionismo" ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno. Se a própria América não estava segura, não havia como recusar as responsabilidades — e recompensas — da liderança mundial, como após a Primeira Guerra Mundial. Mais concretamente, a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos ("americanismo") que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo. (Tampouco devemos esquecer o voto dos imigrantes da Europa Oriental sovietizada.) Não foi o governo americano que iniciou o sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista, mas demagogos exceto isso insignificantes — alguns deles, como o notório senador Joseph McCarthy, nem mesmo particularmente anticomunistas — que descobriram o potencial político da denúncia em massa do inimigo interno.* O potencial burocrático já fora há muito descoberto por J. F. Edgard Hoover (1895-1972), o praticamente irremovível chefe do Departamento Federal de Investigações (FBI). O que um dos principais arquitetos da Guerra Fria chamou de "ataque dos primitivos" (Acheson, 1970, p. 462) facilitava e ao mesmo tempo limitava a política de Washington levando-a a extremos, sobretudo nos anos após a vitória dos comunistas na China, pela qual Moscou foi naturalmente responsabilizada.

Ao mesmo tempo, a exigência esquizóide, feita por políticos sensíveis ao voto, de uma política que ao mesmo tempo fizesse retroceder a maré de "agressão comunista", poupasse dinheiro e interferisse o mínimo possível no

(*) O único político de verdadeira solidez a surgir do submundo dos caçadores de bruxas foi Richard Nixon, o mais antipático dos presidentes americanos do pós-guerra (1968-74).

conforto dos americanos, comprometeu Washington e, com ela, o resto da aliança, não apenas com uma estratégia voltada mais para as bombas nucleares que para os homens, como também com a sinistra estratégia de "retaliação em massa" anunciada em 1954. O agressor potencial era ameaçado com armas nucleares mesmo no caso de um ataque limitado convencional. Em suma, os EUA viram-se comprometidos com uma posição agressiva, de mínima flexibilidade tática.

Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de "complexo industrial-militar", ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências. Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares. Pois na prática as superpotências mantiveram seu monopólio nuclear. Os britânicos conseguiram bombas próprias em 1952, por ironia com o objetivo de afrouxar sua dependência dos EUA; os franceses (cujo arsenal nuclear era na verdade independente dos EUA) e os chineses na década de 1960. Enquanto durou a Guerra Fria, nada disso contou. Nas décadas de 1970 e 1980, outros países conseguiram a capacidade de fazer armas nucleares, notadamente Israel, África do Sul e provavelmente a Índia, mas essa proliferação nuclear só se tornou um problema internacional sério após o fim da ordem bipolar de superpotências em 1989.

Assim, quem foi responsável pela Guerra Fria? Como o debate sobre esta questão foi durante longo tempo uma partida de tênis entre os que punham a culpa apenas na URSS e os dissidentes (sobretudo, deve-se dizer, americanos) que culparam basicamente os EUA, é tentador juntarmo-nos aos mediadores históricos que a atribuem ao medo mútuo do confronto que aumentou até os dois "campos armados começarem a mobilizar-se sob suas bandeiras opostas" (Walker, 1993, p. 55). Claro que isso é verdade, mas não toda a verdade. Explica o que foi chamado de "congelamento" dos *fronts* em 1947-9; a paulatina divisão da Alemanha, de 1947 até a construção do Muro de Berlim em 1961; o fato de os anticomunistas do lado ocidental não conseguirem evitar o completo envolvimento na aliança militar dominada pelos EUA (com exceção da França do general De Gaulle); e o fato de o lado oriental não conseguir escapar à completa subordinação a Moscou (com exceção do marechal Tito,

na Iugoslávia). Mas não explica o *tom* apocalíptico da Guerra Fria. Ela se originou na América. Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Nenhum deles teria hesitado, caso solicitados a escolher entre os EUA e a URSS, mesmo aqueles que, por história, política ou negociação, estavam comprometidos com a neutralidade. Contudo, a "conspiração comunista mundial" não era um elemento sério das políticas internas de nenhum dos governos com algum direito a chamar-se democracias políticas, pelo menos após os anos do imediato pós-guerra. Entre as nações democráticas, *só* nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo, que, em termos de política interna, era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda. Se alguém introduziu o caráter de cruzada na *Realpolitik* de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington. Na verdade, como demonstra a retórica de campanha de John F. Kennedy com a clareza da boa oratória, a questão não era a acadêmica ameaça de dominação mundial comunista, mas a manutenção de uma supremacia americana concreta.* Deve-se acrescentar, no entanto, que os governos membros da OTAN, embora longe de satisfeitos com a política dos EUA, estavam dispostos a aceitar a supremacia americana como o preço da proteção contra o poderio militar de um sistema político antipático, enquanto este continuasse existindo. Tinham tão pouca disposição a confiar na URSS quanto Washington. Em suma, "contenção" era a política de todos; destruição do comunismo, não.

III

Embora o aspecto mais óbvio da Guerra Fria fosse o confronto militar e a cada vez mais frenética corrida armamentista no Ocidente, não foi esse o seu grande impacto. As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras (mas não umas contra as outras). Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coréia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado foi um empate. Fizeram o mesmo, com o mesmo objetivo, no Vietnã, e perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988, após oito anos nos quais forneceu ajuda militar ao governo para combater guerrilhas apoiadas pelos americanos

(*) "Vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. Não os primeiros se. Não os primeiros mas. Mas primeiros e ponto. Quero que o mundo se pergunte não o que o sr. Kruschev está fazendo. Quero que eles se perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo" (Beschloss, 1991, p. 28).

e abastecidas pelo Paquistão. Em suma, o material caro e de alta tecnologia da competição das superpotências revelou-se pouco decisivo. A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-75), se mostrasse mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear.

Muito mais óbvias foram as conseqüências políticas da Guerra Fria. Quase de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois "campos" marcadamente divididos. Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa (exceto, significativamente, os três principais Estados beligerantes, URSS, EUA e Grã-Bretanha) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-8. No Ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. Os EUA planejaram intervir militarmente se os comunistas vencessem as eleições de 1948 na Itália. A URSS fez o mesmo eliminando os não-comunistas de suas "democracias populares" multipartidárias, daí em diante reclassificadas como "ditaduras do proletariado", isto é, dos "partidos comunistas". Para enfrentar os EUA criou-se uma Internacional Comunista curiosamente restrita e eurocêntrica (o Cominform, ou Departamento de Informação Comunista), que foi discretamente dissolvida em 1956, quando as temperaturas internacionais baixaram. O controle direto soviético estendeu-se a toda a Europa Oriental, exceto, muito curiosamente, a Finlândia, que estava à mercê dos soviéticos e excluiu de seu governo o forte Partido Comunista, em 1948. Permanece obscuro o motivo pelo qual Stalin se absteve de lá instalar um governo satélite. Talvez a elevada probabilidade de os finlandeses voltarem a pegar em armas (como fizeram em 1939-40 e 1941-4) o tenha dissuadido, pois ele com certeza não queria correr o risco de entrar numa guerra que podia fugir ao seu controle. Ele tentou, sem êxito, impor o controle soviético à Iugoslávia de Tito, que em resposta rompeu com Moscou em 1948, sem se juntar ao outro lado.

As políticas do bloco comunista foram daí em diante previsivelmente monolíticas, embora a fragilidade do monolito se tornasse cada vez mais óbvia depois de 1956 (ver capítulo 16). A política dos Estados europeus alinhados com os EUA era menos monocromática, uma vez que praticamente todos os partidos locais, com exceção dos comunistas, se uniam em sua antipatia aos

soviéticos. Em termos de política externa, não importava quem estava no poder. Contudo, os EUA simplificaram as coisas em dois países ex-inimigos seus, Japão e Itália, criando o que equivalia a um sistema unipartidário permanente. Em Tóquio, encorajou a fundação do Partido Liberal-Democrata (1955), e na Itália, insistiu na total exclusão do partido de oposição natural ao poder, porque acontecia ser comunista e entregou o país aos democrata-cristãos, apoiados quando a ocasião o exigia por uma série de partidos nanicos — liberais, republicanos etc. A partir do início da década de 1960, os socialistas, que formavam o único parido de oposição substancial, entraram na coalizão de governo, após desembaraçar-se de uma longa aliança com os comunistas depois de 1956. A conseqüência nesses dois países foi a de estabilizar os comunistas (no Japão, os socialistas) como o maior partido de oposição e instalar um regime de governo de corrupção institucional em escala tão sensacional que, quando finalmente revelada em 1992-3, chocou até mesmo os italianos e japoneses. Governo e oposição, assim congelados até a imobilidade, desabaram com o equilíbrio das superpotências que tinham mantido a existência deles.

Embora os EUA logo revertessem as políticas reformadoras antimonopolistas que seus assessores rooseveltianos haviam de início imposto na Alemanha e Japão ocupados, felizmente para a paz de espírito dos aliados dos americanos a guerra eliminara do panorama público aceitável o nacional-socialismo, o fascismo, o declarado nacionalismo japonês e grande parte do setor direitista e nacionalista que compunha o espectro político. Portanto, ainda era impossível mobilizar esses elementos anticomunistas, inquestionavelmente eficazes para a luta do "mundo livre" contra o "totalitarismo", como podiam ser as restantes grandes corporações alemãs e o *zaibatsu* japonês.* A base política dos governos ocidentais da Guerra Fria ia da esquerda social-democrata de antes da guerra à direita não nacionalista moderada também anterior à guerra. Aí os partidos ligados à Igreja Católica se mostraram úteis, pois as credenciais anticomunistas e conservadoras da Igreja não ficavam atrás das de ninguém, mas seus partidos "democrata-cristãos" (ver capítulo 4) tinham tanto uma sólida folha de serviços antifascistas quanto um programa social (não socialista). Esses partidos desempenharam, assim, um papel central na política ocidental após 1945, temporariamente na França, mais permanentemente na Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria (ver também pp. 277-8).

Contudo, o efeito da Guerra Fria foi mais impressionante na política internacional do continente europeu que em sua política interna. Provocou a criação da "Comunidade Européia", com todos os seus problemas; uma forma de organização sem precedentes, ou seja, um arranjo permanente (ou pelo menos duradouro) para integrar as economias, e em certa medida os sistemas

(*) Contudo, ex-fascistas foram sistematicamente usados desde o começo pelos serviços de espionagem e em outras funções longe das vistas do público.

legais, de vários *Estados-nação* independentes. Inicialmente (1957) formada por seis Estados (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), ao final do Breve Século XX, quando o sistema começou a balançar, como todos os outros produtos da Guerra Fria, nela já haviam entrado outros seis (Grã-Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca, Grécia), e em teoria ela se comprometia com uma integração política ainda mais estreita, além da econômica. Isso devia levar a uma união federada ou confederada permanente da "Europa".

A "Comunidade", como tantas outras coisas na Europa pós-1945, era ao mesmo tempo a favor e contra os EUA. Ilustra tanto o poder e a ambigüidade daquele país quanto os seus limites; mas também mostra a força dos temores que manteve unida a aliança anti-soviética. Não eram apenas temores em relação à URSS. Para a França, a Alemanha continuava sendo o perigo principal, e o temor de uma potência gigantesca revivida na Europa Central era compartilhado, em menor medida, pelos outros Estados europeus que haviam participado da guerra ou sido ocupados, todos eles agora trancados dentro da aliança da OTAN tanto com os EUA quanto com uma Alemanha economicamente revigorada e rearmada, embora felizmente dividida. Havia também, claro, temores em relação aos EUA, um aliado indispensável contra a URSS, mas um aliado suspeito, porque não confiável, sem mencionar que, previsivelmente, podia pôr os interesses da supremacia americana no mundo acima de tudo mais — incluindo os interesses dos seus aliados. Não se deve esquecer que em todos os cálculos sobre o mundo do pós-guerra, e em todas as decisões do pós-guerra, "a premissa de todos os formuladores de políticas era a preeminência econômica americana" (Maier, 1987, p. 125).

Felizmente para os aliados dos EUA, a situação da Europa Ocidental em 1946-7 parecia tão tensa que Washington sentiu que o fortalecimento da economia européia e, um pouco depois, também da japonesa, era a prioridade mais urgente, e o Plano Marshall, um projeto maciço para a recuperação européia, foi lançado, em junho de 1947. Ao contrário da ajuda anterior, que fazia claramente parte de uma agressiva diplomacia econômica, essa assumiu mais a forma de verbas que de empréstimos. Mais uma vez, e felizmente para aqueles, o plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pelos EUA, mostrou-se inteiramente irrealista, quanto mais que os desesperadores problemas de pagamento da Europa e do Japão, sedentos de cada dólar cada vez mais escasso, significavam que não haveria perspectiva imediata para liberalizar o comércio e os pagamentos. Tampouco estavam os EUA em posição de impor aos Estados europeus seu ideal de um plano europeu único, de preferência conduzindo a uma única Europa modelada com base nos EUA, tanto em sua estrutura política quanto em sua florescente economia de livre empresa. Nem os britânicos, que ainda se viam como uma potência mundial, nem os franceses, que sonha-

vam com uma França forte e uma Alemanha fraca e dividida, gostavam disso. Contudo, para os americanos uma Europa efetivamente restaurada, parte da aliança militar anti-soviética que era o complemento lógico do Plano Marshall — a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de 1949 — tinha de basear-se realisticamente na força econômica alemã, reforçada pelo rearmamento do país. O melhor que os franceses podiam fazer era entrelaçar os negócios alemães ocidentais e franceses de tal modo que o conflito entre os dois velhos adversários fosse impossível. Os franceses, portanto, propuseram sua própria versão de união européia, a "Comunidade Européia do Carvão e do Aço" (1950), que se transformou numa "Comunidade Econômica Européia, ou Mercado Comum" (1957), depois simplesmente "Comunidade Européia", e, a partir de 1993, "União Européia". O quartel-general era em Bruxelas, mas o núcleo era a unidade franco-germânica. A Comunidade Européia foi estabelecida como uma *alternativa* ao plano americano de integração européia. Mais uma vez, o fim da Guerra Fria iria solapar a fundação sobre a qual se haviam erguido a Comunidade Européia e a parceria franco-alemã; não menos pelo desequilíbrio causado pela reunificação alemã de 1990 e os imprevistos problemas econômicos que isso trouxe.

Contudo, embora os EUA fossem incapazes de impor em detalhes seus planos político-econômicos aos europeus, eram suficientemente fortes para dominar seu comportamento internacional. A política da aliança contra a URSS era dos EUA, e também seus planos militares. A Alemanha foi rearmada, os anseios de neutralismo europeu foram firmemente eliminados, e a única tentativa de potências européias de se empenhar numa política mundial independente dos EUA, ou seja, a guerra anglo-francesa de Suez contra o Egito em 1956, foi abortada por pressão americana. O máximo que um Estado aliado ou cliente podia permitir-se fazer era recusar a completa integração na aliança militar, sem na verdade deixá-la (como o general De Gaulle).

E, no entanto, à medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre a dominação esmagadoramente militar, e portanto política, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento da predominância econômica dos EUA. O peso econômico da economia mundial passava então dos EUA para as economias européia e japonesa, as quais os EUA julgavam ter salvo e reconstruído (ver capítulo 9). Os dólares, tão escassos em 1947, haviam fluído para fora dos EUA numa torrente crescente, acelerada — sobretudo na década de 1960 — pela tendência americana a financiar o déficit gerado pelos enormes custos de suas atividades militares globais, notadamente a Guerra do Vietnã (depois de 1965), e pelo mais ambicioso programa de bem-estar social da história americana. O dólar, moeda-chave da economia mundial do pós-guerra planejada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiado pelos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moeda

contábil — mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pelos ultracautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do Fort Knox, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus — sob pressão americana — de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num "*Pool* do Ouro" para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o "*Pool* do Ouro", esgotado, dissolveu-se. *De facto*, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pelos EUA ou por qualquer outra economia nacional.

Quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia econômica americana que mesmo a hegemonia militar não mais podia ser financiada com os recursos do próprio país. A Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma operação essencialmente americana, foi paga, com boa ou má vontade, pelos outros países que apoiaram Washington. Foi uma das raras guerras com as quais uma grande potência na verdade teve lucro. Felizmente para todos envolvidos, com exceção dos infelizes habitantes do Iraque, acabou em poucos dias.

IV

Em determinado momento do início da década de 1960, a Guerra Fria pareceu dar alguns passos hesitantes em direção à sanidade. Os anos perigosos de 1947 até os dramáticos fatos da Guerra da Coréia (1950-3) haviam passado sem uma explosão mundial. O mesmo acontecera com os abalos sísmicos que sacudiram o bloco soviético após a morte de Stalin (1953), sobretudo em meados da década de 1950. Assim, longe de ter de lutar contra a crise social, os países da Europa Ocidental começaram a observar que estavam na verdade vivendo uma era de inesperada e disseminada prosperidade, que será discutida com mais amplitude no próximo capítulo. No jargão tradicional dos diplomatas da velha guarda, o afrouxamento da tensão era a *détente*. A palavra tornou-se então familiar.

Ela aparecera primeiro nos últimos anos da década de 1950, quando N. S. Kruschev estabeleceu sua supremacia na URSS após alarmes e excursões pós-Stalin (1958-64). Esse admirável diamante bruto, um crente na reforma e na coexistência pacífica, que aliás esvaziou os campos de concentração de Stalin, dominou o cenário internacional por poucos anos seguintes. Foi talvez o único

camponês a governar um grande Estado. Contudo, a *détente* primeiro teve de sobreviver ao que pareceu um período extraordinariamente tenso de confrontos entre o gosto de Kruschev pelo blefe e os gestos políticos de John F. Kennedy (1960-3), o mais superestimado presidente americano do século. As duas superpotências foram assim levadas a duas operações de alto risco num momento em que — é difícil lembrar — o Ocidente capitalista sentia estar perdendo terreno para as economias comunistas, que haviam crescido mais rapidamente na década de 1950. Não acabavam elas de demonstrar uma (breve) superioridade tecnológica em relação aos EUA com o sensacional triunfo dos satélites e cosmonautas soviéticos? Além disso, não tinha o comunismo — para surpresa de todos — acabado de triunfar em Cuba, um país a apenas algumas dezenas de milhas da Flórida (ver capítulo 15)?

Por outro lado, a URSS se preocupava não só com a retórica ambígua, porém muitas vezes apenas belicosa demais, de Washington, mas com o rompimento fundamental da China, que agora acusava Moscou de amolecer diante do capitalismo, forçando assim o pacífico Kruschev a uma posição pública mais inflexível em relação ao Ocidente. Ao mesmo tempo, a súbita aceleração da descolonização e de revolução no Terceiro Mundo (ver capítulos 7, 12 e 15) parecia favorecer os soviéticos. Os EUA, nervosos mas confiantes, enfrentavam assim uma URSS confiante mas nervosa por Berlim, pelo Congo, por Cuba.

Na verdade, o resultado líquido dessa fase de ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo, simbolizado pela instalação da "linha quente" telefônica que então (1963) passou a ligar a Casa Branca com o Kremlin. O Muro de Berlim (1961) fechou a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa. Os EUA aceitaram uma Cuba comunista em sua soleira. As pequenas chamas da guerra de libertação e de guerrilha acendidas pela Revolução Cubana na América Latina, e pela onda de descolonização na África, não se transformaram em incêndios na floresta, mas pareceram extinguir-se (ver capítulo 15). Kennedy foi assassinado em 1963; Kruschev foi mandado para casa em 1964 pelo *establishment* soviético, que preferia uma visão menos impetuosa da política. Os anos 60 e 70 na verdade testemunharam algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares: tratados de proibição de testes, tentativas de deter a proliferação nuclear (aceitas pelos que já tinham armas nucleares ou jamais esperaram tê-las, mas não pelos que estavam construindo seus próprios arsenais nucleares, como a China, a França e Israel), um Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) entre os EUA e a URSS, e mesmo alguns acordos sobre os Mísseis Antibalísticos (ABMs) de cada lado. Mais objetivamente, o comércio entre os EUA e a URSS, politicamente estrangulado de ambos os lados por tanto tempo, começou a florescer à medida que os anos 60 desembocavam nos 70. As perspectivas pareciam boas.

Não eram. Em meados da década de 1970, o mundo entrou no que se chamou de Segunda Guerra Fria (ver capítulo 15). Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980 (capítulo 14). Contudo, de início a mudança no clima econômico não foi muito notada pelos participantes do jogo das superpotências, a não ser por um súbito salto nos preços da energia provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, um dos vários acontecimentos que pareceram sugerir um enfraquecimento no domínio internacional dos EUA. As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez de suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise econômica que a Europa; a URSS — os deuses tornam primeiro complacentes aqueles a quem desejam destruir — achava que tudo ia a seu favor. Leonid Brejnev, sucessor de Kruschev, que presidiu os vinte anos que os reformadores soviéticos chamariam de "era da estagnação", parecia ter algum motivo de otimismo, no mínimo porque a crise do petróleo de 1973 acabara de quadruplicar o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960.

Contudo, economia à parte, dois acontecimentos inter-relacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização nos EUA, quando esse país se lançou numa nova grande guerra. A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, contra a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinham avisado,* é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranóia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria tateavam o caminho.

E, se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra do Yom Kipur de 1973 entre Israel — que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio — e as forças de Egito e Síria, abastecidas pelos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única

(*) "Se vocês querem, vão em frente e combatam nas selvas do Vietnã. Os franceses lutaram lá durante sete anos e mesmo assim tiveram de acabar saindo. Talvez os americanos possam agüentar mais um pouco, mas vão acabar tendo de sair também." — Kruschev a Dean Rusk em 1961 (Beschloss, 1991, p. 649).

exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim. (Os suprimentos chegaram a Israel via Açores.) Os EUA acreditavam — não se sabe exatamente por quê — que seus interesses vitais estavam em causa. Na verdade, o secretário de Estado americano, Henry Kissinger (cujo presidente, Richard Nixon, se achava empenhado inutilmente em defender-se de seu *impeachment*), decretou o primeiro alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos, uma ação típica, em sua brutal insinceridade, desse hábil e cínico operador. Isso não abalou os aliados dos EUA, muito mais preocupados com o fornecimento de petróleo do Oriente Médio do que em apoiar uma manobra local americana que Washington dizia, sem convencer, ser essencial para a luta global contra o comunismo. Pois, através da OPEP, os Estados árabes do Oriente Médio tinham feito o possível para impedir o apoio a Israel, cortando fornecimentos de petróleo e ameaçando com embargos. Ao fazer isso, descobriram sua capacidade de multiplicar o preço do petróleo no mundo. E os ministérios das Relações Exteriores do mundo todo não podiam deixar de observar que os todo-poderosos EUA não faziam nem podiam fazer nada imediatamente a respeito.

O Vietnã e o Oriente Médio enfraqueceram os EUA, embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências, ou a natureza do confronto nos vários teatros regionais da Guerra Fria. Contudo, entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo (ver capítulo 15). Esta, a terceira rodada dessas revoltas no Breve Século XX, na verdade parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e — mais concretamente — forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com o fracasso público e a derrota americanos que produziu a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois fatos com o otimismo e auto-satisfação da URSS de Brejnev na década de 1970 que a tornou certa. Essa fase de conflito se deu por uma combinação entre guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indiretamente pelos EUA, que agora evitavam o erro de empenhar suas próprias forças cometido no Vietnã, e uma extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear; as primeiras menos evidentemente irracionais que a última.

Como a situação na Europa estava nitidamente estabilizada — nem mesmo a revolução portuguesa de 1974 e o fim do regime de Franco na Espanha a mudaram — e as linhas tinham sido tão nitidamente traçadas, na verdade as duas superpotências haviam transferido sua competição para o Terceiro Mundo. A *détente* na Europa dera aos EUA de Nixon (1968-74) e Kissinger a oportunidade de faturar dois grandes sucessos: a expulsão dos soviéticos do Egito e, muito mais significativo, o recrutamento informal da China para a

aliança anti-soviética. A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa. À medida que o esboroante império africano de Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde) passava para o domínio comunista e a revolução que derrubou o imperador da Etiópia se voltava para o Leste; à medida que a velozmente desenvolvida marinha soviética passava a contar com grandes novas bases nos dois lados do oceano Índico; à medida que o xá do Irã caía, um clima beirando a histeria foi tomando conta do público americano e do debate privado. De que outro modo (a não ser, em parte, por uma ignorância assombrosa da topografia asiática) vamos explicar a visão americana, apresentada a sério na época, de que a entrada de tropas soviéticas no Afeganistão assinalava o primeiro passo de um avanço soviético que logo chegaria ao oceano Índico e ao golfo Pérsico?* (Ver pp. 463-4)

A injustificada auto-satisfação dos soviéticos estimulou esse clima sombrio. Muito antes de os propagandistas americanos explicarem, *post facto*, que os EUA haviam decidido ganhar a Guerra Fria levando seu antagonista à bancarrota, o regime de Brejnev começara a conduzir a si próprio à falência, mergulhando num programa de armamentos que elevou os gastos com defesa numa taxa anual de 4% a 5% (em termos reais) durante vinte anos após 1964. A corrida fora sem sentido, embora desse à URSS a satisfação de poder afirmar que chegara à paridade com os EUA em lançadores de mísseis em 1971 e a 25% de superioridade em 1976 (continuava muito abaixo em número de ogivas). Mesmo o pequeno arsenal nuclear soviético detivera os EUA durante a crise de Cuba, e os dois lados há muito teriam podido reduzir um ao outro a múltiplas camadas de entulho. O sistemático esforço da URSS para obter uma marinha com presença mundial nos oceanos — ou melhor, sob eles, já que sua força principal estava nos submarinos — não era muito mais sensato em termos estratégicos, mas pelo menos era compreensível como um gesto político de uma superpotência global, que reivindicava o direito à exibição global da sua bandeira. Contudo, o próprio fato de a URSS não mais aceitar seu confinamento regional pareceu aos adeptos da Guerra Fria americanos uma prova clara de que a supremacia ocidental poderia acabar, se não fosse reafirmada por uma demonstração de força. A crescente confiança que levou Moscou a abandonar a cautela pós-Kruschev nas questões internacionais confirmava essas opiniões.

A histeria em Washington não se baseava, claro, num raciocínio realista. Em termos reais, o poder americano, ao contrário de seu prestígio, continuava decisivamente maior que o soviético. Quanto às economias e tecnologias dos

(*) A sugestão de que os sandinistas nicaragüenses representavam perigo militar a uma distância de alguns dias de caminhão da fronteira texana era outro, e característico, exemplo de geopolítica de atlas escolar.

dois campos, a superioridade ocidental (e japonesa) superava qualquer cálculo. Os soviéticos, rudes e inflexíveis, podiam com esforços titânicos ter construído a melhor economia da década de 1980 em qualquer parte do mundo (para citar Jowitt, 1991, p. 78), mas de que adiantava à URSS o fato de que em meados da década de 1980 ela produzia 80% mais aço, duas vezes mais ferro-gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, quando não se adaptara a uma economia que dependia de silício e *software* (ver capítulo 16)? Não havia absolutamente indício algum, nem probabilidade, de que a URSS queria uma guerra (a não ser, talvez, contra a China), quanto mais que estivesse planejando um ataque militar ao Ocidente. Os febris roteiros de ataque nuclear que vinham da publicidade governamental e dos mobilizados adeptos da Guerra Fria ocidentais, no início da década de 1980, eram gerados por eles mesmos. Na verdade tiveram o efeito de convencer os soviéticos de que um ataque nuclear preemptivo do Ocidente à URSS era possível, ou mesmo — como em momentos de 1983 — iminente (Walker, 1993, capítulo 11), e de provocar o maior movimento de massa pela paz antinuclear na Europa de toda a Guerra Fria, a campanha contra a instalação de mísseis de novo alcance naquele continente.

Os historiadores do século XXI, longe das lembranças vivas das décadas de 1970 e 1980, vão ficar intrigados com a aparente insanidade dessa explosão de febre militar, a retórica apocalíptica e o muitas vezes bizarro comportamento internacional de governos americanos, sobretudo nos primeiros anos do presidente Reagan (1980-8). Terão de avaliar a profundidade dos traumas subjetivos da derrota, impotência e ignomínia pública que laceraram o *establishment* político americano na década de 1970, e que se tornaram ainda mais dolorosos devido à aparente desordem na Presidência americana ao longo dos anos, quando Richard Nixon (1968-74) teve de renunciar por causa de um escândalo sórdido, seguindo-se dois sucessores insignificantes. Culminaram no humilhante episódio dos diplomatas americanos mantidos como reféns no Irã revolucionário, na revolução comunista em dois pequenos Estados centro-americanos e numa segunda crise internacional de petróleo, quando a OPEP mais uma vez elevou seu preço a um máximo histórico.

A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989). Reagan, talvez por ser apenas um ator mediano de Hollywood, entendia o estado de espírito de seu povo e a profundidade das feridas causadas à sua auto-estima. No fim, o trauma só foi curado pelo colapso final, imprevisto e inesperado, do grande antagonista, que deixou os EUA sozinhos como potência global. Mesmo então, podemos detectar na Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma compen-

sação tardia pelos pavorosos momentos de 1973 e 1979 quando a maior potência da Terra não pôde achar resposta para um consórcio de fracos Estados do Terceiro Mundo que ameaçava estrangular seus abastecimentos de petróleo.

A cruzada contra o "Império do Mal" a que — pelo menos em público — o governo do presidente Reagan dedicou suas energias destinava-se assim a agir mais como uma terapia para os EUA do que como uma tentativa prática de reestabelecer o equilíbrio de poder mundial. Isso, na verdade, fora feito discretamente em fins da década de 1970, quando a OTAN — sob um governo democrata nos EUA e governos social-democratas e trabalhistas na Alemanha e Grã-Bretanha — havia começado seu próprio rearmamento, e os novos Estados esquerdistas na África tinham sido contidos desde o início por movimentos ou Estados apoiados pelos americanos, com bastante sucesso no Sul e Centro da África, onde os EUA podiam agir em conjunto com o pavoroso regime de *apartheid* da República da África do Sul, e menos no Chifre da África. (Nas duas áreas, os russos tiveram a inestimável assistência de forças expedicionárias de Cuba, atestando o compromisso de Fidel Castro com a revolução no Terceiro Mundo, além de sua aliança com a URSS.) A contribuição reaganista para a Guerra Fria foi de um tipo diferente.

Não foi tanto prática quanto ideológica — parte da reação do Ocidente aos problemas da era de dificuldades e incertezas em que o mundo parecera entrar após o fim da Era de Ouro (ver capítulo 14). Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo ("a estrada para a servidão", como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a "palavra iniciada com L", usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo.

Como a URSS ia desmoronar pouco antes do fim da era Reagan, os propagandistas americanos naturalmente afirmariam que fora derrubada por uma militante campanha americana para quebrá-la e destruí-la. Os EUA tinham travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo. Não precisamos levar a sério essa versão anos 80 das Cruzadas. Não há sinal de que o governo americano esperasse ou previsse o colapso iminente da URSS, ou esti-

vesse de alguma forma preparado para ele quando veio. Embora sem dúvida esperasse pôr a economia soviética sob pressão, fora informado (erroneamente) por sua própria espionagem de que ela estava em boa forma e capaz de sustentar a corrida armamentista com os EUA. Em princípios da década de 1980, a URSS ainda era vista (também erroneamente) como empenhada numa confiante ofensiva global. Na verdade, o próprio presidente Reagan, qualquer que fosse a retórica posta à sua frente pelos seus redatores de discursos, e o que quer que passasse por sua mente nem sempre lúcida, acreditava na coexistência de EUA e URSS, mas uma coexistência que não se baseasse num antipático equilíbrio de terror nuclear. Ele sonhava era com um mundo inteiramente sem armas nucleares. E o mesmo pensava o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Sergueievich Gorbachev, como ficou claro em sua estranha e excitada conferência de cúpula que realizaram na escuridão subártica da outonal Islândia, em 1986.

A Guerra Fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque, ao contrário de Washington, Moscou jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisasse levar em conta uma excitada opinião pública. Por outro lado, exatamente por isso, seria mais difícil para um líder soviético convencer o Ocidente de que falava sério. Desse modo, o mundo tem uma dívida enorme com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade. Contudo, não vamos subestimar a contribuição do presidente Reagan, cujo idealismo simplista rompeu o extraordinariamente denso anteparo de ideólogos, fanáticos, desesperados e guerreiros profissionais em torno dele para deixar-se convencer. Para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987).

O fim da Guerra Fria implicou o fim do sistema soviético? Os dois fenômenos são historicamente separáveis, embora obviamente ligados. O socialismo do tipo soviético se pretendia uma alternativa global para o sistema mundial capitalista. Como o capitalismo não desmoronou, nem pareceu que ia desmoronar — embora nos perguntemos o que teria acontecido se todos os devedores socialistas e do Terceiro Mundo se houvessem unido em 1981 para deixar de pagar simultaneamente seus empréstimos ao Ocidente —, as perspectivas do socialismo como alternativa global dependiam de sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista, reformada após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, e transformada pela revolução "pós-industrial" nas comunicações e tecnologia de informação na década de 1970. Ficou claro, depois de 1960, que o socialismo estava ficando para trás em ritmo acelerado. Não era mais competitivo. Na medida em que essa competi-

ção assumia a forma de um confronto entre duas superpotências políticas, militares e econômicas, a inferioridade tornou-se ruinosa.

As duas superpotências estenderam e distorceram demais suas economias com uma corrida armamentista maciça e muito dispendiosa, mas o sistema capitalista mundial podia absorver os 3 trilhões de dólares de dívida — essencialmente para gastos militares — a que chegaram, na década de 1980, os EUA, até então o maior Estado credor do mundo. Não havia ninguém, interna ou externamente, para absorver a tensão equivalente dos gastos soviéticos, que, de qualquer modo, representavam uma proporção muito maior da produção soviética — talvez um quarto — que os 7% do titânico PIB americano destinados às despesas de guerra em meados da década de 1980. Os EUA, graças a uma combinação de sorte histórica e política, tinham visto seus dependentes transformarem-se em economias tão florescentes que superavam a sua própria. No fim da década de 1970, a Comunidade Européia e o Japão juntos eram 60% maiores que a economia americana. Por outro lado, os aliados e dependentes dos soviéticos jamais andaram sobre os próprios pés. Continuaram sendo um dreno constante e enorme de dezenas de milhões de dólares anuais sobre a URSS. Geográfica e demograficamente, os países atrasados, cujas mobilizações revolucionárias, esperava Moscou, iriam um dia superar o predomínio global do capitalismo, representavam 80% do mundo. Em termos econômicos, eram periferia. Quanto à tecnologia, como a superioridade ocidental crescia quase exponencialmente, não havia disputa. Em suma, a Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais.

Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o "mundo livre" e o "totalitarismo", como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte,* podia-se até dizer que, à parte a possibilidade de suicídio mútuo da guerra nuclear, ela assegurava a sobrevivência do adversário mais fraco. Pois, entrincheirada por trás de cortinas de ferro, mesmo a ineficiente e frouxa economia de comando por planejamento centralizado era viável — talvez cedendo aos poucos, mas de nenhum modo passível de desabar de uma hora para outra.** Foi a interação da economia do tipo soviético com a economia mundial capitalista, a partir da década de 1960, que tornou o socialismo vulnerá-

(*) Cf. o uso americano do termo "finlandização" como um insulto.

(**) Para tomar o caso extremo, a pequena república montanhesa comunista da Albânia era pobre e atrasada, mas viável durante os vinte ou trinta anos em que praticamente se isolou do mundo. Só quando os muros que a separavam da economia mundial foram derrubados ela desmoronou num monte de entulho econômico.

vel. Quando os líderes socialistas na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis etc.), em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema econômico, cavaram suas próprias covas (ver capítulo 16). O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a *détente*.

Contudo, em certo sentido, os radicais da Guerra Fria de Washington não estavam inteiramente errados. A verdadeira Guerra Fria, como podemos ver com facilidade em retrospecto, acabou na conferência de cúpula de Washington em 1987, mas não pôde ser *universalmente* reconhecida como encerrada até a URSS deixar visivelmente de ser uma superpotência, ou na verdade qualquer tipo de potência. Quarenta anos de medo e suspeita, de semear e colher obstáculos industrial-militares, não podiam ser tão facilmente revertidos. As engrenagens dos serviços da máquina de guerra continuaram rodando dos dois lados. Serviços secretos profissionalmente paranóicos continuaram suspeitando que cada medida do outro lado fosse um astuto truque para desarmar a vigilância do inimigo e derrotá-lo com mais facilidade. Foi o colapso do império soviético em 1989, a desintegração e dissolução da própria URSS em 1989-91 que tornaram impossível fingir, quanto mais acreditar, que nada tinha mudado.

V

Mas o que mudara exatamente? A Guerra Fria transformara o panorama internacional em três aspectos. Primeiro, eliminara inteiramente, ou empanara, todas as rivalidades e conflitos que moldavam a política mundial antes da Segunda Guerra Mundial, com exceção de um. Alguns deixaram de existir porque os impérios da era imperial desapareceram, e com eles as rivalidades das potências coloniais pelo domínio de territórios dependentes. Outros acabaram porque todas as "grandes potências" (com exceção de duas) haviam sido relegadas à segunda ou terceira divisão da política internacional, e suas relações umas com as outras não eram mais autônomas ou, na verdade, tinham interesse apenas local. A França e a Alemanha (Ocidental) enterraram o velho machado depois de 1947 não porque um conflito franco-alemão se houvesse tornado impensável — os governos franceses pensavam nisso o tempo todo — mas porque sua filiação comum no campo americano e a hegemonia de Washington sobre a Europa não deixariam a Alemanha escapar do controle. Mesmo assim, é espantoso ver como as grandes preocupações típicas de Estados depois de grandes guerras sumiram de vista: ou seja, a preocupação dos vencedores com os planos de recuperação dos perdedores, e os planos dos perdedores para reverter sua derrota. Poucos no Ocidente se preocuparam seriamente com o sensacional retorno a *status* de grande potência da Ale-

manha e Japão, armados, embora não com artefatos nucleares, uma vez que os dois eram, na verdade, membros subordinados da aliança americana. Mesmo a URSS e seus aliados, embora denunciassem o perigo alemão, do qual tinham amarga experiência, o faziam mais por propaganda do que por medo de fato. O que Moscou temia não eram as Forças Armadas alemãs, mas os mísseis da OTAN em solo alemão. Mas após a Guerra Fria outros conflitos de poder poderiam surgir.

Segundo, a Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazer isso estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório. A Alemanha era o exemplo mais óbvio. Durante 46 anos permaneceu dividida — *de facto*, se não, por longos períodos, *de jure* — em três setores: a Ocidental, que se tornou a República Federal em 1949; a do meio, que se tornou a República Democrática Alemã em 1954; e a Oriental, além da linha do Oder-Neisse, que expulsou a maioria de seus alemães e se tornou parte da Polônia e da URSS. O fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS reuniram os dois setores ocidentais e deixaram as partes da Prússia oriental anexadas à URSS soltas e isoladas, separadas do resto da Rússia pelo agora independente Estado da Lituânia. Isso deixou os poloneses com promessas alemãs de aceitar as fronteiras de 1945, o que não os tranqüilizou. Estabilização não significava paz. Exceto na Europa, a Guerra Fria não foi uma era em que se esqueceu a luta. Dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta — isto é, nuclear — entre as superpotências. As reivindicações do Iraque contra o Kuwait — o pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no topo do golfo Pérsico, independente desde 1961 — eram antigas e constantemente reafirmadas. Só levaram à guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser um quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes de 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria desencorajado vigorosamente qualquer aventureirismo de Bagdá naquela área.

O desenvolvimento das políticas internas de Estados, claro, não se congelou da mesma forma — a não ser onde tais mudanças modificavam, ou davam a impressão de modificar, a aliança de um Estado com sua superpotência dominante. Os EUA não estavam mais inclinados a tolerar comunistas ou filocomunistas no poder na Itália, Chile ou Guatemala do que a URSS disposta a abdicar de seu direito de enviar tropas para Estados irmãos com governos dissidentes, como a Hungria e a Tchecoslováquia. É verdade que a URSS tolerava muito menos variedade em seus regimes amigos e satélites, mas por outro lado sua capacidade de afirmar-se dentro deles era muito menor. Mesmo antes de 1970, perdera completamente qualquer controle que porventura tivesse sobre Iugoslávia, Albânia e China; tivera de tolerar comportamentos bastante individualistas dos líderes de Cuba e da Romênia; e, quanto aos países do

Terceiro Mundo a que fornecia armas, e que partilhavam sua hostilidade ao imperialismo americano, comunidade de interesses à parte, ela não tinha verdadeiro domínio sobre eles. Dificilmente algum deles tolerava sequer a existência legal de partidos comunistas. Apesar disso, a combinação de poder, influência política, suborno e a lógica da bipolaridade e antiimperialismo manteve as divisões do mundo mais ou menos estáveis. Com exceção da China, nenhum Estado importante de fato mudou de lado, a não ser por uma revolução autóctone, que as superpotências não podiam provocar nem impedir, como os EUA descobriram na década de 1970. Mesmo os aliados dos EUA que viam suas próprias políticas cada vez mais limitadas pela aliança, como os governos alemães após 1969 na questão da *Ostpolitik*, não saíram de um alinhamento cada vez mais problemático. Entidades políticas politicamente impotentes, instáveis e indefensáveis, incapazes de sobreviver numa verdadeira selva internacional — a região entre o mar Vermelho e o golfo Pérsico estava cheia delas —, de algum modo continuaram existindo. A sombra do cogumelo de nuvens garantia a sobrevivência não de democracias liberais na Europa Ocidental, mas de regimes como os da Arábia Saudita e do Kuwait. A Guerra Fria foi a melhor época para ser um míni-Estado — assim como, depois dela, a diferença entre problemas resolvidos e problemas arquivados tornou-se óbvia demais.

Terceiro, a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento; quarenta anos de competição das superpotências para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo, para não falar de quarenta anos de constante guerra de "baixa intensidade", com ocasionais irrupções de grande conflito. Economias largamente militarizadas, e de qualquer modo com enormes e influentes complexos industrial-militares, tinham interesse econômico em vender seus produtos no exterior, no mínimo para reconfortar seus governos com provas de que *não* estavam engolindo os astronômicos e economicamente improdutivos orçamentos militares que os mantinham em funcionamento. A moda global sem precedentes de governos militares (ver capítulo 12) proporcionou um mercado agradecido, alimentado não só por generosidade das superpotências, mas — depois da revolução nos preços do petróleo — pelas rendas locais multiplicadas além da imaginação de antigos sultões e xeques do Terceiro Mundo. Todo mundo exportava armas. Economias socialistas e alguns Estados capitalistas em declínio, como a Grã-Bretanha, pouco mais tinham a exportar que fosse competitivo no mercado mundial. O tráfico da morte se fazia não apenas com as grandes peças que somente governos podiam usar. Uma era de guerra de guerrilha e terrorismo também desenvolveu uma grande demanda de artefatos leves, portáteis e adequadamente destrutivos e mortais, e os submundos das cidades de fins do século XX podiam oferecer um mercado civil para tais produtos.

Nesses ambientes, a metralhadora Uzi (israelense), o fuzil Kalachnikov (russo) e o explosivo Semtex (tcheco) se tornaram nomes conhecidos.

Desta forma a Guerra Fria se perpetuou. As guerrinhas que antes punham clientes de uma superpotência contra os de outra continuaram depois que o conflito cessou, em base local, resistindo aos que as haviam lançado e agora queriam encerrá-las. Os rebeldes da UNITA em Angola continuaram em campo contra o governo, embora a África do Sul e os cubanos se houvessem retirado do infeliz país, e embora os EUA e a ONU os houvessem desautorizado e reconhecido o outro lado. Eles não ficariam sem armas. A Somália, armada primeiro pelos russos, quando o imperador da Etiópia estava do lado dos EUA, depois pelos EUA, quando a Etiópia revolucionária se voltou para Moscou, entrou no mundo pós-Guerra Fria como um território devastado pela fome e em anárquica guerra de clãs, sem nada a não ser um quase ilimitado suprimento de armas, munição, minas de terra e transporte militar. Os EUA e a ONU se mobilizaram para levar alimentos e paz. Isso se mostrou mais difícil do que inundar o país de armas. No Afeganistão, os EUA distribuíram a rodo mísseis antiaéreos portáteis "Stinger", com lançadores, a guerrilheiros tribais anticomunistas, calculando, corretamente, que eles contrabalançariam o domínio aéreo soviético. Quando os russos se retiraram, a guerra continuou como se nada houvesse mudado, a não ser que, na ausência de aviões, as tribos podiam agora explorar elas mesmas a florescente demanda de Stingers, que vendiam lucrativamente no mercado internacional de armas. Em desespero, os EUA se ofereceram para comprá-los de volta a 100 mil dólares cada, com espetacular falta de sucesso (*International Herald Tribune*, p. 24, 5/7/1993; *Repubblica*, 6/4/1994). Como exclamou o aprendiz de feiticeiro de Goethe: "*Die ich rief die Geister, werd' ich nun nicht los*".

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A idéia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma "nova ordem" baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham de ser alterados. Políticos e economistas acostumados a um tipo de mundo até mesmo achavam difícil ou impossível avaliar a natureza dos problemas de outro tipo. Em 1947, os EUA haviam reconhecido a necessidade de um imediato e gigantesco projeto para restaurar as economias européias ocidentais, porque o suposto perigo para elas — o comunismo e a URSS — era facilmente definido. As conseqüências econômicas e políticas do colapso da União Soviética e da Europa Oriental foram ainda mais dramáticas que os problemas da

Europa Ocidental, e se revelariam de muito mais longo alcance. Elas eram bastante previsíveis em fins da década de 1980, e até visíveis — mas nenhuma das ricas economias do capitalismo tratou essa crise iminente como uma emergência global a exigir ação urgente e maciça, porque suas conseqüências *políticas* não eram tão facilmente especificadas. Com a possível exceção da Alemanha Ocidental, reagiram preguiçosamente — e mesmo os alemães não compreenderam e subestimaram totalmente a natureza do problema, como se veria por seus apuros com a anexação da antiga República Democrática Alemã.

É provável que as conseqüências do fim da Guerra Fria teriam sido enormes de qualquer modo, mesmo que ele não coincidisse com uma grande crise na economia capitalista e com a crise final da União Soviética e seu sistema. Como o mundo do historiador é o que aconteceu, e não o que poderia ter acontecido se tudo fosse diferente, não precisamos levar em conta a possibilidade de outros roteiros. O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito internacional, mas o fim de uma era: não só para o Oriente, mas para todo o mundo. Há momentos históricos que podem ser reconhecidos, mesmo entre contemporâneos, por assinalar o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo.

Só uma coisa parecia firme e irreversível entre essas incertezas: as mudanças fundamentais, extraordinárias, sem precedentes que a economia mundial, e conseqüentemente as sociedades humanas, tinham sofrido no período desde o início da Guerra Fria. Elas ocuparão, ou deveriam ocupar, um lugar muito maior nos livros de história do terceiro milênio que a Guerra da Coréia, as crises de Berlim e Cuba, e os mísseis Cruise. Para essas transformações é que nos voltaremos agora.

9

OS ANOS DOURADOS

Foi nos últimos quarenta anos que Modena viu de fato o grande salto à frente. *O período que vai da Unificação italiana até então fora uma longa era de espera, ou de lentas e intermitentes modificações, antes que a transformação se acelerasse até a velocidade do raio. As pessoas agora podem desfrutar um padrão de vida antes restrito a uma minúscula elite.*

Giuliano Muzzioli (1993, p. 323)

Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração.

J. K. Galbraith, *The new industrial state* (1967, p. 24)

A maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência. Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o *slogan* "Você nunca esteve tão bem", uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande *boom*, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores — sobretudo, para início de conversa, os economistas — começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: "os trinta anos gloriosos" dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos (Marglin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise.

Vários motivos explicam por que se demorou tanto a reconhecer a natureza excepcional da era. Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela não foi tão revolucionária assim. Simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra, que, como vimos, foram singularmente bondosos com aquele país. Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p. 30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo. Além disso, considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor. Entre 1950 e 1973, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento. Em todos os demais países industriais, incluindo até a lerda Grã-Bretanha, a Era de Ouro bateu todos os recordes anteriores (Maddison, 1987, p. 650). Na verdade, para os EUA essa foi, econômica e tecnologicamente, uma época mais de relativo retardo que de avanço. A distância entre eles e outros países, medida em produtividade por homem-hora, diminuiu, e se em 1950 desfrutavam de uma riqueza nacional (PIB) per capita que era o dobro da da França e Alemanha, mais de cinco vezes a do Japão, e mais da metade maior que a da Grã-Bretanha, os outros Estados se aproximavam rapidamente, e continuaram a fazê-lo nas décadas de 1970 e 1980.

Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro. Nos Estados não comunistas, a recuperação também significava deixar para trás o medo de revolução social e avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. Enquanto a maioria dos países (além de Alemanha e Japão) voltava a seus níveis pré-guerra em 1950, o início da Guerra Fria e a persistência de poderosos partidos comunistas na França e Itália desencorajavam a euforia. De qualquer modo, os benefícios materiais do crescimento levaram algum tempo para se fazer sentir. Na Grã-Bretanha, só em meados da década de 1950 eles se tornaram palpáveis. Nenhum político antes disso poderia ter ganho uma eleição com o *slogan* de Harold Macmillan. Mesmo numa região tão próspera como a Emilia-Romagna, os benefícios da "*affluent society*" só se tornaram gerais na década de 1960 (Francia & Muzziolli, 1984, pp. 327-9). Além disso, a arma secreta de uma sociedade de riqueza *popular*, ou seja, de pleno emprego, só se tornou real na década de 1960, quando a média de desemprego na Europa Ocidental estacionou em 1,5%. Na década de 1950, a Itália ainda tinha quase 8% de desempregados. Em suma, só na década de 1960 a Europa veio a tomar sua prosperidade como coisa certa. A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para a frente

e para o alto eternamente. "Não há motivo especial para duvidar de que as tendências subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 continuarão em grande parte como nas de 1960", dizia um relatório em 1972. "Não se pode prever hoje nenhuma influência especial que vá mudar drasticamente o ambiente externo das economias européias." O clube de economias industriais capitalistas avançadas, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), reviu para cima suas previsões de crescimento à medida que os anos 60 avançavam. No início da década de 1970, esperava-se que fossem ("a médio prazo") superiores a 5% (Glyn, Hughes, Lipietz & Singh, 1990, p. 39). Não seriam.

Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (*OCDE Impact*, pp. 18-9). Outra razão pela qual essa característica da era só lentamente foi reconhecida é que na década de 1950 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos. Na verdade, de início pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem. A taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental cresceram quase com a mesma rapidez — mais depressa em países até então atrasados, mais devagar nos já industrializados ou parcialmente industrializados. A Alemanha Oriental, porém, ficou para trás da Alemanha Federal não comunista. Embora o Bloco Oriental perdesse o ritmo na década de 1960, seu PIB per capita em toda a Era de Ouro continuou crescendo ligeiramente mais rápido (ou, no caso da URSS, um pouco menos) que o dos grandes países industriais capitalistas (FMI, 1990, p. 65). Mesmo assim, na década de 1960 ficou claro que o capitalismo avançava mais que o comunismo.

Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo — os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular — o número de africanos, leste-asiáticos e sul-asiáticos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda (*World Resources*, 1986, p. 11). As décadas de 1970 e 1980 mais uma vez se familiarizaram com a fome endêmica, com a imagem clássica, a criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do Ocidente. Durante as décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucura política, como na China (ver pp. 466-7). Na verdade, à medida que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos — e até dezessete anos, se compararmos o fim da década de 1930 com o fim da década de 1960 (Morawetz, 1977, p. 48). Isso significa que a produção em massa de alimen-

tos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quanto em toda grande área do mundo não industrial. Na década de 1950, aumentou mais de 1% ao ano per capita em toda a região do "mundo em desenvolvimento", com exceção da América Latina, e mesmo lá houve um aumento per capita, embora mais modesto. Na década de 1960, ainda cresceu em partes do mundo não industrial, mas (mais uma vez com exceção da América Latina, agora à frente do resto) apenas ligeiramente. Apesar disso, a produção total de alimentos no mundo pobre, nas décadas de 1950 e 1960, aumentou mais rapidamente que no mundo desenvolvido.

Na década de 1970, as disparidades entre as diferentes partes do mundo pobre tornam inúteis essas cifras globais. A essa altura algumas regiões, como o Extremo Oriente e a América Latina, tinham produção superior à taxa de crescimento de suas populações, enquanto a África ficava para trás em mais de 1% ao ano. Na década de 1980, a produção de alimentos per capita do mundo pobre não cresceu de modo algum, fora do Sudeste e Leste Asiáticos (e mesmo ali alguns países produziram menos per capita que na década de 1970 — Bangladesh, Sri Lanka, Filipinas). Algumas regiões ficaram bem atrás dos níveis da década de 1970, ou até continuaram a cair, notadamente África, América Central e o Oriente Próximo asiático (Van der Wee, 1987, p. 106; FAO, 1989, anexo, tabela 2, pp. 113-5).

Enquanto isso, o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente, e na década de 1980 decidiu plantar substancialmente menos, ou então (como na Comunidade Européia) vender suas "montanhas de manteiga" e "lagos de leite" abaixo do custo, com isso solapando os produtores nos países pobres. Ficou mais barato comprar queijo holandês nas ilhas do Caribe que na Holanda. Curiosamente, o contraste entre excedentes de alimentos de um lado e gente faminta do outro, que tanto revoltara o mundo durante a Grande Depressão da década de 1930, causou menos comentário em fins do século XX. Foi um aspecto da crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1960.

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do "socialismo realmente existente" (ver capítulo 13), países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados "países em recente industrialização" (NICs em inglês) ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países que dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo. Com uma exceção (Nova Zelândia), todos estavam na África subsaariana e na América Latina (FAO, 1989, anexo, tabela 11, pp. 149-51).

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 — e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca mundial, enquanto isso, triplicaram suas capturas antes de voltar a cair (*World Resources*, 1986, pp. 47 e 142).

Mal se notava ainda um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às conseqüências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. Mesmo no Ocidente, o velho lema do homem de negócios do século XIX, "Onde tem lama, tem grana" (ou seja, poluição quer dizer dinheiro), ainda era convincente, sobretudo para construtores de estradas e "incorporadores" imobiliários, que descobriram os incríveis lucros a serem obtidos numa era de *boom* secular de especulação que não podia dar errado. Tudo que se precisava fazer era esperar que o valor do terreno certo subisse até a estratosfera. Um único prédio bem situado podia fazer do sujeito um multimilionário praticamente sem custo, pois ele podia tomar empréstimos sob a garantia da futura construção, e mais empréstimos ainda quando o valor desta (construída ou não, ocupada ou não) continuasse a crescer. Acabou, como sempre, havendo um *crash* — a Era de Ouro acabou, como os *booms* anteriores, num colapso de imóveis e bancos —, mas até então os centros das cidades, grandes e pequenos, foram postos abaixo e "incorporados" por todo o mundo, incidentalmente destruindo catedrais medievais em cidades como Worcester na Grã-Bretanha ou capitais coloniais espanholas como Lima, no Peru. Como as autoridades no Oriente e Ocidente também descobriram que se podia usar métodos industriais para construir rapidamente conjuntos habitacionais baratos, enchendo os arredores das cidades de prédios de apartamentos visivelmente ameaçadores, a década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana.

Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de auto-satisfação, pois os resultados da poluição do século XIX davam lugar à tecnologia e consciência ecológica no século XX. A simples

proibição do uso do carvão como combustível em Londres, a partir de 1953, não aboliu, de um só golpe, o impenetrável *fog* tão conhecido dos romances de Dickens, que periodicamente cobria a cidade? Não havia mais uma vez, alguns anos depois, salmões nadando no outrora morto rio Tâmisa? Fábricas menores, mais limpas, espalhavam-se pelo campo, em vez das vastas usinas cobertas de fumaça que antes significavam "indústria". Aeroportos substituíram as estações de estrada de ferro como a quintessência dos edifícios que representam o transporte. À medida que o campo se esvaziava, as pessoas, ou pelo menos as pessoas da classe média que se mudavam para aldeias e granjas abandonadas, podiam sentir-se mais perto que nunca da natureza.

Contudo, não há como negar que o impacto das atividades humanas sobre a natureza, sobretudo as urbanas e industriais, mas também, como se acabou compreendendo, as agrícolas, aumentou acentuadamente a partir de meados do século. Isso se deveu em grande parte ao enorme aumento no uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural etc.), cujo possível esgotamento vinha preocupando os que pensavam no futuro desde meados do século XIX. Descobriam-se novas fontes mais depressa do que se podia usá-las. O fato de o consumo total de energia ter disparado — na verdade triplicou nos EUA entre 1950 e 1973 (Rostow, 1978, p. 256; tabela III, p. 58) — está longe de surpreender. Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar (ver p. 458), os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da conseqüente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana. A poluição da atmosfera foi, compreensivelmente, a preocupação imediata. Contudo, as emissões de dióxido de carbono que aqueciam a atmosfera quase triplicaram entre 1950 e 1973, quer dizer, a concentração desse gás na atmosfera aumentou quase 1% ao ano (*World Resources*, 1986, tabela 11.1, p. 318; 11.4, p. 319; Smil, 1990, p. 4, fig. 2). A produção de clorofluorcarbonos, produtos químicos que afetam a camada de ozônio, subiu quase verticalmente. No fim da guerra, mal eram usados, mas em 1974 mais de 300 mil toneladas de um composto e mais de 400 mil de outro eram liberadas na atmosfera todo ano (*World Resources*, 1986, tabela 11.2, p. 319). Os países ricos do Ocidente naturalmente eram responsáveis pela parte do leão nessa poluição, embora a industrialização extraordinariamente suja da URSS produzisse quase a mesma quantidade de dióxido de carbono que os EUA; quase cinco vezes mais em 1985 que em 1950. (Per capita, claro, os EUA continuaram muito à frente.) Só os britânicos na verdade baixaram a taxa que registra quantidade emitida por habitante nesse período (Smil, 1990, tabela I, p. 14).

II

De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas, enquanto o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo. Se se pode medir o aumento da riqueza na sociedade ocidental pelo número de carros particulares — dos 750 mil da Itália em 1938 para os 15 milhões, no mesmo país, em 1975 (Rostow, 1978, p. 212; *UN Statistical Yearbook*, 1982, tabela 175, p. 960) —, podia-se reconhecer o desenvolvimento econômico de muitos países do Terceiro Mundo pelo aumento do número de caminhões.

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (*US Historical Statistics*, vol. I, p. 403). Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Nas economias de mercado desenvolvidas havia mais de um telefone para cada dois habitantes (*US World Social Situation*, 1985, tabela 19, p. 63). Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais — a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.

Contudo, o que mais nos impressiona nesse período é a extensão em que o surto econômico parecia movido pela revolução tecnológica. Nessa medida, multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente,

mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra. Alguns produtos revolucionários, como os materiais sintéticos conhecidos como "plásticos", haviam sido desenvolvidos no período entreguerras, ou até começado a entrar em produção comercial, como o náilon (1935), poliestireno e politeno. Outros, como a televisão e a gravação em fita magnética, mal se achavam no estágio experimental. A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pelos EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor a jato c várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. Sem elas o transistor (inventado em 1947) e os primeiros computadores digitais civis (1946) teriam aparecido consideravelmente mais tarde. Talvez felizmente, a energia nuclear, utilizada primeiro durante a guerra para destruição, permaneceu em grande parte à margem da economia civil, a não ser (até agora) por uma contribuição marginal para a geração de energia elétrica no mundo — cerca de 5% em 1975. Se essas inovações se basearam na ciência do entreguerras ou do pós-guerra, no pioneirismo técnico ou mesmo comercial do período compreendido entre os conflitos, ou no grande avanço pós-1945 — os circuitos integrados desenvolvidos na década de 1950, os lasers na de 1960 ou os vários subprodutos dos foguetes espaciais —, isso pouco importa para nosso objetivo. Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX (ver capítulo 18).

Três coisas nesse terremoto tecnológico impressionam o observador. *Primeiro*, ele transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e à miniaturizada bateria de longa duração, chegar às mais remotas aldeias, a "revolução verde" transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. Qualquer leitor europeu deste livro que faça um rápido inventário de seus pertences pessoais pode atestar isso. A maior parte do conteúdo da geladeira ou freezer (nenhum dos quais a maioria das casas teria tido em 1945) é novo: comida desidratada congelada, hortigranjeiros industrializados, carne recheada de enzimas e vários produtos químicos para modificar o seu gosto, ou mesmo feita por "simulação de carne de primeira sem osso" (Considine, 1982, pp. 1164 e ss.), para não falar de produtos frescos importados por avião de países muito distantes, o que teria sido impossível então.

Em comparação com 1950, o uso de materiais naturais ou tradicionais — madeira e metal tratados à maneira antiga, fibras ou estofos naturais, e mesmo a cerâmica — em nossas cozinhas, móveis e roupas pessoais baixou de ma-

neira impressionante, embora a badalação em torno de tudo que é produzido pela indústria de higiene pessoal tenha sido tanta que obscureceu (pelo exagero sistemático) o grau de novidade de sua produção muitíssimo aumentada e diversificada. Pois a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores *laptop*. A crença era que "novo" equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado.

Quanto aos produtos que visivelmente representavam novidade tecnológica, a lista é interminável, e não exige comentário: televisão; discos de vinil (os LPS surgiram em 1948), seguidos de fitas (as fitas cassete surgiram na década de 1960) e dos *compact discs*; pequenos rádios portáteis transistorizados — este autor recebeu o seu primeiro de presente de um amigo japonês em fins da década de 1950 —, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo. Um aspecto não menos significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a *portabilidade*, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais. Contudo, a revolução tecnológica talvez tenha sido de igual modo simbolizada por produtos aparentemente inalterados e que desde a Segunda Guerra Mundial se transformaram de alto a baixo, como os veleiros de lazer. Seus mastros e cascos, velas e cordames, o equipamento de navegação pouco ou nada tinham em comum com os barcos do entreguerras, a não ser na forma e função.

Segundo, quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. "Pesquisa e Desenvolvimento" [R & D em inglês] tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das "economias de mercado desenvolvidas" sobre as demais. (Como veremos no capítulo 16, a inovação tecnológica não floresceu nas economias socialistas.) O "país desenvolvido" típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão uns sessenta, o Quênia e a Nigéria cerca de trinta (UNESCO, 1985, tabela 5.18). Além disso, o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção. No caso extremo das indústrias de armamentos, onde, reconhecidamente, o dinheiro não era problema, mal novas máquinas entravam em uso e já eram trocadas por equipamentos ainda mais avançados (e, claro, imensamente mais caros), com considerável lucro das empresas envolvidas. Nas indústrias mais voltadas para o mercado de massa, como os produtos farmacêuticos, uma droga genuinamente nova e necessária, sobretudo quando protegida da competição por direitos de

patente, podia fazer várias fortunas, que eram justificadas por seus produtores como necessárias para mais pesquisas. Inovadores menos protegidos tinham de ganhar dinheiro o mais depressa, pois assim que outros produtos entravam no mercado o preço despencava.

Terceiro, as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente. Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entropia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana.

Pelo contrário. Todos os problemas que perseguiam o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a — era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos — sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3% (Van der Wee, 1987, p. 77)? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o "De pé, ó vítimas da fome!" da "Internationale" para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automati-

camente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens do consumo diário. E isso aumentava a cada ano. Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, reconhecidamente ainda a maioria da humanidade, que não haviam entrado no "desenvolvimento" e na "modernização"?

Que problemas restavam para ser resolvidos? Um destacado político socialista britânico, extremamente inteligente, escreveu em 1956:

> Tradicionalmente, o pensamento socialista tem sido dominado pelos problemas econômicos colocados por capitalismo, pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade, e até a possibilidade do colapso de todo o sistema [...] O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível. Apesar de depressões menores ocasionais e crises de balanço de pagamento, é provável que se mantenham o pleno emprego e pelo menos um tolerável grau de estabilidade. Pode-se esperar que a automação solucione todos os problemas de subprodução existentes. Fazendo uma previsão, nossa atual taxa de crescimento nos dará uma produção nacional três vezes maior em cinqüenta anos. (Crosland, 1957, p. 517)

III

Como vamos explicar esse extraordinário e inteiramente inesperado triunfo de um sistema que, durante metade de uma vida, parecera à beira da ruína? O que exige explicação, claro, não é o simples fato de um extenso período de expansão econômica e bem-estar seguir-se a um período semelhante de problemas econômicos e outras perturbações. Essa sucessão de "ondas longas", de cerca de meio século de extensão, formou o ritmo básico da história econômica do capitalismo desde fins do século XVIII. Como vimos (capítulo 2), a Era da Catástrofe chamara a atenção para esse padrão de flutuações seculares, cuja natureza permanece obscura. São conhecidas em geral pelo nome do economista russo Kondratiev. Numa perspectiva longa, a Era de Ouro foi mais uma reviravolta ascendente na curva de Kondratiev, como o grande *boom* vitoriano de 1850-73 — curiosamente, as datas quase coincidem, com o intervalo de um século — e a *belle époque* dos vitorianos tardios e eduardianos. Como outras viradas ascendentes anteriores, foi precedida e seguida por "curvas descendentes". O que exige explicação não é isso, mas a escala e profundidade extraordinárias desse *boom* secular, que é uma espécie de contrapartida da escala e profundidade extraordinária da era anterior de crises e depressões.

Na verdade não há explicações satisfatórias para a enorme escala desse *Grande Salto Adiante* da economia mundial capitalista, e portanto para suas

conseqüências sociais sem precedentes. Naturalmente, outros países tinham condições de se equipararem à economia modelo de sociedade industrial de inícios do século XX, a dos EUA, um país que não fora devastado por guerra, derrota ou vitória, embora ligeiramente abalado pela Grande Depressão. Outros países tentaram sistematicamente imitar os EUA, um processo que acelerou o desenvolvimento econômico, uma vez que sempre é mais fácil adaptar-se a uma tecnologia existente do que inventar uma nova. Isso poderia vir depois, como demonstraria o exemplo japonês. Contudo, havia mais no *Grande Salto* do que apenas isso. Havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia.

A primeira produziu uma "economia mista", que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda. As grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (Hongkong), são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coréia do Sul. Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e — em menor medida — com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades. Quanto mais pobres as pessoas, maior a proporção da renda que têm de gastar em produtos essenciais, como comida (uma observação sensata conhecida como "Lei de Engels"). Na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado.

A segunda multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas "economias de mercado desenvolvidas", ou seja, os países do campo americano. A maior parte do mundo socialista estava dividida (ver capítulo 13), e os países em desenvolvimento mais dinâmicos no Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas. Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo de além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam — ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos. Mesmo assim, o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953. Os fabricantes, que com-

punham uma fatia constante do comércio mundial desde o século XIX, de pouco menos da metade, agora disparavam para mais de 60% (W. A. Lewis, 1981). A Era de Ouro continuou ancorada nas economias dos países-núcleo do capitalismo — mesmo em termos puramente quantitativos. Em 1957, só os Sete Grandes do capitalismo (Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Grã-Bretanha) possuíam três quartos de todos os carros de passageiros do globo, e uma proporção quase igualmente alta de seus telefones (*UN Statistical Yearbook*, 1982, pp. 955 e ss., 1018 e ss.). Apesar disso, a nova revolução industrial não estava restrita a nenhuma região.

A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais. Não é tão seguro que a revolução tecnológica explique a Era de Ouro, embora fosse expressiva. Como foi mostrado, muito da industrialização nessas décadas deveu-se à disseminação a novos países de processos baseados em velhas tecnologias: a industrialização de carvão, ferro e aço do século XIX estendeu-se aos países socialistas agrários; as indústrias americanas de petróleo e motores de combustão interna do século XX chegaram aos países europeus. O impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tornou substancial nas Décadas de Crise depois de 1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação e na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido. As principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico. Seu impacto na demografia do Terceiro Mundo foi imediato (ver capítulo 12). Os efeitos culturais foram um pouco mais lentos, mas não muito, pois a revolução sexual no Ocidente, nas décadas de 1960 e 1970, se tornou possível em função dos antibióticos — desconhecidos antes da Segunda Guerra Mundial — que pareceram eliminar os grandes riscos da promiscuidade, tornando as doenças venéreas facilmente curáveis, e da pílula anticoncepcional, cuja disponibilidade se ampliou na década de 1960. (O risco, no campo sexual, ia retornar na década de 1980, com a AIDS.)

O capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a citação de Crosland, um sistema "reformado a ponto de ficar irreconhecível", ou, nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillian, uma "nova" versão do velho sistema. O que aconteceu foi muito mais que um retorno do sistema, após alguns evitáveis "erros" do entreguerras, para seu objetivo "normal" de "tanto manter um alto nível de emprego quanto [...] desfrutar uma taxa não desprezível de crescimento econômico" (Johnson, 1972, p. 6). Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando

as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico. Homens como o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992) jamais haviam sido pragmatistas, dispostos (embora com relutância) a ser persuadidos de que atividades econômicas que interferiam com o *laissez-faire* funcionavam; embora sem dúvida negassem, com argumentos sutis, que pudessem funcionar. Eram verdadeiros crentes da equação "Livre Mercado = Liberdade do Indivíduo", e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A estrada para a servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.

Tampouco podemos duvidar de que o capitalismo foi deliberadamente reformado, em grande parte pelos homens em posição de fazê-lo nos EUA e Grã-Bretanha, durante os últimos anos da guerra. É um engano supor que as pessoas jamais aprendem com a história. A experiência do entreguerras e, sobretudo, a Grande Depressão tinham sido tão catastróficas que ninguém podia sonhar, como muitos homens na vida pública tinham feito após a Primeira Guerra Mundial, em retornar o mais breve possível à época anterior, ao toque das sirenes de ataque aéreo. Todos os homens (as mulheres ainda eram dificilmente aceitas no primeiro escalão da vida pública) que esboçavam aquilo que, em sua opinião, devia constituir os princípios da economia mundial no pós-guerra e o futuro da ordem econômica global haviam vivido a Grande Depressão. Alguns, como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam.

Quatro coisas pareciam claras para esses formuladores de decisões. A catástrofe do entreguerras, que de modo nenhum se devia deixar retornar, se devera em grande parte ao colapso do sistema comercial e financeiro global e à conseqüente fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial. O sistema global fora um dia estabilizado pela hegemonia, ou pelo menos centralidade, da economia britânica e sua moeda, a libra esterlina. No entreguerras a Grã-Bretanha e a libra não eram mais suficientemente fortes para carregar esse fardo, que agora só podia ser assumido pelos EUA e o dólar. (A conclusão, naturalmente, despertava entusiasmo mais genuíno em Washington que em outras partes.) Terceiro, a Grande

Depressão se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito. Daí em diante o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele. Finalmente, por motivos sociais e políticos, não se devia permitir um retorno do desemprego em massa.

Formuladores de decisões fora dos países anglo-saxônicos pouco podiam fazer em relação à reconstrução do sistema comercial e financeiro mundial, mas achavam bastante conveniente a rejeição do velho liberalismo de livre mercado. Forte orientação e planejamento estatais em assuntos econômicos não eram novidades em vários países, da França ao Japão. Mesmo a posse e administração de indústrias pelo Estado eram bastante conhecidas, e haviam se ampliado bastante em países ocidentais após 1945. Não era de forma alguma uma questão particular entre socialistas e anti-socialistas, embora a virada geral para a esquerda da política de Resistência lhe desse mais destaque do que teria tido antes da guerra, como por exemplo nas Constituições francesa e italiana de 1946-7. Assim, mesmo após quinze anos de governo socialista, em 1960 a Noruega tinha um setor público proporcionalmente (e, claro, absolutamente) menor que a Alemanha Ocidental, que não era um país dado a nacionalizações.

Quanto aos partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria, a não ser os comunistas, cuja política consistia em adquirir poder e depois seguir o modelo da URSS. Os pragmáticos escandinavos deixaram intato o seu setor privado. O governo trabalhista britânico de 1945 não, mas nada fez para reformá-lo, e mostrou uma falta de interesse pelo planejamento bastante surpreendente, sobretudo quando comparado com a entusiástica modernização planejada de governos franceses contemporâneos (e não socialistas). Na verdade, a esquerda concentrava-se em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim. Como não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Na verdade, um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado.

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos — pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas — tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada

como "socialista". Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na "economia mista". Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. Desde 1933 os espantalhos da inflação e financiamento de dívida não espantavam mais os passarinhos dos campos econômicos, mas as safras ainda pareciam crescer.

Não foram mudanças pequenas. Eles levaram um estadista americano de férreas credenciais capitalistas — Averrel Harriman — a dizer a seus compatriotas, em 1946: "As pessoas deste país não têm mais medo de palavras como 'planejamento' [...] as pessoas aceitaram o fato de que o governo tem de planejar tanto quanto os indivíduos deste país" (Maier, 1987, p. 129). Elas fizeram um defensor do liberalismo econômico e admirador da economia americana, Jean Monnet (1888-1979), tornar-se apaixonado defensor do planejamento econômico francês. Transformaram Lionel (Lord) Robbins, um economista adepto do livre mercado que antes defendia a ortodoxia contra Keynes, e dirigira um seminário em conjunto com Hayek na London School of Economics, num diretor da semi-socialista economia de guerra britânica. Durante mais ou menos trinta anos houve consenso entre os pensadores e formuladores de decisões "ocidentais", notadamente nos EUA, acerca do que outros países do lado não comunista podiam fazer, ou melhor, o que não podiam. Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada ("livre empresa" era o nome preferido)* precisava ser salva de si mesma para sobreviver.

Contudo, embora o capitalismo sem dúvida se reformasse, devemos estabelecer uma clara distinção entre a disposição geral de fazer algo então impensável e a eficácia efetiva das novas receitas que os *chefs* dos novos restaurantes econômicos estavam criando. Isso é difícil de avaliar. Os economistas, como os políticos, sempre tendem a atribuir os sucessos à sagacidade de suas políticas, e durante a Era de Ouro, quando mesmo economias fracas como a britânica floresceram e cresceram, pareceu haver bastante espaço para a autocongratulação. Mesmo assim, a política deliberada emplacou alguns sucessos

(*) Evitava-se no discurso público a palavra "capitalismo", assim como "imperialismo", pois tinham associações negativas na mente do público. Só na década de 1970 encontramos políticos e publicistas declarando-se com orgulho "capitalistas", o que fora ligeiramente antecipado a partir de 1965 no slogan da revista econômica *Forbes*, que, invertendo uma expressão do jargão dos comunistas americanos, passara a descrever-se como um "instrumento do capitalismo".

impressionantes. Em 1945-6, a França, por exemplo, seguiu, bastante conscientemente, um rumo de planejamento econômico para modernizar sua economia industrial. Essa adaptação de idéias soviéticas a uma economia capitalista mista deve ter tido algum efeito, pois entre 1950 e 1979 a França, até então um sinônimo de atraso econômico, aproximou-se com mais êxito que qualquer outro dos principais países industriais da produtividade americana, mais mesmo que a Alemanha (Maddison, 1982, p. 46). Apesar disso, devemos deixar os economistas, uma tribo notadamente contenciosa, para discutir os méritos e deméritos e a eficácia das políticas dos vários governos (a maioria associada ao nome de J. M. Keynes, que morrera em 1946).

IV

A diferença entre intenção geral e aplicação detalhada é particularmente clara na reconstrução da economia internacional, pois aqui a "lição" da Grande Depressão (a palavra aparece constantemente no discurso da década de 1940) se traduziu pelo menos em parte em medidas concretas. A supremacia americana era, claro, um fato. A pressão política por ação vinha de Washington, mesmo quando muitas idéias e iniciativas partiam da Grã-Bretanha, e onde as opiniões divergiram, como a discordância entre Keynes e o porta-voz americano Harry White,* sobre o novo Fundo Monetário Internacional (FMI), os EUA prevaleceram. Contudo, o plano original para a nova ordem econômica mundial via essa supremacia como parte de uma nova ordem política mundial, também planejada durante os últimos anos da guerra como as Nações Unidas, e só depois que o modelo original da ONU desmoronou, na Guerra Fria, as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial ("Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento") e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se *de facto* subordinadas à política americana. Iriam promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas de balanças de pagamento. Outros pontos no programa internacional não geraram instituições especiais (por exemplo, para controlar o preço de produtos primários e para adotar medidas internacionais destinadas a manter o pleno emprego), ou foram implementados de modo incompleto. A proposta Organização do Comércio Internacional tornou-se o muito mais modesto Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), uma estrutura para reduzir barreiras comerciais por meio de barganhas periódicas.

Em suma, na medida em que tentavam construir um conjunto de instituições funcionais para dar vida a seus projetos, os planejadores do admirável

(*) Ironicamente, White se tornou uma vítima da caça às bruxas americana como suposto simpatizante secreto do Partido Comunista.

mundo novo fracassaram. O mundo não emergiu da guerra sob a forma de um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos, e as medidas americanas para estabelecê-lo desabaram dois anos após a vitória. Porém, ao contrário das Nações Unidas, o sistema internacional de comércio e pagamentos deu certo, embora não do modo originalmente previsto ou pretendido. Na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970. Deve-se ter sempre em mente que em 1950 só os EUA tinham mais ou menos 60% de todo o estoque de capital de todos os países capitalistas avançados, produziam mais ou menos 60% de toda a produção deles, e mesmo no auge da Era de Ouro (1970) ainda detinham mais de 50% do estoque total de capital de todos esses países e eram responsáveis por mais da metade de sua produção (Armstrong, Glyn & Harrison, 1991, p. 151).

Isso também se devia ao temor do comunismo. Pois, ao contrário das convicções americanas, o principal obstáculo a uma economia capitalista internacional de livre comércio não era o instinto protecionista dos estrangeiros, mas a combinação das tradicionalmente altas tarifas internas dos EUA e o impulso para uma vasta expansão das exportações americanas, que os planejadores do tempo da guerra em Washington encaravam como "essencial para atingir o pleno e efetivo emprego nos EUA" (Kolko, 1969, p. 13). Uma expansão agressiva estava visivelmente na mente dos formuladores da política americana assim que a guerra acabou. Foi a Guerra Fria que os encorajou a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível. Chegou-se a argumentar que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global (Walker, 1993). Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall (ver pp. 237-8) sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim — como fizeram sistematicamente a França e a Áustria —, e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão. Sem dúvida esses dois países teriam se tornado grandes potências econômicas de qualquer modo. O simples fato de, como países derrotados, não serem senhores de sua política externa lhes deu uma vantagem, pois não os tentou a despejar mais que um mínimo de recursos no estéril buraco dos gastos militares. No entanto, devemos nos perguntar o que teria acontecido à economia alemã se sua recuperação tivesse dependido dos europeus, que temiam seu renascimento. Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado, se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coréia e depois a do Vietnã em 1965? Os EUA financiaram a duplicação da produção de manu-

faturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês — não menos que 16% ao ano. O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial. No caso extremo da URSS, foi provavelmente fatal. Contudo, mesmo os EUA trocaram força militar por crescente enfraquecimento econômico.

Uma economia capitalista mundial desenvolveu-se assim em torno dos EUA. Ergueu menos obstáculos aos movimentos internacionais de fatores de produção que qualquer outra desde o período médio-vitoriano, com uma exceção: a migração internacional demorou a recuperar-se do estrangulamento do entreguerras. Isso foi, em parte, uma ilusão de ótica. O grande *boom* da Era de Ouro foi alimentado não apenas pela mão-de-obra dos ex-desempregados, mas por vastos fluxos de migração interna — do campo para a cidade, da agricultura (sobretudo de regiões de solos montanheses pobres), de regiões mais pobres para outras mais ricas. Assim, os sulistas italianos inundaram as fábricas da Lombardia e do Piemonte, e 400 mil camponeses meeiros toscanos deixaram suas terras em vinte anos. A industrialização do Leste Europeu foi em essência um desses processos de migração em massa. Além disso, alguns desses migrantes internos eram na verdade migrantes internacionais, só que haviam chegado ao país não em busca de emprego, mas como parte do terrível êxodo em massa de refugiados e populações expulsas após 1945.

Apesar disso, é notável que numa era de espetacular crescimento econômico e crescente escassez de mão-de-obra, e num mundo ocidental dedicado a livres movimentos na economia, os governos resistissem à livre imigração, e, quando de fato começaram a permiti-la (como no caso dos habitantes do Caribe e outros membros da Comunidade Britânica, que tinham o direito de assentar-se porque legalmente eram britânicos), acabassem por interrompê-la. Em muitos casos só se concedia a esses imigrantes, a maioria vinda dos países menos desenvolvidos do Mediterrâneo, permanência condicional e temporária, para que pudessem ser facilmente repatriados, embora a expansão da Comunidade Econômica Européia, passando inclusive vários países de imigrantes (Itália, Espanha, Portugal, Grécia), tornasse isso mais difícil. Mesmo assim, no início da década de 1970 cerca de 7,5 milhões haviam migrado para os países europeus desenvolvidos (Potts, 1990, pp. 146-7). Mesmo na Era de Ouro a imigração era uma questão politicamente delicada. Nas difíceis décadas após 1973, ia levar a uma aguda elevação da xenofobia pública na Europa.

Contudo, a economia mundial na Era de Ouro continuou sendo mais *internacional* que *transnacional*. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. Mesmo os EUA, que tinham sido em grande parte auto-suficientes antes da Segunda Guerra Mundial, quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, mas também se tornaram um maciço importador de bens de consumo a partir do final da década de

1950. Em fins da década de 1960, começaram até a importar automóveis (Block, 1977, p. 145). Contudo, embora as economias industriais comprassem e vendessem cada vez mais suas respectivas produções, o grosso de suas atividades econômicas continuou centrado no mercado interno. No auge da Era de Ouro, os EUA exportaram apenas pouco menos de 8% de seu PIB, e, mais surpreendentemente, o Japão, tão voltado para a exportação, só um pouco mais (Marglin & Schor, p. 43, tabela 2.2).

Apesar disso, começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma "economia mundial" que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer. Em dado momento do início da década de 1970, uma economia transnacional assim tornou-se uma força global efetiva. E continuou a crescer, no mínimo mais rapidamente que antes, durante as Décadas de Crise após 1973. Na verdade, seu surgimento criou em grande parte os problemas dessas décadas. Claro que foi acompanhada de uma crescente *internacionalização*. Entre 1965 e 1990, a porcentagem do produto mundial destinado às exportações iria duplicar (*World Development*, 1992, p. 235).

Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como "multinacionais"), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore* (externo). Este último foi não só uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro.

O termo *offshore* entrou no vocabulário público civil a certa altura da década de 1960, para descrever a prática de registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país. Pois todo Estado ou território sério, por mais comprometido que estivesse com a liberdade de obter lucros, havia estabelecido em meados da década de 1960 certos controles e restrições à conduta de negócios legítimos, no interesse de seu povo. Uma combinação convenientemente complexa e engenhosa de buracos legais nas leis empresariais e trabalhistas dos bondosos miniterritórios — por exemplo, Curaçao, Ilhas Virgens e Liechtenstein — podia produzir maravilhas no balanço da empresa. Pois "a essência da prática do *offshore* está em transformar um enorme número de buracos numa estrutura empresarial viável mas não regulamentada" (Raw, Page & Hodgson, 1972, p. 83). Por motivos óbvios, a prática do *offshore* prestava-se particularmente a transações financeiras, em-

bora o Panamá e a Libéria há muito subsidiassem seus políticos com a renda do registro de navios mercantes de outros países cujos donos achavam a mão-de-obra e os regulamentos de segurança patrícios demasiado onerosos.

Em dado momento da década de 1960, um pouco de engenhosidade transformou o velho centro internacional financeiro, a *City* de Londres, num grande centro *offshore* global, com a invenção da "euromoeda", ou seja, sobretudo "eurodólares". Os dólares depositados em bancos não americanos e não repatriados, sobretudo para evitar as restrições da legislação bancária americana, tornaram-se um instrumento financeiro negociável. Esses dólares em livre flutuação, acumulando-se em grandes quantidade graças aos crescentes investimentos americanos no exterior e aos enormes gastos políticos e militares do governo dos EUA, se tornaram a fundação de um mercado global, sobretudo de empréstimos a curto prazo, que escapava a qualquer controle. Seu crescimento foi sensacional. O mercado de euromoeda líquida subiu de cerca de 14 bilhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973 e quase 500 bilhões cinco anos depois, quando esse mercado se tornou o principal mecanismo para reciclar o Klondike de lucros do petróleo que os países da OPEP de repente se viram imaginando como gastar e investir (ver p. 473). Os EUA foram o primeiro país a se ver à mercê dessas vastas e multiplicantes enxurradas de capital solto que varriam o globo de moeda em moeda, em busca de lucros rápidos. Todos os governos acabaram sendo vítimas disso, pois perderam o controle das taxas de câmbio e do volume de dinheiro em circulação no mundo. Em princípios da década de 1990, até mesmo a ação conjunta de grandes bancos centrais revelou-se impotente.

Que empresas baseadas num país, mas operando em vários, expandissem suas atividades era bastante natural. Tampouco eram novas essas "multinacionais". As empresas americanas desse tipo aumentaram suas filiais estrangeiras de cerca de 7,5 mil em 1950 para mais de 23 mil em 1966, a maioria na Europa Ocidental e no hemisfério ocidental (Spero, 1977, p. 92). Contudo, empresas de outros países as foram seguindo cada vez mais. A empresa química alemã Hoechst, por exemplo, estabeleceu-se ou associou-se com 117 fábricas em 45 países, em todos os casos, com exceção de seis, depois de 1950 (Fröbel, Heinrichs & Kreye, 1986, Tabela IIIA, p. 281 ff.). A novidade estava mais na escala abrangente dessas entidades transnacionais. No início da década de 1980, as empresas transnacionais americanas respondiam por mais de três quartos das exportações e quase metade das importações do país, e tais empresas (britânicas e estrangeiras) eram responsáveis por mais de 80% das exportações da Grã-Bretanha (*UN Transnational*, 1988, p. 90).

Em certo sentido, estes números são irrelevantes, pois a principal função dessas empresas era "internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais", isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território. Muito do que as estatísticas (ainda basicamente coletadas de país em país) mostram como impor-

tações ou exportações é na verdade comércio *interno* dentro de uma entidade transnacional como a General Motors, que operava em quarenta países. A capacidade de operar desse jeito reforçou naturalmente a tendência à concentração de capital, conhecida desde Karl Marx. Em 1960, já se estimava que as vendas das duzentas maiores empresas do mundo (não socialista) equivaliam a 17% do PNB daquele setor do mundo, e em 1984 dizia-se que equivaliam a 26%.* A maioria dessas transnacionais se situavam em Estados substancialmente "desenvolvidos". Na verdade, 85% das "duzentas grandes" tinham sede nos EUA, Japão, Grã-Bretanha e Alemanha, com empresas de onze outros países formando o resto. Contudo, mesmo sendo provável que as ligações dessas supergigantes com seus governos de origem fossem estreitas, no fim da Era de Ouro é duvidoso que qualquer uma dessas empresas, com exceção das japonesas e de algumas essencialmente militares, pudesse ser descrita sem hesitação como *identificada* com os interesses de seu governo ou país. Não era mais tão claro quanto parecia antes que, segundo as palavras de um magnata de Detroit que entrou no governo americano, "o que é bom para a General Motors é bom para os EUA". Como poderia sê-lo, quando suas operações no país de origem eram simplesmente num mercado entre os cem onde, digamos, a Mobil Oil era ativa, ou os 170 onde a Daimler-Benz se achava presente? A lógica comercial obrigaria uma empresa internacional de petróleo a adotar, em relação a seu país de origem, uma estratégia e política exatamente igual à que tinha com a Arábia Saudita ou a Venezuela, ou seja, em termos de lucros e perdas de um lado, e do relativo poder da empresa e do governo de outro.

A tendência de transações e empresas comerciais — e não apenas de algumas dezenas de gigantes — emanciparem do tradicional Estado-nação tornou-se ainda mais acentuada à medida que a produção industrial começava, lentamente a princípio, mas com crescente rapidez, a sair dos países europeus e da América do Norte pioneiros na industrialização e no desenvolvimento capitalista. Esses países continuaram sendo a usina de força do crescimento da Era de Ouro. Em meados da década de 1950, os países industriais tinham vendido cerca de três quintos de suas exportações manufaturadas uns aos outros, no início da de 1970 três quartos. Entretanto, as coisas começaram então a mudar. O mundo desenvolvido passou a exportar um pouco mais de suas manufaturas para o resto do mundo, porém — mais significativamente — o Terceiro Mundo passou a exportar manufaturas para os países industriais desenvolvidos em escala substancial. À medida que as tradicionais exportações primárias de regiões atrasadas perdiam terreno (com exceção, após a revolução da OPEP, dos combustíveis minerais), elas começaram, irregular mas rapidamente, a industrializar-se. Entre 1970 e 1983, a fatia das exportações

(*) Essas estimativas devem ser usadas com cuidado, e é melhor encará-las apenas como ordens de grandeza.

industriais globais que cabia ao Terceiro Mundo, até então estável em cerca de 5%, mais que dobrou (Fröbel, Heinrichs, Kreye, 1986, p. 200).

Uma nova divisão internacional do trabalho, portanto, começou a solapar a antiga. A empresa alemã Volkswagen instalou fábricas na Argentina, Brasil (três), Canadá, Equador, Egito, México, Nigéria, Peru, África do Sul e Iugoslávia — como sempre, sobretudo após meados da década de 1960. Novas indústrias do Terceiro Mundo abasteciam não apenas os crescentes mercados locais, mas também o mercado mundial. Podiam fazer isso tanto exportando artigos inteiramente produzidos pela indústria local (como os têxteis, a maioria dos quais em 1970 tinha emigrado dos velhos países para os "em desenvolvimento"), quanto *tornando-se parte de um processo transnacional de manufatura.*

Essa foi a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse plenamente a maioridade depois. Isso só poderia ter acontecido graças à revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre, digamos, Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia de informação. Grandes fabricantes de produtos eletrônicos começaram a globalizar-se a partir de meados da década de 1960. A linha de produção cruzava agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais "zonas francas" ou fábricas *offshore*, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão-de-obra barata, e sobretudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das primeiras, Manaus, no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas.

Tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial. À medida que o globo se tornava sua unidade real, as economias nacionais dos grandes Estados foram dando lugar a tais centros *offshore*, a maioria situada nos pequenos ou minúsculos míni-Estados que se haviam convenientemente multiplicado quando os velhos impérios coloniais se despedaçaram. No fim do Breve Século XX, o mundo, segundo o Banco Mundial, possuía 71 economias com populações de menos de 2,5 milhões de habitantes (dezoito delas com populações de menos de 100 mil), ou seja, dois terços de todas as unidades políticas oficialmente tratadas como "economias" (*World Development*, 1992). Até a Segunda Guerra Mundial, essas unidades eram encaradas como piadas econômicas, e na verdade nem como Estados de fato.*

(*) Só no início da década de 1990 os antigos estadilhos da Europa — Andorra, Liechtenstein, Mônaco, San Marino — foram tratados como membros potenciais da ONU.

Eram e certamente são incapazes de defender sua independência nominal na selva internacional, mas na Era de Ouro se tornou evidente que podiam florescer tanto quanto e às vezes mais que grandes economias nacionais, oferecendo serviços diretamente à economia global. Daí o surgimento de novas cidades-Estado (Hongkong, Cingapura), uma forma de organização política que florescera pela última vez na Idade Média; pedaços do deserto do golfo Pérsico foram transformados em grandes participantes no mercado de investimento global (Kuwait), e dos muitos refúgios *offshore* da legislação de Estado.

Essa situação iria oferecer aos movimentos étnicos nacionalistas de fins do século XX, que se multiplicavam, instrumentos inconvincentes em favor da viabilidade de uma Córsega ou ilhas Canárias independentes. Inconvincentes porque a única independência conseguida por secessão era a separação do Estado-nação a que tais territórios se achavam antes ligados. Economicamente, a separação iria quase com certeza torná-los mais dependentes das entidades transnacionais que cada vez mais determinavam essas questões. O mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por Estados anões, ou sem Estado algum.

V

Era natural que a indústria se transferisse de locais de mão-de-obra cara para outros onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável, e a (previsível) descoberta de que a força de trabalho não branca era pelo menos tão qualificada e educada quanto a branca iria ser um bônus extra para as indústrias de alta tecnologia. Contudo, havia um motivo particularmente convincente para o *boom* da Era de Ouro provocar o abandono dos países-núcleo da velha industrialização. Era a incomum combinação "keynesiana" de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida.

Essa combinação era, como vimos, uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países "ocidentais", tendo a extrema direita fascista-ultranacionalista sido eliminada do cenário político pela Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria. Também se baseou num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido. Na verdade, nas dezesseis economias

de mercado mais industrializadas o investimento cresceu a uma taxa anual de 4,5%, quase três vezes mais rapidamente que durante os anos de 1870 a 1913, mesmo levando-se em conta a taxa um tanto menos impressionante na América do Norte, que empurrou a média geral para baixo (Maddison, 1982, tabela 5.1, p. 96). *De facto*, o arranjo era triangular, com os governos, formal ou informalmente, presidindo as negociações institucionalizadas entre capital e trabalho, agora habitualmente descritos, pelo menos na Alemanha, como "parceiros sociais". Após o fim da Era de Ouro, esses arranjos foram barbaramente atacados pelos crescentes teólogos do livre mercado sob o nome de "corporativismo", uma palavra que tinha associações meio esquecidas e inteiramente irrelevantes com o fascismo do entreguerras (ver p. 114).

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados — poucos então — 80% de seus antigos salários.

Até fins da década de 1960, a política da Era de Ouro refletiu esse estado de coisas. À guerra se seguiram, em toda parte, governos fortemente reformistas, rooseveltiano nos EUA, dominados pelos social-democratas em praticamente toda a Europa Ocidental ex-beligerante, com exceção da Alemanha Ocidental ocupada (onde não houve instituições nem eleições independentes até 1949). Mesmo os comunistas estavam no governo até 1947 (ver p. 238). O radicalismo dos anos da Resistência afetou até os partidos conservadores que surgiam — os democrata-cristãos alemães-ocidentais achavam o capitalismo ruim para a Alemanha até 1949 (Leaman, 1988) — ou pelo menos tornava difícil nadar contra a corrente. O Partido Conservador britânico reivindicava crédito pelas reformas do governo trabalhista de 1945.

Um tanto surpreendentemente, o reformismo logo bateu em retirada, embora não o consenso. O grande *boom* da década de 1950 foi presidido, quase em toda parte, por governos de conservadores moderados. Nos EUA (a partir de 1952), Grã-Bretanha (de 1951), França (a não ser por breves episódios de coalizão), Alemanha Ocidental, Itália e Japão, a esquerda estava inteiramente fora

do poder, embora a Escandinávia continuasse sendo social-democrata e partidos socialistas estivessem no poder em coalizões em outros países pequenos. Não pode haver dúvida sobre o recesso da esquerda. Isso não se deveu à perda maciça de apoio dos socialistas, nem mesmo dos comunistas na França e Itália, onde eram os maiores partidos da classe operária.* Tampouco se deveu à Guerra Fria, exceto talvez na Alemanha, onde o Partido Social-Democrata (SPD) era "irrealista" em relação à unidade alemã, e na Itália, onde ele permaneceu aliado aos comunistas. Todos, com exceção dos comunistas, eram confiavelmente anti-russos. O clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança.

Na década de 1960, o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda; talvez em parte devido ao crescente recuo do liberalismo econômico diante da administração keynesiana, mesmo em bastiões anticoletivistas como a Bélgica e a Alemanha Ocidental, talvez em parte porque os velhos senhores que presidiam a estabilização e ressurreição do sistema capitalista deixaram a cena — Dwight Eisenhower (nascido em 1890) em 1960, Konrad Adenauer (n. 1876) em 1965, Harold Macmillan (n. 1890) em 1964. Mesmo o grande general De Gaulle (n. 1890) acabou partindo. Verificou-se certo rejuvenescimento da política. Na verdade, os anos de pico da Era de Ouro pareceram tão convenientes para a esquerda moderada, mais uma vez no governo em muitos Estados europeus ocidentais, quanto a década de 1950 fora inconveniente. Essa virada para a esquerda se deveu em parte a mudanças eleitorais, como na Alemanha Ocidental, Áustria e Suécia, e anteciparam mudanças ainda mais impressionantes na década de 1970 e inícios da de 1980, quando os socialistas franceses e os comunistas italianos alcançaram seu pico histórico, mas em essência os padrões de votos continuaram estáveis. Os sistemas eleitorais exageravam mudanças relativamente menores.

Contudo, há um claro paralelismo entre a mudança para a esquerda e os acontecimentos públicos mais significativos da década, ou seja, o aparecimento de Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social — manutenção de renda, assistência, educação — se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público — por exemplo, em meados da década de 1970, 40% na Grã-Bretanha e 47% na Suécia (Therborn, 1983). Os primeiros Estados de Bem-estar, nesse sentido, apareceram por volta de 1970. Claro, o declínio dos gastos militares durante os anos da *détente* fez aumentar auto-

(*) Contudo, todos os partidos de esquerda eram minorias eleitorais, embora grandes. A maior votação alcançada por um desses partidos foi de 48,8% do Partido Trabalhista britânico em 1951, ironicamente numa eleição ganha pelos conservadores com uma votação ligeiramente menor, graças aos caprichos do sistema eleitoral britânico.

maticamente a proporção de gastos em outros setores, mas o exemplo dos EUA mostra que houve uma mudança real. Em 1970, quando a Guerra do Vietnã estava no auge, o número de empregados em escolas nos EUA pela primeira vez se tornou significativamente maior que o de "pessoal militar e civil da defesa" (*US Historical Statistics* 1976, vol. II, pp. 1102, 1104 e 1141). No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado "Estados do Bem-estar" desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro.

Enquanto isso, a política das "economias de mercado desenvolvidas" parecia tranqüila, se não sonolenta. Que havia de excitante, a não ser o comunismo, os perigos de guerra nuclear e as crises internas que as atividades imperiais no exterior traziam, como a aventura de Suez de 1956, na Grã-Bretanha, a Guerra da Argélia, na França (1954-61), e, depois de 1965, a Guerra do Vietnã, nos EUA? Foi por isso que a súbita e quase mundial explosão de radicalismo estudantil em 1968 e por volta dessa data pegou tão de surpresa os políticos e os intelectuais mais velhos.

Era um sinal de que o equilíbrio da Era de Ouro não podia durar. Economicamente, esse equilíbrio dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Um afrouxamento na ascensão contínua de produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultariam em desestabilização. Dependia do que estivera tão dramaticamente ausente no entreguerras, um equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Os salários tinham de subir com rapidez suficiente para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros. Como, porém, controlar salários numa era de demanda excepcionalmente florescente? Como, em outras palavras, controlar a inflação, ou pelo menos mantê-la dentro de limites? Por último, a Era de Ouro dependia do esmagador domínio político e econômico dos EUA, que atuavam — às vezes sem pretender — como o estabilizador e assegurador da economia mundial.

Durante a década de 1960, tudo isso dava sinais de desgaste. A hegemonia dos EUA declinou e, enquanto caía, o sistema monetário com base no dólar-ouro desabou. Houve alguns sinais de diminuição na produtividade da mão-de-obra em vários países, e sem dúvida sinais de que o grande reservatório de mão-de-obra da migração interna, que alimentara o *boom* industrial, chegava perto da exaustão. Após vinte anos, tornara-se adulta uma nova geração, para a qual a experiência do entreguerras — desemprego em massa, insegurança, preços estáveis ou em queda — era história, e não parte de sua experiência. Eles haviam ajustado suas expectativas à única experiência de seu grupo etário, de pleno emprego e inflação contínua (Friedman, 1968, p. 11). Qualquer

que tenha sido a situação responsável pela "explosão mundial de salários" no fim da década de 1960 — escassez de mão-de-obra, crescentes esforços dos patrões para conter os salários reais, ou, como na França e na Itália, as grandes rebeliões estudantis —, tudo se assentava na descoberta, feita por uma geração de trabalhadores acostumados a ter ou conseguir emprego, de que os regulares e bem-vindos aumentos há tanto negociados por seus sindicatos eram na verdade muito menos do que se podia arrancar do mercado. Detectemos ou não um retorno à luta de classes nesse reconhecimento de realidades do mercado (como afirmaram muitos na "nova esquerda" pós-68), não há dúvida sobre a impressionante mudança de estado de espírito entre a moderação e a calma das negociações salariais antes de 1968 e os últimos anos da Era de Ouro.

Uma vez que era diretamente relevante para o modo como a economia funcionava, a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas. A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e — como a maioria de seus membros ainda estava sendo educada — em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de *rock*: a juventude (classe média). Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro — ao contrário de tais movimentos em países do Terceiro Mundo e ditatoriais (ver pp. 325-6 e 431-2). Contudo, serviu como aviso, uma espécie de *memento mori* a uma geração que em parte acreditava ter solucionado para sempre os problemas da sociedade ocidental. Os grandes textos do reformismo da Era de Ouro: *The future of socialism* [O futuro do socialismo], de Crosland; *The affluent society* [A sociedade rica], de J. K. Galbraith; *Beyond the welfare State* [Além do Estado do Bem-estar], de Gunnar Myrdal; *The end of ideology* [O fim da ideologia], de Daniel Bell, todos escritos entre 1956 e 1960, baseavam-se na presunção da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança na economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 1960.

Portanto, 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal. Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do *boom* de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro. Seu fim não era exatamente inesperado. A expansão da economia no início da década de 1970, acelerada por uma inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano, tornou-se febril. No jargão dos econo-

mistas, o sistema ficou "superaquecido". Nos dozes meses a partir de julho de 1972, o PIB real nos países da OCDE subiu 7,5%, e a produção industrial real 10%. Historiadores que não esqueceram como terminou o grande *boom* médio-vitoriano bem poderiam ter se perguntado se o sistema não se encaminhava para uma queda. Teriam estado certos, embora eu não creia que alguém tenha previsto a queda de 1974. Tampouco, talvez, a levaram tão a sério quanto ela revelou ser, pois, embora o PNB dos países industriais avançados na verdade *caísse* substancialmente — coisa que não acontecia desde a guerra —, as pessoas ainda pensavam em crise econômica nos termos de 1929, e não havia sinal de catástrofe. Como sempre, a reação imediata dos chocados contemporâneos foi buscar razões especiais para o colapso do antigo *boom*, "um incomum acúmulo de perturbações infelizes, sem probabilidade de se repetir na mesma escala, cujo impacto foi agravado por alguns erros inevitáveis", para citar a OCDE (McCracken, 1977, p. 14). Os mais simplórios atribuíam tudo à ganância dos xeques do petróleo da OPEP. Qualquer historiador que atribui grandes mudanças na configuração da economia do mundo ao azar e a acidentes inevitáveis deve pensar de novo. E essa foi uma grande mudança. A economia mundial não recuperou seu antigo ritmo após o *crash*. Uma era chegava ao fim. As décadas a partir de 1973 seriam de novo uma era de crise.

A Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro. Para isso vamos nos voltar agora.

10

A REVOLUÇÃO SOCIAL 1945-90

Lily: *Minha avó conta pra gente as coisas da Depressão. Você também podia ler a respeito.*
Roy: *Vivem dizendo que a gente devia estar feliz por ter comida e tudo mais, porque nos anos 30 diziam que a gente, os pobres, estava tudo morrendo de fome, sem emprego e essa coisa toda.*

* * *

Bucky: *Eu nunca tive uma Depressão, por isso ela não me preocupa mesmo.*
Roy: *Pelo que eu soube, você ia detestar viver naquele tempo.*
Bucky: *Ora, eu não estou vivendo naquele tempo.*

Studs Terkel, *Hard times* (1970, pp. 22-3)

Quando [o general De Gaulle] chegou ao poder, havia 1 milhão de aparelhos de televisão na França [...] Quando saiu, havia 10 milhões [...] O Estado é sempre uma questão de show-biz. Mas o Estado-teatro de ontem era coisa muito diferente do Estado-TV que existe hoje.

Régis Debray (1994, p. 34)

I

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição "após", geralmente usada na forma latinizada "pós" ou "post" como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estrutu-

ralista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram. Essa transformação é o tema do presente capítulo.

A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade. Claro, as partes desenvolvidas do mundo, isto é, para fins práticos, as partes central e ocidental da Europa e a América do Norte, além de uma pequena faixa de ricos e cosmopolitas em toda parte, há muito viviam num mundo de constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural. Para eles, a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que já se achavam acostumados em princípio. Afinal, os nova-iorquinos de meados da década de 1930 já olhavam para cima e viam um arranha-céu, o Empire State Building (1934), cuja altura só foi ultrapassada na década de 1970, e mesmo então por uns modestos trinta metros, mais ou menos. Foi preciso algum tempo para se notar, e outro tanto para se avaliar, a transformação de crescimento material quantitativo em distúrbios qualitativos da vida, mesmo naquelas partes do mundo. Mas para a maior parte do globo as mudanças foram igualmente súbitas e sísmicas. Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960.

Em muitos aspectos, os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou como mudanças na vida dos indivíduos que, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes. Por que a decisão da população rural de procurar trabalho na cidade implicaria, na mente deles, uma transformação mais duradoura do que o engajamento nas Forças Armadas ou em qualquer setor da economia de guerra implicou para homens e mulheres britânicos e alemães nas duas guerras mundiais? Eles não pretendiam mudar seu estilo de vida para sempre, mesmo que acabassem por fazê-lo. São os que os vêem de fora, revisitando periodicamente os cenários de tais transformações, que reconhecem quanta coisa mudou. Como estava absolutamente diferente, por exemplo, a Valença de princípios da década de 1980 da mesma cidade e região na década de 1950, quando este escritor vira pela última vez aquela parte da Espanha. Como se sentiria desorientado um camponês siciliano que dormisse e acordasse duas décadas depois — na verdade, um bandido local que ficara na prisão por duas décadas a partir de meados da década de 1950 — quando voltasse aos arredores de Palermo, nesse entretempo tornados irreconhecíveis pela especulação imobiliária. "Onde antes havia vinhedos, hoje há *palazzi*", ele me disse, balançando a cabeça, descrente. De fato, a rapidez da mudança foi tal que o tempo histórico podia ser medido em inter-

valos ainda mais curtos. Menos de dez anos (1962-71) separaram uma Cusco onde, fora dos limites da cidade, a maioria dos homens índios ainda usava trajes tradicionais de uma Cusco onde uma substancial proporção deles já usava o *cholo*, isto é, roupas européias. No fim da década de 1970, barraqueiros na feira de uma aldeia mexicana já faziam as contas de seus clientes em pequenas calculadoras de bolso japonesas, ali desconhecidas no início da década.

Não há meio de leitores não velhos e viajados o suficiente para ter visto a história mudar dessa maneira, a partir de 1950, tentarem reproduzir essas experiências, embora a partir da década de 1960, quando os jovens ocidentais descobriram que viajar a países do Terceiro Mundo era factível e estava na moda, tudo que se tem precisado para ver a transformação global é um par de olhos abertos. De qualquer modo, os historiadores não podem continuar satisfeitos com imagens e historinhas, por mais significativas que sejam. Precisam especificar e contar.

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato. Pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca. Com exceção da Grã-Bretanha, camponeses e agricultores continuaram sendo uma parte maciça da população empregada, mesmo em países industrializados, até bem adiantado o século XX. Tanto assim que nos dias de estudante deste escritor, na década de 1930, a recusa dos camponeses a desaparecer ainda era usada correntemente como um argumento contra a previsão de Karl Marx de que eles se extinguiriam. Afinal, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, só havia um país industrial, além da Grã-Bretanha, onde a agricultura e a pesca empregavam menos de 20% da população, a Bélgica. Mesmo na Alemanha e nos EUA, as maiores economias industriais, a população agrícola, apesar de estar de fato em declínio constante, ainda equivalia mais ou menos a um quarto dos habitantes; na França, Suécia e Áustria, ainda estava entre 35% e 40%. Quanto aos países agrários atrasados — digamos, na Europa, a Bulgária e a Romênia —, cerca de quatro em cada cinco habitantes trabalhavam na terra.

Contudo, vejam o que aconteceu no terceiro quartel do século. Talvez não seja demasiado surpreendente o fato de que, no início da década de 1980, menos de três em cada cem britânicos ou belgas estavam na agricultura, de modo que era muito mais provável o britânico médio, no decorrer de sua vida diária, encontrar uma pessoa que outrora trabalhara a terra na Índia ou Bangladesh do que no Reino Unido. A população agrícola dos EUA caíra para idêntica proporção, mas, em vista de seu acentuado declínio há muito tempo, isso era menos surpreendente do que o fato de essa minúscula fração da força de trabalho ter condições de abastecer os EUA e o mundo com indizíveis quantidades de alimentos. O que poucos na década de 1940 poderiam prever era que, no início da de 1980, *nenhum* país a oeste das fronteiras da "cortina de

ferro" tivesse mais de 10% de sua população na atividade agrícola, com exceção da República da Irlanda (que estava apenas um pouco acima deste número) e dos Estados ibéricos. Mas fala por si mesmo o fato de na Espanha e em Portugal o número de pessoas empregadas na agricultura, que atingia pouco menos da metade da população em 1950, estar reduzido a 14,5% e 17,6%, respectivamente, trinta anos depois. O campesinato espanhol foi reduzido à metade em vinte anos após 1950, o português nos vinte anos após 1960 (ILO, 1990, tabela 2A; FAO, 1989).

São números espetaculares. No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou das batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquelá em que se aposentou de sua posterior carreira civil. Na Finlândia — para tomar uma história da vida real conhecida do escritor — uma jovem nascida como filha de um agricultor, e que se tornou esposa de um agricultor no primeiro casamento, teve condições, antes de muito entrada na meia-idade, de transformar-se numa intelectual cosmopolita e figura política. Mas também, em 1940, quando o pai dela morreu na guerra de inverno contra a Rússia, deixando mãe e bebê na propriedade da família, 57% dos finlandeses eram agricultores e madeireiros. Quando ela estava com 45 anos, menos de 10% o eram. Que haverá de mais natural, nessas circunstâncias, do que os finlandeses começarem como camponeses e acabarem em circunstâncias bastante diferentes?

Contudo, se a previsão de Marx de que a industrialização eliminaria o campesinato estava por fim evidentemente se concretizando em países de rápida industrialização, o fato realmente extraordinário foi o declínio da população agrícola em países cuja óbvia falta desse desenvolvimento as Nações Unidas tentavam disfarçar com uma variedade de eufemismos para as palavras "atrasado" e "pobre". No momento mesmo em que esperançosos jovens esquerdistas citavam a estratégia de Mao Tsé-tung para fazer triunfar a revolução pela mobilização de incontáveis milhões de habitantes da zona rural contra os encastelados bastiões do *status quo*, esses mesmos milhões abandonavam suas aldeias e mudavam-se para as cidades. Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e — quase — no Brasil (1960-80). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81), Venezuela (1961-81) e Jamaica (1953-81). Em todos esses países — com exceção da Venezuela —, no fim da Segunda Guerra Mundial os camponeses formavam metade, ou a maioria absoluta, da população ocupada. Mas já em 1970 *não* havia na América Latina — fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti — um único país em que os camponeses não fossem minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental. O número de agricultores na Argélia diminuiu de 75% da população para 20%; na Tunísia, de 68% para 23% em pouco mais de trinta anos; o Marrocos, menos acentuadamente, per-

deu sua maioria camponesa em dez (1971-82). A Síria e o Iraque ainda tinham metade de seus habitantes na agricultura em meados da década de 1950. Vinte anos depois, o primeiro reduzira essa porcentagem à metade, e o segundo a menos de um terço. O Irã caiu de cerca de 55% de camponeses em meados da década de 1950 para 29% em meados da de 1980.

Enquanto isso, claro, os camponeses da Europa agrária ainda aravam a terra. Na década de 1980, mesmo os antigos bastiões da agricultura camponesa no leste e sudeste do continente não tinham mais de um terço, mais ou menos, de sua força de trabalho no campo (Romênia, Polônia, Iugoslávia, Grécia), e alguns muito menos, notadamente a Bulgária (16,5% em 1985). Só um bastião camponês restava na Europa e no Oriente Médio ou seus arredores — a Turquia, onde o campesinato declinou, mas em meados da década de 1980 ainda continuava sendo maioria absoluta.

Só três regiões do globo permaneceram essencialmente dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia continental e a China. Apenas nessas regiões era possível encontrar países que tinham passado ao largo do declínio dos agricultores, nos quais os que plantavam e cuidavam de animais continuaram sendo durante todas as tempestuosas décadas uma proporção constante da população — mais de 90% no Nepal, cerca de 70% na Libéria, cerca de 60% em Gana, ou mesmo, um tanto surpreendentemente, cerca de 70% na Índia durante todos os 25 anos após a independência e um pouco menos (66,4%) mesmo em 1981. Essas regiões de dominação camponesa ainda representavam reconhecidamente metade da raça humana no fim do nosso período. Contudo, mesmo elas já desmoronavam pelas bordas sob as pressões do desenvolvimento econômico. O sólido bloco camponês da Índia era cercado por países cujas populações agrícolas declinavam muito depressa: Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, onde os camponeses há muito haviam deixado de ser maioria; como ocorrera, na década de 1980, na Malásia, Filipinas e Indonésia e, claro, nos novos Estados industriais do leste da Ásia, Taiwan e Coréia do Sul, que tinham mais de 60% de seus habitantes nos campos ainda em 1961. Além disso, na África, a predominância camponesa de vários países do sul era uma ilusão dos bantustans. A agricultura, praticada sobretudo por mulheres, era o lado visível de uma economia que na verdade dependia em grande parte das remessas da mão-de-obra masculina migrante para as cidades e minas brancas no sul.

O estranho nesse maciço e silencioso êxodo do campo na maior parte da massa de terra do mundo, e mais ainda de suas ilhas,* é que só parcialmente se deveu ao progresso agrícola, pelo menos nas antigas áreas camponesas. Como vimos (capítulo 9), os países industriais desenvolvidos, com uma ou duas exce-

(*) Cerca de três quintos da área de terra do globo, excluindo-se o inabitável continente da Antártica.

ções, também se transformaram nos grandes produtores agrícolas para o mercado mundial, e fizeram isso enquanto reduziam sua população agrícola a uma porcentagem pequena, e às vezes absurdamente minúscula, de seu povo. Isso foi conseguido graças a uma extraordinária explosão de produtividade per capita, de capital intensivo, promovida pelos agricultores. O aspecto imediato mais visível foi a expressiva quantidade de maquinário que o agricultor em países ricos e desenvolvidos tinha agora à sua disposição, e que realizava os grandes sonhos de abundância com a agricultura mecanizada que inspiravam todos aqueles tratoristas de peito nu das fotos de propaganda da jovem república soviética, e a que a agricultura soviética tão simbolicamente não correspondeu. Menos visíveis, mas igualmente significativas, foram as realizações cada vez mais impressionantes da química agrícola, criação seletiva e biotecnologia. Nessas circunstâncias, a agricultura simplesmente não mais precisava dos números de mãos e braços sem os quais, nos dias pré-tecnológicos, uma safra não podia ser colhida, nem na verdade do número de famílias camponesas regulares e seus empregados permanentes. E onde precisava, o transporte moderno tornava desnecessário mantê-los no campo. Assim, na década de 1970, criadores de ovelhas em Perthshire (Escócia) acharam economicamente compensador importar hábeis tosquiadores especializados da Nova Zelândia para a (curta) temporada de tosquia local, que, naturalmente, não coincidia com a do hemisfério sul.

Nas regiões pobres do mundo, a revolução agrícola não esteve ausente, embora fosse mais irregular. Na verdade, não fosse pela irrigação e a contribuição da *ciência*, através da chamada "revolução verde",* por mais controvertidas que possam ser as conseqüências de ambas a longo prazo, grandes partes do sudeste e sul da Ásia teriam sido incapazes de alimentar uma população que se multiplicava velozmente. Contudo, no todo, os países do Terceiro Mundo e partes do (antes ou ainda socialista) Segundo Mundo não mais se alimentavam a si mesmos, e muito menos produziam os grandes excedentes exportáveis de alimentos que se poderiam esperar de países agrários. Na melhor das hipóteses, eram encorajados a concentrar-se em safras especializadas para o mercado do mundo desenvolvido, enquanto seus camponeses, quando não compravam os baratos excedentes de alimentos exportados do norte, continuavam ceifando e arando à maneira antiga, de mão-de-obra intensiva. Não havia motivo para deixarem uma agricultura que precisava de seu trabalho, a não ser talvez a explosão populacional, que poderia fazer a terra escassear. Mas as regiões das quais os camponeses saíam em massa eram muitas vezes, como na América Latina, pouco povoadas e cultivadas, e tinham fronteiras abertas para as quais uma pequena proporção dos compatriotas

(*) A introdução sistemática, em partes do Terceiro Mundo, de novas variedades de colheitas de alta produtividade, cultivadas com métodos especificamente adequados a elas. Sobretudo a partir da década de 1960.

migrava como posseiros e colonos livres, freqüentemente, como na Colômbia e no Peru, oferecendo a base para movimentos de guerrilha locais. Por outro lado, as regiões asiáticas em que o campesinato se manteve melhor foram talvez a zona mais densamente assentada do mundo, com densidades por milha quadrada que iam de 250 a 2 mil (a média para a América Latina é 41,5).

Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. Em meados da década de 1980, 42% de sua população era urbana, e, não fosse o peso das enormes populações rurais da China e da Índia, que totalizavam três quartos de camponeses asiáticos, teria sido maioria (Population, 1984, p. 214). Mas mesmo nos núcleos do interior rural as pessoas se mudavam dos campos para as cidades, e sobretudo para a cidade grande. Entre 1960 e 1980, a população urbana do Quênia dobrou, embora em 1980 só tivesse alcançado 14,2%; mas quase seis em cada dez habitantes urbanos agora viviam em Nairobi, enquanto vinte anos antes eram só quatro em dez. Na Ásia, multiplicaram-se as cidades de muitos milhões de habitantes, em geral capitais. Seul, Teerã, Karachi, Jacarta, Manila, Nova Délhi, Bancoc, todas tinham entre 5 milhões e 8 milhões de habitantes em 1980, e esperava-se que tivessem entre 10 milhões e 13,5 milhões no ano 2000. Em 1950, nenhuma delas (com exceção de Jacarta) tinha mais que cerca de 1,5 milhão (*World Resources*, 1986). De fato, de longe as mais gigantescas aglomerações urbanas no fim da década de 1980 eram encontradas no Terceiro Mundo: Cairo, Cidade do México, São Paulo e Xangai, cujas populações se contavam na casa das dezenas de milhões. Pois, paradoxalmente, embora o mundo desenvolvido continuasse muito mais urbanizado que o mundo pobre (a não ser por partes da América Latina e da zona islâmica), suas cidades gigantescas se dissolviam. Haviam atingido o auge no início do século XX, antes que a fuga para os subúrbios e comunidades-satélite fora das cidades se acelerasse, e os velhos centros urbanos se tornassem cascas ocas à noite, quando os trabalhadores, compradores e os que buscavam diversão voltavam para casa. Enquanto a Cidade do México quase quintuplicava nos trinta anos após 1950, Nova York, Londres e Paris lentamente saíam do time das grandes cidades, ou caíam para escalões mais baixos.

Contudo, de modo curioso, o Velho e o Novo Mundo convergiam. A "cidade grande" típica do mundo desenvolvido tornou-se uma região de assentamentos conectados, em geral concentrados numa área ou áreas centrais de comércio ou administração reconhecíveis do ar como uma espécie de cadeia de montanhas de prédios altos e arranha-céus, a não ser onde (como em Paris) essas construções não eram permitidas.* Sua interconexão, ou talvez o colapso do tráfego motorizado privado sob a maciça pressão dos carros particulares,

(*) Esses centros èlevados, conseqüência natural dos altos preços da terra nesses distritos, eram extremamente incomuns antes de 1950. Nova York era praticamente única. Tornaram-se

foram demonstrados, a partir da década de 1960, por uma nova revolução no transporte público. Jamais, desde a primeira construção de sistemas de bonde e metrô urbanos em fins do século XIX, tantos novos sistemas de metrô e transporte rápido suburbanos foram construídos ao mesmo tempo: de Viena a San Francisco, de Seul ao México. Simultaneamente, a descentralização se espalhou, à medida que a maioria das comunidades ou complexos suburbanos componentes dessas cidades desenvolvia seus próprios serviços de lojas e lazer, notadamente através de *shopping centers* na periferia (no que os americanos foram pioneiros).

Por outro lado, a cidade do Terceiro Mundo, embora também ligada por sistemas de transporte (em geral obsoletos e inadequados) e uma miríade de ônibus privados e "táxis coletivos" caindo aos pedaços, não podia deixar de ser dispersa e desestruturada, quando mais não fosse porque não há como não o serem aglomerações de 10 a 20 milhões, sobretudo se a maior parte de seus assentamentos permanentes começou como favelas baixas, quase sempre estabelecidas por grupos de posseiros num espaço aberto baldio. Os habitantes dessas cidades às vezes têm de gastar várias horas por dia viajando na ida e volta do emprego (pois o emprego estável é precioso), e podem estar dispostos a fazer peregrinações de igual extensão a lugares de ritual público como o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro (200 mil lugares), onde os cariocas adoram as divindades do futebol, mas na verdade as conurbações do Velho e do Novo Mundo eram cada vez mais reuniões de comunidades nominalmente — ou, no Ocidente, muitas vezes formalmente — autônomas, embora no rico Ocidente, pelo menos nos arredores, contivessem muito mais espaços verdes que nos superpovoados Leste e Sul. Enquanto nos cortiços e favelas os seres humanos viviam em simbiose com os resistentes ratos e baratas, a estranha terra de ninguém entre cidade e campo que cercava o que restava dos "centros urbanos" do mundo desenvolvido era colonizada pela fauna dos bosques: doninha, raposa e guaxinim.

II

Quase tão dramático quanto o declínio e queda do campesinato, e muito mais universal, foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. A educação primária universal, isto é, a alfabetização básica, era na verdade a aspiração de todos os governos, tanto assim que no fim da década de 1980 só os Estados mais honestos e desvalidos admitiam ter até metade de sua população analfabeta, e só dez — todos, com exceção do

---

comuns a partir da década de 1960, mesmo as cidades baixas e descentralizadas, como Los Angeles, adquirindo um desses "centros" (*downtown*).

Afeganistão, na África — estavam dispostos a admitir que menos de 20% de sua população sabia ler e escrever. E a alfabetização fez um progresso sensacional, não menos nos países revolucionários sob governo comunista, cujas realizações neste aspecto foram de fato as mais impressionantes, mesmo quando as afirmações de ter "liquidado" o analfabetismo num período implausivelmente curto eram às vezes otimistas. Contudo, se a alfabetização em massa era geral ou não, a demanda de vagas na educação secundária e sobretudo superior multiplicou-se em ritmo extraordinário. E o mesmo se deu com o número de pessoas que a tinham tido ou estavam tendo.

A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos EUA. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha e URSS (para citar apenas países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa. A essa altura, em países educacionalmente ambiciosos, os estudantes formavam mais de 2,5% da população *total* — homens, mulheres e crianças — ou mesmo, em casos excepcionais, mais de 3%. Não era incomum 20% do grupo etário de vinte a 24 anos estar recebendo educação formal. Mesmo os países academicamente mais conservadores — Grã-Bretanha e Suíça — haviam aumentado essa taxa para 1,5%. Além disso, alguns dos corpos estudantis relativamente maiores se encontravam em países longe de avançados: Equador (3,2%), Filipinas (2,7%) ou Peru (2%).

Tudo isso era não apenas novo, mas bastante súbito. "O fato mais impressionante extraído do estudo dos universitários latino-americanos em meados da década de 1960 é que eram tão poucos em número" (Liebman, Walker & Glazer, 1972, p. 35), escreveram estudiosos americanos durante aquela década, convencidos de que isso refletia o modelo básico elitista-europeu de educação superior ao sul do Rio Grande. E isso apesar do fato de que os números deles vinham crescendo cerca de 8% ao ano. Na verdade, só na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas. Mas também estas se tornaram impossíveis de ignorar. Entre 1960 e 1980, para ficar na Europa bem escolarizada, o número de estudantes triplicou ou quadruplicou no país mais típico, exceto onde se multiplicou por quatro ou cinco, como na Alemanha Federal, Irlanda e Grécia; por cinco a sete, como na Finlândia, Islândia, Suécia e Itália; e por sete a nove,

como na Espanha e Noruega (Burloiu, 1983, pp. 62-3). À primeira vista, parece curioso que, no todo, a corrida para as universidades tenha sido menos acentuada nos países socialistas, apesar do orgulho deles quanto à educação, e no caso da China de Mao aberrante. O Grande Timoneiro praticamente aboliu toda educação superior durante a Revolução Cultural (1966-76). À medida que os problemas dos sistemas socialistas aumentavam nas décadas de 1970 e 1980, eles ficavam mais para trás do Ocidente. A porcentagem da população na Hungria e Tchecoslováquia que recebia educação superior era menor do que em praticamente todos os outros Estados europeus.

Isso parecerá tão curioso a um segundo olhar? Talvez não. O extraordinário crescimento da educação superior, que no início da década de 1950 produziu pelo menos sete países com mais de 100 mil *professores* no nível universitário, deveu-se à pressão do consumidor, a que os governos socialistas não estavam preparados para responder. Era óbvio para planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que no passado, e que eles tinham de ser formados em alguma parte — e as universidades ou instituições semelhantes de educação superior vinham, por tradição, funcionando em grande parte como escolas de formação para o serviço público e as profissões especializadas. Mas embora isso, tanto quanto a tendência geral democrática, justificasse a substancial expansão da educação superior, a escala da explosão estudantil excedia em muito o que o planejamento racional poderia ter previsto.

Na verdade, as famílias corriam a pôr os filhos na educação superior sempre que tinham a opção e a oportunidade, porque esta era de longe a melhor chance de conquistar para eles uma renda melhor e, acima de tudo, um status social superior. Dos estudantes latino-americanos entrevistados por pesquisadores americanos em meados da década de 1960 em vários países, entre 79% e 95% estavam convencidos de que o estudo os colocaria numa classe social superior dentro de dez anos. Só entre 21% e 38% achavam que o estudo ia trazer-lhes um status econômico muito superior ao de suas famílias (Liebman, Walker & Glazer, 1972). Claro que, quase certamente, lhes daria uma renda maior que a dos não diplomados, e, em países de pequena educação, onde o diploma garantia um lugar na máquina do Estado, e portanto poder, influência e extorsão financeira, podia ser a chave para a verdadeira riqueza. A maior parte dos estudantes, claro, vinha de famílias em melhores condições que a maioria — de que outro modo teriam podido pagar alguns anos de estudo de jovens adultos em idade de trabalho? —, mas não necessariamente ricas. Muitas vezes os sacrifícios que os pais faziam eram reais. Já se disse que o milagre educacional coreano se apoiou nas carcaças de vacas vendidas por pequenos agricultores para empurrar os filhos para a honorável e privilegiada classe dos intelectuais. (Em oito anos — 1975-83 —, os estudantes coreanos aumentaram de 0,8% para quase 3% da população.) Ninguém que tenha a

experiência de ser o primeiro da família a ir para a universidade em tempo integral terá a menor dificuldade para entender as motivações deles. O grande *boom* mundial tornou possível para incontáveis famílias modestas — empregados de escritórios e funcionários públicos, lojistas e pequenos comerciantes, fazendeiros e, no Ocidente, até prósperos operários qualificados — pagar estudo em tempo integral para seus filhos. O Estado de Bem-estar social ocidental, começando com os subsídios americanos para ex-pracinhas após 1945, ofereceu substancial auxílio estudantil de uma forma ou de outra, embora a maioria dos estudantes ainda esperasse uma vida claramente sem luxo. Em países democráticos e igualitários, uma espécie de direito dos formados em escolas secundárias a passar automaticamente para escolas superiores era aceito com freqüência, a tal ponto que na França a admissão seletiva a uma universidade do Estado ainda era encarada como constitucionalmente impossível em 1991. (Nada desse tipo existia nos países socialistas.) À medida que rapazes e moças recebiam educação superior, os governos — pois, fora dos EUA, Japão e uns poucos outros países, as universidades eram mais instituições públicas que privadas — multiplicavam o número de novos estabelecimentos para recebê-los, sobretudo na década de 1970, quando o número das universidades no mundo quase dobrou.* E, claro, as colônias recém-independentes, que se multiplicaram na década de 1960, faziam de suas próprias instituições de educação superior um símbolo de independência, assim como uma bandeira, uma empresa aérea ou um exército.

Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados, a não ser nos muito pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em *campi* ou "cidades universitárias" grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral elas forneciam os *únicos* grupos de cidadãos capazes de uma ação política coletiva, e é significativo o fato de que, enquanto outras populações estudantis latino-americanas cresciam, seu número no Chile do ditador militar Pinochet, após 1973, foi forçado a cair: de 1,5% para 1,1% da população. E se houve um momento, nos anos de ouro posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialis-

(*) Também aqui o mundo socialista estava sob pressão menor.

tas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental. Estava longe de ser a revolução, embora fosse consideravelmente mais que o "psicodrama" ou "teatro de rua" descartado por observadores velhos e não simpatizantes como Raymond Aron. Afinal, 1968 encerrou a era do general De Gaulle na França, de presidentes democratas nos EUA, as esperanças de comunismo liberal na Europa Central comunista e (pelos silenciosos efeitos posteriores do massacre de estudantes de Tlatelolco) assinalou o início de uma nova era na política mexicana.

O motivo pelo qual 1968 (com seu prolongamento em 1969 e 1970) não foi a revolução, e jamais pareceu que seria ou poderia ser, era que apenas os estudantes, por mais numerosos e mobilizáveis que fossem, não podiam fazê-la sozinhos. A efetividade política deles estava em sua capacidade de agir como sinais e detonadores para grupos maiores mas que se inflamavam com menos facilidade. A partir da década de 1960, tiveram alguns êxitos nessa atuação. Provocaram enormes ondas de greves operárias na França e Itália em 1968, mas, após vinte anos de melhoria sem paralelos para os assalariados em economias de pleno emprego, revolução era a última coisa em que as massas proletárias pensavam. Só na década de 1980 — e mesmo então em países não democráticos muito diferentes, como China, Coréia do Sul e Tchecoslováquia — as rebeliões estudantis pareceram realizar seu potencial de detonar a revolução, ou pelo menos forçar governos a tratá-los como um sério perigo público, massacrando-os em grande escala, como na praça Tiananmen, em Pequim. Após o fracasso dos grandes sonhos, alguns estudantes radicais tentaram de fato fazer a revolução sozinhos, através do terrorismo de pequenos grupos, mas, embora tais movimentos recebessem muita publicidade (com isso atingindo pelo menos um de seus grandes objetivos), raramente tiveram qualquer impacto político sério. Onde ameaçaram tê-lo, foram eliminados rapidamente, tão logo as autoridades decidiram agir: na década de 1970, com brutalidade sem par e tortura sistemática nas "guerras sujas" da América Latina, com suborno e negociações escusas na Itália. Os únicos sobreviventes importantes dessas iniciativas na última década do século eram o grupo terrorista nacionalista basco ETA e a guerrilha camponesa teoricamente comunista Sendero Luminoso no Peru, uma indesejada dádiva dos corpos docente e discente da Universidade de Ayacucho a seus compatriotas.

No entanto, isso nos deixa com uma questão ligeiramente intrigante: por que só o movimento desse novo grupo social de estudantes, entre os novos e velhos atores da Era de Ouro, optou pelo radicalismo de esquerda? Pois (se deixarmos de fora rebeldes contrários aos regimes comunistas) mesmo os movimentos estudantis nacionalistas tendiam a pregar o emblema vermelho de Marx, Lenin ou Mao em suas bandeiras até a década de 1980.

Em certos aspectos, isso nos leva inevitavelmente muito além da estrati-

ficação social, pois o novo corpo estudantil era, por definição, também um grupo de jovens, isto é, encontrava-se num ponto de parada obrigatório na passagem humana pela vida, e além disso continha um crescente e desproporcionalmente grande contingente de mulheres, suspensas entre a impermanência de sua idade e a permanência de seu sexo. Mais tarde examinaremos o desenvolvimento de culturas especiais da juventude, que ligavam estudantes a outros de sua geração, e da nova consciência feminina, que também ia além das universidades. Os grupos jovens, ainda não assentados na idade adulta estabelecida, são o *locus* tradicional da alegria, motim e desordem, como sabiam até mesmo os reitores de universidades medievais, e as paixões revolucionárias são mais comuns aos dezoito anos que aos 35, como têm dito gerações de pais burgueses na Europa a gerações de filhos e (mais tarde) filhas céticos. Na verdade, essa crença se achava tão entranhada nas culturas ocidentais que o *establishment* em vários países — talvez sobretudo nos latinos dos dois lados do Atlântico — já contava com a militância estudantil, chegando mesmo à guerrilha armada, na geração jovem. Quando muito, era mais um sinal de personalidade agitada do que lerda. Os estudantes da San Marcos (Peru), como dizia a piada, "prestavam seu serviço revolucionário" em alguma seita ultramaoísta antes de se assentar numa sólida e apolítica profissão de classe média — enquanto ainda prosseguia naquele infeliz país alguma coisa parecida com uma vida normal (Lynch, 1990). Os estudantes mexicanos logo aprenderam que: *a)* o aparelho do Estado e do partido recrutava seus quadros essencialmente nas universidades; e *b)* quanto mais revolucionários fossem os estudantes, maiores as chances de que lhes oferecessem bons empregos após a formatura. Mas mesmo na respeitável França tornou-se familiar o ex-maoísta fazer brilhante carreira no serviço público.

No entanto, isso não explica por que grupos de jovens obviamente a caminho de um futuro muito melhor que o de seus pais, ou, de qualquer modo, que o da maioria dos não estudantes, se sentiriam — com raras exceções — atraídos pelo radicalismo político.* Na verdade, um elevado número deles provavelmente não sentia essa atração, preferindo concentrar-se na obtenção dos diplomas que lhes garantiriam um futuro; no entanto, eram menos notados que o grupo menor — mas ainda assim numericamente grande — dos politicamente ativos, sobretudo quando estes dominavam as áreas visíveis da vida universitária, com manifestações públicas que iam de paredes cobertas de pichação e cartazes a comícios, marchas e piquetes. Ainda assim, mesmo esse grau

(*) Entre essas raras exceções colocamos a Rússia, onde, ao contrário de outros países comunistas da Europa Oriental e da China, os estudantes enquanto grupo não se destacaram nem exerceram influência nos anos do colapso do comunismo. O movimento democrático na Rússia foi descrito como "uma revolução dos de quarenta anos", observada por uma juventude despolitizada e desmoralizada (Riordan, 1991).

de radicalização de esquerda era novo nos países desenvolvidos, embora não nos atrasados e dependentes. Antes da Segunda Guerra Mundial, a grande maioria dos estudantes na Europa Central e Ocidental e na América do Norte era apolítica ou de direita.

A expressiva explosão do número de estudantes já sugere uma possível resposta. No fim da Segunda Guerra Mundial havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960, eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil (Flora, 1983, p. 582; *Deux ans*, 1990, p. 4). (Durante esses dez anos, o número de estudantes de humanidades multiplicou-se por quase 3,5, e o de ciências sociais, por quatro.) A conseqüência mais imediata e direta foi uma inevitável tensão entre essa massa de estudantes, em sua maioria de primeira geração, despejada nas universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo. Além disso, à medida que uma crescente proporção de população em idade escolar tinha oportunidade de estudar — na França era de 4% em 1950, 15,5% em 1970 —, ir para a universidade deixou de ser um privilégio especial que já constituía uma recompensa em si, e as limitações que isso impunha a jovens adultos (geralmente sem dinheiro) deixavam-nos mais ressentidos. O ressentimento contra um tipo de autoridade, a universidade, ampliava-se facilmente para o ressentimento contra qualquer autoridade e, portanto (no Ocidente), inclinava os estudantes para a esquerda. Assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *par excellence*. Motivos especiais a intensificaram neste ou naquele país — hostilidade à Guerra do Vietnã nos EUA (isto é, serviço militar), ressentimento racial no Peru (Lynch, 1990, pp. 32-7) —, mas o fenômeno era demasiado geral para exigir explicações especiais *ad hoc*.

E no entanto, num sentido mais geral, mais indefinível, essa nova massa de estudantes ficava, por assim dizer, numa posição meio incômoda em relação ao resto da sociedade. Ao contrário de outras classes ou agrupamentos sociais mais velhos e estabelecidos, eles não tinham, nela, um lugar determinado nem um padrão de relações — pois como poderiam os novos exércitos de estudantes comparar-se aos contingentes relativamente minúsculos do pré-guerra (40 mil na bem-educada Alemanha de 1939), que não passavam de uma fase juvenil da vida da classe média? Em muitos aspectos, a existência mesma das novas massas implicava questões sobre a sociedade que as engendrara; e das questões à crítica é só um passo. Como nela se encaixavam? Que espécie de sociedade era aquela? A própria juventude do corpo estudantil, a própria largura do abismo de gerações entre esses filhos do mundo do pós-guerra e seus pais, estes capazes de lembrar e comparar, tornavam seus problemas mais urgentes, sua atitude mais crítica. Pois as insatisfações dos jovens não eram amortecidas pela consciência de ter vivido épocas de impressionante melhoria, muito melhores do que seus pais algum dia esperaram ver. Os novos tempos

eram os únicos que os rapazes e moças que iam para a universidade conheciam. Ao contrário, eles sentiam que tudo podia ser diferente e melhor, mesmo não sabendo exatamente como. Os mais velhos, acostumados a tempos de aperto e desemprego, ou pelo menos lembrando-os, não esperavam mobilizações radicais numa época em que, sem dúvida, o incentivo econômico a elas nos países desenvolvidos era menor do que nunca. Mas a explosão de agitação estudantil irrompeu no auge mesmo do grande *boom* global, porque era dirigida, mesmo que vaga e cegamente, contra o que eles viam como característico *daquela* sociedade, não contra o fato de que a velha sociedade talvez não houvesse melhorado o bastante. Mas, paradoxalmente, o fato de que o ímpeto para o novo radicalismo vinha de grupos não afetados pela insatisfação econômica estimulou mesmo os grupos acostumados a mobilizar-se em base econômica a descobrir que, afinal, podiam pedir mais da nova sociedade do que tinham imaginado. O efeito mais imediato da rebelião estudantil européia foi uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho.

III

Ao contrário das populações do campo e universitárias, as classes operárias industriais não sofreram terremotos demográficos até que, na década de 1980, começaram a declinar muito visivelmente. Isso é surpreendente, considerando-se o quanto se falava, mesmo da década de 1950 em diante, numa "sociedade pós-industrial"; considerando-se como foram revolucionárias, de fato, as transformações técnicas da produção, a maioria das quais economizou, afastou ou eliminou a mão-de-obra humana; e considerando-se como os partidos e movimentos baseados na classe operária entraram obviamente em crise após 1970 ou por volta dessa data. Contudo, a impressão generalizada de que de alguma forma a velha classe operária industrial estava morrendo era estatisticamente errada, pelo menos em escala global.

Com a única grande exceção dos EUA, onde a porcentagem de pessoas empregadas na manufatura passou a declinar a partir de 1965, e muito nitidamente após 1970, as classes operárias industriais continuaram bastante estáveis durante todos os anos dourados mesmo nos velhos países industriais,* constituindo cerca de um terço da população empregada. Na verdade, em oito de 21 países da OCDE — o clube dos mais desenvolvidos — ela continuou a crescer entre 1960 e 1980. Naturalmente, cresceu nas partes recém-industrializadas da Europa (não comunista), e depois permaneceu estável até 1980, enquanto no Japão subiu de maneira impressionante, permanecendo bastante estável nas décadas de 1970 e 1980. Nos países comunistas que passavam por

(*) Bélgica, Alemanha (Ocidental), Grã-Bretanha, França, Suécia, Suíça.

rápida industrialização, notadamente na Europa Oriental, o número de proletários multiplicou-se mais rápido que nunca, o mesmo ocorrendo nas partes do Terceiro Mundo que encetaram sua própria industrialização — Brasil, México, Índia, Coréia e outros. Em suma, no fim dos anos dourados havia sem dúvida mais operários no mundo, em números absolutos, e quase com certeza maior proporção de empregados em manufatura na população global do que jamais houvera antes. Com muito poucas exceções, como a Grã-Bretanha, Bélgica e EUA, em 1970 os operários provavelmente constituíam uma proporção maior do total da população empregada do que na década de 1890 em todos os países onde enormes partidos socialistas haviam de repente surgido no fim do século XIX com base na consciência proletária. Só nas décadas de 1980 e 1990 podemos detectar sinais de uma grande contração da classe operária.

A ilusão de uma classe operária em colapso se deveu mais a mudanças dentro dela, e dentro do processo de produção, do que a uma hemorragia demográfica. As velhas indústrias do século XIX e inícios do XX declinaram, e sua própria visibilidade no passado, quando muitas vezes simbolizavam a "indústria", tornou mais impressionante o seu declínio. Os mineiros de carvão, que outrora se contavam às centenas de milhares, passaram a ser menos comuns que os formados por universidades. A indústria siderúrgica americana agora empregava menos pessoas que as lanchonetes McDonald's. Mesmo quando não desapareceram, essas indústrias tradicionais mudaram-se de velhos para novos países industriais. Produtos têxteis, roupas e calçados migraram em massa. O número de pessoas empregadas nas indústrias têxtil e de roupas dentro da República Federal da Alemanha caiu em mais da metade entre 1964 e 1984, mas no início da década de 1980, para cada cem operários alemães, a indústria de roupas alemã empregava 34 no exterior. Mesmo em 1966 eram menos de três. Ferro, aço e indústria naval praticamente desapareceram das terras de industrialização mais antiga, mas reapareceram no Brasil e na Coréia, na Espanha, Polônia e Romênia. Velhas áreas industriais tornaram-se "cinturões de ferrugem" — termo inventado nos EUA na década de 1970 —, ou mesmo países inteiros identificados com uma fase anterior da indústria, como a Grã-Bretanha, foram largamente desindustrializados, transformando-se em museus vivos ou agonizantes de um passado desaparecido, que empresários exploravam, com certo êxito, como atrações turísticas. Enquanto as últimas minas de carvão desapareciam do sul de Gales, onde mais de 130 mil ganhavam a vida como mineiros no início da Segunda Guerra Mundial, velhos sobreviventes desciam em poços mortos para mostrar a grupos de turistas o que outrora faziam ali em eterna escuridão.

E mesmo quando novas indústrias substituíam as velhas, não eram as mesmas indústrias, muitas vezes não nos mesmos lugares, e provavelmente com estruturas diferentes. O jargão da década de 1980 que falava em "pós-

fordismo" sugere isso.* A imensa fábrica de produção em massa construída em torno da correia de transmissão, a cidade ou região dominada por uma só indústria, caso de Detroit ou Turim na área automobilística, a classe operária local unida pela segregação residencial e o local de trabalho numa unidade de muitas cabeças pareciam ter sido características da era industrial clássica. Era uma imagem irrealista, mas representava mais que uma verdade simbólica. Onde as velhas estruturas industriais floresciam no fim do século XX, como no Terceiro Mundo recém-industrializado ou em economias industriais socialistas, colhidos em sua (deliberada) distorção de tempo fordista, eram evidentes as semelhanças com o entreguerras, ou mesmo com o mundo industrial ocidental pré-1914 — até no surgimento de poderosas organizações trabalhistas em importantes centros industriais baseados em grandes indústrias automobilísticas (como em São Paulo), ou estaleiros navais (como em Gdansk). Assim também surgiram, das grandes greves de 1937, as centrais sindicais de operários nas indústrias automobilística e siderúrgica no que é hoje o cinturão de ferrugem do Meio-Oeste americano. Por outro lado, embora a grande empresa de produção em massa e a grande fábrica sobrevivessem até a década de 1990, mesmo que automatizadas e alteradas, as novas indústrias eram *muito* diferentes. As clássicas regiões industriais "pós-fordistas" — por exemplo, o Veneto, a Emilia-Romagna e a Toscana no norte e centro da Itália — não tinham as grandes cidades industriais, as empresas dominantes, as fábricas enormes. Eram mosaicos ou redes de empresas que iam da oficina de fundo de quintal à fábrica modesta (mas de alta tecnologia), espalhados pela cidade e o país. Que tal acharia a cidade de Bolonha, perguntou a seu prefeito uma das grandes empresas da Europa, se uma de suas fábricas enormes se instalasse ali? O prefeito** desviou polidamente a sugestão. Sua cidade e região, prósperas, sofisticadas e, na verdade, comunistas, sabiam como cuidar da situação econômica e social da nova economia agroindustrial: que Turim e Milão enfrentassem os problemas típicos de cidade industrial.

Claro, as classes operárias acabaram — e de maneira muito clara após a década de 1990 — tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado. Ou antes, à medida que as grandes décadas de *boom* de 1950 e 1960 davam lugar a uma era de dificuldades econômicas mundiais nos anos de 1970 e 1980, a indústria não mais se expandiu no velho ritmo que inchara as forças de trabalho mesmo quando a produção passou a depender menos de mão-de-obra (ver capítulo 14).

(*) A expressão, que surgiu das tentativas de repensar análises esquerdistas da sociedade industrial, foi popularizada por Alain Lipetz, que tomou o termo "fordismo" de Gramsci.

(**) Ele mesmo me contou.

As crises econômicas do início da década de 1980 recriaram o desemprego em massa pela primeira vez em quarenta anos, pelo menos na Europa.

Em alguns países desavisados, a crise produziu um verdadeiro holocausto industrial. A Grã-Bretanha perdeu 25% de sua indústria manufatureira em 1980-4. Entre 1973 e fins da década de 1980, o número total de pessoas empregadas na manufatura nos seis velhos países industriais da Europa caiu 7 milhões, ou cerca de um quarto, mais ou menos metade dos quais entre 1979 e 1983. Em fins da década de 1980, enquanto as classes operárias nos velhos países industriais se erodiam e as novas surgiam, a força de trabalho empregada na manufatura estabilizou-se em cerca de um quarto de todo o emprego civil em todas as regiões desenvolvidas ocidentais, com exceção dos EUA, onde a essa altura estava bem abaixo de 20% (Bairoch, 1988). Estava muito longe do velho sonho marxista da população gradualmente proletarizada pelo desenvolvimento da indústria até a maioria das pessoas ser trabalhadores (braçais). Com exceção dos casos mais raros, dos quais a Grã-Bretanha era o mais notável, a classe operária industrial sempre fora uma minoria da população trabalhadora. Apesar disso, a aparente crise da classe operária e seus movimentos, sobretudo no Velho Mundo industrial, era patente muito tempo antes de haver — em termos globais — qualquer questão de sério declínio.

Era uma crise não de classe, mas de sua consciência. No fim do século XIX (ver *A era dos impérios*, capítulo 5), as próprias populações misturadas e heterogêneas que ganhavam a vida nos países desenvolvidos vendendo seu trabalho braçal por salários aprenderam a ver-se como uma única classe trabalhadora, e a encarar esse fato como de longe a coisa mais importante em sua situação como seres humanos na sociedade. Ou pelo menos chegou a essa conclusão um número de operários suficiente para transformar partidos e movimentos que os atraíam essencialmente como trabalhadores (o que é indicado pelo próprio nome — Partido Trabalhista, Parti Ouvrier etc.) em imensas forças políticas no período de poucos anos. Claro que estavam unidos não só por salários e por sujarem as mãos no trabalho. Eram, esmagadoramente, pobres e economicamente inseguros, pois, embora os pilares essenciais dos movimentos trabalhistas estivessem longe da miséria ou do pauperismo, o que eles esperavam e obtinham da vida era modesto, e muito abaixo das expectativas das classes médias. Na verdade, a economia de bens de consumo duráveis para as massas os deixara de lado em toda parte antes de 1914, e em toda parte menos nos EUA e na Austrália entre as guerras. Um organizador comunista britânico enviado para as fábricas de armamentos em Coventry do tempo da guerra, tão militantes quanto prósperas, voltou boquiaberto. "Vocês percebem", perguntou aos amigos londrinos, entre eles eu próprio, "que lá em cima os camaradas têm *carros*?"

Eram unidos também por maciça segregação social, por estilos de vida ou até de roupas diferenciados e pela limitação de oportunidades de vida, que os

separavam da camada de trabalhadores de escritórios, socialmente mais móveis, se bem que economicamente também apertados. Os filhos dos operários não esperavam ir, e raramente iam, para a universidade. A maioria deles não esperava ir à escola de modo algum após a idade escolar mínima (em geral catorze anos). Nos Países Baixos de antes da guerra, 4% dos garotos de dez a dezenove anos iam para escolas secundárias além dessa idade, e nas democráticas Suécia e Dinamarca a proporção era ainda menor. Os operários tinham uma vida diferente dos outros, com diferentes expectativas, em diferentes lugares. Como disse um dos primeiros de seus filhos (britânicos) com educação universitária na década de 1950, quando essa segregação ainda era bastante óbvia: "Essas pessoas têm seus próprios estilos reconhecíveis de habitação [...] suas casas são geralmente alugadas, e não próprias" (Hogart, 1958, p. 8).*

Eram unidos, por fim, pelo elemento central de suas vidas, a coletividade: o domínio do "nós" sobre o "eu". O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto. E, por outro lado, que os números e a situação peculiar dos trabalhadores braçais punha ao seu alcance a ação coletiva. Em lugares onde os operários viam rotas de fuga particulares de sua classe, como nos EUA, sua consciência de classe, embora longe de ausente, era menos uma característica particular, definidora de sua identidade. Mas "nós" dominava "eu" não apenas por motivos instrumentais, e sim porque — com a maior e muitas vezes trágica exceção da dona de casa operária, casada, presa entre quatro paredes — a vida operária tinha de ser em grande parte pública, por ser o espaço privado tão inadequado. E mesmo a dona de casa partilhava da vida pública da feira, da rua e dos parques vizinhos. As crianças tinham de brincar na rua ou no parque. Os rapazes e moças tinham de dançar e fazer a corte no espaço externo. Os homens confraternizavam em "casas públicas". Até surgir o rádio, que no entreguerras transformou a vida da mulher da classe operária presa à casa — e apenas nuns poucos países favorecidos —, todas as formas de diversão, além da festa particular, tinham de ser públicas, e nos países mais pobres mesmo a televisão foi, em seus primeiros anos, vista em locais públicos. Da partida de futebol ao comício ou passeio no feriado, a vida era experimentada, naquilo que visava ao prazer, *en masse*.

Na maioria dos aspectos, essa consciente coesão operária atingiu o auge, nos países desenvolvidos mais antigos, no fim da Segunda Guerra Mundial. Durante as décadas de ouro quase todos os seus elementos foram minados.

(*) Cf. também: "A predominância da indústria, com sua abrupta divisão entre trabalhadores e administração, tende a estimular as diferentes classes a viverem separadas, de modo que determinado distrito de uma cidade se torna uma reserva ou gueto" (Allen, 1968, pp. 32-3).

A combinação de *boom* secular, pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, e continuou transformando-a. Pelos padrões de seus pais, e na verdade, se suficientemente velhos, pelas suas próprias lembranças, já não eram pobres. Vidas imensuravelmente mais prósperas que qualquer não-americano ou não-australiano jamais tinham esperado eram privatizadas pela tecnologia do dinheiro e a lógica do mercado: a televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira. Os sindicalistas ou membros de partidos que outrora iam às assembléias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento agora podiam pensar em formas mais atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes. (Por outro lado, o corpo-a-corpo deixou de ser uma forma efetiva de campanha eleitoral, embora continuasse a ser feito, por tradição e para animar ativistas de partido cada vez menos típicos.) A prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído.

Não que os operários se tornassem irreconhecíveis como tais, embora estranhamente, como veremos, a moda em roupas e músicas da nova cultura juvenil independente (ver pp. 317 e ss.), a partir do final da década de 1950, fosse influenciada pela juventude operária. Era mais porque algum tipo de riqueza estava agora ao alcance da maioria, e a diferença entre o dono de um Fusca e o de um Mercedes era muito menor que entre o dono de qualquer carro e o dono de carro nenhum, sobretudo se os carros mais caros se achavam (em teoria) disponíveis em prestações mensais. Os operários, sobretudo nos últimos anos de juventude, antes que o casamento e as despesas domésticas dominassem o orçamento, agora podiam gastar em luxo, e a industrialização da alta-costura e do comércio da beleza a partir da década de 1960 respondeu imediatamente. Entre o topo e a base dos mercados de luxo de alta tecnologia que agora se desenvolviam — por exemplo, entre as mais caras câmeras Hasseblad e as mais baratas Olympus ou Nikon, que produziam resultados conferindo ao mesmo tempo status — a diferença era apenas de grau. De qualquer modo, a começar pela televisão, diversões até então só disponíveis como serviço particular a milionários estavam agora nas mais modestas salas de visitas. Em suma, o pleno emprego e uma sociedade de consumo orientados para um verdadeiro mercado de massa colocavam a maior parte da classe operária nos velhos países desenvolvidos, pelo menos durante parte de suas vidas, bem acima do patamar abaixo do qual seus pais, ou eles próprios, tinham vivido outrora, quando se gastava a renda sobretudo com necessidades básicas.

Além disso, vários fatos importantes alargaram as fendas entre diferentes setores das classes operárias, embora isso só se tornasse evidente após o fim do pleno emprego, durante a crise econômica das décadas de 1970 e 1980, e

depois da pressão do neoliberalismo sobre as políticas assistenciais e sistemas "corporativistas" de relações industriais que tinham dado substancial proteção aos setores mais fracos dos trabalhadores. Pois a ponta de cima da classe operária — os trabalhadores qualificados e supervisores — se adaptou mais facilmente à era da produção moderna de alta tecnologia,* e sua posição era tal que eles podiam na verdade se beneficiar de um livre mercado, mesmo quando seus irmãos menos favorecidos perdiam terreno. Assim, na Grã-Bretanha da sra. Thatcher, reconhecidamente um caso extremo, à medida que se desmantelava a proteção do governo e dos sindicatos, o quinto de operários que estava na base na verdade ficou em pior situação, se comparado com o resto dos operários, do que estava um século antes. E enquanto os 10% de operários que estavam no topo, com rendimentos brutos três vezes maiores que os do décimo inferior, se congratulavam por sua melhoria, era cada vez mais provável refletirem que, como contribuintes nacionais e locais, estavam subsidiando o que veio a ser denominado, na década de 1980, pelo sinistro termo "subclasse", que vivia do sistema assistencial público, que eles próprios esperavam poder dispensar, a não ser nas emergências. Foi revivida a velha divisão vitoriana entre os pobres "respeitáveis" e os "não respeitáveis", talvez de uma forma mais ressentida, pois nos gloriosos dias do *boom* global, quando o pleno emprego parecia cuidar da maioria das necessidades materiais dos trabalhadores, os pagamentos da assistência social tinham se elevado a níveis generosos que, nos novos dias de demanda de assistência em massa, pareciam permitir a um exército dos "não-respeitáveis" viver muito melhor da "assistência" que o antigo *residuum* pobre vitoriano. E muito melhor do que, na opinião de contribuintes que davam duro, tinham direito.

Os qualificados e respeitáveis viram-se assim, talvez pela primeira vez, como defensores potenciais da direita política,** tanto mais quanto as organizações trabalhistas e socialistas tradicionais naturalmente continuavam comprometidas com a redistribuição e a assistência social, sobretudo quando aumentava o número dos que precisavam de proteção pública. Os governos Thatcher na Grã-Bretanha dependiam para seu sucesso, essencialmente, do rompimento dos trabalhadores qualificados com o Partido Trabalhista. A dessegregação, ou antes uma mudança na segregação, promoveu esse desmoronamento do bloco trabalhista. Assim, os qualificados e os ascendentes saíram dos

(*) Assim, nos EUA, os "artesãos e capatazes" declinaram de 16% do total da população empregada para 13% entre 1950 e 1980, enquanto os "trabalhadores braçais" caíram de 31% para 18% no mesmo período.

(**) "O socialismo de redistribuição, do Estado de Bem-estar [...] recebeu um duro golpe com a crise econômica da década de 1970. Importantes setores da classe média, assim como setores dos trabalhadores mais bem pagos, romperam suas ligações com as alternativas de socialismo democrático e emprestaram seu voto para dar novas maiorias a governos conservadores" (*Programma 2000*).

centros comerciais — sobretudo quando as indústrias passaram para a periferia e o campo, deixando os velhos e sólidos distritos operários nos centros, ou "cinturões vermelhos", para serem guetizados ou afidalgados, enquanto as cidades-satélite ou indústrias "verdes" não geravam concentração de uma só classe na mesma escala. Nos centros, conjuntos habitacionais públicos, antes construídos para o sólido núcleo da classe operária, na verdade com uma tendência natural para os que podiam pagar aluguel regularmente, agora se transformavam em assentamentos dos marginalizados, socialmente problemáticos e dependentes da previdência social.

Ao mesmo tempo, a migração em massa trouxe um fenômeno até então limitado, pelo menos desde o fim do império habsburgo, apenas aos EUA e, em menor escala, à França: a diversificação étnica e racial da classe operária e, em conseqüência, os conflitos dentro dela. O problema estava não tanto na diversidade étnica, embora a imigração de pessoas de cor diferente, ou (como os norte-africanos na França) passíveis de ser classificadas como tais, fizesse aflorar um racismo sempre latente mesmo em países considerados imunes a ele, como a Itália e a Suécia. O enfraquecimento dos movimentos trabalhistas tradicionais facilitou isso, pois eles se opunham apaixonadamente a tal discriminação, e assim abafavam a expressão mais anti-social de sentimentos racistas entre seus seguidores. Contudo, deixando de lado o racismo puro, tradicionalmente — e mesmo no século XIX — foi raro a migração de mão-de-obra levar a essa competição direta entre os diferentes grupos étnicos que dividem as classes operárias, pois cada grupo particular de migrantes tendia a encontrar seu próprio nicho na economia, que então colonizava ou mesmo monopolizava. Os imigrantes judeus, na maioria dos países ocidentais, foram em massa para a indústria de roupas, mas não para, digamos, a de automóveis. Para citar um caso ainda mais especializado, o pessoal dos restaurantes indianos tanto em Londres quanto em Nova York, e sem dúvida aonde quer que essa forma de expansão cultural asiática tenha chegado fora do subcontinente indiano, era recrutado basicamente, mesmo na década de 1990, entre emigrantes de um determinado distrito de Bangladesh (Sylhet). Ou então grupos de imigrantes se viam concentrados em determinados distritos, ou fábricas, ou oficinas, ou níveis da mesma indústria, deixando o resto para outros. Num "mercado de trabalho segmentado" dessa forma (para usar o termo do jargão), era mais fácil desenvolver e manter a solidariedade entre diferentes grupos étnicos de trabalhadores, pois os grupos não competiam, e as variações em sua condição nunca — ou só raramente — podiam ser atribuídas ao interesse próprio de outros grupos de trabalhadores.*

Por inúmeros motivos, entre eles o fato de que a imigração na Europa do

(*) Uma exceção é a Irlanda do Norte, onde os católicos foram sistematicamente expulsos das ocupações industriais qualificadas, que cada vez mais se tornaram monopólios protestantes.

pós-guerra foi em grande parte uma solução patrocinada pelo Estado à escassez de mão-de-obra, os novos imigrantes entraram no mesmo mercado de trabalho que os nativos, e com os mesmos direitos, a não ser onde foram oficialmente segregados como uma classe de "trabalhadores convidados" temporários, e portanto inferiores. Os dois casos geraram tensão. Homens e mulheres com direitos formalmente inferiores dificilmente viam seus interesses como idênticos aos de pessoas que gozavam de um status superior. Por outro lado, operários franceses ou britânicos, mesmo quando não se importavam de trabalhar lado a lado com marroquinos, indianos ocidentais, portugueses ou turcos, não estavam de modo algum dispostos a ver estrangeiros promovidos antes deles, sobretudo os encarados como coletivamente inferiores aos nativos.

Além disso, e por motivos semelhantes, havia tensões entre diferentes grupos de imigrantes, mesmo quando todos se ressentiam do tratamento que recebiam dos locais.

Em suma, enquanto, no período em que os partidos e movimentos trabalhistas clássicos se formaram todos os setores operários (a menos que divididos por barreiras nacionais ou religiosas extraordinariamente insuperáveis) podiam com razão supor que as mesmas políticas, estratégias e mudanças institucionais beneficiariam cada um deles, isso não era mais automaticamente válido. Ao mesmo tempo, as mudanças na produção, o surgimento da "sociedade de dois terços", e a fronteira cada vez mais difusa entre o que era trabalho "braçal" e "não braçal" borraram e dissolveram os contornos antes claros do "proletariado".

IV

Uma grande mudança que afetou a classe operária, e também a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas, foi o papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres; e sobretudo — fenômeno novo e revolucionário — as mulheres casadas. A mudança foi de fato sensacional. Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970. O fato de a mulher ter entrado no mercado de trabalho não era, claro, novo. A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviço, por exemplo em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado, e essas ocupações terciárias se expandiram e incharam à custa (relativa e por fim absolutamente) dos setores primários e secundários, quer dizer, agricultura e indústria. Na verdade, o aumento do setor terciário foi uma das tendências mais impressionantes do século XX. É menos fácil generalizar sobre a situação das mulheres nas indústrias manu-

fatureiras. Nos velhos países industriais, as indústrias de trabalho intensivo em que as mulheres caracteristicamente se concentravam, como as de tecidos e roupas, se achavam em declínio; mas o mesmo acontecia, nas novas regiões e países do cinturão de ferrugem, com as indústrias pesadas e mecânicas, com sua composição esmagadoramente masculina, para não dizer machista — minas, ferro e aço, estaleiros, fábricas de automóveis e caminhões. Por outro lado, em países recém-desenvolvidos, e nos enclaves de desenvolvimento manufatureiro no Terceiro Mundo, floresceram as indústrias de mão-de-obra intensiva sedentas de trabalho feminino (tradicionalmente menos bem pago e menos rebelde que o masculino). A parte das mulheres na força de trabalho local aumentou, embora o caso das ilhas Maurício, onde saltou de cerca de 20% no início da década de 1970 para mais de 60% em meados da de 1980, seja um tanto extremo. Se aumentou (mas menos que o setor de serviços) ou permaneceu estável nos países industriais, isso dependeu de circunstâncias nacionais. Na prática, a distinção entre mulheres na manufatura ou no setor terciário não era significativa, pois o grosso delas em ambas ocupava posições subalternas, e várias funções confiadas predominantemente a mulheres, sobretudo nos serviços públicos e sociais, achavam-se fortemente sindicalizadas.

As mulheres também entraram, e em número impressionantemente crescente, na educação superior, que era agora a mais óbvia porta de acesso às profissões liberais. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, elas constituíam entre 15% e 20% de todos os estudantes na maioria dos países desenvolvidos, com exceção da Finlândia — um farol de emancipação feminina — onde já somavam quase 43%. Mesmo em 1960, em parte nenhuma da Europa e da América do Norte elas eram metade dos estudantes, embora a Bulgária — outro, e menos amplamente alardeado, país pró-mulheres — já quase alcançasse essa cifra. (Os Estados socialistas foram no todo mais rápidos na promoção do estudo das mulheres — a RDA deixou para trás a República Federal da Alemanha —, mas fora isso a ficha feminina deles era irregular.) Contudo, em 1980 metade ou mais da metade de todos os estudantes eram mulheres nos EUA, Canadá e seis países socialistas, encabeçados pela Alemanha Oriental e a Bulgária, e em apenas quatro países europeus elas constituíam então menos de 40% (Grécia, Suíça, Turquia e Reino Unido). Numa palavra, o estudo superior era agora tão comum entre as moças quanto entre os rapazes.

A entrada em massa de mulheres casadas — ou seja, em grande parte mães — no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos. Desde que as mulheres em tantas partes da Europa e da América do Norte tinham conseguido o grande objetivo do voto e direitos civis iguais depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa (ver *A era dos*

impérios, capítulo 8), os movimentos feministas haviam trocado a luz do sol pelas sombras, mesmo onde o triunfo de regimes fascistas e reacionários não os destruíram. Continuaram nas sombras, apesar da vitória do antifascismo e (na Europa Oriental e partes do Leste Asiático) da revolução, que estenderam os direitos conquistados após 1917 à maioria dos países que ainda não os tinham, mais nitidamente dando direito de voto às mulheres da França e Itália na Europa Ocidental, e na verdade às mulheres em todos os países recém-comunistas, em quase todas as ex-colônias e (nos primeiros dez anos do pós-guerra) na América Latina. Na verdade, onde se realizavam eleições, as mulheres em toda parte do mundo haviam adquirido direito de voto na década de 1960, com exceção de alguns Estados islâmicos e, um tanto curiosamente, da Suíça.

Contudo, essas mudanças não foram conseguidas por pressão feminista nem tiveram qualquer repercussão notável imediata sobre a situação das mulheres; mesmo nos relativamente poucos países onde o voto tinha efeito político. No entanto, a partir da década de 1960, começando nos EUA, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente — mas não, inicialmente, nos recessos do mundo socialista —, encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo. Embora esses movimentos pertencessem, essencialmente, ao ambiente de classe média educada, é provável que na década de 1970, e sobretudo na de 1980, uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalhasse entre as massas do sexo (que as ideólogas agora insistiam que devia chamar-se "gênero"), muito além de qualquer coisa alcançada pela primeira onda de feminismo. Na verdade, as mulheres como um grupo tornavam-se agora uma força política importante, como não eram antes. O primeiro e talvez mais impressionante exemplo dessa nova consciência de gênero foi a revolta das mulheres tradicionalmente fiéis nos países católicos romanos contra doutrinas impopulares da Igreja, como foi mostrado notadamente nos referendos italianos em favor do divórcio (1974) e de leis de aborto mais liberais (1981); e depois na eleição para a Presidência da Irlanda da beata Mary Robinson, uma advogada muito ligada à liberação do código moral católico (1990). No início da década de 1990, pesquisas de opinião registraram uma impressionante divergência de opiniões políticas entre os sexos em vários países. Não admira que os políticos começassem a cortejar essa nova consciência feminina, sobretudo na esquerda, onde o declínio da consciência operária privava os partidos de parte de seu antigo eleitorado.

Contudo, a própria amplitude da nova consciência de feminilidade e seus interesses torna inadequadas as explicações simples em termos da mudança do papel da mulher na economia. De qualquer modo, o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis

públicos das mulheres, e sua proeminência pública. Pois enquanto se podia esperar que grandes mudanças, como a entrada em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, produzissem mudanças concomitantes e conseqüentes, nem sempre essas mudanças ocorrem — como atesta a URSS, onde (depois que se abandonaram as aspirações utópico-revolucionárias iniciais da década de 1920) as mulheres casadas em geral se viram carregando o duplo fardo de velhas responsabilidades domésticas e novas responsabilidades no emprego, sem mudanças nas relações entre os sexos ou nas esferas pública e privada. De qualquer modo, os motivos pelos quais as mulheres em geral, e sobretudo as casadas, mergulharam no trabalho pago não tinham relação necessária com sua visão da posição social e dos direitos das mulheres. Talvez se devessem à pobreza, à preferência dos patrões por operárias, por serem mais baratas e mais dóceis, ou simplesmente ao crescente número — sobretudo no mundo dependente — de famílias chefiadas por mulheres. A migração em massa da mão-de-obra masculina, como do campo para as cidades da África do Sul, ou de partes da África e Ásia para os Estados do golfo Pérsico, inevitavelmente deixou as mulheres chefiando a economia familiar em casa. Tampouco devemos esquecer os apavorantes massacres das grandes guerras, que deixaram a Rússia pós-1945 com cinco mulheres para cada três homens.

Mesmo assim, são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade. Era óbvia a nova proeminência de algumas mulheres na política, embora não se possa usar isso de forma alguma como um indicador direto da situação das mulheres como um todo nesses países. Afinal, a porcentagem de mulheres nos parlamentos eleitos da América Latina machista (11%), na década de 1980, era consideravelmente superior à de mulheres nas assembléias equivalentes da nitidamente mais "emancipada" América do Norte. Também uma substancial parcela das mulheres que agora, pela primeira vez, chefiavam Estados e governos no mundo independente conseguiu isso por herança familiar: Indira Gandhi (Índia, 1966-84), Benazir Bhutto (Paquistão, 1988-90; 1994) e Aung San Xi, que teria sido chefe da Birmânia não fosse o veto dos militares, como filhas; Sirimavo Bandaranaike (Sri Lanka, 1960-5; 1970-7), Corazón Aquino (Filipinas, 1986-92) e Isabel Perón (Argentina, 1974-6), como viúvas. Isso em si não teria sido mais revolucionário que a sucessão de Maria Teresa ou Vitória no trono dos impérios habsburgo ou britânico muito antes. Na verdade, o contraste entre governantes mulheres de países como Índia, Paquistão e Filipinas e o estado excepcionalmente deprimido e oprimido das mulheres nessas partes do mundo sublinha a atipicidade delas.

E no entanto, antes da Segunda Guerra Mundial, a sucessão de *qualquer* mulher à liderança de *qualquer* república, em *quaisquer* circunstâncias, teria sido encarada como politicamente impensável. Após 1945, tornou-se politica-

mente possível -- Sirimavo Bandaranaike no Sri Lanka tornou-se a primeira primeira-ministra do mundo em 1966 — e em 1990 mulheres eram ou tinham sido chefes de governo em dezesseis Estados (UN World's Women, p. 32). Na década de 1990, mesmo a mulher que havia chegado ao topo como política profissional era uma parte aceita, embora incomum, da paisagem: como primeira-ministra em Israel (1969); na Islândia (1980); na Noruega (1981); não menos na Grã-Bretanha (1979); na Lituânia (1990); e na França (1991); sob a forma de Doi, líder aceito do principal partido de oposição (socialista), num país que estava longe de ser feminista, o Japão (1986). O mundo político estava de fato mudando rapidamente, embora o reconhecimento público das mulheres (quando nada como grupo de pressão política) em geral ainda assumisse, mesmo em muitos dos mais "avançados" países, formas de representação simbólica ou figurativa em corpos públicos.

Contudo, faz pouco sentido generalizar globalmente sobre o papel das mulheres na esfera pública e as correspondentes aspirações públicas dos movimentos políticos femininos. O mundo dependente, o mundo desenvolvido e o mundo socialista ou ex-socialista só marginalmente são comparáveis. No Terceiro Mundo, como na Rússia czarista, a grande massa de mulheres de classe baixa e pouca educação permaneceu fora da esfera pública, no sentido "ocidental" moderno, embora alguns desses países desenvolvessem, e alguns já tivessem, uma pequena camada de mulheres excepcionalmente emancipadas e "avançadas", sobretudo esposas, filhas e membros de famílias das classes altas e burguesias locais estabelecidas, análogas às correspondentes mulheres da *intelligentsia* e ativistas da Rússia czarista. Essa camada existira no império indiano mesmo nos tempos coloniais, e parece ter surgido em vários dos países islâmicos menos rigorosos — notadamente Egito, Irã, Líbano e o Magreb —, até que a ascensão do fundamentalismo muçulmano empurrou as mulheres de novo para a obscuridade. Para essas minorias emancipadas, existia um espaço nos níveis sociais superiores de seus países onde podiam atuar e sentir-se à vontade, tal como ocorria (com elas ou suas contrapartes) na Europa e na América do Norte, embora provavelmente demorassem mais a abandonar as convenções sexuais e obrigações familiares tradicionais de sua cultura que as ocidentais, ou pelo menos as não católicas.* Neste aspecto, as mulheres emancipadas nos países dependentes "ocidentalizados" estavam muito mais favoravelmente situadas que suas irmãs, digamos, no Extremo

(*) Não será por acaso que as taxas de divórcio e novos casamentos na Itália, Irlanda, Espanha e Portugal foram significativamente mais baixas, na década de 1980, que no resto da área européia ocidental e norte-americana. Taxas de divórcio: 0,58 por mil habitantes, contra 2,5 para em média de nove outros países (Bélgica, França, Alemanha Federal, Países Baixos, Suécia, Suíça, Reino Unido, Canadá, EUA). Os novos casamentos (porcentagem de todos os casamentos): 2,4 contra 18,6 em média de nove países.

Oriente não socialista, onde a força dos papéis e convenções tradicionais a que mesmo as mulheres de elite tinham de se submeter era enorme e sufocante. Japonesas e coreanas educadas que se viam no emancipado Ocidente por alguns anos muitas vezes temiam a volta a suas próprias civilizações e a um senso ainda apenas marginalmente desgastado de subordinação das mulheres.

No mundo socialista, a situação era paradoxal. Praticamente todas as mulheres estavam na força de trabalho assalariada na Europa Oriental — ou pelo menos ela continha quase tantas mulheres quanto homens (90%), uma proporção muito mais alta que em qualquer outra parte. O comunismo como ideologia se empenhara apaixonadamente na igualdade e liberação femininas, em todos os sentidos, incluindo o erótico, apesar da antipatia pessoal de Lenin pela promiscuidade do sexo casual.* (Contudo, tanto Krupskaia quanto Lenin estavam entre os raros revolucionários especificamente favoráveis à divisão de tarefas domésticas entre os sexos.) Além disso, o movimento revolucionário, dos *narodniks* até os marxistas, havia acolhido as mulheres, sobretudo as intelectuais, com excepcional simpatia, e tinha lhes dado excepcional espaço, como ainda era evidente na década de 1970, quando elas tinham representação desproporcional em alguns dos movimentos terroristas de esquerda. Contudo, com exceções um tanto raras (Rosa Luxemburgo, Ruth Fischer, Anna Pauker, La Pasionaria, Federica Montseny), elas não se destacaram nas primeiras fileiras políticas de seus partidos, ou mesmo de qualquer outro modo,** e nos novos Estados governados por comunistas se tornaram ainda menos visíveis. Na verdade, as mulheres em posições políticas de destaque praticamente desapareceram. Como vimos, um ou dois países, notadamente Bulgária e República Democrática Alemã, davam claramente a suas mulheres boas oportunidades de destaque público, bem como de educação superior, mas no todo a posição pública das mulheres nos países comunistas não era muito diferente da que tinham nos países capitalistas desenvolvidos, e onde era isso não trazia necessariamente vantagens. Quando as mulheres corriam para uma profissão a elas aberta, como na URSS, onde a profissão de médico se tornou em grande parte ocupada por mulheres em conseqüência disso, perdiam status e renda. Ao contrário das feministas ocidentais, a maioria das mulheres casadas soviéticas, há muito acostumadas a uma vida de trabalho assalariado, sonhavam com o luxo de ficar em casa e fazer só um trabalho.

Na verdade, o sonho revolucionário original de transformar as relações

(*) Assim, o direito ao aborto, proibido pelo Código Civil alemão, era um importante tema de agitação no Partido Comunista alemão, motivo pelo qual a República Democrática Alemã ia desfrutar uma legislação de aborto muito mais liberal que a República Federal da Alemanha (influenciada pelos democrata-cristãos), com isso complicando os problemas legais da unificação alemã em 1990.

(**) No KPD, 1929, de 63 membros e candidatos a membros do Comitê Central, havia seis mulheres. De 504 destacados membros do partido em 1924-9, apenas 7% eram mulheres.

entre os sexos e alterar as instituições e hábitos que incorporavam o velho domínio masculino em geral encalhou, mesmo onde — como nos primeiros anos da URSS, mas não, em geral, nos novos regimes comunistas europeus após 1944 — foi seriamente buscado. Em países atrasados, e a maioria dos regimes comunistas se estabeleceu nesses países, foi bloqueado pela passiva não-cooperação de populações tradicionais, que insistiam em que na prática, dissesse o que dissesse a lei, as mulheres fossem tratadas como inferiores aos homens. Os heróicos esforços de emancipação feminina não foram, é claro, em vão. Dar às mulheres igualdade de direitos legais e políticos, insistir no seu acesso à educação e ao trabalho e responsabilidades dos homens, mesmo dar-lhes visibilidade e permitir-lhes ir e vir livremente em público, não são mudanças pequenas, como pode atestar todo aquele que compare a situação das mulheres em países onde o fundamentalismo religioso impera ou volta a ser imposto. Além disso, mesmo nos países comunistas onde a realidade feminina ficou bem atrás da teoria, mesmo em épocas em que os governos impuseram uma virtual contra-revolução moral, buscando recolocar a família e as mulheres como basicamente geradoras de filhos (como na URSS na década de 1930), a simples liberdade de escolha pessoal existente para elas no novo sistema, incluindo a liberdade de escolha sexual, era incomparavelmente maior do que poderia ter sido antes do novo regime. Seus verdadeiros limites não eram tanto legais ou convencionais quanto materiais, como a escassez de métodos anticoncepcionais para os quais, como para outras necessidades ginecológicas, a economia planejada só dava o mais leve provimento.

Mesmo assim, quaisquer que sejam as conquistas e fracassos do mundo socialista, não gerou movimentos especificamente feministas, e na verdade dificilmente poderia tê-lo feito, em vista da virtual impossibilidade de quaisquer iniciativas políticas não patrocinadas pelo Estado e o partido antes de meados da década de 1980. Contudo, é improvável que as questões que preocupavam os movimentos feministas no Ocidente tivessem achado muito eco nos Estados comunistas antes dessa época.

Inicialmente, essas questões no Ocidente, e notadamente nos EUA, pioneiros no reflorescimento do feminismo, diziam respeito basicamente a problemas que afetavam mulheres da classe média, ou à forma que as afetava predominantemente. Isso é bastante evidente quando olhamos, nos EUA, as ocupações em que a pressão feminista conseguiu sua grande abertura, e que, supostamente, refletem a concentração de seus esforços. Em 1981, as mulheres haviam não apenas praticamente eliminado os homens das ocupações de escritório e de colarinho-branco, a maioria das quais na verdade eram subalternas, mas respeitáveis, como formavam quase 50% dos agentes e corretores imobiliários, e quase 40% dos bancários e gerentes financeiros, e haviam estabelecido uma presença substancial, se bem que ainda inadequada, nas profissões intelectuais, embora as tradicionais profissões na área de direito e medi-

cina ainda as restringissem a modestas cabeças-de-ponte. Mas se 35% dos professores universitários, mais de um quarto dos especialistas em computador e 22% nas ciências naturais eram agora mulheres, os monopólios masculinos do trabalho braçal, qualificado e não qualificado, permaneceram praticamente inalterados: só 2,7% dos caminhoneiros, 1,6% dos eletricistas e 0,6% dos mecânicos de automóveis eram mulheres. A resistência destes ao influxo feminino não era, sem dúvida, mais fraca que a dos médicos e advogados, que tinham aberto espaço para 14% delas; mas não é despropositado supor que a pressão para conquistar esses bastiões de masculinidade fosse menor.

Mesmo uma leitura desatenta das pioneiras americanas do novo feminismo na década de 1960 sugere uma distinta perspectiva de classe nos problemas femininos (Friedan, 1963; Degler, 1987). Elas se preocupavam maciçamente com a questão de "como a mulher pode combinar carreira ou emprego com casamento e família", um problema fundamental apenas para as que tinham essa opção, inexistente então para a maioria das mulheres do mundo e para todas as pobres. Estavam, com toda a razão, preocupadas com *igualdade entre homens e mulheres*, um conceito que se tornou o principal instrumento para o avanço legal e institucional das mulheres ocidentais, pois a palavra "sexo" foi inserida na Lei dos Direitos Civis americana de 1964, originalmente destinada a proibir apenas a discriminação racial. Mas "igualdade", ou melhor, "igual tratamento" e "igual oportunidade", supõe que não há diferenças significativas entre homens e mulheres, sociais ou outras, e para a maioria das mulheres do mundo, sobretudo as pobres, parecia óbvio que parte de sua inferioridade social se devia à diferença, enquanto sexo, dos homens, e podia portanto exigir remédios específicos de sexo — por exemplo, provimentos para gravidez e maternidade, ou proteção especial contra ataques pelo sexo fisicamente mais forte e mais agressivo. O feminismo americano demorou a abordar interesses vitais da operária, como a licença-maternidade. Uma fase posterior do feminismo na verdade insistiu em diferença de gênero, além de desigualdade de gênero, embora o uso de uma ideologia liberal de individualismo abstrato e o instrumento da lei de "direitos iguais" não fossem de fato compatíveis com o reconhecimento de que as mulheres não eram, e não deviam necessariamente ser, iguais aos homens, e vice-versa.*

Além disso, nas décadas de 1950 e 1960 a própria demanda para romper a esfera doméstica e entrar no mercado de trabalho tinha entre as mulheres casadas prósperas e educadas da classe média uma forte carga ideológica que

(*) Assim, a "ação afirmativa", ou seja, dar a um grupo tratamento *preferencial* no acesso a um recurso ou atividade social, somente se coaduna à noção de igualdade caso se suponha que se trata de uma medida temporária, a ser abandonada aos poucos, quando se houver atingido o acesso igual pelos próprios méritos; isto é, caso se suponha que o tratamento preferencial é apenas a eliminação de uma desvantagem injusta entre os participantes de uma mesma corrida. Este é obviamente o caso às vezes. Mas quando se trata de diferenças permanentes, é descabido. É

não tinha para outras, pois suas motivações nesses ambientes raramente eram econômicas. Entre as pobres, ou as de orçamento apertado, as mulheres casadas saíram para trabalhar após 1945 porque, para pôr a coisa em termos simples, os filhos não mais o faziam. O trabalho infantil no Ocidente quase desaparecera, enquanto, ao contrário, a necessidade de dar aos filhos uma educação que melhorasse suas perspectivas colocava sobre os pais um grande fardo financeiro por mais tempo que antes. Em suma, como já foi dito, "no passado os filhos trabalhavam para que as mães pudessem ficar em casa cumprindo responsabilidades domésticas e reprodutivas. Agora, quando as famílias precisavam de renda extra, as mães trabalhavam no lugar dos filhos" (Tilly & Scott, 1987, p. 219). Isso dificilmente teria sido possível sem a diminuição do número de filhos, embora a substancial mecanização das tarefas domésticas (notadamente através de máquinas de lavar) e o aumento de alimentos preparados e de pronto cozimento facilitassem as coisas. Mas para as mulheres casadas da classe média cujos maridos ganhavam uma renda adequada ao seu status, trabalhar fora raramente trazia um grande acréscimo aos rendimentos da família, quando nada porque se pagava muito menos às mulheres que aos homens nos empregos então à disposição delas. Não podia haver uma contribuição líquida muito significativa à família quando a ajuda paga para cuidar da casa e das crianças tinha de ser contratada (na forma de faxineiras e, na Europa, de moças *au pair*) para permitir à mulher ganhar uma renda externa.

Se havia um incentivo para as mulheres casadas saírem de casa nesses círculos, era a demanda de liberdade e autonomia; a mulher casada ser uma pessoa por si, e não um apêndice do marido e da casa, alguém visto pelo mundo como indivíduo, e não como membro de uma espécie ("apenas esposa e mãe"). A renda entrava nisso não porque fosse necessária, mas porque era algo que a mulher podia gastar ou poupar sem pedir primeiro ao marido. Claro, à medida que casas de classe média com duas rendas se tornavam mais comuns, os orçamentos domésticos foram sendo cada vez mais calculados em termos de duas rendas. Na verdade, à medida que a educação superior para os filhos da classe média se tornava quase universal, e os pais tinham de dar contribuições financeiras a seus rebentos até quando eles já beiravam os vinte anos ou até mais, o trabalho pago para as mulheres casadas da classe média deixou de ser basicamente uma declaração de independência e tornou-se o que há muito era para as pobres, uma maneira de equilibrar o orçamento. Apesar disso, não desapareceu o elemento conscientemente emancipatório nele, como mostrou o aumento dos "casamentos de baldeação". Pois os custos (e não apenas financei-

---

absurdo, mesmo à primeira vista, dar aos homens prioridade no acesso a cursos de canto coloratura, ou insistir que é teoricamente desejável, com base em argumentos demográficos, que 50% dos generais do exército sejam mulheres. Por outro lado, é inteiramente legítimo dar a todo homem com desejo e qualificação, potencial para cantar a *Norma*, e a toda mulher com desejo e potencial para comandar um exército, suas chances de fazê-lo.

ros) de casamentos nos quais cada cônjuge trabalhava em local muitas vezes bastante distante eram altos, embora a revolução nos transportes e comunicações os tornasse cada vez mais comuns em profissões como as acadêmicas, a partir da década de 1970. Contudo, enquanto antes as esposas de classe média (embora não os filhos acima de uma certa idade) quase sempre seguiam automaticamente para onde quer que os novos empregos dos maridos os levassem, agora tornava-se quase impensável, pelo menos nos círculos intelectuais da classe média, perturbar a carreira da mulher e seu direito a decidir onde queria exercê-la. Finalmente, parecia, homens e mulheres se tratavam como iguais neste aspecto.*

Apesar disso, nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação genérica de que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da auto-afirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões que interessavam a todas: e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas — e nelas encontraram expressão — de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central.

Para isso temos de nos voltar agora.

(*) Embora mais raros, casos em que o marido se via diante do problema de seguir para onde o novo emprego da esposa a levasse também se tornaram mais freqüentes. Qualquer acadêmico da década de 1990 pode se lembrar de alguns exemplos de seu conhecimento pessoal.

11
REVOLUÇÃO CULTURAL

No filme, Carmen Maura faz um homem que passou por uma operação transexual e, devido a um romance infeliz com o pai dele/dela, desistiu dos homens para ter um relacionamento (lésbico) com uma mulher, feita por um famoso travesti de Madri.

Resenha de um filme no *Village Voice*, Paul Berman (1987, p. 572)

As manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinqüenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening *bem-sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes.*

Pierre Bourdieu (1994)

I

A melhor abordagem dessa revolução cultural é portanto através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações. Na maioria das sociedades, essas relações resistiram de maneira impressionante à mudança súbita, embora isso não queira dizer que fossem estáticas. Além do mais, apesar das aparências em contrário, os padrões foram mundiais, ou pelo menos tiveram semelhanças básicas em áreas muito amplas, embora se tenha sugerido, em bases sócio-econômicas e tecnológicas, que há uma grande diferença entre a Eurásia (incluindo os dois lados do Mediterrâneo) de um lado e o resto da África do outro (Goody, 1990, XVII). Assim, a poliginia, considerada quase completamente inexistente ou extinta na Eurásia, a não ser por grupos especialmente privilegiados e no mundo árabe, floresceu na África, onde se diz que mais de um quarto de todos os casamentos é polígamo (Goody, 1990, p. 379).

Apesar disso, cruzando todas as variações, a vasta maioria da humani-

dade partilhava certo número de características, como a existência de casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges (o "adultério" é universalmente tratado como crime); a superioridade dos maridos em relação às esposas ("patriarcado") e dos pais em relação aos filhos, assim como às gerações mais jovens; famílias consistindo em várias pessoas; e coisas assim. Quaisquer que sejam a extensão e a complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações mútuos dentro dela, uma família nuclear — um casal com filhos — estava geralmente presente em alguma parte, mesmo quando o grupo ou família co-residente ou cooperante era muito maior. A idéia de que a família nuclear, que se tornou o modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX, tinha de alguma forma evoluído a partir de unidades familiares e de parentesco muito maiores, como parte do crescimento do individualismo burguês ou qualquer outro, baseia-se numa má compreensão histórica, não menos da natureza da cooperação social e sua justificação nas sociedades pré-industriais. Mesmo numa instituição tão comunista quanto a *zadruga* ou família conjunta dos eslavos balcânicos, "cada mulher trabalha para sua família no sentido estrito da palavra, ou seja, o marido e os filhos, mas também, quando chega a sua vez, para os membros solteiros da comunidade e os órfãos" (Guidetti & Stahl, 1977, p. 58). A existência desse núcleo de família e casa não significa, claro, que os grupos ou comunidades aparentados dentro dos quais ele se encontra sejam semelhantes em outros aspectos.

Contudo, na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais "desenvolvidos", embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. Assim, na Inglaterra e no País de Gales — reconhecidamente um exemplo um tanto dramático —, em 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos (Mitchell, 1975, pp. 30-2), mas, em meados da década de 1980, a proporção era de um divórcio para cada 2,2 casamentos (*UN Statistical Yearbook*, 1987). Além disso, podemos ver a aceleração dessa tendência nos desvairados anos 60. No fim da década de 1970, houve mais de dez divórcios para cada mil casais casados na Inglaterra e Gales, ou cinco vezes mais que em 1961 (Social Trends, p. 84).

Essa tendência de modo nenhum se restringia à Grã-Bretanha. Na verdade, a mudança espetacular é vista de maneira mais clara em países de moralidade fortemente impositiva, como os católicos. Na Bélgica, França e Países Baixos, o índice bruto de divórcios (número anual de divórcios por mil habitantes) praticamente triplicou entre 1970 e 1985. Contudo, mesmo em países com tradição de emancipação nessas questões, como a Dinamarca e a Noruega, esse índice dobrou ou quase no período. Era claro que alguma coisa incomum se passava no casamento ocidental. As mulheres que procuravam clínicas ginecológicas na década de 1970 mostravam "uma substancial diminuição no casamento formal, uma redução no desejo de filhos [...] e uma mudança de atitude

para a aceitação de uma adaptação bissexual" (Esman, 1990, p. 67). É improvável que tal reação de uma amostragem de mulheres pudesse registrar-se em qualquer parte, mesmo na Califórnia, antes daquela década.

O número de pessoas vivendo sós (isto é, não como membro de nenhum casal ou família maior) também começou a disparar para cima. Na Grã-Bretanha, permaneceu em grande parte o mesmo durante o primeiro terço do século, cerca de 6% de todas as casas, subindo muito suavemente daí em diante. Contudo, entre 1960 e 1980, a porcentagem quase duplicou de 12% para 22% de todas as casas, e em 1991 era mais de um quarto (Abrams, 1945; Carr-Saunders, 1958; Social Trends, p. 26). Em muitas grandes cidades ocidentais, elas somavam cerca de metade de todas as casas. Por outro lado, a família nuclear ocidental clássica, o casal casado com filhos, estava em visível retração. Nos EUA, essas famílias caíram de 44% de todas as casas para 29% em vinte anos (1960-80); na Suécia, onde quase metade de todos os partos em meados da década de 1980 foi de mulheres solteiras (Ecosoc, p. 21), de 37% para 25%. Mesmo nos países desenvolvidos onde ainda formavam mais de metade de todas as casas em 1960 (Canadá, Alemanha Federal, Países Baixos, Grã-Bretanha), eram agora uma clara minoria.

Em casos particulares, deixaram de ser até nominalmente típicas. Assim, em 1991, 58% de todas as famílias negras nos EUA eram chefiadas por uma mulher sozinha, e 70% de todas as crianças tinham nascido de mães solteiras. Em 1940, só 11,3% de famílias "não brancas" eram chefiadas por mães sozinhas, e mesmo nas cidades somavam apenas 12,4% (Franklin Frazier, 1957, p. 317). Mesmo em 1970, esse número era apenas 33% (*New York Times*, 5/10/92).

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual. Na Grã-Bretanha, a maior parte das práticas homossexuais foi descriminada na segunda metade da década de 1960, poucos anos depois de nos EUA, onde o primeiro estado a tornar a sodomia legal (Illinois) o fez em 1961 (Johansson & Percy, 1990, pp. 304 e 1349). Na própria Itália do papa, o divórcio se tornou legal em 1970, um direito confirmado por referendo em 1974. A venda de anticoncepcionais e a informação sobre controle de natalidade foram legalizadas em 1971, e em 1975 um novo código de família substituiu o velho, que sobrevivera do período fascista. Finalmente, o aborto tornou-se legal em 1978, confirmado por referendo em 1981.

Embora leis permissivas sem dúvida tornassem mais fáceis atos até então proibidos, e dessem muito mais publicidade a essas questões, a lei mais reco-

nhecia do que criava o novo clima de relaxamento sexual. O fato de que na década de 1950 só 1% das britânicas coabitasse, por qualquer período de tempo, com o futuro marido antes do casamento não se devia à legislação, como não se devia a ela o fato de que no início da década de 1980 21% delas o fizessem. Tornavam-se agora permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e a religião, mas também pela moral consuetudinária, a convenção e a opinião da vizinhança.

Essas tendências, claro, não afetaram igualmente todas as partes do mundo. Enquanto o divórcio aumentava em todos os países onde era permitido (supondo-se, por ora, que a dissolução formal do casamento por ação oficial tivesse o mesmo significado em todos eles), o casamento tornara-se claramente muito menos estável em alguns deles. Na década de 1980, continuava bem mais permanente em países católicos (não comunistas). O divórcio era bem menos comum na península Ibérica e na Itália, e ainda mais raro na América Latina, mesmo em países que se orgulhavam de sua sofisticação: um divórcio por 22 casamentos no México, por 33 no Brasil (mas um por 2,5 em Cuba). A Coréia do Sul continuou sendo incomumente tradicional para um país que andava tão rápido (um por onze casamentos), mas no início da década de 1980 mesmo o Japão tinha uma taxa de divórcio equivalente a menos de um quarto da francesa e muito abaixo dos prontamente divorciáveis britânicos e americanos. Mesmo dentro do mundo (então) socialista havia variações, embora menores que no capitalismo, com exceção da URSS, que só ficava atrás dos EUA (UN World Social Situation, 1989, p. 36). Essas variações não causam surpresa. O que era e é muito mais interessante é que, grandes ou pequenas, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo o globo "modernizante". Em parte alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura popular, ou, mais especificamente, jovem.

II

Pois se divórcio, nascimentos ilegítimos e o aumento de famílias com um só dos pais (isto é, esmagadoramente de mães solteiras) indicavam uma crise na relação entre os sexos, o aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade — que nos países desenvolvidos ocorria vários anos mais cedo que nas gerações anteriores (Tanner, 1962, p. 153) — até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente. Os acontecimentos políticos mais dramáticos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram as mobilizações da faixa etária que, em países menos politizados, fazia a fortuna da indústria fonográfica, que tinha de 70% a 80% de sua produção — sobre-

tudo de *rock* — vendida quase inteiramente a clientes entre as idades de catorze e 25 anos (Hobsbawm, 1993, pp. XXVIII-XXIX). A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças e mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional.

Exceto na China, onde o ancião Mao mobilizou as forças da juventude com um efeito terrível (ver capítulo 16), os jovens radicais eram liderados — até onde aceitavam líderes — por membros de seu grupo de pares. Isso se aplicava visivelmente aos movimentos estudantis mundiais, mas onde estes provocaram motins operários em massa, como na França e na Itália em 1968-9, a iniciativa também veio de jovens operários. Ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os *slogans* confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 1968, nem do "outono quente" de 1969: "*tutto e subito*", queremos tudo e já (Albers, Goldschmidt & Oehlke, 1971, pp. 58 e 184).

A nova "autonomia" da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, nessa escala, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabavam juntas. Essa figura, antecipada na década de 1950 pelo astro de cinema James Dean, foi comum, talvez mesmo um ideal típico, no que se tornou a expressão cultural característica da juventude — o *rock*. Buddy Holly, Janis Joplin, Brian Jones, membro dos Rolling Stones, Bob Marley, Jimi Hendrix e várias outras divindades populares caíram vítimas de um estilo de vida fadado à morte precoce. O que tornava simbólicas essas mortes era que a juventude por eles representada era transitória por definição. Ser ator pode ser uma carreira duradoura, mas não ser um *jeune premier*.

Apesar disso, embora jovens estejam sempre mudando — uma "geração" de estudantes mal dura três ou quatro anos —, suas fileiras estão sempre sendo reabastecidas. O surgimento do adolescente como ator consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido, entusiasticamente, pelos fabricantes de bens de consumo, às vezes com menos boa vontade pelos mais velhos, à medida que viam expandir-se o espaço entre os que estavam dispostos a aceitar o rótulo de "criança" e os que insistiam no de "adulto". Em meados da década de 1960, mesmo o movimento de Baden Powell, os *boy scouts* (escoteiros) ingleses, abandonou a primeira parte de seu nome como uma concessão ao clima da época, e trocou o velho *sombrero* do escoteiro pela menos ostensiva boina (Gillis, 1974, p. 197).

Grupos etários não são novidade nas sociedades, e mesmo na civilização burguesa uma camada dos sexualmente maduros mas ainda em crescimento físico e intelectual, e sem a experiência da vida adulta, já fora reconhecida.

O fato de esse grupo estar se tornando mais jovem em idade à medida que tanto a puberdade quanto as alturas máximas eram atingidas mais cedo (Floud et al; 1990) não mudava, em si, a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios se sentiam. O meio burguês esperava que seus rapazes — diferentemente das moças — passassem por um período de turbulência e "cabeçadas", antes de "assentar-se". A novidade da nova cultura juvenil era tripla.

Primeiro, a "juventude" era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Como no esporte, atividade em que a juventude é suprema, e que agora definia as ambições de mais seres humanos do que qualquer outra, a vida claramente ia ladeira abaixo depois dos trinta. Na melhor das hipóteses, após essa idade restava um pouco de interesse. O fato de que isso não correspondesse, de fato, a uma realidade social em que (com exceção do esporte, algumas formas de diversão e talvez a matemática pura) poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais, que o mundo estava organizado de forma insatisfatória. Pois até a década de 1970 o mundo do pós-guerra era na verdade governado por uma gerontocracia, em maior medida do que na maioria dos períodos anteriores, sobretudo por homens — dificilmente por mulheres ainda — que já eram adultos no fim, ou mesmo no começo, da Primeira Guerra Mundial. Isso se aplicava tanto ao mundo capitalista (Adenauer, De Gaulle, Franco, Churchill) quanto ao comunista (Stalin e Kruschev, Mao, Ho Chi Minh, Tito), bem como aos grandes Estados pós-coloniais (Gandhi, Nehru, Sukarno). Um líder com menos de quarenta anos era uma raridade mesmo em regimes revolucionários surgidos de golpes militares, um tipo de mudança política em geral promovida por jovens oficiais subalternos, porque esses têm menos a perder que os mais graduados. Daí muito do impacto internacional de Fidel Castro, que tomou o poder com 32 anos.

Apesar disso, concessões silenciosas e talvez nem sempre conscientes ao juvenescimento da sociedade foram feitas pelo *establishment* dos velhos e, não menos, pelas florescentes indústrias de cosméticos, de cuidados com os cabelos, de higiene pessoal, que se beneficiaram desproporcionalmente com a riqueza em acumulação de uns poucos países desenvolvidos.* A partir do fim da década de 1960, houve uma tendência a baixar a idade eleitoral para dezoito anos — por exemplo, nos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França — e também algum sinal de redução da idade de consentimento para o intercurso sexual (heterossexual). Paradoxalmente, à medida que aumentava a expectativa de

(*) Do mercado global de "produtos pessoais" em 1990, 34% estavam na Europa não comunista, 30% na América do Norte e 19% no Japão. Os restantes 85% da população mundial dividiam de 16% a 17% entre seus membros mais ricos (*Financial Times*, 11/4/91).

vida, aumentava a porcentagem de velhos e, pelo menos entre classes alta e média favorecidas, adiava-se o declínio senil, chegava-se mais cedo à aposentadoria e, em tempos de aperto, a "aposentaria antecipada" tornou-se o método favorito de cortar custos com mão-de-obra. Executivos de mais de quarenta anos que perdiam o emprego achavam tão difícil arranjar novos postos quanto os trabalhadores braçais e os funcionários de escritório.

A segunda novidade da cultura juvenil provém da primeira: ela era ou tornou-se dominante nas "economias de mercado desenvolvidas", em parte porque representava agora uma massa concentrada de poder de compra, em parte porque cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente, e trazia as marcas dessa experiência, e não menos porque a espantosa rapidez da mudança tecnológica na verdade dava à juventude uma vantagem mensurável sobre grupos etários mais conservadores, ou pelo menos inadaptáveis. Qualquer que fosse a estrutura de idade da administração da IBM ou da Hitachi, os novos computadores eram projetados e os novos programas criados por pessoas na casa dos vinte anos. Mesmo quando essas máquinas e programas eram, esperava-se, à prova de erro, a geração que não crescera com eles tinha uma aguda consciência de sua inferioridade em relação às gerações que o haviam feito. O que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que o que os pais não sabiam e os filhos sim. Inverteram-se os papéis das gerações. O *blue jeans*, traje deliberadamente popular introduzido nas universidades americanas por estudantes que *não* queriam parecer com seus pais, terminou aparecendo, em dias de semana e feriados, ou mesmo, no caso de ocupações "criativas" e outras avançadinhas, no trabalho, embaixo de muita cabeça grisalha.

A terceira peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo. O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude "moderna", das minorias destinadas a tornar-se maiorias, em todo país onde eram oficialmente tolerados e em alguns onde não eram, como na URSS a partir da década de 1960 (Starr, 1990, capítulos 12 e 13). Letras de *rock* em inglês muitas vezes nem eram traduzidas. Isso refletia a esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que os próprios núcleos da cultura jovem ocidental eram o oposto do chauvinismo cultural, sobretudo em seus gostos musicais. Acolhiam estilos importados do Caribe, da América Latina e, a partir da década de 1980, cada vez mais, da África.

Essa hegemonia cultural não era nova, mas seu *modus operandi* mudara. Entre as guerras, seu principal vetor fora a indústria cinematográfica americana, a única com distribuição global maciça. Era vista por um público de centenas de milhões, que atingiu seu volume máximo pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Com o surgimento da televisão, da produção cinematográfica internacional e o fim do sistema de estúdio hollywoodiano, a indústria ameri-

cana perdeu um pouco de sua predominância e mais de seu público. Em 1960, ela respondia por apenas um sexto da produção mundial de filmes, mesmo sem contar o Japão e a Índia (*UN Statistical Yearbook*, 1961), embora acabasse recuperando grande parte de sua hegemonia. Os EUA jamais conseguiram estabelecer um domínio comparável sobre os vastos e lingüisticamente mais sofisticados mercados de televisão. Seus estilos juvenis se difundiam diretamente, ou através da amplificação de seus sinais *via* a intermediária cultural Grã-Bretanha, por uma espécie de osmose informal. Difundiam-se através dos discos e depois fitas, cujo grande veículo de promoção, então como antes e depois, era o velho rádio. Difundiam-se através da distribuição mundial de imagens; através dos contatos internacionais do turismo juvenil, que distribuía pequenos mas crescentes e influentes fluxos de rapazes e moças de *jeans* por todo o globo; através da rede mundial de universidades, cuja capacidade de rápida comunicação internacional se tornou óbvia na década de 1960. Difundiam-se ainda pela força da moda na sociedade de consumo que agora chegava às massas, ampliada pela pressão dos grupos de seus pares. Passou a existir uma cultura jovem global.

Ela poderia ter surgido em qualquer período anterior? Quase certamente não. O número de seus adeptos teria sido muito menor, em termos relativos e absolutos, pois a extensão do tempo de educação e sobretudo a criação de vastas populações de rapazes e moças vivendo juntos como um grupo etário em universidades expandiram-na espetacularmente. Além disso, mesmo os adolescentes que entravam no mercado de trabalho em tempo integral na idade de deixar a escola (entre catorze e dezesseis anos no país "desenvolvido" típico) tinham muito mais poder aquisitivo que seus antecessores, graças à prosperidade e pleno emprego da Era de Ouro e à maior prosperidade dos pais, que tinham menos necessidade do dinheiro dos filhos para o orçamento familiar. Foi a descoberta desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa das indústrias da moda. O "*boom* adolescente" britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas nos escritórios e lojas em expansão, muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, e naquela época menos comprometidas com os padrões de gastos masculinos em cerveja e cigarro. O *boom* "revelou primeiro sua força em áreas em que as compras das moças se destacavam, como blusas, saias, cosméticos e discos populares" (Allen, 1968, pp. 62-3), para não falar nos concertos populares, dos quais elas eram as freqüentadoras mais destacadas e audíveis. Pode-se medir o poder do dinheiro jovem pelas vendas de discos nos EUA, que subiram de 277 milhões de dólares em 1955, quando o *rock* apareceu, para 600 milhões em 1959, e 2 bilhões em 1973 (Hobsbawm, 1993, p. XXIX). Cada membro do grupo etário de cinco a dezenove anos, nos EUA, gastava pelo menos cinco vezes mais em discos em 1970 do que em 1955. Quanto maior o

país, maior o negócio fonográfico: jovens nos EUA, Suécia, Alemanha Ocidental, Países Baixos e Grã-Bretanha gastavam entre sete e dez vezes mais por cabeça que os de países mais pobres porém em rápido desenvolvimento, como Itália e Espanha.

O poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade. Contudo, o que acentuou os contornos dessa identidade foi o enorme abismo histórico que separava as gerações nascidas antes de, digamos, 1925 das nascidas depois de, digamos, 1950; um abismo muito maior que o entre pais e filhos no passado. A maioria dos pais com filhos adolescentes passou a ter uma aguda consciência disso na década de 1960 e depois. Os jovens viviam em sociedades secionadas de seu passado por revolução, como na China, Iugoslávia ou Egito; por conquista e ocupação, como na Alemanha e Japão; ou por libertação colonial. Eles não tinham lembrança de antes do dilúvio. A não ser talvez pela experiência partilhada de uma grande guerra nacional, como a que ligou velhos e jovens por algum tempo na Rússia ou na Grã-Bretanha, eles não tinham como entender o que seus mais velhos haviam vivido ou sentido — mesmo quando estes se dispunham a falar do passado, pois a maioria dos alemães, japoneses e franceses se mostravam relutantes em fazê-lo. Como poderia um jovem indiano, para quem o Partido do Congresso era uma máquina governamental ou política, compreender alguém para quem esse partido fora a expressão da luta de uma nação para libertar-se? Como podiam os brilhantes jovens economistas indianos que inundaram os departamentos universitários do mundo entender seus próprios professores, para os quais o auge da ambição no período colonial era simplesmente tornar-se "tão bons quanto" seus modelos metropolitanos?

A Era de Ouro alargou esse abismo, pelo menos até a década de 1970. Como rapazes e moças criados numa era de pleno emprego podiam compreender a experiência da década de 1930, ou, ao contrário, uma geração mais velha entender jovens para os quais um emprego não era um porto seguro após mares tempestuosos (sobretudo um emprego garantido, com direitos de aposentadoria), mas uma coisa que podia ser conseguida a qualquer hora, e abandonada a qualquer hora que a pessoa tivesse vontade de ir passar alguns meses no Nepal? Essa versão do abismo de gerações não se restringiu aos países industriais, pois o impressionante declínio do campesinato criou um abismo semelhante entre gerações rurais e ex-rurais, braçais e mecanizadas. Os professores de história franceses, criados numa França onde toda criança vinha de uma fazenda ou lá passava as férias, descobriram que tinham de explicar aos estudantes na década de 1970 o que faziam as ordenhadoras, e que aparência tinha um terreiro de fazenda com um monte de estrume. E o que é mais, esse abismo de gerações afetava mesmo aqueles — a maioria dos habitantes do mundo — para os quais os grandes acontecimentos políticos do século haviam pas-

sado ao largo ou que não tinham opiniões particulares sobre eles, a não ser na medida em que afetavam suas vidas privadas.

Mas, claro, quer tais acontecimentos tivessem passado ao largo deles ou não, a maioria da população do mundo era agora mais jovem que nunca. Na maior parte do Terceiro Mundo, onde ainda não se dera a transição demográfica de altas para baixas taxas de natalidade, era provável que alguma coisa entre dois quintos e metade dos habitantes, em algum momento da segunda metade do século, tivessem menos de catorze anos. Por mais fortes que fossem os laços de família, por mais poderosa que fosse a teia de tradição que os interligasse, não podia deixar de haver um vasto abismo entre a compreensão da vida deles, suas experiências e expectativas, e as das gerações mais velhas. Os exilados políticos sul-africanos que voltaram a seu país no início da década de 1990 tinham uma compreensão do que significava lutar pelo Congresso Nacional Africano diferente da dos "camaradas" jovens que carregavam a mesma bandeira nos aldeamentos africanos. Por outro lado, que poderia a maioria em Soweto, nascida muito depois de Nelson Mandela ter ido para a prisão, fazer dele senão um símbolo ou um ícone? Em muitos aspectos, em tais países o abismo de gerações era ainda maior que no Ocidente, onde instituições permanentes e continuidade política uniam velhos e jovens.

III

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de "estar na sua", com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas.

Que as camadas sociais superiores se deixassem inspirar pelo que encontravam no meio do "povo" não era uma novidade em si. Mesmo deixando de lado a rainha Maria Antonieta a representar leiteiras, os românticos adoravam a cultura do folclore rural, a música e a dança folclóricas, seus hiperintelectuais (Baudelaire) tinham fantasiado a *nostalgie de la boue* (a nostalgia da lama) urbana, e muito vitoriano achava extraordinariamente recompensador o sexo com alguém das camadas inferiores, o gênero sexual dependendo do gosto. (Tais sentimentos estão longe de extintos no fim do século XX.) Na Era dos Impérios, as influências culturais começaram pela primeira vez a mover-se sistematicamente de baixo para cima (ver *A era dos impérios*, capítulo 9), tanto através do forte impacto das artes plebéias em desenvolvimento recente

quanto através do cinema, diversão do mercado de massa por excelência. Contudo, a maioria das diversões populares e comerciais entre as guerras permaneceu em muitos aspectos sob a hegemonia da classe média, ou foi posta sob suas asas. A clássica indústria cinematográfica de Hollywood era, acima de tudo, *respeitável*; seu ideal social era o da versão americana dos "sólidos valores da família"; sua ideologia, a da retórica patriota. Sempre que, buscando a fila nas bilheterias, descobria um gênero incompatível com o universo moral dos quinze "filmes de Andy Hardy" (1937-47), que ganharam o Oscar por "promover o estilo de vida americano" (Halliwell, 1988, p. 321), como por exemplo nos primeiros filmes de gângster que ameaçavam idealizar os delinqüentes, a ordem moral era logo restaurada, quando já não estava nas mãos seguras do Código de Produtores de Hollywood (1934-66), que limitava o tempo permissível dos beijos na tela (de boca fechada) a no máximo trinta segundos. Os maiores triunfos de Hollywood — por exemplo, *...E o vento levou* — baseavam-se em romances destinados à leitura de nível intelectual mediano da classe média, e pertenciam tão firmemente a esse universo cultural quanto *Vanity fair*, de Thackeray, ou *Cyrano de Bergerac*, de Rostand. Só o gênero demótico e anárquico da comédia cinematográfica de variedades e oriunda do circo resistiu por algum tempo a esse afidalgamento, embora na década de 1930 mesmo ele batesse em retirada sob a pressão de um brilhante gênero de *boulevard*, a "comédia maluca" de Hollywood.

Também aqui, o triunfante "musical" da Broadway dos anos entreguerras, e as músicas para dançar e baladas que o recheavam, era um gênero burguês, embora impensável sem a influência do *jazz*. Era escrito para um público nova-iorquino de classe média, com libretos e letras visivelmente dirigidos a uma platéia adulta, pessoas que se viam como emancipadas, sofisticadas e urbanas. Uma rápida comparação das letras de Cole Porter com as dos Rolling Stones mostrará isso. Como a era de ouro de Hollywood, a era de ouro da Broadway baseava-se numa simbiose de plebeu e respeitável, mas não era vulgar.

A novidade da década de 1950 foi que os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou o que tomavam por tais, como seu modelo. O *rock* foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos de "Raça" ou "Rhythm and blues" das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, e notadamente dos jovens *brancos*. Os jovens operários almofadinhas do passado às vezes tomavam seus estilos da alta moda na camada social alta ou de subculturas de setores da classe média, como a boemia artística; as moças operárias, mais ainda. Agora parecia verificar-se uma curiosa inversão. O mercado de moda para os jovens plebeus estabeleceu sua independência e começou a dar o tom para o mercado grã-fino. À medida que o *blue jeans* (para

ambos os sexos) avançava, a *haute couture* de Paris recuava, ou antes aceitava a derrota usando seus prestigiosos nomes para vender produtos do mercado de massa, diretamente ou sob franquia. O ano de 1965, a propósito, foi o primeiro em que a indústria francesa de roupas femininas produziu mais calças que saias (Veillon, 1992, p. 6). Jovens aristocratas começaram a abandonar os sotaques que, na Grã-Bretanha, identificavam infalivelmente os membros de sua classe, e passaram a falar de modo aproximado ao linguajar da classe operária.* Rapazes respeitáveis, e cada vez mais moças, começaram a copiar o que antes era uma moda machista estritamente não respeitável entre os operários braçais, soldados e pessoas assim, o uso ocasional de palavrões na conversa. A literatura não ficou atrás: um brilhante crítico teatral levou a palavra *fuck* (foder) para o público do rádio. Pela primeira vez na história do conto de fadas, Cinderela tornou-se a beldade do baile *não* usando roupas esplêndidas.

Essa guinada para o popular nos gostos dos jovens de classe alta e média do mundo ocidental, que teve até alguns paralelos no Terceiro Mundo, como a defesa do samba pelos intelectuais brasileiros,** pode ou não ter tido alguma coisa a ver com a corrida dos estudantes da classe média para a política e ideologia revolucionárias poucos anos depois. A moda é muitas vezes profética, ninguém sabe como. Foi quase certamente reforçada entre a juventude masculina pelo aparecimento público, no novo clima de liberalismo, de uma subcultura homossexual com singular importância como determinadora de tendências na moda e nas artes. Contudo, talvez baste apenas supor que o estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes.

A antinomia essencial da nova cultura jovem surgiu mais claramente nos momentos em que encontrou expressão intelectual, como nos instantaneamente famosos cartazes dos dias de maio de 1968 em Paris: "É proibido proibir", e na máxima do radical *pop* americano Jerry Rubin, de que não se deve confiar em ninguém que não tenha dado um tempo (na cadeia) (Wiener, 1984, p. 204). Ao contrário das primeiras aparências, estas não eram declarações políticas de princípios no sentido tradicional — mesmo no sentido estreito de visar à abolição de leis repressivas. Não era esse o seu objetivo. Eram anúncios públicos de sentimentos e desejos privados. Como dizia um *slogan* de maio de 1968: "Tomo meus desejos por realidade, pois acredito na realidade

(*) Os jovens de Eton começaram a fazer isso no fim da década de 1950, segundo um vice-preboste daquela instituição de elite.

(**) Chico Buarque de Holanda, figura destacada no panorama da música popular brasileira, é filho de um eminente historiador progressista, que foi figura central no reflorescimento intelectual e cultural em seu país na década de 1930.

de meus desejos" (Katsiaficas, 1987, p. 101). Mesmo quando tais desejos eram acompanhados de manifestações, grupos e movimentos públicos; mesmo no que parecia, e às vezes tinha, o efeito de rebelião de massa, a essência era de subjetivismo. "O pessoal é político" tornou-se um importante *slogan* do novo feminismo, talvez o resultado mais duradouro dos anos de radicalização. Significava mais que simplesmente o fato de o compromisso político ter motivação e satisfações pessoais, e que o critério do êxito político era o quanto ele afetava as pessoas. Em algumas bocas, significava simplesmente "Chamarei de política qualquer coisa que me preocupe", como no título de um livro da década de 1970, *Fat is a feminist issue* [Gordura é uma questão feminista].

O *slogan* de maio de 1968, "Quando penso em revolução quero fazer amor", teria intrigado não só Lenin, mas também Ruth Fischer, a jovem militante comunista vienense cuja defesa da promiscuidade sexual Lenin atacou (Zetkin, 1968, pp. 28 e ss.). Contudo, por outro lado, mesmo para o neomarxista-leninista radical, conscientemente político, típico das décadas de 1960 e 1970, o agente do Comintern de Brecht que, como o caixeiro-viajante, "fazia sexo com outras coisas em mente" (*"Der Liebe pflegte ich achtlos"* — Brecht, 1976, vol. II, p. 722), teria sido incompreensível. Para eles, o importante era sem dúvida não o que os revolucionários esperavam conseguir com suas ações, mas o que faziam e como se sentiam fazendo-o. Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução.

Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção. O primeiro, em suas múltiplas formas, não tinha de ser descoberto. O que o melancólico poeta conservador queria dizer com o verso "O intercurso sexual começou em 1963" (Larkin, 1988, p. 167) não era que essa atividade fosse incomum antes da década de 1960, nem mesmo que ele não a praticara, mas que o ato mudara seu caráter público com — exemplos dele — o julgamento de lady Chatterley e "o primeiro LP dos Beatles". Onde uma atividade era antes proibida, tais gestos contra os velhos costumes eram fáceis. Onde era tolerada, oficial ou não oficialmente, como por exemplo relações de lesbianismo, o fato de que *era* um gesto tinha de ser especialmente estabelecido. Um compromisso público com o até então proibido ou inconvencional ("mostrar a cara") tornava-se portanto importante. As drogas, por outro lado, com exceção do álcool e do tabaco, haviam até então se limitado a pequenas subculturas de sociedade alta, baixa e marginal, e não se beneficiavam de legislação permissiva. Espalharam-se não só como um gesto de rebelião, pois as sensações que elas tornavam possíveis podiam ser atração suficiente. Apesar disso, o uso de drogas era por definição uma atividade proscrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não

apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam. Nas loucas praias dos anos 60 americanos, onde se reuniam os fãs de *rock* e estudantes radicais, o limite entre ficar drogado e erguer barricadas muitas vezes parecia difuso.

O recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a freqüência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade. Assim, nos EUA, o surgimento público de uma subcultura homossexual abertamente praticada, mesmo nas duas cidades que determinavam tendências, San Francisco e Nova York, e se influenciavam uma à outra, só ocorreu quando já bem avançados os anos 60, e sua influência como grupo de pressão política só nos 70 (Duberman et al., 1989, p. 460). Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam.

Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos,* mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda.

Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em vários bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistos, mas agora permitidos — não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham. Assim, até a década de 1990 a liberalização quase chegou à legalização das drogas. Elas continuaram sendo proibidas com variados graus de severidade e um alto grau de ineficiência. A partir da década de 1990, desenvolveu-se com grande rapidez um enorme mercado para a cocaína, basicamente entre as classes médias prósperas da América do Norte e, um pouco depois, da Europa Ocidental. Isso, como o crescimento um tanto mais plebeu do mercado de heroína (também basicamente americano), transformou o crime pela primeira vez num negócio autenticamente grande (Arlacchi, 1983, pp. 208 e 215).

(*) Contudo, não houve quase nenhum reflorescimento da única ideologia que acreditava que a ação espontânea, não organizada, antiautoritária e libertária traria uma sociedade nova, justa e sem Estado, ou seja, o *anarquismo* de Bakunin ou Kropotkin, embora ele correspondesse muito mais de perto às idéias de fato da maioria dos rebeldes estudantes das décadas de 1960 e 1970 que o marxismo então na moda.

IV

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derrubadas ou perdiam sua justificação; ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa além da sociedade anômica.

Assim, um antropólogo brasileiro na década de 1980 descrevia a tensão de um homem de classe média, criado num país de cultura mediterrânea que valorizava a honra e a vergonha, diante da contingência cada vez mais comum de um grupo de assaltantes que lhe exigia dinheiro e ameaçava violentar sua namorada. Nessas circunstâncias, sempre se esperara que o cavalheiro defendesse a dama, se não o dinheiro, ao custo da própria vida; a dama, que preferisse a morte a uma sorte proverbialmente "pior que a morte". Contudo, na realidade das cidades grandes de fins do século XX, não era provável que a resistência salvasse nem a "honra" da mulher nem o dinheiro. A política racional nessas circunstâncias era ceder, para impedir que os agressores perdessem a paciência e cometessem verdadeiros danos físicos ou mesmo assassinato. Quanto à honra feminina, tradicionalmente definida como virgindade antes do casamento e total fidelidade conjugal depois, o que exatamente estaria sendo defendido, à luz das suposições e realidades do comportamento sexual vigente entre homens e mulheres que estavam entre os educados e emancipados na década de 1980? E no entanto, como mostraram as pesquisas do antropólogo, previsivelmente isso não tornava a situação menos traumática. Situações menos extremas podiam produzir insegurança e sofrimento mental comparáveis — por exemplo, encontros sexuais comuns. A alternativa para uma velha convenção, por mais irracional que fosse, podia revelar-se não uma nova convenção ou comportamento sexual, mas regra nenhuma, ou pelo menos nenhum consenso sobre o que se devia fazer.

Na maior parte do mundo, as velhas texturas e convenções sociais, embora solapadas por um quarto de século de transformação social e econômica sem paralelos, estavam tensas, mas ainda não em desintegração. Isso era uma felicidade para a maior parte da humanidade, sobretudo os pobres, pois a rede de parentesco, comunidade e vizinhança era essencial para a sobrevivência econômica, e sobretudo para o sucesso num mundo em mudança. Em grande parte do Terceiro Mundo, funcionava como uma combinação de ser-

viço de informação, intercâmbio de trabalho, um *pool* de trabalho e capital, um mecanismo de poupança e um sistema de seguridade social. Na verdade, sem famílias coesas, os sucessos econômicos de algumas partes do mundo — por exemplo, o Oriente Médio — são difíceis de explicar.

Nas sociedades mais tradicionais, as tensões iriam se mostrar basicamente na medida em que o triunfo da economia comercial solapava a legitimidade da ordem social até então aceita, baseada na desigualdade, tanto porque as aspirações se tornavam mais igualitárias quanto porque as justificações funcionais da desigualdade estavam erodidas. Assim, a riqueza e o desregramento dos rajás indianos (como a conhecida isenção de taxação da riqueza da família real britânica, que só foi contestada na década de 1990) não eram invejados nem ressentidos pelos seus súditos, como poderiam ter sido as de um vizinho. Pertenciam e eram sinais do seu papel especial na ordem social — e talvez mesmo econômica — que em certo sentido se acreditava manter, estabilizar e sem dúvida simbolizar o reinado deles. De modo um tanto diferente, os consideráveis privilégios e luxos dos magnatas das empresas japonesas eram menos inaceitáveis, na medida em que eram vistos não como riqueza individualmente apropriada, mas essencialmente como complementos de suas posições oficiais na economia, mais ou menos como os luxos dos ministros de gabinete britânicos — limusines, residências oficiais etc. — que são retirados horas depois que eles deixam de ocupar o posto ao qual estão ligados esses complementos. A verdadeira distribuição de renda no Japão, como sabemos, era consideravelmente menos desigual que nas sociedades comerciais ocidentais. Contudo, quem observasse a situação japonesa na década de 1990, mesmo de longe, dificilmente poderia evitar a impressão de que durante essa década de *boom* a simples acumulação de riqueza e sua ostentação pública tornavam muito mais visível o contraste entre as condições nas quais os japoneses comuns viviam em seu país — muito mais modestamente que seus correspondentes ocidentais — e a condição dos japoneses ricos. Talvez pela primeira vez eles não mais estivessem suficientemente protegidos do que antes se via como privilégios legítimos que acompanham o serviço ao Estado e à sociedade.

No Ocidente, as décadas de revolução social haviam feito estrago muito maior. Os extremos desse colapso são mais facilmente visíveis no discurso ideológico público do *fin-de-siècle* ocidental, sobretudo no tipo de declaração pública que, sem pretensão a qualquer profundeza analítica, era formulada em termos de crenças amplamente aceitas. Lembramo-nos do argumento, em certa época comum na maioria dos círculos feministas, de que o trabalho doméstico feminino deve ser calculado (e, se necessário, pago) segundo uma taxa de mercado, ou a justificação da reforma do aborto em termos de um abstrato e ilimitado "direito de opção" individual (da mulher).* A extensão da in-

(*) A legitimidade de uma reivindicação deve ser claramente distinguida dos argumentos para justificá-la. A relação de marido, esposa e filhos numa família não tem a menor semelhança

fluência da economia neoclássica que, em sociedades seculares ocidentais, foi tomando cada vez mais o lugar da teologia, e (via a hegemonia cultural dos EUA) a influência da ultra-individualista jurisprudência americana encorajaram essa retórica. Ela encontrou expressão política na primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: "Não há sociedade, só indivíduos".

Contudo, quaisquer que sejam os excessos de teoria, a prática foi muitas vezes igualmente extrema. A certa altura da década de 1970, reformadores sociais nos países anglo-saxônicos, justamente chocados (como ficavam os pesquisadores de vez em quando) pelos efeitos da institucionalização sobre os doentes ou perturbados mentais, fizeram com êxito campanha para tirar do confinamento tantos deles quanto possível, "a fim de receberem cuidados da comunidade". Mas nas cidades do Ocidente não havia mais comunidade para cuidar deles. Não havia parentesco. Ninguém os conhecia. Só havia ruas de cidade como as de Nova York, cheias de mendigos desabrigados com sacolas de plástico, gesticulando e falando consigo mesmos. Se tinham sorte ou azar (dependia do ponto de vista), acabavam transferidos dos hospitais que os haviam expulsado para as cadeias que, nos EUA, se tornaram o principal receptáculo dos problemas sociais da sociedade americana, sobretudo da parte negra. Em 1991, 15% da maior população carcerária do mundo em termos proporcionais — 426 presos por 100 mil habitantes — era tida como mentalmente doente (Walker, 1991; Human Development, 1991, p. 32, fig. 2.10).

As instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no Ocidente, que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século. O cimento que agregava as comunidades de católicos romanos desfez-se com espantosa rapidez. No curso da década de 1960, o comparecimento à missa no Quebec (Canadá) caiu de 80% para 20%, e a tradicionalmente alta taxa de nascimentos franco-canadense caiu abaixo da média do país (Bernier & Boily, 1986). A liberação feminina, ou mais precisamente as exigências de controle de natalidade das mulheres, incluindo o aborto e o direito ao divórcio, enfiou talvez a mais profunda cunha entre a Igreja e o que se tornara no século XX o pilar básico dos fiéis (ver *A era do capital*), como ficou cada vez mais evidente em países notoriamente católicos como a Irlanda e a própria Itália do papa, e até — após a queda do comunismo — na Polônia. As vocações para o sacerdócio e outras formas da vida religiosa caíram acentuadamente, como aconteceu com a disposição de praticar o celibato, real ou oficial. Em suma, para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis

---

com a de compradores e vendedores num mercado, por mais nocional que seja. Tampouco a decisão de ter ou não ter um filho, mesmo tomada unilateralmente, se refere exclusivamente ao indivíduo que toma essa decisão. Esta afirmação do óbvio é perfeitamente compatível com o desejo de transformar o papel da mulher na família ou favorecer o direito de aborto.

desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX. As igrejas ocidentais que tinham um domínio menos compulsório sobre seus membros, incluindo mesmo algumas das mais antigas seitas protestantes, declinaram ainda mais rapidamente.

As conseqüências materiais do afrouxamento dos laços de família tradicionais foram talvez ainda mais sérias. Pois, como vimos, a família não era apenas o que sempre fora, um mecanismo para reproduzir-se, mas também um mecanismo para a cooperação social. Como tal, fora essencial para a manutenção tanto da economia agrária quanto das primeiras economias industriais, locais e globais. Isso se deveu em parte ao fato de não se ter criado nenhuma estrutura comercial capitalista *impessoal* antes da concentração de capital, e de o surgimento da grande empresa começar a gerar a moderna organização corporativa no fim do século XIX, a "mão visível" (Chandler, 1977) que iria suplementar a "mão invisível" do mercado smithiano.* Mas um motivo ainda mais forte foi que o mercado por si só não prevê esse elemento central em qualquer sistema privado de busca ao lucro, o denominado truste; ou seu equivalente legal, o desempenho de contratos. Isso exigia ou o poder do Estado (como bem sabiam os teóricos políticos do individualismo do século XVII), ou os laços do parentesco e da comunidade. Assim, o comércio, o sistema bancário e financeiro internacionais, campos de atividades às vezes fisicamente remotas, de grandes recompensas e de grande insegurança, foram exercidos com mais êxito por corpos de empresários relacionados por parentesco, de preferência grupos com solidariedades religiosas, como os judeus, quacres ou huguenotes. Na verdade, mesmo no fim do século XX, esses laços ainda se mostravam indispensáveis nos negócios criminosos, que não apenas eram contra a lei, mas estavam fora de sua proteção. Numa situação em que nada mais garantia os contratos, só o parentesco e a ameaça de morte podiam fazê-lo. As mais bem-sucedidas famílias da Máfia calabresa, assim, consistiam em um substancial grupo de irmãos (Ciconte, 1992, pp. 361-2).

Contudo, justamente esse laços e solidariedades de grupo não econômicos eram agora minados, como o eram os sistemas morais que os acompanhavam. Estes eram igualmente mais antigos que a moderna sociedade industrial, mas também tinham sido adaptados para formar parte essencial dela. O velho vocabulário moral de direitos e deveres, pecado e virtude, sacrifício, consciência, prêmios e castigos não mais podia ser traduzido na nova linguagem de sa-

(*) O modelo operacional da empresa realmente grande antes da era do capitalismo corporativo ("capitalismo monopolista") não veio da experiência comercial privada, mas da burocracia do Estado ou militar — cf. os uniformes dos empregados das ferrovias. Muitas vezes, na verdade, era, e tinha de ser, diretamente conduzida pelo Estado ou outras autoridades públicas descomprometidas com a maximização dos lucros, como os serviços postais e maioria dos serviços telegráficos e telefônicos.

tisfação dos desejos. Uma vez que tais práticas e instituições não eram mais aceitas como parte de um modo de ordenar a sociedade que ligava as pessoas umas às outras, e que assegurava a cooperação social e a reprodução, desapareceu a maior parte de sua capacidade de estruturar a vida social humana. Foram reduzidas simplesmente a manifestações de preferências individuais, e reivindicações de que a lei reconhecesse a supremacia dessas preferências.* Incerteza e imprevisibilidade eram iminentes. As agulhas das bússolas não tinham mais um norte, os mapas tornaram-se inúteis. Isso foi o que se tornou cada vez mais evidente nos países de maior desenvolvimento a partir da década de 1960. Encontrou expressão ideológica numa variedade de teorias, do extremo liberalismo de mercado ao "pós-modernismo" e coisas que tais, que tentavam contornar inteiramente o problema de julgamento e valores, ou antes reduzi-los ao único denominador da irrestrita liberdade do indivíduo.

De início, claro, as vantagens da liberalização social em massa pareceram enormes a todos, com exceção dos reacionários empedernidos, e seus custos, mínimos; tampouco parecia implicar liberalização econômica. A grande maré de prosperidade que cobria as populações das regiões favorecidas do mundo, reforçada pelos sistemas públicos de seguridade social cada vez mais abrangentes e generosos, parecia eliminar os entulhos da desintegração social. Ser pai solteiro (isto é, esmagadoramente mãe solteira) ainda era de longe a melhor certeza de uma vida de pobreza, mas nos modernos Estados assistenciais também garantia um mínimo de sustento e abrigo. Aposentadorias, serviços previdenciários e, no fim, pavilhões geriátricos cuidavam dos velhos abandonados, dos quais filhos e filhas não podiam ou não se sentiam mais na obrigação de cuidar. Parecia natural tratar do mesmo jeito outras contingências que antes faziam parte da ordem familiar, por exemplo, transferindo o fardo do cuidado dos bebês das mães para creches e jardins-de-infância públicos, como há muito exigiam os socialistas, preocupados com as necessidades de mães assalariadas.

Cálculo racional e desenvolvimento histórico pareciam apontar na mesma direção que vários tipos de ideologia progressista, incluindo as que criticavam a família tradicional por perpetuar a subordinação da mulher ou dos filhos e adolescentes, ou com base em argumentos libertários mais gerais. Do ponto de vista material, o provimento público era nitidamente superior ao que a maioria das famílias podia proporcionar por si mesma, por causa da pobreza ou por outros motivos. O fato de que as crianças em Estados democráticos saíam de guerras na verdade mais saudáveis e bem alimentadas do que antes provava esse ponto. Que os Estados de Bem-estar sobreviviam nos países mais ricos no fim do século, apesar dos ataques sistemáticos de governos e ideólogos do

(*) Essa é a diferença entre a linguagem dos "direitos" (legais ou constitucionais), que se tornou fundamental para a sociedade de incontrolável individualismo, pelo menos nos EUA, e o velho idioma moral no qual direitos e obrigações eram os dois lados da mesma moeda.

livre mercado, confirmava-o. Além disso, era um lugar-comum entre os sociólogos e antropólogos sociais a constatação de que em geral o papel do parentesco "diminui com a importância de instituições do governo". Para melhor ou para pior, ele declinava com "o crescimento do individualismo econômico e social nas sociedades industriais" (Goody, 1968, pp. 402-3). Em suma, como se previra, *Gemeinschaft* cedia espaço a *Gesellschaft*; comunidades davam lugar a indivíduos ligados em sociedades anônimas.

As vantagens materiais da vida num mundo em que a comunidade e a família declinavam eram, e continuam sendo, inegáveis. O que poucos percebiam era o quanto a sociedade industrial moderna, até meados do século XX, dependera de uma simbiose da velha comunidade e velhos valores com a nova sociedade, e portanto como era provável que fossem dramáticos os efeitos de sua desintegração espetacularmente rápida. Isso se tornou evidente na era da ideologia neoliberal, quando o macabro termo "subclasse" entrou ou reentrou no vocabulário sociopolítico, por volta de 1980.* Eram as pessoas que, em sociedades de mercado desenvolvidas após o fim do pleno emprego, não conseguiam ou não queriam ganhar a vida para si mesmas e suas famílias na economia de mercado (suplementada pelo sistema de seguridade social), que parecia funcionar bem para dois terços da maioria dos habitantes desses países, pelo menos até a década de 1990 (daí a expressão "Sociedade dos Dois Terços", cunhada nessa década por um preocupado político social-democrata alemão, Peter Glotz). A própria palavra "subclasse", como a velha "submundo", implicava uma exclusão da sociedade "normal". Essencialmente, essas "subclasses" dependiam da habitação e da previdência públicas, mesmo quando complementavam suas rendas com incursões na economia informal, ou no "crime", isto é, aqueles setores econômicos não alcançados pelos sistemas fiscais dos governos. Contudo, como eram camadas onde a coesão da família em grande parte se rompera, mesmo suas incursões na economia informal, legal ou ilegal, era marginal e instável. Pois, como provaram o Terceiro Mundo e sua nova emigração em massa para os países do Norte, mesmo a economia não oficial das favelas e dos imigrantes ilegais só funciona bem dentro das redes de parentesco.

Os setores pobres da população negra urbana nativa nos EUA, ou seja, a maioria dos negros americanos,** tornaram-se o exemplo típico dessa "subclasse", um corpo de cidadãos praticamente fora da sociedade oficial, não fazendo parte real dela, nem — no caso de muitos de seus homens jovens — do

(*) O equivalente de fins do século XIX para isso na Grã-Bretanha era o *residuum*.

(**) A descrição oficialmente preferida [nos EUA] na época em que escrevo é "afro-americano". Contudo, esses nomes mudam — durante a vida do autor, houve várias dessas mudanças (*coloured* [de cor], *negro*, *black* [preto]) — e continuarão mudando. Eu uso o termo que provavelmente teve mais longo curso entre os que desejavam demonstrar respeito aos descendentes dos escravos africanos nas Américas.

mercado de trabalho. Na verdade, muitos de seus jovens, sobretudo os homens, praticamente se consideravam uma sociedade proscrita, ou anti-sociedade. O fenômeno não se restringia às pessoas de determinada cor de pele. Com o declínio e queda das indústrias que empregavam mão-de-obra no século XIX e início do XX, essas "subclasses" começaram a surgir em vários países. Contudo, nos conjuntos habitacionais construídos por autoridades públicas socialmente responsáveis para todos que não podiam pagar aluguéis de mercado ou comprar casa, mas agora habitados pelas "subclasses", tampouco havia comunidade, e só pouca mutualidade baseada em parentesco regular. Mesmo a "vizinhança", última relíquia de comunidade, mal podia sobreviver ao medo universal, em geral de garotos adolescentes descontrolados, e cada vez mais armados, que tocaiavam essas selvas hobbesianas.

Só naquelas partes do mundo que ainda não haviam entrado no universo onde os seres humanos viviam lado a lado, mas não como seres sociais, a comunidade sobreviveu em certa medida, e com ela uma ordem social, embora, para a maioria dos seres humanos, uma ordem desesperadamente pobre. Quem poderia falar em "subclasse" minoritária num país como o Brasil, onde, em meados da década de 1980, os 20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebiam 10% ou até menos (UN World Social Situation, 1984, p. 84)? Em geral, era uma vida de status e renda desiguais. Contudo, na maior parte, ainda não havia a disseminada insegurança da vida urbana existente nas sociedades "desenvolvidas", os velhos guias de comportamento desmantelados e substituídos por um vácuo incerto. O triste paradoxo de *fin-de-siècle* do século XX era que, por todos os critérios mensuráveis de bem-estar e estabilidade sociais, viver numa Irlanda do Norte socialmente retrógrada mas tradicionalmente estruturada, sem emprego, e após vinte anos ininterruptos de algo semelhante a uma guerra civil, era melhor, e na verdade mais seguro, do que viver na maioria das grandes cidades do Reino Unido.

O drama das tradições e valores desmoronados não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoais outrora oferecidos pela família e pela comunidade. Estes podiam ser substituídos nos Estados de Bem-estar prósperos, embora não nas partes pobres do mundo, onde a grande maioria da humanidade ainda tinha pouco de que depender fora o parentesco, o apadrinhamento e a ajuda mútua (sobre o setor socialista do mundo, ver capítulos 13 e 16). Estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. Essa perda foi sentida. Refletiu-se no surgimento do que veio a ser chamado (de novo nos EUA, onde o fenômeno se tornou visível a partir do fim da década de 1960) de "política de identidade", em geral étnica/nacional ou religiosa, e em movimentos militantemente nostálgicos que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança sem problemas. Tais

movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas — gritos pedindo um pouco de "comunidade" a que pertencer num mundo anômico; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva. Todo observador realista e a maioria dos governos sabiam que não se diminuía nem mesmo se controlava o crime executando-se criminosos ou pela dissuasão de longas sentenças penais, mas todo político conhecia a força enorme e emocionalmente carregada, racional ou não, da exigência em massa dos cidadãos comuns para que se *punisse* o anti-social.

Havia os perigos políticos de desgaste e rompimento das velhas texturas e sistemas de valores sociais. Contudo, à medida que avançava a década de 1980, geralmente sob a bandeira da soberania do puro mercado, tornava-se cada vez mais óbvio que também ele constituía um perigo para a triunfante economia capitalista.

Pois o sistema capitalista, mesmo quando construído em cima das operações do mercado, dependera de várias tendências que não tinham ligação intrínseca com aquela busca da vantagem do indivíduo que, segundo Adam Smith, alimentava o seu motor. Dependia do "hábito do trabalho", que Adam Smith supunha ser um dos motivos fundamentais do comportamento humano, da disposição dos seres humanos de adiar a satisfação imediata por um longo período, isto é, poupar para recompensas futuras, do orgulho da conquista, dos costumes de confiança mútua e de outras atitudes que não estavam implícitas na maximização racional das vantagens de alguém. A família tornou-se parte integral do início do capitalismo porque lhe oferecia várias dessas motivações. O mesmo faziam o "hábito do trabalho", os hábitos de obediência e lealdade, incluindo lealdade aos diretores da empresa, e outras formas de comportamento que não podiam encaixar-se prontamente numa teoria de escolha racional baseada na maximização. O capitalismo podia funcionar sem isso, mas, quando o fez, tornou-se estranho e problemático mesmo para os próprios homens de negócios. Isso se deu durante a moda dos "golpes" piratas de corporações comerciais e outras especulações financeiras que varreram os distritos financeiros dos Estados de mercado ultralivre, como os EUA e a Grã-Bretanha, na década de 1980 e que praticamente quebraram todos os laços entre a busca do lucro e a economia como um sistema de produção. Foi por isso que os países capitalistas que não esqueceram que não se consegue crescimento só com maximização de lucros (Alemanha, Japão, França) tornaram tais ataques difíceis ou impossíveis.

Karl Polanyi, pesquisando as ruínas da civilização do século XIX durante a Segunda Guerra Mundial, observou como eram extraordinárias e sem precedentes as crenças sobre as quais ela fora construída: as do sistema de mercados auto-reguladores e universais. Afirmou que a "tendência" smithiana "de negociar, barganhar e trocar uma coisa por outra" inspirara "um sistema industrial [...] que pratica e teoricamente sugeria que a raça humana era dominada em todas as suas atividades econômicas, se não também em suas buscas polí-

ticas, intelectuais e espirituais, por aquela particular inclinação" (Polanyi, 1945, pp. 50-1). Contudo, Polanyi exagerou a lógica do capitalismo em sua época, do mesmo modo como Adam Smith tinha exagerado a medida em que, tomada por si mesma, a busca de vantagem econômica por todos os homens maximizaria automaticamente a riqueza das nações.

Como tomamos por certo o ar que respiramos, e que torna possíveis nossas atividades, também o capitalismo tomou como certa a atmosfera em que operava, e que herdara do passado. Só descobriu como ela fora essencial quando o ar começou a rarear. Em outras palavras, o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas. A ironia histórica do neoliberalismo que se tornou moda nas décadas de 1970 e 1980, e que olhava de cima as ruínas dos regimes comunistas, foi que triunfou no momento mesmo em que deixava de ser tão plausível quanto parecera outrora. O mercado dizia triunfar quando não mais se podia ocultar sua nudez e inadequação.

A principal força da revolução cultural foi naturalmente sentida nas "economias de mercado industriais" urbanizadas dos velhos núcleos do mundo capitalista. Contudo, como veremos, as extraordinárias forças econômicas e sociais desencadeadas no fim do século XX também transformaram o que agora se passava a chamar de "Terceiro Mundo".

12
O TERCEIRO MUNDO

[Eu sugeri que], sem livros para ler, a vida nas noites em suas propriedades rurais [egípcias] deveriam ser pesadas, e que uma poltrona e um bom livro numa varanda fresca tornam a vida muito mais agradável. Meu amigo me disse logo: "Você não imagina que um dono de terras no distrito possa sentar-se na varanda após o jantar, com uma luz forte acima da cabeça, sem receber um tiro, imagina?". Eu mesmo podia ter pensado nisso.

Russell Pasha (1949)

Sempre que a conversa na aldeia se encaminhava para a questão da ajuda mútua e oferta de empréstimos como parte dessa ajuda a companheiros aldeões, raramente deixava de suscitar declarações lamentando a decrescente cooperação entre os aldeões [...] *Essas declarações eram sempre acompanhadas de referências ao fato de que as pessoas na aldeia estão se tornando cada vez mais calculistas em sua visão das questões de dinheiro. Os aldeões então, infalivelmente, retornavam ao que se chamava de "velhos tempos", quando as pessoas sempre estavam dispostas a oferecer ajuda.*

M. b. Abdul Rahim (1973)

I

Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinqüenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente.

Essa foi a conseqüência de uma espantosa explosão demográfica no mun-

do dependente após a Segunda Guerra Mundial, que mudou, e continua mudando, o equilíbrio da população mundial. Desde a primeira revolução industrial, possivelmente desde o século XVI, isso viera mudando em favor do mundo "desenvolvido", isto é, de populações da Europa ou lá originadas. De menos de 20% da população global em 1750, estas tinham aumentado até formar quase um terço da humanidade em 1900. A Era da Catástrofe congelou a situação, mas desde meados do século a população cresceu a uma taxa além de todo precedente, e a maior parte desse crescimento ocorreu nas regiões outrora dominadas por um punhado de impérios, ou na iminência de ser por eles conquistadas. Se tomamos os membros dos países ricos da OCDE como representando o "mundo desenvolvido", sua população coletiva no fim da década de 1980 representava uns meros 15% da humanidade; uma fatia inevitavelmente decrescente (a não ser pela migração), pois vários dos países "desenvolvidos" não mais davam à luz filhos suficientes para reproduzir-se.

Essa explosão demográfica nos países pobres do mundo, que causou séria preocupação internacional pela primeira vez no fim da Era de Ouro, é provavelmente a mudança mais fundamental no Breve Século XX, mesmo supondo-se que a população global acabará se estabilizando em 10 bilhões (ou qualquer que seja o atual palpite) em algum momento do século XXI.* Uma população mundial que dobrou nos quarenta anos desde 1950, ou uma população como a da África, que pode esperar dobrar em menos de trinta anos, é inteiramente sem precedente histórico, como o são os problemas práticos que tem de suscitar. Basta pensar na situação social e econômica de um país do qual 60% da população tem menos de quinze anos.

A explosão demográfica no mundo pobre foi tão sensacional porque as taxas de nascimento básicas nesses países foram em geral muito mais altas que as dos períodos históricos correspondentes nos países "desenvolvidos", e porque a enorme taxa de mortalidade, que antes continha a população, caiu como uma pedra a partir da década de 1940 — quatro ou cinco vezes mais rápido que a queda correspondente na Europa do século XIX (Kelley, 1988, p. 168). Pois enquanto na Europa essa queda teve de esperar a melhoria gradual dos padrões de vida e ambientais, a tecnologia moderna varreu o mundo dos países pobres como um furacão na Era de Ouro, sob a forma de remédios modernos e da revolução dos transportes. A partir da década de 1940, a inovação médica e farmacêutica pela primeira vez estava em condições de salvar vidas em escala maciça (por exemplo, com DDT e antibióticos), o que antes nunca

(*) Se continuasse a espetacular aceleração de crescimento que temos experimentado neste século, pareceria inevitável uma catástrofe. A humanidade atingiu seu primeiro bilhão há cerca de duzentos anos. O bilhão seguinte levou 120 anos para ser atingido, o terceiro, 35 anos, o quarto quinze anos. No fim da década de 1980, ela estava em 5,2 bilhões, e esperava-se que passasse dos 6 bilhões no ano 2000.

pudera fazer, a não ser talvez no caso da varíola. Assim, enquanto as taxas de natalidade permaneciam altas, ou mesmo cresciam em tempos de prosperidade, as taxas de mortalidade despencavam — no México, caíram em mais da metade nos 25 anos após 1944 — e a população disparava para cima, embora nem a economia, nem suas instituições houvessem necessariamente mudado muito. Uma conseqüência incidental foi o alargamento do fosso entre ricos e pobres, países avançados e atrasados, mesmo quando as economias das duas regiões cresciam à mesma taxa. Distribuir um PIB duas vezes maior que o de trinta anos antes num país cuja população era estável é uma coisa; distribuí-lo entre uma população que (como a do México) dobrara em trinta anos é completamente diferente.

É importante iniciar qualquer história do Terceiro Mundo com alguma consideração acerca de sua demografia, uma vez que a explosão demográfica é o fato central de sua existência. A história passada nos países desenvolvidos sugere que, mais ou cedo ou mais tarde, também eles vão passar pelo que os especialistas chamam de "transição demográfica", estabilizando uma baixa taxa de natalidade e de mortalidade, isto é, desistindo de ter mais de um ou dois filhos. Contudo, embora houvesse indícios de que a "transição demográfica" estava ocorrendo em vários países, notadamente no Leste Asiático, no fim do Breve Século XX o grosso dos países pobres não fora muito longe nessa estrada, a não ser no ex-bloco soviético. Esse era um dos motivos para continuarem pobres. Vários países de população gigantesca estavam tão apertados com os 10 milhões de bocas a mais que pediam para ser alimentadas todo ano que, de vez em quando, seus governos se empenhavam numa implacável coerção para impor aos cidadãos o controle de natalidade, ou algum tipo de limitação da família (notadamente a campanha de esterilização na Índia na década de 1970 e a política de "um filho só" na China). Não é provável que o problema da população em qualquer país seja resolvido por esses meios.

II

Contudo, quando surgiram no mundo pós-guerra e pós-colonial, essas não foram as primeiras preocupações dos Estados do mundo pobre. Que forma deveriam eles tomar?

Previsivelmente, adotaram, ou foram exortados a adotar, sistemas políticos derivados dos antigos senhores imperiais, ou daqueles que os haviam conquistado. Uma minoria deles, saindo de revoluções sociais ou (o que equivalia à mesma coisa) extensas guerras de libertação, inclinavam-se a adotar o modelo da revolução soviética. Em teoria, portanto, o mundo tinha cada vez mais pretensas repúblicas parlamentares com eleições disputadas, além de uma minoria de "repúblicas democráticas populares" sob um partido único orientador.

(Em teoria, portanto, todo mundo daí em diante era democrático, embora só os regimes comunistas ou social-democratas insistissem em ter "popular" e/ou "democrático" em seu título oficial.)*

Na prática, tais rótulos indicavam no máximo onde esses Estados queriam situar-se internacionalmente. Eram em geral tão irrealistas quanto há muito tendiam a ser as Constituições oficiais das repúblicas latino-americanas, e pelas mesmas razões: na maioria dos casos, faltavam-lhes as condições materiais e políticas para corresponder a eles. Isso se dava mesmo nos novos Estados do tipo comunista, embora sua estrutura basicamente autoritária e o artifício do "partido condutor" único os tornassem um pouco menos inadequados a Estados de origem não ocidental do que as repúblicas liberais. Assim, um dos poucos princípios políticos inabaláveis e inabalados dos Estados comunistas era a supremacia do partido (civil) sobre os militares. Contudo, na década de 1980, entre os Estados de inspiração revolucionária, Argélia, Benin, Birmânia, República do Congo, Etiópia, Madagascar e Somália — mais a um tanto excêntrica Líbia — estavam sob o domínio de soldados que tinham chegado ao poder por intermédio de golpes, como a Síria e o Iraque, ambos sob governos do Partido Socialista Ba'hat, embora em versões rivais.

Na verdade, a predominância de regimes militares, ou a tendência de neles cair, unia Estados do Terceiro Mundo de diversas filiações constitucionais e políticas. Se omitirmos o corpo principal dos regimes comunistas do Terceiro Mundo (Coréia do Norte, China, as repúblicas indochinesas e Cuba), e o regime há muito estabelecido oriundo da Revolução Mexicana, é difícil pensar em quaisquer repúblicas que não tenham conhecido pelo menos episódicos regimes militares depois de 1945. (As poucas monarquias, com algumas exceções — Tailândia —, parecem ter sido mais seguras.) A Índia, claro, continua sendo, de longe, na época em que escrevo, o exemplo mais impressionante de Estado do Terceiro Mundo que manteve ininterrupta supremacia civil e ininterrupta sucessão de governos de eleição popular regular e relativamente honesta, embora justificar o seu rótulo de "a grande democracia do mundo" dependa de como definimos precisamente o "governo do povo, para o povo, pelo povo", de Lincoln.

Acostumamo-nos tanto a golpes e regimes militares no mundo — mesmo na Europa — que vale a pena lembrarmo-nos de que, na escala atual, eles são um fenômeno distintamente novo. Em 1914, nem um único Estado internacio-

(*) Antes do colapso do comunismo, os seguintes Estados tinham as palavras "do povo", "popular", "democrático" ou "socialista" em seus nomes oficiais: Albânia, Angola, Argélia, Bangladesh, Benin, Bulgária, Birmânia, Camboja, Tchecoslováquia, China, Congo, Coréia do Norte, Etiópia, Hungria, Iugoslávia, Laos, Líbia, Madagascar, Moçambique, Mongólia, Polônia, República Democrática Alemã, República Democrática Popular do Iêmen, Romênia, Somália, Sri Lanka, URSS e Vietnã. A Guiana anunciava-se como uma "república cooperativa".

nalmente soberano estava sob regime militar, a não ser na América Latina, onde os *coups d'état* faziam parte da tradição, e mesmo ali, naquela época, a única grande república que não se achava sob governo civil era o México, no meio de uma revolução e guerra civil. Havia muitos Estados militaristas, em que os militares tinham mais que seu quinhão de peso político, e vários outros onde o grosso do corpo de oficiais não tinha simpatia por seus governos — sendo a França um exemplo óbvio. Apesar disso, o instinto e o hábito dos soldados nos Estados adequadamente conduzidos e estáveis eram obedecer e manter-se fora da política; ou, mais precisamente, participar da política apenas à maneira de outro grupo de personagens sem voz, as mulheres da classe dominante, ou seja, por trás das cenas e por meio de intrigas.

A política de golpes militares foi portanto produto da nova era de governo incerto ou ilegítimo. A primeira discussão séria do assunto, *Coup d'état*, de Curzio Malaparte, um jornalista italiano com lembranças de Maquiavel, foi publicada em 1931, na metade dos anos de catástrofe. Na segunda metade do século, quando o equilíbrio de superpotências pareceu estabilizar fronteiras e, em menor medida, regimes, foi cada vez mais comum os homens de armas irem se envolvendo na política, quando mais não fosse porque o globo agora continha até duzentos Estados, a maioria dos quais novos e, portanto, sem qualquer legitimidade tradicional e em sua maior parte onerados por sistemas políticos mais propensos a produzir colapso político do que governo efetivo. Em tais situações, as Forças Armadas eram muitas vezes os únicos corpos capazes de ação política, ou qualquer outra ação, em base estatal ampla. Além disso, como a Guerra Fria entre as superpotências se dava em grande parte através das Forças Armadas dos Estados clientes ou aliados, elas eram subsidiadas e armadas pela superpotência apropriada, como na Somália. Havia mais espaço na política para os homens dos tanques do que jamais antes.

Nos países centrais do comunismo, os militares eram mantidos sob controle pela presunção de supremacia civil através do partido, embora em seus últimos anos lunáticos Mao Tsé-tung chegasse perto de abandoná-la em alguns momentos. Nos países centrais da aliança ocidental, o espaço para a política dos militares permaneceu restrito pela ausência de instabilidade política ou por mecanismos efetivos para mantê-la sob controle. Assim, após a morte do general Franco na Espanha, a transição para a democracia liberal foi negociada com eficiência sob a égide do novo rei, e um *putsch* de oficiais franquistas irredimidos em 1981 foi rapidamente detido, na hora, pela recusa do rei a aceitá-lo. Na Itália, onde os EUA mantinham um potencial de golpe em vista da possibilidade de participação no governo do grande Partido Comunista local, o governo civil continuou existindo, embora a década de 1970 produzisse várias e ainda inexplicadas ameaças de ação nos obscuros desvãos do submundo de militares, do serviço secreto e do terrorismo. Somente onde o trauma da descolonização (isto é, derrota por insurretos coloniais) se mostrou intolerável, fo-

ram os oficiais ocidentais tentados a dar golpes militares — como na França durante a luta perdida para manter a Indochina e a Argélia na década de 1950, e em Portugal (com orientação política esquerdista), quando o império africano desmoronava na década de 1970. Nos dois casos, as Forças Armadas logo foram recolocadas sob controle civil. O único regime militar de fato apoiado pelos EUA na Europa foi aquele instalado em 1967 (provavelmente por iniciativa local) por um grupo particularmente idiota de coronéis ultradireitistas gregos, num país onde a guerra civil entre os comunistas e seus adversários (1944-9) deixara amargas memórias de ambos os lados. O regime, que se distinguiu por um gosto pela tortura sistemática dos adversários, desabou sete anos depois sob o peso de sua própria estupidez política.

As condições para a intervenção militar no Terceiro Mundo eram muito mais convidativas, sobretudo nos novos, fracos e muitas vezes minúsculos Estados onde umas poucas centenas de homens armados, reforçados ou às vezes até substituídos por estrangeiros, podiam ter peso decisivo, e onde era provável que governos inexperientes ou incompetentes produzissem recorrentes estados de caos, corrupção e confusão. O típico governante militar da maioria dos países africanos não era um aspirante a ditador, mas alguém que tentava genuinamente limpar aquela bagunça, na esperança — muitas vezes vã — de que um governo civil logo assumisse. Geralmente falhava nos dois esforços, motivo pelo qual poucos chefes políticos militares duravam muito. De qualquer modo, a mais ligeira insinuação de que o governo local poderia cair nas mãos dos comunistas praticamente garantia apoio americano.

Em suma, a política dos militares, como os serviços secretos de informação, tendia a encher o vácuo deixado pela ausência da política ou dos serviços comuns de informação. Não era nenhum tipo particular de política, mas uma função da instabilidade e insegurança em volta. Contudo, foi se tornando cada vez mais difundida no Terceiro Mundo, porque praticamente todos os países da parte anteriormente colonial ou dependente do globo se achavam agora comprometidos, de uma maneira ou de outra, com políticas que exigiam deles exatamente os Estados estáveis, funcionais e eficientes que tão poucos tinham. Estavam comprometidos com a independência econômica e o "desenvolvimento". Após o segundo *round* de guerra mundial, a revolução mundial e sua conseqüência, a descolonização global, aparentemente não havia mais futuro no velho programa de alcançar prosperidade enquanto produtores primários para o mercado mundial dos países imperialistas: o programa dos *estancieros* argentinos e uruguaios, com tanta esperança imitado por Porfírio Díaz no México e Leguía no Peru. De qualquer forma, isso deixara de parecer plausível desde a Grande Depressão. Além disso, tanto o nacionalismo quanto o antiimperialismo pediam políticas menos dependentes dos velhos impérios, e o exemplo da URSS oferecia um modelo alternativo de "desenvolvimento". Jamais esse exemplo pareceu mais impressionante que nos anos após 1945.

Os Estados mais ambiciosos, assim, exigiam o fim do atraso agrário através da industrialização sistemática, fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pela substituição da importação. Ambos, de modos diferentes, dependiam de ação e controle do Estado. Mesmo os menos ambiciosos, que não sonhavam com um futuro de grandes siderúrgicas tropicais movidas por imensas instalações hidrelétricas à sombra de represas titânicas, queriam eles próprios controlar e desenvolver seus recursos nacionais. O petróleo era tradicionalmente produzido por empresas privadas ocidentais, em geral tendo as mais estreitas relações com as potências imperiais. Os governos, seguindo o exemplo do México em 1938, passavam agora a nacionalizá-las e operá-las como empresas estatais. Os que se abstinham de nacionalizações descobriam (sobretudo após 1950, quando a ARAMCO ofereceu à Arábia Saudita o até então inimaginável acordo de divisão meio a meio da renda) que a posse física de petróleo e gás lhes dava o domínio das negociações com as empresas estrangeiras. Na prática, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que acabou fazendo o mundo refém na década de 1970, tornou-se possível porque a posse do petróleo do mundo passara das empresas para relativamente poucos governos produtores. Em suma, mesmo os governos de Estados descolonizados ou dependentes que se sentiam muito satisfeitos em depender de capitalistas estrangeiros antigos ou novos ("neocolonialismo", na terminologia esquerdista contemporânea) o faziam dentro de uma economia controlada pelo Estado. Provavelmente o mais bem-sucedido desses Estados até a década de 1980 foi a ex-francesa Costa do Marfim.

Provavelmente, os menos bem-sucedidos foram os novos países que subestimaram as limitações do atraso — falta de especialistas qualificados e experientes, administradores e quadros econômicos; analfabetismo; desconhecimento ou falta de simpatia por programas de modernização econômica —, sobretudo quando seus governos se propunham metas que mesmo países desenvolvidos achavam difíceis, como a industrialização centralmente planejada. Gana, que junto com o Sudão foi o primeiro Estado africano subsaariano a conquistar a independência, jogou fora assim reservas monetárias de 200 milhões, acumuladas graças aos altos preços do cacau e aos ganhos do tempo da guerra — maiores que os balanços em libras da Índia independente —, numa tentativa de construir uma economia industrializada controlada pelo Estado, para não falar nos planos de união pan-africana de Kwame Nkrumah. Os resultados foram desastrosos, e se tornaram ainda piores devido ao colapso dos preços do cacau na década de 1960. Em 1972, os grandes projetos haviam fracassado, as indústrias internas no pequeno país só podiam sobreviver graças a altas barreiras tarifárias, de controle de preços e de licenças de importação, que levaram a um florescente mercado negro e à corrupção generalizada, até hoje inerradicável. Três quartos de todos os assalariados se achavam empregados no setor público, enquanto a agricultura de subsistência (como em muitos

outros Estados africanos) era negligenciada. Após a derrubada de Nkrumah pelo costumeiro golpe militar (1966), o país continuou seu desiludido caminho em meio a uma sucessão de militares em geral decepcionados, e um ou outro governo civil.

A triste folha de serviços dos novos Estados da África subsaariana não deve levar-nos a subestimar as substanciais realizações de países anteriormente coloniais ou dependentes mais bem colocados, que escolheram o caminho do desenvolvimento econômico planejado ou patrocinado pelo Estado. Os países que vieram a ser conhecidos a partir da década de 1970, no jargão dos funcionários internacionais, como NICs (*Newly industrializing countries* — Países de industrialização recente) baseavam-se todos, com exceção da cidade-Estado de Hong Kong, nessas políticas. Como atestará qualquer um com o mínimo conhecimento de Brasil ou México, elas produziram burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício — mas também uma taxa de crescimento anual de 7% nos dois países durante décadas: em suma, os dois conseguiram a desejada transição para economias industriais modernas. Na verdade, o Brasil se tornou por algum tempo o oitavo maior país industrial do mundo não comunista. Os dois países tinham uma população suficientemente vasta para proporcionar um substancial mercado interno, pelo menos por um tempo bastante longo. Os gastos e atividades públicos mantinham uma alta demanda interna. A certa altura, o setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas, enquanto no México esse setor empregava um quinto da força de trabalho total e pagava dois quintos da folha de salários nacional (Harris, 1987, pp. 84-5). O planejamento estatal no Oriente Médio tendia a depender menos da empresa privada direta e mais de grupos empresariais favorecidos dominados pelo controle do governo sobre o crédito e o investimento, mas a dependência do desenvolvimento econômico em relação ao Estado era a mesma. Planejamento e iniciativa de Estado eram a voga em toda parte do mundo nas décadas de 1950 e 1960, e nos NICs até a década de 1990. Se essa forma de desenvolvimento econômico produziu resultados satisfatórios ou decepcionantes, isso dependeu de condições locais e erros humanos.

III

O desenvolvimento, controlado ou não pelo Estado, não era de interesse imediato para a grande maioria dos habitantes do Terceiro Mundo que viviam cultivando sua própria comida; pois mesmo em países ou colônias cujas rendas públicas dependiam dos ganhos com uma ou duas grandes safras de exportação — café, banana ou cacau —, estas se achavam em geral concentradas numas poucas áreas restritas. Na África subsaariana e na maior parte do sul e

sudeste da Ásia, assim como na China, o grosso do povo continuava a viver da agricultura. Só no hemisfério ocidental e nas terras áridas do islã ocidental o campo já se despejava nas grandes cidades, transformando sociedades rurais em urbanas em duas dramáticas décadas (ver capítulo 10). Em regiões férteis e não demasiado densamente povoadas, como grande parte da África negra, a maior parte das pessoas teria ficado muito bem se deixada em paz. A maioria dos habitantes não precisava de seus Estados, em geral demasiado fracos para fazer grandes estragos, e que, se começassem a criar muito caso, podiam ser contornados por uma retirada para a auto-suficiência da aldeia. Poucos continentes iniciaram a era de independência com maiores vantagens, que logo seriam jogadas fora. A maior parte dos camponeses islâmicos e asiáticos estava muito mais pobre, ou pelo menos mais mal alimentada — às vezes, como na Índia, desesperadamente e historicamente pobre —, e a pressão de homens e mulheres sobre terras limitadas já era mais grave. Apesar disso, pareceu a muitos deles que a melhor solução para seus problemas seria não se envolver com os que lhes diziam que o desenvolvimento econômico traria inaudita riqueza e prosperidade, mas mantê-los a distância. A longa experiência mostrara a eles e a seus ancestrais que nenhum bem vinha de fora. O cálculo silencioso de gerações lhes havia ensinado que minimizar os riscos era uma política melhor do que maximizar os lucros. Isso não os manteve inteiramente fora do âmbito de uma revolução econômica global, que chegava mesmo às pessoas mais isoladas, sob a forma de sandálias de plástico, latas de gasolina, caminhões velhos e — claro — repartições do governo cheias de papelada, mas que tendiam a dividir a humanidade, em tais áreas, entre os que operavam dentro e através do mundo da escrita e das repartições e o resto. Na maior parte do Terceiro Mundo, a distinção era entre "litoral" e "interior", ou cidade e sertão.*

O problema era que, como modernidade e governo andavam juntos, o "interior" era governado pelo "litoral", o sertão pela cidade, o analfabeto pelo educado. No início, era o verbo. A Casa da Assembléia do que iria brevemente tornar-se o Estado independente de Gana incluía entre seus 104 membros 68 que tinham tido algum tipo de educação pós-primária. Dos 106 membros da Assembléia Legislativa de Telengana (sul da Índia), 97 possuíam educação secundária ou superior, incluindo cinqüenta diplomados. Nas duas regiões, a grande maioria dos habitantes na época era analfabeta (Hodgkin, 1961, p. 29; Gray, 1970, p. 135). E o que é mais: qualquer um que quisesse atuar no governo *nacional* dos Estados do Terceiro Mundo precisava ser alfabetizado não apenas

(*) Divisões semelhantes encontravam-se em algumas das regiões atrasadas dos Estados socialistas, por exemplo no Casaquistão soviético, onde os habitantes locais não mostravam interesse algum em abandonar a agricultura e o gado, deixando a industrialização e as cidades para um corpo correspondentemente grande de imigrantes (russos).

na língua comum da região (que não era necessariamente a da sua comunidade), mas em uma das poucas línguas internacionais (inglês, francês, espanhol, árabe, mandarim, chinês), ou pelo menos na língua franco-regional que os novos governos tendiam a desdobrar em línguas "nacionais" escritas (suaíle, baasa, pidgin). A única exceção estava nas partes da América Latina onde as línguas escritas oficiais (espanhol e português) coincidiam com a língua falada da maioria. Dos candidatos a cargos públicos em Hyderabad (Índia) na eleição geral de 1967, só três (de 34) não falavam inglês (Bernstorff, 1970, p. 146).

Até as pessoas mais distantes e atrasadas, portanto, reconheciam cada vez mais as vantagens da educação superior, mesmo quando não podiam elas próprias dela partilhar; talvez sobretudo quando não podiam. Num sentido literal, conhecimento significava poder, mais obviamente em países onde o Estado parecia a seus súditos uma máquina que lhes extraía os recursos e depois os distribuía aos funcionários públicos. Educação significava um posto, muitas vezes um posto garantido,* no funcionalismo público, com sorte uma carreira, que possibilitava aos homens extorquir subornos e comissões e arranjar empregos para a família e amigos. Uma aldeia, digamos, na África Central, que investia na educação de um de seus jovens, esperava um retorno, em forma de renda e proteção para toda a comunidade, do posto no governo que a educação asseguraria. De qualquer modo, o funcionário público bem-sucedido era o homem mais bem pago da população. Num país como Uganda, na década de 1960, ele podia esperar um salário (legal) 112 vezes maior que a renda per capita de seus compatriotas (contra uma taxa comparável de 10 para 1 na Grã-Bretanha) (UN World Social Situation, 1970, p. 66).

Onde parecia que os pobres de uma região rural podiam partilhar das vantagens da educação, ou proporcioná-las aos filhos (como na América Latina, a região do Terceiro Mundo mais próxima da modernidade e mais distante do colonialismo), o desejo de aprender era praticamente universal. "Todos eles querem aprender alguma coisa", disse ao autor em 1962 um organizador comunista chileno atuando entre os índios mapuche. "Eu não sou intelectual, e não posso ensinar a eles conhecimento escolar, por isso ensino a jogar futebol." A sede de conhecimento explica muito da espantosa migração em massa da aldeia para a cidade que esvaziou o campo do continente sul-americano, a partir da década de 1950. Pois todas as pesquisas concordam em que a atração da cidade estava não menos nas melhores oportunidades de educação e formação para as crianças. Lá, elas "podiam se tornar outra coisa". A escola naturalmente abria as melhores perspectivas, mas, em regiões agrárias atrasadas, mesmo uma qualificação tão simples como dirigir um veículo motorizado podia ser a chave para uma vida melhor. Foi a primeira coisa que um emigrante de

(*) Por exemplo, até meados da década de 1980 em Benin, Congo, Guiné, Somália, Sudão, Mali, Ruanda e República Centro-Africana (*World Labour*, 1989, p. 49).

uma aldeia quechua nos Andes ensinou aos primos e sobrinhos de casa que foram juntar-se a ele na cidade, esperando abrir seu próprio caminho para o mundo moderno, pois não se revelara o emprego dele como motorista de ambulância a base do sucesso de sua família (Julca, 1992)?

Presumivelmente, só na década de 1960 ou depois a população rural latino-americana (exceto de um ou outro ponto isolado) começou a ver sistematicamente a modernidade mais como uma promessa que como uma ameaça. E, no entanto, havia um aspecto da política de desenvolvimento econômico que se poderia esperar que os atraísse, pois afetava diretamente três quintos ou mais dos seres humanos que viviam da agricultura: a reforma agrária. Esse *slogan* geral da política nos países agrários podia cobrir qualquer coisa, desde o desmonte de grandes latifúndios e sua redistribuição a camponeses e trabalhadores sem terra até a abolição de detenções ou servidões feudais; desde a redução de aluguéis e reformas de arrendamento de vários tipos até a revolucionária nacionalização e coletivização da terra.

Provavelmente nunca houve tanta reforma agrária quanto na década após o fim da Segunda Guerra Mundial, pois era praticada ao longo de todo o espectro político. Entre 1945 e 1950, quase metade da raça humana se viu vivendo em países que passavam por algum tipo de reforma agrária — comunista na Europa Oriental e, após 1949, na China, como conseqüência da descolonização no ex-império britânico na Índia, e como conseqüência da derrota do Japão, ou melhor, da política de ocupação americana, no Japão, Taiwan e Coréia. A revolução egípcia de 1952 ampliou seu alcance ao mundo islâmico ocidental: Iraque, Síria e Argélia seguiram o exemplo do Cairo. A revolução popular na Bolívia de 1952 introduziu-a na América do Sul, embora o México desde a revolução de 1910, ou, mais precisamente, desde sua revivescência na década de 1930, há muito defendesse o *agrarismo*. Mesmo assim, apesar de uma crescente inundação de declarações políticas e pesquisas estatísticas sobre o assunto, a América Latina teve demasiado poucas revoluções, descolonizações ou guerras perdidas para ter muita reforma agrária de fato, até que a Revolução Cubana de Fidel Castro (que a introduziu na ilha) pôs a questão na pauta política.

Para os modernizadores, a defesa da reforma agrária era política (conquistar apoio camponês para regimes revolucionários ou para os que queriam adiantar-se à revolução, ou algo parecido), ideológica ("devolver a terra a quem nela trabalha") e, às vezes, econômica, embora a maioria dos revolucionários ou reformadores não esperasse demais de uma simples distribuição de terra a um campesinato tradicional, aos sem-terra ou aos pobres de terra. Na verdade, a produção agrícola caiu drasticamente na Bolívia e no Iraque logo após as respectivas reformas agrárias desses países em 1952 e 1958, embora com justiça se deva acrescentar que, onde a capacidade e produtividade do camponês já eram altas, a reforma agrária podia liberar rapidamente muita produtividade potencial até então mantida de reserva por aldeões céticos,

como no Egito, Japão e, mais impressionante, Taiwan (Land Reform, 1968, pp. 571-5). A defesa da manutenção da existência de um grande campesinato era e é não econômica, pois na história do mundo moderno o enorme aumento da produção agrícola foi acompanhado de um declínio igualmente espetacular no número e proporção de agricultores, de forma mais impressionante isso aconteceu desde a Segunda Guerra Mundial. A reforma agrária podia demonstrar, e demonstrou de fato, que a agricultura camponesa, sobretudo quando praticada por agricultores de porte, de mentalidade moderna, podia ser tão eficiente quanto a propriedade agrícola tradicional, a fazenda imperialista, e mais flexível que ele e, na verdade, que tentativas modernas mal-avisadas de fazer reforma agrária em base quase industrial, como as gigantescas fazendas estatais do tipo soviético e o plano britânico de produzir sementes para moagem em Tanganica (atual Tanzânia) após 1945. Safras como café, açúcar e borracha, outrora tidas como essencialmente produzidas em fazenda, não mais o são, embora em alguns casos a fazenda ainda mantenha uma nítida vantagem sobre produtores não qualificados operando em pequena escala. Ainda assim, os grandes progressos da agricultura no Terceiro Mundo desde a guerra, a "revolução verde" das novas safras selecionadas, foram conseguidos por fazendeiros de mentalidade comercial, como no Punjab.

Contudo, a mais forte defesa econômica da reforma agrária não está na produtividade, mas na igualdade. No todo, o desenvolvimento econômico tendeu primeiro a aumentar e depois a diminuir a desigualdade da distribuição da renda nacional a longo prazo, embora o declínio econômico e a crença teológica no livre mercado tenham ultimamente começado a reverter tais resultados aqui e ali. A igualdade, no fim da Era de Ouro, era maior nos países desenvolvidos do que no Terceiro Mundo. Contudo, enquanto a desigualdade de renda atingia seu ponto mais alto na América Latina, seguida pela África, era em geral baixa em vários países asiáticos, onde uma reforma agrária bastante radical fora imposta sob os auspícios das forças de ocupação americanas (ou por seu intermédio): Japão, Coréia do Sul e Taiwan. (Nenhuma, no entanto, foi tão igualitária quanto nos países socialistas da Europa Oriental, ou, na época, na Austrália.) (Kakwani, 1980.) Observadores dos triunfos industrializantes desses países têm naturalmente especulado até onde eles foram acompanhados pelas vantagens sociais ou econômicas dessa situação, do mesmo modo como observadores do muito mais apropriado avanço da economia brasileira, sempre na iminência mas jamais alcançando seu destino como os EUA do hemisfério sul, têm-se perguntado até onde ele tem sido refreado pela espetacular desigualdade de sua distribuição de renda — o que inevitavelmente restringe o mercado interno para a indústria. Na verdade, a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos desses países.

A reforma agrária foi sem dúvida bem recebida pelo campesinato do Ter-

ceiro Mundo, pelo menos até transformar-se em fazenda coletiva ou cooperativa de produção, como foi em geral nos países comunistas. Contudo, o que os modernizadores viram nela não foi o que significava para os camponeses, desinteressados por problemas macroeconômicos e vendo a política nacional de uma perspectiva diferente da dos reformadores da cidade, e cuja exigência de reforma agrária não se baseava num princípio geral, mas em reivindicações específicas. Assim, a reforma agrária radical instituída pelo governo dos generais reformistas no Peru em 1969, que destruiu de um golpe o sistema de grandes propriedades (*haciendas*) do país, fracassou por esse motivo. Para as comunidades montanhesas, que viviam em instável coexistência com as vastas fazendas de gado andinas para as quais proporcionavam mão-de-obra, a reforma significou simplesmente o justo retorno às "comunidades originárias" das terras e pastagens comuns, outrora delas alienadas pelos latifundiários, cujos limites eram lembrados com precisão no correr dos séculos e cuja perda eles jamais haviam aceitado (Hobsbawm, 1974). Não estavam interessados na manutenção da velha empresa como unidade produtiva (agora propriedade das comunidades e de sua antiga força de trabalho), nem em experiências cooperativas ou em outras novidades agrárias, além da tradicional ajuda mútua dentro da comunidade tão pouco igualitária. Após a reforma, as comunidades voltaram a "invadir" as terras das propriedades cooperativizadas (das quais eram agora co-proprietárias), como se nada houvesse mudado no conflito entre Estado e comunidade (e entre comunidades em disputa por suas terras) (Gómez Rodríguez, 1977, pp. 242-55). No que lhes dizia respeito, nada mudara. A reforma agrária mais próxima do ideal camponês foi provavelmente a mexicana da década de 1930, que deu inalienavelmente a terra comum a comunidades aldeãs para que as organizassem como quisessem. Foi um enorme sucesso político, mas economicamente irrelevante para o posterior desenvolvimento agrário mexicano.

IV

Não surpreende, assim, que as dezenas de Estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial, logo se vissem agrupadas como o "Terceiro Mundo" — diz-se que o termo foi cunhado em 1952 (Harris, 1987, p. 18) —, em contraste com o "Primeiro Mundo" dos países capitalistas desenvolvidos e o "Segundo Mundo" dos países desenvolvidos comunistas. Apesar do evidente absurdo de tratar Egito e Gabão, Índia e Papua-Nova Guiné como sociedades

(*) Com as mais raras exceções, notadamente da Argentina que, embora rica, jamais se recuperou do declínio e queda do império britânico, que lhe proporcionara prosperidade como exportadora de carne até 1929.

do mesmo tipo, isso não era inteiramente implausível, na medida em que todos eram pobres (comparados com o mundo desenvolvido),* todos eram dependentes, todos tinham governos que queriam "desenvolver", e nenhum acreditava, no mundo pós-Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, que o mercado mundial capitalista (isto é, a doutrina de "vantagem comparativa" dos economistas) ou a empresa privada espontânea internamente alcançassem esse fim. Além disso, quando a grade de ferro da Guerra Fria se abateu sobre o globo, todos que tinham alguma liberdade de ação queriam evitar juntar-se a qualquer um dos dois sistemas de aliança, isto é, queriam manter-se fora da Terceira Guerra Mundial que todos temiam.

Isso não quer dizer que os "não-alinhados" fossem igualmente opostos aos dois lados na Guerra Fria. Os inspiradores e defensores do movimento (geralmente chamado com o nome de sua primeira conferência em 1955 em Bandung, Indonésia) eram ex-revolucionários coloniais radicais — Jawaharlal Nehru da Índia, Sukarno da Indonésia, coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e um dissidente comunista, o presidente Tito da Iugoslávia. Todos esses, como tantos dos ex-regimes coloniais, eram ou se diziam socialistas à sua maneira (ou seja, não soviética), incluindo o socialismo real budista do Camboja. Todos tinham alguma simpatia pela União Soviética, ou pelo menos estavam dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar; o que não surpreende, pois os Estados Unidos haviam de repente abandonado suas velhas tradições anticoloniais, depois que o mundo se dividiu, e visivelmente buscavam apoio entre os elementos mais conservadores do Terceiro Mundo: Iraque (antes da revolução de 1958), Turquia, Paquistão e o Irã do xá, que formaram a Organização do Tratado Central (CENTO, em inglês); Paquistão, Filipinas e Tailândia, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), ambas destinadas a completar o sistema militar anti-soviético, cujo pilar principal era a OTAN (nenhuma chegava a tanto). Quando o grupo não-alinhado, essencialmente afro-asiático, se tornou tricontinental após a Revolução Cubana de 1959, seus membros latino-americanos não surpreendentemente vinham das repúblicas do hemisfério ocidental que sentiam menos simpatia pelo Grande Irmão do Norte. Apesar disso, ao contrário dos simpatizantes dos EUA no Terceiro Mundo, que podiam de fato entrar no sistema da aliança ocidental, os Estados não comunistas de Bandung não tinham qualquer intenção de envolver-se num confronto global de superpotências, pois, como provaram as guerras da Coréia e do Vietnã, e a crise dos mísseis de Cuba, eles eram a perpétua linha de frente em tal conflito. Quanto mais a fronteira (européia) entre os dois campos se estabilizasse, mais provável seria, quando os canhões disparassem, que isso se desse em alguma montanha asiática ou matagal africano.

Contudo, embora o confronto de superpotências dominasse e em certa medida estabilizasse as relações inter-Estados em todo o mundo, não as controlava de todo. Em duas regiões, tensões internas do Terceiro Mundo, essen-

cialmente não ligadas à Guerra Fria, criavam condições permanentes de conflito que periodicamente irrompiam em guerra: o Oriente Médio e a parte norte do subcontinente indiano. (As duas, não por acaso, eram herdeiras de esquemas de partilha imperiais.) A última zona de conflito era mais facilmente isolável da Guerra Fria, apesar das tentativas paquistanesas de envolver os americanos, que fracassaram até a guerra afegã da década de 1980 (ver capítulos 8 e 16). Daí o Ocidente pouco saber e menos ainda lembrar das três guerras regionais: a sino-indiana de 1962, pela maldefinida fronteira entre os dois países, vencida pela China; a indo-paquistanesa de 1965 (convenientemente vencida pela Índia); e o segundo conflito indo-paquistanês de 1971, resultado da separação do Paquistão Oriental (Bangladesh), que a Índia apoiou. Os EUA e a URSS tentaram atuar como mediadores neutros e benévolos. A situação no Oriente Médio não podia ser isolada, porque vários dos aliados americanos se achavam diretamente envolvidos: Israel, Turquia e o Irã do xá. Além disso, como provou a sucessão de revoluções locais, militares e civis — do Egito em 1952, passando por Iraque e Síria nas décadas de 1950 e 1960, Arábia Saudita nas décadas de 1960 e 1970 e até o próprio Irã em 1979 —, a região era e continua sendo socialmente instável.

Esses conflitos regionais não tinham ligação essencial com a Guerra Fria: a URSS foi uma das primeiras a reconhecer o novo Estado de Israel, que mais tarde se estabeleceu como principal aliado dos EUA, e os Estados árabes e outros islâmicos, de direita ou esquerda, uniam-se na repressão ao comunismo dentro de suas fronteiras. A principal força de perturbação era Israel, onde os colonos judeus construíram um Estado judeu maior do que o que fora previsto sob a partilha britânica (expulsando 700 mil palestinos não judeus, talvez um número maior que a população judia em 1948) (Calvocoressi, 1989, p. 215), lutando uma guerra por década para isso (1948, 1956, 1967, 1973, 1982). No curso dessas guerras, que podem ser mais bem comparadas às do rei prussiano Frederico II no século XVIII para conquistar reconhecimento de sua posse da Silésia, que ele roubara da vizinha Áustria, Israel também se transformou na mais formidável potência militar da região e adquiriu armas nucleares, mas não conseguiu estabelecer uma base estável de relações com os Estados vizinhos, para não mencionar relações com os permanentemente irados palestinos que vivem dentro de suas ampliadas fronteiras ou na diáspora no Oriente Médio. O colapso da URSS retirou o Oriente Médio da linha de frente da Guerra Fria, mas deixou-o tão explosivo quanto antes.

Três centros menores de conflito ajudaram a mantê-lo assim: o Mediterrâneo oriental, o golfo Pérsico e a região de fronteira entre Turquia, Irã, Iraque e Síria, onde os curdos tentaram em vão conquistar a independência que o presidente Wilson incautamente os exortara a exigir em 1918. Incapazes de encontrar apoio permanente por parte de algum Estado poderoso, eles perturbaram as relações entre todos os seus vizinhos, que os massacraram utilizando

todos os meios disponíveis, até mesmo, na década de 1980, gás tóxico, quando não encontraram diante de si a resistência dos proverbialmente hábeis curdos, verdadeiros guerrilheiros da montanha. O Mediterrâneo oriental permaneceu relativamente quieto, pois tanto a Grécia quanto a Turquia eram membros da OTAN, embora o conflito entre os dois levasse a uma invasão turca do Chipre, que foi dividido em 1974. Por outro lado, a rivalidade entre as potências ocidentais, Irã e Iraque, por posições no golfo Pérsico iria levar à bárbara guerra de oito anos entre o Iraque e o Irã revolucionário, em 1980-8 e, após a Guerra Fria, entre os EUA e seus aliados e o Iraque em 1991.

Uma parte do Terceiro Mundo permaneceu muito distante de conflitos internacionais locais e globais até depois da Revolução Cubana: a América Latina. A não ser por pequenos trechos no continente (as Guianas, Belize — então conhecida como Honduras britânica — e as ilhas menores do Caribe), fora descolonizada muito tempo atrás. Cultural e lingüisticamente, tinha populações ocidentais, na medida em que mesmo o grosso de seus pobres era de católicos romanos e, a não ser por algumas áreas nos Andes e na América Central continental, falavam ou entendiam uma linguagem cultural partilhada por europeus. Embora a região herdasse uma elaborada hierarquia racial, também herdara da conquista esmagadoramente masculina uma tradição de maciça miscigenação. Havia poucos brancos genuínos, a não ser no cone sul da América do Sul (Argentina, Uruguai e Brasil), povoado por emigração européia em massa, de escassa população nativa. O México elegeu um reconhecivelmente índio zapoteca, Benito Juárez, como presidente já em 1861. Na época em que escrevo, a Argentina tem como presidente um imigrante muçulmano libanês, e o Peru, um imigrante japonês. Os dois casos ainda eram impensáveis para os EUA. Até hoje, a América Latina ainda permanece fora do círculo vicioso de política e nacionalismo étnicos que devasta os outros continentes.

Além disso, embora a maior parte do continente reconhecesse estar no que agora se chamava dependência "neocolonial" de um único poder imperial dominante, os EUA foram suficientemente realistas para não mandar canhoneiras e fuzileiros aos Estados maiores — não hesitaram em usá-los contra os menores —, e os governos latino-americanos do Rio Grande ao cabo Horn sabiam perfeitamente bem que o mais sensato era ficar do lado certo de Washington. A Organização dos Estados Americanos (OEA), fundada em 1948, com sede em Washington, não era um corpo inclinado a discordar dos EUA. Quando Cuba fez sua revolução, a OEA a expulsou.

V

E no entanto, no momento mesmo em que o Terceiro Mundo e as ideologias nele baseadas se achavam no auge, o conceito começou a desmoronar. Na

década de 1970, tornou-se evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes. O termo ainda era adequado para distinguir os países pobres do mundo dos ricos, e na medida em que o fosso entre as duas zonas, agora muitas vezes chamadas de "Norte" e "Sul", se alargava visivelmente, havia muito sentido na distinção. O fosso em PNB per capita entre o mundo "desenvolvido" e o "atrasado" (isto é, entre os países da OCDE e as "economias baixas e médias")* continuou a alargar-se: o primeiro grupo tinha em média 14,5 vezes o PNB per capita do segundo em 1970, porém mais de 24 vezes o PNB per capita em 1990 dos países pobres (*World Tables*, 1991, tabela I). Contudo, o Terceiro Mundo não é mais, demonstravelmente, uma entidade individual.

O que o dividiu foi basicamente o desenvolvimento econômico. O triunfo da OPEP em 1973 produziu, pela primeira vez, um corpo de Estados do Terceiro Mundo, a maioria atrasada por quaisquer critérios e até então pobre, que agora surgiam como Estados supermilionários em escala mundial, sobretudo quando consistiam em pequenos trechos de areia ou floresta esparsamente habitados, governados (em geral) por xeques ou sultões. Era visivelmente impossível classificar, digamos, os Emirados Árabes Unidos, onde cada um do meio milhão de habitantes (1975) tinha, em teoria, uma fatia do PNB de mais de 13 mil dólares — quase o dobro do PNB per capita dos EUA na época (*World Tables*, 1991, pp. 596 e 604) —, no mesmo escaninho que, digamos, o Paquistão, que então tinha um PNB per capita de 130 dólares. Os Estados do petróleo com grande população não iam tão bem, mas apesar disso tornou-se evidente que os Estados dependentes da exportação de um único produto primário, por menos vantagens que tivessem em outros aspectos, podiam tornar-se extremamente ricos, embora esse dinheiro, também fácil, quase invariavelmente, tentasse-os a jogá-lo pela janela.** No início da década de 1990, mesmo a Arábia Saudita já conseguira entrar em dívidas.

Em segundo lugar, parte do Terceiro Mundo industrializava-se e entrava visível e rapidamente no Primeiro Mundo, embora continuasse muito pobre. A Coréia do Sul, uma espetacular história de sucesso industrial, tinha um PNB per capita (1989) de pouco mais que o de Portugal, de longe o mais pobre dos membros da Comunidade Européia (*World Bank Atlas*, 1990, p. 7). Também aqui, tirando as diferenças qualitativas, a Coréia do Sul não é mais compará-

(*) A OCDE, que compreende a maioria dos países "desenvolvidos", inclui Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Canadá, EUA, Japão e Austrália. Por motivos políticos essa organização, estabelecida durante a Guerra Fria, também incluiu Grécia, Portugal, Espanha e Turquia.

(**) Não se trata de um fenômeno do Terceiro Mundo. Quando informado da riqueza dos campos de petróleo do mar do Norte, diz-se que um cínico político francês observou: "Vão gastá-la e entrar em crise".

vel com, digamos, Papua-Nova Guiné, embora o PNB per capita dos dois países fosse exatamente o mesmo em 1969 e continuasse da mesma ordem de grandeza até meados da década de 1970: é agora cerca de cinco vezes maior (*World Tables*, 1991, pp. 352 e 456). Como vimos, uma nova categoria, os NICs, entrou no jargão internacional. Não havia definição precisa, mas praticamente todas as listas incluíam os quatro "tigres do Pacífico" (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul), Índia, Brasil e México, mas o processo de industrialização do Terceiro Mundo é tal que Malásia e Filipinas, Colômbia, Paquistão e Tailândia, além de outros, também foram incluídos. Na verdade, uma categoria de novos e rápidos industrializadores atravessa as fronteiras dos três mundos, pois estritamente também deve incluir "economias de mercado industrializadas" (isto é, países capitalistas) como Espanha e Finlândia, e a maioria dos ex-Estados socialistas da Europa Oriental; para não falar, desde finais da década de 1970, da China comunista.

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma "nova divisão internacional de trabalho", ou seja, uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo. Isso se deveu em parte à deliberada mudança, por empresas do Velho Mundo industrial, de parte ou de toda a sua produção ou estoques para o Segundo e Terceiro Mundos, seguida eventualmente por algumas transferências até mesmo de processos bastante sofisticados em indústrias de alta tecnologia, como pesquisa e desenvolvimento. A revolução nos transportes e comunicações modernos tornou possível e econômica uma produção verdadeiramente mundial. Também se deveu aos esforços deliberados de governos do Terceiro Mundo para industrializarem-se, conquistando mercados de exportação, se necessário (mas preferentemente não) à custa da velha proteção de mercados internos.

Essa globalização econômica, que pode ser constatada por qualquer um que verifique as origens nacionais de produtos vendidos num centro comercial norte-americano, desenvolveu-se lentamente na década de 1960 e se acelerou de modo impressionante durante as décadas de perturbações econômicas mundiais após 1973. A rapidez com que avançou pode ser ilustrada mais uma vez pela Coréia do Sul, que no fim da década de 1950 ainda tinha quase 80% de sua população trabalhadora na agricultura, da qual extraía quase três quartos da renda nacional (Rado, 1962, pp. 740 e 742-3). Inaugurou o primeiro de seus planos qüinqüenais de desenvolvimento em 1962. Em fins da década de 1980, extraía apenas 10% de seu PIB da agricultura e tornara-se a oitava economia industrial do mundo não comunista.

Em terceiro lugar, surgiram (ou melhor, foram submersos) no pé das estatísticas internacionais vários países que mesmo o eufemismo internacional achava difícil descrever simplesmente como "em desenvolvimento", pois eram

visivelmente pobres e cada vez mais atrasados. Com tato, estabeleceu-se um subgrupo de países em desenvolvimento de baixa renda para distinguir os 3 bilhões de seres humanos cujo PNB per capita (se o recebessem) teria dado uma média de 330 dólares em 1989 dos 500 milhões mais afortunados em países menos destituídos, como a República Dominicana, o Equador e a Guatemala, cujo PNB era cerca de três vezes maior, e mesmo dos luxuosos membros do grupo seguinte (Brasil, Malásia, México e outros assim), que tinham em média oito vezes mais. (Os 800 milhões, mais ou menos, do grupo mais próspero gozavam de uma distribuição de PNB teórica per capita de 18 280 dólares, ou 55 vezes mais que os três quintos da base da humanidade.) (World Bank Atlas, 1990, p. 10.) Na verdade, à medida que a economia mundial se tornava global e, sobretudo após a queda da região soviética, mais puramente capitalista e dominada por empresas, investidores e empresários descobriam que grandes partes dela não tinham interesse lucrativo para eles, a não ser, talvez, que pudessem subornar seus políticos e funcionários públicos para gastar dinheiro extraído de seus infelizes cidadãos com armamentos ou projetos de prestígio.*

Um número desproporcionalmente grande desses países se encontrava no infeliz continente africano. O fim da Guerra Fria privou tais Estados de ajuda econômica (isto é, em grande parte militar), que havia transformado alguns deles, como a Somália, em campos armados e eventuais campos de batalha.

Além disso, à medida que cresciam as divisões entre os pobres, também a globalização provocava movimentos mais evidentes de seres humanos que cruzavam as linhas divisórias entre regiões e classificações. Dos países ricos, fluíam turistas para o Terceiro Mundo como jamais antes. Em meados da década de 1980 (1985), para tomar alguns países muçulmanos, os 16 milhões de habitantes da Malásia recebiam 3 milhões de turistas por ano; os 7 milhões de tunisianos, 2 milhões; os 3 milhões de jordanianos, 2 milhões (Din, 1989, p. 545). Dos países pobres, os fluxos de migração de mão-de-obra para os ricos incharam em enormes torrentes, na medida em que não eram represadas por barragens políticas. Em 1968, migrantes do Magreb (Tunísia, Marrocos e, acima de todos, Argélia) já formavam um quarto de todos os estrangeiros na França (em 1975, migrou 5,5% da população argelina), e um terço de todos os imigrantes nos EUA vinha da América Latina — na época ainda esmagadoramente da América Central (Potts, 1990, pp. 145-6 e 150). Tampouco essa migração se dava apenas para velhos países industriais. O número de estrangeiros em Estados produtores de petróleo do Oriente Médio e Líbia disparou de 1,8 milhão para 2,8 milhões nuns meros cinco anos (1975-80) (Population,

(*) "Como norma básica, 55% de 200 mil dólares conquistam a ajuda de um alto funcionário abaixo do nível do topo. Com a mesma porcentagem de 2 milhões, estamos tratando com o secretário permanente. De 20 milhões, entram o ministro e o pessoal da equipe, enquanto uma fatia de 200 milhões 'justifica a séria atenção do chefe de Estado' " (Holman, 1993).

1984, p. 109). A maioria deles vinha da região, mas um grande volume veio do sul da Ásia e até de mais longe. Infelizmente, nas sombrias décadas de 1970 e 1980, tornou-se cada vez mais difícil separar a migração por trabalho das torrentes de homens, mulheres e crianças que fugiam ou eram desenraizados por fome, perseguição política ou étnica, guerra e guerra civil, assim pondo os países do Primeiro Mundo, igualmente empenhados (em teoria) em ajudar aos refugiados e (na prática) impedir a imigração dos países pobres, em sérios problemas de casuísmo político e legal. Com exceção dos EUA, e em menor escala Canadá e Austrália, que encorajavam ou permitiam a imigração em massa do Terceiro Mundo, os países do Primeiro Mundo optaram por mantê-los fora sob a pressão de uma crescente xenofobia entre suas populações locais.

VI

O espantoso "grande salto avante" da economia mundial (capitalista) e sua crescente globalização não apenas dividiram e perturbaram o conceito de Terceiro Mundo como também levaram quase todos os seus habitantes conscientemente para o mundo moderno. Eles não gostaram necessariamente disso. Na verdade, muitos movimentos "fundamentalistas" e outros em teoria tradicionalistas que agora ganhavam terreno em vários países do Terceiro Mundo, sobretudo, mas não de modo exclusivo, na região islâmica, eram especificamente revoltas contra a modernidade, embora isso com certeza não se aplique a todos os movimentos aos quais se prega esse rótulo impreciso.* Mas eles próprios se sabiam parte de um mundo que não era como o de seus pais. Esse mundo lhes chegava em forma de ônibus ou caminhões em poeirentas estradas marginais; a bomba de gasolina; o radinho de pilha transistorizado, que trazia o mundo até eles — talvez até aos analfabetos, em seu próprio dialeto ou língua não escritos, embora isso provavelmente fosse privilégio do imigrante urbano. Mas num mundo onde as pessoas do campo migravam para as cidades aos milhões, e mesmo em países rurais da África com populações urbanas de um terço ou mais tornando-se comuns — Nigéria, Zaire, Tanzânia, Senegal, Gana, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Gabão, Benin, Zâmbia, Congo, Somália, Libéria —, quase todos trabalhavam na cidade ou tinham um parente que lá morava. Aldeia e cidade estavam daí em diante interligadas. Mesmo as mais remotas viviam agora num mundo de embalagem plástica, garrafas de coca-cola, relógios digitais baratos e fibras artificiais. Por uma estranha inversão da história, o país atrasado do Terceiro

(*) Assim a conversão a seitas protestantes "fundamentalistas", comum na América Latina é, quando mais não fosse, uma reação "modernista" ao antigo *status quo* representado pelo catolicismo local. Outros "fundamentalismos" são análogos a nacionalismo étnico, por exemplo na Índia.

Mundo começou até a comercializar suas habilidades no Primeiro Mundo. Nas esquinas da Europa pequenos grupos de peripatéticos índios dos Andes sul-americanos tocavam suas melancólicas flautas e nas calçadas de Nova York, Paris e Roma camelôs negros da África Ocidental vendiam balangandãs aos nativos exatamente como os ancestrais dos nativos haviam feito em suas viagens de negócios ao Continente Negro.

Quase certamente a cidade grande era o cadinho da mudança, ainda mais que ela era moderna por definição. "Em Lima", como contava aos filhos um migrante dos Andes em ascensão, "há mais progresso, muito mais estímulo" (*más roce*) (Julca, 1992). Por mais que grande parte dos migrantes usasse a caixa de ferramentas da sociedade tradicional para construir sua existência urbana, erguendo e estruturando as novas favelas como as velhas comunidades rurais, na cidade coisas demais eram novas e sem precedentes e demasiados dos seus costumes conflitavam com os dos velhos tempos. Em parte alguma isso se mostrava mais dramático que no inesperado comportamento das moças, cujo rompimento com a tradição era deplorado da África ao Peru. Num tradicional *huayno* de Lima ("*La gringa*"), um rapaz imigrante se lamenta:

> *Quando você veio de sua terra, veio como uma moça da roça*
> *Agora que está em Lima penteia os cabelos como as da cidade*
> *Diz até espere "por favor". Vou dançar o twist*
> [...]
> *Não seja pretensiosa, seja menos orgulhosa*
> [...]
> *Entre seu cabelo e o meu, não há diferença.*
>
> (Mangin, 1970, pp. 31-2.)*

Contudo, a consciência da modernidade espalhou-se da cidade para o campo (até mesmo onde a própria vida rural não foi transformada por novas colheitas, nova tecnologia e novas formas de organização e *marketing*) através da impressionante "revolução verde" da agricultura de colheita de grãos por variedades cientificamente projetadas em partes da Ásia, que se disseminaram a partir da década de 1960, ou, um pouco depois, pelo desenvolvimento de novas colheitas de exportação para o mercado mundial, tornada possível pelo frete aéreo em massa de perecíveis (frutas tropicais, flores) e novos gostos de consumo no mundo "desenvolvido" (cocaína). Não se deve subestimar o efeito de tais mudanças rurais. Em parte nenhuma os velhos costumes e os novos entraram em mais frontal colisão do que na fronteira amazônica da Colômbia,

(*) Ou, da Nigéria, na imagem de um novo tipo de moça africana na literatura de feira de Onitsha: "As moças não são mais aqueles brinquedinhos tradicionais, quietos e modestos dos papais. Escrevem cartas de amor. São espertas. Exigem presentes dos namorados e vítimas. Até enganam os homens. Não são mais as criaturas bobinhas a serem conquistadas através dos pais" (Nwoga, 1965, pp. 178-9).

que na década de 1970 se tornou uma etapa do transporte de coca boliviana e peruana e local dos laboratórios que a transformavam em cocaína. Isso se deu poucos anos depois de a área ter sido assentada por colonos camponeses da fronteira que fugiam de grandes propriedades e latifundiários, e que eram defendidos pelos protetores reconhecidos do estilo de vida camponês, os guerrilheiros (comunistas) das FARCs. Ali o mercado, em sua forma mais implacável, se chocava com os que viviam da agricultura de subsistência e do que o homem podia arranjar com uma arma, um cachorro e uma rede de pesca. Como um roçado de yuca e banana podia competir com a tentação de cultivar uma lavoura que alcançava preços altíssimos — embora instáveis —, e o velho estilo de vida, com os campos de aterrissagem e os prósperos assentamentos dos fabricantes e traficantes de drogas com seus desenfreados pistoleiros, bares e bordéis? (Molano, 1988.)

O campo estava de fato sendo transformado, mas mesmo essa transformação dependia da civilização das cidades e suas indústrias, pois com bastante freqüência sua própria economia dependia dos ganhos dos emigrantes, como nos chamados "aldeamentos negros" da África do Sul do *apartheid*, que geravam apenas 10% a 15% da renda de seus habitantes, o resto vindo dos ganhos de trabalhadores migrantes nos territórios brancos (Ripken & Wellmer, 1978, p. 196). Paradoxalmente, no Terceiro Mundo, como em partes do Primeiro, a cidade podia tornar-se a salvadora de uma economia rural que, não fosse pelo seu impacto, poderia ter sido abandonada por pessoas que haviam aprendido com a experiência dos migrantes — seus próprios vizinhos — que homens e mulheres tinham alternativas. Elas descobriram que não era inevitável que se escravizassem uma vida inteira arrancando um miserável ganha-pão de uma terra marginal, exausta e pedregosa, como tinham feito seus ancestrais. Muitos assentamentos rurais de um lado a outro do globo, em paisagens românticas, e por conseguinte agricolamente marginais, se esvaziaram de todos, com exceção dos velhos, a partir da década de 1960. Contudo, uma comunidade montanhesa cujos emigrantes descobriram um lugarzinho para ocupar na economia na grande cidade — no caso vendendo frutas, ou mais precisamente morangos, em Lima — conseguiu manter ou revitalizar seu caráter pastoral por uma passagem da renda agrícola para a não agrícola, operando através de uma complicada simbiose de famílias migrantes e residentes (Smith, 1989, capítulo 4). Talvez seja significativo o fato de que, neste caso particular, que tem sido incomumente bem estudado, os migrantes raramente tenham se tornado operários. Preferiram encaixar-se na grande rede da "economia informal" do Terceiro Mundo como pequenos comerciantes. Pois a grande mudança no Terceiro Mundo foi provavelmente a feita pelas novas e crescentes classes média e média baixa de migrantes empenhados no mesmo método, e a grande forma de sua vida econômica era — sobretudo nos países mais pobres — a economia informal, que escapava das estatísticas oficiais.

Assim, em algum momento no último terço do século XX, a larga vala que separava as pequenas minorias dominantes modernizantes ou ocidentalizantes dos países do Terceiro Mundo do grosso de seus povos começou a ser tapada pela transformação geral de suas sociedades. Ainda não sabemos como ou quando isso aconteceu, ou que formas tomou a nova consciência dessa transformação, pois a maioria desses países ainda não tinha nem serviços estatísticos oficiais adequados nem a maquinária de pesquisa de mercado e opinião pública, nem os departamentos de ciências sociais acadêmicos com estudantes pesquisadores para mantê-los ativos. De qualquer forma, é difícil descobrir o que ocorre nas bases das sociedades mesmo nos países mais bem documentados, até depois que ocorre, motivo pelo qual os estágios iniciais de novas modas sociais e culturais entre os jovens são imprevisíveis, imprevistos e muitas vezes não reconhecidos nem mesmo por aqueles que vivem ganhando dinheiro com eles, como a indústria da cultura popular, quanto mais pela geração dos pais. Contudo, alguma coisa estava claramente agitando as cidades do Terceiro Mundo abaixo do nível da consciência da elite, mesmo num país na aparência completamente estagnado como o Congo Belga (hoje Zaire), pois de que outro modo podemos explicar que o tipo de música popular ali desenvolvido na inerte década de 1950 se tenha tornado o mais influente na África nas décadas de 1960 e 1970 (Manuel, 1988, pp. 86 e 97-101)? Aliás, como podemos explicar o surgimento de uma consciência política que faz os belgas mandarem o Congo para a independência em 1960, praticamente de uma hora para outra, embora até então essa colônia, quase tão igualmente hostil à educação interna quanto à atividade política local, parecesse à maioria dos observadores "tão provável de permanecer fechada para o resto do mundo quanto o Japão antes da restauração Meiji" (Calvocoressi, 1989, p. 377)?

Quaisquer que tenham sido as agitações da década de 1950, nas de 1960 e 1970 os sinais de grande transformação social eram bastante evidentes no hemisfério norte, e inegáveis no mundo islâmico e nos grandes países do sul e sudeste da Ásia. Paradoxalmente, eram na certa menos visíveis nas partes do mundo socialista que correspondiam ao Terceiro Mundo, por exemplo, a Ásia Central e o Cáucaso soviéticos. Pois muitas vezes não se reconhece que a revolução comunista foi uma máquina de conservadorismo. Embora estivesse decidida a transformar um número específico de aspectos da vida — poder do Estado, relações de propriedade, estrutura econômica e coisas assim —, congelou outros em suas formas pré-revolucionárias, ou pelo menos os protegeu contra a contínua subversão universal da mudança nas sociedades capitalistas. De qualquer modo, sua arma mais forte, o puro e simples poder do Estado, foi menos efetiva para transformar o comportamento humano do que gostavam de pensar a retórica positiva sobre "o novo socialismo" ou a negativa sobre "totalitarismo". Os uzbeques e tadjiques que viviam ao norte da fronteira afegã-soviética eram sem dúvida mais alfabetizados, mais secularizados e mais ricos

que os que viviam ao sul, mas talvez não diferissem tanto em seus costumes quanto setenta anos de socialismo nos teriam levado a pensar. As brigas de sangue provavelmente não eram uma grande preocupação das autoridades do Cáucaso desde a década de 1930 (embora durante a coletivização a morte de um homem num acidente com a debulhadeira de um colcós levasse a uma briga que entrou nos anais da jurisprudência soviética), mas no início da década de 1990 observadores advertiam para "o perigo de auto-extermínio nacional [na Tchetchênia], pois a maioria das famílias tchetchênias foi arrastada a um relacionamento tipo vendeta" (Trofimov & Djangava, 1993).

As conseqüências culturais dessa transformação social ainda esperam o historiador. Não podem ser examinadas aqui, embora esteja claro que, mesmo nas sociedades muito tradicionais, a rede de obrigação mútua e costumes sofresse crescente tensão. "A família ampliada em Gana e em toda a África", observou-se (Harden, 1990, p. 67), "funciona sob imensa tensão. Como uma ponte que suportou tráfego de altíssima velocidade por demasiados anos, suas fundações estão rachando [...] Os velhos rurais e os jovens urbanos estão separados por centenas de milhas de más estradas e séculos de desenvolvimento."

Politicamente, é mais fácil avaliar as conseqüências paradoxais. Pois, com a entrada de massas de população, ou pelo menos de pessoas jovens e citadinas, num mundo moderno, o monopólio das pequenas e ocidentalizadas elites que formaram a primeira geração de história pós-colonial estava sendo contestado. E com elas os programas, as ideologias, os próprios vocabulário e sintaxe do discurso político, sobre os quais se apoiavam os novos Estados. Pois as novas massas urbanas e urbanizadas, mesmo as novas classes médias maciças, por mais educadas que fossem, não eram, e pelos seus simples números não podiam ser, as velhas elites, cujos membros podiam defender seus pontos de vista com os colonialistas ou com seus colegas diplomados em escolas européias ou americanas. Muitas vezes — isso era bastante óbvio na África do Sul — se ressentiam delas. De qualquer modo, as massas dos pobres não partilhavam da crença na aspiração ocidental de progresso secular do século XIX. Nos países islâmicos ocidentais, tornou-se patente, e explosivo, o conflito entre os velhos líderes seculares e a nova democracia de massa islâmica. Da Argélia à Turquia, os valores que, nos países de liberalismo ocidental, estão associados a governo constitucional e império da lei, como por exemplo os direitos das mulheres, eram protegidos — até onde existiam — contra a democracia pela força militar dos libertadores da nação, ou seus herdeiros.

O conflito não se restringia aos países islâmicos, nem a reação contra os velhos valores do progresso às massas dos pobres. O exclusivismo hindu do partido BJP na Índia tinha apoio substancial entre o novo capital e as classes médias. O nacionalismo etno-religioso apaixonado e selvagem que na década de 1980 transformou o pacífico Sri Lanka num campo de massacre, comparável apenas a El Salvador, ocorreu, inesperadamente, num próspero país bu-

dista. Tinha raízes em duas transformações sociais: a profunda crise de identidade das aldeias cuja ordem social se despedaçara, e o aumento da camada de massa de jovens mais bem-educados (Spencer, 1990). Aldeias transmudadas por migração para fora e para dentro, divididas pelas crescentes diferenças entre ricos e pobres provocadas pela economia da moeda sonante, devastadas pela instabilidade trazida pela desigualdade de uma mobilidade social com base na educação, pelo desaparecimento dos sinais físicos e lingüísticos de casta e *status* que separavam as pessoas, mas também não deixavam dúvida quanto a suas posições — essa aldeias inevitavelmente viviam ansiosas com sua comunidade. Isso foi usado para explicar, entre outras coisas, o aparecimento de novos símbolos e rituais de uma unidade que era em si nova, como o súbito desenvolvimento de formas congregacionais de culto budista na década de 1970, substituindo formas de devoção privadas e familiares; ou a instituição nas escolas de dias esportivos abertos com o hino nacional tocado em toca-fitas emprestados.

Essas eram as políticas de um mundo mutante e inflamável. O que as tornava menos previsíveis era que, em muitos países do Terceiro Mundo, jamais haviam existido, ou não tinham podido funcionar, políticas nacionais no sentido inventado e reconhecido no Ocidente desde a Revolução Francesa. Onde havia uma longa tradição de política com algum tipo de base de massa, ou mesmo uma substancial aceitação, entre os passivos cidadãos, da legitimidade das "classes políticas" que conduziam seus assuntos, podia-se manter um certo grau de continuidade. Os colombianos, como sabem os leitores de García Márquez, continuavam nascendo liberaizinhos ou conservadorezinhos, como acontecia há mais de um século, embora pudessem mudar o conteúdo das garrafas que traziam esses rótulos. O Partido do Congresso indiano mudou, cindiu-se e reformou-se no meio século desde a independência, mas até a década de 1990 as eleições gerais indianas — com apenas exceções passageiras — continuaram a ser ganhas pelos que apelavam para suas metas e tradições históricas. Embora o comunismo se desintegrasse em outras partes, a tradição esquerdista profundamente enraizada da Bengala Hindu (ocidental), assim como uma competente administração, mantiveram o Partido Comunista (marxista) em um quase permanente governo no Estado onde a luta nacional contra os britânicos significava não Gandhi, nem mesmo Nehru, mas os terroristas e Subhas Bose.

Além disso, a própria mudança estrutural podia levar a política em direções conhecidas na história do Primeiro Mundo. Era provável que os "países em recente industrialização" criassem classes operárias industriais que exigissem direitos trabalhistas e sindicatos, como mostraram os registros do Brasil e da Coréia do Sul, e na verdade fizeram os da Europa Oriental. Não precisavam criar partidos trabalhistas populares reminiscentes dos movimentos social-democratas de massa da Europa pré-1914, embora não seja insignificante que

o Brasil tenha gerado exatamente um desses bem-sucedidos partidos nacionais na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT). (Mas a tradição do movimento trabalhista em sua base interna, a indústria automobilística de São Paulo, era uma combinação de leis trabalhistas populistas e militância comunista nas fábricas, e a dos intelectuais que acorriam a apoiá-lo era solidamente esquerdista, como o era a ideologia do clero católico, cujo apoio ajudou a pô-lo de pé.)* Também aqui, o rápido crescimento industrial tendeu a gerar grandes e educadas classes profissionais que, embora longe de subversivas, teriam acolhido a liberalização cívica de regimes industrializantes autoritários. Tais anseios por liberalização se encontravam, na década de 80, em diferentes contextos e com resultados variados, na América Latina e nos NICs do Extremo Oriente (Coréia do Sul e Taiwan), assim como dentro do bloco soviético.

Apesar disso, em vastas áreas do Terceiro Mundo as conseqüências políticas da transformação social eram de fato impossíveis de prever. A única coisa certa era a instabilidade e inflamabilidade desse mundo, do qual tinha dado testemunho o meio século desde a Segunda Guerra Mundial.

Devemos abordar agora aquela parte do mundo que, para a maioria do Terceiro Mundo após a descolonização, pareceu oferecer um modelo mais adequado e estimulante de progresso que o Ocidente: o "Segundo Mundo" dos sistemas socialistas modelados na União Soviética.

(*) A não ser pela orientação socialista de um e a ideologia anti-socialista do outro, eram impressionantes as semelhanças entre o Partido dos Trabalhadores brasileiro e o movimento Solidariedade polonês contemporâneos: um líder proletário autêntico — um eletricista de estaleiro e um operário qualificado da indústria automobilística —, uma assessoria de alto nível de intelectuais e forte apoio da Igreja. São ainda maiores se nos lembrarmos que o PT buscava substituir a organização comunista, que a ele se opunha.

13

"SOCIALISMO REAL"

> *A Revolução de Outubro não produziu apenas uma divisão histórica mundial, ao estabelecer os primeiros Estado e sociedade pós-capitalistas, mas também dividiu o marxismo e as políticas socialistas [...] Após a Revolução de Outubro, as estratégias e perspectivas socialistas começaram a basear-se mais em exemplos políticos que em análises do capitalismo.*
>
> Göran Therborn (1985, p. 227)

> *Os economistas hoje [...] entendem muito melhor que antes o modo real versus formal de funcionamento da economia. Sabem da "segunda economia", talvez até de uma terceira também, e de uma mistura de práticas informais mas generalizadas sem as quais nada funciona.*
>
> Moshe Lewin, in Kerblay (1983, p. xxii)

I

Quando se assentou o pó das batalhas de guerra e guerra civil no início da década de 1920, e congelou-se o sangue dos cadáveres e das feridas, a maior parte do que fora antes de 1914 o império russo ortodoxo dos czares emergiu intacta como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicada à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinástico-religiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o império otomano, cujo sultão era califa de todos os fiéis muçulmanos, quanto o império habsburgo, que mantinha uma relação especial com a Igreja romana. Os dois desabaram sob as pressões da derrota. O fato de a Rússia ter sobrevivido como uma entidade multiétnica única, que se estendia da fronteira polonesa no Ocidente até a fronteira japonesa no Oriente, quase certamente se deveu à Revolução de Outubro, pois as tensões que haviam desmontado os impérios anteriores em toda parte surgiram ou ressurgiram na União Soviética no fim da década de 1980, quando o sistema comunista que mantivera a união

intacta desde 1917 abdicou efetivamente. O que quer que trouxesse o futuro, o que emergiu no início da década de 1920 foi um Estado único, desesperadamente empobrecido e atrasado — muito mais atrasado até que a Rússia czarista — mas de enormes dimensões: "um sexto da superfície do mundo", como gostavam de gabar-se os comunistas entre as guerras, dedicado a uma sociedade diferente e oposta ao capitalismo.

Em 1945, as fronteiras da região que se separou do capitalismo mundial ampliaram-se dramaticamente. Na Europa, incluíam agora toda a área a leste de uma linha que ia, grosso modo, do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passavam agora para a zona socialista, assim como a parte da Alemanha ocupada pelo Exército Vermelho após a guerra e transformada em uma "República Democrática Alemã" em 1954. A maior parte da área perdida pela Rússia depois da guerra e da revolução pós-1917 e um ou dois territórios antes pertencentes ao império habsburgo também foram recuperados ou adquiridos pela União Soviética entre 1939 e 1945. Enquanto isso, uma vasta e nova extensão da futura região socialista se dava no Extremo Oriente, com a transferência do poder para regimes comunistas na China (1949) e, em parte, na Coréia (1945) e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), no curso da guerra de trinta anos (1945-75). Houve mais algumas extensões da região comunista um pouco mais tarde, no hemisfério ocidental — Cuba (1959) e África (na década de 1970) —, mas substancialmente o setor socialista do globo já tomara forma em 1950. Graças aos enormes números do povo chinês, incluía agora um terço da população mundial, embora o tamanho médio dos Estados socialistas, tirando a China, a URSS e o Vietnã (58 milhões), não fosse particularmente grande. Suas populações iam de 1,8 milhão na Mongólia a 36 milhões na Polônia.

Essa era a parte do mundo cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de "socialismo realmente existente"; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato. Foi também a região cujos sistemas econômicos e sociais, assim como os regimes políticos, desmoronaram totalmente na Europa quando a década de 1980 deu lugar à de 1990. No Leste, os sistemas políticos ainda se mantiveram, embora a reestruturação econômica de fato que sofreram em vários graus equivalesse a uma liquidação do socialismo como fora até então entendido por esses regimes, notadamente na China. Os regimes dispersos que imitavam, ou eram inspirados, pelo "socialismo realmente existente" em outras partes do mundo, ou tinham desmoronado, ou provavelmente não iriam ter uma vida longa.

A primeira coisa a observar na região socialista do globo era que, durante

a maior parte de sua existência, formou um subuniverso separado e em grande parte auto-suficiente econômica e politicamente. Suas relações com a economia mundial, capitalista ou dominada pelo capitalismo dos países desenvolvidos, eram surpreendentemente escassas. Mesmo no auge do grande *boom* no comércio internacional, durante a Era de Ouro, só alguma coisa tipo 4% das exportações das economias de mercado capitalistas foram para as "economias centralmente planejadas", e na década de 1980 a fatia de exportações do Terceiro Mundo que ia para elas não era muito maior. As economias socialistas mandavam um pouco mais de suas modestas exportações para o resto do mundo, mas mesmo assim dois terços de seu comércio internacional na década de 1960 (1965) se faziam dentro de seu próprio setor* (UN International Trade, 1983, vol. I, p. 1046).

Havia, por motivos óbvios, pouco movimento de pessoas do "primeiro" para o "segundo" mundos, embora alguns Estados do Leste Europeu começassem a estimular o turismo em massa a partir da década de 1960. A emigração para os países não socialistas, bem como a viagem temporária, eram estritamente controladas, e às vezes praticamente impossíveis. Os sistemas políticos do mundo socialista, essencialmente modelados no sistema soviético, não tinham equivalente real em outras partes. Baseavam-se num partido único fortemente hierárquico e autoritário, que monopolizava o poder do Estado — na verdade, às vezes praticamente substituía o Estado —, operando uma economia centralmente planejada e (pelo menos em teoria) impondo uma única ideologia marxista-leninista compulsória aos habitantes do país. A segregação ou auto-segregação do "campo socialista" (como a terminologia soviética passou a chamá-lo em fins da década de 1940) foi desmoronando aos poucos nas décadas de 1970 e 1980. Apesar disso, o mero grau de ignorância e incompreensão mútuas que persistia entre os dois mundos era bastante extraordinário, sobretudo quando se tem em mente que esse foi um período em que tanto a viagem quanto a comunicação de informação foram absolutamente revolucionadas. Durante longos períodos, muito pouca informação sobre esses países pôde sair, e muito pouca sobre outras partes do mundo pôde entrar. Em troca, mesmo cidadãos não especializados mas educados e sofisticados do Primeiro Mundo muitas vezes descobriam que não conseguiam entender o que viam ou ouviam em países cujo passado e presente eram tão diferentes dos seus, e cujas línguas muitas vezes estavam além do seu alcance.

O motivo fundamental para a separação dos dois "campos" era sem dúvida político. Como vimos, após a Revolução de Outubro a Rússia soviética via o capitalismo mundial como o inimigo a ser derrubado pela revolução mundial assim que possível . Essa revolução não se deu, e a Rússia soviética

(*) Os dados se referem, em termos estritos, à URSS e Estados a ela associados, mas servirá como ordem de grandeza.

foi isolada, cercada por um mundo capitalista, do qual a maioria de poderosos governos queria impedir o estabelecimento desse centro de subversão global e, mais tarde, eliminá-lo assim que possível. O simples fato de a URSS não conquistar reconhecimento diplomático oficial de sua existência pelos EUA até 1933 demonstra seu estado proscrito inicial. Além disso, mesmo quando o sempre realista Lenin estava disposto, e até mesmo ansioso, para fazer as concessões de mais longo alcance aos investidores estrangeiros, em troca de sua ajuda ao desenvolvimento econômico russo, na prática não encontrou quem quisesse. Assim, a jovem URSS foi necessariamente lançada num curso de desenvolvimento auto-suficiente, em virtual isolamento do resto da economia mundial. Paradoxalmente, isso logo lhe ofereceria seu mais poderoso argumento ideológico. Ela pareceu imune à gigantesca depressão econômica que devastou a economia capitalista após o *crash* de Wall Street em 1929.

A política mais uma vez ajudou a isolar a economia soviética na década de 1930 e, de modo ainda mais impressionante, na expandida esfera soviética após 1945. A Guerra Fria congelou as relações econômicas e políticas entre os dois lados. Para fins práticos, todas as relações econômicas entre eles, além das mais triviais (ou inconfessáveis), tinham de passar pelos controles de Estado impostos por ambos. O comércio entre os blocos era uma função de suas relações políticas. Só nas décadas de 1970 e 1980 houve sinais de que o universo econômico separado do "campo socialista" estava sendo integrado na economia mundial mais ampla. Em retrospecto, podemos ver que esse foi o começo do fim do "socialismo realmente existente". Contudo, não há motivo teórico por que a economia soviética, tal como emergiu da revolução e guerra civil, não pudesse ter evoluído num relacionamento muito mais estreito com o resto da economia mundial. Economias centralmente planejadas e do tipo ocidental podem ter laços estreitos, como demonstra o caso da Finlândia, que a certa altura (1983) recebia um quarto de suas importações da URSS e mandava para lá uma proporção semelhante de suas exportações. Contudo, o "campo socialista" que interessa ao historiador é o que de fato emergiu, não o que poderia ter sido.

O fato central da União Soviética era o de que seus novos governantes, o Partido Bolchevique, jamais haviam esperado sobreviver em isolamento, quanto mais tornar-se o núcleo de uma economia auto-suficiente ("socialismo num só país"). Nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista estava presente nessa enorme massa de território que era praticamente um sinônimo de atraso econômico e social na Europa. Os fundadores do marxismo supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo. Como vimos, isso era exatamente o que parecia acontecer em 1917-8, e parecia justificar a controvertidíssima decisão de Lenin — pelo menos entre os

marxistas — de dirigir o curso dos bolcheviques russos para o poder e o socialismo soviéticos. Na visão de Lenin, Moscou seria apenas o quartel-general temporário do socialismo, até que a ideologia pudesse mudar-se para sua capital permanente em Berlim. Não foi por acaso que a língua oficial da Internacional Comunista, criada como o estado-maior da revolução mundial em 1919, era — e continuou sendo — não o russo, mas o alemão.

Quando ficou claro que a Rússia ia ser por algum tempo, que certamente não seria curto, o único país onde a revolução proletária triunfara, a política lógica, na verdade a única convincente para os bolcheviques, era transformar sua economia e sua sociedade atrasadas em avançadas o mais breve possível. A maneira mais óbvia de fazer isso que se conhecia era combinar uma ofensiva total contra o atraso cultural das massas notoriamente "escuras", ignorantes, analfabetas e supersticiosas com uma corrida total para a modernização tecnológica e a Revolução Industrial. O comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação países atrasados em avançados. Essa concentração de crescimento econômico ultra-rápido não deixava de ter apelo mesmo no mundo capitalista desenvolvido em sua era de catástrofe, desesperadamente em busca de uma maneira de recuperar seu dinamismo econômico. Era ainda mais diretamente relevante para os problemas do mundo fora da Europa Ocidental e América do Norte, a maior parte do qual podia reconhecer sua própria imagem no atraso agrário da Rússia soviética. A receita soviética de desenvolvimento econômico — planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultra-rápida das indústrias básicas, e infra-estrutura essencial a uma sociedade industrial moderna — parecia feita para eles. Moscou não era apenas um modelo mais atraente que Detroit ou Manchester porque enfrentava o imperialismo: ao mesmo tempo, parecia um modelo mais adequado, sobretudo para países sem capital privado nem um grande corpo de indústria privada com fins lucrativos. O "socialismo", nesse sentido, inspirou vários dos países recém-independentes após a Segunda Guerra Mundial cujos governos rejeitavam o sistema econômico comunista (ver capítulo 12). Como os países que se juntavam a esse sistema eram também atrasados e agrários, com exceção da Tchecoslováquia, da futura República Democrática Alemã e, em menor medida, da Hungria, a receita econômica soviética também parecia servir-lhes, e seus novos governantes lançaram-se à tarefa de construção econômica com genuíno entusiasmo. Além disso, a receita parecia eficaz. Entre as guerras, e sobretudo durante a década de 1930, a taxa de crescimento da economia soviética andou mais depressa que a de todos os outros países, com exceção do Japão, e nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial as economias do "campo socialista" cresceram consideravelmente mais rápido que as do Ocidente, tanto que líderes soviéticos como Nikita Kruschev acreditavam sinceramente que, continuando na mesma taxa a curva ascendente de seu crescimento, o socialismo

iria produzir mais que o capitalismo dentro de um futuro previsível; como também acreditava o premiê britânico Harold MacMillan. Mais de um observador econômico na década de 1950 se perguntava se isso não poderia acontecer.

Muito curiosamente, nenhuma discussão de "planejamento", que iria ser o critério central do socialismo, nem de rápida industrialização, com prioridade para as indústrias pesadas, se encontrava nos textos de Marx e Engels, embora o planejamento esteja implícito numa economia socializada. Mas os socialistas de antes de 1917, marxistas ou não, andavam demasiado ocupados se opondo ao capitalismo para dar muita atenção à natureza da economia que o substituiria, e após Outubro o próprio Lenin, metendo, como ele mesmo disse, um pé nas águas profundas do socialismo, não fez nenhuma tentativa de mergulhar no desconhecido. Foi a crise da Guerra Civil que levou as coisas ao ponto crítico. Levou à nacionalização de todas as indústrias em meados de 1918, e ao Comunismo de Guerra, por meio do qual um Estado bolchevique em guerra organizou sua luta de vida ou morte contra a contra-revolução e a intervenção estrangeira e tentou levantar os recursos para ela. Todas as economias de guerra, mesmo em países capitalistas, envolvem planejamento e controle pelo Estado. Na verdade, a inspiração específica da idéia de planejamento de Lenin foi a economia de guerra alemã de 1914-8 (que, como vimos, não era provavelmente o melhor modelo para seu período e tipo). As economias de guerra comunistas tendiam naturalmente, por questões de princípio, a substituir propriedade e administração privadas por públicas e a dispensar o mercado e o mecanismo de preços, sobretudo quando nenhum desses era de muita utilidade para improvisar um esforço de guerra nacional de uma hora para outra, e havia de fato comunistas idealistas, como Nicolai Bukharin, que viam a guerra civil como a oportunidade de estabelecer as principais estruturas de uma Utopia Comunista, e a sombria economia de crise, a escassez permanente e universal e a alocação não monetária de necessidades básicas racionadas ao povo em espécie — pão, roupas, passagens de ônibus — como uma espartana mostra prévia de ideal social. Na verdade, à medida que o regime soviético emergia vitorioso das lutas de 1918-20, era evidente que o Comunismo de Guerra, por mais necessário que fosse no momento, não podia continuar, em parte porque os camponeses se rebelariam contra a requisição militar de seus grãos, que tinha sido a base dessa economia de guerra, e os operários contra as privações, em parte porque esse regime não oferecia meios eficazes de restaurar uma economia praticamente destruída: a produção de ferro e aço fora reduzida de 4,2 milhões de toneladas em 1913 para 200 mil em 1920.

Com seu realismo habitual, Lenin introduziu em 1921 a Nova Política Econômica, que na verdade reintroduzia o mercado e, de fato, em suas próprias palavras, recuava do Comunismo de Guerra para o Capitalismo de Estado. Contudo, foi nesse momento mesmo, em que a já retrógrada economia soviética caíra para 10% de suas dimensões pré-guerra (ver capítulo 2), que a

necessidade de industrializar maciçamente, e fazê-lo por planejamento do governo, se tornou a tarefa prioritária básica para o governo soviético. E embora a Nova Política Econômica desmantelasse o Comunismo de Guerra, o controle e pressão do Estado continuaram sendo o único modelo conhecido de uma economia de propriedade e administração socializadas. A primeira instituição de planejamento, a Comissão do Estado para Eletrificação da Rússia (GoElRo), em 1920, visava, muito naturalmente, a uma tecnologia modernizante, mas a Comissão de Planejamento do Estado estabelecida em 1921 (Gosplan) tinha objetivos mais universais. Continuou existindo sob esse nome até o fim da URSS. Tornou-se a ancestral e inspiradora de todas as instituições estatais destinadas a planejar ou mesmo exercer supervisão macroeconômica sobre as economias dos Estados do século XX.

A Nova Política Econômica (conhecida como NEP no Ocidente) foi objeto de apaixonado debate na Rússia na década de 1920, e de novo no início dos anos Gorbachev na década de 1980, mas por motivos opostos. Na década de 1920, era claramente reconhecida como uma derrota para o comunismo, ou pelo menos um desvio, das colunas em marcha para o socialismo, da rodovia principal, para a qual, de uma maneira ou de outra, era preciso descobrir o caminho de volta. Os radicais, como os seguidores de Trotski, queriam um rompimento com a NEP o mais breve possível, e uma corrida em massa para a industrialização, que foi a política eventualmente adotada sob Stalin. Os moderados, encabeçados por Bukharin, que deixara para trás o ultra-radicalismo dos anos de Comunismo de Guerra, tinham aguda consciência das limitações políticas e econômicas sob as quais precisava operar o governo bolchevique num país mais esmagadoramente dominado pela agricultura camponesa que antes da revolução. Eles favoreciam uma transformação gradual. As opiniões do próprio Lenin não puderam ser adequadamente expressas depois que a paralisia o atingiu em 1922 — ele sobreviveu apenas até o início de 1924 — mas, embora não pudesse expressar-se, parece ter preferido o gradualismo. Por outro lado, os debates da década de 1980 eram buscas retrospectivas de uma alternativa socialista histórica ao stalinismo que de fato sucedesse a NEP: uma estrada para o socialismo diferente da realmente prevista pela direita e esquerda bolcheviques na década de 1920. Em retrospecto, Bukharin tornou-se uma espécie de proto-Gorbachev.

Esses debates não são mais relevantes. Olhando para trás, podemos ver que a razão original para a decisão de estabelecer um poder socialista na Rússia desapareceu quando a "revolução proletária" não conseguiu conquistar a Alemanha. Pior que isso, a Rússia sobreviveu à Guerra Civil em ruínas e muito mais atrasada do que sob o czarismo. Claro, czar, nobreza, fidalguia e burguesia haviam desaparecido. Dois milhões de pessoas emigraram e com isso o Estado soviético viu-se privado de grande parte de seus quadros qualificados. Mas o mesmo acontecera com o desenvolvimento industrial da era

czarista e com a maioria dos operários industriais que formavam a base social e política do Partido Bolchevique. Revolução e Guerra Civil os haviam matado ou dispersado, ou transferido das fábricas para os escritórios do Estado e do partido. O que restava era uma Rússia mais firmemente ancorada no passado, a massa imóvel e imutável de camponeses nas restauradas comunidades aldeãs, às quais a revolução tinha (contra a opinião marxista inicial) dado a terra, ou antes, cuja ocupação e distribuição da terra em 1917-8 ela aceitara como o preço necessário da vitória e sobrevivência. Em muitos aspectos, a NEP foi uma breve era de ouro da Rússia camponesa. Suspenso acima dessa massa estava o Partido Bolchevique, não mais representando ninguém. Como reconheceu Lenin com sua habitual lucidez, tudo que o partido tinha a seu favor era o fato de ser, e provavelmente permanecer sendo, o governo aceito e estabelecido do país. Nada mais tinha. Mesmo assim, o que de fato governava o país era um mato rasteiro de pequenos e grandes burocratas, em média ainda menos escolarizados e qualificados que antes.

Que opções tinha esse regime, que era, além disso, isolado e boicotado por governos e capitalistas estrangeiros, e preocupado com a expropriação de bens e investimentos russos pela revolução? A NEP na verdade teve um brilhante êxito na restauração da economia soviética a partir da ruína de 1920. Em 1926, a produção industrial soviética havia mais ou menos recuperado seu nível pré-guerra, embora isso não significasse grande coisa. A URSS continuava tão esmagadoramente rural quanto em 1913 (82% da população nos dois casos) (Bergson & Levine, 1983, p. 100; Nove, 1969), e na verdade só 7,5% estavam empregados fora da agricultura. O que essa massa de camponeses queria vender às cidades; o que queria comprar delas; quanto de sua renda desejava poupar; e quantos dos muitos milhões que preferiam alimentar-se nas aldeias em vez de enfrentar a pobreza na cidade queriam deixar as fazendas: isso determinou o futuro econômico da Rússia pois, tirando o imposto de renda do Estado, o país não tinha outra fonte disponível de investimento e mão-de-obra. Deixando de lado todas as considerações políticas, uma continuação da NEP, modificada ou não, iria na melhor das hipóteses produzir uma modesta taxa de industrialização. Além disso, enquanto não houvesse muito mais desenvolvimento industrial, pouco havia que os camponeses pudessem comprar na cidade para tentá-los a vender seus excedentes, em vez de comê-los e bebê-los nas aldeias. Isso (que ficou conhecido como a "crise da tesoura") iria ser o laço que acabou estrangulando a NEP. Sessenta anos depois, uma "tesoura" semelhante, mas proletária, solapava a *perestroika* de Gorbachev. Por que, argumentavam os trabalhadores soviéticos, iriam eles elevar sua produtividade para ganhar salários mais altos se a economia não produzisse os bens de consumo a comprar com esses salários maiores? Mas como iriam ser produzidos esses bens se os trabalhadores soviéticos não aumentassem sua produtividade?

Portanto, jamais foi provável que a NEP — isto é, crescimento econômico

equilibrado, baseado numa economia de mercado camponesa orientada pelo Estado, que controlava seus picos — se mostrasse uma estratégia duradoura. Para um regime comprometido com o socialismo, os argumentos políticos contra ela eram de qualquer modo esmagadores. Não iria ela pôr as pequenas forças comprometidas com essa nova sociedade à mercê de uma mesquinha produção de bens e um mesquinho empreendimento que regenerariam o capitalismo recém-derrubado? E no entanto, o que fez o Partido Bolchevique hesitar foi o custo em perspectiva da alternativa. Significava industrialização à força: uma segunda revolução, mas desta vez não vinda de baixo, e sim imposta de cima pelo poder do Estado.

Stalin, que presidiu a resultante era de ferro da URSS, era um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos excepcionais, alguns poderiam dizer únicas. Poucos homens manipularam o terror em escala mais universal. Não há dúvida de que sob um outro líder do Partido Bolchevique os sofrimentos dos povos da URSS teriam sido minimizados, e o número de vítimas, menor. Apesar disso, qualquer política de rápida modernização na URSS, nas circunstâncias da época, tinha de ser implacável e, porque imposta contra o grosso do povo e impondo-lhe sérios sacrifícios, em certa medida coercitiva. E a economia de comando centralizado que realizou essa corrida com seus "planos" estava, de maneira igualmente inevitável, mais perto de uma operação militar que de um empreendimento econômico. Por outro lado, como os empreendimentos militares com verdadeira legitimidade moral popular, a vertiginosa industrialização dos primeiros Planos Qüinqüenais (1929-41) gerou apoio exatamente pelos "sangue, esforço, lágrimas e suor" impostos ao povo. Como sabia Churchill, o próprio sacrifício pode motivar. Por mais difícil que seja de acreditar, mesmo o sistema stalinista, que mais uma vez transformou camponeses em servos presos à terra e tornou partes importantes da economia dependentes de uma força de trabalho de entre 4 e 13 milhões de pessoas prisioneiras (os *gulags*) (Van der Linden, 1993), quase certamente desfrutava substancial apoio, embora, claro, não entre o campesinato (Fitzpatrick, 1994).

A "economia planejada" dos Planos Qüinqüenais que tomou o lugar da NEP em 1928 era necessariamente um instrumento grosseiro — muito mais grosseiro que os sofisticados cálculos dos economistas pioneiros do Gosplan da década de 1920, que por sua vez eram mais grosseiros que os instrumentos de planejamento de que dispunham os governos e grandes empresas do fim do século XX. Essencialmente, seu objetivo era mais criar novas indústrias do que dirigi-las, e preferiu dar prioridade imediata aos setores básicos da indústria pesada e da produção de energia que eram a fundação de qualquer grande economia industrial: carvão, ferro e aço, eletricidade, petróleo etc. A excepcional riqueza da URSS em matérias-primas adequadas tornava essa opção ao mesmo tempo lógica e conveniente. Como em uma economia de guerra — e a economia planejada soviética era uma espécie de economia de guerra —, as metas

de produção podem e na verdade muitas vezes têm de ser estabelecidas sem consideração de custo e custo/benefício; seu acerto é verificado na prática, dependendo de elas poderem ou não ser cumpridas e quando. Como em todos esses esforços de vida ou morte, o método mais eficaz de cumprir metas e prazos é dar ordens urgentes que produzem corridas totais. A crise é sua forma de administrar. A economia soviética instalou-se como um conjunto de rotinas quebradas por freqüentes e quase institucionalizados "esforços de choque" em resposta a ordens vindas de cima. Nikita Kruschev iria depois buscar desesperadamente um meio de fazer o sistema funcionar de algum outro modo diferente do da resposta ao "grito" (Kruschev, 1990, p. 18). Stalin, antes, explorara o "assalto", estabelecendo deliberadamente metas irrealistas que encorajavam esforços sobre-humanos.

Além disso, as metas, uma vez estabelecidas, tinham de ser entendidas e cumpridas até o mais remoto posto avançado de produção na Ásia interior — por administradores, gerentes, técnicos e trabalhadores que, pelo menos na primeira geração, eram inexperientes, mal-escolarizados e mais acostumados a arados de madeira que a máquinas. (O caricaturista David Low, visitando a URSS no início da década de 1930, fez um desenho de uma moça de fazenda coletiva "distraidamente tentando ordenhar um trator".) Isso eliminou os últimos elementos de sofisticação, a não ser no mais alto escalão, que, por esse mesmo motivo, tinha a responsabilidade de uma centralização cada vez mais total. Como Napoleão e seu chefe de estado-maior tiveram outrora de compensar as deficiências técnicas de seus marechais, essencialmente oficiais combatentes não formados, promovidos das fileiras, também todas as decisões eram cada vez mais concentradas no ápice do sistema soviético. A supercentralização do Gosplan compensava a escassez de administradores. A desvantagem desse procedimento foi uma enorme burocratização do aparato econômico e também de outras partes do sistema.*

Enquanto a economia permaneceu no nível da semi-subsistência e teve apenas de estabelecer a fundação da indústria moderna, esse sistema, tosco e improvisado, desenvolvido sobretudo na década de 1930, funcionou. Até desenvolveu sua própria flexibilidade, de uma forma igualmente tosca. O estabelecimento de uma grande quantidade de metas não necessariamente atrapalhava de imediato o estabelecimento de outras, como aconteceria no sofisticado labirinto de uma economia moderna. Na verdade, para um país atrasado e primitivo, isolado de ajuda estrangeira, a industrialização sob ordem, com todos os seus desperdícios e ineficiências, funcionou de modo impressionante. Transformou a URSS numa grande economia industrial em poucos anos, e ca-

(*) "Se se têm de emitir instruções suficientemente claras para cada grande grupo de produto e para cada unidade de produção, e na ausência de planejamento em múltiplos níveis, o centro não pode deixar de ver-se assoberbado por uma colossal carga de trabalho" (Dyker, 1985, p. 9).

paz, como não fora a Rússia czarista, de sobreviver e ganhar a guerra contra a Alemanha apesar da temporária perda de áreas contendo um terço da população e, em muitas indústrias, metade do parque industrial. Deve-se acrescentar que em poucos outros regimes poderia ou quereria o povo suportar os sacrifícios sem paralelos desse esforço de guerra (ver Milward, 1979, pp. 92-7), nem, na verdade, os da década de 1930. Contudo, se o sistema manteve o consumo da população lá embaixo — em 1940 a economia produziu apenas pouco mais de um par de calçados por cada habitante da URSS —, assegurou-lhe esse mínimo social. Deu-lhe trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados (ou seja, subsidiados), aluguéis, pensões, assistência médica e uma certa igualdade, até que o sistema de recompensas com privilégios especiais para a "*nomenklatura*" se descontrolou após a morte de Stalin. Muito mais generosamente, deu educação. A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante. E para milhões de habitantes das aldeias para os quais, mesmo nos tempos mais difíceis, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novos horizontes, a fuga das trevas e da ignorância para a cidade, a luz e o progresso, sem falar em avanço pessoal e carreiras, a defesa da nova sociedade era inteiramente convincente. De qualquer modo, não conheciam nenhuma outra.

Contudo, essa história de sucesso não incluiu a agricultura e aqueles que dela viviam, pois a industrialização se apoiava nas costas do campesinato explorado. Muito pouco se pode dizer em favor da política camponesa e agrícola, a não ser que os camponeses não foram os únicos a carregar o fardo da "acumulação primitiva socialista" (expressão de um seguidor de Trotski que a favorecia),* como se tem dito. Os trabalhadores também arcaram com parte do fardo de geração de recursos para investir no futuro.

Os camponeses — a maioria da população — eram não apenas legal e politicamente inferiores em status, pelo menos até a (inteiramente inoperante) Constituição de 1936; não apenas eram mais taxados e recebiam menos seguridade, como a política agrícola básica que substituiu a NEP, ou seja, coletivização compulsória em fazendas cooperativas ou estatais, foi e continuou sendo desastrosa. Seu efeito imediato foi baixar a produção de grãos e quase reduzir à metade o gado, com isso produzindo uma grande fome em 1932-3. A coletivização levou a uma queda na já baixa produtividade da agricultura russa, que só reconquistou o nível da NEP em 1940, ou, descontando os outros desastres da Segunda Guerra Mundial, 1950 (Tuma, 1965, p. 102). As mecanizações maciças que tentaram compensar essa queda foram também, e continuaram sendo, maciçamente ineficazes. Após um promissor período pós-guerra em

(*) Nos termos de Marx, a "acumulação primitiva" pela expropriação e o saque foi necessária para possibilitar ao capitalismo adquirir o capital original, que posteriormente empreendeu sua própria acumulação endógena.

que a agricultura soviética chegou a produzir um modesto excedente de grãos para exportação, embora a URSS jamais tenha sequer dado a impressão de tornar-se um grande exportador como fora a Rússia czarista, a agricultura soviética deixou de poder alimentar a população. Do início da década de 1970 em diante, dependeu, às vezes até em um quarto de suas necessidades, do mercado mundial de grãos. Não fosse um leve relaxamento do sistema coletivo, que permitiu aos camponeses produzir para o mercado em pequenos lotes privados de terra — cobriam 4% da área cultivada em 1938 —, e o consumidor soviético teria comido pouco mais que pão preto. Em suma, a URSS trocou uma agricultura camponesa ineficiente por uma agricultura coletiva ineficiente, a um custo imenso.

Como tantas vezes acontece, isso refletia mais a condição social e política da Rússia soviética que a natureza inerente do projeto bolchevique. Cooperação e coletivização, combinadas em graus variados com o cultivo privado — ou mesmo, como no caso dos *kibutzim* israelenses, mais comunistas que qualquer coisa na Rússia —, podem ser bem-sucedidas, enquanto a pura agricultura camponesa tem muitas vezes funcionado melhor para extrair subsídios de governos do que lucros do solo.* Contudo, na URSS não há dúvida de que toda a política agrária foi um fracasso. E um fracasso demasiadas vezes copiado, pelo menos inicialmente, por regimes socialistas posteriores.

O outro aspecto de desenvolvimento soviético em defesa do qual pouco se pode dizer foi a enorme e exagerada burocratização que um governo de comando centralizado engendrou, e que nem Stalin pôde enfrentar. Na verdade, já se sugeriu a sério que o Grande Terror de fins da década de 1930 foi o método desesperado de Stalin "superar o labirinto burocrático e sua habilidade em esquivar-se da maioria dos controles e ordens do governo" (Lewin, 1991, p. 17), ou pelo menos de impedi-lo de assumir como uma ossificada classe governante, como acabaria acontecendo sob Brejnev. Toda tentativa de tornar a administração mais flexível e eficiente simplesmente a inchava e tornava mais indispensável. Nos últimos anos da década de 1930, ela cresceu a uma taxa duas vezes e meia maior que a de empregos em geral. Ao aproximar-se a guerra, havia mais de um administrador para cada dois operários (Lewin, 1991). Sob Stalin, a camada superior desses quadros principais era, como se disse, de "escravos com um poder único, sempre à beira da catástrofe. Seu poder e privilégio eram encobertos por um constante *memento mori*". Depois de Stalin, ou melhor, depois que o último dos "grandes chefões", Nikita Kruschev, foi afastado, em 1964, nada havia no sistema para impedir a estagnação.

(*) Assim, na primeira metade da década de 1980, a Hungria, com uma agricultura em grande parte coletivizada, exportava mais produtos agrícolas do que a França, com uma área agrícola de pouco mais de um quarto da francesa, e cerca de duas vezes mais (em valor) do que a Polônia, com uma área de quase três vezes o tamanho da húngara. A agricultura polonesa, como a francesa, não era coletiva (*FAO Production*, 1986, *FAO Trade*, vol. 40, 1986).

A terceira desvantagem do sistema, e aquela que acabou por afundá-lo, era sua inflexibilidade. Estava engrenado para o crescimento constante na produção de bens cujo caráter e qualidade haviam sido predeterminados, mas não continha qualquer mecanismo interno para variar quantidade (a não ser para cima) e qualidade, nem para inovar. De fato, não sabia o que fazer com as invenções, e não as usava na economia civil, distinta do complexo industrial-militar.* Quanto aos consumidores, não eram servidos nem por um mercado, que teria indicado suas preferências, nem por qualquer tendência a seu favor dentro do sistema econômico ou, como veremos, do político. Ao contrário, a tendência original do sistema para o crescimento máximo de bens de capital era reproduzida pela máquina de planejamento. O máximo que se podia afirmar era que, enquanto a economia crescia, proporcionava mais bens de consumo mesmo quando a estrutura industrial continuava favorecendo os bens de capital. Mesmo assim, o sistema de distribuição era tão ruim e, acima de tudo, o sistema de organização de serviços, tão inexistente que o crescente padrão de vida na URSS — e a melhoria da década de 1940 à de 1970 foi deveras impressionante — só podia funcionar eficientemente com a ajuda ou através de uma "segunda" ou "negra" economia, que cresceu rapidamente, sobretudo a partir do fim da década de 1960. Como as economias não oficiais, por definição, escapam à documentação oficial, só podemos imaginar suas dimensões — mas em fins da década de 1970 estimava-se que a população urbana soviética gastava cerca de 20 bilhões de rublos em consumo privado, assistência médica e legal, além de cerca de 7 bilhões em "gorjetas", para obter serviços (Alexeev, 1990). Isso seria na época uma soma comparável ao total de importações do país.

Em suma, o sistema soviético foi projetado para industrializar o mais rapidamente possível um país muito atrasado e subdesenvolvido, na suposição de que seu povo se satisfaria com um padrão de vida que garantisse um mínimo social e um padrão de vida material pouco acima da subsistência — o quanto, dependia do que pingava do crescimento geral de uma economia engrenada para favorecer a industrialização. Apesar da ineficiência e desperdício, atingiu esses objetivos. Em 1913, o império czarista, com 9,4% da população mundial, produzia 6% do total mundial de "rendas nacionais" e 3,6% de sua produção industrial. Em 1986, a URSS, com menos de 6% da população global, produzia 14% da "renda nacional" do globo e 14,6% de sua produção industrial. (Mas apenas uma fatia um pouco maior da produção agrícola do mundo.) (Bolotin, 1987, pp. 148-52.) A Rússia se transformara numa grande potência industrial, e na verdade seu status de superpotência, mantido por quase meio século, apoiou-se nesse sucesso. Contudo, e ao contrário das expectativas dos comunistas, o motor do desenvolvimento soviético era cons-

(*) "Uma proporção que pode chegar a apenas um terço de todas as invenções encontra aplicação na economia, e mesmo nesses casos sua difusão é rara" (Vernikov, 1989, p. 7). Os dados parecem referir-se a 1986.

truído de modo mais a diminuir a velocidade do que a acelerá-la quando, depois de o veículo avançar uma certa distância, o motorista pisasse fundo no acelerador. Seu dinamismo continha o mecanismo da própria exaustão. Foi esse o sistema que, depois de 1944, se tornou o modelo para as economias sob as quais vivia um terço da raça humana.

Contudo, a revolução soviética também desenvolveu um sistema político muito especial. Os movimentos populares europeus da esquerda, incluindo os movimentos trabalhistas e socialistas marxistas a que pertencia o Partido Bolchevique, recorriam a duas tradições políticas: a eleitoral, e às vezes mesmo a democracia direta, e os esforços revolucionários centralizados voltados para a ação, herdados da fase jacobina da Revolução Francesa. Os movimentos trabalhistas e socialistas de massa que surgiram quase em toda parte na Europa no fim do século XIX, como partidos, sindicatos trabalhistas, cooperativas ou uma combinação disso tudo, eram fortemente democráticos tanto na estrutura interna quanto nas aspirações políticas. Na verdade, onde não existiam ainda constituições baseadas em amplo direito de voto, eram as principais forças a pressionar por elas e, ao contrário dos anarquistas, os marxistas estavam fundamentalmente empenhados na ação *política*. O sistema político da URSS, depois também transferido para o mundo socialista, rompeu decisivamente com o lado democrático dos movimentos socialistas, embora mantendo com eles um compromisso cada vez mais acadêmico em teoria.* Chegava mesmo a ir além da herança jacobina, que, fosse qual fosse seu compromisso com o rigor e a implacável ação revolucionários, não favorecia a ditadura individual. Em suma, a economia soviética era uma economia de comando, portanto a política soviética era uma política de comando.

Essa evolução refletia em parte a história do Partido Bolchevique, em parte as crises e prioridades urgentes do jovem regime soviético e em parte as peculiaridades do ex-seminarista filho do remendão bêbado da Geórgia que se tornou o autocrata da URSS, sob o auto-escolhido nome político de "homem de aço", ou seja, Stalin (1879-1953). O modelo de Lenin do "Partido de Vanguarda", um quadro singularmente eficiente e disciplinado de revolucionários profissionais, preparados para executar as tarefas a eles destinadas por uma liderança central, era potencialmente autoritário, como inúmeros outros marxistas russos igualmente revolucionários haviam indicado desde o início. O que iria deter o "substitutismo" das massas pelo partido que ele dizia conduzir? E o dos membros (eleitos) por seus comitês, ou antes os congressos regulares que

(*) Assim, o centralismo autoritário tão característico dos partidos comunistas reteve o nome oficial de "centralismo democrático", e a Constituição soviética de 1936 é, no papel, uma típica Constituição democrática, com tanto espaço para eleições multipartidárias quanto, digamos, a Constituição americana. Tampouco era isso pura fachada, pois grande parte dela foi escrita por Nicolai Bukharin que, como velho revolucionário marxista pré-1917, sem dúvida acreditava que esse tipo de Constituição servia a uma sociedade socialista.

manifestavam suas opiniões? E o do comitê central pela liderança operacional de fato, e eventualmente pelo líder único (em teoria eleito) que na prática substituía todos esses? O perigo, como se viu, não era menos real pelo fato de Lenin não querer, nem estar, em posição de ser ditador, ou porque o Partido Bolchevique, como todas as organizações da esquerda ideológica, se comportava muito menos como um estado-maior militar e muito mais como uma interminável sociedade de debates. Esse perigo tornou-se mais imediato após a Revolução de Outubro, quando os bolcheviques se transformaram de um corpo de uns poucos milhares de clandestinos num partido de massa de centenas de milhares, eventualmente milhões de mobilizadores, administradores, executivos e controladores profissionais, que submergiram os "Velhos Bolcheviques" e outros socialistas pré-1917 que se juntaram a eles, como Leon Trotski. Não partilhavam de nada da velha cultura política da esquerda. Tudo que sabiam era que o partido estava certo e que as decisões tomadas por autoridades superiores deviam ser executadas, se se queria salvar a revolução.

Qualquer que fosse a atitude pré-revolucionária dos bolcheviques para com a democracia dentro e fora do partido, a liberdade de expressão, as liberdades e tolerância civis, as circunstâncias dos anos 1917-21 impunham um modo cada vez mais autoritário de governo a (e dentro de) um partido comprometido com qualquer ação que fosse (ou parecesse ser) necessária para manter o frágil e acossado poder soviético. Na verdade não começara como um governo unipartidário, nem como um governo que rejeitasse a oposição, mas ganhou a Guerra Civil como uma ditadura unipartidária garantida por um poderoso aparelho de segurança, e usando o terror contra os contra-revolucionários. Igualmente importante, o próprio partido abandonou a democracia interna, quando se proibiu a discussão coletiva de políticas alternativas (em 1921). O "centralismo democrático" que governava em teoria tornou-se simples centralismo. Deixou de atuar segundo sua própria constituição partidária. As assembléias anuais de congressos do partido foram se tornando menos regulares, até que, sob Stalin, acabaram sendo imprevisíveis e ocasionais. Os anos da NEP relaxaram a atmosfera não política, mas não a sensação de que o partido era uma minoria sitiada, que podia ter a história do seu lado, mas trabalhava a contrapelo das massas russas e do presente russo. A decisão de lançar a revolução industrial de cima automaticamente comprometeu o sistema com a imposição de autoridade, talvez mais implacavelmente que nos anos de Guerra Civil, porque sua maquinária para exercer o poder continuamente era agora muito maior. Foi então que os últimos elementos de separação de poderes — o modesto, embora minguante, espaço de manobra do governo soviético enquanto distinto do partido — chegaram ao fim. A liderança política única do partido concentrava agora o poder absoluto em suas mãos, subordinando tudo mais.

Foi nesse ponto que o sistema se tornou uma autocracia sob Stalin, e uma autocracia buscando impor controle total sobre todos os aspectos das vidas e pensamentos de seus cidadãos, ficando toda a existência destes, até onde pos-

sível, subordinada à consecução dos objetivos do partido, definidos e especificados pela autoridade suprema. Isso certamente não fora previsto por Marx e Engels, e também não se desenvolvera na II Internacional (marxista) e na maioria de seus partidos. Assim, Karl Liebknecht, que, com Rosa Luxemburgo, tornou-se líder dos comunistas alemães, e com ela foi assassinado em 1919 por oficiais reacionários, nem sequer se dizia marxista, embora fosse filho de um fundador do Partido Social-Democrata alemão. Os austro-marxistas, porém, como o nome sugere, comprometidos com Marx, não hesitavam em seguir seus próprios e variados caminhos, e mesmo quando alguém era rotulado de herege oficial, como foi Eduard Bernstein por seu "revisionismo", ninguém discutia que era um social-democrata legítimo. De fato, ele continuou como editor oficial das obras de Marx e Engels. A idéia de que um Estado socialista forçasse cada cidadão a pensar a mesma coisa, quanto mais a de que dotasse seus líderes, coletivamente, de algo semelhante à infalibilidade papal (que uma só pessoa exercesse essa função era inconcebível), não teria passado pela mente de nenhum socialista importante antes de 1917.

Pode-se no máximo dizer que o socialismo marxista era, para seus adeptos, um apaixonado compromisso pessoal, um sistema de esperança e crença, que tinha algumas características de uma religião secular (embora não mais que a ideologia de grupos de cruzados não socialistas), e, talvez mais objetivamente, que, assim que virou um movimento de massa, a teoria sutil se tornou na melhor das hipóteses um catecismo; na pior, um símbolo de identidade e lealdade, como uma bandeira, que deve ser saudada. Esses movimentos de massa, como havia muito tinham notado socialistas centro-europeus inteligentes, também tendiam a admirar líderes, e mesmo a adorá-los, embora se deva dizer que a conhecidíssima tendência à discussão e rivalidade dentro dos partidos esquerdistas em geral mantinha isso sob certo controle. A construção do mausoléu de Lenin na praça Vermelha, onde o corpo embalsamado do grande líder ficaria eternamente visível para os fiéis, não derivou de nada, nem sequer da tradição revolucionária russa, mas foi uma tentativa óbvia de mobilizar o apelo dos santos e relíquias cristãos para um povo atrasado, em benefício do regime soviético. Pode-se também dizer que no Partido Bolchevique construído por Lenin, a ortodoxia e intolerância foram em certa medida adotadas não como valores em si, mas por motivos pragmáticos. Como um bom general — e Lenin foi fundamentalmente um planejador de ação —, ele não queria que as discussões nas fileiras impedissem a efetividade política. Além disso, como outros gênios práticos, estava convencido de que sabia mais, e tinha pouco tempo para outras opiniões. Em teoria, era um marxista ortodoxo, até mesmo um fundamentalista, porque estava claro para ele que qualquer interferência no texto de uma teoria cuja essência era a revolução provavelmente estimularia moderados e reformistas. Na prática, modificava sem hesitar as opiniões de Marx e fazia-lhes acréscimos livremente, sempre defendendo sua lealdade literal ao mestre. Como, durante a maior parte dos anos

antes de 1917, liderou e representou uma aguerrida minoria na esquerda russa e — mesmo dentro da social-democracia russa — adquirira fama de intolerância e dissidência, mas hesitava tão pouco em acolher os adversários assim que a situação mudava quanto em denunciá-los, e mesmo depois de Outubro jamais se valeu de sua autoridade dentro do partido e sim, invariavelmente, da argumentação. Também, como vimos, suas posições jamais passaram incontestadas. Se houvesse vivido, Lenin sem dúvida continuaria denunciando adversários, e, como na Guerra Civil, sua intolerância pragmática não conheceria limites. Contudo, não há indício de que ele previsse, ou sequer tivesse tolerado, a espécie de versão secular de religião de Estado universal e compulsória que se desenvolveu após sua morte. Stalin pode não a ter fundado conscientemente. Pode ter apenas seguido o que via como tendência principal de uma Rússia camponesa atrasada com sua tradição ortodoxa e autocrática. Mas é improvável que, sem ele, essa versão se houvesse desenvolvido e é certo que não teria sido imposta a outros regimes socialistas, nem copiada por eles.

Contudo, uma coisa se deve dizer. A possibilidade de ditadura está implícita em qualquer regime baseado num partido único, irremovível. Num partido organizado na base hierárquica centralizada dos bolcheviques de Lenin, torna-se uma probabilidade. E a irremovibilidade era apenas outro nome para a total convicção dos bolcheviques de que a revolução não devia ser revertida, e de que o seu destino estava nas mãos deles e de ninguém mais. Os bolcheviques diziam que um regime burguês poderia, em segurança, considerar a derrota de um governo conservador e a sucessão de um liberal, uma vez que isso não mudaria o caráter burguês da sociedade, mas não iria nem podia tolerar um regime comunista, pelo mesmo motivo que um regime comunista não podia tolerar ser derrubado por qualquer força que fosse restaurar a velha ordem. Os revolucionários, incluindo os socialistas revolucionários, não são democratas no sentido eleitoral, por mais sinceramente convencidos que estejam de agir no interesse do "povo". Apesar disso, mesmo que a suposição de que o partido era um monopólio político com um "papel liderante" tornasse um regime democrático tão improvável quanto uma Igreja Católica democrática, isso não implicava ditadura pessoal. Foi Stalin quem transformou os sistemas políticos comunistas em monarquias não hereditárias.*

Em muitos aspectos, Stalin, pequenino,** cauteloso, inseguro, cruel, noturno, infinitamente desconfiado, parece mais uma figura saída da *Vidas dos*

(*) A semelhança com a monarquia é indicada pela tendência de alguns desses Estados a ir na direção da sucessão hereditária, um fato que teria parecido absurdamente inconcebível aos primeiros socialistas e comunistas. A Coréia do Norte e a Romênia eram dois casos assim.

(**) Este escritor, que viu o corpo embalsamado de Stalin no mausoléu da praça Vermelha antes de ele ser removido, em 1957, lembra-se do choque da visão de um homem tão minúsculo e no entanto tão todo-poderoso. Significativamente, todos os filmes e fotografias ocultavam o fato de que ele tinha apenas 1,58 metro.

Césares, de Suetônio, do que da política moderna. Externamente pouco imponente e na verdade nada memorável, "uma mancha cinzenta", como o chamou um observador em 1917 (Sukhanov), ele conciliou e manobrou onde foi preciso, até chegar ao topo; mas, claro, seus talentos bastante consideráveis o tinham posto perto do topo mesmo antes da revolução. Foi membro do primeiro governo após o governo revolucionário, como comissário de nacionalidades. Quando finalmente se tornou o líder inconteste do partido e (na verdade) do Estado, faltou-lhe o senso de destino pessoal, o carisma e a autoconfiança que fizeram de Hitler o fundador e senhor aceito de seu partido e mantiveram sua *entourage* leal a ele sem coerção. Stalin dirigiu seu partido, como tudo mais ao alcance de seu poder pessoal, pelo terror e o medo.

Ao transformar-se em algo semelhante a um czar secular, defensor da fé ortodoxa secular, cujo corpo do fundador, transformado em santo secular, esperava os peregrinos diante do Kremlin, Stalin demonstrou um seguro senso de relações públicas. Para um grupo de povos camponeses e pastores vivendo no equivalente ao século XI ocidental, essa era quase certamente a maneira mais eficaz de estabelecer a legitimidade do novo regime, do mesmo modo como os catecismos simples, brutos e dogmáticos a que ele reduziu o "marxismo-leninismo" eram ideais para apresentar idéias à primeira geração de alfabetizados.* Tampouco pode o seu terror ser visto simplesmente como a afirmação do poder pessoal de um tirano. Não há dúvida de que ele gostava do poder, do medo que inspirava, da capacidade de conceder vida ou morte, do mesmo modo como não há dúvida de que era inteiramente indiferente às recompensas materiais que alguém em sua posição podia ter. Contudo, quaisquer que fossem seus caprichos pessoais, o terror de Stalin era, em teoria, uma tática tão racionalmente instrumental quanto sua cautela onde não tinha controle. As duas coisas, na verdade, se baseavam no princípio de evitar riscos, que por sua vez refletia a mesma falta de confiança em sua capacidade de avaliar situações ("fazer uma análise marxista", no jargão comunista) que distinguira Lenin. Sua aterrorizante carreira não faz sentido algum a não ser como uma busca obstinada, ininterrupta daquela meta utópica de uma sociedade comunista a cuja reafirmação ele dedicou a última de suas publicações, poucos meses antes de morrer (Stalin, 1952).

O poder na União Soviética era tudo que os bolcheviques haviam ganho com a Revolução de Outubro. O poder era o único instrumento que eles podiam brandir para mudar a sociedade. E esse poder era assediado por dificuldades constantes, e constantemente renovadas. (Este é o significado da tese de Stalin, fora isso absurda, de que a luta de classes se tornaria mais intensa décadas depois de "o proletariado ter tomado o poder".) Só a determinação de

(*) E não só eles. A *Breve história* do Partido Comunista Soviético, de 1939, fossem quais fossem suas mentiras e limitações intelectuais, era um texto magistralmente pedagógico.

usar consistente e implacavelmente o poder para eliminar todos os obstáculos possíveis ao processo podia assegurar o eventual sucesso.

Três coisas empurraram uma política baseada nessa suposição para um absurdo mortal.

Primeiro, a crença de Stalin em que, em última análise, só ele sabia o caminho à frente e era suficientemente determinado para segui-lo. Muitos políticos e generais têm esse senso de indispensabilidade, mas só os que dispõem de poder absoluto estão em posição de obrigar outros a partilhar essa crença. Assim, os grandes expurgos da década de 1930 que, ao contrário de formas anteriores de terror, foram dirigidos contra o próprio partido e sobretudo sua liderança, começaram depois que muitos bolcheviques curtidos, incluindo os que o tinham apoiado contra as várias oposições da década de 1920 e genuinamente defendido o Grande Salto Avante da Coletivização e Plano Qüinqüenal, concluíram que as implacáveis crueldades da época e os sacrifícios impostos eram maiores do que estavam dispostos a aceitar. Sem dúvida, muitos deles lembravam a recusa de Lenin a apoiar Stalin como seu sucessor por causa de sua excessiva brutalidade. O 17º Congresso do PCUS (b) revelou uma substancial oposição a ele. Se de fato constituía uma ameaça a seu poder, jamais saberemos, pois, entre 1934 e 1939, 4 ou 5 milhões de membros e funcionários do partido foram presos por motivos políticos; quatrocentos ou quinhentos, executados sem julgamento; e o próximo (18º) Congresso do Partido, que se reuniu na primavera de 1939, continha uns míseros 37 sobreviventes dos 1827 delegados que tinham estado presentes no 17º em 1934 (Kerblay, 1983, p. 245).

O que deu a esse terror uma desumanidade sem precedentes foi o fato de que não reconhecia limites convencionais nem de qualquer tipo. Não era tanto a crença em que um grande fim justifica todos os meios necessários para alcançá-lo (embora seja possível que essa fosse a crença de Mao Tsé-tung), ou mesmo em que os sacrifícios impostos à presente geração, por maiores que sejam, em nada são comparáveis aos benefícios que serão colhidos por intermináveis gerações do futuro. Era a aplicação do princípio de guerra total a todos os tempos. O leninismo, talvez por causa da poderosa tensão de voluntarismo que fazia outros bolcheviques desconfiarem de Lenin como "blanquista" ou "jacobino", pensava essencialmente em termos militares, como indicaria a admiração dele por Clausewitz, mesmo que todo o vocabulário da política bolchevique não atestasse isso. "Quem a quem?" ["ou tudo ou nada"] era a máxima básica de Lenin: a luta como um jogo de soma zero em que o vencedor ganhava tudo e o perdedor perdia tudo. Como sabemos, mesmo os Estados liberais travaram as duas guerras nesse espírito, e não reconheciam absolutamente nenhum limite ao sofrimento que estavam dispostos a impor à população do "inimigo", e, na Primeira Guerra Mundial, mesmo às suas próprias Forças Armadas. Na verdade, mesmo a vitimação de blocos

inteiros de pessoas, definidas numa base *a priori*, tornou-se parte da guerra: como o internamento durante a Segunda Guerra Mundial de todos os cidadãos de origem japonesa ou de todos os alemães e austríacos residentes na Grã-Bretanha, com base em que podiam conter alguns agentes potenciais do inimigo. Isso fazia parte daquela recaída do progresso civil do século XIX num renascimento do barbarismo, que perpassa como um fio negro todo este livro.

Felizmente, em Estados constitucionais e de preferência democráticos, sob o governo da lei e com uma imprensa livre, há algumas forças contrabalançantes. Em sistemas de poder absoluto não há nenhuma, embora possam acabar desenvolvendo-se convenções de limitação do poder, quando mais não seja por sobrevivência, e porque o uso do poder total pode trazer a própria derrota. A paranóia é seu produto final lógico. Após a morte de Stalin, um entendimento tácito entre seus sucessores decidiu pôr fim à era de sangue, embora (até a era Gorbachev) coubesse aos dissidentes no interior e aos estudiosos no exterior avaliar o custo humano total das décadas de Stalin. Daí em diante os políticos soviéticos morriam em suas camas, e às vezes em idade avançada. Embora os *gulags* se esvaziassem em fins da década de 1950, a URSS continuou sendo uma sociedade que tratava mal seus cidadãos, pelos padrões ocidentais, mas deixou de ser uma sociedade que os prendia e matava em escala maciça única. Na verdade, na década de 1980, tinha uma proporção nitidamente menor de seus habitantes na cadeia do que os EUA (268 prisioneiros por 100 mil habitantes, contra 426 por 100 mil nos EUA) (Walker, 1991, p. 11). Além disso, nas décadas de 1960 e 1970 a URSS se tornou de fato uma sociedade em que o cidadão comum provavelmente corria menor risco de ser deliberadamente morto por crime, conflito civil ou pelo Estado do que em um número substancial de outros países na Ásia, África e Américas. Apesar disso, continuava sendo um Estado policial, uma sociedade autoritária e, por quaisquer padrões realistas, sem liberdade. Só a informação oficialmente autorizada ou permitida chegava ao cidadão — qualquer outro tipo continuou sendo pelo menos tecnicamente punível por lei até a política da *glasnost* (abertura) de Gorbachev — e a liberdade de viajar e fixar-se dependia de permissão oficial, uma restrição cada vez mais nominal dentro da URSS, mas bastante real quando se tinha de cruzar fronteiras mesmo para outro país "socialista" amigo. Em todos esses aspectos, a URSS continuou sendo nitidamente inferior à Rússia czarista. Além disso, embora para a maioria dos fins cotidianos o governo da lei funcionasse, os poderes de prisão ou exílio interno administrativos, isto é, arbitrários, continuaram.

É provável que jamais se possa calcular adequadamente o custo humano das décadas de ferro da Rússia, pois mesmo as estatísticas oficiais de execução e da população dos *gulags* existentes, ou que podem vir a tornar-se disponíveis, não podem cobrir todas as perdas, e as estimativas variam enormemente dependendo da suposição feita pelos estimadores. "Por um sinistro paradoxo", já se disse, "estamos mais bem informados sobre as perdas do

gado soviético nessa época do que sobre o número de adversários do regime que foram exterminados" (Kerslay, 1983, p. 26). Só a supressão do censo de 1937 já introduz obstáculos quase insuperáveis. Mesmo assim, quaisquer que sejam as suposições que se façam,* o número de vítimas diretas e indiretas deve medir-se mais na casa dos oito algarismos do que na dos sete. Nessas circunstâncias, não importa muito se optamos por uma estimativa "conservadora" mais próxima de 10 do que de 20 milhões, ou de um número maior: nada pode ser outra coisa que não vergonhoso e além de qualquer paliativo, quanto mais justificado. Acrescento, sem comentário, que a população total da URSS em 1937 era tida como de 164 milhões, ou 16,7 milhões menos que as previsões demográficas do Segundo Plano Qüinqüenal (1933-8).

Apesar de brutal e ditatorial, o sistema soviético não era "totalitário", um termo que se tornou popular entre os críticos do comunismo após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido inventado na década de 1920 pelo fascismo italiano para descrever seu próprio projeto. Até então fora usado quase exclusivamente para criticá-lo e ao nacional-socialismo alemão. Representava um sistema centralizado abarcando tudo, que não apenas impunha total controle físico sobre sua população como, por meio do monopólio da propaganda e da educação, conseguia de fato fazer com que o povo internalizasse seus valores. O romance *1984*, de George Orwell (publicado em 1948), deu a essa imagem ocidental da sociedade totalitária sua mais poderosa forma: uma sociedade de massa de cérebro lavado, sob o olhar vigilante do "Grande Irmão", do qual só o ocasional indivíduo solitário discordava.

Isso é sem dúvida o que Stalin teria *querido* alcançar, embora houvesse indignado Lenin e outros Velhos Bolcheviques, para não falar de Marx. Na medida em que visava à virtual deificação do líder (o que foi depois timidamente eufemizado como "culto da personalidade"), ou pelo menos a estabelecê-lo como um compêndio de virtudes, teve algum êxito, que Orwell satirizou. Paradoxalmente, isso pouco se deveu ao poder absoluto de Stalin. Os militantes comunistas fora dos países "socialistas" que choraram lágrimas autênticas quando souberam de sua morte, em 1953 — e muitos o fizeram —, eram convertidos voluntários ao movimento que, acreditavam, ele simbolizara e inspirara. Ao contrário de muitos estrangeiros, todos os russos sabiam bastante bem quanto sofrimento lhes coubera, e ainda cabia. Contudo, em certo sentido pelo simples fato de ser um governante forte e legítimo das terras russas e delas um modernizador, ele representava alguma coisa deles próprios: mais recentemente como seu líder numa guerra que fora, para os grandes russos pelo menos, uma verdadeira luta nacional.

Contudo, em todos os outros aspectos, o sistema não era "totalitário", um fato que lança considerável dúvida sobre a utilidade do termo. Não exercia efe-

(*) Sobre as incertezas de tais procedimentos, ver Kosinski, 1987, pp. 151-2.

tivo "controle da mente", e muito menos conseguia "conversão do pensamento", mas na verdade despolitizou a população num grau espantoso. As doutrinas oficiais do marxismo-leninismo deixaram a maioria da população praticamente intocada, pois não tinham relevância visível para ela, a menos para quem estivesse interessado numa carreira em que se esperava tal conhecimento esotérico. Após quarenta anos de educação num país dedicado ao marxismo, perguntou-se a passantes na praça Marx em Budapeste quem era Karl Marx. Resposta:

> Foi um filósofo soviético; Engels era amigo dele. Bem, que mais posso dizer? Morreu velho. (Outra voz): Claro, um político. Ele era, sabe, ele era, como é mesmo o nome — Lenin, Lenin, as obras de Lenin — bem, ele as traduziu para o húngaro. (Garton Ash, 1990, p. 261)

Para a maior parte dos cidadãos soviéticos, a maioria das declarações públicas sobre ideologia e política vindas do alto provavelmente não era absorvida de forma alguma, a menos que tivesse relação direta com problemas do cotidiano — o que raramente tinha. Só os intelectuais eram obrigados a levá-las a sério numa sociedade construída sobre e em torno de uma ideologia que se dizia racional e "científica". Contudo, paradoxalmente, o fato mesmo de tais sistemas precisarem de intelectuais, e concederem aos que não discordavam publicamente deles substanciais privilégios e vantagens, criava um espaço social fora do controle do Estado. Só um terror tão implacável quanto o de Stalin poderia silenciar completamente o intelecto não oficial. Na URSS, ele ressurgiu tão logo o gelo do medo começou a derreter — *O degelo* (1954) era o título de um influente *roman à thèse* de Ilya Ehrenburg (1891-1967), um talentoso sobrevivente —, na década de 1950. Nas décadas de 1960 e 1970, a discordância, tanto sob a forma de reformistas comunistas incertamente tolerados quanto de total dissidência intelectual, política e cultural, dominou o cenário soviético, embora oficialmente o país continuasse "monolítico" — o termo favorito dos bolcheviques. Isso iria tornar-se evidente na década de 1980.

II

Os Estados comunistas que passaram a existir após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, todos, com exceção da URSS, eram controlados por partidos comunistas formados ou modelados nos moldes soviéticos, ou seja, stalinistas. Isso se aplicava até mesmo, em certa medida, ao Partido Comunista chinês, que estabelecera verdadeira autonomia em relação a Moscou na década de 1930, sob Mao Tsé-tung. Talvez se aplicasse menos a recrutas posteriores do "campo socialista" no Terceiro Mundo — Cuba, de Fidel Castro, e vários outros regimes africanos, asiáticos e latino-americanos de vida mais breve, que

surgiram na década de 1970, e que também tendiam a assimilar-se oficialmente ao padrão soviético estabelecido. Em todos eles, encontramos sistemas políticos unipartidários com estruturas de autoridade altamente centralizadas; verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada, determinada pela autoridade política; economias centrais planejadas pelo Estado; e, até mesmo, relíquia mais óbvia da herança stalinista, líderes supremos de forte perfil. Na verdade, nos Estados diretamente ocupados pelo exército soviético, incluindo os serviços de segurança soviéticos, os governos locais eram obrigados a seguir o exemplo soviético, por exemplo organizando julgamentos e expurgos encenados de comunistas locais segundo o modelo de Stalin, um assunto pelo qual os partidos comunistas locais não demonstravam nenhum entusiasmo espontâneo. Na Polônia e Alemanha Oriental, conseguiram até evitar inteiramente essas caricaturas do processo judicial, e nenhum comunista importante foi assassinado ou entregue aos serviços de segurança soviéticos, embora, depois do rompimento com Tito, destacados líderes locais na Bulgária (Traicho Kostov) e Hungria (Laszlo Rajk) fossem executados, e no último ano de Stalin um julgamento em massa particularmente implausível de destacados líderes tchecos, com tonalidade acentuadamente anti-semita, dizimasse a velha liderança do partido local. Isso pode ou não ter tido alguma relação com o comportamento cada vez mais paranóico do próprio Stalin, que se deteriorava física e mentalmente, e planejava eliminar até mesmo seus seguidores mais leais.

Os novos regimes da década de 1940, não obstante na Europa tivessem se tornado possíveis, todos, pela vitória do Exército Vermelho, só em quatro casos foram impostos exclusivamente pela força das armas: na Polônia; na parte ocupada da Alemanha; na Romênia (onde o movimento de comunistas locais consistia na melhor das hipóteses numas poucas centenas de pessoas, a maioria não romenos étnicos); e, substancialmente, na Hungria. Na Iugoslávia e Albânia foi muito mais um produto doméstico; na Tchecoslováquia os 40% de votos do Partido Comunista em 1947 quase certamente refletiam uma verdadeira força na época, e na Bulgária a influência comunista era reforçada pelo sentimento russófilo tão universal naquele país. O poder comunista na China, na Coréia e na antiga Indochina francesa — ou melhor, após a divisão da Guerra Fria, na parte norte desses países — nada deveu às armas soviéticas, embora depois de 1949 os regimes comunistas menores se beneficiassem, por algum tempo, do apoio chinês. Os acréscimos posteriores ao "campo socialista", a começar por Cuba, abriram seu próprio caminho até lá, embora os movimentos guerrilheiros de libertação na África pudessem contar com sério apoio do bloco soviético.

Contudo, mesmo nos Estados onde o poder comunista foi imposto apenas pelo Exército Vermelho, o novo regime inicialmente gozou de temporária legitimidade e, por algum tempo, de algum apoio genuíno. Como vimos (capítulo 5), a idéia de construir um novo mundo sobre o que era tão visivelmente

a ruína do velho inspirou muitos dos jovens e intelectuais. Por mais impopulares que fossem o partido e o governo, a própria energia e determinação que ambos traziam à tarefa de reconstrução do pós-guerra impunham um amplo consentimento, se bem que relutante. Na verdade, era difícil negar o sucesso dos novos regimes nessa tarefa. Nos Estados agrários mais atrasados, como vimos, o compromisso comunista com a industrialização, quer dizer, com o progresso e a modernidade, repercutia muito além das fileiras do partido. Quem podia duvidar de que países como a Bulgária ou a Iugoslávia progrediam muito mais rapidamente do que parecera provável, ou mesmo possível, antes da guerra? Somente onde uma primitiva e brutal URSS ocupara e absorvera à força regiões menos atrasadas, ou, de qualquer modo, regiões com cidades desenvolvidas, como nas áreas transferidas em 1939-40, e na zona soviética da Alemanha (após 1954 República Democrática Alemã), que continuaram após 1945 a ser saqueadas pelos soviéticos para sua própria reconstrução, o balanço pareceu negativo.

Politicamente, os Estados comunistas, autóctones ou impostos, começaram formando um único bloco sob a liderança da URSS, que, com base na solidariedade antiocidental, era apoiada mesmo pelo regime comunista que assumiu o pleno controle da China em 1949, embora a influência de Moscou sobre o Partido Comunista chinês fosse tênue desde que Mao Tsé-tung se tornara seu líder inconteste na década de 1930. Mao seguiu seu próprio caminho em meio a profissões de lealdade à URSS, e Stalin, realista, teve o cuidado de não forçar suas relações com o gigantesco partido irmão oriental efetivamente independente. Quando, no fim da década de 1950, Nikita Kruschev as forçou, o resultado foi um acerbo rompimento, em que a China contestou a liderança soviética do movimento comunista internacional, embora sem muito êxito. A atitude de Stalin em relação aos Estados e partidos comunistas da Europa ocupada pelos exércitos soviéticos foi menos conciliatória, em parte porque seus exércitos ainda se achavam presentes na Europa Oriental, mas também porque ele achava que podia contar com a genuína lealdade dos comunistas locais a Moscou, e a si próprio. Quase certamente se surpreendeu em 1948, quando a liderança comunista iugoslava, leal a ponto de Belgrado ser transformada, apenas poucos meses antes, em quartel-general da reconstituída Internacional Comunista da Guerra Fria (o "Departamento de Informação Comunista", ou Cominform), levou sua resistência às diretrizes de Moscou ao ponto do franco rompimento, e quando o apelo de Moscou à lealdade dos bons comunistas por cima de Tito não encontrou quase nenhuma reação séria na Iugoslávia. Caracteristicamente, a reação de Stalin foi ampliar os expurgos e julgamentos encenados nas lideranças comunistas restantes.

Apesar disso, a secessão da Iugoslávia não afetou o resto do movimento comunista. O desmoronamento político do bloco soviético começou com a morte de Stalin, em 1953, mas sobretudo com os ataques oficiais à era stali-

nista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stalin, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Embora visando uma platéia soviética muitíssimo restrita — os comunistas estrangeiros foram excluídos do discurso secreto de Kruschev —, logo se espalhou a notícia de que o monolito soviético rachara. Os efeitos dentro da região da Europa dominada pelos soviéticos foi imediato. Em poucos meses, uma liderança comunista reformista na Polônia foi pacificamente aceita por Moscou (na certa com a ajuda ou o conselho dos chineses), e uma revolução estourou na Hungria. Ali, o novo governo, sob outro reformador comunista. Imre Nagy, anunciou o fim do sistema unipartidário, o que os soviéticos talvez pudessem tolerar — as opiniões entre eles estavam divididas — mas também a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e sua futura neutralidade, o que eles não iriam tolerar. A revolução foi reprimida pelo exército russo em novembro de 1956.

O fato de essa grande crise dentro do bloco soviético não ter sido explorada pela aliança ocidental (a não ser para fins de propaganda) demonstrou a estabilidade das relações Oriente-Ocidente. Os dois lados aceitavam tacitamente as zonas de influência um do outro, e durante as décadas de 1950 e 1960 nenhuma mudança revolucionária local surgiu no globo para perturbar esse equilíbrio, com exceção de Cuba.*

Em regimes onde a política estava tão obviamente sob controle, não se pode traçar nenhuma linha nítida entre fatos políticos e econômicos. Assim, os governos da Polônia e Hungria não puderam deixar de fazer concessões econômicas a povos que haviam tão claramente demonstrado sua falta de entusiasmo pelo comunismo. Na Polônia, a agricultura foi descoletivizada, embora isso não a tornasse notadamente mais eficiente, e, mais importante, a força política de uma classe operária, muito fortalecida pela corrida à industrialização pesada, foi daí em diante tacitamente reconhecida. Afinal, fora um movimento industrial em Poznan que iniciara os acontecimentos de 1956. Daí até o triunfo do Solidariedade, no fim da década de 1980, a política e a economia polonesa foram dominadas pelo confronto dessa massa irresistível, o regime, e desse objeto inamovível, a classe operária, que, a princípio sem organização, acabou organizando-se num movimento trabalhista clássico, aliado como sempre a intelectuais, e formando um movimento político, exatamente como previra Marx. Só que a ideologia desse movimento, como tiveram de observar com melancolia os marxistas, não era anticapitalista, mas anti-socialista. Caracteristicamente, esses confrontos eram sobre as periódicas tentativas de governos poloneses de reduzir os fortes subsídios a custos de vida básicos, au-

(*) As revoluções da década de 1950 no Oriente Médio, Egito em 1952 e Iraque em 1958, ao contrário dos temores ocidentais, não modificaram o equilíbrio, apesar de oferecerem muito espaço para o sucesso diplomático da URSS, sobretudo porque os regimes locais eliminaram impiedosamente seus comunistas, onde eles eram influentes, como na Síria e no Iraque.

mentando os preços. Isso levava a greves, seguidas tipicamente (após uma crise no governo) de retirada. Na Hungria, a liderança imposta pelos soviéticos após a derrota da revolução de 1956 foi mais genuinamente reformista e eficaz. Começou, sob János Kádár (1912-89), a liberalizar sistematicamente (e talvez com tácito apoio de setores influentes na URSS) o regime, conciliar a oposição e, na verdade, a realizar os objetivos de 1956, dentro dos limites do que a URSS encarava como aceitável. Nisso, teve um êxito notável até a década de 1980.

O mesmo não se deu com a Tchecoslováquia, politicamente inerte desde o implacável expurgo do início da década de 1950, mas começando cautelosa e hesitante a desestalinizar-se. Por dois motivos, esse processo foi se avolumando na segunda metade da década de 1960. Os eslovacos (incluindo o componente eslovaco do PC), jamais inteiramente à vontade no Estado binacional, davam apoio a uma potencial oposição dentro do partido. Não por acaso o homem eleito para o secretariado geral num golpe do partido em 1968 era um eslovaco, Alexander Dubcek.

Contudo, inteiramente à parte, foi se tornando cada vez mais difícil resistir à pressão para reformar a economia e introduzir um pouco de racionalidade e flexibilidade no sistema de comando de tipo soviético na década de 1960. Como veremos, essa pressão era sentida então em todo o mundo comunista. A descentralização econômica, não politicamente explosiva em si, tornou-se explosiva quando combinada com a exigência de liberalização econômica e, mais ainda, política. Na Tchecoslováquia, essa exigência era tanto mais forte não apenas porque o stalinismo fora particularmente duro e duradouro, mas também porque tantos de seus comunistas (sobretudo intelectuais, oriundos de um partido com genuíno apoio de massa antes e depois da ocupação nazista) estavam profundamente chocados com o contraste entre as esperanças comunistas que ainda retinham e a realidade do regime. Como tantas vezes aconteceu na Europa ocupada pelos nazistas, onde o partido se tornou o coração do movimento de resistência, atraiu jovens idealistas cujo compromisso nessa época era uma garantia de abnegação. Que mais, além da esperança e possível tortura e morte, poderia esperar alguém que, como um amigo deste escritor, entrou para o partido em Praga em 1941?

Como sempre — como era de fato inevitável, em vista da estrutura dos Estados comunistas —, a reforma veio de cima, isto é, de dentro do partido. A Primavera de Praga, em 1968, precedida e acompanhada de fermentação e agitação político-culturais, coincidiu com a explosão geral de radicalismo estudantil discutida em outra parte (ver capítulo 10): um dos raros movimentos que cruzaram oceanos e as fronteiras de sistemas sociais, e produziram movimentos sociais simultâneos, sobretudo centrados nos estudantes, da Califórnia e México à Polônia e Iugoslávia. O "Programa de Ação" do PC tcheco poderia ou não ter sido — mal-e-mal — aceito pelos soviéticos, embora

movesse a ditadura unipartidária perigosamente em direção a uma democracia pluralista. Contudo, a coesão, talvez a própria existência do bloco soviético europeu oriental, pareceram estar em causa, quando a Primavera de Praga revelou, e aumentou, as fendas dentro dele. De um lado, regimes linha-dura, como a Polônia e a Alemanha Oriental, receavam desestabilização interna com o exemplo tcheco, que criticavam duramente; do outro, os tchecos eram entusiasticamente apoiados pela maioria dos partidos comunistas europeus, pelos húngaros reformistas e, fora do bloco, pelo regime comunista independente de Tito na Iugoslávia, além da Romênia, que, desde 1965, começara a assinalar sua distância de Moscou em bases nacionalistas, sob a liderança de um novo líder, Nicolae Ceausescu (1918-89). (Em assuntos internos, Ceausescu era tudo, menos um reformador comunista.) Tanto Tito quanto Ceausescu visitaram Praga e receberam do público acolhidas de heróis. Daí Moscou, embora não sem hesitações e divisões, decidir derrubar o regime de Praga pela força militar. Isso revelou ser o virtual fim do movimento comunista centrado em Moscou, já rachado pela crise de 1956. Contudo, manteve o bloco soviético unido por mais vinte anos, mas daí em diante só pela ameaça de intervenção militar soviética. Nos últimos vinte anos da União Soviética, mesmo a liderança de partidos comunistas governantes parece ter perdido qualquer crença real no que fazia.

Enquanto isso, e inteiramente independente da política, tornava-se cada vez mais urgente a necessidade de reformar ou mudar o sistema econômico de planejamento central do tipo soviético. De um lado, as economias não socialistas desenvolvidas cresceram e floresceram como jamais antes (ver capítulo 9), ampliando o já considerável fosso entre os dois sistemas. Isso era particularmente óbvio na Alemanha, onde os dois conviviam em diferentes partes do mesmo país. Por outro lado, a taxa de crescimento das economias socialistas, que superara a das economias ocidentais até a última parte da década de 1950, começou visivelmente a afrouxar. O PNB soviético, que crescia a uma taxa de 5,7% ao ano na década de 1950 (quase tão rápido quanto nos primeiros doze anos de industrialização, 1928-40), caiu para 5,2% na década de 1960, 3,7% na primeira metade da de 1970, 2,6% na segunda metade dessa década e 2% nos últimos anos antes de Gorbachev (1980-5) (Ofer, 1987, p. 1778). O registro da Europa Oriental era semelhante. Tentativas de tornar o sistema mais flexível, essencialmente pela descentralização, foram feitas na década de 1960 em quase toda parte no bloco soviético, não menos na própria URSS sob o premiê Kosiguin, nessa década. Com exceção das reformas húngaras, não foram notoriamente bem-sucedidas, e em vários casos mal decolaram, ou (como na Tchecoslováquia) não foram permitidas por motivos políticos. Um membro um tanto excêntrico da família dos sistemas socialistas, a Iugoslávia, não foi notadamente mais bem-sucedido quando, por hostilidade ao stalinismo, substituiu a economia centralmente planejada por um sistema de empresas coope-

rativas autônomas. Quando a economia mundial entrou em novo período de incertezas, na década de 1970, ninguém no Oriente ou Ocidente esperava mais que as economias socialistas "realmente existentes" alcançassem e ultrapassassem, ou mesmo acompanhassem, as não socialistas. Contudo, embora mais problemáticas que antes, o futuro delas não parecia causa de preocupação imediata. Isso logo iria mudar.

Parte três

O DESMORONAMENTO

rativas autônomas. Quando a economia mundial entrou em novo período de incertezas, na década de 1970, ninguém no Oriente ou Ocidente esperava mais que as economias socialistas "realmente existentes" alcançassem e ultrapassassem, ou mesmo acompanhassem, as não socialistas. Contudo, embora mais problemáticas que antes, o futuro delas não parecia causa de preocupação imediata. Isso logo iria mudar.

Parte três

O DESMORONAMENTO

14
AS DÉCADAS DE CRISE

Perguntaram-me outro dia sobre a competitividade dos Estados Unidos e eu respondi que nunca penso nisso. Nós do NCR pensamos em nós mesmos como uma empresa globalmente competitiva que por acaso tem sede nos Estados Unidos.

Jonathan Schell, *New York Newsday* (1993)

Num nível particularmente nevrálgico, um dos resultados (*do desemprego em massa*) *pode ser um progressivo distanciamento entre o resto da sociedade e os jovens que, segundo pesquisas contemporâneas, ainda querem empregos, por mais difíceis que sejam de conseguir, e ainda esperam carreiras significativas. Em termos mais amplos, deve haver algum perigo de que a próxima década seja uma sociedade em que não apenas "nós" seremos cada vez mais separados "deles"* (*as duas partes representando, muito grosso modo, a força de trabalho e a administração*), *mas em que os grupos majoritários se cindirão cada vez mais, com os jovens e relativamente desprotegidos em oposição aos membros mais bem protegidos e mais experientes da força de trabalho.*

Secretário-geral da OCDE (*Investing*, 1983, p. 15)

I

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo — a URSS e a Europa Oriental do "socialismo real" — desabou inteiramente. Mesmo assim, durante muitos anos os problemas econômicos ainda eram "recessões". O tabu de meio século sobre o uso do termo "depressão", lembrança da Era da Catástrofe, não foi inteiramente

rompido. O simples uso da palavra poderia conjurar a coisa, embora as "recessões" da década de 1980 fossem "as mais sérias em cinqüenta anos" — uma expressão que na verdade evitava especificar o período de fato, a década de 1930. A civilização que elevara a magia verbal dos publicitários à condição de um princípio básico de economia foi colhida em seu próprio mecanismo de ilusão. Só no início da década de 1990 encontramos o reconhecimento — como, por exemplo, na Finlândia — de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930.

Em muitos aspectos, isso era intrigante. Por que deveria a economia mundial ter-se tornado menos estável? Como observaram economistas, os elementos que estabilizavam a economia eram de fato mais fortes agora que antes, embora governos de livre mercado, como os dos presidentes Reagan e Bush nos EUA, e da sra. Margaret Thatcher e seu sucessor na Grã-Bretanha, tentassem enfraquecer alguns deles (World Economic Survey, 1989, pp. 10-1). Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil "ciclo de estoques" da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques "só para a eventualidade" de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores *just in time* (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança. Não seria a era de Henry Ford, mas da Benetton. Ao mesmo tempo, o simples peso do consumo do governo e da parte da renda privada que vinha do governo ("pagamentos de transferência", como a seguridade social e a previdência) também estabilizaram a economia. Juntos, equivaliam a um terço do PIB. Se tanto, ambos aumentaram na era de crise, quando mais não fosse porque aumentou o custo do desemprego, pensões e assistência médica. Como essa era ainda continuava no fim do Breve Século XX, talvez tenhamos de esperar alguns anos até que os economistas possam usar a arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente.

Evidentemente, a comparação dos problemas econômicos das décadas de 1970-90 com os do entreguerras é falha, embora o medo de outra Grande Depressão tenha perseguido essas décadas. "Pode voltar a acontecer?", era a pergunta feita por muitos, sobretudo após um novo e dramático (e global) *crash* na Bolsa americana em 1987 e uma grande crise de câmbio internacional em 1992 (Temin, 1993, p. 99). As Décadas de Crise após 1973 não foram mais uma "Grande Depressão", no sentido dos anos 30, do que as décadas após 1873, embora também elas recebessem esse nome na época. A economia global não desabou, mesmo momentaneamente, embora a Era de Ouro acabasse

em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas "economias de mercado desenvolvidas" em 10% em um ano, e o comércio internacional em 13% (Armstrong, Glyn, & Harrison, 1991, p. 225). O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido continuou, embora num ritmo visivelmente mais lento do que durante a Era de Ouro, com exceção de alguns dos "países em recente industrialização", ou NICs (sobretudo asiáticos) (ver capítulo 12), cujas revoluções industriais só haviam começado na década de 1960. O crescimento do PIB das economias avançadas até 1991 mal foi interrompido por breves períodos de estagnação nos anos de recessão de 1973-5 e 1981-3 (OCDE, 1993, pp. 18-9). O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de *boom* da década de 1980 até mesmo se acelerou num ritmo comparável ao da Era de Ouro. No fim do Breve Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica.

Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década nas duas primeiras dessas regiões, e por alguns anos na última (UN *World Economic Survey*, 1989, pp. 8 e 26). Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão. Quanto às economias da área antes entendida como de "socialismo real" ocidental, que haviam continuado um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente após 1989. Nessa região, a comparação das crises após 1989 com a Grande Depressão era perfeitamente adequada, embora subestimasse a devastação do início da década de 1990. O PIB da Rússia caiu 17% em 1990-1, 19% em 1991-2, e 11% em 1992-3. Embora tivesse se iniciado uma certa estabilização no início da década de 1990, a Polônia tinha perdido mais de 21% de seu PIB em 1988-92; a Tchecoslováquia, quase 20%; a Romênia e a Bulgária, 30% ou mais. Sua produção industrial, em meados de 1992, estava entre metade e dois terços da de 1989 (*Financial Times*, 24/2/94; EIB papers, 1992, p. 10).

O mesmo não se dava no Oriente. Nada era mais impressionante do que o contraste entre a desintegração das economias na região soviética e o espetacular crescimento da economia chinesa no mesmo período. Naquele país, e na verdade na maioria do sul e sudeste da Ásia, que saíram da década de 1970 como a região econômica mais dinâmica da economia mundial, o termo "Depressão" não tinha sentido — exceto, muito curiosamente, no Japão do início da década de 1990. Contudo, embora a economia mundial capitalista flores-

cesse, não estava tranqüila. Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração — "pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade" (ver p. 263) —, reapareceram depois de 1973. O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias, distintas das "recessões menores", em 1974-5, 1980-2 e no fim da década de 1980. O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970 (Van der Wee, 1987, p. 77). No auge do *boom* em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. Metade dos desempregados (1986-7) se achava sem trabalho há mais de um ano, um terço há mais de dois (Human Development, 1991, p. 184). Como a população trabalhadora potencial não era mais inflada, como na Era de Ouro, pela crescente inundação de bebês do pós-guerra, e como os jovens, em bons e maus tempos, tendiam a ter taxas de desemprego muito mais altas que os velhos trabalhadores, seria de esperar que o desemprego permanente diminuísse, se tanto.*

Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça (*New York Times*, 16/11/93). No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como "sem teto" (Human Development, 1992, p. 31). Quem, na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso?

O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas "economias de mercado desenvolvidas" não eram — ou ainda não eram — particularmente injustas na distribuição de sua renda. Nas mais desigualitárias entre elas — Austrália, Nova Zelândia, EUA, Suíça — os 20% de famílias do topo recebiam, em média, entre oito e dez vezes mais que o quinto de base, e os 10% de cima em geral levavam para casa entre 20% e 25% da renda total do país; somente os suíços, os neozelandeses do topo e os ricos

(*) Entre 1960 e 1975, a população de quinze a 24 anos aumentou em cerca de 29 milhões nas "economias de mercado desenvolvidas", mas, entre 1970 e 1990, apenas em cerca de 6 milhões. A propósito, as taxas de desemprego dos jovens na Europa na década de 1980 foram surpreendentemente altas, a não ser na Suécia social-democrata e na Alemanha Ocidental. Iam (1982-8) de mais de 20% na Grã-Bretanha a mais de 40% na Espanha e 46% na Noruega (*UN World Economic Survey*, 1989, pp. 15-6).

de Cingapura e Hong Kong levavam muito mais para casa. Isso não era nada comparado com a desigualdade de países como Filipinas, Malásia, Peru, Jamaica ou Venezuela, onde eles ficavam com mais de um terço da renda total do país, e muito menos com Guatemala, México, Sri Lanka e Botsuana, onde levavam mais de 40%, para não falar do candidato a campeão mundial de desigualdade econômica, o Brasil.* Nesse monumento de injustiça social, os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda (UN *World Development*, 1992, pp. 276-7; Human Development, 1991, pp. 152-3, 186).**

Apesar disso, durante as Décadas de Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas "economias de mercado desenvolvidas", principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de pobreza e riqueza subiram, como subiu a gama de distribuição de renda entre eles. Entre 1967 e 1990, o número de negros americanos ganhando menos de 5 mil dólares (1990) e dos que ganhavam mais de 50 mil dólares cresceu à custa das rendas intermediárias (*New York Times*, 25/9/92). Como os países capitalistas ricos estavam muito mais ricos do que nunca e seu povo, em geral, estava agora protegido pelos generosos sistemas de previdência e seguridade social da Era de Ouro (ver p. 278), havia menos inquietação social do que se poderia esperar, embora as finanças do governo se vissem espremidas entre enormes pagamentos de benefícios sociais, que subiam mais depressa que as rendas do Estado em economias cujo crescimento era mais lento do que antes de 1973. Apesar de esforços substanciais, dificilmente algum governo nacional nos países ricos — e sobretudo democráticos — e certamente não nos mais hostis à previdência social pública conseguiu reduzir a vasta proporção de suas despesas para esses fins, ou mesmo mantê-las sob controle.***

Ninguém em 1970 esperara, e muito menos pretendera, que tudo isso acontecesse. No início da década de 1990, um clima de insegurança e ressen-

(*) Os campeões de fato, ou seja, aqueles com um coeficiente Gini de mais de 0,6, eram alguns países muito menores, também nas Américas. O coeficiente Gini, uma medida adequada de desigualdade, mede a desigualdade numa escala de 0,0 — igual distribuição de renda — a 1,0 — desigualdade máxima. O coeficiente para Honduras em 1967-85 era 0,62, para a Jamaica 0,66 (ONU Human Development, 1990, pp. 158-9).

(**) Não há dados comparáveis para alguns dos países mais desigualitários. A lista sem dúvida incluiria também outros Estados africanos e latino-americanos, e, na Ásia, a Turquia e o Nepal.

(***) Em 1972, treze desses Estados gastaram uma média de 48% das despesas de seu governo central com habitação, seguridade social, bem-estar social e saúde. Em 1990, gastaram uma média de 51%. Os Estados são: Austrália e Nova Zelândia, EUA e Canadá, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Dinamarca, Finlândia, Alemanha (Federal), Itália, Países Baixos, Noruega e Suécia (calculado a partir do UN *World Development*, 1992, tabela 11).

timento começara a espalhar-se até mesmo em muitos dos países ricos. Como veremos, isso contribuiu para que neles ocorresse o colapso de padrões políticos tradicionais. Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos.

Isso não ficou imediatamente óbvio porque — como sempre — a maioria dos políticos, economistas e homens de negócios não reconheceu a permanência da mudança na conjuntura econômica. Os programas políticos da maioria dos governos na década de 1970, e as políticas da maioria dos Estados, baseavam-se na suposição de que os problemas da década de 1970 eram apenas temporários. Um ano ou dois trariam a volta da velha prosperidade e crescimento. Não havia necessidade de mudar os programas que haviam servido tão bem durante uma geração. Essencialmente, a história dessa década foi de governos comprando tempo — no caso de Estados do Terceiro Mundo e socialistas, muitas vezes pela entrada pesada no que esperavam fossem dívidas de curto prazo — e aplicando as velhas receitas keynesianas de administração econômica. Na verdade, na maioria dos países capitalistas avançados, governos social-democratas ocuparam o poder em grande parte da década de 70, ou a ele retornaram após mal-sucedidos interlúdios conservadores (como na Grã-Bretanha em 1974 e nos EUA em 1976). Não era provável que abandonassem as políticas da Era de Ouro.

A única alternativa oferecida era a propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais. Mesmo antes do *crash*, a minoria havia muito isolada de crentes no livre mercado irrestrito já começara seu ataque ao domínio dos keynesianos e outros defensores da economia mista administrada e do pleno emprego. O zelo ideológico dos velhos defensores do individualismo era agora reforçado pela visível impotência e o fracasso de políticas econômicas convencionais, sobretudo após 1973. O recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiando Friedrich von Hayek (ver p. 266) em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman.* Após 1974, os defensores

(*) O prêmio foi instituído em 1969, e antes de 1974 fora concedido a homens visivelmente *não* ligados à economia do *laissez-faire*.

do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Para ser justo com o professor von Hayek, ao contrário dos propagandistas comuns da Guerra Fria, ele não dizia haver tal ligação.)

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, para a qual se teve de inventar o termo "estagflação" na década de 1970?) Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a "mão oculta" smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da "Riqueza das Nações" e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise — como tiveram outros tipos de economia —, mas porque se baseava no "famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade" (*Financial Times*, 11/11/90). Por outro lado, o governo da sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associal, na verdade anti-social.

Eram posições dificilmente abertas à argumentação. Suponhamos, por exemplo, que se pudesse demonstrar que a melhor maneira de obter sangue para uso médico fosse comprando-o de qualquer um que estivesse disposto a vender um quartilho do seu a preço de mercado. Teria isso enfraquecido o sistema britânico de doadores voluntários gratuitos, tão eloqüente e vigorosamente apresentado por R. M. Titmuss em "*The gift relationship*" [O relacionamento de doação] (Titmuss, 1970)? É claro que não, embora Titmuss também tenha mostrado que a maneira britânica de doar sangue era tão eficiente quanto

a maneira comercial, e mais segura.* Tudo mais sendo igual, para muitos de nós uma sociedade em que cidadãos estão dispostos a dar ajuda abnegada a companheiros humanos desconhecidos, por mais simbolicamente que seja, é melhor que uma em que não estão. No início da década de 1990, o sistema político italiano foi destroçado por uma rebelião dos eleitores contra sua corrupção endêmica, não porque muitos italianos houvessem de fato sofrido com ela — um grande número, talvez a maioria, se beneficiara — mas por motivos morais. Os únicos partidos políticos não varridos pela avalanche moral foram os não envolvidos no sistema. Os defensores da liberdade individual absoluta não se abalavam com as evidentes injustiças sociais do capitalismo de mercado irrestrito, mesmo quando (como no Brasil durante a maior parte da década de 1980) não produzia crescimento econômico. Por outro lado, os que acreditavam na igualdade e justiça social (como este autor) acolhiam a oportunidade de argumentar que mesmo o sucesso econômico capitalista deve basear-se com a máxima firmeza numa relativa distribuição igualitária de renda, como no Japão (ver p. 348).** Era secundário que cada lado também traduzisse suas crenças fundamentais em argumentos pragmáticos, por exemplo, se a alocação de recursos através de preços de livre mercado era ideal ou não. Mas, claro, os dois lados tinham de produzir políticas para lidar com a diminuição do ritmo econômico.

A esse respeito, os defensores da economia da Era de Ouro não foram muito bem-sucedidos. Isso se deu em parte porque eles eram limitados por seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem-estar e com a política de consenso do pós-guerra. Ou melhor, estavam espremidos entre as demandas de capital e trabalho, quando o crescimento da Era de Ouro não mais permitia que lucros e rendas não comerciais igualmente aumentassem sem interferir uns com os outros. Nas décadas de 1970 e 1980, a Suécia, Estado social-democrata *par excellence*, manteve o pleno emprego com notável sucesso por meio de subsídios industriais, pela disseminação do trabalho e a impressionante expansão do emprego estatal e público, possibilitando assim uma admirável ampliação do sistema previdenciário. Mesmo assim, a política só pôde ser mantida com a contenção dos padrões de vida dos trabalhadores empregados, taxas de impostos punitivas sobre altas rendas e pesados déficits. Na impossibilidade de um retorno aos dias do Grande Salto

(*) Isso foi confirmado no início da década de 1990, quando os serviços de transfusão de sangue de alguns países, mas não da Grã-Bretanha, constataram que pacientes haviam sido infectados com sangue comercialmente adquirido contaminado com o vírus da AIDS (HIV).

(**) Os 20% mais ricos da população na década de 1980 tinham 4,3 vezes a renda total dos 20% mais pobres, o que era menos que a cifra em qualquer outro país industrial (capitalista), mesmo a Suécia. A média para os oito mais industrializados países da Comunidade Européia era 6; a cifra para os EUA, 8,9 (Kidron & Segal, 1991, pp. 36-7). Dizendo de outro modo: os EUA em 1990 tinham 93 bilionários, em dólares; a Comunidade Européia, 59, sem contar os 33 domiciliados na Suíça e Lichtenstein. O Japão tinha nove (ibid.).

Avante, estas não podiam ser medidas temporárias, e a partir de meados da década de 1980 elas foram revertidas. No fim do Breve Século XX, o "Modelo Sueco" batia em retirada mesmo em seu próprio país.

Contudo, o modelo foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados — com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia — à mercê de um incontrolável "mercado mundial". (Além disso, era fato inegável que "o mercado" provavelmente desconfiaria muito mais de governos de esquerda do que de conservadores.) No início da década de 1980, mesmo um país grande e rico como a França, então sob um governo socialista, achava impossível bombear unilateralmente sua economia. Dois anos depois da triunfal eleição do presidente Mitterrand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos, e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela "austeridade de face humana".

Por outro lado, os neoliberais também estavam desorientados, como ia tornar-se óbvio no fim da década de 1980. Para eles não era problema atacar a rigidez, a ineficiência e o desperdício econômico tantas vezes abrigados sob as políticas de governo da Era de Ouro, uma vez que estas não eram mais mantidas à tona pela sempre crescente maré de prosperidade, emprego e rendas do governo daquela era. Havia um espaço considerável para aplicar o detergente neoliberal ao incrustado casco do muito bom navio da "Economia Mista", com resultados benéficos. Mesmo a esquerda britânica acabaria admitindo que alguns dos implacáveis choques aplicados à economia britânica pela sra. Thatcher provavelmente eram necessários. Havia bons motivos para parte da desilusão com as indústrias administradas pelo Estado e com a administração pública, que se tornou tão comum na década de 1980.

Apesar disso, a simples crença em que o capital era bom e o governo mau (nas palavras do presidente Reagan, "o governo não era a solução, mas o problema") não constituía uma política econômica alternativa. Tampouco, na verdade, podia ser para um mundo em que, mesmo nos EUA reaganistas, os gastos do governo central equivaliam a cerca de um quarto do Produto Nacional Bruto, e de fato, nos países desenvolvidos da Comunidade Européia, chegavam em média a mais de 40% do PNB (*World Development*, 1992, p. 239). Nacos tão enormes da economia podiam ser administrados de uma maneira objetiva e com um devido senso de custo/benefício (o que nem sempre se dava), mas não operavam nem podiam operar como mercados, mesmo quando ideólogos assim faziam parecer. De qualquer modo, a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado. Além disso, não havia como reduzir o peso do Estado. Após catorze anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre mercado, a Grã-Bretanha thatcherista, na verdade taxava seus cidadãos um tanto mais pesadamente do que eles o tinham sido sob os trabalhistas.

Na verdade, não havia política econômica neoliberal única ou específica, a não ser após 1989 nos ex-Estados socialistas da região soviética, onde se fizeram algumas tentativas previsivelmente desastrosas, a conselho de geniozinhos econômicos ocidentais, de transferir de um dia para o outro as operações da economia para o livre mercado. O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao "monetarismo" de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos. Assim, longe de deixar o valor do dólar inteiramente entregue à integridade monetária e ao mercado, Washington, após 1984, voltou à administração deliberada através da pressão diplomática (Kuttner, 1991, pp. 88-94). Na verdade, os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan e da Grã-Bretanha de Thatcher, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo. O historiador não pode deixar de notar que as duas atitudes são contraditórias. De qualquer modo, o triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses econômicos de inícios da década de 1990, nem talvez à inesperada descoberta de que a economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do globo, após a queda do comunismo soviético, era a da China comunista, o que levou professores de escolas de comércio ocidentais e autores de manuais de administração, um gênero florescente de literatura, a vasculhar as doutrinas de Confúcio em busca dos segredos do sucesso empresarial.

O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjecturais coincidiam com convulsões estruturais. A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, como vimos, o produto previsível daquela era. Seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou "transnacionalizado" em uma extensão extraordinária e com conseqüências impressionantes. Além disso, na década de 1970 tornou-se impossível ignorar as revolucionárias conseqüências sociais e culturais da Era de Ouro, discutidas em capítulos anteriores, assim como suas conseqüências ecológicas potenciais.

A melhor maneira de ilustrar tais conseqüências é através do trabalho e do desemprego. A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos. Supunha-se, corretamente, que o vasto crescimento da economia tornado possível por essa constante revolução industrial criaria automaticamente mais do que suficientes novos empregos em substituição aos velhos perdidos, embora as opiniões

divergissem sobre o tamanho do corpo de desempregados necessário para a operação eficiente de uma tal economia. A Era de Ouro aparentemente confirmara esse otimismo. Como vimos (ver capítulo 10), o crescimento da indústria foi tão grande que o número e a proporção de trabalhadores industriais, mesmo nos países mais industrializados, não decresceram seriamente. Contudo, as Décadas de Crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão. Entre 1950 e 1970, o número de telefonistas interurbanos nos EUA caiu 12%, enquanto o número de telefonemas aumentou cinco vezes; mas entre 1970 e 1980, caiu 40%, enquanto os telefonemas triplicaram (Technology, 1986, p. 328). O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.

Isso não ocorria apenas porque a nova divisão internacional do trabalho transferia indústrias de velhos países regionais e continentes para novos, transformando os velhos centros de indústria em "cinturões de ferrugem", ou, ainda mais espectralmente, em paisagens urbanas semelhantes a operações plásticas onde todos os traços da antiga indústria haviam sido removidos. O surgimento de novos países industriais é impressionante. Em meados da década de 1980, sete desses países no Terceiro Mundo já consumiam 24% do aço do mundo e produziam 15% dele — ainda um indicador de industrialização tão bom quanto qualquer outro.* Além disso, num mundo de fluxos econômicos livres que cruzam fronteiras de Estados — exceto, caracteristicamente, de migrantes em busca de trabalho —, as indústrias de trabalho intensivo naturalmente migraram de países de altos salários para os de baixos salários, ou seja, dos ricos países centrais do capitalismo, como os EUA, para países da periferia. Cada trabalhador empregado a tarifas texanas em El Paso era um luxo econômico quando havia um outro à mão, mesmo que inferior, por um décimo do salário do outro lado do rio, na Juárez mexicana.

Contudo, mesmo os países pré-industriais e os novos recém-industrializados eram governados pela lógica férrea da mecanização, que mais cedo ou mais tarde tornava até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho, e pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial. Mesmo barato como é o trabalho no Brasil, em comparação com Detroit e Wolfsburg, a indústria automobilística em São Paulo enfrentava os mesmos problemas de crescente redundância de trabalho causada pela mecanização que em Michigan e na Baixa Saxônia, ou assim disseram ao autor líderes sindicais em 1992. O desem-

(*) China, Coréia do Sul, Índia, México, Venezuela, Brasil e Argentina (Piel, 1992, pp. 286-9).

penho e a produtividade da maquinaria podiam ser elevados constantemente, e para fins práticos interminavelmente, pelo progresso tecnológico, e seu custo, dramaticamente reduzido. O mesmo não se dava com o desempenho dos seres humanos, como demonstra uma comparação das melhoras na velocidade do transporte aéreo com o recorde dos cem metros. De qualquer modo, o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível. Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico.

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que — direta ou indiretamente — eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de "empregadores de último recurso" (*World Labour*, 1989, p. 48). O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas. A economia mundial se expandia, mas o mecanismo automático pelo qual essa expansão gerava empregos para homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais estava visivelmente desabando.

Em outras palavras, o campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? Mesmo que alguns pudessem ser retreinados para os empregos de alta qualificação da era da informação, que continuavam a expandir-se (a maioria dos quais exigia cada vez mais educação superior), não havia suficientes empregos desse tipo para compensar (Technology, 1986, pp. 7-9 e 335). Que aconteceria, aliás, aos camponeses do Terceiro Mundo que ainda fugiam em massa de suas aldeias?

Nos países ricos do capitalismo, agora esse trabalhadores tinham sistemas previdenciários a que recorrer, embora os que se tornavam permanente-

34. As formas do antigo: terraceamento agrícola no vale de Liping, Guizhou, China.

35. As formas do novo: micrógrafo eletrônico de uma bactéria intestinal liberando seus cromossomos (ampliada 55 mil vezes).

DO ANTIGO PARA O NOVO

36. O mundo que acabou após 8 mil anos: camponês chinês arando.

67. Antes da liberdade: esperando para votar na África do Sul, 1994.

68. Sarajevo oitenta anos após 1914.

mente dependentes da previdência social sofressem, ao mesmo tempo, ressentimento e desprezo dos que se viam como ganhando a vida com o trabalho. Nos países pobres, entravam na grande e obscura economia "informal" ou "paralela", em que homens, mulheres e crianças viviam, ninguém sabe exatamente como, por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda e roubo. Nos países ricos, começavam a constituir ou reconstituir uma "subclasse" cada vez mais separada e segregada, cujos problemas eram *de facto* encarados como insolúveis, mas secundários, pois eles formavam apenas uma minoria permanente. A sociedade de gueto da população negra natural dos EUA* tornara-se o exemplo didático desse submundo social. Não que a "economia negra" estivesse ausente do Primeiro Mundo. Pesquisadores ficaram surpresos ao descobrir que no início da década de 1990 os 22 milhões de famílias da Grã-Bretanha tinham juntos mais de 10 bilhões de libras em dinheiro vivo, ou uma média de 420 libras por família, uma cifra tida como tão alta porque a "economia negra negocia em grande parte com dinheiro" (*Financial Times*, 18/10/93).

II

A combinação de depressão com uma economia maciçamente projetada para expulsar a mão-de-obra humana criou uma acerba tensão que penetrou nas políticas das Décadas de Crise. Uma geração se acostumara ao pleno emprego ou à confiança em que o tipo de trabalho que alguém fazia certamente logo iria aparecer em algum lugar. Embora a depressão do início da década de 1980 houvesse trazido a insegurança de volta à vida dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras, só no início da de 1990 os grandes setores de empregados de escritórios e profissionais liberais em países como a Grã-Bretanha sentiram que nem seus empregos, nem seus futuros estavam seguros: quase metade de todas as pessoas nas partes mais prósperas do país achava que poderia perder os seus. Foram tempos em que era provável que as pessoas, com os antigos estilos de vida já solapados e mesmo desmoronando (ver capítulos 10 e 11), perdessem suas referências. Terá sido por acaso que "dos dez maiores assassinatos em massa da história americana [...] oito ocorreram desde 1980", tipicamente atos de homens brancos de meia-idade, em meados da casa dos trinta e quarenta, "após um prolongado período de solidão, frustração e raiva total", e muitas vezes precipitados por uma catástrofe em suas vidas, como perda de emprego ou divórcio?* Será mesmo um acidente a "crescente cultura do ódio nos Estados Unidos", que talvez os tenha encorajado (Butter-

(*) Os imigrantes negros nos EUA vindos do Caribe e da América hispânica se comportavam, em essência, como outras comunidades de imigrantes, e nem de longe deixavam que os expulsassem do mercado de trabalho na mesma medida.

field. 1991)? Esse ódio sem dúvida se tornou audível nas letras da música popular na década de 1980, e evidente na cada vez mais escancarada crueldade do cinema e dos programas de TV.

Essa sensação de desorientação e insegurança produziu significativas fendas e rearrumações tectônicas na política dos países desenvolvidos, mesmo antes que o fim da Guerra Fria destruísse o equilíbrio internacional no qual se apoiava a estabilidade de várias democracias parlamentares ocidentais. Em tempos de dificuldades econômicas, os eleitores se inclinam notoriamente a culpar qualquer partido ou regime que esteja no poder, mas a novidade das Décadas de Crise foi que a reação contra governos não beneficiou necessariamente as forças estabelecidas de oposição. Os maiores perdedores foram os partidos trabalhistas do Ocidente, cujo principal instrumento para satisfazer seus seguidores — ação econômica e social de governos nacionais — perdeu a força, enquanto o núcleo central desses seguidores, a classe trabalhadora, se desfazia em fragmentos (ver capítulo 10). Na nova economia transnacional, os salários internos estavam muito mais diretamente expostos à competição estrangeira que antes, e a capacidade dos governos de protegê-los era muito menor. Ao mesmo tempo, num período de depressão os interesses de várias partes do eleitorado social-democrata tradicional divergiam: aqueles cujos empregos eram (relativamente) seguros; os que estavam inseguros; os das regiões e indústrias velhas e sindicalizadas; os das novas indústrias nas áreas novas e não sindicalizadas; e as universalmente impopulares vítimas dos tempos ruins, que afundavam na "subclasse". Além disso, desde a década de 1970 vários seguidores (sobretudo jovens e/ou classe média) abandonavam os principais partidos da esquerda por movimentos de mobilização mais especializados — notadamente os de defesa do "meio ambiente", feministas e outros chamados "novos movimentos sociais" —, assim enfraquecendo-os. No início da década de 1990, governos trabalhistas e social-democratas tornaram-se tão incomuns quanto tinham sido na década de 1950, pois mesmo administrações nominalmente encabeçadas por socialistas abandonavam suas políticas tradicionais, querendo ou não.

As novas forças políticas que ocuparam esse vácuo eram um agrupamento misto, que ia dos xenófobos e racistas na direita, passando pelos grupos secessionistas (sobretudo mas não apenas étnicos/nacionalistas), até os vários partidos "Verdes" e outros "novos movimentos sociais" que reivindicavam um lugar na esquerda. Várias dessas forças políticas estabeleceram uma presença significativa na política de seus países, às vezes um domínio regional, embora no fim do Breve Século XX nenhuma houvesse de fato substituído os velhos

(*) "Isso se aplica especialmente [...] a alguns milhões de pessoas que melhoraram de situação na meia-idade e mudaram. Chegam lá, e se perdem o emprego na verdade não têm ninguém a quem recorrer."

establishments políticos. O apoio às outras flutuava loucamente. A maioria mais influente delas rejeitava o universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal, e conseqüentemente partilhava de uma visceral hostilidade a estrangeiros e gente de fora, e ao Estado abrangente da tradição revolucionária americana e francesa. Examinaremos adiante o surgimento da nova "política de identidade".

Contudo, a importância desses movimentos está não tanto em seu conteúdo positivo como em sua rejeição à "velha política". Dos mais formidáveis deles, diversos se apoiavam essencialmente nessa reivindicação negativa, por exemplo a Liga Nortista na Itália, os 20% do eleitorado americano que apoiaram um rico dissidente texano para presidente em 1992 ou, aliás, os eleitores do Brasil e Peru, que em 1989 e 1990 elegeram homens para a Presidência com base em que deviam ser dignos de confiança, pois nunca tinham ouvido falar neles antes. Na Grã-Bretanha, só o sistema eleitoral sistematicamente não representativo impediu o surgimento de um terceiro partido em vários momentos desde o início da década de 1970, quando os liberais, sós ou em combinação, ou em fusão com uma moderada dissidência social-democrata do Partido Trabalhista, conquistaram quase tanto apoio quanto um ou outro dos dois grandes partidos — ou mesmo mais. Desde o início da década de 1930, outro período de depressão, não houvera nada semelhante ao dramático colapso do apoio eleitoral, em fins da década de 1980 e inícios da de 1990, aos partidos estabelecidos com longas folhas de serviço no governo — o Partido Socialista na França (1990), o Partido Conservador no Canadá (1993), os partidos do governo italiano (1993). Em suma, durante as Décadas de Crise as até então estáveis estruturas da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar. E o que é mais: as novas forças políticas que mostraram o maior potencial de crescimento foram as que combinavam demagogia populista, liderança pessoal altamente visível e hostilidade a estrangeiros. Os sobreviventes da era entreguerras tinham motivos para sentir-se desencorajados.

III

Não foi muito notado que, mais uma vez a partir de 1970, mais ou menos, uma crise semelhante havia começado a solapar o "Segundo Mundo" das "economias centralmente planejadas". Primeiro essa crise foi ocultada, depois acentuada, pela inflexibilidade de seus sistemas políticos, de modo que a mudança, quando veio, foi repentina, como no fim da década de 1970, após a morte de Mao na China e em 1983-5, após a morte de Brejnev na URSS (ver capítulo 16). Economicamente, já estava claro em meados da década de 1960 que o socialismo centralmente planejado pelo Estado necessitava de reforma urgente. A partir da década de 1970, havia fortes sinais de regressão real. Foi

o momento mesmo em que essas economias se viram expostas, como todas as demais — embora talvez não na mesma medida — aos incontroláveis movimentos e imprevisíveis flutuações da economia mundial transnacional. A entrada maciça da URSS no mercado internacional de grãos e o impacto das crises de petróleo da década de 1970 dramatizaram o fim do "campo socialista" como uma economia regional praticamente auto-suficiente, protegida dos caprichos da economia mundial (ver p. 365).

Oriente e Ocidente estavam curiosamente amarrados não apenas pela economia transnacional, que nenhum dos dois podia controlar, mas pela estranha interdependência do sistema de poder da Guerra Fria. Isso, como vimos (ver capítulo 8), estabilizou as duas superpotências e o mundo entre elas, e por sua vez iria lançar as duas na desordem quando desabou. A desordem não era simplesmente política, mas econômica. Pois, com o súbito colapso do sistema político soviético, a divisão inter-regional de trabalho e a rede de dependência mútua que se haviam desenvolvido na esfera soviética também desabaram, obrigando países e regiões para ela programados a enfrentar individualmente o mercado mundial, para o qual não estavam equipados. Mas o Ocidente estava igualmente despreparado para integrar os restos do velho "sistema mundial paralelo" comunista em seu próprio mercado mundial, mesmo que quisesse, o que não queria a Comunidade Européia.* A Finlândia, uma das espetaculares histórias de sucesso econômico da Europa do pós-guerra, foi mergulhada numa grande depressão pelo colapso da economia soviética. A Alemanha, maior potência econômica da Europa, ia impor severas tensões à sua própria economia e à Europa como um todo, simplesmente porque seu governo (contra as advertências de seus banqueiros, deve-se dizer) subestimou completamente a dificuldade e os custos da absorção de uma parte relativamente minúscula da economia socialista, os 16 milhões de habitantes da República Democrática Alemã. Essas, contudo, foram conseqüências imprevistas do colapso soviético, que quase ninguém esperava até acontecerem.

Apesar disso, entretanto, e como no Ocidente, idéias inconcebíveis tornavam-se concebíveis no Oriente; problemas invisíveis tornavam-se visíveis. Assim, tanto no Oriente como no Ocidente a defesa do meio ambiente tornou-se um importante tema de campanha na década de 1970, fosse a questão a defesa das baleias ou a preservação do lago Baikal na Sibéria. Em vista das restrições ao debate público, não podemos acompanhar exatamente o desenvolvimento de idéias críticas nessas sociedades, mas em 1980 economistas comunistas de primeira classe e antes reformistas dentro do regime, como János Kornai

(*) Eu me lembro do grito de angústia de um búlgaro num colóquio internacional em 1993: "Que querem que façamos? Nós perdemos nossos mercados nos antigos países socialistas. A Comunidade Européia não quer receber nossas exportações. Como membros leais da ONU, não podemos nem mesmo vender à Sérvia agora, por causa do bloqueio bósnio. Aonde vamos?".

na Hungria, estavam publicando análises notavelmente negativas dos sistemas econômicos socialistas, e as implacáveis sondagens das deficiências do sistema social soviético, que se tornaram conhecidas em meados da década de 1980, vinham claramente sendo gestadas entre os acadêmicos de Novosibirsk e outras partes. É difícil estabelecer quando importantes comunistas desistiram de fato de suas crenças no socialismo, pois após 1989-91 essas pessoas tinham certo interesse em antedatar retrospectivamente sua conversão. O que era verdade na economia o era ainda mais patente na política, como iria mostrar a *perestroika* de Gorbachev, pelo menos nos países socialistas ocidentais. Com toda a sua admiração histórica e ligação a Lenin, há pouca dúvida dc que muitos comunistas reformistas teriam querido abandonar grande parte da herança política do leninismo, embora poucos (fora do Partido Comunista italiano, pelo qual os reformadores do Leste se sentiam atraídos) estivessem dispostos a dizê-lo.

O que a maioria dos reformadores no mundo socialista teria desejado era transformar o comunismo em algo semelhante à democracia ocidental. Seu modelo era mais Estocolmo que Los Angeles. Não há sinal de que Hayek e Friedman tivessem muitos admiradores secretos em Moscou ou Budapeste. Seu azar foi que a crise dos sistemas comunistas coincidiu com a crise do capitalismo da Era de Ouro, que também foi a crise dos sistemas social-democratas. Azar ainda maior foi o súbito colapso do comunismo fazer com que um programa de transformação gradual parecesse ao mesmo tempo indesejável e impraticável e ocorrer quando o radicalismo total dos ideólogos do livre mercado puro se achava em (breve) triunfo no Ocidente capitalista. Essa, portanto, se tornou a inspiração teórica dos regimes pós-comunistas, embora na prática se mostrasse tão irrealizável lá quanto em qualquer outro lugar.

Contudo, embora de muitas formas as crises no Leste e no Oeste corressem paralelas e estivessem ligadas numa única crise global pela política e economia, elas diferiam em dois grandes aspectos. Para o sistema comunista, que pelo menos na esfera soviética era inflexível e inferior, tratava-se de uma questão de vida e morte, a que não sobreviveu. A sobrevivência do sistema econômico jamais esteve em questão nos países desenvolvidos do capitalismo, e, apesar do desmoronamento de seus sistemas políticos, tampouco estava, em questão ainda, a viabilidade desses sistemas. Isso pode explicar, embora não justificar, a implausível afirmação de um escritor americano de que, com o fim do comunismo, a história futura da humanidade seria a da democracia liberal. Só num aspecto vital esses sistemas se achavam em risco: sua existência futura como Estados territoriais individuais não estava mais assegurada. Contudo, no início da década de 90, nem um único dos Estados-nações ocidentais ameaçados com movimentos secessionistas se havia de fato dividido.

Durante a Era da Catástrofe, o fim do capitalismo parecera próximo. A Grande Depressão podia ser descrita, como o título de um livro contemporâneo, como *The final crisis* [A crise final] (Hutt, 1935). Poucos se mostra-

vam seriamente apocalípticos em relação ao futuro imediato do capitalismo desenvolvido, embora um historiador e *marchand* francês predissesse firmemente o fim da civilização ocidental em 1976, com base no não insustentável argumento de que o impulso da economia americana, que carregara o resto do mundo capitalista para a frente antes, era agora uma força exaurida (Gimpel, 1992). Ele portanto esperava que a atual depressão fosse "continuar até bem adentrado o próximo milênio". É simplesmente justo acrescentar que, até meados ou mesmo final da década de 1980, poucos também se mostravam apocalípticos em relação às perspectivas da URSS.

Contudo, precisamente por causa do maior e mais incontrolável dinamismo da economia capitalista, a textura social das sociedades ocidentais fora muito menos profundamente minada que a das socialistas, e conseqüentemente, neste aspecto, a crise no Ocidente era mais séria. O tecido social da URSS e da Europa Oriental se despedaçou como conseqüência do colapso do sistema, e não como uma condição dele. Onde eram possíveis comparações, como entre as Alemanhas Ocidental e Oriental, parecia que os valores e hábitos da Alemanha tradicional tinham sido mais bem conservados sob a tampa do comunismo do que na região ocidental de milagres econômicos. Os emigrantes judeus da URSS para Israel lá reviveram o cenário musical clássico, pois vinham de um país onde ir a concertos ao vivo ainda fazia parte do comportamento culto, pelo menos para judeus. O público de concertos ainda não fora reduzido, na verdade, a uma pequena minoria sobretudo de meia-idade ou idosa.* Os habitantes de Moscou e Varsóvia se preocupavam menos com o que perturbava os de Nova York ou Londres: taxa de crime em visível ascensão, insegurança pública e violência imprevisível de jovens anômicos. Havia, obviamente, pouca exibição pública do tipo de comportamento que revoltava os socialmente conservadores ou convencionais, mesmo no Ocidente, que viam isso como um indício do colapso da civilização, e murmuravam sombriamente "Weimar".

Até onde essa diferença entre Oriente e Ocidente se devia à maior riqueza das sociedades ocidentais e ao controle muito mais rígido do Estado no Oriente, é difícil estabelecer. Em alguns aspectos, Oriente e Ocidente haviam evoluído na mesma direção. Em ambos, as famílias se tornaram menores, os casamentos se desfaziam mais livremente que em outras partes, as populações dos Estados — ou, pelo menos, de suas regiões mais urbanizadas e industrializadas — mal se reproduziam, quando o faziam. Em ambos, até onde podemos distinguir, o domínio das religiões ocidentais tradicionais foi drasticamente enfraquecido, embora pesquisadores religiosos afirmassem que havia uma revivescência do sentimento religioso na Rússia pós-soviética, mas não

(*) Em Nova York, um dos maiores centros musicais do mundo, dizia-se no início da década de 1990 que o público de concertos de música clássica era de 20 ou 30 mil pessoas, numa população de 10 milhões.

na freqüência aos ofícios. Como mostraram os fatos depois de 1989, as mulheres polonesas se tornaram tão relutantes a deixar a Igreja Católica ditar seus hábitos sexuais quanto as italianas, embora na era comunista os poloneses houvessem mostrado uma ardente ligação com a Igreja, por motivos nacionalistas e anti-soviéticos. Os regimes comunistas visivelmente ofereciam menos espaço social para subculturas, contraculturas e submundos de todos os tipos, e reprimiam a dissidência. Além disso, era provável que pessoas que haviam passado pelos períodos de terror verdadeiramente implacável e indiscriminado, que rechearam a história da maioria desses Estados, mantivessem a cabeça baixa mesmo quando o exercício do poder se tornou mais brando. Apesar disso, a relativa tranqüilidade da vida socialista não se devia ao medo. O sistema isolava seus cidadãos do pleno impacto da transformação social ocidental porque os isolava do pleno impacto do capitalismo ocidental. Qualquer mudança que tenham sofrido veio por meio do Estado ou da sua reação ao Estado. O que o Estado não decidiu mudar continuou em grande parte como era antes. O paradoxo do comunismo no poder é que ele era conservador.

IV

Sobre a vasta área do Terceiro Mundo (incluindo as partes que agora se industrializavam), dificilmente será possível fazer generalizações. Na medida do possível, tentei examinar seus problemas como um todo nos capítulos 7 e 12. As Décadas de Crise, como vimos, afetaram as regiões de maneiras bastante diferentes. Como vamos comparar a Coréia do Sul, onde a propriedade de aparelhos de televisão passou de 6,4% da população para 99,1% nos quinze anos de 1970 a 1985 (Jon, 1993), com um país como o Peru, onde metade da população se achava abaixo da linha da pobreza — mais que em 1972 — e o consumo per capita estava caindo (Anuario, 1989), para não mencionar os devastados países da África subsaariana? As tensões num subcontinente como a Índia eram as de uma economia em crescimento e as de uma sociedade em transformação. As de áreas como Somália, Angola e Libéria eram de países em dissolução, num continente cujo futuro poucos viam com otimismo.

Só uma generalização era bastante segura: desde 1970, quase todos os países dessa região haviam mergulhado profundamente em dívida. Em 1990, iam dos três gigantes da dívida internacional (60 bilhões a 110 bilhões de dólares) — Brasil, México e Argentina —, passando pelos outros 28 que deviam mais de 10 bilhões cada, até as arraias-miúdas que deviam 1 ou 2 bilhões. O Banco Mundial (que tinha motivos para saber) contava apenas sete economias, entre as 96 de "baixa" e "média renda" que acompanhava, que tinham dívidas externas substancialmente abaixo de 1 bilhão de dólares — países como Lesoto e Chade —, e mesmo essas eram muitas vezes maiores

que vinte anos antes. Em termos mais realistas, em 1980 seis países tinham uma dívida praticamente tão grande quanto todo o seu PNB, ou maior; em 1990, 24 países deviam mais do que produziam, incluindo *toda* a África subsaariana, tomando-se a região como um todo. Os países mais pesadamente endividados, relativamente, não surpreendentemente se encontravam na África (Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo, Costa do Marfim), alguns perturbados pela guerra, outros pelo colapso do preço de suas exportações. Contudo, os países que tinham de suportar o custo mais pesado do serviço dessas imensas dívidas, quer dizer, onde elas equivaliam a um quarto ou mais das exportações do país, achavam-se ainda mais regularmente espalhados. Na verdade, entre as regiões do mundo, a África subsaariana estava um tanto abaixo dessa cifra, em melhores condições sob esse aspecto do que o sul da Ásia, a América Latina e o Caribe e o Oriente Médio.

Praticamente nada desse dinheiro tinha probabilidade de um dia ser pago, mas enquanto os bancos continuassem a ganhar juros sobre ele — uma média de 9,6% em 1982 (UNCTAD) —, não se incomodavam. Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram em conjunto, fizeram-se acordos separados para programar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos e agências internacionais, tiveram tempo de ir cancelando contabilmente, aos poucos, os bens perdidos e mantendo a solvência técnica. A crise da dívida continuou, mas não era mais potencialmente fatal. Esse foi provavelmente o momento mais perigoso para a economia mundial capitalista desde 1929. A história completa ainda está por ser escrita.

Enquanto suas dívidas cresciam, os bens reais ou potenciais dos Estados pobres não o faziam. A economia mundial capitalista, que julga exclusivamente por lucro ou lucro potencial, decidiu claramente cancelar uma grande parte do Terceiro Mundo nas Décadas de Crise. Das 42 "economias de baixa renda" em 1970, dezenove tinham zero investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investidores estrangeiros diretos tinham perdido todo o interesse em 26. Na verdade, havia substancial investimento (mais de 500 milhões de dólares) em apenas catorze de quase cem países de baixa e média renda fora da Europa, e investimento maciço (de cerca de 1 bilhão para cima) em apenas oito, dos quais quatro estavam no leste e sudeste da Ásia (China, Tailândia, Malásia, Indonésia) e três na América Latina (Argentina, México, Brasil).*

(*) O outro atraidor de investimento era, um tanto surpreendentemente, o Egito.

A economia mundial transnacional, cada vez mais integrada, não ignorou inteiramente as regiões proscritas. As menores e mais pitorescas tinham potencial como paraísos turísticos e refúgios *offshore* dos controles de governos, e a descoberta de algum recurso conveniente num território até então desinteressante podia muito bem mudar a situação. Contudo, no todo, grande parte do mundo caía fora da economia mundial. Após o colapso do bloco soviético, esse pareceu ser também o caso da área entre Trieste e Vladivostok. Em 1990, os únicos ex-Estados socialistas da Europa Oriental que atraíam algum investimento estrangeiro líquido eram a Polônia e a Tchecoslováquia (*World Development*, 1992, tabelas 21, 23 e 24). Dentro da vasta área da ex-URSS, havia visivelmente distritos ou repúblicas ricos em recursos que atraíam algum dinheiro sério, e zonas que eram abandonadas à própria sorte miserável. De uma maneira ou de outra, a maior parte do ex-Segundo Mundo estava sendo assimilada a um status de Terceiro Mundo.

O principal efeito das Décadas de Crise foi assim ampliar o fosso entre países ricos e pobres. O verdadeiro PIB per capita da África subsaariana caiu de 14% do dos países industriais para 8% entre 1960 e 1987; o dos países "menos desenvolvidos" (que incluíam africanos e não africanos), de 9% para 5%.* (Human Development, 1991, tabela 6).

V

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram portanto perdendo, enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando. O desaparecimento das superpotências, que podiam de qualquer modo controlar os Estados-satélites, iria reforçar essa tendência. Mesmo a mais insubstituível função que os Estados-nações haviam desenvolvido durante o século, a de redistribuir sua renda entre suas populações através das "transferências sociais" dos serviços de previdência, educa-

(*) Os "países menos desenvolvidos" são uma categoria estabelecida pela ONU. Em sua maioria, têm um PNB per capita por ano de menos de trezentos dólares. "PIB real per capita" é uma maneira de expressar essa cifra em termos do que poderia comprar localmente, em vez de simplesmente em termos de taxas oficiais de câmbio, segundo uma escala de "paridades internacionais de poder de compra".

ção e saúde, e outras alocações de fundos, não mais podia ser territorialmente auto-suficiente em teoria, embora a maior parte tivesse de continuar sendo na prática, a não ser onde entidades supranacionais como a Comunidade ou União Européias a complementasse em alguns aspectos. Durante o auge dos teólogos do livre mercado, o Estado foi solapado mais ainda pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos deixando-as entregues ao "mercado".

Paradoxalmente, mas talvez não surpreendentemente, esse enfraquecimento do Estado-nação foi acompanhado de uma nova moda de recortar os velhos Estados-nações territoriais em supostos Estados novos (menores), baseados sobretudo na exigência, por algum grupo, de um monopólio étnico-lingüístico. Para começar, o surgimento de tais movimentos autonomistas e separatistas, sobretudo após 1970, era basicamente um fenômeno ocidental, observável na Grã-Bretanha, Espanha, Canadá, Bélgica e até na Suíça e Dinamarca, mas também, a partir do início da década de 1970, no menos centralizado dos Estados socialistas, a Iugoslávia. A crise do comunismo espalhou-o para o Oriente, onde iriam se formar após 1991 mais Estados novos e nominalmente nacionais que em qualquer outra época do século XX. Até a década de 1990, o fenômeno praticamente não afetou o hemisfério ao sul da fronteira canadense. Nas áreas onde as décadas de 1980 e 1990 trouxeram o colapso e desintegração de Estados, como no Afeganistão e em partes da África, a alternativa para o velho Estado não era tanto uma divisão em novos Estados, mas a anarquia.

O fato foi paradoxal, pois era perfeitamente claro que os novos mini-Estados-nações sofriam precisamente das mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda. Era menos surpreendente do que parecia, simplesmente porque o único modelo de Estado de fato existente no fim do século XX era o do território delimitado com suas próprias instituições autônomas — em suma, o modelo de Estado-nação da Era das Revoluções. Além disso, desde 1918 todos os regimes se achavam comprometidos com o princípio de "auto-determinação nacional", que fora cada vez mais sendo definido em termos étnico-lingüísticos. Nesse aspecto, Lenin e o presidente Wilson concordavam. Tanto a Europa dos tratados de paz de Versalhes quanto o que se tornou a URSS foram concebidos como reuniões desses Estados-nações. No caso da URSS (e da Iugoslávia, que depois seguiu seu exemplo), foram reuniões de Estados-nações que, em teoria — embora não na prática —, mantinham seu direito de secessão.* Quando essas uniões se desfizessem, naturalmente seria ao longo de linhas de divisão predeterminadas.

Contudo, na verdade o novo nacionalismo separatista das Décadas de

(*) Nisso diferiam dos Estados dos EUA, que desde o fim da Guerra Civil americana em 1865 não têm tido direito de secessão, com exceção possivelmente do Texas.

Crise era um fenômeno bastante diferente da criação do Estado-nação do século XIX e princípios do XX. Era de fato uma combinação de três fenômenos. Um era a resistência dos Estados-nações existentes à sua demolição. Isso se tornou cada vez mais claro na década de 1980, com as tentativas de membros ou membros potenciais da Comunidade Européia, às vezes de colorações políticas largamente diferentes, como a Noruega e a Grã-Bretanha da sra. Thatcher, de reter sua autonomia regional, em assuntos que achavam importantes, dentro da estandardização européia. Contudo, era significativo que o principal esteio tradicional de autodefesa do Estado-nação, o protecionismo, estivesse incomparavelmente mais fraco nas Décadas de Crise do que na Era da Catástrofe. O livre comércio global continuou sendo o ideal e, em medida surpreendente, a realidade — mais ainda após a queda das economias comandadas por Estados —, embora vários Estados desenvolvessem métodos até então não conhecidos de proteger-se contra a competição estrangeira. Os japoneses e franceses eram tidos como especialistas nisso, mas provavelmente o sucesso dos italianos em manter a parte do leão de seu mercado interno de automóveis em mãos italianas (isto é, a Fiat) foi mais impressionante. Apesar disso, essas eram ações de retaguarda, mesmo tendendo a ser cada vez mais encarniçadas e às vezes bem-sucedidas. Eram provavelmente contestadas com mais ira onde a questão não era simplesmente econômica, mas de identidade cultural. Os franceses, e em menor medida os alemães, lutaram para manter os vastos subsídios a seus camponeses, não apenas porque os agricultores representavam votos vitais, mas também por sentirem sinceramente que a destruição da agricultura camponesa, por mais ineficiente e não competitiva que fosse, iria significar a destruição de uma paisagem, de uma tradição, de uma parte do caráter da nação. Os franceses, apoiados por outros europeus, resistiam à exigência americana de livre comércio em filmes e produtos audiovisuais, e não apenas porque isso teria inundado suas telas públicas e privadas de produtos americanos, dado que a indústria de diversões com base nos EUA (embora a essa altura de propriedade internacional e internacionalmente controlada) restabelecera um monopólio mundial potencial na escala do poder da velha Hollywood. Também achavam, intolerável e com razão, que puros cálculos de custo e lucratividade comparativos levassem ao fim da produção cinematográfica em língua francesa. Quaisquer que fossem os argumentos econômicos, havia coisas na vida que tinham de ser protegidas. Algum governo pensaria seriamente em destruir a Catedral de Chartres ou o Taj Mahal, se se pudesse demonstrar que a construção de um hotel de luxo, um *shopping center* e um centro de conferências no local (supondo-se que fosse vendido a compradores privados) traria um acréscimo líquido maior ao PIB do país do que o movimento turístico existente? A pergunta só precisava ser feita para ser respondida.

O segundo é mais bem descrito como o egoísmo coletivo da riqueza, e refletia as crescentes disparidades entre continentes, países e regiões. Gover-

nos de Estados-nações anacrônicos, centralizados ou federais, além de entidades supranacionais, como a Comunidade Européia, tinham aceitado a responsabilidade pelo desenvolvimento de todos os seus territórios e, portanto, em certa medida, pela equalização de fardos e benefícios por todos eles. Isso significava que as regiões mais pobres e atrasadas eram subsidiadas (através de algum sistema de distribuição central) pelas ricas e mais avançadas, ou mesmo recebiam preferência em investimentos a fim de reduzir seu atraso. A Comunidade Européia foi suficientemente realista para só admitir como membros Estados cujos atraso e pobreza não impusessem grande tensão sobre o resto, um realismo inteiramente ausente da NAFTA (Área de Livre Comércio Norte-Americana) de 1993, que atrelou os EUA e o Canadá (PNB per capita de 1990 de cerca de 20 mil dólares) ao México, que tinha um oitavo desse PNB per capita.* A relutância de áreas ricas a subsidiar as pobres há muito era conhecida do governo local, sobretudo nos EUA. O problema do "deteriorado centro das cidades", habitado pelos pobres, e com uma base de impostos encolhendo por causa da fuga para as áreas residenciais, deveu-se em grande parte a isso. Quem queria pagar pelos pobres? Áreas residenciais ricas de Los Angeles, como Santa Mônica e Malibu, preferiram separar-se da cidade, e no início da década de 1990 Staten Island votou por sua separação de Nova York pelo mesmo motivo.

Parte do separatismo nacionalista das Décadas de Crise visivelmente se alimentava desse egoísmo coletivo. A pressão para a divisão na Iugoslávia vinha da Eslovênia e da Croácia "européias"; e a pressão pela divisão da Tchecoslováquia, da vociferantemente "ocidental" República Tcheca. A Catalunha e o país basco eram as partes mais ricas e mais "desenvolvidas" da Espanha, e os únicos sinais de separatismo significativo na América Latina vinham do estado mais rico do Brasil, Rio Grande do Sul. O mais puro exemplo do fenômeno foi o súbito surgimento em fins da década de 1980 da Liga Lombarda (depois: Liga Nortista), que visava à secessão da região cujo centro é Milão, a "capital econômica" da Itália, de Roma, a capital política. A retórica da Liga, com suas referências a um glorioso passado medieval e ao dialeto lombardo, era a de sempre em qualquer agitação nacionalista, mas a verdadeira questão era o desejo da região rica de manter seus recursos para si mesma.

Possivelmente o terceiro elemento era, principalmente, uma resposta à "revolução cultural" da segunda metade do século, à extraordinária dissolução de normas, texturas e valores sociais tradicionais que deixou tantos dos habitantes do mundo desenvolvido órfãos e sem herança. Jamais a palavra "comunidade" foi usada mais indiscriminada e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real — a "comunidade de informações", a "comunidade de relações públi-

(*) Em 1990 o membro mais pobre da União Européia, Portugal, teve um PIB equivalente a um terço da média dos países da Comunidade Européia.

cas", a "comunidade *gay*". O surgimento de "grupos de identidade" — agrupamentos humanos aos quais a pessoa podia "pertencer", inequivocamente e sem incertezas e dúvidas — foi observado a partir de fins da década de 1960 por escritores nos sempre autovigilantes EUA. A maioria deles, por motivos óbvios, apelava para uma "etnicidade" comum, embora outros grupos de pessoas que buscavam o separatismo coletivo usassem a mesma linguagem nacionalista (como quando ativistas homossexuais falavam em "nação homossexual").

Como sugere o surgimento desse fenômeno no mais sistematicamente multiétnico dos Estados, a política de grupos de identidade não tinha ligação intrínseca com "autodeterminação nacional", isto é, com o desejo de criar Estados territoriais identificados com um determinado "povo", que era a essência do nacionalismo. A secessão não fazia sentido para negros ou italianos americanos, nem fazia parte de sua política étnica. Os políticos ucranianos no Canadá não eram ucranianos, mas canadenses.* Na verdade, a essência da política étnica ou assemelhada em sociedades urbanas, ou seja, sociedades quase por definição heterogêneas, era competir com outros grupos semelhantes por uma fatia dos recursos do Estado não étnico, usando a ferramenta política da lealdade grupal. Os políticos eleitos para os distritos eleitorais municipais de Nova York, divididos para dar representação específica a blocos de votação latinos, orientais e homossexuais, queriam mais da cidade de Nova York, não menos.

O que a política de identidade étnica teve em comum com o nacionalismo étnico *fin-de-siècle* foi a insistência em que a identidade de grupo da pessoa consistia numa característica existencial, supostamente primordial, imutável e portanto permanente, partilhada com outros membros do grupo e com mais ninguém. O exclusivismo era-lhe absolutamente essencial, pois as diferenças de fato que separavam as comunidades humanas umas das outras eram atenuadas. Jovens judeus americanos buscavam suas "raízes" quando as coisas que os marcavam indelevelmente como judeus não eram mais marcas de judeidade; não menos a segregação e discriminação dos anos de antes da Segunda Guerra Mundial. Embora o nacionalismo do Quebec insistisse em separação porque se dizia uma "sociedade distinta", na verdade surgiu como força significativa precisamente quando o Quebec deixou de ser a "sociedade distinta" que tão patente e inequivocamente tinha sido até a década de 1960 (Ignatieff, 1993, pp. 115-7). A própria fluidez da etnicidade em sociedades urbanas tornava sua escolha arbitrária e artificial, se posta como único critério do grupo.

(*) No máximo, podiam-se formar comunidades imigrantes locais chamadas de "nacionalismo a distância" em favor de suas pátrias originais ou escolhidas, em geral representando os extremos da política nacionalista naqueles países. Os irlandeses e judeus americanos foram os pioneiros nesse campo, mas as diásporas globais criadas pela migração multiplicaram tais organizações, por exemplo entre os migrantes sikhs da Índia. O nacionalismo a distância atingiu a maioridade com o colapso do mundo socialista.

Nos EUA, com exceção dos negros, hispânicos e os de origem inglesa e alemã, pelo menos 60% das americanas natas de *todas* as origens étnicas casavam-se fora de seu grupo (Lieberson & Waters, 1988, p. 173). A identidade da pessoa tinha de ser cada vez mais construída insistindo-se na não-identidade de outros. De que outra maneira podiam os carecas neonazistas na Alemanha, usando os uniformes, penteados e gostos musicais da cultura juvenil cosmopolita, estabelecer sua germanidade essencial, a não ser espancando turcos e albaneses locais? Como, a não ser eliminando os que não "pertenciam", se poderia estabelecer o caráter "essencialmente" croata e sérvio de uma região na qual, durante a maior parte da história, uma variedade de etnias e religiões vivera como vizinhos?

A tragédia dessa política de identidade exclusionária, quisesse ela ou não estabelecer Estados independentes, era que não podia dar certo de jeito nenhum. Só podia fazer de conta. Os ítalo-americanos do Brooklyn, que (talvez em número crescente) insistiam em sua italianidade e falavam italiano uns com os outros, desculpando-se pela falta de fluência no que supunham ser sua língua nativa,* trabalhavam numa economia americana na qual a italianidade como tal não era importante, a não ser como chave para um nicho relativamente modesto do mercado. A pretensão de que havia uma verdade negra, hindu, russa ou feminina incompreensível e portanto essencialmente incomunicável aos de fora do grupo, não poderia sobreviver fora de instituições cuja única função era estimular tais opiniões. Os fundamentalistas islâmicos que estudavam física não estudavam física islâmica; os engenheiros judeus não aprendiam engenharia hassídica; mesmo os franceses e alemães mais culturalmente nacionalistas aprendiam que a atuação na aldeia global dos cientistas e especialistas técnicos que faziam o mundo funcionar exigia comunicação numa única língua global análoga ao latim medieval, que por acaso se baseava no inglês. Mesmo um mundo dividido em territórios étnicos teoricamente homogêneos construído pelo genocídio, a expulsão em massa e a "limpeza étnica" era inevitavelmente heterogeneizado novamente por movimentos em massa de pessoas (trabalhadores, turistas, comerciantes, técnicos), por estilos, e pelos tentáculos da economia global. Isso, afinal, foi o que aconteceu nos países da Europa Central, "etnicamente limpos" durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Era o que inevitavelmente voltaria a acontecer num mundo cada vez mais urbanizado.

Assim, a política de identidade e o nacionalismo *fin-de-siècle* eram não tanto programas, menos ainda programas efetivos para lidar com os problemas de fins do século XX, mas antes reações emocionais a esses problemas. E no entanto, à medida que o século chegava ao fim, a ausência de instituições e mecanismos de fato capazes de lidar com esses problemas se tornava cada vez

(*) Escutei essas conversas numa loja de departamentos em Nova York. Os pais e avós deles, quase certamente, não falavam italiano, mas napolitano, siciliano ou calabrês.

mais evidente. O Estado-nação não era mais capaz de lidar com eles. Quem, ou o quê, seria?

Vários mecanismos tinham sido inventados com esse propósito desde que as Nações Unidas foram estabelecidas em 1945, na suposição, imediatamente desautorizada, de que os EUA e a URSS continuariam a concordar o suficiente para tomar decisões globais. O melhor que se pode dizer dessa organização é que, ao contrário de sua antecessora, a Liga das Nações, a ONU continuou existindo por toda a segunda metade do século XX e na verdade se tornou um clube cuja filiação, cada vez mais, mostrava que um Estado fora formalmente aceito como soberano internacionalmente. Não tinha, pela natureza de sua constituição, poderes nem recursos independentes dos que lhe eram destinados pelas nações membros e, portanto, não tinha poderes de ação independente.

A simples necessidade de coordenação global multiplicou as organizações internacionais mais rápido que nunca nas Décadas de Crise. Em meados da década de 1980, havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos que 4615 não governamentais, ou seja, acima de duas vezes mais que no início da década de 1970 (Held, 1988, p. 15). Além disso, a ação global em problemas como conservação e meio ambiente era cada vez mais reconhecida como urgente. Contudo, infelizmente, os únicos procedimentos formais para consegui-la, ou seja, por tratados internacionais separadamente assinados e ratificados por Estados-nações soberanos, eram lentos, desajeitados e inadequados, como ficou demonstrado pelos esforços para preservar o continente antártico e proibir permanentemente a caça às baleias. O fato mesmo de na década de 1980 o governo do Iraque ter matado milhares de seus cidadãos com gás venenoso, violando assim uma das poucas convenções internacionais verdadeiramente universais, o Protocolo de Genebra de 1925 contra o emprego de guerra química, acentuou a fraqueza dos instrumentos internacionais existentes.

Apesar disso, havia duas maneiras de assegurar-se a ação universal, e as Décadas de Crise viram as duas substancialmente aplicadas. Uma foi a voluntária abdicação de poder nacional para autoridades supranacionais por Estados médios que não mais se sentiam suficientemente fortes para garantir-se no mundo. A Comunidade Econômica Européia (rebatizada como Comunidade Européia na década de 1980, e União Européia na de 1990) duplicou de tamanho na década de 1970, e preparava-se para expandir-se ainda mais na de 1990, reforçando ao mesmo tempo sua autoridade sobre os assuntos dos Estados membros. O fato dessa dupla extensão era inquestionável, embora fosse provocar considerável resistência nacional, tanto de governos membros como da opinião pública em seus países. A força da Comunidade/União estava no fato de que sua autoridade central, não eleita, em Bruxelas, tomava iniciativas políticas independentes e era praticamente imune às pressões da política democrática, a não ser muito indiretamente, através das periódicas reuniões e negociações de representantes de seus governos membros (eleitos). Esse esta-

do de coisas possibilitava-lhe funcionar como uma autoridade supranacional efetiva, sujeita apenas a vetos específicos.

O outro instrumento de ação internacional era igualmente, senão mais, protegido contra Estados-nações e democracias. A autoridade dos organismos financeiros internacionais estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (ver pp. 269 e ss.). Apoiados pela oligarquia dos grandes países capitalistas, que, sob o vago rótulo de "Grupo dos Sete", se tornaram cada vez mais institucionalizados a partir da década de 1970, eles adquiriram crescente autoridade durante as Décadas de Crise, à medida que as incontroláveis incertezas das trocas globais, a crise da dívida do Terceiro Mundo e, após 1989, o colapso das economias do bloco soviético tornaram um número cada vez maior de países dependentes da disposição dos países ricos de conceder-lhes empréstimos. Esses empréstimos eram cada vez mais condicionados à busca local de políticas agradáveis às autoridades bancárias globais. O triunfo da teologia neoliberal na década de 1980 na verdade traduziu-se em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado impostas a governos demasiado falidos para resistir-lhes, fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não (como na Rússia pós-soviética). É interessante mas, infelizmente, sem sentido, especular sobre o que J. M. Keynes e Harry Dexter White teriam achado das instituições que eles construíram tendo em mente objetivos muito diferentes, entre os quais, não menos, o do pleno emprego em seus respectivos países.

Mesmo assim, essas ainda eram autoridades internacionais efetivas, de qualquer modo para a imposição pelos ricos de políticas aos países pobres. No fim do século, ainda se esperava para ver quais as conseqüências dessas políticas, e quais os seus efeitos sobre o desenvolvimento mundial.

Duas vastas regiões do mundo estavam para testá-las. Uma era a região da URSS e suas economias européias e asiáticas associadas, que, após a queda dos sistemas comunistas ocidentais, agora jaziam em ruínas. A outra era o depósito de explosivo social que ocupava tão grande parte do Terceiro Mundo. Como veremos no próximo capítulo, formava, desde a década de 1950, o maior elemento de instabilidade política do globo.

15
TERCEIRO MUNDO E REVOLUÇÃO

Em janeiro de 1974, o general Beleta Abebe parou no quartel de Gode, a caminho de uma inspeção [...] No dia seguinte, chegou ao palácio um comunicado incrível: o general fora preso pelos soldados, que estão obrigando-o a comer o que eles comem. Comida tão obviamente podre que alguns receiam que o general caia doente e morra. O imperador [da Etiópia] manda a unidade aerotransportada de sua guarda, que libera o general e o leva para o hospital.

Ryszard Kapuczinski, *The emperor* (1983, p. 120)

A gente matou todo o gado [da fazenda experimental da universidade] que pôde. Mas, enquanto matávamos, as camponesas se puseram a chorar: pobres animais, por que estão matando eles assim, que foi que eles fizeram? Quando as señoras começaram a chorar, ó coitadinhas, a gente parou, mas já tinha matado cerca de um quarto, coisa de oitenta cabeças. A gente queria matar todas, mas não pôde porque as camponesas começaram a chorar.

Depois que estávamos ali há algum tempo, um cavalheiro a cavalo, a caminho de Ayacucho, contou por lá o que se passava. Assim, no dia seguinte, saiu no noticiário da estação de rádio La Voz. *Naquela hora a gente estava voltando, alguns camaradas tinham aqueles radinhos, e assim a gente ouviu, e, bem, isso fez a gente se sentir bem, não?*

Um jovem membro do Sendero Luminoso, *Tiempos* (1990, p. 198)

I

Como quer que interpretemos as mudanças no Terceiro Mundo e sua gradual decomposição e fissão, em seu todo ele diferia do Primeiro Mundo em um aspecto fundamental. Formava uma zona mundial de revolução — recém-realizada, iminente ou possível. O Primeiro Mundo era, de longe, política e socialmente estável quando começara a Guerra Fria global. O que quer que

fumegasse sob a superfície do Segundo Mundo, era abafado pela tampa do poder do partido e da potencial intervenção militar soviética. Por outro lado, muito poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data de sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno. As principais exceções até a data em que escrevo são a Índia e umas poucas colônias governadas por paternalistas autoritários e longevos como o dr. Banda, de Malavi (ex-colônia de Niassalândia), e o (até 1994) indestrutível M. Félix Houphouet-Boigny, da Costa do Marfim. Essa persistente instabilidade social e política do Terceiro Mundo dava-lhe seu denominador comum.

Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global, que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local. Foi isso que manteve o Terceiro Mundo como uma zona de guerra, quando a Primeira e Segunda Guerras Mundiais se resolveram na maior era de paz desde o século XIX. Antes do colapso do sistema soviético, estimava-se que cerca de 19 — talvez mesmo 20 — milhões de pessoas haviam sido mortas em mais de cem "guerras maiores e ações e conflitos militares" entre 1945 e 1983, praticamente todas no Terceiro Mundo: mais de 9 milhões no leste da Ásia; 3,5 milhões na África; 2,5 milhões no sul da Ásia; cerca de meio milhão no Oriente Médio, sem contar a mais assassina de suas guerras, o conflito Irã-Iraque de 1980-8, que mal começara; e um pouco menos na América Latina (*UN World Social Situation*, 1985, p. 14). A Guerra da Coréia, de 1950-3, cujos mortos foram estimados entre 3 e 4 milhões (em um país de 30 milhões) (Halliday & Cumings, 1988, pp. 200-1), e os trinta anos de guerras do Vietnã (1945-75) foram de longe as maiores guerras, e as únicas em que as próprias forças americanas se envolveram diretamente em grande escala. Em cada uma delas, cerca de 50 mil americanos foram mortos. As perdas dos vietnamitas e outros povos indochineses são difíceis de estimar, mas a estimativa mais modesta chega a 2 milhões. Contudo, algumas das guerras anticomunistas travadas indiretamente foram de barbaridade comparável, sobretudo na África, onde se diz que cerca de 1,5 milhão de pessoas morreram entre 1980 e 1988 nas guerras contra os governos de Moçambique e Angola (população conjunta de cerca de 23 milhões), com 12 milhões deslocados de suas terras ou ameaçados de fome (*UN África*, 1989, p. 6).

O potencial revolucionário do Terceiro Mundo era igualmente evidente

nos países comunistas, quando nada porque, como vimos, os líderes da libertação colonial tendiam a encarar-se como socialistas, empenhados no mesmo tipo de projeto de emancipação, progresso e modernização que a União Soviética, e nas mesmas linhas. Quando educados no estilo ocidental, podiam até mesmo julgar-se inspirados por Lenin e Marx, embora fossem incomuns os partidos comunistas poderosos no Terceiro Mundo, e (fora Mongólia, China e Iêmen) nenhum se tornou a força principal de movimentos de libertação nacional. Contudo, vários novos regimes reconheciam a utilidade do tipo de partido leninista e construíam ou tomavam de empréstimo o seu, como Sun Yat-sen fizera na China depois de 1920. Alguns partidos comunistas que conquistaram força e influência particulares foram postos de lado (como no Irã e Iraque na década de 1950), ou eliminados por massacres, como na Indonésia em 1965, onde algo como meio milhão de comunistas ou supostos comunistas foram mortos após o que se disse ter sido um golpe militar pró-comunista — provavelmente a maior carnificina política na história.

Durante várias décadas, a URSS adotou uma visão essencialmente pragmática de sua relação com os movimentos revolucionários, radicais e de libertação do Terceiro Mundo, pois nem pretendia nem esperava aumentar a região sob governo comunista além da extensão da ocupação soviética no Ocidente, ou da intervenção chinesa (que não podia controlar inteiramente) no Oriente. Isso não mudou nem no período de Kruschev (1956-64), quando várias revoluções autóctones, em que os comunistas não tomaram parte, chegaram ao poder com energia própria, notadamente em Cuba (1959) e Argélia (1962). A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de antiimperialistas, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo: Kwame Nkrumah em Gana, Sekou Touré na Guiné, Modibo Keita em Mali, e o trágico Patrice Lumumba no Congo Belga, cujo assassinato fez dele um ícone e mártir do Terceiro Mundo. (A URSS rebatizou a Universidade da Amizade dos Povos que estabelecera para estudantes do Terceiro Mundo em 1960 como "Universidade Lumumba".) Moscou simpatizava com os novos regimes e ajudou-os, embora logo abandonando o excesso de otimismo sobre os novos Estados africanos. No ex-Congo Belga, deu apoio armado ao lado lumumbista contra os clientes ou títeres dos EUA e dos belgas na guerra civil (com intervenções de forças das Nações Unidas, igualmente antipatizadas pelas duas superpotências) que se seguiu à precipitada concessão da independência à vasta colônia. Os resultados foram decepcionantes.* Quando um dos novos regimes, o de Fidel Castro em Cuba, se declarou de fato ofi-

(*) Um brilhante jornalista polonês, então escrevendo da província (teoricamente) lumumbista, deu a mais vívida versão da trágica anarquia congolesa (Kapuczinski, 1990).

cialmente comunista, para surpresa de todos, a URSS tomou-o sob sua proteção, mas não a ponto de pôr permanentemente em perigo suas relações com os EUA. Apesar disso, não há indício concreto de que ela pretendesse ampliar as fronteiras do comunismo até meados da década de 1970 e, mesmo então, os indícios sugerem que a URSS usou uma conjuntura favorável que não criara. As esperanças de Kruschev, como lembrarão os leitores mais velhos, eram de que o capitalismo fosse sepultado pela superioridade econômica do socialismo.

Na verdade, quando a liderança soviética do movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, em nome da revolução, para não falar das várias dissidências comunistas, os partidos moscovitas no Terceiro Mundo mantiveram sua política escolhida, de estudada moderação. O inimigo nesses países não era o capitalismo, até onde este existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (americano) que os apoiava. O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequeno-burguesia "nacional". Em suma, a estratégia de Moscou para o Terceiro Mundo continuava a linha do Comintern da década de 1930, contra todas as denúncias de traição da causa da Revolução de Outubro (ver capítulo 5). Essa estratégia, que enfurecia os que preferiam o caminho das armas, às vezes pareceu dar certo, como no Brasil e na Indonésia no início da década de 1960, e no Chile em 1970. Talvez não surpreendentemente, quando chegou a esse ponto, foi detida de chofre por golpes militares seguidos de terror, como no Brasil após 1964, na Indonésia em 1965, e no Chile em 1973.

Apesar disso, o Terceiro Mundo agora se tornava o pilar central da esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social. Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros. Mesmo o analista do que ele mesmo chamou "o fim da ideologia" no Ocidente capitalista estabilizado e liberal da Era de Ouro (Bell, 1960) admitiu que a era de esperança revolucionária e milenarista ainda não morrera. Tampouco era o Terceiro Mundo importante apenas para os velhos revolucionários da tradição de Outubro, ou para os românticos, que fugiam da mediocridade vulgar, se bem que próspera, da década de 1950. Toda a esquerda, incluindo humanitários liberais e social-democratas moderados, precisava de algo mais que legislação de seguridade social e salários reais crescentes. O Terceiro Mundo podia preservar seus ideais; e os partidos pertencentes à grande tradição do Iluminismo precisam de ideais, além de políticas práticas. Não podem sobreviver sem eles. De que outro modo podemos explicar a verdadeira paixão por dar ajuda a países do Terceiro Mundo em bastiões de progresso não revolucionário como os países escandinavos, Países Baixos e o Conselho Mundial de Igrejas (protestantes), que era o equivalente, no final do século XX, ao apoio ao trabalho missionário no XIX? Em fins do século XX, esses ideais levaram liberais europeus a apoiar ou manter revolucionários e revoluções do Terceiro Mundo.

II

O que impressionava tanto os adversários da revolução quanto os revolucionários era que, após 1945, a forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo, ou seja, em qualquer parte do mundo, parecia ser a guerra de guerrilha. Uma "cronologia de grandes guerras de guerrilha" compilada em meados da década de 1970 relacionava 32 delas depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Todas, com exceção de três (a guerra civil na Grécia de fins da década de 1940, a luta do Chipre contra a Grã-Bretanha na década de 1950, e a do Ulster, começada em 1969), aconteceram fora da Europa e da América do Norte (Laqueur, 1977, p. 442). Podia-se prolongar a lista facilmente. A imagem da revolução como surgindo exclusivamente das montanhas não era muito precisa. Subestimava o papel dos golpes militares esquerdistas, que reconhecidamente pareciam implausíveis na Europa até o dramático exemplo da espécie ocorrido em Portugal em 1974, mas eram bastante comuns no mundo islâmico e não inesperados na América Latina. A revolução boliviana de 1952 foi feita por uma combinação de mineiros e insurretos do exército; a mais radical reforma da sociedade peruana, por um regime militar em fins da década de 1960 e na de 1970. Também aquela imagem subestimava o potencial revolucionário de ações de massa urbanas fora de moda, que iria ser demonstrado pela revolução iraniana de 1979, e daí em diante na Europa Oriental. Contudo, no terceiro quartel do século todos os olhos estavam nas guerrilhas. Suas táticas, além disso, eram fortemente propagadas por ideólogos da esquerda radical, críticos da política soviética. Mao Tsé-tung (após sua cisão com a URSS) e, depois de 1959, Fidel Castro, ou antes seu camarada, o belo e peripatético Che Guevara (1928-67), inspiravam esses ativistas. Os comunistas vietnamitas, de longe os mais formidáveis e bem-sucedidos praticantes da estratégia da guerrilha, e internacionalmente muito admirados por derrotar os franceses e o poderio dos EUA, não encorajavam seus admiradores a tomar partido nas brigas ideológicas intestinas da esquerda.

A década de 1950 foi cheia de guerras de guerrilha no Terceiro Mundo, praticamente todas nos países coloniais em que, por um motivo ou outro, as antigas potências coloniais ou colonos locais resistiram à descolonização pacífica — Malásia, Quênia (o movimento Mau Mau) e Chipre no império britânico em dissolução; as guerras muito mais sérias na Argélia e no Vietnã no império francês em dissolução. Curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno — sem dúvida menor que a insurgência malaia (Thomas, 1971, p. 1040) —, atípico mas bem-sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959. Fidel Castro (1927-) era uma figura não característica na política latino-americana: um jovem forte e carismático de boa família proprietária de terras, de política indefinida, mas que estava deci-

dido a demonstrar bravura pessoal e ser um herói de qualquer causa da liberdade contra a tirania, que se apresentasse no momento certo. Mesmo seus *slogans* ("Pátria ou morte" — originalmente "Vitória ou morte" — e "Venceremos") pertencem a uma era mais antiga de libertação: admiráveis mas sem muita precisão. Após um período obscuro entre os bandos de pistoleiros da política estudantil da Universidade de Havana, escolheu a rebelião contra o governo do general Fulgêncio Batista (figura conhecida e tortuosa da política cubana desde sua estréia num golpe do exército em 1933, como o então sargento Batista), que voltara a tomar o poder em 1952 e ab-rogara a Constituição. O método de Fidel era ativista: um ataque a um quartel do exército em 1953, cadeia, exílio e a invasão de Cuba por uma força guerrilheira que, na segunda tentativa, se estabeleceu nas montanhas da província mais remota. A jogada mal preparada deu certo. Em termos puramente militares, o desafio era modesto. Che Guevara, o médico argentino altamente talentoso como líder guerrilheiro, partiu para conquistar o resto de Cuba com 148 homens, que se elevaram a trezentos quando já praticamente o conseguira. As guerrilhas do próprio Fidel só capturaram sua primeira cidade de mil habitantes em dezembro de 1958 (Thomas, 1971, pp. 997, 1020 e 1024). O máximo que havia demonstrado em 1958 — embora fosse muito — era que uma força irregular podia controlar um grande "território liberado" e defendê-lo contra uma ofensiva de um exército reconhecidamente desmoralizado. Fidel venceu porque o regime de Batista era frágil, não tinha apoio real, a não ser o motivado pela conveniência e o interesse próprio, e era liderado por um homem tornado indolente por longa corrupção. Desmoronou assim que a oposição de todas as classes políticas, da burguesia democrática aos comunistas, se uniram contra ele, e os próprios agentes, soldados, policiais e torturadores do ditador concluíram que o tempo dele se esgotara. Fidel provou que se esgotara, e, muito naturalmente, suas forças herdaram o governo. Um mau regime que poucos apoiavam fora derrubado. A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa, encarnada em seu jovem comandante. Provavelmente nenhum líder no Breve Século XX, uma era cheia de figuras carismáticas em sacadas e diante de microfones, idolatradas pelas massas, teve menos ouvintes céticos ou hostis que esse homem grande, barbudo, impontual, de uniforme de combate amassado, que falava horas seguidas, partilhando seus pensamentos um tanto assistemáticos com as multidões atentas e crédulas (incluindo este escritor). Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua-de-mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha de ser para algum lugar melhor.

Os rebeldes latino-americanos na década de 1950 inevitavelmente se viram não só recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, de Bolívar ao José Martí da própria Cuba, mas à tradição antiimperialista e social-revolucio-

nária da esquerda pós-1917. Eram a favor da "reforma agrária", o que quer que quisesse dizer isso (ver p. 346), e, pelo menos implicitamente, contra os norte-americanos, sobretudo na pobre América Central, tão longe de Deus, tão perto dos EUA, na expressão do velho homem forte mexicano Porfírio Díaz. Embora radicais, nem Fidel Castro, nem qualquer de seus camaradas eram comunistas, nem (com duas exceções) jamais disseram ter simpatias marxistas de qualquer tipo. Na verdade, o Partido Comunista cubano, o único partido comunista de massa além do chileno, era notadamente não simpático a Fidel, até que algumas de suas partes juntaram-se a ele, meio tardiamente, em sua campanha. As relações entre eles eram visivelmente geladas. Os diplomatas e conselheiros americanos debatiam constantemente se o movimento era ou não pró-comunista — se fosse, a CIA, que já derrubara um governo reformador na Guatemala em 1954, sabia o que fazer —, mas claramente concluiu que não era.

No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia social-revolucionária daqueles que tinham probabilidade de fazer insurreições armadas de guerrilha até o anticomunismo apaixonado dos EUA na década de 1950 do senador McCarthy, que automaticamente inclinava os rebeldes latinos antiimperialistas a olhar Marx com mais bondade. A Guerra Fria global fez o resto. Se o novo regime antagonizasse os EUA, o que era quase certo que faria, quando nada ameaçando os investimentos americanos, podia contar com os quase certos garantia e apoio do maior antagonista dos EUA. Além disso, a forma de governo de Fidel, através de monólogos informais diante de milhões de pessoas, não era um meio de governar, nem mesmo um pequeno país ou uma revolução, por qualquer período de tempo. Mesmo o populismo precisa de organização. O Partido Comunista era o único organismo do lado da revolução que podia proporcionar-lhe isso. Os dois precisavam um do outro, e convergiram. Além disso, em março de 1960, muito antes de Fidel descobrir que Cuba ia ser socialista e que ele próprio era comunista, embora muitíssimo à sua maneira, os EUA já haviam decidido tratá-lo como tal, e a CIA foi autorizada a providenciar sua derrubada (Thomas, 1971, p. 271). Em 1961, tentaram uma invasão de exilados na baía dos Porcos, e fracassaram. Uma Cuba comunista sobreviveu a setenta milhas de Key West, isolada pelo bloqueio americano e cada vez mais dependente da URSS.

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

Na verdade, era mais provável que fosse saudada pelos críticos de

Moscou, há muito insatisfeitos com a prioridade dos soviéticos para a coexistência pacífica entre ela e o capitalismo. O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heróicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de "dois, três, muitos Vietnãs". Uma ideologia adequada foi fornecida por um brilhante jovem esquerdista francês (quem mais?), que sistematizou a idéia de que, num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas adequadas e formar "focos" para a luta de libertação em massa (Debray, 1965).

Por toda a América Latina, entusiasmados grupos de jovens lançaram-se em lutas de guerrilha uniformemente condenadas de antemão sob a bandeira de Fidel, ou Trotski, ou Mao Tsé-tung. Com exceção da América Central e da Colômbia, onde havia uma velha base de apoio camponês a tropas armadas irregulares, a maioria dessas iniciativas desmoronou quase imediatamente, deixando atrás de si os cadáveres dos famosos — o próprio Che Guevara na Bolívia; o igualmente bonito e carismático padre rebelde Camilo Torres na Colômbia — e dos desconhecidos. Foi uma estratégia espetacularmente malconcebida, tanto mais porque, nas condições corretas, movimentos de guerrilha efetivos e duradouros em muitos desses países *eram* possíveis, como provaram as FARCS (comunistas oficiais), Forças Armadas da Revolução Colombiana na Colômbia, de 1964 até o momento em que escrevo, e o movimento Sendero Luminoso (maoísta) no Peru, na década de 1980.

Contudo, mesmo quando os camponeses tomavam a estrada da guerrilha, esta raramente era um movimento camponês — as FARCS da Colômbia são uma rara exceção. Eram feitas esmagadoramente na área rural do Terceiro Mundo por jovens intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países, mais tarde reforçadas pela nova geração de filhos e (mais raramente) filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural. Isso também valeu quando a tática de guerrilha foi transferida do interior rural para as grandes cidades, como algumas partes da esquerda revolucionária do Terceiro Mundo (por exemplo, na Argentina, no Brasil e no Uruguai e na Europa) começaram a fazer a partir de fins da década de 1960.* Na verdade, as operações de guerrilha urbana são muito mais fáceis de montar do que as rurais, pois não precisam contar com solidariedade ou conivência de massa, mas podem

(*) A principal exceção são os ativistas do que se pode chamar de movimentos de guerrilha de "gueto", como o IRA no Ulster, os "Panteras Negras", de curta existência, nos EUA, e os guerrilheiros palestinos, filhos da diáspora dos campos de refugiados, que podem vir em grande parte ou inteiramente das crianças de rua, e não do seminário; sobretudo quando os guetos não contêm classes médias significativas.

explorar o anonimato da cidade grande, além do poder de compra do dinheiro e um mínimo de simpatizantes, na maioria da classe média. Esses grupos de "guerrilha urbana", ou "terroristas", acharam mais fácil produzir dramáticos golpes publicitários e assassinatos espetaculares (como o do almirante Carrero Blanco, sucessor indicado de Franco, pelo ETA basco em 1973; e o do premiê italiano Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas em 1978), para não falar de ataques para levantar fundos, do que revolucionar seus países.

Pois mesmo na América Latina as grandes forças da mudança política eram políticos civis — e exércitos. A onda de regimes militares direitistas que começou a inundar grandes partes da América do Sul na década de 1960 — o governo militar jamais saíra de moda na América Central, com exceção do México revolucionário e da pequena Costa Rica, que na verdade aboliu seu exército após uma revolução em 1948 — não respondia, basicamente, a rebeldes armados. Na Argentina, eles derrubaram o caudilho populista Juan Domingo Perón (1895-1974), cuja força estava na organização dos trabalhadores e na mobilização dos pobres (1955), após o que se viram retomando o poder a intervalos, pois o movimento de massa peronista se revelou indestrutível e não se pôde construir nenhuma alternativa civil estável. Quando Perón voltou do exílio em 1973, dessa vez com grande parte da esquerda local pendurada nas abas de sua casaca, demonstrando mais uma vez a predominância de seus seguidores, os militares mais uma vez assumiram o poder com sangue, tortura e retórica patriótica, até serem desalojados após a derrota de suas Forças Armadas na breve, inútil mas decisiva guerra anglo-argentina de 1982.

As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha de fins da década, que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele; mas deve-se dizer que após o início da década de 1970 o regime começou a relaxar e devolveu o país a um governo civil em 1985. No Chile, o inimigo foi a esquerda unida de socialistas, comunistas e outros progressistas — o que a tradição européia (e aliás a chilena também) conhecia como "frente popular" (ver capítulo 5). Uma frente dessas já ganhara uma eleição no Chile na década de 1930, quando Washington se mostrava menos nervosa e o Chile era um sinônimo de constitucionalismo civil. Seu líder, o socialista Salvador Allende, foi eleito presidente em 1970, teve seu governo desestabilizado e, em 1973, foi derrubado por um golpe militar fortemente apoiado, talvez mesmo organizado, pelos EUA, que introduziram o Chile nos traços característicos dos regimes militares da década de 1970 — execuções ou massacres, oficiais e para-oficiais, tortura sistemática de prisioneiros e o exílio em massa de adversários políticos. O chefe militar, general Pinochet,

permaneceu no poder dezessete anos, os quais ele usou para impor uma política de ultraliberalismo econômico no Chile, assim demonstrando, entre outras coisas, que liberalismo político e democracia não são parceiros naturais do liberalismo econômico.

É possível que a tomada do poder pelos militares na Bolívia revolucionária após 1964 tivesse alguma ligação com os temores americanos de influência cubana naquele país, onde o próprio Che Guevara morreu numa improvisada tentativa de insurreição guerrilheira, mas a Bolívia não é um país que algum soldado local, por mais brutal que seja, possa controlar prontamente por qualquer período de tempo. A era militar terminou após quinze anos, preenchidos por uma rápida sucessão de generais, cada vez mais de olho nos lucros do tráfico de drogas. Embora no Uruguai os militares tomassem um movimento de "guerrilha urbana" particularmente inteligente e eficaz como desculpa para os habituais assassinatos e torturas, é o surgimento de uma frente popular de "Ampla Esquerda", competindo com o tradicional sistema bipartidário, que provavelmente explica a tomada militar de 1972 no único país sul-americano que podia ser descrito como uma verdadeira democracia duradoura. Os uruguaios retiveram o suficiente de sua tradição para acabar derrubando a algemada Constituição que lhes fora oferecida por seus governantes militares, e em 1985 voltaram ao poder civil.

Embora já houvesse conseguido e provavelmente fosse conseguir mais sucessos impressionantes na América Latina, Ásia e África, nos países desenvolvidos a estrada da guerrilha fazia pouco sentido. Contudo, não surpreende que, por meio de suas guerrilhas, rurais e urbanas, o Terceiro Mundo tenha inspirado o crescente número de jovens rebeldes e revolucionários, ou simplesmente dissidentes culturais do Primeiro Mundo. Repórteres de *rock* compararam as massas juvenis do festival de música de Woodstock (1969) a um "exército de guerrilheiros pacíficos" (Chapple & Garofalo, 1977, p. 144). Imagens de Che Guevara eram carregadas como ícones por manifestantes estudantis em Paris e Tóquio, e seu rosto barbudo, inquestionavelmente másculo e de boina fez bater corações mesmo não políticos na contracultura. Nenhum nome (excetuando-se o do filósofo Marcuse) é mais mencionado que o dele numa bem informada pesquisa da "Nova Esquerda" global de 1968 (Katsaficas, 1987), embora, na prática, o nome do líder vietnamita Ho-Chi-Minh ("Ho Ho Ho-Chi-Minh") fosse entoado com mais freqüência nas manifestações da esquerda do Primeiro Mundo. Pois foi o apoio aos guerrilheiros do Terceiro Mundo e, nos EUA após 1965, a resistência a ser mandado para combatê-los que mobilizaram a esquerda mais que qualquer outra coisa, com a possível exceção das armas nucleares. *Os deserdados da Terra*, escrito por um psicólogo caribenho que tomou parte da guerra de libertação da Argélia, tornou-se um texto de enorme influência entre ativistas intelectuais, que fica-

ram emocionados com seu elogio da violência como uma forma de libertação espiritual para os oprimidos.

Em suma, a imagem de guerrilheiros de pele escura em meio a uma vegetação tropical era parte essencial, talvez a principal inspiração, da radicalização do Primeiro Mundo da década de 1960. O "terceiro-mundismo", a crença em que o mundo seria emancipado pela libertação de sua "periferia" empobrecida e agrária, explorada e forçada à dependência pelos "países-núcleo" do que uma crescente literatura chamava de "sistema mundial", tomou conta de grande parte dos teóricos da esquerda do Primeiro Mundo. Se, como sugeriam os teóricos do "sistema mundial", as raízes dos problemas do mundo estavam não na ascensão do capitalismo industrial moderno, mas na conquista do Terceiro Mundo por colonialistas europeus no século XVI, então a inversão desse processo histórico no século XX oferecia aos impotentes revolucionários do Primeiro Mundo uma saída de sua impotência. Não admira que alguns dos mais poderosos argumentos nesse sentido viessem de marxistas americanos, que dificilmente poderiam contar com uma vitória do socialismo por forças internas dos EUA.

III

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza de regimes aparentemente firmes. Em 1968-9, uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes, cujos números se contavam agora às centenas de milhares mesmo em países ocidentais de tamanho médio, e logo se contariam aos milhões (ver capítulo 10). Além disso, seus números eram reforçados por três características políticas que multiplicavam sua eficácia política. Eram facilmente mobilizados nas enormes usinas de conhecimento que os continham, deixando-os ao mesmo tempo mais livres que os operários em fábricas gigantescas. Eram encontrados em geral nas capitais, sob os olhos dos políticos e das câmeras dos meios de comunicação. E, sendo membros das classes educadas, muitas vezes filhos da classe média estabelecida, e — quase em toda parte, mas sobretudo no Terceiro Mundo — base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades, não eram tão fáceis de metralhar quanto as classes mais baixas. Na Europa Oriental e Ocidental não houve baixas sérias, nem mesmo nos imensos motins e combates de rua em Paris, em maio de 1968. As autoridades cuidavam para

que não houvessem mártires. Onde houve um grande massacre, como na Cidade do México em 1968 — a contagem oficial foi de 28 mortos e duzentos feridos, quando o exército dispersou uma manifestação pública (González Casanova, 1975, vol. II, p. 564) —, o curso posterior da política mexicana mudou permanentemente.

As rebeliões de estudantes eram assim desproporcionalmente eficazes, sobretudo onde, como na França em 1968 e no "outono quente" da Itália em 1969, eles provocaram imensas ondas de greves operárias que paralisaram temporariamente a economia de países inteiros. E no entanto, claro, não foram verdadeiras revoluções, nem era provável que se transformassem em tais. Para os operários, nos lugares onde delas participaram, foram apenas a oportunidade de descobrir o poder de barganha industrial que haviam, sem notar, acumulado nos últimos vinte anos. Não eram revolucionários. Os estudantes do Primeiro Mundo raramente se interessavam por questões banais como derrubar governos e tomar o poder, embora na verdade os franceses chegassem bastante perto de derrubar o general De Gaulle em maio de 1968, e certamente encurtassem seu reinado (ele se aposentou um ano depois), e o protesto estudantil americano contra a guerra tirasse o presidente L. B. Johnson no mesmo ano. (Os estudantes do Terceiro Mundo estavam mais próximos das realidades do poder; os do Segundo Mundo sabiam que estavam necessariamente distantes delas.) A rebelião dos estudantes ocidentais foi mais uma revolução cultural, uma rejeição de tudo o que, na sociedade, representasse os valores paternos de "classe média", e como tal foi discutida nos capítulos 10 e 11.

Apesar disso, essa rebelião ajudou a politizar um número substancial da geração estudantil rebelde, que naturalmente se voltou para os inspiradores aceitos da revolução radical e total transformação social — Marx, os ícones não stalinistas da Revolução de Outubro e Mao. Pela primeira vez desde a era antifascista, o marxismo, não mais restrito à ortodoxia de Moscou, atraía grande número de intelectuais ocidentais. (Jamais, claro, deixara de atraí-los no Terceiro Mundo.) Era um marxismo peculiar, voltado para o seminário, combinado com diversas outras modas diferentes das então correntes na academia, e às vezes com outras ideologias, nacionalistas ou religiosas, pois vinha da sala de aula e não da experiência de vidas de trabalho. Na verdade, esse marxismo pouca relação tinha com o comportamento político desses novos discípulos de Marx, que em geral pediam o tipo de militância radical que não precisa de análise. Depois que se evaporaram as expectativas utópicas da rebelião original, muitos retornaram, ou antes se voltaram, para os velhos partidos da esquerda, que (como o Partido Socialista francês, reconstruído nesse período, ou o Partido Comunista italiano) foram revividos em parte pela infusão de entusiasmo jovem. Como o movimento era em grande parte de intelectuais, muitos foram recrutados para a profissão acadêmica. Nos EUA, esta conseqüentemente adquiriu um contingente sem precedentes de radicais político-culturais.

Outros viam-se como revolucionários na tradição de Outubro e entraram ou recriaram as organizações de "vanguarda" de quadros nas linhas leninistas, pequenas, disciplinadas, de preferência clandestinas, para infiltrarem-se em organizações de massa ou para fins terroristas. Aqui o Ocidente convergiu com o Terceiro Mundo, também cheio de organizações de combatentes ilegais esperando compensar a derrota da massa pela violência de grupo pequeno. As várias "Brigadas Vermelhas" italianas da década de 1970 foram provavelmente as mais importantes entre os grupos europeus de origem bolchevista. Surgiu um curioso mundo clandestino de conspiração mundial, em que os grupos de ação direta, de ideologia nacionalista e social-revolucionária, às vezes as duas coisas juntas, se relacionavam numa rede internacional que consistia de vários — em geral minúsculos — "Exércitos Vermelhos". Palestinos, insurretos bascos, o IRA e outros, sobrepondo-se a outras redes ilegais, infiltradas por serviços de espionagem, protegidas e onde necessário auxiliadas por Estados árabes ou orientais.

Era um ambiente idealmente adequado para escritores de histórias de espionagem e terror, para os quais a década de 1970 foi uma era de ouro. Foi também a era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente. Foi o período mais negro até então registrado na história moderna da tortura, com "esquadrões da morte" não identificados nominalmente, bandos de seqüestro e assassinato em carros sem identificação que "desapareciam" pessoas, mas que todos sabiam que faziam parte do exército e da polícia; de Forças Armadas, dos serviços de informação, de segurança e da polícia de espionagem que se tornavam praticamente independentes de governos, quanto mais de controle democrático; de "guerras sujas" indizíveis.* Isso se viu mesmo num país de velhas e poderosas tradições de lei e procedimento constitucional como a Grã-Bretanha, quando os primeiros anos do conflito na Irlanda do Norte levaram a alguns sérios abusos, que chamaram a atenção do relatório da Anistia Internacional sobre tortura (1975). Foi provavelmente pior na América Latina. Embora isso não fosse muito notado, os países socialistas mal foram afetados por essa onda sinistra. Já haviam deixado para trás suas eras de terror, e não tinham movimentos terroristas em suas fronteiras, só grupelhos de dissidentes públicos que sabiam que, nas circunstâncias, a caneta era mais poderosa do que a espada, ou melhor, a máquina de escrever (além do protesto público ocidental) do que a bomba.

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barrica-

(*) A melhor estimativa do número de pessoas "desaparecidas" ou assassinadas na "guerra suja" argentina de 1976-82 é de cerca de 10 mil (Las Cifras, 1988, p. 33).

das, pela bomba e pela emboscada na montanha. Foi global, não só porque a ideologia da tradição revolucionária, de 1789 a 1917, era universal e internacionalista — mesmo um movimento tão exclusivamente nacionalista quanto o ETA separatista basco, produto típico da década de 1960, dizia ser em certo sentido marxista — mas porque, pela primeira vez, o mundo, ou pelo menos o mundo em que viviam os ideólogos dos estudantes, era verdadeiramente global. Os mesmos livros eram publicados, quase simultaneamente, nas livrarias de estudantes em Buenos Aires, Roma e Hamburgo (em 1968 quase certamente incluindo Herbert Marcuse). Os mesmos turistas da revolução cruzavam oceanos e continentes de Paris a Havana, a São Paulo, à Bolívia. A primeira geração da humanidade a tomar a viagem aérea e as telecomunicações rápidas e baratas como coisas do cotidiano, os estudantes de final da década de 1960, não tinha dificuldade para reconhecer o que acontecia na Sorbonne, em Berkeley, em Praga como parte do mesmo acontecimento, na mesma aldeia global em que, segundo o guru canadense Marshall McLuhan (outro nome da moda na década de 1960), vivíamos todos.

E no entanto não era a revolução mundial como a geração de 1917 a compreendia, mas o sonho de uma coisa que não mais existia: freqüentemente não muito mais que fazer de conta que agir como se houvesse barricadas erguidas as fizesse de algum modo aparecer, por magia complacente. O inteligente conservador Raymond Aron chegou a descrever os "acontecimentos de maio de 1968" em Paris, não de todo imprecisamente, como teatro de rua ou psicodrama.

Ninguém mais esperava revolução social no mundo ocidental. A maioria dos revolucionários não mais sequer encarava a classe operária industrial, a "coveira do capitalismo" de Marx, como fundamentalmente revolucionária, a não ser por lealdade à doutrina ortodoxa. No hemisfério ocidental, entre a ultra-esquerda comprometida com a teoria da América Latina ou entre os rebeldes estudantis sem teoria da América do Norte, o velho "proletariado" chegou a ser descartado como um inimigo do radicalismo, fosse uma aristocracia operária favorecida, fossem patrióticos defensores da Guerra do Vietnã. O futuro da revolução estava no interior camponês (em rápido esvaziamento) do Terceiro Mundo, mas o fato mesmo de que seus habitantes tinham de ser sacudidos de sua passividade por apóstolos armados da revolta vindos de longe, comandados por Castros e Guevaras, sugeria um certo afrouxamento na crença em que a inevitabilidade histórica asseguraria que os "condenados da terra", cantados pela Internacional, romperiam sozinhos as suas cadeias.

Além disso, mesmo onde a revolução era uma realidade, ou uma probabilidade, seria ainda genuinamente mundial? Os movimentos em que os revolucionários da década de 1960 punham suas esperanças eram o oposto de ecumênicos. Os vietnamitas, os palestinos, os vários movimentos de guerrilha pela libertação colonial só se interessavam por seus assuntos nacionais. Só se relacionavam com o mundo mais vasto na medida em que eram comandados por comunistas que tinham tais compromissos mais vastos, ou na medida em

que a estrutura bipolar do sistema mundial da Guerra Fria automaticamente os fazia amigos dos inimigos de seu inimigo. O quanto o velho ecumenismo deixara de ser essencial foi demonstrado pela China comunista, que, apesar da retórica de revolução global, seguiu uma política implacavelmente centrada em si mesma, que iria levá-la, nas décadas de 1970 e 1980, a uma política de alinhamento com os EUA contra a URSS comunista, e a um virtual conflito armado tanto com a URSS quanto com o Vietnã comunista. A revolução com vistas além das fronteiras nacionais sobreviveu apenas sob a forma atenuada de movimentos regionais: pan-africano, pan-árabe, e especialmente pan-latino-americano. Esses movimentos tinham uma certa realidade, pelo menos para militantes intelectuais que falavam a mesma língua (espanhol, árabe) e passavam livremente de país em país, como exilados ou planejadores de revoltas. Podia-se até mesmo dizer que alguns deles — notadamente a versão fidelista — continham elementos globalistas genuínos. Afinal, o próprio Che Guevara lutou por algum tempo no Congo, e Cuba iria mandar suas tropas para ajudar os regimes revolucionários do Chifre da África e de Angola na década de 1970. E, no entanto, fora da esquerda latino-americana, quantos esperavam de fato um triunfo pan-africano ou pan-árabe de emancipação socialista? Não se demonstrou a fragilidade, e mesmo a irrealidade política, das revoluções supranacionais no desmonte da breve República Árabe Unida, de Egito e Síria, com um Iêmen meio frouxo no meio (1958-61), assim como os constantes atritos entre os regimes igualmente pan-árabes e socialistas do Partido Ba'hat na Síria e Iraque?

Na verdade, a mais sensacional prova do desaparecimento da revolução mundial foi a desintegração do movimento internacional a ela dedicado. Depois de 1956, a URSS e o movimento internacional sob sua liderança perderam o monopólio do apelo revolucionário, e da teoria e ideologia que o unificavam. Havia agora muitas espécies diferentes de marxistas, várias de marxistas-leninistas, e até dois ou três diferentes tipos entre os poucos partidos comunistas que, após 1956, mantinham o retrato de Yosif Stalin em sua bandeira (os chineses, os albaneses, o bastante diferente P.C. [marxista] que se cindiu do Partido Comunista indiano ortodoxo).

O que restava do movimento internacional comunista centrado em Moscou desintegrou-se entre 1956 e 1968, quando a China rompeu com a URSS em 1958-60 e pediu, com pouco sucesso, a secessão dos Estados do bloco soviético e a formação de partidos comunistas rivais, enquanto partidos comunistas (sobretudo ocidentais), encabeçados pelos italianos, começavam a distanciar-se abertamente de Moscou, e quando o próprio "campo socialista" original de 1947 se dividia agora em Estados com variados graus de lealdade à URSS, indo dos inteiramente comprometidos búlgaros* à totalmente independente Iugos-

(*) Parece que a Bulgária na verdade pediu para ser incorporada à URSS como república soviética, mas foi recusada por motivos de diplomacia internacional.

lávia. A invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968, com o propósito de substituir uma forma de política comunista por outra, finalmente bateu o último prego no caixão do "internacionalismo proletário". Daí em diante, tornou-se normal mesmo partidos comunistas alinhados com Moscou criticarem a URSS em público e adotarem políticas distintas das moscovitas ("eurocomunismo"). O fim do movimento comunista internacional foi também o fim de qualquer tipo de internacionalismo socialista ou social-revolucionário, pois as forças dissidentes e antimoscovitas não criaram organizações internacionais além de sínodos sectários rivais. O único organismo que ainda lembrava levemente a tradição de liberação ecumênica era a velha, ou antes revivida, Internacional Socialista (1951), que agora representava governos e outros partidos, sobretudo ocidentais, que haviam abandonado formalmente a revolução, mundial ou não, e na maioria dos casos até mesmo a crença nas idéias de Marx.

IV

Contudo, se a tradição de revolução social no estilo de Outubro de 1917 — ou mesmo, como alguns diziam, a tradição original de revolução no estilo dos jacobinos franceses de 1793 — se exaurira, continuava existindo a instabilidade social e política que gerava revoluções. O vulcão não deixara de estar ativo. À medida que a Era de Ouro do capitalismo mundial chegava ao fim, no início da década de 1970, uma nova onda de revolução varria grandes partes do mundo, seguida na década de 1980 pela crise dos sistemas comunistas ocidentais, que levou ao seu colapso em 1989.

Embora ocorressem esmagadoramente no Terceiro Mundo, as revoluções da década de 1970 formaram um conjunto geográfica e politicamente mal distribuído. Começaram, muito surpreendentemente, na Europa, com a derrubada, em abril de 1974, do regime português do mais longevo sistema direitista do continente e, pouco depois, com o colapso de uma muito mais breve ditadura militar ultradireitista na Grécia (ver pp. 341-2). Após a morte há muito esperada do general Franco, em 1975, a transição pacífica do autoritarismo para o governo parlamentar completou esse retorno à democracia constitucional no sul da Europa. Essas transformações ainda podiam ser consideradas como a liquidação de um serviço deixado inacabado desde a era do fascismo europeu e da Segunda Guerra Mundial.

O golpe de oficiais radicais que revolucionou Portugal foi engendrado nas longas e frustrantes guerras contra guerrilhas de libertação colonial na África, que o exército português vinha travando desde inícios da década de 1960, sem maiores problemas, a não ser na pequena colônia de Guiné-Bissau, onde o talvez mais hábil de todos os líderes libertadores africanos, Amílcar Cabral, os levara a um impasse no fim daquela década. Os movimentos de guerrilha afri-

canos haviam se multiplicado na década de 60, após o conflito do Congo e o endurecimento da política de *apartheid* sul-africana (a criação dos "lares nacionais"; o massacre de Sharpeville), mas sem sucesso significativo, além de enfraquecidos por rivalidades intertribais e sino-soviéticas. Com crescente ajuda soviética — a China se achava ocupada com o bizarro cataclismo da "Grande Revolução Cultural" de Mao — esses movimentos renasceram no início da década de 1970, mas foi a revolução portuguesa que possibilitou às colônias conquistar finalmente sua independência em 1975. (Moçambique e Angola logo foram mergulhados numa guerra civil muito mais assassina, de novo pela intervenção conjunta da África do Sul e dos EUA.)

Contudo, enquanto o império português desabava, uma grande revolução explodia no mais velho país independente da África, a Etiópia devastada pela fome, onde o imperador foi derrubado (1974) e acabou substituído por uma junta militar esquerdista fortemente alinhada com a URSS, que assim mudou seu apoio na região, até aí dado à ditadura militar de Siad Barre na Somália (1969-91), que também então professava entusiasmo por Marx e Lenin. Dentro da Etiópia, o novo regime foi contestado, e acabou sendo derrubado em 1991 por movimentos regionais de libertação ou secessão igualmente inclinados para o marxismo.

Essas mudanças criaram uma moda de regimes dedicados, pelo menos no papel, à causa do socialismo. O Daomé se declarou uma República Popular sob o habitual líder militar, e mudou seu nome para Benin; a ilha de Madagascar (Malagasy) declarou seu compromisso com o socialismo, também em 1975, após o habitual golpe militar; o Congo (que não deve ser confundido com seu gigantesco vizinho, o ex-Congo Belga, agora rebatizado de Zaire, sob o sensacionalmente rapace pró-americano Mobutu) enfatizou seu caráter de República Popular, também sob os militares; e na Rodésia do Sul (Zimbábue), a tentativa de estabelecer um Estado branco independente, que já durava onze anos, chegou ao fim em 1976, sob a crescente pressão de dois movimentos de guerrilha, divididos por identidade tribal e orientação política (russa e chinesa respectivamente). Em 1980, o Zimbábue se tornou independente sob um dos líderes guerrilheiros.

Embora no papel esses movimentos pertencessem à velha família revolucionária de 1917, na realidade pertenciam claramente a uma espécie diferente, o que era inevitável, em vista das diferenças entre as sociedades para as quais se destinavam as análises de Marx e Lenin e as da África subsaariana pós-colonial. O único país africano a que se aplicavam algumas das condições dessas análises era o capitalismo dos colonos da África do Sul, economicamente desenvolvido e industrializado, onde surgiu um verdadeiro movimento de libertação de massa, cruzando fronteiras tribais e raciais — o Congresso Nacional Africano —, com a ajuda de um verdadeiro movimento sindical de massa e um eficiente Partido Comunista. Após o fim da Guerra Fria, até mesmo o re-

gime do *apartheid* foi obrigado por ele a recuar. Contudo, também aí o movimento era desproporcionalmente forte entre certas tribos africanas e relativamente muito mais fraco entre outras (por exemplo, os zulus), uma situação explorada com algum proveito pelo regime do *apartheid*. Em todas as outras partes, com exceção do pequeno e às vezes minúsculo quadro dos intelectuais urbanos educados e ocidentalizados, as mobilizações "nacionais" e outras baseavam-se essencialmente em lealdades ou alianças tribais, uma situação que ia possibilitar aos imperialistas mobilizar outras tribos contra os novos regimes — como notadamente em Angola. A única importância do marxismo-leninismo para esses países foi uma receita para formar partidos de quadros disciplinados e governos autoritários.

A retirada dos EUA da Indochina reforçou o avanço do comunismo. Todo o Vietnã se achava agora sob governo comunista inconteste, e governos semelhantes assumiram no Laos e no Camboja, no último caso sob a liderança do Khmer Vermelho, uma combinação particularmente assassina do maoísmo de café parisiense do seu líder Pol Pot (1925-) com o campesinato armado da mata, decidido a destruir a civilização das cidades. O novo regime matou seus cidadãos em números enormes mesmo para os padrões de nosso tempo — não pode ter eliminado muito menos que 20% da população — até ser expulso do poder por uma invasão vietnamita que restaurou um governo humano em 1978. Depois disso — num dos mais deprimentes episódios da diplomacia —, a China e o bloco americano continuaram a apoiar os restos do regime de Pol Pot, por motivos anti-soviéticos e antivietnamitas.

O fim da década de 1970 viu a onda de revolução lançar seus salpicos sobre os EUA, quando a América Latina e o Caribe, inquestionável área de dominação de Washington, pareceram inclinar-se para a esquerda. Nem a Revolução Nicaragüense de 1979, que derrubou a família Somoza, peões do controle americano nas pequenas repúblicas da região, nem o crescente movimento de guerrilha em El Salvador, nem mesmo o criador de casos general Omar Torrijos, postado no canal do Panamá, enfraqueceram seriamente o domínio dos EUA, não mais que a Revolução Cubana; menos ainda a revolução na minúscula ilha de Granada em 1983, contra a qual o presidente Reagan mobilizou todo o seu poderio armado. E, no entanto, o sucesso desses movimentos contrastou de maneira impressionante com o seu anterior fracasso na década de 1960, e causou uma atmosfera que beirou a histeria em Washington no período do presidente Reagan (1980-8). Apesar disso, foram sem dúvida fenômenos revolucionários, embora de um tipo latino-americano conhecido; a grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições. A tendência, legitimizada por uma "teologia da libertação", apoiada por uma conferência episcopal na Colômbia (1968), surgira após a Revolução

Cubana,* e encontrara poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano.

Enquanto o historiador vê quão longe estavam da Revolução de Outubro mesmo essas revoluções da década de 1970, que proclamavam afinidade com ela, os governos dos EUA inevitavelmente as encaravam em essência como parte de uma ofensiva global da superpotência comunista. Isso se devia em parte ao suposto papel do jogo de soma zero da Guerra Fria. A perda de um jogador devia ser o ganho do outro, e, como os EUA se haviam alinhado com as forças conservadoras na maior parte do Terceiro Mundo, e mais que nunca na década de 1970, viram-se do lado perdedor das revoluções. Além disso, Washington julgava ter algum motivo para nervosismo com o progresso do armamento soviético. De qualquer modo, a Era de Ouro do capitalismo, e a centralidade do dólar nele, chegava ao fim. A posição dos EUA como superpotência estava inevitavelmente enfraquecida pela universalmente prevista derrota no Vietnã, do qual a maior potência militar da terra foi obrigada finalmente a retirar-se em 1975. Desde que Golias fora derrubado pela funda de Davi, não havia uma *débâcle* assim. Será demasiado supor, sobretudo em vista da Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991, que uns EUA mais confiantes não teriam aceitado tão passivamente o golpe da OPEP em 1973? O que era a OPEP, além de um grupo de Estados na maioria árabes, sem significado político além de seus poços de petróleo, e ainda não armados até os dentes graças aos altos preços do petróleo que agora podiam arrancar?

Os EUA inevitavelmente viam qualquer enfraquecimento em sua supremacia global como um desafio a ela, e como um sinal da sede soviética de dominação mundial. As revoluções da década de 1970 levaram portanto ao que se chamou de "Segunda Guerra Fria" (Halliday, 1983), travada, como de hábito, por procuração entre os dois lados, sobretudo na África e depois no Afeganistão, onde o próprio exército soviético se envolveu fora de suas fronteiras pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, não podemos discutir a afirmação de que a própria URSS achou que as novas revoluções lhe permitiam mudar o equilíbrio global ligeiramente a seu favor — ou, mais exatamente, contrabalançar, ao menos em parte, a grande perda diplomática sofrida na década de 1970 com os reveses na China e no Egito, cujos alinhamentos Washington conseguiu mudar. A URSS manteve-se fora das Américas, mas interveio em outras partes, sobretudo na África, em medida bem maior que antes e com algum sucesso. O simples fato de que a URSS permitiu ou encorajou a Cuba de Fidel Castro a mandar tropas para ajudar a Etiópia contra a nova cliente americana, a Somália (1977), e Angola contra o movimento rebelde

(*) Este escritor lembra-se de que ouviu o próprio Fidel Castro, num de seus grandes monólogos públicos em Havana, manifestar seu espanto com esse fato, ao exortar seus seguidores a acolher os surpreendentes novos aliados.

UNITA, apoiado pelos americanos e o exército sul-africano, fala por si. As declarações soviéticas agora falavam em "Estados de orientação socialista", além dos plenamente comunistas. Angola, Moçambique, Etiópia, Nicarágua, Iêmen do Sul e Afeganistão compareceram ao funeral de Brejnev em 1982 com esse título. A URSS nem fizera, nem controlava essas revoluções, mas visivelmente as acolhia, com certa alacridade, como aliadas.

Apesar disso, a próxima sucessão de regimes a desabar ou a ser derrubados demonstrou que nem a ambição soviética, nem a "conspiração comunista mundial" podiam ser responsabilizadas por essas revoltas, quando nada porque, de 1980 em diante, foi o próprio sistema soviético que começou a ser desestabilizado e, no fim da década, se desintegrou. A queda do "socialismo realmente existente" e a questão de até onde essas revoltas podem ser tratadas como revoluções serão discutidas em outro capítulo. Contudo, mesmo a grande revolução que antecedeu as crises orientais, embora fosse um golpe maior para os EUA do que outras mudanças de regime na década de 1970, nada teve a ver com a Guerra Fria.

Foi a derrubada do xá do Irã em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX. Era a resposta ao programa relâmpago de modernização e industrialização (para não falar de armamentos) empreendido pelo xá, com base em sólido apoio dos EUA e na riqueza petrolífera do país, de valor multiplicado após 1973 pela revolução de preços da OPEP. Sem dúvida, além de outros sinais da megalomania habitual entre governantes absolutos com uma formidável e temida polícia secreta, ele esperava tornar-se o poder dominante na Ásia ocidental. Modernização significava a reforma agrária na visão do xá, que transformou grande número de meeiros e arrendatários em grande número de subeconomias de pequenos proprietários e trabalhadores desempregados, que migraram para as cidades. Teerã passou de 1,8 milhão de habitantes (1960) para 6 milhões. O agricomércio de capital intensivo e alta tecnologia favorecido pelo governo criou mais excedente de mão-de-obra, mas não ajudou a produção per capita da agricultura, que decaiu nas décadas de 1960 e 1970. Em fins da década de 1970, o Irã importava a maior parte de seus alimentos.

O xá dependia cada vez mais, portanto, de uma industrialização financiada pelo petróleo a qual, incapaz de competir no mundo, era promovida e protegida internamente. A combinação de agricultura em declínio, indústria ineficiente, maciças importações estrangeiras — não menos de armas — e o *boom* do petróleo produziu inflação. É possível que o padrão de vida da maioria dos iranianos não diretamente envolvidos no moderno setor da economia, e/ou nas crescentes e florescentes classes comerciais urbanas, tenha caído nos anos que antecederam a revolução.

A vigorosa modernização cultural do xá também se voltou contra ele. Não era provável que o genuíno apoio dele (e da imperatriz) à melhoria na condi-

ção das mulheres fosse popular num país muçulmano, como os comunistas afegãos logo iriam descobrir. E seu entusiasmo igualmente genuíno pela educação aumentou a alfabetização em massa (mas cerca de metade da população continuou analfabeta) e produziu um grande corpo de estudantes e intelectuais revolucionários. A industrialização fortaleceu a posição estratégica da classe operária, sobretudo na indústria de petróleo.

Como o xá fora reposto no trono em 1953 por um golpe organizado pela CIA, contra um grande movimento popular, não acumulara um capital de lealdade e legitimidade a que pudesse recorrer. Sua própria dinastia, os Pahlavi, só remontava até um golpe dado pelo fundador, Reza Shah, um soldado da brigada de cossacos que assumiu o título imperial em 1925. Ainda, nas décadas de 1960 e 1970, a velha oposição comunista e nacional fora sufocada pela polícia secreta e os movimentos regionais e étnicos haviam sido reprimidos, como o foram os habituais grupos de guerrilheiros, marxistas ortodoxos ou islâmico-marxistas. Não podiam oferecer a centelha para a explosão, que — um retorno à antiga tradição de revolução, de Paris em 1789 a Petrogrado em 1917 — foi essencialmente um movimento das massas urbanas. O campo permaneceu quieto.

Seu líder, o aiatolá Ruholá Khomeini, velho, eminente e vingativo, estava no exílio desde meados da década de 1960, quando liderara manifestações contra um proposto referendo sobre reforma agrária e a repressão policial a atividades clericais na cidade santa de Qum. De lá, denunciou a monarquia como não islâmica. A partir do início da década de 1970, passou a pregar uma forma de governo islâmico total, o dever do clero de rebelar-se contra autoridades despóticas e, na verdade, tomar o poder: em suma, uma revolução islâmica. Foi uma inovação radical, mesmo para o clero xiita politicamente ativista. Esses sentimentos eram comunicados às massas através da engenhoca póscorânica da fita cassete, e as massas ouviam. Os jovens estudantes religiosos na cidade santa agiram em 1978, fazendo uma manifestação contra um suposto assassinato pela polícia secreta, e foram metralhados. Organizaram-se outras manifestações de luto pelos mártires, repetidas a cada quarenta dias. E esses foram aumentando, até que no fim do ano milhões de pessoas iam para as ruas manifestar-se contra o regime. Os guerrilheiros voltaram a entrar em ação. Os trabalhadores do petróleo fecharam os campos petrolíferos numa greve crucialmente eficaz, os dos bazares fecharam suas lojas. O país ficou num impasse, e o exército não conseguiu ou se recusou a suprimir o levante. Em 16 de janeiro de 1979, o xá ia para o exílio, e a Revolução Iraniana tinha vencido.

A novidade dessa revolução era ideológica. Quase todos os fenômenos reconhecidos como revolucionários até aquela data tinham seguido a tradição, a ideologia e, em geral, o vocabulário da revolução ocidental desde 1789; mais precisamente: de algum tipo de esquerda secular, sobretudo socialista ou comunista. A esquerda tradicional esteve de fato presente e ativa no Irã, e sua parte na derrubada do xá, por exemplo, com as greves operárias, longe esteve

de ser insignificante. Contudo, foi quase imediatamente eliminada pelo novo regime. A Revolução Iraniana foi a primeira feita e ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso, e a substituir o velho regime por uma teocracia populista, cujo programa professo era um retorno ao século VII d.C., ou antes, já que estamos num ambiente islâmico, à situação após a Hégira, quando se escreveu o Corão. Para revolucionários do velho tipo, tratava-se de um acontecimento tão bizarro quanto se o papa Pio IX houvesse assumido a liderança da revolução romana de 1848.

Isso não quer dizer que daí em diante os movimentos religiosos fossem alimentar revoluções, embora a partir da década de 1970 no mundo islâmico eles sem dúvida se tornassem uma força política de massa entre as classes médias e intelectuais das crescentes populações de seus países, e adotassem um tom insurrecional, sob a influência da Revolução Iraniana. Fundamentalistas islâmicos revoltaram-se e foram barbaramente reprimidos na Síria baathista, atacaram o mais sagrado dos santuários na Arábia Saudita e assassinaram o presidente do Egito (sob a liderança de um engenheiro eletricista), tudo em 1979-82.* Nenhuma doutrina individual de revolução nem qualquer projeto dominante individual para mudar o mundo substituiu a velha tradição revolucionária de 1789-1917, somente para derrubá-lo.

Não significa sequer que a velha tradição tenha desaparecido do cenário político, ou perdido toda a força para derrubar regimes, embora a queda do comunismo soviético praticamente a eliminasse em grande parte do mundo. As velhas ideologias mantiveram substancial influência na América Latina, onde o mais assustador movimento insurgente da década de 1980, o Sendero Luminoso, peruano, apregoava seu maoísmo. Estavam vivas na África e na Índia. Além disso, para surpresa dos que foram criados com base nos lugares-comuns da Guerra Fria, os partidos governantes de "vanguarda" do tipo soviético sobreviveram à queda da URSS, sobretudo em países atrasados do Terceiro Mundo. Venceram eleições autênticas nos Bálcãs e demonstraram em Cuba e na Nicarágua, em Angola e mesmo em Cabul, após a retirada do exército soviético, que eram mais que simples clientes de Moscou. Contudo, mesmo aí a velha tradição foi erodida, e muitas vezes destruída por dentro, como na Sérvia, onde o Partido Comunista se transformou num partido de chauvinismo da Grande Sérvia, ou no movimento palestino, onde a liderança da esquerda secular era cada vez mais minada pela ascensão do fundamentalismo islâmico.

(*) Outros movimentos de política violenta aparentemente religiosos que ganharam terreno nessa época não têm, e na verdade excluem deliberadamente, o apelo universalista, e são mais bem-vistos como subvariedades de mobilização étnica, por exemplo o budismo militante dos cingaleses no Sri Lanka, e os extremismos hinduísta e sikh na Índia.

V

As revoluções de fins do século XX, assim, tiveram duas características: uma foi a atrofia da tradição de revolução estabelecida; outra, a revivescência das massas. Como vimos (ver capítulo 2), poucas revoluções desde 1917-8 foram feitas a partir das bases. A maioria o foi pelas minorias ativistas dos engajados e organizados, ou impostas de cima, como por golpes de exército ou conquista militar, o que não significa que não tenham sido, nas circunstâncias adequadas, autenticamente populares. Raramente poderiam estabelecer-se de outro modo, exceto quando vinham com conquistadores estrangeiros. Contudo, em fins do século XX as "massas" retornaram à cena mais em papéis principais que coadjuvantes. O ativismo de minoria, em forma de guerrilhas e terrorismo rurais ou urbanos, continuou, e na verdade se tornou endêmico no mundo desenvolvido e em partes significativas do sul da Ásia e da zona islâmica. Os incidentes de terrorismo internacional, na contagem do Departamento de Estado americano, aumentaram quase continuamente de 125 em 1968 para 831 em 1987, e o número de suas vítimas de 241 para 2905 (UN World Social Situation, 1989, p. 165).

A lista de assassinatos políticos encompridou — o presidente Anwar Sadat do Egito (1981); Indira Gandhi (1984) e Rajiv Gandhi (1991) da Índia, para citar só alguns. As atividades do Exército Republicano Provisório Irlandês no Reino Unido e do ETA basco na Espanha são características desse tipo de violência de pequeno grupo, que tinha a vantagem de poder ser realizada por algumas centenas, ou mesmo dezenas, de ativistas, com a ajuda de explosivos e armamentos extremamente potentes, baratos e portáteis que um florescente tráfico internacional de armas agora espalhava em atacado pelo globo. Eram um sintoma da crescente barbarização de todos os três mundos, e acrescentavam-se à poluição devida à violência e insegurança generalizadas da atmosfera que a humanidade urbana aprendeu a respirar no fim do milênio. Contudo, sua contribuição à revolução política era pequena.

O mesmo não se aplica, como mostrou a Revolução Iraniana, à disposição das pessoas a sair às ruas aos milhões. Ou, como na Alemanha Oriental dez anos depois, à decisão de cidadãos da República Democrática Alemã — desorganizada, espontânea, embora decisivamente facilitada pela decisão da Hungria de abrir suas fronteiras — de votar com seus pés e seus carros contra o regime, migrando para a Alemanha Ocidental. Em dois meses, 130 mil alemães orientais tinham feito isso (Umbruch, 1990, pp. 7-10), antes da queda do Muro de Berlim. Ou, como na Romênia, onde a televisão pela primeira vez captou o momento da revolução, no rosto desabado do ditador, quando a multidão, convocada pelo regime na praça pública, se pôs a vaiar em vez de aplaudir. Ou nas partes ocupadas da Palestina, quando o movimento de não-cooperação em massa da *intifada*, iniciado em 1987, demonstrou que da-

li em diante só a repressão ativa, e não a passividade ou mesmo aceitação tácita, mantinha a ocupação israelense. O que quer que tenha estimulado as populações até então inertes a entrar em ação — comunicações modernas como TV e gravadores de fita tornavam difícil isolar mesmo as mais isoladas das questões mundiais —, era a disposição das massas de manifestar-se que decidia as questões.

Essas ações de massa, por si mesmas não derrubaram, nem poderiam derrubar, regimes. Podiam até mesmo ser detidas por coerção e armas, como o foi a mobilização em massa pela democracia na China, em 1989, com o massacre da praça Tiananmen em Pequim. (Contudo, apesar de enorme, esse movimento estudantil e urbano representava apenas uma modesta minoria na China, e mesmo assim foi suficientemente grande para causar séria hesitação no regime.) O que essa mobilização das massas conseguia era demonstrar a perda de legitimidade de um regime. No Irã, como na Petrogrado de 1917, a perda de legitimidade foi demonstrada da maneira mais clássica, pela recusa do exército e da polícia a obedecer ordens. Na Europa Oriental, convenceu velhos regimes, já desmoralizados pela recusa de ajuda soviética, de que seu tempo se esgotara. Foi uma demonstração didática da máxima de Lenin de que a votação com os pés dos cidadãos podia ser mais eficaz do que a votação em eleições. Claro que só o simples ruído dos pés dos cidadãos em massa não podia fazer revoluções. Não eram exércitos, mas multidões, ou agregados estatísticos de indivíduos. Precisavam de líderes, estruturas ou estratégias políticas para ser eficazes. O que os mobilizou no Irã foi uma campanha de protesto político de adversários do regime; mas o que transformou essa campanha em revolução foi a disposição de milhões de pessoas de juntar-se a ela. Do mesmo modo, há exemplos anteriores maciços dessa intervenção direta das massas respondendo a um apelo político vindo de cima — do Partido do Congresso na Índia para abster-se de cooperação com os britânicos nas décadas de 1920 e 1930 (ver capítulo 7), ou dos seguidores do presidente Perón para exigir a libertação de seu herói preso, no famoso "Dia da Lealdade", na plaza de Mayo, em Buenos Aires (1945). Além disso, o que contava não eram números absolutos, mas números agindo numa situação que os tornava operacionalmente eficazes.

Ainda não entendemos por que a votação com os pés, em massa, se tornou parte tão mais significativa da política nas últimas décadas do século. Uma das razões deve ser que, nesse período, o fosso entre governantes e governados se alargou em quase toda parte, embora nos Estados que ofereciam mecanismos para saber o que pensavam seus cidadãos, e meios para que eles expressassem suas preferências políticas de tempos em tempos, fosse improvável produzir-se uma revolução ou completa perda de contato. Era mais provável ocorrerem demonstrações de quase unânime falta de confiança em regimes que, ou tinham perdido, ou (como Israel nos territórios ocupados) nunca ti-

nham tido legitimidade, sobretudo quando ocultavam isso de si mesmos.* Mesmo assim, as manifestações em massa de rejeição a sistemas políticos ou partidários existentes tornaram-se bastante comuns mesmo em sistemas parlamentares estabelecidos e estáveis, como testemunham a crise italiana de 1992-3 e o surgimento de novas e grandes forças eleitorais em vários países, cujo denominador comum era simplesmente *não* serem identificadas com nenhum dos velhos partidos.

Contudo, há outro motivo para a revivescência das massas: a urbanização do globo, sobretudo no Terceiro Mundo. Na era clássica da revolução, de 1789 a 1917, os velhos regimes eram derrubados nas grandes cidades, mas os novos se tornavam permanentes pelos inarticulados plebiscitos da área rural. A novidade da fase de revoluções pós-década de 1930 era que eram feitas no campo e, uma vez vitoriosas, importadas para as cidades. No fim do século XX, tirando umas poucas regiões retrógradas, a revolução mais uma vez vinha da cidade, mesmo no Terceiro Mundo. Tinha de vir, tanto porque a maioria dos habitantes de qualquer grande Estado agora vivia na cidade, ou parecia provável que vivesse, quanto porque a grande cidade, sede de poder, podia sobreviver e defender-se contra o desafio rural, não menos graças à tecnologia moderna, contanto que as autoridades não perdessem a lealdade de sua população. A guerra no Afeganistão (1979-88) demonstrou que um regime com base na cidade podia manter-se num país de guerrilha clássica, eriçado de insurretos rurais apoiados, financiados e equipados com armamentos de alta tecnologia moderna, mesmo após a retirada do exército estrangeiro no qual se apoiava. O governo do presidente Najibullah, para surpresa de todos, sobreviveu alguns anos depois da partida do exército soviético; e quando caiu, não foi porque Cabul não pôde mais resistir aos exércitos rurais, mas porque uma parte de seus próprios guerreiros profissionais decidiu mudar de lado. Após a Guerra do Golfo de 1991, Saddam Hussein manteve-se no Iraque contra grandes insurreições no norte e sul de seu país e num Estado militarmente fraco, essencialmente porque não perdeu Bagdá. As revoluções no fim do século XX têm de ser urbanas, se querem vencer.

Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro grandes ondas do século XX, de 1917-20, 1944-62, 1974-8 e 1989- , poderão ser seguidas de outras rodadas de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução, contra-revolução armada, golpes militares ou conflito civil armado** apostaria seu dinheiro no triunfo universal

(*) Quatro meses antes do colapso da República Democrática Alemã, eleições locais naquele Estado tinham dado ao partido governante uma votação de 98,85%.

(**) Omitindo-se os mini-Estados de menos de meio milhão de habitantes, os únicos Estados consistentemente "constitucionais" são os EUA, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda,

da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis.

Contudo, se é praticamente certo que o mundo, ou pelo menos grande parte dele, estará repleto de mudanças violentas, a natureza dessas mudanças é obscura. O mundo do fim do Breve Século xx se acha mais em estado de colapso que de crise revolucionária, embora naturalmente contenha países nos quais, como o Irã na década de 1970, existem as condições para a derrubada de regimes odiados que perderam a legitimidade, por levante popular sob liderança de forças capazes de substituí-los: por exemplo, no momento em que escrevo, a Argélia e, antes da abdicação do regime do *apartheid*, a África do Sul. (Não se segue que condições revolucionárias potenciais ou reais produzam revoluções bem-sucedidas.) Apesar disso, esse tipo de descontentamento concentrado com o *status quo* é hoje menos comum que uma rejeição desconcentrada do presente, uma ausência ou desconfiança da organização política, ou simplesmente um processo de desintegração a que as políticas interna e internacional dos Estados se adaptam o melhor que podem.

Está também repleto de violência — mais violência que no passado — e, o que talvez seja igualmente importante, de armas. Nos anos antes da acessão de Hitler ao poder na Alemanha e na Áustria, por mais agudas que fossem as tensões e ódios raciais, é difícil imaginar que assumissem a forma de adolescentes carecas nazistas incendiando uma casa habitada por imigrantes, matando seis membros de uma família turca. Contudo, em 1993, um incidente desse choca, mas não mais surpreende, quando ocorre no coração da tranqüila Alemanha, casualmente em uma cidade (Solingen) com uma das mais antigas tradições de socialismo operário no país.

Além disso, a acessibilidade de armas e explosivos altamente destrutivos hoje é tal que o habitual monopólio de armamentos do Estado em sociedades desenvolvidas não pode mais ser tomado como certo. Na anarquia de pobreza e ganância que substituiu o ex-bloco soviético, não era mais inconcebível nem mesmo que armas nucleares, ou os meios para fabricá-las, pudessem chegar às mãos de grupos outros que não os governos.

O mundo do terceiro milênio portanto quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas. A única coisa incerta nelas é aonde irão levar.

Suécia, Suíça e Grã Bretanha (excluindo a Irlanda do Norte). Os Estados ocupados durante e depois da Segunda Guerra Mundial não foram classificados como desfrutando ininterrupta constitucionalidade, mas, se necessário, umas poucas ex-colônias ou países atrasados que jamais tiveram golpes militares nem desafio armado interno podiam ser também encarados como "não revolucionários" — por exemplo, Guiana, Butão e Emirados Árabes Unidos.

16

FIM DO SOCIALISMO

[A] saúde [da Rússia revolucionária], porém, está sujeita a uma condição indispensável: que jamais (como um dia aconteceu mesmo à Igreja) se abra um mercado negro de poder. Se a correlação européia de poder e dinheiro penetrasse também na Rússia, talvez não o país, nem mesmo o Partido, mas o comunismo na Rússia estaria perdido.

Walter Benjamin (1979, pp. 195-6)

Não é mais verdade que um credo oficial único seja o único guia operativo para a ação. Coexistem mais que uma ideologia, uma mistura de modos de pensar e esquemas de referência, e não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do Partido e dentro da liderança [...] Um "marxismo-leninismo" rígido e codificado não poderia, a não ser na retórica oficial, responder às verdadeiras necessidades do regime.

M. Lewin, in Kerblay (1983, p. xxvi)

A chave para atingir a modernização é o desenvolvimento de ciência e tecnologia [...] Conversa mole não vai levar nosso programa de modernização a parte alguma; precisamos ter conhecimento e pessoal treinado [...] Agora parece que a China está uns bons vinte anos atrás dos países desenvolvidos em ciência, tecnologia e educação [...] Já na Restauração Meiji, os japoneses começaram a fazer um grande esforço em ciência, tecnologia e educação. A Restauração Meiji foi uma espécie de campanha de modernização empreendida pela emergente burguesia japonesa. Como proletários devemos, e podemos, fazer mais.

Deng Xiaoping, "Respeitem o conhecimento, respeitem o pessoal treinado", 1977

I

Um país socialista na década de 1970 preocupava-se particularmente com seu relativo atraso econômico, quando nada porque o vizinho, o Japão, era o

mais espetacularmente bem-sucedido dos Estados capitalistas. O comunismo chinês não pode ser encarado simplesmente como uma subvariedade do comunismo soviético, e menos ainda como parte do sistema de satélites soviético. Antes de mais nada, triunfou num país com uma população muito maior que a da URSS, ou, aliás, de qualquer outro Estado. Mesmo descontando-se as incertezas da demografia chinesa, alguma coisa em torno de um em cada cinco seres humanos era um chinês vivendo na China continental. (Havia também uma substancial diáspora chinesa no leste e sudeste da Ásia.) Além disso, a China era não só muito mais nacionalmente homogênea que a maioria dos outros países — cerca de 94% da população era de chineses han —, mas formara uma unidade política única, embora intermitentemente perturbada, provavelmente por um período de no mínimo 2 mil anos. Mais objetivamente ainda, durante a maior parte desses dois milênios o império chinês, e presumivelmente a maioria de seus habitantes que tinham opinião sobre essas questões, havia considerado a China o centro e modelo da civilização mundial. Com raras exceções, *todos* os demais países onde triunfaram regimes comunistas, da URSS em diante, eram e viam-se como culturalmente atrasados e marginais, em relação a algum centro avançado e paradigmático de civilização. A própria estridência com que a URSS insistia, nos anos de Stalin, em sua não-dependência intelectual e tecnológica do Ocidente e na origem interna de todas as grandes invenções, do telefone aos aviões, era um sintoma denunciador desse senso de inferioridade.*

O mesmo não se dava com a China, que, muito corretamente, via sua civilização, arte, escrita e sistema de valores sociais clássicos como a reconhecida inspiração e modelo para outros — não menos o próprio Japão. Certamente não tinha nenhum senso de qualquer inferioridade cultural e intelectual, coletivo ou individual, em comparação com qualquer outro povo. O fato mesmo de a China não ter Estados vizinhos que pudessem mesmo levemente ameaçá-la, e, graças à adoção de armas de fogo, não ter qualquer dificuldade de repelir os bárbaros em sua fronteira, confirmava o senso de superioridade, embora deixasse o Império despreparado para a expansão imperial do Ocidente. A inferioridade cultural da China, que se tornou demasiado evidente no século XIX, não se deveu a alguma incapacidade técnica ou educacional, mas ao próprio senso de auto-suficiência e autoconfiança da civilização chinesa tradicional. Isso a fez relutar em fazer o que fizeram os japoneses após a Restauração Meiji, em 1868: mergulhar na "modernização", adotando no atacado modelos europeus.

(*) As conquistas intelectuais e científicas da Rússia entre 1830 e 1930 foram de fato extraordinárias, e incluíram algumas impressionantes inovações tecnológicas, que o atraso raramente permitiu que fossem economicamente desenvolvidas. Contudo, o brilho e significação mundial de uns poucos russos só tornam mais óbvia para o Ocidente a inferioridade geral da Rússia.

Isso só poderia ser feito e só o seria sobre as ruínas do antigo império chinês, guardião da antiga civilização, e pela revolução social, que foi ao mesmo tempo uma revolução cultural contra o sistema confuciano.

O comunismo chinês, portanto, era ao mesmo tempo social e, se assim se pode dizer, nacional. O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadoras nas grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna — Xangai, Cantão, Hong Kong —, e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país. Sua condição era muito pior até mesmo que a da população urbana chinesa, cujo consumo, per capita, era qualquer coisa tipo duas vezes e meia maior. A simples pobreza da China já é difícil de imaginar para leitores ocidentais. Assim, na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá *por ano*. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos (China Statistics, 1989, tabelas 3.1, 15.2 e 15.5).

O elemento nacional no comunismo chinês operava tanto através dos intelectuais de origem nas classes alta e média, que proporcionaram a maior parte da liderança de todos os movimentos políticos chineses do século XX, quanto através do sentimento, sem dúvida generalizado entre as massas chinesas, de que os bárbaros estrangeiros não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo. Como a China fora atacada, derrotada, dividida e explorada por todo Estado estrangeiro ao alcance desde meados do século XX, essa suposição não era implausível. Movimentos antiimperialistas de massa com uma ideologia tradicional já eram conhecidos antes do fim do império chinês, por exemplo a chamada Rebelião dos Boxers, de 1900. Há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais).

Nisso, os comunistas tinham uma vantagem sobre seus rivais, o (mais velho) Partido do Kuomintang, que tentara reconstruir uma república chinesa única, poderosa, a partir dos fragmentos dispersos do império chinês, comandado por líderes militarizados locais, após sua queda, em 1911. Os objetivos a curto prazo dos dois partidos não pareciam incompatíveis, a base política dos dois se achava nas cidades mais avançadas do sul da China (onde a república estabelecera sua capital), e sua liderança consistia em grande parte no mesmo tipo de elite educada, descontando-se uma certa tendência para comerciantes

em um, e para camponeses e operários em outro. Os dois, por exemplo, continham praticamente a mesma porcentagem de homens vindos dos latifúndios tradicionais e da fidalguia culta, as elites da China imperial, embora os comunistas tendessem a ter mais líderes com educação superior do tipo ocidental (North & Pool, 1966, pp. 378-82). Os dois vinham do movimento antiimperial da década de 1900, reforçado pelo "Movimento de Maio", o levante nacional de estudantes e professores em Pequim após 1919. Sun Yat-sen, o líder do Kuomintang, era um patriota, democrata e socialista, que contava para aconselhamento e apoio com a Rússia soviética — única potência revolucionária e antiimperialista — e achava o modelo bolchevique de Estado de partido único mais adequado que os modelos ocidentais para a sua tarefa. Na verdade, os comunistas se tornaram uma força poderosa em grande parte graças a essa ligação soviética, que lhes permitiu integrar-se no movimento nacional oficial, e, após a morte de Sun Yat-sen, em 1925, partilhar do grande avanço pelo qual a República estendeu sua influência à metade da China que não controlava. O sucessor de Sun, Chiang Kai-shek (1897-1975), jamais conseguiu estabelecer completo controle sobre o país, embora em 1927 rompesse com os russos e eliminasse os comunistas, cujo principal corpo de apoio de massa nessa época se achava entre a pequena classe operária urbana.

Os comunistas, obrigados a voltar sua atenção principal para o campo, travaram então uma guerra de guerrilha contra o Kuomintang — graças, não menos, a suas próprias divisões e confusões e à distância de Moscou das realidades chinesas —, em geral com pouco sucesso. Em 1934 seus exércitos foram forçados a recuar para um canto remoto do extremo noroeste, na heróica "Longa Marcha". Esses fatos fizeram de Mao Tsé-tung, que há muito defendia a estratégia rural, o indisputado líder do Partido Comunista em seu exílio em Yenan, mas não ofereceram nenhuma perspectiva imediata de progresso comunista. Ao contrário, o Kuomintang foi estendendo constantemente seu controle sobre a maior parte do país até a invasão japonesa de 1937.

Contudo, a falta de genuíno apelo de massa do Kuomintang para os chineses, além do abandono do projeto revolucionário, que era ao mesmo tempo um projeto de modernização e regeneração, não o tornava um páreo para seus rivais comunistas. Chiang Kai-shek jamais se tornou um Ataturk — outro chefe de uma revolução modernizante, antiimperialista e nacional que se viu fazendo amizade com a jovem república soviética, usando os comunistas locais para seus próprios fins e dando-lhes as costas, embora de modo menos estridente que Chiang. Como Ataturk, ele tinha o exército: mas não era um exército com lealdade nacional, isso para não falar no moral revolucionário dos exércitos comunistas, e sim uma força recrutada entre homens para os quais, em momentos de problemas e colapso social, um uniforme e uma arma são a melhor maneira de ir levando, e tendo como oficiais homens que sabiam — como o próprio Mao Tsé-tung — que nessas horas o "poder surgia do cano

de uma arma", e também o lucro e a riqueza. Chiang Kai-shek tinha bastante apoio da classe média urbana, e talvez mais ainda de ricos chineses do além-mar: mas 90% dos chineses, e quase todo o território do país, estavam fora das cidades. Estas eram controladas, se eram, por notáveis locais e homens de força, desde os chefes locais com seus homens armados até famílias fidalgas e relíquias da estrutura de poder imperial, com os quais Chiang Kai-shek chegou a um acordo. Quando os japoneses partiram para conquistar a China a sério, os exércitos do Kuomintang não puderam impedi-los de quase imediatamente tomar as cidades costeiras, onde estava a sua verdadeira força. No resto da China, eles se tornaram o que sempre tinham sido potencialmente: mais um regime corrupto de chefes e senhores locais, resistindo ineficazmente aos japoneses, quando resistiam. Enquanto isso, os comunistas mobilizavam efetivamente a resistência de massa aos japoneses nas áreas ocupadas. Quando tomaram a China, em 1949, tendo varrido quase com desprezo as forças do Kuomintang numa breve guerra civil, os comunistas eram para todos, com exceção dos restos de poder do Kuomintang em fuga, o governo legítimo da China, verdadeiros sucessores das dinastias imperiais após um interregno de quarenta anos. E foram tanto mais aceitos como tais porque, com sua experiência de partido marxista-leninista, puderam forjar uma organização disciplinada nacional capaz de levar a política do governo do centro até as mais remotas aldeias do gigantesco país — como devia fazer, na mente da maioria dos chineses, um império de verdade. *Organização*, mais que doutrina, foi a principal contribuição do bolchevismo de Lenin para mudar o mundo.

Contudo, claro, os comunistas eram mais que o Império revivido, embora sem dúvida se beneficiassem das enormes continuidades da história chinesa, que estabelecia tanto o modo como o chinês comum esperava relacionar-se com qualquer governo que desfrutasse o "mandato do céu" quanto o modo como os que administravam a China esperavam pensar sobre suas tarefas. Em nenhum outro país os debates políticos dentro de um sistema comunista se realizariam com referência ao que um mandarim leal dissera ao imperador Chia-ching, da dinastia Ming, no século XVI.* A isso se referia um inflexível observador da China — o correspondente do *Times* de Londres — na década de 1950, ao afirmar, chocando os que o ouviram na época, como este autor, que não restaria comunismo algum no século XXI a não ser na China, onde sobreviveria como a ideologia nacional. Para a maioria dos chineses, tratava-se de uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelan-

(*) Cf. o artigo "Hai Tui repreende o imperador", no *Diário do Povo* em 1959. O mesmo autor (Wu Han) compôs um libreto para uma ópera clássica de Pequim, *A demissão de Hai Tui*, em 1960, que alguns anos depois ofereceu a ocasião que disparou a Revolução Cultural (Leys, 1977, pp. 30 e 34).

do para precedentes da dinastia T'ang; da grandeza de um excelso império e civilização.

E, nos primeiros anos, era isso que a maioria dos chineses parecia estar obtendo. Os camponeses elevaram sua produção de grãos em mais de 70% entre 1949 e 1956 (China Statistics, 1989, p. 165), supostamente porque ainda não se interferia muito com eles, e embora a intervenção da China na Guerra da Coréia de 1950-2 criasse um sério pânico, a capacidade do exército chinês de primeiro derrotar e depois manter a distância os poderosos EUA dificilmente deixaria de impressionar. O planejamento do desenvolvimento industrial e educacional começou no início da década de 1950. Contudo, muito em breve a nova República Popular, sob o agora incontestado e incontestável Mao, começou a entrar em duas décadas de catástrofes em grande parte arbitrárias provocadas pelo grande timoneiro. A partir de 1956, as relações em rápida deterioração com a URSS, que terminaram no clamoroso racha entre as duas potências comunistas em 1960, levaram à retirada da importante ajuda material e de outras, vindas de Moscou. Contudo, isso mais complicou que causou o calvário do povo chinês, assinalado por três estações principais da cruz: a ultra-rápida coletivização da agricultura camponesa em 1955-7; o "Grande Salto Avante" da indústria em 1958, seguido pela grande fome de 1959-61, provavelmente a maior do século XX;* e os dez anos de Revolução Cultural, que acabaram com a morte de Mao, em 1976.

Concorda-se em geral que esses mergulhos cataclísmicos se deveram, em grande parte, ao próprio Mao, cujas políticas eram muitas vezes recebidas com relutância na liderança do partido, e às vezes — mais notadamente no caso do "grande salto avante" — com franca oposição, que ele só superou lançando a Revolução Cultural. Contudo, não podem ser entendidas sem um senso das peculiaridades do comunismo chinês, do qual Mao se fez o porta-voz. Ao contrário do comunismo russo, o chinês praticamente não tinha relação direta com Marx e o marxismo. Foi um movimento pós-Outubro, que chegou a Marx *via* Lenin, ou, mais precisamente, via o "marxismo-leninismo" de Stalin. O conhecimento de teoria marxista do próprio Mao parece ter derivado quase inteiramente da *História do PCUs* [*b*]*: breve curso*, de 1939. E no entanto, por baixo da cobertura marxista-leninista havia — e isso é bastante evidente no caso de Mao, que nunca viajou para fora da China até tornar-se chefe de Estado, e cuja formação intelectual era inteiramente nacional — um utopismo muito chinês. Este, naturalmente, tinha pontos de contato com o marxismo:

(*) Segundo estatísticas oficiais chinesas, a população do país em 1959 era 672,07 milhões. Na taxa de crescimento natural dos sete anos anteriores, que era de pelo menos 20 por mil ao ano (na verdade uma média de 21,7 por mil), seria de esperar que a população chinesa em 1961 fosse 699 milhões. Na verdade, era 658,59 milhões, ou *40 milhões* menos do que seria de esperar (China Statistics, 1989, tabelas T3.1 e T3.2).

todas as utopias social-revolucionárias têm alguma coisa em comum, e Mao, sem dúvida com toda a sinceridade, pegou os aspectos de Marx e Lenin que se encaixavam em sua visão e usou-os para justificá-la. Contudo, essa visão de sociedade ideal unida por um consenso total, e na qual, já se disse, "a total abnegação do indivíduo e a total imersão na coletividade (são) bens últimos [...] uma espécie de misticismo coletivista", é o oposto do marxismo clássico, que, pelo menos em teoria e como objetivo último, previa a completa liberação e auto-realização do indivíduo (Schwartz, 1966). A ênfase característica no poder de transformação espiritual para se conseguir isso, remodelando o homem, embora recorra à crença de Lenin e depois de Stalin, na consciência e no voluntarismo, foi muito além dela. Com toda a sua crença no papel da ação e decisão políticas, Lenin jamais perdeu de vista o fato — como poderia tê-lo feito? — de que circunstâncias práticas impunham severas limitações à efetividade da ação, e mesmo Stalin reconhecia que seu poder tinha limites. Contudo, sem a crença em que "forças subjetivas" eram todo-poderosas, e que os homens *podiam* mover montanhas e tomar o céu de assalto se quisessem, são inconcebíveis as loucuras do "grande salto avante". Especialistas diziam o que se podia fazer e não fazer, mas só o fervor revolucionário poderia superar todos os obstáculos materiais, e a mente transformar a matéria. Daí, ser "vermelho" era não só muito mais importante que ser especialista, mas sua alternativa. Uma enorme onda de entusiasmo em 1958 iria industrializar a China *imediatamente*, saltando para o futuro por cima de eras, quando o comunismo entrasse *imediatamente* em plena operação. Os incontáveis altos-fornozinhos de fundo de quintal, de baixa qualidade, com os quais a China iria duplicar sua produção de aço dentro de um ano — e na verdade mais que triplicou em 1960, antes de recair em 1962 para menos que antes do "grande salto" — representaram um lado da transformação. As 24 mil "comunas populares" de agricultores, estabelecidas nuns meros dois meses de 1958, representaram o outro lado. Eram completamente comunistas, porque não apenas todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a familiar — as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e mandando-as, arregimentadas, para os campos —, mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e a renda em dinheiro. Esses seis serviços eram alimentação, assistência médica, educação, funerais, corte de cabelo e cinema. Visivelmente, não deu certo. Em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes de ele ter se (como a coletivização de Stalin) combinado com a natureza para produzir a fome de 1960-1.

Num aspecto, essa crença na capacidade de transformar pela vontade se apoiava numa crença maoísta mais específica no "povo", disposto a ser transformado e portanto a participar, criativamente e com toda a inteligência e

engenhosidade tradicionais chinesas, na grande marcha avante. Era a visão essencialmente romântica de um artista, embora, segundo depreendemos por aqueles que podem julgar a poesia e caligrafia que ele gostava de praticar, não um artista muito bom. ("Não tão ruim quanto a pintura de Hitler, mas não tão boa quanto a de Churchill", na opinião do orientalista britânico Arthur Waley, usando a pintura como uma analogia para a poesia.) Isso o levou, contra os céticos e a opinião realista de outros líderes chineses, a convocar intelectuais da velha elite a contribuir com seus talentos para a campanha das "Cem Flores" de 1956-7, na suposição de que a revolução, e talvez ele próprio, já os tivesse transformado. ("Que desabrochem cem flores, que disputem cem escolas de pensamento.") Quando, como camaradas menos inspirados haviam previsto, essa explosão de livre-pensamento se mostrou deficiente em entusiasmo unânime pela nova ordem, confirmou-se a desconfiança inata de Mao dos intelectuais como tais, que iria encontrar expressão espetacular nos dez anos da Grande Revolução Cultural, quando a educação superior praticamente parou e os intelectuais que já existiam foram regenerados em massa pelo trabalho braçal compulsório no campo.* Apesar disso, a crença de Mao nos camponeses, exortados a resolver todos os problemas de produção durante o "grande salto", segundo o princípio de "que todas as escolas [isto é, de experiência local] disputem", permaneceu inalterada. Pois — e esse era mais um aspecto do pensamento de Mao que encontrava apoio no que ele lia na dialética marxista — ele estava fundamentalmente convencido da importância da luta, do conflito e da alta tensão como algo não apenas essencial à vida, mas que também impedia a recaída da antiga sociedade chinesa em insistir na permanência e harmonia imutáveis, o que fora sua fraqueza. A revolução e o próprio comunismo só poderiam ser salvos de degenerar em estagnação por uma luta constantemente renovada. A revolução não podia acabar nunca.

A peculiaridade da política maoísta era ser "ao mesmo tempo uma forma extrema de ocidentalização e uma reversão parcial aos padrões tradicionais", sobre os quais, na verdade, se apoiava em grande parte, pois o velho império chinês se caracterizava, pelo menos nos períodos em que o poder do imperador era forte e assegurado, e portanto legítimo, pela autocracia do governante e a aquiescência e obediência dos súditos (Hu, 1966, p. 241). O simples fato de que 84% das famílias camponesas chinesas se deixaram tranqüilamente ser coletivizadas num único ano (1956), ao que parece sem nenhuma das conseqüências

(*) Em 1970, o número total de estudantes em todas as Instituições de Ensino Superior da China era 48 mil; nas escolas técnicas do país (1969), 23 mil; e nas Escolas de Formação de Professores (1969), 15 mil. A ausência de quaisquer dados sobre pós-graduados sugere que não havia provisão alguma para eles. Em 1970, um total de 4260 jovens começou a estudar ciências naturais nas Instituições de Ensino Superior, e um total de noventa começou a estudar ciências sociais. Isto num país de, na época, 830 milhões de pessoas (China Statistics, 1989, tabelas T17.4, T17.8 e T17.10).

da coletivização soviética, já fala por si. A industrialização, no modelo soviético voltado para a indústria pesada, era a prioridade incondicional. Os absurdos mortais do "grande salto" se deveram basicamente à convicção, que o regime chinês partilhava com o soviético, de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos "materiais" por "morais", o que significava, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços humanos disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia. Ao mesmo tempo, o campo continuou sendo a base do sistema de Mao, como sempre fora desde a época da guerrilha, e, ao contrário da URSS, o modelo do "grande salto" fez dele também o *locus* preferido de industrialização. Ao contrário da URSS, a China não passou por industrialização em massa sob Mao. Só na década de 1980 a população rural foi cair abaixo de 80%.

Por mais que nos possamos chocar com o registro dos vinte anos maoístas, um registro que combina desumanidade e obscurantismo em massa com os absurdos surrealistas das afirmações feitas em nome dos pensamentos do divino líder, não devemos esquecer que, pelos padrões do Terceiro Mundo, assolado pela pobreza, o povo chinês ia indo bem. No fim do período de Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava pouco acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos metade dos asiáticos — bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura (Taylor & Jodice, 1983, tabela 4.4). A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982, sobretudo devido à impressionante e — exceto nos anos da fome — contínua queda da mortalidade (Liu, 1986, pp. 323-4). Como a população chinesa, mesmo descontando-se a grande fome, aumentou de cerca de 540 milhões para cerca de 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao, é evidente que a economia conseguiu alimentá-los — um pouco acima do nível de começos da década de 50 — e melhorou ligeiramente seu nível de roupas (China Statistics, 1989, tabela T15.1). A educação, mesmo no nível elementar, sofreu tanto com a fome, que reduziu a freqüência em 25 milhões, quanto com a Revolução Cultural, que a reduziu em 15 milhões. Apesar disso, não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam à escola primária do que quando ele chegou ao poder — isto é, uma taxa de matrícula de 96%, comparada com menos de 50% mesmo em 1952. Claro, ainda em 1987 mais de um quarto da população acima dos doze anos continuava analfabeta e "semi-analfabeta" — entre as mulheres essa cifra chegava a 38% —, mas não devemos esquecer que a alfabetização na China é excessivamente difícil, e só se podia esperar que uma proporção bastante pequena dos 34% nascidos antes de 1949 a tivesse adquirido inteiramente (China Statistics, 1989, pp. 69-72 e 695). Em suma, embora as realizações do período maoísta possam não impressionar observadores ocidentais céticos — havia muitos sem

ceticismo — certamente teriam parecido impressionante para, digamos, observadores indianos e indonésios, e talvez não parecessem particularmente decepcionantes para os 80% de chineses rurais, isolados do mundo, cujas expectativas eram as de seus pais.

Apesar disso, era inegável que, internacionalmente, a China perdera terreno desde a revolução, e notadamente em relação a vizinhos não comunistas. Sua taxa de crescimento econômico per capita, embora impressionante nos anos de Mao (1960-75), foi menor que a do Japão, Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan — para citar os países leste-asiáticos nos quais os observadores chineses certamente teriam ficado de olho. Embora imenso, seu PNB era quase igual ao do Canadá, menor que o da Itália, e um simples quarto do Japão (Taylor & Jodice, 1983, tabelas 3.5 e 3.6). O desastroso curso em ziguezague seguido pelo Grande Timoneiro desde meados da década de 1950 só continuara porque Mao, em 1965, com apoio militar, lançou um movimento anárquico, inicialmente estudantil, de jovens "Guardas Vermelhos" contra a liderança do partido que o pusera discretamente de lado, e contra os intelectuais de todo tipo. Foi a Grande Revolução Cultural que devastou a China por algum tempo, até que Mao chamou o exército para restaurar a ordem, e de qualquer modo se viu obrigado a restaurar algum tipo de controle do partido. Como ele se achava visivelmente nas últimas, e o maoísmo sem ele teria pouco apoio de fato, não sobreviveu à sua morte, em 1976, e à quase imediata prisão dos ultramaoístas do "Bando dos Quatro", encabeçados pela viúva do líder, Jiang Quing. O novo curso, sob o pragmático Deng Xiaoping, começou imediatamente.

II

O novo curso de Deng na China foi o mais franco reconhecimento público de que eram necessárias mudanças dramáticas na estrutura do "socialismo realmente existente", mas à medida que a década de 1970 passava para a de 1980, foi ficando cada vez mais claro que havia alguma coisa de seriamente errado em todos os sistemas socialistas que assim se consideravam. A diminuição no ritmo da economia soviética era palpável: a taxa de crescimento de quase tudo que nela contava, e podia ser contado, caiu constantemente de um período de cinco anos para outro após 1970: produto interno bruto, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade de trabalho, renda real per capita. Se não estava de fato em regressão, a economia avançava no passo de um boi cada vez mais cansado. Além disso, muito longe de se tornar um gigante do comércio mundial, a URSS parecia estar regredindo internacionalmente. Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia

(isto é, petróleo e gás). Por outro lado, quase 60% de suas importações consistiam em máquinas, metais etc. e artigos de consumo industriais (SSSR, 1987, pp. 15-7, 32-3). Tornara-se algo assim como uma colônia produtora de energia para economias industriais mais avançadas — na prática, em grande parte, para seus próprios satélites ocidentais, notadamente a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã, cujas indústrias podiam contar com o mercado ilimitado e não exigente da URSS, sem ter de mudar muita coisa para corrigir suas próprias deficiências.*

Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo talvez mais que qualquer outra coisa, pois sua capacidade de melhorar a vida da gente comum através de maior justiça social não dependia basicamente de sua capacidade de gerar maior riqueza. O fato de a expectativa de vida na URSS, Polônia e Hungria permanecer quase imutada durante os últimos vinte anos antes do colapso do comunismo — na verdade, de vez em quando chegava a cair — era causa de séria preocupação, pois na maioria dos outros países ela continuava a subir (incluindo, deve-se dizer, Cuba e os países comunistas asiáticos sobre os quais dispomos de dados). Em 1969, austríacos, finlandeses e poloneses podiam esperar morrer na mesma média de idade (70,1 anos), mas em 1989 os poloneses tinham uma expectativa de vida cerca de quatro anos mais curta que os austríacos e finlandeses. Isso pode ter tornado as pessoas mais saudáveis, como sugeriam os demógrafos, mas só porque nos países socialistas morriam pessoas que podiam ter sido mantidas vivas em países capitalistas (Riley, 1991). Os reformadores na URSS e em outras partes não deixavam de observar essas tendências com crescente ansiedade (*World Bank Atlas*, 1990, pp. 6-9; e *World Tables*, 1991, passim).

Por essa época, outro sintoma de reconhecido declínio na URSS se reflete no surgimento do termo *nomenklatura* (que parece ter chegado ao Ocidente através de textos de dissidentes). Até então o corpo de oficiais dos *cadres* do partido, que constituía o sistema de comando dos Estados leninistas, era encarado no exterior com respeito e relutante admiração, embora oposicionistas derrotados de dentro, como os trotskistas e — na Iugoslávia — Milovan Djilas (Djilas, 1957), houvessem apontado seu potencial de degeneração burocrática e corrupção pessoal. Na verdade, na década de 1950, e mesmo na de 1960, o tom geral do comentário ocidental, e sobretudo americano, era que ali — no sistema organizacional dos partidos comunistas e seu monolítico corpo de quadros, desprendidos de si mesmo, que cumpriam lealmente (se

(*) "Parecia aos formuladores de política soviéticos que o mercado soviético era inexaurível, e que a União Soviética podia assegurar a quantidade de energia necessária para um continuado e extenso crescimento econômico" (Rozsati & Mizsei, 1989, p. 10).

bem que brutalmente) "a linha" — estava o segredo do avanço global comunista (Fainsod, 1956; Brzezinski, 1962; Duverger, 1972).

Por outro lado, o termo *nomenklatura*, praticamente desconhecido antes de 1980, a não ser como parte do jargão administrativo do PCUS, passou a sugerir precisamente a fraqueza da interesseira burocracia do partido da era Brejnev: uma combinação de incompetência e corrupção. E, na verdade, tornou-se cada vez mais evidente que a própria URSS operava basicamente por um sistema de patronato, nepotismo e suborno.

Com exceção da Hungria, as tentativas sérias de reformar as economias socialistas na Europa tinham sido, na verdade, abandonadas em desespero após a Primavera de Praga. No tocante às tentativas ocasionais de reverter as velhas economias de comando, na forma stalinista (como na Romênia de Ceausescu) ou na forma maoísta, que substituía a economia por voluntarismo e suposto zelo moral (como Fidel Castro), quanto menos se falasse delas, melhor. Os anos Brejnev iriam ser chamados pelos reformadores de "era da estagnação", essencialmente porque o regime parara de tentar fazer qualquer coisa séria em relação a uma economia em visível declínio. Comprar trigo no mercado mundial era mais fácil que tentar resolver a aparentemente crescente incapacidade da agricultura soviética de alimentar o povo da URSS. Lubrificar o enferrujado motor da economia com um sistema universal e onipresente de suborno e corrupção era mais fácil que limpá-lo e ressintonizá-lo, quanto mais substituí-lo. Quem sabia o que aconteceria a longo prazo? A curto, parecia mais importante manter os consumidores satisfeitos, ou, de qualquer forma, manter o descontentamento dentro de limites. Daí, provavelmente, na primeira metade da década de 1970, a maioria dos habitantes da URSS estar e sentir-se em melhores condições que em qualquer outra época na memória viva.

O problema do "socialismo realmente existente" na Europa era que, ao contrário da URSS do entreguerras, praticamente fora da economia mundial e portanto imune à Grande Depressão, agora o socialismo estava cada vez mais envolvido nela, e portanto não imune aos choques da década de 1970. É uma ironia da história o fato de que as economias "socialistas reais" da Europa e da URSS, além de partes do Terceiro Mundo, se tenham tornado as verdadeiras vítimas da crise pós-Era de Ouro da economia capitalista global, enquanto as "economias de mercado desenvolvidas", embora abaladas, conseguiam atravessar os anos difíceis sem grandes problemas, pelo menos até o início da década de 1990. Até então algumas delas, na verdade, como a Alemanha e o Japão, mal tinham tropeçado em sua marcha à frente. O "socialismo real", porém, agora enfrentava não apenas seus próprios problemas sistêmicos insolúveis, mas também os de uma economia mundial mutante e problemática, na qual se achava cada vez mais integrado. Isso pode ser ilustrado pelo ambíguo exemplo da crise internacional do petróleo que transformou o mercado de energia mundial após 1973: ambíguo porque seus efeitos foram potencialmente

negativos e positivos. Sob pressão do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou de novo no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana. Na verdade, a gama real de flutuações foi ainda mais sensacional: em 1970 o petróleo era vendido a um preço médio de 2,53 dólares o barril, mas em fins da década de 1980 o barril valia 41 dólares.

A crise do petróleo teve duas conseqüências aparentemente felizes. Para os produtores de petróleo, dos quais a URSS por acaso era um dos mais importantes, transformou o líquido negro em ouro. Era como um bilhete premiado garantido de loteria toda semana. Os milhões simplesmente rolavam para dentro sem esforço, adiando a necessidade de reforma econômica e, de quebra, possibilitando à URSS pagar suas importações rapidamente crescentes do Ocidente capitalista com a energia exportada. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as "economias de mercado desenvolvidas" subiram de pouco menos de 19% das exportações totais para 32% (SSSR, 1987, p. 32). Sugeriu-se que foi essa bonança imprevista que tentou o regime de Brejnev a entrar numa política internacional mais ativa de competição com os EUA em meados da década de 1970 enquanto a agitação revolucionária mais uma vez varria o Terceiro Mundo (ver capítulo 15), e em um curso suicida de tentar igualar a superioridade de armamentos americana (Maksimenko, 1991).

A outra conseqüência aparentemente feliz da crise do petróleo foi a inundação de dólares que agora esguichavam dos multibilionários Estados da OPEP, muitas vezes com populações minúsculas, e que eram distribuídos pelo sistema bancário internacional sob a forma de empréstimos a quem quisesse. Poucos países em desenvolvimento resistiram à tentação de aceitar os milhões assim carreados para seus bolsos, e que iriam provocar a crise da dívida mundial de inícios da década de 1980. Para os países socialistas que sucumbiram a ela — notadamente Polônia e Hungria —, os empréstimos pareceram uma forma providencial de ao mesmo tempo pagar o investimento da aceleração do crescimento e elevar o padrão de vida de seus povos.

Isso só tornou mais aguda a crise da década de 1980, pois as economias socialistas — e notadamente a gastadora economia polonesa — eram demasiado inflexíveis para utilizar produtivamente o influxo de recursos. O simples fato de que o consumo de petróleo na Europa Ocidental (1973-85) caiu 40% em resposta à alta dos preços, mas na URSS e Europa Oriental apenas pouco mais de 20% no mesmo período, fala por si (Köllö, 1990, p. 39). O fato de que os custos da produção soviética subiram acentuadamente, enquanto os campos de petróleo romenos secavam, torna ainda mais impressionante a não-economia de energia. Em princípios da década de 1980, a Europa Oriental se achava numa aguda crise de energia. Isso por sua vez produziu escassez de alimentos e bens manufaturados (a não ser onde, como na Hungria, o país mergulhou

ainda mais maciçamente em dívidas, acelerando a inflação e baixando os salários reais). Essa foi a situação em que o "socialismo realmente existente" na Europa entrou no que revelou ser sua década final. A única maneira efetiva imediata de lidar com essa crise era o tradicional recurso stalinista a estritas ordens e restrições centrais, pelo menos onde o planejamento central ainda atuava (o que não mais acontecia na Hungria e Polônia). Deu certo, entre 1981 e 1984. A dívida caiu 35% a 70% (exceto naqueles dois países). Isso chegou a encorajar ilusórias esperanças de retorno a um crescimento econômico dinâmico sem reformas básicas, que "trouxesse um Grande Salto Atrás em relação à crise da dívida e à deterioração das perspectivas econômicas" (Köllö, 1990, p. 41). Foi o momento em que Mikhail Sergueievitch Gorbachev se tornou o líder da URSS.

III

Neste ponto, devemos retornar da economia para a política do "socialismo realmente existente", pois a política, tanto a alta quanto a baixa, é que iria provocar o colapso euro-soviético de 1989-91.

Politicamente, a Europa Oriental era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético, e a Polônia (e também, em menor medida, a Hungria) seu ponto mais vulnerável. Após a Primavera de Praga, ficou claro, como vimos, que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região.* Tinham sua existência mantida por coerção do Estado, apoiado pela ameaça de intervenção soviética, ou, na melhor das hipóteses — como na Hungria —, dando aos cidadãos condições materiais e relativa liberdade muito superiores à média leste-européia, mas que a crise econômica tornava impossíveis de manter. Contudo, com uma exceção, nenhuma forma séria de oposição política organizada ou qualquer outra era possível. Na Polônia, a conjunção de três fatores produziu essa possibilidade. A opinião pública do país estava esmagadoramente unida não apenas pela antipatia ao regime, mas por um nacionalismo anti-russo (e antijudeu) e conscientemente católico romano; a Igreja retinha uma organização independente nacional; e a classe operária demonstrara seu poder político com greves maciças, em intervalos, desde meados da década de 1950. O regime há muito se resignara a uma tolerância tácita, ou mesmo à retirada — como quando as greves da década de 1970 forçaram a abdicação do então líder comunista —, enquanto a oposição estivesse desorganizada, embora seu espaço de manobra encolhesse perigosamente.

(*) As partes menos desenvolvidas da península Balcânica — Albânia, sul da Iugoslávia, Bulgária — podem ser uma exceção, pois os comunistas ainda ganharam as primeiras eleições multipartidárias após 1989. Contudo, mesmo ali a fraqueza do sistema logo se tornou patente.

Mas a partir de meados da década de 1970, teve de enfrentar tanto um movimento trabalhista politicamente organizado, apoiado por uma assessoria de dissidentes intelectuais politicamente sofisticados, sobretudo ex-marxistas, quanto também uma Igreja cada vez mais agressiva, encorajada em 1978 pela eleição do primeiro papa polonês da história, Karol Wojtyla (João Paulo II).

Em 1980, o triunfo do movimento sindical Solidariedade como, na verdade, um movimento de oposição pública nacional, brandindo a arma da greve geral, demonstrou duas coisas: que o regime do Partido Comunista na Polônia chegara ao fim da corda; mas também que não podia ser derrubado por agitação de massa. Em 1981, Igreja e Estado concordaram discretamente em adiantar-se ao perigo de intervenção militar soviética (que foi seriamente considerada) com alguns anos de lei marcial sob o comandante das Forças Armadas, que podia, de maneira plausível, alegar legitimidade comunista e nacionalista. A ordem foi restabelecida com pouca dificuldade mais pela polícia que pelo exército, mas na verdade o governo, tão desamparado como sempre para enfrentar os problemas econômicos, nada tinha para usar contra a oposição, que continuou existindo como manifestação organizada da opinião pública do país. Ou os russos decidiam intervir, ou, mais cedo que mais tarde, o regime teria de abandonar a posição-chave dos regimes comunistas, o sistema unipartidário sob o "papel dirigente" do partido de Estado, ou seja, abdicar. Mas, com o resto dos governos-satélites observando nervosos o desenrolar desse roteiro, a maioria tentando impedir seu próprio povo de também fazer o mesmo, tornou-se cada vez mais evidente que os soviéticos não mais estavam dispostos a intervir.

Em 1985, um reformador apaixonado, Mikhail Gorbachev, chegou ao poder como secretário-geral do Partido Comunista soviético. Não foi por acaso. Na verdade, não fosse a morte do desesperadamente doente secretário-geral e ex-chefe do aparato de segurança soviético, Iuri Andropov (1914-84), que fizera de fato o rompimento decisivo com a era Brejnev em 1983, a era de mudança teria começado um ano ou dois antes. Era inteiramente evidente para todos os demais governos comunistas, dentro e fora da órbita soviética, a iminência de grandes transformações, embora não fosse nada claro, mesmo para o novo secretário-geral, o que elas trariam.

A "era de estagnação" (*zastoi*) que Gorbachev denunciou fora na verdade uma era de aguda fermentação política e cultural entre a elite soviética. Esta incluía não só o grupo relativamente minúsculo de autocooptados chefetes do Partido Comunista no topo da hierarquia da União, único lugar onde verdadeiras decisões eram, ou podiam ser, tomadas, mas o relativamente vasto grupo de classe média educada e tecnicamente formada, além de administradores econômicos que de fato mantinham o país andando: acadêmicos, *intelligentsia* técnica, especialistas e executivos de vários tipos. Em certos aspectos, o próprio Gorbachev representava essa nova geração de quadros educados — estu-

dou direito, enquanto a clássica escada para o velho quadro stalinista antes era (e ainda, surpreendentemente, continuava sendo muitas vezes) a da oficina da fábrica, via um diploma de engenharia ou agronomia, para o aparato. A profundidade dessa fermentação não se mede pelo tamanho do grupo de fato de dissidentes públicos que agora aparecia — umas poucas centenas, no máximo. Proibidas ou semilegalizadas (pela influência de bravos editores como o do famoso "jornal denso" *Novy Mir*), críticas e autocríticas impregnavam o ambiente cultural da URSS metropolitana sob Brejnev, incluindo importantes setores do partido e do Estado, notadamente nos serviços de segurança e relações exteriores. Dificilmente se pode explicar de outro modo a enorme e súbita resposta ao apelo de Gorbachev por *glasnost* ("abertura" ou "transparência").

Contudo, a resposta das camadas política e intelectual não deve ser tomada como uma resposta do grosso dos povos soviéticos. Para estes, ao contrário dos povos da maioria dos Estados comunistas europeus, o regime soviético era legítima e inteiramente aceito, quando nada porque não conheciam e não podiam conhecer nenhum outro (a não ser sob ocupação alemã em 1941-4, dificilmente atraente). Todo húngaro acima dos sessenta anos em 1990 tinha alguma lembrança adolescente ou adulta da era pré-comunista, mas nenhum habitante da URSS original abaixo dos 88 poderia ter tido tal experiência de primeira mão. E se o programa do Estado soviético tinha uma ininterrupta continuidade que se estendia para trás até o fim da Guerra Civil, o próprio país tinha uma continuidade ininterrupta, ou praticamente ininterrupta, que se estendia ainda mais longe, a não ser por territórios ao longo da fronteira ocidental adquiridos ou readquiridos em 1939-40. Era o velho império czarista sob nova administração. Esse, a propósito, é o motivo pelo qual antes da década de 1980 não houve sinal algum de separatismo político sério em parte alguma, a não ser nos países bálticos (que tinham sido Estados independentes de 1918 a 1940), na Ucrânia ocidental (que era parte do império habsburgo, e não do russo, antes de 1918), e talvez na Bessarábia (Moldávia), que fora parte da Romênia de 1918 a 1940. Mesmo nos Estados bálticos havia um pouco mais de dissidência declarada que na Rússia (Lieven, 1993).

Além disso, o regime soviético não era apenas autóctone e com raízes internas — com a passagem do tempo, mesmo o partido, originalmente muito mais forte entre os grandes russos que entre outras nacionalidades, recrutava em grande parte a mesma porcentagem de habitantes nas repúblicas européias e transcaucasianas — mas as próprias pessoas, de formas difíceis de especificar, se encaixavam nele, à medida que o regime a elas se adaptava. Como observou o satirista dissidente Zinoviev, realmente havia um "novo homem soviético" (ou mulher, na medida em que era levada em conta, o que dificilmente acontecia), embora não correspondesse mais à sua imagem pública oficial do que qualquer outra coisa na URSS. Ele/ela estava à vontade no sistema (Zinoviev, 1979), que lhe assegurava um meio de vida e uma abrangente seguridade social,

em nível modesto mas real, uma sociedade social e economicamente igualitária e pelo menos uma das aspirações tradicionais do socialismo, o "Direito ao ócio", de Paul Lafargue (Lafargue, 1883). Além disso, para a maioria dos cidadãos soviéticos, a era Brejnev significou não "estagnação", mas os melhores dias que eles e seus pais, ou mesmo seus avós, já haviam conhecido.

Não admira que reformadores radicais se vissem enfrentando, além da burocracia soviética, a humanidade soviética. No tom característico de irritado elitismo antiplebeu, um reformador escreveu:

> Nosso sistema gerou uma categoria de indivíduos sustentados pela sociedade, e mais interessados em receber do que dar. Isso é a conseqüência de uma política de chamado igualitarismo que [...] invadiu totalmente a sociedade soviética [...] O fato de a sociedade se dividir em duas partes, os que decidem e distribuem e os que são comandados e recebem, constitui um dos maiores freios ao desenvolvimento de nossa sociedade. O *Homo sovieticus* [...] é ao mesmo tempo lastro e freio. De um lado, se opõe à reforma, por outro, constitui a base de apoio para o sistema existente (Afanassiev, 1991, pp. 13-4).

Social e politicamente, a maior parte da URSS era uma sociedade estável, sem dúvida, em parte graças à ignorância em relação a outros países mantida pela autoridade e a censura, mas de modo algum só por esse motivo. Será por acaso que não houve um equivalente da rebelião estudantil de 1968 na URSS, Polônia, Tchecoslováquia e Hungria? Que mesmo sob Gorbachev o movimento de reforma não mobilizou os jovens em nenhuma medida importante (exceto alguns grupos nacionalistas ocidentais)? Que tenha sido, como se dizia, "uma rebelião dos de trinta e quarenta anos", ou seja, da geração nascida após o fim da guerra mas antes do confortável torpor dos anos Brejnev? De onde quer que tenha vindo a pressão pela mudança na URSS, das bases não foi.

Na verdade veio, como tinha de vir, do topo. Ainda não está claro de que maneira, exatamente, um reformista comunista obviamente apaixonado e sincero veio a ser sucessor de Stalin à frente do PC soviético em 15 de março de 1985, e continuará pouco claro até que a história soviética das últimas décadas se torne tema mais da história do que de acusação e auto-exculpação. De qualquer modo, o que conta não são os que entram e saem na política do Kremlin, mas as duas condições que permitiram a alguém como Gorbachev chegar ao poder. Primeiro, a crescente e cada vez mais escancarada corrupção da liderança do Partido Comunista na era Brejnev não podia deixar de indignar o setor do partido que ainda acreditava em sua ideologia, mesmo do modo mais oblíquo. E um Partido Comunista, por mais degenerado que estivesse, já não seria possível sem alguns líderes socialistas, tanto quanto uma Igreja Católica sem alguns bispos e cardeais cristãos, pois ambos se baseiam em *genuínos* sistemas de crença. Segundo, as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciên-

cia de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. A tensão militar sobre a economia na verdade aumentara perigosamente desde 1980, quando, pela primeira vez em muitos anos, as Forças Armadas soviéticas se viram diretamente envolvidas numa guerra. Enviaram uma força para o Afeganistão para estabelecer algum tipo de estabilidade naquele país, que desde 1978 era governado por um Partido Democrático Popular comunista dividido em facções conflitantes, ambas antagonizadas por latifundiários locais, o clero muçulmano e outros crentes no *status quo*, devido a atividades atéias como reforma agrária e direitos para as mulheres. O país estivera discretamente na esfera soviética desde o início da década de 1950, sem elevar notadamente a pressão sangüínea ocidental. Contudo, os EUA preferiram ou escolheram ver a jogada soviética como uma grande ofensiva militar dirigida contra o "mundo livre". Portanto (via Paquistão), despejou dinheiro e armamentos avançados sem limites nas mãos de guerreiros fundamentalistas muçulmanos das montanhas. Como era de esperar, o governo afegão, com maciço apoio soviético, teve pouca dificuldade para manter as grandes cidades do país, mas o custo para a URSS foi desordenadamente alto. O Afeganistão se tornou — como algumas pessoas em Washington sem dúvida pretendiam que se tornasse — o Vietnã da União Soviética.

Mas que podia fazer o novo líder soviético para mudar a situação na URSS, além de pôr fim, o mais cedo possível, ao confronto da Segunda Guerra Fria com os EUA, que estava dessangrando a economia? Esse, claro, era o objetivo imediato de Gorbachev, e foi o seu maior êxito, pois, num período surpreendentemente curto, ele convenceu mesmo governos ocidentais céticos de que essa era de fato a intenção soviética. Isso conquistou-lhe uma imensa e duradoura popularidade no Ocidente, que contrastava de maneira impressionante com a falta de entusiasmo por ele na URSS, pela qual acabou sendo vitimado em 1991. Se algum homem sozinho pôs fim a uns quarenta anos de guerra fria global, foi ele.

Os objetivos dos reformadores econômicos comunistas desde a década de 1950 eram tornar as economias de comando centralmente planejadas mais racionais e flexíveis, com a introdução do sistema de preços de mercado e cálculos de lucro e perda nas empresas. Os reformadores húngaros haviam se adiantado um pouco nessa direção e, não fosse a ocupação soviética de 1968,

(*) Ele se identificara em público com a posição extremamente "ampla" e praticamente social-democrata do Partido Comunista italiano mesmo antes de sua eleição oficial (Montagni, 1989, p. 85).

os reformadores tchecos teriam ido ainda mais longe: ambos esperavam, com isso, também que fosse mais fácil liberalizar e democratizar o sistema político. Essa foi também a posição de Gorbachev,* que ele naturalmente via como uma maneira de restaurar e restabelecer um socialismo melhor do que o "realmente existente". É possível, mas bastante improvável, que algum reformador influente na URSS pensasse no abandono do socialismo, quando nada porque isso parecia inteiramente impraticável em termos políticos, embora em outros lugares economistas formados, que se haviam associado a reformas, começassem a concluir que o sistema, cujos defeitos foram analisados sistematicamente em público pela primeira vez na década de 80, não podia ser reformado de dentro.*

IV

Gorbachev lançou sua campanha para transformar o socialismo soviético com os *slogans perestroika*, ou reestruturação (da estrutura econômica e política), e *glasnost*, ou liberdade de informação.**

Entre eles havia o que se revelou um conflito insolúvel. A única coisa que fazia o sistema soviético funcionar, e podia talvez transformá-lo, era a estrutura de comando do partido/Estado herdada dos dias stalinistas. Era uma situação conhecida na história russa, mesmo nos dias dos czares. A reforma vinha de cima. Mas a estrutura de partido/Estado era, ao mesmo tempo, o principal obstáculo para a transformação de um sistema que ele criara, ao qual se adaptara, no qual tinha um grande interesse investido, e para o qual achava difícil conceber uma alternativa.*** Esse sistema estava longe de ser o único obstáculo, e os reformadores, não apenas na Rússia, sempre foram tentados a culpar a "burocracia" pelo fato de seu país e povo não responderem às suas iniciativas, mas é inegável que grande parte do aparato do partido/Estado recebia qualquer grande reforma com uma inércia que ocultava a hostilidade. A *glasnost* destinava-se a mobilizar apoio dentro e fora do aparato contra essa resistência. Mas sua conseqüência lógica foi solapar a única força que podia agir.

(*) Os textos fundamentais aqui são do húngaro Janos Kornai, notadamente *A economia da escassez* (Amsterdã, 1980).

(**) Constitui um interessante sinal da interpenetração do pensamento dos reformadores oficiais e dos dissidentes da era Brejnev o fato de que *glasnost* era o que o escritor Alexander Soljenitsin pedira em sua carta aberta ao Congresso da União de Escritores Soviéticos em 1967, antes de ser expulso da URSS.

(***) Como disse a este autor um burocrata comunista chinês em 1984, no meio de uma "reestruturação" semelhante: "Estamos reintroduzindo elementos de capitalismo em nosso sistema, mas como podemos saber no que estamos nos metendo? Desde 1949, ninguém na China, exceto talvez alguns velhos em Xangai, teve qualquer experiência do que é o capitalismo".

Como se sugeriu acima, a estrutura do sistema soviético e seu *modus operandi* eram essencialmente militares. Democratizar exércitos não melhora a sua eficiência. Por outro lado, se não se quer um sistema militar, deve-se cuidar para que haja uma alternativa civil antes de destruí-lo, pois senão a reforma produz não reconstrução, mas colapso. A URSS sob Gorbachev caiu nesse fosso em expansão entre *glasnost* e *perestroika*.

O que tornava a situação pior era que, na mente dos reformadores, *glasnost* era um programa muito mais específico que *perestroika*. Significava a introdução, ou reintrodução, de um Estado constitucional e democrático baseado no império da lei e no gozo de liberdades civis como comumente entendidos. Isso implicava a separação de partido e Estado, e (ao contrário de todo acontecimento desde a ascensão de Stalin) a mudança do *locus* de governo efetivo de partido para Estado. Isso, por sua vez, implicaria o fim do sistema unipartidário e do "papel condutor" do partido. Também, obviamente, significaria revivescência dos sovietes em todos os níveis, em forma de assembléias eleitas genuinamente representativas, que culminariam num Soviete Supremo, uma assembléia legislativa genuinamente soberana, que concederia poder a um Executivo forte mas seria capaz de controlá-lo. Essa, pelo menos, era a teoria.

Na verdade, o novo sistema constitucional acabou sendo instalado. O novo sistema econômico da *perestroika* mal foi esboçado em 1987-8 com a tíbia legalização de pequenas empresas privadas ("cooperativas") — ou seja, de grande parte da "segunda economia" — e com a decisão de, em princípio, deixar que empresas estatais em permanente déficit fossem à bancarrota. Na verdade, o fosso entre a retórica da reforma econômica e a realidade de uma economia visivelmente emperrada se alargava dia a dia.

Essa situação era desesperadamente perigosa, pois a reforma constitucional apenas desmontava um conjunto de mecanismos políticos e substituía-o por outro. Deixava aberta a questão do que iriam fazer as novas instituições, embora os processos de decisão fossem presumivelmente mais incômodos numa democracia do que num sistema de comando militar. Para a maioria das pessoas, a diferença seria simplesmente que, em um caso, elas tinham uma verdadeira opção eleitoral de quando em quando, e também a opção, no meio tempo, de ouvir políticos da oposição criticarem o governo. Por outro lado, o critério de *perestroika* era, e tinha de ser orientado não pelos princípios que dirigiam a economia, mas como de fato ela atuava todo dia, em formas que pudessem ser facilmente especificadas e medidas. Só podia ser julgada pelos resultados. Para a maioria dos cidadãos soviéticos, estes se mediam pelo que acontecia a suas rendas reais, ao esforço para ganhá-las, à quantidade e gama dos bens e serviços a seu alcance e à facilidade com que podiam adquiri-los. Mas embora fosse muito claro o que os reformadores econômicos combatiam e desejavam abolir, sua alternativa positiva, uma "economia de mercado socia-

lista", com empresas autônomas e economicamente viáveis, cooperativas públicas e privadas, macroeconomicamente orientadas pelo "centro de tomada de decisões econômicas", pouco mais era que uma expressão. Significava simplesmente que os reformadores desejavam ter as vantagens do capitalismo sem perder as do socialismo. Ninguém tinha a menor idéia de como, na prática, a transição de uma economia de comando de Estado centralizada para um novo sistema seria feita e — igualmente importante — como funcionaria de fato no futuro previsível o que inevitavelmente iria continuar sendo uma economia dupla, estatal e não estatal. O apelo da ideologia de livre mercado ultra-radical, thatcherista ou reaganista, para os jovens reformadores intelectuais, estava em sua promessa de proporcionar uma solução drástica mas também *automática* para esses problemas. (Como se poderia prever, não proporcionou.)

Provavelmente a coisa mais próxima de um modelo de transição para os reformadores de Gorbachev foi a vaga lembrança histórica da Nova Política Econômica de 1921-8. Essa, afinal, dera "resultados espetaculares na revitalização da agricultura, comércio, indústria, finanças, durante várias décadas depois de 1921", e devolvera a saúde a uma economia em colapso, porque "se baseava nas forças de mercado" (Vernikov, 1989, p. 13). Além disso, uma política de liberalização e descentralização de mercado bastante semelhante produzira, desde o fim do maoísmo, resultados sensacionais na China, cujo crescimento do PNB na década de 1980, superado apenas pelo da Coréia do Sul, atingia uma média de quase 10% ao ano (*World Bank Atlas*, 1990). Contudo, não havia comparação entre a Rússia desesperadamente pobre, tecnologicamente atrasada e esmagadoramente rural da década de 1920 e a URSS altamente industrializada e urbanizada da de 1980, cujo mais avançado setor industrial, o complexo científico-industrial-militar (incluindo o programa espacial), de qualquer modo dependia de um mercado que consistia em um único cliente. É seguro dizer que a *perestroika* teria funcionado um tanto melhor se a Rússia em 1980 ainda fosse (como a China naquela data) um país de 80% de aldeões, cuja idéia de riqueza, além dos sonhos de avareza, seria um aparelho de televisão. (Mesmo no início da década de 1970, cerca de 70% da população soviética via televisão durante uma média de uma hora e meia por dia) (Kerblay, 1983, pp. 140-1).

Apesar disso, o contraste entre a *perestroika* soviética e a chinesa não é inteiramente explicado por tais descompassos de tempo, nem mesmo pelo fato óbvio de que os chineses tiveram o cuidado de manter intacto o seu sistema de comando central. O quanto se beneficiaram das tradições culturais do Extremo Oriente, que revelaram favorecer o crescimento independentemente de sistemas sociais, é algo que deve ser deixado para historiadores do século XXI investigarem.

Teria sido possível supor seriamente, em 1985, que seis anos depois a URSS e seu Partido Comunista teriam deixado de existir, e na verdade que todos

os outros regimes comunistas na Europa teriam desaparecido? A julgar pela completa falta de preparo dos governos ocidentais para o súbito colapso de 1989-91, as previsões do iminente falecimento do inimigo ideológico do Ocidente não passavam de rebotalhos de retórica pública. O que levou a União Soviética com rapidez crescente para o precipício foi a combinação de *glasnost*, que equivalia à desintegração de autoridade, com uma *perestroika* que equivalia à destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia mundial funcionar, sem oferecer qualquer alternativa; e conseqüentemente o colapso cada vez mais dramático do padrão de vida dos cidadãos. O país avançava para uma política eleitoral pluralista no momento mesmo em que desabou em anarquia econômica: pela primeira vez desde o início do planejamento, a Rússia em 1989 não mais tinha um Plano Qüinqüenal (Di Leo, 1992, p. 100n). Foi uma combinação explosiva, porque solapou as rasas fundações da unidade econômica e política da URSS.

Pois a URSS evoluíra cada vez mais para uma descentralização estrutural, seus elementos mantidos juntos basicamente pelas instituicões nacionais do partido, exército, forças de segurança e o plano central, e essa evolução aconteceu mais rapidamente que nunca nos longos anos Brejnev. *De facto*, grande parte da União Soviética era um sistema de domínios feudais autônomos. Seus chefetes locais — os secretários do partido das repúblicas da União com seus comandantes territoriais subordinados, e os administradores das grandes e pequenas unidades de produção, que mantinham a economia em operação — eram unidos por pouco mais que a dependência do aparato central do partido em Moscou, que nomeava, transferia, depunha e cooptava, e pela necessidade de "cumprir o plano" elaborado em Moscou. Dentro desses limites bastante amplos, os chefetes territoriais tinham considerável independência. Na verdade, a economia não teria funcionado de modo algum sem o desenvolvimento, feito pelos que realmente tinham de dirigir instituições com funções reais, de uma rede de relações laterais independente do centro. Esse sistema de acordos, arranjos de permutas e trocas de favores com outros quadros em posições semelhantes era outra "segunda economia" dentro do todo nominalmente planejado. Pode-se acrescentar que, à medida que a URSS se tornava uma sociedade industrial e urbana mais complexa, os quadros encarregados de fato da produção, distribuição e cuidado geral dos cidadãos sentiam decrescente simpatia pelos ministérios e pelas figuras puramente partidárias que eram seus superiores, mas cujas funções concretas não mais eram claras além das de se arrumar seus ninhos, como muitos deles fizeram espetacularmente no período Brejnev. A repulsa à cada vez mais monumental e generalizada corrupção da *nomenklatura* foi o combustível inicial para o processo de reforma, e Gorbachev teve apoio bastante sólido dos quadros econômicos à *perestroika*, sobretudo dos pertencentes ao complexo industrial-militar, que queriam verdadeiramente melhorar a administração de uma economia estagnante e, em termos científi-

cos e técnicos, paralítica. Ninguém sabia melhor que eles como tudo ficara realmente ruim. Além disso, não precisavam do partido para prosseguir com suas atividades. Se a burocracia do partido desaparecesse, eles ainda estariam ali. Eram indispensáveis, ela não. Na verdade, eles ainda *estavam* lá depois do colapso da URSS, agora organizados como grupo de pressão na nova (1990) "União Científico-Industrial" (NPS) e seus sucessores; após o fim do comunismo, tornaram-se os donos (potencialmente) legais das empresas que haviam comandado antes sem direitos legais de propriedade.

Apesar disso, por mais corrupto, ineficiente e em grande parte parasita que tivesse sido o partido, este continuava sendo essencial numa economia baseada no comando. A alternativa para a autoridade do partido não era a autoridade constitucional e democrática, mas, a curto prazo, autoridade nenhuma. Foi de fato o que aconteceu. Gorbachev, como seu sucessor, Yeltsin, mudou sua base de poder do partido para o Estado, e, como presidente constitucional, acumulava legalmente poderes para governar por decreto, em alguns casos poderes maiores em teoria do que qualquer líder soviético anterior desfrutara formalmente, mesmo Stalin (Di Leo, 1992, p. 111). Ninguém deu a menor atenção a isso, fora das recém-estabelecidas assembléias democráticas, ou antes constitucionais e públicas, o Congresso do Povo e o Soviete Supremo (1989). Ninguém governava, ou melhor, ninguém mais obedecia na União Soviética.

Como um gigantesco navio-tanque avariado aproximando-se dos recifes, uma União Soviética sem leme vagava assim para a destruição. As linhas segundo as quais ia rachar-se já estavam traçadas: de um lado, o sistema de autonomia de poder territorial em grande parte corporificado na estrutura federal do Estado, de outro os complexos econômicos autônomos. Como a teoria oficial sobre a qual a URSS se erguera era de autonomia territorial para os grupos nacionais, tanto para as quinze repúblicas da União quanto para as regiões e áreas autônomas dentro de cada uma delas,* a fratura nacionalista estava potencialmente embutida no sistema, embora, com exceção dos três pequenos Estados bálticos, o separatismo não fosse sequer pensado antes de 1988, quando se fundaram as primeiras "frentes" nacionalistas ou organizações de campanha em resposta à *glasnost* (na Estônia, Letônia, Lituânia e Armênia). Contudo, nessa etapa, mesmo nos Estados bálticos, elas eram dirigidas não tanto contra o centro quanto contra os partidos comunistas locais insuficientemente gorbachevistas, ou, como na Armênia, contra o vizinho Azerbaijão. O objetivo não era ainda a independência, embora o nacionalismo se radicalizasse rapidamente em 1989-90, sob o impacto do mergulho na política eleitoral e da luta entre reformadores radicais e a resistência organizada do velho *esta-*

(*) Além da RSFSR (Federação Russa), de longe a maior, territorial e demograficamente, havia também Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Estônia, Geórgia, Casaquistão, Quirguízia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

blishment do partido nas novas assembléias, além dos atritos entre Gorbachev e sua ressentida vítima, rival e eventual sucessor, Boris Yeltsin.

Em essência, os reformadores radicais buscaram apoio, contra as entrincheiradas hierarquias do partido, entre os nacionalistas nas repúblicas e, ao fazerem isso, ali se fortaleceram. Na própria Rússia, o apelo aos interesses russos contra as repúblicas da periferia, subsidiadas pela Rússia e vistas como cada vez em melhor situação que ela própria, era uma arma poderosa na luta dos radicais para expulsar a burocracia do partido, entrincheirada no aparato central do Estado. Para Boris Yeltsin, um velho chefão da parte que comandara, no partido, que combinava os talentos para se dar bem na velha política (dureza e esperteza) com os talentos para se dar bem na nova (demagogia, jovialidade e senso de mídia), o caminho para o topo agora passava pela tomada da Federação Russa, o que lhe permitiria contornar as instituições da União de Gorbachev. Até então, com efeito, a União e sua principal componente, a RSFSR, não eram claramente distintas. Ao transformar a Rússia numa república como as outras, Yeltsin *de facto* favoreceu a desintegração da URSS, que uma Rússia sob o seu controle na verdade suplantaria. Foi o que de fato aconteceu em 1991.

A desintegração econômica ajudou a adiantar a desintegração política, e foi por ela alimentada. Com o fim do Plano e das ordens do partido vindas do centro, não havia economia *nacional* efetiva, mas uma corrida, empreendida por qualquer comunidade, território ou outra unidade que pudesse consegui-lo, para a autoproteção e auto-suficiência, ou trocas bilaterais. Os comandantes das grandes cidades-empresas provinciais, sempre acostumados a tais arranjos, trocavam produtos industriais por alimentos com os chefes das fazendas coletivas regionais, como fez o chefe do partido de Leningrado, Gidaspov, — um exemplo impressionante — quando resolveu uma aguda crise de grãos em sua cidade com um telefonema a Nazarbaiev, o chefão do partido no Casaquistão, que acertou uma troca de cereais por calçados e aço (Yu Boldyrev, 1990). Mas mesmo esse tipo de transação entre duas das altas figuras da velha hierarquia do partido, na verdade, tomava o sistema de distribuição nacional como irrelevante. "Particularismos, autarquias, retornos a práticas primitivas pareciam ser os verdadeiros resultados das leis que haviam liberalizado as forças econômicas locais" (Di Leo, 1992, p. 101).

O ponto decisivo foi alcançado na segunda metade de 1989, bicentenário da eclosão da Revolução Francesa, cuja inexistência ou irrelevância para a política do século XX historiadores "revisionistas" franceses se agitavam para demonstrar na época. O colapso político seguiu-se (como na França do século XVIII) à convocação das novas assembléias democráticas, ou em grande parte democráticas, no verão daquele ano. O colapso econômico tornou-se irreversível dentro de uns poucos meses cruciais entre outubro de 1989 e maio de 1990. Contudo, os olhos do mundo na época estavam fixos num fenômeno

relacionado mas secundário: a súbita dissolução dos regimes comunistas satélites na Europa, mais uma vez imprevista. Entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou ou deixou de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã — sem que sequer um tiro fosse disparado, a não ser na Romênia. Pouco depois, os dois Estados balcânicos que não eram satélites soviéticos, Iugoslávia e Albânia, também deixaram de ser regimes comunistas. A República Democrática Alemã logo seria anexada à Alemanha Ocidental e a Iugoslávia logo se desfaria em guerra civil. O processo foi visto não só nas telas de televisão do mundo ocidental como também, com muita atenção, pelos regimes comunistas em outros continentes. Embora eles fossem desde os radicalmente reformistas (pelo menos em questões econômicas), como na China, aos implacavelmente centralistas da velha escola, como em Cuba (capítulo 15), provalmente todos tinham dúvidas sobre o mergulho soviético numa irrestrita *glasnost* e sobre o enfraquecimento da autoridade. Quando o movimento por liberalização e democracia se espalhou da URSS para a China, o governo de Beijing decidiu, em meados de 1989, após uma óbvia hesitação e dilacerantes desacordos internos, restabelecer sua autoridade da maneira menos ambígua possível, com o que Napoleão, que também usara o exército para eliminar a agitação pública durante a Revolução Francesa, chamara de "uma rajada de metralha". As tropas varreram uma manifestação estudantil de massa da praça principal da capital, com um pesado custo em vidas, provavelmente — embora não haja dados confiáveis quando escrevo — várias centenas. O massacre da praça Tienanmen, que horrorizou a opinião pública mundial, sem dúvida fez o Partido Comunista chinês perder muito da legitimidade que ainda pudesse ter entre as jovens gerações de intelectuais chineses, incluindo membros do partido, e deixou o regime chinês em liberdade para continuar com a bem-sucedida política de liberalização econômica sem problemas políticos imediatos. O colapso do comunismo após 1989 se limitou à URSS e aos Estados em sua órbita (incluindo a Mongólia Exterior, que escolhera a proteção soviética ao domínio chinês entre as guerras mundiais). Os três regimes comunistas asiáticos sobreviventes (China, Coréia do Norte e Vietnã), assim como a distante e isolada Cuba, não foram imediatamente afetados.

V

Parecia natural, sobretudo no ano do bicentenário de 1789, descrever as mudanças de 1989-90 como as revoluções do Leste Europeu e, na medida em que os fatos que levam à completa derrubada de regimes são revolucionários, a palavra é apropriada, mas enganadora. Pois nenhum dos regimes da Europa Oriental foi *derrubado*. Nenhum, com exceção da Polônia, continha qualquer

força interna, organizada ou não, que constituísse uma séria ameaça a ele, e o fato de que a Polônia continha uma poderosa oposição política na verdade assegurou que o sistema não fosse destruído de um dia para o outro, mas substituído por um processo negociado de acordo e reforma, não diferente da maneira como a Espanha fez a transição para a democracia após a morte do general Franco, em 1975. A mais imediata ameaça aos da órbita soviética vinha de Moscou, que deixou claro que não mais iria socorrê-los com a intervenção militar, como em 1956 e 1968, quando nada porque o fim da Guerra Fria os tornava menos estrategicamente necessários à URSS. Se quisessem sobreviver, na opinião de Moscou, seria de bom alvitre seguir a linha da liberalização, reforma e flexibilidade dos comunistas poloneses e húngaros, mas, por esse mesmo motivo, Moscou não forçaria os linhas-duras em Berlim e Praga. Estes estavam sozinhos.

A própria retirada da URSS acentuou sua bancarrota. Continuaram no poder apenas graças ao vazio que haviam criado a sua volta, que não deixara alternativa para o *status quo*, a não ser (onde isso era possível) a emigração, ou (para uns poucos) a formação de grupos marginais dissidentes de intelectuais. O grosso dos cidadãos aceitara as coisas como eram porque não tinha alternativa. Pessoas de energia, talento e ambição trabalhavam dentro do sistema, pois qualquer posição que exige essas coisas, e de fato qualquer expressão pública de talento, estava dentro do sistema ou existia por sua permissão, mesmo em campos inteiramente não políticos como salto com vara e xadrez. Isso se aplicava até mesmo à oposição permitida, sobretudo nas artes, que pôde desenvolver-se no declínio dos sistemas, como descobriram por si próprios os escritores dissidentes que preferiram não emigrar após a queda do comunismo, quando foram tratados como colaboradores.* Não admira que a maioria das pessoas optasse por uma vida tranqüila, que incluía os gestos formais de apoio a um sistema em que ninguém acreditava, com exceção das crianças de escola primária, como votar ou fazer manifestação, mesmo quando os castigos pela dissidência não eram mais aterrorizantes. Um dos motivos pelos quais o velho regime foi denunciado com tanta fúria após a sua queda, sobretudo em países linha-dura como a Tchecoslováquia e a ex-RDA, era que

> a grande maioria votava nas falsas eleições para evitar conseqüências desagradáveis, embora não muito sérias; eles participavam das marchas obrigatórias [...] Os informantes da polícia eram facilmente recrutados, conquistados por privilégios miseráveis, muitas vezes concordando em servir como resultado de uma pressão muito branda. (Kolakowski, 1992, pp. 55-6)

(*) Mesmo um adversário apaixonado do comunismo como o escritor russo Alexander Soljenitsin teve sua carreira como autor estabelecida através do sistema, que permitiu/estimulou a publicação de seus primeiros romances para fins reformistas.

Contudo, dificilmente alguém acreditava no sistema ou sentia qualquer lealdade a ele, nem mesmo os que o governavam. Ficaram sem dúvida surpresos quando as massas, por fim, abandonaram sua passividade e manifestaram sua dissidência — o momento de espanto foi captado para sempre no videoteipe do presidente Ceausescu, em dezembro de 1989, diante de uma multidão que vaiava, em vez de aplaudir lealmente —, mas foram surpreendidos não pela dissidência, mas pela ação. No momento da verdade, nenhum governo do Leste Europeu ordenou às suas forças que atirassem. Todos abdicaram tranqüilamente, exceto na Romênia, e mesmo ali a resistência foi breve. Talvez não pudessem ter readquirido o controle, mas ninguém nem sequer tentou. Nenhum grupo de ultracomunistas em parte alguma se dispôs a morrer no *bunker* por sua fé, nem mesmo pelo registro muito pouco impressionante de quarenta anos de governo comunista em vários desses Estados. O que eles poderiam ter defendido? Sistemas econômicos cuja inferioridade em relação aos vizinhos ocidentais saltava aos olhos, que estavam parando e se haviam mostrado irreformáveis, mesmo onde se haviam feito tentativas de reforma sérias e inteligentes? Sistemas que tinham visivelmente perdido a justificativa que mantivera seus quadros comunistas no passado, ou seja, de que o socialismo era superior ao capitalismo e destinado a substituí-lo? Quem podia mais acreditar nisso, embora não tivesse parecido implausível na década de 1940 ou mesmo na de 1950? Como os Estados comunistas não se achavam mais sequer unidos, e às vezes, na verdade, combatessem uns aos outros com armas (por exemplo, China e Vietnã no início da década de 1980), não se podia mais nem mesmo falar de um "campo socialista" único. Restava apenas das velhas esperanças o fato de que a URSS, país da Revolução de Outubro, era uma das duas superpotências globais. Com exceção talvez da China, todos os governos comunistas, e muitos partidos, Estados e movimentos comunistas no Terceiro Mundo, sabiam muito bem o quanto deviam a existência desse contrapeso à predominância econômica e estratégica do outro lado. Mas a URSS, visivelmente, arriava um fardo político-militar que não mais agüentava, e mesmo Estados comunistas que não eram em sentido algum dependentes de Moscou (Iugoslávia, Albânia) não podiam deixar de compreender que o seu desaparecimento iria enfraquecê-los.

De qualquer modo, na Europa como na URSS, os comunistas, outrora sustentados pelas antigas convicções, eram agora uma geração do passado. Em 1989, poucos deles, com menos de sessenta anos, podiam ter partilhado da experiência que ligava comunismo e patriotismo em vários países, ou seja, à Segunda Guerra Mundial e à Resistência, e poucos abaixo dos cinqüenta podiam sequer ter lembranças de primeira mão dessa época. O princípio que legitimizava Estados era, para a maioria das pessoas, a retórica oficial ou o anedotário dos velhos cidadãos.* Era provável que mesmo membros do parti-

(*) Obviamente, isso não se aplicava a Estados comunistas terceiro-mundistas como o Vietnã,

do, entre os não idosos, não fossem comunistas no sentido antigo, mas homens e mulheres (infelizmente, demasiado poucas mulheres) que faziam carreira em países que por acaso se achavam sob governo comunista. Quando os tempos mudassem, e se pudessem mudar, eles estavam dispostos a virar a casaca de uma hora para outra. Em suma, os que dirigiam os satélites soviéticos haviam perdido a fé em seus próprios sistemas, ou jamais a haviam tido. Enquanto os sistemas eram operacionais, eles o operavam. Quando ficou claro que a própria URSS estava cortando as amarras com eles, os reformadores (como na Polônia e Hungria) tentaram negociar uma transição pacífica; e os linhas-duras (como na Tchecoslováquia e RDA) tentaram resistir até tornar-se evidente que os cidadãos não mais obedeciam, embora o exército e a polícia ainda o fizessem. Nos dois casos, eles se foram tranqüilamente quando compreenderam que seu tempo se esgotara, vingando-se assim, inconscientemente, dos propagandistas do Ocidente que diziam que isso era precisamente o que regimes "totalitários" jamais poderiam fazer.

Foram substituídos, brevemente, por homens e (mais uma vez, demasiado raramente) mulheres que haviam representado a dissidência e a oposição, e que tinham organizado, ou talvez melhor, convocado, com sucesso manifestações de massa que deram o sinal para a abdicação pacífica dos velhos regimes. Com exceção da Polônia, onde a Igreja e os sindicatos formaram a coluna dorsal da oposição, consistiam em uns poucos e muitas vezes bastante corajosos intelectuais, um exército de opereta de líderes que se viam por um breve instante à testa de povos: freqüentemente eles eram — como nas revoluções de 1848 que vêm à mente do historiador — acadêmicos ou pertencentes ao mundo das artes. Por um momento, filósofos dissidentes (Hungria) ou historiadores medievais (Polônia) foram considerados como presidentes ou primeiros-ministros, e um dramaturgo, Vaclav Havel, realmente se tornou presidente da Tchecoslováquia, cercado por um excêntrico corpo de assessores que ia desde um músico de *rock* americano, chegado a um escândalo, a um membro da alta aristocracia dos habsburgos (o príncipe Schwarzenberg). Houve uma onda de conversas sobre a "sociedade civil", isto é, sobre a possibilidade de o conjunto de organizações de cidadãos voluntários ou atividades privadas assumir o lugar dos Estados autoritários, e sobre o retorno aos princípios das revoluções antes de o bolchevismo distorcê-los.* Infelizmente, como em 1848, o momen-

---

onde as lutas de libertação haviam continuado até meados da década de 1970, mas ali as divisões civis das guerras de libertação provavelmente também estavam mais vívidas na mente das pessoas.

(*) O autor lembra uma dessas discussões numa conferência em Washington, em 1991, trazida de volta à realidade pelo embaixador espanhol nos EUA, que lembrou aos jovens estudantes e ex-estudantes (na época sobretudo comunistas liberais) que sentira fortemente a mesma coisa após a morte do general Franco, em 1975. "Sociedade civil", ele achava, significava apenas que jovens ideólogos que realmente se viram, por um momento, falando em nome de todo o povo, estavam tentados a encarar tal fato como uma situação permanente.

to de liberdade e verdade não durou. A política e os que dirigiam os assuntos do Estado reverteram aos que em geral cuidam de tais funções. As "Frentes" e "movimentos cívicos" *ad hoc* se desfizeram tão rapidamente quanto haviam surgido.

Esse também se mostrou ser o caso na URSS, onde o colapso do partido e do Estado prosseguiu mais devagar até agosto de 1991. O fracasso da *perestroika* e a conseqüente rejeição de Gorbachev pelos cidadãos eram cada vez mais óbvios, embora não reconhecidos no Ocidente, onde a popularidade dele permaneceu justificadamente alta. Isso reduziu o líder da URSS a uma série de manobras de bastidores e mudanças de alianças com grupos políticos e de poder que haviam surgido da parlamentarização da política soviética, o que o tornou igualmente suspeito para os reformistas que inicialmente se haviam reunido à sua volta — os quais ele de fato convertera numa força para a mudança do Estado — e para o fragmentado bloco do partido cujo poder ele quebrara. Ele foi uma figura trágica, e assim vai entrar na história, um "czar-libertador" comunista, como Alexandre II (1855-81), que destruiu o que queria reformar e foi destruído ao fazer isso.*

Charmoso, sincero, inteligente e verdadeiramente movido pelos ideais de um comunismo que via corrompido desde a ascensão de Stalin, Gorbachev era, paradoxalmente, demasiado um homem de organização para o burburinho da política democrática que criara; demasiado um homem de comitê para uma ação decisiva; ele estava demasiado distante das experiências da Rússia urbana e rural, que jamais administrou, para ter o senso das realidades nas bases que dispunha um velho chefão do partido. Seu problema era não tanto o de não ter estratégia efetiva para reformar a economia — ninguém tinha, mesmo depois de sua queda — quanto estar distante da experiência do cotidiano de seu país.

O contraste com outro membro da geração pós-guerra de destacados comunistas soviéticos na casa dos cinqüenta anos é instrutivo. Nursultan Nazarbaiev, que assumiu na república asiática do Casaquistão em 1984 como parte do esforço de reforma, chegara à vida pública em tempo integral vindo da oficina da fábrica (como muitos outros políticos soviéticos, e ao contrário de Gorbachev e de praticamente qualquer estadista nos países não comunistas). Passou do partido para o Estado, tornando-se presidente da República, levou à frente as reformas exigidas, incluindo descentralização e mercado, e sobreviveu à queda de Gorbachev e do partido da União, nenhuma das quais recebera bem. Após a queda, continuou sendo um dos homens mais poderosos na vaga "Comunidade de Estados Independentes". Mas Nazarbaiev, sempre

(*) Alexandre II libertou os servos e empreendeu várias outras reformas, mas foi assassinado por membros do movimento revolucionário, que se tornara pela primeira vez uma força em seu reino.

pragmático, tinha seguido sistematicamente uma política de otimização da posição de seu feudo (e sua população), e tivera o máximo cuidado para que as reformas de mercado não fossem socialmente perturbadoras. Mercado sim, aumentos descontrolados de preços não. Sua própria estratégia preferida eram acordos comerciais bilaterais com outras repúblicas soviéticas (ou ex-soviéticas) — defendia um mercado comum centro-asiático soviético — e empreendimentos conjuntos com o capital estrangeiro. Não fazia objeção a economistas radicais e contratou alguns da Rússia, até mesmo não comunistas, pois importou um dos cérebros do milagre econômico sul-coreano, que mostrou um senso realista de como as economias capitalistas pós-Segunda Guerra Mundial realmente bem-sucedidas funcionavam de fato. A estrada para a sobrevivência, e talvez para o sucesso, era pavimentada menos com boas intenções do que com as duras pedras do realismo.

Os últimos anos da União Soviética foram uma catástrofe em câmara lenta. A queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência. Sua absoluta incapacidade para desempenhar qualquer papel na crise do golfo Pérsico de 1990-1 simplesmente acentuou isso. Em termos internacionais, a URSS era como um país abrangentemente derrotado, como após uma grande guerra — só que sem guerra. Apesar disso, manteve as Forças Armadas e o complexo industrial-militar da ex-superpotência, uma situação que impunha severos limites à sua política. Contudo, embora a *débâcle* internacional estimulasse o secessionismo nas repúblicas onde o sentimento nacionalista era forte, notadamente nos Estados bálticos e na Geórgia — a Lituânia testou as águas com uma provocativa declaração de independência total em março de 1990* —, a desintegração da União não se deveu a forças nacionalistas.

Deveu-se essencialmente à desintegração da autoridade central, que obrigou toda região ou subunidade do país a cuidar de si mesma e, não menos, a salvar o que pudesse das ruínas de uma economia que escorregava para o caos. A fome e a escassez estão por trás de tudo o que aconteceu nos últimos dois anos da URSS. Reformistas em desespero, sobretudo entre os acadêmicos que tinham sido os tão óbvios beneficiários da *glasnost*, foram empurrados para um extremismo apocalíptico: nada se podia fazer enquanto o velho sistema, e tudo nele, não fossem absolutamente destruídos. Em termos econômicos, o sistema devia ser completamente pulverizado pela total privatização e pela introdução de um mercado 100% livre, imediatamente e a qualquer custo. Propuseram-se planos dramáticos para fazer isso em questão de semanas ou meses (havia um "progra-

(*) O nacionalismo armênio, embora provocasse o colapso da União reclamando a região da montanha Karabakh do Azerbaijão, não era louco o bastante para *desejar* o desaparecimento da URSS, sem cuja existência não haveria Armênia.

ma de quinhentos dias"). Essas políticas não se baseavam em algum conhecimento de livres mercados ou economias capitalistas, embora fossem vigorosamente recomendadas por economistas e especialistas financeiros americanos e britânicos visitantes, cujas opiniões, por sua vez, não se baseavam em algum conhecimento do que de fato se passava na economia soviética. Ambos estavam corretos ao supor que o sistema existente, ou melhor, enquanto existia, a economia de comando, era muito inferior a economias baseadas primariamente na propriedade e na empresa privadas, e que o velho sistema, mesmo numa forma modificada, estava condenado. Contudo, deixavam de enfrentar o verdadeiro problema de como uma economia centralmente planejada seria, na prática, transformada numa ou noutra versão de economia dinamizada pelo mercado. Em vez disso, repetiam demonstrações de primeiro ano de curso de economia sobre as virtudes do mercado no abstrato. Diziam que ele iria encher automaticamente as prateleiras das lojas com produtos retidos por produtores, a preços acessíveis, assim que se deixasse em liberdade a oferta e a procura. A maioria dos resignados cidadãos da URSS sabia que isso não ia acontecer, e depois que ela deixou de existir, quando se aplicou por um breve momento o tratamento de choque da libertação, de fato não aconteceu. Além disso, nenhum observador sério do país acreditava que no ano 2000 o Estado e o setor público da economia soviética não seriam ainda substanciais. Os discípulos de Friedrich Hayek e Milton Friedman condenavam a própria idéia de uma tal economia mista. Não tinham conselho a oferecer sobre como ela devia ser operada, ou transformada.

Contudo, quando veio, a crise final não foi econômica, mas política. Para praticamente todo o *establishment* da URSS, do partido, dos planejadores e cientistas, do Estado, às Forças Armadas, ao aparato de segurança e às autoridades coadjuvantes, a idéia de um colapso total da URSS era inaceitável. Não podemos dizer se esse colapso era desejado, ou mesmo concebido por qualquer grande corpo de cidadãos soviéticos fora dos Estados bálticos, mas não é provável: quaisquer que sejam as reservas que tenhamos em relação às cifras, 76% de eleitores num referendo de março de 1991 votaram pela manutenção da URSS, "como uma renovada federação de repúblicas soberanas e iguais, em que os direitos de liberdade de toda pessoa de qualquer nacionalidade sejam plenamente salvaguardados" (*Pravda*, 25/1/91). Sem dúvida o colapso não fazia oficialmente parte da política de nenhum político importante da União. Contudo, a dissolução do centro parecia inevitavelmente revigorar as forças centrífugas e tornar o desmoronamento inevitável, não menos por causa da política de Boris Yeltsin, cuja estrela subia enquanto a de Gorbachev se apagava. A essa altura, a União era uma sombra; as repúblicas, a única realidade. No fim de abril, Gorbachev, apoiado pelas nove maiores repúblicas,* negociou um

(*) Isto é, todas, com exceção dos Estados bálticos, Moldávia e Geórgia, além de, por motivos obscuros, a Quirguízia.

"Tratado de União" que, um tanto à maneira do Compromisso Austro-Húngaro de 1867, pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo. O tratado entraria em vigor em 20 de agosto.

Para a maior parte do velho partido e do *establishment* soviético, esse tratado era mais uma das fórmulas de papel de Gorbachev, condenada como todas as outras. Daí o verem como a lápide mortuária da União. Dois dias antes daquele em que o tratado deveria entrar em vigor, praticamente todos os pesos pesados da União, ministros de defesa e do interior, chefes da KGB, vice-presidente e primeiro-ministro da URSS e pilares do partido, proclamaram que um Comitê de Emergência assumiria o poder na ausência do presidente e secretário-geral (sob prisão domiciliar nas férias). Não era tanto um golpe — ninguém foi preso em Moscou, nem mesmo as estações de rádio e TV foram tomadas — quanto uma proclamação de que a maquinaria do verdadeiro poder se achava mais uma vez em operação, na confiante esperança de que os cidadãos acolhessem, ou pelo menos aceitassem tranqüilamente, um retorno à ordem e ao governo. Tampouco foi derrotado por uma revolução ou levante do povo, pois a população de Moscou permaneceu quieta, e uma convocação à greve geral não foi atendida. Como na maior parte da história soviética, foi um drama interpretado por um pequeno corpo de atores acima das cabeças do povo resignado.

Mas não tão resignado assim. Trinta anos antes, ou mesmo dez, a mera proclamação de onde se achava de fato o poder teria sido o bastante. Mesmo do jeito que foi, a maioria dos cidadãos da URSS manteve a cabeça abaixada: 48% das pessoas (segundo uma pesquisa) e — menos surpreendentemente — 70% dos comitês do partido apoiaram o "golpe" (Di Leo, 1992, pp. 141 e 143n). Igualmente importante, governos no exterior tinham esperança de que o golpe desse certo* mais do que gostariam de admitir. Contudo, a reafirmação ao velho estilo de poder do partido/Estado dependia mais do consentimento universal e automático do que da contagem de cabeças. Em 1991, não havia nem poder central, nem obediência universal. Um golpe de verdade poderia muito bem ter tido êxito na maior parte do território e população da URSS e, quaisquer que fossem as divisões e incertezas dentro das Forças Armadas e do aparato de segurança, provavelmente se poderiam encontrar tropas de confiança suficientes para um *putsch* bem-sucedido na capital. Mas a reafirmação simbólica de autoridade não era mais suficiente. Gorbachev tinha razão: a *perestroika* derrotara os conspiradores mudando a sociedade. Também o derrotara.

Um golpe simbólico podia ser derrotado por uma resistência simbólica, pois

(*) No primeiro dia do "golpe", o resumo oficial de notícias do governo finlandês comunicou a prisão do presidente Gorbachev em poucas palavras, sem comentário, na metade da página 3 de um boletim de quatro páginas. Só passou a exprimir opiniões quando a tentativa já havia evidentemente falhado.

a última coisa para que os conspiradores estavam preparados ou queriam era uma guerra civil. Na verdade, seu gesto destinava-se a deter o que a maioria das pessoas temia: uma escorregada para um conflito assim. Portanto, enquanto as vagas instituições da URSS cerravam fileiras com os conspiradores, as dificilmente menos vagas instituições da Federação Russa sob Boris Yeltsin, recém-eleito como seu presidente por uma substancial maioria de votos, não o faziam. Os conspiradores nada tinham a fazer senão mostrar sua mão de jogo, depois que Yeltsin, cercado por alguns milhares de seguidores vindos para defender seu quartel-general, desafiou os constrangidos tanques à frente do prédio, representando para as telas de televisão. Corajosamente, mas também em segurança, Yeltsin, cujos talentos políticos e capacidade de decisão contrastavam sensacionalmente com o estilo de Gorbachev, aproveitou logo a oportunidade para dissolver e desapropriar o Partido Comunista, e tomar para a Federação Russa o que restava dos bens da URSS, formalmente liquidada poucos meses depois. O próprio Gorbachev foi empurrado para o esquecimento. O mundo, que estivera disposto a aceitar o golpe, agora aceitava o muito mais eficaz contragolpe de Yeltsin, e tratou a Rússia como sucessora natural da morta URSS nas Nações Unidas e em outras partes. A tentativa de salvar a velha estrutura da União Soviética acabara por destruí-la mais súbita e irrevogavelmente do que se poderia esperar.

Contudo, não resolvera nenhum dos problemas da economia, do Estado e da sociedade. Num aspecto, piorara-os, pois as outras repúblicas agora temiam a grande irmã Rússia como não tinham feito em relação a uma URSS não nacional, sobretudo desde que o nacionalismo russo era a melhor carta que Yeltsin podia jogar para conciliar as Forças Armadas, cujo núcleo sempre ficara entre os grandes russos. Como a maioria das repúblicas continha grandes minorias de russos étnicos, a insinuação de Yeltsin de que as fronteiras entre as repúblicas poderiam ter de ser renegociadas acelerou a corrida para a separação total: a Ucrânia imediatamente declarou sua independência. Pela primeira vez, populações acostumadas à imparcial opressão de todos (incluindo grandes russos) pela autoridade central tinham motivos para temer a opressão de Moscou nos interesses de um país. Na verdade, isso liquidou a esperança de manter mesmo uma aparência de união, pois a vaga "Comunidade de Estados Independentes" que sucedeu à URSS logo perdeu toda a realidade, e mesmo a última sobrevivente da União, a (extremamente bem-sucedida) Equipe Unida que competiu nos Jogos Olímpicos de 1992, derrotando os EUA, não parecia destinada a ter longa vida. Assim, a destruição da URSS conseguiu a reversão de quase quatrocentos anos de história russa, e a volta do país à era de antes de Pedro, o Grande (1672-1725). Como Rússia, sob um czar, ou como URSS, fora uma grande potência desde meados do século XVIII, sua desintegração deixou um vazio entre Trieste e Vladivostok que não existira antes na história moderna, exceto por pouco tempo durante a Guerra Civil de 1918-20: uma vasta zona de desordem, conflito e catástrofe potencial. Essa era a agenda para os diplomatas e militares do mundo no fim do milênio.

VI

Duas observações podem concluir este estudo. A primeira é para notar como se mostrou superficial o domínio do comunismo sobre a enorme área que conquistou mais rapidamente que qualquer outra ideologia desde o islamismo em seu primeiro século. Embora uma versão simplista do marxismo-leninismo se tornasse a ortodoxia dogmática (secular) para todos os cidadãos entre o Elba e os mares da China, desapareceu de um dia para outro com os regimes políticos que impôs. Podem-se sugerir dois motivos para esse fenômeno historicamente muito surpreendente. O comunismo não se baseava na conversão em massa, mas era uma fé de quadros ou (nos termos de Lenin) "vanguardas". Mesmo a famosa frase de Mao sobre guerrilheiros movendo-se em meio à vida camponesa como peixes na água implica a distinção entre o elemento ativo (o peixe) e o passivo (a água). Movimentos trabalhistas e socialistas não oficiais (incluindo alguns partidos comunistas de massa) podiam ser coextensivos com sua comunidade e eleitorado, como nas aldeias de mineração. Por outro lado, todos os partidos comunistas governantes eram, por opção e definição, elites de minorias. A aceitação do comunismo pelas "massas" dependia não das convicções ideológicas ou outras semelhantes, mas de como julgavam o que a vida sob regimes comunistas fazia por elas, e como comparavam sua situação com a de outros. Assim que não foi mais possível isolar essas populações do contato e conhecimento com outros países, seus julgamentos foram céticos. Também aqui o comunismo era essencialmente uma fé instrumental: o presente só tinha valor como um meio de alcançar um futuro indefinido. Exceto em raros casos — por exemplo, guerras patrióticas, em que a vitória justifica tais sacrifícios —, um tal conjunto de crenças serve melhor a seitas ou elites do que a igrejas universais, cujo campo de operação, sejam quais forem suas promessas de salvação última, é e tem de ser o alcance diário da vida humana. Os próprios quadros de partidos comunistas começaram a concentrar-se nas satisfações comuns da vida assim que o objetivo milenar de salvação terrestre, ao qual dedicaram suas vidas, passou para um futuro indefinido. E — muito caracteristicamente —, quando isso aconteceu, o partido não deu orientação para o seu comportamento. Em suma, pela natureza de sua ideologia, o comunismo pedia para ser julgado pelo sucesso, e não tinha proteção contra o fracasso.

Mas por que fracassou, ou melhor, desabou? O paradoxo da URSS é que, em sua morte, ofereceu um dos mais fortes argumentos para a análise de Karl Marx, que dizia exemplificar. Marx escreveu em 1859:

> Na produção social de seus meios de existência, os seres humanos entram em relações definidas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido no desenvolvimento de suas forças produtivas materiais [...] Em determinado estágio de seu desenvolvimento, as

> forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é apenas uma expressão legal destas, com as relações de propriedade dentro das quais antes se movimentavam. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Entramos então numa era de revolução social.

Raramente houve um exemplo mais claro das forças de produção de Marx entrando em conflito com a superestrutura social, institucional e ideológica que transformara economias agrárias atrasadas em economias industriais avançadas — a ponto de se transformarem, de forças produtivas, em grilhões da produção. O primeiro resultado da "era de revolução social" assim iniciada foi a destruição do velho sistema.

Mas o que iria substituí-lo? Aqui não mais podemos seguir o otimismo do século XIX de Marx, que dizia que a derrubada do velho sistema devia conduzir a um sistema melhor, porque "a humanidade sempre se propõe apenas problemas que pode resolver". Os problemas que "a humanidade", ou antes os bolcheviques, se propuseram em 1917 não eram solúveis nas circunstâncias de seu tempo e lugar, ou apenas muito incompletamente. E hoje seria preciso um alto grau de confiança para afirmar que no futuro previsível se delineie uma solução para os problemas surgidos do colapso do comunismo soviético, ou que alguma solução surgida dentro da próxima geração pareça aos habitantes da ex-URSS e dos Bálcãs comunistas uma melhora óbvia.

Com o colapso da URSS, a experiência do "socialismo realmente existente" chegou ao fim. Pois, mesmo onde os regimes comunistas sobreviveram e tiveram êxito, como na China, abandonaram a idéia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada num Estado completamente coletivizado — ou uma economia de propriedade coletiva praticamente operando sem mercado. Será essa experiência, algum dia, renovada? Claramente não o será na forma desenvolvida na URSS, nem provavelmente em qualquer outra, a não ser em condições de uma guerra econômica total ou algo semelhante, ou em alguma outra emergência análoga.

Porque a experiência soviética foi tentada não como uma alternativa global ao capitalismo, mas como um conjunto específico de respostas à situação particular de um país imenso e espetacularmente atrasado, numa conjuntura histórica particular e irrepetível. O fracasso da revolução em outros lugares deixou a URSS comprometida em construir sozinha o socialismo, num país onde, pelo consenso universal dos marxistas em 1917, incluindo os russos, as condições para fazê-lo simplesmente não estavam presentes. A tentativa de construir o socialismo produziu conquistas notáveis — não menos a capacidade de derrotar a Alemanha na Segunda Guerra Mundial —, mas a um custo humano enorme e inteiramente intolerável, e daquilo que acabou se revelando uma economia sem saída e um sistema político em favor do qual nada havia a dizer. (Não previra Gheorghi Plekhanov, o "pai do marxismo russo", que a Revolução de Outubro só poderia levar, na melhor das hipóteses, a um

"império chinês pintado de vermelho"?) O outro "socialismo realmente existente", surgindo sob as asas da União Soviética, operou sob as mesmas desvantagens, embora em menor medida, e com muito menos sofrimento humano — em comparação com a URSS. Uma revivescência ou renascimento desse padrão de socialismo não é nem possível, nem desejável, nem mesmo — supondo-se que as condições o favorecessem — necessário.

Até onde o fracasso da experiência soviética lança dúvida sobre todo o projeto de socialismo tradicional, uma economia baseada essencialmente na propriedade social e administração planejada dos meios de produção, distribuição e troca, já é outra questão. Que um tal projeto é economicamente racional em teoria é algo aceito por economistas desde antes da Primeira Guerra Mundial, embora, muito curiosamente, a teoria fosse elaborada não por economistas socialistas, mas pelos não socialistas. Que teria deficiências práticas, quando nada pela burocratização, era óbvio. Que tinha de funcionar, pelo menos em parte, através de *preços*, tanto de mercado quanto de "preços contábeis" realistas, também estava claro, se o socialismo supunha levar em conta mais os desejos dos consumidores do que dizer-lhes o que era bom para eles. Na verdade, os economistas socialistas no Ocidente que pensavam nessas questões na década de 1930, quando naturalmente elas eram muito discutidas, adotaram uma combinação de planejamento, de preferência descentralizado, com preços. Demonstrar a exeqüibilidade de uma tal economia socialista não é, claro, demonstrar sua superioridade necessária sobre, digamos, uma versão socialmente mais justa da economia mista da Era de Ouro, e menos ainda afirmar que as pessoas a prefeririam. É simplesmente separar a questão do socialismo de forma geral da experiência específica de "socialismo realmente existente". O fracasso do socialismo soviético não se reflete sobre a possibilidade de outros tipos de socialismo. Na verdade, a própria incapacidade de a economia sem saída de planejamento central do tipo soviético reformar-se em "socialismo de mercado", como se queria, demonstra o fosso entre os dois tipos de desenvolvimento.

A tragédia da Revolução de Outubro foi precisamente a de que ela só pôde produzir seu tipo de socialismo de comando implacável e brutal. Um dos mais sofisticados economistas socialistas da década de 1930, Oskar Lange, voltou dos EUA para a sua Polônia natal para construir o socialismo, até ir para um hospital de Londres, para morrer. Em seu leito de morte, conversava com amigos e admiradores que iam visitá-lo, inclusive eu. Eis, como me lembro, o que ele disse:

> Se eu estivesse na Rússia na década de 1920, teria sido um gradualista bukharinista. Se houvesse opinado sobre a industrialização soviética, teria recomendado um conjunto mais flexível e limitado de metas, como na verdade fizeram os planejadores russos capazes. E no entanto, quando repenso, pergunto-me repetidas vezes: havia uma alternativa para a corrida indiscriminada, brutal, basicamente não planejada do primeiro Plano Qüinqüenal? Gostaria de dizer que havia, mas não posso. Não encontro uma resposta.

17

MORRE A VANGUARDA
As artes após 1950

Arte como investimento é um conceito dificilmente anterior ao início da década de 1950.

G. Reitlinger, *The economics of taste*, vol. 2 (1982, p.14)

Os grandes deuses brancos, as coisas que mantêm nossa economia em andamento — geladeiras, fogões, tudo que antes era de porcelana e branco —, agora são pintados. Isso é novo. Vem com arte pop. Muito bacana. O mágico Mandrake saindo da parede para a gente quando se abre a geladeira para pegar o suco de laranja.

Studs Terkel, *Division street: America* (1967, p. 217)

I

É prática dos historiadores — incluindo este — tratar os fatos das artes, por mais óbvias e profundas que sejam suas raízes na sociedade, como de algum modo separáveis de seu contexto contemporâneo, como um ramo ou tipo de atividade humana sujeito às suas próprias regras, e capaz de ser julgado como tal. Contudo, na era das mais extraordinárias transformações da vida humana até hoje registradas, mesmo esse antigo e conveniente princípio de estruturar um estudo histórico se torna cada vez mais irreal. Não apenas porque as fronteiras entre o que é e o que não é classificável como "arte", "criação" ou artifício se tornaram cada vez mais difusas, ou mesmo desapareceram completamente, ou porque uma escola influente de críticos literários no *fin-de-siècle* julgou impossível, irrelevante e não democrático decidir se *Macbeth*, de Shakespeare, é melhor ou pior que *Batman*, mas também porque as forças que determinavam o que acontecia com as artes, ou o que observadores anacrônicos teriam chamado por esse nome, eram esmagadoramente exógenas. Como seria de esperar numa era de extraordinária revolução tecnocientífica, eram predominantemente tecnológicas.

A tecnologia revolucionou as artes de modo mais óbvio, tornando-as onipresentes. O rádio já levara os sons — palavras e música — à maioria das casas no mundo desenvolvido, e continuava sua penetração no mundo atrasado. Mas o que o tornou universal foi o transistor, que o fez pequeno e portátil, e a bateria elétrica de longa duração, que o fez independente das redes oficiais (ou seja, basicamente urbanas) de energia elétrica. O gramofone ou toca-discos já era antigo e, embora tecnicamente aperfeiçoado, continuou sendo relativamente estorvante. O LP (1948), que se estabeleceu rapidamente na década de 1950 (Guinness, 1984, p. 193), beneficiou os amantes de música clássica, cujas composições, ao contrário da música popular, raramente tentavam manter-se dentro do limite de três a cinco minutos do disco de 78 rotações, mas o que fez a música de nossa predileção verdadeiramente transportável foi a fita cassete, possível de ser ouvida nos cada vez menores e portáteis toca-fitas alimentados a bateria, que varreram o mundo na década de 1970, e que tinha a vantagem extra de ser prontamente copiada. Na década de 1980, a música podia estar em toda parte: acompanhando privadamente toda atividade possível por meio dos fones de ouvido ligados a aparelhos de bolso lançados (como tão freqüentemente) pelos japoneses, ou projetada demasiado publicamente dos grandes *ghetto-blasters* portáteis (pois ainda não se conseguira miniaturizar os alto-falantes). Essa revolução tecnológica teve conseqüências tanto políticas quanto culturais. Em 1961, o presidente De Gaulle apelou com êxito aos recrutas franceses contra o golpe militar dos seus comandantes, porque os soldados podiam ouvi-lo em rádios portáteis. Na década de 1970, os discursos do aiatolá Khomeini, líder exilado da futura Revolução Iraniana, eram prontamente levados para o Irã, copiados e difundidos.

A televisão jamais se tornou tão prontamente portátil quanto o rádio — ou pelo menos perdeu muito mais, comparativamente, com a redução que o som —, mas domesticou a imagem em movimento. Além disso, embora um aparelho de TV continuasse sendo muito mais caro e fisicamente desajeitado que um de rádio, logo se tornou quase universal e constantemente acessível mesmo para os pobres de alguns países atrasados, sempre que existia uma infra-estrutura urbana. Na década de 1980, cerca de 80% de um país como o Brasil tinha acesso à televisão. Isso é mais surpreendente que o fato de nos EUA o novo veículo ter substituído tanto o rádio quanto o cinema como a forma padrão de diversão popular na década de 1950, e na próspera Grã-Bretanha na década de 1960. Sua demanda de massa era esmagadora. Nos países avançados, começou (através do videocassete, que ainda continuava sendo um aparelho meio caro) a levar toda a gama de imagem filmada à telinha doméstica. Embora o repertório produzido para a tela grande em geral sofresse ao ser miniaturizado, o videocassete tinha a vantagem de oferecer ao espectador uma opção teoricamente quase ilimitada do que ver e quando ver. Com a disseminação dos computadores domésticos, a telinha parecia na iminência de tornar-se o maior elo visual do indivíduo com o mundo externo.

Contudo, a tecnologia não apenas tornou as artes onipresentes, mas transformou a maneira como eram percebidas. Dificilmente será possível recapturar a simples linearidade ou seqüencialidade de percepção anteriores aos dias em que a alta tecnologia tornou possível percorrer em alguns segundos toda a gama de canais de televisão existentes, para alguém criado na era em que a música eletrônica e mecanicamente gerada é o som padrão ouvido na música popular ao vivo e gravada, em que qualquer criança pode congelar fotogramas e repetir um som ou trecho visual como antes só se podiam reler trechos textuais, quando a ilusão teatral não é nada em comparação com o que a tecnologia pode fazer em comerciais de televisão, inclusive contando uma história dramática em trinta segundos. A tecnologia transformou o mundo das artes, embora mais cedo e mais completamente o das artes e diversões populares que o das "grandes artes", sobretudo as mais tradicionais.

II

Mas o que aconteceu com elas?

À primeira vista, a coisa mais impressionante no desenvolvimento das grandes artes no mundo após a Era das Catástrofes foi uma acentuada mudança geográfica para longe dos centros tradicionais (europeus) de cultura de elite, e — em vista da era de prosperidade global sem precedentes — um enorme aumento dos recursos financeiros disponíveis para apoiá-las. Um exame mais de perto, como veremos, se mostrará menos encorajador.

Que a "Europa" (com o que a maioria das pessoas no Ocidente, entre 1947 e 1989, queria dizer "Europa Ocidental") não era mais a magna casa das grandes artes, tornara-se uma observação corriqueira. Nova York orgulhava-se de ter substituído Paris como o centro das artes visuais, com o que pretendia dizer o mercado de arte ou o lugar onde artistas vivos se tornavam os produtos de mais alto preço. Mais significativamente, o júri do Prêmio Nobel de literatura, um corpo cujo senso político em geral é mais interessante que seus julgamentos literários, começou a levar a sério a literatura não européia a partir da década de 1960, depois de ignorá-la quase inteiramente, a não ser pela América do Norte (que ganhou prêmios regularmente a partir de 1930, quando Sinclair Lewis se tornou seu primeiro laureado). Nenhum leitor sério de romances podia, na década de 1970, ter deixado de entrar em contato com a brilhante escola de escritores latino-americanos. Nenhum fã de cinema sério podia deixar de admirar, ou pelo menos falar como se admirasse, os grandes diretores japoneses que, começando com Akira Kurosawa (1910-) na década de 1950, conquistaram os festivais internacionais de cinema, ou o bengalês Satyadjit Ray (1921-92). Ninguém se surpreendeu quando em 1986 o primeiro africano subsaariano, o nigeriano Wole Soyinka (1934-), ganhou um Prêmio Nobel.

O afastamento da Europa foi mais óbvio ainda na arte mais visualmente insistente, a arquitetura. Como já vimos, o movimento moderno na arquitetura na verdade construíra pouca coisa entre as guerras. Após a guerra, quando atingiu a maioridade, o "estilo internacional" realizou seus maiores e mais numerosos monumentos nos EUA, que o desenvolveu ainda mais e acabou, através de redes de hotéis americanas que se instalaram como teias de aranha no mundo na década de 1970, exportando uma forma peculiar de palácio de sonho para executivos em viagem e turistas prósperos. Em suas mais características versões, eram facilmente reconhecíveis por uma espécie de nave central ou conservatório gigante, em geral com árvores, plantas e fontes internas; elevadores transparentes deslizando visíveis por dentro ou por fora das paredes; vidros e iluminação teatral por toda parte. Iriam ser para a burguesia de fins do século XX o que o teatro de ópera padrão fora para sua antecessora do século XIX. Mas o movimento moderno criou igualmente destacados monumentos em outras partes: Le Corbusier (1887-1965) construiu toda uma capital na Índia (Chandigarh); Oscar Niemeyer (1907-), grande parte de outra no Brasil (Brasília); enquanto talvez o mais belo dos grandes produtos do movimento moderno — também construído mais por encomenda pública do que por patronato privado ou lucro — se encontra na Cidade do México, o Museu Nacional de Antropologia (1964).

Parecia igualmente evidente que os velhos centros europeus das artes mostravam sinais de fadiga de combate, com a possível exceção da Itália, onde o clima de libertação antifascista, em grande parte sob liderança comunista, inspirou mais ou menos uma década de renascimento cultural, que causou seu primeiro impacto internacional com os filmes "neo-realistas" italianos. As artes visuais francesas não mantiveram a reputação da escola de Paris do entreguerras, que foi em si pouco mais que um ocaso da era anterior a 1914. A grande reputação dos escritores de ficção franceses era mais intelectual que literária: mais como inventores de macetes (tipo o *nouveau roman* das décadas de 1950 e 1960) ou como escritores de não-ficção (tipo J.-P. Sartre) do que por sua obra de criação. Algum romancista francês "sério" pós-1945 havia estabelecido alguma reputação internacional como tal na década de 1970? Provavelmente não. O panorama artístico britânico fora consideravelmente mais animado, tanto mais porque Londres depois de 1950 se transformou num dos maiores centros mundiais de apresentação musical e teatral, e também produziu um punhado de arquitetos de vanguarda cujos projetos ousados lhes valeram mais fama no exterior — em Paris ou Stuttgart — do que em seu país. Apesar disso, se a Grã-Bretanha pós-Segunda Guerra Mundial ocupou um lugar menos marginal nas artes européias ocidentais do que entre as guerras, seu registro no campo onde fora forte, a literatura, não foi particularmente impressionante. Na poesia, os escritores do pós-guerra da pequena Irlanda mais que se impuseram contra o Reino Unido. Quanto à Alemanha Federal, o

contraste entre os recursos e realizações desse país, e entre seu glorioso passado de Weimar e seu presente de Bonn, foi impressionante. Não era inteiramente explicável pelos desastrosos efeitos contemporâneos e posteriores aos dos doze anos de Hitler. É significativo que nos cinqüenta anos do pós-guerra vários dos melhores talentos ativos na literatura alemã ocidental não fossem locais, mas imigrantes de mais a leste (Celan, Grass e vários vindos da RDA).

A Alemanha, claro, esteve dividida entre 1945 e 1990. O contraste entre as duas partes — uma militantemente liberal-democrática, voltada para o mercado e ocidental, a outra uma versão didática de centralização comunista — ilustra um aspecto curioso da migração da alta cultura: seu relativo florescimento sob o comunismo, pelo menos em certos períodos. Isso, claramente, não se aplica a todas as artes, nem, é claro, a Estados sob o tacão de ferro de uma ditadura verdadeiramente assassina, como as de Stalin e Mao, ou de tiranos megalômanos menores, como Ceausescu na Romênia (1961-89) ou Kim Il Sung na Coréia do Norte (1945-94).

Além disso, na medida em que as artes dependiam de patronagem pública, isto é, do governo central, a preferência ditatorial padrão pelo gigantismo pomposo reduziu a opção do artista, como o fez a insistência oficial numa espécie de mitologia sentimental edificante conhecida como "realismo socialista". É possível que os amplos espaços abertos enquadrados por torres neovitorianas tão característicos da década de 1950 algum dia encontrem admiradores — pense-se na praça Smolensk em Moscou —, mas a descoberta de seus méritos arquitetônicos deve ser deixada para o futuro. Por outro lado, deve-se admitir que, onde os governos comunistas não insistiram em dizer aos artistas exatamente o que fazer, sua generosidade subsidiando atividades culturais (ou, como outros poderiam dizer, seu senso defeituoso de contabilidade) foi útil. Supõe-se que não foi por acaso que o Ocidente importou de Berlim Oriental o típico produtor de ópera de vanguarda da década de 1980.

A URSS continuou culturalmente estéril, pelo menos em comparação com suas glórias pré-1917 e mesmo com a fermentação da década de 1920, com exceção talvez da poesia, a arte mais capaz de ser praticada em privado e aquela em que a grande tradição russa do século XX melhor manteve sua continuidade depois de 1917 — Akhmatova (1889-1966), Tsvetaieva (1892-1960), Pasternak (1890-1960), Blok (1890-1921), Maiakovski (1893-1930), Brodski (1940-), Voznesenski (1933-), Akhmadulina (1937-). Suas artes visuais sofreram sobretudo da combinação de rígida ortodoxia, ideológica, estética e institucional, e total isolamento do resto do mundo. O apaixonado nacionalismo cultural que começou a surgir em partes da URSS no período Brejnev — ortodoxo e eslavófilo na Rússia (Soljenitsin — 1918-), mítico-medievalista na Armênia (por exemplo, nos filmes de Sergei Paradjanov — 1924-) — derivou em grande parte do fato de que os que rejeitavam qualquer coisa recomendada pelo sistema e o partido, como faziam tantos intelectuais, não tinham

outras tradições a que recorrer, a não ser as conservadoras locais. Além disso, os intelectuais na URSS estavam espetacularmente isolados não apenas do sistema de governo, mas também do grosso dos cidadãos soviéticos comuns, que, de algum modo obscuro, aceitavam a legitimidade e se adaptavam à única vida que conheciam, e que, nas décadas de 1960 e 1970, na verdade melhorava visivelmente. Eles odiavam os governantes e desprezavam os governados, mesmo quando (como os neo-eslavófilos) idealizavam a alma russa na forma do camponês russo que não mais existia. Não era uma boa atmosfera para o artista criador, e a dissolução do aparato de coerção intelectual, paradoxalmente, desviou os talentos da criação para a agitação. O Soljenitsin que provavelmente sobreviverá como grande escritor do século XX é o que ainda precisava pregar escrevendo romances (*Um dia na vida de Ivã Denisovich*, *Pavilhão dos cancerosos*), porque ainda não tinha liberdade para escrever sermões e denúncias históricas.

A situação na China comunista até fins da década de 1970 foi dominada por uma implacável repressão, pontilhada por raros afrouxamentos momentâneos ("que desabrochem cem flores") que serviam para identificar as vítimas dos próximos expurgos. O regime de Mao Tsé-tung atingiu seu clímax na Revolução Cultural de 1966-76, uma campanha contra a cultura, a educação e a inteligência sem paralelos na história do século XX. Praticamente fechou a educação secundária e universitária durante dez anos, suspendeu a prática da música clássica e outras (ocidentais), quando necessário através da destruição de seus instrumentos, e reduziu o repertório nacional de teatro e cinema a meia dúzia de obras politicamente corretas (segundo o julgamento da mulher do Grande Timoneiro, ex-atriz de cinema de segunda categoria em Xangai), interminavelmente repetidas. Em vista dessa experiência e da tradição chinesa de impor ortodoxia, modificada mas não abandonada na era pós-Mao, a luz que brilhava da China comunista nas artes continuou bruxuleante.

Por outro lado, a criatividade floresceu sob os regimes comunistas da Europa Oriental, pelo menos assim que se relaxava mesmo que levemente a ortodoxia, como aconteceu durante a desestalinização. A indústria de cinema na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, até então pouco conhecida mesmo localmente, explodiu em inesperado desabrochar a partir de fins da década de 1950, e por algum tempo se tornou uma das fontes mais reconhecidas de filmes interessantes do mundo. Até o colapso do comunismo, que também implicou o colapso dos mecanismos de produção cultural desses países, mesmo a revivescência da repressão (após 1968 na Tchecoslováquia, após 1980 na Polônia) não deteve essa produção, embora o começo bastante promissor da indústria de cinema alemã-oriental, no início da década de 1950, fosse interrompido pela autoridade política. O fato de uma arte tão dependente de maciço investimento do Estado ter florescido artisticamente sob regimes comunistas é mais surpreendente do que teria sido com a literatura, pois afinal mesmo sob gover-

nos intolerantes podem-se escrever livros "para o fundo da gaveta", ou para círculos de amigos.* Por mais estreito que fosse o público para o qual escreviam originalmente, vários dos escritores conquistaram admiração internacional — os alemães-orientais, que produziram talentos substancialmente mais interessantes que a próspera Alemanha Federal, e os tchecos da década de 1960, cujos textos só chegaram ao Ocidente via emigração interna e externa após 1968.

O que todos esses talentos tinham em comum era uma coisa que poucos escritores e cineastas nas economias de mercado desenvolvidas tinham, e com que o pessoal de teatro ocidental (um grupo chegado a um radicalismo político atípico, que remontava, nos EUA e Grã-Bretanha, à década de 1930) sonhava: a sensação de ser necessário ao seu público. Na verdade, na ausência de verdadeira política e imprensa livre, os praticantes das artes eram os *únicos* que falavam do que o povo, ou pelo menos os educados em seu meio, pensava e sentia. Esses sentimentos não se limitavam a artistas em regimes comunistas, mas em outros regimes onde os intelectuais estavam em choque com o sistema político predominante e, embora não inteiramente sem restrição, tinham liberdade suficiente para se expressar em público. O *apartheid* na África do Sul inspirou seus adversários a fazer mais literatura boa do que a que vinha antes daquele subcontinente. O fato de a maioria dos intelectuais latino-americanos ao sul do México, entre as décadas de 1950 e 1990, provavelmente ter sido refugiada política em alguma altura de sua vida não é irrelevante para as realizações culturais daquela parte do hemisfério ocidental. O mesmo se aplica aos intelectuais turcos.

Apesar disso, havia mais coisas no ambíguo florescer de algumas artes na Europa Oriental do que sua função como oposição tolerada. A maioria dos jovens praticantes fora inspirada pela esperança de que seus países, mesmo sob regimes insatisfatórios, entrariam de algum modo numa nova era após os horrores da guerra; alguns, mais do gostariam de ser lembrados disso, na verdade haviam sentido o vento da utopia nas velas da juventude, pelo menos nos primeiros anos do pós-guerra. Alguns continuaram a ser inspirados por suas épocas: Ismail Kadaré (1930-), talvez o primeiro romancista albanês a deixar uma marca no mundo externo, tornou-se o porta-voz não tanto do regime linha-dura de Enver Hoxha quanto de um pequeno país montanhês que, sob o comunismo, conquistou pela primeira vez um lugar no mundo (ele emigrou em 1990). A maioria dos outros mais cedo ou mais tarde passou para variados graus de oposição — contudo, com bastante freqüência, rejeitando a única alternativa que lhes era oferecida (ou do outro lado da fronteira alemã-ocidental ou pela Rádio Europa Livre), num mundo de opostos binários e mutuamente

(*) Contudo, os processos de cópia continuaram incrivelmente laboriosos, pois não havia nenhuma tecnologia posterior a máquina de escrever e papel carbono. Por motivos políticos, o mundo comunista pré-*perestroika* não usava xerox.

excludentes. E mesmo onde, como na Polônia, a rejeição do regime existente se tornou total, todos, com exceção dos mais jovens, conheciam o suficiente da história de seu país depois de 1945 para captar os tons de cinza além do preto-e-branco da propaganda. É isso que dá uma dimensão trágica aos filmes de Andrzej Wajda (1926-), e a ambigüidade aos cineastas tchecos da década de 1960, então na casa dos trinta anos, e aos escritores da RDA — Christa Wolf (1929-), Heiner Müller (1929-) —, desiludidos mas não esquecidos de seus sonhos.

Paradoxalmente, artistas e intelectuais tanto no Segundo Mundo (socialista) quanto nas várias partes do Terceiro Mundo desfrutavam prestígio e relativa prosperidade, pelo menos entre surtos de perseguições. No mundo socialista, podiam estar entre os cidadãos mais ricos e desfrutar aquela raríssima entre todas as liberdades em tais casas-prisões coletivas, o direito de viajar ao exterior, ou mesmo ter acesso à literatura estrangeira. Sob o socialismo, a influência política deles era zero, mas nos vários países do Terceiro Mundo (e, após a queda do comunismo, por breve tempo no ex-mundo do "socialismo realmente existente") ser um intelectual ou mesmo um artista era uma vantagem pública. Na América Latina, os escritores renomados, quase independentemente de suas opiniões políticas, podiam esperar postos diplomáticos, de preferência em Paris, onde a localização da UNESCO dava a cada país que assim o desejasse várias oportunidades de colocar cidadãos nas vizinhanças dos cafés da Rive Gauche. Os professores sempre esperavam temporadas como ministros de gabinete, de preferência o de Economia, mas a moda em fins da década de 1980 de pessoas ligadas às artes concorrerem como candidatos presidenciais (como fez um bom romancista no Peru), ou tornar-se de fato presidentes (como na Tchecoslováquia e na Lituânia pós-comunistas) parecia nova, embora tivesse precedentes em tempos anteriores entre novos Estados, europeus e africanos, que tinham probabilidade de dar proeminência aos poucos de seus cidadãos conhecidos no exterior, isto é, mais provavelmente pianistas, como na Polônia de 1918, poetas franceses, como no Senegal, ou dançarinos, como na Guiné. Ainda assim, romancistas, dramaturgos, poetas e músicos não entravam no páreo político na maioria dos países desenvolvidos em nenhuma circunstância, mesmo nos de mentalidade intelectual, a não ser talvez como potenciais ministros da Cultura (André Malraux na França, Jorge Semprún na Espanha).

Os recursos públicos e privados dedicados às artes foram inevitavelmente bem maiores que antes, numa era de prosperidade sem precedentes. Assim, mesmo o governo britânico, jamais no primeiro plano do patronato público, gastou muito acima de 1 bilhão de libras esterlinas com as artes em fins da década de 1980, enquanto em 1939 tinha gasto 900 mil libras (*Britain: an official handbook*, 1961, p. 222; 1990, p. 426). O patronato privado foi menos importante, a não ser nos EUA, onde bilionários, estimulados por convenientes concessões fiscais, apoiavam educação, ensino e cultura em escala mais gene-

rosa que em outros lugares, em parte por verdadeiro reconhecimento das coisas superiores da vida, sobretudo entre magnatas de primeira geração; em parte porque, na ausência de uma hierarquia social formal, o que poderia se chamar de status de Médici era a segunda coisa melhor. Os grandes gastadores cada vez mais não apenas doavam suas coleções a galerias nacionais ou cívicas (como no passado), mas insistiam em financiar seus próprios museus, batizados com seus próprios nomes, ou pelo menos suas próprias alas ou setores de museus, onde coleções eram apresentadas na forma estabelecida pelos donos e doadores.

Quanto ao mercado de arte, a partir da década de 1950 ele descobriu que quase meio século de depressão estava indo embora. Os preços, sobretudo de impressionistas e pós-impressionistas franceses, e dos mais eminentes entre os primeiros modernistas parisienses, subiram às alturas até, na década de 1970, o mercado de arte internacional, cuja locação mudou primeiro para Londres e depois para Nova York, igualar os recordes históricos (em termos reais) da Era dos Impérios, e no desvairado mercado da década de 1980 subir além deles. O preço de impressionistas e pós-impressionistas multiplicou-se por 23 entre 1975 e 1989 (Sotheby, 1992). Contudo, a comparação com períodos anteriores foi daí em diante impossível. Claro, os ricos ainda colecionavam — o dinheiro velho, em geral, preferindo os velhos mestres, o novo indo atrás da novidade —, mas cada vez mais os compradores de arte compravam como investimento, como antes os homens compravam ações especulativas de minas de ouro. Não se pode pensar no Fundo de Pensões Ferroviárias britânico como um amante das artes, já que (com o melhor assessoramento) ganhou muito dinheiro com arte, e o tipo de transação de arte ideal de fins da década de 1980 foi aquele em que um magnata australiano enriquecido da noite para o dia comprou um Van Gogh por 31 milhões de libras, grande parte das quais emprestada pelos leiloeiros, os dois lados supostamente esperando aumentos de preço que fariam do quadro uma garantia extra mais valiosa para empréstimos bancários e elevariam os lucros futuros do negociante. Na verdade, ambos se decepcionaram: o sr. Bond, de Perth, foi à bancarrota, e o *boom* especulativo de arte desabou no início da década de 1990.

A relação entre o dinheiro e as artes é sempre ambígua. Não está claro que as grandes realizações das artes na segunda metade do século devam muito a ele; a não ser na arquitetura, onde, em geral, grande significa belo, ou, de qualquer modo, tem mais probabilidade de entrar nos guias. Por outro lado, não há dúvida de que outro tipo de acontecimento econômico afetou de modo profundo a maioria das artes: a integração delas na vida acadêmica, nas instituições de ensino superior, cuja extraordinária expansão observamos em outra parte (capítulo 10). Esse fato foi ao mesmo tempo geral e específico. Em termos gerais, o fato decisivo da cultura do século XX, o surgimento de uma revolucionária indústria de diversão popular voltada para o mercado de massa,

reduziu as formas tradicionais de grande arte a guetos de elite, e de meados do século em diante seus habitantes eram essencialmente pessoas com educação superior. O público de teatro e ópera, os leitores dos clássicos literários de seus países e do tipo de poesia e prosa levado a sério pelos críticos, os visitantes de museus e galerias de arte pertenciam esmagadoramente aos que tinham pelo menos educação secundária — a não ser no mundo socialista, onde a indústria de diversão maximizadora de lucros foi mantida a distância, até que, após sua queda, não o foi mais. A cultura comum de qualquer país urbanizado de fins do século XX se baseava na indústria da diversão de massa — cinema, rádio, televisão, música popular —, da qual participava a elite, certamente desde o triunfo do *rock*, e à qual os intelectuais sem dúvida deram um toque cerebral para torná-la adequada ao gosto da elite. Além disso, a segregação era cada vez mais completa, pois só por um acidente ocasional o grosso do público que a indústria de diversão atraía encontrava os gêneros de alta cultura que enlouqueciam os iniciados, como quando uma ária de Puccini cantada por Pavarotti se viu associada à Copa do Mundo de futebol em 1990, ou quando breves temas de Handel ou Bach apareciam incógnitos em comerciais de televisão. Se alguém não queria juntar-se às classes médias, não se dava o trabalho de ver peças de Shakespeare. Por outro lado, se quisesse, e para tanto adotasse a solução mais óbvia, de passar nos exames exigidos pela escola secundária, não poderia deixar de vê-las: eram tema de prova. Em casos extremos, dos quais a Grã-Bretanha, dividida em classes, era um exemplo notável, os jornais dirigidos respectivamente aos cultos e aos não cultos praticamente se inseriam em universos diferentes.

Mais especificamente, a extraordinária expansão da educação superior proporcionava cada vez mais emprego, e constituía o mercado para homens e mulheres de inadequado apelo comercial. O exemplo mais dramático se deu na literatura. Os poetas ensinavam, ou pelo menos eram residentes em faculdades. Em alguns países, as ocupações de romancista e professor se sobrepunham em tal medida que na década de 1960, como grande número de leitores potenciais era familiarizado com o ambiente, surgiu e floresceu um gênero inteiramente novo: o romance do campus, que, além do tema habitual da ficção, a relação entre os sexos, tratava de questões de interesse mais esotérico, como intercâmbios acadêmicos, colóquios internacionais, fofoca universitária e as peculiaridades dos estudantes. Mais perigosamente, a demanda acadêmica estimulou a produção de uma literatura de criação que se prestava à dissecação em seminários, e portanto se beneficiava da complexidade, se não incompreensibilidade, seguindo o exemplo do grande James Joyce, cujas últimas obras tinham tantos comentaristas quanto leitores. Os poetas escreviam para outros poetas, ou para estudantes que se esperava discutissem suas obras. Protegidas por salários acadêmicos, bolsas e listas de leitura obrigatória, as artes criativas não comerciais podiam esperar, se não necessariamente florescer,

pelo menos sobreviver com conforto. Infelizmente, outro subproduto do crescimento da academia minava sua posição, pois os glosadores e comentadores se tornaram independentes de seu tema, alegando que o texto era apenas o que o leitor fazia dele. O crítico que interpretava Flaubert, diziam, era tão criador de Madame Bovary quanto o autor, talvez — uma vez que o romance só sobrevivia pela leitura de outros, sobretudo para fins acadêmicos — ainda mais que o autor. Essa teoria era saudada havia muito pelos produtores teatrais de vanguarda (antecipados pelos antigos realizadores e atores-produtores do cinema), para os quais Shakespeare ou Verdi eram basicamente matéria-prima para suas interpretações ousadas e de preferência provocativas. Por mais triunfantes que estas fossem algumas vezes, na verdade sublinhavam o crescente esoterismo das artes cerebralistas, pois eram em si comentários e críticas de interpretações anteriores, e não inteiramente compreensíveis, a não ser para iniciados. A moda espalhou-se até o gênero de filmes populares, nos quais diretores sofisticados anunciavam sua erudição cinematográfica à elite que entendia suas alusões, mantendo ao mesmo tempo as massas (e, esperava-se, a bilheteria) felizes com sangue e esperma.*

É possível imaginar como as histórias culturais do século XXI vão avaliar as realizações artísticas das grandes artes da segunda metade do século XX? É óbvio que não, mas dificilmente deixarão de notar o declínio, pelo menos regional, de gêneros característicos que floresceram em grande estilo no século XIX, e sobreviveram na primeira metade do XX. A escultura é um exemplo que vem logo à mente, quando nada porque a principal expressão dessa arte, o monumento público, praticamente morreu após o fim da Primeira Guerra Mundial, a não ser em países ditatoriais, onde, por consenso geral, a qualidade não igualou a quantidade. É impossível evitar a impressão de que a pintura não foi o que tinha sido mesmo entre as guerras. De qualquer modo, seria difícil fazer uma lista de pintores de 1950 a 1990 aceitos como grandes figuras (por exemplo, dignos de inclusão em outros museus que não os do país do artista) comparável a uma lista idêntica do período do entreguerras. Esta, devemos lembrar-nos, teria incluído no mínimo dos mínimos Picasso (1888-1973), Matisse (1869-1954), Soutine (1894-1943), Chagall (1889-1985) e Rouault (1871-1955) da escola de Paris; Klee (1879-1940), talvez dois ou três russos e alemães, e um ou dois espanhóis e mexicanos. Como se compararia com esta uma lista de fins do século XX, mesmo incluindo vários líderes do "expressionismo abstrato" da Escola de Nova York, Francis Bacon e uns dois alemães?

Na música clássica, mais uma vez, o declínio dos velhos gêneros foi ocul-

(*) Assim, *Os intocáveis* (1987), de Brian de Palma, ostensivamente um emocionante filme de polícia e ladrão sobre a Chicago de Al Capone (embora na verdade um pastiche do gênero original), contém uma citação literal de *Encouraçado Potemkin*, de Eisenstein, incompreensível para todos que não viram o famoso trecho do carrinho de bebê despencando pela escadaria de Odessa.

tado pelo enorme aumento em suas apresentações, mas sobretudo em forma de repertório de clássicos mortos. Quantas novas óperas, compostas após 1950, se estabeleceram nos repertórios internacionais, ou mesmo em algum nacional, que reciclavam interminavelmente as produções de compositores dos quais os mais jovens haviam nascido em 1860? Com exceção de Alemanha e Grã-Bretanha (Henze, Britten e na melhor das hipóteses dois ou três outros), muito poucos compositores chegaram a criar grandes óperas. Os americanos (por exemplo, Leonard Bernstein, 1918-90) preferiram o gênero menos formal do musical. Quantos compositores, além dos russos, compuseram sinfonias, tidas como o coroamento da realização instrumental no século XIX?* O talento musical, que continuava em plena e abundante existência, simplesmente tendeu a abandonar as formas tradicionais de expressão, embora estas dominassem esmagadoramente o mercado da grande arte.

Uma retirada semelhante do gênero do século XIX é óbvia no romance. Naturalmente, continuou sendo escrito, comprado e lido em grande quantidade. Contudo, se olhamos os grandes romances e grandes romancistas da segunda metade do século, os que tomaram como tema toda uma sociedade ou toda uma era histórica, vamos encontrá-los fora das regiões centrais da cultura ocidental — com exceção, mais uma vez, da Rússia, onde o romance ressurgiu, com o Soljenitsin inicial, como o maior modo de chegar a termos com a experiência do stalinismo. Podemos encontrar romances da grande tradição na Sicília (*O leopardo*, de Lampedusa), na Iugoslávia (Ivo Andric, Miroslav Krleza) e na Turquia. Certamente os encontraremos na América Latina, cuja ficção, até então desconhecida fora dos países interessados, tomou o mundo literário a partir da década de 1950. O romance mais sem hesitação e instantaneamente reconhecido como obra-prima em todo o globo veio da Colômbia, um país que a maioria das pessoas educadas no mundo desenvolvido tinha problemas até para identificar no mapa, antes de ele vir a ser identificado com a cocaína: *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez. Talvez o notável surgimento do romance judeu em vários países, sobretudo EUA e Israel, reflita o trauma excepcional da experiência de seu povo sob Hitler, com o qual, direta ou indiretamente, os escritores judeus achavam que tinham de chegar a termos.

O declínio dos gêneros clássicos da grande arte e literatura não se deveu, claro, a nenhuma escassez de talento. Pois mesmo que pouco saibamos sobre a distribuição de dons excepcionais entre seres humanos e sua variação, é mais seguro supor que há rápidas mudanças mais nos incentivos para expressá-los, ou nos canais para expressá-los, ou no estímulo a fazê-lo de uma determinada forma, do que na quantidade de talento existente. Não há nenhum bom motivo para supor que os toscanos hoje são menos talentosos, ou mesmo que

(*) Prokofiev compôs sete, e Shostakovich, quinze, e mesmo Stravinsky compôs três: mas todas estas pertenciam ou tinham sido formadas na primeira parte do século.

tenham um senso estético menos desenvolvido, que no século da Renascença florentina. O talento nas artes abandonou os velhos meios de buscar expressão porque os novos meios existentes eram mais atraentes, ou recompensadores, como quando, mesmo entre as guerras, jovens compositores de vanguarda podiam ser tentados, como Auric e Britten, a compor trilhas sonoras para filmes, em vez de quartetos de cordas. Grande parte da rotina de pintar e desenhar foi substituída pelo triunfo da câmera, que, para dar um exemplo, tomou quase completamente a representação da moda. O folhetim, já uma raça em extinção entre as guerras, deu lugar na era da televisão ao seriado de TV. O filme, que deu muito mais espaço para o talento criador após o colapso do sistema de estúdio ou produção fabril de Hollywood, quando sua platéia de massa se refugiou em seus lares para ver televisão e depois vídeo, tomou o lugar ocupado tanto pelo romance quanto pelo teatro. Para cada amante da cultura que podia citar duas peças de cinco dramaturgos, mesmo vivos, cinqüenta podiam relacionar todos os principais filmes de dez ou mais diretores de cinema. Nada era mais natural que isso. Só o status social ligado à "alta cultura" clássica impedia um declínio ainda mais rápido de seus gêneros tradicionais.*

Contudo, dois fatores ainda mais importantes solapavam agora a alta cultura clássica. O primeiro era o triunfo universal da sociedade de consumo de massa. Da década de 1960 em diante, as imagens que acompanhavam do nascimento até a morte os seres humanos no mundo ocidental — e cada vez mais no urbanizado Terceiro Mundo — eram as que anunciavam ou encarnavam o consumo ou as dedicadas ao entretenimento comercial de massa. Os sons que acompanhavam a vida urbana, dentro e fora de casa, eram os da música *pop* comercial. Comparado com isso, o impacto das "grandes artes" mesmo sobre os "cultos" era na melhor das hipóteses ocasional, sobretudo desde que o triunfo do som e da imagem com base na tecnologia impunha forte pressão sobre o que fora o grande veículo para a continuação da experiência da alta cultura, a palavra escrita. A não ser por divertimento leve — sobretudo histórias de amor para mulheres, *thrillers* de vários tipos para homens e, talvez, na era da libertação, um pouco de erotismo e pornografia —, as pessoas que liam livros seriamente para outros fins que não profissionais, educacionais e instrutivos eram uma minoria reduzida. Embora a revolução educacional expandisse seu número em termos absolutos, a distração da leitura declinou em países de alfabetização teoricamente universal, quando a letra impressa deixou de ser o principal portão para o mundo além da comunicação boca a boca. Após a década de 1950, mesmo os filhos das classes educadas no mundo ocidental rico não adotavam espontaneamente a leitura como tinham feito seus pais.

As palavras que dominavam as sociedades de consumo ocidentais não

(*) Um brilhante sociólogo francês analisou o uso da cultura como sinal de classe num livro intitulado *La distinction* (Bourdieu, 1979).

eram mais as dos livros santos, quanto mais de escritores seculares, mas as marcas comerciais de produtos ou do que se podia comprar. Eram estampadas em camisetas, pregadas em outras roupas como amuletos por meio dos quais o usuário adquiria o mérito espiritual do estilo de vida (geralmente juvenil) que esses nomes simbolizavam e prometiam. As imagens que se tornaram ícones de tais sociedades eram as das diversões e consumo de massa: astros e latas. Não surpreende que na década de 1950, no coração da democracia de consumo, a principal escola de pintores abdicasse diante de fabricantes de imagens tão mais poderosas que a arte anacrônica. A *pop art* (Warhol, Lichtenstein, Rauschenberg, Oldenburg) passava o tempo reproduzindo, com tanta exatidão e insensibilidade quanto possível, os badulaques visuais do comercialismo americano: latas de sopa, bandeiras, garrafas de coca-cola, Marilyn Monroe.

Insignificante como arte (no sentido que o século XIX deu à palavra), essa moda apesar disso reconhecia que o triunfo do mercado de massa se baseava, de algum modo bastante profundo, na satisfação das necessidades tanto espirituais quanto materiais dos consumidores, um fato do qual as agências de publicidade há muito tinham vaga consciência quando destinavam suas campanhas a vender "não o bife, mas o chiado", não o sabonete, mas o sonho de beleza, não as latas de sopa, mas a felicidade familiar. O que se tornou cada vez mais claro na década de 1950 foi que isso tinha o que se podia chamar de uma dimensão estética, uma criatividade de base, ocasionalmente ativa mas sobretudo passiva, que os produtores tinham de competir para oferecer. Os excessos barrocos do desenho de automóveis de Detroit na década de 1950 tinham exatamente isso em vista; e na década de 1960 uns poucos críticos inteligentes começaram a investigar o que antes era esmagadoramente ignorado e rejeitado como "comercial" ou apenas esteticamente nulo, ou seja, o que na verdade atraía homens e mulheres comuns (Banham, 1971). Os intelectuais mais velhos, agora cada vez mais descritos como "elitistas" (palavra adotada com entusiasmo pelo novo radicalismo da década de 1960), olhavam de cima as massas, que viam como recipientes passivos do que o grande capital queria que comprassem. Contudo, a década de 1950 demonstrou da maneira mais sensacional, através do triunfo do *rock'n'roll*, um idioma de adolescentes derivado do *blues* urbano autóctone dos guetos negros da América do Norte, que as massas sabiam ou pelo menos reconheciam aquilo de que gostavam. A indústria de discos, que fez fortunas com o *rock*, não o criou, e muito menos planejou, mas tomou-o de amadores e pequenos executantes de esquina que o descobriram. Não há dúvida de que o *rock* se corrompeu nesse processo. Via-se a "arte" (se esta era a palavra certa) vindo do solo, e não das flores excepcionais que dele brotavam. Além disso, como dizia o populismo partilhado pelo mercado e o radicalismo antielitista, o importante não era distinguir entre bom e ruim, elaborado e simples, mas no máximo entre o que atraía mais ou menos pessoas. Isso não deixava muito espaço para o clássico conceito das artes.

Contudo, uma força ainda mais poderosa solapava as grandes artes: a morte do "modernismo", que desde fins do século XIX legitimava a prática da criação artística não utilitária, e que sem dúvida proporcionara a justificação para a reivindicação do artista à liberdade de toda limitação. Seu âmago era a inovação. Com base na analogia entre ciência e tecnologia, o "modernismo" tacitamente supunha que a arte era progressista, e portanto o estilo de hoje era superior ao de ontem. Era, por definição, a arte da *avant-garde*, termo que entrou no vocabulário crítico na década de 1880, isto é, de minorias que em teoria esperavam um dia conquistar a maioria, mas na prática estavam satisfeitas por não o terem feito ainda. Qualquer que fosse sua forma específica, o "modernismo" se baseava na rejeição das convenções liberal-burguesas do século XIX, tanto na sociedade quanto na arte, e na necessidade sentida de criar uma arte de algum modo adequada ao tecnológica e socialmente revolucionário século XIX, para o qual as artes e estilos de vida da rainha Vitória, do imperador Guilherme e do presidente Theodore Roosevelt eram tão visivelmente inadequados (ver *A era dos impérios*, capítulo 9). Idealmente, os dois objetivos andavam juntos: o cubismo era tanto rejeição e crítica da pintura representativa vitoriana quanto uma alternativa a ela, e também uma coleção de "obras de arte" de "artistas" com direito próprio. Na prática, não tinham de coincidir, como o niilismo artístico (deliberado) do urinol de Marcel Duchamp e o dadaísmo haviam demonstrado muito tempo atrás. Estes não pretendiam ser qualquer espécie de arte, mas antiarte. Também neste caso, idealmente os valores sociais que os artistas "modernistas" buscavam no século XX e as maneiras de expressá-los em palavra, som, imagem e forma deviam fundir-se uns nos outros, como fizeram em grande parte na arquitetura modernista, essencialmente um estilo para construir utopias sociais em formas supostamente a eles adequadas. Mais uma vez, na prática, forma e substância não tinham ligação lógica. Por que, por exemplo, deveria a "cidade radiante" (*cité radieuse*) de Le Corbusier consistir em altos edifícios com topos planos e não em ponta?

Apesar disso, como vimos, na primeira metade do século o "modernismo" funcionou, passando despercebida a fraqueza de suas bases teóricas, ainda não inteiramente cruzada a curta distância até os limites de desenvolvimento permitidos por suas fórmulas (por exemplo, a música dodecafônica ou a arte abstrata), ainda não rachado o seu tecido por contradições internas ou fissuras potenciais. Inovação formal de vanguarda e esperança social ainda eram fundidas pela experiência de guerra mundial, crise mundial e revolução mundial potencial. A era de antifascismo adiou a reflexão. O modernismo ainda pertencia à vanguarda e à oposição, a não ser entre desenhistas industriais e agências de publicidade. Tinha vencido.

Exceto nos regimes socialistas, partilhou da vitória sobre Hitler. O modernismo em arte e arquitetura conquistou os EUA, enchendo de "expressionistas abstratos" as galerias e escritórios de empresas de prestígio, e os bairros co-

merciais das cidades americanas de símbolos do "estilo internacional" — alongadas caixas retangulares verticais, não tanto arranhando o céu quanto achatando seus topos contra ele: com grande elegância, como no prédio da Seagram's de Mies van der Rohe, ou simplesmente muito altos, como o World Trade Center (ambos em Nova York). No velho Continente, em certa medida seguindo a tendência americana, que agora se inclinava a associar modernismo com "valores ocidentais", a abstração (arte não figurativa) nas artes visuais e o modernismo na arquitetura se tornaram parte, às vezes dominante, do panorama cultural estabelecido, e até mesmo reviveram em países como a Grã-Bretanha, onde pareciam ter estagnado.

Contudo, a partir de fins da década de 1960, uma acentuada reação a ele foi se tornando cada vez mais manifesta, e na década de 1980 virou moda, sob rótulos como "pós-modernismo". Não era tanto um "movimento" quanto uma negação de qualquer critério preestabelecido de julgamento e valor nas artes, ou na verdade da possibilidade de tais julgamentos. Na arquitetura, onde essa reação se fez sentir primeiro e mais visivelmente, ela cobriu os arranha-céus com frontões Chippendale, tanto mais provocativos por terem sido construídos pelo próprio co-inventor do termo "estilo internacional", Philip Johnson (1906-). Críticos para os quais a linha do horizonte espontaneamente formada de Manhattan era outrora o modelo da paisagem urbana moderna descobriram as virtudes da totalmente desestruturada Los Angeles, um informe deserto de detalhes, o paraíso (ou inferno) dos que "estavam na sua". Por mais irracionais que fossem, as regras estético-morais haviam governado a arquitetura moderna, mas de agora em diante valia tudo.

As realizações do movimento moderno na arquitetura tinham sido impressionantes. Desde 1945, construíra os aeroportos que ligavam o mundo, as fábricas, edifícios de escritórios e prédios públicos que ainda precisavam ser erguidos — capitais no Terceiro Mundo, museus, universidades e teatros no Primeiro. Presidira a maciça e global reconstrução de cidades na década de 1960, pois mesmo no mundo socialista suas inovações técnicas, que se prestavam à rápida e barata construção habitacional em massa, haviam deixado sua marca. Produzira, sem sérias dúvidas, um número substancial de prédios muito bonitos, ou mesmo obras-primas, embora também várias coisas feias e um número muito maior de formigueiros sem identidade e inumanos. As realizações da pintura e escultura modernistas do pós-guerra foram incomparavelmente menores, e em geral muito inferiores a suas antecessoras do entreguerras, como demonstra imediatamente uma comparação da arte parisiense da década de 1950 com a da década de 1920. Consistiram em grande parte de uma série de macetes cada vez mais desesperados, com os quais os artistas procuravam dar à obra uma marca registrada de imediato reconhecimento, uma sucessão de manifestos de desespero ou abdicação diante das inundações de não-arte que submergiam o artista do velho estilo (*pop art*, a *art brut* de Dubuffet

e coisas que tais), a assimilação de rabiscos e outras bugigangas, ou de gestos que reduziam *ad absurdum* o tipo de arte basicamente comprada para investimento e seus colecionadores, como apor o nome do indivíduo a pilhas de tijolos ou terra ("arte minimalista"), ou impedir que se tornasse um desses produtos fazendo-o demasiado breve para ser permanente ("arte performance").

O cheiro de morte iminente subia dessas vanguardas. O futuro não era mais delas, embora ninguém soubesse de quem era. Mais que nunca, elas próprias se sabiam à margem. Comparadas com a verdadeira revolução na percepção e representação conseguidas através da tecnologia pelos fazedores de dinheiro, as inovações formais de boêmios de estúdio sempre tinham sido brincadeira de criança. Que eram as imitações de velocidade dos futuristas na tela de pintura comparadas com a verdadeira velocidade, ou mesmo a montagem de uma câmera de cinema numa locomotiva, o que qualquer um podia fazer? Que eram as experiências de concerto com som eletrônico em composições modernistas, que todo empresário sabia serem um veneno de bilheteria, comparadas com o *rock* que transformava o som eletrônico na música dos milhões? Se todas as "grande artes" se achavam segregadas em guetos, poderiam as vanguardas deixar de ver que suas próprias partes do gueto eram minúsculas e cada vez menores, como confirmava qualquer comparação com as vendas de Chopin e Schönberg? Com o surgimento da *pop art*, mesmo o grande baluarte do modernismo nas artes visuais, a abstração, perdeu sua hegemonia. A representação se tornou mais uma vez legítima.

O "pós-modernismo", assim, atacou estilos autoconfiantes e exaustos, ou antes os meios de realizar tanto atividades que tinham de prosseguir num estilo ou noutro, como prédios e obras públicas, quanto as que não eram em si indispensáveis, como a produção artesanal de pinturas de cavalete para serem vendidas individualmente. Daí o engano de analisá-lo basicamente como uma tendência dentro das artes, semelhante ao desenvolvimento das vanguardas. Na verdade, sabemos que o termo pós-modernismo se espalhou para todo tipo de campos que nada têm a ver com as artes. Na década de 1990, havia filósofos, cientistas sociais, antropólogos e historiadores "pós-modernos", além de outros praticantes de disciplinas que antes não tendiam a tomar sua terminologia emprestada às artes de vanguarda, mesmo quando por acaso se associavam com elas. A crítica literária, claro, adotou-o com entusiasmo. Na verdade, modas "pós-modernas", iniciadas sob vários nomes ("desconstrução", "pós-estruturalismo" etc.) entre a *intelligentsia* de fala francesa, chegaram aos departamentos de literatura americanos, e daí ao resto das humanidades e ciências sociais.

Todos os pós-modernismos tinham em comum um ceticismo essencial sobre a existência de uma realidade objetiva, e/ou a possibilidade de chegar a uma compreensão aceita dessa realidade por meios racionais. Todos tendiam a um radical relativismo. Todos, portanto, contestavam a essência de um mundo que se apoiava em crenças opostas, ou seja, o mundo transformado pela ciên-

cia e a tecnologia nela baseada, e a ideologia de progresso que o refletia. Examinaremos o desenvolvimento dessa estranha mas não inesperada contradição no próximo capítulo. No campo mais restrito das grandes artes, a contradição não era tão extrema, pois, como vimos (*A era dos impérios*, capítulo 9), as vanguardas modernistas já haviam estendido até quase o infinito os limites do que podia reivindicar a condição de "arte" (ou, de qualquer modo, resultar em produtos que podiam ser vendidos ou de outro modo lucrativamente separados de seus criadores como "arte"). O que o pós-modernismo produziu foi antes um fosso (em grande parte geracional) entre os que se sentiam repelidos pelo que viam como uma frivolidade niilista de novo tipo e os que achavam que levar as artes "a sério" era apenas mais uma relíquia do passado obsoleto. Que havia de errado, diziam, com "os montes de refugos da civilização [...] camuflados de plástico" que tanto haviam indignado o filósofo social Jürgen Habermas, último bastião da famosa Escola de Frankfurt? (Hughes, 1988, p. 146).

O pós-modernismo, portanto, não se limitou às artes. Apesar disso, provavelmente houve bons motivos para o termo surgir primeiro no cenário artístico. Pois a essência mesma das artes de vanguarda era uma busca de meios de expressar o que não podia ser expresso nos termos do passado, ou seja, a realidade do século XX. Esse foi um dos dois ramos do grande sonho desse século, sendo o outro a busca da transformação radical da realidade. Os dois foram revolucionários em diferentes sentidos da palavra, mas os dois tratavam do mesmo mundo. Os dois coincidiram em certa medida nas décadas de 1880 e 1890, e de novo entre 1914 e a derrota do fascismo, quando os talentos criadores foram tantas vezes revolucionários, ou pelo menos radicais, nos dois sentidos — em geral mas não sempre na esquerda. Os dois iam fracassar, embora na verdade tenham modificado tão profundamente o mundo de 2000 que não se concebe que suas marcas possam ser apagadas.

Em retrospecto, é claro que o projeto de revolução de vanguarda estava destinado ao fracasso desde o início, tanto por sua arbitrariedade intelectual quanto pela natureza do modo de produção que as artes criativas representavam numa sociedade burguesa liberal. Praticamente qualquer um dos inúmeros manifestos com os quais artistas de vanguarda anunciaram suas intenções nos últimos cem anos demonstra a falta de coerência entre fins e meios, a meta e os métodos para alcançá-la. Uma versão particular de novidade não é a conseqüência necessária da opção pela rejeição do velho. A música que evita deliberadamente a tonalidade não é necessariamente música serial de Schönberg, baseada nas trocas das doze notas da escala cromática; nem é esta a única base para a música serial; nem é a música serial necessariamente atonal. O cubismo, por mais atraente que fosse, não tinha qualquer justificação teórica. Na verdade, a própria decisão de abandonar os procedimentos e regras tradicionais por outros novos pode ser tão arbitrária quanto a escolha de novidades particulares. O equivalente do "modernismo" no xadrez, a chamada escola

"hipermoderna" de jogadores da década de 1920 (Réti, Grünfeld, Nimzowitsch et al.), não propunha mudar as regras do jogo, como fizeram alguns. Simplesmente reagia contra a convenção (a escola "clássica" de Tarrasch) explorando o paradoxo — preferindo aberturas inconvencionais ("Após 1, o jogo P4R dos brancos está nos últimos suspiros") e mais observando que ocupando o centro. A maioria dos escritores, e certamente dos poetas, na prática fez o mesmo. Eles continuaram aceitando os procedimentos tradicionais, por exemplo o verso rimado e metrificado onde parecia adequado, e romperam com a convenção de outras formas. Kafka não foi menos "moderno" que Joyce porque sua prosa era menos ousada. Além disso, onde o estilo modernista dizia ter uma justificação intelectual, por exemplo, como expressão da era da máquina ou (depois) do computador, a relação era puramente metafórica. De qualquer modo, a tentativa de comparar "a obra de arte na era de sua reprodutividade técnica" (Benjamin, 1961) com o velho modelo do artista criativo individual reconhecendo apenas sua inspiração pessoal tinha de fracassar. A criação era agora essencialmente mais cooperativa que individual, mais tecnológica que manual. Os jovens críticos franceses que na década de 1950 desenvolveram uma teoria do cinema como obra de um *auteur* criador individual, o diretor, com base — logo no quê — numa paixão pelos filmes B de Hollywood das décadas de 1930 e 1940, eram absurdos porque a cooperação e a divisão do trabalho eram e são a essência daqueles cujo ofício é encher as noites nas telas públicas e privadas, ou produzir alguma outra sucessão regular de obras para consumo mental, como jornais e revistas. Os talentos que entravam nas formas características de criação do século XX, sobretudo produtos para o mercado de massa, ou subprodutos do mercado de massa, não eram inferiores aos do clássico modelo burguês do século XIX, mas não podiam mais se dar ao luxo do clássico papel do artista solitário. Sua única ligação direta com os antecessores clássicos era através de um limitado setor das "grandes artes" que sempre operara através de coletivos: o palco. Se Akira Kurosawa, Lucchino Visconti (1906-76) ou Sergei Eisenstein — para citar apenas três artistas inquestionavelmente muito grandes do século, todos com origens no palco — houvessem desejado criar à maneira de Flaubert, Courbet ou mesmo Dickens, nenhum deles teria ido muito longe.

Contudo, como observou Walter Benjamin, a era de "reprodutibilidade técnica" transformou não apenas a maneira como se dava a criação — assim tornando o cinema e tudo que dele derivava (televisão, vídeo) a arte central do século — mas também a maneira como os seres humanos percebiam a realidade e sentiam as obras de criação. Isso não mais se dava pelos atos de adoração e prece seculares em nome dos quais os museus, galerias, salas de concerto e teatros públicos, tão típicos da civilização burguesa do século XIX, supriam as igrejas. O turismo, que agora enchia tais estabelecimentos mais de estrangeiros que de locais, e a educação foram os últimos bastiões desse tipo de con-

sumo de arte. O número dos que passavam por essas experiências era, claro, muito maior do que antes, mas mesmo a maioria dos que, após abrirem caminho no cotovelo até poderem ver de perto a *Primavera* na Uffizi de Florença, ficavam em pasmo silêncio, ou dos que se comoviam quando liam Shakespeare como parte do currículo de prova, geralmente vivia num universo de percepção diferente, multiforme e variegado. As impressões dos sentidos, e mesmo as idéias, podiam alcançá-los simultaneamente de todos os lados — através da combinação de manchetes e fotos, texto e publicidade na página de jornal, o som no fone de ouvido enquanto o olho vasculhava a página, através da justaposição de imagem, voz, impressão e som —, tudo, com quase toda a certeza, absorvido perifericamente, a menos que, por um momento, alguma coisa concentrasse a atenção. Era assim que as pessoas da cidade há muito sentiam a rua, era assim que funcionava o lazer no parque de diversões e no circo, uma maneira conhecida de artistas e críticos desde os dias dos românticos. A novidade era que a tecnologia encharcara de arte a vida diária privada e pública. Jamais fora tão difícil evitar a experiência estética. A "obra de arte" se perdera na enxurrada de palavras, sons, imagens, no ambiente universal do que um dia se teria chamado arte.

Ainda podia chamar-se? Para os que ligavam para essas coisas, as grandes obras duradouras ainda podiam ser identificadas, embora nas partes desenvolvidas do mundo as obras exclusivamente criadas por um único indivíduo e identificáveis apenas com ele ou ela se tornassem cada vez mais marginais. E o mesmo, com a exceção dos prédios, se dava com as obras individuais de criação ou construção não destinadas a reprodução. Podia-se ainda julgar e classificar pelos padrões que haviam governado a avaliação dessas questões nos grandes dias de civilização burguesa? Sim e não. A medição do mérito pela cronologia jamais servira às artes: as artes criativas jamais haviam sido melhores apenas por serem velhas, como diziam as vanguardas. O último critério tornou-se absurdo no final do século XX, quando se fundiu com os interesses econômicos de indústrias de consumo, que extraíam seus lucros de um curto ciclo de moda e de vendas em massa instantâneas para uso intensivo mas breve.

Por outro lado, ainda era tão possível quanto necessário aplicar nas artes a distinção entre o sério e o trivial, entre bom e ruim, profissional e amador, e tanto mais porque várias partes interessadas negavam tais distinções, com base em que a única medida do mérito eram as cifras de venda, ou que eram elitistas, ou que, como dizia o pós-modernismo, não se podia fazer qualquer distinção objetiva. Na verdade, só os ideólogos e vendedores sustentavam opiniões tão absurdas em público, e em privado mesmo a maioria destes sabia que distinguia entre bom e ruim. Em 1991, um joalheiro britânico que produzia para o mercado de massa criou um escândalo ao dizer numa conferência de homens de negócios que seus lucros vinham da venda de merda a pessoas que não

tinham gosto para nada melhor. Ele, ao contrário dos teóricos pós-modernos, sabia que os julgamentos de qualidade fazem parte da vida.

Mas se tais julgamentos ainda eram possíveis, seriam ainda relevantes num mundo em que, para a maioria dos cidadãos urbanos, as esferas de vida e arte, de emoção gerada de dentro e emoção gerada de fora, ou trabalho e lazer eram cada vez mais indistinguíveis? Ou antes, seriam ainda relevantes fora dos cercadinhos especializados da escola e academia em que tão grande parte das artes tradicionais buscava refúgio? É difícil dizer, porque a própria tentativa de responder ou formular uma tal questão pode exigir isso. É muito fácil escrever a história do *jazz*, ou discutir suas realizações em termos muito semelhantes aos aplicados à música clássica, descontando-se a considerável diferença no ambiente social, e o público e economia dessa forma de arte. Não é de modo algum claro que esse procedimento faça qualquer sentido para o *rock*, embora também ele derive da música negra americana. Pode-se esclarecer quais são as realizações de Louis Armstrong e Charlie Parker, e qual a superioridade deles sobre outros contemporâneos. Por outro lado, parece muito mais difícil alguém que não tenha fundido um determinado som com sua vida escolher este ou aquele grupo de *rock* entre a imensa enxurrada de som que varreu o vale dessa música nos últimos quarenta anos. Billie Holiday podia (pelo menos até a época em que escrevo) comunicar-se com ouvintes nascidos muitos anos depois que ela morreu. Pode alguém que não foi contemporâneo dos Rolling Stones desenvolver alguma coisa parecida ao apaixonado entusiasmo que esse grupo provocava em meados da década de 1960? Quanto da paixão por um som ou imagem hoje se baseia em associação: não porque a música seja admirável, mas porque "esta é a nossa música"? Não podemos dizer. O papel ou mesmo a sobrevivência das artes vivas no século XXI são ainda obscuros.

O mesmo não se dá com as ciências.

18

FEITICEIROS E APRENDIZES
As ciências naturais

Você acha que há lugar para a filosofia no mundo de hoje?

Claro, mas só se for baseada no atual estado de conhecimento e realização científicos [...] *Os filósofos não podem isolar-se contra a ciência. Ela não apenas ampliou e transformou enormemente nossa visão da vida e do universo: também revolucionou as regras segundo as quais opera o intelecto.*

Claude Lévi-Strauss (1988)

O texto padrão sobre a dinâmica do gás escrito pelo autor quando desfrutava de uma bolsa da Fundação Guggenheim foi por ele descrito como tendo tido sua forma ditada pelas necessidades da indústria. Dentro desse esquema, a confirmação da teoria da relatividade geral de Einstein passou a ser vista como um passo crítico para melhorar "a precisão da balística militar levando-se em conta minúsculos efeitos gravitacionais". A física do pós-guerra estreitou cada vez mais sua concentração nas áreas julgadas como de aplicações militares.

Margaret Jacob (1993, pp. 66-7)

I

Nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas. Este é o paradoxo que tem de enfrentar o historiador do século. Mas, antes que eu tente fazê-lo, devem-se reconhecer as dimensões do fenômeno.

Em 1910, todos os físicos e químicos alemães e britânicos juntos chegavam talvez a 8 mil pessoas. Em fins da década de 1980, o número de cientistas e engenheiros de fato empenhados em pesquisa e desenvolvimento experimental no mundo era estimado em cerca de 5 *milhões*, dos quais quase 1 milhão se achava nos EUA, principal potência científica, e um número ligeiramente maior

nos Estados da Europa.* Embora os cientistas continuassem a formar uma minúscula fração da população, mesmo nos países desenvolvidos, o número deles continuou a crescer de maneira impressionante, mais ou menos dobrando nos vinte anos após 1970, mesmo nas economias avançadas. Contudo, em fins da década de 1980 eles formavam a ponta de um *iceberg* muito maior do que se poderia chamar de mão-de-obra científica e tecnológica potencial, que refletia essencialmente a revolução educacional da segunda metade do século (ver capítulo 10). Ela representava talvez 2% da população global, e talvez 5% da população norte-americana (UNESCO, 1991, tabela 5.1). Os cientistas de fato eram cada vez mais selecionados por meio de uma "tese doutoral", que se tornou o bilhete de entrada para a profissão. No fim da década de 1980, o país ocidental avançado típico gerava alguma coisa do tipo 130, 140 desses doutorados por ano para cada milhão de seus habitantes (Observatoire, 1991). Esses países também gastavam, sobretudo dos fundos públicos — mesmo nos países mais capitalistas —, somas bastante astronômicas em tais atividades. Na verdade, as formas mais caras de "grande ciência" estavam fora do alcance de qualquer país individualmente a não ser (até a década de 1990) os EUA.

Mas havia uma grande novidade. Apesar de 90% dos trabalhos científicos (cujo número duplicava a cada dez anos) serem publicados em quatro idiomas (inglês, russo, francês e alemão), a ciência eurocêntrica se encerrou no século XX. A Era das Catástrofes, e sobretudo o triunfo temporário do fascismo, transferiu seu centro de gravidade para os EUA, onde permaneceu. Entre 1900 e 1933, só sete Prêmios Nobel de ciência foram dados aos EUA; mas, entre 1933 e 1970, foram 77. Os outros países de colonização européia também se estabeleceram como centros de pesquisa independentes — Canadá, Austrália, a muitas vezes subestimada Argentina** —, embora alguns, por questões de tamanho e política, exportassem a maioria de seus cientistas (Nova Zelândia, África do Sul). Ao mesmo tempo, foi impressionante o surgimento de cientistas não europeus, sobretudo do Leste Asiático e do subcontinente indiano. Antes do fim da Segunda Guerra Mundial, só um asiático conquistara um Prêmio Nobel de ciência (C. Raman, em física, 1930); depois de 1946, tais prêmios foram concedidos a mais de dez pesquisadores com nomes obviamente japoneses, indianos e paquistaneses, e isso ainda subestima tão claramente a ascensão das ciências asiáticas quanto o registro pré-1933 subestimava a ascensão da ciência americana. Contudo, no fim do século, ainda havia partes do mundo que geravam visivelmente poucos cientistas em termos absolutos, e ainda mais acentuadamente em termos relativos, como por exemplo a África e a América Latina.

Contudo, um fato impressionante é que (pelo menos) um terço dos lau-

(*) O número ainda maior na então URSS (cerca de 1,5 milhão) provavelmente não era de todo comparável (UNESCO, 1991, tabelas 5.2, 5.4 e 5.16).

(**) Três Prêmios Nobel, todos desde 1947.

reados asiáticos não aparece representando seu país de origem, mas como cientistas americanos. (Na verdade, dos laureados americanos, 27 são imigrantes de primeira geração.) Pois, num mundo cada vez mais globalizado, o fato mesmo de as ciências naturais falarem uma única língua universal e operarem sob uma única metodologia ajudou paradoxalmente a concentrá-las nos relativamente poucos centros com recursos adequados para seu desenvolvimento, isto é, nuns poucos Estados ricos altamente desenvolvidos, e acima de tudo nos EUA. Os cérebros do mundo, que na Era das Catástrofes fugiram da Europa por motivos políticos, desde 1945 foram drenados dos países pobres para os ricos por motivos sobretudo econômicos.* Isso é natural, pois nas décadas de 1970 e 1980 os países capitalistas desenvolvidos gastaram quase três quartos de todos os orçamentos do mundo em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os pobres ("em desenvolvimento") não gastaram mais de 2% a 3% (UN World Social Situation 1989, p. 103).

Contudo, mesmo no mundo desenvolvido, a ciência foi aos poucos perdendo dispersão, em parte por causa da concentração de pessoas e recursos — por razões de eficiência — em parte porque o enorme aumento na educação superior inevitavelmente criou uma hierarquia, ou antes uma oligarquia entre seus institutos. Nas décadas de 1950 e 1960, metade dos doutorados nos Estados Unidos vinha das quinze universidades mais prestigiosas, para as quais, em conseqüência, acorriam os jovens cientistas mais capazes. Num mundo democrático e populista, os cientistas eram uma elite, concentrada nuns relativamente poucos centros subsidiados. Como espécie, ocorriam em grupos, pois a comunicação ("alguém com quem conversar") era fundamental para suas atividades. Com o passar do tempo, essas atividades foram se tornando cada vez mais incompreensíveis para os não-cientistas, embora os leigos tentassem desesperadamente entendê-las, com a ajuda de uma vasta literatura de popularização, às vezes escrita pessoalmente pelos melhores cientistas. Na verdade, à medida que aumentava a especialização, mesmo os cientistas precisavam de cada vez mais publicações para explicar uns aos outros o que se passava fora de seus respectivos campos.

O fato de que o século XX dependeu da ciência dificilmente precisa de prova. A ciência "avançada", quer dizer, aquele conhecimento que não pode nem ser adquirido pela experiência diária, nem praticado ou mesmo compreendido sem muitos anos de escola, culminando numa formação de pós-graduação esotérica, tinha apenas uma gama relativamente estreita de aplicações práticas até o fim do século XIX. A física e a matemática do século XVII gover-

(*) Pode-se notar um pequeno dreno temporário para fora dos EUA durante os anos macarthistas, e fugas políticas ocasionais maiores da região soviética (Hungria, 1956; Polônia e Tchecoslováquia, 1968; China e URSS, no fim da década de 1980), além de um dreno constante da República Democrática Alemã para a Alemanha Ocidental.

navam os engenheiros, enquanto em meados do reinado de Vitória as descobertas elétricas e químicas de fins do século XVIII e inícios do XIX já eram essenciais à indústria e às comunicações, e as explorações de pesquisadores científicos profissionais eram reconhecidas como a ponta-de-lança necessária do próprio avanço tecnológico. Em suma, a tecnologia com base na ciência já se achava no âmago do mundo burguês do século XIX, embora as pessoas práticas não soubessem exatamente o que fazer com os triunfos da teoria científica, a não ser, nos casos adequados, transformá-las em ideologias: como o século XVIII fizera com Newton e o final do século XIX com Darwin. Apesar disso, vastas áreas da vida humana continuaram sendo governadas, em sua maioria, pela experiência, experimentação, habilidade, bom senso treinado e, na melhor das hipóteses, difusão sistemática de conhecimento sobre as melhores práticas e técnicas existentes. Foi visivelmente o que aconteceu com a agricultura, construção civil e medicina, e na verdade com uma vasta gama de atividades que proporcionavam aos seres humanos suas necessidades e luxos.

Num determinado momento, no último terço do século, isso começou a mudar. Na Era dos Impérios, começaram a tornar-se visíveis não apenas os contornos da moderna tecnologia — só é preciso pensar nos automóveis, aviação, rádio e cinema — mas também os da moderna teoria científica: relatividade, o quantum, a genética. Além disso, via-se agora que as mais esotéricas e revolucionárias descobertas da ciência tinham potencial tecnológico imediato, da telegrafia sem fio ao uso médico dos raios X, ambos baseados em descobertas da década de 1890. Apesar disso, embora a grande ciência do Breve Século XX já fosse visível em 1914, e embora a alta tecnologia posterior já estivesse implícita nela, a grande ciência ainda não era uma coisa sem a qual a vida diária *em toda parte* do globo seria inconcebível.

É o que ocorre quando o milênio chega ao seu final. Como vimos (capítulo 9), a tecnologia com base em avançadas teoria e pesquisa científicas dominou o *boom* econômico da segunda metade do século XX, e não mais apenas no mundo desenvolvido. Sem a última palavra em genética, a Índia e a Indonésia não poderiam ter produzido alimentos suficientes para suas populações em explosão, e no fim do século a biotecnologia se tornara um elemento importante tanto na agricultura quanto na medicina. O problema dessas tecnologias é que se baseavam em descobertas e teorias tão distantes do mundo do cidadão comum, mesmo dos países desenvolvidos mais sofisticados, que só algumas dezenas ou, no máximo, algumas centenas de pessoas no mundo podiam captar inicialmente que elas tinham implicações práticas. Quando o físico alemão Otto Hahn descobriu a fissão nuclear, no início de 1939, mesmo alguns dos cientistas mais ativos no campo, como o grande Niels Bohr (1885-1962), duvidavam de que tivesse alguma aplicação prática na paz ou na guerra, pelo menos no futuro previsível. E se os físicos que entendiam seu potencial não tivessem falado a seus generais e políticos, estes sem dúvida teriam continuado na

ignorância, a menos que fossem eles próprios físicos com pós-graduação, o que era muito improvável. Também o famoso trabalho de Alan Turing em 1935, que iria fornecer a base da moderna teoria do computador, foi escrito originalmente como uma exploração especulativa para lógicos matemáticos. A guerra lhe deu, e a outros, a oportunidade de traduzir a teoria nos primórdios de uma prática para decifração de códigos, mas quando foi publicado ninguém, com exceção de uns poucos matemáticos, sequer leu, quanto mais tomou conhecimento do seu trabalho. Mesmo em sua própria faculdade, o gênio de ar desajeitado e rosto pálido, então um professor assistente com queda pelo *jogging*, que se tornou postumamente uma espécie de ícone entre os homossexuais, não era uma figura de qualquer destaque; pelo menos não o lembro como tal.* Mesmo quando os cientistas se achavam visivelmente empenhados em tentar resolver problemas de reconhecida importância capital, só um pequeno punhado de cérebros num isolado canto intelectual sabia o que eles estavam preparando. Assim, este autor foi bolsista de uma faculdade em Cambridge na mesma época em que Crick e Watson preparavam sua triunfante descoberta da estrutura do DNA (a "Dupla Hélice"), imediatamente reconhecida como uma das conquistas fundamentais do século. Contudo, embora eu até me lembre de ter conhecido socialmente Crick na época, a maioria de nós simplesmente não sabia que esses fatos extraordinários estavam sendo maquinados a umas poucas dezenas de metros dos portões de minha faculdade, em laboratórios pelos quais passávamos regularmente e *pubs* onde bebíamos. Não é que não nos interessássemos por essas questões. Os que as pesquisavam simplesmente não viam sentido em falar-nos delas, uma vez que não podíamos contribuir para o seu trabalho, nem sequer, provavelmente, entender quais eram os seus problemas.

Apesar disso, por mais esotéricas e incompreensíveis que fossem as inovações da ciência, assim que eram feitas se traduziam quase imediatamente em tecnologias práticas. Assim, os transistores surgiram como um subproduto de pesquisas na física do estado sólido, isto é, as propriedades eletromagnéticas de cristais ligeiramente imperfeitos, em 1948 (seus inventores receberam o

(*) Turing suicidou-se em 1954, após ser condenado por conduta homossexual, então oficialmente crime e tida como uma doença médica ou psicologicamente curável. Ele não suportou a "cura" compulsória que lhe foi imposta. Foi vítima não tanto da criminalização do homossexualismo (masculino) na Grã-Bretanha antes da década de 1960 quanto de sua própria recusa a reconhecê-la. Suas tendências sexuais não haviam criado qualquer problema no ambiente de internato escolar no King's College, em Cambridge, nem entre a notória coleção de anômalos e excêntricos do *establishment* de decifração de códigos da época da guerra em Bletchley, onde ele passara a vida antes de ir para Manchester depois da guerra. Só um homem que não reconhecia exatamente o mundo em que a maioria das pessoas vivia iria à polícia dar queixa de um namorado (temporário) que roubara seu apartamento, com isso dando à lei a oportunidade de pegar ao mesmo tempo dois delinqüentes legais.

Prêmio Nobel oito anos depois), como aconteceu com os *lasers* (1960), que vieram não de estudos ópticos, mas de trabalhos para fazer moléculas vibrarem em ressonância com um campo magnético (Bernal, 1967, p. 563). Seus inventores também foram logo reconhecidos com Prêmios Nobel, como o foi — tardiamente — o físico de Cambridge soviético Peter Kapitsa (1978), pelo trabalho em física de baixa temperatura que produziu os supercondutores. A experiência de pesquisa do tempo da guerra, em 1939-46, que demonstrou — pelo menos aos anglo-americanos — que uma esmagadora concentração de recursos podia resolver os mais difíceis problemas tecnológicos num tempo improvavelmente curto,* estimulou o pioneirismo científico, independentemente de custos, para fins bélicos ou de prestígio nacional (por exemplo, a exploração do espaço cósmico). Isso, por sua vez, acelerou a transformação da ciência de laboratório em tecnologia, parte da qual revelou ter um amplo potencial para o uso diário. Os *lasers* são um exemplo dessa rapidez. Vistos pela primeira vez em laboratório em 1960, tinham em inícios da década de 1980 chegado ao consumidor em forma de *compact disc*. A biotecnologia foi ainda mais rápida. As técnicas de DNA recombinante, ou seja, técnicas para combinar genes de uma espécie com os de outra, foram reconhecidas pela primeira vez como adequadamente praticáveis em 1973. Menos de vinte anos depois, a biotecnologia era uma coisa comum no investimento médico e agrícola.

Além disso, graças em grande parte à espantosa explosão de teoria e prática da informação, novos avanços científicos foram se traduzindo, em espaços de tempo cada vez menores, numa tecnologia que não exigia qualquer compreensão dos usuários finais. O resultado ideal era um conjunto de botões ou teclado inteiramente à prova de erro, que requeria apenas apertar-se no lugar certo para ativar um procedimento que se movimentava, se corrigia e, até onde possível, tomava decisões, sem exigir maiores contribuições das qualificações e inteligência limitadas e inconfiáveis do ser humano médio. Na verdade, idealmente, podia-se programar o procedimento para dispensar de todo a intervenção humana, a não ser quando alguma coisa dava errado. A cobrança nos caixas dos supermercados na década de 1990 tipificava essa eliminação do elemento humano. Não exigia do operador humano mais que reconhecer as cédulas e moedas do dinheiro local e registrar a quantidade entregue pelo cliente. Um *scanner* automático traduzia o código de barras do artigo num preço, somava todos os preços, deduzia o total da quantia entregue pelo cliente, e dizia ao operador quanto dar de troco. O procedimento para assegurar o desempenho de todas

(*) Em essência, hoje está claro que a Alemanha nazista não conseguiu fazer uma bomba nuclear não porque os cientistas alemães não soubessem fazê-la, ou não tentassem, com diferentes graus de relutância, mas porque a máquina de guerra alemã não quis ou não pôde dedicar-lhe os recursos necessários. Eles abandonaram a tentativa e passaram para o que parecia uma concentração mais efetiva em termos de custos, os foguetes, que prometiam retornos mais rápidos.

essas atividades é extraordinariamente complexo, pois se baseia numa combinação de maquinaria enormemente sofisticada e programação bastante elaborada. Contudo, a menos ou até que alguma coisa desse errado, esses milagres de tecnologia científica de fins do século XX não exigiam mais dos operadores que o reconhecimento dos números cardinais, um mínimo de atenção e uma capacidade um tanto maior de concentrada tolerância de tédio. Não exigia sequer alfabetização. Para a maioria dos operadores, as forças que o mandavam informar ao cliente que ele ou ela devia pagar 2,15 libras, e o instruíam a devolver 7,85 de troco para uma nota de dez, eram tão irrelevantes quanto incompreensíveis. Não precisavam entender nada delas para operá-las. O aprendiz de feiticeiro não precisava mais preocupar-se com sua falta de conhecimento.

Para fins práticos, a situação do operador de *check-out* do supermercado representava a norma humana de fins do século XX; os milagres da tecnologia científica de vanguarda, que não precisamos entender nem modificar, mesmo que saibamos, ou julguemos saber, o que está acontecendo. Outra pessoa o fará ou já fez por nós. Pois, mesmo que nos suponhamos especialistas num ou noutro campo determinado — ou seja, o tipo de pessoa que pode consertar o aparelho se der problema, ou projetá-lo, ou construí-lo —, diante da maioria dos outros produtos diários da ciência e tecnologia somos leigos ignorantes sem compreender nada. E mesmo que não fôssemos, nossa compreensão do que é que faz a coisa que usamos funcionar, e dos princípios por trás dela, é em grande parte conhecimento irrelevante, como é o processo de fabricar cartas de baralho para o (honesto) jogador de pôquer. As máquinas de fax são projetadas para uso por pessoas que não têm idéia de como a máquina em Londres reproduz um texto que foi posto nela em Los Angeles. Não funcionam melhor quando operadas por professores de eletrônica.

Assim a ciência, através do tecido saturado de tecnologia da vida humana, demonstra diariamente seus milagres ao mundo de fins do século XX. É tão indispensável e onipresente — pois mesmo os mais remotos confins da humanidade conhecem o rádio transistorizado e a calculadora eletrônica — quanto Alá para o muçulmano crente. É discutível quando essa capacidade de certas atividades humanas produzirem resultados sobre-humanos se tornou parte da consciência comum, pelo menos nas partes urbanas das sociedades industriais "desenvolvidas". Certamente foi após a explosão da primeira bomba nuclear, em 1945. Contudo, não pode haver dúvida de que o século XX foi aquele em que a ciência transformou tanto o mundo quanto o nosso conhecimento dele.

Devíamos esperar que as ideologias do século XX se regozijassem com os triunfos da ciência, que são os triunfos da mente humana, como fizeram as ideologias seculares do século XIX. Na verdade, devíamos ter esperado até mesmo que enfraquecesse a oposição das ideologias religiosas tradicionais, grandes redutos de resistência à ciência do século XIX. Pois ela não apenas afrouxou o domínio das religiões tradicionais na maior parte do século, como

veremos, mas a própria religião se tornou tão dependente da ciência da tecnologia baseada na alta ciência quanto qualquer outra atividade humana no mundo desenvolvido. Se necessário, um bispo, imã ou homem santo na década de 1900 podia realizar suas atividades como se Galileu, Newton, Faraday ou Lavoisier jamais houvessem existido, ou seja, com base em tecnologia do século XV, e a tecnologia do século XIX não criou problemas de compatibilidade com a teologia ou textos sacros. Tornou-se muito mais difícil ignorar o conflito entre ciência e escritura sagrada numa era em que o Vaticano se viu obrigado a comunicar-se por satélite e testar a autenticidade do sudário de Turim por datação de rádio-carbono; em que o aiatolá Khomeini difundiu suas palavras do exterior para o Irã por meio de fitas cassete; e em que Estados dedicados às leis do Corão também se empenhavam em equipar-se com armas nucleares. A aceitação *de facto* da ciência contemporânea mais sofisticada, *via* a tecnologia que dela dependia, era tal que na Nova York de *fin-de-siècle* as vendas de produtos eletrônicos super-*high-tech* se tornaram em grande parte especialidade dos hassidim, um ramo de judaísmo messiânico oriental conhecido, além de seu extremo ritualismo e insistência em usar uma versão século XVIII de trajes poloneses, por preferir a emoção extática à investigação intelectual. Sob certos aspectos, a superioridade da "ciência" era até mesmo oficialmente aceita. Os protestantes fundamentalistas nos EUA, que rejeitavam a teoria da evolução como não evangélica (tendo o mundo sido criado em sua atual versão em seis dias), exigiram que a doutrina de Darwin fosse substituída, ou pelo menos contrabalançada, pela doutrina que eles chamavam de "ciência da criação".

E no entanto, o século XX não se sentia à vontade com a ciência que fora a sua mais extraordinária realização, e da qual dependia. O progresso das ciências naturais se deu contra um fulgor, ao fundo, de desconfiança e medo, de vez em quando explodindo em chamas de ódio e rejeição da razão e de todos os seus produtos. E no espaço indefinido entre ciência e anticiência, entre os que buscavam a verdade última pelo absurdo e os profetas de um mundo composto exclusivamente de ficções, encontramos cada vez mais esse produto típico e em grande parte americano do século, sobretudo de sua segunda metade, a ficção científica. O gênero, antecipado por Júlio Verne (1828-1905), foi iniciado por H. G. Wells (1866-1946) no finzinho mesmo do século XIX. Embora suas formas mais juvenis, como os conhecidos *westerns* espaciais da TV e da tela grande, com cápsulas cósmicas em lugar de cavalos e raios da morte em lugar dos trabucos de seis balas, continuassem a velha tradição de aventuras fantásticas com engenhocas *high-tech*, na segunda metade do século as contribuições mais sérias ao gênero se inclinaram para uma visão mais sombria ou pelo menos ambígua da condição humana e suas perspectivas.

A desconfiança e o medo da ciência eram alimentados por quatro sentimentos: o de que a ciência era incompreensível; o de que suas conseqüências

tanto práticas quanto morais eram imprevisíveis e provavelmente catastróficas; o de que ela acentuava o desamparo do indivíduo, e solapava a autoridade. Tampouco devemos ignorar o sentimento de que, na medida em que a ciência interferia na ordem natural das coisas, era inerentemente perigosa. Os primeiros dois sentimentos eram partilhados tanto por cientistas quanto leigos, os dois últimos pertenciam basicamente aos de fora. Os leigos só podiam reagir contra seu senso de impotência buscando coisas que "a ciência não pode explicar", na linha do hamletiano "Há mais coisas entre o céu e a terra... do que sonha a tua vã filosofia", recusando-se a acreditar que elas pudessem algum dia ser explicadas pela "ciência oficial", e ansiando por acreditar no inexplicável *porque* parecia absurdo. Pelo menos num mundo desconhecido e incognoscível todos estariam igualmente impotentes. Quanto maiores os triunfos palpáveis da ciência, maior a fome de buscar o inexplicável. Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, que culminou na bomba atômica, os americanos (1947), acompanhados depois por seus seguidores culturais, os britânicos, passaram a ver a chegada em massa de "objetos voadores não identificados", claramente inspirados pela ficção científica. Acreditavam com toda a firmeza que eles vinham de civilizações extraterrestres diferentes e superiores à nossa. Os observadores mais entusiásticos chegaram a ver de fato seus cidadãos, de formas estranhas, saindo desses "discos voadores", e um ou dois até mesmo disseram ter pegado carona com eles. O fenômeno tornou-se mundial, embora um mapa da distribuição das aterrissagens desses extraterrestres mostrasse uma séria preferência pelo pouso ou sobrevôo em territórios anglo-saxônicos. Qualquer ceticismo em relação aos OVNIs era atribuído ao ciúme de cientistas de mentalidade tacanha, incapazes de explicar fenômenos além de seus estreitos horizontes, talvez até mesmo a uma conspiração dos que mantinham o homem comum em servidão intelectual para ocultar-lhe um saber superior.

Não se tratava das crenças em magia e milagres das sociedades tradicionais, para as quais essas intervenções na realidade faziam parte de vidas muito incompletamente controláveis, e muito menos espantosas do que, digamos, a visão de um avião ou a experiência de falar a um telefone. Tampouco eram parte do fascínio permanente e universal dos seres humanos com o monstruoso, o aberrante e o maravilhoso, de que a literatura popular dá testemunho desde a invenção da imprensa. Eram uma rejeição das afirmações e do domínio da ciência, às vezes de maneira consciente, como na extraordinária rebelião (mais uma vez centrada nos EUA) de grupos periféricos contra a prática de pôr flúor no abastecimento de água, depois de descobrir-se que a absorção desse elemento reduziria de forma impressionante a deterioração dental em populações urbanas modernas. Isso enfrentou uma resistência apaixonada não apenas em nome da liberdade de preferir cáries, mas (em seus oponentes mais extremados) como uma trama vil para enfraquecer os seres humanos pelo envenenamento compulsório. E nessa reação, vividamente retratada no filme

Doutor Fantástico (1963), de Stanley Kubrik, a desconfiança da ciência como tal se fundiu com o medo de suas conseqüências práticas.

Esse medo também foi espalhado pela inata hipocondria da cultura americana, à medida que a vida era cada vez mais submersa pela tecnologia moderna, incluindo a tecnologia médica, com seus riscos. O extraordinário gosto dos EUA por deixar que o litígio responda a todas as questões na disputa humana permite-nos acompanhar esses medos (Huber, 1990, pp. 97-118). Os espermicidas causavam efeitos colaterais? As linhas de transmissão de energia elétrica faziam mal a pessoas que moravam perto delas? O fosso entre os especialistas, que tinham algum critério para julgar, e os leigos, que só tinham esperança ou medo, foi alargado pela diferença entre a avaliação desapaixonada, que bem poderia achar um pequeno grau de risco um preço a pagar por um grande grau de benefício, e indivíduos que, compreensivelmente, desejavam risco zero (pelo menos em teoria).*

Na verdade, esses eram os temores da desconhecida ameaça da ciência de homens e mulheres que só sabiam que viviam sob o domínio dela; temores cuja intensidade e foco diferiam segundo a natureza das suas opiniões, e temores sobre a sociedade contemporânea (Fischhof et al., 1978, pp. 127-52).**

Contudo, na primeira metade do século, os grandes riscos da ciência vinham não dos que se sentiam humilhados pelos ilimitados e incontroláveis poderes dela, mas dos que achavam que podiam controlá-los. Os únicos dois tipos de regime político (além das então raras reversões ao fundamentalismo religioso) que interferiam na pesquisa científica *em princípio* estavam ambos profundamente comprometidos com o progresso técnico sem limite e, em um caso, com uma ideologia que o identificava com a "ciência" e saudava a conquista do mundo pela razão e a experimentação. Contudo, de maneiras diferentes, tanto o stalinismo quanto o nacional-socialismo alemão rejeitavam a ciência mesmo quando a usavam para fins tecnológicos. O que contestavam era seu desafio a visões de mundo e valores expressos em verdades *a priori*.

Assim, nenhum dos dois regimes se sentiu à vontade com a física pós-Einstein. Os nazistas rejeitaram-na como "judia", e os ideólogos soviéticos,

(*) A diferença entre teoria e prática nessa área é enorme, pois pessoas que estão dispostas a correr riscos bastante significativos na prática (por exemplo, num carro, em uma estrada, ou no metrô de Nova York) podem insistir em evitar a aspirina com base em que ela tem efeitos colaterais em casos um tanto raros.

(**) Os participantes classificaram os riscos e vantagens de tecnologias do século XX: geladeiras, fotocopiadoras, anticoncepcionais, pontes suspensas, energia nuclear, jogos eletrônicos, diagnósticos por raios X, armas nucleares, computadores, vacinas, fluorização da água, coletor solar no telhado, *lasers*, tranqüilizantes, fotos Polaroid, energia elétrica fóssil, veículos motorizados, efeitos especiais no cinema, pesticidas, opiatos, conservantes de alimentos, cirurgia de peito aberto, aviação comercial, engenharia genética e moinhos de vento (também Wildavsky, 1990, pp. 41-60).

como insuficientemente "materialista" no sentido leninista da palavra, embora ambos a tolerassem na prática, pois os Estados modernos não podiam passar sem os físicos, que eram pós-einsteinianos até o fim. Os nacional-socialistas, porém, se privaram da flor do talento europeu continental na física, expulsando judeus e adversários ideológicos para o exílio, e incidentalmente destruindo a supremacia científica alemã de princípios do século ao fazer isso. Entre 1900 e 1933, 25 dos 66 Prêmios Nobel de física e química tinham ido para a Alemanha, mas depois de 1933 só cerca de um em dez. Nenhum dos dois regimes se achava tampouco afinado com as ciências biológicas. As políticas raciais da Alemanha nazista horrorizavam os geneticistas sérios, que — em grande parte devido ao entusiasmo dos racistas pela eugenia — haviam começado no princípio do século a pôr uma certa distância entre si e as políticas de seleção e reprodução genéticas humanas (que incluíam matar os "incapazes"), embora se deva admitir, com tristeza, que houve bastante apoio ao racismo nacional-socialista entre biólogos e médicos alemães (Proctor, 1988). O regime soviético, sob Stalin, viu-se em choque com a genética tanto por motivos ideológicos quanto porque a política do Estado estava comprometida com o princípio de que, com suficiente esforço, *qualquer* mudança era realizável, enquanto a ciência indicava que, no campo da evolução em geral e da agricultura em particular, não era assim. Em outras circunstâncias, a controvérsia dos biólogos evolucionistas entre os seguidores de Darwin (para os quais a herança era genética) e os de Lamarck (que acreditavam na herança de características adquiridas e praticadas durante a vida do indivíduo) teria sido deixada para ser acertada em seminários e laboratórios. Na verdade, era encarada pela maioria dos cientistas como já acertada em favor de Darwin, quando nada por jamais ter-se descoberto qualquer indício satisfatório de herança de características adquiridas. Sob Stalin, um biólogo de periferia, Trofim Denisovich Lisenko (1898-1976), conquistou o apoio de autoridades políticas com o argumento de que se podia multiplicar a produção agrícola com processos lamarckianos que abreviavam os lentos processos ortodoxos de reprodução de plantas e animais. Naquele tempo não era sensato discordar da autoridade. O acadêmico Nicolai Ivanovich Vavilov (1885-1943), o mais famoso dos geneticistas soviéticos, morreu num campo de trabalho por discordar de Lisenko (uma opinião partilhada pelo resto dos geneticistas soviéticos sérios), embora só depois da Segunda Guerra Mundial a biologia soviética se comprometesse oficialmente com a rejeição obrigatória da genética como entendida no resto do mundo, pelo menos até depois da morte do ditador. O efeito dessas políticas na ciência soviética foi, como seria de prever, desastroso.

Regimes do tipo nacional-socialista e soviético, apesar de absolutamente diferentes em muitos aspectos, partilhavam a crença em que seus cidadãos deviam aceitar uma "doutrina verdadeira", mas formulada e imposta pelas autoridades político-ideológicas seculares. Daí a ambigüidade e o mal-estar em

relação à ciência, sentidos em tantas sociedades, encontrar expressão *oficial* em tais Estados, ao contrário de regimes políticos agnósticos em relação às crenças individuais de seus cidadãos, como os governos seculares haviam aprendido a ser durante o longo século XIX. Na verdade, o surgimento de regimes de ortodoxia secular foi, como vimos (ver capítulos 4 e 13), um subproduto da Era das Catástrofes, e não duraram. De qualquer modo, a tentativa de forçar a ciência a entrar em camisas-de-força ideológicas foi visivelmente contraprodutiva, onde se fez a sério (como na biologia soviética), ou ridícula, onde se deixou a ciência seguir seu próprio caminho enquanto a superioridade da ideologia era simplesmente afirmada (como na física alemã e soviética).* A imposição oficial de critérios para a validade da teoria científica no fim do século XX foi mais uma vez deixada a regimes baseados no fundamentalismo religioso. Apesar disso, persistiu o desconforto, inclusive porque a própria ciência se tornou cada vez mais inacreditável e incerta. Mas até a segunda metade do século esse desconforto não se devia ao temor dos resultados práticos da ciência.

É verdade que os próprios cientistas sabiam melhor que ninguém quais poderiam ser as conseqüências potenciais de suas descobertas. Desde a época em que a primeira bomba atômica se tornou operacional (1945), alguns deles advertiram seus senhores no governo sobre as forças destrutivas de que o mundo agora dispunha. Mas a idéia de que ciência é igual a catástrofe potencial pertenceu essencialmente à segunda metade do século: em sua primeira fase — o pesadelo da guerra nuclear —, até a era de superconfronto depois de 1945; em sua fase posterior e mais universal, até a era de crise que começou na década de 1970. Contudo, a Era das Catástrofes, talvez por ter diminuído, de modo impressionante, o ritmo do crescimento econômico mundial, ainda foi de complacência científica sobre a capacidade humana de controlar os poderes da natureza, ou, na pior das hipóteses, sobre a capacidade da natureza de adaptar-se ao pior que o homem pudesse fazer.** Por outro lado, o que deixava os próprios cientistas inquietos então era sua nova incerteza sobre o que fazer com suas teorias e descobertas.

II

Em determinado período na Era dos Impérios partiram-se os laços entre as descobertas dos cientistas e a realidade baseada na experiência dos sentidos ou por eles imaginável; e o mesmo se deu com os laços entre a ciência e o tipo

(*) Assim, na Alemanha nazista permitiu-se que Werner Heisenberg ensinasse a relatividade, mas com a condição de que o nome de Einstein não fosse citado (Peierls, 1992, p. 44).

(**) "Pode-se dormir em paz com a consciência de que o Criador pôs alguns elementos à prova de erro na obra de suas mãos, e de que o homem é impotente para causar qualquer dano titânico", escreveu Robert Millikan, de Caltech (Prêmio Nobel, 1923), em 1930.

de lógica baseado no senso comum ou por ele imaginado. Os dois rompimentos reforçaram-se um ao outro, pois o progresso das ciências naturais passou a depender cada vez mais de pessoas escrevendo equações (ou seja, sentenças matemáticas) em pranchetas de papel do que fazendo experiências em laboratório. O século XX seria o século dos teóricos dizendo aos práticos o que deviam buscar e encontrar à luz de suas teorias; em outras palavras, o século dos matemáticos. A biologia molecular, na qual, me informa uma boa autoridade, ainda há muito pouca teoria, é uma exceção. Não que a observação e a experimentação fossem secundárias. Ao contrário, sua tecnologia foi mais profundamente revolucionada que em qualquer época desde o século XVII pelos novos aparelhos e as novas técnicas, vários dos quais iriam receber a consagração científica última dos Prêmios Nobel.* Para citar apenas um exemplo, as limitações da ampliação simplesmente óptica foram superadas pelo microscópio eletrônico (1937) e pelo radiotelescópio (1957), com o resultado de que se tornou possível uma penetração muito mais profunda no reino molecular e mesmo atômico e nas distâncias do universo. Nas décadas recentes, a automação da rotina, e formas cada vez mais complexas de atividade e cálculo de laboratório, como as por computadores, elevaram mais e enormemente os poderes dos experimentadores, observadores, e cada vez mais dos teóricos construtores de modelos. Em alguns campos, notadamente na astronomia, isso levou a fazerem-se descobertas, às vezes por acaso, que posteriormente levaram à inovação teórica. A moderna cosmologia é no fundo o resultado de duas dessas descobertas: a observação, por Hubble, de que o universo deve estar em expansão, com base nas análises dos espectros das galáxias (1929); e a descoberta por Penzias e Wilson da radiação de origem cósmica (ruído de rádio) em 1965. Apesar disso, embora a ciência seja e deva ser uma colaboração entre cientistas e práticos, no Breve Século XX eram os teóricos que estavam na direção.

Para os próprios cientistas, o rompimento com a experiência dos sentidos e o senso comum significou um rompimento com as certezas tradicionais de seu campo e a metodologia deste. As conseqüências disso podem ser mais bem vividamente ilustradas seguindo-se a rainha das ciências na primeira metade do século, a física. De fato, na medida em que essa disciplina ainda é a que trata dos menores elementos da matéria, viva ou morta, e com a constituição e estrutura do maior conjunto de matéria, o universo, a física continuava sendo o pilar central das ciências naturais mesmo no fim do século, embora na segunda metade sofresse crescente competição das ciências vitais, transformadas após a década de 1950 pela revolução na biologia molecular.

Nenhum campo das ciências parecia mais firme, coerente e metodologicamente certo que a física newtoniana, cujas bases foram solapadas pelas teorias

(*) Bem mais de vinte Prêmios Nobel de física e química desde a Primeira Guerra Mundial foram concedidos em todo ou em parte a novos métodos de pesquisa, aparelhos e técnicas.

de Planck e Einstein e pela transformação da teoria atômica que se seguiu à descoberta da radiatividade na década de 1890. Era objetiva, ou seja, podia se submeter a observação adequada, sujeita a limitações técnicas na aparelhagem de observação (por exemplo, o microscópio ou telescópio ópticos). Não era ambígua: um objeto ou fenômeno era uma coisa ou outra, e a distinção entre elas era clara. Suas leis eram universais, igualmente válidas no nível cósmico e microcósmico. Os mecanismos que ligavam os fenômenos eram compreensíveis (isto é, capazes de ser expressos como "causa e efeito"). Por conseguinte, todo o sistema era em princípio determinista, e o objetivo da experiência em laboratório era demonstrar essa determinação eliminando, na medida do possível, a complexa confusão de vida comum que a ocultava. Só um tolo ou uma criança iria dizer que o vôo dos pássaros e borboletas negava as leis da gravidade. Os cientistas sabiam muito bem que havia declarações de princípios "não científicas", mas estas não eram de seu interesse como cientistas.

Todas essas características foram questionadas entre 1895 e 1914. Era a luz um contínuo movimento de onda ou uma emissão de discretas partículas (fótons), como queria Einstein, seguindo Planck? Às vezes era melhor tratá-la como uma coisa, outras vezes, como outra; mas como elas se relacionavam, no caso de se relacionarem? Que era "de fato" a luz? Como declarou o próprio grande Einstein, vinte anos depois de criado o enigma: "Hoje temos duas teorias da luz, ambas indispensáveis, mas, deve-se admitir, sem qualquer relação lógica entre si, apesar de vinte anos de colossal esforço dos físicos teóricos" (Holton, 1970, p. 1017). Que se passava dentro do átomo, que era agora visto não como (segundo indicava seu nome grego) a menor unidade possível, e portanto indivisível, da matéria, mas como um complexo sistema que consistia de uma variedade de partículas ainda mais elementares? A primeira suposição, após a grande descoberta do núcleo atômico por Rutherford em 1911, em Manchester — um triunfo da imaginação experimental e a base da moderna física nuclear e do que acabou sendo chamado de "grande ciência" —, foi que os elétrons circulavam em órbitas em torno de seu núcleo, à maneira de um sistema solar miniaturizado. Contudo, quando se investigou a estrutura de átomos individuais, notadamente o de hidrogênio em 1912-3 por Niels Bohr, que sabia dos "quanta" de Max Planck, os resultados mostraram, mais uma vez, um profundo conflito entre o que os seus elétrons faziam e — palavras suas — "o grupo admiravelmente coerente de concepções que foi corretamente chamado de teoria clássica da eletrodinâmica" (Holton, 1970, p. 1028). O modelo de Bohr funcionou, isto é, tinha força explanatória brilhante e força previsiva, mas era "inteiramente absurdo e irracional" do ponto de vista da mecânica newtoniana clássica, e de qualquer forma desautorizava qualquer idéia do que de fato acontecia dentro do átomo quando o elétron "saltava" ou de outro modo passava de uma órbita para outra, ou do que acontecia entre o momento em que era descoberto em uma e quando aparecia em outra.

Que acontecia, de fato, às certezas da própria ciência, quando se tornava claro que o próprio processo de observar fenômenos no nível subatômico na verdade os modificava. Por esse motivo, quanto mais precisamente queremos conhecer a posição de uma partícula subatômica, mais incerta deve ser a velocidade dela. Já se disse de qualquer meio de observação detalhada para descobrir onde está "realmente" um elétron: "Olhá-lo é derrubá-lo" (Weisskopf, 1980, p. 37). Esse foi o paradoxo que um brilhante jovem físico alemão, Werner Heisenberg, generalizou em 1927 no famoso "princípio da incerteza" que traz o seu nome. O fato mesmo de que o nome se concentra em *incerteza* é significativo, pois indica o que preocupava os exploradores do novo universo científico quando deixavam para trás as certezas do velho. Não que eles próprios estivessem incertos ou produzissem resultados duvidosos. Ao contrário, suas previsões teóricas, por mais implausíveis e bizarras que fossem, eram constatadas pela monótona observação e experiência, desde a época em que a teoria da relatividade geral de Einstein apareceu (1915) e foi constatada em 1919 por uma expedição britânica de observação de um eclipse, que descobriu que a luz de algumas estrelas distantes era desviada em direção ao sol, como previa a teoria. Para fins práticos, a física das partículas era tão sujeita à regularidade e tão previsível quanto a física newtoniana, embora de uma maneira diferente; e de qualquer modo, no nível supra-atômico, Newton e Galileu continuavam completamente válidos. O que deixava os cientistas nervosos era que não sabiam como juntar o velho e o novo.

Entre 1924 e 1927, as dualidades que tanto perturbavam os físicos no primeiro quartel do século foram eliminadas, ou antes postas de lado, por um brilhante golpe da física matemática, a construção da "mecânica quântica", imaginada quase simultaneamente em vários países. A verdadeira "realidade" dentro do átomo não era onda nem partícula, mas indivisíveis "estados quânticos" que se manifestavam potencialmente como qualquer uma das duas, ou como ambas. Era inútil encará-la como um movimento contínuo ou descontínuo, porque não podemos, nem agora nem nunca, seguir passo a passo o caminho do elétron. Conceitos da física clássica como posição, velocidade ou impulso não se aplicam além de determinados pontos, assinalados pelo "princípio da incerteza" de Heisenberg. Mas, claro, para além desses pontos aplicam-se outros conceitos, que produzem resultados que estão longe de ser incertos. Estes surgem dos padrões específicos produzidos pelas "ondas" ou "vibrações" de elétrons (de carga negativa), mantidos, dentro do espaço confinado do átomo, perto do núcleo (positivo). Sucessivos "estados quânticos" dentro desse espaço confinado produzem padrões bem definidos de freqüências diferentes, que, como mostrou Schrödinger em 1926, podem ser calculados, como também a energia correspondente a cada um deles ("mecânica de onda"). Esses padrões de elétrons tinham um poder preditivo e explanatório bastante notável. Assim, muitos anos depois, quando se produziu plutônio pela primeira vez em reações

nucleares, em Los Alamos, a caminho da preparação da primeira bomba atômica, as quantidades eram tão pequenas que suas propriedades não puderam ser observadas. Contudo, pelo número de elétrons no átomo desse elemento, e pelos padrões desses 94 elétrons vibrando em torno do núcleo, e *por nada mais*, os cientistas previram (corretamente) que o plutônio se revelaria um metal marrom, com uma massa específica de cerca de vinte gramas por centímetro cúbico, e possuiria certa condutividade e elasticidade elétricas e térmicas. A mecânica quântica também explicava por que os átomos (e as moléculas e combinações mais elevadas neles baseadas) permaneciam estáveis, ou antes, que seria necessária uma introdução de energia extra para mudá-los. Na verdade, foi dito que

> mesmo os fenômenos da vida — a forma do DNA e o fato de que diferentes nucleotídeos são resistentes ao movimento termal à temperatura ambiente — se baseiam nesses padrões primais. O fato de que em toda primavera surgem as mesmas flores se baseia na estabilidade dos padrões dos diferentes nucleotídeos. (Weisskopf, 1980, pp. 35-8)

Contudo, esse grande e espantosamente frutífero avanço na exploração da natureza foi conseguido sobre as ruínas do que se considerava certo e adequado na teoria científica, e por uma voluntária suspensão da descrença, que não só os cientistas mais velhos acharam problemática. Veja-se a "antimatéria", que Paul Dirac propôs em Cambridge, depois de ter descoberto (1928) que suas equações tinham soluções correspondentes a estados de elétrons com uma energia *menor* que a energia zero do espaço vazio. O conceito de "antimatéria", sem sentido em termos do dia-a-dia, tem sido manipulado com sorte por físicos desde então (Weinberg, 1977, pp. 23-4). A simples palavra implicava uma recusa deliberada a deixar que o progresso do cálculo teórico fosse desviado por qualquer idéia preconcebida da realidade: qualquer que se revelasse ser a realidade, ela chegaria às equações. E, no entanto, não era fácil aceitar isso, mesmo para cientistas que há muito tinham deixado para trás a opinião do grande Rutherford de que nenhuma física podia ser boa se não pudesse ser explicada a uma garçonete de bar.

Houve pioneiros da nova ciência que simplesmente acharam impossível aceitar o fim das velhas certezas, assim como seus fundadores, Max Planck e o próprio Albert Einstein, que manifestou desconfiança de leis puramente probabilistas, em vez da causalidade determinista, numa frase bastante conhecida: "Deus não joga dados". Não tinha argumentos válidos, mas "uma voz íntima me diz que a mecânica quântica não é a verdade de fato" (citado em M. Jammer, 1966, p. 358). Mais de um dos próprios revolucionários do quantum sonharam eliminar as contradições subordinando um lado a outro: Schrödinger esperava que sua "mecânica de onda" houvesse dissolvido os supostos "saltos" de elétrons de uma órbita atômica para outra, no processo *contínuo* de

troca de energia, e, ao fazer isso, houvesse preservado espaço, tempo e causalidade clássicos. Revolucionários pioneiros relutantes, notadamente Planck e Einstein, suspiraram de alívio, mas em vão. O jogo era novo. As velhas regras não mais se aplicavam.

Podiam os físicos aprender a viver com a permanente contradição? Niels Bohr achava que podiam e deviam. Não havia como expressar a totalidade da matéria numa descrição única, em vista da natureza da linguagem humana. Não podia haver modelo único, diretamente abrangente. A única maneira de avaliar a realidade era comunicando-a de modos diferentes e juntando todos os modelos para complementarem-se uns aos outros numa "exaustiva sobreposição de diferentes descrições que incorporam idéias aparentemente contraditórias" (Holton, 1970, p. 1018). Era o princípio da "complementaridade" de Bohr, um conceito metafísico semelhante à relatividade, que ele extraíra de autores muito distantes da física, e encarava como tendo aplicabilidade universal. A "complementaridade" de Bohr não se destinava a avançar a pesquisa dos cientistas atômicos, mas antes a consolá-los justificando suas confusões. O seu apelo dela está fora do campo da razão. Pois embora todos nós, e não menos os cientistas inteligentes, saibamos que existem diferentes modos de perceber a mesma realidade, às vezes não comparáveis ou mesmo contraditórios, mas que todos precisamos apreendê-la em sua totalidade, ainda não temos idéia de como os relacionamos. O efeito de uma sonata de Beethoven pode ser analisado física, fisiológica e psicologicamente, e também pode ser absorvido ouvindo-se-a; mas como se relacionam esses modos de compreensão? Ninguém sabe.

Apesar disso, continuou a intranqüilidade. De um lado, havia a síntese da nova física de meados da década de 1920, que oferecia uma maneira extraordinariamente eficaz de forçar os cofres fortes da natureza. Os conceitos básicos da revolução do quantum ainda eram aplicados em fins do século XX. A menos que todos sigamos os que vêem a análise não nuclear, tornada possível pela computação, como um começo radicalmente novo, não houve revolução na física desde 1900-27, mas apenas enormes avanços evolucionários dentro do mesmo quadro conceitual. Por outro lado, houve generalizada incoerência. Em 1931, essa incoerência se estendeu até o último reduto da certeza, a matemática. Um lógico matemático austríaco, Kurt Gödel, provou que um sistema de axiomas jamais pode se basear em si mesmo. Se se quer demonstrá-lo como consistente, é preciso empregar princípios de fora do sistema. À luz do "teorema de Gödel", não se poderia sequer pensar num mundo consistente internamente não contraditório.

Essa foi a "crise da física", para citar o título de um livro de um jovem intelectual autodidata marxista britânico que foi morto na Espanha, Christopher Caudwell (1907-37). Não se tratava apenas de uma "crise das fundações", como foi chamado o período 1900-30 na matemática (ver *A era dos impérios*, capítulo 10), mas também da imagem geral do mundo dos cientistas.

Na verdade, enquanto os físicos aprendiam a dar de ombros a questões filosóficas, enquanto mergulhavam no novo território que se abria à sua frente, o segundo aspecto da crise se tornava ainda mais importuno. Pois nas décadas de 1930 e 1940 a estrutura do átomo foi se tornando cada vez mais complicada de ano para ano. Desaparecera a simples dualidade de núcleo positivo e elétron(s) negativo(s). Os átomos eram agora habitados por uma fauna e flora crescentes de partículas elementares, algumas de fato muito estranhas. Chadwick, de Cambridge, descobriu a primeira dessas em 1932, os nêutrons eletricamente neutros — embora outros, como o neutrino sem massa e eletricamente neutro, já houvessem sido previstos em bases teóricas. Essas partículas subatômicas, quase todas de vida breve e passageiras, multiplicavam-se, sobretudo sob o bombardeio dos aceleradores de alta energia da "grande ciência", que se tornaram disponíveis depois da Segunda Guerra Mundial. No fim da década de 1950, havia mais de cem delas, e não se via o fim. O quadro se complicou ainda mais, a partir de inícios da década de 1930, com a descoberta de duas forças desconhecidas e obscuras atuando dentro do átomo, além das elétricas que ligavam núcleo e elétrons. A chamada "força forte" ligava o nêutron e o próton de carga positiva no núcleo atômico, e a chamada "força fraca" era responsável por certos tipos de decomposição de partículas.

Ora, no entulho conceitual sobre o qual se ergueram as ciências do século XX, uma suposição básica e essencialmente estética não foi contestada. Na verdade, enquanto a incerteza obscurecia todas as outras, ela se tornou cada vez mais fundamental para os cientistas. Como o poeta Keats, eles acreditavam que "Beleza é verdade, verdade é beleza", embora o critério de beleza deles não fosse o dele. Uma bela teoria, que era em si uma presunção de verdade, devia ser elegante, econômica e geral. Devia unir e simplificar, como tinham feito até então os grandes triunfos da teoria científica. A revolução científica da época de Galileu e Newton mostrara que as mesmas leis governam céus e terra. A revolução química reduzira a interminável variedade de formas em que a matéria aparecia a 92 elementos sistematicamente relacionados. O triunfo da física do século fora mostrar que eletricidade, magnetismo e fenômenos ópticos tinham as mesmas raízes. Contudo, a nova revolução na ciência produzira não simplificação, mas complicação. A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaçotempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: "de um lado estava o palco — o espaçotempo curvo, a gravidade; de outro, os atores — os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos — e não havia elo entre eles" (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos quarenta anos de sua vida, Einstein, o Newton do século XX, mourejou para produzir uma "teoria de campo unificada" que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu — e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gra-

vidade. A multiplicação de partículas subatômicas, por mais emocionante que fosse, só podia ser uma verdade temporária, preliminar, porque, por mais linda que se mostrasse em detalhe, não havia beleza no novo átomo como antes havia no velho. Mesmo o pragmatista puro da era, para o qual o único critério de uma hipótese era que funcionasse, tinha, pelo menos, de sonhar às vezes com uma nobre, bela e geral "teoria de tudo" (para usar a expressão de um físico de Cambridge — Stephen Hawking). Mas ela parecia sumir na distância, embora da década de 1960 em diante os físicos começassem, mais uma vez, a divisar a possibilidade de uma tal síntese. Na verdade, na década de 1990 havia uma generalizada crença entre os físicos em que haviam quase chegado a um nível realmente básico, e que a multiplicidade de partículas elementares podia ser reduzida a um agrupamento relativamente simples e coerente.

Ao mesmo tempo, nas indefinidas fronteiras entre temas tão amplamente díspares como meteorologia, ecologia, física não nuclear, astronomia, dinâmica de fluidos e vários ramos da matemática independentemente iniciados na União Soviética e (ligeiramente depois) no Ocidente, e ajudados pelo extraordinário desenvolvimento dos computadores como instrumento analítico e inspiração visual, surgia — ou ressurgia — um novo ramo de síntese, sob o enganoso nome de "teoria do caos". Pois o que revelava não era tanto os imprevisíveis resultados de procedimentos científicos perfeitamente deterministas, mas a extraordinária universalidade de formas e padrões da natureza em suas manifestações mais díspares e aparentemente sem qualquer relação.* A teoria do caos ajudou a dar uma nova virada, por assim dizer, na velha causalidade. Quebrava os elos entre a causalidade e a previsibilidade, pois sua essência não era que os acontecimentos fossem fortuitos, mas que os efeitos que se seguiam a causas especificáveis não podiam ser previstos. Reforçava outro desenvolvimento, iniciado entre paleontólogos, e de considerável interesse para os historiadores, sugerindo que as cadeias de desenvolvimento histórico ou evolucionário são perfeitamente coerentes e capazes de explicação *após* o fato, mas que os resultados eventuais não podem ser previstos desde o início, porque, se se seguir novamente o mesmo curso, é só haver qualquer mudança inicial, por mais leve e sem aparente importância que seja na época, "e a evolução desemboca num canal radicalmente diferente" (Gould, 1989, p. 51). As conseqüências políticas, sociais e econômicas desse método podem ser de longo alcance.

(*) O desenvolvimento da "teoria do caos" nas décadas de 1970 e 1980 tem alguma coisa em comum com o surgimento no início do século XIX de uma escola "romântica" de ciência, centrada sobretudo na Alemanha (*Naturphilosophie*), em reação à corrente principal "clássica", centrada na França e Grã-Bretanha. É interessante que dois eminentes pioneiros da nova pesquisa (Feigenbaum, Libchaber — ver Gleick, 1988, pp. 163 e 197) foram de fato inspirados pela teoria das cores de Goethe, apaixonadamente antinewtoniana, e seu tratado sobre *A transformação das plantas*, que pode ser encarado como uma teoria evolucionária anti-Darwin em perspectiva (sobre *Naturphilosophie*, ver *A era das revoluções*, capítulo 15).

Além disso, havia o absurdo, puro e simples, que era grande parte do mundo dos novos físicos. Enquanto se limitava ao interior do átomo, não afetava diretamente a vida comum, que mesmo os cientistas vivem, mas pelo menos uma descoberta nova e não assimilada não podia ser posta de quarentena desse jeito. Era o fato extraordinário, previsto por alguns com base na teoria da relatividade, mas observado pelo astrônomo americano E. Hubble em 1929, de que todo o universo parecia estar-se expandindo num ritmo estonteante. Essa expansão, que até mesmo muitos cientistas achavam difícil de engolir, alguns idealizando teorias alternativas de "estado firme" do cosmos, foi constatada por outros dados astronômicos na década de 1960. Era impossível não especular sobre aonde essa expansão o estaria levando (e a nós), quando e como começara, e portanto sobre a história do universo, a partir do "big-bang" inicial. Isso produziu o florescente campo da cosmologia, a parte da ciência do século XX mais prontamente transformada em *best-sellers*. Também aumentou enormemente o elemento de história nas ciências naturais, até então (a não ser pela geologia e seus subprodutos) orgulhosamente desinteressadas dela, e incidentalmente reduziu a identificação de ciência "pesada" com experiência, isto é, com a reprodução de fenômenos naturais. Pois como se podiam repetir acontecimentos irrepetíveis? O universo em expansão, assim, aumentou a confusão tanto de cientistas como de leigos.

Essa confusão confirmou os que viveram a Era das Catástrofes, e sabiam ou pensavam sobre tais questões, em sua convicção de que um velho mundo acabara, ou, no mínimo dos mínimos, se achava em convulsão terminal, mas ainda não se discerniam claramente os contornos do novo. O grande Max Planck não tinha dúvida sobre a relação entre a crise na ciência e na vida externa:

> Estamos vivendo um momento bastante singular da história. É um momento de crise no sentido literal desta palavra. Em cada ramo de nossa civilização espiritual e material parecemos ter chegado a um ponto de virada crítico. Esse espírito se mostra não só no estado real dos assuntos públicos, mas também na atitude geral em relação a valores fundamentais na vida pessoal e social [...] Agora o iconoclasta invadiu o templo da ciência. Dificilmente haverá um axioma científico que não seja hoje negado por alguém. E ao mesmo tempo praticamente qualquer teoria idiota quase certamente teria crentes e discípulos num lugar ou noutro. (Planck, 1933, p. 64)

Nada era mais natural que um alemão de classe média criado nas certezas do século XIX expressasse tais sentimentos nos dias da Grande Depressão e da ascensão de Hitler ao poder.

Apesar disso, tristeza era o oposto do que a maioria dos cientistas sentia. Eles concordavam com Rutherford, que disse à Associação Britânica (1923) que "estamos vivendo na idade heróica da física" (Howarth, 1978, p. 92). Todo número de publicações científicas, todo colóquio — pois a maioria dos cientistas adorava, mais que nunca, combinar cooperação e competição — trazia

novos, emocionantes e profundos avanços. A comunidade científica ainda era bastante pequena, pelo menos em temas pontas-de-lança como a física nuclear e a cristalografia, para oferecer a quase todo jovem pesquisador a perspectiva do estrelato. Ser cientista era ser invejado. Certamente, os que estudavam em Cambridge, que produziu a maioria dos trinta Prêmios Nobel britânicos da primeira metade do século — e que, para fins práticos, *era* a ciência britânica nessa época —, sabiam o que gostariam de estudar, se fossem suficientemente bons em matemática.

Na verdade, as ciências naturais não podiam esperar nada além de maiores triunfos e avanço intelectual, o que tornava tolerável o caráter remendado, as imperfeições e improvisações da teoria então corrente, pois tinham de ser apenas temporários. Por que iriam pessoas que ganhavam Prêmios Nobel por trabalhos feitos aos vinte e poucos anos deixar de confiar no futuro?* E no entanto, como podiam mesmo os homens (e, ocasionalmente, as mulheres) que continuavam a provar a realidade da abalada idéia de "progresso" em seu campo de atividade humana permanecer imune à época de crise e catástrofe em que viviam?

Não podiam, e não permaneceram. A Era das Catástrofes foi portanto também uma das comparativamente poucas eras de cientistas politizados, e não só porque a migração em massa de cientistas racial e ideologicamente inaceitáveis de grandes zonas da Europa demonstrava que os cientistas não podiam ter certeza de sua imunidade pessoal. De qualquer modo, o cientista britânico típico da década de 1930 era membro do (esquerdista) Grupo Antiguerra dos Cientistas de Cambridge, confirmado em seu radicalismo pelas indisfarçadas simpatias de seus membros mais estabelecidos, cuja proeminência ia da Royal Society ao Prêmio Nobel: Bernal (cristalografia), Haldane (genética), Needham (embriologia química),** Blackett (física), Dirac (física) e o matemático G. H. Hardy, que considerava que só dois outros no século XX se achavam na classe de seu herói australiano do críquete, Don Bradman: Lenin e Einstein. O jovem cientista americano típico da década de 1930 mais que provavelmente se veria em apuros políticos nos anos de Guerra Fria do pós-guerra por simpatias radicais do pré-guerra ou sua continuação, como Robert Oppenheimer (1904-67), o principal arquiteto da bomba atômica, e o químico Linus Pauling (1901-), que ganhou dois Prêmios Nobel, incluindo um da paz, e um Prêmio Lenin. O cientista francês típico era simpatizante da Frente Popular da década de 1930 e ativo partidário da Resistência durante a guerra; não eram muitos os franceses que estavam entre estes últimos. O cientista refugiado típico da Europa Central dificilmente poderia não ser hostil ao fascismo, por mais desinteressado das questões públicas que fosse. Os cientis-

(*) A revolução na física de 1924-8 foi feita por homens nascidos em 1900-2 (Heisenberg, Pauli, Dirac, Fermi, Joliot). Schrödinger, De Broglie, e Max Born estavam na casa dos trinta.

(**) Mais tarde ele se tornou o eminente historiador de ciência na China.

tas que ficaram ou foram impedidos de partir dos países fascistas ou da URSS tampouco podiam evitar as políticas de seus governos, simpatizando com elas ou não, quando nada porque lhes impunham gestos públicos, como a saudação de Hitler na Alemanha, que o grande físico Max von Laue (1897-1960) evitava levando alguma coisa nas duas mãos sempre que saía de casa. Ao contrário das ciências sociais e humanas, essa politização era incomum nas ciências naturais, cujo tema não exige, nem sequer sugere, opiniões sobre assuntos humanos (a não ser em partes das ciências da vida) embora muitas vezes sugira opiniões sobre Deus.

Contudo, os cientistas eram mais diretamente politizados por sua crença em que os leigos, incluindo os políticos, não tinham idéia do extraordinário potencial que a ciência moderna, adequadamente usada, punha à disposição da sociedade humana. Tanto o colapso da economia mundial quanto a ascensão de Hitler pareceram confirmar isso de modos diferentes. (Por outro lado, a dedicação marxista oficial da União Soviética e de sua ideologia às ciências naturais levou muitos ocidentais nessa época a vê-la como um regime adequado para realizar esse potencial.) Tecnocracia e radicalismo convergiram, porque nesse ponto era a esquerda política, com seu compromisso ideológico com a ciência, racionalismo e progresso (ridicularizado pelos conservadores com o novo termo "cientificismo"),* que naturalmente representava o reconhecimento e apoio adequados à "Função social da ciência", para citar o título de um influentíssimo livro e manifesto da época (Bernal, 1939), caracteristicamente escrito por um físico brilhante e militantemente marxista. Foi igualmente característico que o governo da Frente Popular francesa de 1936-9 estabelecesse o primeiro Subsecretariado de Pesquisa Científica (ocupado pela laureada com o Nobel Irêne Joliot-Curie), e desenvolvesse o que ainda é o principal mecanismo para financiar a pesquisa francesa, o CNRS (*Centre Nationale de la Recherche Scientifique*). Na verdade, tornou-se cada vez mais óbvio, pelo menos para os cientistas, que era necessário não apenas financiamento público, mas uma pesquisa organizada publicamente. Os serviços científicos do governo britânico, que em 1930 empregavam um grandioso total de 743 cientistas, não podiam ser adequados — trinta anos depois, empregavam mais de 7 mil (Bernal, 1967, p. 931).

A era de ciência politizada atingiu o auge na Segunda Guerra Mundial, o primeiro conflito desde a era jacobina da Revolução Francesa em que cientistas se mobilizaram sistemática e *fundamentalmente* para fins militares; é provável que de modo mais efetivo do lado dos aliados do que do da Alemanha, Itália e Japão, porque jamais esperaram ganhar rapidamente com recursos e métodos disponíveis de imediato (ver capítulo 1). Tragicamente, a própria guerra nuclear foi a filha do antifascismo. Uma simples guerra entre Estados-

(*) A palavra aparece pela primeira vez em 1936 na França (Guerlac, 1951, pp. 93-4).

nações certamente não teria levado os físicos nucleares de ponta, eles próprios em grande parte refugiados ou exilados do fascismo, a exortar os governos britânico e americano a construir uma bomba nuclear. E o próprio horror desses cientistas com seu feito, suas desesperadas lutas de última hora para impedir os políticos e generais de usar de fato a bomba, dão testemunho da força das paixões *políticas*. Na verdade, até onde as campanhas antinucleares após a Segunda Guerra Mundial tiveram maciço apoio na comunidade científica, foi entre os membros das gerações antifascistas politizadas.

Ao mesmo tempo, a guerra finalmente convenceu os governos de que o empenho de recursos até então inimagináveis na pesquisa científica era tão praticável quanto, no futuro, essencial. Nenhuma economia, com exceção da americana, podia ter financiado os 2 bilhões de dólares (valores do tempo da guerra) necessários para construir a bomba atômica durante a guerra; mas também é verdade que governo algum teria, antes de 1940, sonhado em gastar mesmo uma pequena fração dessa quantia num projeto especulativo, baseado em alguns cálculos incompreensíveis de acadêmicos descabelados. Após a guerra, o céu, ou antes o tamanho da economia apenas, tornou-se o limite nos orçamentos e empregos científicos. Na década de 1970, o governo americano financiou dois terços dos custos da pesquisa básica naquele país, que então chegavam a 5 bilhões de dólares *por ano*, e empregava alguma coisa em torno de 1 milhão de cientistas e engenheiros (Holton, 1978, pp. 227-8).

III

A temperatura política da ciência caiu após a Segunda Guerra Mundial. O radicalismo nos laboratórios recuou rapidamente em 1947-9, quando opiniões tidas como sem base e bizarras em outras partes se tornaram obrigatórias para os cientistas na URSS. Mesmo a maioria dos até então leais comunistas achava o lisenkismo (ver p. 514) impossível de engolir. Além disso, tornou-se cada vez mais evidente que os regimes modelados com base no sistema soviético não eram nem material, nem moralmente atraentes, pelo menos para a maioria dos cientistas. Por outro lado, apesar de muita propaganda, a Guerra Fria entre o Ocidente e o bloco soviético jamais gerou nada parecido às paixões políticas antes despertadas pelo fascismo. Talvez isso se devesse à tradicional afinidade entre racionalismo liberal e marxista, ou talvez ao fato de que a URSS, ao contrário da Alemanha nazista, jamais pareceu em posição de conquistar o Ocidente, mesmo que houvesse querido, o que havia bom motivo para duvidar. Para a maioria dos cientistas ocidentais, a URSS, seus satélites e a China comunista eram mais Estados ruins, com cientistas dignos de pena, do que impérios do mal a exigir uma cruzada.

No Ocidente desenvolvido, as ciências naturais continuaram política e

ideologicamente quietas durante uma geração, desfrutando seus triunfos intelectuais e os recursos imensamente ampliados agora disponíveis para suas pesquisas. Na verdade, o generoso patrocínio de governos e grandes empresas estimulou uma raça de pesquisadores que tinham as políticas de seus pagadores como ponto pacífico, e preferiam não pensar nas implicações mais amplas de seus trabalhos, sobretudo quando estes eram militares. No máximo, os cientistas nesses setores protestavam por não poderem publicar os resultados de suas pesquisas. Na verdade, a maioria dos membros do que era agora um exército bastante grande de Ph.Ds, empregados na Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA), estabelecida para enfrentar o desafio soviético em 1958, não tinha mais interesse direto em interrogar a justificação de suas atividades do que os membros de qualquer outro exército. Em fins da década de 1940, homens e mulheres ainda se angustiavam em torno da questão de entrarem ou não em estabelecimentos do governo que se especializavam em pesquisa de guerra química e biológica.* Não há indício de que posteriormente tais estabelecimentos tivessem qualquer problema para recrutar suas equipes.

Um tanto inesperadamente, foi na região soviética do globo que a ciência se tornou, quando nada, mais política à medida que avançava a segunda metade do século. Não por acaso o maior porta-voz nacional (e internacional) da dissidência na URSS seria um cientista, Andrei Sakharov (1921-89), o físico que fora o principal responsável, em fins da década de 1940, pela construção da bomba de hidrogênio soviética. Os cientistas eram membros *par excellence* da nova, grande, educada e tecnicamente formada classe média profissional que iria ser a principal realização do sistema soviético, mas ao mesmo tempo a classe mais diretamente consciente das fraquezas e limitações do sistema. Eram mais essenciais para o sistema do que suas contrapartes no Ocidente, pois somente eles possibilitavam a uma economia, fora isso atrasada, enfrentar os EUA como superpotência. Na verdade demonstraram sua indispensabilidade fazendo com que a URSS por algum tempo ultrapassasse o Ocidente na mais alta das tecnologias, a do espaço cósmico. O primeiro satélite artificial (o *Sputnik*, 1957), o primeiro vôo espacial tripulado por homem e mulher (1961, 1963) e os primeiros passeios espaciais foram todos russos. Concentrados em institutos de pesquisa ou "cidades da ciência" especiais, articulados, necessariamente conciliados e com certo grau de liberdade concedido pelo regime pós-Stalin, não surpreende que as opiniões críticas fossem geradas no ambiente de pesquisa, cujo prestígio social era de qualquer modo maior que o de qualquer outra ocupação soviética.

(*) Lembro-me do desconforto, nessa época, de um (antes pacifista, depois comunista) amigo bioquímico que assumira um posto desses no relevante estabelecimento britânico.

IV

Pode dizer-se que essas flutuações de temperatura política e ideológica afetaram o progresso das ciências naturais? Claramente muito menos do que ocorria nas ciências sociais e humanas, para não falar nas ideologias e filosofias. As ciências naturais podiam refletir o século em que os cientistas viviam apenas nos limites da metodologia empiricista que necessariamente se tornara padrão numa era de incerteza epistemológica: os da hipótese constatável — ou, em termos de Karl Popper (1902-), que muitos cientistas faziam seus, falsificáveis — por testes práticos. Isso impunha limites à ideologização. A economia, embora sujeita às exigências de lógica e coerência, floresceu como uma forma de teologia — provavelmente, no mundo ocidental, como o ramo mais influente de teologia secular — porque pode ser, e em geral é, formulada de modo a não sofrer esse controle. A física não pode. Assim, enquanto é fácil demonstrar que as escolas em conflito e as modas em mudança no pensamento econômico refletem diretamente a experiência contemporânea e o debate ideológico, o mesmo não se dá com a cosmologia.

Contudo, a ciência reflete sua época, embora seja inegável que alguns movimentos importantes na ciência são endógenos. Assim, era quase inevitável que a desordenada multiplicação de partículas subatômicas, sobretudo depois de acelerar-se na década de 1950, levasse os teóricos a buscar simplificação. A natureza (inicialmente) arbitrária da nova e hipotética "partícula última", da qual agora se dizia que prótons, elétrons, nêutrons e o resto se compunham, é indicada pelo próprio nome, tirado de *Finnegan's wake*, de James Joyce: o *quark* (1963). Ele logo seria dividido em três ou quatro subespécies (com seus "antiquarks"), descritas como "de cima", "de baixo", "dos lados" ou "estranhos", e quarks com "encanto", cada um deles dotado de uma propriedade chamada "cor". Nenhuma dessas palavras tinha nada parecido aos seus significados habituais. Como sempre, fizeram-se previsões bem-sucedidas com base nessa teoria, ocultando-se com isso o fato de que nenhum indício experimental da existência de qualquer tipo de quark havia sido descoberto até a década de 1990.* Se esses novos fatos constituíam uma simplificação do labirinto subatômico ou mais uma camada de complexidade, deve-se deixar que físicos adequadamente qualificados o julguem. Contudo, o observador leigo cético, mesmo que admirador, pode às vezes ser lembrado dos titânicos esforços de inteligência e engenhosidade despendidos no fim do século XIX para manter a crença científica no "éter", antes que a obra de Planck e Einstein o banisse para o museu de pseudoteorias, junto com o "flogisto" (ver *A era dos impérios*, capítulo 10).

(*) John Maddox comenta que depende do que se quer dizer por "descoberto". Identificaram-se efeitos particulares dos quarks, mas, parece, eles não são descobertos "sós", e sim em pares ou triplos. O que intriga os físicos não é se os quarks estão lá, mas por que nunca estão sós.

A própria falta de contato de tais construções teóricas com a realidade que pretendiam explicar (exceto como hipóteses falsificáveis) deixava-as abertas a influências do mundo exterior. Não seria uma coisa natural, num século tão dominado pela tecnologia, que as analogias mecânicas ajudassem a reciclá-las, embora sob a forma de técnicas de comunicação e controle tanto em animais como em máquinas, técnicas essas que de 1940 em diante geraram um corpo teórico conhecido por vários nomes (cibernética, teoria de sistemas gerais, teoria da informação etc.)? Os computadores eletrônicos, que se desenvolveram com estonteante rapidez após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a descoberta do transistor, tinham uma enorme capacidade de simulação, que tornava mais fácil que antes derivar modelos mecânicos daquilo que até então se encarava como operações físicas e mentais de organismos, incluindo os humanos. Cientistas de fins do século XX falavam do cérebro como se fosse um elaborado sistema de processamento de informação, e um dos conhecidos debates filosóficos da segunda metade do século era se, e neste caso como, a inteligência humana podia distinguir-se da "inteligência artificial", ou seja, se algo na mente humana não era teoricamente programável num computador. Que tais modelos tecnológicos avançaram a pesquisa, não entra em questão. Onde estaria o estudo do sistema nervoso (isto é, o estudo dos impulsos nervosos elétricos) sem o da eletrônica? Contudo, no fundo essas são analogias reducionistas, que bem podem um dia parecer datadas, como a descrição, no século XVIII, do movimento humano em termos de um sistema de alavancas.

Tais analogias eram úteis na formulação de modelos particulares. Contudo, além desses, a experiência de vida dos cientistas não podia deixar de afetar sua maneira de ver a natureza. O nosso foi um século em que, para citar um cientista criticando outro, "o conflito entre os gradualistas e o catastrofismo impregna a experiência humana" (Jones, 1992, p. 12). E portanto, não surpreendentemente, passou a impregnar a ciência.

No século XIX, de melhoramento e progresso burgueses, a continuidade e o gradualismo dominaram os paradigmas da ciência. Fosse qual fosse o modo de locomoção da natureza, ela não podia saltar. A mudança geológica e a evolução da vida na terra prosseguiam sem catástrofes e com minúsculos aumentos. Mesmo o fim previsível do universo num futuro remoto seria gradual, pela insensível mas inevitável transformação de energia em calor, de acordo com a segunda lei da termodinâmica (a "morte por calor do universo"). A ciência do século XX desenvolveu uma imagem bem diferente do mundo.

Nosso universo nasceu, há 15 bilhões de anos, numa maciça superexplosão, e, segundo as especulações cosmológicas da época em que escrevo, pode acabar de maneira igualmente dramática. Dentro dele, o histórico de vida das estrelas, e portanto de seus planetas, está, como o universo, cheio de cataclismos: novas, supernovas, gigantes vermelhas, anãs brancas, buracos negros e o resto — nenhum deles reconhecido ou encarado como mais que fenômenos

astronômicos periféricos antes da década de 1920. A maioria dos geólogos resistiu durante muito tempo à idéia de grandes deslocamentos laterais, como os continentes movendo-se em todo o globo no curso da história da terra, embora a evidência disso fosse mais ou menos forte. E o fizeram com base em grande parte ideológica, a julgar pela extraordinária ira da controvérsia contra o principal proponente da "deriva continental", Alfred Wegener. De qualquer modo, o argumento de que isso não podia ser verdade porque não se conhecia nenhum mecanismo geofísico para causar tais movimentos não era mais convincente *a priori*, em *vista* da evidência, do que o argumento de lorde Kelvin, no século XIX, de que a escala de tempo então postulada por geólogos devia estar errada, porque a física, como então entendida, fazia a terra muito mais jovem do que a geologia exigia. Contudo, desde a década de 1960 o antes impensável tornou-se a ortodoxia da geologia do dia-a-dia: um globo de placas gigantescas mudando de lugar, às vezes rapidamente ("placas tectônicas").

Talvez ainda mais a propósito seja o retorno do catastrofismo direto tanto à geologia quanto à teoria da evolução via paleontologia, desde a década de 1960. Mais uma vez, a evidência *prima facie* há muito é conhecida: toda criança sabe da extinção dos dinossauros no fim do período cretáceo. Tal fosse pela força da crença darwiniana em que a evolução *não* resultava de catástrofes (ou criação), mas de lentas e minúsculas mudanças atuando durante toda a história geológica, que esse aparente cataclismo ecológico chamou pouca atenção. O tempo geológico era simplesmente encarado como suficientemente longo para permitir quaisquer mudanças evolucionárias observadas. Surpreende, assim, que, numa era em que a história humana foi tão visivelmente cataclísmica, as descontinuidades evolucionárias voltassem a chamar a atenção? Pode-se ir ainda mais longe. O mecanismo mais favorecido por catastrofistas geológicos e paleontológicos na época em que escrevo é o bombardeio vindo do espaço cósmico, isto é, a colisão da terra com um ou mais meteoritos muito grandes. Segundo alguns cálculos, é provável que um asteróide suficientemente grande para destruir a civilização, ou seja, o equivalente a 8 milhões de Hiroximas, chegue a cada 300 mil anos. Tais cenários sempre foram parte de versões marginais da pré-história, mas será que algum cientista sério, antes da época da guerra nuclear, teria pensado nesses termos? Tais teorias da evolução, entendida como lenta mudança interrompida de tempos em tempos por uma mudança relativamente súbita ("equilíbrio pontuado"), continuavam controvertidas na década de 1990, mas agora faziam parte de um debate *dentro* da comunidade científica. Mais uma vez, o observador leigo não pode deixar de notar o surgimento, dentro do campo de pensamento mais distante da vida humana de carne e osso, de dois subcampos matemáticos conhecidos respectivamente como "teoria da catástrofe" (a partir da década de 1960) e "teoria do caos" (década de 1980) (ver pp. 522 e ss.). O primeiro, um desenvolvimento

da topologia em que a França foi pioneira na década 1960, dizia investigar as situações em que a mudança gradual produzia rupturas súbitas, isto é, a inter-relação entre mudança contínua e descontínua; o outro (de origem americana) modelava a incerteza e imprevisibilidade de situações em que se podia mostrar que acontecimentos aparentemente minúsculos (o adejar das asas de uma borboleta) levavam a resultados imensos em outra parte (um furacão). Os que viveram as últimas décadas do século não tinham dificuldade para entender por que imagens como caos e catástrofe também apareciam nas mentes de cientistas e matemáticos.

V

Contudo, da década de 1970 em diante, o mundo externo passou a intrometer-se mais indiretamente, mas também com mais força, nos laboratórios e salas de conferências, com a descoberta de que a tecnologia baseada na ciência, tendo seu poder multiplicado pela explosão econômica global, parecia na iminência de produzir mudanças fundamentais e talvez irreversíveis no planeta Terra, ou pelo menos na Terra como um hábitat para organismos vivos. Isso era ainda mais inquietante que a perspectiva da catástrofe induzida pelo homem, a guerra nuclear, que atormentara imaginações e consciências durante a Guerra Fria; pois uma guerra nuclear soviético-americana era evitável e, como se viu, foi evitada. Não era tão fácil escapar dos subprodutos do crescimento econômico relacionado com a ciência. Assim, em 1973, dois químicos, Rowland e Molina, notaram pela primeira vez que os fluorocarbonos (largamente usados em refrigeração e nos recém-populares aerossóis) consumiam o ozônio na atmosfera da Terra. Dificilmente isso poderia ter sido notado muito mais cedo, pois a liberação desses produtos químicos (CFC 11 e CFC 12) não totalizava 40 mil toneladas antes do início da década de 1950. (Mas entre 1960 e 1972 mais de 3,6 milhões de toneladas deles haviam entrado na atmosfera.)* Contudo, no início da década de 1990 a existência de grandes "buracos de ozônio" na atmosfera era do conhecimento de leigos, e a única questão era saber com que rapidez ia prosseguir o esgotamento da camada de ozônio, e quando ultrapassaria os poderes de recuperação natural da Terra. Se se eliminassem os CFCs, ninguém tinha dúvidas de que ela reapareceria. O "efeito estufa", ou seja, o incontrolável esquentamento da temperatura global pela liberação de gases produzidos pelo homem, que começou a ser discutido a sério por volta de 1970, tornou-se uma preocupação importante de especialistas e políticos na década de 1980 (Smil, 1990); o perigo era real, embora às vezes muito exagerado.

(*) *World Resources*, 1986, tabela 11.1, p. 319.

Mais ou menos na mesma época a palavra "ecologia", cunhada em 1873 para o ramo da biologia que tratava das inter-relações de organismos e seus ambientes, adquiriu sua hoje familiar conotação quase política (E. M. Nicholson, 1970).* Eram as conseqüências naturais do super*boom* econômico secular (ver capítulo 9).

Essas preocupações seriam o suficiente para explicar por que a política e a ideologia começaram mais uma vez a cercar as ciências naturais na década de 1970. Contudo, começaram a penetrar até mesmo em ramos das próprias ciências, em forma de debates sobre a necessidade de limitações práticas e morais à investigação científica.

Jamais, desde o fim da hegemonia teológica, tais questões haviam sido levantadas a sério. Não surpreendentemente, vieram daquela parte das ciências naturais que sempre tivera, ou parecera ter, implicação direta sobre os assuntos humanos: genética e biologia evolucionária. Pois dez anos após a Segunda Guerra Mundial as ciências da vida foram revolucionadas pelos espantosos avanços da biologia molecular, que revelaram o mecanismo universal de herança, o "código genético".

A revolução na biologia molecular não foi inesperada. Depois de 1914, podia-se ter como certo que a vida podia e tinha de ser explicada em termos de física e química, e não em termos de alguma essência peculiar aos seres vivos.** Na verdade, modelos bioquímicos da possível origem da vida na Terra, começando com luz do sol, metano, amônia e água, foram sugeridos na década de 1920 (em grande parte com intenções anti-religiosas) na Rússia soviética e na Grã-Bretanha, e puseram o assunto na pauta científica séria. A hostilidade à religião, a propósito, continuou a animar os pesquisadores nesse campo: tanto Crick quanto Linus Pauling são exemplos disso (Olby, 1970, p. 943). O grande impulso de pesquisa biológica há décadas era bioquímico, e cada vez mais físico, desde o reconhecimento de que se podiam cristalizar as moléculas de proteína, e portanto analisá-las cristalograficamente. Sabia-se que uma substância, o ácido desoxirribonucléico (DNA), desempenhava um papel, possivelmente o central, na hereditariedade: parecia ser o componente básico do gene, a unidade de herança. O problema de como o gene "causa(va) a síntese de outra estrutura igual a si, em que mesmo as mutações do gene original são copiadas" (Muller, 1951, p. 95), isto é, de como operava a hereditariedade, já se achava sob séria investigação em fins da década de 1930. Após a guerra, era claro que, nas palavras de Crick, "grandes coisas estavam logo após a esquina". O brilhantismo da descoberta por Crick e Watson da estrutura em dupla hélice

(*) "Ecologia [...] é também a principal disciplina e ferramenta intelectual que nos possibilita esperar que a evolução humana possa ser mudada, possa ser voltada em nova direção, para que o homem deixe de destruir o ambiente do qual depende seu próprio futuro."

(**) "Como podem os fatos, no espaço e no tempo, que ocorrem dentro do limite espacial de um organismo vivo ser explicados pela física e a química?" (Schrödinger, 1944, p. 2).

do DNA e da maneira como explicava a "cópia de gene" com um elegante modelo químico-mecânico não é diminuído pelo fato de que vários pesquisadores convergiam para o mesmo resultado no início da década de 1950.

A revolução do DNA, "a maior descoberta individual da biologia" (J. D. Bernal), que dominou as ciências da vida na segunda metade do século, foi essencialmente na genética e, como o darwinismo do século XX é exclusivamente genético, na evolução.* Estes são dois temas notoriamente delicados, tanto porque os próprios modelos científicos são freqüentemente ideológicos em tais campos — lembramos a dívida de Darwin com Malthus (Desmond & Moore, capítulo 18) — quanto porque habitualmente descambam para a política ("darwinismo social"). O conceito de "raça" ilustra essa interação. A lembrança das políticas raciais nazistas tornou praticamente impensável que intelectuais liberais (o que incluía a maioria dos cientistas) operassem com esse conceito. Na verdade, muitos duvidavam que ele fosse legítimo até para investigar de modo sistemático diferenças geneticamente determinadas entre grupos humanos, por receio de que os resultados oferecessem encorajamento a opiniões racistas. Mais geralmente, nos países ocidentais a ideologia pós-fascista de democracia e igualdade reviveu os velhos debates de "natureza *versus* alimentação", ou hereditariedade *versus* ambiente. Visivelmente, o indivíduo humano era formado tanto pela hereditariedade quanto pelo ambiente, pelo genes e a cultura. Contudo, os conservadores estavam simplesmente demasiado dispostos a aceitar uma sociedade de desigualdades irremovíveis, isto é, geneticamente determinadas, enquanto a esquerda, comprometida com a igualdade, naturalmente afirmava que todas as desigualdades podiam ser eliminadas pela ação social: eram, no fundo, ambientalmente determinadas. A controvérsia pegou fogo na questão da inteligência humana, que (devido a suas implicações para a educação escolar seletiva e universal) era altamente política. Suscitou questões muito mais amplas que as de raça, embora se referisse também a elas. A medida de sua amplitude surgiu com a revivescência do movimento feminista (ver capítulo 10), do qual várias ideólogas chegaram perto de afirmar que *todas* as diferenças mentais entre homens e mulheres eram essencialmente determinadas pela cultura, ou seja, ambientais. Na verdade, a substituição, que entrou na moda, do termo "sexo" por "gênero", implicava a crença em que "mulher" era não tanto uma categoria biológica quanto um papel social. Um cientista que tentasse investigar esses temas sensíveis sabia estar em campo minado político. Mesmo os que entraram nele deliberadamente, como E. O. Wilson, de Harvard (1929-), defensor da "sociobiologia", evitavam falar com clareza.**

(*) Foi também "sobre" a variante essencialmente matemático-mecânica da ciência experimental, talvez o motivo pelo qual não encontrou 100% de entusiasmo em algumas ciências da vida menos prontamente quantificáveis, como a zoologia e a paleontologia (ver Lewontin, 1973).

(**) "Minha impressão geral, extraída da informação existente, é que o *Homo sapiens* é um animal típico da espécie com referência à qualidade e magnitude da diversidade genética que afeta o comportamento. Se a comparação é correta, a unidade psíquica da humanidade foi reduzida em

O que tornava a atmosfera mais explosiva era que os próprios cientistas, sobretudo na ala mais obviamente social da ciência — teoria da evolução, ecologia, etologia ou estudo de comportamento social animal, e coisas assim —, eram simplesmente demasiado inclinados a usar metáforas antropomórficas ou extrair conclusões humanas. Os sociobiólogos, ou os que popularizavam suas descobertas, sugeriam que as características (masculinas) herdadas dos milênios durante os quais o homem primitivo fora selecionado para adaptar-se, como caçador, a uma existência mais predatória em hábitats abertos (Wilson, 1977) ainda dominavam nossa existência social. Não só as mulheres, mas também os historiadores ficaram irritados. Os teóricos evolucionistas analisavam a seleção natural, à luz da grande revolução biológica, como a luta pela existência do "Gene Egoísta" (Dawkins, 1976). Até mesmo alguns que simpatizavam com a versão pesada do darwinismo se perguntavam que importância real tinha a seleção genética para debates sobre egoísmo, competição e cooperação humanos. A ciência achava-se uma vez mais acuada por críticos, embora — significativamente — não estivesse mais sob fogo da religião tradicional, além de grupos fundamentalistas intelectualmente sem importância. O clero aceitava agora a hegemonia do laboratório, extraindo o consolo teológico que podia da cosmologia científica, cujas teorias de "big-bang" podiam, com o olho da fé, ser apresentadas como prova de que um Deus criara o mundo. Por outro lado, a revolução cultural ocidental das décadas de 1960 e 1970 produziu um forte ataque neo-romântico e irracionalista à visão científica do mundo, que podia passar prontamente de um tom radical para um reacionário.

Ao contrário das trincheiras avançadas das ciências da vida, a principal fortaleza de pesquisa pura nas ciências "pesadas" pouco foi perturbada por tais franco-atiradores até tornar-se evidente, na década de 1970, que não se podia divorciar a pesquisa das conseqüências sociais das tecnologias que ela agora, e quase imediatamente, gerava. Foi a perspectiva de "engenharia genética" — logicamente de formas de vida humana e outras — que na verdade suscitou a questão imediata de se se deviam considerar limitações à pesquisa científica. Pela primeira vez, ouviram-se essas opiniões entre os próprios cientistas, notadamente no campo biológico, pois a essa altura alguns dos elementos essenciais das tecnologias do tipo Frankenstein não eram separáveis da pesquisa pura e a ela subseqüentes, mas — como no projeto do Genoma, plano de mapeamento de todos os genes da hereditariedade humana — *eram* a pesquisa básica. Essas críticas solaparam o que todos os cientistas encaravam até

---

status de dogma para hipótese testável. Isso não é fácil de dizer no atual ambiente político dos Estados Unidos, e é encarado como uma heresia punível em alguns setores da comunidade acadêmica. Mas a idéia precisa ser encarada de frente, se as ciências sociais querem ser inteiramente honestas [...] Será melhor os cientistas estudarem o tema da diversidade comportamental genética do que manter uma conspiração de silêncio por boas intenções" (Wilson, 1977, p. 133).

O significado claro deste tortuoso trecho é: há raças, e por motivos genéticos elas são permanentemente desiguais em certos aspectos especificáveis.

então, e a maioria continuou a encarar, como o princípio básico da ciência, ou seja, o de que, com as mais marginais concessões às crenças morais da sociedade,* a ciência devia buscar a verdade aonde quer que essa verdade a levasse. Eles não eram responsáveis pelo que os não-cientistas faziam com seus resultados. O fato de que, como observou um cientista americano em 1992, "nenhum biólogo molecular importante que conheço deixa de ter interesse financeiro no negócio da biotecnologia" (Lewontin, 1992, p. 37; pp. 32-40); de que — para citar outro — "a questão (da propriedade) está no âmago de tudo que fazemos" (Lewortin, 1992, p. 38) tornava a alegação de pureza ainda mais duvidosa.

O que estava em causa agora não era a busca da verdade, mas a impossibilidade de separá-la de suas condições e conseqüências. Ao mesmo tempo, o debate era essencialmente entre pessimistas e otimistas em relação à raça humana. Pois a crença básica dos que pensavam em restrições ou autolimitações à pesquisa científica era que a humanidade, como hoje organizada, não era capaz de lidar com os seus poderes de transformação da Terra, ou mesmo de reconhecer os riscos que corria. Pois mesmo os feiticeiros que resistiam a toda limitação em suas pesquisas não confiavam em seus aprendizes. Os argumentos em favor da investigação ilimitada "referem-se à pesquisa científica básica, não às aplicações tecnológicas da ciência, algumas das quais devem ser restringidas" (Baltimore, 1978).

E no entanto, tais argumentos não chegavam à questão. Pois, como sabiam todos os cientistas, a pesquisa científica *não* era ilimitada e livre, quando nada porque exigia recursos que eram limitados. A questão não era se alguém devia dizer aos pesquisadores o que fazer, mas quem impunha esses limites e orientações, e por quais critérios. Para a maioria dos cientistas, cujas instituições eram direta ou indiretamente pagas com verbas públicas, esses controladores de pesquisa eram os governos, cujos critérios, por mais sinceros que fossem em sua dedicação aos valores da livre investigação, não eram os de Planck, Rutherford ou Einstein.

As prioridades deles não eram, por definição, as da pesquisa "pura", sobretudo quando essa pesquisa era cara; e, após o fim do grande *boom* global, até mesmo os governos mais ricos, com suas rendas não mais crescendo à frente dos gastos, não tinham orçamento. Tampouco eram, ou podiam ser, as prioridades da pesquisa "aplicada", que empregava a grande maioria dos cientistas, pois essas não eram postas em termos de "avanço do conhecimento" em geral (embora bem pudessem resultar nisso), mas da necessidade de atingir determinados resultados práticos — por exemplo, a cura do câncer ou da Aids. Os pesquisadores nesses campos buscavam não necessariamente o que lhes interessava, mas o que era socialmente útil ou economicamente lucrativo, ou aquilo para que havia dinheiro, mesmo quando esperavam que isso os le-

(*) Como, notadamente, a restrição a experiências com seres humanos.

vasse de volta ao caminho da pesquisa fundamental. Nas circunstâncias, não passava de retórica vazia declarar intoleráveis as restrições à pesquisa porque o homem era por natureza uma espécie que precisava "satisfazer nossa curiosidade, exploração e experimentação" (Lewis Thomas, in Baltimore, 1978, p. 44), ou porque os picos de conhecimento deviam ser escalados, na expressão clássica dos montanhistas, "porque estão lá".

A verdade é que a "ciência" (com o que muita gente quer dizer as ciências naturais "pesadas") estava demasiado grande, demasiado poderosa, demasiado indispensável à sociedade em geral e a seus pagadores em particular para ser deixada entregue a seus próprios cuidados. O paradoxo de sua situação era que, em última análise, a imensa casa de força que era a tecnologia do século XX, e a economia que ela tornava possível, dependiam cada vez mais de uma comunidade relativamente minúscula de pessoas para as quais essas conseqüências titânicas de suas atividades eram secundárias, e muitas vezes triviais. Para elas, a capacidade dos homens de viajar para a lua, ou refletir as imagens de uma partida de futebol brasileira por meio de um satélite para serem vistas numa tela em Düsseldorf, era muito menos interessante que a descoberta de um ruído cósmico de fundo que fora identificado durante a busca de fenômenos que perturbavam as comunicações, mas confirmava uma teoria sobre as origens do universo. Contudo, como o antigo matemático grego Arquimedes, elas sabiam que viviam e ajudavam a moldar um mundo que não podia entender nem ligava para o que faziam. Seu apelo por liberdade de pesquisa era o *cri-de-coeur* de Arquimedes aos soldados invasores, contra os quais ele inventara engenhos militares para sua cidade de Siracusa, e que não tomaram conhecimento deles ao matá-lo: "Pelo amor de Deus, não estraguem meus diagramas". Era compreensível, mas não necessariamente realista.

Só os poderes transformadores do mundo, dos quais elas tinham a chave, as protegiam, pois esses pareciam depender de que se deixasse uma elite, fora isso incompreensível e privilegiada — incompreensível, até o fim do século, mesmo em sua relativa falta de interesse pelos sinais externos de riqueza e poder —, seguir seu caminho em paz. Todos os Estados do século XX que haviam agido de outro modo tinham motivo para lamentá-lo. Todos os Estados portanto apoiavam a ciência, que, ao contrário das artes e da maioria das humanidades, não podia funcionar de fato sem esse apoio, ao mesmo tempo evitando interferir até onde possível. Mas os governos não estão interessados na verdade última (a não ser da ideologia ou religião), mas na verdade instrumental. No máximo, podiam promover a pesquisa "pura" (isto é, no momento inútil) porque ela poderia um dia produzir alguma coisa útil, ou por motivos de prestígio nacional, em que a busca de Prêmios Nobel vinha antes da de medalhas olímpicas e ainda continua mais altamente valorizada. Essas eram as bases nas quais as triunfantes estruturas da pesquisa e da teoria científicas se erguiam, e pelas quais o século XX será lembrado como uma era de progresso humano, e não, basicamente, de tragédia humana.

19

RUMO AO MILÊNIO

Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de status quo [...] *Devemos compreender que nos encontramos numa daquelas crises da história mundial que Jakob Burckhardt descreveu. Não é menos significativa que a de depois de 1945, embora as condições iniciais para superá-la pareçam melhores hoje. Não há potências vitoriosas nem derrotadas hoje, nem mesmo na Europa Oriental.*

M. Stürmer, in Bergedorf (1993, p. 59)

Embora o terreno ideal do socialismo-comunismo tenha desmoronado, os problemas que ele pretendeu resolver permanecem: o uso descarado da vantagem social e o desordenado poder do dinheiro, que muitas vezes dirige o curso mesmo dos acontecimentos. E se a lição global do século XX não servir como uma vacina curativa, o imenso turbilhão vermelho pode repetir-se em sua totalidade.

Alexander Soljenitsin, in *The New York Times,* 28/11/1993

É um privilégio para um escritor ter presenciado o fim de três Estados: a República de Weimar, o Estado fascista e a RDA. Não creio que eu viva o bastante para ver o fim da República Federal.

Heiner Müller (1992, p. 361)

I

O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.

Assim, pela primeira vez em dois séculos, faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional. O fato mesmo

de terem surgido, depois de 1989, dezenas de Estados territoriais sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras — sem sequer terceiras partes aceitas como suficientemente imparciais para servir de mediadoras gerais — já fala por si. Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabelecia, ou pelo menos ratificava, fronteiras contestadas? Onde estavam os vencedores da Primeira Guerra Mundial que supervisionavam o novo desenho do mapa da Europa e do mundo, fixando uma linha de fronteira aqui, insistindo num plebiscito ali? (Onde, na verdade, estavam aquelas conferências internacionais de trabalho tão conhecidas dos diplomatas do passado, tão diferentes das breves conferências de cúpula para fins de relações públicas e sessões de fotos que agora tomavam o seu lugar?)

Que eram, na verdade, as potências internacionais, velhas ou novas, no fim do milênio? O único Estado restante que teria sido reconhecido como grande potência, no sentido em que se usava a palavra em 1914, eram os EUA. O que isso significava na prática era bastante obscuro. A Rússia fora reduzida ao tamanho que tinha no século XII. Nunca, desde Pedro o Grande, ela chegara a ser tão negligenciável. A Grã-Bretanha e a França gozavam apenas de um status puramente regional, o que não era ocultado pela posse de armas nucleares. A Alemanha e o Japão eram sem dúvida "grandes potências" econômicas, mas nenhum dos dois sentira a necessidade de apoiar seus enormes recursos econômicos com força militar, na forma tradicional, mesmo quando tiveram liberdade para fazê-lo, embora ninguém soubesse o que poderiam querer fazer no futuro desconhecido. Qual era o status político internacional da nova União Européia, que aspirava a uma política comum mas se mostrava espetacularmente incapaz de até mesmo fingir ter uma, ao contrário das questões econômicas? Não estava claro nem mesmo se todos os Estados, grandes ou pequenos, velhos ou novos — com exceção de uns poucos —, existiriam em sua presente forma quando o século XX atingisse o seu primeiro quartel.

Se a natureza dos atores no cenário internacional não era clara, o mesmo se dava com a natureza dos perigos que o mundo enfrentava. O Breve Século XX fora de guerras mundiais, quentes ou frias, feitas por grandes potências e seus aliados em cenários de destruição de massa cada vez mais apocalípticos, culminando no holocausto nuclear das superpotências, felizmente evitado. Esse perigo desaparecera visivelmente. O que quer que trouxesse o futuro, o próprio desaparecimento ou transformação de todos os velhos atores do drama mundial, com exceção de um, significava que uma Terceira Guerra Mundial do velho tipo se achava entre as perspectivas menos prováveis.

Visivelmente, isso não significava que a era das guerras houvesse acabado. A década de 1980 já demonstrara, com a guerra britânico-argentina de 1983 e a do Irã-Iraque de 1980-8, que guerras que nada tinham a ver com o confronto global das superpotências eram uma possibilidade permanente. Os anos que se seguiram a 1989 viram mais operações militares em mais partes

da Europa, Ásia e África do que qualquer um pode lembrar, embora nem todas elas fossem oficialmente classificadas como guerras: na Libéria, em Angola, no Sudão e no Chifre da África, na ex-Iugoslávia, na Moldávia, em vários países do Cáucaso e Transcáucaso, no sempre explosivo Oriente Médio, na ex-soviética Ásia Central e no Afeganistão. Como muitas vezes não era claro quem combatia quem e por que nas cada vez mais freqüentes situações de colapso e desintegração nacionais, essas atividades, na verdade, não se encaixavam em nenhuma das classificações clássicas de "guerra", internacional ou civil. Contudo, os habitantes das regiões envolvidas dificilmente poderiam sentir-se vivendo em tempos de paz, sobretudo quando, como na Bósnia, Tadjiquistão ou Libéria, viviam em paz indiscutível não muito tempo antes. Além disso, como demonstraram os Bálcãs no início da década de 1990, não havia linha nítida entre lutas intestinas nacionais e guerras mais reconhecidas, como as do velho tipo, nas quais podiam muito facilmente transformar-se. Em suma, o perigo de guerra global não havia desaparecido. Apenas mudara.

Sem dúvida os habitantes de Estados estáveis, fortes e favorecidos (a União Européia fora das zonas de problemas adjacentes; a Escandinávia fora das margens ex-soviéticas e do mar Báltico) podiam julgar-se imunes a essa insegurança e carnificina que ocorria nas partes infelizes do Terceiro Mundo e do ex-mundo socialista mas, se o faziam, estavam errados. A crise nos assuntos dos Estados-nações tradicionais era suficiente para fazê-los vulneráveis. Pondo-se inteiramente à parte a possibilidade de alguns Estados poderem, por sua vez, cindir-se ou desfazer-se, uma inovação importante, e não muitas vezes reconhecida, da segunda metade do século os enfraquecera, inclusive privando-os do monopólio de força efetiva, que fora o critério de poder do Estado em todas as regiões de assentamento permanente. Essa inovação foi a democratização ou privatização dos meios de destruição, que transformou a perspectiva de violência e depredação *em qualquer parte* do globo.

Agora era possível a grupos bastante pequenos de políticos ou outros dissidentes corroer e destruir em qualquer parte, como mostraram as atividades continentais do IRA na Grã-Bretanha e a tentativa de explodir o World Trade Center em Nova York (1993). Até o fim do Breve Século XX, os custos dessas atividades, a não ser para as companhias de seguro, eram modestos, pois o terrorismo não estatal, ao contrário das crenças comuns, era muito menos indiscriminado que os bombardeios da guerra oficial, inclusive porque seu objetivo (se havia) era sobretudo mais político que militar. Além disso, a não ser por cargas explosivas, geralmente operava com armas manuais mais adequadas a matar em pequena escala do que a assassinatos em massa. Contudo, não havia motivo para que mesmo armas nucleares, além do material e *know-how* para sua fabricação, todos largamente disponíveis no mercado mundial, não pudessem ser adaptadas para uso por um pequeno grupo.

Além disso, a democratização dos meios de destruição elevou de manei-

ra bastante impressionante os custos da manutenção da violência não oficial sob controle. Assim, o governo britânico, diante de forças combatentes de fato de não mais de algumas centenas entre os paramilitares católicos e protestantes da Irlanda do Norte, mantinha sua presença na província com a permanência constante de alguma coisa tipo 20 mil soldados treinados, 8 mil policiais armados e uma despesa de 3 bilhões de libras por ano. O que se aplicava ao caso das pequenas rebeliões ou outras formas de violência interna, se aplicava mais ainda aos pequenos conflitos além das fronteiras de um país. Não havia muitas situações internacionais em que, mesmo Estados bastante ricos, estivessem dispostos a arcar com tais custos ilimitadamente.

Várias situações no imediato pós-Guerra Fria dramatizaram essa insuspeitada limitação do poder do Estado, notadamente a Bósnia e a Somália. Também lançaram luz sobre o que parecia que iria tornar-se, talvez, a maior causa de tensão internacional no novo milênio, ou seja, a que surgia do fosso em rápido alargamento entre as partes rica e pobre do mundo. Cada uma tinha ressentimento da outra. A ascensão do fundamentalismo islâmico foi visivelmente um movimento não apenas contra a ideologia de modernização pela ocidentalização, mas contra o próprio Ocidente. Não por acaso os ativistas desses movimentos perseguem seus fins perturbando as visitas de turistas ocidentais, como no Egito, ou assassinando moradores ocidentais em números substanciais, como na Argélia. Por outro lado, o grosso da xenofobia popular nos países ricos era dirigido contra estrangeiros vindos do Terceiro Mundo, e a União Européia represou suas fronteiras contra a inundação de pobres do Terceiro Mundo em busca de trabalho. Mesmo dentro dos EUA, começaram a aparecer sinais de séria oposição à ilimitada tolerância *de facto* daquele país à imigração.

E no entanto, em termos políticos e militares, cada lado estava além do poder do outro. Em quase qualquer conflito aberto concebível entre os Estados do norte e do sul, a esmagadora superioridade técnica e de riqueza do norte tinha de vencer, como demonstrou conclusivamente a Guerra do Golfo de 1991. Era improbabilíssimo que mesmo a posse de alguns mísseis nucleares por algum país do Terceiro Mundo — supondo-se que tivesse também os meios de mantê-los e lançá-los — fosse um dissuasor efetivo, pois os Estados ocidentais, como provaram Israel e a coalizão da Guerra do Golfo no Iraque, estavam dispostos e eram capazes de empreender ataques preventivos contra inimigos potenciais, ainda que demasiado fracos para serem de fato ameaçadores. Do ponto de vista militar, o Primeiro Mundo podia, em segurança, tratar o Terceiro Mundo como o que Mao chamara de "tigre de papel".

Contudo, tornara-se cada vez mais claro na última metade do Breve Século XX que o Primeiro Mundo podia vencer batalhas, mas não guerras contra o Terceiro Mundo, ou antes, que a vitória em guerras, mesmo se possível, não assegurava o controle de tais territórios. Desaparecera a maior vantagem do imperialismo, ou seja, a disposição das populações coloniais de, uma vez

vencidas, deixarem-se administrar tranqüilamente por um punhado de ocupantes. Governar a Bósnia-Herzegovina não foi problema algum para o império habsburgo, mas no início da década de 1990 todos os governos foram aconselhados por seus consultores militares no sentido de que a pacificação daquele infeliz país devastado pela guerra exigiria a presença, por um período indefinido, de várias centenas de milhares de soldados, isto é, uma mobilização comparável à de uma grande guerra. A Somália sempre fora uma colônia difícil e chegara a exigir, por um curto período, a intervenção de uma força britânica comandada por um major-general, mas nunca passara pelas mentes de Londres ou Roma que mesmo Mohamed bin Abdala, o famoso "Sábio Louco", podia criar problemas permanentemente incontroláveis para os governos coloniais britânico e italiano. Contudo, no início da década de 1990 os EUA e o resto das forças de ocupação da ONU, de várias centenas de milhares, se retiraram de lá ignominiosamente quando confrontados com a opção de uma ocupação indefinida sem fins definidos. Mesmo o poderio dos grandes EUA empalideceu quando enfrentado no vizinho Haiti — um tradicional satélite e dependente de Washington — por um general local, comandando o exército local armado e moldado pelos americanos, que se recusava a deixar retornar um presidente eleito e (relutantemente) apoiado pelos EUA, e desafiava os americanos a ocuparem o país. Os EUA se recusavam a ocupar o país mais uma vez, como haviam feito de 1915 a 1934, não porque os mais ou menos mil arruaceiros armados do exército haitiano constituíssem um sério problema militar, mas porque simplesmente não sabiam mais como resolver o problema haitiano por força externa.

Em suma, o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle.

II

O motivo dessa impotência estava não apenas na verdadeira profundidade e complexidade da crise mundial, mas também no aparente fracasso de todos os programas, velhos e novos, para controlar e melhorar os problemas da raça humana.

O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas, embora os mais militantes e sanguinários de seus religiosos bebessem nas ideologias seculares da safra do século XIX, como o socialismo e o nacionalismo, cujos equivalentes divinos ou eram abstrações ou políticos venerados como divindades. É provável que os extremos dessa devoção secular já estivessem em declínio mesmo antes do fim da Guerra Fria, incluindo os vários cultos de personalidade políticos; ou melhor, haviam sido reduzidos de igrejas universais a um punhado de seitas rivais. Apesar disso, sua força estava não tanto na capacidade de mobilizar emoções próximas às da religião tradicional mas na promessa de dar

soluções duradouras aos problemas de um mundo em crise. Contudo, era exatamente isso o que agora não conseguiam fazer, quando o século acabava — o liberalismo ideológico mal chegou a tentar.

O colapso da URSS, claro, chamou a atenção basicamente para o fracasso do comunismo soviético, ou seja, da tentativa de basear toda uma economia na propriedade universal, pelo Estado, dos meios de produção e no planejamento central que tudo abrangia, sem qualquer recurso efetivo ao mercado ou aos mecanismos de preço. Todas as outras formas históricas do ideal socialista haviam suposto uma economia baseada na propriedade social de todos os meios de produção, distribuição e troca (embora não necessariamente propriedade central do Estado), a eliminação da empresa privada e da alocação de recursos por um mercado competitivo. Daí esse fracasso ter também solapado as aspirações do socialismo não comunista, marxista ou qualquer outro, embora nenhum desses regimes ou governos houvesse de fato alegado ter estabelecido economias socialistas. Se o marxismo, justificação intelectual e inspiração do comunismo, iria continuar, ou em qual de suas formas, permanecia uma questão em debate. Contudo, claramente, se Marx fosse continuar existindo como grande pensador, do que dificilmente se poderia duvidar, não era provável que qualquer das versões do marxismo formuladas desde a década de 1890 como doutrinas de ação e aspiração políticas para movimentos socialistas o fizesse em suas formas originais.

Por outro lado, a contra-utopia oposta à soviética também se achava demonstravelmente em bancarrota: a fé teológica numa economia em que os recursos eram alocados *inteiramente* pelo mercado sem qualquer restrição, em condições de competição ilimitada, um estado de coisas que se acreditava capaz de produzir não apenas o máximo de bens e serviços, mas também o máximo de felicidade, e o único tipo de sociedade que mereceria o nome de "liberdade". Jamais existira nenhuma sociedade de puro *laissez-faire* assim. Ao contrário da utopia soviética, felizmente não se fizera nenhuma tentativa de instituir a utopia ultraliberal na prática antes da década de 1990. Ela sobrevivera a maior parte do Breve Século XX como um princípio para criticar as ineficiências das economias existentes e o crescimento do poder do Estado e da burocracia. A tentativa mais consistente de instituí-la no Ocidente, o regime da sra. Thatcher na Grã-Bretanha, cujo fracasso econômico era em geral admitido na época de sua queda, tinha de operar com um certo gradualismo. Contudo, quando se fizeram tentativas para instituir-se de uma hora para outra, essas economias de *laissez-faire* em substituição às antigas economias soviético-socialistas, através de "terapias de choque" recomendadas por assessores ocidentais, os resultados foram economicamente apavorantes, e política e socialmente desastrosos. As teorias em que se baseava a teologia neoliberal, embora elegantes, pouca relação tinham com a realidade.

O fracasso do modelo soviético confirmou aos defensores do capitalismo

sua convicção de que nenhuma economia sem Bolsa de valores podia funcionar; o fracasso do modelo ultraliberal confirmou aos socialistas a crença mais justificada em que os assuntos humanos, incluindo a economia, eram demasiado importantes para ser deixados ao mercado. Também apoiou a suposição de economistas céticos de que não havia correlação visível entre o sucesso ou fracasso da economia de um país e a proeminência de seus teóricos econômicos.* Contudo, é bem possível que o debate que contrapôs capitalismo e socialismo como pólos opostos mutuamente excludentes seja visto por gerações futuras como uma relíquia das Guerras Frias de Religião ideológicas do século XX. Pode revelar-se tão sem importância para o terceiro milênio quanto mostrou ser nos séculos XVIII e XIX o debate entre os católicos e os vários reformadores nos séculos XVI e XVII sobre o que constituía o verdadeiro cristianismo.

Mais sério que o evidente colapso dos dois extremos polares foi a desorientação do que se poderia chamar de programas e políticas intermediários ou mistos que presidiram os mais impressionantes milagres econômicos do século. Eles combinavam pragmaticamente público e privado, mercado e planejamento, Estado e empresa segundo determinavam a ocasião e a ideologia locais. O problema aqui não era a aplicação de uma teoria intelectualmente atraente ou impressionante, fosse ou não defensável no abstrato, pois a força desses programas era constituída mais pelo sucesso prático do que pela coerência intelectual. Foi a erosão desse sucesso prático. As Décadas de Crise demonstraram as limitações das várias políticas da Era de Ouro, mas sem — ainda — gerar alternativas convincentes. Também revelaram as imprevisíveis mas impressionantes conseqüências sociais e culturais da era de revolução econômica mundial desde 1945, além de suas conseqüências ecológicas potencialmente catastróficas. Em suma, revelaram que as instituições humanas coletivas haviam perdido o controle das conseqüências coletivas da ação humana. Na verdade, uma das atrações intelectuais que ajudaram a explicar a breve voga da utopia neoliberal era precisamente que pretendia contornar as decisões humanas coletivas. Que cada indivíduo buscasse sua satisfação sem restrições, e, qualquer que fosse o resultado, seria o melhor que se podia alcançar. Qualquer curso alternativo, argumentava-se implausivelmente, era pior.

Se as ideologias programáticas nascidas da Era das Revoluções e do sé-

(*) Na verdade, poder-se-ia até mesmo sugerir uma correlação inversa. Áustria não era um sinônimo de sucesso econômico nos dias (antes de 1938) em que contava com uma das mais destacadas escolas de teóricos econômicos; tornou-se assim depois da Segunda Guerra Mundial, quando era difícil pensar em algum economista residente naquele país com reputação fora dele. A Alemanha, que se recusava até a reconhecer em suas universidades o tipo de teoria econômica reconhecido internacionalmente, não pareceu sofrer com isso. Quantos economistas coreanos ou japoneses são citados no exemplar regular da *American Economic Review*? No entanto, a Escandinávia, social-democrata, próspera e cheia dos mais internacionalmente respeitados teóricos econômicos desde fins do século XIX, poderia ser citada do outro lado do argumento.

culo XIX se viram perdidas no fim do século XX, os mais antigos guias para os perplexos deste mundo, as religiões tradicionais, não ofereceram alternativas plausíveis. As ocidentais achavam-se em desordem, mesmo nos poucos países — encabeçados por essa estranha anomalia, os EUA — onde a filiação a igrejas e a freqüência regular a ofícios religiosos ainda eram habituais (Kosmin & Lachman, 1993). Acelerou-se o declínio das várias seitas protestantes. Igrejas e capelas construídas no início do século estavam vazias em seu fim, ou eram vendidas para algum outro propósito, mesmo em países como Gales, onde haviam ajudado a moldar a identidade nacional. Da década de 1960 em diante, como vimos, precipitou-se o declínio do catolicismo romano. Mesmo nos países ex-comunistas, onde a Igreja gozava da vantagem de simbolizar a oposição a regimes profundamente impopulares, as ovelhas pós-comunistas mostraram a mesma tendência a desgarrar-se de seu pastor que em outras partes. Observadores religiosos julgaram às vezes detectar um retorno à religião na região pós-soviética de cristianismo ortodoxo, mas no fim do século a evidência disso era improvável, embora não impossível; seu desenvolvimento não era forte. Um número cada vez menor de homens e mulheres dava ouvidos às várias doutrinas dessas seitas cristãs, fossem quais fossem os seus méritos.

O declínio e queda das religiões tradicionais não era compensado, pelo menos na sociedade urbana do mundo desenvolvido, pelo crescimento da religião sectária militante, ou pelo surgimento de novos cultos e comunidades de culto, e menos ainda pelo evidente desejo de tantos homens e mulheres de refugiar-se de um mundo que não podiam entender nem controlar, numa variedade de crenças cuja própria irracionalidade constituía a sua força. A visibilidade pública dessas seitas, cultos e crenças não deve desviar a atenção da fraqueza relativa de seu apoio. Não mais de 3% a 4% dos judeus britânicos pertenciam a qualquer das seitas ou grupos ultra-ortodoxos. Não mais de 5% da população adulta dos EUA pertenciam às seitas militantes e missionárias (Kosmin & Lachman, 1993, pp. 15-6).*

No Terceiro Mundo e sua periferia, a situação era de fato diferente, sempre excetuando-se a vasta população do Extremo Oriente, que a tradição confuciana mantivera imune à religião oficial por alguns milênios, embora não a cultos não oficiais. Ali, de fato, podia-se esperar que as tradições religiosas que constituíam formas populares de pensar sobre o mundo ganhassem destaque na vida pública, à medida que as pessoas simples se tornavam atores naquele cenário. Foi o que aconteceu nas últimas décadas do século, quando foram marginalizadas as minorias de elite secularizadas e modernizantes que haviam conduzido seus países ao mundo moderno (ver capítulo 12). O apelo

(*) Incluídas as que se chamam Pentecostais, Igrejas de Cristo, Testemunhas de Jeová, Adventistas do Sétimo Dia, Assembléias de Deus, Igrejas da Santidade, "Renascidos" e "Carismáticos".

da religião politizada se mostrava tanto maior porque as velhas religiões eram, quase por definição, inimigas da civilização ocidental que era origem da desordem social, e dos países ricos e ateus que pareciam, mais do que nunca, os exploradores da pobreza do mundo pobre. O fato de os alvos locais desses movimentos serem os ricos ocidentalizados em suas Mercedes e mulheres emancipadas acrescentava-lhes uma coloração de luta de classes. Tornaram-se familiarmente (mas enganosamente) conhecidos como "fundamentalistas" no Ocidente. Qualquer que fosse o nome na moda, esses movimentos buscavam, por assim dizer *ex officio*, uma era mais simples, mais estável, e mais abrangente do passado imaginado. Como não havia caminho de volta para uma tal era, e como essas ideologias nada podiam ter de importante a dizer sobre os problemas atuais de sociedades absolutamente diferente da, digamos, de pastores nômades do antigo Oriente Médio, nada ofereciam como orientação para esses problemas. Eram sintomas do que o sagaz vienense Karl Kraus chamava a psicanálise: "a doença da qual se pretende ser a cura".

O mesmo se dava com o amálgama de *slogans* e emoções — dificilmente se pode chamar de ideologia — que brotou sobre as ruínas das velhas instituições e ideologias, em grande parte do mesmo modo como o mato bravo colonizara as ruínas bombardeadas das... cidades européias depois das bombas da Segunda Guerra Mundial. Eram xenofobias e políticas de identidade. Rejeitar um presente inaceitável não significa necessariamente formular, quanto mais fornecer, uma solução para seus problemas (ver capítulo 14/VI). Na verdade, aquilo que chegava mais perto de um programa político refletindo essa visão, o "direito de autodeterminação" wilsoniano-leninista, para "nações" étnico-lingüístico-culturais supostamente homogêneas, estava visivelmente sendo reduzido a um bárbaro e trágico absurdo à medida que se aproximava o novo milênio. No início da década de 1990, talvez pela primeira vez, observadores racionais, independentemente de políticas (e de algum grupo específico de ativismo nacionalista), começaram a propor publicamente o abandono do "direito de autodeterminação".*

Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempos de crise, insegurança e — em grandes partes do globo —

(*) Cf. a previsão de 1949 de um anticomunista russo exilado, Ivã Ilyin (1882-1954), que antecipou as conseqüências da tentativa de uma impossível "subdivisão étnica e territorial rigorosa" da Rússia pós-bolchevismo. "Nas suposições mais modestas, teríamos uma dezena de 'Estados' separados, nenhum com um território incontestado, nem governos com autoridade, nem leis, nem tribunais, nem Exército, nem uma população etnicamente definida. Uma dezena de rótulos vazios. E lentamente, no curso das décadas seguintes, se formariam novos Estados, por separação ou desintegração. Cada um deles travaria uma longa luta com os vizinhos por território e população, no que equivaleria a uma interminável série de guerras civis dentro da Rússia" (citado in Chiesa, 1993, pp. 34 e 36-7).

Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entreguerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso-políticos num mundo em desintegração (o apelo à "comunidade" geralmente juntava-se ao apelo por "lei e ordem") forneciam o humus em que podiam crescer forças políticas efetivas. Estas, por sua vez, podiam derrubar velhos regimes e tornar-se os novos. Contudo, não era mais provável que fornecessem soluções para o novo milênio do que fora o fascismo para produzir soluções para a Era das Catástrofes. No fim do Breve Século XX, não estava claro nem mesmo se tais forças eram capazes de gerar movimentos de massa nacionais organizados do tipo que tornara alguns fascismos politicamente impressionantes mesmo antes de adquirirem a arma decisiva do poder do Estado. Sua maior vantagem era provavelmente uma imunidade à economia acadêmica e à retórica anti-Estado do liberalismo identificado com o livre mercado. Se os políticos quisessem ditar a renacionalização de uma indústria, não seriam dissuadidos por argumentos, sobretudo quando não podiam entendê-los. E no entanto, se estavam dispostos a fazer qualquer coisa, não saberiam, mais do que outros, o que fazer.

III

Tampouco o sabe, naturalmente, o autor deste livro. E no entanto, algumas tendências de desenvolvimento a curto prazo eram tão evidentes que nos permitem esboçar uma pauta de alguns dos grandes problemas do mundo e, pelo menos, algumas das condições para sua solução.

Os dois problemas centrais, e a longo prazo decisivos, eram o demográfico e o ecológico. Em geral, esperava-se que a população do mundo, explodindo em tamanho desde meados do século XX, se estabilizasse em cerca de 10 bilhões de seres humanos, ou cinco vezes seu número de 1950, em algum momento por volta de 2030, essencialmente por um declínio na taxa de nascimento do Terceiro Mundo. Se essa previsão se mostrasse errada, todas as apostas no futuro do mundo estariam canceladas. Mesmo que se mostrasse mais ou menos realista, suscitaria o problema, até então não enfrentado em escala global, de como manter uma população mundial estável ou, o mais provável, flutuando em torno de uma tendência estável ou ligeiramente crescente (ou decrescente). (Uma queda dramática na população global, improvável mas não inconcebível, introduziria complexidades ainda maiores.) Contudo, estável ou não, era certo que os movimentos previsíveis da população mundial aumentariam os desequilíbrios entre suas diferentes regiões. No todo, como no Breve Século XX, os países ricos e desenvolvidos seriam aqueles cuja população seria a primeira a estabilizar-se, ou mesmo a não se reproduzir mais, como vários desses países já não o faziam na década de 1990.

Cercados por países pobres com imensos exércitos de jovens clamando pelos modestos empregos no mundo rico, que tornam homens e mulheres ricos pelos padrões de El Salvador ou Marrocos, esses países de muitos cidadãos velhos e poucos filhos enfrentariam as opções de permitir a imigração em massa (que produzia problemas políticos internos), entrincheirar-se contra os imigrantes dos quais precisavam (o que poderia ser impraticável a longo prazo), ou encontrar alguma outra fórmula. O mais provável era permitir a imigração temporária e condicional, que não dava aos estrangeiros os direitos sociais e políticos de cidadãos, ou seja, criar sociedades essencialmente não igualitárias. Estas poderiam ir de sociedades de franco *apartheid*, como as da África do Sul e Israel (declinando em algumas partes do mundo, mas de modo algum excluídas em outros), até a tolerância informal de imigrantes que não faziam exigências ao país recebedor, porque o viam simplesmente como um lugar onde ganhar dinheiro de tempos em tempos, permanecendo basicamente enraizados em sua terra natal. Os transportes e comunicações de fins do século XX, além do enorme fosso entre as rendas que poderiam ser ganhas nos países ricos e pobres, tornavam essa espécie de dupla existência mais possível que antes. Se esta poderia, a curto ou mesmo médio prazo, tornar menos incendiários os atritos entre a população originária e os estrangeiros, é algo que continua em discussão entre os eternos otimistas e os céticos sem ilusões.

Não pode haver dúvida de que tais atritos serão um fator importante na política, nacional ou global, das próximas décadas.

Os problemas ecológicos, embora a longo prazo decisivos, não eram tão imediatamente explosivos. Isso não significa subestimá-los, embora desde a época em que entraram na consciência e no debate públicos, na década de 1970, eles tendessem a ser enganadoramente discutidos em termos de apocalipse iminente. Contudo, o fato de que o "efeito estufa" talvez não faça o nível do mar elevar-se o bastante, até o próximo ano 2000, para afogar Bangladesh e os Países Baixos, e de que a perda de um número desconhecido de espécies todo dia não é sem precedentes, não causava complacência. Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente (supondo-se isso possível), deve ter conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele. Não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida na biosfera, e pode muito bem torná-la inabitável pela espécie humana, como a conhecemos, com uma base parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas que em séculos.

Sobre a resposta a essa crise ecológica que se aproxima, só três coisas podem ser ditas com razoável certeza. Primeiro, que deve ser mais global que

local, embora claramente se ganhasse mais tempo se se cobrasse à maior fonte de poluição global, os 4% da população do mundo que habitam os EUA, um preço realista pelo petróleo que consomem. Segundo, que o objetivo da política ecológica seja ao mesmo tempo radical e realista. Soluções de mercado, isto é, a inclusão dos custos de aspectos externos ambientais no preço que os consumidores pagam por seus bens e serviços, não representam nenhuma das duas coisas. Como mostra o exemplo dos EUA, mesmo uma modesta tentativa de elevar um imposto de energia naquele país pode causar insuperáveis dificuldades políticas. O registro dos preços de petróleo desde 1973 prova que, numa sociedade de livre mercado, o efeito de multiplicação dos custos de energia de doze a quinze vezes em seis anos não foi a diminuição do uso de energia, mas o torná-lo mais eficiente, estimulando ao mesmo tempo um maciço investimento em novas e ambientalmente duvidosas fontes do insubstituível combustível fóssil. Estas, por sua vez, iriam tornar a baixar o preço e estimular mais desperdícios. Por outro lado, propostas como um mundo de crescimento zero, para não falar de fantasias como o retorno à suposta simbiose primitiva entre homem e natureza, embora radicais, eram completamente impraticáveis. O crescimento zero nas condições existentes plasmaria as atuais desigualdades entre os países do mundo, uma situação mais tolerável para o habitante médio da Suíça do que para o habitante médio da Índia. Não por acaso o principal apoio para as políticas ecológicas vem dos países ricos e das confortáveis classes rica e média em todos os países (com exceção dos homens de negócios, que esperam ganhar dinheiro com atividades poluentes). Os pobres, multiplicando-se e subempregados, queriam mais "desenvolvimento", não menos.

Contudo, ricos ou não, os defensores de políticas ecológicas tinham razão. A taxa de desenvolvimento devia ser reduzida ao "sustentável" a médio prazo — o termo era convenientemente sem sentido — e, a longo prazo, se chegaria a um equilíbrio entre a humanidade, os recursos (renováveis) que ela consumia e o efeito de suas atividades sobre o ambiente. Ninguém sabia e poucos ousavam especular como se devia fazer isso, e em que nível de população, tecnologia e consumo seria possível um tal equilíbrio permanente. Os especialistas científicos sem dúvida podiam estabelecer o que se precisava fazer para evitar uma crise irreversível, mas o problema do estabelecimento desse equilíbrio não era de ciência e tecnologia, e sim político e social. Uma coisa, porém, era inegável. Tal eqüilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição, a esse objetivo, e competindo umas com as outras num mercado livre global. Do ponto de vista ambiental, se a humanidade queria ter um futuro, o capitalismo das Décadas de Crise não podia ter nenhum.

IV

Considerados isoladamente, os problemas da economia mundial eram, com uma exceção, menos sérios. Mesmo entregue a si mesma, ela continuaria a crescer. Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev (ver p. 91), a economia devia entrar em outra era de próspera expansão antes do fim do milênio, embora isso pudesse ser por algum tempo dificultado pelos efeitos posteriores da desintegração do socialismo soviético, pelo colapso de partes do mundo na anarquia e na guerra, e talvez por uma dedicação excessiva ao livre comércio global, sobre o qual os economistas tendem a ser mais deslumbrados que os historiadores. Apesar disso, o espaço para expansão era enorme. A Era de Ouro, como vimos, foi basicamente o grande salto avante das "economias de mercado desenvolvidas", talvez vinte países habitados por cerca de 600 milhões (1960). A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios.

A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso.* Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras.

Contudo, de qualquer forma, atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e conseqüências. Como vimos, três aspectos da economia mundial de fins do século XX davam motivos para alarme. Primeiro, a tecnologia continuou a forçar a mão-de-obra na produção de bens e serviços, sem proporcionar trabalho suficiente do mesmo tipo para os que expulsava nem assegurar uma taxa de crescimento econômico suficiente para absorvê-los. Muito poucos observadores esperariam seriamente um mero retorno temporário ao pleno emprego da Era de Ouro no Ocidente. Segundo, enquanto a mão-de-obra continuava sendo um fator político importante, a globalização da economia transferiu a indústria de seus velhos centros nos

(*) Os exemplos de industrialização liderada pelas exportações no Terceiro Mundo geralmente citados — Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul — representam menos de 2% da população do Terceiro Mundo.

países ricos, com mão-de-obra de alto custo, para países cuja principal vantagem, sendo tudo demais igual, eram mãos e cabeças baratas. Devem seguir-se uma ou ambas de duas conseqüências: a transferência de empregos de regiões de altos salários para outras de baixos salários e, com base em princípios de livre mercado, a queda de salários nas regiões de altos salários, sob a pressão da competição salarial global. Velhos países industriais como a Grã-Bretanha poderiam portanto tender a tornar-se eles próprios economias de mão-de-obra barata, embora com resultados socialmente explosivos e muito pouco prováveis, como base de competição, com os NICs. Historicamente, tais pressões eram enfrentadas com a ação do Estado — por exemplo, protecionismo. Contudo, e era este o terceiro aspecto preocupante da economia mundial do *fin-de-siècle*, seu triunfo e o da ideologia de livre mercado puro enfraquecia ou mesmo eliminava a maioria dos instrumentos para controlar os efeitos sociais das convulsões econômicas. A economia mundial era uma máquina cada vez mais poderosa e incontrolável. Poderia ser controlada, e, se podia, por quem?

Isso suscitava problemas tanto econômicos quanto sociais, embora, é óbvio, muito mais perturbadores em alguns países (por exemplo, Grã-Bretanha) que em outros (por exemplo, Coréia do Sul).

Os milagres econômicos da Era de Ouro baseavam-se em rendas reais crescentes nas "economias de mercado desenvolvidas", pois economias de consumo de massa precisam de consumidores de massa com renda suficiente para os bens de consumo duráveis da alta tecnologia.* A maior parte dessas rendas fora ganha como salários em mercados de mão-de-obra de altos salários. Estes agora se achavam em risco, embora o consumo de massa fosse mais essencial para a economia do que nunca. Claro, nos países ricos o mercado de massa fora estabilizado pela transferência de mão-de-obra da indústria para ocupações terciárias, que tinham, em geral, um emprego muito mais estável, e pelo enorme crescimento nas transferências sociais (sobretudo seguridade social e previdência). Estas representavam algo em torno de 30% do PNB conjunto dos países desenvolvidos ocidentais em fins da década de 1980. Na década de 1920, ficavam provavelmente em menos de 4% do PNB (Bairoch, 1993, p. 174). Isso bem pode explicar por que o colapso da Bolsa de Wall Street de 1987, o maior desde 1929, não levou a uma depressão mundial como a da década de 30.

Contudo, precisamente esses dois estabilizadores estavam sendo solapados. Ao acabar-se o Breve Século XX, os governos e a ortodoxia ocidentais concordavam em que o custo da seguridade social e da previdência social públicas

(*) Não se percebe em geral que todos os países desenvolvidos, com exceção dos EUA, mandavam uma parte *menor* de suas exportações para o Terceiro Mundo na década de 1990 que em 1938. Os ocidentais (incluindo os EUA) mandaram para lá menos de um quinto de suas exportações em 1990 (Bairoch, 1993, tabela 6.1, p. 75).

estava demasiado alto e tinha de ser reduzido, e a redução em massa de emprego nos até então mais estáveis setores de ocupações terciárias — emprego público, bancos e finanças, o tecnologicamente redundante trabalho de escritório de massa — tornou-se comum. Não eram perigos imediatos para a economia global, contanto que o relativo declínio nos velhos mercados fosse compensado pela expansão no resto do mundo, ou que o número global dos que tinham rendas reais crescentes aumentasse mais que o resto. Para pôr as coisas em termos brutais, se a economia global pôde livrar-se de uma minoria de países pobres como economicamente desinteressantes e irrelevantes, também poderia fazer o mesmo com os muito pobres dentro das fronteiras de qualquer um e de todos os seus países, contanto que o número de consumidores potencialmente interessantes continuasse suficientemente grande. Visto das alturas impessoais das quais os economistas comerciais e contadores de empresas observam o cenário, quem precisava dos 10% de população americana cujos ganhos reais por hora haviam *caído* até 16% desde 1979?

Mais uma vez, tomando-se a perspectiva global implícita no modelo de liberalismo econômico, as desigualdades de desenvolvimento são irrelevantes, a menos que se possa demonstrar que produzem resultados globalmente mais negativos que positivos.* Desse ponto de vista, não há motivo econômico para que, se os custos comparativos o mandarem, a França acabe com toda a sua agricultura e importe todos os seus alimentos, ou para que, se isso fosse tecnicamente possível, todos os programas de TV do mundo sejam feitos na Cidade do México. Contudo, essa não é uma visão que possa ser mantida sem reservas pelos que vivem na economia nacional, além da global; quer dizer, por todos os governos nacionais e a maioria dos habitantes de seus países. Não menos porque não podemos evitar as conseqüências sociais e políticas de convulsões mundiais.

Qualquer que seja a natureza desses problemas, uma economia de livre mercado irrestrita e incontrolada não poderia oferecer-lhes solução. Quando mais não fosse, era provável que tornasse piores ainda fatos como o crescimento do desemprego e subemprego permanentes, pois a escolha racional de empresas baseadas no lucro era *a.* reduzir o número de seus empregados o máximo possível, e *b.* reduzir os impostos de seguridade social (ou qualquer outro) até onde possível. Tampouco havia bons motivos para supor que a economia de livre mercado global os resolvesse. Até a década de 1970, o capitalismo nacional e mundial jamais operara em tais condições, ou, se operara, não necessariamente se beneficiara. Em relação ao século XIX, é pelo menos argumentável que, "ao contrário do modelo clássico, o livre comércio coincidiu com a depressão e foi provavelmente sua causa principal, e que o protecionismo foi provavelmente a causa principal de desenvolvimento para a maioria dos países

(*) Na verdade, muitas vezes pode-se demonstrar isso.

desenvolvidos de hoje" (Bairoch, 1993, p. 164). Quanto ao século XX, seus milagres econômicos não foram conseguidos pelo *laissez-faire*, mas contra ele.

Era portanto provável que a moda da liberalização econômica e "marketização", que dominara a década de 1980 e atingira o pico de complacência ideológica após o colapso do sistema soviético, não durasse muito. A combinação da crise mundial do início da década de 1990 com o espetacular fracasso dessas políticas quando aplicadas como "terapia de choque" nos países ex-socialistas já causava reconsiderações entre alguns antigos entusiastas — quem teria esperado que consultores econômicos em 1993 anunciassem: "Talvez Marx estivesse certo afinal"? Contudo, dois grandes obstáculos se erguiam no caminho de um retorno ao realismo. O primeiro era a ausência de uma ameaça política digna de crédito ao sistema, como antes tinham parecido ser o comunismo e a existência da URSS, ou — de uma maneira diferente — a conquista nazista da Alemanha. Estes, como este livro vem tentando provar, proporcionaram o incentivo para que o capitalismo se reformasse. O colapso da URSS, o declínio e fragmentação da classe operária e seus movimentos, a insignificância militar na guerra convencional do Terceiro Mundo, a redução dos realmente pobres nos países ricos a uma "subclasse" minoritária — tudo isso diminuiu o incentivo à reforma. Apesar disso, o surgimento de movimentos de ultradireita, e a inesperada revivescência de apoio aos herdeiros do velho regime nos países ex-comunistas, foram sinais de aviso, e no início da década de 1990 eram mais uma vez vistos como tal. O segundo obstáculo era o próprio processo de globalização, reforçado pela desmontagem de mecanismos nacionais para proteger as vítimas da livre economia global dos custos sociais daquilo que se descrevia orgulhosamente como o "sistema de criação de riqueza [...] hoje encarado em toda parte como o mais efetivo que a humanidade já criou".

Pois, como o mesmo editorial do *Financial Times* (24/12/93) admitia:

> Continua sendo, no entanto, uma força imperfeita [...] Cerca de dois terços da população mundial ganharam pouca ou nenhuma vantagem com o rápido crescimento econômico. No mundo desenvolvido, o mais baixo quartil de assalariados testemunhou mais um respingar para cima que um respingar para baixo.

À medida que se aproximava o milênio, tornava-se cada vez mais evidente que a tarefa central da época não era regozijar-se sobre o cadáver do comunismo soviético, mas pensar, uma vez mais, nos defeitos inatos do capitalismo. Que mudanças no sistema exigiria a remoção deles? Pois, como observou Joseph Schumpeter, a propósito das flutuações cíclicas da economia capitalista, eles "não são, como as amídalas, coisas separadas que podem ser tratadas por si, mas fazem parte, como as batidas do coração, da essência do organismo que os apresenta" (Schumpeter, 1939, I, v).

V

A reação imediata dos comentaristas ocidentais ao colapso do sistema soviético foi que ratificava o triunfo permanente do capitalismo e da democracia liberal, dois conceitos que o menos sofisticado dos observadores americanos do mundo tendiam a confundir. Embora o capitalismo certamente não se achasse na melhor das formas no fim do Breve Século XX, o comunismo do tipo soviético estava inquestionavelmente morto, e era muito improvável que revivesse. Por outro lado, nenhum observador sério no início da década de 1990 podia ser tão confiante em relação à democracia liberal quanto ao capitalismo. O máximo que se podia prever com alguma confiança (com exceção, talvez, dos regimes fundamentalistas mais divinamente inspirados) era que praticamente todos os Estados iam continuar a declarar sua profunda ligação com a democracia, a organizar algum tipo de eleição, com uma certa tolerância por uma oposição às vezes conceitual, mas dando sua própria interpretação ao significado do termo.*

Na verdade, a coisa mais óbvia na situação política dos Estados do mundo era sua instabilidade. Na maioria deles, as chances de sobrevivência para o regime existente nos próximos dez ou quinze anos, no cálculo mais otimista, não eram boas. Mesmo onde os países tinham um sistema de governo previsível, como por exemplo Canadá, Bélgica ou Espanha, a existência deles como Estados individuais em dez ou quinze anos podia ser incerta, e, conseqüentemente, também o seria a natureza dos regimes sucessores possíveis, se algum houvesse. Em suma, a política não era um campo que encorajasse a futurologia.

Apesar disso, algumas características do panorama político global se destacavam. A primeira, como já se observou, era o enfraquecimento do Estado-nação, instituição central da política desde a Era das Revoluções devido a tanto seu monopólio do poder público e da lei quanto porque constituía o campo efetivo de ação política para a maioria dos fins. O Estado-nação estava sendo erodido de duas formas, de cima e de baixo. Perdia rapidamente poder e função para várias entidades supranacionais, e, na verdade, de forma absoluta, na medida em que a desintegração de grandes Estados e impérios produzia uma multiplicidade de Estados menores, demasiado fracos para defender-se numa era de anarquia internacional. Perdia também, como vimos, seu monopólio de poder efetivo e seus privilégios históricos dentro de suas fronteiras, como testemunham a ascensão da segurança privada e dos serviços postais privados com-

(*) Assim, um diplomata cingapurense afirmou que os países em desenvolvimento podiam aproveitar um "adiamento" da democracia, mas que, quando ela chegasse, seria menos permissiva que o tipo ocidental; mais autoritária, acentuando mais o bem comum que os direitos individuais; muitas vezes com um partido único dominante; e quase sempre com uma burocracia centralizada e "Estado forte" (Mortimer, 1994, p. II).

petindo com o correio, até então praticamente controlado em toda parte por um ministério de Estado.

Esses fatos não tornavam o Estado nem redundante nem ineficaz. Na verdade, em alguns aspectos, sua capacidade de acompanhar e controlar os assuntos de seus cidadãos foi reforçada pela tecnologia, pois praticamente todas as transações financeiras e administrativas destes (tirando pequenos pagamentos em dinheiro) provavelmente eram agora registradas por algum computador, e todas as suas comunicações (com exceção da maioria das conversas face a face ao ar livre) podiam ser agora interceptadas e gravadas. E no entanto, sua posição mudara. Do século XVIII até a segunda metade do XX, o Estado-nação estendera quase continuamente seu alcance, poderes e funções. Este foi um aspecto essencial da "modernização". Quer fossem os governos liberais, conservadores, social-democratas, fascistas ou comunistas, no auge dessa tendência os parâmetros da vida dos cidadãos em Estados "modernos" eram quase exclusivamente determinados (a não ser em conflitos inter-Estados) pelas atividades ou inatividades desse Estado. Mesmo o impacto de forças globais, como os *booms* e depressões econômicos, chegava aos cidadãos filtrado pela política e instituições de seu Estado.* No fim do século, o Estado-nação se achava na defensiva contra uma economia mundial que não podia controlar; contra as instituições que construíra para remediar suas próprias fraquezas internacionais, como a União Européia; contra sua aparente incapacidade fiscal de manter os serviços para seus cidadãos, tão confiantemente empreendidos algumas décadas atrás; contra sua incapacidade real de manter o que, pelos seus próprios critérios, era sua maior função: a manutenção da lei e da ordem públicas. O fato mesmo de, na era de sua ascensão, o Estado ter assumido e centralizado tantas funções, e estabelecido para si mesmo tão ambiciosos padrões de ordem e controle públicos, tornava sua incapacidade de mantê-los duplamente dolorosa.

E, no entanto, o Estado, ou alguma outra forma de autoridade pública representando o interesse público, era mais indispensável que nunca se se queria enfrentar as iniqüidades sociais e ambientais do mercado, ou mesmo — como mostrara a reforma do capitalismo na década de 1940 — caso se quisesse que o sistema econômico operasse de maneira satisfatória. Sem alguma alocação e redistribuição da renda nacional pelo Estado, o que poderia acontecer, por exemplo, aos povos dos velhos países desenvolvidos, cuja economia se apoiava numa base relativamente decrescente de ganhadores de renda, espremidos entre os crescentes números dos dispensados como mão-de-obra

(*) Assim, Bairoch sugere que o motivo pelo qual o PNB per capita suíço caiu na década de 1930, enquanto o da Suécia subiu — apesar de a Grande Depressão ter sido muito menos severa na Suíça —, é "em grande parte explicado pela ampla gama de medidas sócio-econômicas tomadas pelo governo sueco e a falta de intervenção das autoridades federais suíças" (Bairoch, 1993, p. 9).

pela economia *high-tech* e uma crescente proporção de velhos que não ganhavam renda? Era absurdo argumentar que os cidadãos da Comunidade Européia, cuja fatia per capita da renda nacional conjunta aumentara 80% de 1970 a 1990, não podiam "permitir-se", na década de 1990, o nível de renda e bem-estar social tido como certo em 1970 (World Tables, 1991, pp. 8-9). Mas estas não podiam existir sem o Estado. Suponha-se — o cenário não é absolutamente fantástico — que as tendências atuais continuassem, e levassem a economias em que um quarto da população trabalhasse recebendo pagamento e três quartos dela não, mas, após vinte anos, a economia produzisse uma renda nacional per capita duas vezes maior que antes. Quem, a não ser a autoridade pública, iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos? Quem poderia contrabalançar as tendências à desigualdade tão impressionantemente visíveis nas Décadas de Crise? A julgar pela experiência das décadas de 1970 e 1980, não seria o livre mercado. Se essas décadas provaram alguma coisa, foi que o grande problema político do mundo, e certamente do mundo desenvolvido, não era como multiplicar a riqueza das nações, mas como distribuí-la em benefício de seus habitantes. Isso se dava mesmo em países pobres "em desenvolvimento" que precisavam de mais crescimento econômico. O Brasil, um monumento à negligência social, tinha um PNB per capita quase duas vezes maior que o Sri Lanka em 1939, e mais de seis vezes maior no fim da década de 1980. No Sri Lanka, que subsidiara alimentos básicos e dera educação e assistência médica gratuitas até a década de 1970, o recém-nascido médio podia esperar viver vários anos mais que o brasileiro médio, e morrer ainda bebê mais ou menos na metade da taxa brasileira de 1969, e num terço da taxa brasileira de 1989 (World Tables, 1991, pp. 144-7, 524-7). A percentagem de analfabetismo em 1989 era quase duas vezes maior no Brasil que na ilha asiática.

Distribuição social, e não crescimento, dominaria a política do novo milênio. A alocação não mercantil de recursos, ou pelo menos uma implacável limitação da alocação de mercado, era essencial para desviar a crise ecológica iminente. De uma forma ou de outra, o destino da humanidade no novo milênio iria depender da restauração das autoridades públicas.

VI

Isso nos deixa com um duplo problema. Qual seriam a natureza e o âmbito das autoridades responsáveis pelas decisões — supranacionais, nacionais, subnacionais e globais, sozinhas ou combinadas? Qual seria a relação delas com as pessoas sobre quem se tomam as decisões?

A primeira era, num certo sentido, uma questão técnica, pois as autoridades já existiam, e em princípio — embora de modo algum na prática — tam-

bém existiam modelos de relacionamento entre elas. A União Européia em expansão oferecia bastante material relevante, embora provavelmente toda proposta específica para dividir a mão-de-obra entre autoridades globais, nacionais e subnacionais fosse causar amargos ressentimentos numa ou noutra. As autoridades globais existentes eram sem dúvida demasiado especializadas em suas funções, embora tentassem estender seu alcance pela imposição de políticas, no campo político e ecológico, a países que precisavam de dinheiro emprestado. A União Européia estava só, e era provável que, filha de uma conjuntura histórica específica e na certa irrepetível, permanecesse só, a menos que se reconstituísse alguma coisa semelhante com os fragmentos da antiga URSS. Não se podia prever o ritmo no qual avançariam as tomadas de decisões supranacionais. Apesar disso, certamente avançariam, e era possível ver como operariam. Já operavam, através dos gerentes de banco globais das grandes agências internacionais de empréstimos, representando os recursos conjuntos da oligarquia dos países mais ricos, que também por acaso incluíam os mais poderosos. À medida que aumentava o fosso entre ricos e pobres, parecia que aumentaria o espaço para o exercício desse poder global. O problema era que, desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre comércio global, que servia à economia americana de fins do século XX tão bem quanto servira à britânica de meados do século XIX, mas não necessariamente ao mundo. Se as tomadas de decisões globais queriam realizar seu potencial, tais políticas teriam de ser mudadas.

O segundo problema não era de modo algum técnico. Surgia do dilema de um mundo comprometido, no fim do século, com um determinado tipo de democracia liberal, mas também enfrentando problemas de política para os quais a eleição de presidentes e assembléias pluripartidárias eram irrelevantes, mesmo quando não complicavam suas soluções. Em termos mais gerais, era o dilema do papel das pessoas comuns no que já fora chamado corretamente, pelo menos por padrões pré-feministas, de "o século do homem comum". Era o dilema de uma época em que o governo podia — alguns diriam: devia — ser "do povo" e "para o povo", mas não podia em qualquer sentido operacional ser "pelo povo", ou mesmo por assembléias representativas eleitas entre os que competiam pelo voto do povo. O dilema não era novo. As dificuldades da política democrática (discutidas para os anos do entreguerras num capítulo anterior) eram conhecidas de cientistas políticos e satiristas políticos desde que a política de sufrágio universal se tornara mais que uma peculiaridade dos EUA.

O dilema democrático era mais agudo agora, tanto porque a opinião pública, acompanhada por pesquisas e ampliada pelos onipresentes meios de comunicação, era agora constantemente inevitável, quanto porque as autoridades públicas tinham de tomar muito mais decisões para as quais a opinião

pública não constituía nenhum tipo de guia. Muitas vezes tinham de ser decisões que podiam muito bem enfrentar a oposição da maioria do eleitorado, cada eleitor detestando o seu efeito prospectivo em seus assuntos privados, embora talvez julgando-as desejáveis no plano do interesse geral. Assim, no fim do século, políticos em alguns países democráticos haviam chegado à conclusão de que qualquer proposta de elevar impostos, para qualquer fim, significava suicídio eleitoral. As eleições, portanto, tornaram-se disputas de perjúrio fiscal. Ao mesmo tempo, eleitores e parlamentos se viam constantemente diante de decisões em questões sobre as quais os não especialistas — ou seja, a vasta maioria tanto de eleitores quanto de eleitos — não tinham qualificações para expressar uma opinião, por exemplo, o futuro da indústria nuclear.

Houve momentos, mesmo em Estados democráticos, em que o corpo de cidadãos se identificara de tal modo com os objetivos de um governo dotado de legitimidade e confiança pública que prevalecera um senso de interesse comum, como na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial. Houvera outras situações que tornavam possível um consenso básico entre os principais rivais políticos, mais uma vez deixando os governos em liberdade para seguir os objetivos gerais de políticas sobre as quais não havia grandes desacordos. Como vimos, foi o que aconteceu em vários países ocidentais durante a Era de Ouro. Os governos também tinham podido contar, muitas vezes, com um consenso de julgamento entre pares em seu corpo de assessores técnicos e científicos, indispensável à administração de leigos. Quando falavam com a mesma voz, ou, pelo menos, o seu consenso superava os dissidentes, a controvérsia política diminuía. É quando não fazem isso que os tomadores de decisões leigos se vêem tateando no escuro, como jurados diante de psicólogos rivais, chamados pela acusação e pela defesa, em nenhum dos quais há forte motivo para acreditar.

Mas, como vimos, as Décadas de Crise solaparam o consenso político e as verdades geralmente aceitas em questões intelectuais, sobretudo em campos com influência na política. Quanto a povos indivisos, firmemente identificados com seus governos (ou vice-versa), estes eram escassos na década de 1990. Claro, ainda havia muitos países cujos cidadãos aceitavam a idéia de um Estado forte, ativo e socialmente responsável, merecendo certa liberdade de ação, porque servia ao bem-estar comum. Infelizmente, era raro os governos de fato do *fin-de-siècle* se assemelharem a esse ideal. Quanto aos países onde o governo, como tal, era suspeito, eram aqueles que se modelavam no padrão americano de anarquismo individualista, temperado pelo litígio e a política de mamatas, e os muito mais numerosos países onde o Estado era tão fraco e corrupto que os cidadãos não esperavam que produzisse bem público algum. Estes eram comuns em partes do Terceiro Mundo, mas, como mostrou a Itália na década de 1980, não desconhecidos no Primeiro.

Daí os tomadores de decisões menos perturbados serem os que escapavam completamente à política democrática: empresas privadas, autoridades

supranacionais e, claro, regimes não democráticos. Dentro dos sistemas democráticos, não era fácil proteger dos políticos a tomada de decisões, embora os bancos centrais estivessem fora de seu alcance em alguns países, e a sabedoria convencional quisesse esse exemplo seguido em outras partes. Cada vez mais, porém, os governos foram passando a contornar tanto o eleitorado quanto suas assembléias representativas, se possível, ou pelo menos a tomar decisões primeiro e depois desafiar ambos a reverterem um *fait accompli*, confiando na volatilidade, divisões ou inércia da opinião pública. A política tornou-se cada vez mais um exercício de evasão, pois os políticos temiam dizer aos eleitores o que eles não queriam ouvir. Após o fim da Guerra Fria, as ações inconfessáveis não eram mais tão facilmente escondidas por trás da cortina de ferro da "segurança nacional". Era quase certo que essa estratégia de evasão fosse continuar ganhando terreno. Mesmo em países democráticos, um número crescente de grupos de tomadores de decisões iria ser retirado do controle eleitoral, exceto no sentido mais indireto de que os próprios governos que nomeavam esses grupos tinham sido eleitos a certa altura. Governos centralizantes, como os da Grã-Bretanha na década de 1980 e início da de 1990, inclinavam-se particularmente a multiplicar *ad hoc* essas autoridades que não respondiam a um eleitorado e eram apelidadas de *quangos*. Mesmo países sem uma efetiva divisão de poderes achavam conveniente essa tácita demissão da democracia. Em países como os EUA, isso era indispensável, pois o conflito inato entre executivo e legislativo tornava quase impossível tomar decisões em circunstâncias normais, a não ser nos bastidores.

No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política, deixando as questões de Estado à "classe política" — a expressão parece ter-se originado na Itália —, que lia os discursos e editoriais uns dos outros; um grupo de interesse especial de políticos profissionais, jornalistas, lobistas e outros cuja ocupação ficava por último na escala de confiabilidade nas pesquisas sociológicas. Para muita gente, o processo político era irrelevante, ou apenas uma coisa que afetava suas vidas pessoais favoravelmente ou não. De um lado, a riqueza, a privatização da vida e da diversão e o egoísmo do consumo tornavam a política menos importante e menos atraente. De outro, os que achavam que pouco obtinham com as eleições davam-lhes as costas. Entre 1960 e 1988, a proporção de trabalhadores braçais que deram seu voto em eleições presidenciais americanas caiu em um terço (Leighly, Naylor, 1992, p. 731). O declínio dos partidos de massa organizados com base em classe, ou ideológicos, ou as duas coisas juntas, eliminou a grande máquina social para transformar homens e mulheres em cidadãos politicamente ativos. Para a maioria das pessoas, mesmo a identificação coletiva com seu país vinha agora mais facilmente por intermédio dos esportes nacionais, de equipes e de símbolos não políticos, do que das instituições do Estado.

Poder-se-ia supor que a despolitização deixaria as autoridades mais livres

para tomar decisões. Na verdade, teve o efeito oposto. As minorias que saíam em campanha, às vezes por questões específicas de interesse público, com mais freqüência por algum interesse seccional, podiam interferir nos tranqüilos processos de governo tão efetivamente, e às vezes até mais, do que partidos políticos de propósitos abrangentes, pois, ao contrário destes, cada grupo de pressão podia concentrar sua energia na busca de um objetivo único. Além disso, a tendência cada vez mais sistemática de governos contornarem o processo eleitoral ampliou a função política dos meios de comunicação, que agora chegavam a todas as casas, proporcionando de longe o mais poderoso meio de comunicação da esfera pública para homens, mulheres e crianças privados. Sua capacidade de descobrir e publicar o que as autoridades desejavam manter na sombra, e de dar expressão a sentimentos públicos que não eram, nem podiam ser, articulados pelos mecanismos formais da democracia, transformavam esses meios de comunicação nos grandes atores no cenário público. Os políticos os usavam e temiam. O progresso técnico tornava-os cada vez mais difíceis de controlar, mesmo em países altamente autoritários. O declínio do poder do Estado deixava-os mais difíceis de monopolizar nos Estados não autoritários. Quando o século acabava, tornou-se evidente que os meios de comunicação eram um componente mais importante do processo político que os partidos e sistemas eleitorais, e provavelmente assim continuariam — a menos que os políticos dessem uma forte guinada para longe da democracia. Contudo, embora fossem enormemente poderosos como um contrapeso aos segredos do governo, não eram de modo algum um meio para um governo democrático.

Nem os meios de comunicação, nem as assembléias eleitas pela política de sufrágio universal, nem o próprio "povo" podiam realmente governar em qualquer sentido realista da palavra. Por outro lado, o governo, ou qualquer forma análoga de tomada de decisão, não podia mais governar contra o povo ou mesmo sem ele, não mais do que "o povo" podia viver contra ou sem o governo. Para o melhor ou pior, no século XX as pessoas comuns entraram na história como atores com seu direito coletivo próprio. Todo regime, com exceção da teocracia, agora derivava sua autoridade delas, mesmo os que aterrorizavam e matavam seus cidadãos em grande escala. O próprio conceito do que antes era moda chamar de "totalitarismo" implicava populismo, pois se não tinha importância o que "o povo" pensava dos que governavam em seu nome, por que então se dar ao trabalho de fazê-lo ter as idéias julgadas adequadas por seus governantes? Os governos que derivavam sua autoridade da obediência irrestrita a alguma divindade, à tradição, ou da deferência das camadas baixas às altas numa sociedade hierárquica, estavam de saída. Mesmo o "fundamentalismo" islâmico, o mais florescente tipo de teocracia, avançava não pela vontade de Alá, mas pela mobilização de massa das pessoas comuns contra governos impopulares. Tivesse ou não "o povo" o direito de eleger seu governo, suas intervenções nos assuntos públicos, ativas ou passivas, eram decisivas.

Na verdade, só pelo fato de haver muitos exemplos de regimes incomparavelmente brutais, e daqueles que buscavam impor pela força o domínio de uma minoria sobre a maioria — como na África do Sul do *apartheid* —, o século XX demonstrou os limites do simples poder coercitivo. Mesmo o mais implacável e brutal dos governantes tinha bastante consciência de que só o poder ilimitado não podia suplantar as vantagens e habilidades da autoridade: um senso público de legitimidade do regime, um grau de apoio popular ativo, a capacidade de dividir e dominar e — sobretudo em tempos de crise — a disposição dos cidadãos a obedecer. Quando, como em 1989, essa obediência foi visivelmente retirada dos regimes europeus orientais, eles abdicaram, embora ainda tivessem o pleno apoio de seus funcionários públicos, Forças Armadas e serviços de segurança. Em suma, ao contrário das aparências, o século XX mostrou que se pode governar contra todas as pessoas por algum tempo, contra algumas pessoas por todo o tempo, mas não contra todas as pessoas todo o tempo. Claro que isso não era consolo para minorias permanentemente oprimidas ou para povos que sofreram opressão praticamente universal por uma geração ou mais.

Contudo, nada disso respondia à questão de quais deviam ser as relações entre os que decidiam e os povos. Simplesmente acentuava a dificuldade da resposta. A política das autoridades tinha de levar em conta o que o povo, ou pelo menos maiorias de cidadãos, queria ou não, mesmo que não fosse seu propósito refletir desejos populares. Ao mesmo tempo, não podiam governar simplesmente na base de perguntar ao povo. Além disso, decisões impopulares eram mais difíceis de impor a massas que a grupos de poder. Era muito mais fácil impor padrões obrigatórios de emissão de fumaça a uns poucos gigantescos produtores de automóveis do que convencer milhões de motoristas a cortar pela metade seu consumo de petróleo. Todo governo europeu descobriu que os resultados da entrega do futuro da Comunidade Européia ao voto popular eram desfavoráveis, ou, na melhor das hipóteses, imprevisíveis. Todo observador sério sabia que muitas das decisões políticas que teriam de ser tomadas no início do século XXI seriam impopulares. Talvez outra era relaxante de tensão, de prosperidade e melhora geral, como a Era de Ouro, amaciasse o estado de espírito dos cidadãos, mas não se devia esperar nem um retorno à década de 1960 nem um relaxamento das inseguranças e tensões sociais e econômicas das Décadas de Crise.

Se o voto por sufrágio universal ia continuar sendo a regra geral — como era provável —, parecia haver duas opções principais. Onde a tomada de decisões não estava de fato fora da política, iria cada vez mais contornar o processo eleitoral, ou antes o constante acompanhamento do governo que lhe era inseparável. Autoridades que tinham elas próprias de ser eleitas iriam também, cada vez mais, ocultar-se, como um polvo, por trás de nuvens de tinta para confundir seus eleitorados. A outra opção era recriar o tipo de consenso que

dava às autoridades substancial liberdade de ação, pelo menos enquanto a maioria dos cidadãos não tivesse muita causa de descontentamento. Um modelo político há muito estabelecido para isso já existia desde Napoleão III, em meados do século XIX: a eleição democrática de um salvador do povo ou um regime salvador da nação — a "democracia plebiscitária". Um regime desse podia ou não chegar ao poder constitucionalmente, mas, se ratificado por uma eleição razoavelmente honesta, com a escolha de candidatos rivais e alguma voz para a oposição, satisfazia os critérios de *fin-de-siècle* de legitimidade democrática. Mas não oferecia perspectiva encorajadora para o futuro da democracia parlamentar do tipo liberal.

VII

O que escrevi não pode dizer-nos se e como a humanidade pode resolver os problemas que enfrenta no fim do milênio. Talvez possa ajudar-nos a compreender quais são esses problemas, e quais devem ser as condições para sua solução, mas não até onde essas condições estão presentes, ou em processo de criação. Pode dizer-nos quão pouco conhecemos, e quão extraordinariamente pobre tem sido a compreensão de homens e mulheres que tomaram as grandes decisões públicas do século; pode dizer-nos quão pouca coisa do que aconteceu foi esperada, sobretudo na segunda metade do século, e menos ainda por eles prevista. Pode confirmar o que muitos sempre suspeitaram, que a história — entre muitas outras coisas, e mais importantes — é o registro dos crimes e loucuras da humanidade. Profetizar não ajuda nada.

Portanto, seria tolice encerrar este livro com previsões de como será uma paisagem já deixada irreconhecível pelas convulsões tectônicas do Breve Século XX, e que ficará ainda mais irreconhecível com as que, mesmo agora, estão acontecendo. Há menos razão para sentir-se esperançoso em relação ao futuro do que em meados da década de 1980, quando este autor concluiu sua trilogia sobre a história do "longo século XIX" (1789-1914) com as palavras:

> Os indícios de que o mundo no século XXI será melhor não são insignificantes. Se o mundo conseguir não se destruir [por exemplo, pela guerra nuclear], a probabilidade será bastante forte.

Apesar disso, mesmo um historiador cuja idade o impede de esperar mudanças sensacionais para melhor no que lhe resta de vida não pode razoavelmente negar a possibilidade de que em outro quarto de século ou meio século as coisas pareçam mais promissoras. De qualquer forma, é altamente provável que a fase atual de colapso pós-Guerra Fria seja temporária, embora já pareça estar durando um tanto mais do que as fases de colapso e perturbação que se seguiram às duas guerras mundiais "quentes". Contudo, esperanças

ou temores não são previsões. Sabemos que, por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e — se os leitores partilham da tese deste livro — por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

BIBLIOGRAFIA

Abrams, 1945: Mark Abrams, *The condition of the British people, 1911-1945* (Londres, 1945)

Acheson, 1970: Dean Acheson, *Present at the creation: My years in the State Departement* (Nova York, 1970)

Afanassiev, 1991: Juri Afanassiev, em M. Paquet (ed.), *Le court vingtième siècle*, pref. Alexandre Adler (La Tour d'Aigues, 1991)

Albers, Goldschimidt & Oehlke, 1971: *Klassenkämpfe in Westeuropa* (Hamburgo, 1971)

Alexeev, 1990: M. Alexeev, resenha do livro em *Journal of Comparative Economics*, vol. 14 (1990), pp. 171-3

Allen, 1968: D. Elliston Allen, *British tastes: An enquiry into the likes and dislikes of the regional consumer* (Londres, 1968)

Amnesty, 1975: Amnesty International [Anistia Internacional], *Report on torture* (Nova York, 1975)

Andrew, 1985: Christopher Andrew, *Secret service: The making of the British intelligence community* (Londres, 1985)

Andrew & Gordievsky, 1991: Christopher Andrew & Oleg Gordievsky, *KGB: The inside story of its foreign operations from Lenin to Gorbachev* (Londres, 1991)

Andric, 1990: Ivo Andric, *Conversation with Goya: Bridges, signs* (Londres, 1990)

Anuário, 1989: Comisión Economica para América Latina y el Caribe, *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe: Edición 1989* (Santiago do Chile, 1990)

Arlacchi, 1983: Pino Arlacchi, *Mafia business* (Londres, 1983)

Armstrong, Glyn & Harrison, 1991: Philip Armstrong, Andrew Glyn & John Harrison, *Capitalism since 1945* (Oxford, 1991)

Arndt, 1944: H. W. Arndt, *The economic lessons of the 1930s* (Londres, 1944)

Asbeck, 1939: Barão F. M. van Asbeck, *The Netherlands Indies' foreign relations* (Amsterdam, 1939)

Atlas, 1992: A. Fréron, R. Hérin & J. July (eds.), *Atlas de la France universitaire* (Paris, 1992)

Auden, 1937: W. H. Auden, *Spain* (Londres, 1937)

Babel, 1923: Isaac Babel, *Konarmiya* (Moscou, 1923); *Red cavalry* (Londres, 1929)

Bairoch, 1985: Paul Bairoch, *De Jéricho à Mexico: Villes et économie dans l'histoire* (Paris, 1985)

Bairoch, 1988: Paul Bairoch, *Two major shifts in Western European labour force: The decline of the manufacturing industries and of the working class* (Genebra, 1988)

Bairoch, 1993: Paul Bairoch, *Economics and world history myths and paradoxes* (Hemel Hempstead, 1993)

Ball, 1992: George W. Ball, "JFK's big moment", *New York Review of Books* (13/2/92), pp. 16-20

Ball, 1993: George W. Ball, "The rationalist in power", *New York Review of Books* (22/4/93), pp. 30-6

Baltimore, 1978: David Baltimore, "Limiting science: A biologist's perspective", *Daedalus* 107, 2 (primavera de 1978), pp. 37-46

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

MARIA LIGIA PRADO
GABRIELA PELLEGRINO

editoracontexto

Maria Ligia Prado
Gabriela Pellegrino

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Coleção
HISTÓRIA
NA UNIVERSIDADE

editoracontexto

Sumário

Introdução

Os brasileiros, de modo geral, conhecem muito pouco sobre a rica e complexa História da América Latina. Este livro foi pensado, assim, com o objetivo de oferecer ao leitor um amplo quadro de suas principais temáticas. Pretendemos abordar aspectos variados de cada momento histórico, passando pela política, sociedade – incluídas suas dimensões étnicas e de gênero –, cultura e economia; igualmente, escolhemos destacar as trajetórias de relevantes personagens masculinas e femininas. Também procuramos indicar as intrincadas relações entre a América Latina e o mundo ocidental em algumas de suas múltiplas faces.

O Brasil, como todos sabem, faz parte da América Latina. Nossas histórias correm paralelas desde a colonização ibérica, passando pela

concomitância das independências políticas e da formação dos Estados nacionais e chegando aos temas do século XX, como a simultaneidade das ditaduras civis-militares. Salientem-se, do mesmo modo, as semelhanças no que se refere à circulação de ideias e de pessoas, às práticas políticas, às questões sociais e étnicas, à produção cultural e à perspectiva religiosa. Portanto, neste livro, embora o Brasil não seja o alvo de nossas reflexões, referências a sua história serão ocasionalmente feitas.

A denominação *América Latina* integra nosso vocabulário cotidiano. Mas sua historicidade precisa ser lembrada. Esse termo foi inventado no século XIX, carregando desde suas origens disputas de ordem política e ideológica. Os sentidos que lhe foram atribuídos estão vinculados às polêmicas que envolveram, de um lado, franceses e ingleses (século XIX) e, de outro, latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX).

A precisa origem do termo tem sido alvo de controvérsias. Para uma corrente, os franceses propuseram o nome como forma de justificar, por intermédio de uma pretensa identidade *latina,* as ambições da França sobre esta parte da América. Para outra, foram os próprios latino-americanos que cunharam a expressão para defender a ideia da unidade da região frente ao poder já anunciado dos Estados Unidos.

Acompanhando a primeira perspectiva, o autor da concepção de uma América *latina* teria sido o intelectual, político, economista e viajante francês, Michel Chevalier, em obra de 1836. Seu relato de viagem aos Estados Unidos entendia a história do mundo ocidental como a realização de embates entre "civilizações" ou "raças". A novidade do texto de Chevalier estava na transposição para o Novo Mundo das disputas entre "latinos católicos" e "anglo-saxões protestantes" que já se davam em território europeu. Para Chevalier, a França, "sendo a primeira das nações latinas", deveria liderar suas irmãs europeias e americanas na luta contra os países de origem saxônica. De fato, as ideias do viajante francês coincidiriam com as justificativas dos posteriores projetos políticos expansionistas de Napoleão III com relação ao México.

A afirmação da tese da origem francesa do conceito de *América Latina* tem como pressuposto a ideia de que os habitantes que viviam ao

sul do Rio Grande apenas aceitaram de maneira acrítica e passiva o termo engendrado no exterior.

O uruguaio Arturo Ardao discordava dessa visão e defendia a outra perspectiva. Em artigo publicado em 1965 no semanário uruguaio *Marcha*, intitulado "A ideia de Latino-américa", o autor demonstrava que o termo completo *América Latina* fora utilizado, pela primeira vez, pelo ensaísta colombiano José María Torres Caicedo, em um poema de 1857, chamado de "As duas Américas". A finalidade clara dos versos era a da integração entre os vários países latino-americanos, buscando seu fortalecimento, como precaução para as possíveis futuras interferências norte-americanas na região.

A argentina Monica Quijada apresentou recentemente uma boa síntese dos debates sobre a questão da origem do termo. Refletindo sobre sua criação e a difusão, a historiadora critica a primeira interpretação (a autoria francesa) e endossa a segunda (a latino-americana). Afirma que "América Latina não é uma denominação imposta aos latino-americanos em função de interesses alheios, e sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações". A partir daí, foi se construindo uma identidade latino-americana em oposição aos anglo-americanos dos Estados Unidos.

Não se pode negar que tal denominação, no presente, é hegemônica, sendo adotada internacionalmente por historiadores, cientistas sociais e pela imprensa em geral. Assim, aqui também adotamos a noção de América Latina, cientes das implicações políticas de sua invenção e dos problemas que sua utilização pode gerar. Não propomos apresentar interpretações generalizantes para toda a região. No decorrer de nossas análises, enfatizaremos as especificidades nacionais conectadas a contextos latino-americanos mais amplos.

Antes de terminar esta brevíssima introdução, gostaríamos de sublinhar outras particularidades deste livro. Ele é o resultado de nossa longa experiência no âmbito do ensino e da pesquisa em História da América Latina. Igualmente, seguimos os protocolos próprios do ofício do historiador: leitura crítica das fontes, conhecimento sólido da bibliografia, emprego adequado de ferramentas teóricas. Para dar um exemplo, para nós,

as trajetórias individuais de homens e mulheres só podem ser entendidas dentro dos limites articulados pelo contexto histórico mais amplo. Não estamos preocupadas com o simples julgamento das personagens (herói ou vilão), mas com a explicação dos múltiplos elementos que formam uma determinada conjuntura histórica na qual elas se encontram. Assim, acreditamos que a obra possa ser útil para estudantes e professores.

Esperamos poder transmitir neste livro um pouco do nosso fascínio pela História da América Latina. Acreditamos que ao conhecê-la o leitor terá novos horizontes para pensar as questões do presente e poderá entender as viscerais ligações históricas entre o Brasil e os demais países latino-americanos.

A crise dos domínios coloniais na América

No dia 18 de maio de 1781, o curaca José Gabriel Condorcanqui, descendente da nobreza do antigo Império Inca, foi executado no centro da praça central de Cuzco. Chefe político de povoados da província de Tinta, no Vice-reino do Peru, aluno egresso da Universidade de São Marcos, a mais antiga do Império Espanhol na América, assumiu o nome de Tupac Amaru II em referência ao seu antepassado Tupac Amaru. Este foi o último representante político do Império Inca no período que se seguiu à conquista do Peru, até ser capturado e morto pelos espanhóis, em 1574.

Cerca de dois séculos mais tarde, Tupac Amaru II teve sua língua cortada, o corpo arrastado por cavalos e esquartejado. A cabeça e os membros amputados foram pendurados para exibição pública em diferentes locais de Cuzco.

Como outros membros da linhagem de curacas incas, Tupac Amaru, como é conhecido, havia recebido da Coroa espanhola prerrogativas especiais e a incumbência de governar, em nome do regime colonial, as populações indígenas. Batizados com nomes cristãos e finamente educados nos colégios criados por missionários católicos, os curacas incorporaram comportamentos e repertórios introduzidos pelos espanhóis na América.

O Vice-reino do Peru estruturou-se a partir da capital fundada pelo conquistador Francisco Pizarro em 1535, a cidade de Lima. Pizarro concebeu o plano urbanístico de Lima como extensão do modelo das cidades espanholas. Da praça central onde se ergueriam a igreja e as sedes dos poderes políticos, irradiavam ruas retas, que formavam quadriláteros ao cruzarem com suas perpendiculares. A localização das residências em relação à praça simbolizava o *status* social de cada família.

Próxima à costa do oceano Pacífico, distante de Cuzco, a antiga capital do Império Inca, Lima assumiu ares aristocráticos. Nela foi fundada a Universidade de São Marcos, no ano de 1551, existente até hoje. O conhecimento cultivado e transmitido por São Marcos seguia os padrões das universidades espanholas, como a de Salamanca, com o privilégio da filosofia escolástica.

Também na capital estabeleceu-se, em 1543, uma sede da *Real Audiencia*, órgão todo-poderoso da administração colonial relacionado aos assuntos jurídicos. Além de Lima, Panamá, Santa Fé de Bogotá, Charcas, Quito e Concepción, pouco mais tarde transferida para Santiago de Chile, foram as cidades então integrantes do Vice-reino do Peru a sediar a *Audiencia*.

Desde o século XVI, após os primeiros tempos da conquista do Peru e de seu impacto destruidor para os habitantes dos antigos territórios incas, a Coroa espanhola esforçou-se para evitar o genocídio dos súditos americanos organizando os sobreviventes em povoados, os chamados *pueblos*, dotados de terra para o cultivo e de certa autonomia administrativa.

A medida possibilitou uma considerável recuperação demográfica das populações indígenas e mestiças nos dois séculos que se seguiram. No Vice-reino do Peru, cada *pueblo* tinha o dever de pagar à Coroa o tributo indígena e de enviar certo número de moradores para o cumprimento da *mita*, ou seja, de um trabalho gratuito realizado durante uma temporada

do ano. Os braços recrutados eram utilizados principalmente nas minas de ouro e prata, que atiçavam o apetite e a imaginação da Europa moderna.

Em 1545, foram descobertas as jazidas de prata de Potosí, na cordilheira andina do chamado Alto Peru, atual Bolívia. Situadas na região de Charcas, jurisdição do Vice-reino do Peru, as minas de Potosí receberam um enorme fluxo de índios mitayos, recrutados para o trabalho temporário obrigatório. O trabalho envolvia não apenas a extração, mas também a fundição do minério, em fornos de elevadíssima temperatura. Para a tarefa de refinar a prata, que exigia maior especialização, também se recorria à mão de obra de escravos de origem africana. Embora em proporções demográficas pequenas, a escravidão negra subsistiu no Peru já independente até meados do século XIX.

As riquezas minerais de Potosí fizeram das elites da região de Charcas, por algum tempo, as pessoas mais ricas das Índias ocidentais, com renda anual de milhares de pesos. Os carregamentos de prata deixavam as terras altas em lombo de mula, em um longo percurso rumo às margens do oceano Atlântico, onde eram embarcados para o porto de Sevilha.

A despeito de tanta abundância, em meados do século XVIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas das riquezas obtidas com a exploração dos recursos humanos e naturais americanos haviam sido drenadas para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização. No Peru, as autoridades vice-reinais endureceram o sistema de arrecadação tributária e adotaram medidas para fortalecer seu controle sobre a sociedade colonial.

A reorganização abalou o *status* da nobreza indígena, dos curacas que até então haviam constituído um corpo distinto na sociedade do Antigo Regime espanhol. Para os índios comuns, a perda de poder por parte dos curacas fragilizou uma instância de proteção e negociação com que contavam em face das autoridades espanholas e dos *criollos*, ou seja, os descendentes de espanhóis nascidos na América. Os próprios curacas, de sua parte, ressentiram-se das mudanças em curso e alimentaram a utopia de restaurar o Império Inca. Essa imagem ajudou a alastrar pelos Andes a chama da rebelião iniciada por Tupac Amaru em 1780.

O curaca vinha procurando de variadas formas solicitar às autoridades vice-reinais o fim do cumprimento da *mita* pelos índios de Tinta nas

distantes minas de Potosí. Viajou a Lima, nas terras baixas que margeiam o oceano Pacífico, para expor à Audiência Real a desproporção entre o número de habitantes de Tinta e o número de *mitayos* requisitados para o trabalho em Potosí. Os índios levavam meses para alcançar o lugar caminhando, adoeciam e desfalcavam o labor agrícola em seus *pueblos* de origem.

Diante das seguidas negativas recebidas, o cacique escolheu o caminho da insurreição. Em 4 de novembro de 1780, o corregedor de Tinta, Antonio de Arriaga, foi capturado e enforcado em praça pública, após a leitura de um documento que justificava a punição exemplar de um funcionário vice-reinal conivente com os abusos impingidos aos índios. A partir de então, a multidão que aderiu ao movimento marchou em direção a Cuzco, invadindo *obrajes*, isto é, as oficinas de produção têxtil existentes no mundo colonial, que impunham aos trabalhadores condições de vida opressivas. Em pouco tempo, os insurretos somavam milhares, entre índios, mestiços e negros traficados como escravos para o Peru colonial.

Já excomungado pela Igreja, Tupac Amaru alcançou os limites da antiga capital inca no dia 2 de janeiro de 1781, acompanhado de cerca de 40 mil homens. As tropas realistas, entretanto, adensadas pelos reforços vindos de Lima, conseguiram resistir. Os rebeldes recuaram para Tinta, para se reorganizarem, enquanto Tupac Amaru procurava negociar com o enviado da Coroa a Cuzco, o visitador Areche, e convencê-lo da legitimidade de suas reivindicações. No mês de abril, um cerco dos realistas provocou muitas baixas entre os rebeldes e obrigou Tupac Amaru e seus colaboradores mais próximos a se retirarem para o sul. No trajeto, sofreram uma emboscada e foram capturados. Conduzidos a Tinta, chegaram à cidade em tempo de assistir ao enforcamento de outros 70 caciques capturados. De lá seguiram para Cuzco, o umbigo do antigo Império Inca, agora palco para o espetáculo da morte de um curaca que acenava com a utopia de restaurar o passado glorioso, de um tempo anterior à chegada dos espanhóis.

A rebelião de Tupac Amaru teve repercussões importantes para todo o mundo colonial. Muitas das prerrogativas reservadas à nobreza indígena no Vice-reino do Peru foram suspensas. Quando, três décadas mais tarde, a Espanha foi invadida pelo exército de Napoleão Bonaparte e as colônias hispano-americanas começaram a movimentar-se para alcançar sua indepen-

dência, as elites peruanas se opuseram à possibilidade, temendo fragilizar sua posição perante as massas indígenas, que já haviam dado mostras de seu poder de insurreição. O Peru acabou emancipado da Espanha especialmente por obra da intervenção das tropas de San Martín, vindas da atual Argentina, e de Simón Bolívar, vindas das atuais Venezuela e Colômbia.

O medo de uma guerra generalizada de uma maioria indígena contra uma minoria branca compara-se ao medo relacionado ao fenômeno do haitianismo, de uma grande rebelião de escravos negros contra os colonizadores franceses.

INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O Haiti foi a primeira colônia da América Latina a tornar-se independente de sua metrópole, a França, e o primeiro Estado das Américas a abolir a escravidão negra. No período colonial, chamava-se São Domingos e ocupava a porção ocidental da ilha de Hispaniola, enquanto a parte leste, que também se denominava São Domingos, era colônia da Espanha.

No século XVIII, representava uma colônia de extraordinária importância econômica para a França. Em 1789, era responsável por dois terços do comércio exterior do Império e o maior mercado individual do tráfico negreiro europeu. Para que uma minoria de senhores brancos pudesse manter o domínio sobre milhares de escravos – em 1790, somavam 465 mil –, sua subordinação baseava-se na brutalidade cotidiana e em punições exemplares, com requintes de perversidade.

O medo e a humilhação não impediram, porém, as fugas constantes, que multiplicavam os quilombos e os ataques de quilombolas às fazendas. No século XVII, a figura lendária de Mackandal, originário da Guiné, liderou um movimento que pretendia aterrorizar os brancos da colônia com técnicas de envenenamento. Mackandal terminou traído, capturado e queimado vivo.

No cenário marcado pela violência, houve, entretanto, brechas para relações mais humanizadas. François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L'Ouverture (*abertura* em francês, sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da etnia aja na África. Seu pai fora aprisionado e trazido a São Domingos em navio negreiro. O colono que o comprou – segundo nos conta o autor do clássico livro *Os jacobinos negros*, C. L. R. James – percebeu ser ele uma pessoa fora do comum e lhe deu certa liberdade na fazenda de produção açucareira, permitindo que cultivasse uma horta com ajuda de outros escravos.

Casou-se e teve oito filhos. Perto da casa-grande vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste, "de notável caráter e algum conhecimento", escolhido como padrinho do primogênito Toussaint. Ensinou a ele crioulo, francês, um pouco de latim e geometria. O menino cresceu sem trabalhar no eito. Cuidava dos rebanhos e manadas, tornou-se cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda.

Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na *plantation* Bréda, no norte da colônia. Uniu-se aos rebeldes no ano de 1793. Entre 1794 e 1802, tornou-se a principal autoridade da colônia. Mas com a invasão napoleônica, foi capturado e deportado para a França, onde faleceu no ano seguinte, em uma gelada prisão nos Alpes, fragilizado por cruéis torturas.

Marcus Rainsford, 1805

Retrato do líder da Revolução de Independência Haitiana, François-Dominique Toussaint L'Ouverture (1743-1803).

A revolta dos escravos em São Domingos está associada aos acontecimentos revolucionários na França de fins do século XVIII, que ocasionaram, em 1794, a proclamação do fim da escravidão nas possessões francesas no ultramar. A deposição de Luís XVI e a instituição da Assembleia Geral, em 1789, haviam encorajado as aspirações autonomistas das elites coloniais nas Antilhas. Em São Domingos, como em outras ilhas francesas, formaram-se no mesmo ano Assembleias coloniais para pressionar por maior liberdade econômica e política. Paralelamente, negros e mulatos livres, numerosos em São Domingos, articularam-se para defender a ampliação de seus direitos de participação política. Os anos 1790 e 1791 assistiram ao agravamento das tensões entre as elites senhoriais e os homens livres não proprietários da colônia.

Em agosto de 1791, um acontecimento imprimiu novos rumos aos conflitos. Os escravos das fazendas açucareiras do norte de São Domingos, liderados por Toussaint L'Ouverture, levantaram-se contra seus senhores, exigindo melhores condições de trabalho nos canaviais e engenhos, com mais tempo livre para dedicar-se à própria roça.

Assustados, os senhores de escravos de outras partes da ilha pediram ajuda à Inglaterra, que forneceu tropas para ocupar o sul e o oeste de São Domingos e reafirmar o controle sobre a população de milhares de escravos nessas regiões. Em fevereiro de 1784, os jacobinos decretaram o fim da escravidão nas colônias francesas. Os escravos já não eram, oficialmente, escravos.

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao governo francês marcou uma nova reviravolta no processo. Anulou a lei abolicionista de 1794 e enviou um exército de 25 mil homens, comandados pelo general Victor Emmanuel Leclerc, para restaurar a escravidão em São Domingos. Em 1803, apesar do êxito na captura de Toussaint, as tropas imperiais sofreram uma fragorosa derrota e foram expulsas da ilha. Muitos dos escravos nascidos na África traziam consigo a experiência de guerras travadas na terra natal, com táticas de combate em pequenos grupos, movimentando-se pelo território com grande agilidade.

Jean-Jacques Dessalines, um ex-escravo que ascendera à patente de general nas fileiras de Toussaint L'Ouverture, assumiu o comando da luta. Em 1804, os libertos, vitoriosos, proclamaram a independência do Haiti, apoiando-se em argumentos tomados da Ilustração e da Revolução Francesa. Naturalmente, os agora cidadãos haitianos contribuíram para alargar o alcance dos ideais iluministas, dotando-os de uma universalidade que não existia, senão, em termos muito vagos.

> O Haiti tornou-se o primeiro e único país das Américas a associar a independência ao fim da escravidão. Nas demais colônias francesas no Novo Mundo, Martinica, Guadalupe e Guiana, a instituição sobreviveu até 1848. O mesmo ocorreu nas colônias espanholas na América, onde as guerras de independência favoreceram a alforria de muitos escravos que lutaram com os exércitos revolucionários, mas não asseguraram a abolição da escravatura.

Ao mesmo tempo, a rebelião de Tupac Amaru simboliza tensões que marcaram a história do Império Espanhol na América para além das fronteiras do Vice-reino do Peru. Procuremos traçar um quadro desse extenso espaço colonial.

Quando os espanhóis iniciaram a conquista da América, desde a histórica chegada de Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492, à ilha caribenha então batizada de Hispaniola, estima-se que houvesse em todo o continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes. A região da Mesoamérica, no atual México, era a mais densamente povoada, com 21 milhões e 400 mil nativos. A região dos Andes vinha em segundo lugar, com 11 milhões e 500 mil, seguida pelas planícies da América do Sul, com 8 milhões e 500 mil indígenas. A América do Norte aparecia em último lugar, atrás do Caribe e da América Central.

Antes que a história das populações americanas se encontrasse ou se reencontrasse com a europeia, se considerarmos a teoria das migrações pelo estreito de Bering, civilizações com formas variadas de organização social tiveram lugar nessa porção do mundo, em cenários complexos que, infelizmente, com frequência não se incluem nos manuais escolares.

Havia grupos indígenas nômades ou seminômades vivendo da caça e da coleta; havia populações sedentarizadas que aprenderam a dominar a natureza, cultivando a terra, sofisticando a cultura material e construindo imponentes cidades, com uma complexa estrutura social e política. Conformavam grandes grupos etnolinguísticos, que por sua vez se subdividiam em uma extraordinária multiplicidade de línguas. Ao longo de todo o período colonial, o aprendizado muitas vezes precário do idioma espanhol não implicou o desuso das línguas aborígenes.

A partir do século XVI, os europeus desenvolveram relações diferenciadas com os indígenas. Nos Andes e na Mesoamérica, as populações

autóctones foram vistas como mão de obra necessária para o trabalho nas minas, na lavoura ou nos *obrajes*. Ao mesmo tempo, receberam com maior regularidade as intervenções das autoridades coloniais, dos colonos em geral, dos padres e missionários. Nessas regiões foram intensos os processos de miscigenação ou de incorporação de padrões de conduta e de compreensão do mundo trazidos pelo colonizador, com todas as tensões e estratégias de resistência que esses processos envolvem.

Em outras partes do mundo colonial, como a região da Araucânia, no atual Chile e, em menores proporções, na atual Argentina, os índios permaneceram nas margens, fazendo comércio, não raro guerreando ou aceitando tratados de paz com os novos soberanos do território.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado com o reino de Portugal em 1494, caberiam à Espanha as terras descobertas ou a descobrir a oeste da linha imaginária de Tordesilhas. Situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, a linha reservava a Portugal o que hoje seria uma porção do território brasileiro, porção que acabou sendo, como é sabido, em muito ultrapassada pela colonização portuguesa. Da mesma forma, na América do Norte, Inglaterra e França conseguiram, sobretudo a partir do século XVII, controlar territórios que a Espanha imaginava seus.

As possessões espanholas na América estendiam-se da Mesoamérica à Terra do Fogo, no extremo sul, separada do continente pelo estreito oceânico atravessado em 1520 pela primeira viagem de circum-navegação, realizada por Fernando de Magalhães. A partir de 1492, diferentes expedições partindo da ilha de Hispaniola obtiveram autorização real para enveredar pelo continente e proceder à conquista. Muitos soldados espanhóis traziam consigo experiências das guerras de Reconquista, as quais culminaram, no mesmo ano de 1492, com a expulsão dos mouros do sul da península ibérica.

As façanhas dos que, munidos de poucos soldados, cavalos e armas de fogo, submeteram impérios grandiosos, continuam intrigando e seduzindo os estudiosos da História.

Vejamos como se organizaram, além do Peru, os demais vice-reinos espanhóis na América.

O Vice-reino da Nova Espanha formou-se sobre as bases do Império Asteca, a partir de 1519, ano de sua conquista por Hernán Cortés e suas cinco

centenas de soldados. Tendo como ponto inicial da viagem exploratória a já mapeada ilha de Cozumel, próxima à costa leste do México, contornou a península do Iucatã e alcançou Vera Cruz, onde foi rezada a primeira missa. Em Veracruz se estabeleceu, em julho do mesmo ano, o primeiro *cabildo*, ou conselho municipal, a exemplo dos existentes nos municípios espanhóis.

Cortés avançou em direção ao Vale do México, palco do impressionante encontro, preparado por emissários astecas, com o imperador Montezuma. O deslumbramento dos forasteiros com a civilização descoberta culminou com a chegada a Tenochtlilán, cidade de 200 ou 300 mil habitantes, comparável a grandes capitais imperiais como foram Roma e Constantinopla.

Em agosto de 1521, depois de sangrentos combates, Tenochtlitlán foi tomada pelos conquistadores. A cidade ficou vazia com a fuga em massa após a rendição. Mas Cortés estava decidido a fazer dela o novo centro do governo, revestindo suas ruínas de símbolos do novo poder. Instalou-se no palácio de Montezuma, dando o exemplo a outros soldados que recrutaram os braços indígenas para recuperar, com estilo espanhol, os antigos palacetes mexicas.

Em meio às doenças que ceifavam vidas nativas, novas levas de colonizadores começaram a chegar. Vieram também mulheres, embora em número muito menor, contribuindo para disseminar os casamentos interétnicos e diferentes níveis de miscigenação. Com o estabelecimento das primeiras ordens missionárias na Nova Espanha, com destaque ao papel desempenhado pelos franciscanos nesse primeiro momento, o trabalho de catequese e de ensino do castelhano constituiu-se em uma prática fundamental para a incorporação dos índios à nova ordem.

Cronistas, missionários, humanistas e funcionários reais procuraram descrever, decodificar e moldar o cenário social tão movediço. Cédulas reais dos imperadores Carlos V e, na segunda metade do século XVII, Filipe II, procuraram ordenar a convivência e as obrigações recíprocas, no seio da ordem monárquica, entre a "república" espanhola e a "república" dos índios.

Como na prática a voracidade dos colonos tenha, com frequência, ultrapassado as disposições legais que buscaram proteger os indígenas, estabeleceram-se instâncias jurídicas às quais as populações nativas podiam apelar em defesa de seus direitos: além da Audiência, os Tribunais de Província, o Conselho de Índias ou, a partir de sua instalação em 1592, o *Juzgado*

General de Indios. Os dois primeiros vice-reis da Nova Espanha, Antonio de Mendoza (1535-1550) e Luis de Velasco (1550-1564) aceitavam que os indígenas lhes apresentassem pessoalmente denúncias contra abusos sofridos.

O funcionamento das instâncias de apelação jurídica estimulou a mobilização das comunidades indígenas que se formaram a partir de meados do século XVI, como ocorreu no Peru. Nem sempre as comunidades obtiveram ganho de causa nos pleitos que reclamavam contra a espoliação de terras originárias, a cobrança abusiva do dízimo ou do tributo indígena. Mas é fato que a possibilidade de solução jurídica dos conflitos contribuiu para uma diminuição das revoltas rurais ao longo dos séculos XVII e boa parte do XVIII.

Ao longo desse período, os *pueblos* de índios na Nova Espanha experimentaram um movimento de recuperação demográfica e de reorganização identitária. Os *vecinos* de origens variadas reunidos em um mesmo *pueblo* assimilaram o calendário de festas católicas, escolheram um santo protetor para a comunidade, construíram uma narrativa sobre as relações ancestrais que guardavam com aquele local.

Em algumas regiões do Vice-reino, essa integração à ordem colonial alcançou maior sucesso do que em outras. As populações de origem maia do sul do México e da América Central, por exemplo, afirmaram com maior contundência sua condição marginal e resistente em face da colonização. Estabelecidas havia mais de dois mil anos naquela região, organizadas em cidades com sofisticada arquitetura e senhoras de um repertório cultural que envolvia um sistema de escrita e elaborados conhecimentos astronômicos, essas populações realizaram grandes revoltas indígenas nas primeiras décadas que se seguiram à conquista e, em uma nova onda de inquietações, nas últimas décadas do século XVIII.

Mas mesmo onde a ordem estava bem fincada, as relações entre colonos e colonizados foram potencialmente explosivas. Expressão disso foi, dando um salto no tempo, o primeiro movimento de independência do México, iniciado em 1810. Na província de Guanajuato, ao norte da cidade do México, uma multidão de índios pobres, exaurida pelo trabalho nas minas e no campo, respondeu ao chamado do padre Miguel Hidalgo no conhecido *Grito de Dolores* para liberta-se da opressão dos "guachupines", os espanhóis.

Se os Vice-reinos da Nova Espanha e do Peru se estruturaram logo após a conquista espanhola de extensos territórios no continente america-

no, somente cerca de dois séculos mais tarde essa estrutura administrativa seria revista, com vista a torná-la mais eficiente.

Ao longo do século XVIII, a geografia política do Vice-reino do Peru sofreria importantes alterações. Em 1737, o norte da América do Sul foi desmembrado do restante do território, com a criação do Vice-reino de Nova Granada. À nova jurisdição correspondiam os atuais contornos da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Embora Bogotá, nas terras altas dos Andes, tenha sido escolhida como capital do Vice-reino, coube à cidade de Caracas, na costa atlântica, o protagonismo econômico nos tempos que se seguiram. A cultura do cacau espalhou-se pela região e enriqueceu uma dinâmica elite em meio à qual despontaria, alguns anos mais tarde, o libertador Simón Bolívar. Essa prosperidade contribuiu para que, em 1777, a Venezuela fosse alçada a capitania geral, com maior independência em face de Nova Granada.

O Vice-reino de Nova Granada abarcou cenários geográficos e sociais muito variados. Paralelamente ao desenvolvimento da cultura do cacau, manteve-se ativa a exploração mineradora nas encostas meridionais da cordilheira andina, como na província de Popayán. A atividade baseava-se no trabalho escravo de africanos e seus descendentes e no recrutamento de índios para o cumprimento da *mita*.

O tráfico negreiro tinha na cidade de Cartagena das Índias, no norte da atual Colômbia, um porto cativo para alimentar esse substantivo mercado de escravos da América espanhola continental. Em 1778, os 51.802 negros computados pelo censo correspondiam a 6,98% da população de Nova Granada.

Nos arredores de Bogotá, nas províncias de Condinamarca e Boyacá, populações indígenas, especialmente da etnia chibcha, organizavam-se em comunidades agrárias, à maneira dos *pueblos* que se formaram nos Vice-reinos do Peru e do México. Como nessas regiões, os indígenas foram alvo de um contínuo trabalho catequético por parte da Igreja Católica, instituição que consolidou, em Nova Granada, um lugar de poder e riqueza comparável ao conquistado no México ao longo da época colonial.

Por outro lado, a vastidão da floresta amazônica atraía incursões de exploradores naturalistas, em busca de preciosidades da fauna e da flora, para fins medicinais ou de catalogação científica, na voga da publicação do livro *Sistema da natureza*, do sueco Carl Lineu, em 1735. Diferentes naturalistas europeus viajaram ao Vice-reino de Nova Granada entre fins

do século XVIII e princípios do XIX, para subir o rio Orinoco em direção à Amazônia. Os viajantes não puderam prescindir do apoio dos estudiosos locais, com os quais se corresponderam e ocasionalmente se encontraram. A inquietação de homens envolvidos no processo de revolucionar o conhecimento humano – em bases racionais e empíricas – não passou ao largo da atmosfera intelectual e educacional da capital vice-reinal, Bogotá.

Mapa de vice-reinos e capitanias. América espanhola em fins do *século XVIII*, com a demarcação dos quatro vice-reinos e das quatro capitanias gerais, que eram subdivisões administrativas de caráter militar circunscritas a regiões com importância estratégica.

Em 1776, foi a vez de as regiões meridionais da América se separarem do Vice-Reino do Peru com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata. Localizada às margens da bacia do Prata, Buenos Aires era uma convidativa porta de entrada para os grandes rios que penetravam o território. Tornou-se estratégico que a Espanha protegesse o lugar da cobiça de comerciantes e piratas vindos, sobretudo, da Inglaterra. Embora houvesse na região alguns lugares de sólida presença colonial, como a cidade de Córdoba, desde o século XVII dotada de uma importante universidade, o sul do continente americano constituía, em muitos sentidos, uma área marginal dos domínios espanhóis.

Feita capital, Buenos Aires passou a administrar um território que compreendia o atual Paraguai, uma parte da atual Bolívia e, em disputas permanentes com a Coroa Portuguesa, o Uruguai. A oeste da Cordilheira dos Andes, encontrava-se o Chile, outra capitania geral da América espanhola.

O fato de as minas de Potosí, no Alto Peru, terem passado à jurisdição do Vice-reino do Rio da Prata constituiu um duro golpe para a economia peruana. Buenos Aires, por sua vez, foi beneficiada pelo fluxo de mercadorias trazidas para embarcação em seu porto rumo ao Velho Mundo. Da mesma forma, foi beneficiada pelo desembarque de bens manufaturados que os comerciantes portenhos distribuíam pelos confins do território, navegando pelos grandes rios.

Muitos forasteiros vislumbraram oportunidades de enriquecimento nessas transações, tornando forte a presença de mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, nessas paragens. Para ingleses e *criollos* envolvidos com o comércio, as restrições monopolísticas impostas pela Espanha estiveram na base de crescentes tensões com a metrópole. Não por acaso, como veremos no próximo capítulo, Buenos Aires constituiu um centro irradiador da luta contra a condição colonial ao longo da segunda década do século XIX.

Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis

Em determinados períodos da História, há mudanças significativas que acontecem em curto espaço de tempo. Foi assim no início do século XIX, mais precisamente entre 1808 e 1824, na América de colonização espanhola. Em pouco mais de uma década, o imenso Império Espanhol na América desmoronou e novos Estados independentes surgiram.

Se quisermos apontar para o estopim político desses extraordinários acontecimentos, teremos que nos reportar aos desdobramentos políticos e militares europeus que se seguiram à Revolução Francesa de 1789. A França, sob o comando de Napoleão Bonaparte, envolveu-se em guerras no continente europeu, aí incluída a península ibérica. Como bem sabemos, os exércitos franceses invadiram Portugal, levando D. João a vir para o

Brasil. A Espanha, aliada "natural" da França, pois as Coroas pertenciam à mesma dinastia dos Bourbon, mudou de posição com a execução de Luís XVI, em 1793, pelos jacobinos, entrando em guerra com a França.

Na Espanha, as disputas entre Carlos IV e seu filho, Fernando, fragilizavam o poder real. O desfecho desse conflito foi a abdicação de Carlos em favor de seu filho. Mas a situação com a França estava muito tensa, com as tropas de Napoleão acantonadas no norte da Espanha. Nesse quadro, pai e filho encontraram-se, a convite de Napoleão, em Bayonne, para acertar as questões entre os dois países. O resultado desastroso para a Espanha foi o aprisionamento de Fernando VII no castelo de Valençai, em 1808, e a nomeação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, para o trono espanhol.

Quando a notícia da captura de Fernando VII chegou às colônias, apresentou-se aos *criollos* uma situação inesperada: o rei legítimo estava prisioneiro e um francês ocupava o trono espanhol. As questões da legitimidade do poder constituído e da fidelidade ao rei estavam postas em discussão.

Na Espanha, houve grande resistência ao rei estrangeiro. Um levante popular sacudiu Madri e foi fortemente reprimido pelos franceses. Uma Junta Suprema Central foi organizada em Sevilha para defender a soberania espanhola e tentar expulsar os franceses. Porém, em 1810, estes também tomaram Sevilha e a oposição espanhola se deslocou para Cádis. Nessa cidade, foi tomada uma importante decisão, qual seja, a da convocação de cortes constituintes que deveriam escrever a primeira constituição espanhola. Depois de longos debates, que contaram com a participação de alguns representantes vindos das colônias, ela foi promulgada, em 1812, defendendo os princípios liberais e colocando alguns limites à monarquia espanhola, quando o rei legítimo voltasse ao poder. Com relação às colônias, mantiveram-se restrições à liberdade de comércio e à desigualdade dos direitos de representação política.

A agitação política se espalhava pela América espanhola. Desde 1808, começaram a se formar em diversas cidades – Buenos Aires, Montevidéu, Caracas, México, La Paz, Bogotá, Santiago, Quito – Juntas de governo organizadas pelos *cabildos* municipais nas quais se reuniam os representantes das elites locais. A questão principal em debate dizia respeito ao juramento de

fidelidade ao rei cativo, Fernando VII, ou a José Bonaparte. Estas primeiras manifestações, em que havia vislumbres de rebeldia, foram rapidamente reprimidas pelas autoridades espanholas. Porém, em 1810, novas Juntas se formaram e propuseram iniciativas mais concretas como, por exemplo, a instituição do livre-comércio. Mas, de maneira geral, as Juntas na América mantiveram-se fiéis a Fernando VII e demonstraram uma postura moderada e cautelosa sobre uma possível ruptura com a metrópole.

Esses acontecimentos políticos, por si sós, explicam os movimentos de independência? Pensamos que não e, por isso, voltemos os olhos para as colônias para entendermos os descontentamentos sociais e políticos de sua população.

Para tanto, se faz necessário visitar o século XVIII e conhecer as reformas propostas pelos reis da dinastia dos Bourbon, especialmente por Carlos III, que governou de 1759 a 1788. As reformas visavam à modernização da Espanha e de suas relações com as colônias. Para melhor controlar o vasto território da América do Sul, que contava apenas com o Vice-reinado do Peru, foram criados mais dois, o de Nova Granada, em 1739, e o do Rio da Prata, em 1776.

As reformas se dirigiram fortemente para a área da economia. Não restam dúvidas de que nos últimos 35 anos do século XVIII, aconteceram mudanças econômicas importantes. Assim, de um lado, foi posto em prática um modelo mais eficaz de taxação e arrecadação de impostos. De outro, foram abrandadas as regras estritas do comércio exclusivo entre a América e sua metrópole para, entre outros objetivos, diminuir o comércio de contrabando. Terminava o sistema de portos exclusivos – como Porto Belo, Vera Cruz, Cartagena – imposto pela metrópole desde o início da colonização. Outros 20 foram autorizados a fazer comércio com a Espanha, onde também caiu o monopólio de Cádis. Do mesmo modo, a Coroa criou nove guildas (associações) de comerciantes rompendo com o monopólio, até então existente, dos dois únicos Consulados de Comerciantes, o do México (desde 1594) e o de Lima (desde 1613). Em 1778, estabeleceu-se o livre-comércio entre as colônias, antiga solicitação dos *criollos*.

O afrouxamento das relações comerciais entre a Espanha e suas colônias, projetado para o benefício da metrópole, produziu impacto na

América e demonstrou as dificuldades de conciliar interesses opostos. Os comerciantes espanhóis e seus representantes nas colônias reclamavam a volta das restrições que outrora lhes proporcionaram lucro e segurança e os *criollos* consideravam insuficientes as mudanças, desejando o livre-comércio com todas as nações do mundo.

Essas reformas que preconizavam maior controle da Espanha sobre suas colônias fecharam algumas portas para a ascensão social e política dos *criollos*, que passaram a ter mais obstáculos para alcançar altos postos das carreiras administrativas e eclesiásticas. Com isso, os ressentimentos dos nascidos na América diante das regalias e privilégios desfrutados pelos peninsulares (os nascido na Espanha) tenderam a crescer e se aprofundar.

Com relação aos segmentos mais pobres da sociedade, não houve qualquer iniciativa por parte da Coroa para que sua situação melhorasse. Desde o início da colonização, a Coroa havia montado uma estrutura de controle social hierarquizada e rígida que determinava o lugar de cada um na sociedade. A população indígena, numericamente majoritária, sofria com as discriminações e opressão sofridas. Os índios deviam pagar tributo específico ao rei e estavam submetidos a várias modalidades de trabalhos forçados como a *mita* (trabalho obrigatório nas minas) ou os *obrajes* (trabalho compulsório na produção artesanal têxtil). Ainda que os escravos negros não fossem a principal força de trabalho, estavam disseminados por todas as colônias, sendo mais importantes nas plantações do Caribe, nas costas da Venezuela e nas minas de ouro da Colômbia.

Todas as generalizações sobre os movimentos de independência nas colônias espanholas correm o risco de ser simplificadoras, pois há muitas especificidades próprias de cada região. Entretanto, de forma didática, podemos dizer que, entre 1808 e 1810, os *criollos* ilustrados manifestaram suas inquietações por meio da criação de Juntas autônomas que indicavam sinais potenciais de mudança. Progressivamente, o movimento se radicalizou chegando à luta armada que dividiu o mundo colonial entre rebeldes e defensores da Coroa real.

Entre 1810 e 1814, os insurgentes formaram exércitos que conquistaram muitas vitórias sobre as forças realistas, parecendo anunciar a

ruptura total com a metrópole. Esses anos correspondem aos do cativeiro de Fernando VII e da dominação francesa sobre a maior parte do território espanhol. Desse modo, a maior preocupação da Junta Suprema (de Sevilha e depois de Cádis) se concentrava na organização da resistência espanhola aos franceses. Os primeiros reforços enviados para combater os insurgentes americanos foram pagos pelos comerciantes de Cádis, interessados em não perder os mercados coloniais para seus concorrentes estrangeiros. Das colônias, os comandantes espanhóis faziam repetidas solicitações de reforços, desde Montevidéu até Lima e Caracas, sem obter os resultados esperados.

Porém, quando os exércitos de Napoleão foram derrotados em 1814, Fernando VII voltou à Espanha e retomou a coroa de José Bonaparte. Determinado a não perder suas colônias, começou a organizar a ofensiva para derrotar definitivamente os rebeldes americanos. Em fevereiro de 1815, a grande expedição do general Pablo Morillo, com 10 mil homens e 18 navios de guerra, partiu para Caracas, pois o norte da América do Sul fora considerado o lugar com as necessidades mais urgentes. Com a chegada das forças espanholas, o movimento rebelde atravessou um período de derrotas, pondo em risco tudo que havia sido alcançado anteriormente. Mas a violenta repressão aos rebeldes com muitas prisões e fuzilamentos provocou mais insatisfação nas colônias. Os insurgentes não apenas sobreviveram, mas também ganharam fôlego e marcharam em direção à independência.

Em 1820, os dois vice-reinados mais importantes do Império Espanhol, a Nova Espanha (futuro México) e o Peru, ainda não haviam alcançado a independência. No entanto, cinco anos mais tarde, com a derrota definitiva das forças realistas no Alto Peru (atual Bolívia), todo o continente rompera com suas metrópoles. O Brasil também declarara sua independência de Portugal. Apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneciam sob o domínio da Espanha.

A narrativa minuciosa dos azares da longa e sangrenta guerra na América do Sul comporia um formidável romance de aventuras, com episódios dramáticos e épicos. A região esteve exposta a uma luta incerta, em que a vitória de um dos lados não era evidente e em que a sorte mudou de rota muitas vezes. As sociedades dividiram-se entre a adesão à causa da

independência e a lealdade à Coroa espanhola. O medo e a insegurança estavam incorporados à população, ao mesmo tempo que a esperança e a crença na possibilidade de transformações positivas faziam emergir aspirações sociais diversas e conflitantes. Quando a guerra começou, pôs em relevo tais conflitantes expectativas e alimentou sonhos de diversos segmentos da sociedade. O historiador peruano Flores Galindo nos fala de vários murais limenhos do começo do século XIX, que retratavam a imagem do mundo de ponta-cabeça: o réu aparecia aguardando o juiz, o usurário exercendo a caridade, os toureiros investem contra os touros.

Dentro desse amplo quadro, as lideranças militares que comandaram os exércitos insurgentes desempenharam papel importante. Na América do Sul, os dois grandes generais foram o venezuelano Simón Bolívar e o argentino José de San Martín. Porém, se não há exércitos sem comandantes, também não há guerra sem adesão e participação dos diversos setores da sociedade. Assim, é imprescindível levar em consideração essas duas dimensões da insurreição. Vamos começar pelo primeiro ponto, apresentando a trajetória dos dois grandes líderes da independência.

José de San Martín nasceu em Yapeyú, povoado da atual província de Corrientes, em 25 de fevereiro de 1778. Seu pai era um militar espanhol que estava no Rio da Prata a mando da Coroa. Aos 6 anos de idade, a família voltou à Espanha, onde San Martín estudou, tendo ingressado na carreira militar. Ganhou experiência ao participar de batalhas no norte da África e no território espanhol contra as tropas de Napoleão que tinham invadido o país.

Recebia regularmente notícias de Buenos Aires, onde, a partir de 1810, havia começado o movimento pela independência. Como membro de uma sociedade secreta que defendia as ideias liberais, estava convencido de que era preciso combater o Antigo Regime. Assim, em 1812, decidiu abandonar sua carreira na Espanha e dirigir-se ao Prata. No próprio ano de sua chegada, com patente de tenente-coronel, assumiu o comando de um regimento que venceu os espanhóis na batalha de São Lourenço. A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi proclamada em Tucumán em 9 de julho de 1816.

San Martín tinha uma ampla visão do quadro geral da América do Sul e, desse modo, entendia que a consolidação da vitória sobre os espanhóis só seria alcançada se o Peru, baluarte das forças realistas, fosse li-

bertado. Seu plano era chegar a Lima passando pelo Chile. Mas para tanto, era preciso cumprir a difícil façanha de atravessar os Andes. Durante três anos, preparou uma expedição que contou com a mobilização de 5.500 homens, entre eles um significativo contingente de escravos negros vindos de Buenos Aires. Durante a célebre travessia, houve baixa de 400 soldados.

As forças de San Martín foram bem-sucedidas em sua passagem pelo Chile. Mostraram-se fundamentais na batalha de Maipu, que ocorreu em abril de 1818 e que consolidou a independência do Chile, proclamada por Bernardo O'Higgins, dois meses antes.

Mas o objetivo final era libertar o Peru. Assim, uma expedição de 4 mil homens em 23 navios deixou o Chile, em agosto de 1820, em direção a Lima. A tomada da capital do Vice-reinado do Peru ocorreu em 28 de julho de 1821, quando a independência foi proclamada.

San Martín foi um grande líder militar, porém não demonstrou ter habilidades políticas suficientes para governar o Peru. Depois de grande resistência a sua liderança, incapaz de contornar os problemas pós-independência, resolveu deixar tudo e partir, em 1824, para a Europa com sua filha de 8 anos, Mercedes Tomasa, cuja mãe havia falecido um ano antes. Viveu na Bélgica e na França, até sua morte, em 1850. Na Argentina, é considerado "herói nacional". E, como tal, teve suas cinzas, em 1880, trasladadas para Buenos Aires e depositadas em mausoléu na catedral da capital.

A outra grande figura da independência, Simón Bolívar, também teve uma vida repleta de peripécias. Nasceu em Caracas, em 24 de julho de 1783, filho de uma rica e tradicional família de fazendeiros de cacau. Órfão desde muito cedo, foi criado pelo avô, que lhe proporcionou uma esmerada educação de inspiração liberal entregue ao lendário e radical preceptor Simón Rodriguéz. Como era comum entre os *criollos* mais ricos, viajou várias vezes à Europa, tendo passado por França, Itália e Espanha. Neste último país, casou-se com María Teresa del Toro que, após oito meses de casada, faleceu em terras venezuelanas, de febre amarela, para grande desgosto do marido.

Entre idas e vindas da Europa, instalou-se definitivamente na Venezuela, em 1807, envolvendo-se, desde o início, nos movimentos pela independência.

Na América, a Venezuela foi o primeiro território a declarar sua independência frente à Espanha, em 5 de julho de 1811. Mas a nascente

república não se sustentou. As dificuldades aumentaram para os rebeldes, quando na Sexta-Feira Santa de 1812, a cidade de Caracas foi sacudida por um terrível terremoto. Os realistas afirmaram que este havia sido o "justo castigo" de Deus diante da rebelião contra o monarca e a Igreja.

As vitórias e derrotas das forças rebeldes lideradas por Símon Bolívar, no norte da América do Sul, demonstravam a dificuldade da Espanha em vencer os rebeldes e os obstáculos que estes enfrentavam para manter as conquistas. Depois da restauração de Fernando VII, como já foi indicado, chegou a Nova Granada a grande expedição do general Pablo Morillo para reconquistar os territórios perdidos. A repressão foi muito violenta, indicando, num primeiro momento, que esta era a estratégia correta. Mas a resistência rebelde também se adensou, alimentada por insatisfação crescente frente às arbitrariedades das forças realistas. Bolívar e seus generais reorganizaram os exércitos e iniciaram a virada no tabuleiro da guerra, prometendo a alforria aos escravos que se alistassem e terra aos soldados do exército.

Do mesmo modo que San Martín, Bolívar atravessou os Andes para lutar contra os espanhóis, tomando Bogotá. No final de 1819, foi proclamada a independência do Vice-reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na república da Grã-Colômbia, sendo Bolívar o primeiro presidente. Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistava a independência depois da vitória na famosa batalha de Carabobo.

A saga militar bolivariana só terminaria após a intervenção de seus exércitos nas lutas pela independência do Vice-reinado do Peru, que haviam sido conduzidas anteriormente por San Martín. As batalhas finais pela libertação da América do Sul aconteceram na serra peruana, sendo a última delas, a de Ayacucho, comandada pelo general José Antônio de Sucre, em 1824, o mesmo que libertara o Equador na Batalha de Pichincha, dois anos antes. Sucre era uma figura muito próxima de Bolívar e, como reconhecimento por seus feitos, propôs que a região do Alto Peru passasse a ser denominada de Bolívia.

Diferentemente de San Martín, Bolívar envolveu-se fortemente com as questões do poder político. Exerceu cargos executivos, trabalhou na elaboração de textos constitucionais e deixou muitas cartas e outros escritos versando sobre temas políticos diversos, carregados de ideias e propostas.

Angariou muitos seguidores e também fez muitos inimigos. Alguns deles, como o general colombiano, Francisco de Paula Santander, futuro presidente da Colômbia, fora seu antigo aliado. Bolívar sofreu atentados à sua vida, mas saiu ileso. Em uma das vezes, foi salvo por Manuela Sáenz, sua última companheira. Nascida em Quito, Manuela deixou o marido para seguir Bolívar. Já em vida era conhecida por sua iniciativa, coragem e lealdade ao general.

No entanto, as tramas políticas nas quais Bolívar se envolveu acabaram por deixá-lo isolado. A Grã-Colômbia que ele idealizara se fragmentou, fazendo surgir países separados: Venezuela, Equador e Colômbia. No começo de 1830, renunciou ao cargo de presidente e, desgostoso com tudo, partiu em direção a Cartagena, para se autoexilar. Antes de lá chegar, morreu em Santa Marta, pobre e tuberculoso, no dia 17 de dezembro de 1830.

Construiu-se, desde o século XIX, um verdadeiro culto ao "Libertador", considerado o "maior herói nacional" da Venezuela. Algumas de suas propostas atravessaram os séculos, como a ideia de construção de uma possível unidade latino-americana. Essa perspectiva nasceu com sua proposta da constituição de uma liga que se formaria num congresso de representantes das novas nações, a ser realizado no Panamá, em 1826. Como convidados especiais foram chamados os Estados Unidos (o representante morreu a caminho) e a Inglaterra (mandou um simples observador). A reunião fracassou e notáveis ausências foram registradas como as do Brasil, Argentina e Chile. Mas "o sonho" persistiu e foi ganhando novas roupagens com o passar das gerações, chegando até o presente.

Interessante lembrar que Bolívar e San Martín tiveram quadros pintados por seus contemporâneos. O peruano José de Castro Gil, conhecido pelo nome de Mulato Gil, fez retratos de ambos, assim como o de Bernardo O'Higgins. Bolívar, que deixou inúmeras imagens para a posteridade, encontrou tempo para pousar por duas vezes para o pintor colombiano José María Espinoza, também autor da última tela que traz o general já envelhecido e alquebrado.

Como vimos, os exércitos rebeldes contaram com comandantes estrategistas para vencer a guerra. Mas, para que as forças insurgentes se pusessem em marcha, era preciso que pessoas abastadas patrocinassem sua organização.

Nesse sentido, os ricos comerciantes da cidade de Buenos Aires financiaram a formação dos primeiros batalhões e, na Venezuela, foram os plantadores de cacau os responsáveis por parte importante de tal financiamento.

Porém, não há exército sem soldados que, por sua vez, deviam estar convencidos de que a causa da independência era a mais justa e necessária para destruir a ordem colonial. Desse modo, "pessoas comuns" dos mais diversos segmentos sociais e étnicos foram indispensáveis para engrossar as fileiras insurgentes, mas suas histórias acabaram esquecidas ou pouco valorizadas. Assim, é importante mostrar tal participação.

As novas ideias que estimularam a independência foram divulgadas por um grupo considerável de letrados provenientes das diversas partes da América. Nos muitos escritos desse período – panfletos, memórias, discursos, jornais – defendiam a independência, demonstrando sólido conhecimento das ideias liberais. Fundamentaram-se nelas para armar suas plataformas de ação e sua justificativa da ruptura com a metrópole.

Um belo exemplo desses letrados é Francisco José de Caldas (1771-1816), nascido em Popayán, atual Colômbia. Geógrafo, astrônomo e naturalista, fez coexistir sua fé católica com a adoção do método experimental em ciência, aliadas à firme defesa da independência política da Nova Granada. Foi diretor do Observatório Astronômico de Bogotá – criado pouco tempo antes – e editor do *Semanario del Nuevo Reino de Granada.* Quando a guerra começou, assumiu a causa da independência e criou um jornal, *Diario Político.* Em 1816, as forças realistas do general Morillo o aprisionaram. Julgado, foi fuzilado em Bogotá junto com um grupo de liberais colaboradores do *Semanario* e do *Diario.*

Do mesmo modo que os homens ilustrados contribuíram para a independência, os mais desfavorecidos membros da sociedade colonial, os escravos negros, marcaram sua presença. Como já vimos, eles foram os protagonistas centrais nas lutas pela independência do Haiti. Mas também lutaram nas guerras na América do Sul. A eles, em geral, era concedida a alforria, caso se alistassem do lado dos insurgentes. Há muitos exemplos a serem indicados. No Rio da Prata, eles integraram vários batalhões e sofreram pesadas baixas. O mais conhecido foi o "Batalhão Negro de Buenos

Aires", integrante do exército de San Martín, que atravessou os Andes. De um total de 5 mil homens que partiram em direção ao Chile, 1.500 eram negros. O exército de Sucre, responsável pela vitória na decisiva batalha de Ayacucho, no Peru, contava com um grande contingente de soldados negros. O antigo escravo Pedro Camejo, apelidado por sua coragem de *Negro Pimero*, participou dos exércitos de Bolívar e morreu no campo de batalha em Carabobo. Sua morte foi retratada com destaque na tela sobre a batalha elaborada pelo grande pintor venezuelano Martín Tovar y Tovar (ver box "A escravidão na América espanhola").

A ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA

A partir de fins do século XV, e com grande intensidade a partir do século XVII, os domínios coloniais europeus nas Américas e no Caribe incorporaram o regime de trabalho escravo de populações trazidas de diferentes regiões do continente africano. Entre fins do século XV e o século XIX, mais de 12 milhões de africanos foram embarcados rumo ao Novo Mundo. A América portuguesa foi a maior receptora do tráfico, ultrapassando a casa dos quatro milhões de indivíduos ingressos. Na primeira metade do século XIX, até que se promulgasse a Lei Eusébio de Queirós, em setembro de 1850, o volume de escravos desembarcados alcançou níveis sem precedentes. Também os Estados Unidos experimentaram um aumento do tráfico no alvorecer dos anos 1800, com números menores do que o Brasil e um fluxo francamente decrescente a partir de 1826. O que não significa, como sabemos, que a escravidão tenha se tornado um problema secundário naquele país, nas décadas que se seguiram.

Na América espanhola, incluindo-se os domínios hispânicos no Caribe, estima-se que tenham entrado 1.660.000 cativos. Do total de 1.660.000, Cuba recebeu, entre as décadas de 1790 e 1870, 840 mil escravos. A importância que a escravidão de origem africana assumiu na ilha, associada ao sistema de *plantation* do açúcar, está associada ao lugar estratégico que o império de Carlos III conferiu a Cuba, no contexto das já mencionadas Reformas Bourbônicas. O modelo de produção escolhido, celebrado pela oligarquia agrária sediada em Havana, inspirava-se nas economias escravistas das colônias francesas e inglesas nas Antilhas. Dentre elas, o Haiti.

Como os próprios números sugerem, a escravidão foi menos central nos vice-reinos espanhóis no continente. Ela esteve presente, entretanto, no trabalho minerador, doméstico, agrícola, artesanal e mercantil, em muitas partes do mundo colonial. Em algumas regiões, como nas minas do Vale do Cauca ou da Antioquia, no Vice-reino de Nova Granada, na sua cidade portuária de Cartagena das Índias, os africanos e seus descendentes, nascidos em cativeiro ou forros, foram a base da mão de obra.

Mas em que pesem as diferenças regionais na América espanhola, a importância demográfica dos escravos e libertos foi proporcionalmente pequena em face das populações indígenas. Na América do Sul, os exércitos libertadores recrutaram escravos para lutar em suas fileiras. Como resultado, muitos morreram ou conquistaram sua alforria ao fim das guerras.

Ainda sim, a escravidão sobreviveu às independências. Somente em Porto Rico e em Cuba, onde a emancipação teve de aguardar quase todo o século XIX, foi abolida, respectivamente, em 1873 e em 1886, alguns anos antes do fim do jugo espanhol.

No restante da América espanhola, mais cedo ou mais tarde, o tráfico de escravos foi proibido e a escravidão abolida. No Peru, por exemplo, isso aconteceu em 1854, durante a presidência de Ramón Castilla. Os proprietários de escravos foram indenizados pelas perdas patrimoniais. No registro de indenizações, o Convento de La Buena Muerte figura como o maior dos proprietários, obrigado a emancipar 517 pessoas. Dos países continentais hispano-americanos, o Paraguai foi o último a libertar os escravos, no ano de 1869, em plena guerra com a Tríplice Aliança.

Indígenas e mestiços igualmente participaram das lutas pela independência. No México, os exércitos liderados pelos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos contaram com número expressivo de camponeses indígenas e mestiços (ver box "Independência do México"). Do mesmo modo, eles aderiram à rebelião de Cusco de 1814, liderada pelos irmãos Angulo, que se espraiou desde o sul do Peru até a atual Bolívia. Um exemplo sempre lembrado é o do cacique indígena Mateo Pumacahua, de 75 anos, cujas forças se integraram aos insurgentes. Ele foi preso, condenado à morte e executado em frente de suas tropas.

INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO

Em 16 de setembro de 1810, se iniciava na Nova Espanha a rebelião contra o domínio espanhol, liderada por Miguel Hidalgo y Costilla, padre do pequeno *pueblo* de Dolores, próximo da cidade mineradora de Guanajuato. A Nova Espanha era a parte mais rica e mais importante do Império Espanhol na América.

Depois de expressivas vitórias sobre as forças realistas, os rebeldes foram derrotados na Batalha de Aculco, muito perto da Cidade do México. Hidalgo foi preso, julgado e fuzilado em julho de 1811. O comando das forças independentistas passou para as mãos de outro padre, José María Morelos y Pavón. Depois de vitórias expressivas, como a tomada da cidade de Oaxaca, no sul do México, os exércitos rebeldes não tiveram condições de reagir ao avanço das tropas realistas. Morelos acabou preso e fuzilado em 1815. Com a morte de Morelos, os grupos insurgentes lutaram isoladamente, fazendo uma resistência de guerrilha, mas sem alcançar êxito.

Importante assinalar que os dois padres, em especial Morelos, defenderam as aspirações dos mais pobres, tomando atitudes radicais. Hidalgo proclamou a abolição da escravidão negra e o fim dos tributos indígenas. Morelos propôs a distribuição de terras, inclusive as da Igreja, para os camponeses. Desse modo, se entende a grande participação de indígenas e camponeses nos exércitos rebeldes que carregavam à frente o estandarte da Virgem de Guadalupe e que chegaram a contar com 80 mil homens. Esta adesão se explica pela extrema pobreza em que vivia a maior parte da população do futuro México e as esperanças abertas com a rebelião.

Finalmente, em 1821, depois de 10 anos de guerra, da morte de aproximadamente 1 milhão de pessoas (a sexta parte da população) e da devastação da economia, a independência foi alcançada. Ela foi o resultado de um acordo entre as elites, sendo seu líder o general Agustín de Iturbide, que havia anteriormente combatido com obstinação as forças rebeldes independentistas.

A Igreja Católica, enquanto instituição hierarquizada, esteve ao lado dos realistas durante o processo de independência e, muitas vezes, usou a religião como arma para dissuadir os rebeldes. Quando o terremoto de 1812 sacudiu Caracas e outras cidades da Venezuela, a posição da Igreja foi a de afirmar que este fora um castigo de Deus pela revolta contra o rei e a Igreja.

Por outro lado, é notável o número de padres que se incorporaram ao movimento de emancipação. Na Nova Espanha, calcula-se que mil dos 10 mil sacerdotes existentes tomaram posição diante das lutas. Muitos padres se transformaram em líderes como Hidalgo e Morelos na Nova Espanha, Camilo Henriquez no Chile ou o cônego Luís Vieira em Minas Gerais.

Entretanto, não apenas o gênero masculino marcou sua presença no período. A participação das mulheres foi significativa e se deu em diversos níveis: como acompanhantes dos exércitos, como soldados, como mensageiras ou como animadoras da causa da independência. Tomemos alguns poucos exemplos.

Nos campos de luta, as mulheres, às vezes com filhos, acompanhavam os soldados – maridos, amantes ou irmãos. Como não havia abastecimento regular das tropas, cozinhavam, lavavam, costuravam, em troca de algum dinheiro. Essas mulheres aguentavam as duras caminhadas e as agruras das batalhas sem qualquer reconhecimento positivo. Ao contrário, em geral, carregavam a pecha de "mulheres fáceis" que se vendiam aos homens por qualquer preço.

Também participaram de batalhas como soldados. Uma delas foi Juana Azurduy de Padilla que nasceu em Chuquisaca (hoje Sucre), em 1780. Junto com o marido, homem de posses, dono de fazendas, liderou um grupo de guerrilheiros, participando de 23 ações armadas, algumas sob seu comando. Ganhou fama por sua coragem e habilidade, chegando a obter a patente de tenente-coronel. Depois da morte do marido, Juana, que perdeu todos os seus bens, continuou participando da luta guerrilheira, ainda que com dificuldades crescentes. A seu lado, nos combates, havia um grupo de mulheres, chamadas "las amazonas".

Mulheres de famílias abastadas, demonstrando sua adesão à causa da independência, abriram seus salões para tertúlias em que se discutiam ideias e se propunham estratégias em favor do movimento.

Entre as mensageiras, um exemplo extraordinário foi o de Policarpa Salavarrieta, conhecida como Pola, nascida em Guaduas, na atual Colômbia, em 1795, numa família de regular fortuna ligada à agricultura e ao comércio. Pola trabalhava como costureira em casas de famílias defensoras

dos realistas e, como tal, colhia informações para serem enviadas às tropas guerrilheiras, das quais fazia parte seu noivo, Alejo Sabaraín. Ao ser preso, foi encontrada com ele uma lista de nomes de realistas e de patriotas que Pola lhe havia entregue. Assim, ela foi capturada, julgada e condenada à morte por um Conselho de Guerra. No dia 14 de novembro de 1817, Policarpa Salavarrieta e Alejo Sabaraín e outros oito homens foram fuzilados na Praça Maior de Santa Fé de Bogotá. Sua morte causou grande comoção, provocando fortes reações. Imediatamente após seu fuzilamento, ela foi retratada, num célebre quadro, esperando pelo momento final. Poemas e peças teatrais surgiram cantando sua lealdade à causa independentista e sua coragem diante do cadafalso.

Obra do século XIX de pintor anônimo retratando Policarpa Salavarrieta (1795-1817) pouco antes de ser fuzilada a mando da Espanha, acusada de ter participado ativamente da luta pela emancipação do Vice-reino de Nova Granada.

Importante indicar, igualmente, os poemas e canções escritas nessa época por aqueles que vivenciaram aquelas lutas. O mais conhecido entre os poetas populares foi Bartolomeu Hidalgo, nascido em Montevidéu, em 1778, e falecido na Argentina em 1822. Deixou muitos versos, entre eles um *Cielito* (canto e baile popular da região) sobre a Independência, do qual retiramos uma estrofe:

Os persistentes argentinos
juram hoje com heroísmo
eterna guerra ao tirano,
guerra eterna ao despotismo:
Cielito, *cielo* cantemos,
se acabarão nossas penas
porque já jogamos fora
os grilhões e as correntes.

Os historiadores, desde o século XIX, buscaram entender as razões que desencadearam os acontecimentos da independência. Alguns deles insistiram na importância das ideias para mudar o cenário colonial. Nessa perspectiva, salientaram as novas ideias da Ilustração francesa – sintetizadas no lema revolucionário "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" – como fundamentais; outros afirmaram que tais ideias chegaram às Américas por intermédio de alguns pensadores da própria Espanha; a independência dos Estados Unidos, ocorrida em 1776, também inspirara os *criollos* que a viam como modelo a ser seguido.

Para outros estudiosos, os motivos centrais estavam em questões estruturais e materiais de ordem econômica. Desse modo, a força da Revolução Industrial inglesa que necessitava de mercados consumidores por todo o mundo se mostrava incompatível com as restrições comerciais impostas pelas metrópoles ibéricas – monopólios e privilégios – sobre suas colônias americanas. As regras de funcionamento do capitalismo exigiam plena liberdade de comércio, o que levaria fatalmente ao desmoronamento do mundo colonial.

O bicentenário das independências estimulou muitos trabalhos sobre o tema. Discutiu-se, por exemplo, a importância da reunião das Cortes de

Cadiz, em 1812, que despertou um intenso debate jurídico/político e que explicitou as divergências entre os vários participantes – muitos deles vindos da América – sobre as novas bases em que se assentaria o Império Espanhol.

Como procuramos mostrar, para se compreender o processo de independência das colônias espanholas, é preciso computar fatores tanto de ordem econômica, social, como cultural, religiosa, jurídica e política. É nessa moldura que homens e mulheres de carne e osso fizeram suas escolhas e optaram por se engajar na longa guerra contra a Espanha ou por permanecer fiel à ordem colonial. Concordamos com a interpretação do historiador peruano Alberto Flores Galindo. Para ele, ao se pensar o passado, deve-se levar em conta que "os desenlaces são o resultado de combinações sempre específicas entre determinações estruturais e vontades, tanto individuais como coletivas".

Terminada a guerra, as consequências desse período conturbado afloraram. A longa luta desorganizara a economia e muitas das riquezas produzidas nas fazendas e nas minas haviam sido destruídas. O comércio estava em franco declínio e os tesouros públicos encontravam-se esgotados. O trabalho de reconstrução que se impunha era enorme. Os líderes políticos disputavam o poder e os novos Estados ainda em formação mostravam-se frágeis.

Na Espanha, continuaram a existir planos rocambolescos para a reconquista da América. Assim, em julho de 1829, Fernando VII enviou ao México, partindo de Cuba (que permanecia como colônia espanhola), um exército de 4 mil homens para reconquistar o que havia sido perdido. Julgava que ali os realistas eram muito fortes e que o apoiariam. Depois de perder 900 soldados, o brigadeiro Barradas rendeu-se e deixou o México. Foi a última tentativa de retomar o continente perpetrada pela Coroa espanhola. Fernando VII, ao morrer em 1833, ainda acreditava que a independência tinha sido o desejo de uns poucos e "que a América se perdera contra a vontade da mesma América".

O horizonte republicano nos Estados nacionais em formação

A conquista da independência marcava o rompimento dos laços políticos com a metrópole e também indicava que complexas tarefas mostravam-se urgentes. Era necessário construir os novos Estados, montar uma estrutura administrativa, delimitar fronteiras, organizar instituições para garantir a ordem e o controle sociais e, além de tudo isso, encontrar formas de reanimar as combalidas economias. Grupos políticos se formaram para pensar e encaminhar soluções para tais problemas.

A América espanhola, como se sabe, optou pelo regime político republicano. No entanto, lá também havia defensores da Monarquia – como José de San Martín, por exemplo – que entendiam ser esse o único regime capaz de garantir a ordem política e manter a coesão social. Para eles,

apenas um monarca com sua "imparcialidade" seria capaz de se colocar acima dos interesses imediatistas dos grupos em disputa. Assim se explica o fato de grupos conservadores peruanos e mexicanos tentarem encontrar na Europa, algumas vezes durante o século XIX, um monarca "salvador" que hipoteticamente resolveria os problemas endêmicos das novas nações.

Mapa político da América Latina em 1830. Depois de encerradas as guerras de independência, os territórios dos Estados nacionais que se formaram nas antigas possessões de Espanha e Portugal já estavam praticamente definidos, com os limites similares aos que conhecemos hoje.

Se as questões da grande política ocupavam as elites, aqueles que não dispunham de recursos – quer econômicos, quer culturais – mantinham a esperança de que os tempos que se abriram com a independência lhes trouxessem benesses e regalias. Contavam que acontecessem reformas sociais, como acesso à terra, melhores condições de vida e maior participação política. Quando as esperanças se frustraram, rebelaram-se contra os que detinham o poder nos novos Estados instituídos.

Interesses econômicos e sociais diversos num quadro de fortes mudanças institucionais formavam o pano de fundo da construção dos Estados nacionais. Desse modo, nas primeiras décadas após a independência, houve grande instabilidade política provocada pelo confronto entre adversários que tinham propostas conflitantes para o futuro de seus países. Essa turbulência desembocou, algumas vezes, em guerras civis que envolveram setores diferenciados da sociedade, de abastados fazendeiros a pobres peões. Os pontos mais controversos giravam em torno da organização centralizada ou federalista de governo; da manutenção dos privilégios das corporações e dos foros especiais relativos ao Exército e à Igreja, instituição muito poderosa durante todo o período colonial; e sobre a participação política popular, vale dizer, sobre os significados e alcance da democracia.

Este último tema foi fortemente discutido pelas elites do período. Num Estado republicano era preciso escrever uma constituição e promover eleições. O poder político emanava da sociedade, porém os setores populares poderiam ter participação plena, sem afetar a ordem social defendida com vigor pelos grupos dirigentes?

Desde antes da independência, Simón Bolívar já se preocupava com essa questão, defendendo posições contrárias à ampla participação política popular. Na famosa Carta da Jamaica, de 1815, na qual fazia uma análise da situação de cada uma das partes da América do Sul, ainda sob o domínio espanhol, escreveu sobre a Venezuela:

> Em Caracas, o espírito de partido teve sua origem nas sociedades, assembleias e eleições populares, e estes partidos nos levaram à escravidão. Assim como a Venezuela tem sido a república americana que mais tem aperfeiçoado suas instituições políticas, também tem sido o mais claro exemplo da ineficácia da forma democrática e federal para nossos nascentes Estados.

Em 1819, no decisivo Congresso de Angostura, na Venezuela, Bolívar propunha que o Senado, ao invés de ser eleito, deveria ser hereditário, para evitar "as investidas" do povo. Nesse mesmo discurso, dizia que "a liberdade indefinida e a democracia absoluta são os escolhos onde foram se arrebentar todas as esperanças republicanas". Mais tarde, em 1825, em pronunciamento diante do Congresso Constituinte da Bolívia, propôs a presidência vitalícia para o país:

> O presidente da república nomeia o vice-presidente, para que administre o Estado e o suceda no poder. Por esta providência, evitam-se as eleições, que produzem a grande calamidade das repúblicas, a anarquia, que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares.

Outra figura importante do período da independência foi o argentino Bernardo de Monteagudo. Na juventude, foi ardoroso adepto da democracia e diretor da Sociedade Patriótica, fundada em Buenos Aires em 1812. Acompanhou San Martín, de quem foi secretário, na épica travessia dos Andes. Depois da independência do Peru, ocupou o cargo de ministro do Exterior. Lá fez inimigos políticos poderosos e terminou a vida misteriosamente assassinado em uma rua de Lima, em 1825. Com o passar dos anos, moderou mais e mais suas convicções, tornando-se monarquista. Escreveu em 1823, depois de sua breve experiência política no Peru: "É necessário concluir que as relações que existem entre amos e escravos, entre raças que se detestam e entre homens que formam tantas subdivisões sociais quantas modificações há em sua cor, são inteiramente incompatíveis com as ideias democráticas."

Nas décadas de 1820 e 1830, foram os liberais que se detiveram em pensar, de forma mais consistente, sobre as questões em torno da democracia, elaborando justificativas que impunham limites à soberania popular. Tomemos dois Estados, a Argentina e o México, para entendermos este último ponto.

A Argentina depois da independência estava dividida politicamente entre aqueles que propunham um governo centralizado – os unitários – e os que advogavam a autonomia radical das províncias – os federalistas. As divergências entre eles foram de tal envergadura que acarretaram guerras civis intermitentes. Líderes políticos locais ou provinciais, chamados de caudilhos, à frente de grupos armados, impediram a organização de um Estado nacional centralizado até 1862, quando Bartolomeu Mitre assumiu a presidência nacional.

Essas disputas eram o resultado das muitas diferenças entre as regiões da futura Argentina. A província de Buenos Aires com suas estâncias de gado e seu dinâmico porto desejava controlar as rendas da aduana em proveito próprio e não queria a livre navegação dos rios, como o Paraná e o Uruguai. A região do chamado litoral dos rios, onde estavam as províncias de Entre Rios e Santa Fé, lutava, ao contrário, pelo livre-comércio nas águas desses rios. O interior – e suas grandes cidades como Córdoba, Mendoza e Tucumán – fora muito importante durante o período colonial até a segunda metade do século XVIII, e tinha estabelecido uma dinâmica econômica e cultural própria. Desse modo, era extremamente difícil harmonizar os interesses dessas três regiões e construir um Estado que os representasse. Assim, se entende a força dos federalistas e o apoio local e popular que receberam.

Dentre os federalistas, estavam o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas e Facundo Quiroga, poderoso caudilho da província de La Rioja. Esses líderes nem sempre advogavam posições semelhantes a respeito de muitos temas, como por exemplo, a própria organização do Estado nacional. Enquanto Quiroga pensava ser necessária a criação de um Estado dentro do sistema federalista, Rosas entendia que cada província devia primeiro se organizar e se estabilizar para só então poder se constituir a Federação. Dentre os unitários, a figura já lendária do derrotado general José Maria Paz, natural de Córdoba, permanecia ainda como símbolo de resistência contra o poder dos federalistas.

Depois de uma efêmera experiência, na década de 1820, em que o país esteve unificado sob um governo centralizado, a Argentina estava organizada como uma instável federação de províncias. Em Buenos Aires, o estancieiro Juan Manuel de Rosas chegou ao governo da província em 1829. Com um breve intervalo, ali permaneceu até 1852, quando, na grande batalha de Caseros, foi derrotado por um exército comandado por Justo José de Urquiza, natural de Entre Rios, do qual faziam parte tropas do Império Brasileiro (ver box "Conflitos no Prata"). Rosas governou Buenos Aires com mão de ferro. Por intermédio de uma série de pactos com outros governadores ficou encarregado dos Negócios Estrangeiros do futuro país. Depois do assassinato de seu importante rival político, Facundo Quiroga, em 1835, seu poder político estendeu-se por todo o país.

CONFLITOS NO PRATA

Desde o início, em 1810, das lutas pela independência das colônias espanholas, Portugal (posteriormente também o Brasil) e Argentina disputaram o domínio sobre a Banda Oriental. Quando José Artigas iniciou, em 1811, as lutas pela independência do futuro Uruguai, o Império Português entendeu que era o momento apropriado para atingir seus antigos objetivos, mobilizando suas forças para intervir na região. A movimentação e as propostas de Artigas eram consideradas perigosas aos olhos Coroa portuguesa, porque estavam voltadas para as aspirações populares. Isso levou à primeira (e frustrada) intervenção portuguesa, na Banda Oriental, em 1811. Mas, do outro lado do estuário, Buenos Aires comandava as lutas para se tornar independente da Espanha. Conquistando rapidamente seguidas vitórias, projetava manter sua hegemonia sobre os mesmos territórios que haviam composto o antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Desse modo, tanto a Banda Oriental, quanto o Paraguai "deveriam" fazer parte das nascentes Províncias Unidas do Rio da Prata. Assim, as ambições portuguesas e portenhas se enfrentaram em torno do território do futuro Uruguai. Em 1816, quando Artigas lutava contra os Unitários portenhos e desagradava, com suas propostas radicais de confisco de terras, à elite mercantil e proprietária da Banda Oriental, os portugueses novamente mandaram tropas por terra e por mar para a região, culminando suas ações com o cerco a Montevidéu. Receberam apoio de proprietários rurais e de comerciantes, descontentes com Artigas. Este acabou derrotado em 1820, deixando o território da Banda Oriental para sempre. Aproveitando-se da debilidade dos portenhos – provocada pelas lutas políticas locais que os dividiam –, os portugueses, temporariamente vitoriosos, incorporaram, em 1821, a Banda Oriental a seu Império, com o nome de Província Cisplatina. Com a independência brasileira, em 1822, o imperador D. Pedro I seguiu a política externa já estabelecida. A província Cisplatina "pertencia" ao novo país.

No entanto, as ambições brasileiras sobre o território da Banda Oriental começaram a ser soterradas em 1825. A luta dos uruguaios pela reconquista anulou os compromissos políticos com o Brasil e reintegrou a Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A guerra desencadeada entre Brasil e Argentina terminou sem vitoriosos. Com a arbitragem da Grã-Bretanha, o Estado Oriental do Uruguai, como país soberano, nascia em 1828.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu-se com a menoridade do sucessor ao trono brasileiro o período conhecido como o das Regências. Nesses anos, o Brasil foi sacudido por uma série de rebeliões de forte cunho regionalista, muitas delas propondo a separação do resto do país, constituindo-se em ameaçador perigo da dissolução "da ordem e da unidade" do Império. A mais longa dessas rebeliões foi a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, que pôs em risco a manutenção das "fronteiras naturais" do sul do país. A tentativa de separação se alicerçava em propostas republicanas de governo, concretizadas na criação da República de Piratini. O fantasma da perda da Província Cisplatina rondava a corte imperial, e o envolvimento de grupos uruguaios nas lutas indicava a permanência de interesses econômicos e políticos comuns, assim como de fronteiras bastante flexíveis.

No final da década de 1840, o Brasil trabalhava pela derrubada de Oribe, líder dos Blancos uruguaios, e do poderoso governador federalista de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Para tanto, aliou-se a seus inimigos internos, como o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, e aos Colorados uruguaios e buscou (em vão) também aliados no Paraguai. Os resultados dessas intervenções foram muito positivos para o Brasil. Em 1851, Oribe era derrubado no Uruguai, refugiando-se temporariamente em Buenos Aires. Em 1852, na impressionante Batalha de Caseros, em que se confrontaram 50 mil homens, Rosas caiu derrotado pelo conjunto de forças nacionais e estrangeiras. Finalmente foi assinada uma série de tratados com a república uruguaia, de interesse para o Brasil.

Na província de Buenos Aires, Rosas deu atenção especial à questão da fronteira, expandindo-a em direção ao sul, por intermédio de campanhas militares contra os índios, buscando garantir mais segurança para os donos de terra. Conseguiu grande respaldo social, respondendo, de um lado, às demandas dos setores estancieiros, pois legalizou a propriedade da terra e disciplinarizou a força de trabalho; e, de outro, atendeu a certas reivindicações populares, fato que lhe rendeu apoio entusiasmado. Em carta a um correligionário, datada de 1829, afirmava que os indivíduos que nada tinham se indispunham contra "os ricos e superiores". Desse modo, para não causar "maiores males", entendia que era "muito importante conseguir uma influência grande sobre essa classe [os pobres] para contê-la ou para dirigi-la; para

isso foi preciso que eu trabalhasse com muita constância, com muitos sacrifícios de comodidades e de dinheiro, fazer-me 'gaúcho' como eles, falar como eles e fazer quanto eles faziam; protegê-los, fazer-me seu 'apoderado', cuidar de seus interesses, enfim, não economizar trabalho nem meios para crescer mais em seu conceito".

Rosas teve plenos poderes, depois de 1835, para governar Buenos Aires e não aceitava contestação a seu governo. A lealdade a ele devia ser pública com o uso obrigatório de variados emblemas com a cor vermelha, a cor dos federalistas; aos inimigos, a mazorca, a degola, a prisão, o exílio. Seus adversários o representavam como a encarnação do absolutismo, arbitrariedade e barbárie.

Para escapar da repressão por parte do regime rosista, seus opositores foram empurrados ao exílio. Fugindo de uma possível prisão ou mesmo da morte, instalaram-se, em geral, no Uruguai ou no Chile, onde se organizaram e mantiveram, por intermédio de seus escritos, forte resistência política contra o governador. Esse grupo de intelectuais e políticos ficou conhecido como a *Geração de 37*, a primeira de uma série de futuras gerações de exilados políticos latino-americanos.

Desse grupo fazia parte Estebán Echeverría, que nasceu em Buenos Aires, em 1805, e morreu no exílio em Montevidéu, no ano de 1851. Ainda que mais conhecido como literato, desenvolveu intensa atividade política contra o governador da província de Buenos Aires. O jovem Echeverría, depois de viver na França, entre 1826 e 1830, e conhecer os debates políticos e ideológicos que lá se travavam, voltou à Argentina, alinhando-se com aqueles que se opunham ao rosismo. Foi um dos fundadores, em 8 de julho de 1838, de uma associação secreta, denominada *Jovem Argentina*, inspirada nas congêneres europeias, *Jovem Itália*, *Jovem Europa*, idealizadas pelo republicano italiano Giuseppe Mazzini. Propunha a formação de um Estado guiado pelos princípios liberais e pelas luzes da razão que moldariam uma Constituição a ser seguida e respeitada, pondo fim, por meio da conciliação, às lutas que dividiam a Argentina. Echeverría era o presidente da Associação e outros dois importantes intelectuais, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutierrez, integravam sua direção.

Em 1839, a Associação Jovem Argentina publicou no jornal *El Iniciador*, de Montevidéu, um manifesto que recebeu uma segunda edição redigido por Echeverría em 1846, no exílio no Uruguai, tomando o título definitivo de *Dogma socialista de la Asociación de Mayo*. Morreu em Montevidéu, em 1851, sem ver, portanto, a derrubada de Rosas do poder, no ano de 1852.

O *Dogma*, composto por vários tópicos, é uma síntese dos princípios políticos defendidos por Echeverría e se inicia com a enumeração das palavras simbólicas do que ele denominava a *Fé da jovem geração argentina*: Associação, Progresso, Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Deus, Democracia. Seriam elas que fariam a Argentina "sair do caos" para encontrar "a luz que a guie" e "a crença que a anime".

São suas reflexões sobre o conceito de democracia que nos interessam de forma particular. Democracia, para ele, se confundia com a ideia de soberania popular, isto é, que o poder legal e efetivo residia e emanava do povo. Em se tratando da política e da "coisa pública", todos os indivíduos deviam se guiar pela razão e não pela vontade ou pelos sentimentos. Segundo ele, a razão examinava, pesava, decidia, enquanto a vontade era cega, caprichosa, irracional. Portanto, apenas a parte sensata e racional da comunidade social podia exercer a soberania. A democracia não era, dessa forma, o despotismo das massas nem das maiorias, e sim o regime da razão. Os ignorantes que não podiam distinguir o bem do mal deviam se submeter aos que tinham o domínio das luzes; e os vagabundos e aqueles que não tinham ofício não podiam fazer parte da soberania do povo, porque não possuíam qualquer *interesse* ligado à sociedade, necessitando, portanto, de tutela. Obviamente, referia-se à tutela das elites. No entanto, as massas ignorantes ainda que privadas do exercício dos direitos de sua soberania ou de sua liberdade política estavam em pleno gozo de sua liberdade individual. Segundo Echeverría, as massas tendiam ao despotismo, estavam guiadas pelos instintos e eram sensíveis ao império da vontade e não ao da razão.

Finalmente, anunciava que quando todos os membros da sociedade estivessem em plena posse das liberdades – a individual, a civil e a política – e as exercessem, então estaria constituída plenamente a democracia. Mas, para se atingir tal estado, era necessário preparar as massas para o desempenho

das atividades políticas por meio da educação, que lhes seria ministrada por aqueles detentores das luzes. Assim, fechava-se o círculo dos eleitos para o exercício da democracia e daqueles que ficavam de fora, aguardando o consentimento dos ilustrados. No final do texto, afirmava sem deixar dúvidas: "A soberania só reside na razão coletiva do Povo. O sufrágio universal é absurdo. Não é nossa a fórmula dos ultrademocratas franceses: tudo para o Povo e pelo Povo, mas sim, a seguinte: *tudo para o Povo e pela razão do Povo.*"

Sem dúvida, Echeverría se apropriou das referências teóricas dos franceses – em especial Saint Simon, Leroux e Lamennais –, mas seus olhos estavam cravados nos dramas sociais da Argentina daquele período. Rosas, "o bárbaro", "o déspota", contava com apoio popular, repetidamente reiterado em momentos de crise. As "massas" que lhe davam sustentação política eram consequentemente perigosas, deixavam-se levar pelos instintos e pela vontade enganadora. Os civilizados, guiados pelas luzes da razão, capazes de distinguir o bem do mal, constituíam-se no único grupo apto para exercer o poder, após a derrubada do ditador Rosas. Para levar a Argentina ao caminho do progresso, fazia-se necessário encontrar os meios legais que impedissem a participação política dos despreparados. No *Dogma*, Echeverría apresentou uma análise sucinta, refletida e pormenorizada do conceito de democracia, justificando com argumentos filosóficos a exclusão dos setores populares do exercício legal da política e da gestão da nação.

No México, formaram-se dois grupos políticos: os liberais e os conservadores. Diferentemente do que ocorreu no Brasil do século XIX, estes dois partidos chegaram à guerra civil, porque seus projetos para a construção do Estado eram profundamente antagônicos. De maneira geral, podemos afirmar que os conservadores tinham preferência pelo regime monárquico, estavam ligados estreitamente à Igreja Católica e eram defensores dos foros privilegiados da Igreja e do Exército e das demais corporações coloniais. Como em nenhum outro país da América Latina, a luta pelos bens da Igreja dividiu tão fortemente a sociedade e deflagrou uma guerra civil de proporções tão agudas.

Os liberais defendiam a República, queriam um Estado separado da Igreja e exigiam a extinção dos foros especiais eclesiásticos e a nacionaliza-

ção de seus bens, assim como a desestruturação das formas de organização social próprias da colônia, incluindo as das comunidades indígenas. Não havia, como na Argentina, tão fortes divisões entre as regiões que compunham o país; a consolidação do Estado mexicano só aconteceu na segunda metade do século XIX. Para darmos apenas um exemplo, toda a região do Yucatán entrou e deixou a Federação mexicana por mais de uma vez. Como veremos no próximo capítulo, a longa luta terminou com a vitória dos liberais e a subordinação da Igreja ao Estado laico.

Nesse quadro, é interessante analisar a visão de um liberal sobre a mesma questão debatida na Argentina, a da participação política popular. José María Luis Mora nasceu em Guanajuato, em 1794, e morreu em Paris, em 1850. E, a despeito de ter recebido as ordens sacerdotais, inscreveu-se nos debates políticos do México pós-independência como um dos mais notáveis defensores dos princípios liberais, identificando-se fortemente com o liberalismo constitucional francês, especialmente com o de Benjamin Constant. Mora estudou no antigo e prestigiado Colégio de Santo Ildefonso, fundado pelos jesuítas, e depois tomou as ordens sacerdotais. Exerceu uma atividade política e intelectual intensa: pertenceu à maçonaria, foi designado membro da deputação provincial do México em 1822, e foi uma espécie de conselheiro do governo liberal de Valentin Gómez Farías, em 1833; com a derrubada do governo pelos conservadores, partiu no ano seguinte para a Europa, onde viveu os últimos 16 anos de sua vida. Expôs suas ideias em vários periódicos políticos que criou e dirigiu como, por exemplo, o *Observador da República Mexicana* (de 1827 a 1830). Fez, também, incursões pela história, tendo projetado uma história do México desde a independência, em oito volumes, dos quais se conhecem apenas três.

Ainda que tivesse recebido as ordens sacerdotais e ensinado no Colégio de Santo Ildefonso, distinguiu-se por um anticlericalismo militante que foi se acentuando com o passar dos anos. Declarou que discordava do partido que representava "sua classe" [o clero] e que renunciava a "todos os privilégios civis" dela, pois sua posição política o colocava contra todo tipo de privilégios. O combate que Mora propunha estava sendo travado contra os privilégios coloniais, encastelados fundamentalmente na Igreja e no Exército, entendidos por

ele como as forças do retrocesso. O "partido do progresso", que ele defendia, propunha a desamortização dos bens da Igreja, a abolição dos privilégios do clero e do Exército, a difusão da educação pública, a liberdade de opinião, a igualdade para os estrangeiros e o estabelecimento do tribunal do júri. Sua reflexão política alicerçava-se, assim, nos princípios do liberalismo elaborados na Europa, mas era alimentada pelas questões específicas da sociedade mexicana, seus conflitos e lutas sociais.

Alguns dos maiores males da República – caos político, desordem social, lutas intestinas –, segundo ele, tinham sido causados pela "perigosa e funesta palavra igualdade". Os excessos da teoria igualitária da democracia política podiam ser medidos pela "escandalosa profusão com que se prodigaram direitos políticos, fazendo-os extensivos e comuns até as últimas classes da sociedade". Em nome da igualdade, um punhado de homens "sem educação e sem princípios" ocuparam postos públicos, levando a administração do Estado ao desastre.

As "paixões populares" haviam transformado a Câmara dos Deputados em algo semelhante à Convenção francesa, no período revolucionário, pois não era mais um "instrumento ativo" governado pela "razão dos representantes", e sim um "corpo passivo" sujeito à "vontade de um número de facciosos, charlatães e atrevidos". A calma e a deliberação racionais tinham dado lugar à paixão e, mais uma vez, os direitos individuais estavam reduzidos em nome da "vontade geral", numa refutação direta das ideias de Jean-Jacques Rousseau. Em seu *Catecismo político de la Federación Mexicana*, de 1831, escrito em forma de perguntas e respostas, atacava o conceito de soberania popular e vontade geral, propondo a ação de uma "autoridade competente", que fosse capaz de controlar essa "vontade geral".

Para se precaver de todos esses males, Mora prescrevia a limitação da participação política popular e determinava que o Congresso fixasse "as condições para exercer o direito de cidadania em toda a República e que por elas ficassem excluídos de seu exercício todos os que não pudessem inspirar confiança alguma, isto é, os não proprietários". Propriedade, para ele, era a possessão de bens capazes de oferecer ao indivíduo meios de uma subsistência desafogada e independente; dizia não estar se referindo

apenas aos donos de terras, mas também a todos que exercessem profissões produtoras de condições para uma vida cômoda. Associando razão e propriedade, elegia essa parte da sociedade para exercer os direitos políticos, pois era "a única a possuir responsabilidades para com o bem comum".

Para prevenir o perigo de uma nova rebelião camponesa (como a da independência), era necessário que o poder político estivesse em mãos daqueles que possuíssem qualidades adequadas para manter a ordem e também sensibilidade suficiente para precaver-se das "revoluções dos homens", prescrevendo as "revoluções do tempo". Para tanto, era mister que a soberania popular e a participação democrática ficassem postergadas para o seu "devido tempo", pela prudência e perspicácia dos governantes. O povo devia aguardar e ter paciência, até que, por meio da educação, fosse preparado para exercer as liberdades políticas. Insistia: "O elemento mais necessário para a prosperidade de um povo é o bom uso e exercício de sua razão, coisa que só se consegue pela educação das massas, sem as quais não pode haver governo popular".

Essa era também a visão de um liberal mais radical como Lorenzo de Zavala. Afirmava, em 1833, que no México não havia e não haveria democracia, pois o "despreparo" da população era enorme. Segundo ele, dos 200 mil votantes do Estado do México, dois terços eram analfabetos, metade não tinha o que vestir, um terço não sabia espanhol e três quintos eram instrumentos do partido que estava no poder. Estava subtendido nessa declaração que os índios não tinham capacidade para desempenhar qualquer atividade política e que o "povo" em geral não sabia fazer a escolha correta no momento de votar. Por isso, advogava a limitação do voto apenas aos proprietários, como meio para "evitar a demagogia e a intriga política". Nenhum desses ideólogos e políticos julgava possível a ideia de que índios, mestiços, brancos pobres ou mulheres fossem capazes de aprender por eles mesmos as regras do jogo democrático e decidir quem melhor os representaria politicamente.

Em suma, durante o século XIX, o descontentamento dos setores subalternos da sociedade emergiu, em diversos países da América Latina, na forma de rebeliões camponesas ou urbanas, que foram duramente reprimidas. Essas demandas populares precisavam de respostas políticas – como

as que mostramos – da parte dos grupos dirigentes que tinham como objetivo principal a garantia da ordem social. Em nome da ordem como valor absoluto, fundamentavam a permanência do poder limitado nas mãos das elites por serem elas consideradas o único grupo social com "preparo" político para exercê-lo. Tal proposta de exclusão das classes populares do universo decisório da política foi a vitoriosa não apenas na Argentina e no México, mas também em toda a América Latina. As justificativas engendradas foram repetidas incansavelmente e se mantiveram fortes até o século XX, alijando a maior parte da população dos direitos de cidadania.

Projetos liberais e populações indígenas no século XIX

Benito Juárez foi protagonista da chamada Reforma Liberal, que nos anos 1850 e 1860 procurou dissolver as formas tradicionais de posse corporativa de terras e de bens imóveis, instaurando uma profunda inflexão na estrutura da Igreja Católica e dos *pueblos* indígenas que ganharam corpo através dos séculos de colonização espanhola.

Juárez nasceu em 21 de março de 1806 no remoto *pueblo* de San Pablo Guelatao, na Sierra de Ixtlán, em Oaxaca, poucos anos antes de o movimento independentista de Miguel Hidalgo e José Maria Morelos atemorizar as elites vice-reinais com a explosão de revolta dos índios e mestiços sob o jugo espanhol. Hidalgo e Morelos terminariam condenados à morte e o movimento que encabeçaram, violentamente debelado.

Três anos depois do fuzilamento do padre Morelos, o menino Benito Juárez, de etnia zapoteca,

encontraria uma saída individual para sua infância de pobreza e exclusão. Como relatou na sua autobiografia *Apuntes para mis hijos*, no dia 17 de dezembro de 1818, aos 12 anos de idade, deixou a casa de parentes, com quem vivia desde a morte precoce dos pais, seguindo a pé até a cidade de Oaxaca. Lá, com o apoio de uma irmã mais velha que trabalhava como cozinheira, conseguiu sobreviver até ser adotado pelo franciscano e encadernador de livros Antonio Salanueva, o qual lhe abriu "o caminho da educação", título do segundo capítulo da sua autobiografia.

Matriculado inicialmente no Colégio Seminário da cidade, preferiu transferir-se para uma instituição laica quando, em 1821, foi aberto em Oaxaca o Instituto de Ciências e Artes. Formou-se advogado, fez-se juiz e governador do estado de Oaxaca entre 1847 e 1852. Em 1853, Benito Juárez teve de exilar-se no sul dos Estados Unidos por sua oposição à ditadura conservadora de Antonio López de Santa Anna. Nessa conjuntura, participou da elaboração do Plano de Ayutla, movimento liberal que provocaria a renúncia do todo-poderoso general Santa Anna.

A trajetória de Benito Juárez simboliza algumas das dinâmicas fundamentais do século XIX no México e, em alguma medida, na América Latina. No período pós-independência, ganhou corpo uma corrente política que defendia a realização de mudanças profundas na estrutura social herdada da colônia, com vista à sua modernização. O professor de Teologia José María Luis Mora tornou-se um dos principais mentores teóricos da chamada corrente liberal, ao mesmo tempo que Valentín Gómez Farías, vice-presidente e depois presidente do país durante os anos 1830, introduzia as primeiras reformas que alvejavam um pilar da velha ordem vice-reinal – a Igreja Católica.

A obrigatoriedade do pagamento do dízimo e o extraordinário patrimônio imobiliário rural e urbano que a Igreja detinha em caráter de bens amortizados (ou seja, não comercializáveis) foram alguns dos alvos dos ataques retóricos e políticos perpetrados por Mora e Gómez Farías. O México moderno não poderia florescer sob o peso do poder e das prerrogativas políticas e econômicas gozados pela Igreja.

Paralelamente, Mora e os partidários do liberalismo voltaram sua atenção a outro aspecto que consideravam fazer perpetuar a velha ordem – as populações indígenas, assentadas sobre a estrutura corporativa das terras

comunitárias. Originário do mundo rural e indígena, Benito Juárez atuou nos anos 1830 como advogado de *pueblos* envolvidos em conflitos por terra, tributos e dízimos que oneravam sua existência. Em 1834, por exemplo, representou os índios loxica, no estado de Oaxaca, em uma querela contra um padre que lhes exigia o pagamento do dízimo. O advogado chegou a ser preso em meio à contenda a mando das autoridades locais.

Como manifestou em diferentes discursos, Juárez considerava as pesadas contribuições cobradas dos índios um dos fatores responsáveis por seu embrutecimento, degradação e ignorância. Comungando da perspectiva de outros liberais, postulava a emancipação do indígena através da escola primária e da abolição das comunidades.

Na Oaxaca do século XIX, esse não era um problema pontual. Em meados do século, cerca de 88% dos 542.938 habitantes do estado eram indígenas. As terras comunais ocupavam boa parte do território no estado, em posse de 939 *pueblos*, contra 78 *haciendas* em 1844.

GUERRA ENTRE O MÉXICO E OS ESTADOS UNIDOS

A história da guerra entre o México e os Estados Unidos está relacionada com a ocupação do Texas, que era território espanhol desde o período colonial. Depois que os Estados Unidos compraram a Louisiana da França, em 1803, a Coroa espanhola decidiu autorizar o estabelecimento na região de grupos originários do Canadá francês, da Irlanda católica, e mesmo protestantes anglo-americanos, prussianos ou holandeses, em razão da necessidade de ocupar a nova linha de fronteira do Império Espanhol, que incluía a pouco povoada região do Texas.

Após a derrota de Napoleão Bonaparte, o tratado Adam-Onís, de 1819, regularizou o problemas das fronteiras do Império Espanhol na América do Norte. A Espanha voltou a adotar políticas que favoreciam a ocupação da região. Foi nesse contexto que o norte-americano Moses Austin (1761-1821), que fora súdito da Coroa espanhola até que o Missouri se incorporasse aos Estados Unidos, solicitou ao monarca autorização para colonizar o Texas com 300 famílias. Austin obteve apoio das lideranças locais, amedrontadas com os permanentes ataques realizados por indígenas, e por fim a autorização real, expedida em princípios de 1821, a qual impunha, entre outras, a condição de que os colonos jurassem obediência ao império e ao catolicismo.

Moses Austin faleceu no mesmo ano, mas seu filho Stephen (1793-1836) levou adiante o projeto. Após a independência do México, novos juramentos de lealdade lhe foram exigidos, inclusive o de respeito à lei que proibia o tráfico de escravos no Texas. Seguiram-se a queda do Império de Iturbide e a instauração da República no México, que reiterou as prerrogativas de Stephen Austin no Texas.

O governo federal regulamentou as formas de concessão de terras na região, em termos que se revelaram muito atraentes para colonizadores norte-americanos, estes em pleno movimento de busca de oportunidades nos territórios a oeste que se abriam ao "Destino Manifesto". À medida que a comunidade de colonos crescia, Austin galgou posições de liderança política e militar. A organização dos colonos não tardou a redundar em conflitos com residentes mexicanos das zonas de fronteira. Nos anos 1830, alertado sobre as tensões, o governo federal incumbiu o general Mier y Terán de restabelecer o controle sobre a fronteira.

A partir de então, tiveram lugar duras negociações entre México e Estados Unidos em torno das prerrogativas e proibições concernentes aos colonos norte-americanos no Texas. O tema da escravidão, praticada pelos colonos apesar das restrições legais, foi um dos objetos da discórdia. A separação do Texas do estado de Coahuila, ao qual havia sido subordinado desde que promulgada a Constituição de 1824, tornou-se uma bandeira cada vez mais presente entre os colonos liderados por Austin. E o anseio da separação transformou-se em sublevação independentista.

Em princípios de 1836, tropas mexicanas lideradas pelo general Santa Anna entraram no Texas. Entrementes, uma missão de colonos partiu para os Estados Unidos em busca de apoio. Em março do mesmo ano, proclamou-se a emancipação do Texas. A Declaração de Independência listava, como motivações, a tirania militar, a intolerância religiosa, a falta de escolas e a subordinação a Coahuila. Os rebeldes acenavam com a perspectiva de anexação aos Estados Unidos.

Feito prisioneiro, o general Santa Anna ordenou o recuo das tropas federais e assinou o tratado que reconhecia a independência, tratado este que o Senado recusou-se a ratificar. Os anos que se seguiram foram de graves tensões nas relações diplomáticas envolvendo todos aqueles com pretensões territoriais na região, desde México e Estados Unidos até França e Inglaterra.

Em abril de 1846, aproveitando-se de um incidente militar na fronteira, os Estados Unidos enviaram uma declaração de guerra ao Congresso mexicano. As forças federalistas no México tomaram a frente da reação e convocaram o general Santa Anna para conduzi-la. A guerra estendeu-se até meados de 1847, quando foi assinado um armistício. Nas negociações de paz, o México perdeu, além de definitivamente o Texas, o Novo México e a Alta Califórnia. Conseguiu salvar a Baixa Califórnia, que ficou incorporada ao estado de Sonora. Ao todo, perdeu metade do seu território, uma área de 2.400.000 quilômetros quadrados. Muitos expansionistas alinhados com o presidente democrata James K. Polk, eleito em 1844 com a promessa de anexar o Texas, manifestaram sua censura a Nicholas P. Trist, representante diplomático dos Estados Unidos nas conferências de paz encerradas. Os expansionistas consideraram o Tratado de Guadalupe Hidalgo, assinado em fevereiro de 1848, condescendente com o México. Ainda assim, Trist manifestou sua vergonha pela humilhação que as perdas territoriais impingiam aos derrotados. A postura que assumiu provocou sua demissão logo que encerrada a missão e depois da recusa do governo de Polk em cobrir as despesas de Trist no Texas.

Com o êxito da Revolução de Ayutla, em 1854, os liberais não tardaram a implementar as diretrizes do seu projeto de nação. Em 1855, a chamada Lei Juárez cancelou os privilégios jurídicos dos eclesiásticos. Em 1856, foi promulgada a Lei Lerdo, de autoria de Miguel Lerdo de Tejada, ministro do Desenvolvimento do presidente liberal Ignacio Comonfort. Determinava a "desamortização" dos chamados "bens de mão morta", ou seja, o fim da restrição para que terras e imóveis, pertencentes a corporações, fossem transferidos a mãos privadas e comercializados como mercadoria. No caso da Igreja, estabelecia-se um prazo para que os imóveis rurais e urbanos pertencentes à corporação fossem comprados por seus inquilinos; passado o prazo legal, esses bens imobiliários poderiam ser adquiridos por outros interessados. No que diz respeito aos *pueblos*, a lei previa a divisão das terras comuns entre os habitantes da comunidade e a conversão dos novos lotes em propriedade privada. Buscava-se, assim, integrar os indígenas ao mercado, como pequenos proprietários produtores e consumidores de mercadorias, e à nação, como cidadãos individualizados.

A Lei Lerdo fez estremecer as imponentes estruturas da Igreja no México. A instituição cerrou suas fileiras contra o governo, aproximando-se de seus tradicionais aliados do Partido Conservador, defensores de um Estado Mexicano fiel ao legado colonial. Os liberais responderam com a radicalização de seu plano. Em 1859, decretaram a nacionalização dos bens eclesiásticos. Igrejas, monastérios e outras riquezas patrimoniais foram confiscados pelo Estado, acirrando os confrontos armados e o recurso à violência.

A guerra civil obrigou Juárez, alçado à presidência da República em 1858, a abandonar a Cidade do México e a organizar um governo itinerante de resistência, que vagou de Veracruz a outros pontos ao norte do país. A luta recrudesceu com a chegada, em 1864, de Maximiliano de Habsburgo, enviado ao país, sob a proteção de Napoleão III, como imperador do México. Um ano antes, Napoleão III ordenara a invasão do México pela França, em consórcio com Espanha e Inglaterra, a fim de cobrar dívidas não saldadas pelo governo juarista.

Os interesses da França em estender seu movimento de expansão imperial à América Latina articularam-se com a pressão de conservadores mexicanos enfronhados na Corte de Napoleão. O arquiduque Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador austro-húngaro Francisco José I, o primogênito na linhagem dinástica, congratulou-se com a oportunidade de coroação como monarca de outro Império.

Mas o imperador importado pelo México frustrou as expectativas dos diplomatas do Partido Conservador. Maximiliano buscou implementar reformas que protegessem os súditos indígenas da ganância dos antigos senhores e escolheu permanecer no México mesmo após a retirada das tropas francesas, que lhe davam suporte. Terminou refém dos liberais, os quais jamais reconheceram a soberania do Império. Foi fuzilado por ordem de Benito Juárez, nos arredores da cidade de Santiago de Querétaro, em junho de 1867.

A derrota de Maximiliano significou a vitória das forças liberais. Benito Juárez restabeleceu-se na Cidade do México e o país ingressou em uma nova era de reformas modernizadoras. Porfirio Díaz, herói das campanhas de resistência contra os franceses, tornou-se presidente do país em 1876, após um bem-sucedido levante militar contra o presidente sucessor de Juárez, Sebastián Lerdo de Tejada. Ocupou o posto, com uma interrupção formal entre 1880 e 1884, até princípios de 1910, quando eclodiu a Revolução Mexicana.

Ciente das forças vulcânicas que os séculos de colonização espanhola haviam legado ao México independente, procurou selar a paz com a Igreja. Manteve as leis liberais que restringiam suas possibilidades de enriquecimento e proselitismo, mas permitiu, na prática, que a Igreja recobrasse vigor. Por essa razão, ao fim do Porfiriato, o confronto entre forças católicas e anticlericais provocaria um segundo ato do que acontecera no México nas décadas de 1850 e 1860.

Nos primeiros tempos de seu governo, Porfirio Díaz também ofereceu uma trégua às comunidades. Embora a Reforma Liberal não tenha levado a um desaparecimento imediato dos *pueblos*, a ausência da proteção legal às terras comunitárias e a pressão pelo parcelamento dos lotes fragilizaram as populações camponesas. Ou seja, muitas comunidades perderam terras para cultivo e criação de rebanhos, seja pelo avanço de forasteiros ou de fazendas vizinhas sobre suas parcelas, seja por moradores que aceitaram vender a parte que lhes coube.

Mas o ritmo de desarticulação das comunidades variou drasticamente conforme a região. Entre outros fatores, a relativa ambiguidade da lei pesou em favor de sua continuidade. Em qualquer *pueblo* típico, os terrenos se dividiam em cinco partes: o fundo legal, espaço que compreendia o centro e a área habitada do povoado; o "ejido", com suas terras de pastoreio, recreação e diversos usos públicos; as áreas para repartir, que constavam de parcelas individuais, possuídas em usufruto por membros do *pueblo*; os chamados próprios, terras trabalhadas em forma comunal para contribuir com os gastos da comunidade, e que muitas vezes eram arrendadas; e, finalmente, os montes e águas. O artigo oitavo da Lei Lerdo protegeu o fundo legal e o "ejido". Em todos os outros quesitos, a teoria e a prática foram claras e irreversíveis, visando acabar com o "vício comunal".

Além disso, a implementação da lei revelou-se tão complexa e deu margem a tantos abusos, que Benito Juárez chegou a congelá-la no estado de Oaxaca quando foi governador, entre 1856 e 1857. À ação de Benito Juárez somaram-se outras que indicavam uma falta de consenso entre os grupos dirigentes sobre como proceder. As disparidades se intensificaram durante a invasão francesa e a instauração do Império no México. Se Maximiliano de

Habsburgo ratificou as leis de desamortização dos bens de corporações civis, por outro lado ditou outras que restabeleceram o direito dos *pueblos*, como atores coletivos, a administrar e possuir terras. As comunidades souberam aproveitar as dissensões para aumentar seu poder de barganha.

Em muitas regiões, os *pueblos* foram capazes de incorporar, gradualmente, as novas ferramentas jurídicas introduzidas pela Reforma, pagando advogados e movendo processos para defender suas terras. Nesse sentido, por diferentes vias, empenharam-se em reagir aos efeitos da nova legislação e proteger suas terras e interesses. Como ocorria desde a época colonial, valeram-se de intermediários letrados para mover processos judiciais, produzir petições e trocar correspondências com autoridades.

Foi também por essa via que Porfirio Díaz aproximou-se de muitos *pueblos* a partir dos anos 1870, oferecendo-lhes algum nível de proteção em troca de lealdade política. No povoado natal de Emiliano Zapata, Anenecuilco, no estado de Morelos, havia um clube porfirista que se dirigia por carta ao general solicitando que interviesse em sua defesa contra a fazenda vizinha El Hospital. A fazenda era acusada de espoliar terras reservadas a Anenecuilco. Porfirio Díaz parecia inclinar-se à proteção dos bens e direitos ancestrais das comunidades e foi reconhecido como um possível mediador dos conflitos agrários.

Todavia, à medida que se acelerava o processo de modernização econômica no México de fins do século XIX e princípios do século XX, graças à expansão da ferrovia, da estrutura portuária e da produção voltada ao mercado externo, o governo foi cada vez mais deixando o caminho aberto para o privilégio dos mais fortes. Às vésperas da Revolução Mexicana, somente 5% da superfície agriculturável do país estava em posse de comunidades indígenas.

Também na Argentina, por outros caminhos, os processos de formação do Estado nacional e de modernização colocaram em xeque as formas sociais próprias das populações indígenas. Nesse país, as relações conflituosas tiveram um desenlace dramático a partir dos anos 1870, quando os liberais, na primeira metade do século XIX, conhecidos como unitários, tendo vencido seus opositores federalistas no plano interno, e o inimigo Paraguai no plano externo, puderam dedicar-se a resolver o problema indígena da forma como convinha. Ou seja, liberando o território ocupado pelas grandes Confederações por meio da guerra e do extermínio.

Nas décadas posteriores à independência, ondas imigratórias de índios araucanos, vindos do Chile, adensaram as populações indígenas estabelecidas na Argentina e contribuíram para transformar suas formas de vida.

A chegada dos araucanos iniciou um processo de mestiçagem com os Tehuelche, Pampa e Mapuche, e a desaparição do gado selvagem, criado livremente, levou os indígenas a utilizar cada vez mais os cavalos para atacar os núcleos *criollos*, saquear o gado e sequestrar especialmente as mulheres. A ação militar favorecia a centralização política, a hierarquização e o surgimento de prestigiados caciques, como Paghitruz Guor, na Confederação de Leuvucó, na região de Córdoba, e Juan Calfucurá, na Confederação de Salinas Grandes, nos pampas ao sul Buenos Aires.

Em 1833, o jovem Calfucurá deixou a Araucânia, no atual Chile, para empreender a travessia da Cordilheira dos Andes rumo ao centro econômico dos pampas, a região das Salinas Grandes, encruzilhada de importantes rotas de comércio, onde se podiam trocar mercadorias.

Ao chegar lá, encontrou um cenário desolador. As tropas de Juan Manuel de Rosas acabavam de partir da região, depois de enfrentarem o cacique que a controlava. Calfucurá aproveitou a fragilidade da antiga liderança política para afirmar seu poder sobre Salinas Grandes.

A região era vital para a economia de Buenos Aires, que necessitava do sal que de lá se extraía para a produção de charque e de couro. Juan Calfucurá soube beneficiar-se do comércio com os portenhos para engrandecer seu prestígio e sua riqueza, base da Confederação que se formou, sob seu comando. Mantinha com caciques menores uma relação de aliança militar e política, mobilizada nas ações de invasão a fazendas de gado, de defesa dos territórios indígenas e de transações comerciais.

O poderio de Calfucurá sofreu um primeiro revés em princípios de 1852, ano da queda do governador de Buenos Aires e principal autoridade política das Províncias Unidas do Rio da Prata, Juan Manuel de Rosas. Na nova configuração política, Buenos Aires assumiu uma postura mais beligerante em relação à Confederação de Salinas Grandes, embora continuasse obrigada a negociar com os índios para obter sal.

Juan Calfucurá aproximou-se da Confederação Argentina presidida por Justo José Urquiza, com sede na cidade de Paraná, na província de Entre

Rios. Até 1861, ano da derrota de Urquiza pelas forças portenhas, a Confederação controlou todas as províncias do país, com exceção de Buenos Aires.

Embora a aliança com Urquiza parecesse mais estratégica, Calfucurá, assim como outros grandes caciques do período, soube blefar e negociar com ambos os lados *criollos* em disputa, utilizando para isso informações estratégicas acerca das outras confederações indígenas. Ou seja, passava aos *criollos* informações, verdadeiras ou não, sobre ataques que estariam sendo preparados por outras confederações. Dessa forma, dava mostras de sua lealdade para selar a confiança, fosse de Urquiza ou dos portenhos.

Em meio às permanentes negociações, os índios comercializavam com os *criollos* e tratavam de incorporar à sua cultura os "benefícios da civilização" – enviando os filhos dos caciques à escola, demandando a aprendizagem de táticas de guerra e de técnicas de trabalho. Os termos da cooperação eram registrados em tratados de paz, formalmente assinados por cada uma das partes envolvidas, ao mesmo tempo que as trocas culturais e de produtos aconteciam de forma espontânea nas chamadas "zonas de contato".

Anônimo, 1884

Manuel Namuncurá, principal herdeiro do cacicado de Juan Calfucurá, com sua família, em 1884. O cacique está sentado em trajes militares, ao lado de duas de suas mulheres e da irmã.

A assinatura de tratados era precedida por uma farta troca de correspondências. As cartas enviadas por Juan Calfucurá às autoridades *criollas* valiam-se de cuidadosos recursos retóricos. As estratégias epistolárias envolviam o cuidado de apresentar-se como um interlocutor à altura, reco-

nhecendo a autoridade e as formalidades dos regimes *criollos* para afirmar também a sua. O mesmo cuidado valia para afirmar-se como interlocutor legítimo frente aos caciques menores dos quais se colocavam como representantes e frente aos militares *criollos*.

De forma semelhante, quando em 1870 o então comandante da fronteira sul, Lucio Mansilla, foi incumbido da missão de estender a fronteira da Argentina *criolla* do chamado Rio Cuarto ao chamado Rio Quinto, localizado mais ao sul, visitou a Confederação de Leuvucó, dos índios ranqueles, com o objetivo de propor um tratado de paz. A viagem foi a origem do clássico livro escrito por Mansilla, *Una excursión a los indios ranqueles*. Ao mesmo tempo que deseja registrar a vida dos ranqueles, Mansilla narra as estratégias que ele e os índios utilizaram nas negociações que estavam realizando.

Em determinado momento, o cacique Paghitruz Guor, catequizado e alfabetizado na fazenda de Juan Manuel Rosas, também conhecido por seu nome cristão Mariano Rosas, surpreende Mansilla ao lhe mostrar um recorte do jornal *La Tribuna* de Buenos Aires anunciando os planos do governo de fazer passar a grande linha do trem interoceânica em terras ranqueles. Guardado na caixa de pinho entre vários outros documentos – cartas, notas oficiais, outros periódicos –, o texto contrariava as palavras do comandante, de que o governo compraria as terras, mas que elas continuariam em mãos dos índios. Mansilla afirmou ter, naquele momento, se sentido muito confuso e que poderia ter previsto tudo, menos o argumento que acabava de lhe ser apresentado. Lideranças unitárias e federalistas se empenharam em assinar tratados de paz com os caciques das confederações indígenas. A unitários e federalistas interessava assinar tratados para buscar conter os *malones*. Para uns e outros, entretanto, a política de paz coexistiu com a criação de estratégias militares para intimidar os indígenas.

Com o fim da Confederação Argentina em 1861, com a vitória de Bartolomeu Mitre sobre a Confederação de Urquiza e a afirmação da hegemonia política de Buenos Aires sobre o país, diminuíram também as possibilidades de se manejar as alianças duvidosas e provisórias que fortaleciam os caciques. Uma década mais tarde, terminada a Guerra do Paraguai, os dirigentes portenhos usariam a experiência militar adquirida e o suporte da economia agroexportadora para liquidar o "problema indígena" nas chamadas Campanhas do Deserto.

GUERRA COM O PARAGUAI

A guerra entre a Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – e o Paraguai se iniciou em 1864 e se estendeu até 1870.

No Brasil, durante muito tempo, a historiografia afirmou que Francisco Solano López, chefe de Estado do Paraguai, fora o responsável direto pela origem da guerra, tendo em vista sua ambição excessiva. Considerado um déspota, ele precisava ser derrotado. A partir da década de 1960, surgiu outra interpretação que culpava o imperialismo britânico por fomentar a guerra a fim de destruir a suposta autonomia econômica do Paraguai. Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a Argentina teriam sido meros fantoches a serviço do capitalismo britânico, que se constituiria no único vencedor do conflito.

Acompanhamos a perspectiva do historiador Francisco Fernando Doratioto, que entende a guerra como parte do processo de consolidação dos Estados nacionais da região. A livre navegação dos rios Paraná e Paraguai era fundamental para o Império Brasileiro, única entrada para a Província de Mato Grosso. A Argentina, desde a independência, tinha a aspiração de formar uma grande nação com a incorporação do Uruguai (independente do Brasil em 1828) e do Paraguai, cuja independência só foi reconhecida por este país em 1852. Trata-se, portanto, de uma relevante questão geopolítica.

Por razões políticas conjunturais entre os partidos *Blancos* e *Colorados* no Uruguai e os eventuais apoios externos a esses conflitos, a guerra começou e durou muito mais tempo do que qualquer dos envolvidos imaginava. O país que enviou mais tropas ao campo de batalha foi o Brasil, que contou, entre elas, com um enorme contingente de escravos negros. A presença argentina foi menos expressiva, especialmente nos últimos anos, e a participação uruguaia foi pequena. As batalhas terrestres e navais foram sangrentas e seus comandantes foram mudados algumas vezes. A guerra só terminou com a captura e morte de Solano López em 1870.

Houve sempre muita controvérsia em relação ao número de mortos na guerra, em especial os relativos aos paraguaios. Não temos estatísticas seguras que confirmem as hipóteses levantadas. No caso brasileiro, o mencionado historiador Doratioto concorda com o visconde de Ouro Preto, para quem foram 50 mil os mortos em combate ou em virtude de doenças. O número de mortos no Paraguai é muito incerto e de difícil cálculo. Assim, entre militares e civis, estima-se que tenham desaparecido entre 50 mil e 200 mil paraguaios.

As consequências da guerra foram devastadoras para o Paraguai, que perdeu um número elevado de homens, teve sua economia destruída e passou a sofrer a ingerência do Brasil e da Argentina em suas questões internas.

Na Argentina, fortaleceu-se o Estado nacional e as últimas rebeliões de caudilhos foram derrotadas. A guerra com o Paraguai foi também importante porque forneceu a essa geração de militares o conhecimento prático de novas técnicas e estratégias posteriormente utilizadas na guerra de extermínio contra os indígenas.

A guerra com o Paraguai, no Brasil, fortaleceu o Exército, anunciou o fim da escravidão e gerou muito descontentamento interno, contribuindo para a derrubada da Monarquia e a proclamação da República liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca, militar que lutara no Paraguai.

Diante de um Exército agora mais experiente e mais bem armado, Calfucurá convocou as outras etnias dos pampas argentinos e da Araucânia para formarem uma grande aliança e realizar novos *malones*. Os índios dependiam do gado saqueado para mover sua economia, e por isso precisavam encontrar formas de manter a atividade na nova conjuntura. Em 1870, Calfucurá liderou um vultuoso e bem-sucedido ataque à vila e às fazendas da região de Bahía Blanca.

Dois anos mais tarde, desejando repetir a façanha, dois mil guerreiros indígenas conduziram-se à região de San Carlos. Ao fim de três dias, deixando em seu rastro fazendas arrasadas, tomaram o caminho de volta, levando a impressionante quantidade de 70 mil vacas, 16 mil cavalos e um número incontável de ovelhas. Todavia, foram surpreendidos pela ofensiva do Exército.

A rapidez da informação via telégrafo foi vital para a organização deste contra-ataque, e a força e agilidade dos novos rifles foi fundamental para selar a vitória *criolla*. Derrotados, os indígenas se retiraram desorganizadamente rumo a Salinas Grandes.

Em fins de maio, contudo, Calfucurá contraiu uma pneumonia. Faleceu aos 83 anos, no dia 3 de junho de 1873. Ao seu enterro foram mais de 2 mil indígenas, caciques e representantes das mais diferentes confederações e etnias. Em 1879, sua tumba e seus arquivos pessoais foram encontrados pelas tropas expedicionárias das Campanhas do Deserto. Estanislao Zeballos levou o crânio de Calfucurá ao Museu de La Plata.

Em 1875, Adolfo Alsina, então ministro da Guerra e da Marinha, concebeu o projeto de abertura de um fosso de mais de 400 km de extensão

– a chamada *zanja*, para usar o termo em espanhol – com vista a proteger a capital do país dos *malones* indígenas. Uma vez pronta, a *zanja* aberta por Alsina teve êxito. Para que fossem capazes de transpô-la a cavalo, os indígenas adotaram a tática de criar passagens preenchendo a vala com centenas de ovelhas mortas, tocando fogo em terreno próximo para que pudessem localizar a "ponte" quando retornassem do ataque. A fumaça, entretanto, servia de alerta aos militares *criollos*, que saíam à caça. Ao longo de 1876 e 1877, diversas *tolderias* – os acampamentos indígenas – foram atacadas pelo exército. Na madrugada de 14 de novembro de 1877, foi a vez da *tolderia* de Juan José Catriel cair. O cacique e seu irmão Marcelino conseguiram fugir mas, um ano depois, acabaram presos na ilha de Martín Garcia.

Os sucessos de Adolfo Alsina, completados por seu sucessor no ministério e futuro presidente da República, Julio A. Roca, liberaram parcelas de território cobiçado pelas oligarquias agrárias das províncias de Buenos Aires e Santa Fé, reunidas sob a *Sociedad Rural Argentina*, principal organizadora do repartimento de terras conquistadas, a partir de 1876. Conforme planejado, ao fim das campanhas do deserto, a fronteira *criolla* alcançara o rio Negro.

Como escreveu, em 1876, Alfred Ébelot, um engenheiro francês que viveu em Buenos Aires nesses anos, como correspondente da prestigiada revista parisiense *Revue des deux mondes*: "[...] em poucas etapas, nós chegaremos ao rio Negro. Trata-se de uma barreira natural que os índios do sul, que não sabem nadar ou navegar, dificilmente conseguirão transpor. [...] A questão indígena ficará então resolvida por muito tempo. Queira o céu que uma política bem pensada e prática complete a obra ao favorecer a valorização de milhares de metros quadrados assim conquistados à civilização."

As "campanhas do deserto" asseguraram, pela via do extermínio e do confinamento dos grupos indígenas, a vitória do Estado e da dita "civilização" sobre essa indesejada parcela da população nacional. A escrita de cartas, a leitura de jornais, os tratados de paz serviram à ação política enquanto houve espaço para negociar. Ao final, triunfaram as armas.

Educação e cidadania nos mundos rural e urbano

Em 1905, a "Biblioteca de La Nación", a primeira coleção de livros editada na Argentina para o grande público, lançou o romance *Stella*, escrito, sob pseudônimo masculino, por Emma de la Barra. A obra se revelou um retumbante sucesso editorial.

Stella contava a história de duas irmãs criadas na Noruega e recém-estabelecidas na terra natal de sua mãe, Buenos Aires. Encontraram a cidade mergulhada em um turbilhão de transformações que a chegada dos liberais ao poder, na década de 1860, havia ajudado a desencadear.

Órfãs desde a morte em um naufrágio de seu pai, o naturalista de origem norueguesa Gustavo Fussler, as duas irmãs instalaram-se em Buenos Aires na casa de seu tio, D. Luís Maura Sagasta. Teve início, então, nessa convivência,

uma série de embates entre o olhar "europeu humanista", representado por Alejandra Fussler, a irmã mais velha, e os "vícios" de uma elite portenha que usufruía dos benefícios materiais e simbólicos da modernização sem assumir a responsabilidade de "guiar" as massas e promover a alta cultura. O romance colocava em discussão, assim, o modelo de modernidade que havia prevalecido no país. O modelo precisava ser repensado em face das tensões sociais geradas pela chegada maciça de imigrantes e para explorar caminhos culturais mais férteis do que a frivolidade afrancesada das elites. A trajetória de Alejandra no romance simboliza esse caminho.

Neste capítulo, discutiremos algumas das dinâmicas que marcaram a modernização e a construção da modernidade em alguns países da América Latina, a partir de meados do século XIX.

Modernidade e modernização são dois conceitos que caminham de mãos dadas na História, mas que se referem a processos específicos. A modernidade diz respeito a um ambiente político e cultural associado, entre muitos fatores, à urbanização, ao crescimento das camadas médias e assalariadas, à democratização das relações políticas, à expansão da escolaridade, ao surgimento de espaços de sociabilidade que reorientam a produção cultural (engendrando, em certos contextos, os chamados *modernismos*). Já a modernização compreende, fundamentalmente, as transformações econômicas fomentadas pelo desenvolvimento do capitalismo e de uma economia de mercado.

A modernidade e a modernização foram um horizonte presente em todo processo de formação dos Estados nacionais na América Latina, desde as guerras de independência. Em diferentes países, os grupos liberais alçados ao poder almejaram tornar produtivas as terras agricultáveis, fomentar a vinda de imigrantes europeus, fazer das cidades mais importantes a expressão dos modos civilizados, educar as massas para o trabalho e para a cidadania.

Muitas cidades passaram por transformações importantes nas últimas décadas do século XIX. Foi o caso de Montevidéu, que em fins do século XVIII, recém-fundada, contava com 10 mil habitantes – uma cidade pequena, comparada a outras capitais, como Lima, com cerca de 60 mil, e a Cidade do México, com cerca de 100 mil. A partir de 1829, no entanto, simbolizando os novos tempos, destruíram-se as muralhas que protegiam a cidade original

dos piratas que rondavam a bacia do Prata. A cidade incorporou, aos poucos, novos bairros, habitantes e edifícios. Em 1856, inaugurou-se o imponente Teatro Solís e, em 1859, o Mercado da Abundância.

Mas Montevidéu cresceu, sobretudo, a partir da intensificação do fluxo imigratório. Entre 1860 e 1889, passou de 57.916 habitantes para 215.061, perfazendo os cidadãos de naturalidade europeia, a essa altura, 43,3% da população.

Dentre os estrangeiros, destacavam-se numericamente os espanhóis e italianos. A partir do censo de 1884, os italianos se sobrepuseram aos espanhóis, mantendo sua proeminência como maior comunidade de imigrantes até o censo de 1908. Embora os primeiros projetos estatais de atração de imigrantes visassem fixá-los no campo, dedicados a atividades agropecuárias, à medida que se assistia ao fortalecimento dos grupos favoráveis ao desenvolvimento das cidades, das manufaturas e das fábricas, muitos dos recém-chegados fixaram-se em Montevidéu.

Em 1904, a chegada ao poder do presidente José Battle y Ordoñez, do Partido Colorado, eleito para um segundo mandato presidencial em 1911, representou a consolidação dessa tendência, de uma Montevidéu que se modernizava a passos largos. Beneficiava-se dos serviços urbanos promovidos especialmente pelo capital britânico, como o sistema de bondes e de fornecimento de energia elétrica. Era favorecida, por outro lado, pelo crescimento dos setores médios, saídos dos bancos das escolas públicas que o Estado se empenhava em assegurar aos cidadãos desde a chamada Lei de Educação Comum, aprovada em 1870.

Para os leitores em formação, o Conselho Nacional de Ensino Primário e Normal desde muito cedo dedicou-se a publicar e a selecionar bons textos de leitura. Se o crítico literário uruguaio Angel Rama afirmou que a cultura letrada na América Latina esteve historicamente vinculada às esferas mais altas do poder, localizou em fins do século XIX um movimento de difusão social da escrita e da leitura, que aos poucos diversificou o perfil dos escritores e dos públicos leitores. Por essa razão, artigos de jornal, livros e ensaios se colocaram, nesse período, como armas importantes na arena dos debates políticos e culturais.

Anônimo

Fotografia de aula em escola pública no Uruguai, em 1906, durante exercício de leitura. A partir de 1870, a educação primária gratuita e laica difundiu-se no país, acompanhada de políticas de seleção e adição de livros escolares.

Como veremos, uma das obras de maior impacto para a definição de uma identidade latino-americana – para além das identidades nacionais – foi publicada em Montevidéu, em 1900. Trata-se de *Ariel*, de autoria de José Enrique Rodó. Entre muitos sentidos atribuídos a *Ariel* por diferentes intérpretes, o livro lançava luz sobre uma importante dimensão dos processos de modernização em curso na América Latina, qual seja, a dimensão da crescente proeminência dos Estados Unidos, de onde irradiavam poder econômico e novos modelos culturais.

O mesmo Conselho Nacional de Ensino Primário e Normal apoiou, anos mais tarde, a publicação da obra *A idade de ouro*, do escritor e pensador cubano José Martí. Um dos artífices do movimento de independência de Cuba perante a Espanha, independência conquistada em 1898, e ao mesmo tempo um dos arautos da ameaça imperialista que os Estados Unidos representavam para Cuba uma vez que se emancipasse, José Martí concebeu a revista infantil *A idade de ouro* para que as crianças (latino) americanas pudessem conhecer sua própria História e, sem nenhum sentimento de inferioridade, voltar seus olhos para o que havia de melhor em outras regiões do mundo. O livro, depois editado no Uruguai, reunia diferentes números da revista.

Assim como no Uruguai, a atividade editorial avançou de braços dados com as transformações modernizadoras em outros países da América espanhola.

Na América Central, a Costa Rica destacou-se nas décadas posteriores à independência como um Estado que deu ênfase às políticas educacionais. Com uma economia baseada em pequenas propriedades que se dedicavam à produção de tabaco, de café e mais tarde de bananas, o país encontrou recursos para favorecer a difusão das letras.

Em 1830, o cafeicultor Miguel Carranza conseguiu importar dos Estados Unidos a primeira imprensa da Costa Rica, instalada na capital, San José. A novidade contrastava com a situação da vizinha Guatemala, onde desde 1660 existia uma tipografia e desde 1676, a importante Universidade de San Carlos.

A despeito do alto preço da tinta, do papel e outros utensílios, os poucos impressores que seguiram os passos de Carranza lograram editar cartilhas escolares, material legislativo, jornais, almanaques, catecismos e alguns livros. Boa parte dos livros, todavia, continuava sendo importada da Espanha e da França, onde havia imprensas mais modernas e uma rede de editoras interessadas no mercado hispano-americano.

Em meados do século XIX, os leitores costa-riquenhos podiam garimpar publicações impressas na Librería de Imprensa El Album, fundada por Carranza e Cauty em San José, ou na biblioteca da antiga Casa de Enseñanza de Santo Tomás. O repertório oferecido nos catálogos de El Album por vezes desafiava o tradicional controle da Igreja sobre a seleção das "boas leituras".

Criada quando a Costa Rica ainda era parte do Vice-reino da Nova Espanha, a Casa de Enseñanza de Santo Tomás havia sido transformada em universidade no ano de 1843. O acervo da biblioteca foi inicialmente formado por carregamentos de livros encomendados a comerciantes prósperos que viajavam à Europa. Edward Wallerstein, homem ligado à exportação de café, remeteu à universidade, em 1844, 86 títulos em 1.430 volumes. O governo pagou o investimento em canhões, mas Wallerstein acabou arcando com a defasagem de valor. Muitas das obras trazidas estavam em francês e privilegiavam os temas jurídicos.

Outro lote de livros foi encomendado, em 1850, ao cafeicultor Vicente Aguilar, que viajou à Europa em companhia do professor de Filosofia guatemalteco Nazario Toledo. Incorporaram-se a partir daí livros de religião e obras de Literatura, Ciência e História, além de Gramáticas, Manuais de Lógica e Dicionários. Receberam-se também doações, como a de uma coleção pessoal especializada em Medicina.

A biblioteca de Santo Tomás era aberta a todo o público, inclusive aos estrangeiros. Os livros não podiam ser retirados e os extravios eram noticiados em jornal. Em 1888, em meio à Reforma Liberal em curso na Costa Rica, a Universidade de Santo Tomás foi fechada. O acervo da biblioteca foi transferido à Biblioteca Nacional que se acabava de fundar.

Escola e livros não foram temas exclusivos das capitais nacionais, embora seja inegável que as grandes cidades favorecessem as ações e circulações nesse domínio.

Nas últimas décadas do século XIX, encerrada a guerra civil que consolidou a vitória dos liberais sobre os conservadores mexicanos, o Estado passou a ocupar um lugar proeminente na educação. Durante o Porfiriato (1876-1911), o governo viria a cercar-se de um seleto grupo de intelectuais positivistas – os chamados *Científicos* –, incumbido de traçar o caminho do progresso nacional e de legitimar as políticas oficiais. Ao pensador Gabino Barreda caberia a organização da educação nacional. Tratava-se de estruturar um ensino homogêneo e centralizado para todo o país. Sua maior realização foi no âmbito da educação secundária, com a criação da Escola Nacional Preparatória, que formaria quadros para as carreiras profissionais e contribuiria para cimentar o único meio de conciliar a liberdade com a concórdia e o progresso com a ordem. A educação primária, porém, continuaria a cargo dos estados, que se confrontavam com o desafio de tornar a escolarização obrigatória a crianças em sua maioria situadas nos meios rurais e indígenas.

Já no ano de 1872, o governador de Morelos, Francisco Leyva, decretou a obrigatoriedade da educação em todo estado. Naquele mesmo ano, os *pueblos* vizinhos de San Miguel de Anenecuilco e de Villa de Ayala organizaram-se para contratar um preceptor que levasse adiante a tarefa antes assumida por moradores locais, da família Zapata.

Don Mónico Ayala, filho de Francisco Ayala, professor que marcara a vida de muitos dos que o escutaram, colocou-se à frente de uma escola bem montada – 3 portas arejavam a sala de aula, onde mais de 20 crianças distribuíam-se em 7 bancos. Para os estudos, os alunos dispunham de uma mesa grande, lousas, compêndios de história do México, um livro de Aritmética para cada criança e os silabários de San Vicente.

De acordo com Alicia Hernández Chávez, os homens de 1911, que eram crianças em 1879, lembravam que o *maestro* guardava nas gavetas da mesa grande um exemplar da cartilha lancasteriana e outro exemplar do orçamento geral do Estado, além das listas de assistência e outras anotações. Seu professor lhes ensinou a história do México, que era do que todos mais gostavam. Junto com a história de seus heróis, lhes falou das novas Constituições por que haviam lutado seus pais, e todos aprenderam Aritmética, Moral e Gramática. Na escola se discutia muitíssimo. Seu preceptor lhes dizia com orgulho que ele ensinava com o sistema lancasteriano, que segundo lhes explicou consistia em que todos participassem ativamente e discutissem as afirmações do professor. A essa escola assistiam 19 meninos e 3 meninas, alguns de Ayala e outros de Anenecuilco, o que era pouco comum pois, em geral, separavam-se os meninos das meninas, ou simplesmente nem se enviavam as meninas.

Don Mónico permaneceu vários anos em seu posto, e entregou a escola a seu sucessor em 1879. Poucos anos depois, Emiliano Zapata, o grande herói camponês da Revolução Mexicana (1910-1917), natural de Anenecuilco, passaria por esses mesmos bancos escolares.

No século XIX, a educação popular colocou-se como uma meta de diferentes correntes políticas. Nem sempre esses anseios canalizaram-se para iniciativas de educação escolar. Na Colômbia oitocentista, por exemplo, as associações que representavam os interesses dos artesãos urbanos, envolvidos com a produção de têxteis, de papel, de vidro e outros bens, atraíram a atenção de jovens ilustrados animados a difundir suas ideias. Conhecidos como *Gólgotas* na Bogotá de fins dos anos 1840 e princípios dos anos 1850, jovens entusiastas das correntes socialistas utópicas em voga na Europa aproximaram-se da Sociedade Democrática de Artesão para proferir palestras e conquistar o apoio desses setores para o Partido Liberal.

Uma vez eleito em 1849 o candidato do Partido Liberal à presidência, José Hilário Lopes, tornaram-se nítidas as discrepâncias entre as políticas de livre mercado e a plataforma política dos artesãos de proteção ao mercado interno. A Sociedade Democrática escolheu apoiar, nas eleições seguintes, uma ala dissidente do governo de Hilário Lopes, sendo mais tarde duramente reprimida por isso. Quanto aos jovens socialistas utópicos, não encontraram nos artesãos um grupo aberto e receptivo à formação que gostariam de proporcionar, com vista a cimentar a cooperação entre as camadas sociais que compunham a nação.

As aspirações modernizadoras encontraram conformações específicas nas diferentes regiões da América espanhola. Em cidades como Lima, traduziram-se na passagem do século XIX ao XX em uma atmosfera de modernidade associada à euforia das elites civilistas. Beneficiados pelo chamado *boom* das exportações de guano e salitre, em meados do século XIX, esses grupos voltaram a se consolidar no poder passadas as turbulências da derrota peruana, ao lado da Bolívia, perante o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1884).

ECONOMIA

Até a década de 1860, o desempenho das economias dos países latino-americanos foi bastante fraco. Isso se deveu, em primeiro lugar, à desorganização da produção e do comércio que se seguiu ao final das guerras pela independência política. Não se pode esquecer de que, no período colonial, o comércio era controlado pela metrópole; desse modo, os jovens Estados precisavam encontrar diferentes rotas comerciais e buscar novos mercados de consumo.

Desde as primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha já ocupava lugar preeminente no comércio internacional, pois fora a protagonista da Revolução Industrial, que provocara grandes mudanças nas relações econômicas mundiais. Esse país estava interessado em vender seus produtos manufaturados para os mercados latino-americanos, mantendo controle sobre eles. Era notável a diferença entre o poder econômico britânico e a fragilidade financeira das recentes nações latino-americanas.

Na segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha ocupou lugar preponderante no mundo dos negócios latino-americanos. Investiu de forma crescente na América Latina, como já o fazia em relação aos Estados Unidos e o Canadá. Muitos desses investimentos tomavam a forma de empréstimos aos governos; mas também foram os capitais britânicos os dominantes na construção de estradas de ferro, na modernização dos portos e na implantação de serviços como eletricidade, gás e telégrafo. A preeminência britânica na América Latina na segunda metade do século XIX foi abrangente e sólida, ainda que disputasse espaço com capitais franceses, alemães e norte-americanos (estes especialmente no México e Cuba).

Litografia de Casimiro Castro, 1875. Inauguração da estrada de ferro pelo presidente Benito Juárez, na estação de Puebla, México.

Nesse período, o desenvolvimento tecnológico provocou outra revolução nos meios de transporte, barateando e facilitando as longas viagens. A introdução do vapor nos transportes ferroviários e marítimos criou condições para o crescimento do comércio a longa distância; a utilização de refrigeração nos barcos, em 1874, possibilitou as trocas de produtos perecíveis, sendo a carne o mais importante deles.

Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a América Latina foi encontrando um lugar subalterno de inserção nas correntes do mercado internacional, especializando-se em produtos primários de exportação, já que não possuía capital acumulado suficiente para desenvolver a indústria.

De acordo com as condições naturais e climáticas, as escolhas foram sendo feitas, cada país dedicando-se quase exclusivamente a um produto agrário. Em clima tropical, produziu-se café, cana-de-açúcar e frutas (como bananas). Em clima temperado, cereais como o trigo e o milho. A tradicional criação de gado e de ovelhas teve um notável crescimento.

As inovações técnicas estimularam a extração de "novos" metais que suplantaram as tradicionais explorações de prata e ouro. Por exemplo, o cobre para a indústria elétrica e o estanho para a indústria de conservas. No Peru e Chile, houve a extração do guano (efêmera) e do salitre que serviam como fertilizantes na Europa. Já no final do século foi encontrado petróleo no México e na Venezuela, sendo este último país destinado a se transformar em um de seus grandes produtores mundiais.

Não se pode falar em produção industrial significativa na América Latina do século XIX. Mas é preciso mencionar que houve uma importante produção têxtil na região de Puebla, no México. Tendo sido uma atividade tradicional durante o período colonial, ela sobreviveu à concorrência britânica porque, na década de 1830, Lucas Alamán, ministro do governo mexicano, promoveu medidas de proteção a essa indústria.

Ao final do século, quatro países da América Latina mostravam-se promissores. Em primeiro lugar, a Argentina, cuja crescente produção de trigo e de outros cereais, ao lado da incipiente indústria da carne, anunciava o lugar de destaque que ocuparia nas duas primeiras décadas do século XX, tornando-se a quinta economia do mundo. México e Chile também assistiram a um grande crescimento de suas economias, especializando-se na extração dos "novos" metais; e o Brasil, que se destacava como primeiro produtor mundial de café e de borracha.

Na outra ponta, alguns países continuavam muito pobres, como as nações centro-americanas, o Haiti e o Paraguai, que ainda não se recuperara da guerra.

GUERRA DO PACÍFICO

O Chile e as forças conjuntas de Peru e Bolívia se enfrentaram na Guerra do Pacífico, também chamada de Guerra do Salitre, entre 1879 e 1883. Para entender o conflito, voltemos um pouco atrás no tempo. Na região de Tarapacá, no sul do Peru, desde a década de 1840, o Estado peruano promovia a extração do guano (excrementos acumulados de aves) e posteriormente do salitre, que eram exportados à Europa como fertilizantes muito valorizados. Algum tempo depois, grupos chilenos começaram a realizar a extração do salitre, na região de Antofagasta, estreita faixa de terra no litoral do Pacífico, que então fazia parte do território boliviano.

O estopim da guerra foi a decisão do governo boliviano, necessitado de recursos fiscais para seu orçamento, em 1878, de cobrar um pequeno imposto de dez centavos por quintal de salitre produzido e exportado. As empresas chilenas se recusaram a pagar e conseguiram que o Estado chileno apoiasse suas demandas. Ato contínuo, navios de guerra do Chile dirigiram-se para o porto de Antofagasta, que foi tomado sem problemas de resistência. A guerra à Bolívia estava declarada.

Em 1873, o Peru havia assinado um secreto Tratado de Aliança com a Bolívia para se prevenir de um possível ataque chileno. Essa aproximação entre Bolívia e Peru não era novidade. Além das fortes ligações durante o período colonial, entre 1836 e 1839, havia sido constituída a Confederação Peru-Boliviana, sob inspiração do general boliviano Andrés de Santa Cruz. Nesse período, aconteceu a primeira luta armada entre o Chile e a Confederação, que terminou com a vitória chilena e a dissolução da Confederação.

Tendo em vista o Tratado de 1873, o Peru entrou na guerra ao lado da Bolívia. Houve batalhas no mar e em terra. Em janeiro de 1881, as tropas chilenas tomaram Lima e hastearam sua bandeira no palácio do governo, a antiga casa do conquistador Francisco Pizarro. Lá permaneceram por dois anos e meio. Houve resistência guerrilheira na zona central dos Andes, mas a derrota peruana não pôde ser evitada.

Pelo Tratado de Ancó, de outubro de 1883, o Chile recebeu perpetuamente a província de Tarapacá, e por dez anos as de Tacna e Arica (apenas por um acordo final, em 1929, Tacna foi incorporada ao Peru e Arica ao Chile). A província de Antofagasta também foi anexada ao Chile, fazendo com que a Bolívia perdesse sua única saída para o mar. Até o presente, os governos bolivianos, sem êxito, têm reivindicado ao Chile o retorno dessa região.

O Chile, assim, se transformou no maior produtor mundial de salitre até Primeira Guerra Mundial, quando essa produção entrou em crise em razão da descoberta, pelos alemães, do salitre sintético.

A nova bonança econômica desses grupos assentou-se sobre as concessões feitas ao capital estrangeiro, sobretudo no âmbito da mineração. O tema do imperialismo tornou-se, por essa razão, um problema-chave nas análises ao longo do século XX sobre as profundas assimetrias sociais e regionais na conformação do país.

Para boa parte das elites limenhas, essas assimetrias não ofuscavam o brilho da modernidade urbana, experimentada nos cafés e elegantes bulevares. Entretanto, logo se começaram a sentir os efeitos da concentração fundiária em curso no campo. Populações de origem andina, egressas de *pueblos* indígenas que se desestruturavam com o avanço das grandes fazendas e dos enclaves mineradores, intensificaram sua migração para as cidades. Em Lima, ocuparam as ruas do centro da Ciudad de los Reyes, fundada por Francisco Pizarro logo após a conquista, com barracas de um comércio informal.

A gradual mudança da paisagem urbana estimulou as primeiras reflexões sobre a condição social que o Peru vinha reservando ao índio. Em 1889, a publicação pela escritora peruana Clorinda Matto de Turner de um romance chamado *Aves sin nido* marcou o início de um movimento genericamente conhecido como indigenismo. O romance denunciava a situação de miséria e humilhação em que viviam os habitantes indígenas de um povoado na região dos Andes. Com ousadia, apontava a Igreja e as autoridades políticas como responsáveis pelos abusos que se perpetravam.

O romance teve extraordinária repercussão e Clorinda Matto foi obrigada a deixar o Peru para proteger-se das agressões sofridas. Nos anos que se seguiram, outra voz levantou-se para atribuir responsabilidades pela prostração dos índios. Manuel González Prada, escritor anarquista, colaborador de diversos jornais limenhos, contrapôs-se aos tradicionais argumentos acerca da falta de higiene, da preguiça etc. que mantinham o indígena no atraso, para associar sua exclusão social ao problema do acesso à terra. Lima tornou-se, nesse contexto, o centro de discussões e iniciativas de caráter indigenista que se desenharam em princípios do novo século.

Nas cidades da região do Prata, a despeito das tensões sempre presentes, articularam-se de forma mais clara os processos de urbanização, educação e cidadania. Discutimos isso em relação a Montevidéu e, para concluir, retomaremos o caso de Buenos Aires, cenário do romance *Stella*.

Na passagem do século XIX para o século XX, Buenos Aires conheceu um crescimento demográfico surpreendente, impulsionado, sobretudo, pela chegada de imigrantes europeus. A população quadruplicou-se entre 1869 e 1914: de quase 2 milhões de habitantes, saltou para quase 8 milhões nesse período. Os fluxos imigratórios tinham grande responsabilidade nesse crescimento: em períodos de maior vigor econômico, as entradas superavam 200 mil por ano. Os estrangeiros, que em 1914 compunham 30,3% da população nacional, davam preferência às cidades, as quais concentravam, naquele momento, 53% dos habitantes do país.

Buenos Aires centralizava manifestações de dinâmicas sociais, culturais e econômicas que se introduziam no cenário nacional. A paisagem urbana alterava-se rapidamente, conferindo à capital do país ares mais cosmopolitas e, à vida de seus habitantes, novos ritmos e qualidade. A cidade modernizava-se: iluminava passeios públicos, via surgirem cafés, livrarias, teatros e cinemas, expandia-se na direção de bairros afastados, favorecidos pelas novas facilidades de transporte. Beneficiava-se da exportação de gêneros agrícolas (grãos, em especial) e pecuários, que aumentava em níveis extraordinários, ao mesmo tempo que tinham sucesso iniciativas pioneiras de bens manufaturados.

O antigo Teatro Colón, na Praça de Maio, cuja construção remonta a 1857, em desenho de C. E. Pellegrini (s. d.). Em 1908, o Colón ganhou uma nova sede no coração de Buenos Aires, inaugurada com a ópera *Aida*.

Em 1880, a chegada à presidência de Julio A. Roca – do recém-criado Partido Autonomista Nacional – confirmou uma era de prosperidade e de privilégios para as oligarquias argentinas. Proprietárias de fazendas e frigoríficos, negociadoras, com capitais ingleses, de financiamentos para portos e estradas de ferro, frequentadoras dos salões exclusivos do Jockey Club, as oligarquias assumiam ares patrícios diante da multidão estrangeira que inundava o país.

Em contrapartida, entre trabalhadores não raro com experiência sindical trazida do país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de labuta insalubres e exaustivas, surgiram focos de mobilização. Também, em meio às próprias camadas médias e a alguns setores da elite tradicional, nasceu um novo partido, a Unión Cívica, com aspirações vagamente democráticas. Heterogêneo, o partido acabou dividido nas eleições de 1892. Da cisão surgiu a Unión Cívica Radical, que em 1916 chegaria à presidência do país. Entre 1892 e 1916, contudo, o poder permaneceu com o Partido Autonomista Nacional, que voltou a eleger Roca em 1898.

A tônica de sua segunda gestão foi, mais do que antes, o progresso econômico e a austeridade para com os perturbadores da ordem. A Lei de Residência, sancionada em 1902, autorizava a deportação de estrangeiros que semeassem inquietude na sociedade argentina.

Os índices de desenvolvimento econômico e social são expressivos na Argentina da passagem do século XIX ao XX. Uma sólida rede de ensino público havia sido estruturada, assegurando ao país, com 77,4% de analfabetos quando se realizou o primeiro censo nacional, em 1869, índices elevados de alfabetização em décadas posteriores.

Se o Estado buscava fazer da escola primária um meio de instrução e de controle das "massas", o ensino médio, criados os *colegios nacionales* – o primeiro deles, de Buenos Aires, em 1863 –, revestia-se de sentidos elitistas, oferecendo, especialmente aos bem-nascidos, a formação enciclopédica conveniente às funções administrativas que viriam a assumir.

O ponto de partida para se pensar as políticas de difusão educacional na Argentina é, forçosamente, a já mencionada figura de Domingo F. Sarmiento (1811-1888). Em 1849, exilado no Chile, publicou a obra *Educación popular*,

que condensava diretrizes para a criação de um sistema de educação nacional o qual, duas décadas mais tarde, introduziria na Argentina.

Sarmiento via a educação como fundamento do sistema republicano, como meio para a geração de um "espírito público", tal como percebera quando viajou aos Estados Unidos para estudar o assunto, a pedido do governo do Chile. Definia esse espírito como "a ação dos sentimentos comuns a uma sociedade" que se manifesta "por atos independentes da ação governante", sobretudo por meio da criação de associações com finalidades sociais e benéficas.

Escola Normal n. 1 em Buenos Aires idealizada por Emma Nicolay de Caprile, que chegou à Argentina vinda dos Estados Unidos, a convite de D. F. Sarmiento, para trabalhar como professora.

Os livros, como depositários de "toda ciência, de toda moral e de toda luz", fortaleceriam a missão da escola, "generalizando o conhecimento onde quer que haja um homem capaz de recebê-lo".

À frente do governo argentino Sarmiento promulgou, em 1871, uma lei que autorizava o financiamento de iniciativas de instrução pública provinciais pelo Tesouro Nacional. Seguiram-se outras medidas com vista

à organização do sistema educacional público, que culminou, em julho de 1884, com a promulgação da Lei n. 1420 de Educação Comum, já sob a presidência de Roca. A ideia de uma educação laica, gratuita e universal constituiu a sua pedra fundamental.

A expansão do ensino primário envolveu, paralelamente, a preocupação com o estabelecimento de bibliotecas. Desde a segunda metade do século XIX, buscou-se impulsionar, por um lado, a formação de uma rede de bibliotecas escolares, voltada aos alunos e ao conjunto da comunidade escolar; por outro, uma rede de bibliotecas populares, que se difundisse pelos bairros urbanos e pelos vilarejos do país.

O tema das bibliotecas populares merece aqui destaque por expressar a força das políticas públicas de difusão da leitura naquele país, dirigidas ao conjunto da sociedade. Sarmiento foi responsável pela criação, em 1870, da Comissão Protectora de Bibliotecas Populares, encarregada do fomento, da inspeção e do investimento dos fundos destinados aos estabelecimentos que se colocassem sob seu amparo como associações particulares. As bibliotecas interessadas deveriam dirigir-se à comissão apresentando-lhe seu estatuto e o montante de dinheiro reunido, assim como a relação de livros que desejariam obter; por sua vez, o Poder Executivo lhes atribuiria um valor monetário correspondente, "empregando-se o total em compra de livros", cujo envio se faria por conta da nação.

As dificuldades enfrentadas em seus primeiros anos levaram à supressão da Comissão Protectora em 1876. Porém, ela renasceria com vigor em 1908, sob a presidência de José Figueroa Alcorta. Na esfera da sociedade civil, associações de bairro e organizações políticas, preocupadas com a formação de leitores, fariam multiplicar o número de bibliotecas pelo território nacional. O projeto foi tão bem-sucedido que, em 1954, a Argentina contava com 1.623 bibliotecas populares.

Construindo identidades: de Domingo F. Sarmiento a José Martí

Durante o século XIX, em especial na sua segunda metade, políticos, publicistas, historiadores, homens e mulheres letrados e artistas, nos mais diversos países da América Latina, refletiram sobre a história e a cultura dos Estados recém-formados, buscando dar-lhes uma particular identidade.

Desde muito cedo, ainda durante as lutas pela independência, já se indagava sobre "nossas diferenças" em relação ao Velho Mundo e sobre a "originalidade" das Américas. Afirmava-se que aqui as sociedades não eram como as europeias, pois havia índios, negros e mestiços. Assim, o próprio Simón Bolívar se perguntava na celebrada *Carta da Jamaica*, de 1815: "Quem *somos nós?*" Como resposta, escreveu: "não somos índios nem europeus, e sim uma espécie média entre os legí-

timos proprietários do país e os usurpadores espanhóis". Em uma palavra, éramos americanos, o que nos dava um perfil distinto do europeu.

Além dessa identificação comum – americanos – era preciso especificar aquilo que distinguia cada novo país. O Romantismo europeu que desembarcou, com enorme vigor, na metade do século XIX, nas Américas, oferecia as bases para o início do debate. Cada "povo" deveria se constituir com suas peculiaridades, com sua "natureza" particular. No campo primordial da língua, devia-se começar por demarcar as diferenças com o Velho Mundo. Tanto no Brasil, quanto nos países de colonização espanhola, foram intensas as controvérsias sobre a autonomia americana nas maneiras de falar e escrever a língua herdada dos colonizadores. Havia que romper com os preceitos estabelecidos pelas academias das antigas metrópoles, abrindo espaço para a voz do "povo" de cada uma das novas nações que precisava incorporar, inclusive, palavras das línguas indígenas.

O fundamental era forjar as nações. As elites tomaram a si tal tarefa, procurando despertar no "povo" o sentimento de lealdade à Pátria, elevada à categoria de entidade superior aos desejos e interesses individuais.

No México, no Brasil ou na Bolívia, mostravam-se as peculiaridades do torrão natal, em suas diversas facetas, nos jornais, nos púlpitos, nos museus, nas escolas, nos banquetes políticos. Assim, além dos problemas econômicos, das disputas políticas, das convulsões sociais, das guerras, que mobilizaram as energias das sociedades, aconteceram integrados a eles debates apaixonados sobre a construção da nação e a constituição de identidades.

Ao lado das discussões sobre a língua, era imprescindível escrever a História das recentes nações, identificar e dar forma a seus heróis, marcando as diferenças com as antigas metrópoles e mostrando que a história da América Latina não era igual à europeia. O nascimento das nações se legitimava pelas lutas emancipacionistas e as façanhas dos heróis precisavam ter adequado tratamento. No entanto, para escrever a "verdadeira" História nacional era necessário, acompanhando as diretrizes europeias, pesquisar e organizar os documentos históricos comprobatórios dos "autênticos fatos". Muitos estudiosos, assim, se dedicaram a esse primeiro objetivo. Entre eles, alguns historiadores, posteriormente consagrados, como o chileno José Toribio Medina, o brasileiro

Francisco Adolfo de Varnhagen e o mexicano Carlos Maria de Bustamante. Os dois primeiros, assíduos frequentadores de arquivos europeus, coletaram documentos para elaborar seus livros de História nacional. Dessa maneira, estava sendo elaborada uma memória nacional coletiva.

Os historiadores do século XIX interpretaram os acontecimentos a partir de uma perspectiva nacional, moldando visões que foram sendo incorporadas pelas gerações seguintes. As narrativas sobre a vida dos heróis da independência os transformaram em figuras sagradas, colocando-os "no altar da Pátria". Acompanhemos a saga de Simón Bolívar. Depois de comandar as lutas pela independência em diversas regiões da América do Sul e de ser guindado aos mais altos postos políticos, Bolívar enfrentou problemas de toda ordem que culminaram com sua retirada da vida pública e sua decisão de partir para o exílio. Morreu desprestigiado, sem recursos financeiros e sem poder político. Seu funeral foi muito simples e sem maior reconhecimento. Apenas depois da década de 1840, Bolívar foi alçado à condição de herói nacional. Como bem demonstrou Germán Carrera-Damas, o líder ressurgia das cinzas com os adornos com que a História passaria a vê-lo. Por uma série de razões internas, na década de 1840, na Venezuela dividida, iniciava-se o processo de "recuperação" da figura do herói nacional como aquele que poderia oferecer ao país as soluções para recompor a unidade e alcançar a ordem social. A cerimônia de traslado de suas cinzas – realizada com pompa e circunstância – do exílio para Caracas marcava o nascimento do herói nacional que emergia como o unificador dos contrários, como o harmonizador dos conflitos. Na segunda metade do século XIX, alcançou o lugar ímpar de herói sul-americano e latino-americano.

Do mesmo modo que as Histórias nacionais iam sendo escritas, imagens pictóricas estavam sendo elaboradas para simbolizar os grandes acontecimentos históricos. Os pintores elegeram as independências como um de seus temas mais relevantes.

Como um bom exemplo, basta lembrar o conhecido quadro *Independência ou morte* do pintor brasileiro Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), que retrata D. Pedro no momento da proclamação da independência, às margens do riacho do Ipiranga. Pintado em Florença

entre 1886 e 1888, encontra-se exposto no Museu do Ipiranga, alcançando grande sucesso de público. Essa tela traz forte simbologia que permanece no imaginário brasileiro contemporâneo, fato comprovado por sua constante reprodução em diversos suportes, incluindo livros escolares, folhetos comemorativos, calendários e imagens televisivas.

Tão relevante quanto o quadro de Pedro Américo, destacamos a tela *El juramento de los treinta y tres orientales*, do uruguaio Juan Manuel Blanes (1830-1901). Pintada entre 1875 e 1877, representa o juramento de 33 homens, em abril de 1825, data na qual Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe se lançaram à reconquista militar da Província Oriental, postulando a anulação dos compromissos políticos com o Brasil (nesse período, a Província com o nome de Cisplatina estava incorporado ao Brasil) e a conquista da independência. Do mesmo modo que a brasileira, essa pintura contribuiu para a construção de imagens-símbolos que representam a identidade nacional uruguaia.

O quadro *El juramento de los treinta y tres orientales* (1875-7), óleo sobre tela do pintor Juan Manuel Blanes, representa os rebeldes que, em 1825, passaram da Argentina à Província Oriental – o Uruguai – para libertá-lo do Brasil.

Muitos ensaios também foram escritos para refletir sobre questões ligadas à cultura e à política do continente. Entre eles, saliente-se um texto, publicado em 1845, da autoria do argentino Domingo Faustino Sarmiento, que se denomina *Facundo ou civilização e barbárie*. A obra obteve grande êxito, tendo sido, logo depois, traduzida para o francês e o inglês.

Sarmiento nasceu em San Juan, província argentina de Cuyo, em 1811, portanto, praticamente junto com os movimentos pela independência do antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Sarmiento assistiu às lutas entre Unitários e Federalistas e desde muito jovem tomou partido dos Unitários. Tal opção implicava, na década de 1830, lutar contra o poder do governador federalista de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, que, como já assinalamos, havia conquistado grande poder político apoiado em acordos com vários caudilhos das províncias do interior, como Facundo Quiroga, natural de La Rioja. Aos 20 anos, Sarmiento partiu para seu primeiro exílio, no Chile, em companhia do pai, quando Facundo, em 1831, dominou toda a província de Cuyo. De volta a San Juan, envolveu-se numa conspiração unitária que o obrigou a novo exílio no Chile. Instalou-se em Valparaíso, com um modesto trabalho no comércio. Nessa cidade, começou a escrever para o jornal *El Mercurio*.

Algum tempo depois, Sarmiento foi para Santiago, onde passou a produzir artigos para o primeiro diário da capital, *El Progreso*, ligado ao Partido Conservador chileno. É nesse jornal que *Facundo ou civilização e barbárie* foi publicado como folhetim, a partir de 1º de maio de 1845, antes de transformar-se em livro.

O texto é uma biografia de Facundo Quiroga, o caudilho de La Rioja, a um tempo adversário e correligionário de Rosas, que morreu assassinado em uma emboscada, em Barranca Yaco, em 1835. O subtítulo do livro, *Civilização e barbárie*, indicava suas pretensões de ultrapassar os limites individuais da personagem e construir uma análise mais abrangente e generalizadora que alcançasse toda a sociedade argentina. Sarmiento inaugurava neste livro uma matriz interpretativa que estabelecia a oposição entre o campo – lugar da barbárie, território livre dos Federalistas – e cidade – lugar da civilização, da cultura, do progresso e da riqueza. As oposições eram não só políticas, entre federalistas e unitários, mas também culturais, entre mundo letrado e tradição oral.

A primeira parte do livro é uma análise do meio geográfico da Argentina, na qual Sarmiento descrevia as paisagens que compunham o cenário em que se desenvolveriam as lutas civis entre unitários e federalistas. A segunda parte está dedicada à biografia propriamente

dita de Facundo Quiroga. Sarmiento identificava Facundo como um típico caudilho, isto é, um indivíduo "feroz", com "instintivo ódio às leis", atitude própria de um "primitivo barbarismo". A terceira parte diz respeito à nação e à política, já que a biografia de Facundo foi um pretexto para Sarmiento atacar Rosas, pugnar por sua derrubada e indicar uma proposta alternativa de governo, um projeto político para a futura Argentina unida, forte e liberal.

Sarmiento escreveu sua obra usando livros de viajantes europeus como referências centrais para descrever as localidades onde nunca estivera – tanto as cidades como o campo. Nessa época, além de Valparaíso e de Santiago, o conhecimento empírico do mundo geográfico limitava-se, para nosso autor, a modestas capitais de província, como San Juan ou Mendoza. Quanto ao campo, se estava familiarizado com as montanhas, nunca havia visto os pampas. E jamais pisara em Buenos Aires.

O texto de Sarmiento ganhou enorme repercussão e sua interpretação da divisão da sociedade e da cultura em civilizados e bárbaros marcou a visão das elites letradas da América Latina. Os civilizados se identificavam com os brancos, que tinham os olhos voltados para a Europa. Do lado dos "bárbaros", alinhavam-se os negros, os índios, os gaúchos/mestiços, os pobres, os não proprietários, os camponeses, todos eles incapazes – na perspectiva das elites – de compreender a coisa pública. Deveriam ser meros coadjuvantes no universo das decisões políticas, com um papel subordinado e controlado pelas classes dirigentes. A dicotomia civilização *versus* barbárie justificava a preeminência dos primeiros sobre os segundos. Ainda que artificial e injusta, essa visão teve grande força de persuasão, permanecendo até o presente.

Se Sarmiento defendia a cultura vinda da Europa, outros autores ampliaram as narrativas do nacional elegendo os subalternos como figuras centrais de suas obras. Foi assim com o gaúcho "bárbaro", supostamente violento e ignorante, fruto mestiço da terra americana. O argentino José Hernandez lhe dedicou o poema *Martín Fierro*, publicado em 1872. O poema alcançou sucesso retumbante. Seus versos, que contam a triste história de um gaúcho perseguido e injustiçado, foram recitados de cor por muitas gerações.

Os escritores latino-americanos do século XIX olharam para dentro das sociedades que lhes rodeavam e não puderam escapar da constatação

de que o presente era o resultado das mesclas e das misturas étnicas que aconteciam desde o início da colonização. Assim, conceberam romances nos quais os encontros étnicos estavam na base dos pares amorosos imaginados. No Brasil, José de Alencar desponta como o autor de romances – *Iracema, O Guarani* – em que narra os amores impossíveis entre brancos e indígenas.

Na América espanhola há muitos outros exemplos. Tomemos um, o romance *Sab*, escrito pela cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, em 1841, portanto, quando a ilha ainda era uma colônia espanhola. Sab é um escravo mulato perdidamente apaixonado por sua senhora, Carlota, que fora sua companheira de brinquedos na infância. Na perspectiva da época, um amor impossível de se consumar. Mas o notável nessa narrativa é que a autora ousa contemplar o escravo com o papel determinante no livro, responsável por todo o desenrolar da trama. Ao final, Sab morre, mas deixa uma carta endereçada à amada, na qual explica tudo que havia feito para que ela alcançasse a felicidade, isto é, casar-se com Enrique Otway, o oportunista filho de um comerciante inglês, interessado apenas em seu dote. Avellaneda, neste romance, permite que a sociedade escravista cubana, com seus paradoxos e contradições, penetre na trama amorosa. Além disso, apresenta a figura do estrangeiro como o aproveitador da ingênua "nativa".

No mundo das artes, ocorreu fenômeno semelhante. Se diversos pintores, por toda a América Latina, se dedicaram a pintar retratos de homens e mulheres das elites, outros tantos se deixaram seduzir pela "cor local", permitindo que temas da vida cotidiana e modelos de gente simples entrassem em suas telas. Como a maioria desses pintores havia estudado na Europa, alguns críticos afirmavam que os artistas precisavam "se nacionalizar", abandonando as temáticas europeias e elegendo os "tipos populares" como tema de suas obras.

O pintor brasileiro José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), nascido em Itu, São Paulo, ao voltar de Paris, fez uma série de quadros nos quais o homem rústico do interior, o *caipira*, era apresentado como protagonista. Seu *Caipira picando fumo* é o exemplo do quadro que mostra "como eram os brasileiros". Na tela ensolarada, um homem mestiço, magro, descalço, vestindo calça e camisa de algodão surrado, corta o fumo de rolo para enrolar seu cigarro na palha colocada atrás da orelha. Sentado

num tronco, em frente à porta de sua casa de pau a pique, demonstra serenidade e um ar digno e de confiança. A pobreza à sua volta não lhe incomoda. O pintor indicava que também aqueles brasileiros simples e pobres integravam a nacionalidade.

No México, acontecia o mesmo movimento. Os artistas escolheram temas populares para compor suas obras. José Agustín Arrieta (1803-1874?), pintor que se dedicou a produzir quadros sobre cenas populares, como mercados e bodegas da cidade de Puebla, deixou uma obra cheia de cor, com os personagens populares plenamente integrados ao ambiente. Chama a atenção a tela *El Costeño* (s. d.) em que retratou um adolescente negro com um ar sereno, carregando um cesto com frutas típicas do país (à venda recentemente na Galeria Sotheby's por 1 milhão de dólares).

El Costeño (s. d.), óleo sobre tela do mexicano José Agustín Arrieta, 1803-1874. Considerado um *costumbrista*, o pintor distinguiu-se pelas representações da vida cotidiana da cidade de Puebla.

José Jara (1866-1939) constitui-se em outro bom exemplo de pintor mexicano que elegeu personagens e ambientes populares como tema de suas obras. Produziu vários quadros nos quais representava os costumes de camponeses de seu país. Entre eles, destaca-se *El carnaval de Morelia*, de 1899, em que mostrou as festas de carnaval, originárias de um antigo ritual camponês, num pequeno *pueblo* perto de Morélia.

El carnaval de Morelia (1899), óleo sobre tela do pintor mexicano José Jara, que retratou outros temas populares em suas obras.

Em suma, quisemos mostrar que, no século XIX, escritores e artistas produziram obras fortemente vinculadas à temática da nação. As identidades nacionais foram elaboradas com intenções políticas diversas. Para alguns, apenas as elites brancas – por sua cultura e proximidade com a "civilização" europeia – deveriam dirigir o país, instituindo como cerne da nacionalidade suas concepções culturais letradas e exclusivistas. Para outros, ainda que poucos, a presença popular e as manifestações de sua cultura não podiam ser deixadas de lado e deviam ser incorporadas ao cenário da nação. A construção das identidades nacionais foi aos poucos se estruturando concomitantemente com a ideia e o sentimento de identidade latino-americana. O nome *América Latina*, como indicamos no início deste livro, foi inventado e

acabou sendo aceito como a denominação da região, marcando as diferenças que distanciavam os latino-americanos da "outra" América, a anglo-saxônica.

As visões dos latino-americanos sobre os Estados Unidos se dividiam. Para um grupo, o país do Norte aparecia como modelo a ser seguido, por seu progresso material, sinal dos "povos civilizados", por sua estabilidade política e pela iniciativa e determinação de seus habitantes. Entre os admiradores dos Estados Unidos, Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e Joaquim Nabuco, no Brasil, merecem destaque. Sarmiento louvava o sistema educacional dos Estados Unidos e convidou professoras norte-americanas para ensinar na Argentina. Nabuco, ardoroso defensor da abolição da escravidão, ainda que monarquista, apoiou a aproximação diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos. Depois de muita relutância e insistentes solicitações por parte do novo governo republicano, aceitou voltar à diplomacia e, em 1905, atingiu o ápice de sua carreira ao ser nomeado responsável pela primeira representação diplomática brasileira nos Estados Unidos. O barão do Rio Branco e ele foram os artífices da política externa de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX.

No polo oposto, estavam aqueles que olhavam a América inglesa com temor e apreensão. Um dos primeiros, na metade do XIX, a alertar para as possibilidades expansionistas dos Estados Unidos foi o chileno Francisco Bilbao, polemista radical e inimigo do clero e dos jesuítas. Em *Iniciativa de la América*, escrito em 1856, propunha a união da América do Sul em torno de alguns pontos centrais: a República, a liberdade, a fraternidade universal e a prática da soberania. Insurgia-se contra qualquer tentativa de invasão da Europa e denunciava as ambições dos Estados Unidos, país com "garras" que se estendiam cada vez mais em direção ao Sul. Suas palavras são duras e proféticas com relação ao Panamá: "Já vimos cair fragmentos da América nas mandíbulas saxônicas [...]. Ontem o Texas, depois o norte do México e o Pacífico saúdam a um novo amo. Hoje as guerrilhas avançadas despertam o Istmo e vemos o Panamá, essa futura Constantinopla da América, vacilar suspensa [...] e perguntar: serei do Sul, serei do Norte?". As referências de Bilbao à perda de metade do território do México para os Estados Unidos, em 1848, soaram, na América Latina, como sinal de

alerta contra a política exterior dos Estados Unidos. Mas foi a Guerra Hispano-americana de 1898 – que culminou com a "independência" de Cuba, transformada em protetorado, e a incorporação de Porto Rico e das Filipinas como colônias norte-americanas – que levantou a indignação de muitas vozes na América hispânica. As críticas aos Estados Unidos vinham acompanhadas de uma reflexão sobre a necessidade de união da América Latina e sobre a valorização das particularidades de sua cultura.

INDEPENDÊNCIA DE CUBA

Os últimos bastiões do poder espanhol na América eram Cuba e Porto Rico. Em Cuba, aconteceu uma primeira, longa e difícil tentativa de libertação em 1868. Durante dez anos, os cubanos lutaram, sem êxito, para ficar livres da Espanha. Havia uma questão central na ilha: a permanência do trabalho escravo. O auge da escravidão aconteceu no século XIX, ligado ao desenvolvimento da produção açucareira. Nessa primeira tentativa de independência, os grandes fazendeiros acabaram por não apoiar essa causa, devido à ameaça espanhola de libertar os escravos. Mas a libertação deles chegou na década de 1880, a despeito das tentativas dos proprietários para seu adiamento.

Por outro lado, em Porto Rico, o movimento pela independência nunca alcançou o mesmo vigor que o cubano. Em 1868, Porto Rico tentou, em vão, libertar-se da Espanha. Aquela ilha, localizada na entrada do mar do Caribe, desempenhava o papel de fortaleza, com uma poderosa guarnição militar espanhola. Além disso, Porto Rico jamais alcançara o crescimento econômico de Cuba, não contando com uma influente classe de proprietários.

Depois de sua participação, ainda muito jovem, na Primeira Guerra de Independência, entre 1868-1878, José Martí viveu no exílio no México e Estados Unidos. Neste último país, dedicou-se a organizar um Partido Revolucionário e uma expedição militar para desembarcar em Cuba e reiniciar a luta pela independência.

Assim, em 1895, começava a segunda grande guerra pela independência. Uma corrente liderada por José Martí propunha a independência plena de Cuba em relação à Espanha e já advertia para o perigo de uma possível ingerência norte-americana nos negócios da ilha. Martí morreu logo depois de iniciada a luta armada, ganhando a aura de herói.

> No começo de 1898, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha depois de um incidente no porto de Havana, quando um navio norte-americano, o Maine, explodiu e afundou. A Espanha foi acusada – ainda que nunca tivesse sido provado – por tal ato. Em poucos meses, as forças norte-americanas entraram em Havana, conquistando a vitória sobre a Espanha e a "independência" de Cuba.
>
> Pelo Tratado de Paris, assinado no final de 1898, a Espanha cedeu aos Estados Unidos a ilha de Porto Rico, no Caribe, e as Filipinas e a ilha de Guam, no Pacífico. Cuba ficou independente, mas se transformou em protetorado dos Estados Unidos. Um bom exemplo desse *status* foi o acréscimo à Constituição cubana de uma emenda proposta pelo senador norte-americano Orville H. Platt – daí ser conhecida como Emenda Platt – votada e aprovada pelo Congresso cubano em 1901 que, no parágrafo terceiro, consagrava o direito legal de intervenção (armada se necessário) dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba. Em 1903, também foi assinado um Tratado de Arrendamento de Bases Navais e Militares pelo qual foram cedidos aos Estados Unidos 117 km^2 da costa da ilha, a hoje tão conhecida Base Naval de Guantánamo.

Na obra do uruguaio José Enrique Rodó, *Ariel,* publicada em 1900, ecoavam os acontecimentos da intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba. A reação latino-americana "ao perigo ianque" foi ganhando adeptos, tendo em vista a sequência de novas intervenções dos Estados Unidos na América Central e Caribe, inaugurada pelo governo de Theodore Roosevelt, e sua política externa do "*big stick*" (grande porrete).

Nesse livro, Rodó construiu uma oposição entre a América Latina e os Estados Unidos, que marcava as diferenças entre os dois mundos, ganhando enorme repercussão entre o público leitor da América espanhola. Rodó apropriou-se das personagens centrais da peça de Shakespeare, *A tempestade,* e a partir delas criou metáforas culturais e políticas sobre as Américas. Na peça original, Próspero é o senhor de uma ilha que possui um servo em forma de espírito alado, Ariel, e um escravo disforme, Caliban. O autor fez de Ariel – representação da beleza, da filosofia, das artes, do sentimento do belo, das coisas do espírito – o símbolo da América Latina; e de Caliban – ligado à matéria, ao dinheiro, ao imediato e ao efêmero – a

marca dos Estados Unidos. Para Rodó, era preciso buscar no passado espanhol as tradições culturais formadoras da América hispânica e voltar à Grécia clássica de quem herdáramos os valores de beleza e arte. O passado colonial era revisitado, e a herança espanhola com sua língua, seus valores, costumes e tradições vista como positiva. No entanto, é importante enfatizar que na visão elitista de Rodó ignorava-se qualquer participação de índios, negros ou mestiços na constituição das respectivas culturas nacionais.

Estabelece-se uma associação natural entre José Enrique Rodó, José Martí e Rubén Darío, pois são os três grandes expoentes do denominado *modernismo hispano-americano.* Essa aproximação se faz tanto pela via da história da literatura, como pelas trajetórias políticas, já que eles têm em comum uma produção crítica às atitudes do governo dos Estados Unidos com relação à América Latina.

Rubén Darío é considerado o iniciador do movimento modernista hispano-americano com a publicação de seu hoje lendário poema, "Azul". Nascido na Nicarágua, deixou jovem sua terra e viveu em outras partes da América Latina, como Argentina e Chile, e também nos Estados Unidos e na Europa. Darío tomou posição diante das intervenções dos Estados Unidos, no Caribe e na América Central, colocando em versos um poderoso libelo contra o presidente Theodore Roosevelt. O poema "A Roosevelt" carrega virulência e vigor. Em seus versos, o presidente é o "caçador", o "homem do rifle", identificado com os Estados Unidos e acusado de ser "o futuro invasor" da América que "tem sangue indígena".

José Martí foi considerado herói e mártir da independência cubana, tanto antes, quanto depois da Revolução Socialista de 1959. A célebre frase escrita por Martí, pouco antes de morrer, em uma carta a Manuel Mercado: "Vivi no monstro [EUA] e lhe conheço as entranhas: – e minha funda é a de Davi" continua ecoando até o presente. A "funda de Davi" deveria ser manejada pelos latino-americanos para derrotar "o gigante Golias". Cunhou a expressão *Nuestra América,* para se opor à "outra" América dos anglo-saxões.

Em seus textos, o cubano apresentava a América Latina como uma unidade com passado e destino comuns, dos quais todos deviam de orgulhar: "E em que Pátria pode o homem ter mais orgulho do que em nossas repúblicas

sofridas da América? [...] De fatores tão desordenados, jamais, em menos tempo histórico, criaram-se nações tão adiantadas e compactas." A perspectiva de que tínhamos uma história rica, mas desvalorizada, era uma de suas constantes reiterações: "A história da América, desde a dos incas, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Ela nos é mais necessária."

Diferentemente da maioria dos escritores elitistas seus contemporâneos, olhava para dentro das sociedades latino-americanas e as aceitava em sua mistura étnica. Não existiam raças, afirmava ele, "apenas diversas modificações do homem, em detalhes de hábitos e de formas". Desse modo, criticava as teorias raciais e não via qualquer traço de inferioridade na composição étnica da América hispânica. Além disso, se compadecia "dos pobres da terra" e com eles se solidarizava.

Ao se encerrar o século XIX na América Latina, para construir as identidades nacionais e latino-americanas, homens e mulheres pensaram sobre problemas da História e das línguas nacionais, escreveram romances, pintaram quadros e discutiram as questões étnicas. Os grandes debates da política que opunham democracia e autoritarismo; cidade e campo; ricos e pobres; elites e povo continuavam na ordem do dia. A escravidão dos negros fora abolida, sem resolver a discriminação contra os novos alforriados. Os indígenas foram arrancados do seu tradicional modo de vida em comunidades e colocados em situação de maior miséria. As mulheres tinham sido ofuscadas e postas em segundo plano, mas entrariam em cena com todo vigor no século seguinte.

A Revolução Mexicana

O primeiro grande acontecimento do século XX latino-americano merecedor de uma atenção especial é, sem dúvida, a Revolução Mexicana de 1910. Além de ser a primeira grande revolução social daquele século, ela pôs em evidência alguns dos grandes problemas do continente, tais como a questão da terra e dos camponeses, os temas em torno do autoritarismo político, os conflitos étnicos e os embates sobre as produções da cultura nacional.

Como vimos anteriormente no capítulo "Projetos liberais e populações indígenas no século XIX", o fuzilamento, em 1867, do imperador austríaco, Maximiliano de Habsburgo, cujo governo havia sido sustentado pelas tropas francesas de Napoleão III, selou a derrota do Partido Conservador mexicano. Os grupos liberais retornaram

ao poder, com Benito Juárez na presidência da República. Porfirio Díaz, herói das campanhas de resistência contra os franceses, tornou-se presidente em 1876, após um bem-sucedido levante militar contra o presidente Sebastián Lerdo de Tejada, sucessor de Juárez. Ocupou o cargo, com uma interrupção formal entre 1880 e 1884, até princípios de 1911.

Durante seu longo governo, o México passou por acelerado processo de modernização e crescimento econômico. Nas terras do norte e do sul praticava-se, em geral, a agricultura de exportação, mantendo-se relações de trabalho assalariadas. Mas, nessas regiões, também havia a modalidade da parceria, assim como a de trabalho forçado, como era o caso dos índios Yaqui em estado de semiescravidão no Yucatán. Na parte central do México, desenvolvia-se a agricultura de subsistência, sendo o Estado de Morelos uma exceção, pois lá se cultivava a cana-de-açúcar para exportação. É de se notar que a produção de alimentos básicos de consumo cotidiano, como o milho, diminuiu a ponto de o país precisar importar esse cereal tão tradicional nas mesas mexicanas.

Os Estados Unidos eram o principal mercado importador das mercadorias mexicanas. Além das produções mais antigas como o henequém, madeiras e couro, o México também exportava café e açúcar. As minas, responsáveis pelo polo mais dinâmico da economia mexicana, no período anterior, estavam estagnadas, em virtude de problemas tecnológicos e da falta de capitais. Porém, sob o Porfiriato, foi reformulado o Código Mineiro (1884), que passou a conceder privilégios ao capital externo dirigido à mineração, havendo predomínio dos investimentos norte-americanos. As ricas zonas do norte – Sonora e Chihuahua – puderam ser exploradas pelas novas facilidades proporcionadas pela construção das estradas de ferro que ligavam os centros produtores ao ponto de venda na fronteira com os Estados Unidos. As estradas de ferro, à semelhança do que ocorreu, à mesma época, na maior parte dos países da América Latina, tiveram um crescimento significativo. Em 1876, havia apenas 640 km de estradas de ferro no país, enquanto em 1910, os trilhos chegaram à extensão de 19.280 km. A partir da década de 1890, a produção de metais não preciosos como o cobre, o chumbo, o zinco superou, de longe, as tradicionais produções de prata.

No México, desde o período colonial, havia uma produção têxtil de certa relevância. Depois da independência, especialmente na região de Puebla, os tecidos baratos de algodão voltados para o mercado interno tiveram sua produção aumentada, fazendo diminuir as importações desse produto. Uma das razões desse êxito estava relacionada à proteção por parte do Estado, que determinou, por exemplo, isenções temporárias de impostos.

Em Monterrey, começou a funcionar, em 1903, uma Fundição de Ferro e Aço formada com capitais norte-americanos e mexicanos de origem francesa. Tal iniciativa foi incentivada por uma medida do Congresso norte-americano que colocou tarifas alfandegárias altas sobre os minerais mexicanos a serem beneficiados nos Estados Unidos.

Em 1900, a população mexicana atingia 13.508.000 habitantes, com uma parcela mínima de estrangeiros, aproximadamente 60 mil pessoas. De maneira geral, a economia mexicana teve um notável crescimento durante o Porfiriato, especialmente os setores voltados para os mercados estrangeiros. O incremento do comércio externo indicava claramente essa tendência: entre 1892/1893 e 1910/1911, as exportações se elevaram em mais de três vezes.

Mas a pobreza da maior parte da população era grande e a insatisfação social mostrava-se palpável. Os operários foram protagonistas de muitas greves, na primeira década do século, sendo as mais destacadas as das fábricas de têxteis em Rio Blanco, em Veracruz e nas minas de Cananea, no estado de Sonora. Ambas foram duramente reprimidas pelo governo de Porfirio Díaz.

Do mesmo modo, a situação social dos camponeses era bastante difícil, já que eles vinham perdendo a posse coletiva de suas terras. Desde a vitória dos liberais em 1854, a defesa da propriedade privada da terra como fator de "progresso" ganhava força. O primeiro efetivo golpe contra as comunidades indígenas veio com a Lei Lerdo de 1856, que proibia a propriedade coletiva da terra. A desestruturação das propriedades comunais indígenas foi responsável pela expulsão dos camponeses de seus *pueblos*, determinando, de um lado, a diminuição da agricultura de subsistência (o milho, para dar um exemplo) e, de outro, sua transformação em trabalhadores assalariados em fazendas que produziam para exportação. Para que eles permanecessem nas fazendas, foi inventado um sistema perverso que

começava com as dívidas contraídas pelos trabalhadores em mercadinhos dentro das fazendas – as chamadas "*tiendas de raya*" – e terminava com sua obrigação de permanecer no local até pagar a dívida, que era hereditária.

Depois que Porfirio Díaz assumiu o poder, acentuaram-se as medidas para a ampliação legal da propriedade privada da terra. Na década de 1880, as chamadas leis de colonização dos "baldios" (terras devolutas do Estado) provocaram uma grande concentração da terra em mãos de poucos proprietários. Esse processo foi comandado por companhias que "demarcavam" extensas porções de terras, alegando que elas pertenciam ao Estado. Essas companhias tinham, por contrato, o direito de ficar com boa parte das terras consideradas devolutas. Entre 1890 e 1906, foram delimitados 16.800.000 hectares, cabendo a maior parte a essas companhias. Assim, um dos sócios da companhia adquiriu 7 milhões de hectares em Chihuahua; um segundo, 2 milhões de hectares em Oaxaca; outros dois, 2 milhões de hectares em Durango; e, finalmente, quatro sócios, 11,5 milhões de hectares na Baixa Califórnia. Desse modo, oito pessoas transformaram-se em proprietárias de 22,5 milhões de hectares.

Em 1906, essas companhias foram dissolvidas, porém já haviam sido demarcados 49 milhões de hectares, a quarta parte do território mexicano. De acordo com o historiador Jesus Silva Herzog, não existia no país tal quantidade de terra em mãos do Estado à espera de serem ocupadas. Aqueles que não possuíam títulos perfeitos, de acordo com juízes ligados aos interesses das famílias mais influentes e poderosas, acabaram por perder suas propriedades. A injustiça e a arbitrariedade foram armas poderosas na conquista das terras de pequenos proprietários ou de *pueblos* indígenas, que se sentiram usurpados e, muitas vezes, reagiram. A pauperização no campo, a perda das terras, a opressão dos grandes proprietários sancionada pelo Estado porfirista atuaram como estopim responsável pela participação camponesa na Revolução. Com esse quadro social tenso, pode-se entender melhor a explosão do movimento revolucionário.

A Revolução começou a partir de uma questão político-eleitoral. Porfirio Díaz fora reeleito em pleitos consecutivos desde 1884, ainda

que houvesse constantes denúncias de fraudes e de coerção pessoal. Em 1910, quando ele já estava próximo dos 80 anos, novamente se apresentou como candidato à presidência do México. Mas, dessa vez, surgiu um forte nome de oposição, Francisco I. Madero, pertencente a uma rica família de latifundiários do estado de Coahuila, no norte do México. Sua candidatura ganhara inúmeros adeptos pois, como membro do Clube Central Antirreeleição, criado um ano antes, havia viajado pelo país pregando a democracia e o princípio da não reeleição.

Enquanto o México celebrava o centenário de sua independência, Madero se lançava candidato de oposição ao mais alto cargo da República. Entretanto, pouco antes das eleições de julho de 1910, ele foi acusado por "incentivo à rebelião", sendo forçado a passar na prisão todo o período eleitoral. Diaz foi reeleito e Madero posto em liberdade condicional. Então, tomou a decisão radical de fugir para os Estados Unidos e organizar uma resposta armada às fraudes nas eleições. Em outubro, começou a fazer circular um programa que tomou o nome de Plano de San Luis, no qual conclamava a todos para derrubar o governo de Porfirio Díaz, marcando dia e hora para o início do movimento: 20 de novembro de 1910, às seis horas da tarde.

Em 25 de maio de 1911, Porfirio Díaz assinava sua renúncia e partia para o exílio na Europa onde morreria quatro anos depois. A Revolução triunfara depois de difíceis e duras batalhas. Em 7 de junho, Francisco Madero entrava triunfalmente na Cidade do México acompanhado por mais de cem mil seguidores.

Se uma questão de ordem política se apresentou como detonadora da Revolução Mexicana, as demandas sociais, especialmente no campo, sustentaram o movimento e deram-lhe densidade. Tomemos o exemplo do pequeno *pueblo* de Anenecuilco, no estado de Morelos, onde nasceu o jovem líder camponês, Emiliano Zapata. Ali se lutava para que as cobiçadas terras do *pueblo* permanecessem em mãos da comunidade de camponeses. Assim, quando Madero conclamou a todos para a derrubada do governo de Porfirio Díaz, Zapata aderiu à causa. Comandou o Exército Libertador do Sul e contribuiu para a vitória das forças revolucionárias nesse primeiro período.

Bain Collection (Library of Congress), c. 1910-5.

Emiliano Zapata (sentado no centro) e soldados do Exército Libertador do Sul, em roupas próprias da população camponesa dos *pueblos* indígenas.

Madero, ao chegar à presidência do país, com sua plataforma de caráter eminentemente político, entendeu que a Revolução já era vitoriosa e determinou que todos os exércitos que a apoiaram fossem desarmados. Porém, Zapata se recusou a obedecer, pois sustentava que os objetivos fundamentais do movimento não tinham sido alcançados, ou seja, a questão das terras das comunidades permanecia sem resposta. Assumiu a iniciativa de lançar, em 25 de novembro de 1911, o Plano de Ayala, que considerava o governo de Madero "traidor" das aspirações camponesas e exigia a recuperação das terras das comunidades usurpadas durante o regime anterior. Como afirmam os historiadores Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, esse "era o programa por excelência da revolta camponesa e da luta agrária no México".

A rebeldia dos camponeses de Morelos punha em risco o governo de Madero, que já fora abalado por outras rebeliões internas de caráter eminentemente político, como por exemplo, a de Pascoal Orozco. Mas o golpe final foi dado pelo general Victoriano Huerta, a quem Madero nomeara comandante do Exército nacional. Durante meses, ele conspirou abertamente com o embaixador norte-americano no México, Henry Lane Wilson, pela derrubada de Madero. Em fevereiro de 1913, Huerta chegou ao poder pela via golpista. De forma arbitrária, mandou prender o presi-

dente eleito Francisco I. Madero e seu vice, José María Pino Suárez. Na madrugada, ambos foram retirados de suas celas e sumariamente fuzilados. A primeira fase da Revolução se fechava de forma trágica.

Huerta representava a contrarrevolução, que significava a volta dos grupos ligados ao porfiriato, incluindo seu sobrinho, também conspirador, Félix Diaz. Manter-se no poder, no entanto, não foi fácil. Tentou, sem êxito, eliminar os muitos focos rebeldes. Foi um período de extrema repressão com a perda de inúmeras vidas.

No centro-sul do México, o exército zapatista resistia. No norte, outro importante núcleo lutava contra Huerta. Era Pancho Villa, antigo foragido da lei e ex-combatente do exército maderista. Depois do golpe e da morte de Madero, Villa organizou um poderoso e ágil exército popular que ficou conhecido como Divisão do Norte.

Bain Collection (Library of Congress).

Pancho Villa em 1914. Muitas fotografias de Villa foram tiradas por cinegrafistas da Mutual Film Corporation, de Hollywood, que filmou sua vida e a guerra. O uniforme militar do general surgiu para ser usado no cinema.

Também no norte, o governador de Coahuila, Venustiano Carranza, não aceitou o governo Huerta e organizou o exército depois chamado de Constitucionalista. Contava com um importante aliado militar, Álvaro

Obregón, do estado de Sonora, que teria um papel central nas futuras batalhas da Revolução. O exército constitucionalista, em 14 de agosto de 1914, venceu as forças de Huerta, que ofereceu sua rendição incondicional, fugindo para os Estados Unidos, onde morreu alguns anos depois.

Os episódios em torno da ascensão e queda de Victoriano Huerta comportam igualmente alguns aspectos externos envolvendo os Estados Unidos. Como já foi dito, Huerta conspirou com o embaixador norte-americano para derrubar Madero. Porém, com a eleição de Woodraw Wilson para o governo nos Estados Unidos, logo depois do assassinato de Madero, a direção da política externa estadunidense mudou com relação ao México. Desse modo, em 21 de abril de 1914, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram no porto de Vera Cruz para pressionar Huerta a renunciar. Foi uma invasão malsucedida, rapidamente derrotada, que serviu apenas para despertar fortes críticas dos mexicanos em relação à decisão do governo norte-americano.

Depois da derrota de Huerta, começaram as disputas entre os grupos de Zapata, de Villa e de Carranza sobre o futuro político do México. Os villistas foram se radicalizando e passaram a pleitear uma reforma agrária. Nesse sentido, aproximavam-se dos zapatistas que não abriam mão da exigência da restituição das terras aos indivíduos e comunidades cujas propriedades tinham sido usurpadas. Carranza não colocava as aspirações camponesas como prioritárias e pretendia ser presidente de um país coeso com uma agenda política de âmbito ampliado. Dessa maneira, temia os agraristas, olhando para eles como responsáveis pela desagregação nacional, pois só tinham olhos para a questão da terra.

No final de 1914, por um mês, os revolucionários se encontraram em uma convenção na cidade de Aguascalientes para tentar resolver suas diferenças. Mas não foi possível chegar a um acordo. Os villistas dominaram a convenção e desautorizaram Carranza como chefe do poder executivo. O resultado foi uma divisão com dois lados em pugna. Pancho Villa e Emiliano Zapata, reconciliados, entraram na Cidade do México, no dia 6 de dezembro, com um exército de 60 mil homens, enquanto Carranza e seus seguidores se deslocaram para Veracruz. Uma famosa fotografia na qual se vê um Villa sorridente sentado na cadeira presidencial, com um Zapata bastante sério a seu lado, comprova esse momento único.

Essa foi a ocasião de maior poder das forças camponesas e populares, fazendo parecer possível sua vitória. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que a direção da Revolução tomara outro rumo, pois Villa e Zapata seriam derrotados no ano seguinte. Como escrevem Aguilar Camín e Meyer sobre 1915: "É o ano de definição da Guerra Civil, com a derrota dos exércitos villistas e zapatistas, os exércitos camponeses da Revolução. É o ano do estabelecimento de uma nova hegemonia política nacional, cuja continuidade fundamental não se perderia nos anos seguintes."

Na Batalha de Celaya, em 1915, Obregón derrotou Pancho Villa e o obrigou a retirar-se para a região de Chihuahua. Nesse combate, Obregón utilizou uma moderna artilharia, aí incluídas as metralhadoras, que lhe garantiu a vitória e ceifou os villistas aos milhares. Estima-se que as forças villistas perderam 14 mil homens entre mortos e feridos.

Igualmente, o exército zapatista foi dizimado pelos homens de Pablo González que tomaram a capital do estado de Morelos. Em junho de 1916, entraram em Tlaltizapán, a cidade em que funcionava o quartel-general de Zapata. A repressão foi terrível. Ali, como punição exemplar, aconteceu a execução sumária de 132 homens, 112 mulheres e 42 crianças.

A Revolução Mexicana foi fotografada por agências noticiosas norte-americanas e alemãs, assim como por mexicanos, entre os quais se destaca o famoso fotógrafo Agustín Casasola. Há retratos de batalhas, de líderes revolucionários e, também, de mulheres. As chamadas "soldaderas" acompanhavam seus maridos ou familiares, cozinhando, cosendo, servindo como enfermeiras ou trabalhando como prostitutas. No acervo de imagens sobre a Revolução, aparecem muitas mulheres. Na mais conhecida dessas fotos – atribuída a Casasola – vê-se uma jovem mulher na porta de um trem estacionado na estação, a quem se deu o nome de Adelita e que se transformou em símbolo da Revolução.

Em busca do apoio dos camponeses, Carranza criou uma Lei Agrária, em 1915, para iniciar uma tímida reforma agrária em que se propunha a devolução de terras às comunidades. Com isso, procurava cooptar os adeptos de Zapata. O mesmo foi feito em relação aos trabalhadores urbanos. No período da Revolução, os trabalhadores mais politizados estavam organizados

na Casa do Operário Mundial. Carranza e Obregón se aproximaram desses operários e acabaram por fechar um acordo com eles que enviaram 3 mil homens ao exército constitucionalista.

Essa aproximação logo se transformou em repressão. À medida que os operários fizeram reivindicações e propuseram greves, a resposta do governo carranzista foi muito dura. Quando os sindicatos da Cidade do México decretaram greve geral em 31 de julho de 1916, Carranza decretou a lei marcial e a pena de morte para os operários envolvidos no movimento. A lei era tão estrita que bastava ter ouvido propostas sobre alguma greve para ser enquadrado como "criminoso".

Em meio às batalhas e à convulsão geral que atravessava o país, houve espaço para a produção cultural. Em 1915, Mariano Azuela (1873-1952) publicava um livro que se tornaria um clássico, *Los de abajo*, em que relatava os dramas vividos pelos camponeses durante a Revolução. Baseou-se em sua experiência pessoal como médico e integrante das forças villistas.

Do mesmo modo, é surpreendente saber que, em 1914, foi aberto um concurso artístico que pretendia premiar o melhor mural para o Teatro Nacional então em construção (hoje Palacio de Bellas Artes). Não existem documentos que indiquem os desdobramentos de tal iniciativa. Mas um talentoso pintor, Saturnino Herrán (1887-1918) tomou a sério o chamado e produziu um maravilhoso estudo para compor um tríptico denominado *Nuestros dioses*. O retábulo central recebeu o nome de *Cristo/Coatlicue*. Nesse esboço – o quadro nunca foi terminado –, Herrán propôs uma amálgama entre as culturas asteca e hispânica, utilizando uma simbologia religiosa e unindo a deusa Coatlicue e Jesus Cristo. Como muito bem analisou Fausto Ramírez, o pintor buscou definir e concretizar um suposto "espírito nacional", apropriando-se da ideologia da mestiçagem como recurso conciliatório entre as duas culturas. Representava o complexo processo de oposição, conflito e síntese final dos cultos hispanistas e astecas.

Ainda no ano de 1916, houve um forte atrito com os Estados Unidos. Pancho Villa decidiu ocupar Columbus, uma pequena cidade norte-americana de fronteira no Novo México. A cidade foi tomada e saqueada pelos mexicanos durante algumas horas. Esta invasão provocou a

indignação do governo norte-americano. O presidente Wilson organizou uma expedição punitiva composta por 4.800 homens comandada pelo general Pershing para caçar Pancho Villa. Os soldados entraram no estado de Chihuahua e lá permaneceram por oito meses, sem jamais encontrar o líder revolucionário. O único resultado concreto foi o abalo, por considerável tempo, das relações diplomáticas entre o México e os Estados Unidos.

Voltando à política interna, o próximo importante passo de Carranza para consolidar seu poder como "Primeiro Chefe encarregado do Poder Executivo" foi o de convocar, em setembro de 1916, um Congresso Constituinte. Os mecanismos de eleição dos deputados constituintes foram arranjados de tal forma que apenas carranzistas fiéis chegaram ao Congresso. Eles não eram homogêneos, estando divididos em "conservadores" e "radicais ou reformistas". Não se pode esquecer que Carranza defendia posições nacionalistas e desejava um Poder Executivo forte, enquanto Obregón assumia uma postura declaradamente anticlerical.

Na cidade de Querétaro, celebrou-se o Congresso, que iniciou seus trabalhos em 1º de dezembro de 1916. A Constituição foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917 e substituiu a Constituição liberal de 1857. Os reformistas venceram os debates e o texto máximo da nação apresentava uma perspectiva nacionalista e anticlerical, sendo a primeira constituição do mundo a colocar no texto normativo os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores. Os avanços sociais inscritos na Constituição precisam ser entendidos como resultado direto da Revolução, pois enquanto ela estava sendo discutida, contavam-se 50 mil homens armados que ainda não haviam se submetido a Carranza.

Alguns dos artigos constitucionais ganharam notoriedade por sua inovação radical. O artigo 123 garantia os direitos dos trabalhadores, entre os quais estavam a jornada de oito horas, descanso obrigatório aos domingos, direito de associação em sindicatos e de organização de greves, limitação do trabalho feminino e infantil e, ainda, a necessidade de um salário mínimo para a sobrevivência digna do trabalhador. O artigo 3 determinava que a educação seria obrigatória e laica, retirando da Igreja essa tarefa fundamental. O 27 estabeleceu uma legislação agrária que conferia ao país o pleno controle sobre as riquezas do subsolo e sujeitava a propriedade privada aos interesses

públicos, permitindo, desse modo, as expropriações de latifúndios e abrindo a possibilidade para que houvesse uma extensa reforma agrária. A Constituição também retirou, pelo artigo 130, amplos privilégios das Igrejas em geral e da Católica em particular, já que esta era hegemônica. O casamento passou a ser um contrato civil, da mesma maneira que os registros de nascimento e de óbito. Os ministros dos cultos passaram a ser considerados pessoas que exerciam uma profissão como outra qualquer. Todos deviam ser mexicanos de nascimento e estar totalmente apartados das questões de ordem política. Por fim, estava completamente proibida a reeleição do presidente da República.

A promulgação da Constituição não significou a pacificação do país. Como já foi dito, havia 50 mil homens armados e as lideranças de Zapata e de Villa continuavam vigorosas. Mas eles estavam isolados. A Constituição abrira a possibilidade de atender, pelo menos em parte, às reivindicações camponesas e a promover a reforma agrária. Os direitos dos trabalhadores passavam a estar garantidos pela lei.

Carranza estava determinado a aniquilar seus principais inimigos. O general Pablo González foi encarregado de acabar com o movimento zapatista em Morelos. Ele concluiu que a maneira mais eficaz para pôr fim a esse grupo era eliminar seu principal e respeitado líder. Como consequência, foi armada uma emboscada. Zapata foi chamado para negociar a paz com a condição de se apresentar sozinho ao general. Lá chegando, em 10 de abril de 1919, aos 40 anos, Emiliano Zapata foi assassinado por soldados gonzalistas. Esse líder, que nunca aceitou fazer acordos que ferissem seus princípios e seus compromissos com os camponeses, transformou-se, após a morte, em figura lendária. Diziam seus seguidores que ele não havia morrido e que rondava a cavalo os *pueblos* dos mais necessitados. O novo movimento camponês surgido em 1994, no estado de Chiapas, guardará seu nome: Exército Zapatista de Libertação Nacional.

O mesmo fim teve Pancho Villa. Ele estava retirado das lides militares fazia algum tempo e vivia em uma fazenda em Parral, no estado de Chihuahua. Caiu vítima de uma emboscada, quando se dirigia de carro de Parral para sua casa. Foi fuzilado, em 20 de julho de 1923, aos 45 anos. As razões de seu assassinato nunca foram inteiramente esclarecidas, mas parecem estar relacionadas com questões de disputas políticas locais.

As desavenças políticas entre Carranza e Obregón vinham se acumulando. Depois de promulgada a Constituição, Obregón, que era ministro da Guerra e que havia sido o líder da ala política radical da Constituinte, renunciou a seu cargo, fazendo públicas suas divergências com o presidente. As negociações que antecederam a indicação do nome do candidato que deveria substituir Carranza na presidência da República ficaram cada vez mais tensas. O líder do Executivo foi se isolando e se indispondo com os generais que sempre o acompanharam. A situação ficou insustentável e ele foi obrigado a deixar a Cidade do México e retirar-se para Vera Cruz. Próximo dessa cidade, Venustiano Carranza foi assassinado, enquanto dormia, no dia 21 de maio de 1920. Os mandantes do crime nunca foram encontrados.

Ao final de 10 anos, a Revolução deixava um saldo de quase 1 milhão de pessoas desaparecidas, numa população que, em 1910, contava com 15.160.000 habitantes. As mortes foram provocadas pelas armas, mas também por doenças como o tifo, a febre amarela e a chamada gripe espanhola de 1918.

Álvaro Obregón assumiu, enfim, em 1920, a presidência do México. Era preciso envidar todos os esforços para construir a unidade do país. Para tanto, educação e cultura passaram a ser as armas da paz para manter o país coeso. Para a Secretaria da Cultura, foi indicado José Vasconcelos, que moldou um projeto com objetivos definidos. De imediato, pôs em marcha uma campanha contra o analfabetismo, mobilizando professores que se deslocaram para escolas rurais no interior do país para ensinar os camponeses indígenas e mestiços. A educação era entendida como missão e sua finalidade era formar cidadãos e incorporá-los à nação. Devido à escassez de livros e de bibliotecas, Vasconcelos decidiu traduzir, editar e distribuir uma coleção que chamou de "Clássicos da Literatura". Ela se compunha, entre outras, de obras de Homero, Platão, Plutarco, Dante Alighieri, Goethe e o indiano Rabindranath Tagore. A América Latina estava representada por Justo Sierra e sua *História de México* e pela poetisa chilena Gabriela Mistral com o texto *Leitura para mulheres.*

José Vasconcelos criou, na Secretaria de Cultura, o Departamento de Belas-Artes com a finalidade de promover e difundir as artes. Essa proposta foi muito bem-sucedida e lhe deu grande visibilidade nacional e internacional. Foi

um encontro entre o patrocínio do Estado e o talento dos conhecidos muralistas: Diego Rivera, José Clemente Orozco e David Alfaro Siqueiros. Vasconcelos encomendou muitos trabalhos a eles, incluindo os murais do prédio da sua própria Secretaria de Educação. Assim, eles produziram obras que se tornaram emblemáticas da cultura mexicana. Os muralistas estavam imbuídos de um forte nacionalismo e pretenderam contar para o povo a História do México, por intermédio da pintura. Exaltaram a luta revolucionária e promoveram o culto dos heróis, acreditando na eficácia didática dos murais.

A Revolução Mexicana, como vimos, pode ser vista e entendida a partir de vários aspectos. Muitos historiadores quiseram explicá-la, dando-lhe uma denominação conceitual ampla. Para alguns, ela foi uma revolução burguesa, pois provocou a modernização do capitalismo; outros encontraram traços de socialismo e anarquismo, especialmente na atuação dos revolucionários irmãos Flores Magón; também há aqueles que a pensaram como uma revolução inconclusa que deveria se completar no futuro. Em nossa exposição, não estivemos preocupadas em rotular a Revolução Mexicana. Insistimos em mostrar suas complexas particularidades, entre as quais, a participação de distintos setores da sociedade com ênfase na presença camponesa. Indicamos que as questões da política – como a decidida defesa da não reeleição e de eleições sem fraude – foram centrais para desencadear o movimento que derrubou o governo autoritário de Porfírio Díaz. Os camponeses de Zapata lutaram pela devolução de suas terras usurpadas e pela volta do sistema de terras comunais. Villa pretendia que se fizesse um grande reforma agrária. Carranza e Obregón propuseram a modernização do Estado com uma olhar nacionalista e anticlerical. A Constituição de 1917, resultado direto do conflito armado, se caracterizou por ser nacionalista fazendo do Estado o proprietário das riquezas naturais do país. Consagrou os direitos dos trabalhadores e contemplou a reforma agrária. O anticlericalismo também foi sua marca registrada. Terminada a guerra civil, os revolucionários patrocinaram a educação e as artes com o objetivo de promover a unidade do país, de maneira nunca efetivada anteriormente.

Em suma, a Revolução provocou muitas mudanças no país e teve repercussão continental, como veremos no capítulo "Políticas de massas e reformas sociais".

Novos atores em cena: inquietações na política e na cultura

A Revolução Mexicana, como vimos, se estendeu por um longo período e produziu um impacto significativo sobre o pensamento e a ação de diversos intelectuais e políticos latino-americanos. Mais adiante, apresentaremos essa questão com mais vagar. Igualmente, durante as primeiras décadas do século XX, houve mudanças econômicas e sociais relevantes no mundo ocidental. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a grande crise de 1929, que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York, produziram desdobramentos sobre todas as regiões do globo, alterando as relações internacionais de poder. A Grã-Bretanha perdeu seu lugar hegemônico, abrindo espaço para a nova potência, os Estados Unidos, fato que repercutiu fortemente no mundo latino-americano.

Depois da Primeira Guerra, os maiores países da América Latina iniciaram um lento processo de industrialização, ainda que a produção agrária e de minérios brutos permanecesse sendo dominante em sua costumeira rota dirigida à exportação. Os imigrantes continuavam a chegar à América do Sul vindos da Itália, Espanha, Europa Central (entre os quais havia um número expressivo de judeus) e, no caso do Brasil, de Portugal e Japão.

A população ainda vivia em sua maioria no campo, mas algumas grandes cidades já firmavam sua presença, ostentando os símbolos da modernidade com altos edifícios, carros, bondes, telefone e iluminação elétrica nas ruas. Buenos Aires, onde o metrô fora inaugurado em 1913, possuía por volta de 2 milhões de habitantes em 1930; a Cidade do México, que passara por uma ampla reforma urbana no começo do século, passava de 1 milhão de pessoas em 1930; do mesmo modo, o Rio de Janeiro, também reformado, tinha mais de 1 milhão em 1920. Mas outras cidades menores já despontavam como futuras metrópoles, tais como Santiago do Chile, Montevidéu, Bogotá, Lima e a brasileira São Paulo.

A grande concentração de operários nos centros urbanos produziu um efeito social previsível. Organizados em sindicatos, os trabalhadores tomavam as ruas, expressando sua insatisfação e apresentando suas reivindicações. Por toda a América Latina, os sindicatos, em geral, se pautavam por diretrizes socialistas, anarquistas e comunistas (estes últimos apenas a partir da década de 1920). Tais manifestações assumiam, muitas vezes, posturas radicais, que tinham respostas repressoras imediatas por parte dos governos.

Na Argentina, o movimento operário estava bem estruturado e a ação dos sindicatos se mostrava bastante forte. Tomemos dois momentos emblemáticos que evidenciavam a determinação dos operários. Em novembro de 1909, o comandante da polícia, coronel Ramón Falcón, foi assassinado por um anarquista de nome Simón Radowitzky. Esse ato foi a resposta ao massacre promovido pelo Coronel contra uma manifestação dos anarquistas, no dia 1º de maio daquele ano, na qual morreram 12 trabalhadores e 80 outros ficaram feridos. Depois desse episódio, a política de repressão aos sindicatos defendida pelo governo se intensificou.

Também em Buenos Aires, dez anos depois, ocorreu a tristemente chamada "Semana Trágica". Por que recebeu esse nome? Tudo começou com uma greve decretada em 2 de dezembro de 1918, em uma fábrica metalúrgica, a Pedro Vasena e Filhos. Os operários pediam aumento salarial e melhores condições de trabalho. A resposta da empresa foi negativa seguida de demissões de alguns líderes. Os ânimos estavam tensos e o aparato policial foi reforçado nas vizinhanças da fábrica por todo o mês de dezembro. Da tensão ao choque foi um passo. Dos confrontos entre policiais e trabalhadores, resultou a morte de um policial e de quatro operários. A decisão dos sindicatos – os acontecimentos tinham angariado a solidariedade de trabalhadores de outras empresas – foi a de organizar uma greve geral, em 9 de janeiro de 1919. Ao mesmo tempo, era preciso enterrar os quatro operários mortos. Porém, na chegada ao cemitério, foram surpreendidos pela polícia que os estava esperando. O violento embate terminou com pelo menos 20 operários mortos.

A "Semana Trágica" ocorreu durante o primeiro governo de Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical (1916-1922), que havia chegado ao poder depois da lei de 1912, que introduziu o sufrágio masculino universal no país. Como um partido de oposição aos conservadores, propunha uma política de não repressão com relação aos trabalhadores. Entretanto, 1919 foi o ponto de inflexão nessa diretriz. Mas para as elites mais conservadoras, Yrigoyen não era um "homem de confiança". E, assim, a greve foi entendida, pelas classes dirigentes e médias, como uma conspiração comunista "russo-judaica" contra a ordem estabelecida. A reação do governo foi considerada muito moderada. Desse modo, organizaram-se grupos paramilitares para castigar os "desordeiros". No mesmo mês de janeiro, fundou-se a Liga Patriótica Argentina por iniciativa de alguns clubes "aristocráticos" como o Jockey Clube. Os imigrantes foram identificados como "subversivos" que precisavam ser contidos: russos e judeus eram vistos como comunistas e catalães como anarquistas. Os bairros onde eles viviam passaram a ser vigiados por integrantes da Liga, que promoveram constantes atos de violência contra eles.

Do outro lado dos Andes, em um pequeno porto do Chile, os trabalhadores mineiros foram protagonistas de outro evento a ser lembrado.

A região de Tarapacá, no norte do Chile – território peruano incorporado ao país depois da vitória chilena na Guerra do Pacífico – era rica em salitre. Os mineiros sobreviviam com extrema dificuldade, pois os salários eram muito baixos. Em 10 de dezembro de 1907, uma greve geral inspirada pelas ideias anarquistas foi decretada em toda a província de Tarapacá. Os grevistas estavam determinados a não ceder, e o governo também não transigia. Sem solução à vista, os trabalhadores decidiram se reunir em Iquique, capital da província. Mas o comandante das operações, o general do exército, Roberto Silva Renard, em 21 de dezembro, deu um ultimato aos grevistas, que estavam reunidos no prédio da Escola Santa Maria, em uma praça da cidade. Eles deveriam voltar ao trabalho em uma hora por bem ou por mal. Diante da recusa dos líderes, que estavam em vigia no telhado da escola, os soldados atiraram e seus corpos caíram na praça. Ao ver essa cena, muitos em desespero correram em direção aos mortos, e as mulheres e crianças ficaram dentro do prédio da escola. Entretanto, os soldados atiraram naqueles que ainda se encontravam na praça e, em seguida, entraram na escola onde fuzilaram mulheres e crianças. A reação do governo foi abafar o caso. Os corpos das vítimas foram enterrados em vala comum. O terror fora instalado. O relatório oficial do general Silva Renard procurava esconder a dimensão do massacre e afirmava que tinham desaparecido 140 pessoas. Embora até o presente não se conheça o número exato de mortos, a estimativa aproximada e confiável é a de que 2.200 indivíduos perderam a vida em Iquique.

As ideias socialistas e anarquistas em suas diversas correntes foram muito importantes na organização dos sindicatos de trabalhadores até os anos 1920. Nessa década, os comunistas entraram em cena fundando partidos que tiveram papel relevante no cenário político latino-americano nos anos seguintes. Em praticamente todos os países da América Latina, os partidos comunistas nasceram nesse período – Argentina, 1918; Brasil, 1922; Cuba, 1925; Colômbia, 1930; Peru, 1930. Eles estavam filiados à Terceira Internacional Comunista, cuja sede estava em Moscou, e que congregava os partidos comunistas de todo o mundo, determinando diretrizes políticas gerais que deviam ser acatadas.

Trabalhadores das minas de salitre, em Santa María de Iquique, Chile. A atividade estimulou, na passagem do século XIX ao XX, a migração populacional para o deserto do Atacama, produzindo formas de vida insalubres.

Uma das bandeiras políticas dos comunistas na América Latina foi a do anti-imperialismo. A Internacional Comunista, no início de 1925, criou na Cidade do México a Liga Anti-imperialista das Américas, que congregava filiados de vários países latino-americanos. Sua atuação, que tinha por objetivo promover a revolução socialista no continente, foi modesta, tendo sobrevivido por uma década. De todo modo, ela é sintomática de como a perspectiva anti-imperialista contra o poder expansionista dos Estados Unidos espalhou-se pela América Latina.

A perspectiva anti-imperialista, para os críticos dos Estados Unidos, se justificava pelas ações intervencionistas do governo norte-americano na América Latina, em especial no Caribe e na América Central. A entrada, em 1898, dos fuzileiros navais norte-americanos na guerra pela independência de Cuba e sua rápida vitória sobre as tropas espanholas foi entendida pelos

contemporâneos como marco importante da virada da política externa dos Estados Unidos em relação ao resto do continente. Cuba transformou-se em "protetorado" norte-americano nos primeiros anos pós-independência. Nas primeiras décadas do século XX, o país do norte pôs em marcha algumas outras intervenções armadas no Caribe e América Central: novamente em Cuba (1906-1909; 1917); no Haiti (1915-1934); na República Dominicana (1916-1924); na Nicarágua (1912-1925; 1926-1933). De forma semelhante, o resultado das negociações em torno da abertura do Canal do Panamá, envolvendo Estados Unidos e Colômbia, despertou a apreensão de certos círculos políticos hispano-americanos.

O Canal do Panamá foi inaugurado no dia 15 de agosto de 1914, ligando o oceano Atlântico ao Pacífico. Com sua abertura, as distâncias comerciais se encurtaram, pois os navios vindos da Europa não mais precisavam contornar toda a América do Sul, atravessando o perigoso Estreito de Magalhães, para chegar aos portos do Pacífico.

A busca por uma passagem marítima na região da América Central se fazia desde a metade do século XIX. Nesse período, a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos trabalhavam com hipóteses possíveis para abrir um canal no Panamá ou na Nicarágua. Símbolo desse objetivo foram dois tratados. O primeiro de 1846, entre a Colômbia (o Panamá era, à época, território colombiano) e os Estados Unidos, dava garantias para que os Estados Unidos tivessem livre acesso para a realização de um canal na região. Mas os colombianos teriam o direito de controle sobre a área. Em 1850, o segundo tratado – Clayton-Bulwer – determinava que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha deveriam cooperar entre si para a construção de um provável canal cruzando a Nicarágua, e enfatizava que nenhum dos dois países poderia pôr esse plano em ação sem o mútuo consentimento.

Em 1878, Ferdinand Lesseps, o famoso engenheiro francês responsável pela abertura do Canal de Suez em 1869, ligando as águas do mar Mediterrâneo às do mar Vermelho, decidiu abrir um canal no istmo de Panamá. Levantou o capital necessário e obteve o consentimento do governo da Colômbia. Entretanto, seu empreendimento foi um terrível fracasso. Enfrentou problemas técnicos insuperáveis – tipo de terreno, relevo e cli-

ma – que levaram sua empresa à falência. Por outro lado, a malária e a febre amarela mataram aproximadamente 20 mil trabalhadores.

O presidente Theodore Roosevelt acreditava que os norte-americanos tinham conhecimento técnico para abrir o canal. Assim, negociou com o governo colombiano um tratado pelo qual o país cedia aos Estados Unidos, durante 99 anos, o direito de administrar o canal e outorgava uma faixa de terra de 10 km em torno dele, recebendo o pagamento de 10 milhões de dólares e uma renda anual de 250 mil dólares. Entretanto, o parlamento colombiano por unanimidade não aceitou tal proposta.

Diante dessa derrota, o governo Roosevelt lançou mão de outra estratégia. Incentivou e financiou um pequeno grupo de nacionalistas panamenhos para que concretizassem a separação do Panamá do território colombiano. A independência do novo país centro-americano ocorreu em 3 de novembro de 1903, com a presença da canhoneira U.S.S. Nashville, em águas panamenhas, impedindo toda e qualquer reação colombiana. Em retribuição, em 1904, os panamenhos assinaram o tratado anteriormente previsto, dando início a uma nova etapa na construção do canal. Um feito importante durante esse período foi a erradicação da febre amarela, que foi possível pelos estudos feitos pelo médico cubano, Carlos Finlay. Ele descobrira que a transmissão da doença se fazia por mosquitos transmissores e não por meio da água, como sempre se pensara.

O êxito da construção do Canal do Panamá foi amplamente saudado como uma vitória do homem sobre a natureza e como a concretização de um extraordinário feito da tecnologia moderna. Os norte-americanos cederam aos panamenhos a administração total do canal, em 31 de dezembro de 1999. Cumpriam, assim, um novo acordo – assinado em 1977 pelos então presidentes Omar Torrijos e Jimmy Carter –, que havia sido alcançado depois de insistentes solicitações panamenhas.

A Nicarágua se constitui em outro bom exemplo da atuação do governo norte-americano no período. No pequeno e pobre país, os integrantes dos partidos Liberal e Conservador disputavam o poder político num Estado bastante frágil institucionalmente. Em função de uma disputa entre os dois partidos, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram na Nicarágua em 1912, recebendo o apoio dos conservadores. A presença das tropas foi acompanha-

da por uma série de outras medidas, como o controle por parte dos Estados Unidos das alfândegas, do Banco Nacional, das estradas de ferro e das linhas de vapores do governo. Imediatamente após o desembarque das forças norte-americanas, a Nicarágua assinou um tratado que concedia aos Estados Unidos o direito perpétuo de abertura de um canal interoceânico em suas terras.

Na metade da década de 1920, irrompeu uma rebelião dos grupos liberais contra os conservadores em razão de disputas pela presidência do país; porém, eles logo chegaram a um acordo político, tendo recebido o aval dos norte-americanos. Entretanto, um pequeno exército popular liderado por Augusto César Sandino, que lutava ao lado dos liberais, se recusou a depor as armas. Defendendo uma posição nacionalista e anti-imperialista, Sandino colocou como condição para encerrar o conflito que os ianques deixassem imediatamente a Nicarágua. A situação era de impasse, pois o governo não conseguia derrotar os sandinistas e estes não tinham condições de vencer os adversários. Finalmente, os fuzileiros navais partiram da Nicarágua em 1933. Num aparente reconhecimento de sua força política, Sandino foi chamado a Manágua para negociar os termos de paz. O resultado não foi o esperado. Anastazio Somoza, o comandante da recém-criada Guarda Nacional e futuro ditador do país, preparou uma emboscada para o líder popular. Ele foi assassinado em 21 de fevereiro de 1934, seu pequeno exército foi dizimado e seus arquivos desapareceram depois de terem sido confiscados por Somoza.

Em outros países da América Latina, os debates políticos sobre as questões em torno do anti-imperialismo se mostraram vigorosos. Foi assim no Peru onde, na década de 1920, duas importantes figuras – José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre – mostraram suas divergências sobre o tema.

Considerado o primeiro importante pensador socialista da América Latina, José Carlos Mariátegui nasceu em 14 de junho de 1894, numa pequena cidade do interior do Peru. Filho de uma família de poucos recursos, aos 8 anos teve um acidente na escola que lhe deixaria para sempre uma anquilose na perna esquerda. Aos 15 anos, começou a trabalhar no jornal de Lima *La Prensa*. De ajudante de linotipista transformou-se em articulista de jornais e revistas. Não teve uma formação universitária formal, mas, como bom autodidata, acumulou uma sólida cultura humanista.

Em 1918, sua preocupação com os problemas sociais despontava com o apoio público aos estudantes que defendiam a reforma universitária e aos operários que faziam reivindicações (ver box "Reforma universitária de Córdoba de 1918"). Em 1919, o presidente Augusto B. Leguía lhe concedeu uma bolsa de estudos – provavelmente como forma de livrar-se de sua pena crítica – para ir à Europa. Conheceu alguns países, mas passou a maior parte do tempo residindo na Itália. Ali estudou e leu muito, conviveu com intelectuais e políticos liberais e socialistas e assistiu tanto à fundação do Partido Comunista Italiano quanto à ascensão de Mussolini ao poder. Também lá se casou com Ana Chiappe. Deixou um testemunho interessante da sua estada no exterior. Foi na Europa, escreveu ele, que "se sentiu americano", que encontrou o Peru que ele havia deixado e no qual havia vivido até aquele momento de forma "estranha e ausente".

REFORMA UNIVERSITÁRIA DE CÓRDOBA DE 1918

O movimento da reforma universitária se iniciou, em 1918, na Universidade de Córdoba. Nesse período, havia outras quatro universidades na Argentina: Buenos Aires, La Plata, Santa Fé e Tucumán.

A Universidade de Córdoba foi fundada em 1613 pelos jesuítas. Mesmo passando por mudanças, a universidade manteve estruturas de poder bastante fechadas, um ultrapassado currículo escolar e práticas universitárias pautadas por um catolicismo conservador.

O movimento pela reforma se desencadeou a partir de uma reivindicação dos alunos de Medicina que protestavam, no começo do ano letivo, contra a extinção do regime de internato no Hospital Nacional de Clínicas, e acabou por tomar proporções nacionais, com repercussões importantes na América Latina.

O Manifesto da Reforma foi lançado em 21 de junho de 1918 e ficou conhecido com o nome de Manifesto Liminar. Inicia-se com as seguintes palavras: "Homens livres de uma república livre, acabamos de romper a última cadeia que, em pleno século XX, nos atava à antiga dominação monárquica e monástica." Escrito por Deodoro Roca, ex-aluno e membro de família tradicional cordobesa, propunha um "conteúdo americano" para insuflar "caráter, espírito, força interior e própria à alma nacional", e exigia que se reconhecesse o direito de os alunos exteriorizarem seu pensamento nos corpos universitários por meio de seus representantes, pois estavam cansados de "suportar os tiranos".

Advogavam cátedras livres, com concursos baseados na "meritocracia" e não em manipulações e mecanismos clientelistas; queriam a cogestão, com mecanismos eletivos para as autoridades e efetiva participação dos professores e estudantes. Além disso, atacavam o chamado "enciclopedismo", criticavam o positivismo e a simples formação de "profissionais", indicando como função básica da universidade a realização de pesquisas e a produção do conhecimento.

Os reformistas não tinham força política suficiente para garantir a implementação de suas propostas de mudança. Lutas internas terríveis cindiram o claustro da Universidade de Córdoba.

O ano de 1918 assistiu a avanços e recuos dos reformistas que também sofreram divisões políticas incontornáveis. As propostas da reforma alcançaram, com maior ou menor impacto, as demais universidades argentinas.

De todo modo, a reforma teve um poderoso impacto político em todo o país, e também na América Latina, permanecendo na memória universitária como um marco histórico anunciador de outro tempo. Como afirmam María Caldelari e Patricia Funes, há determinadas questões como a democratização da gestão universitária, a modernização das práticas docentes e a perspectiva de que a universidade tem compromissos com a produção de conhecimento e sua difusão social, que estão associadas indissoluvelmente ao movimento da Reforma.

De volta à terra natal, em 1923, assumindo-se como marxista, participou ativamente dos grandes debates político-ideológicos peruanos. No ano seguinte, teve que amputar a perna em virtude dos problemas de infância. Mas continuou suas atividades literárias e políticas, criando, em 1926, a revista *Amauta* (que significa *sábio* em quéchua), na qual importantes intelectuais publicaram textos sobre arte, literatura e política. Foi um dos fundadores, em 1928, do Partido Socialista Peruano.

O conjunto de textos mais conhecido de Mariátegui intitula-se *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, em que propõe uma análise materialista da História do Peru. Mas sua interpretação não se coadunava com os preceitos estritos do marxismo europeu. Em sua visão, no Peru, o operariado industrial era pouco numeroso, sendo necessário formar uma

frente única com outros trabalhadores urbanos e rurais, mas também com os camponeses indígenas. Desse modo, conferiu a estes últimos um papel importante na luta pelo socialismo, pois as muitas rebeliões camponesas da história do Peru comprovavam, segundo ele, que o indígena não era apático e incapaz de se rebelar.

Mariátegui pensava as comunidades indígenas de maneira bastante original. A "questão da terra" e a "questão do índio" tinham sido criadas historicamente, estavam interligadas e deveriam ser resolvidas de forma conjunta. Escrevia Mariátegui: "No Peru atual coexistem elementos de três economias diferentes. Sob o regime da economia feudal, nascido na Conquista, subsistem ainda na serra alguns resíduos vivos da economia comunista indígena. Na costa, sobre o solo feudal, cresce uma economia burguesa que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dá a impressão de uma economia retardada."

Mariátegui foi um pensador heterodoxo que se recusou a seguir as interpretações ditadas pela III Internacional. Depois de sua morte, em 16 de abril de 1930, o Partido Comunista Peruano o colocou em completo ostracismo porque suas propostas não correspondiam à ortodoxia dominante. Suas ideias só foram recuperadas a partir da década de 1960, quando sua obra passou a ser estudada no Peru, na América Latina e na Europa.

O contemporâneo e grande antagonista político de Mariátegui foi Haya de la Torre. Os dois começaram a militar juntos, assumindo posições semelhantes em favor dos indígenas e contrárias ao imperialismo norte-americano. Ambos consideravam a questão indígena e o movimento *indigenista* centrais na América Latina. Haya propôs, embora sem êxito, chamar a América Latina de Indo-América. Com o passar do tempo, a distância entre os dois foi se ampliando. Mariátegui se assumia plenamente como marxista e Haya permanecia anti-imperialista. Romperam definitivamente em 1928.

Haya nasceu em 22 de fevereiro de 1895 em Trujillo, no norte do Peru. Frequentou a universidade de sua cidade natal e depois se transferiu para a Universidade de São Marcos de Lima. Como estudante, envolveu-se com as propostas da Reforma Universitária, sendo eleito, em 1919, presidente da Federação dos Estudantes do Peru. Participou das manifestações estudantis e operárias contra o governo de Augusto B. Leguía, que cul-

minaram com grandes passeatas contrárias à sagração oficial do país ao Sagrado Coração de Jesus.

Em 1923, quando já era professor, foi preso por razões políticas e, depois de uma greve de fome, foi deportado para o Panamá. Começava seu exílio vivido, em sua maior parte, no México. Ali, influenciado pela Revolução Mexicana, decidiu criar, em 1924, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), partido que pretendia ser latino-americano e não simplesmente peruano. No manifesto de fundação apresentava o núcleo de seu programa, sendo o primeiro ponto a ação contra o imperialismo; defendia igualmente a nacionalização das terras e das indústrias, a unidade política da América Latina e a internacionalização do Canal do Panamá.

Em 1930, Haya voltou ao Peru e, no ano seguinte, candidatou-se à presidência da República pelo recém-formado Partido Aprista Peruano. Não se elegeu e nunca seria eleito presidente do Peru. Continuou atuando na política, ocupou cargos no legislativo, mas foi se afastando de suas ideias de juventude, tomando posições cada vez mais conservadoras. Morreu em Lima, no dia 2 de agosto de 1979.

Os debates em torno do lugar dos indígenas no cenário nacional peruano ganhavam importância com pesquisas de historiadores e antropólogos. Entre eles, Luis Eduardo Valcárcel (1891-1987) tem um lugar destacado. Estudou sistematicamente as culturas pré-hispânicas, valorizou o passado indígena e defendeu sua relevância para a formação cultural peruana. Também denunciou o estado de miséria em que vivia a maioria indígena do país.

Se Valcárcel estudava a cultura indígena antiga, nesse mesmo período, o filho de uma pobre família de camponeses indígenas de fala quéchua se transformaria em um extraordinário fotógrafo, Martín Chambi (1891-1973), internacionalmente reconhecido. Instalou seu estúdio em Cuzco, em 1923, fotografando, com técnica impecável, a sociedade peruana – desde camponeses indígenas até figuras da burguesia. Tendo viajado muito pelos Andes, deixou documentadas lindas paisagens e também ruínas incas.

Em outro registro, os movimentos negros reivindicaram seu lugar na história e na cultura latino-americanas, denunciando sua sistemática exclusão da esfera política e letrada. Importante enfatizar

o encontro em Paris, no final da década de 1920, de um grupo de estudantes negros nascidos no mundo colonial francês, entre os quais se destacavam o caribenho Aimé Césaire, proveniente da Martinica, e o africano Leopold Senghor, vindo do Senegal. A consciência crítica com relação ao colonialismo e seus derivados – os sentimentos de inferioridade cultural e de submissão política – fizeram nascer um movimento que pretendia revalorizar a cultura africana dispersa pelo mundo. Enfrentando os preconceitos, elaboraram o conceito de *negritude*. Senghor repetiu muitas vezes que a negritude era o patrimônio cultural, os valores e sobretudo o espírito da civilização negro-africana, que se expressava por intermédio de traços como a emoção, o ritmo, a plenitude cósmica, o sentimento artístico. Na América Latina, esse debate ganhou vulto particularmente em Cuba e no Brasil, países com uma numerosa população de origem africana. A construção da identidade negra alimentou, nas décadas seguintes, reivindicações específicas dos direitos dos negros. Em Cuba, o antropólogo Fernando Ortiz e o poeta Nicolas Guillén foram figuras centrais que mergulharam nas tradições africanas, estabelecendo pontes entre o continente africano e o americano. No Brasil, revalorizaram-se a cultura e as religiões de origem africana e fundaram-se associações e periódicos de negros que se dedicavam à defesa de seus direitos políticos.

Especialmente a partir da década de 1920, as mulheres se constituíam em novas protagonistas no cenário político e cultural da América Latina. As lutas das sufragistas começavam a surtir efeito. No continente, o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres foi o Equador, em 1929; depois o Brasil, em 1932, e a Argentina, em 1947 (primeira eleição em 1952).

Nesse período, algumas mulheres se distinguiram como importantes artistas. Ao lado das brasileiras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, a pintora mexicana Frida Khalo teve seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente. Frida nasceu na Cidade do México, em 6 de julho de 1907, filha de um fotógrafo alemão e de mãe mexicana. Quando criança teve poliomielite e, aos 18 anos, sofreu um terrível acidente de ônibus que lhe deixou sequelas perenes. Além de quebrar a coluna vertebral em três

partes, sofreu outras fraturas que lhe custaram uma longa convalescença e tratamentos extremamente dolorosos durante toda sua vida, incluindo mais de 20 cirurgias. Em virtude desses problemas de saúde nunca pode ter filhos, ainda que muito o desejasse.

Aos 22 anos, casou-se com o já muito famoso muralista Diego Rivera. Nessa época, já pintava com regularidade. As relações entre os dois foram sempre tempestuosos, pois ambos tinham temperamentos fortes e pretendiam manter uma relação amorosa "moderna", aberta a outros relacionamentos. Apaixonados pela pintura e pela política, militantes comunistas, participaram ativamente das questões culturais e políticas do México. Entre seus amigos estavam o surrealista André Breton e Leon Trotski – exilado no México entre 1936 e 1940, ano em que foi assassinado nesse mesmo país a mando de Stalin.

A saúde de Frida foi piorando, tendo ficado por um ano no hospital. Em 1953, teve uma perna amputada abaixo do joelho em função de uma gangrena. Morreu em 1954, aos 47 anos de idade.

Frida pintou cerca de 200 obras, a maioria das quais autorretratos em que expunha seu sofrimento físico. Também Rivera é tema constante em seus quadros. Frida, em vida, esteve sempre em lugar secundário frente ao marido. Mas a partir de 1970, sua obra foi muito valorizada e tornou-se conhecida internacionalmente.

Outra mulher de grande projeção nesse período foi a argentina Victoria Ocampo. Nascida em 7 de abril de 1890, era filha de uma rica família de origem aristocrática. Ela e suas cinco irmãs tiveram uma esmerada educação de acordo com sua situação de classe. Mas Victoria revelou-se bastante rebelde desde cedo. Casou-se, ainda que sem convicção, com Luis Bernardo de Estrada, também proveniente de uma família de sua classe social. Mas o casamento durou pouco mais de um ano. Viveram anos na mesma casa, habitando andares diferentes. A separação legal ocorreu em 1922. Victoria teve outros amores, como o diplomata Julián Martínez, com o qual viveu uma complicada história amorosa até o final da década de 1920. Assim, mostrava-se rebelde, desafiando as convenções sociais.

O campo tem um lugar relevante na história da cultura argentina por seu papel como mecenas. Sua grande criação foi a prestigiosa revista de cultura e literatura denominada *Sur*. Em 1º de janeiro de 1931, aparecia o primeiro volume da revista, que se estendeu até 1971. Nela, publicaram artigos intelectuais e escritores importantes de todo o mundo: Jorge Luis Borges, Adolfo Bioy Casares – aliás casado com sua irmã Silvina, também escritora –, Waldo Frank, Thomas Mann, André Malraux, Octavio Paz e Gabriela Mistral (os dois últimos receberam o Prêmio Nobel de Literatura). Em 1933, criou a editora Sur com a intenção de publicar autores argentinos e internacionais.

Em 1953, durante o segundo mandato de Juan Domingo Perón, Victoria Ocampo foi presa por 26 dias, acusada de atividades antiperonistas. Houve uma série de manifestações internacionais que exigiram sua libertação.

Suas atividades como escritora – entre seus livros estão os 10 volumes de *Testemunhos*, publicados a partir de 1935 – merecem também ser lembradas. Foi a primeira mulher a ser eleita para a Academia Argentina de Letras, em 1977.

Políticas de massas e reformas sociais

As décadas de 1940 e 1950 na América Latina são em geral caracterizadas como o período dos "regimes populistas". Não utilizaremos o conceito de populismo, porque ele nos parece demasiadamente genérico, eclipsando as particularidades nacionais. Preferimos trabalhar, acompanhando Maria Helena Capelato, com a perspectiva da presença de um Estado forte, comandado por um líder carismático, capaz de manter a ordem, no período em que as classes populares lutavam por ganhar espaço no cenário político e exigiam reformas sociais.

Pretendemos, neste capítulo, apresentar quatro situações nacionais bastante diversas. As mudanças internacionais ocorridas depois da Primeira Guerra e da crise de 1929 tiveram impacto nas sociedades latino-americanas, que

também se transformaram, fazendo crescer os apelos das classes populares no campo e na cidade em busca de melhores condições de vida. Em alguns países, como o México e a Argentina, o Estado realizou reformas com as quais as classes populares obtiveram alguns benefícios. Em outros, como a Colômbia e a Guatemala, as propostas reformistas foram frustradas, impedindo alterações no quadro social estabelecido e produzindo uma reação de grande violência.

COLÔMBIA

No dia 9 de abril de 1948, Jorge Eliécer Gaitán, líder do Partido Liberal e defensor de propostas sociais reformistas, foi assassinado, no centro de Bogotá, às 13h. Esse acontecimento provocou uma convulsão social na Colômbia, que ficou conhecida como "A violência" e que perdurou por dez anos.

Para entender esse acontecimento, é necessário lembrar alguns aspectos da história da Colômbia. Desde o século XIX, foi organizado, no país, um sistema político bipartidário composto por liberais e conservadores. As disputas entre os dois partidos foram muito acirradas e provocaram a eclosão de várias guerras civis.

Esses embates partidários também estão no cerne dos eventos em torno da vida de Gaitán. Ele nasceu em 23 de janeiro de 1898, numa família de poucos recursos. Mesmo assim, conseguiu ter uma educação formal, preocupando-se, desde muito jovem, com as injustiças sociais. Integrou-se ao Partido Liberal, mas de volta à Colômbia depois de uma viagem à Europa, decidiu fundar, em 1933, um novo partido, a União Nacional de Esquerda Revolucionária (Unir), ligado às reivindicações de operários e camponeses. Rapidamente se decepcionou com a agremiação, pois seus candidatos receberam poucos votos nas eleições legislativas de 1935. Assim, Gaitán dissolveu a Unir e voltou às fileiras do Partido Liberal. Dono de impressionante oratória, seu prestígio e carisma fizeram dele um respeitado líder com inúmeros seguidores, levando-o a ocupar diversos cargos políticos nos governos liberais.

As almejadas reformas sociais se iniciaram timidamente com o governo liberal de Alfonso López Pumarejo (1934-1938//1942-1945). No

seu primeiro mandato, a constituição colombiana conservadora de 1886 foi reestruturada. Entre outras mudanças, foi formulada uma política de equilíbrio entre patrões e trabalhadores, pela qual se reconhecia o direito de greve e a formação de sindicatos. A propriedade foi definida por sua função social, dando ao Estado o direito de fazer expropriações de terras, caso elas fossem consideradas de utilidade pública. Os ecos da Revolução Mexicana haviam chegado aos campos colombianos. Mas tais reformas não foram postas em prática pelo governo de López Pumarejo e os conservadores voltaram ao poder, frustrando as expectativas surgidas.

O discurso de Gaitán foi se radicalizando, acompanhando as demandas populares desgostosas com o desfecho das prometidas reformas. Passou a afirmar que a Colômbia não estava dividida entre liberais e conservadores, mas sim "entre oligarquia e povo, entre parasitas e produtores". Nas eleições de 1946, Gaitán foi o candidato indicado pelo setor de esquerda do Partido Liberal. Mas as forças mais conservadoras dentro do partido lançaram Gabriel Turbay como seu candidato "oficial". Com os liberais divididos, venceu o conservador Mariano Ospina Pérez, que pôs em prática uma política repressiva em relação aos movimentos sociais e aos integrantes do Partido Liberal.

As propostas reformistas de Gaitán recebiam a apoio crescente dos trabalhadores urbanos, dos estudantes e dos camponeses. Sua vitória nas eleições seguintes, de 1950, era dada como certa. Os ânimos partidários estavam acirrados. Então, consumou-se o assassinato de Gaitán, abatido a tiros, no começo da tarde do dia 9 de abril, quando saía do prédio onde tinha seu escritório. Pretendia encontrar-se com um grupo de estudantes cubanos, entre os quais estava o jovem ainda desconhecido Fidel Castro. Tinham eles uma intenção comum, a de marcar uma posição crítica em relação aos possíveis rumos da Conferência Pan-americana que se iniciara na véspera, em Bogotá. A desconfiança baseava-se no fato de o general George Marshall ser o chefe da delegação dos Estados Unidos e na sua velada intenção de fazer com que a política externa norte-americana fosse aceita pelos demais países da Conferência. A Guerra Fria com sua divisão do mundo entre capitalismo (EUA) e comunismo (URSS) estava se iniciando.

O assassinato de Gaitán provocou uma rebelião de dez horas na capital do país, que ficou conhecida como Bogotazo, em que entre 3 e 5 mil pessoas foram mortas ou feridas. A insurreição se espalhou pelo país, tornando a situação incontrolável. Como resposta, o presidente Ospina suspendeu as garantias constitucionais e fechou o Congresso em 1949. Mas as medidas autoritárias não surtiram efeito por muito tempo. "A violência" assolou a Colômbia até 1958, na capital e no interior, com os seguidores dos dois partidos se enfrentando continuadamente. O saldo desses confrontos impressiona. Não se tem uma estatística precisa do número de mortos nesses dez anos, mas estima-se que tenham sido entre 200 e 300 mil pessoas.

De acordo com o historiador colombiano, Antonio García, nesse período, a mobilização popular foi desarticulada e a ideologia anticomunista em sintonia com a doutrina norte-americana da Guerra Fria se impôs. Por outro lado, as bases populares e as lideranças do Partido Liberal foram duramente castigadas. Os governos conservadores, com o desenlace do golpe ditatorial do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), provocaram uma reação social radical com a formação de grupos guerrilheiros liberais (gaitanistas) e comunistas no interior do país, cuja atuação foi determinante nos últimos 30 anos do século XX na Colômbia. Dentre eles, o mais antigo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), nasceu em 1966, com um programa comunista. Outros grupos de esquerda também surgiram, como o guevarista Exército de Libertação Nacional (ELN), provocando a criação de milícias de extrema-direita. Este longo conflito armado se deteriorou com o passar do tempo, levando as guerrilhas de esquerda a se aproximarem de grupos do narcotráfico e a praticarem sequestros que causaram fortes críticas nacionais e internacionais, os quais fizeram com que esses grupos perdessem sua legitimidade.

GUATEMALA

Ainda que muito pouco conhecida pelos brasileiros, a história da Guatemala se constitui em bom exemplo para se entender as questões referentes às reformas sociais latino-americanas, nas décadas de 1940 e 1950.

A população da Guatemala, predominantemente rural até o presente, está formada em sua maioria por indígenas de origem maia. Como os demais países da América Central, sua economia é modesta e se baseia na produção agrária de café, bananas e milho.

Desde o século XIX, o poder político esteve nas mãos de grupos fechados da elite – brancos ou mestiços –, que governaram de forma autoritária, impondo medidas discriminatórias em relação aos indígenas. Entre 1898 e 1920, o país foi governado, com mão de ferro, pelo ditador Manuel José Estrada Cabrera, do Partido Liberal. A entrada da empresa norte-americana United Fruit Company na Guatemala foi feita com seu incentivo. Essa companhia passou a ter muito poder, intervindo diretamente nas decisões políticas que, naturalmente, serviam a seus interesses econômicos. Todas as manifestações de oposição foram sumariamente reprimidas.

Depois de uma trégua democrática, a Guatemala voltou a ter um regime ditatorial, o de Jorge Ubico (1931-1944), político com formação militar que fundou, em 1926, o Partido Libertador Progressista. Eleito pelo voto, assumiu rapidamente poderes ditatoriais e perseguiu todos que se opuseram a ele. Os "inimigos" podiam estar dentro de seu próprio partido ou serem seus opositores, entre os quais se destacavam os comunistas. Favoreceu os interesses das companhias estrangeiras, entre elas, a já conhecida United Fruit Company, para a qual ofereceu mais terras. Concedeu, tanto às companhias *bananeras* quanto aos fazendeiros de café (muitos deles, alemães), uma licença legal para matar aqueles que fossem considerados como "desordeiros". Para "modernizar" o país, Ubico mandou construir estradas com mão de obra indígena submetida a trabalho forçado.

O regime repressivo do ditador, que se considerava um novo Napoleão, provocou grande insatisfação que desembocou numa insurreição liderada por profissionais e intelectuais de classe média e jovens oficiais do exército. Em 1º de julho de 1944, Ubico foi obrigado a renunciar e uma Junta assumiu o governo.

Como essa Junta não colocou em marcha as propostas de mudanças, em outubro do mesmo ano houve nova insurreição. Em seguida, aconteceram as eleições para a presidência. Em março de 1945, tomou posse o professor de

Filosofia, Juan José Arévalo, à frente de uma coalizão mais à esquerda, o Partido de Ação Revolucionária. Ainda que de maneira tímida, tentou-se modernizar a estrutura agrária nacional, implementar algumas leis trabalhistas, como a do salário mínimo, e ampliar as restrições referentes ao sufrágio universal.

Mas as reformas tomaram vulto no governo seguinte, o de Jacobo Arbenz, iniciado em 1951, e que havia sido ministro da Defesa de Arévalo. Militar de formação e com alguma simpatia pelo socialismo, a vitória de Arbenz assustou os proprietários rurais, as companhias estrangeiras e os Estados Unidos. Em 1952, o presidente pôs em prática uma Lei de Reforma Agrária, distribuindo terras para 100 mil camponeses. Terras não cultivadas e consideradas latifúndios foram expropriadas, incluindo propriedades do próprio presidente. As terras cultivadas das companhias estrangeiras foram poupadas, mas em contrapartida, Arbenz procurou montar uma estrutura econômica paralela no campo que poderia tirar o monopólio daquelas empresas.

No mesmo ano de 1952, o Partido Guatemalteco do Trabalho, nome dado pelos comunistas a seu partido, foi legalizado, causando preocupação aos grupos conservadores.

Em plena Guerra Fria, a tensão entre o governo dos Estados Unidos e o da Guatemala crescia. Arbenz levantava suspeitas crescentes por ter posto em prática reformas consideradas de "esquerda". Finalmente, o presidente Dwight Eisenhower autorizou a CIA a desencadear o golpe que teve o apoio irrestrito da United Fruit Company. Jacobo Arbenz foi derrubado e obrigado a renunciar em 27 de junho de 1954, exilando-se no México. Em seu lugar, foi indicado o coronel Carlos Castillo Armas.

Depois desse golpe, a Guatemala foi governada por mais de três décadas por militares, cuja atuação foi cada vez mais repressiva, tendo como alvo todos aqueles considerados inimigos do regime, desde os camponeses indígenas até os grupos guerrilheiros socialistas.

As Forças Armadas Rebeldes (FAR) foram o primeiro grupo guerrilheiro nascido em 1960, formado por jovens oficiais do exército, como consequência direta da insatisfação com o golpe perpetrado. Logo, se identificaram com posições socialistas assim como o outro grupo formado, na década seguinte, o Exército Guerrilheiro do Povo (EGP), que pretendia

atuar fundamentalmente junto aos camponeses. Para combater as guerrilhas de esquerda, surgiram forças paramilitares de direita. Nessa guerra civil de 36 anos, morreram 140 mil pessoas, 40 mil estão desaparecidas e outras tantas milhares deixaram suas terras ou o país.

MÉXICO

Terminada a fase armada da Revolução Mexicana, a década que se seguiu foi ainda bastante conturbada. Um grande problema para os governos revolucionários foi o embate com a Igreja Católica. As determinações anticlericais da Constituição de 1917 despertaram insatisfação crescente entre os católicos. Mas a política de restrições de participação da Igreja na vida pública, rigidamente implementada pelo presidente Plutarco Elías Calles (1924-1928), precipitou a chamada Guerra Cristera (1926-1929), que pôs em confronto milícias católicas e as forças do governo.

Um acontecimento marcante do período foi o assassinato do líder da Revolução e candidato à presidência, Álvaro Obregón, por um jovem católico, José de León Toral. Ele o matou a tiros em um jantar, no dia 17 de julho de 1928. Foi imediatamente preso, julgado e condenado à morte por fuzilamento. Um acordo entre a Igreja e o Estado que amenizava as restrições anteriores só foi alcançado durante o governo seguinte de Portes Gil (1928-1930).

Em 1934, Lázaro Cárdenas chegou à presidência do México, como candidato do Partido Nacional Revolucionário (PNR), que havia sido criado em 1929, com o objetivo de aglutinar as forças políticas favoráveis à Revolução Mexicana. No governo, Cárdenas implementou uma série de reformas sociais que foram extremamente relevantes para todo o período posterior. Os efeitos da crise de 1929 – aumento do desemprego, êxodo rural, queda dos preços das produções minerais e agrárias – começavam a ser superados.

Cárdenas tinha se comprometido a pôr em prática o chamado “Plano Sexenal”, elaborado por uma equipe do PNR em 1933, que propunha uma efetiva participação do Estado na organização e direção da economia. Pretendia-se estimular a economia nacional e colocar em prática as leis sociais inscritas na Constituição de 1917.

O México, à época, era predominantemente rural e, assim, a atuação mais abrangente do governo Cárdenas aconteceu no campo. O governo patrocinou, entre 1934 e 1940, uma ampla reforma agrária, distribuindo aproximadamente 18 milhões de hectares a 772 mil *ejidatários*. Anteriormente, a dotação de terras havia sido realizada de forma lenta; entre 1915 e 1934, foram entregues 10 milhões de hectares a 1 milhão de camponeses.

Os termos *ejido* e *ejidatários* formavam parte do novo vocabulário revolucionário. O termo *ejido* existia no período colonial e se referia apenas a uma parte dos *pueblos* que pertenciam às comunidades indígenas. No século XX, a Revolução Mexicana e a Constituição de 1917 deram outro sentido ao termo, colocando-o no centro da reforma agrária a ser realizada. Chamou-se *ejido* à propriedade da nação cedida em usufruto perpétuo e hereditário aos camponeses *ejidatários*. Esse processo de dotação de terras (sempre de pequenas dimensões), em que não há o ato de compra e venda, foi possível em virtude da expropriação de latifúndios e de distribuição de terras do Estado.

Cárdenas também procurou atender às reivindicações dos trabalhadores urbanos. Pela Constituição, os direitos operários estavam garantidos, tendo sido reforçados pela Lei Federal do Trabalho de 1931. Como Cárdenas se propunha a cumprir os preceitos constitucionais, considerava legais as greves, entendendo-as como armas legítimas de pressão dos operários para alcançarem melhores condições de existência. Durante seu governo, ocorreram inúmeras greves, sem que o Estado nelas interviesse ou as reprimisse. Em 1936, ano do auge das manifestações dos trabalhadores, houve 674 greves, envolvendo 113.885 trabalhadores.

Fotografia do presidente Lázaro Cárdenas, em maio de 1938, partilhando uma refeição tipicamente popular. Durante seu governo, muitas aspirações da Revolução Mexicana traduziram-se em políticas públicas.

Também promoveu a modernização e o crescimento do capitalismo no México, desenvolvendo um vasto programa de obras públicas e abrindo possibilidades para novos investimentos de capital. Criou bancos financiadores como o Banco de Fomento Industrial (1936), o Banco Nacional de Comércio Exterior (1937) e vitalizou o já existente Banco do México, constituindo um forte arcabouço financeiro para a dinamização da economia.

Em 23 de junho de 1937, o governo mexicano nacionalizou as estradas de ferro. Os interesses norte-americanos foram os mais afetados já que, desde o século XIX, a maior parte das ferrovias mexicanas não passava de um prolongamento daquelas dos EUA, pois visavam à exportação de matéria-prima nativa para o país vizinho do norte.

A nacionalização das empresas estrangeiras de petróleo – norte-americanas, inglesas e holandesas –, em 18 de março de 1938, e a criação da *Petroleos de México* (Pemex) tiveram impacto internacional. Esta foi uma decisão pioneira na América Latina, a de entregar ao Estado o monopólio da exploração do petróleo nacional. O processo havia se iniciado com reivindicações dos trabalhadores das empresas petrolíferas por melhores salários. Diante da negativa das companhias estrangeiras de atender às solicitações, o Estado interferiu, apoiando as exigências dos operários. Criado o impasse, a resolução radical foi a nacionalização de todos os bens das empresas, com indenização prevista para ser paga em um prazo máximo de 10 anos. A justificativa do governo foi de que o ato se fazia em prol da "utilidade pública e a favor da Nação". Ainda que tal medida tivesse recebido fortes críticas dos países envolvidos, não houve intervenção direta dos EUA, talvez pela iminência já anunciada da Segunda Guerra.

A política de massas do governo Cárdenas manifestou-se também na preocupação com a organização dos trabalhadores. Ele os reconhecia como interlocutores centrais de sua política revolucionária e queria convertê-los em elemento ativo a serviço da Revolução, organizando-os, sob a égide do Estado. Como afirmou Arnaldo Córdoba, Cárdenas modificava uma velha tradição dentro das fileiras revolucionárias que consistia em ver os trabalhadores como massa manipulável justamente por sua desorganização. Criou, assim, em 1935, a Confederação Nacional Camponesa (CNC) e, em 1936, a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), sindicatos que passaram a viver de subsídios do governo. Essas confederações se transformaram nas mais importantes organizações nacionais de trabalhadores, enquanto outras – como a antiga Confederação Regional Obrera Mexicana (CROM) – continuavam existindo, mas com pouca força e prestígio.

A transformação do PNR em Partido da Revolução Mexicana (PRM) realizada por Cárdenas, em 1938, se revestiu da maior importância, pois significou a corporativização do partido. O PRM foi dividido em quatro setores: o operário, o camponês, o popular e o militar (posteriormente desaparecido). Contava em 1938 com cerca de 4 milhões de membros, sendo o camponês o mais numeroso com 2,5 milhões de afiliados.

De acordo com seu projeto nacionalista, no qual a preservação da herança cultural indígena deveria ocupar importante papel, Cárdenas criou, em 1939, o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), voltado para a preservação, proteção e pesquisa do patrimônio arqueológico, antropológico e histórico do México. Nessa mesma perspectiva, decretou o nascimento, em 1940, do Museu Nacional de História do México que guardaria os materiais do período colonial ao presente.

Tentou, sem êxito, implantar o que ele chamou de educação socialista. Pretendia alfabetizar os habitantes mais pobres das cidades e ampliar as chamadas "missões culturais" que levavam professores ao campo para ensinar as crianças das comunidades indígenas, buscando sua completa integração à nação.

O apoio das massas populares ao regime cardenista foi entusiasta e permanente. A mobilização social e a politização foram símbolos do seu governo. A partir de 1938, finda a fase de organização dos trabalhadores em centrais, e concluídas as mudanças no partido, as manifestações arrefeceram e os movimentos grevistas cessaram. O Estado passou a advogar a ideia de que alcançadas determinadas metas, era preciso defendê-las e conservá-las.

O governo de Cárdenas sofreu fortes contestações tanto de grupos econômicos poderosos – por suas políticas favoráveis aos trabalhadores – quanto dos católicos, ainda inconformados com a política laicizante do Estado. O movimento oposicionista mais atuante foi o sinarquismo. A União Nacional Sinarquista (UNS), criada em maio de 1937, caracterizava-se por ser católica, anticomunista, antiliberal e simpatizante do fascismo. Mas nunca teve força política e apoio social suficientes para desestabilizar o governo cardenista.

Os escritos de Cárdenas – dentre os quais estão seus muitos discursos – são uma fonte interessante para entendermos quais as premissas de seu governo. O presidente pretendia ser o "verdadeiro" tradutor das massas mexicanas, defendendo sua participação no jogo político e entendendo como fundamental seu papel na sociedade. As massas eram "o motor do progresso" de uma sociedade. Mas era imprescindível a atuação da "classe capitalista", responsável pelo crescimento da economia. Ao Estado cabia o importante papel de conciliador social, já que apenas ele possuía um interesse geral e podia subordinar os interesses privados às necessidades do

progresso do país. As classes sociais deviam conviver dentro de um projeto comum de cooperação nacional garantido e protegido pelo Estado.

Cárdenas realizou uma política social favorável às aspirações camponesas e operárias, estimulou o crescimento do capitalismo, fortaleceu a estrutura do Estado e nacionalizou alguns setores da economia. Mesmo com uma retórica algumas vezes socializante foi moderado e conciliador. Essa política garantiu, por algum tempo, certa satisfação social, prevenindo o surgimento de grupos guerrilheiros, como aconteceu na Colômbia e na Guatemala.

Mas no ano de 1994, surgiu no estado de Chiapas um grupo armado, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que colocou no cenário político novas reivindicações em torno da terra, da democracia e da defesa da cultura indígena.

O Partido da Revolução Mexicana mudou de nome, em 1946, para Partido Revolucionário Institucional, o conhecido PRI, que se manteve no poder até 2000, quando foi derrotado pelo candidato do Partido de Ação Nacional (PAN), de origem católica e de direita, fundado em 1939, como braço parlamentar dos cristeros (nome derivado do grito "Viva Cristo Rei!" que identificava os católicos rebelados contra o governo mexicano na Guerra Cristera).

ARGENTINA

Juan Domingo Perón e Eva Perón são figuras exponenciais da história política argentina do século XX. Eles despertaram sentimentos de amor e lealdade do mesmo modo que angariaram inimigos ferozes. A historiografia também apresenta interpretações em que transparecem a simpatia ou a rejeição ao fenômeno do peronismo.

Para entender a chegada de Perón ao poder, voltemos à década de 1930 na Argentina. O país tinha experimentado, até a crise de 1929, um período de grande prosperidade econômica, com seus principais produtos – os cereais e a carne – abastecendo os mercados europeus, em especial o da Grã-Bretanha. Mas o modelo agroexportador argentino sofreu um grande abalo com a Depressão que se seguiu à quebra da bolsa de Nova York.

O primeiro acontecimento político posterior à crise foi o golpe do general J. F. Uriburu, que derrubou o presidente Hipólito Yrigoyen per-

tencente à União Cívica Radical (UCR). Esse partido, surgido em 1891, congregava oposicionistas ao grupo fechado que dominou a política argentina desde a década de 1860. Defendia a bandeira da democracia, tinha um vago discurso nacionalista e algumas preocupações sociais. Depois da instituição do voto secreto masculino, em 1912, o partido chegou ao poder, em 1916, com a eleição de seu líder, Hipólito Yrigoyen. Em 1928, ele voltou à presidência, já com 76 anos. O golpe militar de 1930 representava a volta ao poder dos tradicionais interesses exportadores, descontentes com algumas medidas levemente nacionalistas do governo Radical.

A década de 1930 entrou para a História com o epíteto de "década infame". Tal denominação se deve à constatação das repetidas fraudes nas eleições que aconteceram após o golpe num arremedo de legalidade constitucional. A repressão também foi intensa com a prisão e tortura de seus adversários, entre os quais estavam comunistas, anarquistas e membros do Partido Radical.

O golpe militar de 4 de junho de 1943 pôs fim a esse período sem propor uma mudança substancial nas diretrizes políticas do país. Os golpistas declaravam publicamente que o movimento se fazia pela restauração da democracia. No entanto, numa declaração secreta, os chefes militares se afirmavam como antiliberais, nacionalistas e advogados da hegemonia argentina na América do Sul.

Os líderes do golpe estavam vinculados a uma espécie de *logia,* o Grupo de Oficiales Unidos (GOU), surgido em 1942 e que se caracterizava pelo nacionalismo e pela simpatia pelo nazifascismo. Ao final de 1943, o regime ditatorial deixava claro seu autoritarismo ao dissolver todos os partidos políticos e suprimir o laicismo escolar, tornando obrigatório o ensino religioso em função do apoio da Igreja Católica.

O então coronel Juan Domingo Perón integrava o GOU, atuando como eminência parda do regime de 1943. Depois do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo em janeiro de 1944, houve uma mudança palaciana e o general E. J. Farrell assumiu o governo. Perón, ligado a Farrell, passou então a acumular o cargo da recém-criada Secretaria de Trabalho e Previdência com os de vice-presidente e ministro da Guerra.

Na Secretaria, Perón promoveu uma mudança decisiva na política social vigente até então. Elegeu os trabalhadores como interlocutores políticos e começou a pôr em prática medidas concretas que os beneficiavam. Concedeu aumentos salariais reais, instituiu o *aguinaldo* (uma espécie de 13º salário), criou tribunais de trabalho e unificou o sistema de previdência. No campo, a concretização do Estatuto do Peão, ainda que não alterasse substancialmente as relações entre patrões e empregados, foi um sinal de que o governo reconhecia sua existência e demonstrava preocupação com sua situação.

Com relação aos sindicatos mais combativos, politizados e independentes (anarquistas, socialistas e comunistas), Perón exerceu uma política que oscilou entre a cooptação e a repressão. Aqueles que resistiram acabaram sendo desarticulados.

Essa aproximação com os trabalhadores não agradou aos setores mais conservadores ligados aos golpistas, que pediram a destituição de Perón. As pressões sobre o grupo militar no poder aumentou e, depois de marchas e contramarchas, no dia 12 de outubro de 1945, Perón foi preso e enviado à ilha de Martín García.

No dia 17 de outubro, um acontecimento mudou os rumos do poder na Argentina. Desde cedo, trabalhadores foram tomando a Praça de Maio e, em frente ao palácio presidencial, aos gritos de "Perón, Perón", exigiam sua libertação. A partir dessa extraordinária manifestação popular, Perón foi solto e, às 23h, do balcão da Casa Rosada, falou para a multidão concentrada na praça. Já era então candidato à presidência da República nas eleições que ocorreriam em seguida.

Para sustentar sua candidatura, foi criado o Partido Laborista, com uma robusta base de trabalhadores. Seu programa propunha criar um imposto sobre a renda, recuperar as indústrias fundamentais, combater os latifúndios e ampliar as melhorias previdenciárias. Seus inimigos eram a minoria constituída por latifundiários, industriais, banqueiros e rentistas, isto é, todas as formas do grande capitalismo nacional e estrangeiro.

Nas eleições de 24 de fevereiro de 1946, apresentaram-se candidatos de duas coalizões partidárias. De um lado, a recém-formada União Democrática, que congregava o setor majoritário da UCR, socialistas, comunistas,

lançou os nomes de José P. Tamborini e Enrique Mosca. De outro, além do Partido Laborista, a candidatura de J. D. Perón e J. H. Quijano recebeu o apoio da Igreja Católica, do Exército e de grupos conservadores nacionalistas.

Um episódio significativo ganhou importância na campanha eleitoral. O ex-embaixador norte-americano na Argentina, S. Braden, acusou Perón de antigas ligações com o nazismo, conclamando os democratas a tomarem posição contra o candidato. Ao invés de se defender da denúncia, Perón o atacou com a fórmula nacionalista: "Braden ou Perón", capitalizando a seu favor o repúdio à ingerência estrangeira nas eleições nacionais.

Perón/Quijano saíram vitoriosos por uma pequena margem de votos, obtendo 1.478.000 votos contra 1.212.000 da UD. A posse ocorreu no dia 4 de junho de 1946.

O primeiro período presidencial de Perón (1946-1952) foi favorecido pela situação econômica argentina, pois, durante a Segunda Guerra, o país havia acumulado divisas no exterior. Ao lado de estimular o crescimento econômico, o governo pôde oferecer aos trabalhadores aumentos de salários e outros benefícios sociais. Em fins de 1946, Perón anunciou o Primeiro Plano Quinquenal, que foi cumprido apenas em parte. A indústria argentina de alimentos, têxteis e metalurgia leve cresceu bastante nesses anos, mas não houve a criação de uma indústria de base como aconteceu no Brasil, por exemplo, com a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

Logo depois de sua posse, Perón dissolveu o Partido Laborista e criou o Partido Peronista (PP). Este foi dividido em três setores: a ala masculina, a ala feminina, sob inspiração de Eva Perón, e a ala sindical, a CGT. O PP foi um canal de atrelamento dos sindicatos ao Estado, já que estes integravam a estrutura partidária. O número de sindicalizados cresceu muito. Em 1947, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) tinha 1,5 milhão de filiados e, em 1951, essa cifra havia dobrado para 3 milhões.

Medidas nacionalistas foram tomadas, tais como a nacionalização de empresas elétricas, de telefonia e das estradas de ferro que, na sua maior parte, eram inglesas; também foi criada uma frota aérea do Estado, as Aerolíneas Argentinas. O petróleo não foi nacionalizado como no México e, posteriormente, no Brasil. A companhia nacional,

Yacimientos Petrolíferos Fiscales, fundada por Yrigoyen em 1922, continuou sua modesta existência com um campo de ação bastante restrito, ao lado das grandes companhias internacionais de petróleo. Todas as nacionalizações foram feitas mediante pagamento de indenizações.

O autoritarismo do regime peronista mostrou-se claramente em suas relações com a Corte Suprema, a universidade e a imprensa. Quatro dos cinco membros da Corte foram afastados a mando do Executivo por razões aleatórias. Na universidade, a perseguição aos antiperonistas foi muito forte. Um exemplo emblemático foi o da demissão do já afamado médico neurologista, Bernardo Houssay, da Universidade de Buenos Aires. Quando, em 1947, ele recebeu o Prêmio Nobel de Medicina – o primeiro recebido por um argentino e latino-americano na área de ciências –, houve um silêncio sepulcral da parte do governo.

Os meios de comunicação foram bastante cerceados pelo governo. A radiodifusão privada foi sendo silenciada, não havendo mais espaço para vozes dissonantes. Fecharam-se jornais e revistas de oposição e criaram-se restrições postais a jornais como *La Prensa* e *La Nación*, que também viram reduzidas suas quotas de papel de impressão.

Ao lado da repressão, Perón montou um impressionante sistema de propaganda política que alcançava todos os meios de comunicação – jornais, revistas, rádio, cinema –, assim como o ensino nas escolas – com a adoção de cartilhas escolares "peronistas". Impôs diretrizes nacionalistas à transmissão de música pelo rádio, exigindo que 50% fossem de composições argentinas. Do mesmo modo, controlou a produção cinematográfica incentivando filmes que mostrassem positivamente as mudanças causadas pelo peronismo.

Não se pode dissociar Perón de Evita. Ela foi figura central durante o primeiro governo peronista, fazendo o papel de intermediária entre o líder e as massas. Criou a Fundação Eva Perón, que passou a ser responsável por obras assistenciais efetivas. Ao lado dessa atuação assistencialista, Eva abriu um importante espaço político de atuação, chegando ao ponto de fazer discursos em ocasiões decisivas. Seu poder e carisma tornaram-se lendários. Sua atuação contribuiu para que o voto fosse estendido às mulheres nas eleições de 1952 (ver box "Eva Perón").

EVA PERÓN

Filha ilegítima de um fazendeiro com uma costureira, Maria Eva Duarte nasceu em Los Toldos, na província de Buenos Aires, em 1919. Pobre e discriminada na infância, buscou sublimação na pequena sala de cinema que frequentava e no encantamento pelas atrizes de Hollywood. Norma Shearer, em particular, inspirou as ambições e o estilo que mais tarde distinguiriam Evita como carismática líder do peronismo.

Aos 15 anos, deixou o lar materno para tentar a sorte como atriz em Buenos Aires. Suportou muitas negativas e humilhações até conquistar algum reconhecimento atuando em radionovelas. Conheceu Juan Domingo Perón em 1944, quando este era secretário de Trabalho e Previdência do governo do GOU. Nos episódios envolvendo a prisão do coronel, Evita organizou manifestações em sua defesa. Casaram-se em 1945, cinco dias após o lendário 17 de outubro, quando uma multidão reunida na Praça de Maio forçou o presidente Farrell a ceder, convocando Perón para discursar aos trabalhadores dos balcões da Casa Rosada.

Evita ocupou um lugar preponderante nas relações que o peronismo estabeleceu com a classe *obrera* na Argentina. Alçada à condição de primeira-dama com a eleição de Perón, assumiu a condução da Secretaria do Trabalho, passando a mediar os conflitos e as alianças com o meio sindical. Mobilizou potentes estratégias simbólicas para cativar a lealdade dos sindicatos e puniu os que mantiveram posições independentes.

Por meio da Fundação Eva Perón, dirigiu ações caritativas voltadas à criação de escolas, orfanatos e asilos, à promoção de campeonatos esportivos para crianças e jovens, à acolhida dos pedidos que lhe chegavam de camas em hospitais, máquinas de costura, brinquedos e outros favores. As cartilhas de primeiras letras adotadas nas escolas públicas reforçaram o culto à grande benfeitora, ensinando a máxima "Evita me ama". E, nos bairros populares, as mulheres foram incentivadas a organizar núcleos de ação social por meio dos quais construíam sua participação na esfera pública. Em 1947, a Argentina peronista instituiu o voto feminino.

No auge de seu prestígio, Eva Perón adoeceu. Faleceu em 26 de julho de 1952, aos 33 anos, de câncer no útero. Seu corpo foi embalsamado e exposto à visitação pública. Em 1955, após o golpe militar que derrubou o presidente, o cadáver foi roubado e levado a um cemitério na Itália. Foi mais tarde devolvido a Perón, então exilado na Espanha, e finalmente trasladado de volta a Buenos Aires, em 1975. Segue atraindo ao cemitério da Recoleta romeiros em busca de *santa* Evita.

A Constituição foi reformulação em 1949, permitindo a reeleição do presidente. Perón pretendia se candidatar novamente, ainda que, no final do mandato, houvesse grande tensão, com a sanção pelo Congresso do "estado de guerra interno", por causa de um levante militar frustrado contra o governo, em setembro de 1951. Essa sanção permanecerá até a queda de Perón em 1955.

Em 11 de novembro de 1951, Perón-Quijano foram reeleitos com 4.580.000 votos contra 2.300.000 sufrágios dos candidatos da chapa Radical oposicionista Balbín-Frondizi.

Perón defendia uma posição que ele denominou de "terceirista", isto é, advogava uma terceira posição, nem capitalista nem socialista. Com esta visão pretendia combater o "imperialismo" e, internamente, a "oligarquia". No começo dos anos 1950, acreditava numa Terceira Guerra Mundial que iria enfraquecer os EUA e a URSS, fazendo da Argentina o exemplo para o mundo, pois era o lugar onde germinava um novo sistema com paz e justiça social. Pretendia instaurar a "justiça social" para os trabalhadores, surgindo daí o termo *justicialismo* para indicar o nome de sua "doutrina". Para ele, o Estado tinha uma ação tuteladora, sendo a única instância capaz de realizar os interesses dos indivíduos e da nação.

Para evitar o choque de classes e impedir uma revolução social, o peronismo dirigiu-se às massas eleitas como interlocutores políticos, fez concessões aos trabalhadores e legislou a seu favor. Perón no seu governo não se valeu apenas de seu carisma, nem conseguiu a adesão das massas simplesmente com a sua demagogia. Ele efetivamente tomou medidas concretas em benefício dos que foram chamados de "descamisados".

Porém, seu segundo termo começava de maneira desfavorável. O primeiro impacto negativo foi a morte, em 26 de julho de 1952, de Eva Perón, vítima de um câncer no útero. Seu desaparecimento provocou uma comoção nacional com impressionantes manifestações populares de pesar.

As estruturas de poder construídas anteriormente começavam a ruir. As reservas acumuladas durante a guerra terminaram, impedindo que o governo fizesse novos investimentos produtivos na economia. Os capitais externos temiam o nacionalismo peronista e se distanciavam do país. Nesse quadro, era muito difícil atender a novas reivindicações populares e manter as subvenções

ao consumo. A CGT, fiel ao governo, mudou seu lema; agora era hora de produzir para o engrandecimento da nação, evitando greves reivindicativas.

Um conflito com um dos pilares do governo peronista, a Igreja Católica, teve desdobramentos sérios. O início dos embates parece ter sido as atividades de um pequeno grupo democrata-cristão antiperonista. Perón não teve habilidade para lidar com essa oposição e acirrou os ânimos dos católicos, revogando medidas como a lei do ensino religioso obrigatório e implantando a lei do divórcio em 1954.

A procissão de Corpus Christi de 11 de junho de 1955 assumiu proporções de uma manifestação política de oposição ao regime. Em 15 de junho, a aviação naval bombardeou a Casa Rosada, onde Perón não se encontrava, mas centenas de civis foram vitimados. A resposta dos peronistas foi incendiar várias igrejas.

Perón tentou a reconciliação, mas era tarde. Em 8 de setembro, o secretário-geral da CGT ofereceu ao ministro do Exército a ajuda dos sindicatos, que, para tanto, deveriam ser armados. Perón recusou, mas este fato parece ter sido a gota-d'água que levaria ao rompimento dos militares com ele.

Em 16 de setembro de 1955, um levante militar iniciado em Córdoba e liderado pelo general Eduardo Lonardi avançava sobre Buenos Aires. Em 22 de setembro, Perón renunciou, descartando qualquer possibilidade de resistência armada. Exilou-se no Paraguai do ditador Alfredo Stroessner, passou pela República Dominicana de outro ditador, Rafael Trujillo, e se instalou definitivamente na Espanha do fascista Francisco Franco.

Mesmo depois da derrubada de Perón e de sua morte em 1973, o peronismo permaneceu até o presente como forte corrente político-ideológica, abrigando um amplo leque de seguidores à direita e à esquerda, aí incluídos católicos, nacionalistas e sindicalistas. A manifestação mais radicalizada do peronismo foi a dos Montoneros, grupo guerrilheiro armado que atuou contras as ditaduras militares durante a década de 1970.

Che Guevara e os movimentos revolucionários latino-americanos

Ernesto Che Guevara de la Serna nasceu em Rosário, na Argentina, em 14 de junho de 1928, o primogênito de cinco filhos de uma família de classe média. Asmático desde a tenra infância, cresceu muito ligado à mãe, Celia de la Serna y Llosa, e, como ela, amante da leitura e dos esportes.

Embora a família tenha se mudado muitas vezes, fixou-se em Córdoba a partir dos anos de adolescência de Guevara. Che, como seria apelidado mais tarde, manteve, mesmo a distância, as amizades dos tempos de escola secundária por toda a vida.

Guevara se transformaria no símbolo de uma geração que abraçou a causa de combater as mazelas do mundo em nome de um ideal. E a atraente escolha implicava, ao mesmo tempo, sacrifícios à vida pessoal.

Em 1947, ingressou no curso de Medicina, em Buenos Aires. Estudante inquieto, fez a faculdade à sua maneira, conciliando-a com interesses mais dispersos, e especializando-se em alergias dermatológicas. Nesses mesmos anos, a Argentina vivia sob as profundas divisões em torno do regime peronista. A família Guevara de la Serna era sua ferrenha opositora. Mas a deposição de Juan Domingo Perón por uma Junta Militar, em 1955, levou Ernesto Guevara a refletir, conforme mostram as cartas que escreveu à mãe, sobre as dimensões sociais transformadoras que o peronismo àquela altura representava.

Ainda assim, a plataforma peronista estava longe de encantá-lo. Nos anos anteriores, Guevara já havia dado mostras de seu desejo de afastar-se da terra natal. Em 1950, viajou como enfermeiro da Marinha Mercante e, em 1952, acompanhado do amigo Alberto Granado, embrenhou-se em uma viagem de oito meses, de motocicleta, por regiões inóspitas da cordilheira andina. A aventura foi depois relatada pelo amigo em *Diários de motocicleta*, convertido em longa-metragem, de 2004, pelo cineasta Walter Salles.

Em 1953, partiu de forma definitiva. Visitou a Guatemala de Jacobo Arbenz e procurou colaborar com um governo empenhado na distribuição de terras à população camponesa e na nacionalização de empresas norte-americanas que asfixiavam a economia nacional.

Após o golpe de 1954, na Guatemala, foi obrigado a deixar o país e viver um período na embaixada da Argentina no México. Lá conviveu com alguns refugiados cubanos e travou seu primeiro contato com os irmãos Raúl e Fidel Castro. Em um dos encontros, conversou noite adentro com Fidel. Esse encontro levaria Che ao âmago da luta revolucionária que os irmãos Castro haviam iniciado em 26 de julho de 1953, com o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, almejando solapar o poder ditatorial de Fulgêncio Batista, responsável por um golpe de Estado em 1952. O fracasso da empreitada lhes custou uma temporada na prisão e depois o exílio no México. Em fins de 1956, todavia, voltariam à porção oriental da ilha a bordo do iate Granma. Acompanhavam-nos Che Guevara, outros 80 homens e muitos fuzis.

A história da Revolução Cubana, vitoriosa em 1º de janeiro de 1959, deve ser compreendida à luz da trajetória desse país, o último a libertar-se da colonização espanhola na América. Em 1898, durante a segunda guerra de

independência de Cuba, iniciada em 1895, os Estados Unidos intervieram na luta contra a Espanha, confirmando os alertas feitos pelo poeta cubano e articulador da emancipação, José Martí, a respeito dos interesses expansionistas norte-americanos.

José Martí morreu em combate em maio de 1895, antes que a intervenção se concretizasse. A Espanha perdeu a guerra, mas os Estados Unidos cobraram o seu preço. A já mencionada Emenda Platt, aprovada em 1901, e o tratado que estabeleceu a Base Naval de Guantánamo, assinado em 1903, asseguraram aos "irmãos no Norte", como os chamava Martí, muitas prerrogativas políticas e territoriais na Cuba emancipada.

Por essa razão, a Revolução Cubana, assim como a Revolução Sandinista na Nicarágua, da qual falaremos logo adiante, guarda um profundo sentido de reação ao imperialismo norte-americano, cuja ação se revelou avassaladora para a trajetória nacional ao longo das primeiras décadas do século XX.

Os integrantes do Movimento 26 de Julho desembarcados nas praias cubanas em fins de 1956 espalharam-se pelas montanhas da hoje lendária Sierra Maestra. Organizaram-se como guerrilheiros, que realizavam ataques-surpresa aos alvos inimigos, ao mesmo tempo que buscavam o apoio da população local por meio de medidas como a reforma agrária nas áreas que controlavam. Che Guevara e o líder revolucionário cubano Camilo Cienfuegos foram responsáveis por importantes conquistas militares no confronto com o exército de Batista.

Ao mesmo tempo, o movimento conquistou crescente apoio nas cidades. Se o Partido Comunista Cubano (anteriormente chamado Partido Socialista Popular — PSP) só aderiu ao movimento rebelde nos últimos meses de 1958, por defender, conforme a orientação do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, a via pacífica para o socialismo, o Movimento 26 de Julho teve intensas conexões com o Partido Ortodoxo – o Partido do Povo Cubano. Dirigido por Eduardo Chibás, que lutara contra o governo de Carlos Prío Socarrás (1948-1952), o Partido Ortodoxo tinha uma plataforma anti-imperialista e anticapitalista, de tendência populista. Desse modo, foram se intensificando as ações de guerrilha urbana.

Em 31 de dezembro de 1958, vendo-se acuado, Fulgêncio Batista e seus principais ministros abandonaram o país. Em 1º de janeiro, os rebeldes

convocaram uma greve geral para consolidar o triunfo da Revolução. No dia 3, Che Guevara e Camilo Cienfuegos entraram em Havana. A coluna de Fidel Castro, por sua vez, percorreu toda a ilha até entrar triunfante na capital no dia 8 de janeiro.

Fidel Castro permaneceu como comandante em chefe do Exército, nomeando Manuel Urrútia como presidente da República. O novo regime assumiu um tom que contrastava com o modelo político socialista em vigor na União Soviética à época.

Como propôs Jorge Castañeda, a Revolução Cubana era mais livre, mais democrática, desordenada, tropical e espontânea. No mês de maio, promulgou-se a Lei de Reforma Agrária, que expropriou vastas porções de terras antes dominadas por latifúndios e por áreas pertencentes a empresas norte-americanas. No ano seguinte, empresas e bancos norte-americanos foram nacionalizados.

A cada passo, divergências floresciam no interior do governo revolucionário. O Movimento 26 de Julho estava longe de ser homogêneo e as contradições vinham à tona à medida que a Revolução se aprofundava. Paralelamente, os Estados Unidos reagiam com veemência à ousadia cubana. Restringiram seu tradicional mercado para a compra de açúcar cubano e cortaram o fornecimento de petróleo ao país. Uma comitiva cubana, integrada entre outros por Che Guevara, foi convidada a visitar a União Soviética. Tratada com pompa e circunstância, a comitiva obteve o compromisso russo de compra da safra açucareira e de abastecimento petrolífero. Refinarias norte-americanas em Cuba recusaram-se a operar com petróleo soviético, e foram nacionalizadas.

Em abril de 1961, em uma operação desastrada, o governo dos Estados Unidos fez vista grossa a uma tentativa de ataque a Cuba organizada por cubanos exilados na Flórida e treinados pela CIA. Conhecida como invasão à Playa Girón, a investida foi debelada pelo Exército cubano e pelas milícias populares, armadas por Fidel Castro.

Anônimo. 5 mar 1960

Fotografia tirada em março de 1960, por ocasião da homenagem às centenas de vítimas da explosão do navio La Coubre, no porto de Havana, cuja responsabilidade foi atribuída aos Estados Unidos. Che caminha no centro e Fidel, na extrema esquerda.

A conjuntura jogou favoravelmente a Cuba, mas os acontecimentos deixaram clara a vulnerabilidade da Revolução. Para protegê-la, optou-se pelo que alguns intérpretes chamaram de a "revolução dentro da revolução". No dia 16 de abril de 1961, Fidel Castro declarou que o regime cubano passava a ser socialista. Com sérias implicações para os sonhos revolucionários mais livres, Cuba alinhou-se à União Soviética e aceitou sua ajuda e sua ingerência. Passou a sofrer o embargo econômico conclamado pelos Estados Unidos e foi excluída da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Che Guevara viajou outras vezes à Rússia para selar acordos bilaterais. Viu desmoronarem seus planos de promover o desenvolvimento industrial cubano em favor do privilégio da monocultura açucareira. Viu também se dissiparem as promessas de apoio soviético para a exportação da causa revolucionária para outras partes da América Latina. Por fim, sua admiração para com os russos recebeu um golpe mortal quando da crise

dos mísseis. Como parte do acordo, Cuba aceitou os argumentos soviéticos para que fossem instalados mísseis em seu território, apontados para os Estados Unidos. A operação secreta foi descoberta pelo governo de John Kennedy, em outubro de 1962, por meio de fotografias aéreas. Em meio a uma grave crise militar, a URSS ordenou a retirada dos mísseis sem consultar ou informar o governo cubano.

Apesar da humilhação, Cuba seguiu leal à União Soviética até o desmembramento do bloco socialista, cerca de três décadas mais tarde, enquanto Che Guevara escolheu partir para ações guerrilheiras na África e logo na América do Sul. Antes, porém, representou Cuba em diferentes missões internacionais, contribuindo para associar a imagem da Revolução ao charme, à virilidade e ao desprendimento dos jovens guerrilheiros. Em 9 de outubro de 1967, Che foi assassinado pelos soldados que o capturaram nos rincões da Bolívia.

Entre os que permaneceram na ilha, a despeito das políticas que procuravam equacionar as antes profundas assimetrias sociais existentes em Cuba, a nova conjuntura impôs severas restrições. Nos planos da produção cultural e artística, por exemplo, os estímulos trazidos pela Revolução, de expressar o novo – o novo homem, a sociedade almejada, a arte renovada – foram aos poucos cerceados por instâncias oficiais de controle, censura e punição.

Um exemplo disso foi o suplemento literário semanal *Lunes*, estudado pela historiadora Silvia Miskulin. Criado em 23 de março de 1959 e editado até 6 de novembro de 1961, a publicação era um encarte do jornal *Revolución*, órgão de imprensa dos guerrilheiros de Sierra Maestra fundado após o triunfo do movimento. O escritor Guillermo Cabrera Infante foi chamado por Carlo Franqui, diretor do *Revolución*, para editar o suplemento. Desde o início, *Lunes* abriu espaço para obras ficcionais, ensaios, análises históricas e registros de eventos contemporâneos de Cuba e do mundo.

O suplemento manifestou solidariedade com as lutas anticoloniais em curso na Ásia e na África, e apoiou os embates contra o imperialismo norte-americano na América Latina. Ao mesmo tempo, privilegiou a publicação das vanguardas literárias e estéticas, envolta em experimentação gráfica. Carlos Franqui relatou que a tese que defendiam era a de que tinham de pôr abaixo as barreiras que separavam a cultura de elite da cultura de massa. E que o objetivo

era levar a melhor qualidade cultural a centenas de milhares de leitores. Afirmou que eram motivados pelo lema de José Martí: "Cultura traz liberdade."

O editorial do primeiro número de *Lunes* mostrava que o suplemento não tinha uma posição política definida. Defendia a liberdade e a democracia, ao passo que condenava o marxismo soviético e a estética realista dos socialistas. A obra de Sartre muito se destacou em *Lunes,* que ajudou a patrocinar a visita do autor ao país.

Durante a visita, Sartre escreveu sobre os méritos da Revolução Cubana, expressando perspectivas que coincidiam com as declarações feitas pelos próprios dirigentes revolucionários, quais sejam, de que a especificidade da Revolução estava em buscar uma via original, própria e humanista, distante dos modelos de socialismo da União Soviética e da China, mas comprometida com os anseios de independência econômica e soberania nacional.

Também para os editores de *Lunes*, a Revolução primava por ser democrática, popular e originalmente cubana. Nesse sentido, o suplemento almejava fomentar a "verdadeira cultura cubana", em permanente relação com a cultura universal. Deu destaque a escritores e artistas como Ernest Hemingway, Jorge Luis Borges, Miguel Ángel Asturias, Pablo Picasso e André Breton, ao lado de colaboradores cubanos. Essa visão cosmopolita foi, porém, por vezes mal interpretada, e nos debates que antecederam seu fechamento, *Lunes* foi acusado de estrangeirizante. Em sua defesa, argumentou-se que havia escassez de colaborações literárias nacionais de qualidade.

Lunes postulava o compromisso do escritor com o movimento revolucionário, libertando-se da torre de marfim. Politicamente, o suplemento apoiou e divulgou as principais transformações desencadeadas após o seu triunfo – como a reforma agrária – e rechaçou com veemência as sabotagens contrarrevolucionárias e a tentativa de invasão de Cuba pelos Estados Unidos, em abril de 1961, na baía dos Porcos.

Mesmo quando a Revolução se declarou socialista, o suplemento deixou bem clara sua adesão ao governo, que, como parecia, caminhava para a construção de um socialismo justo e humano.

Embora a União Soviética estivesse em fase de abertura política nesses anos, os comunistas cubanos se opuseram à pluralidade de *Lunes*.

Em 1961, após o desagravo feito por integrantes de *Lunes* à censura de um documentário dirigido por Sabá Cabrera Infante, considerado obsceno e licencioso, o governo cubano promoveu duas grandes reuniões para definir os rumos das políticas culturais.

O discurso *Palabra a los intelectuales*, proferido por Fidel Castro em junho desse ano, anunciou o fim da liberdade de expressão. Em agosto de 1961, durante o Primeiro Congresso de Escritores e Artistas, criou-se a Unión de Escritores y Artistas de Cuba (Uneac), órgão responsável por organizar a produção da intelectualidade cubana, segundo o critério de que as manifestações culturais voltadas ao povo seriam o centro da obra de arte revolucionária.

Os intelectuais eram convidados a colaborar com a Revolução participando dos projetos sociais de grande envergadura, como a Campanha de Alfabetização de 1961 e a expansão da rede de ensino. As vozes experimentalistas de *Lunes* não mais deviam repercutir na vida cultural e social do país. Além disso, o suplemento passara a ser estigmatizado pela participação de homossexuais.

O último número de *Lunes* celebrou os 80 anos de Pablo Picasso. Após seu desaparecimento, o governo incumbiu-se de criar outros periódicos literário-culturais, mais afinados com o tom nacional, popular e socialista.

O CHILE DA UNIDADE POPULAR

Em vista das contradições que diferentes regimes socialistas manifestaram em sua trajetória, ao cristalizarem, em nome da promoção da igualdade, instâncias de poder autoritárias, privilegiadas e pouco transparentes, a autocrítica operada por determinados setores das esquerdas favoreceu a busca por novos caminhos e novos horizontes para a ação política. As respostas dadas a essa inquietação foram as mais variadas, das "barricadas do desejo", em maio de 1968 na França, à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e aos projetos de Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental.

Na América Latina desses anos, ao mesmo tempo que as esquerdas inspiradas em Cuba se radicalizavam e abraçavam a luta armada, a busca

por soluções que entremeassem as balizas da "reforma" e da "revolução" dividiu a cena.

O Chile constitui um caso emblemático nesse sentido. Tradicionalmente considerado uma exceção na América Latina, pela precoce conquista da estabilidade política, nos anos que se seguiram à emancipação da Espanha, o país atravessou importantes reformas políticas e sociais ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX com uma considerável continuidade das instituições públicas e partidos políticos consolidados.

Em 1964, nas eleições presidenciais, venceu Eduardo Frei, candidato pelo Partido da Democracia Cristã (DC). Embora reformista, sua candidatura contou com o apoio dos setores conservadores contra o rival socialista Salvador Allende, assustados que estavam com o fantasma da Revolução Cubana.

Com o lema de promover uma "revolução em liberdade", o governo de Frei deu continuidade ao ciclo de reformas modernizantes, desenvolvimentistas e antioligárquicas em curso no Chile desde 1938, quando o país foi governado por uma Frente Popular, a exemplo das frentes que se formaram na Europa para se contrapor às correntes fascistas naquele período. O projeto da Democracia Cristã apresentava-se como uma terceira via ao capitalismo e ao comunismo, e estava calcado na perspectiva de construção de uma nova sociedade, corporativa e harmoniosa.

Uma série de reformas estruturais foi levada a cabo (agrária, bancária e urbana, com política habitacional e organização comunitária nos bairros pobres), determinou-se a nacionalização da extração de cobre – desde o século XIX dominada por empresas de capital estrangeiro – e procurou-se organizar e integrar os setores populares.

Em 1970, porém, os grupos de esquerda beneficiaram-se da disputa travada entre a Democracia Cristã e o conservador Partido Nacional. Salvador Allende, ex-líder estudantil, médico, ex-deputado, senador e ex-ministro da Saúde, elegeu-se presidente como candidato da chamada Unidade Popular (UP). A UP reunia partidos de esquerda como o Socialista, o Comunista, o Radical e o Mapu (Movimento da Ação Popular Unitário), uma cisão da Democracia Cristã, coligados em torno da seguinte plataforma: a via chilena ao socialismo, ou seja, a transição para o socialismo nos marcos da legalidade democrática.

A estabilidade fazia parecer que a sociedade chilena seria capaz de viver mudanças políticas importantes na esfera governamental, sem sofrer abalos profundos. Mas a chamada experiência chilena terminou em banho de sangue e no sacrifício do aparentemente sólido regime democrático. Em 11 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet, comandante em chefe do Exército, ordenou o bombardeio do Palácio La Moneda, onde Salvador Allende procurou resistir com uma arma presenteada por Fidel Castro em punho. Partidários de direita e esquerda até hoje alimentam a polêmica sobre a forma como o presidente morreu – se alvejado durante o ataque ou atingido por uma bala de sua AK-47. Em 2011, em meio aos embates que marcaram o retorno à democracia no Chile, os restos mortais de Allende foram exumados. A Justiça referendou a hipótese do suicídio.

Mas, afinal, em que consistiu e por que fracassou a via chilena para o socialismo? A questão vem sendo, há muito, debatida por cientistas políticos e historiadores.

Embora o país contasse com índices elevados de inclusão política e social da população, comparados aos de outras nações latino-americanas, sua economia refletia as mazelas e contradições da dependência econômica. O programa da Unidade Popular priorizava justamente este aspecto. Visava promover o desenvolvimento nacional e "superar o atraso", emancipando a economia da subordinação ao capital estrangeiro, como sublinhavam os economistas na época. Visava também promover a justiça social, melhorando a oferta de empregos e os patamares salariais. O Estado seria o principal responsável por essas ações.

Ao mesmo tempo, apostava-se no poder da economia para transformar outras esferas da realidade social. Com as mudanças no sistema de propriedade dos meios de produção fundamentais, transferidos ao Estado por meio da APS (Área de Propriedade Social), e maior participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, seria possível aprofundar os canais políticos de participação popular.

Desde o princípio, a direita, representada pelo Partido Nacional, buscou boicotar o governo da Unidade Popular. Uma ala do Exército quis articular um golpe para impedir a posse de Allende, sendo interceptada por generais defensores da legalidade. Outros conservadores buscaram anular o resultado

das eleições no Congresso. A Constituição previa que no caso de o primeiro colocado não obter mais de 50% dos votos, cabia ratificar a vitória. Allende afinal obteve o apoio da Democracia Cristã, que tinha maioria no Parlamento, apoio condicionado à assinatura pelo novo presidente do "Estatuto de Garantias Constitucionais". Enquanto Allende pôde contar com o respaldo da Democracia Cristã, foi capaz de driblar as fortes pressões que pesaram sobre seu governo; a partir de 1973, os democratas cristãos aproximaram-se do Partido Nacional, deixando a Unidade Popular isolada e fragilizada.

Tão logo se deu início ao programa de reformas, houve reação por parte dos setores afetados. Vários pontos da ação governamental eram problemáticos: a expropriação de algumas empresas e a implantação da APS (Área de Propriedade Social), a ocupação de terras no campo, o projeto de nacionalização do cobre, a compra de ações de bancos.

Com a mobilização popular e dos grupos políticos mais radicais integrantes da Unidade Popular, ávidos pelo avanço das "reformas revolucionárias", o governo aos poucos perdeu o controle sobre o compasso das mudanças. No campo, formaram-se "comandos comunais" e focos de guerrilha. Ao reprimi-los, Allende descontentou muitos aliados. Também nas franjas urbanas, o movimento operário passou a atuar diretamente na expropriação de empresas, formando os chamados cordões industriais.

Era clara a dificuldade para se conciliar o plano governamental e os movimentos espontâneos, que ultrapassavam o programa da Unidade Popular. E, como avaliaram alguns historiadores como Alberto Aggio, a via chilena para o socialismo – pacífica e democrática – não foi capaz de definir as chaves teóricas e políticas para a construção desse novo caminho. Como equacionar a relação entre governo e participação popular? Como conciliar legitimidade revolucionária com a institucional? Para Allende, a transição deveria se dar no interior da legalidade. Sabia que a teoria não continha todas as respostas para o modelo chileno. E esse modelo, afinal, não foi desenvolvido.

Nesse contexto, evidenciaram-se os desacordos no interior da Unidade Popular. Parte de seus integrantes, como o Partido Socialista, queria a radicalização para apoiar tendências das ruas. Prevaleceu a posição dos grupos alinhados com Allende, mais moderados, favoráveis a uma transição que respeitasse a institucionalidade.

Paralelamente, a direita reagia ao que via como passividade do governo com relação às pressões populares, iniciando uma violenta campanha para colocar a opinião pública contra o governo. Em fins de 1971, o cenário era de aguda polarização.

Na tumultuada conjuntura, os setores médios endossaram seu apoio à direita. Sua insegurança também era motivada pelos problemas econômicos que se faziam sentir – a volta da inflação, o desabastecimento resultante do boicote de empresários e comerciantes ao regime, as greves nas empresas nacionalizadas.

Para enfrentar o problema da escassez de produtos nas estantes das lojas e mercados, o governo criou as Japs (Juntas de Abastecimento e Preço), conclamando a população a vigiar a conduta dos produtores e comerciantes.

Em parte, as Japs conseguiram atenuar o problema. Mas reforçaram a ameaçadora imagem de um poder popular, o qual feria, segundo Aggio: "o padrão de institucionalização dos conflitos que havia sido a tônica do desenvolvimento chileno".

No âmbito institucional, as relações com o Legislativo deterioravam-se a passos largos. Allende vetou o projeto de reforma constitucional apresentado pela Democracia Cristã, que tiraria do Executivo o controle sobre as APS. O número de expropriações seria limitado por ano e a lista de empresas seria submetida à aprovação do Congresso. Com o veto presidencial, gerou-se um impasse nas relações entre os dois Poderes.

Com uma estratégia conciliadora, Allende convidou as Forças Armadas a assumirem o Ministério da Defesa e conquistar seu aval para a continuidade das reformas. E embora o Partido Nacional já defendesse a deposição do governo, a Democracia Cristã preferiu esperar as eleições parlamentares de março de 1973, das quais, acreditava, a Unidade Popular sairia enfraquecida.

O premiado documentário de Patricio Guzmán, *La batalla de Chile*, produzido entre 1972 e 1979, recupera a atmosfera de polarização política que atravessava a sociedade chilena nesse momento que os cidadãos tinham consciência de ser decisivo. Membros das classes trabalhadoras entrevistados nas ruas sabiam da importância de proteger o governo Allende. A Unidade Popular obteve, afinal, 44% dos votos nas eleições parlamentares. Não se confirmou, portanto, o esperado enfraquecimento do Executivo.

Se os meios institucionais confirmavam a legitimidade do governo, opositores enfurecidos optaram pelo caminho da violência. A partir de março, assistiu-se a uma onda de atentados, sabotagens e assaltos, em parte perpetrados pela organização de extrema-direita Pátria e Liberdade. No mês de junho, o general legalista Carlos Prats voltou a sufocar uma tentativa de golpe de Estado. Em 1974, já instaurada a ditadura de Pinochet, um atentado a bomba arquitetado pela Dina (Direção de Inteligência Nacional do Chile) explodiu o carro em que se encontravam o general Prats e sua esposa exilados em Buenos Aires.

Em meados de 1973, a despeito dos bastiões de resistência em torno do governo, o discurso da direita ganhava força avassaladora – só um governo forte salvaria o país do caos. Essa posição era endossada pelas agências de inteligência dos Estados Unidos, muito vigilantes em relação aos acontecimentos no Chile, em pleno cenário de Guerra Fria. Era preciso evitar a todo custo que a história de Cuba não se repetisse na América do Sul. A vigilância traduziu-se em cooperação efetiva, mesmo que secretamente, para que os militares erradicassem o "inimigo interno" que "ameaçava" a nação.

O 11 de setembro de 1973 trouxe o conhecido e trágico desfecho que inaugurou a era Pinochet. Estendeu-se até 1990, com o apoio de amplos setores da sociedade e com a brutal repressão e implacável silenciamento daqueles que haviam sustentado o governo de Salvador Allende.

As disputas simbólicas entre esses campos, como veremos adiante, ainda não se dissolveram na névoa do passado.

OS SANDINISTAS NA NICARÁGUA

Duas décadas após o êxito da Revolução Cubana, um país da América Central também asfixiado pelas intervenções imperialistas ao longo de sua história viu parte da população pegar em armas e derrubar um governo tirânico. A história da Revolução Sandinista, vitoriosa em 1979, não pode ser compreendida sem se levar em conta a presença norte-americana na Nicarágua.

Em princípios do século XX, os Estados Unidos enviaram seus fuzileiros navais para ocupar faixas do território da Nicarágua. Na década de 1920, o lendário exército conduzido por Augusto César Sandino recorreu

a táticas de guerrilha contra os invasores. O conflito levou os Estados Unidos a retirarem suas tropas em 1933, deixando Anastásio Somoza García como comandante da Guarda Nacional, que zelaria pela ordem interna e garantiria os interesses norte-americanos.

Sandino voltou a insurgir-se e acabou assassinado em 1934, a mando de Somoza. Sua luta tornou-se símbolo da resistência nicaraguense e referência central para o movimento "sandinista" nascido em 1961.

Quanto a Somoza, tornou-se presidente do país com o apoio dos EUA, iniciando o "reinado" de sua família por 43 anos, marcados por violência, exclusão social, censura e corrupção. Foi sucedido por seu filho mais velho, Luis Somoza Debayle, em 1956, e por seu filho caçula, Anastásio Somoza Debayle, em 1967.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi criada em 1961 por Carlos Fonseca. Tratava-se de uma organização político-militar que agiu entre 1961 e 1979 sob a forma de guerrilha. O movimento contava com várias lideranças e amalgamava posições políticas heterogêneas. Ao conquistar o poder em 1979, a FSLN contava com o apoio da maior parte da população.

Como já ocorrera em Cuba, a Revolução Sandinista percorreu tanto a via armada quanto a pacífica para chegar ao poder. Estabeleceu-se nas cidades, mas também nas montanhas da Nicarágua. Na medida do possível, procurou criar escolas e hospitais nas regiões que controlava. Os padres e freiras ligados à Teologia da Libertação, que conciliavam a catequese com a luta política por justiça social, tiveram um papel importante no trabalho de aproximação da guerrilha com a população pobre. Das bases católicas emergiram algumas das mais influentes lideranças da Revolução Sandinista, como o prestigiado poeta e então frade nicaraguense, mais tarde "desordenado" pelo Vaticano, Ernesto Cardenal.

A chamada vanguarda da FSLN era de fato revolucionária, mas na prática aliou-se a setores importantes da burguesia nacional, desde Alfonso Robelo, da comunidade empresarial, até Violeta Chamorro, da tradicional elite política. O marido de Violeta, o jornalista Pedro Joaquín Chamorro, editor do jornal de oposição *La Prensa*, foi assassinado pela ditadura em 1978. Muitos autores concordam em afirmar que os excessos de Anastásio Somoza Debayle, sobretudo depois do terremoto de 1972, quando ele monopolizou e depois

roubou grande parte da ajuda que o país havia recebido do exterior, foram um incentivo poderoso para a aliança do setor privado com as forças de oposição.

Os sandinistas foram capazes de unificar suas três facções – o grupo da Guerra Popular Prolongada, a Tendência Proletária e a Tendência Insurrecional (ou Terceristas) – na Junta de Governo de Reconstrução Nacional que governou o país de julho de 1979 a 1985, quando Daniel Ortega, pela Frente Sandinista, assumiu a presidência ao vencer as eleições. Nutriam uma plataforma ideologicamente pluralista e democrática.

Seguindo insistentes sugestões dos aliados cubanos, os revolucionários buscaram e receberam amplo apoio internacional, de países com governos progressistas na América Latina, das sociais democracias na Europa e conseguiram a aceitação da administração Jimmy Carter nos Estados Unidos, entre 1977 e 1981.

Mas o governo sandinista se deparou com inúmeros problemas: um país arrasado por longos anos de ditadura e guerra civil, carente de recursos e economicamente dependente. Além disso, sofreu a ofensiva de grupos contrarrevolucionários, conhecidos como os "contras". Financiados pelo governo republicano de Ronald Reagan, a partir de 1981, os "contras" mantiveram a Nicarágua sandinista em uma situação dramática de guerra permanente, obrigando o governo sandinista a concentrar esforços na resistência.

Paralelamente, procurava levar adiante o programa de reforma agrária, de estabelecimento de uma economia mista – que subdividia a propriedade da terra entre Estado, cooperativas e proprietários privados –, de nacionalização das minas e de estatização das fazendas e fábricas da família Somoza.

Como no Chile de Allende, todavia, as medidas de expropriação provocaram tensões. Não era fácil manter o antigo leque de alianças, construído com base na oposição a um inimigo comum. Em 1990, Daniel Ortega perdeu as eleições para a candidata apoiada pelos Estados Unidos, sua antiga aliada Violeta Chamorro. Em 2006, voltaria a eleger-se presidente da Nicarágua. Nos anos 1980, entretanto, o cenário era outro.

Também surgiram dificuldades relacionadas ao programa democrático, já que se pretendia, para além da democracia representativa, criar instâncias para uma participação popular mais direta na administração local, por meio, por exemplo, dos Comitês de Defesa Sandinistas.

A participação popular foi uma marca importante do caminho revolucionário trilhado pelos sandinistas. As ações culturais promovidas pelo Estado procuraram difundir crenças e sentimentos que alimentariam a resistência revolucionária.

Os CPCs (Centros Populares de Cultura) e a ASTC (Associação Sandinista de Trabalhadores da Cultura) tornaram-se os grandes organizadores de eventos culturais destinados a afirmar uma identidade coletiva. Estimulavam festas populares e feiras tradicionais, pesquisas sobre as tradições culturais nicaraguenses e a criação de empresas para a promoção, circulação e comercialização nacional e internacional da produção artística do país.

Inspirados em uma experiência prévia de Ernesto Cardenal, ministro da Cultura após a Revolução Sandinista, desenvolveram-se também os chamados *talleres de poesía*, onde se ensinavam e se discutiam a arte e a técnica de fazer poesia.

Em 1981, o suplemento cultural *Ventana*, do jornal revolucionário *Barricada*, publicou uma acesa discussão acerca dos *talleres de poesía*, que revelava querelas comparáveis às que cercaram a trajetória e o fechamento de *Lunes* em Cuba. O poeta nicaraguense Carlos Martinez Rivas teceu críticas ferozes à forma de condução dos *talleres*, que terminava por uniformizar a produção poética.

Ernesto Cardenal respondeu às críticas recorrendo à autoridade da tradição nacional. Desde Rubén Dario, o grande poeta modernista nicaraguense, havia apenas um grande *taller* de poesia no país, transmitido de geração em geração, sem qualquer necessidade de ruptura. Nesse embate, que *Ventana* não se eximiu de publicar, o projeto democratizador da produção cultural chocava-se com os anseios por uma estética original e renovadora. Era preciso que a arte se afinasse aos propósitos de afirmação nacional e resistência popular revolucionária em uma sociedade tão marcada pelos desmandos imperialistas e ditatoriais ao longo de sua história. Por sua obra poética, Cardenal foi indicado ao Prêmio Nobel da Literatura em 2005.

Ditaduras militares e sociedade civil

O tema dos regimes militares que se instauraram em diferentes países da América Latina a partir de meados do século XX se presta a muitos planos de análise. O mais clássico desses planos explora o contexto da Guerra Fria, em que os Estados Unidos e grupos estratégicos das elites nacionais latino-americanas, temendo o "efeito dominó" na expansão internacional do "comunismo", respaldaram intervenções militares na esfera política. Em 1959, a ameaça tornou-se mais concreta para a América Latina em vista do êxito da Revolução Cubana e do alinhamento de Cuba ao Bloco Socialista a partir de 1961.

Centros de inteligência militar formados nessa época, em diferentes países, passaram a definir os contornos da chamada Doutrina de

Segurança Nacional, voltada a um novo tipo de inimigo – o inimigo interno, imiscuído na sociedade e propagador de "ideias subversivas". Diante desse quadro, era necessário que as Forças Armadas redefinissem suas estratégias de atuação. O "novo profissionalismo", como definiu Samuel Huntington, previa a ampliação de "seu campo de trabalho" para todas as esferas de alguma forma relacionadas à segurança interna, passando pela política, economia, cultura e ideologia. A "defesa nacional" começava a se confundir com a "política geral do Estado".

Com os processos de redemocratização em curso nos anos 1980 e 1990, entretanto, marcados por uma transição considerada por muitos "conservadora", diferentes cientistas políticos passaram a refletir sobre as dimensões de uma cultura política autoritária que ultrapassava o domínio das Forças Armadas e do Estado. Ou seja, procuraram ampliar o viés investigativo, lançando luz sobre a disseminação de posturas autoritárias por extensos setores sociais que apoiaram os golpes.

Esse plano, por ser mais difuso, é de mais difícil apreensão. Ficou patente nos boicotes que industriais e comerciantes realizaram no Chile para desgastar a presidência de Salvador Allende; na conhecida "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em São Paulo em protesto contra João Goulart pouco antes de sua deposição; na lealdade de parte das camadas médias e altas chilenas para com a figura incensada do general Augusto Pinochet; nas redes de cumplicidade com o sistema repressivo durante o regime militar na Argentina.

Nos últimos anos, os historiadores têm dedicado crescente atenção ao tema, apoiando-se nos trabalhos produzidos pelas ciências políticas, mas buscando desvencilhar-se das abordagens tipológicas. Para o historiador, as tipologias trazem consigo o risco da generalização, quando seu olhar persegue as particularidades, os matizes, as contradições presentes nos tecidos sociais e políticos.

Novos planos analíticos têm sido abordados pela historiografia, concernentes às representações políticas mobilizadas pelos grupos de oposição às ditaduras militares, às fissuras entre as correntes de esquerda, às estratégias de legitimação dos regimes, à construção da memória por diferentes

atores sociais envolvidos, à experiência do exílio etc. E, em todos esses planos, procura-se recompor as narrativas sobre os anos de chumbo que pesaram sobre amplas porções de um continente.

Ao mesmo tempo, os cientistas políticos – os primeiros a colocarem o tema no centro dos debates acadêmicos – preocuparam-se em estabelecer parâmetros comparativos entre os diferentes tipos de regime militar que tiveram lugar na América Latina, em uma mesma época histórica.

Havia nesses anos um alto grau de mobilização política em países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Equador, o Peru e o Uruguai, que envolvia sindicatos e partidos de esquerda, ligas camponesas, guerrilhas indígenas, movimentos estudantis etc. Se em quase todos esses países os golpes militares deram início a um violento processo de desmobilização desses setores, combinado a políticas socialmente "exclusivas", na definição do cientista político Alfred Stepan, a junta militar presidida pelo general Juan Velasco Alvarado, no Peru, privilegiou um programa "inclusivo".

Na perspectiva de Stepan, muitas das reformas sociais e políticas que, em países como a Argentina e o Brasil, haviam sido levadas a cabo por governos como os de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón não tiveram lugar no Peru das primeiras décadas e de meados do século XX. Daí, na interpretação que o autor desenvolve cuidadosamente em seus livros, a ditadura militar no Peru, por exemplo, apresenta uma estrutura política diferente das demais.

O GOVERNO MILITAR NO PERU

Tradicionais aliadas das elites políticas peruanas – com cuja conivência realizaram, a fim de restabelecer a "ordem social", sucessivas intervenções ao longo do século XX –, as Forças Armadas pretenderam redefinir o seu papel político a partir dos anos 1950. As reflexões produzidas com este fim partiram principalmente do recém-fundado Centro de Altos Estudos Militares (Caem) e do Serviço de Inteligência do Exército (SI). Em 28 de abril de 1968, o "Plano Inca" procurou amarrar o con-

junto de princípios, objetivos e estratégias que vinham sendo discutidos pelas Forças Armadas e, a partir de outubro, serviu como diretriz do governo golpista. Em 3 de outubro de 1968, o Governo Revolucionário da Força Armada (GRFA) tomou o poder no Peru, depondo o presidente Fernando Belaúnde Terry.

A transformação almejada pelas Forças Armadas se fundava no desenvolvimento integral da nação e na realização de reformas sociais. De acordo com seu projeto, os esforços para a superação do subdesenvolvimento exigiam um sistema de planificação estatal capaz de avaliar o "potencial nacional" e definir as estratégias para a sua otimização. A tarefa seria executada por "especialistas" a partir de critérios "técnicos", uma vez que, calcados em uma visão "organicista" do Estado, os militares consideravam politicamente neutros os objetivos que definiam para o "corpo social".

Essa perspectiva era coerente com um projeto que visava neutralizar as disputas políticas, entendidas como manifestações antipatriotas. As diferenças entre os grupos deviam dissolver-se na formação da identidade nacional, formando-se "um organismo social não conflitante", composto por corporações profissionais hierarquicamente vinculadas ao Estado.

A ideia organicista de sociedade ia ao encontro da preocupação dos militares com a integração nacional. A Amazônia, por exemplo, aparecia como uma região ameaçada por seu isolamento e se beneficiaria com o aprimoramento das comunicações, com a proteção dos recursos naturais contra as empresas estrangeiras, e também com a melhoria das condições de vida das populações indígenas e ribeirinhas que lá habitavam.

Condenando a excessiva dependência econômica do Peru, as Forças Armadas advogavam o fim da participação de companhias estrangeiras em setores estratégicos da economia e, de maneira geral, defendiam a imposição de limites à atuação do capital externo no país. A contrapartida da crítica à dependência econômica e às liberdades gozadas pelas empresas estrangeiras no país foi, no projeto dos militares, a preocupação com o "desenvolvimento nacional". Seria papel do Estado, por meio da planificação, conduzir o desenvolvimento do "potencial nacional", já que este dificilmente ocorreria por obra da iniciativa privada.

O desenvolvimento nacional passaria, antes de mais nada, pela industrialização, que viabilizaria a independência econômica do país, permitindo a construção da nova sociedade peruana e a integração latino-americana. A Lei de Reforma Agrária aprovada em junho de 1969, pelo general Juan Velasco Alvarado (1968-1975), tinha como um de seus objetivos favorecer o desenvolvimento industrial por meio da ampliação da capacidade de consumo e, logo, do mercado interno. Milhares de hectares de terra foram desapropriados pelo Estado, com vista à formação de cooperativas agrícolas.

Em 1970, foi aprovada a Lei Geral de Indústrias, que estabelecia o papel dirigente do Estado no desenvolvimento fabril e o seu controle sobre a indústria básica. O setor industrial público conviveria com os setores privado e cooperativo, este último fruto da obrigatoriedade imposta pelo governo militar de que os trabalhadores tivessem 50% de participação nas ações, lucros e na direção das empresas.

Na visão do general Velasco Alvarado, essa medida tinha como objetivo não apenas aumentar a renda dos trabalhadores, mas principalmente transformá-los em agentes criadores e ativos no processo produtivo, afastando-se da "passividade infecunda do homem dependente". A industrialização não seria assim um instrumento para que o Peru se igualasse às sociedades capitalistas desenvolvidas, mas para que alcançasse metas específicas do processo "revolucionário" em curso, próprias de uma terceira via alternativa aos polos do capitalismo e do socialismo. Princípios como justiça social, humanismo, corporativismo, cooperativismo, nacionalismo, desenvolvimentismo e estatismo deveriam pautar a construção desse caminho.

Ao mesmo tempo, a busca de um modelo de desenvolvimento original supunha sua adequação à "realidade nacional", preocupação recorrente na cultura política peruana do século XX, desde José Carlos Mariátegui, passando por Haya de la Torre e pelo presidente deposto Fernando Belaúnde Terry. Em seus discursos e operações simbólicas, o GRFA preocupou-se em valorizar as particularidades da história peruana. O passado indígena, sobretudo inca, ocupou um lugar central na construção identitária, inspirando o próprio nome do plano de governo. Os militares viam os incas como

precursores dos princípios comunitários e estatizantes que fundamentavam seu projeto, e investiram nessa imagem por meio da oficialização da língua quéchua, da organização dos festivais Inkarrí e da exaltação de personagens como Túpac Amaru.

A conciliação de orientações tão díspares no momento de se definir estratégias para a ação governamental foi fonte de polêmicas e impasses.

Entre outros fatores, as resistências e divergências de diferentes setores da sociedade em relação às reformas conduzidas pelo Estado, "de cima para baixo", contribuíram para desgastar o governo de Velasco Alvarado e limitar o alcance de suas políticas. Sob o seu comando foram levadas a cabo ações de grande impacto, como a desapropriação da empresa mineradora Marcona Mining, que reagiu ao governo procurando bloquear o transporte de minérios, riqueza central para a economia do país. Igualmente, a política de expropriação das grandes fazendas açucareiras da região norte atingiu um dos mais tradicionais núcleos das elites agrárias. Ao criarem cooperativas para os antigos trabalhadores das fazendas, os militares esperavam conquistar para si as lealdades políticas devotadas à APRA. Todavia, as rigorosas normas que regiam as cooperativas e as dificuldades econômicas enfrentadas por muitas delas tornavam tensas as relações do governo com as bases populares, de forma que as lideranças apristas conservaram a sua hegemonia.

Para aprimorar os canais de interação política com as massas, o GRFA criou o Sinamos (Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social) no ano de 1971. O órgão atuou especialmente nas "barriadas" urbanas (favelas) e nas áreas de reforma agrária. O Sinamos tornou-se foco de tensões entre as aspirações militares de controlar a mobilização social e as pressões populares por participação e conquistas. Contribuiu para acirrar as divergências existentes na cúpula militar, sobre os níveis aceitáveis de ação política da sociedade civil nas instâncias de gestão governamental.

Em 1975, como resultado das dificuldades enfrentadas pelo programa da "revolução peruana" e da perda de apoio entre seus pares, o general Velasco Alvarado foi destituído do comando do GRFA.

Foi sucedido pelo general Morales Bermúdez, que governou até 1980, quando se encerrou o regime militar. Nesse período, muitas das plataformas reformistas perderam força. A frustração de expectativas de mudança semeadas pelo GRFA pode nos ajudar a compreender o surgimento, nos anos 1980, do grupo guerrilheiro de orientação maoista Sendero Luminoso, o qual disseminou suas ações violentas por amplas parcelas do território nacional.

OS MILITARES E A POLÍTICA NA ARGENTINA

A concepção autoritária de um Estado militar responsável pela condução nacional também se fez presente na Argentina dos anos 1960 e 1970. Entretanto, em lugar da incorporação controlada dos setores populares, a ênfase recaiu sobre a neutralização das massas mobilizadas pelo peronismo, vistas como uma ameaça à estabilidade política e à ordem nacional.

Desde fins dos anos 1950, as fileiras peronistas aproximaram-se dos grupos de esquerda, assumindo posições políticas mais radicais. Juan Domingo Perón estava exilado na Espanha desde pouco depois de sua deposição em 1955 e, aos poucos, o peronismo "sem Perón" ganhou tônicas próprias. Formaram-se grupos alinhados com projetos revolucionários, os quais partiram para ações armadas. Dentre eles, destacam-se os chamados Montoneros, que construíram uma estrutura de guerrilha que os militares poucos anos mais tarde empenharam-se obstinadamente em estraçalhar.

Por outro lado, os governos democráticos vinham dando sinais de fragilidade em meio às pressões exercidas por forças conservadoras, como as Forças Armadas, a Igreja e as associações empresariais.

Na Argentina, o golpe militar ocorrido em 1930, quando a economia nacional sofria o impacto da crise de 1929, marcou a entrada em cena das Forças Armadas na esfera política. Em 1943 e em 1955, facções militares voltaram a intervir, abrindo caminho para o peronismo e, depois, ceifando-o do poder. Em 1962, voltaram a depor um presidente eleito por vias democráticas – o radical Arturo Frondizi (União Cívica Radical

Intransigente) – e estabeleceram um governo de fachada civil que se estendeu até outubro de 1963, quando Arturo Illia (União Cívica Radical del Pueblo) venceu as eleições. Em 28 de junho de 1966, um novo golpe liderado pelo general Juan Carlos Onganía depunha Arturo Illia, inaugurando a chamada "Revolución Argentina".

A campanha golpista havia contribuído para cristalizar a imagem do governo democrático como passivo e inoperante, responsável pelo caos político e econômico que assolava o país. Entretanto, o novo regime logo frustrou as expectativas daqueles que viam com bons olhos a intervenção autoritária. Como base no "Estatuto da Revolução" princípios constitucionais foram invalidados, os partidos foram dissolvidos e privados de seus bens, as universidades sofreram violenta intervenção. Paralelamente, o governo de Onganía introduziu uma desastrosa política econômica.

Embora sublinhasse a necessidade de desenvolver e modernizar o país, apostando na imagem de "eficácia técnica" atribuída aos militares, o governo de Onganía não pareceu querer conduzir a fundo um projeto desenvolvimentista. Adotaram-se fórmulas conhecidas para diminuir a inflação e assistiu-se a uma crescente presença das multinacionais no país.

Do ponto de vista ideológico, acentuaram-se a preocupação moralizante afinada com o catolicismo conservador, o anticomunismo e uma perspectiva organicista da sociedade.

Em lugar da harmonia social, entretanto, o governo enfrentou violenta reação popular e profunda divisão entre os setores que o haviam apoiado. A incessante mudança de ministros expressou o esforço para tentar satisfazer esses interesses heterogêneos.

Em 1970, o governo Onganía foi deposto por outra facção militar, que afirmava querer "cumprir o projeto da Revolução Argentina".

Em fins do mesmo ano, esgotadas as cartas para estabelecer um novo consenso político nacional, o poder militar iniciou conversações com Perón. Negociações políticas permitiram que Perón retornasse da Espanha franquista, para novamente se eleger à presidência da Argentina. Sucedeu o presidente Héctor José Cámpora, eleito em março de 1973, com o apoio

de Perón e dos peronistas, pois ainda se mantinha o veto à candidatura de Perón. No mês de junho, Cámpora renunciou ao posto para que eleições sem restrições pudessem se realizar.

Em 20 de junho de 1973, Perón foi aguardado por uma multidão de militantes no aeroporto de Ezeiza. O que deveria ser uma ocasião de homenagem terminou em violência e desilusão. Peronistas de tendências diferentes entraram em confronto e o Exército interveio, provocando o episódio que ficou conhecido como o Massacre de Ezeiza. O cenário de guerra inviabilizava o pouso da aeronave. Perón desembarcou em outro aeroporto de Buenos Aires. Tão logo pisou em terras argentinas, proferiu um discurso rechaçando os movimentos radicais que falavam em seu nome.

Como presidente, deu sinais de suas inclinações conservadoras. Mas estava doente e veio a falecer em 1º de julho de 1974. A presidência ficou nas mãos de sua viúva e vice, María Estela Martínez de Perón.

O mandato de Isabelita, como era conhecida, foi marcado pela ação violenta da chamada Triple A, organização paramilitar liderada por José López Rega, contra os movimentos de esquerda. Em 24 de março de 1976, um golpe de Estado levou as Forças Armadas ao poder, conferindo ao aparato repressivo um vulto sem precedentes.

A justificativa para o golpe era de reprimir os movimentos guerrilheiros, superar a desordem administrativa e a impotência das forças políticas dominantes para obter uma saída institucional à crise. Dessa vez, o programa de governo intitulou-se "Processo de Reorganização Nacional". Reunindo comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a Junta Militar foi chefiada, nos cinco anos que se seguiram ao golpe, pelo general Jorge Rafael Videla, hoje condenado à prisão perpétua pelos crimes contra os direitos humanos. Em março de 1981, Videla foi sucedido pelo general Roberto Marcelo Viola, por sua vez substituído, no final do mesmo ano, pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri. Galtieri renunciou ao seu posto em 1982, abrindo caminho para o retorno à democracia no ano seguinte.

O ideário militar insistia que a sociedade tinha de ser salva do caos e da degeneração pela ação política. No papel de árbitros e vigilantes – conferido por sua tradição de rigidez, disciplina, respeito à hierarquia e distan-

ciamento em relação aos interesses particulares presentes na sociedade –, os militares ofereceriam a resposta ao desgoverno e às forças desagregadoras da nação. O Exército encarnava a intransigente defesa do nacional, o que tornava legítima sua ação repressora sobre inimigos internos. Caberia aos militares a missão de redimir o país e fazer cumprir o "destino argentino de grande nação".

A pretensão do discurso, no entanto, contrastava, uma vez mais, com o vazio de projetos, se compararmos a outros regimes ditatoriais na América Latina do período. Os militares brasileiros, por exemplo, desenvolveram projetos de intensa modernização econômica, enquanto os do Chile promoveram profunda desnacionalização da economia. Na Argentina, a debilidade do projeto foi compensada pela ênfase na repressão. Os militares armaram um enorme aparato repressivo que rapidamente escapou do controle do Estado, fragmentou-se e passou a servir a interesses de grupos específicos ou privados.

Aos poucos, as organizações de esquerda foram sendo desmanteladas. Os militantes que não estavam desaparecidos ou exilados isolaram-se no silêncio. A historiografia hoje apresenta uma densa reflexão sobre a experiência vivida por essa geração, que no ambiente tenebroso da repressão, gradualmente, distanciou-se das plataformas revolucionárias e abraçou as bandeiras relacionadas aos direitos humanos e ao horizonte da redemocratização.

A inflexão foi favorecida por protagonistas externos às organizações de esquerda, que em dado momento foram levados a pronunciar-se sobre as atrocidades perpetradas pelo regime. O exemplo mais clássico é o das Mães da Praça de Maio, que fizeram do drama pessoal de seus filhos desaparecidos uma luta política indissociável do processo de crise da ditadura argentina e, à medida que o movimento se politizava, de defesa da democracia. Ao caminharem juntas pela Praça de Maio, no centro de Buenos Aires, ostentando o lenço branco que se tornou o símbolo de sua ação, as Mães pressionaram a ditadura a reconhecer os crimes de assassinato do que mais tarde se soube referirem-se a milhares de pessoas na Argentina.

Em 1977, manifestantes na Praça de Maio mostram retratos de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar (1976-1983). Os direitos humanos tornaram-se aos poucos uma bandeira das esquerdas argentinas.

Já despido de legitimidade perante amplos setores sociais, o regime militar encontrou no argumento de recuperação do arquipélago das Malvinas – ocupado pela Grã-Bretanha poucos anos após a independência das então Províncias Unidas do Rio da Prata – uma estratégia para reconquistar a opinião pública. Em dois de abril de 1982, tropas argentinas desembarcaram nas ilhas Malvinas, as Falklands para os ingleses. O discurso anti-imperialista sensibilizou setores de esquerda da sociedade argentina e dos países vizinhos latino-americanos. Houve campanhas de apoio aos jovens soldados, os quais, como aos poucos transpareceu, enfrentaram condições de extrema precariedade durante a ocupação das ilhas, com uniformes inadequados ao frio, alimentação rarefeita e desorientação estratégica.

A Inglaterra, de sua parte, sob a gestão da primeira-ministra Margareth Thatcher, reagiu com veemência. Em 2 de maio de 1982, o navio cruzador General Belgrano foi afundado por um submarino nuclear britânico, matando 323 marinheiros argentinos. A Argentina ainda procurou reagir

com base, sobretudo, em ataques aéreos, mas acuada pelo desequilíbrio de forças, não teve outra saída a não ser assinar a humilhante rendição em meados do mês de junho.

Se Thatcher colheu os louros políticos da vitória entre o eleitorado britânico, o governo militar selou a sua derrocada. A renúncia do general Galtieri foi acompanhada do início das gestões para a redemocratização do país. Ganhou projeção, nesse contexto, a figura de Raúl Alfonsín, a qual congregava, em um movimento de renovação do Partido União Cívica Radical, lideranças ligadas aos meios universitários e intelectuais e aos grupos defensores de direitos humanos. Alfonsín venceu as eleições em outubro de 1983, assumindo o desafio de dar forma ao regime democrático em meio às feridas abertas na sociedade. O desafio, também, de encontrar saídas para a enfraquecida economia nacional.

Marcelo Ranea. 26 out. 1983.

Fotografia da multidão reunida no encerramento da campanha presidencial de Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, em Buenos Aires, em outubro de 1983. Sua eleição marcou a volta da Argentina à democracia.

Em 1984, foi criada a Comissão Nacional para o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), dirigida pelo escritor Ernesto Sábato. Desde então, o país vem enfrentando um dramático percurso em busca da verdade, da justiça e da reparação. Dezenas de bebês sequestrados de presas políticas, adotados com frequência por famílias ligadas ao regime, vêm sendo identificados e recolocados em contato, já alcançando a idade adulta, com seus parentes de sangue. Arquivos secretos da ditadura foram abertos, e militares e torturadores foram julgados e condenados por seus crimes contra a humanidade.

Do ponto de vista econômico, a despeito dos esforços de estabilização do governo Alfonsín, encerrado em 1989, a inflação, a débil produção industrial e os altos índices de desemprego foram alguns dos problemas que continuaram rondando o país.

OUTRAS DITADURAS NA AMÉRICA DO SUL: O CERCO SE FECHA

O golpe militar contra o governo de Salvador Allende no fatídico dia 11 de setembro de 1973 foi provavelmente o mais brutal de todos nas ações para consolidar seu êxito. Nos primeiros dias após o bombardeio do palácio La Moneda, milhares de pessoas foram levadas ao Estádio Nacional, em Santiago do Chile, submetidas a interrogatórios, surras e toda sorte de arbitrariedade. Cerca de mil detidos foram sumariamente executados. Os direitos civis foram suspensos e a população devia obedecer ao toque de recolher, enquanto casas eram invadidas e os suspeitos de contrariar a nova ordem, levados na calada da noite, muitas vezes para nunca mais voltar.

O escritor chileno Ariel Dorfman cristalizou na obra *O longo adeus a Pinochet* – originalmente publicada em 2002, com o título *Más allá del miedo: el largo adiós a Pinochet* – a imagem do ditador inescrutável que comandava o massacre com frieza e cinismo, negando obstinadamente que os desaparecidos estivessem desaparecidos. Dele se viam apenas as luvas brancas acenando, quando transitava pelas ruas com apenas uma fresta aberta da janela do carro que o conduzia.

Augusto Pinochet Ugarte estava determinado a erradicar o contagioso vírus comunista, não somente no Chile, mas também fora dele. Por isso, foi um dos principais responsáveis pela montagem da chamada Operação Condor, valendo-se da metáfora do pássaro andino que se alimenta de carniça. Entre 1973 e 1980, a Operação Condor buscou estabelecer a cooperação entre os regimes ditatoriais na América do Sul, para investigar, informar e combater os focos de "subversão".

Além do Brasil e da Argentina, o Paraguai e o Uruguai haviam se tornado, nos anos 1970, participantes importantes. A Bolívia, onde em 1971 ocorrera o golpe liderado pelo coronel Hugo Banzer, também viveu por uma década sob o jugo dos militares. Hugo Banzer, que se manteve no poder até 1978, também participou da aliança secreta no âmbito da Operação Condor. Entretanto, nesses anos, a ação repressiva do Estado foi lá mais moderada do que nos países vizinhos.

A instauração de um regime autoritário no Uruguai deu-se a partir da presidência de Juan María Bordaberry (1972-1976), do partido Colorado. Em 27 de junho de 1973, sob crescente pressão dos militares, o governo dissolveu o Parlamento e os partidos políticos e suspendeu as liberdades civis. Por desavenças com a alta cúpula do Exército, Bordaberry foi destituído do cargo em 1976. A despeito da fachada parcialmente civil, as Forças Armadas mantiveram o comando político da nação até 1985.

Como retratou o escritor Mario Benedetti no romance *La tregua*, o Uruguai afirmou-se na primeira metade do século XX como um país com elevados índices de educação, extensas classes médias e moderna infraestrutura urbana. A partir de meados dos anos 1950, mergulhou em uma crise econômica que desgastou o projeto modernizador "batllista", legado pelo presidente Batlle y Ordoñez (1903-1907; 1911-1915).

Na década de 1960, entraram em cena os tupamaros, integrantes do Movimento de Liberação Nacional (MLN-T). Identificados com o modelo revolucionário cubano, promoveram bem-sucedidas ações de guerrilha urbana. Em 1971, na esteira das respostas formuladas aos impasses nacionais, nasceu a Frente Amplio, aliança construída em torno de uma plataforma anti-imperialista e democrática para o Uruguai.

A violência do Estado militarizado recaiu indistintamente sobre os militantes de oposição. Ex-tupamaro, o atual presidente do país, José Mujica, passou longos anos encarcerado, assim como o líder da Frente, Liber Seregni.

No caso do Paraguai, a história longeva da ditadura remonta a 1954, quando o general Alfredo Stroessner, prestigiado ex-combatente da Guerra do Chaco (1932-1935), em que o Paraguai venceu a Bolívia, orquestrou um golpe de Estado contra o presidente Federico Chávez, líder do Partido Colorado, constitucionalmente eleito em 1950.

Ao longo de 35 anos, Stroessner elegeu-se para sete mandatos consecutivos, como candidato do Partido Colorado. Expurgou do partido seus integrantes moderados e incentivou a filiação de profissionais dependentes de oportunidades nos serviços públicos. Em 1989, foi deposto em rebelião militar conduzida pelo general Andrés Rodríguez. Terminou seus dias em 2006, exilado no Brasil, aos 93 anos.

Augusto Roa Bastos, escritor paraguaio que viveu décadas no exílio, publicou em 1974 o romance *Eu, o supremo*, dedicado a José Gaspar Rodríguez de Francia, "Ditador Perpétuo" do país nas décadas pós-independência. O romance também ilumina o estilo de Stroessner, que cooptou seus rivais com recompensas financeiras e estruturou uma rede de agentes secretos e de repressão. Os recursos vinham de uma economia movida pelo contrabando, pela faina agrícola da população guarani e por grandes projetos governamentais, como a hidrelétrica de Itaipu, em consórcio com o Brasil.

Disciplinado, Stroessner revisava diariamente as petições que lhe enviavam cidadãos comuns, na expectativa de um favor. Dava-se ao luxo de escolher meninas em cerimônias de formatura escolar, que instalava em casas privadas, para sua satisfação.

A despeito das idiossincrasias de cada ditador, idiossincrasias que grandes romancistas latino-americanos não puderam resistir a recriar em suas obras, todos eles contaram com um voraz e implacável Serviço de Inteligência para farejar qualquer movimentação que ameaçasse o seu poder. A Operação Condor expressou a ousadia dessas agências que,

em 1976, chegaram ao ponto de assassinar um opositor de Pinochet residente em Washington – Orlando Letelier, ex-ministro de Relações Exteriores e ministro da Defesa no governo da Unidade Popular. Seu carro explodiu em 21 de setembro, pouco após o incansável opositor de Pinochet ter contribuído para que o Congresso norte-americano aprovasse sanções contra o Chile enquanto seu governo seguisse ignorando os direitos humanos.

Se a CIA um dia representou um papel importante nas confabulações contra o governo de Allende e no suporte ao golpe de Pinochet, os Estados Unidos agora desejavam frear um movimento que ganhara uma força inimaginável. A Dina (Dirección de Inteligencia Nacional) alcançara níveis de requinte em seus centros de tortura e de arrogância para assassinar as presas que lhe haviam escapado à caçada.

A pressão dos chilenos exilados para desacreditar a ditadura internacionalmente se fez ouvir em países como os Estados Unidos, a Espanha e a França. Mas os interesses norte-americanos não deixaram de atuar em prol de governos autoritários e violentos em regiões mais fragilizadas da América Latina.

Alguns países não tiveram uma ditadura longeva como a dos generais Pinochet no Chile e Stroessner no Paraguai, mas uma história de governos igualmente repressivos e instáveis que se sucederam no poder.

Em El Salvador, o assassinato de monsenhor Óscar Arnulfo Romero, enquanto rezava a missa dentro de sua igreja, em março de 1980, foi um marco na história dos confrontos entre as elites que controlavam o país por meio de governos violentos e setores mobilizados da sociedade civil.

Originário de uma família humilde, sagrado sacerdote com perfil conservador, Arnulfo Romero mudou de lado após o atentado que matou, em 1977, o padre Rutilio Grande, engajado na organização dos trabalhadores rurais. Como arcebispo de San Salvador, o monsenhor aproximou-se da Teologia da Libertação, endossando a opção da Igreja pelos pobres assumida nas Conferências Episcopais latino-americanas desde os anos 1950. Ao mesmo tempo, aproximou-se dos jesuítas ligados à Universidade Centro-americana da Companhia Jesus, os quais, como Rutilio Grande, vinham levando seu trabalho missionário, e de

oposição ao governo repressivo, aos povoados do interior do país. O engajamento dos jesuítas no confronto ao *status quo* acirrou a belicosidade das elites salvadorenhas, que os tinham como tradicionais aliados na educação de seus filhos.

A aliança entre a Igreja, a esquerda e os movimentos populares constituiu um traço característico da luta política em El Salvador. No alvorecer da década de 1980, diferentes organizações uniram-se na formação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), nome que homenageava um antigo líder comunista. Como palco de disputas mais amplas, rebeldes e Exército receberam apoio externo na guerra civil que se travou. De um lado, Cuba cuidou do fluxo das armas enviadas à FMLN de várias partes do mundo. De outro, os Estados Unidos de Ronald Reagan não pouparam recursos para sufocar o movimento.

Cultura e política na América Latina contemporânea

A Orquestra Sinfônica Simón Bolívar, sob a direção musical do regente Gustavo Dudamel, vem encantando plateias de incontáveis países nas turnês internacionais que realiza. O prestígio conquistado pelo maestro rendeu-lhe, entre outros, o posto de maestro principal da Orquestra Sinfônica de Gotemburgo, na Suécia, e de diretor musical da Orquestra Filarmônica de Los Angeles, nos Estados Unidos.

O maestro e os 180 jovens músicos que integram a Sinfônica Simón Bolívar são originários do "Sistema", responsável por uma rede de núcleos de educação musical pública existente na Venezuela. Criado em 1975 pelo economista e musicista José Antonio Abreu, o "Sistema", então chamado de Acción Social para la Música,

desenvolveu políticas para difundir o acesso à educação musical gratuita em múltiplas regiões do país, alcançado assim centenas de milhares de estudantes. Juntamente com a formação artística, o "Sistema" visava promover a inclusão social e cultural de crianças e jovens provenientes de meios populacionais carentes.

Marcio de Assis, 7 abr. 2013

Concerto da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar na Sala São Paulo, em 7 de abril de 2013, com regência de Gustavo Dudamel. No Programa, a *Sinfonia n. 5* de Beethoven e *A sagração da primavera* de Stravinsky.

Gerido pela Fundación del Estado para el Sistema Nacional de las Orquestras Juveniles e Infantiles, o "Sistema" contou com subsídios financeiros de variados governos na Venezuela. Entretanto, durante a presidência de Hugo Chávez, eleito pela primeira vez em 1998, o apoio do Estado à iniciativa tornou-se quase absoluto, demarcando a identificação estabelecida com o compromisso com a inclusão social.

A grande questão do projeto de Chávez era poder transformar a chamada "democracia representativa" em uma "democracia participativa". Tratava-se de criar mecanismos para que a população se expressasse e interviesse de uma forma mais presente nas políticas governamentais,

ultrapassando as tradicionais esferas do exercício eleitoral e das estratégias de pressão indireta sobre os representantes políticos.

O argumento em favor dessa mudança referia-se ao fosso que, em uma democracia representativa, acaba se criando entre representantes e representados, especialmente em sociedades com elevados níveis de desigualdade econômica.

A defesa da democracia participativa associou-se à ênfase nas políticas inclusivas no campo da saúde, da reforma agrária e da educação, entre outros. Chegara o momento de resgatar os setores populares venezuelanos de décadas de espoliação econômica perpetrada pelas elites nacionais, cúmplices dos interesses imperialistas no país.

Segundo essa perspectiva, na longa duração, essas elites teriam sido responsáveis pelo desvirtuamento da obra de Símon Bolívar, idealizador de uma América Latina livre, justa e unida. O jogo simbólico que reconstruía, segundo desígnios políticos alheios aos de *El Libertador*, uma matriz bolivariana definidora do destino nacional, e continental, conferiu vigor à retórica "revolucionária" de Chávez.

Por meio de sucessivas reeleições, Hugo Chávez permaneceu na presidência da Venezuela até 2013, quando morreu de câncer. No pleito eleitoral que se seguiu, muito polarizado, venceu o candidato Nicolás Maduro, braço direito político de Chávez e representante da continuidade da plataforma "bolivariana".

Nas turnês da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar pelo mundo, o entusiasmo dos jovens músicos com tez morena, expressando uma origem social popular associada à descendência negra ou indígena, na primorosa execução das sinfonias de Beethoven ou de *A sagração da primavera* de Stravinski, confere força simbólica aos ideais "bolivarianos" da Venezuela chavista. Cioso da carga simbólica contida em cada gesto, Gustavo Dudamel agradece aos calorosos aplausos em meio aos seus músicos, ao seu lado, e não de costas para eles.

Na América Latina do século XX, em incontáveis momentos, a criação artística articulou-se com utopias ou perspectivas de transformação social. Em diferentes contextos, artistas usaram sua produção para corroborar determinados projetos políticos ou consentiram que suas criações

fossem apropriadas e sustentadas por movimentos políticos, dentro ou fora do Estado.

Em muitos casos, todavia, esse engajamento teve lugar com o sentido de fazer oposição ao governo ou, de maneira mais ampla, ao *status quo*. Os anos 1960 e 1970 foram particularmente efervescentes nesse sentido. No ambiente da Guerra Fria e da emergência dos regimes autoritários em diferentes países da América Latina, músicos e escritores, entre outros artistas, produziram obras de extraordinária repercussão e qualidade por meio das quais expressavam posições críticas concernentes aos problemas políticos e sociais de seus países. Em muitas dessas manifestações, ganhou corpo uma perspectiva transnacional, latino-americanista, ao sublinhar as mazelas comuns aos diferentes países e a importância de afirmações identitárias unificadoras.

No início da década de 1960, nasceu na Argentina e no Uruguai o movimento da Nueva Canción. As bases do movimento foram anunciadas pelo escritor, poeta e radialista Armando Tejada Gómez no Círculo de Periodistas de Mendoza, em fevereiro de 1963. Tejada Gómez fez a leitura pública do chamado *Manifiesto del Nuevo Cancionero*, documento que assinava com um conjunto de artistas e intelectuais. O *Nuevo Cancionero* pautava-se no desejo de produzir música em diálogo com as raízes culturais folclóricas e populares. Ritmos considerados tradicionais seriam renovados a partir de referenciais musicais modernos e dotados de letras que falavam da vida dos homens humildes e trabalhadores. As canções expressariam o "nacional" e o "popular", congregando gêneros e formas de diferentes regiões do país. Nesse sentido, romperiam com a dicotomia campo-cidade – no caso da Argentina, o tango como um gênero urbano e o folclore como uma característica do meio rural – para compor um cancioneiro que sintetizasse a nação.

Desde o princípio, todavia, o horizonte da nação conviveu com outro mais amplo, o da América Latina, irmanada na luta por emancipação após uma longa história de jugo colonial e imperialista. A ideia já aparece em "Canción para mi América", título de uma das composições do uruguaio Daniel Viglietti, reunidas no LP *Canciones folklóricas y seis impresiones para canto y guitarra*, de 1963. Também a musicista argentina Mercedes Sosa, no caminho coalhado de êxitos que trilhou pela nova canção, projetou-se como uma voz

"da América". A partir de seu segundo álbum, *Yo no canto por cantar*, de 1966, o tema da unidade latino-americana alcançou o coração de seu repertório.

Seu primeiro LP havia se caracterizado pelas temáticas populares com forte ênfase política, como na canção "Canción del derrumbe indio", que consagrou Mercedes Sosa no Festival de Cosquín, em 1965, onde se apresentou sozinha acompanhada de seu bombo. A gravação do primeiro disco foi resultado do convite que lhe foi feito pela gravadora Philips logo após sua revelação no festival. Nos muitos outros lps que se seguiram, a dimensão americana entrelaçou-se com os temas regionais e nacionais.

A *Nueva Canción* encontrou eco em iniciativas da mesma natureza em países vizinhos. No Uruguai, o disco lançado por Braulio López e Pepe Guerra, em 1962, com o nome de *Los Olimareños*, abriu caminho para o movimento. Nesses primeiros anos, prevaleceram os temas folclóricos associados ao campo e à vida provinciana, caso de *Los Olimareños.* Mas aos poucos ganharam destaque temas relacionados à opressão social.

Em 1967, ocorreu em Cuba o I Encuentro de la Canción Protesta, com o objetivo de reunir artistas da América Latina e do resto do mundo em torno da discussão sobre a música engajada. O impacto do encontro traduziu-se na obra de diferentes compositores, que passaram a enfocar os temas da revolução, do anti-imperialismo e da união latino-americana. Tratava-se de fazer da música um instrumento de conscientização política e de intervenção social, almejando a formação do "homem novo" idealizado por Che Guevara.

No período que se seguiu ao I Encuentro, integraram-se ao recém-criado Centro de la Canción de Protesta jovens músicos cubanos como Pablo Milanés, Silvio Rodríguez e Noel Nicola. Embora o Centro tenha desaparecido pouco tempo depois, contribuiu para dar visibilidade aos jovens trovadores incorporados ao movimento da *nueva trova cubana*, a partir de 1968. O movimento foi em parte arquitetado por Alfredo Guevara, prestigiado diretor do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos (Icaic). As políticas culturais do governo revolucionário vislumbravam a possibilidade de cooperação entre a música e o cinema, estimulando, a partir de 1969, experimentações voltadas à produção de trilhas sonoras.

Cuba foi também responsável por aproximar o Brasil dos acontecimentos na cena musical hispano-americana. Chico Buarque e Milton Nascimento, entre outros compositores e intérpretes, participaram de shows e gravações de repertórios da Nueva Canción, muitas vezes ao lado de músicos de outros países. A viagem de Alfredo Guevara ao Brasil, em 1968, foi determinante para despertar o interesse do Estado cubano pela música popular brasileira e pela promoção de intercâmbios. A onda das canções engajadas cresceu com a chegada da Unidade Popular ao poder no Chile, em 1970. Músicos de diferentes partes envolveram-se com o governo Allende, com criações que, ao mesmo tempo, apoiavam e se inspiravam nos acontecimentos inebriantes em curso.

A história da Nueva Canción no Chile remonta à trajetória de Violeta Parra. Desde os anos 1930 havia naquele país um forte movimento em favor da valorização da chamada "música típica". Nos anos 1950, Violeta Parra viajou por diferentes regiões do país com o propósito de compilar material folclórico. Suas pesquisas ampliaram o escopo das sonoridades conhecidas por outros folcloristas, mais centrados na região do altiplano central, e incorporaram instrumentos andinos como o charango e a zampoña. Ao enveredar por um caminho de composições autorais, Violeta Parra fez desses instrumentos uma marca da *nueva canción chilena*. Em meados dos anos 1960, depois de uma temporada em Paris com seus filhos Isabel e Ángel, o trio estabeleceu em um ateliê em Santiago do Chile a *Peña de los Parra*. Frequentaram as suas noites boêmias artistas e intelectuais que deram vida ao movimento de renovação musical. E ali nasceram muitos dos discos que compuseram essa história, em aberta confluência com os caminhos percorridos nos países vizinhos. Como expressão disso, Ángel Parra gravou, em 1969, um disco com as composições do argentino Atahualpa Yupanqui, considerado um dos precursores da Nueva Canción.

Nesses anos, em meio à crescente politização da cena musical chilena, jovens músicos se incorporaram ao movimento da nova canção. Dentre eles, Víctor Jara e os conjuntos Quilapayún e Inti-Illimani. Diretor de teatro, folclorista e músico, Víctor Jara lançou em 1969 seu primeiro LP pelo selo Jota Jota, ligado à Juventude do Partido Comunista Chileno,

abandonando a gravadora de seus primeiros discos, a Odeon. *Pongo en tus manos abiertas...* expressava o compromisso do compositor com a "causa popular", sua adesão ao Partido Comunista e seu reconhecimento da nova canção latino-americana. Duas das canções do álbum eram da autoria de Daniel Viglietti, integrantes do LP que o uruguaio lançara em 1968, *Canciones para el hombre nuevo*.

Víctor Jara também atuou como diretor do trio musical formado em 1965, Quilapayún, que em língua mapuche significa três barbas. O conjunto destacou-se por realizar com maestria a renovação das sonoridades folclóricas que o inspiravam. Jara está entre as primeiras vítimas do golpe de Pinochet, tendo sido assassinado no Estádio Nacional.

Finalmente, nessa mesma época, destacaram-se os jovens estudantes reunidos no grupo Inti-Illimani, que no idioma aymara significa "*sol de illimani*". A viagem feita à Bolívia por integrantes do conjunto em 1969 está na origem do LP *Si somos americanos*, lançado nesse país. No mesmo ano, gravaram pelo selo Jota Jota, no Chile, outro álbum com profundas conexões americanistas.

Com a vitória eleitoral da Unidade Popular, o Chile tornou-se, ao lado de Cuba, um centro efervescente de uma produção cultural comprometida com os horizontes da Revolução. Quando Fidel Castro visitou o Chile entre 10 de novembro e 4 de dezembro de 1971, veio acompanhado de músicos cubanos que se apresentaram em diferentes regiões do país. Em março do mesmo ano, o conjunto Quilapayún viajara a Cuba como enviado do governo Salvador Allende, chamando a atenção de Fidel Castro para as férteis possibilidades de intercâmbio. Enquanto Allende se manteve no poder, a circulação da nova canção entre as nações que abraçavam a utopia do novo homem encontrou os caminhos franqueados.

O ano de 1973 representou um duro golpe para o movimento e seus porta-vozes, com a desarticulação provocada pelo aparato repressivo da ditadura do general Augusto Pinochet. O mesmo se deu em outros países da América do Sul, com marcos temporais distintos. No caso do Uruguai, a censura à nova canção já vinha se manifestando anteriormente. Em 1969, as composições de Daniel Viglietti, que ganharam letras cada

vez mais engajadas desde o LP lançado em 1963, deixaram de ser veiculadas nos programas de rádio e televisão.

Na Argentina, entre 1973 e 1976, viveu-se um intervalo entre dois regimes ditatoriais. Embora saibamos que ações repressivas tenham tido lugar mesmo nesses anos, durante o governo da viúva de Juan Domingo Perón, Isabelita Perón, entre 1974 e 1976, houve espaço para que a Nueva Canción continuasse florescendo. Em 1976, as cortinas também aí se fecharam.

No Brasil, comparativamente, a MPB crítica ao regime ditatorial instaurado em 1964 encontrou algumas brechas para burlar a censura e a repressão, por meio de letras com duplo sentido e da produção no exílio. A canção "Passaredo", de Francis Hime e Chico Buarque, de meados da década de 1970, é um dos belos exemplos desse recurso.

A década de 1960 também representou um período de grande renovação no âmbito da literatura latino-americana. Foram os chamados anos do *boom*, quando uma safra de escritores ganhou projeção internacional, especialmente em virtude de obras que exploravam o gênero do realismo mágico.

Diferentemente da Nueva Canción, o realismo mágico não constituiu um movimento com sentidos bem definidos por um manifesto ou pela ação articulada de um grupo. Mas se desenvolveu a partir de obras que inspiraram umas às outras, compartilhando representações da realidade latino-americana que extrapolavam o domínio da racionalidade. Narrativas marcadas por acontecimentos fantásticos, situadas em um tempo não linear e, com frequência, em lugares inóspitos, compuseram a imagem de uma América Latina que demandava chaves próprias para ser decifrada. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se círculos de amizades e trocas intelectuais envolvendo vários desses autores, especialmente durante os períodos de exílio ou autoexílio que muitos deles viveram na Europa.

Um dos expoentes desse processo foi o escritor colombiano Gabriel García Márquez. Seu livro *Cem anos de solidão*, cuja primeira edição, pela editora argentina Sudamericana, data de 1967, faz do vilarejo imaginário de Macondo uma metáfora das mudanças por que passou a Colômbia – e de certa forma a América Latina – na época da formação do Estado nacional e da gradual modernização do país. O leitor perde-se na confusa árvore genealógica

dos nomes que se repetem – José Arcádio, Aureliano, Úrsula – vivenciando um tempo de transformações lentas, por vezes cíclicas, em que se articulavam as novidades modernas e as permanências de um universo remoto.

Cem anos de solidão foi celebrado e difundido por muitos escritores latino-americanos que frequentavam os principais circuitos culturais da época. Traduzido para dezenas de idiomas, alcançou a cifra de cerca de 30 milhões de cópias vendidas, contribuindo para que García Márquez recebesse o Prêmio Nobel da Literatura em 1982.

Se o realismo mágico não foi resultado de uma plataforma organizada de um grupo, é fato que muitos dos escritores que o cultivaram estiveram articulados em redes políticas onde se fomentavam projetos de transformação das estruturas socioeconômicas desiguais e dependentes que caracterizavam a América Latina. Tal como na música, Cuba funcionou como um importante polo de agregação daqueles que simpatizavam com a dimensão anti-imperialista da Revolução de 1959, e para aqueles que apoiaram a guinada socialista ocorrida na ilha a partir de 1961.

Nesse contexto, o tema do engajamento político dos intelectuais e escritores, inspirado, entre outros, na figura e na obra de Jean-Paul Sartre, atravessou o campo literário latino-americano dos anos 1960. E como na música, o processo de politização veio acompanhado de um processo de uma perspectiva latino-americanista, tanto no âmbito da transversalidade das temáticas abordadas, como no das sociabilidades, das trocas culturais, dos debates e das iniciativas institucionais envolvendo autores de diferentes países.

Em 1956, quando vivia em Paris, Gabriel García Márquez tornou-se amigo do poeta cubano Nicolas Guillén. Por meio dele, acompanhou os sucessos do Movimento 26 de Julho em Sierra Maestra e torceu pela derrota definitiva da ditadura de Fulgêncio Batista. Como jornalista que era, publicou diferentes artigos sobre o tema e, em 1959, foi enviado a Cuba pela revista venezuelana *Gráfica* para cobrir a "Operação Verdade", que julgaria os crimes cometidos pela ditadura de Batista.

Pouco depois, García Márquez foi convidado a trabalhar na Prensa Latina, agência de notícias do governo revolucionário, com a tarefa de publicar na Colômbia matérias sobre Cuba e de escrever sobre seu país

para os leitores cubanos. O escritório da Prensa Latina em Bogotá, que García Márquez dividia com seu amigo Apuleyo Mendoza, tornou-se o quartel-general da esquerda colombiana. Lá também se discutiam problemas latino-americanos, chegando-se mesmo a recrutar voluntários para combater a ditadura de Trujillo Molina na República Dominicana.

García Márquez chegou a ser transferido para a sede da agência em Havana e, em seguida, para o escritório de Nova York. Em 1961, entretanto, desligou-se da Prensa Latina por não concordar com o alinhamento do regime cubano com a União Soviética. Manteve, entretanto, sua amizade com Fidel Castro e com outros dirigentes do governo revolucionário, o que motivou incontáveis visitas à ilha nos anos que se seguiram.

A Revolução Cubana, sobretudo em seus primeiros tempos, irradiou ideais e conquistou simpatias mesmo em meios intelectuais latino-americanos pouco afeitos à politização. Foi o caso do argentino Julio Cortázar (1914-1984), um dos expoentes de uma geração de escritores cosmopolitas como Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato e Victoria Ocampo, fundadora, em 1931, da lendária revista *Sur*, que congregou muitos desses nomes. Em 1951, desencantado com o governo de Juan Domingo Perón e com o ambiente de patrulhamento intelectual que o regime nutria, Cortázar deixou a Argentina para estabelecer-se em Paris. Nesse mesmo ano, foi publicado seu livro *Bestiario*, uma antologia de contos dentre os quais se encontrava "Casa tomada", lançado originalmente em 1946 e considerado um dos símbolos da aversão do autor às causas populares que o peronismo encarnava.

Em Paris, todavia, por meio de um artigo publicado pelo jornal *Times* em 1957, Cortázar tomou contato com a movimentação revolucionária que se gestava em Cuba. O encantamento inicial transformou-se, após o triunfo da Revolução, em uma tomada de posição pública e no abandono do "grande vazio político", nas palavras do escritor, em que vivera imerso até então.

Em 1963, Cortázar viajou a Cuba para ser jurado do concurso da revista *Casa de las Américas*. Passou a integrar, de forma muito ativa, o Conselho de Redação da revista. Expressou em diversas oportunidades sua admiração pela coragem do povo cubano e pelos intelectuais da ilha que se

engajavam nas campanhas de alfabetização e em outras tarefas do processo revolucionário. Por outro lado, conclamou os escritores a reproduzirem na arte a audácia renovadora que Che Guevara manifestava no combate.

Seguiram-se a morte de Che na Bolívia em 1967 e o maio de 1968 na França. Cortázar manteve sua defesa do ideal de "homem novo" que permeava essas trincheiras, e seu desapreço pelo avanço do socialismo soviético em Cuba. No mesmo ano de 1968, concedeu uma entrevista à revista norte-americana *Life*, tomando todas as precauções para que suas afirmações não fossem desvirtuadas. Os editores da revista não esconderam sua indignação com as exigências feitas, mas consideraram que já não podiam passar ao largo da efervescência política, intelectual e cultural latino-americana em torno de Cuba. A publicação da entrevista de Cortázar coincidia com os anos do *boom* literário, da presença crescente de intelectuais de esquerda no exílio, sobretudo na França, da aproximação entre eles que ensejou criações que abraçavam a América Latina em seu conjunto. Ao mesmo tempo, pesou em favor do movimento o extraordinário êxito comercial de muitas dessas obras.

Outro escritor a projetar-se nesse cenário foi o peruano Mario Vargas Llosa, também ele agraciado, em 2010, com o Prêmio Nobel da Literatura.

Vargas Llosa deixou Lima em 1958 para fazer um doutorado em Madri. Em 1960, já em posse do título, estabeleceu-se em Paris. Para ganhar a vida, deu aulas de espanhol e trabalhou para o sistema de rádio e televisão da França. Promoveu entrevistas com diferentes escritores latino-americanos, como Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Miguel Ángel Asturias e Alejo Carpentier. Viver em Paris nesses anos lhe proporcionou, com o olhar distanciado e abarcador, a "descoberta" da América Latina.

Por outro lado, como muito se discutiu na época e como continuam discutindo os críticos literários, a distância marcou as percepções que produziram sobre a América Latina as narrativas literárias do *boom*. Incontáveis vezes essas narrativas foram consideradas excessivamente cosmopolitas e desenraizadas, descoladas, portanto, dos verdadeiros problemas locais.

As articulações entre os escritores relacionados ao *boom* estiveram sempre permeadas de tensões como essas. No caso de Vargas Llosa, a

questão do engajamento político constituiu uma importante clivagem. Em 1968, quando se tornaram nítidas as inflexões nas políticas culturais cubanas, enrijecendo-se o controle do Estado sobre os canais de expressão de ideias, Vargas Llosa publicou um artigo intitulado "El socialismo y los tanques". O artigo condenava o apoio de Fidel Castro à invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, ocorrido naquele ano, para sufocar a "Primavera de Praga", e os rumos do socialismo em Cuba.

Como Cortázar, Vargas Llosa ocupava um posto junto à *Casa de las Américas* e tinha contatos estreitos com dirigentes e intelectuais cubanos. Contudo, passou a manifestar sua desilusão para com o regime a partir do chamado "caso Padilla", referente às represálias adotadas contra o poeta cubano Heberto Padilla pelo artigo crítico que publicou, em 1967, no jornal revolucionário *El Caimán Barbudo*. Nesse artigo, Padilla denunciava a existência de campos de internação e trabalhos forçados em Cuba, denunciava as ações do "burocrata cultural" Lisandro Otero, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura, e elogiava o escritor cubano exilado Guillermo Cabrera Infante, colaborador, como vimos, de *Lunes de la Revolución*. Nos embates que se seguiram, Padilla foi acusado de ser "contrarrevolucionário" e colaborador da CIA, chegando a ser preso e interrogado sob violentas torturas em 1971. Quando deixou a prisão, foi obrigado a assumir publicamente seus "desvios" e a conclamar os intelectuais a se manterem leais à Revolução.

O episódio provocou uma onda de reações entre os escritores latino-americanos e europeus simpáticos a Cuba, mas reticentes com a crescente falta de liberdade na ilha. O jornal *Le Monde* publicou a chamada "Declaración de los 54" endereçada ao comandante Fidel, sendo Vargas Llosa um de seus signatários. Pouco tempo depois, Fidel Castro condenou o documento ao discursar no Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura de Cuba e fez publicar pela Prensa Latina a confissão assinada por Padilla. Desconfiados da farsa, escritores voltaram a produzir um documento de repúdio, desta vez a "Declaración de los 62".

Definida a trincheira, a *Casa de las Américas*, dentre outras instituições, e intelectuais como o uruguaio Mario Benedetti e o cubano Alejo Carpentier assinaram manifestos em defesa do regime revolucionário.

De sua parte, Mario Vargas Llosa solicitou seu desligamento do comitê da *Casa de las Américas*, tornando-se alvo de duras críticas por parte dos defensores do regime. Foi acusado pela revolucionária cubana Haydée Santamaría, diretora da *Casa*, de não ter jamais sido fiel à causa cubana, como, por exemplo, quando se negou a doar ao regime os 25 mil dólares que recebeu pelo prêmio literário Rómulo Gallegos, que lhe foi outorgado em 1967. O escritor quis evitar que a polêmica com uma figura que considerava heroica se estendesse, assim como quis evitar que sua posição fosse manipulada pela imprensa conservadora, anticubana. Não pôde evitar que seus romances se tornassem objeto de resistências ideológicas fomentadas pelos grupos de esquerda e que a ele se impusesse o rótulo de "liberal burguês".

O *boom* literário foi de tal forma identificado com as utopias revolucionárias de muitos dos seus escritores, que as correntes literárias e políticas marginais ao leito central sofreram grande pressão. Se Mario Vargas Llosa atravessou águas turbulentas após distanciar-se de Cuba, também as novas gerações de escritores enfrentaram o desafio de encontrar um lugar ao sol para novas temáticas e para novos estilos narrativos. Afinal, a América Latina de fins do século XX talvez já transbordasse as imagens fantásticas que conseguiram capturá-la nos lendários anos 1960 e 1970.

Considerações finais

Com a transição para a democracia em diferentes países da América Latina que viveram experiências ditatoriais nos anos correspondentes à Guerra Fria, novos problemas e novas tônicas políticas têm ganhado proeminência. Como pano de fundo comum, projeta-se a questão das possibilidades e dos limites que o regime democrático estabelece para temas como: ampliar a cidadania e a qualidade de vida da população, alcançar as metas de desenvolvimento econômico, responder aos desequilíbrios ambientais, coibir a corrupção e a violência, promover ações com vista à justiça, à verdade e à reparação em relação a crimes contra a humanidade cometidos pelos regimes autoritários.

Em meio aos extraordinários desafios, alguns movimentos são particularmente marcantes nos novos tempos.

Nesta era de globalização, as economias nacionais buscaram fortalecer-se por meio da formação de blocos de mercado comum. Nas Américas, exemplo disso foram o Nafta (North American Free Trade Agreement), tratado de livre-comércio assinado entre México, Estados Unidos e Canadá, em 1994, e o Mercosul, estabelecido pelo Tratado de Assunção em 1991, baseado em tratados anteriores envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com vista à integração econômica por meio de regulamentações alfandegárias. De lá para cá, todavia, em nome também da solidariedade latino-americana, professada pelos governos do PT no Brasil, o Mercosul tem negociado a entrada de outros países da América do Sul.

Se a formação dos blocos econômicos procurou favorecer a circulação do capital e afirmação regional perante atores poderosos, as assimetrias existentes nas relações internas de cada um dos blocos e externas a eles são notáveis.

Um protesto contundente contra as exclusões que os novos tratados perpetuavam partiu das populações indígenas do estado de Chiapas, no sul do México. O movimento lança luz sobre a noção de "democracia participativa", que vem sendo colocada por correntes de esquerda na América Latina contemporânea. A "democracia participativa" também está na base, entre outros, do governo de Evo Morales na Bolívia, iniciado em 2005, e do governo Hugo Chávez, na Venezuela, enfocado no curso do livro.

No mesmo ano em que o Nafta entrou em vigor, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), liderado pelo "subcomandante" Marcos, deu a conhecer ao mundo sua objeção ao tratado. Tendo Emiliano Zapata, líder de uma das principais vertentes camponesas da Revolução Mexicana, como matriz simbólica do movimento, os zapatistas reclamaram uma nova atitude do Estado mexicano perante grupos sociais indígenas condenados a séculos de pobreza, exploração e abandono.

A promoção da justiça social, em sua perspectiva, repousava antes de tudo sobre uma condição política, qual seja, a de que o México abandonasse o regime de partido único criado pela Revolução e abrisse caminho à construção de um governo livre e democrático. Em 2000, todavia, a inédita derrota do PRI (Partido Revolucionário Institucional) nas eleições presidenciais para o candidato de direita, Vicente Fox, não significou a inclusão democrática

do EZLN nos diálogos políticos nacionais. Ao contrário, a despeito dos acordos de paz assinados entre as partes, o movimento continuou sendo alvejado por forças do Exército federal e de fazendeiros da região.

Com sólido apoio internacional e ampla penetração na sociedade civil do estado de Chiapas, os zapatistas procuraram colocar em prática, paralelamente às instituições administrativas oficiais, experiências de governo com ampla participação popular. Estas retomavam princípios de autonomia municipal que acompanharam a história das comunidades indígenas mexicanas desde a época colonial, os quais os zapatistas da Revolução do início do século XX haviam se empenhado em defender.

Em um primeiro momento, o EZLN criou os chamados "Aguascalientes", centros políticos de reunião ao ar livre que buscavam integrar os rebeldes e a população local. Em meados de 2003, diante da inflexibilidade do governo para com o movimento, o subcomandante Marcos anunciou a instalação de Caracoles, ou "juntas de bom governo", em diferentes localidades do estado, com o objetivo de promover a autonomia indígena em "território rebelde". Tratava-se de criar municípios autônomos, com autoridades locais nomeadas pela população, e delegados que representavam as comunidades no plano municipal.

Com a formação de uma rede de municípios autônomos, o Exército zapatista esperava poder corresponder, à luz dos ideais de democracia, justiça e liberdade, a demandas concretas de populações indígenas desatendidas pelas políticas neoliberais. Por outro lado, acenava com uma forma de reestruturação do poder, com base na autonomia e no autogoverno, pela via pacífica e dentro dos marcos da Constituição. A democracia participativa no domínio dos *pueblos* indígenas conviveria com a democracia eleitoral no domínio nacional.

À frente da presidência do Equador desde 2007, Rafael Correa também tem trabalhado com o horizonte político da "democracia participativa". Paralelamente às estratégias traçadas para reduzir as iniquidades sociais e o fosso existente entre as instituições republicanas e o "povo", Correa quis cunhar uma solução inovadora em face de uma questão ambiental localizada na Amazônia equatoriana. Para evitar o desmatamento do Parque Nacional

Yasuní, com extensão de 982 mil hectares de inestimável biodiversidade, o Equador propôs à comunidade internacional que o país recebesse, em doações, a metade do valor que obteria se explorasse as reservas de petróleo que lá se encontram. A quantia firmada era de 3,6 bilhões de dólares. Desde 2007, campanhas publicitárias circularam pelo mundo, sensibilizando organizações ambientais especialmente da Europa. Entretanto, os anúncios de aporte financeiro ficaram muito aquém do esperado e, em agosto de 2013, Rafael Correa declarou que o petróleo de Yasuní será extraído.

A expectativa do governo era a de não correr o risco de repetir uma história ocorrida em outro ponto da Amazônia equatoriana, cujo petróleo foi, entre os anos 1960 e 1990, explorado pela empresa Texaco. Os bilhões de galões de resíduos derramados na floresta tiveram um impacto devastador e deixaram grandes poças de óleo como rastro. Os resíduos contaminaram os rios, ceifando vidas na região.

O desfecho do projeto para manter intocado o Parque Nacional Yasuní expressa a difícil conciliação entre a necessidade de fomentar a economia e a de proteger as riquezas naturais e humanas que cada país conserva.

Para encerrar essas considerações gerais, sublinhamos que talvez uma das tônicas que acompanham os processos de afirmação dos regimes democráticos na América Latina é a do fortalecimento da sociedade civil. Populações indígenas do entorno de Yasuní recorrem a fóruns internacionais para procurar reverter a decisão governamental, assim como os combatentes zapatistas de Chiapas se valem da internet para difundir suas bandeiras.

Da mesma forma, em relação à participação das mulheres no espaço público cultural e político, os novos tempos são fecundos em possibilidades. No novo contexto democrático, mulheres conquistaram a presidência da República em países como o Chile, a Argentina e o Brasil. Também, de modo mais amplo, participam do mercado de trabalho e reivindicam condições igualitárias no plano dos comportamentos, da estrutura familiar e das relações sociais.

Como a isonomia de direitos nem sempre é suficiente para equilibrar assimetrias enraizadas na História, diferentes países hoje discutem a implementação de políticas afirmativas, por exemplo, voltadas a afrodes-

cendentes. A existência de cotas para favorecer seu acesso às universidades constitui uma das ferramentas para a criação de uma base social concretamente mais democrática.

Enquanto a violência segue corroendo, sobretudo, a periferia de grandes cidades, grupos se organizam para responsabilizar agentes da repressão nas ditaduras militares e para combater as arbitrariedades, os abusos e os silêncios que não desapareceram por um toque de mágica.

As possibilidades de denúncia, de apelo à justiça, de acesso à informação, de expressão, de participação plena, crítica e seletiva em ambientes da vida moderna, são instrumentos que pouco a pouco lapidam novas dinâmicas e estruturas. A História, como outras instâncias de produção cultural que se alimentam de questões políticas e contribuem para dar forma e conferir sentidos a elas, participa desse movimento.

Sugestões de leitura

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo*: a experiência chilena. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A questão nacional em Porto Rio*: o Partido Nacionalista (1922-1954). São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A fotografia a serviço de Clio*: uma interpretação visual da Revolução Mexicana (1900-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Loyola, 1999.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política*: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara*: a vida em vermelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina*: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005). Belo Horizonte, 2009. Tese (Doutorado em História) – UFMG.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERRERAS, Norberto. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: Eduff, 2006.

FONTES, Camilla. *La acción cambiante*: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984). São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado de História Social) – Universidade de São Paulo.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora*: viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

FREDRIGO, Fabiana. *Guerras e escritas*: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação*: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

GOMES, Caio de Souza. *Quando um muro separa, uma ponte une*: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina, anos 1960/70. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP.

GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras*: paisagens, personagens, identidades. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. *Anenecuilco*: memoria y vida de un pueblo. México: Colegio de México, 1991.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em seleções*: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Edusf, 2001.

KRAUSE, Enrique. *La presencia del pasado*. México: BBVA Bancomer, Fondo de Cultura Económico, 2005.

MEYER, Lorenzo; AGUILAR CAMÍN, Héctor. *À sombra da Revolução Mexicana*: história mexicana contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Edusp, 2000.

MISKULIN, Silvia Cezar. *Cultura ilhada*: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã, 2003.

PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 v, 2008.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

PINTO, Julio Pimentel. *Uma memória do mundo*: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata*: jornalistas italianos e circulação de ideias na região platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes*: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954). São Paulo: Editora da UFMG, 2007.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*: o Museu Nacional de História do México. São Paulo: Alameda, 2007.

VILLAÇA, Mariana Martins. *Polifonia tropical*: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Os brasileiros, de modo geral, conhecem muito pouco sobre a rica e complex
História da América Latina. E isso acontece ainda que o país faça parte dessa região
que nossa história corra paralela à dos nossos vizinhos – desde a colonização ibérica
passando pela concomitância das independências políticas e da formação dos Estado
nacionais, chegando aos temas do século XX (como a simultaneidade das ditadura
civis-militares). Daí a importância desta obra, que começa seu percurso com a crise do
domínios coloniais na América, passa pela construção de identidades e investiga educa
ção, cidadania, cultura e política.

Escrito com linguagem fluente por duas professoras da Universidade de São Paul
com relevantes estudos sobre a América Latina, o livro oferece aos leitores uma proxi
midade inédita com nossos vizinhos. Isso nos ajuda a pensar também sobre as questõe
do presente e entender as viscerais ligações históricas entre o Brasil e os demais paíse
latino-americanos.

ISBN 978-85-7244-832-
9 788572 448321

editora contexto
Promovendo a Circulação do Saber

REVOLUÇÕES DO SÉCULO 20

Daniel Aarão Reis Filho

As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético

Direção da Coleção
EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Editora UNESP

As revoluções russas e o socialismo soviético

Daniel Aarão Reis Filho

As revoluções russas e o socialismo soviético

REVOLUÇÕES DO SÉCULO 20

Sérgio Vicente Motta

Vicente Pleitez

Editores-Assistentes

Anderson Nobara

Henrique Zanardi

Jorge Pereira Filho

Daniel Aarão Reis Filho

As revoluções russas e o socialismo soviético

COLEÇÃO REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX

DIREÇÃO DE EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

2ª reimpressão

Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reis Filho, Daniel Aarão

As revoluções russas e o socialismo soviético [livro eletrônico] / Daniel Aarão Reis Filho. – São Paulo: Editora UNESP, 2003. – (Coleção Revoluções do século XX / direção de Emília Viotti da Costa)

Bibliografia

955 Kb ; ePUB

ISBN 978-85-393-0270-3

1. Revoluções – Rússia 2. Socialismo – União Soviética I. Costa, Emília Viotti da. II. Título. III. Série.

03-5926

CDD-321.0940947

Índices para catálogo sistemático:

1. Revoluções: Rússia: Ciência política 321.0940947

2. Rússia: Revoluções: Ciência política 321.0940947

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Apresentação da coleção

O século XIX foi o século das revoluções liberais; o XX, o das revoluções socialistas. Que nos reservará o século XXI? Há quem diga que a era das revoluções está encerrada, que o mito da Revolução que governou a vida dos homens desde o século XVIII já não serve como guia no presente. Até mesmo entre pessoas de esquerda, que têm sido através do tempo os defensores das idéias revolucionárias, ouve-se dizer que os movimentos sociais vieram substituir as revoluções. Diante do monopólio da violência pelos governos e do custo crescente dos armamentos bélicos, parece a muitos ser quase impossível repetir os feitos da era das barricadas.

Por toda parte, no entanto, de Seattle a Porto Alegre ou Mumbai, há sinais de que hoje, como no passado, há jovens que não estão dispostos a aceitar o mundo tal como se configura em nossos dias. Mas quaisquer que sejam as formas de lutas escolhidas é preciso conhecer as experiências revolucionárias do passado. Como se tem dito e repetido, quem não aprende dos erros do passado está fadado a repeti-los. Existe, contudo, entre as gerações mais jovens, uma profunda ignorância desses acontecimentos tão fundamentais para a compreensão do passado e a construção do futuro. Foi com essa idéia em mente que a Editora UNESP decidiu publicar esta coleção. Esperamos que os livros venham a servir de leitura complementar aos estudantes da escola média, universitários e ao público em geral.

Os autores foram recrutados entre historiadores, cientistas sociais e jornalistas, norte-americanos e brasileiros, de posições políticas diversas, cobrindo um espectro que vai do centro até a esquerda. Essa variedade de posições foi conscientemente buscada. O que perdemos, talvez, em consistência, esperamos ganhar na diversidade de interpretações que convidam à reflexão e ao diálogo.

Para entender as revoluções no século XX, é preciso colocá-las no contexto dos movimentos revolucionários que se desencadearam a partir da segunda metade do século XVIII, resultando na destruição final do Antigo Sistema Colonial e do

Antigo Regime. Apesar das profundas diferenças, as revoluções posteriores procuraram levar a cabo um projeto de democracia que se perdeu nas abstrações e contradições da Revolução de 1789, e que se tornou o centro das lutas do povo a partir de então. De fato, o século XIX assistiu a uma sucessão de revoluções inspiradas na luta pela independência das colônias inglesas na América e na Revolução Francesa.

Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras candentes e profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Portanto, cabia a estes derrubar o governante quando ele deixasse de cumprir sua função de defensor dos direitos e resvalasse para o despotismo.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França. Se a Declaração de Independência das colônias americanas ameaçava o sistema colonial, a Revolução Francesa viria pôr em questão todo o Antigo Regime, a ordem social que o amparava, os privilégios da aristocracia, o sistema de monopólios, o absolutismo real, o poder divino dos reis.

Não por acaso, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembléia Nacional da França, foi redigida pelo marquês de La Fayette, francês que participara das lutas pela independência das colônias americanas. Este contara com a colaboração de Thomas Jefferson, que se encontrava na França, na ocasião como enviado do governo americano. A Declaração afirmava a igualdade dos homens perante a lei. Definia como seus direitos inalienáveis a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, sendo a preservação desses direitos o objetivo de toda associação política. Estabelecia que ninguém poderia ser privado de sua propriedade, exceto em casos de evidente necessidade pública legalmente comprovada, e desde que fosse prévia e justamente indenizado. Afirmava ainda a soberania da nação e a supremacia da lei. Esta era definida como expressão da vontade geral e deveria ser igual para todos. Garantia a liberdade de expressão, de idéias e de religião, ficando o indivíduo responsável pelos abusos dessa liberdade, de acordo com a lei. Estabelecia um imposto aplicável a todos, proporcionalmente aos meios de cada

um. Conferia aos cidadãos o direito de, pessoalmente ou por intermédio de seus representantes, participar na elaboração dos orçamentos, ficando os agentes públicos obrigados a prestar contas de sua administração. Afirmava ainda a separação dos poderes.

Essas declarações, que definem bem a extensão e os limites do pensamento liberal, reverberaram em várias partes da Europa e da América, derrubando regimes monárquicos absolutistas, implantando sistemas liberal-democráticos de vários matizes, estabelecendo a igualdade de todos perante a lei, adotando a divisão dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), forjando nacionalidades e contribuindo para a emancipação dos escravos e a independência das colônias latino-americanas.

O desenvolvimento da indústria e do comércio, a revolução nos meios de transportes, os progressos tecnológicos, o processo de urbanização, a formação de uma nova classe social – o proletariado – e a expansão imperialista dos países europeus na África e na Ásia geravam deslocamentos, conflitos sociais e guerras em várias partes do mundo. Por toda a parte os grupos excluídos defrontavam-se com novas oligarquias que não atendiam às suas necessidades e não respondiam aos seus anseios. Estes extravasavam em lutas visando tornar mais efetiva a promessa democrática que a acumulação de riquezas e poder nas mãos de alguns, em detrimento da grande maioria, demonstrara ser cada vez mais fictícia.

A igualdade jurídica não encontrava correspondência na prática; a liberdade sem a igualdade transformava-se em mito; os governos representativos representavam apenas uma minoria, pois a grande maioria do povo não tinha representação de fato. Um após outro, os ideais presentes na Declaração dos Direitos do Homem foram revelando seu caráter ilusório. A resposta não se fez tardar.

Idéias socialistas, anarquistas, sindicalistas, comunistas, ou simplesmente reformistas apareceram como críticas ao mundo criado pelo capitalismo e pela liberal-democracia. As primeiras denúncias ao novo sistema surgiram contemporaneamente à Revolução Francesa. Nessa época, as críticas ficaram restritas a uns poucos revolucionários mais radicais, como Gracchus Babeuf. No decorrer da primeira metade do século XIX, condenações da ordem social e política criada a partir da Restauração dos Bourbon na França fizeram-se ouvir nas obras dos chamados socialistas utópicos como Charles Fourier (1772-1837), o conde de Saint-Simon (1760-1825), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), o

abade Lamennais (1782-1854), Étienne Cabet (1788-1856), Louis Blanc (1812-1882), entre outros. Na Inglaterra, Karl Marx (1818-1883) e seu companheiro Friedrich Engels (1820-1895) lançavam-se na crítica sistemática ao capitalismo e à democracia burguesa, e viam na luta de classes o motor da história e, no proletariado, a força capaz de promover a revolução social. Em 1848, vinha à luz o *Manifesto comunista*, conclamando os proletários do mundo a se unirem.

Em 1864, criava-se a Primeira Internacional dos Trabalhadores. Três anos mais tarde, Marx publicava o primeiro volume de *O capital*. Enquanto isso, sindicalistas, reformistas e cooperativistas de toda espécie, como Robert Owen, tentavam humanizar o capitalismo. Na França, o contingente de radicais aumentara bastante, e propostas radicais começaram a mobilizar um maior número de pessoas entre as populações urbanas. Os socialistas, derrotados em 1848, vieram a assumir a liderança por um breve período na Comuna de Paris, em 1871, quando foram novamente vencidos. Apesar de suas derrotas e múltiplas divergências entre os militantes, o socialismo foi ganhando adeptos em várias partes do mundo. Em 1873, dissolvia-se a Primeira Internacional. Marx veio a falecer dez anos mais tarde, mas sua obra continuou a exercer poderosa influência. O segundo volume de *O capital* saiu em 1885, dois anos após sua morte, e o terceiro, em 1894. Uma nova Internacional foi fundada em 1889. O movimento em favor de uma mudança radical ganhava um número cada vez maior de participantes, em várias partes do mundo, culminando na Revolução Russa de 1917, que deu início a uma nova era.

No início do século XX, o ciclo das revoluções liberais parecia definitivamente encerrado. O processo revolucionário, agora sob inspiração de socialistas e comunistas, transcendia as fronteiras da Europa e da América para assumir caráter mais universal. Na África, na Ásia, na Europa e na América, o caminho seguido pela União Soviética alarmou alguns e serviu de inspiração a outros, provocando debates e confrontos internos e externos que marcaram a história do século XX, envolvendo a todos. A Revolução Chinesa, em 1949, e a Cubana, dez anos mais tarde, ampliaram o bloco socialista e forneceram novos modelos para revolucionários em várias partes do mundo.

Desde então, milhares de pessoas pereceram nos conflitos entre o mundo capitalista e o mundo socialista. Em ambos os lados, a historiografia foi profundamente afetada pelas paixões políticas suscitadas pela guerra fria e deturpada pela propaganda. Agora, com o fim da guerra fria, o desaparecimento da União Soviética e a participação da China em instituições até recentemente

controladas pelos países capitalistas, talvez seja possível dar início a uma reavaliação mais serena desses acontecimentos.

Esperamos que a leitura dos livros desta coleção seja, para os leitores, o primeiro passo numa longa caminhada em busca de um futuro, em que liberdade e igualdade sejam compatíveis e a democracia seja a sua expressão.

Emília Viotti da Costa

A Lucia e a Daniel

Antes, agora, depois, sempre

Table of Contents / Sumário / Tabla de Contenido

1. A santa Rússia entre reação, reforma e revolução

Nas duas primeiras décadas do século XX, a Rússia tsarista foi alcançada por quatro revoluções que a devastaram e a transformaram, e também o mundo, numa profundidade que poucos poderiam prever. Para tentar compreender o processo, é preciso começar pelo estudo da história do império russo, das condições e das tradições que marcaram as forças sociais e políticas que tomariam parte nos conflitos de onde surgiu a União Soviética, principal experiência socialista contemporânea.

A Rússia imperial: sociedade, instituições políticas e economia

Em fins do século XIX, o império tsarista, com seus 22,3 milhões de quilômetros quadrados, era o maior Estado do mun do em dimensões físicas: de leste a oeste, do Pacífico norte às fronteiras com o Império Austro-húngaro, cerca de oito mil qui lômetros. De norte a sul, do Oceano Ártico às fronteiras com a Turquia, quase três mil e duzentos quilômetros. A população estimada de 132 milhões de habitantes (recenseamento de 1897) fazia da Rússia a principal potência demográfica da Europa, uma das maiores do mundo, abaixo apenas das grandes sociedades asiáticas, o Império das Índias, sob o domínio britânico, e a China, o Império do Meio.

No interior das suas fronteiras, paisagens e climas diferen ciados: as florestas e os frios do norte; as estepes ao centro, in termináveis, com a grande mancha das terras negras (*tchernoziom*), extremamente férteis, do oeste da Ucrânia à cordilheira dos Urais; ao sul, as altas montanhas do Cáucaso, combinadas com as temperaturas amenas do litoral do Mar Negro.

As populações constituíam um autêntico mosaico de povos e religiões. Russos e ucranianos (quase metade da população total) formavam a base mais coesa de súditos do tsar, embora houvesse contradições, sobretudo no ocidente da Ucrânia, onde era forte e tradicional o sentimento nacionalista. No extremo

ocidente do império, povos que se consideravam europeus e ressentiam a dominação dos russos *asiáticos*, como um insulto: poloneses, estonianos, lituanos, letões, finlandeses, sem contar importantes minorias de judeus e alemães. Nos territórios da Ásia central e em seus confins, descendentes de turcos e mongóis; no Cáucaso, georgianos, armênios, turcos, iranianos, curdos. Superpondo-se às contradições de ordem nacional, combinando-se com elas, as diferenças religiosas: cristãos ortodoxos, uniatas, protestantes, católicos; judeus; muçulmanos; animistas; budistas.

A essa extrema diversidade, contrapondo-se a ela, a auto cracia imperial russa, simbolizada pela águia de duas cabeças, visando simultaneamente o Oriente e o Ocidente.

A seu serviço, a burocracia civil, a polícia política, as For ças Armadas e a Igreja Ortodoxa.

A burocracia civil reunia cerca de quinhentos mil fun cionários em fins do século XIX, os *olhos e ouvidos* do tsar. Cons tituída por Pedro, o Grande, desde o início do século XVIII, com base numa carreira de quatorze níveis, o *tchin*, integrava refe rências européias, *modernas*, e asiáticas, próprias do *Antigo Regime*. Elitista (os oito níveis superiores eram reservados a nobres ou a pessoas agraciadas com a condição de nobres), nomeada de cima para baixo, politicamente irresponsável, ineficiente, rotineira, corrupta, objeto de sátira e escárnio, odiada pelo cida dão comum, desprezada pelas elites, nem por isso a burocracia poderia ser considerada um *corpo estranho*. Ao contrário, em seu funcionamento, era uma das sínteses mais expressivas das tradições conservadoras da sociedade russa, das ambigüidades de sua resistência aos processos de modernização.

A dimensão repressiva da burocracia era assumida pela polícia política. Na Rússia, até 1905, não havia liberdade de organização, de manifestação, de expressão. Nem oposição reconhecida, mas *dissidências*, logo desqualificadas como inimigas e perseguidas. A polícia política encarregava-se de controlar, silenciar, desarticular, prender, exilar e, em casos extremos, matar oposicionistas de qualquer natureza. Criada no reino de Nicolau I, a sinistra Terceira Seção da Chancelaria, diretamente ligada ao tsar, mais tarde rebatizada como *Okhrana*, e integrada ao Ministério do Interior, passou à história como uma força de grande eficiência operacional, considerada então a melhor do mundo.

As Forças Armadas, principalmente o exército, constituíam um temível

dispositivo *imperial*. Ao longo de trezentos anos, desde o início do século XVII, quando se entronizou a dinastia dos Romanov, o império expandiu-se de forma sistemática, permanente. Guerras de conquista transformaram o relativamente pequeno principado de Moscou do século XVII numa grande potência imperial em fins do século XIX. A oeste, finlandeses e os Estados bálticos, e mais uma fração dos poloneses, cuja dominação seria compartilhada com prussianos e austríacos. Ao sul, o Cáucaso, a península da Criméia, o norte do Mar Negro. A leste, as vastidões da Ásia central e da Sibéria oriental, passando pela usurpação de duas importantes *províncias* da China, Amur e Ussuri, que permitiram a construção de uma cidade no Pacífico norte, Vladivostok. Na progressão para o leste, os russos atravessaram o Estreito de Behring, o Alasca e chegaram a alcançar o norte da atual Califórnia.

Mas não se detinham, aparentemente insatisfeitos, pretendendo realizar outras ambições *imperialistas*. A oeste, dois objetivos: de um lado, fermentar o movimento irredentista dos povos eslavos do sul e a desagregação do Império Austro-húngaro, construindo uma área de influência nos Bálcãs; de outro, deslocar o Império Otomano, o *homem doente da Europa*, controlar os portos do Mediterrâneo oriental, de *mares quentes*, e a cidade sagrada de Constantinopla, a *segunda Roma*. No extremo oriente, entre outros, a transformação da Mandchúria, rica província mineral a nordeste da China, e da península coreana em áreas de influência. A estrada de ferro transmandchuriana e a base naval de Port Arthur pareceram, em certo momento, aproximar a realização desses objetivos.

Na política imperial russa, combinavam-se ambições geopolíticas, estratégicas, tradicionais, típicas do expansionismo de *Antigo Regime*, e a ganância *moderna* por negócios lucrativos de uma emergente burguesia russa, muitas vezes em aliança com as finanças internacionais.

Entretanto, as Forças Armadas não eram apenas uma força de *ação externa*. Internamente, funcionavam como uma *reserva* fundamental para debelar rebeliões sociais e nacionais, rurais ou urbanas, que pudessem escapar da vigilância e da repressão da burocracia civil e da polícia política.

Para consolidar a ordem, o tsarismo ainda contava com a Igreja Ortodoxa. Ela conservava uma certa autonomia, não podendo ser considerada um mero *instrumento* do poder tsarista. Seria também um equívoco imaginá-la como um todo monolítico. Havia uma grande diversidade entre os altos hie rarcas imersos

na vida mundana dos grandes centros urbanos, os monges recolhidos em orações nos mosteiros fechados, e os párocos (os *popes*) de aldeia compartilhando com os fiéis as agruras e as circunstâncias da vida de miséria, de lama e de vod ca, nos confins dos campos russos. Entretanto, era uma Igreja comprometida, em grande medida, com uma religiosidade cristã conformista e resignada, subserviente, subordinada funcional mente ao poder tsarista, dependente dele (subsídios e emolu mentos), supervisionada nos altos escalões pelo procurador do Santo Sínodo, nomeado pelo tsar. A divisa oficial do império – um Tsar, uma Nação, uma Fé e a convicção de que Moscou era a encarnação da *Terceira Roma*, sede de um cristianismo íntegro, ainda não corrompido pelas tentações do mundo – fazia da Or todoxia uma religião *oficial*, mesmo porque o tsar era um sobe rano de direito divino, o que trazia óbvias implicações nas rela ções entre o Poder e a Religião.

Burocracia civil, polícia política, Forças Armadas, Igreja Ortodoxa. Por sobre esse conjunto complexo de instituições, a figura do tsar, com suas duas dimensões inseparáveis: a do *pai*, sempre severo, às vezes implacável, mas atento às demandas dos súditos, um verdadeiro *paizinho*, atencioso e carinhoso com suas *crianças* (o tsar *batiuchka*); e a do terrível e indômito conquistador, o *tsar imperator*, pouco visível mas onipresente, justiceiro, chefe supremo da Fé e mensageiro da Razão.

Os povos do império, os eslavos e os russos, em particular, tinham pelo tsar reverência, amor, temor, confiança. Quando os problemas não se resolviam, ou se agravavam, e surgiam as crises, as fomes, as guerras, as desgraças, a tendência era sempre a de culpabilizar os responsáveis imediatos: o burocrata, o policial, o militar. À guisa de consolo, dirão para si mesmos, reverentes, os camponeses (*mujiks*) russos: *Deus está tão alto, e o tsar tão longe* – provérbio simbólico, condensado de tradições.

As instituições políticas da autocracia imperial regiam uma sociedade fundamentalmente agrária. Cerca de 85% da população vivia no campo, em fins do século XIX.

De um lado, na base da sociedade, trabalhando a terra, vivendo dela, a imensa massa de dezenas de milhões de *mujiks*, habitando pequenas aldeias, organizados em comunas agrárias, o *mir* (universo, paz), uma instituição ancestral dotada de uma assembléia (a *obchina*), onde se reuniam os patriarcas de cada família, para eleger, dentre os mais velhos, o chefe local, o *starosta*, a quem se atribuíam

diversas funções: resolução de pequenos conflitos, recolhimento de impostos, recrutamento militar etc. Além disso, a *obchina* responsabilizava-se pela distribuição/ redistribuição periódica das terras comunais, segundo as neces sidades (as bocas) e as possibilidades (os braços) estimadas. Aqui residiam a força e a fraqueza do *mir* russo. A força provinha de um igualitarismo básico, propiciando solidariedade, concreti zada no trabalho comum, nas múltiplas atividades de auxílio mútuo, conferindo identidade e coesão social. A fraqueza deriva va do desestímulo à inovação, ao progresso familiar e individual fundado em rendimentos crescentes dos respectivos lotes, sem pre ameaçados em sua integridade pela sombra das periódicas redistribuições, previstas pela lei e pelos costumes.

No topo da pirâmide social, dominando aquela sociedade agrária, algumas dezenas de milhares de proprietários de terra (cerca de 107 mil famílias), os *pomeschtchiki*, quase todos vinculados a famílias nobres. Embora em declínio ao longo do século XIX, conservavam força política e prestígio social, formando a principal base social da autocracia tsarista.

A agricultura russa apresentava uma paisagem desigual: no sul e no oeste já havia grandes propriedades produzindo cereais e açúcar de beterraba para exportação, controladas por capitalistas ou por nobres convertidos aos negócios. Era a Rússia que se transformava no *celeiro* da Europa, principalmente da Inglaterra e da Alemanha. Os *mujiks* trabalhavam a terra com os braços e rudimentares instrumentos. Cerca de 60% eram clas sificados como *pobres*, os *biednakis*; abaixo deles, sem acesso à terra, os assalariados, os *batraks* (cerca de 1,5 milhão); 22% eram considerados *medianos*, ou *remediados*, os *seredniakis*; finalmen te, num estatuto relativamente mais elevado, menos de 19%, os *kulaks*. Mas seria um exagero chamá-los de *ricos*. Controla vam muitos dos demais camponeses em seus *kulaks* (punhos), porque lhes emprestavam dinheiro e sementes. E gozavam de prestígio social, dispondo de melhores condições, como a de oferecer instrução básica à família. Entretanto, compartilhavam das condições penosas que marcavam a vida de todos os que trabalhavam nos campos russos: pequenas aldeias de casas de madeira apertadas, dando para ruas de poeira (verão) e de lama (inverno), sem os confortos básicos da vida moderna, sujeitos a surtos de doença e de fome.

Em 1890, mais de metade das famílias tinham menos de dois cavalos, em média. Um terço dos *mujiks* dispunha apenas de pequenos *lenços* de terra (1 a 2 deciatinas/1 deciatina = 1,09 hectare). Em 1905, uma pesquisa oficial mostrou

que, nas terras comunais, metade das famílias possuíam menos de oito decia tinas, ou seja, abaixo do limiar considerado mínimo para so breviver com tranqüilidade.

Os *mujiks* trabalhavam em condições muito baixas de produtividade, comparadas com os padrões europeus, registran do-se, apesar de progressos localizados, avanços muito lentos: nos anos 60 do século XIX, por exemplo, cada agricultor produzia, em média, 2,21 *puds* de trigo (1 *pud* = 16,38 kg). Ora, em 1905, a produção girava em torno de 2,81 *puds*, ou seja, um crescimento de apenas 27% em quase quatro décadas. Circuns tâncias históricas e sociais condicionavam o fenômeno: técnicas de produção tradicionais (assolamento trianual), instrumentos de trabalho pouco eficientes (ainda predominava o antigo arado de madeira, a *sokha*), escassez de tração animal e de fertilizantes orgânicos e químicos, retalhamento excessivo e insegurança quanto à posse a longo prazo dos pequenos lotes, periodica mente redistribuídos, como já se disse, no interior da comuna.

Uma sociedade *atrasada*, sem dúvida, considerada no contexto da Europa. Melhor seria dizer: que se *atrasou*. Com efeito, em 1815, depois da derrota definitiva da aventura napo leônica, por ocasião do Congresso de Viena, a Rússia imperial aparecia como grande potência política, militar, demográfica, econômica. Seus exércitos haviam desempenhado papel essen cial na destruição da França revolucionária. Em torno de sua força, estruturou-se a *Santa Aliança*, destinada a manter a paz e a ordem na Europa e no mundo. Nas décadas seguintes, e até o fim da primeira metade do século XIX, a Rússia manteve-se como a *polícia* do mundo, a *reserva* onde podiam apoiar-se, e se apoiavam, conservadores e reacionários de todos os quadran tes. O pensamento progressista a denunciava. Os revolucionários a abominavam.

Quando, em 1848, eclodiram as revoluções sociais e na cionais européias, a *primavera dos povos*, o tsarismo cumpriu o pacto que assinara com a ordem estabelecida, projetando sua sombra sinistra, inibindo a rebeldia com ameaças, ou, quando foi o caso, na Europa central e oriental, matando as revoluções com seus exércitos. Salvando a ordem, o império tsarista parecia um gigante inabalável.

Pouco anos depois, no entanto, ao tentar submeter o Im pério Otomano, tradicional rival, a diplomacia russa avaliou mal a correlação de forças. A chamada Guerra da Criméia (1853 1856), contra a aliança anglo-francesa,

embora travada em território russo, revelou os pés de barro do gigante: exército mal equipado, soldados desmoralizados, oficialidade despreparada, meios de comunicação sofríveis, linhas de abastecimento mal organizadas. Foi uma catástrofe para o império, obrigado a recuar de suas pretensões *imperialistas* tradicionais na área dominada pelo Império Otomano.

A Rússia tradicional e a rejeição da modernidade ocidental

Introduzira-se naquelas quatro décadas, entre 1815 e 1855, um descompasso que se tornara histórico entre a Rússia tsarista e as potências capitalistas mais dinâmicas da Europa. Como se a Rússia não tivesse sido capaz de acompanhar o pro cesso de modernização (a Revolução Industrial) que estava mudando a paisagem econômica e social da Europa ocidental desde fins do século XVIII. Em 1820, a Rússia produzia mais ferro que a França ou os Estados Unidos, ou a Prússia, e o equi valente a um terço da produção inglesa. Quarenta anos depois, produzia dez vezes menos do que a Inglaterra, um terço do que produziam os EUA e tinha sido já ultrapassada pela França e até pela Prússia. Tomando um outro setor econômico chave da época, o carvão, repetem-se os termos de uma comparação des favorável. A produção inglesa atingia em 1860 a marca de 67 milhões de toneladas, os EUA e a Prússia avizinham-se dos quinze milhões de toneladas, enquanto a Rússia produzia menos de cem mil toneladas...

Tornou-se comum, desde então, atribuir-se ao reino do tsar Nicolau I, entre 1825 e 1855, a responsabilidade pela cons trução do *atraso*. Não há dúvida de que se tratou do reino mais obscurantista que a Rússia teve ao longo do século XIX. E tam bém não se duvida de que o tsar excedeu-se com gosto e convicção no exercício da repressão, contribuindo com ordens e estímulos para organizar uma sociedade de trevas, “onde cada comissário de polícia é um soberano e em que o soberano é um comissário de polícia coroado” (A. Herzen). Uma sociedade vigiada, censurada, policiada, reprimida. Mas não se poderia dizer que era estagnada ou congelada.

A propósito de uma sociedade histórica, sempre em movimento, nunca será próprio o emprego da metáfora do *congelamento*, ou da *estagnação*. Também não parece adequado atribuir a um tsar, por poderoso que fosse, suficiente força para reger e enquadrar todo um império, diverso e múltiplo. Na verdade, naquele mundo de trevas, era possível identificar, em ação, forças sociais e políticas,

certamente muito diferentes, mas unidas, numa hostilidade básica ao padrão de vida que então se estabelecia na parte ocidental da Europa. Nesse sentido, o tsar poderia ser visto como o chefe obscurantista de uma sociedade apegada a valores tradicionais.

O Ocidente, o desafio ocidental, as idéias perigosas e malditas de um Ocidente em constante mutação, cultuando o *bezerro de ouro* com suas idéias materialistas e valores subversivos diversos: individualistas, liberais, socialistas, revolucionários. A Rússia hierárquica, nobre, comunitária, religiosa, tradicional, não aceitava esse padrão.

Na primeira metade do século XIX, um grande debate condensou a reflexão sobre estes dois caminhos: de um lado, pequenos grupos de nobres e/ou de intelectuais, a *intelligentsia* emergente, cultores do modelo ocidental, sintonizados com o pensamento liberal ou revolucionário da França, Inglaterra e Alemanha, os *ocidentalistas*. De outro, os *eslavófilos*, partidários das tradições caras à sociedade russa, rejeitando as maneiras de ser e de viver ocidentais. Nicolau I, à sua maneira, à maneira policial, exprimiu essa recusa. E seu reino foi tanto mais longo quanto profunda era a recusa russa ao modo de vida ocidental.

Contudo, o revés desmoralizante na Guerra da Criméia evidenciara os limites da opção tomada, e o tsar, falecido em março de 1855, não sobreviveria à derrocada de sua utopia de trevas. Era necessário manter a recusa, mas por um outro caminho: o caminho das reformas.

O programa reformista: em busca de uma modernidade alternativa

Alexandre II, filho e sucessor, assumiria as reformas tão logo acedeu ao poder.

Desde 1848 funcionavam comissões secretas para pensar a questão da servidão, considerada o nó maior que prendia a Rússia ao passado, um entrave ao desenvolvimento econômico e social, uma chaga moral, envenenando e tornando miseráveis as relações sociais. Desenvolvendo-se a partir do século XVII, a servidão teve um percurso próprio no império russo. A cada impulso modernizante, ao longo dos séculos XVII e XVIII (reformas de Pedro, o Grande, e de Catarina II), o sistema, longe de se abalar, ganhava corpo e raízes. Enquanto

se enfraquecia na Europa, fortalecia-se na Rússia. No mesmo movimento, autonomizando-se perante o Estado, cresciam a importância, a força e o prestígio dos nobres, dominando os *mujiks*, convertendose, segundo a tradição russa, muito simbólica, em senhores de *almas*. Entretanto, a derrota na guerra já não deixava dúvidas. Mesmo porque o cataclismo fora precedido e acompanhado por crises na ordem econômica e por crescentes demonstrações de insatisfação nos campos e nas cidades. As pressões vinham agora de toda parte, tornando-se inexoráveis. Para sobreviver, era preciso reformar ou perecer.

As reformas sob o impulso e a liderança de Alexandre II marcaram época.

A principal, de longe, foi a abolição da servidão, decretada em fevereiro de 1861. Emancipou todos os servos, observados curtos períodos de transição, segundo modalidades de servidão e características regionais. Atribuiu terras aos *mujiks*, mas não todas, como era sua reivindicação histórica. E não aos indivíduos ou às famílias, mas às *comunas*, reorganizadas e reforçadas em sua função básica de redistribuir a terra aos habitantes do mir. Mas o acesso definitivo à terra não seria gratuito. Os *mujiks* teriam que pagar por elas, e caro, em dezenas de prestações anuais, ao Estado, que assumiu aí o papel de intermediário, financiando o processo e ressarcindo, em tese, os nobres pelas terras que estavam perdendo. Em tese, porque, sendo colossais as dívidas da nobreza, o processo, em muitas regiões, reduziuse a uma liquidação de hipotecas.

Seguiram-se, ao longo dos anos 60 e 70, outras reformas, também fundamentais, alcançando diferentes dimensões da sociedade.

Nas finanças públicas, determinou-se a confecção de um orçamento de Estado, devidamente publicado, e organizou-se uma nova sistemática de impostos com procedimentos de controle sobre o Tesouro, a arrecadação e as despesas. Dinamizaram-se as estruturas educacionais, melhorando o ensino em todos os níveis e conferindo margens de autonomia às universidades. Na administração da Justiça, criaram-se garantias à magistratura, até então inexistentes, e instituiu-se o júri, com direito de defesa assegurado ao réu com debates contraditórios, públicos. Do ponto de vista do poder político, instituições intermediárias permanentes foram autorizadas: nas províncias e distritos, os *zemstva*; nas cidades maiores, as *dumas*. Dispunham de uma certa autonomia, orçamento próprio, poder para contratar pessoal e jurisdição sobre certos setores: educação, saúde, transportes públicos, iluminação etc. Finalmente, mas não menos

importante, uma profunda reorganização nas Forças Armadas: do alto comando ao recrutamento, as estruturas militares foram reformadas no sentido de adaptá-las às exigências modernas que já não se podiam ignorar depois da Guerra da Criméia.

Desde que foram promulgadas, entre os contemporâneos, e até hoje, nas *batalhas historiográficas*, as reformas de Alexandre II foram, e são, objeto de acesas controvérsias.

Modernizantes, sem dúvida, conseguiram superar alguns entraves históricos, sobretudo o principal deles, representado pelo regime da servidão. Mas mesmo a *grande reforma* seria questionada e até rejeitada, com diferentes argumentos e por forças disparatadas.

Os *mujiks* haviam ganho a emancipação e a terra, mas permaneceram como cidadãos de segunda classe, objetos de múltiplas restrições e controles. Como já se viu, não conseguiram toda a terra, e ainda tiveram que pagar pela parte que lhes coube. Acederam às terras em complicadas negociações com os senhores, mediadas freqüentemente por autoridades arbitrárias. Daí por que muitos se sentiram logrados. Em certas partes do império houve insatisfação e revoltas, sufocadas a ferro e fogo.

Os revolucionários, mesmo os mais moderados, sentiram-se ultrajados e traídos. Denunciaram a reforma como engodo e farsa. E declararam guerra ao tsarismo. De seu exílio londrino, Alexandre Herzen, que, em certo momento, cultivara a convicção de que as reformas poderiam ser, e seriam, mais profundas, evitando-se com elas um desfecho catastrófico de revoltas e repressão, acusou o golpe e alinhou-se com a *intelligentsia* mais radical. Esta, estimulada e liderada na Rússia por N. Tchernichevsky, que sempre duvidara do alcance real de reformas empreendidas *pelo alto*, não dissimulou a hostilidade, radicalizando atitudes e posições. Na revista legal *O Contemporâneo* (*Sovremenik*), cresceu a agitação cultural e política, o que levou a seu fechamento. Tchernichevsky seria preso e deportado em 1862. No mesmo ano, porém, a fundação da primeira organização revolucionária clandestina Terra e Liberdade (*Zemlia i Volia*) marcou uma reviravolta. A *intelligentsia* passava à luta sem quartel contra o tsarismo, recorrendo inclusive a ações armadas.

A nobreza enfraqueceu-se de modo decisivo. Entrou em processo de lento declínio, do qual, como classe, não mais se recuperou, embora alguns setores,

capazes de adaptar-se aos novos tempos, tenham conseguido até aumentar suas riquezas.

Avantajou-se o Estado, o grande vitorioso, sem dúvida. Com a nobreza perdendo ímpeto e o reforçamento da dependência estatal das estruturas comunitárias em cada aldeia, o *mir* e a *obchina*, o Estado, designado como intérprete do *interesse geral*, parecia reunir condições para impulsionar reformas ainda mais abrangentes. Mas isso também não aconteceu. Pressionado pelas forças conservadoras e por conselheiros reacionários, o tsar considerou que fora longe demais. Demitiu, fez retrogradar, ou isolou, as lideranças reformistas mais ativas e conseqüentes, o chamado *partido vermelho*, que se agrupara no Ministério do Interior sob a liderança do conde Lanskoi, reunindo funcionários nobres e plebeus, entre os quais os irmãos Nicolau e Dmitri Miliutin, principais cérebros das mudanças empreendidas.

Ao contrário da *intelligentsia*, partidária das mudanças pela revolução, com base em insurreições camponesas igualitaristas, representavam uma outra tradição russa – a *intelectocracia*, uma outra via, a da promoção das mudanças por meio de reformas *pelo alto*, pelo Estado. Em comum, *intelligenti* e *inteectocratas* tinham a perspectiva de uma outra modernidade, distinta do modelo ocidental, preservando valores que conferiam especificidade à sociedade russa. Mas seus projetos baseavamse em distintas forças sociais e formulavam diferentes objetivos e formas de encaminhamento.

Com o recuo do tsar, o processo reformista perdeu força, estiolou-se a meio caminho.

Superestimando a insatisfação popular e os fatores de crise, imaginando a configuração de um impasse catastrófico, importantes setores da *intelligentsia* pensaram ter chegado a sua hora. D. V. Karakozov, em ação isolada, tentaria sem êxito matar o tsar, em abril de 1866, inaugurando na Rússia a tradição do *justiçamento* de autoridades com o objetivo de desestabilizar a ordem.

Ao mesmo tempo, surgiam outras idéias e lideranças radicais. S. Netchaev e a defesa da construção de uma organização clandestina, reunindo revolucionários comprovados, completamente devotados à causa, homens sobre-humanos, capazes de resistir com êxito ao cerco da polícia política. P. Tkatchev e a idéia fixa de alcançar o poder, tomá-lo, para fazer dele um instrumento de transformação social. P. Lavrov e a proposta de um paciente trabalho de

transformação das consciências pela propaganda do ideário revolucionário, a ser realizado por homens e mulheres de uma dedicação a toda prova, dispostos a abandonar seus quadros de vida em prol da emancipação da sociedade em que viviam.

Animados por tais projetos, em meados dos anos 70, milhares de jovens partiram para o campo, na tentativa de sublevar os *mujiks* em nome de uma real emancipação, negada pela reforma tsarista. Foram ao povo (*narod*) e passaram à história com a aura de revolucionários abnegados e determinados (*narodniks*), dispostos a tudo, até mesmo a entregar a própria vida em defesa de uma modernidade revolucionária e dos ideais de liberdade política e de igualdade social. Mas o povo não os reconheceu, nem a seus projetos salvacionistas. Entre 1873 e 1877, seriam presos (1.611), muitas vezes delatados pelos próprios *mujiks*, processados e condenados (844), sob a simpatia condoída, mas impassível, da sociedade.

Enquanto a fúria revolucionária multiplicava ações e organizações (fundação de uma segunda Terra e Liberdade, em 1876), fortaleciam-se os setores conservadores, solicitando medidas e políticas de contra-reforma. Nessa dialética infernal, condenado em 1879 à morte pelos revolucionários, o tsar seria finalmente executado, em março de 1881, depois de várias tentativas frustradas, por uma nova organização radical, a Vontade/ Liberdade do Povo (*Narodnaia Volia*). Num aparente paradoxo, o tsar *emancipador* terminava seus dias estraçalhado a bombas. Contudo, ao contrário do que esperavam os revolucionários, não se desestabilizou a ordem, nem o povo se comoveu, salvo para chorar o imperador morto. O atentado teve assim dois resultados: a ascensão de um novo tsar, o filho do defunto, Alexandre III, comprometido com as forças mais reacionárias do império, e a intensificação da repressão política.

Mutações e contrastes na rússia imperial

Mas as reformas empreendidas, embora parciais e incompletas, abriram horizontes novos à Rússia. Brechas por onde entrariam diferentes forças políticas, sociais e econômicas, configurando, desde os anos 60, e sobretudo a partir dos anos 90, outras mutações.

O crescimento demográfico *explosivo*: entre 1865 e 1890, a população cresceu 156%. De 1890 a 1913, mais 145%. Em números absolutos, um salto de 75,1

para 170,9 milhões de *almas*, sem que se verificasse no período nenhuma anexação territorial e/ou populacional expressiva. É certo que as precárias estatísticas russas autorizariam diversas estimativas, mas não há divergências entre elas na caracterização da ordem de grandeza das transformações demográficas verificadas. Ou seja, apesar da baixa produtividade da economia em geral, e da produção agrícola, em particular, em virtude do aumento da taxa de natalidade e da redução da taxa de mortalidade, houve um crescimento apreciável da população: entre 1861 e 1870, uma progressão anual de cerca de um milhão de habitantes; desde então e até 1913, mais 2,4 milhões por ano. Um aumento formidável de bocas a alimentar, de braços à procura de trabalho. Uma pressão extraordinária, se não fosse bem administrada, poderia ter conseqüências dramáticas.

A progressão da rede de estradas de ferro, induzida pelo Estado, basicamente por considerações de ordem estratégica, teve, como já fora o caso na Europa ocidental, um imenso impacto na intensificação do comércio interno e externo e no aumento da produção de setores industriais correlacionados: o carvão (as minas do Donetz), o ferro (Krivoi Rog), a metalurgia (os complexos do Donetz e do vale do Dniepr), o petróleo (Baku). Em 1865, uma década depois de emergir da derrota da guerra da Criméia, a Rússia dispunha de apenas 3,8 mil quilômetros de estradas de ferro. Em 1913, era de 70,2 mil quilômetros a rede disponível. Um crescimento de 809% numa primeira fase, entre 1865 e 1890. Daí a 1913, mais 229%.

O comércio externo, apoiado no aumento das exportações, basicamente de cereais, registrou quase sempre superávits expressivos, permitindo compras de máquinas e equipamentos no mercado internacional, encorajando o fluxo de empréstimos da França e da Bélgica, sobretudo, mas também da Alemanha e da Inglaterra, e uma corrente importante de investimentos europeus, principalmente em setores tecnológicos de ponta. Em 1900, nas minas, alcançavam cerca de 70%; na metalurgia, cerca de 42%; proporções semelhantes eram registradas nos setores químico e elétrico.

Enquanto os capitais internacionais assenhoravam-se, direta ou indiretamente, dos setores industriais mais dinâmicos, fortalecia-se a burguesia russa nos centros industriais mais antigos: Tula e Riazan, na Rússia central, Kharkov, na Ucrânia oriental, as cidades ao longo do Rio Volga, todas dedicadas a atividades mais tradicionais, mas também importantes: tecidos, vestuário, alimentos, mobiliário etc. Os russos conservavam também posições no setor bancário

altamente monopolizado, muitas vezes associados a interesses internacionais.

Formava-se uma articulação de capitais nacionais e internacionais, patrocinada, estimulada e protegida pelo Estado. Uma política sistemática, implementada por um outro *intelectocrata*, S. Witte, entre 1892 e 1903, aplicara um conjunto de medidas coerentes, construindo um quadro favorável para o crescimento industrial e as exportações: tarifas alfandegárias altas, reserva de mercado, orçamento equilibrado, moeda forte, fiscalidade baseada em impostos indiretos, política agressiva de atração de capitais externos, encomendas diretas a setores determinados (indústria bélica) e, quando era o caso, controle direto, como no caso das estradas de ferro (dois terços controlados pelo Estado). A Rússia imperial abria, finalmente, as portas para o desenvolvimento do capitalismo, numa perspectiva de subordiná-lo aos interesses do Estado. Nos setores mais dinâmicos da economia, carentes de tecnologia sofisticada, e, por extensão, no conjunto da sociedade, criava-se uma situação de dependência aos capitais internacionais, mas a Rússia conseguiria manter um grau considerável de autonomia. Como gostava de dizer S. Witte, e com razão, “a Rússia não era uma China”.

A incidência desse processo no crescimento urbano foi notável. Até às vésperas da Primeira Guerra Mundial, embora ainda uma sociedade fundamentalmente agrária, a Rússia assistiu a uma transformação significativa da paisagem de suas cidades e do peso relativo destas no conjunto do império. No início do século XX, São Petersburgo e Moscou já tinham mais de um milhão de habitantes (1,2 e 1,0 milhão, respectivamente). Destacavam-se mais alguns outros centros urbanos, registrando grandes progressos: na Polônia russa, Varsóvia e Lodz, com 640 e 400 mil habitantes, respectivamente; nos Estados bálticos, Riga (290 mil habitantes); na Ucrânia, Kiev, Kharkov e Odessa (250, 100 e 400 mil habitantes). Algumas dezenas de pequenas cidades, essencialmente industriais, surgiam como do nada, reunindo de 50 a 100 mil pessoas. A população urbana quase dobrara em menos de quarenta anos, alcançando cerca de 15% (alguns estimariam em 18%) da população total.

A classe operária industrial aumentara dois terços em pouco menos de dez anos, passando, entre 1890 a 1900, de cerca de 1.500 trabalhadores a quase 2.400. Considerada uma média de 4/5 pessoas por família, um pouco mais de doze milhões de pessoas vivendo em torno dos setores industriais.

Todos esses números, expressivos em si mesmos, evidenciando um notável

progresso, careceriam, no entanto, de uma certa relativização: boa parte das cidades russas era ainda cercada pela economia e cultura agrárias, ou ainda profundamente impregnada por hábitos e costumes camponeses. A própria cidade de Moscou, a segunda maior do país, continuava imersa numa atmosfera camponesa, o casario de madeira, a presença dos *mujiks* no próprio interior da classe trabalhadora, voltando maciçamente aos campos na época das colheitas e das semeaduras.

Numa outra dimensão, e apesar dos progressos referidos, inegáveis, a economia russa evidenciava limitações no contexto internacional. O estudo comparado de alguns setores estratégicos (energia, aço, estradas de ferro, carvão, algodão), entre 1860 e 1910, quando a Rússia passou por seus *booms* de crescimento, mostra a posição retardatária do império tsarista. Longe, em décimo lugar, atrás não apenas das grandes potências da época (EUA, Inglaterra, Alemanha, França e Japão), mas também da Bélgica, Suécia, Suíça e Espanha. O quadro ainda se tornaria mais dramático se adicionados os índices de produtividade no campo. Já outros cálculos, considerando o volume total da produção, poderiam apresentar resultados mais animadores, mascarando as extremas desigualdades de um imenso país de grande população, uma potência aparente, mas ainda conservando decisivas fragilidades.

A mensuração dos avanços e a avaliação dos progressos, questões aparentemente simples, gerarariam grandes *batalhas historiográficas*. As questões em jogo não eram nem um pouco desprezíveis: demonstrar, ou não, o tsarismo como fator de *bloqueio* histórico inarredável, justificando, ou não, uma revolução emancipadora. Mais tarde, evidenciar, ou não, os progressos realizados, como forma de *provar*, ou não, as bases materiais e, em conseqüência, as possibilidades da construção do socialismo na União Soviética.

Mas sempre houve um consenso: o desequilíbrio, o atraso e as carências da agricultura. Os progressos efetuados pelas grandes culturas de exportação não conseguiam impedir a constatação de que a Rússia estava exportando alimentos em troca da fome das próprias populações.

Assim, o influxo do capitalismo na Rússia, apesar do progresso proporcionado, não foi capaz de resolver os problemas acumulados e acentuou contrastes no processo de desenvolvimento econômico em curso. Em espaços contíguos, era comum constatar a existência do que havia de mais avançado e de mais atrasado no mundo de então. Na bacia carbonífera do Donetz, na Ucrânia, coexistiam

indústrias metalúrgicas de ponta e o arado de madeira, empregado ainda por cerca de 50% das explorações agrícolas vizinhas. Também no sul, moderníssimas refinarias de açúcar combinavam-se com o trabalho semi-servil dos *mujiks*. Sem falar das indústrias de material de precisão de São Petersburgo, ou da indústria petrolífera de Baku, onde equipamentos de última geração, do ponto de vista da tecnologia disponível, eram manejados, às vezes, por operários trabalhando em condições de vida de um outro século. Diferentes etapas históricas, universos contraditórios, mas entrelaçados, integrados.

O *desenvolvimento desigual e combinado* (Trotski) não se resumia ao mundo da economia e da produção. Marcava o conjunto da sociedade, onde se mesclavam, como diferentes expressões de uma mesma Rússia, os refinados aristocratas que se exprimiam com mais conforto em francês do que na língua materna e o *mujik* rude e iletrado. As moças rendadas da elite e as camponesas atracadas nas pesadas fainas agrícolas. Os bailes cintilantes de cristais e pratarias em que confraternizavam as famílias ricas e poderosas e as fétidas cantinas onde comiam os trabalhadores.

Em cada dimensão da cultura contemporânea, a Rússia sustentava a comparação com o que havia de melhor: a graça dos balés (S. Diaghilev) e das bailarinas (A. Pavlova), o teatro (A. Tchekhov), a ópera (S. Prokhofiev), a poesia (V. Maiakovski, A. Akhmatova), a prosa (L. Tolstoi, F. Dostoevski, M. Gorki), a música (N. Rimski-Korsakov, S. Rachmaninov, I. Stravinski), a pintura (M. Larionov). Os bulevares e a graça de São Petersburgo, a Veneza do Norte das trezentas pontes, e as aldeias lamacentas nas estepes sem fim. Elites brilhantes, *civilizadas*. Sociedade fosca, bruta, chula. Flores no pântano. Pérolas e porcos.

Progresso e atraso em doses tão desproporcionais constituíam uma perigosa mistura de arrogância e de ressentimento. Segundo as circunstâncias, a combinação poderia gerar explosões imprevisíveis.

As elites conservadoras, porém, mantinham-se, em geral, agarradas ao sempiterno amaldiçoamento das mudanças, de qualquer mudança, fosse qual fosse sua natureza. Tinham do progresso material uma concepção meramente instrumental. Imaginavam-no apenas como uma ferramenta para consolidar a própria dominação, como se fosse possível separar máquinas e fábricas dos valores subjacentes e dos modos de vida que as pressupunham. A rigor, desejavam conjurar os abismos retrocedendo no tempo. Já haviam condenado as reformas empreendidas por Alexandre II, fazendo o possível para entravá-las,

sabotá-las, derrotá-las. Com muito mais razão, condenariam os surtos capitalistas, que *ocidentalizavam* a Rússia. Agrupavamse na corte imperial e nas instituições conexas (Conselho de Estado, Senado do Império), incentivando o tsar a defender as prerrogativas de autocrata e a recusar concessões de ordem política.

Mesmo no topo da pirâmide, entretanto, começavam a destacar-se correntes renovadoras, *liberais*.

Eram muito diversas e contraditórias, desde os mais moderados, que pressionavam por um ensaio de monarquia constitucional, pela convocação de uma assembléia consultiva e pelo reconhecimento de uma plataforma de liberdades civis, aos mais radicais que passaram a se organizar na ilegalidade: em 1902, na Alemanha, fundaram uma revista, *Liberdade*, que circulava clandestinamente na Rússia. Na seqüência, em 1904, sempre na ilegalidade, formariam um partido, a União da Liberdade, comprometido com a luta contra a autocracia e por um programa favorável à convocação de uma Assembléia Constituinte. As correntes liberais reuniam nobres reconvertidos em empresários, capitães de indústria, professores, advogados, médicos, representantes e funcionários dos *zemstva* e das *dumas*, enfim, os filhos das reformas e dos surtos *desenvolvimentistas* desencadeados desde os anos 1860. Pensavam em controlar a autocracia, alguns poucos chegavam mesmo a desejar sua derrubada. Na diversidade que era a deles, compartilhavam a convicção de que aquelas tradições tinham seus dias contados e que era necessário preparar o futuro, para que a transição pudesse se realizar em ordem.

Entretanto, também na clandestinidade, outras alternativas, revolucionárias, se gestavam.

O populismo revolucionário russo

O *populismo*, apesar das derrotas políticas, da desarticulação de suas principais organizações, *Zemlia i Volia* e *Naradonaia Volia*, e das duras perseguições a que foram submetidas seus partidários, sobreviveu aos reveses. Com base em múltiplos grupos autônomos, formados nas cidades e em centros rurais, ao longo dos anos 90, empreendeu-se a fundação de um novo partido, afinal constituído em 1902: o Partido Socialista Revolucionário. Reunia militantes históricos, ainda aureolados pelos enfrentamentos dos anos 70 e 80, como Catarina

BrechkoBrechokovskaia, a *decana* do movimento revolucionário russo, Natanson, Gotz, e indivíduos de uma geração mais jovem, como G. Guerchuni e V. Tchernov. Assumiam todos a tradição revolucionária multifacética construída desde os anos 60: a propaganda revolucionária, o trabalho de organização, as greves, a ação direta, os atentados a autoridades consideradas responsáveis pela ordem vigente. Ao mesmo tempo, o novo partido formulou um programa comprometido com as liberdades civis e políticas, por uma Assembléia Constituinte, adaptando-se, assim, às novas circunstâncias promovidas pelas transformações por que estava passando a sociedade russa. Muitos consideravam os socialistas revolucionários (SR*s*) mais como uma confederação de grupos do que como um partido, no sentido próprio do termo. O fato é que, apesar da fluidez de suas estruturas organizativas, ou por causa disso mesmo, e também porque se referiam a toda a gesta heróica da resistência ao tsarismo incorporando-a, os SR*s* encontravam eco na sociedade, disseminando-se, parecendo corresponder a certas tendências que, embora difusas, estavam bem ancoradas na sociedade russa: os ideais comunitários e igualitários, as demandas libertárias e a recusa aos valores propagados pela *modernidade* ocidental.

Os populistas desejavam construir uma *outra modernidade*. Não gratuitamente aproximaram-se de K. Marx. Os *narodniks* apreciavam em Marx a crítica devastadora ao sistema capitalista. Foi um intelectual populista, Natanson, que traduziu pela primeira vez *O capital* para a língua russa. Encontravam no revolucionário alemão argumentos adicionais para a propaganda no sentido de evitar na Rússia o capitalismo, considerado um regime execrável. Por isso mesmo, procuraram-no, estabelecendo intensa correspondência sobre a hipótese de ser possível na Rússia efetuar, com base nas comunas rurais e nas tradições igualitárias do campo russo, um *salto* revolucionário histórico, das estruturas comunitárias tradicionais ao socialismo, sem passar pelo capitalismo.

Marx chegou a admitir a possibilidade do *salto* sob duas condições: a de que as comunas agrárias resistissem com êxito ao avanço do capitalismo e, mais importante, a de que uma revolução russa fosse acompanhada pela vitória do proletariado internacional, ensejando que este último, *avançado*, pudesse vir em socorro da Rússia *atrasada*.

A social-democracia e o marxismo na Rússia: bolcheviques e mencheviques

A corrente social-democrata constituiria uma outra vertente do movimento revolucionário. Originou-se de uma cisão ocorrida no congresso da *Zemlia i Volia*, em 1879. Descontentes com as ações diretas de vanguarda, espetaculares, mas consideradas ineficazes, um grupo de militantes, entre eles G. Plekhanov e P. Axelrod, defendia um trabalho político de agitação das consciências, a longo prazo. Mais tarde, já no exílio, aproximaramse das idéias de K. Marx e F. Engels, alinhando-se com as grandes teses da social-democracia internacional que então se afirmavam em diversos países da Europa central e ocidental.

Em 1883, fundaram um grupo, Emancipação do Trabalho, e uma editora, a Biblioteca do Socialismo Contemporâneo, retomando, em outro viéis, a tradição constituída por A. Herzen desde os anos 50, no exílio londrino. Tratava-se, mais uma vez, de produzir textos, teóricos e informativos, e contrabandeá-los para o interior do império para despertar consciências e formar grupos revolucionários.

Descrentes quanto às comunas agrárias, em dúvida quanto ao potencial revolucionário dos *mujiks*, tenderam a incorporar o marxismo evolucionista-determinista então em voga no ambiente intelectual da social-democracia internacional, cujo catecismo era *o anti-Dhuring*, de F. Engels.

Plekhanov, ao longo dos anos 80 e 90, foi quem melhor encarnou a ortodoxia desse marxismo russo nascente: o socialismo na Rússia não mais se basearia, como pensavam os populistas, no campesinato, nas tradições rurais igualitárias e na comuna agrária, mas no progresso urbano, na classe operária emergente, na fábrica.

Nas condições existentes, tratava-se, numa *primeira etapa*, de concentrar energias e formar as mais amplas frentes políticas no sentido da derrubada da autocracia tsarista e da construção de uma República democrática, fundada no reconhecimento das mais amplas liberdades civis e políticas, definidas e consagradas por uma Constituição. Nesse quadro, o capitalismo, a burguesia e a classe operária teriam, afinal, plenas condições de livre desenvolvimento. Os revolucionários marxistas, na primeira etapa, deveriam formar o seu partido, propagar o socialismo e lutar contra o tsarismo, preservando sua autonomia organizativa e uma identidade política própria.

Instaurada a República, começaria uma *segunda etapa*, quando as condições históricas, marcadas pelo enfrentamento direto entre burguesia e proletariado, permitiriam a luta aberta e direta pelo socialismo, como já vinha acontecendo no

contexto da Europa ocidental.

As teses da revolução em duas etapas demarcaram os campos entre *populistas* e *marxistas*. Para os primeiros, os marxistas não passavam de mais uma versão da tradição *ocidenta*lizante. Fantasiados de revolucionários, iriam, de fato, paralisar as energias revolucionárias e induzir ao conformismo histórico, à espera da consecução da *primeira etapa*. Para Plekhanov e seus discípulos, em contraste, os populistas não passavam de socialistas utópicos, abnegados, sem dúvida, mas incapazes de compreender as novas circunstâncias históricas. Queriam fazer a roda da história voltar para trás. Nesse sentido, eram reacionários, no sentido próprio da palavra.

Nos anos 90, no contexto de uma intensa luta teórica e política, e em condições de clandestinidade, os primeiros partidos políticos socialistas marxistas russos começaram a tomar forma. Em 1892, surgiu o *Bund*, organização de judeus marxistas, intelectuais, artesãos e operários. Em 1894, na Polônia russa, formou-se um outro partido social-democrata, igualmente inspirado no marxismo. No ano seguinte, em São Petersburgo, apareceu a União de Luta pela Emancipação da Classe Operária, reunindo intelectuais marxistas e lideranças operárias. Um pouco mais tarde, em 1898, fundou-se, afinal, um partido social-democrata russo. Embora desmantelado pouco depois pela polícia política, estabeleceu um marco.

Do exílio, em torno de um jornal, *Faísca* (*Iskra*), a partir de fins de 1900, iniciou-se um outro processo de articulação de grupos para refundar o partido, liderada pelos veteranos do Grupo Emancipação do Trabalho (G. Plekhanov, P. Axelrod e V. Zassulitch), em aliança com intelectuais marxistas de uma nova geração, já experimentados em lutas, exílios e prisões, V. Ulianov, I. Martov e Potresov. Estruturou-se uma rede, em que cedo se afirmou a liderança de V. Ulianov, conhecido pelo pseudônimo que passou à história: Lenin.

A rede foi crescendo. Algum tempo mais tarde, as condições amadureceram para a realização de um novo congresso. Reunindo 51 delegados, de grupos atuantes na Rússia e no exílio, foi realizado no estrangeiro, em julho e agosto de 1903, onde as condições de segurança eram mais propícias. Mesmo assim, teve que enfrentar problemas com a polícia. Iniciado em Bruxelas, os delegados tiveram que encerrá-lo em Londres.

O Congresso parecia destinado ao sucesso. Havia acordo em torno de aspectos

básicos: a revolução em duas etapas, orientações para as lutas sociais, consolidação de uma identidade própria, distinta da tradição populista.

Entretanto, na última parte dos trabalhos, quando se tratou de aprovar o estatuto do partido, surgiu uma divergência inesperada: Lenin e Martov apresentaram propostas diferentes.

A do primeiro, de acordo com teses defendidas em trabalho publicado em abril de 1902, *Que fazer?* [*Chto Delat?*], defendia uma concepção de organização mais estrita: só poderia ser considerado filiado, com direito de voto, os militantes que participassem regularmente em organizações do partido. Lenin propunha uma organização de *profissionais*, totalmente devotada à ação política, capaz de resistir ao rigor repressivo da polícia política tsarista, disponível, sem restrições, para as *tarefas revolucionárias*. Em termos teóricos, retomava fórmulas de K. Kautsky sobre a relação entre teoria e prática, atribuindo aos social-democratas a função de levar a consciência socialista ao proletariado de *fora para dentro*. Deixada a ela mesma, a classe operária, na melhor das hipóteses, estaria apta a alcançar uma consciência *sindicalista*, que enseja a luta para melhorar as condições de venda da força de trabalho, sem questionar o sistema capitalista, que pressupõe essas condições.

A teoria kautskiana, impregnada de elitismo, não provocou controvérsias. Mas o mesmo não ocorreu em relação à *profissionalização* do partido ou com a proposta, derivada, que reservava a condição de filiados aos que participassem regularmente de uma de suas organizações.

Martov propôs uma outra abordagem: seriam filiados todos os que concordassem com o programa político e observassem as orientações da direção partidária, sem a obrigação de participação regular em uma de suas organizações.

Para muitos, uma diferença quase imperceptível, considerando-se as condições que os social-democratas então enfrentavam na Rússia. Mas houve um debate longo e apaixonado sobre a questão. A proposta de Martov venceu por escassa maioria: 27 a 24 votos.

Entretanto, quando o Congresso votou a questão decisiva da composição da direção partidária e do comitê de redação da *Iskra*, a correlação de forças mudara. Oito delegados, que haviam votado com Martov, tinham se retirado do plenário. Seis vinculavam-se ao *Bund*: reivindicavam autonomia interna no

partido para os marxistas judeus, negada por esmagadora maioria. Outros dois, considerados *economicistas*, partidários de uma ênfase decisiva no trabalho sindical, também abandonariam o Congresso, contrariados com críticas pesadas às suas teses.

Assim, os partidários de Lenin mantiveram seus 24 votos, mas a Martov só restavam dezenove. A maioria (*bol'chinstvo*) tornara-se minoria (*men'chinstvo*), e a minoria, maioria. O Comitê Central e a direção do jornal foram eleitos com maioria de partidários de Lenin.

Martov considerou o resultado inaceitável, recusou-o, acirrando os ânimos. Pouco depois do Congresso, nova reviravolta. G. Plekhanov, que votara com Lenin no Congresso, inclinou-se pelos adversários, modificando a correlação de forças no comando da *Iskra* (constituído por Lenin, Martov e Plekhanov). Agora, as denúncias viriam de Lenin, que fundou um outro jornal, *Avante*! (*Vperiod*), aprofundando a divisão, que se tornou uma verdadeira cisão.

A social-democracia russa estava nascendo *rachada* em duas alas: de um lado, Lenin e seus correligionários. Passariam à história com o nome de bolcheviques, de *bol'chinstvo* (maioria), embora, desde o Congresso de fundação, nem sempre fossem majoritários, apesar de mais organizados e eficientes no trabalho prático. De outro, Martov e seus partidários, que acabaram aceitando a pouco desejável alcunha de mencheviques, de *men'chinstvo* (minoria).

Os debates que se seguiram, pela virulência dos termos empregados, nem sempre compreendidos pelos não-iniciados, deixariam profundas feridas. Em 1905, apesar das pressões pela reunificação, empreendidas pelas instâncias dirigentes da Internacional Socialista e também por bases social-democratas no interior da Rússia, bolcheviques e mencheviques realizaram no exílio congressos políticos distintos, cristalizando a separação.

Assim, quando a grande revolução social de 1905 apontou no horizonte imediato, aqueles que tanto haviam sonhado e se preparado para ela encontravam-se divididos e enfraquecidos para participar com sucesso dos acontecimentos.

2. As revoluções russas

No processo das *revoluções russas*, há quatro conjunturas que se entrelaçam, embora não seja possível estabelecer entre elas uma relação de causalidade ou de encadeamento inevitável: 1905, as duas revoluções de fevereiro e outubro de 1917 e a sempre esquecida de 1921. Com o passar do tempo, houve uma tendência, sobretudo entre os revolucionários vitoriosos, mas também entre especialistas no assunto, a construir um nexo necessário entre esses episódios, como se fossem elos de uma mesma corrente. Nessa configuração, a revolução de 1905 teria sido o *prólogo* das de 1917, a insurreição de outubro aparecendo como *epílogo* e a de 1921 considerada apenas uma revolta, ou desqualificada como um episódio *contra-revolucionário*. Trata-se de uma ilusão retrospectiva, não incomum na história.

As revoluções aconteceram sem prévia determinação de qualquer natureza e não estavam inscritas em nenhuma *lógica*. Não muitos contemporâneos, mesmo revolucionários experimentados, que as desejavam, lidaram com elas como hipóteses prováveis. Outros nem sequer as previram. Foram construídas no contexto de entrecruzamentos e de choques de imensas forças sociais e políticas em ação, de opções tomadas por suas lideranças e partidos, condicionadas por circunstâncias, nacionais e internacionais, que nenhuma delas, individualmente, controlava. Por essas razões, os resultados foram sempre inesperados e surpreenderam a Rússia e o mundo.

Uma catástrofe social, um vendaval histórico, sentidos e assumidos como tais por todos os contemporâneos.

A revolução de 1905

Em 1905, a revolução começou num domingo de inverno, 9 de janeiro. Uma grande manifestação reuniu-se, pacífica, para levar ao tsar, por meio de um manifesto, queixas e reivindicações. O tom geral era de *Antigo Regime*: os súditos, como crianças, suplicavam ao tsar *paizinho* (*batiuchka*) atenção e proteção. Mas as reivindicações eram *modernas*: jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, eleições, assembléia representativa. Misturavam-se as

épocas no que diziam e nas formas em que se manifestavam e se organizavam os trabalhadores, avançando em direção ao Palácio de Inverno em São Petersburgo, com suas mulheres, ícones e crianças.

O tsar não se dignou a recebê-los, nem estava no Palácio. A tropa disparou a metralha sobre a população indefesa, fazendo dezenas de mortos e centenas de feridos.

O massacre não intimidou. Gerou indignação e revolta, dando início à revolução.

Ao longo do ano, nas cidades, em torno dos operários em luta, três imensas ondas de manifestações e greves quase submergiram o país: em janeiro-fevereiro, em maio, em setembro-outubro. Exigiam a realização do programa político e social que marcara as últimas décadas da história da social-democracia na Europa ocidental: liberdades políticas e sindicais, previdência social, condições dignas de vida e de trabalho. E adotaram a greve política de massas como forma de luta, organizando-se, a partir de uma desconhecida cidade ao norte de Moscou, em conselhos (*sovietes*), que se disseminariam como uma *praga* por todo o império.

Os sovietes tiveram enorme e imediato sucesso: formas de organização ágeis, flexíveis, informais, descentralizadas, com uma hierarquia interna frouxa e uma burocracia mínima, quando não inexistente, com um conceito de representação fluido, sem mandatos fixos, adaptada, nessa medida, aos rigores impostos por uma legislação altamente repressiva e por uma eficiente polícia política. Construídos para impulsionar as lutas sociais e políticas, não se limitaram a isso, desempenhando também, em situações críticas, determinadas funções governamentais (abastecimento, trânsito, iluminação, saúde pública etc.), ensaiando-se, assim, como poder paralelo, alternativo.

As lutas urbanas abrangeram também as camadas médias da população e as correntes liberais que, desde 1904, mobilizavam o pensamento crítico do país por um regime de liberdades e pela Assembléia Constituinte. Acionaram um recurso muito empregado pelos liberais franceses no século XIX – a realização de banquetes onde se faziam articulações políticas e discursos veementes contra a ordem vigente. Em maio de 1905, as uniões profissionais organizaram uma federação, a União das Uniões. Entre outras reivindicações, propunham a eleição de uma Assembléia Constituinte com base no sufrágio universal. O movimento, no entanto, não se restringiu às cidades.

Nos campos, a exemplo dos movimentos sociais urbanos, os camponeses desencadearam invasões, depredações, saques, protestos, organizando cooperativas, associações, comitês, questionando a cobrança de impostos e o recrutamento compulsório para as Forças Armadas. Em maio, formou-se uma União Pan-Russa de camponeses. Em julho, um congresso, com uma centena de deputados, representando 22 províncias, aprovou um programa que previa a nacionalização da terra e também a eleição de uma Assembléia Constituinte. Entre os soldados e marinheiros, eclodiu igualmente a rebeldia na forma de motins, na base de Kronstadt, no Golfo da Finlânida, e na histórica revolta do Encouraçado Potemkin, no Mar Negro, ao largo de Odessa, imortalizada pelo filme de Eisenstein. Finalmente, as nações não-russas, principalmente no Ocidente (poloneses, finlandeses, letões) e no Cáucaso (georgianos), sublevaram-se contra a opressão imperial, exigindo autonomia cultural e política, e, entre os mais radicalizados, a completa independência, que chegou a ser proclamada, e a sobreviver por um curto período, na Geórgia.

Os movimentos tinham causas profundas que se podiam sintetizar nos contrastes agudos que permeavam o império: uma sociedade que se tornava *moderna*, cada mais complexa, dilacerada entre o *modelo ocidental* e uma *modernidade alternativa*, ainda imprecisa. No comando da sociedade, um poder político (autocracia) de *Antigo Regime*, infenso a mudanças, agarrado a privilégios e a tradições absolutistas. Fábricas e empreendimentos econômicos cada vez mais sofisticados, apontando para o futuro, e condições de trabalho e de vida de um século pretérito. Expansão demográfica continuada e um regime de terras anacrônico, excludente. Uma nação dominante sempre obrigada a recorrer à força bruta para impor-se, uma vez que seus valores e maneira de viver não eram compartilhados, respeitados ou considerados superiores.

A esse caldeirão de contradições seria adicionado o fator crítico de uma guerra aventureira contra o Japão, pelo controle de uma vasta área de influência nos confins da Ásia, compreendendo a Mandchúria, no nordeste da China, e a península coreana. Iniciada desde 1904, a guerra foi um desastre. Com tropas mal preparadas, desinformadas, surpreendidas por ofensivas desfechadas de surpresa, tendo subestimado os inimigos, considerados *inferiores*, num teatro de operações longínquo, a Rússia acumulou derrotas catastróficas, navais (Port Arthur e Tsushima) e terrestres (Mukden).

Desenvolvendo-se longe das fronteiras, era impossível apresentá-la como de *defesa nacional*, e assim a guerra não mobilizou ou comoveu a sociedade. Mas

produziu efeitos deletérios: elevação do custo de vida, desorganização dos transportes e do abastecimento, intensificação da repressão, sem contar os mortos, os feridos, os traumas, o cortejo de sofrimentos que acompanha todas as guerras.

A guerra acirrou as contradições, alimentou o descontentamento, fermentou a revolução. A partir de um certo momento, ela parecia verdadeiramente incontrolável.

Nessas circunstâncias, e pressionado pelos conselheiros mais lúcidos, entre os quais o primeiro-ministro, o conde Witte, o tsar aceitou, afinal, fazer concessões substanciais aos movimentos sociais e também assinar os termos de um acordo que pusesse fim à guerra.

A paz, assinada em setembro de 1905 (Tratado de Portsmouth), permitiu sustar a radicalização das contradições sociais e, mais importante, trazer de volta das frentes militares tropas de elite que seriam fundamentais para controlar e reprimir as lutas e os movimentos sociais.

Também tiveram um impacto decisivo as concessões formuladas pelo tsar no chamado Manifesto de Outubro. Embora vazadas em linguagem ambígua, prometiam algo inédito na história russa: liberdade de expressão e de organização, partidária e sindical, e a convocação de uma assembléia representativa da sociedade russa, a *Duma*.

As correntes liberais aceitaram os termos do Manifesto. Os moderados organizaram prontamente um grupo político que aderiu às idéias propostas pelo tsar: os *outubristas*. Já os liberais mais radicalizados, agrupados na União pela Liberdade, fundaram o Partido Constitucionalista Democrático, os *kadetes* (da sigla russa KD). Mesmo entre os movimentos populares, a paz assinada e as concessões do tsar, por surpreendentes, impressionaram. Tendeu a cindir-se dessa maneira a convergência objetiva de diferenciados atores sociais e políticos que, até então, conferia força ao movimento revolucionário em curso.

A radicalização continuou, entretanto, presente em diversas regiões do campo, em muitas cidades e fábricas. Alguns sovietes, os mais organizados e radicalizados, consideraram as promessas do Manifesto de Outubro imprecisas e insuficientes, preferindo apostar no confronto. Foi o que fez o soviete de São Petersburgo ao convocar os trabalhadores para uma nova greve geral e a

população a não pagar os impostos.

A correlação de forças, no entanto, havia se alterado. A polícia, em operação fulminante, fechou o soviete e prendeu quase todos os dirigentes. As reações foram insuficientes para reverter o êxito da ação repressiva. O soviete de Moscou, recentemente fundado, ainda tentou empreender uma reviravolta, conclamando a população a se insurgir. Em dezembro de 1905, os trabalhadores da velha capital russa atenderam ao chamado e se rebelaram, chegando a controlar algumas partes da cidade.

Isolados, porém, no contexto do império, foram barbaramente massacrados (cerca de mil mortos). Até 1907, a revolução estertorou em tentativas desesperadas: enquanto os SRs e grupos anarquistas eliminavam centenas de funcionários do regime, no contexto de revoltas localizadas, a repressão se abateu com fúria, executando, ferindo e exilando dezenas de milhares de pessoas. Muitos, por meses, alimentariam a esperança – ou o medo – de que novas ondas revolucionárias ainda seriam possíveis. Mas aquela revolução estava morta.

A Rússia ingressou, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, num outro período, marcado pelo triunfo da contra-revolução autocrática e por tentativas, sempre frustradas, de ajustá-la aos padrões de organização política *ocidentais*. Talvez se tenha jogado então, e perdido, a última chance, naquele momento histórico, de construção na Rússia de um Estado de direito e de uma República liberal.

A contra-revolução autocrática

Entre 1906 e 1914, a política do Estado retomou certas características típicas do surto *desenvolvimentista* que marcara a última década do século XIX, combinadas com a promoção de uma reforma agrária, com o objetivo de constituir uma numerosa classe de pequenos proprietários que poderia oferecer uma base sólida e estável ao regime.

Manteve-se o papel central do Estado e o reformismo pelo alto, na tradição da *intelectocracia* russa, representada no período sobretudo por P. Stolypin (1906-1911). Abandonouse, contudo, em larga medida, a perspectiva de construção de uma modernidade alternativa, centrada em valores comunitários e estatistas e no

interesse geral, que haviam marcado as reformas dos anos 60 do século XIX (D. e N. Miliutin). Em conseqüência, fortaleceram-se iniciativas e valores associados ao capitalismo liberal e individualista, sobretudo no contexto do projeto de reforma agrária proposto por Stolypin, em que se defendia abertamente uma *aposta* do Estado nos *mais fortes*, mesmo que isso representasse a desagregação da comuna rural (o *mir*) tradicional. O objetivo era criar uma numerosa e próspera classe média rural, formada pelos *kulaks* mais dinâmicos.

Assim, silenciados e absorvidos os ecos e os traumas da crise econômica e da revolução social que haviam abalado a sociedade nos primeiros anos do século XX, a Rússia retomou ritmos positivos de progresso, que se acelerariam de forma notável a partir de 1909 até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Era como se o império estivesse se preparando, afinal, para ajustar-se às opções, aos valores e às normas do capitalismo europeu ocidental. Na velha polêmica entre *eslavófilos* e *ocidentalistas*, o triunfo retardado destes últimos.

Havia, no entanto, resistências decididas e poderosas aos rumos e às reformas *ocidentalizantes*.

As forças conservadoras, agrupadas em torno do tsar e da corte imperial, admitiam o progresso econômico, mas sempre a contragosto. Continuavam tendo dele uma perspectiva essencialmente *instrumental*, considerado válido desde que servisse ao reforçamento do Estado, do império e, em particular, da autocracia tsarista. Nada mais emblemático desse ponto de vista do que a concepção de uma rede de estradas de ferro com o objetivo precípuo de mobilizar tropas em diferentes direções, aptas a viabilizar a expansão imperial e/ou a matar rebeliões populares. Nessa concepção, as estradas de ferro deviam ser construídas pelo valor estratégico, sendo visto como mero *subproduto* o progresso econômico e social que daí derivava (desenvolvimento de setores industriais, aumento do emprego etc.).

As relações do tsar com a Duma (Parlamento) também ilustrariam o conflito de interesses e de sentidos entre *modernização econômica* e *conservadorismo político*.

Ainda quando transcorriam as eleições para a primeira Duma, quase como uma provocação, o tsar decretou o que chamou de *Leis Fundamentais*, definindo as prerrogativas e os limites da Assembléia e, sobretudo, estabelecendo que o tsar

se reservava o direito de dissolvê-la quando bem entendesse e pelos motivos que lhe parecessem adequados.

Os deputados conservavam margens de discussão e de ação: liberdade de expressão e de organização partidária, direito de questionar ministros e de apreciar parcialmente o orçamento. Entretanto, as leis aprovadas pela Duma só entrariam em vigor com a aprovação do tsar e de uma câmara alta, o Conselho de Estado, designado pelo autocrata e constituído por elites selecionadas. Além disso, o governo era responsável única e exclusivamente perante o tsar, que mantinha o controle pessoal de assuntos fundamentais, como as Forças Armadas e as relações internacionais.

As eleições para a primeira Duma submeteram-se a severas restrições de uma outra lei decretada pelo tsar, entre outras, o voto indireto (o eleitor votava para um colégio eleitoral e este é que elegia efetivamente os deputados), a organização de *cúrias* (proprietários de terra, proprietários urbanos, camponeses e operários) e a desigualdade do voto (o de um proprietário de terras equivalia ao de três proprietários urbanos, ao de quinze camponeses e ao de 45 operários). Ainda assim, as eleições, transcorridas em abril de 1906, seriam profundamente influenciadas pelo impacto da revolução, muitos ainda acreditando, como já se viu, que ela se encontrava viva, capaz de produzir novas ondas ofensivas. Por isso mesmo, a maioria dos deputados sintonizava-se com propósitos reformistas: queriam exercer o mandato no quadro de um autêntico Poder Legislativo. Muitos, inclusive, não abdicavam de reconhecer-se como uma potencial Assembléia Constituinte.

Não houve possibilidade de acordo com a corte imperial e o tsar, decididos a recuperar a totalidade de seus poderes tradicionais: o Parlamento foi dissolvido em cerca de dez semanas (abril-junho de 1906). A segunda Duma, eleita em 1907, não teve melhor sorte, durou apenas um pouco mais, em torno de quatro meses. O tsar então determinou uma nova lei eleitoral, restringindo ainda mais as possibilidades de participação dos partidos de oposição e aumentando a desigualdade do voto. Em conseqüência, a terceira Duma, eleita em 1907, registrou ampla maioria de forças conservadoras e pôde assim concluir seu período (1907-1912). Mesmo assim, foram freqüentes os choques entre o tsar e Stolypin e os deputados, o que voltaria a se repetir enquanto durou a quarta Duma (1912-1917). Às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial, mesmo deputados conservadores criticavam a insensibilidade do governo e do autocrata em conferir um mínimo de autonomia e efetivo poder à Duma. Era como se

estivesse definitivamente bloqueada a hipótese de uma transição pacífica em direção a uma Constituição e a um controle, mesmo parcial, do absolutismo tsarista.

A *reação autocrática* se manifestaria igualmente numa política repressiva e brutal em relação aos movimentos sociais e às nações não-russas.

Em relação aos primeiros, as concessões e as promessas de diálogo, enunciadas pelo Manifesto de Outubro de 1905, seriam substituídas pela perseguição aos setores mais combativos e pela violência. O massacre dos mineiros do Rio Lena, em 1912, tornou-se o símbolo de uma época. Diante de uma greve organizada para questionar condições de vida e de trabalho, o regime respondeu, mais uma vez, com a metralha, fazendo cerca de duzentos mortos e centenas de feridos. A emoção e as manifestações de solidariedade que vieram a seguir não chegaram a constituir uma ameaça imediata à ordem vigente, mas deram início a um processo de lutas que se acentuaria gradativamente até 1914.

As nações não-russas, que então constituíam quase metade da população total do império, não tiveram melhor sorte. O tsarismo, depois de assegurado o refluxo da revolução de 1905, inclinou-se por uma política ultrachauvinista de russificação. Reduziram-se drasticamente as margens de tolerância e as propostas de integração. Em seu lugar, a imposição da língua russa e da religião ortodoxa como língua e religião oficiais do Estado. Uma onda de anti-semitismo, incentivada abertamente pelo tsar, levaria à formação de organizações (as temíveis *Centúrias Negras*) que promoviam regularmente matanças e depredações em bairros judeus (*pogrooms*), considerados bodes expiatórios dos problemas e dificuldades por que passava a sociedade.

Socialistas revolucionários e social-democratas

Nesse quadro de repressão generalizada, as margens de ação dos grupos e partidos revolucionários foram drasticamente reduzidas. Empurrados para a clandestinidade, a prisão e o exílio, lutavam pela sobrevivência, assolados pela descrença e pelo desespero.

Os socialistas revolucionários, mais uma confederação de grupos políticos do que um partido propriamente dito, admitindo diferenciadas formas de ação, reunidos antes por certos valores éticos e um programa político geral do que por

uma sólida organização, tenderam a um processo de fragmentação. Haviam evidenciado enraizamento social e força política ao longo da revolução de 1905, sobretudo entre os *mujiks*, mas também na *intelligentsia* rural e entre os setores mais radicalizados das classes médias urbanas. Ante a contra-revolução, retornariam com força à política de *justiçamentos* e *terror político*, eliminando centenas e centenas de *agentes da ordem*. Entretanto, enquanto o tsarismo parecia suportar bem os ataques a seus funcionários, mais ou menos graduados, a polícia política infiltrava e desmantelava com rigor e método os grupos de *com*bate, cada vez mais enfraquecidos. Assim, os SRs mantinham-se presentes, mas debilitados. Uma tradição revolucionária, à espera de condições favoráveis.

Os social-democratas, como os demais, também sofreriam pesadas perdas no período da contra-revolução. A repressão e a desesperança afastaram da ação grande parte dos militantes, de sorte que essa história merece ser recordada muito mais pelo papel que os bolcheviques, em particular, iriam desempenhar no futuro do que pela força e consistência que puderam assumir no período da contra-revolução autocrática.

Num primeiro momento, e até 1907, quando ainda eram vivas as esperanças no processo revolucionário, não faltaram expectativas favoráveis. Pela pressão conjugada das bases partidárias e da Internacional Socialista, procedeu-se à reunificação das tendências bolchevique e menchevique efetuada no IV Congresso, realizado em Estocolmo, em abril de 1906, com maioria menchevique (62 em 110 delegados). Em maio do ano seguinte, um novo congresso, dessa vez realizado em Londres, marcou um certo apogeu do partido social-democrata, ainda bafejado pelos eflúvios positivos da revolução já derrotada. Registraramse então cerca de 150 mil filiados, representados por 336 delegados. Dessa vez, os bolcheviques, aliados aos socialistas poloneses e letões, conseguiram maioria. Pode ter havido a impressão de que se consolidara a reunificação, mas, na verdade, foi a última vez que as duas alas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) se encontraram juntas num grande debate.

A partir de então, reemergiram as divergências, tratadas de forma cada vez mais virulenta, o que aprofundou a cisão. Em 1908, ainda houve o empenho, malogrado, de promover uma conferência unificada. Em 1910, uma última tentativa de reunir o comitê central, mas nem isso foi possível. Prevaleceram as tendências à desagregação, crescendo as opiniões *liquidacionistas*, como eram chamados os que não acreditavam mais em insistir na (re)construção partidária.

Em 1912, em Praga, uma conferência, reunindo apenas os bolcheviques, pretendeu refundar o partido. A iniciativa foi denunciada pelos mencheviques e outros socialistas que não se identificavam com nenhuma das duas tendências. Além disso, a Internacional Socialista não a reconheceu como representativa do conjunto partidário. Assim, a conferência de Praga só adquiriu importância e eficácia como fator de reorganização da ala bolchevique. E por estarem mais bem organizados é que os bolcheviques mais se beneficiaram com o relativo crescimento dos movimentos sociais entre 1912 e 1914.

É interessante observar, contudo, que o programa político traçado pelos social-democratas desde 1903, prevendo a revolução em duas etapas, manteve-se de pé, constituindo o fundamento do vínculo de mencheviques e bolcheviques à socialdemocracia.

Apareceram, no entanto, formulações inovadoras, baseadas na visão de que a burguesia liberal, em suas diferentes vertentes, mostrara-se incapaz de liderar a luta conseqüente contra o regime tsarista. Algo falhara na concepção da primeira etapa da revolução, como se um ator social decisivo, a liderança histórica do processo, a burguesia, recusasse subir ao palco. Como alternativa, Trotski propôs o conceito de *revolução permanente* em que se defendia uma transição sem solução de continuidade da primeira à segunda etapa da revolução, alcançando, sem mediações temporais longas, *a ditadura do proletariado*. Lenin, em posições mais nuançadas, sustentaria a hipótese, conforme a correlação de forças em presença, de uma *revolução ininterrupta*, passando do regime tsarista para uma *ditadura operáriocamponesa*. Em qualquer caso, a revolução russa só poderia ser pensada como prólogo de uma revolução internacional nos países capitalistas mais avançados da Europa, particularmente na Alemanha. Nesse sentido, suas teses essencialmente heterodoxas recuperavam sintonia com a ortodoxia social-democrata internacional.

Em Trotski, havia uma ênfase clara no papel de vanguarda do proletariado industrial e no caráter decisivo da revolução internacional. Em Lenin, uma sensibilidade mais apurada ao papel histórico do campesinato, definido como um aliado estratégico na estruturação da ditadura revolucionária.

Em relação à questão agrária, também não seria fácil chegar a um acordo. Nesse particular, Lenin, considerando as resoluções do congresso camponês de julho de 1905, favoráveis à nacionalização da terra e à distribuição desta às famílias camponesas, uma antiga aspiração, a *partilha negra*, tendeu a acompanhar os

que defendiam a incorporação dessa proposta no programa do Partido. Acusado desde então pelos mencheviques de estar assumindo tradições populistas, Lenin argumentou que não se podia falar em aliança com o campesinato, recusando o que os *mujiks* formulavam como reivindicações básicas.

De forma semelhante, defenderia a incorporação no programa das reivindicações dos movimentos nacionais, nos quais percebera, ao longo de 1905, uma grande força revolucionária em potencial, capaz de contribuir de forma decisiva para a destruição do regime tsarista.

A respeito da *questão nacional*, Lenin travou acerba polêmica com Rosa Luxemburg que o acusou de *desvios* nacionalistas, por ter defendido a idéia de uma futura revolução russa comprometida com a autodeterminação dos povos, ou seja, com o direito de secessão das nações não-russas. Segundo Rosa, os socialistas, internacionalistas por princípio, não deveriam cultivar, muito menos estimular, sentimentos e aspirações nacionalistas.

Os debates de tais questões teóricas permaneceram, porém, restritos a um grupo relativamente seleto de lideranças, mas poderiam estar destinados a assumir importância estratégica no caso de reatualização de uma conjuntura revolucionária. Entretanto, não chegavam a empolgar a grande maioria, preocupada, antes de mais nada, em sobreviver aos golpes da polícia política e em participar de algum modo na reativação dos movimentos sociais no interior do império.

Porque o fato é que as duas alas do partido social-democrata russo, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, encontravam-se profundamente enfraquecidas. Quase todas as suas lideranças de maior expressão estavam na prisão ou no exílio. Quanto à Internacional Socialista, freqüentemente chamada para intermediar conflitos internos insanáveis, observava com certo constrangimento aquele pequeno partido turbulento, sempre imerso em intermináveis querelas, que parecia não ter jeito nem solução.

De sorte que, em 1914, a sociedade russa continuava oferecendo um quadro de contrastes, parecendo dilacerar-se, tomando caminhos opostos.

De um lado, o progresso econômico inegável, sujeito, entretanto, a interpretações diversas e contraditórias, considerando-se a precariedade das estatísticas disponíveis e os distintos ângulos de análise. A Rússia conseguiria,

ou não, e em que prazo, equiparar-se às potências européias, proporcionando à sua população condições de vida e de trabalho equivalentes ao que havia de mais avançado no mundo de então? Os progressos econômicos verificados estavam atenuando contradições sociais, ao promover uma elevação de padrões de vida, mesmo em setores localizados? Ou, ao contrário, acirravam os conflitos, ao desagregar instituições e valores tradicionais e ao aprofundar as desigualdades sociais? Num plano mais geral, o que seria mais adequado? Assumir o projeto modernista ocidentalizante ou perseverar na busca de modernidades alternativas? Witte e Stolypin haviam procurado fortalecer a primeira hipótese. Mas a reforma agrária proposta por este último, apesar de alguns avanços significativos, não obteve o êxito esperado. A formulação de uma política de financiamento, apoiada pelo Banco Camponês, com o objetivo de incentivar o processo, permitiu que 2,5 milhões de *kulaks* se estabelecessem como proprietários, *livres* dos controles e restrições do *mir*. Mas foi muito pouco para mudar a paisagem rural russa. Com sua morte, em 1911, em circunstâncias obscuras, Stolypin levou para o túmulo a política ambiciosa de uma reforma agrária *americana*, apenas esboçada.

As instituições políticas continuavam subordinadas à autocracia, à rigidez política, à intolerância e à incapacidade de atualizar-se às novas circunstâncias. Até quando seria possível conviver com um regime que, mesmo entre as elites russas, era percebido cada vez mais como anacrônico? Seria possível manter sempre no silêncio, na prisão e no exílio as organizações e os partidos revolucionários?

Na base da sociedade, a insatisfação grassava entre os *mujks* e os trabalhadores urbanos, principalmente entre estes últimos, devidamente registrada pela polícia política. Estariam dispostos a esperar indefinidamente por mudanças que pudessem considerar como favoráveis? Até quando seria possível manter compatibilidade entre os crescentes conflitos sociais, amordaçados e reprimidos, e a ordem vigente?

A Primeira Guerra Mundial, alterando de forma radical as condições da sociedade, proporcionou respostas surpreendentes a essas questões. Dela, quando eclodiu, Lenin diria que “era o melhor presente que o tsar poderia nos dar”.

A primeira guerra mundial e a revolução de fevereiro

de 1917

O começo da guerra, no entanto, pareceu desmentir os prognósticos otimistas do revolucionário. Com efeito, e à semelhança dos demais países beligerantes, a Rússia foi tomada por uma fúria fanática, a defesa da pátria, a *união sagrada*. E aquele sentimento era tanto mais forte quanto se esperava uma guerra *curta e vitoriosa*.

Os poucos que ousaram protestar foram neutralizados, presos, como os deputados social-democratas na Duma. Mesmo ali onde o proletariado era mais organizado, na Alemanha, na França, na Inglaterra, a adesão acrítica prevalecia sobre as dúvidas ou a oposição. O desabrochar pleno de uma planta mortífera, cultivada há décadas, o nacionalismo chauvinista produzindo em toda a parte uma atmosfera de linchamento (Rosa Luxemburg).

Mais tarde, nas *batalhas historiográficas*, muito se diria, de um ponto de vista conservador, sobre a desastrosa opção do regime tsarista em participar daquela guerra. Entretanto, as margens de manobra não eram assim tão amplas. Ao longo de décadas, um sistema de alianças fora estruturado, entrelaçando os interesses econômicos de empresas capitalistas em expansão, modernos, e as políticas imperiais tradicionais, de antigo regime. De um lado, desde 1882, a Alemanha, o Império Austro-húngaro e a Itália formaram a Tríplice Aliança. De outro, e aos poucos, uniram-se a Rússia e a França (1894), esta e a Inglaterra (a *Entente Cordiale*, 1904) e a Inglaterra e a Rússia (1907). Os nós que amarravam essas alianças antagônicas constituíam uma mistura altamente inflamável, à espera da espoleta apropriada que faria tudo explodir.

O que fez, no entanto, crítica à conjuntura que conduziu à Primeira Guerra Mundial foi menos a rivalidade comercial e econômica entre empresas capitalistas, e mais as contradições imperiais tradicionais, as ambições de expansão territorial, estabelecidas há muitas gerações, investidas de valores guerreiros, épicos. Quando o Império Austro-húngaro, depois do assassinato do príncipe herdeiro Francisco Ferdinando, em Sarajevo, declarou guerra à Sérvia, podia a Rússia tsarista tolerar mais um avanço do velho império rival na região dos Bálcãs, há séculos considerada estratégica? Se a Sérvia fosse subjugada, não estaria aberto para os *germânicos* (austríacos e alemães) o caminho de Constantinopla? E ainda, poderia a Rússia ignorar o esmagamento dos eslavos do sul, considerados *irmãos* nas utopias e sonhos pan-eslavos? Se estes fossem

levados de roldão, não estaria gravemente ameaçado o próprio solo *sagrado* da Mãe Rússia? Nos cálculos do tsar, pessoalmente a favor da guerra, essas considerações primaram sobre os cálculos de lucros e perdas materiais, embora estes não estivessem ausentes: quase metade das exportações russas se faziam então através do Mar Negro e do Estreito de Dardanelos, rotas evidentemente ameaçadas por uma eventual vitória austro-alemã sobre a Sérvia.

Foi também em torno desses valores supremos que se coesionaram os chefes das Forças Armadas e as populações em torno da aventura guerreira. As tropas russas, rapidamente mobilizadas, registraram vitórias iniciais espetaculares, e enganadoras, contra a Áustria-Hungria, ocupando parte da Galícia austríaca. No entanto, logo depois, quando começaram a enfrentar as tropas alemãs, mais bem organizadas e enquadradas, equipadas e armadas, sobrevieram as derrotas, algumas catastróficas. Na guerra regular entre a metralhadora e a baioneta, a locomotiva e o cavalo, o canhão e o fuzil, tendeu a predominar o melhor equipamento.

Em escala ampliada, o enfrentamento reatualizou os fatores críticos já detectados na desastrosa guerra contra o Japão anos antes. A Rússia tinha soldados de valor, mas faltavam-lhes armas modernas, munições, transportes, oficialidade sintonizada com as exigências da guerra moderna, apoiada na grande indústria. Além disso, era preciso cuidar da retaguarda, abastecêla, preservar sua coesão, cuidar decentemente dos feridos, assistir as famílias dos mortos. Problemas que o governo não parecia em condições de enfrentar com êxito.

Menos de um ano depois de iniciada a guerra, já se sabia que ela iria durar. E, se fosse durar, que a Rússia iria perdê-la. As perdas humanas contavam-se aos milhões de mortos, feridos, prisioneiros, sem falar dos territórios ocidentais, economicamente decisivos, quase todos ocupados pelos alemães desde 1916. Escasseavam gêneros essenciais nos grandes centros urbanos, a inflação disparava, o abastecimento aproximava-se do caos, sobretudo em razão das insuficiências e da desorganização da rede ferroviária.

Na Duma, já em 1915, organizou-se uma coligação de partidos, o Bloco Progressista (kadetes, progressistas e outubristas), defendendo um governo que dispusesse da *confiança pública*, ou seja, que fosse aprovado pela Duma. No entanto, não conseguiu se fazer ouvir pelo tsar.

Começou então um processo de auto-organização da sociedade. Estruturou-se

um comitê de indústrias de guerra, gerando notáveis resultados do ponto de vista do abastecimento das tropas nas frentes militares. Os *zemstva* e as *dumas* assumiam tarefas de governo, federavam-se, associavam-se ao movimento cooperativo, à Cruz Vermelha, num esboço de sociedade civil, em alternativa e a despeito do governo, às vezes contra ele e contra a lei. Não poucos denunciavam a desorganização, a incúria, as debilidades, a estupidez, alguns já falavam de *traição*, consciente ou inconsciente.

Em 1916, o desespero provocado pela escassez e pela inflação conduziu à reativação do movimento grevista, cuja curva ascensional, visível no primeiro semestre de 1914, fora revertida pelo surto patriótico do início da guerra. Agora, a curva passara novamente a subir, ameaçadora. Sucediam-se pressões e conspirações. Como se não bastasse, desde 1915 o tsar assumira pessoalmente o comando das tropas, atraindo para si as críticas a respeito dos erros que marcavam a condução da guerra.

Circulavam por toda a parte denúncias de descalabros inimagináveis, alcançando a própria honra da famíla imperial, associada à figura de Rasputin, um siberiano de obscuras origens, uma espécie de *santo milagreiro*, a quem se atribuía ter salvo a vida do filho do tsar, vítima de hemofilia. Desde então, ganhara a confiança da tsarina e se tornara um personagem incontornável na corte, acusado de fazer e desfazer ministros, além de organizar e estimular orgias pantagruélicas. Uma expressão de descontrole e decadência, parecia o símbolo do fim de uma época. Por fim, assassinou-se o homem, mas foi o máximo a que chegaram as elites que já não pareciam estar em condições de propor alternativas, conscientes de que a situação não podia ficar como estava, mas paralisadas por medo ou inépcia.

Foi assim que, nos últimos dias de fevereiro, cinco dias consecutivos de movimentos sociais em Petrogrado bastaram para derrubar uma autocracia antiga de três séculos. Uma revolução anunciada, em tese, mas inesperada quando aconteceu, como costumam ser as revoluções.[1] Uma revolução anônima, sem líderes ou partidos *dirigentes*. Caracterizada por uma imensa aspiração à paz, à harmonia e à concórdia, das quais só estariam excluídos o tsar e sua família.

Entre fevereiro e outubro: o curto ano vermelho de 1917

Depois da abdicação do tsar (2 de março), que todos queriam, deu-se a derrocada da dinastia dos Romanov, que quase ninguém esperava, ou desejava, pelo menos entre as elites. O grão-duque Miguel, em proveito de quem abdicara o tsar, já que seu filho, Alexei, era muito jovem para assumir, recusara a regência do trono. Criou-se um vácuo no topo do poder.

Apressadamente, quase a contragosto, e tomando cuidado para não proclamar formalmente a República, a Duma formou um governo provisório, encabeçado pelo príncipe Lvov, nobre liberal que se destacara nos anos anteriores na coordenação de atividades empreendidas por organizações da sociedade civil. Uma frente política, reunindo liberais outubristas e kadetes, e mais um deputado aparentado com a tradição dos SRs mais moderados, identificado com causas populares, Kerenski. Era o que havia de mais *ocidentalizante* entre as elites russas. Uma tentativa de apropriação *pelo alto* do processo social anônimo que precipitara a queda do tsarismo. A vitória política, afinal, da *modernidade capitalista ocidental* na Rússia? Decretou-se a anistia geral para os presos políticos e exilados, reconhecendo-se plena liberdade de expressão e de organização. Em seguida, o governo formulou uma agenda de reformas e um calendário político. Antes de tudo, era preciso ganhar a guerra, porque agora defender a pátria não era mais sustentar o regime abominável do tsarismo, mas salvar a revolução. Libertar os territórios ocupados pelos alemães significava associar à revolução os *irmãos* subjugados. Quando a guerra estivesse ganha, ou, no mínimo, quando os alemães fossem expulsos da Rússia, chegaria a hora de convocar eleições livres para uma Assembléia Constituinte soberana, na base do sufrágio universal. Enquanto isso, a Duma formaria comissões de estudo sobre os problemas considerados cruciais (terra, questão nacional, reivindicações dos trabalhadores etc.). O povo era livre para falar.

Sem esperar pela licença concedida, ele já começara a fazê-lo.

Ainda antes da abdicação do tsar, formara-se em Petrogrado um soviete de operários e soldados. Depois de alguma hesitação, decidira, como instituição, não ingressar no governo provisório, apesar dos convites da Duma. Permaneceria como órgão autônomo do poder popular, vigiando e fiscalizando o curso dos acontecimentos, uma referência alternativa para todos os deserdados da sorte.

E foi então que se desencadeou algo inesperado. Retomando, em escala ampliada, a dinâmica da revolução de 1905, aquelas gentes, que haviam

suportado com extraordinário estoicismo os rigores e as privações da guerra, a censura e a repressão, consideradas por muitos como amorfas e resignadas, puseram-se em movimento com um vigor que espantou o mundo.

Em toda a parte, fazendo uso da liberdade conquistada, passaram a formular queixas, críticas e reivindicações, os *cahiers de doléances*[2] da sociedade russa. Os trabalhadores urbanos queriam ver realizado, afinal, o programa da social-democracia na Europa ocidental: salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, previdência social, melhores condições de vida e de trabalho, respeito pela dignidade de cada um. Os camponeses queriam a terra, toda a terra, que fosse nacionalizada e distribuída segundo as possibilidades e as necessidades de cada família. Mais uma vez, a antiga e utópica aspiração da *partilha negra*, que a tradição populista tão bem exprimia. Os soldados, receosos de serem acusados de covardia, solicitavam o máximo empenho no sentido da paz e, enquanto durasse a guerra, também o respeito pelos seus direitos como cidadãos. As nações não-russas exigiam autonomia política e cultural, embora cedo os mais radicais começassem igualmente a falar em independência.

Falavam, mas não apenas, agiam, e mais do que isso, organizavam-se. Começou a tomar forma uma imensa rede de conselhos (sovietes), horizontal, descentralizada, autônoma. Combinavam-se com sindicatos, comitês, milícias, assembléias. Nas grandes cidades e nos campos. Nas fábricas e nas unidades militares. Uma onda.

A história do curto ano de 1917, entre a queda do tsar e a insurreição de outubro, foi a história do crescimento rápido, embora ziguezagueante, dessa onda, batendo contra a intransigência e a insensibilidade do governo provisório, que, temendo perder o controle dos acontecimentos, perdia a iniciativa política, agarrado a suas equações conservadoras, condicionando as reformas desejadas ao fim da guerra e à convocação da Assembléia Constituinte.

Em abril de 1917, houve uma primeira grave crise. O ministro de Relações Exteriores, o kadete P. Miliukov, declarara imprudentemente que a Rússia revolucionária mantinha os objetivos de guerra do regime tsarista. A comoção foi grande e o ministro obrigado a demitir-se. Contudo, o governo provisório, paradoxalmente, pareceu fortalecido, pois os liberais exigiram que deputados do soviete de Petrogrado passassem a fazer parte do ministério. Formou-se uma primeira coalizão. Deixando de ser apenas um órgão de fiscalização e crítica, e começando a participar diretamente da gestão dos negócios públicos, o soviete,

com seu prestígio, reforçava o governo do qual desconfiava. Os liberais queriam cooptar os sovietes, não havia dúvida. Numa outra dimensão, porém, aquela mudança tinha suas ambigüidades e um significado simbólico: os liberais não estavam reconhecendo sua incapacidade de empreender as reformas necessárias à modernização e à ocidentalização da Rússia? Em suma, as elites *precisavam* dos sovietes para manter a ordem e garantir o futuro? Mas, com esse tipo de aliança, poderiam os liberais empreender a modernização ocidentalizante da Rússia?

Nesse mesmo mês de abril, os bolcheviques fizeram uma conferência decisiva, aprovando uma tese subversiva de Lenin que já vinha sendo defendida por grupos anarquistas: *todo o poder aos sovietes*. A tradução prática de sua reflexão teórica a propósito da inapetência revolucionária dos liberais. À semelhança de Trotski, e vencendo preconceitos ancorados em antiga ortodoxia, propunha que, desde *a primeira etapa*, a revolução passasse à hegemonia da frente política e popular que controlava as organizações soviéticas.

Nos meses seguintes, realizaram-se importantes congressos pan-russos de camponeses (maio) e de operários e soldados (junho). Os primeiros reafirmaram as teses igualitaristas e distributivistas já enunciadas em 1905. Entre os segundos, embora predominassem as correntes socialistas moderadas (mencheviques e socialistas revolucionárias), que recusavam a transferência do poder aos sovietes, era visível o descontentamento com o não-atendimento das reivindicações formuladas. Uma crescente radicalização transpareceu na manifestação pública que encerrou o congresso em Petrogrado. Os bolcheviques, ainda muito minoritários (105 delegados em mais de mil), denunciavam as hesitações do governo, mostravam audácia, exigindo *todo o poder aos sovietes*.

Foi então que o governo resolveu tentar uma "última ofensiva" contra os alemães. Reuniu as melhores tropas, sob o comando do general Brussilov, que já se destacara no ano anterior, e concentrou-as para um grande ataque. Kerensky, ministro da Guerra desde abril, arengava tropas e populações com sua oratória característica. Desfechada em junho, e apesar de alguns primeiros sucessos, a ofensiva enredou-se e descambou para um fracasso lamentável.

Quando as notícias da derrocada chegaram a Petrogrado, no princípio de julho, os marinheiros da grande base naval de Kronstadt revoltaram-se e marcharam para a capital da Rússia. Com outros setores radicais falavam em *traição* e muitos queriam derrubar o governo, que renunciara. Abriu-se mais uma crise. O

país em guerra, acéfalo. Depois de marchas e contramarchas, que se estenderam por semanas, reconstituiu-se, afinal, o governo, com participação reforçada de deputados dos sovietes. Tornava-se muito claro que sem eles não haveria ordem. Kerensky passou a chefe do governo e acusou os bolcheviques de terem conspirado contra o regime, instrumentalizado a revolta popular e tentado um golpe de Estado.

A situação pareceu controlada. Estimando-se forte, o governo convocou para Moscou uma Conferência de Estado para avaliar os rumos do país. Sintomaticamente, afastava-se da turbulenta Petrogrado, a *vermelha*. A seleção dos participantes exprimia a nova correlação de forças: dos quase 2.500 delegados, apenas 429 deputados dos sovietes. Entre os setores mais radicais, a desorientação e a dispersão. Os bolcheviques estavam acuados. Alguns de seus líderes, presos, como Kamenev e Trotski. O próprio Lenin, denunciado como agente a soldo dos alemães, teve que desaparecer de circulação. Em fins de julho, o Partido seria obrigado a realizar o seu VI Congresso na clandestinidade.

Foi nessas circunstâncias que se projetou a figura do general Kornilov, prestigiado pelo governo como chefe militar leal e republicano. Incensado pelas forças conservadoras na conferência de Moscou, Kornilov pensou ter chegado a hora de restabelecer a ordem e desfechou um golpe militar. Em caso de vitória, teria ali se encerrado a aventura revolucionária?

Kerensky, entretanto, não concordou com a aventura e a denunciou, conclamando as forças políticas e as instituições a reagirem. Os sovietes e as organizações populares, mostrando reservas inesperadas, recuperaram dinamismo e enfrentaram as forças mobilizadas por Kornilov, que foram se desagregando aos poucos, de forma quase caricatural. O general acabou preso, a ditadura esfumou-se, as forças conservadoras, assustadas, recuaram, os liberais, confusos, silenciaram.

Teve início, então, um processo fulminante de radicalização dos sovietes de soldados e operários. *Bolchevizavam-se* não no sentido de que houvesse uma adesão formal ao partido bolchevique, mas no sentido de que aderiam à proposta bolchevique de que todo o poder deveria ser assumido pelos sovietes. O fenômeno combinou-se com um crescente movimento de ocupação de terras. As agências responsáveis registravam o crescimento da temperatura no campo desde a derrubada do tsar. Março: 49 conflitos em 34 distritos. Abril: 378 em 174 distritos. Maio: 678 em 236 distritos. Junho: 988 em 280 distritos. Entre 1º

de setembro e 20 de outubro, 5.140 conflitos O *galo vermelho* cantava nos campos. Era o tempo das semeaduras, um momento de decisão. Os *mujiks*, tomando o destino nas mãos, ocupavam e demarcavam as terras, e *faziam* a revolução agrária. Ao sabê-lo, os soldados, *camponeses fardados*, começaram a desertar em massa levando à decomposição as Forças Armadas. A onda provocou um terremoto no partido político mais enraizado nos campos, os socialistas revolucionários. Fez desabrochar uma corrente que já vinha amadurecendo, favorável à ofensiva de ocupação de terras, e que se tornou claramente autônoma desde então, os socialistas revolucionários de esquerda, os *SRs de esquerda*.

Kerensky, tentando encontrar uma saída institucional, capaz de canalizar para a ordem as manifestações de ruptura revolucionária, convocou em setembro uma nova Conferência, a que atribuiu o nome de *Pré-Parlamento*. Uma corrida contra o tempo. Com sua legitimidade questionada pelos principais sovietes, sob hegemonia dos bolcheviques que se retiraram do recinto, proclamou, afinal, a República e convocou a Assembléia Constituinte para o mês de novembro seguinte. Decisões importantes. Meses antes, poderiam ter sido decisivas. Agora, vinham muito tarde.

Deslocava-se a *Grande Rússia* e disso se aproveitavam também as nações oprimidas, exigindo autodeterminação e independência. Cada qual queria ter a própria Assembléia Constituinte e decidir, segundo seus interesses e circunstâncias, o futuro e que tipo de relações seriam estabelecidas com a Rússia. Em fins de agosto, em Kiev, na Ucrânia, delegados de treze nações aprovaram a convocação de constituintes soberanas. Já não se tratava mais de debater a oportunidade da independência, mas do momento e das modalidades de como se faria.

Foi nessa atmosfera que ocorreu a insurreição de outubro e sua vitória só pode ser compreendida no contexto desses acontecimentos extraordinariamente turbulentos que aproximavam a sociedade da mais completa desagregação.

Outubro: revolução ou golpe?

Nenhuma força política apostava mais na permanência daquela situação. Claramente, um desfecho aproximava-se. O governo provisório, parecendo supenso no ar, na prática já não governava mais. Nos campos e nas cidades, os

diversos tipos de organizações populares (sovietes de operários e de soldados, comitês de empresas, sindicatos, comitês e sovietes agrários, milícias populares, *guardas vermelhas*), de modo autônomo e descentralizado, asseguravam um arremedo de ordem e de controle. Das forças conservadoras, de fato bastante dispersas e desorientadas, temia-se que articulassem novas tentativas contra-revolucionárias.

Havia uma grande expectativa quanto à realização do II Congresso Pan-Russo dos sovietes de operários e de soldados. Convocado para setembro, fora postergado e, afinal, convocado para ter início em 25 de outubro. Assumiria, como esperavam os mais radicais, a totalidade dos poderes? E quanto ao governo provisório, teria forças para reagir ou aceitaria a legitimidade de um novo poder?

No clima febril que então se instaurara, todas as forças políticas tentavam organizar-se para um enfrentamento decisivo. No Estado-maior bolchevique, Lenin concitava o Comitê Central a tomar a iniciativa. A *bolchevização* dos sovietes de Petrogrado (sob a presidência de Trotski), de Moscou e de algumas frentes militares cruciais, conferia ao partido uma situação favorável nos centros político-administrativos mais importantes do país. Essa circunstância deveria ser aproveitada, antes que as forças conservadoras se rearticulassem e tentassem um novo golpe. Após acalorados debates, Lenin conseguiu fazer aprovar sua proposta: a insurreição deveria ser preparada (*a insurreição é uma arte*) e desencadeada antes mesmo da abertura do II Congresso soviético e sem obter seu prévio acordo. Zinoviev e Kamenev, não concordando com a decisão, considerada aventureira, denunciaram-na publicamente pelo jornal de Gorki. Os acontecimentos, no entanto, desenrolavam-se com tal rapidez e a confusão era tamanha que a denúncia não gerou efeitos, caiu no vazio.

O governo sentia, como todo o mundo, que o desenlace era uma questão de tempo, de muito pouco tempo. Foi então que resolveu tomar medidas repressivas contra um jornal bolchevique que se destacava particularmente na agitação entre os soldados. Mandou fechá-lo, uma atitude drástica naquelas circunstâncias. Pretextando a defesa da liberdade de imprensa ameaçada, Trotski garantiu a circulação do jornal. Na seqüência, sempre argumentando que estava empenhado em defender a liberdade das organizações populares contra a tentativa de um novo golpe, o comitê militar do soviete de Petrogrado ordenou a ocupação dos pontos estratégicos da cidade. Uma tática de guerra usual: encobrir a própria ofensiva com argumentos defensivos. Era a noite de 24 de outubro de 1917,

véspera da abertura do II Congresso dos sovietes. De forma metódica, quase silenciosa, as tropas aquarteladas na cidade tomaram a capital da Rússia, só encontrando resistência digna deste nome no Palácio de Inverno, onde o que restava do governo foi preso (Kerensky exilou-se na embaixada dos EUA).

O poder mudara de mãos.

Um golpe?

Formalmente, sem dúvida. A insurreição desdobrou-se como uma operação militar, sem prévia autorização do governo legal, nem sequer das organizações soviéticas. A autoridade que a desencadeou foi o comitê militar do soviete de Petrogrado, com anuência e sob liderança de seu presidente, Trotski. Não haviam recebido delegação, nem autorização, de nenhuma instância soviética para fazê-lo. Na verdade, a ordem tinha vindo do comitê central do partido bolchevique.

Boa parte da crítica social-democrata européia e dos próprios socialistas moderados russos (mencheviques e socialistas revolucionários de *direita*) denunciou o caráter golpista da insurreição e apontou aí as raízes de uma ditadura política que tenderia a perdurar no tempo. Mais tarde, essa orientação seria retomada nas *batalhas historiográficas* por críticos do socialismo soviético e por acadêmicos liberais. Esmiuçaram o episódio insurreicional e seus antecedentes, adicionando novas evidências, comprovando um *vício de origem*, como se fora uma malformação genética, a contaminar de modo irreversível toda a história posterior da revolução.

Em sentido inverso, os bolcheviques, desde outubro, e, mais tarde, a historiografia soviética, e a de inspiração comunista, ou simpática à causa da revolução, legitimaram a ação insurreicional sob o argumento de que qualquer espera poderia ser fatal (argumentação de Lenin na reunião do Comitê Central que decidiu a insurreição). Além disso, diriam, a insurreição foi submetida na manhã seguinte, em 25 de outubro, ao congresso dos sovietes que, efetivamente, a aprovou por larga maioria. Por sua vez, os decretos revolucionários – sobre a guerra e a paz, a terra e a questão nacional, entre outros, também aprovados por imensa maioria – iriam permitir, pelo menos em termos imediatos, a constituição de bases sociais amplas de apoio e defesa da revolução. Sem essas bases, por melhor que tivesse sido empreendida a insurreição como *arte*, a revolução não se sustentaria. Com essas bases, comprovava-se o caráter democrático da revolução.

Golpe *ou* revolução? A análise das circunstâncias sugere a hipótese de uma síntese: golpe *e* revolução. Golpe na urdidura, decisão e realização da insurreição, um funesto precedente. A política dos *fatos consumados*, empreendida por uma vanguarda que se arroga o direito de agir em nome das maiorias. Revolução nos decretos, aprovados pelos sovietes, reconhecendo e consagrando juridicamente as aspirações dos movimentos sociais, que passaram imediatamente a ver no novo governo – o Conselho dos Comissários do Povo, dirigido por Lenin – o intérprete e a garantia das reivindicações populares.

Os bolcheviques, naquele momento, renunciaram a muitos aspectos do próprio programa para atender ao que exigiam outros partidos e diversos atores sociais. Foram extraordinariamente ousados na ação golpista, mas sensíveis às mudanças que os soldados, os camponeses, os operários e as nações não-russas compreendiam como necessárias. Eram mudanças revolucionárias. Paz imediata, como queriam os soldados e todas as populações russas. Toda a terra para os camponeses, a ser distribuída pelos comitês agrários, como exigiam os *mujiks*. Direito de secessão, como propunham os não-russos. Controle operário sobre a produção, síntese do que havia de mais avançado no programa social-democrata da época para os trabalhadores fabris. Formou-se uma *frente* social e política de apoio ao novo governo, integrando SR*s* de esquerda, grupos anarquistas, e até mesmo setores dos socialistas moderados que, embora críticos ao novo governo, hesitavam em combatê-lo abertamente.

Muitos denunciavam nas decisões tomadas pelo congresso jogadas puramente *maquiavélicas*, mas não havia ali, como nunca há, super e subconsciências. Todos avaliavam, calculavam e apostavam, segundo suas tradições, forças e circunstâncias.

Surgiu um conjunto confuso, uma experiência improvável, muitos a imaginavam destinada ao fracasso. Mais uma, naquela Rússia que, desde fevereiro, não conseguia sair do caos.

A consolidação do governo revolucionário

O improvável, no entanto, foi ganhando corpo. A adesão ao novo governo pelo II Congresso Pan-Russo camponês, realizado em dezembro de 1917, foi decisiva. Vencendo suas desconfianças em relação aos bolcheviques, tendo todas as reivindicações aceitas pelo governo revolucionário, os camponeses ratificaram o

golpe revolucionário de outubro. Ampliou-se então o conselho dos comissários do povo com o ingresso dos socialistas revolucionários de esquerda.

No plano internacional, pelo menos em termos imediatos, os bolcheviques beneficiaram-se com o armistício assinado com os alemães e o prolongamento da guerra no Ocidente, proporcionando à revolução um fôlego adicional. Internamente, a revolução foi ganhando força, neutralizando os inimigos com surpreendente facilidade.

A primeira dificuldade maior foi o enfrentamento com a Assembléia Constituinte. Convocada em setembro, as eleições realizaram-se em novembro, depois, portanto, da insurreição. Histórica reivindicação das forças progressistas e revolucionárias russas, inscrita em todos os programas, os bolcheviques não tiveram alternativa senão deixar que o pleito transcorresse normalmente. Os resultados, no entanto, beneficiaram exatamente as forças que vinham de ser derrotadas em outubro, conferindo maioria aos socialistas moderados, SR*s* de direita e mencheviques, sem falar nos liberais. Os bolcheviques tinham apenas cerca de 25% dos deputados, mas agiram novamente com decisão e rapidez. O governo formulou uma Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado e exigiu que os constituintes a aprovassem como condição prévia ao início de seus trabalhos. Diante da recusa dos deputados eleitos, os revolucionários decretaram a imediata dissolução da Assembléia, poucos dias depois de instalada, em janeiro de 1918. Não houve praticamente resistência ao ato ditatorial.

A assinatura da paz com os alemães constituiu uma segunda difícil opção. Fora fácil assinar um armistício, mas difícil elaborar a paz. Os alemães exigiam indenizações e anexações reais ou disfarçadas, consideradas descabidas pela maioria dos próprios bolcheviques e dos *SRs* de esquerda.

Os revolucionários procuraram ganhar tempo, postergando as negociações, no aguardo de uma revolução na Alemanha. Contudo, em vez disso, sucediam-se ultimatos e avanços das tropas alemãs. A partir de um certo momento, a frente militar aproximou-se perigosamente de Petrogrado, tornando iminente a hipótese de sua perda. Depois de muitos debates, prevaleceu mais uma vez a posição de Lenin. Para salvar a revolução, todas as concessões deveriam ser feitas. Mais tarde, os tratados, meras *tiras de papel*, poderiam ser denunciados e revogados. Foi um trauma. Entre os próprios bolcheviques, houve denúncias e renúncias. Quanto aos SR*s* de esquerda, abandonaram então o governo, deixando os

bolcheviques como únicos responsáveis pelo tratado de paz (Brest-Litowsky, março, 1918), isolados no leme do Estado.

As contradições também surgiriam nas relações entre o governo e os camponeses. A aliança selada em dezembro, com o reconhecimento irrestrito das reivindicações igualitaristas e distributivistas, entrou, progressivamente, em crise. As dificuldades de abastecimento das cidades e do exército *vermelho*, recentemente criado, conduziram o governo a enviar para o campo destacamentos armados com o objetivo de expropriar os camponeses acusados de especulação, os *kulaks*. Em maio de 1918, um decreto atribuiu ao Comissariado do Povo para o Abastecimento poderes *extraordinários* com vistas à luta contra a *burguesia rural* que estaria açambarcando cereais e especulando com gêneros essenciais à alimentação do povo.

Ora, falar em *burguesia rural* depois da revolução, além de uma entorse às realidades sociais, era um atentado à aliança com os camponeses e com os SR*s* de esquerda. Os bolcheviques pareciam tomar um novo rumo: quebrar a unidade camponesa, atrair para o apoio ao governo os camponeses pobres e sem terra, oferecendo a estes recompensas, em terras e cereais, por denúncias concretas contra os especuladores.

A guerra civil

Em resposta, os SR*s* de esquerda chamaram a luta aberta contra os bolcheviques. Seguiram-se atentados (um dos quais quase matou o próprio Lenin), motins, tentativas insurreicionais, que coincidiram com movimentos de rearticulação das forças contra-revolucionárias, os *brancos*, apoiados pelo desembarque, em várias regiões, de tropas estrangeiras: ingleses, em Murmansk e Arkhangelsk, ao norte. Franceses em Odessa, no Mar Negro. No Extremo-Oriente, um pouco mais tarde, japoneses e norte-americanos, em Vladivostok.

No início de 1919, em março, quando, em torno dos bolcheviques, pequenos grupos revolucionários de vários países do mundo fundaram a Internacional Comunista (*Komintern*), a situação parecia desesperadora e o governo revolucionário, condenado.

Entretanto, gradativamente, o improvável tornou a acontecer. Apenas um ano e meio depois, a correlação de forças havia se alterado de forma radical em favor

dos bolcheviques, em razão de um conjunto de fatores e condições.

Por um lado, os revolucionários recuperaram e se comprometeram com o programa político da insurreição de outubro: reconhecimento irrestrito das reivindicações populares. Em relação ao campo, retomaram a política de união com todos os camponeses, revogando a política de maio de 1918. Atitude idêntica ocorreu em relação à questão nacional, em que, depois de negaceios, foi reiterado o respeito ao direito à secessão. Em contraste, os *brancos* pareciam *nada ter compreendido, nem esquecido*. Onde suas forças chegaram a tomar pé, e até mesmo em sua propaganda, defendiam abertamente a *velha ordem* que a revolução derrubara, como se o ano de 1917 simplesmente não tivesse existido. Uma *terceira margem* chegou a ser ensaiada pelos socialistas revolucionários e por grupos anarquistas, mas não criou bases sociais duradouras, embora tenham constituído, em certas regiões, forças político-militares apreciáveis (como o exército *negro* makhnovista, na Ucrânia). A polarização entre *vermelhos* e *brancos* acabou predominando, eliminando os espaços para alternativas.

Por outro, enquanto os revolucionários conseguiram formar um poderoso exército e uma administração minimamente eficiente, centralizados e operacionais, os *brancos* dividiam-se em intermináveis querelas. Sobretudo depois da matança do tsar e de sua família, cada chefe militar tentava se impor como candidato a ditador. Finalmente, o apoio estrangeiro começou a escassear. As potências que chegaram a enviar destacamentos para a Rússia (Inglaterra, França, Japão e EUA) estavam minadas por rivalidades e desconfianças mútuas. Além disso, pressionadas pelas respectivas populações, exaustas pela sangria provocada pela Primeira Guerra Mundial, tiveram de ordenar a retirada das tropas, o que representou um enfraquecimento decisivo para a contra-revolução.

De sorte que, em meados de 1920, os bolcheviques, sós no comando do Estado, apareciam como vencedores da guerra civil. Apesar da vitória, porém, a avaliação crítica das circunstâncias não autorizava euforias.

O país estava simplesmente arrasado. O produto industrial registrava um declínio de mais de dois terços. Na grande indústria, a perda chegava a 80%. A produção de petróleo, energia elétrica e carvão caíra em mais de 70%. Em relação a outros setores estratégicos para o equilíbrio da economia, como ferro, aço e açúcar, uma situação ainda mais desoladora: quase 100% de queda. O mesmo ocorria no tocante ao comércio externo. Quanto à produção agrícola, diminuição de quase metade.

Dados e estatísticas econômicas desfavoráveis, mas ainda faltaria acrescentar as epidemias, o desgaste extremo, as crueldades típicas dos processos de guerra civil, os traumas provocados pelo emprego sistemático do *terror – vermelho* e *branco* –, incontáveis atrocidades, gerando um processo de *brutalização das relações sociais*, caldo de cultura política que oferece o quadro que ajuda a compreender muitos episódios que ainda haveriam de vir.

No plano internacional, e contrariando as previsões dos líderes bolcheviques, a revolução internacional não acontecera. A Rússia estava isolada. *O socialismo num só país*, uma entorse essencial na teoria marxista de revolução.

Alguns, no fogo da guerra civil, quando tudo parecia perdido, haviam formulado o estranho conceito do *comunismo de guerra*. Numa situação de carência total, instituíra-se o mais completo igualitarismo. A economia de troca. Em vez do comércio, a distribuição de rações. O comunismo imaginado por Marx como a sociedade da abundância concretizava-se como a organização da escassez.

Mais tarde, vencida a guerra civil, a mesma proposta voltaria em outras versões, como a da *militarização do trabalho*, o emprego sistemático dos critérios de organização militar para a vida civil, a sociedade *mobilizada* em batalhões e exércitos, distribuídos de forma centralizada por *frentes* de trabalho para enfrentar uma nova *guerra*, talvez ainda mais difícil e longa, contra a fome e o atraso.

Embora exausta, a sociedade revoltou-se contra essa sinistra utopia. Com efeito, desde que os *mujiks* perceberam que a contra-revolução já não ameaçava mais, tornou-se cada vez mais difícil fazê-los aceitar requisições, impostos extraordinários e restrições de todo o tipo. Medidas consideradas inevitáveis no contexto da guerra civil passaram a ser intoleráveis nas novas condições. O descontentamento cresceu, passou a explodir na forma de revoltas locais, inquietando o governo.

A mesma oposição manifestou-se nas cidades, sob a forma de greves, entre os trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. Surgiam também protestos e propostas pelo fim das restrições às liberdades, não mais justificadas depois da vitória sobre os *brancos*.

Foi nesse quadro que explodiu a revolução de Kronstadt.

Kronstadt, a revolução esquecida

Em 2 de março de 1921, em solidariedade a greves operárias que estavam em curso em Petrogrado, os marinheiros da base naval de Kronstadt declararam-se em estado de rebelião.

Não era uma base qualquer. Além da localização estratégica, no Golfo da Finlândia, protegendo a cidade de Petrogrado, abrigava dezenas de milhares de marinheiros e, principalmente, detinha uma considerável tradição política. Os marinheiros de Kronstadt, ao longo do processo revolucionário, desde a derrubada do tsarismo até a vitória na guerra civil, desempenharam sempre um papel de primeira linha. Não gratuitamente, anarquistas e bolcheviques controlavam o soviete local.

O que desejavam os marinheiros de Kronstadt? Nos primeiros manifestos publicados, esboçou-se um programa: solidariedade às reivindicações dos operários grevistas, liberdade de manifestação, libertação de todos os presos políticos, formação de uma comissão independente para investigar denúncias sobre a existência de campos de trabalho forçado e, mais importante, eleições imediatas para a renovação de todos os sovietes existentes, na base do voto universal e secreto, controladas por instituições pluripartidárias, independentes do Estado.

Os bolcheviques, aparentemente, dispuseram-se a negociar. De imediato, atenderam às reivindicações dos trabalhadores em greve, conseguindo o refluxo do movimento. Mas os marinheiros queriam a realização integral de seu programa e se mantiveram armados e mobilizados.

Temendo um processo de *contaminação*, os bolcheviques formularam um ultimato apenas 72 horas depois do início do movimento: rendição ou aniquilamento. Como não houve rendição, o bombardeio começou já em 7 de março.

A revolta transformou-se em revolução. Num novo manifesto, os marinheiros anunciaram o início de uma *terceira revolução*. Contra a burguesia e contra o regime do Partido Comunista (os bolcheviques tinham assumido o nome desde 1918) e a sua polícia política, acusados de instaurarem uma ditadura do capitalismo de Estado. Não abriam mão de novas eleições soviéticas, livres e controladas por órgãos independentes do Estado, e também por sindicatos

autônomos.

Os bolcheviques denunciaram o processo como *contrarevolucionário*. Prenunciando processos futuros, os marinheiros não passariam de *agentes*, conscientes ou inconscientes, da contra-revolução internacional.

A luta prosseguiu até 18 de março, quando a revolução, isolada do resto da sociedade, foi esmagada. Milhares de mortos e feridos dos dois lados, mais de 2.500 prisioneiros entre os marinheiros, deportados ou fuzilados.

Na historiografia soviética, durante décadas, a revolução de Kronstadt foi apresentada, e desmoralizada, como subproduto de uma conspiração contra-revolucionária *branca*. Na contracorrente, uma pequena e impertinente literatura, quase sempre de inspiração anarquista, lutou para resgatar a idéia de que ali se tentara – e se perdera – um outro futuro para as revoluções russas.

Com o aniquilamento de Kronstadt, a Rússia revolucionária conheceria afinal uma certa estabilidade. Entre 1914 e 1921, três revoluções e uma guerra civil, em seqüência vertiginosa, haviam destruído e transformado profundamente aquela sociedade. Mas em que sentido exatamente? O que, de fato, estaria emergindo daquelas ruínas? Uma formação social imprevista, original, sem dúvida.

No campo, onde vivia a imensa maioria da população, a terra nacionalizada, partilhada e parcelada entre as famílias dos *mujiks* pelos comitês agrários, o reforçamento de uma instituição ancestral, a comuna agrária, parecia a realização da utopia populista russa. Ofereceria bases seguras para a construção de uma *modernidade alternativa*?

No topo do poder, os bolcheviques reivindicavam o socialismo marxista, um projeto de modernidade hostil à utopia vitoriosa nos campos, onde eles não tinham quase nenhuma representatividade. Apoiavam-se socialmente num proletariado industrial que se encontrava desintegrado e em cidades esvaziadas de população, onde rondava o espectro da fome. Tinham justificado sua ação em nome de uma revolução internacional que não ocorrera.

Socialistas moderados e anarquistas, entre muitas outras tendências políticas, recusavam atribuir àquela revolução o caráter socialista que os bolcheviques, metamorfoseados em *comunistas*, pretendiam garantir, armados de decisão e audácia, e um projeto a longo prazo. Do ponto de vista teórico, um experimento

imprevisto. Na prática, uma realidade histórica a ser decifrada. Os bolcheviques continuavam imaginando-se como vanguarda de uma revolução mundial, atemorizavam os inimigos e galvanizavam as esperanças de muitos que se sentiam oprimidos e explorados por todo o mundo. Para estes, representavam a promessa de um novo mundo. Mas outros, e não poucos, viam-nos apenas como sobreviventes, armadilhados numa engrenagem da qual já haviam perdido o controle.

Com a consolidação da vitória da revolução, afastava-se de forma radical a hipótese da *modernidade capitalista*. Restava uma outra via, igualmente *ocidentalizante*: o socialismo marxista. Mas os bolcheviques teriam condições de empreendê-la, isolados nas condições russas? Tendo incorporado o programa revolucionário populista para o campo, podiam ainda ser considerados marxistas? Uma grande questão histórica então apenas se esboçava: seria possível construir na Rússia uma *modernidade alternativa*, de caráter socialista?

1 As manifestações que derrubaram a autocracia russa realizaram-se entre os dia 23 e 27 de fevereiro de 1917. Vigorava então na Rússia o calendário *juliano*, com uma defasagem de treze dias em relação ao calendário *gregoriano*, vigente no mundo capitalista avançado e suas colônias e áreas de influência. A Rússia ajustou o calendário ao padrão ocidental a partir de 1º de fevereiro de 1918. As datas aqui referidas, até fevereiro de 1918, correspondem ao calendário juliano. Observar igualmente que a cidade de São Petersburgo, desde o início da guerra, teve o seu nome russificado, tornando-se Petrogrado (cidade de Pedro).

2 *Cahiers de doléances des Etats généraux*: literalmente, cadernos de queixas/ reclamações dos Estados gerais, nos quais se ordenaram as reivindicações e as propostas da população francesa por ocasião da convocação dos Estados gerais em 1789.

3. A revolução pelo alto e a construção do socialismo num só país

Em 1921 o país estava em ruínas. No inverno de 1921 1922, houve uma grande fome que, com as epidemias, matou cerca de cinco milhões de pessoas. As revoltas locais, as greves, a insurreição revolucionária de Kronstadt configuravam um quadro de descontentamento generalizado. A utopia do comu nismo de guerra e da militarização do trabalho tornou-se inviável. Era preciso formular políticas que obtivessem o acor do da sociedade. Não para construir o socialismo, mas para matar a fome do povo.

O processo tomou corpo aos poucos, sem prévia defini ção global, só mais tarde ganharia um nome: a *Nova Política Econômica, a NEP*.

Os anos da NEP

A primeira medida de impacto foi a substituição das requisições à mão armada pela fixação de um imposto em gêneros, pago *in natura*, pois, naquela época de decomposição geral da economia, não havia moeda em que se pudesse confiar. Anos mais tarde, com a situação consolidada, foi possível retornar ao imposto em *espécie*, em dinheiro. Quitado o imposto, os camponeses seriam livres para comercializar quando, quanto e como quisessem os excedentes disponíveis. A nacionalização da terra e sua posse pelos *mujiks* foram reconhecidas mais uma vez. Abriu-se a porta para a liberdade de comércio. Em 1922, a Lei Fundamental de Utilização da Terra e um novo Código Agrário consagraram juridicamente as novas orientações. Nas cidades, outros decretos permitiram o restabelecimento da pequena propriedade privada na indústria e nos serviços.

A nova política agrária representava, de fato, uma proposta de pacto de convivência entre o governo e a imensa maioria da população. Com efeito, naquela altura, 86,7% da população economicamente ativa trabalhava na agricultura. Com as foices e os arados de madeira, repuseram-se ao trabalho, dando início à recuperação econômica pelo que havia de mais essencial: a produção de alimentos.

Em 1925, os resultados eram bastante satisfatórios, em relação à superfície cultivada (104,3 milhões de hectares) e à colheita de grãos (72,5 milhões de toneladas), quase equivalentes às de 1913, o melhor ano antes da guerra. A situação era ainda melhor em relação à criação do gado: os rebanhos de bovinos e suínos superavam as melhores marcas anteriores.

O mesmo, entretanto, não acontecia quanto à indústria. Dependente de investimentos e tecnologia estrangeiros, sobretudo os setores de ponta, sofria agora o impacto da diminuição brutal do comércio internacional. Em 1926, apenas a produção de energia elétrica superou os números de 1913: 3,5 milhões contra 1,9 milhão de quilowatts. Outros setores estratégicos, como o carvão e o aço, continuavam abaixo do que se conseguira antes da guerra.

Do ponto de vista da indústria leve, vital para o êxito das novas políticas, porque os grãos dos *mujiks* eram trocados por seus produtos, havia resultados desiguais. Todos os setores se recuperavam, mas lentamente, e os índices ainda eram medíocres: alguns, como calçados, fósforos, sal e querosene, superavam com pequenas margens as marcas anteriores, já outros, também muito importantes, como algodão, tecidos em geral e açúcar, continuavam abaixo dos índices alcançados no pré-guerra.

O governo tentava manter o equilíbrio dos preços entre produtos agrícolas e industriais. Se aumentassem de modo desproporcional os preços dos produtos manufaturados, que interessavam aos *mujiks*, como o sal, o açúcar, o fósforo, o querosene, ou se não fossem encontrados, que estímulos poderiam ter para levar à venda seus grãos? Ora, a diferença dos preços relativos, calculada em 1, em 1913, saltara para 2,38 em 19231924 em favor dos preços industriais. Apesar de muito esforço, a diferença se mantinha em 1,82 em 1927, quase o dobro da existente antes da guerra, drenando para a indústria e para as cidades a renda produzida pelos camponeses, ensejando uma atmosfera de descontentamento.

O fato é que, alcançada uma recuperação básica, vencida a fome, restava o grande desafio de como seguir adiante, para além do ponto a que se chegara. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas fora proclamada em 1922, mas como seria possível romper com o *atraso* multissecular que asfixiava a sociedade? Como mobilizar recursos para o desenvolvimento econômico e para a construção de uma modernidade socialista?

Acumulavam-se problemas. Nas cidades, um desemprego relativamente alto,

crianças na rua, mendigos. E a presença de todo o tipo de tráficos, principalmente dos comerciantes, os *nepmen*, enriquecendo-se com manobras especulativas. No aparelho de Estado, a máquina burocrática fazia pensar, às vezes, na sociedade tsarista, com suas proverbiais ineficiência e corrupção. Lenin recorrera à metáfora de um motorista no volante de um automóvel desgovernado, descendo ladeira abaixo. Nas áreas rurais, havia denúncias de que camponeses mais empreendedores, os *kulaks*, ao arrepio da lei, começavam, na prática, a arrendar terras e a assalariar braços, rompendo o pacto igualitarista da revolução agrária.

Muitos se perguntavam: fora para isso que se consentiram tantos sacrifícios e se fizera a revolução?

Apesar das expectativas, e das esperanças, a revolução internacional não ocorrera. A fundação da Internacional Comunista e a estruturação de uma rede de partidos comunistas, rigorosamente centralizada que, num certo momento, pareceu oferecer uma chave para a chamada *crise de direção revolucionária*, cedo mostraram seus limites. O reformismo social-democrata parecia ter raízes mais profundas, históricas e sociais, não se resumindo à traição de um grupo de dirigentes cooptados ou corrompidos.

Entre os povos colonizados e dependentes das potências capitalistas avançadas, sobretudo os povos asiáticos, havia, sem dúvida, uma ebulição revolucionária considerada positiva. Entretanto, no universo da ortodoxia social-democrata, em que ainda estavam mergulhados os bolcheviques, aquelas lutas eram imaginadas apenas como forças auxiliares no grande embate contra o capitalismo internacional, cujo centro gravitacional continuava sendo a Europa central e ocidental.

Para agravar ainda mais o quadro, os bolcheviques haviam perdido seu grande líder, Lenin. Vítima de derrames consecutivos, fora de combate desde 1923, morrera em janeiro de 1924, deixando um vácuo que nenhum outro dirigente conseguira preencher. Em seus últimos escritos, Lenin não apontara sucessores. Ao contrário, no seu estilo habitual, irônico e severo, criticara principalmente Stalin, mas não poupara nenhum outro dirigente de primeira linha. A circulação restrita dos escritos alimentaria as rivalidades pessoais e políticas que acompanharam a agonia e se seguiram à sua morte.

Foi nesse quadro de perplexidades e angústias que se travou o grande debate

sobre os rumos do socialismo na União Soviética.

O grande debate

Entre as múltiplas questões em jogo, duas alternativas globais se apresentaram para o desenvolvimento econômico e social da sociedade soviética. Elas não resumiram as lutas políticas que então se verificaram, mas conferiram a elas uma vertebração e um sentido. Foram defendidas, de forma mais consistente, por N. Bukharin e E. Preobrazhensky.

Bukharin, depois de algumas hesitações, passou a defender a NEP como uma aliança (*smychka*) a longo prazo entre operários e camponeses. Era essencial, na sua argumentação, respeitar os interesses dos camponeses e fazê-los avançar gradualmente, na base da persuasão, para níveis mais complexos de coletivização. A cooperação, em relação à qual havia uma notável experiência acumulada, poderia ser a via pela qual os camponeses iriam, no ritmo possível, *a passo de tartaruga*, se fosse o caso, ingressar no futuro socialista. À proposta de taxas de crescimento *máximas*, Bukharin contrapunha o conceito de desenvolvimento *ótimo*, dosando de forma equilibrada os interesses contraditórios do campo e da cidade.

Preobrazhensky não rejeitava em tese a aliança com o campesinato. Entretanto, considerando as ameaças do cerco capitalista, inclusive a hipótese de uma eventual *cruzada internacional* contra a URSS, enfatizava a necessidade de um esforço concentrado na criação de uma indústria pesada autônoma. Os recursos para tanto não poderiam vir senão dos camponeses que, sob a forma de um *tributo*, contribuiriam para a decolagem da economia e de modernidade soviéticas: era a *acumulação socialista primitiva*. Caberia ao poder soviético dosar políticas de modo que a transferência de renda se efetuasse da maneira mais planejada e menos traumática possível. De qualquer forma, não havia alternativa. Adiar a decisão só poderia significar ter de tomá-la em condições mais adversas.

As teses de Bukharin tinham uma orientação *reformista*: consolidar os ganhos, promover avanços graduais e seguros. As de Preobrazhensky mobilizavam expectativas heróicas, identificadas com a tradição revolucionária socialista, com a classe operária e o sistema fabril, hostis ao camponês, visto como historicamente *reacionário*.

O debate tendeu à radicalização porque vinha envolvido com outras questões não menos candentes: a luta pelo poder, a relação entre ditadura e democracia e a revolução internacional.

A luta pelo poder, no Partido e no Estado, entre os sucessores de Lenin, gradativamente se polarizou em torno das personalidades de Stalin, secretário-geral do Partido, e Trotski, organizador e chefe do *exército vermelho*. Com Lenin ainda vivo, mas já fora de combate, doente, começaram as manobras e contramanobras, camufladas, só percebidas pelos iniciados, inclusive porque, desde o X Congresso do Partido, em 1921, sob o pretexto de fortalecer a unidade interna e combater as *frações*, aprovou-se um conjunto de normas que restringiram severamente os debates e as articulações dentro do Partido.

Além disso, o reconhecimento da pluralidade de posições era dificultada porque, entre os bolcheviques, formara-se muito cedo o consenso, vinculado à *ortodoxia* social-democrata, de que o Partido detinha a *verdade científica* do processo histórico. Assim, não havia alternativa às formulações oficiais do Partido, pois ninguém podia ter razão *contra* ele. Essas idéias, ancoradas em profundas convicções, atribuíam à política um caráter científico, autorizando e legitimando tendências autoritárias, agrilhoando as discussões: quem poderia questionar uma decisão *científica*, quem poderia ousar contrariar o Partido, único intérprete qualificado dos *interesses históricos* do proletariado?

Tratava-se de concepções compartilhadas por todos os discípulos de Lenin, conferindo substância à opção pela ditadura revolucionária exercida pelo Partido Comunista, em nome do proletariado e do futuro socialista. Daí o esmagamento da revolução de Kronstadt, a perseguição das demais alternativas socialistas, a desvitalização das organizações soviéticas e a interdição de ações e organizações autônomas em relação ao Partido e ao Estado.

Nessas circunstâncias, os apelos a formas sociais de controle e à democracia, por parte de alguns protagonistas (Trotski, Zinoviev e Kamenev), só apareceriam quando estes se encontravam derrotados, em situações desesperadas, carecendo, assim, de consistência e de credibilidade.

De qualquer forma, depois da guerra civil e do esmagamento de Kronstadt, e das exigências de centralização política daí decorrentes, fechara-se, pelo menos a médio prazo, a opção de um socialismo democrático naquela sociedade. Sem o contraponto de sovietes vivos e atuantes, como em 1917, nem o de outros

partidos socialistas, todos postos na ilegalidade, a dominação do partido único consolidou-se rapidamente.

O *cerco* do capitalismo internacional e o mito da União Soviética como *fortaleza sitiada* ofereceram argumentos suplementares à consolidação da ditadura política. A respeito do assunto e da revolução internacional, constituiu-se uma outra questão maior do *grande debate* dos anos 20.

A revolução soviética, como se viu, estava isolada no mundo. Seria possível um país socialista sobreviver num mundo capitalista hostil? De acordo com a teoria ortodoxa, a resposta era negativa. E o que fazer, nas fronteiras da União Soviética, enquanto não sobreviesse uma nova onda revolucionária internacional? Cruzar os braços e esperar? Ou empreender a construção do socialismo com os recursos disponíveis?

Bukharin chegou a sustentar, em certo momento, que a União Soviética deveria romper o cerco do capitalismo internacional, priorizando alianças com os povos dependentes e colonizados, ou seja, com o campesinato em escala mundial. A formulação, uma antecipação histórica do maoísmo, não convenceu. Prevaleceram, de um lado, as posições de Trotski, a quem se atribuía a proposta de uma revolução internacional *a qualquer custo*. Sem ela, a União Soviética, *atrasada e isolada*, estaria condenada. De outro, Stalin, acusado de defender a viabilidade da *construção do socialismo num só país*. Nada restava aos bolcheviques, isolados e mesmo que atrasados, senão encarar de forma construtiva o futuro. A rigor, nenhum dos lados, na estruturação ponderada de suas posições, negava seja a necessidade da revolução internacional, seja o imperativo de encaminhar, na medida do possível, a construção do socialismo. Entretanto, no fogo pesado da luta política as posições tenderam a se acirrar, anulando as nuanças.

De fato, desde março de 1918 (paz de Brest-Litowski), os bolcheviques, tendo que escolher entre os interesses imediatos da sobrevivência da revolução soviética e os da revolução internacional, optaram pelos primeiros, considerados mais visíveis e concretos. Construiu-se rapidamente uma associação *natural* entre a revolução soviética e a internacional. Defender uma era, quase automaticamente, defender a outra. Não seria fácil escapar dessa armadilha lógica.

As encruzilhadas da NEP

Depois de um começo hesitante, ao longo dos anos 20, tenderiam a predominar as concepções de Bukharin sobre a NEP. Em dezembro de 1927, por ocasião do XV Congresso do Partido Comunista, quando Trotski e seus discípulos mais chegados foram expulsos, presos e/ou exilados, tais concepções seriam uma vez mais reafirmadas, parecendo definitivamente consagradas. Mas havia ambigüidades no processo.

Periodicamente, com mais ou menos ênfase, importantes dirigentes, inclusive Stalin, o cada vez mais poderoso secretário-geral do Partido, insistiriam sobre a importância decisiva das cidades e do processo de industrialização. Defendiam o fortalecimento da hegemonia da indústria socialista sobre o conjunto da economia e a idéia de alcançar e superar os países capitalistas avançados num prazo curto. Tais fórmulas não caíam no vazio, traduziam-se em alocações de crescentes recursos à indústria, sobretudo à indústria pesada. Multiplicavam-se atitudes hostis aos *kulaks* e aos *nepmen*, responsabilizados pelos problemas da sociedade soviética, e também declarações favoráveis ao processo de coletivização da terra, considerado superior e única alternativa a longo prazo do ponto de vista da construção da modernidade socialista.

As pressões pela definição de um Primeiro Plano Qüinqüenal cresciam, prevendo índices e ritmos de crescimento incompatíveis com os pressupostos da NEP. Teses voluntaristas, formuladas no âmbito de agências estatais especializadas, como o *Gosplan*, ganhavam corpo nas cúpulas do Estado e do Partido.

Os preços relativos industriais subiam em detrimento dos preços agrícolas, prejudicando os interesses dos *mujiks*. Como a indústria leve patinava, cresceu a escassez de produtos manufaturados no campo. Em conseqüência, no ano agrícola de 19261927, a produção comercializada caiu 50% em relação ao melhor ano anterior à guerra. Os camponeses médios e pobres, que garantiam 85% da produção, só estavam comercializando 11,2% do que produziam.

No ano seguinte, a situação, longe de melhorar, piorou. Os órgãos estatais de comércio atacadista não conseguiam alcançar as metas definidas. Certas regiões não chegavam a dois terços dos objetivos definidos. Os camponeses pareciam não interessados em vender os cereais. Pago o imposto, estocavam a produção

ou não semeavam, preferindo o refúgio do autoconsumo. Rondava o espectro de uma *greve camponesa*.

Aprovaram-se *medidas de emergência*: requisições forçadas garantidas por destacamentos armados. No fim do ano agrícola de 1927-1928, afinal, as metas foram alcançadas, mas à custa de violência e de quebra da precária confiança dos *mujiks* no governo, laboriosamente construída nos anos anteriores.

Houve denúncias e protestos, Bukharin à frente. Como resultado, o Partido hesitou. A NEP foi reafirmada e se condenaram os *excessos* cometidos na aplicação de uma política emergencial.

O mal, entretanto, estava feito, as relações entre o Estado e os *mujiks* deterioravam-se de modo fulminante, visíveis nos resultados obtidos no ano agrícola seguinte, de 1928-1929. Novas dificuldades, ainda maiores, voltaram a fazer funcionar, mais uma vez, a engrenagem das *medidas emergenciais*. O governo politizou a crise, afirmando que o poder soviético estava ameaçado por uma conspiração organizada pelos *kulaks*.

Nessa atmosfera carregada, em abril de 1929, o Comitê Central do Partido aprovou o I Plano Qüinqüenal, na versão máxima. Em cinco anos, a partir de outubro de 1928, os investimentos cresceriam 237%, a renda nacional, 506%, a produção industrial, 136%, a produção de energia elétrica, 335%, a de carvão, 111%, a de petróleo, 88%, a de aço, 160%. As previsões, embora altas, caíam sintomaticamente, em relação aos bens de consumo, 104%, e à produção agrícola, 55%.

Um delírio de cifras, jamais antes imaginadas.

Ao mesmo tempo, foi ultimado um programa de coletivização das terras, definindo-se a meta de 15% para os cinco anos cobertos pelo Plano.

Em dezembro de 1929, as metas, entretanto, foram revistas em favor de uma radicalização sem precedentes. O objetivo agora era coletivizar totalmente as terras nas principais áreas agrícolas do país: o baixo Volga, as terras férteis da Ucrânia, o norte da Sibéria ocidental. Não escapariam nem as aves dos terreiros. A coletivização alcançaria 100% dos animais de tração e do gado bovino, 80% dos suínos e 60% dos caprinos e dos galináceos.

Os protestos agora foram abafados. Seus autores, Bukharin inclusive, acusados

de timoratos e *direitistas*. Stalin conclamava a militância: *não havia fortaleza que não pudesse ser conquistada pela vontade de verdadeiros bolcheviques*.

A NEP fora abandonada. Uma grande virada. Uma nova revolução.

A revolução pelo alto

Nos anos 30, a União Soviética transformou-se de modo radical e fundou um modelo que iria marcar profundamente o socialismo no século XX. O processo de *modernização*, proposto desde Pedro, o Grande, em fins do século XVII, e impulsionado pelas reformas do século XIX, sempre oscilando entre a cópia do Ocidente e a formulação de uma *modernidade alternativa*, seria agora retomado de forma decidida e numa escala inaudita. Agora, e mais uma vez, os padrões ocidentalizantes seriam incorporados de uma forma apenas *instrumental*. Com efeito, os saltos tecnológicos e o crescimento da produção desencadearam-se no contexto de uma economia de *comando*, mobilizada e estatizada. Uma revolução pelo alto. Nada que os *intelectocratas* do século XIX pudessem ter imaginado, nem em seus devaneios mais delirantes.

O processo desenvolveu-se em duas direções principais: a *coletivização do campo* e a *industrialização acelerada*, apoiada sobretudo em determinados pólos: máquinas e equipamentos pesados, transportes e energia, produção de armamentos e extração mineral.

A coletivização do campo

A grande produção coletivizada esteve sempre inscrita nos programas gerais da social-democracia internacional. Era pensada como a moldura ideal em que se poderiam registrar os avanços tecnológicos indispensáveis ao aumento da produção e da produtividade agrícolas, essenciais, por sua vez, ao crescimento urbano-industrial próprio de uma sociedade socialista moderna.

As circunstâncias das revoluções russas de 1917, porém, como já se viu, obrigaram os bolcheviques a assumir o programa dos congressos camponeses e a partilha igualitária das terras sob controle dos comitês agrários, ou seja, nem o modelo da pequena propriedade privada, nem a chamada “via prussiana”, nem o programa socialista, mas algo muito próximo da *tradição populista russa*.

O fato é que garantiram, assim, o apoio dos camponeses ao governo revolucionário, consolidando, na fórmula de Lenin, a *ditadura revolucionária operário-camponesa*. Mais tarde, em 1918, houve tentações de romper a aliança, mas foram rapidamente superadas em nome do realismo político. A NEP, nas suas diferentes versões, reconhecia a necessidade de manter o *status quo*, avançando lenta e gradualmente no rumo da coletivização, sempre de acordo com a vontade dos camponeses. A situação incomodava. Não poucos bolcheviques a consideravam um *entrave* maior à modernização socialista. As modalidades de energia empregadas nos trabalhos agrícolas falavam por si mesmas: 73,7% de energia animal, 24,3% de energia humana e apenas 2% de energia mecânica. As atividades econômicas agrícolas, responsáveis por cerca de 50% da renda nacional, consumiam menos de 1% da eletricidade produzida. A pequena produção era o reino do *atraso.* Em torno dela, agrupava-se uma sólida resistência ao estabelecimento da grande exploração socializada. Para ter uma idéia da força da agricultura familiar, basta dizer que, em 1927, as formas coletivas não agrupavam mais do que 1,7% da área semeada.

A *virada* começou a evidenciar-se com as metas aprovadas na primeira versão do I Plano Qüinqüenal. É sintomático, porém, que, apesar de todos os estímulos, ainda em 1º de outubro de 1929, apenas 7,3% das explorações agrícolas estivessem coletivizadas.

A partir de então, o ritmo acelerou-se de modo frenético: 1º de dezembro de 1929:13,2%; 1º de janeiro de 1930: 20,1%; 1º de fevereiro: 34,7%; 20 de fevereiro: 50%; 1º de março: 58,6%. Em cerca de cinco meses, do início de outubro de 1929 ao fim de fevereiro de 1930, quase 60% dos *mujiks* foram *coletivizados* em *kolkhozes* (cooperativas) e *sovkhozes* (fazendas estatais).

Diante da amplitude da resistência camponesa e da queda na produção, houve um susto nos altos escalões. Stalin escreveu um artigo deplorando a *vertigem do sucesso*. Novamente, apareceram críticas aos *excessos* cometidos. Como se diante do abismo o Partido ainda hesitasse em tomar aquele rumo. Os *mujiks* aproveitaram-se das dúvidas entre os comunistas e debandaram em massa das unidades coletivas de produção. Em junho de 1930, a proporção delas já caíra para 21% do total.

Retomaram-se então os *excessos*. Passou o tempo das ambigüidades. Um ano depois, já os níveis mais altos alcançados em 1930 tinham sido recuperados. Os camponeses foram sendo espremidos com sistema e método: em fins de 1935,

98% deles estavam definitivamente *coletivizados.*

Os resultados foram desastrosos, o que foi reconhecido pelas próprias estatísticas oficiais. Em 1928, último ano em que, mal ou bem, as orientações da NEP prevaleceram, a colheita de cereais alcançou 73,3 milhões de toneladas. Nos dez anos seguintes, exceção feita a 1937, quando as condições atmosféricas foram excepcionais, a agricultura soviética não ultrapassaria este patamar, permanecendo, ao contrário, e freqüentemente, abaixo dele.

Em relação ao gado, as perdas foram ainda maiores. No curso do I Plano Qüinqüenal, os rebanhos diminuíram em mais de 50%, destruídos pelos camponeses revoltados. Em 1940, os índices ainda eram inferiores em 17% ao último ano da NEP (1928).

A justificativa política mais referida nos anos de coletivização foi a necessidade de *liquidar os kulaks* como classe. Considerados camponeses *ricos* nas análises formuladas antes da Primeira Guerra Mundial, tinham ganho uma certa expressão no campo, principalmente no quadro das reformas de Stolypin. Destacavam-se por terem um ou dois animais, pequenos excedentes regularmente comercializados no mercado, estoques de sementes, alguma poupança, o que lhes permitia emprestar aos demais e exercer pressão, quando não violência, para cobrar o devido. A massa dos camponeses tinha por eles admiração e despeito, às vezes, ódio.

A revolução agrária *niveladora* de 1917, no entanto, ensejou uma diminuição de sua importância relativa. Na esteira do igualitarismo tradicional e do reforçamento da comuna rural (o *mir*), beneficiaram-se mais os camponeses médios (*seredniaks*) e os pobres (*bedniaks*). A NEP, contudo, sobretudo a partir de 1923-1924, relançara um processo de desigualdades, mas seria muito problemático dizer que já se (re)constituíra, nos campos russos, uma camada de camponeses ricos.

No período da coletivização, e progressivamente, o termo *kulak* passou a designar, de fato, todo e qualquer camponês que resistisse às diretrizes e aos ditames das políticas impostas pelo Estado. É sintomático como foi aparecendo no vocabulário oficial toda uma família de palavras aparentadas: *subkulak, pró-kulak, semikulak, objetivamente kulak, kulakizante* etc. A rigor, a repressão alcançou, para além dos *kulaks* propriamente ditos, os camponeses médios (*seredniaks*), o que se evidencia na deportação de um milhão de famílias

camponesas, cerca de cinco milhões de pessoas, segundo estimativas russas. Sem falar nos fenômenos não quantificáveis dos traumatismos provocados pela expropriação de terras e rebanhos, prisões, privação dos direitos civis, separação de famílias, exílios...

É possível apontar uma lógica nesse processo aparentemente insano?

Em primeiro e principal lugar, um resultado qualitativo: o desaparecimento do pequeno camponês, um tipo social necessariamente vinculado à *reação* política no universo de valores que a social-democracia transmitira aos bolcheviques. A *solução final* de um problema histórico, abrindo amplos horizontes ao combate dos particularismos privatistas e à capacidade de controle do Estado, agindo em nome do *interesse geral*. Assim, o *nexo rural* que estruturava a tradicional sociedade agrária russa, formado pelo grande proprietário (*pomechtchik*) e pelo camponês organizado na comuna rural (*mir*), terá sido destruído em dois momentos decisivos: a revolução agrária de 1917 e a revolução pelo alto entre 1929-1933.

Agora, nas unidades coletivas de produção, seria possível exercer o controle econômico e policial com mais precisão e eficiência, determinando o *que* e *quanto* iriam produzir os camponeses e a *proporção* da produção que caberia ao Estado. O agrupamento de milhões de camponeses em algumas dezenas de milhares de unidades de produção viabilizou a extração e a cobrança das *entregas obrigatórias*, sempre ascendentes, mesmo que a produção estivesse estagnada ou em declínio.

Assim, em 1928, no contexto das *medidas emergenciais*, as entregas obrigatórias chegaram a 10,8 milhões de toneladas de cereais. No ano seguinte, apesar das turbulências, registraram um aumento de mais de 50%, atingindo 16,1 milhões de toneladas. Outros saltos se verificariam depois, alcançando uma média de 27,5 milhões de toneladas no qüinqüênio 1933-1937. Em percentuais, as entregas obrigatórias ao Estado em relação ao total da produção evoluíram de 14,7% em 1928 a 38% em 1940.

Além dessas imposições, os *mujiks* eram espremidos pela administração dos preços relativos, sempre favorecendo os produtos industriais, pelo pagamento obrigatório de serviços e máquinas controlados pelo Estado, pelas pesadas multas em caso de não-cumprimento das metas, entre outros procedimentos. Em pouco tempo, estavam reduzidos à condição de *cidadãos de segunda classe*.

Um outro importante resultado da coletivização forçada foi o aumento das migrações internas para as cidades. Em parte, o fenômeno adequava-se aos interesses criados pela formidável expansão industrial e urbana pelo qual a sociedade iria passar, mas isso tomou tais proporções que foi necessário, a certa altura, restabelecer a tradição tsarista dos *passaportes internos*. Em princípio, o *mujik* só poderia abandonar a unidade coletiva de produção com autorização expressa e por escrito da chefia imediata.

Os que escapavam sem autorização estavam sempre sujeitos a cair nas malhas dos controles sem fim, sendo então presos e deportados. Transformavam-se, juntamente com os acusados de crimes políticos, em *zeks*, prisioneiros adstritos a trabalhos forçados, responsáveis pela abertura de canais, construção de estradas de ferro, exploração de madeiras nobres e de minas de ouro nas condições insalubres de regiões inóspitas. A importância econômica do trabalho forçado, por muitos denunciado como uma restauração disfarçada do trabalho servil, largamente reconhecida, é até hoje de difícil mensuração estatística.

A resistência dos *mujiks* foi sempre feroz e desesperada: os camponeses chacinavam os animais, destruíam lavouras e implementos agrícolas, furtavam cereais, matavam chefes administrativos e policiais, recusavam-se a trabalhar. As lideranças rebeldes eram fuziladas. Os recalcitrantes, deportados. Em *trens da morte*, centenas de milhares de mujiks foram tangidos para as regiões inóspitas da Ásia central e do Grande Norte. Quando a resistência ativa era, afinal, debelada, restava, e restou, a inação, o descaso, o desperdício, a apatia, o desinteresse.

O campo e o camponês pagaram um tributo elevado para que se realizasse o que Preobrazhensky chamara de *acumulação* socialista primitiva. Entre os mujiks acorrentados às unidades coletivas de produção, os que logravam migrar para as cidades, empregados nos trabalhos mais pesados e rudes das indústrias, e os *zeks* nos campos de trabalho forçado, formou-se uma estranha simbiose: a da construção da *modernidade socialista* com base na radicalização de formas de exploração que faziam pensar no *Antigo Regime*.

A industrialização acelerada

O surto industrial apoiou-se na opção por um determinado conjunto de setores, considerados estratégicos: indústrias de construção mecânica, de armamentos,

siderurgia, transportes – estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo, os chamados *dinossauros comedores de ferro e aço*. A eles seriam destinados 78% dos investimentos totais. Alavancando e polarizando o processo, *grandes projetos*, para a realização dos quais todos os sacrifícios seriam consentidos: os complexos metalúrgicos de Magnitogorsk e de Kuznetsk, as imensas fábricas de tratores de Kharkov e Tcheliabinsk, as de automóveis de Moscou e de Nijni-Novgorod, a usina hidrelétrica de Dnieprpetrovski, a estrada de ferro entre o Turquestão e a Sibéria, o TurkSib, o canal Volga-Mar Branco e, como vitrine, a *pirâmide* de Stalin: o metrô de Moscou, inaugurado em 1935, com suas imponentes estações revestidas de mármore.

Os dados referentes às metas alcançadas, os índices de crescimento obtidos, seriam apresentados como justificativas e recompensas ao esforço despendido. Surgiu uma economia de *comando, mobilizada*, quase que totalmente *estatizada*, na medida em que foram bruscamente golpeadas todas as concessões da NEP ao capital privado, na indústria e no comércio, obrigando os *nepmen* a renunciar a suas atividades ou a percorrer os perigosos caminhos da ilegalidade.

Ao crescimento industrial correspondeu uma formidável expansão das cidades. Enquanto a população total cresceu cerca de 15%, entre 1926 e 1939, de 147 para 170 milhões de pessoas, a urbana foi de 26 para 56 milhões de habitantes, cerca de 112%, quase dez vezes mais, em termos proporcionais; em relação à população total, um salto de 18% para 33%. Todas as grandes cidades registraram crescimento, sem falar nas que surgiam do nada, como a cidade-símbolo de Magnitogorski.

Predominava em quase toda a parte uma tensão sobrehumana, determinada pelo fato de que fora aprovada, afinal, a variante *ótima* do I Plano Qüinqüenal, ainda reforçada, mais tarde, com a decisão de cumprir o Plano de cinco anos em quatro. Os planos qüinqüenais seguintes, o II (1932-1937) e o III (desde 1938), adotados antes da Segunda Guerra Mundial, reiteraram as opções e os critérios adotados desde o início da *revolução pelo alto*.

O resultado foi um salto gigantesco, sobretudo nos setores considerados estratégicos.

Crescimento industrial registrado nos anos 30

Setores estratégicos (Nove, 1990)

	1927-1928	1932	1937
Eletricidade*	5	13,4	36,2
Carvão**	35,4	64,3	128
Petróleo**	11,7	21,4	28,5
Aço**	4	5,9	17,7
Renda nacional***	24,4	45,5	96,3

*Bilhões de quilowatts; **milhões de toneladas; *** milhões de rublos/1926-1927.

Foram construídas oito mil indústrias ao longo dos anos 30. Não apenas um crescimento quantitativo, mas sobretudo qualitativo, traduzido no aparecimento de novas cidades e regiões industriais e novos setores, como química, eletrotécnica, aeronáutica, automóveis, construção de máquinas etc.

A formação da sociedade soviética

Nesses anos de formidável crescimento industrial, a sociedade soviética viveu um período de vertiginosa *mobilidade*.

Mobilidade espacial, traduzida nas migrações maciças, voluntárias ou compulsórias, dos campos para as cidades, das áreas tradicionais de desenvolvimento, no Ocidente, no centro e no sudoeste, para novas áreas, nos Urais, na Ásia central e na Sibéria ocidental. Sem falar nas migrações tangidas de toda a parte para os campos de trabalho forçado.

Mobilidade social, sob a forma de mudanças horizontais, evidenciadas nas dificuldades de adaptação às novas ocupações urbanas, nos constantes licenciamentos e recontratações (*tekuchka*), mas também nos padrões de

ascensão social vertical, em razão do aniquilamento ou fuga das elites tradicionais. Um horizonte amplo de oportunidades descortinou-se para pessoas empreendedoras, com capacidade de organização e disposição para o trabalho. Desde que não enveredassem pelo campo da crítica ao regime político, ganhavam condições de realização antes inexistentes.

Nesse sentido, contribuíram decisivamente as reformas educacionais, estabelecendo o ensino universal e gratuito em todos os níveis, sem falar nos estímulos à formação prática, aos métodos de ensino a distância, por correspondência, ou ao ensino noturno, as chamadas faculdades operárias (*rabfaks*) destinadas especialmente aos trabalhadores.

Entre 1928 e 1941, o total de diplomados universitários cresceu de 233 para 908 mil. No ensino secundário, o salto registrado foi de 288 mil para 1,49 milhão de diplomados. Entre os matriculados nas *rabfaks*, houve um aumento de cerca de 50 para 285 mil, em apenas quatro anos, de 1928 a 1932.

Todo esse processo abalou profundamente as hierarquias sociais tradicionais, enfraquecendo o *páter-famílias*, outrora todo-poderoso. De um lado, a *liberação dos jovens* (45% da população soviética tinha, então, menos de vinte anos), concitados ao trabalho voluntário, à participação nas novas frentes de trabalho em lugares distantes e inóspitos, à construção de uma sociedade *nova*, livre da exploração, no âmbito das organizações de jovens comunistas (*konsomol*). De outro, a *emancipação das mulheres*, às quais os códigos soviéticos conferiram igualdade jurídica e às quais igualmente se abriram imensas oportunidades de trabalho em todos os níveis da sociedade. Mesmo que os anos 30, em relação ao direito de família (casamento, divórcio, aborto, natalidade etc.), tenham sido marcados por uma notável *reação conservadora*, tendendo a abandonar uma série de tentativas inovadoras implementadas logo após o triunfo da revolução de 1917, a família patriarcal tradicional teve suas bases inegavelmente abaladas no contexto do verdadeiro *salto para a frente* dado pela economia soviética. Nessas novas condições, jovens e mulheres, sem dúvida, puderam desenvolver melhor as próprias faculdades.

Freqüentemente as condições de vida eram muito duras, sobretudo se consideradas à luz dos padrões prevalecentes nos países capitalistas avançados. Como os investimentos canalizavam-se principalmente para a indústria pesada, tenderam a ser negligenciados os setores de produção de artigos de consumo corrente (indústrias leve) e a construção civil. O abastecimento de gêneros

alimentícios, mesmo quando não racionado, era escasso, porque o Estado atribuía prioridade máxima às exportações com o objetivo de adquirir divisas que viabilizassem a importação de máquinas e matérias-primas essenciais. O vestuário era sóbrio e pouco diversificado. As estatísticas oficiais relativas à habitação urbana mostravam um quadro precário. Em 1936, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas e corredores e 25% alojavam-se em dormitórios, barracas, tendas etc.

Em toda parte, apesar de um discurso nivelador, a sociedade cindia-se em estratos diferenciados, não assumidos oficialmente, mas perceptíveis. Subsistiam, apesar de progressos notáveis na educação e na saúde públicas, diferenças entre as gerações e os gêneros, sem falar em distinções mais radicais como as existentes entre os *incluídos* na sociedade e os privados de direitos (*lichentsy*), considerados *inimigos do povo*. Mesmo entre os trabalhadores fabris, em relação aos quais era enfático o discurso igualitarista, persistiam velhas divisões, como as existentes entre os migrantes provenientes recentemente dos campos e os já habituados às condições urbanas, operários, às vezes, de segunda geração. E novas diferenças, como as introduzidas pelo salário por peça e pelos estímulos materiais à obtenção de resultados. Em 1938, 60% dos trabalhadores não conseguiram cumprir as normas de produção, freqüentemente fixadas em altos patamares, de modo arbitrário. Em 1937, o salário médio real correspondia a pouco mais da metade do que fora pago em 1928, atestando uma degradação concreta da remuneração pelo esforço concedido.

Ao mesmo tempo, no entanto, os *trabalhadores de choque* (*udarniks*), que cumpriam ou ultrapassavam as normas, ganhavam recompensas especiais, acesso a bens escassos, regalias e privilégios. A partir de 1935, o movimento *stakhanovista*, do nome de A. Stakhanov, um mineiro que se tornou famoso pelos altos índices de produtividade que conseguia alcançar, tendeu a consolidar uma camada diferenciada no interior da classe trabalhadora. Muitos apontariam o fenômeno como incompatível com a sociedade socialista, mas a política dos *estímulos materiais* angariou adeptos. Embora recorrentemente criticada, perduraria ao longo do tempo.

A verdade é que se constituiu uma pirâmide social, e esta tinha uma cúpula formada por dirigentes de empresas, engenheiros, administradores, cientistas, altos burocratas, oficiais das Forças Armadas, professores titulados, médicos,

técnicos qualificados, que compreendia, segundo diferentes cálculos, de 7 a 13 milhões de pessoas, ou seja, entre 4% a 7,5% da população total. Em 1939, Molotov quantificou-os em 9,5 milhões de pessoas. Uma classe burocrática emergente? Uma nova classe dominante, embora não estruturada com base na propriedade privada? O fato é que aí estava o núcleo dos que decidiam os rumos da sociedade, *gestores* de uma nova modernidade que estava surgindo, alternativa.

Nesses níveis os salários eram bem mais altos. O que mais importava, porém, era o acesso a certo tipo de vantagens que atestavam poder e prestígio e valiam mais do que qualquer outra coisa naquela sociedade de escassez: habitações melhores, colônias de férias, lojas especiais, possibilidades maiores de promoção, transporte particular, possibilidade de viagens, principalmente ao exterior etc.

Os novos gestores assumiriam cada vez maior importância no Estado e no Partido Comunista. Correspondiam a 21% dos delegados ao XVII Congresso do Partido em 1934. Cinco anos mais tarde, no XVIII Congresso, em 1938, já eram 54% dos delegados. Na mesma época, os operários diretamente ligados à produção não passavam de 15% dos filiados. Registre-se, no entanto, que quase metade dos que estavam nas altas cúpulas eram provenientes de famílias operárias ou camponesas, evidenciando um processo de mobilidade vertical e de *plebeização* do poder.

Na sociedade soviética nos anos 30, entrecruzavam-se épocas e estilos. Contrastes agudos, inesperados. Magnitogorski era o símbolo e a síntese da modernidade socialista que estava sendo plasmada. Saída do nada, a nova cidade era a expressão da técnica mais refinada da época. Na sua construção, combinavam-se a generosidade dos voluntários *vermelhos*, cheios de entusiasmo, e o trabalho semi-servil dos *zeks*. A liberdade de um novo mundo e a prisão do Antigo Regime. Não era o socialismo profetizado na teoria e nos livros, mas um sistema que *realmente existia*.

Como o viviam e interpretavam-no as pessoas comuns e as próprias elites? Como trabalhavam naquele mundo de permanente mobilidade, naquela sociedade de *areias movediças*?

Os mitos positivos do socialismo num só país

A intensa mobilização da sociedade soviética ao longo dos anos 30 baseou-se em algumas convicções, compartilhadas por largas maiorias. Sem elas, não seria concebível que tanta gente estivesse disposta a tantos sacrifícios num período de tempo tão concentrado. Para o enfrentamento das dificuldades, para superá-las, e alcançar os objetivos dos Planos, construíram-se idéias-força, quase sempre reativando ou atualizando tradições integrantes de uma cultura política comum, enraizada no tempo.

Em primeiro lugar, permeando todos aqueles anos de lutas e embates titânicos, a proposta de uma sociedade *nova*, igualitária e justa. Trazer a utopia dos sonhos para a realidade. Construir um *homem novo*. Um ser humano solidário que não pensasse principalmente em si mesmo, de forma egoística, como nos países capitalistas, mas no conjunto, na sociedade como um todo, em todo o mundo, na inteira humanidade. No presente, lançar bases para o futuro. Um viajante entusiasmado exclamaria, referindo-se àqueles anos soviéticos: *eu vi o futuro, e ele funciona*. Por estar *vendo* o futuro, é que tantos se mobilizavam e consentiam tamanhos sacrifícios.

Para alcançar esse futuro, a União Soviética precisava, a todo custo, a qualquer preço, *modernizar-se*. As fábricas e os densos rolos de fumaça, as torres dos poços de petróleo, as grandes barragens hidrelétricas, os tratores e as locomotivas, as inovações tecnológicas, as máquinas, a técnica em ação, em movimento veloz, eis a tradução prática e concreta da modernidade que se estava construindo. Mas uma modernidade a serviço da coletividade, em que os bens produzidos por todos pertenciam ao Estado, que representava a todos. A equação rompia com os padrões da celebração da liberdade e do sucesso individuais, para exaltar, alternativamente, a sociedade e, nela, sobretudo, os homens e as mulheres comuns que trabalhavam e davam o suor e a vida para que a sociedade soviética e a humanidade pudessem, um dia, viver em condições de igualdade e justiça social.

Houve naquele momento a reativação de toda uma tradição russa de procura de caminhos alternativos aos padrões ocidentais no sentido da construção de uma *outra modernidade*. Admitia-se a incorporação maciça da ciência e da técnica ocidentais, era possível importá-las e *usá-las,* mas de uma forma essencialmente *instrumental,* porque deveriam estar inseridas numa *outra* proposta de construção social. Retomava-se a crítica à subserviência com que certas propostas modernizantes se relacionavam com o Ocidente. Era preciso romper com *essa* tradição e nada mais simbólico nesse sentido do que a mudança da

capital do país. De São Petersburgo/Petrogrado/Leningrado para Moscou. Da bela e graciosa janela debruçada sobre o Ocidente para a velha cidade imperial dos tsares, o coração das Rússias, agora reconvertida em farol da revolução mundial.

Foi possível, nesse universo de referências, reativar igualmente o amor ancestral à *terra russa*, mesclando o tradicional patriotismo ao nacionalismo moderno. Não havia invenção importante que não contasse com a participação de um sábio russo, nem proeza de alcance mundial que não registrasse a presença de um russo. As nações não-russas e o conjunto do movimento revolucionário mundial curvavam-se diante daqueles *irmãos mais velhos*, dispostos a qualquer sacrifício para salvar a humanidade. Como se o antigo messianismo moscovita baseado na crença da *terceira Roma* houvesse se transmudado para dar origem a uma nova Moscou, capital da emancipação da humanidade.

O processo de *modernização*, no entanto, não poderia realizar-se sem custos e sem sacrifícios. Argumentava-se que haveria uma terrível reação dos inimigos internos e externos da revolução. Eles se mobilizariam com toda a fúria para que a alternativa de futuro encarnada pela revolução soviética não se consolidasse. Era preciso, portanto, preparar-se para um processo de exacerbação das contradições sociais, em que todas as armas seriam empregadas de modo implacável por ambos os lados, inclusive, talvez principalmente, segundo as circunstâncias, a arma do *terror*.

O terror: repressão e mobilização

A revolução, nos seus inícios e durante a guerra civil, conhecera já a prática do terror revolucionário, *vermelho*, exercida pela Comissão Extraordinária para o Combate à Contra-Revolução e à Sabotagem, a temível *Tcheka*, e a do terror contra-revolucionário, *branco*. Julgamentos e fuzilamentos sumários, atos abomináveis de crueldade, tortura. A matança da família imperial, em 1918, simbolizara o caráter implacável daqueles tempos.

Com a NEP, houve a expectativa de que tais recursos e métodos estivessem definitivamente superados. Em 1922, a criação da Administração Política Unificada do Estado, OGPU, em substituição à *Tcheka*, parecia indicar outros rumos, inclusive porque acompanhada da publicação de novos códigos jurídicos, como se o país se encaminhasse para a construção de um Estado de direito.

Na verdade, a *exceção* perdurava, ou seja, a ditadura revolucionária, a começar pelo fato de que o Partido Único situava-se acima da lei, regido por regras próprias. Além disso, os dirigentes do Estado, formalmente eleitos pelos sovietes, a rigor, eram responsáveis apenas perante o Partido.

Logo depois da guerra civil, esboçando uma tendência, houve a decisão de *limpar (tchistit')* o Partido de elementos corrompidos, acusados de nele haver ingressado para apenas usufruir as benesses do poder. Foi um processo traumático não só porque alcançou dezenas de milhares de filiados, mas também, e sobretudo, porque todos foram convocados para acusar e delatar os *desviados*, instaurando-se uma atmosfera de medo e suspicácia.

Ainda nos fins dos anos 20, dois grandes processos abalariam a sociedade: o das minas de Chakhty (1928) e o do chamado Partido Industrial (1930). No primeiro, seis engenheiros foram fuzilados, acusados de sabotagem. No segundo, toda uma rede de técnicos apareceu flagrada numa conspiração com ramificações internacionais. Houve confissões públicas de crimes atrozes e novos fuzilamentos. A sociedade foi mobilizada para acompanhar os casos e fazer coro na denúncia dos culpados de cumplicidade com os inimigos internos e externos. Era preciso aperfeiçoar a vigilância.

Mais tarde, em meados dos anos 30, novos processos voltariam a chamar a atenção da sociedade e da opinião pública mundial, os chamados *grandes processos de Moscou*, que liquidaram uma parte importante dos altos dirigentes do partido bolchevique durante a revolução de 1917. O primeiro, em agosto de 1936, teve dezesseis acusados, todos fuzilados, entre os quais G. Zinoviev e L. Kamenev. Em janeiro de 1937, mais dezessete acusados e treze condenações à morte, entre os quais I. Piatakov, G. Sokolnikov, L. Serebriakov e K. Radek. Finalmente, em março de 1938, vinte e um acusados e dezoito condenações à pena máxima, entre eles, N. Bukharin, A. Rykov, N. Krestinsky, C. Racovski, G. Iagoda.

Processos públicos, autênticos *circos romanos*, baseados quase que exclusivamente em confissões. Homens que até então gozavam da maior confiança do Partido e do Estado eram agora acusados de sabotagem, espionagem, tentativas de assassinato, golpes de Estado, apontados à execração pública.

Ao longo dos anos 30, os expurgos continuaram, implacáveis. Dos 1.966

delegados ao XVII Congresso, em 1934, 1.108 foram atingidos até 1938. Dos 139 dirigentes eleitos para o comitê central, em 1934, nada menos que 98 desapareceram.

A *limpeza* nas cúpulas enfraqueceu decisivamente o Partido como órgão de poder. Basta dizer que seus congressos, ao longo de treze anos, entre 1939 e 1952, não se reuniram uma única vez. Entretanto, a perseguição das elites foi apenas a ponta de um imenso *iceberg*. Com efeito, e desde fins dos anos 20, quando a NEP foi abandonada na prática, o *terror vermelho* abateu-se sobre toda a sociedade: os camponeses, maciçamente expropriados e deportados, foram convertidos em cidadãos de segunda classe; os trabalhadores urbanos eram controlados por códigos draconianos que previam penas de prisão para simples transgressões do contrato de trabalho; nas empresas, o princípio da direção única (*adinonatchalie*) investia os chefes de poderes discricionários; as elites revolucionárias das nações nãorussas, particularmente na Ucrânia, sofreram pesadas perdas, acusadas de *desvios nacionalistas*.

Foi um tempo difícil para as artes e a cultura em geral. A relativa abertura que prevalecera durante a NEP, gerando um certo pluralismo de escolas e tendências, foi substituída por associações nacionais de intelectuais e artistas rigidamente centralizadas e regidas por uma nova doutrina: o *realismo socialista*. Era preciso criar heróis *positivos*. Os que se opunham, quando não cometiam suicídio (casos célebres de Essenin e Maiakovski), seriam considerados *dissidentes*: presos, deportados, exilados, fuzilados.

As próprias Forças Armadas também tiveram seus altos escalões dizimados. Em dois anos, 1937-1938, a *limpeza* alcançou três dos cinco marechais, treze entre quinze comandantes de exércitos, 75 dos oitenta membros do Conselho Militar Supremo, 57 dos 85 chefes de corpos de exércitos, 110 dos 195 comandantes de divisão, 35 mil dos oitenta mil oficiais.

O terror vermelho, indubitavelmente, eliminou, controlou e inibiu as oposições, efetivas e supostas. Mas talvez essa face negativa não seja a mais importante, porque, positivamente, o terror também ativou e coesionou. Num contexto de ameaças crescentes, é verdade que muitas vezes instrumentalizadas pelo poder, numa escala frenética e global, em toda parte, uma sociedade mobilizada, vigilante, procurava, encontrava e denunciava os inimigos do povo. Abriam-se, assim, amplos horizontes de ascensão social. A cada queda promovida por uma limpeza, um lugar vago a ser preenchido. Uma nova geração ascenderia ao poder

nesse processo: os N. Kruchov, A. Kossiguin, L. Brejnev, A. Gromiko, L. Kaganovitch, A. Mikoyan, A. Andreev, A. Zhdanov com seus círculos de discípulos fiéis. Chefes organizadores, determinados, disciplinados, enérgicos, provenientes das camadas profundas do povo, eram responsáveis somente perante quem os nomeara: o Guia Supremo, o Grande Chefe, o Maquinista da Locomotiva da História – Stalin. Único a salvo do longo braço do terror, em torno dele formou-se um formidável culto à personalidade, um outro fator maior de coesão social naqueles tempos de extraordinária turbulência.

E assim se fez um imenso país, afinal, uma outra modernidade, alternativa, o *socialismo realmente existente*.

4. A segunda guerra mundial e o apogeu do socialismo soviético

A Segunda Guerra Mundial sempre foi chamada na União Soviética, enquanto o país durou, e sobretudo pelos russos, de a *Grande Guerra Pátria*. A expressão resume melhor do que qualquer outra coisa o caráter de luta pela sobrevivência que a guerra implicou para todos os povos que viviam na União Soviética, particularmente para os eslavos e, entre estes, uma vez mais, para os russos.

A guerra, entretanto, também foi um teste para a modernidade socialista soviética edificada nos anos anteriores. O sistema passou pelo teste e dele saiu fortalecido, aureolado.

A grande guerra pátria

A operação Barba Ruiva, nome de código com que os nazistas chamaram a invasão da União Soviética, teve início em 22 de junho de 1941. Começava então o enfrentamento mais decisivo da Segunda Guerra Mundial que só terminou com a conquista de Berlim e o fim da guerra em maio de 1945, quase quatro anos depois.

A guerra entre a Alemanha nazista e a União Soviética pode ser compreendida em três grandes fases.

A primeira vai do início da ofensiva, em junho de 1941, a dezembro do mesmo ano, quando, afinal, os russos conseguiram deter os exércitos alemães a poucos quilômetros de Moscou, tão poucos que as vanguardas alemãs já divisavam as torres do Kremlin. Foi o período em que os nazistas mantiveram a iniciativa e registraram grandes vitórias. Pareciam destinados a esmagar definitivamente a URSS, numa vasta *blietzkriek*, baseada na destruição no solo da aviação de guerra inimiga, no conseqüente controle do espaço aéreo e no avanço rápido e envolvente das tropas mecanizadas. Uma aplicação, em escala ampliada, da estratégia e das táticas militares já empregadas com sucesso em outras ofensivas na Europa central (Polônia/1939), do norte (Dinamarca e Noruega/1940) e ocidental (França, Bélgica e Holanda/1940).

Tendo cercado Leningrado, os alemães, entretanto, não lograram tomá-la, e também não conseguiram, no centro do país, conforme previam os planos, submeter Moscou. O rigorosíssimo inverno de 1941-1942 impôs uma pausa nas grandes operações militares. Os alemães aproveitaram-na para organizar as linhas, perigosamente estendidas, e imaginar novos planos ofensivos. Os russos dedicaram-se a controlar as conseqüências dos desastres provocados pelas grandes derrotas do verão e outono de 1941, reorganizar forças e preparar reservas.

A segunda fase começou na primavera de 1942 e se desdobrou até fevereiro do ano seguinte. Os alemães, conservando a iniciativa, escolheriam agora outro eixo para a sua ofensiva principal. Tratava-se de alcançar o Rio Volga e as regiões adjacentes ricas em cereais e o Cáucaso, onde se encontrava Baku, o maior centro petrolífero soviético de então, cortando a *veia jugular* do esforço de guerra soviético. No caminho, fazer saltar o ferrolho que protegia toda a área, a cidade de Stalingrado, com o imenso simbolismo representado pelo fato de a cidade ostentar o nome do grande chefe comunista soviético.

Em torno de Stalingrado travou-se a maior batalha da Segunda Guerra Mundial, reunindo quase dois milhões de soldados de ambos os lados. Depois de meses de encarniçados combates, os russos a venceram em fevereiro de 1943. Uma reviravolta decisiva, um impacto mundial. A vitória seria confirmada por uma outra grande batalha, de homens e de tanques, travada em julho de 1943 nos arredores de Kursk, também vencida pelos russos.

A partir da primavera de 1943, começaria a terceira e última fase da guerra. A iniciativa agora seria dos russos, e eles não mais a perderiam. Mantendo a pressão ao longo do inverno de 1943-1944, no início deste último ano os exércitos soviéticos da frente Sul já atingiam as fronteiras de 1939. Desde aí, espalharam-se pela Europa central com incrível rapidez, como um *rolo compressor* e, em agosto de 1944, já pisavam territórios alemães da Prússia oriental. Até a tomada de Berlim e a rendição incondicional do Reich nazista, em maio de 1945, ainda houve muita luta, muitas perdas humanas e materiais, mas a guerra estava decidida. O nazismo fora destruído.

A União Soviética, sem dúvida, suportou o maior fardo da guerra. As estimativas de perdas humanas alcançaram cerca de vinte milhões de pessoas (sete milhões de soldados e treze milhões de civis). O contraste com as potências ocidentais é revelador. Juntos, Estados Unidos, França e Inglaterra somaram 1,3 milhão de

mortos. Se o sofrimento humano de cada morte é insuscetível de comparações, a medida do impacto social e econômico das perdas nas respectivas sociedades é mensurável, conferindo à União Soviética um lugar único na grande luta que a humanidade travou para abater o nazismo.

A avaliação das perdas materiais, computadas por levantamento desenvolvido tão logo os invasores nazistas foram expulsos dos territórios soviéticos, evidencia igualmente o caráter catastrófico da guerra: 1.710 cidades e cerca de setenta mil aldeias completamente destruídas, equivalentes a quase metade do espaço urbano existente: 1,2 milhão de habitações urbanas e 3,5 milhões de habitações rurais gravemente avariadas ou riscadas do mapa. Perdas totais ou graves avarias em 65 mil quilômetros de trilhos, 15.800 locomotivas, 428 mil vagões, 4.280 barcos diversos. Em certas áreas todo o parque fabril fora arrasado. Na Ucrânia, território de desenvolvimento industrial relativamente sofisticado para os padrões soviéticos, apenas 1,2% do seu potencial anterior à guerra estava em condições de operação. Em todos os setores estratégicos – carvão, eletricidade, petróleo, aço, ferro, cimento, tratores, açúcar, tecidos –, considerado o conjunto do país, incluindo-se, portanto, as regiões não ocupadas e destruídas pelos nazistas, havia quedas que variavam de 10% a 70%.

O quadro era sombrio também na agricultura. A área semeada reduzira-se em 25 milhões de hectares, cerca de 23%, entre 1940 e 1945. A produtividade por hectare plantado caíra cerca de 35%. Em conseqüência, as colheitas registraram queda de um pouco mais de 50%. Quadro semelhante era apontado em relação aos rebanhos de gado.

As estatísticas não mediam, evidentemente, os traumas psicológicos, as neuroses adquiridas, as mutilações físicas e espirituais, as patalogias acumuladas... como estimá-las? Chagas que permaneceriam como ferro em brasa, marcando aquela sociedade por gerações.

Tão logo a guerra acabou, e antes mesmo que se encerrasse, começaram, como sempre, outras batalhas, historiográficas.

A guerra e a luta pelo controle da memória

Enquanto durou a guerra, e mesmo depois de assinada a rendição dos nazistas, havia em toda a parte uma imensa admiração pelos feitos russos e soviéticos.

Stalingrado tornou-se uma palavra mítica, símbolo de resistência e bravura, momento decisivo de reviravolta naquela grande guerra que opusera a democracia e a liberdade ao nazismo. O fato de que uma terrível ditadura política existisse na URSS apenas era mencionado, assim como os propósitos socialistas da revolução soviética, ainda vivos, apesar da dissolução da Internacional Comunista, em 1943. Stalin era considerado um grande líder político, admirado e reverenciado por políticos e intelectuais dos mais variados quadrantes. Mantinham-se de pé as expectativas formuladas em Ialta, em fevereiro de 1945, de que a Grande Aliança poderia e deveria perdurar para além da derrota do nazismo. A unidade forjada na guerra se manteria agora na paz, em torno da construção de um mundo pacificado e harmonioso, mais justo, igual e livre.

A irrupção da guerra fria mudou esse quadro idílico, incidindo na recuperação e na interpretação da história, nas *batalhas da memória*.

Entre os soviéticos, até meados dos anos 50, prevaleceu a celebração acrítica. A guerra era uma oportunidade sem igual para celebrar os *heróis positivos* construídos no quadro do socialismo soviético. Stalin, objeto de um desmesurado culto à personalidade, consolidava-se como o grande chefe do comunismo internacional e também como líder militar incontestável, responsável pela determinação das grandes linhas estratégicas e pelo acompanhamento detalhado das operações militares, deixando num plano secundário, quase na obscuridade, a legião de comandantes militares que haviam se destacado nos quatros anos de lutas (Zhukov, Timochenko etc.).

A partir da *desestalinização* e da demolição do mito, a avaliação do papel do *guia genial dos povos* sofreu uma guinada: os soviéticos não tinham vencido a guerra por causa de Stalin, mas *apesar* de sua liderança. Saíram então da sombra os chefes militares soviéticos que, numa série de momentos, com clarividência e coragem, haviam evitado ou reparado os freqüentes erros cometidos por um Stalin apresentado agora como ignorante e prepotente.

Num segundo momento, quando se abriram pela primeira vez os dossiês de Moscou, ainda que por pouco tempo, foi possível descobrir o quanto o Exército Vermelho fora enfraquecido pelas operações de *limpeza* já referidas, que dizimaram efetivamente os altos escalões da máquina de guerra soviética.

De modo geral, a Grande Guerra Pátria, entretanto, continuou sendo apresentada

como um momento de consolidação do socialismo e de afirmação dos povos soviéticos e do povo russo em particular. Um triunfo dos soldados e dos cidadãos comuns, dirigidos por seu partido comunista.

Mais recentemente, nos anos 90, na fase final da *perestroika*, e nos anos subseqüentes, com a abertura de novos arquivos, na atmosfera de desmoralização, desagregação política e desestruturação cultural que passou a caracterizar os povos que viveram a experiência da URSS, os episódios da Grande Guerra Pátria passaram por um novo escrutínio, levando muitos a desconsiderar feitos e glórias antes exaltados. Como se os nazistas houvessem perdido a guerra muito mais pelos erros que cometeram do que pelos méritos dos povos e das armas soviéticas.

Do outro lado do mundo, a maior parte da historiografia anglo-norte-americana, desde muito cedo, passou a rever a importância da contribuição soviética para o desenlace da guerra. Enfatizava-se o caráter decisivo da abertura da *segunda frente*, em junho de 1944, nas praias da Normandia, no norte da França, precedida pelo desembarque no norte da África (1942) e na Itália (1943). Tais golpes é que teriam determinado o enfraquecimento do nazismo, desde então obrigado a combater em duas frentes, não apenas a leste, mas também no Ocidente. Além disso, argumentava-se que o esforço militar soviético fora apoiado, em larga medida, por contribuições dos Estados Unidos no contexto dos acordos de *lend-lease*, que previam, a partir de 1941, o fornecimento de material bélico, de matérias-primas estratégicas e de equipamentos de todo o tipo ao esforço de guerra antinazista. Assim, o *rolo compressor* simplesmente não teria existido sem os produtos *made in USA*. Essa orientação, mais ou menos reforçada segundo as circunstâncias e os avatares da guerra fria, perdurou no tempo, constituindo uma tendência que relativizaria ou mesmo minimizaria o papel autônomo da URSS na destruição do nazismo, embora fosse inegável o *fardo* suportado pelos soviéticos ao longo da Segunda Guerra Mundial.

No caleidoscópio apresentado por essa sucessão de *revisões críticas*, é possível formular avaliações que alcancem um certo consenso e que permitam compreender as razões da vitória soviética?

A vitória soviética: razões de um triunfo histórico

Em relação ao início fulminante da invasão nazista, de resultados catastróficos

para a União Soviética, que por pouco não resultou na queda de Leningrado e Moscou, há seguras evidências de que o governo soviético e Stalin, em particular, subestimaram de modo trágico a hipótese da ofensiva alemã.

Embora dispusesse de informações detalhadas sobre a iminência do ataque, proporcionadas por redes próprias de espionagem, complementadas pelos norte-americanos e ingleses, a direção soviética preferiu apostar na solidez de um tratado de não-agressão assinado com a Alemanha nazista, em agosto de 1939, depois de um longo e complexo jogo diplomático. Confiou sem reservas nos pactos secretos, anexados ao acordo principal, que previam uma verdadeira divisão da Europa central em áreas de influência, entre a Alemanha e a URSS. Assim, não se estimou possível que Hitler pudesse efetuar uma reviravolta em seus planos de expansão no Ocidente e voltasse sua máquina de guerra contra os próprios soviéticos.

A avaliação equivocada quase levou a uma derrota decisiva, da qual se escapou por razões que parecem também relativamente estabelecidas.

Os nazistas, em sua arrogância doutrinária, definiram uma política genocida de guerra. Nunca investiram de modo consistente em estimular ou aproveitar a seu favor as contradições sociais e, principalmente, nacionais que existiam na URSS, acirradas no contexto da implementação dos Planos Qüinqüenais. Nas regiões mais ocidentais da União Soviética, muito traumatizadas pela coletivização forçada e por processos de repressão política, cedo desapareceu uma certa simpatia ao invasor, substituída, como em toda parte, pelo pavor e pelo ódio.

Entre os russos, desde o início, fez-se muito clara a consciência de que era preciso resistir para sobreviver. Nesse particular, o governo soviético soube construir uma sintonia fina com a sociedade. A Grande Guerra Pátria não seria um *slogan* vazio. Sintetizava toda uma ênfase nos valores patrióticos, no estímulo a ódios ancestrais, na mobilização de referências ligadas ao *glorioso passado russo* e ao culto de *antepassados heróicos*.

Reencontrou-se a religião ortodoxa à qual foram permitidas novas margens de liberdade. Adotaram-se emblemas, condecorações e hierarquias tradicionais. A Internacional Comunista foi substituída por um outro hino, de ressonâncias russas. O Partido Comunista e suas organizações associadas de jovens e mulheres tranformaram-se em grandes frentes amplas populares e patrióticas. No final da guerra, mais de vinte milhões de pessoas faziam parte de suas fileiras.

Também houve concessões importantes aos camponeses, aos quais foi atribuída liberdade para cultivar pequenos lotes privados e vender a produção daí resultante em *mercados paralelos* que o governo tolerava. Havia no ar uma promessa messiânica: o desmantelamento da propriedade coletiva se e quando o *alemão* fosse derrotado.

Finalmente, mas não menos importante, jogou um papelchave a experiência adquirida com os Planos Qüinqüenais. O planejamento centralizado, a capacidade de organização, o enquadramento semimilitarizado da sociedade, a noção de sanções, um aparelho apto a aplicá-las, em suma, uma economia mobilizada. Em grande medida, foi tudo isso que permitiu executar os grandiosos planos de evacuação que transferiram mais de 1.500 indústrias e cerca de dez milhões de pessoas para regiões que estivessem a salvo da ameaça iminente de ocupação nazista e que puderam se integrar, assim, ao esforço de guerra do país. E organizar a população, apesar das duríssimas condições de vida e de trabalho, para a vitória.

Em relação à apreciação do papel de Stalin, é necessário evitar as armadilhas da história retrospectiva. Depois de um começo hesitante, em que ficou claramente desorientado com a invasão alemã, assumiu o papel que lhe cabia de líder político e o desempenhou do modo habitual. Nem um semideus infalível, nem um demônio de erros, mas um ditador brutal, meticuloso, com uma grande capacidade de trabalho e nenhum respeito pela vida.

Quanto aos auxílios materiais norte-americanos, desempenharam, sem dúvida, um papel importante, mas foram os russos, afinal de contas, que salvaram a sua pátria, a União Soviética e a si próprios. A maioria dos historiadores, com um mínimo de isenção, o reconhece.

A Grande Guerra Pátria, porém, também salvou o socialismo soviético. Embora não prevista formalmente pela doutrina, a associação entre *pátria* e *socialismo* fora construída pela história. Com a guerra, a União Soviética transformara-se numa das duas superpotências mundiais. E por causa dela, apesar de todos os horrores, ingressaria numa fase de apogeu.

A URSS no imediato pós-guerra: esperanças, repressão e guerra fria

Na fase final da guerra, e logo depois dela, consciente da vitória obtida e do papel que nela desempenhara, a sociedade soviética viveu, apesar dos traumatismos, momentos de contentamento, auto-satisfação e orgulho. Parecia encerrado um ciclo infernal: a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, as revoluções, a guerra civil, a revolução pelo alto, a coletivização forçada e o terror, mais quatro anos de uma outra grande guerra, iniciada com a invasão nazista. No conjunto, um pouco mais de três décadas de sofrimentos terríveis e sem fim. As esperanças de melhores dias não pareciam, afinal, justificadas e viáveis?

É certo que as destruições provocadas pela guerra, as carências de todo o tipo ainda subsistentes e as exigências da reconstrução não conferiam muitas margens de manobra. Poucos disso poderiam duvidar. A escassez continuaria marcando a vida de todos, os sacrifícios a serem consentidos ainda seriam grandes para que a sociedade pudesse voltar a algo parecido com a *normalidade*.

Antes mesmo do encerramento da guerra, outros, no entanto, pareciam ser os cálculos do poder que já se preparava para enquadrar a sociedade nos rumos e na trilha traçada pela política modernizante dos Planos Qüinqüenais dos anos 30.

Desde 1943-1944, ainda em plena guerra, mal desocupado o território soviético, recomeçaram a apertar os controles e a desencadear a repressão em grande escala. As primeiras vítimas, objeto de decisões na época secretas, foram pequenos povos acusados de *colaboracionismo* com o inimigo. No Cáucaso, karatchais, kalmyks, tchetchenos, inguches, balkars, meskhets. Na península da Criméia, tártaros, gregos, búlgaros, armênios. Homens, velhos, mulheres e crianças, deportados para as lonjuras siberianas. A responsabilidade solidária no crime, estendida ao grupo familiar ou à aldeia, um tradicional princípio penal tsarista, já retomado nos anos 30, agora era ainda mais ampliado, alcançando o conjunto da nacionalidade, sem discriminação de sexo, idade ou condição social. No total, um pouco mais de um milhão de pessoas, todas deportadas. A rigor, antes mesmo da invasão nazista, procedimentos semelhantes haviam sido adotados entre 1939-1941, nos territórios ocidentais recentemente anexados, contra dezenas de milhares de poloneses, lituanos, letões, estonianos, assim como contra populações descendentes dos chamados colonos alemães do Volga (cerca de um milhão de pessoas), deportados sem julgamento, por simples decisão administrativa, *culpados* pela nacionalidade adquirida quando nasceram.

Logo depois da guerra, a repressão atingiria também os soldados e civis

soviéticos aprisionados pelos alemães. Apesar do terrível tratamento a que foram submetidos nos campos de concentração nazistas, eram considerados suspeitos por terem violado a determinação que prescrevia a luta até a morte, interditando a rendição em qualquer circunstância. Eram cerca de 4,1 milhões de pessoas, entre os quais 2,6 milhões de civis. Foram encaminhados para uma organização recém-criada, a fil'tratsia, encarregada de inquirir e filtrar os ex-prisioneiros. Entretanto, mesmo os que passavam pelos interrogatórios (58% do total), ao retornarem para casa e ao trabalho, eram vigiados, quando não discriminados por vizinhos e colegas. Já os que não passaram pelo *filtro*, eram encaminhados às Forças Armadas ou aos batalhões de trabalho organizados pelo Ministério da Defesa para se *reeducarem*.

Também seriam alcançados, e mais uma vez, os povos do extremo ocidente da URSS, bálticos, moldovos, ucranianos ocidentais, suspeitos de colaboracionismo. Aí prevaleceu uma certa seleção porque não era possível efetuar deportações maciças. Faltariam vagões para tanto, como observou com ironia amarga, anos mais tarde, N. Kruchov.

Foi nessa atmosfera de *escalada* da política repressiva, de adensamento de controles, que incidiram as circunstâncias da crescente rivalidade com os EUA, cada vez mais visíveis, sobretudo depois da morte Roosevelt, em abril de 1945.

A convivência harmoniosa estabelecida na Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, esvaneceu-se e já não existia mais em Potsdam (julho-agosto de 1945), a primeira conferência depois da guerra contra o nazismo entre os representantes da Grande Aliança. Depois veio uma seqüência de acontecimentos que parecia dotada de uma lógica irrecorrível: as bombas atômicas lançadas sobre o Japão e a liquidação da guerra no Extremo-Oriente sem consulta aos soviéticos; o discurso de W. Churchill em Fulton (março, 1946), denunciando uma *cortina de ferro* que separava a área controlada pelos exércitos soviéticos do resto da Europa; uma sucessão de encontros fracassados entre representantes das potências; a doutrina Truman de *contenção* (*containment*) da expansão soviética; o Plano Marshall de reconstrução da Europa com exclusão da URSS e das áreas sob sua ocupação na Europa central e oriental, que, por sua vez, se transformavam rapidamente nas chamadas *democracias populares*, nem um pouco democráticas e tampouco populares.

O processo foi num crescendo. A crise de Berlim (19481949), a separação formal das duas Alemanhas (1949), a formação de blocos militares e

econômicos, o triunfo da Revolução Chinesa (outubro, 1949) e o início da Guerra da Coréia (1950). Em apenas cinco anos haviam desaparecido os sonhos e as esperanças de um mundo pacífico, harmonioso, livre e justo. Em seu lugar, o cerco fechado da bipolarização, as sombras pesadas da guerra fria e a ameaça do holocausto nuclear.

Foi nessas circunstâncias que se realizou a reconstrução da União Soviética.

A reconstrução da URSS e o apogeu do stalinismo

O IV Plano Qüinqüenal (1946-1950) retomou os padrões fixados nos anos 30: prioridade máxima para os chamados setores de *base*: energia elétrica, minerais estratégicos (carvão, ferro e petróleo), infra-estrutura de transportes e comunicações, aço, metalurgia pesada. Consumiram 87,9% dos investimentos, contra apenas 12,1% para a produção dos bens de consumo, incluindo construção civil e alimentos. A volta da economia de comando, mobilizada.

Os camponeses, mais uma vez, suportaram o fardo mais pesado. As concessões feitas durante a guerra foram cedo revogadas desde setembro de 1946. O Estado retomou o controle sobre grandes extensões de terras cuja gestão havia sido transferida para os *mujiks*, diminuindo no mesmo movimento a tolerância com os mercados livres onde podiam ser comercializados os excedentes extraídos dos pequenos lotes. O golpe maior veio em dezembro de 1947, quando se aprovou uma reforma monetária que esterilizou as poupanças acumuladas pelos camponeses (1 rublo novo equivalente a 10 antigos). Ao mesmo tempo, as políticas fiscal e de preços continuavam avantajando os produtos industriais em detrimento do que se produzia nos campos. Muitas vezes, os preços oferecidos por alimentos básicos não pagavam sequer os custos do transporte até os pontos de venda.

Em 1952, decidiu-se aprofundar o processo de coletivização, concentrando ainda mais a produção com a criação de gigantescos *kolkhozes*. O plano previa reduzir o universo dos *kolkhozes* para 75 mil unidades (eram 252 mil). A unidade básica de produção deixaria de ser o tradicional *zveno*, que reunia entre seis e dez pessoas, para assumir as dimensões da *brigada*, congregando cerca de cem produtores. Na perspectiva de uma socialização da produção cada vez maior, chegou a ser elaborado um projeto de construção de *agrocidades (agrogoroda)*. O voluntarismo parecia novamente não ter limites: em outubro de 1948,

aprovou-se um Plano para a Transformação da Natureza prevendo uma imensa rede de canais e uma política ambiciosa de reflorestamento.

Predominavam as orientações do planejamento centralizado, pouco importando as contingências do meio ambiente e as possibilidades reais das pessoas envolvidas. Nessa atmosfera de metas inalcançáveis e de normas insuscetíveis de realização, medravam, não raro, os relatórios fictícios, a falsificação de estatísticas e o aparecimento de charlatães convictos, como o emblemático T. Lysenko, um agrobiologista que prometia elevar drasticamente os rendimentos agrícolas por meio de uma *biologia socialista*, em oposição à decadente biologia capitalista. Os críticos eram desqualificados, naturalmente, como sabotadores e agentes dos inimigos. Até ser desmascarado, Lysenko causaria enormes prejuízos e danos à agricultura e à ciência soviéticas, sem falar nas carreiras e vidas que seus delírios levaram à perda.

Não gratuitamente, os planos não se realizavam. Em 1940, já as colheitas de cereais não alcançaram 80% das estimativas. Em 1948, foram inferiores a 60%. Em 1949, um pouco menos, 56%. Entre 1950 e 1952 houve pequenas melhoras, mas em 1953, novamente, os resultados chegaram a apenas 70% das previsões, inferiores aos alcançados em 1940, apenas levemente superiores aos registrados em 1914. O mesmo se verificava em relação à produção de algodão, de couro e de açúcar, todas inferiores ao período anterior à guerra.

Decididamente, a agricultura coletivizada não funcionava.

As autoridades deploravam a falta de organização, a incúria, e responsabilizavam a má vontade dos *mujiks*, a sabotagem, o clima. Para elas, a solução residia em radicalizar a coletivização, como recomendado explicitamente por Stalin em sua última obra sobre os problemas da economia socialista. Não se conseguia explicar, entretanto, por que e como, em seus pequenos lenços de terra, remanescentes, ocupando apenas 4% da superfície cultivada, os camponeses conseguiam produzir mais de 50% dos legumes e das batatas disponíveis para o consumo, além de garantir o básico da própria sobrevivência.

Em contrapartida, beneficiados por maciços investimentos, os setores industriais considerados estratégicos batiam todos os recordes, ultrapassando de longe os patamares alcançados antes da guerra: a produção de carvão passou de 165,9 para 261,1 milhões de toneladas; a de petróleo, de 31,1 para 37,9 milhões de

toneladas; a de aço, de 18,3 para 27,3 milhões de toneladas; a de eletricidade, de 48,3 para 91,2 bilhões de quilowatts. Condicionada pelas prioridades da guerra fria, também aumentava a produção de armamentos, de difícil mensuração, porque protegida pelo segredo das estatísticas. Mas é sintomático que, entre 1948 e 1955, os efetivos das Forças Armadas tenham evoluído de 2,874 milhões para 5,763 milhões de homens e que as despesas militares tenham registrado um salto de 45%, entre 1950 e 1952, enquanto, no mesmo período, as despesas totais do Estado cresciam menos de 15%. A afirmação, reiterada, da preponderância dos *dinossauros comedores de ferro e de aço*, em detrimento dos interesses dos setores cuja produção beneficiava o consumo das pessoas comuns.

O V Plano Qüinqüenal, formalmente aprovado pelo XIX Congresso do Partido Comunista, em outubro de 1952, não previu nenhuma mudança de prioridades e ritmos. O sistema continuaria reproduzindo os seus padrões. Quanto à população, seria necessário recorrer, uma vez mais, aos métodos de mobilização intensiva das consciências, de comprovada eficiência nos anos 30.

A mobilização da sociedade

No contexto da guerra fria emergente, a defesa da União Soviética e do socialismo cedo constituiu, e mais uma vez, um dos eixos fundamentais da mobilização social. O isolamento internacional fora rompido, a URSS tornara-se uma superpotência mundial e o socialismo havia consideravelmente ampliado seu campo, agora integrando as *democracias populares* na área da Europa central, e, desde outubro de 1949, a China popular. No entanto, o mito da *fortaleza sitiada* continuava muito presente no discurso das autoridades e nas mobilizações sociais. A crise de Berlim e a Guerra da Coréia seriam episódios reais, vividos como ameaças concretas e iminentes, polarizando as atenções.

Por todas essas razões, argumentavam as autoridades, era preciso aperfeiçoar cada vez mais a vigilância. Para evitar uma nova surpresa, como em 1941, não se podia subestimar o inimigo, o visível e o camuflado, ainda mais perigoso.

Daí por que se manteve o *terror*, com suas duas faces – *repressão* e *mobilização* – que se haviam mostrado tão eficazes antes e durante a guerra. Dois ministérios passariam a cuidar do assunto, o do Interior (MVD) e o da Segurança do Estado (MGB). É possível acompanhar suas atividades pelas estatísticas da Administração Principal dos Campos, o *Gulag*.

No primeiro ano de sua criação, em 1934, registraramse 550 mil presos. Até 1938-1939, a média anual alcançou 1,8 milhão de prisioneiros. Desde então, ligeiro declínio até 1940, com 1,6 milhão e até 1946 (1,1 milhão). Ora, a partir de 1946, a curva dos detidos volta a adotar um sentido ascendente, chegando a atingir em 1949-1950 um novo auge, com 2,4 milhões de presos. Em 1º de janeiro de 1953, pouco antes da morte de Stalin, estavam registrados 2.753.356 colonos do trabalho ou colonos especiais (*trudposelki* ou *spetzposelki*), sem contar os presos nos campos de trabalho propriamente ditos, os ITL (*ispravitelno-trudovoi lager*), e os que estavam nas colônias de trabalho, os ITK (*ispravitelno-trudovoia koloniia*), estimados em cerca de 2 a 2,5 milhões de pessoas.

Nenhuma administração do Estado, nenhum campo da sociedade podia se sentir seguro ou ao abrigo. O próprio Partido voltaria a ser objeto da polícia política. Desde figuras de proa, como N. A. Voznessensky, ministro do Plano e um dos principais organizadores do esforço de guerra, morto em condições obscuras, ou como A. Kuznetsov, secretário do Comitê Central, também desaparecido em processo sumário, até secretários provinciais, de distrito e de célula, em círculos concêntricos, perdendo postos e, eventualmente, a própria vida, em meio a campanhas de controles e de denúncias que mantinham a sociedade em permanente *mobilização*.

Ao mesmo tempo, sensíveis aos traumas provocados pelas devastações da guerra e pelas aspirações à paz, o Estado soviético e o Partido Comunista organizavam na URSS e em todo o mundo, por meio do movimento comunista internacional, grandes campanhas pela paz e contra as guerras, evidenciando a face positiva de um regime que sabia se defender, mas não resumia suas atividades à caça aos *inimigos do povo*.

Tudo isso contribuía para viabilizar o vasto processo da reconstrução da União Soviética. Nesse sentido, o governo tensionaria as energias, mobilizaria o orgulho pela vitória conseguida e o entusiasmo de todos, particularmente o dos jovens, na luta pelo cumprimento das metas, por sua superação, nas campanhas de *emulação socialista*, entre fábricas, cidades e regiões, em todo o país, com distribuição de prêmios simbólicos e materiais. Os desfiles grandiosos comemorativos de datas patrióticas e revolucionárias seriam igualmente momentos importantes em que se congraçariam povo e governo, coesionando a sociedade em busca dos objetivos definidos pelos Planos.

O culto à personalidade de Stalin coroava, com uma intensidade cada vez maior, o movimento de unificação da sociedade. Em 1949, o septuagésimo aniversário do *pai do mundo do trabalho*, do *corifeu das ciências*, ensejou uma inédita ciranda de comemorações e festas. Em 1952, quando se reuniu o XIX Congresso do Partido Comunista, o grande chefe mal falou. Não precisava. Transformara-se numa espécie de semideus, como se estivesse destinado à eternidade.

Quando morreu, em março de 1953, choraram os comunistas em todo o mundo e particularmente na União Soviética. As multidões que se reuniram para dar o último adeus ao líder testemunharam com sua tristeza e desespero o quanto havia ainda de confiança e de esperança no sistema socialista e no regime soviético que ele pessoalmente encarnara de forma tão emblemática.

5. O socialismo realmente existente: o desafio das reformas

Após a morte de Stalin, em 1953, e até a *perestroika*, iniciada em 1985, a trajetória da União Soviética pode ser compreendida em dois períodos distintos: um *tempo de reformas*, encarnado pela figura inusitada de N. Kruchov, até 1964, quando um golpe de Estado o derrubou; e um *tempo de equilíbrios instáveis*, caracterizado pela manutenção de taxas relativamente altas de desenvolvimento e por um expansionismo político-militar sem precedentes, no entanto, e ao mesmo tempo, por certos elementos de crise, que as análises mais argutas não deixariam de apontar.

A União Soviética em tempo de reformas (1953-1964)

Não poucos formulavam estimativas pessimistas, às vezes catastróficas, a respeito da União Soviética depois da morte de Stalin. O homem, apesar de concentrar um poder imenso, ou por causa disso mesmo, não estabelecera regras claras para a própria sucessão. Os discípulos e herdeiros seriam capazes de defini-las, superando com êxito as forças centrífugas que sempre tendem a se evidenciar quando grandes tiranos saem de cena? As primeiras medidas, algumas surpreendentes, tenderam a esvaziar um clima de medo e de suspicácia que se adensava desde o início de 1953. Com efeito, o chamado complô das *jaquetas brancas*, que reuniria médicos do Comitê Central envolvidos em conspirações para assassinar dirigentes soviéticos, e cuja denúncia já desencadeara amplos movimentos sociais, revivendo a sinistra atmosfera dos processos de Moscou, foi desmascarado como uma *farsa*. A tortura e outros métodos ilegais haviam sido empregados para arrancar confissões destituídas de qualquer fundamento de verdade.

Na seqüência, vários dirigentes importantes foram afastados, inclusive L. Beria, o todo-poderoso chefe da Segurança, preso, condenado e executado (dezembro, 1953). Havia contradições no processo, pois, contra os condenados, recorria-se aos mesmos métodos (confissões, julgamentos e condenações sumárias etc.) que estavam sendo criticados. Várias medidas, no entanto, apontavam para novas direções: supressão dos tribunais sumários; dissolução do secretariado pessoal de

Stalin, que se tornara uma verdadeira central de *arbitrariedades*; rebaixamento de nível da instituição central da segurança, de ministério (MGB), para comitê (KGB), colocando a polícia política, em todos os níveis, numa posição subordinada em relação aos comitês do Partido Comunista; reabilitação de dirigentes expurgados e desaparecidos nos processos realizados em 1948-1950, entre os quais N. Voznessenski e A. Kuznetsov. Para culminar, a decretação de uma anistia para todos os condenados a menos de cinco anos de prisão, abrangendo a grande maioria dos presos confinados nas *zonas especiais* e nas colônias de trabalho (ITK), e a redução pela metade das penas maiores, beneficiando o conjunto dos *zeks* detidos nos campos de trabalho (ITL).

Todas essas decisões vinham envolvidas num novo discurso que celebrava as virtudes da *direção coletiva* e da *legalidade socialista*. Uma reviravolta evidente em relação aos tempos de Stalin, marcados pela autoridade pessoal do líder máximo e pelo *estado de exceção*.

A distensão, no entanto, não se limitava à esfera política. Anunciavam-se medidas de impacto social e econômico: redução de preços para produtos de consumo corrente, aumentos salariais, suspensão de empréstimos compulsórios, perdão de dívidas, melhorias no abastecimento de gêneros básicos, nos transportes públicos, nos serviços de ampla demanda social e na construção de habitações populares.

Do ponto de vista da agricultura, bem conhecido *gargalo* da economia soviética, Kruchov, nomeado primeiro-secretário (o título de secretário-geral, associado a Stalin, caíra em desuso), reconhecia em público as contradições do sistema produzido pela coletivização forçada: custos altos, preços baixos pelos produtos, falta de estímulos, organismos de controle burocratizados. Era preciso estimular o camponês a plantar, ampliar as superfícies cultivadas, dotando a economia agrária de créditos e de moderna tecnologia.

Nem por isso a União Soviética iria descurar dos setores considerados estratégicos, tradicionalmente prioritários na concepção e na implementação dos Planos Qüinqüenais. Era preciso encontrar novos equilíbiros, sábias dosagens, relançando a economia em bases mais harmoniosas em que todos os interesses pudessem ser contemplados. A modernidade alternativa empreendida até então pela União Soviética tomaria agora outras direções?

No plano internacional, novas abordagens desenhavamse igualmente.

Gradualmente tomou corpo uma nova política, a da *coexistência pacífica*, uma tentativa de retomar orientações dos anos 20, legitimadas em formulações de Lenin.

Na Ásia, eram sintomáticos o apoio à suspensão de duas guerras (o armistício de Panmujon na Coréia, em 1953, e a Conferência de Genebra sobre a guerra do Vietnã, em 1954) e o início de conversações de paz nas quais a URSS desempenhava um papel ativo. Em 1955, a primeira visita a Moscou de um líder alemão-ocidental, Konrad Adeunaer, e o Tratado de Neutralização da Áustria indicavam novas atitudes em relação aos países capitalistas. Quanto ao mundo socialista, os novos dirigentes soviéticos pareciam dispostos a afrouxar controles e a reconher a existência de diferenças. A reconciliação espetacular com a Iugoslávia de Tito e a maior abertura nas discussões com os comunistas europeus e chineses mostravam que algo mudava nas concepções sobre o *monolitismo* do mundo socialista. Enfim, a União Soviética parecia conferir importância e prestígio ao chamado Terceiro Mundo, que dava seus primeiros passos a partir da conferência de Bandung, em 1955. Acordos com a Argentina e a visita de N. Kruchov em pessoa à Índia atestavam a formulação de novas prioridades.

O novo curso espantava e supreendia, sobretudo a figura do novo primeiro-secretário, contrastando fortemente com o padrão típico dos dirigentes comunistas, sisudos e compenetrados nos escuros sobretudos. Kruchov, sempre sorridente e otimista, com seu linguajar popular e metafórico, em constantes viagens, sabia dialogar com as multidões e parecia gostar de tomar *banhos de massa*, como se fosse um experimentado político de uma democracia ocidental.

O mundo das artes e da cultura na União Soviética registrava e reverberava essas mutações, como se houvesse um *degelo*, título da novela de I. Ehrenburg, um premiado autor soviético, que emprestaria o nome a esse tempo de distensão e de expectativas positivas.

E então aconteceu o informe sobre os crimes de Stalin.

A desestalinização: alcance e limites

O informe apresentado por Kruchov numa sessão extraordinária, secreta, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, teve

um impacto de um terremoto. O semideus virava demônio. Todos os êxitos, tudo o que fizera, conseguira e alcançara a União Soviética, acontecera *apesar* de Stalin e não graças à sua liderança. É difícil exagerar a importância do acontecimento, assim como pode ser difícil para muitos, à luz dos dias atuais, estimar com exatidão a força do mito e do culto à personalidade do tirano que, agora, desmoronava.

O fato é que, visto em perspectiva histórica, o discurso de Kruchov, para além do óbvio sucesso pessoal, exprimia uma viragem importante no processo de modernização soviética: a reconquista da preponderância política do Partido Comunista, traduzida na valorização do princípio da *direção coletiva*. Por sua vez, as críticas veementes às arbitrariedades cometidas pelo tirano e a correspondente valorização da *legalidade socialista* exprimiam a recusa da sociedade ao recurso do *terror* como método de controle e mobilização social, como se a União Soviética já estivesse se tornando complexa demais para ser dirigida de acordo com os padrões vigentes nos anos 30.

O informe evidenciava e denunciava exações e crimes cometidos, demolindo uma figura mítica. Eis seus pontos fortes, que o tornaram um documento histórico. Mas era muito seletivo nas denúncias das arbitrariedades perpetradas e, sobretudo, ajudava muito pouco a compreendê-las.

Na análise dos expurgos realizados no interior do Partido, certos limites eram cuidadosamente respeitados. Assim, a catilinária de Kruchov silenciava sobre todos os expurgos anteriores a 1934 e nada dizia dos grandes processos de Moscou, realizados entre 1936 e 1938. A rigor, as denúncias restringiamse às exações cometidas contra os discípulos e herdeiros diretos do próprio Stalin. Numa outra dimensão, não havia nenhuma alusão ao *terror de massa* que se abatera sobre a sociedade a partir da revolução pelo alto, atingindo não apenas dezenas de milhares de comunistas, mas também, e principalmente, milhões e milhões de *mujiks*, trabalhadores urbanos e intelectuais.

Kruchov também não oferecia argumentos que permitissem explicar e compreender a ascensão de Stalin ao poder supremo, como este adquirira um caráter autocrático, a permanência do tirano por tão longos anos e, mais do que tudo, o caráter de *massa* que o terror assumira.

Apesar das insuficiências e das lacunas do informe, abriram-se novas margens de liberdade que ensejavam situações ambíguas: euforia entre os anistiados,

atordoamento entre os que sinceramente admiravam e amavam o tirano, inquietação e medo entre os responsáveis ou beneficiários diretos dos atos arbitrários. Muitos aprovaram Kruchov, mas pensavam que fora longe demais. Foi por isso decidido que o informe não seria impresso na União Soviética, cujos cidadãos só puderam lê-lo na íntegra trinta anos mais tarde, embora, seis meses depois, o *segredo* já estivesse publicado nas páginas de toda a imprensa mundial.

O *degelo*, no entanto, foi mais forte do que a censura. Havia perguntas que não queriam e não poderiam ser caladas. Alguns intelectuais tomariam a vanguarda, tentando exprimir o mal-estar difuso de aspirações insatisfeitas e elaborar um pensamento crítico que fosse além do discurso oficial do Partido.

Entre muitos outros, o livro de V. Dudintsev (*Nem só de pão*), publicado em 1956, formulava a questão de que talvez não fosse o tirano o único responsável pelos problemas da sociedade soviética, talvez houvesse ali um problema maior, *estrutural*. O personagem-chave, Drozdov, encarnaria um mundo de *drozdovs*, burocratas insensíveis, vinculados a um sistema antidemocrático e impopular, em contraste com a sociedade vitimizada e oprimida.

Uma outra obra causaria igualmente um grande impacto: *Dr. Jivago*, de Boris Pasternak, ia ainda mais longe ao sugerir que o sistema criticado era produto da revolução e não de um *desvio* autoritário. O livro foi censurado, mas, contrabandeado, alcançou sucesso estrondoso na Europa e nos Estados Unidos, conferindo ao autor nada menos do que o Prêmio Nobel. Pasternak foi expulso da União dos Escritores, perdeu as regalias que tinha e foi para o ostracismo. O episódio tornou-se simbólico por uma dupla razão: evidenciou fronteiras que os intelectuais não podiam ultrapassar (*não* podiam questionar a revolução, *nem* publicar sem a autorização do Partido) e punições que não seriam retomadas: Pasternak morreria deprimido, anos mais tarde, mas não fuzilado...

As agitações na Europa central das democracias populares constituiriam contestações de outra natureza e viriam também abalar os novos rumos que Kruchov desejava imprimir. Já em 1953, logo após a morte de Stalin, houvera uma insurreição popular na parte oriental de Berlim, exigindo uma dura repressão que desgastara o prestígio soviético na região e no mundo. Em 1956, o descontentamento transbordou novamente em dois países da Europa central. Na Polônia, foi possível, à custa de muitas pressões e concessões, contornar os protestos, mas os métodos persuasórios não funcionaram na Hungria. Intelectuais, lideranças políticas e setores populares exigiam democracia,

reformas sociais e independência nacional. O processo desembocou na explosão de uma insurreição popular de grandes proporções, esmagada, afinal, a ferro e fogo pelos tanques soviéticos.

O estrago só não foi maior para a União Soviética porque, na mesma conjuntura, uma força expedicionária anglofrancesa, em aliança com Israel, invadiu o Canal de Suez no Egito, tentando deter o nacionalismo radical de Gamal Abdel Nasser, um líder militar árabe que então se projetava. A União Soviética, que procurava sintonia com as aspirações do Terceiro Mundo emergente, deu apoio incondicional ao Egito agredido. Em conjunto com os EUA, obrigaram os anglo-franceses a se retirarem. No fogo cruzado da propaganda e da contrapropaganda, fora possível, de certa forma, *compensar* o desgaste da ação repressiva na Hungria com a ação *libertadora* no Egito.

Os riscos de derrapagem, entretanto, haviam sido percebidos, gerando inquietação na alta cúpula do Partido Comunista, onde surgiu uma conspiração para apear N. Kruchov do poder supremo. A tentativa de golpe realizou-se em julho de 1957. Numa reunião do mais alto centro de poder, o *Presidium* (novo nome do *Bureau* político), a maioria votou pelo afastamento do primeiro-secretário. Entretanto, em ágil contramanobra, com o auxílio do ministro da Defesa, Zhukov, reuniu-se o Comitê Central que, de forma inédita, desaprovou a decisão do *Presidium*, abortando o golpe e demitindo as lideranças da conspiração. Como Pasternak, elas também não seriam fuziladas, apenas recicladas em postos inexpressivos do aparelho de Estado, com direito a dignas aposentadorias...

O degelo na sociedade e no partido: avanços e limites do reformismo soviético

Com a perspectiva de vencer as oposições que se exprimiram na tentativa de golpe, o impulso reformista, desde 1958, ganharia um novo impulso.

Na agricultura, notório ponto fraco do sistema, houve uma ampliação enorme das superfícies cultivadas, com a exploração de terras virgens; um esforço considerável em modernizar a produção (fertilizantes e inseticidas, eletrificação, deslocamento de técnicos e agrônomos); reconcentração dos *kolkhozes*, passando de 125 mil para 69 mil unidades; afrouxamento dos controles sobre os pequenos produtores, permitindo-lhes maiores margens de manobras. Como gostava de

dizer Kruchov, “o socialismo é muito bom, mas será melhor ainda com manteiga”.

Na organização da economia, houve a aprovação de uma política descentralizante, com a criação de 105 Conselhos Regionais de Economia (*sovnarkhozes*), responsáveis pela coordenação de todas as atividades em suas respectivas áreas de jurisdição.

Os êxitos da política espacial (lançamento do primeiro *satélite artificial*, o *Sputinik*, do primeiro homem ao espaço, Iuri Gagarin), a partir de 1957, e da política externa, com a visita de Kruchov aos Estados Unidos (primeira de um dirigente máximo soviético), em 1959, pareciam indicar a consolidação de uma nova orientação para o processo soviético de modernização.

A partir de 1960, começaram, no entanto, a aparecer dissonâncias e sinais contraditórios.

No mundo socialista, comunistas italianos e chineses divergiam entre si e com os soviéticos. O policentrismo socialista saía dos trilhos, ensejando ataques mútuos e discórdias. O triunfo da revolução cubana e sua definição como revolução socialista desde 1961, de um lado, fortalecera o campo socialista, mas, de outro, aprofundara a cacofonia existente em seu interior.

A coexistência pacífica com os EUA e os países capitalistas avançados também não era aceita como positiva por todos: sucediam-se as crises no Oriente Médio (Líbano) e na África (Congo), registrando-se recuos nas pretensões soviéticas, acusada agora por setores radicais de *conciliadora*, incapaz de enfrentar com êxito as agressões *imperialistas*.

No plano interno, as reformas não funcionavam. A proposta de encontrar dosagens ótimas, suscetíveis de beneficiar todos os setores, encontrava dificuldades imprevistas. A agricultura, mais uma vez, apesar de todos os esforços, não respondia aos estímulos, obrigando a União Soviética a começar importações maciças para abastecer o mercado interno em contínua expansão. Os *sovnarkhozes*, criados para organizar melhor e aumentar a eficácia da economia, não cumpriam a contento suas funções. Por dificuldades próprias e, talvez, também por sabotagem das instituições centrais, que resistiam às medidas descentralizantes, estavam aprofundando a desorganização e a balbúrdia na área do planejamento e da coordenação das atividades econômicas.

Diante de tais contradições e impasses, o XXII Congresso do Partido, liderado por Kruchov, resolveu acelerar o impulso reformista, numa espécie de *fuga para a frente*.

O processo de desestalinização foi levado às últimas conseqüências: retirou-se o corpo de Stalin do mausoléu onde descansava ao lado de Lenin; rebatizou-se Stalingrado, símbolo maior da Grande Guerra Pátria, atribuindo-lhe o prosaico nome de Volgogrado; abriram-se novos dossiês à pesquisa histórica, profundamente comprometedores para o prestígio do tirano defunto.

Também por iniciativa de Kruchov, aprovou-se uma política inédita de democratização do Partido Comunista, estabelecendo-se o voto secreto para a eleição dos dirigentes, as candidaturas múltiplas e um limite para a reeleição: um choque desestabilizante para uma organização que, livre do terror, se imaginava garantida.

No plano da sociedade, sucediam-se denúncias e controvérsias sobre o legado de Stalin e sobre as características do sistema soviético. A obra de Soljenitsin (*Um dia na vida de Ivã Denissovitch*), denunciando um sistema concentracionário na União Soviética, encerrava uma época de *inocência* quando ainda era possível alegar ou fingir ignorância.

A resistência às reformas, porém, começou a ganhar corpo e força. Nos altos escalões, alguns as consideravam muito radicais e conseguiram aprovar medidas que reconcentravam o poder, como a redução dos *sovnarkhozes* e a recriação de ministérios e comitês estatais centrais. Além disso, as medidas democratizantes no interior do Partido simplesmente não eram aplicadas. O estilo de Kruchov, que parecia animado de um moto-contínuo, inquietava e assustava. Aonde levaria aquele voluntarismo?

Havia, no entanto, os que pensavam que era preciso avançar mais, e mais rápido: apareceu uma *dissidência* sob a forma de jornais e revistas que circulavam clandestinamente (*Sintaxis, Boomerang, Fenix, Spiral* etc.), feitos pelos próprios autores (*samizdat*), com críticas contundentes ao regime em vigor. Além disso, no início dos anos 60, registraram-se também movimentos sociais de protesto em várias cidades soviéticas: Grosny, Drasnodra, Donetsk, Yaroslava, Zhdanov, Gorki, Alexandrov, Muron, Ninney, Tangil, Odessa, Kuybichev, Timerdam. O mais importante ocorreu em Novotcherkassk, no começo de junho de 1962: comícios, manifestações e greves tiveram que, afinal, ser reprimidos à bala pela

polícia política e pelo exército, gerando dezenas de mortes. Quando essas tensões conjugaram-se com fracassos espetaculares na política externa (explosão pública das divergências sino-soviéticas, entre 1960 e 1963, derrota humilhante por ocasião da crise dos foguetes em Cuba em outubro de 1962), criou-se um quadro propício a mudanças conservadoras.

Um novo golpe foi então tramado, dessa vez com sucesso. Acusado de inúmeros e graves erros de avaliação e conduta, agora pelos próprios discípulos e homens de confiança, inclusive de fomentar o próprio culto à personalidade, Kruchov foi apeado do poder pelo *Presidium* e pelo Comitê Central do Partido Comunista. Restou para ele o caminho da aposentadoria vigiada. Como para outros, um sinal dos novos tempos, que ele próprio, mais do que ninguém, ajudara a criar.

Os tempos de equilíbrio instável: as batalhas historiográficas

Entre 1964, quando Kruchov foi destituído, até 1985, data do início da *perestroika*, transcorreu um período que, até hoje, é objeto de vivas controvérsias.

No discurso oficial foi o tempo do *socialismo desenvolvido*. A União Soviética parecia, a seus dirigentes, ter alcançado o máximo de sua glória, superpotência mundial respeitada em todo o mundo, garantindo a seus cidadãos sempre melhores condições de vida e de trabalho. Uma nova Constitutição, aprovada em 1977, celebrava e consagrava juridicamente esse patamar.

Os EUA e os países capitalistas avançados, em grande medida, reconheciam e se assustavam com os avanços obtidos pela URSS. Desde meados dos anos 70, cresciam tendências conservadoras que, escorando-se no conceito de *totalitarismo*, comparando comunismo e nazismo, defendiam políticas abertamente agressivas contra a União Soviética, considerada um *império do mal*. A Inglaterra de Margareth Thatcher e os EUA de Ronald Reagan exprimiam os medos e as angústias de sociedades que se sentiam ameaçadas.

Os comunistas chineses consideravam a URSS o inimigo mais perigoso, um império *em expansão*. Os EUA, sobretudo depois da derrota definitiva no Vietnã, em 1975, eram percebidos como um *império decadente*. Entre os socialistas e comunistas, muitos continuavam questionando o caráter socialista da União

Soviética, mas outros, embora críticos, já se resignavam a tomála como um dado incontornável da realidade contemporânea e inevitável a longo prazo: o *socialismo realmente existente*.

Na África, na Ásia e na América Latina, a URSS era vista como um contrapeso importante, às vezes, decisivo, aos intuitos dominadores dos EUA e das ex-metrópoles coloniais européias. Não poucos governos, muitos provenientes de golpes de Estado, aproximavam-se do Estado soviético à procura de alianças políticas e diplomáticas, de apoio econômico e de auxílio militar.

No entanto, depois da emergência da *perestroika*, Mikhail Gorbatchov, talvez para legitimar suas políticas reformistas, denominaria o período como um tempo de *estagnação*, quando a União Soviética teria acumulado contradições e impasses, e perdido pontos decisivos na competição científico-tecnológica com o Ocidente capitalista e, em particular, com os EUA.

Diante dessas divergências, seria possível alcançar uma visão clara dos acontecimentos ou elaborar uma síntese entre pontos de vista tão diferenciados?

A União Soviética entre desenvolvimento e estagnação

O período, a rigor, foi marcado por ambigüidades. Em muitos campos houve desenvolvimento e expansão. Contudo, em certos aspectos estratégicos, é indelével a marca da estagnação, ou mesmo, em alguns setores, do retrocesso.

Foi inegável a expansão político-militar do Estado soviético, e impressiona a relação de vitórias e avanços no chamado Terceiro Mundo, sobretudo na segunda metade dos anos 70: no Vietnã, no Laos e nas principais ex-colônias portuguesas (Angola e Moçambique), partidos comunistas ou frentes de libertação hegemonizadas por comunistas próximos ou aliados de Moscou chegavam ao poder com armas – soviéticas – na mão. Na África, na Ásia e na América Latina, uma nova onda de Estados e movimentos nacional-estatistas alimentava críticas radicais ao liberalismo ocidental e se aproximava do Estado soviético ou da China comunista. Em muitos países (Etiópia, Somália, Congo-Brazzaville, Benin, Yemen), estabeleciam-se regimes ditatoriais de partido único. Diziam-se *socialistas* e procuravam aliança com os soviéticos. Até o regime cubano, que parecia destinado a uma rebeldia incurável, depois da morte de Che Guevara, tinha evoluído gradativamente para posições consideradas mais sensatas,

tornando-se membro disciplinado das organizações militares e econômicas regidas pela URSS. Como se não bastasse, no final dos anos 70, no chamado *quintal* dos EUA, as guerrilhas sandinistas assumiram o poder na Nicarágua (1979) e pensava-se que algo semelhante pudesse ocorrer em El Salvador. Também em 1979, na Ásia, um golpe de Estado aproximou o regime instalado em Cabul de Moscou. Solicitado, o Estado soviético não hesitou em correr em auxílio de uma *república popular* ameaçada, e invadiu o Afeganistão.

O mundo encolhia-se ante o *império* soviético, cuja Marinha de Guerra marcava presença em mares nunca dantes navegados, como o Mediterrâneo oriental, o Mar Vermelho, o Atlântico, o Índico etc.

Na Europa, a invasão da Checoslováquia, em 1968, e a conseqüente doutrina Brejnev da *soberania limitada*, interditando mudanças de regime na área da Europa central, pareciam ter amarrado definitivamente as *democracias populares* na órbita de Moscou. O episódio mereceu apenas protestos formais das principais potências capitalistas e, de fato, não perturbou as relações com os Estados europeus, particularmente com a França e a Alemanha, que se tornaram parceiros econômicos importantes da União Soviética. Na verdade, numa perspectiva mais ampla e no contexto da guerra fria, o domínio da URSS na Europa central e as sucessivas intervenções e invasões eram percebidos como "contrapartidas" às ingerências, intervenções e verdadeiras invasões, diretas ou indiretas, que os EUA e seus principais aliados promoviam ou patrocinavam em seus "quintais", sobretudo na América Latina e na África.

O reconhecimento internacional da República Democrática Alemã (RDA) e o acordo final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), em Helsinqui, consagram as fronteiras negociadas em Ialta, uma antiga reivindicação da diplomacia soviética.

A conseqüência disso tudo era a afirmação do Estado soviético nas relações internacionais, o que se traduzia por encontros diplomáticos regulares no mais alto nível e por tratados e acordos firmados com os EUA nos mais diferentes campos. Falava-se na montagem de um ambicioso condomínio internacional entre os EUA e a URSS para dominar o mundo, repartido entre esferas de influência pelas superpotências.

Do ponto de vista interno à URSS, a análise das suas estruturas sociais revelava *mutações* consideráveis. Em menos de meio século, a população urbana havia

dado um salto de 59 milhões para 180 milhões de pessoas. Em termos proporcionais, no início dos anos 80, cerca de 66% da população total vivia nas cidades, um crescimento de dezessete pontos percentuais em vinte anos. Nos anos 80, a URSS tinha 23 cidades com mais de um milhão de habitantes (nos anos 30, eram apenas três), concentrando mais de 25% da população, registrando um afluxo de 35 milhões de migrantes.

A mão-de-obra sofisticara-se numa escala vertiginosa. Nos anos 50, 69% dos dirigentes de fábrica e 33% dos engenheiros-chefes eram formados na prática (os *praktiki*). A grande maioria não ia além do diploma do curso secundário. Uma geração mais tarde, nos anos 80, 40% da população urbana economicamente ativa tinha diplomas de segundo grau (cerca de dezoito milhões) ou universitários (13,5 milhões).

Nessa sociedade crescentemente urbanizada, multiplicavam-se as redes de sociabilidade, cada vez mais insuscetíveis de controle centralizado, pelo alto. Os sovietes locais mobilizavam 2,27 milhões de deputados. Havia 250 mil comitês de controle popular. O próprio Partido, com quinhentos mil novos recrutas por ano, alcançara a soma de dezessete milhões de filiados. Detinham poderes muito limitados, sem dúvida, mas constituíam pólos de atividades geradoras de interesses específicos.

Nas próprias instituições oficiais, constituiam-se estruturas clientelísticas, legais, paralegais ou francamente ilegais (as chamadas *máfias*), afirmando autonomias perante um Estado cuja onipotência só existia no discurso oficial e nas teorias do totalitarismo.

Uma sociedade complexa, produto do salto para a frente dos anos 30 e da reconstrução do pós-guerra, cada vez mais diferenciada, sensível à crítica e à rebeldia aos padrões centralistas e autoritários da economia *mobilizada*. De nada adiantava medir e quantificar os inegáveis progressos realizados desde a revolução de 1917 e os mais recentes, desde os anos 50. Os cidadãos soviéticos, cada vez mais, comparavam-se com os europeus ocidentais e os norte-americanos. Não se sentiam consolados por haver distanciado a Índia e outras nações do Terceiro Mundo. Pensavam estar em condições de desejar e queriam alcançar padrões de consumo equivalentes aos das sociedades capitalistas avançadas.

No alto, na cúpula, estabilizada e segura depois da queda de Kruchov, um

gradativo esclerosamento. No começo dos anos 80, a média de idade do Comitê Central atingira sessenta anos, e a do *Bureaux* político, que recuperara o antigo nome, 71, dez a mais do que no início dos anos 70.

Embaixo, a sociedade movimentava-se, tateando à procura de novos caminhos. As nações não-russas, sobretudo as do extremo-ocidente, mas também as do Cáucaso e da Ásia central, reclamavam graus de autonomia considerados excessivos. Ao contrário dos mais velhos, que tendiam a valorizar as aquisições do socialismo soviético e a relativizar as dificuldades e os problemas, por constatarem que se inseriam num contexto de melhorias graduais, a juventude não ouvia as conclamações padronizadas do Partido, parecendo seduzida pelos valores *decadentes* do Ocidente, sua música, maneiras de vestir e de ser. Mesmo entre os trabalhadores, a KGB registrava movimentos de protesto e tentativas de formação de sindicatos livres do controle estatal. Exprimindo o descontentamento, fortaleciam-se as *dissidências*, jornais e revistas, grupos de mulheres e homens dispostos a tudo, a qualquer sacrifício, na luta pelas liberdades, contra a tutela e a opressão do Estado todo-poderoso. Uma antiga tradição, remontando à *intelligentsia* russa do século XIX, revivida agora nos embates contra o Estado soviético.

Desafios e sinais de crise

Entre 1965 e 1970, ainda foi possível registrar um crescimento industrial médio de 8,4%. Mesmo descontadas as distorções e falsificações, um resultado apreciável. Contudo, entre 1981 e 1985, a média caíra para 3,5%. Os resultados não correspondiam mais às metas anunciadas. No X Plano Qüinqüenal, entre 1981 e 1985, somente a produção de gás natural conseguiu superar as estimativas. A agricultura, apesar dos maciços investimentos, continuava a se arrastar, não alcançando, para o mesmo período, médias anuais superiores a 1,4%, bem abaixo dos índices de crescimento demográfico. Problemas de todo tipo continuavam sem solução: armazenamento, transportes, organização da produção. Se não fosse o petróleo siberiano, que fizera da URSS um dos maiores exportadores mundiais do *ouro negro*, viabilizando importações colossais de cereais (cem bilhões de rublos entre 1976 e 1980), a população soviética urbanizada teria que voltar ao racionamento.

Em vinte anos, a produtividade caíra de 6,3% para menos de 3% ao ano, e os investimentos, de 7,8% para 1,8%. Aumentavam os estoques de produtos

invendáveis e a poupança forçada dos consumidores. A inflação camuflada dos preços oficiais (aumento de apenas 7% da cesta básica de consumo em trinta anos) não correspondia aos preços praticados nos mercados livres (elevação de cerca de 100% no mesmo período).

Enquanto o capitalismo dava saltos de produtividade no quadro de uma nova revolução científico-tecnológica, a União Soviética se deixava distanciar em quase todos os setores tecnológicos de ponta. Apesar de algumas experiências piloto bemsucedidas e de uma política de reforma da gestão das empresas formulada desde 1965 (E. Lieberman), as forças mais conservadoras na economia e nas instituições políticas pareciam levar a melhor, resistindo a mudanças mais substantivas.

Como enfrentar aquelas contradições e aqueles impasses?

Quando Brejnev morreu, em 1982, devastado pela senilidade, já era uma sombra do que fora em seus melhores dias. Os sucessores, I. Andropov e N. Tchernenko, em seus curtos períodos, não mais do que um ano, cada um, pareciam mais esperar a morte do que governar.

O desenvolvimento soviético chegara mesmo a um impasse? Na equação entre expansão e estagnação, tenderia a prevalecer o segundo termo? O fato é que a União Soviética, na sua condição de superpotência, não podia esperar muito...

6. A *Perestroika* e a desagregação da União Soviética

Entre 1985 e 1991, a União Soviética, tentando enfrentar desafios internos e externos que se acumulavam, passou por um período de profundas turbulências: a *perestroika* e a *glasnost*. A sociedade e o Partido, num contexto de amplas liberdades, cedo dividiram-se entre *reformistas* e *conservadores*. O sistema não podia continuar como estava, todos concordavam, mas foi difícil definir e trilhar caminhos que levassem à superação dos problemas. Diante dos impasses, num jogo político cerrado e exacerbado por tensões crescentes, a segunda superpotência mundial desintegrou-se.

A *Perestroika* e a *Glasnost*

Foi muito rápida a sucessão de K. Tchernenko, como se o Comitê Central do Partido Comunista já tivesse amadurecido a opção pelo novo secretário-geral, Mikhail S. Gorbatchov, escolhido em 11 de março de 1985.

Em larga medida, Gorbatchov exprimia as pressões diversificadas por mudanças. De um lado, as mutações sociais verificadas nos últimos trinta anos, que se acomodavam mal às tradições centralistas e autoritárias do Estado soviético. De outro, os desafios impostos pela competição internacional que, no bojo de uma nova revolução científico-tecnológica, transformava profundamente a paisagem econômico-social dos países capitalistas avançados, registrando o aparecimento de novos setores (informática, biotecnologia, novos materiais etc.), novas fronteiras econômicas, de sofisticada tecnologia e alta produtividade. A União Soviética poderia perder a condição de superpotência se não respondesse à altura, adequando a sociedade e a economia aos novos parâmetros. O desafio, que poucos na URSS então consideraram, era saber até que ponto uma sociedade comprometida com valores próprios, como o pleno emprego, poderia assumir dinâmicas e feições características de um regime de tipo capitalista, essencialmente diverso.

Muito rapidamente, Gorbatchov impôs-se na cena internacional. O bom humor, o charme, a disposição para o diálogo e, acima de tudo, as propostas concretas

conciliatórias no âmbito das relações internacionais: moratória unilateral dos testes nucleares, redução imediata de 50% dos armamentos estratégicos e dos mísseis de alcance médio, liquidação, até o ano 2000, de todas as armas nucleares, diminuições igualmente radicais dos armamentos e das tropas convencionais.

A mesma lógica que animara propostas semelhantes formuladas em seu tempo por Kruchov. Os gastos militares gravavam enormemente o orçamento soviético. A URSS, com uma economia bem menor do que a dos EUA, tinha de competir de igual para igual na área militar, o que dificultava ou impedia que recursos consideráveis disponíveis – humanos e materiais – fossem canalizados para outras direções e sobretudo para o atendimento das demandas da sociedade em serviços públicos de qualidade e em bens de consumo sofisticados (automóveis, eletrodomésticos etc.). O complexo militar soviético, além disso, erigira-se num verdadeiro Estado dentro do Estado, com sistemas próprios de fornecimento e abastecimento, quadros específicos de carreira, como se fosse um circuito fechado sobre si mesmo, com escassas conexões com a sociedade envolvente.

Numa outra dimensão, a simpatia da opinião pública internacional rendia dividendos internos, legitimando aos olhos da sociedade soviética a liderança do novo secretário-geral. No entanto, em relação a reformas concretas, parecia haver uma certa hesitação. Ao contrário da ousadia evidenciada no jogo diplomático internacional, o governo soviético limitava-se a retomar campanhas *ideológicas* típicas dos períodos anteriores, com apelos à honestidade, à assiduidade, à disciplina, aos cuidados necessários com os bens públicos etc. Era preciso acelerar (*uskorienie*) os ritmos e superar o tempo da estagnação (*zastoi*), como passaram a ser (des)qualificadas as décadas anteriores. Ganhou na época grande expressão uma campanha já lançada pelo falecido I. Andropov contra o alcoolismo e, especialmente, contra o consumo imoderado da vodca, responsável por enormes gastos em saúde, além de prejuízos de toda ordem – morais e econômicos – para o conjunto da sociedade.

Embora pudessem ter alguma repercussão e eficácia, as campanhas ideológicas tendiam a frustrar as expectativas, pois o enfrentamento de desafios históricos exigia algo bem mais profundo e consistente. Assim, desde outubro de 1985, apareceu uma perspectiva mais ambiciosa, traduzida numa outra palavra russa, a *perestroika* (reestruturação). Não se tratava mais de acelerar simplesmente os ritmos de um sistema, mas de reformá-lo em profundidade, *reestruturá-lo*.

Um livro de autoria do próprio Gorbatchov, com a palavra no título, virou um *best-seller* na União Soviética e em todo o mundo. Em linguagem simples e clara, didática, formulava uma análise sem concessões do socialismo soviético e de seus impasses. O país modernizara-se e se transformara numa superpotência, é verdade, mas havia problemas estruturais que se acumulavam: desperdícios colossais, excessivo centralismo, critérios de avaliação exclusivamente quantitativistas, privilégios inconcebíveis, negligência e mesmo desrespeito em relação às demandas sociais, doses elevadas de arbítrio e conseqüente fragilidade do Estado de direito. A dureza e a precisão do diagnóstico não eram acompanhadas, no entanto, por uma clareza equivalente de soluções e de alternativas. O autor limitava-se a propor uma sociedade ideal: produtiva, pacífica, justa, livre e democrática. Era preciso, argumentava, reconquistar a *alma* dos soviéticos para o socialismo que devia recuperar o charme e mobilizar as pessoas pela sedução do convencimento e não pela força dos tanques.

Para além desses nobres propósitos, porém, o texto não apontava propostas de políticas concretas, legislações específicas, capazes de desatar os nós e de superar os estrangulamentos e os problemas denunciados.

No Partido perfilavam-se já correntes e lideranças *reformistas*, mais preocupadas com as mudanças consideradas necessárias, e *conservadoras*, apegadas à situação existente, temerosas de que reformas mal elaboradas pudessem conduzir à desorganização e ao retrocesso. No entanto, os debates ocorriam num nível alto de abstração, desenhando-se um consenso enganoso.

Quando se realizou o XXVII Congresso do Partido Comunista, realizado em fevereiro-março de 1986, quase trinta anos depois do início da *desestalinização*, causou grande repercussão o discurso de Gorbatchov, propondo mudanças radicais na economia, nas instituições políticas e na política externa. Anunciou-se então a *glasnost* (transparência), uma outra palavra russa que correria mundo. Evidenciava a perspectiva de submeter a administração pública ao controle da sociedade, o que suscitou expectativas de democratização do Estado. Entretanto, foi sintomático, apesar de todos os debates, que não tenham sido definidas propostas políticas claras no sentido de reformas práticas baseadas nos princípios com os quais, pelo menos aparentemente, todos diziam concordar.

Ampliavam-se, contudo, as margens de liberdade na sociedade. Nos jornais, revistas e televisões, acendiam-se as controvérsias em torno do que muitos viam como as mazelas do regime existente. Gorbatchov, retomando o estilo de

Kruchov, corria o país, ouvindo reivindicações, discursando, mobilizando e agitando as consciências e as vontades.

Foi então que, em 26 de abril de 1986, ocorreu a explosão do reator nuclear de Chernobyl, na Ucrânia. Uma exposição de feridas, um trauma. Ao contrário da tradição de tentar tudo esconder, e manter em segredo, sobretudo os problemas, o governo, depois de uma certa hesitação e de denúncias provindas da Suécia, deu ampla publicidade ao assunto, notificando as agências e a opinião pública internacionais. Nada a esconder, ao contrário, dar a público, reforçando-se a orientação favorável à *glasnost*. Chernobyl, denunciava Gorbatchov, procurando extrair vantagens políticas do episódio, era a própria síntese da modernidade problemática e inacabada da União Soviética. Para evitar a possibilidade de tragédias semelhantes no futuro, era preciso avançar com a *perestroika*.

Mas em que direções exatamente? Como se traduziriam na prática os altos propósitos da *perestroika*?

O governo fizera aprovar as primeiras leis que anunciavam caminhos. Em novembro de 1986, o trabalho individual privado, já existente no mercado informal, foi reconhecido e regulamentado. Seis meses depois, aprovou-se um novo estatuto autorizando a existência de cooperativas autônomas. Entre outros objetivos, tinha a perspectiva de conferir dinamismo aos *kolkhozes*, sempre muito dependentes e controlados pelo Estado. Um pouco mais tarde, em junho de 1987, para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 1988, uma nova lei consagrava juridicamente a autonomia das empresas. Visava substituir os métodos administrativos tradicionais por critérios econômicos. As empresas ganhavam maiores margens de liberdade para escolher fornecedores e clientes, fixar preços para os produtos e remuneração para os trabalhadores. Os planos centrais tenderiam, gradativamente, a adquirir um caráter apenas indicativo.

As novas leis retomavam na prática princípios e referências das reformas econômicas sugeridas desde os anos 60, tentando combinar os critérios e as vantagens da economia de planejamento e da economia de mercado, segundo os termos defendidos desde o início da *perestroika* por A. Iakvolev, um dos principais assessores de Gorbatchov.

Para que fossem realmente aplicadas e ganhassem eficácia, era, entretanto, necessário complementá-las com outras medidas e políticas: uma profunda reforma bancária e financeira, agilizando e viabilizando o crédito, uma reforma

geral dos preços e dos subsídios tradicionais, uma lei geral de falências, em que se previsse o destino de empresas que não conseguissem obter lucros (25% dos casos, segundo as próprias autoridades), uma proposta de formação e de reatualização do pessoal das empresas que, eventualmente, tivessem de fechar etc. Ora, como nada disso foi feito, as leis aprovadas tenderam a ficar no papel, símbolos de uma vontade ainda não muito amadurecida...

A *perestroika* parecia entravada. No entanto, num contexto cada vez mais livre de restrições e censura, fluíam críticas e reivindicações.

O modelo soviético sob o fogo da crítica: reformistas *versus* conservadores

A modernização soviética começou a ser questionada do ponto de vista ecológico. Algumas experiências exemplarmente negativas tornaram-se conhecidas para o grande público: o ressecamento do Mar Aral, a poluição extrema do Lago Lagoda, uma das maiores reservas européias de água doce. Outros grandes projetos eram reavaliados e criticados, como o do redirecionamento de rios siberianos, sem uma estimativa criteriosa do impacto ambiental conseqüente. O desenvolvimento soviético tinha uma dinâmica predatória porque baseada em critérios *produtivistas*. Era preciso formular novas concepções que respeitassem a natureza e os interesses das gerações futuras.

Problemas de outra natureza, aparentemente superados, mas apenas censurados, ou ocultados pela propaganda *positiva*, apareciam agora à luz do dia: deficiências dos sistemas de educação e de saúde, questões relativas à prostituição e ao consumo de drogas pesadas, tradições *machistas* persistentes, obrigando as mulheres a cumprir a chamada *dupla jornada de trabalho*, profissional e doméstica.

Os privilégios de todo tipo das autoridades administrativas e políticas eram contrastados com a dureza das condições de vida e de trabalho dos cidadãos comuns. Boris Ieltsin, nomeado por Gorbatchov para dirigir o Partido Comunista em Moscou, em fins de 1985, adquiriu súbita notoriedade e ampla simpatia popular por denunciar a prevaricação e os abusos dos *burocratas*, homens de poder e de prestígio, dispondo de lojas especiais, colônias de férias, transporte particular, informações privilegiadas, direito de viajar ao estrangeiro. Uma verdadeira *casta* que precisava ser controlada e apontada à execração pública.

Sucediam-se escândalos de corrupção, alguns de ampla repercussão, como o ocorrido no Usbequistão, envolvendo o genro de Brejnev, Y. Tchurbanov, acusado de ter desviado, no contrabando de algodão, cerca de U$ 1 bilhão, em cumplicidade com C. Rachidov, ex-dirigente daquela república soviética asiática, já falecido. O caso tornou-se emblemático, envolvendo milhares de pessoas. A chamada *máfia* do Usbequistão, a rigor, não era um caso isolado. Processos similares foram detectados na Moldávia, no Casaquistão. Disseminavam-se por todo o Estado soviético, ramificando-se a partir de Moscou. Na cúpula do poder, não existira durante décadas a chamada *máfia* de Dniepropetrovski, encabeçada por Brejnev em pessoa? Estruturas paralelas, clientelísticas, grassavam nos interstícios institucionais, nas fronteiras entre o legal e o ilegal, driblando as diretrizes e as convenções centralistas, aparentemente respeitadas, mas demasiadamente rígidas para serem eficazes. Na verdade, embora informais, ou talvez por causa disso mesmo, eram fatores muitas vezes essenciais à realização das metas planejadas, *faziam as coisas funcionarem*, ao arrepio ou mesmo contra as leis existentes. Nas empresas, no aparelho do Estado, nas instituições de todo tipo, formava-se uma contra-sociedade, organizando-se em círculos concêntricos. Não havia cidadão soviético que pudesse (sobre)viver sem o recurso aos expedientes dessas *redes informais* que, de algum modo, burlavam as normas e a legislação. Com o passar do tempo, considerando-se as oportunidades abertas, muitas se transformariam em estruturas permanentes, hierarquizadas, praticando o crime organizado, *máfias* propriamente ditas.

O debate das denúncias revigorava a sociedade, revitalizava os meios de comunicação. Os questionamentos e as críticas, recalcados e censurados, apareciam muitas vezes com uma virulância insuspeitada, propondo revisões desesperadoras do passado soviético. Nada se salvava daquele incêndio. Alguns não hesitavam em dizer que, desde a revolução em 1917, a União Soviética estava num desvio de rota, não podia senão desembocar num fracasso histórico colossal. Era preciso, portanto, aprofundar e acelerar as reformas, enfraquecer ou destruir os núcleos conservadores, contrários às mudanças, como gostava de dizer Boris Ieltsin, o dinâmico chefe do Partido em Moscou.

Nem todos, entretanto, concordavam com essas apreciações, consideradas *negativistas*. Eram muitos os que defendiam as tradições soviéticas. Articulavam-se nas instituições políticas, nos ministérios centrais, nas altas instâncias do Partido Comunista, contando com, e estimulando, os reflexos conservadores largamente disseminados na sociedade. De fato, a insatisfação era palpável, mas mudar como, com que ritmos e em que direção? O chefe aparente

da corrente conservadora, extremamente heterogênea, era E. Ligatchev, que se encontrava no centro do poder, responsável pela ideologia, considerado número dois do Partido, logo abaixo do próprio Gorbatchov.

Em meados de 1987, os conservadores pareciam estar ganhando posições importantes. Em outubro, duramente criticado por um reformismo *excessivo*, Boris Ieltsin perdeu os postos que detinha na administração do Partido e do Estado. Pouco depois, por ocasião dos setenta anos da revolução soviética, Gorbatchov permitiu-se um elogio a Stalin, antes já duramente criticado, agora louvado por sua capacidade em manter a unidade do Partido e da sociedade. O que parecia uma escalada dos conservadores culminou, em 13 de março de 1988, com a publicação, pelo jornal *Sovietskaia Rossia*, de um artigo contendo críticas contundentes à *perestroika* e aos partidários das reformas. Ninguém poderia discutir a sinceridade das convicções da autora, uma professora de Leningrado, Nina Andreeva, mas era claro que ela exprimia e se apoiava em altos escalões do poder.

A sociedade e a opinião pública internacional ficaram perplexas, na expectativa, iria encerrar-se a experiência da *perestroika* e da *glasnost*?

Glasnost e democratização do estado

Foi preciso esperar um pouco mais de três semanas para que o *Pravda*, órgão oficial do Partido, publicasse uma nota crítica ao destempero da professora, reafirmando e defendendo os princípios da *perestroika* como uma *revolução no pensamento e na ação* e formulando críticas à passividade com que a sociedade em geral e a imprensa em particular haviam reagido ao ataque orquestrado pela *Sovietskaia Rossia*.

O real significado desse episódio ficou relativamente obscuro. Entretanto, o debate foi reatado e as reformas pareceram retomar fôlego. O cenário para o próximo enfrentamento entre reformistas e conservadores seria, agora, a XIX Conferência Pan-Russa do Partido Comunista, convocada para junho de 1988, reunindo milhares de delegados de toda a União Soviética.

O povo soviético foi então brindado com um debate raro na história do país. Opiniões contraditórias, vaias, aplausos, interrupções, fazendo lembrar tempos pretéritos, quando os sovietes tinham sido criados como autênticos parlamentos

plebeus, sem regras e normas rígidas, palcos de intensas discussões, ágeis e voláteis. A sociedade acompanhava o processo, televisionado ao vivo, devorando jornais e revistas, debatendo em toda a parte as grandes questões então consideradas.

Prevaleceu a proposta de criação de uma nova instituição, o Congresso dos Deputados do Povo. Teria 2.250 deputados, escolhidos por três colégios eleitorais distintos: um primeiro terço seria eleito por todos os cidadãos, em circunscrições territoriais; um outro terço seria escolhido, proporcionalmente, pelas diferentes nações soviéticas. Finalmente, um último terço seria designado por determinadas instituições: o Partido Comunista, os sindicatos, as instituições acadêmicas, as organizações populares etc. A esse Congresso competiria escolher um soviete supremo, de cerca de quinhentos deputados, e, diretamente, o presidente do Estado soviético, a quem seriam delegados poderes extraordinários.

Desenhava-se assim uma instituição estatal autônoma em relação ao Partido Comunista. O seu presidente, com amplos poderes, também ganharia uma força considerável, apenas referida aos seus eleitores, e não mais, pelo menos formalmente, ao Partido até então todo-poderoso. Amadurecia a visão, não ocultada por Gorbatchov e seus correligionários mais próximos, de que a *perestroika* deveria ser precedida pelo aprofundamento da *glasnost* ou, em outras palavras, de que a reforma econômica deveria ser antecedida e, de certo modo presidida, pela reforma política.

A campanha eleitoral empolgou o país durante o inverno de 1988-1989, mesmo porque, em muitas circunscrições, múltiplas candidaturas, então autorizadas, disputavam o voto dos cidadãos, promovendo debates contraditórios e mobilizando as consciências. Para quase todos, um processo inédito, em que tudo era possível discutir e questionar, até mesmo o regime socialista e a modernidade soviética.

O socialismo em questão

Desde a vitória da revolução, ao lado das cerradas críticas dos conservadores de todos os bordos, que associavam o comunismo ao terror, à ineficiência e à morte, apareceram no interior das próprias correntes socialistas questionamentos ao caráter do regime instaurado na União Soviética.

Na social-democracia ocidental, Kautsky, hesitando, recorreu a várias categorias para tentar decifrar o enigma: socialismo de quartel, capitalismo de Estado, contra-revolução termidoriana, bonapartismo, fascismo... Aquela experiência original, herética, podia ser tudo, menos socialismo.

Outras correntes radicais, depois de aliarem-se brevemente aos bolcheviques ao longo do *ano vermelho* de 1917, não aceitaram a ditadura bolchevique em nome do proletariado. Conselhistas, comunistas de esquerda, anarquistas, desde o início dos anos 20, e mesmo antes, denunciaram os bolcheviques como usurpadores e o seu regime como uma tirania regida por um sistema de capitalismo de Estado. Essa interpretação seria retomada, muitos anos mais tarde, e com diversas angulações, por outras correntes, inclusive pelo maoísmo chinês e por acadêmicos a ele associados.

Trotski, desde antes de sua expulsão da União Soviética, embora reconhecendo o caráter socialista da revolução, defenderia a tese de um processo *degenerativo* burocrático. Era necessária uma nova revolução, política, para recolocar o país no rumo de um socialismo autêntico.

Depois da Segunda Guerra Mundial, no quadro da guerra fria, uma certa sovietologia acadêmica, basicamente norte-americana, retomaria o conceito de *totalitarismo*, já empregado por dissidências dos anos 30, para caracterizar o regime soviético, igualando-o ao fascismo e ao nazismo. Nessa análise privilegiava-se a instância política, aparecendo o Estado como onipotente, um verdadeiro demiurgo da história. A sociedade, vitimizada e atomizada, não teria forças para rebelar-se, nem para reformar o Estado e a economia. Daí se concluía, quase sempre, que só uma guerra externa poderia conduzir a mudanças na URSS, o que agradava às correntes belicistas, os *falcões* da guerra fria.

Num outro registro, interpetações diversas tentavam encontrar outras chaves, como a de privilegiar comparações entre a URSS e antigos regimes asiáticos, ou a de cunhar novos termos para um regime que não seria socialista, tampouco capitalista, mas *tecno-burocrático*.

Finalmente, a tese de que o regime soviético, embora fugindo das previsões dos grandes teóricos socialistas do século XIX e apesar de todas as distorções e deformações, afirmara uma modernidade alternativa, socialista: o *socialismo realmente existente*. Apesar de tautológica, a idéia encontrou muito eco e aceitação.

Todas essas idéias e teorias voltavam agora com força, agitadas no grande debate em que mergulhava a sociedade soviética, reaprendendo os encantos e as incertezas das liberdades de pensamento e de expressão. Mas havia sombras naquele cenário.

Contradições e impasses da *Perestroika*

A economia, em seus distintos setores, não deslanchava, ao contrário. Os índices de produção e produtividade almejados em 1986, quando se definiu o XX Plano Qüinqüenal, não se realizavam. A agricultura continuava apresentando rendimentos insuficientes. Em 1988 a colheita de cereais alcançou 195 milhões de toneladas, quase 20% a menos do que em 1978, dez anos antes. Acumulavam-se problemas no abastecimento de gêneros de toda a espécie, gerando escassez, filas, prateleiras e geladeiras vazias. O racionamento da carne atingia oito das quinze repúblicas e 26 regiões na Federação Russa. O de açúcar e de manteiga alcançava 32 e 53 regiões da Rússia, respectivamente.

Numa outra dimensão, surgia, com uma força imprevista, a *questão nacional*. No livro sobre a *perestroika*, Gorbatchov mal tocara no assunto, não o considerando um elemento crítico. No entanto, contradições nacionais começaram a tomar vulto. Em fins de 1986, uma revolta popular no Casaquistão, contra a nomeação de um russo para o posto de primeiro-secretário do Partido naquela república, produzira dois mortos e duzentos feridos. No verão de 1987, houve manifestações dos tártaros da Criméia em Moscou reivindicando autorização para voltarem para as terras de origem, de onde haviam sido deportados na fase final da Segunda Guerra Mundial, e agitações nacionalistas nos países bálticos e na Moldávia, questionando as anexações realizadas em fins dos anos 30 (pacto germano-soviético) e reiteradas depois da derrota nazista. Finalmente, e mais importante, a partir de fevereiro de 1988, e se estendendo por todo o ano de forma incontrolável, ocorreram graves conflitos (saques e *progrooms*) entre armênios e azerbaidjanos pelo controle da república autônoma do Alto Karabakh, de maioria armênia, mas inserida administrativa e juridicamente na república soviética do Azerbaidjão.

A rigor, como vimos, desde outubro de 1917, e da fundação da URSS, em 1922, o poder revolucionário teve que se haver com a multiplicidade de povos, línguas e religiões que há séculos haviam caracterizado a história do império tsarista. O próprio nome do novo país indicava um caminho, o do reconhecimento das

identidades culturais e políticas nacionais. E com efeito, ao longo da história soviética, certos aspectos culturais, alguns absolutamente cruciais, foram bastante valorizados, aprofundando as identidades de tipo nacional. Pequenas nações chegaram a ganhar pela primeira vez em sua história línguas escritas, devidamente reconhecidas e sistematizadas em dicionários.

Ao mesmo tempo, segundo as conjunturas, o poder central não conseguiu evitar as tentações centralistas e russificantes, sobretudo no plano político, embora até mesmo a cúpula do poder fosse permeável à ascensão de “alógenos” não-russos, feita a ressalva de que eram sempre profundamente “russificados” (casos, entre outros, do próprio Stalin – georgiano de origem – e de Khruchov, ucraniano).

O fato inegável, contudo, é que, para além dos avanços substanciais em certas áreas, as contradições nacionais eram bastante subestimadas, se não ignoradas. E por isso mesmo, no contexto da crise que se avizinhava, explodiriam com um vigor inesperado.

Reivindicações de tipo nacionalistas também voltaram a agitar as *democracias populares* na Europa central. Na Polônia, em 1989, depois de quase sete anos de ditadura militar, o general Jaruzelski foi obrigado a reabrir conversações com o Solidariedade, movimento que conjugava dimensões sindicais e políticas, além de forte conotação nacionalista e religiosa (católica). O processo desembocou em eleições, realizadas em junho daquele ano, amplamente vencidas pelo Solidariedade, cujos representantes passaram a compartilhar o poder com os comunistas.

Na Hungria, desde maio de 1988, K. Groz substituíra o envelhecido J. Kadar, acelerando e aprofundando um programa de reformas no sentido da descentralização e da desestatização da economia. No plano político, quebrou-se o dogma do partido único, autorizando-se a formação de novos partidos (Aliança dos Democratas Livres e Fórum Democrático).

Diante desses processos e acontecimentos que subvertiam a ordem instaurada na região desde a conferência de Ialta, questionando as determinações da *doutrina Brejnev* de soberania limitada, Gorbatchov e o Estado soviético nada faziam, parecendo desinteressar-se do destino daqueles países e povos. Os conservadores de todos os bordos, especialmente nas Forças Armadas, alarmavam-se, inquietos e desorientados.

Nada conseguia, porém, abalar a autoconfiança de Gorbatchov e as reservas de apoio que aparentava ter na sociedade.

Com efeito, as eleições para o Congresso dos Deputados do Povo tinham sido um grande sucesso para a sua liderança pessoal e política. Antes que elas se realizassem, em fins de 1988, conseguira afastar Ligatchev dos postos que ocupava, consolidando ainda mais o controle dos aparelhos centrais do Partido e do Estado. Depois das eleições, presidira uma vez mais os debates acalorados, dando demonstrações de serenidade e equilíbrio. Fizera aprovar um conjunto de reformas, ganhando amplos poderes para implementá-las, agora como presidente eleito. Em 1990, na segunda sessão do Congresso, conseguiu mesmo aprovar a quebra do monopólio político do Partido Comunista, garantido até então por dispositivo constitucional. As instituições estatais ganhavam decisiva autonomia em relação ao *partido-guia*.

O fim do socialismo na europa central

No plano internacional, Gorbatchov alcançou o apogeu de sua popularidade em 1989-1990. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, consumada em 1989, consagrava uma política destinada a atenuar ou eliminar, onde fosse possível, conflitos regionais que, embora com causas específicas e autônomas (Nicarágua, Angola, Camboja), tinham sido sempre alimentados e estimulados pelas rivalidades entre as superpotências.

O mais impressionante, no entanto, fora o fulminante desmoronamento do socialismo na área da Europa central. Depois dos acontecimentos na Polônia e na Hungria, já referidos, o processo ganhou ritmo e força. Em abril de 1990, em eleições livres, os comunistas foram fragorosamente derrotados pelo Fórum Democrático na Hungria. Em dezembro do mesmo ano, os poloneses elegeram Lech Walesa, o líder histórico do Solidariedade, como presidente da República. Em seguida, os acontecimentos precipitaram-se na República Democrática Alemã, considerada a *democracia popular* de economia mais próspera e sólida na área. Movimentos sociais consideráveis enfraqueceram decisivamente o governo. Os comunistas ainda tentaram manobrar, substituindo o encanecido E. Honecker por E. Krenz, aberto e disposto a concessões. Mas já era tarde: a abertura e posterior destruição do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, liquidaram as possibilidades do socialismo no país. Uma última tentativa, com H. Modrow como primeiro-ministro, também não funcionou. Eleições realizadas

em março de 1990, atribuíram ampla vitória à Aliança pela Alemanha, coalizão anticomunista formada por diversas tendências, com apoio explícito do primeiro-ministro H. Kohl, da República Federal Alemã, e comprometida com um programa de reunificação da Alemanha sob hegemonia e controle da Alemanha ocidental.

Na sequência, foi a vez da Checoslováquia. As manifestações começaram apenas uma semana depois da queda do Muro de Berlim, em 17 de novembro de 1989. Em pouco mais de dois meses, uma agitação social crescente levaria à derrubada do governo comunista e a eleições que designaram V. Havel, famoso teatrólogo e conhecido *dissidente*, presidente da República. Num processo pacífico, *a revolução de veludo*, o país livrava-se do *socialismo realmente existente*. A Romênia passaria, no mesmo período, por um processo análogo de protestos maciços contra o governo comunista, mas aí não houve uma transição pacífica. Episódios de repressão brutal e revoltas populares conduziram finalmente à prisão, julgamento sumário e execução do ditador N. Ceausescu e de sua mulher. Na Bulgária, a retirada dos comunistas ocorreu em melhores condições com a substituição do velho líder, T. Zhikov, em fins de 1989. No ano seguinte, em junho, com novo nome e totalmente *aggiornados*, os comunistas conseguiram ganhar as eleições, mas decididos a fazer as concessões necessárias que assegurariam uma transição pacífica para um novo regime social.

De sorte que, entre 1988 e 1990, em pouco mais de dois anos, e à exceção da Albânia,[1] todo o chamado Leste Europeu, considerado por muitos como uma área destinada indefinidamente ao domínio soviético, não apenas saíra da órbita de Moscou, como abandonara o socialismo como projeto de sociedade. E a URSS nada fizera para detê-lo.

A desintegração da União Soviética

A guerra fria terminara. Mais uma prova disso, e definitiva, fora a atuação conjunta dos Estados Unidos e da União Soviética na guerra contra o Iraque, em 1990-1991. A reunificação da Alemanha conferira a Gorbatchov o Prêmio Nobel da Paz. A popularidade do líder soviético junto à opinião pública internacional, sobretudo nos países capitalistas mais avançados, alcançava recordes históricos. No entanto, na União Soviética, em contraste, o mesmo não se verificava.

Multiplicavam-se as tensões sociais, o descontentamento. No verão de 1989,

houve um importante movimento grevista entre os mineiros do carvão da Ucrânia. Novas greves explodiram no verão seguinte, reclamando contra os salários defasados e a escassez de gêneros básicos. O discurso da eficácia, que fundamentava a *perestroika*, não se concretizava na prática. Os funcionários do Estado e do Partido, os militares, os trabalhadores urbanos e os camponeses, todos tinham reivindicações não atendidas e protestavam. Havia uma atmosfera de decantação, esperanças cultivadas que não se realizavam, acumulando frustrações.

Na realidade, as cartas pareciam embaralhar-se num contexto de crise de referências. No início, a sociedade parecia unânime e coesa em torno das linhas mestras desenhadas por Gorbatchov: era preciso reformar o socialismo para melhorar o sistema. No entanto, numa etapa seguinte, núcleos conservadores começaram a se desenhar, sobretudo nos aparelhos do Estado e do Partido. Sob crítica crescente, tendiam a cultivar reflexos conservadores. Os estratos mais velhos da sociedade, por sua vez, também tendiam a recusar as críticas destrutivas que se multiplicavam, negando, às vezes radicalmente, qualquer positividade à experiência socialista soviética. Também começaram a se manifestar contra o reformismo gorbatchoviano. Entre os trabalhadores de empresas notoriamente deficitárias, surgia da mesma forma o receio do eventual desemprego, acenado por vezes como "inevitável" num processo de "reestruturação" geral da economia. Apesar disso, em amplos setores, sobretudo entre os jovens, mas mesmo dentro dos próprios aparelhos políticos, em razão do profundo desgaste do poder e da influência declinante da ideologia e do Partido comunistas, expandia-se a simpatia por um reformismo cada vez mais radical, que passou, a partir de um determinado momento, a questionar as próprias bases do socialismo.

A sociedade estava de ponta-cabeça. As idéias reformistas, abrigando desde os que ainda se mantinham fiéis ao socialismo aos que já se colocavam como perspectiva a economia "de mercado", atravessavam transversalmente a sociedade, contaminando diferentes categorias sociais. Mas seria impróprio imaginar que apenas os *aparatchiks* lutavam para conservar a ordem, vista como razoável, embora imperfeita, por muitos estratos intermediários e de trabalhadores.

O governo, apesar dos poderes extraordinários com que fora investido pelo Parlamento eleito, parecia desorientado. A constante troca de responsáveis econômicos exprimia dúvidas e incertezas básicas. No início, confiara-se no

grupo do Instituto de Novossibirsk, dirigido por A. Aganbeguian e T. Zaslavskaia. Os diagnósticos da economia soviética, de seus impasses, inspirariam e informariam a formulação da *perestroika*. Em seguida, veio a equipe do Instituto de Economia da Academia de Ciências, dirigida por L. Abalkin. Depois, foi a vez de S. Chatalin e N. Petrakov. Finalmente, G. Iavlinsky e os assessores norteamericanos. Cada qual com sua própria plataforma de reformas. Mas os projetos não conseguiam gerar os efeitos esperados.

Ao longo do tempo, Gorbatchov primara pela clareza no diagnóstico dos problemas estruturais do sistema soviético. Mostrara igualmente uma grande habilidade em afastar inimigos e concentrar poderes, um gênio da manobra política *curta*. Em relação, porém, a políticas concretas, capazes de produzir efetivas e rápidas transformações na sociedade e na economia, o fracasso era claro.

Nas brechas de uma crise que se aprofundava, como sempre acontecia, desde os tempos do velho império tsarista, as nações não-russas apareciam com seus programas e reivindicações de autonomia cultural e política. Algumas já falavam abertamente em secessão. Nos países bálticos, na Ásia central, no Cáucaso, até mesmo na Rússia e nas duas outras nações eslavas (Ucrânia e Bielo-Rússia [ou Belarus]), consideradas o núcleo básico de sustentação da União Soviética, os parlamentos nacionais proclamavam a própria *soberania* em relação ao poder central da União, ou seja, a primazia das leis *nacionais* sobre as leis *soviéticas*. Num contexto de predomínio de forças centrífugas, qual seria o destino do poder central? Surgiu então, no segundo semestre de 1990, a idéia da formulação de um novo pacto federativo, uma União das Repúblicas Soberanas, em que, sintomaticamente, já não apareciam mais as menções ao socialismo e aos sovietes.

Os discursos de Gorbatchov pareciam contraditórios. Ora insistia, persuasivamente, na elaboração de um amplo acordo negociado, ora, em declarações apocalípticas, anunciava a possibilidade de uma desagregação caótica. A renovação do socialismo continuava como referência, mas combinada com o elogio das virtudes do *mercado.* Seria viável estruturar um sistema que pudesse contar com os aspectos positivos do plano centralizado e do mercado desregulado? Um *socialismo possível*?

O fato é que Gorbatchov nomeou, em fins de 1990, um governo formado por homens decididos a qualquer custo a impedir a implosão da União Soviética,

muito mais ligados às correntes *conservadoras*, que até então só haviam colhido derrotas, do que ao programa *reformista* que gerara a *perestroika* e com o qual Gorbatchov se identificara.

Em 17 de março de 1991, os resultados de um referendo organizado pelo poder central pareceu fortalecer a tese dos que defendiam a permanência da União, aprovada por 76,4% dos votos. Entretanto, seis repúblicas retiraram-se da consulta: Lituânia, Letônia, Estônia, Geórgia, Moldávia e Armênia. Os lituanos, em fevereiro, já haviam aprovado a independência por 90,5% dos votos. Pouco depois, em abril, o Parlamento da Geórgia tomou o mesmo caminho. Além disso, em outras repúblicas, como na Ucrânia, o referendo incluíra outras questões sobre a soberania local e regional, respondidas afirmativamente por ampla maioria, o que relativizava um pretenso acordo sobre a manutenção do poder central e da União.

Por outro lado, viriam da própria Rússia, uma vez mais, claras indicações da força do processo de desagregação. Boris Ieltsin, comprometido com a *soberania russa*, em eleições diretas, inéditas, em 12 de junho de 1991, foi escolhido presidente da República, com votação consagradora (57,3% dos votos), logo no primeiro turno. Ao mesmo tempo, em Leningrado e Moscou, A. Sobtchak e G. Popov, seus correligionários, também eram eleitos como prefeitos por amplas maiorias. Nascera uma espécie de poder paralelo ao da União, amparado e legitimado por eleições democráticas.

As contradições aproximavam-se agora de um desfecho, embora a maioria dos analistas continuasse considerando a desagregação da União Soviética como improvável, porque imprevista. Mas, de fato, era isso mesmo o que estava acontecendo.

As conversações lideradas por Gorbatchov para um novo tratado da União não chegavam a resultados. Afinal, aprovouse um texto, publicado em 14 de agosto de 1991, para ser assinado uma semana depois. Aparecia, porém, marcado por tantas barganhas e compromissos que não parecia oferecer alternativa segura para nenhuma força política em particular.

Criou-se então uma atmosfera de golpe de Estado. Os *conservadores*, entronizados em postos importantes da União pelo próprio Gorbatchov, pregavam o emprego de mecanismos de força para conter as forças da desagregação. Conspirações golpistas eram denunciadas pela imprensa e por

lideranças *reformistas*.

Gorbatchov ainda tentou um último recurso: compareceu à reunião do Grupo dos 7, o G-7, uma espécie de diretório dos países capitalistas mais ricos do mundo, para solicitar um auxílio econômico de emergência para socorrer a combalida economia soviética. Se fosse concedido, comprovaria, uma vez mais, seu prestígio internacional e poderia utilizá-lo como trunfo nas negociações no país. Mas a tentativa fracassou, obrigando o líder soviético a voltar para seu país humilhado e enfraquecido.

E então houve o golpe anunciado, desferido pelos homens que estavam no governo da União. Muito sintomaticamente, não falavam nem na defesa do socialismo, nem em nome do Partido, mas em salvar a União de uma desintegração caótica. Mostrando fraqueza, também não assumiam estar derrubando Gorbatchov, mas alegavam que este solicitara afastamento por motivo de saúde...

Ante a perplexidade geral, Boris Ieltsin, agora presidente eleito da Rússia, teve a coragem de tomar a liderança de um movimento para defender a legalidade. No Parlamento russo, em torno de alguns milhares de correligionários, conclamou o não-reconhecimento das lideranças golpistas e da resistência. Foi o que bastou para vencer, pois o esquema golpista desintegrou-se de modo fulminante, desmantelando-se como um castelo de areia, sem que fosse necessário travar um enfrentamento decisivo, nem dar um único tiro.

No contexto da confusão que se estabeleceu, aproveitando-se dela, atropelaram-se as proclamações formais de independência das repúblicas não-russas: Estônia (20 de agosto), Letônia (21 de agosto), Ucrânia (24 de agosto), Bielo-Rússia (25 de agosto), Moldávia (27 de agosto), Casaquistão e Quirguízia (28 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Usbequistão (31 de agosto), Tajiquistão (9 de setembro), Armênia (21 de setembro) e Turcomenistão (26 de outubro). Mais a Lituânia e a Geórgia, que já haviam proclamado as respectivas independências em fevereiro e abril; completava-se o quadro da desagregação da segunda superpotência mundial.

Em rápidos movimentos, Ieltsin consolidou seu poder, dissolvendo o KGB e o próprio Partido Comunista, acusado de cumplicidade na operação golpista e posto na ilegalidade. Em nome da Rússia, apropriou-se do Kremlin e do Ministério das Relações Exteriores. No início de dezembro de 1991, apoiado

pelos presidentes da Bielo-Rússia e da Ucrânia, anunciou a fundação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Pouco depois, em 21 de dezembro de 1991, em Alma Ata, capital do Casaquistão, onze repúblicas ex-soviéticas formalizaram a constituição da CEI. A Gorbatchov não restou mais do que a renúncia, assinada finalmente em 25 de dezembro de 1991.

O inacreditável acontecera: a União Soviética simplesmente deixara de existir.

1 A Albânia, no entanto, não escapou do processo. Em 1992, consumou-se ali também a transição para uma sociedade não-socialista.

7. A Rússia pós-socialista: apogeu e crise da utopia do mercado

Os anos 90 na Rússia, ainda dominados pela perspectiva de reformar em profundidade o sistema socialista, podem ser compreendidos em dois tempos. Numa primeira etapa, prevaleceu a proposta de uma transição rápida em direção ao capitalismo: foi a chamada *terapia de choque*, aplicada basicamente em 1992 e 1993. Nesses dois anos, contradições crescentes entre o presidente Boris Ieltsin e o Parlamento russo levariam a um choque frontal e a um desfecho violento: o Parlamento foi dissolvido e se aprovou uma nova Constituição. A partir daí inaugurou-se um segundo momento. Sem abandonar a meta de instaurar uma economia de mercado, adotaram-se políticas pragmáticas, mais ajustadas às tradições históricas russas, em que o papel do Estado sempre foi preponderante. Em todos esses anos, a sociedade russa compreendeu, uma vez mais à própria custa, que a história não dá saltos acrobáticos no curto prazo e que as transformações profundas eventualmente desejadas só podem tomar corpo ao longo do tempo, produto da vontade, do trabalho e da determinação de grandes maiorias.

A utopia do capitalismo a curto prazo e a terapia de choque

Extinta formalmente a União Soviética, em 31 de dezembro de 1999, a maioria da sociedade russa foi tomada por uma profunda expectativa de que seria possível, a curto prazo, alcançar os padrões de organização política, de desenvolvimento econômico e de bem-estar das sociedades capitalistas mais avançadas da Europa ocidental e dos Estados Unidos. Disseminada em toda a sociedade, havia uma admiração sem limites pelas realizações da *modernidade ocidental*, um mundo considerado *civilizado*, em contraste com a Rússia desestimada como *anacrônica* e *bárbara*.

O presidente Boris Ieltsin, eleito em junho de 1991, no auge da popularidade e da glória, exprimiu essas esperanças quando nomeou como primeiro-ministro E. Gaidar e sua equipe de economistas, assessorada por norte-americanos, como J.

Sachs. A idéia era desencadear uma *carga de cavalaria* – em rápidos movimentos, desmontar o sistema anterior, rasgar novos horizontes e permitir o advento de uma economia de mercado, liberada de entraves históricos, capaz de realizar as imensas potencialidades – humanas e materias – da sociedade russa.

Com o apoio e as bênçãos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, aplicou-se a conhecida receita: liberação total dos preços, suspensão imediata dos subsídios estatais às atividades econômicas, combate rigoroso ao deficit público, aperto no crédito, *verdade* cambial, política acelerada de privatização das empresas estatais.

Os resultados foram desastrosos.

Os preços dispararam: no fim do ano, em média, estavam trinta vezes maiores do que em janeiro, enquanto os salários apenas haviam dobrado. A atividade industrial, que já vinha declinando desde 1987, deu um salto para trás. Com as fronteiras praticamente abertas, do ponto de vista fiscal, o mercado russo foi invadido pelos produtos ocidentais, melhores e mais baratos, com as quais os russos não tinham condições de competir. Declinaram de forma brutal os investimentos (8% do Produto Nacional Bruto em 1995, comparados com 20%, em média, nos tempos do socialismo soviético). O desemprego, praga desconhecida na sociedade soviética, cresceu de forma descontrolada, atingindo cerca de dez milhões de pessoas, sem contar o emprego informal e o subemprego, e não foram criados, nem se pretendiam criar, serviços e redes de apoio e proteção sociais.

Houve um processo brusco de concentração de renda, favorecendo regiões e grupos determinados. Entre as primeiras, Moscou e São Petersburgo (a população da cidade, em plebiscito, resolvera recuperar o antigo nome), com serviços administrativos, comerciais e financeiros, beneficiaram-se largamente. Na sociedade, dirigentes políticos e administrativos, a grande maioria constituída de ex-comunistas, passaram muito rapidamente a acumular grandes fortunas, provenientes da canalização irregular de subsídios remanescentes e dos mecanismos de privatização denunciados como fraudulentos. Apesar das estatísticas imprecisas, há um certo consenso de que se destacou uma camada de cerca de 10% da população, os mais ricos, que passou a concentrar algo em torno de 40% da renda nacional, os *novos russos* (*novi ruskii*). Entre os que sofriam mais negativamente o impacto das reformas estavam os pensionistas, os assalariados de setores que permaneciam estatizados, como grandes segmentos

da saúde e da educação, os que viviam de rendimentos fixos, os desempregados. Na base da pirâmide, os 10% mais pobres deteriam apenas 1,5% da renda disponível. Segundo um relatório da Academia de Ciências, em 1993, um terço da população vegetava num nível abaixo da subsistência, enquanto se estimava que 10%, ou seja, cerca de 15 milhões de pessoas, estariam abaixo mesmo do nível de sobrevivência física.

O país parecia ter passado por uma guerra civil. A esperança de vida ao nascer, de 64 anos para os homens e de 74,4 anos para as mulheres em 1990 (já então em queda, em comparação a 1985-1986), caiu ainda mais, para 58 anos e 68 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

A população estava atordoada pelo contraste entre as expectativas positivas suscitadas e os resultados efetivos de uma situação catastrófica.

O Parlamento russo, eleito em 1990, passou a exprimir as insatisfações. Entre os oposicionistas, dois fiéis aliados de Ieltsin, o vice-presidente, Alexander Rutskoi e o presidente do Parlamento, Ruslan Khasbulatov. Segundo eles, era preciso suspender imediatamente a *terapia de choque*, porque o doente, no caso, a sociedade russa, estava agonizante. O processo de privatizações necessitava igualmente ser encaminhado com critérios mais definidos, evitando-se o descalabro e a corrupção que o caracterizavam, provocando escândalos e mal-estar. A transferência maciça de bens do Estado e da sociedade para mãos privadas explicitara e potencializara o fenômeno das *máfias*, produto da desorganização institucional e fator de agravamento de um processo caótico de desagregação com suas milícias privadas, fraudes escandalosas, contrabando de armas e matérias-primas estratégicas, exportação de riquezas colossais para paraísos fiscais.

O problema é que, para não poucos, o Parlamento, eleito em 1990, ainda era muito representativo do passado *soviético* para merecer confiança. Ielstin, apesar de tudo, continuava sendo uma referência nas denúncias e na luta contra um sistema que visivelmente a sociedade não desejava ressuscitar.

O enfrentamento entre o presidente e o Parlamento prolongou-se ao longo de 1993, radicalizando-se. Em abril, apesar de toda a insatisfação, um plebiscito reafirmou a confiança da população no presidente (58%) e em sua política (53%), mas os deputados mantiveram a pressão. Quando Ieltsin, evidenciando tendências autoritárias que antes tanto denunciara, dissolveu o Parlamento, em

setembro, os deputados recusaram-se a aceitar o fato consumado. Prepararam-se para a luta, acusando Ieltsin de golpista, tentando reeditar, a seu favor, os termos e a situação de conflito provocado pelo golpe de agosto de 1991. Mas os tempos eram outros. A população, talvez exausta de provações, não se mobilizou. As Forças Armadas, embora no início hesitantes, acabaram ficando com o presidente e, assim, depois de alguns dias de ameaças e contra-ameaças, bombardearam o Parlamento, em 4 de outubro, destruindo parcialmente o prédio, a chamada *Casa Branca*. Segundo dados oficiais, morreram duzentas pessoas e cerca de oitocentas ficaram feridas. O Parlamento foi temporariamente fechado, seus líderes, presos, a oposição *soviética*, aniquilada.

Não se instaurou, no entanto, a ditadura, como alguns, mais pessimistas, previram. Em 12 de dezembro de 1993, o presidente Ieltsin submeteu à sociedade uma nova Consituição, conferindo poderes extraordinários à presidência e enfraquecendo decisivamente o poder dos deputados. O povo a aprovou por maioria. Três dias mais tarde, eleições gerais designaram uma novo Parlamento, a Duma do Estado.

Surgiu então com força eleitoral um novo Partido Comunista da Federação Russa, em funcionamento desde o ano anterior, legalizado, afinal, depois de uma longa batalha jurídica. Com seus aliados, alcançaram votação expressiva, cerca de 25% dos sufrágios. Do mesmo modo, trabalhando com temas patrióticos e propostas de justiça social, um partido nacionalista, curiosamente autodenominado liberal-democrático, obtivera 22% dos eleitores. Quanto aos liberais de E. Gaidar, apesar dos imensos meios financeiros empregados, não alcançaram, com seus aliados, mais do que 25% dos votos, quando esperavam, no mínimo, metade dos sufrágios. Uma derrota política para o presidente, relativizada, porém, pelo enfraquecimento constitucional dos poderes do Parlamento. No entanto, boa parte da sociedade passara claramente a mensagem de uma insatisfação crescente com os rumos da política governamental, de desencanto com a subserviência às potências e aos modelos *ocidentais*. Parecia ter se desgastado a crença ingênua na utopia a curto prazo de um regime capitalista que pudesse salvar o país da deriva em que se encontrava.

A Rússia à procura de caminhos: revigoramento do poder central e economia mista

Desde antes das eleições de 1993, sensível às pressões sociais e ao descalabro

em que se encontrava a economia, o governo já se empenhava em reorientar suas políticas. A equipe responsável pela *terapia de choque* fora substituída por um veterano administrador do setor estatal da energia (petróleo e gás), V. Chernomyrdin. Um homem do Estado. Reunia as virtudes da tradição da *intelectocracia* russa e soviética: sobriedade, pragmatismo, sentido do papel do Estado, identificado como um instrumento fundamental para a sobrevivência e a modernização da nação.

Depois da derrota política eleitoral dos liberais, e no quadro do fortalecimento do poder estatal central, consagrado pela nova Constituição, o governo moderou o ritmo e, progressivamente, abandonou o radicalismo da ortodoxia liberal. Não se colocou em questão a perspectiva geral de instaurar uma economia de mercado, mas mudaram claramente as prioridades e as ênfases. Em vez de uma liberação descontrolada, uma política de regulamentação. No lugar de uma rápida privatização, uma política mais cautelosa, baseada na concepção de uma economia mista, reunindo empresas estatais, um setor onde se combinassem a participação estatal e os capitais privados, cooperativas e empresas totalmente privatizadas, nacionais e estrangeiras.

Procurou-se avançar na formulação de um quadro institucional e de legislações que permitissem alcançar um certo nível de previsibilidade política e econômica, essencial para atrair capitais externos e mesmo para recuperar o potencial de investimento da própria economia russa. Uma outra preocupação foi determinar uma política fiscal e disciplinar a arrecadação de impostos, conferindo ao Estado margens de intervenção e ação na economia e na sociedade. Finalmente, mas não menos importante, continuar com o processo de privatização (em 1995, o Estado já vendera cerca de 80% dos seus ativos), mas tentando deter e controlar os efeitos deletérios e nefastos ocorridos no período anterior. No plano da política externa, o governo consolidara relações amistosas com os países capitalistas avançados e, sobretudo, com os EUA. No entanto, a perspectiva de uma aceitação sem reservas da Rússia no quadro das instituições internacionais reunindo os países mais ricos do mundo enfrentou contradições imprevistas. Tanto no chamado Grupo dos 7 quanto na Otan, houve resistências mais ou menos ostensivas. Numa outra dimensão, os investimentos internacionais não afluíram na intensidade e nos ritmos esperados. Certos setores da sociedade russa reclamavam de um boicote deliberado, algo maquiavélico, destinado a *destruir* o país, mas não podiam deixar de reconhecer que a situação geral em que se encontrava a Rússia não era propriamente encorajadora para os que desejavam arriscar seus capitais.

Quando, apesar de tudo, o país retomava um certo nível de estabilidade, começou a guerra da Chechênia, em dezembro de 1994.

A guerra da Chechênia

Desde agosto de 1991, aproveitando-se do processo de desagregação resultante do golpe fracassado para derrubar Gorbatchov, que desembocou na dissolução da União Soviética, vários pequenos povos do Cáucaso tinham proclamado também a própria independência, fazendo brotar um conjunto de minirepúblicas no flanco sul da Federação Russa: Dniestr, Abkhazia, Karabakh, Ossetia do Sul e Chechênia. Nenhum desses Estados, porém, ao contrário das ex-repúblicas soviéticas, obteve reconhecimento internacional.

Depois do fim da União Soviética, o governo russo tratou, desde 1992, de negociar a reincorporação dessas pequenas nações, no que obteve êxito, à exceção da Chechênia, cujos dirigentes recusaram-se a aceitar um acordo que, embora concedendo margens apreciáveis de autonomia, mantinha a subordinação política a Moscou. Seguiu-se uma queda-de-braço de pressões e contrapressões, envolvendo interesses econômicos e geoestratégicos: o governo presidido por Ieltsin argumentava que seria um perigo o reconhecimento da independência da Chechênia pelos riscos de *contaminação* que poderiam advir para os inúmeros povos não-russos que continuavam a habitar nas fronteiras da Federação. Além disso, negócios e negociatas ainda obscuros, embora insistentemente denunciados pela mídia russa independente, envolvendo altos escalões do Estado e a chamada *máfia* chechena, teriam constituído fatores nãonegligenciáveis para explicar o conflito.

O fato é que, em dezembro de 1994, as Forças Armadas russas, reunindo cerca de quarenta mil homens, passaram à ofensiva na Chechênia com o objetivo de aniquilar o movimento independentista. Imaginou-se uma guerra curta e vitoriosa, capaz de fortalecer o prestígio político do governo, mas os chechenos, com grande tradição de luta e de rebeldia, resolveram resistir. Depois de um começo fulminante, quando, apesar de perdas consideráveis, conseguiram tomar a capital do país, Grozny, as tropas russas passaram a enfrentar uma desgastante guerra de guerrilhas. As perdas avolumavam-se, suscitando questionamentos e oposições. A sombra do fracasso da intervenção no Afeganistão começou a inquietar e assustar.

Um ano depois, em dezembro de 1995, as eleições para renovar a Duma do Estado atestaram a crescente impopularidade do governo. O partido formado por Chernomyrdin, apesar dos meios financeiros e midiáticos, elegeu apenas 65 parlamentares em 450 cadeiras em disputa. Somando todos os apoios, o presidente, mais uma vez, ficara apenas com cerca de um quarto da Duma, enquanto os comunistas e seus aliados elegiam 186 deputados, 32% da Assembléia.

O governo resolveu então iniciar conversações de paz com os chechenos, estabelecendo uma trégua. O conflito aberto era suspenso, as partes mantinham suas posições respectivas e, num prazo de cinco anos, a questão da independência voltaria a ser debatida. Ieltsin pensava já em reeleger-se, contrariando o conselho dos correligionários, dos médicos, que apontavam sua saúde debilitada, e as previsões sombrias das pesquisas de opinião pública que lhe conferiam apenas 5% das preferências em janeiro de 1996. Entretanto, numa campanha memorável, reverteu as expectativas. Ganhou o primeiro turno com uma maioria apertada – 35% a 32% dos votos atribuídos ao líder comunista G. Zyuganov –, e o segundo, fruto de uma hábil política de alianças, por 54% a 40% dos sufrágios, reafirmando a força de sua liderança carismática.

Na campanha eleitoral e nas urnas, uma vez mais, a maioria da sociedade, entretanto, pareceu distanciar-se das miragens e dos discursos delirantes da ortodoxia liberal, mas também não desejava voltar ao passado soviético. Os próprios comunistas, que reiteraram seu prestígio como segunda força política do país, embora reivindicando algumas tradições importantes do passado (defesa de uma sólida seguridade social, de um papel relevante do Estado na economia e da Rússia no plano internacional etc.), rejeitavam as acusações de que seriam candidatos a promover a ressurreição da União Soviética e da guerra fria. Desse ponto de vista, as freqüentes menções do candidato comunista, G. Zyuganov, a Stalin, se puderam contentar faixas de veteranos nostálgicos, acabaram prejudicando uma proposta de alianças mais amplas, essenciais para vencer Ieltsin.

A Rússia e os desafios de um novo século

Para o início do segundo mandato, o presidente eleito, apesar de minoritário na Duma do Estado, insistiu no pragmatismo de V. Chernomyrdin. A Rússia continuaria buscando estruturar um modelo de economia mista, com um Estado

central forte e revigorado. Ao mesmo tempo, era reafirmado o compromisso com o fim da guerra fria e a proposta de consolidar a inserção da Rússia nas instituições internacionais reconhecidas.

Embora as condições de vida registrassem melhoras, com a inflação descendo a menos de 2% ao mês, a situação continuava muito difícil, principalmente para os segmentos que se encontravam na base da pirâmide social. No entanto, uma política interna deliberada de preços baixos para a energia, além da manutenção de um conjunto de subsídios, conseguiu manter em funcionamento consideráveis setores do parque industrial remanescente, impedindo a elevação das taxas de desemprego. Por sua vez, as cotações internacionais relativamente altas do petróleo, principal produto de exportação da Rússia, conferiram margens de manobra ao governo para negociar dívidas e compromissos com as potências capitalistas e as agências internacionais (FMI e Banco Mundial).

A Rússia recobrava o fôlego, mas as expectativas favoráveis em relação à retomada de um crescimento continuado a partir de 1997 foram afastadas de modo brusco pela irrupção da crise financeira de 1998.

Desencadeada por dificuldades nas economias aparentemente sólidas dos chamados *tigres* asiáticos (Cingapura, Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan), a crise foi um vendaval, fazendo despencar bolsas de valores em todo o mundo e os preços das matérias-primas industriais e agrícolas, entre as quais o petróleo. A queda do preço médio do barril, de 40 para 10 dólares, teve um impacto devastador sobre as esperanças moderadamente otimistas que prevaleciam então na Rússia. Houve uma desvalorização abrupta do rublo, produzindo uma reaceleração do processo inflacionário.

O governo pareceu desorientado. Em cerca de um ano e meio, Ieltsin nomeou nada menos do que três primeiros-ministros (S. Kirienko, Y. Primakov e S. Stepashin). Ora, inclinavase pelo retorno a políticas liberais, ora, ao contrário, no caso da nomeação de Primakov, por uma proposta de orientação nacionalista, com ênfase na preponderância do Estado e de políticas de intervenção e regulação do mercado. Começaram a aparecer protestos sociais, vocalizados e estimulados por pressões da Duma de Estado, em que se agitavam de modo cada vez mais articulado os comunistas e os nacionalistas de todos os bordos.

Novos desafios políticos perfilavam-se no horizonte: as eleições para a Duma, em dezembro de 1999 e as presidenciais, para junho de 2000. Ieltsin não mais

poderia se candidatar. A Constituição o impedia formalmente de postular uma nova reeleição, mas outros aspectos pesavam ainda mais. A rigor, o velho líder ex-soviético e ex-comunista, sempre energético e dinâmico, já não era mais o mesmo, com elevados índices de rejeição política e com a saúde extremamente combalida.

Em agosto de 1999, depois de muito hesitar, nomeou, em manobra política surpreendente, V. Putin para a chefia de governo. Veterano funcionário da *comunidade de informações*, o novo primeiro-ministro era a imagem da perseverança e da discrição. Bem poucos acreditaram que tivesse sucesso político ou que permanecesse no cargo por muito tempo. Putin, no entanto, surgiu no cenário político como um homem seguro e determinado. Na tradição da *intelectocracia* russa, retomou as grandes linhas das políticas plasmadas por Chernomyrdin e Primakov. Sem romper com uma política internacional de inserção da Rússia nas instituições internacionais, adotou uma ênfase nacionalista. Em termos da política interna, afirmou-se a preponderância de um Estado centralizado, interventor e regulador.

Logo depois de sua nomeação, em setembro, uma série de brutais atentados a bomba, fazendo dezenas de vítimas em Moscou, e atribuída pelo governo aos chechenos, confirmou as qualidades de Putin de lidar e enfrentar situações de crise. Uma nova ofensiva contra a Chechênia, em larga escala, contou agora com a simpatia de boa parte da população, traumatizada pelos ataques terroristas.

Nas eleições para a Duma de Estado, em dezembro, Putin manteve a marca dos predecessores, um quarto das cadeiras, um resultado medíocre, mas, nas circunstâncias, foi considerado um início promissor, sobretudo porque a principal oposição, formada pelos comunistas, também não cresceu, ao contrário, registrou ligeira queda, não ultrapassando 25% das cadeiras.

No último dia do ano, quando se iniciava o novo século, em discurso emocionado transmitido para todo o país, Ieltsin renunciou à presidência e aos seis meses de mandato que lhe restavam. De acordo com a Constituição, cabia agora a Putin, como primeiro-ministro, assumir interinamente a presidência e organizar em três meses novas eleições. Foi uma manobra acertada, pois, na atmosfera de crise e de nova guerra contra a Chechênia, a candidatura de Putin surgiu com excelentes condições: um líder sem desgastes e compromissos com as tricas e futricas da política, discreto e sóbrio, aparentando força e determinação.

Nas eleições de março de 2000, Putin ganhou logo no primeiro turno, alcançando 53% dos votos, reeditando a *performance* de Ieltsin em 1991 e batendo Zyuganov (comunista), Zhirinovsky (nacionalista radical) e Yavlinsky (liberal moderado). No fim do ano, a economia registrou, pela primeira vez desde o início da *perestroika*, um índice de crescimento apreciável: 7%. A Rússia encontrara, afinal, uma alternativa viável?

Nos primeiros anos deste novo século, a Rússia oferece um panorama de contrastes. Permanece, apesar de toda crise por que passou e ainda vem passando, como potência nuclear. Em larga medida por essa razão, mantém seu lugar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi admitida no diretório dos países mais ricos do mundo, agora rebatizado como Grupo dos Oito (G-8). Manteve igualmente uma poderosa indústria de armamentos convencionais e tem feito disso, inclusive nos últimos anos, uma fonte importante de divisas, disputando vários mercados em todo o mundo com os EUA e outras potências exportadoras de armas e munições.

O país conserva trunfos apreciáveis: território imenso, recursos naturais excepcionais, população importante (cerca de 150 milhões de habitantes) e altamente instruída, considerandose os padrões internacionais. Além disso, do ponto de vista geoestratégico, em sua posição-chave, entre a Europa e a Ásia, continua em condições potenciais de desempenhar papel decisivo na configuração na Europa oriental e na articulação política e econômica de quase todas as ex-repúblicas soviéticas, à exceção das mais ocidentais (países bálticos), já alcançando padrões de integração avançada com a Europa ocidental, particularmente com a Escandinávia.

Na conferência de outros índices, entretanto, a Rússia parece com alguns grandes países do bloco agora chamado de em vias de desenvolvimento. Inserção subordinada no comércio internacional (exportadora de produtos primários e matériasprimas, principalmente o petróleo; importadora de tecnologia de ponta); dependência financeira das agências e dos investimentos privados internacionais; vulnerabilidade básica em relação aos fluxos dos capitais especulativos (crise de 1998); crescentes desigualdades sociais, traduzidas na constituição de uma pirâmide social semelhante à de muitos países da África, da Ásia e da América Latina. No topo, os *novos russos*, que fazem recordar, cada vez mais, os *nababos* dos velhos tempos do tsarismo, visíveis nos circuitos mais sofisticados do turismo internacional; na base, amplos segmentos de gentes desamparadas, vivendo em padrões mínimos de subsistência, ou

mesmo abaixo desses padrões.

Na discussão de alternativas, retornam referências que pareciam sepultadas pelo tempo e que animavam os ferozes debates entre *ocidentalistas* e *eslavófilos* do século XIX. A sorte da Rússia dependerá de sua integração ao Ocidente *civilizado*? Seu progresso e desenvolvimento deverão ser necessariamente medidos pela capacidade em alcançar os patamares e as condições materiais já atingidas pelos países mais ricos do mundo? Ou haverá alternativas possíveis de modernidade a serem desentranhadas das tradições e das condições especifícas da sociedade russa? O futuro da Rússia será decidido em aliança com a Europa ocidental e com os EUA, ou, numa outra direção, em articulações com sua periferia próxima e, mais amplamente, com os países e povos *deserdados* da Terra?

Num esforço gigantesco, desde as revoluções russas do início do século XX, e mesmo antes, pelo Estado tsarista, os russos tentaram elaborar e empreenderam a consecução de alternativas de modernidade aos padrões oferecidos pelo *Ocidente*, ou seja, pelos países capitalistas avançados. Fracassaram. A tradução dramática dessa derrota histórica traduziu-se pela desagregação da União Soviética, por uma profunda crise de referências, pela desestruturação cultural que se seguiu e pela desorganização política e econômica.

Agora, em outras condições, radicalmente distintas, ressurgem antigas questões, velhos dilemas. A sociedade russa terá forças e reservas para enfrentá-los de modo original e determinado, ou se limitará a perseguir as miragens de uma *terra prometida*, dependente de centros de decisão que escapam a seu controle e condicionam sua autonomia?

As heranças do socialismo soviético

Não seria razoável terminar sem breves reflexões a respeito do legado da experiência soviética. Trata-se de um tema difícil, polêmico, já que as revoluções russas e o socialismo soviético sempre foram objeto de amargas controvérsias e lutas apaixonadas.

Numa perspectiva de síntese, os seguintes aspectos parecem essenciais.

As revoluções russas desafiaram ordens consagradas: a do tradicional império

tsarista e a regida pelo capitalismo internacional. A metáfora do *elo da corrente*, empregada por Lenin, era adequada. Quebrou-se um *elo*, mas não foi possível quebrar a *corrente*. Na seqüência, mobilizando-se tradições antigas, utopias contemporâneas e sonhos de futuro, desencadeou-se um processo de *modernização alternativa* a que se atribuiu o termo discutível, e discutido, de socialismo. Foi concentrado e brutal, a um custo elevadíssimo, humano e material. Rompida a dependência em relação ao mercado internacional, conseguiu-se um extraordinário salto para a frente, econômico e social. Mas a própria equação que assegurara o salto, baseada nos planos centralizados, na economia estatizada e na ditadura política, entrou em crise. As tentativas de reforma, depois de alguns êxitos parciais, fracassaram. Quando a sociedade aprofundou o escrutínio, desagregou-se.

O que restou do imenso esforço?

Uma sociedade urbanizada, complexa, altamente instruída. Uma potência nuclear. Em comparação com o mundo mais pobre, avanços substanciais; com os países mais ricos, insuficiências ainda gritantes, agravadas agora por desigualdades sociais crescentes. Uma crise profunda de identidade e de referências culturais. Depois de dez anos da dissolução da União Soviética, para quase todos ainda é muito difícil lidar com o passado. Boa parte sente nostalgia do que se perdeu e também de uma certa *inocência*, igualmente perdida, e que agora é impossível cultivar. Outros, talvez a maioria, tateiam em busca do futuro, de modo nenhum satisfeitos, mas, pelo menos por enquanto, não querem ressuscitar o passado.

Para o mundo, sobretudo para a Europa, observou Hobsbawm, o socialismo soviético foi mais generoso do que para os próprios filhos. O Estado de bem-estar social deveu-se, nesse registro, e em larga medida, ao medo dos *vermelhos* e da revolução. O mesmo se poderia dizer em relação à decomposição dos impérios coloniais europeus, às vitórias das lutas de libertação nacional e à estruturação, desde os anos 30, das correntes nacional-estatistas na Ásia, África e América Latina, também tributárias, de algum modo, às pressões político-diplomáticas, ou ao auxílio militar, ou ao *exemplo* (economia planejada) oferecidos pela União Soviética.

O socialismo soviético deixou um rastro de intolerância política. Quando se tornou vitorioso, estimulou em toda a parte os valores da igualdade, da solidariedade, da cooperação, do primado dos interesses sociais sobre os

interesses individuais. No início dos anos 20 do século passado, embora cercada e faminta, a revolução russa semeava e despertava esperanças. Depois de décadas, só era capaz de mobilizar tanques e foguetes. A incapacidade histórica de construir uma alternativa éticocultural à sociedade e aos valores capitalistas é um pesado fardo que deixou para os que tentam reinventar a alternativa socialista no século XXI.

Por tudo o isso, os mais amargos não hesitam em dizer que a Rússia ensinou ao mundo caminhos que *não* devem ser trilhados. Enquanto os mais otimistas ainda sustentam que um gigantesco *assalto ao céu* da ordem constituída tem sempre seu valor e legitimidade, podendo proporcionar importantes referências para a reconstrução do futuro.

Entre essas alternativas, a aventura humana terá, como sempre, liberdade de escolha e não se pode esquecer que, *freqüentemente, é o improvável que acontece* (E. Morin).

Bibliografia

Na bibliografia que se segue, nem um pouco exaustiva, e com ênfase em trabalhos escritos ou traduzidos em língua portuguesa, gostaria de ressaltar apenas algumas referências.

Começo pelas que me são mais caras, e nas quais, em larga medida, me apoiei, ou me inspirei, para elaborar o presente livro. A principal dívida é com Moshe Lewin, pesquisador de história social, aguçado espírito crítico, sempre cuidadoso em evitar *a prioris* e ângulos deformantes que possam mal conduzir a visível empatia com o tema que sempre estudou com paixão e rigor. Em seguida, Nicolas Werth e Marc Ferro, mestres franceses, procurando sempre trabalhar na interseção da história política e cultural, sem esquecer a dimensão econômica, cujas pesquisas, orientações, manuais e seminários muito me ajudaram a pensar os problemas que tentei abordar. E a clássica história da revolução e de seus desdobramentos até os anos 30, de E. Carr. Para a informação e a análise dos dados e estatísticas, são indispensáveis as histórias econômicas de Alec Nove e Jacques Sapir, de que me servi amplamente.

Para a compreensão das *tradições russas*, além dos já referidos, são essenciais as obras de Raeff, Kappeler (questão nacional) e a clássica de Setton-Watson, além de Venturi com sua incontornável pesquisa sobre os intelectuais revolucionários.

Para as *batalhas historiográficas* em torno do caráter socialista das revoluções russas e do regime soviético, seria importante considerar a obra coletiva organizada por Hobsbawm; a corrente *liberal*, com a qual é indispensável manter o diálogo, em suas duas dimensões: os ensaístas mais sofisticados e fecundos (Arendt, Berlin, Furet) e os historiadores mais (Pipes) ou menos (Fainsod e Schapiro) dependentes das exigências da guerra fria; o *maoísmo acadêmico* (C. Bettelhein) e as tentativas de construção de *interpretações alternativas* (Claudin, Fernandes, Palmeira, Rodrigues, Segrillo, Pomar, Netto, Neves).

É preciso destacar ainda, e naturalmente, os autores e atores russos: os que participaram das revoluções e da primeira etapa da construção do socialismo – Lenin, Stalin, Trotski, Bukharin, Preobrazhensky, Kollontai, Makhno –; os que se empenharam, em vão, em reformá-lo – Kruchov, Gorbatchov, Iakovlev, Ieltsin –; e aqueles que tentaram compreender o enigma – Aganbeguian, Medvedev,

Zaslavskaia, Kagarlitsky, Maidanik.

É importante ainda mencionar as *dissidências* e os *malditos*: Babel, Benjamin, Suvarin, Chalamov, Grossman, Serge, entre muitos outros. Suas reflexões e reminiscências não raro ofereceram e ainda oferecem pistas preciosas para a compreensão das aventuras e desventuras do socialismo soviético.

Finalmente, um registro enfático para as obras de ficção. Entre os contemporâneos, Babel, Rybakov, Soljenitsin. E também os clássicos, não referidos na presente bibliografia, mas indispensáveis para a apreensão das tradições e *mentalidades* russas: Gogol, Dostoievski, Tolstoi, Gorki.

AGANBEGUIAN, A. *Movendo a montanha*. São Paulo: Best-Seller, 1989.

AGOSTI, A. O mundo da Terceira Internacional: os Estados-maiores. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. v. 6, p.99-168.

AMALRIK, A. *1984: a URSS chegará até lá?* Rio de Janeiro: Bloch, 1971.

ANWEILER, O. *Les soviets en Russie, 1905-1921*. Paris: Gallimard, 1972.

ARCHINOV, P. *História do movimento makhnovista*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_______. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

BABEL, I. *A cavalaria vermelha*. Belo Horizonte: Horizonte, 1989.

BENJAMIN, W. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BETTANIN, F. *A coletivização da terra na URSS*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BETTELHEIM, C. *As lutas de classe na União Soviética, 1917-1923*. São Paulo: Paz e Terra, 1976. 2v. (Na edição francesa, Maspero/Seuil, 1974-1983, há mais dois volumes).

BERLIN, I. *Pensadores russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BLACKBURN, R. *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BOFFA, G. *Depois de Krutchev*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BONNER, E. *Companheiros de solidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BRINTON, M. *Os bolcheviks e o controle operário, 1917-1921*. Porto: Afrontamento, s. d.

BROUÉ, P. *Os processos de Moscovo*. Lisboa: Moraes, 1966.

_______. *A primavera dos povos começa em Praga*. São Paulo: Kairós, 1979.

BUKHARIN, N. *O imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Melso, s. d.

_______. *ABC do comunismo*. Rio de Janeiro: Melso, 1963.

CARR, E. H. *1917: antes y después*. Barcelona: Anagrama, 1969.

_______. *El socialismo en un sólo país*. Madrid: Alianza, 1974-1976. 3v.

_______. *A revolução bolchevique*. Porto: Afrontamento, 1977. 3v.

_______. *O interregno*. Madrid: Alianza, 1977.

_______. *A revolução russa*. De Lenin a Stalin. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARR, E. H., DAVIES, R.W. *Bases de una economia planificada*. Madrid: Alianza, 1980-1984. 3v.

CHALAMOV, V. *Récits de la Kolima*. Paris: La Découverte, Fayard, 1986.

CLAUDIN, F. *A oposição no socialismo real*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_______. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo: Global, 1985. 2v.

COGGIOLA, O. (Org.) *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.

COHEN, S. *Bukharin e a revolução bolchevik*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DEUTSCHER, I. *Trotsky*. O profeta armado. O profeta desarmado. O profeta banido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 3v.

_______. *Ironias da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_______. *A revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_______. *Stalin, a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DJILAS, M. *Conversações com Stalin*. Porto Alegre: Globo, 1964.

FERNANDES, L. M. *Ascensão e queda*: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

FERNANDES, L. M. Leituras do Leste: o debate sobre a natureza das sociedades e Estados de tipo soviético. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v.2, n.38, p.15-49, 1994; v.1, n.39, p.41-83, 1995; v.1, n.43, p.27-66, 1997.

FAINSOD, M. *Smolensk under Soviet Rule*. New York: Vintage Books, 1963.

FERRO, M. *La révolution de 1917*. Paris: Aubier-Montaigne, 1967-1976. 2v.

_______. *Des soviets au communisme bureaucratique*. Paris: Gallimard, Julliard, 1980.

_______. *A revolução russa*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FIGES, O. *A tragédia de um povo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FURET, F. *O passado de uma ilusão*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GERRATANA, V. *Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo*. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.9, p. 221-55.

GETZLER, I. *Outubro de 1917*: o debate marxista sobre a revolução na Rússia. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. v.5, p.25-74.

HUGH, J., FAINSOD, M. *How the Soviet Union is Governed*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

GORBATCHOV, M. *Perestroika*. São Paulo: Best-Seller, 1987.

GORENDER, J. (Org.) *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990.

_______. *Origens e fracasso da* perestroika. São Paulo: Atual, 1992.

GROSSMAN, V. *Vie et destin*. Paris: Julliard, L'Age d'Homme, 1979.

HOBSBAWM, E. *A história do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, 1986, 1987. v.5, 6, 7, 9 e 10.

IAKOVLEV, A. *O que queremos fazer da União Soviética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IELTSIN, B. *Os rumos da* perestroika. São Paulo: Best-Seller, 1990.

_______. *Sur le fil du rasoir*. Paris: Albin-Michel, 1994.

JOHNSTONE, M. Lenin e a revolução. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. v.5, p.113-41.

_______. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. v.6, p.13-43.

KAGARLITSKI, B. *A desintegração do monolito*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

KAPPELER, A. La Russie, empire multiethnique. *Cultures & Sociétés de l'Est* (Paris), n.20, 1994.

KAPUCINSKI, R. *Imperium*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOLLONTAI, A. *A oposição operária*. Porto: Afrontamento, 1977.

KRUCHOV, N. *O testamento final*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_______. *Memórias de Khruchtchev*. São Paulo: Siciliano, 1991.

LENIN, V. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979-1980. 3v.

LEWIN, M. *The Making of the Soviet System*. New York: Pantheon Books, 1985.

_______. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v.7, p.203-40.

_______. *O fenômeno Gorbatchev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_______. *Russia/USSR/Russia*. New York: New Press, 1995.

LINHART, R. *Lenin, os camponeses e Taylor*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

LOWE, N. *Twentieth-Century Russian History*. New York: Palgrave, 2002.

LUKÁCS, G. *Carta sobre o estalinismo*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

LUXEMBURG, R. *Oeuvres choisies*. Paris: Maspero, 1969. 2v.

_______. *A revolução russa*: Lisboa: Ed. 17 de outubro, 1975.

_______. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1975.

MAIDANIK, K. Depois de outubro, e agora? As três mortes da revolução russa. *Revista Tempo (Rio de Janeiro)*, Departamento de História da UFF/Sette Letras, n.5, p.9-43, 1998.

MAKHNO, N. *A revolução contra a revolução*. São Paulo: Cortez, 1988.

MANDEL, E. *Além da* perestroika. São Paulo: Busca Vida, 1989.

MARABINI, J. *A Rússia durante a revolução de outubro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAREK, F. A desagregação do stalinismo. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.10, p.307-19.

MEDVEDEV, R. *Le stalinisme*. Paris: Seuil, 1972.

_______. *Era inevitável a revolução russa?* Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1978.

_______. *Os últimos dias de Bukharin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NEVES, A. (Org.) *A natureza da URSS*. Porto: Afrontamento, 1977.

NETTO, J. P. *O que é o stalinismo?* São Paulo: Brasiliense, 1991.

NOVE, A. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v.7, p.105-36.

_______. *An Economic History of the USSR*. London: Penguin Books, 1990.

MLYNAR, Z. (Org.) Perestroika, *o projeto Gorbatchev*. São Paulo: Mandacaru, 1987.

PALMEIRA, V. *URSS, existe socialismo nisto?* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

PIPES, R. *História concisa da revolução russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

POMAR, W. *Rasgando a cortina*. São Paulo: Brasil Urgente. 1991.

PROCACCI, G. *A grande polêmica*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. 2v.

REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Lisboa: Delfos, 1974.

RAEFF, M. *Comprendre l'Ancien Régime Russe*. Paris: Seuil, 1982.

REIS FILHO, D. A. *De volta à estação Finlândia*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1993.

_______. *Uma revolução perdida*. A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_______. *A revolução russa, 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_______. *A aventura socialista no século XX*. São Paulo: Atual, 1999.

RIBAKOV, A. *Os filhos da Rua Arbat*. São Paulo: Best-Seller, 1989.

_______. *35 e outros anos*. São Paulo: Best-Seller, 1991.

RITTERSPORN, G. T. Simplifications staliniennes et complications soviétiques: tensions sociales et conflits politiques en URSS, 1933-1953. *Revue des Etudes Slaves (Paris)*, t.64, fasc. 1, p.27-51, 1992.

RODRIGUES, L. M. *Lenin, capitalismo de Estado e burocracia*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SAKHAROV, A. *Meu país e o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

SAPIR, J. *L'économie mobilisée*. Paris: La Découverte, 1990.

_______. *Le chaos russe*. Paris: La Découverte, 1996.

SCHAPIRO, L. *De Lenine à Staline*. L'Histoire de Parti Communiste de l'Union Soviétique. Paris: Gallimard, 1967.

SEGRILLO, A. *O declínio da URSS*: um estudo das causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_______. *O fim da URSS e a nova Rússia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEGRILLO, A. *Herdeiros de Lenin*. A história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética. Rio de Janeiro: Sette Letras, Faperj, 2003.

SERGE, V. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_______. *Mémoires d'un révolutionnaire et autres écrits politiques, 1908-1947*. Paris: R. Laffont, 2001.

SETON-WATSON, H. *The Russian Empire, 1801-1917*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

SKIRDA, A. *Les anarchistes russes, les soviets et la révolution de 1917*. Paris: Les Editions de Paris, 2000.

SOLJENITSIN, A. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Difel, 1975.

_______. *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*. São Paulo: Difel, 1975.

SOUVARIN, B. *Staline. Aperçu historique du bolchevisme*. Paris: G. Lebovici, 1985.

_______. *A contre-courant*. Ecrits. 1925-1939. Paris: Denoel, 1985.

STALIN, J. *Fundamentos do leninismo*. Lisboa: Estampa, 1975.

_______. *Problemas econômicos do socialismo na URSS*. São Paulo: Global, 1985.

SUNY, R.G. *The Revenge of the Past*: Nationalism, Revolution and the Collapse of the Soviet Union. Stanford: Stanford University Press, 1993. SWEEZY, P. *A sociedade pós-revolucionária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODD, E. *A queda final*. A decomposição do sistema soviético. Rio de Janeiro: Record, 1976.

TROTSKI, L. *A revolução de 1905*. São Paulo: Global, s. d.

_______. *História da revolução russa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VENTURI, F. *Les intellectuels, le peuple et la révolution*. Histoire du populisme au XIXème siècle. Paris: Gallimard, 1972. 2v.

WERTH, A. *A Rússia na guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WERTH, N. *Etre communiste en URSS sous Staline*. Paris: Gallimard, 1984.

_______. *L'Histoire de l'Union Soviétique*. Paris: Presses Universitaires Françaises, 1992.

_______. Goulag, les vrais chiffres. *L'Histoire (Paris)*, n.165, p.38-51, sept. 1993.

ZASLAVSKAYA, T. *A estratégia social da* perestroika. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1989.

O Século XX – O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras. *Volume 2*

Organização de: Daniel Aarão reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha

Editora: Civilização Brasileira. 2000

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Nerval Mendes Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Art Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S452 O século XX / organização, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
3v.

Conteúdo: v. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra — v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras — v. 3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.
Inclui bibliografia e filmografia
ISBN 85-200-0528-4

1. História moderna — Século XX. 2. Civilização moderna — 1950-. I. Reis Filho, Daniel Aarão, 1946-. II. Ferreira, Jorge. III. Zenha, Celeste.

00-1148 CDD 909.82
CDU 93

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ, 20922-970

Impresso no Brasil
2000

Sumário

47

A crise do capitalismo liberal

José Jobson de Andrade Arruda
Professor titular de História Moderna
da Universidade de São Paulo

48

INTRODUÇÃO

Após o término da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica em escala planetária, passando de país devedor a potência credora no mercado internacional, pois fizeram vultosos empréstimos aos países envolvidos no conflito, tanto a vencedores quanto a vencidos. Dessa forma, contribuíram para a recuperação econômica da Europa, ao mesmo tempo que financiavam as próprias exportações, mantendo elevados os índices de produtividade interna através dos empréstimos que prodigalizavam aos países necessitados. Por meio dessa estratégia bem-sucedida, atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e social, pois combinavam a vazão dos excedentes do mercado interno com a aplicação do capital ocioso.

O crescimento econômico dos Estados Unidos propiciou enorme euforia social, dando a falsa imagem de uma prosperidade eterna, como se o reino paradisíaco da riqueza para todos tivesse sido alcançado. Certos de que poderiam contar consigo mesmos, isolaram-se das questões européias, repudiando as teses do presidente Wilson, retomando uma postura conservadora. A prosperidade material toldava os horizontes: automóveis, rádios, geladeiras, tornavam-se bens de consumo de massa. Os salários cresciam, o desemprego era baixo, assim como os índices de inflação. Tudo isto à custa de elevadas barreiras alfandegárias que protegiam o mercado interno. Nos subterrâneos dessa prosperidade, contudo, vicejavam a miséria, o racismo, a discriminação social, enquanto o falso moralismo criava a lei seca e lançava as bases para a gestação da criminalidade institucionalizada no gangsterismo profissional. A intolerância culminou com a perseguição a pretensos radicais. A tolerância viabilizou o crescimento da corrupção. A falsa euforia estimulou a vida mundana e, especialmente, fez explodir a indústria do cinema, a expressão máxima do escapismo social.

A sensação de segurança absoluta impediu a correta avaliação das ten-

dências econômicas. O crédito fácil alimentava a continuidade da produção. A busca de enriquecimento rápido supervalorizou as ações das empresas. Em 1929 tudo veio abaixo. Com o *crack* da Bolsa de Nova York a crise generalizou-se, provocando um cataclismo em todo o mundo devido à interdependência entre a economia americana e numerosos países do mundo capitalista, especialmente aqueles que receberam empréstimos dos Estados Unidos e foram à lona com o repatriamento desses mesmos recursos, tão logo a crise se anunciou. As repercussões da crise dentro dos Estados Unidos foram de tal intensidade que exigiram profundas mudanças na sua política econômica. A União Soviética, país de economia socialista e planificada, não fora atingida pela crise, fato este que abalou a confiança no sistema capitalista e propagou a idéia da superioridade do sistema socialista soviético. Não restou outra alternativa para os americanos a não ser empreender uma mudança de rumo no capitalismo liberal, inaugurando-se a fase intervencionista, na qual o governo passou a ter papel decisivo na orientação do processo econômico. O Partido Republicano perdeu as eleições para os democratas, que elegeram o presidente Franklin Roosevelt, a quem caberiam as iniciativas visando à restauração econômica e social do país através do *New Deal*.

Depois da crise de 1929 e da Grande Depressão, o mundo jamais seria o mesmo. A radicalização política instalou-se nas sociedades lançadas ao caos social do desemprego, da inflação, da desesperança. Seus efeitos mais duradouros e perversos culminaram com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, um desdobramento previsível da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão que se seguiu.

1. PROSPERIDADE MATERIAL, LIBERALISMO E INTOLERÂNCIA

Os ideais internacionalistas do presidente Wilson, dos Estados Unidos, foram soterrados pela avalanche isolacionista que se abateu sobre o país, nos anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial. A intervenção americana no conflito europeu, se bem que benéfica do ponto de vista estritamente material, encontrava resistências sólidas ancoradas na velha tradição de que os americanos deveriam se ater à América, evitando imiscuir-se nos assuntos internacionais. Em decorrência, quanto maiores eram os esforços do presidente americano em favor do envolvimento dos Estados Unidos

no cenário mundial, mais se acentuava a tendência isolacionista da população americana.

Por isso mesmo, o período que se convencionou chamar por "A Nova Era da América", simbolicamente expresso na formulação *os frenéticos anos 20*, escondia efetivamente a profunda desilusão com uma sociedade vincada pela obsessão com a riqueza, com a acumulação material, mesmo que isso ferisse sagrados princípios do liberalismo americano. O conservadorismo provinciano foi uma das marcas registradas dos anos 20 e se expressou fortemente nas manifestações de intolerância política, racial e social. Se o Empire State Building, rasgando os céus de Nova York, simbolizava concretamente o apogeu e a prosperidade, o renascimento da Ku Klux Klan formalizava a reinstalação do império do ódio e do terror, do colapso absoluto da solidariedade social. Por trás da cortina de aparente prosperidade geral escondia-se o verdadeiro cenário de um mundo de misérias e de iniqüidades, no qual as populações negras eram o principal protagonista.

A certeza de que poderiam usufruir sozinhos das riquezas que a liderança econômica mundial lhes propiciava, voltando-se exclusivamente para o que consideravam seus grandes temas internos, deixando correr a vida entre os *shows* de *jazz*, a exibição frenética das melindrosas nos contorcionismos do *charleston*, posicionando-se contra e em favor da lei seca, vendo medrar o banditismo profissionalizado, cegou os americanos que não prestaram muita atenção nas advertências de Wilson, feitas em 1924, quando premonitoriamente afirmou: "Posso predizer com absoluta certeza que, dentro de apenas uma geração, haverá outra guerra mundial, se as nações não se puserem de acordo sobre os métodos para impedi-la."

2. A VOLTA À NORMALIDADE

Retorno à normalidade. Este era o tema mobilizador, capaz de unir o eleitorado em apoio de um determinado candidato. Warren C. Harding transformou-o no mote de sua campanha para a Presidência dos Estados Unidos. Suas propostas giravam em torno da tríade isolacionismo, conservadorismo e prosperidade material. A grande maioria dos indicadores econômicos apontava para cima, isto é, demonstrava a fase extremamente eufórica da economia americana. A renda *per capita* cresceu 25% entre 1921 e 1929, a

construção civil disparou e o *layout* das cidades americanas foi inteiramente refeito.

Mas foi o automóvel, sem dúvida, o ícone mais expressivo dessa era de facilidades. Para saciar a sede de milhões de consumidores, das linhas de montagem da Ford saíam os famosos modelos T, triplicando a frota de automóveis que circulavam pelas ruas na década de 1920. O número de veículos, que não passava de 8 milhões em 1920, atingiu a casa dos 20 milhões em 1930, puxando a expansão da indústria de base do aço. Outros bens de consumo duráveis começavam a integrar esse mercado, no qual a venda de automóveis representava 13%, especialmente geladeiras, fogões e rádios, produtos estes que se transformaram em bens de consumo de massa rapidamente, deixando de ser produtos de luxo.

O rádio teve um papel excepcional na vulgarização da sociedade de consumo que então se instalava. Seu impacto social foi tão forte quanto a aplicação das máquinas a vapor aos transportes ferroviários em meados do século XIX. Muitos temeram os efeitos nocivos decorrentes de tal inovação. Mas seu avanço foi inelutável. Sua potencialidade foi imediatamente percebida pelos políticos, que passaram a utilizá-lo em caminhões-rádio, que captavam discursos políticos e os retransmitiam por meio de alto-falantes. Foi a BBC, na Grã-Bretanha, a primeira radiotransmissora a organizar sistematicamente seus programas, provando assim sua indispensabilidade. Logo no seu início, a radiodifusão minorou as condições de vida de deficientes físicos, proporcionando-lhes novas formas de entretimento e informação que se revelariam, num futuro muito próximo, revolucionários.

A economia americana adquiriu uma configuração muito especial nesses anos e, de certa forma, modelou todo desenvolvimento posterior das chamadas sociedades capitalistas. O centro nervoso da nova sociedade foi a criação de uma dinâmica forte em torno do consumo de massa. Para os Estados Unidos, três condições convergiram no sentido de estimulá-lo. De um lado, o ritmo crescente dos salários; de outro, as taxas incrivelmente baixas de desemprego, que nunca ultrapassaram o índice de 5%; e, finalmente, a expansão do crédito prodigalizado pelas enormes somas de recursos disponíveis e que havia sido fruto, em larga medida, das vantagens auferidas pelos americanos em sua estratégica neutralidade na maior parte da Primeira Guerra Mundial. De devedores que eram para as grandes nações européias nos anos anteriores ao conflito, tornaram-se credores de milhões de dólares que, por seu turno, em função da política isolacionista, não pretendiam investir fora

de seu próprio país, preferindo fazê-lo em seu extraordinário mercado interno, que buscavam preservar a qualquer custo, barrando a concorrência internacional e estabelecendo altíssimas tarifas alfandegárias. Se havia um eldorado para os grandes conglomerados econômicos dos Estados Unidos, este era o próprio mercado interno americano, cujo potencial não tinha paralelo no mundo. A crença dos cidadãos — uma sensação cotidianamente reforçada pelos poderes políticos e pela mídia escrita e falada — era de que a prosperidade seria interminável, que nada poderia ameaçá-la e que, efetivamente, encontravam-se, os Estados Unidos, no limiar da erradicação da pobreza e do medo, da realização da felicidade mais plena, experiência sem precedente na face da Terra e nos registros da História.

3. NOS SUBTERRÂNEOS DA PROSPERIDADE

Se os setores urbanos e as atividades industriais exibiam vigor incomum, o mesmo não acontecia com o setor agrícola. Os excedentes rurais eram crônicos e não acompanharam a política de reconversão do pós-guerra. Em conseqüência, os preços agrícolas encolheram e drenaram as rendas das camadas rurais, instalando a pobreza e a subnutrição. As disparidades regionais de renda eram grandes, especialmente na comparação entre os rendimentos das camadas urbanas e rurais. Uma análise minuciosa do quadro social revela que as desigualdades cresceram na década de 1920, pois cerca de 60% das famílias americanas viviam com rendas anuais abaixo de 2 mil dólares, portanto, num patamar baixo de subsistência, segundo os parâmetros vigentes nessa sociedade.

O isolacionismo teve sérias implicações econômicas. A balança comercial manteve-se favorável durante todo o período, mas sustentava-se em bases precárias. Ciosos de seu mercado interno, que protegiam com elevadíssimas barreiras alfandegárias, os enormes recursos em dólares auferidos durante a guerra não foram utilizados para adquirir mercadorias produzidas na Europa. Foram, pelo contrário, transformados em empréstimos concedidos às nações européias precisadas de recursos para financiar sua recuperação e reconstruir as áreas devastadas pelo conflito. Se, por qualquer motivo, os Estados Unidos exigissem o imediato repatriamento desses empréstimos, não haveria como, por parte dos países europeus, financiar as importações ame-

ricanas. Esse expediente transformava-se, pois, numa espécie de bomba de efeito retardado que uma crise de liquidez, a qualquer momento, poderia acionar.

O conservadorismo imanente acentuou a intolerância social, racial e política, abrindo espaço para a entrada em cena de reacionarismos que já se julgavam extintos, como a Ku Klux Klan, que contava 5 milhões de adeptos e passava a incluir em seu menu excludente o anti-semitismo e o anticatolicismo, além do racismo. Em 1925 o professor Scopes foi julgado por ensinar a doutrina do evolucionismo em suas aulas de biologia. A xenofobia ao comunismo e aos anarquistas levou à cadeira elétrica Sacco e Vanzetti, dois imigrantes italianos identificados com o radicalismo político e condenados à morte sem provas.

Contraditoriamente, num país construído por imigrantes, o episódio Sacco e Vanzetti simbolizava o fim da política de porta aberta para os adventícios de todo o mundo. A nação americana começava a se fechar. Passava da proibição de qualquer restrição aos imigrantes (Lei de 1917) para a nova Lei de Imigração (de 1921), que, gradativamente, criava obstáculos à entrada de novos estrangeiros, estabelecendo cotas cada vez mais severas. O medo aos radicalismos políticos imperantes na Europa e, sobretudo, o exemplo nocivo dado pelos gângsteres nos Estados Unidos, na sua maioria italianos, irlandeses ou judeus, pareciam justificativa suficiente para a imposição de restrições. O caldo de cultura que sempre impulsionou os Estados Unidos tendia a se arrefecer.

Apesar das rígidas convicções do presidente Coolidge sobre os imperativos morais do sistema capitalista, a corrupção atingia os altos escalões do governo republicano, desde um procurador demitido por vender permissões de consumo de bebidas alcoólicas proibidas, até um ministro do Interior que arrendou reservas petrolíferas públicas em troca de propinas, o famoso escândalo do *Teapot Dome*. Mas a corrupção parecia ser parte intrínseca do sistema capitalista americano. Não era algo acidental. O exemplo da corrida imobiliária da Flórida é significativo, constituindo-se mesmo num prenúncio antecipado e totalmente imprevisto da Grande Depressão, que se iniciaria logo depois. Aproveitando-se da enorme disponibilidade de recursos no mercado financeiro e da avidez por investimentos de alta e rápida rentabilidade, um verdadeiro exército de corretores de imóveis começou a vender terrenos na Flórida, apresentada pelos promotores de venda como o mais novo paraíso terreal. Um modesto sinal de 1% do valor do imóvel dava direito à aqui-

sição de um lote que, pouco tempo depois, valorizaria cem vezes, num processo especulativo inconcebível para terrenos situados, muitas vezes, distantes do mar, não raro pantanosos. Dois furacões ocorridos em 1925 liquidaram o paraíso terreal, depois de destruir milhares de casas e matar 400 pessoas, provocando a baixa, a oscilação e, finalmente, a quebra do mercado imobiliário no ano seguinte. Era um prenúncio do que poderia fazer a jogatina desenfreada.

4. O CRIME COMPENSA

Um desdobramento perverso do isolacionismo e do conservadorismo nos Estados Unidos foi a implantação da Lei Seca, em 1920, que proibia a produção e comercialização de bebidas alcoólicas. Escudada num moralismo tacanho, a lei aplicada a todo o país tinha precedente em alguns estados da União, contando com o suporte entusiasta da União das Mulheres pela Temperança Cristã, que defendia o voto feminino, identificando-o com a ação pela extinção dos bares e a instalação de um clima de limpeza moral. No fundo, a Lei Seca representava a última tentativa de supremacia do país rural e provinciano sobre o crescente poder das cidades e sua inexorável liberalização dos costumes.

O que pretendia ser uma defesa da moral e dos bons costumes foi, na verdade, a centelha para a explosão do crime organizado, que fez a fortuna e a glória dos gângsteres e enraizou a máfia nos Estados Unidos. Bares e cafés se multiplicavam e, muitas vezes, sob a aparência de inocentes sorveterias, comercializavam-se as bebidas proibidas. Destilarias clandestinas, contrabando, corrupção de autoridades policiais e judiciais tornaram-se a regra do jogo. As fortunas surgiam da noite para o dia e a galeria de gângsteres notórios se sucedia, digeridos pelo próprio aparelho que haviam criado. Jovens pobres e ambiciosos, servindo como guarda-costas, tornavam-se futuros chefes depois de assassinar seus antigos patrões. Assim se deu com Big Jim Colosimo, morto por Johnny Torrio, que, por sua vez, transformou Al Capone em seu braço direito, alimentando a carreira do mais famoso criminoso do mundo, responsável, segundo algumas estatísticas, por mais de 400 assassinatos. A legitimidade dos gângsteres era tão flagrante que não procuravam esconder o seu poderio, exibindo-o em carros luxuosos, roupas visto-

sas, doações fantásticas a casas de caridade, que terminavam por atiçar a ambição dos jovens desamparados da sorte. Chicago tornou-se a capital emblemática do crime. Direta, ou indiretamente, os bandos armados constrangiam os eleitores durante os pleitos, fazendo da democracia um simulacro. Os enterros dos grandes chefes mafiosos paralisavam a cidade, mobilizavam os meios de comunicação e a opinião pública, transformando-se em celebrações fúnebres nas quais se comemorava e afirmava um estilo de vida.

Vida e morte estavam consorciadas nessa empresa aventureira. Acordes sonoros ou estridentes vindos dos *clubs* noturnos embalados pelo *jazz* misturavam-se com as correrias dos assassinos profissionais, capangas componentes das quadrilhas que disputavam o controle do comércio ilegal de bebidas, sincopado pelo rugir das metralhadoras e o troar dos caminhões carregados de bebidas. Tudo isto nas barbas das autoridades, no mais das vezes figurantes incuriais das folhas de pagamento dos fora-da-lei. Centenas de assassinatos ficaram impunes, milhares de civis envolvidos com o contrabando de bebidas morreram nas disputas entre quadrilhas ou enfrentando os homens da lei. Chicago tornou-se, praticamente, uma cidade sem lei, onde o consumo de bebida e as transgressões resultantes do alcoolismo se multiplicaram. Um dos fatos mais representativos dessa violência foi o assassinato coletivo do bando de Bugs Moran, no qual sete homens foram metralhados a mando de Al Capone, uma cena incansavelmente repetida em numerosas fitas de cinema. Ao menos num aspecto a Grande Depressão teve efeitos positivos, pois fez secar a torneira de recursos que jorrava para os bolsos das quadrilhas organizadas, propiciando o contra-ataque da legalidade.

5. LIBERALIZAÇÃO DOS COSTUMES E ESCAPISMO

Talvez não fosse exagerado chamar de *dancing days* o período que se inicia com o fim da Primeira Guerra Mundial e se encerra com a Grande Depressão de 1929. *Foxtrots* e *blues* embalam a Era do Jazz, enquanto os concursos de *charleston* criam heroínas, um sinal dos novos tempos, no qual as melindrosas esmeravam-se no estilo solto de vestir, costas desnudas, cintura baixa e seios represados. O cabelo curto veio para ficar. Sapatos adequados para a dança eram indispensáveis nos concursos em que os vencedores haviam resistido quarenta horas dançando, depois de verem seus competidores derreados

ao chão, esbaforidos pelo cansaço. Mas nem tudo era liberdade. As banhistas, que ousavam substituir os volumosos trajes de banho compostos por duas peças por maiôs inteiriços e muito mais sensuais, foram parar na cadeia arrastadas por truculentos policiais.

Apesar da organização eficiente dos movimentos de defesa dos valores tradicionais, circulavam cada vez mais as revistas contendo material com forte apelo sexual, ao mesmo tempo que o esporte, especialmente o boxe, tornava-se uma mania nacional, transformando os grandes lutadores pesos-pesados, como Jack Dempsey, em referências nacionais obrigatórias. O mesmo se deu com excepcionais jogadores de beisebol, como Babe Ruth.

Foi o cinema, contudo, o grande vértice mobilizador da indústria do entretenimento. Em termos imediatos, operou no sentido de superar tabus consagrados a propósito do relacionamento entre os sexos: o namoro no cinema, na última fileira, sob a inspiração das cenas românticas que na tela se desenrolavam, embalado pelos sons mágicos da trilha sonora e agasalhados pela cumplicidade da penumbra envolvente. De um modo mais amplo, o êxtase provocado pelas cenas projetadas nas telas, magnetizando homens, mulheres e crianças, demonstraram sua vasta potencialidade no campo da diversão, atraíram a atenção dos empresários que viram aí o filão de ouro da indústria cultural, que acabou por transformar Hollywood na grande fábrica dos mitos sintéticos; a matriz geradora de astros e estrelas.

O cinema revolucionou a arte da comunicação. Suas possibilidades eram infinitamente superiores às do teatro. Suas mensagens poderiam ser decodificadas pelas grandes massas com enorme facilidade. Por isso, seus princípios eram básicos. Concentrar-se em astros e estrelas que fossem capazes de tornar o mais real possível seus personagens, e cujas expressões faciais pudessem ser facilmente captadas pelas câmaras e traduzidas pelas platéias. A doentia identificação do público com seus artistas preferidos escapava até mesmo à compreensão dos empresários da sétima arte. Os filmes procuravam estimular essas fantasias, dando-lhe uma alternativa de fuga para a dureza da realidade cotidiana. O homem vencedor e a mulher sedutora são dois arquétipos básicos dessa sedução. Os tipos e os temas mudam, igualmente, em consonância com a realidade efetiva, não para reproduzi-la, mas para dar-lhe alternativa. Sua capacidade de dar vazão aos sentimentos do público se amplia no final da década de 1920 com o acasalamento entre imagem e som. O cinema falado era algo inexcedível em sua capacidade de bulir com as emoções. Exatamente nesse momento, a 3 de setembro de 1929, a Bolsa

de Valores de Nova York, o termômetro financeiro do mundo capitalista, registrava os mais altos índices dos últimos vinte anos, prenunciando o cataclismo que a seguir se abateria sobre o mundo.

6. A CRISE SE ANUNCIA NA PROSPERIDADE

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 a 1931-33, com o grande surto de prosperidade, que trazia no seu bojo os elementos da crise detonada nos Estados Unidos em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas jamais utilizadas até então.

O fenômeno da prosperidade foi particularmente notável nos Estados Unidos, onde a expansão do consumo e da produção se estimulavam reciprocamente, ampliando a margem de lucro dos capitalistas. O consumo se expandia aceleradamente, alimentado por diversas razões: o aumento dos salários reais resultante dos ganhos de produtividade ou deliberadamente elevados pelos empresários para dinamizar o mercado, como fez Henry Ford; a destruição do espírito de poupança, por causa da crise monetária, e a ampliação da assistência social, que estimulava o gasto em bens de consumo e serviços; a ampliação do crédito voltado para o consumo, responsável por 15% das vendas realizadas no mercado em geral e por 60% no mercado de automóveis; a baixa dos preços agrícolas, que permitiu o deslocamento do poder aquisitivo para o consumo de produtos industriais e serviços; e, finalmente, a atuação crescente da publicidade, que estimulava o consumo criando novas necessidades para os consumidores e produzindo a figura do novo consumidor.

A forma de vida típica dos americanos passou a ser considerada como exemplo da moderna civilização ocidental: a construção de altíssimos edifícios, a multiplicação das residências, dos carros, dos aparelhos domésticos. Esse estilo de vida atenuava as diferenças sociais: o crédito permitia a todos adquirirem um carro ou uma casa. O rádio e o cinema, bem como as diversões públicas, tiveram grande desenvolvimento.

Era igualmente intenso o ritmo de crescimento da produção americana

devido à aceleração do progresso técnico decorrente da utilização mais racional da mão-de-obra e ao processo de concentração industrial, que aumentava a capacidade produtiva das empresas pela utilização mais racional dos seus recursos. Por outro lado, os investimentos maciços ampliavam enormemente a produção, permitindo a redução dos preços, bem como os investimentos crescentes dos capitalistas americanos no exterior. O montante dessas aplicações elevava-se a 17 bilhões de dólares em 1929, considerando-se apenas o Canadá, a Europa e a América Latina.

Por todas essas razões os Estados Unidos concentravam, em 1929, 44,8% da produção industrial do mundo. As sociedades financeiras constituídas para a formação de conglomerados, os *holdings*, que dominavam um grande conjunto de empresas, expandiram-se enormemente: a General Motors produzia 35% dos automóveis; a United States Steel, 32% do aço; a Kodak, 75% dos produtos fotográficos. Não mais do que duzentos *holdings* tinham o controle de 38% do capital das empresas americanas. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se os acordos econômicos internacionais que permitiram o surgimento das multinacionais.

O crescimento econômico americano em alguns setores estratégicos foi espantoso. A produção industrial cresceu 50% entre 1922 e 1929, e 90%, se considerarmos o período de 1921 a 1929. Os Estados Unidos produziram 600 mil automóveis em 1928, correspondendo a 75% da produção automobilística mundial e a 50% do produto nacional bruto americano. Enquanto os preços agrícolas caíam, os preços industriais mantinham-se estáveis, determinando uma elevação em torno de 35% do poder de compra dos consumidores americanos.

7. AS RAZÕES IMEDIATAS DA CRISE DE 1929

A crise de 1929 foi causada, sobretudo, pela insistência americana em manter depois da guerra o mesmo ritmo de produção alcançado durante o conflito, quando abastecia os países envolvidos nos combates, fornecendo desde gêneros alimentícios até produtos industrializados e combustível.

Com a paz, os países europeus recomeçaram a produção de bens que importavam dos Estados Unidos durante o conflito. Com isso caíram as exportações do país e o mercado interno americano viu-se abarrotado de produtos

que não conseguia absorver. A solução seria reduzir a produção em determinados setores, o que provocaria séria crise econômica e social: a curto prazo, a indústria, a agricultura e a mineração teriam que diminuir o movimento de seus negócios, o que representaria baixa nos seus lucros e maior número de desempregados. A política do governo, essencialmente liberal, não poderia cogitar em intervir na produção; os empresários, por sua vez, só viam seus interesses imediatos, logo, não concordavam com essa solução. Ninguém pressentia o real perigo da situação. Imaginava-se que o progresso e a estabilidade do país fossem suficientemente fortes para absorver qualquer excedente de produção.

Para enfrentar essa situação adotou-se a seguinte estratégia: os capitais excedentes no mercado americano foram emprestados a países carentes de reservas financeiras, para que estes pudessem comprar dos Estados Unidos. Esses países adquiriram, principalmente, máquinas e acessórios, com os quais reequiparam suas indústrias. Outra parte dos capitais americanos excedentes foi investida diretamente nos Estados Unidos, sob a forma de créditos de consumo, para estimular as compras no mercado interno. A produção agrícola não consumida foi armazenada, para evitar que um excesso de oferta baixasse demasiadamente os preços dos produtos. Assim, os fazendeiros tiveram que arcar com as despesas de armazenamento que, em geral, foram tão altas que os obrigaram a hipotecar suas propriedades para poder pagá-las. Os estoques de cereais foram-se acumulando. Se fossem lançados ao mercado de uma só vez, provocariam uma queda muito brusca dos preços, o que levaria muitos fazendeiros à falência e os impediria de pagar os juros sobre os empréstimos que haviam contraído para financiar o armazenamento dos excedentes.

O poder de compra dos agricultores baixou; o dos assalariados não aumentou mais do que 18% entre 1920 e 1929. Por outro lado, os ganhos de produtividade, aumentando os lucros dos capitalistas, permitiram ampliar em 60% a capacidade produtiva industrial. A prosperidade atraía os investimentos dos americanos das mais variadas condições sociais, os quais desenvolveram o hábito de comprar ações mediante a tomada de empréstimos bancários para revendê-las, mais tarde, por valores mais elevados. Era uma verdadeira especulação. O valor das ações das empresas atingia um total de 87 bilhões de dólares em 1929, quando em 1925 não passavam de 27 bilhões. No entanto, o valor real das empresas que essas ações representavam de maneira nenhuma se tinha multiplicado em quatro anos. O valor consolidado das ações atingia cifras inverossímeis.

A estrutura bancária americana — formada por 24 mil pequenos bancos, que tomavam empréstimos do governo a curto prazo e a juros de 5% ao mês, repassando esses empréstimos aos clientes a 12 e 15% — contribuía para ampliar a especulação. Havia uma bolha de liquidez que alimentava o processo especulativo.

8. AS RAZÕES PROFUNDAS DA CRISE DE 1929

A crise tinha, entretanto, raízes profundas, que penetravam na própria natureza do capitalismo monopolista americano, pois a distribuição da riqueza na sociedade era desequilibrada: os salários e os preços tendiam a permanecer relativamente estáveis, aumentando o lucro das empresas pelo crescimento da produtividade. Em 1929, 5% da população americana dominavam 35% da riqueza gerada no país. De 1919 a 1929 a parcela mais rica da sociedade (1%) aumentou sua participação no bolo em 15%.

Na indústria do aço trabalhava-se doze horas por dia; em certas indústrias, sete dias por semana. Essas disparidades explicam por que, entre 1922 e 1929, o setor de bens de produção (indústria pesada) cresceu 70%, o setor de bens de consumo não-duráveis (roupas, sapatos etc.) cresceu 35% e o setor de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, por exemplo) cresceu 50%.

O grande problema, portanto, nesse tipo de economia, é que a concentração dos rendimentos conserva a potencialidade de investimento, mas depois de um certo tempo não há onde investir. Ocorre a redução da margem de lucro, estagnando-se o processo de acumulação se não houver possibilidades ilimitadas de ampliação das oportunidades de investimento. No capitalismo monopolista os preços tendem a permanecer mais estáveis, dado o maior controle do mercado. Num momento de crise opta-se pela paralisação parcial do parque produtivo e dos equipamentos — o que gera desemprego —, conservando-se, entretanto, a margem de lucro, que apenas se retrai ligeiramente nas fases mais agudas da crise. Os salários, porém, reduzem-se acentuadamente na indústria, determinando a contração do mercado e a redução dos investimentos e das oportunidades de lucro, o que leva as empresas monopolistas a defenderem com mais força os seus domínios. Obviamente, o setor mais atingido pela diminuição dos investimentos é a indústria pesada.

9. A CRISE EM MARCHA

Na segunda metade de 1929, vários fatores contribuíram para agravar a situação econômica norte-americana. Os capitais investidos por empresários americanos no exterior, com garantia do próprio governo, foram bruscamente retirados (o governo decidira suspender as garantias, devido, sobretudo, ao conturbado estado de coisas nos países europeus, principalmente na Alemanha); a conseqüência imediata dessa atitude foi a diminuição das exportações americanas. Ainda no plano externo, deve-se considerar a volta da Inglaterra e da França ao comércio internacional, o que também contribuiu para a queda das exportações americanas.

No plano interno, os grandes estoques acumulados de cereais começavam a afetar os preços dos produtos agrícolas pelo simples fato de se saber de sua existência: os preços foram baixando, tornando difícil a situação dos fazendeiros, que começaram a falir por não poderem pagar suas dívidas. As fazendas passavam a ser propriedades dos bancos. A produção industrial chegou a exceder consideravelmente o consumo; as indústrias começaram então a diminuir o ritmo de produção, deixando grandes massas de operários sem emprego. Esses numerosos desempregados não tinham capacidade para comprar nada, o que fazia com que o consumo diminuísse ainda mais. Estava formado um círculo vicioso: quanto mais produtos sobravam, maior era a paralisação da produção; quanto menos as fábricas trabalhavam, maior era o número de desempregados, menor o consumo e pior a situação geral.

A crise refletia-se na Bolsa de Valores de Nova York, onde eram negociadas as ações das grandes companhias americanas. A maior parte dessas companhias era de capital aberto, ou seja, as ações que compunham seus capitais estavam nas mãos de muitas pessoas. A situação crítica dessas companhias fez baixar tanto o valor real como o valor especulativo, pelo qual eram compradas e vendidas essas ações na Bolsa. Muitos acionistas, alarmados, procuraram vender suas ações, pois achavam que era mais seguro ficar com dinheiro na mão. Mas os que queriam vender eram bem mais numerosos do que os que queriam comprar, de maneira que as ações eram oferecidas a preços cada vez mais baixos. Era o "efeito bola de neve". No dia 24 de outubro de 1929 — a famosa *quinta-feira negra* na Bolsa de Nova York — a tendência à baixa atingiu proporções catastróficas.

No dia 29 de outubro de 1929, a não menos famosa *terça-feira negra* da Bolsa de Nova York, tudo veio abaixo. As ações despencaram em queda livre

e o índice industrial Dow Jones, que mede a variação das principais ações negociadas, despencou após registrar a queda histórica de 12,82%. A sensação que se tinha era a de que o mundo virara de cabeça para baixo. Enquanto investidores, que tudo haviam perdido, suicidavam-se, atirando-se das janelas dos edifícios, os pobres se preparavam para engrossar a fila da sopa gratuita dos desempregados.

O *crack* da Bolsa de Nova York foi um divisor de águas. Encerrou a fase de prosperidade do pós-guerra e deu início à Grande Depressão. E não foi apenas em Wall Street que o impacto avassalador se fez sentir. Ao se fecharem as cortinas da Primeira Guerra Mundial, a humanidade, muito especialmente aquela acantonada no quadrilátero parisiense e que se pensava viver "um lugar e uma época sem iguais na história", no dizer de Jules Romains — certa de que a prosperidade seria eterna e até mesmo elegera o Le Boeuf sur le Toit (O Bife sobre o Telhado) no ponto de encontro de Paris, o templo da nova renascença cultural —, via um de seus líderes, Maurice Sachs, assim prenunciar o novo tempo de desesperança: "Ontem houve uma terrível quebra em Wall Street. Meu tio Richard E. Wallerson se suicidou. Certamente não vou ter mais tempo para manter este diário" (*História do século XX*, vol. 3, p. 1287).

Na tentativa de conter a crise e pretendendo aproveitar-se da baixa geral das ações, um grupo de banqueiros de Nova York passou a comprar imensa quantidade de papéis desvalorizados, das mais diversas companhias, a preços muito baixos, freando a baixa vertiginosa. Nos inícios de 1930, o grupo de especuladores pretendeu vender suas ações a preços vantajosos, sem conseguir. Quando lançaram suas ações no mercado, seu valor era praticamente nulo: já não havia mais compradores.

10. O IMPACTO MUNDIAL DA CRISE

As repercussões da crise prolongaram-se até 1933. A queda das ações arruinou os especuladores, reteve a venda a crédito e impossibilitou os que receberam financiamento de pagar seus débitos, provocando a falência de 4 mil bancos em três anos. No mesmo período, os preços dos produtos industriais caíram 27% e 85 mil empresas americanas faliram. O valor da produção nacional desceu à metade dos níveis anteriores à crise. Os preços agrícolas despencaram e os agricultores perderam suas terras hipotecadas aos bancos, pa-

ralisando a produção. Os salários baixaram em 20% e o número de desempregados do país atingiu a altíssima cifra de 14 milhões em 1933.

Somente em 1929 os Estados Unidos haviam emprestado a vários países 7,4 bilhões de dólares, que reverteram em importações de produtos americanos. Com a crise, os capitais foram repatriados, reduzindo as importações dos países estrangeiros a 32% do que tinham sido. A elevação das tarifas alfandegárias nos Estados Unidos, para garantir a exclusividade do mercado interno para a indústria nacional, colaborou para diminuir as exportações de produtos americanos, porque, sem exportar para os Estados Unidos, os países estrangeiros não tinham como aumentar suas importações daquele país. As importações americanas, que eram de 4,3 bilhões de dólares em 1929, reduziram-se a 1,3 bilhão de dólares em 1933.

A retirada brusca dos capitais americanos da Europa provocou, de imediato, as falências do banco austríaco Kreditanstalt e dos Rothschild, na França, que arrastaram consigo os bancos alemães Danatbank e Dresdner Bank. Várias indústrias ligadas a esses bancos foram levadas de roldão. A produção industrial na Alemanha caiu em 39%, porcentagem que correspondia aproximadamente à queda da produção em todo o mundo, ao mesmo tempo que o comércio internacional se reduziu em 25%.

O número de desempregados em todo o planeta variou entre 25 e 30 milhões de pessoas, de 1929 a 1933. Na Inglaterra, onde a exportação diminuiu 70% nesse período, o número de desempregados atingiu 2,7 milhões em 1931. A França, que havia recebido poucos investimentos estrangeiros, conseguiu equilibrar-se, mas a desvalorização da moeda inglesa afetou sua economia, pois suas reservas monetárias eram em libras. Rigorosamente, apenas a União Soviética havia escapado à crise.

Os países novos, não-desenvolvidos, sofreram um rude golpe, pois a crise nos países industrializados reduziu o fluxo das importações de matérias-primas ou produtos alimentícios: em Cuba o açúcar, no Sudeste Asiático a borracha, na Austrália a lã.

No plano político as conseqüências não foram menos significativas. O desemprego tinha profundas repercussões sociais e as manifestações contra os governos sucediam-se por toda parte. Os movimentos políticos pregavam soluções radicais e encontravam numerosos adeptos no seio dos descontentes. Os partidos socialistas — que defendiam a propriedade coletiva dos bens de produção — viram crescer rapidamente suas fileiras. Contra eles surgiram os partidos fascistas — antiliberais e antidemocráticos —, que defendiam a

formação de governos autoritários para reprimir as agitações das massas desempregadas.

11. AS REPERCUSSÕES DA CRISE NO BRASIL

O Brasil foi um dos países novos que mais sofreu com a crise. Seu produto principal era o café, responsável por 70% das exportações, sendo os Estados Unidos os maiores compradores e consumidores do produto. É fácil, pois, avaliar as conseqüências da redução das importações americanas sobre o Brasil, pois o equilíbrio da balança comercial do país dependia das exportações de café.

Antes da crise de 1929 o consumo mundial chegou a ser de 16 milhões de sacas de café; a produção brasileira (de 8 milhões de sacas), somada aos estoques, colocava o Brasil em condições de abastecer sozinho o mercado mundial. Isso se explica pela política de financiamento e valorização dos preços adotada em 1906 no Convênio de Taubaté. Com a crise, além da diminuição do consumo, abandonou-se a política de estocagem, pois os bancos estrangeiros não mais estavam em condições de financiá-la. A impossibilidade de manter a estocagem fez com que todo o café existente fosse colocado abruptamente no mercado mundial, forçando a queda vertiginosa dos preços. Os 70% do valor total das exportações que o café representava reduziram-se a apenas 53%.

A crise de 1929 não afetou apenas o café: os preços de todos os produtos primários foram rebaixados, agravando o déficit da balança comercial e aprofundando a depressão. Também foram atingidas as indústrias ligadas ao café, sobretudo fábricas de sacos de aniagem e fazendas produtoras de alimentos de primeira necessidade.

A indústria brasileira, de forma geral, foi beneficiada. Muitos capitais investidos no cultivo do café passaram a ser aplicados em empreendimentos industriais. A desvalorização da moeda nacional, provocada pelo déficit da balança comercial, reduziu sensivelmente seu poder de compra, tornando mais caros os produtos importados; esse mecanismo estimulou a produção de similares no país.

Os fazendeiros de café, principal sustentáculo do poder político no Brasil até então, exigiam medidas urgentes para solucionar a crise. A incapacidade

do governo de Washington Luís em superá-la foi o motivo imediato da Revolução de 1930, que depôs o presidente. Seu sucessor, Getúlio Vargas, procurou enfrentar a crise obtendo empréstimos no exterior para financiar o armazenamento dos excedentes. Tal prática não foi levada até o fim: uma pequena parte do café excedente foi trocado por trigo americano e o resto foi queimado para garantir os preços no mercado mundial.

12. O COMBATE À CRISE NOS ESTADOS UNIDOS

Quando a crise estourou em 1929, o governo do presidente Hoover, do Partido Republicano, adotou uma atitude passiva, de acordo com o sistema liberal dominante nos Estados Unidos. Até então, o governo americano só interviera de maneira muito superficial — a fixação dos limites da produção, dos salários e dos preços fora sempre feita pelos próprios empresários, de acordo com as regras clássicas do capitalismo liberal. Haviam sido adotadas, portanto, medidas muito superficiais: elevação dos direitos alfandegários (tarifa Hawley-Smoot, 1930), redução da taxa de desconto bancário, criação de um centro de apoio às empresas em dificuldade e outro para tentar dar vazão à produção agrícola estocada.

Na verdade, não faltava quem pensasse que a crise tinha sido o resultado de um longo período de prosperidade e que, depois que ela terminasse, outro período de progresso viria naturalmente, sem qualquer necessidade de intervenção do Estado. Mas os anos passaram e a crise permaneceu. Viu-se, então, que os empresários americanos e o governo republicano que os representava não seriam capazes de solucioná-la. Por esta razão, a massa dos desempregados, os agricultores falidos, os industriais arruinados e os investidores desorientados passaram a exigir reformas econômicas mais profundas. Era preciso abandonar o *capitalismo liberal*, limitando o poder dos capitalistas e aumentando a renda dos consumidores, através do dirigismo econômico e da intervenção do Estado na economia de forma mais enérgica.

Essa conjugação de forças destruiu a hegemonia do Partido Republicano e criou condições para a eleição de um candidato democrata à Presidência, Franklin Delano Roosevelt. Político hábil, era considerado, mesmo por muitos de seus adversários, a "última chance" dos Estados Unidos. Os republicanos apresentaram a candidatura de Herbert Hoover à reeleição, o qual recebeu 16 milhões de votos contra 23 milhões dados a seu concorrente.

57

Roosevelt formou uma equipe de assessores entre as pessoas mais capacitadas do país e de diferentes tendências políticas — liberais democratas, reformadores mais audaciosos influenciados pelas idéias teóricas do economista inglês John Maynard Keynes —, que elaborou um plano de ação econômica com características novas: era o *New Deal*.

O *New Deal* é um marco histórico na trajetória do capitalismo americano. A intervenção do Estado na vida econômica, ainda modesta, se compararmos com a planificação e o dirigismo típico do modelo soviético, representa uma mudança significativa no modelo tradicional da economia de mercado praticada pelos americanos. A política econômica do *New Deal* expressou-se em três direções estratégicas: medidas financeiras; combate ao desemprego; política agrícola, industrial e de comércio exterior.

Medidas financeiras — Para frear as falências bancárias, o governo autorizou o FRS (Federal Reserve System) a conceder aos bancos créditos ilimitados para desconto dos títulos neles depositados, esperando-se como decorrência uma alta da inflação. Em 1933 foi abandonado o lastro ouro, que voltou a ser utilizado em 1934, com uma desvalorização do dólar de 41%. Para controlar o sistema de crédito do país criou-se um órgão governamental que deveria fiscalizar os empréstimos federais a instituições públicas ou particulares, expandindo ou diminuindo o crédito no país segundo as necessidades. Foram dadas garantias totais aos investidores, criando-se um fundo para resguardar os depósitos populares nos bancos; dessa forma, tais depósitos ficavam a salvo de possíveis falências. Criou-se um banco especial para financiar as exportações, com a faculdade de conceder crédito a países estrangeiros. Aos fazendeiros endividados concedeu-se uma linha especial de crédito, para que retomassem a atividade em suas terras anteriormente hipotecadas. Também foi concedido empréstimo para o levantamento de hipotecas sobre residências.

O combate ao desemprego — Em maio de 1933 o governo americano concedeu subsídios aos estados para cobrir um seguro-desemprego. Os salários dos operários foram aumentados, o que elevou seu poder aquisitivo e melhorou sua participação no mercado interno. Foram fixados os salários mínimos e determinados os horários máximos das jornadas diárias de trabalho. Aboliu-se totalmente o trabalho de crianças; legalizaram-se, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, as organizações sindicais, que ficaram incumbidas de negociar os contratos coletivos de trabalho. Ampliou-se o sistema de previdência social, passando a ser responsabilidade do governo o

bem-estar dos trabalhadores em caso de invalidez, de velhice e mesmo de desemprego (*Social Security Act, 1935*). Para financiar essas despesas foram criados impostos especiais sobre bebidas e lucros das empresas, não distribuídos sob a forma de dividendos. Em novembro de 1933 foi lançado um programa de grandes obras para absorção dos desempregados, geridos por instituições governamentais: construção de estradas, casas, sistemas de irrigação, grandes barragens hidrelétricas.

Agricultura, indústria e comércio exterior — No intuito de promover a elevação dos preços agrícolas, os agricultores foram estimulados a abandonar 30% de suas terras cultivadas, recebendo em compensação uma indenização do Estado. Ao mesmo tempo buscou-se a estabilização dos preços, para evitar as fortes flutuações que levavam ao aumento descontrolado da produção em setores em que já havia excedentes — como produtos agrícolas, petróleo, carvão —, cujos preços foram fixados pelo governo. Os serviços de eletricidade passaram a ser controlados pelo Estado de forma mais próxima; várias empresas particulares que operavam nesse setor, prestando serviços caros, deixaram de funcionar e muitas outras foram criadas.

Se bem que a meta do *New Deal* fosse sobretudo a organização do mercado interno, a busca de saídas externas para a produção não foi negligenciada. Aos países que concordassem com o critério de reciprocidade, foi concedido um abatimento de 50% nos direitos de alfândega nos Estados Unidos.

Os resultados decorrentes da aplicação do *New Deal* não se fizeram esperar. No plano econômico, o número de desempregados reduziu-se de 14 milhões para 7,5 milhões de 1933 a 1937; os preços subiram 31%, a produção industrial 64%, a renda nacional 70% e as exportações 30%. No plano social, o sindicalismo foi reforçado, passando de 2 milhões para 10 milhões de filiados entre 1932 e 1941. Em 1936, foi constituída uma central sindical nova, de caráter bastante agressivo, que agrupava os sindicatos por ramos industriais. No plano político ficaram garantidas as responsabilidades econômicas e sociais do governo federal, em detrimento dos estados ou das empresas.

13. A INDÚSTRIA QUE SE NUTRIA DA GRANDE DEPRESSÃO

Em meio ao caos que levou de roldão todas as ilusões e esperanças de uma prosperidade infinita, a industria cinematográfica continuava a prosperar,

exatamente por ser uma das raras atividades que poderia nutrir-se da própria crise. Adaptando-se aos novos tempos, suas mensagens mudaram de tom. Em tempos difíceis era oportuno e encorajador reavivar valores consagrados, tais como temperança, equilíbrio, bom senso, espírito democrático, valores estes que foram sintetizados em astros e estrelas do celulóide, a exemplo de Gary Cooper.

Novos temas, que calavam profundamente nas comovidas platéias da época, foram trabalhados: riqueza não é tudo, nem sempre traz a felicidade; os ricos podem viver miseravelmente por não saberem aproveitar o lado bom da vida; é possível viver muito bem e sentir-se feliz sem ser rico. Para tanto, bastava um bilhete que desse acesso ao escurinho do cinema, onde tudo isto se materializava no mundo virtual da evasão industrializada.

A desmistificação dessa mitologia fica por conta do genial Chaplin. Em seu filme *Em busca do ouro*, de 1925, ele aborda o tema da interiorização do país, a busca de isolamento e, principalmente, da riqueza fácil, a pura colheita sobre uma natureza dadivosa, mimetismo dos ganhos conseguidos nos jogos da Bolsa de Nova York, como se o sistema capitalista fosse mágico e capaz de gerar riquezas sem trabalho ou investimento produtivo. O sonho de deitar pobre e acordar rico. De fazer fortuna da noite para o dia.

O contraponto de *Em busca do ouro* é *Tempos modernos*, rodado em 1936, momento de desencantamento no qual grassava a enfermidade psicológica da Grande Depressão. Mas é sem dúvida na sua primeira sátira política, um pungente apelo à tolerância, vivida pelo *Grande ditador*, que o Estado forte pontifica, anunciando o holocausto da Segunda Guerra Mundial, cumprindo as palavras proféticas do presidente Wilson em 1924.

BIBLIOGRAFIA

Brunn, D. 1991. *Le commerce international dans le monde au XXe siècle*. Montreuil, Bréal. *História do século XX (1919-1934)*. 1968. São Paulo, Editora Abril.

Einaudi, A. 1961. *Roosevelt et la Révolution du New Deal*. Paris, Armand Colin.

Galbraith, J. K. 1965. *El Crac del 29*. Barcelona, Seix Barral.

Giraut, R. e Frank, R. 1988. *Histoire des relations internationales*. Tomo II. Turbulente Europe e Nouveaux Mondes (1914-1941). Paris, Masson.

Hobsbawm, E. 1995. *A era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. SP, Companhia das Letras.

Link, A. 1961. *História moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Zahar.
Maddison, A. 1995. *L'économie mondiale, 1820-1992*. Analyses et statistiques. Paris, Ocde.
Morison-Commager. 1958. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Melhoramentos, 3 v.
Robertson. R. 1967. *História da economia americana*. Rio de Janeiro, Record.
Robbins, L. 1935. *La Grande Depression (1929-1934)*. Paris, Payot.
Rothbard, M. 1963. *America's Great Depression*. Nova York, Van Nostrand.
Schumpeter, J. 1939. *Business Cycles*. Nova York, McGraw-Hill, 2 v.
Shannon, D. A. 1960. *The Great Depression*. New Jersey, Englewoods Cliffs.
Vazquez de Prada, Valentin. 1968. *História económica mundial*. II. De la Revolución Industrial a la actualidad. Rial, Madrid.
Wood, J. 1963. *Roosevelt e a América moderna*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Link, A. 1961. *História moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Zahar.
Maddison, A. 1995. *L'économie mondiale, 1820-1992*. Analyses et statistiques. Paris, Acde.
Morison-Commager. 1958. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Melhoramentos, 3 v.
Robertson. R. 1967. *História da economia americana*. Rio de Janeiro, Record.
Robbins, L. 1935. *La Grande Depression (1929-1934)*. Paris, Payot.
Rothbard, M. 1963. *America's Great Depression*. Nova York, Van Nostrand.
Schumpeter, J. 1939. *Business Cycles*. Nova York, McGraw-Hill, 2 v.
Shannon, D. A. 1960. *The Great Depression*. New Jersey, Englewoods Cliffs.
Vazquez de Prada, Valentin. 1968. *História económica mundial*. II. De la Revolución Industrial a la actualidad. Rial, Madrid.
Wood, J. 1963. *Roosevelt e a América moderna*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

As revoluções russas

Daniel Aarão Reis Filho

Professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense

A SANTA RÚSSIA IMPERIAL E AS TRADIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Entre 1905 e 1921, a Santa Rússia Imperial Tzarista transformou-se em União Soviética, o que foi consagrado juridicamente, em 1922, com a aprovação de uma primeira Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como a Revolução Francesa, em fins do século XVIII e começos do século XIX, as revoluções russas que levaram à fundação da URSS modificaram a face do mundo. Para muitos, deram início ao século XX. Seja qual for nossa opinião a respeito, é inegável que imprimiram sua marca a um século que só terminou com o desaparecimento dos resultados criados por elas.

É à narração e à interpretação dessas revoluções que se dedica o presente texto.

A Santa Rússia Imperial Tzarista era marcada por violentos contrastes. De um lado, a impressão de solidez, de permanência. De outro, uma crônica instabilidade, prenunciando hipóteses de convulsões.

A permanência seria celebrada em duas datas memoráveis: 1912 e 1913. Na primeira, a sociedade festejou o centenário da derrota da invasão napoleônica, que projetou a Rússia como potência européia. Na segunda, exaltou-se o tricentenário da dinastia reinante, os Romanov. Mitos pretéritos, presentes e futuros. Continuidades.

O poder tzarista, de fato, apoiava-se em poderosas tradições e estruturas políticas e sociais.

O *nexo rural* constituía sua base principal de sustentação, apesar do desgaste do tempo e das insatisfações acumuladas. Os proprietários de terra e os camponeses (mujiques), aferrados a tradições imemoriais, representavam mais de 80% da população existente. Baixos níveis de produtividade, altas taxas de exploração, miséria, fomes periódicas: a força do Antigo Regime, através das fronteiras do tempo, resistindo à modernidade capitalista e às re-

formas ocidentalizantes. Bolsões de progresso tecnológico não escondiam a realidade maciça do atraso, simbolizado pelo largo uso ainda do arado de madeira e das mãos nuas do camponês como instrumentos principais de trabalho. Freqüentemente absenteístas, os proprietários, de modo geral, viviam em outro tempo, endividados, parasitando a sociedade, cultivando as glórias e os valores do passado, sem alternativas de futuro.

Antigas tradições religiosas amarravam com seguros nós esta sociedade agrária, mesclando-se os ritos e as estruturas hierárquicas da Igreja Ortodoxa com os costumes animistas e mágicos da religiosidade popular. Dos mosteiros recolhidos e austeros aos popes embriagados das aldeias havia abismos de cultura, mas também denominadores comuns, construindo identidades, sobretudo entre os eslavos, e entre os russos, em particular. Porque o império era multinacional, abrigando, como se verá, um caleidoscópio de povos, religiões e culturas.

Com a religião, entrecruzando-se com ela, havia a figura do tzar, venerado como representante de Deus na Terra, considerado pelos mujiques ao mesmo tempo como chefe todo-poderoso, a quem se devia cega obediência, e como bondoso Paizinho, a quem se devia filial reverência. O tzar estava em toda parte, em retratos e santinhos, em quadros e medalhas e estátuas, na memória e nos corações das gentes. Presente ainda através de uma burocracia tentacular (seus olhos e seus ouvidos), famosa por seus níveis de arbitrariedade, ineficiência e corrupção. E de uma polícia política terrivelmente eficaz na identificação e neutralização de eventuais oposições.

Uma fé, uma nação, um tzar. O lema não deixava espaço ou margens para questionamentos e contestações. Unanimidade e imobilidade. Era como se o tempo houvesse parado, congelado (Werth, 1992).

No entanto, a sociedade se movia.

Antes de tudo, o movimento demográfico. Entre 1860 e 1870, uma progressão anual de 1 milhão de habitantes. Desde então, e até 1914, 2,4 milhões a mais por ano. Como conter estas massas crescentes nos limites rígidos dos regulamentos do Antigo Regime?

Havia ainda a expansão político-militar, suscitada pelo próprio regime, em todas as direções da rosa-dos-ventos. Ao ocidente, a captura de territórios da Polônia, partilhada com o Império Austro-Húngaro e o Reino da Prússia desde fins do século XVIII. E também os estados bálticos e a Finlândia. Ao sul, a região do Cáucaso, sempre insubmissa, mas integrada. Ao leste, as vastidões siberianas, as regiões usurpadas ao Império do Meio, a ins-

talação de uma área de influência no nordeste chinês, na Manchúria, com o arrendamento de Port Arthur. Em trezentos anos, o Império registrara um avanço permanente, sistemático, como se dele dependesse sua sobrevivência.

Foi assim que se constituiu como império multinacional abrangendo múltiplos grupos lingüísticos, religiões, costumes e tradições. Cristãos ortodoxos, protestantes e católicos, muçulmanos xiitas e sunitas, judeus, animistas, eslavos e não-eslavos, europeus e asiáticos, povos com consciência nacional consolidada, outros sem memória definida. Naquela babel de línguas, nacionalidades, tribos e clãs, o centro moscovita impunha-se segundo os padrões asiáticos: submissão político-militar e autonomia cultural. Entretanto, de acordo com as conjunturas concretas, quase sempre como reação a revoltas de povos insubmissos, perpassavam surtos de russificação, com propostas ambiciosas de tudo homogeneizar.

Um outro movimento, profundamente subversivo, e também suscitado pelo Estado, abalaria as estruturas tradicionais: a modernização industrial, de tipo capitalista.

O Estado acordou para ela obrigado por imposições estratégicas, em virtude da Guerra da Criméia, nos anos 50 do século XIX, quando foi incapaz de vencer ingleses e franceses e de impor suas vontades ao Império Otomano. Foi então que as elites imperiais se surpreenderam no comando de uma grande potência... atrasada. E compreenderam que era tempo de assimilar reformas e técnicas ocidentalizantes.

Numa primeira ofensiva modernizante, aboliu-se a servidão, em 1861, introduzindo-se, com ela, um conjunto de reformas em múltiplas áreas: forças armadas, educação, justiça, administração central etc. Ambições grandiosas, resultados mitigados. Para uns, as reformas tiveram êxito, pois afastaram o fantasma da revolução por mais de cinqüenta anos. Para outros, perdeu-se ali uma chance histórica de o Império ingressar plenamente no século XIX europeu (Reis Filho, 1997).

Uma nova onda reformista varreria a sociedade, principalmente as cidades, a partir de 1890. Aceleraram-se então os ritmos de desenvolvimento capitalista, impulsionados pela construção de uma rede de estradas de ferro, sob iniciativa estatal. A metalurgia, a siderurgia, o petróleo e o carvão, setores de ponta da economia internacional da época, puxaram um crescimento médio anual de 5% entre 1888 e 1913. Apesar das crises, entre 1901 e 1905, e do fato de a agricultura e a indústria leve não terem acompanhado essas médias, o império parecia ter ganho dinamismo, despertando de sua tradicional letargia.

Em dois períodos, sobretudo, presididos respectivamente por S. Witte (1892-1903) e por P. Stolypin (1906-1911), uma série de mecanismos garantiu altas taxas de desenvolvimento. Elevadas barreiras alfandegárias, estímulos fiscais, encomendas do Estado, moeda forte, arregimentação agressiva do capital estrangeiro, conferiam ao capitalismo russo um perfil específico — ativa participação e controle estatais, forte presença do capital estrangeiro, sobretudo nas finanças e nos setores tecnológicos de ponta, burguesia nacional pouco expressiva, mas ganhando terreno, sob a proteção das reservas de mercado impostas pelo Estado.

A Rússia dotava-se de importantes setores industriais, mas continuava apresentando, às vezes aprofundando, desigualdades gritantes. Ao lado do que havia de mais moderno no mundo de então, como as indústrias de instrumentos de precisão de São Petersburgo, persistiam condições de trabalho dignas da primeira grande revolução industrial, ocorrida em fins do século XVIII. A agricultura atrasada, com suas tradições arcaicas, resistia às intenções e às políticas modernizantes, como as de P. Stolypin, que pretendeu, sem sucesso, criar no império uma próspera camada de pequenos proprietários privados, que poderia ser um elemento dinâmico para a constituição de um mercado interno de consumo de massas e uma base social sólida para o capitalismo russo.

Progresso e atraso, combinando-se mutuamente, num processo de desenvolvimento desigual e combinado, como analisou já na época Leon Trotski (Deutscher, 1966-68). O Império agigantava-se, mas era um gigante de pés de barro. Fermentavam, por isso mesmo, as insatisfações e os ressentimentos. E explodiam, periodicamente, revoltas nas áreas rurais, tomando às vezes a forma de movimentos de massas, como na conjuntura que precedeu a abolição da servidão, agitando o fantasma de uma guerra camponesa. Desde os anos 80, movimentos grevistas nas cidades indicavam que os mujiques migrados dos campos e transferidos para as fábricas davam demonstrações de impaciência. É nesse quadro social que se formarão as tradições da *intelligentsia* revolucionária russa. Elas se estruturaram em torno de duas vertentes.

A *INTELLIGENTSIA* REVOLUCIONÁRIA RUSSA

De um lado, e principalmente, as propostas de um socialismo rural, baseado na nacionalização e distribuição eqüitativa da terra, sob controle dos camponeses. A idéia básica era fazer com que a Comuna Rural, instituição ancestral e igualitarista, reforçada no processo da abolição da servidão, se constituísse como o organismo de base de uma sociedade nova e revolucionada. Assim, o Estado seria formado por uma federação de comunas agrárias, controladas e dirigidas pelos próprios camponeses, convertidos em senhores da terra, da sociedade e do próprio destino.

A utopia igualitarista russa encontrava aí sua tradução política, evitando-se o modelo europeu ocidental, abominado pelas desigualdades que gerava e pelos sofrimentos que impunha às grandes maiorias proletarizadas.

Essa corrente bifurcava-se em numerosos afluentes, que poderiam ser agrupados em duas grandes tendências: os partidários de um trabalho perseverante de propaganda que seria capaz de ganhar as consciências a longo prazo, e os adeptos da ação direta de vanguarda, especializados em abater as cabeças do regime no sentido de desestabilizá-lo e de provocar, em conseqüência, as brechas por onde haveriam de vir as ondas revolucionárias. Pela sua decisão de ir ao povo (*narod*) para despertar a sua consciência revolucionária — supostamente latente —, passariam para a história como os narodniks, ou populistas. Seriam responsáveis por muitas agitações nos campos e pela morte de não poucos dirigentes do Estado imperial, inclusive um tzar, Alexandre II, abatido em 1881, depois de várias tentativas frustradas (Berlin, 1988). Em começos do século XX, em 1902, seus grupos, embora enfraquecidos pela repressão sistemática, formariam um partido de grande influência nos meios rurais, o partido socialista revolucionário, muito mais uma confederação de grupos do que propriamente um partido.

A outra vertente constituiu-se em torno do pensamento de Marx, através do filtro da social-democracia alemã, e filiou-se à Internacional Socialista, fundada em 1889. Discordava dos populistas, considerando-os utópicos, por proporem projetos irrealizáveis, e reacionários, no sentido próprio da palavra, ou seja, aferrados a uma tradição que já não tinha condições históricas de sobrevivência.

Para a social-democracia russa, constituída em partido desde 1903, o capitalismo era uma realidade incontornável. Embora ainda não dominante, era o fator dinâmico por excelência da sociedade russa. Impossível ignorá-lo e desconsiderar as transformações que já provocara na sociedade. Os que se encontravam reunidos nessa tendência apostavam nos operários, e não mais nos camponeses como principal classe revolucionária, e consideravam que a revolução na Rússia passaria por duas etapas. A primeira, sob direção da

burguesia, realizaria as tarefas do tempo histórico burguês: república democrática, reforma agrária e soberania nacional, criando as melhores condições para que as lutas proletárias pudessem colocar na ordem do dia a proposta da revolução socialista. Dessa etapa o proletariado e seu partido participariam ativamente, resguardando sua autonomia e se preparando para os embates futuros.

Entretanto, apesar desse consenso fundamental, os social-democratas russos divergiriam em outras questões, como a forma de organização partidária. Assim, desde o próprio congresso de fundação, em 1903 (a rigor, uma refundação, já que o projeto definido pelo primeiro congresso, em 1898, fora rapidamente dizimado pela polícia política), formaram-se duas correntes: os bolcheviques (majoritários) e os mencheviques (minoritários). Os primeiros, mais rigorosos do ponto de vista organizacional, argumentavam que as condições russas exigiam um partido de revolucionários profissionais, centralizado, como um exército. Os segundos, temendo que uma opção desse tipo pudesse conduzir a uma dinâmica fechada e sectária, pretendiam construir um partido nos padrões da social-democracia européia ocidental, mais aberto e flexível do ponto de vista organizacional.

Essas divergências, talvez superdimensionadas pela aspereza do exílio e das condições de clandestinidade, impostas pela repressão, envenenaram a atmosfera e radicalizaram os ânimos, fazendo com que a social-democracia russa, às vésperas da revolução de 1905, aparecesse como um partido permeado de querelas e imerso em lutas fratricidas, ou seja, enfraquecido para enfrentar as imensas tarefas que os desafios de uma revolução social iria apresentar.

A REVOLUÇÃO DE 1905

Os grandes movimentos sociais que se formaram em 1905 apareceram de forma imprevista, como é usual em processos revolucionários, surpreendendo o poder e os próprios protagonistas.

Foi uma aventura militar no Extremo Oriente, promovida pelo Estado tzarista, que esteve na raiz de tudo. Como já se referiu, os russos haviam estabelecido no nordeste chinês uma área de influência, inclusive ganhando a concessão de um porto: Port Arthur. Nessa região, com o tempo, intensificaram-se as contradições entre os interesses russos e japoneses, também ali presentes. Negócios em concorrência, pretensões competitivas, os ânimos tenderam a se acirrar. Do lado russo, apesar das advertências de conselheiros mais lúcidos, prevaleceram concepções arrogantes, subestimando-se a capacidade militar e industrial japonesa.

Assim, quando os japoneses atacaram de surpresa, no início de 1904, destruindo a esquadra russa em Port Arthur e desencadeando ofensivas terrestres, o Império Tzarista começou a acumular derrotas e desastres. Não seria fácil, considerando a debilidade dos meios disponíveis, mobilizar exércitos, material de guerra e logística para batalhas que se desenrolavam num teatro de operações longínquo.

Cedo começou o cortejo de provações: as mortes, o medo das mortes, as dificuldades de abastecimento, a desorganização dos circuitos econômicos, tensionados pelas necessidades da guerra. A insatisfação era tanto maior quanto as populações não conseguiam compreender exatamente o que estava na verdade em jogo. A Pátria russa, sua honra e integridade certamente não estavam ameaçadas pelos japoneses. Como justificar então os sacrifícios que estavam sendo exigidos, até mesmo o da própria vida?

Foi então, num contexto de insatisfações e protestos, que se organizou, na capital cultural e política do império, em São Petersburgo, uma grande passeata popular. Tinha propósitos pacíficos, apenas desejava reivindicar e propor o diálogo às autoridades e por isso mesmo os manifestantes — homens, mulheres e crianças — dirigiram-se naquele domingo, 9 de janeiro de 1905, para o Palácio de Inverno, sede e símbolo do poder. Iam como se fossem para uma festa, e não para um enfrentamento.

Entretanto, em vez de acolhimento e conversa, receberam balas de metralhadora. Foi o pânico. E a matança. O dia passou à História como o *domingo sangrento*. E provocou pavor, surpresa, indignação e revolta. Sem que ninguém tivesse previsto, estava ali começando a revolução de 1905.

Ao longo do ano, o império foi estremecido por três grandes ondas de greves operárias: a de janeiro, em protesto contra a brutal repressão à passeata; a de maio e junho, centrada em reivindicações sindicais e políticas; e, finalmente, a de setembro e outubro, quando organizações populares pretenderam, sem êxito, confrontar-se com o governo.

Em termos programáticos, os operários reclamavam o acolhimento de reivindicações há muito defendidas, e que correspondiam, em larga medida, ao que já tinham conseguido os sindicatos da Europa Ocidental: liberdade de organização sindical, direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, férias,

previdência social etc. E um quadro constitucional definido. Os mais radicais falavam em república. Os moderados se contentavam em ver o tzarismo convertido em monarquia constitucional.

As inovações mais radicais, no entanto, vinham por conta das formas de luta adotadas, em especial a *greve política de massas,* e das formas de organização, como a criada pelos trabalhadores de Ivanovo-Voznesensk, ao norte de Moscou: um soviete (conselho) de representantes. Ágil, flexível, colado aos sentimentos e aspirações da base de eleitores, sem mandatos fixos, nem remunerações especiais, conjugando aspectos políticos e sindicais, o soviete adquiriu rapidamente projeção em todo o império, tendo sido assumido como modelo de organização em muitas cidades. O de São Petersburgo, enquanto durou, conseguiu grande prestígio, fixando-se na memória histórica.

Mas o processo revolucionário de 1905 não se restringiu aos operários, nem apenas às cidades.

Mobilizaram-se igualmente as camadas médias urbanas, constituindo suas associações, as uniões profissionais, formulando seus interesses específicos e um programa liberal-democrático. E as nações não-russas, aproveitando as brechas para defender programas de autonomia cultural e política. Os mais radicais, visíveis sobretudo entre as nações mais consolidadas, no ocidente no império, chegavam a falar em secessão, anunciando a hipótese da desagregação política. Por outro lado, agitavam-se soldados e marinheiros, principalmente os das bases navais do Golfo da Finlândia (Kronstadt) e os do Mar Negro, estes últimos protagonistas do episódio do levante do encouraçado *Potemkin,* celebrizado pelo clássico filme de Eisenstein.

Finalmente, e mais importante, os camponeses, a partir do início da primavera, também começaram a entrar em ebulição, formando associações e invadindo terras. Em julho de 1905, houve um primeiro congresso camponês, reunindo representantes de 22 províncias. Exigiram a nacionalização da terra e a eleição de uma Assembléia Constituinte.

As brechas se multiplicavam, ameaçando a estabilidade da Ordem, agravando um quadro deteriorado por novas derrotas, algumas catastróficas, como a do estreito de Tsushima, onde uma nova esquadra russa foi afundada por uma desconhecida *armada* japonesa.

O regime tzarista sentiu-se acuado. E começou a negociar. No plano internacional, abriram-se conversações com os japoneses. Estabeleceu-se um armistício. No âmbito do império, o tzar editou um manifesto, em outubro de 1905, onde se prometiam concessões, entre as quais a convocação de eleições para um Parlamento (*Duma*).

Os movimentos e as organizações mais decididas e radicais, como o soviete de São Petersburgo, ainda tentaram continuar as lutas em ritmo ofensivo. Foi em vão. A convocação de uma greve geral, em outubro, resultou em fracasso, ensejando uma contra-ofensiva repressiva que desmantelou o soviete e prendeu suas lideranças. Em toda parte, as lutas começaram a refluir, registrando o impacto das promessas do tzar e, principalmente, o alívio suscitado pela suspensão da guerra.

Um último arranco ainda veio de Moscou na forma de uma insurreição protagonizada pelo soviete local, em dezembro de 1905. Ficou isolada e o regime pôde destruí-la, empregando tropas que voltavam do *front*, já disponíveis para as tarefas de repressão da população civil. Apesar de muitos ainda terem ficado na expectativa de outras — e novas — ondas revolucionárias, aquele ano vermelho tinha chegado ao fim.

No entanto, as questões que suscitara ganharam alcance mundial e se tornaram temas de debates históricos no âmbito da social-democracia internacional e, em particular, no dos revolucionários russos: a greve política de massas, os sovietes, o programa de nacionalização da terra, as revoltas de soldados e de marinheiros, os movimentos nacionais no interior do império, as ambigüidades dos liberais, a questão das relações entre guerra e revolução. Ali estava toda uma gama de novas interrogações, ou de velhos problemas colocados de uma forma nova, a desafiar a imaginação dos revolucionários.

A burguesia liberal não agira de forma demasiadamente moderada? O processo histórico confirmava ou desmentia sua vocação revolucionária? Não tinham ficado evidentes os laços entre os liberais e um regime que eles combatiam retoricamente, mas sem demonstrar ousadia prática quando na hora de atacá-lo? Nessas condições, como imaginar que a burguesia pudesse liderar uma revolução republicana democrática? Mas não era esse o papel que lhe reservara o programa da chamada primeira etapa da revolução russa?

Um outro aspecto crucial: a participação ativa dos movimentos camponeses. Enquanto duraram, haviam constituído, pela sua massa e pela sua radicalidade, uma poderosa arma da revolução. Seria o caso de considerá-los aliados preferenciais dos operários na luta pela derrubada do regime? Deslocando a aliança urbana, com os liberais, para uma aliança operário-camponesa? Mas o que dizer do programa camponês de nacionalização e distribuição igualitária da terra? Não significava ele o triunfo das teses *populistas* para a revolução russa? Seria possível pensar um socialismo russo rural, autônomo e oposto à Europa Ocidental?

E os povos não-russos? Também haviam constituído, embora por um breve momento, uma grande força social desagregadora. Não seria válido aproveitá-la para explodir o tzarismo? Entretanto, como conciliar o programa socialista internacionalista, comprometido com o futuro, com o estímulo a movimentos nacionalistas, apegados ao passado? Poder-se-ia conceber uma Rússia socialista cercada pela ressurgência de estados nacionais, eventualmente não-comprometidos com o socialismo?

Questões perturbadoras, abalando as ortodoxias, algumas apenas esboçadas, até mesmo pela celeridade com que passou a revolução pela cena histórica, surgindo de súbito, surpreendendo e despertando as maiores esperanças e paixões, para cedo desaparecer nas dobras do tempo.

Diante delas, a maioria preferiu manter-se aferrada às concepções já definidas. Mas houve lugar para a formulação de heresias ousadas. L. Trotski passou a defender a proposta de uma *revolução permanente*, com ênfase no caráter internacional da revolução. V. Lenin escreveu sobre a hipótese de uma *revolução ininterrupta*, refletindo sobre o potencial revolucionário dos camponeses. Em questão, para os dois, a vocação revolucionária da burguesia. E os dois sugeriam, cada um a seu modo, que a luta por uma república democrática se encadearia, sem etapas intermediárias, com a luta pelo socialismo, o processo todo sob hegemonia do proletariado.

Do ponto de vista das alianças, V. Lenin discorreria, com ênfase, sobre a necessidade de procurar o apoio dos camponeses, aceitando-se o programa baseado na nacionalização da terra, e das nações não-russas, mesmo que fosse à custa da desagregação do império. Todas estas formulações, no entanto, não foram propostas no sentido de modificar o programa da revolução em duas etapas aprovado em 1903. Elas ficariam no ar, em estoque, à espera de circunstâncias novas, revolucionárias (Reis Filho, 1997).

Tais circunstâncias custariam a se concretizar.

Desde 1906, contrariando as expectativas dos mais otimistas, sempre à espera de novas ondas revolucionárias, os movimentos sociais refluíram. As eleições para a Duma Imperial foram afinal convocadas, mas o poder do Parlamento nunca alcançou amplitude maior. Não teve poderes constituintes, nem sequer margem para legislar e fiscalizar de modo eficaz. Reinstalou-se assim o regime tzarista com sua força aparentemente invencível.

Somente a partir de 1910-12, começaram novamente a surgir movimentos de reivindicações sindicais e políticas, intensificados no primeiro semestre de 1914. O regime reagiu como de hábito: ausência de diálogo e repressão.

Do ponto de vista dos partidos revolucionários, a polícia política levava a melhor, prendendo e desterrando grande parte das lideranças. Longe, no exílio, os que estavam ainda em atividade pareciam imersos em intermináveis querelas. A própria social-democracia, depois de tentar um processo de reunificação, em 1906 e 1907, voltou a cindir-se em meio a furiosas divergências e invectivas. Em 1912, numa conferência realizada em Praga, a ala dos bolcheviques optou por um processo de reorganização, assumindo-se como única representante da social-democracia russa. Mas a proposta não seria reconhecida por nenhuma instância do socialismo internacional.

De sorte que quando explodiu a Primeira Grande Guerra, em agosto de 1914, nada parecia indicar uma revolução próxima, inclusive porque a sociedade reagiu quase unânime ao chamado do regime para defender a Pátria dos tradicionais inimigos ocidentais: as *hordas teutônicas*.

Como nos demais países beligerantes, formou-se a União Sagrada. Com exceção de alguns pequenos grupos de intratáveis, quase todos, apostando numa luta curta e vitoriosa, dispunham-se a partir para as trincheiras e para a guerra.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA E A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917

Entretanto, a guerra não foi curta, ao contrário, alongou-se no tempo. Nem vitoriosa. Sucederam-se os desastres. E a matança superou todos os horrores aos quais aquelas gentes guerreiras estavam habituadas. Milhões e milhões de mortos, incontáveis (as estimativas variam de 5 a 8 milhões), sem falar dos feridos, dos mutilados na carne e no espírito. O desabastecimento, as carências, a inflação, a escassez, a desorganização geral da vida econômica, provações sem fim, submetendo o patriotismo e a paciência a duras provas.

Contra a inépcia do governo, a sociedade começou a formular críticas e propostas alternativas. Ainda em 1915, um grupo de parlamentares na Duma manifestou-se em favor da formação de um governo responsável perante o Parlamento. Em seguida, foi a vez das assembléias representativas existentes se federarem, o que era proibido pela Lei, assumindo tarefas que, em princípio, competiam ao governo. Organizações tradicionais, como a Cruz Vermelha, coordenavam-se com o movimento cooperativo e outras associações para atender às exigências do esforço de guerra.

Desde 1916, a situação começou a decompor-se de forma acelerada. Reapareceu um movimento grevista. Entre as elites, medrava a desconfiança em relação ao governo, suspeito de abrigar em seu seio *traidores da Pátria*. A população, e os trabalhadores, em particular, estavam cada vez mais descontentes. Embora poucos entrevissem a hipótese de uma revolução iminente, os relatórios da polícia política atestavam claramente a radicalização das tensões.

Elas desaguariam afinal nas chamadas *jornadas de fevereiro*. Em cinco dias de crescentes movimentos sociais, entre 23 e 27 de fevereiro*, o povo da cidade de Petrogrado (a cidade fora assim rebatizada, com um nome russificado, pelo regime tzarista ainda no começo da guerra) derrubou uma dinastia eterna de três séculos de existência (Carr, 1977).

Foi a revolução da harmonia e do congraçamento. Todos irmanados contra um inimigo comum, devidamente identificado: o tzar. A crucificação do chefe todo-poderoso e do *paizinho* reverenciado na retomada da forte e antiga tradição do *bode expiatório*. E assim a sociedade pôde reencontrar-se pacificada: do alto comando ao soldado, do grande capitalista ao humilde operário, do proprietário de terra ao mujique, dos russos aos não-russos, muito poucos ousando exprimir desacordo com a deposição do tzar e da dinastia tricentenária dos Romanov.

Na improvisação provocada por aquela inesperada inversão de mão, constituiu-se um governo provisório, formado pelos partidos da Duma Imperial. No mesmo momento, em outro lugar, inspirando-se no exemplo revolucionário de 1905, constituiu-se uma outra instituição: o soviete de operários e soldados de Petrogrado.

Contudo, um processo social ainda mais relevante tomava pé: a palavra estava solta e livre nas ruas. Das bocas amordaçadas e represadas pela timidez, pelo medo, pela censura e pela repressão, começou a fluir toda uma gama de anseios e de reivindicações.

O que desejavam aqueles que vinham de derrubar a autocracia russa?

De modo geral, houve uma retomada dos temas e dos programas avançados na revolução de 1905.

* As datas correspondem ao calendário então em vigor no Império Tzarista, o calendário juliano, com uma defasagem de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, adotado em quase todo o resto da Europa. A Rússia ajustou-se à hora do Ocidente a partir de 1° de fevereiro de 1918. Assim, as datas aqui referidas, e até fevereiro de 1918, correspondem ao calendário juliano.

Entre os trabalhadores urbanos, muito poucos falavam em revolução e socialismo. Queriam sobretudo liberdade de organização e de manifestação, jornada de trabalho de 8 horas, salários minimamente decentes, descanso semanal remunerado e garantias previdenciárias, como aposentadorias e proteção contra o desemprego, a invalidez e a doença. Também solicitavam o fim das multas escorchantes e das humilhações sem fim, que aparentavam o trabalho industrial à servidão da gleba. Em suma, tratava-se de fazer a Rússia aplicar a legislação social já conhecida nos centros capitalistas avançados da Europa Ocidental.

Os camponeses queriam a terra, toda a terra. Nacionalizada, deixaria de ser uma mercadoria, sujeita à compra e à venda, e deveria ser distribuída de forma igualitária, pelas próprias organizações que os camponeses estavam formando em cada aldeia, os comitês agrários.

Os soldados foram cautelosos. Estavam conscientes de que a guerra mudara de caráter. Não se tratava mais de defender o regime tzarista, inepto e arbitrário, e seus desígnios expansivos, mas a revolução, agora vitoriosa. Entretanto, insistiram no sentido de que tudo se fizesse por uma paz justa, sem indenizações e anexações. Mas foi no âmbito da seção militar do soviete de Petrogrado que um grupo de representantes dos soldados formulou uma verdadeira revolução na organização interna das forças armadas, editando uma chamada Ordem de Serviço nº 1. Sob um título anódino, subverteram e derrubaram os dois pilares de sustentação das forças armadas: a hierarquia e a disciplina. Entre outras mudanças, estabelecia-se que nenhum tipo de decisão envolvendo tropas e munições poderia ser aplicado sem o acordo do comitê dos soldados das unidades concernidas.

Finalmente, também as nações não-russas puseram-se em movimento. Do extremo ocidente ao extremo oriente daquele vasto império, os diferentes povos solicitavam o reconhecimento de sua personalidade, alguns já avançando a questão da independência.

Entretanto, começou a aparecer uma clara contradição entre os clamores da sociedade e as disposições do governo provisório, estabelecido pela Duma. Enquanto uns reivindicavam aquilo que lhes parecia de direito, o outro não dava nenhuma demonstração de que desejava, de fato, atender àqueles pleitos. E batia-se por um outro tipo de agenda: primeiro, era necessário obter a vitória na guerra contra *o alemão*; em seguida, convocar uma Assembléia Constituinte, soberana para resolver todas as questões levantadas pelo debate que se instaurava na sociedade. De imediato, o governo se dispunha apenas a criar comissões de estudo (Ferro, 1976).

Instaurou-se um diálogo de surdos. De um lado, movimentos sociais vibrantes, cada vez menos cautelosos, mais críticos e exigentes. De outro, um governo insensível, apegado a seus próprios critérios. Como duas paralelas, não se via a hora em que se encontrariam.

Como conseqüência, as crises foram se sucedendo.

A primeira explodiu em abril, menos de dois meses depois da derrubada da autocracia. O ministro de Relações Exteriores do governo provisório veio a público declarar que a Rússia continuava na guerra perseguindo os mesmos fins que os defendidos pelo regime tzarista. Pelo menos foi assim que suas palavras foram interpretadas. Os soldados saíram às ruas, exigindo um compromisso claro do governo com a paz e a queda do ministro. Ele de fato caiu e, na recomposição política que então se articulou, surgiu uma novidade que teria conseqüências imprevistas: a entrada de seis representantes do soviete de Petrogrado no governo, formando o que se chamou a primeira coalizão.

A maré dos movimentos sociais crescia e se organizava.

Em maio, reuniu-se um primeiro congresso panrusso de representantes dos camponeses: mais de mil delegados reafirmaram as propostas distributivistas e igualitaristas — terra a quem nela trabalha, terra *só* a quem nela trabalha, distribuída pelos comitês agrários em cada aldeia. No campo, a temperatura subia. Em março foram registradas 49 rebeliões em 34 distritos. No mês seguinte, 378 rebeliões em 174 distritos. Em maio, 678 rebeliões em 236 distritos. Em junho, 988 rebeliões em 280 distritos. Nesse mesmo mês, reuniram-se os sovietes urbanos de todo o império em Petrogrado. Entre mais de mil delegados, os representantes dos partidos moderados ainda tinham folgada maioria, mas na manifestação pública organizada por ocasião do encerramento do congresso era visível a força cada vez maior que adquiriam as propostas mais radicais, formuladas pelos bolcheviques e por outros grupos, resumidas no subversivo *slogan*: *todo poder aos sovietes*, o que significava realizar imediatamente todas as reivindicações dos movimentos sociais sob direção e controle de suas próprias organizações: sovietes de operários e soldados e comitês agrários. Em outras palavras: o fim do governo provisório e a mudança do regime social e econômico vigente.

Em julho veio uma outra crise, mais grave. Sucedeu a uma ofensiva militar desastrada desencadeada pelo governo provisório. Os ânimos exaltaram-se e os marinheiros da base naval de Kronstadt vieram a Petrogrado para, de armas na mão, exigir a derrubada do governo provisório. Houve choques violentos e, pela primeira vez, desde fevereiro, repressão a manifestações de

rua. Os bolcheviques foram acusados de estar por trás do movimento, tentando desestabilizar o governo. Na verdade, tratou-se de uma revolta fora de seu controle. Contudo, seriam perseguidos como responsáveis e tiveram lideranças presas e jornais depredados. O próprio Lenin foi obrigado a cair na clandestinidade para evitar a prisão.

Foi necessário, então, recompor mais uma vez o governo. Depois de longas articulações, formou-se uma nova coalizão, prevendo uma participação mais intensa dos partidos socialistas moderados, ainda majoritários na estrutura soviética.

Pouco mais de um mês depois, entretanto, em fins de agosto, o país seria abalado por uma nova crise. Agora, a ameaça ao governo provisório tomou a forma de uma tentativa de golpe de direita, dirigida pelo general Kornilov, considerado pelo líder do governo, Kerenski, um aliado fiel e um adepto da República. Para debelar a aventura golpista, o próprio governo convocou e mobilizou todas as energias e organizações populares, os sovietes em particular. O golpe foi contido. Na esteira, os bolcheviques presos em julho foram soltos. E se fortaleceram enormemente os sovietes e a autoconfiança dos movimentos sociais, reatualizando-se a proposta de entregar todo o poder aos sovietes.

Kerenski, o seu Ministério e a sua política de alianças saíram profundamente desgastados. Muitos dos ministros, a começar pelo próprio Kornilov, estavam implicados, diretamente ou indiretamente, na tentativa do golpe. Organizou-se mais uma, a terceira, coalizão. Desde fins de fevereiro, quando o tzar fora derrubado, em cerca de seis meses, era o quarto governo que se constituía...

O quadro social e político que ele teria que enfrentar não podia ser pior: forças armadas em decomposição, sociedade em ebulição, crescente adesão a propostas radicais de resolver os impasses através de enfrentamentos. A harmonia, a confiança e o congraçamento de fevereiro tinham dado lugar às divisões, à desesperança, à desconfiança (Carr, 1977).

Quatro grandes processos sociais estavam em curso, decidindo uma mudança fundamental na correlação de forças.

Desde agosto, uma onda avassaladora do movimento camponês realizava uma revolução agrária no país, invadindo terras de proprietários privados, grandes e médios, da Igreja e do Estado. Em julho, batendo todos os recordes até então, houve o registro de 1.777 casos de violência no campo. Pois bem, entre 1° de setembro e 20 de outubro nada menos de 5.140 novos casos foram registrados. Cansados de esperar pelas instituições e pelas leis, os camponeses, agrupados em torno de seus comitês agrários, realizavam, na práti-

ca, o ancestral sonho igualitarista: tudo expropriar e tudo dividir, segundo as necessidades (bocas a alimentar) e as possibilidades (braços disponíveis para o trabalho). A terra nacionalizada, subtraída ao mercado, não poderia ser mais comprada ou vendida. Além disso, ficava proibido também o trabalho assalariado. Cada camponês usaria as próprias mãos e seus instrumentos de trabalho, podendo contar, no máximo, com a ajuda da família. Desapareceu um dos pólos tradicionais do nexo rural: os proprietários privados da terra, nobres e burgueses. Emergiu a comuna rural igualitarista como a grande vitoriosa (Linhart, 1983).

Esse processo levou de roldão o que restava de coesão das forças armadas russas. Nas frentes militares, os soldados desertavam em massa. Em sua grande maioria, eram *camponeses fardados*. Tratavam agora de abandonar as trincheiras para participar da distribuição igualitária da terra. Quanto aos soldados aquartelados, estavam muito mais propensos a se manifestar nas ruas do que a combater nas trincheiras.

Nas cidades, entrecruzavam-se as greves operárias e os *lock-outs* dos patrões. Em muitos locais de trabalho constituíram-se comitês de fábrica, formando redes próprias, assumindo o controle da produção (Brinton, s/d). Milícias operárias surgiam nas ruas, realizando treinamentos paramilitares, ocupando e vigiando prédios por conta própria.

Finalmente, as nações não-russas proclamavam seu direito à autodeterminação e à independência política. Cada povo julgava-se no direito de estabelecer sua própria Assembléia Constituinte para decidir, soberanamente, seu futuro. Em fins de agosto, delegados de 13 nações, reunidos em Kiev, capital da Ucrânia, aprovaram por unanimidade a proposta de que cada nação seria livre e soberana para traçar seus destinos. Para a grande maioria, a questão da secessão estava resolvida: tratava-se de deliberar sobre o momento e as modalidades da separação.

É nesse quadro de extrema desagregação, vizinho ao caos, que se realizou a insurreição de outubro e só a percepção desse processo múltiplo é que permite compreender a rapidez fulminante com que se tornou vitoriosa.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917

Ao contrário das Jornadas de Fevereiro, que se desdobraram numa sucessão de manifestações, em vários dias, sem uma direção política visível, *uma revolução*

anônima (Deutscher, 1966-68), a insurreição de outubro seria previamente decidida por um partido — o partido bolchevique —, organizada por instituições sob seu controle — principalmente o soviete de Petrogrado e seu comitê militar — e desencadeada sob a chefia de seu dirigente maior — V. I. Lenin.

Os bolcheviques consideraram o conjunto de processos sociais em curso, a desagregação geral da sociedade, a decomposição do governo, mas também o cansaço e o desgaste da população, e as ameaças de uma ofensiva militar alemã, que poderia levar a uma derrocada do país, e da própria revolução. Desde o começo do mês de outubro, Lenin insistia no sentido de que o partido bolchevique, majoritário em vários sovietes, inclusive no de Petrogrado, assumisse a condução de uma insurreição no centro nervoso do país, destituísse o governo provisório, passasse o poder aos sovietes, cujo congresso estava programado para se reunir em fins de outubro, e formasse um governo revolucionário, responsável apenas perante os sovietes. Este governo, sustentava Lenin, teria condições, através de uma legislação adequada, de reconhecer as principais reivindicações dos movimentos sociais em luta e dar uma saída revolucionária para a crise que se abatia sobre o país.

O partido hesitou ante as propostas de Lenin. Afinal, no dia 10 de outubro, o Comitê Central decidiu pelo imediato desencadeamento da insurreição. As dúvidas, no entanto, persistiram. Dois veteranos dirigentes bolcheviques, Kamenev e Zinoviev, chegaram a denunciar na imprensa que os bolcheviques preparavam um bote revolucionário. Quase foram expulsos do partido por causa disto. Entretanto, L. Trotski, que ingressara no partido bolchevique em julho, e se tornara desde setembro o principal dirigente do soviete de Petrogrado, manobrou com habilidade, esperando o melhor momento, o que veio a acontecer dias mais tarde, quando o governo provisório, alarmado com as notícias de uma iminente insurreição, resolveu o que já não tinha forças para resolver: fechar a imprensa bolchevique e prender certos responsáveis do partido. Sob a cobertura de uma operação de defesa das instituições e da legalidade revolucionária, o comitê militar do soviete mobilizou as tropas sob seu comando, neutralizou a ordem de Kerenski, ocupou os pontos estratégicos da cidade, cercou, invadiu e tomou o Palácio de Inverno, sede formal do poder. Era a noite de 24 de outubro de 1917. No dia seguinte, quando o congresso dos sovietes abriu suas sessões, deparou-se com o fato consumado de uma insurreição vitoriosa. Apesar dos protestos de alguns deputados, mencheviques e socialistas revolucionários, a grande maioria referendou a iniciativa dos partidários de Lenin: os sovietes assumiam todo o poder.

Ato contínuo, os bolcheviques apresentaram à aprovação do Plenário a proposta de constituição de um governo revolucionário, responsável perante a organização soviética, um Conselho de Comissários do Povo. Dele fizeram parte, no início, os bolcheviques, naturalmente, e os chamados socialistas revolucionários de esquerda, cisão radical do grande partido socialista revolucionário. Em seguida, foi submetida à aprovação uma série de decretos revolucionários. O Decreto sobre a Terra legalizou a avalanche camponesa realizada nos meses anteriores de agosto e setembro. O Decreto sobre a Paz estabeleceu um armistício imediato e propôs a abertura de negociações com as Potências Centrais que pudessem levar a uma Paz justa, sem indenizações e anexações. O Decreto sobre o Controle Operário incorporava as reivindicações dos comitês de fábrica. Finalmente, a Declaração dos Povos da Rússia proclamou a igualdade das nações e o direito de cada uma delas constituir um Estado nacional próprio. Aí estavam contemplados, em síntese, os grandes interesses que lutavam por serem reconhecidos desde a queda do tzar.

Assim, se a vitória *local* da insurreição fora decidida por uma esmagadora superioridade militar dos bolcheviques, no controle do comitê militar do soviete de Petrogrado, e por uma grande audácia de seus dirigentes, que souberam apostar tudo num lance arriscado, ela se tornou *politicamente* vitoriosa apenas na medida em que soube sintonizar-se com as aspirações dos grandes movimentos sociais, em especial dos camponeses, que constituíam a maioria esmagadora da população.

Golpe ou revolução? O debate político e historiográfico, desde a data mesma da insurreição, tem trabalhado exaustivamente esta questão.

O exame acurado das circunstâncias, contudo, não parece recomendar a escolha de um desses termos com a exclusão do outro. É inegável que ocorreu uma revolução, materializada na transformação radical da correlação de forças sociais, na mudança brusca das instituições políticas, na subversão das estruturas econômicas. Uma revolução, sem dúvida, que mudou a face do país e do mundo. Mas introduzida por um golpe, decidido e realizado sem consulta às únicas instituições que, segundo os próprios protagonistas da insurreição, tinham legitimidade para autorizá-lo — os sovietes.

Um golpe vitorioso, mas não vitorioso pela arte com que foi conduzido, mas porque soube comprometer-se com uma revolução social em andamento.

A rigor, a insurreição de outubro, com seus decretos revolucionários, para além de seu valor simbólico, foi apenas um elo. Decisivo, sem dúvida. Entretanto, para se consolidar, ainda seriam necessários mais de dois anos,

uma guerra civil de permeio e uma outra revolução, dessa vez esmagada, em 1921, a revolução de Kronstadt.

A GUERRA CIVIL E A REVOLUÇÃO DE KRONSTADT

Aos decretos revolucionários já referidos, editados logo após a insurreição, acrescentaram-se outros, expropriando os capitais estrangeiros, abolindo as dívidas contraídas pelo regime tzarista, retirando a propriedade da Igreja, reorganizando a administração do país, em suma, o mundo de ponta-cabeça. Assim, os interesses contrariados eram por demais consideráveis para se manterem inativos.

Num outro plano, o governo revolucionário começou também a entrar em choque com outras tendências e partidos socialistas. Por exemplo, quando mandou fechar a Assembléia Constituinte, logo depois de instalada, em janeiro de 1918. Eleita no mês de novembro anterior, a maioria de seus deputados vinculava-se às correntes socialistas moderadas, contrárias à insurreição de outubro, sem contar os representantes dos partidos centristas e de direita. Em seguida, em março de 1918, quando, depois de longas negociações, assinou-se o tratado de paz com os alemães, em Brest-Litovsk. Ao contrário do que defendiam os revolucionários, os alemães conservariam determinados territórios e ainda receberiam reparações de guerra. Fora desconsiderado o programa original, baseado numa paz *sem anexações e sem indenizações*. Houve muitas reservas dentro do próprio partido bolchevique, sem falar na fratura da aliança governante. Com efeito, os socialistas revolucionários de esquerda, em protesto contra o tratado, simplesmente retiraram-se do governo.

Os bolcheviques, cujas bases sociais de sustentação estavam quase que exclusivamente nas cidades, encontraram-se isolados no poder. Em maio, em meio ao combate à especulação de grãos e de gêneros alimentícios, tentaram introduzir divisões entre os camponeses, atraindo para o lado do governo os camponeses mais pobres. Sem sucesso. O único resultado foi deteriorar de vez as relações com os socialistas revolucionários, que passaram a conclamar o povo a derrubar os bolcheviques do governo.

O incêndio da guerra civil pegaria com força e arrasaria o país. De um lado, *os exércitos brancos*, com apoio de capitais e assessores estrangeiros.

De outro, o *exército vermelho*, organizado pelos bolcheviques e chefiado por L. Trotski. Numa improvável terceira margem, tentando abrir um espaço próprio, diversos matizes revolucionários, alternativos aos bolcheviques: dos socialistas revolucionários aos mencheviques, sem contar os anarquistas, que foram capazes de organizar na Ucrânia um exército de guerrilheiros sob a bandeira negra da liberdade.

A guerra civil radicalizou o atraso. Retrocesso econômico, queda brusca em todos os índices. A produção de energia elétrica caiu em mais de 75%. Na grande indústria a queda chegou a 80%. Na produção agrícola, quase metade. E além disso, as epidemias, as mortes inúteis, o encadeamento das represálias, as atrocidades maciças, a brutalização das relações sociais (Werth, 1992; Claudin, 1984).

No quadro dessas misérias sem fim, a própria moeda desapareceu, decretou-se a interdição de qualquer empreendimento privado e se expropriaram os camponeses de todos os excedentes. Nesse ambiente sombrio, surgiu a estranha teoria do *comunismo de guerra*. Do conceito criado para dar conta de uma sociedade de abundância, derivou-se um outro, para nomear o racionamento, o igualitarismo da escassez.

Os bolcheviques, *os vermelhos*, ganharam, afinal, a guerra civil. Venceram os exércitos contra-revolucionários e os outros revolucionários, alternativos. As tropas estrangeiras, que tinham chegado a desembarcar em vários pontos do país, foram obrigadas a voltar para seus países de origem.

Na desolação que então se instaurou, alguns passaram a sustentar, como L. Trotski, que era necessário agora travar outras guerras: contra a fome, contra o atraso. E para isto a sociedade deveria se manter mobilizada e militarizada. No entanto, desde que a vitória contra os *brancos* pareceu consolidada tornou-se mais difícil impor as restrições típicas do período da guerra. Desde o início de 1920, começaram a espocar revoltas camponesas. Elas se tornariam mais sistemáticas no segundo semestre do ano, inquietando o governo bolchevique. Em fevereiro de 1921, surgiram greves nas fábricas, formulando reivindicações sindicais e políticas. No próprio coração da revolução, a cidade de Petrogrado, a insatisfação dos trabalhadores crescia, protestando contra as condições de trabalho e de remuneração.

Foi nessas condições, em 2 de março de 1921, que teve início um movimento dos marinheiros de Kronstadt. Declararam-se solidários com os grevistas de Petrogrado e reclamaram, em manifestos publicados, liberdade de manifestação para todas as correntes políticas, a libertação de todos os presos políticos e a formação de uma comissão independente para investigar as denúncias sobre a organização de campos de trabalhos forçados. Exigiram também eleições para renovar a estrutura soviética, baseadas no voto universal e secreto, e controladas por instituições pluripartidárias, independentes do Estado.

O governo revolucionário foi tomado de surpresa. Atendeu a algumas das reivindicações dos grevistas e conseguiu que o movimento refluísse. Mas os marinheiros não se satisfizeram com medidas parciais. Queriam o atendimento do seu programa político.

Diante do impasse, os bolcheviques formularam um *ultimatum*, 72 horas depois do início do movimento. Rendição ou aniquilamento. Como não houve rendição, partiu-se para o aniquilamento. Começou, já em 7 de março, o bombardeio da base.

A revolta converteu-se então em revolução. Num novo manifesto, os marinheiros anunciaram o início de uma *terceira revolução*. Contra o regime burguês, já enterrado, e contra o regime do Partido Comunista (os bolcheviques tinham assumido este nome desde 1918) e sua polícia política, associado ao capitalismo de Estado.

Para os bolcheviques, era a contra-revolução. Aproveitando-se do apoio político que as forças *brancas* no exílio davam à revolução, amalgamaram os marinheiros revolucionários com os *brancos*, falsificando deliberadamente os fatos, apresentando os marinheiros como *agentes* da contra-revolução internacional. Sinistro prenúncio. A manobra voltaria a ser utilizada no futuro contra todos os que se opusessem ao Estado soviético e ao partido bolchevique.

A luta continuou até 18 de março, quando a *terceira revolução* foi destroçada, deixando milhares de mortos e feridos de ambos os lados. E mais de 2.500 presos, deportados ou fuzilados (Avrich, 1975).

Entretanto, embora vitoriosos, os bolcheviques teriam que considerar, ao menos parcialmente, os interesses defendidos pelos vencidos. Em relação ao campo, suspenderam a política de requisições, restabeleceram as relações mercantis e reconheceram o triunfo da Comuna Rural. Em suma, a volta ao respeito da aliança com os camponeses, que levara à vitória em outubro de 1917. Num plano mais geral, abandonaram as utopias sinistras do comunismo de guerra e da militarização do trabalho. Houve uma distensão geral na economia. E aí, gradativamente, foi tomando corpo, aos soluços, a chamada Nova Política Econômica, a NEP.

Mas os bolcheviques não abriram mão do controle e do poder políticos. Ali estavam, e permaneceriam, sós. Partido único no poder, vontade única no Partido.

Seria possível sustentar aquela mescla de abertura econômica e ditadura política? Só o futuro iria ser capaz de deslindar esta questão.

Quanto ao presente, não faltavam enigmas, a desafiar a imaginação.

Contra tudo e contra todos, uma revolução inesperada vencera os mais terríveis inimigos e parecia, ao menos temporariamente, estabilizada. Contudo, isolara-se num só país, embora tivesse, desde o início, uma vocação internacionalista declarada. Comprometida com o reino da abundância (o comunismo), tinha de gerenciar uma sociedade faminta e miserável, regida por uma atroz escassez. O sonho de uma profunda democracia, esboçada pela estrutura soviética ao longo do ano de 1917, convertera-se numa ditadura política de partido único. Quanto ao programa de respeito à autodeterminação dos povos não-russos, também se esfumara. A independência política só foi obtida no extremo ocidente do antigo Império Tzarista, onde houve força militar para impô-la, mas quase sempre os Estados nacionais que ali se constituíram (Polônia, Finlândia e Estados bálticos: Lituânia, Letônia e Estônia) descambaram em regimes terrivelmente ditatoriais.

A classe operária, base social principal da insurreição de outubro, minguara com a guerra civil e a desorganização da produção industrial. Já o camponês, seu colossal aliado, parecia triunfante nos campos. Como se fosse uma vingança histórica do *populismo* russo.

Os bolcheviques ainda se figuravam como vanguarda de uma revolução mundial, mas eram apenas sobreviventes. Sob o comando de Lenin, a nau não soçobrara, mas mudara de rumo e ninguém mais sabia o destino daquela viagem.

BIBLIOGRAFIA

Avrich, P. 1975. *La tragédie de Cronstadt*, 1921. Paris, Seuil.
Berlin, I. 1988. *Pensadores russos*. São Paulo, Companhia das Letras.
Brinton, M. S/d. *Os bolcheviks e o controle operário, 1917-1921*. Porto, Afrontamento.
Carr, E.H. 1977. *A revolução bolchevik*. Porto, Afrontamento, 3 vols.
Claudin, F. 1984. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo, Global, 2 vols.

Deutscher, I. 1966/1968. *O profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
Ferro, M. 1976. *A revolução russa*. São Paulo, Kairós.
Linhart, R. 1983. *Lenin, os camponeses, Taylor*. São Paulo, Marco Zero.
Reis Filho, Daniel A. 1997. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo.
Werth, N. 1992. *L'histoire de l'Union Soviétique*. Paris, PUF.

Cultura e política nos anos críticos

Leandro Konder

Professor do Departamento de Educação
da Pontifícia Universidade Católica-RJ

1. A POLÍTICA

"Abre a História. Escuta. Só ouvirás rumores de guerra". Assim começa o conto "O espião alemão", do escritor brasileiro Monteiro Lobato.

De fato, as guerras têm sido, infelizmente, os fatores mais freqüentes das transformações históricas mais dramáticas — e mais ruidosas! — na história das sociedades. E a guerra que envolveu quase todos os países da Europa e teve repercussões em escala mundial — a Primeira Grande Guerra — acelerou, com certeza, mudanças mais vastas do que as das guerras anteriores.

Nunca, até então, se havia gasto tanto dinheiro com munições e armamentos. Nunca a indústria de material bélico tinha tido um crescimento tão vertiginoso. E nunca o conjunto das grandes empresas industriais tinha tido em suas mãos tanto poder para pressionar e influenciar os políticos que dirigiam os Estados.

Quando o conflito foi deflagrado, as motivações patrióticas proclamadas nos discursos ainda tinham certo poder de persuasão e impressionavam muita gente. Encerrada a matança, entretanto, cresceu muito o número de pessoas que, no cenário europeu, passaram a achar que por trás da hedionda destruição estavam grandes interesses capitalistas. E essa opinião, ao se difundir, tornava amplos setores da população receptivos à crítica do capitalismo pelos socialistas, especialmente à contestação mais radical do sistema, feita pelos comunistas.

Em estreita ligação com a guerra de 1914-1918, os bolcheviques, sob a liderança de Lenin, tinham tomado o poder na Rússia e organizaram a Internacional Comunista (a Terceira Internacional), com sede em Moscou e integrada por partidos comunistas que atuavam disciplinadamente no mundo inteiro, imbuídos da convicção de que lhes cabia fazer a revolução em nome do proletariado e superar o modo de produção capitalista.

No imediato pós-guerra, a economia nos países mais industrializados da

Europa e nos Estados Unidos apresentou alguns problemas. Ao se manifestarem, foram vistos por muitos como sinais de uma falência iminente do modelo liberal do capitalismo.

Em um livro de 1926, o economista inglês John Maynard Keynes já anunciava "o fim do laissez-aller" e preconizava uma "nova mentalidade", capaz de ir além dos horizontes do otimismo liberal e da confiança cega no mercado. O Estado e os patrões, a seu ver, deveriam encarar seriamente os graves problemas sociais e praticar uma política de intervenção na economia, para evitar o aumento das tensões e o fortalecimento dos socialistas e comunistas.

Outras expressões de insatisfação diante da confiança cega dos liberais nos mecanismos do mercado assumiram características muito diferentes daquelas que se encontravam na linha do pensamento crítico de Keynes e seguiram um caminho resolutamente de direita.

Os termos "direita" e "esquerda", adotados a partir da Revolução Francesa, têm sido questionados por diversos autores recentes. De fato, existem numerosas situações bastante significativas nas quais o uso desse par de conceitos não dá conta da complexidade das contradições que se manifestam nas ações humanas. Com freqüência, no entanto, a contraposição de "esquerda" e "direita" contribui para uma caracterização inicial clara do conflito, nas sociedades modernas, entre as forças favoráveis e as forças contrárias a transformações profundas (de inspiração "igualitária") na estrutura sócio-econômica e no sistema político dos países.

Tradicionalmente, a direita — desde a Revolução Francesa — se opunha à crescente participação das massas populares na vida política. Nas condições criadas a partir do fim da Primeira Grande Guerra, contudo, aparece uma direita moderna que procura assimilar algo da experiência da esquerda revolucionária, alguns elementos dos métodos de seus adversários.

Essa nova direita, representada inicialmente pelo movimento fascista, liderado na Itália por Benito Mussolini, dispõe-se a mobilizar setores de massa, de cima para baixo, através de um discurso enérgico de agitação e de ousadas técnicas de propaganda. A ditadura do almirante Horthy, na Hungria, desde 1920, mostrava na prática que um governo autoritário, de direita, podia ter o apoio de amplos setores da população.

Ao contrário das velhas lideranças conservadoras aristocráticas tradicionais, os dirigentes da nova direita exibiam a imagem de chefes inovadores, fisicamente próximos de seus povos.

Mussolini tinha sido integrante da extrema-esquerda do Partido Socialista Italiano, destacara-se como diretor do jornal partidário (*Avanti*), depois rompeu com o PSI, participou da guerra como combatente, foi ferido, ditava pioneiramente por telefone — diretamente da frente de combate — as matérias que publicava em seu próprio jornal e difundia fotos nas quais se empenhava em ressaltar sua vitalidade. O alemão (austríaco) Adolf Hitler, atento para o exemplo de Mussolini, fundou um partido que se intitulava Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, cujos militantes mais tarde passaram a ser abreviadamente designados como "nazis" (daí "nazista" e "nazismo").

Havia diferenças significativas entre os dois líderes da nova extrema-direita: Hitler impunha pela força um programa racista e anti-semita, Mussolini preferia a demagogia patriótica da "italianidade". Ambos, entretanto, recorriam à repressão sistemática e combinavam em seus respectivos programas elementos antiliberais provenientes da experiência do socialismo e do comunismo (naturalmente adaptados a uma perspectiva de direita) com elementos de um tipo de "nacionalismo" agressivo, que tinha se fortalecido muito durante a guerra.

Nem toda a direita, nos anos 20 e 30, se tornou fascista, mas os métodos adotados pelos conservadores sofreram forte influência das exibições de "eficiência" feitas por Mussolini (o "Duce") e Hitler (o "Führer"), que faziam grandes obras e zelavam pela "ordem" em seus respectivos países. O estilo deles exerceu larga influência, como se verificou na política de Salazar, em Portugal, e do general Francisco Franco, na Espanha. O governo ditatorial deste último, aliás, resultou de uma guerra civil que durou três anos (1936-1939) e na qual as forças que se sublevaram contra o regime republicano contaram com o apoio decisivo do "Führer" e do "Duce".

A esquerda custou a reagir com eficácia ao crescimento da nova direita. Durante algum tempo, as forças hegemônicas no campo da esquerda preferiram trilhar os caminhos da afirmação e da reafirmação conseqüente de seus princípios, evitando quaisquer medidas que as comprometessem com alianças ampliadas. O aumento do poder dos nazistas e dos fascistas, entretanto, exigiu a formação de uma Frente Popular Antifascista, que procurava mobilizar numa ampla coalizão todas as energias disponíveis para combater o inimigo principal: o *nazi-fascismo*. E essa coalizão, em 1936, conseguiu eleger na França um governo liderado pelo socialista Leon Blum.

No plano interno, o governo da Frente Popular pôde tomar medidas importantes: reduziu, por exemplo, a semana de trabalho dos operários france-

ses para 40 horas. No plano internacional, contudo, a situação era delicada e Blum sofria pressões poderosas no sentido de não tomar nenhuma atitude que pudesse precipitar uma nova guerra mundial.

Enquanto o governo de Leon Blum, na França, se via obrigado a cumprir um acordo internacional de "não-intervenção", Hitler e Mussolini praticavam abertamente uma política de intervenção na guerra civil espanhola, ajudando as tropas de Franco.

O Vaticano também deixou transparecer elementos de clara descrença em relação às instituições liberais e, embora preferisse a direita tradicional, mostrou que estava disposto a conviver com o fascismo, como se viu na Concordata de 1928 e na recomendação feita a Heinrich Brünnen pelo cardeal Pacelli quando o futuro Papa Pio XII aconselhou o chanceler alemão a se entender com Hitler.

O confronto das idéias e das organizações políticas na Europa dos anos vinte e trinta ficou bastante polarizado entre as expressões mais aguerridas da direita e da esquerda. O espaço intermediário, tradicionalmente ocupado pelos liberais, se estreitou muito. As iniciativas políticas das organizações social-democráticas, trabalhistas e socialistas moderadas obtiveram resultados muito limitados (como se viu no fracasso dos dois governos trabalhistas na Grã-Bretanha e na derrota do governo da "frente popular antifascista" na França).

A lógica da contraposição dos extremos apontava para o desencadeamento de uma nova guerra, na qual um dos lados seria liderado pela Alemanha nazista, já fortemente industrializada, e o outro teria à sua frente a União Soviética, o Estado criado por Lenin e desde 1924 sob a direção de Stalin, mobilizado num enorme esforço de industrialização e submetido a um processo violentíssimo de centralização.

Na prática, as coisas aconteceram de modo um pouco diferente: diante das dificuldades que surgiram para um entendimento com os dirigentes políticos da França e da Inglaterra, em 1939, Stalin fez com Hitler um pacto que permitiu à União Soviética ganhar tempo para avançar mais em seu processo de industrialização e facilitou à Alemanha nazista invadir a Polônia, dando prosseguimento à sua política externa expansionista.

As tropas de Hitler já haviam anexado a Áustria e ocupado a Tchecoslováquia, sem que a Inglaterra e a França tivessem, na prática, agido contra as ações belicosas dos alemães. Talvez Hitler esperasse que as duas grandes potências da Europa ocidental acabassem aceitando também a invasão da Polônia. A reação, contudo, foi diferente. Como a Polônia tinha feito um pacto com a Inglaterra e a França, o fato de ter sido invadida pelos nazistas desencadeou a guerra entre os alemães, de um lado, e os franceses e ingleses, do outro.

Só em 1941, quando as tropas de Hitler invadiram a União Soviética, é que a lógica do confronto polarizado entre os extremos da direita e da esquerda passou a operar na prática, e ainda assim "temperada" pelas alianças que o pólo da esquerda precisou fazer com forças mais ou menos conservadoras. A Segunda Grande Guerra passou a ser travada entre o campo de uma direita radical (Alemanha, Itália, Japão etc.) e uma ampla coalizão da qual participavam não só a União Soviética, mas também os dirigentes de países capitalistas poderosos que repeliam o fascismo e temiam o expansionismo alemão (Estados Unidos, Inglaterra etc).

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra teve, sem dúvida, enorme importância. A decisão foi precedida de uma longa história, que precisa ser lembrada. Os americanos tinham tido uma participação relativamente modesta na Primeira Grande Guerra. Ao longo dos anos vinte e da primeira metade dos anos 30, a população e o governo dos Estados Unidos deram claros sinais de que preferiam manter uma postura de "isolacionismo" em face dos atritos verificados entre países europeus.

A política externa do "Tio Sam" só se dispunha a intervir na vida política dos povos do continente americano; não queria se envolver com o que acontecia fora das Américas, em terras distantes. Por isso, o Senado americano foi contra a participação do país na Liga das Nações (organização que precedeu a ONU, a Organização das Nações Unidas, que viria a ser criada no final da Segunda Guerra Mundial).

Contudo, a partir das dificuldades com que se defrontou o governo do democrata Franklin Delano Roosevelt — que sucedeu ao governo republicano de Herbert Hoover em 1932 —, os dirigentes do Estado começaram a constatar que não lhes convinha manter-se alheios às coisas que aconteciam em países com os quais haviam crescido enormemente os movimentos de exportação e importação e nos quais as empresas americanas tinham feito consideráveis investimentos, como era o caso da Inglaterra e da França.

Franklin Delano Roosevelt tentou, com a política do *New Deal*, resolver alguns dos problemas internos mais graves da economia americana (como, por exemplo, o problema do desemprego); reconheceu oficialmente a legitimidade dos sindicatos e empreendeu grandes obras públicas no vale do

Tennessee. Obteve alguns êxitos significativos, mas já em 1937 novas dificuldades surgiam e a solução para elas dependia do comércio com o exterior. Por isso, o presidente passou a advertir seus concidadãos contra os riscos e a estreiteza da política isolacionista.

Mesmo os americanos que gostariam de se ocupar exclusivamente do que se passava em seu país deram-se conta de que os acontecimentos que se verificavam no resto do mundo não tardariam a atingi-los e a influir em suas vidas.

No início do conflito, em 1939, os Estados Unidos ainda permaneceram neutros. Entretanto, ao procurar manter o intercâmbio com a Inglaterra, tiveram atritos com os alemães no Oceano Atlântico. Além disso, entraram em choque com os japoneses no Oceano Pacífico, foram atacados, e precisaram se mobilizar tanto contra o Japão como contra Hitler, até que declararam guerra à Alemanha.

2. A CULTURA

No início dos anos 20, o crítico literário americano Edmund Wilson comparava a vida cultural do seu país com a vida cultural européia e achava que a sociedade estadunidense, caracterizada pelo "comercialismo" e pelo "industrialismo", não tinha sido "feita" para as manifestações intelectuais e estéticas, de modo que tais manifestações eram "obrigadas a se espremer pelas fendas que restam entre as fábricas, os edifícios comerciais, os prédios de apartamentos e os bancos".

Apesar desta avaliação crítica feita por um dos seus mais inquietos representantes, a cultura dos Estados Unidos exerceu uma influência crescente, nos anos 1920 e 1930, sobre a cultura européia. Havia algo de fascinante na realidade acintosamente contraditória da sociedade americana.

As contradições se exibiam com uma desenvoltura espetacular. De um lado, a "Lei Seca", a proibição de fabricação e do consumo de bebidas alcoólicas, que durou de 1918 a 1933; do outro, Al Capone e o apogeu das organizações de gângsteres. De um lado, a "Liga Antiflerte"; do outro, a atriz Jean Harlow, que se fazia fotografar em trajes íntimos e declarava que gostava de se vestir "da maneira mais confortável". De um lado, a "Associação Mundial dos Cristãos Fundamentalistas"; do outro, o professor de biologia Johnny

Scopes, condenado a pagar uma multa de 100 dólares no Tennessee porque insistia em ensinar aos seus alunos a teoria da evolução das espécies, formulada por Charles Darwin. De um lado, a reativação da sinistra Ku Klux Klan e o truculento Edgar Hoover, chefe do FBI; do outro, o humor cinematográfico superanárquico e irreverente de Groucho, Harpo e Chico Marx.

Um grande número de consumidores europeus se mostrava fortemente impressionado pelos produtos culturais provenientes da terra do "Tio Sam", capazes de expressar a força dessas contradições.

No cinema, por exemplo, a presença de Hollywood era marcante: a maior parte dos filmes exibidos na Inglaterra provinha das matrizes hollywoodianas e no continente os atores e atrizes norte-americanos eram cultuados com fervor.

O cinema, aliás, vivia momentos de esplendor: o cinema mudo alcançara seu apogeu e, a partir de 1928, foi rapidamente substituído na preferência do público pelos *talkies*, isto é, pelos filmes falados, que se serviam da combinação sistemática de som e imagem.

Nos anos 20, os alemães trouxeram para o cinema elementos de uma linguagem "expressionista", que acentuava a dimensão subjetiva dos filmes, criando um clima de tensão capaz de envolver os espectadores nas angústias e medos dos personagens (*O gabinete do Dr. Caligari*, *Nosferatu*, *Ouro e maldição*, *Metrópolis*).

Os franceses e os espanhóis (Buñuel, Dali, René Clair) exploraram com audácia elementos provenientes da psicanálise e do surrealismo, exibindo imagens que mexiam com o inconsciente das pessoas.

Nos Estados Unidos, entretanto, o cinema explorava gêneros que viriam a ter um sucesso mais amplo, como a comédia (Charles Chaplin) e a chamada "superprodução" (o êxito comercial de *Os dez mandamentos*, de Cecil B. de Mille, foi sintomaticamente maior e mais imediato que o de *Napoleão*, do francês Abel Gance).

Nos anos 30, já com o cinema sonoro, a produção cinematográfica européia lançou filmes memoráveis, como *O anjo azul*, *Liberdade para nós*, *Um drama jocoso*, *A grande ilusão*, *Cais das brumas*, porém o predomínio dos filmes americanos nas salas de exibição do mundo inteiro parecia consolidar-se (basta lembrarmos aqui Chaplin, os Irmãos Marx, *Scarface*, *King-Kong*, as comédias leves de Frank Capra, os primeiros desenhos de longa metragem de Walt Disney, *...E o vento levou*, *No tempo das diligências* de John Ford, *O morro dos ventos uivantes* etc).

Uma linha original era a adotada pela União Soviética, que, governada pelo Partido Comunista, sob a direção de Stalin, empenhava-se em mobilizar o cinema para a propaganda de seus ideais.

Desde os primeiros anos do novo Estado, Lenin, o líder da revolução, advertia: "de todas as artes o cinema é, para nós, a mais importante". Cineastas que partilhavam das convicções revolucionárias dos governantes contavam com o apoio governamental para fazer filmes, entre os quais se destacavam pela qualidade os de Eisenstein (*O Encouraçado Potemkin* nos anos 20, *Alexandre Nevski* nos anos 30). Esses filmes tiveram grande impacto e inovaram a linguagem do cinema, porém o sucesso deles não interferiu na ascensão da produção cinematográfica americana e no aumento do espaço que Hollywood ocupava no mercado.

Outra expressão do interesse dos consumidores europeus pela produção da indústria cultural dos Estados Unidos pode ser encontrada na esfera musical: paralelamente ao culto da música dos seus compositores eruditos, os europeus passaram a apreciar o *jazz* (ou aquilo que era considerado *jazz*) em ampla escala.

De modo geral, a calorosa acolhida da produção cultural americana pelos europeus tinha a ver com o fato de que tanto na terra do "Tio Sam" como nos países do "velho continente" estavam se desenvolvendo gostos parecidos e muitas vezes eram perseguidos objetivos análogos, em função de necessidades idênticas.

Crescia, por exemplo, o entusiasmo pelo automóvel, cuja fabricação aproveitava importantes avanços técnicos (comando hidráulico dos freios, pneus de baixa pressão, veículos mais baratos de baixa cilindrada, embreagem hidráulica etc.) e possibilitava um aumento vertiginoso nas vendas, proporcionando lucros colossais a empresas como a General Motors, a Ford, a Chrysler, a Renault, a Citroën e outras. Em 1924, a Ford já alcançava a cifra de dez milhões de veículos fabricados.

Outro entusiasmo partilhado por europeus e americanos: o rádio. Desde que em 1921 a Radio Corporation of America iniciou sua programação regular com a transmissão da luta de boxe entre o campeão americano dos pesos-pesados, Jack Dempsey, e o campeão francês dos pesos-médios, Carpentier, desencadeou-se uma autêntica corrida de consumidores ávidos por adquirir aparelhos receptores (o que favorecia a multiplicação de emissoras).

Um terceiro exemplo pode ser facilmente visto no empenho com que, dos

dois lados do Atlântico, um número cada vez maior de pessoas se dedicava a aperfeiçoar a aviação. Aviadores ousados, pioneiros, como Charles Lindbergh, Byrd, Pangborn, Hendon, o inesquecível Jean Mermoz ou o escritor Saint-Exupéry, inspiravam uma admiração transbordante. Muitas vezes, esses aviadores pagavam com suas vidas pela audácia de seus empreendimentos. Deram, contudo, inestimável contribuição ao estabelecimento de linhas regulares para o transporte aéreo de passageiros, de mercadorias e de correspondência.

Alguns dados indicam o ritmo das conquistas: em 1928, novecentos aviões percorriam 118.000 km de linhas regulares; em 1939, dois mil aviões percorriam 500.000 km de linhas regulares.

A tecnologia, em seus avanços, ia modificando pouco a pouco a vida cotidiana dos americanos e dos europeus. A eletricidade passava a ser usada em geral não só pelos habitantes das cidades, mas também, cada vez mais, pelos habitantes do campo. Aumentava o número de fogões e geladeiras.

Predominava, na época, uma visão bastante otimista dessas conquistas e desses avanços técnicos. Havia, contudo, um lado "noturno" no progresso, que logo apareceria, quando a Segunda Guerra Mundial viesse a ser deflagrada. O rádio podia ser usado como poderoso instrumento de propaganda de concepções políticas preconceituosas, racistas, expansionistas, agressivas, intolerantes, além de se prestar à difusão rápida e em larga escala de mentiras, infâmias e calúnias. E os aviões podiam ser usados para fins letais: para o metralhamento de cidades, ou para o transporte e lançamento de bombas de alto poder destrutivo (não foi por acaso que exatamente os governos da Alemanha nazista e da Itália fascista se destacaram no aperfeiçoamento dos aviões militares, naqueles anos).

A ciência alimentava nos povos dos dois lados do Atlântico a esperança em um futuro melhor. Os cientistas famosos eram reverenciados: o americano Thomas Edison e o italiano Marconi, quando morreram, mereceram grandes homenagens. Novos recursos médicos, como a penicilina e a insulina, aliviavam as dores humanas.

O trabalho dos cientistas, entretanto, mostrava que a ciência não permanecia imune à pressão de critérios ideológicos conservadores, comprometidos com a imposição da ordem por meios repressivos (como se viu na invenção pelo português Egas Moniz da operação da lobotomia, que removia parte do cérebro dos paranóicos ou esqüizofrênicos "agitados", reduzindo-os a uma melancólica "tranqüilidade" letárgica). E muito menos escapava às pressões deformadoras dos interesses imediatos dos dirigentes de organiza-

ções autocaracterizadas como revolucionárias (como se viu na imposição por Stalin das idéias de Trofim Lissenko à genética na União Soviética, no âmbito de uma manobra propagandística que deveria dar maior credibilidade aos "planos qüinqüenais").

Em todo caso, não pode deixar de ser registrado o fato de que o pensamento científico desse período, em algumas das suas melhores expressões, foi capaz de refletir autocriticamente sobre si mesmo, num esforço corajoso para reconhecer seus próprios limites.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos foram reconhecidos e admirados os méritos dos cientistas que no campo da física avançaram na direção indicada pelo caminho aberto por Max Planck (prêmio Nobel de 1918), com a física quântica, como Niels Bohr (prêmio Nobel de 1922), Louis De Broglie (prêmio Nobel de 1929) e Werner Heisenberg (prêmio Nobel de 1932). Sem falar em Einstein (prêmio Nobel de 1921) e nas conseqüências da divulgação de sua famosa Teoria da Relatividade, elaborada no início do século XX.

Para os produtores de cultura, em geral, o que os físicos mais competentes estavam ensinando era que não se devia esquecer que a realidade seria sempre surpreendente e sua complexidade jamais seria esgotada pelos nossos conhecimentos científicos. O interesse pelo exemplo de modéstia metodológica que era proporcionado pelos grandes cientistas podia ser percebido em Estocolmo, em Paris, em Londres, na Suíça, mas também na terra do "Tio Sam".

Outra característica comum aos europeus e aos americanos nos anos 1920 e 1930 era a da importância crescente que atribuíam ao esporte, sobretudo a determinados esportes, como o ciclismo, o automobilismo, o rúgbi, o tênis, o beisebol e, sobretudo, o futebol e o boxe.

Nos Estados Unidos, o beisebol fez de Babe Ruth um ídolo nacional. Na Europa, os estádios de futebol acolhiam dezenas de milhares de torcedores. E nos dois lados do Atlântico o boxe mobilizava multidões. Os grandes campeões tornavam-se famosos e seus nomes eram repetidos com veneração: entre outros, Jack Dempsey, Gene Tunney, Max Schmeling e Joe Louis (o lutador negro que se tornou campeão em 1937 e manteve o título até 1948).

As competições esportivas se afastavam cada vez mais dos ideais olímpicos: como havia muito dinheiro investido nos eventos, como havia poderosos interesses propagandísticos, comerciais e políticos, o essencial não era competir, mas vencer a qualquer custo. O esporte não se justificava mais em torno de argumentos higiênicos, sanitários, educacionais; a elegância, a saúde e a beleza estavam subordinadas à eficiência e ao lucro.

Não foi certamente por acaso que em 1925 o barão Pierre de Coubertin, criador das Olimpíadas na época moderna, afastou-se do comitê internacional que organizava os Jogos Olímpicos.

Em alguns campos da produção cultural, a Europa ainda parecia contar com a vantagem de sua longa tradição. Na criação literária, por exemplo, o prestígio dos autores europeus, em seu conjunto, ainda ultrapassava o dos autores americanos.

Os Estados Unidos contavam com escritores que impunham respeito à crítica européia e tinham muitos admiradores na Europa, como Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway, William Faulkner, Theodor Dreiser, John dos Passos, Eugene O'Neill, Sinclair Lewis, Henry Miller, Upton Sinclair, Erskine Caldwell, ou o filósofo John Dewey, combativo pensador democrático, teórico do pragmatismo. No entanto, mesmo nos Estados Unidos, a força dos europeus era tida como superior.

O elenco das celebridades na Europa era impressionante. Os caminhos daquilo que Goethe começou a chamar de "literatura mundial" eram indicados pelo pioneirismo de vultos imponentes como Marcel Proust, Franz Kafka, James Joyce, Thomas Mann, Italo Svevo, Virginia Woolf, Fernando Pessoa, George Bernard Shaw, William B. Yeats, Robert Musil, Elias Canetti, Thomas S. Eliot, Máksim Górki, Isaac Babel, André Gide, Rainer Maria Rilke, Martin Anderson Nexö, Maiakóvski, Essênin, Khlebnikov, Antonio Machado, Jean Cocteau, Paul Valéry, André Malraux.

E mais: Romain Rolland, Jakob Wassermann, Ungaretti, Alberto Moravia, D. H. Lawrence, Henri Barbusse, Roger Martin du Gard, Hermann Hesse, Paul Claudel, François Mauriac, Georges Bernanos, Bertolt Brecht, Paul Eluard, Louis Aragon, Heinrich Mann, André Breton, Rafael Alberti, Jean-Paul Sartre, Graham Greene.

Mais, ainda: Cesare Pavese, Federico García Lorca... Ou os filósofos Henri Bergson, Benedetto Croce, Karl Popper, Bertrand Russell, Rudolf Carnap, Max Scheler, Gaston Bachelard, Ludwig Wittgenstein, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Ernst Bloch, Ernst Cassirer, Martin Heidegger, Edmund Husserl, Karl Jaspers, Ortega y Gasset, Giovanni Gentile, Theodor Wiesengrund Adorno, Max Horkheimer e muitos outros (sem falar no criador da psicanálise, Sigmund Freud, cuja presença na cultura européia foi tão marcante nos anos 1920 e 1930 e que, em sua visita aos Estados Unidos, levou a psicanálise para os americanos como se tivesse — dizia — levado "a peste").

As novas tendências artísticas e filosóficas ainda se manifestavam e eram teorizadas com maior rigor no quadro da tumultuada vida cultural da Europa antes de serem recriadas e redimensionadas na cultura norte-americana em geral.

Em decorrência das peculiaridades da sua história, a cultura européia também se distinguia do panorama oferecido pela cultura norte-americana por sua ligação mais direta com a política institucionalizada. Os partidos políticos europeus exerciam pressões mais perceptíveis sobre os artistas e os escritores, e os escritores e os artistas se envolviam mais freqüentemente com as vicissitudes da política partidária.

O fascismo se empenhou em utilizar, na Itália, declarações simpáticas do famoso teatrólogo Pirandello; e procurou aproveitar em seus primeiros anos o prestígio do velho D'Annunzio. Além disso, contou com a adesão do filósofo Giovanni Gentile, de Curzio Malaparte, do historiador Indro Montanelli, de Massimo Bontempelli, de Guido Piovene, de Riccardo Bacchelli, de Alfredo Rocco e de Giuseppe Bottai. Um apoio precioso lhe veio do poeta americano Ezra Pound, autor do livro *Jefferson and/or Mussolini; Fascism as I have seen it*, de 1936 (*Jefferson e/ou Mussolini; o fascismo como eu o vi*).

O nazismo chegou a contar com o apoio do filósofo Heidegger e de Gottfried Benn. Mesmo entre os artistas ligados ao expressionismo, cuja estética os nazistas consideravam "decadente", o movimento liderado por Hitler chegou a conquistar adeptos, como o pintor Emil Nolde e o teatrólogo Hanns Johst (em cuja peça *Schlageter* um personagem pronuncia a frase famosa: "quando ouço a palavra cultura, trato logo de sacar o meu revólver"). A lista poderia se alongar. Figuras polêmicas como, por exemplo, Knut Hamsun, Salvador Dali, Leon Daudet, Drieu la Rochelle, o historiador Pierre Gaxotte e Louis-Ferdinand Céline, em algum momento de suas vidas, levaram água para o moinho da *extrema-direita*.

Maior do que a influência da *extrema-direita*, entretanto, era a influência da *extrema-esquerda*. Evidentemente, não se pretende sugerir aqui que os intelectuais e os artistas europeus daquele período tivessem se convertido em massa ao comunismo ou ao marxismo. Os comunistas militantes, entre eles, eram, sem dúvida, uma pequena minoria: Lukács, Gramsci, Aragón, Henri Lefebvre e um punhado de outros.

Mesmo o poeta e teatrólogo alemão Bertolt Brecht, cujas peças e poemas eram muitas vezes golpes explícitos desferidos na burguesia (como parte da

"luta de classes"), evitava filiar-se ao Partido Comunista. E Walter Benjamin passou vários anos anunciando aos amigos que ia entrar para o Partido, mas nunca entrou. Independentemente dos limites que podem ser constatados no "recrutamento" dos adeptos, contudo, o movimento comunista encontrou um eco considerável entre os produtores da cultura européia e suas posições teóricas, no essencial, prevaleceram sobre as posições do *nazi-fascismo*.

O movimento comunista, com certeza, não era um movimento homogêneo; seus dirigentes, com freqüência, tendiam a impor-lhe uma unidade que reprimia coercivamente suas tensões internas, sufocava suas contradições, sem resolvê-las (sem sequer tentar administrá-las).

Uma exceção pode ser encontrada nas concepções desenvolvidas por Antonio Gramsci, secretário-geral do Partido Comunista da Itália, teórico de um caminho "ocidental" para o processo revolucionário. No entanto, Gramsci não teve oportunidade de pôr em prática suas idéias, pois foi preso e passou seus últimos dez anos de vida (de 1927 a 1937) no cárcere, sob a ditadura de Mussolini. Seus escritos do período da prisão só puderam ser publicados na segunda metade dos anos 40, quando o *nazi-fascismo* foi derrotado, no final da Segunda Guerra Mundial.

Os processos políticos pelos quais foram sendo executados na União Soviética veteranos revolucionários, que haviam participado da conquista do poder ao lado de Lenin — os chamados "expurgos" — causavam um natural mal-estar entre artistas e intelectuais que simpatizavam com o comunismo porém não renunciavam aos princípios democráticos.

A repressão violenta desencadeada pelo governo ditatorial de Stalin contra Trotski e seus companheiros — que culminou com o assassinato de Trotski em 1940, no México, onde se encontrava exilado — era uma evidência constrangedora de que as coisas estavam mal encaminhadas na experiência do movimento comunista da Terceira Internacional. E essa evidência fortalecia em alguns leitores de Marx a convicção de que era preciso aproveitar as contribuições do pensador alemão com maior desenvoltura teórica, sem se prender à "codificação" doutrinária fixada pela equipe liderada por Stalin.

Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores franceses, fundadores da revista *Anais de História Econômica e Social*, por exemplo, se dispunham a assimilar algumas idéias de Marx sem se comprometerem com a adesão ao marxismo concebido como um sistema. E é sintomático que eles — como representantes da chamada "Escola dos Anais" — tenham contribuído significativamente para a reflexão sobre a história nos anos 1920 e 1930.

No caso dos surrealistas a relação do movimento com a "ortodoxia" do marxismo e com a União Soviética era mais complicada. Houve aproximações e afastamentos, encontros e desencontros. Os poetas Eluard e Aragón ingressaram, afinal, no Partido Comunista. Mas André Breton, o principal teórico do surrealismo, preferiu se aproximar de Trotski e repeliu a versão das idéias de Marx adotada sob a liderança de Stalin.

Também no Instituto de Pesquisa Social, fundado no início dos anos 20 na Universidade de Frankfurt, começou a se desenvolver nos anos 30 uma reflexão original que, embora se baseasse na crítica radical de Marx ao capitalismo e na teoria da "coisificação" (ou "reificação") exposta por Lukács no livro *História e consciência de classe*, não seguia os caminhos do marxismo "oficial" do movimento comunista.

Os principais teóricos da chamada "Escola de Frankfurt", Adorno e Horkheimer, retomavam de Marx a dimensão "negativa" (a recusa do capitalismo), porém abandonavam a dimensão "positiva" que estaria presente na confiança que Marx depositava no movimento operário e em sua "missão" de edificar a sociedade socialista.

Segundo o diagnóstico dos "frankfurtianos", o extraordinário crescimento da "indústria cultural" no século XX havia conferido ao capitalismo uma perversa vitalidade muito superior àquela que Marx pudera enxergar no século XIX.

O clima de polarização entre a esquerda e a direita, em suas expressões extremadas, dificultava o efetivo reconhecimento da importância das diferenças que apareciam nos dois campos e às vezes em mal definidas zonas situadas entre ambos os pólos.

No âmbito das artes visuais, por exemplo, era fácil ver em Pablo Picasso um representante da esquerda, o pintor de *Guernica*, quadro que denuncia o massacre de uma aldeia republicana pela aviação alemã, durante a Guerra Civil Espanhola. No entanto, a criatividade de Picasso, sua inquietação essencial, sua busca incessante de novas formas de expressão, com certeza afastavam-no dos padrões estéticos definidos para a pintura pela estética do "realismo socialista" (conforme a linha sancionada desde 1934 pelo ministro da Cultura da União Soviética, Andrei Jdânov).

Do ângulo da *extrema-direita*, a diversidade das tendências críticas que se manifestavam na cultura apenas disfarçava a nocividade intrínseca de uma esquerda sempre "doentia" ou "demoníaca". A condenação era tão implacável e abrangente que às vezes englobava até organizações que, de fato, não poderiam ser consideradas "de esquerda".

A Bauhaus, por exemplo, era uma entidade que patrocinava experiências formais que, em princípio, contribuiriam para aproximar arte e técnica, na pintura, na arquitetura, na decoração e no *design*. Alguns de seus colaboradores se destacaram, como o arquiteto Mies van der Rohe e o pintor Paul Klee. Pois bem: apesar da prudência política de seu diretor, Walter Gropius, que evitava caracterizá-la como uma organização de esquerda, a Bauhaus foi fechada pelos nazistas logo que assumiram o poder na Alemanha.

3. OS "ANOS LOUCOS"

Diversos autores têm se referido aos anos 1920 e 1930 (ou a uma parte deles) como "os anos loucos". A designação não é casual: ela sublinha as expressões de inquietação, de nervosismo, de incertezas radicais, fenômenos típicos de um período espremido entre duas guerras mundiais.

A literatura e as artes daquele tempo nos fornecem indicações preciosas a respeito do clima em que as pessoas viviam. Kafka, escritor tcheco de língua alemã, com seus pesadelos, pressentia a escalada dos horrores que chegariam ao seu ponto máximo com a Segunda Grande Guerra. O estilo de vida representado pelo americano Scott Fitzgerald sugeria uma frenética fuga para adiante em face do esvaziamento de um sentido para a vida, num mundo tão competitivo.

Por caminhos diferentes, a música de Schönberg e a de Stravinski, para os ouvintes sofisticados, e o *jazz* de King Oliver ou de Louis Armstrong, para o público popular, expressavam sonoramente a "estranheza" da nova época. O pintor Paul Klee se esforçava para temperar com elementos de sonho, surrealistas, o compromisso da Bauhaus com o utilitarismo.

Os freqüentadores dos estabelecimentos noturnos dançavam o *fox-trot* e o *charleston*. Algumas "melindrosas", moças de cabelo curto, cortado *à la garçonne*, consumiam drogas nos banheiros dos restaurantes da moda. O teatro parisiense Folies-Bergère apresentava espetáculos cujos títulos tinham de ter obrigatoriamente a palavra "loucura". E a propaganda de Charles Trenet orgulhava-se de proclamá-lo "o cantor louco".

A "loucura", então, era estrepitosamente proclamada. O barulho em torno dela ajudava a lhe conferir credibilidade. Os "rumores de guerra" a que se referia Monteiro Lobato não estavam só nos ecos da guerra encerra-

da em 1919 ou na premonição da catástrofe iniciada em 1939: estavam também no "tiroteio" que contrapunha os representantes das posições extremadas da direita e da esquerda.

As vozes de teóricos ou homens de ação que não soavam com ênfase bastante para se sobrepor ao alarido corriam o risco de não serem ouvidas. No entanto, algumas falas, ainda que enunciadas em tom discreto, não se perderam.

Os pesquisadores, por exemplo, que elaboraram a teoria da "Gestalt" (forma, figura, configuração) contribuíram para esclarecer que toda percepção humana é uma "síntese", que o sujeito da percepção "filtra" e "organiza" o que percebe e, ainda, que "o todo é mais do que a soma das partes" (Max Wertheimer).

O jurista Hans Kelsen, autor de uma *Teoria geral do Estado* (1925) e de uma *Teoria pura do direito* (publicada numa primeira versão em 1934), contribuiu para que fossem repensadas algumas questões da filosofia do direito — como a do dualismo entre direito público e direito privado — que têm importância para a institucionalização da democracia.

Outros exemplos poderiam ser lembrados, muitos outros, nos mais variados campos do saber e da atividade dos homens (e das mulheres): na medicina, nas artes, na física, na astronomia, na filosofia, nas inovações tecnológicas, nas análises críticas da sociedade, na história, e mesmo no plano das iniciativas políticas. De fato, conforme vimos em diversos momentos das coisas que recordamos antes, vale a pena ressalvar: nem tudo era louco nos "anos loucos".

BIBLIOGRAFIA

Arrigui, Giovanni. 1996. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo. Contraponto/UNESP.

Arendt, Hanna. 1989. *As origens do totalitarismo*, Companhia das Letras.

Gay, Peter. 1989. *Freud*. São Paulo, Companhia das Letras.

_______. 1978. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Hobsbawm, Eric. 1995. *A era dos extremos, o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras.

Legrand, Jacques et alli. 1985. *Chronique du XXème siècle*. Paris, Ed. Larousse.

da em 1919 ou na premonição da catástrofe iniciada em 1939: estavam também no "tiroteio" que contrapunha os representantes das posições extremadas da direita e da esquerda.

As vozes de teóricos ou homens de ação que não soavam com ênfase bastante para se sobrepor ao alarido corriam o risco de não serem ouvidas. No entanto, algumas falas, ainda que enunciadas em tom discreto, não se perderam.

Os pesquisadores, por exemplo, que elaboraram a teoria da "Gestalt" (forma, figura, configuração) contribuíram para esclarecer que toda percepção humana é uma "síntese", que o sujeito da percepção "filtra" e "organiza" o que percebe e, ainda, que "o todo é mais do que a soma das partes" (Max Wertheimer).

O jurista Hans Kelsen, autor de uma *Teoria geral do Estado* (1925) e de uma *Teoria pura do direito* (publicada numa primeira versão em 1934), contribuiu para que fossem repensadas algumas questões da filosofia do direito — como a do dualismo entre direito público e direito privado — que têm importância para a institucionalização da democracia.

Outros exemplos poderiam ser lembrados, muitos outros, nos mais variados campos do saber e da atividade dos homens (e das mulheres): na medicina, nas artes, na física, na astronomia, na filosofia, nas inovações tecnológicas, nas análises críticas da sociedade, na história, e mesmo no plano das iniciativas políticas. De fato, conforme vimos em diversos momentos das coisas que recordamos antes, vale a pena ressalvar: nem tudo era louco nos "anos loucos".

BIBLIOGRAFIA

Arrigui, Giovanni. 1996. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo. Contraponto/UNESP.

Arendt, Hanna. 1989. *As origens do totalitarismo*, Companhia das Letras.

Gay, Peter. 1989. *Freud*. São Paulo, Companhia das Letras.

________. 1978. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Hobsbawm, Eric. 1995. *A era dos extremos, o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras.

Legrand, Jacques et alli. 1985. *Chronique du XX^{ème} siècle*. Paris, Ed. Larousse.

8

O socialismo soviético

Jorge Ferreira

Professor adjunto de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense

Em passado não muito distante, imaginava-se a União Soviética como o lugar da utopia realizada no presente, um país rico e farto na dimensão material, como também fraterno e solidário nas relações humanas. Um ideal tão elevado e grandioso incentivou homens e mulheres de praticamente todos os países, gente simples e de origem humilde, a dar a melhor parte de suas vidas sem nada pedir em troca, a conhecerem prisões, exílios e torturas e, não poucos, momentos antes de serem mortos por pelotões de fuzilamento, a gritar, com entusiasmo, vivas à URSS e a Stalin.

Para compreender as motivações dessas pessoas é necessário voltar ao passado, mais precisamente ao início da década de 1930. Nesses anos, os planos qüinqüenais soviéticos, liderados por Stalin, transformaram a face econômica e social da Rússia, tirando-a do atraso secular e elevando-a ao patamar de uma grande potência industrial. Como uma "revolução pelo alto", a industrialização soviética, nos anos 30, configurou a "segunda revolução russa".

Iniciava-se, assim, a disseminação de um dos mais vigorosos mitos políticos contemporâneos: a "construção do socialismo" na União Soviética. Para os comunistas de diversos países, tratava-se do surgimento de um mundo novo, diferente de tudo o que a humanidade conhecera.

Por mais parcial e imaginosa que fosse a narrativa da utopia soviética, ela exprimia uma percepção racionalizada do presente e do futuro das coletividades. É necessário lembrar que, entre 1914 e aproximadamente 1950, o capitalismo parecia dar razão às esquerdas, na medida em que, para este sistema, praticamente tudo dava errado, segundo Eric Hobsbawm. Nesse período a humanidade sofreu os horrores de duas guerras mundiais, conheceu regimes autoritários e fascistas que quase sepultaram a democracia liberal, enquanto o próprio capitalismo agonizava desde o colapso de 1929. Milhões de homens e mulheres morriam nas guerras, por fome ou desempregados, apenas suportavam, como podiam, a vida. "Qualquer tipo de socialismo", diz o mesmo autor, "tinha que ser melhor que isso" (1992, p. 257). A União Soviética,

imune à catástrofe de 1929 e único país a crescer durante a Grande Depressão, parecia comprovar a superioridade do regime de economia planificada.

No entanto, a década de 1930 na URSS não ficou conhecida apenas pela industrialização. Ao lado das transformações econômicas e sociais, constituiu-se também um sistema político e um aparato cultural que, no conjunto, definiram o "modelo soviético". Embora tenha resistido até fins dos anos 80 e influenciado outras revoluções e sociedades, o modelo de socialismo soviético não conseguiu se impor como uma alternativa ao capitalismo, sobretudo na questão das liberdades civis e dos direitos individuais.

Estudar o período da "construção do socialismo" e o modelo soviético, portanto, é resgatar uma alternativa fracassada, mas nem por isso menos importante para a compreensão do mundo contemporâneo.

1. A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Se interpretarmos o mito como a narrativa de um evento que *realmente* aconteceu (Eliade, 1993), entendemos por que as eloqüentes descrições sobre a construção do socialismo, na União Soviética, somente tomaram força no início dos anos 30.

A partir de 1918, a Rússia conheceu grandes sofrimentos, muitos deles verdadeiramente dramáticos. A dura experiência da guerra civil, de 1918 a 1920, despovoou cidades, devastou campos e causou a morte estimada de 15 milhões de pessoas. Para suprir o abastecimento das cidades e dos soldados, o governo bolchevista, com a política que, mais tarde, ficaria conhecida como "comunismo de guerra", requisitava alimentos produzidos pelos camponeses, o que não tardou em se transformar em pura pilhagem. O conflito tornou a situação dos bolchevistas tão crítica que, nessa época, Lenin declarou várias vezes que somente a revolução no Ocidente poderia garantir o poder soviético na Rússia.

Mesmo vitorioso na guerra civil, o governo revolucionário passou a dirigir um país arruinado, isolado e faminto. Comparadas a 1913, a produção industrial diminuiu dez vezes e a agricultura foi reduzida à metade em 1919. Transportes desorganizados, desabastecimento, desemprego e inflação descontrolada do rublo completavam o quadro. Os camponeses, ressentidos com o governo, organizavam rebeliões. Os operários industriais, base social

10

do novo regime, encontravam-se desfalcados com a morte dos mais idealistas durante a guerra, desempregados com a crise econômica ou trabalhando nas poucas indústrias que ainda funcionavam em troca de produtos que, mais tarde, seriam negociados por alimentos nos escassos mercados abertos. Para Isaac Deutscher, a ilusão do governo bolchevista durante o período do "comunismo de guerra" foi a de pedir ao povo que suportasse tamanhos sacrifícios — mesmo após o término da guerra civil — e chamar isso de socialismo, de uma civilização superior (1970, pp. 196 e 201).

A Nova Política Econômica, conhecida como NEP, proposta por Lenin em 1921 para superar a crise gerada pelo "comunismo de guerra", implicou certa prosperidade do país, com um retorno limitado à economia de mercado, concessões aos camponeses e abandono das nacionalizações das empresas. A abertura econômica, no entanto, não atenuou o caráter ditatorial do modelo político, baseado em um único partido. Com poucas alternativas diante do desastre do "comunismo de guerra", a NEP foi aceita pelo Partido Comunista da União Soviética, mas com contrariedade e interpretada como uma estratégia de recuo para avançar mais adiante.

Mas quais os caminhos a seguir para a construção do socialismo? Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1997), após a morte de Lenin surgiram duas propostas dentro do partido, defendidas, de maneira mais completa, por N. Bukharin e E. Preobrazhensky. O primeiro concebia a NEP como uma aliança entre operários e camponeses. Por meios persuasivos, acreditava Bukharin, os camponeses deveriam ser convencidos das vantagens da coletivização da terra. O enriquecimento da população rural estimularia o desenvolvimento industrial, e este, por sua vez, tomaria ritmo ascendente para atender à demanda dos camponeses por bens de consumo. Por esse projeto, o socialismo seria construído muito lentamente. Na defesa da aliança operário-camponesa, portanto, Bukharin se opunha a qualquer proposta de um desenvolvimento acelerado no sentido da construção do socialismo.

Preobrazhensky, embora concordasse em princípio com a aliança entre as classes sociais, criticava o utopismo de seu adversário. Construir o socialismo, para ele, era o mesmo que investir na indústria pesada, até mesmo para garantir a revolução e a integridade territorial do país. Os recursos para os investimentos, no entanto, viriam do campo. Os camponeses, assim, arcariam com um *tributo* que, embora fosse na prática uma forma de exploração social, seria indispensável para a construção do socialismo. Para Preobrazhensky, o estágio inicial para o desenvolvimento do país necessitava de um

período de acumulação: a *acumulação socialista primitiva*, à custa dos camponeses.

Na defesa das propostas, ambos buscavam respaldo nas palavras de Lenin. Na guerra de palavras, Preobrazhensky conseguiu convencer a maioria dos militantes do partido. Afinal, como aceitar o enriquecimento dos camponeses, classe social vista como reacionária e, portanto, sempre sob suspeita? Mais ainda, para um partido que se propunha a tarefa de transformar a humanidade, como tolerar, como defendia Bukharin, a construção do socialismo a longo prazo? Muito mais promissora era a proposta de acelerar a industrialização. Lembremos que, na tradição bolchevique, socialismo, classe operária e indústria eram termos intimamente associados, e sem uma base econômica sólida a revolução não estaria segura de seus inimigos (Reis Filho, 1997, p. 101).

No inverno de 1927 e 1928, os bolchevistas soviéticos viveram uma crise decisiva para os destinos do país. Os camponeses, insatisfeitos com a política agrícola do Estado, recusaram vender seus produtos pelos preços fixados pelo governo. Reivindicaram o aumento do valor das quotas estabelecidas ou a venda no mercado livre. Com o desabastecimento, em 1928, a população das grandes cidades conheceu o racionamento de alimentos — uma desmoralização para uma potência agrária como a Rússia. A crise agrícola de 1927-28 incentivou o Politburo, sob impulso de Stalin, a reformular a Nova Política Econômica, abandonando-a na prática, e a mudar a face do país.

Na luta pelo poder, Stalin, com habilidade e capacidade de perceber as aspirações e os desejos dos militantes bolchevistas, defendeu a construção do socialismo — associada por ele à industrialização pesada e à coletivização do campo. Polemizando com a oposição, ele convenceu a maioria esmagadora do partido das possibilidades de vitória do socialismo na URSS, independentemente de levantes proletários na Europa. Cansados de esperar revoluções ocidentais que nunca aconteciam, desanimados com a confusa situação instaurada desde 1917, os militantes, que sonhavam em transformar em rica e próspera uma Rússia até então arcaica e miserável, foram mobilizados por Stalin, que injetou neles esperanças e auto-suficiência. Sua teoria, conhecida mais adiante, e a partir de diversas versões, como a "construção do socialismo em um só país", mesmo carente de refinamento teórico, cativou os quadros partidários, que anteviam a Rússia como uma espécie de América socialista.

Após derrotar seus adversários políticos, sobretudo Trotski e Bukharin, Stalin encontrou o apoio do Comitê Central do PCUS, em abril de 1929,

para implantar a coletivização do campo e a industrialização acelerada. Aprovou-se, nessa ocasião, o plano qüinqüenal, o primeiro, em sua versão *ótima*. Em meados desse mesmo ano, no deslanchar do plano, o Politburo foi tomado por uma febre industrializante e os números previstos para investimentos tornaram-se cada vez maiores. Ao contrário do que pregavam os executores do plano, a industrialização soviética não seguiu um "planejamento racional" com base em um suposto "socialismo científico". Não houve propriamente um plano, mas sim *vontade* de desenvolver, de investir e de expandir a economia a partir de um comando único e centralizado. O plano qüinqüenal, assim, foi uma sucessão de avanços e recuos, erros e acertos, formulações e reformulações.

Stalin achava-se obcecado pela idéia de mudar o país em um único movimento — diríamos nós com truculência —, sem se importar com os custos humanos e naturais (Deutscher, 1970, p. 290). Para o líder soviético, a luta de classes se acirraria com a construção do socialismo. Assim, quanto mais a coletivização avançasse no campo, maior seria a resistência dos camponeses; quanto mais a industrialização planificada fosse estabelecida nas cidades, maior seria a ação sabotadora dos técnicos do antigo regime, os "especialistas burgueses", e dos comerciantes que surgiram com a NEP, os *nepmen*. O que se seguiu foi uma transformação radical, um processo devastador, somente comparável à recente guerra civil.

A primeira etapa da "segunda revolução russa" iniciou-se, em janeiro de 1930, com a coletivização do campo. A coletivização forçada resultou em uma guerra do Estado contra a população rural. A oposição desesperada dos camponeses para conservar suas terras serviu como pretexto para Stalin mobilizar milhares de agentes para "liquidar os *kulaks* como classe", segundo suas próprias palavras. Os *kulaks*, nessa época, eram camponeses proprietários de, no máximo, 10 hectares de terra e duas ou três vacas. A mão-de-obra era familiar, acrescida de um ou dois trabalhadores assalariados — cujo total não ultrapassava dez pessoas. Stalin, no entanto, descrevia os *kulaks* como "classe exploradora" e como "último bastião do capitalismo".

Para demonstrar que a coletivização era uma iniciativa espontânea do proletariado, o líder soviético enviou para o campo brigadas de operários, militantes do partido, jovens do *komsomol*, a juventude comunista, e a GPU, a polícia política. Cercados em suas aldeias por tropas armadas com metralhadoras, os camponeses capitularam, não sem antes destruir as ferramentas e matar os animais. Calcula-se que 45% do gado foram sacrificados e 70%

do rebanho de carneiros e cabras foram dizimados. Como em uma vingança premeditada, eles ameaçaram as cidades com o espectro desesperador da fome. A política stalinista para o campo forçou mais de 100 milhões de pessoas a abandonarem suas terras e a se fixarem nas fazendas coletivas. Outros dez milhões, punidos, foram impedidos de participar das novas organizações agrícolas. A morte e o degredo em regiões distantes e inóspitas selaram seus destinos (Deutscher, 1970, pp. 292-293). Na avaliação de Daniel Aarão Reis Filho, a coletivização foi "um furacão de morte e de destruição. Uma orgia de sangue e de sofrimento" (1997, p. 116). Os resultados foram danosos para a economia rural do próprio país. Segundo Hobsbawm, a produção de grãos baixou imediatamente e o rebanho bovino foi reduzido à metade. Em 1932 e 1933, o país foi devastado por uma grande fome (1995, p. 373).

Sem alternativas diante da brutal repressão policial, os camponeses foram obrigados a aderir aos *kolkhozes*, as fazendas coletivas, com grandes perdas materiais. Embora a fazenda se autodenominasse uma cooperativa autônoma, a realidade era por demais dura para o camponês: ele tornou-se um assalariado do Estado, todos os seus bens passaram para a fazenda, a direção era indicada pelo partido e a regra número um era entregar todos os produtos ao governo a preços baixos. Se as metas de produção estabelecidas pelos planejadores de Moscou não fossem alcançadas pelo *kolkhoz*, os membros da fazenda coletiva tornavam-se suspeitos de sabotagens e atitudes kulakizantes. Expropriada, explorada e tributada, a população rural soviética foi reduzida a um novo tipo de servidão: a estatal. O camponês, apático, desmotivado e desmoralizado, identificava a agricultura coletiva com a opressão política e social, com a pobreza e com o confisco governamental. A produção agrícola e pecuária da URSS, a partir daí, manteve-se em níveis sofríveis.

A industrialização acelerada do país foi, por sua vez, um sucesso em vários setores da economia — apesar dos enormes sacrifícios da população. De acordo com os planos qüinqüenais, os esforços voltaram-se para a indústria pesada, matérias-primas e fontes de energia, com prioridades para os setores de ferro, aço, carvão e petróleo, construção de grandes unidades metalúrgicas, imensas fábricas de tratores e automóveis, usinas hidrelétricas, ferrovias e canais, além de obras imponentes, como o metrô de Moscou.

Os números do crescimento econômico soviético, de fato, são grandiosos. Entre 1929 e 1932, o setor elétrico cresceu de 5 mil quilowatts para 13,5; a produção de petróleo passou de 11,6 milhões de toneladas para 28,5; e o número de tratores aumentou de 27 mil para 148 mil. Em apenas uma dé-

cada, de 1928 a 1938, "a produção de carvão passou de 30 milhões de toneladas para 133; [...] de aço, de 4 milhões de toneladas para 18; de automóveis, de 1,4 mil unidades para 211 mil" (Netto, 1985, pp. 40 e 83). Na maioria das vezes, as metas de produção do plano eram estabelecidas a partir de critérios fantasiosos e voluntaristas. Em 1928, por exemplo, o país produziu apenas 3,5 milhões de toneladas de ferro-gusa. De acordo com o plano qüinqüenal, a produção deveria ser de 10 milhões em 1933. Stalin, insatisfeito com os objetivos do plano, alegou que a produção de ferro-gusa deveria chegar a 17 milhões em 1932, um ano antes, portanto. O número estabelecido pelo líder, porém, somente foi cumprido em 1941 (Deutscher, 1970, p. 290). Seja como for, no final dos anos 30, a União Soviética tinha se transformado em uma economia industrial capaz de produzir aço, máquinas, turbinas, petróleo, tratores, tanques de guerra e aviões a partir de seus próprios recursos.

Os operários, sem dúvida, foram os grandes sacrificados com a industrialização acelerada. Para cumprir as metas dos planos qüinqüenais, o PCUS impunha aos trabalhadores índices drásticos de produção e prazos exíguos para executá-los. Stakhanov, um operário que ganhou fama por ter, em 31 de agosto de 1935, extraído 102 toneladas de carvão em 5 horas e 45 minutos, serviu de modelo para o regime institucionalizar um novo método de trabalho: o stakhanovismo. Mobilizando os trabalhadores e utilizando o recurso da "emulação socialista", o partido lançava desafios de produtividade, tensionando-os e extenuando-os ao limite. Segundo Robert McNeal, as "brigadas de assalto", compostas de operários e estudantes, invadiam os locais de trabalho e, com metáforas militares, exigiam maior produção (1988, p. 247). A famosa frase de Stalin — "não existem fortalezas que os bolchevistas não possam conquistar" — descreve bem o contexto da industrialização soviética. Para o cumprimento dos planos qüinqüenais, diz Robin Blackburn, "foi preciso recorrer ao stakhanovismo e a uma grosseira mistura de intimidação e suborno, a fim de mobilizar os trabalhadores urbanos" (1992, p. 139).

A radical transformação da paisagem soviética permitiu que milhões de pessoas melhorassem o nível de vida e que outros milhões mergulhassem na degradação. No fim dos anos 30, os resultados da industrialização acelerada eram visíveis. Apesar de ineficiente e onerosa, a capacidade produtiva da indústria russa aproximava-se da alemã.

Para financiar a construção de fábricas, redes de eletrificação, imensos canais e barragens, entre outras obras grandiosas, o governo vendia trigo para o Ocidente, mesmo com uma população faminta, e importava equipa-

mentos e técnicos especializados. As pesquisas mostram que, nas décadas de 1930 e 1940, houve grande intercâmbio econômico da URSS com o Ocidente. No início da década de 1930, afirma Blackburn, mais da metade das exportações inglesas e americanas de máquinas foi para a União Soviética, sendo que, em alguns itens, chegou à cifra de 90%. Até meados dos anos 40, a importação maciça de tecnologia ocidental constituiu a base do crescimento soviético. Nesse período, Stalin conseguiu explorar as contradições entre os países capitalistas desenvolvidos, obtendo, assim, acesso às tecnologias, máquinas, equipamentos e mão-de-obra especializada. O início da Guerra Fria e a unificação dos interesses políticos do Ocidente capitalista, em conflito com a URSS a partir de 1947, no entanto, bloquearam as alternativas econômicas soviéticas, contribuindo para o início da estagnação (Blackburn, 1992, pp. 143-148).

As imagens grandiosas da superioridade do regime soviético e dos sucessos da construção do socialismo não podem ser reduzidas à mera propaganda institucional. Segundo Hobsbawm, durante os anos 30, a economia soviética cresceu mais rápida que a de todos os outros países, com exceção do Japão. De 1945 a 1960, os índices de industrialização do "bloco socialista" foram maiores que os do Ocidente. Nikita Kruchev principal dirigente soviético depois da morte de Stalin, acreditava, com sinceridade, que, em futuro próximo, a economia socialista ultrapassaria a produção das nações capitalistas (1995, pp. 367-368). É bem verdade, porém, que o modelo soviético foi incapaz de inovar. No período da industrialização, a limusine ZIS-ZIL era, de fato, um Buick americano; os tratores de Stalingrado eram cópias de um Caterpillar; os automóveis produzidos em Gorki eram réplicas de um Ford (Malia, 1985, p. 258). Programadas para produzir em quantidade, as fábricas soviéticas eram inoperantes quando se tratava de qualidade. Além disso, os outros setores da economia foram relegados a um patamar menor e secundário: a produção de bens de consumo popular era inócua, o setor de distribuição, ruim, e o de serviços praticamente inexistia.

O modelo de desenvolvimento soviético foi concebido para industrializar o país, sobretudo desenvolver o setor de bens de capital, e oferecer à população um padrão social mínimo, se comparado aos da Europa Ocidental. No entanto, avalia Hobsbawm, como modelo de industrialização e desenvolvimento econômico foi um sucesso para um país pobre e agrícola como a Rússia. "O comunismo de base soviética", diz o autor, "tornou-se basicamente um programa para transformar países atrasados em avançados." Para

muitos países pobres e sem capitais privados, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o planejamento econômico estatal centralizado surgiu como instrumento atraente e eficiente para industrializar e desenvolver. Mesmo que tais governantes repudiassem o socialismo, a receita soviética parecia convincente e eficaz (1995, p. 367).

Entre os soviéticos, a industrialização acelerada, a mecanização do campo, os milhões de oportunidades na forma de empregos oferecidos aos trabalhadores, o aumento da qualidade de vida, traduzido nos índices de saúde e educação, e os novos valores sociais estimulados pelo Estado sustentaram o mito da "construção do socialismo" e o reconhecimento popular à liderança política de Stalin. Essas representações tiveram bases reais e se manifestaram pelo apoio da população soviética ao regime e pelo entusiasmo de milhões de comunistas em diversos países. As dificuldades com o abastecimento, a falta de bens de consumo e a qualidade sofrível das mercadorias eram questão de tempo, obstáculos inevitáveis no caminho para o socialismo, alegava-se; o terror policial e as perseguições políticas tinham por objetivo tão-somente desmascarar e aniquilar os inimigos do povo e do socialismo, imaginava-se; até mesmo o sistema Gulag, sigla que traduz "administração estatal dos campos", verdadeiros campos de concentração onde milhões de seres humanos foram reduzidos à condição de escravos, tinha explicações convincentes: a abolição das classes, explicava Stalin, exigia a intensificação da luta entre as próprias classes.

O mito da "construção do socialismo", portanto, narrava episódios que, em certa medida, aconteceram dentro das fronteiras do país e tinha suportes materiais e simbólicos no cotidiano da população. As projeções que apontavam para a utopia, ou seja, a construção integral do socialismo, exigiam imensos sacrifícios dos trabalhadores. Não se tratava, porém, de formar sujeitos críticos e conscientes de sua obra, mas sim de disseminar o conformismo e a vulgaridade intelectual. A luta por uma nova sociedade, mais rica e mais justa, diz Fernando Claudin, despertou ilusões, incendiou a fé e mobilizou as pessoas. No momento em que a população, estafada pelo trabalho e exaurida pelas dificuldades, poderia questionar tantos sacrifícios exigidos, os exércitos alemães invadiram o território soviético. A política genocida de Hitler e a crença nazista de que os eslavos eram uma raça inferior despertou, nos povos soviéticos, as expectativas do mito que prometera um mundo melhor (1984, p. 59).

2. STALIN: CAMARADA E TIRANO

Na manhã do dia 5 de março de 1953, morreu Joseph Vissarionovich Djugachvili, o camarada Stalin, após 73 anos de vida. Em Moscou, milhões de pessoas dirigiram-se espontaneamente para a Praça Vermelha. Queriam ver, pela última vez, o líder falecido. Segundo testemunhas, os manifestantes, entre lágrimas e gritos, demonstravam sentimentos de abandono e impotência. No dia 8 de março, o pânico se estabeleceu na multidão que insistia em vê-lo. As autoridades soviéticas não previram a invasão de imensas levas de pessoas e tiveram dificuldades em lidar adequadamente com a comoção popular. O desespero e a ânsia para ver o féretro do líder soviético resultou em tragédia: centenas, talvez milhares, de pessoas — os números são incertos — foram esmagadas contra as barreiras erguidas pelo KGB e muitas morreram pisoteadas pela multidão, a maioria mulheres e crianças (Baczko, 1983, p. 27; Deutscher, 1970, p. 573). Não se trata de propaganda política oficial: milhões de pessoas, na URSS e em diversos outros países, sentiram e choraram a morte de Stalin.

A primeira manifestação pública voltada para celebrar sua personalidade ocorreu durante os festejos de seu qüinquagésimo aniversário, em 1929. Nessa data, muito significativamente, ele deixou de ser chamado de *Khaziaïn* (patrão, dono), termo que designava seu papel preeminente dentro do partido, para tornar-se o *Vojd* (guia) da Nação soviética. É verdade que Lenin, após sua morte em 1924, também foi cultuado pelos bolchevistas. Para Martin Malia, as exaltações ao líder falecido, com sua mumificação e a construção do mausoléu, entre outros recursos de glorificação póstuma, foram um culto do partido para ele mesmo: "O Guia que sempre teve razão", diz o autor, "era um talismã indispensável para um partido que teria sempre razão." Lenin, assim, passou a representar a própria infalibilidade e perenidade do partido soviético. Stalin não fez mais do que se apropriar das necessidades do PCUS de se fazer expressar por um líder apresentado como genial, mas com uma diferença importante: agora, o culto era dedicado a um dirigente vivo (Malia, 1995, p. 298).

Assim, a partir de 1929, surgiram as primeiras vozes pronunciando a locução que se tornou clássica: "Stalin é o Lenin de hoje." No início da década de 1930, afirma McNeal, o *Pravda*, jornal do PCUS, deu início à prática de homenagear diariamente o líder — na maior parte das vezes sem pretensão de noticiar algo, mas tão-somente como um ritual (1988, p. 270). Dez

anos mais tarde, em 1939, seu nome começou a ser objeto de extravagantes epítetos, como "gênio", "corifeu das artes e das ciências", "melhor amigo das crianças", "pai dos povos", "guia do proletariado mundial", entre outros. Em seu septuagésimo aniversário, em 1949, o número de cartas que chegavam ao *Pravda* foi tão descomunal que, anos mais tarde, o jornal ainda as publicava em uma coluna criada exclusivamente para o evento. Segundo Deutscher, o Museu da Revolução, em Moscou, transformou-se em local de exposição dos presentes enviados ao líder. De cada fábrica, mina de carvão, *kolkhoz*, sindicato, escola ou célula partidária chegava alguma lembrança para Stalin. Nesse ano, a Revolução Chinesa e a Guerra da Coréia se eclipsaram diante do "histórico aniversário", "como se a única finalidade que os 200 milhões de cidadãos soviéticos tivessem na vida", diz o autor, "fosse adorá-lo e cumulá-lo de presentes". A adulação exigiu novas lisonjas, com superlativos inéditos e fantásticos (Deutscher, 1970, pp. 554-555).

No entanto, ao contrário de outros líderes políticos como Roosevelt, De Gaulle, Perón, e mesmo Hitler e Mussolini, Stalin não era uma personalidade carismática. Diante da desenvoltura política desses homens, pode-se afirmar que o líder soviético representava, na avaliação de Bronislaw Baczko, um contramodelo. Enclausurado no Kremlin, ele muito raramente aparecia em público. Seus contatos com a multidão eram curtos e, mesmo assim, à distância. "Stalin não agia pela sua palavra nem pela sua presença", diz o autor. Sem o dom da oratória, sua voz era monocórdia e monótona. Durante a Segunda Guerra, Levitan, um locutor de voz rica e profunda, falava por Stalin e lia suas ordens do dia (1983, p. 28-29). Seu estilo literário, incolor e tênue, diz Milovan Djilas, era um emaranhado de jornalismo vulgar e linguagem bíblica. Contudo, diz o escritor iugoslavo, ele mesmo e diversos outros intelectuais dotados de senso estético sofisticado e de conhecimentos históricos e literários aprimorados, diante de Stalin, perdiam a capacidade crítica:

> "Nós nos entusiasmávamos não só pelas opiniões de Stalin, mas também pela 'perfeição' com que eram formuladas. Eu próprio me referi muitas vezes, em debates, à clareza cristalina de seu estilo, à penetração de sua lógica e à harmonia de seus comentários, como se fossem expressões da sabedoria mais sublime" (Djilas, 1964, p. 7).

Hoje, quando o nome de Stalin alude a um Estado politicamente retrógrado e repressivo e a um sistema de controle hiperburocrático e terrorista,

não é fácil para o historiador recuperar a imagem que dele faziam os comunistas. Para os revolucionários, diz Gérard Vincent, Stalin era "o homem que mais amamos" (1994, p. 428).

Tamanha celebração no seu próprio país e entre os comunistas de todo o mundo, sem dúvida, surge como algo desconcertante. É muito tentador admitir que o carisma de Stalin tenha surgido como o natural resultado da maciça propaganda política oficial voltada para aclamar seu nome na União Soviética. Tal interpretação, segundo Baczko, "é, porém, uma solução rápida demais, que traz mais problemas do que os resolve". É verdade que a propaganda entre os soviéticos foi massificante e vertiginosa. Todas as lojas, diz o autor, tinham como única decoração seu retrato — às vezes, no lugar das mercadorias em falta; em qualquer espaço público havia um busto de Stalin; nas praças centrais das cidades soviéticas e nos picos mais altos das montanhas existia uma gigantesca estátua homenageando-o; os livros de receitas culinárias tinham como introdução palavras do líder sobre a necessidade de o povo se alimentar adequadamente; nos jardins de infância e nos zoológicos, bandeiras afirmavam: "Obrigado, Stalin, por nossa infância feliz", entre outras citações. Embora massificante, tratava-se de uma campanha de exaltação política pobre, simplória e destituída de maiores sofisticações intelectuais. Assim, diz Baczko, como atribuir a toda essa propaganda uma força eficaz sem admitir que em alguma época ela deveria alimentar-se de algo a mais do que seu próprio discurso oco? Mais ainda, continua o autor, uma mensagem política como essa, pomposa e desmensurada, "longe de ser potente, anula facilmente a si própria, naufragando no ridículo" (1983, p. 28).

Embora a contribuição da propaganda oficial soviética não possa ser subestimada e relegada a um plano menor, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária avassaladora, mas vazia de substância e conteúdo, tanto na URSS quanto no Ocidente, tenha tido capacidade de, por si mesma, elevar o nome de Stalin à categoria de Homem Providencial. Não há propaganda política que transforme um personagem em líder salvacionista, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens que o reverenciam. Os impulsos verdadeiramente poderosos que envolveram as emoções, as esperanças e as motivações dos revolucionários de todo o mundo diante da imagem de Stalin não podem ser reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar ilusões.

Não se trata, aqui, de minimizar as técnicas de publicidade política e ideológica, grosseiras em seu conjunto, que bombardearam a população,

nem o terrorismo policial iniciado por Lenin e institucionalizado por Stalin — este, sim, o instrumento que permitiu o monolitismo do regime. Para compreender o que Stalin significou para os soviéticos, é necessário considerar as mudanças, muitas delas positivas, vivenciadas por amplos setores da sociedade soviética a partir dos anos 30. O mito da "construção do socialismo", como vimos anteriormente, descrevia um conjunto de transformações que, longe de basear-se em promessas irrealizáveis, sustentadas tão-somente pela propaganda, alterou profundamente a vida de milhões de pessoas.

A industrialização acelerada e a coletivização do campo transformaram, em curto espaço de tempo, um país arcaico em uma nação industrializada. É verdade que o regime manteve o consumo da população em níveis irrisórios: em 1940, diz Hobsbawm, "a economia produziu um par de calçados por habitante", garantindo, porém, esse mínimo social. Apesar da escassez de bens de consumo, o Estado assegurou a todos o acesso ao trabalho, alimentação, vestuário, assistência médica, habitação subsidiada e uma certa igualdade (1995, p. 373). Os índices de crescimento na educação e na saúde foram, sem dúvida, impressionantes: em 1914, por exemplo, 8 milhões de pessoas freqüentavam escolas de todos os níveis; em 1928, o ensino se estendeu para 12 milhões de alunos; e, em 1938, para 31,5 milhões. Em 1913, 112 mil pessoas estudavam em estabelecimentos de nível universitário; em 1939, o número passou para 620 mil. Antes da revolução, as bibliotecas públicas possuíam 640 livros para cada 10 mil habitantes; em 1939, a relação subiu para 8,6 mil. Na saúde pública, o número de médicos em todo o país, antes da revolução, era de 20 mil; em 1937, passou para 105 mil. A quantidade de leitos hospitalares cresceu, no mesmo período, de 175 mil para 618 mil (Deutscher, 1970, p. 307). Para milhões de habitantes do país, sobretudo do meio rural, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novas perspectivas, o avanço pessoal e o crescimento profissional. Para os jovens e, sobretudo, para as mulheres, a nova sociedade significou a libertação de tradições verdadeiramente opressivas. Defender o regime político, portanto, não era algo descabido, mas, ao contrário, inteiramente convincente.

A grande expansão da economia implicou o surgimento de variadas oportunidades de ascensão social. A industrialização criou milhões de empregos, permitindo que, em certa medida, todos os cidadãos fossem beneficiados. Os números, neste aspecto, são ilustrativos. Em 1926, o censo soviético aferiu o número de assalariados em 4 milhões; em 1939, a cifra chegou a 14 milhões. Mas não apenas os operários obtiveram vantagens com a in-

dustrialização: técnicos e engenheiros, formados nos cursos médios e superiores fundados nessa época, foram contemplados com inúmeras vagas abertas na indústria e na burocracia estatal. A expansão econômica e os expurgos políticos abriram cerca de meio milhão de novos empregos por ano para os níveis médio e superior. Produto da industrialização dos anos 30, a ascensão social desses setores formou os grupos privilegiados do regime. O impacto das transformações sociais na época não pode ser minimizado. "A popularidade de Stalin", diz Robert McNeal, "se devia indubitavelmente, em certa medida, à gratidão de muitas pessoas que deviam ao seu sistema sua parte do próprio sucesso" (1988, p. 262). À população foram oferecidas grandes oportunidades de ascensão e mobilidade sociais. Muitos trabalhadores, particularmente os mais jovens e idealistas, apresentaram-se como voluntários para a construção de obras nas regiões mais distantes, enquanto a maioria se entusiasmou com a industrialização que daria fim ao desemprego que assolava a Rússia desde a época da guerra civil.

A industrialização, ao permitir a mobilidade social, produziu também a desorientação cultural dos novos operários oriundos do campo. Segundo Moshe Lewin, a necessidade de trabalhadores na indústria e a aversão dos agricultores aos *kolkhozes* impeliram para as cidades grandes levas de camponeses imbuídos de valores, crenças e tradições próprios do mundo rural. Calcula-se que, entre 1928 e 1935, cerca de 17 milhões deles estabeleceram-se nas cidades. Portadores de um conjunto de representações que delineava uma cultura camponesa, faltava-lhes o instrumental simbólico necessário para decifrar uma nova realidade, urbana e industrial. O desenraizamento cultural e o choque psicológico geraram em milhões de novos assalariados uma profunda crise de valores, manifestada naquilo que os antropólogos chamam de "desculturamento". Obrigados a se adaptarem bruscamente a um novo ambiente geográfico e cultural, percebendo que seus valores tradicionais nada mais valiam e sem ter como adquirir outros, os novos trabalhadores encontraram no Estado aquele capaz de oferecer não apenas uma vida melhor, mas também códigos comportamentais e crenças mais afinados com o momento político e social que viviam (Lewin, 1988, pp. 226-227). Segundo testemunho de Victor Kravchenko, um jovem operário soviético nessa época, os camponeses chegavam nas cidades assustados, calçando rústicas sandálias de corda e vestidos com tecidos caseiros, mal sabendo gaguejar diante do desconhecido mundo urbano.

"Entretanto, com que rapidez se transformavam! Voltavam da cidade envergando ternos de alfaiate, barbeados e perfumados, calçando sapatos novos que rangiam com elegância; faziam-se fotografar nessa nova indumentária, para motivo de admiração da família distante [...]. Outros, entretanto, eram logo atraídos pelo clube e pelas aulas, e ao fim de pouco tempo punham-se a lamentar o 'atraso' e a 'falta de cultura' dos companheiros, e a discutir política com um entusiasmo de verdadeiros iniciados." (1948, p. 44).

O sucesso inegável da industrialização; a oferta de milhões de novos empregos à população urbana, particularmente na indústria e na burocracia estatal; os benefícios sociais atuantes no cotidiano da população, como sistemas de saúde, educação, habitação e previdenciário; os novos valores culturais oferecidos aos antigos camponeses, agora assalariados nas cidades, entre outras situações, sustentaram o mito da "construção do socialismo", como também resultaram na elevação de Stalin à categoria de Homem Providencial, Chefe, Guia, Salvador. A imagem do Grande Chefe foi uma representação imposta pelo partido à população, mas transmitiu, segundo Baczko, um referencial estável e tranqüilizador em uma realidade que surgia desconhecida e, logo, geradora de ansiedades. A figura do Guia Infalível oferecia "um nome e um rosto às próprias angústias e esperanças" (1983, p. 32).

Para os cidadãos da União Soviética e os comunistas de diversos países, Stalin foi um símbolo da transformação social e do desenvolvimento econômico de um país que parecia condenado ao atraso. Se a propaganda oficial garantia ser ele o "arquiteto do novo mundo", o "clarividente guia da humanidade" e o "construtor do socialismo", entre outros títulos pomposos, mas vazios de conteúdo, muitos camponeses, com sinceridade, chamavam-no afetuosamente de "nosso paizinho".

Os povos da União Soviética, portanto, não foram iludidos pela propaganda oficial. Ao contrário dos comunistas do Ocidente, diz Hobsbawm, "todos os russos sabiam bastante bem quanto sofrimento lhes coubera, e ainda cabia", sob o jugo de Stalin. No entanto, entre parcelas significativas da população, havia o reconhecimento ao líder pelas mudanças positivas que ocorreram em suas vidas. Para o autor, Stalin surgia como "um governante forte e legítimo das terras russas e delas um modernizador, ele representava alguma coisa deles próprios" (1995, p. 383). Reconhecimento, porém, não significa o mesmo que conformismo, ilusão ou entorpecimento das mentes e da capacidade crítica. O terrorismo policial se encarregou daqueles que ou-

sassem manifestar algum descontentamento. Assim, a fórmula "terror, progresso e mobilidade social" ajuda-nos a compreender Stalin e o fenômeno do stalinismo entre os povos da União Soviética.

3. O GRANDE TERROR

Entre 1936 e 1938, a sociedade soviética conheceu uma experiência política dolorosa, sofrida e traumática: o Grande Terror stalinista.

Stalin, concordam os historiadores, foi o principal responsável pelo maior massacre político e social que abalou os povos da União Soviética nesses anos. Para explicar o fenômeno do stalinismo, a historiografia soviética após Kruchev e a maior parte dos historiadores do Ocidente exploraram as características psicológicas sombrias, perversas e cruéis do líder bolchevista. As análises de viés psicológico exploram a infância sofrida e seu permanente "complexo de inferioridade". O próprio Kremlin, após a morte do ditador, cunhou a expressão "culto da personalidade", insinuando que o socialismo teria sido "deformado" com o poder ilegítimo e autocrático de Stalin. Assim, historiadores ocidentais e orientais, defensores da tese do "desvio" do socialismo, ressaltaram que a ambição desmedida do líder teria criado um regime político inteiramente diverso do bolchevismo e do próprio leninismo. Para Martin Malia, é muito difícil supor que Stalin tenha reinado absoluto por 25 anos tão-somente pela infância rude e pelo pai cruel — até mesmo porque outros bolchevistas, certamente, não tiveram, quando crianças, uma infância melhor. Além disso, Stalin ascendeu no partido soviético com o apoio explícito de Lenin, e não há nenhuma razão para duvidar de seu autêntico engajamento político (1995, pp. 233-255). Reduzir o comunismo soviético, movimento que arrebatou o inconformismo de milhões de homens e mulheres em todo o planeta e que agiu como a maior utopia política do mundo contemporâneo, às características psicológicas de um único homem é argumento pouco convincente.

Portanto, é insuficiente explicar a condenação de milhões de pessoas à morte exclusivamente pelas deformações de caráter de um indivíduo. Mais do que criador do modelo soviético, Stalin foi o resultado dele. O Grande Terror foi possível, por um lado, pela situação de fragilidade política do líder ao término do primeiro plano qüinqüenal e, por outro, pela lógica de um

17

partido político organizado nos moldes leninistas. Contudo, a própria sociedade participou das perseguições, mobilizando-se para eliminar "sabotadores", "espiões" e "traidores.

Em 1932, o prestígio político de Stalin entre os cidadãos soviéticos e no PCUS não era dos melhores. Embora exercendo o poder no país, ele ainda devia observar certos limites e devia unicamente ao partido o cargo que exercia. Mesmo com o sucesso dos planos qüinqüenais na industrialização da URSS, os erros na sua condução foram grandes, particularmente pela brutalidade como foram tratados os camponeses. As críticas a Stalin surgiam em diversas instâncias da sociedade, mas sobretudo vinham do próprio PCUS. Diante dos questionamentos e das acusações ao líder, o Politburo, órgão máximo do poder soviético, se recusou a perseguir certos opositores. Os bolchevistas conheciam bem a história da Revolução Francesa e sabiam o resultado desastroso de uma revolução que devorava seus próprios filhos.

Em todo o ano de 1934, Stalin oscilou entre a repressão política estatal e as atitudes liberalizantes. Os camponeses rebeldes, por exemplo, foram anistiados, mas um decreto governamental obrigava os cidadãos a denunciarem os parentes por crimes políticos. Também foram limitados os poderes da polícia política e os líderes da oposição tiveram autorização para escrever nos jornais, desde que não criticassem abertamente o governo.

Nesse mesmo ano, realizou-se o XVII Congresso do PCUS. Apesar dos elogios públicos a Stalin, nos bastidores, as críticas eram grandes e muitos falavam, inclusive, na destituição do líder. No Congresso, o nome de Kirov, primeiro-secretário do partido em Leningrado, surgiu como eventual sucessor no poder, particularmente por sua moderação política e ponderação na tomada das decisões.

Entretanto, no final desse ano, Kirov foi assassinado. Para Stalin e seu grupo surgiu a oportunidade para um golpe de Estado, alegando que havia "inimigos" dentro do partido — cuja prova mais evidente foi o crime contra Kirov. Iniciou-se, assim, o Grande Terror, um recurso utilizado por Stalin para garantir e impor definitivamente seu poder.

Utilizando como pretexto um atentado político isolado, Stalin deu início, em 1936, aos grandes expurgos no partido e à repressão política de massa, que não se atenuaram até fins de 1938. Em agosto de 1936, a imprensa noticiava o processo do "centro terrorista trotskista-zinovievista", cujos réus eram Trotski, Zinoviev e Kamenev; em janeiro de 1937, seguiu-se o processo do "centro trotskista-anti-soviético" com 17 acusados, entre eles Piatakov

e Radek; por fim, em março de 1938, o "bloco anti-soviético de direitistas e trotskistas", processo que condenou Bukharin, Rikov e mais 19 outros.

Para surpresa e espanto dos soviéticos e de todo o movimento comunista internacional, chefes históricos do partido e do Estado foram acusados de conspiração, assassinatos e ações terroristas; de tentarem eliminar fisicamente Lenin em 1918 e o próprio Stalin em 1934; de alta traição por espionagem a serviço da Alemanha e do Japão; de sabotagem por meio de incêndios, destruição de fábricas e colheitas; além de tentarem restaurar o capitalismo na URSS. Segundo Baczko, todos eles confessaram. "Não só confirmaram o auto de acusação, como confessaram os seus crimes com superabundância de pormenores, prosternando-se perante os seus algozes e louvando-os. [...] Quase todos os acusados foram condenados à pena capital e executados; aqueles cuja vida foi então poupada não sobreviveram às prisões e aos campos" (1985, p. 327). Todas as confissões, soube-se depois, foram extorquidas pela tortura e ensaiadas várias vezes perante a polícia antes de serem exibidas em público. De acordo com Deutscher, os réus também foram chantageados pelos policiais com a prisão de vários de seus familiares (1970, p. 337). Os que não "confessaram os crimes" foram eliminados sem a teatralização dos tribunais.

Durante os processos judiciais, foram organizados comícios em praticamente todas as cidades, reunindo, em Moscou, centenas de milhares de pessoas em protesto contra os "traidores". Os militantes de base do PCUS, indignados com tantos atentados cometidos pelos opositores, passaram a receber do Comitê Central "cartas secretas" com denúncias dos crimes no interior do partido, reforçando, assim, a necessidade da vigilância revolucionária. Na terceira dessas cartas, de julho de 1936, lia-se: "agora que está provado que os monstros partidários de Trotski e de Zinoviev" são espiões, provocadores e aliados dos guardas brancos e *kulaks*, é necessária a vigilância bolchevista, pois "a qualidade fundamental de todo bolchevista deve ser sua aptidão em reconhecer um inimigo do Partido [...]" (Citado in Werth, 1981, pp. 194-195). No mês seguinte, os ativistas de base da cidade de Smolensk reuniram-se para discutir a carta. O militante Sorokine tomou a palavra e disse:

> "Este bando criminoso, estes *cães raivosos* [...], o bando fascista, *verme ignóbil*, foi fuzilado! [Aplausos]. Camaradas, a vida de nosso bem-amado Stalin pertence ao povo inteiro. Stalin é nosso guia, nosso sol [...]. Morte a todos os restos do bando fascista!"

Sadkov complementou:

> "O objetivo do bando era tomar o poder e vender a URSS à burguesia internacional. Eu estou certo de que existe entre nós alguns restos do bando. Nós devemos nos purificar desses *vermes* [...]." (grifos meus).

No entanto, o objetivo de Stalin, e do grupo que o apoiava, não era tanto livrar-se dos antigos líderes da oposição, a exemplo de Trotski, Bukharin, Zinoviev, Kamenev e seus seguidores. Todos eles, em 1936, já estavam derrotados politicamente dentro do partido e condenados ao ostracismo. Como golpe de Estado, o terror voltou-se contra qualquer suspeito de crítica a Stalin, perseguindo camponeses, acuando operários, atemorizando nacionalidades não-russas, ceifandos quadros industriais, elites intelectuais, oficialidade do Exército e, sobretudo, membros do PCUS. Neste último caso, foram atingidos os mesmos homens que apoiaram o líder na condução da "segunda revolução russa" e a ele dedicaram lealdade e fidelidade. A purga, portanto, visava à consolidação do regime, ou melhor, do stalinismo, como a única alternativa política possível.

O Grande Terror foi o auge de um processo que se iniciou em 1918, com a guerra civil: primeiro, os bolchevistas perseguiram os adeptos do antigo regime; depois, os "contra-revolucionários"; mais adiante, os partidos políticos, rivais ou aliados; por fim, qualquer suspeito de atividades "anti-soviéticas". Assim, em 1933, mesmo antes do terror stalinista, 400 mil filiados do PCUS foram expulsos por "incompetência", por "falta de motivação" ou como "inimigos de classe"; em 1935, uma "verificação" nos documentos partidários eliminou outros 200 mil. Nos dois momentos, a sociedade agiu como cúmplice da polícia política. Em assembléias populares — nas fábricas, universidades e associações —, o indivíduo era acusado e execrado pelos próprios colegas. Em 1937, no auge do terror, 500 mil membros não foram apenas expulsos, mas fuzilados ou enviados a campos de concentração.

Os expurgos abriram milhares de vagas no partido, na burocracia estatal e na indústria. Stalin dizia ter 500 mil novos cargos para distribuir a cada ano do terror. Os técnicos e engenheiros formados nesses anos preencheram as vagas das vítimas e, indiferentes ao destino dos condenados, apoiaram as perseguições e a liderança do máximo dirigente soviético. O poder de Stalin, assim, se consolidava à medida que avançava o Grande Terror.

O terror político, portanto, foi um golpe de Estado do grupo liderado por

Stalin, mas com a participação da própria sociedade. No início de 1939, a maioria dos membros do Comitê Central do PCUS eleita em 1934 tinha sucumbido junto com a maior parte dos secretários provinciais e locais do partido, bem como seus colaboradores e familiares mais próximos. Todos foram fuzilados sem processos judiciais ou enviados para os campos de concentração.

Ao longo desses anos, o país foi aterrorizado com as denúncias de complôs, sabotagens, espionagens e crimes perpetrados por trotskistas, zinovievistas e bukharinistas, entre outros "inimigos" e "traidores" do povo. O regime soviético, utilizando narrativas, textos de caráter pseudo-histórico, provas materiais forjadas e confissões sob tortura, resgatou um conjunto de imagens e representações ameaçadoras e assustadoras: o mito do complô demoníaco. Amedrontando a sociedade, criava-se, segundo Baczko, um imaginário do terror que propagava, por meio de imagens, símbolos e representações, a figura do Inimigo, "força diabólica, escondida e onipresente, que age tanto no interior como no exterior do país" (1985, p. 329). Os expurgos partidários mobilizaram a população soviética, receosa e insegura ao se ver contaminada por assassinos, sabotadores e espiões.

A narrativa do mito, por mais estonteante que fosse, preenchia uma função bastante determinada: ao medo de ser dominado por um grupo de malfeitores, sentimento gerador de inquietações e incertezas, seguia-se a descoberta e o desmascaramento dos falsários, trazendo ao cidadão soviético a sensação de alívio e segurança. Lembremos que desde 1917 a sociedade soviética conheceu um período de grandes sofrimentos, como a guerra civil, e necessitou ainda enfrentar as profundas mudanças econômicas e sociais que o regime patrocinava. Diante da ruína da antiga ordem social tzarista, a única que conheceram, a "construção do socialismo" suscitou o surgimento de dúvidas e temores quanto ao futuro. Assim, o Grande Terror, por mais que tenha difundido o medo, a insegurança e a impotência, alardeando o perigo sempre iminente de inimigos, sabotadores e espiões, injetou sentimentos tranqüilizadores e otimistas, ao eliminar aqueles que ameaçavam a sociedade.

Atingindo todos os grupos sociais e qualquer indivíduo suspeito, independentemente de hierarquias políticas e sociais, o terror stalinista, na interpretação de Daniel Aarão Reis Filho, incitou o apoio e mesmo o júbilo popular. A queda de dirigentes partidários, industriais e burocráticos, que, até então, agiam de maneira autoritária e arbitrária, tornava-se um momento de alegria para a população local. Detestados pela arrogância e prepotência, as acusações que recaíam sobre os "pequenos tiranos" surgiam, na cultura po-

pular, como um ato de justiça e de vingança. Para o autor, "o caráter popular do Terror exprimiu-se numa dinâmica formalmente antiburocrática, da qual só estava livre o Grande Tirano" (1997, p. 145).

A partir de dados indiretos, como a análise dos censos populacionais, a taxa de mortalidade média no campo, estimativas de antigos prisioneiros, entre outros, os estudiosos apresentam números assustadores. Segundo Baczko, entre 1936 e 1938, teriam sido presas de 6 milhões a 8 milhões de pessoas, das quais entre 800 mil e 1 milhão foram executadas; em fins de 1938, 8 milhões de pessoas teriam sido detidas e presas em campos de concentração; no meio rural, o número de mortos chegaria a 2 milhões. Mas às vítimas diretas da repressão juntaram-se as indiretas, aquelas que não foram presas, mas que assistiram e conviveram de perto com os expurgos. Ainda segundo Baczko, uma família em cada três ou quatro e uma pessoa em cada quinze tiveram um parente ou amigo preso, morto ou desaparecido. "O terror", afirma, "passou por cima da população da URSS como um rolo compressor" (Baczko, 1985, pp. 325-326). Martin Malia, com base em outros dados, afirma que 1 milhão de pessoas morreram fuziladas, 6 milhões de camponeses pereceram com a coletivização e 12 milhões sucumbiram nos campos de concentração. No total, garante o autor, quase 20 milhões de seres humanos foram vítimas do terror stalinista (1995, p. 321).

Nicolas Werth, com acesso a documentos e estatísticas dos arquivos da antiga União Soviética, apresenta números mais exatos. Sob a guarda do Gulag, as fontes citam 550 mil prisioneiros em 1934; 1,8 milhão entre 1938 e 1939; 1,6 milhão em 1940; 1,8 milhão entre 1942 e 1943; 1,1 milhão em 1946; 2,4 milhões entre 1949 e 1950 e, meses antes da morte de Stalin, mais de 2,7 milhões. O consenso entre especialistas russos e estrangeiros é da média anual de 2 milhões a 2,5 milhões de prisioneiros no Gulag e mais de 1,5 milhão a 3 milhões de presos especiais. O número estimado de mortos de fome, frio e exaustão nos campos entre 1934 e 1953 chega a 2 milhões. Entre os fuzilados, as fontes, pouco precisas, citam de 642.980 a 681.692, entre 1921e 1954 (Citado in Reis Filho, 1997, pp. 179-180).

No entanto, sem a existência de um partido político organizado nos moldes leninistas não é possível explicar o terror stalinista. Aliás, somente à frente de um partido regido pela lógica bolchevista é que Stalin conseguiu impor seu poder sobre toda a sociedade e massacrar a própria organização partidária.

Para um autêntico comunista, o partido era tudo. "Mais vale enganar-se com o partido, dentro do partido, que ter razão fora dele ou contra ele",

dizia Santiago Carrillo, líder do Partido Comunista Espanhol (Semprún, 1979, pp. 289-290). Vanguarda dos operários mais esclarecidos, condutor da humanidade a um futuro radioso, agrupamento transformador do mundo e dos homens, o partido, para os militantes, encarnava a vontade coletiva do proletariado. Mais ainda, a organização detinha o único saber verdadeiro, porque científico. Em um partido como esse, o indivíduo nada representava diante da direção coletiva, depositária da ciência "marxista-leninista".

Ao se definirem como o único e legítimo representante da classe operária, os bolchevistas entendiam a ideologia como um processo em constante depuração. Em busca de uma transparente e límpida "ideologia proletária", os comunistas acreditavam que aqueles que não pertencessem às fileiras da classe operária eram indignos de entrar ou permanecer na organização revolucionária, restando-lhes tão-somente as qualificações de "inimigos" e "traidores". Denunciá-los, portanto, tornou-se um mecanismo fundamental para definir a identidade do proletariado e do partido. O próprio Lenin muito contribuiu para esse conjunto de idéias purificadoras, com o lema de uma organização formada por "poucos, mas bons".

A purga, portanto, tornou-se uma prática comum em todos os partidos comunistas, a começar pelo dos bolchevistas russos. Para Nicolas Werth, as depurações no PCUS tinham três funções básicas: a primeira era a de manter vivo o projeto de um partido-elite, de uma vanguarda composta por homens superiores em termos ideológicos, morais e sociais — porque oriundos do proletariado —, eliminando aqueles que não mereciam o digno nome de comunista; a segunda era a de garantir a legitimidade do poder, também com base no elitismo, exigindo dos revolucionários boa formação política, participação ativa e inatacável moralidade, assegurando, assim, o monolitismo ideológico em face dos desvios e questionamentos; finalmente, a terceira função, sobretudo a partir de 1934, era a de encontrar os responsáveis pelos erros e fracassos do partido (Werth, 1981, pp. 213-214). Entre os militantes e dirigentes comunistas existia a convicção, profundamente enraizada, de que eles estavam sempre em luta contra inumeráveis inimigos que, sorrateiramente, atuavam no exterior e, principalmente, no interior da organização. Toda tensão política mundial, quaisquer guerras ou conflitos coloniais eram interpretados como sinais de uma gigantesca afronta do capitalismo internacional contra os povos trabalhadores do mundo guiados pela URSS. O sentimento de viverem cercados por forças hostis desenvolveu nos militantes a convicção de que o PCUS deveria estar unido. Toda oposição e todo desvio,

 20

assim, fariam o jogo do inimigo. Tratava-se, ainda segundo Werth, de um discurso político comum após 1917, mas fossilizado nos anos 30, que afirmava ser o Partido Bolchevista aquele "que suscitou uma revolução única dentro da história, um partido dos oprimidos, dos proletários, da construção do socialismo em um só país", mas cercado por inomináveis inimigos (1981, p. 251).

Mesmo antes da revolução de 1917, o partido, sob a direção de Lenin, tinha a prática de desqualificar e difamar os filiados que se opunham à linha oficial e os concorrentes de esquerda. Nos anos 20, as retratações públicas de militantes tornaram-se rotina. "Começaram admitindo faltas banais contra a disciplina partidária e acabaram confessando pecados apocalípticos" (Deutscher, 1970, p. 337). Assim, as confissões de crimes hediondos entre 1936 e 1938 não foram nenhuma novidade dentro do partido.

No início dos anos 30, toda essa cultura autoritária foi codificada no "marxismo-leninismo", ou seja, a interpretação por Stalin das obras de Marx, Engels e Lenin. Assim, qualquer outra leitura ou opinião divergente era acusada de desvio político, antagônica ao próprio marxismo e, portanto, anti-soviética. Em suma, aquele que não seguisse a ortodoxia stalinista tornava-se, automaticamente, um traidor.

Portanto, Stalin extraiu sua força para desencadear o Grande Terror do próprio partido, que, pela própria tradição autoritária, foi incapaz de reagir. Cada confissão de um membro partidário, extorquida sob tortura, incriminava um outro "conspirador", que, por sua vez, indicava um outro "sabotador", até que o terror adquirisse uma dinâmica própria, incontrolável. O partido também não tinha como resistir porque, ao desprezar o individualismo, alimentava a ilusão de que as perseguições provinham da vontade coletiva da própria organização partidária, isentando as responsabilidades de Stalin e preservando a sua imagem. Yakir, militante stalinista soviético, após ser preso, torturado e acusado das piores traições ao regime, gritou diante do pelotão de fuzilamento: "Viva Stalin!" Diversos outros militantes bolchevistas, presos nos terríveis campos de concentração, não admitiam a responsabilidade de Stalin pelo sofrimento que passavam e, convictos, escreviam cartas ao líder denunciando a injusta situação que viviam (Baczko, 1983, p. 30).

Em 1938, ano de culminância do Grande Terror, o regime compreendeu que sua continuidade seria perigosa para a própria manutenção do poder. Os massacres coletivos tenderam a refluir, mas as perseguições policiais a qual-

quer opositor e os campos de concentração tornaram-se instituições do modelo de socialismo soviético.

4. O MODELO SOVIÉTICO

Ao longo da década de 1930, os povos da União Soviética conheceram a "segunda revolução russa". Como uma "revolução pelo alto", as transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas deram forma ao modelo de socialismo soviético.

Um conjunto de instituições definiu o ideal de socialismo na URSS na época de Stalin. No plano econômico, o modelo soviético ficou conhecido pela planificação e a centralização das atividades produtivas. Além disso, a nacionalização de todas as empresas do país permitiu o surgimento da ideologia da "estatalidade", ou seja, a afirmação de que a estatização dos meios de produção garantia a implantação do socialismo. No plano político, o modelo impôs o partido único, que, ao longo do tempo, transformou-se em Partido-Estado. Monopolizando todos os postos da administração estatal e controlando as diversas instâncias da sociedade civil, o partido, em nome dos *interesses históricos* do proletariado, fez sucumbir quaisquer vestígios de democracia no país. No plano social, o modelo baseou-se em um novo ordenamento, com a subjugação dos camponeses ao Estado, e em um intenso processo de mobilidade, promovendo a ascensão social nas cidades.

Na ideologia, entretanto, o modelo soviético mostrou-se ainda mais opressivo. Impondo o "marxismo-leninismo" como única maneira de pensar, crer e se comportar, qualquer outra manifestação de idéias era condenada e criminalizada. Mais ainda, instituiu-se, nesses anos, o que Moshe Lewin define como "culto secular ao Estado" (1988, p. 230), processo que incluiu tanto a "santificação" do território soviético e a exaltação da "Mãe Rússia" quanto o culto à personalidade do líder, homem que, pelo saber e infalibilidade, todos deveriam reverenciar. A polícia política e os campos de concentração — o sistema Gulag —, por fim, completaram as instituições do socialismo soviético.

O modelo que resultou da "segunda revolução russa", no entanto, não se explica por si mesmo e nem foi inteiramente original. Nele estão contidos os princípios da Revolução de 1917, do bolchevismo e do próprio leninismo. Embora diversos historiadores denunciem a distância entre Lenin e Stalin, acreditamos que os traços de continuidade entre um e outro são maiores do que as rupturas.

De 1918 até 1922, período que os bolchevistas definiram como "comunismo de guerra", foram criadas, sob a liderança de Lenin, todas as instituições essenciais do regime político que vigorou até fins dos anos 80. Entre elas estão a planificação central, com a "nacionalização" da indústria, a suspensão da economia de mercado e a transformação do país, segundo Martin Malia, em "uma única empresa do Estado"; o Partido-Estado, que, em nome dos sovietes e do proletariado, desarticulou a sociedade civil, cerceou as liberdades políticas e eliminou qualquer alternativa democrática; a intervenção estatal no campo, com os confiscos e as requisições compulsórias de víveres; e por fim, a Tcheka, a polícia política dedicada inicialmente a combater os opositores da revolução e, mais tarde, qualquer insatisfeito com o governo. Para Malia, as medidas tomadas no período do "comunismo de guerra" não foram, como alegavam os bolchevistas, emergenciais, excepcionais ou aberrantes devido às ameaças da contra-revolução branca e da guerra civil. Ao contrário, o "comunismo de guerra", afirma o autor, foi a matriz, o fundamento, a essência do próprio regime político (1995, p. 187).

No entanto, o processo que permitiu a Stalin mobilizar a sociedade soviética para "construir o socialismo" tem raízes mais profundas. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, o poder soviético nos anos 30 "trabalhou com tradições bem enraizadas no passado do povo russo". Entre a Ásia e a Europa, entre a modernização ocidental e a economia rural, entre a marginalização no contexto internacional e a agressividade dos países vizinhos, os russos, ao longo dos séculos, sempre tiveram dificuldades para definir a própria identidade social. Na época da "segunda revolução", porém, as temáticas que pregavam a emancipação econômica, a libertação do capitalismo hostil, a integridade territorial e a "construção" de seu próprio desenvolvimento atiçaram a imaginação das populações russas. Na década de 1930, os clamores de Stalin pela industrialização do país, diz o autor, tocaram "a corda do patriotismo e do nacionalismo, particularmente vivos entre os russos". Outra tradição, também secular, permitiu a mobilização popular em torno do projeto stalinista: o ideal messiânico. Sempre em busca e à espera de "homens providenciais", que os defenderiam de ataques estrangeiros, os russos invariavelmente se colocaram na retaguarda de chefes políticos e militares, reverenciados como homens infalíveis. Originário da estirpe que incluía A. Nevsky, Pedro, o Grande e Lenin, Stalin surgiu como um desses chefes mes-

siânicos — uma cadeia que não poderia ser interrompida (Reis Filho, 1997, pp. 135-136).

Por fim, é freqüente na literatura a adoção do termo "totalitarismo" para definir o poder na União Soviética. Apesar de brutal, burocrático e terrorista, o modelo soviético não foi "totalitário". O romance *1984*, de George Orwell, sugeriu a imagem de uma sociedade totalitária, onde ninguém escapava do olho vigilante do poder, vítima, ainda, de lavagens cerebrais. "Isso é sem dúvida o que Stalin teria *querido* alcançar", diz Hobsbawm. A partir de um certo momento, a maioria dos soviéticos, continua o autor, não se importava com as declarações sobre política e ideologia marxista-leninista vindas do líder e do partido, desde que elas não atingissem seu cotidiano e sua vida comum. Somente os intelectuais e, certamente, os militantes filiados ao PCUS levavam a sério a teoria "científica" do socialismo soviético. "O sistema não exercia efetivo 'controle da mente', e muito menos conseguia 'conversão do pensamento' [...]", embora despolitizasse e aterrorizasse a sociedade (Hobsbawm, 1995, pp. 381-382).

As imagens grandiosas e eloqüentes de Stalin, de superioridade do regime soviético e dos sucessos da construção do socialismo não podem ser reduzidas a um conjunto que integra tão-somente a propaganda política oficial ao terror totalitário. Propaganda e terror não bastam para explicar o apoio e a admiração que milhões de pessoas, dentro e fora do território soviético, manifestaram ao líder soviético. "O controle total de uma sociedade por um Estado é irrealizável", diz Malia, mesmo no caso soviético, com a sufocante presença do Partido-Estado apoiado pelo terror institucional (1995, p. 297).

Seja como for, o modelo de socialismo soviético está associado ao nome de Stalin. Segundo Milovan Djilas,

> "a História não conhece déspota mais brutal e cínico do que ele. Como criminoso, foi metódico e cruel. Foi um desses raros e terríveis dogmatistas capazes de destruir nove décimos da raça humana para 'fazer feliz' o décimo restante" (1964, p. 148).

Não há como duvidar que Stalin foi um criminoso e que o modelo soviético de socialismo que vigorou na URSS por mais de sessenta anos configurou um regime tirânico. Mais difícil, contudo, é admitir que ambos, Stalin e o regime político, resultaram da própria sociedade russa, obtendo dela força, potência e poder.

A União Soviética, agindo como a maior utopia política que a história já registrou, segundo Norberto Bobbio, fascinou poetas e escritores, despertou as esperanças dos pobres, impeliu homens a ações violentas e permitiu que outros, com elevado senso moral, enfrentassem, por ela, torturas, prisões e exílios. Mesmo com a consolidação das liberdades democráticas no mundo moderno, alega o autor, "os pobres e desvalidos continuam condenados a viver em um mundo de terríveis injustiças, esmagados por magnatas econômicos inatingíveis e, ao que parece, imutáveis, dos quais sempre dependem as autoridades políticas, mesmo que formalmente democráticas. Em um mundo assim, julgar que a esperança da revolução desgastou-se, e acabou exatamente porque a utopia comunista fracassou, é sinônimo de fechar os olhos para não ver" (1992, p. 19).

BIBLIOGRAFIA

Baczko, Bronislaw. 1983. "Stalin: a fabricação de um carisma". In *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro, CER/ISER, vol. 9.

________. 1985. "Imaginação social". In *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 5.

Blackburn, Robin. 1992. "O socialismo após o colapso". In idem (org.). *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra.

Bobbio, Norberto. 1992. "O reverso da utopia". In idem.

Claudin, Fernando. 1984. *A crise do movimento comunista internacional*. São Paulo, Global, 2 vols.

Deutscher, Isaac. 1970. *Stalin. A história de uma tirania*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vols.

Djilas, Milovan. 1964. *Conversações com Stalin*. Porto Alegre. Ed. Globo.

Eliade, Mircea. 1993. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo, Martins Fontes.

Hobsbawm, Eric. 1992. "Renascendo das cinzas". In Blackburn, Robin (org.). Op. cit.

________. 1995. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.

Kravchenko, Victor. 1948. *Escolhi a liberdade*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite.

Lewin, Moshe. 1988. "Para uma conceitualização do stalinismo". In Hobsbawm, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.

Malia, Martin. 1995. *La tragédie soviétique*. Paris, Éditions du Seuil.

Mcneal, Robert. 1988. "As instituições da Rússia de Stalin". In Hobsbawm, Eric (org.). Op. cit.

Netto, José Paulo. 1985. *O que é stalinismo*. São Paulo, Brasiliense.
Reis Filho, Daniel Aarão. 1997. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 1997.
Semprún, Jorge. 1979. *Autobiografia de Federico Sánchez*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
Vincent, Gérard. 1994. "Ser comunista? Uma maneira de ser". In Ariès, P. e Duby, G. (orgs.). *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 5.
Werth, Nicolas. 1981. *Être communiste en URSS sous Staline*. Paris, Gallimard/Julliard.

23

Os fascismos

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Professor titular de História Moderna e Contemporânea
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Laboratório de Estudos do Tempo Presente, IFCS/UFRJ

Para a educação, a exigência que Auschwitz não se repita é primordial... Mas o fato de a exigência e os problemas decorrentes serem tão subestimados testemunha que os homens não se compenetraram da monstruosidade cometida. Sintoma esse de que subsiste a possibilidade da reincidência, no que diz respeito ao estado de consciência e inconsciência dos homens.

THEODOR ADORNO, 1974

Em vez de se ficar consolado com a idéia de que eventos recordados pelo julgamento de Eichmann foram exceções à regra, seria mais proveitoso investigar as condições nas civilizações do século XX, as condições sociais, que propiciaram barbarismos desse gênero e que poderiam favorecê-los de novo no futuro.

NORBERT ELIAS, 1992

As duas advertências acima, feitas por pensadores de diferentes orientações, ilustram as dificuldades, de duas ordens diferentes, do historiador do tempo presente ao voltar-se para um objeto de estudo como o fascismo. De um lado, uma série quase que material de dificuldades: passados cinqüenta anos do horror da Segunda Guerra Mundial, reunificados ou dissolvidos países oriundos de seus tratados, os arquivos foram liberados, os testemunhos publicados e uma infinidade de materiais novos surgiu para a análise; por outro lado, poderíamos apontar uma série de dificuldades teóricas e, muitas vezes, éticas: o fascismo converteu-se novamente em um movimento de massas; em muitas cidades de importantes países, sinagogas, cemitérios, bares *gays*, estrangeiros e lugares de memória do Holocausto são ultrajados. A velha e conhecida direita parlamentar se cinde, ora apoiando os grupos neofascistas, ora distanciando-se dos novos bárbaros. Ao contrário do historiador contemporâneo ao fascismo — como Franz Neumann, Theodor Adorno ou Angelo Tasca —, nós sabemos, através de Auschwitz, o que é o fascismo ou, ao menos, sabe-

mos qual é a sua prática; ao contrário, ainda, dos historiadores que escreveram no imediato pós-guerra, como Trevor-Hopper, G. Barraclough ou Eric Hobsbawm (até algum tempo), não podemos tratar o fascismo como um movimento morto, pertencente à história e sem qualquer papel político contemporâneo. Encontramo-nos, desta forma, numa situação insólita: sabemos qual a prática e as conseqüências do fascismo e sabemos, ainda, que não é um fenômeno puramente histórico, aprisionado no passado. Assim, torna-se impossível escrever sobre o *fascismo histórico* — o que é apenas uma distinção didática — sem ter em mente o neofascismo e suas possibilidades.

INTRODUÇÃO

Denominamos de fascismo, algumas vezes mais corretamente no plural — *fascismos* —, o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945. Assim, as expressões nazismo, nacional-socialismo, hitlerismo etc. recobririam uma só realidade política, os regimes de extrema direita que dominaram vários países no período em questão. A denominação genérica *fascismo* decorre da primazia cronológica do regime italiano, estabelecido no poder em 1922, constituído em movimento político de identidade própria pouco antes, e do fato de ter servido de modelo, como veremos mais tarde, à maioria dos demais regimes.

O termo fascismo deriva de uma antiga expressão latina, *fascio*, que denominava o feixe de varas carregado pelos litores, na antiga Roma, e com os quais se aplicava a justiça. Dessa forma, tal símbolo foi, durante a Revolução Francesa na Itália, utilizado, pelos jacobinos, como representação de liberdade e no *Risorgimento*, já no século XIX, como unidade nacional. Ao longo do século XIX, na Itália, assumiu o caráter de símbolo de ação política, valorizando a justiça e a igualdade. Foi assim, por exemplo, com o seu uso pelo movimento dos trabalhadores sicilianos, entre 1893-94, ou com os intervencionistas de esquerda, interessados na entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, após 1914.

No seu sentido atual, como símbolo de um movimento de extrema direita, o *fascio* foi assumido pelo poeta Filippo Marinetti, já em 1917, com nítido sentido nacionalista e autoritário. Consumava-se, então, uma ampla migração de um símbolo até então típico da esquerda e dos movimentos trabalhistas para o campo da direita ultranacionalista (Milza, P. e Bernstein, 1992, p. 271; Bobbio, 1995).

Embora constitua-se num tema clássico da História do Tempo Presente, e talvez num dos fenômenos históricos com a mais ampla e contraditória bibliografia, o fascismo conheceu, após o final da década de 1980, uma vigorosa retomada de interesse, com novas abordagens e novas teorias explicativas. Tal fato se deve fundamentalmente a três razões: *i.* após os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, vários países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Federação Russa, começaram a publicar seus arquivos, grande parte referente ao fascismo; *ii.* a reunificação alemã, a partir do fim do Muro de Berlim, em 1989, possibilitou a devolução e abertura de arquivos especificamente dedicados ao fascismo, como o Centro de Documentação de Berlim (antes, de posse dos Estados Unidos), no qual estão incluídos os arquivos da Gestapo; *iii.* e, por fim, mas talvez de suma importância, o ressurgimento do fascismo como movimento de massas em países como a França, Itália, Federação Russa ou na própria Alemanha obrigou os pesquisadores a rever as análises do fascismo que o vinculavam diretamente à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial. Assim, a historiografia anterior aos anos 80, de cunho por demais *histórico*, começou a abrir espaço para análises mais conceituais, onde o fenômeno fascista surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana.

HISTÓRIA E POLÍTICA: O LABIRINTO HISTORIOGRÁFICO DO FASCISMO

Nossa insistência, em consonância com a historiografia mais atual sobre o tema, na unidade básica do fenômeno do fascismo insere-se na preocupação em apresentar uma teoria explicativa geral desse tipo de movimento político, superando uma das características básicas dos estudos do fascismo no imediato pós-guerra: a fragmentação da análise em diversas narrativas descritivas e históricas, onde o fascismo aparece como uma etapa da história da Alemanha (e, algumas poucas vezes, da Itália).

Uma das abordagens mais conhecidas e imediatas ao pós-guerra, muito popularizada na mídia, sobre o fascismo, defende uma abordagem única e

exclusivista do fenômeno, centrando toda a atenção na Alemanha e utilizando exclusivamente a expressão *nazismo*. Não podemos esquecer que, na conjuntura da Guerra Fria, a interveniência de fatores políticos era bastante direta. Assim, logo após a liquidação da Alemanha nazista, em 1945, iniciaram-se estudos em que se procurava estabelecer a natureza *mais ou menos* fascista de regimes como o da Itália, Hungria, Croácia, Eslováquia ou Romênia, daí derivando o caráter *mais ou menos* profundo da punição imposta pelos aliados vitoriosos. Casos especiais, como o Japão, a Espanha e Portugal, eram rapidamente afastados do debate (especialmente pelos Estados Unidos), em função do antagonismo, já nítido, entre os Estados Unidos e a URSS, decorrente da Guerra Fria. Desta forma, culpabilizar um conjunto muito amplo de países poderia afastar as antigas elites políticas do poder e favorecer a sovietização dos países em questão. Por outro lado, em alguns casos, como na França de Vichy ou mesmo na Itália, a lenda da resistência recobria todo o período, relegando o colaboracionismo de fundo ideológico e voluntário ao esquecimento (Portelli, 1996). Para grande parte das elites locais enfraquecidas, humilhadas e desacreditadas pela guerra, a culpabilização pelos horrores da guerra seria o tiro de misericórdia nas suas pretensões quanto ao retorno ao poder. Diante de partidos comunistas fortes e atuantes (desde a luta clandestina), como na França, Itália, Iugoslávia e Tchecoslováquia, era necessário garantir uma versão dos fatos recentes baseada na unidade nacional ante o inimigo, na bravura e na resistência comum. Assim, fora os casos notórios, dever-se-iam esquecer os funcionários de confiança do fascismo e, mesmo, utilizar seus serviços e experiências.

O caso Maurice Papon, na França, é parte integrante das engrenagens de salvação das antigas elites governantes e, neste sentido, é extremamente ilustrativo. Papon, então um jovem egresso da Faculdade de Direito da Sorbonne, fez carreira pública sob a ocupação alemã, chegando a vice-prefeito de Bordéus, onde participou do envio de 1.560 judeus para campos de extermínio. Com a libertação da França, tornou-se prefeito da Córsega e, em 1958, chamado pelo general De Gaulle, foi nomeado chefe de polícia de Paris, sendo responsável pelo brutal massacre de 200 argelinos, espancados e jogados ao Sena durante manifestação contrária ao colonialismo francês na Argélia. Mais tarde, chegaria a ministro do Orçamento, a convite de Valéry Giscard d'Estaing. Somente após insistentes denúncias, em 1998, foi julgado culpado de crimes contra a humanidade, aos 87 anos de idade.

No caso Papon, é importante destacar que foi chamado de volta ao

poder para ocupar cargos onde o uso da força e da repressão (o *trabalho sujo da V República*) tinha que ser feito: a Córsega rebelde ou o controle de Paris durante a guerra de libertação da Argélia. O caso Papon ilustra uma questão básica no estudo do fascismo relegada pelo esquecimento oficial: as origens autônomas, nacionais, dos diversos fascismos. Muitos, testemunhas e participantes da história, gostariam de poder afirmar que o fascismo lhes foi imposto de fora, por tropas de ocupação (no mais, alemãs). Ora, o julgamento de Papon e a exposição de sua imensa rede de poder apontam claramente para a autonomia dos movimentos fascistas. O caso notório, sem dúvida, é a França, onde fascismo foi durante longo tempo sinônimo de ocupação. A nova historiografia revolve um terreno onde as idéias e práticas fascistas já vicejavam antes da guerra e, com certeza, tiveram um forte papel no ânimo de guerra e nas decisões sobre a resistência e a continuidade da luta, culminando na colaboração com o fascismo ocupante (Sternhell, 1978; Cointet-Labrousse, 1987; Winock, 1995).

Aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, a primeira versão da história do fascismo, apaziguadora e restritiva, interessava diretamente na medida em que se contrapunha a uma das estratégias básicas dos comunistas: a tentativa de monopolizar e manter mobilizada a resistência, ou, ao menos, a resistência armada ao fascismo.

Grande parte da busca do esquecimento, ao lado de uma loquaz condenação quase que exclusiva ao que denominavam de *hitlerismo* (versão restritiva, personalística e exclusivamente alemã do fascismo), coube à historiografia ocidental. Muitos dos regimes de coalizão nacional que assumiam o poder na maré vazante do fascismo eram compostos de aliados políticos e institucionais de primeira hora do fascismo. Assim, o esquecimento dos primeiros tempos — a redução do fascismo a um acidente histórico e a limitação ao máximo dos agentes, dos colaboradores e dos envolvidos — surgia como projeto de recuperação política da Europa dilacerada. Em muitos casos, a administração pública, na França ou na Itália, manteve uma perfeita continuidade entre o período de dominância fascista e os novos regimes democratizados. No caso da Alemanha, vários setores tiveram sua desnazificação paralisada ou incompleta, como a magistratura, o corpo docente nacional e (quando do rearmamento) o corpo de oficiais das forças armadas. Já em março de 1946 os Estados Unidos atenuavam a legislação sobre a desnazificação, restringindo-a apenas aos *Hauptschuldige*, os principais culpados, e dispensando os comprometidos (*Belastete*), os comprometidos menores

(*Minderbelastete*) e os seguidores (*Mitläufer*). Em pouco tempo, pode-se dizer, os tribunais de desnazificação transformaram-se em *fábricas de seguidores* (todos eram considerados apenas seguidores ou aderentes, a categoria mais leve de envolvimento com o nazismo) (Solchany, 1997, p. 38).

No caso alemão, a desnazificação é marcantemente incompleta e permite uma ponte visível entre o fascismo histórico e o neofascismo. Uma forte sombra paira, por exemplo, sobre as forças armadas, acusadas pelo Partido Verde e pelo Partido Social-Democrata (SPD) de cultivarem a "preservação das tradições da *Wehrmacht*". Um relatório publicado pelo parlamento alemão, em 1998 (Relatório Marienfeld), apontava o envolvimento, 53 anos após a morte de Hitler, do exército federal alemão *Bundeswehr*, em 1997, em 177 ações de espancamento e maus-tratos a estrangeiros e de simpáticos ao III Reich. Mais grave ainda: a maioria das ações era de pleno conhecimento dos oficiais superiores e muitas vezes feita sob o olhar indulgente destes. Um vídeo, divulgado pela TV alemã, mostrava exercícios de combate onde os soldados deveriam torturar o inimigo. A explicação para tal comportamento estaria na rápida mobilização de oficiais para o rearmamento alemão, principalmente a partir da Guerra da Coréia e da intensificação da Guerra Fria, o que teria levado de volta aos quartéis homens profundamente comprometidos com o nazismo. A estes caberia a tarefa de formar os quadros do exército da República Federal alemã, inclusive nas academias militares. Entre os mitos fundadores das novas forças armadas estaria o culto de uma imagem da *Wehrmacht* profissional e apolítica, ante uma SS partidária e nazista. Assim, absolver-se-ia o exército alemão de qualquer das atrocidades cometidas durante o III Reich. Da mesma forma, o novo exército — linha de frente em um eventual choque com os soviéticos — poderia estar ombro a ombro com os exércitos ocidentais, cujos quadros foram formados na luta contra a Alemanha.

O ápice da *passagem a limpo* da história da *Wehrmacht* se deu quando o chanceler Helmut Kohl levou o presidente Ronald Reagan a depositar uma coroa de flores num cemitério militar alemão em Bittburg, onde, lado a lado, estavam túmulos da *Wehrmacht* e da SS.

Tais esforços foram, entretanto, contrariados, quando um grupo de historiadores organizou, em 1997, uma exposição de fotos e documentos comprovando a brutal ação da *Wehrmacht* contra civis (inclusive mulheres e crianças), especialmente na Rússia e na Iugoslávia. O saldo das fotos e documentos é, conforme a exposição, bastante eloqüente: a *Wehrmacht* participou ativamente do Holocausto e, sob a desculpa de combater *Partisans*, eliminou milhares de civis, além de condenar 3,3 milhões de prisioneiros russos à morte através da fome, frio e maus-tratos (*Der Spiegel*, n. 11, 10/03/1997, p. 92 e seguintes)

Foi dessa forma que a historiografia sobre o fascismo entrou na Guerra Fria e consolidaram-se alguns mitos. O confronto baseava-se na equação: de um lado, os esforços de identificar fascistas e seus aliados; de outro, a preocupação crescente em estabelecer o mais rápido possível o esquecimento sobre a extensão do fenômeno fascista. Assim, o fascismo, para muitos, ficou circunscrito ao nazismo (a variante alemã) e associado (o que é correto) exclusivamente (o que não é correto) à história da Alemanha.

No contexto do debate aí constituído, grandes nomes da historiografia ocidental assumiram uma posição de inequívoca condenação não só do fascismo, mas do conjunto da história alemã; para a maioria desses historiadores, a história do fascismo confunde-se com a história da Alemanha, marcada por uma maldição de continuidades profundas e antigas que explodem em 1933 (Barraclough, 1947; Berr, 1950; Carr, 1942; Taylor, 1945). A versão mais moderna, envolvente e bem elaborada, embora não menos equivocada, de tal versão é o livro recente de Daniel Goldhagen, onde o Holocausto aparece como um fenômeno alemão e o próprio fascismo confundido com uma tara histórica da Alemanha, enfim superada com a democratização imposta pela ocupação ocidental (Goldhagen, 1998). Embora confortadora, tanto para vítimas como para algozes, tal versão surge como uma explicação simplista do fenômeno, além de reduzir Holocausto e fascismo a uma só possibilidade histórica e, portanto, já encerrada. Esta vertente historiográfica, que denominamos de *demonização da história alemã*, dado o furor com que condena a Alemanha (e não só o nazismo), sente-se adequadamente livre na absolvição das demais experiências fascistas, além de considerar as demais vítimas sob a asséptica rubrica de *estudos cognatos*, como bem critica Norman Finkelstein (Fisk, 02/04/1998, pp. 6-7).

Além disso a historiografia e a ciência política anglo-saxã ignoram largamente a contribuição dos primeiros analistas do fascismo, inclusive daqueles que escreveram quando o fenômeno só era regime na Itália. Assim, já em meados dos anos 20, autores como T. Turati e Carlo Treves, na Itália, viam a possibilidade do fascismo estar presente, com possibilidade ou não de êxito, em todos os países capitalistas. Treves chega a definir um fascismo de características nitidamente antiproletárias, no caso da Itália (e demais países

já industrializados), e um outro, de caráter preventivo, contra a hegemonia da ordem liberal e dos jogos parlamentares de tipo liberal-representativo, no sul-sudoeste da Europa (Schieder, 1972), onde a ordem liberal e a economia industrial ainda não estavam implantadas.

Iniciava-se, assim, um debate teórico-historiográfico, que marcará permanentemente a história do fascismo. Nesse sentido, a história do fascismo foi longamente (e de forma equivocada) a história do debate teórico sobre a natureza do fascismo.

Hoje, por exemplo, na Alemanha e na Itália, onde por razões óbvias os estudos sobre fascismo mais avançaram, poderíamos dizer que a maioria dos estudiosos concorda sobre dois pontos: *i. a garantia da universalidade possível do fascismo como fenômeno histórico*, com seu ápice no entreguerra; *ii. a necessidade teórica de garantir a autonomia de uma teoria do fascismo* em face dos fenômenos históricos que o envolvem.

A tese da universalidade possível do fascismo implica a rejeição da exclusividade alemã do fenômeno, o que nos obriga a aclarar previamente o que se considera, nesse caso, como fascismo. Com um dos melhores expoentes da historiografia contemporânea, Wolfgang Schieder, poderíamos, de saída, afirmar "que se reconhece como fascistas movimentos nacionalistas extremistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, antidemocrática e anti-socialista que fundaram ou intentaram fundar, após a Primeira Guerra Mundial, regimes estatais autoritários. Neste último sentido, o fascismo constitui um dos fenômenos centrais e mais característicos do entreguerra" (Schieder, 1972, p. 97).

Assim, desde logo, devemos nos afastar das posições que só reconhecem na Alemanha do III Reich a existência de um verdadeiro fascismo ou, pelo contrário, negam ao nazismo qualquer relação histórica ou política com os demais regimes autoritários, integráveis no desenho acima, que o antecederam ou lhe foram contemporâneos. Afirmaríamos, desta forma, que as especificidades do nazismo são históricas, de caráter nacional, e não uma essencialidade, algo único em relação aos demais fenômenos fascistas, descaracterizados como tais ou considerados apenas autoritários, variantes da forma política das ditaduras; os fascismos, enquanto *regimes autoritários antiliberais, antidemocráticos e anti-socialistas* possuiriam suas próprias especificidades nacionais, suas histórias específicas, que, por sua vez, não descaracterizariam a universalidade e autonomia do fenômeno ante outras formas de autoritarismo (ditadura, bonapartismo e ditaduras militares).

Foi na esteira desse debate sobre fascismo durante a Guerra Fria que frutificou a chamada *teoria do totalitarismo*. A construção política e ideológica do conceito se deu de forma precoce. Coube à oposição liberal italiana, entre 1923 e 1925, a caracterização do fascismo como um Estado totalitário. Na verdade, a oposição apenas apropriou-se, negativizando, de uma expressão proposta pelo próprio Mussolini. Em seu afã de elevar o Estado à posição de realidade última da Nação, Mussolini insistia em que "[...] espiritual ou materialmente não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido o fascismo é totalitário" (Mussolini, B., 1935, p. 7). Tal expressão foi retomada por Giovanni Amendola (1882-1926), líder da oposição liberal ao fascismo (não confundir com seu filho, o líder comunista Giorgio Amendola), que escreve inúmeros artigos e panfletos contra *o espírito totalitário* do fascismo e que, do exílio, na França, difunde o conceito. Já em 1929, o *Times* londrino utilizava a expressão para comparar os regimes de Mussolini e a Rússia soviética. Foi, entretanto, Hermann Rauschning (1887-1982) quem procedeu à operacionalização do conceito. Rauschning era membro importante do Partido Nazista, chegando a ser governador de Dantzig, hoje Gdansk. Após entrar em conflito com a liderança de Hitler, em 1934, emigra para Suíça e EUA, dedicando-se a uma detalhada análise do fascismo alemão. Em *Revolution des Nihilismus*, de 1938, Rauschning utiliza amplamente a conceituação de totalitarismo.

Parece, contudo, ter sido a difusão dos trabalhos de Rauschning junto ao seu público americano que levou a *American Philosophical Society*, em seu primeiro congresso, em 1940, a iniciar formalmente um amplo debate sobre o conceito, distinguindo entre uma tradição liberal e parlamentar anglo-saxã, considerada paradigma da democracia, e as tendências autocráticas e despóticas da velha tradição européia. Mais tarde, no ápice da primeira Guerra Fria, a idéia de que o enfrentamento EUA/URSS era uma continuidade da luta contra o fascismo e pela democracia, serviria de base para transformar o conceito de totalitarismo em arma política da chamada *New Right* americana.

Tanto autores clássicos sobre o tema, como Karl Friedrich, Hanna Arendt ou Raymond Aron, quanto novos autores — desvinculados do clima da Guerra Fria — continuaram adotando o totalitarismo como base teórica de seus trabalhos (Montclos, 1991). Um elemento recorrente na literatura que adota tal conceito é a ênfase nos procedimentos ora do conjunto do aparelho político (partido, Estado, forças armadas, polícia secreta etc.), ora na liderança e condução inconteste do grande líder (daí hitlerismo, stalinismo

etc.), pautando-se sempre por uma ausência notável de qualquer análise da participação das chamadas massas populares. Enquanto conceito amplo, difuso ou quase informe, as massas, sempre vistas como sinônimo de multidão, ralé, *declassés* etc., são descritas como um elemento passivo, manipulável e capaz de furores coletivos. Tais condições específicas das massas é que propiciariam o domínio totalitário. Pontos comuns são facilmente localizados na prática exterior de regimes díspares para dar coerência a uma teoria que engloba em si elementos tão diferentes como socialismo e fascismo, capitalismo e ausência de propriedade privada, a política dita científica e o irracionalismo; assim, por exemplo, à aniquilação da raça judia, com a elegia do arianismo, corresponderia a aniquilação da burguesia e a elegia ao proletariado. O fundo comum seria a mobilização das massas — de forma instrumental — contra um inimigo comum, objetivado.

O Holocausto, ou o Arquipélago Gulag, explicar-se-iam, assim, como uma grande conspiração tramada para manter as massas em permanente estado de mobilização e à disposição do líder carismático.

Seja a ênfase na análise residindo nas engrenagens do regime e seus efeitos sobre o processo de decisão — o que na historiografia do fascismo denominamos de funcionalismo —, seja com a ênfase recaindo no exercício coerente da vontade do líder como a essência da dominação — e, então, denominamos intencionalismo —, o papel da massa, em especial dos trabalhadores, é largamente negligenciado. Para tais vertentes, a falta de uma verdadeira política — no sentido liberal do seu exercício — levaria ao puro e agudo sentido de oportunismo, obrigando os regimes a lançar mão de meios violentos, amparados em uma polícia secreta eficaz e numa propaganda ideológica maciça. O resultado para as grandes massas seria a participação mecânica ou a militância fanática.

Estariam aí as características do monolito totalitário.

Por fim, devemos marcar bem o furacão que varre a historiografia sobre o fascismo a partir de 1991. O inverno europeu desse ano foi denominado de "inverno neonazista" em face dos inúmeros atos de violência praticados por grupos neofascistas, sobretudo na Alemanha. Numa primeira explicação deveríamos nos remeter ao processo de reunificação alemã e à onda de nacionalismo xenófobo que acompanhou o fenômeno. Entretanto, processo idêntico, com suas próprias especificidades, deu-se na França, com a ascensão de Le Pen, e na Federação Russa, com o sucesso eleitoral de Jirinovski, do Partido Liberal-Democrático (*sic*), por exemplo. Ou seja, havia, de fato, uma

nítida ressurgência do fascismo. Os episódios de violência de Waco e os atentados de Oklahoma e das Olimpíadas, nos Estados Unidos, mostravam, por sua vez, a face extremista e racista das milícias brancas americanas.

Ora, grande parte da historiografia sobre o fascismo insistia, quase que numa posição defensiva, no caráter histórico, quer dizer, único e não-retomável, do fenômeno fascista. Desse ponto de vista, o fascismo, enquanto fenômeno histórico, era único, datado e explicável por acontecimentos históricos, por sua vez, também únicos e datados. O fascismo inseria-se numa cadeia de acontecimentos marcados pela unificação alemã e o *Risorgimento* italiano, a Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes e a Grande Depressão de 1929. Como tal constelação de eventos não seria absolutamente passível de repetição, o fascismo — com seu terrível corolário de atrocidades — pertenceria bem mais aos livros de história e não ao cenário político contemporâneo. É assim, por exemplo, que trabalha um especialista sobre o tema no fim dos anos 40 e ao longo dos 50: "a grande época do fascismo, o período em que pareceu um movimento internacional, capaz de resolver — por mais violento que fosse — os problemas do mundo, foi um breve e claro período na história européia"; ao mesmo tempo, bem de acordo com o espírito belicoso da Guerra Fria, a historiografia e a ciência política liberal consideram qualquer hipótese de ressurgência do neofascismo como uma invenção dos *dogmáticos de esquerda* (Trevor-Hope, 1974, p. 51), declarando-se em seguida perplexos quando as ruas de Dresden, Milão ou Paris são ocupadas por milhares de jovens neofascistas.

Contrariando tais posturas, o cenário político europeu nos anos 90 mostra-se claramente tensionado pela presença de partidos e agrupamentos neofascistas, como o Front National, de Jean Marie Le Pen, na França; a Aliança Nacional, na Itália, de Gian-Franco Fini; os Republicanos e os Nacionais-Populares (DNV), na Alemanha, ou o Partido Liberal-Democrático, na Rússia, com Jirinovski. Ora, a explicação histórica — o fascismo como fenômeno exclusivo de uma época — se enfraquece perante estas novas circunstâncias. O ressurgimento do fascismo como fenômeno de massa hoje não pode ser explicado à luz dos fenômenos que pretensamente explicariam o fascismo nos anos 20 e 30 (a derrota alemã e Versalhes, a frustração política italiana em 1919 ou a crise de 1929). Podemos, mesmo, duvidar se tais eventos históricos efetivamente explicaram o fascismo histórico... Assim, a ressurgência do fascismo nos obriga a lançar mão de um novo arsenal teórico e de novos métodos que possam explicar as duas *marés fascistas* (anos 20/30 e

anos 90) ocorridas em nosso século e, mesmo, unificar a teoria explicativa do fascismo, pensando-o em termos mais fenomenológicos, enquanto modelo de reação, organização e participação de amplas camadas das massas populares nas modernas sociedades industriais ou em transição à industrialização, e muito menos como fenômeno específico da história alemã ou italiana dos anos 20. Assim, parafraseando Marx, poderíamos dizer que a anatomia do neofascismo ajudaria enormemente a explicar o fascismo histórico.

FASCISMOS: EM BUSCA DE UM MODELO DE ANÁLISE

Optamos, desde logo, por uma tentativa de recuperar o fascismo como grande unidade de análise, agrupamento de configurações políticas de traços diversos, *marcado*, entretanto, por *forte coerência interna e externa*. Grande parte de tal coerência, principalmente do que denominamos de *coerência externa*, foi dada pelo próprio fenômeno, sua prática e sua fala, mesmo antes do analista apor sua chancela a tais consistências. Assim, muito rapidamente teceu-se, na Europa, uma eficaz teia de identidades e colaboração (inclusive de intervenção salvadora, como na Espanha e Hungria) entre os diversos regimes e movimentos fascistas, muitas vezes superando adversidades históricas e nacionais. Foi assim entre a Itália e o fascismo croata, húngaro e austríaco; ou entre a Alemanha e a Itália. Outras vezes deram-se notáveis coincidências e auto-reconhecimentos, como entre a Espanha de Franco, a Itália e a Alemanha; ou ainda entre o regime de Vichy e o regime de Salazar em Portugal (Nolte, 1966).

Como *coerência interna*, por outro lado, a mesma fala dos agentes, embora exclusivamente voltada para o processo interno de fascistização de cada país, apontava seguidamente para as mesmas características, como as já anunciadas, por Schieder: *antiliberalismo, antidemocratismo e anti-socialismo*. Tal coerência, com as práticas políticas repressivas daí decorrentes, marca claramente um perfil comum aos regimes no poder em Berlim, Roma, Madri ou Budapeste.

Foi essa mesma coerência que permitiu o surgimento de um agente quase esquecido da história da época: a resistência antifascista. A condição prévia para reunir, primeiro na Itália, depois na França e então *urbi et orbi*, liberais, católicos, comunistas e socialistas foi, exatamente, o discurso unificado do

fascismo, sua face antiuniversalista, contrária à herança européia-iluminista (e parece ser este o traço comum dos *anti* esgrimidos pelo fascismo). Assim, o material produzido pelo próprio fascismo, para além dos seus pactos internacionais, ajudas e intervenções militares mútuas, cindia o campo das relações internacionais claramente entre nações democráticas e nações fascistas.

Também devemos levar em conta que cada fascismo, apesar das semelhanças e dos elogios mútuos, sempre defendeu sua plena originalidade histórica e nacional, buscando no seu próprio *solo e céu* as origens de suas idéias. Todos os fascismos foram marcados por um notável *historicismo*. Entenda-se aqui por *historicismo*, num sentido extremamente restrito e instrumental, a busca de raízes nacionais, ou raciais (para muitos serão termos sinônimos), que explicariam a autenticidade do seu próprio movimento, a idéia de uma comunidade nacional original representada por um espírito próprio, o *Geist*, que se realiza historicamente através da materialização de sua *vocação de poder*, o Estado Nacional (e/ou racial). Foi nessa busca desenfreada por um passado justificador que se deu a apropriação depravada de Herder, Fichte, Hegel ou Nietzsche pelos ideólogos do fascismo.

Ao aceitarmos as teses da originalidade nacional, da exclusividade de tais regimes, devemos ter em mente que esta era, exatamente, um dos componentes básicos do extremo nacionalismo dos fascismos. Para estes, a idéia de influências mútuas, de troca e circularidade de material ideológico, estaria de saída descartada; cada regime teria florescido *sob um céu e sobre um solo* absolutamente próprios ou, ainda, teria sido construído a partir do *sangue*, elemento único, inigualável, de alguns poucos. O passado do Império Romano, a glória dos impérios germânicos (quiçá o paganismo dos bosques teutões), as falanges hunas ou a reconstrução do império marítimo espanhol e português foram temáticas capazes de ancorar a identidade histórica dos movimentos fascistas. Todos se apoderaram da história e a utilizaram sem qualquer escrúpulo. Um bom exemplo da simultânea pertença a um movimento mais geral, de características comparáveis, e a exigência de raízes nacionais, nos é dada, por exemplo, por Ferenc Szalasi, líder do fascismo húngaro*: "o hungarismo é um sistema ideológico. É a prática húngara da concepção nacional-socialista do mundo e do espírito de nosso tempo. Não é

* Ferenc Szalasi (1891-1946), oficial do exército húngaro, católico, liderou a Hungria aliada da Alemanha, sendo preso pelos americanos e entregue ao governo comunista húngaro, que o executou.

nem hitlerismo, nem fascismo, nem anti-semitismo: é hungarismo". No mesmo texto, quase em seguida, Szalasi afirma: "é unicamente pela ideologia e a prática do nacional-socialismo que o indivíduo pode chegar a ser o verdadeiro socialista-nacional" (Nagy Talavera, 1979, pp. 115 e 393)

Tal ênfase na singularidade deve ser tomada, bem mais, como um traço comum, uma regularidade do fascismo, em vez de uma singularidade pretendida. A malversação da história, e não a história, é um traço comum dos fascismos.

Assim, malgrado Mussolini, Hitler e seus êmulos de todos os tipos reivindicarem originalidade histórica; todos, em verdade, propunham um mesmo programa, partilhavam a mesma concepção de mundo, criavam mecanismos similares de manipulação de massas, votavam o mesmo ódio e desprezo pelo liberalismo e pelo socialismo e perseguiam da mesma forma minorias identificadas com a alteridade, tais como judeus, homossexuais, comunistas ou deficientes físicos. São tais similitudes que permitiram a um grande especialista no tema falar em "um fascismo e propor a possibilidade de um modelo a-histórico, ou seja, não necessariamente colado a uma realidade histórica específica, e neste sentido, fenomenológico" (Nolte, 1986).

Trabalharemos, desta forma, o conceito de fascismo como uma unidade de traços diversos que dão coerência a um fenômeno. Não se trata, é claro, de uma média estatística ou de um jogo de ausências e presenças; trataremos o conceito bem mais como a reconstrução de uma realidade singular, da qual não se retém, necessariamente, todos os aspectos, nem mesmo os mais freqüentes, e sim tudo aquilo que, conforme uma escolha explicitada, reúne os aspectos essenciais ou típicos, suscetíveis de se constituir em um todo inteligível (Wehler, 1986, pp. 167 e seguintes; Aron, 1958, p. 521). Estaríamos aqui a um passo de chegar a um *modelo de fascismo*. Este deveria ser, nesse sentido, uma etapa da pesquisa sobre o fascismo, e não seu coroamento, como muitas vezes a ciência política propõe. O modelo surgiria como um *constructo*, cuja pertinência se mede, por sua vez, em relação à congruência — a inteligibilidade das relações estabelecidas entre os elementos em presença e destes com o todo — e à forma com que permite, através da comparação com as realidades singulares (às quais, por definição, não correspondem em sua integridade e nem estão em seu conjunto *no* modelo), adquirir compreensão. O modelo é desta forma um *constructo* que serve de instrumento ao historiador e perante o qual as especificidades tornam-se significativas (Renaut, 1991, p. XIX).

Grande parte do nosso esforço em trabalhar o fascismo deverá basear-se na busca desse *constructo* e na sua aplicação aos diversos fenômenos historicamente considerados como fascismo. A base do procedimento deverá, assim, basear-se em um método comparativo, invocando lado a lado as diversas experiências fascistas (e, portanto, abandonando a tradição narrativa dos casos específicos). Além disso, o método comparativo nos permite fugir dos conceitos por demais abstratos e mesmo da discussão nominalista, típica por exemplo do marxismo estruturalista de Nicos Poulantzas. O objetivo da comparação, a partir da construção do modelo, deverá ser o estabelecimento de uma tipologia do fascismo que contemple concomitantemente o caráter autônomo e universal da teoria do fascismo e suas especificidades históricas. Assim, o procedimento deverá conduzir à comparação das diversas formas de fascismos nacionais em busca do que Ernst Nolte denominou de um *minimum fascista*. O que implicaria necessariamente uma tipologia, decorrente do estabelecimento do modelo fascista, onde poder-se-ia falar desde uma *fascismo padrão* (Itália) até um *fascismo radical* (Alemanha), com diversas variações intermediárias (Nolte, 1963, pp. 51 e seguintes).

Na escolha dos diversos elementos componentes do modelo, do chamado *minimum fascista*, levaremos em conta as mais diversas experiências fascistas, mesmo aquelas que não foram coroadas de sucesso. Há uma tendência marcante na historiografia, com a qual não comungamos, de só considerar os fascismos que efetivamente se constituíram em regimes políticos, ou seja, que chegaram ao poder. Muitas vezes, mesmo os regimes estabelecidos no poder à sombra da *Wehrmacht* ou das tropas de ocupação italianas não são considerados. Regimes como de Vichy na França ou *Ustachi* na Croácia são facilmente descartados. Outros, autônomos, como na Hungria ou na Romênia, são rapidamente considerados como mera emulação. Em verdade, devemos recuperar todas essas experiências e ordená-las em função do modelo a ser proposto. Muitas vezes, e devemos deixar isto muito claro, movimentos fascistas que não chegaram ao poder apresentam um perfil fascista mais bem desenhado do que regimes estabelecidos. Regimes fascistas, na maioria das vezes, chegaram ao poder através de pactos e alianças com outras forças conservadoras, sendo obrigados a abrir mão de parte do seu ideário inicial. Mais do que cinismo, tal ambivalência do fascismo demarca os limites de autonomia do fascismo em meio às demais forças conservadoras, que o limitam e o redesenham. É o caso, por exemplo, do abandono da proposição da Segunda Revolução, por Mussolini, ou ainda do anticlericalismo

do fascismo italiano, trocado pela concordata com o papa; ou, ainda, da eliminação da ala radical do nazismo, com o assassinato de Ernst Röhm e a extinção das SA, por Hitler, em troca do apoio do exército e do grande capital. Ao contrário, os movimentos fascistas, ainda longe do poder, apresentam na sua plenitude o ideário do fascismo, ainda não limitado por acordos ou exigências concretas do exercício do poder.

Assim, o método deverá ser comparativo, levando em conta ideologia, estilo político e os objetivos e formas de dominação, o que permitirá a explicitação da autonomia de uma *forma fascista* de exercício do poder.

Na construção dos elementos componentes do modelo consideramos, em pé de igualdade, três situações básicas: *i.* os fascismos que só existiram enquanto movimentos ou partidos (seria o caso, por exemplo, da Ação Francesa ou do Parti Populaire Français, de Jacques Doriot; da British Union of Fascist, de Oswald Mosley; ou da Guarda de Ferro, na Romênia, entre outros); *ii.* os fascismos que chegaram ao poder mas que desaguaram em regimes autoritários, onde eram minoritários ou foram controlados por outras forças conservadoras — este é um típico fenômeno pós-1945, quando os regimes, por exemplo, de Franco e Salazar, procuram afastar, controlar ou disfarçar suas características fascistas anteriores; *iii.* os fascismos que tomaram o poder e o monopolizaram total ou substantivamente, inclusive eliminando os grupos conservadores que os apoiaram inicialmente, como no caso da Alemanha, Itália, Hungria, Croácia etc. e foram eliminados com a derrota de 1945.

Os elementos trabalhados doravante deverão dar conta destas três situações, rompendo com um classicismo impressionista de considerar a Alemanha, exclusivamente, como *o* modelo.

OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: EM BUSCA DE UMA FENOMENOLOGIA DO FASCISMO

Procuraremos destacar aqui, de forma conceitual, os diversos elementos que compõem a linguagem do fascismo, respeitando, antes de qualquer processo de desconstrução ou de desvelamento (buscar o que a narrativa oculta), promover uma análise da linguagem fascista no interior da rede de discursos da direita, da qual se nutre e se destaca, permitindo desta forma sua emergência plena, límpida. Mapeando as condições de aceitabilidade da fala fascista,

suas oscilações e suas incorporações do que era periferia e se transforma em centro, do agir e falar fascista, pensamos em explicitar uma concepção de mundo própria do fascismo, comum a vários regimes. Ao contrário das análises estruturalizantes, interessa-nos *levar a linguagem do fascismo a sério*, e não apenas como um véu que o historiador desvela. Contudo, não nos interessa, também, refazer a história como narrativa da história. O método aqui é a identificação da união permanente de linguagem e de ação dos agentes centrais do fascismo, "a exposição de sua própria linguagem, por sua própria consciência e de acordo com a forma que é exposta por estes e conforme a doutrina exposta por suas lideranças", comparando com sua práxis, ou seja, a organização, o estilo e a impulsão diretiva do fascismo. Em suma, devemos considerar, conforme a fórmula de Pierre Ayçoberry, que "o fascismo é aquilo que ele faz e diz sobre si mesmo". Assim, consideramos a profunda união entre o fazer e o dizer do fascismo, concebido como um conjunto de idéias levadas ao seu extremo de enunciação, o fazer, com a mesma coerência da sua enunciação, mesmo que para outras lógicas apareça de forma confusa ou contraditória. As diferenças, na verdade, a oscilação típica do fascismo, não recobrem a distância entre intenção e gesto mas sim o processo de construção das condições de aceitabilidade do próprio fascismo perante as massas. Tal enunciação, nas condições adequadas de recepção, podem mudar a face e a forma das nações. Considerar o fascismo enquanto fala que muda o mundo implica aceitar a proposição que o fascismo é um movimento de caráter metapolítico, que supera o fazer político do liberalismo e avança, sem pudor, onde o marxismo estanca. O fascismo surge como uma forma de ação total, envolvente e explicativa de toda a vida, incorporando a morte e a irrazão — que tanto assustam as massas anônimas das sociedades modernas (ver o *revival* dos fundamentalismos) —, propondo uma identidade não-idêntica ao moderno, resistindo à transcendência no mundo moderno, sendo assim uma forma de proteção perante o desconhecido, a transcendência teórica liberal ou mítica, ou a transcendência prática, proposta pelo marxismo.

1. O antiliberalismo e antiparlamentarismo fascista

O fascismo acusa as formas liberais de organização e de representação, em especial o parlamentarismo liberal, de originarem a crise contemporânea. Aqui as posturas antiliberais tomam duas dimensões: de um lado, a idéia de

falência do sistema liberal e, de outro, o caráter geneticamente desagregador do liberalismo. No primeiro caso, o sistema montado no século XIX, fruto da Revolução Francesa de 1789, não mais daria conta das novas condições de desenvolvimento da sociedade de massas contemporânea, contraditoriamente gerada pela própria Revolução Francesa e pelo domínio liberal ao longo do século XIX. Nesse caso, o fascismo se apresenta como sucessor e único herdeiro de um sistema que não mais possui condições de manter a coesão nacional: "[...] o Estado de classes [a República de Weimar] perdera toda a sua razão de ser e não podia servir mais do que para transformar em ódio o bom senso das grandes massas" (Discurso de Hitler, em 30/1/1944). Já em 1919, a direita alemã recusava a Constituição recém-votada: "[...] o direito eleitoral ampliado, a dominação do parlamento, a debilidade do governo, a insignificância do presidente e a prática do *referundum* [...] não respondem nem ao caráter nem à missão que o Estado alemão deve cumprir, tanto no presente como no futuro próximo (*Kölnische Zeitung*, 4/8/1919). Quase o mesmo vocabulário é utilizado na França de Vichy, onde Pierre Laval pode afirmar: "Posto que a democracia parlamentar combateu o fascismo e o nazismo e que perdeu esse combate, ela deve desaparecer." Charles Maurras, por sua vez, considerará a queda da França parlamentar e o surgimento do Regime de Vichy uma "divina surpresa".

A força do liberalismo como elemento desagregador da ordem conservadora foi sentida não só nas sociedades que efetivamente viveram experiências liberais, como ainda naquelas em que o liberalismo era apenas uma ameaça. O Manifesto Integrista Tradicionalista Espanhol, já em 1889, detectava o perigo: "Queremos que a Espanha sacuda o jugo e a horrível tirania que, com o nome de direito novo, soberania nacional e liberalismo, a arrancou do justíssimo domínio de Deus. [...] Queremos a Espanha livre da praga espantosa e do tremendo açoite do parlamentarismo, que a destroça e aniquila. [...]" Mais tarde, em 1909, o Programa Integrista lançará a palavra de ordem "Abaixo os Intermediários", propondo uma idílica relação direta entre o rei e o povo, excluindo os partidos e o Parlamento.

No surgimento do Partido Nazista, com os seus "25 Pontos do Programa do NSDAP", publicados em 24 de fevereiro de 1920 (republicados em 1941), o ataque ao liberalismo parlamentar é claro: "Nós lutamos contra o Parlamento corrompido, local de disputas partidárias conduzidas por pessoas desprovidas de caráter e capacidade (Ponto 6)." A liderança fascista propunha-se a interpretar, melhor do que ninguém, os anseios das massas,

como o faz Hitler no *Mein Kampf*: "Tal qual as mulheres [...] as massas amam mais o domínio do que a gentileza e sentem-se interiormente mais seguras através de uma doutrina, que não tolera qualquer outra, do que através do beneplácito da liberdade liberal." A ordem liberal, oriunda da Revolução Francesa, é dada como morta: "[...] eclodiu uma Revolução que, mediante tremores e combates, faz surgir um mundo novo que põe fim, depois de 150 anos de existência, ao mundo criado pela grande Revolução Francesa, em virtude da lei eterna de que tudo nasce e morre, em meio do que nós não somos mais do que um leve tremor [...]" (Gregor Strasser, *Nationalsozialismus u. Geschichte*, 1932). Nos países meridionais, onde a aristocracia fundiária e a Igreja ainda predominavam, a Revolução Francesa é apontada, numa reação defensiva de caráter prévio, como origem de todos os males: "Em todas as partes se desmorona a eficácia do Estado liberal burguês que a Revolução Francesa do século XVIII impôs ao mundo e os povos se debatem hoje nas dificuldades de abrir caminho a um novo Estado [...]" (*La conquista del Estado*, 1931). Já o manifesto das JONS, a versão fascista dos partidos de massa, do mesmo ano, assinala: "assistimos hoje à ruína da democracia liberal, ao fracasso das instituições parlamentares, à catástrofe de um sistema econômico que tem suas raízes no liberalismo político".

O fascismo italiano não difere dos seus homólogos. O programa conhecido como "Nove Pontos do Fascismo Integral", surgidos em 1924, afirma em seu ponto 8: "Os interesses parlamentares do fascismo não devem jamais predominar sobre seus princípios ideais e seu programa. [...]" Ou ainda, sob outra formulação: "Se há fato demonstrado pela experiência é que a democracia e o liberalismo se esgotaram no último século." Tal se daria principalmente pelo "[...] esvaziamento do seu conteúdo ideológico; não mais existiria correspondência entre os princípios e os sentimentos dos homens que se diziam servi-los. Da mesma forma, não correspondem às necessidades dos novos tempos" (Discurso de A. O. Salazar, 25/6/1942). As chamadas necessidades dos novos tempos exigiam um Estado forte, dominador, que impediria o conflito social no plano interno e fortaleceria o país no plano externo, espaço pensado como uma selva, marcada pela violenta luta pela sobrevivência: "o Novo Estado, por ser de todos, totalitário, considerará como fins próprios os fins de cada um dos grupos que o integram e velará como por si mesmo pelos interesses de todos" (J. A. Primo de Rivera, *A falange espanhola*, 1933).

No interior desse discurso é particularmente importante a noção de coe-

são nacional, pedra angular do fascismo, como impossibilidade programática do liberalismo. No segundo caso, acima apontado, a idéia de liberalismo como elemento desagregador surge como o verdadeiro elemento doutrinário do antiliberalismo fascista. Não se trataria, aqui, de uma crise ou falência do liberalismo — de qualquer forma já apontada como avatar histórico. Desde sua origem, na Revolução Francesa, o liberalismo representaria um elemento desagregador da sociedade. O fulcro da questão residiria na desorganização da sociedade tradicional, composta de corpos sociais intermediários e identificadores do indivíduo, em nome de duas premissas liberais básicas: a identidade entre representantes e representados (com a referência permanente ao voto) e a felicidade geral decorrente da felicidade individual no estabelecimento do mercado auto-regulável.

O conjunto de medidas tomadas pela Revolução Francesa com a libertação do indivíduo dos entraves do Antigo Regime, aqui ícone da Tradição, lançaria os indivíduos na multidão anônima, no seio de uma massa amorfa, incapaz de refazer seus laços de identidade ou de incorporar a pretensa identidade representante/representado. A destruição das instituições tradicionais (reconhecidas na positividade da antiga sociedade dos privilégios, ou seja, dos direitos privados, onde cada indivíduo só era livre — ou seja, auto-reconhecido — quando referido ao seu estamento ou ordem) gerou a perda de identidade, da noção de ordem e hierarquia. Da mesma forma, a Revolução Francesa destruíra os vínculos do homem com o sobrenatural, com o místico e com a promessa da imortalidade, secularizando a vida pública e expondo a crueza e a pequenez da vida religiosa cristã. Muitos proporão o regresso, a restauração, enquanto outros vão avançar na tentativa de resgatar para a política a mística religiosa: "abominamos a liberdade de consciência, de pensamento, de culto, e todas as liberdades de perdição com que os imitadores de Lúcifer perturbam, corrompem e destroem as nações; com toda a força de nossas almas queremos combater o liberalismo que se encobre no naturalismo filosófico e político [...]" (Programa Integrista espanhol, 1909).

Mesmo a retomada religiosa da Restauração, após o Congresso de Viena (1815), e os esforços de renovação da doutrina com a encíclica Rerum Novarum (1891) não resultaram no *religar* do homem comum com os aspectos mágico-míticos que lhe garantiam coesão e segurança. Entretanto, não podemos deixar de destacar que coube à Igreja católica, em sua luta contra o liberalismo, um importante papel na proposição de formas tradicionais de associação, como as corporações, como forma de superar o conflito de clas-

ses. O corporativismo é, assim, indissoluvelmente ligado à chamada doutrina social da Igreja.

O que os diversos matizes do pensamento de direita procurarão, e será realizado pelo fascismo, é reunir sob a égide do Estado os objetivos de coesão social enunciados pela Igreja. Abria-se, dessa forma, espaço para um novo e maligno tipo de mitologia social, ou, no dizer de Norbert Elias, de uma religião social, mantida e operada pelo Estado (Elias, 1997, pp. 342 e seguintes). Além de tudo isso, dever-se-ia culpar a Revolução Francesa pela emancipação dos judeus, permitindo a abertura dos guetos, e sua plena participação na vida pública. Um poder destrutivo teria sido então libertado. O anti-semitismo romeno definirá com clareza as culpas da Revolução Francesa perante o judaísmo: "[...] a democracia transforma milhões de judeus em cidadãos. Os faz iguais aos romenos. Confere a eles os mesmos direitos no Estado" (Corneliu Codreanu, *A Guarda de Ferro*, 1938). Muitas vezes será destacado o conluio entre democracia e judaísmo, como forma de dominação sobre os povos arianos: "Enquanto os dirigentes do poder e dos partidos dividiam com seus ódios a economia, os agitadores judeus preparavam-se para implantar o bolchevismo" (Discurso de Hitler, 30/1/1943).

No plano político imediato tal destruição da Tradição pelo liberalismo triunfante surgido da Revolução Francesa apontaria para a atuação do princípio da representação, considerado, em si mesmo, como nocivo e manipulador:

i. os partidos políticos agrupariam interesses setoriais e de classe e, por isso mesmo, parciais, portanto não-nacionais; tornar-se-iam, desde 1789, a fonte de todas as discórdias e divisões das nações; ao mesmo tempo, como portadores de poder, o cenário de exercício deste desloca-se para o Parlamento, onde os diversos partidos — todos partes e fragmentos da verdadeira Nação — agiriam como lobistas, defendendo interesses particulares de grupos, no mais das vezes contra os interesses da Nação. No Parlamento, o poder desviriliza-se — ele, que é ação, torna-se debate, palavra, parlamento! Corneliu Codreanu, líder da Guarda de Ferro romena, desenvolve, em 1938, talvez, o mais completo ataque contra a democracia: "[...] a democracia rompe a unidade do povo ao dividi-lo em partidos políticos que semeiam a discórdia e nos faz enfrentar a potência judia desunidos; a democracia é incapaz de dar continuidade a qualquer esforço; um partido anula os esforços e projetos do outro partido [...]; a democracia é incapaz de atuar com autoridade; a democracia está a serviço das grandes finanças. [...]" Assim, a burguesia, triunfante desde 1789, metamorfosearia o poder à sua imagem: bar-

ganha, troca, conchavo, mercancia. De exercício nobre e de poucos vocacionados ao poder, como no Antigo Regime, se transforma no seu contrário, um não-poder baseado nas versões mais banais do contrato, trazendo o Estado para o mesmo nível de prática das bolsas de valores. Parlamento e bolsa de valores são assim as criações do mundo burguês liberal;

ii. um segundo aspecto, destacado pela fala fascista, é a percepção da diferenciação da esfera do público e do privado, operada a partir da hegemonia da burguesia sobre a vida política, como elemento marcante da ordem social liberal. O fascismo denuncia aí a limitação do poder, sua *domesticação* e seu enclausuramento em *domínios* ou *esferas* singulares como uma forma inarticulada de organização social, de mais um passo em direção ao afastamento entre o homem e o poder. Assim, Alfredo Rocco, jurista e teórico do fascismo italiano, afirmava em 1931: "[...] o Estado deve presidir e dirigir a atividade nacional em todos os seus aspectos. Nenhuma organização política, moral ou econômica pode permanecer à margem do Estado". O poder é concebido, por excelência, como ação: um poder que reconhece limitações à sua ação está vocacionado ao não-poder, à impotência.

2. O Estado orgânico e liderança carismática

Em oposição ao liberalismo desagregador, o fascismo ofereceria uma variada gama de organicismos sociais, onde o Estado deveria ser visto de forma harmoniosa, despido de contradições no seu próprio interior, bem diferentemente do Estado liberal, dilacerado por querelas de grupos. As contradições existentes no Estado, com seu enfraquecimento — assinaladas pelos embates parlamentares —, deveriam ser superadas (e não extintas, posto que o fascismo reconhece a luta de classes) através de um Estado menos artificial, de idéias e instituições importadas, e enraizado no sangue e no solo das nações (a referência a um Estado *artificial* volta-se diretamente contra as instituições emanadas da teoria liberal clássica, que advogariam o universalismo de sua vigência e da idéia de Constituição escrita). No Estado orgânico (que aparece sob formas variadas, adjetivado de total, novo, integral etc.), tal como na fábula romana*, não há mais lutas e contradições entre as forças da Nação,

* Entendemos aqui organicismo como um conjunto de teorias que reduz o funcionamen-

dirigidas, agora, aos seus objetivos, sem óbices internos. O Estado, assim concebido, apresenta-se como fator de coesão nacional, capaz de reerguer a Nação e restaurar a identidade nacional dilacerada pelas lutas ensejadas pelo regime liberal. A própria divisão clássica dos poderes (o judiciário, o legislativo e o executivo), oriunda do debate iluminista, é descartada, com a captura do judiciário pelo Estado identificado com o movimento/partido: "O juiz não é a mais alta autoridade do Estado no exercício da Lei sobre os cidadãos, porém um membro da comunidade viva do povo alemão. Sua função é... fundamentalmente guardar concretamente a comunidade do povo, fazendo cumprir suas diretrizes... e ante uma decisão do *Führer*, seja sob a forma de Lei, seja revestida da aparência de um decreto, não cabe qualquer julgamento" (Código Civil Alemão, 1936, cap. 6, p. 10). A fonte de todo o direito passa a residir na vontade do líder e num vago conceito de bem-estar da comunidade popular, do qual o próprio líder é intérprete e encarnação. Já anteriormente toda a Itália havia sido coberta com o *slogan* "O *Duce* tem sempre razão", expressão clara da maximização do executivo. As garantias mínimas do indivíduo, regidas desde a Revolução Francesa pelo princípio de *nullum crimen sine lege* (não há crime sem uma prévia definição legal), são substituídas pelo princípio de *nullum crimen sine poena* (não há crime sem punição), o que dá ao Estado uma liberdade nunca antes vista de repressão.

Da mesma forma, o parlamentarismo e a vida partidária, com a autonomia do legislativo, eram eliminados, devendo ser substituídos pelo Estado autoritário. Através do decreto sobre a formação dos partidos, de 14 de julho de 1933, a Alemanha é, por exemplo, declarada país de partido único e a manutenção ou organização de outros partidos punida por lei (*Gesetz gegen Neubildungen von Parteien*). Desta forma, o que era considerado como origem das fraquezas do Estado — a luta partidária — é erradicado, afastando-se qualquer possibilidade de divisões ou debates. Quase que simultaneamente proclama-se a profunda unidade entre partido e Estado, definindo-se o Partido Nacional-Socialista (nazista), no caso alemão, como o

to da sociedade ao funcionamento de um corpo biológico, empregando um modelo de máquina para conceber o organismo como um todo coerente, no qual cada órgão ocupa uma função especializada solidariamente com as outras, daí a impossibilidade de uma revolta ou conflito entre as partes do organismo (como na fábula romana, a boca não luta contra o estômago; assim, o operariado não deveria lutar contra sua elite dirigente). Ver Durozoi, G. e Roussel, A. *Dicionário de Filosofia*. Campinas, Papirus, 1993, p. 351.

portador da idéia germânica de Estado e a personificação do direito público da comunidade germânica (*Gesetz zur Sicherung u. Einheit von Partei u. Staat*, 1/12/1933). A superação da doutrina clássica do Estado de direito, emanada da Revolução Francesa, era um passo fundamental na construção de uma verdadeira comunidade popular, baseada no sangue e na raça germânica, e que serviria de base para a construção de um Estado de novo tipo: o *Führerstaat*, conforme a definição clássica de Otto Koellreutter, em 1934*. Este novo Estado seria o contratipo do Estado liberal: "Enraizado na autoridade estatal do povo, quer dizer, na comunidade étnica, o Estado fascista busca na unidade do povo seu poder político. [...]" Da mesma forma, inaugura uma nova relação entre povo e liderança, diferente do domínio das elites liberais, e baseado no *Führerprinzip*, o princípio da liderança, "pelo qual se estabelecia a autoridade de cada líder, de cima para baixo, e a correspondente obediência, de baixo para cima". Esta seria a única forma de alcançar a verdadeira unidade entre povo e Estado, a essência do Estado autoritário. Grande parte do ordenamento jurídico do Estado fascista era herança do Estado liberal, mas de tal forma deturpado ou vilipendiado que mal se reconheciam as formas constitucionais anteriores. Formalmente, a Constituição de Weimar jamais foi revogada, bem como Mussolini manteve relações formais e respeitosas com o rei da Itália; em Portugal, a República foi mantida, e na Espanha um regime interino perpetuou-se durante longo tempo, garantindo, entretanto, o caráter mais geral da monarquia. Todavia, se nas relações formais e nas pequenas questões as regras anteriores eram mantidas, os objetivos políticos maiores do Estado fascista dependiam inteiramente de um líder, o *Führer*, o *Duce*, ou o chefe nacional. Nesses casos eram dispensáveis as leis ou as ordens escritas, disposições orais estabelecendo diretrizes de grande alcance. Inúmeras vezes davam-se recomendações claras para que as ordens fossem dadas de forma exclusivamente oral — como no caso de punição e castração de homossexuais e de extermínio de judeus —, traindo claramente suas origens no autoritarismo da burocracia militar. O *Führerprinzip* dava, assim, uma posição de poder ilimitada e absolutamente irresponsável, ou seja, não regrada por qualquer dispositivo legal, a amplos segmentos da burocracia fascista — Estado e partido —, bem como às próprias forças armadas. O Estado liberal era, desta forma, desmantelado integralmente, com sua burocracia e instituições sendo substituídas por organizações do partido e por novos organismos, todos baseados no *Führerprinzip*.

* *Führerstaat* é uma expressão de difícil tradução em português e, entretanto, rápida compreensão: a junção de *Führer* (líder, chefe) + Staat (Estado), o que nos daria o sentido de Estado conduzido por um líder. Um dos mais importantes trabalhos sobre o tema é de Norbert Frei, *Der Führerstaat*. Munique, DTV, 1983.

Ao contrário do que muitas vezes se afirma, o Estado fascista não é um modelo de monolitismo, a personificação do totalitário. Na verdade, surge bem mais como um não-Estado, se olharmos do ponto de vista do funcionamento formal das estruturas estatais, muito longe da idéia de autocracia ou absolutismo. Isso não quer dizer que o Estado fascista fosse menos terrível — exatamente por se tratar de uma federação frouxa de poderes, sua capacidade de ação múltipla e superposta implicava o total desconhecimento dos direitos e garantias do cidadão (Neumann, 1944). Tal federação de poderes reúne-se em torno de um líder, *Duce* ou *Führer*, que lhe dá sentido e garante a unidade mínima do Estado, configurando a chamada autonomia do executivo. Entretanto, a permanente superposição de atributos e a multiplicidade de fontes de poder torna, contraditoriamente, esse mesmo líder fraco, prisioneiro de grupos de pressão, com um pessoal político que, a cada momento, diminui mais sua presença. Franz Neumann propõe, para o caso do Terceiro Reich, um paralelogramo do poder:

burocracia ministerial		burocracia partidária
	x	
forças armadas		patronato

Tal equilíbrio era, entretanto, instável, altamente volátil, evoluindo rapidamente para um binômio *burocracia partidária x forças armadas*, enfim resolvido em favor da burocracia do partido pelo frustrado golpe militar contra Hitler em 1944. Assim, longe de caracterizar-se como uma autocracia, uma espécie macroscópica de uma instituição total, o Estado fascista surge como uma *policracia*, com fontes autônomas de poder, com objetivos muitas vezes conflitantes, reunidos em torno de uma doutrina que serve de argamassa, gravitando em torno de uma personalidade autoritária e carismática, o líder nacional.

Assim, a administração pública tornava-se uma hierarquia de obediência pessoal, onde um líder de hierarquia mais baixa obedecia a um líder superior, até chegar ao *Führer*, Adolf Hitler, ao *Duce*, Mussolini, ao generalís-

simo Franco, ao *Förer* Quisling, da Noruega etc. Tal hierarquia piramidal deveria constituir o

> "Estado total: o Estado total deve ser um Estado de total responsabilidade, onde, do mais baixo círculo até o *Führer* todos devem obediência [...]. A fronteira do conceito de liberdade do indivíduo limita-se com o conceito de liberdade do povo. Ninguém pode exercitar um direito ou uma liberdade à custa da liberdade nacional. Quanto mais livre um povo, tanto mais livre poderá ser um seu membro" (Discurso de Goebbels, 30/11/1933).

O ministro da Propaganda de Hitler retoma, aqui, um velho argumento das forças regressistas (quer dizer, reacionárias) alemãs: ao longo do século XIX, sob influência do romantismo, criaram-se mitos baseados numa pretensa harmonia do mundo medieval. Nessas fantasias medievais a sociedade era organizada em corporações, inexistindo liberdade pessoal. Todos os direitos do indivíduo advinham de sua pertença a um corpo, estamento ou *stande*. Era uma concepção alternativa, contrária às idéias geradas no bojo do iluminismo de um direito inato ao indivíduo. O indivíduo só teria os direitos do grupo a que pertencesse. Fora dele, nada poderia supor um direito natural. Assim, a cidadania liberal, base do Estado representativo, era abolida em favor de uma participação plena na comunidade popular, baseada no sangue ariano: "Só pode ser cidadão quem for membro da comunidade popular. Só pode ser membro da comunidade popular quem é de sangue alemão[...]" (Os 25 Pontos do Partido Nacional-Socialista Alemão). Tratava-se de uma resposta à crise de identidade gerada pelo individualismo liberal, e visava integrar o homem em corpos hierárquicos organizados pelo Estado. Também no caso italiano o Estado deveria erguer-se como a força aglutinadora do conjunto da nação: "O Estado assume uma função e uma missão pessoais em todos os setores da vida coletiva, dirigindo, estimulando e harmonizando todas as forças da Nação. Por isso, o Estado fascista não é somente um Estado autoritário, mas um Estado popular como nenhum outro nunca o foi" (A. Rocco, *La trasformazione dello Stato*, 1931).

Note-se que, tecnicamente, não é o bolchevismo o causador da crise. O próprio bolchevismo — inimigo eterno — é uma resposta à crise: resposta errada, fragmentada e antinacional, porém uma resposta. O marxismo só poderia florescer, com seus efeitos dissolventes da Nação, num ambiente em que o Estado perdera sua identidade com o povo, reduzido à condição de

gendarme dos negócios da burguesia. Na maioria das vezes, aprofundando o caráter conspiratório do conluio liberal/comunista e capitalista/bolchevista, o bolchevismo/marxismo era identificado diretamente com o judaísmo, o que transformava a doutrina de Marx em um instrumento ainda mais eficaz de desorganização do Estado e dos povos, manipulação odiosa do internacionalismo dos sem-pátria: "a doutrina judia do marxismo rechaça o princípio aristocrático observado pela natureza e põe no lugar do privilégio da força e da energia o predomínio do número e seu peso morto[...]. O bolchevismo russo é um fruto do pensamento judeu" (Adolf Hitler, *Mein Kampf*, 1934, p. 71).

Em suma, o liberalismo é o elemento causal da crise e sua existência originaria, permanentemente, as condições de desagregação da sociedade. O bolchevismo é a doença oportunista, parasítica, da sociedade liberal. Um Estado orgânico, integral, seria a resposta adequada, na verdade a única, para recomposição social das nações. Desta forma, a superação da distinção burguesa liberal da esfera do público e do privado deveria ser, necessariamente, acelerada. A compreensão do Estado como potência impõe o seu corolário — a potência quando cerceada não é mais potência, e sim o seu contrário, a impotência. Toda potência é expansiva, é de sua natureza a *vontade de poder*, e deve desconhecer esferas ou éticas limitativas. A explicação da fraqueza, denominada com freqüência de emasculação do Estado liberal, residiria exatamente aí, no cerceamento das funções do Estado pela doutrina liberal.

Dever-se-ia então destacar que o Estado não é o objetivo central da ação fascista, tal qual em algumas vertentes do conservadorismo. No fascismo o Estado é instrumento para fins fundamentais garantidores da própria existência da comunidade nacional. No caso alemão, a conquista do *Lebensraum*, do espaço vital capaz de garantir a existência da raça superior e, simultaneamente, remover o maior obstáculo para a conquista de tal espaço, com a execução do Holocausto.

O Estado liberal, convertido em mero gendarme, tornar-se-ia impotente para promover a coesão nacional e seus interesses na luta, em plano mundial, pela existência da própria nação: "Queremos um Estado integrador que, diferentemente do Estado anárquico atual, imponha sua peculiar autoridade sobre todas as classes, sejam sociais ou econômicas. A era ruinosa da luta de classes está chegando ao fim [...]" (Manifesto do Bloco Nacional de Espanha, 1934).

Tal processo deveria basear-se numa idéia-força, como a raça, a nação ou

o império, que aglutinasse o povo. Assim, o Estado fascista é expansivo, desconhece as fronteiras do Estado de direito liberal, avassalando as instituições, intervindo e regendo o domínio público e privado, inclusive a economia e a família: "O Novo Estado será construtivo, criador. Suplantará os indivíduos e os grupos, e a soberania última residirá nele e só nele. O único intérprete do quanto haja de essências universais em um povo é o Estado [...] este é o maior valor político possível, e o maior crime contra a civilidade será pôr-se contra o novo Estado [...]" (R. Lanzas, *Fascismo en España?*, 1968, p. 77).

Grande número de homens vivenciava um sentimento pleno de estranheza perante o Estado em que viviam — seja a República de Weimar, seja a Itália parlamentar ou a República espanhola —, somado a um outro sentimento de inutilidade, de ver sua vida projetada no vazio, com todos os esforços desenvolvidos durante anos reduzidos a nada. Foi assim com os ex-combatentes da Grande Guerra na Alemanha e na Itália, onde os *Freikorps* e os *Arditti* desempenharam um papel-chave na destruição das instituições republicanas. Não foi diferente com jovens intelectuais, operários e funcionários em países como a Espanha, Portugal, Romênia e Hungria, onde a secularização, o avanço da sociedade liberal e a dissolução dos antigos laços identitários, como a Tradição, faziam ruir rapidamente os anteparos sociais que propiciavam alguma segurança, real ou imaginária. "A única esperança de uma vida mais perfeita, mais significativa" — diria Norbert Elias, "reside [então] na destruição dessa sociedade. Nessa situação, a destruição pode facilmente tornar-se um fim em si" (Elias, 1997, p. 206).

A ausência técnica de um Estado, a idéia-força de revolução como destruição, permitia uma autonomia delirante da política, transformada em substituto de um modo de vida. O terrorismo, as razias, as lutas de rua foram as armas básicas das milícias fascistas na destruição do Estado liberal e, ao mesmo tempo, uma forma exacerbada de fazer política, capaz de liberar todos os ódios existentes. Por isso, não era apenas política, era catarse.

3. Comunidade do povo e a sociedade corporativa: o fascismo enquanto revolução

Um grande número de historiadores insiste em que a característica central da ação fascista foi destruidora, negativa e sem proposições. Particularmente a intelectualidade weimariana liberal, em grande parte emigrada, ao retornar,

só pôde contemplar as ruínas de um mundo que jamais voltariam a ver. A Berlim boêmia da Nollendorfplatz, ou apressada e multifacetada da Alexanderplatz, deixara de existir para sempre. Para retomar uma expressão clássica, restava apenas, como nas imagens do filme de R. Rosselini, *Germania, ora zero*, "Lúcifer sobre as ruínas do mundo". Fundou-se, assim, o suposto de um fascismo sem doutrina, sem idéias e sem utopias. Apenas uma face monstruosa, Beliel e Behemoth, os demônios do caos, soltos sobre a Terra.

Ora, uma análise mais detalhada nos leva a desconfiar da perplexidade liberal. Havia um projeto fascista, uma utopia capaz de seduzir homens e mulheres, de arrastar multidões para além das interpretações esotéricas e hipnóticas de um líder único. É neste sentido que o fascismo mostra sua superioridade enquanto metapolítica, sua capacidade de propor formas eficientes de resistência à transcendência, à eterna mudança geradora da insegurança e da anomia. A principal resposta fascista à crise de identidade atribuída à imposição dos princípios liberais foi a proposição do Estado corporativo. Note-se, de saída, que os termos sociedade e Estado são, na terminologia fascista, intercambiáveis, e, posto que o Estado fascista abole a doutrina liberal, não há mais distinção entre a esfera do privado, onde se organizaria a sociedade, e o público, de vigência do direito constitucional. A historiografia clássica sobre fascismo e, em especial, a ciência política liberal não perceberam a profunda operação de subversão de valores exercitada pelo fascismo e insistiram, por tempo demais, que havia, em verdade, uma confusão entre o público e o privado no Estado fascista — parte da asserção liberal sobre a inexistência de uma doutrina política fascista própria (Jäckel, 1973). Com a acusação de que parcelas das atribuições públicas foram apropriadas por setores privados da vida nacional (gestão de recursos naturais por cartéis industriais, formulação de política econômica etc.) e, simultaneamente, o profundo imiscuir do Estado na vida privada (política de casamentos *puros*, controle sexual, incentivo e punição em relação ao número de filhos, cultos cívicos públicos, perseguições religiosas etc., a crítica liberal via no fascismo apenas confusão. O marxismo engessado da III Internacional, por sua vez, tendia a explicar tudo através de uma *etapa da história*, o capitalismo monopolista de Estado.

Nenhuma das duas explicações deu conta da capacidade de atração do fascismo sobre as massas, sua capacidade de oferecer segurança e refúgio, superar o estranhamento do homem comum ante a sociedade moderna de massas. A incapacidade de entender o caráter metapolítico do fascismo —

projeto de vida e morte, para além da adesão política — reside na insistência em trabalhar as explicações sempre no campo da teoria política clássica, exatamente aquela que é repudiada e negada pelas massas estranhadas e denunciada com veemência pelo fascismo. Enunciação e recepção do fascismo entrelaçam-se no brilho de um novo fazer da política, com rituais e cerimônias que devolvem a identidade do sujeito, mesmo que essa identidade seja irracional.

A concepção de Estado como potência expansiva implica a subordinação e o sucumbir da sociedade civil aos objetivos identificados como nacionais pelo Estado. Assim, é ele que organiza, normatiza e dirige a sociedade, com total desprezo por qualquer esfera exclusiva do privado. Neste campo, a principal tarefa do fascismo é fazer cessar as causas da desagregação social e, assim, transcender ao estranhamento dos indivíduos e dotá-los (ainda segundo o fascismo) de uma identidade autêntica. Na sua busca do mercado autoregulável e na construção das instituições políticas e sociais como clones do mercado, inclusive na figura *parlamento = bolsa de valores*, o liberalismo destruiu os laços de cooperação entre os homens e, com isso, os liames identitários. O homem solitário, dotado de um voto e sem emprego ou sem segurança social, é um ser incapaz de se auto-reconhecer e, portanto, de uma identificação mútua num determinado grupo social ou nacional. O fascismo propõe a recuperação da integridade do homem através de instituições, rituais e cerimônias que restabeleçam os corpos sociais que integravam a teia institucional das sociedades do Antigo Regime, a chamada Tradição. Muitas vezes tal teia social é confundida com um mítico passado medieval, com o viver livre nas florestas ou com o paganismo, ou um ruralismo elementar, como na França de Vichy. De qualquer forma, com um modo de viver — embora não, e devemos frisar isso com força, com um modo de produzir — que se contrapõe à sociedade industrial moderna e às massas urbanas amorfas:

> "Nós gostamos da palavra comunidade. A comunidade familiar. A comunidade religiosa. Queremos construir a nossa comunidade. Como essa pequena vila que vocês acabaram de atravessar; essa vila tão espiritual, construída ao redor da Igreja, em que desembocam os caminhos. [...] Nessa comunidade haverá lugar para todos. E é este o verdadeiro patriotismo, a verdadeira tradição: não é a bandeira tricolor, os discursos, todas estas idiotices. Não é uma abstração. [...] Queremos a nossa terra; queremos ver renascer tudo o que liga o homem a sua terra. Como está só o homem nas cidades de hoje! Queremos devolver ao homem a sua vida, sua razão de ser [...]" (Brasillach, 1969).

Em alguns casos, como nos fascismos da Europa Oriental, com uma história de urbanização e industrialização que mal se esboçava, a vida urbana era temida e identificada com o estrangeiro e com a anomia. Tanto a Legião do Arcanjo São Miguel (1927) quanto a Guarda de Ferro (1930) romenas, lideradas pelo jovem fascista Corneliu Codreanu, identificavam na vida urbana moderna, dominada pelos judeus, a fonte de dissolução e corrupção da comunidade patriótica: "Os judeus se instalaram nas cidades, onde formam verdadeiros ilhotes isolados e compactos. Invadiram primeiro as cidades e burgos da Moldávia. Diante disso, o comerciante e o artesão romenos desapareceram. [...] A perda de nossas cidades implica conseqüências desastrosas para nós [...] o desaparecimento de nossa própria terra" (Corneliu Codreanu, *La Garde de Fer*, 1938).

Entretanto, o fascismo reconhece que o Antigo Regime não volta mais, definitivamente destruído pela Revolução Francesa de 1789, pelo individualismo e pela secularização. Neste sentido, sua proposição não é o restabelecimento da Tradição — e aqui se abrem as divergências entre o fascismo e os diversos matizes do conservadorismo (Da Silva, 1996a) —, e sim o estabelecimento de uma teia social de novo tipo. Para tal, a ordem social liberal-burguesa deveria ser destruída: eis aí a Revolução Fascista. O espaço social liberal burguês, com sua distinção entre o público e o privado, com o indivíduo condenado insoluvelmente ao sucesso ou ao fracasso econômico, com a transformação da questão social em problema pessoal, deveria ceder lugar a formas solidárias e orgânicas. *Il Popolo d'Italia*, porta-voz do fascismo italiano, publicava, por exemplo, em 1919, um programa fascista que afirmava: "[O fascismo é] revolucionário porque é antidogmático e antidemagógico, fortemente inovador e carece de preconceitos. Nós nos colocamos em defesa da guerra revolucionária acima de tudo e de todos". Em vez das tensões sociais, reproduzidas no interior do sujeito culpabilizado individualmente pelo fracasso da sociedade, o fascismo propunha, e propõe, um quadro social no qual capital e trabalho, a família, a comunidade profissional e local estarão harmoniosamente unidos a bem dos supremos interesses da nação, com caráter fortemente popular: "[Propomos] a formação de conselhos nacionais técnicos do trabalho, dos transportes, da higiene social e das comunicações [...] eleitos por coletividades profissionais e de ofícios, com poderes legislativos e direito de nomear um comissário-geral com poderes de ministro", afirmava

ainda *Il Popolo d'Italia*. Uma qualidade intrínseca qualquer, no mais de caráter místico, deveria qualificar as organizações de trabalho. Assim, a raça, a história, o espírito da nação etc. deveriam ser o cimento da nova comunidade, dando condições de identificação mútua entre seus membros. Estaríamos aí perante a transcendência do estranhamento. É neste sentido que o fascismo se oferece como uma possibilidade de restauração de identidades perdidas. Eis aí, também, todo o seu poder de sedução e encantamento.

Em face da proposta de administração falida do conflito trabalho *x* capital, do ponto de vista liberal, ou de sua superação, conforme o marxismo, pela vitória dos trabalhadores, o fascismo propunha um Estado que se apresentaria como a *corporação do trabalho*, supraclassista e acima dos mesquinhos interesses privados e de suas representações partidárias. Da mesma forma, dava-se um nítida recuperação do político sobre o econômico: fora culpa dos liberais uma privatização da vida pública em nome dos interesses econômicos. O fascismo, com sua teoria do Estado potência, tendia a recuperar o primado do político, submetendo o econômico a estreito dirigismo, como, por exemplo, na Alemanha: "A economia serve ao Estado e com isso ao povo. Ela é uma economia popular e, ao mesmo tempo, uma economia organizada, cujo objetivo é servir ao povo: 1. Ela não é uma economia estatal, quer dizer, administrada pelo Estado; 2. tampouco é uma economia de interesses privados, voltada apenas para objetivos individuais [...]" (Hermann Messerschmidt, *Die Aufgaben der Wirtschaft*, 1943). Negava-se, desta forma, o marxismo e o liberalismo, definindo-se o que os fascistas queriam, e ainda querem, como uma *terceira via*. Este seria o caminho para a paz social, a superação dos conflitos da sociedade de massas que se anuncia: "Trabalharemos para favorecer a formação de organizações nacionais coordenadas de patrões e de empregados para que, com a ajuda de tribunais, evitem eficazmente as greves e os *lock-outs* e resolvam harmoniosamente os conflitos na indústria" (Programa do National Guards, 1933)*. Em alguns casos, como no fascismo norueguês, onde a organização operária não era tão forte como na Alemanha e na Itália, a hegemonia da burguesia sobre a proposição corporativa é mais explícita, dando-se menor insistência ao caráter corporativo da nova sociedade a partir da empresa, com a ênfase recaindo diretamente sobre a visão organicista da sociedade:

* National Guards era o movimento fascista liderado pelo general O'Duffy, na Irlanda, caracterizado por uniformes do tipo italiano, daí serem também denominados de camisas-azuis.

"O fundamento da criação de pontos de apoio [ao fascismo] é a idéia de empresa. Esta concepção vê na empresa um organismo vivo, autônomo, cujas finalidades e a capacidade de existência são de importância muito maior que a finalidade e a capacidade de existência do indivíduo. A primeira e mais importante tarefa é propagar entre os trabalhadores e os chefes de empresa esta idéia, e através dela construir a base da sociedade solidária, da empresa solidária" (Vidkun Quisling, Pontos de Apoio da União Nacional, 1935).

No caso alemão e italiano, a retórica fascista precisava levar em conta um poderosíssimo movimento operário e sindical, daí a apropriação de todo um *layout* socialista: "O Estado nacional-socialista trabalhará ainda mais energicamente no futuro a fim de realizar um programa que, nas suas últimas conseqüências, deve conduzir à eliminação completa das diferenças de classes e ao estabelecimento duma verdadeira comunidade socialista" (A. Hitler, discurso em 21/3/1943). Em um texto pouco conhecido, o próprio Hitler indicava, sob o título: Truques na luta pelos eleitores (*Tricks im Kampf um den Wähler*), como os estrategistas do Partido Nazista deveriam se apoderar dos métodos marxistas de propaganda:

"1. Da mesma forma que os partidos marxistas, devemos utilizar cartazes políticos em vermelho gritante; 2. devemos ter caminhões com alto-falantes, e saturados de cartazes e com muitas bandeiras vermelhas; 3. devemos cuidar para que os membros do partido não compareçam às reuniões de terno e gravata e também não muito bem-vestidos, para evitar a desconfiança dos trabalhadores [...]" (Picker, 1968, p. 98).

Do mesmo modo, tanto na Itália quanto na Alemanha, criaram-se formas alternativas de mobilização operária. Tratava-se de, por um lado, concorrer com a insistente atuação clandestina dos Partidos Comunistas e Socialistas (ou mesmo de militantes isolados) e, por outro lado, de estabelecer formas próprias de organização que preenchessem o vazio deixado pela extinção das organizações sindicais. A iniciativa coube à Itália — onde um forte movimento sindical havia se estabelecido entre 1918 e 1919 — com a criação, em 1923, da Opera Nazionale Dopolavoro, uma organização dedicada ao lazer operário, daí a expressão *dopolavoro*, depois do trabalho. Colocada sob a tutela direta do Partido Nacional Fascista, a organização chegou a congregar aproximadamente 4,6 milhões de operários industriais,

cerca de 40% do total de trabalhadores do setor. Suas atividades voltavam-se para a organização de férias coletivas, jogos de futebol, sessões de cinema e de música erudita. Na Alemanha, por sua vez, surgia em 1933, na esteira da dissolução dos sindicatos, a Kraft durch Freude (Força através da Alegria), com os mesmos objetivos, ou nas palavras de Robert Ley, o seu *Führer*, "[...] era necessário desviar a atenção das massas dos valores materiais e direcioná-la para os valores morais". Em verdade, tratava-se de mais um instrumento de enquadramento das massas e de sua vigilância. Dava-se, ao mesmo tempo, a tentativa de premiar a população operária em face da crescente perda de valor real dos salários, tanto na Itália quanto na Alemanha. Assim, ante a perda de poder aquisitivo, o Estado fascista organizava festas e diversões públicas que deveriam dar a impressão de melhoria da condição operária. Evidentemente, todo o processo era financiado a partir de desconto compulsório nos salários e recolhimento aos cofres do partido. Calcula-se que apenas 10% do total arrecadado foi, efetivamente, utilizado no bem-estar dos operários, sendo que a maior parte financiava as atividades partidárias.

De qualquer forma, não devemos perder de vista a existência de uma real preocupação na gestão, pelo Estado, do tempo livre dos trabalhadores. A interferência permanente do Estado na vida privada dos cidadãos era parte integrante da mentalidade fascista, e um espaço vazio para a livre organização, mesmo que fosse de um time de futebol, não era bem-visto.

No plano reivindicatório, os sindicatos foram substituídos, no caso alemão, pelo Deutsche Arbeitsfront, também criado em 1933. A Frente Alemã do Trabalho deveria regular as relações entre operários e empregadores, como a fixação de salários, férias, jornada de trabalho etc. A idéia básica era centrada na relação direta, de colaboração entre capital e trabalho, conforme o modelo corporativista. Entretanto, a Frente do Trabalho tornou-se rapidamente um braço do Partido Nazista, dedicando-se a uma regulação política, no quadro dos interesses do partido, de salários e condições de trabalho, em especial nos ramos industriais como aço, energia, minas etc. Não havia, na verdade, uma relação direta trabalhador/patrão, como na suposta constituição corporativista do Estado, e sim patrão/partido, o que evidenciaria a permanente tensão entre a burocracia partidária e a burguesia.

Criavam-se, assim, as condições básicas para o avanço de uma nova forma de regulação econômica, no mais, já esboçada em seus traços principais sob a República de Weimar e nos Estados Unidos pós-1918. O liberalismo de tipo *laissez-faire* deixava de ser hegemônico, mesmo junto à burguesia, e as

crescentes crises econômicas abriam espaço para uma economia administrada. Tanto na Alemanha quanto na Itália (e demais países fascistizados, como Espanha e Portugal), a constituição de formas corporativistas objetivava reorganizar a economia num sistema anticrise, o que o liberalismo não podia mais fazer. Assim, às novas técnicas de organização da produção emanadas do fordismo juntavam-se formas de intervenção econômica que deveriam garantir o mercado interno, o abastecimento e o escoamento da produção. Esta é a alma da chamada autarquia, política econômica pretendida pelos regimes fascistas.

O quadro social básico seria composto pela noção de corporação, espaço privilegiado da colaboração, em lugar do antagonismo, entre capital e trabalho. Na corporação estariam solidariamente organizados os interesses de empresários e trabalhadores, num corte vertical que reuniria ambos os pólos da produção, bem ao contrário dos sindicatos, onde o corte horizontal imporia a luta de classes. Assim, a produção constituía o elemento valorizado, exaltado, e não o antagonismo (como quereriam o marxismo e o liberalismo). É neste contexto que se explicaria a insistência dos fascistas em caracterizar-se como um *regime de produtores*, ao mesmo tempo em que se classificava o não-produtor, em especial os senhores do dinheiro e da mercadoria, como parasita e antinacional. A fala fascista em favor de uma comunidade solidária, harmônica, sem conflitos, fundada em um *regime dos produtores*, abria caminho para o estabelecimento de um vínculo dúbio, conscientemente manipulado, com o socialismo. Neste caso, o fascismo seria o verdadeiro socialismo, posto que seria nacional, e não vinculado com o bolchevismo internacional judaico. Foi assim que alguns regimes mantiveram uma forte retórica anticapitalista e socializante e, mesmo, se autodenominaram de *nacional-socialismo*.* Muitos fascistas esperavam por uma *Segunda Revolução*, após a conquista do poder — a primeira revolução —, quando ajustariam contas com o mundo das grandes finanças e com os exploradores capitalistas. Os partidos fascistas que chegaram ao poder — Itália e Alemanha — e muitos que efetivamente participaram do poder — Espanha e Portugal — tiveram grande dificuldade em afastar os setores partidários, aliás majoritários, favoráveis a uma forte política anticapitalista. No caso alemão, apelou-se diretamente para a violência, com a eliminação dos SAs — o setor popu-

* A expressão nacional-socialismo, adotada pelo partido fascista alemão — Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães — dará origem, por abreviação, às expressões *nazi*, *nazista*, decorrentes de *Nazionalsozialist Arbeiter Partei*.

lar anticapitalista do partido — pela *Gestapo* (foi a denominada *Noite das Longas Facas*)*, enquanto que, na Itália, Mussolini precisou reenquadrar todo o partido e punir com a prisão em campos os recalcitrantes defensores da *Segunda Revolução*. Em especial temia-se o fascismo provincial, revolucionário, ante o fascismo oficial, de Roma, capaz de acertos com a monarquia, o exército e o Vaticano. Visando eliminar os elementos revolucionários, Mussolini decreta:

> "O Grande Conselho, comprovando que, em certas zonas da Itália, continua funcionando ou se reconstituindo o esquadrismo [as tropas de assalto revolucionárias fascistas], [...] já sem qualquer justificativa histórica ou política, e que estas não são controladas pelas hierarquias políticas do partido, e que perpetuam a ilegalidade e sabotam a inserção legal da revolução fascista no Estado (tarefa à qual o governo fascista consagra sua energia cotidiana) [...] ordena: a expulsão do partido de todos aqueles, comandantes ou soldados, que não obedeçam leal e imediatamente a esta ordem" (Decreto do Grande Conselho, 3 de janeiro de 1925).

Um grande número de fascistas de primeira hora foram, desta forma, encontrar-se com os anarquistas, comunistas, liberais e *gays* que haviam enviado para os campos de concentração italianos.

Após a conquista do Estado, cabia o restabelecimento da ordem. A valorização da produção correspondia — e não somente no seu aspecto material, de prosperidade — à eliminação da luta de classes, aos interesses coletivos, nacionais, evitando-se o sectarismo e os particularismos da vida e da luta sindical, criando as condições da governabilidade fascista. O fascismo revolucionário, ótimo na tarefa de destruir o Estado liberal, deveria então ser eliminado. Nas palavras do historiador Eberhard Jäckel, "[...] não havia mais lugar para estas proclamações de um socialismo vulgar e pequeno-burguês".

* SA: abreviatura de *Sturmabteilung* (Divisão Tempestade), organizada e comandada por Ernst Röhm, quase tão poderoso quanto Hitler junto ao partido nazista. Era formada fundamentalmente por elementos saídos da pequena burguesia e de desempregados. Foi a geradora do terror implantado contra a oposição, sendo responsável pelo caos político e da segurança pública nos últimos dias da República de Weimar, chegando a contar com 4 milhões de homens. Sob ordens de Hitler, seus dirigentes principais foram liquidados pela *Gestapo* em 30/06/1934.

O caráter místico da comunidade popular, a *Volksgemeinschaft*, na expressão alemã, constituía-se no elemento basilar do nacional-socialismo corporativo. Enquanto o socialismo marxista pretende-se científico, capaz de organizar a sociedade a partir de leis sociais e econômicas de caráter histórico, em suma, através de uma economia política, o fascismo apelava para valores místicos, inquestionáveis: "Somos socialistas porque vemos no socialismo, quer dizer, na interdependência vital de todos os membros da comunidade, uns diante dos outros, a única possibilidade de manter nosso patrimônio étnico e, por conseguinte, de reconquistar nossa liberdade e renovar o Estado alemão" (J. Goebbels, *Der Angriff*, 16/7/1928). O texto de Goebbels nos permite ver claramente a organização corporativa, dita socialista, como um meio, um instrumento do restabelecimento do primado do político visando atingir o verdadeiro objetivo: o Estado potência alemão. Nada nos aproxima da utopia igualitária comunista da sociedade sem classes no futuro. Tal insistência comparativa, embora enfadonha, é necessária: vários historiadores insistiram em análises descabidas do fascismo, uns considerando — a partir de sua fala anticapitalista — o fascismo como um fenômeno de esquerda (como Renzo de Felice), enquanto outros o afirmam como um humanismo (o quê, de certa forma, faz Alan Finkielkraut). De um lado, devemos marcar claramente que nem toda crítica anticapitalista é de esquerda: os grupos aristocráticos, a pequena burguesia, os reacionários românticos e mesmo o Vaticano — nas suas encíclicas — criticaram o capitalismo; de outro lado, o objetivo do fascismo foi sempre a construção do Estado potência, em que o novo homem fascista, o super-homem roubado e vilipendiado de Nietzsche, era apenas a argamassa. E, mesmo aí, o super-homem não é o melhor indivíduo, e sim o representante médio da raça, plebeizando-se, assim, racialmente, um conceito aristocrático.

Logo, o socialismo fascista é outro: "Tudo, absolutamente tudo, deve contribuir para fortalecer as bases raciais que garantam o progresso da nação. Deste ponto de vista, o socialismo, depurado do marxismo, aparece como um meio político a serviço do indivíduo e da comunidade para proteger a unidade do povo dos apetites particulares desenfreados" (Alfred Rosenberg. "Nationaler Sozialismus!", *In Völkischer Beobachter*, 1/2/1927). É exatamente por se definir enquanto um regime dos produtores, nacional e defensor do bem-estar coletivo, que o fascismo se define como socialista. A união trabalho/capital seria o verdadeiro sentido simbólico, por exemplo, de *fascio*, a reunião em um só feixe dos pólos da produção divorciados pelo li-

beralismo e opostos pelo marxismo. Por ser solidário e harmônico, o socialismo corporativo se diferenciava do socialismo bolchevista judaico, divisionista e sectário. Neste sentido, o corporativismo seria a base do socialismo nacional ou do nacional-socialismo (ou, ainda, do nacional-sindicalismo, como aparece no programa da Falange Espanhola de 1933).

No seu conjunto, as medidas organizativas da sociedade, de caráter corporativo, surgiram como poderoso meio de controlar o conflito social e assim barrar o caminho dos partidos de esquerda. Mas, por outro lado, num ambiente de crise econômica recorrente, em especial nos países vencidos na Grande Guerra, os percalços econômicos eram constantes (1919, 1923, 1929), acelerando o descrédito no mercado auto-regulável:

> "É lícita a existência de uma economia dirigida, porém, através da organização corporativa da mesma economia. A organização deve compreender os sindicatos propriamente, a corporação ou a profissão organizada e a organização interprofissional [...] e enfim se admite a intervenção do Estado em matéria econômico-social para dirigir, estimular e castigar em prol do bem comum [...]" (Programa da Confederação Espanhola de Direitas Autônomas, 1933).

Assim, o dirigismo estatal e a organização corporativa, além de reconstruírem uma identidade perdida ao longo da instauração da sociedade industrial, liberal e de massas, surgiam como poderoso instrumento anticrise. Os Planos Qüinqüenais soviéticos ou o *New Deal* de Roosevelt não estavam longe, por meios totalmente diferentes, de alcançar os mesmos fins.

4. A destruição do eu e a negação do outro

O fascismo, em virtude da barbárie do Holocausto, ficou definitivamente marcado pelo anti-semitismo, pelo ódio ao judeu, bem como a outros grupos minoritários. Já vimos, em algumas citações, como o anti-semitismo era partilhado por todas as formas nacionais de fascismo: na Romênia, na Hungria, na Croácia, na Itália etc. Mas foi na Alemanha que o ódio aos judeus tomou aspecto de política de Estado, objetivo nacional.

Alguns historiadores, como Zeev Sternhell, destacam a desconfiança perante o outro e a possibilidade da violência como resposta, como característica básica do fascismo. Assim, estabelecido o que é nacional, tudo o mais é lançado ao pólo extremo do antinacional: por definição não-ariano, o comunista, o cigano, o negro, o estrangeiro e aqueles que afrontam a perfeição nacional/racial — os considerados mental ou fisicamente doentes.

Neste contexto, duas categorias de antinacionais se destacam: o judeu e o cigano. Ambos inserem-se no mesmo caso: são universais, cosmopolitas, falam línguas distintas, impedem a homogeneidade e a coesão nacionais. Os comunistas e anarquistas, como no caso clássico da Itália, não são diferentes: o partido, a luta de classes, a ênfase na transcendência prática (a libertação econômica) dividem a nação, impedem a coesão nacional, logo, enfraquecem o Estado.

A alteridade social e individual surge, assim, como objeto central de ação do fascismo. As próprias bases da diferença — a diversidade étnica, partidária, as classes sociais — devem desaparecer em face das instituições homogeneizadoras, únicas: nação, raça, corporação. Não se trata, tal como no comunismo — principalmente em suas vertentes trotskistas ou maoístas —, da transformação de uma ou outra classe social (proletariado/campesinato) em sujeito transcendental da história ou da delimitação autoritária das nacionalidades, como na ação de Stalin. No fascismo não há espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tampouco para sua educação e conversão num homem novo, como o comprova o extermínio de judeus e *gays*. Uma idéia força, raça ou nação, torna-se o único valor moral em torno do qual ergue-se um poderoso código de ação. Assim, armado com um sistema ideológico e mental adequado, o fascismo identifica em si mesmo valores absolutos e qualquer diferença tornar-se-á objeto de eliminação violenta.

Os estudos referentes à alteridade e ao fascismo mal começam a ser realizados, em grande parte obscurecidos, enquanto objeto, por uma ênfase desmesurada no Holocausto judaico. Cabe uma explicação: nossa discussão se volta, aqui, não para a monstruosidade indiscutível do Holocausto, enquanto produção industrial do assassínio, e sim para as inúmeras tentativas de buscar na condição judaica, nas suas especificidades, as razões (o que em si já é uma ofensa) de tamanho crime. Ao mudarmos a ênfase de Holocausto>judeus para Holocausto>alteridade, acreditamos estar operando uma correção de rumo fundamental: descolar a condição judaica da lógica do assassínio em massa dos próprios judeus e das outras vítimas do fascismo. Partimos aqui de uma observação, a nosso ver, por longo tempo esquecida: o mal do racismo deve ser buscado nos algozes, e não nas vítimas. Ser judeu,

cigano ou *gay* não encerra em si um mal atávico ou histórico; tampouco uma condição, ou especificidade histórica, a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado.

Coube a Theodor Adorno chamar a atenção para o fato de que "[...] as raízes do genocídio judaico devem ser procuradas nos perseguidores, não nas vítimas, que, sob os mais mesquinhos pretextos, foram entregues aos assassinos" (Adorno, 1986, p. 34). Assim, ainda uma vez, é a anatomia do fascista que explica seus crimes e não a das vítimas. Claro, a escolha de uns como alvo do ódio, e não de outros, deve ser levada sempre em consideração, porém como um elemento de eficácia no convencimento para o crime, e não como explicação do crime.

Franz Neumann insiste no mesmo ponto, principalmente através da pergunta: "Mas como achar um inimigo?" Tal inimigo deveria preencher alguns requisitos de veracidade para que o convencimento pudesse, de fato, funcionar em termos de recepção de idéias. Assim, ainda conforme Neumann, o judeu preenchia alguns destes requisitos para uma parcela importante da população: eram estrangeiros, identificavam-se com o capitalismo e, ao mesmo tempo, com o comunismo (Marx, Trotski, Zinoviev etc.), eram largamente a *avant garde* literária, musical, artística em geral, possuíam uma religião específica e um anátema multissecular brandido pelo cristianismo... Assim, a escolha de um inimigo partia de um campo já reconhecido. Mas tais características, anteriores ao fascismo, não haviam votado os judeus, na Alemanha por exemplo, ao desprezo e muito menos à morte em períodos anteriores. No Império Hohenzollern (1871-1918), judeus desempenharam um papel de relevo junto a todos os segmentos sociais do país, inclusive junto ao próprio imperador; durante a República de Weimar (1919-1933), a situação evoluiu ainda mais favoravelmente, com a chegada de judeus aos postos mais elevados do país. Em suma, contra uma visão arraigada — e que temo ser um subproduto da própria propaganda fascista —, o anti-semitismo alemão não era, desde sempre, excludente ou mesmo homicida. Comparativamente, o anti-semitismo polonês, russo e báltico foi, antes do fascismo, muito mais agressivo do que o anti-semitismo alemão. Colocamo-nos, assim, em crítica aberta àqueles que querem filiar o Holocausto exclusivamente à história alemã. Não podemos esquecer que muitos, para usar um termo em voga, dos *carrascos voluntários de Hitler* eram lituanos, polacos, croatas, húngaros ou ucranianos. O Holocausto, bem como outros genocídios, deve ser filiado a uma concepção de mundo que nega qualquer possibilidade de um contra-

tipo ao seu tipo padrão, e não à história específica de um povo. Para Adorno, o Holocausto está inextrincável e dialeticamente ligado ao ódio e à desconfiança contra todos os que são (imaginariamente) considerados fracos, débeis, felizes e fortes.

É neste sentido que as observações de Adorno e Neumann nos ajudam a pensar o Holocausto judaico e todos aqueles que foram assassinados apenas por serem diferentes de um tipo imaginário alardeado como padrão.

Se pensarmos os tipos que foram alvo do fascismo — judeus, ciganos, *gays*, só a título de exemplo —, poderíamos perceber que são grupos constituídos por uma cultura marcada por laços de solidariedade (o Barão de Charlus diria, proustianamente, de cumplicidade), de auto-identidade e ajuda. A família judaica, a nação cigana e o grupo de amigos *gays* são, em suma, exemplos famosos de possibilidades arrebatadas de enfrentar desafios em nome do amor. Ora, a característica básica dos seus algozes foi (e ainda o é) a frieza, o distanciamento do outro, enquanto pessoa, em favor da identificação com um coletivo anônimo. Auschwitz só foi possível (tal como o Arquipélago Gulag, o massacre dos armênios, o genocídio dos trabalhadores asiáticos na ferrovia Thai-Burma ou dos índios no Brasil e no México contemporâneos) pela frieza do indivíduo ante o outro. Esta frieza ante o outro é apenas o mesmo nome da incapacidade para amar, para reconhecer em qualquer um a possibilidade do amor; fora um pequeno círculo, constituído em padrão merecedor do amor, todos os demais são tratados como estranhos; mas, mesmo aí, a frieza domina. Tal estranheza é a condição psicológica básica, *sine qua non,* para o genocídio; sem ela, Auschwitz não seria possível. Uma agravante ainda: como os algozes se sentem estranhos perante o outro, são estranhos para si mesmos e sofrem sua própria estranheza, impossibilitando-se para o amor, mesmo o amor entre iguais. Se ao menos amassem a si mesmos, quer dizer, entre eles mesmos, estariam preparados para reconhecer no outro a capacidade de dar e receber amor. Mas, não: eles mesmos, sedentos de amor, foram incapazes de receber amor e, assim, não conseguiram (e tantos outros não conseguirão jamais) amar (Santner, 1997).

Por tal razão, o pessimismo humanista de Adorno clama por uma revolução na educação, na necessidade imperiosa de impedir, através da educação, novos Auschwitz. Para salvar as crianças da frieza, geradora do estranhamento, talvez fosse necessário salvá-las dos próprios pais. Um exemplo clássico de educação autoritária, trabalhado por S. Freud, dá-se na descrição do Caso Schreber, da sua paranóia sexo-salvadora, do seu medo fóbico à tor-

tura; a neurose do juiz e do político conservador e respeitável explicar-se-ia pela educação avassaladora do respeitável Dr. Schreber (pai), com suas inacreditáveis máquinas de corrigir postura, de dormir corretamente e suas sessões estafantes de ginástica eugênica impostas aos filhos. Criava-se, cria-se, através de tal educação autoritária (e aqui autoritário deve ser entendido não só como violento/repressivo, porém como agressivo/distanciado), "um tipo com consciente coisificado" (Adorno), uma "anulação do ego" (Neumann). Como sofrem, e sofrem a frieza e a falta do amor — em suma, sua condição estranhada —, tendem a negar a possibilidade de existência do próprio afeto, da fraqueza ou do medo; dialeticamente temem ainda mais o que os põem em risco, ao afirmar a possibilidade de ser forte e feliz. "Trata-se de um consciente que rejeita tudo que é conseqüência, todo o conhecimento do próprio condicionamento [de sua própria dor] e aceita incondicionalmente o que está dado" (Adorno, 1986, p. 41).

A educação fascista foi, por excelência, geradora de tal estranhamento; um livro didático alemão, de 1940, significativamente intitulado *Juventude*, incluía um poema nestes termos:

> "Seja duro consigo mesmo,
> Casto na intensidade de sua força
> E na paixão de sua sexualidade,
> Amor e luxúria devem ser mantidos separados
> Assim como vida e morte são opostas
> Mas vida e honra formam uma só coisa."

Se podemos considerar tais observações úteis para explicar um grupo de pessoas incapazes, apesar de sua própria dor e por causa dela mesma, para o amor, resta ainda o fundamental: como transpor a incapacidade ante o amor para o campo social, para a ação coletiva? A imperiosidade da resposta deve-se basicamente ao fato de que a explicação deve ser procurada no plano social e político, e não apenas no nível individual (Todorov, 1995, p. 141).

O fascismo inscreveu seu sucesso, seu poder de sedução, como já foi dito, exatamente na capacidade de agregar à estranheza psicológica as condições sociais de mal-estar de sua época. Já destacamos a contradição básica, instrumental, do fascismo no seu desejo de instaurar uma sociedade orgânico-corporativa de fortes bases tecnológicas. Residia aí a capacidade do fascismo de oferecer simultaneamente segurança, como numa sociedade tradicional, e

propor um reino no futuro. Nestas bases, incentivava-se o indivíduo ao culto de uma modernidade maciça, brutal: os aviões e seus vôos transatlânticos, os modernos e gigantescos navios, as auto-estradas, os monumentos gigantescos etc. Iniciava-se a era de um homem tecnológico, desviado da sua capacidade de amar o semelhante, mas apaixonado pelas máquinas. Frios e distanciados, transferiam para a máquina, no seu sentido lato, todo o amor possível, recobrindo suas relações com o outro por um *véu tecnológico* que medeia todas as relações. Auschwitz não é nada, a eficiência dos trens-transportes para o campo de extermínio é tudo, numa lógica que poderíamos atribuir a Adolf Eichmann. Um oficial japonês, preso por crimes contra a humanidade na construção da estrada de ferro Thai-Burma, confessa, ainda emocionado, que, olhando em direção ao Japão, chorou, aos gritos de *banzai, banzai*, quando o último dormente da ferrovia foi assentado. Nenhuma emoção crispou seu rosto na hora de contabilizar os mais de 100 mil asiáticos mortos na construção da ferrovia!

Os meios, a tecnologia, são assim fetichizados — como hoje transferimos nosso amor para o *meu* carro, o *meu* telefone celular ou o *meu* computador — e a relação com o outro é mediada, e só assim é possível, via *bytes*, HPs e *chips*. Essa é a linguagem que me permite a relação, ritualizada, com o outro, quando deveria ser apenas o meio do *eu* alcançar mais profundamente o meu semelhante. Como mercadorias, tais meios tornam-se o parâmetro de relação básica, permitindo que os homens, desprovidos de amor, amem. Amem suas máquinas com o ardor que transferem da possibilidade de amar o outro, com quem não há identidade possível. Assim, o sistema envolvente, produtor de mercadorias, encontra-se com as conseqüências da educação autoritária, possibilitando um *eu regressivo*, incapaz para o amor com o outro, com notável déficit de relação libidinal, e pronto para identificações salvadoras de aniquilação total do eu através da entrega a um outro indivíduo, o pai grande, o chefe, o líder que substitui o amante, o amigo ou tudo isso junto. Assim explicar-se-ia a eficácia do que chamamos acima de *Führerprinzip*. De qualquer forma, são mecanismos que garantiriam para sempre a impossibilidade da dor, com a transferência de sua própria identidade para um ente, individual ou coletivo, que possa ser alvo voluntário e querido de uma adoração sem limites.

Criam-se, assim, tipos característicos de personalidade: de um lado, uma identificação cega (libidinal) com o coletivo, um sentimento único de salvação na imersão no coletivo, na massa identificada como grupo (os arianos, os SSs, os *Arditti* etc.); de outro lado, tipos condicionados a manipular mas-

sas, controlar coletivos e conduzi-los, para além de qualquer afetividade ou ética (Adorno, 1986, p. 39).

Desta forma, deslocamos a análise para a psicologia dos algozes, negando-nos a buscar uma razão (uma *culpa* mal disfarçada) na própria vítima. Não são os judeus, ciganos ou *gays* que trazem em si a possibilidade do Holocausto; esta reside naqueles que, em virtude do estranhamento, não se habilitaram para o amor.

A idéia-força, tão presente no conjunto dos métodos educacionais dos anos 20 e 30, no lar e na escola, ou nas práticas didático-repressivas dos exércitos e polícias civis contemporâneos, seriam pontos de partida para a construção de tal personalidade autoritária.

A irrupção da sociedade industrial de massas, a destruição dos anteparos sociais (no dizer de Karl Polanyi) e a dura luta pela sobrevivência — a elogiada educação para a vida — serviriam de base para a recepção positivada de concepções de mundo baseadas na fórmula "só os fortes vencerão", tão típica de um Estado sado-autoritário, como o fascismo. Pessoas exigentes consigo mesmas, capazes de grandes sacrifícios, de uma frugalidade permanente ou de abstinência em nome de determinada moral; uma virilidade baseada na capacidade de suportar o esforço extenuante e a dor; a lógica de acumulação para usufruto futuro ou medo de exposição ao desencanto no presente marcariam a sublimação em masoquismo das pulsões originariamente voltadas para o prazer; em seu conjunto tais práticas garantiriam, para si e seus filhos, uma educação autoritária; masoquistas consigo mesmos, apresentariam uma face sádica ante o outro; em suma, ser duro consigo abriria o caminho para ser cruel com o outro.

O *link* fundamental entre o individual e o coletivo residiria no medo (Neumann), na alienação (Marx) ou no mal-estar (Freud) onipresente no homem da sociedade industrial de massas, regida por uma ordem heterônômica, individualista e competitiva. Há, sem dúvida, um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional — em suma, do sucesso na moderna sociedade capitalista. De outro lado, um medo neurotizado, "produzido pelo eu com o fim de evitar, por antecipação, a mais remota ameaça de perigo". Essa junção permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida em face dos medos interiores, que surge como a argamassa da identificação da massa com seu líder. É desta mesma forma que o indivíduo é alienado como um eu próprio, como uma identidade de si mesmo, em favor da plena identificação com o seu líder.

Dá-se, neste sentido, um passo atrás na própria história do homem, compreendida aqui como um processo contínuo de individuação, de emergência do indivíduo — dotado de direitos, deveres, de uma consciência — da multidão anônima. Assim, o *link* entre o individual e o social aparece como um duplo processo de regressão: de um lado, *regressão psicológica*, pela construção de um liame libidinal entre líder e massa substitutivo da pulsão original, direcionada para o amor; de outro, uma *regressão histórica*, com o retorno à massa anônima, moldável, como nos desfiles de massa, manipulável à voz de um comando único (Neumann, 1969, p. 305).

Um dado histórico, específico na vivência do mal-estar moderno, destaca-se como catalisador da aniquilação do eu: a experiência das trincheiras. Mais do que qualquer outro elemento histórico, o espírito de camaradagem e de sacrifício, o sentimento de ser parte, peça substituível, de uma imensa engrenagem voltada para um fim maior, desempenhou um papel-chave na formação de uma personalidade autoritária. Não é um mero acaso que os membros dos *Freikorps*, na Alemanha, ou dos *Arditti*, na Itália, fossem ex-combatentes. Talvez Ernst Jünger, com seu elogio à morte heróica, seja o melhor exemplo da aniquilação do eu. A camaradagem, tal qual retratada nas trincheiras de 1914-1918, seria a base, o novo contrato, sobre a qual se ergueria o Estado fascista. Uma associação masculina, hierarquizada pelo princípio do mando e voltada para valores como força, lealdade, honra, temperança e desprendimento com sua própria vida.

O autocontrole, a fuga às emoções burguesas, deveria ser o material de moldagem do novo homem fascista. Neste sentido, o esforço físico, além da preparação para a guerra, implicava ir até o seu limite e, então, ultrapassá-lo na dor. O esporte, os exercícios e o treino de guerra permitem o surgimento desse novo homem. "A ênfase deveria estar na distinção do novo homem fascista em face do burguês acomodado, associado na imaginação fascista com passividade, cinismo e decadência" (Mosse, 1996, p. 162).

Um grande momento para exposição plena do coletivo como substituto do indivíduo serão os Jogos Olímpicos de Berlim de 1936. Constituem-se, na verdade, na primeira grande manifestação mediática de massas, seguindo de perto o modelo anterior das manifestações fascistas na Itália e na própria Alemanha. Os Jogos de 1936 aparecem como uma espécie de obra de arte total, mistura de consagração da força nacional e de ópera wagneriana, fenômeno quase religioso, preparação efetiva para a guerra. Todo o Estádio Olímpico é decorado com estátuas e relevos gigantescos, enaltecendo uma ou outra abstração dos Jogos, mas, de fato, emblemas da superioridade ariana.

As estátuas-monumentos de Josef Wackerle, Josef Thorak, Erwin Huber ou Arno Breker exprimem os ideais misóginos, racistas e falocratas do III Reich. São super-homens, fisicamente exuberantes (bem ao contrário do físico médio e adequado à flexibilidade e leveza das competições), todos nus, com olhares distantes e superiores, sempre sós — a efígie do líder solitário ante a massa coletiva (Reichel, 1993), oferecendo-se como sublimação de uma libido negada em sua pulsão original.

Por fim, uma multidão de atletas é convocada para formar, esculpir e desenhar, com seus próprios corpos, o emblema olímpico e a cruz suástica. Ali, onde o esforço individual, a capacidade de cada um, deveria se destacar, o Estado fascista impõe o contrário. Não são mais indivíduos — trata-se agora de peças de uma engrenagem, pura identidade-coisa (Da Silva, 1996b, p. 67).

Tal culto falocrata do homem superior pode, bastante bem, ser visto — além da estatuária italiana e alemã — em vários romances e folhetins evocadores da camaradagem das trincheiras, como no italiano Mario Carli, ao descrever as aventuras do jovem soldado Falco:

> "Sua admiração provinha sobretudo de seu descobrimento de uma nova geração que, na pessoa de Falco, se apresentava [...] esse menor de trinta anos, que havia vivido já toda uma vida de experiências em profundidade, de aventura espiritual e de dramas físicos, esse combatente voluntário que havia apostado o tudo ou nada com a morte sem jamais perder, e que o sangue parecia se enriquecer com fagulhas de pólvora e aço; esse soldado que apenas entrado na adolescência havia sabido encontrar em si mesmo a energia de mandar e obedecer, a capacidade de dirigir homens, de conduzi-los à vitória ou à morte [...] esse jovem chefe de olhos claros, enérgicos e sinceros, tão prontos para impor-se como para reduzir à sua realidade todos os sonhos; Falco, em suma, se apresentava como a figura de um homem totalmente novo, como um modelo inédito da virilidade italiana [...]. Falco encarnava aos seus olhos o tipo do moderno bárbaro, ou seja, o herdeiro de uma antiga civilização, porém inteiramente projetado para o futuro[...]. Ele era, por excelência, o antiburguês nato, o modelo em estado bruto de um espírito novo[...]. Que empresas não poderia encarar uma nação renascente na história, com semelhantes homens conduzidos por um chefe fascinante e genial? Seu espírito captava em um relâmpago o que significava a revolução fascista!"

O texto de Mario Carli, *Il italiano di Mussolini*, de 1931, apresenta, com evidências gritantes, todo o imaginário falocrata e misógino do fascismo (devemos destacar que a descrição fascinada de Falco é feita por seu companheiro Ricciardo), descrevendo o *Führerprinzip*, o obedecer e mandar, o elogio à guerra e à morte. No caso alemão, como na literatura de Ernst von Salomom, não era diferente:

> "Eles eram selvagens, indomáveis, proscritos do mundo de normas burguesas, descarrilhados que se reuniam em pequenos grupos para buscar sua frente de combate[...]. Eles haviam reconhecido o grande cansaço desta paz e não queriam ter nenhuma participação nela. Não queriam participar desta ordem do bom-tom[...]. Seguiram em pé de guerra em virtude de um instinto infalível. Atiravam em todas as direções, porque atirar lhes dava prazer[...]. Eles não tinham, entretanto, a palavra. Pressentiam-na, pronunciavam-na, envergonhados de sua sonoridade decaída, davam voltas, experimentavam-na com um terror secreto, desterravam-na de suas conversações e, apesar disso, essa palavra planava por sobre eles, envolta em espessos vapores, pulverizada, sedutora, carregada de mistério, irradiando uma potência mágica, sentida sem ser reconhecida, amada sem haver-se oferecido. Essa palavra era Alemanha."

Este era o ambiente onde surgiam os homens que formariam as SAs, os *Fascio di Combatimento* ou a Guarda de Ferro. Massa-coisa, regressão reconhecida enquanto novos bárbaros, exaltados numa virilidade que nunca se consuma, sempre se sublima num amor compulsivo pela morte. São clones de um Parsifal atormentado, para quem o amor enfraquece, a luta e a vingança fortalecem. Corneliu Codreanu, ele mesmo organizador de grupos de jovens, com cerimônias esotéricas realizadas nas florestas da Romênia, insistia em ver na Legião do Arcanjo Gabriel "um ninho doce e cálido", que recebia jovens dedicados a "um amor mútuo, alguns velhos conhecidos, outros eram crianças [...] porém, desde os primeiros dias, uma atmosfera de afeto se estabeleceu entre os mais jovens e seus líderes" e daí se esperava... "o nascimento de um homem novo, que deverá surgir da escola legionária com as qualidades de um herói: um gigante de nossa história, que combaterá e vencerá todos os inimigos. [...]"

Ao mesmo tempo em que se exaltava a virilidade, o companheirismo e a vida em comum, distante das mulheres (a quem cabia gerar mais filhos para

o império, embora sem mantê-los junto a si além dos 10 ou 12 anos, para que não se enfraquecessem com uma educação afeminada) e se criava um imaginário absolutamente falocrata, como nas esculturas masculinas ou nos filmes de Leni Riefenstahl, punha-se em movimento uma esmagadora máquina de repressão ao homossexualismo. A exuberância de soldados e atletas nus em praticamente todos os monumentos públicos do poder fascista, em quaisquer dos países em que foi dominante, criava, desta forma, uma tensão permanente entre um poder falocrata e a condenação ao homossexualismo. A saída buscada pelo fascismo implicava estabelecer uma distinção forçada entre beleza masculina e homoerotismo. A beleza deveria ser deserotizada através da assunção da tranqüilidade e distanciamento como padrão, embora com uma exposição agressiva de virilidade, suficientemente óbvia para realizar a transferência libidinal entre massa e líder.

Por sua vez, o erotismo, ou qualquer forma de realização sexual que fosse além da perpetuação e expansão da raça ariana, era considerado luxúria, associado ao nervosismo, histeria e ausência de autocontrole, qualidades todas consideradas femininas. Punha-se em marcha um programa, o *Lebensborn*, de reprodução seletiva de arianos, que rompia com os liames da família burguesa, bem como com a possibilidade do amor. Apenas a reprodução da raça era considerada nas relações, únicas e objetivadas, de jovens SSs com moças consideradas aptas a gerar a nova juventude do *Führer.*

Ao mesmo tempo, um universo mental dividido em masculino e feminino, considerado expressão da natureza, refletia-se na sociedade como qualidade inerente, positivada — no caso do autocontrole masculino — e negativizada — no caso do nervosismo feminino. Uma escultura de Arno Breker, feita para a Chancelaria do Reich, denominada *O partido* (1936), é a representação de um modelo atlético totalmente nu, ideal da raça, portando uma tocha (a luz). Embora absolutamente viril, deveria ser visto — segundo a concepção fascista — não naquilo que era, um homem superdotado nu, mas, abstratamente, como fusão da raça no partido. Entretanto, a pujança sexual do modelo era a todo momento realçada, uma operação ambivalente, fazendo funcionar a transferência maciça da pulsão libidinal para um coletivo político. Assim, o *eu* — espaço da erotização — era anulado em função de um coletivo, o partido, operando-se de uma só vez a regressão psicológica e histórica.

O círculo do estranhamento fecha-se quando as qualidades negativas femininas, como a passividade-nervosismo, são plenamente localizadas num tipo racial e num gênero: o homem judeu. Ao contrário do bárbaro moderno, o judeu é identificado como refinado, urbano, errante, nervoso e feminino e, é claro, em todas as caricaturas fascistas, é feio.

Todos os elementos-chaves do fascismo acabam por se fundir numa visão de mundo coerente e paranóide, quando a práxis fascista é confrontada com a possibilidade concreta do outro, da sua dor ou da sua felicidade. Um artigo do jornal austríaco *Das Schwarze Korps* (As Tropas Negras), de 1940, ao tratar de um caso de homossexualismo recusado por um tribunal (por ausência de provas), afirma: "Somente no direito liberal poderiam prevalecer as interpretações de advogados judeus, para os quais uma depravação só é uma depravação se preenche determinados parágrafos. Daí a depravação antinatural poder avançar nos Estados liberais..." Ao que podemos somar um parecer do Ministério da Justiça do Reich, de 1934, onde fica clara a associação entre depravação (a metáfora para homossexualismo), judeus e marxismo: "somente judeus e marxistas se dedicam com veemência à descriminalização do homossexualismo", lembrando em seguida que tal luta contra estes protótipos de associais "é uma obrigação do fascista em defesa da comunidade popular, *Volksgemeinschaft*". A pureza inata do povo deve sempre ser defendida contra práticas antinacionais: é assim que o homossexualismo é identificado como uma peste estrangeira, vinda do mesmo continente de origem dos judeus: "Estamos seguros que o centro, de onde se irradiou o homossexualismo, está na Ásia. Veio até nós, os germanos, através dos gregos e romanos, o que nos permite afirmar que o homossexualismo é estranho à raça nórdica" (Conferência do chefe da Polícia Criminal de Berlim, 6/04/1937).

Assim, a alteridade é plenamente identificada com o liberalismo, com seu caráter antinatural e antinacional, com a desestruturação da comunidade orgânica nacional ou racial e com o espírito de facção do marxismo. Somente o fascismo seria o portador de uma moralidade capaz de forjar o novo homem, o bárbaro do futuro (Bleuel, 1996; Grau, 1993).

EM DIREÇÃO A UMA TEORIA DO FASCISMO

Os pontos levantados acima — antiliberalismo, antimarxismo, organicismo social, liderança carismática e negação da diferença — marcam, a nosso ver, a possibilidade de identificação do fascismo enquanto regime ou forma de

dominação específica. Neste sentido, insistimos em diferenciar o fascismo das diversas vertentes políticas possíveis existentes no interior da *direita*. Diferentemente do conservadorismo (parlamentar e tolerante), do reacionarismo (restaurador e autoritário), dos autoritarismos militares ou partidários, o fascismo distingue-se por seu caráter metapolítico, mobilizado para a incorporação da nação, dos seus corações e mentes, numa concepção de mundo única, excludente e terrorista.

A direita, particularmente depois do apogeu do liberalismo no século XIX, procurou adaptar-se e conviver com as regras da representação e da diferença, mesmo que em muitos casos com alguma dificuldade. Entretanto, o fascismo surge como um caminho único, sem volta, de arrancar o indivíduo de uma situação de estranhamento e anomia. Dadas as suas condições genéticas iniciais, origens pequeno-burguesas, aliança de *declassés* saudosos de papéis sociais perdidos no passado, não consegue superar, na expressão de E. Nolte, transcender teórica e mentalmente, sua imersão num mundo alienado, marcado pelo mal-estar. A cultura envolvente de sua condição social — a obrigação de ser forte, de vencer as vicissitudes, a ditadura dos horários e do calendário, o medo pânico de submersão no proletariado — impunha (e ainda hoje é assim) uma rigidez e frieza fantasticamente cruel, de pais para filhos, como âncora e passaporte para a manutenção da condição social. Mesmo assim, tragicamente, tal rigidez e frieza — a educação autoritária-disciplinadora como única herança dos pais para que os filhos vençam na vida — mostrar-se-ia incapaz de salvá-los da proletarização e da perda do capital de prestígio acumulado ao longo da construção das modernas sociedades de massa. Simetricamente, enquanto pequeno-burgueses, funcionários, intelectuais de segundo porte etc. perdiam, eram os que ficavam para trás, na expressão de Antônio Gramsci, os modernos sindicatos de trabalhadores afloravam como atores fundamentais, dialogando diretamente com o Estado e, muitas vezes, tornando-se parceiros destes Estados, como na República de Weimar, na América do *New Deal*, ou na Itália de 1919-1920, quando das exigências dos comitês de fábrica. Assim, de pilares do Estado, parceiros confiáveis, viam-se rapidamente superados e sem instrumentos adequados no liberalismo parlamentar — os partidos — para alterar tal situação.

A imensa inversão de expectativas, a libido dirigida para o trabalho miúdo, meticuloso, obsessivamente correto e antegozado em prestígio, via-se, desta forma, perdida. A imposição crescente do fordismo como forma de organização, não só do trabalho na fábrica mas do conjunto da sociedade,

marcava com clareza uma nova visão do trabalho. Um trabalho maciço, rotineiro, sem qualquer necessidade do velho conhecimento especializado, onde a tarefa era atomizada, particularizada em gesto único e repetitivo, tal qual imortalizado por Charles Chaplin em *Tempos modernos*. São exatamente estes tempos modernos que criam as condições de revolta contra uma sociedade onde os anteparos sociais, os grupos de solidariedade originários, que davam identidade e segurança, são dissolvidos em meio a multidões anônimas. Num paralelismo geométrico, poderíamos dizer que o ato mecânico na linha de montagem tinha seu correspondente no ato mecânico do voto. Ambos imaginariamente cassavam as identidades de tais grupos, de fato já perdidas nas grandes reformas liberais do século anterior.

Ao exigirem o mesmo papel dos grandes conglomerados operários, o complexo partido/sindicato, as massas urbanas e rurais de funcionários e pequenos-burgueses acabaram por organizar-se, com a mesma meticulosidade e caráter obsessivo da neurose, em partidos de massa, muitas vezes cópias de seus concorrentes operários. É aí, e só aí, que passam de coadjuvantes, abandonando o papel de experimento bizarro e divertido das elites políticas, para protagonistas, realizando um encontro tardio, porém definitivo, com o grande capital. Tal aliança, muitas vezes tomada como explicativa do fascismo, deve ser rapidamente descartada ou, ao menos, deslocada para, no máximo, o momento da tomada do poder.

Nossa preocupação, contudo, consiste em explicar o fascismo, e não apenas o momento histórico da tomada do poder pelos fascistas.

Mesmo sem exercer plenamente o poder — ao contrário da Itália, Alemanha, Croácia ou Hungria —, o fascismo como movimento é capaz de alterar profundamente o cenário político. Negando a possibilidade da transcendência teórica, sublimando a dor da educação autoritária e o mal-estar da perda em mais uma manifestação de dureza, rigidez e disciplina — com suas famosas SA, SS, *Arditti*, Falanges e Legiões, o fascismo direciona tal ódio contra alvos que apresentem a possibilidade de, como num espelho invertido, mostrar através da felicidade, do livre exercício do prazer, da solidariedade familiar, o quanto da dor é auto-infligida, querida e cultivada, numa sociedade baseada em princípios autoritários e sadomasoquistas (Bullogh, 1998). O ódio votado pelos fascistas à psicanálise, como ciência judaica, não é estranho ao medo do que poderia ser (mal)dito.

Ao mesmo tempo, à negação da transcendência teórica — da utopia de felicidade futura — somar-se-ia a negativa ante a transcendência prática. A

revolução fascista é destrutiva, propiciadora do caos, possibilitadora, como em N. Elias e F. Neumann, da irrupção de Behemoth e Beliel sobre as ruínas do Estado liberal parlamentar. Não é uma revolução que deveria alterar as condições materiais do indivíduo, promover a distribuição da riqueza social; tratava-se de salvar o coletivo, a comunidade, da aniquilação ante o outro, o estranho/estrangeiro, assumindo assim um caráter reativo e defensivo, não, como muitos propõem, diante do socialismo em expansão, mas, diretamente, em face do perigo de fragmentação ante a hegemonia liberal.

Limpar o país dos antinacionais (ontem) ou expulsar o imigrante estrangeiro (hoje) é um objetivo que apenas restabelece, num nível imaginário, uma ordem voltada para o passado, expulsa o debate em torno das causas do mal-estar e identifica um alvo para a realização do ódio.

Canalizando, em tempo integral, a potência do indivíduo para odiar, transferindo para um estranho as causas do seu próprio mal-estar e afagando um ego aniquilado nas suas possibilidades de felicidade, em especial ao atribuir ao estranhado qualidades ambicionadas por todos (como a raça e o sangue, a virilidade, a lealdade e a força), o fascismo rompe com a tradição de participação política do Ocidente e, por isso mesmo, aproxima-se tanto de posturas místicas e cultiva cerimoniais cívicos coletivos. Assim, numa religião de Estado, submerge o indivíduo em identidades coletivas, realizando uma falsa concretização do encontro do homem consigo mesmo. Deste modo, o homem novo fascista é antes de tudo a falsa projeção concretizada de tudo aquilo que para ele mesmo é uma perda.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, Theodor. 1986. "A educação após Auschwitz". In Cohn, G. (org.) *Adorno*. São Paulo, Ática.

Aron, Raymond. 1958. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris, Gallimard.

Barraclough, G. 1947. *The origins of modern Germany*. Oxford, University Press.

Berr, H. 1950. *L'Allemagne. Le contre e le pour*. Paris, PUF.

Bleuel, Hans Peter. 1996. *Sex and society in Nazi German*. Nova York, Dorset Press.

Brasillach, R. 1969. *León Degrelle*. Paris, Plon.

Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp.

Bullogh, Vern *et alii*. 1998. "Sadismo, masoquismo e história, ou quando o comportamento é sadomasoquista?" In Porter, R. e Teich, M. *Conhecimento sexual, ciência sexual*. São Paulo, Unesp.

Carr, E.H. 1942. *Conditions of peace*. Londres, MacMillan.

Cointet-Labrousse, Michele. 1987. *Vichy et le fascisme*. Paris, Complexe.

da Silva, Francisco Carlos T. 1996. "O conservadorismo como via para a modernidade". In *Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, no. 6.

________. 1996. "Jogos do poder". In *Ciência Hoje*, n. 21.

Elias, Norbert. 1997. *Os alemães*. Rio de Janeiro, Zahar.

Fisk, Robert. 02/04/1998. *The Independent*. Cambridge.

Goldhagen, Daniel. 1998. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo, Companhia das Letras.

Grau, Günter (org.). 1993. *Homosexualität in der NS-Zeit*. Munique, Fischer.

Jäckel, Eberhard. 1973. *Hitler idéologue* (tradução do alemão). Paris, Gallimard.

Milza, P. e Bernstein, S. 1992. *Dictionaire historique des fascismes et du nazisme*. Paris, Ed. Complexe.

Montclos, Xavier de. 1991. *Les chrétiens face au nazisme et au stalinisme. L'épreuve totalitaire*. Paris, Editions Complexe.

Mussolini, B. 1935. *Scritti e discorsi*. Milão, Ulrico Hoelpi Editore.

Mosse, George. 1996. *The image of Mann*. Oxford, University Press.

Nagy Talavera, N. M. 1970. *The Green Shirts and the others. A history of fascism in Hungary and Rumania*. Stanford, Hoover Ed.

Neumann, Franz. 1944. *The structure and practice of National-Socialism, 1933-1944*. Nova York, Lyndon and Co.

________. 1969. *Estado democrático e o Estado autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar.

Nolte, Ernst. 1963. *Der Faschismus in seiner Epoche*. Munique, Dtv.

________. 1966. *Die faschistischen Bewegungen*. Munique, Dtv.

________. 1986. "Philosofische Geschichtsschreibung heute?" In *Historische Zeitschrift*. Berlim, v. CCXLII.

Picker, Henry. 1968. *Hitlers Tischgespräche im Führerhauptquartier 1941-1942* (Diálogos de Hitler à mesa em seu quartel-general). Munique, Dtv.

Portelli, Alessandro. 1996. "O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política e senso comum". In Ferreira, Marieta M. e Amado, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV.

Renaut, Alain. 1991. "Preface". In *Les mouvements fascistes*. Paris, Calman-Lévy.

Reichel, Peter. 1993. *La fascination du Nazisme*. Paris, O. Jacob.

Santner, Eric. 1997. *A Alemanha de Schreber*. Rio de Janeiro, Zahar.

Schieder, Wolfgang. 1972. "Fascismo". In *História 3*. Madri, Rioduero.

Sternhell, Zeev. 1978. *La droite révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme*. Paris, Seuil.

Solchany, Jean. 1997. *Comprendre le nazisme dans l'Allemagne des années zéro (1945-1949)*. Paris, PUF.

Taylor, A. J. P. 1945. *The course of German history*. Londres.
Todorov, Tzvetan. 1995. *Em face do extremo*. Campinas, São Paulo.
Trevor-Hope, H. R. 1974. "O fenômeno do fascismo". In Martins Rodrigues, A. E. *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado.
Wehler, Hans-Ulrich. 1986. *Entsorgung der deutschen Vergangenheit?* Munique, Beck.
Winock, Michel (org.). 1995. *La droite depuis 1789*. Paris, Seuil.

Taylor, A. J. P. 1945. *The course of German history*. Londres.
Todorov, Tzvetan. 1995. *Em face do extremo*. Campinas, São Paulo.
Trevor-Hope, H. R. 1974. "O fenômeno do fascismo". In Martins Rodrigues, A. E. *Fascismo*. Rio de Janeiro, Eldorado.
Wehler, Hans-Ulrich. 1986. *Entsorgung der deutschen Vergangenheit?* Munique, Beck.
Winock, Michel (org.). 1995. *La droite depuis 1789*. Paris, Seuil.

A Segunda Guerra Mundial

Williams da Silva Gonçalves
Professor adjunto de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense
Professor de História das Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

I

Na madrugada do dia 1º de setembro de 1939, as forças armadas alemãs transpuseram a extensa fronteira comum e invadiram as planícies polonesas com seus tanques. Não houve declaração de guerra. Um incidente forjado na fronteira serviu como pretexto para o ato agressivo. A *Wehrmacht* usou a tática da penetração veloz com tanques (*Panzers*), seguidos pela infantaria mecanizada e, por último, pela infantaria a pé, apoiada no ar pelo bombardeamento realizado pela *Luftwaffe*. As cidades polonesas foram indiscriminadamente atingidas. A população em desespero punha-se nas ruas e estradas sem saber para onde ir. A reação das forças armadas da Polônia revelou-se inócua. Sua força aérea foi completamente destruída ainda no chão e sua rede ferroviária, rapidamente inutilizada. Para completar o quadro de dificuldades e sepultar todas as esperanças, o exército soviético, pondo em prática o acordo secreto firmado com os alemães, também invadiu o território pelo leste, em 17 de setembro. No dia 27, após pesados bombardeios de terra e ar sobre Varsóvia, veio a rendição dos poloneses. Ocupada a totalidade do território, alemães e soviéticos encontraram-se em uma linha no meio da Polônia, que ia dos Cárpatos, ao sul, até a Prússia Oriental, ao norte, passando por Brest-Litovsk. Até 5 de outubro ainda houve alguma resistência; depois, apenas a guerrilha. Assim, em um mês, a Europa, horrorizada, passou a conhecer a realidade da *Blitzkrieg* (guerra relâmpago). Havia começado a Segunda Guerra Mundial.

No período de uma geração, essa era a segunda guerra de grandes dimensões na Europa. Por quê? O que teria causado a nova guerra?

Até o fim da década de 1950 havia um amplo consenso entre os historiadores acerca da responsabilidade de Adolf Hitler pelo desencadear da guerra. Ninguém objetava à afirmação de que aquela tinha sido a guerra de

Hitler. Seu desejo de tornar a Alemanha a nação mais poderosa do mundo, subjugando todas as demais, havia se combinado perversamente com a covardia dos demais estadistas europeus, que não souberam contê-lo no momento certo, tornando então a guerra inevitável.

Dentro desse consenso, cabiam a corrente interpretativa liberal e a corrente marxista. Para a primeira, Hitler encarnava o delírio do totalitarismo, do desumano poder capilar e total. Para a segunda, Hitler representava a face mais agressiva e impiedosa do imperialismo capitalista.

Em 1961, porém, o historiador inglês A. J. P. Taylor quebrou esse consenso. Em *The origins of the Second World War*, Taylor negou o que parecia uma verdade absolutamente inquestionável. Por tal razão, o livro causou espanto, tendo sido objeto de intenso debate dentro e fora das universidades inglesas, e em todo o resto da Europa. Mas, afinal, o que exatamente diz Taylor? Para ele, os estadistas têm um valor menor do que aquele que aparentam ter. Na realidade, nada mais fazem senão defender os interesses nacionais de seus respectivos Estados. Mediante essa tese realista, Taylor afirma que a Segunda Guerra Mundial consistiu em mais um capítulo da luta da Alemanha para assegurar o controle sobre o Centro-Leste da Europa. Dessa perspectiva, à parte a suástica, as camisas pardas e outros emblemas do regime nazista, Hitler deu continuidade a uma estratégia política que já se havia definido com Bismarck e Guilherme II, no século anterior. Do mesmo modo que, é verdade, a política de Stalin pouco diferia da dos Romanov, bem como a de Chamberlain também seguia a tradição de Gladstone.

Seja como for, o debate não se encerrou e a pergunta sobre o porquê da guerra continua a ser feita.

Para nós, parece razoável afirmar que não há uma resposta objetiva para esta pergunta. A guerra foi o resultado perverso de uma conjunção de fatores. Dentre esses fatores, a devastadora crise econômica de 1929 desempenhou papel central.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no mês de outubro, logo lançou todo o mundo capitalista em uma Grande Depressão. Em tempo algum houve tamanha disfunção econômica: de um lado, a deterioração e a destruição de colossais quantidades de alimentos e bens manufaturados sem compradores; de outro lado, grandes multidões carentes e famintas sem emprego e sem dinheiro. Por outras palavras, desafiando a razão, a superprodução convivia com o subconsumo. Calcula-se que na fase mais aguda da crise

havia cerca de 30 milhões de pessoas, em todo o mundo, procurando trabalho para sobreviver.

A crise, com seu enorme rastro de destruição, despertou ressentimentos e ativou a luta pelo poder. O fracasso da Conferência Econômica Internacional de Londres (junho/1933) em promover o entendimento e a cooperação para contornar a crise geral determinou a exacerbação dos nacionalismos. O liberalismo, em todas as suas dimensões, revelava sua incapacidade de resolver os problemas que criara. Assim, em lugar do livre comércio, vigoraram medidas radicalmente protecionistas, que, no limite, se traduziram na busca da auto-suficiência econômica. No âmbito das relações políticas, passou-se a desejar governos fortes, autoritários, capazes de superar em eficiência os instáveis sistemas parlamentares. No plano ideológico, assistiu-se à valorização da força, da vontade e da ação.

Os efeitos danosos da crise se fizeram sentir em todas as áreas abrangidas pelo sistema capitalista de produção. Contudo, é verdade, foi nos países mais ricos que a crise provocou maiores distúrbios. Não que nos países pobres não houvesse problemas; pelo contrário, havia inúmeros. O que queremos dizer é que, nos países ricos, os distúrbios e a busca de soluções acabaram por influenciar todos os demais países e criaram grandes comoções internacionais. Isso vale especialmente para a Alemanha. Lá, o inconformismo com o resultado da Primeira Guerra Mundial voltou imediatamente à tona. Essa era uma ferida não-cicatrizada da sociedade alemã. E foi o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (conhecido pela abreviatura "Nazis") aquele que mais soube explorar em proveito próprio o ódio que grande parcela da sociedade alemã nutria por aqueles que teriam amesquinhado a nação alemã quando do Tratado de Versalhes. Criado em abril de 1920, pelo austríaco Adolf Hitler, ex-cabo do exército alemão, que em novembro de 1923 havia falhado em chegar ao poder por meio de um *Putsch* (golpe de Estado), o partido nazista atribuiu todas as mazelas da Grande Depressão à ação dos comunistas, social-democratas, judeus, banqueiros, grandes empresários e, também, aos países vizinhos, que se empenhavam em impedir que a Alemanha se realizasse como grande nação.

Em 30 de janeiro de 1933 Hitler tornou-se chanceler da Alemanha. Para ascender ao poder de Estado, utilizou-se dos mecanismos legais e parlamentares da República de Weimar, que pretendia destruir. Em breve tempo, os nazistas, com a extravagante força paramilitar dos camisas pardas e dos ca-

misas negras, mostraram que não eram um movimento político qualquer. Seis meses depois de se terem assenhorado do poder, destruíram a República liberal-democrática inaugurada em 1919 e instauraram uma ditadura totalitária. Em julho de 1933 Hitler proclamou: "O partido tornou-se Estado." Nada mais restava do sistema parlamentar. As províncias perderam sua autonomia, suas câmaras foram dissolvidas, seus direitos soberanos transferidos para o Reich e seus executivos substituídos por "comissários do império", designados pelo Ministério do Interior. No plano externo, suas idéias foram expostas em *Mein Kampf* (Minha luta), livro que escreveu quando esteve preso, e em outra obra (A expansão do III Reich), que preferiu não publicar. Sinteticamente, elas consistiam em construir a Grande Alemanha e obter a hegemonia no continente e no mundo, sob a justificativa da superioridade da raça ariana.

Na prática, a política externa de Hitler começa sua escalada quando, em outubro de 1933, retira a Alemanha da Conferência de Genebra sobre o desarmamento e, depois, da Liga das Nações. Em 1934, tenta, sem êxito, a integração com a Áustria, o *Anschluss*. Em março de 1935, anuncia o restabelecimento do serviço militar obrigatório, prevendo a formação de 36 divisões (cerca de 600 mil homens). No mesmo ano de 1935, apóia a invasão italiana da Etiópia e logra uma aproximação política junto a Mussolini. Ao mesmo tempo, tem reconhecido por parte da Grã-Bretanha o direito de ter uma marinha com 35% da sua tonelagem total e o mesmo número de submarinos. Em março de 1936 um bem-sucedido golpe contra o Tratado de Versalhes e, particularmente, contra a França: reintroduz as forças armadas alemãs na região da margem esquerda do rio Reno. Além disso, contribui para o triunfo do generalíssimo Franco, mandando tropas alemãs combater as brigadas de comunistas e socialistas na Guerra Civil Espanhola. Na ocasião, a força aérea alemã (Legião Condor) bombardeou até arrasar completamente a cidade basca de Guernica. E, ainda em 1936, firmou o eixo Roma-Berlim e o Pacto Anti-Komintern com o Japão. Com esses dois acordos, articulou-se com os outros dois países que pretendiam lutar pelo poder hegemônico em suas respectivas áreas de influência.

A tudo isso as principais potências européias, Inglaterra e França, assistiram sem opor resistência. Embora todas as atitudes de Hitler contrariassem os interesses fundamentais da França, esta ficara paralisada. A estratégia militar exclusivamente defensiva, materializada na Linha Maginot, e a grande

dependência para com a orientação política inglesa retiraram da equipe dirigente francesa a capacidade de iniciativa. Faltava-lhe autoconfiança para reagir com energia à política do fato consumado adotada por Hitler. A quietude inglesa tinha outras causas. Para os dirigentes conservadores ingleses as decisões de Hitler tinham sua razão de ser, apesar do exotismo do movimento nazista. De modo geral, consideravam uma insensatez imaginar que os alemães se conformariam para todo o sempre com as duras cláusulas do Tratado de Versalhes. Pensavam que, mais dia menos dia, a Europa teria que se haver com a reivindicação alemã de revisar o tratado de 1919. Tal idéia a respeito da Alemanha casava-se bem com a tradicional estratégia inglesa de zelar pela manutenção do equilíbrio continental; uma Alemanha revigorada servia para contrabalançar a excessiva influência francesa. Aliás, essa percepção inglesa do quadro político continental já se configurara desde 1923, quando os franceses associados aos belgas decidiram ocupar as minas da região alemã do Ruhr, para cobrar *in natura* a dívida de guerra dos alemães. Por fim, por mais estranho que Hitler parecesse, tinha uma virtude muito apreciada pelos conservadores ingleses: odiava a União Soviética e todos os comunistas. Essa preponderância dos interesses particulares de cada uma das duas potências e o repúdio da opinião pública à idéia de uma nova guerra conduziram-nas à Política de Apaziguamento.

A Política de Apaziguamento atingiu o auge com a Conferência de Munique. Realizada em 29 de setembro de 1938, a Conferência reuniu Adolf Hitler, Benito Mussolini, chefe do Estado fascista da Itália, Edouard Daladier e Neville Chamberlain, primeiros-ministros da França e da Inglaterra. Nela, os três estadistas cederam às reivindicações de Hitler sobre os Sudetos (área da Tchecoslováquia contendo cerca de 3 milhões de população alemã). Confiando na palavra de Hitler de que aquela era a última de suas reivindicações territoriais, concordaram em negociar a liberdade de um Estado autônomo. Em menos de seis meses depois, como era de se esperar, a Tchecoslováquia simplesmente deixou de existir, vítima do expansionismo nazista e do oportunismo da Hungria e da Polônia, que também tomaram parte do território tchecoslovaco.

Ao voltar para a Inglaterra, Chamberlain declarou que o acordo representava "Paz para a nossa época". Já Joseph Stalin o interpretava de maneira diferente. Para o dirigente soviético, Munique representou a prova cabal de que todos no Ocidente trabalhavam em favor de uma guerra da Alemanha contra a URSS. Coerente com essa interpretação dos fatos, buscou quebrar a

suposta aliança da Europa Ocidental com a Alemanha nazista. Para tanto, aproximou-se de Hitler, depois do insucesso da tentativa de firmar uma aliança antialemã com a França. Primeiro, substituiu Maxim Litvinov por Michailovitch V. Molotov; Litvinov estava muito comprometido com a diplomacia ocidental e Molotov era de toda confiança de Stalin. Em seguida, em 23 de agosto de 1939, assinou um pacto de não-agressão com a Alemanha, o conhecido Pacto Molotov-Ribbentrop. Com a assinatura do Pacto, Stalin acreditava estar quebrando a unidade do campo ocidental; além disso, por meio de um protocolo secreto, os dois dividiram a Polônia em áreas de influência, ficando ainda para a URSS os três países bálticos e a Bessarábia.

Do ponto de vista geoestratégico, Stalin se saiu bem da difícil situação em que se encontrava. Procedendo como Catarina II, que, em 1772, junto com Frederico II e Maria Teresa dividiram e acabaram com a Polônia, tal como interpreta Henry Kissinger (1994, p. 350), o líder soviético rompeu o isolamento e se fortaleceu para a inevitável guerra futura. Todavia, do ponto de vista político, o pacto gerou grandes problemas. Afinal, o acordo desorientou completamente o movimento comunista internacional. Desde que, na década de 1920, a revolução na Europa industrializada se frustrara, a Internacional Comunista (*Komintern*), criada em 1919 para dar suporte aos movimentos revolucionários, tornara-se um braço da diplomacia de Moscou. E, a partir de 1935, ocasião em que realizou o seu VII Congresso, o órgão central dos Partidos Comunistas decidira lutar pela formação de Frentes Populares para resistir ao poder dos fascistas. Assim, ao pactuar com a Alemanha nazista a partilha da Polônia, Stalin deixou os comunistas de todo o mundo atônitos e desmoralizados. Essa situação só seria superada em 22 de junho de 1941, quando Hitler pôs em prática a Operação Barbarossa, invadindo a União Soviética. Desfeito o Pacto, os comunistas voltaram à organização das Frentes Populares. Sendo que, nos países ocupados pelas tropas alemãs, isso se fez na clandestinidade, dando sentido político-ideológico às resistências armadas.

II

A resposta de França e Inglaterra aos acontecimentos de 1º de setembro não foi imediata. Ainda que o compromisso assumido com a Polônia as obrigasse a declarar guerra à Alemanha, tentaram negociar com Hitler. Por meio de Mussolini, buscaram atrair Hitler para uma nova conferência européia. Dessa vez, a proposta era manter a paz em troca do "Corredor Polonês" e da cidade de Dantzig. No entanto, Hitler não desejava mais nenhuma negociação parcial, tampouco a opinião pública britânica estava disposta a aceitar mais um recuo de seu governo. No dia 3 de setembro, sem ter tido satisfação de seu *ultimatum*, o governo britânico declarou guerra à Alemanha. Sem escolha, logo a seguir, o governo francês fez o mesmo.

À declaração de guerra não se seguiu o enfrentamento. A característica da fase inicial da guerra foi a inação. Esse período tornou-se conhecido como *la drôle de guerre* (a guerra esquisita); os alemães o denominaram *Sitzkrieg*, guerra sentada. Essa falta de ação deveu-se à estratégia militar defensiva e à concepção segundo a qual a Alemanha poderia ser derrotada mediante bloqueio econômico. Seguindo essa orientação, os franceses permaneceram estáticos por trás das fortificações da Linha Maginot. Os britânicos, por sua vez, ao mesmo tempo em que concediam poderes excepcionais ao governo (Leis de Poderes de Emergência), imediatamente prepararam-se para se protegerem de bombardeios aéreos sobre suas principais cidades: foram distribuídas máscaras contra gases aos civis (as das crianças tinham o modelo do Mickey Mouse); perto de 3 milhões de mulheres e crianças trocaram seus lares pelas áreas mais seguras do norte e do oeste; cinemas e teatros foram proibidos de funcionar; proibiu-se o uso dos faróis dos veículos. Contudo, não demorou e essas medidas foram relaxadas. A guerra limitava-se à propaganda, com chuvas de panfletos para os civis e discursos transmitidos pelo rádio. Os únicos combates mais sérios aconteceram no mar, por conta da devastadora ação dos submarinos alemães e do navio de guerra alemão *Graf Spee*, que, atuando no Atlântico Sul, afundou nove cargueiros britânicos até ser cercado por estes e afundado pelo próprio comandante, próximo ao porto de Montevidéu. Mas quem pensava que a calmaria poderia abrir caminho para algum entendimento e para a paz enganava-se. O memorando de Hitler para seu comandante-chefe, de 9 de outubro, revelava bem a intenção alemã:

> "O objetivo alemão de guerra é uma solução militar final para o Ocidente, isto é, a destruição do poderio e da capacidade das potências ocidentais, para que jamais se oponham à consolidação do Estado e ao desenvolvimento futuro do povo alemão na Europa. Com relação ao mundo exterior,

esse objetivo deverá incluir vários ajustamentos de propaganda, necessários do ponto de vista psicológico. Isso não altera absolutamente o objetivo da guerra. Esse é e permanecerá sendo a destruição de nossos inimigos ocidentais" (Citado em Falkus, 1968, vol. 4, p. 1838).

A falta de apoio efetivo à Polônia levou Stalin a se cercar de maiores garantias. Preocupava-o sobretudo a vulnerabilidade estratégica de Leningrado. Para contornar essa situação, os soviéticos assumiram o controle da Estônia, Letônia e Lituânia em outubro, por intermédio de tratados de ajuda mútua. Aos finlandeses os soviéticos fizeram uma proposta de negociação territorial em que cediam mais do que pediam, com a finalidade de obter o controle total da entrada do porto russo de Murmansk. Ante a negativa da Finlândia, o exército soviético decidiu-se pela invasão, em 30 de novembro. Seguiu-se daí uma complicada guerra no inverno, em um terreno difícil, de florestas, lagos e pântanos gelados. A resistência finlandesa estendeu-se até março do ano seguinte. Apesar do evidente despreparo do exército soviético, a Finlândia, já completamente descrente da prometida ajuda anglo-francesa, capitulou no dia 12 de março. Mediante um custo de 68 mil mortos os soviéticos asseguraram todas as suas demandas iniciais e garantiram a segurança de Leningrado.

O minério de ferro da Suécia que abastecia a Alemanha era uma grande preocupação de ingleses e franceses. Interessados em interromper o abastecimento, chegaram a cogitar sobre intervenção no porto norueguês de Narvik, por onde a matéria-prima transitava quando o golfo de Bótnia congelava. Porém, Hitler foi mais rápido. Informado da intenção de ingleses e franceses de ajudar os finlandeses em luta contra os soviéticos, em detrimento da neutralidade da Noruega, cedeu aos argumentos do comandante-chefe da marinha e pôs em execução o Plano Weserübung. No dia 9 de abril de 1940 os alemães ocuparam a Dinamarca e invadiram a Noruega. Ainda que com algumas perdas, fruto da decisão anglo-francesa de intervir, os alemães alcançaram êxito e os dois países, desde o início de junho, ficaram sob seu controle. Na Dinamarca não houve mudanças políticas, mas na Noruega o rei Haakon VII fugiu para organizar um governo no exílio e o governo passou a ser exercido por Vidkun Quisling, um fascista norueguês cujo nome tornou-se sinônimo de colaboracionismo.

Nem bem os aliados ocidentais assimilaram o golpe sofrido na Escandinávia, os alemães deram início, em 10 de maio de 1940, à grande ofensiva

no Ocidente. Coincidentemente, nesse mesmo dia Winston Churchill tornou-se primeiro-ministro britânico à testa de um governo de união nacional. Esse foi um momento especial, um ponto de inflexão na história da guerra. Porque, ao desfechar o ataque, a Alemanha definiu sua ampla superioridade na frente ocidental, habilitando-se, a seguir, a atacar a União Soviética. Por outro lado, a ascensão de Churchill ao poder representou uma ruptura com a política britânica de apaziguamento, até então conduzida por Chamberlain. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a intransigente resistência de Churchill funcionará como vértice para a formação da ampla aliança democrática contra a Alemanha nazista.

Era de conhecimento geral que a Alemanha atacaria a França através da Bélgica e de Luxemburgo. O ataque frontal à Linha Maginot acarretaria um custo elevadíssimo; além do mais, o fato de a Bélgica se ter declarado Estado neutro em 1936 nada significaria para Hitler. Mesmo assim, os alemães conseguiram surpreender. Ninguém esperava que eles desfechassem o ataque através das colinas arborizadas das Ardenas. Os franceses supunham essa área intransponível para os carros de combate. Enquanto os franceses tinham sua atenção voltada para o ataque aéreo de pára-quedistas e planadores, que tiveram a ousadia de aterrissar no próprio teto do forte de Eben-Emael, ponto estratégico da Bélgica, ao mesmo tempo em que coalhavam os céus de Rotterdam e Haia, o exército alemão, sob o comando do general Von Kleist, progredia numa penetração fulminante pelas estradas florestais da Bélgica, observados apenas pelos perplexos cavalarianos de grupos de reconhecimento da França. Na realidade, não havia uma grande discrepância de forças. Em número de tanques, os alemães eram mesmo mais fracos, dispondo de 2,7 mil, ao passo que os franceses contavam com 3 mil e os ingleses com 200. A superioridade alemã resultava do uso mais inteligente desses armamentos. Sinteticamente, esse uso inteligente se traduz por grandes concentrações, velocidade e ofensiva. Como os especialistas Peter Calvocoressi e Guy Wint afirmam, enquanto franceses e ingleses cuidavam do tanque com um carinho que lembrava a relação do senhor feudal com seu cavalo, os alemães tratavam o tanque como um instrumento de choque (1979, p. 136). Assim, dispersos e desorientados, os aliados ocidentais não tinham muito como resistir. A ocupação da Holanda completou-se em 16 de maio e no mesmo mês, no dia 28, aconteceu a rendição do exército belga. Em vista do desastre, só restou comemorar a retirada de Dunquerque, concluída em 3 de julho, quando então 338.226 soldados, incluindo 139.097 soldados france-

ses, foram evacuados pela Royal Navy, escapando da força aérea e dos *Panzers* alemães.

Na França, guerra e crise política se confundiram, com a primeira aprofundando a segunda. Tal como na Inglaterra, o governo não resistiu à *drôle de guerre* e ao ataque alemão à Noruega. Em março, Edouard Daladier pedira demissão, dando o lugar de primeiro-ministro a Paul Reynaud, embora continuasse a fazer parte do governo como ministro da Defesa. Com a invasão alemã e a dispersão das tropas francesas, provocando um ambiente de pânico generalizado entre os civis, a crise política aumentou. Apavorado com o avanço dos blindados alemães, o governo francês foi transferindo a capital, primeiro de Paris para Tours, depois, de Tours para Bordeaux, enquanto Reynaud lançava desesperados e inócuos apelos a Roosevelt para que os americanos impedissem a vitória alemã. Por outro lado, apesar de toda a pressão de Churchill em sentido contrário, fortalecia-se a facção favorável a um imediato armistício. A oportunista declaração de guerra da Itália, em 10 de junho, seguida de um malsucedido ataque à região dos Alpes, reforçou a posição pró-armistício. Assim, constrangido pela pressão do ex-primeiro-ministro Pierre Laval e alguns parlamentares, e também do comandante-chefe naval almirante François Darlan e do marechal Philippe Pétain, o presidente da República Albert Lebrun desistiu de transferir a sede do governo para alguma colônia do norte da África e de lá conduzir a guerra contra os alemães e assinou a rendição, em 22 de junho de 1940.

A rendição francesa representou o grande triunfo de Hitler e a abertura de uma ferida profunda na nação francesa. As condições alemãs para o armistício foram apresentadas em 21 de junho: a metade norte da França (inclusive Paris) e toda a costa atlântica seriam ocupadas pelos alemães; um governo francês seria responsável pela administração de todo o país, cooperando com as forças alemãs na zona de ocupação e pagando os custos de manutenção das forças alemãs; as tropas francesas seriam desmobilizadas e a frota francesa permaneceria no porto de Toulon; quanto ao império colonial, não seria tocado. Para a formalização da rendição, Hitler exigiu que se retirasse do museu o vagão ferroviário em que, em novembro de 1918, o marechal Foch havia aceitado a rendição alemã. Uma vez assinada a rendição, Pétain instalou a sede do governo na cidade de Vichy. Deste modo, melancolicamente, chegava ao fim a Terceira República francesa, ao mesmo tempo em que se iniciava uma divisão até hoje não completamente superada. De um lado, os partidários de Vichy, representando a França conservadora, próspe-

ra e clerical, que escolheram a tríade "Trabalho, Família, Pátria" como dístico. De outro lado, os que seguiram o chamamento lançado pelo general Charles de Gaulle, em 18 de junho, para que os franceses continuassem na guerra. Enquanto a facção de Pétain e Laval tornou-se tristemente conhecida por sua presteza em colaborar com os invasores nazistas, a facção de De Gaulle recebeu o apoio de Churchill e deu eco aos sentimentos de todos os setores democráticos e progressistas da sociedade francesa, dirigindo a resistência a partir da África mediterrânea.

Churchill tentara por todos os meios impedir a rendição francesa. Não tendo conseguido, e temeroso do uso que os alemães podiam dar à esquadra francesa, tomou uma decisão drástica: em 3 de julho de 1940 os navios franceses ancorados em portos britânicos foram apresados pela Marinha Real, e a maior parte da esquadra francesa, ancorada no porto argelino de Mers-el-Kebir, foi afundada. No entanto, o principal da questão é que a Alemanha tinha o inteiro domínio do continente e a Inglaterra estava isolada. Assim postas as coisas, os exércitos perderam a importância para as forças naval e aérea. Os britânicos partiram para o bloqueio econômico da Alemanha e da Itália nos mares, tendo os alemães reagido com a guerra submarina. Os alemães, por sua vez, procuraram usar sua superioridade nos ares com o bombardeamento da Inglaterra. De agosto de 1940 a junho de 1941 desenrolou-se a chamada "Batalha da Inglaterra", que resultou em dezenas de milhares de mortos e feridos. Não obstante o grande sofrimento da população inglesa, foi honrado o compromisso que Churchill assumiu na Câmara dos Comuns em 4 de junho de 1940:

> "Muito embora grandes extensões da Europa e muitos antigos e famosos Estados tenham caído ou possam cair ainda nas garras da Gestapo, nós não nos deixaremos desanimar nem quebrantar. Iremos até o fim. Lutaremos na França, lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos nas praias, lutaremos nos pontos de desembarque, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos; e mesmo que esta ilha ou grande parte dela, o que nem por um instante posso acreditar, venha a ser subjugada e esteja a morrer de fome, então o nosso império de além-mar, armado e protegido pela esquadra britânica, prosseguirá a luta até que, quando Deus o queira, o novo mundo, com toda a sua força e poderio, avance a socorrer e a libertar o velho" (citado em Joll, 1982, p. 569).

III

Na segunda metade de 1941 dois dramáticos acontecimentos transformaram a guerra européia em guerra mundial. O primeiro deles consistiu na Operação Barbarossa. Em 23 de junho de 1941, Hitler lançou 3,5 milhões de homens, 3.550 tanques e 5 mil aviões sobre a URSS. Por meio dessa gigantesca *Blitzkrieg*, os alemães pretendiam alcançar as cidades de Leningrado e Moscou e tomar a Ucrânia. O sucesso dessa operação implicaria a tomada das duas principais cidades da União Soviética e a apropriação de grandes centros produtores de trigo, carvão e petróleo, o que provavelmente tornaria a Alemanha uma potência inexpugnável. O segundo acontecimento foi o ataque japonês à base naval americana de Pearl Harbor, nas ilhas Hawai. No dia 7 de dezembro de 1941, sob o comando do almirante Yamamoto, e sem prévia declaração de guerra, 353 aviões chegaram a Pearl Harbor sem serem detectados e em 2 horas destruíram 350 aeroplanos, 5 encouraçados e atingiram 3,7 mil homens. Depois do ataque, os japoneses passaram a exercer total controle sobre o Oceano Pacífico, tendo tomado, em maio de 1942, Malásia, Cingapura, Birmânia, Hong Kong, as Índias Orientais Holandesas, as Filipinas e duas possessões americanas: Guam e a ilha de Wake. A guerra contra a União Soviética era, simultaneamente, uma peça-chave da ideologia nazista e um objetivo geopolítico central. Os generais alemães advertiram Hitler da inconveniência de ampliar a guerra para duas frentes. No entanto, Hitler esperava persuadir os ingleses da inutilidade de sua resistência, obtendo uma vitória rápida e arrasadora sobre os soviéticos, e também esperava impedir que os soviéticos se antecipassem e iniciassem uma guerra contra a Alemanha. Segundo os cálculos de Hitler, a guerra em duas frentes deveria ser bem curta.

A campanha começou com atraso. O surpreendente e ineficaz ataque italiano à Grécia e o inconformismo do povo iugoslavo com a acomodação de seu rei à ordem imposta pelos nazistas obrigaram os alemães a intervir nos dois países, o que os levou a adiar a Operação Barbarossa. Ainda assim, o ataque causou surpresa. Apesar dos serviços de espionagem britânico, americano e dos próprios soviéticos, além das informações prestadas pelos desertores alemães que cruzavam a fronteira dos dois países na Polônia, darem como certa a invasão alemã, Stalin preferiu não acreditar. Em 13 de abril de 1941, os soviéticos haviam assinado um pacto de não-agressão com os japoneses, mas nem por isso Stalin decidiu deslocar tropas para o Ocidente, para fazer frente ao ataque nazista.

A situação do exército soviético não era das melhores. Por duas razões encontrava-se fragilizado. A primeira devia-se aos expurgos políticos havidos na cúpula das forças armadas desde 1936. A segunda razão era formada pela grande dispersão do exército, espalhado pelas áreas recentemente incorporadas ao território soviético. Por tais motivos, o ataque nazista foi muito bem-sucedido: aproximadamente 3 milhões de soldados soviéticos foram mortos ou aprisionados. Todavia, quando o mês de outubro chegou, as chuvas abundantes transformaram os campos de batalha em gigantescos lamaçais, tornando extremamente dificultosa a movimentação dos tanques alemães. Logo depois, em dezembro, veio o inverno. A partir de então, a situação dos alemães tornou-se dramática. Seus equipamentos não suportaram o frio intenso. Com a visibilidade reduzida por causa da neve e enfrentando temperaturas de até 38 graus negativos, os alemães viram a *Blitzkrieg* transformar-se numa guerra tradicional a ser decidida pelo potencial humano e pela disponibilidade de recursos materiais. Esse caráter novo da guerra confirmou-se quando, em 5 de dezembro, os soviéticos lançaram um contra-ataque a partir de Moscou e, também, por terem sido bem-sucedidos na operação de transferir as plantas industriais da região oeste para os Urais e a Sibéria, onde puderam multiplicar a produção e fazer frente às necessidades novas.

O ataque japonês a Pearl Harbor e a conseqüente guerra entre americanos e japoneses no Pacífico foram o resultado de um processo de desgaste das relações entre ambos os países que se havia iniciado na Primeira Guerra Mundial. Já na Conferência de Washington (de 1921/22), os Estados Unidos e a Grã-Bretanha procuraram conter as ambições japonesas no Pacífico, negociando uma limitação de seu programa de expansão naval. Em 1934, o Japão exigiu paridade naval com os Estados Unidos. Uma vez recusada a proposta, os japoneses denunciaram todos os acordos limitativos e retiraram-se da Conferência Naval de Londres, de janeiro de 1936. Desde então, os japoneses passaram a falar mais desinibidamente da "Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental", considerada como a "Doutrina Monroe Japonesa".

A expansão japonesa havia começado em 1895, quando venceu a China, impôs-lhe o Tratado de Shimonoseki e passou a exercer tutela sobre a Coréia. Definida sua área de projeção, o Japão passou a ter atritos constan-

tes com a China e a Rússia. A área de atrito passou a incluir os Estados Unidos, quando os japoneses ocuparam a Manchúria, em 1931, e, a seguir, a própria China, em 1937.

A razão fundamental para a expansão japonesa residia na dialética entre crescimento econômico e carência de matérias-primas estratégicas. Quanto mais a indústria japonesa crescia, mais necessidade criava de importar ferro, carvão e petróleo. Com a crise de 1929 e o resultante atrofiamento do comércio internacional, o governo japonês, a exemplo do que ia pelo mundo, tomou a radical decisão de formar um espaço econômico autárquico. O que significava submeter à sua soberania áreas produtoras de matérias-primas da região, que tanto podiam ser Estados autônomos como colônias das metrópoles européias. Buscando conter o imperialismo japonês, sem entrar em confronto direto, os Estados Unidos, principais provedores de petróleo dos japoneses, passaram, assim como os holandeses, a contingenciar as exportações para o Japão. Todavia, o embargo não alterava o projeto japonês. Pelo contrário, quanto mais se reduzia o fornecimento, mais agressivo tornava-se o imperialismo japonês. Esse processo atingiu o ápice quando, em julho de 1939, os Estados Unidos comunicaram que, a partir de janeiro de 1940, o Tratado Americano-Japonês de Comércio e Navegação estaria suspenso. A denúncia do tratado significava que o Japão não mais teria a garantia do acesso às matérias-primas americanas a preço de mercado. O objetivo americano era derrotar o Japão sem ter que disparar um tiro sequer. No entanto, o efeito foi outro. No Japão, fortaleceu-se a convicção quanto à necessidade de se promover a auto-suficiência econômica, o que levou à formulação de duas metas estratégicas: ocupar as áreas que pudessem ser rapidamente utilizadas para a produção de matérias-primas e apropriar-se das rotas marítimas necessárias para tomar essas áreas e transportar as matérias-primas para o Japão. Ou seja, entre aceitar a superioridade dos Estados Unidos, negociando conforme seus termos, e desafiar o seu poder, desencadeando uma guerra, o Japão optou pela segunda alternativa.

No dia 11 de dezembro de 1941, imediatamente após o ataque japonês a Pearl Harbor, Hitler declarou guerra aos Estados Unidos. Com essa declaração formal acabaram as dúvidas do Congresso americano a respeito da conveniência do país entrar decididamente na guerra.

Desde que a guerra principiou, a política de Franklin Roosevelt tinha sido a de ajudar a Grã-Bretanha de todo os modos, sem participar diretamente do

conflito. Em 11 de março de 1941 o presidente Roosevelt firmou a Lei Lend-Lease (Empréstimo-Arrendamento). A lei, denominada por Roosevelt Lei de Ajuda às Democracias, permitia aos Estados Unidos abastecerem a Grã-Bretanha de navios, aviões, máquinas, matérias-primas, manufaturados de todo tipo e alimentos em troca de promessa de pagamento depois da guerra. Quando os alemães atacaram a União Soviética, no mês de junho, Roosevelt seguiu o exemplo de Churchill, que estabeleceu laços de aliança com Stalin, e estendeu a ajuda americana aos soviéticos. Em agosto de 1941, no encontro de Roosevelt com Churchill em Terra Nova, litoral norte do Canadá, os americanos haviam renovado sua intenção de apoiar o esforço de guerra dos ingleses, definindo com clareza seus objetivos. Pela Carta do Atlântico, assinada pelos dois estadistas a bordo do couraçado *Potomac*, em oito pontos assumia-se o compromisso de: não realizar nenhuma modificação territorial sem o consentimento dos povos em tela; respeitar o princípio da autodeterminação dos povos; não impedir o acesso dos Estados às matérias-primas necessárias ao seu processo econômico; promover a colaboração com todos os Estados com vistas ao desenvolvimento econômico-social; levar à prática, depois da vitória sobre o nazismo, uma paz fundada na segurança coletiva e na redução dos armamentos e promover a liberdade dos mares. Na realidade, a Carta do Atlântico renovava os princípios liberais fundamentais contidos nos Quatorze Pontos de Wilson, apresentados ao Congresso americano em janeiro de 1918. Com uma diferença, é verdade. Dessa vez, havia-se formado um consenso realista nos Estados Unidos, reconhecendo a necessidade de uma atuação internacional compatível com o poder e os interesses nacionais americanos. Assim entendida, a carta sinalizava o fim da política isolacionista dos Estados Unidos e a intenção de trabalhar para a organização de um sistema internacional para o pós-guerra que não comportasse mais anexações de territórios e impérios coloniais.

Quando, portanto, os japoneses lançaram seu ataque aos Estados Unidos, os objetivos políticos de guerra dos americanos já estavam esclarecidos. Daí porque muito naturalmente perfez-se a Grande, também chamada Estranha, Aliança.

O documento mais importante da Grande Aliança foi assinado na Casa Branca, no dia 1º de Janeiro de 1942, por 26 representantes de Estados: a Declaração das Nações Unidas. A declaração retoma o conteúdo da Carta do Atlântico, acrescentando o direito à liberdade de religião e o compromisso de todos os signatários de permanecerem unidos até a vitória final.

A relativa desconfiança mútua existente nas relações entre os três grandes (Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS) permitiu que a aliança tivesse êxito. Embora possa parecer que Roosevelt e Churchill estivessem sempre de acordo contra as opiniões de Stalin, devido ao interesse dos dois em defender as bases fundamentais do sistema capitalista de produção, a verdade é que na prática as relações eram mais complexas. Stalin era, para Churchill, um interlocutor bastante sensível à realidade das relações de poder, ao contrário de Roosevelt, que condenava os pactos coloniais e as medidas protecionistas. Com Stalin, Churchill podia falar abertamente sobre remanejamento de fronteiras e áreas de influência para garantir a segurança de seus respectivos Estados. Enfim, todos estavam cientes das diferenças que os separavam, mas sabiam também que os projetos de Hitler os ameaçavam identicamente.

Na verdade, nunca ficou esclarecido o que Hitler e os teóricos nazistas pretendiam construir. Conforme a propaganda nazista, o objetivo consistia em formar o *Grossraum* (O Grande Estado Germânico), o qual abarcaria a Europa do Atlântico aos Urais. O plano de funcionamento e as estruturas econômicas desse *Grossraum*, no entanto, nunca foram devidamente explicitados. O que se convencionou chamar Nova Ordem, que seria a estrutura sócio-econômica das áreas sob domínio alemão, não passava de uma improvisada e brutal exploração da força de trabalho de homens e mulheres aprisionados em campos de concentração. Como afirma William Shirer,

> "a degradação sob o domínio nazista desceu a um grau raras vezes experimentado pelo homem em toda a sua vida na Terra. Milhões de homens e mulheres decentes e inocentes foram submetidos a trabalhos forçados, milhões de outros torturados nos campos de concentração e outros mais [incluídos quase seis milhões de judeus] foram assassinados a sangue-frio ou deliberadamente condenados a morrer de fome e seus restos foram queimados" (Citado em Lowe, 1995).

Os alemães organizaram 20 grandes campos de concentração e 165 campos auxiliares. Em 1942, havia cerca de 100 mil pessoas internadas e, no período 1944-45, atingiu-se a marca de 500 mil pessoas, de diferentes nacionalidades. No interior do Reich, em 1944, havia cerca de 8 milhões de estrangeiros trabalhando. Nem todos esses estrangeiros eram propriamente prisioneiros, existindo também trabalhadores assalariados voluntários. O comportamento dos nazistas ante os estrangeiros era também diferenciado. E o critério de diferenciação era a esdrúxula classificação racial do regime. Por ela, por exemplo, os *Ostarbeiter* (trabalhadores do Leste) eram escravos que deveriam trabalhar até a completa exaustão, enquanto para os judeus devia ser reservada a "Solução Final", que, inicialmente, propunha-se a um programa de deportação em massa e, depois, assumiu a forma do assassinato, muitas vezes precedido de experiências "científicas" perversas.

No Oriente, por outro lado, os japoneses também trataram duramente os povos asiáticos que ficaram sob sua autoridade, ainda que nunca tenham cometido as mesmas barbaridades praticadas pelos alemães. Ao acenarem com o programa da "Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental", os japoneses criaram uma expectativa positiva entre os povos asiáticos. Acreditava-se que os japoneses iriam livrar os povos asiáticos da tutela colonial exercida pelas metrópoles européias. O tratamento dispensado pelos militares japoneses, todavia, frustrou a todos. Afinal, não demonstravam qualquer preocupação com a sorte dos povos sob seu domínio, e a única coisa que os interessava era a satisfação de suas necessidades econômico-estratégicas.

A decepção acabou causando, porém, um resultado produtivo. A pressão feita pelos novos colonizadores, muito mais autoritários e impiedosos que os europeus, quando não se juntando a eles, como foi o caso da Indochina, onde franceses ligados à República de Vichy praticamente associaram-se aos invasores japoneses, serviu para amadurecer a consciência nacional, gerando os movimentos de libertação. Em conseqüência, depois da derrota e saída dos japoneses dos territórios ocupados, esses movimentos mostraram-se decididos a não permitir o retorno dos colonialistas europeus. As tentativas de retorno à força redundaram em guerras de libertação nacional, como aconteceu na Indochina e na Indonésia, onde franceses e holandeses acabaram militarmente derrotados.

A ocupação alemã na Europa também provocou reação da população civil. Esta manifestou-se sob a forma da Resistência. O movimento nos *maquis* (vegetação de arbustos/lugar pouco acessível), denominação francesa para Resistência, apresentou características diferentes de país para país. Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Bulgária, Grécia, Albânia, Hungria, Noruega, Holanda, Bélgica, França, Itália: em cada um desses países as forças políticas antifascistas articularam-se de um determinado modo, segundo sua história e tradição política. De um modo geral, houve dois tipos de resistências: aquelas ligadas organicamente aos governos no exílio e aquelas independentes, de tendência esquerdista, nas quais os Partidos Comu-

nistas exerceram poderosa influência. No que concerne à prática, todos esses movimentos dedicaram-se à espionagem em favor dos aliados, à sabotagem, à contra-informação, enfim, a toda e qualquer atividade que de alguma maneira contribuísse para a derrota do nazismo. Naturalmente que alguns movimentos tiveram maior repercussão e condicionaram mais fortemente a reorganização dos sistemas políticos posteriores à guerra do que outros. Entre os mais marcantes, não há como deixar de citar a Resistência iugoslava, que, sob a liderança do comunista Josip Broz Tito, enfrentou sozinha as forças nazistas e, por essa razão, obteve suficiente legitimidade entre todos os três grandes aliados para constituir governo no pós-guerra, em detrimento da monarquia exilada.

IV

No início de 1943 aconteceu a virada da guerra. Em três cenários diferentes as forças do Eixo foram derrotadas e começaram a perder terreno. Em junho de 1942, na ilha de Midway, no Pacífico, os americanos obtiveram uma grandiosa vitória naval que pôs um ponto final na progressão militar japonesa. Em outubro de 1942, na batalha de El Alamein, no Egito, o comandante britânico Montgomery quebrou a invencibilidade do general alemão Erwin Rommel e começou a expulsar as forças do Eixo do norte da África. E, em fevereiro de 1943, chegou ao fim a batalha de Stalingrado, iniciada em novembro de 1942, com a vitória do exército soviético, que, desde então, partiu para a contra-ofensiva em direção a Berlim.

Na guerra entre americanos e japoneses no Pacífico, em maio de 1942, na batalha do Mar do Coral, os japoneses já haviam começado a encontrar sérias dificuldades. Travada entre os dias 6 e 8, a batalha do Mar do Coral inaugurou um tipo novo de guerra naval, onde o papel principal foi desempenhado pelos porta-aviões e pela própria aviação, sem enfrentamento de navios.

A virada propriamente dita só aconteceu, no entanto, na batalha de Midway. Midway é uma pequena ilha de coral do centro do Pacífico, situada a 1.100 milhas de Pearl Harbor e a 2.500 milhas de Tóquio. Os americanos já a ocupavam desde 1867, mas apenas a partir de 1938 passaram a fortificá-la. Depois da batalha sem vencedores do Mar do Coral, o comandante Yamamoto decidiu ocupar Midway tanto para poder agredir a costa leste

dos Estados Unidos, como para impedir que os americanos a usassem para atingir Tóquio. A batalha foi travada no dia 4 de junho de 1942. Apesar da superioridade técnica da marinha imperial japonesa, os americanos foram mais astutos. Tendo adquirido o conhecimento do código naval japonês, puderam acompanhar todos os movimentos da frota inimiga e lhe impor pesadíssimas perdas. Os japoneses perderam 4 porta-aviões, um cruzador, 322 aviões e 3.500 marinheiros. O Japão ressentiu-se tanto da derrota que o povo só tomou conhecimento dela nos anos 50, sendo que, logo após a batalha, os feridos ficaram isolados e sob vigilância e todos os documentos a ela relativos foram destruídos. A partir de Midway, sob o comando do general MacArthur, os americanos começaram a recuperar as ilhas do Pacífico, em um processo conhecido como "saltar de ilha em ilha".

A expulsão dos *Afrika Korps* de Rommel do Oriente Médio constituía um objetivo de grande importância para os estrategistas britânicos. Estava em jogo o domínio sobre as áreas produtoras de petróleo, principalmente o Irã, e o controle sobre a rota para a Índia. Além do mais, em todas as áreas coloniais, a diplomacia alemã procurou estimular e desenvolver um sentimento nacional contra o imperialismo inglês. Por tais razões, para os ingleses, a expulsão dos nazistas daquela região tinha um grande significado, ela representava a possibilidade de manter o império colonial.

O êxito britânico no confronto com o brilhante general alemão em El Alamein deveu-se à reunião de três fatores. O primeiro deles foi a talentosa e criativa liderança do general Montgomery à frente do VIII Exército Britânico. O segundo foi a elevada capacidade de fogo do VIII Exército. Nessa batalha, Montgomery dispôs de 1.029 tanques, contra 220 alemães e 276 italianos; 1.451 canhões antitanques, contra 550 dos alemães e 300 dos italianos; e 195 mil soldados britânicos contra 100 mil soldados inimigos. O terceiro fator foi a decifração do código de comunicação das forças alemãs, o que permitiu um certo controle sobre a movimentação do inimigo.

A vitória em El Alamein valeu não só pelas novas condições que proporcionava aos aliados no Oriente Médio, mas também por ter favorecido o desembarque dos aliados no norte da África, a Operação Tocha, desencadeada a 8 de novembro, que resultou na ocupação daquela região, garantindo o controle do litoral sul do Mediterrâneo em toda a sua extensão.

A Batalha de Stalingrado foi decisiva na guerra entre nazistas e soviéticos. A partir da heróica vitória do exército soviético, a URSS iniciou a trajetória que a elevou à categoria de superpotência. Simultaneamente, sinalizou

o fim do projeto de Hitler de submeter a totalidade da Europa à ordem da Alemanha nazista.

Situada às margens do rio Volga, a cidade de Stalingrado constituía o último grande obstáculo para os alemães alcançarem os campos petrolíferos do Cáucaso. A vitória de Stalin, além de seu natural significado militar, representou um profundo golpe psicológico e uma significativa perda econômica para os alemães.

Quando, em 2 de fevereiro, cercado, o general Friedrich von Paulus decidiu capitular, derrotado pela obstinação do povo soviético e pelo "general inverno", só lhe restavam, sem alimentos nem munições, 130 mil dos 300 mil soldados que compunham o VI Exército. Em Stalingrado, conforme palavras de Alan Clark,

> "cada batalha se transformou em combates entre indivíduos: os soldados provocavam e xingavam seus adversários do outro lado da rua; muitas vezes podiam mesmo ouvir-lhes a respiração, enquanto recarregavam as armas; duelos corpo a corpo eram travados a golpes de faca ou até de picareta, pedras ou pedaços de aço retorcido, em meio à escura penumbra de fumaça e pó" (1974, p. 2.045).

A partir de 1943, mediante essas três vitórias fundamentais, a questão militar da Segunda Guerra tornou-se praticamente definida. O problema para os aliados passava a ser o de conduzir a luta até a vitória final com um mínimo de custo de homens e material. Já não havia como o Eixo reverter o quadro estabelecido.

Prova disso foi o rompimento do elo mais frágil do Eixo: a capitulação da Itália. Em 14 de janeiro de 1943, sem a presença de Stalin, ocupado com a Batalha de Stalingrado, Churchill e Roosevelt reuniram-se em Casablanca, Marrocos. Lá, após comprometerem-se a permanecer juntos até a capitulação sem condições dos países do Eixo, decidiram promover um desembarque na Sicília (Operação Husky). Efetuado o desembarque, em 10 de julho de 1943, o rei Vitor Emmanuel III, em 24 de julho, reuniu o Grande Conselho Fascista, que surpreendentemente deu um voto de desconfiança contra Mussolini. No dia seguinte, o *Duce* foi preso e o general Badoglio tentou incorporar, sem sucesso, a Itália no campo dos aliados.

Para os Três Grandes, o problema político passou a ser muito mais importante. O que interessava era a modelagem do sistema internacional que

estava para nascer com o fim da guerra. Para Churchill, Roosevelt e Stalin, tratava-se de criar condições favoráveis para a realização de seus respectivos interesses nacionais. Para Stalin, o fundamental era a segurança do território soviético. Para Churchill, a questão da segurança traduzia-se na manutenção de determinados pontos estratégicos, com vistas à defesa do império colonial. Para Roosevelt, que acreditava que a cooperação entre os Três Grandes poderia continuar depois da guerra, o objetivo principal era usar o poder econômico dos Estados Unidos para criar uma ordem econômica internacional liberal, sem os protecionismos nacionalistas que marcaram a década de 1930.

O primeiro dos grandes encontros ocorreu em Moscou, reunindo os ministros das Relações Exteriores das três potências, em outubro de 1943. A decisão principal foi a de prolongar a cooperação entre os três, mesmo depois da guerra, agregando a China a esse fechado clube de potências.

Na Conferência de Teerã, que teve lugar entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1943, pela primeira vez Churchill, Stalin e Roosevelt se reuniram. Os resultados da conferência foram a decisão de prosseguir as negociações em torno da criação da ONU, efetuadas em Dumbarton Oaks no ano seguinte, e a definição do Dia D, isto é, o desembarque aliado na Normandia abrindo a segunda frente na Europa, para liquidar o exército alemão.

Em Yalta, uma estação balneária na Criméia (URSS), os Três Grandes estiveram juntos de 4 a 11 de fevereiro de 1945. A Conferência de Yalta tornou-se conhecida como a conferência em que Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha dividiram a Europa em zonas de influência. A verdade, porém, não é bem essa. Quando a conferência aconteceu, o exército soviético já havia passado o "rolo compressor"sobre boa parte da Europa do Leste, inclusive sobre a Polônia, no seu caminho para Berlim. Assim sendo, quando teve início a discussão sobre as fronteiras e sobre o governo da Polônia, ou seja, o governo refugiado em Londres ou o comitê de comunistas de Lublin, os soviéticos já estavam estabelecidos no terreno. Desse modo, vale dizer que a realidade militar antecedeu à realidade político-diplomática no concernente à divisão da Europa.

A Conferência de Potsdam, entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945, foi a última das conferências em que se reuniram os Três Grandes. A realidade, transcorridos seis meses após Yalta, já havia mudado significativamente. Roosevelt tinha morrido no dia 12 de abril. Seu lugar estava sendo ocupado por seu vice, Harry Truman, que, na conferência, tomou conhecimento do

êxito do Projeto Manhattan e da conseqüente fabricação da bomba atômica. Winston Churchill, por sua vez, participou da abertura da conferência, mas foi obrigado a voar de volta para Londres e ceder seu lugar ao novo primeiro-ministro inglês Clement Atlee, eleito pelo Partido Trabalhista. Dos três estadistas originais apenas Joseph Stalin manteve-se no poder.

Do ponto de vista da tomada de decisão, a conferência pouco avançou em relação à Conferência de Yalta. A guerra na Europa já se havia concluído. Por isso, toda a discussão concentrou-se sobre o que fazer com a Alemanha, até que se chegou à conclusão da sua divisão entre os três vencedores, mais a França, e da sua completa desnazificação, incluindo um tribunal internacional para julgar os criminosos de guerra. De outro lado, Stalin conseguiu efetivar as fronteiras da Polônia entre a Linha Curzon e a Linha Oder-Neisse, à custa de uma parte territoral da Alemanha, alcançando assim seu objetivo geoestratégico.

O funcionamento do sistema capitalista internacional do pós-guerra, que era o que mais preocupava as autoridades americanas, começou a ser previsto na Conferência de Bretton Woods. Nesse vilarejo dos Estados Unidos, nas montanhas de New Hampshire, de 1º a 22 de julho de 1944, estiveram reunidas delegações de 44 países com o intuito de lançar as bases de uma nova arquitetura econômica. As delegações mais influentes foram a americana e a inglesa: a americana, chefiada por Herry Dexter White, por causa do formidável poder econômico dos Estados Unidos e, também, por causa da sua vontade de realizar grandes mudanças; e a inglesa, em virtude não só do poder nacional da Grã-Bretanha, mas sobretudo devido à projeção intelectual de Lord Maynard Keynes, chefe da delegação.

Objetivamente, da Conferência de Bretton Woods resultou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), logo denominado Banco Mundial. Um pouco depois da conferência foi firmado o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Produto de uma composição entre as teses de H. D. White e de Lord Keynes, organismos formaram a chamada Tríade de Bretton Woods — estabilidade de preços, mercados internos flexíveis e comércio exterior mais livre —, que se manteve funcionando sem maiores problemas até 1971.

V

A fase conclusiva da guerra teve início com o Dia D, 6 de junho de 1944, dia em que uma força anglo-americana realizou o desembarque na Normandia (Operação *Overlord*), a maior operação anfíbia da história. Quando, no dia 5, às 21:15, a BBC transmitiu parte de um verso — "*Les sanglots longs des violons de l'automne/Blessent mon coeur d'une langueur monotone*" —, a Resistência tomou conhecimento de que o "dia" havia chegado. Logo depois, 3,5 milhões de soldados aliados desembarcavam nas praias do norte da França, a bordo de 1,2 mil navios de guerra, 1,6 mil navios mercantes, 13 mil aviões e 4 mil veículos de assalto, sob o comando do general americano Dwight Eisenhower.

Os alemães sabiam que cedo ou tarde os aliados tentariam o desembarque. Por isso, empenharam-se em construir o que denominaram "Muralha do Atlântico". Evidentemente, não era possível fortiticar todos os 3.200 quilômetros da costa. Daí que a muralha guarnecia apenas aqueles trechos considerados mais acessíveis. Quando os alemães perceberam que o desembarque poderia acontecer na Normandia, nada mais restava a fazer. Passadas 24 horas de combate, a operação foi considerada um êxito. Ficara claro que os alemães já não tinham como deter a marcha dos aliados rumo a Paris e, em seguida, a Berlim. Não obstante o respeitável poder de fogo dos alemães, dois fatores foram decisivos para o sucesso dos aliados: sua folgada superioridade aérea sobre a *Luftwaffe* e a falta de entendimento entre os generais Von Rommel e Von Rundstedt a respeito do melhor tipo de defesa a empregar.

Em 15 de agosto de 1944, os aliados deram um golpe profundo na defesa alemã, quando desembarcaram novas tropas americanas e francesas no sul da França, sob o comando do general Devers. Logo a seguir, no dia 19, depois de muita discussão entre comunistas e não-comunistas do Comitê de Libertação de Paris, a população de Paris sublevou-se contra os ocupantes nazistas. Desde então, criou-se uma confusa situação só superada com a entrada da Segunda Divisão francesa em Paris, sob o comando do general Jacques Leclercq, no dia 24 de agosto. Nesse mesmo dia os alemães se renderam. E, no dia seguinte, 25 de agosto, o general De Gaulle entrou em Paris para assumir o governo da França, em nome da Resistência da França Livre.

A última etapa da defesa alemã aconteceu com o uso dos foguetes V1 e V2 e com o contra-ataque nas Ardenas, em dezembro de 1944. Ainda que os

foguetes fossem armas realmente poderosas (o V2 media 14 metros de comprimento, pesava 13 toneladas com a carga e podia transportar uma tonelada de explosivo a 400 quilômetros), os aliados haviam sido bem informados acerca de sua localização pelos serviços de informação e pelos guerrilheiros, o que possibilitou sua rápida neutralização. Quanto ao confronto nas Ardenas, os alemães beneficiaram-se da surpresa e do número no início das operações, mas já não havia mais como deter o avanço dos exércitos comandados por Eisenhower.

A abertura de uma segunda frente de batalha no Oeste da Europa era uma velha reivindicação de Stalin, que desconfiava que os anglo-americanos pretendiam deixar que o exército soviético se desgastasse ao máximo lutando sozinho contra os alemães. Uma vez, porém, tendo sido aberta a segunda frente, o exército soviético evoluiu, com determinação, da Polônia para Berlim, ao mesmo tempo, que os anglo-americanos iam também vencendo os obstáculos rumo à capital do Reich. A marcha convergente dos exércitos aliados consumou-se em Torgau, junto ao rio Elba, 120 quilômetros ao sul da cidade de Berlim.

Depois de ter usado o último cartucho no contra-ataque nas Ardenas, Hitler refugiou-se em seu *Bunker* em Berlim, onde passou o resto de seus dias. Até a posse de Harry Truman, devido à morte de Franklin Roosevelt, em 12 de abril de 1945, Hitler alimentou a esperança de que os anglo-americanos percebessem que o que estava em jogo na Europa não era mais o projeto hegemônico da Alemanha, mas sim a efetiva ocupação pela União Soviética de todas as terras situadas a Leste. Ao se dar conta, no entanto, da disposição de Truman de seguir a política de seu antecessor, de cooperação com a URSS, Hitler percebeu que já não havia mais salvação para o III Reich, nem tampouco para ele próprio.

Hitler estava decidido, por sua vez, a não ter um fim igual ao de Benito Mussolini, que foi capturado e fuzilado pelos membros da Resistência italiana, em 28 de abril de 1945, quando, a partir de Milão, tentava alcançar a Suíça, tendo seu corpo e o de sua amante Claretta Petacci sido expostos de cabeça para baixo na Praça Loreto, em Milão.

Quando percebeu que nada mais restava a fazer, e que os soviéticos já se encontravam bem próximo de seu abrigo de concreto na Chancelaria do Reich, Hitler tomou duas decisões. A primeira, foi a de se casar com sua companheira Eva Braun, no dia 29 de abril. A segunda decisão foi a do duplo suicídio. No dia 30, Hitler e Eva envenenaram-se com cianureto. Logo a se-

Clark Gable, Charles Boyer e Rodolfo Valentino com Myrna Loy, Olivia de Havilland e Lila Lee: a sedução de astros e estrelas num céu sem limites

WORLD'S HIGHEST STANDARD OF LIVING

There's no way like the American Way

O *American way of life,* apesar dos lados obscuros, seduziria o mundo

Os novos hábitos de consumo (1950-1971)

A prosperidade das pessoas comuns ou o triunfo do Estado de bem-estar social

Mapas das páginas 10, 11, 12, 13 e 14: **Atlas Strategique**, Gérard Chaliand e Jean-Pierre Rageau
Outras imagens: arquivos dos autores

guir, conforme as instruções que deixara para seus subordinados, Hitler teve seu corpo incinerado; o que serviu para dificultar a identificação feita pelos soviéticos e, assim, alimentar, durante bastante tempo, especulações sobre sua sobrevivência.

No Pacífico, assim como na Europa, o fim da guerra foi marcado pela prevalência dos fatores políticos sobre os fatores militares. Da parte dos Estados Unidos, depois que Truman, em Potsdam, recebeu a mensagem em código "Os bebês nasceram normalmente", dando conta de que o projeto de fabricação da bomba atômica (Projeto Manhattan) tinha tido êxito, o objetivo passou a ser o de liquidar a guerra contra o Japão o mais rápido possível, antes que os exércitos soviéticos, honrando os compromissos assumidos, chegassem ao arquipélago japonês. Da parte da Inglaterra, da França e da Holanda, interessava derrotar os japoneses, mas de uma maneira que possibilitasse a rápida recuperação da soberania sobre as colônias asiáticas invadidas, antecipando-se, portanto, às iniciativas dos movimentos nacionais de libertação criados durante a guerra.

Em seu império (Índia, Paquistão, Birmânia, Ceilão), os ingleses perceberam a inutilidade de um confronto com os nacionalistas, que se empenhavam pela independência. Experientes no assunto, os ingleses procuraram dividir os movimentos e negociar com os grupos mais moderados, com vistas a garantir a permanência das ex-colônias na *Commonwealth*. Na Indonésia, mesmo depois de muita negociação política e também de guerra, os holandeses não conseguiram impedir que a República proclamada por Sukarno e Hatta, com o apoio dos japoneses, se impusesse sobre suas pretensões colonialistas. Na Indochina, o acordo que os franceses assinaram com Ho Chi Minh, pretendendo reduzir ao máximo sua esfera de influência na região, logo foi rompido, dando lugar a uma longa guerra, só concluída com a derrota dos Estados Unidos, na década de 1970.

Hoje já não se tem mais dúvidas quanto à decisão eminentemente política dos dirigentes americanos de lançarem as duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Apesar de ser verdadeira a informação sobre a grande quantidade de tropas disponíveis, sobre a existência de numerosos voluntários *kamikases* ("sopro divino") e, também, de milhares de militares e civis dispostos ao suicídio coletivo, o fato é que depois da queda do general Tojo da chefia do Ministério e das manifestações antiguerra do príncipe Konoye, o consenso na elite japonesa deixara de existir, havendo-se iniciado manobras diplomáticas com o objetivo de negociar a paz com os Estados Unidos. A decisão, fortemente contestada por parte do corpo de cientistas que parti-

cipou da pesquisa nuclear, visava demonstrar ao Japão e a todos os demais Estados a capacidade de destruição da nova arma e, simultaneamente, tornar desnecessária a ajuda militar da União Soviética para derrotar o Japão.

Para descrever a impressão causada pelas duas bombas A, lançadas sobre Hiroshima, em 6 de agosto, e sobre Nagasaki, em 9 de agosto de 1945, que mataram mais de 450 mil pessoas, recorremos à citação que C. J. H. Watson, em *História do século XX* (vol. 5, p. 2200), faz do livro *No high ground*, de Fletcher Knebel e Charles Bailey:

> "Em 6 de agosto de 1945, um avião de bombardeio americano, *Enola Gay*, procedente de Tinian, nas ilhas Marianas, lançou a primeira bomba atômica. Ela desceu de pára-quedas, sendo detonada a 500 metros acima do alvo — Hiroshima. Eram exatamente 8:16 da manhã, a hora mais trágica deste século.
>
> Para os que lá estavam e sobreviveram, a lembrança do instante em que o homem, pela primeira vez, desencadeou contra si mesmo as forças naturais de seu universo é de um relâmpago de pura luz, ofuscante e intensa, mas de uma terrível beleza e variedade. [...] Se houve algum som, ninguém o ouviu.
>
> O relâmpago inicial gerou uma sucessão de calamidades. Primeiro veio o calor. Durou apenas um instante mas foi de tal intensidade que derreteu os telhados, fundiu os cristais de quartzo nos blocos de granito, chamuscou os postes telefônicos numa área de 3 quilômetros e incinerou os seres humanos que se achavam nas proximidades. Tão completamente que nada restou deles, a não ser suas silhuetas, gravadas a fogo no asfalto das ruas ou nas paredes de pedra."

No dia 14 de agosto, o imperador japonês Hirohito anunciava a seu povo a rendição e, em 2 de setembro de 1945, a bordo do encouraçado *Missouri*, ancorado na Baía de Tóquio, o ato foi oficializado diante do comandante americano MacArthur. Era o fim da Segunda Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA

Calvocoressi, Peter e Wint, Guy. 1979. *Guerra total*. Madri, Alianza Editoral, 2 vols.

Clark, Alan. 1974. "Stalingrado". In *História do século XX*, vol. 5. São Paulo, Abril Cultural.

Falcus, Christopher. 1968. "A falsa guerra". In *História do século XX*, vol. 4. São Paulo, Abril Cultural.

Joll, James. 1982. *A Europa desde 1870*. Lisboa, Dom Quixote.

Kissinger. Henry. 1994. *Diplomacy*. Nova York, Simon & Schuster.

Lowe, Norman. 1995. *Guía ilustrado de la historia moderna*. México, Fondo de Cultura Económica.

Mandel, Ernest. 1989. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática.

Taylor, A. J. P. 1963. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar.

Vigenavi, Tullo. 1986. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Editora Moderna.

Vizentini, Paulo. 1989. *A Segunda Guerra Mundial, 1931-1945*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

Watson, C.J.H. 1974. "A bomba atômica". In *História do século XX*, vol. 5. Op. cit.

A Guerra Fria

Paulo G. Fagundes Vizentini

Professor titular de História Contemporânea
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1. A *PAX AMERICANA* E O DESENCADEAMENTO DA GUERRA FRIA: A FASE EUROPÉIA (1945-1949)

A Guerra Fria constitui um dos fenômenos mais importantes e polêmicos da História Contemporânea, marcado que foi, e ainda o é, pelo confronto ideológico do século. Pior ainda, muitos estudiosos, inclusive, reduzem-na ao próprio conflito ideológico, enquanto outros a abordam como mera luta pelo poder entre superpotências, visando à dominação mundial. Além disso, muitos estudos procuram, unicamente, estabelecer o "culpado" pelo seu desencadeamento, seja o "expansionismo soviético" (de caráter político), seja o "imperialismo americano" (de viés econômico), dentro de uma visão de história acidental ou dependente da vontade pessoal dos estadistas. Geralmente tais enfoques enfatizam uma dimensão militar-nuclear como eixo de análise, o que representa um distorção da realidade. Este breve ensaio procurará partir das condições e necessidades objetivas dos dois grandes protagonistas ao fim da Segunda Guerra Mundial, enfocando o contexto histórico mais amplo. Nesse sentido, a Guerra Fria adquire a dimensão de um conflito multifacetado, racionalmente explicável à luz das enormes transformações que marcaram o século XX.

A Revolução Soviética, desde 1917, estabeleceu um corpo estranho dentro do sistema internacional. Durante o período da Guerra Civil (1918-21), as potências capitalistas procuraram derrubá-la à força, intervindo militarmente no país. Falhada esta estratégia, seguiu-se uma fase de bloqueio econômico-diplomático internacional, o *Cordon Sanitaire*, estabelecido pelas potências européias. Durante a Segunda Guerra, novamente os meios militares foram empregados contra a URSS, desta vez pelo III Reich. Apesar da aliança com as potências anglo-saxônicas, a evolução do conflito mostrou que estas, apesar do apoio prestado a Moscou, deixavam espaço para que o país fosse profundamente desgastado. Contudo, a União Soviética sobrevi-

veu, ocupou parte da Europa e gerou a necessidade de sua absorção no sistema mundial. Problema complexo, porque a URSS era "diferente" e antagônica mas não poderia mais ser totalmente excluída. Por isso, deve-se partir da análise dos resultados da guerra.

Em 1945 os EUA detinham vantagens talvez nunca obtidas por outra potência no plano político-militar: dominavam os mares, possuíam bases aéreas e navais, além de exércitos, em todos os continentes, bem como a bomba atômica e uma aviação estratégica capaz de atingir quase todas as áreas do planeta. No plano financeiro e comercial, o dólar impôs sua vontade ao conjunto do mundo capitalista através da Conferência de Bretton Woods (1944) e da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Desta forma, os EUA passavam a regular e dominar os investimentos e o intercâmbio de mercadorias em escala planetária. Além disso, o avanço tecnológico americano durante a guerra permitia ao país ampliar ainda mais sua vantagem no plano militar e econômico. Ao fim do conflito, os EUA possuíam também um quase-monopólio dos bens materiais — inclusive os estoques de alimento — necessários à reconstrução e à sobrevivência das populações da Europa e da Ásia Oriental. A hegemonia americana consubstanciou-se também no plano diplomático, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), como instrumento jurídico, político e ideológico do *internacionalismo* necessário à construção de um sistema mundial calcado no livre fluxo de mercadorias e capitais. O "capitalismo internacionalista" americano opunha-se aos capitalismos aliados e rivais, que monopolizavam a exploração de impérios coloniais ou o domínio econômico sobre determinadas regiões.

As origens imediatas da Guerra Fria encontram-se, em grande parte, nas divergências entre os aliados ocidentais e os soviéticos acerca da ordem pós-guerra. Em Yalta (fevereiro de 1945), Churchill, Roosevelt e Stalin promoveram, concretamente, um acordo de que os países limítrofes com a URSS na Europa não deveriam possuir governos anti-soviéticos, como forma de garantir suas fronteiras ocidentais. Fora através desses países, e com apoio de alguns deles, que os nazistas a haviam invadido. Os EUA, em contrapartida, obtiveram da URSS o compromisso de entrar em guerra contra o Japão na Manchúria, três meses após a rendição alemã. Tudo o mais foi decorrência da Guerra Fria. Certos políticos e historiadores afirmaram, posteriormente, que um Roosevelt "velho e doente" fora fraco nas negociações, introduzindo Stalin na Europa Oriental e no Extremo Oriente. Isto, entretanto, não representava uma "concessão", pois essas zonas haviam sido libertadas pelo Exército Vermelho e pelas guerrilhas comunistas nacionais, que controlavam efetivamente a região. Além disso, o reconhecimento da influência soviética na estreita faixa de países pobres da Europa Centro-Oriental, enquanto o resto do planeta permanecia sob domínio do capitalismo, evidencia o exagero da expressão "partilha do mundo". Mesmo em termos de Europa, esta "partilha" não teria termo de comparação.

A Conferência de Potsdam (17 de julho a 2 de agosto de 1945), embora formalmente referendando as decisões de Yalta, foi bem diferente. Era Truman quem representava os EUA (Roosevelt falecera em abril) e defendia uma posição bastante rígida em relação à URSS, informando a Stalin sobre a existência da bomba A, sem precisar o seu potencial. Tais atitudes deviam-se ao fato do *grupo do bombardeio estratégico* ter passado a dominar o Pentágono e a influenciar o presidente americano, a partir do momento em que a bomba A entrou em cena. O general Groves, responsável pelo Projeto Manhattan (produção da bomba A), afirmara em 1942 — em plena vigência da aliança EUA-URSS — que esta seria uma importante arma contra a União Soviética! No mesmo ano, Churchill elaborou seu *Memorandum Secreto*, onde afirmou que, assim que o Eixo deixasse de constituir uma ameaça, os aliados anglo-saxões deveriam considerar que a URSS era o *verdadeiro inimigo*. Ora, em 1945 a derrota germano-japonesa era certa e a *verdadeira política* podia sair à luz do dia. Mas somente com o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki, Stalin se daria conta da amplitude da mudança ocorrida.

As bombas atômicas lançadas sobre um Japão à beira da rendição eram militarmente desnecessárias. Foram, na verdade, uma demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, Coréia e países do Sudeste Asiático, bem como uma intimidação à esquerda européia e à agitação no mundo colonial. Neste sentido, essa política visava limitar os acordos de Yalta no que se referia à Europa e impedir sua aplicação na Ásia. Ainda que enfrentando algumas resistências, os EUA eram os senhores da nova ordem mundial. A Guerra Fria permitirá a Washington consolidar sua posição de vantagem. A *Pax Americana* caracterizou-se, neste sentido, e por longo tempo, como o monopólio dos EUA em termos de decisões estratégicas. A URSS, por seu turno, fez várias concessões para tentar salvar os acordos de Yalta, aos quais a administração Truman se opunha de forma cada vez mais resoluta. No dia da rendição alemã, o governo americano interrompeu sem comunicação prévia a ajuda fornecida, atra-

vés da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, à URSS, chamando de volta um comboio que se encontrava a meio caminho deste país. Washington também voltou atrás no tocante à cobrança de reparações de guerra na Alemanha por Moscou.

Truman exigiu então a retirada soviética do norte do Irã e, quando isto ocorreu, em 1946, os EUA aí se instalaram, a 11 mil quilômetros de seu território e sobre a fronteira soviética. O impacto deste acontecimento para uma país que acabara de sofrer a terceira invasão em menos de três décadas foi profundo, criando o chamado *efeito Irã*. Este foi decisivo para o futuro da Europa Oriental, pois evidenciou para o Kremlin que qualquer recuo em sua área de influência representaria a presença de um inimigo potencial em suas fronteiras, um fenômeno a ser evitado nas Democracias Populares. No mesmo ano, Churchill, discursando numa universidade do interior dos EUA (tendo Truman na assistência), lançou seu famoso brado anti-soviético, segundo o qual uma *cortina de ferro* descera sobre metade da Europa (apropriara-se da expressão e do argumento utilizados pelo ministro nazista da Propaganda, Goebbels, nos últimos dias de guerra). Este símbolo maior dos ventos da Guerra Fria, que começavam a soprar em 46, vinha acompanhado de outros eventos que atestavam a progressiva deterioração da situação internacional: os americanos explodiram uma bomba atômica no atol de Bikini, no Oceano Pacífico; o Partido Republicano obteve a maioria no Congresso e, juntamente com a ala direita do Partido Democrata, empurrava o governo Truman para uma política ainda mais dura; e a guerra civil reiniciou na Grécia.

Apesar dos riscos políticos contidos na nova conjuntura, a URSS prosseguiu a desmobilização militar, pois vira-se na contingência de reconstruir sua economia em bases autárquicas e os soldados eram necessários para suprir a carência de mão-de-obra. A falta de apoio externo levou o país a reeditar as durezas do stalinismo dos anos 30, mas, apesar dos sacrifícios exigidos, a reconstrução econômica foi sendo lograda com êxito. No Leste europeu, por sua vez, a democracia liberal funcionava plenamente numa Tchecoslováquia sem tropas de ocupação, e os nacionalistas de vários matizes ainda eram hegemônicos dentro da coalizão no poder da Polônia. Nos Bálcãs, os comunistas iugoslavos, liderados por Tito, mantinham sua independência diante de Stalin e articulavam, com o prestigiado líder comunista búlgaro Dimitrov, a idéia da criação de uma confederação balcânica autônoma em relação a Moscou.

Enquanto isto, cresciam as dificuldades financeiras da Europa Ocidental, pois os países desta área haviam sofrido grande desgaste econômico com a guerra e tornaram-se importadores, sobretudo dos EUA, até a exaustão de suas reservas monetárias. Por outro lado, as tendências democratizantes dos movimentos antifascistas conferiram grande força a uma esquerda que, em sua maioria, opunha-se à penetração americana. Este fenômeno, aliado à existência de vias nacionais autônomas, tanto no Oeste como no Leste europeu, e o ápice do movimento operário dentro dos EUA (que lutava para não perder os privilégios obtidos durante a guerra, agora ameaçados pela reconversão industrial), representavam a verdadeira ameaça, segundo a percepção de Washington. A partir deste momento, a administração Truman passou a trabalhar na estruturação de um mercado europeu rentável para as finanças e o comércio privados dos EUA, o que permitiria também lançar os fundamentos materiais necessários ao desencadeamento da luta contra as tendências políticas opostas aos seus interesses. A implementação desta política ocorreu em 1947, com a proclamação da Doutrina Truman (12/3) e o lançamento do Plano Marshall (5/6).

A Doutrina Truman foi lançada através de um discurso do presidente americano, no qual defendia o auxílio dos EUA aos "povos livres" que fossem ameaçados pela agressão *totalitária* (mais um conceito extraído do fascismo, este teorizado pelo italiano Giovanni Gentile), tanto de procedência externa como por parte de "minorias armadas". Esta política foi formalizada quando a Grã-Bretanha, falida e sem condições de manter seu convulsionado império, retirava-se da guerra civil grega e era substituída pelos Estados Unidos. A ajuda solicitada estendia-se também à Turquia, que não possuía qualquer ameaça externa ou interna. A Doutrina Truman foi proclamada durante a realização dos trabalhos da Conferência Econômica de Moscou, que tratava da concessão de ajuda americana para reconstrução européia, e reforçava a noção de *divisão do mundo*, expressa por Churchill no ano anterior, ao mesmo tempo em que lançava uma verdadeira cruzada do "mundo livre" contra seu inimigo.

O Plano Marshall, por seu turno, concedia empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos EUA. O custo político de sua aceitação era considerável, pois as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos americanos, o que, no caso das economias fracas (como as do Leste) ou devedoras (como a Europa Ocidental), representava o abandono de parte da soberania destes países. Além

disso, o plano propunha o aprofundamento da divisão do trabalho entre uma Europa Ocidental industrial e o Leste agrário do continente. Obviamente a URSS e os governos sob sua influência recusaram-se a aceitar esta ajuda, percebida como uma invasão econômica, que os conduziria à perda do poder (a abertura da economia reforçaria as enfraquecidas burguesias do Leste europeu). A Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa, lançando as bases para a formação dos blocos político-militares. O problema é que ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo espírito de Yalta, pelo antifascismo e pelo pacifismo, e isto atrasava e perturbava a implementação da Guerra Fria. Era preciso lançar mão de poderosos mitos e imagens, que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A "ameaça soviética" e a "defesa do mundo livre" constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria.

Os Partidos Comunistas (PCs) da Europa Ocidental, em convergência com Moscou, lançaram greves desesperadas e infrutíferas em oposição ao Plano Marshall. Se a longo prazo esses países perdiam parte de sua autonomia, no plano imediato a chegada de recursos satisfazia uma população cansada pelos sofrimentos da guerra e privações materiais, que persistiam após dois anos de encerramento do conflito. A ajuda americana, já usada como instrumento de chantagem em eleições européias, foi condicionada à expulsão dos comunistas dos governos de coalizão ocidentais, sobretudo na França e Itália, onde estes constituíam os partidos mais fortes. Após as expulsões dos PCs ocidentais dos governos, os fatos se sucederam numa avalanche em 1947. O discurso do dirigente soviético Jdanov sobre o antagonismo irredutível entre socialismo e capitalismo teve forte impacto como réplica à Doutrina Truman e ao Plano Marshall, sendo este último rejeitado pela URSS e pelas Democracias Populares. Em seguida, os EUA criaram a CIA (Agência Central de Informação) para atuar no âmbito mundial, através da espionagem e organização de ações clandestinas. Na seqüência, os PCs no poder, bem como os da França e Itália, criaram o *Kominform* (Agência de Informação Comunista), visando à coordenação das ações dos PCs na Europa.

Na esteira deste processo, os acontecimentos políticos na Tchecoslováquia em fevereiro de 1948 acabaram adquirindo uma projeção mundial. A recusa do Plano Marshall pelo governo de Praga deixou os partidos conservadores numa situação difícil, com o PC e os social-democratas mobilizando uma impressionante massa de operários armados. O presidente Benes e os

conservadores tiveram então de se retirar do governo, enquanto a imprensa ocidental denunciava o "golpe de Praga". Em junho, os aliados ocidentais realizaram uma reforma econômica nas zonas que controlavam na Alemanha, visando integrá-la à Europa Ocidental, fazendo com que Berlim passasse a constituir uma ameaça econômica à débil zona de ocupação soviética.

Stalin respondeu ao desafio decretando o bloqueio terrestre de Berlim Ocidental, na esperança de que os EUA recuassem em sua política na Alemanha. Durante essa primeira crise de Berlim, a cidade foi abastecida por uma ponte aérea durante quase um ano. Os soviéticos acabaram levantando o bloqueio, ante o seu fracasso. Junto com o "golpe de Praga", o bloqueio de Berlim foi intensamente explorado pela propaganda americana. Nesse particular, Truman foi bem-sucedido, pois o espectro de um comunismo agressivo representou um valioso instrumento para desmobilizar a opinião pública ocidental. A Escandinávia, que se encaminhava para uma política neutralista, voltou-se para os EUA (Noruega, Dinamarca e Islândia ingressarão na OTAN). Apenas a Suécia manteve-se neutra, num sutil jogo diplomático aceito por Moscou, o qual sem dúvida evitou a inclusão da Finlândia no rol das Democracias Populares. A esquerda liberal em todo o Ocidente aliou-se à direita reacionária, tornando-se anticomunista e anti-soviética desde então.

Esta verdadeira marshallização da opinião ocidental permitiu eliminar a oposição à política de rearmamento maciço, que representaria a base de sustentação de homens como Dulles e Adenauer. Enquanto essa nova corrida armamentista reativava setores ameaçados da economia americana, obrigava os soviéticos a mobilizar 1,5 milhão de soldados, reduzindo a rápida reconstrução da URSS e do leste europeu. Iniciava-se então nas Democracias Populares a austeridade material e a construção de corte staliniano, que foram uma das bases das futuras crises em 1956. No plano estritamente político, Moscou enquadrou então esses países à sua estratégia, expulsou os conservadores dos governos de coalizão e, após o conflito com Tito, expurgou os comunistas de tendência nacionalista. Esta ampla "revolução pelo alto" visava estreitar o controle político-econômico soviético sobre a região, com o objetivo de garantir a defesa da URSS. A Europa Oriental tornava-se o *glacis* da URSS, devido ao temor do *efeito Irã*, da bomba atômica, da aviação estratégica (com seus planos de ataque preventivo) e das bases militares inimigas estendidas em torno do país. A reação soviética, no plano interno, constituiu-se na elaboração de um acelerado programa atômico, desenvolvimento da aviação de caça, de um poder militar terrestre como forma de desencadear

uma represália às posições americanas na Europa, e o *segredo geográfico* para cegar o *Strategic Air Command* (o segredo geográfico e a profundidade terrestre eram vitais para a defesa aérea na época). Ironicamente, a sovietização do Leste europeu foi apontada como uma expansão externa da URSS, a qual, na verdade, ocorrera atrás de suas próprias linhas. Segundo Howard Smith, "quando a Rússia estende sua zona de segurança ao exterior, isto exige quase inevitavelmente uma agitação do *status quo*, que é capitalista, o que significa não pouco barulho e cenas vis. Se a América estende sua zona de influência ao exterior, pela mesma razão isto implica somente o sustento do *status quo*: nada de cena, nada de barulho" (citado em Horowitz, 1973, v. 1, p. 93).

Em 1949 a Guerra Fria intensificou-se. Em janeiro a URSS criou o Conselho de Assistência Mútua Econômica (CAME ou Comecon), integrando os planos de desenvolvimento e lançando as bases de um mercado comum dos países socialistas, numa clara resposta ao Plano Marshall. Em abril a iniciativa coube aos EUA e seus aliados da Europa Ocidental, que criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a qual perpetuava, intensificava e legalizava a presença militar americana no continente europeu. A divisão da Europa agora era completa, repercutindo na questão alemã. A URSS punha fim ao bloqueio de Berlim em maio, e em setembro era criada a República Federal da Alemanha (RFA), com capital em Bonn, reunindo as zonas de ocupação americana, francesa e britânica, nas quais se encontravam a quase totalidade das indústrias alemãs. Konrad Adenauer, político arquiconservador protegido dos EUA, tornou-se o dirigente da Alemanha capitalista (ocidental). No mês seguinte ocorria a fundação da República Popular Democrática Alemã (RDA) em Berlim-Leste.

Apesar de certas formas histéricas e maniqueístas da Guerra Fria desencadeada pelos EUA, esta possuía uma racionalidade cristalina, pois permitia a este país manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus, como sobre a periferia subdesenvolvida, diretamente na América Latina e Ásia Oriental, ou através dos aliados europeus na África e no Oriente Médio. Ao manipular a idéia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a URSS era relativamente "domesticada" como ator internacional, cuja presença no sistema mundial como a outra superpotência legitimava um

novo desenho estratégico que rebaixava o *status* das potências médias européias dentro da aliança transatlântica. Neste sentido, a Guerra Fria representava *tanto um conflito quanto um sistema*. Finalmente, a permanente tensão permitia a hegemonia inconteste da formidável máquina militar americana, em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constituiu-se, assim, numa verdadeira *Pax Americana*.

2. DOS CONFLITOS À COEXISTÊNCIA PACÍFICA: A GUERRA FRIA NA PERIFERIA (1950-1962)

A partir da divisão da Alemanha, a situação se altera e o eixo da Guerra Fria se desloca em direção à periferia terceiro-mundista contígua às duas superpotências. Enquanto os dólares do Plano Marshall começavam a chegar à Iugoslávia e a esquerda grega, sem auxílio soviético, era esmagada, a URSS detonava sua primeira bomba atômica e os comunistas chineses venciam a guerra civil e proclamavam em 1º de outubro a República Popular da China, o país mais populoso do planeta. A Guerra Fria chegava a um impasse, e muitos líderes europeus, como Churchill, pediram então negociações para atenuar o conflito, já que apenas ameaças e pressões econômico-militares não haviam sido suficientes para derrotar o socialismo real. A resposta dos segmentos políticos de direita (sobretudo americanos) foi, entretanto, contrária a este chamamento: *a decisão de fabricar a bomba de hidrogênio e o desencadeamento da Guerra da Coréia*. Era o coroamento do grito anticomunista do *Grand Old Party* (GOP, Partido Republicano), que no plano interno americano lançava a política de perseguição ideológica e de pensamento maniqueísta, os quais serviram de base ao macarthismo.

Neste quadro, a Guerra da Coréia constituiu o ponto de inflexão mais significativo da Guerra Fria. A ação da guerrilha esquerdista antijaponesa da Coréia foi contida pelos americanos, que ocuparam o sul do país logo após a rendição japonesa e colocaram no poder Syngman Rhee (que vivera na América 37 do seus 60 anos). Em 1948 eclodiram revoltas nas províncias sulistas de Yosu e Cheju Do, enquanto líderes moderados pró-unificação eram assassinados. No norte manteve-se a República Popular, liderada pelo jovem comunista Kim Il Sung, e foi implementada uma reforma agrária que consolidou o apoio ao regime, enquanto os soviéticos retiravam suas tropas no

mesmo ano. Ao lado dos graves problemas internos, Rhee passou a enfrentar uma ameaça externa ainda maior. Em janeiro de 1950 o secretário Dean Acheson declarou que o perímetro defensivo americano estendia-se das Aleutas (no Alasca) às Filipinas, passando pelo Japão, o que excluía Formosa e Coréia do Sul. Este surpreendente discurso visava a uma aproximação com a República Popular da China, pois a queda de Formosa era vista como iminente, bem como afastar Pequim de Moscou. A resposta da direita republicana e democrata foi imediata: MacArthur conseguiu o envio da esquadra para o estreito de Formosa. A "perda" da China representava para os republicanos, que conferiam primazia à bacia do Pacífico, a falência da política de *contenção* dos democratas, excessivamente voltados para a Europa.

As provocações sul-coreanas na fronteira multiplicaram-se (assassinatos de emissários, incursões militares e discursos ameaçando invadir o norte) e Kim Il Sung passou a preparar-se militarmente, sobre o que Dulles e MacArthur propositadamente silenciaram. Assim como em Pearl Harbor, um "ataque traiçoeiro" precipitaria uma guerra legitimada e representaria o início da escalada na Ásia. Em junho de 1950 as tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38, avançando rapidamente, e o Conselho de Segurança da ONU imediatamente condenou a invasão e decidiu o envio de tropas sob sua bandeira (composta majoritariamente por americanos). O desembarque dos *marines* em Inchon (ao lado de Seul) obrigou as forças comunistas a recuarem, salvando as forças americanas e sul-coreanas cercadas em Pusan. Duas semanas depois (1/10) as tropas da ONU, comandadas por MacArthur, cruzaram a fronteira, criando um fato consumado que extrapolava a decisão da ONU de retorno ao paralelo 38.

Até a invasão do norte o número de mortos era modesto, e só então foi dado o início ao massacre que custou 4 milhões de vidas. Os chineses advertiram que não tolerariam a destruição da Coréia do Norte. Em novembro, quando MacArthur aproximou-se do rio Yalu, que demarcava a fronteira e produzia a energia utilizada pelo principal núcleo industrial da República Popular da China, as tropas chinesas entraram na luta, empurrando as forças da ONU para o sul. Os americanos reagiram lançando a Operação Killer, numa política de terra arrasada. Um certo equilíbrio foi atingido no início de 1951, em torno do paralelo 38, estabelecendo-se um cessar-fogo e negociações. Para que isso pudesse ocorrer, Truman teve de destituir o todo-poderoso MacArthur, por haver "envolvido os EUA numa má guerra, num mau momento, contra um mau inimigo", segundo argumentou. O presidente ameri-

cano desejara um conflito limitado e só conseguira, a um custo quatro vezes maior, conservar os mesmos resultados já obtidos quando fora atingido o paralelo 38 em outubro. Ainda que alcançando ganhos importantes no plano político (rearmamento alemão e aumento do orçamento de defesa), o empate militar na guerra da Coréia constituiu um limite às pretensões belicistas da direita americana.

A primeira onda descolonizatória, por sua vez, também repercutiu na Guerra Fria. Em abril de 1955, reuniu-se em Bandung, Indonésia, uma conferência de 29 países afro-asiáticos, defendendo a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando a Guerra Fria e seus pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências, enfatizando ainda a necessidade de apoio ao desenvolvimento econômico. Em 1961 reuniu-se em Belgrado, Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, na qual convergiram a política de Tito na busca de uma Terceira Via nas relações internacionais, o neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung. Assim, o desengajamento militar terrestre que se seguiu à Guerra da Coréia, a Conferência de Genebra — reduzindo a tensão na Indochina; a emergência do Terceiro Mundo nas relações internacionais; a consolidação e as transformações no campo socialista; e a obtenção de um relativo equilíbrio nuclear nos primeiros cenários da Guerra Fria — agora estabilizados — e a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão contribuíram para o estabelecimento de uma conjuntura de *coexistência pacífica*, a qual atenuou a bipolaridade existente na passagem dos anos 40 aos 50.

A Europa Ocidental, que iniciara sua reconstrução com o Plano Marshall, caminhou para formas de integração econômica, aceleradas com o revés diplomático de 1956 (crise de Suez), através da criação da Comunidade Econômica Européia (CEE) em 1957. Um traço fundamental da sociedade industrial do Oeste europeu e americana foi o estabelecimento de um elevado padrão de consumo acessível à maior parte da população desses países. A opção pelo consumo em massa tinha alguns objetivos e implicações importantes: prestigiava o modelo capitalista, identificado com a imagem do *american way of life*; implicava o recuo da participação política, reduzida a rituais eleitorais; produzia o declínio numérico da esquerda ou adoção de posturas cada vez mais moderadas; e, finalmente, aprofundava as relações econômicas desiguais entre centro e periferia, em proveito das sociedades de consumo superdesenvolvidas. Esta política keynesiana evitava as periódicas crises de superprodução do capitalismo, ao que se somou a introdução de

bens programados para um rápido sucateamento. A política de segurança social (aposentadoria, saúde e ensino garantidos pelo Estado, salário-desemprego etc.) atendia a reivindicações do movimento sindical, defendida ao longo de mais de um século, e dava uma resposta ao prestígio obtido pelo socialismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Assim ia sendo vencida a disputa ideológica.

O estabelecimento da coexistência pacífica e, posteriormente, o impacto da desestalinização produziram um relaxamento das relações entre as duas superpotências no Hemisfério Norte. Contudo, o rearmamento da RFA e sua integração à OTAN reviveram velhos temores dos soviéticos, que reagiram organizando, com a Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária, o Pacto de Varsóvia em 1955, ou seja, *seis anos após a criação da OTAN*. Assim, ao contrário da versão corrente, esta aliança militar não foi uma resposta imediata ou tardia à aliança atlântica, mas à incorporação da Alemanha rearmada. Essa medida não afetou, entretanto, a política de coexistência pacífica com o Ocidente. Isto ficou ainda mais evidente com as conseqüências geradas pelo XX Congresso do PCUS (1956), que oficializou a desestalinização. A revolta ocorrida na Hungria no mesmo ano foi sufocada por uma intervenção soviética, que o Ocidente explorou como forma de propaganda anticomunista, aceitando-a, contudo, como um problema interno do bloco soviético. O desgaste político da intervenção na Hungria, entretanto, foi compensado pela atitude da diplomacia soviética na Crise de Suez, em apoio a Nasser, o que permitiu a Kruchev aumentar a influência da URSS na região.

A URSS de Kruchev, ainda que marcada pelo desconcertante voluntarismo de seu líder, na segunda metade dos anos 50, passou realmente a desenvolver uma política de âmbito mundial. O país recuperara-se no plano econômico e demográfico do baque sofrido na Segunda Guerra, atingira um relativo equilíbrio nuclear na Europa e ultrapassara os EUA na corrida espacial, ao lançar o primeiro satélite artificial (o Sputnik) em 1957 e ao colocar o primeiro homem em órbita (Yuri Gagarin). Moscou superara a fase em que a extrema vulnerabilidade do país reforçava ainda mais a postura reativa e defensiva de Stalin nas relações internacionais. Kruchev implementou, ainda que com muitas deficiências, uma diplomacia realmente mundial, com programas de ajuda ao nacionalismo do Terceiro Mundo (embora modestos). A URSS percebia-se como potência e, nos marcos da coexistência pacífica, propunha-se a ultrapassar economicamente os EUA em pouco tempo.

Em 1961 Kennedy assumiu a Casa Branca herdando um certo pessimismo americano quanto a essa situação, e em três meses sofreu o revés da Baía dos Porcos, em Cuba. Os oito anos de governo republicano de Eisenhower, apesar de sua atitude de confrontação com os soviéticos no Terceiro Mundo, assistiram ao relativo enfraquecimento da liderança americana. Urgia reagir, e o presidente autorizou a construção de vários porta-aviões nucleares, e o aumento do orçamento militar americano e do efetivo da OTAN. No plano diplomático, endureceu a posição americana quanto ao problema de Berlim. Em resposta, o Kremlin resolveu atender à velha reivindicação da RDA de controlar a fronteira de Berlim Ocidental, e em 13 de agosto de 1961 foi construído o Muro de Berlim. A questão de Berlim chegava, no plano diplomático, a um desfecho de fato, já que a situação jurídica achava-se num impasse. Durante uma década o enclave de Berlim Ocidental recebera mais investimentos públicos e ajuda americana que toda a América Latina, criando um contraste favorável ao capitalismo no confronto entre os dois sistemas existentes dentro da mesma cidade. A Alemanha Oriental conseguiu, desta forma, deter o êxodo da classe média especializada que abandonava o país desde o "milagre" alemão-ocidental. A RDA, então, logrou êxitos econômico-sociais surpreendentes.

Em seguida, entretanto, os EUA desmascaravam o blefe nuclear de Kruchev, descobrindo que a URSS não se encontrava em vantagem estratégica (o *Missile Gap*). Isto somou-se à proclamação de Cuba como Estado socialista e ao bloqueio americano, para estimular a decisão soviética de instalar mísseis na ilha caribenha em 1962, tornando a Revolução Cubana um elemento importante da Guerra Fria. A revolução popular liderada por Fidel Castro chegou ao poder em janeiro de 1959, e mesmo as reformas moderadas do novo governo receberam firme oposição dos EUA, que dominavam a maior parte da economia da ilha, e desencadearam fortes pressões econômicas e diplomáticas. Kennedy autorizou a operação montada pela CIA, mas o desembarque na Baía dos Porcos (16/4/1961) foi derrotado com certa facilidade, frustrando as expectativas americanas de encontrar apoio popular para derrubar Castro. Este proclamou então a adoção do socialismo no país em 1º de maio.

O estabelecimento de um regime de orientação marxista-leninista a cem milhas de seu território levou os EUA à escalada, com a ampliação do bloqueio econômico da ilha. A definição cubana pelo socialismo, por outro lado, deixou Kruchev numa situação delicada, pois o reconhecimento de tal

status implicava estender a área de influência soviética a uma região importante para Washington. Contudo, tal situação propiciava condições de reação por parte do voluntarismo krucheviano, que havia sofrido forte revés quando satélites e aviões espiões americanos haviam descoberto que a URSS não possuía o potencial atômico que o líder soviético esgrimia em seus blefes. Era o *Missile Gap*, que devolvia a iniciativa a Kennedy e colocava Kruchev em desvantagem. Além do equilíbrio nuclear, também estava em jogo o prestígio de Moscou junto ao Terceiro Mundo.

Somente em abril de 1962 Moscou reconheceu Cuba como regime socialista, iniciando pouco depois a instalação secreta de mísseis de alcance médio na ilha, como forma de garantir sua defesa, e compensar o equilíbrio desfavorável aos soviéticos. Com isto Kruchev esperava criar um fato consumado para os EUA, mas, em 22 de outubro, poucos dias após detectar a presença dos mísseis, Kennedy decretou o bloqueio naval a Cuba e exigiu a retirada imediata deles. O impasse gerou uma tensão internacional extrema, temendo-se o desencadeamento da Terceira Guerra Mundial, de caráter nuclear. Kruchev vacilou ante a determinação americana e, no dia 25, enviou mensagem aceitando retirar os mísseis, sob supervisão da ONU, em troca do compromisso dos EUA em não invadir Cuba novamente. Dois dias depois fez uma exigência suplementar, a retirada dos mísseis americanos da Turquia, em troca do compromisso soviético de não invadir aquele país. Kennedy ignorou a segunda proposta e aceitou a primeira. Sem alternativas, o Kremlin recuou e acatou os termos da Casa Branca, sofrendo uma humilhação, apesar da sobrevivência do regime cubano.

Os EUA recuperaram a iniciativa, ampliando o efetivo americano no Vietnã, aumentando o orçamento de defesa e os contingentes da OTAN, bem como criando uma frota de porta-aviões nucleares. Embora o *affair* tenha resultado numa derrota para o Kremlin, as duas superpotências estabeleceram contatos diretos e um *modus vivendi* que deu maior substância à coexistência pacífica. Esta situação foi particularmente expressa em atos como a assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que institucionalizava a primazia dos dois supergrandes, em detrimento das potências médias e emergentes. Os não-alinhados perderam momentaneamente parte de seu papel, enquanto a discussão do desarmamento passava a ser decidida diretamente por Washington e Moscou, à margem da ONU. É importante destacar que a Guerra Fria e a coexistência pacífica representavam mais um problema de ênfase quanto ao antagonismo entre conflito ou negociação, centro ou periferia e ação ou pressão, do que uma alteração qualitativa na natureza do conflito. Além disso, faz-se necessário salientar que os conflitos no Terceiro Mundo, nesta fase como nas seguintes, *não eram criados por Moscou e Washington, mas manipulados e enquadrados no grande jogo estratégico*. Os países periféricos, por seu lado, possuíam certa autonomia, e também barganhavam seus interesses, e muitas vezes forçavam as ações das superpotências, como é o caso da relação entre Israel e Estados Unidos.

Os Estados Unidos, por outro lado, sempre mantiveram a iniciativa e a vantagem na corrida armamentista (EUA e URSS, respectivamente): bomba atômica 1945/1949; bombardeiros intercontinentais 1948/1955; bomba de hidrogênio 1954/1955; mísseis balísticos intercontinentais 1957/1958; mísseis balísticos em submarinos 1960/1968; mísseis de ogivas múltiplas 1970/1975; e submarinos nucleares anos 60/anos 70. Algumas armas só foram obtidas pelos EUA, como os mísseis cruzeiro de longo alcance (1982); bomba de neutrons (1983) e porta-aviões nucleares (anos 60). Os soviéticos só tiveram primazia em alguns aspectos da corrida espacial, como satélites artificiais (1957/1958), sendo posteriormente ultrapassados, estação espacial (que os EUA não construíram) e mísseis antimísseis (1968/1972).

3. A *DÉTENTE* E O EQUILÍBRIO ESTRATÉGICO: A GUERRA FRIA MUNDIAL (1962-1979)

Na passagem dos anos 50 aos 60, a URSS encontrou problemas sérios no movimento comunista e em seu bloco, pois a desestalinização introduziu neles um clima de desmoralização. Os sucessores de Stalin eram figuras desconhecidas ao lado de Mao Tsé-tung, que ampliou seu prestígio ao advertir Kruchev para os riscos que a desestalinização produziria na Europa Oriental. Além disso, a política de coexistência pacífica tendia a congelar a situação mundial em parâmetros que condenavam a República Popular da China a permanecer uma potência de segunda ordem, além de enfraquecer o movimento revolucionário e o campo socialista. Ao voltar-se para o Terceiro Mundo neutralista e nacionalista, a URSS resolveu apoiar a Índia, com a qual a China tinha sérios contenciosos regionais. Era o início do confronto aberto entre Moscou e Beijing.

A segunda metade da década de 1960 assistiu ao estabelecimento de uma

détente (distensão) entre as superpotências, devido a diversos fatores. Em 1963 Kennedy era assassinado e um ano depois Kruchev era derrubado, e os sucessores de ambos procuravam recuperar a posição de seus países dentro das respectivas áreas de influência. Washington intensificava sua ofensiva na América Latina e no Vietnã, enquanto Moscou tentava restaurar sua liderança no campo socialista, que Kruchev deixara em tremenda desorganização. Assim, os EUA aceitaram negociar vários acordos sobre limitação de armamentos — iniciados pela interdição parcial de explosões nucleares na atmosfera e no mar — em troca da redução do envolvimento soviético no Terceiro Mundo (em apoio ao nacionalismo emergente).

Paralelamente, outros fatores atuaram para reforçar a tendência à multipolarização das relações internacionais, que sustentava a *détente*. Na passagem da década de 1960 para a de 70, o equilíbrio nuclear-estratégico era atingido, pois a URSS também dotou-se de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), capazes de atingir o território americano a partir de bases de lançamento em solo soviético ou de submarinos. Até então, um eventual conflito envolveria apenas os territórios da União Soviética e da Europa Ocidental, preservando os Estados Unidos, que eram inatingíveis. A emergência do Terceiro Mundo como força política no cenário mundial também se consolidou, expressando-se através do crescentemente prestigiado Movimento dos Países Não-Alinhados e da ONU, que abandonava paulatinamente o papel de mero suporte da política dos EUA. A presença dos jovens Estados potenciava a ONU, ao mesmo tempo em que a levava a incrementar a atuação de seus organismos especializados nas áreas econômica, cultural e sanitária, de vital importância para o Terceiro Mundo. A ONU adquiria uma dimensão realmente planetária.

O grande *boom* econômico da CEE — cuja força motriz era a RFA — e do Japão, por sua vez, fazia emergir novos pólos capitalistas, cuja ascensão era facilitada por seus limitados gastos militares. Esses aliados dos EUA não tardariam em mover-lhe uma bem-sucedida concorrência comercial, financeira e tecnológica. Também no plano político, o bloco americano começaria a apresentar fissuras. A distensão internacional não tardaria a estimular o nacionalismo francês, que se opunha às pressões americanas na CEE e às relações privilegiadas de Washington com a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. Assim, em 1966 De Gaulle retirou a França da OTAN, num gesto sem precedentes.

A situação não era melhor no bloco soviético. Em 1961 efetivava-se a ruptura com a Albânia e em 1963 com a China. Esta, poucos dias após a destituição de Kruchev, explodiu sua primeira bomba A, aumentando suas pretensões políticas. A política externa chinesa privilegiara até então a segurança do país, sendo indispensável para tanto a aliança com a URSS, mas a partir deste momento a ênfase passou a ser a independência e autonomia. Os problemas econômicos e as lutas pelo poder dentro do Partido Comunista Chinês levaram o país a exacerbar o nacionalismo e opor-se com mais intensidade à URSS, com fins de legitimação interna e projeção internacional. O desdobramento dessa política levou a China ao caos da Revolução Cultural e ao isolamento diplomático do país, bem como à perda de influência no movimento comunista. A Romênia, por seu turno, recusara os planos do CAME para o estabelecimento de uma divisão internacional da produção entre países socialistas. A idéia, proposta por Kruchev para contrabalançar as tendências centrífugas do campo socialista, condenaria a Romênia a um modesto nível de industrialização. As questões econômicas serviram para aglutinar a rebeldia dos comunistas romenos, que adotaram uma diplomacia relativamente autônoma em relação a Moscou. A recuperação parcial das posições soviéticas em seu campo, por Brejnev, contudo, baseava-se mais em compromissos do que numa liderança inconteste, como na época de Stalin.

Em 1967-68 o PC tchecoslovaco iniciou o processo de liberalização política e descentralização econômica conhecido como Primavera de Praga. Embora o movimento tivesse, inicialmente, um caráter de mudança dentro do sistema, Brejnev sentiu-se ameaçado. Além da posição estratégica do país, a URSS encontrava-se envolvida em conflitos fronteiriços com a China e enfrentava a rebeldia romena. Assim, as tropas do Pacto de Varsóvia intervieram no país em agosto de 1968, sem encontrar resistência armada. Para justificar a intervenção, Brejnev formulou a Doutrina da Soberania Limitada dos Países Socialistas, segundo a qual estes não poderiam adotar medidas externas ou internas que ameaçassem os demais membros do bloco.

O fim da Primavera de Praga, contudo, conduziu à normalização diplomática da Europa Central e ao aprofundamento da *détente*. Em 1969 os social-democratas chegavam ao poder na RFA e Willy Brandt lançava sua *Östpolitik*, estimulando a cooperação da CEE com o Leste europeu. Sem esperanças de derrubar os regimes da Europa Oriental, o Ocidente negociou a normalização política. Entre 1970 e 1972 foram assinados diversos tratados envolvendo o reconhecimento diplomático e de fronteiras entre RFA, RDA, URSS, Polônia e Tchecoslováquia. Em 1973 as duas Alemanhas ingressavam

na ONU. Assim, desde a construção do Muro de Berlim, iniciara-se um processo que, no fim da década de 1960, culminava com a institucionalização de uma cooperação sistemática entre a Europa Ocidental e a URSS. O equilíbrio do terror acabava, contraditoriamente, por assegurar uma paz estável na Europa, uma vez que qualquer conflito militar tornara-se impensável. Ao mesmo tempo, ambos os lados usufruíam vantagens econômicas e políticas, em detrimento da influência dos Estados Unidos.

É interessante observar que a URSS, sob Brejnev, tornou-se finalmente *uma superpotência de fato, e não apenas de direito*. O país adquiriu a posição de potência mundial apenas na passagem dos anos 60 aos 70, com a obtenção do equilíbrio estratégico global, através da construção de uma esquadra capaz de operar no Oceano Mundial, do acesso a pontos de apoio no Terceiro Mundo, da efetivação de um arsenal nuclear capaz de atingir o território americano e da aceitação na comunidade internacional como *nação* legitimada (e não mais como *revolução*). Além disso, os avanços econômicos, tecnológicos e sociais do país propiciaram bases internas para uma atuação internacional mais efetiva. Neste sentido, Brejnev optara por uma alternativa societária conservadora, comprando a passividade política da população através da ampliação do consumo individual.

Washington, nesse momento, encontrava-se atolada diplomática e militarmente no Vietnã. O desgaste americano na Indochina refletiu-se nos preocupantes déficits orçamentários surgidos a partir do auge do conflito. Para enfrentar o problema, Nixon lançou uma série de medidas econômicas de alcance internacional: decretou em 1971 a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro, a elevação progressiva do preço do petróleo e a adoção do protecionismo comercial nos EUA. As medidas, aparentemente técnicas, tinham como objetivo desencadear uma gigantesca reconversão da economia capitalista mundial, retomando o dinamismo e a primazia americana, em detrimento da Europa, Japão, países socialistas e Terceiro Mundo. Esta política materializou-se na articulação de uma nova divisão do trabalho, na implementação de uma revolução científico-tecnológica e na aceleração da competição econômico-financeira internacional. Tais medidas atingirão, especialmente, os países socialistas e em desenvolvimento, quando saírem do casulo sob a forma da "globalização".

A reação americana ao desgaste de sua hegemonia, por outro lado, também se processou no plano estratégico. O presidente Richard Nixon e o secretário de Estado Henry Kissinger, preocupados em desengajar seu país do

atoleiro vietnamita, bem como reduzir os custos político-econômicos da liderança internacional dos EUA, num quadro internacional caracterizado pela *détente*, articulam a Doutrina Nixon, ou Doutrina de Guam: vietnamização do conflito, atribuição aos aliados regionais de um maior papel nas tarefas de segurança e, o mais importante, o estabelecimento de uma aliança estratégica com a República Popular da China. Esta nova orientação materializou-se com a Diplomacia do Pingue-pongue, iniciada em 1971, a qual configurou a estruturação do eixo Washington-Beijing e o ingresso da China Popular no Conselho de Segurança da ONU, no lugar de Taiwan. A aliança sino-americana, sem dúvida, alterou o equilíbrio estratégico mundial. No lugar de uma confrontação bipolar regulada, onde os demais países desempenhavam um papel limitado, surgiu um cenário onde uma terceira potência, a China, já era capaz de alterar o jogo internacional, tornado mais complexo. Para evitar uma reação da URSS, os EUA procuraram manter a *détente*, através da aceitação de um acordo de limitação de armamentos em 1972, o Strategic Arms Limitations Treaty, condicionado à assinatura do Acordo de Helsinque em 1975, que, além da segurança européia, institucionalizou o tema dos direitos humanos. A Casa Branca fomentou, ainda, a participação da URSS na economia mundial, via exportação de gás e petróleo e importação de tecnologia e bens de capital. A aceitação da institucionalização da questão dos direitos humanos e a vinculação parcial no mercado mundial dinamizado pela revolução tecnológica serão fatais para a URSS.

Apesar disso, a nova correlação internacional de forças então criada gerou um desequilíbrio estratégico claramente desfavorável a Moscou. Ante este quadro, os soviéticos buscaram acercar-se dos movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, sobretudo através da cooperação com Cuba. Potenciando estes movimentos, o grupo brejneviano esperava conseguir um reequilíbrio estratégico, através da obtenção de pontos de apoio na periferia da área de influência americana. Este jogo, entretanto, extrapolou os limites habituais da confrontação EUA-URSS. O novo contexto mundial estava marcado pela multilateralização e pela propagação da crise pela periferia, o que propiciou um elevado potencial de mobilização social pelas forças esquerdistas e nacionalistas. Essa conjuntura foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro Mundo, que desencadearam uma verdadeira onda revolucionária nos anos 70, com apoio às vezes ostensivo do campo socialista. De Angola e Etiópia ao Vietnã em 1975, da Nicarágua ao Irã e Afeganistão em 1979, mais de

uma dúzia de revoluções antiimperialistas, e mesmo socialistas, abalaram um cenário internacional já marcado pelo desgaste do império americano e da economia mundial. A estes eventos somou-se a queda dos regimes ditatoriais pró-americanos de Portugal, Espanha e Grécia no flanco sul da OTAN em 1974-75.

Nesse contexto, sem dúvida, a revolução indo-chinesa foi a mais importante. O movimento liderado por Ho Chi Minh iniciara a luta contra a França de Vichy e os japoneses em 1939, e após efêmera independência, lutara contra a reconquista francesa entre 1945 e 1954, quando o país foi temporariamente dividido em função dos acordos de Genebra. O congelamento da divisão, configurado pela não-realização de eleições no sul do Vietnã, cujo regime era apoiado pelos EUA, levou ao reinício da guerrilha em 1960. A derrocada iminente do governo de Saigon obrigou o Pentágono a desencadear a escalada militar em 1964. O Vietnã do Norte e os guerrilheiros do sul enfrentaram, em condições adversas, os 600 mil soldados ianques e a mais avançada tecnologia militar do mundo. Em 1968, quando os EUA começavam a enfrentar sérios problemas internos — em grande parte devido ao conflito, a Frente de Libertação Nacional (FLN) do Vietnã (*Vietcong*) desencadeou a ofensiva do Tet, provando a impossibilidade da vitória americana. Intensificou-se o uso de armas químicas, bombardeios maciços e massacres, enquanto Nixon buscava desenredar-se do labirinto indochinês. A guerra secreta no Laos e a invasão do Camboja em 1970, onde instalaram o general direitista Lon Nol, apenas dificultaram ainda mais a situação de Washington.

Após longas negociações, os EUA assinaram os Acordos de Paris em 1973 e retiraram suas tropas, vietnamizando o conflito, enquanto fornecia armas, dinheiro e assessores ao governo de Saigon. Em abril de 1975 as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do sul entravam em Saigon, reunificando o país e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas, inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico, por um pequeno país agrícola e periférico, embora com o apoio diplomático e armas dos países socialistas.

A Guerra do Vietnã não fora apenas um conflito militar entre exércitos nacionais mas uma profunda revolução social. Era um símbolo dos novos tempos, que evidenciava o desgaste do império americano e as potencialidades da aliança das revoluções populares do Terceiro Mundo com as nações socialistas industrializadas. O fenômeno afetou toda a Indochina, pois simultaneamente ocorria o triunfo dos movimentos revolucionários do Laos e do Camboja, ao mesmo tempo em que se criava um novo poder regional, sob a liderança vietnamita. É importante observar a atitude da China, que esfriou gradativamente suas relações com Hanói à medida que a vitória se avizinhava, chegando mesmo a opor-se à reunificação. A partir de 1975 Beijing passou a apoiar o regime do Khmer Vermelho no Camboja, como forma de evitar a supremacia do Vietnã sobre toda a Indochina, bem como a pressioná-lo.

A primeira derrota militar americana atingiu em cheio o país, gerando a Síndrome do Vietnã, que o retraiu parcial e temporariamente nas relações internacionais. À crise econômica associava-se o sobressalto da derrota militar, da consciência pública dos crimes perpetrados e dos problemas sociais internos, com os desajustados, drogados e mutilados gerados pela guerra. Além disso, os movimentos de direitos civis, pacifistas e minorias étnicas desafiavam o *status quo* americano desde os anos 60. Estes problemas foram coroados pela descrença na política oficial, gerada pelo escândalo Watergate, responsável pela queda de Nixon. Para a opinião pública, os conflitos do Terceiro Mundo eram complicações em que os EUA não deveriam intervir, além do fato de considerarem que estes consumiam os recursos destinados ao bem-estar interno. Carter assumiu o poder em 1977, buscando rearticular a diplomacia americana através da política de defesa dos direitos humanos, bem como da não-interferência nos conflitos internos de outros países. Contudo, novos focos de tensão se levantavam na África e América Central, onde a amplitude dos conflitos acabou envolvendo as duas superpotências e seus aliados. Na África Portuguesa, após quinze anos de luta armada, a esquerda também triunfou. Em Moçambique, a guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) já controlava parte do país, quando a Revolução dos Cravos em Portugal precipitou os acontecimentos. Com a fuga da maior parte da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro, que se proclamava marxista-leninista, junto às fronteiras da Rodésia e da África do Sul, países ainda controlados por minorias brancas, onde se intensificava a luta armada.

Em Angola, país com maiores potencialidades econômicas, ocorreu uma guerra civil entre os três grupos que lutavam pela independência, quando da derrocada do fascismo português. A Frente Nacional de Libertação de Angola (vinculada aos EUA) e as tropas do Zaire avançaram do norte para atacar a capital, Luanda, onde o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA, de orientação marxista) era dominante. No sul, a União

Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o exército sul-africano desencadearam um guerra relâmpago contra o MPLA. Em face da situação desesperadora, iniciou-se uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e 20 mil soldados cubanos. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. Assim o MPLA proclamou uma República Popular de inspiração marxista-leninista. A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para manter viva a UNITA e desestabilizar o governo do MPLA, enquanto os cubanos permaneciam um pouco ao norte para impedir a invasão ao centro do país.

Também no Chifre da África, as revoluções locais transformaram-se em conflitos regionais da Guerra Fria. Na miserável Etiópia, o velho imperador pró-americano Hailé Selassié foi derrubado em 1974 por um golpe militar com apoio popular. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam a existência do novo regime. Em 1977, este evoluiu para a esquerda, desencadeou ampla reforma agrária, rompeu com os EUA e atacou os separatistas e a oposição. A vizinha Somália então invadiu a Etiópia, numa atitude claramente encorajada pela Arábia Saudita, Egito e EUA. Neste contexto, URSS e Cuba atenderam ao pedido de auxílio da Direção Militar Revolucionária Etíope, a DERG. Fidel Castro visitara os dois países em litígio, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação, mas esbarrou com a negativa somali, que expulsou todos os assessores soviéticos do país. Nesse momento, Moscou montou uma ponte aérea, enviando armas, assessores soviéticos e alemães-orientais, além de 10 mil soldados cubanos. A guerra do Chifre da África encerrou-se com a vitória da Etiópia, que consolidava seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos EUA e as guerrilhas prosseguiam.

Enquanto os EUA encontravam-se afetados pela Síndrome do Vietnã e mantinham-se relativamente retraídos nas relações internacionais, a conjuntura revolucionária no Terceiro Mundo aprofundava-se, atingindo seu zênite — e seu termo. Na Indochina, o fim da guerra não trouxera um alívio das tensões regionais, pois a pressão sobre a revolução vietnamita adquirira novas formas. O Khmer Vermelho no Camboja, enquanto promovia sua nefasta política interna, externamente provocava o Vietnã, por meio de incidentes fronteiriços, com apoio chinês. A resposta de Hanói não tardou, e em fins de 1978 invadiu o Camboja, com apoio dos refugiados deste país, derrubando o Khmer Vermelho e implantando um regime aliado no início de 1979. Um mês depois, 600 mil soldados chineses cruzavam a fronteira para, segundo Deng Xiaoping, "dar uma lição ao Vietnã". Após um mês de luta, os chineses retiraram-se com pesadas baixas. A China, neste episódio, defendeu também os interesses dos EUA na grande diplomacia.

4. O FIM DA *DÉTENTE* E A SEGUNDA GUERRA FRIA (1979-1985)

A principal conseqüência desta evolução foi que, durante o governo Carter, a *détente* começou a ser abandonada, dando lugar a uma nova Guerra Fria. Tratava-se de um verdadeiro contra-ataque dos centros capitalistas, iniciado anteriormente com a estratégia de recuperação hegemônica de Kissinger-Nixon-Ford, continuada pela Comissão Trilateral com Carter, e culminando com o neoliberalismo conservador de Reagan-Bush. Assim, durante os anos 80, a estratégia conservadora desencadeou o que Reagan definiu no Documento Santa Fé como uma *Terceira Guerra Mundial*, cuja peça-chave era o projeto "Guerra nas Estrelas", que acabou produzindo a derrocada da URSS.

A região cuja instabilidade mais preocupou Washington foi a que o assessor americano Zbigniew Brzezinski denominou de *Arco das Crises*, que se estendia do Chifre da África ao Paquistão, passando pela Península Arábica. Em função do petróleo do Golfo Pérsico, da proximidade da URSS e do Oceano Índico, a região era considerada vital para os EUA. A guerra do Chifre da África tivera como resultado o alinhamento da Somália com Washington e da Etiópia com Moscou. Apesar da revolução etíope ainda enfrentar movimentos de guerrilhas, especialmente a Eritréia, Carter percebia os resultados como favoráveis ao campo socialista. Do outro lado do estreito de Bab-el-Mandeb, a revolução sul-iemenita, em reação à pressão saudita, radicalizou-se e aproximou-se ainda mais do Kremlin em 1979. Mais sério, contudo, foi o triunfo da Revolução Iraniana no início de 1979, a qual desarticulou o sistema defensivo americano na estratégica região petrolífera do Golfo Pérsico. Mas é preciso lembrar que esta revolução constituiu uma ameaça maior ainda para a União Soviética, pois o novo regime islâmico era vizinho das repúblicas soviéticas muçulmanas da Ásia Central. Isto teve, no plano regional, profunda repercussão em relação ao Afeganistão. Além disso, o agravamento da crise polonesa, com intromissão direta de Washing-

ton e do Vaticano do arquiconservador João Paulo II pesaram na decisão de Moscou de intervir no Afeganistão.

Esta ação soviética constituiu o pretexto para a grande virada das relações internacionais que enterrou a *détente*. País feudal e tribal, o Afeganistão sempre manteve excelentes relações com a URSS, sendo o primeiro Estado a reconhecê-la (1919) e mantendo acordos de cooperação econômica e militar desde 1924. Em 1973, em mais um dos golpes de Estado no país — formalmente contra a corrupção generalizada, o príncipe Daud depunha seu primo do trono e proclamava a República, apoiando-se numa ampla frente, também integrada por grupos comunistas. O governo Daud, em face da crescente desagregação econômica e da progressiva influência dos comunistas no governo, começou a aceitar a ajuda econômica do xá do Irã, que desejava criar sua própria área de influência. Desde 1974, Daud permitiu a atuação da Savak (polícia política iraniana) dentro do governo afegão, para eliminar a esquerda do aparelho estatal. A situação agravou-se quando Cabul resolveu reorientar sua diplomacia, aproximando-se também da China, EUA e Paquistão. Como reação às prisões em massa e assassinatos de líderes comunistas, estes organizaram manifestações e em 1978 desfecharam um golpe de Estado, que os conduziu ao poder.

O novo governo iniciou programas de alfabetização, reforma agrária, emancipação dos jovens e das mulheres e nacionalização de alguns setores da economia. Mas a luta interna entre facções comunistas prosseguia, enquanto acelerava-se perigosamente a "revolução pelo alto", desencadeando uma revolta rural contra as reformas desde maio de 1979. A família patriarcal recusava-se a abrir mão do controle sobre as mulheres e jovens, enquanto o clero mobilizava-se contra a reforma agrária. Logo a revolta tribal passava a receber apoio externo via Paquistão, escapando ao controle do governo. Os soviéticos, já preocupados com os primeiros ventos da nova Guerra Fria, resolveram então agir, apoiando sem sucesso a facção moderada. Moscou não poderia recuar no país, pois o conflito adquirira nova dimensão com o triunfo da Revolução Iraniana e o grande fluxo de armas e dinheiro para a guerrilha conservadora afegã oriundo dos EUA, China, Paquistão, Egito e Arábia Saudita. Assim, a URSS resolveu apoiar um golpe para derrubar Amin, a ser complementado com a intervenção militar maciça em apoio a um novo governo, o que veio a ocorrer em 27 de dezembro de 1979. O governo promoveu uma abertura política, moderou o ritmo das reformas e buscou uma aproximação com os líderes religiosos e chefes tribais, enquanto os soviéticos tentavam reerguer o Estado e o exército afegãos, e suas tropas procuravam controlar os pontos vitais do país. Mas era tarde, pois as bases guerrilheiras encontravam-se instaladas no Paquistão, e era impossível controlar a infiltração pelas altas montanhas.

A tensão social resultante simultaneamente da crise econômica e da reestruturação do capitalismo, combinada com as sucessivas derrotas dos interesses e posições ocidentais (particularmente americanos) em áreas estratégicas da periferia, lançaram os meios conservadores numa grande incerteza. Ante a percepção de graves ameaças aos fundamentos do sistema, a *nova direita* preparou então uma vigorosa contra-ofensiva. A reação conservadora iniciou-se na segunda metade do governo Carter, quando assessores como Brzezinski e Brown começaram a atacar a *détente* defendida pelos também assessores Vance e Young. Em 1978 a direita americana conseguia recuperar-se do baque sofrido no Vietnã e restaurava seu domínio no Congresso, obrigando o governo democrata a mudar sua política. Antes mesmo da intervenção soviética no Afeganistão em dezembro de 1979, foi aprovado o aumento do orçamento militar, a fabricação da bomba de nêutrons, o apoio à guerrilha afegã, a criação da Força de Deslocamento Rápido, a instalação dos mísseis Cruise e Pershing 2 na Europa, o reequipamento da OTAN e, logo após, a não-ratificação dos Acordos SALT II sobre limitação de armas nucleares. Quase uma década de vacilação americana chegava ao fim, situação que a eleição de Ronald Reagan em 1980 apenas veio reforçar. A ascensão da conservadora Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, por sua vez, dava início à emergência da direita na Europa.

Quais as razões desta virada espetacular? Por um lado, encontra-se a tendência social e ideológica conservadora fomentada pela crise econômica, analisada adiante. Por outro lado, a reação à desestruturação do sistema internacional: "a nova Guerra Fria é principalmente o produto de uma desestabilização gigantesca e relativamente sincronizada do capitalismo periférico e semi-industrial na onda da crise econômica mundial" (Davis, Mike, *in* Thompson, 1985, p. 80). Revoluções selvagens e imprevisíveis ocorreram nos bolsões mais pobres do mundo, e somaram-se a um populismo religioso atávico no mundo árabe, onde a pauperização absoluta alimenta o renascimento islâmico na esteira do colapso das sociedades tradicionais. As revoluções antes descritas possuem um potencial de desestabilização em nível regional, conferindo certa lógica à "teoria do dominó" invocada por Washington.

A América, marcada pelos fracassos da década anterior, pela crise econômica, e com o orçamento ainda limitado pelo programa social dos democratas, viu no republicano Ronald Reagan o homem capaz de recolocá-la de pé, e o elegeu em fins de 1980. A era Reagan deu forma institucional à reação conservadora e sua nova Guerra Fria, aprofundando as tendências já existentes na metade final do governo Carter. A estratégia da nova direita era oposta a qualquer multilateralização das relações internacionais e contrária ao diálogo Norte-Sul, buscando restaurar uma estrita bipolaridade com vantagem estratégica para os EUA. Intensificaram-se a corrida armamentista e a política de confrontação, que, em conjunto com a instalação dos novos mísseis na Europa, enterraram a *détente*. Essa nova Guerra Fria consistiu esquematicamente no seguinte: os Estados Unidos moveram uma vigorosa corrida armamentista convencional e estratégica — cujo ponto máximo era a militarização do espaço pela Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), ou projeto "Guerra nas Estrelas", que os colocam em superioridade estratégica sobre a URSS, abalando paralelamente a economia deste país, já enfraquecida pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e aliados.

O Kremlin, debilitado, viu-se constrangido a limitar seu apoio às nações revolucionárias do Terceiro Mundo, como forma de negociar a redução da pressão militar americana. Nessas condições, os EUA e seus aliados mais militarizados (África do Sul, Paquistão e Israel, entre outros) poderiam esmagar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior enquanto, paralelamente, os americanos logravam restabelecer boa parte de sua ascendência sobre seus aliados economicamente bem-sucedidos (Europa Ocidental e Japão), dividindo ainda com eles o fardo da despesa de armas e afastando-os da vantajosa cooperação econômica com a URSS e a Europa oriental (daí a luta contra a construção do gasoduto Sibéria-Europa e a venda de tecnologia avançada aos países socialistas); finalmente, os EUA tentariam abrir os países socialistas à penetração econômica ocidental, que aumentaria o controle sobre a política do "bloco" soviético, fornecendo alternativas financeiras e comerciais para a superação da estagnação do sistema capitalista.

No que tange especificamente ao Terceiro Mundo, Washington desenvolveu a estratégia dos *conflitos de baixa intensidade*, que seriam travados em teatros limitados (com a possibilidade de empregar armas nucleares táticas), visando enfraquecer e/ou derrubar os regimes revolucionários no poder. Neste sentido, sustentaram os *contras* na Nicarágua, a UNITA em Angola, a Renamo em Moçambique, as guerrilhas muçulmanas no Afeganistão, os somalis e eritreus na Etiópia, além de outros, enquanto Granada foi invadida e diretamente ocupada em outubro de 1983. Simultaneamente, os EUA reforçavam os governos conservadores ameaçados internamente, visando evitar o triunfo de guerrilhas esquerdistas ou movimentos democratizantes de massa, como no caso de El Salvador, Guatemala, Namíbia, Filipinas e Coréia do Sul, entre outros.

Essa verdadeira contra-revolução no Terceiro Mundo sangrou os frágeis regimes revolucionários até a exaustão, bloqueando qualquer possibilidade concreta de transição social. O fenômeno adquiria contornos desesperadores para esses regimes, pois também os países socialistas foram paralisados devido à ofensiva belicista, ao embargo comercial e tecnológico, e às pressões diplomáticas ocidentais. Literalmente acuada durante a primeira metade da década de 80, a URSS buscou posteriormente adaptar-se aos novos tempos com a *Perestroika*, oferecendo facilidades econômicas e o abandono de seus aliados terceiro-mundistas, em troca de acordos de desarmamento e cooperação comercial e financeira.

No plano político-ideológico, a nova direita substituiu a bandeira dos direitos humanos pela da defesa da democracia, e do combate ao narcotráfico e ao terrorismo. A democracia, num contexto de crise, deveria ser salvaguardada "sem adjetivos" (a "democracia como valor universal"), isto é, sem qualificações como popular, social ou participativa. Assim, a democracia liberal adotava um conteúdo ainda mais empobrecido, conservando e legitimando a desmobilização político-social dos regimes autoritários que estavam sendo substituídos. A *democracia como valor universal* era também uma arma ideológica contra os países socialistas e os jovens Estados revolucionários do Terceiro Mundo. Estes, além de "antidemocráticos", também eram acusados de práticas terroristas, mácula que atingia igualmente os movimentos revolucionários e/ou de libertação nacional. O antiterrorismo permitia, assim, criar-se um clima de histeria para a manipulação da opinião pública. Desta forma, legitimavam-se previamente as agressões e pressões dos EUA a países antiamericanos do Terceiro Mundo, tais como Líbia e Irã, enquanto o combate ao narcotráfico validava as interferências no Panamá e nos países andinos.

Durante a era Brejnev, a crescente presença internacional da URSS e o aumento do nível de vida da população haviam exigido um esforço adicional da economia soviética. Na segunda metade dos anos 70 o "crescimento ex-

tensivo" alcançara seu limite, quando também iniciava-se a nova Guerra Fria e aprofundava-se a reestruturação das economias capitalistas avançadas, em relação às quais a União Soviética estabelecera vínculos de cooperação. A corrida armamentista e os embargos comerciais e tecnológicos afetaram seriamente a União Soviética, na qual a envelhecida liderança do grupo brejneviano carecia do necessário dinamismo para enfrentar os novos desafios. A crise polonesa somou-se ao peso do envolvimento nos conflitos regionais como do Afeganistão, Camboja, América Central, África Austral e Chifre da África. As reformas do sucessor Iuri Andropov em 1983 não tiveram tempo de frutificar, e o imobilismo do interregno Tchernenko apenas contribuiu para abortá-las. Em 1985 Mikhail Gorbachev, jovem aliado de Andropov, assumiu o poder no Kremlin, lançando as políticas reformistas da *Glasnost* (transparência) e da *Perestroika* (reestruturação), bem como uma ofensiva diplomática pacifista. Desta vez, porém, o preço pago foi a própria capitulação e convergência ante o adversário capitalista.

O chamado *novo pensamento* de Gorbachev levou, em menos de três anos, ao fim da Guerra Fria e, em seguida, à desintegração da própria URSS. Este desfecho insólito evidenciou alguns fenômenos que possibilitam uma melhor compreensão do grande confronto da segunda metade do século. Num sentido amplo, a Guerra Fria começou em novembro de 1917 com o estabelecimento do primeiro regime socialista; conheceu períodos "quentes" e amainou durante as fases da *détente*, pois o conflito e a coexistência sempre foram partes de um mesmo processo, com ênfase ora num, ora noutro aspecto. O século XX, neste contexto, representa uma era de transição longa e violenta marcada pelo conflito de formações sociais e políticas opostas, cujo centro de gravidade tem sido o Terceiro Mundo, desde os anos 50. A razão disso é que a expansão planetária do capitalismo destrói continuamente as estruturas tradicionais na periferia, produzindo novos "elos frágeis" em seu sistema e internacionalizando as forças de revolta contra ele.

A Guerra Fria, neste sentido, não pode ser reduzida à sua aparência de conflito entre EUA e URSS. Esta imagem é apenas parte do processo e diz respeito ao imediato pós-guerra, quando o capitalismo foi reestruturado sob hegemonia americana, o que anulou momentaneamente as rivalidades intercapitalistas e permitiu a atuação conjunta do sistema contra a URSS. A Revolução Soviética criara uma base industrial autônoma, capaz de permitir-lhe independência de ação e de fornecer recursos econômicos e militares às revoluções e ao nacionalismo na periferia. Daí a necessidade de conter não

uma inexistente "exportação da revolução", mas o apoio da URSS às revoluções e rivalidades espontaneamente surgidas no Terceiro Mundo, quando isto convinha a Moscou. Pode-se dizer, nesse sentido, que a corrida armamentista — nuclear ou não — representou o regulador de um sistema internacional em transição e convulsionado por rupturas revolucionárias, regulador este imposto pela economia dominante. O desenvolvimento nuclear, que constitui apenas um dos resultados da corrida armamentista, serviu para dar coesão aos "blocos" e regular o conflito entre eles. Assim, o fim da Guerra Fria tornou o mundo mais instável, conflitivo e imprevisível, mas ao mesmo tempo descongelou a História mundial.

BIBLIOGRAFIA

Barros, Edgard de. 1984. *A Guerra Fria.* São Paulo, Atual.

Delmas, Claude. 1979. *Armamentos nucleares e Guerra Fria.* São Paulo, Perspectiva.

Deutscher, Isaac. 1968. *A revolução inacabada: 50 anos de história soviética.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Documento Secreto da política Reagan para a América Latina. 1981. São Paulo, Hucitec.

Horowitz, David. 1973. *De Yalta au Vietnam.* Paris, Union Générale d'Éditions, vol 1.

Michelena, José A. S. 1977. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Pereira, Antonio C. 1984. *Os impérios nucleares e seus reféns: relações internacionais contemporâneas.* Rio de Janeiro, Graal.

Thompson, Edward e outros. 1985. *Exterminismo e Guerra Fria.* São Paulo, Brasiliense.

Vizentini, Paulo F. 1996. *Da Guerra Fria à crise 1945-89.* Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS (3ª ed).

Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar social

Enrique Serra Padrós.

Professor assistente de História Contemporânea da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Do livro O Século XX

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução européia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela nacionalização da hegemonia americana. Mas foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. Denominados de anos gloriosos ou Idade de Ouro, o fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra, constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes.

1. Sombra e Luzes sobre o mundo capitalista depois do Triunfo sobre o nazismo. A Saída da Segunda Guerra Mundial.

O impacto da Segunda Guerra sobre o conjunto da sociedade européia teve características inéditas. O fato de ter sido uma guerra total, envolvendo a mobilização de todos os setores produtivos e recursos naturais, deixou cicatrizes profundas entre os sobreviventes. As utilizações de novas tecnologias de destruição e as enormes mobilidades dos exércitos atingiram áreas extensas. O bombardeio das vias de comunicação e o desmantelamento e mudança de fábricas para zonas mais seguras contribuíram para desorganizar, ainda mais, a vida material das pessoas. Aliás, nunca se vira, até então, tamanha transferência de contingentes populacionais. A guerra deslocara dezena de milhões de pessoas, soldados, prisioneiros de guerra, as vítimas do racismo, trabalhadores forçados, além dos movimentos espontâneos de população fugindo da guerra. Tais fluxos provocaram, por toda a Europa, alterações demográficas, problemas geopolíticos e choques que acrescentaram novos tensionamentos à sempre explosiva convivência entre as diversas nacionalidades continentais. Além das dezenas de milhões de mortos, feridos, mutilados e desabrigados, deve-se contabilizar o número de nascimentos que, previstos segundo as tendências do pré-guerra, não chegaram a ocorrer. Calcula-se que ao redor de 55 milhões de pessoas, potenciais produtores e consumidores, deixaram de nascer na Europa, o que é um dado espantoso. A própria falta de braços no campo gerou subprodução, encarecimento dos alimentos e surgimento do mercado negro em um período em que a fome e o desabastecimento estavam na casa da maioria dos europeus.

O endividamento das economias européias, em decorrência da guerra, é outro fato a destacar. Os países envolvidos gastaram seus estoques de moeda e recorreram a empréstimos externos e ao endividamento comercial, provocando a reconversão de saldos das antigas potências européias em relação a alguns países do Terceiro Mundo. Em 1945, por exemplo, a dívida britânica junto à Argentina (uns 126 milhões de libras) só foi zerada com a venda de empresas que a Grã-Bretanha possuía naquele país (ferrovias, companhias de construção elétrica, transporte urbano). A essa altura, parte desse material já era considerado obsoleto, mas a nacionalizações foram capitalizadas pelo projeto político peronista.

Os índices globais do fim da guerra mostram as enormes dificuldades dos países europeus para ressurgir da destruição material. Os níveis de produção caíram em quase todos eles. Comparada aos anos 30, a produção de cereais diminuíra em 70%, a de carne 66% e outros produtos agrícolas 75%. Embora algumas tecnologias vinculadas à indústria de guerra se tivessem desenvolvido, o produto industrial despencou. Claro, alguns beneficiaram-se com o colapso europeu. Os EUA, durante a guerra, triplicaram a produção industrial (em 1946 produziram metade da produção mundial) já a sua renda per capita aumentou mais de 100% (de 550 para 1.260 doláres).

Além das perdas materiais, as potências coloniais européias tiveram enorme dificuldade para

manter seus impérios. Por quê? a) a contradição no apelo das metrópoles ao esforço de guerra colonial contra as ditaduras fascistas em nome da democracia e liberdade; b) a falta de condições materiais para restabelecer a tradicional relação metrópole-colônia c) a penetração econômica americana nas colônias européias durante a guerra d) a pressão política e simultânea dos EUA e da URSS contra a manutenção da ordem colonial: a primeira, contrária aos mercados fechados; a segunda, identificando-se com os movimentos revolucionários e procurando novos espaços econômicos para relacionar-se. Independentemente de questões ideológicas, a descolonização enfraqueceu a Europa em benefício das superpotências.

O impacto da guerra sobre a consciência européia foi considerável. Restou um medo residual da barbárie, da tecnologia destrutiva, dos perversos efeitos das ocupações. Nada mais brutal, do que a presença de milhares de crianças órfãs, além das terríveis imagens dos diversos holocaustos (judeus, eslavo, cigano e etc.) Neste aspecto, a reconstrução foi muito mais difícil. O colaboracionismo ficou como ferida exposta nas consciências nacionais. Puni-lo? Ignorá-lo? Execrá-lo? A guerra abalou crenças profundas da cultura européia. As cicatrizes físicas e morais, junto com a memória ou o esquecimento, foram a outra cara da sociedade que devia reerguer-se.
A experiência da pós-primeira guerra e a crise de 1929 serviram de referência para evitar situações posteriormente semelhantes. O dilema para a economia americana era o de como evitar uma crise de superprodução no fim da guerra. Ou seja, como orientar um reordenamento internacional e a necessária reconversão de uma economia de guerra para uma outra em tempos de paz, sem correr o risco de um quebra-quebra generalizado? Como fazer para adequar os altos índices de produtividade atingidos entre 1939 e 1945 com a realidade do pós-guerra? Por um lado, era fundamental evitar a falências das economias européias, pois a recuperação econômica da Europa era estratégica para a manutenção da supremacia dos EUA. Por outro, a superpotência destinou cotas de alimentos a fundo perdido como ajuda humanitária para que os europeus enfrentassem os dolorosos primeiros meses de fome e frio. Na prática o governo dos EUA comprava enormes estoques de seus agricultores, mantinha os lucros para o setor agrícola, impedindo a sua quebra, e melhorava muito a sua imagem externa. Entretanto, a ajuda não tão desinteressada assim. Havia uma contrapartida. As econômicas européias deviam seguir as recomendações americanas de flexibilizar seus mercados e suas políticas econômicas às novas tendências estruturadas a partir da lógica do sistema de acumulação dos EUA.

Desde os anos 30, já se estudavam mecanismos de dinamização do comércio e de mudanças na rigidez monetária pautada em cima do padrão ouro (universalmente aceito). Porém, em julho de 1944, nos Estados Unidos, representantes de 44 países reuniram-se para desenhar o panorama econômico mundial. Num cenário de fim de guerra e reconstrução posterior procuraram-se soluções para a falta de pagamentos internacionais (principalmente dos países endividados com o conflito) e que mantivessem a dinâmica relação produção-consumo. Após diversas propostas, aprovaram o acordo de Bretton Woods, que introduzia as seguintes modificações: a) aceitação do dólar como moeda internacional e conversível em ouro (a libra esterlina foi usada por pouco tempo); b) livre conversibilidade das moedas nacionais entre si, a partir de uma paridade fixada em ouro ou em dólares; c) criações de instituições que sustentassem os acordos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial. Bretton Woods definiu a livre conversão de dólares por ouro (cada onça de ouro foi taxada em 35 dólares), numa época em que os EUA detinham quase 80% das reservas de ouro. Estas enormes reservas tinham sido obtidas na troca por produtos industriais americanos e com um artifício muito controverso. O valor do ouro estava congelado nos índices de 1934. Ora, somente entre 1939 e 1945 houve uma inflação que variou, dependendo do setor, entre 200% e 400%. Ou seja, os EUA lucraram muito vendendo produtos com o valor corrigido pela inflação em troca de ouro com valor congelado. A enorme transferência de ouro para os EUA foi um dos fatos

mais importantes do início da reconstrução européia. Assim, podia-se garantir a conversão desse ouro em dólares mantendo-se o dinamismo do circuito comercial. Os EUA passavam a desempenhar o papel de fiadores da economia internacional. Era o famoso “padrão de cambio ouro” (Gold Exchange Standard) que substituía o padrão ouro (Gold Standard)a frase “o dólar é tão bom quanto o ouro” sintetizava a necessidade de mudar a mentalidade das pessoas em relação aos novos tempos, quer dizer, desfazer-se do ouro e assumir o dólar como base monetária internacional. Quanto ao FMI, vigiava a aplicação das novas normas monetárias, promovia a estabilidade dos tipos de câmbio e favorecia um sistema multilateral de pagamentos. Já o Banco Mundial priorizava a reconstrução, investindo capital nas economias destruídas e reconvertendo as estruturas produtivas às novas necessidades de paz.

A realidade do intercâmbio comercial e do volume de endividamento europeu com os EUA mostrou-se muito mais complexa do que se antevia. Os países europeus precisavam de dólares para saldar dívidas e viabilizar projetos de desenvolvimento. Havia duas formas de obtê-lo. Uma, através da obtenção de saldos positivos no comércio com os EUA (o que não se verificava). Outra, através da venda do ouro dos bancos centrais nacionais (que como vimos, tinha o preço congelado). A segunda possibilidade era a mais viável, porém a situação era dramática. As necessidades dos países eram superiores ao que as reservas nacionais possuíam. E os EUA continuavam lucrando. Sua produção escoava para um enorme mercado externo, enquanto acumulava a maior quantidade do ouro que os outros países eram obrigados a gastar. Evidentemente que o ouro acabou e reconstrução ficou incompleta. A Europa, não tendo mais como obter novos dólares, passou a conviver com a crise da “fome de dólares”. O medo de turbulências sociais e a possibilidade de avanços dos partidos de esquerda no velho continente levaram o tesouro americano a uma intervenção cirúrgica nas frágeis economias européias e japonesa do pós-guerra. Para revitalizar o capitalismo dessas regiões. Era fundamental desobstruir os canais do comércio mundial e afastar o perigo de qualquer fantasma revolucionário. Em relação a esta última afirmativa, deve-se lembrar que, durante os primeiros anos do pós-guerra, enquanto a União Soviética consolidava a sua posição no Leste europeu, a esquerda mostrava-se muito forte na França, Itália e Grécia. Esta situação levou os EUA a elaborar a Doutrina Truman, eixo norteador da sua política externa no alvorecer da Guerra Fria e que antecedeu em alguns meses o Plano Marshall, do qual não pode dissociar-se. No dia 5 de junho de 1948, o Secretário de Estado George Marshall, discursando na Universidade de Harvard, defendeu o aumento da ajuda econômica à Europa. Os Objetivos do Plano Marshall eram: a) reconstruir a sociedade capitalista global; b) recompor a economia européia; c) integrar o Ocidente europeu à economia americana; d) adequar a imensa defasagem entre os dólares e ouro existentes nos EUA e a falta deles entre os aliados ocidentais.

Portanto, o fornecimento de doações e empréstimos americanos a juros baixos visava equilibrar orçamentos e estabilizar as moedas européias. Inicialmente, a oferta de ajuda abrangia também os países da Europa Oriental. Porém, conhecidas as condições de adesão para o recebimento da ajuda, ficou muito claro, para a lideranças de Moscou, que o plano intervinha nas economias nacionais limitando seriamente a soberania de projetos estratégicos de desenvolvimento. Ou seja, no Leste europeu, produziria a inviabilização de projetos socialistas. Assim, restrito a Europa Ocidental (excetuando inicialmente a Espanha Franquista), entre 1948 e 1961 entraram na Europa uns 30 bilhões de dólares, na forma de empréstimos e doações. A Inglaterra o país mais beneficiado, recebeu 7,5 bilhões de dólares (seguido da França com 5 bilhões, Alemanha com 4 bilhões e Itália com 3,5 bilhões) Num primeiro momento, os novos investimentos priorizavam a produção de alimentos, rações para animais e fertilizantes, posteriormente, matérias-primas e manufaturadas. O Japão recebeu ajuda semelhante através do Plano Dodge.

O Plano Marshall foi fundamental para a acelerada recuperação das economias européias nos anos 50 e 60. Mas foi muito mais favorável aos EUA. Entre as condições impostas estava a que facilitava aos EUA acessar as matérias-primas estratégicas do seu interesse (cromo, tungstênio), lembrando que 70% de todos os produtos importados pela Europa também provinham da lá. Inclusive, confirmava-se o temor soviético. Técnicos americanos fiscalizavam a utilização dos fundos, a não abertura de empresas concorrentes das americanas, os orçamentos estatais e a proibição de venda de material estratégico ao Leste europeu.

A receptividade e docilidade dos governos europeus às orientações americanas era fato levado em conta. A interdependência entre a Europa e os EUA acentuou-se significativamente. O plano garantiu aos EUA manter índices de produtividade semelhantes aos da guerra. E se a Europa recuperou rapidamente um novo ciclo de crescimento, cabe lembrar, entretanto, que perdera a primazia mundial dentro do capitalismo. Fora deslocada, definitivamente, pelos EUA. O plano permitiu superar a tendência à estagnação da "fome de dólares", substituindo-a pela dolarização do mundo. A combinação dos efeitos da Conferência de Bretton Woods com os do Plano Marshall confirmava a idéia de "americanização da economia do mundo ocidental", ou seja, a imposição hegemônica dos EUA (Trias, 1977, p.204)

Paralelamente ao processo de reconstrução européia ocorreu a sua integração. Em 1948 nasceu a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) mais tarde Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Sua função era a de distribuir a ajuda do Plano Marshall. Concomitantemente, aprofundava-se a associação entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo (Benelux), experiência bem sucedida de eliminação de taxas alfandegárias e restrições comerciais monetárias. Em 1951, avançara-se muito com a formação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA). Proposta no Plano Schuman (ministro de Relações Exteriores francês), visava esvaziar a competição industrial franco-alemã colocando sob uma autoridade supranacional uma política de produção conjunta para o carvão, aço e ferro. Estabelecia-se, assim, um único mercado europeu de carvão e aço (sem taxas, alíquotas ou discriminação de fretes, subsídios e etc.) Sendo uma experiência setorial, trouxe ganhos políticos e mostrou o caminho da integração sem conflito.

Finalmente, em 25 de março de 1957, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Luxemburgo e Itália, a Europa dos seis, acordavam o Tratado de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia (CEE). Embora sem maior homogeneidade entre os parceiros, houve voluntarismo político para superar o ressurgimento de conflitos. A livre circulação de produtos agrícolas e industriais e taxas alfandegárias comuns ante terceiros caracterizaram o primeiro período da CEE. A Inglaterra, ponta-de-lança dos interesses dos EUA no continente não querendo abrir a sua zona internacional de influência (a Commonwealth), optou por não fazer parte da CEE assim como não fizera da CECA.

Em resumo, as perspectivas do que seria a reconstrução européia se confirmaram. Foram anos muitos duros para uma população que tanto sofrera. A terrível destruição material da sociedade somaram-se milhões de pequenas tragédias individuais cujas feridas permaneceriam expostas por muitos anos mais. Qualquer pós-guerra, por pior que fosse, sempre era melhor que a realidade da própria guerra. Por outro lado, temia-se que a paralisia da economia européia levasse ao colapso a economia americana, que se agigantara abastecendo seus aliados. Mas a experiência do fim da Primeira Guerra e a identificação de uma nova ameaça, a soviética, permitiram uma relação diferenciada no que diz respeito à cobrança das dívidas dos aliados e ao tratamento dado aos vencidos. A grande descoberta dos EUA foi que, para manter a hegemonia conquistada durante a Segunda Guerra, era necessário recuperar a economia e o tecido político europeu e japonês. Em vez

de países frágeis, precisava de aliados para a Guerra Fria e de consumidores para a sua indústria (muito maior que as reais necessidades de seu mercado interno). O acordo de Bretton Woods, complementado pelo Plano Marshall, garantiu um volume de moeda que viabilizou a relação demanda-produção. Isto foi fundamental. Garantiu um fantástico crescimento produtivo e acumulação de capitais nos EUA e impulsionou a recuperação européia e japonesa. Ainda estimulou a integração na Europa e possibilitou que essas economias fossem permeáveis aos interesses americanos. Era o resultado da supremacia indiscutível dos Estados Unidos no mundo capitalista.

2. As décadas de Progresso: A transformação do capitalismo. Demografia, economia, política e cultura. O desenvolvimento do Progresso Material e social.

A sociedade emergente da guerra, de forma global, caracterizou-se pela aceleração do crescimento econômico e um boom industrial sustentado pelos avanços da pesquisa científica aplicados nos setores produtivos.

O crescimento econômico das três décadas posteriores à guerra constituiu um fato inédito. As perspectivas de estagnação foram afastadas pelos mecanismos internacionais implementados pelos EUA. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou "o grande salto" (Hobsbawm, 1995, p.264) A interação mercado-Estado produziu a "economia mista". O Estado planejava, racionalizava e orientava a produção. Comprometia-se com previdência social e garantia o pleno emprego, afastando o clima de instabilidade. Era o Estado Regulador ou de Bem-Estar Social.

Mas como se explica o crescimento do pós-guerra? No que diz respeito à organização do trabalho, o que predominou na reconstrução do pós-guerra foi a expansão do sistema americano conhecido como fordismo. O sistema de trabalho montado pelo empresário Henry Ford consistia na adequação de tarefas seqüenciais e repetitivas, existentes desde o século passado, com a inédita esteira mecânica, criando assim uma linha de montagem. Fixando o trabalhador ao longo da esteira, reduzia o gasto inútil de energia e controlava a velocidade do processo de trabalho. Os ganhos em produtividade foram notáveis. Também estava implícita no fordismo a visão de que se remunerasse melhor os trabalhadores, estes se tornariam consumidores. Ou seja, por que não ampliar o leque de consumidores se isto implicava mais produção? Ford acreditava que cabia ao Estado regulamentar e organizar essas relações. O New Deal de Roosevelt dava-lhe, parcialmente razão.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o fordismo existia somente nos EUA. Na reconstrução constituiu-se num dos pilares da expansão americana. Vinculado aos princípios do Estado capitalista regulador, ajudou a solucionar o problema do excesso de mão-de-obra que não era absorvido pelos sistemas de trabalho, mais simples e em menor escala, existentes na Europa antes da guerra. A imposição e expansão do fordismo na Europa e Japão trouxeram rápidos benefícios. A linha de montagem acelerou e dinamizou a produção, especializou os trabalhadores em ações simples e modernizou os padrões de produção, especialmente no setor automobilístico e de eletrodomésticos. Além do próprio conceito, grande parte da maquinaria necessária para a linha de montagem também deveria ser comprada dos EUA.

Mas, em termos políticos, o mais importante talvez tenha sido a exportação da concepção de um

mercado massificado do qual fazem parte importantes setores de trabalhadores industriais e agrícolas. A adesão à idéia de ver no operário um consumidor potencial teve, como conseqüência imediata, o fortalecimento dos mercados internos e a possibilidade de um crescimento econômico parcialmente auto-sustentado das economias nacionais desenvolvidas. A transformação do trabalhador em um consumidor de produtos até então inacessíveis, através de aumento salarial, criava uma sensação de melhoria material e esvaziava pressões sociais gerais. O fordismo, além de ser um dos pilares do chamado Estado de bem-estar social gerou, também, demandas de maquinaria e capital. Os padrões de produção em série e em grande escala e o consumo massificado, ligados direta ou indiretamente a investimentos dos EUA, mostram o real caráter deste reordenamento mundial.

A base teórica do Estado pós-guerra nos países desenvolvidos foi formulada pelo economista britânico John Maynard Keynes, que em 1936 publicou A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. A sua proposta fundamental defendia o estímulo da demanda e o aumento da produção, da renda e do emprego através da intervenção do Estado. Este devia corrigir os defeitos do mercado objetivando um capitalismo eficiente. Como veremos depois, a doutrina Keynesiana, ao defender o papel regulador do Estado na economia e nas relações sociais, acabou sendo a sustentação explicativa do Estado de bem-estar social.

Em termos demográficos, a recuperação de pós-guerra foi acompanhada por significativo crescimento (baby boom). Acompanhando a tendência da economia, o aumento populacional durante os anos de ouro contrastou com o período anterior à guerra, quando houve redução do tamanho ideal da família. Após 1946, e de acordo com as teses Keynesianas sobre o consumo, muitos governos estimularam o crescimento da natalidade. A partir dos anos 60 verificou-se uma retratação em diversos países desenvolvidos. Vários foram os motivos: o medo da superpopulação, a generalização de métodos contraceptivos, a legalização do aborto em alguns países, o temor de novos problemas econômicos e a conscientização da relação entre famílias reduzidas e bem-estar social. Já no terceiro mundo, houve crescimento permanente. A redução da taxa de mortalidade, o aumento da expectativa de vida e o violento processo de urbanização promoveram alta taxa de natalidade. O debate sobre as teses malthusianas (crescimento demográfico muito maior que a capacidade da população produzir alimento) avançou nos anos 60 e 70.

A reconstrução européia e japonesa na agricultura passou a ser chamada de segunda revolução agrícola. A modernização tecnológica e a maquinização do trabalho desenvolveram pequenas prosperidades agrícolas com o aumento de produtividade. E a reforma agrária foi imposta onde ainda não ocorrera, como no Japão. A tecnologia aumentou fantasticamente a capacidade de produção de alimentos. A introdução da genética e da química (adubos, pesticidas) afastou o fantasma da fome e rompeu a dependência européia dos mercados externos. A fome crônica ficou evidenciada muito mais como problema político de prioridade de investimento em escala planetária do que de superpovoamento mundial.

Um ultimo elemento a destacar para a compreensão do desenvolvimento global da sociedade do pós-guerra é a pesquisa científica e os avanços tecnológicos produzidos. A guerra atingiria toda a estrutura produtiva. Matérias-prima, energia, equipamentos, sistemas de montagem. A complexidade e o custo das novas pesquisas e tecnologias acentuaram a dependência em relação ao grande capital. Por outro lado, a velocidade na aquisição de novos conhecimentos sucateava rapidamente a produção há pouco desenvolvida (a indústria de armas foi o grande exemplo). A sofisticação de algumas plantas industriais a necessidade de mão-de-obra; a automatização

caracterizou os últimos anos do período. A corrida espacial a energia nuclear, a eletrônica e a robótica foram alguns dos novos setores privilegiados por essa revolução tecnológica. A aplicabilidade da ciência passou a ser quase direta. A física aprofundou o desenvolvimento da energia atômica (os reatores nucleares e a bomba H nos anos 50); a astronomia contava, desde 1955, com o primeiro telescópio eletrônicos; a biologia e a química desenvolviam a indústria farmacêutica, os produtos sintéticos, as transfusões de sangue e órgãos, a produção de plásticos, etc.

O potencial aberto pelas novas descobertas científicas e tecnológicas aumentou a demanda de fontes de energéticas e estimulou o estudo sobre outras. O carvão, o gás, o petróleo, a eletricidade e a hidráulica foram explorados como nunca. Praticamente, até 1970, falava-se em “energia barata”. Nada mais exemplar da incrível velocidade da transformação do mundo material do que a massificação do automóvel e dos eletrodomésticos. Facilitando a vida do cidadão-consumidor comum, tais produtos passaram a fazer parte da vida da sociedade moderna e do “modo de vida americano” (American way of life), exportado mundo afora.

Apontadas as diretrizes e tendências gerais do período cabe apresentar uma breve síntese dos principais países capitalistas envolvidos na reconstrução. O discurso homogêneo entre eles, desde o fim da guerra, era o dos valores democráticos ocidentais e, acima de todos a liberdade como valor universal. Os EUA propuseram uma reconstrução do espaço político, um modelo bipartidário e a estabilidade do bem-estar econômico e da paz social. Tal modelo, com algumas variáveis e carregado com o anticomunismo do início do pós-guerra, espalhou-se pela Europa e Japão.

Os EUA, fiadores da ordem ocidental, desenvolveram três orientações que pautaram a reconstrução: 1) organizar a economia capitalista em volta de sua liderança e interesses; 2) abrir os impérios coloniais e as metrópoles européias aos seus investimentos e comércio; 3) derrotar a onda revolucionária anticapitalista (na Europa, no Extremo Oriente e depois, na América Latina e África)

É visível na política externa americana a intrínseca vinculação entre interesses econômicos e militar-estratégicos. Neste sentido, a obtenção de mercados estava acompanhada pelas necessidades geradas pela Guerra Fria: controle sobre zonas energéticas, bases militares, enclaves geopolíticos etc. A administração Truman (1945-1953) orientou com êxito a reconversão econômica de tempos de guerra para tempos de paz. A Guerra da Coréia (1950-1953), além de mostrar a disposição dos EUA ante o avanço revolucionário em zonas de interesse estratégico, foi também fator de dinamização produtiva e comercial (necessidades de apetrechos militares, matérias-primas e infra-estrutura), principalmente para o Japão e para a Europa. Internamente, a caça as bruxas Macarthista introjetou a Guerra Fria e marcou uma guinada conservadora da qual não escaparam nem os defensores do reformismo social do governo Roosevelt. O governo Eisenhower (1953-1960) enfrentou dificuldades com a espiral inflacionária, que dificultou as exportações do país, principalmente com o aumento competitivo das exportações da Alemanha e do Japão. A ascensão dos democratas Kennedy e Johnson ao poder (1961-1968) fortaleceu algumas ações de matriz keynesiana (política de impostos, ampliação de gastos públicos, seguros sociais, programas contra a pobreza) paralelamente, reforçou-se a pesquisa nos campos militar e espacial. Mas o que mais marcou estas administrações foi a agressiva política externa. Na América Latina, depois do fracasso na tentativa de invadir Cuba (1961), partiu-se para o apoio direto de regimes contra-revolucionários e ditatoriais. O pior foi, porém, a escalada militar no Vietnã. Os reflexos da guerra e seus custos contribuíram para o desequilíbrio orçamentário. A continuada perda de competitividade internacional nos setores de eletrodomésticos e material elétrico, além do dólar ser uma moeda de alto valor diante de qualquer outra, favorecia as importações e criava saldos comerciais negativos.

Os EUA estavam numa encruzilhada.

Na Europa Ocidental, o processo de desnazificação (eliminação das estruturas residuais nazistas) ficaria incompleto. No contexto da Guerra Fria, os antigos quadros do serviço secreto inimigo, assim como seus cientistas e empresários, tinham utilidade contra URSS. Mesmo, assim, nos primeiros meses após a guerra, comunistas e socialistas participavam de governos de coalizão com democrata-cristãos e liberais, segundo a lógica anterior de uma grande aliança contra o inimigo comum. A rápida deterioração das relações entre EUA e URSS, o receio do comunismo e a expectativa de melhoria do nível de vida dos trabalhadores acabaram isolando a esquerda em cada país. No parlamento ou mesmo em alguma coalizão de governo, a esquerda foi moderando suas propostas; grande parte dos socialistas abriu mão do marxismo adotando um reformismo negociador entre o capital e o trabalho.

A Alemanha Ocidental sentiu fortemente o impacto da Guerra Fria. A divisão territorial, em 1949, entre uma área capitalista (República Federal da Alemanha) e outra socialista (República Democrática da Alemanha) produziu umas das situações mais traumáticas do mundo contemporâneo. O sistema político foi estruturado a partir dos princípios de democracia, parlamentarismo, federalismo e garantias de liberdade e direitos. As forças políticas aglutinaram-se assim: União (democratas-cristãos e outros católicos de direita antinazistas e anticomunistas); Partido Social-Democrata (SPD), esquerda reformista com alguns princípios marxistas; Partido Liberal (FDP) reformista e de centro. De 1949 aos anos 60, a aliança da União com os liberais ocupou o poder. Konrad Adenauer foi o grande nome do ressurgimento alemão pautado pela integração e colaboração com o bloco ocidental, estímulo à integração européia e questionamento ao Estatuto de Ocupação (que vigorou até 1955). O "milagre alemão" continuou nos anos 60 com a ampliação de programas sociais. Entretanto, sinais de contração da expansão econômica e de inflação começaram a manifestar-se. Isto aproximou setores progressistas da União e a social-democracia (que em 1957 abandonara o marxismo). Impuseram-se então, medidas de controle de preços e salários e ampliação da previdência social. Na política externa, houve importante aproximação com o Leste europeu e com a própria Alemanha Oriental. Willy Brandt, o líder da social-democracia nos anos 60, enfrentou o problema da imigração (turca, espanhola e portuguesa) e a efervescência estudantil e operária de 1968, reforçando a ordem pública e a segurança. Em 1969, a aliança entre o SPD e os liberais afastou os democratas-cristãos do poder após vinte anos de hegemonia. A nova coalizão reforçaria o reformismo do Estado de bem-estar social.

Marcada pelo colaboracionismo de parte da população durante a guerra, a França passou por importante reconstrução política. O perfil político definiu-se ao redor dos Partidos Comunistas, socialista e o Movimento Republicano Popular (democrata-cristão). A constituição de 1946 estabeleceu um poder executivo frágil em benefício do legislativo. Até o fim dos anos 50, uma aliança entre socialistas e o Movimento Republicano dava à França destacado papel dentro dos esquemas internacionais de integração e cooperação, afiançando o ressurgimento europeu (OTAN, 1949; CECA, 1951; CEE, 1957). Mas os problemas coloniais abalaram profundamente o país; o Vietnã e a Argélia mostraram a incompetência diplomática para encontrar uma solução negociada e transformaram-se em retumbantes derrotas militares. Apesar do sucesso econômico de importantes setores do país, a "guerra suja" na Argélia e a pressão dos militares de extrema direita em manter a colônia desgastaram completamente a IV República. A eleição de De Gaulle em 1958, como um governo de "salvação nacional", foi acompanhada de uma nova constituição e um fortíssimo poder executivo (podia nomear o chefe do governo, dissolver a Assembléia Nacional, usar poderes excepcionais nas crises, apelar diretamente aos eleitores via plebiscitos). De Gaulle jogou todo o seu prestígio no reconhecimento da independência da Argélia (1962), apesar da violenta campanha

do grupo paramilitar de extrema direita Organização do Exército Secreto (Organization armée secrete, OAS). Na política externa, procurou autonomia ante o bloco ocidental, tentando recuperar o orgulho francês, uma posição internacional de destaque e questionando o grau de ingerência dos interesses dos EUA dentro da Europa. Assim devem ser avaliadas a retirada francesa do mando unificado da OTAN (1966) e visita de De Gaulle ao Canadá francófono (1967) e as iniciativas nucleares desde o início dos anos 60. Internamente, porém, o governo sofreu sérios questionamentos de setores econômicos prejudicados com a integração européia. À persistência do desemprego e da inflação somaram-se descontentamentos regionais contra o centralismo de Paris. Em 1968, confluíram as reivindicações operárias com a intensa mobilização estudantil que produziu o "maio francês". O governo conseguiu combatê-lo, mas pouco depois, um De Gaulle profundamente desgastado retirava-se da cena política.

Na Grã-Bretanha, o fim da guerra trouxe um fato surpreendente. Winston Churchill, liderança maior na resistência ao nazismo, foi derrotado na eleição de julho de 1945. Clement Attlee, trabalhista, venceu com um programa de amplas reformas sociais e nacionalizações. O programa de nacionalizações atingiu o Banco da Inglaterra, os setores mineiros, as ferrovias, o gás e a eletricidade. Paralelamente, um ousado plano previdenciário amenizava o desemprego, garantia saúde pública e abria frentes de trabalho através de um programa de moradias populares. Para financiar tudo isto, além de uma política de austeridade, optava-se por diminuir o protagonismo internacional, ficando a reboque da orientação dos EUA e abrindo mão de importantes colônias (Índia, Paquistão, Birmânia e Ceilão). O governo Attlee promoveu restrições ao consumo e ao salário. Pior, a escalada militar dos EUA na Coréia e o conseqüente rearmamento do exército inglês (ante a perspectiva de um novo conflito de proporções mundiais) obrigaram o governo a cortar o orçamento dos programas sociais. O resultado não poderia ser diferente; em 1951, os conservadores voltaram ao poder. Tinha início um período de leve desnacionalização (siderurgia, transporte rodoviário) mas mantinham-se as reformas sociais, assim como consolidava-se a política de negociação das independências coloniais em troca da permanência na Commonwealth. Em 1964 os trabalhistas voltaram a vencer (H. Wilson) e, apesar das dificuldades monetárias, mantiveram os programas sociais e os investimentos em escolas, hospitais e moradias. Concomitantemente, cresceram os conflitos no Ulster (Irlanda do Norte). No início dos anos 70, o recrudescimento da questão irlandesa, acompanhada da radicalização dos setores operários e a crescente perda de competitividade da indústria inglesa esboçou um quadro de profunda crise.
Na Itália manifestava-se desde a guerra uma forte tendência revolucionária, antifascista e antimonarquista. Mas a pressão americana e uma recomendação soviética ao colaboracionismo da esquerda com os setores burgueses esvaziaram os setores radicais. Em junho de 1946, um plebiscito rejeitou a Monarquia (54% dos votos). Organizou-se então, a "Reconciliação Nacional", coalizão liderada pela democracia-cristã (DC), sob a qual se moviam inclusive, setores fascistas sobreviventes. No ano seguinte, os representantes socialistas e comunistas, sob o calor do endurecimento das relações URSS-EUA, foram expulsos do governo. Em 1948, a vitória eleitoral do bloco da direita, cujo eixo era DC apoiada pela Igreja e pelos EUA, afastou o "perigo vermelho" estabelecendo as bases para reconstrução do país. "O milagre dos anos 50" não escondeu as mazelas de uma Itália muito desigual em termos sócio-econômicos e regionais. O contraste entre o Norte industrializado e o Sul agrário se manteve, sendo perceptível a permanência do fluxo migratório do segundo para o primeiro. A necessidade de apoiar-se em alianças regionais levou a DC a fazer concessões a outras forças políticas, provocando seguida instabilidade ministerial. Entrementes, a esquerda passou a aceitar o jogo político da democracia parlamentar e aproximou-se dos setores progressistas da DC. Isto permitiu que, em 1958 e 1963, coalizões entre a DC e a esquerda esboçassem um Estado de bem-estar, como no resto da Europa Ocidental. Porém, no fim dos anos 60, os problemas avolumaram-se houve desaceleração econômica com inflação e desemprego, sobrevivência de práticas de nepotismo, clientelismo e corrupção das elites. O descontentamento social manifestou-se na forma de greves maciças (1969) por salário e fortalecimento dos conselhos

de representantes sindicais nas negociações capital-trabalho-Estado.

A inserção do Japão no cenário internacional causou impacto. A derrota militar atingiria duramente dois pressupostos ideológicos básicos da sociedade nipônica, o racismo e o papel divino do imperador. Até 1951, o general MacArthur administrou o país como território ocupado. Durante tal período foram fixadas as bases da recuperação do país. Os EUA tinham cinco eixos de interesse: 1) a destruição do poder militar e a responsabilização das suas ações; 2) a desmilitarização da sociedade e reconversão industrial; 3) a democratização do país e a limitação do poder do imperador (Constituição Parlamentar e Sufrágio Universal); 4) o desenvolvimento econômico que garantisse o retorno aos investimentos americanos e auto-sustentasse a reconstrução do país e; 5) a transformação do Japão em ponto de apoio do sistema defensivo dos EUA no Extremo Oriente.

Assim sendo, diversas ações foram encaminhadas para modernizar a mentalidade das elites, impor o reconhecimento dos sindicatos e a reforma agrária. A reativação econômica partiu da modernização do parque industrial preservado pela guerra. As injeções de capital externo e a Guerra da Coréia aceleraram o desenvolvimento. A combinação de fatores conjunturais com a existência de uma mão-de-obra barata e relativamente dócil, a contenção do gasto público e da inflação, e a capacidade de poupança do Estado e da população garantiram o "milagre japonês". Em função do caráter estratégico e único que o Japão tinha para os EUA no contexto da Guerra Fria, o país não precisou direcionar capitais para a segurança nacional ou outros gastos militares (bem ao contrário daquele país, "guarda-chuva nuclear" do mundo ocidental). Desde a saída de MacArthur, o Partido Liberal-Democrático estabeleceu-se no governo mantendo laços orgânicos com influentes setores econômicos. Nos anos 60, a economia japonesa ocuparia amplos espaços internacionais. Adquirindo e produzindo tecnologia avançada, adaptando patentes importadas e desenvolvendo a capacidade de concentração da mão-de-obra no trabalho, estruturou uma sofisticada indústria siderúrgica, naval, automobilística e eletrônica. Não só ocupava mercados externos como o aumento da renda nacional criara um grande mercado interno.

A reestruturação teve sérias implicações sociais. As profundas alterações no sistema produtivo, o perfil do emprego e o aburguesamento de segmentos operários provocaram desdobramentos. Em breve linhas, pode-se destacar:

1) A extensão da mecanização da agricultura e sua intensificação tecnológica produziu constante diminuição do campesinato e estímulo à urbanização da sociedade. A introdução da biotecnologia e a criação seletiva aumentava a produtividade, liberando braços no campo. Se no mundo desenvolvido o impacto desse processo sobre o tecido social foi amenizado por outras fontes de trabalho nas cidades, no Terceiro Mundo produziu êxodo rural e os cinturões urbanos de miséria. Tal situação combinou-se com a explosão demográfica, resultando em falta de espaço, poluição, insuficiência de redes sanitárias, ausência de áreas verdes e excesso de automóveis.

2) O crescimento do proletariado europeu, no imediato pós-guerra, acompanhou a incorporação do fordismo, assim como a exploração extensiva de setores econômicos cujas potencialidades, antes da guerra, não haviam sido utilizadas. O uso de tecnologias mais sofisticadas, antes da guerra, como a automação e a posterior robotização, produziu problemas que se agravariam a partir dos anos 70. Outro fator a considerar é que o custo social da mão-de-obra européia, protegida pelo Estado de Bem-estar, estimulou a transferência de empresas para a periferia, onde uma série de vantagens comparativas, como baixos salários e leis sociais permissivas, possibilitou o deslocamento conjunto

de vagas de trabalho (embora o número destas fosse geralmente inferior às fechadas na matriz da empresa, pois a abertura de novas fábricas implicava a adoção de parques industriais mais modernos) É comum nos anos 70, a presença dos "cinturões de ferrugem" nas antigas cidades industriais européias, resultado de desindustrialização de certos setores produtivos (Hobsbawm, 1995, p.297) Constata-se, entre os operários com capacidade de consumo nos países desenvolvidos, uma gradual acomodação social, perda de solidariedade e combatividade. O acesso ao consumo de certos bens de massa, o pleno emprego, assim como o entorno protetor do Estado de bem-estar, moderaram as reivindicações e fragilizaram o poder sindical. Parte desse bem-estar de setores do operariado europeu e americano foi financiado pelos trabalhadores do Terceiro Mundo, que, com o seu trabalho, geraram a riqueza dos Estados periféricos, canalizada e transferida, através do comércio desigual e do pagamento de juros e dívidas, aos países desenvolvidos.

3) A ascensão da mulher, como protagonista produtiva e política, concretizou-se rapidamente. Os anos gloriosos vislumbraram uma crescente determinação para o seu protagonismo. O papel desempenhado na retaguarda da guerra, tanto no setor produtivo, quando na estrutura familiar, permitiu acesso maciço ao ensino e ao mundo do trabalho. Mas permaneceu a desigualdade salarial com um dos graves problemas a enfrentar dentro da perspectiva da valorização profissional. Socialmente, a independência da mulher deu saltos significativos. O salário e as pílulas anticoncepcionais aceleraram uma conscientização social feminina que promoveria uma verdadeira revolução comportamental e ideológica no fim dos ano 60. A concepção tradicional da família e da relação entre os sexos modificava-se radicalmente.

4) A exigência de maior qualificação da mão-de-obra e o contato com novas tecnologias levaram à universalização da alfabetização e do ensino fundamental. Até os setores pobres passaram a ter mais consciência da importância da educação para a ascensão social. A ampliação das escolas e da universidades foi objeto de pressão política, inclusive no Terceiro Mundo. O papel da educação na politização das massas secundaristas e universitárias foi evidente. Gerações mais conscientes, críticas, exigentes e mais bem instrumentalizadas surgiram deste processo. Por isso 1968 foi o ano da explosão estudantil. Exigia-se o arejamento geral do mundo acadêmico. Mas criticavam-se também as contradições de uma sociedade que começava a ter problemas sociais crescentes, além da burocratização, massificação, despersonalização e alienação. Secundaristas e universitários clamaram como uma geração que buscasse seu espaço; mas muito mais gritaram contra o legado que estavam recebendo das gerações anteriores: o imperialismo, o napalm e bomba atômica, a mercantilização de tudo e os valores consumistas da sociedade burguesa, que pausterizava e massificava qualquer postura autônoma e solidária. O paradoxo é que a radicalização era de setores que, em tese, viviam muito melhor que a geração anterior mas que exigiam, além da qualidade material, mais qualidade de vida. Já no Terceiro Mundo, 1968 foi muito mais do que isso; foi também denúncia da opressão econômica externa, do subdesenvolvimento crônico e de muitos autoritarismos.

5) A guerra provocou grande crise no sentimento religioso. As posturas das diversas igrejas ante o holocausto e diante do próprio nazismo foram muitas vezes, ambíguas. A dimensão da destruição humana e material atingiu em cheio a fé das pessoas. A isto somou-se a forte presença do materialismo consumista como medida de sucesso e estabilidade. A eleição de João XXIII para o papado em 1958, iniciou um fase de abertura aos problemas sociais. As encíclicas Mater et Magistra (1961) sobre aspectos sócio-econômicos, e Pacem in Terris (1962) envolvendo a paz e as relações internacionais, confirmaram essa preocupação. Finalmente, o Concílio Vaticano II (1962-1965) estabelecia as bases para uma orientação mais sensível à situação dos setores pobres e terceiro-mundistas.

O caráter destrutivo da guerra produziu reflexões sobre os limites do uso da ciência e da tecnologia e sobre os fundamentos de uma ética civilizatória. A perda da humanidade estava presente numa sociedade profundamente ferida. Importante, apesar da euforia material dos anos gloriosos, sempre pesou sobre a consciência coletiva a lembrança da barbárie anterior e o medo do holocausto nuclear.

Os novos desafios e a procura de novas respostas estimularam a produção científica. Nas ciências econômicas polemizou-se sobre os caminhos a seguir no mundo do pós-guerra. Keynes, Galbraith, Samuelson e os ultraliberais Hayeck e Friedman apontaram caminhos diferentes para a nova ordem econômica. Na filosofia, o existencialismo e o marxismo marcaram posição a partir de novas correntes que renovaram o ambiente intelectual. Sartre, Althusser e Marcusse estiveram entre os principais inspiradores da efervescência político-cultural do fim dos anos 60.

Também a produção artística e literária sofreu impacto direto dos acontecimentos do período. Os novos avanços científicos permitiram utilizar outros recursos de expressão (o plástico na escultura, a eletrônica na música) O experimentalismo, a existência de um público muito maior e de mediana formação e as diversas percepções sobre os fatos produziram uma explosão de manifestações artísticas extremamente variadas. Na pintura, entre outras correntes, destacavam-se a permanência do surrealismo, presente no mundo dos sonhos, das alucinações e do subconsciente (Miró, Dalí) e a ausência de elementos figurativos na explosão colorida das formas no abstracionismo (Kandinski, Mondrian, Poliakoff). Fortemente marcada pela sociedade individualista e de consumo de fins dos anos 50, a Pop Art foi a grande representação plástica dos anos gloriosos, mostrando o efeito da massificação e a mercantilização de tudo através da transformação de ícones em produtos de consumo.

Na arquitetura, os avanços técnicos permitiram responder às enormes demandas urbanas. Prédios gigantescos (edifícios, estádios, aeroportos, depósitos) áreas abertas acompanhando a expansão urbana, a utilização crescente de novos materiais (vidro, alumínio), a opção pela altura para dar mais espaço às superfícies verdes etc. São marcadas registradas disso o edifício da ONU, em Nova York, e as concepções arrojadas e funcionais de Oscar Niemayer para a cidade de Brasília.

A música, além de ganhar riquezas rítmicas importantes, tornou-se objeto de grande consumo de massas. Associada à evolução da mobilidade social dos jovens e adolescentes, aproveitou-se da fantástica possibilidade de ser reproduzida como nunca antes o fora. O disco de vinil, o rádio, a televisão e alta-fidelidade tornaram-na extremamente popular e produziram o fenômeno da ampliação permanente de público, independentemente de estilos musicais. O fenômeno musical marcante dos anos gloriosos foi o Rock; de Elvis Presley a Jimi Hendrix, passando pelos Beatles, o rock pautou musicalmente as mudanças sociais do seu tempo.

Na literatura ecoaram profundamente os problemas do período. As questões sociais, a guerra e o pós-guerra, as infindáveis feridas abertas, individuais ou coletivas, o maquinismo e a massificação, o autoritarismo, o papel da ciência, a burocracia, a contestação etc. Orwel, Greene, Camus, Malraux, Brecht, Weiss, Pasternak, Kerouac, Hemingway e Neruda são alguns dos tantos nomes que refletiram a realidade do pós-guerra no romance e na poesia.

Por último, a que é considerada a arte mais característica do século XX, o cinema. Estourou como um grande veículo de massa, emocionando o público com imagens, ilusões e mensagens. A concepção de industria cinematográfica lembra as modernas empresas produtivas do fordismo. A preocupação com resultados comerciais imediatos tornou-se o móvel da maioria das produções, reduzindo sensivelmente a qualidade do produto. As inovações técnicas foram rapidamente incorporadas, como a cor e tela panorâmica, assim como aproveitaram-se as escolas de cinema. Se é verdade que se criou um mercado para o entretenimento (aproveitando a demanda da massa por

opções de lazer), também é verdade que alguns diretores produziram grandes obras reflexivas. Rossellini, De Sica, Capra, Weles, Truffaut, Gordad, Tati, Buñuel, Wilder e Bergman estão entre eles. A indústria de Hollywood marcou a produção do período, diversificando temáticas e investindo muito dinheiro em grandes produções. E cumpriu, também, importante papel na expansão ideológica do "modo de vida americano", juntamente com a televisão. Inclusive, a difusão desta última gerou uma indústria própria que teve nos EUA o grande motor propulsor. Desde os anos 50, começaram a produzir-se e a exportar-se interminável e variada produção de séries de TV americanas. Produtos típicos da industria cultural massificada de baixa qualidade para públicos pouco exigentes, a TV e o cinema (assim como as histórias em quadrinhos) desempenharam destacado papel na padronização cultural em curso nos anos 50 e 60.

3. As Bases do Estado de Bem-Estar social: o Projeto social-democrata para a humanização do capitalismo

As participações malsucedidas de partidos políticos de orientação social-democrata no poder, durante o entre guerra, e a vontade de marcar distância do socialismo soviético, levaram essa corrente, em diversas partes da Europa, a priorizar a participação dentro dos limites da legitimidade do Estado burguês. Assim, através do jogo eleitoral e do sistema de alianças políticas, o objetivo passou a ser o acesso ao governo para introduzir algumas reformas de caráter social, e então, voltando à trincheira do parlamento, defender tais avanços até uma nova chegada ao governo. Com este tipo de atuação, defendendo programas de moradia popular, luta contra o desemprego ou pensão para os idosos, consideravam que cumpriam com o seu papel. Pensavam que, se não eliminavam as contradições do capitalismo, ajudavam a combater as tensões mais visíveis. Neste sentido, tinham razão, pois não modificaram a estrutura econômica nem a relação de forças existentes.

O cruzamento das propostas de Keynes com o gradual afastamento da social-democracia de propostas revolucionárias levou-os ao objetivo de gerenciar a economia capitalista, limitando-se a combater seus efeitos sociais negativos. Ou seja, através do Estado, desenvolver programas sociais, garantir o pleno emprego e evitar desequilíbrios internos acentuados. A tese keynesiana de que uma sociedade sadia devia ter produtividade crescente sustentada num forte mercado consumidor reforçava a opção social-democrata de garantir pleno emprego, bons salários e razoável cobertura social. A solução era aumentar o consumo. Visando combater a liberdade caótica das forças do mercado, propunham a sua regulamentação racional. Essa relativa ingerência do Estado era compensada pela paz social a ser construída. Veja-se que, numa conjuntura extremamente sensível às demandas sociais deprimidas pela guerra e estimuladas pelo avanço bolchevique, a proposta social-democrata não deixava de ser sedutora para o capitalismo e para a burguesia. Neste sentido, as estatizações britânicas levadas a cabo pelos trabalhistas entre 1946 e 1947, foram bem sucedidas pela burguesia. Por quê? Porque a orientação reformista defendia a participação do Estado na atividade econômica em circunstâncias especiais, abrindo mão da estatização ou socialização geral dos meios de produção. Assim, o Estado intervinha nos seguintes setores: estratégicos ou que exigiam um enorme volume de capital privado. Fora estas situações, a orientação reformista era a de que esquecer posturas radicais anteriores e não mais ameaçar o capital e a prosperidade privada. Isto interessava muito a burguesia.

O abandono das teses revolucionárias pela social-democracia isolou a esquerda européia dentro de um quadro de "satanização" do bolchevismo e do comunismo. Porém, não se tratou somente disto. Os social-democratas manifestariam diferenças concretas em relação aos projetos socialistas e abriram mão de fatores políticos mobilizadores. A opção pelo reformismo dentro dos limites do capitalismo abriu-lhes chances eleitorais. Na prática, procurou-s um consenso, um compromisso de classe envolvendo o capital e o trabalho. Keynes já havia dado o sinal, cabia ao Estado intermediar tal relação (Estado regulador). Os Social-democratas preencheram esse Estado com preocupações

sociais progressistas e até humanistas (se comparadas às outras propostas da direita). O consumo passava pelo compromisso dos capitalistas em direcionar parte dos seus lucros às atividades produtivas (criando mais empregos) e em concordar com uma distribuição de riqueza (sem colocar em risco, em momento algum, a propriedade privada ou a hierarquia social existente) Já os trabalhadores aceitavam as regras do funcionamento do sistema, inseriam-se nele e reconheciam a propriedade privada do capital. Esta foi a compensação da produtividade e da distribuição de parcela dos ganhos. Sintetizou a combinação de crescimento econômico com uma mão-de-obra plenamente empregada, com salários razoáveis e protegida pelo Estado de bem-estar social. Tão forte foi o impacto deste tipo de proposta à sociedade que até setores políticos de direita a assumiram, mesmo que parcialmente. Assim se explica o porquê dos conservadores na Inglaterra ou da democracia-cristã na Alemanha preservarem parte do Estado de bem-estar. Portanto, o Estado foi instrumento de diversas ações encadeadas: 1) assumiu as atividades que não interessavam ao setor privado, mas que eram globalmente importantes; 2) regulou, mediante mecanismos políticos, as relações econômicas entre o capital e o trabalho e compensou os efeitos distributivos do mercado; 3) desempenhou papel econômico, fornecendo serviços e insumos a baixo custo, financiando a atividade privada, realizando obras públicas e capacitando a mão-de-obra; 4) incorporou múltiplos programas sociais (assistência familiar, habitacional, auxílio financeiro, saúde)

Os governos deviam estimular o aumento da produção, diminuir o número dos excluídos do circuito produtivo e, conseqüentemente, promover o crescimento da demanda de todo tipo de consumo. Fundamentalmente, deviam promover uma melhor distribuição de renda entre os setores menos aquinhoados. Aumentos salariais, subsídios, gastos e investimentos governamentais, prêmios, redução de impostos, oferta de serviços sociais etc. Tais eram os mecanismos que apontavam nessa direção. Encontrar um consenso social e político era o que de mais interessante havia no cenário institucional do pós-guerra. Quase todos os programas de governo referiam-se a tal objetivo. O pleno emprego e a igualdade para todos no recebimento dos serviços do Estado de bem-estar social contentavam segmentos importantes da população.

Havia, no entanto, um erro de perspectiva nessa proposta de consenso. A social-democracia considerava que com o crescimento econômico e ganhos de produtividade, havia fatias maiores de riqueza para distribuir entre as massas empregadas. Podia justificar, então, que era mais eficiente abandonar o questionamento sobre a legitimidade da propriedade privada dos meios de produção e aumentar uma fiscalização racional sobre o funcionamento da economia. E devia convencer os capitalistas de que eles tinham a ganhar com a manutenção de um clima de estabilidade. Entretanto, afastado o fantasma da revolução no início do pós-guerra, o capital partiria à procura de melhores taxas de remuneração, deslocando-se para o Terceiro Mundo (caso das multinacionais). Da mesma forma, a incorporação de novas tecnologias fazia parte da racionalidade do capitalismo em fase de maior internacionalização. Tanto num caso como no outro, iniciou-se um processo de desemprego que tomaria um viés profundamente agudo a partir dos anos 80. São dois exemplos que mostram como o compromisso do capital com a proposta social-democrata funcionou enquanto aquele não encontrou melhores condições de reprodução. Na prática, a social-democracia deixava até de ser reformista. Não tendo objetivos nem ações revolucionárias, mesmo assim o reformismo devia produzir, gradualmente, transformações estruturais. Mas isto se o Estado não tivesse assumido atividades em setores não-lucrativos que subsidiaram a industria privada (montagem de infra-estrutura de transportes e comunicações para viabilizar empresas particulares, venda de energia ou matéria-prima subsidiada etc.) Ou seja, o desempenho por debaixo do seu real custo significou transferência de fundos estatais ao setor privado. Quer dizer, retiraram-se do Estado os recursos com os quais poderia desenvolver um verdadeiro projeto de estatizações. Empresas e investimentos deficitários inviabilizaram em médio prazo o setor público. Escondeu-se, porém, que subsidiaram em grande parte, a expansão privada. Quando, em meados dos anos 70, os investimentos públicos ficaram obsoletos e sucateados, por falta de reinvestimento e de cobrança de preços de mercado, foram alvo de críticas pelos defensores das privatizações e dos quais exigiam “menos Estado”. O

argumento usado seria o da incompetência do setor público e da incapacidade reguladora do Estado (Przeworski, 1989. P.58)

Outra crítica que se faz à social-democracia é que, ao impedir a revolução, promovendo o compromisso de classe que imobilizou os setores sociais mais radicais, fortaleceu o mercado. O seu projeto de compromisso não só não eliminou as contradições estruturais do capitalismo como perpetuou a necessidade de manter sob controle os desequilíbrios. É outro paradoxo; defendendo uma economia de mercado com crescente produtividade para manter o pacto social, a social-democracia fortaleceu o capital e ajudou-o a combater suas contradições (desequilíbrio na distribuição de riqueza, eficiência pela redução salarial, tendências ao desemprego etc.) Sob os preceitos keynesianos, a social-democracia procurou conciliar, via Estado, o controle democrático da economia com os interesses privados. É inegável que durante os anos gloriosos esta experiência pareceu definir uma fórmula que satisfazia à maioria dos atores sociais envolvidos. O Estado de bem-estar social foi uma realidade que se concretizou, em diversos momentos, em grande parte da Europa Ocidental. Porém, muito mais do que o engajamento de uma consciência solidária, o que motivou o capital e os capitalistas a sustentar o Estado de bem-estar foi o medo do impacto que as conquistas sociais dos trabalhadores soviéticos poderiam ter sobre o movimento operário mundial. E não se esqueça de que o financiamento da adesão ao pacto de consenso teve a enorme contribuição indireta da exploração desenfreada que o Terceiro Mundo continuou sofrendo das economias centrais.

De qualquer forma, o consumo de bens cotidianos, como alimento, vestuário, moradia e lazer, estava ao alcance da mão daqueles que, até pouco tempo atrás, os consideravam como luxo. É isto que deu um grande fôlego às teses defendidas pela social-democracia européia. Não libertava o homem da exploração, mas tornava-o consumidor do sistema. Funcionou assim, enquanto durou o consenso e este foi sustentável enquanto garantiu emprego e segurança social.

No pós-guerra, o Estado aumentou sua atuação no conjunto da sociedade, ampliou suas funções e consolidou-se como pilar da recuperação em marcha. A intervenção do Estado regulador deu-se em duas grandes esferas: a econômica, propriamente dita, e a social. Em relação à primeira, cabe lembrar que visou regular o funcionamento global da economia, impulsionando e sustentando a expansão econômica. Dentro desta perspectiva, promoveu investimentos em três direções: 1) indústrias vinculadas ao desenvolvimento da sociedade de bem-estar; 2) indústrias de bens de consumo duráveis (prioridade para os automóveis); 3) desenvolvimento de novas regiões industriais em espaços interiores. O Estado assumiu obras de infra-estrutura. Além da oferta de trabalho previsível, as demandas de materiais e outros recursos para tais obras, por sua vez, multiplicaram e dinamizaram outros setores produtivos, inclusive privados. Assim, obras em estradas, ferrovias, rede elétrica, rede de esgoto etc. eram em parte de programas de urbanização vinculados a criação de empregos e esvaziamento de tensões sociais.

Outra atividade em que o Estado exerceu uma ação direta sobre a produção foi o financiamento de parte da pesquisa científico-tecnológica. Por outro lado, apesar de destacar-se muito a procura do bem-estar social, a política de compromisso entre capital e trabalho teve como uma das regras básicas a proteção da propriedade privada e da economia de mercado. Sendo assim, usaram-se diversos artifícios que estimularam o capital privado: subvenções, isenções fiscais, linhas de financiamento, programas monetários etc. O Estado ainda comportou-se como consumidor (para os serviços sociais que prestava e os bens públicos que protegia), sendo um grande consumidor de armamento e apetrechos militares.

Finalmente, desenvolveu-se uma política externa agressiva, em termos econômicos, dando sustentação aos investimentos e empresas que agiam no mercado mundial. De forma geral, estas foram tendências que caracterizaram a intervenção econômica do Estado do pós-guerra. Vejamos

alguns casos específicos.

A França teve um forte processo de estatizações, pressionada pela presença de socialistas e comunistas no primeiro governo do pós-guerra. Companhias de seguro, bancos, setores energéticos (gás, carvão e eletricidade) e empresas específicas, como Renault e Air France, passaram às mãos do Estado (representando quase 1/5 de toda a produção industrial) A planificação estatal visou as grandes empresas, investindo pesados recursos em tecnologia. Até 1952, o Estado produziu um crescimento desequilibrado, pois privilegiara o carvão, aço, cimento, eletricidade, maquinaria agrícola, transporte e, depois, petróleo e fertilizantes. A montagem dessa infra-estrutura nos anos 50 estimulou, com subsídios e linhas de crédito, o capital privado. A ausência do controle estatal no setor de bens de consumo originou um desequilíbrio entre preços e salários. A deterioração destes provocou uma onda de greves e a retirada dos sindicalistas das comissões de modernização (órgãos de negociação empresário-sindicalista-Estado)

Na Inglaterra, os princípios Keynesianos estavam arraigados. Desde 1944 o pleno emprego e a previdência social eram objetos de estudo. Através de uma política flexível entre salários e preços, havia uma preocupação com uma distribuição de renda mais equilibrada. O principal mecanismo para isto foi o imposto progressivo que taxava a renda, heranças e patrimônio imobiliário. Em 1946, os trabalhistas, no poder, estatizaram setores estratégicos, criando fortes monopólios estatais: Junta Nacional do Carvão (1946) e Junta Nacional das Ferrovias Britânicas (1946) Junta Nacional dos Transportes Marinhos (1946), Junta Nacional do Aço (1948). Estatizou-se também, o Banco da Inglaterra, os aeroportos, a televisão e o rádio, o transporte rodoviário e ações da British Petroleum Rolls-Royce. Aproximadamente 20% da indústria britânica estavam estatizados. Mesmo assim, o Estado resistiu a assumir formulas globais de planejamento. Os conservadores, ao voltarem ao poder, mesmo privatizando alguns setores estatais, mantiveram outros e partiram, nos anos 60, para um planejamento mínimo, pressionados pelos investidores privados. Surgiu, assim, em 1962, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Econômico, integrado por seis empresários, seis sindicalistas, seis representantes do governo e dois especialistas. Este organismo deu maior confiança ao setor privado e criou as leis de Ciência e Tecnologia (1965) e Expansão Industrial (1968).

Na Itália, o Instituto de Reconstrução Italiano (IRI), criado durante o regime fascista, preservou-se no pós-guerra. Vinculado ao governo, encaminhou a recuperação industrial da região norte e um programa de desenvolvimento para o sul. Houve o cuidado para dinamizar as exportações antes de investir na melhoria social interna, evitando o aumento das importações. Nos anos 50, já havia um programa de planejamento para a década e políticas para o desenvolvimento da química, petroquímica e siderurgia.

Na Alemanha ocorreu, simultaneamente, o estímulo da livre concorrência e do livre mercado e ações de planejamento. Umas delas foi a suspensão dos grandes cartéis (como no setor bancário), descentralização das grandes unidades produtivas (Krupp, Farben, Hoesch) pulverizando a produção, o gerenciamento e o poder que isso representava. Tudo acompanhado por uma rigorosa legislação anti-monopolista. Outra experiência marcante foram as leis de co-decisões (patrões e empregados regulamentando os setores produtivos) Na década de 1960, o setor público controlava 40% da produção de ferro e carvão, e 61% da eletricidade, 72% do alumínio e 60% das instituições de financiamento.

O Japão encaminhou políticas de planejamento e intervencionismo estatal sem ter, entretanto, um setor público desenvolvido. Desde a ocupação americana, o Estado interveio para quebrar o poder dos grandes consórcios econômicos e reduzir a grande propriedade, de 46% para 8% do total. A Guerra da Coréia possibilitou um grande fluxo de dólares que estimularam o planejamento. Assim como na Inglaterra e na França, priorizaram-se os setores estratégicos (aço, química, construção

naval e petróleo). Aos poucos, o Estado desenvolveu a pesquisa cientifica e estimulou para este foram decisivos o boom dos anos 60.

Finalmente, nos EUA, o intervencionismo econômico estatal reduziu-se muito se comparado ao New Deal dos anos 30. Em 1946 foi aprovada a lei do emprego: o Estado obrigava-se a abrir vagas de trabalho. Porém, a Lei Taft-Hartley (1947) proibia a sindicalização obrigatória e exigia um aviso de sessenta dias antes da deflagração da greve. Tal medida protegia o capital e disciplinava a mão-de-obra. Quanto aos déficits orçamentários (provocados pela crescente conta da Guerra Fria e da reconstrução), o Estado aumentou os impostos para financiá-los.

A corrida armamentista estreitou a colaboração entre o setor público e privado. A pesquisa e a produção no setor bélico e afins exigiram financiamento público. A corrida espacial e as novas demandas industriais de alta tecnologia reforçaram um planejamento eficiente. O maior exemplo foi o Programa de Avaliação e Análise Técnica, órgão do Pentágono que centralizou todas as empresas e centros de pesquisa que trabalhavam para ele sob um esquema de planejamento homogêneo e estandardizado. O governo Kennedy reforçou a geração de empregos (construção de obras públicas, estradas, equipamentos urbanos), mantendo parte da agricultura e das minas sob controle estatal. Apesar da pressão dos grupos defensores do “mais mercado, menos Estado”, nos anos 60 e 70 mantiveram-se as iniciativas de bem-estar social.

Um dos primeiros elementos negociados foi a extensão do conceito de salário mínimo. Salário que permitisse conferir, aos indivíduos, condições decentes de convivência social. Sendo uma iniciativa de origem inglesa, foi na França, porém, vigente desde 1947, que ele recebeu a complementação da indexação às variações de preços (1953), evitando a defasagem entre salário e variação do custo dos produtos básicos.

Em matéria de moradia, o Estado congelou e fiscalizou os valores dos aluguéis (França, Inglaterra, Alemanha) e desenvolveu programas de construção de moradias populares em áreas destruídas pela guerra, de construção muito antiga (Alemanha e França) ou pressionadas pelo crescimento demográfico. Concomitantemente à construção das moradias populares montou-se uma rede de iniciativas de infra-estrutura que seguiam a mesma lógica (encanamento e abastecimento de água, rede de esgotos, ruas). Reformulou-se toda uma legislação a esse respeito; na França, uma lei de julho de 1950 instituiu um programa de subsídios, reduções fiscais e empréstimos para a construção civil, assim como a poupança-habitação.

Em relação ao ensino, a intervenção também foi forte. As necessidades eram diversas: renovação dos quadros dirigentes, formação qualificada de quadros técnicos e científicos numerosos para enfrentar as novas necessidades e responder ao enorme afluxo em todos os graus provocados pela pressão demográfica e pela adequação dos futuros trabalhadores às novas tecnologia em desenvolvimento. Uma das respostas mais concretas a isto, além da multiplicação de escolas públicas e programas de concessão de bolsas, foi a institucionalização do ensino obrigatório. Na Grã-Bretanha, impôs-se em 1947 a idade de 15 anos como limite obrigatório, enquanto que na França foi de 16 anos. A luta contra o analfabetismo e a extensão generalizada do ensino primário e secundário caracterizam o período em estudo. Mas grandes desequilíbrios continuaram acontecendo em boa parte do Terceiro Mundo, apesar das relativas melhorias e do apoio sistemático de programas da ONU.

Estes investimentos e subvenções estatais foram financiados por recursos próprios do Estado e pelo mecanismo de tributação progressiva sobre salários e lucros das empresas. Considerando a realidade de largas camadas populacionais dos países desenvolvidos, assim como o acesso a uma variada gama de produtos que a auxiliavam, não há como negar que a vida das pessoas melhorou significativamente durante os anos gloriosos. Este quadro é mais positivo ainda, se comparado à

realidade da guerra ou da depressão dos anos 30. Após um longo período de recessão e compressão das demandas, os anos gloriosos foram fartos para alguns e geraram expectativas para muitos mais. O capitalismo do pós-guerra foi tão reformado que ficou irreconhecível (Hobsbawn, 1995, p.265). Ou seja, um capitalismo que, nos países desenvolvidos, mostrava um inédito grau de distribuição de riqueza.

4. Os Desequilíbrios do Sistema e as Premissas da Revolução da Informação e do Conhecimento.

No início dos anos 70, a combinação do esgotamento do sistema de acumulação característico dos trinta anos gloriosos e do surgimento e aprofundamento de problemas de ordem conjuntural adquiriam um peso importantíssimo. Quais eram os sintomas da tempestade que se aproximava e que se manifestavam de forma mais freqüente no transcorrer da década de 1960?

A crise começou pelos EUA e foi exportada a outras regiões. O domínio americano declinara, em termos relativos, durante as últimas décadas. Alguns indicadores econômicos mostram a perda de competitividade da superpotência: enquanto em 1955 o Produto Nacional Bruto (PNB) do país representava 36,5% do mundial, em 1970 mal chegava aos 30,2%. A própria taxa média de crescimento anual do PNB dos EUA, medida em séries de cinco anos, era superada permanentemente, entre 1950 e 1970, pelo Japão, França, Alemanha e Itália. Até na produção automobilística, pilar de sustentação do American Way of Life, verificaram-se dificuldades (diante da produção européia e japonesa os EUA viram reduzir-se a sua fatia mundial de 51% para 35% entre 1965 e 1975)

A recuperação européia, notadamente o milagre japonês e alemão, significou para os EUA a perda de espaço nesses mercados. Muito pior, alavancou essas economias a uma acirrada disputa nos mercados internacionais. Com matrizes industriais mais modernas, aquisição e reprodução de tecnologia avançada, e especializando-se em setores produtivos específicos (eletrônico, automobilístico, siderúrgico e químico), aquelas economias contavam com a vantagem de não ter maiores ônus com a segurança militar, o que, paradoxalmente, pesava cada vez mais para os EUA. É muito importante salientar que no fim dos anos 60, como sinal claro do aumento da competição internacional, o modelo produtivo baseado no fordismo começara a declinar ante novas formas de organização do trabalho e da produção. Dentro da perspectiva de minimizar as conquistas dos trabalhadores, ganhou espaço o toyotismo (apliacado, pela primeira vez, nas empresas Toyota). Através de um rigoroso controle de qualidade e obrigando o operário a realizar tarefas múltiplas, o toyotismo vinculou a estabilidade do emprego e o salário à situação financeira da empresa. Desta forma, começava a desenhar-se a terrível perspectiva do desemprego, enquanto atacavam-se as áreas consideradas problemas para um melhor desempenho produtivo: absenteísmo, mobilidade voluntária, greves, direitos sociais.

As demandas internas da população dos países desenvolvidos saturaram-se. A reconstrução das suas economias, acrescidas de injeções de capital e de novas tecnologias, atingia todo o conjunto de demandas reprimidas desde a guerra. Por outro lado, tendências decrescentes na produção e na margem de lucros começavam a pesar mais sobre as concessões que tinham sido feitas ao movimento operário para evitar a sua radicalização. O alto custo dessa mão-de-obra levou a expansão de empresas multinacionais ao Terceiro Mundo. O Estado de bem-estar social passava a ser questionado abertamente. A saída de capitais e empresas dos espaços metropolitanos seria, futuramente, pesada carta de barganha contra os sindicatos e partidos de esquerda.

A década de 1960 vivenciou marcado questionamento interno e externo dos EUA. Em termos da lógica da Guerra Fria verificou-se a diminuição da distância que separava URSS dos EUA enquanto poderio militar, tecnologia espacial e presença internacional. A onda revolucionária que se desencadeou desde Cuba, pelo quintal latino-americano, desgastou a superpotência. Novos projetos

nacionalistas e populistas, combinados com a expansão de guerrilhas e a radicalização de alguns setores vinculados à Igreja e ao exército, provocaram uma escalada inédita na região. Já no Vietnã ocorria a maior derrota da política externa americana em todos os tempos (e, se devidamente relativizada, derrota militar). No Vietnã caiu, definitivamente, a máscara de nação pacifista e anti-colonial dos EUA mostrando ao mundo a lógica do “grande porrete”, conhecida há muito tempo por mexicanos e centro-americanos. Mais de 500 mil soldados envolvidos, bombardeios maciços e utilização de todo tipo de armas químicas, com desastrosas conseqüências demográficas, econômicas e ecológicas, não evitaram o atoleiro. Pior, a guerra produziu fortíssima indignação interna ante o princípio de intervenção presente desde a Doutrina Truman. Da Ofensiva do Tet (janeiro de 1968) até os Tratados de Paris (1973), o desfecho do conflito fragilizou a pretensão hegemônica internacional da superpotência.

Outros fatores somaram-se à rejeição do conflito no Vietnã, mostrando sinais evidentes de insatisfação. Na sociedade americana do pós-guerra persistiam gritantes desigualdades sociais. A marginalização de importantes minorias expunha as mazelas sociais distantes do discurso oficial da democracia-modelo.

A mecanização agrícola aumentara a pobreza. Nos centros urbanos mesclava-se a ostensiva concentração de riqueza e a visibilidade do racismo. 1968 foi o ano do esgotamento da capacidade de diálogo e espera. A questão racial intensificou-se com o assassinato de Martin Luther King. A violência racista, permanente e impune durante os anos 60, varreu as expectativas da não-violência negra. A belíssima frase de Luther King, “Eu tenho um sonho [...] que todos os homens foram criados iguais”, pronunciada ante 250 mil pessoas na histórica Marcha sobre Washington (1963), surtiu efeito, mas nas mãos de estratégias de luta mais radicais: os Black Muslins (muçulmanos negros) de Malcom X (assassinado em 1965); o movimento Black Power (Poder Negro), de Stokley Carmichael; e a estrutura guerrilheira dos Black Panthers (Panteras Negras), fundada por Huey Newton e Bobby Seale em 1966. A cassação e prisão do campeão mundial de boxe Cassius Clay (futuro Mohammed Ali) por negar-se a lutar no Vietnã, e o punho levantado dos atletas negros Thomas Smith e John Carlos na Olimpíada do México (1968), ao melhor estilo Black Power, foram marca registrada dessa época. Mas a insatisfação contra o sistema não se restringia à comunidade negra.

No espaço universitário, desde o início dos anos 60, surgiu intensa crítica de costumes, valores e política ao poder institucional. A Universidade de Berkley simbolizou o movimento estudantil americano. Perseguido pela violência estatal e “proibidos de manifestar-se” estiveram no centro de outros movimentos questionadores do sistema (feminista, gay, hippie e yippie). Todas estas tendências cruzaram-se com as diversas manifestações de revolta de 1968. Paris, Praga, México e Berlim foram centros de agitação estudantil. Nos países ricos, o inconformismo contra a prepotência do poder e da autoridade, dos valores conservadores, da burocracia e do militarismo. Na Tchecoslováquia, a exigência de oxigenação do socialismo e a denúncia da satelização do país pela URSS. Na América Latina, a tentativa de resistir às ditaduras e às doutrinas de Segurança Nacional da matriz americana (Brasil e Argentina), ou a tentativa de evitá-los (Uruguai, México...) conflito de gerações, sim; mas, também, conflito de classes. No mundo capitalista, foi violento sintoma do esgotamento de um sistema planetário com marcados desequilíbrios políticos e sociais ou de exigência de mais democracia, mais liberdade, mais justiça. A repressão foi violentíssima em todas as partes. O saldo pode parecer pouco positivo diante de tantas expectativas. Entretanto, nos EUA, os setores negros conquistaram maior espaço social e político, assim como a pressão interna contribuiu na retirada do Vietnã.

A perda de competitividade econômica internacional e o custo altíssimo do “guarda-chuva nuclear” e do conflito vietnamita fragilizaram profundamente a hegemonia americana. No fim dos anos 60, os EUA exauriram os saldos positivos acumulados durante o boom dos anos gloriosos. Enquanto

Europa e Japão passavam a ter saldos comerciais positivos e a acumular dólares, os EUA careciam deles. A situação revertera-se. Os compromissos com seus objetivos estratégicos levaram a superpotência à emissão de papel-moeda sem lastro em ouro, produzindo uma política inflacionária que dificultou, ainda mais, o desempenho das suas exportações. Recessão e desemprego vincularam-se à agitação social. O centro do capitalismo enfrentava terrível crise. A paridade fixa do dólar mantinha esta moeda artificialmente valorizada em relação as demais, dificultando as suas exportações. Eletrodomésticos e automóveis europeus e japoneses penetraram no mercado americano. Marcas como Renault, VW, Fiat, Opel, Honda, Seiko e Citizen recuperaram ou ganharam prestígio nos mercados internacionais.

O medo de que os dólares dos bancos centrais europeus – eurodólares – fossem usados para comprar o ouro estocado pelo tesouro dos EUA (dentro das diretrizes de convertibilidade negociada em Bretton Woods) assustou o governo Nixon. A ameaça de uma corrida ao ouro e do colapso do sistema econômico americano assumiu enormes proporções, pois afetaria todo o sistema mundial. Em 15 de agosto de 1971, o dólar foi desvalorizado em relação ao ouro em quase 10%; um ano e meio depois, nova desvalorização de 10%. Com isto, ganhavam competitividade as exportações norte-americanas (retornando uma espiral de crescimento e diminuição das tensões sociais), além de atingir os estoques de dólares em poder das economias estrangeiras. Pouco depois, decretou-se o fim da paridade fixa e da livre convertibilidade do dólar em relação ao ouro e às demais moedas. O dólar passou a flutuar, de acordo com as leis de mercado. Era o fim da ordem econômica do pós-guerra. Os demais países, para enfrentar a perspectiva de perda de competitividade no sempre atrativo mercado americano, foram obrigados a desvalorizar suas moedas também. A espiral inflacionária instalava-se nos centros capitalistas desenvolvidos e medidas de contenção com evidente custo social (congelamento salarial e não-concessão ou renovação de conquistas sociais), somaram-se neste processo de esgotamento do crescimento econômico do pós-guerra. Ameaçados no próprio campo capitalista e temendo o colapso do seu poder econômico, os EUA, unilateralmente, haviam mudado as regras do jogo. A diminuição das trocas internacionais e da atividade econômica levou à recessão internacional. Mas, como se isto fosse pouco, ainda faltava um condimento final para acelerar e aprofundar a crise.

Em outubro de 1973, os membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), em represália à reação israelense na Guerra do Yong Kippur, contra a Síria e o Egito, e cansados de esperar o cumprimento da Resolução 242 das Nações Unidas (devolução dos territórios ocupados por Israel desde a Guerra dos Seis Dias: Faixa de Gaza, Sinai, Colinas do Golan e a Cisjordânia), assumiram importante solidariedade com o Egito. As medidas tomadas constituíram significativa agravante conjuntural à crise estrutural que se gestava havia quase uma década: a redução de 5% do fornecimento do produto energético (essencial para o desenvolvimento do mundo industrial contemporâneo), era acompanhada do aumento de 70% no preço do barril, e a imposição do embargo total aos países que apoiavam Israel (principalmente os EUA).

A crise do petróleo precipitou mudanças radicais na economia internacional. Todas as economias desenvolvidas viram-se obrigadas a reagir ante o encarecimento brutal do combustível; uma nova alta nos preços, a partir do fim da década, empurrou o preço do barril do petróleo para 34 dólares, que já fora de 1,75 dólares em 1950 e 2,18 dólares em setembro de 1973. Crise, restrições e inflação direta e imediata somaram-se aos outros sintomas do esgotamento do sistema. Os que mais sentiram foram os países que, além de dependerem do petróleo estrangeiro, tinham construído suas redes internas de transporte e comunicação a partir de rodovias e transporte terrestre automotivo (caso brasileiro). Uma das imagens mais fortes da necessária reestruturação tecnológica e de padrões de consumo foi a difícil substituição dos obsoletos “carrões” americanos por uma nova geração de automóveis menores e mais econômicos de origem européia e japonesa.

As perdas provocadas pela alta do petróleo foram desiguais. Ganharam os países produtores.

Valores fantásticos foram acumulados (petrodólares). Os EUA, apesar do impacto inicial, sentiram-no em menor escala, pois possuíam importantes jazidas e reservas, o que lhes permitia uma situação muito mais confortável do que seus concorrentes diretos (Europa e Japão), que dependiam sensivelmente das exportações árabes. Por outro lado, os EUA atraíram os petrodólares mediante juros atrativos, o que lhes permitiu nova valorização do dólar em relação às demais moedas fortes (significante aumento unilateral da dívida dos países periféricos, que acumulavam saldos comerciais negativos e empréstimos) O Japão e os países europeus conseguiram compensar parte das perdas sofridas com a transferência desses custos aos países dependentes como acréscimo de valor agregado a sua produção tecnológica de ponta. Sem dúvida, as economias afetadas a médio e longo prazo foram as periféricas, pois tiveram sua produção primária desvalorizada (salvo exceções), viram um crescimento acelerado e asfixiante da dívida externa e sofreram maior taxação nas relações econômicas e financeiras estabelecidas com os países desenvolvidos.

A crise provocou desdobramentos importantes. Os EUA, desde o fim dos anos 60, ressentiam-se do desgaste crescente no Vietnã, da perda de competitividade econômica, da inflação, do desemprego e da saída de reservas de ouro. A crise de 1973 impôs medidas de choque para comprimir o consumo e diminuir o volume de moeda circulante; o espírito keynesiano era atingido. No governo Carter permaneceram os problemas internos. No exterior, os EUA perderam posições e influência na América Central (Nicarágua), África (ex-colônias portuguesas) e Ásia (Irã e Afeganistão).

Na Alemanha, a crise levou à revisão dos programas sociais enquanto o desemprego aumentou (um milhão de desempregados em 1974). Problemas sócio-econômicos e a escalada violenta do grupo Badder-Meinhof (fração do Exército Vermelho) desgastaram os governos social-democrata de Brandt e Schmidt.

Na França, Pompidou e Giscard d'Estaing não conseguiram reverter o impacto negativo da crise do petróleo. A revisão dos programas sociais desgastou o governo e abriu caminhos aos socialistas, que chegariam ao poder com François Mitterrand em 1981.

A Inglaterra também foi sacudida. Em 1976, havia 1,5 milhão de desempregados. Além do agravamento da crise social, o governo trabalhista de Harold Wilson enfrentou forte pressão dos separatistas da Irlanda do Norte e uma grande polêmica sobre a entrada da Grã-Bretanha na CEE. Esta situação abriu caminho para a ascensão do projeto neoliberal dos conservadores liderados por Margaret Thatcher.

Na Itália, a crise foi também política, a irrupção das Brigadas Vermelhas e o assassinato de Aldo Moro em 1978 acompanharam a fragilidade dos gabinetes ministeriais e um certo equilíbrio entre a DC e os comunistas (estes, na linha eurocomunista de distanciamento de Moscou). No fim da década, à instabilidade social somavam-se os problemas vinculados à corrupção e à ação da máfia.

Dois aspectos finais devem ser analisados dentro da perspectiva da mudança de rumo ocorrida nos anos 70 e que se manifestavam subterraneamente desde a recuperação do pós-guerra: as profundas transformações tecnológicas em andamento e o processo de globalização da sociedade mundial (a famosa aldeia global anunciada por MacLuhan) a reestruturação da economia capitalista no pós-guerra trouxe a articulação cada vez maior entre ciência, tecnologia e produção. Não há dúvida de que a Segunda Guerra Mundial valorizou sobremaneira a pesquisa científica aplicada aos problemas gerados pela dinâmica do conflito. Essa relação se aprofundou ainda mais em tempos de paz. A descoberta de novas áreas científicas e de novos setores produtivos insere-se na lógica da adequação entre conhecimento acumulado e condições tecnológicas (energia nuclear, eletrônica, aviação supersônica e pesquisa espacial). Prepara-se, desta forma, a terceira revolução industrial ou revolução técnico-científica. A ciência transformou-se em objeto de produção e as empresas e universidades uniram-se na pesquisa científica de ponta.

A internacionalização provocada pela expansão das empresas multinacionais à procura de vantagens competitivas desenhou uma rede mundial, onde a troca de informação, as experiências organizacionais e o fracionamento da produção atingiram escala planetária Novas formas de associação entre empresas, filiais, matrizes, fusões, tudo em nome de um processo de grande concentração de poder, onde o conhecimento e a velocidade de transmiti-lo passaram a ser fator essencialmente estratégico. O crescente investimento em ciência e tecnologia produziu concentração de investimentos (no caso americano, muito vinculado ao establishmente militar). As economias nacionais mais fortes optaram por desenvolver os novos setores de ponta esboçados durante os anos gloriosos e exportaram para o Terceiro Mundo indústrias com tecnologia obsoleta ou poluidora (mas sem perder o controle sobre elas).

Nesse sentido, destacaram-se os avanços na informática, robótica e telecomunicações. Por quê? Porque foram os fundamentos daquilo que mais tarde se chamaria processo de globalização. Foram os fatores revolucionários que atingiram, em momentos diferenciados, o conjunto da população mundial. O controle sobre tempos menores para a transmissão da informação, a instantaneidade, a sofisticação da comunicação (principalmente a mídia eletrônica) e a informatização crescente de quase toda atividade produtiva multiplicam novas possibilidades de investigação científica e produtiva, e configuravam tendências gerais do que se chamou aldeia global.

As guerra mundiais, a Guerra da Coréia, a Guerra Fria e a descolonização acompanharam os progressos dos meios de comunicação e o impacto da propaganda. A transmissão das palavras e das imagens chegou ao âmbito econômico e o controle dos fluxos de informação tornou-se, também, fator, criador de riquezas e poder.

As sociedades industriais foram permeabilizadas pelos meios de comunicação, constituindo um complexo produtivo capaz, de ao mesmo tempo, fabricar aparatos de transmissão e criar produtos para um público cada vez maior. O uso político da televisão atrelou-a aos interesses do Estado ou do capital privado, que, através da publicidade, pode controlar seu conteúdo e mensagem. Meia dúzia de agências de notícias controlam quase toda a informação vinculada. Na Guerra do Vietnã, tivemos a primeira transmissão ao vivo. O impacto das imagens sobre a população foi espetacular e abriu a polêmica sobre o controle e a censura dos meios.

Finalmente, a rapidez do desenvolvimento da informática abriu a possibilidade dos computadores individuais e de uso doméstico. A expansão do seu consumo e as perspectivas futuras de associação entre informatização e comunicação dão às potências e empresas que controlam tal possibilidade o delicado papel de internacionalizar padrões de consumo, modismos lingüísticos, valores exógenos e desvalorização das culturas afetadas por essa fantástica expansão tecnológica.

Em resumo, 1973 foi o ano da crise que salientou o esgotamento do modelo econômico montado no pós-guerra. Os cortes nos programas sociais, aguçaram ainda mais a crise, que atingia em cheio um universo de trabalhadores acuados pelas mudanças tecnológicas, pelas novas tendências de investimento do capital e pelo avanço de projetos que esboçavam a subordinação completa do Estado ao mercado.

A internacionalização da economia e o aumento da competição, junto com o problema do petróleo, produziram inflação de custos, crise de oferta e recessão. O ônus deste processo foi passado à periferia. Os países do Terceiro Mundo, não conseguindo saldas seus compromissos, viram sua dívida externa crescer extraordinariamente.

O esquema de Bretton Woods completara seu ciclo. Permitira encontrar uma saída equilibrada para o capitalismo no pós-guerra, mantendo uma situação vantajosa para os EUA. Porém, a combinação

entre o custo social interno, a ascensão de economias competitivas e o custo da parafernália militar da Guerra Fria provocou o esgotamento do sistema na passagem dos anos 60 para os 70. A possibilidade do Japão e da Europa trocaram seus dólares acumulados pelo ouro estocado nos EUA ameaçou a base financeira desta potência.

O fim da convertibilidade do dólar em ouro, acompanhado pela sua desvalorização (para recuperar competitividade no exterior), produziu uma inflação que se espalhou mundo afora. O aumento do preço do petróleo aprofundou essa situação. Políticas protecionistas, crise financeira e quebra de empresas sucederam-se. A crise energética afetou desigualmente as economias nacionais. A paralisia produtiva e a relação econômica começaram a castigar os benefícios sociais num momento em que o desemprego começou a crescer de forma consistente. As finanças públicas tiveram que socorrer o capital privado e rompeu-se a política de consenso e compromisso que a social-democracia ajudara a consolidar como mecanismo de construção do Estado de bem-estar social. No fim dos anos 70, este modelo de Estado começou a ser desmontado, enquanto o movimento operário foi ficando cada vez mais acuado. Os anos gloriosos estavam acabando. A crise do modelo do Estado de bem-estar social foi, também, uma crise civilizatória, uma crise de expectativas. Dentro do violento processo de permanente internacionalização da economia mundial, reforçado no pós-guerra, o capital encontrou um novo modelo de acumulação que, nos anos 70, tornara obsoleto o compromisso social do pós-guerra.

BIBLIOGRAFIA

BEAUD, M. 1991. História do capitalismo: de 1500 a nossos dias. São Paulo, Brasiliense.
BENZ, W. e GRAML, H. 1986. El Siglo XX. México, Siglo XXI 3 Vols;
CAPARROS lera, J.M. 1997. 100 películas sobre História contemporânea. Madri. Alianza.
CROUZET, M. 1963. A Época Contemporânea (História Geral das Civilizações) São Paulo. Difel.
FERNANDEZ, A. 1994. História Del mundo contemporâneo. Barcelona, Vicens-vives.
GARCIA. F.G. e LORENZO, J.M. 1996 História Del mundo actual, 1945-1995. Madri. Alianza, 2 vols.
HARVEY, D. 1992 Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola.
HOBSBAWN, E. 1995. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991) São Paulo Companhia das Letras.
LANDES, D. S. 1994. Prometeu Desacorrentado. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
MARTINEZ Martín, J. 1992. El crecimiento econômico en El mundo desarrollado. Madri. Akal.
MAURO,F. 1978. História econômica mundial, 1790-1970. Rio de Janeiro, Zahar.
NOUSCHI, M. 1996. História Del Silgo XX. Madri: Cátedra.
PACAUT, M e BOUJU, P.M. 1979. O Mundo Contemporâneo 1945-1975. Lisboa. Estampa.
PRZEWORSKI, A. 1989. Capitalismo e Social-democracia. São Paulo, Companhia das letras.
SANCHEZ Pérez, F. 1991. Evolucion Politica Del mundo desarrollado después de La Segunda Guerra Mundial. Madri. Askal.
SANTOS, T. dos 1993. Economia Mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis, Vozes.
THIBAULT, P. 1982. O tempo da contestação, 1948-1969. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
TRÍAS, V. 1990. La crisis Del dólar y La política norteamericana. Montevideo, Cámara de Representantes / Banda Oriental
TRÍAS, V. 1977. História Del imperialismo norteamericano. Buenos Aires, Peña Lillo, 3 vols.
VIZENTINI, P. 1996. Da Guerra Fria à crise (1945-1995). Porto Alegre, Ed. Da UFRGS.
WEE, H.V.D. 1986. Prosperidade y crisis: reconstrucción, crescimiento y cambio 1945-1980. Barcelona, Crítica.

América
PASSADO E PRESENTE

distinto, que só a eles pertencia, isso também acontecia com os grandes plantadores, fazendeiros, brancos menos ricos, e até negros livres. O Velho Sul — *the Old South* — era assim uma sociedade profundamente dividida. O que a mantinha junto e que proporcionava uma certa medida de unidade, era a florescente economia agrícola e uma teia de relacionamentos e de lealdades que podiam ocultar os divisionismos e antagonismos subterrâneos. Até que ponto essa sociedade era realmente dividida e frágil foi o que se tornou aparente depois de 1861, quando ela passou a ficar sujeita às pressões da Guerra Civil.

CRONOLOGIA

1793 Eli Whitney inventa o descaroçador de algodão.

1800 Gabriel Prosser lidera uma rebelião de escravos, abortada na Virgínia.

1811 Revolta de escravos em Point Coupée, região de Louisiana.

1822 A conspiração de Denmark Vesey é descoberta em Charleston, Carolina do Sul.

1829 David Walker publica *Appeal*, estimulando a insurreição dos negros.

1830 Reúne-se a primeira Convenção Nacional dos Negros.

1831 Escravos conduzidos por Nat Turner rebelam-se na Virgínia, matando quase 60 brancos.

1832 A Assembléia Legislativa da Virgínia vota contra a emancipação gradual dos negros.

1835-1842 Os negros combatem junto com os índios na Segunda Guerra Seminole.

1837 O Pânico de 1837 deixa como sequela uma das maiores crises no mercado de algodão.

1847 Frederick Douglass publica *The North Star*, jornal de negros contra a escravidão.

1849 Os preços do algodão sobem e começa assim um período de economia florescente.

1852 É publicado o romance anti-escravocrata intitulado *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, que se torna um *best-seller*.

1857 Hinton R. Helper ataca a escravatura em bases econômicas no livro *The Impending Crisis of the South*; a obra é proibida nos estados sulistas.

1860 Os preços e a produção do algodão atingem seu pico máximo em todos os tempos.

13. A ERA DO EXPANSIONISMO

Oradores e escritores, reagindo ao crescente nacionalismo da década de 1840, saudaram o surgimento de uma moda ou movimento conhecido como América Jovem. A retórica dos *Americanos Jovens* era tão extravagante quanto as suas ambições. Anunciavam uma nação que se movimentava para a frente, para cima, e para Oeste. Nada — anotou certo escritor — podia "parar o avanço do espírito desta era, um espírito verdadeiramente democrático e onipotente". Esta identificação da América Jovem com a expansão da democracia revela suas raízes no jacksonianismo da década anterior. As maiores vozes do espírito expansionista eram de democratas jovens procurando uma nova maneira de recapturar a política mágica do *Velho Castanheiro* (*Old Hickory*). Seu herói da época era um *Jovem Castanheiro* (*Young Hickory*), que também veio do Tennessee para se tornar um presidente forte — James K. Polk.

Os que se identificavam com a imagem de uma nação adolescente acordando para a maturidade favoreciam uma política agressiva de relações exteriores, aquisições territoriais, e um crescimento econômico rápido. Exigiram, em seguida, a anexação do Texas, a confirmação do domínio americano sobre todo o Oregon, e a apropriação de novos e vastos territórios do México. Também festejavam os avanços tecnológicos que interligariam todos os pontos do novo império como uma teia, especialmente o telégrafo e as estradas de ferro.

A América Jovem foi um movimento tanto intelectual como político. Durante a administração de Polk, os Americanos Jovens, escritores e críticos — a maioria localizada em Nova York — exigiram uma literatura nacional, nova e distinta, livre de sua subserviência aos temas ou modelos europeus, e expressiva em termos de espírito democrático. Seu órgão de comunicação era o *Literary World*, fundado em 1847, e seus ideais influenciaram dois dos maiores escritores que os Estados Unidos já produziram — Walt Whitman e Herman Melville.

Whitman interpretou muito da exuberância, otimismo e expansionismo da América Jovem. Celebrou o país cujos limites estavam cir-

cunscritos apenas pela imaginação. Em *Moby Dick*, Herman Melville produziu um romance suficientemente original na forma e na concepção para cumprir, ou mais do que isso, corporizar, as propostas dos Americanos Jovens que pediam "uma Nova Literatura para servir o Novo Homem da Nova Era". No entanto, ele era um pensador demasiado profundo para não ver os perigos que estavam por trás das ambições e da agressividade cada vez maiores da nova era. No caráter de Ahab, o capitão do baleeiro que traz a destruição para si mesmo e para o seu barco por querer perseguir sem descanso a baleia branca, Melville simbolizou — entre outras coisas — os perigos enfrentados por uma nação disposta a chegar aos extremos justificando o próprio orgulho e exaltando o seu destino com pouco respeito pelas consequências morais e práticas.

MOVIMENTO PARA O EXTREMO OESTE

Nas décadas de 1830 e 1840, o movimento da população para o Oeste deixou o Vale do Mississippi e penetrou no Extremo Oeste, por todo o caminho até a Costa do Pacífico. Os pioneiros perseguiam terras férteis e oportunidades econômicas para além das fronteiras existentes dos Estados Unidos e assim ajudavam a montar a cena para as anexações e crises internacionais da década 1840. Alguns corriam atrás de ganhos materiais, outros de aventuras, e uma minoria significativa fugia da perseguição religiosa. Carregavam consigo atitudes e lealdades americanas para regiões que já estavam ocupadas ou pelo menos eram reivindicadas pelo México ou pela Grã-Bretanha. Quer tivessem consciência disso ou não, esses pioneiros eram a vanguarda do expansionismo americano.

Países Fronteiriços na Década de 1830

A ambição territorial atraía os americanos para o Norte assim como para o Oeste e por muito tempo parecia que o Canadá poderia ser uma nova fronteira para o expansionismo. Os conflitos de fronteiras entre a América e a América do Norte Britânica conduziam periodicamente a reuniões diplomáticas ou a ações militares destinadas a obter dos ingleses a parte mais ao norte do continente. Durante a década de 1830, as tensões tornaram-se particularmente elevadas quando os americanos e os canadenses resolveram lutar pela localização exata da fronteira entre o Maine e Nova Brunswick. Finalmente, em 1842, o secretário de Estado, Daniel Webster, fez um acordo com o governo inglês, representado por Lorde Ashburton. O Tratado Webster-Ashburton deu aos Estados Unidos metade do território em disputa e estabeleceu uma fronteira ao norte, definitiva, com o Canadá.

No outro lado do continente, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha

reivindicavam o Oregon, uma vasta área despovoada e localizada entre as Montanhas Rochosas e o Pacífico, do paralelo 42 (fronteira norte da Califórnia) até a latitude 54° 40′ (a fronteira sul do Alaska). Embora em 1818 as duas nações tenham concordado numa ocupação conjunta, pelo Tratado Adams-Onís (ver capítulo 9) os americanos fortaleceram a sua posição ao adquirir os direitos da Espanha até o Oceano Pacífico (noroeste) e os britânicos, a sua, por terem ganho o controle efetivo da parte norte do Oregon. A relutância de ambos os países em render o acesso à bacia do Rio Colúmbia e ao território adjacente que se estendia ao norte até o paralelo 49 (que mais tarde veio a ser a fronteira norte do estado de Washington), impedia uma divisão equitativa.

O Oregon estava virtualmente despovoado antes de 1840, mas o mesmo não podia dizer-se dos territórios fronteiriços com o México, localizados diretamente a oeste da América jacksoniana. Por volta de 1827 os povoados mexicanos no que hoje é o Novo México teriam mais ou menos 44 mil habitantes. Para salvar a região da estagnação econômica, as autoridades mexicanas decidiram, em 1822, estimular o comércio entre Santa Fé, a capital do Novo México, e os Estados Unidos. Foram bem-sucedidos em estimular a prosperidade comercial, mas também atiçaram os apetites expansionistas do lado americano da fronteira.

A Califórnia, nas décadas de 1820 e 1830, era uma expansão mais colorida, mais turbulenta e frágil da civilização mexicana na direção norte. Muito menos povoada do que o Novo México — havia apenas cerca de quatro mil hispânicos vivendo lá em 1827 — a Califórnia era uma terra de propriedades extensas e de enormes rebanhos de gado. No início da década de 1830, a maior parte das terras e das riquezas da região estava nas mãos de um grupo de 21 missões da Igreja Católica que dominavam de São Diego até São Francisco.

Em 1833, o governo mexicano confiscou as terras da Igreja e libertou os índios da semi-escravidão, mas isso na verdade tornou a sua situação ainda pior. Em vez de dar as terras aos 30 mil índios cristianizados da Califórnia, o governo doou propriedades imensas aos cidadãos mexicanos. Durante os 15 anos em que controlaram a área, os *rancheros* (como os grandes latifundiários eram chamados) cativaram a imaginação e atiçaram a inveja dos comerciantes americanos e visitantes da Califórnia, através do seu estilo de vida aristocrático, a propriedade de cavalos incríveis e o gosto pelos esportes violentos e perigosos.

Os homens do Leste que levavam para o resto da nação a imagem romântica dessas terras aquecidas pelo sol, com cenários maravilhosos e muitas *senoritas*, eram na maioria comerciantes e marinheiros, participantes no comércio oceânico entre os portos de Boston e da Califórnia. Em meados da década de 1830, vários mercadores *ianques* tinham decidido fixar residência em cidades como Monterrey e San Diego, a fim de dirigir dali seus negócios. Os relatórios que eles mandavam do Oeste Dourado estimulavam o interesse dos círculos comerciais do Leste.

A Revolução do Texas

Ao mesmo tempo que alguns americanos estavam comerciando com a Califórnia, outros tomavam posse do Texas. Depois que o México se tornou independente, em 1821, o país herdou da Espanha a reivindicação sobre o Texas, que os Estados Unidos reconheceram. Tanto Adams como Jackson tentaram comprar o Texas do México, mas seus esforços foram negados com firmeza. No início da década de 1820, porém, os colonos americanos começaram a entrar no Texas a convite do governo mexicano.

Em 1823, os funcionários mexicanos concordaram com a proposta de dois americanos — Moses Austin e seu filho, Stephen F. Austin — de povoar o Texas garantindo grandes quantidades de terras a alguns indivíduos que depois iriam agir como agentes de colonização. Os imigrantes americanos foram atraídos pela oferta de terras férteis e baratas e aqueles que vieram dos estados do sudoeste muitas vezes trouxeram até os seus escravos na esperança de alongar o reino do algodão.

O atrito logo surgiu entre o governo mexicano e os colonos americanos sobre questões como a escravatura e a Igreja Católica. Em 1829 o México libertou formalmente todos os escravos sob a sua jurisdição, mas os texanos simplesmente ignoraram o decreto. As leis mexicanas também exigiam que os imigrantes se convertessem à religião católica, mas também esta regra se tornou letra morta. Os abusos contra as leis mexicanas continuaram à medida que aumentava a população americana no Texas. E em 1830 o Congresso mexicano resolveu proibir a entrada de imigrantes americanos e a importação de escravos para o Texas.

A aplicação e o cumprimento da nova lei, todavia, foram fraudados e a corrente de colonos, escravos e mercadorias contrabandeadas continuou, virtualmente, inabalada. Uma reclamação permanente dos texanos era a falha da constituição mexicana em lhes garantir o governo próprio. Em 1832, o Texas mostrou seu descontentamento contra o domínio mexicano fazendo uma rebelião de protesto contra a prisão de vários americanos pelo comandante da guarnição de Galveston.

Stephen F. Austin foi à Cidade do México em 1833 para apresentar as reclamações dos texanos e obter concessões do governo central. Ele conseguiu revogar a proibição contra a imigração de mais americanos, mas falhou na tentativa de obter autorização para o governo próprio, local. Então, quando estava para voltar para o Texas, Austin foi detido e ficou preso por mais de um ano por ter escrito uma carta recomendando aos texanos que elegessem um governo local, mesmo sem o consentimento do governo mexicano.

A fagulha que incendiou a grande revolta de 1835 foi o incidente cômico envolvendo a cobrança de taxas de exportação pelos mexicanos no porto de Galveston. Um americano gozador preparou uma caixa de serragem para exportação e o funcionário da alfândega, furioso, ao fazer a inspeção, resolveu prender o autor da brincadeira. Ao ver que

seus esforços enfrentavam a resistência de uma multidão de texanos, ele convocou as tropas contra as quais os colonos decidiram se rebelar.

Durante a revolução que se seguiu, os texanos afirmaram que estavam lutando pela liberdade contra uma longa experiência de opressão. Na realidade, o regime mexicano nunca tinha sido severo, embora fosse ineficiente e muitas vezes corrupto. Além disso, a devoção dos texanos à "liberdade" não evitava que, ao mesmo tempo, defendessem a escravatura contra a tentativa do México de fazer sua abolição. Os texanos tinham feito o que bem entenderam, a despeito das leis em contrário e das barulhentas reclamações vindas do lado sul do Rio Grande.

Uma justificativa mais plausível para a revolução estava no receio dos texanos pelo seu futuro sob o último regime estabelecido na Cidade do México. Em 1834, o General Antonio Lopez de Santa Anna tornou-se ditador do México e aboliu o sistema federal de governo. Mais tarde, nesse ano, quando as notícias chegaram ao Texas, vieram acompanhadas de rumores sobre a ameaça de retirada dos direitos e até mesmo da expulsão dos imigrantes americanos. Influenciados por esses rumores, os rebeldes tinham tendência a atribuir motivos sinistros à nova política de Santa Anna de colocar em vigor a regulamentação tarifária através da força militar.

Quando soube que os texanos estavam resistindo à cobrança de taxas alfandegárias, Santa Anna mandou mais reforços. Em outubro de 1835, os dois lados estavam metidos em uma guerra. A primeira fase da luta terminou quando Stephen F. Austin cercou a cidade de San Antônio com uma força de 500 homens e depois de seis semanas de luta forçou a sua rendição, capturando ao mesmo tempo a maior parte das forças mexicanas instaladas no Texas.

A República do Texas

Enquanto as primeiras lutas estavam ocorrendo, os delegados das comunidades americanas reuniam-se em convenção e, depois de alguma hesitação, resolveram por unanimidade declarar a independência do Texas, em 2 de março de 1836. Adotou-se uma constituição, baseada quase que totalmente na dos Estados Unidos, instalou-se a República do Texas e um governo provisório para continuar os esforços de guerra.

Entretanto, quatro mil soldados mexicanos concentraram-se em San Antônio para assaltar Alamo, uma missão abandonada onde 187 defensores texanos tinham procurado refúgio. Estes, literalmente, lutaram até o último homem. E o martírio desses homens deu à revolução uma nova inspiração. Alguns dias mais tarde, um outro destacamento texano foi cercado e capturado numa planície aberta, perto do Rio San Antônio. Os prisioneiros foram levados para a cidade próxima de Goliad e os 350 texanos executados sumariamente. O "massacre de Goliad" provocou nos rebeldes texanos uma resistência ainda mais desesperada.

O grosso do Exército texano, sob o comando do General Sam Hous-

ton, deslocou-se rapidamente para vingar essas primeiras derrotas. A 21 de abril de 1836, Houston conduziu sua força de 700 homens para um assalto audacioso ao acampamento de Santa Anna perto do Rio São Jacinto. Em 15 minutos a batalha tinha terminado, a força mexicana foi derrotada, e o General Santa Anna capturado. O líder mexicano foi levado para Velasco, onde teve que assinar vários tratados reconhecendo a independência do Texas e as exigências texanas sobre todos os territórios até a margem do Rio Grande.

Sam Houston, o herói de San Jacinto, tornou-se o primeiro presidente da República do Texas. Procurou logo a anexação aos Estados Unidos, mas Andrew Jackson e outros líderes americanos achavam que a política interna, a questão interestadual relativa à expansão da escravatura e a possibilidade de uma guerra contra o México afastavam essa hipótese. O Congresso e a administração de Jackson, entretanto, reconheceram formalmente a soberania do Texas e durante a década seguinte à independência, a população da *Lone Star Republic* (a república de uma só estrela) elevou-se rapidamente de 30 mil para 142 mil habitantes.

Trilhas de Comércio e de Colonização

Depois que o Novo México abriu suas portas aos comerciantes americanos em 1822, um comércio florescente desenvolveu-se ao longo de uma trilha que ia de Independence, no estado do Missouri, até Santa Fé. Para se proteger dos índios hostis, cujos territórios eles tinham que atravessar, os comerciantes viajavam em grandes caravanas. O governo

As Trilhas do Oeste

O MAPA MOSTRA AS FRONTEIRAS DE 1840

federal dava assistência providenciando tropas quando necessário e destinando verbas para a compra de direitos de passagem de várias tribos. Mesmo assim, a viagem através do Deserto de Cimarron e pelos contrafortes do sul das Montanhas Rochosas era muitas vezes difícil e arriscada. Mas os lucros da troca de têxteis e outros produtos manufaturados por peles, mulas e metais preciosos eram suficientes para compensar o risco.

As relações entre os Estados Unidos e o México se azedaram depois da revolução do Texas e isso teve um efeito devastador no comércio de Santa Fé. As reações negativas, na sua maior parte, advinham dos esforços mal dirigidos dos texanos, desejosos de obter uma parte do comércio daquela cidade. Depois de vários confrontos, o governo mexicano aprovou em 1842 uma nova tarifa proibindo a importação de muitas das mercadorias vendidas pelos comerciantes americanos e proibindo também a exportação de outro e prata.

A famosa Trilha de Oregon era a grande rota terrestre que levava as carruagens de migrantes americanos para a Costa Oeste durante a década de 1840. A viagem durava quase seis meses. Muitos partiam em maio na esperança de chegar em novembro, antes das grandes nevascas atingirem as últimas barreiras de montanhas. Depois de pequenos grupos terem chegado ao Oregon e à Califórnia em 1841 e 1842, a migração em massa — na maioria dos casos para o Oregon — começou em 1843. Esses migrantes logo pediram a extensão da soberania americana completa sobre a região de Oregon.

A Jornada Mórmon

Entre os colonos em migração para o Oeste estavam os mórmons, membros da mais bem-sucedida seita religiosa, fundada exclusivamente em solo americano — a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Os antecedentes da Jornada Mórmon eram uma história de perseguição nos estados do Leste. Joseph Smith, fundador do mormonismo, vinha enfrentando forte oposição desde quando anunciou ter recebido uma revelação divina, em Palmyra, no estado de Nova York, em 1820. Esta profecia antecipou a restauração de um cristianismo mais puro do que aquele que tinha prosperado no solo americano. Ele e seus seguidores estavam determinados a estabelecer uma Sião ocidental onde pudessem praticar sua fé sem ser molestados e praticar sua missão especial de converter os americanos nativos.

Em 1830, os mórmons fundaram comunidades em Ohio e em Missouri, mas as primeiras faliram durante o Pânico de 1837 e as últimas foram vítimas de multidões exaltadas e da violência dos vigilantes. Em 1839, os mórmons fundaram um refúgio provisório em Nauvoo, no estado de Illinois. Mas Smith logo teve novas revelações que geraram discórdia entre seus seguidores e hostilidade entre os vizinhos "gentios", pagãos, como ele chamava todos que não eram mórmons. Entre as revelações mais controversas, estava sua autorização para que os

homens casassem e vivessem com várias mulheres. Em 1844, Smith foi morto por uma multidão enfurecida quando se encontrava numa prisão em Carthage, Illinois.

A morte de Smith confirmou a convicção entre as lideranças mórmons de que precisavam mudar-se para Oeste e estabelecer seus *sions* em regiões desabitadas. No final de 1845, o sucessor de Smith, Brigham Young, decidiu mandar um grupo de 1.500 homens verificar as chances para a manutenção de uma colônia nas proximidades de Great Salt Lake. Em 1847, o próprio Young chegou a Utah e transmitiu para os seus fiéis a mensagem de que tinha encontrado a terra prometida.

A comunidade mórmon que Young estabeleceu em Utah é uma das grandes histórias de sucesso da colonização do Oeste. Em contraste com o extremo individualismo e a desordem que caracterizavam os campos de mineração e outros tipos de novas comunidades, "o estado de Deseret" (como Utah foi originalmente chamado) era um modelo de disciplina e de cooperação. Por causa da sua forma comunitária de organização social, seu governo centralizado, e a dedicação religiosa de seus habitantes, essa sociedade da fronteira pôde expandir sua colonização de uma maneira planejada e eficiente e desenvolver um sistema de irrigação que "fez o deserto florir".

Depois que Utah ficou sob a soberania dos Estados Unidos em 1848, o estado de Deseret lutou pela sua autonomia e pelo seu costume poligâmico ou de "casamento celestial" contra os esforços do governo federal de aplicar as leis americanas e o tipo normal de administração territorial. Em 1857, os mórmons e o governo federal quase chegaram a vias de fato, até que o Presidente James Buchaman decidiu usar de diplomacia em vez de força.

O DESTINO MANIFESTO E A GUERRA DO MÉXICO

A saída em massa de colonos para além das fronteiras da nação nas décadas de 1830 e 1840 inspirou os políticos e os propagandistas na exigência da anexação dessas áreas que os emigrantes estavam ocupando. Alguns foram mais longe e proclamavam que era o "destino manifesto" dos Estados Unidos se expandirem até que tivessem absorvido toda a América do Norte, incluindo o Canadá e o México.

Tyler e o Texas

O Presidente John Tyler iniciou a política do Destino Manifesto. Ele era vice-presidente quando William Henry Harrison morreu em 1841, após somente um mês de mandato. Tyler era defensor dos direitos dos estados, um virginiano pró-escravatura, escolhido para companheiro de Harrison para ampliar o apelo da chapa *whig*. Profundamente antipático até para a corrente principal dentro do seu próprio partido, Tyler

logo se afastou dos *whigs* no Congresso, todos unidos a Henry Clay e seu programa econômico nacionalista. Apesar de lhe faltar uma base em ambos os grandes partidos, Tyler esperava ser eleito presidente por direito próprio em 1844. Para conseguir esse objetivo difícil, ele precisava de uma nova questão à volta da qual pudesse construir uma massa de seguidores que atravessassem as linhas políticas dos partidos estabelecidos.

Em 1843, Tyler decidiu colocar todo o peso de sua administração na anexação do Texas. Ele previu que essa seria uma medida popular, especialmente no Sul escravocrata, que lhe daria uma base sólida de apoio para a eleição de 1844.

Para conseguir seu objetivo, Tyler obteve o apoio de John C. Calhoun, o principal defensor da escravatura e dos direitos sulistas. O sucesso ou a falência desse esforço seria um teste definitivo para saber se o Norte estava disposto a dar aos estados sulistas uma participação razoável nos poderes da nação e garantias adequadas para o futuro de sua maneira de viver. Se os sentimentos anti-escravocratas fossem bem-sucedidos no bloqueio da aquisição do Texas, os sulistas iriam saber, pelo menos, com quem poderiam contar e começariam "a calcular o valor da união".

Para preparar a opinião pública para a anexação, a administração Tyler lançou uma campanha de propaganda no verão de 1843. Circulavam rumores de que os britânicos estavam se preparando para garantir a independência do Texas e oferecer um empréstimo à nova república, apertada financeiramente, em troca da abolição da escravatura. Embora as informações não tivessem fundamento, muitos acreditaram nessas histórias que foram usadas para dar urgência à causa da anexação.

A estratégia de ligar a anexação explicitamente aos interesses do Sul e da escravatura saiu politicamente pela culatra. Os *whigs* nortistas, anti-escravocratas, proclamaram que o esquema era uma trama pró-escravocrata destinada a salvaguardar os interesses de uma parte da nação contra os da outra parte — uma alegação que tem mais substância do que muitos historiadores reconhecem. Consequentemente, o Senado rejeitou o tratado de anexação por votação decisiva em junho de 1844.

O Triunfo de Polk e da Anexação

A iniciativa de Tyler fez com que o futuro do Texas fosse a questão central na campanha de 1844. Mas as bases partidárias mantiveram-se firmes e o próprio presidente foi incapaz de capitalizar o assunto. Tyler tentou concorrer como independente, mas sem conseguir apoio significativo foi forçado a desistir.

Se a convenção do Partido Democrata tivesse sido realizada em 1843 — como estava programado originalmente — o ex-Presidente Martin Van Buren teria ganho a indicação com facilidade. Mas a convenção foi adiada para maio de 1844 e, entrementes, o problema da anexação assumiu o primeiro plano. Van Buren persistiu no ponto de

vista que tinha sustentado quando ainda era presidente — o problema da anexação iria criar rivalidades interestaduais e destruir a unidade do Partido Democrata. Numa tentativa de manter a questão fora da campanha, Van Buren aceitou um acordo de cavalheiros com Henry Clay, o favorito para a indicação dos *whigs*, de que ambos iriam se opor publicamente à anexação imediata.

A carta de Van Buren opondo-se à anexação apareceu antes da convenção dos democratas e isso lhe custou a indicação. Os delegados sulistas à convenção, zangados, invocaram a regra segundo a qual a aprovação exigiria dois terços dos votos. Depois de várias votações, um candidato de um terceiro partido — James K. Polk, do Tennessee — surgiu inesperadamente como vencedor. Político astuto, embora um pouco falso, Polk tinha persuadido outros aspirantes à presidência a ficar de fora, prometendo-lhes que iria servir apenas durante um mandato, caso fosse eleito.

Polk era um expansionista confesso e candidatou-se com a proposta simultânea de anexar o Texas e de reafirmar o direito dos Estados Unidos sobre todo o território de Oregon. Identificou-se pessoalmente e ao seu partido com a causa popular de transformar os Estados Unidos numa nação continental, uma aspiração que atraía o apoio do Norte e do Sul. O indicado pelos *whigs*, Henry Clay, era basicamente anti-expansionista, mas ao perceber a popularidade crescente da anexação do Texas entre os *whigs* do Sul teve que usar muitas evasivas durante a campanha. Isto, por sua vez, custou a Clay o apoio de um grupo pequeno, mas crucial, entre os *whigs* anti-escravocratas, no Norte, que se retiraram para entrar no Partido da Liberdade, abolicionista.

Polk ganhou a eleição do outono por uma margem popular relativamente estreita. Seu triunfo no colégio eleitoral foi assegurado por vitórias em Nova York e Michigan onde o candidato do Partido da Liberdade, James G. Birney, conseguiu roubar muitos votos de Henry Clay, afetando o resultado final. Ainda que a eleição possa ter sido considerada como um mandato claro a favor do expansionismo, os democratas declararam que o povo estava por trás de sua campanha agressiva para estender as fronteiras dos Estados Unidos.

Depois da eleição, o Congresso reuniu-se novamente em sessão para considerar a anexação do Texas. O estado de espírito havia se modificado em consequência da vitória de Polk e os principais senadores democratas estavam agora dispostos a apoiar o esquema de Tyler pela anexação por resolução conjunta do Congresso. Como resultado, a anexação foi aprovada alguns dias antes de Polk tomar posse.

A Doutrina do Destino Manifesto

O estado de espírito expansionista que acompanhou a eleição de Polk e a anexação do Texas recebeu um nome e uma justificativa no verão de 1845. John L. O'Sullivan, um dos proponentes do movimento América Jovem e editor de influência, acusou governos estrangeiros de

conspirarem para bloquear a anexação do Texas num esforço para atrasar "o cumprimento do nosso destino manifesto de espalhar pelo continente a nós designado pela providência para o desenvolvimento livre dos nossos milhões multiplicados anualmente".

Além de cunhar a frase *Destino Manifesto*, O'Sullivan salientou as três principais idéias em que ela se baseava. Primeiro, a de que Deus estava do lado do expansionismo americano. A segunda, implícita na frase *desenvolvimento livre*, significava que espalhar o regime americano era prolongar as instituições democráticas. E a terceira era que o crescimento da população exigia uma saída que a aquisição de territórios iria proporcionar. Por trás desta noção estava o receio de que os números cada vez maiores da população iriam conduzir a uma diminuição de oportunidades e a uma série de divisões em classes sócio-econômicas do tipo europeu, caso não continuassem a ser oferecidas aos inquietos e aos ambiciosos novas terras para povoar e para explorar.

Na sua forma mais extremista, o Destino Manifesto significava que os Estados Unidos algum dia iriam ocupar todo o continente norte-americano. Nada menos do que isso poderia apaziguar a fome por terras de sua população. A única questão nas mentes dos fervorosos expansionistas e dos Americanos Jovens era saber se os Estados Unidos iriam adquirir os seus novos e vastos domínios por meio de um processo gradual e pacífico de infiltração de colonos ou de uma diplomacia agressiva apoiada pela força e pela ameaça de guerra. A decisão estava com o Presidente Polk.

Polk e a Questão do Oregon

Em 1845 e 1846, os Estados Unidos ficaram mais perto de entrar em conflito armado com a Grã-Bretanha do que nunca, depois da Guerra de 1812. A disposição de alguns americanos de entrar em guerra por causa do Oregon está expressa no grito dos democratas em comício: "Cinquenta e quatro e quarenta ou guerra." Polk favoreceu esta febre expansionista no seu discurso inaugural reclamando todo o território do Oregon. Particularmente, no entanto, estava disposto a aceitar o paralelo 49. O que fez a situação ficar tão tensa foi o fato de Polk se dedicar a uma diplomacia agressiva de blefes e ameaças.

Em julho de 1845, Polk autorizou o secretário de Estado, James Buchanan, a responder ao último pedido britânico de condições através da oferta de uma fronteira ao longo do paralelo 49. Como isso não satisfazia a exigência britânica sobre toda a Ilha de Vancouver e a navegação livre no Rio Colúmbia, o embaixador britânico rejeitou a proposta de imediato. Esta recusa enfureceu Polk, que mais tarde visitou o Congresso para terminar com o acordo de ocupação conjunta do noroeste até o Pacífico. O Congresso acabou com o acordo em abril de 1846.

Já que a abolição do acordo de ocupação conjunta implicava a tentativa dos Estados Unidos estender sua jurisdição até o paralelo 54° e 40', o governo britânico decidiu tomar a iniciativa diplomática num

Disputa de Fronteiras no Noroeste do Pacífico

54° 40'
Alaska (Russ.)
Tratado de 1825
AMÉRICA DO NORTE INGLESA
Tratado de 1818
49°
REGIÃO DO OREGON
Tratado de 1846
Vale Willamette Área principal da colonização americana
Área de disputa Britânico-americana 1818 – 1846
ESTADOS UNIDOS
42°
Tratado Adams-Onís de 1819
MÉXICO

esforço para evitar a guerra, ao mesmo tempo que mandava navios de guerra para o hemisfério ocidental para o caso de a conciliação falhar. Sua nova proposta aceitava o paralelo 49 como fronteira, dava aos britânicos toda a ilha de Vancouver, e mantinha os direitos de navegação dos ingleses no Rio Colúmbia. O Senado recomendou que o tratado fosse aceito com uma única alteração, a de que os direitos de navegação pelo Rio Colúmbia fossem considerados provisórios. O tratado foi ratificado nessa forma a 15 de junho.

Polk estava disposto a regularizar a questão do Oregon porque temia uma guerra contra o México. Sua diplomacia teimosa deixou o país a um passo de travar duas guerras ao mesmo tempo. Os estrategistas americanos receberam o que queriam pelo tratado de Oregon, o esplêndido porto natural, de águas profundas, de Puget Sound. Todavia, ao concordar com o compromisso de Oregon, Polk alijou de sua companhia os defensores do expansionismo no Velho Noroeste que tinham apoiado sua posição anterior de querer *todo o Oregon*.

Para muitos nortistas, a promessa de novas aquisições no noroeste do Pacífico era a única coisa que fazia com que a anexação do Texas fosse aceitável. Eles esperavam que pudessem ser criados novos estados livres para contrabalançar a admissão do Texas e de seus donos de escravos na União. À medida que esta perspectiva se distanciava, a acusação dos anti-escravocratas de que a anexação do Texas era um golpe dos sulistas ganhava mais apoio. Para os nortistas, Polk começava a parecer cada vez mais com um presidente preocupado, principalmente, com a defesa dos interesses da sua região nativa.

A Guerra Contra o México

Enquanto evitavam a guerra contra a Grã-Bretanha, os Estados Unidos caíam em outra, contra o México. Embora tivessem reconhecido a independência do Texas em 1845, os mexicanos rejeitavam a injustificada reivindicação dos texanos sobre o território despovoado entre o Rio Nueces e o Rio Grande. Quando os Estados Unidos anexaram o Texas e assumiram a exigência sobre a área em disputa, o México cortou as relações diplomáticas e preparou-se para o conflito armado.

Polk respondeu colocando as tropas de Louisiana em alerta e mandando um emissário, John Slidell, para a cidade do México. Polk esperava que Slidell pudesse resolver o problema da fronteira e persuadir os mexicanos a vender o Novo México e a Califórnia. A missão de Slidell falhou. Em janeiro de 1846, Polk ordenou ao General Zachary Taylor, comandante das forças americanas no Sudoeste, que avançasse para além do Nueces e até ao Rio Grande, invadindo assim o território mexicano. Em abril, Taylor tinha tomado posição em Matamoras, no Rio Grande. A 24 de abril, 1.600 mexicanos atravessaram o rio, vindos do Sul, e no dia seguinte atacaram um pequeno destacamento americano. Depois de saber do incidente, Taylor mandou um recado para o presidente: "Podemos agora considerar as hostilidades como iniciadas."

As notícias eram esperadas e até bem-vindas. De fato, Polk já estava preparando sua mensagem de guerra para o Congresso quando soube da luta no Rio Grande. Uma guerra curta e decisiva, concluiu ele, iria forçar a cessão da Califórnia e do Novo México para os Estados Unidos. Assim, logo que o Congresso declarou guerra a 13 de maio, as forças americanas sob o comando do Coronel Stephen Kearny capturaram Santa Fé e tomaram posse do Novo México. As tropas de Kearny marcharam então para a Califórnia onde os colonos anglo-americanos e a chamada expedição de exploração liderada pelo Capitão John C. Fremont, ajudada por forças navais dos Estados Unidos, tinham se revoltado contra o regime mexicano. Com a ajuda das forças de Kearny, os americanos obtiveram pela violência o controle da Califórnia a partir do México.

A guerra durou muito mais do que se esperava, porque os mexicanos se recusaram a aceitar a paz mesmo depois de uma série de derrotas militares. Na primeira grande campanha do conflito, Taylor deu prosseguimento a duas vitórias suas, obtidas ao norte do Rio Grande, ordenando a travessia do rio, tomando Matamoras e avançando em direção a Monterrey. Em setembro, ele capturou esta importante cidade, situada mais ao norte.

No entanto, a decisão controversa de Taylor em permitir que a guarnição mexicana fosse libertada e sua indisposição ou inabilidade em avançar mais para dentro do México irritou Polk e levou-o a adotar

A Guerra Mexicana

uma nova estratégia para ganhar a guerra e a nomear um novo comandante para implementá-la. O General Winfield Scott recebeu ordens para preparar um ataque anfíbio a Vera Cruz, com a finalidade de colocar um exército americano a uma distância ameaçadora da própria cidade do México. Taylor ficou de manter suas posições no norte do México, onde em fevereiro de 1847 ele derrotou um exército mexicano de tamanho razoável na batalha de Buena Vista. Taylor foi festejado, depois, como herói nacional e possível candidato à presidência.

A decisiva campanha de Vera Cruz teve uma evolução lenta por causa dos preparativos necessários, enormes e cuidadosos. No entanto, em março de 1847, o grosso do Exército americano, agora sob o comando do General Scott, acabou chegando perto da cidade portuária, de extrema importância estratégica, e cercou-a. Vera Cruz caiu após 18 dias. E foi então que Scott tomou o caminho para a cidade do México. Na batalha mais importante de toda a guerra, Scott enfrentou as forças do General Santa Anna em Cerro Gordo, nos dias 17 e 18 de abril. Num ataque muito bem comandado, as forças de Scott derrotaram o Exército mexicano e abriram caminho para a cidade do México. Em agosto, as tropas americanas concentraram-se em frente da capital mexicana. E, após um armistício provisório, Scott ordenou o assalto maciço e final à cidade, que acabou caindo a 14 de setembro.

O Acordo da Guerra do México

Acompanhando o exército de Scott estava um diplomata, Nicholas P. Trist, autorizado a negociar um tratado de paz logo que os mexicanos decidissem que tinham apanhado demais. A despeito da sequência de vitórias americanas, porém, nenhum líder mexicano estava disposto a enfrentar o ódio de uma população intensamente orgulhosa e nacionalista, concordando com os termos que Polk queria impor. Em novembro, Polk estava tão irritado com a demora que deu ordens a Trist para voltar para Washington.

Trist, para sua vantagem, ignorou as instruções de Polk e continuou negociando. A 2 de fevereiro de 1848, assinou um tratado com o qual ganhava todas as concessões que lhe foram ditadas e cuja obtenção lhe fora exigida. Pelo Tratado de Guadalupe Hidalgo, foram cedidos o Novo México e a Califórnia para os Estados Unidos por US$15 milhões, estabelecendo-se o Rio Grande como fronteira entre o Texas e o México, e foi feita a promessa de que o governo americano assumiria todas as exigências dos cidadãos americanos contra o México. O Senado aprovou o tratado a 10 de março de 1849.

Como resultado da Guerra do México, os Estados Unidos ganharam cerca de 800 mil quilômetros quadrados de novos territórios, incluindo os atuais estados da Califórnia, Utah, Novo México e Arizona, e partes do Colorado e de Wyoming. Em 1853, uma disputa sobre a fronteira meridional ficou resolvida pela Compra de Gadsden, pela qual os Estados Unidos adquiriram as áreas mais ao sul dos atuais

Expansão Territorial em Meados do Século XIX

O mapa mostra as fronteiras atuais.

estados do Arizona e do Novo México. Mas permanece ainda uma questão: por que razão os Estados Unidos, dado o espírito expansionista da época, não tomaram todo o México, como era desejo de muitos americanos?

O racismo e o anticolonialismo, certamente, respondem em parte pela decisão. Uma coisa era adquirir áreas escassamente povoadas que podiam ser colonizadas por pioneiros anglo-saxões. Outra coisa era incorporar uma grande população formada principalmente por indivíduos de origem espanhola e índia. Esses "mestiços", acusavam os oponentes racistas ao movimento "Todo o México", jamais iriam dar certo como cidadãos de uma república auto-governada. Teriam que ser dirigidos da maneira como os ingleses governavam a Índia e a posse de dependências coloniais era contrária aos ideais e às tradições americanos.

Aqueles que na realidade estavam fazendo a política, tinham razões mais mundanas e práticas para ficarem satisfeitos com o que tinha sido obtido em Guadalupe Hidalgo. O que eles queriam o tempo todo eram os grandes portos californianos de San Francisco e San Diego. Desses portos, os americanos poderiam comerciar diretamente com o Oriente e dominar o comércio no Pacífico. Uma vez assegurada a aquisição da Califórnia, os políticos estratégicos tinham poucos incentivos para pressionar e obter mais territórios mexicanos.

A guerra contra o México dividiu a opinião pública americana e provocou dissensões políticas. Uma maioria do Partido dos *Whigs* opôs-se à guerra por princípio, argumentando (corretamente) que os Estados Unidos não tinham exigências válidas sobre a área ao sul do Nueces. Os congressistas *whigs* votaram a favor de verbas para ações militares enquanto o conflito estava em marcha, mas criticavam constantemente o presidente por tê-las iniciado. Ainda mais unânime era a acusação dos anti-escravocratas do Norte, de ambos os partidos, de que a finalidade real da guerra era espalhar a instituição da escravatura e aumentar o poder político dos estados sulistas. Enquanto as batalhas aconteciam no México, o Congresso estava debatendo uma proposta de proibição da escravatura em qualquer dos territórios que pudessem ser adquiridos do México. A amarga discussão entre os estados sobre o problema da escravatura nas áreas adquiridas foi o maior legado da Guerra Mexicana.

As controvérsias internas provocadas pela guerra e a propaganda do Destino Manifesto revelaram os limites do expansionismo americano de meados do século XIX e colocaram um freio nos esforços feitos para aumentar ainda mais as fronteiras do país. As preocupações quanto à escravatura e o racismo bloquearam a expansão territorial para o Sul e o desejo de manter a paz com a Grã-Bretanha evitou a expansão para o Norte. Depois de 1848, o crescimento dos Estados Unidos tomou a forma de povoamento e desenvolvimento dos vastos territórios já adquiridos.

O EXPANSIONISMO INTERNO

Os expansionistas da década de 1840 viam uma ligação clara entre a aquisição de novos territórios e as outras formas de crescimento e desenvolvimento materiais. Em 1844, Samuel F.B. Morse aperfeiçoou e fez uma demonstração do seu telégrafo elétrico. Simultaneamente, a estrada de ferro estava se tornando cada vez mais importante como meio de transportar pessoas e mercadorias a grandes distâncias. A melhoria dos métodos agrícolas e manufatureiros levaram ao aumento rápido do volume e das distâncias alcançadas pelo comércio interno. E o início da imigração em massa estava proporcionando os recursos humanos necessários para a exploração de novas áreas e de novas oportunidades econômicas.

A descoberta de ouro na Califórnia, em 1848, estimulou milhares de emigrantes a mudar-se para a Costa Oeste. O ouro que eles descobriram incentivou a economia nacional, e o crescimento rápido dos centros populacionais na Costa do Pacífico inspirou projetos como as linhas de telégrafo e as estradas de ferro transcontinentais.

Quando o espírito do Destino Manifesto e a sede de aquisição de novos territórios se desvaneceu depois da Guerra do México, o impulso expansionista voltou-se para dentro. Os avanços tecnológicos e o aumento da população da década de 1840 continuou ainda durante a década de 1850. Como resultado, registrou-se uma aceleração do crescimento econômico, um aumento substancial da industrialização e da urbanização, e o surgimento de uma nova classe trabalhadora nos Estados Unidos.

O Triunfo da Ferrovia

Mais do que qualquer outra coisa, foi o desenvolvimento das estradas de ferro que transformou a economia americana durante as décadas de 1840 e de 1850. A tecnologia das locomotivas a vapor veio da Inglaterra e em 1830 e 1831 duas ferrovias americanas entraram em operação comercial. Embora essas duas linhas fossem práticas e lucrativas, os canais provaram ser fortes concorrentes, especialmente na questão de fretes. Os passageiros talvez preferissem a velocidade dos trens, mas o baixo custo do frete das barcaças evitava que muitos agentes embarcadores mudassem seus hábitos. Além disso, estados como Nova York e Pensilvânia, que haviam investido pesadamente em canais, resistiam à contratação de uma forma de transporte concorrente.

Durante a década de 1840 as ferrovias estenderam-se para além dos estados do Nordeste e do Meio Atlântico e o número de quilômetros construídos mais do que triplicou, chegando a um total de mais de 14 mil em 1850. A expansão foi ainda maior na década seguinte e por volta de 1860 todos os estados a leste do Mississippi tinham serviços ferroviários à sua disposição. Além disso, ao longo das décadas de 1840 e

1850, as ferrovias avançaram fortemente no negócio de fretes realizados pelos canais e conseguiram levar muitos deles à falência.

O desenvolvimento das ferrovias teve um efeito decisivo sobre a economia como um todo. Embora a demanda florescente por trilhos de ferro fosse inicialmente atendida, em grande parte, pela importação vinda da Inglaterra, essa demanda acabou por estimular a siderurgia nacional. Como as ferrovias exigiam muito capital, seus promotores foram obrigados a encontrar novos métodos pioneiros de financiar as empresas e seus negócios. As companhias de estradas de ferro vendiam ações ao público em geral e com isso ajudavam a estabelecer padrões para a separação entre a propriedade e o controle que caracterizam as corporações modernas.

No entanto, a concentração e o controle do capital privado não atendiam por completo as necessidades dos "barões" das primeiras empresas ferroviárias. Os governos estadual e municipal, convencidos de que as ferrovias eram a chave para sua futura prosperidade, emprestavam dinheiro às empresas ferroviárias, compravam suas ações e apoiavam ativamente seu desenvolvimento. A despeito da política do *laissez-faire*, dominante nessa época, o governo federal acabou envolvido pela vigilância exercida sobre as rotas projetadas e pela concessão de terras destinadas à colocação das linhas ferroviárias. Assim, foi aberto um precedente para a maciça concessão de terras, feita logo depois da Guerra Civil.

A Revolução Industrial Alça Vôo

Enquanto as estradas de ferro iniciavam sua revolução em transportes, a indústria americana estava entrando numa nova fase de crescimento rápido e firme. O modelo de produção em fábricas que teve origem antes de 1840 nas tecelagens de algodão da Nova Inglaterra (ver Capítulo 9) estendeu-se para uma variedade de outros produtos. Entre 1830 e 1860, a produção de lã e de ferro passou para o sistema de fabricação em locais apropriados, as fábricas, e o mesmo aconteceu com as indústrias de sapatos, armas de fogo, relógios e máquinas de costura.

As características essenciais deste novo modelo de produção eram a concentração de uma força de trabalho supervisionada num único local, o pagamento em dinheiro aos trabalhadores, o uso de partes intercambiáveis, e a fabricação em processo contínuo. Dentro de uma fábrica, partes padronizadas, fabricadas em separado e a granel, podiam ser reunidas, com eficiência e rapidez, num produto final por uma sequência ordenada de operações continuamente repetidas. A produção em massa, que envolvia a divisão do trabalho em séries de tarefas relativamente simples e repetitivas, contrastava violentamente com o modelo tradicional e artesanal de produção, segundo o qual um único trabalhador produzia o produto por inteiro a partir das matérias-primas.

A nova tecnologia desempenhou um papel importante na transição para a produção em massa. Assim como os teares e as máquinas de

fiação elétricas transformaram as fábricas de têxteis em realidade, o desenvolvimento de máquinas novas e mais eficientes e o surgimento de novas técnicas revolucionaram outras indústrias. A invenção da máquina de costura por Elias Howe e a descoberta de Charles Goodyear do processo de vulcanização da borracha abriu o caminho para a produção em massa de numerosos produtos de consumo.

Talvez o maior triunfo da tecnologia americana durante o período intermediário do século XIX tenha sido o desenvolvimento das máquinas operatrizes mais sofisticadas e dignas de confiança do mundo. Os avanços conseguidos, como a invenção de um aparelho de medir, extraordinariamente preciso, conhecido como *vernier caliper*, em 1851, e a produção pela primeira vez de tornos mecânicos em 1854, foram sinais de uma aptidão especial dos americanos para a fabricação de ferramentas de precisão essenciais para uma industrialização eficiente.

O progresso da tecnologia e a organização industrial não significavam que os Estados Unidos fossem, em 1860, uma sociedade industrial. A agricultura detinha o primeiro lugar, tanto como fonte de sustento para indivíduos como contribuinte para o produto nacional bruto. Entretanto, a exploração agrícola, pelo menos no Norte, também atravessava uma revolução tecnológica. John Deere inventou o arado de aço possibilitando aos lavradores do Meio Oeste cultivar os solos da pradaria que tinham resistido às ferramentas de ferro fundido. E a colhedeira mecânica de Cyrus McCormick oferecia uma enorme economia de trabalho exigido pela colheita dos grãos.

A interação dinâmica entre os avanços nos transportes, na indústria e na agricultura deram grande força e resistência à economia dos estados nortistas durante a década de 1850. As ferrovias ofereciam aos lavradores do Oeste um acesso melhor aos mercados de Leste. Depois que Chicago e Nova York ficaram ligadas por ferrovia em 1853, o fluxo de grande parte das fazendas do Meio Oeste mudou de direção: em vez do sentido Norte-Sul baseado no tráfego da espinha dorsal que tinha predominado nas décadas de 1830 e 1840, passou-se a um padrão Leste-Oeste.

A mecanização da agricultura fez mais do que conduzir o sistema para um tipo de lavoura comercial, mais eficiente e lucrativa. Proporcionou também um ímpeto adicional para a industrialização e sua característica de poupar mão-de-obra liberava trabalhadores para outras atividades econômicas. O crescimento da indústria e a modernização da agricultura podem assim ser vistos como aspectos mutuamente reforçadores de um processo simples de crescimento econômico.

Começa a Imigração em Massa

O incentivo original à mecanização da indústria e da agricultura nortistas surgiu em parte da falta de mão-de-obra barata. Comparando com as nações industrializadas da Europa, os Estados Unidos do início do século XIX constituíam uma economia com mão-de-obra escassa. Como era difícil atrair homens fisicamente capazes para trabalhar por

Emigração para os Estados Unidos, 1820 – 1860

Fonte: Secretaria do Censo Americano, *Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1970*, Edição do Bicentenário, Washington, D.C., 1975.

salários baixos em fábricas ou em fazendas, as mulheres e as crianças eram muito utilizadas nas fábricas de têxteis dos primeiros tempos e os lavradores comerciais dependiam fortemente da mão-de-obra familiar. Embora a maquinaria poupasse horas de trabalho manual e ajudasse a resolver o problema, a industrialização nas décadas de 1840 e 1850 tinha chegado a um ponto em que eram necessários muito mais trabalhadores não especializados. O aumento de empregos na indústria ajudou a atrair uma multidão de emigrantes europeus entre 1840 e 1860.

Entre 1820 e 1840, chegaram aos Estados Unidos cerca de 700 mil imigrantes. Durante a década de 1840, este fluxo substancial tornou-se de repente um dilúvio. Nada menos do que 4.200.000 pessoas cruzaram o Atlântico entre 1840 e 1860. Este era sem dúvida o fluxo mais substancial de indivíduos em comparação com o total da população americana — cerca de 20 milhões — que a nação jamais tinha recebido. A maior fonte individual da nova imigração maciça era a Irlanda, mas a Alemanha também não ficou muito longe.

Composição da Imigração, 1840 – 1860

Fonte: Secretaria do Censo Americano, *Statistical Abstract of the United States: 1982-83*, 13ª edição, Washington, D.C., 1982

Este movimento maciço, transatlântico, tinha muitas causas. Alguns eram jogados "para fora" de suas casas, enquanto outros eram "atraídos" para a América. A grande fome, causada por uma praga que destruiu as plantações de batata na Irlanda, teve uma importância fundamental para o fluxo de emigração daquele país. Escapar para a América tornou-se possível graças às tarifas baixas em vigor nos navios de transporte partindo da Inglaterra com destino aos Estados Unidos. Os navios envolvidos no comércio de madeiras carregavam suas toras a granel, de Boston ou de Halifax para Liverpool. Como alternativa para voltar aos Estados Unidos sem carga, esses navios enchiam os porões com emigrantes irlandeses.

Dependendo do porto envolvido no comércio de madeiras — Boston, Halifax, Saint Johns ou Saint Andrews — os irlandeses usualmente chegavam ao Canadá ou aos estados do Nordeste. Imobilizados pela pobreza e pela falta de talento exigidos pelo pioneirismo do Oeste, a maioria deles permanecia no Nordeste. Forçados a subsistir graças a trabalhos domésticos e mal pagos e morando em favelas urbanas, os irlandeses eram olhados com desdém pela maioria dos americanos natos.

O milhão, mais ou menos, de alemães que chegaram nos últimos anos da década de 1840 e nos primeiros anos da década de 1850, tiveram um pouco mais de sorte. A maioria deles era constituída por camponeses, fugindo muito mais de tempos difíceis do que de uma

catástrofe iminente. Ao contrário dos irlandeses, eles escapavam, em geral, com uma pequena importância como capital e com esse capital iniciavam uma nova vida no Novo Mundo. Muitos imigrantes alemães eram artesãos e procuravam triplicar seus ganhos em cidades como Nova York, Saint Louis, Cincinnati e Milwaukee. Mas uma grande parte daqueles que tinham antecedentes agrícolas continuou dedicando-se à terra. Muitos tornaram-se lavradores bem-sucedidos do Meio Oeste e em geral encontraram muito menos preconceito e discriminação do que os irlandeses.

O que levou a maioria dos irlandeses, alemães e de outros emigrantes europeus para os Estados Unidos foi a promessa de oportunidades econômicas. Ainda que uma minoria escolhesse os Estados Unidos por admirar o sistema democrático da política americana, a maioria dos imigrantes estava mais interessada na possibilidade de construir uma vida decente do que em votar ou candidatar-se a um lugar de funcionário. Durante os tempos de prosperidade e de muita procura de mão-de-obra, a América provou ser um potente ímã para os europeus descontentes.

No entanto, a chegada de grandes números de imigrantes piorava a situação já séria do crescimento rápido das grandes cidades. O velho centro da cidade, no qual ricos e pobres viviam em estreita proximidade, estava mudando para um tipo de ambiente mais segregado. O advento das estradas de ferro e dos bondes puxados a cavalos davam chance aos afluentes de mudar-se para os primeiros subúrbios americanos, enquanto que as áreas perto dos centros comerciais e industriais tornaram-se os centros congestionados dos recém-chegados da Europa. Surgiram os *slums* (as favelas) como o famoso distrito "Five Points", na cidade de Nova York, caracterizados pela sua superpopulação, pela pobreza, a doença e o crime. Reconhecendo que estas condições criavam perigos em potencial para toda a população urbana, reformistas da classe média trabalharam para a profissionalização das forças policiais, introdução dos sistemas de esgoto e distribuição de água e melhoria dos níveis de construção das casas. Fizeram algum progresso com seus esforços no período anterior à Guerra Civil, mas para os pobres da cidade, principalmente os imigrantes, a vida continuou a mesma. Para a grande maioria, a vida urbana manteve-se insegura, insalubre e desagradável.

A Nova Classe Trabalhadora

A maioria dos imigrantes acabou como assalariada nas fábricas, nas minas e na construção civil ou como diaristas ocasionais fazendo aquelas muitas tarefas não especializadas exigidas pelo crescimento urbano e comercial. Ao oferecer mão-de-obra barata em larga escala, esses imigrantes deram energia e aceleração à Revolução Industrial nos Estados Unidos.

Nas indústrias já estabelecidas e nas velhas cidades têxteis do Nordeste, os imigrantes foram substituindo, gradualmente, os trabalhadores nativos que tinham predominado nas décadas de 1830 e de 1840.

Nas fábricas de tecidos, especialmente, a mão-de-obra feminina nativa foi substituída por homens estrangeiros. Os irlandeses, segundo os empregadores, estavam dispostos a desempenhar tarefas que os homens americanos consideravam, em geral, trabalho para mulheres.

Esta tendência revela muito a respeito da mudança de caráter da classe trabalhadora americana. Na década de 1830, a maioria dos trabalhadores homens era feita de artesãos, enquanto que o trabalho nas fábricas, sem exigência de especialização, era feito em larga escala por mulheres e crianças. Ambos os grupos eram predominantemente de ascendência americana. Na década de 1840, a proporção de homens trabalhando em fábricas aumentou, embora na indústria têxtil a mão-de-obra permanecesse predominantemente feminina. Durante a década, as condições de trabalho em muitas fábricas de têxteis deterioraram-se. As relações entre gerentes e trabalhadores tornaram-se cada vez mais impessoais e exigia-se dos trabalhadores cada vez mais produção. Trabalho diário de 12 a 14 horas era comum.

Como consequência, houve um novo ressurgimento da militância trabalhista, envolvendo tanto as mulheres como os homens, trabalhadores de fábricas. As organizações trabalhistas pediam às Assembléias Legislativas que aprovassem leis limitando o dia de trabalho a dez horas. Algumas dessas leis acabaram, realmente, sendo aprovadas, mas tornaram-se ineficientes porque os empregadores podiam ainda exigir do trabalhador em perspectiva a assinatura de um contrato especial em que ele concordava em fazer mais horas de trabalho diário, a fim de conseguir o emprego.

O emprego de imigrantes em números cada vez maiores entre meados da década de 1840 e o final da década de 1850 fez com que ficasse mais difícil a organização dos trabalhadores industriais. Os fugitivos empobrecidos da fome decorrente de uma praga que destruiu as plantações de batatas na Irlanda tinham expectativas econômicas mais baixas e também menos experiência com as organizações trabalhistas. Consequentemente, os imigrantes irlandeses estavam dispostos a trabalhar por menos e raramente ousavam fazer protestos pelas más condições de trabalho. E não entravam para os sindicatos.

Entretanto, a nova classe trabalhadora formada por gente da área rural não fez a transição para mão-de-obra assalariada da indústria com facilidade e sem protesto, mas por meios sutis e indiretos. Atrasos, ausências ao trabalho, alcoolismo, "operação tartaruga" e outras formas de resistência à disciplina na fábrica refletiam a profunda hostilidade às rotinas desconhecidas e aparentemente artificiais do processo contínuo de produção. O ajustamento aos novos estilos e ritmos de trabalho foi doloroso e levou tempo.

Por volta de 1860, a expansão industrial e a imigração tinham criado uma classe trabalhadora de homens e mulheres que parecia condenada a receber salários baixos a vida inteira. Esta realidade contrastava com a imagem que a América fazia de si própria como país de grandes oportunidades e de muita mobilidade ascendente. O ideal ainda tinha alguma validade nas regiões de desenvolvimento rápido

dos estados do Oeste, mas era apenas um mito quando aplicado aos imigrantes estrangeiros, cada vez em maior número, que trabalhavam nas indústrias dos estados do Nordeste.

Tanto a expansão interna como a externa tinham vindo a um custo bem pesado. As tensões associadas com a rivalidade entre classes e etnias eram apenas uma parte do preço do desenvolvimento econômico rápido. A aquisição de novos territórios tornou-se politicamente divisionista e iria levar em breve a uma controvérsia seccional catastrófica. Dos últimos anos da década de 1840 até a Guerra Civil, os Estados Unidos constituíam uma sociedade dividida em mais de um sentido e a necessidade de controlar ou resolver esses conflitos representava para os políticos e para os homens de Estado um desafio monumental.

A ERA DAS INVENÇÕES PRÁTICAS, 1750-1860

Ano	Inventor	Contribuição	Importância/Descrição
1787	John Fitch	Navio a vapor	Primeiro navio a vapor americano
1793	Eli Whitney	Descaroçador de algodão	Processo simplificado de separação das fibras dos caroços do algodão ajudando a tornar mais lucrativa a exploração agrícola desse produto
1798	Eli Whitney	Padrões de linha de montagem	Facilitou a fabricação de partes intercambiáveis
1802	Oliver Evans	Gerador a vapor	Primeiro gerador a vapor americano, possibilitou a produção de geradores de alta pressão usados em todo o Leste dos Estados Unidos
1813	Richard B. Chenaworth	Arado de ferro fundido	Primeiro arado de ferro fundido feito de três peças, possibilitando a substituição destas em separado
1830	Peter Cooper	Locomotiva	Primeira locomotiva a vapor construída na América
1831	Cyrus McCormick	Colhedeira	A colhedeira mecânica, primeiro modelo, podia cortar seis acres de grãos por dia
1836	Samuel Colt	Revólver	Primeira pistola de repetição de sucesso

1837	John Deere	Arado de aço	A superfície de aço impedia o solo de grudar, facilitando assim o trabalho de arar as pradarias ricas do Meio Oeste
1839	Charles Goodyear	Vulcanização da borracha	Tornou a borracha mais útil, evitando que grudasse e derretesse em clima quente
1842	Crawford W. Long	O primeiro a usar éter em cirurgia	Reduziu a dor e o risco de choque durante as operações
1844	Samuel F.B. Morse	Telégrafo	Fez com que a comunicação a longa distância ficasse quase instantânea
1846	Elias Howe	Máquina de costura	Primeira máquina prática de costura automática
1846	Norbert Rillieux	Evaporador a vácuo	Melhorou o método de retirada do caldo da cana-de-açúcar, revolucionando a indústria do açúcar, com aplicações mais tarde em outros produtos
1847	Richard M. Hoe	Impressora gráfica rotativa	Imprimiu uma folha inteira em um só movimento, dando rapidez muito maior ao processo de impressão
1851	William Kelly	Processo de "Têmpera a Ar	Melhorou o método de conversão do ferro em aço (usualmente conhecido como Processo Bessemer, porque o inventor inglês teve mais vantagens financeiras e facilidades de registro de patente)
1853	Elisha G. Otis	Elevador de passageiros	Melhorou o movimento nos edifícios, e mais tarde, depois da eletrificação, estimulou a construção de arranha-céus
1859	Edwin L. Drake	Primeiro poço de petróleo na América	Iniciada a indústria do petróleo nos Estados Unidos
1859	George M. Pullman	Carro Pullman	Primeiro carro dormitório para viagens a grande distância

CRONOLOGIA

- **1822** Santa Fé aberta para os comerciantes americanos.
- **1823** Os primeiros colonos americanos chegam ao Texas.
- **1830** O México tenta parar a emigração americana para o Texas.
- **1831** As estradas de ferro americanas entram em operação comercial.
- **1834** Cyrus McCormick patenteia sua colhedeira mecânica.
- **1835** A revolução começa no Texas.
- **1836** O Texas torna-se república independente.
- **1837** John Deere inventa o arado de aço.
- **1841** O Presidente John Tyler assume.
- **1842** O Tratado Webster-Ashburton fixa a fronteira entre o Maine e Nova Brunswick.
- **1843** A emigração em massa para o Oregon começa — O México fecha Santa Fé ao comércio com os americanos.
- **1844** Samuel F.B. Morse faz demonstração do telégrafo elétrico — James K. Polk é eleito presidente com a plataforma de expansionismo.
- **1845** Começa a imigração em massa vinda da Europa — Os Estados Unidos fazem a anexação do Texas — John L. O'Sullivan cunha o *slogan* Destino Manifesto.
- **1846** Começa a guerra contra o México — Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha resolvem crise diplomática sobre o Oregon.
- **1847** É completada a conquista da Califórnia pelos americanos — Os mórmons estabelecem-se em Utah — Forças americanas sob o comando de Zachary Taylor derrotam os mexicanos em Buena Vista — O exército de Winfield Scott captura Vera Cruz e derrota os mexicanos em Cerro Gordo — Cai a cidade do México nas mãos dos invasores americanos.
- **1848** O Tratado de Guadalupe Hidalgo cede a Califórnia e o Novo México para os Estados Unidos — Descobre-se ouro na Califórnia.
- **1849** Começa a corrida do ouro dos *Forty-niners* (Quarenta-e-nove) para a Califórnia.
- **1858** A guerra entre os mórmons de Utah e as forças dos Estados Unidos é evitada.

Universidade hoje

Apresentação de Machado de Assis — *I. Teixeira*
A literatura hispano-americana — *J. Joset*
A civilização helenística — *P. Petit*
A literatura grega — *F. Robert*
A religião grega — *F. Robert*
A psicologia social — *J. Maisonneuve*
O inconsciente — *J.-C. Filloux*
A crítica literária — *P. Brunel, D. Madelénat, J.-M. Gliksohn* e *D. Couty*
Sociologia do direito — *H. Lévy-Bruhl*
As teorias da personalidade — *S. Clapier-Valladon*
Literatura brasileira — *L. Stegagno Picchio*
A crítica de arte — *A. Richard*
As primeiras civilizações do Mediterrâneo — *J. Gabriel-Leroux*
A economia dos Estados Unidos — *P. George*
A idéia de cultura — *V. Hell*
História da educação — *R. Gal*
História dos Estados Unidos — *R. Rémond*

Em preparação

As empresas japonesas — *M. Yoshimori*
Descartes — *G. Pascal*
Os celtas — *V. Kruta*

Universidade hoje

HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

René Rémond

Martins Fontes

Título original: HISTOIRE DES ETATS-UNIS
Publicado por: Presses Universitaires de France

1ª edição brasileira: agosto de 1989

Tradução: Álvaro Cabral
Revisão da tradução: Mitsue Morissawa
Revisão tipográfica: Maurício Balthazar Leal e Cláudia Cavicchia

Produção gráfica: Geraldo Alves
Composição: Artel — Artes Gráficas

Capa — Projeto: MF
Arte-final: Moacir K. Matsusaki

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rémond, René.
História dos Estados Unidos / René Rémond ; [tradução Álvaro Cabral]. -- São Paulo : Martins Fontes, 1989. -- (Universidade hoje)

Bibliografia.

1. Estados Unidos - História I. Título. II. Série.

89-1512 CDD-973

Índices para catálogo sistemático:
1. Estados Unidos : História 973

LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677
01325 — São Paulo — SP — Brasil

Índice

CAPÍTULO I

As primeiras colônias (1607-1763)

Lugar e herança da era colonial — Essa primeira fase da história do povoamento europeu do território dos Estados Unidos de hoje, chamada de período colonial, muito provavelmente parecerá aos contemporâneos do presidente Reagan e da conquista do espaço tão distante da realidade presente do país quanto a Atenas de Péricles está na Grécia moderna. Se ela já não tem para nós outro interesse além dos possíveis atrativos do exotismo ou do pitoresco de seus David Crockett e histórias de índios, será de fato conveniente desviar algumas destas páginas, que poderão fazer falta quando da descrição dos Estados Unidos de hoje, para falar do que, em última instância, é apenas a sua pré-história? Ceder a tal escrúpulo seria, no entanto, subestimar a importância desse período em si mesmo e na seqüência da história.

Sua duração é aproximadamente a mesma de toda a existência dos Estados Unidos como sociedade política organizada. Desde a fundação de Jamestown, a mais antiga colônia anglo-saxônica do Novo Mundo (1607), até a Declaração de Independência (1776), transcorreram exatamente tantos anos quanto desta última data até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Colocando esse mesmo dado fundamental em outros termos, a constituição das colônias divide a história dessa região do globo em dois períodos iguais, o primeiro dos quais é o colonial, por vezes injustamente negligenciado. Seu conhecimento é importante para o da história dos Estados Unidos propriamente dita, ainda sob um outro aspecto: ele a prenuncia. O país recebeu desse período o legado de uma população, de uma sociedade, de uma economia, de uma mentalidade, de uma parte de suas instituições políticas, de suas tradições jurídicas e instituições judiciárias, e também de alguns de seus problemas,

como a questão do negro. Impossível compreender o desenvolvimento da árvore sem se observar primeiro a semente lançada à terra e suas primeiras germinações.

Ocupação tardia — A parte do litoral americano que se estende aproximadamente da baía de Fundy, ao norte, até a foz do rio Savannah, ao sul, futuro berço da grandeza americana, ingressou com atraso na história da colonização européia do Novo Continente, muito depois da América Central e Meridional, e mesmo depois do vale do São Lourenço. Entre o Canadá, reconhecido pelos franceses desde meados do século XVI, e a Flórida, anexada pelos espanhóis a seu vasto império, a localização dos futuros Estados Unidos lembra a de um sítio desprezado. Para esse prolongado desfavor existiam causas naturais: o clima ora glacial ora sufocante; uma costa geralmente inóspita, pantanosa e cortada por lagunas ao sul, rochosa e juncada de arrecifes ao norte, não propiciando à penetração para o interior nenhuma via comparável ao São Lourenço ou ao Mississípi; enfim, uma floresta densa e cerrada. A região tampouco possuía o que atraía então os exploradores: especiarias ou metais preciosos. Seria necessário, para a colonização, que homens fossem levados para lá por outros interesses que não os meramente mercantis ou porque as outras regiões já estivessem ocupadas.

Efetivamente, os primórdios da colonização coincidiram com a entrada em cena de uma nova potência colonial: a Inglaterra. Nessa parte do mundo, como em todas as outras, os ingleses chegaram por último, muito depois dos portugueses e dos espanhóis, e mesmo após os franceses: sua vocação colonial desenhou-se tardiamente, no reinado de Elizabeth. Suas primeiras colônias têm, com uma diferença de escassos vinte anos, a mesma antigüidade no norte e no sul: *sir* Walter Raleigh desembarcou na Virgínia no final do século XVI, e foi em 1620 que os 120 peregrinos, chegados das Províncias Unidas a bordo do famoso *Mayflower*, desembarcaram perto de Cape Cod e formaram o embrião de Massachusetts. O que não se esperava era que, tendo largado com atraso na corrida às colônias, desfavorecidos

sob todos os aspectos, eles levariam a melhor sobre seus concorrentes. Durante o século XVII, mediante guerra ou negociação, os ingleses eliminaram um após outro os enclaves, vestígios de colonização estrangeira: holandeses na desembocadura do Hudson, suecos nas margens do Delaware. No final desse século, a Grã-Bretanha era senhora de toda a costa. Esse êxito imprevisível explica-se em parte pela vitalidade do povoamento, suas qualidades naturais, sua potência numérica também.

Um povoamento variado — O povoamento foi muito variado sob todos os aspectos. Numa composição étnica heterogênea, o núcleo principal contou com ingleses, escoceses e galeses, mas chegaram também imigrantes das Províncias Unidas, da Suécia, da Alemanha, da própria França, pois a revogação do Edito de Nantes, em 1685, gerou uma corrente de emigração protestante para a América. A diversidade de opiniões políticas e de crenças religiosas não era menor. Todos os que fugiam ao domínio de uma facção rival ou tinham razões para temer por sua fé desembarcavam nas margens do Potomac ou do Hudson. A história política e religiosa inglesa do século XVII inscreve-se assim, por via de conseqüência, na do povoamento americano: todas as perturbações de um período particularmente fértil em agitações de múltipla ordem concorreram para engrossar a corrente de emigração. Após os dissidentes perseguidos pela reação anglicana, chegaram os cavaleiros, aristocratas e realistas caçados pelos "cabeças redondas", depois os puritanos, banidos pela Restauração, e os jacobitas, que preferiram expatriar-se a reconhecer o usurpador. As vicissitudes dramáticas da história inglesa interna acarretaram efeitos benéficos para a colonização britânica. Essa emigração teve um caráter específico que deixou uma marca indelével na mentalidade americana. Puritanos ou católicos, os emigrados obedeceram a considerações religiosas: colocaram a liberdade de crer e de praticar seu culto acima das vantagens de carreira e de seu bem-estar pessoal.

Formado com o tempo de sucessivas contribuições humanas, o povoamento do litoral atlântico dos futuros Esta-

dos Unidos também foi descontínuo no espaço: compunha-se de colônias disseminadas de longe em longe, geralmente na foz de um rio, nas margens de alguma baía. Esses núcleos populacionais, no começo bastante modestos, estendidos de norte a sul desde a fronteira canadense até os confins da Flórida espanhola, ao longo de quase 2.000 km, separados uns dos outros por intervalos que a colonização ainda não arrancara à floresta, à savana ou aos índios, tornaram-se pouco a pouco o centro de outras tantas colônias independentes entre si, as quais tinham Londres por capital comum.

Três grupos de colônias — Ao crescerem, essas colônias individualizavam-se, sua originalidade adquiria contornos mais precisos. Esboçaram-se três grupos principais, diferenciados em suas atividades produtivas, em suas formas de sociedade política, e até mesmo em seu estilo se vida. Bastaria o clima para torná-las diferentes: não se espalhavam elas ao longo de 15° de latitude? As demais condições naturais também concorreram para tal diferenciação. O constraste mais acentuado opunha o grupo mais setentrional ao das colônias meridionais e seria de extrema importância para o futuro, pois trazia consigo o germe do antagonismo entre o Norte e o Sul, cuja exacerbação levou à Guerra de Secessão.

O grupo da Nova Inglaterra — No século XVIII, a Nova Inglaterra, que agrupava quatro colônias de dimensões desiguais — New Hampshire, Massachusetts, Connecticut e Rhode Island —, apresentava já uma economia com um grau relativamente elevado de complexidade: além da agricultura e da pecuária, havia a pesca, o comércio, um começo de indústria. O litoral rochoso, profusamente recortado, propiciava a criação de uma quantidade de bons portos naturais; a proximidade das florestas facilitava aos estaleiros navais o fornecimento da madeira necessária; tripulações bem treinadas partiam todos os anos para proveitosas campanhas de pesca do bacalhau, nos cardumes da Terra Nova, ou,

para mais longe, atrás das baleias. Zarpando de Newport ou de Portsmouth, os navios iam até as Antilhas, onde carregavam, infringindo o pacto colonial, o rum, o melaço e todos os produtos das ilhas. Enfim, pequenas oficinas tinham se fixado junto aos numerosos cursos fluviais que desciam das montanhas e planaltos do interior: eram moinhos, usinas de açúcar, fábricas de papel, serrarias, que transformavam sumariamente os produtos da terra ou as contribuições do comércio. A combinação dessas atividades variadas gerava trabalho e proporcionava apreciáveis lucros a uma população empreendedora, acostumada a ver no trabalho uma razão de vida e um dever, e no sucesso material, consagrado pela riqueza, um sinal de benevolência divina.

Povoadas em sua maioria por puritanos, essas colônias foram aquelas em que o caráter religioso era mais acentuado e imprimira mais profundamente sua marca na fisionomia moral e na vida pública. Esses homens, que preferiram expatriar-se e correr os perigos de uma travessia perigosa a transigir com as imposições do príncipe ou a admitir acomodações com a Igreja estabelecida, estavam determinados a viver em conformidade com sua fé e a guiar por ela a vida de suas pequenas comunidades. A religião governava aí não só a vida privada, familiar, mas também a vida pública. Nada mais distante do ideal de tolerância universal definido por Franklin e Jefferson do que essas sociedades primitivas, ciosamente devotadas à unidade da fé, perseguindo quem não pensasse como a coletividade com o mesmo zelo e o mesmo vigor dos que os haviam perseguido antes. Nessa mentalidade, Estado e Igreja encontravam-se estreitamente unidos, e quem quer que se afastasse da Igreja excluía-se *ipso facto* da sociedade civil. A intolerância estendeu-se das crenças aos costumes, arrogando-se a comunidade o direito de zelar pela estrita observância das leis de Deus e da Igreja: uma regulamentação minuciosa (o Código Azul) instaurou uma ordem moral rigorosa; os contraventores eram punidos impiedosamente: era a época da caça às bruxas. Essa repressão religiosa e moral difundiu em toda a sociedade um semblante de austeridade: os mais inocentes divertimentos pareciam suspeitos; o tempo devia ser todo ele dedicado ao tra-

balho e aos grandes deveres da existência. A religião presidia até as atividades intelectuais, que nasceram na Nova Inglaterra mais cedo do que em qualquer outra parte. A atividade econômica, a busca do lucro, não fariam mal à vida do espírito: foi lá que se fundaram os primeiros colégios, embriões das futuras universidades do Leste: a Harvard é de 1636. No começo, eram instituições com fins essencialmente religiosos: serviam à formação dos futuros ministros. Essa marca deixada pela religião nos primeiros estabelecimentos de ensino não desapareceu inteiramente dos Estados Unidos: mesmo sua política externa inspira-se com freqüência, em seu moralismo, nas mesmas considerações que regiam essas pequenas comunidades.

A religião exerceu influência também sobre a vida política. Esses não-conformistas abraçaram em geral seitas derivadas da Reforma calvinista. Dispensavam a existência de um episcopado; seus ministros dependiam dos notáveis da comunidade; suas pequenas igrejas estavam habituadas a administrar-se livremente. Os habitantes transferiam para suas vidas de cidadãos seus hábitos de fiéis; discutiam entre si os interesses do burgo, tal como deliberavam em comum sobre os da Igreja. Esse pacto celebrado pelos passageiros do *Mayflower* já estipulava expressamente a subordinação das preferências pessoais aos interesses da comunidade. Assim, as crenças religiosas, a disciplina eclesiástica, adaptando inconscientemente práticas democráticas, orientaram a sociedade da Nova Inglaterra para uma democracia de fato. Nos agrupamentos que se constituíam em redor dos portos, nas encruzilhadas das estradas, nas proximidades de pequenas oficinas, nos mercados rurais, desenvolvia-se a vida municipal.

Atividade econômica diferenciada e lucrativa, índole religiosa, prática democrática, tradição intelectual, todas essas características da Nova Inglaterra consubstanciaram-se numa cidade: Boston, que contava com cerca de 20 mil habitantes em meados do século XVIII. Setentrional demais para poder pretender mais tarde guindar-se à categoria de capital dos Estados Unidos, Boston constituía plenamente a metrópole da Nova Inglaterra, cuja fisionomia moral ex-

pressava. Foi uma das primeiras cidades a pegar em armas pela independência.

O grupo do Sul — Em tudo distinto foi o tipo de sociedade constituído pelas cinco colônias meridionais, na outra extremidade. Do norte para o sul, eram elas: Maryland, assim batizada em homenagem à Virgem Maria pelos católicos de Lorde Baltimore; a Virgínia, que recebeu esse nome de *sir* Walter Raleigh, desejoso de fazer uma cortesia à sua soberana, Elizabeth I, a "Rainha Virgem"; as duas Carolinas, do Norte e do Sul; e a Geórgia, uma das últimas colônias fundadas, honrando a George I, rei da Inglaterra desde 1714. A superfície média de cada uma dessas colônias era nitidamente superior à das colônias mais setentrionais, sem que por isso fossem mais povoadas; pelo contrário, elas apresentavam uma densidade mais fraca, raras cidades e alguns portos pouco ativos. Isso deveu-se ao fato de viverem quase exclusivamente da terra. Adotaram uma forma de ocupação e exploração do solo muito diferente da que se verificou na Nova Inglaterra, mais concentrada e mais extensiva: a *plantation*, com a ajuda da mão-de-obra negra importada da África e que o tráfico negreiro renovava e aumentava continuamente. A partir do século XVIII, os negros eram aí mais numerosos do que os brancos, e havia mais escravos do que homens livres. Na falta de atividades complementares, toda a vida dessas colônias e sua riqueza dependiam da colheita de alguns produtos adaptados ao clima quente e úmido — tabaco, arroz, índigo, mais tarde o algodão, cultivados em grandes extensões. Produzindo mais do que o necessário para consumo interno, os plantadores tinham de vender para o exterior: sua dependência natural em relação às condições atmosféricas é reforçada pela dependência comercial em relação aos compradores. Aí germinava a fraqueza da economia, enquanto a escravatura tornava a sociedade vulnerável. Essa sociedade, aristocrática em seus fundamentos e em seus gostos, era o mais diferente possível das sociedades democráticas da Nova Inglaterra: acima da massa de escravos reinava uma oligarquia de plantadores que tinha a propriedade da terra, fazia-se

representar nas assembléias e governava a colônia. Entre escravos e oligarcas, havia poucos elementos intermediários. Culta, requintada, essa classe que descendia em parte de cavaleiros e levava uma existência de nobreza rural, transplantou para a América as maneiras de viver da aristocracia européia. Nessa sociedade hospitaleira que adorava receber, que vivia prodigamente, que atribuía menos valor ao dinheiro do que ao uso que se podia fazer dele, a Europa era mais transparente do que nos burgueses da Nova Inglaterra e como que reencontrava nela um pedaço de si mesma.

O grupo intermediário — Por muito distintos que fossem esses dois grupos de colônias, suas diferenças não suscitaram nenhum problema no século XVIII; elas não faziam parte de um conjunto, de um todo comum; estavam simplesmente justapostas. Nenhuma instituição comum conferia efeito jurídico à analogia de seus gêneros de vida ou de suas atividades: a autonomia de cada colônia era total. A relação entre a extensão e a população tornava impensável um conflito. Se faltavam interesses comuns, as colônias tampouco alimentavam antagonismos. Por outro lado, esses dois grupos, aos quais atribuímos uma homogeneidade de que eles próprios não tinham consciência, estavam separados um do outro por várias centenas de quilômetros. Interposto a eles havia um terceiro grupo de quatro colônias (Nova York, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia), que não se assemelhava a nenhum dos dois, embora possuísse talvez mais traços em comum com o primeiro. É a parte menos homogênea, em virtude de suas origens e de seu povoamento: os vestígios da colonização holandesa (Nova York chamava-se originalmente Nova Amsterdã) e da presença sueca (no Delaware) conviviam com os imigrantes das Ilhas Britânicas. A Pensilvânia, uma colônia muito original, que leva o nome de seu fundador, William Penn, foi povoada pelos *quakers*. Sua capital, Filadélfia, cujo nome exprime a virtude que os amigos têm por regra, era a maior e mais admirada cidade norte-americana: seu urbanismo era muito avançado, mesmo em comparação com a Europa. Contava com cerca de 30 mil habitantes, numa época em

que um burgo, com três ou quatro vezes menos residentes, já fazia figura de pequena capital. A singularidade de seus costumes, o tratamento informal, o uso constante de chapéu, a simplicidade do vestuário, a beleza das jovens *quakers*, atraíam a curiosidade e eclipsavam no espírito dos viajantes qualidades menos estranhas: a reputação de virtude, o escrúpulo de honestidade nos negócios que não entravou seu sucesso comercial.

A diversidade do povoamento dessas colônias permitia vaticinar que a imigração seria uma constante da história dos Estados Unidos. Sua posição central, a meio caminho da Nova Inglaterra e do Sul, como no ponto de partida das principais vias de penetração para o Oeste, conferia-lhes uma posição de arbítrio: foi a localização destinada de antemão às capitais federais, a asilos provisórios do Congresso continental e depois sede definitiva do governo federal; foi também palco e alvo dos combates ferozes entre nortistas e sulistas. Mas, de momento, Norte e Sul sequer sonhavam combater-se.

Analogias e pontos comuns

Com essas diferenças em sua economia, na composição da sociedade e nos costumes, as treze colônias tinham entre si, no entanto, algum parentesco: as origens semelhantes, o povoamento, a dependência comum da Coroa, certas tradições políticas, inclusive a do parlamentarismo britânico, suas instituições políticas. Eram dotadas de constituições: a primeira foi redigida para a Virgínia em 1609. Sob formas jurídicas variadas (colônias da Coroa, governos proprietários, colônias com carta constitucional outorgada), em quase todas se encontravam mecanismos funcionando de maneira semelhante: um governador que representava a Coroa, geralmente escolhido entre as famílias mais antigas da colônia, uma assembléia eleita pelos proprietários para representar os colonos. Esboçava-se entre eles uma distribuição de poderes de acordo com o modelo fornecido pela evolução constitucional inglesa: era a assembléia que votava

o imposto e estava estabelecido que o governador necessitava da anuência dela para levantar tributos. Nessas assembléias recrutadas numa sociedade bastante restrita, abastada, culta, formava-se uma elite política, uma prática dos negócios públicos, uma maneira de pensar comum. Essas analogias, entretanto, não eram suficientemente fortes para por si só inspirarem nas colônias o sentimento de uma personalidade comum e de uma identidade de destino.

O perigo indígena — A luta contra os inimigos comuns teve muito mais êxito: primeiro, o francês e o índio; em seguida, o inglês. O Continente, de fato, não era absolutamente virgem. O indígena, que foi obstinadamente chamado de "índio" em conseqüência do equívoco geográfico inicial dos primeiros descobridores, era o inimigo natural. Foi lutando contra ele que os primeiros colonos pisaram na terra americana: o exemplo de um William Penn, que quis firmar um contrato na forma da lei com os nativos e comprar-lhes o território, não fez escola. Em seguida, as povoações mantiveram-se em estado de alerta permanente, a fim de prevenir contra-ofensivas ameaçadoras. A coabitação das duas raças era virtualmente impossível: seus modos de vida eram dessemelhantes demais: os índios, habituados a uma existência livre e aventureira, seminômades, vivendo sobretudo da caça, procuravam o abrigo da floresta e tinham necessidade de grandes espaços. Os colonos, agricultores, sedentários, desmatavam e cultivavam. À medida que cresciam em número, iam penetrando cada vez mais no interior e repelindo para mais longe as tribos. Com intervalos de acalmia e tréguas sucedendo às grandes investidas, a guerra foi a forma de relação normal entre antigos e novos americanos: e assim continuou sendo até finais do século XIX. Essa pequena guerra, feita de emboscadas, escaramuças, ataques de surpresa, deu à nação americana a epopéia de que qualquer história nacional necessita: essas Cruzadas encontraram sua *Chanson de Roland*. As peripécias dessa luta de dois séculos e meio forneceram o enredo para a maioria dos romances de Fenimore Cooper, ou seja, da literatura americana nascente, antes de inspirar incontáveis *westerns*,

revistas infantis e jogos de escoteiros. Mas, antes de converter-se em mito, o perigo indígena foi, no século XVIII, uma realidade: as colônias ainda estavam então espremidas entre o oceano e a floresta. Instaladas em toda uma extensão de 2.000 km, elas não dispunham de mais de algumas dezenas de quilômetros para o interior. Suas cidades situavam-se a apenas alguns dias de marcha do "deserto". Felizmente, essa parte do continente americano estava longe de ser tão povoada de indígenas quanto a América espanhola. Mas os índios compensavam seu pequeno número com sua mobilidade e virtudes guerreiras: seus ardis e o que se dizia de sua ferocidade compuseram em torno deles uma reputação de horror e semearam o pavor.

O cerco pelos franceses — À ameaça indígena juntava-se um segundo perigo que a tornava ainda mais terrível: o perigo francês. Tendo chegado tardiamente ao novo continente, os britânicos deixaram-se ultrapassar pelos espanhóis e franceses. Com os espanhóis, os colonos tinham muito poucos pontos de contestação. O mesmo não ocorria com os súditos do rei da França. Estes encontravam-se estabelecidos no Canadá muito antes da instalação dos primeiros colonos ingleses. Por muito tempo houvera bastante espaço vazio entre eles para impedir que as duas colonizações tivessem qualquer oportunidade de colisão. A partir do século XVIII, entretanto, tornou-se inevitável o conflito pela posse, justamente, de territórios desocupados. De um lado, os colonos ingleses, achando insuficiente o espaço que ocupavam no litoral, extravasaram na direção do interior: pelo gosto da independência ou pelo amor à aventura; para esquivar-se, no Norte, às imposições morais da Igreja e, no Sul, à autoridade dos proprietários; porque a terra ia ficando escassa, os homens, imitando seus pais, davam as costas ao litoral, penetravam na direção do Oeste, instalando-se ao longo dos vales, transpondo os desfiladeiros dos Alleghenies: suas vanguardas desembocavam e espraiavam-se nas vertentes opostas. Mas iam deparar os postos avançados franceses. Desde o final do século XVII, partindo de suas bases canadenses, missionários jesuítas ou recoletos e os

negociantes de peles reconheceram pouco a pouco os Grandes Lagos, os mananciais do Mississípi, desceram o grande rio até a foz, penetraram em seus afluentes da margem esquerda e tomaram posse, em nome do rei da França, do imenso território que se estende da foz do São Lourenço à do Mississípi: a Luisiana. Um império francês da América foi assim constituído, cujo arco imenso, abrangendo milhares de quilômetros, cercava por completo as treze colônias, impedindo-lhes totalmente a penetração para o interior e ameaçando-as até de serem jogadas no mar se persistissem em seus intentos. Para os colonos ingleses, eram seu futuro e sua própria existência que estavam em jogo. Cada uma das duas potências inimigas explorava as rivalidades entre tribos indígenas e açulava seus aliados peles-vermelhas contra o adversário. Entrecruzavam-se duas políticas indígenas.

A ameaça francesa é afastada — Na maratona a que se entregavam as duas nações beligerantes pela posse de toda a América do Norte, os franceses levavam vantagem, aparentemente: tinham espaço e mobilidade. Mas outros dados eram mais decisivos para o futuro, mormente os numéricos. Ao passo que os anglo-americanos se avizinhavam do milhão e meio concentrado num território relativamente apertado, eles não chegavam a uns 60 mil diluídos num espaço de dimensões continentais. Além disso, os colonos ingleses recebiam da metrópole uma ajuda mais substancial do que eles: a Marinha britânica assegurava as comunicações e interceptava os reforços franceses. As colônias inglesas tiravam proveito de cada guerra franco-britânica para melhorar suas posições: de conflito em conflito, o equilíbrio de forças invertia-se em benefício delas. Em 1748, os franceses perderam os acessos do São Lourenço, de Terra Nova e da Acádia; viram-se ameaçados de, a todo momento, serem isolados da França, com suas comunicações à mercê das esquadras inimigas, enquanto que eles próprios continuavam cercando por terra as colônias inglesas. Mas a Guerra dos Sete Anos pôs fim a essa situação instável: os franceses sucumbiram diante da superioridade numérica do adversário e perderam todas as suas posições. O Canadá passou para a Inglaterra; a Luisiana, para a Espanha. O império francês da América estava liquidado. As colônias inglesas estavam salvas, o futuro assegurado, o acesso ao Oeste foi-lhes reaberto. Nessa luta contra os franceses e seus aliados indígenas, os colonos afirmaram sua força, suas milícias adquiriram experiência de guerra, seus oficiais distinguiram-se: um deles, sobretudo, gozou daí em diante de uma reputação de bravura e sangue-frio: George Washington. Eles adquiriram, além disso, consciência de uma certa comunidade de interesses. Afastados os inimigos tradicionais, a comunidade viria a afirmar-se de novo, após tantas peripécias e incertezas, desta vez contra a metrópole.

CAPÍTULO II

A Independência (1763-1783)

I. As causas do rompimento

A secessão, conseqüência indireta da vitória sobre os franceses — 1763: eliminação do perigo francês e vitória comum da metrópole e das colônias. 1776: as colônias rompem com a metrópole. Treze anos separam os dois eventos. Nada, em 1763, permitia prever uma evolução nesse sentido: ninguém, entre os anglo-americanos, planejava e ainda menos desejava um rompimento; e mesmo quando ele pareceu inevitável muitos hesitaram em consumá-lo. E, no entanto, a independência das colônias resultou, sem dúvida, da vitória comum: por um encadeamento de causas e efeitos em que os mal-entendidos desempenharam um papel mais importante do que as vontades deliberadas. A diversidade dessas origens autoriza uma certa diversidade de interpretações, entre as quais os historiadores da Independência escolheram aquelas que mais se harmonizavam com suas filosofias pessoais.

Primeira causa: essa mesma vitória, que de súbito tornou menos indispensável o apoio da metrópole. A principal razão, aos olhos dos colonos, da manutenção de tropas inglesas em solo americano tinha assim desaparecido; eles consideravam-se em condições, daí em diante, de promover sua própria defesa. Uma certa ciumeira opunha os milicianos aos regimentos do rei. Menos necessária, portanto menos desejada, a presença inglesa parecia mais penosa. Ora, foi precisamente esse o momento que a metrópole escolheu para multiplicar as medidas vexatórias e ineptas que lesavam os interesses das colônias e feriam seu amor-próprio. Essas medidas foram impostas, em parte, pelas finanças depauperadas em conseqüência da guerra; outro aspecto conjuntural donde se depreende que a Independência resultou indiretamente da vitória.

O governo de Sua Majestade considerava natural que as colônias da América suportassem sua parcela das despesas efetuadas principalmente no próprio interesse delas. Ele dispunha-se, ao mesmo tempo, a repor em vigor o regime do pacto colonial e a fazer votar novos impostos. Essas duas ordens de medidas tenderam indiretamente a questionar de novo o *status* das relações entre a metrópole e suas colônias. O sistema de exclusividade, que proibia às colônias comerciar com outros países que não a metrópole e as condenava a ter uma economia estritamente complementar da daquela, vinha de longa data apresentando brechas. O restabelecimento efetivo da aplicação rigorosa desse estatuto trazia em seu bojo o germe da ruína de toda uma classe de negociantes, armadores e marinheiros que tinham baseado sua fortuna no comércio com as Antilhas francesas e espanholas. Significava forçá-los a escolher entre os vínculos políticos com a Inglaterra e as relações comerciais com as ilhas, entre a fidelidade à Coroa e seus interesses. Não obtiveram sequer as compensações que o Oeste teria podido oferecer-lhes: tendo combatido para expulsar os franceses, contavam que estes territórios lhes seriam concedidos. Ora, o governo de Londres, em parte para agradar a seus novos súditos canadenses, decidiu reservá-los para estes e fechá-los à penetração dos colonos americanos. O ressentimento que isso lhes causou contribuiu em muito para a alteração de suas relações com as colônias.

O debate de princípio — Os novos tributos, essencialmente os impostos sobre o consumo, não tiveram melhor acolhimento; além de onerarem os colonos com encargos suplementares, tocavam num ponto de direito cuja discussão ocupou um lugar cada vez mais preponderante na crescente discordância entre os dois parceiros. O governo inglês teria o direito de cobrar esses impostos? Uma interrogação que envolvia o grande princípio constitucional inglês: nenhum novo imposto sem o consentimento dos representantes. As colônias da América não seriam filhas da Grã-Bretanha se não estivessem prontas para mobilizar-se e, se necessário, para bater-se pelo respeito a esse princípio: de

fato, elas nunca estiveram tão próximas em espírito à sua metrópole quanto no momento em que optaram pela secessão. Na verdade, a discordância não envolvia o princípio, que ninguém contestava, mas sua interpretação: na circunstância, deram as colônias seu consentimento ao voto do Parlamento de Londres? Esta era a tese defendida pelo governo: o Parlamento representava todos os súditos da Coroa. Mas os americanos não entendiam assim: eles não tinham representantes no Parlamento; somente suas assembléias coloniais estavam qualificadas para autorizar o imposto em nome deles. O ponto de vista do governo londrino ameaçava o poder de controle de que estas haviam gradualmente se apoderado: após sua autonomia comercial, as colônias viam agora ameaçada sua autonomia política. Era, portanto, o conjunto das relações entre metrópole e colônias que estava em vias de revisão, num sentido desfavorável às colônias. Esse debate de princípio que alguns historiadores parecem considerar secundário e no qual pretendem ver apenas a máscara de uma competição de interesses precipitou o surgimento, na América do Norte, de uma reflexão política. Isso iria também conduzir à secessão: incapazes de obter da Grã-Bretanha a aplicação dos princípios constitucionais ingleses, não podendo ser totalmente ingleses, os colonos e seus descendentes preferirão ser apenas americanos.

As etapas do rompimento — Só se chegaria a essa conclusão depois de muitas incertezas e do fracasso de várias tentativas de conciliação. De um lado e outro do Atlântico, a opinião estava profundamente dividida. A causa americana tinha em Londres e até nos Comuns defensores convictos, e, com freqüência, eloqüentes: Edmund Burke justificava em pleno Parlamento as reivindicações das colônias. O governo real fez alternar as medidas rigorosas e as concessões: em 1770, o Parlamento aceitou revogar quase todos os tributos que constituíam matéria de litígio, com exceção do imposto sobre o chá. Mas esse gesto de boa vontade não produziu o apaziguamento esperado, pois eximira-se de ceder no ponto principal: a questão de direito. Nada resguardava as colônias contra o retorno de medidas seme-

lhantes: elas continuavam dependentes da boa ou má vontade do Parlamento de Londres, do arbítrio régio.

Por seu lado, a maioria dos americanos estava longe de querer o rompimento. Muitos manifestavam sua apreensão em face da possibilidade de ficarem sós e não acreditavam que as colônias pudessem prescindir do socorro britânico e, com mais fortes razões, que pudessem subtrair-se pela força à dominação inglesa. Não se deve perder de vista que ainda não existia nenhum órgão qualificado para falar em nome das colônias reunidas, coordenar sua ação ou simplesmente capaz de adquirir consciência de seus interesses comuns. Solução temida, raramente desejada, o rompimento, entretanto, iria prevalecer. Por um encadeamento em que o "rigor dos fatos" desempenhou um papel tão decisivo quanto a vontade dos homens, a prova de força tornava-se de ano para ano uma eventualidade mais provável. Acontecimentos e opinião pública reagiam reciprocamente: extraíam-se da situação conseqüências que na véspera ainda eram imprevisíveis e, pouco a pouco, os espíritos acostumavam-se à idéia de uma secessão que antes lhes parecera rematada loucura. A partir de 1773, uma sucessão de incidentes, de gravidade crescente, ora inopinados, ora provocados, forjariam a corrente em cuja extremidade se vislumbravam a guerra e a independência. Esses episódios constituem os anais gloriosos da liberdade americana.

A 16 de dezembro de 1773, no porto de Boston, um grupo de cinqüenta cidadãos disfarçados de índios subiu durante a noite a bordo dos navios da Companhia das Índias e lançou à água toda a carga. A passividade das autoridades locais foi uma demonstração de conivência. O governo inglês decidiu responder a esse desafio com uma firmeza exemplar: cinco decretos arruinaram o comércio de Boston e reduziram a zero as liberdades em Massachusetts. Londres queria que isso servisse de exemplo, mas tudo o que conseguiu foi precipitar o nascimento da solidariedade continental. As outras colônias colocaram-se ao lado de Massachusetts. Dando continuidade a uma idéia de Franklin, um primeiro Congresso Continental reuniu-se em Filadélfia, em setembro de 1774: no espírito daqueles que se intitulavam "delegados designados pelo bom povo das colônias", ainda estava fora de questão

romper com a Inglaterra ou formar um governo comum: tratava-se somente de ponderar sobre os meios adequados para obter o reconhecimento de seus direitos pela negociação.

Mas, nesse meio tempo, todos os elementos de um dispositivo insurrecional estavam sendo montados pouco a pouco. Constituíam-se por toda a parte comitês de correspondência que formavam nas colônias uma rede compacta; armas foram reunidas, as milícias treinavam. Improvisaram-se legislaturas revolucionárias. Duas colônias estavam à testa do movimento: Massachusetts e Virgínia. A conjunção dessas duas colônias ricas e populosas teria para o futuro do movimento uma vantagem decisiva: limitado este a uma única região, levaria a crer que se tratasse de um caso de agitação local; animado por colônias que pertenciam uma à Nova Inglaterra e a outra ao grupo meridional, o movimento adquiria uma significação continental. Era um penhor de unidade futura. Bostonianos e virginianos conservariam a preeminência na União durante mais de meio século, exatamente até 1829, quando a eleição de Andrew Jackson manifestaria a intervenção de um terceiro elemento: o Oeste. Pouco a pouco, os intransigentes suplantaram os conciliadores e apoderaram-se da direção do movimento: esses patriotas eram geralmente radicais que esperavam, beneficiando-se da independência, reconstruir a sociedade sobre alicerces mais democráticos. Sua atividade expandiu-se: multiplicaram-se os panfletos, os jornais. A revolução americana foi a primeira na qual a imprensa desempenhou um papel importante.

Em 18 de abril de 1775 ocorreu a fuzilaria de Lexington. O general inglês que comandava a guarnição de Boston enviou uma coluna para apoderar-se de um depósito de armas e munições instalado em Concord por um comitê insurrecional. Os patriotas foram imediatamente alertados: os fazendeiros das vizinhanças acodiam de todos os lados e, emboscados atrás das cercas, alvejavam os soldados ingleses. Foi o primeiro choque entre os *redcoats** e os voluntários

---

* Alcunha dos soldados ingleses, cujo uniforme incluía a característica veste vermelha. (N. T.)

americanos. Emerson disse que o ruído dessa fuzilaria dera a volta à Terra. Dois meses depois, em Bunker Hill, às portas da própria Boston, travou-se a primeira batalha em moldes convencionais: a infantaria inglesa, lançando-se ao assalto de uma colina, onde os americanos estavam entrincheirados, perdeu um milhar de homens (17 de junho de 1775).

A independência reivindicada e proclamada — Entre essas duas refregas reuniu-se o segundo Congresso Continental, que decidiu formar um exército continental e confiar o comando supremo a George Washington. Escolha decisiva: a independência americana, a confiança dos insurgentes no êxito de sua causa, sua reputação além dos mares, deveram mais ao desinteresse desse homem, às suas virtudes cívicas e militares, do que a todo e qualquer outro fator. Daí em diante, a independência estava adquirida nos fatos, mesmo antes de ser reivindicada. O movimento dos espíritos, a expressão na literatura somar-se-iam à realidade um ano mais tarde, com a Declaração de Independência (4 de julho de 1776). Este texto, justamente famoso, cujo aniversário a república americana comemora religiosamente ano após ano, fundamentava no direito a insurreição e enunciava um sistema de valores aos quais se refeririam todas as gerações de homens de Estado: ela forma ainda em nossos dias a base da filosofia política do povo americano. Compõe-se principalmente de uma recapitulação das queixas das colônias contra a Inglaterra, mas marca também uma data da história universal: antes de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e pela primeira vez no mundo, uma nação proclamava solenemente um certo número de princípios fundamentais sobre os quais devia repousar a existência das sociedades políticas. Essa declaração está na origem de dois movimentos históricos. Por um lado, era a primeira vez que colônias se emancipavam: a sublevação americana anunciava, assim, por antecipação, todos os movimentos de independência colonial. Implantou no âmago da mentalidade americana o reflexo anticolonialista. Não devem os Estados Unidos sua existência à recusa de depender de uma

metrópole? Por outro lado, foi a origem da onda revolucionária que, reatada e ampliada pela Revolução Francesa, iria derrubar, um após outro, os regimes estabelecidos até a Revolução Russa de 1917: a Revolução Americana é, simultaneamente, a mãe das revoluções e dos movimentos de independência.

II. A Guerra de Independência

Proclamada a independência, restava ainda conquistá-la. Quase sete anos foram necessários para alcançar esse objetivo: a longa duração é uma característica constante dessas guerras coloniais que põem frente a frente exércitos regulares e tropas improvisadas, uma potência organizada e reconhecida e autoridades insurretas. Em suma, a empresa teve inicialmente um caráter algo desesperado: tudo ou quase tudo faltava aos insurretos. A guerra apresentava múltiplos problemas. Um problema propriamente militar: os insurgentes contavam apenas com um exército de milícia para combater as melhores tropas regulares da Europa. Além disso, contra um exército profissional e permanente, esses milicianos não passavam de voluntários, metade soldados e metade agricultores, com um olho em suas terras ou em seus negócios; só dependia deles continuar servindo na tropa ou pôr um ponto final no alistamento e ir embora: na ausência de um princípio de disciplina, o comando via, em certos momentos, seus efetivos sumirem literalmente. Como, em tais condições, executar um plano de campanha? A esse exército, era imprescindível dar coesão, equipá-lo, abastecê-lo. Ora, as colônias não possuíam indústrias, e o Congresso Continental não estava habilitado para criar impostos.

A aliança francesa — Numa correlação de forças tão desvantajosa, a busca de aliados era uma necessidade imperiosa. Contra a Inglaterra, os insurgentes só podiam dirigir-se à outra potência marítima da época, a França: era aceitar por aliados aqueles mesmos contra os quais as colônias estavam combatendo havia quinze anos. Essa inversão

das alianças não ameaçaria ressuscitar um perigo que eles tinham feito tudo por afastar? Franklin foi o hábil negociador dessa aliança, cujo desenvolvimento se enquadra entre duas vitórias: a capitulação em Saratoga (17 de outubro de 1777) de uma coluna inglesa em terreno plano e descoberto, cercada pelas milícias, fez o governo francês decidir-se a assinar o tratado de aliança; cinco anos depois, quase no mesmo dia (19 de outubro de 1782), outra capitulação, desta vez a de uma guarnição entrincheirada num forte em Yorktown, veio coroar as operações combinadas de terra e mar entre insurgentes e franceses. A França forneceu à América dinheiro, armas, um corpo expedicionário, uma esquadra e a aliança espanhola.

O aspecto mais delicado da situação talvez fosse ainda o político: para levantar um exército, contratar alianças, subscrever empréstimos, era indispensável a existência de uma autoridade política. Ora, as colônias não tinham governo; tampouco pretendiam tê-lo. Os treze Estados então soberanos eram por demais ciosos de sua recém-adquirida independência para aceitar o sacrifício de uma parte dela, ainda que fosse para garantir sua conservação. O Congresso Continental, esse embrião de governo central, não dispunha de nenhum poder coercivo para impor a execução de suas decisões: ele dependia em tudo da vontade dos treze Estados. Sua impotência prolongou a duração da guerra. Na ausência de um poder central, a autoridade pessoal de Washington supria o que lhe faltava de autoridade funcional. Foi preciso esperar por março de 1781 para que, tendo todos os Estados adotado os artigos de uma Confederação, o governo central fosse finalmente investido de um começo de poder efetivo. Se o problema militar foi apenas razoavelmente resolvido e o diplomático o foi totalmente, o problema político, entretanto, não recebeu solução satisfatória em conseqüência de toda a guerra.

A vitória e a paz — Nesse meio tempo, a Inglaterra resignou-se a negociar: conversações secretas culminaram numa paz separada (30 de novembro de 1782). Ela reconheceu a independência de suas antigas colônias, cedendo inclusive todo o território compreendido entre os Grandes Lagos, ao norte, o Mississípi, a oeste, e as possessões espanholas, ao sul. Suntuoso presente. Uma negociação geral com os aliados dos insurgentes teve seu desfecho no tratado de Versalhes (3 de setembro de 1783). Desforra para a França do desastroso tratado de Paris, mas uma vitória completa para as ex-colônias inglesas: em vinte anos, estas tinham logrado rechaçar a França e rejeitar a dominação inglesa. Sua história própria estava então começando: a história de uma nova América independente, ao mesmo tempo prolongamento da Europa e separada dela, herdeira da Inglaterra e nascida de uma rebelião contra seu governo.

CAPÍTULO III

A Constituição dos Estados Unidos

1. Da fragmentação à unidade
E pluribus unum

O fracasso do governo confederado — Os insurgentes tinham ganho a guerra, mas não tinham a paz. De início, pôde até parecer que a jovem América ia mergulhar na desordem e na anarquia. O problema político permanecia sem solução: as mesmas causas, tanto na paz quanto na guerra, continuavam produzindo os mesmos efeitos. Antes impotente para conduzir a guerra, o Congresso não estava então menos para solucionar os problemas nascidos da paz: execução de tratados, pagamento de empréstimos, negociações comerciais. Diante dos fatos concretos criados pela nova realidade, o governo de tipo confederado estabelecido pelos artigos da Confederação revelava-se radicalmente inferior à sua tarefa: a cláusula da unanimidade dos Estados paralisava-o. A situação interna degradou-se rapidamente: as despesas excediam infinitamente os recursos; a dívida inchou; a moeda depreciou-se; o exército desagregou-se ou amotinou-se, soldados marcharam sobre Filadélfia, cujo Congresso fugiu. A opinião pública estava descontente, a agitação alastrava-se, as potências julgavam com severidade a impotência dessa nação. Ficou evidenciado que a vitória, se emancipou as colônias, não fez delas nem uma potência nem uma nação, por ausência de um Estado. Os patriotas estavam desolados. Não teriam alcançando mais do que uma vitória de Pirro, e consumido tanta energia para afinal mergulhar na anarquia? Esses anos críticos, freqüentemente escamoteados na descrição do nascimento dos Estados Unidos, foram capitais para o seu futuro; foram eles os que conquistaram os espíritos para a idéia de uma revisão imperiosa das instituições.

A convenção — A salvação viria de iniciativas tomadas fora do Congresso para suprir a autoridade enfraquecida, com a caução do mais ilustre cidadão norte-americano, George Washington. Após vários adiamentos, os delegados designados por todos os Estados, salvo Rhode Island, "para examinar as disposições que lhes pareçam necessárias a fim de tornar a Constituição do governo federal adequada às exigências da União", reuniram-se em Filadélfia a 25 de maio de 1787. Participaram 55 delegados em todos ou em parte dos trabalhos dessa assembléia, a qual congregou quase tudo o que os Estados possuíam de personalidades de talento e de ilustração (somente Jefferson estava ausente, por ocupar então o cargo de embaixador na França). A maioria já possuía experiência de negócios públicos: 39 tinham participado dos Congressos Continentais, 22 eram graduados por universidades e 31, ou seja, mais de metade, eram juristas de profissão. Apesar desses antecedentes, a média de idade dos constituintes mal passava dos quarenta anos; e mesmo alguns dos que iam ter uma participação ativa nas deliberações eram muito mais jovens: Hamilton tinha apenas trinta e Madison, 36. Tal era a composição dessa assembléia excepcional que os historiadores americanos, na esteira dos contemporâneos, compararam a um concílio de semideuses.

Desde a abertura dos trabalhos, os delegados comprometeram-se a nada revelar publicamente sobre o teor de suas discussões: o sigilo foi observado escrupulosamente. Essa disposição, afastando as paixões do exterior, ajudou de maneira considerável a aproximar pontos de vista opostos. Entretanto, divergências aparentemente insuperáveis surgiram com bastante rapidez, mormente entre delegados de pequenos e de grandes Estados: à força de compreensão mútua, chegava-se quase sempre a um acordo. A bonomia sorridente de Franklin, seu espírito arguto e senso de oportunidade, seu gênio conciliador também contribuíram para isso. Washington, levado de imediato à presidência por consentimento unânime, exerceu suas funções para satisfação de todos. As deliberações duraram quase quatro meses, de 25 de maio a 17 setembro de 1787, e ocuparam talvez um

total de trezentas horas. Daí resultou um texto cuja concisão não é uma de suas qualidades menos impressionantes. Os amadores de estatísticas calcularam que ele compunha-se de 89 frases e 4 mil palavras: sua leitura em voz alta exigiria apenas 23 minutos. Em sua brevidade, nem por isso deixaram de ser previstas todas as eventualidades, porquanto é essa Constituição que ainda hoje rege o funcionamento das instituições políticas americanas. As emendas adotadas depois, 22 no total e das quais as dez primeiras, promulgadas em 1791, são suas contemporâneas, não modificaram essencialmente a arquitetura da *carta magna*.

Entretanto, essa constituição tinha um caráter eminentemente circunstancial. Os constituintes não obedeceram a nenhum espírito de sistema. Embora ambicionando harmonizar o governo da União com os princípios fundamentais de toda a sociedade política, eles decidiram fazer, sobretudo, obra de circunstância e responder aos problemas apresentados pela situação: sempre essa mistura tão característica de idealismo e de pragmatismo. Pacientemente, confrontaram seus pontos de vista, testaram a solidez de seus argumentos: pouco a pouco, as discordâncias foram reduzidas, as concepções aproximadas, os ajustes concretizados graças a concessões mútuas. A Constituição resultou desse processo transacional. Se não houve quem se recusasse ao conceder sua assinatura no final dos trabalhos, também é verdade que ninguém se considerou inteiramente satisfeito com os resultados. É precisamente por esse seu caráter transacional que essa constituição tem durado mais do que nenhuma outra: sua flexibilidade proporcionou-lhe sua faculdade de adaptação.

Estado federal e Estados — Dois problemas precisos, que pareciam igualmente insolúveis, apresentavam-se à sagacidade dos constituintes. Como conciliar a necessidade, que o fracasso dos artigos da Confederação tornou manifesta, de um fortalecimento do poder central com a recusa dos Estados de alienarem uma parte de sua soberania? Exigências aparentemente incompatíveis que, não obstante, a habilidade de um compromisso harmonizou. A nova idéia,

cuja fecundidade será demonstrada logo adiante, consistia em criar um sistema duplo de soberanias inteiras e distintas. Acima dos Estados, cada um dos quais conservava sua soberania, erigia-se um Estado federal igualmente soberano em sua esfera. Entre eles, a Constituição procedia a uma partilha de competências: ao Estado federal cabia de direito a política externa, a defesa, o comércio com o Exterior e entre os Estados; tudo o que não era expressamente delegado ao governo federal continuava sendo de competência exclusiva dos Estados. Nos limites de suas atribuições, as duas soberanias eram plenas e exerciam-se sem limitação nenhuma. Os cidadãos encontravam-se, pois, simultaneamente dependentes da autoridade de dois Estados, um no limite de seus direitos reservados, o outro — o federal — no limite de seus direitos delegados, e estavam submetidos a duas ordens de deveres. Doravante, a vida política desenrolar-se-ia em dois níveis sobrepostos. Os Estados Unidos ofereciam assim ao mundo o primeiro exemplo de federalismo aplicado.

O segundo problema não era menos árduo, e as divergências a seu propósito por pouco não frustraram, mais de uma vez, o esforço de conciliação: como pôr de acordo os grandes Estados, naturalmente desejosos de dispor no novo sistema de uma influência proporcional à importância de suas populações, de suas riquezas e atividades, e os pequenos Estados, temerosos de serem absorvidos e firmemente resolvidos a não transigir no tocante à igualdade de todos? Ainda sobre esse ponto, o espírito de conciliação encarnado por Franklin imaginou uma solução engenhosa: representação igual no Senado, onde todos os Estados, pequenos ou grandes, teriam duas cadeiras, e representação proporcional na Câmara dos Representantes. Ficou estabelecido que esses pontos não seriam suscetíveis de revisão.

A organização dos poderes — O espírito pragmático e a fidelidade a um pequeno número de princípios tidos por essenciais presidiram também à organização dos poderes que compõem o governo federal e à articulação de suas relações mútuas. Os constituintes não seriam pessoas de

seu tempo se não alimentassem uma desconfiança instintiva em relação ao poder excessivamente concentrado; eles aderiam ao postulado da filosofia liberal de que o poder deve ser limitado e fracionado. Por isso criaram um mecanismo sutil e engenhoso, o qual agradava à imaginação da época. Mecanismo aparentemente complexo e delicado, mas cuja robustez foi revelada pela experiência, porquanto tem resistido ao tempo. Cuidadosamente separados, os poderes são independentes uns dos outros: em caso de desacordo, nenhum dispõe de meios para pôr fim à existência de um dos outros. Por isso tampouco existe responsabilidade do Executivo perante o Legislativo: o Presidente escolhe seus ministros conforme seja de seu agrado, os quais só são responsáveis perante ele. Reciprocamente, o Presidente não pode dissolver uma câmara do Congresso. A Constituição zela pelo equilíbrio desses poderes: para evitar que em suas respectivas esferas eles não se tornem onipotentes, cada poder é indiretamente controlado pelos outros e tem necessidade de seu concurso. Assim, os atos legislativos do Congresso, para adquirirem força de lei, devem receber a assinatura do Presidente, que pode opor-lhe seu veto. Por outro lado, o Presidente necessita da aprovação do Congresso no processo legislativo e para votação do orçamento; não pode efetivar a nomeação de certos funcionários (Secretário de Estado, embaixadores) sem o consentimento do Senado, cujo acordo, freqüentemente recusado, é também necessário, por maioria de dois terços, para a ratificação de tratados. É admitido, com efeito, que o Senado e o Executivo têm um poder conjunto no que se refere à condução da política externa.

Esse sistema visa essencialmente preservar os direitos do indivíduo. Uma outra disposição, uma das mais originais dessa constituição que contém tantas, assegura-lhe uma garantia preciosa: aquela que faz do poder judiciário um poder superior aos outros. Com efeito, a igualdade não é absoluta entre os três poderes: os atos do Executivo, as decisões do Legislativo, podem ser levados à apreciação do Judiciário. Na cúpula da hierarquia judiciária, o Supremo Tribunal de Justiça tem o poder de interpretar a Constituição. Isso, com-

binado com a tradição consuetudinária do judiciário inglês, institui um verdadeiro "governo dos juízes".

Tudo está calculado para impedir que um poder se sobreponha aos outros, que o Estado federal sufoque os direitos dos Estados, que os poderes públicos infrinjam a liberdade dos indivíduos. Sistema profundamente liberal, mas de modo algum democrático. Os constituintes desconfiavam do povo, temiam o despotismo da maioria; muitos admiravam o governo britânico e duvidavam de que pudesse existir um modo de governo superior. Corria até o boato de que eles consideravam a possibilidade de uma restauração monárquica. De fato, eles instituíram um governo representativo e republicano, mas cujas disposições tendiam todas a atenuar os movimentos de opinião: em nenhuma parte o sufrágio era universal; os senadores eram designados pelas legislaturas estaduais, o Presidente escolhido por um colégio restrito de eleitores. O princípio do equilíbrio de poderes aplicava-se também ao poderio da opinião pública.

Perenidade do texto e desvios da prática — Tais eram as disposições fundamentais do texto produzido pelas deliberações da Convenção. Essa Constituição elaborada para uma nação nascida na véspera, formada por alguns milhões de habitantes entre o Atlântico e os Alleghenies, entregues ao trabalho da terra, à pesca e ao comércio, preside ainda hoje aos destinos de um aglomerado de mais de 210 milhões de seres humanos, repartidos de um oceano ao outro, e que se tornou nesse intervalo a primeira potência do mundo e a nação mais industrializada. A história oferece poucos exemplos de semelhante perenidade associada a transformações igualmente profundas. Ela é — e de longe — a mais antiga de todas as constituições hoje em vigor. É, em parte, a responsável por esse futuro, ao fazer dos Estados Unidos uma nação: sua existência como sociedade política organizada data da adoção do texto constitucional. O patriotismo americano percebe-o claramente, sente que se dirige tanto às instituições quanto ao próprio solo, o que o diferencia do patriotismo dos povos europeus. Franklin foi um bom profeta quando, no último dia da Convenção, assegurou

que o sol gravado no espaldar da cadeira do presidente, que muitos haviam indagado com freqüência ao longo daqueles quatro meses se ele nascia ou se punha, era um sol nascente.

A mesma Constituição rege ainda hoje o funcionamento dos poderes públicos. Quer isso dizer que sua aplicação se faz em conformidade exata com o que seus autores tinham previsto? Precisamente por terem querido fazer obra de circunstância e se recusado a dispor de antemão sobre todas as eventualidades futuras, o texto deixava uma extensa margem à interpretação. Aquela que prevaleceu está, sem dúvida, bastante distanciada do estado de espírito dos constituintes. A prática levou o sistema a oscilar entre duas direções principais: de um lado, uma evolução democrática fez saltarem todos os ferrolhos com que o liberalismo dos fundadores bloquearam a manifestação de impulsos populares, e a opinião pública passou a ser o poder fundamental e a fonte de todos os outros; de outro lado, a novidade e a multiplicidade de questões apresentadas às sociedades modernas pela industrialização, e o choque dos imperialismos iriam romper o equilíbrio estabelecido entre os Estados e o Estado federal: o centro de gravidade passou hoje dos primeiros para o segundo.

A ratificação — Os convencionais tinham disposto que, para entrar em vigor, a Constituição deveria congregar pelo menos nove dos treze Estados. Foi preciso um ano para o conseguir: somente em três Estados a Constituição foi ratificada sem controvérsia; dois Estados recusaram-se por vários anos a entrar na nova nação. Preenchidas finalmente as condições, o novo governo federal pôde entrar em funcionamento: com a eleição, a 4 de março de 1789, de George Washington como primeiro presidente dos Estados Unidos, chegou ao fim uma época, a dos anos críticos, e uma outra história começou.

II. O nascimento dos partidos

Duas interpretações: federalistas e republicanos — Washington tinha sido eleito sem concorrente: sua pessoa

não era contestada; mas sua administração o foi. Se a unanimidade reinou em 1789, não tardaria muito a desfazer-se. Na verdade, foram as divergências de 1787 que ressurgiram. A propósito de questões práticas, instituição de um banco nacional com ou sem privilégio estatal, impostos federais etc. foram definidas e fixadas duas escolas de pensamento cujo desacordo questionava a própria interpretação do pacto federal e a divisão de competências entre os governos estaduais e o poder federal. As posições vinculavam-se a simpatias ou aversões pela democracia. Estava em causa nada menos do que a evolução democrática da nova república. Com base nessas interpretações, constituíram-se os primeiros partidos políticos, um fator a que a Constituição, com bons motivos, não fez menção e cuja intervenção modificou sensivelmente o funcionamento das instituições.

Uma primeira escola aspirava a reforçar o poder federal: daí seu nome de "federalista". Um governo central forte parecia-lhe duplamente necessário: o Estado não podia dispensar um Executivo eficaz nem a sociedade um instrumento capaz de manter a ordem pública e de impô-la tanto às facções quanto às paixões. Em seu foro íntimo, mesmo tendo combatido a arbitrariedade do governo inglês, eles continuavam convencidos de que a monarquia era a melhor forma de governo e sonhavam instaurar uma, sem monarca, no âmbito da nova Constituição. Por isso desejavam dotar o jovem governo federal com todos os atributos e meios de execução de um verdadeiro Estado: um banco com privilégio de Estado, um sistema de impostos que lhe assegurasse recursos regulares. Suas inclinações monárquicas faziam-se acompanhar de uma desconfiança instintiva em relação ao povo e de sentimentos aristocráticos: a condução dos negócios públicos devia caber àqueles que para isso haviam sido preparados, pela riqueza, pela educação e por uma tradição familiar de liderança. Após a Guerra de Independência, eles pensaram em reagrupar os veteranos numa ordem, a dos Cincinnati, que teria podido tornar-se o germe de uma nova aristocracia: a oposição de Franklin à transmissão hereditária das prerrogativas vinculadas à ordem fizera o projeto fracassar.

Com efeito, uma segunda escola estava determinada a opor-se a toda tentativa de restauração monárquica. Alimentados pelas grandes memórias da Antiguidade greco-latina, os *republicanos* queriam fazer dos Estados Unidos uma república, donde o nome por eles adotado, com o ideal de uma Arcádia americana, sociedade democrática de pequenos proprietários, livres e iguais, vivendo de seu trabalho, sem nada dever a ninguém e desfrutando de um bem-estar honesto. Tratava-se de restabelecer na terra a Idade de Ouro. Concepção arcaizante que deve tanto à *aurea mediocritas* de Horácio quanto à filosofia de natureza de Jean-Jacques Rousseau. Apegados à liberdade individual, que para eles era mais bem defendida pelos Estados, mantinham-se de pé atrás com o poder central, que receavam ver tornar-se o instrumento de uma ambição pessoal ou de domínio de uma facção, e cuidavam para que, por uma interpretação restritiva da Constituição, o poder federal não se arrogasse outras atribuições além daquelas que lhe eram expressamente delegadas pelos Estados, cujos direitos eles defendiam ciosamente.

Hamilton contra Jefferson — Federalistas e republicanos: a oposição desses dois sistemas de pensamento, dessas duas filosofias políticas, atinge, desde o nascimento dos Estados Unidos, a simplicidade dramática dos grandes conflitos que dividem a opinião pública nos Estados modernos. A principal clientela dos federalistas era predominantemente urbana, ao passo que os agricultores foram naturalmente levados a apoiar o ponto de vista republicano. A oposição de dois homens do ministério formado por Washington, que adquiriram títulos eminentes que os recomendaram à gratidão nacional, simbolizou a oposição das duas escolas. Alexander Hamilton, o primeiro Secretário do Tesouro, cuja campanha veemente levou o Estado de Nova York a aderir à Constituição, era o líder dos federalistas. Thomas Jefferson, o primeiro Secretário de Estado da União, redator da Declaração de Independência, era o porta-voz e o filósofo dos republicanos. Tanto um como o outro eram dotados dos mais belos dons do espírito.

A discordância sobreviveria a essa geração de homens políticos: os partidos continuariam, época após época, a opor-se na questão dos direitos dos Estados *versus* direitos do Estado federal. Foi o debate que opôs Jackson a Calhoun e à Carolina do Sul na querela, pacificamente resolvida, da revogação de uma lei federal por parte de um Estado, em seu território; foi o mesmo debate que opôs Lincoln e o Norte ao Sul, e arrastou a União para a pavorosa tragédia da guerra civil; foi ainda esse debate que, quarenta anos depois, antagonizou os partidários e os adversários do *New Deal*. Mas houve uma mudança nos termos de debate e na posição das duas escolas. Em 1789, as alternativas eram as seguintes: fortalecimento do poder federal, concomitante a uma sociedade aristocrática, ou democratização, a qual implicava a autonomia mais ampla possível dos Estados. O paradoxo da evolução política americana está em que os termos do dilema dissociaram-se e reagruparam-se segundo novas combinações: o programa Hamilton foi realizado muito mais tarde, mas pelos herdeiros espirituais de Jefferson, de Jackson a Roosevelt. A evolução política dos Estados Unidos operou-se simultaneamente no sentido de um considerável recrudescimento dos poderes do Estado federal e de uma democratização acentuada da vida política.

Divergências a propósito da Revolução Francesa — Durante a presidência de Washington, uma circunstância exterior veio exacerbar a divergência entre as duas facções: a Revolução Francesa e a guerra na Europa. Os federalistas, e Washington com eles, por gratidão pela ajuda francesa ou precisamente por reconhecimento ao rei, reprovaram de imediato as violências de que a Revolução se fez acompanhar, os excessos perpetrados pelos jacobinos, por medo de contágio, por convicção monarquista, expressaram sua preferência pela Inglaterra. Os republicanos, pelo contrário, aplaudiram a Revolução Francesa e formularam abertamente votos por seu êxito. Washington procurou como pôde manter o país à margem dos redemoinhos provocados por essa formidável onda de subversão e preservar sua neutralidade: os Estados Unidos nada tinham a fazer ou a lucrar

no conflito que dilacerava a Europa. Sua última recomendação, em seu discurso de despedida ao povo americano, algo como seu testamento político, foi para que o país se conservasse fora das querelas européias. A política externa dos Estados Unidos permaneceu fiel a esse princípio por mais de um século, e a opinião pública norte-americana por mais tempo ainda.

A eleição de Jefferson — Cansado dos ataques dos republicanos, que o acusavam de não manter uma posição de equilíbrio entre os beligerantes, de arrastar os Estados Unidos para uma guerra virtual contra a França e de pôr em perigo as liberdades mediante uma legislação de exceção, Washington, fiel à sua personagem de Cincinnato americano, recusou apresentar-se uma terceira vez como candidato à Presidência e retornou a seu querido Mount Vernon: esse precedente criou uma tradição tão forte como se estivesse inscrita na própria Constituição, e foram necessárias circunstâncias tão excepcionais quanto a Segunda Guerra Mundial para que fosse quebrada em 1940 e 1944. Desde então, uma Emenda, a 22ª, adotada em 1951, obstruiu a renovação de semelhante eventualidade e fez do exemplo dado por Washington uma regra de direito. Após John Adams (1797-1801), um federalista, foi o líder do Partido Republicano, Jefferson, quem ascendeu à presidência: o evento marcou um momento decisivo na história dos Estados Unidos, e não apenas porque o novo presidente transferiu o governo para a nova capital federal, cuja criação a partir do nada era duplamente simbólica da novidade do poder federal e do começo absoluto da história do povo americano.

Antes de mais nada, isso se deveu à personalidade do novo presidente, igualmente dotado em numerosos aspectos. Já tinha atrás de si uma carreira que era suficiente para deixar seu nome na memória de seu povo: fora autor da Declaração de Independência, representante dos Estados Unidos junto à corrente da França, depois de Franklin, e primeiro Secretário de Estado. Mas seus atos contaram menos do que seus pensamentos. Esse filósofo, apaixonado

pela arquitetura, que desenhou ele próprio o projeto de sua residência em Monticello, preocupado com as questões de ensino (considerava ele que um dos principais motivos de seu reconhecimento pela posteridade era o fato de ter fundado a Universidade da Virgínia), curioso de tudo, que tinha por amigos todos os ideólogos franceses, que seus adversários suspeitavam de ateísmo, professava uma filosofia otimista à maneira de Condorcet. Acreditava no desenvolvimento do espírito humano, na razão, na tolerância, detestava a arbitrariedade e a desigualdade. Sem extrair de imediato desse fato todas as conseqüências lógicas (Jefferson tinha numerosos escravos), aderiu aos princípios da democracia. Sua presidência eliminou as virtualidades monárquicas e aristocráticas da Constituição. Ele próprio incutiu ao exercício de suas funções uma simplicidade propriamente democrática e aplicou-se à tarefa de realizar o ideal de um governo praticamente inexistente e pouco dispendioso, em conformidade com a filosofia liberal.

Foi como uma segunda fundação das instituições, comparável à que foi a ascenção de Jules Grévy à presidência da República francesa. Os dois mandatos presidenciais de Jefferson (1801-1809), seguidos de uma longa série de presidentes inspirados pelo mesmo espírito, formaram a primeira etapa de uma evolução democrática marcada por sucessivos impulsos, os mais importantes dos quais levaram à presidência dos Estados Unidos Jackson, Lincoln e o segundo Roosevelt.

A era dos bons sentimentos — A orientação imprimida por Jefferson foi bem defendida: ninguém sonhava sequer em renunciar a ela. Essa aceitação razoável das coisas fundamentais é característica da vida política americana e explica sua estabilidade. As instituições são aceitas por todos. A facção federalista dissipou-se; as lutas partidárias acalmaram-se; os próprios partidos que perderam a noção do que os separava pareceram desaparecer; as eleições desenrolavam-se na maior tranqüilidade do mundo; Madisom (1809-1817) e Monroe (1817-1825) sucederam a Jefferson sem choques. É a *era of good feelings*, a era dos bons sentimentos. Um povo feliz não tem história.

As questões externas: da aquisição da Luisiana à doutrina Monroe (1803-1823) — A história chegou-lhe de fora: fez sua intrusão no destino dos jovens Estados Unidos por intermédio das relações com o estrangeiro. Nada existiu nisso que não estivesse estritamente em conformidade com o pensamento orientador da Constituição, que fazia das relações externas o domínio próprio do governo federal. Nesse contexto, três ou quatro acontecimentos tiveram importância histórica para o desenvolvimento dos Estados Unidos, que romperam a plácida continuidade dos anos e foram também repercussões do grande abalo revolucionário que sacudiu a Europa. Em 1803 Bonaparte propôs aos Estados Unidos ceder-lhes a Luisiana, que acabara de lhe ser devolvida pela Espanha. Jefferson aproveitou a ocasião e comprou, por 15 milhões de dólares, um território que mais do que duplicou a superfície da União. O teórico da interpretação restritiva da Constituição, o defensor dos direitos dos Estados contra o Estado federal tomou aí uma das iniciativas mais prenhes de conseqüências que um presidente dos Estados Unidos podia tomar. Assim procedendo, ele orientou o futuro de um modo talvez ainda mais decisivo do que aquele como usou os poderes públicos.

Entre 1812 e 1815 repetiu-se o conflito com a Inglaterra, a que se deu o nome de Segunda Guerra de Independência. A guerra foi deflagrada em conseqüência da pretensão inglesa de interditar todo o comércio entre a França e os Estados Unidos, e das medidas de bloqueio tomadas pela Marinha britânica: Madison queria fazer respeitar os direitos dos neutros. Um século mais tarde, a mesma combinação de considerações jurídicas e de motivos interesseiros decidiria a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Essa identidade de motivos revela a continuidade da política comercial e externa norte-americana de 1812 a 1917. As operações militares comportaram poucas ações brilhantes: os britânicos incendiaram Washington; os norte-americanos registraram uma vitória diante de Nova Orleans (8 de janeiro de 1815), onde puseram em debanda um corpo expedicionário. Esse êxito sobre os vencedores de Napoleão persuadiu-os de que eram os melhores soldados do mundo

e foi o ponto de partida para a glória de seu general, Andrew Jackson. O tratado de Gand, assinado dois meses antes (novembro de 1814), confirmava a independência americana sem modificar as disposições territoriais de 1783 e sem nada estipular sobre os direitos dos neutros.

Em 1819, usando alternadamente da ameaça e da persuasão, os Estados Unidos convenceram a Espanha, em guerra contra suas colônias revoltadas, a ceder-lhes, com a Flórida, a porção do litoral que ela ainda possuía entre o Atlântico e o curso inferior do Mississípi, e que os separava do golfo do México. Foi ainda a propósito da Espanha, mais precisamente a respeito de suas colônias revoltadas da América, que o presidente Monroe definiu a posição dos Estados Unidos numa declaração famosa, chamada a reger, por gerações, sua linha de conduta: o conhecimento das circunstâncias é indispensável à sua justa compreensão. Uma expedição francesa acabara de restabelecer a autoridade de Fernando VII na Espanha: a circunstância propiciava a crença em boatos segundo os quais as potências européias planejavam intervir na América, a fim de restabelecer a obediência das colônias revoltadas a seu legítimo soberano. Que iriam fazer os Estados Unidos? Tudo os levava a criar obstáculos a esse plano de intervenção: a simpatia pelos insurretos, que nada mais faziam do que imitar o exemplo dado por eles; o interesse que não era certamente o de ter de novo as grandes potências instaladas nas vizinhanças de suas fronteiras, quando obviamente lhes convinha muito mais ter como vizinhos Estados jovens e ainda fracos. O presidente Monroe decidiu, portanto, reconhecer os governos insurretos e fazer uma advertência à Europa. Numa mensagem ao Congresso, definiu os princípios de sua administração, que no conjunto viriam a ser designados por "doutrina Monroe". Ela reafirmava o princípio de neutralidade legado por Washington, mas definia-lhe com precisão as modalidades e ampliava seu campo de aplicação a todo o Novo Mundo. Os Estados Unidos desejavam permanecer em bons termos com a Europa e abstinham-se de se imiscuir em seus assuntos internos. Em contrapartida, solicitavam às potências européias que se abstivessem de

toda e qualquer intervenção nos assuntos do continente americano: negavam-lhes o direito de estender sua dominação a territórios ainda livres de sua colonização; sobretudo notificavam-nas de que considerariam toda e qualquer ação contra um governo que tivesse proclamado sua independência como um ato inamistoso para a nação americana. Os governos europeus não levaram muito em conta essa declaração, uma vez que os Estados Unidos seriam incapazes de assegurar-lhe o respeito, e apenas viram nela uma fanfarronada ou um gesto para uso interno. Mas nem por isso o texto deixa de possuir um grande valor: foi a primeira menção de uma doutrina continental a formular de maneira bastante exata as palavras de ordem: A América para os americanos! e a conter o germe, por intermédio do pan-americanismo, de uma hegemonia *de facto* da grande República sobre as duas Américas.

CAPÍTULO IV

O Oeste e a democracia americana

Num plano secundário em relação a esses eventos militares e diplomáticos, a essas rivalidades partidárias, desenvolve-se uma outra história, que não importa menos para o futuro dos Estados Unidos e que, em todo o caso, contribuiu mais para a sua originalidade: o povoamento do Oeste. Pois, em última análise, o destino que federalistas e republicanos queriam para o país deles não constituía uma novidade radical: os primeiros imaginavam-no segundo o modelo da monarquia britânica; os segundos davam aparentemente prova de mais audácia em seus pontos de vista e sonhavam-no à imagem e semelhança das sociedades antigas. Mas, em definitivo, foi algo muito diferente o que se materializou, em conseqüência da entrada em cena de um terceiro elemento, igualmente distinto do Norte (será doravante necessário dizer Nordeste) e do Sul: o Oeste.

Por diferente que fosse a sociedade que aí se formava, em muitos aspectos, sobretudo em seus começos, do resto dos Estados Unidos, a história do Oeste não foi um episódio pitoresco e exótico à margem da história americana, como o foi, por exemplo, a das possessões coloniais da França em relação à metrópole, no século XIX. Constitui, de fato, parte integrante dela. Melhor ainda: foi freqüentemente ela que determinou o curso da história geral do povo americano por suas repercussões sobre todos os aspectos principais de sua existência: a imigração que para aí afluiu; a economia, cujo desenvolvimento ela estimulou por seus recursos e seu espaço; a relação das forças políticas, cujo equilíbrio ela rompeu, fazendo pender a balança em favor do Norte; a questão do negro que ela exacerbou; o impulso democrático que precipitou; em suma, o caráter nacional que ela marcou tão fortemente. Sem contar que forneceu um alimento inesgotável para a imaginação e deu aos Estados Unidos sua

grande epopéia nacional, equivalente à gesta imperial para a França e à formação do império colonial para os britânicos. Talvez nem todos se apercebam de que os Estados Unidos situam-se à testa de todos os povos colonizadores e que, pela amplitude dos territórios e dos movimentos de populações, o povoamento do Oeste americano forma o capítulo mais importante da expansão branca na superfície do globo durante o século XIX.

A ordenação do Noroeste (1787) — Este capítulo é tão antigo quanto a própria nação americana; até mais antigo, porquanto o vimos desempenhar um papel no conflito entre a metrópole e as colônias. Em 1776, cerca de 100 mil pioneiros já tinham transposto os montes Alleghenies. A paz deixou aos novos Estados o vasto espaço, ainda praticamente virgem, delimitado pelos Grandes Lagos, o Mississípi e as Flóridas espanholas. O desenvolvimento desse território e o dos Estados Unidos dependiam do *status* que se atribuísse àquele. Reparti-lo em um número de parcelas equivalente ao de Estados existentes e conceder a propriedade plena de uma a cada um significava enriquecê-los, mas também reduzir para sempre essas parcelas à condição de dependências coloniais. A opinião prevalecente cuidava muito melhor do futuro: os Estados legaram esse território à União, concessão bastante comparável à renúncia da soberania que eles declararam no mesmo ano, na Constituição, em favor do governo federal. Assim, os Estados dotavam a União de uma riqueza praticamente inesgotável, que poderia garantir novos empréstimos e permitir o reembolso da dívida federal. A grande ordenação de 1787 traçava também um quadro para o futuro: as regiões do Oeste poderiam, por uma série de etapas, constituir territórios autônomos e até, após um certo prazo, ter acesso ao estatuto de Estado, desfrutando de plena igualdade de direitos com os treze Estados constitutivos. Os primeiros a estabelecerem-se ali recebiam assim a garantia de que, em vez de continuar dependendo, como cidadãos de segunda classe, de uma autoridade longínqua, poderiam administrar-se livremente e tornar-se, desde que fosse atingido o quórum (60 mil), cida-

dãos de pleno direito de um Estado soberano. A adoção dessa ordenação bem como a redação da Constituição fazem duplamente de 1787 o ano do nascimento efetivo dos Estados Unidos: os dois textos não apenas são contemporâneos como concorrem, cada um em seu nível, para o assentamento dos alicerces da grandeza americana. Essa ordenação do Oeste não tardou em produzir seus primeiros efeitos: o território do Kentucky ingressa na União, na qualidade de novo Estado, a partir de 1792; depois, a intervalos cuja brevidade denota a rapidez do povoamento, outras estrelas vêm ocupar seu lugar ao lado das dos Estados fundadores na bandeira federal: o Tennessee (1796); o Ohio (1803). O princípio desse processo original de crescimento espontâneo ainda não esgotou suas virtudes, pois a admissão do Alasca (1958) e do Havaí (1959) elevou para cinqüenta o número de Estados. É um traço de semelhança suplementar entre a Constituição e a ordenação do Noroeste: elas continuam regendo a existência da União.

As ampliações sucessivas (1803-1853) — Se a mencionada ordenação teve conseqüências tão amplas — o nascimento de 35 novos Estados —, foi porque seu campo de aplicação se ampliou consideravelmente: no território cedido em 1782 pela Inglaterra só era possível traçar, no máximo, sete ou oito novos Estados. Mas esse quadro iria ampliar-se prodigiosamente em meio século, graças a sucessivas investidas. Em certos pontos, o povoamento precedeu a anexação; na maioria dos casos, porém, ocorreu o inverso, tendo a incorporação ao território federal precedido a ocupação efetiva. Essas ampliações foram todas feitas, é claro, em detrimento dos antigos impérios coloniais francês, espanhol, britânico, ou de seus herdeiros: a expansão dos Estados Unidos prolongou assim o movimento de emancipação. Em 1803, Jefferson adquiriu do Primeiro Cônsul toda a Luisiana: imenso território cuja incorporação duplicou de uma só vez a superfície dos Estados Unidos (na verdade, ninguém sabia onde passavam seus limites extremos); a entrada em Nova Orleans abriu uma saída marítima direta para os novos Estados do vale do Mississípi; as perspectivas de ex-

pansão pareciam então ilimitadas, pelo Missouri ou por Arkansas, na direção das Montanhas Rochosas e mais além, talvez, até o Pacífico. Jefferson tomou imediatamente posse desse novo domínio: a partir de 1804, sob seu patrocínio e com o apoio do exército federal, os exploradores Lewis e Clark subiram os afluentes da margem direita do Mississípi. Em 1819, a anexação do enclave espanhol das Flóridas representou, comparativamente, apenas uma ampliação limitada, mas derrubou a cortina existente então entre os Estados Unidos e o golfo do México, ligou a Geórgia à Luisiana e estabeleceu uma fachada marítima nacional contínua desde a Nova Escócia até o delta do Mississípi.

Uns trinta anos depois, nova investida, penetrando simultaneamente em várias direções, dilata ainda mais as fronteiras da União, antes mesmo que todo o espaço fosse preenchido. No noroeste, após 25 anos de contestação, a Inglaterra cedeu aos Estados Unidos, sem um único tiro, o território do Oregon, onde o afluxo de imigrantes americanos superou os colonos ingleses. Foi como os Estados Unidos ganharam uma janela para o Pacífico (1846). A sudoeste e a oeste, eles obrigaram o México, após uma guerra, a reconhecer ao Texas o direito de entrada na União e a ceder-lhes duas imensas províncias — o Novo México e a Califórnia —, de cuja riqueza em metais ainda não se suspeitava, algumas semanas antes da descoberta do ouro (1848). Cinco anos depois, a anexação de uma faixa alongada ao sul do Novo México e a oeste do rio Grande (tratado Gadsden, 1853), acabaria de dar ao território federal seus contornos definitivos. Esta última onda de aquisições representava um crescimento mais considerável ainda do que o da Luisiana. Exatamente em meio século, de 1803 a 1853, os Estados Unidos tinham mais do que triplicado sua superfície: de um oceano ao outro, abrangiam agora 7.800.000 km^2, uma extensão equivalente a quatro quintos da Europa, com uma população dez ou vinte vezes menor. Um campo praticamente vazio que se oferecia ao povoamento, um espaço vasto como um continente no qual se desenrolou do começo ao fim do século XIX a epopéia do Oeste.

A expulsão dos indígenas — O espaço era praticamente vazio, mas não absolutamente. Uma vez afastadas as antigas potências coloniais, havia outra e mais antiga hipoteca. Ainda que se comportassem como primeiros ocupantes, os pioneiros americanos deparavam antecessores: os indígenas. Sendo, de início, dois povoamentos pouco numerosos, não lhes teria sido possível coabitar em bom entendimento? Sem levar em conta o desprezo dos brancos pelos índios e o ressentimento destes para com seus espoliadores, havia a oposição de seus modos de vida: sem dúvida, o povoamento indígena era muito esparso, mas não se pode esquecer da condição seminômade dessas populações que se alimentavam essencialmente do produto de suas caçadas: bisões, animais de peles. Portanto, elas precisavam acompanhar a caça em seus deslocamentos, primeiro através das florestas, mais tarde na pradaria. Ora, na retaguarda de uma rala cortina de franco-atiradores, caçadores e traficantes de peles, cujo modo de vida assemelhava-se ao do índio, o grosso dos pioneiros era formado de gente sedentária, mesmo tendo de mudar de lugar por diversas vezes na vida: eles desmatavam, arroteavam, semeavam. Suas povoações lançavam sobre os territórios de caça dos índios uma rede que lhes entravava os movimentos. Os interesses dos dois grupos eram incompatíveis. Conflito eterno entre o sedentário e o nômade que, expulso o índio, repercutiria mais a oeste entre o agricultor e o criador de gado. Somem-se a isso todas as causas de mal-entendidos que resultaram naturalmente da diferença de mentalidades e que alimentaram a desconfiança recíproca. De tempos em tempos, o antagonismo explodia em ações limitadas: uma tribo índia lançava-se inopinadamente sobre algumas povoações, massacrava de surpresa os habitantes, devastava as plantações; milícia e tropa federal organizavam então uma operação punitiva. Tudo voltava à ordem até o alerta seguinte. Nessas pequenas guerras de escaramuças, as milícias treinavam para o combate, os comandantes adquiriam a glória: foi assim que Jackson, Harrison e muitos outros ganharam sua reputação. As tribos indígenas podiam realmente inquietar os agricultores com suas incursões, mas eram incapazes de conter o caudal ininterrupto que chegava

do Leste com a cumplicidade ativa das autoridades, locais ou federais.

Cada Estado tinha sua própria política indígena, sempre voltada à desapropriação dos nativos. Mas o problema estava presente em quase todos os Estados e ultrapassava a competência de cada um, de modo que seu equacionamento dependia também de Washington; foi uma das atribuições que a Constituição delegou explicitamente ao governo federal. Com um pouco mais de respeito formal, uma preocupação mais aparente de eqüidade, os prazos menos curtos na execução, o Escritório de Assuntos Indígenas chegou ao mesmo resultado dos Estados: os nativos foram progressivamente empurrados à força para o Oeste. Em 1826, foi dado um grande passo: eles foram todos transferidos para a outra margem do Mississípi. A hipoteca estava definitivamente liquidada para todos os territórios da margem esquerda. O problema só voltaria a apresentar-se com agudeza quarenta anos mais tarde, após a Guerra de Secessão.

A apropriação das terras — Ressalvada a questão indígena, havia disponível, portanto, uma imensa extensão de terras cuja superfície não parava de aumentar e se manteria, no século XIX, quase constantemente superior à dos Estados constituídos. Propriedade federal pela Ordenação do Noroeste, ela aguardava tomador; as condições de apropriação fixadas pelo legislador eram das mais liberais. Embora as terras públicas não fossem distribuídas gratuitamente, o preço de venda era fixado a uma taxa muito baixa, em média um dólar o acre (havia 640 acres num quadrado de uma milha de lado), destinada a não desencorajar nenhum candidato. O governo autorizava até os que não dispunham de fundos suficientes a se instalarem como ocupantes sem títulos de posse: deixava-lhes a opção de comprar a parcela após desbravá-la e arroteá-la ou de vendê-la com direito a indenização pelos trabalhos e benfeitorias efetuados para recomeçar em outro lugar. Todas essas terras eram medidas, cadastradas, subdivididas em parcelas de forma regular e superfícies iguais, as quais recebiam números de ordem: as compras eram registradas, os títulos de propriedade entregues e garantidos pela administração. Imensa operação sem precedentes: aliás, tendo a apropriação do solo precedido sempre o reinado do direito e a instituição de uma administração regular, a origem do direito de propriedade perdeu-se na obscuridade; os Estados Unidos estabeleceram-no com grande clareza e do nada criaram uma classe de proprietários rurais. Isso significou fazer pela apropriação individual da terra o que a história fez coletivamente por eles: um povo que começou com total clareza; uma nação de origens perfeitamente conhecidas. A novidade absoluta da operação manifestava-se até na configuração dos Estados, cujo desenho reproduzia, ampliado, o traçado dessa multidão de parcelas que a vontade do homem extraía do nada. Sob esse aspecto, a diferença com os Estados do Leste salta aos olhos: aqui, as fronteiras dos Estados, dos condados, obedecem a investidas caprichosas, descrevem curvas, fazem desvios sem razões aparentes, exatamente como as da Europa. Transpostos os Alleghenies, as fronteiras administrativas não conheciam outras leis senão as da geometria abstrata: fronteiras traçadas a cordel, acompanhando a rede convencional de meridianos e paralelos. Não havia passado nem geografia a respeitar. Esse contraste visual correspondia a uma diferença efetiva: o Leste era ainda um pedaço da velha Europa; o Atlântico mais reúne do que separa essas duas margens de um mar interior. Os Alleghenies separam dois mundos: do lado de lá estava verdadeiramente a tábua rasa onde se iniciava uma experiência sem precedentes, onde a história recomeçava, o cadinho de uma nova sociedade.

A ocupação do solo — A partir de que elementos? O povoamento do Oeste está em relação estreita com o outro grande capítulo demográfico da história americana, a imigração européia. Durante todo o século XIX, uma corrente contínua, primeiro exígua como um riacho, depois engrossando incessantemente, sobretudo a partir de 1848, até se converter numa onda torrencial, despejou milhões de europeus na América. Imigração muito díspar em todos os aspectos: depois de 1848, a contribuição alemã ultrapas-

sou o elemento britânico ou escandinavo; o proscrito político acotovelava-se com o filho de família cheio de dívidas, o comerciante falido com o operário desempregado; todos iam refazer sua vida, esperando encontrar liberdade e fortuna. Mas a correlação entre a chegada dos europeus e o povoamento do Oeste não é direta: não foi essa imigração que alimentou diretamente o movimento para o Oeste, pois os recém-chegados procuravam obter trabalho, de preferência, nos portos ou em suas proximidades, substituindo os americanos de cepa mais antiga que haviam partido rumo ao Oeste. A imigração da Europa e o movimento para o Oeste constituíram assim as etapas distintas de um ciclo em dois termos que deslocou pouco a pouco o centro de gravidade da população americana das costas para o interior, de Nova York para Cincinnati. Os pioneiros abandonaram as cidades, as regiões habitadas, atendendo ao chamado da aventura que seus ancestrais já tinham ouvido. Nada havia neles que lembrasse esse apego quase religioso do camponês europeu à nesga de terra onde dormiam seus avós. O *farmer* americano preferia sua atividade livre e sua solidão ao solo onde ele a exercia. Por isso não era raro que agricultores retomassem três ou quatro vezes em sua existência o caminho do Oeste: o caso do pai de Lincoln, freqüentemente citado, que passou sucessivamente do Kentucky para Indiana e da Indiana para Illinois, está longe de ser excepcional. Humanidade errante que precedia a civilização e retomava sua marcha assim que esta a alcançasse. Sua progressão fez-se por saltos sucessivos: a história do povoamento do Oeste é a de dois movimentos sobrepostos.

A fronteira de povoamento assinalada pela linha de demarcação entre os territórios desbravados e o espaço ainda virgem era uma frente perpetuamente móvel: ora avançada, ora recuada, raramente coincidia com a fronteira política. Por outro lado, a mesma localidade via passar ocupantes sucessivos; foi esse revezamento contínuo que deu à vanguarda força bastante para avançar sempre, cada vez mais fundo e mais longe, rumo ao Oeste. Primeiro, penetraram nos poucos passos que permitiam transpor e vencer as gargantas dos Alleghenies; depois, desceram a vertente oposta

e seguiram ao longo dos rios que abriam profundas cicatrizes no espesso manto da floresta: o Ohio era a principal via de penetração, com seu sistema de afluentes. A via fluvial foi também um caminho que avançava: passava-se da carroça à jangada, construída rapidamente por esses homens afeitos ao trabalho de lenhadores; meia dúzia de golpes de machado e embarcava-se num barco de fundo chato (*flat boat*) que permitia escapar aos traiçoeiros bancos de areia que o rio escondia. Mais tarde, no delta do Mississípi, seriam utilizados sobretudo os *wagons*, carroções com toldos de lona, puxados por cavalos ou uma parelha de bois. Atingido o final da longa viagem, marcado pelo limite extremo do povoamento, descarregava-se a embarcação, cujas tábuas iriam servir para erguer um abrigo provisório; derrubavam-se as árvores em redor do barraco, deixando para arrancar os tocos mais tarde, e semeava-se um pouco de trigo ou milho na clareira; criavam-se algumas galinhas. No ano seguinte, destocava-se o terreno, ampliava-se o perímetro da clareira, faziam-se melhorias no barraco. Alguns pioneiros vinham logo estabelecer-se nas vizinhanças, ou seja, a uma ou duas milhas de distância. Por toda a parte, de lugar em lugar, sob os machados, a floresta era aberta em mil clareiras, as quais se uniam pouco a pouco, ligadas pelas sendas e atalhos dos lenhadores. Não tardava que algum comerciante esperto abrisse um armazém com uma taverna anexa, onde os pioneiros encontravam os artigos indispensáveis: semente, pólvora, sal, pregos, ferraduras, tecidos. Esboçava-se um começo de vida coletiva, entrava-se em entendimentos para edificar em comum um edifício que funcionasse simultaneamente como escola, templo e tribunal, no dia em que um juiz estivesse de passagem, elegiam os responsáveis para zelar pelos interesses da pequena comunidade. Nascia uma aldeia: aventura emocionante em que a civilização se propagava com uma vitalidade maravilhosa. Esse longínquo pedaço de terra estava desde então ligado ao resto do mundo: uma estrada de ligação, um posto do correio federal, um agente delegado da administração pública e ei-lo incorporado à vida da nação. Aqueles que preferiam a solidão à sociedade dos homens e a aventura individual à

exploração regular já haviam retomado sua marcha e recomeçavam mais adiante uma segunda e uma terceira experiência. Como isso se repetia ano após ano, nasciam assim centenas de novos povoados. Foi esse conjunto de iniciativas de desbravamento em toda uma extensa frente que fez expandir todos os anos o corpo dos Estados Unidos; foi também a soma dessas aventuras individuais que forjou uma nova nação.

Uma nova sociedade

Se o modo de vida tem algum efeito sobre o comportamento, poucas situações se prestariam melhor ao nascimento de um novo tipo de homem: trabalhador esforçado, pronto para brigar, incapaz de ardis, taciturno com efusões bruscas, realista e, no entanto, prenhe de grandes impulsos de idealismo político ou religioso, ele isolou e ampliou alguns dos traços mais típicos do caráter americano. Esses homens rudes eram os herdeiros legítimos dos peregrinos do *Mayflower*, mesmo que os descendentes naturais destes últimos não os reconhecessem e ficassem desconcertados com suas maneiras.

A própria vida religiosa adaptou-se ao modo de vida e ao humor deles: pregadores itinerantes, batistas ou metodistas, visitavam-nos de longe em longe e realizavam reuniões ao ar livre com eles, cujo misticismo primitivo e devoção manifesta escandalizavam os fiéis das Igrejas oficiais quase tanto quanto os viajantes europeus. O Oeste era a terra clássica das campanhas religiosas, o domínio de eleição de todas as seitas, dos mórmons aos adventistas. Essa sociedade nova era igualitária; nenhuma diferença de fortuna, no começo, entre esses homens: filhos de seu trabalho e de suas obras, menosprezavam as superioridades sociais baseadas no nascimento ou na herança; cada homem valia, aos olhos deles, a força de seus braços, sua tenacidade, resistência ou habilidade. O fermento democrático incluído nessa existência iria transformar, pouco a pouco, toda a sociedade americana.

Os novos Estados — Primeiro, em nível local, como o afluxo de imigrantes, a população do Oeste aumentou rapidamente: de 700 mil, no início do século, passou para um milhão em 1810 (recenseamentos decenais), ultrapassou os dois milhões em 1820 e aproximou-se dos três milhões em 1830, comparada a uma população nacional de 12,9 milhões. As condições impostas pela Ordenação de 1787 aos territórios para tornarem-se Estados eram rapidamente preenchidas. Da nebulosa primitiva desprendeu-se um número crescente de Estados. Em 1820 já eram oito: Luisiana (1812), Indiana (1816), Mississípi (1817), Illinois (1818) e Alabama (1819). Esses novos Estados, que não tinham de considerar situações adquiridas nem tradições, e ainda menos de atender a uma classe de proprietários (constituíam tábua rasa do ponto de vista das instituições), outorgavam-se constituições nitidamente democráticas: o sufrágio universal era aí a regra geral (em Ohio, desde 1803). Foram as primeiras sociedades organizadas a fazer essa experiência.

Riscos de desunião e progresso das comunicações — O surgimento desses novos Estados não deixou de apresentar um problema à União e de fazer pesar uma ameaça para sua unidade política e moral: como manter unido um território tão vasto e que não parava de crescer? As distâncias aumentavam de forma incessante, as relações distendiam-se. Numa época em que o passo dos cavalos ainda fixava o comprimento das etapas, alguns desses Estados encontravam-se a semanas de Washington: como podia a administração fazer sentir sua influência e exercer um controle a tais distâncias? O risco de uma secessão de fato não era imaginário. O mesmo problema ocorria nas relações comerciais. E seria muito pior depois de 1848: a Califórnia só poderia comunicar-se com as regiões do Leste pelos istmos da América Central ou pelo cabo Horn. O desenvolvimento dos meios de comunicação — estradas e canais — tornou-se preocupação constante e uma das principais tarefas do governo federal e dos Estados, no sentido de evitar um possível desmembramento. Os Estados do Leste conheceram na dé-

cada de 1820 uma febre de canais, esforçando-se cada um dos grandes portos por atrair para si o tráfego do Oeste: Nova York, Baltimore, Filadélfia. A abertura do canal Erie, em 1825, ligando o vale do Hudson ao lago Erie pela depressão do Mohawk entre Albany e Buffalo, aproximou bruscamente dos portos atlânticos a região dos Grandes Lagos. Nessa circunstância, a unidade americana foi servida pelo progresso técnico: a revolução dos transportes foi, em definitivo, o melhor agente da coesão dos Estados Unidos — a estrada de ferro ontem, o avião hoje. Os meios de comunicação sempre tiveram nos Estados Unidos, em virtude de sua imensidade, mais importância do que em outros países: indispensáveis ao funcionamento normal do Estado, concorreram também para o nascimento de uma consciência comum.

Mas o desenvolvimento do Oeste não comprometia a unidade americana apenas em conseqüência da dilatação do território: submetia-a a uma rude prova pelas dissensões que continha em germe. Num certo sentido, o progresso das comunicações ameaçava até agravá-las: esses lenhadores, esses desbravadores de terras iriam, na convivência mais freqüente, descobrir-se muito diferentes dos advogados e comerciantes da Nova Inglaterra, dos grandes latifundiários da Virgínia, por seus costumes e também por seus interesses. Não era sem relutância que aceitavam a tutela dos banqueiros e negociantes do Leste. Quais seriam as relações entre essa nova América, que, longe de renegar os princípios de 1776, deles extraía todas as conseqüências, e a antiga, ainda que bastante jovem?

A era de Jackson e o impulso democrático — O mal-entendido seria evitado em virtude das instituições. O ardor igualitário dos novos Estados contaminava os Estados mais antigos, que reviam suas constituições a fim de introduzir também nelas disposições mais democráticas, eleição por sufrágio universal para presidente, membros do Congresso, juízes, funcionários locais. Consumaram a separação entre o Estado e as Igrejas. Sobretudo o Oeste pesava cada vez mais no equilíbrio de forças: o centro de gravidade político

deslocou-se em direção a ele. Em novembro de 1828, pela primeira vez, após uma tentativa infrutífera em 1824, o Oeste fez eleger um dos seus para a presidência. A eleição de Jackson interrompeu a série de presidentes virginianos e pôs fim ao monopólio da magistratura suprema pelos antigos Estados. O Oeste reencontrou nele suas qualidades e seus defeitos: energia e brutalidade, fraqueza e obstinação. Sucessivamente agricultor, mestre-escola, advogado, militar, Jackson exerceu todos os ofícios, guerreou contra os índios, perseguiu os espanhóis, jogou os ingleses ao mar e combateu seus adversários políticos com a mesma tenacidade com que enfrentou os inimigos de seu país. Sua eleição foi duplamente simbólica: significava que o Oeste era efetivamente parte integrante da União e atingia finalmente a igualdade de direitos; marcou também uma etapa no caminho da evolução democrática, comparável à eleição de Jefferson. Os dois aspectos estão ligados entre si: foi o avanço rumo ao Oeste que acentuou a evolução democrática. Sob a presidência de Jackson (1829-1837), a sociedade americana desenvolveu suas virtualidades democráticas: abriu-se uma nova era, deflagrou-se uma verdadeira revolução nas instituições que, de liberais, tornaram-se efetivamente democráticas. Foi o quadro dessa transformação, que não se realizou sem efervescência e cuja amplitude surpreende o observador europeu, que Tocqueville traçou em sua *Democracia na América*. Fiel à concepção jeffersoniana da independência dos Estados, Jackson travou luta contra o privilégio do Banco Nacional que, aos olhos do Oeste, encarnava o capitalismo do Leste. Inaugurou, numa escala tão ampla quanto lhe permitia a extensão da administração, o *spoils system*, que contribuiria muito para sua impopularidade na Europa, mas era inteiramente adequado ao princípio democrático, porquanto delegava o exercício das funções administrativas àqueles que tivessem obtido a confiança da maioria. Os Estados acabaram por adaptar suas constituições às novas condições da vida política: por toda parte as oligarquias tradicionais foram despojadas de seus privilégios políticos. A escola e o jornal, esses dois pilares do regime democrático, esteios da ascensão social, conhe-

ceram um desenvolvimento paralelo: graças a eles, o povo estava apto a fazer parte crescente da vida política. Tanto política quanto socialmente, sob a pressão dessa sociedade nova que crescia, os Estados Unidos estavam em condições de se tornarem uma democracia.

Ao mesmo tempo, o país assumia uma consciência mais clara de uma originalidade que se afirmava no mais alto grau. Ele experimentava a democracia efetiva, ao passo que os Estados europeus, mesmo os mais evoluídos, viviam ainda sob um regime estreitamente censitário. A originalidade americana exprimia-se até no domínio do espírito: duas gerações de escritores obrigaram a Europa a rever suas convicção de que os Estados Unidos jamais teriam uma literatura nacional. Após Washington Irving e Fenimore Cooper — cuja reputação se iguala à dos maiores e nos quais se saúda um Walter Scott americano —, Melville, Hawthorne e Poe asseguraram a continuidade. Uma grande revista, a *North American Review*, sustentava a comparação com as revistas britânicas. Emerson elaborou uma doutrina filosófica original, de acordo com o idealismo e o pragmatismo americanos. O unitarismo propôs uma religião, um dogma simplificado. Por toda parte explodia a vitalidade desse povo que não tinha mais motivos para temer a comparação com os demais e podia estar legitimamente orgulhoso de seu êxito em todos os domínios: encontrou o seu próprio caminho, tinha confiança em seu destino e persuadiu-se de poder ir tão longe quanto quisesse.

CAPÍTULO V

A escravatura e a Guerra de Secessão

Divergências entre Norte e Sul — Assim, o desenvolvimento intenso do sistema de comunicações e a evolução democrática da socidade americana trabalharam em conjunto para aproximar os novos Estados dos antigos: uma solidariedade de interesses esboçava-se entre as economias do Estado industrial e as do Oeste agrícola: os costumes e os espíritos harmonizavam-se. Ao mesmo tempo, e quase no mesmo ritmo, o Norte afastava-se do Sul, os vínculos entre eles enfraqueciam e as divergências acentuavam-se. A independência dos Estados Unidos alicerçara-se na associação das colônias das duas regiões; a solidez da União passara a basear-se depois no governo em comum de bostonianos e virginianos. A partir de 1830, um conjunto de causas levou ao questionamento progressivo, em todos os planos, desse entendimento fundamental.

Em primeiro lugar, foi o desenvolvimento econômico da União que fez divergirem o Norte e o Sul. O Nordeste industrializava-se, o Sul permanecia exclusivamente agrícola, mas, em vez de torná-los complementares, tal distinção colocava os respectivos interesses em contradição. A indústria do Nordeste, principalmente a têxtil, essencialmente mecânica, teve seu progresso favorecido pela segunda guerra de independência, que interrompera as correntes comerciais habituais e privara bruscamente o mercado americano dos produtos britânicos. Restabelecida a paz, o Congresso, a pedido dos fabricantes incapazes de lutar contra a concorrência das manufaturas européias, prolongou esse isolamento artificial através de tarifas aduaneiras. Protegida por essas barreiras, periodicamente aumentadas, a indústria da Nova Inglaterra dispôs do monopólio do mercado nacional.

O interesse do Sul tornou-se exatamente contrário, com a expansão da cultura do algodão, que pouco a pouco suplantou as outras; sobretudo depois da invenção da descaroçadora (1793), o algodão invadiu todos os terrenos, dominou a economia. No Sul, tudo passou a subordinar-se a ele. Essa monocultura orientou a economia sulista para o estrangeiro, do qual ela se tornou dependente no mais alto grau: era para os fabricantes do Lancashire que os fazendeiros vendiam o grosso de suas safras de algodão; reciprocamente, estes se supriam na Inglaterra; eram levados a isso com freqüência por cláusulas financeiras: tendo pouca liquidez, vendiam suas colheitas antecipadamente e viviam de adiantamentos por conta concedidos pelos bancos ingleses. De gostos refinados, amando o luxo a que estavam hereditariamente acostumados, preferiam os artigos europeus, cuja qualidade era habitualmente superior à dos fabricantes americanos. De todo modo, o interesse deles residia em manter a concorrência entre produtos europeus e americanos. Outras tantas razões para defenderem o livre comércio e para se enfurecerem ao ver o Congresso anuir aos pedidos dos fabricantes do Nordeste.

A querela e a nulificação — O antagonismo a propósito das tarifas alfandegárias tornou-se tão agudo que foi transposto para o plano constitucional e perturbou momentaneamente a união dos Estados. Houve no Sul homens políticos para indagar seriamente se um Estado, dividido entre a defesa de seus interesses vitais e a obediência à legislação federal, não teria o direito de considerar nulas as disposições que comprometiam sua existência. Calhoun elaborou a teoria da *nulificação*, e a Carolina do Sul, que estaria sempre à testa de todos os movimentos em defesa dos direitos dos Estados, aliou-se a esse modo de pensar. Ressurgia com toda a força a velha controvérsia sobre os direitos respectivos do Estado federal e dos Estados, entre federalistas e republicanos. Calhoun e a Carolina encontraram com quem medir forças: o presidente era Jackson, que se mostrava resolvido a usar de todos os meios para reduzir o Estado dissidente à obediência. Paradoxalmente, o homem a

quem incumbia a tarefa de fazer respeitar a autoridade do governo federal era o herdeiro espiritual desses republicanos tão aferrados aos direitos dos Estados. A firmeza de Jackson foi eficaz: a Carolina não conseguiu arrastar os outros Estados; a gente do Sul não desejava o rompimento; Henry Clay interveio como mediador: estabeleceram-se os termos de um compromisso. O rompimento foi evitado, mas os pontos de vista nem por isso se aproximaram.

A escravatura em questão — Em seguida, o objeto do desacordo muda: de econômico, torna-se social — deixa de ser o regime aduaneiro para passar a ser a escravatura. Os Estados Unidos não tinham a menor responsabilidade pela origem da instituição desta última e quase nenhuma por sua manutenção. Fora uma herança da dominação britânica, do período colonial: o novo governo recebera-a com tudo mais, sob reserva de verificação. A questão da abolição fora apresentada em 1787, mas os constituintes não se reconheceram com o direito de decidir a respeito, sendo a escravatura uma forma de propriedade. Consideraram mais avisado confiar na ação do tempo, esperando que se extinguisse gradualmente. Pensavam ter feito o bastante ao fixar o prazo de vinte anos para a total abolição do tráfico de escravos: o mal estaria assim circunscrito. Sobre esse ponto, o otimismo dos fundadores, confiantes no progresso dos espíritos, foi frustrado: longe de desaparecer por si mesma, a escravatura, apesar da entrada em vigor da abolição do tráfico (1807), tomou um impulso imprevisto; nunca conhecera tal desenvolvimento. Simplesmente, a criação havia substituído a importação. O responsável era ainda o algodão, cuja cultura em áreas sempre crescentes exigia uma mão-de-obra servil e cada vez mais numerosa. Não se acreditava que sua produção, mormente a colheita penosa, sob um sufocante calor úmido, pudesse ser assegurada por trabalhadores brancos. Nas grandes *plantations*, os rebanhos de escravos, rudemente conduzidos por capatazes, começavam a substituir alguns negros que faziam parte da família. A escravatura, ao desenvolver-se, tornava-se ainda mais desumana. Ao mesmo tempo, sua necessidade conferia-lhe uma

aparência de justificação e fazia dela a pedra angular de toda a economia do Sul.

E também de sua ordem social: a *plantation* não podia mais passar sem ela. Sua supressão teria acarretado a fragmentação da propriedade, a ruína material dos fazendeiros e também o desmoronamento dessa sociedade que lhes parecia preservar valores de civilização superiores aos dos ianques. O charme dessa sociedade elegante, hospitaleira, cultivada, dependia da conservação da escravatura. Assim, era por tudo o que lhes era caro — recordações da infância, tradições familiares, costumes sociais — que os sulistas achavam-se vinculados à escravocracia, cuja manutenção significava também a garantia de sua liberdade, o sinal de poderem conservar suas instituições particulares. Paradoxalmente, a perda definitiva da liberdade dos negros tornou-se o símbolo da liberdade do Sul.

A campanha abolicionista — No Norte, a consciência pública começava a sentir-se abalada diante de um estado de coisas que manchava a reputação da União e contradizia os grandes princípios da Constituição. Alguns precursores, em especial os *quakers*, já vinham de longa data fazendo campanha pela abolição da escravatura. Eram, no começo, vozes isoladas, generosas e exaltadas, que denunciavam sem discernimento a crueldade da escravatura: Garrison, Lovejoy, com freqüência indivíduos muito malvistos por seus concidadãos, e vários deles perderam a vida em tumultos de rua. Conquistaram pouco a pouco para suas idéias setores cada vez mais amplos da opinião; as Igrejas intervieram; sobretudo, o movimento aderiu à corrente filantrópica e humanitária que atravessava a sociedade americana e cristalizou em seu proveito as aspirações profundamente idealistas sempre latentes na alma do povo. O problema, por muito tempo considerado secundário — assunto dos Estados do Sul —, eclipsou pouco a pouco todos os outros, até converter-se no problema nacional. A partir da publicação do famoso romance de Harriet Beecher-Stowe, *A cabana de Pai Tomás* (1852), que conheceu um sucesso fulminante tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro, nenhum

americano pôde abster-se no debate entre defensores da escravatura e partidários de sua abolição. Trocaram-se argumentos de toda natureza: considerações gerais e dados circunstanciais se entrecruzaram. Os abolicionistas tomaram a iniciativa: sublinharam com veemência a profunda injustiça e a desumanidade de uma instituição que rebaixava seres humanos à condição de coisas, que os vendia em leilão, não levando em conta os laços de casamento, separando os maridos das mulheres, os filhos dos pais, num incitamento permanente à devassidão. Não se compactuaria com o mal: a escravatura devia, pura e simplesmente, ser abolida, e, tanto quanto o tráfico, também a criação de escravos tinha de ser proibida. Conversa de ideólogos, replicavam os anti-abolicionistas, que se entrincheiravam no imperativo econômico. Péssimo argumento: não era uma constante, amplamente comprovada, que o rendimento da mão-deobra assalariada fosse superior ao da servil? Em último recurso, o argumento supremo dos escravocratas foi o direito dos Estados a pronunciarem-se livremente sobre um problema que só a eles dizia respeito e que afetava seus interesses superiores. Argumento perigoso, porque transferia a controvérsia para o terreno constitucional e colocava em xeque o próprio fundamento da União: faca de dois gumes, porquanto podia muito bem voltar-se contra o Sul, se fosse provado que a escravatura comprometia a liberdade ou os interesses do Norte.

O Oeste tornou-se o objeto da competição — Ora, era precisamente esse o caso. Talvez o debate tivesse podido manter-se no âmbito teórico num país estável, de contornos definidos de longa data, de desenvolvimento tão lento quanto regular: Norte e Sul teriam podido chegar a acordo com base em algumas concessões mútuas. Foi o próprio dinamismo dos Estados Unidos, mormente sua expansão territorial e seu crescimento econômico, que colocou a questão da escravatura no centro da vida política, tornando periodicamente caduco o equilíbrio provisório instaurado à custa de acomodamentos entre Estados livres e Estados escravocratas. Norte e Sul entregaram-se a uma acerba competição

em que o Oeste estava em jogo. O Sul tinha necessidade dessas terras novas para ampliar o reino do algodão, cuja cultura extenuava o solo; colonizou o Arkansas, subiu até o Missouri. Mas a terra nada significava para o Sul sem a faculdade de usar os escravos no cultivo; portanto, daí se originou a campanha sulista para tentar fazer com que esses novos Estados adotassem constituições admitindo a escravatura. Foi então a vez do Norte temer por suas próprias instituições. A introdução da escravatura nos novos Estados seria, em curto prazo, a expulsão dos agricultores livres. Iniciou-se uma corrida de velocidade entre os dois grupos de Estados, cuja meta era a maioria no Senado, onde cada Estado, antigo ou novo, dispunha de duas cadeiras. Disso dependia, para as duas partes, sua existência, seu modo de vida, uma forma de civilização, como também a manutenção e o futuro da União. O Sul lutava com toda a energia que lhe restava, aquela que o desespero inspira nas sociedades que se sentem doravante condenadas pela força dos fatos. A Inglaterra suprimiu a escravatura em suas colônias a partir de 1833, a França fez o mesmo em 1848. A escravatura declinava por toda a superfície do globo. Na Rússia, estudava-se a abolição da servidão.

Os compromissos sucessivos — Mútuas concessões puderam, por um tempo, conciliar os pontos de vista e adiar o conflito. Um primeiro compromisso, o chamado Acordo do Missouri, em 1820, compensou a admissão do Missouri, Estado com escravos, pela do Maine: no futuro, um limite fixado no 36°30' de latitude separaria os dois grupos: a liberdade da servidão. Os poderes cuidavam zelosamente de manter o equilíbrio: os Estados entravam aos pares na União, um Estado livre fazendo contrapeso a um escravocrata e reciprocamente. Mas o crescimento rápido da União transtornou essas sábias combinações: qual seria o *status* dos territórios cedidos pelo México, boa parte dos quais estava situada ao sul do fatídico paralelo? E se esses numerosos Estados proibissem a escravatura, como foi o caso da Califórnia, teria o Sul alguma justificação para impô-la contra a vontade deles? Por outro lado, que fazer dos escravos fugitivos, refugiados no território de Estados livres? O Sul exigia sua restituição; no Norte, a opinião pública, instigada pelos abolicionistas, revoltava-se com semelhante idéia. Novo ajuste em 1850, sugerido de novo por Henry Clay, um conciliador nato, e adotado no Senado após debates patéticos: admissão da Califórnia como Estado livre; restituição dos escravos fugitivos a seus proprietários; supressão do comércio de escravos no distrito federal, onde a presença dos mercados de gado humano insultava permanentemente a majestade do governo federal, o Novo México e Utah decidiram livremente sobre a admissão ou a abolição da escravatura. A trégua durou três anos. Nova transação em 1854, por instigação do senador Douglas: a linha do paralelo 36°30' caducou, e desde então os novos Estados teriam pronunciamento próprio sobre a política a adotar. Era uma aplicação do princípio da soberania dos Estados; era também uma vitória do Sul, que via abrir-se para si a possibilidade de invadir novos territórios. Os dois primeiros territórios a exercer sua escolha foram o Kansas e Nebraska, bem ao norte da antiga linha. Prevendo o resultado da votação, o Sul despejou nesses dois territórios uma leva de imigrantes; o Norte replicou, enviando outra leva de pioneiros.

Essas lutas repercutiram muito além desses dois territórios: em toda a União, tomados de uma crise de consciência nacional que dividia as famílias, os partidos, os próprios cidadãos, os partidos cindiam-se, desagregavam-se, operava-se um realinhamento em função das posições assumidas em relação à escravatura: desacreditados por sua política protelatória, os políticos *whigs* defrontaram a concorrência de uma nova formação política, o Partido Republicano, constituído em 1854. Seu programa: conter a escravatura em seu domínio tradicional, na impossibilidade de sua abolição, e manter a União. Estava decidido a frustar a chantagem da secessão que o Sul praticava cada vez mais abertamente. Por seu lado, os notáveis do Sul encaravam seriamente essa possibilidade, se fosse necessário optar entre a União e a manutenção da escravatura. Caminhava-se de um lado e de outro para a separação. As paixões adensa-

vam-se. O acórdão do Supremo Tribunal no caso Dred Scott (1857), negando ao Congresso o direito de excluir a escravatura dos territórios, revoltou os defensores do Free Soil [Solo Livre]. A lamentável aventura de John Brown e seu desfecho levaram os sentimentos a um paroxismo (1859): John Brown, um exaltado, tentara assaltar o arsenal federal de Harper's Ferry, na Virgínia, para sublevar os escravos. Capturado, foi condenado e enforcado. O Norte, embora não aprovando seu gesto, reverenciou-o como um mártir; o Sul, inquieto com a possibilidade de reedição desses ataques às suas instituições, considerou-se em estado de legítima defesa.

A eleição de Lincoln — Nessas condições, a eleição que devia designar o sucessor do presidente Buchanan, eleito em 1856 com o apoio do Sul, revestia-se de importância capital. A multiplicidade de candidaturas atestava a excepcional gravidade da situação e as profundas divisões dos partidos. O sistema tradicional já não funcionava: quatro candidatos, em vez dos dois concorrentes habituais, disputavam os sufrágios. A convenção democrata, não tendo podido chegar a um acordo consensual, levou os democratas do Sul, que reclamavam uma legislação que protegesse a escravatura, a escolher Breckinridge, ao passo que os do Norte apresentaram a candidatura do senador Douglas, de Illinois, o inspirador do compromisso Kansas-Nebrasca, cujo desejo era contemporizar com o Sul. Essa divisão dos democratas faria o jogo de seus adversários. O jovem Partido Republicano escolheu um advogado de Illinois, Abraham Lincoln, a quem uma veemente campanha eleitoral contra o senador Douglas (1858) tornou repentinamente célebre em todo o país: Douglas fora derrotado, mas a controvérsia contribuíra muito para esclarecer posições. A convenção republicana não poderia ter feito melhor escolha: além de ter suas qualidades pessoais, seu ar de sinceridade, sua força de persuasão, os eleitores do Oeste reconheciam-se nele. Um quarto candidato, Bell, colocara-se entre os pretendentes.

A Secessão — Nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta, mas Lincoln despontou com 40% dos votos. Os

dois democratas, Douglas e Breckinridge, somavam entre eles 375 mil votos a mais do que Lincoln, mas a divisão do Partido Democrata abriu a Casa Branca para o candidato republicano. Além da renovação do pessoal político, a eleição de Lincoln iria acarretar as mais graves conseqüências. Sem mesmo esperar a posse do novo presidente, ou que ele definisse suas intenções de governo, a Carolina do Sul, sempre na vanguarda da dissidência, fosse contra Jackson ou Lincoln, considerando que o Norte elegera um homem hostil à escravatura, tomou a iniciativa de sair da União (20 de dezembro de 1860); vários Estados sulistas seguiram-lhe o exemplo. No início de fevereiro de 1861, os delegados de sete Estados, reunidos em Montgomery, no Alabama, constituíram uma nova unidade política — os Estados Confederados — e elegeram um presidente: Jefferson Davis. Quatro outros Estados, após hesitarem entre a fidelidade à União e a solidariedade sulista, aderiram àqueles. A questão da escravatura estava então superada: o que se colocava em jogo era o direito de um Estado de optar pela Secessão, de retomar sua liberdade. Lincoln foi categórico: depois de sua posse, contestou peremptoriamente aos Estados secessionistas o direito de romper unilateralmente o pacto federal. A Secessão ainda não era a guerra: as guarnições federais no Sul abstiveram-se de toda e qualquer provocação. Foi mais uma vez do Sul que partiu a iniciativa: na madrugada de 12 de abril de 1861, a artilharia sulista abriu fogo contra Fort Sumter, a fortaleza federal que defendia o acesso ao porto de Charleston. A guerra foi deflagrada — aquela a que chamamos de Guerra de Secessão —, uma das mais atrozes guerras civis que a História conheceu e também uma das mais longas: ela durará, com a diferença de apenas três dias, quatro anos completos, desde o ataque a Fort Sumter (12 de abril de 1861) até a capitulação de Appomatox (9 de abril de 1865).

A Guerra de Secessão ocupa um lugar excepcionalmente importante na história dos Estados Unidos. O corte que ela efetua nesta divide-a em duas partes quase iguais: não transcorreram muito menos anos desde a nomeação de Washington como comandante supremo até o ataque

a Fort Sumter do que entre a capitulação do general Robert E. Lee e a presidência do general Dwight Eisenhower. Sua importância não consiste apenas em ser um marco de referência. Ela divide efetivamente a história americana em duas épocas: encerra uma era e inaugura uma outra, que duraria pelo menos até a grande crise de 1929, se é que não se prolonga para além dela, ao menos em certos aspectos. A Guerra de Secessão ainda hoje divide os espíritos. Ocupa na consciência nacional um lugar superior até aos episódios da Independência, comparável somente à Revolução de 1789 para a opinião francesa. Tal como essa revolução continua sendo para os franceses um assunto de contradição, a luta do Norte contra o Sul nos Estados Unidos ainda é um tema de discórdia. O Sul evoca com nostalgia as lembranças de seu antigo esplendor; com o distanciamento no tempo, a lenda toma o lugar da verdade histórica; esse período exerce sobre os espíritos, os escritores, os próprios historiadores, um misterioso fascínio.

Norte contra Sul — No início do conflito, a luta não parecia muito igual entre os dois adversários. Eram fiéis à União 23 Estados (em breve 25, com a constituição da Virgínia Ocienta1 e a admissão do Kansas); 11 desligaram-se; 22 milhões de homens no Norte contra 9 milhões no Sul, e mesmo assim incluídos os 3 milhões e meio de escravos negros, cuja presença inspirava o temor de uma rebelião. A comparação de recursos e de sociedades era ainda mais desvantajosa para o Sul: o Norte tinha a seu favor uma economia evoluída, todos os grandes centros industriais, os portos mais ativos, a mais densa rede ferroviária, o sistema bancário mais aperfeiçoado, os recursos financeiros mais consideráveis. Dispunha, sobretudo, dos meios necessários para bloquear as costas do Sul. Os números e a organização prometiam a vitória ao Norte e, no entanto, o Sul retardaria em quatro anos a hora da decisão final: certos dados psicológicos e políticos anularam temporariamente o efeito dos fatores estratégicos e econômicos. O Sul tomara a iniciativa do rompimento; tomou também a das operações. Possuía, mais do que o Norte, o sentimento de combater por sua

existência e essa convicção insuflou-lhe uma energia indômita: as disputas partidárias paralisaram o Norte. O Sul, mais do que o Norte, jogava na balança a totalidade de suas forças: estabeleceu o serviço militar obrigatório em 1862; o Norte somente um ano depois, e seu recrutamento comportou grande número de dispensas, ao passo que seu oponente mobilizou todos os homens disponíveis, jovens e velhos. Além disso, o Sul estava mais bem preparado para sustentar uma guerra: como sociedade rural, de estrutura aristocrática, teve mais condições para transformar-se numa sociedade militar do que a sociedade urbana, industrial e democrática do rival. Habituados a viver ao ar livre, exercitados nas longas cavalgadas, amando a ação, os sulistas deram naturalmente excelentes soldados, e seus chefes militares eram muito superiores aos dos nortistas. Eles aliavam a iniciativa à disciplina. Desfrutavam também da mal disfarçada simpatia de várias grandes potências. Mas, a longo prazo, essas qualidades não puderam compensar a inferioridade numérica: os sulistas combatiam na proporção de um contra três ou quatro. De ano para ano, o Norte cerrava fileiras em torno do presidente, treinava para a guerra, mandava para a frente efetivos cada vez mais consideráveis. Quando o desequilíbrio se tornasse demasiado flagrante, a guerra estaria ganha.

Por sua duração e amplitude, a Guerra da Secessão prenunciou as grandes guerras do século XX: ela já constituiu uma guerra total, do tipo em que os adversários empenham todos os seus recursos e todas as suas forças. Alinhou efetivos consideráveis — dois milhões de homens para o Norte, entre 700 mil e um milhão para o Sul —, cujo equipamento, abastecimento em material, munições, subsistência, criaram para os estados-maiores e para os governos problemas delicados e mobilizaram todos os recursos da economia. A condução das operações também lembra a Primeira Guerra Mundial; guerra de posição em campo raso, organização do terreno, trincheiras, combates furiosos e prolongados para resultados aparentemente desproporcionais às perdas (a batalha diante de Richmond durou sete dias, a de Gettysburg, três), intensidade dos bombardeios,

amplitude das baixas (mais de 600 mil mortos); no mar, a primeira utilização do navio encouraçado. Foi, enfim, uma guerra de material: o Norte esmagou o Sul sob o número e o peso de seu armamento.

Durante longos meses, as operações marcaram passo, nenhum dos campos logrando alcançar uma vantagem acentuada sobre o outro. As duas capitais, Washington e Richmond, estavam a 200 km uma da outra, nessa planície baixa compreendida entre o Atlântico e os Alleghenies, passando o front entre as duas. Nenhum dos dois exércitos conseguia tomar a capital inimiga. A decisão viria do Oeste. Politicamente, o Sul estava virtualmente condenado, a partir do momento em que não conseguira arrastar o Oeste. Estrategicamente, as tropas da União tornaram-se pouco a pouco senhoras de todo o vale do Mississípi, desde Vicksburg, a grande praça sulista, até Nova Orleans. Em 1864, o exército do Oeste, sob o comando de William Sherman, avançou na direção sudeste, depois para leste, num amplo movimento que envolveu a frente sulista pela retaguarda. Ocupou Atlanta, centro de toda a rede de comunicações do Sul, e atingiu a costa em Savannah. As últimas semanas presenciaram a agonia do Sul. Lee abandonou Richmond, e sua capitulação, a 9 de abril de 1865, marcou o último ato da resistência militar sulista. Não foi o fim de sua resistência psicológica: o Sul, ainda hoje, leva a derrota para o julgamento da História, por intermédio de seus escritores.

A derrota do Sul e a questão do negro — A vitória do Norte resolveu definitivamente a questão, pendente desde a fundação dos Estados Unidos, da hegemonia na União: dos dois modos de vida que aí coexistiam, qual predominaria? A civilização oriunda da Nova Inglaterra — puritana, igualitária e democrática, de predomínio urbano e industrial — triunfou sobre a civilização dos fazendeiros do Sul, aristocrática e rural. A direção da União passou irremediavelmente para o Norte. A democracia levou a melhor, e a evolução iniciada por Jefferson, reatada por Jackson, teria seu prosseguimento com Lincoln.

O Sul não só perdeu sua oportunidade de participar na direção comum, mas foi profundamente atingido e teve grandes dificuldades para recuperar-se do desastre. A guerra desenvolvida em seu próprio solo semeou-o de ruínas; tropas federais ocuparam-no durante anos; governos impostos pelo Norte substituíram os que tinham sido eleitos para tomar em mãos a condução de seus negócios. As conseqüências da guerra, somadas à supressão do trabalho escravo, arruinaram a economia tradicional do Sul e sua aristocracia de proprietários: as grandes *plantations* fragmentaram-se; a mão-de-obra dispersou-se; desfeitas as suas elites dirigentes, uma sociedade morreu. Na ocasião, o problema da escravatura encontrava-se resolvido: em 1863, Lincoln decidiu-se a alforriar os negros dos Estados revoltosos. Mas nem por isso a questão dos negros ficou resolvida: apenas mudou de aspecto. Quase um século depois, os repetidos incidentes suscitados pela candidatura de negros à admissão em universidades do Sul mostram claramente que a Guerra de Secessão, se resolveu brutalmente um conflito, esteve longe de solucionar a questão do negro. Apreciáveis progressos foram, entretanto, recentemente registrados: a decisão do Supremo Tribunal de 17 de maio de 1954, declarando anticonstitucional a segregação escolar, marcou uma etapa decisiva na integração dos negros; o republicano Eisenhower, em Little Rock, o democrata Kennedy, em Oxford (Mississípi), impuseram o respeito à sentença judiciária enviando tropas federais para essas localidades.

A reconstrução — O Sul já não possuía autoridades nem poderes regulares; era preciso preencher esse vazio, reconstituir governos, restabelecer uma vida política e reintegrar os Estados vencidos na União. Tarefa infinitamente delicada, cuja execução uma circunstância inopinada tornou ainda mais difícil: o brusco desaparecimento do presidente Lincoln, assassinado por um fanático, o ator Booth, cinco dias após a capitulação de Appomatox (14 de abril de 1865), num momento em que suas qualidades de inteligência e de coração eram ainda mais indispensáveis para reconciliar os irmãos inimigos e restabelecer a concórdia do que haviam

sido para conduzir o Norte à vitória. Quem sabe, só então pudesse vir a ser avaliada a medida precisa de sua estatura de estadista. Seu sucessor, Andrew Johnson, era um homem bem-intencionado, cuja intenção teria sido a de continuar a política de Lincoln. Mas ele entrou em conflito aberto com o Congresso, que o considerava demasiado fraco em relação ao Sul. A Câmara dos Representantes quis até abrir processo contra ele. Não foi reeleito em 1868: os republicanos mais intransigentes, os radicais, fizeram eleger seu candidato, o general Ulysses Grant, o vencedor do Sul, cujas qualidades políticas estavam muito abaixo de seus talentos militares. Grant foi pessimamente assessorado, e a sucessão de escândalos e falcatruas em que se envolveram membros de seu governo provocaram seu descrédito. Em outros tempos, essa carência do Executivo só teria acarretado pequenos inconvenientes; ao sair da guerra, porém, o desaparecimento de Lincoln, a fraqueza de Johnson e a imperícia de Grant deixaram frente a frente, sem árbitro, vencedores e vencidos. À rivalidade do Norte e do Sul somava-se uma competição de partidos, entre republicanos e democratas, que redundou num ajuste de contas. Os republicanos praticaram a distribuição de cargos públicos entre seus membros, como depois de uma eleição, mas com uma diferença: o sistema foi aplicado em todos os Estados vencidos. Assim, a "reconstrução" foi feita num clima de revanchismo, de ódio e de ressentimento, que deixou traços profundos nas mentalidades e pesou por longo tempo sobre a vida política americana, permanecendo o Sul inabalavelmente fiel aos democratas, até nossos dias, por rancor aos republicanos.

Aceitando sua derrota, a partir de 1865 o Sul reconheceu a abolição da escravatura e admitiu a superioridade da legislação federal sobre a dos Estados: consagração jurídica da vitória militar do Norte. Entretanto, os políticos republicanos entenderam assegurar-se da execução desses princípios e colher os frutos de sua vitória. Uma emenda à Constituição, a 14ª (1866), ao mesmo tempo que declarava nula a dívida dos Estados Confederados, fixou sanções contra os Estados que privariam alguns de seus cidadãos do uso

de seus direitos: por conseguinte, sua representação no Congresso seria reduzida. Por outro lado, todos os deputados ou funcionários que tinham participado na insurreição tiveram retirados seus direitos políticos: não podiam ser membros do Congresso nem ocupar nenhum emprego civil ou militar. Isso significava a exclusão da vida política de todas as personalidades sulistas. Lei de represálias cuja dureza chocou o Sul e criou um vazio que políticos do Norte se apressaram em preencher. Eram aventureiros sem tostão, que, ao chegar, só traziam um pequeno saco de viagem, donde o apelido que ganharam de *carpetbaggers*: eleitos pelos negros analfabetos, aos quais uma outra emenda, a 15ª, concedera o direito de voto, apoiados nas tropas federais que ocupavam o país, eles constituíram governos fictícios, inescrupulosos, tomando, em nome do Sul, compromissos que a população, em seu foro íntimo, repudiava. Esta, que não se reconhecia nesses governos estrangeiros, nascidos da conjunção dos ianques execrados e dos negros desprezados, recorreu aos meios utilizados por todas as populações submetidas a uma ocupação estrangeira ou cuja expressão política natural fosse entravada por um regime de exceção: sociedade secretas (Ku Klux Klan), ações clandestinas, terrorismo dirigido contra os brancos traidores de seu país e de sua raça (*scalawags*), que não temiam ligar seu destino ao dos políticos do Norte, e contra os negros (linchamentos).

Pouco a pouco, o tempo fez sua obra de apaziguamento: o desejo de vingança esfumou-se, as próprias violências dos sulistas acabaram por atrair a atenção da opinião pública do Norte para a situação do Sul. Em 1872, uma lei de anistia anulou a incapacidade política da maioria dos brancos. Portanto, estes reconquistaram, um após outro, seus Estados pelo jogo normal das competições eleitorais: os *carpetbaggers* foram afastados, as tropas federais, retiradas. Em 1874, o Sul voltou a ser senhor de seu destino. A Reconstrução estava terminada.

CAPÍTULO VI

Industrialismo e democracia

O período que começava então e se prolongou, quase sem interrupção considerável, até o prelúdio da grande Depressão (a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial quase não afetou seu desenvolvimento), durante uns sessenta anos, desconcerta o historiador que não mais discerne aí seus pontos de referência ordinários: já não há o frescor idílico dos começos, o heroísmo ou a sabedoria dos tempos de Washington e de Jefferson, tampouco a tragédia da guerra civil. As cores empalideceram. A história perdeu seu interesse: a vida política arrastou-se, sem vigor nem expressão, entre sórdidas rivalidades que só mediocremente afetaram a opinião pública. Onde estavam aqueles grandes impulsos sentimentais ou místicos que a agitavam de tempos em tempos? Busca-se em vão o reflexo desse idealismo que parecia ser constitutivo do espírito americano.

Entretanto, esse período, onde o que tece por toda parte a trama da história se reduz até desaparecer, é precisamente aquele em que a originalidade da história americana mais brilha. É também aquele a que melhor se aplica a interpretação de alguns de seus historiadores (Charles A. Beard) que acreditaram poder reduzir todos os movimentos ao jogo das forças econômicas e às combinações de interesses dos principais grupos da sociedade americana. Tudo estava ordenado em função da busca de lucro; a administração das coisas tinha prioridade sobre o governo das pessoas. Evolução, afinal, em estrita conformidade com a concepção liberal do papel do Estado e da iniciativa individual, rejuvenescida pela filosofia de Spencer e Darwin: na luta pela vida, a seleção natural devia favorecer os melhores para o bem da espécie. Na ordem econômica, o livre jogo da concorrência devia igualmente agir no interesse de todos.

Os fatos principais desse período foram o avanço demográfico consecutivo ao movimento de imigração, a continuação da investida para o Oeste e a ocupação do solo, a industrialização e o desenvolvimento econômico. Nenhum desses fatos afetou diretamente a política, mas todos lhe interessaram indiretamente por seus contragolpes, entre outros, por seus efeitos sobre as estruturas da sociedade que, por sua vez, modificaram o equilíbrio das forças políticas.

A União não tinha esperado que a Reconstrução terminasse para retomar, segundo a metáfora clássica que convém muito bem ao dinamismo desse povo, sua marcha para a frente. A bem dizer, a guerra até que lhe serviu de estímulo; o povoamento, por exemplo, não arrefeceu, tendo o governo federal usado de todos os meios para vincular estreitamente o Oeste aos territórios que permaneceram obedientes a Washington. Foi em plena guerra (1862) que o Congresso adotou o Homestead Act, que outorgava 160 acres de terra a quem os tivesse cultivado durante cinco anos; o liberalismo desse texto imprimiu um novo impulso à imigração e à ocupação do solo. Foi também em plena guerra que se empreenderam as primeiras ferrovias transcontinentais.

O melting pot — O rápido e contínuo aumento da população foi um dos dados fundamentais do desenvolvimento dos Estados Unidos. De 31 milhões, em 1860, nas vésperas da guerra, ela passou para 92 milhões em 1910; portanto, quase triplicou em meio século. A história oferece poucos exemplos de um crescimento tão rápido. Este deveu-se mais à imigração do que ao crescimento natural: o volume de imigrantes aumentou ao ponto de, em certos anos (por exemplo, 1905), atingir o milhão. A cada dia, os Estados Unidos absorviam vários milhares de recém-chegados. Os americanos rejubilaram inicialmente com essa contribuição e felicitaram-se pela excepcional aptidão do país para assimilar esses estrangeiros e fazer deles outros tantos bons cidadãos: exaltou-se o crisol (*melting pot*) americano. Mas, paralelamente ao crescimento numérico, operou-se uma mudança na origem dos recém-chegados: o povoamento setentrional, britânico, escandinavo e germânico, continuou sendo importante em números absolutos, mas perdeu em importância relativa: em 1890, pela primeira vez, entraram nos Estados Unidos tantos latinos e eslavos quanto originários dos países nórdicos. Essa inversão das proporções não ameaçava alterar a composição da sociedade americana? Alguns o temiam e inquietavam-se com o que isso podia significar para a originalidade da civilização e a pureza da raça; preconizavam restrições à imigração. Essas apreensões não constituíam novidade, elas inspiravam periodicamente reações de americanismo e de xenofobia (nativismo, *know nothing**) contra os elementos estrangeiros. Mas o perigo assumiu, em fins do século XIX, proporções que justificaram os alarmes. Entretanto, de momento, os efeitos da imigração continuavam sendo incontestavelmente benéficos: ela fornecia mão-de-obra para a indústria, clientes para a indústria nacional, ocupantes para os territórios ainda vazios; sobretudo, os imigrantes imprimiam flexibilidade e mobilidade à sociedade americana. O êxito surpreendentemente rápido de tantos americanos que partiram da estaca zero e a facilidade das relações sociais foram as conseqüências do afluxo incessante de novos elementos na base da pirâmide social: era como uma corrente ascendente que levantava todo o edifício.

O fim da fronteira — Alimentada permanentemente pelo afluxo de imigrantes vindos da Europa, a investida para o Oeste, que nem mesmo a guerra interrompera, ganhou ainda mais vigor. Atraído pelas facilidades de concessão de terras, depois pela descoberta em várias regiões das Montanhas Rochosas de jazidas metálicas (ouro, prata, cobre), o caudal humano submergiu a grande planície que se estende do Mississípi até as primeiras elevações, e depois foi bater

---

* *Know nothing* era o apelido dos filiados a um partido político secreto dos Estados Unidos, na década de 1850, cujo programa consistia em manter fora de qualquer cargo público quem não fosse americano nato. Em linguagem coloquial, a expressão significa "estúpido" ou "ignorante". (N. T.)

nas Rochosas. A conclusão das ferrovias transcontinentais, prolongando a revolução dos transportes iniciada quarenta anos antes, secundou a ocupação de novas terras e ligou solidamente as novas povoações aos territórios mais antigos e já organizados. O dia de abril de 1869 em que, em Utah, juntaram-se as duas turmas que tinham partido há vários anos ao encontro uma da outra, foi uma data capital no crescimento da União: afastou os riscos de secessão quase tão eficientemente quanto a derrota dos Confederados e realizou efetivamente a unidade desse vasto continente. Desse momento em diante, não houve deserto nem Rochosas: o espaço foi vencido, os dois oceanos ligados. A resistência indígena desagregou-se: o último dos grandes chefes índios, Touro Sentado, teve de confessar-se vencido; as tribos foram rechaçadas, desarmadas, internadas em reservas, onde elas se deixaram domesticar, conquistadas para a civilização branca ou vencidas por ela. A abertura à colonização da reserva indígena de Oklahoma, em abril de 1889, exatamente vinte anos após a conclusão da primeira estrada de ferro transcontinental, foi um momento mais importante ainda. Constituiu o último ato de uma epopéia de quase quatro séculos que começara no dia em que os primeiros europeus desembarcaram no Continente, a muitos milhares de quilômetros dali: o homem branco tornou-se senhor absoluto de todo o território. As condições de ocupação do solo variaram com as condições naturais: aqui, onde a floresta cobria tudo, ele desmatou, semeou, cultivou; ali, na pradaria, criou gado; ainda mais a Oeste, na montanha, escavou o solo e extraiu minérios. Mas por toda parte introduziu seus modos de atividade e suas preocupações: ele valorizou, explorou, transformou. A civilização da Europa tomou posse da América: a estrada de ferro passou por onde o índio caçava. Era o fim da aventura, o fim da fronteira. Em alguns decênios, todo o Oeste foi explorado, povoado, colonizado, repartido em Estados incorporados à União. Os últimos a ingressar na União foram o Arizona e o Novo México, em 1912. Os Estados Unidos atingiram então sua estatura definitiva.

Expansão econômica e livre iniciativa — Ao mesmo tempo, a economia americana conheceu uma expansão fulminante. Nas vésperas da Guerra de Secessão, mal conseguia eliminar seu atraso em relação à Europa ocidental: a guerra precipitou o movimento. Os Estados Unidos reuniam um conjunto de trunfos pouco comum: variedade e abundância de recursos naturais (descobriu-se nas Rochosas uma grande quantidade de jazidas de minérios; em breve seria o petróleo), extensão do mercado interno, com dimensões continentais, sem alfândegas interiores e protegido por tarifas, afluxo de capitais e de trabalhadores estrangeiros; enfim, as disposições de espírito mais adequadas para tirar partido de todas essas possibilidades. No momento em que o território nacional estava inteiramente reconhecido, a energia e o espírito de iniciativa que tiveram livre curso no Oeste concentravam-se na atividade produtiva. O último decênio do século XIX é tido como aquele que marcou o fim da fronteira; mas a fronteira nada mais fez do que se transferir da agricultura para a indústria, da ocupação do solo para a transformação de produtos e a organização do crédito. O pioneiro não morreu: ele inventou o fonógrafo, fabricou em série as latas de conserva, ou monopolizou o comércio do petróleo. A opinião pública conhecia-o bem e admirava os reis do aço, da carne ou da borracha. Três tipos de homem se destacavam no frontão dessas arquiteturas industriais: o capitalista, o inventor e o filantropo. Aliás, são freqüentemente a mesma pessoa: o inventor que soube tirar proveito de sua descoberta e empregou em seguida com munificência a fortuna adquirida. Neles a sociedade americana honrou o princípio de sua atividade e encontrou a justificação de seu esforço voltado para o lucro. Os próprios assalariados não pensavam em criticar o sistema em vigor e não pediam outra coisa senão receber uma parcela mais substancial de suas vantagens: o sindicalismo americano, cujo surgimento foi relativamente tardio (Knights of Labor, 1869; American Federation of Labor, 1886), diferentemente do movimento operário europeu, não questionava o regime. Ele era quase completamente desprovido de tradições e de preocupações ideológicas: Samuel Gompers, o

animador da AFL, era resolutamente reformista. Tratava-se, de resto, de um sindicalismo de elite, limitado a uma aristocracia profissional de operários qualificados.

Quer isso dizer que a prosperidade econômica não comporta sombras nem vítimas? Esse quadro brilhante tem seu reverso: de longe em longe, alguma crise viria abalar a economia. Mas nunca durou muito tempo, e o movimento para a frente recomeçou ainda com maior vigor, como se o abalo tivesse servido para eliminar os organismos parasitários. A experiência fornece um desmentido mais sério ao postulado liberal que quer que todos extraiam benefício da aplicação ilimitada da concorrência: em diversos domínios, os mais fortes ou mais hábeis apossaram-se do monopólio da fabricação ou do comércio de um dado produto. Ei-los daí em diante aptos a fixar-lhe o preço a seu bel-prazer, sem considerar nada mais do que seu próprio interesse. Ocorria até de a qualidade do produto degenerar ou deixar de oferecer suficientes garantias ao consumidor. Alguns começaram a duvidar dos benefícios absolutos do sistema. Enfim, aqui ou ali, entre as categorias mais desfavorecidas de assalariados, nas profissões mais duras ou mais expostas, sob a direção de líderes mais resolutos, foram deflagrados bruscos movimentos de descontentamento, cuja violência brusca denunciou uma cólera acumulada e fez pressentir uma aspiração favorável a profundas reformas.

A situação no campo — Não foi, porém, dos trabalhadores industriais que partiram as reivindicações mais radicais, mas daqueles que cultivavam a terra: essa aparente anomalia foi um dos traços mais originais da sociedade americana. Desde o século XIX, o campesinato era geralmente considerado na Europa ocidental uma força conservadora, em face das multidões urbanas. Nos Estados Unidos, as cidades eram calmas e o campo turbulento. O radicalismo americano era mais rural do que urbano: isso já fora constatado ao tempo de Jackson; verificou-se igualmente com os presidentes Cleveland e McKinley. Isso deveu-se também ao fato de os *farmers* serem muito diferentes dos camponeses europeus: suas condições em nada se assemelhavam,

a não ser pelo dado de uns e outros viverem da terra. Sua turbulência explicava-se precisamente por suas condições de vida e sua situação econômica, ela própria reflexo e conseqüência da estrutura particular da economia americana.

O camponês europeu (sobretudo no século XIX) cultivava para si mesmo e para os seus: o excedente de que ele podia dispor para venda era apenas uma fração desprezível de sua produção. Pelo contrário, o agricultor americano produzia essencialmente para vender. Se vivia geralmente melhor do que seu homólogo europeu, a necessidade de escoar seus produtos colocou-o na dependência de interesses exteriores, tal como o plantador do Sul em relação aos compradores europeus. O *farmer* dependia dos corretores do mercado de cereais, dos compradores de gado, dos especuladores que jogavam na baixa da Bolsa de Chicago, das companhias ferroviárias que lhe impunham tarifas elevadas para o transporte de seus produtos até os grandes centros consumidores. Impotente para reduzir seus preços de custo, não tinha controle nenhum sobre o estabelecimento dos preços de venda: não tendo onde armazenar sua colheita, pressionado para aceitar o preço, via-se coagido a desfazer-se dos produtos no momento mais desvantajoso para ele, quando as cotações estavam em seu nível mais baixo, e no mais vantajoso para o corretor, que dispunha de meios de armazenagem na expectativa da alta. O mecanismo de fixação dos preços, na medida em que lhe escapava em suas duas pontas, fez com que o *farmer* fosse derrotado de antemão na competição de interesses. Já perdera a esperança de ver a situação recuperar-se a longo prazo, dado que a tendência geral dos preços estava orientada para a baixa, por razões que, algumas delas, extravasavam o quadro do mercado americano. Ora, o preço do que ele comprava não diminuía: protegidos da concorrência estrangeira pelas tarifas alfandegárias, cujos reajustamentos periódicos para cima eram periodicamente obtidos pelos industriais (em 1890, McKinley elevou as tarifas a um nível sem precendente), mantidos pelos entendimentos entre produtores, os preços das ferramentas, das máquinas, dos insumos, dos artigos domésticos permaneciam caros. Melhor dizendo, o

progresso técnico contínuo e o incessante desenvolvimento da maquinaria agrícola levaram o agricultor a despesas crescentes. Ele estava assim dividido entre duas curvas em sentido contrário: a dos preços agrícolas, que declinavam de forma inexorável, e a dos preços industriais, que tendiam a aumentar. A concorrência atuava nos dois sentidos para sua desvantagem. Incapaz de liquidar sua faturas, com pressa de ver de volta o seu dinheiro, dirigia-se aos bancos, que lhe concediam adiantamentos contra hipotecas — mas como poderia ele reembolsá-los? Estava à mercê das circunstâncias atmosféricas: bastava que sobreviesse uma safra ruim para que ele não pudesse pagar os juros de sua dívida e veria, assalariado de sua própria terra, a propriedade desta passar para as mãos do organismo de crédito de que ele era devedor. Assim, a agricultura técnica e economicamente mais evoluída do mundo viu-se paradoxalmente a braços com esse antigo problema do endividamento permanente tão característico das sociedades rurais primitivas.

O radicalismo agrário — Esse marasmo crônico teve conseqüências políticas: os *farmers* irritaram-se por serem párias da sociedade americana e suportarem os ônus da prosperidade geral. O descontentamento deles, que se exprimia em impulsos intermitentes, alimentou os germes de dissensão para a União. Com efeito, verificou-se que a animosidade entre *farmers* e industriais, entre o campo e a cidade, fez-se acompanhar de uma rivalidade regional e de uma competição entre partidos políticos. De fato, as propriedades agrícolas estavam divididas no Oeste, de um lado e outro do Mississípi, dos Alleghenies às Rochosas. As indústrias que vendiam tão caro seus produtos aos *farmers*, os bancos de quem estes eram devedores, as companhias ferroviárias, quase todos tinham suas matrizes no Leste. Portanto, o Oeste sentia-se explorado pelo Leste. A evolução das estruturas e a especialização das atividades produtivas acabaram por reconstituir uma dualidade e por colocar, pelo menos vez por outra, Leste e Oeste face a face, duas Américas cujas relações mútuas lembravam as das metrópoles com suas dependências coloniais. O azedume dos

homens do Oeste era grande: afinal, seus ancestrais ter-seiam emancipado da colonização britânica, seus pais ou eles próprios teriam abandonado a Europa e seus regimes autoritários, para acabarem caindo sob o jugo dos financistas do Leste?

O descontentamento social, o ressentimento regional prolongaram-se no plano político e procuraram exprimir-se pelo canal partidário. Desde seu estabelecimento, o regime político americano baseou-se na existência de dois e somente dois partidos: após a Guerra de Secessão, os republicanos e os democratas. Estava praticamente excluído que a gente do Oeste votasse nos republicanos. Não por razões de doutrina: em seu conjunto, o papel das considerações ideológicas sempre foi muito fraco na vida política americana e mais ainda nas determinações dos líderes partidários; a preocupação em satisfazer as reivindicações de tal ou tal grupo de interesses era mais imperiosa; disso decorria que a sociedade política americana estivesse mais voltada para a administração das coisas do que para o governo das pessoas. Ora, os republicanos estavam comprometidos com os industriais e os banqueiros do Leste, ou seja, os adversários naturais do Oeste. Também os eleitores do Centro-Oeste acorriam para o Partido Democrata, ao qual procuravam fazer com que adotasse o programa deles.

Insistiam, sobretudo, em dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, na redução de tarifas: essa reivindicação era antiga, mas o aumento periódico dos direitos aduaneiros, sob a pressão das indústrias do Leste, tornava-se sempre atual. O bimetalismo era o segundo ponto; tornou-se na década de 1890 o tema principal das lutas políticas: o Leste, em relações comerciais com a Europa, defendia a estabilidade monetária e a manutenção do monometalismo lastreado no ouro. O Oeste fazia campanha a favor do bimetalismo ouro e prata: os Estados das Montanhas Rochosas possuíam minas de prata; sobretudo os proprietários rurais, com o peso de seus votos, pediam uma política de dinheiro abundante e barato. Um surto inflacionário elevaria os preços dos produtos agrícolas e desincharia o montante de suas dívidas. Em torno dessa questão de aparência puramente

técnica, dois sistemas de interesses se chocavam, através de duas concepções da economia. Reencontrar-se-ia uma disposição de forças análoga no momento do *New Deal*. Bryan, o candidato democrata à presidência, em 1896, fez-se o porta-voz das reivindicações do Oeste e desenvolveu uma campanha que ficou célebre em defesa do bimetalismo e da redução de tarifas. Sem êxito: foi derrotado pelo republicano William McKinley.

Os repetidos fracassos dos democratas, bem como a desconfiança, mais ou menos fundada, de que o Partido Democrata só sustentava o ponto de vista dos *farmers* para caçar-lhes os votos, mas sobretudo a aspiração profunda de todos os movimentos de insatisfação agrária exprimindo-se à margem das forças políticas organizadas, acabaram suscitando uma série de movimentos de protesto que, com freqüência, degeneraram em agitação anárquica. Houve primeiro os *greenbackers*: a *greenback*, cédula cujo reverso era de cor verde, foi o papel-moeda emitido pelo governo da União durante a guerra e retirado progressivamente de circulação, a pedido dos banqueiros. Os *farmers*, cujos produtos eram pagos em papel-moeda, tinham de fazer suas compras e quitar seus impostos em espécies metálicas. Por esse motivo eles se insurgiram pelo adiamento da decisão de retirar valor legal ao papel, que deveria entrar em vigor a 1º de janeiro de 1879. Obtiveram momentaneamente ganho de causa. Houve em seguida os *grangers*. As *granges* eram associações de agricultores que estiveram na origem de grande número de instituições técnicas e cooperativas, também levadas a intervir no domínio político: em 1887, obtiveram a criação de uma comissão federal para zelar pela aplicação de tarifas uniformes pelas companhias de estradas de ferro.

O descontentamento do Oeste deu até origem a uma nova formação política, independente dos dois grandes partidos: o Partido Populista que, sem nunca ter posto seriamente em perigo a preponderância daqueles nem conseguido fazer eleger um dos seus para a presidência, obteve grandes êxitos nos Estados do Oeste. Ao mesmo tempo que exprimia uma tendência muito antiga do espírito ameri-

cano, a mesma que Jackson encarnara, o radicalismo agrário foi um dos componentes de um grande movimento democrático que impôs todo um conjunto de reformas.

O movimento de reformas, sob as presidências de Theodore Roosevelt e de Woodrow Wilson — Essa sociedade ativa, próspera, encerrava, com efeito, fermentos reformistas: o Oeste agrário, o sindicalismo, uma tradição intelectual. Nos primeiros anos do século XX, jornalistas e romancistas, que receberiam o apelido de *muckrakers* (remexedores de lama), atacaram com vigor, em revistas, romances, reportagens jornalísticas, os defeitos do sistema econômico, denunciaram as práticas condenáveis dos industriais, seus meios de pressão: os trustes controlavam os partidos, subjugavam as universidades, domesticavam a imprensa. A democracia corria perigo de morte em virtude das manobras dos "barões-piratas". As campanhas dos *muckrakers* agitaram a opinião pública e reacenderam o movimento reformista que se desenvolveu em duas direções: a econômica e a política. No plano econômico, suscitou uma regulamentação e organismos de controle que vieram temperar a aplicação dos princípios liberais. Já em 1890 o Congresso tinha sancionado uma lei antitruste, o Sherman Act, que limitava severamente o direito à formação de convenções entre industriais do mesmo setor e punha um freio à concentração: mas sua aplicação era delicada; os trustes eram exímios em frustrar os tribunais e a perícia de seus jurisconsultos era inigualável em contornar a lei. Essa legislação não impediu que a US Steel Company agrupasse a maior parte das usinas siderúrgicas em 1901. A luta contra os trustes atingiu uma nova etapa com a chegada à presidência (em sucessão ao presidente McKinley, assassinado por um anarquista) de uma personalidade dinâmica, rubicunda: Theodore Roosevelt. Durante seus dois mandatos presidenciais (1901-1908), endureceu muito a vida dos trustes: instaurou processos contra alguns, acabou com o hábito de colocar tropas federais a serviço deles nos conflitos sociais, ameaçou até Morgan, em conflito com os mineiros em greve, de ordenar a intervenção do Exército e obrigou-o a ceder (1902). Ampliou

consideravelmente o campo de intervenção do poder presidencial: agiu por intermédio do comércio entre Estados, cuja competência a Constituição delega expressamente ao governo federal. Criou um Departamento de Comércio e Trabalho, fez votar uma regulamentação sobre ferrovias, instituiu o controle de produtos alimentares e farmacêuticos (*Pure Food ánd Drug Act*, 1906). Deu provas, em todos esses domínios, de uma atividade insaciável: proteção dos recursos naturais, luta contra a erosão dos solos. Foi uma maneira de revolução no equilíbrio tradicional dos poderes.

O movimento de reforma desenvolveu-se paralelamente no plano político. Nos Estados do Oeste, onde nasceu, ele inspirou modificações que tendiam todas a colocar as instituições e a vida política mais de acordo com a democracia. Com isso ampliou o controle dos eleitores sobre seus representantes, ampliando-lhes o direito de iniciativa; a prática de distribuição de cargos públicos entre os membros do partido vitorioso (*spoils system*), cujos efeitos sobre o funcionamento da administração se apresentam cada vez mais nefastos com a complexidade crescente dos problemas a resolver, foi atenuada por uma reorganização do Serviço Público: a competência viu serem reconhecidos os seus direitos acima da fidelidade partidária. Em escala municipal, nas grandes cidades, prevaleceram as soluções que se inspiraram na mesma preocupação. O movimento de reformas para uma democracia efetiva alcançou as próprias instituições federais e triunfou com Wilson, eleito em 1912. O Partido Republicano detinha a presidência desde Lincoln: somente Cleveland, por duas vezes (dois mandatos separados pelo retorno de um republicano), tinha interrompido esse longo período de predomínio republicano. A divisão dos republicanos, apresentando-se Theodore Roosevelt contra o presidente cessante, Taft, e arrastando para a dissidência uma parte do eleitorado, permitiu ao candidato democrata reconquistar a Casa Branca por maioria relativa. Woodrow Wilson era um professor universitário que lecionava Ciência Política em Princeton. Seu nome tornar-se-ia no mundo sinônimo do idealismo americano. No plano interno, sua passagem pela presidência assinalou uma retomada do impulso

democrático e uma ampliação da atividade do governo federal: a 16ª emenda, que autorizou o Congresso a estabelecer um imposto de renda federal, garantiu recursos adicionais ao governo de Washington e deslocou a fronteira dos poderes entre os Estados e o Estado (1913); a 17ª emenda, ratificada igualmente em 1913, dispunha que os senadores, designados até então à vontade dos Estados, geralmente pelos legislativos estaduais, seriam daí em diante eleitos por sufrágio universal. A 19ª emenda, adotada nos pós-guerra, estendeu o direito de voto às mulheres (1920). Pela primeira vez, desde longa data, as tarifas aduaneiras foram modificadas para baixo. Uma comissão foi especialmente encarregada de zelar pelo respeito à legislação sobre trustes, reforçada pelo Clayton Act. Para limitar a especulação financeira, o Federal Reserve Act instituiu uma organização federal de crédito: o território dos Estados Unidos foi dividido em doze distritos, em cada um dos quais um estabelecimento federal de crédito assegurava as operações bancárias: um Conselho Federal da Reserva, em Washington, presidia ao conjunto do sistema, do qual se esperava que prevenisse o retorno dessas crises que periodicamente perturbavam a economia dos Estados Unidos. Que caminho percorrido desde o tempo em que Jackson empenhava sua existência política contra as instituições bancárias! Que evolução, também, desde o tempo em que a eleição de Jefferson significou a vitória da interpretação restritiva dos direitos do Estado federal! Entretanto, Jefferson, Jackson, Wilson pertenciam à mesma família política, e todos os três se prevaleceram da mesma tradição filosófica. Mas entre a era de Jackson e a de Wilson a sociedade americana transformara-se profundamente: a industrialização, a concentração financeira fizeram surgir poderosos grupos de interesses, cujas ambições e recursos tornaram necessária a intervenção do poder público. Os mecanismos concebidos pelo liberalismo clássico para reger as relações entre indivíduos já não eram suficientes: foi a fidelidade ao próprio espírito da sociedade liberal que levou a revê-los. O fenômeno não era específico dos Estados Unidos, mas apresentou-se aí mais cedo, com maior agudeza, e a evolução foi ainda mais impressionante.

CAPÍTULO VII

Isolacionismo e imperialismo

Uma outra mudança impôs aos poderes constituídos e à opinião pública uma adaptação também delicada: aquela que, ao fazer dos Estados Unidos uma grande potência, projetou-os no cenário da grande política internacional. Essa transformação foi a conseqüência de seu crescimento interno; foi igualmente a de uma evolução que levou o conjunto do continente americano, por largo tempo situado como que na orla do mundo, para o centro das relações internacionais, com a abertura do Extremo Oriente à penetração ocidental e o despertar da Ásia.

Doutrina Monroe e pan-americanismo — Em matéria de relações exteriores, o sonho dos americanos era tê-las o menos possível: seu distanciamento da Europa, então o centro da política mundial, e a ausência em suas fronteiras de vizinhos capazes de inquietá-los, permitiu-lhes por muito tempo manterem-se fora de complicações diplomáticas. A declaração de Monroe viera fixar precisamente o domínio e as orientações de política exterior dos Estados Unidos: sua política era estritamente continental, mas, dentro desses limites, visava preservar a independência de todo o Continente. Daí em diante, todas as grandes potências que tentaram colocar sob sua influência algum território ou exercer pressão sobre um Estado americano para resolver diretamente um litígio encontraram os Estados Unidos de permeio entre elas e seus interlocutores.

Em 1823, a intervenção norte-americana era ainda mais simbólica do que efetiva, e os Estados Unidos ver-se-iam em apuros para fazer respeitar suas declarações de princípio. Mas, à medida que o século avançava, seu peso aumentava e sua autoridade crescia. Napoleão III só empreendeu a expedição do México porque se beneficiou da Guerra de

Secessão, que paralisara a diplomacia federal; restabelecida a paz, a pressão dos Estados Unidos concorreu para obrigar a França a abandonar seu projeto de criação, na América Central, de um império católico e latino que fizesse contrapeso à potência protestante e anglo-saxônica e erguesse uma barreira contra sua expansão para o sul (1867). Trinta anos depois, a Grã-Bretanha estava em litígio com a Venezuela em torno de uma região limítrofe da Guiana Inglesa: tendo a Venezuela solicitado o apoio dos Estados Unidos, o governo inglês teve de resignar-se, após um momento de mal disfarçada irritação, a admitir a arbitragem do presidente Cleveland. Em 1903, interditaram à Alemanha uma intervenção contra a Venezuela. Entre as grandes potências européias e as débeis repúblicas da América Latina, a intervenção dos Estados Unidos restabelecia o equilíbrio.

Ocasionalmente, os Estados Unidos dedicavam-se também a subtrair outros territórios ao jugo de potências estrangeiras. A iniciativa de Jefferson, comprando a Luisiana, fez escola. Em 1867, o czar Alexandre II procurava desfazer-se do Alasca: os Estados Unidos foram seus compradores pela soma de 7 milhões de dólares; a descoberta ulterior de seus recursos auríferos (1896) justificará retrospectivamente essa aquisição, que fora muito criticada na época.

O governo americano, reatando por sua conta e numa escala mais vasta os projetos de federação americana formados outrora por Simón Bolivar e que ele próprio contribuíra para fazer fracassar, tentou, a partir de 1889, por iniciativa do Secretário de Estado Blaine, coordenar a ação das repúblicas americanas e dar ao Continente uma relativa unidade. Daí em diante, conferências periódicas reuniriam os ministros de todos os Estados americanos; comissões especializadas examinaram as possibilidades de unificação dos sistemas de pesos e medidas, das moedas; estudaram-se os meios de tradução em decisões práticas dos princípios do pan-americanismo. Mas o balanço desses encontros e conversações foi fraco: a potência dos Estados Unidos tornou-se forte demais para não sobressaltar a suscetibilidade de alguns vizinhos. Uma colaboração em pé de igualdade era quase inconcebível entre a grande República e as pequenas nações ao

sul do rio Grande; elas desconfiavam de que o interesse tardio dos Estados Unidos pelo pan-americanismo não passasse de um meio indireto de impor sua hegemonia a todo o Continente.

O nascimento do imperialismo norte-americano — Temor tanto mais justificado, porquanto, na mesma época — o último decênio do século XIX —, afirmava-se um começo de imperialismo norte-americano, distinto das preocupações de grandeza nacional, que tinham inspirado até então a conduta do país, e singularmente mais ousado. Os homens de negócio americanos começaram a lançar seus olhares para além dos limites do mercado nacional: voltaram suas vistas para os mercados de matérias-primas, cobiçaram mercados para a colocação de seus produtos. Certos grupos de interesses particularmente poderosos e bem organizados exerceram pressão eficaz sobre o Congresso e a Administração para que prevalecesse uma política ativa. McKinley foi ativamente sustentado por esses *lobbies*. Foi precisamente o momento em que o capitalismo norte-americano em plena ascensão, muito pouco afetado por crises, mudou de posição e adotou novas dimensões e estruturas: a ambição chegou simultaneamente com os meios. Os trustes que controlavam a imprensa prepararam e amoldaram a opinião pública, que não pedia outra coisa senão ser convencida de que incumbia aos Estados Unidos a missão civilizadora ditada por sua superioridade moral: o idealismo inerente ao caráter nacional americano transferia-se para o imperialismo e fornecia-lhe uma justificação. Alfred T. Mahan formulou a teoria da supremacia marítima e insistiu sobre a importância estratégica das bases navais. O fim da fronteira tornou disponíveis as energias que a expansão para o Oeste tinha absorvido. A nação, transbordante de vitalidade, inebriada de dinamismo e excitada por seus êxitos, aspirava a grandes empreendimentos.

Até mesmo o anticolonialismo tradicional veio engrossar a corrente: nas vizinhanças dos Estados Unidos, a Espanha mantinha uma dominação mal aceita sobre a grande ilha de Cuba, sacudida por agitação crônica. O governo

americano, sem procurar o conflito, aproveitou a ocasião que se lhe apresentou: um encouraçado americano, ancorado em Havana, foi destruído por uma explosão cujas causas nunca foram esclarecidas (fevereiro de 1898). Era tentador responsabilizar a Espanha pelo sinistro. Após um ultimato, e embora a Espanha se declarasse pronta a aceitar as exigências americanas, os Estados Unidos entraram em guerra. O Exército e a Marinha federais obtiveram vitórias fáceis em terra e no mar: em poucos meses, as esquadras espanholas foram aniquiladas ao largo de Manila e de Santiago; Cuba e Porto Rico, ocupados. A França interveio: a Espanha cedeu Cuba, à qual os Estados Unidos deram logo a independência, Porto Rico e, por 20 milhões de dólares, as Filipinas.

O evento teve uma repercussão enorme, que sua importância justificava amplamente: era o fim da epopéia colonial da Espanha, que assim perdia os últimos vestígios de seu império ultramarino; era também a primeira derrota da Europa e a vitória do Novo Mundo sobre o Antigo; era, enfim, para os Estados Unidos, seu começo de potência colonial. Eles possuíam, desde 1878, uma dependência nas ilhas Samoa, em participação com a Inglaterra e a Alemanha, mas uma coisa era interessar-se, como tinham se interessado até então, pelos países das margens do Pacífico, mormente pelo Japão, para fazê-los abrirem-se ao comércio, e outra era apossar-se dos despojos de uma antiga potência colonial. Daí em diante, o campo de ação dos Estados Unidos estendeu-se muito além do hemisfério ocidental.

As intervenções na política mundial — Com Theodore Roosevelt, o sucessor do presidente McKinley, a política externa americana transpôs uma nova etapa: tornou-se mundial. O presidente multiplicou as iniciativas e as intervenções: a recomendação de Washington, o compromisso de Monroe de manter-se à margem dos assuntos europeus, foram esquecidos. Roosevelt fez-se representar na conferência de Algeciras para solucionar o litígio franco-alemão sobre o Marrocos (1906); esteve igualmente presente na Conferência de Paz em Haia, em 1907; propôs sua mediação

à Rússia e ao Japão, e foi nos Estados Unidos que se assinou o tratado que pôs fim à guerra russo-japonesa. Embora lisonjeira para o amor-próprio nacional, essa rápida ampliação das responsabilidades internacionais dos Estados Unidos foi prematura: não levava em consideração o profundo apego do povo americano à neutralidade, um sentimento que em breve teria ocasião de manifestar-se. Quando foi deflagrada a guerra na Europa, o povo norte-americano foi unânime em sua vontade de ficar fora do conflito. Seriam necessários 32 meses e uma convergência de causas para que os Estados Unidos passassem da neutralidade à beligerância: a salvaguarda das somas emprestadas aos Aliados pelos grandes bancos americanos, a defesa dos direitos dos neutros, comprometidos pelo modo como a Alemanha conduzia a guerra submarina, as inquietações suscitadas pelas intrigas alemãs na América Central, as simpatias tradicionais pela França e a Inglaterra, o idealismo generoso dos Estados Unidos, sua fidelidade inquebrantável às instituições democráticas, participaram, em graus difíceis de avaliar, no movimento que levou o Congresso, em 4 de abril de 1917, a declarar guerra à Alemanha.

Os Estados Unidos não estavam preparados para enfrentar a potência militar alemã: desprovidos de tradições militares, apesar da guerra do México, da Guerra de Secessão e da guerra contra a Espanha, não dispunham praticamente de exército permanente e ignoravam o serviço militar obrigatório. Mas seu espírito de iniciativa e seu gênio organizador aplicados à condução da guerra fariam prodígios. Seus imensos recursos foram mobilizados, o governo foi dotado de poderes excepcionais, e a guerra ajudou a acentuar ainda mais a transferência de poderio dos Estados para o Estado federal e do Congresso para o Executivo. Milhões de homens foram alistados, centenas de milhares enviados à França. No prazo de um ano, dezenove divisões estavam prontas para entrar em combate. No verão de 1918, sob o comando do general Pershing, as tropas que formavam o corpo expedicionário americano receberam seu batismo de fogo e iniciaram suas primeiras ofensivas em Saint-Michel e em Argonne. A guerra terminou cedo demais para

que as tropas americanas tenham podido desempenhar nela um papel decisivo. Mas o governo dos Estados Unidos, na pessoa de seu presidente, teve uma participação decisiva nas negociações de paz. Em janeiro de 1918, Wilson tinha enunciado os objetivos da guerra e as condições de paz dos Aliados: esse programa em catorze pontos seduzira a opinião pública européia por sua nitidez e a generosidade de seus pontos de vista. Uma vez mais, o idealismo americano propunha um rosto para a esperança dos homens. Multidões entusiásticas acolheram Wilson, chegado à Europa a fim de participar da Conferência de Paz: discussão laboriosa em que a intransigência de princípios teve de se harmonizar com as situações de fato, em que Wilson se viu freqüentemente em desacordo com Lloyd George e Clemenceau. O resultado dessas negociações, bastante distanciado dos catorze pontos, só lhe agradaria pela metade.

A volta ao isolacionismo — Uma outra contrariedade o esperava em seu regresso: seus adversários políticos aproveitaram-se de sua ausência; os republicanos tinham recuperado em 1918 a maioria no Congresso; ele próprio perdera o contato com a opinião pública; os defensores da Constituição denunciaram o crescimento constante dos poderes do Executivo; o Senado, que só a muito custo perdoava ao presidente suas iniciativas e cuja anuência era indispensável em matéria de política externa, felicíssimo por fazer sentir seu poder, recusou-se a ratificar o tratado de Versalhes (novembro de 1919). O homem que durante oito anos governara os Estados Unidos e simbolizara a vontade de reforma e a vontade de paz da nação teve um triste final de vida; seu candidato foi derrotado nas eleições de 1920. Assim, os Estados Unidos iriam ficar fora dessa Liga das Nações que seu representante contribuíra tanto para fundar. A recusa do Senado acentuava a vontade de limitar a autoridade presidencial, talvez de pôr fim às experiências reformistas: era também uma condenação global de toda a política externa dos últimos presidentes e exprimia o desejo do país de voltar à antiga tradição de estrita neutralidade. Triunfou o isolacionismo. A vitória dos republicanos em

1920 significou também a importância crescente das populações do Centro-Oeste, que não queriam ter nada em comum com a velha Europa. Trazia em seu bojo o germe das leis restritivas à imigração votadas em 1921 e 1924. A América fechou-se sobre si mesma e, uma vez superada a pequena crise de adaptação que se seguiu ao fim da guerra, decidiu consagrar-se exclusivamente à busca da felicidade e da prosperidade.

Americanismo e prosperity *(1920-1929)* — A vitória republicana de 1920 teve assim alcance maior do que o de uma simples inversão de maioria: não foi um mero acidente de política interna, mas o fim de um capítulo. Embora sua participação nos assuntos internacionais lhes tenha valido, feitas as contas, mais vantagens do que prejuízos, os Estados Unidos entenderam de não se deixar arrastar mais para as querelas do Velho Mundo que, vistas do outro lado do Atlântico, pareciam-lhes absurdas brigas de família. Além disso, tomar partido nessas discórdias não deixava de envolver um certo risco para a unidade moral do povo americano: não era este composto de descendentes de todas essas nações da Europa? A presença de um forte núcleo de germano-americanos causara não poucas inquietações durante a guerra contra a Alemanha. Portanto, a composição da população americana, tanto quanto seus interesses, impunham o retorno a uma estrita neutralidade. Por diversas vezes, a legislação reforçaria as precauções destinadas a impedir a renovação das surpresas que, em 1917, tinham arrastado os Estados Unidos para a guerra.

Mais do que isso: eles voltaram resolutamente as costas à Europa e empenharam-se em reduzir ao mínimo suas relações com ela. Ao impulso entusiástico da intervenção sucederam depressa a retirada e a decepção: só extraíram dela motivos de desventura. A paz frustrou seu idealismo; a má vontade dos Aliados em liquidar suas dívidas feria a concepção americana de honestidade comercial. Em todos os domínios, os Estados Unidos fecharam-se em si mesmos e levantaram barricadas à sua volta. Fazendo jus, pela primeira vez, ao ponto de vista de espíritos inquietos que temiam

ver os americanos com "hífen" superarem numericamente os verdadeiros americanos, o Congresso estabeleceu restrições rigorosas à admissão de novos imigrantes: até então, somente os asiáticos, por quem os Estados da costa do Pacífico temiam ser invadidos, tinham sido objeto de medidas dessa ordem. A lei de 1924, agravando as disposições da de 1921, estabelecia cotas: cada país europeu viu limitado o contingente de seus nacionais admitidos em 3% do número fixado em 1890, o último ano em que elementos provenientes dos países nórdicos superaram os eslavos e os latinos. O Estado mais liberal do mundo no tocante à circulação das pessoas converteu-se num daqueles de mais difícil acesso. De cerca de um milhão, o número médio anual de imigrantes caiu para uns cem mil. A América acreditava ter salvo sua civilização; patrões e operários felicitavam-se por terem afastado agitadores e concorrentes no mercado de trabalho. Mas os Estados Unidos, talvez sem se aperceberem disso, secaram uma das fontes de sua espantosa prosperidade.

Tendo por largo tempo acolhido os homens, os Estados Unidos nunca deram o mesmo acolhimento aos produtos da Europa: o protecionismo alfandegário foi ainda reforçado pela administração republicana. O país fechou-se também às idéias, às teorias consideradas subversivas, a tudo o que pudesse contaminar os espíritos e alterar o regime ou o sistema de vida. Uma certa tradição política e moral, imbuída da superioridade da América, severa para o inconformismo, xenófoba e até racista, aquela que inspirara a votação da Lei do Estrangeiro (Alien Bill) na administração John Adams, o movimento nativista, o do Know-Nothing e o Ku Klux Klan, ressurgiu das profundezas da nação e fez a lei. Não era muito saudável ser estrangeiro ou professar opiniões heterodoxas: dois infelizes anarquistas italianos, Sacco e Vanzetti, suspeitos de um crime que obstinadamente negaram, foram enviados para a cadeira elétrica em 1927, após anos de espera; a execução deles suscitou na Europa uma onda de indignação que anunciou o alvoroço provocado mais tarde pelo caso Rosenberg. A Legião Americana denunciou infiltrações comunistas. A América protestante

desconfiava dos papistas, o catolicismo fez Alfred Smith, o candidato democrata nas eleições de 1928, perder uma parte dos votos do Sul e concorrer para o sucesso de seu adversário republicano, Herbert Hoover. A América puritana das seitas e das ligas de temperança traduzia sua preocupação de moralidade através de disposições legais: uma 18ª emenda à Constituição proibiu a fabricação, o comércio e o consumo de qualquer bebida alcoólica, mesmo as de teor mínimo de álcool em todo o território dos Estados Unidos (1919). A fraude suscitou um gigantesco tráfico cuja amplitude só foi igualada pela do dispositivo policial destinado a reprimi-la: as lutas entre *bootleggers* (contrabandistas de bebidas alcoólicas) e policiais alimentavam os noticiários jornalísticos, e o regime da Lei Seca propagou a imagem de uma América puritana, hipócrita e conformista.

Essas tendências de raiz exprimiam-se, na ordem política, pelas repetidas vitórias do Partido Republicano. No sistema partidário americano, os republicanos encarnavam mais, de fato, o conjunto das velhas qualidades morais e intelectuais, as tendências boas e más que constituíam como que um capital de fundo tipicamente americano; votar nos republicanos constituía um diploma de antigüidade, ao passo que os recém-chegados mostravam aberta preferência pelos democratas. Três republicanos se sucederam em dez anos na Casa Branca: Harding, que morreu subitamente (agosto de 1923) e em torno de quem certos escândalos tinham criado uma reputação que lembrava incomodamente os tempos de Grant; seu vice-presidente Coolidge, reeleito em 1924; e Hoover, eleito em 1928 contra Smith. Herbert Hoover era um *self made man*, que fizera rapidamente fortuna, um técnico que gozava da reputação de administrador proficiente. Sua personalidade era eminentemente representativa de certos traços e qualidades do caráter americano. Suas aptidões qualificavam-no para presidir aos destinos de uma sociedade técnica.

Com efeito, se, depois de 1920, os Estados Unidos pareciam voltar-se para seu passado e querer suspender o movimento da História, pelo menos num domínio, o da economia, eles esforçavam-se por apressar o passo e faziam tudo

por levar a dianteira no curso das coisas. A Primeira Guerra precipitara o movimento natural de sua expansão: a necessidade de prover às necessidades dos Aliados, bem como de equipar adequadamente seu próprio exército, tinha estimulado a industrialização. Sua posição financeira invertera-se: de devedores, os Estados Unidos tinham-se tornado credores, não tendo os governos europeus outra alternativa senão liquidar seus investimentos e contrair empréstimos. Todo o país se empenhou com ardor na corrida para a prosperidade. Os métodos americanos, normalização, standardização, taylorização, as estruturas de sua economia, concentração, especialização, somaram seus efeitos, os quais se engendraram por um desses processos cumulativos próprios dos desenvolvimentos econômicos. O crédito multiplicou-se ao infinito. As opiniões de Henry Ford sobre a remuneração do trabalho, que começavam a prevalecer, modificaram totalmente as relações patronais com os assalariados: o aumento dos salários, longe de ser nocivo à empresa, era de seu interesse: aumentava o poder de compra e fazia de cada operário um consumidor. A elevação regular do nível de vida ampliou assim continuamente o mercado e dissimulou as conseqüências da suspensão da imigração: o *big business* prosperou e, com ele, todos os americanos. Os novos setores da indústria em particular, o automóvel, o cinema, estavam à testa do movimento. A administração aplicava sem muito zelo a legislação antitruste. Os republicanos estavam, assim, de acordo, simultaneamente, com sua ortodoxia liberal e com a opinião pública, que via na prosperidade a recompensa e o efeito do liberalismo. A política apagou-se diante do econômico: a deflação, a redução orçamentária, as reduções fiscais, a supressão de todos os controles governamentais facilitaram a expansão. Isolacionismo e liberalismo constituíam os dois princípios fundamentais da administração republicana. Uma prosperidade fabulosa veio demonstrar a correção dessa política.

Na verdade, algumas sombras manchavam o brilho desse quadro: a extração carbonífera e as indústrias têxteis permaneciam muito atrás dos setores mais prósperos. A agricultura, sobretudo, não participava na euforia geral: numa economia em ascensão, as cotações dos produtos agrícolas mantinham-se estacionárias, e muitos *farmers*, incapazes de saldar suas hipotecas, tinham-se tornado empregados de algum banco em suas próprias terras ou partido em busca de trabalho em outros lugares. A questão racial tampouco deixava de ser preocupante: com o desenvolvimento das indústrias de guerra, que tinham atraído para o Norte uma abundante mão-de-obra negra oriunda dos Estados sulistas, o problema apresentava-se agora na totalidade dos Estados Unidos. Mas todas essas nuvens negras passavam despercebidas em face dos êxitos e, em qualquer caso, não chegavam a perturbar o otimismo geral. A legitimidade das instituições políticas, a excelência do sistema econômico e a superioridade do *American way of life* eram artigos de fé. Aliás, a continuidade da prosperidade, o aumento regular da renda nacional, a elevação indefinida do nível de vida, não tinham peso de prova?

CAPÍTULO VIII

O New Deal e a responsabilidade mundial

Ora, eis que dois fatos, igualmente imprevisíveis no momento em que os Estados Unidos elegeram Herbert Hoover, vieram desmentir, cada um por seu lado, os dois princípios básicos da política republicana — o liberalismo em economia e o isolacionismo nas relações exteriores — e abalar a confiança nos próprios fundamentos da sociedade americana. Um era de ordem econômica e destruía a prosperidade: a Grande Depressão de 1929; o outro era exterior aos Estados Unidos e ameaçava sua segurança: a ascensão dos regimes totalitários e o êxito crescente de suas iniciativas de dominação do mundo. O primeiro teve por efeito o abandono do liberalismo e a experiência do *New Deal*; o outro fez caducar a tradição de neutralidade e arrastou os Estados Unidos para um novo conflito mundial, no qual assumiram responsabilidades muito mais extensas do que em 1917. As duas evoluções tiveram por conseqüência comum uma ampliação considerável dos poderes do Executivo federal. À testa dessas grandes transformações estava um dos maiores presidentes que os Estados Unidos conheceram até hoje: Franklin Delano Roosevelt.

A grande crise — Tudo começou com um simples acidente da conjuntura bolsista. A 21 de outubro de 1929, no Wall Street, vários milhões de títulos foram propostos sem encontrar comprador. A 23, foram postos em venda 6 milhões de títulos. A 24, a baixa acentuou-se; cerca de 13 milhões de títulos foram lançados no mercado, os quais dificilmente encontrariam tomador. O aparelho que transmitia as cotações, o *ticker*, estava congestionado e funcionava com um atraso de quatro horas. Com uma alternância

de altos e baixos, a queda prosseguiu inexoravelmente; a 29, eram mais de 16 milhões de títulos que se abatiam sobre o mercado. Em dez dias, os "dez dias negros", dezenas de milhões de títulos mudaram de mãos, perdendo de 30% a 40% do seu valor, por vezes até 50%, e o valor global das ações cotadas no Wall Street, estimado em 89 bilhões de dólares em 1º de setembro, tinha caído para 71 bilhões, ou seja, com uma depreciação global de 20%. A clientela inquietava-se, mas sem excessos: que vantagem havia em afobar-se? A história financeira dos Estados Unidos já tinha conhecido outras crises. No final de outubro, as cotações reencontraram seu nível do começo do ano. Foi apenas uma daquelas pequenas crises indispensáveis ao saneamento do mercado.

O raciocínio pecava por excesso de confiança. Reduzir o desabamento das cotações a um puro acidente bolsista era minimizar o lugar do crédito na economia americana. Tudo baseava-se nele; o crédito era o princípio de tudo, tanto do consumo quanto da produção; a própria agricultura, como já vimos, dele dependia em grande parte. Foi também o ponto mais vulnerável. Para uma economia tão ligada ao crédito, uma crise financeira era como uma parada cardíaca: se o coração falhasse, a circulação ficaria comprometida em todo esse grande corpo. As empresas, industriais ou comerciais, viam sua tesouraria secar; os bancos, incapazes de satisfazer a toda a demanda, quebraram uns após outros, arrastando por sua vez para a falência numerosas empresas. Aquelas que não fecharam as portas diminuíram sua atividade e demitiram parte do pessoal: eram outros tantos compradores a menos. Os estoques acumularam-se, o dinheiro custava a reentrar; logo, novas falências. Por um encadeamento inexorável, todos os mecanismos econômicos que concorriam num dia para a crescente prosperidade atuavam no outro em sentido inverso: era um ciclo infernal. A diminuição de atividade acarretou o desemprego: o desemprego reduziu a atividade, cada um restringindo à força ou por precaução suas compras. O desemprego alastrou-se: 3 milhões, seis meses mais tarde; 4, ao fim de um ano; 7, após dois anos; 11, em outubro de 1932, ou seja,

10% da população total e mais de uma quarta parte da população ativa. A produção industrial caiu então abaixo da metade de seu nível de 1929.

Inicialmente, a situação foi encarada com otimismo: era impossível que ela se prolongasse. Era o que assegurava o presidente Hoover, que se esforçava por tranqüilizar seus concidadãos: "A prosperidade espera-os na esquina da rua", prognóstico também de quase todos os especialistas. Mas logo foi preciso render-se à evidência: a crise prosseguia, a baixa prolongava-se, o marasmo instalava-se. Aquela não era decididamente uma crise como as outras, e a opinião pública americana, em sua confusão e em sua perplexidade, começou a duvidar de que pudesse entrever uma saída. Uma tal crise, que atingia todas as estruturas da economia e abalava a sociedade americana em seus alicerces, não teria sido conseqüência de sua organização? Talvez fosse esse o efeito mais grave da depressão: a crise moral que engendrou. Os americanos perdiam, pela primeira vez, sua confiança no dogma da livre iniciativa, nas virtudes da iniciativa privada e na solidez dos pressupostos liberais. O otimismo que inspirava a experiência americana e que de seu êxito extraía sua própria justificação foi duramente atingido: a dúvida crescia. A nação americana atravessava uma crise de confiança, a mais grave de sua história, a qual deixaria recordações duradouras. Vinte anos seriam necessários, senão para apagá-las inteiramente, pelo menos para atenuá-las: o tempo, para a geração que viveu a crise, de ser substituída pela seguinte.

Vinte anos foi também o período de duração da administração democrata (1933-1953). Com efeito, a depressão acarretou também conseqüências políticas: os republicanos deram prova de uma total impotência para compreender a situação e remediá-la; foram atacados acerbamente por sua inação. Desacreditado por seus prognósticos otimistas que os fatos se encarregavam em seguida de desmentir, o infeliz presidente Hoover reapresentou-se às eleições de novembro de 1932 sem ilusões. A situação era catastrófica, a curva estava em seu ponto mais baixo: 12 milhões de desempregados, o índice da produção industrial em 48,7 (100

em 1929), as cotações do trigo e do algodão em um terço de seu nível de 1929. Uma vitória dos democratas estava na lógica das coisas: eles já dispunham da maioria na Câmara dos Representantes desde novembro de 1930. Que mais não fosse para mudar, os eleitores teriam votado no primeiro que aparecesse.

Franklin Roosevelt — Acontece que o candidato democrata estava muito longe de ser o primeiro que aparecesse. Essa foi a sorte do Partido Democrata, também da república norte-americana e, sem dúvida, do mundo livre — a de encontrar nesse momento crucial uma personalidade de primeiríssimo plano. Franklin Delano Roosevelt reunia um conjunto de dotes próprios para seduzir o eleitor: um sorriso eminentemente fotogênico, uma voz persuasiva (foi a primeira campanha eleitoral com intervenção do rádio), uma força de caráter que lhe fizera suportar e até mesmo superar parcialmente a doença que o atingiu (a poliomielite), o nome que ostentava (Theodore era seu primo), sua experiência em negócios públicos: tinha sido sub-secretário da Marinha durante a Primeira Guerra Mundial e governador do Estado de Nova York, um daqueles que desempenham um papel decisivo na designação do Presidente. Seu êxito, assegurado de todas as maneiras, assumiu uma amplitude sem precedentes: obteve a maioria em 42 dos 48 Estados, alguns dos quais quase sempre haviam votado nos candidatos republicanos, e arrebatou cerca de 23 milhões de votos contra menos de 16 milhões dados a seu concorrente. Raras vezes um presidente dispusera, ao assumir o poder, de semelhante capital de confiança.

A vitória dos democratas — O gênio político de Roosevelt seria o de transformar esse êxito de circunstância num triunfo duradouro e o de obter a adesão passageira dos eleitores num sólido apoio ao Partido Democrata. Uma fração importante do eleitorado americano é, com efeito, instável, e seu voto flutuante decide com freqüência a disputa entre republicanos e democratas. Desde 1865, o Partido Republicano assegurara-se da maioria: Wilson só conseguira tornar-se presidente em virtude de uma cisão dos republicanos. A crise reconduziu os democratas à Casa Branca. Roosevelt aí os manteria por vinte anos. A relação de forças entre os dois partidos inverteu-se.

Acidentalmente, a crise reaproximou vários grupos de tradições e interesses distintos, que as circunstâncias, a evolução da situação e a habilidade política de Roosevelt, chefe de partido tanto quanto chefe de Estado, manteriam estreitamente unidos. Havia, em primeiro lugar, o Sul, o *solid South*, assim chamado em virtude de sua indefectível fidelidade ao partido: no interior da coalizão democrata, era um elemento conservador, mesmo reacionário, deliberadamente racista e veementemente oposto a toda igualdade efetiva de direitos entre brancos e negros. O que não impedia os eleitores negros, pelo menos aqueles que exerciam seus direitos políticos, uma minoria, de votar também pelos democratas. Os *farmers* formavam um outro grupo, o qual estava grato à administração democrata por tê-lo tirado de uma situação desastrosa: a desvalorização do dólar e a política inflacionária reabsorveram as dívidas deles, ao passo que as medidas de sustentação dos preços agrícolas os protegeram das flutuações econômicas. Razões semelhantes ligavam o operariado industrial aos democratas: além da redução do desemprego, os sindicatos mostravam-se satisfeitos com a administração que os chamara a colaborar na preparação de algumas de suas decisões. O sindicalismo realizou grandes progressos sob a presidência de Roosevelt: constituída na base do profissional qualificado, a velha American Federation of Labor (AFL) passou a ter a concorrência de uma organização mais dinâmica, o Congress of Industrial Organization (CIO), que enquadrava por federações de indústria as categorias profissionais que não interessavam à aristocracia do trabalho (1936). A competição entre as duas centrais sindicais era proveitosa para o mundo do trabalho, as filiações contavam-se por milhões. O interesse dos sindicatos foi despertado para as questões políticas: eles empreenderam a educação de seus adeptos. Os americanos novos, os imigrados recentes, ou aqueles que eram mais difíceis de assimilar-se, porque conservavam suas particula-

ridades, ou porque suas origens os distanciavam mais da herança anglo-saxônica, também votavam nos democratas: os irlandeses, os italianos, os eslavos, a maioria dos católicos, os judeus, todas as minorias étnicas. Por isso Nova York, a maior cidade judia do mundo, também aquela onde se encontravam mais irlandeses, uma das metrópoles eslavas, era igualmente um baluarte democrata. Os brancos do Sul, o voto do negro, os *farmers*, o sindicalismo, as minorias religiosas ou raciais, eis os elementos heterogêneos cuja coalizão conduziu triunfalmente à presidência o candidato democrata Roosevelt, que vai mantê-los unidos durante toda a sua vida.

Eleito em novembro de 1932, Roosevelt só devia tomar posse e entrar em funções a 4 de março de 1933. Durante esses quatro meses, a situação agravou-se ainda mais; o desemprego alastrou-se; a paralisia propagou-se, os bancos continuaram falindo em série (5.500 desde 1930). A 4 de março, os estabelecimentos de crédito fecharam suas portas em todo o território. A economia americana atingiu o fundo do abismo: tudo estava em suspenso, na expectativa das iniciativas da nova administração; raras vezes um presidente terá, ao mesmo tempo, encontrado uma situação tão desastrosa, sentido o peso de tamanha responsabilidade e disposto de possibilidades de ação tão extensas.

O New Deal — Roosevelt agiu imediatamente com uma determinação que restabeleceu a confiança. O Congresso, que nada tinha a recusar-lhe, votou sem hesitar, com enormes maiorias, freqüentemente unanimemente, todas as propostas que ele lhe remeteu. A atividade legislativa era prodigiosa. Em pouco mais de três meses, de 9 de março a 16 de junho de 1933 — os Cem Dias da experiência do New Deal — as Câmaras adotaram mais textos do que nos quatro anos da administração Hoover. O processo foi de uma rapidez extraordinária: alguns textos eram redigidos, apresentados, discutidos, votados e assinados num mesmo dia. O alcance de muitos deles foi sem precedentes, e o conjunto modificou profundamente os hábitos, as tradições e as estruturas da sociedade, da economia e da política norte-americanas.

As principais medidas foram preparadas entre novembro e março, entre o presidente e o pequeno grupo de intelectuais e de especialistas que compunham seu *brain trust*. A importância das *entourages* presidenciais aumentou com o poder do presidente. O rol dessas leis, que afetavam todos os domínios, não formava, entretanto, um conjunto sistemático: Roosevelt não era um doutrinário. O New Deal exprimia menos um programa do que uma atitude fundamental: os republicanos assistiam impotentes às devastações da crise: Roosevelt decidiu reagir. O New Deal foi, antes de mais nada, um ato de fé nas virtudes da ação, a recusa em admitir a fatalidade da Depressão. É o sentido da expressão: nova distribuição das cartas e retomada do jogo em bases mais justas. A experiência Roosevelt increve-se, por isso, mesmo que suas modalidades tenham sido inovadoras, na tradição otimista do gênio americano. Alguns postulados inspiraram o New Deal: para reanimar a atividade, estimular a demanda e, para consegui-lo, aumentar o poder de compra de operários e camponeses; no marasmo existente, o Estado federal era o único detentor de recursos; a ele competia, portanto, iniciar a retomada. A política deflacionária dos republicanos tinha fracassado: a administração democrata praticou uma inflação controlada. O abandono do padrão-ouro, a desvalorização do dólar (de 30% a 40%), os adiantamentos do Tesouro e as grandes facilidades de crédito deviam revigorar a economia. A experiência também condenou as máximas do liberalismo e demonstrou a nocividade de uma concorrência ilimitada: o Estado devia intervir para regulamentá-la, organizar as relações sociais e defender os interesses legítimos dos assalariados; as orientações econômicas do New Deal estenderam-se a um programa social. Esses princípios traçavam um quadro para a ação administrativa: em sua aplicação, Roosevelt, cuja conduta se regia pelo empirismo, inspirou-se nas circunstâncias com a preocupação de remediar as situações mais prementes e de adotar as inspirações da opinião pública.

Estavam os bancos todos fechados e o crédito paralisado? Uma lei de urgência, proposta e votada a 9 de março, conferiu grandes poderes aos organismos federais, regula-

mentou todas as transações à vista e a prazo, proibiu o entesouramento e a exportação do ouro; uma moratória outorgou um sursis aos bancos. Oito dias depois, cinco mil bancos estavam reabrindo suas portas. Os desempregados contavam-se por milhões? Washington colocou 500 milhões de dólares à disposição dos Estados e empreendeu um vasto programa de obras públicas: a construção de escolas, a remodelação de aeroportos, os projetos de irrigação proporcionavam trabalho a milhões de desempregados que reencontraram, com a esperança e a dignidade, um poder de compra do qual a produção não tardou em beneficiar-se. O ordenamento de todo o vale do Tennessee, para a eletrificação, irrigação e controle de enchentes em todas as regiões circunvizinhas, foi iniciado sob a égide da Tennessee Valley Authority (TVA): grandioso empreendimento que transformaria a paisagem e as condições de vida numa vasta área. Um corpo de defesa civil ocupou 250 mil homens no reflorestamento. Os agricultores sofriam com as dificuldades de venda, a deterioração das cotações, e sucumbiam a enormes dívidas? O Agricultural Adjustment Act (AAA, 12 de maio de 1933) e diversas leis organizaram o crédito agrícola, incitaram os agricultores a reduzir a produção de gêneros alimentícios geradores de excedentes mediante um jogo de subvenções proporcionais às superfícies não cultivadas, estabeleceram um sistema de preços garantidos. Empréstimos a longo prazo, a juros módicos, e a inflação contínua ajudaram os agricultores a libertar-se. Entre 1933 e 1939, a renda média dos agricultores quase duplicou: ei-los no gozo da estabilidade a que aspiravam. O National Industrial Recovery Act (NIRA, 16 de junho de 1933) empreendeu para os industriais e os assalariados o que o AAA fez para os *farmers*; a fixação de preços mínimos, a redução da jornada de trabalho, códigos de concorrência leal redigidos com base num modelo uniforme, que o presidente tinha a faculdade de impor às indústrias que não as aplicassem espontaneamente, devia restringir a oferta e reabsorver os excedentes; a demanda foi estimulada pelos adiantamentos de crédito e pelas grandes obras. Essa regulamentação comportava garantias para os trabalhadores, que viram seus salários res-

tabelecidos, sua tranqüilidade assegurada, seus delegados participando na redação dos códigos, admitidos na mesa de negociações de convenções coletivas.

Quando o Congresso entrou em recesso de férias a 16 de junho, os Estados Unidos consumavam uma espécie de revolução: encerrava-se um capítulo de sua existência; iniciava-se um outro. Mesmo aqueles que lhe contestavam o espírito ou lhe criticavam os métodos tinham de admitir que o saldo da experiência era nitidamente positivo: o desemprego estava em regressão, a economia reanimada, os índices de atividade em aumento, os bancos reabertos, os agricultores vendiam seus produtos a preços mais remuneradores. Roosevelt salvou os Estados Unidos da catástrofe financeira, evitou as convulsões políticas, talvez a revolução. Deu ao povo americano confiança em seu destino e no valor de suas instituições.

As estruturas da economia americana saíram da crise profundamente modificadas: a intervenção do poder público, o desenvolvimento legislativo, a organização dos sindicatos retraíram singularmente o campo de aplicação do liberalismo e transformaram o capitalismo, salvando-o talvez. A ordem política também foi afetada: o equilíbrio entre o Estado e os Estados foi quebrado em benefício do governo federal. A regulamentação econômica e a legislação social passaram a ser de sua competência; a evolução tendia a fazer dos Estados agentes de execução da política decidida em Washington. Era a inversão da concepção que inspirara os constituintes de 1787 e o último estágio de uma evolução em curso desde longa data. A administração federal inchou seus serviços e seus efetivos, Washington adquiriu a fisionomia de uma grande capital administrativa.

As resistências ao New Deal — Essa atividade e suas conseqüências não eram do gosto de todos. Acolhido no início com um alívio praticamente universal — quase todas as suas disposições fundamentais foram adotadas pelo Congresso por quase unanimidade —, o New Deal enfrentou uma crescente oposição: dos patrões descontentes por verem o Estado apoiar as reivindicações de seus empregados

e constrangidos pelas novas medidas disciplinadoras; dos Estados submetidos ao governo federal; dos republicanos enciumados pelos triunfos de seus rivais políticos; e dos juristas ciosos da legalidade. Roosevelt encontrou adversários em seu próprio partido: conservadores que protestavam contra o que consideravam práticas socialistas. Essa oposição díspar reagrupou-se no terreno jurídico e contestou a constitucionalidade do New Deal. Ora, o Supremo Tribunal, a mais alta autoridade na matéria, declarou inconstitucionais o NIRA (maio de 1935) e o AAA (janeiro de 1936). Mas o New Deal também tinha fervorosos partidários; Roosevelt inaugurou novas formas de relacionamento com a opinião pública, dirigindo-se a ela pelo rádio, em conversas familiares "ao pé da lareira". Os desempregados de ontem, os agricultores, todas as vítimas da crise se recordavam de sua recente e aflitiva situação. Em novembro de 1936, Roosevelt foi reeleito com uma margem ainda mais folgada de votos sobre seu concorrente republicano: cerca de 28 milhões de votos contra menos de 17 milhões do opositor. Os democratas detinham no Congresso uma maioria esmagadora: 7/8 do Senado e 3/4 da Câmara de Representantes. A causa foi entendida: o país aprovava o New Deal. Roosevelt era tão capaz de flexibilidade quanto de firmeza: após ter ameaçado o Supremo Tribunal de reduzir o limite de idade de seus membros, esboçou-se uma reaproximação. Roosevelt não deu seguimento a seu projeto e o Supremo mostrou-se mais conciliador. A habilidade do presidente poupou aos Estados Unidos um conflito constitucional análogo ao que opusera o presidente Jackson ao Congresso. Os adversários tiveram de se render à evidência: muitas disposições do New Deal já tinham se integrado aos hábitos da população; era ilusório pensar num retorno ao estado de coisas anterior. A controvérsia acalmou-se. O agravamento da situação internacional contribuiu para isso, ao desviar as atenções do presidente dos problemas internos e ao fornecer uma justificação suplementar para a intervenção cada vez maior do poder federal na vida da nação.

Fora dos Estados Unidos, a experiência Roosevelt teve considerável repercussão: estudada, enaltecida, imitada (a política econômica do governo de Léon Blum inspirou-se nela), parecia abrir um caminho intermédio entre a anarquia do liberalismo e o rigor do dirigismo planificador, entre a impotência da democracia clássica e os excessos dos regimes totalitários.

A política externa de Roosevelt — No decorrer de seu segundo mandato presidencial (1937-1941), as preocupações externas iriam ter cada vez maior prioridade sobre as questões internas.

Roosevelt tinha pela política externa o pendor natural de todos os homens de Estado que sonham com a política em grande estilo: nos Estados Unidos, além disso, era esse setor confiado prioritariamente à atividade do presidente. Por tradição familiar e experiência pessoal, Roosevelt conhecia o mundo e interessava-se pela Europa. Sem demora, imprimiu à política externa, assistido por seu Secretário de Estado, Cordell Hull, a marca de sua personalidade. Em novembro de 1933, reconheceu o governo soviético, que a diplomacia americana ignorava obstinadamente desde a Revolução, como mais tarde ocorreria também com a China de Mao-Tsé-Tung. Foi sobretudo nas relações com as outras repúblicas americanas que a originalidade de sua linha política ganhou maior brilho: seus precursores, desde McKinley, interpretando a doutrina Monroe numa perspectiva imperialista, tinham trabalhado para estender a tutela política e econômica dos Estados Unidos aos outros Estados do Continente, e logrado fazer do mar do Caribe um lago americano; nos últimos vinte anos, as tropas federais tinham realizado intervenções em Cuba, São Domingos e México. Roosevelt, tanto por diplomacia quanto por convicção, rompeu ostensivamente com o que seu primo denominava a política do *big stick* (varapau) e inaugurou as relações de boa vizinhança. A sinceridade de suas intenções foi materializada em gestos: a partir de 1933, retirou da Nicarágua as tropas norte-americanas ali estacionadas; a Emenda Platt, que desde 1901 estabelecia uma espécie de protetorado sobre Cuba, foi revogada em 1934. Agiu no mesmo espírito no Haiti e em São Domingos. Os Estados ameri-

canos, tranqüilizados por essas demonstrações de boa vontade, abriram o caminho para um estreitamento de relações: o pan-americanismo reencontrou um sentido na confiança mútua, desenhou-se uma solidariedade continental, cujos alicerces foram criados por uma série de conferências interamericanas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos colheram os benefícios dessa atitude clarividente e generosa.

O abandono progressivo da neutralidade — A atenção do presidente não tardaria em ter de se concentrar na Europa, onde nuvens de mau agouro se adensavam no horizonte. Entre a eleição e a posse na presidência de Roosevelt, Adolf Hitler tinha-se instalado na chancelaria (30 de janeiro de 1933): as iniciativas do novo senhor da Alemanha, diplomáticas e militares, iriam pôr a paz em perigo. A partir de 1935, a Europa ingressou em águas perigosas: a expedição italiana na Etiópia, a guerra civil da Espanha multiplicaram os riscos e demonstraram, para quem não quisesse ignorá-la, a vontade de dominação das potências totalitárias. Roosevelt pressentiu o perigo, mas o povo americano não via ou não queria ver: continuava defendendo a neutralidade como fundamento da paz e garantia de sua segurança. Ausente da Liga das Nações, freado pela disposição do povo americano e pela desconfiança do Congresso, Roosevelt teve sua liberdade de ação internacional singularmente restringida. Nessa posição difícil, encurralado entre uma situação cujo rápido agravamento confirmava seus pressentimentos pessimistas e uma opinião pública que defendia cegamente o isolacionismo e imaginava poder manter-se à margem do conflito, Roosevelt revelou a medida de suas qualidades de homem de Estado: não renunciou a agir, mas evitou repetir o erro de Wilson, engajando-se sem estar certo de ser seguido. Dosando habilidade e audácia, usou plenamente todas as possibilidades que a legislação lhe conferia e, ao mesmo tempo, trabalhou para modificá-la: uma emenda à lei da neutralidade (1937) autorizou a venda de armas aos beligerantes, sob a condição de que pagassem à vista e assegurassem por conta própria o transporte (*cash and carry*); essa disposição, que suavizava o regime definido em 1935, sob o pretexto de tratar todas as potências em pé de igualdade, beneficiou de fato as democracias ocidentais, que dispunham do ouro e dos meios de proteção para suas comunicações marítimas com os Estados Unidos. Sem forçar o eleitor ou congressista, Roosevelt trabalhou pacientemente para colocar a opinião pública em face das realidades: ora precedendo-a, ora formulando sentimentos de que ela ainda não tomara consciência, fê-la percorrer o caminho que o levaria a aceitar suas responsabilidades. Em outubro de 1937, um discurso proferido em Chicago marcou uma etapa: Roosevelt constatou o fracasso do isolacionismo e introduziu entre os ditadores e as democracias uma diferença de julgamento, cuja idéia estava seguramente em conformidade com a inspiração democrática das instituições americanas, mas em desacordo fundamental com o princípio de neutralidade. Mas os acontecimentos desenrolaram-se mais depressa do que a opinião pública americana: à solicitação angustiada de Paul Reynaud, suplicando aos Estados Unidos que não deixassem a França ser esmagada, Roosevelt só pôde responder com uma manifestação de simpatia platônica. No decorrer da campanha eleitoral do outono de 1940, Roosevelt, que se apresentava uma terceira vez — fato sem precedente na história dos Estados Unidos e que somente a excepcional gravidade da situação tornava concebível —, acreditava dever prometer, contra sua convicção íntima, que o país não entraria em guerra. Sua reeleição, mais difícil do que em 1936, conferiu-lhe suficiente autoridade para obter do Congresso a aprovação de créditos e de medidas necessárias à segurança dos Estados Unidos, entendida em sua acepção mais ampla. Já no dia seguinte ao da derrota da França, indo até o limite extremo dos compromissos possíveis sem entrar na guerra, ele providenciou a transferência para a Grã-Bretanha de cinqüenta contratorpedeiros, em troca do aluguel de bases necessárias à defesa dos acessos ao golfo do México. Após sua reeleição, Roosevelt fez com que fosse adotada pelo Congresso a fórmula de empréstimo e arrendamento, que o autorizava a fornecer aos países que defendiam a democracia e, indiretamente,

os Estados Unidos, tudo o que lhes fosse necessário e que a penúria de divisas os impedia de adquirir. O empréstimo e arrendamento foi inventado para a Inglaterra, mas sua aplicação estender-se-ia a muitos outros países, inclusive a URSS, que, a partir do verão de 1941, foi um de seus beneficiários. Os Estados Unidos converteram-se no arsenal das democracias. Embora permanecendo aquém da fronteira que separava a paz da guerra, Roosevelt assinalou cada vez mais claramente com quem estavam as simpatias norte-americanas: Roosevelt e Churchill concordaram até num programa comum que definia os objetivos da guerra desses dois países que eram aliados sem o serem (1941). Os oito pontos da Carta do Atlântico, que retomavam a tradição dos catorze pontos de Wilson, exprimiam à maravilha o idealismo generoso dos Estados Unidos: eles teriam uma incalculável repercussão. Na guerra, encarnavam a esperança dos povos e ganharam numerosas simpatias para a causa dos Aliados. Na paz, inspirariam as reivindicações dos povos coloniais e modelariam a nova fisionomia do universo.

A entrada na guerra — A margem entre a paz e a guerra continuou a reduzir-se. O Japão poupou aos Estados Unidos a decisão de dar esse passo. Na madrugada de 8 de dezembro de 1941, interrompendo bruscamente as conversações que, nos últimos meses, tinham servido de biombo para seus preparativos militares, aviões japoneses atacaram de surpresa a grande base americana de Pearl Harbor, no Havaí. A esquadra americana, surpreendida ancorada, sofreu danos consideráveis. O potencial bélico americano levará meses recompondo-se do desastre, ao passo que o Japão aproveitou essa folga para se apoderar de todo o Sudeste Asiático. Mas a agressão nipônica prestou indiretamente um grande serviço ao presidente e ao povo americanos: eles foram lançados na guerra pela vontade do inimigo. No dia seguinte, a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos, que já não precisavam interrogar-se mais sobre o que convinha fazer ou deixar de fazer; todas as hesitações foram varridas, as discordâncias entre partidos, apagadas; a política pessoal de Roosevelt e a vontade do país deram-se as mãos.

Os Estados Unidos tinham apenas um objetivo: fazer a guerra e ganhá-la. Durante quatro anos, sua história vai confundir-se com a da Segunda Guerra Mundial.

Apesar das advertências de Roosevelt, os Estados Unidos encontravam-se bem longe de estar preparados: a ajuda prestada à Grã-Bretanha enfraqueceu, inclusive, a potência norte-americana de combate. Durante um longo período de tempo, os Estados Unidos sofreram sucessivos reveses. Tudo, ou quase tudo, estava por fazer simultaneamente: mobilizar exércitos, instruir os recrutas, formar os oficiais, fabricar as armas, construir as fábricas para produzi-las. A amplitude da tarefa teria podido desencorajar outros povos; ela serviu de estímulo aos americanos. A 6 de janeiro de 1942, a mensagem do presidente sobre o estado da União fixou os objetivos que a produção nacional deveria atingir antes do final do ano: os números pareciam despropositados: 60 mil aviões, 45 mil tanques, 20 mil canhões antiaéreos, 18 milhões de toneladas em navios. O programa seria executado. Os Estados Unidos colocaram ao serviço da alimentação da guerra as mesmas aptidões de que davam provas na paz; sua economia transformou-se toda em economia de guerra; o território estadunidense era um imenso arsenal que supria as necessidades não só dos exércitos e das frotas americanas mas as de todos os seus aliados. Foram criadas centenas de novas fábricas, sobretudo na Califórnia e nos Estados do Sul, que trabalhavam 24 horas por dia; a capacidade de produção das siderurgias elevou-se a cifras fabulosas; as fábricas e os estaleiros trabalharam num ritmo cada vez mais rápido, os *liberty ships* foram construídos em doze dias. O povo americano curvou-se espontaneamente às regulamentações de uma economia de guerra. A guerra assumia um caráter industrial; a abundância de seus recursos e a perfeição de sua organização permitiram aos Estados Unidos economizar homens e esmagar o inimigo sob o peso de material fabricado em grande série. Esse esforço gigantesco teve resultados decisivos principalmente em dois pontos: no mar, onde a atividade dos estaleiros navais ganhou a corrida de velocidade com os submarinos alemães e permitiu os desembarques na África do Norte, no Pacífico e na

Normandia; e nos ares, onde a aviação aliada depressa conquistou a superioridade. Foi o domínio conjugado dos oceanos e dos ares que abriu o caminho à conquista do continente europeu.

Esse esforço não tardou em fazer sentir seus efeitos no curso das operações. A Inglaterra e a URSS tinham contido o adversário: os Estados Unidos iriam retomar a iniciativa. A partir de novembro de 1942, eles estavam em condições de levar a cabo um grande desembarque, a milhares de milhas de suas bases, na África do Norte. No ano seguinte, foi o desembarque na Sicília; depois, na Itália peninsular. A 6 de junho de 1944 abriu-se a segunda frente na Normandia. A nomeação do general Eisenhower para o supremo comando dos exércitos aliados consagrou a posição dominante dos Estados Unidos na coligação. Onze meses depois, a capitulação da Alemanha afastou em definitivo uma das maiores ameaças que pesou sobre a liberdade dos homens. Nesse desfecho decisivo, a diplomacia e as armas americanas desempenharam um papel capital. Com efeito, os diplomatas não tinham abdicado de seus direitos. Toda uma série de conferências entre Roosevelt e os chefes das outras grandes nações aliadas tinha estreitado os vínculos, coordenado os esforços e lançado as bases para o estabelecimento da paz: Casablanca (janeiro de 1943), onde os anglo-saxões decidem exigir uma rendição incondicional ao inimigo; Quebec (agosto de 1943); Cairo, onde Roosevelt e Churchill conferenciam com Chang Kai-chek; Teerã (novembro-dezembro de 1943) e Yalta (fevereiro de 1945), entre os três grandes Aliados.

O mérito dos Estados Unidos foi tanto mais extraordinário porquanto tiveram de conduzir a luta simultaneamente em duas frentes. A prioridade concedida ao setor europeu não tinha impedido as forças americanas do Pacífico de executar contra o Japão uma série de operações duras e custosas. Reconstituídas as esquadras, tinham passado ao ataque e desalojado os japoneses de arquipélago em arquipélago, fechando o cerco em redor do Japão. Duas bombas atômicas explodiram sobre Hiroxima e Nagasáqui, desferindo o derradeiro golpe na resistência nipônica: a capitulação assinada a bordo do *Missouri* (15 de agosto de 1945) complementava a capitulação da Alemanha. Tanto aqui como ali, um chefe militar americano tinha exercido o comando supremo, Eisenhower contra a Alemanha, MacArthur contra o Japão. Os Estados Unidos foram, com a URSS, os grandes vencedores.

CAPÍTULO IX

A superpotência: de Truman a Reagan

A sucessão de Roosevelt — Roosevelt, que fora reeleito em novembro de 1944, para um quarto mandato presidencial, morreu cedo demais para assistir a esse duplo triunfo, do qual ele foi o principal artesão: uma parada cardíaca pusera fim, em 12 de abril de 1945, à mais longa presidência da história norte-americana. Seu brusco desaparecimento poderia lançar os Estados Unidos num transe comparável ao que se seguira à morte de Lincoln: como substituir inopinadamente semelhante personalidade que, nos últimos doze anos, concentrara em suas mãos poderes excepcionais e presidira à mais prodigiosa transformação de toda a história do país? Os Estados Unidos tinham-se elevado ao primeiro plano em todos os aspectos — econômico, militar, político —, mas tudo estava iniciado, nada concluído. A guerra estava virtualmente ganha, mas a paz poderia perder-se. Quis a sorte, porém, que o sucessor de Roosevelt, Harry Truman, fosse um homem de Estado à altura dessas vastas responsabilidades: esse pequeno lojista que ingressara na política depois de falir nos negócios, escolhido para ser o substituto de Roosevelt, revelou-se um dos melhores presidentes dos Estados Unidos. Em diversas circunstâncias, ele soube tomar decisões capitais sem vacilação, sustentá-las e fazê-las executar (emprego da bomba atômica, doutrina Truman, intervenção na Coréia, destituição de MacArthur). O Partido Democrata encontrou nele, assim, um excelente chefe, prudente, combativo, magnífico estrategista em política eleitoral, o que lhe propiciou em 1948 uma inesperada vitória nas urnas.

Iriam os Estados Unidos renovar os erros do primeiro pós-guerra? Tal como 25 anos antes, o corpo eleitoral trans-

feriu sua confiança para os republicanos que, nas eleições de novembro de 1946, arrebataram a maioria nas duas Casas do Congresso. O presidente Truman encontrou-se, então, numa situação análoga à de Wilson em face de um Congresso republicano. Também como então, sob a pressão de uma opinião pública impaciente por retomar o curso habitual de suas ocupações e apagar o mais depressa possível os traços da guerra no governo e na economia, a administração teve de revogar as medidas de exceção, suprimir os controles, repatriar as tropas: num prazo muito curto, cerca de 9 milhões de homens são repatriados e enviados para seus lares. A América desmobilizou ainda mais rapidamente do que tinha mobilizado: essa precipitação criou no centro da Europa um vazio que torna a URSS senhora da situação e leva o Exército Vermelho e os partidos comunistas nacionais a tentar preenchê-lo. Mas o paralelo com o outro pós-guerra ficou nisso: os Estados Unidos iriam menos longe no retorno ao isolacionismo; não repudiaram toda a responsabilidade, o Senado aprovou (dezembro de 1946) a entrada dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas, cuja Carta foi estabelecida pelos vencedores na Conferência de São Francisco da Califórnia.

A Guerra Fria e a liderança mundial — A deterioração da situação internacional e o temor do imperialismo soviético levaram os Estados Unidos a repudiar rapidamente o isolacionismo. Truman anunciou, em 12 de março de 1947, que prestaria assistência econômica e militar aos países ameaçados e decidiu substituir a Grã-Bretanha na Grécia e na Turquia. A 5 de junho, seu Secretário de Estado, o general George Marshall, num discurso histórico, convidou as nações européias a pôr-se de acordo, a fim de se beneficiarem de um plano de ajuda econômica financiado pelos Estados Unidos: o Plano Marshall salvou a Europa ocidental do desmoronamento econômico, da desordem social e da subversão política. Dois anos depois, a contribuição americana para a defesa da Europa ganhou um aspecto militar: a pedido dos governos europeus, assustados com o "golpe de Praga", foi criado um sistema de aliança, o Pacto do

Atlântico Norte (4 de abril de 1949): Eisenhower torna-se comandante supremo das forças da OTAN. Pela terceira vez, contingentes americanos desembarcaram na Europa, mas em plena paz, a título preventivo e em decorrência de uma aliança previamente concluída.

A ameaça comunista inspirava preocupações aos Estados Unidos no outro extremo do planeta. Não conseguiram estabelecer um entendimento entre os comunistas chineses e o aliado de Washington, Chang Kai-chek, nem impedir os primeiros de se apoderarem de toda a China (1949). Em 25 de junho de 1950, as forças da Coréia do Norte invadiram a Coréia do Sul: primeira ruptura do equilíbrio resultante da guerra. Truman reagiu em 24 horas e ordenou a intervenção das tropas americanas estacionadas no Japão. A ONU caucionou a operação, outras nações enviaram contigentes, colocados sob o comando de MacArthur. A situação lembrava a da Segunda Guerra Mundial: na Europa e na Ásia, duas coalizações foram reconstituídas, tendo à testa os mesmos comandantes-em-chefe. Só o adversário mudara: o aliado de ontem, o comunismo soviético e chinês. Mas Truman não pretendia deixar-se arrastar para um conflito generalizado: a 11 de abril de 1951, exonerou de seu comando o general MacArthur, cujas iniciativas ameaçavam a paz do mundo. Após intermináveis negociações, acedendo aos desejos da nação, o presidente Eisenhower pôs fim a essa guerra por um armistício que devolveu uma paz de compromisso nessa parte do mundo (1953).

A Guerra Fria levou os Estados Unidos a um envolvimento cada vez maior: a era do isolacionismo estava morta e enterrada. Eles faziam parte de vários sistemas de alianças (OTAN, OTASE, ANZUS), assinaram acordos bilaterais com numerosos países, subscreveram compromissos que os obrigavam a estar presentes. Mantinham, fora do território norte-americano, mais de uma centena de bases militares, navais e aéreas, em todos os continentes e em todos os oceanos; conservavam uma esquadra no Mediterrâneo e uma outra nos mares da China. Todos os países com dificuldades financeiras e falta de capitais para seu desenvolvimento, solicitavam ajuda americana; se esta lhes fosse recusada,

recorriam à União Soviética; se lhes fosse concedida, nem por isso ficavam agradecidos aos Estados Unidos que, aos olhos deles, eram portadores de uma tara irremediável: a riqueza. Os Estados Unidos sustentavam militar e financeiramente o peso do mundo: de 1945 a 1951, o total de créditos de ajuda ao estrangeiro, militar e econômico, elevou-se a 143 bilhões de dólares. Uma carga possivelmente esmagadora para qualquer outro país, mas que era o preço de sua superioridade econômica e estratégica.

Onde quer que suspeitassem de ameaças de subversão, os Estados Unidos intervinham: sobretudo nas Américas, que consideravam indispensáveis à sua segurança: em Cuba, Kennedy fez Moscou recuar; forneceram ajuda aos governos que combatiam a guerrilha. No Vietnã, envolvem-se progressivamente até se verem implicados numa verdadeira guerra: envio de conselheiros militares, depois de tropas, cujos efetivos acabarão por superar os 500.000 homens, finalmente os bombardeios maciços desfechados contra o Vietnã do Norte.

Entretanto, a confrontação com a URSS orientou-se para uma normalização das relações após a crise de Cuba (outubro de 1962): a consciência do perigo que se correra e o sentimento de uma responsabilidade comum levaram às negociações. O acordo de Moscou, interditando as experiências nucleares sobre a Terra, na água ou no céu (1963), inaugurou uma série de compromissos que instauraram uma certa solidariedade das duas grandes potências contra a disseminação atômica. Nixon, bem secundado pelo talento diplomático de Henry Kissinger, pôs fim à Guerra Fria e foi a Moscou e a Pequim. Simultaneamente, a competição adquiriu um aspecto científico e tecnológico: após a corrida pelo domínio da energia nuclear, a conquista do espaço, na qual os Estados Unidos tinham se deixado ultrapassar pela URSS. Um esforço colossal e sua superioridade em eletrônica e em outros campos permitiram-lhes recuperar esse atraso: em 1958, foi enviado um primeiro satélite, o *Explorer*; em 1962, foi colocado em órbita o primeiro veículo espacial tripulado e, sobretudo, em 21 de julho de 1969, houve o desembarque na Lua — os primeiros homens a

caminhar em nosso satélite eram americanos. Os mísseis tomaram o lugar dos *flat boats* e dos trens transcontinentais. A conquista do espaço era o último capítulo da epopéia que se iniciara com a marcha para o Oeste.

Os anos 70 permanecerão como um período infeliz para a diplomacia americana. No Vietnã, o presidente Nixon foi forçado a extrair as conseqüências de uma guerra desastrosa: em janeiro de 1973, as negociações conduzidas por Henry Kissinger culminaram na evacuação das tropas americanas. Foi a primeira guerra perdida pelos Estados Unidos: a opinião pública foi duramente afetada e tendeu a uma retirada geral que deixava o campo livre para as iniciativas soviéticas na África e em outras áreas. A "síndrome vietnamita" paralisou Washington por vários anos. Os Estados Unidos ressurgiriam em força a partir de 1980: a amargura das humilhações sofridas, mormente no Irã, um sobressalto de amor-próprio ferido, um retorno de confiança, tiveram um papel na vitória de Reagan em 1980. O novo presidente anunciou sua intenção de dar aos Estados Unidos seu lugar no mundo: instalou na Europa os mísseis Pershing, para restabelecer o equilíbrio da defesa, interveio em Granada, pronunciou-se a favor da iniciativa estratégica de defesa que, militarizando o espaço, asseguraria a inviolabilidade do território americano. Em face de uma União Soviética com uma economia sem fôlego, enterrada numa ideologia obsoleta, empenhada numa guerra interminável no Afeganistão, que só mantinha pela coerção seu domínio sobre a Europa oriental, os Estados Unidos apresentam-se, mais do que nunca, como a primeira potência mundial.

A sociedade americana e seus problemas depois de 1945 — O envolvimento dos Estados Unidos nos negócios mundiais não os desviou de seus próprios problemas; por vezes, aqueles até contribuíram para agravar estes, em vista de sua incidência sobre a política interna. Assim, na época da Guerra Fria, a obsessão do comunismo, o medo de espiões e a preocupação em proteger o monopólio dos segredos atômicos suscitaram um fenômeno de mentalidade coletiva que recebeu seu nome de um senador que baseou sua carrei-

ra na exploração desses sentimentos: o macartismo. A "caça às bruxas" na administração federal, na imprensa, nas universidades, em Hollywood, entre os cientistas, causou inúmeras vítimas entre os suspeitos de simpatia pelos "vermelhos": o processo de Alger Hiss e o do casal Rosenberg foram os de maior repercussão. Em dado momento, a intolerância e os procedimentos inquisitoriais assumiram tal amplitude, que foi possível temer pela sobrevivência da democracia: o respeito às liberdades, a garantia dos direitos individuais seriam, então, incompatíveis com a segurança nacional e a detenção de segredos nucleares? Depois, uma reação liberal, brotando do mais profundo do espírito americano, varreu esse ressurgimento de um fenômeno obscurantista, que se observa periodicamente na história dos Estados Unidos e já se manifestara após a Primeira Guerra Mundial, e restabeleceu uma ordem mais condizente com os princípios desse grande povo.

Republicanos e democratas alternaram-se na Casa Branca com personalidades bastante diferentes. Em 1948, Truman arrancara, para surpresa de todos, sua reeleição. O candidato democrata, Adlai Stevenson, não pôde em 1952 renovar essa façanha contra o candidato republicano, Eisenhower em pessoa. A volta dos republicanos estava na ordem das coisas, tendo vinte anos de poder extenuado os democratas: a evocação da Grande Depressão já não significava grande coisa para os jovens eleitores. Com uma maioria de 6 milhões e meio de votos, Eisenhower obteve um êxito triunfal. Foi reeleito em 1956 com uma maioria ainda mais ampla.

Em 1960, o candidato democrata John Kennedy levou a melhor por uma escassa margem sobre o vice-presidente Richard Nixon: era o primeiro católico a entrar na Casa Branca. Tinha feito uma campanha em torno do tema de uma "nova fronteira" a conquistar, e sua eleição simbolizava o acesso ao poder de uma geração que não tinha conhecido a América de antes de Roosevelt. Esse jovem presidente, que não recebera somente os dons do nascimento e da fortuna, mostrou qualidades de homem de Estado: na crise de Cuba (outubro de 1962), soube dosar a intimidação e a moderação para obrigar Kruchev a retirar seus mísseis e a iniciar a *détente*. Em 22 de novembro de 1963, as balas de um assassino puseram tragicamente fim à sua presidência em circunstâncias que não foram inteiramente esclarecidas. A figura dessem jovem presidente ocupou um lugar de destaque na galeria dos grandes presidentes que encarnaram aos olhos do mundo a mais nobre imagem do país.

Seu sucessor e vice-presidente, Lyndon Johnson, era um homem muito diferente: um *self made man* do Sul. Político hábil, obteve do Congresso a aprovação de projetos de seu predecessor: assistência médica para pessoas idosas, ajuda federal aos estabelecimentos de ensino, sobretudo a lei sobre os direitos civis que proscrevia toda a discriminação racial e facilitava a participação dos negros nas eleições (1964). Triunfou com uma esmagadora maioria em 1964 sobre seu adversário republicano, o senador Goldwater, do Arizona, cujo programa prefigurava o da revolução conservadora que triunfaria em 1980 com Ronald Reagan.

Em 1968, tendo Johnson renunciado a reapresentar-se, e após o assassinato de Robert Kennedy, Richard Nixon arrancou, por escassa margem, a vitória ao democrata Humphrey; um terceiro candidato, George Wallace, o porta-voz do racismo sulista, desviou 10 milhões de votos dos dois grandes partidos. Em 1972, Nixon foi reeleito com cerca de 18 milhões de votos de diferença sobre seu concorrente democrata MacGovern, para um segundo mandato que se anunciava tranqüilo. Alguns meses depois, entretanto, estourava uma das maiores tempestades da história política americana com o escândalo Watergate, cujos desdobramentos, ao convencerem a opinião pública de que o presidente lhe mentira, forçaram Nixon a demitir-se em 8 de agosto de 1974, depois de ter lutado palmo a palmo contra a imprensa, os juízes e o Congresso. Sucedeu-lhe Gerald Ford, que fora escolhido para substituir o vice-presidente Spiro Adnew, obrigado a renunciar para evitar um outro escândalo. Situação insólita a desse presidente que ascendeu à magistratura suprema sem ter sido eleito para isso, e que

os eleitores não manterão no cargo ao término de seu mandato incompleto. A crise e seu desenlace inspiraram comentários divergentes: que um "patife" tenha podido durante mais de cinco anos dispor de tanto poder no Estado mais poderoso do mundo não condenava o sistema? Mas que o regime tenha resistido a uma crise tão grave e, sobretudo, que Nixon tenha sido obrigado a ceder em face da indignação da opinião pública, não era também a mais bela prova da superioridade das instituições democráticas? O episódio demonstrou que ninguém está acima da lei: a tese de Nixon de que o privilégio do Executivo subtraía o presidente à lei comum foi rejeitada. A decisão do Supremo Tribunal confirmou a supremacia do Judiciário. A autoridade da função presidencial esteve enfraquecida por algum tempo.

Em 1976, os republicanos perderam a presidência: Ford foi batido, ainda que por pouca margem, pelo democrata Jimmy Carter, o primeiro sulista a entrar na Casa Branca desde a derrota dos Confederados, fazendo uma campanha em nome dos valores morais contra a classe política. Propunha-se, em termos de política externa, romper com a *real politik* de Nixon e Kissinger, e fazer imperar no mundo o respeito pelos direitos humanos. Não tardou em decepcionar: sua curva de popularidade desmoronou, e Carter conheceu o amargor excepcional de se ver recusado para concorrer a um segundo mandato. Foi batido em 1980 pelo republicano Ronald Reagan que, após uma carreira de ator cinematográfico de segunda ordem, fora um bom governador da Califórnia. Seu programa conjugava o velho individualismo americano, o dogma da livre iniciativa e as teses monetaristas da escola de Chicago: exprimia uma reação contra a expansão da administração federal e do Welfare State. Propunha um desengajamento do Estado, um desmantelamento da administração de Washington com a transferência de responsabilidade para os Estados, uma redução drástica de despesas, com exceção do orçamento da Defesa, mediante cortes severos nas verbas destinadas à assistência social e à educação, conjugada com uma volta ao equilíbrio orçamentário e uma diminuição significativa dos impostos diretos. Se pôde cortar nas despesas, Reagan

não conseguiu reabsorver o déficit orçamentário que atingiu em 1986 mais de 150 bilhões de dólares. No Exterior, Reagan dedicou-se a restabelecer o prestígio dos Estados Unidos. O mais idoso dos presidentes foi triunfalmente reeleito em 1984: com exceção de um, todos os Estados lhe deram a maioria.

Nas décadas de 1960 e 1970, a sociedade americana tinha conhecido grandes motivos de inquietação. Os mais prementes estavam ligados a seu caráter multirracial. A questão do negro passou por sucessivas fases. Nos anos 60, enquanto as iniciativas da administração federal, as disposições legislativas e as decisões do Supremo Tribunal concorriam para apagar numerosas discriminações, nas eleições, nas escolas, uma parte dos negros, sem esperanças na eficácia das medidas legais, estava atenta à tese do *black power*: o assassinato de Martin Luther King deixava o campo livre aos extremistas. Motins raciais nos bairros negros das grandes aglomerações urbanas (Harlem, 1964; Los Angeles, 1965; Newark, 1967) revelavam a gravidade de um problema que envolvia uma décima parte da população. Depois, parece ter perdido sua acuidade. Chegou então a vez de outras minorias reivindicarem o reconhecimento de sua personalidade: índios, porto-riquenhos, sobretudo a massa de *chicanos*, os elementos de origem hispânica, cuja proporção crescia regularmente, poderiam a longo prazo contestar a supremacia do elemento de língua inglesa. Outro motivo de preocupação: a escalada da violência, mal endêmico mas que assumiu proporções desconhecidas até então: o fim trágico dos irmãos Kennedy e de Martin Luther King, o atentado contra Reagan, são apenas a parte mais visível. Delinqüência juvenil, criminalidade, narcóticos: outros tantos sintomas de crise que afeta as cidades. Enfim, nos anos 60, em relação com a guerra do Vietnã, toda uma geração, em especial nas universidades, passou a duvidar dos valores americanos e a questionar os princípios em que estava assentada a socidade. A contestação não era, então, mais radical do que todos os movimentos de crítica social que os Estados Unidos tinham conhecido no passado e não ameaçava abalar os próprios alicerces do consenso coletivo? Hoje, a crise

apaziguou-se, e Reagan deve seu espantoso êxito a ter sabido encontrar as palavras e os gestos certos para exprimir a confiança reencontrada dos americanos em seu destino histórico e em sua capacidade de converter em vitórias os desafios que lhes são apresentados ora pela natureza, ora pela História.

Essa confiança encontra um de seus motivos numa expansão contínua. Através das mudanças de maioria e dos acidentes de conjuntura, o crescimento prosseguiu, vertiginoso. A população continua crescendo quase sem contribuição exterior, tendo o número de imigrantes admitidos anualmente no país um teto de 425 mil. A população recenseada em 1980, data do último censo decenal, elevou-se a 228 milhões, aos quais se somaram, sem dúvida, alguns milhões de emigrantes clandestinos, provenientes principalmente do México. Quanto à economia, conheceu desde 1945 uma prodigiosa expansão: o volume da produção industrial multiplicou-se por mais de oito. É igual à do conjunto de todos os países da OTAN mais o Japão. O produto nacional bruto ultrapassa os 2 trilhões de dólares. Com apenas 6% da população do globo, os Estados Unidos concentram a metade da riqueza mundial. No tocante à maior parte das matérias-primas, consomem a metade dos recursos do planeta. Encabeçam a lista na fabricação da maior parte dos produtos, mesmo que a diferença que os separa da segunda potência tenda, por vezes, a ser reduzida. Sua tecnologia está na dianteira em numerosos setores, e o programa estratégico no espaço estimulará ainda mais a inovação. Nem a crise do dólar dos anos 70, que obrigara Nixon a suspender sua conversibilidade com o ouro, nem o considerável déficit do comércio externo impedem a moeda americana de fazer lei e de atingir níveis recordes que se explicam pelas taxas de juros muito elevadas e pela necessidade, para o Tesouro, de recorrer ao empréstimo a fim de financiar o déficit orçamentário: o dólar, de quatro francos, em julho de 1980, atingira 10,50 francos, em fevereiro de 1985. Menos afetada pela crise mundial do que as outras, a economia americana restabelece-se: a inflação regrediu e a taxa de desemprego, que subira para 10%, foi rebaixada para 7%.

Será isso efeito da aplicação do programa Reagan ou simplesmente do dinamismo inesgotável da sociedade americana?

Tanto em seus êxitos quanto em seus fracassos e incertezas, a experiência norte-americana interessa à humanidade inteira. Esse povo, cuja originalidade consistia em não ter história, todo ele empenhado na aventura da valorização de seu solo e que voltava as costas ao resto do mundo, é hoje solidário, queira ou não, com todo o planeta. Por sua diplomacia e seu poderio militar, é a garantia de liberdade para numerosos países. Por seus capitais e sua economia, toda recessão nos Estados Unidos tem repercussões imediatas sobre a saúde da economia mundial e toda a retomada da expansão acarreta um reerguimento geral. A expressão Os Dois Grandes não deve iludir ninguém: as duas potências não têm o mesmo peso. A produção dos Estados Unidos é mais de duas vezes superior à da URSS, e os dirigentes soviéticos perderam a esperança de alcançar seu rival. Na verdade, só existe uma superportência, que são os Estados Unidos. Se o mundo tivesse que escolher uma capital, essa seria Nova York: a presença da ONU não consagra já essa supremacia? O papel intelectual e cultural dos Estados Unidos também os coloca em primeiro lugar; eles colecionam prêmios Nobel em todas as disciplinas. Inventaram, ou renovaram, formas originais de criação: romance, cinema, histórias em quadrinhos, arquitetura, coreografia, outros tantos modos de expressão, de maneiras de sentir, de raciocinar nascidos nos Estados Unidos e que propagam através do mundo inteiro uma civilização que ostenta sua marca. Mesmo em suas interrogações e nas crises que os afetam, constituem um marco de referência para todo o mundo. A civilização de amanhã será americana? Em todo caso, a história dos Estados Unidos é, a cada ano que passa, um pouco mais parte integrante da própria história da humanidade e de seu patrimônio comum.

Bibliografia sumária

O leitor encontrará um excelente guia tanto para complementos de leitura como para a exposição de problemas em: FOHLEN, Claude. *L'Amérique anglosaxonne de 1815 à nos jours*. 2ª ed., Paris, PUF, 1969 (col. Nouvelle Clio).

ARTAUD, Denise e KASPI, André. *Histoire des Etats-Unis*. Paris, Colin, 1969 (col. U).

BOORSTIN, Daniel. *Histoire des américains*. Paris, Colin, 1981. [Um grande afresco em 3 vols.: 1. *L'aventure coloniale*; 2. *Naissance d'une nation*; 3. *L'expérience de la démocratie*.]

ARTAUD, Denise, BENICHI, Régis e VAISSE, Maurice. *Lexique historique des Etats-Unis*. Paris, Colin, 1978: concebido como um dicionário, comporta todas as indicações esclarecedoras sobre as instituições e as práticas. A respeito das instituições: TUNC, André e Suzanne. *Le système constitutionnel des Etats-Unis d'Amérique*. Paris, Domat, 2 vols.: *Histoire constitutionnelle*, 1953; *Le système constitutionnel actuel*, 1954.

TURNER, Frederick J. *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis* [tradução e prefácio de René RÉMOND]. Paris, PUF, 1963: sobre um aspecto fundamental do desenvolvimento dos Estados Unidos; além disso, grande clássico da historiografia americana, mesmo que ultrapassado.

NÉRÉ, Jacques. *La guerre de Sécession*. Paris, PUF (col. "Que sais-je?", 91).

Sobre a questão negra: FOHLEN, Claude. *Les noirs aux Etats-Unis*. Paris, PUF (col. "Que sais-je?" 1191); FABRE, Michel. *Les noirs américains*. Paris, Colin, 1967.

Sobre um capítulo fundamental da história da política exterior: DUROSELLE, Jean-Baptiste. *De Wilson à Roosevelt. Politique extérieure des Etats-Unis, 1913-1945*. Paris, Colin, 1960.

MÉLANDRI, Pierre. *La politique extérieure des Etats-Unis de 1945 à nos jours*. Paris, PUF, 1982. Prolonga até os dias de hoje o estudo de J.-B. DUROSELLE.

Ainda será leitura proveitosa o livro de SIEGFRIED, André. *Tableau des Etats-Unis*. Paris, Colin, reeditado em 1954.

LERNER, Max. *La civilisation américaine*. Paris, Le Seuil, 1961.

FOHLEN, Claude. *La société américaine (1865-1970)*. Paris, Arthaud, 1973.

KASPI, André, BERTRAND, Claude-Jean e HEFFER, Jean. *La civilisation américaine*. Paris, PUF, 1979.

PARMA
Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Telefone: (011) 912-7822
Av. Antonio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo editor

Coleção Relações Internacionais
Coordenador: Paulo Gilberto F. Vizentini

- *Introdução às Relações Internacionais – Temas, atores e visões*
  Cristina Soreanu Pecequilo
- *Relações exteriores do Brasil (1945-1964) – O nacionalismo e a política externa independente*
  Paulo Gilberto F. Vizentini
- *História das Relações Internacionais – A* Pax Britannica *e o mundo do século XIX*
  Antônio Carlos Lessa
- *Relações Internacionais Contemporâneas – A ordem mundial depois da Guerra Fria*
  José Augusto Guilhon Albuquerque
- *História das Relações Internacionais II – O século XX: do declínio europeu à Era Glacial*
  Christian Lohbauer

Antônio Carlos Lessa

História das Relações Internacionais

A *Pax Britannica* e o mundo do século XIX

EDITORA VOZES
Petrópolis

Desse processo de alargamento surgiu um território com quase oito milhões de quilômetros quadrados, e que continuaria a crescer e a transformar-se. Dos 23 estados que o compunham em 1820, os Estados Unidos passaram a ter 33 em 1860, enquanto a sua face social transformava-se graças à atração de imensos contingentes de imigrantes e sua população crescia consistentemente, passando de pouco menos de dez milhões a pouco mais de 31 milhões no mesmo período.

3 O liberalismo e a expansão do modelo inglês (1848-1870)

3.1. O apogeu da ordem liberal britânica – Uma visão geral

No final da década de 40 do século XIX, o sentido de ordem estabelecido em Viena, em 1815, parecia resguardado, com o sufocamento das ondas revolucionárias que se abateram sobre a Europa, clamando por liberdade e pelos direitos da nacionalidade, e com a ação concertada das grandes potências que impediu o rompimento do equilíbrio de poderes e o surgimento de uma nova hegemonia no continente. Mas esses eram os únicos aspectos que tornavam o mundo de 1848 semelhante ao de 1815 – em todos os outros, particularmente na dimensão econômica, muitas coisas haviam mudado. O período em questão foi marcado pela ascensão rápida da liderança britânica, estabelecendo as bases de uma nova ordem econômica mundial, costurada pelo liberalismo econômico.

A partir de meados do século XIX, a transferência de tecnologia industrial de uma região para outra permitiu um novo aumento na produtividade e estimulou a busca de

novas fontes de matérias-primas, e, por outro lado, de novos mercados consumidores para a produção manufatureira ampliada pela expansão da Revolução Industrial por toda a Europa. Esse processo está na base da competição dos principais atores europeus por áreas de exploração direta, de colonização e de regiões para a expansão da sua influência econômica, em nova forma de imperialismo que jogou as potências européias em acirrada competição. Por outro lado, esse também é o período do apogeu da Grã-Bretanha, no qual a sua economia industrial tornou-se imbatível, sendo a um só tempo produtora de riqueza e grande indutora das transformações no perfil internacional do país, que se consolidou nessa época como o centro econômico do universo – com todas as vantagens e desvantagens que disso decorriam.

As necessidades da expansão econômica favoreceram no período o aprimoramento das fórmulas do liberalismo econômico, secretadas desde o centro da economia industrial. Esse foi o momento da criação de novas formas de relações entre as potências européias, especialmente da Grã-Bretanha, com o mundo extra-europeu, pelo fortalecimento das dependências econômicas estruturais, por meio do imperialismo comercial e financeiro.

Entre 1850 e 1870, a transformação da Alemanha e da França em potências industriais e o início da disseminação da industrialização por outras economias européias são fatores que permitem entrever os limites que o modelo liberal encontraria na fase subseqüente, uma vez que flexibilizaram a total hegemonia britânica sobre o comércio internacional. As unificações da Alemanha e da Itália, levadas a cabo ao longo da década de 1860, introduziram no sistema europeu novos atores importantes, o que se deu em concomitância com a ascensão gradual dos Estados Unidos como potência extra-européia, após o final da Guerra da Secessão. Em especial, a construção de uma potência alemã, econômica e militar, efetivamente balançou a ordem internacional consagrada no Congresso de Viena, permitindo que se desenhassem as linhas de um novo desequilíbrio de poder.

3.2. A expansão da industrialização pelo Continente Europeu

Como se viu no capítulo anterior, as relações internacionais na primeira metade do século XIX tiveram um grande ator (a Grã-Bretanha), que se tornou preponderante sobre as demais potências européias porque teve condições de, pioneiramente, colocar em funcionamento o dínamo da modernização econômica proporcionado pela Revolução Industrial e foi capaz de obter ganhos de produtividade em grande escala provocados pela facilidade de internalizar as inovações tecnológicas. Além disso, a diplomacia britânica esteve a serviço da expansão econômica do país, abrindo-lhe mercados e facilitando a expansão dos negócios em nível global. Esse período também foi caracterizado pelo crescimento sustentado da economia internacional, para o que concorreu a expansão do capitalismo industrial e do liberalismo econômico e, especialmente, a relativa estabilidade política proporcionada pelo sistema de equilíbrio da ordem de Viena.

A supremacia britânica que se construiu no período também teve fatores endógenos extremamente importan-

tes. É importante observar que os impactos das transformações proporcionadas pela Revolução Industrial estiveram concentrados, pelo menos até o final da primeira década do século XIX, na Grã-Bretanha e atingiram apenas marginalmente os demais países europeus. Para isso, concorreram a fadiga econômica proporcionada pelas décadas ininterruptas de guerras, a escassez de capitais disponíveis para investimentos, as dificuldades para a obtenção e o desenvolvimento das novas tecnologias, a perda de mercados e de fontes supridoras de matérias-primas e, o que é muito importante, as deficiências na formação de uma cultura liberal empreendedora. Assim, entre 1815 e 1848, não se verificaram modificações tão fundamentais nas estruturas econômicas dos principais países da Europa Continental como aconteceram na Grã-Bretanha. A modernização industrial no continente foi um processo bastante heterogêneo e algumas sociedades e governos foram mais ágeis em internalizar as inovações.

David Landes propõe que o processo de difusão da Revolução Industrial na Europa seja percebido e analisado de acordo com um gradiente de disponibilidade mecânica e de abertura à inovação: assim, as sociedades mais abertas à inovação foram aquelas do noroeste do continente (França, Países Baixos, parte dos estados alemães, Suíça, nordeste da Espanha e Boêmia): conforme se avança para o leste e para o sul, freqüentemente esse nível de abertura cai, por vezes dramaticamente, o que fez com que a Revolução Industrial tivesse se retardado em parte da Alemanha, na Áustria, no restante da península ibérica, na Itália, na Rússia e, claro, nos territórios do Império Otomano. Em boa parte dessa porção do continente, *grosso modo*, a produção agrícola continuou prevalecendo sobre a industrial, mesmo a partir da segunda metade do século XIX, quando boa parte das economias européias ocidentais já se classificavam como industrializadas ou em vias de rápida industrialização (Landes, 1998: 257-273).

Por outro lado, as condições que facilitaram a superioridade britânica tenderam a generalizar-se em médio prazo. O historiador francês Jean-Baptiste Duroselle, no livro *Todo império perecerá*, ensina que uma das mais importantes lições da história é que todo aperfeiçoamento técnico obedece a uma *regularidade* permanente e universal, que é a sua disseminação. Isso aconteceu tanto no neolítico, com a disseminação do manejo do bronze e do ferro, quanto na contemporaneidade, com as inovações tecnológicas da Revolução Industrial. A observação dessa regularidade histórica nos fornece uma outra importante lição, que ensina que nenhuma superioridade está indefinidamente assegurada, tanto na economia quanto na política. No caso, a própria natureza do capitalismo industrial fez com que as inovações que caracterizaram a Revolução Industrial se tornassem crescentemente difundidas.

O desenvolvimento da economia britânica, calcada na expansão manufatureira e, por conseqüência, das correntes de comércio, produziu modificações econômicas estruturais que afetariam, em longo prazo, a hegemonia industrial da Grã-Bretanha. A primeira dessas grandes transformações situa-se no fato de que o crescente acúmulo de capitais, proporcionado pela expansão da economia industrial, incentivou e facilitou o investimento externo em outras regiões do mundo; tanto no setor industrial quanto na agricultura, mas especialmente no setor de transportes

e infra-estrutura (portos, estradas de ferro, frotas de navios mercantes). Nesse contexto, é importante lembrar que, no início da década de 1840, os lucros obtidos pelos industriais britânicos com as encomendas de bens de capital (ferrovias, navios e máquinas industriais) dirigidas ao consumo doméstico tornaram-se decrescentes, porque a demanda diminuía com a relativa saturação do mercado. A crescente liberalização unilateral do comércio exterior britânico, que coincidiria com o fim da proibição de exportação de tecnologias e com a saturação do mercado inglês, facilitou o escoamento dos excedentes de bens de capital e, em longo prazo, aumentou os fluxos do comércio internacional.

A expansão consentida e mesmo favorecida das inovações tecnológicas britânicas, portanto, permitiram, em médio prazo, a equalização das condições de exploração dos recursos naturais de cada país, eliminando as vantagens até então desfrutadas isoladamente pela Grã-Bretanha. Parecia que o país estava favorecendo o surgimento de competidores, mas quando as conseqüências desse processo começaram a se fazer sentir, a economia britânica já avançava para um novo estágio de desenvolvimento, deixando de ter crescentemente base industrial para tornar-se principalmente um grande centro financeiro (Arrighi: 163-200).

O fato é que o início da industrialização da Europa Continental deu-se com considerável retardo. Enquanto a Grã-Bretanha estava envolvida na expansão da sua riqueza industrial desde a década de 1780, as principais potências européias puseram em marcha os seus processos modernizadores apenas a partir de 1815 – que demandaram esforços concertados, especialmente para a concentração do capital necessário para a fundação e o financiamento de indústrias, a criação de infra-estrutura de transportes moderna e para a renovação tecnológica. Diversos mecanismos interagiram para prover essa estrutura: os capitais de investidores privados, os recursos de instituições financeiras privadas, a capacidade de investimento do Estado e os fluxos de capitais estrangeiros. Nesse jogo, valia a espionagem industrial, a tentativa de recrutamento de mão-de-obra especializada nas tecnologias de ponta (siderurgia, por exemplo), e o desenvolvimento de capacidade empreendedora própria, com a criação de escolas industriais especializadas.

Muitas iniciativas foram empreendidas pelos governos nacionais da Europa Continental para a realização de um grande impulso modernizador e, nesse sentido, percebia-se que a experiência modernizadora européia não foi homogênea. Em alguns países, a ação do Estado foi determinante para a consecução de infra-estrutura, por exemplo, com medidas importantes de financiamento público e mesmo com a adoção de legislações que facilitaram dramaticamente a reunião de capitais em torno de empreendimentos industriais (metalurgias, têxteis e outros bens de consumo) e de infra-estrutura (estradas de ferro, minas de carvão, canais de navegação etc.). A França foi pioneira no estabelecimento desses mecanismos, alargando o acesso ao financiamento bancário, facilitando a abertura de companhias (a Lei das Sociedades Anônimas foi promulgada em 1867) e a criação de bancos de desenvolvimento industrial, sociedades de ações em comandita e de bancos de investimentos por ações. Em poucos anos, essas experiências de fomento estavam generalizadas pela Bélgica, Países Baixos e pelos estados alemães. Em outros casos, os projetos de moderni-

zação foram direta e integralmente financiados pelo poder público, como aconteceu na Rússia (onde os empreendimentos ferroviários, de mineração e de metalurgia eram subvencionados ou eram propriedade estatal), que estabelecera um padrão de desenvolvimento fortemente tocado pelo Estado (Landes, 1998: 257-264).

Outros dois mecanismos foram muito importantes para a dinamização da economia industrial na Europa Continental. O primeiro deles foram os grandes fluxos de investimentos internacionais, que surgiram com a abundância de capitais que procuravam boa rentabilidade e oportunidades de negócios lucrativos, injetando recursos financeiros e tecnologias tanto na industrialização quanto no fortalecimento do sistema financeiro europeu. Assim, uma boa parte das estradas de ferro da França foi construída com capitais ingleses, enquanto empresários franceses e belgas investiram no estabelecimento de modernas metalurgias na Prússia e em outros estados alemães, que por seu turno aplicaram recursos nas instalações ferroviárias da Itália.

O segundo mecanismo fundamental foi a existência de políticas de comércio exterior extremamente protecionistas até a década de 1860. A própria Grã-Bretanha adotou o princípio do livre-comércio nas suas relações exteriores apenas em 1846 – isso quer dizer que os empresários britânicos gozaram, até então, de diferentes níveis de proteção tarifária que indiscutivelmente favoreceram a consolidação das indústrias inglesas. O mesmo aconteceu nos demais países europeus em vias de industrialização. O primeiro acordo de degravação tarifária de fato importante nas relações comerciais intereuropéias foi o Tratado anglo-francês de 1860 (também conhecido como Tratado Cobden-Chevalier), que aliado a outros decretos do novo regime imperial francês diminuiu significativamente os níveis de proteção da indústria do país – nesse momento já considerada um portento do industrialismo moderno. Daí por diante, outros acordos de degravação com a cláusula da nação mais favorecida foram firmados, expandindo o livre-comércio como princípio das relações econômicas entre as potências européias, como sucedeu com a Bélgica e com os estados alemães (o acordo da França com a União Aduaneira dos Estados Alemães, *Zollverein*, liderada pela Prússia, foi firmado em 1865). O mesmo mecanismo de proteção funcionou magistralmente nos Estados Unidos, que conseguiram alavancar as suas indústrias, tornando cativo o mercado interno e protegendo-as da competição internacional por meio de elevadas tarifas aduaneiras – que aliás permaneceram entre as mais altas do mundo –, não seguindo a tendência de liberalização que se verificava nos anos 1860 na Europa (Kennedy: 148-166).

A expansão da revolução industrial aumentou as participações relativas dos principais países europeus na produção manufatureira mundial. A França teve a sua fatia na produção industrial praticamente duplicada entre 1800 e 1860 e a participação dos estados alemães no mesmo período teve um acréscimo de 50%. Na mesma medida em que a generalização da industrialização aprofundava as tensões sociais nos grandes centros urbanos, que passavam a ser a cada ano mais densamente povoados e enfraquecia os vínculos tradicionais com a economia rural, também consolidou-se como a força motriz da economia internacional. As correntes de comércio passaram por

uma grande expansão entre 1850 e 1870, crescendo à taxa média de 4% ao ano, enquanto a concorrência crescente entre as nações industriais provocava um aumento generalizado da competitividade econômica – o que levou, em médio prazo, à tendência de queda dos preços dos produtos manufaturados.

No plano mais elevado da política internacional, na mesma medida em que o industrialismo tornava o sistema econômico mundial mais diversificado, ou crescentemente multipolarizado, com a existência concomitante de novos centros dinâmicos do capitalismo, também afetava diretamente as relações de poder no sistema europeu. Em pouco tempo, os signos do industrialismo e a grandiloqüência dos seus números – como a produção anual de carvão e de ferro, os níveis de mecanização da indústria, a tonelagem da frota mercante e os quilômetros instalados de linhas férreas, transformaram-se em fatores de poder das nações, ao lado de dimensões tradicionais, como o número de efetivos em armas, a densidade populacional e a extensão do território. Combinados, os novos atributos do industrialismo com os do poder tradicional permitiram que se vislumbrasse um desajuste latente no equilíbrio da Europa.

3.3. O "imperialismo liberal" e a hegemonia mundial britânica

A modernização e o crescimento da economia britânica decorrentes da Revolução Industrial foram a um só tempo a causa e a conseqüência do perfil da ação internacional que o país adotou a partir do final do século XVIII. Em grande medida, esse perfil decorreu da afirmação da ideologia da economia política do liberalismo, que pregava a redução dos gastos governamentais e o controle do Estado sobre a economia e o indivíduo. Como preconizou Adam Smith em *A riqueza das nações*, publicado em 1776, era necessário limitar o poder do Estado ao mínimo necessário para a garantia da prosperidade – mesmo na área da defesa e da segurança – ou seja, a manutenção de um exército e de marinha de guerra regulares somente era aceitável para proteger a nação da violência dos outros estados.

O enraizamento do liberalismo político e econômico nas instituições da Grã-Bretanha teve um grande impacto na afirmação de um determinado padrão de comportamento, que valeu para todo o século XIX: os homens de Estado na Grã-Bretanha estavam a cada dia mais convencidos de que a prosperidade do seu país devia-se, também, à manutenção de uma política externa que facilitasse a expansão dos interesses econômicos da nação e que evitasse, sempre que possível, o surgimento de tensões nos níveis regional e global. Segundo o ideário do *laissez-faire* que se apoderou da elite britânica, a Grã-Bretanha tinha a cada dia menos interesses em adotar políticas que levassem a conflitos, porque a cada dia o seu comércio, finanças e indústrias eram mais integradas e dependentes da economia internacional. Em outras palavras, a paz traz sempre a prosperidade e vice-versa.

Esse padrão de comportamento internacional explica a obsessão com que a diplomacia inglesa se dedicou à busca de condições para a expansão internacional da influência política e econômica da nação, no que foi seguida pelas demais potências européias. Os britânicos souberam negociar ou impor, como lhes convinha, o liberalismo eco-

nômico aos países da periferia na forma de acordos de comércio que, evidentemente, beneficiaram a sua expansão econômica. É nesta perspectiva que se explica o interesse da Grã-Bretanha em favorecer e proteger as independências das colônias ibéricas na América Latina na década de 1820 e, do mesmo modo, a dedicação com que negociou e exigiu novas concessões para penetrar os mercados alheios.

A construção do liberalismo, como doutrina de expansão econômica internacional, é uma das conseqüências diretas da Revolução Industrial e se fez desde o centro do capitalismo industrial para a periferia internacional, ou seja, para o mundo extra-europeu – onde as suas fórmulas foram testadas com sucesso. Tendo como molde o tratado concedido em 1810 pelo rei de Portugal à Inglaterra, renovado pelo Brasil como pagamento pelo reconhecimento da sua independência até 1844, os ingleses estenderam o sistema de livre-comércio, ainda na década de 20 do século XIX, a toda a América Latina, e daí para o resto do mundo extra-europeu. Nesse caminho, a diplomacia inglesa não esteve sozinha – ela apenas abriu o caminho para as exigências das demais potências européias. Como a concessão do liberalismo na América Latina se fez sem negociação, uma vez que os novos estados submeteram-se às vontades da Grã-Bretanha para garantir as suas independências, os europeus entenderam que poderiam obter vantagens semelhantes nas suas relações com outros países.

Assim, todo o mundo não-europeu curvou-se às exigências da expansão econômica européia. O Império Otomano concedeu, em 1838, à Grã-Bretanha, em troca de proteção contra as ambições da Rússia, um tratado de comércio que taxava em apenas 5% os produtos importados, significando a ruína das manufaturas locais. O mesmo aconteceu com o Egito, que gozava de relativa autonomia econômica e teve condições de implementar um projeto nacional de modernização, que foi abortado, entretanto, pelas imposições européias, forçando-lhe a extinção dos monopólios estatais e a abertura incondicional ao comércio internacional, em meados dos anos 1840.

O Império da China abriu-se à força à penetração britânica e ocidental. O episódio mais significativo foi a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), motivada pelas resistências das autoridades chinesas em autorizar a entrada do produto cultivado na Índia e comercializado pela Grã-Bretanha. A partir de 1842, com o Tratado de Nanquim, os ingleses passaram a dispor na China de enclaves costeiros e aos portos abertos ao comércio, privilégios que foram aumentados ao término da Segunda Guerra do Ópio, em 1858. A partir de 1844, França, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia conquistaram o controle de áreas do território chinês, como Xangai e Tientsin. Processo de abertura forçada também aconteceu com o Japão, entre 1854 e 1858 (Cervo, 2001: 86-89).

Apenas depois de esgotadas as possibilidades nas economias atrasadas, é que o livre-comércio passou a ser prática nas relações entre os países europeus, que persistiam nas práticas protecionistas para favorecer o surgimento e a consolidação das indústrias nacionais, enquanto impunham o comércio com baixas tarifas aos demais. A própria Grã-Bretanha adotaria o livre-comércio como um princípio da sua política exterior apenas em 1846, por meio da negociação de acordos comerciais calcados na cláusula da nação mais favorecida e ajustes para a diminuição recípro-

ca de tarifas. A França não seguiu estritamente os passos da Grã-Bretanha, mas a prosperidade que já se sentia com a expansão da Revolução Industrial, encorajou a redução dos direitos alfandegários nas suas relações comerciais com os ingleses, por volta de 1860. O mesmo caminho foi depois seguido pela Bélgica, Prússia, Itália etc. – e, em pouco mais de uma década, uma grande rede de acordos de comércio com níveis distintos de liberalização ligava as principais economias européias. Esse sistema vigorou até o recrudescimento do nacionalismo e o advento da grande recessão mundial que abalou a Europa na década de 1870.

Em decorrência desse perfil de ação internacional, laboriosamente adotado como conseqüência da sua expansão econômica, a Grã-Bretanha consolidou-se, por volta de 1850, como a maior potência do mundo. O longo reinado da Rainha Vitória (1837-1901) coincidiu com o período de apogeu da hegemonia mundial britânica, no qual a Grã-Bretanha assumiu a liderança incontestável nas áreas mercantil, industrial, militar e financeira. O apogeu da hegemonia britânica duraria pouco mais de duas décadas, e seria marcado pelo retorno gradual das tensões características das relações intereuropéias. O período compreendido entre 1853 e 1871 foi singularmente agitado. Colocou à prova a direção segura da política exterior diligentemente provida pelos gabinetes liberais e conservadores que se alternaram no poder desde o final do século XVIII e que foi caracterizada pela defesa da liberdade de ação britânica nos assuntos europeus e pelo apoio às medidas que preservassem o equilíbrio de poderes. Mas o mundo estável construído em Viena, em 1815, cuja natureza favoreceu a expansão britânica, estava prestes a ruir.

A primeira das grandes tensões que abalaram o balanço de poder europeu foi a Guerra da Criméia, que opôs a Rússia a uma coalizão franco-britânica entre 1854 e 1856. Essa foi a única guerra travada pela Grã-Bretanha em território europeu desde o fim das guerras napoleônicas, em 1815, e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

O conflito teve início com pequena querela envolvendo religiosos franceses e monges ortodoxos russos sobre a precedência na guarda dos lugares santos de Jerusalém e, sob esse pretexto, o Czar Nicolau I resolveu avançar sobre os territórios dos principados otomanos da Moldávia e de Wallachia, no Danúbio (que compõem atualmente a Romênia). Na realidade, a Rússia tinha objetivos econômicos, procurando aumentar a sua participação nas correntes de comércio que escoavam pelo Mediterrâneo. O império dos turcos, por seu turno, subsistiu a partir da década de 1830 como cliente do expansionismo econômico britânico, contando com a proteção da Grã-Bretanha contra as pretensões das grandes potências, porque se erguia como um anteparo ao crescimento territorial da Rússia na Ásia Central. A diplomacia inglesa, ao contrário da francesa, não se moveu no caso, em busca do prestígio – interessava-lhe a sobrevivência do Império Otomano, com quem havia firmado, em 1838, importante tratado de livre-comércio, e a preservação do estatuto estratégico dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, fator-chave para a liberdade de ação inglesa entre a Ásia e a Europa.

As ações militares iniciaram-se em março de 1854 e, já no final do verão daquele ano, as forças anglo-francesas haviam conseguido expulsar os russos dos territórios otomanos invadidos. Mas, não contentes com isso, resolve-

ram combater o potencial naval da Rússia, invadindo a península da Criméia, em setembro daquele ano, com o intuito de destruir as forças navais ancoradas na base de Sebastopol, centro da ação russa no Mar Negro. A batalha de Sebastopol teve fim no início de 1856 com a derrota das forças russas e os assuntos da guerra foram regulados no Tratado de Paris (março de 1856), pelo qual a sobrevivência do Império Otomano era colocada sob garantia franco-britânica e a livre navegação pelo Mar Negro assegurada pela internacionalização dos estreitos.

O estado geral das forças inglesas foi severamente afetado pelo despreparo relativo (nas dimensões estratégica, logística e de comunicações) para uma ação militar daquelas proporções, o que chocou a opinião pública e abriu um caloroso debate sobre as dificuldades que a maior potência do mundo enfrentava para levar a cabo uma guerra de proporções limitadas. A Guerra da Criméia evidenciou os limites que o Estado liberal inglês tinha para lidar com as novas situações de crise na Europa.

A campanha da Criméia também teve resultados importantes para a política européia. Era o primeiro grande conflito envolvendo as grandes potências européias desde o final das guerras napoleônicas. À frente dos países envolvidos, já estava uma outra geração de homens de Estado, que talvez não tivessem o mesmo compromisso com a estabilidade do equilíbrio de poderes dos seus antecessores. A França de Napoleão III saía fortalecida na Europa centro-oriental e a sua diplomacia tornava-se novamente prestigiada. A Rússia czarista derrotada deu início a uma nova fase de introspecção, na qual cuidou de atacar os problemas do atraso econômico e social, por meio de reformas que foram limitadas, mas que tiveram um impacto bastante positivo no reposicionamento do potencial estratégico do país, que já não equivalia mais à preponderância ocupada na política européia entre 1815 e 1848. A Áustria dos Habsburgo estava às voltas com os problemas do equilíbrio do seu império multinacional, enfrentando crescente oposição aos seus interesses na Itália e procurando conter os descontentamentos das nacionalidades na Hungria. A Prússia preparava-se para atuar mais decididamente em favor da unificação alemã. A Grã-Bretanha, por seu turno, desgastada pelos limites do sucesso na Criméia, teve que se concentrar nos debates internos sobre a reforma política e nos assuntos do império, especialmente no controle do motim cipaio que eclodiu na Índia em 1857.

O exercício da hegemonia, portanto, tem os seus custos. A campanha da Criméia demonstrou que o ator hegemônico deveria estar pronto para participar, em condições de superioridade, dos movimentos que se mostrassem estratégicos para a defesa dos seus interesses nos planos regional e global. Mas, enquanto a riqueza comercial e financeira transformavam-se na grande conquista da Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, garantidas mais pela diplomacia do que pela força, evidenciava-se que o país se havia descuidado de alguns dos atributos tradicionais do poder.

O pensamento liberal dominante limitou os gastos militares, especialmente os destinados à manutenção de um grande exército permanente, e a ação militar britânica tornou-se extremamente dependente da sua supremacia naval. A consolidação do império colonial, inclusive, reforçou essa tendência. A partir de 1848, a maior parte dos

efetivos do exército britânico estacionada no exterior foi destinada à defesa dos enclaves britânicos na Índia, que se tornaram cruciais para a expansão econômica global do país. A conquista definitiva do subcontinente indiano somente completou-se em meados dos anos 50, e as necessidades de estabilização do território recém-conquistado forçaram, com a revolta indiana de 1857, uma mudança administrativa importante, com a criação de um vice-reinado um ano depois.

A Guerra da Criméia abriu um período belicoso nas relações internacionais. Na Europa, a obra territorial do Congresso de Viena seria abalada, com a aceleração dos movimentos das nacionalidades, que produziria em poucos anos duas novas potências – a Alemanha e a Itália. Na América, os Estados Unidos seriam divididos por uma sangrenta guerra civil.

3.4. A construção de nações e o equilíbrio de poder na Europa

A ordem internacional de Viena, que proporcionou estabilidade à política européia a partir de 1815, construiu-se em um primeiro momento, principalmente sobre o princípio da legitimidade monárquica, que justificou a repressão dos movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX. Como se viu, as ondas revolucionárias que sacudiram a Europa após 1815 foram inspiradas pela conjunção do clamor popular por reformas liberais e por maior participação política e pela consolidação do nacionalismo como idéia de força, inspirado pela expansão dos ideais da Revolução Francesa, a partir de 1789, e depois, pela reação "nacional" ao jugo do império napoleônico. Sob o Antigo Regime, a identidade nacional era particularmente construída em torno da monarquia e os conflitos que opuseram as potências européias eram especialmente rivalidades dinásticas. O sentimento nacional, entretanto, não pôde ser mais contido e, ao longo do século XIX, substituiu a fidelidade do povo ao monarca como traço de união das coletividades.

Ao longo do século, a "idéia nacional" ganhou ímpeto justamente porque os diferentes grupos lingüísticos e étnicos que estavam espalhados pela Europa tomaram consciência da existência de nacionalidades, que existiam justapostas às fronteiras nacionais estabelecidas. Foi em parte uma construção intelectual, na medida em que se evidenciou crescentemente a existência de uma história, de uma literatura e de línguas comuns, que mais uniam do que separavam os povos de determinadas regiões. Mas o seu amadurecimento como força profunda nas relações internacionais da Europa também foi uma construção política e econômica, na medida em que os interesses do desenvolvimento econômico foram constrangidos pelo excesso de particularismos e pela falta de unidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a unidade de nações como a alemã e a italiana, divididas pela história, é tanto uma idéia popular e revolucionária, quanto uma necessidade da expansão mercantil e industrial das burguesias.

O movimento das nacionalidades, portanto, não foi mais sufocado – e das poucas idéias que perpassou todo o século XIX, ele sobreviveu. As tentativas de imposição da idéia nacional que emergiram entre 1815 e 1848 pela via revolucionária e democrática foram caladas, mas a idéia

nacional se imporia de qualquer modo, pelas construções tradicionalistas que se inspiraram no romantismo literário e no historicismo que procurou dar ênfase às singularidades nacionais, com o culto aos particularismos dos passados nacionais. Essa segunda vertente do ideal nacional esteve em voga na Europa a partir de meados dos anos 1800, e as suas melhores expressões políticas foram os processos de unificação da Itália e da Alemanha.

A península italiana estava historicamente dividida em áreas de influência bem precisas. O Reino da Lombardia-Veneza e os ducados de Parma, Módena e da Toscana eram governados por príncipes Habsburgo; os Bourbon governavam o Reino das Duas Sicílias; o Papa reinava sobre os Estados Pontificais e apenas o Reino da Sardenha-Piemonte tinha uma dinastia verdadeiramente italiana. A unidade italiana tentada pela sublevação popular fracassou com os movimentos de 1848, contidos pela reação conservadora ou pela ingerência direta da Áustria, que conseguiram reverter eficientemente a situação política e esmagar os movimentos liberais.

A situação começou a mudar com a ascensão de Emanuel II ao trono do Reino da Sardenha-Piemonte (1849), que nomeou como primeiro-ministro, em 1852, Camilo Benson, conde de Cavour, que lançou as bases para a união da Itália. Para obtê-la, Cavour necessitava do apoio estrangeiro contra a previsível reação da Áustria – para tanto, fez com que o Reino da Sardenha participasse da coalizão franco-britânica na Guerra da Criméia, o que lhe deu direito a participar das negociações do Tratado de Paris de 1856. Nessa oportunidade, a diplomacia de Cavour aproximou-se de Napoleão III, com quem firmou um tratado secreto de aliança em janeiro de 1859, pelo qual a França se comprometia a apoiar o Piemonte contra a Áustria, e em troca receberia os condados de Nice e de Savóia; Cavour teria as suas pretensões sobre a Lombardia-Veneza, pertencente à Áustria, reconhecidas. A guerra com a Áustria teve início em maio daquele ano. Franceses e sardo-piemonteses tiveram vitórias na Lombardia, mas a mobilização da Prússia e a reação dos católicos franceses fizeram Napoleão recuar, assinando a paz em separado com a Áustria. Apesar disso, a guerra continuou, conduzida por Cavour e pelos movimentos republicanos, liderados por Garibaldi. A derrota austríaca foi consumada com a anexação lombarda, mas os Habsburgo preservaram Veneza. As campanhas militares de 1859 repercutiram em toda a Itália e movimentos secessionistas eclodiram em Módena, Parma e Toscana, que se uniram ao Piemonte. Garibaldi comandou a luta contra as forças do rei da Sicília, destituindo-o – e a população do antigo reino decidiu em plebiscito unir-se ao Piemonte. Quando Cavour morreu, em 1861, a obra da unificação estava quase completa – Vítor Emanuel II declarou-se rei dos italianos e transferiu a capital para Florença. Para a conclusão da obra de unificação restavam a incorporação de Veneza e uma deliberação sobre os destinos dos Estados Pontificais.

A conquista de Veneza foi possível graças à guerra travada entre a Áustria e a Prússia, à qual os italianos se aliaram. Vencida em 1866, a Áustria foi forçada a ceder e Veneza passou à Itália após um plebiscito. O Papa contava com a proteção da França desde a revolução de 1848, mas a queda de Napoleão III, deposto em conseqüência da guerra franco-prussiana, liquidou as garantias que os fran-

ceses davam ao Santo Padre, que teve que se conformar com a invasão de Roma pelas forças italianas e a conversão da cidade eterna em capital dos italianos. Criou-se uma situação insólita, na qual o Papa Pio IX declarou-se prisioneiro na cidadela do Vaticano e recusou-se a qualquer conciliação com os italianos que lhe negaram os poderes seculares. A questão romana e do pontificado somente seria resolvida em 1929 pelo Tratado de Latrão, pelo qual se criou o Estado do Vaticano.

A unificação italiana teria uma conseqüência maior do que o surgimento de um novo e importante Estado na Europa. Quando Napoleão III resolveu apoiar as pretensões de Cavour em relação à Áustria, repercutindo o princípio das nacionalidades que teve uma aplicação importante na política externa da França na época, estava ao mesmo tempo, e talvez sem perceber, rompendo o delicado equilíbrio de poderes da Europa centro-oriental. Esse equilíbrio havia sido estabelecido em torno da primazia da Áustria, que liderava a Confederação Germânica, mas que balançava com a ascensão política e econômica gradual da Prússia. Os estados alemães já estavam divididos com relação às prerrogativas dos Habsburgo austríacos sobre as dinâmicas políticas e econômicas que lhes diziam respeito – tanto que a Áustria foi deixada de fora da Zollverein, uma união alfandegária constituída em 1834 sob a liderança prussiana, que favoreceu o crescimento do comércio e estimulou as atividades econômicas na região. O enfraquecimento da Áustria, derrotada na guerra de unificação italiana, fortaleceu ainda mais a liderança da Prússia e reativou o seu desejo de conquistar a hegemonia alemã por meio da unificação, para o que acionou os meios clássicos da guerra externa e da diplomacia de alianças.

Ao ser coroado rei da Prússia em 1861, Guilherme I, da casa dos Hohenzollern, nomeou como primeiro-ministro Otto von Bismarck, em 1862, um nobre conservador e obstinado defensor da autoridade da monarquia. Para Bismarck, uma guerra com a Áustria parecia inevitável, pois a seu ver, apenas o afastamento dos austríacos dos negócios alemães poderia favorecer o crescimento da influência da Prússia sobre os estados alemães e preparar a unificação. Objetivando levar a cabo a reforma da Confederação Germânica, a Prússia e a Áustria foram à guerra em 1864 contra a Dinamarca, para apoiar as pretensões de independência dos ducados de Holstein e de Schleswig, de população predominantemente germânica. Vitoriosos, os prussianos anexaram Schleswig, ao passo em que os austríacos ficaram com Holstein.

Menos de dois anos depois, entretanto, Bismarck declarou guerra à sua antiga aliada, enquanto esta estava entretida nas guerras de unificação italiana, com a pretensão de tomar-lhe o antigo ducado dinamarquês. Com as forças divididas, a Áustria foi derrotada em apenas sete semanas, para isso contou com a abstenção das demais potências européias obtida pela diplomacia prussiana. Com isso, Bismarck logrou o objetivo inicial de unir a região setentrional da Alemanha, criando a Confederação Germânica do Norte. Os estados alemães do sul, de maioria católica e hostis ao autoritarismo prussiano, permaneceram fiéis à Áustria – para atraí-los, e consumar a unificação total da Alemanha, Bismarck teria de lançar mão da "idéia nacional" para inflamar o patriotismo de todos os alemães, levando-os a ultrapassar as diferenças que os separavam do projeto unificador da Prússia. Isso teria de ser feito por

meio de uma nova guerra. O Mapa 5 apresenta o processo de unificação da Alemanha.

Mapa 5

O processo de unificação da Alemanha (1866-1871)

A França de Napoleão III havia assistido estupefata o sucesso de Bismarck na criação da Confederação Germânica do Norte e a perspectiva de um eventual sucesso prussiano em atrair os estados do sul e formar uma grande Alemanha era simplesmente aterrorizante. Por isso, setores importantes da opinião pública, dos meios militares e da diplomacia francesa defendiam a necessidade de uma ação rápida para conter o ímpeto unificador da Prússia – nem que para tanto fosse necessária uma guerra. O prestígio internacional da França estava comprometido pelo fracasso na tentativa de impor uma monarquia ao México (1862-1867) e os movimentos táticos da diplomacia de Napoleão III criaram muitos problemas para a estratégia européia da França: o apoio ao Papa indispôs a França com a Itália em vias de unificação; as suas pretensões sobre a Bélgica a indispôs com a Grã-Bretanha; e as exigências feitas à Prússia, para que esta aquiescesse com as pretensões da França sobre o Grã-Ducado do Luxemburgo e os territórios bávaros a oeste do Reno, irritaram Bismarck. A França estava, pois, diplomaticamente isolada.

O pretexto para uma guerra entre a França e a Prússia surgiu com a sucessão do trono vago da Espanha, que foi oferecido a Leopoldo von Hohenzollern, príncipe da casa do rei da Prússia. A França exigiu que Guilherme I renunciasse perpetuamente à candidatura alemã à coroa espanhola, o que irritou a monarquia prussiana, que não era dada a ultimatos. A publicação de um documento secreto da diplomacia francesa sobre o tema da sucessão espanhola, devidamente adulterado pela diplomacia de Bismarck, foi o estopim da crise diplomática que levou a França a declarar guerra à Prússia, em 19 de julho de 1870. Bismarck obtinha a sua guerra contra o único inimigo que, após a Áustria, poderia amalgamar as opiniões públicas alemãs em torno da causa nacional – o arrogante e prepotente império de Napoleão III.

Como Bismarck havia previsto, os estados do sul juntaram-se aos efetivos prussianos para, rápida e decisivamente, esmagar as forças francesas em Sedan em 4 de se-

tembro daquele ano, capturar o seu imperador e sitiar Paris, forçando a França a capitular. As demais potências européias assistiram à derrota da França, sem nada fazer. Em 18 de janeiro de 1871, os príncipes alemães reunidos no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, proclamaram Guilherme I da Prússia imperador da Alemanha. Na França, encerrava-se laconicamente o segundo império com a proclamação da Terceira República, que herdou pesadas indenizações a serem pagas à Alemanha e teve de carregar até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a inominável perda das províncias da Alsácia e da Lorena, anexadas por Bismarck (Duroselle, 1995: 131-138).

As décadas de 1850 e 1860 foram o período de expressão bem-sucedida das nacionalidades. A afirmação da "idéia nacional", que culminou nas unificações da Itália e da Alemanha, em grande medida atendeu aos interesses dos atores mais preponderantes nos cenários regionais e contaram com a relativa indiferença das demais potências, especialmente a da Grã-Bretanha, que observou de longe o rápido surgimento dessas novas potências. A Sardenha-Piemonte, no caso italiano, e a Prússia, na Alemanha, foram as grandes vencedoras da causa nacional, que teve também um grande derrotado – o império austríaco. Com efeito, as derrotas para a França e o Piemonte em 1859, e para a Prússia em 1866, custaram à Áustria a perda das suas províncias italianas e germânicas. A derrota para a Prússia, particularmente, teria outras conseqüências para o equilíbrio do império de múltiplas nacionalidades da Áustria, forçando-a a rever o delicado arranjo de povos que compunham o seu território. Em 1867, a monarquia dos Habsburgo foi forçada a fazer concessões aos magiares – a mais forte das nacionalidades não-germânicas que compunham o império austríaco –, dando-lhes autonomia administrativa, judiciária e de educação. O acordo de 1867 dividiu os territórios dos Habsburgo em Áustria e Hungria, mantendo os dois países uma única monarquia, à época encabeçada por Francisco José (imperador da Áustria e rei da Hungria), e a administração compartilhada dos negócios de Estado (relações exteriores, assuntos econômicos e defesa), que passaram a ser conduzidos por um ministério constituído por representantes das duas nacionalidades. Com a constituição do "novo" Império Austro-Húngaro, as nacionalidades alemã e magiar mantiveram a sua preponderância sobre os demais grupos nacionais, que tiveram as suas próprias aspirações sufocadas pelo novo arranjo. A partir da década de 1870, o governo austro-húngaro fracassou em solucionar os problemas das minorias, que passou a constituir um dos mais persistentes problemas da política européia e contribuiria, em última instância, para a dissolução do império ao final da Primeira Guerra Mundial.

O balanço do movimento das nacionalidades da década de 60 e 70, entretanto, é auspicioso. O século que se iniciara sob os escombros da Revolução Francesa viu despontar o liberalismo e o nacionalismo como idéias de forças, que foram impulsionadas em movimentos revolucionários, contidas em contra-revoluções e consolidadas na unificação. Novas tensões surgiram nessa longa evolução, novos fatos mudaram a feição da política internacional e das relações intra-européias. O principal deles foi o surgimento de uma poderosa nação na Europa Central, com a

unificação da Alemanha. Em 1870, a sua população já era maior do que a da França, com o diferencial de que tinha um nível educacional muito mais elevado e já tinha uma boa estrutura universitária e científica. A Alemanha unificada surgira repentinamente como a maior potência da Europa Continental, com um grande e bem treinado exército, forças navais em expansão e, especialmente, dotada de excelente estrutura de transportes e comunicações e de um parque industrial moderno e em franca expansão. Com o surgimento desse novo e fortíssimo ator nas relações internacionais da Europa, o equilíbrio do sistema construído no Congresso de Viena de 1815 estava definitivamente rompido. A diplomacia européia teria de encontrar um novo modo para ajustar as diferenças que naturalmente surgiriam entre as potências e para definir um novo eixo de equilíbrio entre elas.

3.5. O desenvolvimento dos Estados Unidos

Enquanto a Europa assistia ao avanço da causa das nacionalidades, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos continuavam no seu caminho de rápido crescimento, beneficiando-se da expansão das correntes de comércio e do aprofundamento das transformações econômicas proporcionadas pela Revolução Industrial. O país se inserira com singularidade na expansão econômica britânica que se processou desde o início do século XIX, como principal fornecedor de matérias-primas, em especial do algodão, que alimentava as manufaturas da Grã-Bretanha ao mesmo tempo em que recebia aportes crescentes de capitais ingleses, que eram investidos na modernização da infraestrutura produtiva e de transportes.

Por volta de 1860, a participação norte-americana na produção mundial de manufaturados já era maior do que a da Alemanha e a da Rússia. Nesse momento, o país era cortado por cerca de 50 mil quilômetros de ferrovias, extensão adequada para um país de talhe continental, mas que era trinta vezes maior do que a malha ferroviária da Rússia e três vezes mais extensa do que a pioneira das estradas de ferro, a Grã-Bretanha. No início dos anos 1860 os empreendedores norte-americanos preparavam-se para o grande salto da integração nacional, que seria a construção das primeiras estradas de ferro transcontinentais, ligando a costa atlântica ao Pacífico.

A expansão interna prosseguia, com a consolidação do território e com a ocupação efetiva das fronteiras, levada a cargo por levas crescentes de migrantes internos e imigrantes europeus. A população dos Estados Unidos cresceu significativamente desde o início do século XIX, o que se deve à expansão da imigração européia, que passou de cerca de 14 mil pessoas por ano na década de 20 para quase 260 mil nos anos 50, contingentes em boa parte alfabetizados e com conhecimentos técnicos. Apesar do grande fluxo de imigrantes, a disponibilidade de terras e a facilidade para ocupá-las (em 1862, o *Homestead Act* autorizou a distribuição de terras aos estrangeiros, acelerando a ocupação do território, rumo ao oeste e ao Pacífico), aliados ao grande crescimento industrial do norte do país, tornou a mão-de-obra escassa, o que incentivou o aprofundamento da mecanização da produção, estimulando os ganhos de produtividade no campo e na indústria.

O crescente dinamismo dos Estados Unidos, entretanto, evidenciou as enormes diferenças existentes no país –

entre o norte urbano, mercantil e industrial e o sul rural e agroexportador – comprometendo o equilíbrio federativo, justamente porque começaram a pesar em muitas dimensões da vida social, política e econômica do país. Com efeito, a industrialização do norte deu-se ao longo do meio século anterior à base de políticas comerciais protecionistas, que favoreceram a consolidação do mercado consumidor interno de produtos manufaturados, enquanto o sul manteve a sua feição econômica tradicional, integrado às correntes de comércio internacional como exportador de matérias-primas, especialmente de algodão, que passou a ser mais demandado com a expansão da Revolução Industrial inglesa. As visões de economia política dos grupos dominantes nas duas regiões tornaram-se irreconciliáveis: enquanto o norte advogava a manutenção de altas tarifas de importação para favorecer o crescimento do mercado interno, que poderia ser integrado pelo beneficiamento local do algodão (favorecendo a expansão da indústria têxtil do norte), o sul pleiteava a diminuição dos encargos que pesavam sobre as exportações e importações, facilitando o aumento das vendas de produtos primários e a manutenção do mercado cativo das manufaturas inglesas.

A importância do comércio exterior cresceu sustendamente até meados do século XIX, e por volta de 1860, as exportações de fibras representavam mais de 50% das vendas externas dos Estados Unidos, fazendo com que o peso econômico dos estados sulistas aumentasse consideravelmente. A economia do sul era baseada na mão-de-obra escrava, cujo tráfico estava proibido desde 1807, e contra a qual pesava desde a década de 1820 um consistente debate nacional que dividiu a opinião pública dos estados nortistas e sulistas. Em 1820, o Acordo do Mississípi estabeleceu uma linha divisória na federação, pela qual a escravidão era autorizada apenas nos estados que se situavam abaixo do paralelo 36. A sociedade norte-americana estava dividida sobre a escravidão e o debate interno ganhou uma clara divisão geográfica – os movimentos abolicionistas cresceram e ganharam importância política no norte, enquanto o sul oligárquico e conservador os reprimia. Essas contradições ganharam a forma de um conflito latente, que culminou em 1861 na eclosão da Guerra de Secessão.

Em dezembro de 1860, a Carolina do Sul desligou-se da União Federal, no que foi seguida por outros seis estados sulitas. Em fevereiro de 1861, representantes dos sete estados decidiram formar uma nova federação, os Estados Confederados da América, com capital em Richmond, Virgínia, separando-se definitivamente dos estados do norte. Em pouco tempo, outras unidades juntaram-se à nova confederação, que passava a ser composta pela Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Flórida, Alabama, Mississípi, Louisiana, Arkansas, Texas e Tennessee. Mesmo separados do norte, os sulistas iniciaram a ofensiva. Em 12 de abril de 1861, a Confederação declarou guerra à União, formada pela Virgínia Ocidental, Maryland, Delaware, Nova Jersey, Connecticut, Rhode Island, Massachusetts, Maine, Nova Iorque, Vermont, Pensilvânia, Ohio, Indiana, Kentucky, Illinois, Missouri, Iowa, Wisconsin, Michigan, Minnesota, Kansas, Oregon e Califórnia.

A Confederação estava desde o início em franca desvantagem estratégica – tanto de efetivos em armas quanto de meios tecnológicos e econômicos para sustentar um conflito de largas proporções. A União contava com me-

lhores condições militares, com uma extensa malha ferroviária (que facilitaria o transporte de suprimentos e de tropas), com uma força naval maior e mais aparelhada e, evidentemente, com melhores condições econômicas para financiar o seu potencial militar por mais tempo. A União foi ágil ao estabelecer um severo bloqueio aos portos do sul, depois estendido a todo o litoral da Confederação, o que levou o sul ao sufocamento causado pela interrupção das correntes de comércio que lhe proporcionava o acesso a manufaturados europeus, especialmente de armas. A Guerra Civil americana estendeu-se até abril de 1865, sendo vencida pela União, deixando um saldo de 600 mil mortos (Kennedy: 175-179).

A Guerra da Secessão marcou o encerramento de um ciclo longo da história dos Estados Unidos. A partir de 1865, com a superação gradual das tensões da Federação e o reequilíbrio do sistema econômico, o país envolver-se-ia em uma nova fase de desenvolvimento, calcado na crescente difusão do industrialismo. O poder da indústria nos Estados Unidos fundamentar-se-ia na exploração dos recursos naturais de um país de tamanho continental, na consecução de uma moderna infra-estrutura produtiva, na expansão da agricultura moderna e na implementação de uma política comercial altamente protecionista, o que favoreceu ainda mais a consolidação do mercado doméstico, que crescia qualitativamente com o aumento da renda nacional e numericamente com a atração de novos fluxos de imigrantes. Até o início do século XX, o país abandonaria as feições de uma potência introspectiva, que crescera para dentro, e se converteria em um poder de talhe mundial, transformando-se em uma das maiores potências industriais do mundo.

4 O declínio da *Pax Britannica* (1870-1890)

4.1. O desafio à hegemonia britânica – Uma visão geral

O período que se abriu em 1871, com a conclusão das guerras de unificação da Alemanha, e que se estendeu até 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, teve como principal característica a ausência de conflitos armados entre as potências européias – o que não significa que tenha sido um tempo sem grandes tensões. Nesses quarenta e três anos de paz, o sistema de Estados construído no Congresso de Viena foi completamente reestruturado, processo que foi provocado por mudanças singulares da política e da economia européias. Essa reestruturação teve como conseqüências principais a universalização da hegemonia européia por todo o planeta e a transformação do equilíbrio de poderes, que abandonava gradualmente a sua tradicional configuração multipolar para assumir novas formas, calcadas na existência de dois pólos que se bateriam em guerra a partir de 1914.

Esse grande período é dividido em duas fases com características bem precisas, que têm em comum apenas a

COLEÇÃO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II

O século XX: do declínio europeu à Era Global

Christian Lohbauer

Christian Lohbauer

História das Relações Internacionais II

O século XX: do declínio europeu à Era Global

EDITORA VOZES

Petrópolis
2005

Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Editoração: Sheila Ferreira Neiva
Projeto gráfico e capa: AG.SR Desenv. Gráfico

ISBN 85.326.3227-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lohbauer, Christian
História das relações internacionais II : o século XX: do declínio europeu à era global / Christian Lohbauer. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

1. Economia mundial – século 20 2. Europa – História – século 20 3. Política mundial – Século 20 4. Relações internacionais – História – Século 20 I. Título.

05-6464 CDD-327.0904

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais : Século 20 : História
327.0904
2. Século 20 : Relações internacionais : História
327.0904

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

A meus sobrinhos Tom e Manoela
dedico este trabalho.

Nota do autor

Para se entender a maneira como foi tratada a história do século XX neste livro é necessário esclarecer dois aspectos fundamentais. O primeiro é que, além de uma narração metódica dos fatos relevantes ocorridos na vida dos povos durante o século, este trabalho está centrado na história das Relações Internacionais. Isto significa que o esforço da narrativa está centrado nas relações dentro do *sistema internacional*, isto é, o conjunto de relações entre os atores, sejam Estados nacionais ou organizações internacionais, cujas interações aconteceram com relativa freqüência neste período histórico. De todas as interações possíveis e imaginárias que podem acontecer entre os atores dentro do sistema internacional, deu-se relevância àquelas que estiveram vinculadas à política, à geopolítica, à economia e à guerra.

O segundo aspecto que merece registro está relacionado às origens do material bibliográfico. O estudo das Relações Internacionais no Brasil e em boa parte do mundo tem sua base de referência no legado que as potências européias deixaram na formação do mundo político. Pelo menos desde a Paz de Westphalia, até meados do século XX, os europeus foram os fornecedores dos atores dominantes das Relações Internacionais. É por isso que este livro tem em sua estrutura um eixo centrado na perspectiva européia da história, embora nada impeça que o mesmo trabalho não possa ser feito da perspectiva indiana ou chinesa, por exemplo.

São Paulo, junho de 2005

Sumário

Introdução

O século curto: do declínio europeu à Era Global

O momento histórico de passagem da "Era Européia" para a "Era da Civilização Global" é ainda motivo de debates. Alguns historiadores escolheram 1917 como ano de mudança. Outros estudiosos consideram 1947 marco do início da Guerra Fria ou da independência da Índia, ou 1949, ano da Revolução Chinesa, como momentos cruciais de mudança das eras.

Assim como a declaração de guerra dos Estados Unidos em 1917 transformou o conflito europeu em conflito mundial, a Revolução Bolchevique na Rússia desafiou a ordem política e social existente, dividindo o mundo em dois campos de conflito ideológico com diferentes concepções para a função do Estado e do produto da atividade econômica. A independência da Índia e a Revolução Chinesa significaram o ressurgimento da Ásia independente das potências ocidentais. Todos estes foram acontecimentos importantes para a definição dos atores fundamentais na

história das Relações Internacionais no século XX. De qualquer maneira, antes de 1917, já florescia uma economia

mundial unificada e a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica desde 1870 dava uma amostra do que viria a acontecer no futuro. O final do século XX comprovou que o mundo não vivia mais sob uma "Era Européia". Ela foi ultrapassada por uma "Era Global" marcada justamente pela criação de um mundo único forjado pelos europeus durante séculos.

Os conflitos que marcaram o período 1941-1945 são também reconhecidos como uma espécie de segunda Guerra dos Trinta Anos, com referência ao conflito entre 1618-1648, que consolidou o sistema internacional dos Estados nacionais modernos. O esgotamento dos recursos europeus em 1945 só iria ser retomado simbolicamente com a formação da Comunidade Econômica Européia em 1957. Paralelamente, duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, receberiam o legado europeu de manutenção da distribuição do poder mundial e sua rivalidade marcaria o tempo da bipolaridade, fenômeno que provou ser temporário. A reconstrução da Europa e a emancipação de várias nações asiáticas e africanas, além da ascensão do Japão ao seleto grupo de potências industriais, determinaram um novo quadro internacional. O fim do conflito de concepções marcado pela queda do Muro de Berlim em 1989 trouxe finalmente uma nova constelação na qual o confronto deixou de ser ideológico para ser entre nações ricas e pobres, basicamente entre populações brancas e mestiças.

O historiador Eric Hobsbawm descreveu o século XX

como um século "curto". Em sua obra *The Age of Extre-mes: the short twentieth century 1914-1991*, o século passado teria começado realmente em 1914, com o fim do modelo de equilíbrio de poder que sustentou o século XIX sob a velha diplomacia européia, e terminado prematuramente com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a derrocada do socialismo soviético em 1991.

Apresentar as mudanças na distribuição do poder mundial durante o breve século XX é o objetivo deste livro. Conhecer os atores que determinaram a seqüência dos fatos políticos do século XX é entender melhor o mundo em que vivemos.

1 O fim das "alianças móveis": os antecedentes da I Guerra Mundial

A mais importante característica do período entre o final da Guerra Franco-Prussiana em 1871 e o início da I Guerra Mundial foi o avanço da interdependência econômica mundial em proporção nunca antes vista. O foco deste processo foi a Europa, com os Estados Unidos como uma espécie de ator coadjuvante. Foi também neste período que foram realizadas as últimas iniciativas de conquista e ocupação dos vastos territórios ainda não explorados na África, Ásia e região do Pacífico. O capitalismo industrial e comercial atingiu finalmente todos os continentes e unidades políticas, fossem colônias ou nações soberanas.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, das estradas de ferro, dos meios de navegação em rios e canais artificiais, além das melhorias nas estradas e acessos terrestres, contribuiu de forma significativa para o incremento vigoroso do comércio e da economia mundiais.

Da perspectiva política, as mudanças fundamentais se deram a partir da saída de Otto von Bismarck da chancelaria do Império alemão em 1890, após quase três décadas prestando serviços ao rei da Prússia e desde 1870 ao Império Alemão. Nenhum dos sucessores de Bismarck chegou a ter nem mesmo uma parcela da sua habilidade política. O Imperador Guilherme II, o novo Kaiser alemão, homem de personalidade instável movido por ambições imperialistas, passou a ter papel decisivo nas relações diplomáticas entre as potências. Seu mais influente conselheiro entre 1890 e 1906 foi o Barão Fritz von Holstein, descrito por Bárbara Tuchman como "sóbrio conselheiro que conduzia as relações externas do Império Alemão nos bastidores, [...] um Maquiavel sem política que operava apenas sob um princípio: suspeitar de todos" (Tuchman, p. 5-6). A mudança na direção da política externa do Império Alemão deixou de ter qualquer cálculo de longo prazo tornando-se uma política mais imediata, carregada de decisões oportunistas. O resultado foi a divisão da Europa em dois blocos de pouca ou nenhuma mobilidade, gerando um quadro de rivalidades e tensões que levariam aos acontecimentos de 1914.

Um dos pilares do sistema de equilíbrio de poder coordenado por Bismarck tinha sido a manutenção do distanciamento entre França e Rússia. Em 1894, as duas potências iniciaram uma aproximação que não foi baseada em interesses econômicos, embora a França mantivesse empréstimos regulares à Rússia desde 1888. Do ponto de vista ideológico, França e Rússia não poderiam estar mais separadas. A principal motivação da aproximação era o temor do isolamento político.

Apesar da disposição de Guilherme II e da Rússia em renovar sua aliança de apoio mútuo, o *Reinsurance Treaty* não foi renovado em 1890. Holstein argumentou que tal decisão poderia afetar negativamente as relações com a Áustria. Se uma guerra explodisse entre a França e a Alemanha, a neutralidade russa não seria garantida. Além disso, tanto a França quanto a Rússia tendiam a ser afetadas pelo aparente movimento de aproximação entre o Reino Unido e a Tríplice Aliança, formada pelo Império Alemão, Império Austríaco e pela Itália. O acordo que envolveu a troca de *Heligoland* por Zanzibar, em 1890, aumentou as esperanças da Alemanha por uma aliança com os britânicos. Na renovação da Tríplice Aliança, também em 1890, o Primeiro-ministro italiano Antonio Di Rudini deu deliberadamente a impressão de que os britânicos apoiavam as ambições italianas no norte da África.

França e Rússia foram forçadas a se aproximar. A simbólica visita da frota francesa ao porto russo de *Kronstadt*, em 1891, foi seguida de um acordo militar em 1892 e uma aliança política em 1894. Tratou-se de uma aliança defensiva, que respondia à Tríplice Aliança. Seu conteúdo definia que se a França fosse atacada pela Alemanha ou pela Itália com apoio da Alemanha, a Rússia disponibilizaria 800 mil homens contra a Alemanha. Se a Rússia fosse atacada pela Alemanha ou pela Áustria apoiada pela Alemanha, a França colocaria do lado russo 1.3 milhões de homens. A mobilização de qualquer membro da Tríplice Aliança levaria à mobilização conjunta das duas potências sem necessidade de consultas. A aliança deixaria de valer se a Tríplice Aliança também o fizesse.

A aliança franco-russa nunca chegou efetivamente a existir já que não foi aprovada pelo parlamento francês e manteve-se secreta até 1918. Mesmo assim, a aproximação entre as duas potências foi interpretada como um desafio aos interesses britânicos, já que havia disputas coloniais tanto com franceses quanto com russos.

A partir deste momento histórico a Alemanha passou a ter que lidar com a perspectiva de uma guerra em duas frentes, algo que Bismarck evitou que acontecesse durante quase três décadas. Planos militares específicos para uma eventual ação de aniquilação da França passaram a ser realizados. O envolvimento britânico a favor de qualquer um dos lados poderia afetar o novo equilíbrio de alianças, mas significaria o abandono de sua tradicional política de isolamento das alianças continentais desde o final do século XIX.

Bismarck havia trabalhado para manter os britânicos como aliados tradicionais com os quais não havia e não deveria haver conflito de interesses. No entanto, os novos dirigentes do Império Alemão viam no desenvolvimento de uma frota potente e moderna uma maneira de se aproximar dos britânicos, uma maneira de impressionar a maior potência naval e adquirir seu apoio e aliança. Uma série de leis navais, que foram promulgadas no Império Alemão com apoio da classe industrial e nacionalista, tinham como objetivo criar uma força naval baseada em *Wilhelmshaven* e *Kiel*, no Mar do Norte. A nova estratégia do imperador Guilherme II mostrar-se-ia contraprodutiva em pouco tempo. Sua anglofobia era tanto uma postura pessoal quanto uma necessidade político-populista. Suas ambições imperialistas também não eram escondidas. Além disso, o imperador era fortemente influenciado pelo Almirante Alfred

von Tirpitz, que temia enfrentar crises diplomáticas sem uma frota poderosa. A intenção do imperador e de seu almirante eram incompatíveis com a manutenção do *status quo* e do interesse britânico mundo afora. A rivalidade naval acabou criando uma crescente atmosfera de desconfiança entre britânicos e alemães.

O isolamento britânico também foi afetado pela ação de Guilherme II antes e durante a Guerra dos Boers, ex-imigrantes holandeses estabelecidos na África do Sul desde o século XVIII. A importância estratégica do Cabo da Boa Esperança, conjugada ao sonho de uma ferrovia que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo unindo as colônias britânicas na África, e a descoberta de ouro em diferentes regiões da África do Sul, gerou um conflito armado entre as regiões dominadas pelos britânicos e repúblicas livres dos Boers, como a do Transvaal e a República Livre de *Orange*. Guilherme II manifestou-se desastradamente a favor dos revoltosos e contra os britânicos. Uma série de derrotas militares no campo de batalha entre 1899 e 1902 gerou preocupação no Reino Unido e o apoio popular e político do Império Alemão ajudou a contaminar a possibilidade de uma aliança com os britânicos.

Foi por causa do Japão que os britânicos iniciaram a saída do relativo isolamento. Cientes das ambições russas no Extremo Oriente e impossibilitados de se unir à Tríplice Aliança e cooperar nos esforços contra a Guerra dos Boxers na China, os britânicos se aliaram aos japoneses. No acordo de 1902, as duas nações reconhecem a independência da China e da Coréia e as mútuas esferas de influência na China. Os britânicos reconheceram os espe-

ciais interesses japoneses na Coréia, garantiram neutralidade no caso de um dos dois se envolver em conflito com outra potência, além de ajuda imediata no caso de um conflito com duas ou mais potências. Os britânicos iniciavam assim o fim de um longo período de isolacionismo e paz com o real objetivo de evitar uma partilha russo-japonesa da China.

Os britânicos também tinham razões para iniciar aproximação com os franceses. Não havia vingado a possibilidade de aliança com os alemães e necessitavam de um aliado na Europa Continental. Os franceses viam uma aproximação com os britânicos como uma maneira de fortalecer a França na Europa Continental, evitar o perigo de envolvimento em uma eventual guerra russo-japonesa e acertar um acordo colonial onde a França ganhava controle direto sobre o Marrocos enquanto reconhecia a posição de domínio britânico sobre o Egito, após décadas de ressentimento. Ainda em 1902, a Itália já se afastava da Tríplice Aliança fechando o acordo franco-italiano que rompia com o sentimento antifrancês na Itália, para trocar neutralidade em caso de ataques à França e vice-versa, além de consolidar o reconhecimento mútuo dos dois países em diferentes regiões do norte-africano.

Após uma visita oficial do Rei Eduardo VII a Paris em 1903, estava pavimentado o caminho para um acordo franco-britânico de ampla importância: a *Entente Cordiale*. Uma série de disputas de fronteira entre as duas metrópoles no território africano e Sudeste Asiático foram solucionadas e os efeitos da aproximação, que não se tratava de uma aliança, foram rapidamente verificados. A *Entente* foi testada durante a guerra russo-japonesa quando os russos sofre-

durante a guerra russo-japonesa quando os russos sofre-
ram duras derrotas em terra e mar. Os alemães acreditavam que a *Entente* seria arruinada, pois colocaria britânicos e franceses em lados opostos. A derrota da Rússia para o Japão acabou colocando a Rússia mais próxima da França. A *Entente* permaneceu forte. Durante a primeira crise do Marrocos em 1905 e 1906, provocada pela visita de Guilherme II ao Sultão do Marrocos em Tanger e após afirmações questionando a presença francesa na região, mais uma vez a *Entente* foi colocada sob pressão. A conferência de Algeciras em 1906 não só reconheceu o interesse e presença da França no Marrocos como chegou ao ponto de disponibilizar mais de cem mil soldados britânicos aos franceses, no momento de maior tensão. Era o fim do isolacionismo britânico.

A política externa alemã havia sempre excluído a possibilidade de uma aproximação britânico-russa. Em 1907 o improvável aconteceu. A fraqueza russa após a derrota para o Japão, auxiliada pela cada vez mais agressiva posição da Alemanha na competição naval com os britânicos, provocou um acordo motivado pelas forças moderadas das duas potências. O subcontinente indiano foi a chave do problema. Britânicos e russos concordaram em ficar fora da região do Tibete e reconheceram a soberania chinesa na região. O Afeganistão foi reconhecido como área de influência britânica, mas não seria anexado. A Pérsia foi dividida. Sua região norte-caucasiana ficou sob controle russo e a região do golfo sob domínio britânico. O acordo atingiu duramente os alemães. As controvérsias britânicas com os alemães ultrapassavam a concorrência naval. Campos rivais começavam a se cristalizar e uma reação do Império

vais começavam a se cristalizar e uma reação do Império Alemão não tardaria.

Foi uma série de crises sucessivas na Bósnia, Marrocos e nos Bálcãs que levou ao aumento da tensão entre dois blocos que se formavam entre as potências, tornando-as pouco flexíveis. Apesar da derrota no Extremo Oriente, os russos ainda tinham ambições nos Bálcãs, na sua eterna busca de acesso a mares quentes. A Áustria mantinha suas dificuldades em conter as ambições da expansão sérvia sobre território de outros povos eslavos do sul. Como se não fosse o bastante, jovens oficiais das forças armadas turcas iniciaram movimento de retomada nacionalista do Império Otomano, favorecendo políticas de reforma e modernização da administração otomana além do restabelecimento do controle sobre territórios, como a Bósnia e a Herzegovina.

Em 1908, a Áustria negociou com a Rússia a anexação da Bósnia em troca do apoio austríaco à abertura do estreito aos russos. A Áustria se antecipou e anexou a Bósnia antes que os russos iniciassem negociações. A anexação acirrou ainda mais as diferenças entre a aliança austríaco-alemã e os russos. A Rússia deu imediato apoio aos sérvios. A Áustria recebeu imediato apoio dos alemães no caso de um conflito aberto. Britânicos e franceses não viram vantagem em apoiar a Rússia e esta teve que recuar. Os otomanos foram compensados com 2.4 milhões de libras e a situação se resolveu temporariamente. A ação agressiva da Áustria resultou em mais problemas. Encorajou as alas expansionistas do regime Habsburgo, acirrou o nacionalismo sérvio e gerou descontentamento da Itália, que viu seus interesses nos Bálcãs ignorados durante todo o episódio.

episódio.

Em 1911, uma nova crise no Marrocos viria a dificultar as relações entre as grandes potências. A ocupação da cidade de Fez pelas forças francesas provocou o envio do contratorpedeiro alemão Panther ao porto de Agadir. As relações entre França e Rússia não estavam em momento favorável e a Alemanha aproveitou-se da situação para demandar compensações. Os britânicos intervieram diante do perigoso impasse e iniciaram manobras navais além de

intimarem os alemães a reconhecerem o Marrocos como protetorado francês em duro discurso de Lloyd George. A Alemanha recebeu parte do Congo francês como recompensa. As conseqüências da segunda crise do Marrocos foram graves. A tentativa italiana de invadir a Líbia, diante da evidente fraqueza otomana em 1911/1912, coincidiu com o aumento do interesse alemão sobre o norte africano e sobre o Império Otomano. A ocupação das ilhas do Dodecaneso pelos italianos estendeu a guerra às proximidades dos Bálcãs e pioraram as relações da Itália com a Áustria e a Alemanha. A expansão naval alemã provocou um arranjo de cooperação e interdependência entre as frotas britânicas e francesas. Finalmente, escancarou-se a fraqueza otomana, desde o final do século XIX descrita pelas outras potências como *the sick man of Europe*, referência aos muitos inimigos e nenhum aliado que os turcos tinham no início do século, além de sua condição moribunda sobre a qual as potências européias esperavam para "avançar sobre a carcaça" (Tuchman, p. 137). A fraqueza otomana combinada ao patrocínio ofensivo da Rússia, que tinha os olhos voltados ao estreito do Bósforo, levou à formação da Liga entre Sérvia, Bulgária e Grécia para a partilha da Macedô-

nia. Em 1912, a França fechou acordo de ajuda militar mútua com a Rússia no caso da eclosão de uma guerra com a Áustria para defender a Sérvia. As alianças fixas estavam praticamente concluídas.

Em 1912, as grandes potências perderam o controle sobre os Bálcãs. Na Guerra dos Bálcãs as forças da Liga alcançaram a capital otomana Constantinopla e os turcos tiveram que se conformar com sua expulsão do continente europeu. Um novo país foi criado por pressão da Áustria, a

Albânia, para conter as pretensões sérvias de acesso ao mar. Os russos mantiveram seu apoio à Sérvia. Em 1913, a Sérvia junto da Grécia e da Romênia entraram em choque com a Bulgária, que perdeu grande parte da Macedônia para os sérvios. A Sérvia tornara-se uma ameaça ainda maior à Áustria, que preferiu adotar postura preventiva. Os alemães garantiram aos austríacos seu apoio a qualquer agressão nos Bálcãs.

A Europa toda sentia a tensão criada pela instabilidade balcânica e a imobilidade das alianças. Alemanha, Rússia e França decidiram aumentar seus contingentes militares. Em junho de 1914, no alto do antagonismo austríaco-sérvio, o herdeiro do trono austríaco decidiu prestigiar manobras militares em Sarajevo, Bósnia. Um ataque da organização terrorista sérvia Mão Negra falhou ao atentar contra a vida de Francisco Ferdinando. No entanto, pouco depois do atentado, um jovem fanático sérvio, Gavrillo Princip, assassinou o Arquiduque e sua esposa. Convencida de que o poder da Sérvia deveria ser eliminado nos Bálcãs, a Áustria declarou guerra à Sérvia no dia 28 de julho de 1914.

Uma reação de declarações de guerra em cadeia foi

iniciada. A Rússia assegurou à Sérvia seu apoio e iniciou mobilização militar que necessariamente implicava em guerra contra a Alemanha. A Alemanha alertou a Rússia contra tal atitude. A França escorou os russos, que mantiveram a posição. No dia 1º de agosto a Alemanha declarou guerra à Rússia. A base de mobilização do exército alemão respondeu ao chamado Plano Schlieffen, nome do General Alfred von Schlieffen, chefe do Estado Maior do exército alemão entre 1891 e 1905. Um ataque fulminante contra a França deveria ser seguido de um ataque aos russos, mais fracos

técnica e militarmente. Já que a França recusava declarar neutralidade no conflito iminente entre Rússia e Alemanha, a Alemanha declarou guerra também à França no dia 3 de agosto. Ironicamente a aliança franco-russa nunca foi ativada. A aplicação do Plano Schlieffen pelos alemães implicou na violação da neutralidade da Bélgica. Os britânicos estavam comprometidos com a França desde a cooperação e interdependência naval estabelecida pela *Entente*. O Reino Unido não poderia assistir ao equilíbrio de poder europeu tão duramente afetado e, no dia 5 de agosto, declarou guerra à Alemanha. A Itália decidiu manter neutralidade alegando que a ação da Áustria contra a Sérvia violava os termos da Tríplice Aliança.

Uma guerra generalizada entrou em curso na Europa. Certamente o nacionalismo alemão, carregado de autoritarismo, agressividade e racismo pode ser caracterizado como uma das maiores causas da tragédia que se aproximava. A personalidade e as ambições imperialistas do Kaiser Guilherme II também não podem ser desprezadas. Mas há também outros fatores que influenciaram a formação

de um ambiente ruim entre as nações européias no início do século XX. O processo de imobilização e esgotamento da política das alianças de Bismarck foi fator definitivo para o início do conflito. Ademais, havia na época uma ênfase em valores militares, especialmente na Alemanha e na Áustria, onde a aristocracia militar desfrutava de força política e auto-estima. Ao analisar a história da guerra, John Keegan argumenta de forma crítica a influência que a obra do general prussiano Karl von Clausewitz teve sobre os Estados-maiores das potências européias. A idéia de que a guerra era uma extensão da política e que tinha que ser combatida da forma mais brutal para que fosse rapidamente concluída fez parte da formação dos comandantes da época. Segundo Keegan, "às vésperas da I Guerra Mundial, quase todo europeu qualificado do sexo masculino em idade militar tinha uma carteira de identidade militar [...] no caso de mobilização geral. No início de julho de 1914, havia cerca de quatro milhões de europeus uniformizados; no final de agosto havia 20 milhões, e milhares já haviam sido mortos. A sociedade guerreira submersa irrompera armada na paisagem pacífica e os guerreiros travariam a guerra até que, quatro anos depois, não conseguissem mais lutar. [...] Embora este resultado catastrófico não deva ser conseqüência do estudo de Clausewitz, é correto ver nele o pai ideológico da I Guerra Mundial. [...] A ideologia da 'guerra verdadeira' foi a ideologia dos exércitos da I Guerra e o destino estarrecedor que aqueles exércitos construíram para si mesmos, graças ao seu fervor para com essa ideologia, talvez seja o legado duradouro de Clausewitz" (Keegan, p. 39-40).

A corrida armamentista, especialmente na produção de navios de guerra, gerou tensão no Reino Unido que via

a expansão naval alemã como uma ameaça mortal. A percepção dos alemães e austríacos de que a guerra poderia produzir ganhos em curto espaço de tempo era evidente. Além disso, a crise doméstica por que passavam boa parte das potências européias fazia com que alguns políticos e militares vissem a guerra com alguma simpatia. O conflito poderia desviar a atenção dos problemas internos enfrentados por vários países como a Áustria, que sentia o problema crônico das diferentes nações em seu território.

A natureza do capitalismo também criou as condições para o caos que se apresentava na Europa. A indústria armamentista, como por exemplo o grupo siderúrgico alemão Krupp ou o grupo austríaco Skoda, exercia cada vez mais pressão e influência sobre os governos, principalmente os dos grandes impérios (Tuchmann, p. 166-168). Políticas comerciais protecionistas também tiveram seu papel. Enquanto os britânicos sentiam o crescimento da participação da Alemanha no comércio internacional, estes, por sua vez, sentiam o peso das barreiras tarifárias para entrada dos grãos alemães na Rússia.

Finalmente, não se pode desprezar a grande quantidade de lideranças políticas com visão curta para lidar com problemas de grande proporção e com pouco tempo para tomar decisões. Segundo Bartlett, o General von Moltcke, comandante do Estado-maior alemão desde 1906, acabou aceitando a utilização do Plano Schlieffen por acreditar que a Alemanha seria capaz de efetuar uma guerra curta através de rápidas e esmagadoras vitórias. Acreditava que nem a Rússia nem a França estariam preparadas para um confronto e que a guerra era inevitável já que a Alemanha não

poderia resolver suas ambições de forma pacífica (Bartlett, p. 170). A imagem dos benefícios de uma "guerra curta" acabou sendo uma verdadeira catástrofe para o continente e para o mundo.

2 O primeiro grande conflito universal: a I Guerra Mundial

Apenas a Guerra dos Boers (1899-1902) e a Guerra Civil Americana (1861-1865) poderiam deixar algum tipo de idéia sobre as conseqüências do desenvolvimento da indústria de guerra e do avanço tecnológico. A escala e impacto sobre as estruturas econômicas e sociais entre os beligerantes da I Guerra Mundial não tiveram precedentes. Tratou-se, sem dúvida, da primeira *guerra total*.

Recebida por uma geração européia de mentes militaristas emocionalmente preparadas para um conflito considerado inevitável, a I Guerra Mundial se transformou rapidamente em um conflito de dimensões colossais que foi além do que qualquer um poderia imaginar. A combinação de despreparo, tanto psicológico quanto logístico, preparou a cena do fim dos tempos.

As declarações de guerra foram saudadas com entusiasmo popular em todos os países envolvidos. Na percepção de várias lideranças e organizações políticas, a guerra era vista como uma cura para os problemas sociais e a decadência moral. Assim, pode-se explicar o entusiasmo francês com o aumento do tempo do serviço militar de dois para

três anos em 1913, ou a imediata mobilização das diferentes nações da monarquia austríaca para a guerra deixando temporariamente de lado suas reivindicações nacionalistas. A guerra para a qual os europeus haviam sido ensinados a se envolver foi suplantada pela guerra mecanizada tornando-se um choque traumático.

A idéia de que a I Guerra Mundial seria uma guerra curta, ao invés de uma guerra longa e devastadora, era praticamente uma unanimidade. No entanto, várias razões levaram o conflito a durar vários anos. Em nenhuma das alianças havia planos de guerra de ação coordenada. Em nenhum país europeu havia coordenação entre a política de defesa e a política externa, isto é, na relação entre soldados e diplomatas. Do ponto de vista estratégico, a ênfase do pensamento militar europeu estava colocada no culto ao poder ofensivo e aos ataques em busca de vitórias decisivas. O estudo da defesa e de suprimentos em caso de conflitos

estacionados e entrincheirados era praticamente inexistente. De qualquer maneira, em 1914 havia um equilíbrio entre as forças militares das duas alianças. A habilidade dos britânicos em mobilizar forças em larga escala foi subestimada. A *Entente* possuía mais divisões e supremacia naval. As forças russas haviam melhorado muito desde sua derrota para os japoneses em 1905 e assim, como as forças austríacas, eram de qualidade bastante satisfatória. A Alemanha tinha o mais refinado exército da Europa e junto da Áustria levava grande vantagem nas linhas de comunicação interna e na transferência de tropas dentro de um eficiente sistema ferroviário.

No início da I Guerra houve significativa mobilização. Os russos avançaram para tirar a pressão alemã so-

sultado foi uma corrida para o Canal da Mancha, gerando uma linha de trincheiras por todo o caminho.

No final de 1914, a guerra já havia se alastrado também para o Oriente Próximo, pois o Império Otomano se tornou aliado das potências centrais e os estreitos do Bósforo e de Dardanelos haviam sido fechados em 26 de setembro. A partir de 1915, a guerra entrou em um impasse que duraria até 1917. Na frente ocidental o período foi marcado por uma série de tentativas franco-britânicas de abrir uma passagem por Ypres. Em 1916 os alemães tentaram desgastar o exército francês concentrando seus esforços na histórica fortaleza da cidade de Verdun, defendida pelo General Petáin. Entre fevereiro e julho, 600 mil homens de ambos os lados morreram na batalha. Ainda em julho, a ofensiva do *Somme*, liderada pelo General britânico Douglas Haig, tentou trazer algum alívio à pressão de Verdun, po-

rém mais de 55 mil homens morreram apenas no primeiro dia. A guerra das trincheiras foi um verdadeiro massacre humano. Em 1917, a ofensiva de *Nivelle* provocou uma onda de motins nas forças armadas da França. Mas os combates continuaram, e entre julho e novembro de 1917 mais uma ofensiva liderada pelo General Haig em *Passchendaele* terminou com 240 mil mortos e nenhum avanço.

Na frente oriental a guerra não permaneceu tão estática. Em dezembro de 1915, as forças alemãs e austríacas ocuparam a Sérvia e avançaram para além de Varsóvia até a Lituânia. Em 1916, uma grande ofensiva russa liderada pelo General Brusilov avançou até a Bukovina, apesar da perda de três milhões de homens no ano anterior. Uma segunda ofensiva russa em 1917 teve bem menos sucesso

e o esforço de guerra russo esgotou. O ano terminou com o pânico italiano na batalha contra austríacos e alemães em Caporetto.

Na guerra no mar, o poder britânico-francês mostrou mais competência. Todas as colônias alemãs, com exceção de Tanganika, foram submetidas ao poder britânico e francês e a frota alemã no Atlântico Sul totalmente destruída nas proximidades das Ilhas Falkland. Um bloqueio naval britânico contendo os alemães foi mantido desde o início da guerra. Convencido de que os britânicos queriam fazer os alemães passar fome com o bloqueio, o Almirante Alfred von Tirpitz acreditava que podia romper o bloqueio. Uma guerra submarina iniciada em fevereiro de 1915 só foi contida após o afundamento do navio Lusitânia, que causou a morte de 128 norte-americanos em um total de 1.200 mor-

tos. Nunca houve uma grande batalha decisiva entre as grandes frotas britânicas e alemãs. O mais importante confronto entre a Grande Frota Britânica, comandada por Lord Jellicoe, e a frota de alto-mar alemã, comandada pelo Almirante von Scheer, se deu na Batalha da Jutlândia em maio de 1916, e não teve vitorioso. Desde então, a frota alemã nunca mais saiu de seus portos.

Foram feitas algumas tentativas de romper o impasse e a paralisação que se evidenciou na guerra a partir de 1915. Um considerável esforço foi feito para criar esquemas que viabilizassem a invasão do território das potências centrais. A maior empreitada de todas foi a operação realizada em Gallipoli, nas proximidades do estreito de Dardanelos. A operação militar foi planejada para abrir a passagem do estreito à Rússia e permitir a união das forças russas, britânicas e francesas para um avanço aos Bálcãs, iso-

lando e retirando os turcos da guerra. O plano, em boa parte inspirado por Winston Churchill, na ocasião primeiro Lorde do Almirantado britânico, causou a morte de 250 mil homens, principalmente porque subestimou a resistência turca, tornando-se um dos maiores fiascos da I Guerra Mundial. O erro de cálculo em relação à capacidade de resistência dos turcos foi repetido no ataque a Bagdá por forças anglo-indianas em 1915, culminando em rendição após a batalha de Kut el Amara em 1916. O trabalho de exploração do nacionalismo árabe foi iniciado em junho de 1916 e as revoltas árabes passaram a fazer parte da estratégia britânica para minar as estruturas do Império Otomano. Bagdá foi tomada em março de 1917 e Jerusalém em dezembro do mesmo ano. Se comparada à ação no Oriente Médio com a atuação na frente ocidental, a competência de heróis

como o oficial britânico Thomas Lawrence, o "Lawrence das Arábias", ganhou grande destaque. As atividades de sabotagem às linhas de suprimentos turcos e a organização das milícias árabes por Lawrence e seus parceiros, como o Emir Faisal, foram essenciais para o sucesso britânico ao derrotar os turcos. Posteriormente, a influência de Lawrence nas decisões de Winston Churchill, designado ministro da guerra e ar em 1918, foi fundamental para definir as autoridades árabes que iriam comandar o poder local no que vieram a ser os países do Oriente Médio sob o domínio britânico (Fromkin, p. 498-501).

A entrada do Império Otomano na guerra acabou cortando os suprimentos de trigo russo que vinham do Mar Negro. Por esta e outras razões outros países acabaram se envolvendo na guerra. Em maio de 1915, a Itália declarou guerra à Áustria com intenções de agregar Trieste, a península da Ístria, o norte da Dalmácia e territórios na Ásia Menor a seu território. A Bulgária se aliou às potências centrais em setembro de 1915, com intenção de agregar a Macedônia e partes da Grécia e Romênia. A entrada da Bulgária dificultava enormemente a posição da Sérvia. Levada ao conflito com promessas de agregar a Transilvânia e a Bukovina, a Romênia entra na guerra em agosto de 1916 e é facilmente derrotada por uma força combinada de alemães, turcos e búlgaros, deixando vastos recursos em petróleo e grãos à disposição dos invasores. Na Grécia, após uma crise política que tinha o Rei Constantino em posição pró-Alemanha e o líder político Venizelos em posição pró-britânicos, a abdicação de Constantino em junho de 1917 coloca o país finalmente ao lado da *Entente*.

O período entre 1914 e 1916 escancarou outro novo aspecto do grande conflito que assombrava a humanidade: a utilização de novas armas de guerra. Gás venenoso foi usado pela primeira vez pelos alemães durante a segunda Batalha de Ypres em abril de 1915. Tanques de guerra foram usados com sucesso na Batalha do *Somme* em setembro de 1916, embora nunca com concentração e estilo suficientes para um rompimento real das trincheiras. Aviões foram usados para reconhecimento em 1914, mas não foi antes de 1915 que se descobriu e se utilizou um método de sincronização entre metralhadoras e os propulsores das aeronaves. Ainda assim, como os tanques de guerra, o verdadeiro papel militar das aeronaves ainda não tinha sido totalmente entendido. Finalmente, o submarino havia sido uma arma pouco valorizada até 1914. Mas em 1917 os alemães já tinham mais de 300 em operação e no momento mais crítico de seus ataques a navios de guerra e mercan-

tes no Atlântico Norte, chegaram a reduzir as reservas de suprimentos britânicos a menos de seis semanas.

A retomada de fluidez na I Guerra Mundial só foi realmente retomada a partir de abril de 1917, e por duas razões: a entrada dos Estados Unidos no conflito e a saída da Rússia. Eleito com discurso isolacionista em 1916, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, mudou de posição depois da revelação de tentativas alemãs em envolver o México em eventual invasão aos Estados Unidos com o objetivo de recuperar a região do Arizona, e diante da guerra submarina irrestrita dos alemães contra navios de bandeira neutra a partir de fevereiro de 1917. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, as potências da *Entente* se

comprometeram a libertar e reparar os territórios ocupados, além de respeitar o princípio da nacionalidade na Europa. Os "Quatorze Pontos" que Wilson propôs em janeiro de 1918, para a reorganização e estabelecimento de ordem na Europa, incluíam, entre outras medidas, a abolição da diplomacia secreta, o fim dos bloqueios navais também em períodos de guerra, a remoção de barreiras econômicas entre as nações, a limitação de armamentos nacionais, uma série de definições fronteiriças e territoriais na Europa, e uma associação geral de nações para manutenção da paz, a Sociedade nas Nações. As propostas deram à guerra uma característica de cruzada ideológica, de caráter político liberal (Motta, *apud* Reis Filho, vol. I, p. 246-250). A retirada da Rússia da guerra em março de 1918, após o caos resultante da Revolução Comunista iniciada em abril de 1917, ocorreu com a assinatura do polêmico Acordo de Brest-Litovsky. Assim, a frente oriental entrava em colapso e um milhão de homens puderam se deslocar para fortalecer os alemães na frente ocidental.

Os resultados destes dois fatores de urgência e esperança para as duas alianças beligerantes foram as ofensivas lideradas pelo General Ludendorff entre março e julho de 1918, que foram tão violentas e perigosas que os exércitos da *Entente* concordaram em unificar seu comando sob o Marechal Foch. Os alemães chegaram a cerca de 80 quilômetros de Paris. O General Haig chegou a ordenar a seus homens que lutassem até o fim. O contra-ataque aliado aconteceu em 8 de agosto de 1918 e as desgastadas forças alemãs tiveram que recuar. Em setembro, a Bulgária se rendeu e no Oriente Médio os turcos tiveram que recuar até o norte de Damasco. No mês seguinte, as tropas austríacas também recuaram pressionadas pelos italianos em Vitto-

também recuaram pressionados pelos italianos em Vitto-
ria Veneto. No dia 11 de novembro, delegados alemães assinaram um armistício no trem do Marechal Foch na floresta de Compiégne.

As conseqüências do fim da guerra para cada um dos países variaram de acordo com suas circunstâncias. A destruição física teve proporções nunca vistas. Dez milhões de homens morreram, a maioria com menos de 40 anos. Para se ter uma idéia comparativa do desastre causado pela I Guerra calcula-se que entre 1802 e 1913 cerca de 4,5 milhões de vidas tenham sido perdidas em guerras na Europa. Todos os países envolvidos foram deixados com déficits de população masculina. A guerra deixou dez milhões de refugiados, cinco milhões de viúvas e nove milhões de órfãos. Em relação às fontes de produção a destruição também foi notável. Em 1920, a produção industrial européia ainda era apenas um quarto da produção de 1913. O impacto no comércio não ficou para trás. O comércio internacional foi em boa parte interrompido durante o longo conflito. Mais do que qualquer país, o Reino Unido foi duramente atingido com o crescimento da concorrência norte-americana e japonesa e com o desvio de comércio provocado pela substituição de importações em vários países.

Os impactos sociais também devem ser cuidadosamente analisados. A guerra total fez com que certos grupos sociais viessem a desfrutar de posições mais elevadas. Expandiu o número de membros nos sindicatos de trabalhadores industriais no Reino Unido, na França e em outros países. O poder dos trabalhadores começava a ser notado ao se verificar o crescente número de greves e o relativo aumento da renda familiar dos trabalhadores. A substituição

mento da renda familiar dos trabalhadores. A substituição de mulheres em posições de trabalho anteriormente realizado por homens deu sustentação à causa da emancipação feminina trazendo um implícito reconhecimento de igualdade que encorajou a autoconfiança e a independência econômica da mulher. As classes médias, na Rússia em particular, ganharam importância com o esforço de guerra e participação em diferentes comitês de trabalho orientados para a guerra, o que acabou por possibilitar o aumento da pressão para reformas constitucionais durante e depois do conflito mundial.

A I Guerra Mundial também se caracterizou por um conflito entre sistemas econômicos onde tradicionais instituições e sistemas de governo foram confrontados. No Reino Unido, o processo de planejamento de Estado começou com a criação do Ministério de Munições em 1915. Na Alemanha, o Departamento de Matérias-Primas para a Guerra sob o comando do industrial Walter Rathenau teve grande influência. Na França, Georges Clemenceau retornou ao poder em 1917 no auge do derrotismo francês e ganhou, em fevereiro de 1918, plenos poderes para legislar por decreto todo o sistema econômico. O controle do Estado sobre os sistemas ferroviários, racionamento de alimentos e combustíveis e o controle de preços eram necessários para estabelecer prioridades. Os governos também assumiram o poder sobre a demanda de grãos e matérias-primas.

A modificação de alguns dos sistemas políticos foi também uma conseqüência da presença do Estado no direcionamento da economia. De agosto de 1916 em diante a Alemanha se submeteu a uma semiditadura militar dirigida por Hindenburg e Ludendorff. No Reino Unido, a crise de

dezembro de 1916 acabou centralizando o poder político decisório no Primeiro-ministro Lloyd George e ao gabinete de guerra. A França vivia praticamente uma ditadura militar comandada pelos Generais Joffre e Nivelle até 1917, até que Clemenceau estabeleceu uma ditadura civil. Na Áustria, o parlamento parou de se reunir em 1917. O choque da derrota acabou por produzir mudanças radicais nos sistemas políticos dos três grandes impérios europeus: o alemão, o austríaco e o russo.

Na Rússia, como em outros importantes países que participaram da I Guerra Mundial, o início do conflito foi saudado com histeria patriótica. Na verdade, o tradicional regime czarista dos Romanov sofria de problemas sociais crônicos, uma economia fraca e de estrutura agrícola com uma estreita base de apoio político interno. Estava bastante vulnerável a qualquer conflito de longa duração. Os impactos da guerra não demoraram a ser sentidos. As derrotas de 1914 e as violentas ofensivas sofridas em 1915 e 1916 causaram morte e ferimentos em mais de sete milhões de pessoas. Em 1917, a economia russa entrou em colapso. A

devastação do território e o fechamento dos estreitos levaram a fome nas cidades e no campo. Distúrbios da ordem pública passaram a ser freqüentes na busca de alimento até que uma greve geral em Petrogrado paralisou cerca de 400 mil trabalhadores em março de 1917. O envolvimento direto do Czar Nicolau II na conduta da guerra identificou-o pessoalmente aos desastres verificados. O parlamento russo, a Duma, havia paralisado seus trabalhos em 1915 e o poder decisório concentrou-se nas mãos da Czarina Alexandra e de um grupo de conselheiros radicais; entre eles, o fanático religioso Rasputin, assassinado por um grupo de aris-

nático religioso Rasputin, assassinado por um grupo de aristocratas liderados pelo príncipe Yusupov em 1916.

A crise governamental ficou evidente quando as tropas imperiais confraternizaram com os grevistas em Petrogrado. No dia 11 de março, a Duma, o parlamento russo, assumiu efetivamente o poder na Rússia e estabeleceu um governo provisório comandado pelo Príncipe Lvov. Nicolau II abdicou do trono. A base do governo provisório era muito estreita. O colapso na autoridade atingiu o exército que sofria sob as péssimas condições na linha de frente e sob a agitação dos bolcheviques. Quando a pena de morte foi abolida, deserções ocorreram em massa. Em Petrogrado e outras cidades, trabalhadores da indústria elegeram conselhos (*Soviets*), que mantinham armamentos e ficavam sob o controle da esquerda mais radical. O governo provisório acabou enfraquecendo a si mesmo quando prometeu a eleição de uma assembléia constituinte e acenou para garantias de propriedade de terras aumentando a expectativa dos camponeses. Além disso, mantinha-se no esforço de guerra. Líderes bolcheviques retornaram do exílio e não tardaram a medir forças com o governo provisório. Ao contrário de outros líderes bolcheviques, Vladimir Lênin e Leon Trotsky perceberam a oportunidade de realizar a revolução. Lênin propôs a criação de uma República de Conselhos de Trabalhadores e Camponeses Pobres ao mesmo tempo em que propôs um acordo de paz na guerra com as potências centrais. Em setembro, revolucionários socialistas e mencheviques que apoiavam a cooperação com o governo provisório foram expulsos de suas posições nos *Soviets*. Moscou e Petrogrado já estavam nas mãos dos bolcheviques. A base do governo provisório era muito estrei-

cheviques. A base do governo provisório era muito estrei-ta e seu isolamento ficou evidente quando, em meados de julho, um levante de marinheiros e trabalhadores provocado pelos bolcheviques em Petrogrado foi abortado. Logo depois, uma tentativa de contra-revolução liderada pelo General Kornilov também fracassa. No levante bolchevique, o primeiro-ministro do governo provisório, o advogado socialista revolucionário Alexander Kerensky, ex-Ministro da Guerra do Príncipe Lvov, foi obrigado a prender líderes bolcheviques e acusar Lênin de ser sustentado pela Alemanha. Para conter Kornilov, Kerensky precisou apelar para a ajuda do exército vermelho e contar com uma greve dos trabalhadores ferroviários. Lênin e Trotsky planejaram um golpe que precedesse o encontro do Congresso de Todos os Conselhos (*Soviets*) Russos e da programada assembléia constituinte. Em novembro, pontos estratégicos de Petrogrado e Moscou foram ocupados pelos bolcheviques. Kerensky fugiu da cidade. No Congresso dos *Soviets* Lênin anuncia negociações de paz e a abolição da propriedade da terra sem compensação. Um governo foi formado com Lênin no comando excluindo socialistas revolucionários e mencheviques.

Diante da necessidade de consolidar seu poder o mais rápido possível e organizar a resistência às forças contra-revolucionárias, Lênin se preparou para um acordo de paz a qualquer preço. O resultado foi que, embora as condições colocadas pelos alemães fossem colossais e Trotsky tenha tentado uma negociação de nem guerra nem paz, o acordo de Brest-Litovsky foi assinado em 19 de fevereiro de 1918. A Rússia se comprometia a desmobilizar seu exército de uma vez. As perdas territoriais incluíam parte da Polônia,

Ucrânia, Estônia, Letônia e Finlândia. Os bolcheviques voltavam-se agora para o combate das forças czaristas do exército branco e os vários grupos nacionalistas antibolcheviques distribuídos por territórios não russos.

O Império Austríaco também deixou de existir após a I Guerra Mundial. Inicialmente, a chamada Monarquia Dual, denominação de um império compromissado com o federalismo, centralização e liberalismo, mantinha, a partir de 1867, um equilíbrio precário baseado em três elementos: uma monarquia comum onde Áustria e Hungria repartiam interesses de defesa e política externa, mas não compartilhavam executivo nem legislativo; dois estados administrativamente separados; e o afastamento dos povos eslavos da atividade de governo. Entre 1849 e 1914, diferentes tentativas de criar uma estrutura institucional que mantivesse a colcha de retalhos que caracterizava os territórios dinásticos da família Habsburgo foram levadas a cabo. A monarquia dos Habsburgos deveria cumprir sua missão histórica de manter um Estado na Europa Centro-oriental que pudesse proteger e manter a diversidade de nações. A partir de 1914, pressões nacionalistas centrífugas superaram as forças centrípetas para manutenção do império. Após a ascensão do Imperador Carlos, em novembro de 1916, conseqüência da morte do velho Imperador Franz I, o processo de desintegração foi acelerado por três fatores principais. A necessidade de conciliar as nacionalidades foi o primeiro. Os poloneses, por exemplo, estavam lutando uns contra os outros em exércitos de diferentes países, mas todos buscavam a criação de um Estado autônomo polonês.

O segundo fator foi a Revolução Russa, que também serviu de estímulo para demandas nacionalistas de outros grupos como tchecos, rutênios, croatas, sérvios e eslovenos. O terceiro foi o compromisso que os aliados tinham com a autodeterminação dos povos, que foi usado como uma arma eficiente contra o Império Austríaco. Em abril de 1918, um congresso de nacionalidades foi realizado em Roma. Em junho, os aliados defenderam a criação de um Estado polonês independente e dois meses depois os tchecos foram reconhecidos como nação. Em novembro de 1918, a "Monarquia Dual" entrou em colapso e os novos Estados da Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria emergiram. O Imperador fugiu para a Suíça.

Junto do Império Russo dos Romanov e do Império Austríaco dos Habsburgos, o Império Alemão dos Hohenzollerns também deixou de existir com o final da I Guerra Mundial. Os líderes militares e seus aliados da nova indústria alemã mantiveram o poder total na Alemanha até as últimas semanas de guerra. A revolução e a queda da monarquia acabou acontecendo em duas fases. Em outubro de 1918, com a intenção de obter uma negociação de paz mais moderada e evitar uma revolução social, o poder foi transferido para o Parlamento Alemão. O *Reichstag*, um

governo de moderados, foi formado e o Príncipe Max von Baden foi nomeado chanceler. Von Baden iniciou negociações com os aliados, demitiu o General Ludendorff e subordinou os militares à autoridade civil. A fachada de constitucionalismo seria completada com a abdicação de Guilherme II. No entanto, o imperador recusou-se a abdicar do trono. Por esta razão os socialistas moderados no Parlamento se recusaram a cooperar. Ao mesmo tempo, vários

mento se recusaram a cooperar. Ao mesmo tempo, vários motins explodiram nas forças armadas e até *Soviets* começaram a proliferar. Socialistas radicais declaram a criação da República da Bavária. Guilherme II finalmente abdicou do trono no dia 9 de novembro.

Liderados por Friedrich Ebert, os socialistas proclamam a República da Alemanha no dia seguinte. A velha elite militar consegue comprar sua sobrevida quando o sucessor de Ludendorff, General Groener, garante apoio militar a Ebert com a condição de manter a autoridade e a disciplina sobre as armas e suprimentos. Em janeiro de 1919, a frágil aliança republicana é testada pela revolta de socialistas radicais do Movimento Espartaquista liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Tropas oficiais e unidades paramilitares voluntárias, os *Frei Korps*, contêm a ameaça da revolução comunista na Alemanha. Uma assembléia nacional se reúne na cidade de Weimar em fevereiro e elege Ebert presidente e o socialista moderado Philip Scheidemann, chanceler. Uma ameaça tão grande quanto o comunismo viria a ser a reação nacionalista às condições de paz que seriam impostas à Alemanha pelos aliados.

Assim como em 1815, após o Tratado de Viena, a consolidação da paz no pós-I Guerra Mundial consistiu em um conjunto de tratados e acordos dos quais o mais importante foi aquele assinado com a Alemanha. As conferências de paz de Paris iniciaram suas deliberações em janeiro de 1919. As principais decisões foram tomadas por um conselho de países formados pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Japão e Itália. O tratado final seria fortemente influenciado pela exclusão das potências derrotadas. Ape-

nas os vencedores estavam representados, o que gerou enorme ressentimento alemão. O documento seria condenado pelos alemães como uma injusta imposição, um "*Diktat*". O idealismo também marcaria o tom das negociações de paz, representado especialmente pelos Estados Unidos e pela figura do Presidente Wilson, um acadêmico que desacreditava os métodos da velha diplomacia européia. Wilson vislumbrava uma era de paz baseada em princípios como a autodeterminação dos povos e em instituições como a Liga das Nações, que estabeleceria uma estrutura jurídica internacional na qual as nações pudessem negociar suas diferenças abertamente. A força da opinião pública também exerceu grande influência nas negociações. Os representantes britânicos e franceses não esconderam o espírito de revanche manifestado pelos eleitores em eleições nacionais e atuaram com rigor contra os Estados derrotados. Clemenceu, o primeiro-ministro francês, defendia a posição de que a Alemanha deveria ser punida a ponto de nunca mais oferecer qualquer ameaça à França.

Em maio de 1919, os delegados alemães em Versalhes receberam os termos da negociação. Em relação às perdas territoriais, as regiões da Alsácia e da Lorena ficavam com a França, Eupen e Malmedy com a Bélgica, as regiões de Posen e Prússia Ocidental (o chamado corredor polonês) ficavam com a Polônia, e a cidade de Danzig se tornava uma cidade livre. As perdas implicavam 13% do território alemão, 10% de sua população, 15% das terras agricultáveis e 75% das reservas de ferro mineral. As colônias de ultramar alemãs passaram para a administração da Liga das Nações, suas forças armadas deveriam se restringir a 100 mil homens, e não ser dotada de tanques, artilharia pesa-

da ou aeronaves. A marinha estava proibida de ter submarinos e limitada a apenas seis navios de guerra. A Renânia foi desmilitarizada e ocupada pelas forças aliadas por 15 anos. A Alemanha foi formalmente culpada pela guerra e obrigada a pagar compensações pela destruição causada.

Diante de uma conjuntura que não possibilitava resistência militar e onde ameaças de revolução social eram freqüentes, os social-democratas alemães e as lideranças militares não tiveram outra escolha senão aceitar as condições impostas. Seu ressentimento foi ainda maior quando tiveram que assinar o documento no salão dos espelhos do Palácio de Versalhes, o mesmo local onde o Império Alemão tinha sido proclamado em janeiro de 1871, após a Guerra Franco-prussiana.

Outros tratados foram necessários para solucionar outras disputas e arranjos diplomáticos que continuaram depois de 1918. Em setembro de 1919, o Tratado de Saint Germain decretou o nascimento dos Estados que sucederam o Império Áustro-Húngaro tratando de reconhecer a independência da Hungria e transferir territórios à Polônia, Iugoslávia e Tchecoslováquia. A Itália recebeu Trieste, a Ístria e o sul do Tirol. O Tratado de Neuilly, de novembro de 1919, determinou que a Bulgária perdia territórios para

a Romênia e a Trácia Ocidental para a Grécia, além de ter de pagar reparações. O Tratado de Trianon, assinado em junho de 1920, definiu a reestruturação territorial da Europa Centro-oriental. A Hungria foi duramente afetada e perdeu cerca de 75% de sua população quando a Eslováquia ficou com a Tchecoslováquia, a Transilvânia com a Ro-

mênia e a Croácia com a Iugoslávia. Durante alguns meses, no início de 1919, o regime comunista de Bela Kun lutou contra Romênia e Tchecoslováquia na tentativa de manter os territórios perdidos, mas o regime caiu em agosto e um governo mais estável emergiu. Em março de 1921, o Tratado de Riga garantiu aos países do Báltico, Estônia, Letônia e Lituânia, o reconhecimento russo de suas soberanias após tentativas de estabelecer repúblicas soviéticas nos pequenos países. A região passou por novos distúrbios ainda em 1919 quando a Polônia partiu para uma guerra expansionista contra a Ucrânia e, em 1920, abriu fogo contra a Rússia na tentativa de restaurar as fronteiras de 1772. Em Riga, a Polônia conseguiu abocanhar a maior parte da Bielo-Rússia. Finalmente, os Tratados de Sevres, de 1920, e Lausanne, de 1923, iriam definir a nova geopolítica do Oriente Médio. Em Sevres, a Arábia Saudita ganhou independência, a Síria tornou-se mandato francês e a Transjordânia, Iraque e Emirados do Golfo Pérsico tornaram-se mandatos britânicos. A partilha do Oriente Médio, resultado do colapso do Império Otomano, foi em boa parte realizada nos moldes do acordo Sykes-Picot-Sazanov, de 1916. O acordo secreto fechado entre britânicos e franceses com os russos determinava o desejo das duas potências em compensar eventuais ganhos territoriais da Rússia czarista no Império Otomano, precisamente nos estreitos, caso viessem a vencer a guerra. Quando o conteúdo do acordo veio a público em 1917, depois que os bolcheviques denunciaram o plano czarista, os britânicos enfrentaram constrangimentos tanto com os sionistas quanto com árabes, já que os termos do acordo conflitavam com a declaração de Balfour e com compromissos feitos com lideranças árabes (Fromkin,

p.189-199).

Nos Bálcãs, a Grécia recebeu a maior parte da Trácia e parte de Smirna, na Turquia. No entanto, nacionalistas turcos liderados por Mustafá Kemal resistiram à perda de Smirna e expulsaram os gregos da Turquia em 1922. O Tratado de Lausanne acabou por rejeitar as reivindicações gregas sobre Smirna além de devolver metade da Trácia aos turcos. Mustafá Kemal, o "Ataturk", iniciou a partir de então o processo de ocidentalização, modernização e secularização da Turquia.

A Conferência de Paris e o Tratado de Versalhes deram oficialmente um final a I Guerra Mundial, mas não houve muito que comemorar. O princípio da autodeterminação dos povos acabou não sendo completamente aplicado. Depois de 1919, cerca de 30 milhões de pessoas ainda permaneciam como nacionalidades ou minorias étnicas em outros países europeus. Além disso, a Alemanha permanecia relativamente forte, mas bastante descontente com a presença de minorias alemãs reprimidas em países vizinhos, com a atribuição da responsabilidade da guerra a si e a seus aliados, e com a persistente interferência nos assuntos internos do país em razão das reparações.

A grande quantidade de novos países na Europa Centro-oriental não deu a eles capacidade econômica de desenvolvimento. Todos necessitavam de capital, eram dependentes de uma agricultura ineficiente e tinham mercados internos modestos. Com persistentes manifestações de revisionismo em países como a Rússia, Alemanha, Itália e outros, era fundamental que houvesse algum poder ou instituição que garantisse aquilo que foi acordado em todos os

tratados. A Liga das Nações não teve esta capacidade. Em março de 1920, o Senado dos Estados Unidos rejeitou o Tratado de Versalhes e com ele a Liga das Nações. A recusa da maioria isolacionista do Senado norte-americano buscava esquivar-se do envolvimento na tradicional diplomacia européia. De qualquer maneira, a Liga das Nações comprovaria ser, em pouco tempo, uma instituição fraca e desacreditada.

O Tratado
na Europa e no
insatisfações q
tas e rivalidad
guerras contri
ticas condenan
cessários à ma
dições política

3 O fracasso da segurança coletiva: o período entre guerras

O Tratado de Versalhes garantiu apenas 20 anos de paz na Europa e no mundo. Ele acabou levando a uma série de insatisfações que estimularam ressentimentos nacionalistas e rivalidades. A situação econômica do período entre guerras contribuiu para a radicalização das posições políticas condenando a democracia e o constitucionalismo necessárics à manutenção dos acordos de paz. Quando as condições políticas se radicalizaram os acordos não ofereciam mais garantias suficientes para a paz.

A Liga das Nações foi uma tentativa de substituir a anarquia internacional característica dos dias que antecederam a I Guerra Mundial por uma organização que pudesse utilizar sanções econômicas e militares contra países agressores, mantendo a segurança coletiva para Estados grandes e pequenos. Uma assembléia permanente em Genebra e a Corte Internacional de Justiça em Haia eram as principais instituições para a preservação da paz. A Liga também chamava para si as responsabilidades de proteger minorias nacionais, governar a cidade livre de Danzig e a região da Saarlândia (Sarre), e desenvolver organizações

de cooperação internacional para lidar com problemas como saúde, condições de trabalho e outros.

A Liga teve sucesso ao lidar com disputas menores. Das 66 disputas internacionais em que esteve envolvida, 20 foram transferidas a outros canais negociadores e 35 foram resolvidas satisfatoriamente, mas as 11 mais importantes nunca foram solucionadas. A Liga também foi eficiente ao lidar com a repatriação de prisioneiros, na administração de territórios sob seu mandato e no combate a doenças epidêmicas. Apesar disso, sofria de duas fraquezas fundamentais. A primeira era a ausência de alguma fonte de poder independente, que não fosse apenas a dos seus Estados membros, já que quando um poderoso Estado membro se envolvia em um conflito poderia simplesmente ignorar a Liga e não sofrer nenhuma sanção. A segunda grave fraqueza da organização era a ausência de Estados membros fundamentais para sua legitimação. A Liga era vista como um instrumento dos vitoriosos, já que havia sido criada junto dos tratados de paz. Inicialmente, Alemanha e Rússia não eram membros e ainda no seu nascimento o Senado dos Estados Unidos havia rejeitado a presença deste país na organização.

Ficou claro que no início dos anos 20 houve uma significativa mudança no equilíbrio de poder na Europa. A fragmentação do Império Austríaco, a virtual saída da Rússia da cena internacional e a percepção crescente no Reino Unido de que exageros haviam sido cometidos contra a Alemanha na Conferência de Paz, deixaram a França solitária para confrontar qualquer ameaça aparente vinda da Alemanha. Apesar das perdas territoriais e de recursos, a Alemanha ainda tinha uma população de 65 milhões de

pessoas e potencial econômico considerável. Os franceses
ainda tentavam neutralizar parte do território ocidental ale-

mão, mas os americanos já haviam recusado a ratificar o Tratado de Versalhes e os britânicos deixaram claro que ajudariam a França apenas em caso de invasão alemã.

Só havia duas maneiras de restringir o poder alemão. Usar reparações de guerra para minar a capacidade de recuperação do país ou aceitar algum nível de poder alemão que pudesse ser contido com um conjunto de países aliados ao redor da Alemanha, um *cordon sanitaire*, que fosse além das garantias internacionais mantidas pela Liga das Nações. A capacidade alemã de cumprir com os compromissos de reparação estava vinculada à cláusula de culpa pela guerra. No entanto, os valores tinham que ser fixados embora houvesse divergências entre os vitoriosos. Britânicos e franceses tinham dívidas consideráveis com os norte-americanos e tentaram repassá-las aos alemães. O presidente dos Estados Unidos, John Coolidge, que substituiu Warren Harding após sua morte em 1923, rejeitou a idéia. Influenciados pelo economista John Keynes, os ingleses começaram a aceitar a idéia de que os alemães só poderiam pagar as reparações se pudessem voltar a competir no mercado internacional e voltar a crescer. Os britânicos eram bastante dependentes do comércio internacional. Já os franceses não, e viam nas reparações uma maneira de manter os alemães enfraquecidos.

O resultado da pressão pelo pagamento das reparações foi a ocupação do vale do Ruhr, área industrial da Renânia, por tropas francesas e belgas em 1923. Seu objetivo era cobrar as reparações diretamente depois que os alemães deram o primeiro *default*. Os britânicos e a Liga das

Nações foram contra a ocupação, mas os franceses ignora-

ram. Os alemães responderam com uma declaração de não-cooperação e incentivaram greves no Ruhr. A crise contribuiu para o colapso da moeda alemã e o processo de hiperinflação, o que levou também a mais uma crise política na República de Weimar. Em 1924 caiu o governo francês de Raymond Poincaré, conhecido por seu ressentimento contra os alemães. Entre 1924 e 1932, os franceses tiveram governos de ação menos ofensiva e mais conciliadora, representados por um socialista moderado, Aristide Briand, tanto na condição de primeiro-ministro e ministro das relações exteriores. Ainda em 1923, Gustav Stresemann se tornou chanceler alemão, e em negociação com um comitê aliado liderado pelo norte-americano Charles Dawes estabeleceu o Plano Dawes, um sistema mais moderado de pagamento das reparações. O acordo viabilizou a retirada das tropas do Ruhr em 1924 e, em 1925, a economia européia iniciou uma recuperação que só seria abalada pela crise de 1929.

Sem a possibilidade de se aliar à Rússia, e com o objetivo de conter a Alemanha, a França tinha que encontrar aliados onde pudesse. A solução encontrada foi uma série de acordos militares com a Bélgica, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia. Esta espécie de coalizão era o melhor que a França podia fazer, mas estava longe do ideal, porque não havia unidade de interesses entre os membros e não tinham a mesma potência do que se tivessem a Rússia junto. Assim, a França fez mais duas tentativas para fortalecer a Liga das Nações. Propôs sanções militares obrigatórias por Estados membros contra qualquer agressor identificado pela Liga. Os britânicos não pude-

ram aceitar, já que a proposta foi feita de maneira que a in-

tervenção só valeria no continente europeu e isto poderia significar que agressões ao *Commonwealth* seriam possíveis. Em 1924, em mais uma tentativa, franceses e britânicos assinaram o Protocolo de Genebra e concordaram que a arbitragem deveria ser buscada quando não houvesse unanimidade na Liga das Nações ou quando interesses internos de um Estado estivessem envolvidos em alguma disputa. No entanto, o governo conservador de Stanley Baldwin, recém-eleito no Reino Unido, rejeitou o plano de arbitragem, em março de 1925, porque temia que o Japão pudesse aproveitar-se dele para forçar a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia a reabrir seus portos à imigração japonesa. Como resultado, a Liga continuou sem qualquer poder efetivo contra Estados agressores. A causa principal desta realidade era a considerável diferença na vulnerabilidade entre os Estados membros. A Liga das Nações permanecia sendo uma organização de garantia de segurança mútua onde os riscos assumidos pelos diferentes membros não eram iguais.

A conseqüência após 1925 foi que vários acordos regionais foram feitos, indo além da capacidade questionável da Liga das Nações em garantir a segurança internacional. Da perspectiva da França, a necessidade de acordos regionais era tão ou mais urgente do que os outros países, já que Rússia e Alemanha haviam restaurado suas relações em 1922 ao assinar o Tratado de Rapallo. Em Rapallo, o monarquista conservador Gustav Streseman dominava a política exterior alemã e acreditava que uma república estável daria mais credibilidade à Alemanha esforçando-se a selar acordos de cooperação e de reconhecimen-

to de fronteiras com qualquer país que estivesse disposto. A moderação prevaleceu também nas relações entre Alemanha e França em 1925 e com o Tratado de Locarno, as fronteiras entre França, Alemanha e Bélgica foram garantidas por britânicos, italianos, franceses, belgas e alemães. Mas Locarno não deu solução completa ao problema de fronteiras. As fronteiras orientais da Alemanha com Polônia e Tchecoslováquia não foram garantidas. Na verdade, as ambições alemãs na Europa Oriental permaneciam, o que ficou demonstrado na renovação do Tratado de Rapallo com os russos, em 1926, e com a resistência alemã em aceitar a plena entrada da Polônia na Liga das Nações, ano em que ela própria foi finalmente aceita na Liga.

Em 1928, o Pacto Kellog-Briand, originariamente um acordo entre franceses e norte-americanos, acabou incorporando outros 65 países. Embora todos os signatários tenham se comprometido a renunciar à guerra, nenhum deles se comprometia a se submeter a qualquer tipo de sanção e tampouco a discutir qualquer progresso em programas de desarmamento.

O ano de 1929 começou com a perspectiva de que a conciliação aumentaria na Europa. Os pagamentos anuais de reparação de guerra foram modificados e transferidos para o controle alemão. A Renânia foi evacuada pelas potências ocidentais cinco anos antes do cronograma acordado. No mesmo ano morreu Stresemann e mudanças nos governos da França e do Reino Unido afastaram os ministros de relações exteriores Aristide Briand e Austen Chamberlain. Os três tinham contribuído pessoalmente para que a cooperação fosse de novo possível na Europa. Até este período, e apesar de suas limitações, a Liga das Nações interveio

em uma série de disputas fronteiriças alcançando alguns bons resultados. Desavenças entre Iraque e Turquia, Bulgária e Grécia, e Polônia e Lituânia foram solucionadas pela Liga. Mas todos estes exemplos não incluíam problemas entre as grandes potências. Quando isto acontecia, como no caso da ocupação da Ilha de Corfu pelos italianos em 1923, como reação a um suposto assassinato de um general italiano por assassinos gregos, a solução só pôde ser dada com a interferência das grandes potências.

Em 1929, a economia mundial foi atingida por uma depressão que teria efeitos políticos e diplomáticos devastadores. O estopim da crise veio dos Estados Unidos, onde a situação econômica apresentava os mesmos sintomas da economia mundial. Havia superprodução de matérias-primas e alimentos que derrubava os preços e reduzia o poder de compra da população rural. E havia euforia nos investimentos industriais para produção de automóveis e produtos elétricos. Em outubro de 1929, o mercado percebeu o descolamento entre o crescimento industrial e a capacidade de consumo do mercado. O resultado foi uma recessão severa que atingiu o mundo todo. A economia mundial já havia enfraquecido depois do impacto da I Guerra. O protecionismo americano e a insistência no pagamento das dívidas pioraram as condições dos países devedores. A Alemanha e a Áustria já tinham sido duramente afetadas por empréstimos adquiridos no pós-guerra, mas o pânico financeiro atingiu a Europa inteira. A recessão mundial resultou em desemprego sem precedentes. Dezenas de milhões de europeus ficaram sem trabalho.

As reações da comunidade internacional à crise vieram de diferentes maneiras. Alguns acordos regionais que

proporcionaram o cancelamento de pagamentos de reparação de guerra como a Convenção de Lausane de 1932 foram concluídos. No entanto, tentativas para coordenar uma ação de amplitude européia ou mesmo mundial acabaram falhando. Havia uma tendência em se posicionar de forma individual, dentro dos limites do interesse nacional. A manipulação das relações financeiras e comerciais de cada país era baseada em desvalorizações das moedas e protecionismo comercial. Em relação aos orçamentos, as reações iam no sentido de cortar despesas, o que tendia a piorar o problema da retomada do crescimento. Apenas as políticas no *New Deal*, aplicadas pelo Presidente Franklin Roosevelt, a partir de 1933 nos Estados Unidos, representavam uma visão diferente, onde o governo aumentava os gastos para reduzir o desemprego e com a retomada do desenvolvimento saldar as dívidas no futuro.

Os planos mais radicais foram aplicados na Itália e na Alemanha, onde os fascistas ocuparam o poder e seguiram políticas de auto-suficiência. Estas políticas estavam associadas tanto a objetivos políticos e militares quanto à redução do desemprego, já que a aguda crise econômica criou o ambiente ideal para um nacionalismo extremado, agressivo e exagerado. O aspecto mais ameaçador da recessão foi a tensão crescente entre as potências que possuíam impérios e aquelas que aspiravam se tornar um. A recuperação econômica e o crescimento passaram a ser identificados com a expansão colonial.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o imperialismo não desapareceu em 1918. Na verdade, ele aumentou. No início dos anos 30, mais de um terço do território mundial era governado por britânicos e franceses. A manuten-

ção dos impérios tinha pelo menos duas justificativas: o prestígio, garantido pela possessão de vastos territórios ao redor do mundo, e a genuína vantagem econômica que as colônias proporcionavam na troca de mercadorias e no implemento comercial. Conseqüentemente, a preservação dos impérios e o temor pela sua segurança foram um dos principais fatores do *appeasement*, a política de apaziguamento praticada por britânicos e franceses. Na verdade, as vantagens proporcionadas pelos impérios eram ilusórias. As colônias eram uma fonte constante de tensão por causa dos crescentes movimentos nacionalistas além de não despertarem nenhum entusiasmo nas classes médias e baixas que as viam como uma fonte crescente de despesas, sem compensações econômicas proporcionais. O Chanceler Otto von Bismarck não viveu o bastante para comprovar que suas idéias sobre o colonialismo estavam certas.

Da perspectiva da Alemanha, da Itália e também do Japão, havia uma associação direta entre crescimento de longo prazo e possessão de territórios coloniais. Momentos de escassez e vulnerabilidade no fornecimento de matérias-primas, como o ferro, no caso da Alemanha e da Itália, limitavam sua capacidade de exportar mais. A restrição de imigração de japoneses e italianos aos Estados Unidos e Austrália, no mesmo período, ajudou a superdimensionar o problema das possessões coloniais. Para os japoneses a questão imperial já havia começado em 1894 com suas pretensões sobre a Coréia. Nos anos 30, a influência das forças armadas na política interna japonesa levou a uma escalada na pressão para expandir o território a ponto de se lançar a idéia de uma nova ordem asiática. As aspirações da Itália eram mais restritas, mas não menos explosivas.

Seus interesses estavam voltados ao norte da África, à costa da Dalmácia e ao espaço mediterrâneo. O fascismo italiano vivia do sonho da prosperidade futura e superioridade racial derivada de uma eventual sucessão do Império Romano. Benito Mussolini pendulava entre o imperialismo genuíno e a propaganda de seu regime que britânicos e franceses tinham dificuldade em desafiar. Até lograr consolidar sua posição absoluta no poder italiano, já que ascendeu ao posto mais alto no comando da Itália em 1922, mas só iniciou o expansionismo no início dos anos 30, "Mussolini tentou assegurar ao mundo que o fascismo não era um artigo de exportação e que a ideologia não influenciava sua política externa. [...] No entanto, em momentos que não conteve as palavras, anunciou sua intenção de promover a queda do Império Britânico, e transformar o Mar Mediterrâneo em um lago italiano expulsando seus 'parasitas'" (Smith, p. 383).

As aspirações da Alemanha eram mais amedrontadoras. A percepção alemã era a de que a luta era entre alemães e judeus, e por todo o mundo. A expansão alemã foi concebida por Adolf Hitler para ser aplicada em duas fases. A primeira consolidaria a construção de uma Europa Central de domínio alemão (*Mitteleuropa*). A segunda, a criação de um espaço vital (*Lebensraum*) através da conquista da Rússia Ocidental, que abriria a possibilidade de ameaçar britânicos e franceses no Oriente Médio e na Índia. A batalha final se daria com os Estados Unidos.

A satisfação das ambições de japoneses, italianos e alemães iria requerer um enorme esforço militar e um firme compromisso com a guerra. E foi isto que aconteceu

no início dos anos 30 quando o Tratado de Versalhes começou a ser revertido.

O primeiro impacto significativo à segurança coletiva foi causado pelos japoneses, que invadiram a Manchúria, no nordeste chinês, em 1931, como parte de um projeto de expansão militar e econômica. O protetorado de Manchukuo foi estabelecido. A Liga das Nações condenou a ação do Japão, cuja reação foi simplesmente se retirar da organização em 1933. Apesar da ação japonesa, foram os alemães que mais desafiaram o Tratado de Versalhes na tentativa de expandir seu território. Hitler não escondia sua intenção de romper o Tratado de Versalhes e tinha a habilidade de explorar os erros de seus adversários. Sua tática era atingir seus objetivos sem utilizar a violência, utilizando apelos pacifistas, acordos de desarmamento baseados em termos subjetivos, como razão e justiça, sempre garantindo que suas aquisições seriam as últimas a serem reivindicadas.

Hitler argumentava que na ausência de um acordo internacional de desarmamento, apenas a Alemanha tivesse que ser desarmada. Por esta razão, se retirou da conferência de desarmamento e da Liga das Nações em 1933. Em 1934, assinou um pacto de não-agressão com a Polônia, embora tenha instruído seus generais a iniciar estudos do espaço vital na Europa Oriental. O pacto prejudicou a estratégia francesa do *cordon sanitaire* e forçou-a a repensar na linha Maginot, a linha defensiva estática entre as fronteiras da Bélgica e da Suíça. O ministro do exterior francês Louis Barthou tentou garantir o reconhecimento das fronteiras orientais da Alemanha, mas foi assassinado em outubro de 1934 em Marselha, no atentado que matou o Rei

Alexandre da Iugoslávia. O sucessor de Barthou, Pierre Laval, conseguiu uma aliança com a Itália em 1935, que tratava de divergências coloniais, mas que, principalmente, dava garantias de independência para a Áustria. O acordo garantiu o fracasso de um golpe de Estado de nazistas austríacos em 1934, no qual o chanceler austríaco Dollfuss foi assassinado, mas os italianos sustentaram a posição das autoridades austríacas, obrigando Hitler a negar envolvimento no golpe e recuar.

Em março de 1935, Hitler anunciou planos para um exército de 600 mil homens e foi imediatamente advertido pela Liga das Nações. França, Reino Unido e Itália se reuniram na *Stresa Front* para continuar o Tratado de Locarno e mesmo os soviéticos concluíram pactos de assistência mútua com a Tchecoslováquia e a França. No entanto, tais ações foram enfraquecidas pelo Acordo Naval Britânico-germânico no mesmo ano, que limitava a frota alemã a 35% da tonelagem britânica dando a paridade no número de submarinos. Itália e França não foram consultadas e a possibilidade de restrição coletiva de desarmamento foi perdida. Para piorar, a Itália invadiu a Abissínia em outubro.

Hitler aproveitou as diferenças entre a *Stresa Front*, ocupou a Renânia desmilitarizada em 1936 e renunciou ao Tratado de Locarno. Sua justificativa foi o pacto franco-soviético, que alegava conter uma intenção agressiva. O movimento alemão poderia ter sido evitado já que o número de tropas alemãs ainda era pequeno e a França, junto da Polônia e da Tchecoslováquia, poderia mobilizar quase duzentas divisões com rapidez. Mas os franceses tinham outras preocupações, estavam demasiado preocupados com a estratégia na linha Maginot. No Reino Unido havia simpa-

tia pela ocupação do que era claramente território alemão, além do que esferas importantes do governo britânico viam em Hitler uma barreira contra o comunismo, assim como fazia parte das elites industriais alemãs. Os soviéticos, assim como poloneses e outros aliados franceses, estavam atentos para a hesitação franco-britânica e não tinham o que fazer senão observar as mudanças no cenário.

Assim, sem nenhum custo militar, Hitler aumentou significativamente sua popularidade, provou a seus generais que sua tática era eficiente, e em janeiro de 1937 deu o último passo para renunciar definitivamente o Tratado de Versalhes.

Desde 1935, as atenções das potências européias estavam voltadas para a crise da Abissínia para as ambições comerciais italianas na África. Em resposta ao apelo do Imperador Haile Selassie, a Itália foi considerada agressora e 52 nações votaram a favor de sanções. Na verdade, carvão e petróleo foram excluídos do embargo comercial aplicado à Itália, que foi ignorado pelos Estados Unidos, pela Alemanha e pela Rússia, admitida na Liga em 1934. Os britânicos eram os mais interessados em manter sanções contra os invasores italianos na África Oriental, mas não tinham recursos suficientes para tal empreitada. Como resultado, britânicos e franceses relutaram em aplicar sanções e colocar em risco a *Stresa Front*. Uma idéia de uma proposta franco-britânica que garantia dois terços da Abissínia a Mussolini e um terço ao Imperador, com um corredor para o mar, nunca chegou a ser posta em prática, mas a reação negativa foi tão grande que provocou a renúncia do ministro bri-

tânico, Sir Samuel Hoare.

As forças armadas italianas não tiveram grandes progressos até que o General Badoglio assumiu o comando e entrou em Addis Abeba, em maio de 1936. A importância da Guerra da Abissínia foi considerável. Deixou evidente o fracasso da segurança coletiva. Em 1936, a Liga retirou as sanções e aceitou a ocupação italiana. A *Stresa Front* estava aos frangalhos e em outubro de 1936, Itália e Alemanha cerraram o *Pacto de Aço*, concordando em coordenar suas políticas externas. No ano seguinte a extensão do pacto germânico-japonês anti-Comintern contra os soviéticos incluiu a Itália. A Áustria se encontrava assim em situação crítica e em posição bastante vulnerável.

As condições para um novo grande conflito estavam dadas. A Liga das Nações não tinha poder de ação, britânicos e franceses não estavam preparados para suportar sua crença na segurança coletiva e resistir a agressões. Os países menores da Europa Oriental não tinham escolha senão se submeterem aos alemães. E em 1936, a Bélgica teve que se recordar de 1914 e retomou sua neutralidade.

4 Os novos antagonismos: antecedentes da II Guerra Mundial

A partir de 1937 o ambiente político na Europa era de uma crescente polarização chegando aos extremismos, o que deixava pouca margem de manobra para compromissos. Ao mesmo tempo, a segurança coletiva idealizada pela Liga das Nações havia fracassado, e britânicos e franceses relutaram em assumir uma posição de liderança, até que ficou tarde demais. A conseqüência foi que Hitler continuou a explorar oportunidades com eficiência até o momento em que errou o cálculo e o limite chegou para os aliados.

O final dos anos 30 apresentava um cenário de divisão extremada e crescente entre as ideologias contrastantes do fascismo e do comunismo. O primeiro sinal da gravidade entre esta polarização foi verificado na Guerra Civil na Espanha. O resultado das eleições espanholas de 1936 deu o maior número de cadeiras nas Cortes espanholas à coalizão *Frente Popular*, agrupamento de republicanos e gru-

pos socialistas. A maioria dos votos, no entanto, tinha sido garantida pelo partido de direita *Falange Espanhola*, apoiado pela Igreja Católica, militares, industriais, proprietários

de terra e monarquistas. Para os últimos a república recém-fundada em dezembro de 1931 estava identificada com inaceitáveis políticas de reforma agrária, intervenção estatal na produção industrial, políticas de maior autonomia às províncias, e contenção das ações da Igreja. Em julho de 1936, uma revolta armada iniciada no Marrocos e liderada pelo General Francisco Franco transformou-se em uma rebelião generalizada a partir de novembro. Até abril de 1939 a Espanha foi palco de uma brutal guerra civil que teve sérias implicações nas Relações Internacionais.

Apesar dos esforços em se buscar acordos de não-intervenção, homens, armas e equipamentos foram fornecidos para os dois lados do conflito espanhol por diferentes Estados interessados. Os conservadores, denominados também *nacionalistas*, receberam considerável apoio da Alemanha e da Itália. Os alemães disponibilizaram cerca de dez mil homens e os italianos chegaram a cinqüenta mil. A partir de outubro de 1937, os soviéticos se comprometeram abertamente com os *republicanos*, embora sua ajuda nunca tenha atingido as dimensões de seus oponentes. Hitler e Mussolini usaram o conflito espanhol para testar sua máquina de guerra. A sangrenta guerra civil e a utilização de novas tecnologias de guerra permitiram atrocidades, como o bombardeio da cidade basca de Guernica, que matou 1.600 civis e deu uma amostra à Europa dos horrores que os armamentos modernos eram capazes de produzir. Mais do que uma luta entre fascistas e comunistas, a Guerra Civil Espanhola foi a definição dos alinhamentos que

qualquer grupo político acabou tendo em relação a um ou outro extremo.

A divisão entre a direita e a esquerda do espectro político também se tornou crítica na França dos anos 30. A crise econômica e financeira atingiu duramente a França e entre 1932 e 1934, sistemáticas crises ministeriais geraram a emergência de organizações de extrema-direita antiparlamentares que confrontavam os republicanos e seus aliados socialistas em diferentes temas. O sucesso eleitoral da *Frente Popular*, uma aliança de radicais, socialistas moderados e comunistas comprometidos com um programa de reformas sociais levou grupos de extrema-direita a vislumbrar uma revolução social, impressão que foi reforçada por uma onda de greves gerais. As posições defendidas pela extrema-direita, que se manifestava cada vez mais com a linguagem fascista e anti-semita, confrontada com a Frente Popular, liderada pelo judeu Leon Blum, se acirraram diante da discussão sobre a eventual intervenção na Guerra Civil Espanhola. A esquerda favorecia a guerra contra os fascistas na Espanha e na Abissínia. A direita tradicionalmente militarista e revanchista se opunha a se envolver porque recusava uma eventual aliança com os soviéticos e porque via a possibilidade de uma revolução social na França. A conseqüência foi que até 1940, quando a catástrofe da invasão alemã se consolidou, a diplomacia francesa ficou bastante enfraquecida.

Apesar da grande tensão que o quadro político europeu apresentava no final dos anos 30 o Reino Unido ainda se mantinha de certa forma paralisado. A idéia de *appease-*

ment, caracterização do comportamento britânico nos anos 30 em relação às tensões que assolaram a Europa, deixou uma conotação de fraqueza e submissão à força. Durante o período entre guerras, o *appeasement* levou a um aumento

das demandas dos países autoritários e se tornou um sinônimo de vergonha e descrédito político. Na verdade, tratava-se de uma tradição da política externa britânica, que vinha desde o século XIX, e se justificava pela condição de um Estado insular em busca de poder e influência nas Relações Internacionais. Paul Kennedy explica o comportamento britânico, que de certa forma também era seguido pela França: "A posição da França e da Grã-Bretanha frente a essa tempestade iminente era de grande e crescente dificuldade. Embora houvesse muitas diferenças importantes entre elas, ambas eram democracias capitalista-liberais que tinham sido severamente castigadas pela guerra [...]. Devido às suas diferentes posições geográfico-estratégicas e às diferentes pressões que se faziam sentir sobre seus respectivos governos, as duas democracias freqüentemente discordavam da maneira pela qual o "problema alemão" devia ser tratado. Mas embora brigassem quanto aos meios, estavam de acordo quanto ao fim: nos agitados anos pós-1919, França e Grã-Bretanha eram indiscutivelmente potências a favor do *status quo*" (Kennedy, p. 299).

Os conceitos de justiça e moral aplicados à política tinham ganhado força no Reino Unido, principalmente depois de 1919, por influência da tradição do ex-Primeiro-ministro William Gladstone, veterano liberal da política britânica no século XIX, reforçada pela visão do presidente norte-americano Woodrow Wilson. Além disso, a dependência econômica do Reino Unido do comércio internacional implicava na vital preservação da paz. No período

cional implicava na vital preservação da paz. No período entre guerras, os britânicos optaram por evitar a ruína econômica moderando o programa de gastos militares e tornando-se bastante vulneráveis no caso de um grande conflito. Um conjunto de obrigações globais vinculado a realidades diplomáticas também justificou a atuação de *appeasement*. Com tantos compromissos imperiais, o Reino Unido tinha que lidar com a ascensão de três novas ameaças, Itália, Alemanha e Japão, além de ter que lidar com os imprevisíveis soviéticos, e os Estados Unidos em posição de isolacionismo. As posições britânico-francesas na Europa eram limitadas. O desejo de não jogar a Itália nos braços dos alemães explicou parcialmente a posição britânica em relação à Abissínia. Finalmente, ao contrário dos Estados autoritários, o Reino Unido sofria a forte influência da opinião pública em relação a gastos militares. Os governos do período entre guerras tinham que reduzir gastos com defesa ou perdiam poder. Apenas argumentos morais tinham o poder de convencer a opinião pública, mas tinham que ser balanceados com as despesas.

Assim, o Reino Unido rejeitou a idéia de alianças na Europa e não fechou qualquer compromisso com a França até 1939. Os dois países estavam atentos um ao outro, mas sua relação não se aprofundou até meados dos anos 30. Os britânicos procuraram seguir uma política que viabilizasse seus interesses globais e seus recursos limitados com um ajuste dos conflitos potenciais. Tentou fazer um balanço dos riscos de conflito, chegando a considerar que uma Alemanha que rejeitava Versalhes reocupava a Renânia e retomava um rearmamento controlado não significava necessariamente uma ameaça aos interesses britânicos. Até 1939

sariamente uma ameaça aos interesses britânicos. Até 1939 a visão majoritária no Reino Unido era a de que a Alemanha poderia voltar a ser uma potência dentro do sistema, sem que tivesse que ser destruída, além do que, suas ambições eram limitadas. Mas foi neste ano que Hitler excedeu os limites do jogo diplomático.

O primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain recebeu crítica de diferentes autoridades e conselheiros sobre sua percepção ingênua de que Hitler era um homem em que se pudesse confiar. Há evidências que mostram a desconfiança de Chamberlain sobre Hitler, mas ele não poderia se comportar em público como se o *führer* fosse um incendiário. O historiador John Lukacs explica que havia três elementos principais que explicava o comportamento dos apaziguadores. Um era o desejo sincero de evitar a guerra. Outro, a percepção de que a Alemanha recebera um tratamento injusto em Versalhes e merecia um crédito de confiança até prova em contrário. O terceiro elemento era o anticomunismo, que tinha em Hitler um eficiente porta-voz. Segundo Lukacs, "quando Neville Chamberlain sucedeu a Stanley Baldwin em 1937, havia um elemento a mais em suas inclinações: uma falta de confiança na França juntamente com a disposição de oferecer mais do que um módico crédito à nova Alemanha [...]. No entendimento de Chamberlain e de muitos conservadores, essas inclinações contribuíam para uma tendência a encarar a maior parte dos relatos sobre as crueldades e condições do regime de Hitler como exageros e propaganda" (Lukacs, 2002, p. 87).

A partir de 1938, no entanto, o modelo de diplomacia britânico começou a se esgotar. As demandas freqüentes de italianos, japoneses e principalmente alemães constantemente feriam acordos internacionais, rompiam fronteiras ter-

mente feriam acordos internacionais, rompiam fronteiras ter-
ritoriais, atentavam contra liberdades civis e direitos demo-
cráticos. Conservadores liderados por Anthony Eden, além
de liberais e minorias socialistas no Reino Unido, começa-
ram a se opor a uma política que propunha um ideal inter-

nacionalista e era traída por um militarismo e um naciona-
lismo altamente agressivos. Em certas circunstâncias, o uso
da força para proteger povos ameaçados passou a ser con-
siderado. No final dos anos 30, realistas e idealistas se uni-
ram em uma aliança inesperada até que em setembro de
1939 a política adotada pelos britânicos durante três quar-
tos de século teve que ser rompida.

Uma das principais causas do desequilíbrio de poder na
Europa dos anos 30 foi a maneira como a Alemanha mobi-
lizou sua economia para a guerra. O país retomou o rearma-
mento em 1933, com ênfase na infra-estrutura e treinamen-
to. Muito esforço foi feito para estabelecer um plano de coor-
denação entre a produção e a fonte dos recursos. A nomea-
ção de Hermann Goering para o comando do plano de qua-
tro anos significou também um aumento drástico no gasto
com armamentos. O compromisso de Hitler com uma guer-
ra de proporções nunca vista viabilizou gastos com mate-
rial sintético, um amplo programa de construção naval, com
a mecanização das forças terrestres e com um aumento que
quintuplicou a potência da força aérea.

Os franceses acreditavam que a guerra que se aproxi-
mava seria longa. Concentraram-se em um plano defensi-
vo concentrado na linha Maginot e em um plano ofensivo
posterior baseado na utilização de uma força esmagado-

ra de ataque. Embora a França tenha ficado entre 1932 e 1936 sem gastar ou reequipar suas forças, ela já era reconhecida como uma das mais fortes potências militares da Europa. Em meados dos anos 30 e de 1936 até 1939 iniciou um processo de renovação das armas bastante acelerado. Os britânicos, por sua vez, iniciaram um processo mais rápido de rearmamento do que os franceses. Movidos por prioridades estratégicas voltadas à defesa do império e pela relutância em retomar compromissos continentais, concentraram seus investimentos em *deterrence*, estratégia preventiva e de dissuasão que buscava conter ameaças de bloqueios estratégicos no ar e no mar.

Outros dois atores fundamentais que até 1939 estiveram praticamente fora do jogo diplomático europeu e mundial foram os Estados Unidos e a União Soviética. A política externa dos Estados Unidos, comandada pelo Secretário de Estado Cordell Hull, tinha como base manter o país longe de qualquer guerra. O trauma da I Guerra Mundial, associado à crise econômica, deixaram os Estados Unidos distantes dos problemas europeus. Além disso, os norte-americanos viam a França e o Reino Unido motivados por ambições imperialistas, o que não lhes parecia apropriado para a manutenção da paz mundial. A aprovação da Lei de Neutralidade Permanente de 1937 simbolizou o ponto mais alto do isolacionismo dos Estados Unidos. Não foi antes de 1939 que o apoio à estratégia das potências ocidentais foi manifestado. No Extremo Oriente não havia qualquer ação para conter o avanço japonês mesmo sabendo que navios americanos tinham sido atacados por aviões japoneses no mesmo ano.

A União Soviética posicionava-se de forma semelhante àquela dos Estados Unidos. Evitou fazer compromissos

te aquela dos Estados Unidos. Evitou fazer compromissos, preocupada com problemas internos e com pouca confiança na Liga das Nações. A propaganda stalinista descrevia o Reino Unido, ex-aliado das forças contra-revolucionárias do exército branco, como o maior inimigo soviético e Stalin não acreditava que a Alemanha fosse à guerra antes de 1939. Britânicos e franceses seguiam uma política de

contenção acreditando que poderiam ter sucesso a médio prazo. Tanto no Reino Unido quanto na França e na União Soviética havia a percepção de que um gasto excessivo em armamentos poderia gerar uma crise financeira e provocar problemas sociais. Enquanto Hitler abafava qualquer oposição a seu regime e seguia firme na produção de sua máquina de guerra, britânicos e franceses tinham que lidar com as pressões do livre mercado e da democracia. Em 1939 começaram a perceber que talvez fosse melhor ir logo à guerra do que esperar mais tempo.

Até 1938, nenhuma das ações externas de Hitler tinha extrapolado as fronteiras alemãs estabelecidas em 1919. A partir de maio de 1938 o panorama mudou com a absorção da Áustria e de seus sete milhões de habitantes, o chamado *Anschluss*. Após o fracassado golpe de Estado dos nazistas austríacos em 1934, em janeiro de 1938 uma nova tentativa deu resultado. O chanceler austríaco von Schnuschnigg visitou Hitler para tratar da ameaça feita pela *Heimwehr*, os fascistas austríacos. Hitler manifestou seu apoio a *Heimwehr* e apoiou a transferência do controle do poder no Estado austríaco. O chanceler austríaco sugeriu um plebiscito que provavelmente daria resultado negativo ao golpe. Hitler mobilizou suas forças na fronteira e obteve apoio

de Mussolini, que de qualquer maneira não poderia fazer muito pela Áustria já que tinha mais de 350 mil homens em atividade na Espanha e na Abissínia. A demanda para que o plebiscito fosse realizado e que o líder da *Heimwehr*, Seyss-Inquart, fosse denominado novo chanceler foi aceita. Mas já era tarde. Na "Operação Otto", forças alemãs atravessaram a fronteira em março de 1938 e se juntaram aos fascistas austríacos, que já ocupavam administrações

locais. No dia 13 de março, Hitler fez entrada triunfal em Viena. Não houve reação de nenhum país. Os franceses estavam lidando com mais uma crise de gabinete. Os britânicos consideraram a invasão como parte de um processo natural e inevitável. Na verdade, não tinham poder algum para intervir.

A mais clara demonstração de *appeasement* foi dada alguns meses depois, no caso dos sudetos alemães na Tchecoslováquia. Pouco mais de 3 milhões de alemães viviam em regiões fronteiriças da Tchecoslováquia e suas expectativas de se unir à Alemanha eram fomentadas pelos fascistas dos sudetos liderados por Konrad Henlein e pelo sucesso do *Anschluss* na Áustria. As demandas por autonomia feitas por Henlein com total apoio de Hitler foram aceitas por Eduard Benes, presidente tcheco. Benes sabia que não teria nenhuma chance em resistir porque estava claro que britânicos e franceses não iriam garantir a Tchecoslováquia no caso de uma intervenção alemã.

A concessão tcheca fez Hitler aumentar seus ataques verbais ao presidente tcheco argumentando contra as "ameaças" de seu país à Alemanha. Em 13 de setembro de 1938, o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain fez uma histórica visita a Hitler em Berchtesgaden onde Hitler exi-

giu a autonomia total dos sudetos. Britânicos e franceses persuadiram os tchecos a cederem todos os territórios onde houvesse mais de 50% de alemães. No entanto, em outro encontro uma semana depois, Hitler aumentou suas demandas propondo ocupação total dos sudetos, além de concessões a poloneses e húngaros. Os britânicos negaram, os franceses mobilizaram 600 mil reservistas e os tchecos iniciaram a mobilização de todas as suas divisões. No entanto, no dia 29 de setembro, a intervenção de Mussolini e algumas emendas sugeridas pelos franceses viabilizaram um acordo no qual Hitler conseguiu tudo o que queria. A Tchecoslováquia foi obrigada a ceder os sudetos aos alemães com um milhão de tchecos e todas as suas fortificações de fronteira. Polônia e Hungria também receberam fatias do território tcheco.

O Acordo de Munique, divulgado por Chamberlain como um acordo que garantia a paz na Europa e no mundo, foi um verdadeiro fiasco. Winston Churchill, o maior oponente do *appeasement*, crítico voraz das ações nazistas e ainda no ostracismo político britânico na ocasião, considerou o acordo uma grande derrota e um fiasco diplomático. Segundo Shirer, ninguém expressou mais sucintamente as conseqüências de Munique do que Churchill em seu discurso na Câmara dos Comuns em outubro de 1938: "Sofremos uma derrota total e consumada. [...] Encontramo-nos no meio de um desastre de enorme magnitude. A estrada para o Mar Negro foi aberta. [...] Todos os países da Europa Central e do Vale do Danúbio, um após o outro, serão arrastados no vasto sistema da política nazista. [...] E não se pense que isto é o fim. É apenas o começo" (Shirer,

tomo II, p. 206). A França acabou não cumprindo sua aliança com a Tchecoslováquia. Os britânicos recusaram-se a apoiar a França contra a Alemanha além de não aceitarem qualquer tipo de acordo com os soviéticos, que interpretaram o Acordo de Munique como uma maneira de deixá-los isolados contra a Alemanha. Na verdade, o momento histórico não dava espaço para alternativas. Considerando-se que o Reino Unido e a França não tinham força para enfrentar a Alemanha e que Hitler não estava blefando, não havia muito que fazer senão contemporizar. A especulação de que um golpe de Estado liderado por generais e políticos alemães era iminente nunca foi comprovada. Havia planos, mas não havia acordo interno e nenhuma tentativa real foi feita até julho de 1944. Finalmente, os tchecos não tinham força para ir à guerra sem apoio dos franceses e ingleses e no caso de conflito, Polônia e Hungria provavelmente lutariam do lado alemão.

A partir de Munique, Chamberlain começou a perder o apoio da opinião pública, o que piorou ainda mais com a ocupação de Praga pela Alemanha em março de 1939. A Tchecoslováquia havia se tornado um Estado Federal onde Eslováquia e Rutênia desfrutavam de autonomia. Crescentes atritos fizeram o presidente tcheco Dr. Hacha a demitir os primeiros-ministros eslovaco e rutênio. Um apelo do primeiro-ministro eslovaco a Hitler levou o Presidente Hacha a Berlim, onde foi intimidado e render o país aos alemães. O resultado foi que a Bohêmia e a Morávia foram anexadas pelos alemães, a Rutênia pelos húngaros e a Eslováquia tornou-se protetorado alemão.

O expansionismo alemão estava deflagrado e uma revolução diplomática aconteceu. Britânicos e franceses anun-

ciaram resistência a qualquer agressão alemã dirigida à Holanda, Bélgica ou Suiça. Anunciaram apoio à Polônia sobre a disputa com Hitler em Danzig e no corredor polonês e deram garantias de apoio à Grécia e à Romênia, após a invasão da Albânia pela Itália em abril de 1939.

Ainda em abril, o Estado Maior alemão recebeu ordens secretas para preparar a guerra contra a Polônia. Hitler iniciou um processo de provocação que demandou Danzig. Denunciou o Pacto germânico-polonês de não-agressão

de 1934 e o Acordo Naval Britânico-germânico de 1935. A Alemanha se preparava para a guerra. Era necessário isolar a Polônia já que uma repetição das vitórias diplomáticas alemãs no caso tcheco era improvável. O isolamento polonês foi alcançado pelo acordo germânico-soviético, o Pacto Ribbentrop-Molotov, resultado de pelo menos dois fatores. O primeiro foi a longa desconfiança mútua entre soviéticos de um lado e britânicos e franceses do outro. Os soviéticos ainda tentaram em abril uma aliança de defesa que incluísse a Polônia, mas foi rejeitada. Sugeriram então aos poloneses a instalação de bases dentro de seu território, mas também não tiveram sucesso. Voltaram-se então aos alemães, com quem irônica ou tragicamente compartilhavam interesses conjunturais comuns. Havia uma longa tradição de "orientalistas" na diplomacia e nas forças armadas alemãs que apoiavam uma aliança com os russos. Os dois Estados tinham interesses em manter esferas de influência na Europa Oriental. A Alemanha buscava evitar uma guerra em duas frentes e os soviéticos buscavam manter os alemães ocupados com sua ação na frente ocidental. A conseqüência foi um acordo entre os dois minis-

tros do exterior que estabeleceu a fronteira para a partilha da Polônia. Na verdade, a União Soviética subestimou a força militar alemã e o resultado foi o desastre que veio a acontecer em 1941.

Os britânicos continuaram a apoiar os poloneses. No dia 25 de agosto foi anunciado o tratado britânico-polonês. O incidente fronteiriço de Gleiwitz, onde criminosos alemães vestidos com uniformes poloneses foram encontrados mortos depois de um suposto ataque a uma estação de rádio alemã, foi uma armação criada pelos nazistas que deu

motivo para Hitler ordenar a invasão da Polônia. Quando as tropas alemãs cruzaram a fronteira polonesa em 1° de setembro de 1939, Chamberlain deu um ultimato de três dias. A França declarou guerra no mesmo dia. Foram o Reino Unido e a França que declararam guerra e não a Alemanha. O caminho para a guerra vinha de uma ou outra forma sendo anunciado desde 1938. Pode-se argumentar que a mudança na opinião pública ajudou na decisão de declarar guerra além da razão idealista de lutar contra o fascismo. Mas o que fez realmente franceses e britânicos declararem guerra foi a percepção de que o tempo trabalhava contra eles e ainda era possível retornar ao palco internacional como grandes potências se o confronto ocorresse naquele momento. Reino Unido e França eram militarmente superiores aos alemães em 1939. Além disso, sabiam que o Presidente Franklin Roosevelt pendia a apoiá-los e já havia aceitado pedidos de equipamento militar mesmo que isto provocasse algum desgaste com o Congresso. Também tinham informações vindas da Itália e da Alemanha que sugeriam a possibilidade de uma crise econômica, assim como do seu lado, britânicos e franceses vislumbravam problemas eco-

nômicos e sociais resultantes da escassez de reservas em ouro e moeda além da crescente inflação.

Assim, pode-se afirmar que as origens da II Guerra Mundial estão relacionadas a uma combinação entre fanatismo, oportunismo e uma provável crise interna do nacional-socialismo. Não há dúvida que o fanatismo de Hitler, expresso em detalhe em sua obra *Minha luta* (*Mein Kampf*), é uma herança de Guilherme II. Sua ambição pessoal e visão da necessidade de um espaço vital (*Lebensraum*) faziam inevitável uma guerra com a União Soviética. Depois de orientar a economia do país para a guerra de forma deliberada, a guerra tinha que acontecer. Houve também uma alta dose de oportunismo na política externa adotada por Hitler. Com o objetivo de reverter o veredicto da I Guerra Mundial e destruir o Tratado de Versalhes, Hitler calculou o quanto franceses e britânicos não estariam dispostos a entrar em ação. Na verdade, uma guerra total não estava, em princípio, nos planos alemães. Mas a Alemanha nacional-socialista precisaria, mais cedo ou mais tarde, de uma guerra que restaurasse o ímpeto de desenvolvimento e justificasse o regime totalitário estabelecido. O pleno emprego e a perspectiva de inflação, combinados ao aumento dos gastos do Estado com o aumento da dívida pública, só poderiam ser superados com uma guerra. Uma guerra relâmpago (*Blitzkrieg*) que garantisse vitórias rápidas a custo baixo.

nentes e oceanos. O im
ções civis em termos d
ra o maior de todos os

A experiência da I
dos que os Estados-Ma
das estudaram durante
40, o novo estilo de gu
preendia ataques boml

5 O desastre da guerra total: a II Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi incomparavelmente mais fluida do que a Primeira. Também se tratou de uma guerra de escala mundial, no sentido de sua amplitude, já que a luta se deu em diferentes frentes e em todos os continentes e oceanos. O impacto direto sobre a vida de populações civis em termos de mortes e destruição fez da II Guerra o maior de todos os conflitos da história humana.

A experiência da I Guerra Mundial deixou aprendiza-

dos que os Estados-Maiores de todas as potências envolvidas estudaram durante os anos 20 e 30. No início dos anos 40, o novo estilo de guerra aliado às novas tecnologias compreendia ataques bombardeios a aeronaves inimigas ainda no solo e rompimento de linhas de comunicação terrestres à medida que o avanço acontecia. A *Blitzkrieg* caracterizava-se por um avanço simultâneo de aeronaves seguido de linhas de tanques de guerra por terra. Com o início da guerra em 1939, a Polônia deixou de existir em um mês. Deixada sozinha no combate, com a metade dos homens e tecnologicamente atrasada, a Polônia mostrou bravura, mas foi presa fácil para os alemães. Em uma clássica demonstração da *Blitzkrieg*, no dia 20 de setembro a Polônia já estava derrotada. Ao mesmo tempo em que os alemães avançavam, forças soviéticas ocuparam a região oriental polonesa e estabeleceram bases na Estônia, Letônia e Lituânia. Em novembro, os soviéticos também invadiram a Finlândia com o objetivo de ocupar a região da Karelia. Os expurgos realizados por Stalin no corpo de oficiais nos anos 30 combinados à resistência do exército finlandês, comandado pelo Marechal Mannerheim, fizeram com que os soviéticos só concluíssem suas empreitadas em março de 1940.

Em abril, a Dinamarca foi ocupada sem resistência e a Noruega foi invadida. O objetivo da ocupação norueguesa foi garantir aos alemães o fornecimento de ferro da Suécia, que se encontrava formalmente em condição de neutralidade. O efeito da ocupação foi a queda do gabinete de Neville Chamberlain no Reino Unido, acusado de imobilidade e incompetência para evitar a ação alemã no Mar do Norte. No dia 10 de maio, um governo de coalizão foi for-

mado sob o comando de Winston Churchill. No mesmo dia da indicação de Churchill, os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica, rompendo com o longo período de inatividade na guerra continental, desde a invasão da Polônia.

A invasão da Holanda e da Bélgica permitiu contornar a linha Maginot e ameaçou cercar as forças britânico-francesas estacionadas no norte da França. Uma breve parada nas colunas de *Panzer* alemãs permitiu que Lord Gort, comandante da Força Expedicionária Britânica, fizesse uma retirada forçada para o porto de Dunquerque. Uma evacuação de emergência que durou nove dias possibilitou que 340 mil homens das forças britânicas e aliadas pudessem ser resgatados. A pressão sobre a França aumentou ainda mais. No

da. Todo poder nos territórios não ocupados foi assumido pelo Marechal Pétain como chefe de Estado da França, no comando de um governo fascista baseado na cidade de *Vichy*.

A partir deste momento histórico o Reino Unido ficava isolado no conflito mundial. Com suas rotas marítimas ameaçadas e um exército enfraquecido, o Reino Unido era o único obstáculo para a consolidação do poder nazista na Europa. Praticamente toda a Europa Continental estava sob o comando nazista, italiano ou em posição de neutralidade. Foi sob a liderança de Winston Churchill que a vontade de resistir foi centralizada na mobilização de homens e recursos, além de tomar os navios de guerra franceses nos portos norte-africanos, antes que pudessem ser tomados pelos alemães. A partir de julho, tropas e equipamentos alemães começaram a ser transportados para os portos franceses e belgas na preparação da invasão do Reino Unido, a "Operação

gas na preparação da invasão do Reino Unido, a "Operação Leão do Mar". No entanto, durante os dois meses seguintes a superioridade técnica da força aérea britânica aliada a um eficiente e amplo sistema de radar evitaram que a força aérea alemã, a *Luftwaffe*, tomasse o controle aéreo do canal. Em outubro, a invasão foi adiada, mas os alemães continuaram a bombardear as cidades britânicas. Londres foi bombardeada durante mais de dois meses sem interrupção e esporadicamente por mais seis meses.

Ao mesmo tempo, forças italianas iniciaram suas ofensivas no norte da África contra o Egito e contra a Somália britânica. Em março de 1941, o general britânico Archibald Wavell resistiu e reagiu aos ataques no Egito e, em maio, tropas britânicas ocuparam a Eritréa e restauraram o poder do Imperador Haile Selassie. Apesar disso, parte das forças do General Wavell tiveram que ser deslocadas à Grécia, ao mesmo tempo em que um poderoso reforço alemão chegou ao norte africano sob o comando do General Erwin Rommel, para auxiliar os italianos. Wavell teve de se retirar do Egito.

A guerra no mar também ganhou dimensão. A luta para manter abertos os fluxos de fornecimentos por mar era vital. Em 1940, os submarinos alemães realizaram verdadeiro massacre afundando navios de guerra e mercantes principalmente no Mar do Norte e no Atlântico. Em 1941, uma dura e longa campanha de perseguição resultou no afundamento do navio de guerra alemão Bismarck, no Atlântico Sul, a primeira grande derrota alemã nos mares. A esperança britânica estava centrada na ajuda que Roosevelt garantiu ao Reino Unido a partir do final de 1940, quando tro-

cou navios de guerra por direito de uso de ilhas caribenhas e emprestou equipamento aos britânicos fornecidos por navios de guerra norte-americanos.

Os Bálcãs também não ficaram de fora do grande conflito. Em junho de 1940, a Rússia forçou a Romênia a lhe entregar a Bessarábia e a Bukovina do norte. Como se não fosse o suficiente, forças alemãs forçaram a Romênia a entregar também a Dobrudja do Sul à Bulgária e a maior parte da Transilvânia à Hungria. Em abril de 1941, um golpe antialemão em Belgrado levou à invasão da Grécia e da Iugoslávia por forças alemãs além da ocupação da Ilha de Creta por pára-quedistas. Forças britânicas e do *Commonwealth* tiveram que evacuar os Bálcãs.

Dois acontecimentos acabaram mudando drasticamente os destinos da II Guerra. No dia 22 de junho de 1941,

indo contra as orientações de seus generais, Hitler lançou a "Operação Barbarossa", enviando três milhões de soldados, dez mil tanques de guerra e três mil aviões contra a União Soviética. A Alemanha abria uma frente de mais de 1.500km. A ação foi tão repentina que o próprio Stalin demorou a acreditar depois de ser informado. Uma vitória rápida era vital para a Alemanha. O impacto da invasão alemã foi enorme. No primeiro momento as forças soviéticas entraram em colapso. Foram feitos três milhões de prisioneiros russos em 1941. A União Soviética perdeu acesso a mais da metade de sua produção de carvão e ferro. Apesar disso, a resistência soviética foi maior do que o esperado. Um pacto de assistência mútua, acordado em julho de 1941, garantiu o fornecimento de suprimentos e armas britânicos e posteriormente norte-americanos enviados por comboio pelo Mar Ártico até o porto de Murmansk. Os so-

viéticos também conseguiram transferir parte de suas principais indústrias para áreas perto dos Urais e na Sibéria, retomando inclusive a produção de carvão das minas dos Urais. A eficiente propaganda de Stalin iniciou um forte apelo público ao patriotismo e nacionalismo russos. As perseguições religiosas e as discriminações contra as nacionalidades foram reduzidas e em alguns casos cessaram. Ampliou-se a abertura para filiação ao partido comunista. Finalmente, um fator climático também contribuiu decisivamente para a resistência soviética: a chegada de um rigoroso inverno. Quando os alemães estavam a caminho da Criméia, a 50km de Moscou e perto de ocupar Leningrado, o inverno começou a afetar seu desempenho militar. No início de 1942, os soviéticos estavam prontos para iniciar a contra-ofensiva.

No final de 1941, a II Guerra Mundial já afetava e mobilizava toda a economia mundial e produzia seus efeitos em todos os continentes. A parceria britânico-americana se desenvolvia de tal maneira que ainda em agosto do mesmo ano o Presidente Roosevelt encontrou-se com Churchill para formular a Carta do Atlântico, garantindo liberdade às nações do mundo e prevenindo contra ocupações territoriais que não contassem com a vontade expressa dos povos envolvidos. Porém, no dia 7 de dezembro de 1941, um ataque surpresa da força aérea japonesa à frota de navios de guerra norte-americanos no Pacífico estacionados em Pearl Harbor, no Havaí, resultou na declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão e seus aliados do eixo europeu. Os japoneses não se intimidaram e iniciaram a expansão no Pacífico, ocupando Hong Kong ainda no Natal de 1941, as

cinco ocupando Hong-Kong ainda no Natal de 1941, as ilhas de Guam, Wake e as Índias Holandesas Orientais (que viriam a ser a Indonésia) em janeiro de 1942. Em fevereiro, tropas britânicas e do *Commonwealth* se renderam aos japoneses em Cingapura e em maio as Filipinas também foram ocupadas. As vitórias dos porta-aviões norte-americanos contra os japoneses nas Ilhas Midway e no Mar de Coral, ao norte da Austrália, evitaram a ocupação da Austrália pelos japoneses.

Em meados de 1942, os alemães e seus aliados ocupavam praticamente todo o continente europeu com exceção das Ilhas Britânicas. O poder alemão e a ordem nacional-socialista eram aplicados de duas maneiras: pela perseguição racial e pelo confisco, roubo e pilhagem das riquezas dos países conquistados. A política racial nazista ia além da perseguição aos judeus. A origem da "solução final" não está desvinculada da campanha de eutanásia pro-

jetada para criar uma raça pura e revitalizada. A política racial e populacional nazista para a Europa Oriental buscou excluir populações não-germânicas do território conquistado do Reich, o que implicou deportações e assassinatos em larga escala, principalmente de poloneses, ucranianos e russos, além de outros povos eslavos. Apesar disso, o aspecto diferenciador do Holocausto foi a tentativa deliberada de exterminar um povo inteiro, algo nunca antes praticado. Muitos aspectos da solução final nazista ainda provocam discussão e controvérsia. A escala de assassinatos foi incomparável. As estimativas mais confiáveis sugerem que entre cinco e seis milhões de judeus foram mortos, cerca de um terço da população judaica mundial. O assassinato de judeus significou um terço das mortes civis na Europa.

vis na Europa.

Após a Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942, a ordem era destruir todos os judeus da Europa, até as menores comunidades como algumas centenas de judeus que viviam na Albânia. Hitler via os judeus como uma ameaça à Alemanha porque inventaram o bolchevismo e desafiavam o nacionalismo, pregando o internacionalismo, o pacifismo e a democracia. Via na aniquilação dos judeus uma maneira de restaurar o desenvolvimento histórico e foi o anti-semitismo desenvolvido por ele que contaminou o movimento nazista. A perseguição aos judeus se intensificou a partir de 1938, mas a expressão "Solução Final" (*Endlösung*) começou a ser utilizada em 1940, diante de diferentes propostas de deportação dos judeus para a Polônia ou Madagascar. A Conferência de Wannsee determinou que o extermínio passava a ser um projeto de coordenação e amplitude europeu, concentrado sistematicamente sobre os judeus poloneses e da Europa Oriental e depois se voltando à Europa Ocidental. O infame Adolf Eichmann foi escolhido para administrar o programa que continuou até os últimos dias da guerra, consumindo recursos, homens e linhas ferroviárias preciosos para o esforço de combate. Muito foi possível graças à cumplicidade de burocratas, policiais e líderes políticos locais. Os alemães controlavam a maioria dos processos de extermínio, mas outros grupos fascistas, como o *Ustasha* da Croácia ou o *Arrow Cross* da Hungria, tiveram profundo envolvimento no extermínio de judeus.

O processo de confisco, pilhagem e roubo das riquezas dos países conquistados foi a maneira como os alemães

sustentaram boa parte da guerra. Da França, por exemplo, os alemães cobraram "custos de ocupação", removeram recursos, equipamentos e pessoas. De vários países exploraram trabalho escravo de civis, prisioneiros e judeus. Como resultado, as economias dos países ocupados tiveram seus desempenhos de produção agrícola e industrial reduzidos a margens muito baixas entre 1940 e 1944.

Foi a partir de outubro de 1942, quase simultaneamente, que os destinos da II Guerra Mundial começaram a mudar. Os *turning points* da guerra vieram do norte da África e da reação soviética. Desde agosto de 1942, o general britânico Bernard Montgomery assumiu o comando do oitavo exército no norte africano. Reforçado por um grande número de tanques norte-americanos contra forças alemãs, abaladas pela perda de suprimentos, com a escassez de navios de transporte, Montgomery marcou vitória decisiva contra a "raposa do deserto", o General Rommel, na batalha de *El-Alamein*, no Egito. Quando o general norte-americano Dwight Eisenhower e suas tropas desembarcaram no Marrocos e na Argélia em novembro de 1942, Rommel foi colocado entre duas forças aliadas. Após outra derrota em Mareth, após combates pesados em março de 1943, duzentos e cinqüenta mil soldados do eixo ítalo-germânico foram capturados.

Na frente oriental, o nono exército alemão, comandado pelo General von Paulus, foi cercado na batalha pela cidade de Stalingrado, nas proximidades do Rio Volga. Após três semanas de luta pelas ruas da cidade, cerca de trezentos mil soldados alemães se renderam. A ofensiva soviética perdeu por pouco a chance de cercar o exército alemão no Cáucaso. Os alemães tentaram uma contra-ofen-

siva em março de 1943, mas a partir daí os soviéticos estiveram sempre colocando pressão sobre os alemães e recuperando territórios ocupados. A batalha de Kursk, em agosto de 1943, marcou o avanço forçado dos soviéticos na maior batalha blindada da história. Na ocasião, as forças no Mediterrâneo também necessitavam de reforço, mas Hitler recusava sistematicamente o apelo de seus generais para um recuo estratégico. Em 1944, Leningrado foi libertada.

A contra-ofensiva aliada na Europa foi lançada em duas direções. A Conferência Britânico-americana, realizada em Casablanca em janeiro de 1943, decidiu pela concentração de forças na Itália com o objetivo de minar as forças do eixo e livrar as ameaças sobre o Canal de Suez. Em julho e agosto a Sicília foi ocupada e um golpe de generais italianos e líderes fascistas derrubaram Mussolini. Em setembro, o Marechal Badoglio assinou armistício com os aliados. A resistência alemã em território italiano foi feroz, refletindo o inconformismo de Hitler com a atitude de Badoglio e retardando o avanço anglo-americano na Itália. Mussolini foi recapturado de forma espetacular por forças de elite alemãs e reassumiu o comando formal da República de Salo, no norte da Itália, totalmente dependente das forças alemãs. Apenas em junho de 1944 Roma foi libertada.

A participação do Brasil se deu justamente nesta fase da guerra. A Força Expedicionária Brasileira, FEB, foi formada por 25 mil homens para auxiliar o esforço aliado junto do V Exército dos Estados Unidos em atividade na Itália. A FEB entrou em combate em setembro de 1944 e até março de 1945 batalhou contra linhas defensivas ale-

mãs localizadas no alto de montes escarpados, conseguindo vitórias expressivas (Vizentini, p. 143-144).

O dia D, dia 6 de junho de 1944, determinou a outra direção da contra-ofensiva aliada para libertar a Europa. Embora já tivessem ocorrido bombardeios de cidades alemãs por aeronaves britânicas e americanas, até 1944 ainda não havia ocorrido combate em solo alemão. Após a vitória sobre os submarinos alemães no início de 1944, uma segunda frente de entrada na Europa tornou-se viável. No dia D, a maior operação marítima da história foi colocada em prática. Quatro mil navios de transporte para soldados apoiados por 700 navios de guerra desembarcaram tropas britânicas, americanas e canadenses na costa da Normandia. Em julho, forças terrestres norte-americanas cercaram o exército de Rommel na França e em agosto mais um desembarque de tropas no sul da França completou a libertação do país. Mais de 250 mil prisioneiros foram capturados.

Na frente oriental os soviéticos avançavam pelo Báltico e através da Polônia. Um outro grupo de divisões foi direcionado à frente do Mediterrâneo. Em 20 de julho, um grupo de oficiais alemães, liderados pelo Oficial e Conde Berthold von Stauffenberg, cientes da derrota inevitável do país, realizou um atentado contra a vida de Hitler. Apesar dos ferimentos, Hitler sobreviveu e o plano fracassou. A maioria dos membros de oposição ao regime nazista foi eliminada. O próprio general Rommel, herói popular, foi obrigado a cometer suicídio. Tentativas desesperadas fizeram os alemães utilizarem armas mais sofisticadas ainda em teste como os foguetes V1 e V2, que fracassa-

ram. A última tentativa para conter o avanço aliado foi a Batalha das Ardennes, em dezembro de 1944. As florestas entre a Bélgica e a Alemanha serviram de palco para o último contra-ataque alemão.

Em dezembro de 1944, tropas soviéticas entraram na Romênia e na Bulgária. Apesar da dura resistência capturaram Budapeste, na Hungria, em fevereiro de 1945. Na Iugoslávia, os alemães tinham sido derrotados pelos *Partisans* liderados pelo Marechal Comunista Josef Broz Tito, que contou com o apoio britânico. O perigo iminente passou a ser a presença dos soviéticos nos Bálcãs e no Leste Europeu. Para conter esta ameaça, na Conferência de Teerã, realizada em novembro de 1944, Churchill exigiu um plano urgente de avanço aliado nos Bálcãs, que passasse pela Áustria e Hungria e encontrasse os soviéticos mais ao sul. Além de desconfiar da intenção dos britânicos, Roosevelt precisava da aliança dos soviéticos para combater os japoneses no Pacífico. Tampouco estava muito interessado no reordenamento europeu do pós-guerra. Stalin, por sua vez,

evitou isolar Roosevelt apoiando a idéia da criação da Organização das Nações Unidas, evitando ajudar insurgentes comunistas na Grécia e persuadindo os comunistas italianos a serem menos antimonarquistas. De forma astuta apoiou a segunda frente Atlântica e o desembarque no sul da França como forma de minar os recursos disponíveis dos aliados ocidentais e enfraquecer a empreitada pela Itália. Ainda em Teerã, o futuro da Alemanha começou a ser discutido e a extensão da fronteira polonesa para a linha Oder-Neisse também foi pauta.

O melhor desfecho da guerra para os aliados, evitando

O melhor desfecho da guerra para os aliados, evitando o excessivo avanço soviético no território europeu, teria sido um final por volta de outubro de 1944, quando os soviéticos ainda estavam no leste. No entanto, uma diferença de opiniões estratégicas no comando aliado prejudicou o avanço na frente ocidental. O general britânico Montgomery propôs uma concentração de forças na Holanda cujo resultado foi a fracassada Operação Arnheim, em setembro. O General Eisenhower propunha um avanço mais amplo e cauteloso, porque, embora fosse mais lento, implicava menos problemas de suprimentos e comunicação. O resultado foi que os soviéticos chegaram à Polônia em fevereiro de 1945.

Durante a Conferência de Yalta, realizada no mesmo mês, Churchill estava totalmente dependente de Roosevelt, que estava com a saúde comprometida. Os princípios que nortearam a divisão da Alemanha e as reparações foram acordados. Também foi acertado que a França deveria, em algum momento futuro, participar da redefinição e administração da ocupação do território alemão. Em Yalta também ficou acertado que os países libertados receberiam auxílio e apoio para realização de eleições livres para governos democráticos. Na realidade, em abril de 1945, mesmo mês da morte de Roosevelt, as intenções soviéticas na Polônia, Bulgária e Romênia eram no mínimo suspeitas.

A fase final da II Guerra Mundial foi uma corrida entre as tropas soviéticas vindas do leste, no início de 1945, e cruzando a fronteira oriental da Alemanha, e entre tropas aliadas cruzando o Rio Reno, em março de 1945. Os britânicos libertaram a Dinamarca. Os norte-americanos che-

garam a Praga e libertaram os tchecos antes dos soviéticos. Em abril, a resistência italiana foi aniquilada e Mussolini enforcado por Partisans. Em abril, tropas soviéticas cercaram Berlim onde Hitler cometeu suicídio em seu *Bunker*, no dia 30. No dia 7 de maio, a Alemanha se rendeu incondicionalmente aos representantes oficiais do Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e França.

A Conferência de Potsdam, realizada em julho de 1945, a poucos quilômetros de Berlim, definiu que um Conselho de Ministros das cinco potências vencedoras, Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética, França e China, negociaria acordos com os ex-aliados do Eixo e depois com a Alemanha em particular. A Alemanha teve que ser desarmada, desmilitarizada e desnazificada, além de não ter governo central. Parte da Prússia Oriental foi transferida à União Soviética e a Polônia passou a ser soberana apenas sobre os territórios além da linha definida pelos rios Oder-Neisse, de acordo com a imposição de Stalin.

Com a derrota da Alemanha, todo o esforço de guerra aliado voltou-se para o Japão. A ofensiva norte-americana

no Pacífico estava a caminho. A vitória na batalha naval do Golfo de Leyte, nas Filipinas, iniciou a reação norte-americana em meados de 1944. Manila foi ocupada em fevereiro de 1945 e a ilha estratégica de Okinawa foi ocupada em abril. O décimo quarto exército britânico, praticamente esquecido no conflito mundial, avançou sobre a Birmânia e ocupou Mandalay, em março, e a capital Rangum, dois meses depois. A invasão da Malásia era iminente quando a reação negativa do Japão ao ultimato apresentado pelos norte-americanos em 26 de julho resultou no lançamento da

primeira bomba atômica sobre Hiroshima, em 6 de agosto. Os soviéticos declararam guerra ao Japão, um dia antes que Nagasaki recebesse a segunda bomba atômica. O Japão foi obrigado a se render incondicionalmente.

A necessidade de utilização de bombas atômicas ainda é objeto de análise de historiadores e internacionalistas. A interpretação mais difundida explica a utilização da arma nuclear como justificativa para um encurtamento da guerra, que pôde poupar milhares de vidas que seriam perdidas com a invasão inevitável das ilhas japonesas. Não há dúvida, no entanto, que, de alguma maneira, os norte-americanos precisavam de uma rápida conclusão do conflito para evitar que os soviéticos tivessem ganhos territoriais no Extremo Oriente.

Assim, como na I Guerra Mundial, não é necessário sublinhar o impacto sem precedentes que a II Guerra Mundial deixou para as populações civis e para as economias da Europa e de boa parte do mundo. No total, entre 55 e 60 milhões de pessoas morreram. Apenas na União Soviética, cerca de 25 milhões de pessoas morreram por conseqüência da guerra, um milhão destes morreram de fome em Leningrado, entre 1941 e 1944. A China perdeu 15 milhões de almas e a Alemanha, pelo menos, 5 milhões de pessoas. Bombardeios aéreos mataram centenas de milhares de civis. No Reino Unido foram 50 mil. Apenas o bombardeio de Hamburgo matou, em uma semana de 1943, 240 mil pessoas. O bombardeio massivo e talvez desnecessário da cidade alemã de Dresden, em fevereiro de 1945, matou 140 mil pessoas. Calcula-se que dez milhões de pessoas tenham sido obrigadas a se deslocar de seus paí-

ses de origem. A destruição da infra-estrutura também não teve precedente. O estrago causado às comunicações, linhas ferroviárias, estradas e portos em toda a Europa levou anos para ser recuperado.

Nem mesmo uma parte do idealismo resultante do final da I Guerra Mundial, que considerava a I Guerra como o grande conflito que deu fim a todas as guerras, pôde ser confirmado quando a II Guerra tornou-se realidade. O fim da II Guerra Mundial trouxe pouca esperança de paz e estabilidade. As negociações diplomáticas realizadas nos últimos meses de guerra demonstraram crescente desconfiança entre os aliados e a União Soviética. A guerra foi imediatamente seguida por um período de difícil convivência entre os vitoriosos. Uma coexistência entre parceiros com diferenças ideológicas tornou-se rapidamente um conflito de concepções.

6 Um novo ator asiático: a Revolução Chinesa

A Fundação da República Chinesa em 1911 falhou em viabilizar uma solução definitiva para os problemas que afetaram o país no século XIX, marcado pelo aumento da influência das potências européias e pela decadência e corrupção do Estado Imperial da dinastia *Qing*. Várias rebeliões ainda no século XIX como de *Taiping*, entre 1850 e 1864, devastaram o país. A ideologia da revolta de *Taiping*, liderada por Hong Xiuquan, era uma mistura de cristianismo e políticas sociais de radicalismo igualitário. A rebelião foi combatida com ajuda de militares americanos e britânicos, mas o império nunca mais recuperaria sua força. Parte das idéias de Xiuquan seria incorporada depois a outros grupos revolucionários, incluindo o Partido Comunista. A derrota na Guerra Sino-japonesa ocorrida em 1894-95, em torno do domínio sobre a Coréia, e a Revolução dos Boxers, movimento popular antiocidental em 1900 apoiado por Cixi, a viúva herdeira do imperador, estimularam reformas na decadente monarquia.

A República, fundada em 1912, não mostrou melhor estabilidade. Sun Yat-sen, revolucionário que se tornara o primeiro presidente da China, foi derrubado do poder por

Yuan Shik-Kai, o mais poderoso representante militar da velha ordem. Em 1914, Yuan abafou as resistências e tornou-se ditador do país. Obrigado a pedir emprestado recursos externos, já que não tinha sistema de receitas organizado, o regime de Yuan se enfraqueceu. As receitas do sistema aduaneiro estavam sob controle estrangeiro. O Tibete e a Mongólia tornaram-se autônomos ficando sob o

controle britânico e russo, respectivamente. Em 1924, a Mongólia se tornou independente, adotando o regime comunista e seguindo influência soviética até 1990. O estouro da I Guerra Mundial desviou a atenção das potências ocidentais da Ásia e o Japão aproveitou para aplicar seus planos expansionistas, ocupando o porto de Tsintao e a esfera de influência na província de Shantung, até então região de influência e ocupação do Império Alemão. Além disso, o Japão apresentou à China uma série de demandas que a reduziriam a total dependência japonesa. Yuan resistiu, mas em 1915 os japoneses dominaram Shantung, a Manchúria e a Mongólia interior. A ocupação despertou forte movimento nacionalista. Yuan morreu em 1916 e durante uma década a instabilidade reinou na China, com generais comandando diferentes províncias independentemente do governo central. Nos anos 20, guerras entre os comandantes de província e suas coligações arrasaram o país. Apenas os portos sob ocupação estrangeira eram regiões seguras. Grupos revolucionários nacionalistas e comunistas surgiram no país e desfrutaram a insatisfação popular contra a interferência estrangeira e contra as condições que a Conferência de Paz de Paris havia determinado aos japoneses na China.

O Partido Revolucionário de Sun Yat-sen havia estabelecido um governo regional na província de Cantão, no sul do país. Em 1923, Sun reorganizou o Partido Nacionalista e seu exército, o *Kuomintang*, com ajuda do *Comintern*, e fechou uma aliança com o pequeno Partido Comunista. Sun morreu em 1925, mesmo ano em que várias manifestações contra a presença estrangeira no país foram

apoiadas por trabalhadores e classes mercantis.

A influência comunista cresceu rapidamente nas áreas urbanas e industriais. Em 1926, Chiang Kai-Shek, o principal general do exército nacionalista, realizou uma marcha ao norte do país com o objetivo de eliminar as lideranças regionais e unificar o país. Chiang mudou-se para a província de Wuhan e ocupou Nanking e Shangai em 1927. Chiang rompeu com os comunistas e ocupou Pequim em 1928. Os nacionalistas dominaram a China e foram reconhecidos como o governo nacional, mas os generais de província não tinham sido eliminados completamente. Chiang Kai-Shek promoveu o desenvolvimento das áreas mais ricas do país apesar da crise mundial de 1929 e da sistemática pressão japonesa. Em 1931, os japoneses ocuparam a Manchúria e lá estabeleceram um regime fantoche, sob o comando do Imperador Manchu, o *Manchukuo*. Em 1933, invadiram a província de Jehol e em 1935 tentaram ocupar todo o norte da China, mas não obtiveram sucesso. Na Manchúria os japoneses construíram uma base moderna de infra-estrutura com linhas ferroviárias e indústria pesada incomparáveis às existentes na China até então.

A outra ameaça a Chiang, além dos japoneses, eram os comunistas. Depois do rompimento em 1927 e da contenção de várias rebeliões nas regiões urbanas, os comunistas

se refugiaram em regiões remotas onde estabeleceram regimes locais. O mais importante deles foi o *Soviet* de *Kiangsi*, que de 1929 a 1934 o Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-Tung e Chu Te, controlou a área e desenvolveu um programa de reformas camponesas diferentes do modelo soviético baseado no proletariado urbano.

Os ataques sistemáticos de Chiang à província de Kiangsi fez com que os líderes comunistas decidissem abandonar a área em 1934 e iniciar a Longa Marcha pelo país onde a ala camponesa do Partido, liderada por Mao, finalmente assumiu a liderança partidária. A marcha chegou a Pao-an, outra região onde o Partido Comunista havia estabelecido uma base em 1930. Segundo Spence, "a Longa Marcha, mais tarde apresentada como um dos maiores acontecimentos da história do comunismo, foi um pesadelo de morte e dor enquanto esteve a caminho. A enorme coluna estava sobrecarregada com equipamentos, documentos do Partido Comunista, armamentos, equipamentos de comunicação, e tudo que pode ser salvo de Kiangsi que pudesse ajudar no estabelecimento de uma nova base. [...] O 'Encontro ampliado do Politburo', como foi denominado, ccorreu na cidade de Zunyi, em 15 de janeiro de 1935, sob uma atmosfera de crise. A política do Partido tinha sido desastrosa e a sobrevivência do movimento revolucionário estava em jogo. Era o momento de ver o que havia dado errado e – mais importante – decidir o que fazer no futuro imediato e quem iria liderar o Partido a partir de então. Estavam presentes os dezessete líderes veteranos do Partido, incluindo Mao, um representante do *Comintern*, Otto Braun, um intérprete de Braun e um escrivão de trinta anos, Deng

Xiaoping" (Spencer, p. 83-84). Foi o encontro de Zunyi que finalmente consolidou o prestígio e a liderança de Mao no Partido.

A prioridade de Chiang era a destruição dos comunistas antes mesmo de combater os japoneses, mas em 1936

foi forçado a formar uma frente unida contra o inimigo externo sob o risco de ser deposto ou mesmo assassinado. A resposta japonesa foi invadir o país ainda com mais força em 1938 ocupando toda a região norte e central da China, além dos principais portos e zonas industriais. Os nacionalistas se retiraram para as montanhas de Szechwan e a luta continuou até 1944.

Apesar de os japoneses ocuparem a maior parte do país, na verdade, tinham controle apenas das maiores cidades e das linhas de comunicação. Nas zonas ocupadas havia vários centros de resistência guerrilheira comunista que ganhavam credibilidade junto dos camponeses. Em 1945, os comunistas clamavam ter controle sobre vastas áreas além de ter "libertado" várias outras, embora não tivessem controle administrativo sobre a maioria.

Quando a II Guerra terminou, os nacionalistas voltaram a Nanking. Durante os anos da guerra o governo nacionalista havia ficado cada vez mais dependente da ajuda e financiamento dos Estados Unidos, se tornado mais reacionário e corrupto. O exército estava desmoralizado e os comunistas aproveitaram para ocupar várias regiões abandonadas pelos japoneses após a rendição. A Manchúria, ocupada pelos soviéticos, foi entregue ao poder comunista. Entre 1945 e 1947, foram feitas tentativas de se criar um governo nacional, mas as hostilidades entre naciona-

listas e comunistas continuaram e em 1947, estourou uma guerra civil. A partir de 1948, a ofensiva veio do lado comunista sobre a abalada força nacionalista. Os comunistas ocuparam toda a Manchúria, entraram em Beijing em janeiro de 1949, Nanking em abril e Shangai em maio. Ocu-

param o Cantão em outubro e fundaram a República Popular da China. Em maio de 1950 o governo de Chiang Kai-Shek encontrou refúgio em Taiwan e lá fundou a China Nacionalista.

A guerra civil completou a destruição do país. A maioria das indústrias estava em ruínas. A base industrial na Manchúria foi levada pelos russos. O sistema ferroviário estava destruído. Segundo Spence, semanas após a criação da República Popular da China "Mao planejou uma visita à União Soviética, para que pudesse estar em pessoa com o homem que, de várias maneiras, tinha sido sua inspiração, mas também seu nemesis, Joseph Stalin. Quando Mao partiu para Moscou em dezembro de 1949, os comunistas eram os vitoriosos, mas a China estava em estado catastrófico. Várias regiões do país haviam resistido a quase quarenta anos de luta incessante ou ocupação militar inimiga de um tipo ou de outro – guerreiros locais, guerrilhas comunistas, Kuomintang, japoneses" (Spence, p. 108). No entanto, desde 1911 a China não tinha um regime forte no comando de todo o país e a partir de 1950, a China ocupou lugar crucial no jogo de poder mundial que marcou a Guerra Fria e o século XX.

7 A retomada da ordem internacional: antecedentes da Guerra Fria

Os problemas do pós-guerra, tanto para a reconstrução quanto para o arranjo satisfatório de acordos com os Estados derrotados, foram dificultados pelas crescentes divergências que surgiram entre os vencedores. A derrota e a retirada das ditaduras fascistas do cenário não garantiram o triunfo da democracia na Europa. Há controvérsias entre historiadores e internacionalistas sobre as causas e as origens das divergências entre Estados Unidos e União Soviética. De um lado, o que veio a ser definido como "Guerra Fria", um conflito levado até as últimas conseqüências, mas que evitava o confronto direto entre as potências, surgiu do confronto entre as duas ideologias reinantes no século XX. De outra perspectiva, há o argumento de que a Guerra Fria foi apenas mais um episódio da longa tradição de desconfiança entre a Rússia e o Ocidente, com o novo ingrediente de os Estados Unidos estarem no papel principal dos posicionamentos anti-russos, contra a União Soviética.

No momento em que os compromissos assumidos nas conferências de Yalta e Potsdam tiveram que ser cumpridos, o Presidente Roosevelt já havia morrido e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill estava fora do gabinete. A Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação e governada pela potência que tivesse o controle mili-

tar da área. A zona soviética se estendia da nova fronteira ocidental da Polônia até uma fronteira no centro da Alemanha. A zona francesa foi destacada das zonas norte-americana e britânica. Em cada zona, a autoridade governamental era o comandante-chefe das forças armadas. Um controle central em Berlim lidava com os problemas de interesse comum. O acordo em relação a Berlim, cidade localizada dentro da zona soviética, refletia o mesmo padrão da divisão do país, com quatro setores de ocupação.

Os principais objetivos da ocupação tinham sido estabelecidos em Potsdam. A Alemanha foi completamente desmilitarizada. Foi também em parte desindustrializada. Os soviéticos, em particular, desmantelaram e levaram para si fábricas inteiras e equipamento industrial. Ao comentar a Conferência de Potsdam, Kissinger afirma: "A Conferência de Potsdam tornou-se rapidamente um diálogo de surdos. Stalin insistia em consolidar sua esfera de influência. Truman e, em menor escala, Churchill, demandavam a aplicação de seus princípios. Stalin tentou trocar o reconhecimento ocidental dos governos impostos pelos soviéticos na Bulgária e Romênia pelo reconhecimento da Itália. E, no meio tempo, Stalin persistia em bloquear as demandas ocidentais por eleições livres no Leste Europeu" (Kissinger, p. 434). E mais adiante conclui: "O resultado prático de Potsdam foi o início do processo que dividiu a Europa em duas esferas de influência, o cenário que os líderes norte-americanos na época da guerra estavam mais determinados a evitar" (*Ibid.*, 436).

Na Alemanha, todas as organizações nazistas foram dissolvidas e milhares de suspeitos foram interrogados e presos. As principais lideranças nazistas foram julgadas no

sos. As principais lideranças nazistas foram julgadas no Tribunal de Nurembergue em 1946. Dos seis seguidores mais próximos de Hitler, Hermann Goering, Joseph Goebbels e Heinrich Himmler cometeram suicídio antes de serem julgados. Karl Donitz saiu da prisão em 1956 e morreu em 1980, Albert Speer foi julgado, preso, libertado e morreu em 1981, e Rudolf Hess morreu na prisão de Spandau aos 92 anos, em 1987.

Cada uma das zonas foi dividida em *Länder*, cada qual com um governo responsável. A partir de janeiro de 1947, as zonas norte-americana e britânica foram unificadas por razões econômicas. Franceses e soviéticos temiam qualquer processo de unificação que pudesse revitalizar os temores de uma Alemanha unida. No início da reconstrução a situação era caótica. As cidades, o comércio e a indústria estavam em ruínas. O perigo de fome era iminente e a escassez de medicamentos era crítica. A situação era ainda pior para milhões de refugiados alemães e estrangeiros em território alemão, sem destino certo. O sistema monetário entrou em colapso e durante meses cigarros foram a moeda de troca mais estável. Os alemães chamaram este momento de *Stunde Null*, o momento zero para a reconstrução e renascimento do país.

A Áustria também sofreu intervenção dos aliados. A tentativa soviética de estabelecer governos provisórios com comunistas em posições chave havia sido rejeitada em abril de 1945. Ao invés disso, um Conselho Central foi criado seguindo o modelo aplicado na Alemanha. Eleições livres ocorreram no final de 1945 e um novo governo liderado pelo

Dr. Figl foi reconhecido por todos os aliados. Uma relativa autonomia foi dada à reconstrução da Áustria, mas foi ape-

nas em 1955 que um tratado de paz garantiu a total independência do país, dentro das fronteiras de 1938 e com a proibição de uma eventual união à Alemanha.

O Conselho de Ministros Estrangeiros estabeleceu uma série de acordos com todos os outros países envolvidos na II Guerra durante a Conferência de Paris de 1946 e em uma das primeiras reuniões das Nações Unidas. Os acordos foram assinados em fevereiro de 1947 e tratavam claramente da autodeterminação dos povos, embora as potências ocupantes deixassem claros seus interesses. A Itália ficou sob ocupação britânico-americana. Foi desmilitarizada e desarmada. Suas colônias ficaram sob responsabilidade das Nações Unidas e ganharam independência. A Albânia também ficou independente. Um conflito de interesses entre italianos e iugoslavos fez com que apenas em 1954 o porto de Trieste se tornasse oficialmente iugoslavo e a península da Ístria oficialmente italiana.

A Europa Centro-oriental também foi redesenhada. O principal interesse soviético era criar uma cadeia de Estados comunistas ao seu redor, um grupo de Estados "tampões". A Polônia, Tchecoslováquia e os Estados Bálticos foram restabelecidos. A Romênia perdeu a Bessarábia e a Bukovina para a União Soviética e a Dobrudja do sul à Bulgária. A Hungria teve que devolver a Transilvânia à Romênia, mas a Rutênia ficou com os soviéticos e foi devolvida aos tchecos, deixando uma fronteira comum entre húngaros e soviéticos. A Polônia ganhou a possessão da Prússia Oriental e o território até a linha *Oder-Neisse* que incluiu o ex-complexo industrial alemão da Silésia. Esta

imposição criada por Stalin deu à Polônia um quinto a

mais de território, originalmente alemão, e milhões de ale-
mães foram expulsos ou tiveram que sair da região. Os soviéticos ocuparam o restante da Prússia Oriental e territórios poloneses. O preço pago pelos poloneses pelos ganhos em território alemão foi a perda de metade de seu território original e a perda de um terço de sua população de antes da guerra. Os soviéticos também ocuparam a península da Karélia dos finlandeses, como também territórios do norte que excluíram a Finlândia do Mar Ártico, abrindo uma fronteira com a Noruega aos soviéticos. Para fechar sua estratégia de influência os soviéticos conseguiram dominar a Comissão de Controle do Rio Danúbio, de vital importância militar e comercial para a Europa Central, e que estava sob o controle de ministros estrangeiros. Em 1948, como todos os países presentes no encontro sobre a administração do Danúbio em Belgrado estavam na esfera soviética, o rio passou a ser área de domínio soviético.

Desde a Conferência de Yalta, Churchill já havia anunciado sua desconfiança das intenções de Stalin. Antes da total consolidação da esfera soviética no Leste Europeu, ainda em março de 1946, quando não ocupava mais a posição de primeiro-ministro britânico, Churchill fez um famoso discurso sobre a conjuntura mundial e européia em que fez referência à "cortina de ferro que baixou sobre o continente" (Reynolds, p. 29). No final dos anos 40 "a divisão tornou-se política e econômica. Em maio de 1947, novas coalizões formaram-se na França, Itália e Bélgica – *sem* os comunistas" (Reynolds, p. 29 – grifo do autor).

Pode-se comparar favoravelmente, e de várias maneiras, os acordos cerrados após a II Guerra Mundial com os

da I Guerra Mundial. No final da II Guerra foi alcançada

da I Guerra Mundial. No final da II Guerra foi alcançada uma simetria maior entre os Estados e as divisões étnicas, embora o movimento de refugiados alemães da Polônia e da Tchecoslováquia tenha ajudado os negociadores. Não houve nenhuma cláusula que atestasse a culpa pela guerra. E finalmente, nas regiões onde os bolcheviques falharam em impor a revolução comunista no período pós-revolucionário de 1917, Stalin impôs a força do exército vermelho. Infelizmente, os países da Europa Central não tiveram nem tempo de desfrutar de governos democráticos.

Assim como no final da I Guerra Mundial em 1918, procurou-se estabelecer uma nova ordem mundial. O resultado foi a fundação da Organização das Nações Unidas. Apesar das limitações e da experiência frustrante da Liga das Nações, os princípios para a criação de uma organização que pudesse garantir a segurança coletiva e evitar a guerra ainda estavam vivos. A conduta de cooperação entre os aliados estimulou as esperanças de uma cooperação também no pós-guerra. De abril a junho de 1945, a Conferência Geral da ONU, realizada em São Francisco na presença de representantes de cinqüenta e um países, lançou a Carta das Nações Unidas, deliberadamente desvinculada dos acordos do pós-guerra. A sede da organização foi estabelecida em Nova Iorque.

Os principais órgãos das Nações Unidas eram similares aos da Liga das Nações. A Assembléia Geral foi criada como um corpo consultivo para reunir-se anualmente. Ela elege os membros não-permanentes do Conselho de Segurança e os membros das principais sub-organizações. Originalmente, os membros foram limitados àqueles que haviam declarado guerra à Alemanha, mas outros membros

poderiam ser eleitos. O Conselho de Segurança foi crido para funcionar permanentemente com cinco membros permanentes, Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China (na ocasião a China nacionalista), e seis em regime não-permanente. Os membros permanentes têm o direito a veto. Organizações especializadas em diferentes temas também foram criadas, como a Corte Internacional de Justiça e o Conselho Econômico e Social. Este último teve associado a si uma série de agências relacionadas a finanças, saúde, trabalho, agricultura e refugiados.

Muitas das fraquezas da Liga das Nações foram reproduzidas nas Nações Unidas. A principal delas foi a incapacidade de aplicar sanções aos membros. Pelo fato de não ser uma organização armada, criada na dependência de contribuições e contingentes de tropas de seus membros, sua capacidade de exercer determinada punição foi limitada. O veto, criado com a intenção de preservar a soberania nacional, acabou sendo usado, em diferentes ocasiões, para diferentes fins, especialmente pelos Estados Unidos e União Soviética. Em 1950, a utilização do veto foi modificada de modo que poderia ser superado no caso de uma aprovação maior do que dois terços da assembléia em situações de agressão entre Estados. Depois da II Guerra, a afiliação de novos membros à ONU tornou-se mais um problema de rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. O processo de descolonização trouxe um grande volume de novos membros que usaram a ONU para colocar as duas superpotências uma contra a outra.

A Guerra Fria começou a ter os primeiros sinais de sua consolidação nos últimos anos da II Guerra Mundial. No entanto, entre 1945 e a Guerra da Coréia, que durou de 1950

a 1953, a divisão ideológica entre as potências ficou cada vez mais evidente. Isto aconteceu porque a União Soviética não conteve suas ambições em expandir seu sistema e influência mundo afora. E os Estados Unidos, do seu lado, decidiram manter uma posição mais intervencionista na Europa do que em princípio haviam planejado.

A Europa tornou-se vulnerável ao extremismo ideológico porque sua economia estava abalada, sofrendo de um grave desequilíbrio comercial, enquanto tentava reequipar-se para retomar a produção. O perigo de que tal situação levasse à violência e ao extremismo exigia algum auxílio externo, um financiamento que garantisse a estabilidade. Como se não fosse o bastante, a Europa do final dos anos 40 enfrentava um desequilíbrio de poder. A França e o Reino Unido não tinham mais condições de se equiparar aos Estados Unidos e à União Soviética. O custo da guerra foi muito grande. A grande Alemanha que dominou a Europa Central durante décadas já não existia mais. Na França e na Itália os comunistas desfrutavam de considerável apoio eleitoral, o que tornava estas democracias bastante vulneráveis. Os soviéticos não contiveram suas ambições e continuaram seu projeto de construção de uma barreira de Estados satélites e territórios anexados, além de retardar a recuperação da Alemanha. A ocupação militar da Europa Centro-oriental e a capacidade de manipular grupos comunistas em diversos países davam à União Soviética uma força desigual na distribuição do poder.

Nos Estados em que os soviéticos tinham o controle militar, regimes fantoches foram estabelecidos e as oposições democráticas foram eliminadas. Foi o que aconteceu na Polônia, Bulgária e Romênia. Hungria e Tchecoslová-

quia realizaram eleições livres, mas os comunistas não obtiveram maioria. Nos dois países, governos democraticamente escolhidos foram desalojados e substituídos por governos comunistas. A única diferença entre os regimes que se estabeleceram no Leste Europeu foi entre aqueles comunistas "feitos em casa" como Wladislau Gomulka na Polônia, Janos Kádár na Hungria ou Josef Broz Tito na Iugoslávia, e entre stalinistas linhas-dura que estiveram com o exército vermelho, como Georgi Dimitrov na Bulgária, Matyas Rákosi na Hungria ou Walter Ulbricht no que viria a ser a Alemanha Oriental. Nos países onde a União Soviética não tinha o controle total, métodos de subversão eram adotados. No caso da Iugoslávia, a libertação do país tinha sido claramente resultado da atuação dos *Partisans* sob comando do Marechal Tito. Tentativas soviéticas de tomar o controle do país criaram uma tensão crescente entre Tito e Stalin. O resultado foi um recrudescimento da ação soviética nos outros países do leste, temendo algum tipo de contaminação de variedades diferentes de comunismo, como aconteceu com o socialismo moderado de Tito.

Na Grécia, liberada pelos britânicos, uma revolta comunista havia sido contida e eleições livres ocorreram em março de 1946. Um governo monárquico foi eleito, mas uma guerra civil começou logo depois e os comunistas receberam apoio dos soviéticos, búlgaros e iugoslavos. A presença de tropas britânicas no país garantiu a contenção de um regime comunista, mas os britânicos anunciaram em 1947 que não poderiam mais sustentar sozinhos a defesa da Grécia. A saída britânica significaria deixar um vácuo de poder no Mediterrâneo Oriental e as intenções de Stalin em relação à Turquia eram conhecidas. A histórica

inimizade entre turcos e russos permanecia. Diante da fraqueza turca, Stalin reivindicava bases militares no Dardanellos, para garantir a segurança soviética e o controle dos estreitos.

No Irã, que havia sido ocupado por forças britânicas e soviéticas durante a guerra e serviu como fonte vital de petróleo para o esforço de combate, os soviéticos recusavam-se a se retirar e incentivaram o movimento separatista comunista oriundo do Azerbaijão em 1945. Em março de 1946, também se retiram e o governo central do Irã foi finalmente restaurado.

Era necessário algum movimento ocidental para conter a pressão expansionista soviética em todo o mundo. O presidente norte-americano Henry Truman tinha consciência do problema e estava preparado para utilizar o poder norte-americano para proteger a Europa do comunismo, que avançava também na China e no Sudeste Asiático. A influência norte-americana estava baseada na superioridade tecnológica que detinha na esfera das armas atômicas. De fato, em 1946 os Estados Unidos chegaram a propor a entrega do seu monopólio de conhecimento atômico à Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico da ONU, o que foi rejeitado pela União Soviética, que tinha pretensões de desenvolver sua própria tecnologia. No início de 1947, Truman conseguiu do Congresso a liberação de recursos para auxiliar os britânicos na Grécia e na Turquia contra o comunismo. Começava a política norte-americana de apoio à liberdade e ao direito dos povos em resistir à subjugação a minorias armadas.

A "Doutrina Truman" garantiu que um considerável volume de recursos e de dinheiro norte-americano pudesse

ser enviado para a reconstrução econômica da Europa com o objetivo de conter a instabilidade política e social. Em junho de 1947, o secretário de Estado norte-americano, o ex-General George Marshall, lançou um audacioso plano de financiamento que os países europeus deveriam juntar aos seus próprios recursos para a recuperação econômica. Em 1948, foi criada a Organização para Cooperação Econômica Européia (OCDE), cujo objetivo era alcançar o máximo benefício do financiamento. A reação soviética foi desfavorável. Os soviéticos não tinham interesse na recuperação econômica da Alemanha e da Áustria. Mesmo antes do Plano Marshall, os Estados Unidos já haviam iniciado a assistência econômica às zonas de ocupação ocidental, o que ia de encontro ao interesse soviético. Além disso, suspeitaram que o plano tinha intenções imperialistas, uma maneira de conectar os países que recebiam auxílio às orientações políticas norte-americanas. Evidentemente, o desenvolvimento econômico europeu serviu aos interesses das empresas dos Estados Unidos, cativando o mercado europeu para os produtos de consumo norte-americanos. O resultado foi que os soviéticos rejeitaram o plano e a oferta de ajuda que também se destinava originalmente à URSS e seus países satélites. Ao invés disso, em 1949 os soviéticos criaram seu próprio Conselho de Ajuda Econômica Mútua, o *Comecon*.

A questão alemã acabou endurecendo as posições entre as duas potências. Os britânicos queriam a unificação alemã desde o início visando o interesse na recuperação econômica do país. Em princípio, os soviéticos concordavam porque viam a possibilidade de sucesso eleitoral dos comunistas alemães. Os franceses se opunham a um go-

verno central alemão porque temiam uma Alemanha regenerada. No final de 1945, quando ficou claro que o apelo ao comunismo tinha sido exagerado, os soviéticos decidiram por uma política de resistência à unificação e à contenção da recuperação econômica. A conseqüência foi um crescente congelamento da cooperação entre as quatro potências ocupantes.

Na tentativa de restabelecer instituições a um novo governo alemão, britânicos, franceses e norte-americanos criaram uma nova moeda alemã, o *Deutschmark*, mas os soviéticos insistiram que apenas os marcos impressos por eles seriam aceitos em Berlim. Os aliados ocidentais aceitavam que o marco impresso pelos soviéticos pudesse ser usado juntamente com o *Deutschmark* nas zonas ocidentais de Berlim, mas os soviéticos recusaram e fecharam o comando de Berlim, tentando isolar a cidade. Foi o bloqueio de Berlim, iniciado em junho de 1948. Os aliados responderam com uma larga operação de ponte-aérea para conter a ação soviética. Durante quase onze meses um serviço aéreo sistemático de fornecimento de suprimentos garantiu a existência de dois milhões de pessoas nas zonas de Berlim Ocidental. Em maio de 1949, os soviéticos desistiram do bloqueio e permitiram a sua abertura. "Durante o bloqueio a divisão da vida política foi consolidada. O comando dos aliados se separou do comando soviético em junho de 1948. Em setembro, a maioria dos magistrados e membros das câmaras administrativas se transferiu para a zonas ocidentais após manifestações comunistas. No final do ano, as administrações já trabalhavam separadamente" (*Frangen an die Deutsche Geschichte*, p. 359).

O bloqueio aumentou ainda mais o confronto e o endurecimento das atitudes entre as duas grandes potências. Em abril de 1949, os três aliados ocidentais decidiram criar um Estado alemão formado por suas três zonas dentro de um sistema federativo de onze *Länder*. Eleições foram realizadas em agosto de 1949 e o chanceler democrata-cristão Konrad Adenauer formou o governo em setembro. A resposta soviética foi a criação de uma república independente na zona soviética em outubro de 1949 e o resultado foi que enquanto a Alemanha se reintegrava à Europa, ela o fazia como um país dividido. Em 1955, a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã foram diplomaticamente reconhecidas pelos seus respectivos tutores.

Como parte do processo de desenvolvimento de um sistema de defesa europeu integrado, a Alemanha Ocidental foi liberada da ocupação militar em 1954 e ganhou permissão para formar suas forças armadas dentro de limites definidos. Os soviéticos condenaram a ação e revidaram rearmando a Alemanha Oriental e incluindo-a no que viria a ser o Pacto de Varsóvia. A defesa da Europa Ocidental contra o comunismo não estava apenas relacionada ao desenvolvimento e integração econômica européia, mas, principalmente, a um projeto de percepção militar que refletia a falta de confiança na capacidade das Nações Unidas em lidar com potenciais conflitos. O Pacto do Atlântico de 1949, que criou a Otan, Organização do Tratado do Atlântico Norte, determinou uma aliança de defesa entre Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Portugal, Itália, Estados Unidos e Canadá. Em 1952, Grécia e Turquia foram admitidas. A Alemanha Ocidental veio a se incorporar em 1955.

A Otan foi criada com o objetivo específico de evitar a expansão do poder soviético na Europa e sempre foi sustentada pelo poder nuclear norte-americano e suas forças convencionais. Independente dos Estados Unidos, os europeus já haviam criado em 1948 a União Européia Ocidental (UEO), que garantia cooperação econômica e militar entre britânicos, franceses, belgas, holandeses e luxemburgueses. Entre 1950 e 1954, tentativas foram feitas para se criar um exército europeu unificado, mas os franceses sempre resistiram à eventual perda de soberania sobre suas armas e rejeitaram a idéia. A conseqüência foi que em 1954 decidiu-se ampliar a UEO incluindo alemães e italianos. Os soviéticos reagiram criando o Pacto de Varsóvia em 1955, uma aliança militar entre os satélites soviéticos, incluindo a Alemanha Oriental.

O último acontecimento relevante que consolidou o ambiente da Guerra Fria foi a Guerra da Coréia. Em 1949, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, havia fundado uma nova etapa na história da China com o estabelecimento da República Popular, que contava com apoio soviético. Desde o ano anterior, após a expulsão dos japoneses com o fim da II Guerra Mundial, a Coréia havia sido dividida em uma república ao sul do paralelo 38, apoiada pelos norte-americanos, e uma república popular ao norte, apoiada pelos soviéticos e comunistas chineses. Com a saída das forças americanas da Coréia em 1949, o exército norte-coreano realizou um ataque surpresa em 1950 e invadiu a Coréia do Sul. Forças sul-coreanas e norte-americanas tiveram que recuar até a região de Pusan, no sul do país. Na ausência temporária do representante soviético na ONU, o Conselho de Segurança solicitou aos

membros da ONU assistência à Coréia do Sul. Em setembro de 1950, forças da ONU comandadas pelo General Douglas MacArthur lançaram uma contra-ofensiva que forçou a retirada dos norte-coreanos até o Rio Yalu, na divisa com a China. Tropas chinesas entraram no conflito em auxílio aos norte-coreanos, recuperando o território perdido até a capital Seul. Depois de meses de luta o conflito se estabilizou nas proximidades da fronteira original demarcada pelo paralelo 38. MacArthur considerou utilizar armas nucleares, mas o Presidente Truman recusou. Negociações de paz iniciadas em julho de 1951, conduzidas pelo General Matthew Ridgway, só concluíram um armistício em julho de 1953. Um acordo de paz nunca foi assinado. Dos cerca de dez mil soldados norte-americanos capturados apenas três mil e setecentos retornaram depois da guerra. Sobre a Guerra da Coréia, Kissinger comenta: "A Guerra da Coréia revelou, assim, as forças e os limites da contenção (*containment*). Em termos de força tradicional do Estado, a Coréia foi o caso teste para determinar a demarcação de esferas de influência concorrentes ainda em processo de formação. Mas os americanos perceberam (o conflito) de maneira bastante diferente, como um conflito entre o bem e o mal, como uma batalha em defesa do mundo livre" (Kissinger, p. 489-490). A contenção (*containment*) foi termo cunhado pelo político e diplomata George Kennan usado para deter a expansão soviética através de contrapressões, reações imediatas. O termo passou a ser usado por estrategistas para descrever métodos usados na prevenção do expansionismo realizado pelas grandes potências ao flexionar seus músculos milita-

res (Kegley, p. 498).

A Guerra Fria se tornou um confronto aberto. No entanto, os anos seguintes se caracterizaram por um período de coexistência pacífica. Parcialmente porque o equilíbrio nuclear foi atingido. Em novembro de 1952, os norte-americanos explodiram sua primeira bomba de hidrogênio. Nove meses depois os soviéticos também explodiram a sua. A coexistência pacífica também foi resultado da mudança das personalidades no poder. A morte de Stalin em 1953, após quase três décadas no comando totalitário da União Soviética, gerou problemas internos e dificuldades no controle de seus Estados satélites. Nos Estados Unidos, a eleição de Dwight Eisenhower para um governo republicano também fez com que o país fosse menos ativo na política de contenção soviética. Finalmente, outra razão fundamental para o relaxamento do conflito bipolar foi a transferência da batalha ideológica para outras áreas do globo como África e Sudeste Asiático, onde o doloroso processo de descolonização estava apenas começando.

8 A Guerra Fria e os movimentos de descolonização

A partir dos anos 50, um processo crescente de movimentos de libertação das antigas colônias imperiais e de vários territórios pertencentes às potências que dominaram o mundo até a II Guerra Mundial começou a apresentar resultados. Aparentemente, o processo de "descolonização" parece ter surgido após a II Guerra, mas na verdade começou ainda nos anos 30. O Tratado de Versalhes havia marcado o fim de vários impérios europeus tradicionais como o russo, o alemão e o austríaco. Durante os anos 30, as mudanças políticas internas de algumas metrópoles foram tão importantes quanto as pressões periféricas sofridas pelas colônias. O processo de descolonização não teve um desenvolvimento progressivo e regular. Houve recuos, idas e vindas, súbitos renascimentos de impérios já inexistentes e os padrões de libertação variaram muito entre os diferentes impérios.

A I Guerra Mundial e as circunstâncias econômicas do

pós-guerra obrigaram as potências imperiais européias a mudar seu relacionamento com as colônias. As razões eram várias. Em muitos casos como na Índia, colônias apresentaram grande crescimento demográfico como conseqüência das melhorias na infra-estrutura e do acesso à medicina ocidental. A emergência de uma burguesia colonial formada por nativos de classe média com aspirações geralmente diferentes das políticas da metrópole também se tornou uma fonte crescente de atrito entre as colônias e suas metrópoles. Religiões nativas, especialmente o islamismo, foram se tornando crescentemente antiocidentais. Na Birmânia ou nas Índias Holandesas, que viriam a ser a Indonésia, movimentos nacionalistas fundiram-se com as religiões budista ou islâmica nos processos de resistência.

Uma última razão, de ordem econômica, também contribuiu para o processo: a ausência de complementaridade econômica entre as colônias e as metrópoles, resultante da competição industrial entre produtores nativos e empreendedores estrangeiros fugindo do protecionismo tarifário. A Índia foi o caso mais crítico para a manutenção do poder colonial britânico no mundo e serve como exemplo para muitos outros desafios que britânicos e outras potências enfrentaram para manter suas possessões. Durante os anos 20 e 30, o consenso estabelecido com os principais grupos sociais do subcontinente começou a ser questionado pelo nacionalismo de Mohandas Gandhi e do Partido do Congresso que contou com o apoio do movimento islâmico Khilafat, movimento de muçulmanos indianos solidários ao sultão e califa otomanos reprimidos pelos colonizadores antes de Atatürk abolir o califado. Uma série de reformas constitucionais foi realizada em 1935, estabelecendo uma espécie de sistema federativo com promessas

de maior autonomia governamental. Os britânicos identificaram comunidades eleitorais independentes e tentaram explorar as suas diferenças.

A II Guerra Mundial demonstrou uma série de diferentes esforços de cooperação e coordenação das metrópoles com suas colônias, mas também reduziu substancialmente a chance de sobrevivência dos impérios. O Império Britânico lutou na guerra na base da mobilização e utilização de recursos coloniais, o que gerou conseqüências inevitáveis para o seu futuro. O estímulo ao crescimento econômico das colônias significou, por exemplo, um aumento da produção de grãos na África, aumento da produção de bens manufaturados na Índia e a transformação da infra-estrutura no Egito. Os benefícios obtidos por este processo deram impulso às elites rurais e urbanas que se opunham ao controle político britânico. As diferenças em relação ao papel dos britânicos na conduta do seu império também vinham dos Estados Unidos. A II Guerra permitiu aos Estados Unidos a quebra de monopólios mantidos pelos britânicos na Arábia Saudita e na China, por exemplo, emparelhando interesses norte-americanos a interesses nacionalistas anticoloniais. O apoio do Presidente Roosevelt a Chiang Kai-Shek na China do período da guerra também tinha esta intenção. Havia um antagonismo norte-americano em relação aos britânicos quando se tratava da questão imperial. A Carta do Atlântico de 1941 foi também uma maneira de convencer a opinião pública dos Estados Unidos a apoiar uma guerra que até então era vista como uma guerra de interesses imperialistas e não em defesa da democracia.

Os impactos da II Guerra nas colônias da região do Sudeste Asiático e do Pacífico também foram grandes. As impressionantes vitórias japonesas e as ocupações realizadas na região tiveram conseqüências irreversíveis. O colonialismo europeu perdeu a credibilidade após a queda de Cingapura e a humilhante ocupação da Indochina francesa. A organização de grupos nacionalistas havia sido incentivada pelos japoneses, incentivo também dado pelo oficial Achmad Sukarno e outros jovens militares da Indonésia, e em reação aos últimos, também se formando na Malásia. Um modelo eficiente de guerrilha na floresta foi desenvolvido, reforçando as visões revolucionárias de personalidades rebeldes como Ho Chi Minh no Vietnã e Mao Tsé-Tung na China. Experiências de relativa liberdade local sem o controle imperial fizeram com que o restabelecimento do poder imperial ficasse prejudicado. O novo nacionalismo teve sua amostra mais escancarada na Indochina, quando na revolução de agosto de 1945 a guerrilha comunista liderada por Ho Chi Minh, os *Viet Minh*, ocuparam Hanói no momento em que os imperialistas franceses tentavam restaurar seu poder.

A retirada britânica, francesa e holandesa de suas colônias na Ásia deve ser compreendida no contexto do fortalecimento do comunismo chinês na luta contra os nacionalistas chineses apoiados pelos norte-americanos. As colônias asiáticas eram as principais bases imperiais da diplomacia e do poder militar das potências européias.

Em 1945, a pressão por acordos de defesa resultante do ambiente de bipolaridade combinada à queda da moral dos administradores britânicos na Índia e a vitória eleitoral dos trabalhistas no Reino Unido significaram que al-

guma forma de liberalização colonial era inevitável. No caso da Índia, manobras políticas do Partido do Congresso e das lideranças islâmicas como Ali Jinnah, buscando maximizar seu poder, eram irrepreensíveis. Membros do Partido do Congresso, seguidores de Gandhi e também liderados por Jawaharlau Nehru acreditavam que a independência de um país islâmico separado da Índia no subcontinente não sobreviveria, e aceitaram a idéia de independência do Paquistão como uma necessidade de curto prazo. A violência aumentava progressivamente, em parte causada pelas reivindicações de direitos iguais que os britânicos resistiam em aceitar e, ao mesmo tempo, pela insistência britânica em uma retirada acelerada. A data limite foi estabelecida para agosto de 1947, quando o Vice-Rei Lord Moutbatten decidiu por uma retirada total das forças britânicas na Índia, ao invés de optar por um processo paulatino, mais adequado, porém mais custoso da perspectiva militar. Os dois novos paises, Índia e Paquistão, nasceram no meio de um turbilhão de violência e confusão, que provocou mais de 500 mil mortes e deixou mais de dez milhões de pessoas desalojadas de suas casas e de suas terras. O *status* dos Estados de Punjab e Cachemira tornou-se causa de conflitos crônicos, que até hoje são objeto de conflito militar e fonte de terrorismo nos dois países.

Os britânicos também tentaram manter a União da Malásia, que daria direitos iguais aos interesses das comunidades chinesas e indianas da região. No entanto, a comunidade malaia mais conservadora aliada ao Movimento pela Libertação da Malásia bloqueou as aspirações das lideranças malaio-chinesas. A importância da Malásia para os

britânicos estava na sua posição geoestratégica e nos recursos naturais, como a borracha, que contribuíam para a estabilidade de sua moeda. Os britânicos tentaram conter a insurgência do Partido Comunista Malaio-chinês em uma campanha que teve seu auge entre 1950 e 1952, coordenada pelo General Gerald Templar. A Federação da Malásia alcançou sua independência em 1957, apoiada pelos conservadores malaios e pelas classes mercantis malaio-chinesas. A chamada "emergência malaia", a luta contra os rebeldes chineses, só acabou oficialmente em 1960. Curiosamente, as guerrilhas malaias não contavam com o apoio da população rural do país, como aconteceu no Vietnã. Ao tratar da consolidação da soberania dos Estados do Sudeste Asiático, Reynolds esclarece que os casos do capitalismo pró-americano na Tailândia e do socialismo neutro da Birmânia revelavam os profundos problemas que marcaram o desenvolvimento econômico dos países do Sudeste Asiático, particularmente na dificuldade de estabelecer controle da soberania de seus territórios nacionais e de seus diferentes grupos étnicos. No caso da Malásia, "a estabilidade antes e depois da independência do Reino Unido em 1957 dependeu de uma aliança entre grupos étnico-políticos – malaios, chineses e indianos. Na essência da questão estava um reconhecimento mútuo da predominância política dos malaios e da predominância econômica dos chineses. Este delicado arranjo foi administrado por Tunku Abdul Rahman [...], primeiro-ministro entre 1957 e 1970" (Reynolds, p. 265).

Os holandeses também tiveram que lidar com a pressão de autonomia das Índias Holandesas Orientais. Adotaram uma tentativa de manter sua posição de controle com-

binando pacificação militar com apoio de nacionalistas moderados, prometendo a formação de uma federação onde o poder local seria delegado. Mas o plano falhou. Além de os nacionalistas moderados não se mostrarem aliados de confiança, os Estados Unidos pressionaram os holande-

ses a concentrar seus recursos na reconstrução da Europa, lembrando que o líder nacionalista republicano, Achmad Sukarno, seria um potencial aliado contra o comunismo. A concessão de independência ao novo Estado da Indonésia em 1949 teve reflexos complicadores para a estabilidade da região, já que Sukarno iniciou aventuras militares expansionistas, principalmente contra a Malásia, para distrair a população contra problemas internos.

No caso da Indochina francesa a história da descolonização teria conseqüências muito mais complexas, potencializadas pelos interesses das grandes potências no ambiente da Guerra Fria. Inicialmente, os franceses negociaram com os *Viet Mihn*. No entanto, em novembro de 1946 bombardearam Haiphong e, em 1947, ocuparam Hanói, acreditando que conseguiriam concessões dos *Viet Mihn*. O resultado foi uma guerra prolongada. A França estava comprometida com a restauração de seu poder colonial como uma maneira de retomar a autoconfiança nacional e fortalecer a posição francesa no pós-guerra. A capacidade de combate e organização dos *Viet Mihn* foi subestimada. Eles controlavam a maior parte das áreas rurais e eram apoiados por uma ampla coalizão social que incluía também classes trabalhadoras urbanas. Havia pouco espaço para uma solução negociada já que alternativas como a coalizão entre nacionalistas moderados liderados pelo antigo impe-

entre nacionalistas moderados liderados pelo antigo impe-
rador vietnamita, Bao Dai, não contaram com o apoio da França. A criação da República Popular da China em 1949 acabou levando os franceses a buscar apoio norte-americano para o que passava a ser uma guerra pela democracia e não apenas contra o colonialismo. Os próprios nacionalistas e anticomunistas vietnamitas aumentaram seu apoio

aos franceses e norte-americanos, temerosos do que lhes podia acontecer no caso da derrota francesa.

Em 1953, a França tinha mais de duzentos mil soldados na Indochina. Fracassaram em conter uma guerra de guerrilha móvel que culminou com a derrota em Dien Bien Phu, no dia 7 de maio de 1954, comandada pelo General Nguyen Giap. A partilha da Indochina foi acordada em Genebra dividindo o Vietnã do Norte e Vietnã do Sul pelo paralelo 17. Ho Chi Minh passou a liderar a República Popular do Vietnã na capital Hanói. O Vietnã do Sul foi presidido por Ngo Dinh Diem, em Saigon, contando com apoio militar e econômico dos Estados Unidos que já se encontravam bastante envolvidos na área. Em 1963, Diem foi destituído por golpe militar já que Ho Chi Minh havia estabelecido uma rede de guerrilha no território do sul, os Vietcongs, para derrubar o regime de Saigon. Os estrategistas americanos argumentavam ao Presidente John Kennedy que se o Vietnã do Sul caísse nas mãos dos comunistas todo o Sudeste Asiático seria ocupado pelo comunismo. A partir de 1964, o envolvimento militar dos Estados Unidos na área aumentou consideravelmente. Durante o mandato do Presidente Lyndon Johnson quinhentos mil soldados norte-americanos estavam em território vietnamita. A partir da ofensiva do Tet em 1968, os norte-americanos começaram a perder a confiança na vitória e buscar algum

começaram a perder a confiança na vitória e buscar algum tipo de acordo de paz. As forças dos Estados Unidos foram sendo substituídas por forças do Vietnã Sul até que foram totalmente retiradas no início de 1973, após os acordos de paz de Paris. No entanto, o conflito continuou entre norte e sul-vietnamitas até que em janeiro de 1975 forças de Hanói entraram triunfantes em Saigon. O conflito deixou 55

mil norte-americanos mortos. A República do Vietnã do Sul deixou de existir em 1975. Mais de três milhões de vietnamitas foram mortos, a economia e a sociedade do Vietnã foram destruídas desestabilizando também os vizinhos da região, Laos e Camboja.

O Oriente Médio, palco da ocupação britânico-francesa após a vitória sobre os turcos otomanos no final da I Guerra Mundial, também sofreu as pressões de autonomia e nacionalismo decorrentes do esgotamento imperialista, da pressão dos Estados Unidos e do desenvolvimento econômico regional. Em princípio, parecia que os britânicos não perderiam suas posições no Oriente Médio, mas em 1956, com a crise do Canal de Suez, os britânicos perderam seu poder na região e foram obrigados a reconsiderar seu *status* como potência mundial. O caso da Palestina foi o primeiro de uma série. O fim do mandato britânico na Palestina ocorreu em 1947, quando abandonou a região diante da perspectiva de divisão do território entre judeus e árabes. Foi um abandono que encontra várias justificativas. O fortalecimento do Sionismo, como conseqüência do Holocausto, fez com que o *lobby* judeu nos Estados Unidos fosse especialmente influente após a II Guerra Mundial. Um Estado judeu era visto como um aliado po-

tencialmente importante para os Estados Unidos na área e os britânicos não tinham como não ceder às pressões norte-americanas. Além disso, estavam conscientes de que os Estados Unidos estavam prontos para assumir a carga de responsabilidades relativas à segurança da região, algo que ela não tinha mais como sustentar. As Nações Unidas votaram pela partilha da Palestina em novembro de 1947. Uma guerra entre judeus e árabes entre 1948 e 1949 acabou

pendendo para os judeus, melhor armados e preparados e ainda contando com o apoio dos Estados Unidos. Metade do território anteriormente alocado aos árabes foi ocupado por Israel. Milhares de palestinos tiveram que se refugiar, gerando uma reação e indignação palestina e árabe que até hoje ainda não foi solucionada.

Uma crise no Irã também fez parte do processo de desmontagem imperialista e de alinhamentos dentro da nova ordem. A nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, realizada pelo regime nacionalista de Muhammad Mussadegh, resultou na recusa britânica em intervir, ao mesmo tempo em que sentia pressão sobre sua capacidade militar por causa da Guerra da Coréia. Mais uma vez, os norte-americanos foram forçados a tomar alguma iniciativa suspeitando que o Irã pudesse cair nas mãos dos comunistas, do Partido Comunista Tudeh. Com apoio do serviço de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, Mussadegh foi deposto em 1953 e um regime mais ameno foi instaurado no Irã.

A invasão do Canal de Suez pode ser considerada o fato que marcou a despedida britânica do *status* de grande potência. Em 1952, um golpe de Estado liderado pelo Major-General Muhammad Neguib e o Coronel Gamal

Abdul Nasser destituiu a desacreditada monarquia do Rei Farouk no Egito. Nasser destituiu Neguib em 1954 e tornou-se chefe de Estado. Em 1956, nacionalizou o Canal de Suez e iniciou uma política deliberada que o identificou como o mais agressivo líder do mundo árabe e do nacionalismo árabe. Os britânicos foram forçados e tentar mostrar sua independência em relação aos norte-americanos e invadir o Egito junto dos franceses e israelenses para derrubar Nasser. Os Estados Unidos reagiram ameaçando o valor da Libra Esterlina no mercado de câmbio mundial e forçaram uma retirada humilhante, que marcou o reconhecimento de que os britânicos não agiam mais de acordo com sua própria vontade nos assuntos diplomáticos mundiais. Uma força de paz das Nações Unidas foi enviada à região. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, formulou a "Doutrina Eisenhower", que apesar de ter durado pouco, oferecia ajuda econômica e militar a governos do Oriente Médio cuja independência estivesse sendo ameaçada. Forças de Israel que invadiram o Sinai em 1956 se retiraram em março de 1957, após a instalação de uma força de emergência das Nações Unidas na península e da abertura do estreito a navios israelenses.

A garantia de um governo livre ao Chipre em 1960, sob a presidência do Arcebispo Makarios, serviu como um epílogo à invasão do Canal de Suez. Uma campanha terrorista movida pelo grupo greco-cipriota monarquista-fascista Eoka, apoiando a *enosis*, a união entre Chipre e Grécia, começou em 1955. O Chipre era visto pelos britânicos como uma base alternativa a Suez, mas havia também o problema das minorias turcas temerosas da repressão gre-

co-cipriota. Em 1959, o Chipre ganhou sua independência e os britânicos tiveram que se contentar com soberania sobre bases militares no país.

Até Suez, a política colonial britânica foi marcada pelo objetivo de manter o *Commonwealth* e a área da Libra Esterlina protegida da competição econômica e da alternativa de ser absorvida por algum agrupamento europeu ocidental. Isto justificava o compromisso de envio de recursos substanciais do Reino Unido para o desenvolvimento

econômico e a contenção de movimentos insurgentes nas colônias. O resultado de Suez fez com que os britânicos reconhecessem que sua política externa devia se adaptar aos objetivos da Otan, definidos pelos Estados Unidos. Ênfase deveria ser dada no combate ao comunismo e menos nas prioridades coloniais. O desmantelamento do Império Britânico esteve também relacionado ao custo de pertencer ao seleto clube nuclear que modificou a maneira como as potências passaram a direcionar seus gastos de defesa, dando menos ênfase a equipamentos convencionais. Além disso, no final dos anos 50, os benefícios de se envolver em blocos de integração industrial como a CEE já eram visíveis. A produtividade britânica estava decaindo em relação à dos seus concorrentes continentais e as verdadeiras vantagens econômicas do colonialismo estavam sendo postas em questão. Motivado pelas mesmas circunstâncias o General Charles de Gaulle, presidente da França a partir de 1958, decidiu reduzir os compromissos coloniais da França e concentrar sua ação na integração da Europa.

A descolonização da África e do Mediterrâneo foi um processo acelerado que atingiu seu auge no início dos anos

60. Na verdade, o processo de descolonização não deixou de ser apenas uma mudança na forma de exploração dos novos países nascentes por grupos vinculados ao antigo império ou pela proliferação de empresas multinacionais explorando os recursos das antigas colônias. Tratou-se de uma transformação em imperialismo informal, especialmente no caso africano. Deixou-se para trás uma estrutura política relativamente estável para se lidar com aqueles grupos rebeldes que lutaram contra a presença dos imperialistas e que, a partir de então, seriam os mais aptos a restabelecer a ordem política e retomar as relações com as ex-metrópoles. Embora o processo em muitos casos não tenha sido tão suave, foi assim que se deu na maioria dos casos.

Em 1957, Gana foi considerado um modelo de governo estável para países recém-independentes da África, sob o comando de Kwame Nkrumah. No entanto, em 1960, Nkrumah desviou para uma linha autoritária a ponto de ser nomeado presidente vitalício em 1964. Este foi o padrão que se seguiu também em Zâmbia (ex-Rodésia do Norte) em 1960, em Uganda em 1962, no Malawi (ex-Niassalândia) também em 1962, no Quênia em 1963 e no novo Estado da Tanzânia, união da ex-Tanganika e Ilhas de Zanzibar, em 1964. Em alguns casos, as forças armadas ofereceram alternativas aos regimes estabelecidos, de forma que vários golpes de Estado puderam ser confirmados em Gana ou na Nigéria, por exemplo. Algumas ditaduras militares sangrentas como a de Idi Amin Dada em Uganda, entre 1966 e 1979, tornaram-se exemplos do horror dos regimes pós-coloniais africanos.

gimes pós-coloniais africanos.

A dificuldade em estabelecer regimes constitucionais na África teve suas origens na necessidade das metrópoles de dar maior ênfase à unidade política diante dos graves problemas de subdesenvolvimento. Apesar disso, foi também por causa das divisões tribais que nunca desapareceram, e em boa parte foram fomentadas por britânicos e franceses. Assim foi na guerra civil nigeriana entre 1967 e 1970, que tratou essencialmente de um conflito tribal iniciado pela secessão da região de Biafra, onde oportunidades para promoção social era uma questão de afinidade

tribal. Divisões étnicas, religiosas e tribais estiveram presentes na maioria das situações pós-coloniais.

O colonialismo francês e belga na África também passou a sofrer pressões e tornar-se cada vez mais vulnerável, mas apenas a partir dos anos 50. No caso das colônias portuguesas, a desestabilização só ocorreu nos anos 70. Nunca houve um padrão ou uma seqüência de fatos que pudessem caracterizar um processo que fosse de transição ordenada ou anarquia completa em direção à independência. Em alguns casos, é importante notar, o impacto das guerras coloniais na estabilidade da política na metrópole foi tão significativo quanto a descolonização em si.

A situação enfrentada pelas colônias francesas na África Ocidental foi relativamente diferente. As colônias haviam sido agrupadas em uma federação antes da II Guerra Mundial. Na Conferência de Brazzaville, em 1944, ênfase foi dada na assimilação e não na independência, com o reconhecimento de direitos iguais na metrópole para todos aqueles que alcançassem patamares educacionais preestabelecidos. A conjuntura era diferente na África Ocidental

Francesa. Não havia movimentos de agitação nacionalista significativos que buscassem independência. Um pequeno grupo mercantil com educação ocidental foi absorvido pelo serviço civil francês garantindo crescimento pessoal e ascensão social. As diferenças entre as regiões costeiras e o interior restringiam a possibilidade de qualquer integração nacional e o considerável investimento da agência de desenvolvimento francês para o ultramar, especialmente para projetos de infra-estrutura, aumentou ainda mais as diferenças regionais. Isto fez com que as elites locais ficassem intimamente ligadas aos interesses franceses. Apesar de todas estas características, em 1956 os franceses iniciaram um processo de transferência do poder de Paris para governos eleitos localmente. Na época, a estabilidade das colônias e a sua relação política com a França pareciam garantidas, dada sua dependência econômica e graças a algumas lideranças simpáticas à França, como o Presidente Houphouet Boigny, da Costa do Marfim.

Na verdade, a França tinha a necessidade de buscar credibilidade internacional diante dos crescentes problemas que se acumulavam na Argélia. E esta foi a principal razão da oferta De Gaulle em 1958, ao criar uma comunidade federalizada oferecendo aos Estados a opção da total independência e o imediato corte da assistência econômica ou a continuação da condição de membro da federação e a manutenção da assistência. Apenas a Guiné optou pela independência. E De Gaulle ganhou espaço para negociar com a Argélia que enfrentava situação bastante diferente dos outros países africanos.

A Argélia tinha algumas características especiais. Era

colônia francesa desde 1830, estava muito próxima geograficamente e era considerada um *department* desde 1842. Quase um milhão de *pieds noirs*, colonizadores brancos, viviam no país, na maioria trabalhadores com pouca alternativa de vida fora da Argélia. Os servidores civis franceses no país eram identificados como representantes dos interesses do *lobby* francês colonizador. O aspecto mais sensível, no entanto, era a percepção do exército francês, que via a Argélia como a última fronteira entre a honra militar e a fraqueza política. Muitos dos oficiais que lutaram na Argélia estiveram envolvidos na crise de 1940, a derrota de Dien Bien Phu, e na retirada de Suez. Sentiam-se tra-

ídos em todos estes fracassos por políticos corruptos e a Argélia era uma espécie de último bastião da honra militar francesa, origem e base de formação de muitos dos mais competentes regimentos franceses.

Apesar de todos estes aspectos, em 1962, o General De Gaulle, absolutamente intocável no poder também pelo forte apoio das forças armadas, finalizou o Acordo de Evian, concedendo independência à Argélia. A rota para a independência foi cheia de percalços. A Frente de Libertação Nacional lutou uma guerra de guerrilha no interior do país desde 1954 até que uma campanha terrorista na capital Argel, entre 1956 e 1957, provocou uma explosão racial. O exército francês conseguiu conter a ameaça em 1961, mas a um custo muito alto e utilizando métodos de contraterrorismo. A opinião pública francesa, influenciada pelas novas classes de administradores tecnocratas, via o imperialismo como irrelevante e muito caro para se sustentar. Depois da crise institucional enfrentada pela França em 1958, facções parlamentares voltaram-se a De Gaulle como o úni-

co homem que poderia salvar a Quarta República e, com o apoio dos colonialistas e soldados, não se render na Argélia. Na verdade, De Gaulle liderou a montagem institucional da Quinta República, reformou a constituição, e depois de realizar um referendo sobre a questão argelina em 1961, negociou sua independência. Os *pieds noirs* imigraram da Argélia. Entre 1961 e 1962, uma campanha terrorista foi levada a cabo por ex-soldados e extremistas colonizadores que acabaram sendo derrotados.

Apesar de menos relevantes do ponto de vista das potências do sistema internacional, duas outras metrópoles também tiveram que lidar com o processo de libertação de suas colônias durante a segunda metade do século XX: Bélgica e Portugal. No final dos anos 50, o Congo Belga era considerado uma das mais tranqüilas colônias européias na África. Mas em 1959 revoltas na cidade de Leopoldville (atual Kinshasa), combinadas com a queda dos preços do cobre, levaram a uma retirada abrupta dos belgas do Congo em janeiro de 1960. A situação degenerou rapidamente para a anarquia, a autoridade civil entrou em colapso e a rica província do Estado de Katanga entrou em secessão, apoiada por tropas belgas e mercenários brancos. O governo apelou para as Nações Unidas e o Secretário Geral, o norueguês Dag Hammarskjold, enviou uma força de paz para retirar os belgas. Um golpe militar liderado pelo coronel Mobutu Sese Seko em 1961, excluiu o primeiro-ministro radical Patrice Lumumba que foi assassinado no mesmo ano. Uma guerra civil durou até 1965 quando um segundo golpe de Mobutu unificou o país sob sua autoridade. A guerra foi um choque para a opinião pública européia e mun-

dial. Os processos de descolonização mostravam-se menos administráveis do que se planejava. Até o Congo, os processos de descolonização ainda não tinham sido foco da rivalidade bipolar entre soviéticos e as potências ocidentais. Mas o Congo Belga marcou o início deste processo, que, no caso, envolveu a construção de coalizões no Terceiro Mundo. Durante o alinhamento político, os soviéticos apoiaram Patrice Lumumba, contra o Presidente Joseph Kasavubu, e a consolidação do poder de Mobutu só foi possível porque contou com o apoio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Enquanto outros Estados negociavam a libertação de suas colônias, Portugal tornou-se cada vez mais envolvido

com as suas possessões africanas. Até meados dos anos 70, boa parte das forças armadas portuguesas estava na África. Além dos interesses econômicos, o regime autoritário português de Antonio Salazar e seu sucessor Marcello Caetano utilizou as colônias africanas como distração para o duro regime interno. Além disso, sob pressão norte-americana e das potências européias ocidentais, a dominação portuguesa servia como segurança e garantia do alinhamento das regiões sul da África ao capitalismo e contra a expansão do comunismo. A partir de 1970, a guerra contra grupos nacionalistas como o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação Moçambicana (Frelimo) enfrentou uma escalada de violência porque passou a contar com apoio soviético, cubano e alemão oriental. Por volta de 1974 e 1975, o exército português já estava esgotado com as guerras coloniais e foi um movimento oriundo das forças armadas que acabou derrubando o regime e restaurando a democracia portuguesa. O movimento contou com o apoio das classes mercantis e buro-

mento contou com o apoio das classes mercantis e burocráticas que percebiam a necessidade de enfatizar o crescimento e desenvolvimento econômico através da integração à Comunidade Européia, o que não era compatível com o inútil e dispendioso conflito africano. Um golpe de Estado foi dado em 1974, e o General Spinola assumiu o poder transitório que foi seguido de retiradas da Guiné, Angola e Moçambique. No caso de Angola e Moçambique foi o início de uma fase de longas guerras civis entre facções africanas apoiadas por soviéticos, cubanos e alemães orientais de um lado e pelos Estados Unidos e a África do Sul de outro.

Com o fim do império português na África em 1975 a história da descolonização foi completada. Tudo que restou foram pequenas possessões como Hong-Kong e Macau e dependências em locais remotos do mundo como as Ilhas Falkland ou a Ilha de Reunion. Uma vez que o processo de descolonização começou, não parou mais. No entanto, na velocidade histórica em que aconteceu e no contexto de mudanças ainda mais radicais que se passariam nas Relações Internacionais nos anos seguintes, as nações independentes pouco puderam usufruir os benefícios que a independência deveria trazer.

litar britânica e tr
rio Otomano até 1
na e Transjordâni
os britânicos acer
tropas do Sudão e
ram sua retirada
até que em 1971

9 O Oriente Médio e sua importância estratégica

A II Guerra Mundial marcou o fim do período em que o Oriente Médio era basicamente dominado pelos britânicos e o norte da África pelos franceses e significou o início de um período em que passou a receber a influência das superpotências. Nos dez anos após 1945, a presença militar britânica e francesa nos países que formaram o Impé-

litar britânica e francesa nos países que formaram o Impé-
rio Otomano até 1919, como Síria, Líbano, Iraque, Palestina e Transjordânia, foi drasticamente reduzida. Em 1953, os britânicos acertaram com os egípcios a retirada de suas tropas do Sudão e de sua base no Suez. Nos anos 60, iniciaram sua retirada dos países do leste e sudeste da Arábia, até que em 1971 haviam se retirado totalmente do Iêmen, Omã, Emirados Árabes, Qatar e Kwait. O processo de retirada foi marcado pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética em garantir suas áreas de influência. A crise de Suez em 1956 foi a última tentativa de britânicos e franceses manterem algum tipo de predominância na região. Após Suez, um período de tensão marcou a disputa por parceiros que se alinhassem aos soviéticos ou aos norte-americanos, mesmo que dentro do ambiente de "coexistência pacífica" anunciada entre Eisenhower e Khrushchev. Os Estados do Oriente Médio moveram-se tanto por fraqueza quanto por interesse nacional no alinhamento escolhido. Israel necessitava apoio norte-americano para se defender dos árabes. Egito e Síria precisavam de ajuda soviética contra Israel. Turquia, Paquistão e Irã, além do Iraque por um curto período, tomaram parte do Pacto de Bagdá de 1955, denominado *Central Treaty Organization* (Cento) em 1959, como parte do sistema de defesa ocidental acoplado à Otan e ao *South East Asia Treaty* (Seato), no Sudeste Asiático.

Apesar dos alinhamentos assumidos, o comportamento geral de todas as nações independentes do Oriente Médio, dominadas por grupos nacionalistas, era de uma posição de neutralidade da qual pudessem obter as vantagens das relações com os dois blocos. Boa parte dos 29 países que participaram da Conferência de Bandung, realizada em

1955 na Indonésia, organizada pelos líderes do Movimento dos Não-Alinhados, entre eles Nasser, eram países árabes. O Movimento dos Não-Alinhados se opunha ao colonialismo e ao imperialismo das grandes potências e defendia princípios como a não-agressão, o respeito à soberania e a não interferência em assuntos internos.

Além disso, os países árabes buscaram criar organizações que aumentassem sua independência, especialmente o mundo árabe. A Liga Árabe foi criada em 1945, mas foi sempre marcada pelas diferenças entre seus membros. Em 1958, Egito e Síria formaram a República Árabe Unida, em tentativa estratégica de cercar Israel, que durou apenas até 1961. Em 1971, emirados como Dubai e Abu-Dhabi e outros menores fundaram os Emirados Árabes Unidos.

Evidentemente, o grande interesse das potências mundiais na região estava focado no petróleo como fonte de

energia para o desenvolvimento industrial. À medida que os governos nacionais da região foram se fortalecendo, as concessões para exploração do petróleo foram sendo questionadas e seus termos modificados ou cancelados. A nacionalização do petróleo iraniano feita por Mussadegh em 1951 acabou fracassada pelo bloqueio britânico com apoio norte-americano, mas desde então, mesmo com a restauração da monarquia de Xá Pahlevi, os países detentores do ouro negro passaram a receber *royalties* maiores e ter melhor controle sobre sua produção.

Até 1970, apenas a Turquia, o Líbano e Israel mantinham governos parlamentares. Todos os outros países eram governados por executivos fortes e autoritários, fossem monarquias tradicionais ou grupos nacionalistas ou

militares que ascenderam ao poder pela via do golpe. A percepção de que era necessário um processo de modernização e desenvolvimento forçado favorecia regimes autoritários que, diante de um crescimento populacional e urbano, tinham que viabilizar grandes projetos de reforma e infra-estrutura. Pressão foi feita para assentar pastores nômades, projetos de irrigação foram desenvolvidos e represas como a de Aswan, no Egito, e a do Rio Eufrates, na Síria, foram construídas. Distribuição de propriedades foram feitas no Irã, Argélia, Egito e em outros países. Em Israel uma sociedade tecnológica foi surgindo com uma agricultura avançada e produtiva. O financiamento deste desenvolvimento era externo. Os soviéticos financiaram a represa de Aswan. Os norte-americanos financiaram o desenvolvimento turco e israelense.

No início dos anos 70, os *royalties* gerados pelo petróleo começaram a gerar capital e recursos próprios para que os Estados do Oriente Médio e norte da África, como Argélia, Líbia, Irã, Iraque, Arábia Saudita, além de outros estados do Golfo, pudessem usar o petróleo como arma política. Em 1973, a guerra árabe-israelita causada pelo ataque simultâneo de egípcios e sírios a Israel provocou uma reação dos países produtores de petróleo embargando navios que fossem para países que apoiavam Israel no conflito. A crescente dependência de petróleo dos países industrializados encorajou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) a aumentar os preços e subordinar as companhias ocidentais ao controle das nações produtoras.

10 O conflito bipolar: Estados Unidos e União Soviética

As quatro décadas que marcaram a Guerra Fria acabaram tornando os blocos comunista e anticomunista tanto mais duros quanto mais brandos. O processo de desconoloni-

zação acabou transformando a divisão bipolar que se concentrava na Europa. A partir de meados dos anos 50, a rivalidade tornou-se global, se estendendo a regiões que vieram a ser denominadas de "Terceiro Mundo". Enquanto a política européia tinha sido o centro e a origem das Relações Internacionais durante o século XIX, a partir da segunda metade do século XX a Europa se tornou apenas um dos cenários – embora ainda o mais importante – dominado pela rivalidade entre as duas grandes potências. Desde os anos 50, diferentes momentos de maior ou menor tensão marcaram as relações entre os dois blocos. Estes momentos estiveram sempre associados às mudanças nas personalidades dirigentes, às mudanças nas estruturas políticas internas, ao desenvolvimento tecnológico dos armamentos e aos acontecimentos resultantes do processo de descolonização.

A morte de Joseph Stalin em março de 1953 e o início da presidência de Dwight Eisenhower em janeiro do mesmo ano marcaram o início de uma nova fase nas relações entre Estados Unidos e União Soviética. A nova corrente, caracterizada pelo "Espírito de Genebra", resultou de uma série de debates e acordos internacionais. Em maio de 1954, o exército francês foi derrotado pela guerrilha vietnamita comandada pelo General Giap na batalha de Dien Bien Phu. Embora os Estados Unidos estivessem preparados a intervir em larga escala para reagir às forças triunfantes dos *Viet Minh*, foram dissuadidos a não fazê-lo pelo secretário britânico de serviços estrangeiros Antony Eden e pelo primeiro-ministro francês Pierre Mendès-France. Em Genebra foi acordado com a China e a URSS que o Vietnã deveria ser dividido em dois Estados pelo paralelo 17, dan-

do independência ao Camboja e ao Laos que serviriam como uma espécie de "proteção tampão" em volta do Vietnã. Em maio de 1955 foi assinado o Tratado de criação do Estado Austríaco. A tentativa de Eden de obter uma zona desmilitarizada na Europa Central fez com que as forças de ocupação fossem retiradas da Áustria com a condição de que o país assumisse perpétua neutralidade. Esta pareceu ser uma significativa concessão soviética, embora no dia seguinte ao acordo, o Pacto de Varsóvia tenha sido oficializado. Em julho de 1955, mais uma vez em Genebra, líderes norte-americanos e soviéticos reunidos com representantes britânicos e franceses pela primeira vez em uma mesa de conferências desde 1945 tentaram finalizar um acordo para a Alemanha similar ao austríaco. Não houve acordo.

Os Estados Unidos permaneceram comprometidos com a política de contenção, enquanto Khrushchev, que assumiu como secretário-geral do Partido Comunista Soviético em 1956, deixava claro que a coexistência com os Estados Unidos era apenas tática. No final dos anos 50, a concorrência nuclear entrava em nova fase com a corrida espacial. Os soviéticos lançaram o Sputnik 1 em outubro de 1957, e os norte-americanos lançaram seu primeiro satélite, Vanguard 1, em março de 1958. Preocupado com a conjuntura européia, o primeiro-ministro britânico Harold MacMillan fez grande esforço para que os problemas de desarmamento e do futuro da Alemanha e da cidade de Berlim fossem discutidos em uma conferência de cúpula. Segundo Kissinger, MacMillan foi a Moscou para uma "conversa exploratória". Acreditava que suas relações pessoais

versa exploratória". Acreditava que suas relações pessoais pudessem contribuir para garantir a paz. Depois que MacMillan embarcou de volta, Khrushchev foi incisivo: "A História ensina que não são conferências que modificam as fronteiras entre as nações. Decisões de conferências só podem refletir um novo alinhamento de forças. E isto é resultado de uma vitória ou uma rendição no final de uma guerra [...]". Kissinger completa: "Esta foi uma clara afirmação de *Realpolitik* que poderia ter saído da boca de Richelieu ou Bismarck" (Kissinger, p. 578-579). Em maio de 1960, a conferência idealizada por MacMillan ocorreu em Paris, mas acabou não dando resultados.

Após a morte de Stalin, o processo de "desestalinização" realizado por Khrushchev acabou incentivando revoltas anticomunistas na Hungria e na Polônia. No caso da Hungria, o governo chegou a apelar para ajuda do mundo exterior. Em 1956, as potências ocidentais estavam envolvidas e divididas na crise do Canal de Suez e a União Soviética podia vetar cada ação que pudesse vir da ONU. Mesmo assim, as intenções soviéticas foram seriamente questionadas na questão húngara e, apesar do fim das hostilidades, resultou em uma série de novos eventos conflitantes entre Estados Unidos e União Soviética.

Em 1960, Khrushchev lançou um novo plano econômico de longo prazo, dando ênfase à produção de bens de consumo. Por esta razão passou a ser mais favorável a algum tipo de mudança nas relações com os norte-americanos chegando a apresentar um plano de desarmamento à Assembléia Geral da ONU. No entanto, em maio de 1960 uma aeronave de reconhecimento norte-americana, um U2 de espionagem, foi abatida pelos soviéticos ao sobrevoar o

espaço aéreo soviético. O piloto Gary Powers foi capturado e Khrushchev utilizou o incidente para denunciar os Estados Unidos e inviabilizar a Conferência de Cúpula de Paris. Tais vôos de reconhecimento já vinham sendo efetuados há um certo tempo e eram do conhecimento soviético. Apesar disso, a atitude de Khrushchev devia-se ao surgimento de diferentes fontes de oposição ao bloco soviético. A primeira resistência veio do grupo de dentro da União Soviética que temia pelo que poderia acontecer nas relações entre os soviéticos e os chineses se houvesse alguma aproximação com os Estados Unidos. Além disso, grupos militares estavam cada vez mais preocupados com a orientação da política de defesa de Khrushchev, cada vez mais dependente de mísseis nucleares e menos de forças convencionais. O incidente com o U2 serviu para conter estas inquietações.

Uma outra ameaça à coexistência pacífica entre as duas potências foi a crise do Muro de Berlim, em agosto de 1961. Até esta data, o número de refugiados do leste para o oeste alemão alcançava níveis alarmantes. Desde 1949, cerca de três milhões de alemães já haviam escapado da Alemanha Oriental. O temor de que o fluxo de alemães pudesse ter conseqüências econômicas e psicológicas graves fez com que as autoridades da República Democrática da Alemanha tomassem medidas drásticas. Iniciaram a divisão física da capital Berlim para conter a fuga construindo um muro que cercou a cidade de Berlim Ocidental. Não havia maneira de reagir à brutal ação dos comunistas alemães que não fosse pelo conflito aberto. Segundo Kissinger, "o próprio Konrad Adenauer disse a Dean Acheson, na oca-

são, que não queria Berlim defendida por uma guerra nuclear, já que sabia muito bem que não havia outra maneira na qual a cidade pudesse ser defendida" (Kissinger, p. 584).

Em outubro do mesmo ano a maior crise do período da Guerra Fria teria lugar em Cuba e por pouco um conflito nuclear não acontece entre as duas potências. A Revolução Cubana comandada por Fidel Castro em 1959 criou uma ameaça estratégica sem precedentes aos Estados Unidos. Um Estado a poucos quilômetros de suas fronteiras e em região de presença cativa de sua influência política adotou um regime alinhado aos comunistas. Houve uma tentativa de derrubar o recém-instaurado regime de Fidel Castro por forças da CIA apoiadas por emigrantes cubanos anti-Fidel em abril de 1961, na invasão da Baía dos Porcos. A operação foi um absoluto desastre para os invasores, gerou enorme desgaste ao novo governo norte-americano do Presidente John Kennedy e ainda provocou a reação de Khrushchev ao aumentar o suprimento de armamentos a Cuba.

A tensão aumentou ainda mais quando uma grave crise se precipitou depois que os norte-americanos identificaram por fotos de satélite a instalação de mísseis nucleares em território cubano com capacidade de atingir os Estados Unidos. O Presidente Kennedy reforçou a base naval de Guantánamo, em território cubano, e ordenou um bloqueio naval contra suprimentos militares soviéticos a Cuba além de exigir a remoção de mísseis e bases da ilha. Durante uma semana as duas potências chegaram ao alerta máximo, e o perigo de confronto nuclear foi iminente. Na-

vios mercantes soviéticos carregando mísseis receberam ordens de retirada de Khrushchev quando já se aproximavam do bloqueio naval norte-americano. Os soviéticos aceitaram as demandas de retirar os mísseis de Cuba, mas conseguiram a garantia de que os Estados Unidos não mais atacariam Cuba e que mísseis da Otan instalados na Turquia também deveriam ser retirados. Desde a crise, uma linha exclusiva de comunicação entre as duas potências foi criada para que casos de emergência pudessem ser tratados pelo presidente dos Estados Unidos e pelo líder soviético. A aparente vitória de Kennedy contou com a ajuda circunstancial da deterioração das relações entre soviéticos e chineses e da superioridade do arsenal de mísseis balísticos intercontinentais norte-americana totalizando quinhentos contra 75 dos soviéticos.

A crise dos mísseis em Cuba também teve outras importantes conseqüências para as Relações Internacionais. Em primeiro lugar, ficou evidente para o mundo todo que o futuro da segurança mundial não dependia mais dos europeus, mas exclusivamente das duas grandes potências, que estavam aptas a tomar decisões mesmo sem consultar

seus aliados. O mais importante, contudo, foi a constatação de que a possibilidade de uma catástrofe sem precedentes, que poderia ter destruído o mundo, só poderia ser confrontada através de discussões que pudessem conter a corrida armamentista e iniciar processos de desarmamento sistemáticos. O cenário estava apto à emergência da *détente*. Na percepção de Kissinger "o resultado de fracassos acumulados por Khrushchev com as iniciativas de Berlim e Cuba foi que a União Soviética não mais arriscou em co-

locar-se em confronto direto com os Estados Unidos, exceto em pequeno intervalo de tempo após o final da Guerra de 1973 no Oriente Médio. Embora os soviéticos possuíssem um vasto arsenal de mísseis de longo alcance nunca os consideraram suficientes para uma ameaça direta aos norte-americanos. Pelo contrário, a pressão militar soviética foi reorientada no sentido de apoiar as chamadas Guerras de Libertação Nacional em áreas do mundo em desenvolvimento como Angola, Etiópia, Afeganistão e Nicarágua" (Kissinger, p. 593).

Assim, a partir de meados dos anos 60, Estados Unidos e União Soviética se viram envolvidos com um amplo conjunto de conflitos indiretos, tanto no Vietnã quanto em diferentes regiões da África. Na maioria dos casos o sucesso pendia para os soviéticos. No final dos anos 60, uma série de fatores contribuiu para uma mudança no padrão de relacionamento entre as duas potências. Os problemas internos da União Soviética começaram a se tornar preocupantes. Entre 1964 e 1982, o poder soviético esteve concentrado nas mãos de Leonid Brezhnev. A tomar o poder houve poucas mudanças nas políticas estratégicas soviéticas, mas a partir do final dos anos 60 os primeiros sinais

de esgotamento e desequilíbrio econômico começaram a ficar aparentes. A população soviética recebia pouco incentivo para produzir bens de consumo, o que gerou uma inadequada produção e insuficiente oferta de bens de consumo básico, inclusive alimentos. A influência da indústria pesada e da produção militar como prioridade gerou um desequilíbrio irreversível. Além disso, a agricultura não atingiu os níveis de produção necessários para acompa-

nhar o crescimento.

Desde Khrushchev, uma enorme quantidade de recursos e trabalho foi colocada na ocupação de terras virgens na Ásia Central e Sibéria para o aumento da produção agrícola, mas a produção não aumentou significativamente – o que foi inclusive uma das causas de sua queda. No início dos anos 70, uma combinação negativa entre o esgotamento das terras e o mau tempo gerou uma queda vertiginosa na produção de grãos. Não foi antes de 1977 que Brezhnev introduziu uma modificação administrativa com elementos de iniciativa privada no sistema de produção coletivo para retomar a produção, como já havia sido feito na Hungria e em outros países satélites. Mas a ação não foi suficiente. A União Soviética passou a ser importadora de grãos, em boa parte produzidos nos Estados Unidos, e necessitava cada vez mais de investimento técnico e de capital ocidental. Em 1980, a União Soviética já devia mais de vinte bilhões de dólares ao Ocidente.

Por outro lado, os Estados Unidos também enfrentavam problemas econômicos com o déficit comercial e a depreciação do dólar. Os conselheiros econômicos do Presidente Richard Nixon, eleito em 1968 e reeleito em 1972, viam na União Soviética um mercado potencial promis-

sor. Isto fazia necessário uma aproximação com os soviéticos. O próprio secretário de Estado Henry Kissinger argumentava que a assistência ao desenvolvimento econômico e o estímulo ao aumento do padrão de vida soviético levariam o próprio povo a apoiar reformas internas dos sistemas políticos e administrativos. O resultado foi o crescimento de todo o tipo de intercâmbio cultural, científico e comercial. Em 1972, as duas grandes potências criaram

e comercial. Em 1972, as duas grandes potências criaram uma comissão comercial e finalizaram um acordo comercial que ajudou a incrementar as trocas bilaterais.

A *détente* também resultou da opção chinesa nas relações bilaterais norte-americanas. A situação diplomática soviética complicou significativamente nos anos 60, depois da deterioração de suas relações com a China, resultantes de disputas territoriais fronteiriças e diferenças ideológicas. Em 1969, estas diferenças se transformaram em sangrentos combates de fronteira entre os dois Estados. Dentro do novo cenário, e para evitar alienação do país, que sofreu com as reformas da Revolução Cultural, a China anunciou seu interesse em estabelecer relações com o Ocidente e viver pacificamente com os Estados Unidos. Em 1971, a China suspendeu todas as restrições comerciais e turísticas e, no ano seguinte, o Presidente Nixon visitou a China, iniciando a maior revolução diplomática de seu governo. É notável observar que tanto a visita à China quanto a decisão unilateral de abandonar o padrão ouro para o câmbio do dólar em 1971 foram ações tomadas de forma independente, sem consultar os aliados ocidentais.

Paralelamente aos acordos de desarmamento e intercâmbio comercial o período da *détente* foi marcado por outros acontecimentos relevantes na Europa. Na Alemanha,

o período de governo de coalizão democrata-cristã e social-democrata entre 1966 e 1969 deu início ao abandono da "Doutrina Hallstein", que marcou os quatro mandatos do Chanceler Adenauer. A Doutrina Hallstein rejeitava qualquer relação com os países do Leste Europeu. A dificuldade em alcançar algum acordo com o bloco soviético justificava-se pelo temor de líderes poloneses em relaxar

suas posições anti-Alemanha Ocidental, o que poderia enfraquecer a autoridade do comunismo na Polônia. Os soviéticos também relutavam em abrir suas relações com os alemães ocidentais temendo que a Alemanha Oriental sofresse algum enfraquecimento político. A invasão da Tchecoslováquia em 1968 foi, de certa maneira, o resultado do temor soviético em aceitar qualquer política de favorecimento com o leste que pudesse tirar as tensões nas divisões entre leste e oeste.

Entre 1969 e 1974, o chanceler alemão-ocidental Willy Brandt, no comando do primeiro governo social-democrata-liberal desde 1949, seguiu uma política de cooperação, reduzindo os pontos de tensão entre a Alemanha Ocidental e a União Soviética. Brandt fechou um acordo de não-agressão com os soviéticos em agosto de 1970, que incluiu o reconhecimento das fronteiras européias, incluindo as fronteiras entre as duas Alemanhas. Em novembro do mesmo ano, restaurou relações diplomáticas com a Polônia e reconheceu a fronteira na linha Oder-Neisse. Entre 1971 e 1973, uma série de outros acordos reduzindo as diferenças entre as duas Alemanhas envolveu o mútuo reconhecimento das associações à Otan e ao Pacto de Varsóvia, que culminou com a admissão dos dois países nas Nações Unidas em 1973. Estes acordos incluíram o reconhecimento diplomático da Hungria, Tchecoslováquia e Bulgária solucionando muitos problemas deixados ainda em 1945. Ainda assim, Berlim permaneceu dividida e a *Ostpolitik* de Brandt era impopular para parte significativa da opinião pública alemã. Uma queda no apoio eleitoral foi acompanhada pela descoberta de um espião soviético junto dos prin-

cipais assessores de Brandt. Em 1974, Brandt renunciou e foi substituído por seu ministro das finanças, Helmut Schmidt, que procurou seguir a mesma política externa voltada para o leste até o fim de seu mandato em 1982.

A demanda européia ocidental por mais segurança e por uma postura mais aberta em relação aos soviéticos levou à realização da Conferência para a Segurança e Cooperação Européia (CSCE), realizada entre 1972 e 1975, em Helsinki. Estados Unidos e Canadá também estiveram presentes. Os soviéticos buscavam uma espécie de endosso das fronteiras européias do pós-guerra além de uma discussão sobre a segurança regional. No acordo final, um total de 35 países assinou um conjunto de acordos governamentais e não-governamentais tratando de contatos sociais, econômicos e de cooperação técnica, além do reconhecimento das fronteiras. Os acordos também incluíam princípios de direitos humanos e uma série de comitês encarregados de fazer supervisões periódicas em vários dos países participantes, incluindo a União Soviética. Vários encontros foram realizados para rever os progressos alcançados com a CSCE, um em Belgrado em 1977 e outro em Madri em 1980. Nesta altura, no entanto, a União Soviética já havia invadido o Afeganistão e membros do comitê de supervisão na União Soviética foram perseguidos. De qualquer maneira, as esperanças lançadas em Hel-

sinki serviram de impulso para novos movimentos de libertação na Europa Central, começando pelo movimento *Solidariedade* na Polônia, liderado por Lech Walesa, em 1980.

Um último aspecto fundamental para compreender a Guerra Fria é o constante processo negociador para desar-

mamento e o controle na produção de armas acentuado a partir dos anos 60, especificamente após a crise dos mísseis em Cuba. A história dos debates de desarmamento refletiu não apenas mudanças na vontade política e na opinião pública, mas também mudanças na tecnologia nuclear em si.

No início, em 1946, os norte-americanos fizeram a proposta de transferir toda a posse e o controle dos estoques de energia nuclear dos EUA para um organismo internacional, o chamado Plano Baruch. Mas o plano fracassou porque os soviéticos vetaram a idéia de controle internacional, insistindo na destruição de todos os estoques nucleares dos Estados Unidos. Na verdade, os soviéticos perderam o interesse no controle depois que fizeram a primeira explosão de sua bomba atômica em 1949, ao mesmo tempo em que os americanos tiveram de começar a lidar com os problemas de mudança no regime chinês e com as tensões na Coréia. Uma nova fase de propostas de desarmamento ocorreu em 1954 e 1955. Diferentes propostas franco-britânicas e soviéticas sugeriram processos paulatinos de redução de armas convencionais, redução de arsenais atômicos, remoção de bases em território estrangeiro e o banimento do uso de armas nucleares. Mais uma vez as propostas foram bloqueadas porque não havia consenso sobre a idéia de uma organização de controle internacional e havia relutância das potências ocidentais em reduzir o rearmamento da Alemanha Ocidental. Os soviéticos também insistiam no abandono das bases norte-americanas na Europa Ocidental, vitais para a defesa ocidental. Mesmo assim, em 1957 um acordo tácito para banimento de testes nucleares acabou acontecendo já que conhecimento suficiente havia sido alcançado para o momento.

Durante o período de "coexistência pacífica", entre 1958 e 1963, várias propostas foram apresentadas pelas superpotências em uma conferência com mais dez países realizada em 1960, em Genebra. Alguns resultados foram alcançados. Uma série de princípios foi definida para orientar futuras negociações de desarmamento, em particular, para tratar da questão das inspeções e verificações. Em 1963, uma conferência patrocinada pela ONU resultou em um acordo de banimento de testes nucleares na atmosfera, no espaço e nos oceanos por um período indeterminado. Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética junto de outros países assinaram o acordo, mas China e França não o fizeram. Embora os anos 60 tenham presenciado um conflito indireto entre norte-americanos e soviéticos no Vietnã a utilização de armas nucleares foi evitada. Em 1968, um acordo significativo foi concluído entre Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética para tentar evitar que outros países viessem a adquirir armas atômicas, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o TNP. Até o início dos anos 80, 114 países eram signatários do Tratado com algumas ausências relevantes como China, França, África do Sul, Israel e Brasil.

Apesar de todas as fases e tentativas de se conter a corrida armamentista, no final dos anos 60 o equilíbrio na segurança internacional estava sendo afetado pelo desenvolvimento e produção de Mirvs (*Multiple Independently Targeted Re-Entry Vehicles*), foguetes que podiam carregar várias ogivas nucleares, e Mísseis Antibalísticos (ABMs) que podiam reduzir a possibilidade destrutiva de ataques reativos. Os debates para limitação de armas estratégicas começaram em 1969 (Salt 1) e em 1972 resul-

taram em importantes acordos. O Tratado de Plataformas Continentais baniu a colocação de armas nucleares nas profundezas marítimas. O Tratado de limitação para Defesa de Mísseis Antibalísticos restringiu as duas grandes potências a apenas dois lançadores de ABMs cada.

Finalmente, o Acordo Interino de Medidas de Limitação de Armas, que durou até outubro de 1977, fixou o nível de mísseis ao nível de julho de 1972, banindo a construção de novos lançadores de mísseis terrestres. Ainda assim, o Salt 1 foi transgredido de várias maneiras. Novos tipos de Mirvs e mísseis não foram incluídos no Salt 1. Novas conversações começaram em 1974, mas o Presidente Nixon teve que renunciar em conseqüência do caso *Watergate*, e foi o seu vice, Gerald Ford, que retomou as negociações com Brezhnev para o Salt II, apesar do ambiente de desconfiança resultante da violação dos acordos de Helsinki pelos soviéticos.

Em janeiro de 1977, Jimmy Carter sucedeu Ford na presidência dos Estados Unidos e negociou o Salt II até junho de 1979, quando definiu em detalhe as limitações armamentistas das duas potências até 1985. O senado americano acabou não ratificando o acordo de Carter que se tornou voluntário para os dois lados. Em maio de 1986, o presidente Ronald Reagan anunciou que não mais seguiria os termos do acordo. Reagan manifestou o renascimento do nacionalismo norte-americano, motivado por uma onda

de agressões que viabilizaram o retorno dos republicanos ao poder em 1981, como o seqüestro e prisão de reféns norte-americanos na embaixada dos Estados Unidos em

Teerã em 1979, o apoio da União Soviética à invasão do Camboja pelo Vietnã e a invasão soviética do Afeganistão em dezembro do mesmo ano.

O envio de tropas sov
zembro de 1979, para sust
fraquecido foi uma manei
da. A luta contínua no Afe
grande desconfiança e tens
que durou até a ascensão d
em 1985. Na verdade, a in
do início de um novo perío
renovado temor de que os s
política expansionista colo

11 O fim da *détente* e a renovação do confronto bipolar

O envio de tropas soviéticas ao Afeganistão, em dezembro de 1979, para sustentar um regime comunista enfraquecido foi uma maneira perigosa de se iniciar a década. A luta contínua no Afeganistão trouxe um ambiente de grande desconfiança e tensão nas Relações Internacionais que durou até a ascensão de Gorbachev ao poder soviético em 1985. Na verdade, a invasão do Afeganistão foi o sinal do início de um novo período nas relações leste-oeste. Um renovado temor de que os soviéticos viessem a adotar uma política expansionista colocou o mundo ocidental em estado de alerta. O intervencionismo soviético direto ou indireto continuava na África e se estendia nos anos 80 ao Afeganistão e à Nicarágua. Durante os anos 70, os soviéticos realizaram uma considerável expansão em seu poder naval, o que despertou o temor de alguma aventura nos mares que saísse da tradição do confinamento continental russo e soviético. Para os europeus, crescia a desconfiança de que estavam cada vez mais vulneráveis à superioridade soviética em matéria de forças convencionais. Apesar do caráter negociador e pacifista do Presidente

Jimmy Carter, a invasão do Afeganistão o fez declarar que os Estados Unidos utilizariam força militar para defen-

der seus interesses e proteger o suprimento de petróleo no Golfo Pérsico. A "Doutrina Carter" também promoveu um boicote às olimpíadas de Moscou em 1980 e a suspensão das exportações de grãos dos Estados Unidos à União Soviética.

A renovação do ambiente de confronto com os soviéticos também foi resultado da eleição de Margareth Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido em 1979 e sua tendência em tratar os soviéticos de forma mais dura. Thatcher já mencionava as contradições internas do comunismo antes da desintegração da União Soviética de forma muito mais explícita do que a maioria de seus contemporâneos. Evans afirma que "sua convicção política reforçava sua percepção: algo tão pouco natural e desumano como o comunismo *não poderia* sobreviver. Desde meados dos anos 80 ela foi ao Leste Europeu com bastante freqüência. Quando as relações com a União Soviética estavam congeladas em 1984, fez uma viagem à Hungria – que tinha realizado algumas reformas econômicas de pequena escala para a economia de mercado. Foi calorosamente recebida ao caminhar pelas ruas de Budapeste. Atribuiu o fato a sua forte reputação de líder política anticomunista" (Evans, p. 103). Thatcher ganhou ainda mais projeção quando Ronald Reagan iniciou seu governo em 1981 à frente da presidência dos Estados Unidos. A política externa norte-americana mudou radicalmente e o Reino Unido voltou a ser o aliado ideal dos norte-americanos.

Uma série de confrontos retóricos entre Reagan e Yuri Andropov e posteriormente com Konstantin Chernenko

do afora, como no Afeganistão, Etiópia, Angola e Nicarágua. A situação só não chegou a explodir porque o novo líder Michail Gorbachev assumiu o poder soviético em 1985 com intenções realmente reformistas. Reynolds relembra aspecto importante: "Para qualquer um que volte no tempo, as revoluções de 1989 parecem ter dominado os anos 80. O colapso do comunismo no Leste Europeu, seguido da desintegração da União Soviética dois anos depois foram fatos tão espetaculares que é fácil esquecer a situação precária que se encontrava o Ocidente na primeira metade da década. O *boom* econômico norte-americano e europeu ocidental foi seguido por inflação, estagnação e protestos; tentativas de reforma (*Thatcherismo* e *Reaganomics*) criaram novos problemas sem curar velhas doenças. Em meados dos anos 80 os Estados Unidos haviam se tornado o maior devedor do mundo, revertendo os fluxos de capital dos quais dependia a ordem econômica do pós-guerra. Uma crise de dívidas aguda minou as economias e as políticas dos principais países da América Latina ameaçando a estabilidade do sistema financeiro ocidental" (Reynolds, p. 452). A instalação de mísseis na Europa e o lançamento do programa Guerra nas Estrelas pararam as conversações de desarmamento colocando a Otan em estado de alerta e abalando suas fundações.

No início dos anos 80 os desafios do mundo ocidental estavam nas prioridades da agenda internacional. Mas foi por iniciativa de Gorbachev que uma mudança radical começou na União Soviética. Ciente da impossibilidade de continuar a corrida armamentista sob o risco de colocar a economia em colapso e provocar escassez de alimentos ao povo, propôs um processo de reduções assimétricas onde

a União Soviética cortaria mais onde tivesse preponderância sobre os norte-americanos. Propôs banir os testes nucleares. Em 1986, seguindo as conversações de desarmamento de Reikjavik na Islândia, as duas potências acordaram eliminar os mísseis de médio alcance da Europa e eliminar os mísseis estratégicos no prazo de dez anos. Este acordo foi a base do Tratado Internacional de Forças Nucleares (*International Nuclear Forces Treaty*) de 1987, que foi o primeiro acordo de desarmamento nuclear que envolveu a destruição de uma proporção significativa de mísseis nucleares embora envolvesse apenas 4% dos mísseis dos dois países. Ainda em 1986, as tropas soviéticas começaram a se retirar do Afeganistão até finalizar a retirada em 1989. A intervenção no Afeganistão foi um verdadeiro desastre para os soviéticos que perderam mais de quatorze mil homens, caracterizando o conflito como uma espécie de "Vietnã soviético". As várias facções afegãs que haviam se unido contra o invasor soviético iniciaram uma guerra civil (a guerra durou até 1996, quando a milícia fundamentalista islâmica dos *Taleban* assumiu o controle da maior parte do país). Os soviéticos também garantiram com os europeus que não deveriam mais se preocupar com intervenções soviéticas no Leste Europeu, o que foi cumprido em 1987, com discussões sobre a redução de tropas nos países satélites.

O processo de negociação para redução de armamentos acabou trazendo complicações entre os parceiros da aliança ocidental. Os aliados da Otan não foram consultados pelos Estados Unidos sobre a redução de mísseis na Europa durante as negociações de Reikjavik. Os europeus ficaram temerosos de se tornar vulneráveis e poder sofrer

qualquer ameaça soviética já que ficariam na desvantagem de armamento convencional e dependente dos mísseis de longo alcance norte-americanos. Os europeus preferiam um acordo geral que incluísse desarmamento convencional, mas Reagan insistiu em um acordo de armas nucleares como havia acertado com Gorbachev e para confirmar a diferença de interesses com os europeus, demitiu o comandante supremo da Otan, General Bernard Rogers. A imagem do Presidente Reagan já estava abalada e não melhorou depois que se tornou público o envolvimento de sua administração com o comércio de armas com o Irã, inimigo norte-americano desde a Revolução Islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini, em 1979. A operação assegurava recursos que eram revertidos para o grupo direitista contra os rebeldes sandinistas na Nicarágua. Em 1987, o Irã parecia levar vantagem na guerra contra o Iraque, iniciada em 1980. Uma vitória iraniana seria um inferno para os Estados Unidos e europeus, o que também aumentou as diferenças entre os aliados na Otan. Reagan precisava de outros triunfos políticos já que vários membros de seu governo foram indiciados e condenados por envolvimento em atividades não-autorizadas e ele próprio acusado de perder o controle do país por não se lembrar se tinha autorizado a operação de venda de armas ao Irã.

A dissolução da União Soviética entre 1989 e 1991, como se verá a seguir, e a mudança do *status* da Rússia como conseqüência das reformas iniciadas por Gorbachev trouxeram novas ameaças e problemas, assim como oportunidades às potências européias ocidentais. A busca de divi-

dendos resultantes da estabilidade e da paz teve que passar pela absorção da unificação da Alemanha e o rearranjo do equilíbrio de poder europeu, pela definição do *status* da Rússia e seu relacionamento com as ex-repúblicas socialistas soviéticas, e finalmente, pelo desenvolvimento de novas estruturas de segurança para a Europa.

O *status* europ
tação da II Guerra
des potências, Esta
plica em parte o p
os anos 50 e 60, e d
tão. A Europa, por
lítica e seus recurs
integração econôm
tema de segurança
ra fonte de poder. I
mesmo posteriorm

12 A Guerra Fria e a Europa Ocidental

O *status* europeu foi duramente atingido pela devastação da II Guerra Mundial e a emergência das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética. Isto explica em parte o processo de descolonização que marcou os anos 50 e 60, e delimitou o poder europeu a partir de então. A Europa, por outro lado, investiu sua capacidade política e seus recursos econômicos no processo pioneiro de integração econômica e na institucionalização de um sistema de segurança como uma maneira de criar uma terceira fonte de poder. Durante todo o período da Guerra Fria e mesmo posteriormente, a intenção européia foi inibida pela freqüente dificuldade de conciliar interesses e rivalidades nacionais.

Durante quase 40 anos, a aliança ocidental esteve sujeita a uma série de limitações e tensões resultantes de diferentes acontecimentos. Uma disputa sobre o grau de envolvimento dos europeus no controle da *deterrence* nuclear no início dos anos 60 também não contribuiu para a convergência de posições entre as potências européias ocidentais e tampouco entre os Estados Unidos e os europeus que divergiam sobre as funções e orientações da

Otan. Além disso, o retorno do General Charles de Gaulle à presidência francesa no período entre 1958 e 1969 trouxe de volta o elemento nacionalista francês. Em 1958, de Gaulle retornou ao poder como o primeiro presidente da Quinta República, o homem forte que trouxe de volta a estabilidade institucional na França, abalada por confrontos ideológicos que não mantinham coalizões estáveis de governo no regime parlamentarista. Em um período em que o Reino Unido se encontrava em estagnação econômica sob uma série de governos conservadores, e havia na Europa um crescente antiamericanismo resultante da dominação econômica e militar dos Estados Unidos no continente, de Gaulle exerceu uma influência desproporcional na política européia.

De Gaulle via a França como uma potência maior e líder da política européia. Apoiava a idéia de integração européia, mas não às custas da soberania nacional e tampouco em uma base igualitária. Sua percepção era de uma Comunidade Econômica Européia como um processo de liderança franco-alemã e da Otan como uma organização sob o comando de França, Reino Unido e Estados Unidos. Um elemento fundamental de sua visão da França era a insistência na autonomia nuclear. Outro elemento transformador de sua visão era a "aliança franco-alemã". No final dos anos 50, as tentativas de Eisenhower de se aproximar dos soviéticos e as tentativas britânicas de aproximar os europeus dos soviéticos sem consultar os alemães provocaram a aproximação franco-alemã. Encontros em 1960 e 1962 geraram uma relação de proximidade pessoal entre De Gaulle e Konrad Adenauer. No início de 1963 assinaram o Tratado da Amizade, que serviu como um contraponto

à Otan, à CEE, à parceria britânico-norte-americana e a uma eventual aproximação entre Estados Unidos e União Soviética. Na verdade, Adenauer já estava em seu quarto mandato e no fim de sua carreira política e a aliança alemã-ocidental com os norte-americanos nunca seria sequer questionada.

Em 1959, os Estados Unidos começaram a instalar Mísseis Balísticos de Médio Alcance em território europeu e um crescente debate público tratou de discutir o grau de participação dos europeus no controle das armas nucleares. Os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental apoiavam a idéia de uma força européia mista, os franceses propunham um controle nacional de cada arsenal em cada território com uma maior participação no planejamento estratégico da aliança, os britânicos tinham outra proposta na linha dos franceses. No final, os Estados Unidos concederam apenas uma participação limitada aos europeus no planejamento estratégico e em 1966 os franceses se retiraram da Otan, iniciando uma série de testes nucleares no Pacífico Sul, o seu próprio movimento de *deterrence* para dissuadir as outras potências a atacar usando armas nucleares.

Em 1968, uma onda de manifestações estudantis e greves de trabalhadores descontentes com os altos gastos de defesa contrastado com os gastos em educação e serviço social colocaram Paris em estado caótico. Tratava-se de uma reação política contra um paternalismo gaullista exacerbado. De Gaulle administrou a situação e venceu as eleições de junho, mas teve que liberalizar o sistema de educação superior e fazer concessões econômicas aos trabalhadores. Em 1969, após ser derrotado por um

referendo nacional que propunha a abolição do Senado, De Gaulle renunciou. Foi substituído pelo seu ajudante, conselheiro e amigo Georges Pompidou, eleito presidente em 1969. Foi apenas em 1974, com a eleição do Presidente Valery Giscard d'Estaign, que uma nova fase nas relações entre França e Estados Unidos foi retomada, incluindo a cooperação e o envolvimento dos franceses nos exercícios da Otan.

No entanto, a conjuntura econômica na Europa e no mundo no início dos anos 70 era completamente outra. Os europeus faziam a maior contribuição em forças terrestres na Otan, mas os americanos é que arcavam com a maior parte das despesas e sentiam com os problemas financeiros da época, também resultantes da guerra traumática do Vietnã. As economias européias haviam se recuperado em relação aos anos 50, mas sua contribuição financeira à aliança ocidental era desproporcional. A partir de 1973, a situação se complicou com a crise dos preços do petróleo, causada pela guerra entre Israel e os países árabes. Em 1977, todos os membros concordaram em aumentar suas contribuições até o ano de 1983, mas poucos países europeus foram capazes de cumprir o combinado. Durante toda a década, os Estados Unidos, envolvidos com a Guerra do Vietnã, apoiando Israel no Oriente Médio e, a partir de 1979, reagindo à invasão dos soviéticos ao Afeganistão tendiam a esperar algum apoio dos europeus. Mas os europeus viam a Otan como um pacto de defesa regional e não mundial. Na verdade, foram bastante críticos à presença norte-americana no Vietnã, resistiram ao apoio dos Estados Unidos no Oriente Médio (apesar de o conflito ameaçar a fonte de boa parte de suas importa-

ções de petróleo) e viram os esforços de apoio aos rebeldes afegãos como inúteis.

Inevitavelmente, durante quatro décadas, algumas disputas internas entre membros da Otan também ameaçaram a organização e suas instalações. O conflito entre turcos e cipriotas em 1974 foi uma destas disputas. Após anos de terrorismo promovido pela Eoka, Chipre ganhou independência em 1960. No entanto, a interferência política da Grécia e a discriminação movida pelos gregos cipriotas contra a minoria turco-cipriota levou à ocupação da metade norte da ilha pelo exército turco em 1974. Grécia e Turquia eram membros da Otan e a situação gerou tensão. A Grécia se retirou da Organização, acusando-a de não conter a invasão turca. Em dezembro de 1974, os norte-americanos cortaram ajuda à Turquia, que respondeu tomando posse das instalações militares da Otan no país, e fazendo um acordo de amizade com a União Soviética, que lhe premiou com um vantajoso empréstimo financeiro.

Outro conflito entre membros da Otan se deu entre britânicos e islandeses. Os dois países se confrontaram no início dos anos 70 disputando limites da faixa pesqueira. Quando a Islândia decidiu estender seu mar territorial para duzentas milhas em 1975, barcos pesqueiros britânicos passaram a ser reprimidos. Os britânicos acabaram cedendo em razão da importância estratégica das instalações da Otan na Islândia.

O renascimento do nacionalismo norte-americano no início dos anos 80 com o governo do Presidente Reagan provocou uma série de ações unilaterais dos Estados Uni-

dos que desestabilizaram o relacionamento entre os mem-

bros da aliança ocidental. A tomada do poder por um governo de esquerda na ilha caribenha de Granada em 1984 provocou a intervenção e derrubada do governo pelos Estados Unidos sem sequer dar notícia aos britânicos de que um membro do *Commonwealth* seria atacado. Os britânicos não se conformaram e protestaram. Mais sensível foi o ataque norte-americano à Líbia em 1986, sem consultas à Otan, que gerou indignação na organização, especialmente diante de um ataque a uma região de extrema sensibilidade estratégica para os europeus.

Além das questões de segurança que afetaram diretamente o comportamento de várias nações da Europa durante a Guerra Fria, inspirando a sua integração, o processo de integração econômica foi o que realmente transformou a região. A admissão de Espanha e Portugal à Comunidade Econômica Européia, a CEE, em 1986, fez com que a Otan se tornasse praticamente sinônimo da CEE. Com algumas exceções, como a Irlanda, que não era membro da Otan, ou a Noruega, que não era membro da CEE, a Comunidade Européia foi concebida para garantir a recuperação e o crescimento econômico da Europa, fortalecer sua segurança e viabilizar a criação de uma terceira potência econômica mundial.

Desde 1948, com a criação do Conselho da Europa, formado pelas nações não comunistas do continente unidas à Turquia e com a ausência da Suíça neutra e da Espanha de Franco, um primeiro movimento foi feito para a integração européia. A função do Conselho era vaga e seu poder bastante limitado. Mais fundamental foi a

criação da Comunidade Européia para o Carvão e para o Aço (Ceca), criada em 1951 por França, Alemanha, Itália,

Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Seu objetivo foi coordenar a produção e o investimento nos dois mais importantes elementos da retomada do desenvolvimento, o carvão como fonte primária de energia e o aço, como produto inicial das cadeias produtivas. Um modelo genuíno de autoridade supranacional com um tipo de controle parlamentar garantiu a produção e manutenção dos preços da energia e do aço que impulsionaram o crescimento europeu em passos estáveis. Em março de 1957, os membros da Ceca avançaram na direção do Tratado de Roma, que propunha a unificação dos mercados dos países membros em uma área de livre-comércio e uma tarifa externa comum, o que constituía uma união aduaneira. Também foi estabelecida a remoção de todos os fatores que distorcessem o comércio, como cotas, subsídios e práticas contra a concorrência. O acordo era claro e amplo no sentido de promover uma união econômica, mas pouco ambicioso na união política. Viu-se na integração econômica um primeiro passo para promover uma futura integração política. Os órgãos criados para institucionalizar o mercado comum foram o Conselho de Ministros, com votos proporcionais ao peso econômico de cada nação, a Comissão, que passou a decidir por maioria simples, e uma assembléia eleita que pudesse atender à CEE, à Ceca e à Euratom, organização criada para supervisionar o uso da energia atômica para uso pacífico.

Inicialmente o Reino Unido não se interessou pelo processo consolidado em Roma. O tradicional isolacionis-

mo britânico tinha sido reafirmado pela vitória na guerra. O governo trabalhista eleito no final de 1945 estava mais preocupado com os problemas internos do que com a Europa. Além disso, os norte-americanos apoiavam os britânicos na política tradicional de equilíbrio de poder. Os britânicos ainda tinham a ilusão de que o imperialismo perdido pudesse ser substituído pelo *Commonwealth*. O que se verificou posteriormente foi que o *Commonwealth* também não resolvia o problema da disponibilização de capitais mais baratos além de trazer novos problemas como os conflitos raciais em países como a África do Sul e a Rodésia. Os britânicos acabaram reagindo à criação da CEE, criando a Associação de Livre-Comércio Européia (Efta), unindo-se com Noruega, Suécia, Islândia, Portugal, Suíça, Áustria e Dinamarca.

A partir de 1961, os britânicos fizeram diferentes tentativas de se aproximar da CEE. Durante o governo do Primeiro-ministro MacMillan, entre 1961 e 1963, os britânicos notaram a enorme diferença no crescimento de sua produção em relação à Alemanha e à França. As limitações do Efta em comparação à forte integração liderada por de Gaulle buscando uma Europa mais independente dos Estados Unidos fizeram os britânicos partirem para uma aproximação com os europeus continentais. Em janeiro de 1963, de Gaulle bloqueou a entrada dos britânicos quando estes aceitaram a oferta do Presidente Kennedy de obter submarinos norte-americanos com mísseis. Saraiva descreve que em julho de 1964, ao tratar da nova geopolítica mundial, de Gaulle "anotou que o monolitismo do 'mundo totalitário' estava em franca fragmentação. Registrou [...] que a repartição do universo entre Moscou e Washington estava

fadada ao desaparecimento. Do período que vai de 1958 a 1969, os sucessos e crises da Europa dos Seis foram, em grande parte, tributários da forte personalidade do general

[...]. Crises de funcionamento, como a extensão da CEE à Grã-Bretanha [...], marcaram a vida comunitária européia por toda a década de 60" (Saraiva, vol. II, p. 47).

Durante o governo Harold Wilson, entre 1966 e 1970, os britânicos se viram ameaçados a entrar no fogo cruzado de uma guerra tarifária entre Estados Unidos e CEE. A França era refratária a propostas de votação majoritária no Conselho de Ministros europeu além de propostas para a abolição de vetos. De Gaulle divulgou apoio britânico à sua resistência. Wilson, que havia sido convencido da idéia da CEE, aproveitou para deixar clara sua opção pela integração do Reino Unido à CEE, convencido dos benefícios econômicos a serem alcançados. Em 1970, Wilson foi substituído por Eduard Heath, do Partido Conservador, que era abertamente a favor da integração à Europa. Os chefes de Estado da CEE, então Europa dos Seis, já haviam acordado pela adesão britânica em dezembro de 1969 e em janeiro de 1972 tratados de adesão foram assinados. Em 1973, o Reino Unido, junto da Dinamarca e da Irlanda, tornaram-se membros plenos da CEE. Um referendo popular estava planejado para acontecer e consolidar a entrada dos britânicos, mas em 1974 o gabinete de Heath caiu em momento que o Reino Unido passava por sérias dificuldades econômicas. Nas eleições, Wilson avisou que os trabalhistas iriam rever os termos da adesão britânica à CEE, o que ele fez assim que venceu as eleições reduzindo as contribuições britânicas ao orçamento comunitário.

as contribuições britânicas ao orçamento comunitário.

Apenas em junho de 1975 o referendo foi realizado e aprovado. Mas o problema da adesão britânica não deixou de existir. Margareth Thatcher, eleita líder do Partido Conservador em 1975 e primeira-ministra em 1979, iniciou imediatamente outra negociação dos termos das contribuições britânicas à CEE diante das dificuldades do país. Os britânicos, então os maiores importadores da CEE, pagavam uma parcela muito alta do fundo comunitário para receber pouco de volta, já que sua atividade agrícola era comparativamente muito mais baixa do que a dos países continentais. Como mais da metade do orçamento comunitário estava direcionado aos subsídios e custos de produção e armazenamento da Política Agrícola Comum (PAC), Thatcher realizou negociações em 1980 e 1984 para reduzir a participação britânica. O preço que teve que pagar foi a contenção do discurso de oposição à Política Agrícola Comum. Evans descreve que ainda em novembro de 1979 o encontro de cúpula da Comunidade Européia em Dublin "quase acaba em desordem quando Thatcher [...] disse que queria 'seu dinheiro' de volta". [...] O chanceler alemão Helmut Schmidt fingiu estar dormindo enquanto ela se pronunciava e o Presidente Valery Giscard d'Estaing a desdenhava chamando-a de filha do verdureiro" (Evans, p. 82). Thatcher queria se ver livre da PAC. Sabia que as contribuições seriam mais equilibradas se o Reino Unido tivesse sido fundador da Comunidade. Percebeu que assinando o Ato Único Europeu em 1986 ganharia apoio para buscar mais concessões. E foi o que conseguiu em 1988 em Bruxelas, quando um pacote de medidas incluiu cortes em preços automáticos para produtos que passassem de certos limites de produção, o que confirmou abatimentos

certos limites de produção, o que confirmou abatimentos substanciais aos britânicos.

Apesar de crises conjunturais sistemáticas, a CEE sobreviveu e continuou seu processo de expansão com novas adesões. A Grécia foi aceita em 1981. Espanha e Portugal aderiram em 1986. A Europa dos Doze deu uma nova dimensão à CEE. O processo de unificação fez da Europa um bloco com uma população semelhante à dos Estados Unidos somada à do Japão. Como processo pioneiro de integração, muitas dificuldades permaneceram crônicas e geraram insatisfação a vários grupos de pessoas que não puderam usufruir os benefícios da integração por terem diferentes expectativas e diferentes perspectivas. A dificuldade em atingir a unidade política foi uma delas. As intenções da integração eram originariamente econômicas, mas a criação de um bloco implicava em uma maior unidade política. A perda de soberania e sua transferência a órgãos supranacionais foi sempre a maior dificuldade dos países membros. Os problemas de harmonização econômica também não eram de fácil solução. O valor das contribuições dos países ao orçamento comum foi sempre foco de divergências. A Política Agrícola Comum foi planejada para proteger pequenos e médios agricultores, menos eficientes, principalmente da França, Alemanha e Itália. O resultado da política foi uma superprodução de alimentos que gerou enorme crítica interna e externa. O protecionismo e a ineficiência agrícola européia tiveram sempre que ser mantidos por razões políticas já que em países como a França o agricultor era e continuou sendo definidor de posições chave no poder.

A burocracia também foi um problema que os europeus tiveram que combater. Com doze Estados membros, uma burocracia considerável teve que ser criada para gerar um serviço civil que pudesse representar todos eles de forma democrática. A ausência de um verdadeiro espírito europeu comum e a quantidade de regulamentos que um corpo de burocratas e parlamentares sem rosto definido e com poder limitado acabaram criando, fizeram com que a tendência em relação à CEE fosse de desconfiança. A admissão de países relativamente pobres, como Espanha e Portugal, aumentou a feição mediterrânea da Europa, mas agregou problemas graves, como baixas taxas de renda per capita, agricultura ineficiente e pequenas indústrias com produção de baixo valor agregado.

O "Europessimismo" acabou tomando conta da Europa nos anos 80 atingindo seu clímax em 1984. A partir de 1985, visões mais favoráveis e perspectivas de revitalização da CEE renasceram. O resultado foi um conjunto de medidas significativas que deram novo impulso ao processo de integração. O Ato Único Europeu, aprovado em 1986 e em vigor em 1987, foi resultado de um relatório produzido em 1985 pela Comissão Européia, sob a presidência de Jacques Delors. O argumento de que o custo de não se realizar o projeto de integração teria reflexos econômicos bastante negativos fez com que decisões fossem tomadas para a consolidação de um verdadeiro mercado comum. Foram removidos todos os obstáculos físicos, técnicos, administrativos e legais para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Foram reduzidas as disparidades fiscais entre os membros e realizada a convergência das taxas de cobrança do Imposto sobre Valor

vergência das taxas de cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (VAT) que ajudou na equalização das competitividades nacionais. Também foram anulados o protecionismo e a discriminação em compras governamentais dos países membros. A data limite estabelecida para o lançamento do mercado comum foi 1992, o que realmente aconteceu com a ratificação do Tratado de Maastricht, o Tratado da União Européia, assinado em dezembro de 1991.

O Ato Único também deu formato à política de cooperação européia incluindo o compromisso dos membros em empreender, formular e implementar uma Política Externa e de Segurança Comum (Pesc). Finalmente, todos os Estados membros, com exceção dos britânicos, aceitaram o processo de três fases para implementação da União Monetária Européia até o fim do século, proposto no Relatório Delors de 1989. A proposta incorporava a criação de uma moeda comum e um Banco Central Europeu. Desde 1979, a variação das taxas de câmbio dos países europeus já vinha sendo controlada por um mecanismo que operava de modo a manter a estabilidade do mercado monetário europeu.

Em um período relativamente curto no tempo e na história do século XX, a Europa perdeu o papel de liderança mundial para se recuperar e novamente reocupar um papel relevante no cenário mundial. Por outro lado, foi o internacionalismo e a idéia de cristandade que tiveram muito mais amplitude e importância na história européia do que os Estados nacionais secularizados e posteriormente nacionalistas que se consolidaram no final do século XVIII e durante

o século XIX. Mesmo assim, a idéia de uma Europa unida, a definição de "Europa" permaneceu uma idéia frágil. A sobrevivência da CEE e a notável fundação da União Européia em 1992 com a ratificação do Tratado de Maastricht só foi alcançada através da abdicação de interesses nacionais, apesar de resistências, como a de De Gaulle, em 1965, ou a de Thatcher, em 1984.

setor democrático oc
Soviética. A Alema
RFA e a RDA. No he
agiram e tampouco
nea, apesar de sua in
litar durante o períod
bém foi foco de sist
dem econômica de c
da Guerra Fria, a par
litar soviética das s

13 A Guerra Fria e o bloco comunista

A "cortina de ferro", anunciada por Churchill em 1946, dividiu a Europa em duas esferas distintas de influência, o setor democrático ocidental e o bloco dominado pela União Soviética. A Alemanha foi dividida em dois Estados, a RFA e a RDA. No hemisfério ocidental, as democracias não agiram e tampouco se pronunciaram de forma homogênea, apesar de sua integração econômica e cooperação militar durante o período da Guerra Fria. O bloco soviético também foi foco de sistemáticas tensões e problemas de ordem econômica de crescente seriedade. Nos últimos anos da Guerra Fria, a partir de 1985, a remoção da ameaça militar soviética das suas regiões de influência na Europa e na Ásia Central revelou a verdadeira profundidade do des-

contentamento do Leste Europeu e de outras regiões do mundo com o comunismo.

Stalin havia triunfado na luta contra a Alemanha nazista, mas ao custo de cerca de 20 milhões de mortos entre soldados e civis, e após a devastação de vilarejos e cidades na região ocidental do país. Depois da guerra, o stalinismo permaneceu forte dentro de seu aspecto conservador, que se manifestou de várias formas na consolidação do regime soviético. A restauração econômica teve que ser alcançada por meio do uso de recursos domésticos. Havia apenas uma limitada entrada de recursos externos na forma de plantas industriais transportadas na sua maioria da zona de ocupação soviética na Alemanha e de material importado dos países satélites da Europa Oriental. As diretrizes de economia centralizada e planejada foram reforçadas. Para o desenvolvimento industrial foram estabelecidos planos e metas a serem alcançadas. Os produtos de consumo receberam baixa prioridade e a indústria de base, como a de energia, metalúrgica e elétrica, recebeu alta prioridade. O controle sobre a agricultura e a retomada da coletivização do uso da terra foram fortalecidos. Apesar dos esforços na aplicação da economia centralizada de Estado, o efeito do controle e das políticas inapropriadas de produção de grãos e sementes, além da falta de incentivo material e financeiro para os produtores, atrasou a recuperação na produção de alimentos.

Não houve melhoria na mobilidade social após a II Guerra. As mulheres acabaram ocupando posições na produção durante a guerra, mas os soldados voltaram à ativi-

dade civil e as mulheres foram deslocadas para trabalhos menos qualificados. O entusiasmo que caracterizou o período de crescimento em marcha forçada nos anos 30 foi substituído por um período de perda de energia e exaustão com as conseqüências da guerra. O conservadorismo cultural também foi marcante. O nacionalismo russo se tornou ainda mais intolerante com outras culturas e valores nacionais. O stalinismo havia sido exagerado já antes da

guerra, mas tornou-se ainda mais anti-semita e anticosmopolita. A mulher passou a ter seu papel social direcionado à família. Aborto e divórcio estavam fora de questão. A vida intelectual e cultural estava restrita à arte, literatura, música e filmes que dessem alguma contribuição à construção do socialismo. Todas as esferas da educação e do aprendizado estavam obrigadas a focar no partido e nos seus valores. Os laços culturais com o mundo exterior foram cortados e o culto a Stalin implicava no reducionismo de qualquer formulação ideológica que não fosse a obediência ao líder. Todas as decisões cabiam a Stalin e a política foi reduzida às rivalidades entre seus conselheiros mais próximos. O terror tornou-se a arma mais poderosa do regime e o mais eficiente instrumento de governo. Deportações em massa de cidadãos de territórios incorporados à União Soviética foram realizadas sistematicamente. Soldados que retornavam das prisões de guerra eram enviados a campos de trabalho. Uma nova série de expurgos e eliminação de inimigos potenciais foi realizada seguindo a paranóia de Stalin entre 1945 e 1952.

Stalin rejeitava a idéia de criar um "*commonwealth* soviético" com a incorporação de amplas áreas da Europa Oriental. Seria uma provocação muito grande, além de considerar que algumas áreas seriam mais úteis como "zona tampão" do que como zonas ocupadas. Muitos dos países do Leste Europeu tinham desfrutado padrões de vida muito mais avançados do que o soviético e uma eventual anexação poderia ser perigosa. O resultado foi que os Estados satélites soviéticos viveram a Guerra Fria como colônias mantidas unidas por tratados econômicos desiguais, pelo aparato do Partido Comunista e pelo poder militar soviético.

Uma combinação de manipulação eleitoral com intimidação bruta fez com que entre 1947 e 1948 "democracias populares" se estabelecessem na Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria e Romênia. Apesar disso, a situação na Iugoslávia se desenvolveu de forma bastante diferente. Em 1948, desavenças entre Stalin e o Marechal Tito levaram à expulsão da Iugoslávia do bloco comunista. A razão principal foi a divergência sobre as diferentes doutrinas do comunismo, se elas poderiam variar ou se eram imutáveis. A linha seguida por Tito era buscar alianças tanto com países do Ocidente e com países não-alinhados, além de aceitar ajuda econômica dos Estados Unidos. Suas posições independentes em relação à União Soviética também foram influenciadas por um forte nacionalismo iugoslavo, reforçado pela experiência da guerra e ressentido pela arrogância de oficiais soviéticos que tratavam a Iugoslávia como colônia. Na verdade, Stalin cometeu grave erro de cálculo ao considerar-se responsável pela libertação da Iugoslávia. Foram os *Partisans* que liberaram a Iu-

goslávia do nazismo, liderados pela figura e carisma pessoal de Tito. O próprio Churchill deixa clara sua preferência em apoiar Tito ainda na II Guerra porque este mostrava maior competência nas batalhas contra os ocupantes italianos e alemães, se comparada à resistência das forças monarquistas denominadas Tchetniks, lideradas por Draza Mihailovich (Churchill, p. 879-881).

O marechal tinha domínio total sobre o país, que sequer fazia fronteira com a União Soviética e não sofria sua

ameaça militar imediata. A expulsão ou secessão da Iugoslávia da esfera soviética teve seus efeitos. A Iugoslávia deixou de ajudar os insurgentes comunistas gregos, selou relações normais com a Grécia e os rebeldes comunistas foram derrotados. Por outro lado, uma série de dirigentes comunistas que simpatizaram com a autonomia de Tito foram perseguidos. Dimitrov da Bulgária morreu convenientemente em Moscou quando recebia tratamento médico. Gomulka da Polônia foi preso entre 1951 e 1955. Janos Kadar, da Hungria, foi preso e torturado de 1951 a 1954. Na Tchecoslováquia milhares de simpatizantes de Tito, Trotsky e outros foram executados. Stalin fez todos os esforços para estreitar ainda mais os laços com os satélites da Europa Oriental. Com a criação do Conselho Econômico de Assistência Mútua (Comecon) em 1949, fez um gesto de propaganda para contrabalancear a ajuda norte-americana viabilizada pelo Plano Marshall. Através do Comecon, as economias do leste poderiam ser mais bem administradas para servir às necessidades da União Soviética. Planos de longo prazo foram impostos para que indústrias pesadas e

longo prazo foram impostos para que indústrias pesadas e setores específicos fossem desenvolvidos nos países satélites de forma que coubessem às necessidades da União Soviética. Para tratar da segurança, o Pacto de Varsóvia, criado em 1955, garantiu o controle militar soviético de seus satélites através de conselheiros militares e treinamento de militares nas academias soviéticas. Em 1952, um comitê de coordenação militar sob o comando soviético já havia sido criado. O Pacto de Varsóvia veio a ser, além de um pacto de defesa mútua, uma maneira de os soviéticos controlarem os membros do bloco com tropas estacionadas na Hungria e na Romênia.

A morte de Stalin em março de 1953 foi seguida por três anos de luta pelo poder na União Soviética. Havia uma disputa entre Malenkov e Lavrenti Beria de um lado, apoiados pelo imenso aparato policial, e Nikita Khrushchev do outro, que dominava a burocracia do partido e tinha a preferência dos militares. Em 1954, Malenkov foi derrotado e afastado do governo por Bulganin, embora tenha feito um contra-ataque político em 1957 sem obter sucesso. Em 1958, depois de ocupar o secretariado do Partido Comunista desde 1953, Khrushchev assumiu definitivamente o poder e governou até 1964. Desde 1956, o processo de "desestalinização" já havia começado com a condenação pública das políticas de Stalin e do culto a sua personalidade.

Um dos aspectos positivos do processo de "desestalinização" foi a relativa flexibilidade diplomática e a revisão de alguns relacionamentos com os países satélites. A

liquidação de Beria em 1953, acusado de conspiração, julgado em segredo e executado, dando fim ao papel extremo da polícia política, teve seus efeitos em outros países do bloco. A reintrodução de administração por trabalhadores na indústria e o abandono da coletivização também foram sinais aos Estados satélites. Quando Khruschev denunciou o stalinismo deu sinais de que poderia haver flexibilidade nos caminhos do socialismo.

Uma visita oficial a Belgrado, em 1955, reparou o distanciamento entre Iugoslávia e União Soviética. Tito permaneceu no controle da Iugoslávia até sua morte em 1980. Os problemas que enfrentou para aplicar seu modelo de socialismo não foram poucos. As divisões nacionalistas, principalmente entre sérvios e croatas, ameaçaram o ideal iugoslavo durante toda a Guerra Fria e só foram administráveis pela figura de Tito. Depois de sua morte, os nacionalismos acabariam por fragmentar o país. Associado ao problema dos nacionalismos, Tito teve que lidar com demandas separatistas de diferentes regiões ao mesmo tempo em que sofria pressão para centralizar mais o poder. A partir de 1958, introduziu uma espécie de federalismo onde o Partido Comunista foi rebatizado de Liga dos Comunistas. Na economia, depois de um fracassado plano qüinqüenal com ênfase na nacionalização e coletivização, Tito iniciou nos anos 60 um processo de relaxamento na fixação dos preços e na disponibilidade do crédito. Necessitava de empréstimos dos Estados Unidos e do FMI. As mudanças não foram suficientes para colocar a economia da Iugoslá-

via em posição segura. A crise do petróleo em 1979 provocou inflação, desemprego e deterioração da situação econômica. Após sua morte, um movimento de protesto foi reprimido em 1984 e vários intelectuais do país foram presos. Os sucessores de Tito não estavam preparados para liberalizar a economia e a política do país, mas, em 1986, o quadro já era de instabilidade social, conflitos entre grupos étnicos e descontrole político.

Os descontentes com a sombra soviética não foram apenas os iugoslavos, que tiveram em Tito uma maneira de driblar os soviéticos. Desde 1953, os soviéticos foram desafiados várias vezes: na Alemanha Oriental em 1953,

sintegrou antes que tanques soviéticos entrassem em cena. Ulbricht permaneceu no poder, concedeu algum relaxamento no controle e na repressão e enfatizou a produção de bens de consumo o tempo suficiente para abafar o movimento.

Na Polônia, tradicional inimigo russo, os eventos de 1939 não tinham sido esquecidos. Tampouco a ação brutal dos soviéticos com a população civil ao ocupar a Polônia na expulsão dos nazistas. Em março de 1945, Stalin prendeu dezesseis oficiais do exército polonês de resistência em Moscou e, meses depois, instaurou um regime stalinista em Varsóvia. O único representante polonês nacionalista e ao mesmo tempo comunista, que sobreviveu às perseguições stalinistas, foi Wladislaw Gomulka. Gomulka havia sido deposto em 1951, acusado de simpatizar com Tito. Uma onda de greves e manifestações em junho de 1956 na cidade de Poznan uniu trabalhadores, intelectuais e

ativistas católicos. O Partido Comunista Polonês reagiu indicando Gomulka como primeiro secretário. Os soviéticos tinham a chance de aceitar o retorno do ex-secretário-geral ou entrar em conflito com as forças polonesas. Khrushchev optou pelo retorno de Gomulka, obrigando-o a assinar um acordo que permitia a manutenção de tropas soviéticas permanentes em território polonês. Uma vez relançado ao poder, Gomulka mostrou ser mais stalinista do que moderado. Embora houvesse um processo de privatização da agricultura e reformas econômicas, a censura e a polícia permaneceram duras. Em 1970, a queda no crescimento econômico e a escassez de alimentos levaram a greves e manifestações que eram também reação a tentativas de aumentar os preços. O exército teve que conter os distúrbios e Gomulka foi substituído por Edward Gierek.

Durante os anos 70, mais da metade das importações da Polônia vinham do Ocidente. A partir de 1977, a Polônia estava entre pagar sua dívida externa ou alimentar o país. Colheitas insuficientes geraram mais dívidas e o país só podia obter créditos com os soviéticos. O aumento nos preços dos alimentos gerou, mais uma vez, greves e manifestações. A eleição do polonês Karol Wojtyla como Papa João Paulo II em 1978 deu novo impulso à influência da Igreja Católica no país. Em 1980, greves de trabalhadores da indústria naval lideradas por Lech Walesa, na cidade portuária de Gdansk, iniciaram o movimento que exigia reformas. As demandas não eram apenas econômicas, mas políticas. O governo polonês ficou diante de um dilema. Gierek se encontrou na mesma armadilha que derrubara Gomulka, aumentar os preços dos alimentos para re-

duzir o consumo. Só que desta vez a Igreja Católica estava fortalecida, apoiava as manifestações e contava com o apoio do Papa. Gierek e seu sucessor Stanislaw Konia, em 1980, dependiam do aval e da ajuda soviéticos. Os soviéticos poderiam enviar forças de ocupação, mas temiam que houvesse resistência dentro do exército polonês. Além disso, estavam sobrecarregados e envolvidos na intervenção no Afeganistão que sugava parte dos recursos militares disponíveis. Em agosto de 1980, os grevistas ganharam o direito de fazer greve e formar sindicatos livres, a primeira vez dentro do bloco soviético. Os construtores da indústria naval agora tinham o apoio dos trabalhadores de outras indústrias criando o *Solidariedade*, uma federação de sindicatos livres. As demandas foram se tornando insustentáveis para os soviéticos que em dezembro de 1981 instalaram um governo sob comando de elementos do exército polonês de sua confiança. O general, e a partir de então Primeiro-ministro Woiciech Jaruzelsky, foi escolhido. Prendeu os líderes do *Solidariedade* e decretou lei marcial em 1981 e 1982. Lech Walesa ficou preso onze meses e se recusou a inflar a violência por razões religiosas. Tornou-se símbolo internacional. Com a mudança dos tempos e a derrocada do socialismo, veio a ser presidente do país em 1990.

Na Hungria, o moderado Imre Nagy também era visto como uma ameaça aos soviéticos, mas tentativas de retirá-lo do poder fizeram-no um herói nacional. A revolução de 1956 aconteceu em duas fases. Em outubro de 1956, tropas soviéticas estavam na iminência de entrar em ação

tropas soviéticas estavam na iminência de entrar em ação depois que Nagy foi pego por um movimento popular resultante de manifestações por maiores salários e maior liberdade. Nagy poderia ter tentado se tornar um "Gomulka", mas indicou novos ministros não-comunistas, aboliu o partido único e exigiu a evacuação das forças soviéticas do país. Anunciou também que a Hungria iria sair do Pacto de Varsóvia. Em novembro, os soviéticos enviaram tropas ao país e estabeleceram um governo sob o comando de Janos Kadar. O combate pela revolução foi sangrento com milhares de mortos húngaros e soviéticos. Os aliados ocidentais estavam envolvidos com a crise do Canal de Suez e a União Soviética vetou ação da ONU no caso. A imagem do comunismo soviético foi manchada para sempre. Kadar acabou orientando suas políticas para uma maior liberalização com ênfase em produtos de consumo, o que fez a Hungria desfrutar de um padrão de vida relativamente mais favorável do que os outros satélites soviéticos.

A Romênia, país vital por possuir reservas petrolíferas, foi governada até 1962 pela mão de ferro do ditador comunista Gheorghiu Dej como um fiel satélite soviético. A partir de 1965, o manto da ditadura foi assumido pelo ex-sapateiro Nicolau Ceausescu, que iniciou uma política de relativa autonomia com o objetivo de distrair as massas da repressão interna e da decadência econômica. Ceausescu lançou-se como uma espécie de líder comunista independente, explorando de forma oportunista as diferenças entre soviéticos e chineses, e explorando os interesses do Ocidente em dividir o bloco comunista. Exemplos de seu oportunismo foram o estabelecimento de relações diplomáticas com a Alemanha Ocidental em 1967, a recusa de

máticas com a Alemanha Ocidental em 1967, a recusa de cortar relações diplomáticas com Israel no mesmo ano e a condenação da invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968. Ceausescu chegou a anunciar sua saída do Pacto de Varsóvia.

Na verdade, a inconsistência das ações de Ceausescu nunca chegou a incomodar os soviéticos, pois ele nunca divergiu da ortodoxia marxista. Suas diversões diplomáticas eram usadas para camuflar o verdadeiro colapso econômico que se verificava no país. Como detentor de grandes reservas petrolíferas, Ceausescu desenvolveu um programa megalomaníaco de industrialização com gastos excessivos na indústria petroquímica e obras como o Canal Danúbio-Mar Negro, que exacerbaram o problema econômico. A dívida externa entrou em espiral, racionamentos

de alimentos e bens de consumo tornaram-se constantes e um plano mirabolante de pagar a dívida externa gerou fome no país. A dependência dos soviéticos tornou-se cada vez maior. Para manter-se no poder aplicou um modelo de provocações entre grupos internos, como militares contra a polícia, camponeses contra a *Intelligentsia*, romenos contra húngaros e ciganos, onde ele se transformava em apaziguador. Junto da intimidação da polícia de segurança da *Securitate*, Ceausescu manteve a estabilidade até o início dos anos 80 quando greves, principalmente de mineiros, começaram a gerar a instabilidade que resultou no seu assassinato em 1989.

A situação na Tchecoslováquia foi diferente. O movimento da "Primavera de Praga" de 1968 resultou de uma

série de fatores. O duro regime de Antonin Novotny, de 1953 a 1968, era de dominação tcheca e antieslovaco. De janeiro a março de 1968, um golpe palaciano dentro do partido levou ao poder o eslovaco Alexander Dubcek como primeiro secretário do Partido Comunista e o General Jan Svoboda tornou-se presidente. Os setores industriais sofriam de excesso de centralização e administração incompetente. Demandas de descentralização para restaurar a produtividade e aumentar as relações com o Ocidente eram freqüentes. Os intelectuais apoiavam as demandas do setor econômico e exigiam o fim da censura e a democratização. Em abril de 1968, um "Programa de Ação" foi produzido, incluindo a manutenção do regime comunista, mas propondo a reorganização do partido, do parlamento, liberando os pequenos partidos e melhorando o *status* da Eslováquia. O "Programa de Ação" recebeu o apoio

de Tito e Ceausescu. Os soviéticos não conseguiram persuadir Dubcek e invadiram o país em agosto de 1968 com auxílio de forças alemãs orientais, polonesas, húngaras e búlgaras. Reynolds descreve a tentativa de Dubcek em convencer Brezhnev: "Em encontros cara a cara entre os dois líderes Dubcek argumentava contra os abusos soviéticos. Ele contou a um amigo: 'Eu apenas tentava sorrir a Brezhnev, enquanto ele gritava comigo. Eu dizia sim, sim, eu concordo, e então voltei para casa para não fazer nada'. [...] Dubcek teve uma corajosa ação de resistência com a esperança que a ocupação terminasse, mas os soviéticos estavam determinados. [...] Dubcek, pode-se dizer, foi o último verdadeiro reformista popular comunista. Após 1968, era transparente que o bloco comunista era mantido mais pela força do que pela fé" (Reynolds, p. 197-199). Os so-

pela força do que pela fé" (Reynolds, p. 197-199). Os soviéticos assinaram acordo com Dubcek para fixar tropas na Tchecoslováquia e de forma gradual afastaram-no do poder para empossar Gustav Husak, mais moderado. No final dos 60, estava claro que, se necessário, forças do Pacto de Varsóvia continuavam prontas para serem usadas como repressão com o objetivo de manter a unidade do bloco soviético.

Em abril de 1969 ocorreu a saída de Dubcek e de De Gaulle. De diferentes maneiras, cada um buscou modificar a estrutura de seu bloco. Também à sua maneira, os dois descobriram sua missão impossível, enroscados, como estavam, entre a pressão das superpotências e os problemas domésticos. Em 1968, o Ocidente apresentava a fragilidade de sua ordem e o bloco soviético a ausência de liberdade. As divisões da Guerra Fria continuavam tensas e

o caminho da *dètente* dependia apenas da vontade das superpotências. Foi na Ásia e não na Europa que os acontecimentos favoreceram a distensão.

Na Europa, os problemas nos Estados do leste continuaram sendo aqueles tradicionais das economias do Terceiro Mundo, combinados com rivalidades nacionais, étnicas e desgoverno. A imposição do comunismo acabou mudando apenas a perspectiva da pobreza, adicionando a dimensão soviética. Durante quatro décadas, a possessão de satélites no Leste Europeu não foi um projeto de simples administração para os soviéticos. Pelo contrário, foi um projeto artificial e inadequado que com os eventos da Polônia, no final dos anos 70, começou a ruir, revelando a total in-

consistência do projeto imperialista soviético.

14 A Guerra Fria e a América Latina

Após a crise de 1929, a América Latina sofreu um duro choque com a queda dos preços das *commodities* no mercado mundial e com um corte radical nas linhas de investi-

cado mundial e com um corte radical nas linhas de investi-
mento e financiamento externo. Um processo de mudança voltado para a utilização dos recursos internos e início da industrialização provocou a necessidade de governos centrais fortes que pudessem oferecer aparentes garantias de estabilidade e desenvolvimento às classes médias e trabalhadores das zonas urbanas. O regime de Getúlio Vargas, no Brasil, e posteriormente de Juan Domingo Perón, na Argentina, são exemplos de regimes duros que, ao invés de democracia, ofereciam segurança, melhores condições de trabalho e sindicatos mais fortes, embora controlados pelo Estado. Os ditadores populistas, que se consolidaram nos anos 30 e 40, não podiam deixar de lado suas relações de proximidade com as forças armadas. Tanto Vargas como Perón eram apoiados pelos trabalhadores urbanos, para quem ofereciam aumentos salariais, sindicatos fortes e um universo de trabalho em expansão. No entanto, também eram apoiados por uma classe militar nacionalista e desenvolvimentista.

As perspectivas de reforma também chegaram ao México. Nos anos 30, uma mudança radical para a esquerda fez o Presidente Cardenas distribuir terras a camponeses, aumentar o poder das organizações trabalhistas e nacionalizar as companhias de petróleo. A partir dos anos 40, houve uma redução na distribuição de terras e nas reformas sociais para uma nova ênfase na industrialização e aumento da produção e investimento, com uma maior aproximação com os Estados Unidos.

A onda de mudanças e o processo de industrialização atingiram toda a América Latina nos anos 40, como resultado da II Guerra Mundial e das demandas por produtos

manufaturados produzidos em outros mercados. Países como Brasil, Argentina, México e Uruguai sentiram um impulso de crescimento e investimento, mas a maioria dos outros países não pôde aproveitar a onda de oportunidades e a frustração tomou conta das massas. Uma segunda onda de mudanças, desta vez revolucionárias, foi estimulada pelo aumento da população e a repressão das maiorias empobrecidas. A II Guerra Mundial contribuiu para que os países latino-americanos iniciassem a produção de bens de consumo internamente gerando uma classe de industriais e homens de negócio que lucrou muito a partir dos anos 50, mas cujos governos não foram capazes de distribuir os benefícios da riqueza às classes trabalhadoras. A busca por novas respostas e soluções aos problemas econômicos e sociais encontrou inspiração no marxismo e na União Soviética. Partidos comunistas existiam na América Latina desde os anos 20. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro lançou uma revolução contra o regime de Getúlio Vargas em 1935, liderada por Luiz Carlos Prestes, mas fracassou, como várias tentativas de formação de frentes populares com grupos de esquerda falharam em ocupar o poder na América Latina por falta de adesão e organização.

A revolução na Guatemala em 1944 inaugurou uma onda de mudanças sociais. Quando em 1951 o Presidente Arbenz assumiu um programa de reforma agrária, os comunistas eram os únicos que podiam fornecer-lhe um plano e a máquina política que necessitava. Os comunistas guatemaltecos deixaram de desenvolver uma força militar e foram derrubados por uma rebelião conservadora articulada pelos Estados Unidos em 1954. Foi o início de um

processo de intervenção sistemática dos Estados Unidos em todo o subcontinente dentro da ordem estabelecida pela Guerra Fria com o objetivo de conter a expansão do comunismo na sua área de influência geopolítica. Reynolds cita o influente George Kennan, do Departamento de Estado dos Estados Unidos nos anos 50: "É melhor um regime de força no poder do que um governo liberal que é fraco e infiltrado por comunistas" (Reynolds, p. 104). A América Latina passou a ser uma espécie de campo de experiências em busca do bem-estar social. Em vários casos, a busca de um Estado social sem recursos disponíveis para sustentá-lo ficou evidente. Em 1952, a Bolívia sofreu uma revolução de esquerda, onde civis se impuseram sobre os militares com apoio dos trabalhadores mineiros e camponeses. O novo regime do Presidente Paz Estenssoro nacionalizou as minas de estanho, iniciou a reforma agrária e reformas sociais. O resultado foi uma queda da produtividade e um aumento da inflação que erodiu as conquistas sociais. O corporativismo e a substituição de importações falhou em atacar os problemas de pobreza e subdesenvolvimento. Nos países mais pobres da América Latina, como Bolívia, Equador e Haiti, a renda per capita era menor do que 5% da renda norte-americana ainda nos anos 60. A complacência norte-americana com a região foi afetada negativamente pela recepção pouco amigável que o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, teve ao chegar em Caracas em 1958. Reynolds afirma que "Nixon acenou para uma política regional mais próxima oferecendo um 'abraço' aos regimes democráticos e um 'aperto de mão' aos ditadores [...] o que resultou apenas em um pequeno aumen-

to do apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento à região" (Reynolds, p. 105).

Em 1959, o mais dramático acontecimento revolucionário da América Latina no contexto da Guerra Fria ocorreu com a Revolução Cubana. O desafio de conquistar mudança social com crescimento econômico simultâneo foi lançado por Fidel Castro ao derrubar o regime de Fulgêncio Batista. O método consistiu na decisão de adotar o comunismo, uma decisão reforçada pela hostilidade que os Estados Unidos trataram o novo regime e a necessidade de uma ideologia e uma máquina política que assegurasse o poder. Com o apoio soviético a terra foi coletivizada, a indústria nacionalizada e a educação recebeu orientação marxista. As melhorias sociais conquistadas por Cuba nunca foram suficientes para pagar o custo da perda da liberdade política. Até o fim da Guerra Fria, Cuba continuou sendo um país dependente da exportação de açúcar e da ajuda soviética. Ainda nos anos 60, Fidel Castro e seus seguidores acreditavam que a revolução tinha que ser estendida a toda América Latina. Uma série de movimentos de guerrilha foram realizados com apoio cubano, colocando em risco vários regimes latino-americanos, culminando na expedição de Che Guevara na Bolívia e seu assassinato por forças oficiais, em 1967.

A mais importante experiência de ascensão da esquerda pela via democrática na América Latina foi a eleição de Salvador Allende para a presidência do Chile em 1970. Allende trouxe o marxismo ao poder e a possibilidade de

provar que mudanças estruturais podiam ser feitas por caminhos constitucionais. Mas a experiência terminou com um golpe de Estado em 1973. Para os Estados Unidos, um regime socialista na América do Sul era absolutamente inviável e inaceitável no contexto histórico da Guerra Fria dos anos 70. Ao tratar da definição de intervenções externas nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria, Nye Jr. afirma que "no início dos anos 70 os Estados Unidos canalizaram dinheiro aos oponentes de Salvador Allende, o presidente eleito democraticamente no Chile, e em vários momentos a União Soviética canalizou dinheiro para grupos em países da Europa Ocidental" (Nye Jr., p. 148).

No mesmo período, o final dos anos 60 e início dos anos 70, as economias da América Latina passavam por mudanças estruturais de grande envergadura. Investimentos em mineração e agricultura perderam seu dinamismo tradicional enquanto investimentos na indústria manufatureira e no comércio cresceram exponencialmente. A mudança do modelo de exportação de produtos primários para o modelo de substituição de importações, cujo exemplo mais destacado foi o adotado pelo Brasil, representou um

novo estágio de modernização, trazendo consigo significativas mudanças econômicas e sociais. Novos grupos políticos e sociais ocuparam o lugar ou desafiaram oligarquias tradicionais. A urbanização e o crescimento das populações urbanas transformaram a estrutura social de vários países latino-americanos. A concentração da riqueza e as dificuldades na sua distribuição tornaram-se problemas crônicos das sociedades latino-americanas, e não foram solucionados no século XX.

Ao mesmo tempo, boa parte dos países latino-americanos tornou-se dependente da importação de matérias-primas, bens de capital, tecnologia e financiamento, gerando enormes dívidas externas que não puderam ser pagas nem pelos produtos exportados tradicionais, tampouco pelas manufaturas recém-produzidas. A penetração de multinacionais nos mercados nacionais e na composição do capital das empresas nacionais provocaram a reação de vários governos latino-americanos que impuseram condições específicas à entrada do capital estrangeiro e redefiniram suas Relações Internacionais. As tensões sociais resultantes da concentração de renda, desemprego e da presença de interesses estrangeiros levaram tanto a uma reação de renovada insistência ao crescimento a qualquer custo ou à deposição de regimes tradicionais por regimes radicais e ou nacionalistas. Durante os anos 70, a maioria dos regimes latino-americanos estava dominada por regimes militares de direita ou de esquerda.

A marca do fim da *détente* e da retomada do confronto bipolar da Guerra Fria na América Latina foi o envolvimento norte-americano do governo Reagan na Nicarágua.

Desde 1962, o grupo guerrilheiro Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi formado para lutar contra a ditadura da família Somoza, no poder desde 1937, apoiada pelos Estados Unidos. A guerrilha angariou o apoio de camponeses e empreendeu inúmeros confrontos com a guarda nacional até colocar o país em guerra civil entre 1976 e 1979. Uma vez estabelecidos no poder, após o assassinato de Anastácio Somoza, os sandinistas expropriaram terras,

realizaram uma reforma agrária e nacionalizaram minas e florestas. Uma força organizada de "contras", formada por ex-proprietários de terra que contavam com apoio da CIA, entrou em confronto com o novo regime, acusado de receber ajuda de Cuba e da União Soviética. A administração de Reagan aumentou significativamente o apoio em recursos e armas aos grupos resistentes localizados em Honduras e em Miami. A exposição da operação "Irã-Contras", que transferia recursos recebidos pelas vendas de armas ao Irã na guerra contra o Iraque para armar os contras na Nicarágua, colocou a administração de Reagan em crise. Quando o Presidente George Bush assumiu em 1989, a ajuda aos contras foi cortada e durante as eleições de 1990 os grupos de oposição liderados por Violeta Chamorro foram apoiados e financiados pelos Estados Unidos derrotando o candidato sandinista Daniel Ortega.

A década de 80 foi marcada pelo colapso econômico de quase toda a América Latina. A "década perdida" apresentou índices de crescimento baixos e um endividamento crônico. A maioria dos países enfrentou transições de regimes autoritários para regimes democráticos, o que contribuiu para que os Estados Unidos da "Era Reagan"

15 “Os seis anos que abalaram o mundo” (1985-1991)

Os anos que definiram o fim de uma era e o desfecho da Guerra Fria começaram com a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder na União Soviética. Gorbachev foi o primeiro dirigente soviético cuja formação se deu no pós-II Guerra Mundial. Assumiu relativamente jovem, aos cinqüenta e quatro anos, a Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético, após a morte de Konstantin Chernenko, em março de 1985. Um golpe de Estado fracassado em agosto de 1991, e sua renúncia à Secretaria Geral do Partido Comunista em dezembro do mesmo ano, sacramentaram o fim da União Soviética e do conflito bipolar. Certamente, os dez anos entre a morte de Leonid Brezhnev em novembro e 1982, e o fim da união Soviética em dezembro de 1991, foram os anos que deram fim ao conflito bipolar e ao século XX. Mas foram os seis anos desde a ascensão de Gorbachev ao poder até sua renúncia que realmente "abalaram o mundo", utilizando a expressão de John Reed sobre a Revolução Russa de 1917.

A partir de dezembro de 1991, a União Soviética se desintegrou e suas antigas repúblicas componentes encontraram-se em crise econômica e política sem precedentes. Como em um processo em cadeia, durante a permanência de Gorbachev no poder, o império soviético na Europa Oriental enfrentou uma série de revoluções e transições para regimes democráticos associados ao colapso da aliança mi-

litar comunista e ao fim da Guerra Fria. Foram as políticas da *Perestroika* (reestruturação) e *Glasnost* (transparência) que detonaram o processo de transformação soviética e catalisaram as forças transformadoras na Europa Oriental e posteriormente na Ásia Central.

Gorbachev e seus aliados reformadores do partido acreditavam que a União Soviética de 1985 estava em situação crítica, uma pré-crise. Apesar de seu *status* de superpotência, a economia doméstica não mais atendia às necessidades básicas da população. O mesmo fenômeno atingia também vários dos países satélites soviéticos na Europa. O sistema político tradicional havia levado o país à corrupção e à economia informal. Gorbachev constatou o colapso e o caos gerados pelo sistema econômico planejado. O sistema de comando administrativo dependia de informações corretas que vinham dos trabalhadores da base da produção. Como havia o temor de que informações ruins pudessem ter conseqüências punitivas para aqueles que a trouxessem, não cumprindo as metas preestabelecidas pelo regime, a tendência foi um processo sistemático de falseamento de informações e dados desde os anos 20. O resultado foi que o sistema que havia funcionado dentro do terror stalinista foi se deteriorando durante as décadas posteriores e tornou-se um padrão informal

de produção aparente, sem consistência e fora da realidade produtiva. A indústria de defesa ainda era a mais eficiente e capaz de trazer alguma inovação, mas minava importantes recursos da economia doméstica e tornou-se insustentável depois que o Presidente Reagan assumiu o poder nos Estados Unidos e pressionou ainda mais a esca-

lada armamentista.

Ao assumir a secretaria geral do partido, Gorbachev trouxe um espírito inovador à União Soviética, incomparável com o de seus antecessores da velha guarda, Andropov e Chernenko. A política da *Perestroika* tinha como principal objetivo um socialismo democrático, onde o fator humano pudesse ser reativado. Partiu do princípio de que havia um consenso sobre os benefícios do socialismo e que o povo seria leal ao Partido Comunista e suas orientações e ideais. Ocorre que ao iniciar a aplicação de suas reformas ativou forças políticas e econômicas de orientação centrífuga que saíram de seu controle.

Em 1985 e 1986, Gorbachev acreditou que uma boa dose de disciplina retomaria o curso perdido por Brezhnev no final dos anos 70. Mas rapidamente ficou claro que planos de produção e metas não eram mais possíveis de se atingir porque o aparato de planejamento econômico não funcionava mais. As campanhas contra o alcoolismo, problema crônico no país, mostraram-se contraprodutivas e ainda aumentaram o déficit estatal e a inflação. A campanha anticorrupção não surtiu efeito e não foi levada até o fim. O resultado de suas políticas transformadoras foi uma queda acentuada no crescimento, um aumento do déficit e da inflação e uma queda na credibilidade e popularidade de seu governo.

A necessidade de uma reforma mais estruturada, que aumentasse o comprometimento popular, foi cogitada a partir de 1987. Gorbachev decidiu remover a repressão da era de Stalin e Brezhnev, mantendo o controle do sistema político e econômico. Na verdade, era a interferência do partido e da burocracia que mantinha todo o sistema. Assim,

uma revolução constitucional e legal foi iniciada, modificando os fundamentos da lei, modificando a legislação eleitoral na instância local e nacional e estabelecendo uma responsabilidade executiva ao *Soviet Supremo*, eleito por um congresso de deputados do povo, eleito diretamente. O Partido Comunista Soviético foi democratizado ao mesmo tempo em que se desintegrou com a emergência de divisões públicas. A política de *Glasnost* acabou com a censura, a história pode ser escrita livremente e prisioneiros políticos como o físico Andrei Sakharov foram libertados. Ao mesmo tempo a questão de milhares de judeus que buscavam sair do país e imigrar para Israel foi reconsiderada. Finalmente, provocou uma revolução econômica com a Lei de Empresas Estatais e a Lei de Cooperativas, legalizando pequenas e médias empresas. A tentativa de restaurar o poder popular acabou dando espaço a grupos de oposição de toda natureza, polarizando posições de conservadores contra radicais reformadores. Os primeiros achavam que a reforma tinha ido longe demais. Os outros que as reformas eram insuficientes.

Uma revolução vinda das bases estava por vir. De 1989 até março de 1990, o partido ainda tinha o monopólio do poder político, mas a partir desta data transferiu-o ao poder da constituição. A crise econômica não era mais administrável. O sistema de comando administrativo não

foi substituído pela economia de mercado, mas pelo caos. A desordem levou à escassez de alimentos, inflação crescente e queda na produtividade. A pobreza se tornou evidente. Também em março de 1990, o Partido Comunista

concordou em transferir o poder legislativo às repúblicas,
o que contribuiu para acelerar sua própria desintegração. A partir de 1991, Gorbachev teve que manobrar politicamente para conter as alas conservadora e radical sem conseguir tocar políticas de mais longo prazo. A situação econômica ficou ainda mais crítica quando a inflação aumentou e uma queda simultânea das exportações, importações e como conseqüência do PIB foi registrada no primeiro semestre. As 15 repúblicas elegeram governos legítimos e junto de alguns territórios federais declararam-se independentes ou autônomas. O descumprimento às demandas do governo central agravou o problema econômico. Gorbachev tentou restaurar a censura e conter greves e manifestações. Utilizou tanques para conter manifestações na Lituânia em janeiro de 1991, causando mortes entre civis, o que piorou a situação política. A popularidade e legitimidade de Gorbachev foram sendo perdidas. Por sua vez, Boris Yeltsin, líder dos reformistas radicais e eleito presidente da República da Rússia em junho, começou a ocupar espaços políticos. Ainda em abril, Gorbachev havia selado uma aliança com Yeltsin e outras oito repúblicas para organizar a maior autonomia política de cada uma delas, mas este acabou sendo o estopim do golpe de agosto.

A decentralização tinha também um outro lado crítico na história russa e soviética: a política em relação às nacionalidades e grupos étnicos. A complexa definição das fronteiras internas da União Soviética permanecia legalmente indefinida entre boa parte de suas quinze ex-repúblicas e trinta e oito regiões autônomas. A fragmentação étnica tornou-se um perigo iminente. Embora cada grupo étnico tivesse um território próprio, mais de 50 milhões

de soviéticos viviam fora de suas repúblicas originais aumentando o potencial de discórdia entre grupos majoritários e minoritários. As hostilidades étnicas na Ásia datavam de muito antes da existência da União Soviética. Disputas como a de *Nagorno-Karabak* entre armênios e azeris vinham do século XIX. Os países do Báltico tinham sido independentes até 1940. E regiões do Cáucaso como a Chechênia e a Abkassia já reivindicavam autonomia há décadas. Toda a população não-russa tinha ressentimentos contra a população russa, identificada como representante do centralismo soviético e suas políticas impopulares e repressivas.

Em agosto de 1991, Gorbachev e sua família foram detidos na cidade de Sebastopol, no Mar Negro, por um grupo de radicais conservadores que tentaram restabelecer a ordem mobilizando forças militares e reutilizando a censura. Os golpistas acreditavam que a crise econômica e o proposto tratado de união descentralizada resultariam em anarquia e desintegração da União Soviética. Contavam com apoio popular, diante do desencantamento com Gorbachev. Mas o plano falhou. Os revoltosos estavam divididos e não tinham força de coerção suficiente para completar o golpe. Não fizeram prisões em massa e não tomaram controle das comunicações. As alegações de que Gorbachev estaria doente acabaram tirando legitimidade do golpe. Apesar das dificuldades dos golpistas, foi a resistência de Boris Yeltsin que consolidou o fracasso do movimento. No entanto, como

a resistência de Yeltsin era em nome da Rússia e não em nome da União Soviética, acabou se tratando de um outro golpe às escondidas. Greves, demonstrações em massa e a

recusa de vários oficiais e agentes da KGB em se envolverem com os golpistas selaram o fracasso do movimento. Segundo Kissinger, "Durante seu último ano no poder Gorbachev foi um homem pego dentro de um pesadelo, que vê uma catástrofe vindo ao seu encontro e não tem como se esquivar dela. [...] Cada reforma anunciada levava à aceleração do declínio soviético. Cada concessão dava a chance de uma próxima" (Kissinger, p. 798).

A causa principal da derrocada soviética e, junto com ela, da queda de praticamente todos os regimes comunistas do mundo no período entre 1989 e 1991, foi a impossibilidade de estimular crescimento e prosperidade suficientes para assegurar a legitimidade dos regimes comunistas. Com exceção de Cuba e da Coréia do Norte, que mantiveram seus regimes policiais vinculados ao culto das personalidades de seus líderes Fidel Castro e Kim Il Sung, e China e Vietnã, que iniciaram uma transição negociada à economia de marcado ainda nos anos 80, o comunismo foi varrido do mapa, desmontou como um castelo de cartas. Gorbachev perdeu o controle da situação que ele próprio propiciou. Ao questionar as causas da derrocada do socialismo e por que sob Gorbachev, Nye Jr. afirma: "De certa forma Gorbachev foi um acidente da história. No início dos anos 80, três líderes soviéticos morreram, um após o outro. Em 1985, a nova geração, aquela que subiu com Khrushchev em 1956, teve sua chance. Se os membros do Partido Comunista tivessem escolhido algum outro líder concorrente de Gorbachev de linha dura em 1985, é bas-

Tchecoslováquia e à Polônia. O dirigente alemão orien-
tal Erich Honecker mostrou-se inflexível. Além de afirmar

tal Erich Honecker mostrou-se inflexível. Além de afirmar que o muro de Berlim duraria mais um século, aplaudiu a sangrenta repressão às manifestações estudantis na China, ocorrida na Praça da Paz Celestial em junho de 1989. Em outubro de 1989, durante as comemorações dos 40 anos da República Democrática Alemã, Gorbachev deixou claro que os dias do bloco soviético estavam contados. Manifestações em massa em Leipzig e outras cidades provocaram a queda de Honecker, resultado de um golpe dentro do partido SED, liderado por Egon Krenz, burocrata com imagem mais moderada. A oposição estava interessada no direito de viajar para o Ocidente e o mais dramático símbolo da queda do regime e do socialismo real foi a acidental abertura dos *checkpoints* em Berlim, no dia 9 de novembro e 1989. A autorização dada em uma conferência de imprensa mostrou o descontrole burocrático do regime da RDA e levou milhares de pessoas às saídas do muro onde os confusos guardas de fronteira não fizeram tentativa de reprimir a passagem. Caiu o muro de Berlim.

Manifestações continuaram e acusações contra Krenz provocaram sua renúncia. Hans Modrow assumiu, mas já governava sob a influência de líderes dissidentes. Eleições livres foram realizadas em março de 1990 e os democratas cristãos do CDU venceram na RDA formando um governo sob o comando de Lothar de Maizière. O chanceler alemão ocidental Helmut Kohl, no poder desde 1982, defendia inicialmente um moderado plano de integração em estágios graduais, mas as eleições de março viabilizaram a mudança na constituição. O prazo de 1° de julho foi determinado para a união econômica onde se estabeleceu uma

taxa de câmbio de 1-1 entre o *Deutsch Mark* e o *Ost Mark*,

além da extensão da legislação social ocidental à Alemanha Oriental. O "Acordo 4 + 2" negociado entre os dois Estados alemães e as quatro potências de ocupação apresentou as propostas de unificação da Alemanha. O país reconheceu as fronteiras com a Polônia, ganhou liberdade para aderir a qualquer aliança, renunciou à produção de armas atômicas, químicas e biológicas. Um acordo em separado com os soviéticos financiou a retirada das forças soviéticas da ex-Alemanha Oriental e garantiu créditos comerciais substanciais aos soviéticos. No dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha consolidou sua reunificação. Em dezembro, a primeira eleição unificada resultou na vitória dos democrata-cristãos na coalizão com os social-cristãos da Baviera, reelegendo Helmut Kohl para mais um mandato.

As implicações da unificação alemã foram relevantes e geraram incertezas. Durante mais de um século a Alemanha esteve sempre no centro das tensões e na disputa do poder mundial. Era inevitável que antigos temores voltassem a ser lembrados. Diante das evidências de fragmentação na Europa do início dos anos 90, uma eventual rivalidade russo-germânica poderia renascer no Leste Europeu e nos Bálcãs. A unificação deixou a Alemanha mais rica e mais populosa. Passou a ser o mais populoso país europeu com exceção da Rússia. Com mais de oitenta milhões de habitantes e um terço do PIB europeu ocidental, um desequilíbrio de poder e influência, como temia o presidente francês François Mitterrand, poderia afetar a Europa. O crescimento do sentimento nacionalista e a retomada da total soberania também surgiam como uma espécie de ameaça à nova ordem européia e mundial. Na verdade, a Guer-

ra Fria e o processo de integração europeu acabaram mu-

ra Fria e o processo de integração européia acabaram mu-
dando a Alemanha e seu povo. Seu firme compromisso com a integração européia e as oportunidades econômicas no Leste Europeu mostraram que a Alemanha, assim como as potências do mundo pós-Guerra Fria, já estavam incorporadas ao ambiente da interdependência mundial.

Assim como na Alemanha Oriental a transição para a democracia na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia também foi relativamente pacífica. Na Polônia, Gorbachev solicitou urgência a Jaruzelski na realização de reformas políticas. O Partido Comunista relutava e tinha dentro de si facções que variavam da linha pluralista a radicais stalinistas. O repúdio ao partido pelo eleitorado, em junho de 1989, foi estimulado por manifestações sociais. Lech Walesa foi eleito presidente nas eleições de novembro de 1990, após a renúncia de Jaruzelski. Na Tchecoslováquia, o regime repressivo de Gustav Husak sofreu pressão de grupos dissidentes do estilo de 1968, formado por socialistas reformistas, estudantes e intelectuais. A Igreja Católica também participou, focada em discurso a favor dos direitos humanos. Manifestações espontâneas realizadas pela juventude em Praga em 1989, estimuladas pelos eventos ocorridos na Alemanha e com apoio de dissidentes húngaros e poloneses, deram um caráter anti-socialista ao movimento. O dramaturgo Vaclav Havel juntou todos os grupos manifestantes em um Fórum Civil e no dia 10 de dezembro Husak renunciou, após greves gerais e manifestações em Praga. Em 29 de dezembro Havel foi eleito presidente. Na Hungria, a proximidade com a Áustria já vinha evidenciando a baixa qualidade dos produtos e do padrão de vida húngaro desde o relaxamento do regime nos anos 80. Gre-

ves foram legalizadas em julho de 1989, a economia de mercado aceita em agosto e as fronteiras com a Áustria abertas em setembro. Em outubro, o Partido Comunista mudou o nome para Partido Socialista e em abril de 1990 a coalizão Fórum Democrático assumiu o poder.

Nos locais onde o comunismo não tinha simplesmente sido imposto por pressão externa e onde divisões nacionais eram mais dramáticas, o decorrer dos fatos foi mais violento e seus resultados menos estáveis. Na Romênia, o caos econômico se instalou e perseguições à minoria húngara geraram uma rebelião política. Ceausescu e sua mulher foram capturados e assassinados no dia de Natal de 1989. A morte de Ceausescu foi seguida de conflitos entre civis, soldados e as forças de segurança do Estado, o *Securitae*. Em maio de 1990, a Frente de Salvação Nacional, formada por ex-comunistas, venceu as eleições e Ion Iliescu ocupou a presidência. Manifestações populares contra seu governo foram duramente reprimidas. Os comunistas só sairiam do poder nas eleições de 1996. Na Bulgária, o regime de Todor Zhikov viveu todo o tempo sob a proteção soviética contra os inimigos históricos gregos e turcos. A redução do suprimento de petróleo soviético e outros subsídios em 1985 obrigaram Zhikov a realizar a *Perestroika* búlgara, o que o enfraqueceu dentro do partido, que o destituiu em novembro de 1989. O partido comunista mudou de nome para Partido Socialista e venceu as eleições de junho de 1990. Na Albânia, o Partido Comunista ainda tinha legitimidade, já que o país havia optado por um modelo de desenvolvimento auto-suficiente com relacionamento com quase todos os países, exceto União Soviética e Estados Unidos. A morte de Enver Hoxha em 1985, no

poder desde que liberou o país da ocupação italiana em 1944, abriu caminho para a eliminação dos ultra-stalinistas do partido. Ramiz Alia, considerado moderado, venceu as eleições de março de 1991, mantendo os comunistas do poder. Na Iugoslávia, a tragédia causada pelo nacionalismo sérvio teve seu início em 1987, quando o presidente do Partido Socialista Sérvio, Slobodan Milosevic, tornou-se presidente da Iugoslávia e da Liga dos Comunistas por processo de rotação étnica. Movimentos de independência republicana buscaram reagir à eventual tentativa sérvia de retirar a autonomia das regiões, como foi feito com os albaneses de Kosovo em 1989. Em abril e maio de 1990, eleições democráticas na Eslovênia e na Croácia elegeram governos nacionalistas que declararam independência em junho de 1991, após discussões sobre a reforma da Confederação Iugoslava. O resultado foi uma breve intervenção do exército liderado pelo governo federal na Eslovênia, onde a minoria sérvia era desprezível, e na Croácia, onde o conflito foi maior e antagonismos da II Guerra foram revividos. Quando o conflito atingiu a Bósnia-Herzegovina, onde havia relevante minoria sérvia e populações muçulmanas, uma guerra fratricida tomou conta do país. Foi apenas em 1995, com o Tratado de Dayton, coordenado pelos Estados Unidos e pelo Presidente Bill Clinton, que a Bósnia voltou à paz.

Uma das ironias do fim da União Soviética foi que o maior rival de Gorbachev, o reformista Boris Yeltsin, usou o processo de reformas que aparentava fragmentar um império iniciado pelos czares há três séculos para liquidar o poder de Gorbachev. Agindo com a autoridade de presidente da Rússia, Yeltsin anunciou a independência da

Rússia, o que implicou na independência das outras repúblicas soviéticas e conseqüentemente no fim da União Soviética e do seu presidente, Mikhail Gorbachev. No final de 1991, as democracias venceram a Guerra Fria. A idéia de democracia acabou prevalecendo sobre a estagnação do sistema comunista.

A era pós-União Soviética, e com ela o fim da Guerra Fria, tem sido marcada pelo renascimento de um nacionalismo virulento, associado a antigas rivalidades históricas e anomalias fronteiriças. No caldeirão étnico dos Bálcãs, croatas, sérvios e bósnios deram uma demonstração de selvageria em um conflito símbolo dos novos tempos. Em Kosovo, na Macedônia e também na Moldávia e na Transilvânia, e em Ruanda, a instabilidade étnica voltou à tona. Movimentos islâmicos mesclados a reivindicações étnicas transformaram o Cáucaso em um caos. As feições nacionais do Oriente Médio também foram abaladas por aventuras autoritárias e oportunistas, como a Guerra do Golfo de Saddam Hussein em 1991 e 1992, por movimentos étnicos, como o dos curdos ou por comunidades religiosas, como as variações dentro da divisão islâmica sunita e xiita.

O século XX terminou no início da década de 90. A partir da Guerra do Golfo de 1991, pode-se dizer que começou o século XXI. Não há mais confronto ideológico ou confronto geoestratégico universal. Cada situação é um caso especial. Para Kissinger "O excepcionalismo inspirou a política externa dos Estados Unidos e os fez prevalecer na Guerra Fria. Mas será necessária uma aplicação ainda maior no mundo multipolar do século XXI" (Kissinger, p. 803).

Uma nova ordem ou desordem internacional começou a ser definida no início dos anos 90 para ser compreendida pelos internacionalistas e historiadores apenas daqui a algumas décadas.

1914. Londres:

CHURCHILL, Wi
Wien: Scherz,

EVANS, Eric J. *Th*
Routledge, 199

Fragen an Die De
dungen. Von 18
tlichkeitsarbeit

FROMKIN, Davi
Ottoman Empir
New York: He

HOBSBAWM, E

Geoffrey Barraclough

da Universidade Brandeis

Introdução à HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

QUINTA EDIÇÃO

EDITORA GUANABARA

G. BARRACLOUGH
da Universidade de Cambridge

Introdução à HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Tradução de Álvaro Cabral

ÍNDICE

PREFÁCIO

A primeira tentativa de desenvolvimento do tema do presente livro foi feita em uma conferência lida, em 1956, perante o Oxford Recent History Group. Várias circunstâncias durante os cinco anos subseqüentes impediram-me que eu o desenvolvesse ainda mais e estou profundamente grato àqueles cujo incitamento e ajuda me habilitaram a retomar o assunto. De modo especial, gostaria de expressar minha gratidão à Fundação Rockefeller, por seu generoso apoio, bem como ao Reitor e Corpo Docente do St. John's College, Cambridge, por sua hospitalidade.

A base do presente livro são as conferências por mim proferidas no "Ciclo de Conferências Charles Beard" do Ruskin College, Oxford, na primavera de 1963, e (uma forma revista) na Universidade da Califórnia, Los Angeles, um ano mais tarde. Estou muito reconhecido, também, ao Reitor do Ruskin College e ao Diretor do Departamento de História, da citada universidade da Califórnia, por seus convites, bem como ao público presente em ambos os lugares, pela viva atenção que me dispensaram.

Ao tentar destacar o que me parece constituir alguns dos principais temas da História Contemporânea, uma de minhas finalidades foi preparar o caminho para a história narrativa do mundo, desde 1900, que tenho atualmente em elaboração. Pareceu-me que um enquadramento teórico, que tentasse esclarecer as idéias básicas e colocar os acontecimentos em sua competente perspectiva, seria uma preliminar essencial para qualquer exame cronológico. Mas o presente livro, evidentemente, está completo em si mesmo e espero que quantos crêem ser importante explorar os fundamentos históricos do mundo contemporâneo considerem esta obra útil e digna de interesse.

G. Barraclough
Maio de 1964

I

NATUREZA DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Mudança Estrutural e Diferença Qualitativa

Em quase todas as suas precondições básicas, vivemos hoje num mundo diferente daquele em que viveu e morreu Bismarck. Como ocorreram essas mudanças? Quais as influências formativas e diferenças qualitativas que constituem as marcas distintivas da era contemporânea? Estas são as perguntas de que este livro se ocupa e por essa razão lhe dei o título de *Introdução à História Contemporânea.* Não se trata de uma introdução naquela acepção corrente de fornecer um relato elementar e narrativo dos acontecimentos na Europa e para além da Europa, durante os últimos sessenta ou setenta anos. A mera reprodução escrita do curso dos acontecimentos, mesmo quando relatados em escala mundial, não acarretará, provavelmente, uma compreensão, melhor das forças em jogo no mundo de hoje se não possuirmos também e simultaneamente uma perfeita noção das mudanças estruturais subjacentes. Do que necessitamos, sobretudo, é de um novo enquadramento e de novos termos de referência. Eis o que este livro pretende fornecer.

Nossa pesquisa fará que percorramos alguns caminhos estranhos ou menos habituais. Os historiadores do passado recente partiram do princípio, na maioria dos casos, de que, ao explicarem os fatores que levaram à desintegração do velho mundo, estavam fornecendo, automaticamente, uma explicação sobre a maneira como o novo mundo surgiu; e a História moderna tem consistido amplamente, portanto, em relatos das duas guerras mundiais, o acordo de paz de 1918, o surto do fascismo e do nacional-socialismo, e, a partir de 1945, o conflito dos mundos comunista e capitalista. Por razões que adiante surgirão, semelhante critério me parece inadequado, de certo modo, talvez enganador, até. Estaremos interessados, neste livro, muito mais no mundo novo que surge para a vida do que no velho mundo que se extingue; e basta-nos olhar em redor para observar que algumas das características mais salientes do mundo contemporâneo têm sua origem em movimentos e desenvolvimentos ocorridos longe da Europa. Um dos fatos característicos da História contemporânea é que é História mundial e que as forças que lhes dão forma não podem ser compreendidas se não estivermos preparados para adotar perspectivas mundiais; isto significa não só a necessidade de suplementarmos nosso conceito convencional do passado recente, adicionando alguns capítulos sobre questões extra-européias, mas de reexaminar e rever toda a estrutura de suposições e preconcepções em que se fundamentava esse conceito. Precisamente porque os ramos americano, africano, chinês, indiano e outros da História extra-européia se interpõem no passado num diferente ângulo, eles se cruzam nas linhas tradicionais; e este fato, por si só, já provoca dúvidas sobre a propriedade dos velhos padrões, sugerindo a necessidade de um novo planejamento básico.

Uma das principais afirmações deste livro será que a História contemporânea é diferente, em qualidade e conteúdo, do que se conhece como História "moderna". Olhando para trás, da vantajosa posição presente, podemos verificar que os anos decorridos entre 1890, quando Bismarck se retirou da cena política, e 1961, quando Kennedy tomou posse como Presidente dos Estados Unidos, constituíram um amplo divisor de águas entre duas épocas. De um lado, situa-se a idade contemporânea, que ainda está em seus primórdios; do outro, alarga-se o vasto panorama da História "moderna", com seus píncaros familiares: Renascimento, Iluminismo e Revolução Francesa. É desse grande divisor entre duas épocas da História da humanidade que este livro se ocupará, principalmente; pois foi então que tomaram forma aquelas forças que moldaram o mundo contemporâneo.

1

Deve-se dizer imediatamente que muitos historiadores talvez a maioria dos historiadores atuais — poriam em dúvida a validade da distinção que estabeleci entre História "moderna" e "contemporânea", e negariam a existência de um "grande divisor" entre as duas. Há certo número de razões para isso. Uma delas consiste no caráter vago, indefinido, quase nebuloso, do conceito de "contemporâneo", tal como vulgarmente se usa. Outra, que é mais fundamental, reside na tendência atual da História escrita para salientar o elemento de continuidade histórica. Para a maioria dos historiadores, com efeito, a História contemporânea não constitui um período separado com características próprias; é encarada, antes, como fase mais recente, de um processo contínuo e, receosos de admitirem que é diferente, em gênero ou qualidade da História anterior, esses historiadores tratam-na, simplesmente, como aquela parte da História "moderna" que está mais próxima de nós no tempo.

Não é preciso entrarmos em longa discussão dos motivos porque acho essa atitude difícil de ser aceita.[1] Em minha opinião, a continuidade não é, de modo algum, a característica mais saliente da História. Bertrand Russell disse, certa vez, que "o universo é todo feito de pontos e saltos",[2] e a impressão que tenho da História é bastante análoga. Em todos os grandes momentos decisivos do passado, deparamos subitamente com o fortuito e o imprevisto, o novo, o dinâmico e o revolucionário; em tais momentos, como Herbert Butterfield salientou um vez, os argumentos comuns de causalidade "de maneira alguma bastam para explicar a fase seguinte da História, a próxima virada dos acontecimentos".[3] De fato, há pouca dificuldade em identificar momentos em que a humanidade salta de seus velhos rumos para um novo plano, quando abandona a estrada demarcada e toma nova direção. Um desses momentos foi o grande levante social

---

[1] São sucintamente discutidos em meu livro History in a Changing World (Oxford, 1955), págs. 4 e segs.

[2] Cf. Behthand Russell, The Scientific Outlook (Londres, 1931), pig. 98.

[3] Cf. H. Buttsmteld, History and Human Relations (Londres, 1951), pág. 94.

e intelectual da transição dos séculos XI e XII, a que tão inadequadamente chamamos a Querela das Investiduras; outro momento, como é do consenso geral, foi o período do Renascimento e Reforma. A primeira metade de século XII tem todas as características de um período semelhante de transformação e crise revolucionárias. E neste ponto, ainda, somos levados a observar um dos problemas centrais na elaboração da História escrita — o problema da fixação de períodos — o qual nos levaria demasiado longe no exame das questões teóricas que suscita. Mas se encararmos os cinqüenta ou sessenta anos iniciados por volta de 1890 a partir desse ponto de vista, será difícil evitarmos certos e importantes corolários. O primeiro é não poder ser o século XX encarado, simplesmente, como continuação do século XIX; não ser a História "recente" ou "contemporânea", meramente, a ponta mais próxima da chamada "História moderna" a fase mais recente de um período que, segundo as divisões tradicionais, principiou na Europa ocidental com o Renascimento e a Reforma. E aceitando isto como certo, deve seguir-se a conclusão de que os padrões de avaliação que aplicamos à História contemporânea devem diferenciar-se dos que se aplicam a eras anteriores. O que devemos considerar como significativos são as diferenças e não as semelhanças, os elementos de descontinuidade e não os elementos de continuidade. Em resumo, a História contemporânea deve ser considerada como um distinto período de tempo, com características próprias que a diferenciam do período precedente, de modo bastante parecido àquele como a chamada "História medieval" — pelo menos, de acordo com a maioria dos historiadores — se diferencia da História moderna.

Se essas proposições tiverem algum grau de validade, será razoável concluir, pois, que uma das primeiras tarefas dos historiadores interessados na História recente será a de estabelecer suas características específicas e suas fronteiras. Ao fazê-lo, claro, devemos acautelar-nos contra as falsas categorias (que se aplicam a toda a obra histórica); devemos recordar que todas as espécies de coisas perduram de um para outro período, tal como todas as espécies de coisas reputadas "tipicamente medievais" persistiram na Inglaterra elisabetiana; e não esperemos atribuir datas fixas a mudanças que, em última análise, são apenas alterações no equilíbrio e na perspectiva. Mas, ainda assim, continua sendo verdade que, se não mantivermos nossos olhos alertados para o que é novo e diferente, todos perderemos, com a maior facilidade, o que é essencial, a saber, o sentimento de viver em um novo período. Só quando tivermos definido com precisão, em nossos espíritos, o abismo real entre os dois períodos, poderemos começar então a construir pontes sobre o mesmo.

Não será preciso dizer que só podemos considerar a História contemporânea dessa maneira quando estamos certos do que queremos dizer com o termo "contemporâneo". O estudo da História contemporânea sofreu, indubitavelmente, por causa da imprecisão de seu conteúdo e nebulosidade de seus limites. A palavra "contemporâneo" significa, inevitavelmente, coisas diferentes para pessoas diferentes; o que para mim é contemporâneo não o será, necessariamente, para todos vós. Ainda é possível encontrar pessoas que conver-

saram com Bismarck,[4] e (para só mencionar uma recordação pessoal) meu antigo colega em Cambridge, G. G. Coulton, que morreu em 1947, era um menino de escola na França, antes da Guerra Franco-Prussiana; e ainda tinha em seu poder um uniforme escolar com *képi* e *pantalon* tipo saco — uma versão diminutiva do uniforme da infantaria francesa daquela época — que certo dia retirou de seu armário para que meu filho mais velho o provasse.[5] Por outro lado, existe já uma geração para quem Hitler é uma figura tão histórica quanto Napoleão ou Júlio César. Em resumo, o termo "contemporâneo" é muito elástico e afirmar — como freqüentemente se faz — que a História contemporânea é a história da geração que atualmente vive é uma definição nada satisfatória, pela simples razão de que as gerações se sobrepõem. Além disso, se a História contemporânea for encarada dessa maneira, ficamos na presença de limites em constante flutuação e de conteúdo em permanente variação, com um tema ou assunto em fluxo também constante. Para algumas pessoas, a História contemporânea começa em 1945, com um relance, talvez, até 1939; para outras, é essencialmente a história do período entre as guerras ou, um pouco mais amplamente, do período de 1914 a 1945; e os anos depois de 1945 pertencem a uma fase que ainda não é História. O instituto alemão de História contemporânea, por exemplo, ocupa-se primordialmente do nacional-socialismo, das origens do nacional-socialismo durante a República de Weimar e dos movimentos de resistência que o nacional-socialismo provocou,[6] e é possível encontrar inteligentes e habilidosas soluções dos problemas práticos de escrever história de acontecimentos contemporâneos, as quais ignorem — de modo claramente intencional — tudo quanto ocorreu depois do fim da Segunda Guerra Mundial.[7]

Os problemas envolvidos não só no escrever, mas também na concepção da História contemporânea, deram origem, desde 1918, a uma longa, litigiosa e, finalmente, exaustiva controvérsia.[8] A própria noção de História contemporânea é uma contradição em termos, assim foi sustentado. Antes de podermos adotar uma visão histórica, devemos colocar-nos a certa distância dos acontecimentos que investigamos. Já é bastante difícil, em todas as épocas, "desligarmonos" dos eventos e olharmos para o passado desapaixonadamente, com o olho crítico do historiador. Será possível, então, agir dessa maneira no caso de acontecimentos que exercem influência tão íntima em nossa própria vida? Devo dizer imediatamente que não tencio-

---

[4] Cf. Gold Mann, "Bismarck and Our Times". International Affairs, vol. XXXVIII (1962), pág. 3

[5] Coulton fala-nos de seus três anos escolares em St. Omer, in Foursccre Years. Cambridge, 1943), págs. 39-47; foi em 1866-7.

[6] Cf. H. Rothfels, "Zeitgeschichte als Aufgabe", Vierteljahrshefte für Zeitgetchichte, vol. I (1953), pág. 8; a mesma atitude é adotada por B. Scheuiug, Einführung in die Zeitgeschichte (Berlim, 1962), págs. 30-1.

[7] Cf. M. Bendiscioli, Possibilita e limüi di una storia critica degli avvenimenti contemporanei (Salerno, 1954).

[8] Essa polêmica pode ser acompanhada nas páginas do Jornal History, começando com a controvérsia entre E. Barker e A. F. Pollard, em 1962 (vol. VII); seguiu-se a argumentação de R. W. Seton-Watson favorável ao estudo da História contemporânea (vol. XIV), renovada por G. B. HenJerson em 1941 (vol. XXVI) e novas contribuições por David Thomson (vol. XXVII), Max Beloff (vol. XXX) e F. W. Pick (vol XX-XI).

no discutir essas questões metodológicas.[9] Sejam quais forem os problemas de escrever História contemporânea, permanece o fato de que — como R. W. Seton-Watson assinalou há muito tempo[10] — desde Tucídides até hoje, muito da História escrita, realmente grande, foi História contemporânea. Com efeito, se dissermos — como os historiadores algumas vezes dizem — que a idéia de História contemporânea é uma noção recentemente forjada e introduzida depois de 1918 para saciar a curiosidade de um público desiludido, ansioso por saber o que estaria errado, afinal, na "guerra para acabar com todas as guerras", não será descabido responder que o erro não estava num conceito de História firmemente radicado no presente, mas, pelo contrário, na noção de História em voga no século XIX como algo inteiramente dedicado ao passado. O que é *zeitgebunden* — o que, por outras palavras, é um produto de circunstâncias identificáveis de uma determinada época — não é a crença em que os acontecimentos contemporâneos estejam dentro do âmbito do historiador, mas a idéia de História como estudo objetivo e científico do passado, "por seu próprio interesse".[11]

Por outro lado, seria ocioso negar que quantos rejeitam a História contemporânea, com base no fato de não se tratar de uma disciplina séria, freqüentemente provaram, na prática, estar dentro da razão. Muita coisa que pretende ser História contemporânea — seja ela escrita em Pequim ou Moscou, em Londres ou Nova York — resulta, bastantes vezes, não passar de propaganda ou de comentários desarticulados sobre "questões correntes", refletindo, habitualmente, uma obsessão por um ou outro aspecto da "guerra fria". São óbvias as armadilhas em que tais escritos podem cair. Quais são, por exemplo, as perspectivas de uma apreciação realista da revolução de Castro, em Cuba, se a considerarmos, unicamente, como manifestação do "comunismo internacional" e não a relacionarmos com os movimentos paralelos, em outras regiões do mundo subdesenvolvido, ou com a longa e intrincada história das relações entre os Estados Unidos e Cuba desde 1901? Se quisermos que ela tenha algum valor perene e duradouro, a análise de acontecimentos contemporâneos requer "profundidade", nunca menor — talvez, de fato, uma boa dose mais — do que qualquer outro gênero de História; nossa única esperança de discernir as forças efetivamente em ação no mundo que nos cerca é alinhá-las, de maneira firme, de encontro ao passado, para que o contraste lhes dê o devido realce. Infelizmente, é raro que assim se proceda. Quando eclodiu a guerra da Coréia, em 1950, por exemplo, os comentaristas trataram-na, simplesmente, como um episódio no conflito pós-guerra entre os mundos "livre" e comunista; e o fato dela fazer parte de uma luta bem mais antiga por uma posição dominante no Pacífico ocidental, remontando a quase um século atrás, exatamente, foi passado por alto

---

[9] São analisadas, sucintamente, por H. Rothfels, Zeitgeschichtliche Betrachtungen (Göttingen, 1959), págs. 12 e segs.

[10] History, vol. XIV (1929), pág. 4.

[11] Isso foi demonstrado, com grande verve e conhecimento, no brilhante artigo de Fritz Ernst, "Zeitgeschehen und Geschichtsschreibung", Die Welt als Geschichte vol XVII (1957), págs. 137-89.

e sem comentários.[12] Nem seria preciso dizer que uma apreciação válida deve ter em devida conta ambos os aspectos; mas não iremos longe, na análise da História recente, se não compreendermos que aqueles "aspectos da ordem comunista que constituem os assuntos usuais da prosa contemporânea", em sua grande parte "só são importantes como símbolos", e que "mais profundas tendências históricas, freqüentemente esquecidas no meio das crises e paixões do dia", são habitualmente de "significado mais duradouro na explicação da marcha dos homens e acontecimentos".[13]

A longo prazo, a História contemporânea só pode justificar sua pretensão a ser considerada uma séria disciplina intelectual e algo mais do que uma crítica desarticulada e superficial da cena contemporânea, se decidir esclarecer as mudanças básicas de estrutura que deram forma ao mundo moderno. Essas mudanças são fundamentais porque fixam o esqueleto ou armação em torno do qual a ação política se enquadra e desenvolve. Exemplos delas são a posição alterada da Europa no mundo, o aparecimento dos Estados Unidos e da União Soviética como "superpotências", o colapso (ou transformação) de antigos imperialismos — britânico, francês e holandês — o ressurgimento da Ásia e da África, o reajustamento de relações entre povos brancos e de cor, a revolução estratégica ou termonuclear. Há lugar para divergências de opinião sobre todos esses assuntos; cada um de nós é livre para formular sua própria apreciação sobre o significado dos mesmos. Mas estamos justificados para descrevê-los como tendências "objetivas", no sentido de que, tomados em conjunto, dão à História contemporânea uma qualidade distinta que a separa do período precedente. Além disso, todos requerem estudo e análise em profundidade; são partes de um processo que jamais poderá ser plenamente entendido se o retirarmos de seu contexto histórico.

A tal respeito, a História contemporânea não é diferente, em seus requisitos, de outras espécies de História. Em outros aspectos, porém, não é esse o caso. Em especial, o critério genético ou causal, que se tornou tradicional entre os historiadores que escrevem sob a influência do historicismo alemão, é instrumento inadequado para o historiador contemporâneo que procura definir o caráter da História contemporânea e estabelecer critérios que a distingam do período precedente. Para ele, o importante não é demonstrar (o que todos nós sabemos) que a túnica de Clio é um tecido sem costuras, mas distinguir os diversos padrões em que foi urdido. Um simples exemplo ilustrará o que essa diferença significa na prática.

A História do tipo tradicional principia num determinado ponto do passado — a Revolução Francesa, por exemplo, ou a Revolução Industrial, ou o acordo de 1815 — e opera sistematicamente para diante, traçando um desenvolvimento contínuo segundo as diretrizes fixadas a partir desse ponto de partida escolhido. A História contemporânea segue — ou deveria seguir — um procedimento quase opos-

---

[12] Para uma análise resumida da questão coreana, desde 1864, ver Lee In-sang, *La Corée et la politique des puissances*, (Genebra, 1959).

[13] Cf. Ping-Chia Kuo, *China. New Age and New Outlook* (2.ª ed., Penguin Books, 1960), pág. 9.

to. Ambos os métodos podem levar-nos até bem longe, no passado, mas será um passado diferente. Assim, em relação ao desenvolvimento da moderna sociedade industrial, o historiador contemporâneo estará menos interessado com a extensão gradual dos processos industriais, desde seus primórdios tradicionais com o tear de Hargreaves, a roda hidráulica de Arkwright, a máquina de fiar de Crompton, a máquina de vapor de Watt e o tear mecânico de Cartwright do que com as diferenças substanciais entre a "primeira" e a "segunda" revolução industrial; do seu ponto de vista, tais diferenças são mais significativas do que o indiscutível elemento de continuidade que liga os séculos XVIII e XX.[14] No campo da história política internacional, as diferenças não são menos claras. O historiador que parte, por exemplo, da situação em 1815 e progride passo a passo, fase por fase, é quase inevitável que se preocupará, principalmente, com a Europa, visto os problemas que surgiram diretamente do acordo de 1815 serem, primordialmente, problemas europeus. Para ele, portanto, as principais questões serão a unificação alemã e italiana, a chamada "Questão Oriental", o impacto do nacionalismo, particularmente nos impérios Habsburgo e otomano, e, talvez, o pan-eslavismo — questões que, mediante suas interações, culminaram (ou, como seria mais exato dizer, pareceram culminar, quando vistas por esse prisma) na guerra de 1914 — e os acontecimentos em outras partes do mundo tendem a ser observados como periféricos, exceto quando podem ser abrangidos pelo título de "expansão européia". O historiador que se situar não em 1815, mas no presente, verá o mesmo período em proporções diferentes. Seu ponto de partida será o sistema global de política internacional em que hoje vivemos e sua principal preocupação será explicar como ele surgiu. Assim, estará tão interessado no Oregon e no Amur como na Herzegovina e no Reno, tanto no choque de imperialismos na Ásia central e no Pacífico ocidental como nos Bálcãs e na África, na estrada de ferro transiberiana quanto na ferrovia de Berlim a Bagdá. Ambos os tipos de historiador examinarão o mesmo setor de passado, mas fá-lo-ão com diferentes objetivos em mente e distintos padrões de julgamento.

Embora o historiador contemporâneo dê atenção, necessariamente, a coisas diferentes, não se segue daí que seu critério tenha de ser mais superficial ou sua perspectiva mais reduzida do que a de outros historiadores. Para um entendimento coberto da mutação de um sistema político europeu em um mundial, que é das mais evidentes características da era contemporânea, podemos recuar, por exemplo, até à Guerra dos Sete Anos, a qual foi descrita como "o primeiro conflito mundial dos tempos modernos".[15] Ou quem, ainda, quando a ocupação russa de Berlim, em 1945, foi descrita como um avanço inédito dos eslavos para o oeste, parou para recordar que os russos já tinham ocupado Berlim em 1760? Evidentemente, isso não é História contemporânea ou sê-lo-á tanto quanto as campanhas dos exércitos de Suvorov na Itália e na Suíça, durante as guerras napoleônicas; mas é importante estar-se ao corrente desses

[14] Voltarei mais tarde a este ponto; cf. adiante, pág. 44.

[15] Cf. S. F. Bemis, *The Diplomacy of the American Revolution* (2.ª ed., Bloomington, 1957). Pág. 5.

eventos e tomá-los em devida conta, se quisermos ver os acontecimentos recentes em perspectiva. Para compreender a posição da Rússia na Ásia — o que, tal qual a expansão dos Estados Unidos através do continente americano até o Pacífico, é uma das precondições da era moderna — pode ser necessário recapitular, mesmo brevemente que seja, as campanhas siberianas de Yermak, em redor de 1580, e o espantoso avanço pela Ásia que levou os exploradores e aventureiros russos até à costa do Pacífico, cerca de 1649. E, uma vez mais, seria idiota esperar entender a política dos Estados Unidos, na atualidade, sem olhar para além de 1890 e das guerras filipina e cubana, a fim de examinar as primeiras fases do imperialismo americano que o Professor van Alstyne tão brilhantemente averiguou.[16]

Esse punhado de exemplos é bastante para mostrar que a História contemporânea não significa — como historiadores têm, por vezes, hostilmente insinuado — nada mais do que analisar superficialmente os acontecimentos recentes e interpretar erroneamente o passado recente à luz de ideologias correntes. Mas também mostram — o que é fundamentalmente mais importante — por que não podemos dizer que a História contemporânea "começa" em 1945 ou 1939, ou em 1917, ou em 1898, ou em qualquer outra data específica que possamos escolher. Existem bastantes provas, que mais adiante realçarei, cujo efeito cumulativo sugere que os anos imediatamente anteriores e posteriores a 1890 constituíram importante ponto decisivo; mas faremos bem se nos acautelarmos sobre a indicação de datas precisas. A História contemporânea começa quando os problemas que são reais no mundo atual tomaram, pela primeira vez, uma forma visível; começa com as mudanças que nos habilitam, ou melhor, que nos compelem a dizer que entramos em uma nova era — a espécie de mudanças, como já sugeri, que os historiadores salientam quando estabelecem uma linha divisória entre a Idade Média e a História "moderna" na passagem dos séculos XV e XVI. Tal como as raízes das mudanças que tiveram lugar na época do Renascimento podem levar-nos até à Itália de Frederico II, assim as raízes do presente podem situar-se até no século XVIII; mas esse fato não elimina a possibilidade de distinguirmos duas eras nem invalida a diferenciação entre elas. Por outra parte, indica que houve um longo período de transição, antes do *ethos* de um período ser substituído pelo *ethos* do outro; e, de fato, verificaremos nas páginas seguintes que estamos envolvidos, em larga escala, numa era de transição em que dois períodos, o "contemporâneo" e o "moderno", dificilmente coexistem. Só agora parece estarmos começando a sair dessa transição para um mundo cujos contornos não podemos delinear ainda.

2

Se associarmos o conceito de História contemporânea, como creio que deveríamos fazer, com o arranque inicial de uma nova e-

---

[16] Cf. R. W. van Alstyne, The Rising American Empire (Orford, 1960).

ra, que rótulo deveremos pôr-lhe? É certo que o termo "História contemporânea" é provisório e ambíguo, mas também é incolor; e, atualmente, como emergimos de um longo período de transição, é mais seguro fixarmo-nos numa denominação incolor, mesmo sem significado, do que adotar uma que seja precisa, mas inapropriada. Quando pudermos ver mais nitidamente a nova constelação de forças que emergem, será então momento de pensar num termo que represente com maior exatidão o mundo em que vivemos.

É verdade que já houve uma série de tentativas para encontrar uma nova fórmula, mas nenhuma é completamente satisfatória. Foram feitas por historiadores que perceberam, muito corretamente, como a tripla divisão convencional em idades "antiga", "medieval" e "moderna" se tornou raquítica. Em especial, foi sugerido que, tal como à era mediterrânica sucedeu uma européia, assim a era européia foi, ou está sendo agora, substituída por uma era atlântica.[17] Este esquema, que implica ter a História contemporânea como tema central a formação de uma comunidade atlântica, é plausível e atraente; mas existem três razões para que hesitemos, antes de endossá-lo. Primeiro que tudo, é um conceito mais político do que histórico; tomou forma como uma projeção para trás da Carta do Atlântico de 1941 e não era corrente, na medida em que pude averiguar, entre os historiadores de antes da Segunda Guerra Mundial.[18] Em segundo lugar, a seqüência "Mediterrâneo-Europa-Atlântico" é tanto um reflexo do ponto de vista europeu quanto a seqüência "antiga-medieval-moderna", que pretende substituir, e só por essa razão constitui já uma denominação duvidosa para um período cuja característica mais óbvia foi um declínio no predomínio da Europa e uma transferência de ênfase da Europa para outras regiões. E, finalmente, embora não haja razão para negar a existência de "uma economia atlântica histórica", da qual os países de ambas as margens do Atlântico são "partes interdependentes", tornou-se bem claro, para além de qualquer dúvida razoável, que a tendência, em tempos recentes, foi mais para um enfraquecimento do que um fortalecimento dessa comunidade econômica.[19] Uma investigação cuidadosa mostra que foi no período de 1785-1825 que os laços econômicos entre a Europa ocidental e a América foram mais estreitos; daí em diante, afrouxaram lentamente até 1860 e, depois desse ano, o afrouxamento ganhou um ritmo mais rápido.[20] Hoje, apesar da aliança atlântica, as duas margens do Atlântico encontram-se "economicamente mais distantes entre si do que estavam, há um século"; certamente — e do atual ponto de vista, significativamente - "a déca-

---

[17] Cf. O. Halechi, *The Limits and Divisions of European History* (Londres, 1950), especialmente págs. 29, 54, 60 e segs., 167 e segs.

[18] Entre os que o popularizaram, conta-se o comentarista político americano Walter Lippman; dele passou, em 1945, para os historiadores Carlton Hayes, Garrett Mattingly e Hale Bellot, após o que se converteu num conceito bastante divulgado Para um breve relato de sua evolução, cf. Cushing Strout, *The American Image of the Old World* (Nova York, 1963), págs. 221 e segs.

[19] Esta é a conclusão de J. Godechot e R. R. Palmer, em seu brilhante reexame de toda a questão, "Le problème de l'Atlantique du XVIII^{e} au XX^{e} siècle publicado no vol. V do Relatório do 10.° Congresso de Ciências Históricas (Florenca 1955), págs. 173-239.

[20] Ibid., pág. 199.

da de 1890" foi "o fim de uma época e princípio de outra" na história da economia atlântica.[21]

Parece existir, pois, pouca justificação, para o historiador que examine sobriamente os fatos, em adotar o critério de que a História contemporânea é, em seus contornos genéricos, intermutável com a história do aparecimento de uma nova era "atlântica". Com efeito, se baseássemos nossas conclusões no curso dos acontecimentos desde 1949, seria tão fácil e justo quanto plausível argumentar, precisamente, que o mundo estava passando, não para uma era atlântica, mas para uma era do Pacífico. A guerra da Coréia, a partilha do Vietnam, o conflito no Laos — questões que, desde 1945, estiveram mais próximas do que qualquer acontecimento da Europa de fazer deflagrar a Terceira Guerra Mundial — a arrastada e insolúvel questão de Formosa, as tensões no Sudeste asiático entre a Indonésia e a Holanda e entre a Indonésia e a Grã-Bretanha, além da estupenda transformação que ocorreu na China depois de 1949; o que é tudo isso, poder-se-á pensar, senão a prova de que o eixo da História mundial, que os filósofos do século XVIII viram deslocar-se do leste para o oeste, deu novo impulso na direção oeste e completou o círculo? Mas tais especulações meta-históricas, ainda que fascinantes como, por vezes, são, é melhor que as deixemos de lado. O fato é, simplesmente, que não possuímos conhecimentos bastantes para decidir em tais assuntos. O novo período a que chamamos "contemporâneo" ou "pós-moderno" está em seu começo, e não podemos ainda afirmar onde é que seu eixo se fixará, finalmente. Todos os rótulos que colocamos em períodos históricos são *ex post facto*; o caráter de uma época só pode ser percebido por aqueles que olhem para trás, vendo as coisas de fora. Eis por que devemos contentar-nos, para o presente, com um nome provisório para o período "pós-moderno" em que vivemos. Por outro lado, precisamente porque estamos fora dele e podemos observá-lo de fora, é possível vermos o período a que ainda chamamos de "História moderna" — a era européia que Pannikar declarou ter começado em 1498 e terminado em 1947[22] — como um processo com princípio e fim; e o próprio fato de estarmos habilitados a formar certa noção da estrutura e caráter desse período anterior propicia-nos o estabelecimento, por contraste e comparação, dê pelo menos algumas características diferenciadoras do período que se lhe seguiu. São essas características peculiares, tal como as compreendo, que constituirão o tema dos próximos capítulos.

3

É verdade que nenhuma linha nítida divide o período a que chamamos "contemporâneo" do período denominado "moderno". Nisto con-

[21] É esta a conclusão de Brinley Thomas em *Migration and Economic Growth A Study of Great Britain and the Atlantic Economy* (Cambridge, 1954) págs 118 235; cf. também Godechot e Palmer, op. cit., pág. 235.

[22] Cf. K. M. Pannikar, Ásia and Western Dominance (Londres, 1953), pág. 11.

cordamos com os defensores da doutrina de continuidade histórica. O novo mundo alcançou a maturidade à sombra do antigo. Quando primeiro temos consciência disso, perto do final do século XIX, pouco mais era do que uma agitação intermitente no ventre do velho mundo; depois de 1918, adquire uma identidade separada e uma existência própria; avança em direção à maturidade, com uma velocidade inesperada, depois de 1945; mas só nos anos mais recentes, a partir de 1955, aproximadamente, é que se emancipa da tutela do velho mundo e afirma o inalienável direito de decidir seu próprio destino. Portanto, sua história é bastante menos do que a história global do período envolvido — de fato, nos primeiros anos, é tão-só uma parcela diminuta dessa história — e constitui um fator de complicação a que voltaremos a aludir. Mas se nossa finalidade é compreender as origens da era em que vivemos e os elementos constituintes que a tornam tão diferente do mundo centralizado na Europa do século XIX, dificilmente erraremos ao dizer que se trata da parcela que mais nos interessa.

Quando procuramos isolar aqueles rumos, na história do período, que nos encaminham para o futuro, logo se torna evidente — seja qual for o rumo determinado que escolhamos seguir — que todos convergem, com surpreendente regularidade, na mesma data aproximada. É nos anos imediatamente anteriores e posteriores a 1890 que a maioria dos acontecimentos que distinguem a História "contemporânea" da "moderna" começaram a ficar visíveis pela primeira vez. Seria sem dúvida imprudente exagerar o significado dessa — ou qualquer outra — data como linha divisória entre dois períodos; mais se parece à linha de um gráfico, representando uma média estatística com uma considerável margem de flutuação de um e outro lado. Mesmo assim, está substanciada excessivamente bem para que a ignoremos. Antes de terminar o século XIX, novas forças estavam produzindo mudanças fundamentais em praticamente todos os níveis da existência e em praticamente todas as regiões do mundo habitado, sendo notável, se examinarmos a literatura do período, como havia tanta pessoa com uma noção exata do rumo que as coisas estavam levando. O idoso Burckhardt, na Basiléia, o jornalista inglês W. T. Stead, com sua visão sobre a "americanização do mundo", americanos como Brook Adams, até Kipling, no sombrio "Recessional" por ele escrito para o jubileu da Rainha Vitória, em 1897, são apenas alguns exemplos de figuras mais proeminentes entre muitas que pressentiram o impacto perturbante de novas forças: seus prognósticos particulares, os temores e esperanças que ligaram às mudanças ocorrendo em torno deles, podem ter resultado errôneos, mas a percepção, freqüentemente débil mas algumas vezes nítida, de que o mundo estava caminhando para uma nova época não era, simplesmente, uma ilusão.

Quando procuramos identificar as forças que puseram as novas tendências em movimento, os fatores que sobressaem são a revolução industrial e social nos derradeiros anos do século XIX e o "novo imperialismo" que tão intimamente se lhe encontra ligado. A natureza e o impacto desses movimentos interligados, muito debatidos em anos recentes, serão examinados no capítulo seguinte; por enquanto, basta dizer que só distinguindo o que foi novo e revolucionário neles — por outras palavras, realçando as diferenças en-

tre a "primeira" e a "segunda" revolução industrial, e entre o antigo e o "novo" imperialismo — é que poderemos esperar medir completamente as conseqüências do impacto desses movimentos. Também é verdade, claro, que levou algum tempo antes que essas conseqüências se tornassem explícitas. Nenhuma das mudanças que analisaremos nas próximas páginas — nem a transição de um padrão europeu para um global de política internacional, nem o surto da "democracia da massa"; nem mesmo o desafio aos valores liberais — foi decisiva por si própria; nem uma só foi bastante para provocar a mudança de um para outro período. Decisivas foram suas interações. Só quando a constelação de forças políticas, que estava ainda limitada à Europa nos dias da ascensão de Bismarck, se imiscuiu com outras constelações de forças políticas em outras partes do mundo; só quando o conflito entre povos e governos se entrosou com o conflito de classes, o que não era ainda o caso em 1914; só quando os movimentos sociais e ideológicos atravessaram fronteiras de um modo (ou, pelo menos, numa extensão) que era desconhecido no período dos Estados nacionais; só então se tornou claro, para além de toda a discussão, que um novo período chegara na história da humanidade.

É partindo desse ponto de vista que os vários acontecimentos selecionados como marcos indicadores das fases de transição de uma época para outra têm de ser considerados. Entre eles, a guerra de 1914-18 foi o primeiro, com as deslocações sem precedente que acompanharam sua marcha. Tanto para os escritores contemporâneos como para os mais recentes, nenhum outro acontecimento anunciou com maior clareza o fim de uma época. "Já não é o mesmo mundo que era em julho último", disse o embaixador americano em Londres ao Presidente Wilson, em outubro de 1914;[23] "nada é idêntico". Mas ainda que muitos ecoassem suas palavras, é hoje evidente que eles exageravam a velocidade da mudança. Em primeiro lugar, o fim de uma época não coincide necessariamente com o início de outra; pode haver — e, de fato, há — um período intermediário de tendências confusas e incertas. Em segundo lugar, o poder de recuperação do velho mundo centralizado na Europa era formidável. A guerra de 1914-18 aliviou as tensões ocultas e não-solucionadas que tinham vindo a ganhar força desde os últimos anos do século XIX; enfraqueceu a estrutura da sociedade e tornou mais fácil o caminho para que as novas forças se fizessem sentir. Mas poucas coisas foram mais notáveis do que a velocidade com que, depois de 1919, a ameaça de uma radical subversão social foi banida; e foram bastantes a retirada dos Estados Unidos para o seu isolamento e eliminação da Rússia Soviética pela revolução e a guerra civil para convencer os estadistas europeus de que a política internacional não se afastara, no fim de contas, de maneira substancial, de seus velhos padrões. A pressa em regressar à "normalidade" — uma pressa que revelou a vitalidade das forças conservadoras oriundas do velho mundo — foi uma das características mais salientes da década entre 1919 e 1929.

Hoje, é óbvio que essa ânsia de regresso às condições ante-

---

[23] Cf. B. J. Hendrick, *The Life and Letters of Walter Hines Page*, vol. III (Londres, 1925), pág. 165.

riores a 1914 e a crença, predominante entre 1925 e 1929, de que ele fora alcançado, foram ilusórias. Fossem quais fossem as aparências em contrário, o mundo estava, de fato, marchando em frente. Embora, por volta de 1925, a maioria dos índices econômicos tivesse atingido, se não ultrapassado, o nível de 1913, a guerra acarretara mudanças substanciais e irreversíveis no equilíbrio do poder econômico e, em relação ao progresso global, os países que estavam à frente no mundo anterior à guerra — a Alemanha, por exemplo, o Reino Unido, a França e a Bélgica — começavam a retroceder.[24] A posição, no domínio da política internacional, era muito semelhante. Nesse aspecto, a mutação no equilíbrio foi mascarada pela ausência temporária dos Estados Unidos e da União Soviética, mas jamais deixou de ser a realidade subjacente e é hoje difícil acompanhar os cálculos e manobras da diplomacia européia nos anos entre as guerras — desde a Pequena Entente de 1921 à Comissão de Não-Intervenção de 1936 — sem experimentar uma sensação de futilidade, só rivalizada, talvez, pela futilidade da política ateniense nos tempos de Alexandre, o Grande. Foi uma "idade de ilusões".[25] Mas as ilusões foram um poderoso fator na história do período — particularmente a ilusão de que a Europa retinha a posição dominante que pretendera ocupar nos tempos anteriores à guerra. Um dos resultados, entre muitos, foi estarem os responsáveis pela política britânica da década de 1930 tão obcecados com Hitler e Mussolini que não deram a devida atenção a Hinota e Konoye; e quando, em julho de 1937, os japoneses deram início à Segunda Guerra Mundial que provocou a derrocada dos impérios europeus, os mesmos políticos nem sequer tiveram consciência de que a Segunda Guerra Mundial já começara. Se não estivermos cientes do conservantismo do pensamento político na década de 1930 e da medida em que ele estava ainda assente nos pressupostos do velho mundo, será difícil acreditarmos em que qualquer estadista sereno desse mais importância à Itália fascista e seu ditador do que ao Japão. Isso só era possível então — e ainda só é possível agora — em virtude da errada crença de que as únicas coisas significativas que ocorriam, mesmo em 1939, eram as coisas que se passavam na Europa.

Ninguém que se preocupe com o exame do período, depois de 1918, poderá permitir-se ignorar a persistência dos velhos rumos de pensamento e a resistência conservadora a toda mudança. Através do período de transição, o avanço dos novos conceitos foi obstruído pela força retardadora dos antigos. Em cada marco do caminho podemos ver, se olharmos para trás, que as elegeu como o verdadeiro ponto decisivo; mais verdadeiro é verdade a respeito do ano de 1917 que mais de um historiador elegeu como o verdadeiro ponto decisivo[26]; mais verdadeiro é ainda, de modo bem nítido, relativamente ao descalabro financeiro de 1929. Mas mesmo depois de 1945, havia poderosas forças "restauradoras" em ação e somente o fracasso

---

[24] Cf. W. A. Lewis, Economic Survey, 1919-1939 (Londres, 1949), págs. 34-5, 139.

[25] A frase é de René Albrecht-Carrié, A Diplomatic History of Europe (Londres, 1958), pág. 385; cf. também págs. 301-4.

[26] Por exemplo, E. Hölzle, "Formverwandlung der Geshichte. Das Jahr 1917", Saeculum, vol. VI (1955), págs. 329-44; H. Rothfels, Zeitgeschichtliche Betrachtungen (Gottingen, 1959), pág. 11.

das mesmas deu o impulso para o salto decisivo com que atingimos o novo mundo. O sepultamento da tradicional rivalidade franco-alemã, a busca de um novo estatuto para a Europa ocidental, o reconhecimento da divisão entre a Europa ocidental e a oriental que está implícito naquele, o resultado da guerra de Suez, em 1956 e o discurso de Macmillan sobre os "ventos da mudança", em 1960, tudo são provas evidentes de um desejo de liquidar a velha firma, antes que ela se dissolvesse em falência. Mas o mais importante, a longo prazo, foi o fato de que as questões que agitaram o mundo eram, predominantemente, questões novas, refletindo uma situação que não existia há apenas alguns anos antes. No final de 1960, pode razoavelmente afirmar-se que o longo período de transição estava concluído; o novo mundo entrava em órbita.

Entretanto, não devemos pensar em termos de uma quebra radical. Quando as mudanças decisivas principiaram, perto do final do século XIX, isso aconteceu num mundo que, por toda a sua expansividade e apesar dos sintomas de mal-estar do *fin de siècle*, se encontrava solidamente ancorado em dois pontos fixos: o Estado nacional soberano e uma ordem social firmemente estabelecida e estabilizada por uma próspera classe média proprietária. Ambas as características demonstraram ser notavelmente persistentes. Suportaram o vendaval de duas guerras mundiais e são ainda fatores com que se deve contar no mundo de hoje. Conceitos tais como soberania, Estado nacional e democracia de propriedade privada, de classe média em sua estrutura, embora ampliados pela absorção de vastos segmentos da classe operária, foram transportados até hoje como componentes de uma sociedade essencialmente distinta da de 1914, de um modo bastante parecido àquele como as sociedades germânicas do princípio da Idade Média européia incorporaram elementos transmitidos por Roma. É possível que se trate de elementos moribundos, meras sobrevivências que desaparecerão no decurso de algumas gerações, tal como a maior parte da herança romana se tornou obsoleta, por fim, na Gália franca; é possível que se mantenham — transformados, sem dúvida, e adaptados a novas condições, mas ainda poderosos e ativos — como elementos constituintes da nova sociedade. Tudo o que podemos dizer é que existem como fatores de contrabalanço na situação contemporânea, como elementos de continuidade que compensam os elementos de descontinuidade e mudança. Eles indicam — o que qualquer historiador com experiência de mudanças semelhantes no passado esperaria — que o mundo em formação não está radicalmente desligado do mundo do qual emergiu nem é uma simples continuação do mesmo; é um novo mundo com raízes no antigo.

4

Se a influência retardadora das forças conservadoras, para preservar o máximo possível do velho mundo centralizado na Europa, foi um fator que influiu no processo de transição, outro fator foi o desmantelamento do coração da Europa mediante as rivalidades e conflitos das potências européias entre 1914 e 1945. Nenhum outro

aspecto da História recente terá sido mais completamente analisado. Para a maioria dos historiadores europeus, as rivalidades e disputas que atingiram o auge depois de 1905 marcaram o início da grande guerra civil em que a Europa, colhida nas árduas tarefas de seu passado, engendrou sua própria destruição; e foi o malogro da Europa em resolver seus próprios problemas — em especial, os crônicos problemas dos nacionalismos — que gerou uma nova era.

Ninguém poderá negar que esse conceito de História contemporânea, com o realce na Europa e na continuidade dos desenvolvimentos no seio da Europa, ilumina certos aspectos da história do período. A verdadeira questão é saber se ele é adequado como chave para o processo de transição como um todo. Os anos entre 1890 e 1960 defrontam-nos com dois processos interligados, o final de uma época e o início de outra, e os conflitos das potências européias desempenharam, sem dúvida, um importante papel no primeiro. O que deveremos indagar é se os historiadores que fizeram da Europa o fulcro de sua estória não se terão concentrado excessivamente no velho mundo que agonizava e prestado reduzida atenção ao novo mundo que nascia. É indubitavelmente certo que, não fossem as guerras que provocaram a derrocada do velho mundo, o nascimento do novo mundo teria sido mais demorado e difícil. O curso e resultado dessas guerras também projetam luz sobre a situação do pós-guerra na Europa. Mas logo que estendemos nossa vista da Europa para a Ásia e África, a posição é diferente. Aí, como veremos mais adiante,[27] os conflitos e rivalidades das potências européias foram um fator contribuinte; mas não nos ajudam a compreender o caráter do novo mundo que surgiu depois de 1945, tanto quanto não contribuem para explicar as origens e crescimento das forças que o modelaram durante os cinqüenta anos precedentes. Uma interpretação que se concentre na situação européia, em resumo, é demasiado estreita para um processo em escala mundial; pode não estar errada, dentro de seus próprios limites, mas é enganadora em equilíbrio e perspectiva.

Nem entenderemos o curso dos acontecimentos na própria Europa se o dissociarmos do processo mundial de mudança que começou por volta de 1890. Os conflitos europeus da primeira metade do século XX foram mais do que uma continuação dos conflitos europeus anteriores. A partir do final do século XIX, a Europa viu-se envolvida, simultaneamente, nos problemas herdados de seu próprio passado e num processo de adaptação a uma nova situação mundial; ambos esses aspectos de sua história devem ser devidamente considerados. Por essa razão, é fácil dar uma ênfase desproporcionada aos problemas não-resolvidos do nacionalismo, tal como se desenvolveram na Europa a partir de 1815. Esses problemas, particularmente o desenvolvimento do nacionalismo alemão, constituíram um fator na situação; mas igualmente importante foi a consciência — predominante nos espíritos de escritores como Hans Delbrück, Rudolf Kjellén, Paul Rohrbach e Friedrich Naumann — de que a posição da Europa no mundo estava mudando e de que estaria irremediavelmente perdida a menos que se fizesse algo para restaurá-la. Podemos ver essa convicção surgindo e ganhando vitalidade na Alemanha — especialmente

---

[27] Págs. 71 e segs.

mas não exclusivamente na Alemanha — entre 1890 e 1900, como reação ao novo imperialismo do período, e também podemos observar como foi absorvida e identificada com a realização dos objetivos nacionais alemães. Mas não foi, simplesmente, uma expressão do nacionalismo alemão; pelo contrário, sua base era a convicção de que a política que pretendesse, meramente, defender posições estabelecidas estava empenhada numa batalha perdida, pelo que seria necessário uma reação mais positiva. Essa reação foi denominada "a última tentativa para reorganizar a Europa moderna".[28] A forma que adotou foi uma tentativa para fundir, no coração da Europa, o núcleo de um império, sob domínio alemão, bastante poderoso para concorrer em termos de igualdade com as outras grandes potências mundiais da época, a Rússia imperial, os Estados Unidos e o império britânico. Seu resultado foram as guerras de 1914 e 1939.

Teremos mais a dizer, adiante,[29] sobre o modo como essa tentativa alemã de remodelar a Europa afetou a transição de um sistema europeu para um sistema mundial de política internacional. Por ora, apenas nos interessa projetar luz sobre as origens dessas forças que posteriormente ganhariam forma como fascismo e nacional-socialismo. Tais forças eram um característico produto secundário do velho mundo em declínio. Em 1914, eram ainda muito mais débeis do que as forças provenientes do passado, em especial as do nacionalismo europeu. Mas, à medida que a desintegração progredia, mais essas forças ganhavam em vigor. Divididas, no princípio, entre certo número de pequenos e excêntricos grupos fragmentados em disputa com a sociedade burguesa — os chamados "revolucionários da direita" ou "radicais da extrema direita", dos quais Moeller van den Bruck é, talvez, o exemplo típico[30] — foram buscar energias no tumulto e miséria reinantes na Europa, depois de 1918, até que, finalmente, com o início da depressão de 1929 e a acuidade do antagonismo entre capitalismo e comunismo, converteram-se numa força política de primeira ordem. A resistência a Hitler, dentro da própria Europa, foi incomparavelmente mais fraca em 1939 do que a resistência à Alemanha em 1914. A razão foi que o espírito nacional, sustentáculo da Europa de 1914 a 1918, perdera seu ímpeto e as idéias fascistas tinham ganho adeptos em quase todos os países europeus. Seu aparecimento obscureceu e complicou os problemas centrais da época. Daí em diante, encontramos alinhados contra as forças conservadoras que lutam tenazmente por manter o velho mundo europeu não só as forças da esquerda, cujo objetivo era substituí-lo por uma nova sociedade, mas também as da extrema direita, cuja finalidade era remodelar a Europa numa forma mais apta a enfrentar e agüentar a investida impetuosa das condições revolucionárias; e entre esses pólos havia espaço para uma infinita variedade de agrupamentos e reagrupamentos.

A tentação de tratarmos as complicações subseqüentes como ver-

---

[28] Cf. Halecki, op. cit., pág. 182.

[29] Pág. 106-11.

[30] Os primeiros capítulos de O. E. Schüddekopf, Linke Leute von Rechts (Stuttgart, 1960), contêm um elucidativo relato sobre a "rebelião da juventude da Europa contra a tradição, a convenção e a ordem petrificadas", e mais especificamente sobre as origens do radicalismo da extrema direita na Alemanha; quanto a Moeller van den Bruck, cf. págs. 35-7.

dadeira substância da História contemporânea é muito grande. Mas fazê-lo corresponderia a não vermos a floresta por causa das árvores. O impacto do fascismo, em suas várias formas, multiplicou as possibilidades de manobra tática; mas é duvidoso que tenha afetado, substancialmente, a transição de uma para outra época da História. No que respeita à situação mundial, as conseqüências do nacional-socialismo e do fascismo podem colocar-se sob três capítulos, todos eles indiretos. Primeiro, dividiram as forças que lutavam para defender a antiga ordem e, assim, enfraqueceram e, finalmente, aniquilaram a ação retardadora que constituíra um freio tão eficaz para a mudança radical durante os dez anos anteriores a 1929. Segundo, apareceram entre 1930 e 1940 como o maior desafio ao *status quo* — muito mais imediatamente perigoso do que o radicalismo da extrema esquerda ou o descontentamento colonial — resultando daí terem provocado o alinhamento das duas outras forças, a direita conservadora e a esquerda socialista (e comunista), numa aliança temporária que foi uma razão principal para o poder exaltado que a última passou a exercer depois de 1945. E, por fim, ao desviar a atenção de outros problemas, focalizando-a na "ameaça fascista" da Europa, ajudaram a acelerar a mudança em outras regiões do mundo. Assim, a longa série de concessões no Extremo Oriente, resultantes da preocupação britânica com Mussolini, no Mediterrâneo, e Hitler, na Europa, encorajou e facilitou a política do Japão, que demonstraria ser um dos mais poderosos solventes da velha ordem na Ásia.

Foi através desse triplo processo que o fascismo e o nacional-socialismo, embora pretendessem constituir os únicos instrumento efetivos de resgate e salvação do velho mundo — e que por isso ganharam um apoio maciço — acabaram por converter-se, graças a uma peculiar ironia da História, em instrumentos do colapso europeu. Desempenharam uma função no processo de transição como fatores que forçaram a marcha dos acontecimentos; mas sua contribuição positiva para um novo mundo que surgia entre as ruínas do antigo foi pequena. Só a mais superficial analogia, por exemplo, poderia pretender derivar a "democracia orientada" da Indonésia do Estado corporativo fascista, ou explicar a estrutura política da Argentina, depois de 1945, como conseqüência da visita de Perón à Itália entre 1939 e 1941, em lugar de observarmos o contexto das mudanças sociais, na América Latina, inauguradas pela revolução mexicana de 1910. Se desejarmos entender por que, entre as muitas possibilidades abertas pelo colapso da Alemanha e do Japão, em 1945, algumas se concretizaram e outras não, devemos debruçarmo-nos sobre acontecimentos que os historiadores rechaçaram para as margens exteriores da História e que só agora começam a encontrar, lentamente, seu caminho de regresso ao centro. Hoje, é evidente que muita coisa que nos ensinaram a olhar como central é, na realidade, periférica, e que muitas outras coisas usualmente postas de lado como periféricas comportam em si as sementes do futuro. Encarado pelo prisma de Dien Bien Phu, por exemplo, Amritsar situa-se em nova e invulgar proeminência entre os acontecimentos de 1919.

É verdade, sem dúvida, que até 1945 o final do velho mundo constituía o mais saliente aspecto da História recente; açambarcou a atenção dos contemporâneos e cegou-os para a importância de ou-

tros aspectos. Mas a função do historiador é, observando em retrospecto os acontecimentos, de certa distância, abranger um panorama mais vasto do que o de seus contemporâneos, corrigir as perspectivas comuns e chamar a atenção para acontecimentos cuja influência, a longo prazo, não é de esperar que o observador comum enxergue. Até o presente, de modo geral, os historiadores têm feito pequeno uso de suas oportunidades. Sem dúvida, isso é devido em parte ao fato de que muitos historiadores encontram-se ainda emocionalmente envolvidos nas agonias da morte do velho mundo, que eles sentem mais profundamente do que as dores de parto do novo; também se deve ao fato de que, até muito recentemente, éramos incapazes de colocar-nos fora do período de transição e olhar para trás, observando tudo em conjunto, como um verdadeiro todo. Mas hoje já não é esse o caso. Se, como tentei explicar, a longa transição de uma era para outra atingiu agora seu termo, se podemos dizer que, entre 1955 e 1960, o mundo caminhou para um novo período histórico, com diferentes dimensões e problemas próprios, então deixará de ser impossível restaurar o equilíbrio entre o velho mundo que passou e o novo que surgiu.

Fazer isso é, também, uma urgente necessidade prática. A geração nascente irá, inevitavelmente, encarar o século XX com prioridades diferentes das nossas. Situada num mundo em que — como todas as indicações atuais nos sugerem — os principais problemas não serão as questões européias, mas as relações entre a Europa, incluindo a Rússia, de um lado, a América e os povos da Ásia e da África, de outro lado, ela dará reduzida importância a muitos dos tópicos que absorveram a atenção das últimas gerações. O estudo da História contemporânea requer novas perspectivas e uma nova escala de valores. Encontraremos mais indícios significativos, por exemplo, na autobiografia de Nkrumah do que nas memórias de Eden, mais pontos de contato no mundo de Mao e Nehru do que no de Coolidge e Baldwin; e é importante recordar que, enquanto Mussolini e Hitler faziam trejeitos e ademanes no centro do palco europeu, mudanças ocorriam no mundo mais vasto que contribuíram, de maneira mais fundamental, para dar forma aos acontecimentos vindouros. A tendência dos historiadores para se fixarem naqueles aspectos da História do período que têm suas raízes no velho mundo por vezes parece obstruir, em vez de ampliar, nosso entendimento das forças de mudança. Tentaremos aqui estabelecer um diferente equilíbrio. Não esqueceremos que o final de uma época e o nascimento de outra foram acontecimentos que ocorreram simultaneamente, dentro do mesmo mundo cada vez menor; mas preocupar-nos-emos primordialmente com a nova época que está alcançando sua maturidade à sombra da antiga.

5

Há muitos indícios de que o longo período de transição, de que este livro basicamente se ocupa, já terminou, e de que os acontecimentos do mais recente passado pertencem a uma nova fase da História, cujo exame detalhado ainda não é possível. Por essa razão,

não será feita aqui qualquer tentativa de tratar tais eventos e muito menos de estabelecer previsões sobre a configuração que as coisas venham a adquirir. Isso não quer dizer que eu ignore o fato de os acontecimentos, em muitas áreas do mundo, terem progredido para além do ponto — por volta de 1958-59 — que eu tomei por terminal; significa, apenas, que eles ainda não estão em condições de receber uma avaliação histórica.

A espécie de obra que tenta espremer o último grama de significação de tais acontecimentos como o conflito ideológico entre a China e a URSS excede os limites da análise histórica; o âmbito de possibilidades ainda abertas é tão amplo que qualquer tentativa para examiná-las está destinada a ser hipotética ou especulativa.

O início desse novo período — que é, claro, o período de História "contemporânea" no sentido rigoroso da palavra — pode ser colocado, com certa dose de segurança, entre o final de 1960 e o começo de 1961, e a tentação é para tomar o princípio da administração Kennedy, nos Estados Unidos, como um ponto adequado para registrar a separação do período anterior. Foi a primeira ocasião em que o poder de decisão em nível supremo passou para as mãos de uma geração que não estava envolvida na política anterior a 1939 nem estava condicionada — da maneira, por exemplo, como as reações de Sir Anthony Eden estavam condicionadas em 1956 — por atitudes e experiências do período anterior à guerra. Não obstante, seria um erro dar demasiada atenção ao fator pessoal. Foi, antes, uma questão de tendências cumulativas que chegaram a um ponto máximo por volta da subida de Kennedy ao poder e, na medida em que seu governo registrou uma mudança, estaria mais perto da verdade considerá-lo mais como um reflexo do que como causa de uma nova situação. No começo de 1961, as mudanças que vinham tomando forma desde a morte de Stalin, em 1953, tinham atingido uma fase de cristalização. Ao mesmo tempo, em todas as áreas do mundo, surgiram novos problemas que tinham diminuta relação com os problemas característicos do período de transição. No Sudeste asiático, o ponto decisivo ocorreu em 1958, correspondendo a um "clímax dos anos de crise política nos novos Estados" daquela área.[31] Na África, o desmantelamento do colonialismo europeu mal se completara ainda quando os problemas econômicos e políticos da independência se fizeram sentir. No bloco comunista, a controvérsia ideológica entre a China e a União Soviética, que vinha fermentando desde 1957, explodiu em 1959. Na Ásia, a frente comum estabelecida em Bandung, em 1955, deu origem a disputas territoriais entre a China e a Índia, Birmânia e Paquistão. Na Europa ocidental, os tratados de Roma, de 1957, registraram a conclusão da primeira fase na marcha para novas formas de integração regional. O que havia de comum entre todas essas questões eram marcarem elas a emergência de um novo mundo. Em meados do século, o mundo estava ainda a braços com os problemas da transição; dez anos depois, estava estabelecendo um novo padrão.

Não é difícil selecionar alguns dos processos pelos quais o novo padrão difere do antigo. O mais evidente foi a proeminência

---

[31] Cf. M. Brecher, *The New States of Ásia* (Londres, 1963), pág. 73. O ano de 1958 foi um ponto decisivo em outros aspectos; cf. R. F. Wall em *Survey of International Affairs*, 1956-1958 (Londres, 1962), págs. 400 e segs.

da China, progredindo, inequivocamente, para a posição de uma potência mundial. Mais fundamental foi a mudança nas relações entre os mundos comunista e não-comunista, uma mudança devida não à liquidação de questões pendentes ou atenuação de diferenças ideológicas, mas a compreensão de que as velhas questões tinham já deixado de ser as mais prementes e de que, em qualquer caso, não havia alternativa prática para uma determinada forma de coexistência, tal como se encontrava o mundo. Também foi característico o aparecimento do "neutralismo" como novo princípio político. E ainda a tendência para a formação de novos agrupamentos regionais — uma tendência que refletiu a deficiência da tradicional unidade nacional em condições contemporâneas e que em breve funcionava não só na Europa, como se viu no estabelecimento do "Comecon" e do Mercado Comum da Europa ocidental, mas também na América Latina, no mundo árabe e na África, onde muitos dos novos Estados "adotaram a idéia federal ainda antes de gozarem de total independência".[32] Além disso, o súbito aparecimento de novos problemas, em conseqüência da emancipação afro-asiática — sobretudo, os problemas causados pela crescente disparidade entre países industrializados e subdesenvolvidos — tendeu para anular antigos alinhamentos e produzir novas divisões sem paralelo no velho mundo. E, finalmente, verificou-se a compreensão geral de que, enquanto se mantivesse o existente equilíbrio de poder termonuclear, os novos padrões não poderiam ser alterados, de nenhum modo substancial, mediante o recurso à guerra. Assim pareceu surgir um mundo de grandes blocos regionais, distinto, em quase todas as suas precondições, do mundo de nações-Estados de há trinta ou quarenta anos antes — um mundo em que o comunismo e o capitalismo figurariam mais como sistemas alternativos do que como ideologias conflitantes e em que as questões predominantes, a que ninguém podia eximir-se, seriam os problemas da pobreza, do atraso e do excesso de população.

Não nos cabe tentar delinear as diretrizes de desenvolvimento desse novo mundo ou o provável impacto de outras mudanças mais fundamentais. Há toda a probabilidade de que a energia atômica, a ciência eletrônica e a automatização venham a afetar nossas vidas ainda mais radicalmente do que a revolução industrial e as mudanças científicas do final do século XIX. Contudo, não podemos ainda esperar medir, exatamente, o impacto de tais progressos e seria inútil tentar fazê-lo. Mas basta comparar a situação mundial em meados do século e a de hoje, para compreendermos que atravessamos o pórtico de uma nova era. Ainda em 1954, por exemplo, a possibilidade de guerra nuclear podia ser seriamente considerada; em 1957, o estabelecimento da paridade em armas nucleares afastara a hipótese. Em 1950, a Ásia e a África eram continentes no fim do colonialismo; uma década depois, já tinham transitado para uma era pós-colonial. Em 1949, a expansão do comunismo na China e na Europa oriental poderia ser ainda encarada como um avanço temporário e reversível; na época da morte de Dulles, tornara-se claro que o comunismo chegara a essas regiões para ficar e a esperança de o obrigar a recuar, que era o tema predominante do período entre

---

[32] Cf. F,Calvocoressi, World Order and New States (Londres, 1962), pág. 100.

1917 e 1958, deu lugar a especulações sobre a possibilidade de evolução, dentro do próprio mundo comunista, como base para um *modus vivendi*. Tais mudanças foram mais do que superficiais. Marcaram o ponto de partida de novas diretrizes de desenvolvimento, no rumo de uma nova era. Por exemplo, enquanto os comunistas "acreditavam ter de enfrentar um mundo capitalista hostil, era natural que existisse solidariedade entre a União Soviética e a China; o relaxamento da tensão gerou uma nova situação. A linha de desenvolvimento do mundo afro-asiático foi bastante parecida. A luta anticolonial contra a Inglaterra, a Holanda e a França forneceu um laço comum; mas, com o fim do colonialismo, começou uma nova fase.

É fácil especular sobre o curso de desenvolvimento que essa nova fase assumirá, ou mesmo tentar forçá-lo a seguir rumos específicos; tudo o que podemos afirmar, com segurança — como Valéry[33] — é que, se a experiência histórica constitui algo de respeitável, os resultados falsificarão todas as previsões e atraiçoarão todas as expectativas.

6

Se a expressão "História contemporânea" for usada numa acepção rigorosa, então é evidente que deve ficar confinada ao novo período que começou por volta de 1960. Mesmo assim, existiria um resíduo de problemas transmitidos pelo velho mundo. Mas o equilíbrio mudara e a ordem de prioridades deixara de ser a mesma. Nada é mais óbvio, em redor de 1958, do que a liquidação do que, até aquela época, fora encarado como problemas essenciais do século XX. Comparando com os problemas prementes do excesso populacional e de subdesenvolvimento na Ásia e na África, questões como a unificação da Alemanha passam para segundo plano. A tal respeito, como em muitos outros, o novo mundo parece caminhar em direções quase opostas ao antigo. Os valores da época do nacionalismo europeu estavam-se desmoronando, os problemas radicados no passado europeu perdiam urgência e havia uma nova relação — de paridade, mais do que de domínio — entre a Europa, de um lado, a Ásia e a África, do outro.

Nas páginas que se seguem, examinaremos algumas das principais mudanças que produziram essa nova situação. Somente acompanhando o curso da revolta contra o colonialismo, por exemplo, é que podemos compreender as precondições do estabelecimento da era pós-colonial. Só descrevendo a história da luta contra o comunismo — e, de um modo mais amplo, da resistência das antigas filosofias sociais às novas — é que podemos ver como, e por que, essa luta chegou a uma ponto morto, começando aí uma nova fase. Começou, não porque as novas idéias triunfassem — em sua grande maioria, não o conseguiram — mas através de um desgaste de acontecimentos e da pura necessidade de chegar-se a termos com as novas cir-

---

[33] Cf. Paul Valéry, Collected Works, vol. X (Londres, 1962), págs. 71, 113, 116.

cunstâncias. Quando o comunismo, que até 1939 estivera confinado a um só país e a cerca de oito por cento dos habitantes do mundo, converteu-se no sistema político de quase um terço da população do globo, e quando o capitalismo, que entre as guerras controlara direta ou indiretamente nove décimos do mundo, ficou reduzido, pelo surto do bloco neutralista, a uma posição minoritária, tanto no mundo, como um todo, quanto nas Nações Unidas — o que já era um fato por volta de 1960[34] — a velha estrutura política ficou irremediavelmente espatifada.

O novo período, em cujo início estamos situados, foi o resultado de mudanças básicas na estrutura da sociedade nacional e internacional e no equilíbrio das forças mundiais. É a essas mudanças básicas que dedicaremos aqui nossa atenção. São importantes porque constituem uma introdução a um período que nos defronta com novas exigências e desafios. Seu emblema é a nuvem em forma de cogumelo que se elevou sobre Hiroxima e Nagasáqui, a pilha nuclear onde as velhas certezas foram incineradas para sempre. É um período em que as lealdades tradicionais de classe e país perderam sua magia e a ineficácia da soberania nacional está à vista de todos. É um período de reajustamento em escala continental, quando, no mapa relativo dos acontecimentos mundiais, a Europa passou a ter menos peso do que em qualquer momento dos últimos quatrocentos anos e povos de há muito deprimidos emergiram da submissão política para a independência política. É um período que está testemunhando um formidável incremento de população e produtividade, e, como o acesso à automatização, o fim do fardo de excessivo trabalho e escassos ócios que tem sido o destino do homem desde a aurora da História. É um período que assistiu ao colapso das formas tradicionais de arte e a uma onda de experiências em todos os ramos da expressão artística. Mas, acima de tudo o mais, é um período que assistiu ao espetacular progresso no conhecimento e realizações científicas, bem como à aliança entre a ciência e a tecnologia, a qual tem poderes para transformar para sempre as bases materiais de nossa vida, em uma escala inconcebível há apenas cinqüenta anos, mas que, simultaneamente, nos colocou face a face com a possibilidade de auto-extinção. É, em resumo, um período de novas e explosivas dimensões, no qual fomos transportados com velocidade vertiginosa para as fronteiras da existência humana e depositados num mundo onde convivem as potencialidades sem paralelo e também as correntes surdas de violência, irracionalidade e inumanidade. As opiniões que tenhamos sobre este mundo podem divergir; mas é preciso compreendê-lo tal como ele é e as mudanças que lhe deram origem, pois foram essas mudanças que estabeleceram as condições históricas segundo as quais as decisões do presente determinarão a forma do futuro.

---

[34] No final de 1960, Adlai Stevenson reconheceu que "devido à admissão de tantos países novos, os Estados Unidos e as democracias ocidentais já não controlavam mais as Nações Unidas"; cf. R. B. Stesbins, *The United States in World Affairs*, 1960 (Nova York, 1961), pág. 357.

II

O IMPACTO DO PROGRESSO TÉCNICO E CIENTIFICO

Industrialismo e Imperialismo Como Catalisadores de um Novo Mundo

Quando pretendemos assinalar as mudanças estruturais que se situam nas raízes da sociedade contemporânea, somos levados de volta à última década do século XIX; e aí paramos. Até o mais resoluto defensor da teoria de continuidade histórica não pode deixar de surpreender-se pela extensão de diferenças entre o mundo de 1870 e o mundo de 1900. Na Inglaterra, onde a revolução industrial começara cedo e avançara em firme progressão, a natureza fundamental das mudanças, depois de 1870, é menos evidente do que em qualquer outra parte; mas, desde que ampliemos nossa visão para abranger o mundo inteiro, seu caráter revolucionário está fora de discussão. Mesmo na Europa continental, talvez com a única exceção da Bélgica, a industrialização foi um produto mais do último quartel do que dos dois primeiros terços do século XIX; foi mais uma conseqüência do que uma concomitância da "era da estrada de ferro", a qual dotara, por volta de 1870, todo o continente com um novo sistema de comunicações. Do outro lado do Atlântico, a guerra civil demonstrara ser um importante estímulo para a industrialização; mas foi depois do fim da guerra civil, em 1865, e do intranqüilo interlúdio pós-guerra que se alastrou pelos períodos de mandato presidencial do General Grant (1868-76), que começou a grande expansão industrial, transformando para além de toda a possibilidade de reconhecimento aquela sociedade que Tocqueville conhecera e descrevera. Quando, em 1869, se completou a primeira estrada de ferro a cruzar o continente americano, num ponto remoto de Utah, os Estados Unidos "deixaram de ser um país atlântico, para se converterem em uma nação continental" de um novo e altamente industrializado padrão.[1] O que sucedeu nas décadas finais do século XIX não foi, porém, uma simples expansão do processo de industrialização que começara na Inglaterra um século antes, até tornar-se mundial. Já fiz referência à distinção entre a primeira e a segunda revolução industrial, ou (como por vezes se lhe chama) entre as revoluções "industrial" e "científica". Trata-se, evidentemente, de uma distinção rudimentar, que faz muito pouca justiça à complexidade dos fatos históricos; mas é uma distinção real. A revolução industrial, na mais estrita acepção — ou seja, a revolução do carvão e do ferro — implicou a extensão gradual do uso de máquinas, o emprego de homens, mulheres e crianças em fábricas, a transformação bastante nítida de uma população principalmente formada por

---

[1] Cf. J. Godechot e R. R. Palmer, "Le problème de 1'Atlantique", 10.° Congresso Internacional de Ciências Históricas, Relazioni, vol. V (Florença, 1955), pág. 186.

trabalhadores agrícolas numa população especialmente dedicada a produzir coisas em fábricas e em distribuí-las, logo que fabricadas. Foi uma mudança que "se introduziu" como "de surpresa"[2] e seu impacto imediato, como Sir John Clapham tornou claro, dificilmente poderá ser exagerado. A segunda revolução industrial foi diferente. Para começar, foi mais profundamente científica e menos dependente das "invenções" de homens "práticos", cujo treino científico básico era escasso, se é o que possuíam. Foi também mais rápida em seu impacto, muito mais prodigiosa em seus resultados, bastante mais revolucionária em seus efeitos sobre a vida e perspectivas das pessoas. E, finalmente, embora o carvão e o ferro ainda fossem a base, já não se lhe poderia chamar a revolução do carvão e do ferro. A idade do carvão e do ferro fora substituída, depois de 1870, pela era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos.

1

Não nos interessam aqui os aspectos técnicos dessa revolução, exceto na medida em que sejam necessários para compreendermos seus efeitos fora das esferas da indústria, da ciência e da tecnologia. Seria difícil negar, contudo, que o fator primordial de diferenciação, separando a primeira idade da segunda, foi o impacto do progresso científico e tecnológico na sociedade, quer nacional, quer internacional. Até no nível mais baixo da vida prática cotidiana, é certamente significativo que muitos dos objetos correntes que hoje encaramos como concomitâncias normais da existência civilizada — o motor de explosão, o telefone, o microfone, o gramofone, a radiotelegrafia, a lâmpada elétrica, os transportes públicos mecanizados, os pneus, a bicicleta, a máquina de escrever, a circulação maciça de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, os primeiros plásticos sintéticos, a baquelite — todos apareceram no decurso desse período e muitos deles nos quinze anos entre 1867 e 1881; e embora só depois de 1914, em resposta a requisitos militares, se iniciasse o intensivo progresso aeronáutico, a possibilidade de adaptar o motor de explosão, movido a gasolina, ao aeroplano, já fora demonstrada com êxito pelos irmãos Wright em 1903. Neste campo, como em todos os demais, houve necessariamente um compasso de espera antes que fossem solucionados os problemas de produção em larga escala e muitas das coisas que passamos a encarar como normais — o rádio e a televisão, entre outras — pertencem, obviamente, a uma fase posterior.[3]

---

[2] Cf. F. Snow, Two Cultures and the Scientific Revolution (Cambridge, 1959), pág. 27.

[3] Do mesmo modo, evidentemente, a Física atômica, o uso industrial de partículas atômicas e a exploração da energia atômica, tanto para fins bélicos como pacíficos, são criações do século XX; mas, ainda neste domínio, os fundamentos teóricos foram estabelecidos pelas descobertas de Becquerel, Madame Curie e J. J. Thomson no final do século XIX.

Não obstante, pode-se dizer justamente que, no nível puramente prático da vida cotidiana, uma pessoa vivendo hoje e que fosse subitamente colocada no mundo de 1900, encontrar-se-ia em terreno familiar, ao passo que se retrocedesse a 1870, mesmo na industrializada Inglaterra, as diferenças seriam provavelmente mais flagrantes do que as semelhanças. Em resumo, foi por volta de 1900 que a industrialização começou a exercer sua influência nas condições de vida das massas, no Ocidente, numa escala tal que hoje é quase impossível entender até que ponto mesmo os acomodados de gerações prévias eram obrigados a arranjar-se como pudessem.

A razão básica dessa diferença é que poucas das invenções práticas acima descritas foram conseqüência de um firme desenvolvimento ou melhoria, peça por peça, de processos existentes; a esmagadora maioria resultou de novos materiais, novas fontes de energia e, sobretudo, da aplicação do conhecimento científico à indústria. Em 1850, por exemplo, o aço "era quase um material semiprecioso", com uma produção básica de oitenta mil toneladas, das quais a Grã-Bretanha produzia metade. As descobertas de Bessemer, de Siemens e de Gilchrist e Thomas, transformaram completamente a situação e, em 1900, a produção atingia 28 milhões de toneladas. Ao mesmo tempo a qualidade ou, melhor, a resistência do metal foi amplamente melhorada, mediante a adição de níquel — um resultado só possível graças ao processo de extração de níquel descoberto por Ludwig Mond em 1890. Assim, para todos os fins práticos, o níquel pode ser considerado como uma nova adição na linha de metais industriais, embora já tivesse antes, evidentemente, uma procura escassa. O mesmo se aplica, ainda mais diretamente, ao alumínio, cujo emprego corrente fora até então excessivamente dispendioso. Com a introdução do processo eletrolítico, desenvolvido em 1886, a produção de alumínio tornou-se uma proposição comercialmente válida e um novo material de construção que, em breve, seria da maior importância — por exemplo, na nascente indústria aeronáutica — se tornou prontamente acessível pela primeira vez.

Esses progressos e outros de caráter semelhante, que em si próprios constituíam a base de futuros progressos, foram o resultado de mudanças ainda mais fundamentais: nomeadamente, a introdução da eletricidade como nova fonte de luz, calor e força, e a transformação da indústria química. A eletrólise, tão importante na extração do cobre e do alumínio, bem como na produção maciça de soda cáustica, só se converteu numa proposição prática quando a energia elétrica se tornou geralmente acessível; e o mesmo se pode afirmar em relação a outros progressos eletroquímicos. As indústrias elétrica e química do final do século XIX foram, portanto, não só as primeiras indústrias originadas, especificamente, em descobertas científicas, mas, além disso, exerceram um impacto sem precedente, tanto na rapidez com que seus efeitos foram sentidos como no âmbito e variedade de outras indústrias por elas afetadas. Uma terceira nova indústria com as mesmas qualidades revolucionárias foi a do petróleo. Era uma fonte de energia equivalente ao carvão e à eletricidade e, mais tarde, a matéria-prima do vasto e cada vez mais amplo domínio da petroquímica. Desse ponto de vista, a fundação da Standard Oil Company, de Rockefeller, em 1870, pode ser encarada, de muitas maneiras, como símbolo de uma nova era. Em

1897, de acordo com o famoso tipo americano, Mr. Dooley, a Standard Oil tinha uma sucursal em todas as povoações da América, da costa do Atlântico à do Pacífico, e por essa altura — embora o motor de explosão estivesse ainda em sua infância — os Estados Unidos já exportavam petróleo no valor anual de 60 milhões de dólares.[4] O impacto da eletricidade foi ainda mais espetacular; suas fases de progresso ficaram marcadas pela invenção do dínamo, por Siemens, em 1867, pela invenção da lâmpada incandescente, por Edison, em 1879, pela inauguração da primeira usina de força elétrica do mundo, em Nova York, em 1882, pela fundação da A. E. G. na Alemanha, em 1883, e pela construção da primeira usina hidrelétrica no Colorado, em 1890. Ainda em 1850 ninguém poderia predizer a exploração da eletricidade como fonte de energia em larga escala; mas quando passou à fase de uso corrente, mudou a face do mundo. Em breve Lênin diria: "O comunismo é igual ao poderio soviético mais eletrificação".[5] Outro setor em que o progresso alcançado durante esse período foi de inestimável importância futura foi o da medicina, higiene e nutrição. Nesses ramos do conhecimento, talvez seja verdade que as décadas finais do século XIX constituíssem uma época menos definida; mas, se em alguns casos as experiências básicas tinham sido realizadas antes, foi depois de 1870, em grande parte, que sua aplicação prática teve lugar. Em virtude dos preconceitos e resistências no que dizia respeito ao corpo humano, o clorofórmio só começou a ser lentamente empregado na segunda metade do século XIX, embora já estivesse descoberto desde 1831; do mesmo modo, embora o ácido carbólico fosse descoberto em 1834, o uso de antissépticos só se generalizou depois de Lister começar a empregar o fenol em Glasgow, em 1865. Mas a principal razão pela qual a medicina, em meados do século XIX, era ainda pré-científica, em sua maior parte, era o fato de que a modernização da farmácia teria de esperar a conclusão de progressos mais importantes na Química; a posição em outros ramos estreitamente relacionados do conhecimento era semelhante. A grande era da Bacteriologia, depois de 1870, associada aos nomes de Pasteur e Koch, deve seu impulso ao desenvolvimento de novos corantes com base na anilina, os quais tornaram possível a identificação de uma vasta gama de bactérias, por métodos de diferenciação por coloração. A Microbiologia, a Bioquímica e a Bacteriologia surgiram então como novas ciências e entre os seus resultados mais significativos situa-se a produção dos primeiros antibióticos, o salvarsan, em 1909, a descoberta das vitaminas e hormônios, em 1902, e a identificação do mosquito como agente transmissor da malária em 1897 por Sir Ronald Ross. A aspirina foi lançada pela primeira vez no mercado em 1899. Simultaneamente, a anestesia, em conjunto com o uso generalizado das técnicas antissépticas e assépticas, estava revolucionando a prática médica.

O novo conhecimento químico e fisiológico provocou também uma

---

[4] Nessa época, porém, a produção dos Estados Unidos estava ainda bastante atrás da Rússia, a qual, com uma produção anual de perto de seis milhões de toneladas, registrava metade da extração total no mundo.

[5] C. Hill, *Lenin and the Russian Revolution* (Londres, 1947), pág. 199. (Tradução brasileira, *Lênin e a Revolução Russa*, publicação de Zahar Editores).

revolução na agricultura, que era vitalmente necessária para contrabalançar a tremenda ascensão da curva demográfica provocada pelo avanço da medicina. A produção maciça de adubo básico como fertilizante artificial tornou-se possível como subproduto dos novos processos de fabricação de aço. Novos métodos de conservação de aumentos, baseados nos princípios de esterilização e pasteurização utilizados na prática médica, tornaram possível a conservação maciça de alimentos e o fornecimento de mercadorias baratas e estáveis à crescente população mundial. Em conseqüência das pesquisas de Pasteur, a pasteurização do leite para consumo geral tornou-se corrente a partir de 1890.

Seria difícil exagerar a importância desses melhoramentos numa época em que os progressos industriais estavam modificando a estrutura da sociedade e todo o padrão de vida cotidiana. A indústria de alimentos enlatados, auxiliada por um novo processo de estanhagem da lata, adquiria seus novos rumos e a venda de produtos vegetais enlatados subia de 400 mil caixas em 1870 para 55 milhões em 1914. Outros fatores que facilitaram o fornecimento de alimentos baratos para as crescentes populações industriais foram a realização dos principais sistemas ferroviários, o desenvolvimento da construção de navios de grande tonelagem e o aperfeiçoamento das técnicas de refrigeração. Na Europa, a perfuração dos Alpes pelos túneis de Mont Cenis e St. Gotthard, em 1871 e 1882, reduziu a jornada da Itália e do Mediterrâneo para a França e a Alemanha, de dias para horas, e permitiu a importação maciça, no norte industrializado, das frutas e vegetais do sul e subtropicais. No Canadá, a conclusão em 1885 da Canadian Pacific Railway franqueou o acesso às grandes planícies. Vagões refrigerados encontravam-se em uso por volta de 1876, transportando carne congelada de Kansas City para Nova York, enquanto navios refrigerados a levavam para a Europa. A partir de 1877, expedições de carne argentina estavam à disposição dos mercados europeus, em boas condições; o primeiro embarque de carne de carneiro congelada, da Nova Zelândia, chegou ao mercado inglês em 1882. A partir de 1874, os Estados Unidos forneciam mais de metade do consumo total de trigo da Grã-Bretanha. Entretanto, a abertura do Canal de Suez, em 1869, reduzira a distância entre a Europa e o Oriente, e o tráfico por ele admitido triplicou entre 1876 e 1890. Os produtos coloniais e ultramarinos, tais como o chá da Índia e o café do Brasil, apareceram em massa nos mercados europeus, convertendo-se a Argentina em um dos principais exportadores de carne. O resultado conjunto foi pôr-se em marcha algo não longe de uma revolução nos métodos de alimentação de uma população industrializada e urbanizada.

2

As mudanças científicas, tecnológicas e industriais que recapitulei, resumidamente, constituem o ponto de partida para o estudo da História contemporânea. Atuaram como solvente da antiga ordem e catalisador da nova ordem. Criaram a sociedade industrial e

urbana, tal como hoje a conhecemos; são também os instrumentos por meio dos quais a sociedade industrial, que em fins do século XIX estava ainda limitada, para todos os fins práticos, à Europa ocidental e aos Estados Unidos, se expandisse em regiões industrialmente subdesenvolvidas do mundo. A tecnologia, já foi observado,[6] é o ramo da experiência humana que as pessoas podem aprender mais facilmente e com resultados previsíveis.

As novas técnicas industriais, ao contrário das antigas, necessitaram de criação de empresas em larga escala e da concentração da população em vastos aglomerados urbanos. Na indústria siderúrgica, por exemplo, a introdução do alto-forno significou que a pequena empresa individual, empregando uma dúzia de trabalhadores, tornara-se, rapidamente, um anacronismo. Além disso, o processo de consolidação industrial foi acentuado pela crise de superprodução que era uma conseqüência das novas técnicas e causa imediata da "grande depressão" entre 1873 e 1895. O negócio familiar em pequena escala, que fora típico da primeira fase do industrialismo, tinha na maioria dos casos uma base demasiado estreita para suportar o embate da depressão; nem dispunha sempre dos meios de financiamento necessários à instalação da nova, mais complexa e dispendiosa maquinaria. Assim, a crise, ao favorecer a racionalização e a administração unificada, foi um incentivo para a criação das grandes organizações industriais e para a formação de trustes e cartéis; e o processo de concentração, uma vez iniciado, era irreversível.

Avançou mais rapidamente nas novas indústrias, como na química, mas em breve se espalhou em todas as direções. Na Inglaterra, nessa época, Brunner e Mond estavam lançando as bases do vasto empório das Imperial Chemical Industries. Na Alemanha, a grande organização siderúrgica Krupp, que em 1846 empregava apenas 122 operários, tinha mil e seiscentos homens em suas folhas de pagamento, em 1873, e em 1913, empregava um total de quase setenta mil. Sua correspondente na França era a Schneider-Creusot, com dez mil operários em 1869; e, na Grã-Bretanha, era a organização Vickers-Armstrong. Nos Estados Unidos, Carnegie estava produzindo mais aço do que toda a Inglaterra somada quando vendeu sua organização, em 1901, ao colossal empório de J. P. Morgan, a United States Steel Corporation. Mas estes eram os gigantes e, em muitos aspectos, as realizações médias, tal como ilustradas pelas estatísticas alemãs, eram mais esclarecedoras.[7] Nesse país, no período entre 1880 e 1914, o número de pequenas indústrias, empregando cinco homens ou menos, declinou em metade, ao passo que as fábricas maiores, empregando cinqüenta ou mais operários, duplicou; por outras palavras, declinou o número de unidades industriais, mas as que ficaram eram substancialmente maiores e empregavam nada menos do que quatro vezes o número de trabalhadores industriais registrados em 1880. Além disso, os artesãos e tecelões caseiros, que ainda constituíam um elemento considerável nas indústrias têxteis alemãs nos primeiros tempos do segundo império — em 1875, quase dois terços

---

[6] Snow, op. cit., pág. 42.

[7] Para o que se segue, cf. J. H. Clapham, *The Eoonomic Development of France and Germany*, 1815-1914 (Cambridge, 1936), págs. 287-8, 290-1, 294, 297.

dos tecelões de algodão trabalhavam em suas próprias casas — foram virtualmente eliminados — por volta de 1907, quando a concentração industrial ganhou novo ritmo. Em resumo, os trabalhadores eram reunidos em fábricas e as fábricas concentradas em cidades industriais e áreas urbanas.

O processo de encurralar a mão-de-obra e os operários fabris em menos, mas muito maiores, organizações, era prática comum em todos os países industrializados. Alterou-lhes por completo a fisionomia. As cidades devoraram as vilas e as grandes metrópoles cresciam mais rapidamente do que as cidades menores. Áreas como o vale do Rur, na Alemanha, e a "Região Negra" do centro da Inglaterra converteram-se em faixas tentaculares de desenvolvimento urbano contíguo, divididas teoricamente por fronteiras municipais artificiais, mas sem qualquer solução visível de continuidade. Outro fator de aceleração e acentuação do influxo urbano foi a crise rural causada pela importação em larga escala de produtos alimentares baratos, provenientes do ultramar. O resultado foi uma proliferação de condições sociais ignoradas em qualquer época pregressa, cujo surto tem sido usualmente designado como "sociedade de massas". Em conseqüência do progresso da higiene e da medicina, a taxa de mortalidade, que fora virtualmente estacionaria entre 1840 e 1870, declinou abruptamente nos trinta anos seguintes nos países mais avançados da Europa ocidental — na Inglaterra, por exemplo, em quase um terço, de vinte e dois para um pouco mais de quinze por mil — e a população aumentou vertiginosamente. Comparada com o aumento de trinta milhões entre 1850 e 1870, a população da Europa — não contando com a emigração, que drenou quarenta por cento do aumento natural — subiu nada menos de cem milhões, entre 1870 e 1900.

O fato de que a totalidade desse imenso incremento demográfico foi absorvida pelas cidades é uma confirmação impressionante da mudança que estava ocorrendo. Na Alemanha, onde o censo de 1871 registrava apenas oito cidades de mais de cem mil habitantes, havia trinta e três nessas condições, no fim do século, e quarenta e oito, em 1910. Na Rússia européia, o número de cidades em idêntica situação passara, em 1900, de seis para dezessete. Por essa época também um décimo dos habitantes da Inglaterra e País de Gales tinha sido atraído para a voragem de Londres e, nos Estados Unidos, embora três milhões de milhas quadradas estivessem ainda disponíveis para colonização, quase metade da população do país estava concentrada em um por cento do território disponível, vivendo um oitavo nas dez grandes cidades. Ao passo que, antes da revolução de 1848, Paris e Londres eram as únicas cidades com uma população superior a um milhão, as grandes metrópoles convertiam-se agora no núcleo da sociedade industrial. Berlim, Viena, S. Petersburgo e Moscou, na Europa, Nova York, Chicago e Filadélfia, nos Estados Unidos! Buenos Aires e Rio de Janeiro, na América do Sul, Tóquio, Calcutá e Osaca, na Ásia, todas alcançaram a marca do milhão, e é significativo que a emergência dos grandes centros metropolitanos tivesse sido mundial, pelo que, a tal respeito, pelo menos, a Eu-

ropa já não se situava em plano excepcional.[8]

Isso, sem dúvida, foi o segundo aspecto mais saliente da revolução que estava tendo lugar. Se a mudança para sempre da estrutura social da sociedade industrial foi sua primeira conseqüência, a segunda foi a realização, com fantástica velocidade, da integração mundial. Essa foi notada, já em 1903, pelo historiador alemão Erich Marcks. Escreveu ele: "O mundo está mais difícil, mais belicoso e mais egoísta; também, mais do que nunca, é agora uma grande unidade em que tudo interage e afeta todas as outras coisas, mas na qual também tudo colide e se entrechoca".[9]

Isto não implica, é claro, que a Europa perdera, ou estivesse perdendo, sua posição predominante; pelo contrário, a rapidez e extensão da industrialização aumentaram a capacidade de liderança das potências européias e robusteceram suas forças e autoconfiança com a única exceção, ainda que importante, dos Estados Unidos, o abismo entre as potências européias e o resto do mundo foi ampliado; até os chamados domínios "brancos", o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, ficaram para trás, em 1900, e a industrialização do Japão, embora notável em seu próprio contexto, continuou pequena pelos padrões europeus até depois de 1914. Mas também é verdade que o apetite voraz do novo industrialismo, incapaz, por sua própria natureza, de extrair suficiente sustento dos recursos locais, rapidamente engoliu o mundo inteiro. Já deixava de ser uma questão de trocar manufaturas européias — predominantemente têxteis — pelos produtos tradicionais do Oriente e dos trópicos, ou mesmo de fornecer escoamento para as crescentes indústrias de ferro e aço, mediante a construção de estradas de ferro, pontes e obras parecidas. A indústria saía pelo mundo em busca dos materiais básicos, sem os quais, em sua nova forma, não poderia existir.

Foi uma transformação fundamental, com conseqüências do maior alcance, afetando todas as áreas do mundo. Assim, por exemplo, o ano de 1883 viu a descoberta e exploração das vastas jazidas de níquel canadenses, necessárias aos novos processos de produção de aço. Em 1900, o Chile, que trinta anos antes não produzia nitratos, preenchia três quartos da produção total do mundo, ou 1.400.000 toneladas. Na Austrália, a mina de cobre e ouro de Mount Morgan foi aberta em 1882, e Broken Hill, a maior jazida de chumbo-zinco do mundo, começou a ser explorada no ano seguinte. Ao mesmo tempo, a procura de estanho pelas indústrias de laminagem de folha-de-flandres e de enlatados, bem como o rápido desenvolvimento do uso de borracha na indústria elétrica e nos transportes rodoviários, incrementou o comércio da Malásia em quase cem vezes, entre 1874 e 1914, tornando-a um dos mais ricos entre todos os territórios coloniais. Este catálogo poderia ser consideravelmente ampliado e, em aditamento, seria necessário incluir o estímulo ao desenvolvimento nos territórios ultramarinos e tropicais, resultante dos requisitos, já acima mencionados, das crescentes popula-

---

[8] Tais desenvolvimentos são examinados em minha colaboração para Propyläen Weltgeschichte, vol. VIII (Berlim, 1960), pág. 709.

[9] E. Marcks, *Die imperialistische Idee in der Gegenwart* (Dresden, 1903). Essa conferência foi transcrita sob o titulo "*Die imperialistische Idee zu Beginn des 20 Jahrhunderts*", no segundo volume dos ensaios de Marcks, Mnnner und Zeiten (Leipzig, 1912); cf. ibid., pág. 271.

ções industriais, no tocante a fornecimentos baratos e abundantes de produtos alimentares. O resultado, em qualquer caso, foi uma transformação das condições mundiais sem paralelo no passado. A zona exterior de produtores primordiais ampliou-se dos Estados Unidos, da Romênia e da Rússia para as terras tropicais e subtropicais, indo mais longe ainda, até atingir a Austrália, a Argentina e a África do Sul; "áreas e linhas de comércio que previamente se encontravam condicionadas e confinadas em seus próprios limites dissolveram-se numa única economia em escala mundial".[10] Os melhoramentos na construção naval, o declínio de tarifas de frete marítimo e a possibilidade de movimentar artigos em massa fizeram nascer, pela primeira vez na História, um mercado mundial governado por preços mundiais. No final do século XIX, a maior parte do mundo estava mais estreitamente interligada, econômica e financeiramente, do que em qualquer outra época anterior. Em termos de História mundial — mesmo em termos da expansão européia, tal como se manifestou até os anos intermédios do século XIX — era uma situação inteiramente nova, produto não de um lento e contínuo progresso, mas de forças subitamente libertas e com efeito revolucionário, dentro do âmbito de vida de uma curta geração.

3

Teria sido surpreendente se essas novas forças não tivessem procurado uma saída política. De fato, como todos sabemos, assim fizeram. Até há bem pouco tempo, poucos historiadores teriam negado que o "novo imperialismo", que era de características tão distintas do que existia nas décadas finais do século XIX, constituía uma expressão ou conseqüência lógica dos progressos econômico e social nos países industrializados da Europa e nos Estados Unidos, que tentei descrever nas páginas precedentes. Mais recentemente, contudo, tem-se notado uma tendência crescente para desafiar a validade dessa interpretação.[11] No período em redor de 1880, argumentou-se, faltavam as "novas, persistentes ou impulsionadoras influências"; em especial, as provas não indicam, claramente, que a direção da expansão imperial tenha sido influenciada, de qualquer modo nítido, por novas pressões econômicas. Alguns autores recentes, com efeito, chegaram a ponto de insistir, paradoxalmente, em que as duas últimas décadas do século XIX não testemunharam uma concentração, mas um afrouxamento das pressões imperiais e que o imperialismo "irregular" do período de livre comércio, embora me-

---

[10] *New Cambridge Modern History,* vol. XI (1962), pág. 6.

[11] Cf. R. Koebner, "The Concept of Economic Imperialism", Economic History Review, 2ª série vol II (1949), págs. 1-29; J. Gallagher e R. Robinson, The Imperialism of Free Trade vol. VI (1953) págs. 1-15; D. K. Fieldhouse, "Imperialism: An Historiographical Revision" ibid vol. XIV (1961), págs 187-209; R. Robinson e J. Gallagher, Africa and the Victorians (Londres, 1961). Outras interpretações recentes encontram-se em R. Pares, "The Economic Factors in the History of the Empire", Economic History Review, vol. VII (1937), págs. 119-44, e A. P. Thornton, The Imperial Idea and its Enemies (Londres, 1959).

nos preocupado com o controle político, não fora menos ávido e agressivo. A respeito desses argumentos, basta dizer três coisas. A primeira é que esses autores fizeram pouco mais do que, em última análise, substituir as velhas dificuldades conceptuais por novas.[12] Segundo, em virtude da preocupação deles em refutarem os argumentos econômicos de Hobson e Lênin, encararam a questão por um ângulo excessivamente estreito. E, em terceiro lugar, ao tratarem o problema segundo um ponto de vista quase exclusivamente britânico, evitaram abordar as principais questões. O fato central a respeito do "novo imperialismo" é que se trata de um movimento mundial, em que todas as nações industrializadas, incluindo os Estados Unidos e o Japão, se envolveram. Se o abordarmos segundo o prisma da Grã-Bretanha, como os historiadores estão amplamente inclinados a fazer, é fácil subestimar sua força e novidade, visto que as reações britânicas, como a maior potência imperial que existia, eram fundamentalmente defensivas; seus estadistas eram resultantes em adquirir novos territórios e quando o faziam a sua finalidade era, usualmente, salvaguardar a integridade de possessões já existentes ou impedir que o controle de rotas estratégicas passasse para as mãos de outras potências. Mas essa atitude defensiva e, de certo modo, negativa, contava nas circunstâncias especiais da Grã-Bretanha, mas não era típica. Foi de outras potências que o impulso subjacente no "novo imperialismo" partiu _ de potências que calculavam ser o vastíssimo império britânico a fonte de seu poderio e pensavam que suas próprias e recentemente fundadas forças industriais lhes davam o direito e criavam a necessidade de adquirirem um "lugar ao sol".

Não é difícil demonstrar que os argumentos específicos de Hobson e Lênin, segundo os quais o imperialismo era uma luta por mercados lucrativos de investimento, não são confirmados pelo que se conhece sobre o fluxo de capital. Isso, porém, não constitui razão para supor que os motivos econômicos não desempenharam também seu papel, porquanto o novo imperialismo não era, simplesmente, um produto de cálculos racionais e os interesses econômicos podiam ser suplantados por um otimismo que acontecimentos subseqüentes desaprovaram.[13] Nem é difícil demonstrar, em relação a qualquer ponto determinado — por exemplo, a ocupação do Egito em 1882, ordenada por Gladstone, ou a intervenção de Bismarck na África em 1884 — que as causas imediatas de ação foram estratégicas ou políticas; mas essas considerações de ordem estratégica são apenas metade da história e, no caso de Bismark, seria difícil negar que lhe teria sido difícil prever uma intervenção na África se não

---

[12] Cf. O. MacDonagh, "The Anti-Imperialism of Free Trade", Economic History Review, 2." série, vol. XTV (1962), pág. 489.

[13] Por essa razão é difícil acompanhar o argumento de A. J. Hanna, *European Rule in África* (Londres, 1961), pág. 4, no qual parece estar implícito que o fato da companhia fundada por Rhodes, em 1889, ter sido "incapaz de pagar quaisquer dividendos" até 1923, desfaz a crença geralmente aceita de que "o desejo de ganho econômico" era o fator motriz das iniciativas de Rhodes. Em qualquer caso, o malogro em pagar dividendos não significa, necessariamente, que um empreendimento não seja lucrativo para os seus promotores. Como H. Brunschwig disse, em *Mythes et réalités de 1'impérialisme colonial français*, 1871-1914 (Paris, 1960), pág. 106, "Il apparut que des particuliers pouvaient s'enricher aux colonies, même si, dipoint de vue general... elles n'étaient pas rentables pour 1'état.

contasse com um novo estado de espírito, na Alemanha, resultante do rápido desenvolvimento industrial do Reich, depois de 1871.[14] Quando nos dizem que o novo imperialismo foi "um fenômeno especificamente político, em sua origem",[15] a breve resposta é que, em tal contexto, a distinção entre política e economia é irreal. O que tem de ser explicado são os fatores que distinguiram o imperialismo do final do século XIX do imperialismo de eras precedentes, e isto não pode ser feito sem se levar em conta as mudanças sociais e econômicas básicas do período posterior a 1870. Lorde Salisbury disse em 1891: "Não conheço, exatamente, a causa dessa súbita revolução, mas ela aí está".[16] Sua percepção instintiva de que ocorrera uma transformação brusca de estado de espírito e temperamento foi bastante sólida. Desde o discurso de Disraeli no Palácio de Cristal, em 1872, desde sua compreensão, em 1871, de que "um novo mundo" surgira, com "novas influências em ação" e "novos e desconhecidos objetivos e perigos a defrontar", os estadistas estavam cônscios de novas pressões; e eram essas pressões, promanando do coração da sociedade industrial, que davam a explicação das novas reações a uma relação de poderes que estava substancialmente ultrapassada. Como escreveu o historiador alemão Oncken, era "como se uma dinâmica totalmente diferente governasse as relações entre as potências".[17]

Só era de esperar que o impacto da mudança científica e tecnológica levasse algum tempo a consolidar-se. Os historiadores, recentemente, exploraram muito o fato de que a doutrina do imperialismo só tenha sido claramente formulada "mesmo no final do século de cujas últimas décadas insinuava ser intérprete",[18] mas o surpreendente seria se tivesse acontecido de outro modo. A teoria seguiu-se aos fatos; foi um brilhante complemento da evolução de acontecimentos que homens como Chamberlain acreditavam terem estado a se consolidar ao longo dos últimos vinte ou trinta anos anteriores. Em primeiro lugar, a revolução industrial criara uma enorme distinção entre as partes desenvolvida e subdesenvolvida (como hoje diríamos) do mundo, . e as melhores comunicações, as inovações técnicas e as novas formas de organização comercial tinham aumentado incomensuravelmente as possibilidades de exploração dos territórios subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, a ciência e a tecnologia tinham perturbado o equilíbrio existente entre os Estados mais desenvolvidos e as alterações que ocorreram em suas forças relativas — em particular, o crescente poderio industrial da Alemanha imperial e dos Estados Unidos, bem como a rapidez adquirida pela industrialização na Rússia — eram um incitamento às potências para procurarem compensação e pontos de apoio no resto do mundo. O impacto da prolongada depressão entre 1873 e 1896 agiu no mesmo sentido. A indústria viu-se confrontada por razões imperativas para

---

14 Cf. W. Frauendienst, "Deutsche Weltpolitik", Die Welt als Getchichte, vol. XIX 1959, págs. 1-39.

15 Fieldhouse , op. cit., pág. 208.

16 M Robinson e Galagheh, *Africa and the Victorians*, pág. 17.

17 H. Oncken, *Das deutsche Reich und die Vorgeschichte des Weltkrieges*, vol. II (Leipzig, 1933), pág. 425.

18 Koebner, op. cit., pág. 6.

buscar novos mercados, a finança para obter saídas mais seguras e mais lucrativas para o capital, no estrangeiro, e a ereção de novas barreiras alfandegárias — na Alemanha, por exemplo, em 1879, na França em 1892 — aumentou a pressão para a expansão ultramarina. Ainda que só uma proporção marginal do investimento ultramarino fosse para territórios coloniais, as somas envolvidas de maneira alguma eram negligíveis, e é evidente que a finança britânica encontrou âmbito para investimento e lucro em alguns, pelo menos, dos territórios tropicais recentemente adquiridos pela Grã-Bretanha.[19] A posição era ainda mais clara em outros lugares — por exemplo, no Congo Belga.[20]

De outro ponto de vista, a crescente dependência das sociedades industrializadas européias, em relação aos fornecimentos ultramarinos de produtos alimentares e matérias-primas, era um poderoso estímulo ao imperialismo. Seu resultado mais evidente foi a popularização das doutrinas "neomercantilistas". O neomercantilismo criou raízes, com rapidez notável, primeiro na França e na Alemanha, depois na Rússia e nos Estados, Unidos, e finalmente na Inglaterra dos tempos de Joseph Chamberlain. Uma vez que, na nova era industrial, nenhuma nação poderia esperar, a longo prazo, ser auto-suficiente, era necessário — de acordo com os argumentos neomercantilistas — para cada país industrial, desenvolver um império colonial dependente de si mesmo, formando uma grande unidade auto-abastecida, protegida, se necessário, por tarifas alfandegárias, da concorrência externa, e na qual o país metropolitano forneceria os produtos manufaturados em troca de produtos alimentares e matérias-primas. As falsidades inerentes a essa doutrina têm sido freqüentemente apontadas, tanto na própria época como depois. Nada fizeram, porém, para atenuar seu impacto psicológico. "O dia das pequenas nações já passou há muito; chegou o dia dos Impérios", disse Chamberlain. De muitas maneiras, o "neoimperialismo" refletia a obsessão com a magia da grandeza, que era a réplica do novo mundo de cidades tentaculares e máquinas gigantescas.

Nos argumentos dos neomercantilistas, as questões de prestígio, as motivações econômicas e as puras manobras políticas combinavam-se todas entre si e seria um erro tentar selecionar um ou outro dos fatores concedendo-lhe prioridade. Na França, os discursos de Jules Ferry revelam uma curiosa mistura de política, prestígio e crus argumentos econômicos, em que a restauração da posição internacional da Franca, deprimida pelas derrotas de 1870 e 1871, sobressaía com destaque. O mesmo amálgama de motivos foi característico da "política mundial" alemã, depois de 1897, cujos advogados encaravam uma "dilatação" da "base econômica" da Alema-

---

[19] Isso é admitido por Fieldhouse, op. cit., pág. 199, que também assinala corretamente (pág. 206) os substanciais benefícios econômicos indiretos que convergiam nos soldados, administradores, caçadores de concessões e empreiteiros do governo, "que pululavam em todos os novos territórios". Esse aspecto da economia do imperialismo, evidentemente, sempre foi realçado; cf. Thornton, op. cit., pág. 99.

[20] Nesta colônia belga, um investimento de 50 milhões de francos-ouro durante um período de trinta anos, entre 1878 e 1908, produziu rendimentos no total de 66 milhões de francos-ouro, naquela última data (Brunschwig, op. cit., pág. 71).

nha como meio essencial para garantir-lhe um lugar de liderança na constelação global que parecia estar então ocupando o lugar do velho equilíbrio europeu de poder. Nos Estados Unidos, talvez seja verdade que a administração estivesse primordialmente interessada em garantir bases navais para fins estratégicos; mas os "expansionistas de 1898" tinham poucas dúvidas ou hesitações sobre as causas econômicas, exigindo as colônias espanholas nos interesses do comércio e dos excedentes de capital. Quanto à Rússia, os motivos econômicos certamente contavam pouco, se é que influíam alguma coisa, no grande avanço russo através da Ásia central, entre 1858 e 1876 — seria surpreendente se, nessa fase, assim não fosse — mas depois de 1893 a posição já era diferente. Witte, o grande ministro russo das finanças, era um expoente convicto e declarado dos princípios neomercantilistas; seu monumento é a estrada de ferro transiberiana. No famoso memorando que ele dirigiu ao Czar Alexandre III, em 1892, fixou suas idéias em grande escala. A nova estrada de ferro, disse Witte, não só acarretaria a abertura da Sibéria, mas revolucionaria o comércio mundial, ultrapassando o Canal de Suez como principal rota para a China, habilitando a Rússia a inundar o mercado chinês de têxteis e artigos de metal, e garantindo o controle político da China setentrional. Estrategicamente, reforçaria a esquadra russa do Pacífico e tornaria a Rússia potência dominante nas águas do Extremo Oriente.[21]

Com idéias como essas em ascensão, não surpreende que a corrida para conseguir colônias adquirisse um ritmo sem precedente. Em 1900, a civilização européia derramara-se por todo o mundo. Em menos de uma geração, um quinto da área terrestre do globo e um décimo de seus habitantes encontraram-se reunidos nos domínios imperiais das potências européias. A África, um continente cujas dimensões são quatro vezes as da Europa, foi repartida entre aquelas. Em 1876, não mais de um décimo da África era controlado por potências européias; durante a década seguinte, arrogavam-se a posse de cinco milhões de milhas quadradas de território africano, contendo uma população superior a sessenta milhões; e, em 1900, nove décimos do continente já se encontravam sob controle europeu.

A maior área, perto de vinte vezes a superfície da França, estava dominada pelos franceses, que ao mesmo tempo ampliavam e consolidavam suas posições no Taiti, Tonquim, Tunes, Madagascar e Novas Hébridas. Na Ásia, a ocupação francesa de Aname, em 1883, à qual os ingleses reagiram com a anexação da Birmânia, em 1886, desencadeou o assalto aos Estados-vassalos da China e, na última década do século, todos os vaticínios pareciam assinalar a partilha do próprio império chinês. A França reclamou as províncias meridionais de Kwangsi, Yunnan, Kwei-chow e Szechwan, abrangendo um quarto da área total e quase um quinto da população; em resposta, os ingleses afirmaram seus direitos exclusivos em toda a bacia do Yangtse, com mais de metade da população total do império, enquanto a Rússia lançara suas vistas para a ocupação da vasta província setentrional da Manchúria. Já anteriormente, num período de vinte anos, iniciado em 1864, a Rússia ocupara na Ásia central um terri-

---

[21] Sobre as idéias de Witte, cf. J. M. Snukow, Die internationalen Baziehungen im fernen Osten (Berlim, 1955), pág. 50.

tório tão grande quanto a Ásia Menor e estabelecera para si própria "o mais coeso império colonial da terra".[22] Comparada com aquisições nessa escala, a parte que tocara à Alemanha imperial era diminuta, embora esta tivesse adquirido territórios na África e nas ilhas do Pacífico totalizando perto de 1.135.000 milhas quadradas, com a população de treze milhões.

A última nação a entrar em cena foi os Estados Unidos, de há muito interessados no Pacífico, mas absorvidos, desde a guerra civil, no desbravamento de seu próprio continente. Quando, nos últimos anos do século, os Estados Unidos reverteram à política expansionista da década de 1850, impelidos, em parte, por considerações estratégicas e, em parte, pelo temor de que o estabelecimento de esferas exclusivas de interesses, na China, prejudicasse seu comércio, a vitória do novo imperialismo foi completa. "As grandes nações estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e sua presente defesa, todos os lugares desperdiçados da Terra", escreveu Henry Cabot Lodge em 1895; "sendo uma das grande nações do mundo, os Estados Unidos não devem sair dessa linha de conduta".[23] E não saíram. O primeiro movimento americano foi na direção das ilhas do Havaí, cuja anexação fora planejada durante a presidência de Pierce, antes da guerra civil. Desde 1875 que constituía, virtualmente, um protetorado americano. Em 1887, os Estados Unidos adquiriram Pearl Harbor com base naval e em 1898 anexaram formalmente a república havaiana. Ao mesmo tempo, declararam guerra à Espanha, ocuparam Porto Rico, Guam, as ilhas Marianas e as Filipinas, estabelecendo um protetorado em Cuba. Poucos historiadores discordarão da opinião de que 1898 foi um ano predestinado, nas relações externas americanas; assinalou o envolvimento dos Estados Unidos na dialética do imperialismo, na qual depois de 1885, os governos estavam sendo colhidos em toda parte. Era, ao que parece, um processo em que não existia retrocesso nem ponto morto, apenas um inexorável movimento para diante, até que o mundo inteiro, incluindo mesmo as regiões polares que Nansen explorou entre 1893 e 1896, estivesse sob a autoridade dos conquistadores europeus.

Havia, sem dúvida, algo de febril e essencialmente instável nesses "pomposos impérios alinhavados" dessa maneira naquela época;[24] com exceção dos ganhos territoriais da Rússia, na Ásia central, poucos seriam os territórios adquiridos nessa época que se converteriam em possessões tranqüilas por mais de três quartos de século. Foi, todavia, um movimento estupendo, sem paralelo na História, que modificou por completo a forma dos acontecimentos futuros; argumentar, como alguns historiadores fizeram recentemente, que não houve "quebra de continuidade depois de 1870" ou, ainda mais, que era uma época não de expansão, mas de "contração e declínio", constitui flagrante injustiça à importância do evento. Pode ser um argumento sustentável, se encararmos o curso dos acontecimentos de um simples ponto de vista de causas e origens, dizer que a partilha da África "não constituiu a manifestação de um urgente e revolucionário impulso para o império" mas, antes, o "clí-

---

[22] O. Hortzsch, *Grundzüge der Geschlehte Russlands* (Stuttgart, 1949), pág. 138.
[23] Cf. J. W. Pratt, *Expansionists of 1898* (Baltimore, 1936), pág. 206.
[24] *New Cambridge Modern History*, vol. XI, pág. 639.

max de um longo processo", e que, do lado econômico, o mundo do final do século XIX estava apenas elaborando, "em escala muito mais vasta, a lógica dos métodos herdados de uma época anterior".[25] Mas se trocarmos as causas e origens pelo impacto e conseqüências, a quebra de continuidade e os efeitos revolucionários das mudanças operadas são irrefutáveis. Do âmago das novas sociedades industriais, foram desencadeadas forças que circunscreveram e transformaram o mundo inteiro, sem respeito por pessoas ou por instituições estabelecidas. Tanto para os habitantes das nações industrializadas como para os que viviam fora delas, as condições de vida mudaram de modo fundamental; criaram-se novas tensões e novos centros de gravidade iniciaram seu processo de formação. No final o século XIX, era evidente que a revolução iniciada na Europa era uma revolução mundial, que em nenhuma esfera, tecnológica, social ou política, esse ímpeto poderia ser defrontado, sustado ou restringido. Demorei-me bastante no exame desse período e tentei realçar suas principais características, porque suas conseqüências foram sobremodo decisivas; foi o divisor de águas entre a História moderna e a contemporânea. Em muitos aspectos, os capítulos seguintes pouco mais vos oferecerão que um comentário sobre os efeitos das mudanças que acabamos de analisar. Delas procede a maioria dos traços característicos do mundo contemporâneo.

---

[25] *Ibid.*, pág. 49.

III

UMA EUROPA MENOR

O Significado do Fator Demográfico

Quando, no final do século XIX, o novo industrialismo transbordou da Europa para os quatro cantos do mundo, abriu uma era de mudanças cujas conseqüências pouco contemporâneos podiam prever mesmo superficialmente. Para a maioria dos pessoas, na Europa, a superioridade de seus valores, a irresistível expansão de sua civilização à custa das civilizações "estagnadas" do Oriente, eram artigos de fé; não alimentavam qualquer dúvida de que a difusão do império teria como resultado a rápida disseminação da civilização européia em todo o resto do mundo. Até Bernard Shaw diria que, se os chineses eram incapazes de estabelecer condições, em seu próprio país, que promovessem o comércio pacífico e a vida civilizada, era dever das potências européias estabelecer, para eles, tais condições.[1] Era inútil exportar as capacidades européias para países retrógrados sem, ao mesmo tempo, introduzir as autoridades européias que garantissem o emprego adequado daquelas; uma vez que as raças nativas eram incapazes de manter normas civilizadas para elas próprias, o governo das dependências pelas potências imperiais era uma necessidade do mundo moderno.

Não se tratava, simplesmente, de uma questão de domínio. Em certo nível, o imperialismo poderia ter a aparência de uma exploração crua e descarada; mas os líderes do movimento imperialista iam-no de outra maneira. Escreveu Curzon: "No império, encontramos não só a chave da glória e da riqueza, mas o apelo ao dever e os meios de servirmos a humanidade"; e Milner via o império britânico como "um grupo de Estados, independentes entre si em seus assuntos locais", mas ligados "numa permanente união orgânica", para "a defesa de seus interesses comuns e o desenvolvimento de uma civilização comum".[2] A visão imperial de Joseph Chamberlain, embora mais especificamente econômica, não era diferente. Em sua opinião, o império formaria uma "grande república comercial", "uma unidade econômica", com as fábricas na Grã-Bretanha e as fazendas no ultra-mar, e um constante fluxo de população garantiria sua prosperidade e poderio.

As ambigüidades e incoerências desses desígnios imperialistas, particularmente a disparidade de tratamento entre os domínios "brancos" e as colônias "de cor", não são difíceis de perceber; mas o padrão geral, o pressuposto que lhes era sub-acentemente implícito, está claro. O que as pessoas previam era uma época em que os povos europeus se espalhariam por toda parte, ocupando e estabelecendo-se nos novos territórios coloniais, constituindo em al-

---

[1] Cf.A. P. Thohnton, The Imperial Idea and its Enemies, pág. 76.

[2] Ibid., págs. 72, 80.

guns a maioria da população, em outros, pelo menos, um sólido quadro administrativo, mas, em qualquer caso, mantendo um indispensável laço com o todo imperial. Essa doutrina foi explicitamente formulada por uma comissão governamental em 1917, que afirmava: "O homem ou mulher que deixa a Grã-Bretanha não está perdido para o Império, mas foi constituir seu esteio e força em outras Grã-Bretanhas ultramarinas."[3]

É certo que, em 1900, a população branca do império britânico, cerca de 52 milhões, era consideravelmente menor do que a da Alemanha imperial, e desse total não chegava a um quarto a que vivia no império ultramarino. Mas a confiança na manutenção de um fluxo de emigrantes suficiente para revestir o esqueleto imperial com carne e sangue britânicos não foi abalada. Se, no século XIX, a Grã-Bretanha fornecera perto de dezoito milhões de emigrantes para as terras do Novo Mundo, por que não manteria uma corrente de colonos para povoar seu próprio império colonial? Mesmo depois da Primeira Guerra Mundial, líderes australianos como Bruce e Dooley faziam seus cálculos em termos de uma Austrália com uma população branca de cem milhões e, na Inglaterra, Leopold Amery, membro do "jardim da infância" imperialista de Milner, não vislumbrava qualquer razão por que, se os Estados Unidos tinham passado, no último século, de cinco para cem milhões, a Grã-Bretanha não aumentaria, no século seguinte, "para trezentos milhões de população branca no império".[4]

Hoje é difícil dar crédito aos cálculos otimistas que os êxitos fáceis do novo imperialismo alimentaram no final do século XIX. A confiança das potências européias em sua capacidade de manterem a posição no mundo que tinham ganho para elas próprias, a confiança própria e o sentido de superioridade européia, parecem-nos agora não passar de uma série de ilusões. É verdade, evidentemente, que a superioridade técnica dessas potências tornou fácil a imposição da vontade delas pela força; isto ficou demonstrado, com a maior clareza, quando se uniram para suprimir a rebelião Boxer em 1900. Os dez anos entre a liquidação da sociedade Boxer e a queda da dinastia manchu constituíram "o apogeu da autoridade ocidental na China".[5] Mas a manutenção da superioridade européia pela força dependia da existência de, pelo menos, uma relativa unidade de propósitos, que as rivalidades européias tendiam a anular. Qual seria a posição se, por exemplo, uma potência européia deliberadamente explorasse as forças nacionalistas e agitasse a rebelião, na Ásia e na África, a fim de enfraquecer seus inimigos, como a Alemanha fez entre 1914 e 1918, e a Rússia depois de 1917?

Durante as duas ou três décadas posteriores a 1880, praticamente ninguém duvidava de que o sistema europeu e o controle pelas potências européias se estavam expandindo em círculos cada vez mais vastos sobre toda a superfície do mundo. Na realidade, porém, a situação era algo mais complicada. Em primeiro lugar, ao lançarem-se na conquista de possessões e territórios na África, na Ásia

---

[3] Cf. W. K. Hancock, Survey of British Commonwealth Affairs, vol. II (Londres, 1940), pág. 128.

[4] Ibid., pág. 149.

[5] K. M. Pannikar, *Ásia and Western Dominance* (Londres, 1953), pág. 198.

e no Pacífico, as potências européias tinham-se excedido e exorbitado de suas próprias forças; tinham abocanhado mais do que podiam mastigar e digerir. Em segundo lugar, os interesses da população metropolitana e da população colonial raramente corriam em paralelo, e os esforços dos colonialistas "brancos" para controlarem suas próprias questões forneceram um precedente ou modelo quando as populações "de cor" das colônias procuraram, subseqüentemente, a própria emancipação. Finalmente, as potências européias tinham posto em movimento no mundo extra-europeu uma série de acontecimentos que não podiam sustar, fazer retroceder nem controlar; e tais acontecimentos foram fatais, a longo prazo, para o domínio europeu. Esta é a razão por que os anos de imperialismo, a partir de 1882, marcaram simultaneamente o apogeu e a queda da era européia. Entre a crise de Suez de 1882 e a crise de Suez de 1956, a roda fez uma rotação completa; e, no intervalo, a transição de um período da História para outro teve lugar.

1

O próprio imperialismo, em primeiro lugar, demonstrou ser um cavalo difícil de montar. Na Inglaterra, sua "dinâmica de expansão autoconfiante" se esvaziou quase como um balão furado, sob os esforços e violências da guerra sul-africana. Além disso, com demasiada freqüência, os resultados do imperialismo demonstraram ser desconcertantemente diversos do que prometiam, tal como os lucros do império eram muitas vezes ilusórios e ganhos a muito custo. Desse ponto de vista, o império colonial alemão foi um notório desapontamento. Até 1913, absorvera apenas 24 mil emigrantes alemães, mas custara ao contribuinte alemão cerca de cinqüenta milhões de libras; ao passo que o comércio colonial, na mesma data, correspondia a apenas 0,5% do comércio total alemão. Na França, já em 1899, em vez da procura de lucros, havia queixas clamorosas contra o crescimento da concorrência das indústrias coloniais e pedia-se a imposição de tarifas alfandegárias discriminatórias.

Mas o mais desconcertante de todos os acontecimentos foi a resistência encontrada no seio do próprio império — no seio do império "branco" que, aos olhos dos imperialistas, constituía o próprio nervo do corpo imperial — às doutrinas do imperialismo. A idéia do império como "uma Inglaterra em constante expansão", uma "vasta nação inglesa", o "lar de todos os saxões" — a idéia que Chamberlain tentou formular em termos institucionais como federação imperial, na conferência colonial de 1897 — parecia aos domínios autogovernados, nas palavras de Sir Keith Hancock, "um pesadelo". O Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, e, depois, a África do Sul não alimentavam desejos de uma federação imperial, de unidade imperial, de laços orgânicos ou de unidade orgânica; não estavam dispostos a entregar seus interesses nacionais a "um vasto supernacionalismo exigindo para si próprio o equipamento coercivo

de um Estado soberano".[6]

Isto ficou evidente através de toda a história das conferências coloniais e imperiais realizadas a partir de 1887; foi percebido ainda mais claramente na atitude dos domínios "brancos" em relação a questões econômicas e relações externas. Em ambos os aspectos, mostraram-se muito ciosos de suas independências respectivas; como Sir Joseph Ward, o primeiro-ministro neozelandês, anunciou em 1911, não mais aceitariam as velhas relações de "mãe e criança".[7] Na conferência de Ottawa de 1894, por exemplo, os representantes australianos exigiram ser libertados, como o Canadá, dos obstáculos constitucionais que lhes impediam a instituição de direitos alfandegários diferenciais, fora da área australiana; e ainda antes, em 1887, a Nova Zelândia exigira também os limitados direitos, já desfrutados pelo Canadá, de negociar seus próprios tratados de comércio, separadamente, com Estados estrangeiros. Nenhum desses domínios "brancos", em resumo, estava disposto a abdicar dos poderes essenciais à maturidade econômica e política; estavam determinados, cada um e todos, a emancipar-se "dos últimos vestígios de disciplina imperial em sua liberdade econômica".

As diretrizes assumidas por esses acontecimentos são relativamente bem conhecidas e tornam-se ainda mais nítidas no domínio da política estrangeira do que na esfera econômica. A partir de 1882, quando a França estabeleceu o controle sobre a Nova Caledônia e a Alemanha sobre Samoa e Nova Guiné, a Austrália e a Nova Zelândia queixaram-se, amargamente, de que o governo imperial, em Londres, estava sacrificando os interesses vitais dos domínios, no Pacífico, a mesquinhas considerações da política britânica na Europa; e ainda antes, quando em 1871 parecia que a Grã-Bretanha estava subordinando os interesses do Canadá à realização de uma *détente* com os Estados Unidos, queixas semelhantes foram levantadas pelos líderes canadenses. Elas foras renovadas e ampliadas, em 1903, pela solução do litígio sobre as fronteiras do Alasca em termos que os canadenses reputaram indevidamente favoráveis aos Estados Unidos. "Enquanto o Canadá continuar sendo uma dependência da Coroa britânica", protestou o então primeiro-ministro canadense, Sir Wilfrid Laurier, "os poderes de que atualmente dispomos não serão suficientes para a salvaguarda de nossos direitos."[8]

Já três anos antes, durante a Guerra dos Bôeres, Laurier protestara pelo envolvimento dos domínios nas aventuras militares britânicas. O que "exijo para o Canadá", disse ele, é que no futuro, "o país tenha a liberdade de agir ou não agir, de intervir ou não intervir, de proceder como lhe agrade, e que nos seja reservado o direito de julgar se existe ou não uma causa para que o Canadá entre em ação".[9] Essa atitude foi mais moderada do que a do líder trabalhista australiano, William Lane, o qual declarou, fran-

---

[6] Hancock, *op. cit.*, vol. I (Londres, 1937), págs. 32, 39.

[7] A. B. Keith, Selected Speeches Documents on British Colonial Policy, 1763-1917, vol. II (Londres, 1933), pág. 251.

[8] O. D. Skelton, Life and Letters of Sir Wilfrid Laurier, vol. II (Londres, 1922) pág. 156.

[9] Ibid., pág. 105; cf. R. M. Dawson, *The Development of Dominion Status*, 1900-1936 (Londres, 1937), págs. 135-6, para um texto mais completo dos debates na Câmara dos Comuns do Canadá.

camente, que aos australianos pouco importava se "funcionários públicos russos substituíam ou não a aristocracia falida britânica nos departamentos oficiais hindustânicos", ou "se o sol se põe ou deixa de pôr ao rufar de tambores britânicos", desde que "os tambores se mantenham bem longe de nosso litoral".[10] Mas as duas atitudes tinham algo em comum. Negativamente, ambas estabeleceram uma distinção entre os interesses britânicos e os dos Domínios, recusando subordinar estes àqueles; positivamente, formulavam uma petição de autonomia, especialmente nos assuntos externos, bem como o controle dos exércitos e marinhas, de cuja posse decorria uma política externa independente. Essa autonomia foi formalmente negada por Asquith em 1911. Se havia uma coisa, insistiu ele, que não podia ser compartilhada, ou descentralizada, ou delegada, era a política externa do Reino Unido, que era a política externa do império britânico.[11] Mas já antes disso tal princípio se encontrava em vias de ruptura. Em 1907, por exemplo, o Canadá enviara emissários ao Japão, afirmando assim seu próprio lugar na política do Pacífico. No mesmo ano, a Austrália decidiu estabelecer uma força naval separada, a serviço de objetivos australianos e sujeita a controle australiano, exemplo que foi seguido pelo Canadá três anos depois. O corolário desses atos foi estabelecido, com toda a firmeza, pelo primeiro-ministro canadense, Sir Robert Borden: "Quando a Grã-Bretanha deixa de assumir a responsabilidade exclusiva pela defesa no alto-mar", disse ele, "deixa de poder comprometer-se, também, a assumir a responsabilidade e controle exclusivos da política externa."[12]

O que, evidentemente, coroou essa cadeia de acontecimentos e tornou estes irrevogáveis foi a intervenção dos domínios na Primeira Guerra Mundial, a participação deles na Conferência da Paz, em 1918-19, e o fato de serem membros independentes na Liga das Nações. Como escreveu então Sir Keith Hancock, "foi o desafio lançado pela Guerra Mundial e a reação do Canadá ao mesmo", que "transformou o sistema de relações entre o Canadá, de um lado, o império britânico e o mundo, em geral, do outro lado";[13] e o que é válido para o Canadá aplica-se igualmente à Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. A crise de Chanak, em 1922, quando Lloyd George apelou para que os domínios apoiassem a política britânica, pela força das armas, foi uma sugestão "melodramática" do erro de cálculo sobre, a solidariedade imperial. O "tratado do bacalhau", entre os Estados Unidos e o Canadá, assinado no ano seguinte, foi significativo, não pelo seu conteúdo, que mesmo do ponto de vista interno do Canadá era de importância secundária, mas porque assinalou "a primeira ocasião em que um ministro canadense das relações exteriores negociava e assinava um tratado com uma potência estrangeira, de acordo com a exclusiva autoridade de seu próprio

---

[10] Cf. M. Bruce. *The Shaping of the Modern World*, 1870-1939, vol. I (Londres, 1958), pág. 431.

[11] Keith, *op. cit.*, pág. 302.

[12] Keith, op cit. Pág. 309: Dawson, op. cit., pág. 162; W. A. Riddel, *Documents on Canadian Foreign Policy*, 1917-1939 (Toronto, 1962), pág. XLIII.

[13] *Op. cit.*, vol. I, pág. 74.

governo".[14] A decisão de Ottawa, em 1927 e 1928, nomeando representantes diplomáticos em Washington, Paris e Tóquio, foi outro passo decisivo no mesmo rumo.

Por essa altura, contudo, não era apenas uma questão de afirmar (na frase de Mackenzie King) a "igualdade de posição", mas também de exercer pressão em Londres para alinhar sua política com os interesses dos domínios. Foi sob a pressão tanto do Canadá e da África do Sul como dos Estados Unidos que em 1921 a Grã-Bretanha renunciou à sua aliança com o Japão; e foi sob pressão da Austrália e da Nova Zelândia que, a partir de 1923, a Grã-Bretanha foi induzida, com relutância, a fortificar Singapura.

Ainda assim, persistiam as crescentes dúvidas, nos domínios do Pacífico, sobre se a ligação imperial seria bastante firme e poderosa para salvaguardar seus interesses essenciais. Em 1908, já na Nova Zelândia se exprimia a opinião de que, embora a Marinha Real fosse capaz de defender o Atlântico ou o Pacífico, era uma "grave dúvida" saber se poderia dar conta simultânea de ambas as tarefas; e tanto na Austrália como na Nova Zelândia, onde o ressurgimento do Japão vinha dando origem a preocupações desde 1894, a tendência popular era para voltar-se, cada vez mais, para os Estados Unidos, como base de apoio no caso de um acontecimento grave no Pacífico.[15] À medida que a Primeira Guerra Mundial se acercava, essa tendência robustecia e, em março de 1914, foi confirmada nada menos do que por uma personalidade como Winston Churchill. Em sua qualidade de Primeiro Lorde do Almirantado, disse Churchill, estava fora de sua cogitação permitir uma divisão das forças navais britânicas no caso de guerra; conseqüentemente, a Austrália e a Nova Zelândia não devem contar com o apoio naval da Grã-Bretanha. Se o pior acontecesse, "a única solução para os cinco milhões de brancos no Pacífico seria procurar a proteção dos Estados Unidos".[16]

Assim, já antes da guerra de 1914 estava preparado o caminho que conduziria à assinatura em 1951 do Pacto de Segurança do Pacífico entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos, mais conhecido como Pacto ANZUS.[17] O significado desse tratado, no presente contexto, é que a Grã-Bretanha nem sequer foi convidada a participar nele. Já no ano anterior, o ministro das relações exteriores da Austrália declarara que os australianos tinham consciência de que seu destino estava ligado "para sempre... ao destino dos Estados Unidos"[18] e alguns anos depois um canadense resumiu o curso dos acontecimentos nesta frase prenhe de significado: "Todos os caminhos da Comunidade conduzem a Washington."[19]

Era um resultado bastante distinto do previsto pelas pessoas de mentalidade imperialista nos tempos de Chamberlain. Durante o

---

[14] Riddel, *op. cit.*, pág. XXV; *cf. ibid.*, págs. 78-87.

[15] Estes problemas foram examinados, em detalhe, por exemplo, no Evening Post (Wellington) de 7 e 8 de agosto de 1908; cf. B. K. Gordon, New Zeland becomes a Pacific Power (Chicago, 1960), págs. 28-9.

[16] Keith, op. cit., pág. 353; Gordon, op. cit., pág. 30.

[17] Para o texto do acordo, cf. N. Mansergh, *Documents and Speeches on British Commonwealth Affairs*, 1931-1952, vol. II (Londres, 1953), págs. 1171-3.

[18] Cf. *International Affairs*, vol. XXVII (1951), pág. 157.

[19] E. A. Underhill, The British Commonwealth (Durham, N. C., 1956), págs. XVIII, 99

primeiro quartel do século — em alguns círculos, de fato, até 1939 e mais além — a convicção geral é que o "gênio britânico de negociação" encontraria um "meio-termo" que satisfaria, de um só golpe, as aspirações dos domínios à autonomia e a manutenção da unidade imperial; e pelo prazo aproximado de uma geração, pareceu que essa confiança fora corroborada pelo relatório Balfour de 1926 e o Estatuto de Westminster de 1931. Hoje, esses dois documentos são muito menos impressionantes do que pareciam há um quarto de século aos comentaristas seduzidos pela sutil alquimia que (assim acreditavam) habilitava o império britânico a encontrar maneira de sair de dilemas a que outros imperialismos tinham sucumbido. A razão, claro, estava no fato de que o problema a solucionar não era, apenas, um exercício de teoria política. Não se tratava, simplesmente, de uma questão de enquadrar uma fórmula constitucional que substituísse o governo direto por uma "influência", reconciliando os termos de *imperium* e liberdade, mas, muito mais fundamentalmente, era uma questão de enfrentar os fatos de um mundo revolucionado pelo caráter explosivo do novo conhecimento científico, da nova tecnologia e do novo imperialismo. Sem dúvida, os domínios "brancos" tinham aspirações nacionais próprias; mas seria um erro imaginá-los como lutando desesperadamente para fugir ao látego imperial. Pelo contrário, eram leais ao desígnio imperial, como a resposta pronta, nas guerras de 1914-18 e 1939-45, amplamente demonstrou. Mas, tal como a Grã-Bretanha, foram colhidos por um torniquete, apertados por fatos de uma realidade crua, a que não podiam fugir. A longo prazo, não foram seus desejos ou atitudes relativamente à ligação imperial que contaram, mas os acontecimentos revolucionários no mundo em volta deles e a que foram obrigados a reagir, freqüentemente de maneira contrária àquela que, deixados a si mesmos, teriam livremente escolhido.

Essas pressões foram o fator decisivo, muito mais do que as modificações constitucionais que levaram do Império à Comunidade Britânica e que, habitualmente, são escolhidas como base dos comentários históricos. As sementes do futuro não estavam alojadas no Estatuto de Westminster, mas no Pacto ANZUS. Foi um paradoxo do neo-imperialismo ter desencadeado pressões que tornaram inoperáveis seus próprios princípios. Ao agitar as atividades do mundo exterior, afrouxou os laços do império, tal como abalou a posição preeminente da Europa, que era sua mais acalentada crença. Em todas as décadas posteriores a 1900, foi ficando cada vez mais claro, a maior número de pessoas, que os futuros centros de concentração populacional e de poderio estavam sendo edificados fora da Europa; que os dias do predomínio europeu já estavam contados e que um grande momento decisivo fora atingido e ultrapassado. Um novo mundo estava em gestação.

2

Para muitas pessoas o aspecto mais impressionante da mudança foi a crescente importância dos Estados Unidos da América. Não foi

por acaso que o influente jornalista inglês W. T. Stead redigiu seu tão lido panfleto *The Americanization of the World, or the Trend of the Twentieth Century*, em 1902. Já em 1898 ele escrevera a Lorde Morley: "Sinto como se o centro do mundo de fala inglesa estivesse derivando para oeste", e quatro anos mais tarde, Conan Doyle, nessa altura na América, comentava: "O centro de gravidade da raça está aqui e nós teremos de reajustar-nos."[20]

Mas o aparecimento dos Estados Unidos como (nas palavras de Stead) "a maior das potências mundiais" foi só um aspecto de um processo muito mais amplo. Já anteriormente, pessoas de visão tinham percebido a existência de certas tendências que estavam convertendo o Pacífico em "um oceano predestinado". Na América, o Secretário de Estado de Lincoln, Seward, estava atento às potencialidades do Pacífico para os Estados Unidos; na Europa, o brilhante exilado russo Alexandre Herzen descreveu sucintamente o Pacífico como "o Mediterrâneo do futuro".[21] Mas foram os acontecimentos da última década do século XIX — o ataque japonês à China, em 1894, a conquista americana das Filipinas, em 1898 — que para a maioria das pessoas colocaram os problemas do Pacífico em súbita proeminência. "A potência que governar o Pacífico é a potência que governa o mundo", declarou o Senador Albert J. Beveridge,[22] e suas palavras foram imediatamente aproveitadas e retransmitidas pelo Presidente Theodore Roosevelt. "O Mediterrâneo morreu com o descobrimento da América", disse Roosevelt; "a era atlântica está agora no auge de seu desenvolvimento e deve em breve esgotar os recursos de que dispõe; a era do Pacífico, destinada a ser a maior de todas, está apenas em seu alvor".[23]

Essas atrevidas previsões refletiam as especulações dos imperialistas filosóficos americanos, tais como Alfred Thayer Mahan e Brooks Adams; mas também expressavam a primazia que a Ásia e o Pacífico tinham adquirido no pensamento americano sobre questões estrangeiras. Havia sólidas razões para essa mudança de ênfase. Em 1900, era impossível ignorar o fato de que uma alteração importante na população mundial estava começando a ganhar forma e que o equilíbrio demográfico se estava desfazendo em prejuízo da Europa.[24] A expansão européia, no século XIX, baseava-se num fenomenal

---

[20] Cf. R. H. Heindel, The American Impact on Great Britain, 1898-1914 (Filadélfia, 1940), págs. 53, 130-1.

[21] Cf. M. Laserson, *The American Impact on Russia*, 1784-1917 (ed. de 1962), pág. 270

[22] Cf. R. W. van Alstvne, *The Rising American Empire* (Oxford, 1960), pág. 187.

[23] Cf. A. C. Coolidge, *The United States as a World Power* (Nova York, 1908), pág. 325. Era um tema a que Roosevelt recorria constantemente. "O império que se transferiu do Mediterrâneo", disse ele em S. Francisco, num discurso pronunciado em 13 de maio de 1903, "está votado, na vida daqueles que hoje ainda são crianças, a transferir-se uma vez mais para o ocidente, rumo do Pacífico." Californian Addresses (São Francisco, 1903), pág. 96.

[24] Provavelmente, a melhor fonte histórica geral para cifras populacionais e mudanças de população é a obra de E. Kirsten, E. W. Buchholz e W. Köllmann Raum und Bevölkerung in der Weltgeschichte (geralmente mencionada como Bevolkerungs-Ploetz); o segundo volume (neuere und neueste Zeit, 2." ed., Würzburg, 1956) contém os dados relevantes. Deverá ser suplementada, para anos mais recentes, pelo Demographic Year Book of the United Nations (cuja edição mais recente, no momento em que escrevo, é a 13.ª, Nova York, 1961), os volumes anuais do States-

incremento de população que duplicara o censo demográfico continental e habilitava a Europa, simultaneamente, a exportar quarenta milhões de emigrantes; mesmo assim, subiu sua proporção, no total da população do mundo, em relação aos demais continentes, de um quinto para um quarto. Por volta de 1900, esse índice de crescimento estava abrandando, visivelmente. Desde 1890 — um ano que, uma vez mais, se destaca como importante momento decisivo — notava-se um firme decréscimo na taxa de natalidade da Europa industrializada, conseqüência não só da disseminação da prática contraceptiva, mas também de um mais alto padrão de vida e, em certo grau, da longa depressão econômica. Durante as duas décadas seguintes, foi disfarçado, exceto no caso da França, por um ainda mais brusco declínio na taxa de mortalidade; mas desde, aproximadamente, 1890, na Inglaterra, 1905, na Suíça, e 1910, na Alemanha, um declínio no saldo líquido de reprodução não mais cessou até cair abaixo da unidade na década 1920-30. Dessa tendência, a Rússia, com um índice de crescimento de 1,7% constituía, significativamente, uma exceção; mas por volta de 1930 tanto os Estados Unidos, que no princípio do século tiveram um elevado aumento líquido, como as colônias "brancas" do ultramar, particularmente a Austrália e a Nova Zelândia, estavam em linha com a Europa industrial.[25]

Em contraste com essa tendência para a queda demográfica, nas populações da Europa e dos territórios ultramarinos "brancos", estava, por outra parte, uma igualmente dramática tendência para o aumento entre os povos da Ásia e da África. De maneira direta, era esse um "resultado da política imperial" exercida durante as últimas décadas do século XIX.[26] Mais especificamente, era uma conseqüência dos importantes progressos feitos no campo da higiene e da medicina, os quais constituíram tão notável característica do período; da introdução de melhores técnicas agrícolas, que atenuaram os efeitos de fomes intermitentes; da irrigação, da recuperação de terras, melhoramento dos transportes e facilidades de armazenamento alimentar. Assim, a população da Índia, embora flutuando violentamente até 1920, cresceu com rapidez daí em diante, o incremento nos vinte anos seguintes (oitenta e três milhões) sendo equivalente a dois terços da população total dos Estados Unidos nessa época. No Japão, onde a população parece ter estabilizado no século e meio anterior a 1872, os sessenta anos subseqüentes assistiram a um firme, mas de maneira alguma fenomenal, aumento, principalmente como resultado do decréscimo na taxa de mortalidade, e a população duplicou entre 1872 e 1930.[27]

---

man's Year Book, etc. Na bibliografia, não existe ainda uma obra geral que exceda World Population, de A. M. Carr-Saunders (Londres, 1936). As obras Population Trends and Policies, de W. D. Borrie (Sydney, 1948) e Population and Peace in the Pacific, de W. S. Thompson (Chicago, 1946), são, contudo, particularmente úteis para as regiões em causa.

[25] Borrie, *op. cit.*, págs. 66 e segs. Nos Estados Unidos, o saldo liquido de reprodução em tempo algum excedeu 0,98%, entre 1930 e 1940, isto é, estava abaixo da taxa de substituição; cf. M. A. Reenhabd, *Histoire de la population mondiale* (Paris, 1940), pág. 373.

[26] Borrie, *op. cit.*, pág. 240; Cf. Thompson, *op. cit.*, págs. 299-301.

[27] O crescimento da população japonesa é examinado com certo detalhe por Thompson, *op. cit.*, p4gs. 93_i7g. também Ryoichii Ishii, *Population Pressure and Economic Life in Japan* (Londres, 1937).

No caso da China, como no da África, a falta de provas idôneas torna todos os cálculos de valor duvidoso. Em ambos os casos, supõe-se, habitualmente, que a população se manteve estática no "limite malthusiano ou próximo dele", ou até que tenha realmente havido um declínio na China, em resultado das epidemias de peste e fome, durante o século XIX.[28] Mas o que interessa é menos apurar qual era a população do que qual seria ela, uma vez que a introdução de medidas de higiene e outras formas de modernização se lançaram a caminho, como sucedeu na China após o término da guerra civil, em 1949. A população da China continental, tal como registrou o censo de 1953 — nomeadamente, 583 milhões — estava muito à frente dos cálculos mais liberais aceitos nessa época (que orçavam por 450 milhões) e equivalia, com uma taxa líquida anual de 2,8% de aumento, a um índice de crescimento demográfico superior a dezesseis milhões por ano, ou um acréscimo, num período de dez anos, correspondente a muito mais do que a população total dos Estados Unidos em 1953.

3

Dessas tendências demográficas podemos extrair duas conclusões. A primeira, que estava ocorrendo uma dramática alteração no equilíbrio entre as raças "branca" e "de cor"; a segunda, que a taxa diferencial de crescimento populacional, em conjunto com a migração e movimentos de população em escala continental, estava levando à formação, bem longe da Europa, de novos centros de população, produção e poder.

Desses dois acontecimentos, o primeiro foi o que atraiu imediatamente as atenções gerais. Na realidade, o índice de crescimento populacional na Ásia, no primeiro quartel do século XX, estava longe de ser excepcional, e a Europa não só manteve, mas, na realidade, aumentou sua proporção no total calculado da população mundial entre 1850 e 1930. Mesmo a porcentagem de crescimento da população do Japão, entre 1870 e 1920, foi menor do que a da Inglaterra e País de Gales e da Rússia durante o mesmo período. O que impressionava os contemporâneos, contudo, não era o índice de crescimento em si, mas a densidade de população na Ásia e, conseqüentemente, o assinalado efeito no incremento total que apenas uma diminuta melhoria na taxa líquida de reprodução podia exercer.

No Japão, por exemplo, a densidade média de população, por volta de 1930, era de 439 pessoas por milha quadrada, comparada com uma densidade média na Europa (excluindo a União Soviética) de 184 pessoas, na União Soviética de um pouco mais de vinte e nas áreas habitáveis da Austrália de 3,8 por milha quadrada. Porém, se atendermos que a ilha setentrional de Hocaido, coberta de neve durante cinco meses cada ano, é estéril e inóspita, a cifra média de

---

[28] Carr-Saunders, op. cit., págs. 34-42, 286-90. Carr-Saunders acreditava que o incremento absoluto na África, entre 1900 e 1923, pode ter sido da ordem de 25 milhões (pág. 35).

439 por milha quadrada é enganadora, pois na ilha principal de Honxu, o número comparativo foi, de fato, 553 pessoas por milha quadrada. Apesar de tudo, a densidade populacional no Japão estava muito abaixo de Java, onde, em resultado de um aumento fenomenal, desde 1850, a densidade atingiu 817 pessoas por milha quadrada, em 1930; ao passo que na província chinesa de Kiangsu não era provavelmente inferior ao milhar e na planície de Chengtu calculava-se que tivesse atingido 1700 pessoas.[29]

O fato significativo que resulta desses números é que, evidentemente, implicam uma pressão sobre os recursos ao nível de subsistência ou, em suas imediações, tendo como único remédio, na falta de restrições à natalidade, a migração dos continentes "superpovoados" para os "subpovoados". Como seria possível encarar de outro modo e fazer frente a um incremento anual de população que, só para a China, Índia e Japão, segundo os números calculados no início do século XX, dificilmente seria inferior a sete milhões e meio e, com toda a probabilidade, seria bastante superior? O resultado do impacto do ocidente, pelo que se viu, fora induzir a melhoria da primeira fase do ciclo demográfico (ou seja, redução da mortalidade), mas não da segunda (ou seja, declínio da fertilidade) e, apesar do exemplo do Japão, a industrialização dificilmente era ainda concebida como uma solução para o "dilema malthusiano".

Como, desde 1900, aproximadamente, o significado do decrescente índice europeu de natalidade e as conseqüências prováveis da decrescente mortalidade na Ásia tornaram-se matérias de conhecimento geral, avolumou-se, entre europeus e descendentes de europeus no ultramar, uma percepção quase neurótica da natureza precária de sua posição, em face de uma Ásia em expansão. Finalmente, começaram a indagar a si mesmos como poderiam ter alguma esperança de evitar serem esmagados pelo simples peso dos números? Foi, talvez, o primeiro sintoma de apreensão íntima, de uma compreensão instintiva de que, sem o saberem, a intervenção européia na Ásia e na África pusera em movimento correntes ocultas que, quando viessem à superfície, forçariam a corrente da história mundial entrar em novos canais.

4

Um dos primeiros sintomas da crise demográfica foi o grito penetrante de "Perigo Amarelo", adotado pelo imperador alemão na altura da revolta Boxer e estimulado pela vitória do Japão sobre a

[29] Carr-Saunders, *op. cit.*, pág. 287, fornece o número de 900 por milha quadrada para Kiangsu, mas, em vista de censos demográficos mais recentes, esse cálculo é provavelmente baixo; a densidade atual é da ordem de 1 150 pessoas por milha quadrada.

Rússia em 1905.[30] Deu rapidamente origem a uma literatura semipopular e largamente sensacionalista, da qual o livro de Sir Leo Chiozza Money, The Peril of the White (1925), com sua mensagem "Renovação ou Morte!" pode ser considerado como exemplo característico. O tema de todos esses livros era a fragilidade da posição européia no mundo, quando, como Money acentuou, só havia 304 mil ingleses na Ásia, face a uma população total de 334 milhões (ou menos de um por mil), e unicamente sete mil e quatrocentos europeus na África Ocidental Britânica, ante uma população nativa de perto de vinte e três milhões. A Índia era o coração do império; mas nas extensas divisões administrativas de Bengala, Dacca e Chittagong, com uma população de dezessete milhões e meio, havia em 1907 apenas vinte e um servidores públicos britânicos contratados e doze agentes policiais também britânicos.[31]

Mas, sobretudo, era na Austrália e na Nova Zelândia que a atenção se concentrava, pois aí — como um escritor disse a respeito da Austrália em 1917 - "uma população inferior à da esvaziada Escócia" estava "lutando pateticamente por manter um continente como terra de homem branco, contra os congestionados milhões de povos de cor, mesmo ali do outro lado do mar".[32] Podemos sorrir pela extravagância de linguagem que era uma característica das obras desse tipo; mas, num nível mais sóbrio, abundavam as provas evidentes da realidade de pressões demográficas oriundas da Ásia. A China, em especial, que mesmo um observador tão prudente quanto Carr-Saunders comparou a uma "esponja saturada",[33] contava com um vasto e contínuo escoamento de emigrantes. Destes, a maior parte — em alguns anos, mais de um milhão — foram para a Manchúria, onde esbarraram contra a corrente de colonização russa vinda do oeste; mas uma quantidade substancial — talvez dois milhões, entre 1920 e 1940 — estabeleceu-se no Sudeste asiático, onde ajudaram a aumentar a pressão da já densa população que se lançava sobre a Austrália e a Nova Zelândia.

A reação imediata dos países afetados foi levantar uma paliçada de rigorosas leis e regulamentos de imigração, estruturados de maneira a excluir os não-europeus. Na Austrália, o governo federal, baseado na legislação anterior dos Estados individuais, introduziu em 1901 leis que impunham uma rigorosa política de "Austrália branca", medidas semelhantes foram postas em vigor na Nova Zelândia, no Canadá e nos Estados Unidos. Sua eficácia não oferece dúvida. Não fossem essas restrições, como Carr-Saunders observou em 1936, parece quase certo que, por essa altura, "a população do litoral ocidental da América do Norte seria principalmente asiática".[34] Mas ninguém supôs que a exclusão pudesse ser uma solução a longo prazo e já em 1904 uma comissão real, criada para investigar o declínio da taxa de natalidade em Nova Gales do Sul, expressou a

---

[30] A mais completa e competente descrição do terror do "Perigo Amarelo", em suas ramificações internacionais, encontra-se em H. Gollwitzer, *Die gelbe Cefahr* (Gottingen, 1962).

[31] Cf. *Cambridge History of the British Empire*, vol. V (1932), pág. 252.

[32] James Marchant, *Birth Rate and Empire* (Londres, 1917), pág. 3.

[33] Carr-Saunders, *World Population*, pág. 294. 14 Ibid., pág. 190.

[34] *Ibid*. pág. 190

opinião de que, fracassando um elevado índice de natalidade e uma imigração "branca" em larga escala, era necessário encarar a possibilidade de que "a Austrália podia estar perdida para os britânicos".[35]

Dessa época em diante, a "ameaça" dos "ubérrimos milhões da Ásia" à Austrália e outras colônias sob controle europeu, bem como as medidas necessárias para enfrentá-la, tornaram-se um tema constante, debatido repetida e inconclusivamente por comitê após comitê, comissão após comissão, com o acompanhamento de prognósticos pessimistas lavrados por "especialistas" e publicistas.[36] Seria ocioso acompanhar o curso do debate,[37] pois tudo o que ele revelou foi um dilema insolúvel, o qual, por si mesmo, constituía o malfadado e inesperado "produto final do imperialismo praticado pelas potências ocidentais, no século XIX".[38] A única esperança de manter a posição imperial e o predomínio das potências ultramarinas européias (assim discorria o argumento) era manter sem desfalecimento o volume de emigração. Mas, excetuando a Itália, nenhum dos países coloniais do Ocidente podia-se gabar — nem mesmo a Alemanha nazista — de um índice substitutivo de natalidade. Pelo contrário, debatiam-se com uma crise de mão-de-obra e era completamente utópico procurar neles um fluxo de emigrantes. Só havia, portanto, uma conclusão: "a manutenção das barreiras dependia, em última análise, da distribuição do poderio armado".[39]

Mas poderia confiar-se na Europa para fornecer o poderio armado necessário à defesa de seus territórios ultramarinos ? A triste realidade parece apontar na direção oposta. Quando as potências imperiais que tinham até então exercido o controle nas áreas dependentes da Ásia e da África se viram a braços com um declínio absoluto em seus contingentes humanos, duas coisas ficaram desde logo claras: primeiro, que existia um escasso limite para as reservas de potencial humano disponível para as funções normais de policiamento e administração em tempo de paz; segundo, que a capacidade de defesa de suas áreas contra rebelião interna ou ataque de fora estava sendo desgastada. Sem dúvida, seria preciso algo mais do que o desgaste para demolir a estrutura imperial estabelecida; mas quando a Segunda Guerra Mundial despedaçou o periclitante equilíbrio internacional, de que a manutenção dessa estrutura dependia, o fator demográfico fez então valer seus direitos. O

---

35 Borrie, *op cit.*, pág. 58.

36 Assim foi que Sir Leo Money (op. cit., pág. 83), embora desprezando a afirmação de que "o fuzil ou a metralhadora, o aeroplano ou a "química" podem armar um ataque amarelo contra o Ocidente", sustentou, porém, que "a possibilidade da Europa perecer, mediante o emprego pelas raças de cor dos métodos científicos de destruição criados pelos europeus, não deve ser inteiramente menosprezada". Não acreditou, contudo, que o perigo real estivesse nessa direção, pois em seu critério não eram precisas "armas para destruir a vida e civilização européias, quando os próprios brancos, na Europa e em toda parte, estão instigando o suicídio da raça". Esse pessimismo converteu-se em tema constante. "Se a Austrália não duplicar sua população", prognosticou R. G. Casey em 1951, "dentro de uma geração nossos filhos estarão puxando jinriquixás"; *International Affairs*, vol. XXVII (1951), pág. 200.

37 Resumido por Hancock, op. cit., vol. II, i, págs. 149-77.

38 Borrie, *op. cit.*, pág. 30.

39 Hancock *op. cit.*, pág. 177.

descalabro dos impérios europeus na Ásia, em 1914, foi essencialmente um malogro demográfico; e não há dúvida de que os fatores demográficos também desempenharam seu papel, nos anos seguintes, ao provocarem a retirada britânica da Índia, a holandesa da Indonésia e a francesa da Indochina.[40]

5

Tem sido afirmado que os "diferenciais no crescimento populacional" atuaram contra a Europa e a favor da Ásia.[41] Uma conclusão freqüentemente mencionada diz que "os europeus ocidentais" vão ficar "do lado perdedor de um duelo de poder no futuro próximo". Mas, à parte semelhantes prognósticos, que podem ou não ser verdadeiros, os fatos são bastante eloqüentes. Como Mackenzie King disse em 1939, houve uma "alteração no equilíbrio mundial de poder", uma "mudança nas condições estratégicas", "uma mudança nas necessidades econômicas e na capacidade industrial relativa", e ele prosseguiu concluindo que, em vista da alteração no "equilíbrio do poder mundial", era necessário que o Canadá "mantivesse presentes em seu espírito tanto suas costas do Pacífico como as do Atlântico".[42]

Mais de uma década antes, Mackenzie King chamara a atenção para o fato de que o "comércio canadense com o Oriente é hoje maior do que o comércio do Canadá com o Reino Unido, ao tempo em que Sir Wilfrid Laurier assumiu o cargo", isto é, em 1896.[43] Eram fatos de grande importância e vasta aplicação. O que Mackenzie King dissera a respeito do Canadá aplicava-se também à Austrália, quiçá com maior contundência. Os australianos também foram forçados a "compreender que constituíam, primordialmente, uma nação do Pacífico", e que "toda a questão de política nacional" deve ser considerada num contexto do Pacífico.[44] E uma vez concluída a grande estrada de ferro trans-continental, que ligou Nova York a São Francisco, verificou-se como já foi observado,[45] semelhante mutação no eixo econômico e demográfico dos Estados Unidos; à medida que o grande movimento de expansão para oeste progredia, não só a fidelidade dos Estados Unidos à economia atlântica enfraquecia, como a política americana tomava, também, uma orientação especificamente baseada no Pacífico.

Não foi por acaso que acontecimentos paralelos se observaram, simultaneamente, na Rússia. Nada, porventura, é mais significativo na história russa, nesse período, do que a nova ênfase dada à Á-

---

40 Borrie, *op. cit.*, pág. 29.

41 Thompson, *op. cit.*, pág. 341.

42 Ridell, op. cit., pág. 219

43 Ibid., pág. 281; cf. págs. 286-7.

44 Borrie, op. cit., pág. 236.

45 Ver pág. 28.

sia, não como um império de tribos nômades a ser conquistado e governado, mas como um território a colonizar e desenvolver. Para Dostoievski, a Ásia era "a América ainda por descobrir" da Rússia; aí, mais do que na Europa, disse ele, é que se encontram as esperanças da Rússia para o futuro.[46] De fato, o rápido surto de população que se seguiu à emancipação dos camponeses, em 1861, forneceu um vasto reservatório de mão-de-obra para a colonização e, depois de 1881, medidas oficiais foram tomadas para encorajar a emigração para leste. O resultado foi o estabelecimento de novos centros a leste dos Urais, correspondentes, em certos aspectos, aos centros industriais americanos do Centro-Oeste, em Illinois, Michigan e Ohio, e o movimento de uma vasta corrente de colonos para a Sibéria é paralelo à migração, nos Estados Unidos, através das Montanhas Rochosas para a Califórnia.

A colonização da Sibéria e da Califórnia foram importantes acontecimentos demográficos. Em ambas as regiões, o crescimento de população foi enorme e em ambas se operou um fenômeno essencialmente do século XX. Na Califórnia, onde mesmo depois da corrida do ouro, em 1848 e 1849, a população ainda era inferior a cem mil, atingiu quase milhão e meio em 1900, isto é, um aumento de quinze vezes em cinqüenta anos. Mas isso era apenas um começo e o verdadeiro salto para diante veio mais tarde. Entre 1920 e 1940, a população mais do que duplicou, de 3,4 milhões para 6,9 milhões; entre 1940 e 1960, aumentou a um ritmo fantástico para 15,7 milhões, até que, finalmente, em 1963, a Califórnia converteu-se no estado mais populoso da União.

Na Sibéria e na Ásia russa, o padrão demográfico, se bem que menos espetacular, foi curiosamente semelhante. Também aí o século XIX presenciou um substancial movimento de emigrantes, somando, com toda a probabilidade, perto de quatro milhões,[47] mas, também neste caso, o progresso mais importante ocorreria no século seguinte. Em primeiro lugar, o ritmo foi acelerado após a conclusão da estrada de ferro transiberiana e, entre 1900 e 1914, provavelmente mais 3,5 milhões de emigrantes partiram para as terras além dos Urais. Foi, contudo, depois dos recuos provocados pela guerra e pela revolução que o desenvolvimento em larga escala das terras além dos Urais realmente se iniciou. A partir de 1929, a colonização e a industrialização da Ásia soviética converteram-se no objetivo primordial da planificação soviética; o resultado foi um rápido incremento na população dos territórios asiáticos, mais tarde intensificado pela reinstalação de indústrias a leste dos Urais, após a eclosão da guerra com a Alemanha em 1941. Entre 1926 e 1939, a população da Ásia soviética aumentou em cerca de dez milhões; depois de 1939, a marcha para leste foi acentuada ainda mais. Assim, enquanto a população total, em resultado das perdas sofridas durante a guerra, aumentou na União Soviética em apenas 9,5%, entre 1939 e 1959, a Ásia central e do Casaquistão aumentou

---

[46] Cf. *The Diary of a Writer* (trad. para o inglês por Boris Brasol, Londres, 1949), pág. 1048.

[47] Os cálculos variam. Carr-Saunders (*op. cit.*, pág. 56) dá 3,7 milhões para 1800-1900; outras estimativas atingem 4,5 milhões. Os cálculos são complicados pelos emigrantes que regressaram e pelo fato de que o número para emigrantes registrados constitui, certamente, uma estimativa feita por baixo.

38%, da Sibéria oriental 34% e a das províncias do Extremo Oriente não menos do que 70 %, ou de 2,3 para 4 milhões.

6

Essa grande revolução demográfica foi também uma revolução econômica. Tanto na Ásia soviética como no Oeste americano, a modificação populacional foi acompanhada por uma mutação industrial e pelo aparecimento de novos centros fabris. A população de Los Angeles passou de 102.000 pessoas em 1900 para 2,5 milhões em 1960; a de São Francisco, que se desenvolvera mais cedo, de 342.000 para 740.000. Na Ásia soviética, o processo de urbanização não foi menos intenso. Novosibirsk (anteriormente Novonikolaievsk), capital da Sibéria ocidental, tinha 5.000 habitantes em 1896; em 1959, o número subira para 887.000. Magnitogorsk, que tinha apenas trinta e sete famílias de pastores seminômades em 1926, registrava 145.000 habitantes em 1939 e 284.000 em 1956. Segundo as estatísticas oficiais, a produção industrial aumentou 277% na Ásia central e 285% na Sibéria, durante a década seguinte à introdução do primeiro plano qüinqüenal em 1928; com efeito, já em 1935 um economista alemão afirmava que o governo soviético só seria capaz de levar adiante seu programa de "socialismo em um país", mediante a criação de novos centros industriais no leste.[48]

De fato, as modificações demográficas nos Estados Unidos e na União Soviética significaram uma transferência do litoral atlântico para o pacífico. Suas implicações foram reforçadas por mudanças paralelas em outras regiões, particularmente, pela crescente importância do hemisfério sul, que até então absorvera apenas uma fração insignificante da população do mundo. A Austrália e a Nova Zelândia, com apenas um quarto de milhão de habitantes em 1860, tinham mais de doze milhões e meio um século depois. Mas o incremento mais notável verificou-se nas Américas Central e do Sul. Aqui, a população era inferior em perto de vinte e seis milhões à dos Estados Unidos, em 1920; mas em 1960, ultrapassara-a por sete milhões, embora a população da América do Norte tivesse entretanto aumentado também de 117 para 199 milhões no mesmo período.

Também nessa região estava surgindo um novo centro populacional, longe da Europa e fora da esfera européia de interesse. O crescimento da população da Argentina e do Brasil foi algo de fenomenal, especialmente no século XX. Na Argentina, a população de apenas três quartos de milhão existente em 1850 aumentara mais de seis vezes para atingir 4,9 milhões em 1900. Por altura da Primeira Guerra Mundial, mais quatro milhões tinham sido adicionados; em 1920, a população alcançara dez milhões e em 1960 voltava a duplicar, ultrapassando os vinte milhões. O Brasil, com perto de cinco milhões e meio de habitantes em 1850, triplicou a população para dezessete milhões em 1900 e a partir de então disparou; por

[48] P. Berkenkopf, Siberien als Zukunftsland der Industrie (Stuttgart, 1935), pág. 10.

volta de 1930, duplicara, na ordem dos trinta e três milhões e, em 1960, voltara já a duplicar de novo, com mais de setenta milhões de habitantes.

O significado desse processo de redistribuição é realçado se considerarmos, além disso, o progresso da urbanização. Em 1900, como já notamos anteriormente, havia quatorze cidades com uma população de um milhão ou mais; dessas, seis (incluindo S. Petersburgo e Moscou) estavam situadas na Europa, três na Ásia, três na América do Norte e duas na América do Sul. Em 1960, quando o total subira a sessenta e nove cidades, a distribuição fora radicalmente alterada. Nada menos de vinte e seis (isto é, mais de 37%) estão na Ásia; o total na América Latina subiu para oito (contra sete nos Estados Unidos e no Canadá) e mais três cidades de população superior a um milhão, duas na Austrália e uma na África do Sul, indicavam a crescente importância do hemisfério sul. De vinte e oito cidades com mais de dois milhões de habitantes (em 1960), cinco estavam na Europa (excluindo a Rússia européia), onze na Ásia, quatro na América do Norte, quatro na América Latina e duas na União Soviética.

Esses números são, evidentemente, arbitrários em relação ao processo de urbanização como um todo. Em especial, não fazem justiça ao desenvolvimento urbano na Ásia soviética, onde houve uma subida vertical no número de cidades da categoria de 250-500 mil habitantes.[49] Entre 1926 e 1939, as cidade da União Soviética mais do que duplicaram sua população, uma taxa de crescimento que nos Estados Unidos levou quase trinta anos a ser alcançada e na maioria dos países europeus pouco menos de um século; e entre 1939 e 1959 a população urbana subiu ainda mais, de 32 para 48% do total. Com efeito, a revolução urbana na União Soviética e, subseqüentemente, na China, realizou-se a uma velocidade muito maior do que tudo o que até então se vira e seu resultado foi intensificar a tendência existente para remover da Europa ocidental o centro econômico de gravidade.

Distribuição de Cidades Com Mais de Um Milhão de Habitantes

1960	Acima de 2 milhões de habitantes	1-2 milhões de habitantes	Total
Ásia: Extremo Oriente (China, Japão, Coréia, Filipinas)	**7**	**9**	**16**
Ásia: Sul e Sudeste (Índia, Paquistão, Tailândia, Indonésia)	**4**	**6**	**10**
Europa (excluindo URSS)	**5**	**14**	**19**
URSS (Europa e Ásia)	**2**	**1**	**3**
América do Norte (EUA e Canadá)	**4**	**3**	**7**
América Central e do Sul	**4**	**4**	**8**
Oriente Médio (Egito, Pérsia, Turquia)	**1**	**2**	**3**
África do Sul		**1**	**1**
Australásia	**1**	**1**	**2**
	28	**41**	**69**

[49] Há listas úteis em Bevölkerungs-Ploetz, págs. 342-3 e 345-6.

A parcela da Europa no cálculo total da população do mundo, que subira em 5% entre 1850 e 1913, declinou (como a tabela seguinte mostra) em 3,8%, entre 1920 e 1960, e é digno de nota que o declínio se acentuou na década 1950-60. O significado dessa evolução populacional é que indica não só a ação de diferenciais no crescimento populacional, que estavam operando contra a Europa, mas também a crescente importância de centros não-europeus de produtividade, civilização e, em última análise, de poder. A conclusão a que esses fatos parecem conduzir-nos foi assinalada por um historiador americano já em 1943.[50] O centro de gravidade, escreveu ele, está derivando "para países fora da Europa". Essa derivação, que se iniciou na transição dos séculos XIX para XX, foi uma conseqüência do imperialismo que caracterizou a nova era industrial, inaugurada por volta de 1870. A princípio, a expansão do poderio e tecnologia europeus parecia significar "uma ampliação de fronteiras bem distantes de um centro que se tornava cada vez mais forte, quanto mais ampla fosse a área dominada". Mas "imperceptivelmente, essa evolução mudou de caráter". O centro "deslocou-se e transferiu-se para outros continentes" e, estimulados pelo capital europeu, pelas invenções européias, pelo potencial humano europeu e pelos padrões de vida europeus, novos centros não-europeus e extra-europeus passaram a existir.

	1920		1950		1960	
	milhões	%	milhões	%	milhões	%
Europa..................	328	18,1	393	15,9	427	14,3
URSS...................	158	8,7	181	7,3	214	7,2
Ásia	967	53,5	1 360	55,0	1 679	56,0
África	140	7,7	199	8,0	254	8,5
América do Norte	117	6,5	168	6,8	199	6,6
América Central e do Sul	91	5,0	162	6,5	206	6,9
Australásia e Oceania.....	9	0,5	13	0,5	16	0,5
Total da População Mundial	1810	100	2 476	100	2 995	100

Existe algo de irônico nesse processo, que é impossível passar despercebido. Os chineses e japoneses, em meados do século XIX, só pediam que lhes fosse permitido evitar todo o contato possível com o mundo exterior e viver por seus próprios recursos à maneira tradicional. As potências ocidentais forçaram-nos a abrir seus países à penetração do Ocidente e, dessa maneira, puseram em marcha movimentos demográficos que não puderam sustar. É certo, evidentemente, que as novas tendências demográficas levaram seu tempo a definir-se. Mas, cinqüenta anos depois, era já evidente que as potências européias, longe de terem criado (como muita gente esperava) um mundo à sua própria imagem e semelhança, haviam despertado na Ásia e na África forças que não ficariam contentes enquanto não

[50] E. Fischer, *The Passing of the European Age* (Cambridge, Mass., 1943), pág. XI-I.

desafiassem a hegemonia política da Europa.

Por si só, os fatores demográficos são antes uma condição prévia do que uma causa do poder político, e o significado da mera quantidade é freqüentemente discutido. Não obstante, é bastante óbvio que, se a Grã-Bretanha tivesse continuado a ser um país de doze milhões de habitantes, como em 1801, nem sequer um alto grau de industrialização tê-la-ia habilitado a atingir a posição dominante que ocupou na segunda metade do século XIX. Durante os cem anos que decorreram entre 1815 e 1914, as diferenças de população foram neutralizadas, em considerável parte, pelas diferenças de capacidade industrial; e países industriais como a Inglaterra e a França puderam ganhar o controle de populações muito maiores, em terras não-industralizadas, com relativa facilidade. Mas esse predomínio, que parecia constituir uma permanente desculpa, era, na realidade, um fator temporário, apenas, visto que em breve se evidenciou não serem as habilitações técnicas um monopólio de qualquer parte do mundo, sendo fácil transferi-las de um país para outro. Também foi demonstrado, tanto pela Rússia Soviética como pela China, que no caso de uma necessidade urgente o capital podia ser acumulado a grande velocidade — embora à custa, também, de grandes sacrifícios humanos.

Assim, à medida que o século XX avançava, as vantagens que tinham garantido o predomínio europeu — nomeadamente, o monopólio da produção de máquinas e o poderio militar conferido pela industrialização — retrocediam e os fatores demográficos subjacentes reafirmavam sua importância. Não é exagerado afirmar que a revolução demográfica do meio século entre 1890 e 1940 foi a mudança básica que marcou a transição de uma era da história para outra. Ao mesmo tempo, o período de hegemonia política européia aproximava-se do seu final, e o equilíbrio de poder na Europa, que durante tanto tempo governara as relações entre os Estados, estava sendo ultrapassado pela era da política mundial.

IV

DO EQUILÍBRIO EUROPEU DE PODER À ERA DA POLÍTICA MUNDIAL

Transformação no Ambiente das Relações Internacionais

Para alguém que observar o mundo de 1960 e o comparar com o de 1870 ou 1880, nada será mais impressionante, talvez, do que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. Há setenta e cinco anos, a supremacia das potências européias não sofria contestação; o mapa político da Ásia e da África era traçado por estadistas em Londres, Paris e Berlim, e O general russo Dragomirov estava apenas ecoando a crença de sua época ao anunciar, maliciosamente, que "as questões do Extremo Oriente eram decididas na Europa".[1] Hoje isso já deixou de ser há muito, mesmo aproximadamente, verdadeiro. No fim da Segunda Guerra Mundial, o colapso do antigo sistema de equilíbrio de poder foi algo de evidente para todos e também foi claro que esse colapso não resultou apenas da própria guerra, sendo, pelo contrário, a conseqüência de um muito mais remoto processo de erosão que circunstâncias anormais — o isolacionismo dos Estados Unidos, depois de 1919, e o enfraquecimento da Rússia Soviética pela revolução e pela guerra — tinham disfarçado, mas não eliminado. A estrutura da política das grandes potências e suas modalidades, a época de Khruschev, são essencialmente distintas das da época de Bismarck. Em vez de um arranjo de forças, somos hoje confrontados pela existência de duas grandes superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, cuja proeminência se baseia no quase-monopólio de armas nucleares e dos sistemas de expedição para lançamento de armas nucleares; e, embora a Rússia tenha um pé na Europa, é significativo que ambas as superpotências sejam grandes Estados federados, em proporções continentais, não podendo nenhum deles ser realistamente classificado como europeu. Assim, no espaço de meio século, um sistema multilateral de equilíbrio, cujo centro era a Europa, foi substituído por um sistema de bipolaridade global entre duas grandes potências extra-européias, os Estados Unidos e a União Soviética.[2]

---

[1] Cf. G. F. Hudson, *The Far East in World Politic* (2.ª ed., Londres, 1939), pág. 74

[2] No mundo de fala inglesa tem havido bastantes discussões sobre a bipolaridade como problema da política contemporânea, mas muito pouco se fez ainda, do lado histórico, para elucidar sua origem. A primeira tentativa para tratar o assunto, em termos gerais, foi a obra de Ludwig Dehio, *Gleichgewicht oder Hegemonie* (Krefeld, 1948), cujos argumentos resumi para os leitores ingleses em *History in a Changing World* (Oxford, 1955), págs. 168-84 (N. do E.: Traduzido para o português e publicado por Zahar Editores, Rio, 1964), o livro de Dehio foi subseqüentemente traduzido para o inglês, com o título *The Precarious Balance. The Politics of Power in Europe,* 1494-1945 (Londres, 1963). Desde então, o problema tem sido analisado de diversos ângulos por outro autor, E. Hölzle. Entre suas obras sobre o assunto, as seguintes poderio ser, quiçá, consideradas as mais úteis: *Geschichte der zweigeteilten Welt (Hamburgo, 1961); Die Revolution der*

1

Não há dúvida de que a mudança verificada na posição política da Europa foi uma revolução de primeira grandeza, a qual radicalmente alterou o caráter e as condições das relações internacionais. Como foi que isso aconteceu?

A explicação mais óbvia, e a que usualmente se destaca, é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Somado a isso, cita-se a sua fragmentação num crescente número de unidades pequenas e médias, que culminou, nos ajustamentos de paz de 1919, na criação da cadeia de Estados da Europa oriental — Estados que eram demasiado fracos, demasiado pequenos e divididos, para poderem manter sua independência. Toda a guerra européia, já foi assinalado,[3] resultou em maior divisão; toda a guerra colonial, em maior coesão. Mas, embora a auto-destruição da Europa através de suas lutas intestinas seja habitualmente destacada como causa principal de seu declínio, dois outros fatores foram, a longo prazo, mais decisivos. O primeiro deles foi a concentração de poder nos dois flancos — um processo, em muitos aspectos, independente do que se passava na Europa. O segundo foi o surto de novos centros de gravidade política e novos campos de conflito na Ásia e na região do Pacífico, com os quais as potências européias só indiretamente estavam relacionadas.

Encarar a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências como simples resultado da decadência da Europa é uma interpretação demasiado negativa. Muito antes de se poder pensar no declínio europeu — de fato, na época em que suas energias estavam desenvolvendo, realmente, um impulso máximo — a política internacional já vinha abrindo caminho no quadro europeu. Desde o princípio do século XIX, ao tempo da independência da América Latina, é possível distinguirmos duas esferas políticas, justapondo-se, mas distintas: uma, os familiares conflitos entre as potências européias; outra, o maior conflito global, em escala mundial, em que, quando a Espanha, primeiro, e depois a França, ficaram para trás, a Grã-Bretanha, a Rússia e os Estados Unidos emergiram como protagonistas. O advento da era da política mundial significou que novos interesses entravam em jogo e que os antigos eras vistos a uma nova luz; os objetivos tradicionais da política européia já não constituíam o único nem necessariamente o principal critério. Disso não existirá, porventura, exemplo mais claro do que o acordo feito em 1915 para entregar Constantinopla à Rússia — um acordo que invertia o que, durante um século, fora considerado o princípio básico da política européia. Em última análise, o acordo de 1915 foi uma

---

zweigeteüten Welt (Hamburgo, 1963); "Das Ende des europäischen Staatensystems", Archiv für Kulturgeschichte XL (1958), págs. 346-68; "*Der Dualismus der heutigen Weltreiche ais geschichtliches Problem", Historische Zeitschrift* CLXXXVIII (1959), págs. 566-93.

[3] Dehio, *The Precarious Balance*, págs. 90, 111, 194, 208, 234, 237.

conseqüência da ocupação britânica do Egito, em 1882; demonstrou, por outras palavras, como acontecimentos desenrolados fora da Europa influíam na política tradicional européia. Quando Salisbury se desinteressou pelos Estreitos, em 1895, foi porque a posição adquirida pela Grã-Bretanha no Canal de Suez assegurava a ligação com o império ultramarino, o qual, para o estadista, era o interesse essencial da Inglaterra.[4]

Quando, no final do século XIX, o grande movimento de expansão e invasão européia na Ásia e na África atingiu o auge, o resultado, acreditava-se geralmente, seria transpor, simplesmente, o equilíbrio europeu de poder, tal como se desenvolvera durante os últimos quatro séculos, de um plano europeu para um mundial. Desde o século XVI, quando o equilíbrio de poder gravitava em torno do domínio da Itália, o círculo em que ele se exercia vinha-se ampliando gradualmente, à medida que as mais antigas potências, no coração da Europa, em seus esforços para manterem o equilíbrio, mobilizavam novas áreas e novas forças para contrabalançar as antigas- A Rússia entrou no concerto europeu na época de Pedro, o Grande, em conseqüência da luta das potências para impedir a hegemonia da França; a Turquia já fora mobilizada contra Carlos V. Os conflitos da Inglaterra e da França no novo mundo, no século XVIII, levaram o equilíbrio de poder para o ultramar. Assim, o que principiara como sistema europeu parecia fundir-se, gradualmente, num sistema mundial. No século XIX, esse processo evoluiu ainda mais. Não foi ele confirmado, de modo flagrante, pela partilha da África? Não se tratava simplesmente de que cada nação européia reclamava uma parcela nos despojos da África, com medo de que sua posição relativa no concerto de forças diminuísse; mais do que isso, impunha-se a necessidade de repartir a África a fim de que o equilíbrio de poder continuasse funcionando como antes, agora não só num plano europeu, mas global.

Esta era a opinião que prevalecia quando começou o século XX. A Europa, simplesmente, extravasara de seu leito, inundando o mundo. Embora a fase de política internacional incluísse agora o mundo inteiro, "as forças motrizes eram ainda as mesmas"; tudo o que acontecera, afinal, fora a transformação do equilíbrio de poder na Europa, em "um equilíbrio que envolvia o mundo inteiro", "a projeção do sistema europeu no mundo exterior"; mas ninguém duvidava de que "as decisões finais continuariam sendo tomadas na Europa".[5]

Os acontecimentos dos últimos cinqüenta anos mostraram que essas opiniões se baseavam numa ilusão. Concretizaram uma constelação temporária de forças, que não se aplicava a uma geração antes e deixou de se aplicar uma geração depois. Durante os anos intermédios do século XIX, a atitude predominante em relação ao futuro da Europa fora caracterizadamente pessimista; desde Tocqueville a

---

[4] Para a questão de Constantinopla e dos Estreitos, cf. A. J. P. Taylor, *The Struggle for Mastery in Europe*, 1848-1918 (Oxford, 1954), págs. 359, 382, 540-3. Já em 1895 Salisbury dissera que estava disposto a entregar Constantinopla à Rússia; de acordo com o Comitê de Defesa Imperial, em 1903, a abertura dos Estreitos "não alteraria, fundamentalmente, a presente posição estratégica no Mediterrâneo".

[5] Cf. o admirável resumo das opiniões alemãs em L. Dehio, Germany and World Politics in the Twentieth Century (Londres, 1959), págs. 42-60.

Constantin Frantz, escritor após escritor predissera a decadência da Europa, a par da ascensão da Rússia e dos Estados Unidos como as duas grandes potências mundiais.[6] Depois de 1870, o pessimismo deu lugar ao otimismo. Houve duas razões principais para isso- A primeira foi a imensa vantagem que pareceu resultar para as potências européias da grande revolução industrial e tecnológica que estava em marcha. A segunda foi a restauração aparente do sistema europeu. A Guerra da Criméia, muita gente assim o julgou, abalara-o até os alicerces; mas, por volta de 1871, ao invés do que se esperava, o sistema pareceu ficar restabelecido, de maneira firme. Criando o novo império alemão como sólido e poderoso bloco no próprio centro do continente, Bismarck reequilibrara a situação e dera à Europa um novo acesso de força.

Essa opinião, evidentemente, não está de todo errada. Como as tentativas alemãs de 1914 e 1939 para ingressar nas fileiras das potências mundiais demonstrariam, Bismarck criara um Estado bastante forte não só para dominar a Europa, mas também para desafiar e competir em termos de quase-igualdade com as grandes potências extra-européias. Ao mesmo tempo, essa opinião superestimava o feito de Bismarck. Tal como Frederico II, Bismarck era exímio na arte de explorar um impasse entre as grandes potências existentes a fim de ganhar vantagens e melhorar a posição da Prússia; mas o Reich por ele criado, apesar do papel que desempenhou na Europa, jamais atingiu, realmente, o mesmo nível ou grandeza das grandes potências mundiais.[7] Além disso, havia outros fatos importantes na situação. Em primeiro lugar, a força dinâmica da industrialização e da tecnologia não estava, e não podia estar, confinada à Europa. Se, nos vinte anos após 1870, as grandes nações industriais da Europa ocidental tinham progredido, a característica mais significativa, depois de 1890 — além do início da industrialização nipônica —, foi o ritmo acelerado de produção industrial na Rússia e nos Estados Unidos. Se neste último país o avanço fora, até então, relativamente lento, entre 1890 e 1914 não só igualou como ultrapassou, rapidamente, seus rivais europeus; enquanto a expansão industrial na Rússia — embora arrancando, claro, de um nível muito inferior — revelou uma taxa anual de crescimento, no mesmo período, excedendo a de qualquer outra potência, incluindo os Estados Unidos.[8]

---

[6] Têm-se verificado, recentemente, a tendência para destacar a famosa declaração de Tocqueville em sua conclusão de *Democracy in America* (1835) como excepcional. Contudo, estava bem longe de ser esse o caso. A análise do futuro da Europa era contínua e vivaz, dando origem a uma extensa literatura de considerável interesse intrínseco.

[7] Cf. Dehio, *The Precarious Balance*, págs. 111, 212, 217.

[8] Reuni alguns números em Propylaen Weltgeschichte (ed. Golo Mann), vol. VIII (Berlim, 1960), págs. 707-8. A produção americana de carvão era bastante inferior a da Grã-Bretanha em 1890, mas em 1914 igualava as produções somadas da Grã-Bretanha e da Alemanha. Não menos significativo foi o crescimento diferencial das populações. A população da Alemanha de 56 milhões ultrapassou a de todos os demais Estados europeus, excetuando a Rússia; mas, como em grande parte da Europa ocidental, sua taxa de natalidade começara a declinar antes de 1914, ao passo que a população da Rússia subia de 72 para 116 milhões, entre 1870 e 1914, e a dos Estados Unidos para quase 80 milhões. A população do, Estados Unidos, no princípio do século XX, era ainda um pouco mais apenas do que dois terços das da

Assim, a partir de 1890, aproximadamente, tal como já fora previsto, mas, aparentemente, sustado, a Rússia e a América voltavam a alcançar a Europa.

É impossível subestimar a importância dessa mutação. Embora suas vitórias em 1870 e sua rápida industrialização tivessem levado a Alemanha a novas eminências, encontrava-se também, em virtude do crescente poderio dos Estados Unidos e da Rússia, numa posição precária, a longo prazo, consciente de suas grandes potencialidades, mas, ao mesmo tempo, cônscia de que dispunha de um prazo definido para explorar sua superioridade; e esse fato insuflou uma qualidade explosiva à política alemã, desde o acesso ao trono de Guilherme II, em 1888, até aos dias de Hitler, qualidade essa que desempenhou importante papel na determinação do curso real dos acontecimentos. Se a Alemanha quiser ocupar seu lugar "na ordem futura dos Estados mundiais", argumentou Hitler em 1928, e não acabar como "uma segunda Holanda ou uma segunda Suíça", tem de agir rapidamente, pois, "com a União Americana, uma nova potência de tais dimensões nasceu que só ela ameaça subverter todo o antigo poder e hierarquia dos Estados".[9]

2

A ascensão dos Estados Unidos e, paralelamente, a ascensão da Rússia ao plano de potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Já em 1883, no apogeu da época de expansão européia, o eclipse da Europa fora previsto por Sir John Seeley.[10] A Rússia e os Estados Unidos, disse Seeley, já são "enormes agregados políticos"; uma vez que seus potenciais sejam mobilizados pelo "vapor e eletricidade" e uma rede de estradas de ferro, "reduzirão completamente as dimensões de Estados europeus como a França e a Alemanha e empurrá-los-ão para uma categoria secundária". Quanto à Inglaterra, Seeley esperava, nitidamente, que por meio de uma espécie de "união federal", transformando o império colonial em uma "Bretanha Maior", pudesse juntar-se "à Rússia e aos Estados Unidos na primeira fila", exatamente como Frantz, antes dele, esperava que a federalização salvasse a Europa e a habilitasse a reter a paridade com as duas grandes potências mundiais que a flanqueavam; mas Seeley tinha a percepção nítida de que se a Inglaterra não lograsse concretizar essa transformação estaria também votada a cair nas fileiras dos países "inseguros, insignificantes e de segunda ordem". Entre os contemporâneos de Seeley, contudo, poucos houve que compartilhassem dessa visão. Para isso, havia três razões principais. Em parte, era devido à força recuperada pela Alemanha de

---

Alemanha e Inglaterra somadas, mas sua produção industrial já excedia o total conjunto registrado por aqueles dois países.

[9] Cf. *Hitler's Secret Book* (Nova York, 1961), págs. 83, 100, 103, 158.

[10] Cf. J. R. Seeley. *The Expansion of England* (2.ª ed., Londres, 1919), págs. 18.

Bismarck e à última grande erupção do expansionismo europeu, que parecia contradizer todas as previsões de decadência da Europa. Em parte, era também devido à tendência dos europeus para só encararem as questões européias como de importância decisiva para os problemas mundiais. E, finalmente, era devido a uma tendência inata para subestimar os Estados Unidos como fator de influência nas relações internacionais e, especialmente, para considerá-los desinteressados de todas as questões situadas fora do continente americano.

Nenhuma dessas suposições resistirá a um exame mais atento. Já vimos que os efeitos da unificação alemã realizada por Bismarck foram limitados no tempo. Quanto aos Estados Unidos, é certo que, desde os tempos de Washington, sempre fora um princípio estabelecido da política americana manter-se alheia às complicações européias; mas esse princípio, embora por um prisma estreitamente europeu possa parecer isolacionismo, de modo algum corresponde a renunciar à intervenção em questões de outras áreas do mundo. Nem queria dizer que os Estados Unidos não estivessem preparados para usar quaisquer complicações na Europa, nas quais seus concorrentes na política mundial se envolvessem, delas extraindo vantagens para seus próprios interesses; assim aconteceu em 1854, na altura da Guerra da Criméia, e assim ocorreu novamente em 1871; e ainda mais ostensivamente em 1901, quando a Inglaterra estava empenhada na Guerra dos Bôeres e confrontada por uma Europa hostil.[11] Nada poderia ser mais enganador, a tal respeito, do que a tendência, ainda predominante, aliás, para considerar a emergência dos Estados Unidos, de seu isolamento continental, como um fenômeno do passado mais recente. As tradições imperialistas e, conjugada com estas, uma determinação de desempenhar parte ativa na política internacional, remontam aos princípios da História dos Estados Unidos; fluíram ocultas durante uma geração, depois da guerra civil, enquanto os Estados Unidos inauguravam um período de consolidação e davam início ao desenvolvimento intensivo de sua economia interna; mas não se tratava de algo que, como freqüentemente se sugere, tenha explodido subitamente — e sem precedente — em 1898.

É verdade que o imperialismo americano, em suas primeiras fases, concentrara-se em obter para os Estados Unidos o controle do continente norte-americano; depois da compra da Luisiana, o Texas, o Oregon, a Califórnia, Cuba, México e Canadá foram seus objetivos imediatos. Mas a política americana, em sua perspectiva, nunca foi exclusivamente continental. Desde o início, projetou suas vistas para a Ásia, através do Pacífico, e a aquisição dos litorais oeste e noroeste, da Califórnia e do Oregon, sempre foi encarada em relação à política do Pacífico e não, simplesmente, como um arredondamento do território continental. Já em 1815, o Capitão David Porter, que se aventurara no Pacífico, durante a guerra de 1812, em busca de presas britânicas, escrevia ao Presidente Madison: "Nós confinamos com a Rússia, o Japão, a China. Confinamos com ilhas que têm relação com a costa noroeste idêntica à das Índias

---

[11] Para mais detalhes, cf. meu artigo "Europe and the Wider World in the Nineteenth and Twentieth Centuries", em Studies in Diplomatic History, organ. por A. O. Sarkissian (Londres, 1961), pag. 368.

Orientais com os estados atlânticos... "[12] Foi um tema que não esmoreceu. Em 1821, a marinha americana punha uma esquadra operando ao largo da costa ocidental da América do Sul; em 1835, o intercâmbio com a China e as Índias Orientais tinha atingido um ponto que justificava a criação de uma esquadra autônoma para aquela zona. Foi no Pacífico que os Estados Unidos trilharam, pela primeira vez, o caminho para o poder mundial; mas, em meados do século, seus olhares estendiam-se para além do Pacífico. Os americanos tinham ganho consciência da unidade das forças em busca de expansão e de seu significado em termos de um império americano universal; em nenhuma parte essa concepção foi mais luminosamente expressa do que num artigo escrito pelo jornalista do Sul, J. D. B. De Bow, em 1850:

Temos um destino a cumprir, um "destino manifesto" sobre todo o México, sobre a América do Sul, sobre as Índias Ocidentais e o Canadá. As ilhas Sandwich são tão necessárias para o nosso comércio oriental quanto as ilhas do Golfo para o ocidental. As portas do império chinês devem ser derrubadas pelos homens de Sacramento e do Oregon, e os arrogantes déspotas japoneses, inimigos da cruz, serão iluminados nas doutrinas do republicanismo e da lei do voto. A águia da república pousará no campo de Waterloo, depois de traçar seu vôo entre os desfiladeiros do Himalaia ou dos montes Urais, e um sucessor de Washington ascenderá ao trono do império universal![13]

Esse exuberante e fervoroso expansionismo, que em seus múltiplos impulsos e arremetidas não reconhecia limites geográficos, colocou o crescente império americano em contato — e freqüentemente em conflito — com os outros imperialismos do século XIX: francês e espanhol, britânico e russo. O resultado foi um desvio no eixo da política mundial. A Europa não deixou de ser logo, evidentemente, um centro principal de rivalidades internacionais, mas já não era o único e cessaria rapidamente de ser o decisivo. O conflito anglo-russo na Ásia central — na Pérsia e no Afeganistão — acrescentou novas dimensões extra-européias; a rivalidade das potências no Extremo Oriente adicionou ainda outras. Como Constantin Frantz observou em 1859, o equilíbrio de poder entre os Estados europeus podia agora ser alterado "não só no Eider e no Pó, mas também no Amur e no Oregon",[14] e era possível observar que era na esfera mais ampla, onde o papel da Europa era relativamente restrito, e não no cada vez mais exíguo palco europeu, que as grandes decisões do futuro seriam tomadas. Mas embora as inter-relações políticas, em diferentes áreas ou regiões, fossem plenamente discerníveis muito cedo — já existiam, com efeito, na época da Guerra dos Sete Anos[15] — a fusão das diversas áreas em um só sistema político global ocorreu já no final do século XIX.

Em última análise, a mutação para um sistema global de política internacional foi uma conseqüência do desenvolvimento das comunicações mundiais — um desenvolvimento que, como Seeley assinalou,

---

[12] R. W. van Alstyne, The Rising American Empire (Oxford, 1960), pág. 125.
[13] Ibid., pág. 152.
[14] Cf. H. Gollwitzer, Europabild und Europagedanke (Munique, 1951;, pág. 377.
[15] Cf. acima, pág. 20.

teve o significado de que o oceano Atlântico "encolhera até o ponto de nos parecer escassamente maior do que o mar entre a Grécia e a Sicília".[16] Esta a grande mudança que se observa ao comparar-se o mundo de 1815 com o de 1900. Depois de 1815, os acontecimentos políticos eram representados em dois palcos, intercomunicantes mas separados; o palco mais vasto da política mundial emancipou-se do mais exíguo, o europeu, do qual o primeiro não passara, durante muito tempo, de simples pano de fundo, e enquanto as duas grandes potências nos flancos da Europa, a Inglaterra e a Rússia, desempenhavam seus papéis em ambos os palcos, os Estados Unidos estavam ainda confinados ao primeiro, ao passo que as potências continentais européias atuavam, total ou predominantemente, no último.[17] E entre os distintos teatros — isso é uma explicação da natureza geralmente pacífica das relações internacionais, na maior parte do século XIX — havia espaço para acomodar todo mundo. Mesmo a ocupação russa da imensa região de Amur, na China, em 1860, por exemplo, não perturbou as amistosas relações entre os Estados Unidos e a Rússia, pois como disse o embaixador americano em São Petersburgo, Cassius Clay, o Extremo Oriente era bastante vasto para os dois países.[18] Mas, em 1900, o caso já deixara de ser o mesmo. Os espaços entre os diversos teatros tinham sido ocupados; as áreas do globo tinham encolhido; e embora para as potências européias parecesse que essa contração, ao colocar o mundo inteiro ao seu alcance, as deixava em posição de melhor regularem as questões mundiais em seus próprios interesses, segundo os princípios do equilíbrio europeu de poder, o que resultou, na realidade, foi encontrarem-se face a face com potências de estatura continental, que eclipsavam as outras. Além disso, as potências mundiais não aceitaram a validade, nas esferas em que elas operavam, do sistema tradicional europeu. Quando, no início de 1917, o Presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada",[19] ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta numa época de política em escala mundial.

3

Quando ocorreu essa mudança ? Ouvimos falar muito de "política mundial" nas décadas finais do século XIX; mas seria um erro tomar o novo slogan demasiado ao pé da letra. O que designamos por era do imperialismo principiaria, apenas, com uma nova fase da expansão européia, outro passo na ampliação do equilíbrio europeu de

---

[16] Seeley, *op. cit.*, pág. 345.

[17] Cf. Dehio, *The Precarious Balance*, págs. 179-80.

[18] Cf. A. Parry, "Cassius Clay's Glimpse into the Future", Russian Review, II, (1943), pág. 54.

[19] *The Public Papers of Woodrow Wilson* (R. S. Baker e W. E. Dodds), *The New Democracy*, vol. n (Nova York, 1926), pág. 410.

poder em regiões até então inatingidas, um derradeiro e precipitado esforço para conseguir, de novo, pontos de apoio contra rivais europeus ou contornar-lhes os flancos, atingindo as poucas áreas que restavam ainda livres de controle europeu. A era da política mundial, na acepção em que hoje entendemos o termo, pertencia ainda ao futuro; o fator condicionante era ainda o equilíbrio europeu e todo o movimento político na Ásia ou na África era friamente julgado à luz das repercussões que pudesse ocasionar na Europa. Assim, a primeira grande intervenção da Alemanha no Extremo Oriente, sua participação no protesto das potências européias contra o tratado de Shimonoseki, em 1895, foi realizada com o objetivo puramente europeu de enfraquecer a pressão russa sobre a fronteira oriental da Alemanha.[20]

O que provocou a mudança decisiva foi a entrada em cena do Japão e dos Estados Unidos, entre 1895 e 1905. As potências européias tinham podido intervir na África e reparti-la de conformidade com suas idéias próprias de equilíbrio de poder, porque nem os Estados Unidos nem a Rússia estavam diretamente envolvidos nas questões políticas africanas. Quando, depois de 1895, as mesmas potências voltaram os olhos para a China e iniciaram o processo de reproduzir aí o modelo africano, constataram rapidamente que enfrentavam uma situação política radicalmente distinta. No Extremo Oriente, não eram só as potências européias que, como na África, davam cartas. Os três países imediatamente interessados eram o Japão, a Rússia e os Estados Unidos. Estavam diretamente interessados porque todos eles eram potências do Pacífico. Aí, a posição da Rússia, com uma contínua fronteira terrestre e uma costa no Pacífico tão extensa quanto a da Noruega, era basicamente distinta da de qualquer outra potência européia. Na Ásia, a Rússia agia na função de potência asiática, pois na Ásia — como o conhecido publicista Michael Katkov se preocupou em sublinhar — os russos não eram "intrusos estrangeiros, vindos de longe, como a Inglaterra na Índia", mas encontravam-se "tanto em sua casa como em Moscou".[21]

Se a China e o Extremo Oriente redundassem, como a África, numa espécie de dependência repartida entre as potências européias, é improvável que sua sorte exercesse grande efeito no existente equilíbrio internacional. O que impediu que tal acontecesse foi a reação das potências não-européias, Japão e Estados Unidos, que não estavam dispostos a ficar à margem enquanto as potências européias dispunham a seu bel-prazer de áreas que ambos consideravam vitais para sua prosperidade e segurança próprias. Assim, os acontecimentos no Extremo Oriente, entre 1898 e 1905, demonstraram constituir um ponto decisivo. A ameaça de partilha da China, o temor de que o continente chinês caísse sob controle europeu, incitou à ação as potências extra-européias. O resultado foi o aparecimento de um sistema de política mundial que acabou por deslocar, finalmente, o sistema europeu. Tal foi o significado, em termos de

---

[20] Cf. Taylor, *op. cit.*, pág. 357; Oncken, *Das Deutsche Reich und die Vorgeschichte des Weltkrieges*, vol. II, pág. 431; A. S. Jerussalimski, Die Aussenpolitik und die Diplomatie des deutschen Imperialismus (Berlim, 1954), pág. 486.

[21] Cf. E. Holzle, *Geschichte der zweigeteilten Welt*, pág. 125.

história mundial, dos acontecimentos da Ásia, durante esses anos.[22] Anteriormente, nunca a política de europeus, americanos e asiáticos conhecera tal tipo de intercepção. O mundo recebeu, em 1905, o primeiro vislumbre da futura era global.

Que havia de novo na situação que se processou no Extremo Oriente, entre 1898 e 1905? Não foi o fato de que, como tantas vezes se afirma, os Estados Unidos terem saído do isolamento, dado que, como já ficou observado, os Estados Unidos vinham ativamente interferindo nas questões do Extremo Oriente, na maioria dos casos, como rivais da Grã-Bretanha, há mais de duas ou três gerações. Também não foi o fato de ter resultado na primeira guerra entre uma grande potência ocidental e uma não-ocidental, embora a ascensão japonesa ao plano de grande potência e sua vitória sobre a Rússia fossem, sem dúvida, importantes eventos na história das relações entre a Ásia e a Europa. Nem foi, simplesmente, conforme afirmação recente,[23] que "a procura de equilíbrio e poderio" se estivesse "ampliando para além do apertado círculo das potências européias". Esta última fórmula será adequada, talvez, para descrever a situação de 1882 a 1895 ou 1898; mas é insatisfatória como descrição da situação criada depois de 1898, visto partir da suposição, cuja validade se extinguiu rapidamente, de que a Europa era ainda o centro, quando a realidade nos mostrava que a primazia da Europa estava chegando a seu termo, que sua esfera de ação se contraía à medida que novas potências extra-européias passavam ao primeiro plano, e que o sistema de equilíbrio da Europa deixara de determinar a estrutura da política mundial. Para medir com rigor a importância da crise no Extremo Oriente, devemos olhar para outros lugares mais distantes; sobretudo, devemos examiná-la não só em termos de política européia — embora suas repercussões nos alinhamentos europeus sejam, é claro, uma questão de conhecimento comum — mas através da mais ampla perspectiva da história mundial.

Desse ponto de vista — e deixando de fora, por enquanto, o estímulo que deram ao nacionalismo chinês[24] — pode-se dizer que os acontecimentos no Extremo Oriente, entre 1898 e 1905, tiveram cinco importantes conseqüências. Primeiro, marcaram o final da longa amizade e entendimento recíproco entre a Rússia e os Estados Unidos, colocando-os face a face como rivais no Pacífico. Segundo, estabeleceram, por fim, no Extremo Oriente, um centro de rivalidade e conflito internacionais, o qual, embora as potências européias pudessem encarar isso como secundário e subordinado, tinham para as potências extra-européias, especialmente os Estados Unidos, uma importância maior, em muitos aspectos, do que a própria Europa. Terceiro, propiciaram a formação de um vínculo permanente entre os problemas europeus e mundiais e, a longo prazo, a subordinação gradual dos primeiros aos segundos. Logo, esses acontecimentos implicaram, em quarto lugar, a perda da primazia européia; o mundo sobre o qual a Europa fizera pressão, durante um século, começava agora a exercer pressão sobre a Europa, até que, finalmen-

---

[22] Cf. H. Holbohn, *The Political Collapse of Europe* (Nova York, 1951), pág. 69.

[23] F. H. Hinsley, *Power and the Pursuit of Peace* (Cambridge, 1963), pág. 257.

[24] Cf. Capítulo VI, "A Revolta contra o Ocidente", do presente livro, págs. 146 e segs.

te, a Europa, que tentara converter o mundo num apêndice dela, passou a ser o apêndice de duas potências mundiais, os Estados Unidos e a União Soviética. E, por último, houve um ponto decisivo no processo pelo qual o sistema de equilíbrio de poder, europeu em sua origem e dependente para a sua continuação da hegemonia da Europa, deu lugar ao sistema de polaridade mundial, e a divisão entre uma multiplicidade de interesses concorrentes e autocompensatórios foi substituída pelo estabelecimento de grandes blocos herméticos e continentais de potências, dos quais todas as potências estranhas foram excluídas por rígidas cortinas de ferro. No final desse processo e simbolizando a mudança operada, ergue-se a muralha de Berlim, de 1961, e a ação dos Estados Unidos para forçar a retirada de Cuba, em 1962, das bases russas de engenhos teleguiados.

Por volta de 1905, podemos observar alterações fundamentais na situação mundial. As forças motrizes já não eram as mesmas de antes; as decisões finais já não eram tomadas na Europa. Esse foi o resultado mais significativo da guerra russo-japonesa. Quando em 1902 o governo inglês aliou-se com o Japão, foi como se, aparentemente, tivesse engendrado uma hábil, astuciosa manobra contra a Rússia, mas, na realidade, o que fez foi gerar uma força que não podia controlar. Churchill podia confiadamente predizer que o Japão ficaria na dependência da Grã-Bretanha por muitas décadas vindouras;[25] mas, observando as coisas em mais ampla perspectiva, foi o Japão que, daí em diante, usou a aliança com a Grã-Bretanha para promover seus próprios interesses - como o faria ainda mais eficazmente depois da eclosão da guerra na Europa em 1914 - e não o contrário. Até então, os protagonistas no Extremo Oriente tinham sido a Inglaterra e a Rússia; e esta se beneficiara, habitualmente, da simpatia e benevolente neutralidade, quando não do apoio ativo dos Estados Unidos. Depois de 1905, as três potências diretamente interessadas no conflito do Extremo Oriente eram os Estados Unidos, a Rússia e o Japão, ao passo que as potências européias eram gradualmente postas à margem.

Os Estados Unidos tornaram-se uma potência do Extremo Oriente em 1898, quando anexaram as Filipinas e Guam, e foram os Estados Unidos que, no ano seguinte, advertiram as potências para se manterem afastadas da China. A nota de "porta aberta" subscrita por Hay, de 6 de setembro de 1899, onde se anunciava o princípio da integridade e inviolabilidade da China, é digna de registro como a primeira ocasião em que os Estados Unidos se pronunciaram, em caráter geral, sobre questões situadas fora do continente americano.[26] É significativo que tenha sido seguida, alguns anos depois, na altura da crise do Marrocos, pela primeira intervenção america-

---

[25] Em seu discurso de 17 de março de 1914, na Câmara dos Comuns; cf. Keith, *Speeches and Documents on Colonial Policy*, vol. II, págs. 351-2

[26] Tem havido muitas discussões sobre a origem da política de "porta aberta"; cf. especialmente A. W. Griswold, *The Far Eastern Policy of the United States* (Nova York, 1938), págs. 36-77; P. Varg, *Open Door Diplomat The Life of William W. Rockhill* (Urbana, 1952); C. S. Campbell, *Anglo-American Understanding*, 1898-1903 (Baltimore, 1957), págs. 151-79. Estou inclinado a concordar com F. R. Dulles, *America's Rise to World Power* (Nova York, 1954), de que o conceito de política de porta aberta ter sido inspirado pelos ingleses não se ajusta aos fatos.

na em questões européias.[27] Não obstante, foi no Extremo Oriente, onde seus interesses estavam diretamente em jogo, que os Estados Unidos começaram a assumir seu papel de potência mundial — e foram seus interesses no Extremo Oriente que originaram o conflito com a Rússia.[28] A nota de Hay de 1899, embora servisse de aviso geral de que os Estados Unidos não estavam dispostos a ver a Ásia oriental converter-se em campo de batalha das potências européias e suas respectivas políticas, era primordialmente dirigida contra a Rússia, a única potência que, nessa época, podia efetivamente desafiar os Estados Unidos na região do Pacífico.

A rivalidade entre a Rússia e os Estados Unidos, na Ásia oriental, não era ainda direta e franca; tomou, antes, forma de tácito apoio americano ao Japão e de reaproximação anglo-americana. Foi modificada e atenuada, porém, quando a inesperada vitória nipônica, em 1905, demonstrou que a Rússia não era, afinal, a única potência capaz de ameaçar os interesses americanos naquela área. De qualquer modo, assinalou uma revolução diplomática de primeira grandeza. Durante cem anos, as duas potências tinham-se apoiado mutuamente contra a Inglaterra; agora, que o poderio inglês ultrapassara seu zênite, elas colocavam-se frente a frente, de um lado e outro do Pacífico. Assim começou um conflito de interesses que finalmente se alastraria à Europa, ao Sudeste asiático e ao Oriente Médio, até acabar por dividir o mundo em dois campos hostis. Aquilo que hoje simplificamos, com excessiva facilidade, como um conflito ideológico — a chamada "guerra fria" —, teve suas origens na nova constelação de poderes que começou a adquirir forma concreta no início do século XX.

4

Se é importante estar ao corrente dos fios condutores que, a partir de 1898, levaram à cristalização final da rivalidade russo-americana em 1947, também é importante não exagerar seu efeito imediato. Só quando olhamos em retrospecto é que o significado mais vasto dos acontecimentos de 1898-1905 se nos apresenta com nitidez. Embora o período após 1898 constituísse o início da era pós-européia, foi também, como já acentuamos antes,[29] o final da era européia, e as potências da Europa não entregaram sua herança de hegemonia sem luta. Assim, a primeira metade do século XX, nas relações internacionais, é um período da máxima confusão em que um novo sistema luta para nascer e um antigo sistema luta ferozmente pela vida.

Não vem ao caso, no presente contexto, examinar em detalhe a longa e intrincada história desse período confuso. Em sua grande parte, os historiadores inclinam-se para sublinhar o segundo as-

---

[27] Cf. Hölzle, Archiv für Kulturgeschichte, vol. XL, pág. 354.

[28] Cf. E. H. Zabriskie, American-Russian Rivalry the Far East, 1895-1914 (Filadélfia, 1946).

[29] Pág. 17

pecto, isto é, europeu — nomeadamente, o intento alemão de reorganizar a Europa como um império continental, capaz de fazer frente aos vastos impérios transcontinentais americano e russo — e nisso, pode-se dizer com certa dose de justiça, eles refletiram apenas o que constituía, sem dúvida, a principal preocupação das potências européias, incluindo a Inglaterra e a Rússia, nessa mesma época. A Europa era apenas um elemento no sistema internacional de uma complexidade incomensuravelmente maior, e as grandes potências extra-européias, com seus interesses mundiais, viram a situação internacional entre 1905 e 1914, inevitavelmente, a uma luz distinta das potências européias, particularmente pelo fato de que as primeiras jamais tinham feito parte do sistema europeu. Para os americanos, a ameaça tangível do poder marítimo britânico era mais real do que a ameaça hipotética do poderio terrestre alemão; e se bem que, mesmo antes de 1914, existisse nos Estados Unidos uma pequena minoria argumentando que, se a Alemanha conseguisse os seus intentos na Europa, estaria desafiando, mais tarde ou mais cedo, os Estados Unidos no hemisfério ocidental, do ponto de vista americano, a questão do equilíbrio europeu de poder continuaria sendo, apesar de tudo, até 1917, um problema secundário e local, que não afetava de modo vital os interesses americanos.[30] Mais significativo, para os Estados Unidos, do que o equilíbrio de poder na Europa, era o equilíbrio de poder no Pacífico ocidental, ou melhor, a ameaça, que os americanos começaram a vislumbrar depois de 1907, do estabelecimento da hegemonia japonesa. O que estava acontecendo — se encararmos a situação entre 1905 e 1917 de um ponto de vista mais global do que estritamente europeu — não era, simplesmente, uma tentativa de impor uma nova situação à Europa, mas também um audacioso intento de reestruturação, em novas formas, do equilíbrio no Extremo Oriente; e foi a justaposição desses problemas, bem como suas interligações, que constituíram as características peculiares da situação.

O papel que a Alemanha e o Japão começaram a desempenhar nos primeiros anos do século XX estava em função da nova situação mundial. O surto da nova Alemanha, o próprio êxito de Bismarck ao criar o novo Reich em 1817, foram em si mesmos conseqüências da rivalidade entre a Rússia e a Grã-Bretanha fora da Europa; contra uma oposição unida, por parte dessas duas potências, o golpe de Bismarck dificilmente teria sido possível.[31] Por outro lado, o aparecimento de novos e poderosos Estados nacionais na Europa — nomeadamente, a Alemanha unificada e a Itália unificada — prejudicara a capacidade, tanto da Rússia como da Inglaterra, de manterem sua

---

[30] A questão, que realmente abrange as causas da entrada americana na Primeira Guerra Mundial, é demasiado extensa para poder ser aqui examinada; mas creio que a afirmação no texto é uma figuração justa das conclusões articuladas pela maioria dos historiadores americanos. Parece-me importante deixar isso claro, em virtude da recente tendência para tratar o entendimento anglo-americano como um elemento básico da política dos Estados Unidos a partir de 1902, aproximadamente, e para exagerar - à luz da situação de 1941 - a preocupação dos Estados Unidos com a "ameaça" alemã. Isso é ler a história da frente para trás; a posição dos Estados Unidos em relação à Grã-Bretanha e à Alemanha, e em relação aos problemas europeus, como um todo, era muito menos nítida do que se julga.

[31] Cf. W. E. Mose *The European Powers and the German Question*. 1848-1871 (Cambridge, 1958), págs. 372, 374.

posição no resto do mundo. Foi explorando as preocupações de russos e ingleses com os perigos que acreditavam ameaçá-los na Europa que o Japão consolidou sua posição na Ásia, tal como os Estados Unidos se aproveitaram da guerra da África do Sul, do conflito franco-britânico em Faxoda e da rivalidade naval anglo-alemã para enunciarem uma doutrina Monroe mais ambiciosa, eliminarem a influência britânica da zona do canal do Panamá e consolidarem suas posições nas Antilhas. O que se processava, resumidamente, era uma situação de que Seeley tivera meia noção, em 1883, mas de que não soubera extrair a conclusão certa. Procurando uma razão para o êxito da Inglaterra em seus conflitos com a Espanha, Portugal, Holanda e França, para "a posse do Novo Mundo", Seeley chegou à conclusão de que a explicação residia no fato de que só a Inglaterra não estivera "profundamente envolvida nas lutas da Europa"; "dos cinco Estados que concorriam pela posse do novo mundo", sustentou ele, o êxito recaiu "naquele que estava menos tolhido pelo Velho Mundo".[32] Foi uma observação aguda; mas se a Inglaterra foi ou não uma exceção à regra, já constitui outra questão. Em 1866, Disraeli proclamou, orgulhosamente, que a Inglaterra se apartara do continente europeu; era uma potência mais asiática do que européia.[33] Mas, depois de 1898, a jactância de Disraeli deixara de ser verdade. O crescente poderio da Alemanha trouxe a Inglaterra de volta à Europa, tal como a política russa, depois dos reveses da guerra com o Japão, voltou-se novamente para a Europa. "Devemos colocar nossos interesses na Ásia num plano razoável", observou Izvolsky em 1907, "caso contrário, converter-nos-emos, simplesmente, num Estado asiático, o que seria o maior desastre para a Rússia."[34]

O que se observa, com clareza, é que tanto a Inglaterra como a Rússia estavam embaraçadas, em sua política européia, pela necessidade de zelar por seus interesses fora da Europa, tanto quanto a capacidade de defesa dos últimos era afetada pela necessidade de vigiar o que acontecia no continente europeu. É certo que a Rússia era menos seriamente afetada que a Inglaterra por essa ambivalência, visto que a sólida posição russa na Ásia central, que nenhum país — nem mesmo o Japão — estava em posição de desafiar, fornecia uma base firme para seu poderio mundial, ao passo que a posição mundial da Inglaterra dependia de uma preponderância marítima que já não era absoluta, bem como de uma tênue camada de autoridade sobre povos recalcitrantes, entre os quais não era difícil, para as potências hostis, provocar agitação e desafeto. Apesar disso, a observação de Seeley, como generalização que era, não perdeu seu valor. É verdade que a Alemanha e o Japão puderam continuar sua marcha, em parte, pelo menos, pelo fato de não serem distraídos

---

32 Seeley, *op. cit.* págs. 108-13

33 Cf. W. F. Monypenny e G. E. Buckle, *The Life of Benjamin Disraeli,* vol. II (2.ª Ed., Londres, 1929)

34 Cf. B. H. Sumner, *"Tsardom and Imperialism in the Far East and the Middle East, 1880-1914"*, *Proceedings of the British Academy*, 1941, pág. 64. Se o juízo formulado por Izvolsky era ou não correto, é outra questão. Um dos melhores historiadores vivos da Rússia sugeriu, pelo contrário, que, considerando as perspectivas abertas ao país, na Ásia, a política russa entre 1907 e 1914 era "excessivamente européia"; cf. R. Wittram, *"Das russische Imperium und sein Gestaltwandel"*, *Historische» Zeitschrift* CLXXXVII (1959), pág. 591.

por interesses fora das respectivas esferas de ação; é verdade, também, que sua capacidade para se dissociar das complicações européias, ajudou bastante os Estados Unidos, especialmente em relação à Grã-Bretanha, a concentrarem-se em seus interesses mundiais; e, finalmente, é verdade que o declínio do poderio britânico foi um reflexo da inaptidão da Inglaterra, depois de 1890, para encontrar uma solução para o problema em que se digladiava desde o século XVIII — o de criar um equilíbrio entre seus interesses mundiais e europeus.

Como as circunstâncias e sua própria força acumulada habilitaram a Alemanha a desempenhar um papel cada vez mais importante nas relações internacionais, era natural que os problemas europeus voltassem a impor-se destacadamente; portanto, embora a diplomacia alemã chefiada por Bülow e Bethmann Hollweg navegasse com a bandeira de "política mundial", os incidentes em que a Alemanha se envolveu, no ultramar — Tânger, primeira crise marroquina, Agadir, a estrada de ferro de Bagdá —, ocorreram, essencialmente, com o propósito de facultar ao governo alemão maior predominância na Europa, que continuava sendo o foco da política alemã. Conseqüentemente, os historiadores estão de acordo, na generalidade dos casos, em que, na década posterior a 1905, a política mundial recaiu em suas velhas formas.[35] Em particular, sublinharam que a guerra deflagrada em 1914 não era, de início, uma guerra mundial, mas uma grande guerra européia, só passando a mundial em 1917. Assim, argumenta-se, ainda em 1914 as questões européias retinham sua primazia; o que levou à guerra não foi o imperialismo europeu, nem a expansão dos interesses econômicos e coloniais das potências européias, nem o envolvimento das grandes potências extra-européias em suas rivalidades, mas - por essa altura, um anacronismo — a série completa dos velhos antagonismos europeus.[36]

Apesar dessa opinião, embora verdadeira, talvez, num sentido literal, convém notar que determinados fatores importantes foram deixados fora de consideração. A guerra de 1914 é vulgarmente encarada como parte de uma longa série de lutas, iniciadas com Carlos V e Filipe II da Espanha e encerradas com Hitler, para estabelecer a hegemonia de uma potência sobre toda a Europa.[37] Mas, seja qual for a verdade que possa existir aí em relação às lutas anteriores pela hegemonia, isso constitui uma explicação apenas parcial dos objetivos de guerra da Alemanha em 1914. Que a Alemanha procurou estabelecer seu domínio sobre a Europa, não resta dúvida; porém, sua finalidade - ao invés dos anteriores rivais pela hegemonia européia — não era européia, mas, como Plehn formulou em 1913, era "obter a liberdade de participar na política mundial".[38] A diferença é importante, pois indica que a guerra, embora travada em sua maior parte na Europa, fora desde o início concebida como

---

[35] Holborn, *op. cit.*, pág. 70.

[36] E. Kessel, *"Vom Imperialismus des europäischen Staatensystems zum Dualismus der Weltamächte, Archiv für Kulturgeschichte* XLII (1960); pág. 243.

[37] Esta é a tese subjacente no livro de Dehio, *The Precarious Balance*; cf., por exemplo, pág. 263

[38] A declaração de Plehn é citada por Dehio, Germony and World Politics in the Twentieth Century

uma guerra mundial. A razão, evidentemente, assentava em que o desalojamento de uma estrutura mais antiga de poder por uma nova provocava uma nova reação; o surto das grandes potências mundiais criava um novo desafio.

Assim, podemos afirmar que a Primeira Guerra Mundial foi a reação da Alemanha a uma nova constelação de forças mundiais — como, de fato, foi a guerra de Hitler um quarto de século depois. Os objetivos de guerra alemães, explicados minuciosamente em 9 de setembro de 1914, eram a criação de dois vastos impérios: um no coração da Europa, outro na África central.[39] A realização desses objetivos, como Tirpitz e os construtores da marinha alemã perfeitamente sabiam, estava destinada a colocar a Alemanha frente a frente com a Inglaterra; e a reação inglesa, procurando conter a Alemanha, tal como um século antes procurara conter Napoleão, mediante uma coalizão continental, forçou a deflagração do conflito nos moldes clássicos de uma luta pela hegemonia européia. Mas, embora esses fatos pudessem tornar necessário meter na ordem a Inglaterra, no curso do processo, é provavelmente verdade que o propósito da Alemanha não era a destruição da Inglaterra, como Napoleão quisera, mas garantir a participação alemã no "futuro concerto de potências mundiais", estabelecendo um império alemão que ombreasse com o império britânico e se igualasse aos nascentes impérios mundiais da Rússia e dos Estados Unidos. Além disso, desde o início, a Alemanha conduziu a guerra em plano mundial. Já em 2 de agosto de 1914, antes de principiarem as hostilidades, seus planos estavam traçados: intervenção na Índia, Egito e Pérsia, apoio ao Japão e promessa de uma esfera de interesses exclusivamente japonesa no Extremo Oriente, insurreição na África do Sul, inclusive um projeto de sedução dos Estados Unidos, mediante a perspectiva de anexação do Canadá.[40]

Embora a guerra de 1914 começasse na Europa, foi, portanto, desde o início, uma guerra mundial em concepção e nos planos. Além disso, é fácil menosprezar seus efeitos na Ásia. Não foi só o fato de que o Japão, ao declarar cedo a guerra, em 23 de agosto de 1914, imediatamente ocupou as concessões alemãs na China e as ilhas pertencentes à Alemanha no Pacífico setentrional; foi sobretudo o fato de ter explorado em cheio a circunstância da Rússia e da Grã-Bretanha estarem manietadas na Europa, para exigir da China os famosos "vinte e um pontos". Levar-nos-ia muito longe um exame minucioso das manobras diplomáticas realizadas pelo Japão — suas negociações secretas com a Alemanha, por exemplo, o projeto de um bloco germano-russo-nipônico, e a aliança russo-japonesa de 1916 como garantia contra a interferência dos Estados Unidos.[41] O certo

---

[39] Os detalhes completos dos planos alemães foram compilados de documentos oficiais alemães e publicados por Fritz Fischer em seu importante livro Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deustchland, 1914-1918 (Dusseldorf, 1961), págs. 107-12.

[40] Ibid., págs. 93-4.

[41] Cf. A. Whitnev Griswold, *The Far Eastern Policy of the United States* (Nova York, 1938), págs. 176-222; J. M. Shukow, *Die internationalen Bezichungen im fernen Osten*, 1870-1945 (Berlim, 1955), págs. 173-95; E. Hülzle, *"Deutschland und die Wegscheide des ersten Weltkrieges"*, *Geschichtliche Kräfte und Entscheidugen*, M. Göhring e A. Echarff (Wiesbaden, 1954), pág. 266-85. Essas obras men-

é que os efeitos da guerra sobre a situação das forças no Extremo Oriente — particularmente quando a revolução russa, em 1917, deu ao Japão novas possibilidades para consolidar sua ascendência — não foram menos revolucionários do que na Europa. Por volta de 1918, mesmo antes de terminar a guerra européia, Wilson já se preparava para desafiar, seriamente, a expansão nipônica.

Na Europa, o efeito da guerra foi destruir para sempre a base do equilíbrio europeu de poder. Em 1815, depois das guerras napoleônicas, fizera-se uma tentativa para assegurar a estabilidade, mediante a criação de um novo equilíbrio de poder; em 1919 não foi esse o caso. Na conferência da paz, em Paris, não se cuidou de restaurar um sistema europeu compacto e em si mesmo completo, tal como existira antes da guerra; provavelmente, já deixara de ser viável.[42] É certo que a ausência da Rússia, em conseqüência da revolução de 1917, e a dos Estados Unidos, em conseqüência da retirada americana para uma posição isolacionista, após a queda de Wilson, criaram a ilusão de que o equilíbrio europeu de poder ainda existia; mas só o desmembramento da Alemanha poderia conseguir um equilíbrio real e já nessa época o incipiente conflito mundial, o medo das potências ocidentais de uma infiltração comunista, impediu esse desmembramento.[43] Por outra parte, o cordon sanitaire em redor da Alemanha, construído e dirigido pela França, era incapaz de desempenhar a função para que fora criado, como a subida meteórica de Hitler em breve demonstraria. Em 1918, resumindo, o poderio das nações européias desvanecera-se e o papel decisivo passara para as mãos das duas grandes potências extra-européias situadas em seus flancos. A derrota total da Alemanha dos Hohenzollern, impedindo uma paz negociada conciliatória, foi o resultado da esmagadora superioridade dos Estados Unidos, tal como em 1945, a derrota total da Alemanha nazista foi devida aos Estados Unidos e à União Soviética. A Europa, por si só, mesmo se incluirmos a Grã-Bretanha na Europa, deixara de ser capaz de resolver seus próprios problemas.

5

Não é exagero, portanto, afirmar que a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1917, constituiu um ponto importante na História; assinalou a fase decisiva na transição de uma era européia para uma era mundial da política. Foi importante ainda em outro sentido. Depois da revolução bolchevista na Rússia, em novembro de

---

cionam a maioria da literatura especializada no problema. Não tive possibilidade de compilar a obra de O. Becker, *Der ferne Osten und das Schicksal Europas*, 1907-1918 (Leipzig, 1940).

[42] Cf. H. Holborn, "Die amerikanische Aussenpolitik und das Problem der europäischen Einigung", Europa. Erbe und Aufgabe, M. Göhring (Wiesbaden, 1956), pág. 303

[43] Cf. L. Kochan, The Struggle for Germany 1914-1945 (Edimburgo, 1963) págs. 5-6, 9, 12.

1917, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente irreconciliáveis. Embora dois anos antes, pouco mais ou menos, o Presidente Wilson se identificasse com os cruzados antibolchevistas no Ocidente, ele e Lênin sabiam desde o princípio que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lênin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lênin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "Democracia ou Bolchevismo... Uma Escolha a Fazer".[44] Mas, apesar dessa rivalidade, Wilson e Lênin tinham uma coisa em comum: a rejeição por ambos do sistema internacional existente. Ambos rejeitavam a diplomacia secreta, as anexações, a discriminação comercial; ambos se alhearam do equilíbrio de poder; ambos denunciaram o "peso morto do passado". Eram "os campeões revolucionários da época", "os profetas da nova ordem internacional".[45]

Também esta foi uma ruptura decisiva. Embora, posteriormente, tanto a União Soviética como os Estados Unidos retornassem, na prática, aos velhos métodos da política de força, por essa época os princípios revolucionários enunciados por Lênin e Wilson já tinham feito seu trabalho. Desde os princípios de 1917, o conflito entre as potências européias viu-se transformado, de uma guerra de objetivos limitados, em luta revolucionária e ideológica de âmbito mundial. Os objetivos de guerra da Inglaterra, França, Rússia czarista e Itália, tal como formulados em tratados secretos, tinham como pressuposto que a guerra conduziria ao restabelecimento de um equilíbrio europeu de poder, sem perturbar acentuadamente o *status quo* interno em qualquer das principais nações beligerantes. Depois da Revolução Russa e da entrada dos Estados Unidos na guerra, essa suposição deixara de valer. Lênin e Trotsky, confiando na revolução universal, recusaram aceitar a manutenção de um sistema de Estados independentes que, entre uns e outros, estabeleciam o pretendido equilíbrio; Wilson descria do mecanismo, tradicional na Europa desde a derrota da Revolução Francesa, por meio do qual as potências conduziam suas questões ajustando, reciprocamente, as reclamações dos Estados soberanos, à medida que iam aparecendo; e os três estadistas planejaram terminar com o equilíbrio de poder, em vez de o restaurarem. Assim, a continuidade no estado de espírito, processos e objetivos da diplomacia do século XIX foi irreparavelmente quebrada. Um dos mais importantes frutos da guerra foi a emergência simultânea de Washington e Petrogrado como dois centros rivais de poder, tendo ambos abandonado a antiga diplomacia e seu conceito dominante, o equilíbrio de poder.[46]

O caráter dessa revolução tem sido freqüentemente mal julgado. m sua maior parte, os historiadores atribuíram a rejeição por Wil-

---

[44] Cf. B. W. Schaper, *Albert Thomas* (Leiden, 1953), págs. 175-6.

[45] Harold D. Lasswell, *Propaganda Technique in the World War* (Londres, 1927), pag. 216; R. W. van Alstyne, "*Woodrow Wilson and the Idea of the Nation State*", *International Affairs*, XXXVII (1961), pág. 307.

[46] Cf. A. J. Mayer, *Political Origins of the New Diplomacy, 1917-1918* (New Haven, 1959), pags. 22, 33, 34, 290, onde o impacto revolucionário de Wilson e Lênin é analisado em pormenor.

son do conceito de equilíbrio de poder a um moralismo utópico, pelo qual ele tem sido ao mesmo tempo louvado e condenado. Na realidade, como um observador perspicaz notou, essa rejeição foi "menos devida a qualquer alteração dos padrões étnicos do que a uma transferência do centro de poder.[47] Wilson e Lênin não eram menos realistas do que Clemenceau, Sonnino ou Lloyd George; mas as realidades com que tratavam é que eram distintas. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a política de ajustamentos, anexações e compensações territoriais, em que os estadistas europeus confiavam, não trazia conseqüências de maior, no sentido em que não aumentava a segurança americana nem melhorava sua posição estratégica; e Wilson estava certo quando percebeu, como Lênin percebera também, que a nova diplomacia — a diplomacia de apelos ao povo por sobre as cabeças dos políticos — serviria melhor a seus propósitos num mundo em rápida transformação. A participação dos Estados Unidos na guerra significou, portanto, não — como os estadistas aliados se iludiam em pensar — a mobilização, pura e simples, no momento crucial, de outro beligerante todo-poderoso, a adição de uma pedra decisiva no xadrez político existente; pelo contrário, significou o aparecimento em cena de uma potência que, por razões históricas, tinha escasso interesse no velho sistema político europeu, que não estava disposta a subscrever o equilíbrio europeu de poder e que dispunha de meios quase irresistíveis, no estado de esgotamento a que as potências européias de ambos os lados contendores tinham ficado reduzidas, para impor seus pontos de vista.

Quando a Rússia revolucionária, com Lênin e Trotsky, adotou um caminho paralelo, o rompimento com o passado tornou-se irreparável. Os bolchevistas repudiaram também o velho sistema de equilíbrio de poder. Enquanto a segurança da Rússia estava em jogo, não pensaram em anulá-lo, como Stalin faria em 1944 e 1945, através de graduais anexações de territórios — Prússia Oriental, Bucóvina, Constantinopla, a Dobruja -, mas por meio da revolução mundial. Por volta de 1915, Lênin ficara convencido de que o poderio da Europa estava em decadência.[48] A guerra, pensou ele, daria um impulso decisivo não só ao amadurecimento de uma crise revolucionária na Europa, mas também ao desenvolvimento de centros de poder extra-europeus e a um despertar colonial que debilitaria, decisivamente, os países europeus que aí tinham sido até então os dominadores. Tal como Wilson, em resumo, mas de um ponto de partida diferente, Lênin, sob o impacto da guerra — uma guerra mundial que envolvera a Índia, a China, o mundo árabe, o Japão e os Estados Unidos —, encaminhou-se de um critério europeu de política internacional para um critério mundial, fixando este de modo a consubstanciar a doutrina e estratégia bolchevistas. Em muitos aspectos, a característica mais significativa dos programas de Wilson e Lênin era não tomarem a Europa como centro, abrangendo o mundo inteiro: quer dizer, ambos apreenderam o método de apelar para todos os povos do mundo, independentemente de raça ou cor. Ambos subentenderam a negação do precedente sistema europeu, quer se confinasse à Europa (como sucedera durante a geração precedente), quer se ampliasse

---

[47] Harold Nicolson, Diplomacy (Londres, 1939), pág. 60.
[48] Cf. Mayer, *op. cit.*, págs. 298-300.

pelo mundo inteiro. E ambos caíram, rapidamente, em áspera concorrência. Os apelos de Lênin para a revolução mundial provocaram, num contragolpe deliberado, os Quatorze Pontos de Wilson; a solidariedade do proletariado e a revolta contra o imperialismo foram contrabalançadas pela autodeterminação e o voto do homem comum. Estes eram os slogans ao som dos quais um novo sistema internacional, distinto em todos os seus princípios básicos do que lhe antecedera, viera ocupar o lugar do antigo e excluíra a idéia, ainda ocasionalmente aventada, de que se tratava, simplesmente, "do mesmo sistema de Estados em nova fase de sua evolução".[49]

Dessa maneira, à divergência de interesses políticos que começara a influir nas relações russo-americanas, no final do século XIX, somou-se uma profunda divergência ideológica, e cada campo ergueu um estandarte em redor do qual reuniu suas forças. A inversão que se seguiu — a retirada dos Estados Unidos para o isolamento, o enfraquecimento da Rússia Soviética, sob o esforço violento da guerra civil — não diminuiu a importância desse ponto decisivo. Permitiu ao Japão de Tojo que formulasse e à Alemanha de Hitler que renovasse a exigência de um lugar entre as potências mundiais; mas o resultado foi o estabelecimento da primazia da União Soviética e dos Estados Unidos, ainda mais definitivamente do que antes.

Depois de 1945, a divisão do mundo entre a Rússia e a América prosseguiu rapidamente. Seria um erro supor que a separação resultante do mundo em dois blocos de potências antagônicas seja final; mas, apesar de um grupo neutralista desligado de qualquer dos lados e apesar das divergências entre a Rússia e a China, por uma parte, e entre os Estados Unidos e seus associados na Europa ocidental, por outra parte, é esta a situação com que deparamos atualmente. A bipolaridade, que imprimiu sua marca no período após a Segunda Guerra Mundial, pode agora estar passando, a sua desintegração num sistema de potências múltiplas pode, concebivelmente, estar em gestação. Mas é evidente que qualquer novo sistema multipotencial será fundamentalmente diferente, em sua estrutura e modalidades, do modelo "clássico"; não virá restaurar o velho sistema "multinacional", com sua escala graduada de "poderes" comparados e "qualquer novo sistema multipotencial que assim surja terá aspectos muito distintos daqueles que são preconizados por quem fala em termos de um "regresso" ao sistema de cinco ou seis potências".[50]

Também é possível afirmar, com não menor segurança, que o sistema de bipolaridade em que hoje vivemos não é, simplesmente, o resultado das condições criadas pela Segunda Guerra Mundial. A emergência gradual da Rússia e dos Estados Unidos como superpotências e a decrescente importância dos Estados europeus são acontecimentos com raízes situadas para além do começo do século atual; constituem um dos mais nítidos sintomas do início de uma nova era.

---

[49] Hinsley, *op. cit.*, pág. 557.

[50] Cf. J. H. Herz, *International Politics in the Atomic Age* (Nova York, 1959) pags. 34-5; cf. *ibid.*, págs. 153, 156-8. Trata-se, provavelmente, da melhor análise da questão, em suas conotações contemporâneas, mas o mesmo ponto, claro, foi debatido por outros autores; cf. Hans Morgenthau, *In Defense of the National Interest* (Nova York, 1952), pág. 50.

Quando, em 1898, a Alemanha positivou seu novo programa naval, uma maioria de pessoas, de ambos os lados, acreditou que o que estava em jogo era se a hegemonia imperial penderia a favor da Alemanha ou da Grã-Bretanha. Na realidade, nem um nem outro caso subsistiu. Embora na época poucos o compreendessem, as potências européias, ao instalarem-se na Ásia, na África e no Novo Mundo, tinham atraído para a cena forças tais que eclipsariam os próprios dominadores. O eclipse da Europa, a ascensão das grandes superpotências extra-européias, o fim do sistema de equilíbrio — um "mecanismo peculiar da história européia... sem paralelo em qualquer outra parte do mundo"[51] —, e a consolidação de grandes, estabilizados blocos continentais, num mundo em que as áreas de livre manobra desapareceram e as posições de poder congelaram: tudo isso, que se tornou tão familiar nos últimos quinze anos, estava implícito, se ainda não claramente visível, na nova situação mundial que tomou forma no final do século XIX.

[51] Dehio, *The Precarious Balance*, pág. 268.

V

DO INDIVIDUALISMO À DEMOCRACIA DAS MASSAS

Organização Política na Sociedade Tecnológica

Num famoso "diagnóstico do nosso tempo", publicado em 1930, o filósofo espanhol Ortega y Gasset proclamou que "o fato mais importante" da época contemporânea foi a ascensão das massas.[1] Não é necessário adotar a interpretação de Ortega y Gasset sobre o significado desse fato para compartilharmos de sua crença na importância do mesmo. Basta olharmos em redor para ver quão radicalmente o advento da sociedade das massas alterou não só o contexto de nossa vida individual como também o sistema político em que nossa sociedade está organizada. Também neste aspecto as décadas finais do século XIX ou, mais amplamente, talvez, os anos entre 1870 e 1914, situam-se como divisor entre o final de um período histórico e o início de outro. Quando foram introduzidos os novos processos industriais em larga escala e surgiram novas formas de organização industrial, requerendo a concentração das populações em tentaculares áreas congestionadas, de fábricas fumegantes e ruas sujas, todo o caráter da estrutura social mudou. Nos novos aglomerados urbanos, uma vasta, impessoal, maleável sociedade

de massas nasceu e a cena ficou montada para desalojar os então predominantes sistemas social e político burgueses, bem como a filosofia liberal que os sustentavam, substituindo-os por novas formas de organização política e social.

Condições semelhantes já tinham existido, evidentemente, durante algumas gerações, nas poucas áreas de industrialização mais adiantada — em Manchester, por exemplo, Glasgow ou Sheffield —, mas mesmo na Inglaterra tinham sido casos excepcionais. Agora, o excepcional tornava-se normal, gerando imediatamente uma série de problemas fundamentais que a existente aparelhagem de governo era incapaz de enfrentar. As questões de sanidade e saúde pública, por exemplo, tornaram-se subitamente urgentes — como seria possível, de outro modo, impedir que epidemias originadas nas favelas se espalhassem e dizimassem milhares e dezenas de milhares, sem respeito por classe ou pessoa? — e os governos foram obrigados a agir e construir novo equipamento que tornasse possível uma ação efetiva. O resultado foi o nascimento de uma nova filosofia de intervenção

---

[1] J. Ortega y Gasset, *La Rebelión de las Masas* (Madri, 1930; transcrito em *Obras*, Vol. VI, Madri, 1946).

do Estado.[2] Na Alemanha, a legislação social de Bismarck, de 1883-9, marcou o ponto de transição. Na Inglaterra, o programa radical patrocinado por Chamberlain em 1880 soou como "o dobre de finados do sistema do laissez-faire" e o mistério de Gladstone, de 1880-85, foi "a ponte entre dois mundos políticos".[3] O governo, em sua moderna acepção de regulamentação, de controle estatal, de compulsão dos indivíduos para fins sociais, de planejamento final, envolvendo o desenvolvimento de uma elaborada aparelhagem de administração e execução, foi o necessário produto de uma nova sociedade industrial; era praticamente inexistente antes de 1870, visto constituir uma reação às condições que só atingiriam desenvolvimento em plena escala depois daquela data.

Era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, os efeitos dessas mudanças se fizessem sentir em todo o âmbito da vida e organização políticas. Uma vez que o Estado deixara de ser encarado como um vigia noturno cujas atividades se restringiam ao mínimo, no interesse da liberdade individual; uma vez que lhe eram facultadas funções positivas e ativas, em lugar de simplesmente supervisoras e repressivas; uma vez que o âmbito político era ampliado até abranger, em princípio, pelo menos, toda a, existência humana, era apenas uma questão de tempo para que o mecanismo por meio do qual os governos eram eleitos, controlados e investidos de poder, se adaptasse às novas circunstâncias. Assim como os recursos à ordem dos governos, no meio século depois de 1815, eram inadequados para resolverem os problemas criados pela industrialização, também a aparelhagem política existente até à altura da Segunda Lei de Reforma, na Inglaterra, ou à introdução do sufrágio universal masculino na Confederação da Alemanha do Norte, em 1867, não era de um modelo que permitisse a mobilização das forças da democracia das massas e sua aplicação efetiva.

Em primeiro lugar, as condições para que fora engendrada a existente maquinaria política eram inteiramente diferentes. Até então, como Sir James Graham assinalou em 1859, a representação baseara-se na "propriedade e inteligência".[4] Na Inglaterra e no País de Gales, a Grande Lei de Reforma de 1832 acrescentara apenas 217.000 eleitores, aproximadamente, ao eleitorado já existente de 435.000; e embora a crescente população e riqueza do país provocasse novo aumento de cerca de 400.000, por volta da Segunda Reforma, o eleitorado, mesmo então, não excedia muito mais de um terço do Reino Unido como um todo. Isso significava não só que cinco em cada seis adultos masculinos e, de longe, a maior parte da classe trabalhadora, estavam privados de voto, mas que também ainda era fácil — particularmente, antes da introdução do voto secreto, em 1872 — manipular as eleições pelo jogo de influências,

---

[2] A descrição clássica da transição, no que respeita à Inglaterra, encontra-se em A. V. Dicey, *Lectures on the Relation between Law and Public Opinion in England during the Nmeteenth Century* (Londres, 1905).

[3] Cf. K. B. Smellie, A Hundred Years of English Government (Londres, 1937), pág. 212

[4] Smellie, *op. cit.*, pág. 45.

suborno e intimidação.[5] Na França, as condições ao tempo de Luís Napoleão eram excepcionais, mas a desproporção, anteriormente, fora ainda maior. Segundo a lei eleitoral em vigor na França de 1831 a 1848, o eleitorado limitava-se a perto de duzentos mil cidadãos, numa população de quase trinta milhões.[6] E no relativamente restrito número de Estados alemães — Baden, Hesse e Württemberg, por exemplo —, onde se permitia o funcionamento de instituições representativas, muitas vezes copiadas do modelo francês, a Carta Constitucional de 1814, a situação era essencialmente idêntica. A democracia liberal do século XIX, em resumo, por toda parte se edificara na base de um direito de voto limitado ao detentor de propriedade; à semelhança da democracia ateniense, no mundo antigo, era realmente uma "oligarquia igualitária", na qual "a classe dominante de cidadãos repartia os direitos e os cargos do controle político".[7]

A situação foi radicalmente alterada pela expansão do direito de voto. Tanto no império alemão como na nova república francesa, o sufrágio universal masculino foi um fato consumado a partir de 1871. A Suíça, Espanha, Bélgica, Holanda, Noruega, seguiram o exemplo em 1874, 1890, 1893, 1896 e 1898, respectivamente. Na Itália, onde uma ampliação muito limitada no direito de voto fora concedida em 1882, a maioria da população masculina recebeu voto mediante uma lei promulgada em 1912; na Grã-Bretanha, o mesmo resultado foi atingido pela Terceira Lei de Reforma, de 1884, embora o princípio de sufrágio universal masculino tivesse de esperar pelo reconhecimento até 1918 e o sufrágio não fosse ampliado às mulheres senão em 1928. Nas áreas de colonização européia ultramarina, a ampliação do direito de voto mostrou uma tendência, que não surpreende, para ocorrer bastante mais cedo. Foi esse o caso da Nova Zelândia, Austrália, Canadá e, evidentemente, dos Estados Unidos da América, onde o sufrágio universal masculino foi introduzido, quase em toda parte, entre 1820 e 1840, com efeitos imediatos no mecanismo político. Depois de 1869, além disso, o sufrágio foi gradualmente ampliado às mulheres, até que em 1920 uma emenda constitucional concedeu direito de voto à mulher em todos os estados da União. Na Nova Zelândia, onde o sufrágio masculino foi estabelecido em 1879, as mulheres receberam direito de voto em 1893.[8]

O efeito dessas mudanças, descrito em poucas palavras, foi tornar impraticável o velho sistema de democracia parlamentar que se desenvolvera na Europa, a partir dos "estados" (ou classes so-

---

[5] Existe um relato engraçado das eleições de 1868 em Lynn - "a primeira eleição parlamentar de que me lembro" - em G. G. Coulton, Fourscore Years (Cambridee, 1943), págs. 22-4.

[6] O número passou de 166.000 em 1831 para 247 000 em 1847; antes de 1831, não atingia 100.000; cf. P. Bastid, *Les institutions de La monarchie parlementaire françoise* (Paris, 1954), págs. 225, 227-8.

[7] R. M. MacIver, *The Modern State* (Londres, 1932), pág. 352.

[8] Para detalhes, cf. James Bryce, Modern Democracies, vol. II (Londres, 1921), págs. 50 188 199 295 339. Na Inglaterra, o voto feminino fora parcialmente homologado em 1918; na Suíça, as mulheres ainda não têm voto. Nos Estados Unidos, "quase todos os estados sulistas" (nas palavras de Lorde Bryce) "promulgaram leis que, sem contraditar diretamente a emenda constitucional de 1870, designada para dar o direito de voto à população de cor, conseguiram excluir, praticamente, do eleitorado, a grande maioria dessa população".

ciais) do fim da Idade Média e princípio dos tempos modernos, e inaugurar uma série de inovações estruturais que resultaram, em breve prazo de tempo, no desalojamento do sistema representativo liberal e individualista, substituindo-o por uma nova forma de democracia: o estado dos partidos. Certo número de fatores combinaram-se para ocultar a natureza revolucionária dessa transformação. O primeiro desses fatores foi terminológico. Na Inglaterra, em particular, o simples fato de que a história dos partidos políticos e o próprio termo "partido" remontavam ao século XVII, em aparente continuidade, foi bastante para criar a ilusão de que nada mais ocorrera senão um processo de adaptação que ampliara os fundamentos, mas deixara intacta a essência da antiga estrutura. Em segundo lugar, os correntes conflitos ideológicos obscureceram a questão. Nos Estados Unidos e na Europa ocidental, as pessoas estavam de tal modo preocupadas em demonstrar que a prática democrática era a única salvaguarda idônea para os direitos e liberdades individuais, em comparação com o sistema de partido único que prevalecia nos países fascistas e comunistas, que quase parecia uma tradição indagar até que ponto todas as modernas formas de governo assinalavam uma ruptura em relação à democracia representativa de há um século. A tal respeito, a vulgar distinção popular entre democracia liberal e totalitária de modo algum é satisfatória, visto que, seja qual for seu valor em termos de teoria política, não leva em conta o fato de que o comunismo, o fascismo e o moderno sistema multipartidário ocidental são todos eles respostas diferentes ao colapso da democracia liberal do século XIX, sob a pressão da sociedade das massas.

Essa afirmação de maneira alguma pretende menoscabar o sistema multipartidário ou rejeitá-lo como simples paródia da "verdadeira" democracia (uma abstração que jamais existiu), mas apontar, simplesmente, que a mesma deve ser classificada e justificada em seus próprios termos e não com base nos padrões políticos do século XIX. Falar da defesa da democracia como se estivéssemos defendendo algo que possuíssemos há muitas gerações, ou mesmo há séculos, é despropositado. O tipo de democracia que hoje predomina na Europa ocidental — a que resumidamente chamamos "democracia das massas" — constitui um novo tipo de democracia, criado em grande parte nos últimos sessenta ou setenta anos e distinto, em seus pontos essenciais, da democracia liberal do século XIX. É novo porque os elementos politicamente ativos de hoje já não constituem um corpo relativamente pequeno de pares ou iguais, todos economicamente realizados e compartilhando de um mesmo fundo social, mas são extraídos de uma vasta sociedade amorfa, abrangendo todos os níveis de educação e fortuna, em sua maioria ocupados na tarefa de ganhar o pão de cada dia e que só podem ser mobilizados para a ação política através das altamente integradas máquinas políticas dos "partidos". Em certos casos, nas "democracias populares" da Europa oriental, por exemplo, poderá existir um só partido, noutros países dois ou mais; em qualquer caso, permanece o fato de que o partido é não só a forma característica da moderna organização política, mas também seu âmago. Isto demonstra-se, no sistema comunista de partido único, pelo fato de que a pessoa mais importante no Estado é o primeiro secretário do partido; noutros países, a mudança é

menos clara e menos completa, mas não menos real. O ponto essencial é o controle final, que durante o período de democracia liberal estava investido no parlamento e que deslizou, ou está deslizando, do parlamento para o partido — a diferentes velocidades e por estradas diferentes, mas em toda parte por uma estrada de mão única. Também neste domínio, um processo fundamental da moderna sociedade de massas foi obscurecido pelo realce dado a fenômenos secundários, tais como a ameaça à soberania parlamentar pela lei administrativa e pelos tribunais ministeriais.

2

Já se disse que os partidos políticos nasceram quando a massa da população começou a exercer um papel ativo na vida política.[9] À primeira vista, essa afirmação parece um paradoxo, ou mesmo uma perigosa meia-verdade; mas não devemos permitir-nos sermos confundidos com nomenclaturas. É certo que encontramos a palavra "partido" usada para descrever as facções que dividiram as cidades-Estados da antiga Grécia, os clãs e clientelas agrupados em torno dos *condottieri* da Itália do Renascimento, os clubes onde delegados se reuniam durante a Revolução Francesa, os comitês dos chefões locais, nas constituintes onde havia eleições, durante as monarquias constitucionais do princípio do século XIX, enfim, as imensas máquinas partidárias, em nível nacional, com seus escritórios centrais e staffs assalariados, que formam a opinião pública e arregimentam votos nos modernos Estados democráticos. Mas se todas essas instituições possuem uma coisa em comum — ou seja, conquistar o poder e exercê-lo —, em todos os demais aspectos as diferenças entre elas excedem as semelhanças. Na realidade, os partidos políticos, tal como os conhecemos, têm menos de um século de idade. Bagehot, escrevendo em 1867, não tinha sequer um pressentimento do moderno sistema partidário; o que ele previa era mais um clube do que uma moderna máquina partidária.[10]

Com efeito, só na última geração — na maioria dos casos, depois de terminar a Segunda Guerra Mundial — é que os partidos políticos escaparam do limbo de órgãos extraconstitucionais ou convencionais, sem lugar legalmente definido no sistema de governo, e foram explicitamente admitidos no mecanismo constitucional. Na Inglaterra, a mudança foi registrada pelos *Ministers of The Crown Act* de 1937, os quais, ao estabelecer a posição oficial do líder da oposição, implicitamente reconheceram e sancionaram o sistema de partidos. Na Alemanha, a Carta Fundamental da República Federal — ao invés da constituição de Weimar, que adotava ainda uma atitude ambivalente em relação ao sistema de partidos — tratou estes como elementos integrais da estrutura constitucional (Art. 21), ao

---

[9] M. Duverger, *Les partis politiques* (4.ª ed., Paris, 1961), pág. 426; trad. Inglesa Political Parties (Londres, 1954), pág. 426.

[10] Cf. W. Bagehot, *The Engliih Constitution*, com uma Introdução por R. H. S. Crossman (Londres, 1963), págs. 39-40.

passo que a constituição de Berlim menciona, especificamente, as tarefas que competem aos partidos, segundo a lei constitucional (Art. 27). Cláusulas semelhantes foram incorporadas nas constituições de certos Lander alemães — por exemplo, Baden (Art. 120) — na constituição italiana do pós-guerra (Art. 49) e na constituição brasileira de 1946 (Art. 141).[11]

Essa legalização ou constitucionalização do sistema partidário foi, evidentemente, o reconhecimento formal, apenas, de uma situação que de há muito já existia de fato. Não obstante, basta atentarmos nos manuais de Direito Constitucional e teoria política usados, no período entre as guerras, na Inglaterra e alhures, para verificar que esse reconhecimento legal assinalou, com efeito, uma real e substancial mutação.[12] Na Inglaterra, sob a influência de Dicey, a ação recíproca dos partidos foi encarada como uma útil "convenção" para ajudar o governo a funcionar sem atritos, mas não como parte essencial do mesmo, e ainda em 1953 era possível escrever-se que "a constituição ignora o sistema partidário britânico".[13] Na Alemanha, a existência de partidos foi ignorada por Laband, e Jellinek rejeitou, especificamente, a noção de que eles tivessem qualquer pretensão a um lugar no Direito Público.[14] Na França, onde o moderno sistema partidário evoluiu de maneira particularmente lenta, o conceito de partido organizado brilhava por sua ausência nos manuais clássicos de Barthélemy, Esmein e Duguit, que admitiam, no máximo, a existência de grupos soltos de deputados, unidos apenas por tendências e afinidades comuns, que poderiam "desejar manter contatos a fim de concertarem suas ações em uma direção comum no tocante a questões legislativas e políticas".[15] Hoje é impossível manter essas ficções convenientes. Sabemos, pelo contrário, que o impacto dos partidos organizados transformou não somente a infra-estrutura, mas também a substância do sistema parlamentar, e que a função por eles desempenhada não é certamente menor do que a dos órgãos mais antigos de governo, como a monarquia ou o ministério. Hoje, a cena política britânica é dominada

---

[11] Cf. G. Leibholz, *Der Strukturwandel der modernen Demokratie* (Karlsruhe, 1952), pág. 16; relativamente à constituição de Weimar, *ibid.*, pág. 12.

[12] Um interessante exemplo é a *Grammar of Politics*, de H. J. Laski, publicada pela primeira vez em 1925, pois este livro dispôs-se, especificamente, a construir uma nova teoria do Estado, adaptada a modernas condições. Basta, porém, folhear os raros trechos (4.ª ed., 1941, págs. 264-6, 313-14, 318-24) em que o sistema partidário aparece analisado para se perceber que as questões realmente centrais são omitidas. Não será por acidente que a palavra "partido" não figura no índice; e uma rápida investigação pelas histórias constitucionais correntes do período mostrará que o caso de Laski não era uma exceção.

[13] I. Bulmer-Thomas, *The Party System in Great-Britain* (Londres, 1953), pág. 3. R. T. McKenzie, *British Political Parties* (Londres, 1955), pág. 4. Ambos comentaram também que "apesar de suas dimensões e importância os partidos britânicos são quase por completo ignorados na lei" e que "não havia um reconhecimento formal da função deles".

[14] Cf. Leibholz, op. cit., pág. 11.

[15] J. Barthélemy, *Essai sur le travail parlementaire* (Paris, 1934), pág. 91. Em seu manual *Le Gouvernement de la France* (Paris, 1939), págs. 43-4, Barthélemy desvia-se de seu caminho para evitar a palavra "partido", falando apenas de "*groupes politiques... qui ne correspondent à aucune organisation dans le corps electoral*". Cf. também L. Duguit, *Traité du droit constitutionnel*, vol. II (Paris, 1928), pág. 826.

por duas grandes oligarquias de partido, que se apoderaram e dividiram entre si a maioria dos poderes soberanos que Bagehot atribuía à Câmara dos Comuns. Aquilo que ainda imaginamos como um Estado parlamentarista converteu-se, de fato, num Estado partidarista; e os partidos são, hoje em dia, uma das "mais centrais e decisivas entre todas as instituições do governo britânico"[16] como, na verdade, do governo em qualquer outra parte.

Essa mudança resultou do aparecimento de uma massa eleitoral que não podia ser alcançada pelas antigas formas de organização política. Ocorreu essa mudança, muito naturalmente, em diferentes países, com um andamento variável, e seu progresso foi afetado, em cada país, pelas condições preexistentes. Como já mencionamos, os Estados Unidos, cujas condições eram mais fluidas e o progresso menos obstruído por privilégios e precedentes, seguiam à frente da Europa. Nos Estados Unidos, o sufrágio universal (para os brancos, mas não para os negros) estava já generalizado por volta de 1825, e a partir dessa mesma data, aproximadamente, a imigração maciça da Irlanda, Alemanha e Escandinávia consubstanciou um vasto eleitorado amorfo. Excetuando o Sul, onde o poder político, antes da Guerra Civil, estava concentrado nas mãos de uma pequena camada de ricos plantadores, não tardou muito que as grandes famílias da costa oriental americana, que tinham obtido o controle nos anos revolucionários e pós-revolucionários, perdessem suas posições predominantes; e desde a época da eleição de Andrew Jackson, em 1828, os contornos do mecanismo partidário que iria dominar no futuro — o mecanismo de patrões, gerentes e camarilhas atuando mediante negociatas, extorsão e imposição para conquistar o voto nas eleições primárias, organizar a "chapa", manipular comitês e convenções — já eram plenamente visíveis.[17]

De maneira característica, a mudança encontrou resistência, de início, como "contrária às instituições republicanas e perigosa para as liberdades do povo", sendo denunciada como "um estratagema ianque" para impedir os indivíduos de se apresentarem, por sua própria e legítima iniciativa, como candidatos ao Congresso, e para privar os eleitores da liberdade de votarem em candidatos de sua própria escolha.[18] Também foram precisos vinte e cinco anos para que o sistema ficasse completamente elaborado, só ganhando expressão continental depois que a guerra civil o levou para o Sul. Mas, com a eleição de Harrison, em 1840, e de Polk, em 1844, a forma americana de democracia das massas fizera sua entrada definitiva, um terço de século — ou mais — à frente do resto do mundo. Polk era o protótipo do candidato de última hora — o homem em torno de quem as massas podiam unir-se, por ser suficientemente desconhecido ou excessivamente apagado para suscitar antagonismos —, mas Harrison, personificando todos os ideais do pioneirismo no Oeste, foi literalmente empurrado para o cargo por uma esmagadora votação, à semelhança do que sucedera a Jackson, antes dele, con-

---

[16] Cf. D. Thomson, em *Survey of Contemporary Political Science*, publicado pela UNESCO (Paris, 1950), pág. 546.

[17] Sua ascensão foi descrita por M. Ostrogorski, Democracy and the Organization of Political Parties, vol. II (Londres, 1902), Págs. 41 e segs.

[18] IBID, págs. 54, 66

siderado, como Max Weber mais tarde o qualificaria, o "líder carismático". Quanto a Martin van Buren, o organizador da vitória de Jackson, foi o antepassado de uma longa dinastia de chefes de partido e intrigantes políticos com uma prole mundial, entre os quais nenhum terá granjeado, até hoje, talvez a notoriedade do alemão Alfred Hugenberg.

A transição do circunspecto liberalismo, com seu respeito pelo nascimento, propriedade e influência, para a democracia das massas, que era um fato consumado nos Estados Unidos, em 1850, constituiu um processo muito mais hesitante na margem européia do Atlântico. Aqui, só o impacto da industrialização, no período depois de 1870, foi bastante forte para vencer a resistência conservadora e consumar a mudança. As novas atitudes e métodos políticos manifestaram-se, primeiramente, na Inglaterra, logo depois da promulgação da Segunda Lei de Reforma, em 1867, embora só depois do *Ballot Act*, de 1872, do *Corrupt Practices Act*, de 1883, e da Terceira Lei de Reforma, de 1884, que elevou o eleitorado a perto de cinco milhões, se possa dizer que essa democratização do direito de voto foi realmente garantida. Talvez a primeira vitória nítida para a nova democracia industrial tenha sido a eleição de 1906, a qual, como Balfour imediatamente percebeu, inaugurou uma nova era.[19] Na Alemanha, o momento decisivo foi a revogação das leis anti-socialistas, em 1890.[20] Seu resultado imediato foi a rápida expansão do Partido Social-Democrático, fundado em 1875, que se colocava agora à frente de todos os demais partidos, reunindo perto de um milhão e meio de votos, em 1890, mais de dois milhões, em 1898, três milhões, em 1903, de um eleitorado de nove milhões, e 4 milhões e 250 mil votos, em 1912.

Na Alemanha, como no resto da Europa, foi a esquerda socialista que liderou a marcha no desenvolvimento de novas formas de organização política; com mais de um milhão de filiados inscritos e um orçamento superior a dois milhões de marcos por ano, o Partido Social-Democrático alemão constituía, em 1914, algo não muito distante de um Estado dentro de outro Estado.[21] Os partidos burgueses nada mais podiam fazer do que segui-lo, claudicantemente. Friedrich Naumann, apelando em 1906 para um renascimento do liberalismo, sabia bem que só uma permanente e bem organizada máquina profissional poderia ressuscitá-lo; mas sua limpidez de visão e propósitos era excepcional, e as classes médias alemãs estavam bastante divididas, socialmente, para formar o partido de massas que Naumann pedira.[22] O mesmo se passava na França. Aí de fato, a estrutura social, com sua forte base em um campesinato proprietário de terras e numa pequena burguesia bastante vasta, com sua ênfase na diferenciação regional e na antítese entre Paris e as províncias, era hostil ao advento de poderosos partidos nacionais. Em 1929, o

---

[19] Smellie, *op. cit.*, pág. 226.

[20] Cf. T. Nipperdey "*Die Organisation der bürgerlichen Parteien in Deutschland vor 1918*", *Historische Zeitschrift*, vol. CLXXXV (1958), pág. 578.

[21] Cf. Duverger, *op. cit.*, pág. 90 (trad. ingleaa, pig. 66).

[22] Cf. T. Schieder, Staat und Gesellschaft im Wandel unserer Zeit (Munique, 1958), pág. 127; trad. inglesa, The State and Society in our Times (Edimbureo, 1962), pág. 98-9.

termo "partido" ainda era descrito como uma "agradável ficção", no que concerne à França; e até um parlamentar tão eminente, no período entre as guerras, como André Tardieu, repudiou a noção de fidelidade partidária: "Não pertenço a qualquer dessas mistificações a que o povo chama partidos, ou ligas", disse ele.[23]

Todavia, a França também foi levada na corrente de um progresso que era universal. Como escreveu Maurice Deslandres num amplamente divulgado artigo de 1910, "trabalhada pelo novo fermento democrático", a massa da nação está-se erguendo e estabelecendo associações, ligas, uniões, federações, comitês, grupos de militantes, cujo propósito é ativar as instituições políticas e colocá-las, tanto quanto possível, sob sua tutela. "Nas grandes massas homogêneas e desorganizadas", disse ele, "um processo de diferenciação" estava ocorrendo e, dessa maneira, o país "estava ganhando consciência de si próprio".[24]

O acontecimento que, mais do que qualquer outra coisa, agiu como catalisador nesse processo foi o caso Dreyfus. Eclipsando a política francesa entre 1896 e 1899, o affaire Dreyfus desacreditou o oportunista patriciado burguês, que monopolizara o poder desde o início da Terceira República, dando à esquerda e à pequena burguesia centro-esquerdista uma oportunidade de desempenhar ativo papel político.[25] Assim, na França, foi na primeira década do século XX que os novos partidos se organizaram: os radicais, em 1901, a *aliance républicaine et démocratique*, no ano seguinte (embora, significativamente, só em 1911 a palavra "aliança" fosse substituída por "partido"), a *fédération républicaine*, em 1903, e o partido socialista (SFIO), formado por um amálgama de pequenos grupos rivais já existentes, em 1905.

Ainda que, mesmo então, a formação de eficientes organizações partidárias, capazes de disciplinarem os eleitores e controlarem os deputados, estivesse longe de completa, a mudança fora considerável. Sua natureza foi indicada por duas declarações significativas e representativas, uma de 1900, outra de 1910.[26] "Se os eleitores estão procurando orientação", escreveu um competente observador, naquela primeira data, "não irão encontrá-la nas organizações nacionais de caráter permanente, propondo ao país rumos claramente definidos de ação; isso porque tais organizações não existem. Assim, cada indivíduo votará sem erguer os olhos para além dos limites da aldeia onde vive... E no próprio parlamento a situação é semelhante. Não existem aí partidos; não podem existir. Cada deputado foi eleito separadamente; chega de sua aldeia com um programa essencialmente local. Não existe bandeira que ele possa seguir, nenhum líder a quem se unir e que o dirija." Em 1910, o caso já não era esse. "A palavra partido, que antes era usada para designar uma opinião", assim foi assinalado, passara a ser utilizada para definir "uma associação fundada para manter essa opinião".

---

[23] Cf. R. von Alberttni, "Parteiorganisation und Parteibegriff in Frankreich, 1789-1940, Hist. Zeitschrift, vol. CXCIII (1961), pág. 594.

[24] Artigo de Deslandres, na Revue politique et parlementaire, vol. LXV, citado por Albertini, pág. 565

[25] Cf. P. Miquel, L'affaire Dreyfus (Paris, 1961), págs. 9, 123.

[26] Citadas por Albertini, *op. cit.*, págs. 566 e 567.

Era verdade que, na França, "o fator psicológico do individualismo era demasiado forte para que os partidos pudessem ter a rigidez e precisão de máquinas", mas já não eram mais organizações reunidas *ad hoc*, intermitentemente, para lutar em determinadas eleições.[27] Como na Alemanha, vinte anos antes, as breves escaramuças eleitoreiras deram lugar às sistemáticas campanhas eleitorais a longo prazo; os velhos métodos e os velhos mecanismos já não eram capazes de enfrentar um eleitorado de muitos milhões.[28]

3

Quais eram as mudanças necessárias para satisfazer às condições da democracia das massas e como concretizá-las ? No que respeita à Inglaterra, os fatos são razoavelmente conhecidos e já foram relatados com algum detalhe, se bem que a maioria dos autores se incline a tratá-los como um processo de desenvolvimento contínuo e a omitir a natureza e conseqüências revolucionárias dessas mudanças. O ponto de partida foi a Lei de Reforma de 1867, com seu aumento de sufrágio nas cidades, e, entre os marcos de maior ressonância que se lhe seguiram, destacam-se a organização do comitê eleitoral radical e Birmingham, por Schnadhorst e Chamberlain, em 1837; sua ampliação a outras cidades importantes; a formação da National Liberal Federation, em 1877; e a campanha midlothiana de Gladstone, em 1879. Do lado conservador, essas inovações eram contrabalançadas pelas associações dos trabalhadores conservadores e pela Liga Primrose, fundada em 1881, pouco depois da morte de Disraeli.[29]

Na Europa continental, o processo de renovação foi levado a cabo muito menos energicamente do que na Inglaterra, mas também aí a necessidade de apoiar os partidos pela ampliação de suas bases populares não podia deixar de ser reconhecida. Assim, na Alemanha, os conservadores, que até então haviam dispensado o apoio popular, visto poderem contar com a proteção do governo, converteram-se, a partir de 1893, em órgão da Liga Agrária, procurando ao mesmo tempo uma base entre os artesãos, através da chamada *Bürgervereine;* enquanto o Centro Católico se consolidava como partido das massas, através da habilidosa manipulação de uma variedade de associações católicas.[30] Na França, os radicais tentaram organizar-se em base nacional, pela combinação de comitês locais em federações regio-

---

27 Cf. L. Jacques, Les partis politiques sous la III République (Paris, 1912), págs. 28 e segs.

28 Nipperdey, *op. cit.*, pág. 579.

29 Esses acontecimentos foram primeiramente analisados por Ostrogorski, *op. cit.*, vol. I, pags. 161-272, e embora a história tenha sido freqüentemente recontada, depois dele, seu relato ainda é inexcedível, em muitos aspectos. Há uma crítica de Ostrogorski e sua obra em M. M. Laserson, The American Impact on Russian, (ed. 1962), Págs. 473-84.

30 Para maiores detalhes, cf. Nipperdey, *op. cit.*, págs. 581-90.

nais e com o congresso do partido no cimo; mas o êxito foi limitado,[31] pelo que, somente com a formação do SFIO é que, na França, algo foi criado com as características de um partido das massas. Contudo, era um partido das massas sem as massas.[32] No que dizia respeito à sua organização, o SFIO ajustava-se ao novo modelo, mas o total de filiações em 1914 registrava, apenas, noventa mil, numa época em que os sociais-democratas alemães somavam um milhão. O primeiro partido realmente das massas, na França, com uma filiação total orçada em um milhão de membros, foi o Partido Comunista; seu êxito fenomenal, já foi corretamente afirmado, devia-se quase certamente mais ao "admirável sistema" de organização do que aos atrativos da doutrina marxista.[33]

Quatro fatores principais distinguiram as novas formas de organização política. O primeiro foi uma ampla base popular, ou uma filiação em massa; o segundo, sua permanência ou continuidade; o terceiro, a imposição da disciplina partidária; o quarto (e o mais difícil de conseguir) foi a organização de baixo para cima, em vez de cima para baixo — por outras palavras, o controle da orientação política pelos membros do partido e seus delegados, em vez de um pequeno grupo influente no governo, ou em redor deste (o Carlton Club, em Londres, é o exemplo mais conhecido), ou situado à testa da máquina partidária. Todos os quatro pontos assinalaram uma ruptura radical com o passado. As organizações anteriores tinham sido quase todas intermitentes; existiram — como a *Anti-Corn Law League*; na Inglaterra, por exemplo — para propagar um determinado objetivo e sumiram logo que o mesmo foi alcançado; ou eram convocadas para lutar em determinada eleição, dispersando-se no dia seguinte à votação. Em circunstâncias normais, a pequenez do eleitorado significava estar ele controlado por um punhado de chefões locais, usualmente os chefes das grandes famílias dos condados, sobressaindo por nascimento ou fortuna, os quais se organizavam, sem necessidade de qualquer autorização, para formar um comitê *ad hoc.*

Nenhuma dessas organizações extraconstitucionais, como Ostrogorski observou, alimentava desígnios de se constituir em corpo permanente, "um poder regular no Estado"; nenhuma, em particular, decidira exercer controle sobre os membros do parlamento ou deputados por ela eleitos. A doutrina enunciada por Burke e Blackstone, segundo a qual o deputado era o representante da nação, não o mandatário de um partido, e era responsável, conseqüentemente, só perante sua própria consciência, não sofreu discussão na França, na Alemanha nem na Inglaterra. Com a ampliação e redistribuição do direito de voto, tudo isso mudou, e o principal instrumento de mudança foi o dispositivo conhecido pelo nome de *caucus* (convenção partidária) — uma palavra, significativamente, de origem americana, cuja adoção refletiu a assimilação das idéias e práticas políticas da América. O *caucus* foi a principal inovação política do novo período; forneceu, nas palavras de Lorde Randolph Churchill,

---

[31] Albertini, *op. cit.*, págs. 572-5; cf. também, para um conspecto mais genérico, D. Thomson, Democracy in France (Londres, 1946), págs. 105-7

[32] Albertini, *op. cit.*, págs. 592-3.

[33] Duverger, *op. cit.*, pág. 22 (trad. inglesa, pág. 5).

"inegavelmente, a única forma de organização política que pode reunir, orientar e dirigir grandes massas de eleitores".[34]

Tal como projetado por seus organizadores, Schnadhorst e Chamberlain, e posto em prática em Birmingham, o *caucus* era um mecanismo partidário de caráter permanente, construído de células em cada bairro e cada rua, cujos delegados formavam o comitê executivo e geral para toda a cidade, ao passo que as organizações das várias cidades estavam ligadas entre si pela Federação Liberal Nacional. Assim, foi criada uma máquina que, existindo e funcionando continuamente e não só em períodos eleitorais, estava habilitada a exercer pressão e mesmo controlar membros do parlamento, e que, em virtude de seu poderio, podia influenciar e, por vezes, ditar até uma orientação política. Quando em 1886, o *caucus* obrigou o radical independente Joseph Cowen a abandonar a vida pública, seu comentário foi que necessitavam de uma máquina, não de um homem.[35] Não há dúvida de que em substância, Cowen tinha razão. Hartington também se queixou de que Chamberlain organizara um poder externo para rebaixar o parlamento, e Harcourt disse a Morley que tudo o que havia agora a esperar dos ministros é que jurassem lealdade a um credo formulado pela federação.[36] O vento que soprava do lado *tory* não era menos forte do que o ciclone desencadeado pelas alturas radicais. O que Chamberlain fez com os liberais, Lorde Randolph Churchill praticou com os conservadores, instalando no lugar dos velhos e negligentes métodos e dos grupos aristocráticos "um novo tipo de cesarismo plebiscitário, exercido não por um indivíduo, mas por um imenso sindicato".[37]

Em princípio, o aparecimento do caucus marcou uma ruptura radical com o passado. Na prática, não foi bem assim. A lentidão e relutância com que os partidos burgueses se adaptaram às condições da democracia das massas foram notáveis. Tendo avançado tão longe, tendiam, se fosse possível, a recuar. A razão básica, sem dúvida, era a relutância da classe média, com suas tradições individualistas, em sujeitar-se a uma rigorosa disciplina partidária, bem como a falta de um interesse de classe, nitidamente definido, para a fundir em uma só peça.[38] Além disso, a liderança partidária era exímia em impor disciplina. Na Inglaterra, tanto a Associação Liberal como a Associação Conservadora foram colocadas, com surpreendente rapidez, sob o domínio autoritário dos líderes partidários,[39] e o resultado foi bastante parecido na França, Alemanha e Itália.

Na França, os radicais fracassaram completamente em seus esforços para impor uma disciplina partidária;[40] na Alemanha, tal co-

---

34 Ostrogorski, *op. cit.*, vol. I, pág. 275.

35 O caso Cowen é analisado detalhadamente, *ibid.*, págs. 231-42.

36 Smellie, op. cit., pág. 198.

37 Ostrogorski, op. cit., vol. I, pág. 282.

38 Cf. Nipperdey, op. cit., pág. 594, e Duverger, op. cit., pág. 39 (trad. inglesa, Pág. 21).

39 Cf Ostrogorski vol I, págs. 302-4, 322-3. Em vez de se tornarem astros principais do sistema partidário, diz Ostrogorski, as organizações representativas converteram-se, para todos os fins e propósitos, em satélites dos líderes. Essa evolução foi subseqüentemente, analisada com maior detalhe por McKenzie; cf. op. cit., pág. 584 e segs., onde as conclusões de seu estudo são resumidas.

40 Albertini, op. cit., pág. 578.

mo na Inglaterra, os líderes parlamentares dominavam os congressos dos partidos, organizavam antecipadamente seus temários e transformavam-nos em dóceis instrumentos de um grupo governante.[41] Assim, embora a tendência para o desenvolvimento de partidos das massas fosse grande, em toda parte, só depois do aparecimento em cena dos partidos socialistas é que os últimos obstáculos foram superados. No fundo, só o temor de revolução e o progresso do comunismo convenceram as classes médias de que suas formas tradicionais de organização eram inadequadas e de que era necessário criar partidos de massas; o resultado foi o aparecimento, em 1932, do Partido Nacional Socialista — originalmente, um grupo direitista algo inarticulado, mas, depois, o partido da pequena-burguesia *par excellence* — com 800 000 membros e mais de treze milhões e meio de votos.[42] Entrementes, na ala oposta, o Partido Social-Democrático alemão, desde 1891, o Partido Trabalhista britânico, desde 1899, e o Partido Socialista francês, desde 1905, tinham sistematicamente adaptado e aplicado os princípios e métodos que a organização do *caucus,* entre 1870 e 1890, preconizara.

Em comparação com os partidos burgueses, a força dos partidos socialistas assentava em sua firme infra-estrutura social. Os mesmos fatores que tinham levado ao surto da democracia das massas — nomeadamente, a indústria e urbanização em grande escala — provocaram alterações profundas na sociedade capitalista, e o surto dos partidos socialistas assinalou a adaptação da política a esse fato. Em primeiro lugar, o aparecimento da fábrica ou usina, com milhares de operários em suas folhas de pagamento, alterou a estrutura do próprio capitalismo; provocou, como os contemporâneos desses acontecimentos perfeitamente sabiam, a substituição do capitalismo industrial — do qual o negócio independente, gerido por uma família, era a forma característica — pelo capitalismo financeiro, do qual o multimilionário americano John Pierpont Morgan pode ser apontado com figura típica. Em segundo lugar, significou que os trabalhadores, como classe, tendiam cada vez mais a ficarem reduzidos à posição de "mão-de-obra" anônima, desconhecidos dos patrões a quem jamais viam, e que a divisão entre os donos e os que acionavam o mecanismo da produção, antes anulada pelo predomínio de pequenas fábricas em que o patrão e seus empregados trabalhavam lado a lado, passou a representar um elemento básico na sociedade. Ao invés dos partidos burgueses, que professavam ser partidos "nacionais", representando todas as classes, os partidos socialistas não tinham hesitado, desde o princípio, em aceitar essa divisão básica; eram partidos de uma classe, representando um interesse homogêneo de classe. A vantagem, do ponto de vista de organização de partido, era imensa. Sobretudo, o apelo aos interesses da classe trabalhadora acarretou pela primeira vez uma filiação em massa, fosse por meio de adesão direta ou (como na Inglaterra) através do apoio das *trade unions.*

O crescimento fenomenal do Partido Social-Democrático alemão já foi assinalado.[43] Na Grã-Bretanha, ao registrar em suas fileiras

---

[41] Nipperdey, op. cit., pág. 585.

[42] Cf. Duverger, *op. cit.*, págs. 90-1 (trad. Ingl., pág. 07).

[43] Ver pág. 88.

o alistamento das uniões sindicais, o Partido Trabalhista contava já em 1902 com 860.000 filiados. Mais importante era a existência de um quadro ativo, disciplinado, organizado a partir do centro e pagando contribuições regulares. Nesse ponto, os socialistas estavam muito à frente dos partidos da classe média, que tinham dificuldades em organizar seus adeptos como membros ativos do partido respectivo, dependiam grandemente de iniciativas locais que pudessem resultar de constituintes individuais e confiavam, para suas finanças, menos em contribuições regulares do que em subvenções de abastados doadores.[44] A diferença era claramente visível na França, onde os radicais, ainda em 1927, não tinham uma idéia precisa do montante de filiados, ao passo que os socialistas supervisavam suas filiações através de uma organização central e coletavam as quotizações através de uma tesouraria central, que distribuía as quotas a suas agências locais, em vez de ser o contrário.[45] A diferença observava-se também no progresso da organização interna do partido, ou seja, no funcionalismo assalariado do quartel-general, aspecto este em que os socialistas constituíam também o modelo.[46]

A conseqüência dessa compacta e eficiente organização foi um maior controle. Em vez de uma associação frouxa de comitês, organizados em base local ou regional, a que faltava coesão e dispunha de escasso poder de controle dos líderes parlamentares do centro, os partidos socialistas, pelo contrário, eram organizações unitárias, constituídas segundo o princípio de "centralismo democrático" e ramificadas em "seções" que funcionavam como subdivisões do conjunto.[47] Não há dúvida de que esse tipo de organização propiciava maior coesão e maior dose de disciplina. Enquanto nos partidos burgueses era norma que o partido fosse dominado pelo grupo parlamentar, todos os partidos socialistas adotaram medidas para garantir a subordinação dos deputados ao partido e, em especial, para impedir que assumissem o controle tanto do congresso partidário como do seu comitê executivo.[48] Na França, todo candidato tinha de

---

[44] O Partido Nacional Liberal alemão, por exemplo, só conseguiu organizar, no máximo, 15% de seus adeptos; Nipperdey, *op. cit.*, pág. 596. Quanto ao aspecto financeiro, cf. Albertini, *op. cit.*, pág. 576. Em 1907, os senadores e deputados radicais, na França, pagavam 200 francos, os socialistas 3.000 francos. A subscrição dos comitês radicais locais - originalmente nada pagavam - foi fixada em 30 francos, mas em 1929, só 527 em 838 tinham liquidado seus pagamentos. Quando a introdução de carteiras de membros foi discutida, em 1912, reclamou-se que 50 centavos era uma quota excessiva e, embora formalmente aceita em 1913, não foi posta em prática até 1923. Para alguns dados sobre as subscrições liberais e conservadoras na Inglaterra, cf. Smellie, *op. cit.*, pág. 198: "Elaboramos uma luta de pares do reino e deputados a quem podemos solicitar que contribuam..." Havia 114 e foi-lhes solicitado "quinhentas libras por cabeça". Cf. também McKenzie, op. cit., págs. 594-7.

[45] Albertini, *op. cit.*, págs. 575, 589.

[46] Dados para a Alemanha em Schieder, *op. cit.*, págs. 158-9 (trad. inglesa págs. 124-5); na França, só em 1929 os radicais nomearam um secretário-geral (Albertini, *op. cit.*, pág. 579).

[47] Para o contraste entre a seção (ou ramificação) — "une invention socialiste" — e o comitê (ou caucus) — "um type archaique de structure" — cf. Duverger, *op. cit.*, págs. 21-2, 37-9, 41-3 (trad. inglesa, págs. 4-5, 20-1, 23-5).

[48] A posição é analisada por Duverger, *op. cit.*, págs. 211-32 (trad. inglesa, págs. 182-202); para a França, Itália, Bélgica e Áustria, cf. *ibid.*, pág. 222 (págs. 192-3); para a Austrália e Grã-Bretanha, pág. 228 (págs. 196-7).

assinar um compromisso em que declarava respeitar as decisões do congresso nacional do partido, enquanto o Partido Trabalhista britânico insistiu, desde o princípio, em que os candidatos devem "submeter-se às decisões do grupo... ou demitir-se".[49] Assim, o princípio do mandato, que o *caucus* tentara impor, mas com limitado êxito, aos partidos burgueses, passou a vigorar; foi, se o compararmos com a teoria clássica de representação formulada por Blackstone e Burke, um dos mais claros sintomas de quão radicalmente o impacto da democracia das massas modificara todo o sistema político.

4

Devemos sublinhar que a revolução nas práticas políticas, acima delineada, é ainda, em sua maior parte, uma revolução incompleta. Os Estados Unidos, com seu sistema presidencialista, seguiram seu próprio rumo. Noutros países, as instituições que, teoricamente consideradas, podem ser encaradas como típicas da democracia das massas, em parte alguma se encontram em uma forma não-diluída e precisa; a persistência das tradições históricas e a resistência do conservantismo inveterado resultaram em compromissos, de modo que, como foi assinalado por Duverger, o Estado multipartidário, tal qual hoje existe, representa, em muitos aspectos, uma casa entre duas povoações — não pertence a uma nem a outra.[50] Teoricamente, por exemplo, os partidos socialistas são controlados por um congresso do partido, democraticamente eleito, assim constituído para impedir o domínio dos líderes parlamentares; mas é fato notório que, na prática, o desenvolvimento de rígidas oligarquias partidárias reduziu o controle dos filiados comuns a proporções nominais.[51] Neste aspecto, como em muitos outros, as diferenças estruturais entre os partidos proletários e burgueses são menores do que, à primeira vista, podem parecer, sendo particularmente evidentes nos casos em que, como tão freqüentemente sucedeu, os primeiros repudiaram, por motivos táticos, sua base de classe e resolveram, como seus equivalentes burgueses, estabelecer-se como partidos "nacionais". Na prática, é extraordinariamente difícil, se não impossível, determinar exatamente onde reside o controle da política de qualquer partido — mesmo de um partido comunista — em determinado momento.

Esses fatos, e outros semelhantes, tornaram fácil manter uma confortável doutrina de continuidade constitucional, para argu-

---

[49] Albertini, *op. cit.*, pág. 590; McKenzie, *op. cit.*, pág. 387. Em 1911, porém, a conferência do Partido Trabalhista decidiu que não seria mais solicitado aos candidatos que assinassem o compromisso (*ibid.*, pág. 474).

[50] *Op. cit.*, págs. 86, 219 (trad. inglesa, págs. 64, 190).

[51] Estes aspectos, como se sabe, foram pormenorizadamente estudados por Robert Michels, *Political Parties. A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy* (ed. 1962, 1.ª ed. na Alemanha em 1911), e não requerem maior exame aqui.

mentar que, apesar das aparências em contrário, as mudanças que ocorreram durante o século passado não afetaram a estrutura fundamental de governo. Poderá ser demonstrado, por exemplo, que o poder pessoal do primeiro-ministro britânico é hoje menos substancial do que o de Gladstone, em seu auge? Poderá razoavelmente sustentar-se que a supremacia do parlamento, que Dicey descreveu como característica dominante da constituição britânica, é hoje um fato menos verdadeiro do que no século XIX? A resposta a essas perguntas é que seria difícil provar ou reprovar uma e outra das proposições, de um modo concludente, mas que elas não esgotam, de qualquer modo, o problema e deixaram mesmo de ser, provavelmente, perguntas relevantes. Seja qual for o ponto que tenhamos alcançado, no processo, está claro que nos encontramos no meio de acontecimentos que nos afastam da supremacia do parlamento e nos aproximam de alguma forma de democracia plebiscitária, expressa no sistema partidário e através dele.[52] Hoje em dia, o parlamento, assim foi já dito, pouco mais é do que um "lugar de reunião em que delegados partidários, rigorosamente controlados, se juntam em assembléia para registrar decisões já previamente tomadas em algures, nos comitês ou conferências dos partidos".[53]

O que sucedeu foi que o lugar do parlamento na constituição se modificou de modo substancial, tanto em relação à liderança governamental quanto em relação ao eleitorado. A mudança foi iniciada por Gladstone em 1879 quando, em sua famosa campanha midlothiana, apelou para o eleitorado, por cima do parlamento, assim "removendo o centro de gravidade política do parlamento para a plataforma".[54] Foi registrada por Salisbury, quando escreveu, em 1895, que "o poder saíra das mãos dos estadistas", e já fora prevista por Goschen, quando observou a respeito da Lei de Reforma de 1867 que, através dela, "o centro de gravidade da constituição fora totalmente deslocado".[55] Desde essa época, o processo avançou, auxiliado pela crescente complexidade do governo e a natureza altamente técnica das decisões que era preciso tomar. O resultado foi colocar um poder grandemente aumentado nas mãos do primeiro-ministro e seus conselheiros profissionais. Sabemos, por exemplo, que a decisão de prosseguir com a produção da bomba atômica foi tomada por Attlee, por sua própria iniciativa, sem consulta ao ministério, e não foi revelada ao parlamento senão depois da primeira bomba ter sido testada em 1951. Um fator que acelerou esse processo de concentração foi o esforço exigido pela guerra, o qual, na Inglaterra, avolumou o poder pessoal tanto de Lloyd George como de Churchill e levou este último, para prosseguir mais vigorosamente no esforço de guerra, a ignorar o parlamento e o governo numa série de questões importantes de política e administração. Outro fator foi a reforma do funcionalismo civil por Lloyd George, em 1919, e sua centralização a cargo do Secretário do Tesouro, o qual era diretamente responsável ante o primeiro-ministro. O efeito dessa me-

---

[52] Cf. E. Fraenkel, Die repräsentative und plebiszitäre Komponente in demokratitchen Verfassungsstaat (Tübingen, 1958), pág. 58 (para Inglaterra, págs. 16-18).

[53] Leibholz, *op. cit.*, pág. 17.

[54] Smellie, *op. cit.*, pág. 193

[55] *Ibid*, Págs. 182, 19,5.

dida foi acarretar "um imenso acréscimo de poder ao primeiro-ministro", que se convertia agora "na cúpula não só de uma máquina política altamente centralizada, mas também de uma igualmente centralizada e imensamente mais poderosa máquina administrativa".[56]

Não podemos prever que forma de governo resultará, finalmente, dessas mudanças; não podemos sequer dizer se o processo alguma vez se completará. Mas isso não diminui o impacto revolucionário dessas modificações nem torna menos importante registrar suas conseqüências e efeitos. Se tentarmos resumir as mudanças, tal como hoje as vemos, sem referência ao fundo histórico das mesmas, os pontos que prevalecerão, provavelmente, serão os seguintes.[57] Primeiro, a posição do deputado, o representante ou membro do parlamento, foi alterada em muitos aspectos fundamentais. Embora se preste ainda uma atenção meramente superficial à teoria de que o deputado é o representante da nação inteira, vinculado apenas aos ditames de sua própria consciência,[58] é evidente que a posição real se apresenta bem diferente. Na realidade, como disse Duverger,[59] "os membros do parlamento estão sujeitos a uma disciplina que os transforma em simples máquinas de votar, acionados pelos diretórios dos partidos". Não podem votar contra o partido a que pertencem; não podem sequer abster-se; não têm o direito de formular um juízo independente, em questões de substância, e sabem que, se não obedecerem às diretrizes do partido, não poderão esperar a reeleição. A única qualidade indispensável que se lhes exige, em resumo, é a lealdade partidária; e aquela teoria da democracia representativa clássica, segundo a qual os eleitores escolhem um candidato por sua capacidade e personalidade, deixou de ser tomada em linha de conta. Do ponto de vista do eleitor, o resultado, se o aferirmos pelos padrões do século XIX, equivale, em muitos aspectos, a uma perda do direito de voto; o eleitor só pode votar em candidatos indicados pelo partido ou partidos, nenhum dos quais representará, provavelmente (ou com certeza), suas opiniões próprias; e as queixas levantadas contra tal sistema, quando pela primeira vez surgiu nos Estados Unidos, foram, se observarmos as coisas por esse prisma, inteiramente justificadas.[60]

Contudo, foi do ponto de vista do próprio parlamento e do sistema parlamentar que as conseqüências se apresentaram mais flagrantes. O resultado das mudanças operadas nos últimos cinqüenta anos foi uma firme e, em alguns casos, desastrosa decadência no prestígio e reputação do parlamento. Com o desaparecimento do sólido núcleo de membros independentes — e de mentalidade independente — o papel do parlamento como um freio e controle impostos ao

---

[56] Para um resumo desses acontecimentos, cf. Crossman, *op. cit.*, págs. 48-51, 54-5.

[57] Para o que segue, cf. Leibholz, *op. cit.*, págs. 16-27.

[58] Assim, a constituição de Bonn, de 1949, mantinha ainda que os deputados no Bundestag eram "*Vertreter des ganzen Volkes, an Aufträge und Weisungen nicht gebunden und nur ihrem Gewissen unterworfen*" (Art. 38). (N. do T.: Representantes de todo o povo, sem a obrigação de submeterem-se a quaisquer outras ordens que não as de sua própria consciência.") Sobre as dificuldades suscitadas por essa teoria, cf. a sentença do tribunal constitucional da Republica Federal, de 23 de outubro de 1952, citada por Leibholz, págs. 37-8, n. 32.

[59] *Op. cit.*, pág. 463 (trad. inglesa, pág. 423).

[60] Cf. acima, pág. 128

executivo tornara-se, no decurso dos acontecimentos, mera ficção. Também deixara de ser, como no tempo de Bagehot, o lugar onde os ministros eram feitos e desfeitos. "Se o governo cai ou fica", escreveu Bagehot,[61] "é determinado pelo debate e pela divisão no parlamento." Hoje, uma vez que os resultados — mesmo num momento de crise de confiança, como o verificado na Inglaterra no verão de 1963 — se baseiam em conclusões previamente estabelecidas, os debates parlamentares perderam seu caráter constitutivo e de modo algum surpreende que só em casos muito raros consigam suscitar o interesse popular. Se, anteriormente, as principais questões políticas dependiam do equilíbrio e o destino dos governos podia ser resolvido pelo resultado que para aquelas se obtivesse, atualmente, quando as questões foram decididas antecipadamente nos conclaves secretos dos partidos, os discursos parlamentares já não têm como finalidade abalar o critério dos membros, mas são dirigidos, isto sim, ao eleitor fora do parlamento, com o objetivo de impressioná-lo e corroborar sua fé no partido a que pertence. Em resumo, fazem parte da barragem de propaganda dirigida ao eleitorado por meio da imprensa, dos alto-falantes, da televisão e de todos os outros métodos disponíveis de persuasão em massa; mas de todos esses diversos meios, os discursos parlamentares são os mais antiquados e menos eficientes.

O resultado foi a transferência de ênfase do parlamento para os partidos, por uma parte, e para o governo, por outra. Armado com um mandato do eleitorado, o governo não precisa prestar grande atenção ao parlamento; a opinião tradicional de que o sistema de ministério habilita o parlamento a controlar o governo está muito próxima do oposto à verdade.[62] Assim, as eleições parlamentares tendem a aproximar-se, cada vez mais, de atos plebiscitários; os eleitores, por outras palavras, não votam a favor ou contra um candidato, mas a favor ou contra um programa partidário e os líderes escolhidos pelo partido para executarem o mandato. Onde, como na Alemanha, o eleitor vota, não por um indivíduo, mas por uma lista do partido, o caso é ainda mais óbvio; a eleição de 1958 na República Federal, por exemplo, não passou, com efeito, nem mais nem menos, de um plebiscito pró ou contra o Dr. Adenauer. Assim, as eleições estão-se convertendo em concursos de popularidade e só os muito ingênuos ficarão surpresos se, em conseqüência, as máquinas partidárias — encorajadas pelo mais desanimador material — procurarem promover seus líderes escolhidos como "personalidades da TV" e coisas parecidas. Os partidos existem para conquistar o poder: seria uma imbecilidade esperar deles excessivos escrúpulos quanto aos meios de o conseguirem.

5

Esses fatos, bem como as tendências que eles refletem, foram

---

[61] *Op. cit.* (ed. Crossman), pág. 73.

[62] Como foi acentuado, por exemplo, por W. I. Jennings, *The Law and the Constitution* (Londres, 1933), pág. 143.

freqüentemente usados para formular uma acusação condenatória do governo de partidos. Desnecessário seria dizer que isso não faz parte de minhas intenções. Tudo o que procurei fazer foi indicar, mediante exemplos, a natureza das mudanças que ocorreram em conseqüência do impacto da democracia das massas. O próprio fato de que foram mudanças generalizadas, não confinadas a qualquer país determinado, indica que faziam parte integrante de um processo histórico geral; e é significativo verificar que o novo tipo de governo partidário imediatamente se instalou nos novos países independentes da África, como veremos adiante.[63] Em minha opinião, constituem também mudanças irrevogáveis, as quais refletem uma alteração básica na estrutura social subjacente. Como todas as transformações que implicam mutação nas forças sociais elementares, comportam em si perigos inerentes ou, pelo menos, problemas inerentes. Ninguém, por exemplo, sustentaria que a perspectiva de um governo cair nas mãos de uma elite partidária, tecnicamente proficiente, mas fundamentalmente cínica e egoísta, seja outra coisa senão inadmissível e importuna. O governo partidário, como todos os outros sistemas políticos, está exposto a abusos. O remédio, porém, não consiste em denegrir o sistema e tentar retroceder, mas em melhorar seu funcionamento, sobretudo, por medidas que reforcem o controle democrático e neutralizem a tendência, inerente a todos os partidos, em toda parte, para desenvolverem um rígido e pesado mecanismo oligárquico.

Aqueles que se revoltam contra um moderno partido de massas e clamam por um regresso às antigas formas de democracia representativa estão cedendo a uma perigosa forma de nostalgia; ignoram o fato de que a única alternativa prática para o Estado bipartidário ou mutipartidário, nas condições atuais, é o Estado de partido único.[64] As mudanças que, nos últimos sessenta anos, transportaram os partidos da periferia para o centro da vida política não são acidentes que possam anular-se; são parte de uma revolução que imprimiu à História contemporânea um caráter próprio e distinto, alterando todos os seus postulados básicos. Se, em todo o mundo contemporâneo — nas democracias ocidentais, sob o sistema comunista e, agora, nos territórios ex-coloniais da África e da Ásia também — encontramos partidos altamente organizados, ocupando um lugar central na estrutura política, é porque, nas condições de sociedade de massas que surgiram desde o fim do século XIX, o partido constitui o único meio acessível de articular as imensas massas populares para fins políticos. Como Ostrogorski percebeu tão rapidamente, o advento da democracia das massas desmontou a estrutura existente da sociedade política. Hoje, vivemos numa nova era política e não deve surpreender ninguém o fato de que as velhas fórmulas exerçam tão pouca influência prática em nossa atual situação. O que necessitamos é de uma nova ciência política que, rechaçando termos de referência que já deixaram de ser relevantes, esteja pronta a enfrentar os problemas e condições que a ascensão do moderno Estado partidário provocou.

---

[63] Ver págs. 180-84.

[64] Cf. Leibholz, *op. cit.*, pág. 32.

VI

A REVOLTA CONTRA O OCIDENTE

A Reação da Ásia e da África à Hegemonia Européia

"O problema do século XX", disse o famoso líder negro americano William E. Bughardt Du Bois, em 1900, "é o problema da barreira da cor — a relação das raças mais escuras com as mais claras, dos homens na Ásia e África, na América e nas ilhas do mar."[1] Foi uma notável profecia. A história do século atual foi marcada, simultaneamente, pelo impacto do Ocidente na Ásia e na África e pela revolta da Ásia e da África contra o Ocidente. O impacto foi o resultado, acima de tudo o mais, da ciência e indústria ocidentais, que, tendo transformado a sociedade ocidental, começaram a ter, num ritmo crescente, os mesmos efeitos criadores e deletérios sobre as sociedades de outros continentes; a revolta foi uma reação contra o imperialismo que atingira seu auge no último quartel do século XIX. Quando principiou o século XX, o poderio europeu na Ásia e na África mantinha-se no apogeu; nenhuma nação, assim parecia, estava em condições de fazer frente à superioridade das armas e comércio europeus. Sessenta anos depois, apenas restavam alguns vestígios do domínio europeu. Entre 1945 e 1960, nada menos de quarenta países, com uma população de 800 milhões — mais de um quarto dos habitantes do mundo —, revoltaram-se contra o colonialismo e obtiveram sua independência. Jamais, em toda a história da humanidade, ocorrera uma inversão tão revolucionária, a uma tal velocidade. A mudança na situação dos povos asiáticos e africanos, e em suas relações com a Europa, era o sinal mais certo do advento de uma nova era, e quando a história da primeira metade do século XX — a qual, para a maioria dos historiadores, está ainda dominada pelas guerras européias e pelos problemas europeus, pelo fascismo e pelo nacional-socialismo, por Mussolini, Hitler e Stalin — acabar por ser escrita em maior perspectiva, poucas dúvidas restarão de que nenhum tema singular será mais importante do que a revolta contra o Ocidente.

1

É certo, evidentemente, que a emancipação da Ásia e da África e o progresso da crise européia marcharam de mãos dadas. Entre os fatores que facilitaram o surto de movimentos de independência na África e na Ásia, devemos incluir o enfraquecimento do pulso das potências européias, em grande parte como resultado de suas pró-

---

[1] Cf. Colin Legum, *Pan-Africanism* (Londres, 1962), pág. 25.

prias rivalidades e desavenças, bem como da drenagem de recursos motivada por suas guerras. Desde a Primeira Guerra Mundial que os incipientes movimentos nacionalistas no mundo não-europeu tiravam proveito, substancialmente, das rivalidades entre as potências coloniais, e o súbito colapso dos impérios europeus, depois de 1947, foi em grande medida uma conseqüência de pressões externas e do impacto da política mundial. Na Ásia, nem os ingleses, nem os franceses ou os holandeses recuperaram-se jamais dos golpes infligidos pelo Japão, entre 1941 e 1945; embora, na África e no Oriente Médio, fossem contidos e forçados à retirada pela pressão dos Estados Unidos — agindo diretamente ou por intermédio das Nações Unidas —, os quais possuem uma forte tradição anticolonial, à sua maneira, e não se mostravam dispostos a ficar à margem, enquanto o colonialismo empurrava os povos asiáticos e africanos para o lado da União Soviética.

O nacionalismo chegou na Ásia um século depois do que na Europa, e na África Negra cinqüenta anos mais tarde do que na Ásia. Dois acontecimentos externos, nos primeiros anos do século XX, foram poderoso estímulo para tal surto. O primeiro foi a vitória do Japão sobre a Rússia, na guerra de 1904-5, uma vitória aclamada pelos povos dependentes, em toda parte, como um golpe para o ascendente europeu e uma prova de que as armas européias não eram invencíveis. Seu impacto duplicou quando, dez anos mais tarde, os japoneses derrotaram os alemães em Xantum; e as vitoriosas campanhas de Kemal Ataturk contra a França, em 1920, e contra a Grécia, em 1922, foram acolhidas, do mesmo modo, como vitórias asiáticas contra o poderio militar ocidental. O segundo acontecimento foi a revolução russa de 1905 — uma revolução que na Europa quase passou despercebida, mas que, encarada como luta de libertação do despotismo, provocou um efeito eletrizante em toda a Ásia. A onda de intranqüilidade estendeu-se até ao Vietname,[2] e seu impacto, ao desencadear a revolução persa de 1906, a revolução turca de 1908 e a revolução chinesa de 1911, bem como ao insuflar novo ímpeto, em 1907, ao movimento do Congresso, na Índia, foi de tal ordem que suas conseqüências têm sido comparadas, na Ásia, com as da Revolução Francesa de 1789, na Europa.[3] O resultado foi que, por volta de 1914, na maioria dos países asiáticos e no mundo árabe, mas ainda não na África tropical, havia grupos radicais ou revolucionários prontos a tirar partido do conflito entre as potências européias a fim de obterem concessões e vantagens por meio de ameaças, ou pressões, ou negociações.

Depois da eclosão da guerra, as próprias potências européias encorajaram os movimentos nacionalistas em territórios coloniais no intuito de causarem embaraços a seus inimigos. Os alemães, por exemplo, incitaram os nacionalistas do Magrebe a levantarem-se em armas contra a França, enquanto os ingleses e os franceses, com maior êxito, agitaram o nacionalismo árabe na Síria, na Mesopotâ-

---

[2] Cf. D. G. E. Hall, *A History of South-East Asia* (Londres, 1955), pág. 646.

[3] Cf. I. Spector, *The First Russian Revolution. Its Impact on Ásia* (Englewood Cliffs, 1962), pág. 29

mia e na península arábica contra os turcos.[4] Foram também forçados, pela pressão dos acontecimentos, a fazer concessões a seus próprios países súditos. Na Índia, por exemplo, a famosa declaração do governo britânico, em 20 de agosto de 1917, prometendo "o desenvolvimento gradual de instituições autônomas", foi uma conseqüência direta da revolução russa, a qual ameaçou abrir o caminho de um avanço turco e alemão para a Índia num momento em que os bolchevistas estavam incitando os povos asiáticos a derrubarem os "salteadores e escravizadores" de seus países. No final da Primeira Guerra Mundial, as brechas no edifício do imperialismo europeu na Ásia e na África tinham assumido já graves proporções e havia limites, como os ingleses constataram no Egito, depois de 1919, para o que a repressão e medidas militares podiam conseguir. As tropas levadas da Síria quebraram o ímpeto da insurreição egípcia, mas, como Allenby logo descobriu, o problema de administrar um país efervescente ainda se mantinha. As tropas não podiam estar em toda parte. Mesmo quando a França, uma geração depois, desviou o grosso de seu exército colonial — 25% dos oficiais franceses e 40% dos graduados (sargentos e cabos) — para a luta com os nacionalistas na Indochina, tudo quanto pôde fazer foi reter o controle das grandes cidades e das principais estradas.[5]

A guerra mundial também ajudou a disseminar as idéias ocidentais. A propaganda dos objetivos por que se fazia a guerra não podia ficar confinada à Europa. Os Quatorze Pontos de Wilson, a declaração de Lloyd George, em 1918, de que o princípio de autodeterminação era tão aplicável às colônias quanto aos territórios ocupados da Europa, as denúncias do imperialismo por Lênin e o exemplo dos revolucionários russos, ao declararem que os povos subjugados do império czarista eram livres para escolher a separação, tudo isso criou uma fermentação mundial. As tropas alistadas para combater na Europa pelos franceses, oriundas da Indochina, e pelos ingleses, da Índia, regressaram a seus países de origem com novas noções de democracia, governo autônomo e independência nacional, e uma firme decisão de não mais aceitarem a antiga situação de inferioridade; entre os que regressaram, encontrava-se o futuro líder comunista chinês, Chou-En-Lai.[6] Outro fator que agitava o sentimento antieuropeu era o malogro das potências européias em cumprirem suas promessas do tempo de guerra. No Oriente Próximo e na China, a revelação dos acordos secretos realizados durante a guerra — o acordo Sykes-Picot entre a Inglaterra e a França para a repartição do império otomano e o acordo de fevereiro de 1917 para ceder as antigas possessões alemães na China ao Japão — desacreditaram as potências ocidentais e provocaram violentas reações. Na China, o resultado imediato foi o "movimento de Quatro de Maio" de 1919,

---

[4] Para as intrigas alemãs na África do Norte, cf. F. Fischer, Griff nach der Weltmacht (Düsseldorf, 1961), págs. 146-7; G. Lenczowski, The Middle East in World Affairs (Ithaca, 1952), págs. 57-9, 73-7, relata sumariamente as negociações britânicas com os nacionalistas árabes.

[5] Cf. J. Romein, The Asian Century. A History of Modern Nationalism in Ásia (Londres, 1962), pág. 137.

[6] Cf. K. M. Pannikar, *Asia and Western Dominance* (Londres, 1953), pág. 262.

ponto decisivo na revolução chinesa.[7] No mundo árabe, o impulso nacionalista era igualmente forte. Não foi por mera coincidência que se fundaria também em 1919 o Partido Wafd, no Egito, ou que na Tunísia o mesmo ano fosse também escolhido para, antes de sair a campo como organização legal, em 1920, o Partido Destour tomasse forma como grupo de atividade clandestina.[8] Na Indonésia, o mesmo período viu também a transformação do Sarekat Islam, fundado em 1911 com objetivos limitados ou apenas semipolíticos, em um movimento das massas para exigir a independência completa, a ser obtida, se necessário, pela força, e com um número de membros que subiu de 360 mil em 1916 para quase dois milhões e meio em 1919.[9]

O ano de 1919 ainda testemunhou a convocação do primeiro Congresso Pan-Africano que se reuniu em Paris com o objetivo de persuadir os membros da Conferência da Paz sobre os direitos dos africanos em participar do governo.[10] Seus resultados práticos, não seria preciso dizer, foram nulos, pois na África tropical e central, onde a maioria dos territórios só depois de 1885 passara a estar sob domínio europeu, seriam precisos ainda muitos anos para que os efeitos da intervenção européia, na forma de estradas de ferro e de rodagem, de exploração industrial dos recursos minerais, da introdução do ensino ocidental, etc, começassem a produzir modificações substanciais. Na Índia, na Malásia e nas Índias Orientais Holandesas, a Primeira Guerra Mundial dera início a um rápido desenvolvimento econômico; mas na África ao sul do Saara, um progresso semelhante dificilmente se poria em marcha antes da Segunda Guerra Mundial.[11] Todavia, o Congresso Pan-Africano de 1919, seguido de outros em 1921, 1923 e 1927, foi indicativo do despertar que o fermento da Primeira Guerra Mundial estimulara e da maneira como as idéias de governo autônomo e de autodeterminação estavam-se espalhando. Cada golpe em prol da independência reverberava numa área cada vez mais ampla, assinalando-se a existência de uma nova sensibilidade, em cada parte do mundo dependente, aos progressos políticos conseguidos por outras. As realizações do Congresso Indiano eram seguidas com viva atenção, a estratégia de resistência passiva, iniciada por Gândi, foi rapidamente adotada como modelo, e organizações semelhantes surgiram na África e em outras regiões como núcleos da revolta.[12] Os bolchevistas que esta-

---

[7] Cf. Chow Tse-Tsung, *The May Fourth Movement* (Cambridge, Mass., 1960), págs. 21 e segs.

[8] Cf. N. A. Ziadeh, *Origins of Nationalism in Tunisia* (Beirute, 1962), pág. 91.

[9] Of. G. M. Kahin, Nationalism and Revolution in Indonésia (Ithaca, 1952), págs. 65-6.

[10] Cf. J. S. Coleman, Nigeria: Background to Nationalism (Berkeley, 1958), pág. 188, e Legum, *op. cit.*, págs. 28-9, 133-4. Legum designa a conferência de 1919 como o segundo Congresso Pan-Africano, dado que uma conferência anterior fora realizada em Londres; mas isso é contrario à prática habitual e a maioria dos africanos considera o de 1919 como o primeiro de uma série de congressos; assim procede, por exemplo, Kwame Nkrumah, em sua *Autobiography* (Edimburgo, 1959), pág. 44

[11] Ver adiante, pág. 121.

[12] Um exemplo é o *Sudan Graduates Congress*, fundado em 1937. Como Hodgkin sublinhou, *Nationalism in Colonial África* (Londres, 1956), pág. 146, "a palavra congresso, aqui e em qualquer parte da África colonial, tem óbvias associações indianas". Nkrumah, em sua autobiografia (pág. VI) conta como, "após meses de es-

vam cônscios das potencialidades revolucionárias da Ásia, esforçaram-se por alimentar a fermentação, e o Congresso dos Povos do Oriente, por eles organizado em Bacu, em 1920, reuniu delegados de trinta e sete nacionalidades.[13] No mundo muçulmano, os movimentos pan-islâmicos formaram um elo entre países tão distantes como as Índias Orientais Holandesas, a África do Norte francesa e a Índia, facilitando a cooperação entre os diversos grupos nacionalistas.[14]

Dessa maneira, os movimentos nacionais da Ásia e da África transformaram-se, gradualmente, numa revolta universal contra o Ocidente e numa rejeição do domínio ocidental que encontraria expressão na conferência afro-asiátíca de Bandung em 1955. A conferência de Bandung simbolizou a recém-encontrada solidariedade da Ásia e da África contra a Europa; como disse Nehru, expressou o "novo dinamismo" que se desenvolvera nos dois continentes, durante o meio século precedente.[15] Ainda em 1950, experimentados observadores ocidentais — Margery Perham, por exemplo[16] — expendiam a reconfortante doutrina de que, fosse qual fosse a posição na Ásia, estava distante ainda o dia em que os povos africanos seriam capazes de organizar Estados independentes e, por implicação, o controle imperial e uma esclarecida administração colonial paternalista continuariam sendo necessários por um período indefinido. Nenhuma previsão poderia ter sido mais infundada. Quando à vitória do nacionalismo indiano em 1947 e ao colapso dos impérios europeus na Ásia se seguiu o fracasso da Inglaterra e da França, em sua guerra com o Egito, em 1956, uma nova onda de nacionalismo furou a barreira do Saara e espalhou-se, impetuosamente, por toda a África tropical. Depois da guerra de Suez, em 1956, tornou-se claro — para os governos da Europa, se não para as intransigentes minorias de colonizadores brancos na África — que a era imperialista acabara; e as potências européias apressaram-se, sob pressão externa e interna, a alijar o fardo de colônias que para elas se tinham transformado mais num valor passivo do que ativo.

Não há dúvida de que as pressões externas e a nova posição das potências européias no mundo contribuíram para essa grande reviravolta. Mas as pressões do exterior, embora em grande parte expliquem a precipitação da retirada final, só serviram para acelerar um processo de desmantelamento que de há muito vinha reunindo forças; tais pressões não poderiam ter gerado os resultados que se viram se não existissem movimentos revolucionários nacionalistas, dentro dos territórios coloniais, prontos para obterem vantagens das dificuldades em que se debatiam os governos imperialistas. A

---

tudo da política de Gândi", chegou à conclusão de que "podia ser a solução para o problema colonial".

[13] Para a política de Lênin em relação à Ásia, ver adiante, pág. 204.

[14] Cf. H. A. R, Gibb, *Modern Trends in Islam* (Chicago, 1947), págs. 27-8, 32, 36, 119-20.

[15] Sobre a conferência de Bandug, cf. *Survey of International Afairs,* 1955-1956 (Londres, 1960), págs. 59-65, onde se mencionam as principais fontes documentais relativas ao acontecimento.

[16] Cf. M. Perham, The British Problem in Africa", Foreign Affairs, vol. XXIX (1951), págs. 137-50. A autora pensou não ser uma "especulação demasiado temerária acreditar" que os territórios coloniais britânicos na África "poderão vir a ser nações-Estados autônomas por volta do final do século.

longo prazo, porém, dois outros fatores foram mais fundamentais do que as pressões resultantes da ação recíproca das diretrizes políticas adotadas por várias potências. O primeiro fator foi a assimilação por asiáticos e africanos das idéias, técnicas e instituições ocidentais, que podiam ser aproveitadas contra as potências ocupantes — um processo em que eles demonstraram ser mais aptos que a maioria dos europeus tinha previsto. O segundo foi a vitalidade e capacidade de auto-renovação de sociedades que os europeus tinham, com excessiva facilidade, considerado estagnadas, decrépitas ou moribundas. Foram esses fatores, em conjunto com a formação de elite que sabia como explorá-los, que resultaram no final do domínio europeu.

2

A história dos movimentos nacionalistas antiocidentais na Ásia e na África leva-nos de volta, passo a passo, às últimas duas décadas do século XIX. Na China, foi a derrota catastrófica pelo Japão, em 1894, e a ameaça de partilha pelas potências ocidentais, sua conseqüência imediata, que provocaram uma nova reação nacionalista. No Egito, o movimento antiocidental foi desencadeado pela subida ao poder de Arabi Paxá, em 1882, e começou a abrir caminho sob o governo do jovem quediva, Abas II, que lhe sucedeu em 1892. Na Índia, a fundação do partido do Congresso Nacional, em 1885, facilitou o caminho para a concretização de uma consciência nacional depois de 1905. No império otomano, o processo de desmembramento, no Congresso de Berlim em 1878, agitou a atividade do movimento patriótico dos Jovens Turcos, que redundaria em 1908 numa revolução.

Uma geração posterior viu nessas reações uma nítida mudança de maré. Revoltas anteriores — o motim indiano de 1857, por exemplo, ou a rebelião Senussi que se seguiu ao estabelecimento do protetorado francês na Tunísia em 1881 — tinham constituído explosões negativas de ressentimento e desespero; tinham representado a última resistência convulsiva, desesperada se bem que, muitas vezes, heróica, da antiga ordem. Os novos movimentos nacionalistas eram de uma diferente categoria. Olhavam mais para o futuro do que para o passado; e, embora em suas primeiras fases elementos muito díspares se encontrassem agindo em suas fileiras, é justo dizer, como generalização, que o objetivo desses movimentos não era expulsar o domínio europeu através da insurreição armada — um objetivo sem esperança, como a rebelião Boxer na China demonstrara, uma vez que o fanatismo não é força que se possa opor às metralhadoras Maxim — mas debilitá-lo, levá-lo à exaustão, mediante a erosão e o desgaste interno. Contudo, tal política só era praticável onde as condições sociais e outras fossem favoráveis, e não foi por acidente que os primeiros movimentos nacionalistas ocorreram em países que possuíam uma forte tradição de antiga civilização e uma autêntica consciência de realizações passadas nas quais se apoiarem. Eram

também países onde a intervenção ocidental já abalara e enfraquecera a antiga ordem. Foi esse o caso da Índia. Foi também o caso da Turquia, da China e do Egito, os quais tinham sido todos forçados, anteriormente, a escancarar suas portas ao comércio europeu e que, em conseqüência do impacto do capitalismo europeu, já tinham passado por uma geração ou mais de fermentação social. Noutros países, as condições existentes no final do século XIX não eram ainda propícias para o surto de movimentos nacionalistas. Na África tropical, que só fora colhida na rede européia já na última fase de expansão imperial, depois de 1884, o impacto do investimento europeu de capitais foi reduzido, até depois da Primeira Guerra Mundial, e as formas de administração indireta enfraqueceram, parcialmente, a mudança social. As exceções foram algumas áreas costeiras, nomeadamente o delta do Niger e a Costa do Ouro, onde estabelecimentos europeus de comércio há muito tempo existiam, sendo significativo o fato de que aí se registraram as primeiras agitações de consciência nacional. Mas na África ao sul do Saara foi difícil, em geral, antes de 1930, a formação de um consciente programa político africano; a maioria dos movimentos e partidos nacionalistas organizados, nessa região, data da Segunda Guerra Mundial e mais recentemente ainda.

Os movimentos revolucionários que se destacaram nos últimos anos do século XIX constituíram uma resposta aos efeitos deletérios da intervenção européia. Quando, entre 1838 e 1841, Palmerston forçou o sultão otomano e o paxá egípcio a abrirem seus domínios ao comércio livre; quando, pelo tratado de Nanquim, em 1842, a mesma política foi imposta ao Filho do Céu, todos os três países foram lançados numa era de mudanças que nenhuma das dinastias reinantes estava em condições de enfrentar. As fases observadas em sua progressiva decadência, os empréstimos externos, os deficits, a bancarrota próxima, o desequilíbrio econômico através do influxo de mercadorias estrangeiras, a intervenção imperialista para sustentar os regimes vacilantes, dos quais dependiam o fornecimento de capitais e o pagamento das dívidas, o peso esmagador de impostos sobre as classes camponesas, já forçadas a angariar uma escassa subsistência e colocadas à beira da revolta, tudo isso são aspectos familiares de uma situação que se repetia, não precisando de maior descrição. Mas criaram um fermento; provocaram, inevitavelmente, o ressentimento e ódio ao estrangeiro; despertaram dúvidas sobre a competência das instituições e crenças tradicionais — da ética aceita do Islã e de Confúcio, por exemplo, ou do tradicional sistema chinês de inspeções — e a consciência da necessidade de adaptação ao novo mundo a fim de sobreviverem; mas não produziram uma reação coerente. Por isso, esses primeiros movimentos foram denominados "protonacionalistas" em vez de nacionalistas.[17] Revelaram o despertar de reações positivas ao impacto dos bárbaros do Ocidente, mas misturadas com reações mais primitivas e ainda não orientadas nem organizadas em movimentos efetivos que pudessem tomar e manter a iniciativa.

Assim aconteceu com a revolta de Arabi Paxá, no Egito, em 1881, a primeira reação em face da nova situação. Quatro elementos

---

[17] Cf. *New Cambridge Modern History*, vol. XI, pág. 640.

díspares se cristalizaram em torno de Arabi: pequenos grupos de reformadores liberais, liderados por Xerife Paxá, os quais pretendiam uma constituição ocidental e a regeneração que, acreditavam eles, daí resultaria; conservadores muçulmanos, alarmados pela expansão do cristianismo e do desleixo religioso da classe dominante; proprietários rurais descontentes, lutando por conservarem seus antigos privilégios fiscais, sob o disfarce de limparem o país de estrangeiros; e coronéis que sofriam sob a política de redução militar imposta pelas potências ocidentais.[18] Na China, duas décadas depois, a situação era bastante parecida. Aí a dinastia manchu, cujo declínio já era visível na época da rebelião de Taiping, meio século antes, tentou explorar o sentimento xenófobo para readquirir apoio interno, enquanto diversos grupos de reformadores procuravam soluções para o dilema da China. Os que rodeavam Kang Yu-wei, leal à dinastia, lutaram por manter os valores essenciais do sistema confucionista, à luz das condições modernas, tanto quanto Mohammed Abdu, no Egito, lutou pela restauração islâmica através do expurgo de seus elementos reacionários; outros desejaram adotar as técnicas ocidentais, no espírito do grande vice-rei, Chang Chih-tung, sem perturbar as crenças e valores estabelecidos e aceitos; ao passo que os adeptos de Liang Chi-chao, convencidos da falência da tradição chinesa, só viam a salvação num rompimento radical com o confucionismo.[19] Por trás desses e outros grupos intelectuais permaneciam uma sofredora massa de camponeses e, tal como no Egito, uma classe de jovens e ambiciosos oficiais, insatisfeita com a deficiência do governo, tanto militar como no resto.[20] Era uma sociedade em véspera de se reconstituir, sob pressões internas e externas; mas aos grupos dissidentes faltavam liderança unificada, coesão e objetivos precisos. A esterilidade de uma tentativa de renovação dentro do sistema vigente foi evidenciada pelo fracasso da reforma dos Cem Dias de 1898; as conseqüências desastrosas de se encaminhar o descontentamento popular contra o estrangeiro ficou patente no resultado da rebelião Boxer em 1900. Até a queda da dinastia manchu, em 1911, pareceu apenas confirmar a inépcia da China para se adaptar ao mundo moderno, pois entre os escombros as forças conservadoras permaneceram intactas e, longe de se iniciar uma mudança para melhor, a proclamação da república viu a China repartir-se entre generais antagônicos. A eliminação do último dos imperadores manchus, Hsuan-tung, significou, na prática, a destruição, apenas, do velho conceito confucionista de um império unitário com um chefe supremo; não produzindo qualquer modificação na estrutura social, viu-se abandonada ainda pelas forças construtivas numa escala correspondente.

---

[18] Cf. R. Robinson e J. Gallagher, *Africa and the Victorians* (Londres, 1961), pág. 87; A. Hourani, *Arabic Thought in the Liberal Age* (Londres 1962), pág. 133. Para um brilhante relato moderno da revolta árabe, cf. M. Rowlatt, *Founders of Modern Egypt* (Bombaim, 1962).

[19] Há uma brilhante análise das correntes intelectuais na China, durante esse período, da autoria de J. R. Levenson, Liang Ch'i Ch'ao and the Mind of Modern China (2.ª ed., Londres, 1959); cf. também, do mesmo autor, Confucian China and its Modern Fate (Londres, 1958).

[20] Cf. W. Franke, Das Jahrhundert der chinesischen Revolution (Munique, 1958), págs. 106-7

Subsiste o fato, porém, de que na China, como no Egito, Índia e Turquia, nascera um movimento revolucionário, o qual, apesar de toda a sua desorientação e do conflito de seus elementos heterogêneos, era reconhecidamente moderno; e todos esses movimentos refletiam uma evolução comum. Se os resultados imediatos dos mesmos foram freqüentemente negativos, corroborando a crença ocidental de que esses países eram incapazes de proceder à transição para condições modernas, todos continham em si grupos que olhavam para o futuro e estavam decididos a reconstituir suas personalidades segundo linhas modernas, recuperando o poder mediante uma ação conduzida na mesma língua que os ocidentais falavam. E a ironia da situação estava no fato de que as potências européias, uma vez envolvidas na Ásia e na África, não tinham outro remédio senão incentivar e fortalecer esses elementos. Ao impedi-los para um contato com a economia de concorrência e com formas alheias de governo, quebraram o equilíbrio existente sobre o qual assentava a estabilidade das sociedades africana e asiática; e a própria intervenção ativa dos ocidentais, que em breve se seguiu, inaugurou uma era de rápida mudança social, a qual — independentemente da linha política que escolheram seguir — estava destinada, finalmente, a voltar-se contra o domínio europeu. O surpreendente não foi o resultado, mas a rapidez com que — auxiliada, como vimos, por acontecimentos externos - essa mudança sobreveio.

3

Desde o início do neo-imperialismo, em 1882, houve alguns indivíduos, com um conhecimento íntimo do Oriente, que previmos, por acontecimentos externos — essa mudança sobreveio - advertiram os governos ocidentais sobre os perigos do caminho que estavam seguindo e predisseram o desenvolvimento de um "movimento antieuropeu", "destinado a converter-se em fanatismo" e a "encontrar sua expressão na mais selvagem fúria".[21] Na época do avanço francês na Indochina, em 1885, Jules Delafosse declarou na Câmara francesa que "estavam sonhando com uma utopia" e que, antes de passarem cinqüenta anos, "não existiria uma única colônia em toda a Ásia".[22] Mas não é fácil ver como e onde o ímpeto europeu, empurrado para a frente por sua própria lógica intrínseca, poderia voluntariamente parar. Obcecadas por suas próprias rivalidades, as potências européias não estavam preparadas para ficar passivamente à margem, enquanto outras ampliavam seus territórios, e nenhuma delas se dispunha a retirar ou deixar um vazio onde um inimigo potencial pudesse instalar-se.

Contra a força crescente do nacionalismo asiático e africano, as potências européias encontraram-se em última análise, sem uma defesa eficaz. Considerando sua esmagadora superioridade em armas

---

[21] Cf. M. Bruce, *The Shaping of the Modern World* (Londres, 1958), pág. 817; *New Cambridge Modern History*, Vol. XI, pág. 597.

[22] Romein, *op. cit.*, págs. 12-13.

e equipamento, e suas enormes vantagens tecnológicas, esse foi, talvez, o aspecto mais paradoxal da situação. A explicação, em último caso, é de ordem demográfica. Como, por exemplo, em face da persistente desobediência civil, poderia a Grã-Bretanha garantir uma estabilidade duradoura em suas possessões asiáticas, quando, como já vimos,[23] os ingleses na Ásia somavam pouco mais de 300.000 numa população de, aproximadamente, 334 milhões? Somente onde havia uma substancial camada de colonos brancos, como na África do Sul e na Argélia, a repressão e o emprego de força constituíam resposta eficaz; o mesmo fator e a vantagem de uma fronteira contínua era uma razão — ainda que não fosse a única — em favor do êxito relativo da colonização russa na Ásia.[24] Mas tais condições eram a exceção e em todas as outras regiões do mundo as potências imperiais eram forçadas a apoiar-se numa política de conciliação e concessão. Por vezes, as concessões eram o produto de esclarecimento autêntico, pois sempre houve elementos na sociedade ocidental prontos a erguerem suas vozes, em bases humanitárias ou outras, contra qualquer forma de exploração colonial, e freqüentemente conseguiram que a pressão por eles exercida influísse nas decisões; mas, de modo geral, as concessões feitas eram uma conseqüência inevitável da situação que deixara as potências dominantes sem uma alternativa prática.

Embora existissem muitas variantes locais, os expedientes a que as potências coloniais recorreram para conservar sua supremacia obedeceram a padrões muito simples. Primeiro, houve a política de governo indireto, com apoio a príncipes e chefes que estivessem dispostos, em seus próprios interesses, a colaborar com as potências ocupantes, recurso que os ingleses usaram na África Ocidental, os franceses, na Inchochina, e os holandeses, na Indonésia. Fora um elemento da política ocidental desde que as potências européias se colocaram por trás da dinastia manchu, apoiando-a em sua luta contra os rebeldes de Taiping, na China em meados do século XIX, e implicara, na maioria dos casos, a manutenção das sociedades tradicionais como baluarte contra a ocidentalização e a hostilidade que esta poderia engendrar. Quase oposta a essa foi a política empregada pelos franceses na África do Norte, onde o perigo parecia vir das conservadoras forças tribais e religiosas e onde, portanto, parecia boa tática formar uma elite de *évolués* educados no Ocidente, os quais, como se esperava, alinhariam com a progressista potência colonial contra o nacionalismo reacionário. Esta foi, com efeito, a suposição implícita nas reformas Morley-Minto de 1909, na Índia, as quais foram postuladas com base na existência de "uma classe de pessoas, indianas pelo sangue e cor, mas inglesas pelo gosto, opinião, moral e intelecto",[25] nas quais o governo confiava para apoio. Finalmente, houve a política de oferecer autonomia governamental interna, em prestações, na esperança de abortar as exigências de independência — a política expressa no *Government of India Act* de 1919 — ou mesmo de parecer dar satisfa-

---

[23] Pág. 52

[24] Para a política russa na Ásia, antes e depois da revolução de 1917, cf. adiante, págs. 210-11; o problema não pode ser aqui tratado em detalhe.

[25] Cf. New Cambridge Modern History, vol. XII, pág. 215.

ção às exigências nacionalistas, pela concessão de uma quase-independência, mas reservando certos direitos essenciais — a solução desejada pela Grã-Bretanha, em 1922, para o Egito e o Iraque.

A curto prazo, esses expedientes obtinham, com freqüência, certa dose de êxito; no Iraque, por exemplo, garantiram a manutenção da influência britânica até 1958. Mas também se viu nitidamente, a breve data, que não ofereciam uma solução e eram, apenas, um adiamento do ajuste final de contas. Tem-se afirmado muitas vezes que o erro das potências imperialistas residiu no fato de que as concessões por elas feitas às exigências nacionalistas eram "sempre demasiado exíguas ou demasiado tardias".[26] Isso pode ser verdade até certo ponto; mas se se quer dizer que o nacionalismo na Ásia e África ficaria satisfeito com a obtenção de concessões, à falta de independência, é necessário acrescentar que se trata de uma suposição inverificável. Certamente existiam, em toda parte, elementos dispostos, não só por razões egoístas, a cooperar com as potências imperialistas, pelo menos, numa base temporária; o Dr. Kwegyir Aggrey, o primeiro adjunto do vice-reitor do Achimota College, por exemplo — uma notável personalidade, para quem os subseqüentes líderes nacionalistas, como Kwame Nkrumah, olhavam com afetuosa devoção — acreditava sinceramente em cooperação.[27] Mas não existe motivo para pensar que a situação tivesse podido estabilizar-se nessa base. As potências européias, quando intervieram na Ásia e na África, foram colhidas por uma dialética de sua própria lavra; toda ação que encetassem para o fim de governar e desenvolver os territórios que tinham anexado tornava sua própria posição mais difícil e é evidente não ter havido uma diretriz política por meio da qual pudessem escapar a essa inelutável situação. Em parte alguma, talvez, isso foi mais flagrante do que na história da índia britânica depois de 1876. E nada é mais claro do que a ineficácia daquilo que, na época, pareceram audazes e radicais mudanças de orientação política. Nem o conservantismo de Lytton, nem o paternalismo de Curzon, nem o liberalismo de Ripon ou Minto, desviaram o nacionalismo indiano de seu curso, de qualquer maneira substancial, e isso porque, fundamentalmente, o nacionalismo era uma reação a fatos, não à política.

Nessas circunstâncias, pouco interessa discutir pormenorizadamente os diversos critérios seguidos pelas várias potências européias, ao abordarem o problema de governar suas dependências coloniais. Numa determinada fase, os méritos ou deméritos relativos de "associação" e "assimilação", de domínio "direto" e "indireto", ou de outros sistemas alternativos, pareciam ser uma questão de imediata preocupação prática. Hoje, é evidente que tais distinções, na sua maior parte, foram mais de ordem "legal do que

---

[26] *Ibid.*, pág. 209.

[27] "Ele era extremamente orgulhoso de sua cor, mas opunha-se, veementemente, à segregação racial, sob qualquer forma... A cooperação entre negros e brancos foi a pedra angular de sua mensagem e a essência de sua missão, e costumava explicar isso dizendo: "Você pode tocar uma espécie de melodia nas teclas brancas, e pode tocar uma espécie de melodia nas teclas pretas, mas para conseguir harmonia você deve tocar com as brancas e as pretas." (Nkrumah, *Autobiography*, pág. 12.) Todavia, para Nkrumah, ele "foi o mais notável homem que jamais encontrei e tive a mais profunda admiração por ele"

prática".[28] "Na prática, associação significava, meramente, dominação", e Léopold Senghor, o líder senegalês, colocou o dedo no defeito central das teorias de assimilação quando disse que o que era preciso — mas não de imediato — era "assimiler, non être assimilés".[29] Se o efeito imediato do governo indireto foi atenuar o impacto do colonialismo, também é verdade que, ao conceder o reconhecimento a certos chefes ou príncipes, apenas, e não aos demais, os governos coloniais propenderam, numa perspectiva mais ampla, para criar novos e rígidos padrões e para isolar o governante, como agente da autoridade imperial, de seus súditos.[30] Por conseqüência, o efeito do "governo colonial, em qualquer forma ou modalidade", foi causar "um deslocamento de autoridade, atuando contra o governante tradicional".[31] Onde as potências ocidentais tentaram impulsionar as dinastias existentes, como baluartes contra o nacionalismo da classe média — por exemplo, no Egito — só conseguiram desacreditá-las e envolvê-las na derrocada das posições ocidentais; sempre que procuraram obter a colaboração das elites ocidentalizadas, enfraqueceram as únicas forças que tinham algum interesse duradouro na permanência do domínio europeu. Mesmo no plano inferior do interesse próprio, chegaria o tempo em que os negociantes ocidentalizados, na Índia, na China ou na África Ocidental, que por certo período podiam estar dispostos a aceitar o domínio ocidental, em virtude das vantagens comerciais e industriais que ele proporcionava, acabariam por ver maior lucro em desalojar o estrangeiro e estabelecer uma posição monopolística própria; um tempo em que os políticos ocidentalizados se revoltariam contra o fato de terem de continuar compartilhando os benefícios dos cargos com os funcionários da potência ocupante. Mas a oposição ao imperialismo ocidental nunca foi, evidentemente, uma expressão pura e simples de grosseiro egoísmo. O desejo de independência era em toda parte expresso com desinteressada devoção; e uma vez que o domínio europeu, por muito temperado que fosse de concessões, implicava necessariamente a dependência de uma ou outra espécie, as manobras e contorções levadas a efeito pelas potências imperialistas, até ao fim, as ofertas, as concessões e compromissos que continuaram fazendo na esperança de encontrar alguma fórmula que salvasse o próprio predomínio, satisfazendo simultaneamente as ambições nacionalistas, eram totalmente inconsistentes. Ao mesmo tempo, tinham de enfrentar o exemplo dos domínios e colonos "brancos", os quais, por mais resolutamente que afirmassem sua própria superioridade em relação às populações nativas, estavam não menos decididos a afirmarem seus interesses independentes.[32] No final, a diferenciação entre dependências "brancas" e "de cor", tão popular no início do século XX, tornou-se cada vez mais difícil de sustentar; e logo que a Índia, em 1947, garantiu a paridade de tratamento, a represa sofreu uma ruptura irreparável.

---

[28] Hall, *op. cit.*, pág. 644.

[29] Cf. A. J. Hanna, *European Rule in Africa* (Londres, 1961), págs. 24-5.

[30] Cf. H. J. van Mook, The Stakes of Democracy in South-East Ásia (Londres, 1950), pág. 76

[31] F. Mansur, *Process of Independence* (Londres, 1962), pág. 26.

[32] Ver págs. 41, 43 e segs.

4

A mesma lógica interior que levou a expansão da Europa até os limites da Terra não só suscitou oposição e revolta entre os povos colocados sob o domínio europeu, mas também colocou novas armas nas mãos deles. Tanto na Ásia como na África, a intervenção européia teve três conseqüências necessárias. Primeiro, atuou como solvente da tradicional ordem social; segundo, acarretou substanciais transformações econômicas; finalmente, levou à criação de elites educadas segundo os padrões do Ocidente, as quais assumiram a liderança na transformação do ressentimento existente contra o estrangeiro e a superioridade estrangeira em movimentos nacionalistas organizados em escala maciça. Todos esses acontecimentos eram necessários e inevitáveis se as potências coloniais desejassem — como desejavam, naturalmente — explorar suas aquisições coloniais ou até, na maioria dos casos, se pretendessem evitar que as colônias redundassem num encargo financeiro. Uma vez tomada a decisão de intervir, a inação era impossível; e qualquer gênero de ação, inclusive a forma mais branda de governo indireto, resultava na cristalização de forças contra o Ocidente. O que se disse dos holandeses na Indonésia aplica-se às potências coloniais, em geral: "os meios escolhidos para defender o regime colonial... transformaram-se em uma das mais poderosas forças de desgaste subterrâneo do regime".[33]

A primeira das conseqüências da intervenção européia — a ruptura do equilíbrio existente no qual assentava a estabilidade das sociedades asiáticas e africanas — foi observada desde logo na Índia. Aí, até que a experiência de seus resultados provocou uma reação, depois de 1880, o domínio inglês minara deliberadamente as antigas fidelidades e solapara o poder dos príncipes; atuara como uma grande força niveladora, demolindo as instituições independentes da vida política local, drenando a autoridade para um centro comum, substituindo pelas britânicas as formas indianas de lei e administração e enfraquecendo as religiões, crenças e costumes tradicionais.[34] O impacto ocidental numa sociedade mais simples, muitíssimo menos diferenciada, talvez não tenha sido em parte alguma expresso de melhor maneira como na declaração comedida e digna feita pelos chefes de Brasse depois do incidente de Akassa, no delta do Niger, em 1895.[35] Primeiro, declararam eles, tinham sido impedidos de ganhar a vida com a venda de escravos para a Europa, como antigamente, decisão essa que eles tinham lealmente acatado. Em lugar disso, dedicaram-se a negociar com azeite-de-dendê e o fruto desta palmeira. Mas quando o governo britânico abriu o co-

---

[33] Karin, *op. cit.*, pág. 44.

[34] Cf. E. Stokes, The English Utilitarians and India (Oxford, 1950), págs. 249 e segs., 257 e segs., 268 e segs., 313 e segs.

[35] Cf. Sir John Kirk, Report on the Disturbances at Brass (Command Paper C. 7977, Stationery Office, Londres, 1896), págs. 6-8.

mércio, igualmente, "a homens brancos e negros", também concordaram, "vendo que não poderíamos fazer outra coisa". Finalmente, porém, apareceu a *African Company*, com um alvará real que lhe dava poderes para fazer o que quisesse no rio Niger, e o resultado foi os homens das tribos terem sido expulsos dos mercados "com que nós e nossos antepassados vínhamos negociando há muitas gerações", terem sido obrigados a requerer licenças e pagar pesados impostos, de modo que — como concluíram — foi "a mesma coisa como se estivéssemos, pura e simplesmente, proibido de comerciar".

O relatório sobre os distúrbios de Brasse fornecem-nos uma descrição, nos mais simples termos, de um processo que ocorreu em todo lugar onde os europeus se impuseram a um povo estrangeiro. O que sucedeu aí, e em inúmeros pontos semelhantes de contato na África, foi a destruição de uma subestrutura econômica de sociedade tribal, a erosão da autoridade dos chefes, a transformação dos homens das tribos, privados de seu modo de vida tradicional, em criados ou servos assalariados do estrangeiro, o afrouxamento dos laços sociais, à medida que eles abandonavam suas aldeias em busca de uma alternativa de trabalho algures, e, finalmente, sua transformação num proletariado urbano e industrial. O reverso de semelhante processo e, usualmente, sua próxima fase, era a remodelação da economia, sob o impulso da iniciativa européia. E esta foi a segunda conseqüência geral da intervenção européia. Evoluiu a diferentes velocidades, em diferentes regiões, mas em toda parte as duas guerras mundiais constituíram importantes e decisivos momentos. Na África colonial, onde, excetuando as áreas mineiras da Rodésia e Catanga, o investimento europeu era notoriamente lento, só a Segunda Guerra Mundial pôs termo à estagnação do meio século precedente. Na Ásia, por outra parte, foi a Primeira Guerra Mundial que imprimiu o impulso decisivo ao desenvolvimento da moderna indústria. Na China, a inatividade forçada dos comerciantes europeus, cujas indústrias, nos países de origem, estavam concentradas na produção de guerra, propiciou uma oportunidade para que a indústria chinesa progredisse em setores tais como os têxteis, fósforos e cimento; cidades como Xangai, Hankow e Tientsin foram industrializadas, e novos centros manufatureiros surgiram em importantes entroncamentos ferroviários, tais como Tsinan, Hsuchow e Chichiachuang.[36] Na Índia, foi política deliberada do governo britânico estimular as manufaturas, a fim de reduzir a necessidade de importações provenientes do Reino Unido e transformar a Índia numa base fornecedora da Mesopotâmia e outros teatros de guerra.[37] O resultado foi um amplo impulso para as nascentes indústrias indianas de ferro e aço, que só tinham começado a produzir entre 1911 e 1914. Ao mesmo tempo, no Sudeste asiático, as minas de volfrâmio da Birmânia foram desenvolvidas até produzirem um terço da extração mundial, enquanto as necessidades urgentes de transporte militar exigiam uma importante expansão na produção de borracha da Malásia e das Índias Orientais Holandesas. Na África, os resultados da Segunda Guerra Mundial foram semelhantes. A brusca interrupção das antigas linhas de abastecimento e a extraordinária procura de

---

[36] Cf. Franke, *op. cit.*, pág. 145.

[37] Cf. *Cambridge History of British Empire*, vol. V (Cambridge, 1932), pág. 483.

matérias-primas estratégicas, que a África podia fornecer, significaram que as colônias africanas passaram a ser, de repente, de um imenso valor econômico.[38] O montante das exportações do Congo aumentou quatorze vezes, o da Rodésia do Norte nove vezes em poucos anos. Na África Ocidental britânica, o estabelecimento de agências governamentais de compras, para determinados produtos essenciais, como os óleos vegetais e o cacau, desfez o antigo ascendente que as companhias de comércio européias exerciam sobre a economia dos camponeses e agricultores indígenas, preparando o caminho para uma expansão em larga escala; e o *Colonial Development Act* de 1940 — ele próprio um resultado direto das condições bélicas — garantiu que o impulso fomentista dos anos de guerra não se perderia.

A conseqüência, primeiro na Ásia, depois na África, foi o desenvolvimento da urbanização, de uma classe de operariado fabril que podia ser mobilizada para a ação, e de comunidades comerciais suficientemente ricas para financiarem os movimentos de independência. Nos portos internacionais — nomeadamente em Cantão e Xangai — desenvolveu-se uma abastada classe comercial e industrial chinesa, a dos chamados "capitalistas nacionalistas", que se colocou ao lado de Sun Yat-sen, na esperança de um governo mais forte que defendesse seus interesses contra os dos concorrentes estrangeiros. A figura típica dessa classe era C. J. Soong, sogro de Sun Yat-sen e de Chiang Kai-shek. Na Índia, onde o impacto econômico britânico se fez sentir mais cedo, a figura típica era J. N. Tata, que fundou a famosa usina de algodão "Empress", em Nagpur, em 1887; seus filhos fundaram, em 1907, a Tata Iron and Steel Company, em Behar. Uma vez mais, a intervenção européia dera vida a uma classe que estava vitalmente preocupada em garantir seus interesses econômicos e que se colocou ao lado do Congresso, quando este lançou o movimento Swadeshi, depois de 1905.

O advento de uma nova classe média comercial e industrial, com interesses ampliados aos setores de financiamento e bancário, foi apenas um aspecto do processo de rápido reagrupamento social desencadeado pelo impacto do Ocidente. Um dos mais flagrantes paradoxos da situação foi o fato de que as potências coloniais, tendo assim interrompido a ordem social existente, foram coagidas, por suas próprias necessidades, a criar uma nova classe de líderes e também as condições materiais e morais que garantiram o êxito da revolta antiocidental chefiada por essa mesma classe. Esta foi a terceira conseqüência de vulto da intervenção ocidental. Uma elite asiática e africana educada, conhecedora das técnicas da civilização ocidental, era uma classe que aí as potências coloniais não podiam deixar de criar, nem que fosse apenas pela crescente necessidade de funcionalismo barato e abundante nos escalões inferiores da administração e do comércio, bem como de mão-de-obra especializada na indústria. A formação das novas elites nacionalistas foi, contudo, um processo mais complexo do que usualmente se supõe, e seria um erro pensar que se tratava, simplesmente, da substituição dos chefes tradicionais pelo aparecimento recente de uma camada

[38] Cf. em forma sumária, R. Oliver e J. D. Fage, *A Short History of Africa* (Londres, 1962), pág. 221.

social de classe média. Na Ásia, pelo menos, as novas elites, em sua maioria, não foram criadas ao acaso, provenientes de uma sociedade diversificada pelo impacto colonial — homens que surgiram de grupos ou classes até então politicamente inativos — mas constituíam um setor da tradicional classe dominante, muitas vezes uma geração mais jovem, que a ocidentalização arrancara a seu ambiente tradicional.[39] Na África, onde o cristianismo atuou como influência democratizante, isso era igualmente verdade, mas com menor regularidade. Aí, verificam-se mais abundantes provas de descontinuidade na liderança tradicional, pelo menos, fora das áreas muçulmanas. Assim, líderes como Houphouet-Boigny e Sekou Touré são chefes e filhos de chefes tribais, mas homens como Nkrumah, Azikiwe e Awolowo são usualmente plebeus reconhecidos, embora seja digno de nota o fato de que Nkrumah, em sua *Autobiography*, aluda especialmente a sua alta linhagem e sua "pretensão a dois tamboretes ou chefias tribais".[40] Não obstante, a subversão social gerada pelo impacto colonial foi de importância decisiva. Embora os antigos grupos dominantes sobrevivessem e fornecessem alguns dos mais notáveis líderes nacionalistas, a ocidentalização deu lugar a uma transformação significativa dentro das fileiras desses mesmos grupos, trazendo para o primeiro plano aqueles indivíduos que, muitas vezes em resultado de uma educação ocidental, se encontravam temperamentalmente aptos para as novas condições. Importante, sobretudo, foi a capacidade deles para repudiarem seus tradicionais preconceitos de classe e trabalharem em conjunto com outros grupos, por exemplo, com os advogados e negociantes que, anteriormente, não tinham desempenhado qualquer papel na vida política, mas para quem a ocidentalização abrira novas possibilidades. O exemplo mais edificante, embora seja apenas um entre muitos, foi a colaboração estabelecida entre Liaquat Ali Khan, um rico proprietário de estirpe real, e Jinnah, filho de um modesto comerciante.[41] Foi esse amálgama, fruto da ocidentalização, de elementos oriundos de distintos grupos e classes sociais, que levou à formação de novas elites, unidas, apesar de suas origens díspares, pela determinação de sacudir o jugo estrangeiro. A educação ocidental, além de seu efeito óbvio de disseminação de toda a gama de idéias ocidentais, desde o cristianismo ao leninismo, teve ainda duas outras conseqüências principais: primeiro, fomentou uma cada vez mais vasta classe de asiáticos e africanos descontentes, educados ou semi-educados — os "Westernized Oriental Gentlemen" (ou, depreciativamente), os "Wogs"[*] da Índia e os "Standard VII Boys"[**] de Gana e da Nigéria — a quem estavam vedados os melhores cargos, reservados apenas para os europeus, e que, freqüentemente, não tinham acesso

---

[39] Isto está ilustrado, com bastante exemplo, por Mansur, *op. cit.*, págs. 16, 21, 64, 162.

[40] Nkrumah, *op. cit.*, pág. 21.

[41] Cf. Mansur, *op. cit.*, pág. 65.

[*] Mantive no texto a expressão inglesa para facilitar sua identificação com a abreviatura "Wogs". indicada entre parênteses. A tradução é: Cavalheiros Orientais Ocidentalizados. (N. do T.)

[**] Expressão usualmente irônica; traduz-se por Rapazes do Grau Sete em alusão ao fato da maioria deles não ter cursado mais do que o ensino secundário, provavelmente. (N. do T.)

a qualquer emprego compatível com suas habilitações; segundo, acarretou bruscas e rápidas mudanças no equilíbrio social, visto que, numa sociedade em que as barreiras à mobilidade social estavam sendo derrubadas, os elementos mais qualificados, com treino ocidental, independentemente de suas origens, deslocaram gradualmente a antiga e menos adaptável classe dominante. Assim, é justo dizer que a nova elite assumiu o poder porque se encontrava melhor equipada para representar o novo padrão de forças sociais. Foi um processo universal, tão visível na Indochina, sob domínio francês, quanto na Índia e na África britânicas; e ocorreu de maneira muito semelhante na China, onde a abolição do sistema tradicional de inspeção, em 1905, solapara a posição das classes nobres que, durante mil e quinhentos anos, haviam sido os pilares do Estado chinês.

O impacto do imperialismo europeu nas sociedades asiática e africana não só produziu a necessidade imperativa de mudança e apontou o caminho da modernização, através da assimilação de idéias, técnicas e instituições européias. Também tornou clara a necessidade de novos métodos e estratégias. Sendo mais que duvidoso se as sociedades tradicionais da Ásia e da África, hierárquicas e estratificadas, seriam capazes de regeneração, a tendência, cada vez mais poderosa à medida que o tempo decorria, era para combinar a transformação social com a emancipação política, pois sem a primeira a segunda seria diminuta. Não foi por acaso que na China e no império otomano, por exemplo, quase o primeiro passo dado no processo de restauração nacional tenha sido o banimento das dinastias reinantes, cujo tradicionalismo e falta de adaptabilidade eram tidos como responsáveis pelo malogro em manter à distância os bárbaros ocidentais. O nascimento do nacionalismo pode ser encarado, assim, não só como uma reação contra o domínio ocidental, mas também como um passo inicial na transformação do modo tradicional de vida, não mais de acordo com as modernas condições. Nehru, por exemplo, contou que trabalhara pela independência "porque o nacionalista existente em mim não pode tolerar a dominação estrangeira", mas que trabalhara ainda mais por aquela "porque, em meu entender, constituía um passo inevitável na mudança social e econômica": em todos os seus discursos sobre independência política e liberdade social, Nehru "fez da primeira um passo no sentido de se atingir a última".[42]

5

O progresso dos movimentos nacionalistas na Ásia e na África realizou-se em três fases. A primeira pode ser identificada com o "protonacionalismo", já aqui analisado.[43] Estava ainda preocupado em salvar o que pudesse ser salvo do antigo, e uma de suas princi-

---

[42] Cf. Jawaharlal Nehru, *An Autobiography* (Londres, 1936), pág. 182, e Toward Freedom (Nova York, 1941), pág. 401.

[43] Cf. pág. 108.

pais características foi a tentativa de reexaminar e reformular a cultura indígena sob o impacto da inovação ocidental. A segunda fase foi o advento de uma nova liderança de tendências liberais, usualmente com a participação da classe média — uma transferência de liderança e objetivos não inadequadamente descrita pela historiografia marxista como "nacionalismo burguês". Finalmente, deu-se a ampliação da base de resistência à potência colonial estrangeira, mediante a organização de uma massa de adeptos, entre camponeses e operários, e a consolidação dos laços entre os líderes e o povo. Não surpreende que tais progressos tenham decorrido em ritmos distintos nos diversos países e fossem complicados pela influência tremenda de uma personalidade excepcional, como a de Gândi, que dificilmente se ajustava a qualquer categoria reconhecida de liderança revolucionária. Decorreram, pois, mais lentamente em países como a Índia, que fora pioneira nas técnicas revolucionárias, e mais rapidamente em países onde os movimentos nacionalistas, tendo aparecido depois do processo de descolonização já estar iniciado, puderam beneficiar-se do precedente e do exemplo abertos pelas áreas mais antigas de descontentamento. Na Birmânia, por exemplo, os acontecimentos nacionalistas que na Índia duraram quase três quartos de século se desenvolveram aceleradamente numa década, entre 1935 e 1945,[44] ao passo que no Congo Belga, menos de quatro anos antes de se tornar independente, em 1960, Lumumba contentava-se ainda em solicitar "medidas um pouco mais liberais" para a pequena elite congolesa, dentro da estrutura do colonialismo belga; e só em 1958 é que ele fundou o primeiro partido das massas numa base territorial, o *Mouvement National Congolais*.[45] Todavia, observa-se um padrão comum em todos os movimentos nacionalistas, cuja seqüência visível na Ásia e na África parece ser, em sua essência, análoga; na maioria dos casos, também, as três fases de desenvolvimento podem-se identificar com a política e ações de líderes determinados.

O processo de transformação observa-se com maior nitidez na Índia. Aí, os nomes representativos eram Gokhale, Tilak e Gândi, e as três fases de desenvolvimento correspondem, de maneira bastante precisa, aos três períodos da história do Congresso: 1885-1905, 1905-19 e 1920-47. Em sua primeira fase, o Congresso pouco mais era do que uma sociedade de debates, em larga escala, entre seus membros de classes superiores, satisfeitos por elaborarem resoluções em que propunham determinadas reformas graduais; Gokhale, como outros líderes iniciais do Congresso, aceitaram o domínio britânico como "insondável desígnio da Providência", solicitando, simplesmente, um maior liberalismo na prática e uma maior participação no governo para os indianos educados.[46] Com Tilak, depois de subir a uma posição de proeminência, entre 1905 e 1909, esse re-

---

[44] Mansur, op. cit., pág. 83.

[45] Cf. Patrice Lumumba, *Congo, My Country* (Londres, 1962), pág. 182; a evolução política de Lumumba é analisada por Colin Legum em seu prefácio para esse livro revelador.

[46] Cf. P. Spear, *India, Pakistan and the West* (Londres, 1961), pág. 200. Nehru, em sua autobiografia (por exemplo, págs. 48-9, 63-4, 137, 366, 416), tem muito a dizer sobre os preconceitos de classe média do Congresso nesse período e posteriormente.

formismo da classe média superior foi abruptamente desafiado. Tilak rejeitou a reforma liberal sob dominação britânica e exigiu nada menos do que a independência; também rejeitou o constitucionalismo e advogou o emprego de métodos violentos. Contudo, nas questões sociais, Tilak era essencialmente conservador, ao passo que seu nacionalismo — ao invés, por exemplo, do propugnado pelo mais velho Nehru — era retrógrado, postulado por uma ética hindu purificada, que ele opunha à ética do Ocidente. Tilak, de fato, marcou uma fase intermédia — a fase de agitação nacionalista numa base de classe média, relativamente exígua, com os estudantes descontentes servindo de ponta-de-lança e diminuto esforço na mobilização sistemática das massas.

O que impeliu o movimento do Congresso para uma nova fase foi o regresso de Gândi à Índia em 1915, sua ascensão à liderança no ano seguinte, a adoção da política de não-colaboração, que afetou apenas alguns grupos especiais — advogados, servidores públicos, professores e cargos semelhantes — o início do movimento de desobediência civil em massa, que envolveu toda a população e, por fim, a reorganização do Congresso pela constituição de Nagpur, em 1920, em resultado da qual o Congresso se converteu num partido integrado, com ramificações que ligavam as aldeias com os distritos e províncias e, a partir destas, com a chefia suprema. Não é este o lugar apropriado para analisar o complexo e, em muitos aspectos, enigmático caráter de Gândi. A longo prazo, sua maior realização terá sido, porventura, reconciliar e unir os muitos e díspares interesses de que o Congresso estava composto — uma tarefa que é altamente improvável poder ter sido realizada por qualquer outro. Mas não há dúvida de que sua contribuição mais notável, na fase imediatamente a seguir à Primeira Guerra Mundial, foi levar o Congresso até junto das massas e, assim, fazer dele um movimento das mesmas massas. Foi quando Gândi lançou sua primeira campanha nacional de desobediência civil, em 1920, que a "Índia ingressou na era da política das massas".[47] Ele não agiu, evidentemente, sozinho; os esforços de seus lugar-tenentes, em especial Vallabhai Patel e Jawaharlal Nehru, não devem ser subestimados. Foi Patel, um soberbo dirigente político, quem organizou as campanhas de Kheda e Bardoli, que galvanizaram e levaram à ação as massas de camponeses; foi Nehru que combateu os elementos da ala direita, no Congresso, e manteve o impulso para as reformas sociais sem as quais o apoio popular podia ter fraquejado.[48] Mas embora fosse a nova elite radical quem tomou a seu cargo organizar politicamente as massas, é justo acrescentar ter sido Gândi quem lhes chamou a atenção para a importância das mesmas.[49] Um resultado significativo foi ter o movimento nacionalista, que nascera em Bengala e por muito tempo retivera o caráter bengali, se propagado por todo o subcontinente e se convertido, com exceção das áreas dominadas pela Liga Muçulmana, num movimento de toda a Índia; outro resultado

---

[47] M. Weiner, *Party Politics in India* (Princeton, 1957), pág. 7.

[48] Há boas achegas sobre o papel desempenhado por Patel e Nehru no movimento, na obra de R. L. Park e I. Tinker, Leadershipl and Political Institutions in Índia (Princeton, 1959), págs. 41-65, 87-99.

[49] Cf. Mansur, *op. cit.* pág. 71.

foi o Congresso, que era na época da Primeira Guerra Mundial, "uma elite flutuante mas vocal, com poucos elos reais entre ela e seus adeptos", ter adquirido por volta da Segunda Guerra Mundial "uma efetiva estrutura de organização, indo do Comitê Executivo, através dos múltiplos níveis de organização territorial, até às aldeias.[50]

O padrão que podemos identificar na Índia pode ser observado, embora com algumas variações de monta, na China. Aí, as três fases da evolução nacionalista podem ser identificadas com Kang Yu-wei, Sun Yat-sen e Mao Tse-tung; a seqüência é representada pelos Cem Dias (1898), a revolução de 1911 e a reforma e reorganização do Kuomintang, em 1924.

Ao invés de Kang Yu-wei, que esperava reformar a China dentro da estrutura da monarquia manchu, Sun Yat-sen era um verdadeiro revolucionário. É certo que, em 1892 ou 1894, fundara uma sociedade reformista que não tinha outra finalidade senão o estabelecimento da monarquia constitucional; mas depois da desilusão de 1898 e da supressão sangrenta da revolta Boxer, em 1900, Sun abandonou definitivamente os métodos constitucionais e, em 1905, organizou um grupo revolucionário que foi precursor do Partido Nacional, ou Kuomintang. Seus objetivos eram essencialmente políticos — a expulsão dos manchus e o estabelecimento de uma república - e, embora já em 1907 Sun fizesse referência ao terceiro de seus três famosos princípios, a "subsistência do povo" (*Min sheng chu-i*), os problemas sociais e, particularmente, a questão agrária, desempenhavam reduzido papel, na prática, em seu programa, nessa fase.

Sun era, de fato, um liberal e um intelectual, crente em que a salvação política da China estava na realização da democracia segundo o padrão ocidental; antes de 1919, ele não era hostil às potências ocidentais e estava disposto a deixar intactos os injustos tratados. Mas o malogro da república, depois de 1911, mostrou as limitações desse critério "moderado". Também revelou a essencial grandeza de Sun como líder. Em termos de realização concreta, Sun pouca intervenção exerceu nos primeiros anos da república; teve dificuldade em manter um reduto em Cantão e o principal papel no movimento revolucionário parecia ter-se transferido para os chefes do movimento de Quatro de Maio. Mas Sun era um daqueles raros homens — a tal respeito, semelhante a Gladstone — que se tornam mais radicais com a idade. Decepcionado com as potências ocidentais e estimulado pelo entusiasmo nacionalista do Quatro de Maio, bem como pelas greves operárias que se seguiram a esse movimento, a 5 de junho,[51] Sun reorganizou seu partido no final de 1919, estabeleceu contatos com os bolchevistas russos e lançou-se ao trabalho de rever seu programa. A partir desse momento, Sun foi um pronunciado e aberto antiimperialista, pregando a resistência passiva, segundo o modelo indiano, e o boicote das mercadorias estrangeiras. Mais importante, colocava agora a questão econômica no início de seu pro-

---

[50] Cf. Park e Tinker, *op. cit.*, pág. 185.

[51] Sobre o Cinco de Junho, importante por ser a primeira greve política realizada pelos trabalhadores urbanos, na história da China, e como um elo entre os movimentos patrióticos intelectual e proletário, cf. Chow Tse-tsung, *op. cit.*, págs. 151-8.

grama; aliou-se com o partido comunista chinês, que se ocupava, sob a chefia de Mao Tse-tung, em organizar os camponeses de Hunan, e levou a efeito uma reorganização completa do Kuomintang, com o objetivo de convertê-lo num partido de massas, dotado de um exército revolucionário como sua força de choque.

A reorganização de 1924 foi um ponto decisivo no movimento revolucionário chinês. Assinalou a chegada à terceira fase, nomeadamente, a combinação de nacionalismo e reforma social, bem como a ampliação da base de resistência pela mobilização das massas camponesas. A partir desse ponto, contudo, o movimento revolucionário na China divergiu do indiano. A morte de Sun Yat-sen, em 1925, significou que não existia ninguém capaz de manter unidos, como Gândi fez na Índia, os elementos divergentes do partido nacional; na China, os homens de negócios, os financistas e proprietários da ala direita do movimento aliaram-se com os exércitos sob o comando de Chiang Kai-Shek e voltaram-se contra os comunistas e a ala esquerda. O resto é bastante conhecido. Encorajado e financiado por um grupo de negociantes de Xangai, Chiang liquidou, em 1927, todos os comunistas ao seu alcance, forçando os restantes, por fim, a retirarem-se, em 1934-5, para uma área remota do noroeste, onde estavam fora do alcance dos exércitos nacionalistas. O próprio Kuomintang, sob controle de grupos reacionários, pôs de lado todos os planos de reforma agrária e, gradualmente, a iniciativa passou para as mãos dos comunistas, liderados por Mao. Sua força residia, de fato, em não terem abdicado da revolução social. Em seu testamento, redigido poucos dias antes de sua morte, Sun Yat-sen escrevera que uma experiência de quarenta anos lhe ensinara que a China só alcançaria a independência e a igualdade quando as massas fossem despertadas.[52] Porque Mao conseguira traduzir essa convicção em prática, foi ele, em lugar de Chiang, quem apareceu como verdadeiro e legítimo herdeiro de Sun. "Quem obtiver apoio dos camponeses", declarou Mao, "obterá a China; quem resolver a questão agrária, ganhará os camponeses para seu lado".[53]

Na revolução agrária que desencadearam em 1927, nas áreas rurais fronteiriças de Kiangsi e Hunan, e que dez anos depois levaram do refúgio montanhoso de Yenan para Hopei e Shansi, no Norte, os comunistas dotaram os camponeses de uma liderança e organização sem precedente na história chinesa. Organizaram os governos locais em sovietes, nos quais os pobres e os camponeses sem terra tinham importante voz; distribuíram terras expropriadas aos latifundiários, entregando-as a esse proletariado rural; fundiram-no em um exército revolucionário que deflagrou um movimento de guerrilhas contra os grupos e classes privilegiadas. Eram resumo, deram vazão ao grande reservatório humano da China e, dessa maneira, levaram a efeito uma irreversível transformação social que deu à obra iniciada por Sun sua conclusão lógica. "O significado político da organização das massas", já foi dito corretamente, "foi o fator primordial que determinou o êxito dos comunistas e o fracasso do Kuo-

---

[52] Cf. Franke *op. cit*. Pág. 208.

[53] Cf. Shao Chuan Leng e Norman D. Palmer, Sun Yat-sen and Communism (Londres, 1961), pág. 157.

mintang."[54]

Levar-nos-ia muito longe seguir o curso, mesmo em seus contornos esquemáticos, da evolução verificada em outros países da Ásia e nas terras árabes do Oriente Médio e África do Norte. O quadro que apresentam não seria muito distinto, em substância, embora no caso dos movimentos nacionalistas mais recentes, onde a seqüência tende a ser precipitada e afetada por acontecimentos externos, as divergências sejam consideráveis. Na Indonésia, por exemplo, as duas primeiras fases da evolução do nacionalismo desenrolaram-se de acordo com o padrão, mas a transição para a terceira fase — ou seja, a mobilização das massas por um programa social econômico revolucionário — dificilmente abriu seu caminho antes que os acontecimentos internos fossem envolvidos pela ocupação japonesa de 1942-5. Assim, parece razoável afirmar que foram os japoneses que impeliram a Indonésia para a independência, ou, pelo menos, que aceleraram o que poderia ter sido, de outro modo, um lento e difícil processo.

Para isso havia uma série de razões específicas. Em primeiro lugar, a prática colonial holandesa obstruía e retardava o crescimento de uma classe média indonésia, e assim — ao contrário da China e da Índia — não existia um elemento substancial, capitalista ou empresarial, para sustentar o movimento revolucionário em sua primeira fase "burguesa".[55] Isso significava que a única base possível para que um movimento nacionalista indonésio tivesse êxito residia no estabelecimento de uma ligação efetiva entre os intelectuais que compunham a liderança nacionalista e as massas indonésias. Contudo, também nesse aspecto as condições eram desfavoráveis. Embora o número de trabalhadores agrícolas sem terra aumentasse rapidamente durante as últimas décadas de domínio holandês, não se concretizou um "proletariado agrário e revolucionário", tal como existia na China; a comunidade aldeã ainda fornecia uma segurança social básica, mesmo durante a depressão iniciada por volta de 1930, e esse fato continuou a agir como um freio eficaz à intranqüilidade política.[56] Além disso, o desenvolvimento relativamente tardio de um consciente movimento nacionalista anti-holandês — mal estava articulado antes dos membros da união dos estudantes indonésios na Holanda, fundada em 1922, terem regressado à Indonésia no final da década[57] — significou que, desde seu início, viu-se envolvido no conflito ideológico desencadeado pela revolução russa de 1917. Foi a infiltração de elementos da extrema esquerda que impulsionou o primeiro movimento nacionalista, cultural e religioso, o Sarekat Islam, para o terreno político e o levou, em 1917, a exigir a independência.[58] Mas não existia um órgão capaz, como o Congresso indiano, de manter coesos os diversos gru-

---

[54] Cf. Ping-Chia Kuo, *China, New Age and New Outlook* (ed. revista, Penguin Books, 1960), pág. 63.

[55] Cf. Kahin, *op. cit.*, págs. 29, 60, 471; Hall, *op. cit.*, pág. 661.

[56] Cf. Karin, op. cit., págs. 18-19

[57] Sobre a organização dos estudantes, a Perhimpoenan Indonesia, cf. ibid., pág. 88. Hatta e Sjahrir regressaram da Holanda em 1932. Sukarno, estudante de Engenharia no Bandung Technical College, não pertencia a esse grupo.

[58] Ver pág. 103.

pos, pelo menos, até que se obtivesse a independência, e as dissensões entre os nacionalistas resultaram desastrosas, facilitando a intervenção holandesa.

A conseqüência foi que, depois da supressão da revolta comunista de 1926, o movimento nacionalista foi jogado na defensiva. A segunda fase surgiu com a fundação, em 1927, do Persarikatan (mais tarde, Partai) Nasional Indonésia, liderado por Sukarno — um movimento nacional deliberadamente modelado segundo a campanha de não-cooperação de Gândi e que procurou reunir todos os grupos nacionalistas existentes em uma só organização. Se o líder do Sarekat Islam, Tjokro Aminoto, pode ser comparado a Gokhale, na Índia, então pode-se dizer que Sukarno corresponde a Nehru e a Jinnah. Mas, embora o PNI, chefiado por Sukarno, incutisse ao movimento nacionalista uma unidade que ele jamais possuíra, a falta de uma base sólida, na forma de movimento revolucionário espontâneo entre os camponeses, tornou difícil fazer frente às contramedidas holandesas. Prendendo os líderes — Sukarno foi deportado de 1933 até 1942, e em breve seguido por Hatta, Sjahrir e outros dinâmicos chefes nacionalistas — e dissolvendo as uniões sindicais, depois de 1929, a política holandesa registrou certa dose de êxito. As tentativas de contato organizacional com a massa dos trabalhadores rurais foi quase completamente frustrada, e os líderes nacionalistas jamais conseguiram, durante o domínio holandês, entrar em contato suficientemente assíduo com os camponeses para organizá-los e enquadrá-los efetivamente no movimento nacionalista, que assim continuou dependente do funcionalismo, dos estudantes, professores e atividades congêneres.[59] Sem o apoio organizado das massas rurais, porém, o movimento nacionalista tinha poucas probabilidades de êxito contra o poder repressivo dos holandeses. Assim, a invasão nipônica, que destruiu o poder holandês, foi um momento decisivo. Mas também é verdade que os holandeses, ao fundirem os povos de vários idiomas e culturas que habitavam o arquipélago indonésio, ajudaram a converter o que principiara como patriotismo javanês num movimento nacionalista que abrangeu toda a Indonésia. Outro fator foi o elevado grau de homogeneidade religiosa que predominava na Indonésia. À medida que o movimento nacionalista se propagava, a partir de seu berço em Java, as tendências sectaristas e os patriotismos locais, que de outro modo poderiam ter sido fortes entre os povos das outras ilhas, eram neutralizados por um sentimento de solidariedade, promanando da adesão comum ao Islã.[60]

O movimento nacionalista do Norte da África ficou também devendo seu impulso inicial ao Islã e sua evolução verificou-se quase simultaneamente com os progressos feitos na Indonésia. Na Tunísia, por exemplo, o antigo Destour, ou Partido Constitucional, fundado em 1920 por um reformador islâmico, o Xeque Abdul-Aziz al-Thaalibi, com um programa de reforma administrativa em colaboração com a França, foi suplantado depois de 1934 pelo Neo-Destour, de Bourguiba, um radical e secular partido de massas, em muitos as-

[59] Cf. Kahin, *op. cit.* pág. 63

[60] *Ibid.* págs. 37-8

pectos paralelo ao PNI de Sukarno.[61] E tal como a ocupação japonesa tornou possível ao movimento de independência indonésio sair a campo aberto, assim também, no Norte da África, a presença das tropas anglo-americanas, depois de 1942, tornou possível a transformação dos mais rudimentares movimentos políticos marroquinos de antes da guerra, o *Comité d'Action Marocaine* (1934-7) e o *Parti National pour la Réalisation du Plan des Reformes* (1937-9), no mais amplamente alicerçado Istiqlal, ou Partido da Independência, em 1943.[62]

Na África tropical, também a Segunda Guerra Mundial foi um ponto decisivo. Nas colônias francesas, em particular, os "franceses livres" tiveram de prometer substanciais mudanças a fim de obterem o apoio das populações nativas contra Vichy. Em outros aspectos, porém, o desenvolvimento do nacionalismo na África tropical seguiu um curso algo divergente. Na África ao norte do Saara, como na Indonésia, a exigência de independência surgiu dos primeiros movimentos conservadores islâmicos e as primeiras reações contra o Ocidente foram deflagradas por intelectuais que desejavam, como na Índia e na China, defender uma herança cultural ameaçada de fora. Na África central faltava uma *intelligentsia* desse tipo. Não existe um Gândi africano, um Sun Yat-sen africano.[63] Os primeiros intelectuais, Garvey, Du Bois e Blyden, eram oriundos das Índias Ocidentais, preocupados — como Nkrumah se queixou mais tarde[64] — com um "nacionalismo negro em oposição ao nacionalismo africano". Na África central, portanto, a contra-revolução cultural foi mais um produto do que uma causa do desenvolvimento de um movimento nacionalista autoconsciente. A razão para isso é que os africanos não possuem uma civilização única e global, nem uma base comum de cultura escrita a que se reportarem. A tal respeito a África tropical estava mais próxima da Indonésia do que da Índia ou da China. Continha uma multiplicidade de povos situados em níveis diferentes de vida social e o objetivo dos líderes nacionalistas emergentes não podia ser um regresso ao passado, que era tribal e étnico, mas almejando, pelo contrário, a criação de uma nova personalidade africana. No todo, portanto, os nacionalistas africanos não eram "nativistas culturais"[65] e a reação contra a civilização ocidental, que acompanhou a rejeição do domínio político ocidental na Ásia, nunca foi muito forte na África. Como Nkrumah escreveu em 1958, foi o Ocidente que "criou o modelo de nossas esperanças e, ao penetrar na África, com todo o seu poderio... impôs-nos esse modelo";[66] e foi dentro desse padrão que o nacionalismo africano evoluiu.

Com essas exceções, pode-se dizer, porém, que a reação africa-

---

[61] Cf. C. A. Julien, *L'Afrique du Nord em marche* (Paris, 1952) págs. 79 e segs.; F. Garas, *Bourguiba et La naissance d'une nation*, (Paris, 1956), pág. 78; sobre o Xeque Thaalibi, cf. Ziadeh, *op. cit.*, págs. 98-102.

[62] "La présence américaine exalta le nationalisme"; Julien, *op. cit.*, pág. 342; cf. também T. Hodgkin, *African Political Parties* (Londres, 1961), pág. 52.

[63] Cf. Hodgkin, *Nationalism in Colonial Africa*, pág. 179.

[64] Cf. Nkhumah, *Autobiography*, pág. 44.

[65] Coleman, op. cit., pág. 411.

[66] Cf. *Foreign Affairs*, vol. XXXVII (1958), pág. 53.

na ao domínio estrangeiro e ao estímulo da ocidentalização obedeceu a um padrão histórico".[67] Também aqui não é difícil distinguir três fases de desenvolvimento. Na Costa do Ouro, estavam representadas pela Sociedade de Proteção dos Direitos dos Aborígines, pela Convenção Unitária da Costa do Ouro e pela Convenção do Partido do Povo, identificando-se cada uma dessas fases com os nomes de Casely-Hayford, Danquah e Nkrumah.[68] Na Nigéria, o padrão foi mais complexo, pois aí a situação foi complicada pelas persistentes divisões regionais e tribais, bem como pela força do Islã, ao norte; mas não deixa de haver, contudo, uma linha definida de evolução, iniciando-se no Partido Nacional-Democrático Nigeriano, fundado em 1923 sob a liderança de Herbert Macaulay, depois com o Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões (1944), em que Azikiwe foi a figura predominante, até chegarmos ao Grupo de Ação fundado pelo Chefe Obafemi Awolowo, em 1951. O CNNC e o Grupo de Ação consideram-se, freqüentemente, como organizações paralelas, uma derivando sua força da região oriental e a outra da região ocidental do país; mas, de fato, poucas dúvidas subsistem de que o Grupo de Ação representava uma forma mais avançada de organização política, com uma liderança de base universitária, modernas técnicas de campanha e um programa claramente formulado. Assumiu também uma posição mais irredutível na questão da independência. O CNNC, por outra parte, não era um movimento das massas — até 1952, não tinha filiados individuais — e fracassou em obter a adesão do Movimento da Juventude ou do operariado organizado. Além disso, seu programa original, tal como foi formulado em 1944, não alcançava mais do que o "governo autônomo dentro do império britânico" e as tentativas feitas depois de 1948 para o impulsionar no sentido da militância produziram uma reação que redundou num período de inatividade. É justo dizer, portanto, que a função do Grupo de Ação, em 1951, marcou a abertura de uma nova fase.[69]

O que observamos, na Costa do Ouro e na Nigéria, é uma evolução característica, partindo da associação frouxa e freqüentemente não formalizada, para reformas dentro do sistema colonial vigente, através dos partidos de classe média, com limitados contatos populares, até se alcançar a fase dos partidos das massas, com apoio mobilizado pela combinação de objetivos nacionais e sociais, para a consecução dos quais a população inteira podia ser agitada e chamada à ação. Tal evolução é nitidamente paralela à que, na maior parte, já ocorrera na Ásia; com efeito, tem-se dito que, com a fundação do Congresso Nacional da África Ocidental, em 1920, começara na África o período em que a Índia ingressara no final do século XIX e abandonara nos anos imediatamente a seguir à Primeira

---

[67] Coleman, *op. cit.*, pág. 409.

[68] Cf. D. E. Apter, *The Gold Coast in Transition* (Princeton, 1955), págs. 35-7, 146, 167 e segs.; F. M. Boukbet, *Ghana. The Road to Independence*, 1919-1957 (Londres, 1960), págs. 40, 54-5, 61-2, 166, 173 e segs.

[69] Na opinião de Coleman, *Nigeria: Background to Nationalism*, pág. 350, o Grupo de Ação "diferenciou-se de todas as anteriores organizações políticas nigerianas". Sobre a pressão que exerceu para a independência, *cf. ibid.*, págs. 352, 398, e para os objetivos mais restritos do CNNC, *ibid.*, pags. 264-7. Sobre o revés do movimento zikista e o conseqüente declínio do CNNC, por volta de 1950-1, cf. *Ibid.*, págs. 307-8.

Guerra Mundial, e que a fundação da Convenção Unitária da Costa do Ouro e do Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões, em 1947 e 1944, respectivamente, colocou a África Ocidental Britânica na estrada percorrida pelo Sudeste asiático nas duas décadas do período entre as guerras.[70] Existem, igualmente, nítidos paralelos entre a evolução dos partidos políticos africanos e o movimento para a democracia das massas que principiara, como já vimos,[71] três ou quatro décadas antes na Europa. Mas o movimento avançou mais e com maior lógica na Ásia e na África, pois, nesses continentes, o desenvolvimento dos partidos de massas não era prejudicado pela sobrevivência de mais antigas tradições de governo parlamentar. Todavia, só teria possibilidade de se realizar completamente por meio de novos líderes, menos inibidos, tanto em suas relações com o governo colonial quanto em suas concepções sociais, do que as antigas lideranças. Como disse Nkrumah, "uma elite da classe média, sem o aríete das massas iletradas" jamais "poderia ter esperança de esmagar as forças do colonialismo".[72] Por outras palavras, a revolução social era a contra-parte necessária da emancipação nacional; só dessa maneira e através da rigorosa disciplina de partidos nacionais rigidamente organizados, era possível construir uma resistência maciça, contra a qual os governos coloniais se encontrassem, por fim, impotentes.

Só resumidamente é possível descrever os passos pelos quais essa transformação teve lugar. O cenário foi o período de rápida mudança social e econômica, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, a que já fizemos alusão.[73] O mais espetacular aspecto do período — paralelo, de vários modos, ao que se passava, simultaneamente, na Ásia soviética — foi o crescimento de cidades; e as novas cidades geraram tanto uma vida social própria, o que não se verificara até então na África, quanto um espírito de radicalismo africano, que forneceu matéria pronta para a nova geração de líderes nacionalistas, dos quais Nkrumah é, porventura, o exemplo típico. Elisabethville quase triplicou a população entre 1940 e 1946; Bamako duplicou e Leopoldville registrou mais do dobro no mesmo curto prazo; Dacar subiu de 132.000 habitantes em 1945 para 300.000 em 1955.[74] Daí resultaram quatro conseqüências principais. Primeira, as cidades geraram uma nova camada de homens politicamente ativos, pertinazes e emancipados, prontos a obedecerem a uma liderança corajosa, que soubesse o que queria e para onde ia. Segunda, forneceram audiências maciças. Terceira, atuaram como novos focos de unidade nacional, reduzindo as divisões tribais e formando uma rede urbana que unia as dispersas comunidades rurais da África. E, finalmente, o tremendo progresso nas comunicações, exigido pelo fomento econômico, capacitou os líderes a forjarem orga-

---

[70] Cf. Mansur, op. cit., pág. 56

[71] Cf. págs. 86 e segs.

[72] *Autobiography.* pág. 177.

[73] Cf. Pág. 113.

[74] Para estas e outras cifras, cf. Hodgkin, *Nationalism in Colonial Africa*, pág. 67. Existem números respeitantes à Costa do Ouro, baseados nos censos de 1931 e 1948, em Apter, *op. cit.*, pág. 163. Nesse período, mais que duplicou a população de Kumasi, ao passo que Acra e Sekondi-Takoradi quase duplicaram o número de habitantes.

nizações que abrangiam os países de ponta a ponta.

Como na Indonésia, foi o regresso do estrangeiro de uma nova geração de líderes, com estudos políticos, confiantes em sua capacidade para manejarem as técnicas políticas ocidentais e cônscios das potencialidades da nova situação, que tornou possível explorar essas mudanças. As gerações mais antigas eram tolhidas por um sentimento de insuficiência. Como um deles confessou, durante o debate constitucional na Costa do Ouro, em 1949, sob o governo colonial, seus membros tinham ficado "atrofiados pela falta de uso" — "queremos fé e confiança em nós mesmos".[75] Receavam, também, procurar o apoio popular, consciente de que a mobilização política das massas debilitaria a própria posição deles. Como foi desdenhosamente comentado por Nkrumah, "o sistema de partidos era-lhes estranho" e conta como, quando ocupou o cargo de secretário-geral da UCOC, em 1948, só duas seções filiadas haviam sido criadas "e ambas estavam inativas".[76] O regresso de Nkrumah da Inglaterra, em 1948, marcou assim um ponto decisivo na política da Costa do Ouro, tal como o retorno de Azikiwe à Nigéria, em 1937, abrira um novo período.[77] Tal como Azikiwe, Nkrumah compreendeu que "não existe melhor meio de levantar povos africanos do que o uso da pena e da língua".[78] Seu jornal *Accra Evening News* desempenhou a mesma função de inflamar o sentimento racional e nacional em Gana que fora desempenhada, na Nigéria, pelo *West African Pilot*, de Azikiwe. Simultaneamente — também como Azikiwe — Nkrumah lançou-se, com intensa energia, em campanhas através do país, organizando comícios, proferindo discursos, emitindo carteiras de filiação partidária, fundando seções e filiais. O próprio Nkrumah contou como, dentro de seis meses após sua chegada à Costa do Ouro, estabelecera já quinhentas filiais da UCOC; como esse alistamento maciço do homem comum alienou o comitê executivo da UCOC — "foi inteiramente contra seus conceitos mais conservadores" — e como, ao recusar o dito comitê endossar a política de "Ação Positiva", preconizada por N-krumah, este rompeu com eles "e formou o Partido da Convenção do Povo".[79]

O PCP foi desde o princípio um partido de massas, mas não era apenas isso, pois, como Nkrumah disse, "os movimentos de massas são legítimos e precisos, mas não podem agir com um propósito se não forem orientados por um partido político colocado na vanguarda".[80] Contudo, sua vitória em 1956 foi devida à sua organização das massas e à rigorosa disciplina impôs,a a seus membros; "marcou a ascendência de um partido de massas, igualitário e nacionalista, sobre uma coalizão tradicionalista, regionalista e hierárquica".[81]

O êxito do PCP em Gana é apenas um dos mais notáveis exemplos de uma política que outros líderes estavam aplicando em toda parte, na Ásia e na África. Treinados nos Estados Unidos, em Londres,

---

[75] Cf. Apter, *op. cit.*, pág. 178.

[76] *Autobiography*, págs. 57, 61.

[77] Sobre "Zik", cf. Coleman, *op. cit.*, págs. 220-4.

[78] Cf. N. Azikiwe, *Renascent Africa* (Acra, 1937), pág. 17.

[79] *Autobiography*, págs. 61, 79, 82, 84.

[80] *ibid.*, pág. VII.

[81] Mansur, *op. cit.*, pág. 88.

Paris e, algumas vezes, em Moscou, formaram partidos de massas modelados pelo que tinham observado no Ocidente, com uma pirâmide de unidades funcionando desde as seções locais até as conferências nacionais, com um escritório central e um secretariado permanente, seus próprios jornais, emblemas, bandeiras e slogans, e com automóveis, helicópteros, caminhões com alto-falantes e todo o demais apetrecho da organização e propaganda políticas. Este foi o tipo não só do Partido da Convenção do Povo, em Gana, mas também do Grupo de Ação, na Nigéria, da União Nacional Africana, de Julius Nyerere, no Tanganica, do Rassemblement Démocratique Africain e do Bloc Populaire Sénégalais. Seus líderes sabiam, como Nkrumah referiu em sua autobiografia, "que qualquer que fosse o programa para a solução do problema colonial, o êxito dependia da organização adotada".[82] Tinham razão. Foi essa percepção que os distinguiu de uma geração anterior de líderes e os habilitou a mobilizarem as forças que o impacto da ocidentalização liberara na sociedade asiática e africana. No todo, podemos afirmar que os que mobilizaram as novas forças sociais triunfaram e os que se retraíram, lutando com temor da agitação das massas e da ação social, fracassaram. Essencialmente, foi por não ter sabido enfrentar o problema agrário e, assim, ir de encontro às necessidades básicas do povo, que o Kuomintang perdeu sua melhor oportunidade na China, sendo suplantado pelo Partido Comunista chinês de Mao Tse-tung e Chou En-lai. Na Índia, o resultado foi inverso, porque o Congresso, embora tendo sua origem na classe média, como o Kuomintang, estabeleceu contatos com as massas camponesas e, através do gênio organizador de V. J. Patel, criou uma máquina partidária que mobilizou o povo, tanto no campo como nas cidades, em apoio à luta pela independência, até ser esta obtida. No final, a revolta contra o Ocidente, na Ásia e na África, fundiu-se numa revolta ainda maior: a rebelião contra o passado. A independência política, como Nkrumah disse, foi apenas "o primeiro objetivo";[83] o que lhe deu força e obteve seu esmagador apoio popular foi a firme determinação de utilizar a independência para edificar uma nova sociedade, planejada para servir às necessidades do povo no mundo moderno.

6

Ninguém que estude as sucessivas fases no progresso dos movimentos nacionalistas da Ásia e África pode seriamente duvidar da influência exercida pela prática e exemplo da política ocidental. Mas devemos ser cuidadosos quanto aos corolários a extrair desse fato, e especialmente cuidadosos antes de aceitarmos a conclusão, comum entre os comentaristas políticos ocidentais, de que o impacto da Europa foi o catalisador que provocou o ressurgimento da Ásia e da África. Como Sir Hamilton Gibb escreveu, os efeitos exte-

[82] Nkrumah, *Autobiography*, pág. 37.
[83] *Ibid.*, pág. VII.

riores da expansão mundial da tecnologia e aptidões ocidentais são de tal modo óbvios que é fácil supor uma expansão paralela do pensamento ocidental; mas tal suposição seria "inteiramente injustificada". Na realidade, "as forças de pensamento agora atuando no mundo muçulmano são forças geradas no seio da própria comunidade muçulmana", embora sua emergência tenha sido causada, em grande parte, pelo impacto ido Ocidente, e a tendência de sua evolução tenha sido parcialmente determinada por influências ocidentais.[84]

O que o Ocidente forneceu, em primeiro lugar, foi um motivo: quer dizer, asiáticos e africanos reagiram contra a dominação européia, contra o fato de estarem relegados a uma situação de inferioridade racial, contra o que consideravam uma exploração em benefício dos interesses europeus. Também forneceu os meios e criou as condições para uma revolta bem sucedia. Logo se tornou óbvio que as sociedades tradicionais da Ásia e da África, mesmo um Estado que fora tão poderoso e expansivo como o império Ming, na China, não constituíam barreira para os conquistadores europeus, com seus armamentos poderosos e sua nova tecnologia. O impacto da Europa despertou a necessidade imperativa de mudança, a compreensão brutal de que a única alternativa para a modernização era soçobrar. Ao mesmo tempo, assinalou o caminho para a modernização, mediante a assimilação de idéias, técnicas e instituições européias, e facilitou esse processo pelo enfraquecimento das fundações das sociedades tradicionais. Daí resultou afirmar-se, muitas vezes, que foi pela exploração das idéias européias de autodeterminação, democracia e nacionalismo, pela adoção dos processos avançados de industrialismo e tecnologia ocidentais que os asiáticos e africanos se ergueram da sujeição para a independência: tomaram as armas forjadas na Europa e voltaram-nas contra os conquistadores europeus.

Existe, evidentemente, grande dose de verdade nessa análise. Mas também é verdade que a tendência corrente para considerar a ocidentalização como a chave do renascimento afro-asiático deixa de fora alguns fatos relevantes. Quanto mais conhecemos das sociedades asiáticas e africanas, antes do advento dos europeus, tanto mais claro se torna que elas não eram estáticas nem estagnadas, e seria um erro supor que, se não fosse a pressão européias, elas permaneceriam baseadas no passado. No mundo árabe, por exemplo, o movimento waabita, no século XVIII, foi prova evidente de restauração espontânea. A sociedade japonesa estava em vésperas de mudança muito antes da chegada de Perry, em 1853, e na China também estava em marcha um explosivo processo de ajustamento social no início do século XIX.[85] Em qualquer caso, o contato com a Europa, embora possa ter criado as condições e fornecido os meios, não influiu na vontade de obter a independência. A transformação da sociedade asiática e africana pela indústria e tecnologia ocidentais foi um fator dominante na situação; mas não teria restaurado por si mesma uma posição independente no mundo, se não fosse acompa-

---

[84] Cf. Gibb, *Modern Trends in Islam*, pág. 109.

[85] Cf. H. A. R. Gibb, *Studies on the Civilization of Islam* (Londres, 1962), pág. 327; R. F. Wall, *Japan's Century* (Londres, 1964), págs. 6 e segs.; Ping-chia Kuo *op. cit.*, pág. 23.

nhada por outras forças que não dimanaram do Ocidente. Essas forças também desempenharam sua função no redespertar político.

Entre elas, talvez a mais importante fosse a determinação dos asiáticos e africanos de manterem, ou remodelarem, ou, quando necessário, criarem sua "personalidade" própria. Em certos períodos, particularmente nos países onde a tradição hindu ou muçulmana era poderosa, essa determinação tomou a forma de uma fuga para o passado. Em seu todo, porém, essa reação conservadora e acentuadamente estéril foi de pouca duração. Depois da primeira fase, a resistência à modernização foi diminuta; mas a maioria dos líderes asiáticos e africanos distinguiu entre modernização, que eles compreenderam ser necessária, e ocidentalização, que, como forma de alienação, tinha de ser evitada. Com efeito, quase poderia dizer-se que o problema essencial por eles defrontado era como modernizar sem ocidentalizar. Como um escritor disse, a respeito da África, a finalidade não era "o africano tradicional nem o negro europeu, mas o africano moderno", e isto seria conseguido não pela resistência e rejeição "daqueles elementos europeus que os tempos modernos exigem", mas por sua assimilação e adaptação, de modo que, combinando-os com os elementos do passado africano, "surgisse uma cultura africana, moderna e viável".[86] Por trás disso, contudo, estava uma consciência aguda de ser não-europeu, uma noção exata da herança cultural que não derivava do Ocidente e que era importante reter e integrar na vida moderna.

Foi esse sentido de diferença que caracterizou o novo nacionalismo da Ásia e da África. O nacionalismo, argumenta-se, era estranho às sociedades afro-asiáticas, "não constituindo uma parte e parcela do sistema social indígena", mas "uma instituição exótica... deliberadamente importada do Ocidente".[87] Até que ponto essa generalização é válida está sujeito a dúvida. No todo, parece mais provável que qualquer sociedade em crise de modernização sofra um processo de concentração nacional. Que os movimentos nacionalistas da Ásia e da África adaptaram as técnicas e recolheram os meios de expressão do Ocidente não está em questão; mas não é menos evidente que o próprio nacionalismo "não nasceu da revolta contra o domínio europeu".[88] Isso foi verdade na Ásia, onde suas raízes culturais eram tão profundas quanto as da Europa; também foi verdade na África. Todos os movimentos nacionalistas, em ambos os continentes, derivaram uma grande parte de sua força motivadora de uma consciência de seu passado histórico, antes da intrusão européia. Essa consciência pode, como em tão grande parte da história ocidental, incorporar bastantes elementos míticos; mas o apelo às antigas civilizações africanas do vale do Nilo, à cadeia de Estados que floresceram no Sudão medieval, aos heróicos reis como Mansa Musa, ao imperador do Mali no século XIV e a notáveis pensadores como Ahmad Baba, que ensinou na universidade de Sankore, em Timbuktu, no século XVI, constitui um elemento vital no nacionalismo

---

[86] Cf. Legum, *op. cit.*, págs. 102-3.

[87] Cf. A. J. Toynbee, The World and the West (Londres, 19S3), pág. 70-1.

[88] Hall., *op. cit*, págs. 617-19.

africano.[89]
É importante ter em mente as raízes indígenas do nacionalismo asiático e africano. A vontade, a coragem, a firme determinação, a profunda motivação humana das atitudes pessoais, que sustentaram a revolta contra o Ocidente, pouco devem, se acaso devem alguma coisa, ao exemplo ocidental. Mas a vontade, a determinação e a coragem, por si só, não eram bastantes. Como foi assinalado pelo grande Vice-Rei Li Hung-chang, durante a rebelião Boxer, a resistência ao Ocidente foi mais do que inútil, enquanto as condições não mudaram.[90] A história do século XX foi a história dessa mudança de condições. Seu resultado foi uma revolução na posição relativa ocupada pela Ásia e África no mundo, a qual constitui, quase certamente, a mais significativa das revoluções de nosso tempo. O ressurgimento da Ásia e África inculcou uma qualidade à história contemporânea diferente de tudo o que ocorrera antes: o colapso do império é um de seus temas, mas o outro e mais significativo é o progresso dos povos da Ásia e África — e, mais lentamente, mas com uma segurança não inferior, da América Latina — para ocuparem um lugar de nova dignidade no mundo.

---

[89] Cf. Hodgkin, *Nationalism in Colonial Africa*, págs. 173-4. "Eu expliquei", escreve Nkrumah em sua autobiografia (pág. 153), "que muito antes do tráfico de escravos e rivalidades imperialistas começarem na África, as civilizações do império de Gana existiam. Nessa época, na antiga cidade de Timbuktu, os africanos versados em ciências, artes e sabedoria tinham suas obras traduzidas para o grego e o hebraico e, ao mesmo tempo, fazia-se intercâmbio de professores com a universidade de Córdova, na Espanha. — Estes eram os cérebros! — declarei orgulhosamente. — E hoje, vêm dizer-nos que nada podemos fazer... Mas acaso tereis esquecido ? Vós tendes emoções, como qualquer pessoa; tendes sentimentos, como qualquer pessoa tendes aspirações, como qualquer pessoa... e tendes visões".

[90] Cf. Romein, *op. cit.*, pág. 8.

VII

O DESAFIO IDEOLÓGICO

O Impacto da Teoria Comunista e do Exemplo Soviético

Desde a revolução russa de 1917, o drama da história contemporânea vem sendo descrito como um tremendo conflito de princípios e crenças, um choque entre ideologias irreconciliáveis. Tem-se feito a comparação com a luta entre o cristianismo medieval e o Islã, ou entre católicos e protestantes, na época da Reforma; e tem-se visto nele "o problema mais vital de nosso tempo", "o grande e permanente conflito do século XX".[1] Na realidade, a situação é bastante mais complicada do que tais formulações sugerem. O significado duradouro da luta ideológica, começamos agora a ver, foi preparar o palco para mudanças muito mais profundas — por exemplo, a emancipação dos povos afro-asiáticos — e sua importância para as condições do período mais recente do século XX e para tais e tão prementes problemas como a alimentação de uma crescente população mundial é cada vez mais discutível. Além disso, as ideologias estão de tal modo conjugadas a interesses, no campo prático, que o papel por elas desempenhado nos acontecimentos é extremamente difícil de apurar e avaliar. Para usarmos apenas o exemplo mais óbvio, é evidente que o conflito, depois de 1947, entre os Estados Unidos e a União Soviética não foi, apenas, um choque de ideologias, mas uma luta de interesses concorrentes, cujas origens podem ser localizadas muitos anos antes da revolução bolchevista de 1917;[2] com efeito, se prestarmos a devida atenção aos fatores geopolíticos subjacentes, é difícil fugir à conclusão de que as forças que levaram os dois países à colisão como potências mundiais teriam agido da mesma maneira, ainda que a revolução bolchevista não tivesse ocorrido. Por outra parte, é provavelmente verdade que o medo ao comunismo, no Ocidente, embora já existisse antes, foi intensificado quando se identificou com o formidável poderio militar alcançado pela Rússia na Europa, depois de 1945, e os temores soviéticos do mundo capitalista ampliaram-se, do mesmo modo, quando o conflito ideológico foi reforçado pelo monopólio americano das armas atômicas.

O conflito ideológico não é uma característica assim tão distinta da história contemporânea, como por vezes se supõe, nem é sempre algo mais do que uma útil propaganda para a perseguição de outros objetivos. A expansão do alfabetismo e o aparecimento, em seu rastro, de novos métodos e doutrinação em massa, levaram sem

---

[1] Cf. J. L. Talmon, *The Origins of Totalitarian Democracy* (Londres, 1952), pág. 1; D. F. Fleming, *The Cold War and its Origins*, 1917-1960 (Nova York, 1961), pág. XI

[2] Cf. pág. 71.

dúvida, a um acentuado incremento no poder da propaganda, enquadrada em rudimentares diretrizes ideológicas; mas em todo o século XIX, os europeus ocidentais lançaram diatribes contra o "despotismo asiático" dos czares, não menos virulentas do que as desencadeadas depois contra os comunistas, e não houve um só aspecto do ódio aos "vermelhos sem deus" que não tivesse já sido expresso, um século antes, em relação aos revolucionários franceses. Não obstante, está fora de dúvida o fato de que o advento de uma nova ideologia, a qual passou a ser identificada, depois de 1917, com a Rússia soviética, bem como o subseqüente conflito entre a nova ideologia e a antiga, afetaram profundamente a história contemporânea. O que é errôneo é encarar a questão como se fosse o problema central a que tudo o mais deva estar subordinado. O marxismo foi menos a causa do que um produto de uma nova situação mundial. Mas não foi por acaso que o período que assistiu ao súbito e revolucionário avanço da tecnologia industrial, à propagação dos novos conceitos de Estado e suas funções e ao surto da sociedade de massas, produziu também uma nova filosofia social; e dificilmente erraremos se descrevermos o advento de uma nova ideologia como o derradeiro componente de uma nova situação social que estava surgindo nas últimas décadas do século XIX. Foi a prova final de que um novo período da História começara. Tal como o liberalismo emergira, depois de 1789, como ideologia da revolução burguesa e desafio à autocracia e ao privilégio, assim, no começo do século XX, o marxismo-leninismo surgiu como a ideologia da esperada revolução proletária e um desafio aos valores liberais dominantes. Foi uma expressão das novas forças que a mudança social e econômica libertara, uma doutrina definida para fazer face às necessidades de uma nova era.

1

Fiz referência específica ao marxismo-leninismo e não ao marxismo, visto ser com o primeiro, para usarmos a grosseira combinação consagrada pela ortodoxia comunista, que estamos fundamentalmente preocupados neste trabalho. As novas doutrinas não nasceram prontas, evidentemente; suas origens podem remontar bastante longe, no pensamento socialista, assim como as doutrinas características do liberalismo europeu do século XIX podem ser localizadas no iluminismo e ainda mais para além. Mas as formas específicas do marxismo-leninismo eram novas e foi, com efeito, dessas formas específicas, em vez da mais ampla tradição do socialismo marxista, que o comunismo, tal como hoje o conhecemos, descendeu. As idéias ponderadas por Marx eram compatíveis com múltiplas formas de socialismo e suscetíveis de interpretações amplamente variáveis; ao passo que as doutrinas de Lênin, por outro lado, foram, num sentido muito real, uma reação às novas condições que em toda parte surgiam na transição do século XIX para o século XX. Ou, como Stalin diria mais tarde, o leninismo era um "marxismo da era do impe-

rialismo e da revolução proletária".[3]

Muito se escreveu sobre a relação entre marxismo e leninismo, sendo desnecessário reatar aqui a discussão.[4] As pessoas com propensão para as comparações históricas talvez pensem que o marxismo-leninismo está para os escritos de Marx na mesma relação do cristianismo paulino para os evangelhos cristãos. O importante foi ter sido o marxismo-leninismo, em vez do marxismo "puro", o ponto de partida dos acontecimentos modernos. Entre as especulações de Marx e a filosofia oficial do bolchevismo, já foi afirmado,[5] havia "pouco em comum".

Para isso, existem razões históricas específicas. A primeira foi que Marx, embora desvendasse uma "visão magnífica",[6] estava mais preocupado em analisar as forças dialéticas e as contradições íntimas que levariam à superação do capitalismo do que a estrutura da sociedade que deveria suceder àquele. Na mais momentosa de todas as questões — o problema da liderança numa sociedade democrático-socialista — Marx nada tinha de preciso a dizer-nos e não fez qualquer tentativa para descrever o tipo de governo ou organização que seria necessário para levar a cabo uma vitoriosa revolução comunista.[7] Além disso, as doutrinas básicas do marxismo — formuladas entre 1846 e 1867 e, em sua maior parte, mais próximas da primeira do que da segunda dessas datas — ostentam a inconfundível marca de seu próprio tempo. O marxismo, propriamente dito, foi "uma filosofia nascida no Ocidente, antes da era democrática", e tanto Marx como Engels admitiram, subseqüentemente, que os dois panfletos que contêm a essência de seus ensinamentos, *The Communist Manifesto* (1848) e *The Address to the Communist League* (1850), foram escritos numa época de ilusões e coloridos por esperanças mal fundadas.[8]

Depois de 1851, a corrente afastara-se do fervor da era revolucionária e o marxismo foi com aquela. Não seria injusto afirmar que, antes de Lênin, o marxismo se convertera — nos espíritos dos seus expoentes cotidianos e, em menor grau, nos dos próprios Marx e Engels — em uma doutrina de gradualismo, principalmente notável por sua hostilidade a todas as formas de ativismo revolucionário. Essa evolução foi, em parte, um resultado do desapontamento provocado pelo resultado das revoluções de 1848 e 1849, porém ainda mais uma conseqüência da rápida melhoria de condições das classes trabalhadoras, o que parecia justificar o gradualismo como tática altamente apropriada. Na Rússia, onde o marxismo começou a ter algum impacto, entre os intelectuais da extrema esquerda, depois da publicação de *O Socialismo e a Luta Política*, de Plekhanov, em 1883, sua característica mais flagrante era a oposição ao terro-

---

[3] Joseph Stalin, *Leninism* (Londres, 1940), pág. 2.

[4] J. Plamenatz, *German Marxism and Russian Communism* (Londres, 1954), é uma explicação tão boa quanto qualquer outra.

[5] G. A. Wetter, *Dialectical Materialism* (Londres, 1958), pág. 35.

[6] J. L. Talmon, *Political Messianism* (Londres, 1960), pág. 224.

[7] Os princípios de Marx, escreveu Sir John Maynard, *Russia in Flux* (Nova York, 1962), págs. 294-5, forneceram "o alicerce para uma comunidade que almejasse atingir o socialismo; mas deixaram toda a superestrutura arquitetônica à sabedoria e gosto dos construtores"; cf. também Talmon, op. cit., pág. 225.

[8] Plamenatz. op. cit., págs. 168, 217; cf. introdução de Engels a *The Class Struggles in France*, de Marx (Londres, 1934), págs. 13, 16.

rismo dos populistas, sendo tolerado, por consideráveis períodos, pelo governo, a título de antídoto contra os conspiradores revolucionários.[9] Na Alemanha, sob a influência de Bernstein, a tendência era nitidamente favorável ao revisionismo. Embora se amparasse, em teoria, ao seu marxismo, e condenasse as doutrinas de Bernstein, nas convenções do partido, em 1899 e 1903, o grande Partido Social-Democrático alemão, nessa época a única organização de envergadura, no mundo, que proclamava ter suas bases em Marx, estava-se convertendo, de fato, no final do século XIX, em maquinismo de defesa e propagação dos interesses da classe trabalhadora numa sociedade capitalista, bem como de transformação evolucionária dessa sociedade, por métodos parlamentaristas.

A primeira grande realização de Lênin foi cercear essa excrescência evolucionária. O próprio Marx, em sua famosa *Critique of the Gotha Programme*, de 1875, atacara o gradualismo dos sociais-democratas alemães, insistindo em que a transição do capitalismo só poderia conseguir-se por intermédio da ditadura do proletariado; mas foi Lênin quem elaborou as técnicas de revolução e criou, assim, a partir do marxismo, uma nova doutrina para uma nova era. De fato, pode-se dizer que, com Lênin, nascido em 1870, uma nova geração, com problemas e perspectivas novas, entrava em cena. O primeiro panfleto importante de Lênin, *Que se Deve Fazer*?, que ele escreveu em 1902, foi simultaneamente o epílogo da filosofia política da geração anterior e o prólogo à ação política da geração seguinte. Nesse e em seus dois folhetos subseqüentes, *Duas Táticas da Democracia Social*, escrito na época da revolução russa de 1905, e *Imperialismo, a Mais Elevada Etapa do Capitalismo* (1916), estão fixados os conceitos que, daí em diante, constituiriam os princípios fundamentais do bolchevismo revolucionário.

Tanto como teoria política quanto na acepção de movimento político, o bolchevismo foi uma criação do gênio de Lênin. O que E. H. Carr uma vez escreveu sobre Marx aplica-se ainda com mais razão a Lênin: ele "introduziu na teoria e prática revolucionárias a ordem, o método e a autoridade que, até então, tinham constituído a prerrogativa de governos e, por isso, lançou os alicerces do Estado revolucionário disciplinado".[10] A obra de Lênin assentava em duas proposições, às quais ele revertia repetidamente.[11] A primeira dizia que, "sem uma teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário"; a segunda, que uma consciência revolucionária de classe, longe de ser um desenvolvimento "espontâneo", só podia chegar à massa de trabalhadores "de fora", e que o requisito preliminar de uma ação política bem sucedida era "um pequeno e compacto núcleo", uma elite revolucionária de trabalhadores endurecidos e disciplinados a serviço do partido. Quando, em 1903, Lênin conseguiu ver a ditadura do proletariado inscrita no programa do Partido Social-Democrático dos Trabalhadores, da Rússia, uma nova era política tinha início. Os bolchevistas eram apenas uma facção, um fragmento de um movimento revolucionário já fragmentado; no final de 1904, somavam, escassamente, mais de trezentos, e só depois

---

[9] Cf. Maynard, *op. cit.*, pág. 293.

[10] H. Carr, *Michael Bakunin* (Londres, 1937), pág. 440.

[11] Cf. E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, 1917-1923 (Londres, 1950), pág. 16.

de 1912 surgiram como partido separado e independente.[12] Mas o passo decisivo fora dado e fixada a linha de orientação de que Lênin jamais se desviaria — apesar das divisões na frente revolucionária, da depressão e desintegração ocorridas durante a reação posterior a 1905. Lênin escreveria mais tarde: "Não é suficiente ser revolucionário e advogar um socialismo em geral; também é necessário saber, a todo momento, como encontrar um determinado elo na corrente, que deva ser agarrado com toda a força que possuímos, a fim de manter toda a corrente em seu lugar e preparar-nos para avançarmos, resolutamente, até o próximo elo".[13] Raros homens na História igualaram Lênin e nenhum o excedeu nessa qualidade essencial.

2

Não é necessário, para nossos propósitos, alongarmo-nos na história dos anos transcorridos de 1903 até à revolução russa de 1917, e de 1917 a 1921, período durante o qual a guerra civil e a intervenção estavam próximas do fim e a posição do governo comunista se encontrava mais ou menos garantida. Por que foi na industrialmente retrógrada Rússia e não na Alemanha, como quase com toda a certeza Marx esperava, que a revolução se fez e por que foi o bolchevismo, e não uma das outras formas de marxismo, que prevaleceu na Rússia, são questões de considerável interesse histórico; mas os problemas que nos preocupam, neste trabalho, são diferentes. Interessamo-nos menos pelas origens do que pelo impacto do bolchevismo e, partindo desse critério, existem três considerações essenciais.

A primeira é que o bolchevismo, ou leninismo, reintroduziu — o que no período do revisionismo escasseou bastante — uma doutrina ativa de revolução. Lançou um desafio aberto à ordem social existente e atacou a democracia liberal da cabeça aos pés, não só expondo suas deficiências e instando para que fossem remediadas, mas rejeitando também seus princípios e ideais básicos. A segunda é que o estabelecimento do Estado comunista na Rússia acarretou a polarização do mundo em dois campos ideológicos. Enquanto o comunismo se manteve como um "ideal", sem apoio material, seu impacto foi insignificante e o reduzido numero de seus adeptos não tomou necessário, por parte governos existentes, levá-los a sério. Mas sua fidelidade ao Estado russo existente, embora debilitado como estava pela derrota e a guerra civil, transformou a situação de um dia para outro. Assim como as "idéias de 1789" passaram a ser poderosas quando se identificaram com o poderio da França, assim a associação de comunismo e União Soviética transformou-o, de doutrina de uma pequena minoria subversiva, num movimento mundial, apoiado, com o decorrer do tempo, por uma força econômica e mili-

---

[12] Cf. Maynard, *op. cit.*, págs. 308, 318.

[13] E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, 1917-1923, pág. 25.

tar cada vez mais formidável. Lênin viu rapidamente a situação: agora, pela primeira vez, disse ele próprio em 1919, o bolchevismo foi "encarado como uma força mundial".[14] O terceiro ponto a considerar, porém — e para muitas pessoas o mais difícil e paradoxal — é que, apesar de sua identificação com a União Soviética, entre 1917 e 1949, o bolchevismo foi, desde o seu início — e nunca abdicou na pretensão de o ser — universal em suas concepções e apelos. No âmago do comunismo, a força propulsora consistia, para Marx e também para Lênin, em sua preocupação profundamente ética de justiça social, de igualdade entre homem e homem, no sentido de não-discriminação com base no sexo, cor, raça ou classe. Marx e Lênin não falaram em nome de um país contra outros, mas em nome de grupos e classes oprimidos em todo o mundo; e essa universalidade foi sem dúvida, um fator principal para lhes assegurar a influência.

Isso não significa que as pretensões do comunismo, como ideologia universal, e seu papel como doutrina oficial da Rússia fossem facilmente ajustados. Pelo contrário, é uma comprovação de ordem histórica o fato de que, em muitos momentos críticos, foram a origem de tensões e até de incompatibilidade. Os comentadores hostis especularam muito sobre esse fato; mas, pela natureza do caso, dificilmente poderia ter sido de outra maneira. Durante uma geração, após 1917, a dissolução do Estado soviético teria acarretado o fim do comunismo como força política estabelecida. Então, como poderia ser negado que a imediata necessidade tática de manter a posição da União Soviética devia, no caso de conflito, dispor de precedência sobre os interesses, a longo prazo, do comunismo internacional? Não é preciso enumerar exemplos, pois estes foram inexoravelmente expostos por autores anticomunistas. Nenhum exemplo é mais notório do que o pacto nazi-soviético de 1939, mas talvez mais sintomáticos sejam a lamentável história da manipulação soviética do comunismo chinês, depois de 1920, os equívocos e reveses que marcaram as relações com as nacionalidades não-russas, dentro da União Soviética, depois da morte de Lênin, em 1923 — o mais conhecido de todos -, o rígido controle exercido sobre as repúblicas populares da Europa oriental entre 1946 e 1956.[15] Nenhuma pessoa sensata desejaria desculpar esses erros e suas conseqüências. Mas também é importante observar que eles nasceram de um dilema inevitável, do qual nenhum país portador de qualquer convicção ideológica poderá jamais escapar completamente. Não há dúvida alguma de que, depois de 1929, a política da Internacional Comunista (ou Comintern) foi amplamente ditada pelos interesses da Rússia; mas Seton-Watson tem razão quando diz que, ao fundá-la, em 1919, Lênin não tinha a intenção de subordinar permanentemente os outros partidos comunistas ao partido russo, ainda menos ao Estado russo.[16] Os adversários do comunismo afirmam, freqüentemente, que a respectiva ideologia não passa, na prática, de um manto para ocultar

---

[14] Cf. A. J. Mayer, *Political Origins of the New Diplomacy*, pág. 390.

[15] H. Seton-Watson, *The Pattern of Communist Revolution* (Londres, 1960), analisou estes e outros episódios; cf. particularmente *ibid.*, págs. 85-9, 138-46, 242-4, 248-63.

[16] *Ibid.*, pág. 75. Como Seton-Watson declara, Lênin "desejava que Moscou fosse o centro do Comintern, simplesmente porque lhe proporcionava a segurança como capital do único país de governo comunista".

o que, de outro modo, ficaria exposto como um puro desígnio de política de força. À semelhança da maioria das opiniões cínicas sobre política, isso é uma simplificação.[17] As ideologias não funcionam no vazio e a relação entre os fatores ideológicos e os de poder, em qualquer situação, é extremamente complexa, excedendo, usualmente, nossa capacidade de destrinçar; mas o certo é que o comunismo não teria podido exercer jamais uma influência tão vasta e poderosa se — como tantas vezes se alega — nada mais fosse senão um complemento ideológico dos interesses nacionais russos.

Houve, de fato, três razões fundamentais para o impacto do marxismo no plano ideológico: primeira, a impressão que deu — sejam quais forem as objeções que se levantem, no plano da teoria — de coerência sistemática, de auto-suficiência e compreensibilidade; segunda, sua aplicabilidade universal, especialmente em contraste com o argumento ocidental de que certos países não estavam "maduros" para o governo autônomo democrático; e, terceira, sua adequação peculiar como reação às condições nascentes da civilização das massas. A essas razões, à medida que o novo regime se consolidava, foram adicionadas duas outras considerações de natureza mais prática: a evidente força e eficiência da organização comunista, o que fez enorme impressão nos líderes políticos da Ásia e da África, e a prova convincente, fornecida pelo exemplo e experiência da União Soviética, de que se tratava de uma doutrina capaz de funcionar.

O simples fato da existência na Rússia de uma nova ordem política, conjugado às suas indiscutíveis realizações no campo econômico e a seu triunfo na guerra de 1941-45, foi um fator da máxima importância; cada êxito registrado pela Rússia parecia demonstrar a validade de sua pretensão de oferecer-nos uma alternativa atualizada para o sistema capitalista que, pela análise de um leninista, chegara à "sua fase final". A democracia liberal, por outro lado, encontrava-se na defensiva, durante a maior parte do período; era como se, no estado de desapontamento que prevaleceu depois de 1919, tivesse perdido seu impulso moral e sua capacidade para inspirar dedicação e auto-sacrifício; como se, depois do descalabro de 1929, tivesse perdido o talento para solucionar seus próprios assuntos. Das duas ideologias conflitantes — as únicas duas, insistiu Lênin, que eram possíveis na fase corrente da História do mundo — o comunismo parecia apontar o futuro e o liberalismo estar fundado no passado. Como outros grandes movimentos históricos, o bolchevismo deveu seu êxito não só a seu próprio poder e ao entusiasmo que suscitou entre seus discípulos, mas também ao desmoronamento interno da ordem contra a qual se dirigia.

3

O bolchevismo dividiu o mundo porque era um credo revo-

---

[17] Cf. R. N. Carew Hunt, *The Theory and Practice of Communism*, ed. Pelican Books, 1963, págs. 21, 171.

lucionário de caráter universal. Reviveu o espírito revolucionário que estivera fraquejando desde 1849, radicou-o no que para seus adeptos parecia ser um irresistível sistema lógico e dotou-o de novas formas de organização. A derrota da Comuna de Paris, de 1871, a última e talvez a maior de inúmeras revoltas de trabalhadores parisienses, assinalara o final de um período; demonstrou, como Engels previra, que passara o tempo de remodelação da sociedade "mediante um simples ataque de surpresa" – pela estratégia, digamos, de 1791 e 1792 - e corroborou sua conclusão de que uma nova revolução só seria viável "na senda de uma nova crise".[18] O bolchevismo, tal como Lênin o criou, forneceu a estratégia para a nova crise provocada pela guerra de 1914-18.

Em sua primeira fase, foi apenas um de uma série de movimentos revolucionários que prenunciaram a nova era. Na França, o rumo foi indicado por Georges Sorel, cuja obra *Réflexions sur la violence,* publicada em 1905, foi, em certos aspectos, uma rejeição ainda mais drástica do gradualismo do que *Que se Deve Fazer*?, de Lênin. Sorel pregou a inevitabilidade da guerra de classes e a necessidade de que a revolução proletária trouxesse uma sociedade sem classes; como Lênin, advogou a "ação direta" sob a liderança de uma "audaciosa minoria" e o uso da violência para destruir o Estado burguês. Também Trotsky e Rosa Luxemburgo propunham conceitos semelhantes, nesse mesmo período, independentemente de Lênin. O recrudescimento das filosofias revolucionárias foi, de fato, um traço característico do período. Nem todas eram marxistas; algumas derivavam de Bakunin, outras de Proudhon, outras ainda de Lassalle; e algumas evoluíram na direção não do socialismo, mas do fascismo. Todavia, nem uma só deixava de se caracterizar por uma reação contra o liberalismo progressivo e uma derivação para o ativismo político. Significaram o fim do que Marx denominou o "longo mal-estar" que se seguiu à revolução burguesa, o termo do "interlúdio no grande drama" que o historiador suíço Burckhardt, quase só entre os pensadores não-socialistas de sua geração, previra sombriamente em 1871.[19] Será um exagero afirmar, como Halévy, que em 1914 "nenhum estadista responsável... sentia-se seguro contra os perigos de uma ou outra espécie de explosão revolucionária";[20] mas é certo que, a partir de 1905, aproximadamente, o desafio ao liberalismo, que é a característica predominante da História contemporânea, no plano das idéias, já pairava no ar. Foi proeza de Lênin fazê-lo baixar à terra.

As razões por que foi o leninismo, ou a forma leninista de marxismo, que finalmente emergiu como grande antagonista do liberalismo, são muitas e têm sido largamente discutidas. O que praticamente ninguém negaria é que isso nunca teria ocorrido sem a "poderosa e extraordinária personalidade do próprio Lênin".[21] O gênio

---

[18] *The Class Struggles in France*, págs. 13, 21, 25, 135.

[19] Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon* (trad. E. e C. Paul, Londres, 1926), pág 27 (onde *langer Katzenjammer* foi traduzido por "longo interregno de entulho"); J. Buckhardt, *Judgements on History* (Londres, 1950), pág. 209. (edição brasileira de Zahar Editores, com o título *Reflexões Sobre a História*, 1961, trad. De Leo Gilson Ribeiro. N. do T.).

[20] E. Halévy, *The World of Crisis of 1914-1918* (Oxford, 1930). pág. 19.

[21] Wetter, *op. cit.*, pág. 111.

revolucionário de Lênin foi um fator primordial que não é possível deixar de lado. Foi sua insistência na integridade doutrinária, mesmo à custa de fragmentar seu partido, sua inquebrantável recusa de acomodação, sua clara percepção do essencial, mas, sobretudo, sua indomável vontade revolucionária, que o habilitaram a forjar um instrumento capaz de receber o poder, na Rússia, quando chegou o momento. Ninguém, senão Lênin, teria dado a famosa resposta quando, em junho de 1917, Tsereteli afirmou não haver um partido na Rússia que se atrevesse a assumir a autoridade exclusiva: "Oh, sim, existe. Nosso partido está preparado, em qualquer momento, para assumir todo o poder".[22] Foi devido a Lênin, pessoalmente, que o socialismo russo foi arrancado ao labirinto de reflexões especulativas que, no final do século XIX, paralisavam sua capacidade de ação. Como ele escreveu em 1904, "em sua luta pelo poder, o proletariado não dispõe de outra arma senão a organização".[23] Censurou energicamente o marxismo dos mencheviques, por realçarem os aspectos científicos e evolucionários dos ensinamentos de Marx, designando-o como "individualismo intelectual burguês"; o bolchevismo, tal como por Lênin foi moldado, representou "a organização e disciplina proletárias".[24]

A ênfase posta por Lênin na organização e disciplina foi, em parte, um reflexo de sua férrea determinação de levar a revolução da teoria à prática; em parte, também, um resultado de sua compreensão de que, nas condições modernas com todas as cartas de trunfo nas mãos do governo, já não estava mais em questão (como Engels sublinhara) a conquista do poder "por simples ataque de surpresa"; e, ainda em parte, foi uma reação às condições específicas existentes na Rússia czarista. Na Rússia, onde o governo dificilmente tolerava o liberalismo de Miliukov e Struve, não havia lugar para o marxismo evolucionário e revisionista que estava ganhando terreno no Ocidente; "a natureza do sistema político e social impeliu quase todos os russos educados para a oposição".[25] Este fato explica por que o socialismo russo divergiu do ocidental e por que foi na forma leninista do marxismo que o desafio revolucionário à ideologia liberal acabou por se implantar.

Em Lênin, o marxismo recebido do Ocidente fundiu-se com a tradição revolucionária russa de Chernyshevsky, Tkachev e Nechaev.[26] Mas descrever o bolchevismo, o que por vezes se faz, como marxismo russo é não compreender a envergadura nem o impacto do gênio revolucionário de Lênin. Ele quis a revolução na Rússia e trabalhou para ela, mas jamais concebeu a revolução russa isolada nem o marxismo limitado à Rússia. A doutrina de "socialismo segundo cada país", tal como foi preconizada por Stalin, depois de 1924, não

---

[22] Christopher Hill, *Lenin and the Russian Revolution* (Londres, 1947), pág. 225;

[23] Hill, *op. cit.*, pág. 49.

[24] Carr. *op. cit.*, pág. 36.

[25] Seton-Watson, op. cit., pág. 12.

[26] Cf. F. Ventury, *Roots of Revolution* (Londres, 1960), págs. XI, XIII, XXIV, XXIX.

fazia parte dos cânones leninistas.[27] Quando Lênin chegou a Petrogrado em abril de 1917, vindo da Suíça, estava convencido de que os sociais-democratas russos, ao conquistarem o poder em nome dos trabalhadores, precipitariam a revolução social no Ocidente e levantes anticoloniais no Oriente. Em sua análise da situação — uma análise que os acontecimentos provaram estar errada — o efeito da grande guerra era criar uma tensão intolerável nas potências industriais nela empenhadas, tendo como único resultado possível a revolução proletária. No princípio de 1919, Zinoviev confiantemente previu que "dentro de um ano toda a Europa será comunista".[28] Só quando os acontecimentos falsificaram essa predição é que a posição comunista começou a mudar e, sem abandonar a doutrina da revolução mundial, Lênin e Stalin, depois dele, principiaram a se concentrar, por necessidade, na tarefa imediata de garantir a segurança da União Soviética num mundo hostil.

Através de todas as manobras políticas que se seguiram, a intenção original de Lênin nunca foi repudiada, e, com efeito, não poderia ser repudiada sem traição aos conceitos básicos do marxismo-leninismo. O objetivo não era mudar a ordem social de país em país, mas promover a mudança em todos eles. A democracia social tropeçara no rochedo do nacionalismo, que destruíra a Segunda Internacional. Os comunistas, pelo contrário, estavam comprometidos, primeiro, qualquer que fosse a nacionalidade deles não com a nação, mas com a classe a que pertenciam. Este princípio foi, evidentemente, desprezado muitas vezes e, algumas, flagrantemente transgredido. Quanto mais tempo Stalin se mantinha no poder, tanto mais a política comunista parecia ocupar um segundo lugar nos interesses nacionais russos, e poucos fatos terão feito mais, talvez, para dissolver o movimento. Os movimentos revolucionários em países estrangeiros eram preparados, ou abandonados, segundo se ajustavam ou não à política soviética e quase toda a geração de "velhos revolucionários" foi convocada a Moscou e liquidada, quando Stalin, confrontado pelo crescente poderio da Alemanha, decidiu em 1935 ordenar um "alto" na revolução em favor da "frente popular". Mas embora Stalin tenha considerado seu primeiro dever preservar e fortalecer a União Soviética — e seria difícil argumentar, em face das circunstâncias, que ele estava errado — nunca deixou de ser um discípulo de Lênin. O conceito de "coexistência pacífica", como viria a ser formulado, em fase posterior, por Khruschev, pertencia ainda ao futuro. Sejam quais forem as outras interpretações possíveis do marxismo, o de Lênin — do qual Stalin compartilhou - era um marxismo postulado na revolução mundial e no ataque incessante ao sistema capitalista. "O imperialismo mundial", disse Lênin em 1919, "não pode viver lado a lado com uma vitoriosa revolução soviética" — "um ou outra sairá finalmente vencedor".[29]

---

[27] Sobre o "socialismo segundo cada país", as controvérsias doutrinárias entre Stalin e Trotsky, e as interpretações divergentes por eles dadas as palavras de Lênin, cf. I. Deutscher, *Stalin* (Londres, 1961), págs. 281-93.

[28] Plamenatz, *op. cit.*, pág. 262.

[29] Cf. Carew Hunt, *op. cit.*, pág. 217.

4

O primeiro resultado do bolchevismo, quando em 1917 foi transformado de doutrina que era em força política, consistiu em lançar sua marca revolucionária num mundo de onde, até 1914, a maioria dos homens acreditava que o espectro da revolução mundial fora banido. Lênin, com sua perspicácia habitual, já em dezembro de 1914 percebera que a guerra européia poderia perfeitamente redundar "no início de uma nova época", e, à medida que a guerra se arrastava, à mesma conclusão chegaram — embora, nessa altura, não com esperança mas com maus presságios — homens de índole e temperamento muito diferentes. Em 1917, Rathenau, Czernin e Stresemann tinham compreendido já que o que principiara como guerra européia se estava convertendo, rapidamente, em revolução mundial.[30] O curso dos acontecimentos na Rússia confirmara esse diagnóstico. Trotsky declarou, confiantemente, que a "guerra transformara toda a Europa num barril de pólvora da revolução social", e na Alemanha os espartacistas predisseram que "não haveria paz mundial, exceto sobre as ruínas da sociedade burguesa".[31] Essas predições subestimaram o poder de resistência da antiga ordem; mas continuou sendo verdade que, de novo, pela primeira vez depois do esfriamento do ardor revolucionário suscitado pela Revolução Francesa, os homens estavam divididos por um princípio revolucionário ativo. À emergência de um novo mundo correspondia o aparecimento de uma nova ideologia.

Escassamente menos importante foi o fato de que, pela primeira vez na História, estava-se na presença de uma ideologia que ultrapassara todas as fronteiras geográficas. Abstraindo das características que a teoria possa ter tido, o liberalismo, em 1917, estava ainda limitado, na prática, à Europa e às terras colonizadas por europeus. O bolchevismo ignorou semelhantes limites de espaço e raça. Era uma ideologia mundial, muito mais do que as "idéias de 1789". Nisso, como em inúmeros outros aspectos, refletiu uma nova situação mundial. Mesmo antes da eclosão da guerra de 1914, Lênin já voltara suas atenções, com notável presciência, para a Ásia; e logo no início da revolução bolchevista, em dezembro de 1917, ele e Stalin publicaram um apelo aos povos do Oriente para que derrubassem os "salteadores e escravizadores" imperialistas.[32] Foi um passo significativo numa nova direção. Lênin sabia perfeitamente quão importantes eram as "centenas de milhões de asiáticos" que estavam a ponto de se converterem em "participantes ativos nas decisões pertinentes ao destino do mundo". Num de seus últimos artigos, escrito em 1923, proclamou ele que "o resultado da luta depende, em último recurso, do fato de que a Rússia, a China, Índia, etc, constituem a vasta maioria da humanidade" e, nesse mesmo período, Stalin escreveu: "Quem quiser a vitória do socialismo não

---

[30] Mayer, *op. cit.*, págs. 24, 31.

[31] *Ibid.*, pág. 32.

[32] Cf. J. Degras, Soviet Documents on Foreign Policy, vol. I (Londres, 1951), pág. 17.

deve esquecer o Oriente".[33] Era necessário, acrescentou, "converter os países dependentes e coloniais, de uma reserva da burguesia imperialista, numa reserva do proletariado revolucionário".[34]

Essas declarações, na época em que foram proferidas, podem ter servido a uma finalidade tática — era o período em que o bolchevismo sofrerá derrotas na Alemanha e na Hungria e fora rechaçado na Polônia — mas eram uma indicação significativa das implicações universais das doutrinas bolchevistas. Já em 1920 Lênin realçara que a "organização soviética" era uma simples idéia que podia "ser aplicada não só ao proletariado, mas também ao camponês e às relações feudais e semifeudais". Não devemos partir do princípio, disse Lênin, de que "a fase capitalista de desenvolvimento" era "inevitável para as nacionalidades atrasadas".[35] Olhando agora em retrospecto, existem poucos comentários de Lênin que tenham sido, talvez, mais pertinentes do que esse. Se a Rússia, contrariamente à opinião dos mencheviques, podia articular seu progresso, atingindo o socialismo sem ter de passar por todas as fases do capitalismo, que impedia outros povos "atrasados" de seguirem esse exemplo? Foi essa promessa de rápido avanço econômico e social, mais, talvez, do que qualquer outro fator, que influiu nas diferenças básicas das reações ao marxismo russo na Europa, por uma parte, na Ásia e na África, por outra parte. Disse um observador que a Ásia tinha "menos a perder e, evidentemente, mais a ganhar do que a Europa, com a aceitação da marca russa de comunismo".[36]

Quando nos dispomos a investigar o impacto da teoria comunista e do exemplo soviético, é necessário, portanto, observar primeiro a Europa e depois a Ásia e o mundo subdesenvolvido. Não será preciso dizer que um tema tão vasto e discutido não pode ser analisado com todo o detalhe que merece; contentemo-nos se um ou dois dos pontos mais salientes forem brevemente assinalados.

5

É habitual descrever o impacto da teoria comunista e do exemplo soviético, no Ocidente, em termos quase totalmente negativos. Como um comentarista, escrevendo em 1954, exprimiu o caso, os últimos vinte cinco anos — ou seja, o período que começou com a subida de Stalin ao poder supremo, com a coletivização da agricultura e o primeiro plano qüinqüenal — mostraram que os trabalhadores do Ocidente, que Stalin esperou ter como aliados incondicionais da União Soviética, não tinham sido muito atraídos por ela; "quanto mais a conheciam, tanto menos gostavam dela".[37] Poucos discutirão a veracidade dessa sentença, pelo menos, como apreciação genérica.

---

[33] W. Z. Laqueur, *Communism and Nationalism in the Middle East* (Londres, 1957), pág. 283; Deutscher, *op. cit.*, pág. 209.

[34] Seton-Watson, *op. cit.*, pág. 127.

[35] Hill, *op. cit.*, pág. 165.

[36] Plamenatz, *op. cit.*, pág. 342.

[37] *Ibid.*, pág. 270.

Mas também é fácil, a partir de uma opinião genérica, simplificar um processo complexo. Houve certamente períodos em que o comunismo foi uma poderosa força política na Europa ocidental — na Alemanha, antes de 1933, por exemplo, quando o Partido Comunista obteve mais de cinco milhões de votos em eleições, ou na França e Itália, depois de 1945 — e, nessas épocas, a possibilidade de que os comunistas obtivessem uma posição predominante exerceu uma assinalada influência no curso dos acontecimentos.

Nem se deve subestimar seu impacto inicial. Ray Stannard Baker, um dos assistentes do Presidente Wilson na conferência da Paz, em 1919, sublinhou que os bolchevistas, "sem estarem representados em Paris... constituíam poderosos elementos, a todo o momento", e o famoso memorando de Lloyd George, de 25 de março de 1919, estava impregnado de temor do bolchevismo.[38] Especialmente depois do levante comunista na Hungria, o espectro de uma revolução que se propagasse a partir da Rússia dominou os espíritos e moldou as decisões dos estadistas ocidentais, sendo o principal argumento para conceder termos contemporizadores à Alemanha. "Estamos sentados sobre um paiol aberto e, algum dia, uma centelha pode fazê-lo deflagrar", escreveu o Coronel House; e Sir Henry Wilson notou, sucintamente: "Agora, nosso perigo real não são os boches, mas os bolchevistas."[39] "O imperialismo bolchevista não ameaça apenas os Estados situados nas fronteiras da Rússia", disse Lloyd George aos estadistas ocidentais, "mas ameaça toda a Ásia e está tão próximo da América quanto da França."[40]

Esses temores eram menos exagerados do que, subseqüentemente, puderam parecer. Não é difícil, olhando em retrospecto, descobrir as razões por que os movimentos revolucionários na Alemanha, Áustria, Hungria e outros países da Europa oriental estavam condenados ao fracasso;[41] mas os planos de Lênin para transformar "a guerra imperialista" numa "guerra civil internacional" estavam longe de constituir um sonho sem sentido. Não fosse a intervenção ocidental na Rússia, que imobilizou os bolchevistas no momento crítico, as probabilidades da revolução alastrar-se para o Ocidente não eram de maneira alguma desprezíveis; e Winston Churchill tinha sólidas razões para argumentar que a política de intervenção propiciara, do ponto de vista ocidental, "uma pausa para respirar, cuja importância era incalculável".[42]

Os líderes ocidentais aproveitaram essa pausa para estabelecer, em torno do perímetro ocidental da União Soviética, um *cordon sanitaire* com que esperavam conter o bolchevismo e imunizar a Europa central e ocidental. Na maior parte, não encaravam ainda o comunismo como desafio interno, exigindo positivas medidas sociais em cada país; e enquanto a Rússia estivesse inferiorizada pela

---

[38] R. S. Baker, *Woodrow Wilson and World Settlement*, vol. II (Londres, 1953), pág. 64; D. Lloyd George, *The Truth about the Peace Treaties*, vol. I (Londres, 1938), págs. 404-16.

[39] C. Seymour, The Intimate Papers of Colonel House, vol. IV (Londres, 1928), pág. 405; C. E. Callwell, Field-Marshal Sir Henry Wilson, vol. II (Londres, 1927), Pág. 148.

[40] Lloyd George, *op. cit.*, vol. I, pág. 412.

[41] São enumerados por Seton-Watson, *op. cit.*, págs. 53-68.

[42] W. S. Churchill, *The World Crisis*, vol. V (Londres, 1929), pág. 276.

guerra civil e miséria econômica; enquanto, também, a economia capitalista ocidental funcionasse com uma razoável dose de eficiência, essa reação negativa estava à altura da situação. Iniciado o desastre econômico de 1929, essas condições deixaram de ser sustentáveis. Mesmo que fosse meramente uma coincidência o fato dos líderes soviéticos parecer estarem, por meio do primeiro Plano Qüinqüenal, "dominando seu destino no mesmo instante, precisamente, em que o resto do mundo caía vitimado pela Grande Depressão",[43] o contraste provocou uma tremenda impressão. O que as classes trabalhadoras no ocidente observavam era que a União Soviética, a qual sofrera uma grave crise de desemprego durante o período da Nova Política Econômica, estava enfrentando agora uma crise de mão-de-obra — e isso numa época em que o desemprego no Ocidente atingira proporções assustadoras — e que, enquanto a produção industrial nos principais países capitalistas caíra abaixo do nível de 1913, a da Rússia Soviética mostrava um aumento próximo a quatro vezes no mesmo período. Dentro das circunstâncias da época, não surpreende que se desse maior atenção às proezas soviéticas do que ao custo delas. Para as vítimas da Grande Depressão, como para muitos outros, as realizações russas pareciam demonstrar que o comunismo — quaisquer que fossem os requisitos cautelares que os economistas ortodoxos pudessem antepor — não era um credo revolucionário, apenas, mas um sistema econômico que funcionava, enquanto o mecanismo capitalista estalava rangendo nas juntas.

A reação ao impacto soviético divide-se, pois, em três fases bem definidas. A primeira, de 1918 a 1929, foi quase totalmente negativa, bastante parecida à reação de Metternich ante a Revolução Francesa. Tentou conter o bolchevismo isolando-o; seu instrumento foi a política externa e, no todo, funcionou bem até 1929, para satisfação dos estadistas ocidentais. A segunda fase, de 1929 a 1941, foi também uma reação de medo, mas de conteúdo mais positivo. Suas expressões características foram o fascismo e o nacional-socialismo, cujo pressuposto básico, fomentado em ambos, e em grande escala, pela depressão de 1929, era a incapacidade do capitalismo liberal para resistir ao desafio comunista. O nacional-socialismo dedicou-se a reunir os elementos da sociedade capitalista — sobretudo, a pequena-burguesia — que se sentiam mais diretamente ameaçados. O fervor moral que tanto Mussolini como Hitler procuraram inspirar entre seus adeptos foi instigado como antídoto ao fervor do bolchevismo e muitos dos métodos bolchevistas foram invocados na tentativa para o gerar. Essa foi a fisionomia que o fascismo mostrou ao mundo depois de 1929 e lhe assegurou a tolerância, se não a simpatia, de elementos influentes na sociedade capitalista não-fascista.[44] Embora seu início possa discernir-se mais cedo — por exemplo, com o *New Deal* nos Estados Unidos — a terceira fase só atingiu pleno desenvolvimento depois da guerra de 1941-45. Teve por base a compreensão de que, se o problema era dar combate ao marxismo, seria necessário demonstrar que a sociedade liberal podia ombrear com as realizações dele, sobretudo propici-

---

[43] Cf. L. Kochan, *The Making of Modern Russia* (Londres, 1962), pág. 274.

[44] Antes de 1929, o nacional-socialismo pouco mais fora do que um grupo fragmentado de extrema direita, com uma limitada importância prática.

ando segurança e mais alto nível de vida aos trabalhadores. Se é certo que o comunismo "não estava destinado a ganhar preponderância" na Europa ocidental, isso não resultou do fato das "antigas tradições liberais da Europa" terem reatado "seu desenvolvimento evolucionário", a partir de meados do século XIX.[45]

— bem, pelo contrário, seria mais correto dizer que, ao iniciar-se o século XX, o liberalismo era uma "força exausta", em comparação com o que fora anos antes[46] — sendo, outrossim, uma conseqüência da adoção deliberada de novas diretrizes da política social e econômica, em sua maior parte, definidas em passado muito recente.

Não é este o lugar para se fazer uma análise do caráter dessa nova orientação social e econômica, dos méritos ou deméritos do "Estado do bem-estar social", ou da "sociedade abastada" a que, no consenso geral, aquele deu origem. É possível argumentar que a transição da democracia liberal e do capitalismo de laissez-faire para o Estado do bem-estar social teria de qualquer modo ocorrido sem o impacto do exemplo soviético e o medo de contágio comunista; é possível sustentar que o Estado do bem-estar social foi uma reação, que teria surgido em qualquer caso, à crise econômica de 1929 e à aceitação da economia keynesiana. Mas tais argumentos são algo difíceis de manter. A demonstração soviética de que existia uma resposta aos problemas endêmicos do capitalismo, os quais tinham atingido o auge na crise de 1929, não foi o único fato a provocar mudanças radicais na estrutura da sociedade ocidental, em comparação com 1914; mas certamente foi um dos mais importantes. De um modo particular, o conceito geral de uma economia planificada deve muito ao exemplo soviético. Como Trotsky assinalou, o sistema soviético foi o primeiro que levou "uma finalidade e um plano à própria base da sociedade",[47] e seu êxito em eliminar a pior maldição do capitalismo — ou seja, o desemprego — tornou imperativo que os governos não-comunistas se voltassem também para o planejamento. Como disse E. H. Carr, "se todos somos agora planejadores, isso é em grande parte o resultado, consciente ou inconsciente, do impacto da prática e realização soviéticas".[48]

6

Quando passamos da Europa para a Ásia, verificamos que a influência do exemplo e teoria comunistas é muito mais direta. O lançamento do primeiro Plano Qüinqüenal na União Soviética, em 1928, foi descrito como ponto decisivo no assalto à posição esta-

---

[45] Talmon, *Political Messianiam*, pág. 512.

[46] Cf. Irene Collins, "*Liberalism in Nineteenth-Century Europe*", em *From Metternich to Hitler*, W. N. Medlicott (Londres, 1963), pág. 44.

[47] Cf. E. H. Carr, *The Soviet Impact on the Western World* (Londres, 1946), pág. 44.

[48] Ibid., pág. 20.

belecida das potências européias na Ásia.[49] Certamente a resistência ao comunismo nunca foi tão forte na Ásia quanto na Europa e no Ocidente. Enquanto o "Estado do bem-estar social" continuar funcionando eficientemente, será difícil convencer as classes trabalhadoras do Ocidente de que têm mais a ganhar do que a perder com o comunismo; o nível de vida dessas classes é superior, suas existências são mais confortáveis, suas liberdades mais harmoniosas e atraentes do que tudo o que se possa imaginar sob um regime comunista. Na Ásia e na África esses obstáculos não existem ou, pelo menos, não existem numa escala comparável. Para começar, aqueles que esperavam ganhar alguma coisa do comunismo eram muito mais numerosos; os interesses antagônicos tinham fundamentos muito mais restritos e estavam desacreditados, seja por oligarquias autoritárias ou como aliados dos interesses coloniais, seja por ambos. A intervenção ocidental derrubara a barreira das tradicionais estruturas de classes, mas não conseguira estabelecer novos interesses, suficientemente extensos e estáveis, suscetíveis de resistirem à pressão revolucionária.

Dois fatores principais influíram no vigor relativo do impacto comunista na Ásia. Um foi que, como credo, o marxismo "adaptava-se admiravelmente, em muitos aspectos, às necessidades" dos povos subdesenvolvidos.[50] O outro foi que, por comparação com outras nações européias — ingleses, franceses, holandeses, portugueses, belgas —, a Rússia Soviética lograra, em certa medida, evitar o estigma de colonialista. Isso não quer dizer que, nas repúblicas asiáticas — no Casaquistão, por exemplo, ou no Usbequistão —, a União Soviética tivesse evitado os problemas de nacionalismo e das reações anticoloniais com que as outras potências européias tiveram de se enfrentar. Mas demonstrou uma flexibilidade invulgar na maneira de fazer-lhes frente.[51] A esclarecida política das nacionalidades, anunciada nos primeiros tempos da revolução, não foi seguida coerentemente; em qualquer caso, teria fatalmente de enfrentar obstáculos quando fosse traduzida na prática. Mas seu impacto imediato foi considerável. O que a União Soviética demonstrou foi que o problema de nacionalidades era "solúvel em um plano de igualdade econômica".[52] Mesmo antes da revolução de 1917, a invulgar compreensão russa dos problemas e atitudes asiáticos já era amplamente comentada; depois da revolução, manteve-se a mesma "perspicácia, originalidade e imaginação".[53]

---

49 T. Menbe, *La révolte de L'Ásie* (Paris, 1951), pág. 10.

50 Plamenatz, *op. cit.*, pág. 339.

51 A questão da "política de nacionalidades" soviética está cercada de controvérsias. Em seu todo, a mais objetiva das descrições sucintas é a de G. Wheeler, *Racial Problems in Soviet Muslim Asia* (Londres, 1962). Há um relato completo, mas em certos pontos incompatível com os princípios críticos, das suas origens e primeiras fases, em Carr, The Bolshevik Revolution, vol. I, págs. 253-380, e R. Schlesinger, *The Nationalities Problem and Soviet Administration* (Londres, 1956), publicou uma série de documentos tratando dos acontecimentos subseqüentes; cf. também, K. Stahl, *British and Soviet Colonial Systems* (Londres, 1951).

52 Cf. H. J. Laski, *Reflections on the Revolution of our Time* (Londres, 1943), Pág. 209.

53 Cf. Wheeler, *op. cit.*, pág. 56.

"Os comunistas", foi afirmado,[54] "têm uma grande virtude na Ásia: não receiam a ação simples e drástica em escala gigantesca." Até certo ponto, este juízo é bastante sólido. Para as economias sofisticadas do Ocidente, medidas drásticas em larga escala acarretariam danos irremediáveis, mas na Ásia eram capazes de propiciar benefícios imediatos a milhões de pessoas. Um dos atrativos mais destacados do comunismo, aos olhos de asiáticos e africanos, é que oferece aos povos subdesenvolvidos um manual e um plano preestabelecido de desenvolvimento. "O capitalismo", disse uma vez Nkrumah, "é um sistema excessivamente complicado para uma nação recentemente independente."[55] Apesar dos "enormes erros de cálculo" que ocorreram tanto na planificação soviética como na chinesa,[56] a maioria dos líderes nos países subdesenvolvidos endossaria aquela opinião de Nkrumah. Concordariam que, nas condições afro-asiáticas, "o critério gradualista", associado com a "livre iniciativa, está quase certamente votado ao próprio malogro".[57] Se a massa do povo tem de ser erguida da lama, se a independência arduamente ganha tem de ser preservada, o que o Ocidente fez em muitos séculos tinha de ser feito na Ásia em duas ou três gerações. O impacto da União Soviética foi devido, em primeiro lugar, à prova prática por ela fornecida de que isso era exeqüível. Argumenta-se, freqüentemente, que uma "economia livre" podia conseguir tanto e mais, "com o tempo";[58] mas tempo era precisamente o que faltava. E se o assustador custo humano de planejamento, na escala soviética ou chinesa, for apontado, a resposta é que — nas condições verificadas na maior parte da Ásia e, provavelmente, na América Latina e na África, também — o custo humano de planejamento em larga escala não será por certo maior do que o custo de não se planificar de maneira alguma. Para povos que pouco conheceram das tradicionais liberdades ocidentais — e, neste caso, por exemplo, estão os felás do Egito ou do Iraque e os trabalhadores dos arrozais da Birmânia — as restrições e coações conseqüentes eram um pequeno preço a pagar.

Seria um erro, contudo, dar excessiva ênfase aos aspectos econômicos da influência soviética na Ásia. Como Isaac Deutscher sublinhou,[59] foi nos domínios da política social e da educação — não em riqueza e produtividade, onde pode mais do que manter seu predomínio — que o Ocidente notou ser sumamente difícil igualar o avanço soviético. E Walter Laqueur insistiu em afirmar que "os elementos éticos e religiosos, no comunismo, foram de muito maior importância" do que os econômicos.[60] Dificilmente poderia escapar à atenção dos líderes asiáticos e africanos, por exemplo, que os

---

[54] Plamenatz, *op. cit.*, pág. 338.

[55] Kwame Nkrumah, *Autobiography* (Edimburgo, 1959), pág. VII.

[56] Cf. A. Nove, *The Soviet Economy* (Londres, 1961), pág. 294.

[57] Cf. B. H. Higgins, Economic Development, Principles, Problems and Policies (Nova York, 1959), pág. 454.

[58] Cf. R. Harris, *Independence and After. Revolution in Underveloped Countries* (Londres, 1962), pág. 45.

[59] Cf. I. Deutscher, *The Great Contest. Russia and the West* (Londres, 1960), pág. 78.

[60] Laqueur, *op. cit.*, pág. 284.

russos fizeram mais num quarto de século pela educação dos povos que habitam no círculo polar ártico e no Cáucaso, os quais em 1917, nem sequer possuíam uma língua escrita, do que os ingleses fizeram na Índia numa ocupação de quase duzentos anos. Também seria disparate subestimar a atração política do comunismo entre os advogados, cientistas, médicos, tecnologistas e gerentes que — em associação com oficiais do exército, oriundos de semelhantes camadas sociais — surgiam como elemento dominante nas sociedades asiática e africana. Para eles, o comunismo oferecia perspectivas de liderança e realização autêntica, e o que poderiam ter de abandonar como indivíduos — na sociedade asiática não seria muito, usualmente — ganhariam em posição profissional.[61] As formas comunistas de organização política têm afinidades acentuadas com o sistema tradicional asiático de um Estado autoritário que é a encarnação da lei absoluta.[62] Por outra parte, as liberdades civis e políticas do tipo ocidental têm menos peso do que podemos imaginar em sociedades onde sempre foi encarado como natural que os governos imponham deveres e obrigações, em vez de protegerem e salvaguardarem os direitos individuais. Além disso, não podemos pressupor que as instituições democráticas do tipo ocidental sejam necessariamente eficientes sob as condições asiáticas.[63] Em países onde o contraste entre riqueza e pobreza é ainda extremo, e onde as instituições parlamentares podem ser facilmente manobradas nos interesses das classes ricas, a ditadura pode ser o único método — ou, pelo menos, o único método prático, imediatamente acessível — de garantir a democracia na acepção original da palavra, tal como foi usada por Aristóteles: isto é, como antítese de aristocracia ou plutocracia, ou de predomínio de qualquer outro e estreito interesse de classe, exercendo seu poder na base do controle de propriedade. A democracia asiática, na prática, está apta a condizer com a descrição feita por Stalin da democracia nos países capitalistas: "democracia para os fortes, democracia para as classes proprietárias".[64]

Não será preciso, em tudo isso, idealizar a sociedade soviética nem minimizar sua crueldade para com as minorias, ou sua ineficiência e desperdícios. Estamos simplesmente interessados em descrever uma situação histórica; e faz parte dessa situação que um sistema derivado de Marx e Lênin parecia, a muitos dos interessados, ajustar-se melhor às condições asiáticas do que qualquer alternativa praticável. Não se segue que deva ser o sistema sovié-

---

[61] Como foi expresso por Laqueur (*ibid*, pág. 273): "Eles estão destinados a serem os patrões, os mestres, os construtores, os realizadores do novo país e dos novos homens; estarão abundantemente equipados com todas as facilidades que possam promover seu trabalho; em vez de corpos estranhos em suas antigas comunidades, serão os centros em redor dos quais uma nova comunidade se cristalizará; quanto mais homogênea a nova estrutura crescer, tanto mais elevado será o lugar deles na pirâmide de funções que eles próprios têm de organizar."

[62] Cf. Mende, *op. cit.*, pág. 93. Por outro lado, Harris (*op. cit.*, págs. 7, 11) realça a diferença entre o autoritarismo da Ásia oriental e a situação na Ásia meridional, "onde não existem fortes barreiras tradicionais ao progresso da democracia".

[63] Cf. Mende, *op. cit.*, pág. 14.

[64] Cf. Carr, *The Soviet Impact in the Western World*, pág. 11.

tico ou russo; com efeito, a evidência indicaria que a adoção de um sistema segundo o modelo russo deixou de ser muito provável. Depois do estabelecimento da República Popular da China, em 1949, mais nenhum Partido Comunista ganhou o controle de qualquer país na Ásia, na África ou na América Latina.[65] Isso não significa, porém, que o marxismo, tal como interpretado por Lênin ou Mao Tse-tung, tenha perdido seu atrativo intelectual. Com exceção da Índia, onde o nacionalismo fizera substanciais progressos antes da revolução russa de 1917, a maioria dos movimentos nacionalistas na África tiveram um forte elemento marxista em suas origens, e a força ideológica do marxismo continuou sendo muita para líderes que, como Nehru, rejeitaram o comunismo como sistema político. Assim, seria um erro medir a força do marxismo como ideologia pelo êxito ou fracasso dos partidos comunistas asiáticos. Mais importante, a longo prazo, foi o fato de que o papel missionário desempenhado, depois da Primeira Guerra Mundial, pela democracia americana, sob a inspiração do Presidente Wilson, e que afetou principalmente a Europa, foi preenchido, depois da Segunda Guerra Mundial, pela democracia soviética, e afetou principalmente a Ásia. E assim aconteceu por dois motivos. Primeiro, seu conteúdo era primordialmente social e, assim, correspondia às aspirações despertadas em toda a Ásia de uma reforma social, ao passo que o conteúdo da democracia ocidental era predominantemente político. Segundo, ao invés da democracia ocidental, que atraía especialmente as classes médias, a soviética estava em condições de comunicar-se com todas as camadas sociais e oferecer-lhes um novo sentido de solidariedade, com um lugar para todos no sistema. Quando Lênin disse que "a política começa onde estão as massas" — "não onde há milhares, mas onde há milhões, aí é onde começa a política séria"[66] —, estava falando da Rússia, não da Ásia; mas foi na Ásia, com seus numerosos milhões, que sua sentença produziu frutos. O comunismo oferecia um novo princípio de ordem a sociedades que a intervenção ocidental lançara em efervescência. Suas soluções radicais, sua prontidão em desfazer meandros, sobretudo, sua crença dinâmica em si mesmo e em sua missão, elevaram o comunismo, para fins asiáticos, acima do cauteloso pragmatismo, ligado ao respeito paralisante pelos interesses entrincheirados, que parecia constituir a marca do critério ocidental, em face dos problemas asiáticos.

7

Basta comparar a situação mundial em 1900 com a de sessenta

[65] A Coréia do Norte e o Vietname do Norte não constituem exceções, visto que os acordos de 1953 e 1954 apenas reconheceram um *status quo* já existente antes da eclosão da guerra.

[66] A afirmação de Lênin foi proferida no decurso do Sétimo Congresso do Partido Comunista Russo, no dia 7 de maio de 1918; cf. V. I. Lênin, Selected Works, vol. III (Londres, 1937), pág. 295

anos depois, para vermos de que maneira profunda, no intervalo, o impacto da nova ideologia alterara o equilíbrio existente. Enquanto, no princípio do século, a ordem democrática liberal, radicada num sistema econômico de *laissez-faire*, parecia progredir sem dificuldades, em 1960 o mundo encontrava-se dividido. Um terço dos habitantes do globo encontrava-se fora da sociedade capitalista e integrado num sistema rival, onde o completo planejamento econômico e social era a regra, e a produção deixara de estar regulada pelo motivo-lucro. Foi esta a conseqüência mais vasta da influência marxista-leninista. A crença nas leis inexoráveis da economia capitalista foi quebrada e até no Ocidente o conceito de economia "livre" deu lugar ao tipo predominante de economia "mista", com certo grau de planejamento no cimo, a um crescente "setor público" e uma dose de regulamentação governamental que seria inconcebível sessenta anos antes.

Nessas circunstâncias, somos tentados a argumentar que o conflito ideológico, tão poderoso entre 1917 e 1956, gastou suas forças, que "um dia", talvez não muito distante, os dois sistemas "se encontrem a meio caminho um do outro".[67] No que respeita à União Soviética, talvez seja esse o caso. Não é apenas o fato de que a sociedade ocidental se emancipou dos extremos capitalistas do *laissez-faire*; é que a sociedade soviética também ingressou num período de rápidas transformações. A fase de "primitiva acumulação socialista", na União Soviética, já terminou e a transição de um estado de escassez para um estado de abundância está gerando significativos progressos sociais e políticos. Já durante o governo de Stalin nascera uma tecnocracia administrativa, semelhante em muitos aspectos à camada diretiva que emergiu no Ocidente depois do desenvolvimento das indústrias ter retirado a propriedade e controle ativo das mãos do empresário e tê-los transferido para um corpo anônimo e amorfo de acionistas. Sob o governo de Khruschev, os elementos conservadores consolidaram-se mais e o fervor revolucionário das primeiras gerações bolchevistas tornou-se coisa do passado. Tal como no Ocidente, a massa do povo estava mais interessada, no final da sexta década do século XX, em gozar os benefícios da abundância do que em prosseguir numa cruzada ideológica. Estes fatos eram significativos. Indicavam — em conjunção com acontecimentos tais como o impasse termonuclear — que a "guerra fria", característica do período de transição, aproximava-se de seu término. Mas importa não exagerar nem interpretar erroneamente o significado de tais fatos. Como Schumpeter escreveu, "confundir a questão russa com a socialista" é "ter uma concepção errada da situação social no mundo".[68] Mesmo que a União Soviética esteja evoluindo para converter-se numa sociedade conservadora - tanto quanto a França se tornou uma sociedade conservadora depois de terem sido alcançadas as finalidades básicas da Revolução Francesa —, na maior parte do mundo os problemas debatidos por Marx e Lênin continuam por solucionar e, por essa razão, o atrativo de suas doutrinas continua sendo poderoso entre os povos subdesenvolvidos.

---

[67] Cf. Nove, op. cit.

[68] Cf. J. A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (Londres, 1961), pág. 405

Depois do Vigésimo Congresso do Partido Soviético, em 1956, o conflito ideológico, há tanto associado com a luta pelo poder entre a União Soviética e os Estados Unidos e seus associados, entrou em nova fase. Com o advento da China comunista, o aparecimento do "comunismo nacional", a aceitação da possibilidade de "estradas separadas para o socialismo", o marxismo e o leninismo deixaram de ter a aparência, sequer, de doutrinas especificamente russas. Isso estava de acordo com as próprias convicções de Lênin. Como já foi sublinhado, Lênin sempre realçou o caráter universal do marxismo; e o fato de que, nos trinta ou quarenta anos depois de 1917, estivera intimamente relacionado com a União Soviética — e com a realização dos objetivos soviéticos da Rússia — não passava de uma conseqüência de circunstâncias históricas que já não procediam agora. O comunismo soviético ainda é, evidentemente, uma poderosa força no mundo; mas o impacto do marxismo, em suas diferentes formas, é mais amplo, mais variado e menos monolítico do que nos tempos de Stalin. Também não se limita a países situados dentro do bloco comunista. Nehru, por exemplo, declarou que, para a índia, "só existe uma solução: o estabelecimento de uma ordem socialista... com uma produção e distribuição controladas da riqueza, para o bem público".[69] Tal solução não será, necessariamente, obtida — "a fênix socialista é capaz de não ressuscitar de suas próprias cinzas"[70] - mas, na medida em que for procurada, a ideologia marxista conservará sua força. Os efeitos da experiência russa, a tal respeito, foram duplos. De um lado, a atração do marxismo-leninismo foi intensificada pela demonstração, na União Soviética, de sua capacidade para transformar as condições de vida de uma sociedade atrasada; por outro lado, aos líderes, em muitos países afro-asiáticos, repugnou a maneira como essa transformação foi manobrada na Rússia, sob o governo de Stalin. Em qualquer caso, a experiência e o exemplo russos não contam para o atrativo emocional e intelectual do marxismo, cujo ímpeto precedeu a revolução russa. Seu advento como uma das ideologias predominantes de uma nova era foi o reflexo da convicção de que o capitalismo liberal era incapaz de resolver os problemas da sociedade moderna, e enquanto a falsidade dessa crença não for demonstrada, em escala mundial, o impacto do marxismo como força mundial terá poucas probabilidades de diminuir, embora suas formas possam mudar.

Ao avaliar a nova situação, é importante distinguir entre países industrializados e países subdesenvolvidos. No que respeita aos países industrializados do Ocidente, os acontecimentos, a partir de 1945, demonstraram a capacidade da sociedade capitalista para se ajustar às condições do mundo moderno. Embora a inflação persistente, o "subdesenvolvimento de alto nível" e a "parcial estagnação tecnológica" possam dar lugar a apreensões,[71] poucas pes-

---

[69] Jawaharlal Nehru, *An Autobiography* (Londres, 1936), pág. 523; cf. também K T. Narasimha Char, *The Quintessence of Nehru* (Londres. 1961). págs. 140-4, onde mais declarações de um caráter semelhante são reunidas.

[70] Cf. Schumpeter, *op. cit.*, pág. 57.

[71] A análise clássica desses problemas é, evidentemente, a obra de J. K. Galbraith, *The Affluent Society* (Londres, 1958), do qual descende toda uma categoria de literatura. Schumpeter também se mostrou cético sobre a capacidade do neocapita-

soas poderão negar que a economia keynesiana, a manutenção do pleno emprego, os serviços sociais e a redistribuição de rendas por meio de impostos restauraram a estabilidade do sistema de empresa privada que, antes de 1939, parecia estar à beira do colapso. Mas, quando passamos ao mundo subdesenvolvido, a situação é inteiramente distinta. Não se trata de que, como se diz freqüentemente, sob condições adversas na Ásia, África e América Latina, o capitalismo baseado no motivo-lucro não funcione, mas, antes, que quanto melhor ele funcionar e mais eficiente se tornar, tanto mais provável é aumentar o desequilíbrio social e dar margem a uma tensão social revolucionária. Porém, mais importante ainda, é o fato de que o resultado dos altos padrões de vida alcançados nas sociedades abastadas do Ocidente — como Gunnar Myrdal acentuou — foi perpetuar, e muitas vezes, acentuar, as crônicas desigualdades na distribuição mundial de bens e serviços.[72] Tomando o mundo como um todo, só uma pequena minoria privilegiada, largamente situada na América do Norte e na Europa ocidental, desfruta as vantagens da abundância e, apesar de empréstimos, ajudas e assistência técnica, o abismo entre os povos industrializados e os subdesenvolvidos está-se ampliando, não se reduzindo. Com exclusão dos países no bloco comunista, 62% da riqueza total do mundo encontram-se nas mãos de apenas 15% da população e tudo indica que o padrão médio de vida da humanidade, como um todo, está ainda abaixo do nível de 1900.[73]

Não seria realista supor que exista qualquer solução simples para os problemas apresentados por essas desigualdades. Mas está aí uma razão de fato para que o marxismo-leninismo continue sendo uma força ativa no mundo de hoje. Considerá-lo, meramente, uma arma ideológica do governo soviético seria desvirtuar seu papel histórico. Pelo contrário, o comunismo russo, tal como se desenvolveu entre 1928 e 1953, foi um reflexo de condições especiais que não é provável repetirem-se; e há muitas indicações de que, à medida que evolui e é adaptado a outras circunstâncias, em outras partes do mundo, o marxismo começa a modificar ou a rejeitar suas características especificamente russas. Evidentemente, ninguém cometeria o erro de subestimar o papel desempenhado pela União Soviética na história dos tempos mais recentes. Mas o significado do marxismo transcende sua importância como ideologia do Estado soviético. Historicamente, o marxismo, tal como interpretado por Lênin e Mao Tse-tung, é significativo na medida em que fornece uma alternativa para os povos emergentes, a cujas condições o sistema econômico-liberal do Ocidente bem como as instituições políticas e sociais a ele associadas não se adaptavam facilmente. Não foi o único sistema alternativo concebível; mas foi o único que possuía o dinamismo, a coesão global e a atração emocional que a situação desses povos solicitava. Querendo avaliar seu impacto, não devemos enca-

---

lismo para "sobreviver indefinidamente" (*op. cit.*, pág. 419); cf. também Joan Robinson, *Filosofia Econômica*, Zahar Editores, Rio, 1964.

72 Cf. G. Myrdal., *Beyond the Welfare State* (Londres, 1960), págs. 119 e segs., 164-5.

73 Cf. G. Myrdal, *An International Economy. Problems and Prospects* (Londres, 1956), págs. 2, 149. Desde que estas páginas foram escritas, os argumentos de Myrdal foram retomados e desenvolvidos, com mais provas estatísticas, por Evan Luard, *Nationality and Wealth* (Londres, 1964).

rar, simplesmente, o marxismo como ideologia soviética russa, mas, como Lênin a viu, uma força universal cuja missão era também universal. Já deu à sociedade do século XX uma forma elaborada segundo diretrizes distintas de tudo o que era conhecido no passado; e sua força ainda não está esgotada.

VIII

ARTE E LITERATURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A Mudança nas Atitudes Humanas

Se, como foi propósito deste livro demonstrar, a História contemporânea é diferente, na maioria de suas precondições básicas, daquilo que chamamos História "moderna"; se o período contemporâneo marca o início de uma nova época na história da humanidade, será razoável esperar que essa mudança espelhe-se não só no ambiente social e na estrutura política, mas também nas atitudes humanas. É verdade, evidentemente — como Marx teve sempre o cuidado de realçar — que a relação entre a infra-estrutura social e a superestrutura de "sentimentos, ilusões, hábitos de pensamento e concepções de vida", erguida sobre aquela, é extremamente complexa,[1] e seríamos insensatos se esperássemos qualquer coordenação direta entre ambas. Mas seria também surpreendente se a índole da literatura e de outras formas de auto-expressão humana não tivesse sido afetada pela nova ordem social produzida por uma nova civilização tecnológica. O que tentarei fazer, em conclusão, é examinar, portanto, algumas das mudanças mais notáveis nas atitudes humanas dos últimos três quartos de um século e ver até que ponto elas indicam o advento de uma nova perspectiva do mundo e um novo critério no tratamento dos problemas humanos fundamentais.

Nosso ponto de partida será a "desintegração da síntese burguesa"[2] que se nos depara quando o século XIX se aproxima de seu final; o fulcro de nosso inquérito será averiguar se alguma nova síntese lhe sucedeu ou se, pelo menos, podemos discernir os elementos de uma nova síntese. Dois pontos, em particular, exigem atenção: um deles é o grau em que nossas atitudes foram remodeladas pela revolução na ciência e o impacto da tecnologia; o outro é saber até onde a nova sociedade de massas de nossa época terá chegado na criação de formas distintas de expressão própria. Trata-se de questões que têm sido calorosamente debatidas, freqüentemente em termos de juízos de valor subjetivos e largamente irrelevantes. Tivemos uma fartura de moralização sobre a decadência da arte e música modernas, sobre o abismo que pretensamente as separa da vida cotidiana, sobre a erosão espiritual da civilização ocidental

---

[1] Cf. Karl Marx, The Eighteenth Brumaire, trad. E. e C. Paul (Londres, 1926), pág. 55. a importância de distinguir entre "a transformação material das condições econômicas de produção" e as formas "legais, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas" também foi assinalada por Marx num famoso trecho de seu prefácio para *The Critique of Political Economy* (ed. 1904), pág. 12. Como é bem sabido, Engels também protestou, depois da morte de Marx, contra a acusação de que ele e Marx mantinham a opinião de que a superestrutura ideológica respondia, direta e incondicionalmente a condições econômicas; cf. G. A. Wetter, *Dialectical Materialism* (Londres, 1950), págs. 38-40, 50.

[2] Cf. G. Bruun, *Nineteenth-Century European Civilization,* 1815-1914 (Londres, 1959), pág. 186.

e, mais recentemente, sobre as carências dos povos ressurgentes da Ásia e África. Tais juízos escurecem mais do que esclarecem as questões e tentarei evitá-los. O pessimismo que encara todas as mudanças como mudanças para pior é um tema invariável da História e que esta invariavelmente refuta. Mas quando tudo isso ficou dito, resta ainda uma questão real, que a História não pode simplesmente ignorar com base na falta de qualificações técnicas.

Ao acompanharmos o processo de mudança, à medida que ele afeta as atitudes humanas, podemos distinguir, com bastante facilidade, três fases ou períodos principais. O primeiro, que se estende desde 1880, aproximadamente, até a Primeira Guerra Mundial, ficou marcado, sobretudo, pela reação contra as tradições dos passados quatrocentos anos; o segundo, mais ou menos equivalente aos anos entre as guerras, mas abrangendo a última década anterior a 1914, foi um período de grandes experiências em novos modos de expressão; no terceiro, iniciado a seguir à Segunda Guerra Mundial, muitas das experiências do período entre as guerras foram abandonadas, mas não foi fácil perceber ainda a cristalização de uma nova perspectiva do mundo. Isso não deveria constituir surpresa. Quando atentamos na extensão do levante que ocorreu no passado meio século e na magnitude dos ajustamentos a fazer, seria utópico esperar o rápido advento de uma nova cultura unificadora. Em outros aspectos — por exemplo, na conformação de novos termos políticos de referência — podemos afirmar, com alguma confiança, que a transição de uma era para outra já se completou. No respeitante a nossas atitudes humanas fundamentais, devemos esperar um progresso mais lento. A difusão de um novo padrão cultural requer um período de estabilidade que ainda não tivemos desde 1914, mas que pode estar começando agora. Mesmo que assim seja, não está em causa se a velha síntese liberal, que foi a marca do século XIX, será ou não sucedida por algo que se lhe possa comparar em âmbito e influência.

1

Para o historiador é mais fácil descrever a desintegração das antigas atitudes e padrões do que a formação de novas. O fato central, marcando uma ruptura entre dois períodos, foi o colapso - exceto na educação formal, que ficou por isso cada vez mais desligada da corrente principal de desenvolvimento social - da tradição humanista que dominara o pensamento europeu desde o Renascimento. O ataque ao humanismo assumiu inúmeras formas e partiu de várias direções; mas, em seu âmago, estava a desilusão com o próprio humanismo e foi a discrepância entre suas convicções - nomeadamente, o respeito pela dignidade e o valor do indivíduo - e sua prática - nomeadamente, a desumanização e despersonalização das classes trabalhadoras - que deu inicio à revolta. O que a levou a um ponto culminante, depois um período de crescente inquietação, foi a

brusca deterioração de condições na cidade e na fábrica, resultante do novo industrialismo,[3] e foi incentivada pela nova preocupação com as pragas da pobreza, desemprego e miséria que marcou a geração entre *Progress and Poverty*, de Henry George (1879), e *Unemployment*, de William Beveridge (1909). Encontrou sua expressão mais eloqüente no melhor da obra de Zola, notadamente, em seu maior romance, *Germinal*, de 1885, com um insistente martelar nos temas de privações e sofrimento, capacidade de resistência, escuridão, ação das massas e padecimento das massas. Algo de uma qualidade semelhante infundiu-se no maior drama de Gerhart Hauptmann, *Os Tecelões* (1892).

Obras tais como *Germinal* expuseram o vazio das convicções humanistas, a contradição implícita no âmago da filosofia liberal, entre a dignidade e igualdade humanas, em teoria, e a desigualdade e indignidade humanas, na prática. Ao mesmo tempo, Nietzsche — o amadurecido Nietzsche de *Assim Falou Zaratustra* (1883-5) *e Além do Bem e do Mal* (1885-6) - atacava furiosamente suas pretensões morais, despedaçando o véu ideológico erguido para esconder a estrutura de poder em que a ordem social estava baseada e reiterando o brutal truísmo da vontade de domínio. "*Procurais um nome para este mundo? Uma solução para todos os seus enigmas ?... Este mundo é a vontade de domínio — e nada mais.*"[4] Com uma acuidade sem paralelo antes dele, Nietzsche penetrou fundo no otimismo de seu tempo, na fácil crença num progresso automaticamente garantido pela seleção natural e pela sobrevivência dos mais aptos, na suposição de que o homem, o indivíduo, é um reservatório infinito de possibilidades e de que tudo o que se necessita é reajustar a sociedade para que essas possibilidades prevaleçam. A moralidade era, "ela própria, uma forma de imoralidade";[5] a Filosofia, de Platão a Hegel, falsificara a realidade e degradara a vida. "Nada foi comprado por mais alto preço", proclamou Nietzsche, "do que o pedacinho de razão humana e senso de liberdade que hoje constitui a base de nosso orgulho."[6] Foi esse ataque frontal aos valores e pressupostos em que se fundamentava a cultura ocidental que fizeram de Nietzsche, depois de 1890, o profeta inspirado da nova geração na Europa.

A influência desagregadora de Nietzsche, sobre a imagem do intelectual do século XIX, dono voluntarioso de seu próprio destino, foi reforçada pela obra de um filósofo francês, Henri Bergson, com sua afirmação da superioridade da intuição sobre a inteligência. Foi corroborada ainda pelas novas tendências na ciência física e pelo impacto das novas concepções psicológicas. Ambas contribuíram, com um vigor cada vez maior, à medida que o tempo transcorria, para o declínio daquelas certezas que sustentavam a imagem comumente aceita do homem e do universo. O matemático francês Henri Poincaré negou que a ciência pudesse jamais saber algo sobre a realidade; tudo o que podia fazer, afirmou ele, era determinar a relação entre coisas. Na Inglaterra, concepção semelhante do mundo,

---

[3] Sobre essa deterioração , cf. acima, págs. 50-52

[4] Friedrich Nietzsche, Werke (Ed. K. Schlechta), vol. III (2ª Ed., Munique, 1960), pág. 917

[5] Friedrich Nietzsche, *ibid.*, pág. 527

[6] Cf. Hans Kohn, *The Mind of Germany* (Londres, 1961), pág. 214

como estrutura de relações emergentes, foi expendida por F. H. Bradley, em Apperance and Reality (1893), e desenvolvida por Whitehead e os relativistas. "A natureza, em si, não tem realidade", manteve Bradley; a idéia de que a natureza era "composta de matéria sólida, intercalada com um vácuo absoluto", idéia essa que herdamos da metafísica grega, é insustentável e deve ser rejeitada.[7] O espaço, assevera Bradley, é apenas "uma relação entre termos que nunca poderão ser encontrados".[8] Assim, a natureza, que desde o tempo de Giordano Bruno fora sempre um ponto fixo de referência — a totalidade das coisas e acontecimentos que o homem encontrava em torno e sobre ele — começou a retirar-se para a inacessibilidade; converteu-se em intrincada rede, de relações e funções, situada além da experiência comum e suscetível de ser apenas conceptualizada abstratamente, até dissolver-se, por fim, num "mundo perdido de símbolos".[9]

A tendência da ciência moderna é sugerir que o universo é ininteligível, sem sentido e acidental, e que o homem, na frase de Eddington, "não passa de um concurso fortuito de átomos".[10] Tais conceitos, ao entrarem numa circulação mais vasta, só podiam exercer um efeito deletério — e o mesmo se aplica à nova psicologia de Pavlov e de Freud. Este último, cuja Interpretação dos Sonhos fora publicada em 1899, deve ser colocado a par de Lênin como o arauto de uma nova era. Embora sua principal influência não fosse sentida senão depois de 1917, Freud era uma figura de extraordinária envergadura e influência, com quem, no terreno científico, só Einstein podia comparar-se. A teoria freudiana do subconsciente exerceu uma influência incomensurável, sobretudo, por destruir a imagem do homem como indivíduo coordenado, reagindo inteligentemente e de maneira prognosticável aos acontecimentos. A descoberta por Freud de que as ações do homem podem ser motivadas por forças "Sobre as quais ele tudo ignora, destruiu a ilusão individual de autonomia; e a Sociologia, que, na frase de Dewey, concebeu "a mente individual como função da vida social", operou na mesma direção. Se a ciência deixou o homem procurando, às apalpadelas, uma esquiva realidade externa, Freud deixou-o procurando em vão uma realidade em seu próprio e mais íntimo eu.

2

Os efeitos dessas mudanças revolucionárias de perspectiva, em todos os campos da expressão literária e artística, são por demais óbvios para necessitarem de algo mais do que exemplos ilustrativos. Sabemos que escritores como Henry James e Virgínia Woolf deram-se rapidamente conta das novas concepções psicológicas; sabe-

---

[7] Cf. H. Bradley, *Appearance and Reality* (2.ª Ed., Londres, 1902), págs. 288, 293

[8] *Ibid.*, pág. 38

[9] Cf. R. Guardini, *The End of the Modern World* (Londres, 1957), pág. 91

[10] A. S. Eddington, *The Nature of the Physical World* (Cambridge, 1928), pág. 251

mos que os primeiros cubistas, enquanto viviam no Bateau Lavoir, nas ladeiras de Montmartre, travaram conhecimento com os novos conceitos científicos através de um matemático amador, Princet; sabemos que Eliot, como estudante em Harvard, leu e escreveu a respeito de Bradley. Tais casos são, contudo, raros — e realçá-los seria enganador. As mudanças na literatura e na arte, bem como as mudanças na filosofia e na ciência, ocorreram simultaneamente e, em grande parte, independentemente; o efeito das últimas foi influir e acentuar um processo de desintegração nas primeiras, o qual, entretanto, já estava em marcha. A confiança no poder da arte para refletir a verdadeira natureza da realidade já estava declinando e a ciência apenas confirmou a consciência existente de que a verdade não se ajusta, afinal de contas, aos sentimentos instintivos ou percepções imediatas. "Organizo os fatos de maneira tal", escreveu Gide em 1895, "que se conformem à verdade, mais intimamente do que na realidade acontece."[11] "A arte não reproduz o que se pode ver; ela torna as coisas visíveis", disse Paul Klee.[12]

A partir de 1874, quando se realizou em Paris a primeira exposição dos impressionistas, foi impossível deixar de notar a desintegração das tradições artísticas que vinham mantendo sua autoridade desde o Renascimento. É certo que os impressionistas — Monet, Pissarro, Renoir, Degas, Sisley — não eram revolucionários rompendo com o passado; como disse Gauguin, eles "conservaram as algemas da representação" e permaneceram dentro da tradição do realismo, mas, agora era "um realismo que se evaporava na realidade imaterial do ar e da luz".[13] Foi quando surgiu o problema de preencher o vazio, que os efeitos dissolventes do impressionismo deixaram para trás, que acabou por tornar-se explícita a necessidade de novos padrões e de ruptura com o passado; e, quase simultaneamente, a pintura, a literatura e a música adotaram diretrizes deliberadamente revolucionárias. Não cabe aqui seguir esse processo passo a passo, desde Van Gogh, Cézanne e Gauguin, até Kandinsky, Picasso e Jackson Pollock, desde Debussy a Schönberg, Bartok e Webern, desde Mallarmé e Rimbaud até Éluard e Ezra Pound. Tudo o que podemos fazer é selecionar algumas tendências, das quais a mais óbvia foi a rejeição das formas artísticas consagradas.

A preocupação com a forma foi característica, visto ter sido a falência das antigas formas e a necessidade de novos métodos de entendimento com um novo tipo de ser humano, com as novas emoções que o ocupavam, suas novas relações com o mundo que o rodeava, que dominaram a expressão artística. Levou, inexoravelmente, do simbolismo ao expressionismo e ao cubismo, e, por trás disso, estava o repúdio da preocupação com a natureza — com o espaço tridimensional, a perspectiva científica, *sfumato* e *chiaroscuro* — que dominara a arte européia desde o Renascimento. A exclamação de Whistler, "A Natureza está usualmente errada!", estabelecia o repto de uma nova geração a toda a tradição existente. O propósito central dos

---

[11] André Gide, *Paludes* (ed. Paris, 1926), pág. 21.

[12] O ensaio de Klee, 1920, do qual são estas as palavras de abertura, está editado em tradução por W. Grohmann, Paul Klee (Londres, 1958), pág. 97; cf. também G. Di San Lázaro, Klee: *A Study of his Life and Work* (Londres, 1957), pág. 105.

[13] Cf. *New Cambridge Modern History*, vol. XI, pág 158.

cubistas e dos expressionistas alemães era afastarem-se do visual, que não era real, para alcançarem a essência, que era ou podia ser. Mallarmé rejeitou, explicitamente, "a pretensão de encerrar na linguagem a realidade material das coisas".[14] Da mesma maneira, pintores como Paul Klee e escultores como Henry Moore rejeitaram a arte representativa, enquanto na música era Schönberg o primeiro a abandonar o centro tonal e introduzir a técnica da atonalidade.

Por trás dessas experiências com a forma, estava uma determinação consciente e firme de enfrentar a "tarefa de dominar de novo a realidade".[15] Foi o resultado de uma crise de padrões e valores que se generalizou pouco depois de 1900. Schönberg publicou suas revolucionárias *Três Peças para Piano* (op. 11) em 1908. Em Paris, o cubismo surgiu como um movimento consciente e coerente em 1907. Na Alemanha, a formação do grupo conhecido como *Die Brücke* (1905), seguido pela "nova cisão" (1910) e *Der blaue Reiter* (1911), marcou o nascimento do expressionismo. Todos foram impelidos pelo colapso da velha crença em que a verdade positiva estava contida na percepção sensorial e pelos problemas da realidade revelada pelas descobertas da ciência e da técnica; finalmente, pelas conclusões que o espírito humano extraíra dessas novas revelações. Agora, a questão da natureza da realidade já evoluíra para o problema de averiguar se realmente existia uma realidade que pudesse ser apreendida e como poderia ser apreendida. Os diferentes estilos, maneirismos e técnicas, que se seguiram, representavam tentativas diferentes para abordar esse problema. Na França, os *fauves*, na Alemanha, expressionistas como Heekel, Nolde e Kandinsky utilizavam cores discordantes, contrastes violentos e distorções brutais, para romper através das aparências até alcançarem uma verdade "mais verdadeira do que a verdade literal". As primeiras composições musicais de Stravinsky empregaram métodos semelhantes para fins semelhantes. Mas foi o cubismo que se aproximou mais de uma nova visão do mundo. Fê-lo porque era mais intelectual e estava menos envolvido em "uma transcrição emocional ampliada das reações do artista" do que o expressionismo.[16]16 Para os cubistas, o mundo existia, o que não acontecia com os simbolistas, mas sob o impacto da nova teoria científica era concebido de um modo distinto. Nisto, eram como os artistas do Renascimento, que também procuraram assimilar a arte com as descobertas científicas do tempo. A pintura cubista foi "uma pesquisa feita na natureza emergente da realidade", "um exame da realidade em suas múltiplas contingências", "uma análise da identidade múltipla de objetos"; era "pintura concebida como formas relacionadas, que não são determinadas por qualquer realidade exterior a essas formas relacionadas".[17] O universo que os cubistas descreveram era um em que as coisas não têm localizações simples, e a rejeição feita por eles de um simples ponto de vista revelava uma visão mais plena da realidade do que seria possível em qualquer arte baseada no artificialismo da Geometria Euclidiana. Segundo essa concepção, a arte cu-

---

[14] Cf. *New Cambridge Modern History, vol. XI, pág. 130*

[15] Cf. H. L. C. Jaffé, *Twentieth-Century Painting (Londres, 1963), pág. 12*

[16] Cf. B. S. Myers, *Expressionism* (Londres, 1963), pág. 43

[17] Cf. a extremamente lúcida interpretação de Wylie Sypher, em Rococo to Cubism in Art anda Literature (ed. Nova York, 1962), págs 270, 276, 287, 288.

bista possuía a acuidade e clareza de uma análise científica.

"As idéias subentendidas na pintura cubista", como já se disse,[18] "estão refletidas em todas as artes modernas." Contudo, apesar de seu impacto, o cubismo foi apenas uma parada momentânea no caminho. Para isso, houve duas razões principais. A primeira foi que os próprios cubistas, ao decomporem os objetos em seus mais simples elementos — ou, como no famoso "Homem com Violino" (1911), de Picasso, resolvendo-os em uma série de planos — destruíram os objetos e abriram a porta, assim, para a arte abstrata e uma nova onda de iconoclastia. A segunda razão foi o choque provocado pela Primeira Guerra Mundial. Não foi por acaso que o dadaísmo e o surrealismo atingiram o auge entre 1919 e 1921. O choque e a desilusão da guerra abalaram toda a fé numa realidade significativa e deram lugar tanto ao amargo protesto expressonista de Georg Grosz e Otto Dix quanto aos pesadelos surrealistas de Salvador Dali. "Iludiram-nos eles", indagaria depois Eliot,[19]

> ***ou iludiram-se a si próprios, os anciãos de voz calma,***
> ***Legando-nos, meramente, um recibo de desilusão?***

Para os poetas e artistas que se reuniram nos movimentos modernistas, a carnificina entre 1914 e 1918 e a paz falsificada que a rematou significaram a falência não só da ordem existente, mas do sistema de valores de toda uma civilização. Julgando-os por seus resultados, não encontraram mais qualquer motivo para usar tais valores. Daí ter o surrealismo tomado a forma de uma "recusa dos modos de pensar e sentir do humanismo tradicional". Mas em toda a experimentação do período de 1920 a 1930, a par de uma intenção deliberada de provocar o choque e o escândalo, a luta pela descoberta de novos caminhos para apreender a realidade nunca foi abandonada. Mondriaan, em particular, procurou exprimir a "realidade pura", expurgada do "peso morto do objeto", em suas composições geométricas abstratas. A vida do homem moderno, escreveu ele em 1917, "estava-se divorciando gradualmente dos objetos naturais", e "tornava-se cada vez mais uma existência abstrata",[20] pelo que Mondriaan tomou a peito a tarefa de criar formas que exprimissem essa nova situação. Mas a tentativa de encontrar uma nova concepção de realidade através da abstração não sobreviveu à Segunda Guerra Mundial. No mundo pós-Hitler e pós-Hiroxima, a busca de um equilíbrio harmonioso, levada a efeito por Mondriaan, deixara de ser aceitável. Parecia uma "exaustão, desonesta",[21] e a ênfase derivou de uma tentativa de retratar a realidade para uma tentativa existencialista de exprimir um novo sentimento de vida. Na pintura "unificada" de Pollock e Appel, aquilo a que os cientistas chamam o "campo" se torna mais importante do que os objetos situados no campo. Tal pintura exprimiu "uma concepção mundial em que o objeto

---

[18] *Ibid.*, pág. 265

[19] Em East Coker (1940), cf. *Collected Poems*, 1909-1962 (Londres, 1963), pág. 198.

[20] Para uma tradução do artigo programático de Mondriaan, extraída da primeira edição do periódico De Stifl, cf. M. Seuphor, Piet Mondrian, Lifer and Work (Londres, 1957), págs. 142 e segs.

[21] Jaffé, *op. cit.*, pág. 26

desaparece nos padrões de comportamento"; nada, assim foi dito, "podia rechaçar mais efetivamente a crença romântica na liberdade, no individualismo, e a importância do ato decisivo".[22]

3

Cubismo, dadaismo e pintura abstrata, tal como a música de Bartok e Schõnberg, ou como o Ulisses, de Joyce, e O Castelo, de Kafka, estavam completamente alheios ao mundo do século XIX. Igualmente remotos se encontram do mundo de hoje. Não é de minha competência, mesmo que a tivesse para fazê-lo, tentar uma apreciação artística de todos eles; no presente contexto, basta considerá-los como representantes da transição de uma fase para outra da civilização. O que aconteceu, no final da transição, foi o descarregar da bagagem herdada de cultura européia. Como escreveu Ortega y Gasset, o século XIX está vinculado ao passado, sobre cujos ombros pensava estar situado; considerava-se a si próprio como o apogeu de eras passadas. O presente — Ortega escrevia isso em 1930 — não reconheceu no passado coisa alguma que lhe pudesse servir de possível modelo ou padrão. A Renascença revelou-se como "um período de estreito provincianismo, de gestos fúteis..."

Sentimos que nós, homens atuais, fomos subitamente deixados sozinhos sobre a Terra... Evaporaram-se quaisquer remanescentes do espírito tradicional. Modelos, normas, padrões, nada disso tem utilidade. Temos de resolver nossos problemas sem qualquer colaboração ativa do passado.[23]

Foi esse sentimento de alienação, de deserdação, da solidão incomunicável do indivíduo, que constituiu a estrutura da arte e literatura dos anos anteriores e posteriores à Primeira Guerra Mundial. As peças de Ibsen e Chekhov e romances como Os Buddenbrook, de Thomas Mann (1901), retrataram a crise da antiga sociedade; em certo sentido, eram um *requiem*. Rilke, acima de todos os outros, surgiu como o poeta de um mundo do qual a dúvida desalojara todas as certezas; um mundo em que o Bem não faz bem e o Mal não causa danos, em que os amantes desejam a separação, e não a união, em que toda a ordem aceita de correspondência desmoronou-se como um castelo de cartas.[24] Proust, desejando perpetuar por um ato de memória padrões e relações que se dissipavam, mesmo enquanto eram pensadas, foi o maior de todos os romancistas do período. Não existindo seqüência lógica, nem desenvolvimento causai; não sendo o homem uma simples pessoa unificada cujo destino seja decidido por suas próprias ações ou porque as forças da natureza são demasiado poderosas para que ele consiga sobrepujá-las — caindo o homem à

---

[22] Sypher, *op. cit.*, págs. 326-7

[23] Ortega y Gasset, A Rebelião das Massas. Ortega já analisara essa mesma situação em sua obra A Desumanização da Arte, publicada originalmente em Madri, em 1925

[24] Cf. Erich Heller, *The Disinherited Mind* (ed. Penguin, 1961), pág. 151.

beira do caminho, porque a vida é vazia de sentido, ou porque ele não passa de um feixe de átomos sem finalidade, jogado ao acaso na escuridão vazia do espaço —, nada mais resta, pois, senão comunicar, aparentemente a esmo, tudo aquilo que a sensibilidade do escritor traz à superfície em dado momento. O refinamento supremo — alguns diriam, a *reductio ad absurdum* — foram as seqüências surrealistas de palavras, de James Joyce, Gertrude Stein e E. E. Cummings. Um escritor, de tendência não desfavorável, disse que Gertrude Stein, ao usar as palavras para fins puros de sugestão, fora "tão longe que nem mais sugeria".[25] É uma crítica que se pode aplicar na generalidade. Também de Schönberg se disse que sua música "tornara-se tão abstrata, tão individual e tão divorciada de toda a relação com a humanidade que era quase ininteligível".[26] Alguns dos maiores artistas, percebendo que caminhavam para um impasse, recuaram. Stravinsky, por exemplo, desertou, depois de 1923, de seu anterior "dinamismo" para se fixar no neoclassicismo; Picasso abandonou, rapidamente, suas "aventuras nas fronteiras do impossível"[27] e recusou vincular-se a qualquer fórmula individual. Mas, na generalidade dos casos, havia uma tendência evidente, na arte, para degenerar em maneirismo, e nos artistas e escritores para se reunirem em "panelinhas" cujos pensamentos eram demasiado esotéricos para ferirem qualquer corda sensível.

Em sua maior parte, as experiências características da primeira metade do século XX não lograram chegar a resultados positivos; certamente falharam na produção de uma nova síntese. Seria um erro tomar esse fracasso de maneira excessivamente trágica. Muitos dos escritores e artistas do período foram francamente demolidores, em seus propósitos, e não tinham qualquer ambição reconstrutiva; seu objetivo era, simplesmente, limpar o terreno e romper com o passado. O resultado, porém, foi que muitas de suas obras foram retidas, apenas, pelo interesse histórico de que se revestem. Isso é verdade, em suas linhas gerais, por exemplo, a respeito do amargo comentário social dos expressionistas alemães, e de escritores como Heinrich Mann e Ernst Toller, que estavam intimamente associados com aqueles. Quanto ao resto, as tentativas, nos primeiros trinta anos do século XX, para se fazer o necessário ajustamento ao novo mundo que surgia, não alcançaram êxito algum. É uma observação feita, por exemplo, com referência específica a Rilke. "Suas tentativas para se ajustar ao novo mundo", afirmou-se,[28] "revelam um comovente desamparo, em um poema como o Soneto a Orfeu, um hostil desamparo nas Elegias." Em todo caso, o que notamos a respeito de sua obra, atualmente, é a irrelevância da mesma para o mundo contemporâneo.

Nesse aspecto, Rilke de maneira alguma foi uma exceção solitária. O simbolismo e o expressionismo também não agüentaram suas posições. Como disse Kafka, os símbolos "são inúteis na vida cotidiana, que é a única vida que temos"; eles "exprimem, simplesmen-

---

[25] Cf. E. Wilson, *Axel's Castle. A Study in the Imaginaria Literature of 1870-1930* (ed. Londres, 1961), pág. 195.

[26] Cf. A. Einstein, *A Short Story of Music* (6ª ed., Londres, 1959), pág. 201

[27] Cf. E. H. Gombrich. The Story of Art (10ª ed., Londres, 1960), pág. 435

[28] Guardini, op. cit., pág. 126

te, o fato de que o incompreensível é incompreensível, e nós já sabíamos isso".[29] Quanto à revolta contra a era da máquina, contra a tenebrosa desolação de *The Waste Land*, contra todo o progresso intruso da civilização padronizada, que foi tema constante desde Baudelaire a Verhaeren e Garcia Lorca, de que constava senão de um romantismo invertido, de um malogro em aceitar fatos inevitáveis, um fútil protesto compreensível na época, mas transitório no tempo? Era certamente uma revolta estranha a uma geração cônscia de que o industrialismo se tornara a base da única sociedade de que eles tiveram experiência.

Igualmente notório foi o fracasso das correntes artísticas e literárias predominantes em transpor o abismo que as separava da revolução científica e técnica, sendo esta a característica mais acentuada da época. Isso não foi contraditado pela aguda percepção das implicações de uma nova realidade, testemunhada nas últimas obras de Eliot — em *Burnt Norton* (1935) ou em *The Dry Salvages* (1941), por exemplo — e na pintura cubista ou abstrata. Ninguém negaria que, num ou noutro caso, observam-se reflexos da moderna teoria científica. Mas dos efeitos positivos da ciência natural em mudar a face do mundo e as condições totais de nossas vidas, pouco foi assimilado. C. P. Snow notou a lentidão dos romancistas, na América e outros países, em concordarem com os fatos da moderna sociedade industrial.[30] Mais fundamentalmente, não surgiu qualquer poeta capaz de exprimir os conceitos básicos da ciência moderna, como Lucrécio fez com os de Demócrito, ou Pope com a Física newtoniana.

A posição foi resumida por um cientista que escreveu nos primeiros meses da Segunda Guerra Mundial, olhando para o período decorrido entre as duas guerras. "Todas as atividades culturais de nossa época", escreveu ele,[31]

> fracassaram em sua principal função. Nem a pintura nem a literatura lograram chegar a um ponto de vista positivo e suficientemente definido, digno sequer de ser considerado como base para uma nova sociedade. Foram muito úteis; limparam o caminho de uma porção de lixo de que todo o mundo queria ver-se livre; indicaram, um tanto obscuramente, a direção em que uma nova perspectiva do mundo poderia ser encontrada; mas não ergueram as cortinas, habilitando-nos a contemplar, através delas, uma terra prometida.

---

[29] "A este respeito, continuou Kafka, "um homem disse, certa vez:
Por que tanta relutância? Se apenas seguirmos os símbolos, converter-nos-emos nós próprios em símbolos e, assim, libertar-nos-emos de todas as preocupações cotidianas.
Outro disse: - Aposto ser isso também um símbolo.
O primeiro respondeu: - Você ganhou.
E o segundo comentou, então: - Mas, infelizmente, só ganhei de maneira simbólica.
Ao que o primeiro retorquiu: - Não, na realidade; simbolicamente, você perdeu."
(Heller, *op. cit.*, págs. 188-9)

[30] C. P. Snow, *The Two Cultures and the Scientific Revolution* (Cambridge, 1959), pág. 29.

[31] Cf. C. H. Waddington, *The Scientific Attitude* (2.ª ed., 1948), pág. 70.

4

Depois de 1945, verificou-se uma considerável mudança de base: As preocupações dos anos entre as guerras, distantes das do século XIX, estavam igualmente distantes das preocupações do mundo de pós-guera. Não se tratava tanto de uma rejeição quanto de um abandono pelo caminho. A incessante especulação de Eliot e Valéry sobre o que constitui Poesia, que função desempenha, se existe alguma utilidade em escrevê-la, deixara de despertar o mesmo interesse. O mundo introspectivo da imaginação individual, de Proust, fora tão intensamente explorado e especulado que todas as suas possibilidades pareciam exaustas. E a tendência pessimista, de desespero e resignação, de errantismo desamparado, sem amarras num mundo vazio de esperança, estava por um fio. Talvez sua derradeira grande expressão, escrita em 1952, à sombra da bomba atômica, tenha sido *Esperando por Godot*, de Beckett, na qual os dois protagonistas esperam desamparadamente, num mundo desolado, pelo momento em que "toda a vontade se desvanecerá e nós estaremos novamente sós, no meio do nada".

Esperando por Godot foi o final do capítulo que começara com *O Castelo*, de Kafka. Dez anos depois, quando a bomba de hidrogênio já se tornara tão familiar quanto a mesa de cozinha, as pessoas tinham aprendido, que começavam a aprender, a aceitar as incertezas do novo mundo como parte da vida. Se a personalidade intelectual dominante da década a seguir a 1945 foi Camus, cuja mensagem era negativa, a de revolta, a figura típica da década seguinte foi Brecht, cuja obra pressupôs um universo de valores relativos, onde não havia santos nem heróis, mas em que a vida humana tinha como finalidade superar o estado precário e provisório da sociedade humana. Similar atitude refletiu-se na Filosofia existencialista de Heidegger, Jaspers e Sartre, a única corrente filosófica do período com ampla influência. Também aqui se verificava uma tentativa de afastamento do critério negativo, que fora característico dos positivistas lógicos. O existencialismo, com efeito, não admitia valores transcendentes; o indivíduo estava só, mas só entre outros, envolvido numa situação que, embora fosse elemento passivo em sua criação, o homem não podia evitar pela evasão, como os simbolistas, para um mundo íntimo e privado. O ajustamento do pensamento sartriano, no curto prazo entre *Huis clos* (1944) e *Les chemins de la liberté* (1945), pode ser encarado como a medida de uma transformação básica nas atitudes humanas, um desvio do ponto de vista da consciência individual para um em que o indivíduo é absorvido por uma realidade social que é intensificada pelo ritmo acelerado dos novos processos técnicos.[32]

Entre os fatores que provocaram essa mudança de ponto de vista encontramos o progresso da Sociologia e a impregnação do pensamento, em todos os níveis, por noções derivadas da investigação sociológica. A Sociologia ensinou que o grupo, não o indivíduo, constitui a unidade básica da sociedade. Deixou de partir do indi-

---

[32] Para este assunto, cf. M. Crouzet, *L'époque contemporaine. A La recherche d'une civilization nouvelle* (2.ª ed., Paris, 1959), págs. 452-3, 462-3, 466-7.

víduo como conceito central, em termos do qual a sociedade deve ser explicada, e viu nos padrões de comportamento do grupo a norma determinante da ação individual. É possível pôr em dúvida as conseqüências sociais de tal critério — foram severamente criticadas nos Estados Unidos por escritores como W. H. Whyte — mas não a sua efetividade. A importância dessas concepções reside no estímulo que inculcaram para a mudança, que já estava ocorrendo, de uma egocêntrica e, em última análise, monótona preocupação com o destino pessoal do indivíduo e a enfermidade, a intranqüilidade da alma européia, para os problemas suscitados pelas relações sociais, no seio das novas sociedades técnicas e industriais das massas, nas quais as transformações dos últimos sessenta ou setenta anos tinham mergulhado o mundo. A literatura de protesto e revolta — produto característico de uma velha ordem em declínio — parecia ter dado o último suspiro, começando um movimento, afastado de toda a subjetividade, rumo à objetividade. Os escritores da nova geração - Robbe-Grillet, por exemplo - contornaram o antigo labirinto da introspecção, procurando mostrar que o mundo, "muito simplesmente, é".[33] Os poetas e artistas que fizeram eco ao "*je ne suis curieux que de ma seule essence*", de Valéry, deixaram de ser típicos; e as pessoas preferiram encarar a questão de saber se, apesar de sua complexidade e das tensões que provoca, é ou não possível chegar a um acordo com a sociedade industrial; e se, no caso de falhar essa tentativa, a existência de algumas obras-primas, por mais refinadas e brilhantes, seria suficiente para tornar a vida digna de se viver — inclusive para a minoria em posição de desfrutá-las. O homem preferiu igualmente a questão, que lhe foi lançada pela mudança social e pela propagação do alfabetismo, da "reintegração da arte na vida comum da sociedade".

5

A questão de arte e sociedade, ou de cultura e civilização, não é nova. Tem sido discutida e debatida desde a Revolução Industrial.[34] Mas adquiriu uma nova dimensão quando os resultados da introdução do ensino universal obrigatório, que se generalizara depois de 1870, começaram a ser sentidos. Depois de 1930, o problema tornara-se a preocupação de toda uma geração. Tinha dois aspectos: primeiro, se a cultura sobreviveria num novo ambiente social; e, segundo, se a sociedade poderia sobreviver sem a força aglutinadora de uma "cultura comum".

Para alguém que reveja agora as subseqüentes controvérsias sobre o problema, a principal impressão que se recebe é de esterilidade e, por essa razão, pouco se ganharia seguindo aqui seu curso em pormenor. A tendência predominante era amplamente pessimista. A civilização das massas, afirmava-se vulgarmente, era incompatível

---

33 Cf. Sypher, *op. cit.*, pág. 329.

34 Cf. Raymond Williams, *Culture and Society*, 1780-1950 (ed. Penguin, 1961).

com a cultura. A cultura é obra das minorias, e o domínio das massas, em conjunto com o "nivelamento", a padronização e a comercialização, implica a decadência da civilização, reduzida ao nível de uniformidade medíocre e mecânica. "Civilização e cultura", escreveu F. R. Leavis em 1930, "estão-se tornando termos antitéticos", e Yeats profetizou "a cada vez maior separação das classes cultas, em relação à comunidade, como um todo".[35] Escritores e artistas recuaram ante a oca fachada da vida urbana e de rotina da civilização mecânica, acreditando, como Yeats, que o mundo da ciência e da política era algo de fatal para a visão poética. A ciência, declarou I. A. Richards, privara o homem de sua herança espiritual; de um Deus sujeito à teoria da relatividade não é possível esperar que forneça inspiração a um poeta.[36] Mas a maior das queixas, expressa com veemência especial por T. S. Eliot, era que a "cultura das massas" seria sempre um "substitutivo da cultura" e que em toda a sociedade de massas existe sempre "uma influência constante, agindo silenciosamente... para a depressão dos padrões".[37] Esse pessimismo cultural, que atingiu o auge com o *Study of History*, de A. J. Toynbee — em particular no nono volume (1954), com seus lamentos sombrios sobre os males da civilização ocidental —, foi compreensível como reação contra o complacente pressuposto, tão comum entre os intelectuais de espírito liberal do princípio do século, de que a propagação do alfabetismo provocaria, automaticamente, a disseminação da cultura existente por todo o mundo. Nunca houve qualquer razão para que isso assim fosse. A expectativa de que as classes recentemente ativadas absorveriam, simplesmente, os padrões literários, artísticos e morais antigos era contrária a toda a experiência histórica. Mas a suposição de que a queda do prevalecente esquema de valores, sob o impacto da transformação social, era sinônimo de declínio de toda a cultura, também não era plausível. Era fácil acusar as massas de indiferença pelas sérias atividades literárias e artísticas e censurá-las pelo alegado abismo entre cultura e civilização; mas era igualmente importante indagar se os artistas e escritores tinham algo a dizer que fosse relevante para o seu novo público, ou se teriam perdido contato, em seu idioma e valores, com as novas realidades sociais. Ninguém nega que há um vasto público (não de uma só classe, necessariamente) dedicado a entretenimentos triviais, à arte comercializada, à literatura escapista e à música medíocre; mas isso não é peculiar à sociedade moderna e sua existência nada prova. O que é certo, por outra parte, é que o novo público, que a propagação da alfabetização criou em escala mundial, é diferente, em seus gostos e preocupações, daquela elite razoavelmente homogênea à qual os escritores e artistas antigamente se dirigiam. Agora, as bases sociais eram muito mais vastas e os problemas que atraíam sua atenção tinham deixado de ser os mesmos que cativavam a atenção das minorias culturais do passado. Quando Jimmy Porter disse, desdenhosa-

---

[35] Cf. F. R. Leavis, *Mass Civilization and Minority Culture* (Cambridge, 1930), pág. 26; W. B. Yeats, *A Vision* (Londres, 1926), pág. 214.

[36] Cf. I. A. Richards, *Science and Poetry* (Londres, 1926), pág. 50.

[37] Cf. T. S. Eliot, *The Idea of a Christian Society* (Londres, 1939), pág. 39; *Notes towards the Definition of Culture* (2.ª ed., Londres, 1962), pág. 107.

mente, que escrevera um poema "embebido na teologia de Dante, com uma boa dose de Eliot, também", estava falando em nome de uma geração para a qual os rarefeitos valores estéticos de 1930 eram uma portentosa "conversa fiada".

O aparecimento de formas literárias e artísticas capazes de exprimirem os resultados de meio século de rápidas transformações sociais foi retardado — e ainda está, sob muitos aspectos, retardado — pelas tentativas persistentes para salvar os remanescentes da antiga cultura, enxertando-os no "mundo novo do anonimato tecnológico". Foi sustado, também, pelas deslocações, restrições e frustrações que caracterizaram o rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Mas a partir de 1955, tornou-se evidente o avanço numa vasta frente. Foi marcado na Inglaterra por *Look Back in Anger* (1956), de Osborne, à sua maneira, tão característico como expressão de uma nova situação social, quanto *Uma Casa de Boneca* fora em 1879 ou *O Cerejal*, em 1904. Tal avanço já tivera expressão, quase uma década antes, no neo-realismo do cinema italiano. Em 1958, ele invadiu o cinema britânico, que voltou as costas às convenções da vida da classe média do pré-guerra e lançou-se na investigação do panorama social da fábrica, dos apartamentos de operários, bairros pobres, os divertimentos e problemas dessas classes. Não era uma grande arte, admitamos, e degenerou com excessiva facilidade em clichês; mas era uma arte relevante. Refletia uma básica mutação na estrutura de classes e preocupava-se com problemas tais como a tensão das relações humanas numa sociedade onde faltam os vínculos tradicionais, os quais eram comprovadamente "contemporâneos". Talvez não seja acidental o fato de que os meios que em primeiro lugar procuraram chegar a bom termo com as novas realidades tenham sido o cinema, a novelística e o drama. A arquitetura, sob a inspiração de Frank Lloyd Wright e Walter Gropius, já descobrira formas de expressão funcionalmente adaptadas a uma era tecnológica; de fato, poder-se-ia afirmar — apesar da rápida comercialização e rebaixamento dos novos estilos — que a arquitetura foi que tomou a liderança. Grandes projetos de engenharia civil, como o Rockefeller Center, de Nova York, ou os amplos viadutos rodoviários entrelaçados de cidades como Los Angeles, exprimiram com precisão o "espírito" — bem como as potencialidades e limitações — da nova civilização tecnológica. As formas clássicas de expressão artística — excetuando, talvez, a música — tiveram grandes dificuldades em superar o abismo e encontrar um novo idioma. A poesia, em particular, com seu mundo intensamente pessoal, tinha dificuldades em conseguir uma nova audiência; na Europa ocidental, pelo menos, parecia que, no final da Segunda Guerra Mundial, ela esgotara todos os seus recursos. Mas em outras regiões — na América de língua espanhola, por exemplo — havia sintomas de um recomeço e na Rússia, depois de Stalin, uma nova fase era iniciada. Como Isaac Deutscher acentuou, quaisquer que fossem seus méritos literários, Pasternak falou em nome de uma geração que "estava fazendo sua retirada de cena" e cuja atitude perante a vida não era a das pessoas mais jovens: Yevtushenko representou o advento de uma nova perspectiva do

mundo.[38]

Essas poucas indicações do progresso de novas atitudes, embora inadequadas, sugerem, pelo menos, a natureza básica da transformação — nomeadamente, de uma reação negativa para uma positiva e de uma rejeição da civilização tecnológica, por incompatível com a cultura, para a aceitação do seu desafio. Isso não implica a ratificação da nova sociedade, no sentido em que a ratificação era exigida dos artistas, na União Soviética — com resultados absurdos — durante o período stalinista, mas implica o reconhecimento de sua inevitabilidade. Nesse sentido, é legítimo — desde que ignoremos os exageros stalinistas de tom, ligados à frase — falarmos de um retorno ao realismo social. A razão não estava, meramente, na inexistência de um público capaz de continuar apreciando os versos, cheios de alusões, de T. S. Eliot, para cujo entendimento até o público mais seleto e sofisticado a que eram dirigidos tinha de munir-se de um glossário. Era, antes, porque o conteúdo e o estilo de vida da sociedade moderna deixaram de estar diretamente relacionados com os antigos métodos poéticos; porque a nova geração via, escutava e associava de maneira distinta de seus predecessores. Como, perguntou Brecht,[39] quando imensas inovações estavam sendo forjadas em toda parte, poderia o artista esperar retratá-las, se ele estava limitado aos antigos recursos artísticos? O resultado, sem dúvida — e nisso os pessimistas que lamentavam a decadência dos antigos valores estavam certos — foi uma atitude revulsiva contra o humanismo tradicional e o culto da personalidade que se situava em seu âmago. A crise por que passou a sociedade, acentuou Romano Guardini[40] foi devida, pelo menos em parte, ao fato de que "recebera seu cunho histórico das atitudes de um culto da personalidade", o qual deixara de ser relevante. Quando o surto da civilização tecnológica trouxe novos tipos sociológicos para o primeiro plano, as precondições mudaram. As pessoas tinham deixado de aceitar, sem discussão, o antigo pressuposto de que "o sujeito autônomo é a medida de perfeição humana", e a cultura, na acepção em que fora entendida ao longo da História moderna, deixara de ser encarada como "uma norma útil e idônea de ação".[41]

Em fins do século XIX, o impacto da tecnologia estava transformando a face do mundo, mas seus efeitos nas atitudes humanas fundamentais eram insignificantes. Nenhuma criação do espírito humano era mais original do que a Matemática moderna, mas esta passava ao largo das classes cultas e só um reduzido círculo de especialistas deu-se ao trabalho de estudar sua linguagem. Mesmo trinta anos depois, a cultura européia estava ainda sob o jugo das tradições humanistas e dos valores literários estabelecidos, em condições totalmente diferentes, na época do Renascimento. Depois, finalmente, na década da Segunda Guerra Mundial, uma geração ins-

---

[38] Cf. I. Deutscher, The Great Contest (Londres, 1960), pág. 34; sobre Yevtushenko, como figura, representativa de uma nova "onda criadora", originada entre as gerações mais novas em 1957, cf. K. Mehnert, The Anatomy of Soviet Man (Londres, 1961), pág. 168.

[39] Cf. E. Fischer, *The Necessity of Art* (ed. Penguin, 1963), pág. 114.

[40] Cf. Guardini, *op. cit.*, pág. 85

[41] *Ibid.*, págs. 76, 96.

pirada pelas potencialidades da ciência e da tecnologia logrou abrir caminho através da barreira humanista e apoderou-se do terreno. Foi uma vitória irreversível. Implicou o aparecimento de novos critérios, ligados à grande tarefa, que a própria ciência iniciara, de submeter a natureza e dominar o universo. Porque as exigências feitas à humanidade por tal tarefa eram imensas, foi necessária uma nova escala de valores. A investigação atômica, os programas espaciais e outros projetos comparáveis foram muito menos o resultado de iniciativas individuais do que de uma planificação global e de uma combinação de aptidões que só era possível conseguir mediante o trabalho de equipe — ou seja, se as pessoas estivessem prontas para aceitar certa medida de disciplina e conformidade, anteriormente rejeitada por incompatível com a dignidade humana. O resultado foi uma nova atitude em relação ao lugar do homem no universo. Naturalmente, o velho e intratável problema do indivíduo e suas relações com o mundo em seu redor não ficou solucionado — como poderia sê-lo, alguma vez ? — mas foi posto em novo contexto. No universo expansivo de Hoyle, o antropomorfismo subjacente da tradição humanista deixou de ser crível e, com ele, o velho culto da personalidade. O homem já não inculcava à liberdade de ação externa ou à liberdade de julgamento interior o mesmo valor transcendente do passado, nem aspirava mais a viver sua vida de acordo com princípios unicamente seus. Sabia que, na complexa, altamente articulada sociedade em que vive, a antiga ética individualista deixara de fornecer padrões relevantes e que a solidariedade, a cooperação e a camaradagem são, pelo menos, tão importantes quanto aquela. "Quando todos os outros valores substanciais se tiverem desintegrado", disse Guardini, "a camaradagem restará ainda"; na nova sociedade que surgiu no final de uma longa transição entre a História moderna e a contemporânea, ela "será o supremo valor humano".[42]

6

Se desejarmos avaliar o impacto da transformação nas atitudes humanas que tentamos esboçar — uma transformação resultante da aceitação das implicações sociais da ciência e da tecnologia — será importante compreender que, como em tudo o mais, no mundo contemporâneo, ela não se limitou à Europa. Com efeito, estaria certo dizer que o aspecto mais significativo da nova perspectiva é seu caráter mundial. Isso foi uma conseqüência, em última análise, da expansão da industrialização, da vida urbana, da produção em massa e das modernas formas de comunicação, em resultado do que as características básicas da civilização tecnológica, outrora consideradas como específicas da Europa ocidental e da América do Norte, estão rapidamente tornando-se universais. As conseqüências potenciais dessas mudanças e, ao mesmo tempo, da propagação do alfabe-

[42] *Ibid.*, págs. 73, 78, 84-5.

tismo, ainda não foram inteiramente apreendidas. Há cinqüenta anos, os movimentos artísticos e culturais significativos se irradiavam todos da Europa; hoje, em resultado de uma rápida propagação do ensino e da educação, já deixou de ser esse o caso. Nos anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já tinham afirmado uma nova proeminência no mundo de fala inglesa e foram escritores americanos da envergadura de Faulkner e Hemingway que estabeleceram o novo rumo. Mais recentemente, esse processo de diversificação avançou de novo, e podemos observar já os primórdios de significativos movimentos literários na América Latina, na África e outras regiões. Em outros domínios, os países em ressurgimento recente já marcham na vanguarda. A grande escola mexicana de pintura, representada por Siqueiros, Orozco e Rivera, já provocara impacto antes da Segunda Guerra Mundial; o Japão conquistou um lugar de distinção na arte do cinema; e, na planificação urbana e na arquitetura, cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília são inexcedíveis em qualquer parte do mundo.

São progressos, evidentemente, ainda no princípio; mas constituem uma indicação suficiente de que a transformação social, seja qual for a sua profundidade, poderá ser um sintoma de renovação, nunca de colapso. Como Alfred Weber acentuou, não é absolutamente verdade, "apesar de todas as idéias em contrário", que o trabalhador industrial nos Estados Unidos ou na Inglaterra tenha sido "despersonalizado", e a transformação, em pouco mais de uma geração, do mujique russo num operário industrial receptivo, hábil, pundonoroso, com um imenso apetite por literatura, aponta as enormes potencialidades humanas de que se dispõe.[43] Hoje, teremos de contar com uma transformação semelhante das classes trabalhadoras na China, na África, no Egito, etc. E claro está que, para nenhum desses povos recentemente despertados, a cultura tradicional — seja a própria ou a da Europa ocidental — é resposta suficiente. Mesmo na Europa ocidental, a antiga cultura literária, com suas intensas preocupações pessoais, afeta a vida da gente comum em demasiado poucos pontos; toda a sua escala de valores foi baseada na atividade, não do indivíduo, mas do grupo — na camaradagem do escritório ou da oficina, nos inevitáveis e íntimos laços da unidade familiar, no prazer dos ócios em companhia de outros — e uma ética social que idealizava a individualidade comporta uma diminuta relação com os fatos da experiência vivida por essa gente. O mesmo será ainda mais verdadeiro em relação aos trabalhadores recentemente emancipados e alfabetizados em outras partes do mundo As especulações e preocupações do tipo que os escritores e artistas europeus se inclinavam a tratar são alheias à experiência daqueles; o existencialismo, com suas angústias, seu *néant* e sua *nausée*, pouca relação tem, como foi assinalado por um escritor mexicano, com a realidade americana.[44] Nessa ordem de idéias, seria ilusório esperar uma "reintegração da arte na vida comum da socieda-

---

[43] Cf. Alfred Weber, *Abschied von der bisherigen Geschichte* (Hamburgo, 1946), págs. 237, 239; há uma tradução inglesa, com o título *Farewell to European History,* (Londres, 1947), págs. 169, 170-1.

[44] Cf. L. Zea, *América como consciência* (México, 1953), pág. 160.

de".[45] Mas as transformações acima esboçadas indicam que um ponto decisivo foi alcançado e que o abismo entre o desenvolvimento cultural e o social, que estivera em constante ampliação desde a Revolução Industrial, volta agora a fechar-se. Com a nova consciência social, a mutação do indivíduo isolado para o indivíduo em sociedade e, sobretudo, a mudança de prisma, de "nós" e "eles" para "nós",* alguns dos mais persistentes obstáculos foram removidos. Simultaneamente, forneceram a base para uma civilização que, sem perder seus modos específicos de expressão, é verdadeiramente universal em suas conotações.

Em 1959 C. P. Snow sustentava que, enquanto "os cientistas têm o futuro em seus ossos", "a cultura tradicional reage desejando que o futuro não exista".[46] Se observarmos quão recentemente o mundo contemporâneo se tornou plenamente visível, esse atraso não deve surpreender ninguém. A consciencialidade e a interpretação não podem preceder a criação. Finalmente, talvez possamos esperar que a arte e a literatura interpretem o "mito" da era contemporânea e dêem expressão a suas crenças e modo de vida. Mas tal como seus temas serão novos, assim também devemos esperar que reflitam a mudança no equilíbrio de forças do mundo, que foi o mais nítido resultado dos acontecimentos da primeira metade do século. Freqüentemente se argumenta que a Europa, embora perdesse sua hegemonia política, reteve e continuara retendo sua liderança cultural; mas essa idéia, embora amplamente propagada, tem, de fato, pouca base. Uma das características mais significativas da era contemporânea foi o estímulo que as revoluções do século XX, libertando-os de seus vínculos com o passado, com formas estéreis e temas tradicionais, incutiram à vida artística e cultural de outros continentes. Enquanto, por volta de 1939, a poesia da maior parte dos países ocidentais estava evidenciando sintomas de exaustão, novos impulsos despertavam na Ásia, na África, na América Latina. Essa prova de renovação cultural, em escala mundial, é um dos aspectos mais significativos da cena contemporânea.

Só é possível dar a mais esquemática indicação do âmbito e do impacto dos novos movimentos culturais. Estão geralmente associados — como o nascimento da literatura européia esteve associado, também, séculos atrás - com o vernáculo; e foram influenciados, sem exceção, por formas européias e o estímulo de idéias européias. Essa reação às influências européias — freqüentemente, mas não exclusivamente, às do simbolismo francês — foi apreciada e interpretada de várias maneiras, muitas vezes no sentido de que tudo o que apareceu não passa de uma versão pálida e imitativa dos modelos europeus, amputada da tradição nativa. Quem se lembre do grau em que a literatura européia, no período do Renascimento, e mesmo antes, estava dependente, em suas formas e temas, dos modelos

---

[45] Cf. Williams, *op. cit.*, pág. 286.

* O contraste pronomial usado por G. B requer um esclarecmento. Em inglês, a expressão usada foi... from "we" and "They" to "Us", que traduzimos literalmente: "we" 1ª pessoa do plural subjetivo e "Us", forma objetiva do mesmo pronome, pessoa e número. Portanto, o contraste significa: de nós (uma parte de todos) para nós (todos, incluindo eles). (N. do T)

[46] Cf. Snow. *op. cit.* pág. 11

clássicos, hesitará antes de aceitar como boa aquela avaliação. Na realidade, como Sir Hamilton Gibb disse a respeito da moderna literatura árabe, "o problema pouco tem a ver com uma deliberada imitação do Ocidente".[47] Essa afirmação pode ser interpretada mais genericamente. "O que os exemplos estrangeiros fizeram", disse um escritor americano sobre o Japão, "foi facultar aos japoneses os meios de exprimirem suas novas idéias e sua consciência de serem homens da esclarecida era Meiji"; mas, "se os japoneses não sentissem a necessidade de criar uma nova literatura, não haveria influência alguma estrangeira que interessasse".[48] Apesar disso, é indiscutivelmente verdade que, em todos os países onde o impacto ocidental se fez sentir, a literatura dos primeiros tempos foi derivada e de pouco mérito literário intrínseco. Isso aconteceu não só com os primeiros sinais de novas correntes, na literatura árabe do século XIX; é igualmente válido para a literatura japonesa anterior ao grande período de criação, entre 1905 e 1915, e da primeira literatura anglo-cingalesa, que "evoluiu, com alguns desvios ocasionais e agradáveis, através da imitação de modelos ingleses, até chegar a um ponto morto".[49] Mas estes, como Sir Hamilton Gibb escreveu,[50] eram os "precursores" e sua importância está menos no que realizaram do que na influência que exerceram e nas novas correntes que puseram em movimento. Em breve uma nova fase era atingida. Tal ocorreu, por exemplo, na América do Sul, por volta de 1925, quando começou a pesquisa "de uma expressão artística que fosse nossa e não subserviente da Europa";[51] e no Japão, a publicação de *The River Sumida*, de Nagai Kafu, em 1909, foi assinalada como ponto de transição "de um período em que as obras européias eram subservientemente imitadas para outro em que a compreensão e receptividade para com elas não permitia, porém, que obscurecessem nossa herança nativa".[52]

O que os novos movimentos literários da Ásia adquiriram do Ocidente - incluindo a Rússia - foi, sobretudo, um modelo para um idioma flexível, através do qual se exprimissem os pensamentos e ideais da civilização moderna. Foi neste aspecto, na emancipação de obsoletas imagens e rígidas convenções, que a influência ocidental foi mais vigorosa. Em todo o Oriente, o velho estilo literário — rebuscado, perifrástico e obscuro — era algo divorciado da realidade presente; era a criação de uma pequena elite, um mistério em que só os educados escolasticamente podiam participar, mas, sobretudo, faltavam-lhe recursos para dar expressão ao pensamento e ideais da sociedade moderna, encerrando-os, pelo contrário, num compartimento separado que dividia a arte da vida.[53] A própria sin-

---

[47] Cf. H. A. R. Gibb, *Studies on the Civilization of Islam* (Londres, 1962), pág. 298.

[48] Cf. D. Keene, *Modern Japanese Literature* (Londres, 1956), pág. 16.

[49] Cf. *Ceylonese Writing. Some Perpectives*, C. R. Hensman (Community, vol. 5, Colombo, 1963), pág. 67.

[50] *Op.cit.*, págs. 258, 286, 292

[51] Cf. P. Henríquez-Ureña, *Literary Currents in Hispanic America* (Cambridge, Mass., 1945), pág. 192.

[52] Keene, *op. cit.*, pág. 25.

[53] Cf. J. R. Levenson, *Confucian China and its Modern Fate* (Londres, 1958), pág. 127.

taxe requeria ser ajustada de maneira a corresponder aos modernos métodos de raciocinar e sentir. O escritor egípcio, Hussein Haykal, por exemplo, explicou amargamente, em 1927, seu sentimento de rebeldia quando era incapaz de exprimir, em seu próprio idioma, aquilo que sinceramente sentia e, em vez disso, encontrava as expressões inglesas e francesas apropriadas formando-se em seu espírito.[54] O resultado foi uma revolta — à qual resistiam os conservadores e os tradicionalistas — contra as antigas formas literárias e, particularmente, onde, como na China e no mundo muçulmano, a língua literária já deixara de ser, há muito, a língua correntemente falada, um uso deliberado do idioma coloquial ou vernáculo, como único veículo apropriado para as novas idéias. Esse retorno ao vernáculo começou cedo no Egito e foi continuado por escritores em todo o mundo árabe, como o iraquiano Abdel-Malek Nuri.[55] Mas foi na China que as questões ficaram formuladas com maior clareza. O grupo Hsin ching-nien, a "nova juventude" reunida em torno de Chen Tu-hsiu e Hu Shih, em 1916 e 1917, inaugurou uma revolução cultural cuja importância será difícil exagerar. Um escritor, de fato, foi a ponto de sugerir que, para o historiador do futuro, tal movimento pode redundar num acontecimento de maior significado na História chinesa do que muitas revoluções políticas em que os historiadores procuraram as chaves explicativas de eventos recentes.[56]

A revolução literária, na China, serve de epítome às transformações subentendidas no renascimento cultural do mundo extra-europeu.[57] O ponto essencial é que a reforma literária fez parte do próprio despertar nacional; com efeito, poderia afirmar-se que foi sua parcela mais importante, visto que, como escreveu Chen Tu-hsiu, "uma revolução puramente política" — desde que não trouxesse mudanças nos domínios da ética, da moralidade, da literatura e das belas-artes — seria "incapaz de transformar a nossa sociedade". Hu Shih denunciou o chinês literário como língua morta, porque "já não era falada pelo povo". Decaíra por causa da "superênfase no estilo, à custa do espírito e da realidade". Além disso, a teoria em que se baseava a literatura chinesa clássica — ou seja, que seu propósito era "transmitir o tau" (quer dizer, os princípios morais) — era demasiado restrita. Huang Yuan-yung já afirmara que o necessário era "colocar o pensamento chinês em contato direto com o pensamento contemporâneo do mundo", a fim de "acelerar seu radical despertar"; e acrescentou: "devemos cuidar para que os ideais do pensamento mundial se relacionem com a vida do homem comum". Daí a ênfase no vernáculo como meio de criar uma literatura viva; e daí, também, as três metas da revolução literária que Chen formulou da seguinte maneira:

1. Derrubar a pintada, empoada e obsequiosa literatura de um

---

[54] Cf. Gibb, *op. cit.,* pág. 274.

[55] Para o Egito, cf. Gibb, *op. cit.,* págs. 254, 272, 294, 299; sobre Abdel-Malek Nuri e os escritores de pós-guerra do Iraque - "*tous... hantés par les problèmes de l'actualité politique ET sociale*" - cf. Ortent, n.ª 4 (1957), pag. 18.

[56] K. M. Pannikar, Ana and Western Dominance (Londres, 1953), pág. 504.

[57] Para o que se segue, cf. Chow Tse-tsung, *The May Fourth Movement* (Cambridge, Mass., 1960), págs. 271 e segs.

punhado de aristocratas, e criar uma direta, simples e expressiva literatura do povo.

2. Derrubar a estereotipada e superornamental literatura do classicismo, e criar a fresca e sincera literatura do realismo.

3. Derrubar a pedante, ininteligível e obscurantista literatura do eremita e do enclausurado, e criar a literatura popular, falando claro, da sociedade em geral.

Os anos de 1918 e 1919, os anos de fermentação revolucionária que encontraram uma saída no movimento de Quatro de Maio, foram aqueles em que os princípios de Chen entraram em vigor. "Depois de 1919", escreveu Hu Shih mais tarde, "a literatura vernácula propagou-se como se calçasse as botas de sete léguas". E com ela disseminou-se uma nova consciência social e uma nova atitude em face dos problemas chineses. Seus efeitos foram reforçados, depois de 1921, pelo trabalho de uma nova organização, a Sociedade para Estudos Literários, que empreendeu em larga escala a tradução da literatura ocidental, especialmente a literatura dos "povos oprimidos".[58] O resultado foi o colapso da língua literária arcaica e das antigas formas literárias estereotipadas. Daí em diante, a literatura criadora, na China, passou a ser modelada pela literatura do Ocidente e tinha pouca ou nenhuma relação com os clássicos chineses. Mas os efeitos mais significativos da influência ocidental não foram literários e sim sociais. Os novos horizontes revelados pela literatura do Ocidente, as comparações que foram então possíveis, constituíram poderoso fator no abrir de olhos de toda uma nova geração para as realidades da cena social chinesa. Por volta de 1925, a primeira tendência, que o contato com a literatura européia estimulara, para o individualismo, o pessimismo, a expressão de sentimento pessoal e de "arte pela arte", estava agonizante; os aspectos sociais da literatura iniciavam sua ascensão, e o tom dominante, fomentado pela nova figura literária, Mao Tun (n. 1896), era contra o esteticismo e a favor do realismo. O espírito da época, anunciou Mao, impele o escritor para a busca da verdade social; os pensamentos e sentimentos que ele expressa "devem ser comuns às massas, comuns à humanidade inteira, e não só para o próprio escritor".[59]

Em todos esses aspectos, o curso dos acontecimentos na China representava o que estava ocorrendo em outros lugares. As influências européias forneceram o estímulo literário original; mas em breve o impacto de movimentos nacionais, sociais e religiosos, nos países em causa, transformou a nova literatura, de um tipo literário derivado e subalterno, num veículo de expressão para uma nova realidade social. Foi esse o caso, por exemplo, da novelística tâ-

---

[58] Ibid., Pág. 285. Estavam representados mais de vinte países, incluindo a Alemanha, França Grã-Bretanha, Estados Unidos, Rússia, Suécia, Espanha, Noruega, Áustria-Hungria, Polônia, Bélgica, Israel, Holanda, Itália e Bolívia. Entre os autores franceses estavam incluídos BArbusse, Baudelaire, Anatole France, Maupassant e Zola; dos escandinavos, Bjornson, Boler, Ibsen e Strindberg; os russos incluíram Andreyevdranath-Artzybashev, Dostoievski, Gogol, Tolstoi, Turguenev e Gorki. Dos Indianos, Rabidranath Tagore também foi traduzido.

[59] Cf. Levenson, op. cit., pág. 128; Chow Tse-Tung, op. cit., pág. 284

mil, no Ceilão.[60] O que os modelos ocidentais forneceram não foi conteúdo, mas "vigor de pensamento e coerência com o presente".[61] Na Índia, como disse Pannikar,[62] "não era a Europa" mas a "Vida Nova" que se refletia na nova literatura — na "poesia e na prosa em que as condições de nossa existência são constantemente relatadas, até ao limite extremo de possibilidades". Evolução semelhante já ocorrera na Hispano-América.[63] Aí, os modernistas, discípulos dos simbolistas franceses, que se tinham retirado da política e dedicado à literatura "pura", foram suplantados, entre 1918 e 1922, por escritores e pintores que lutaram por relacionar a arte com os movimentos sociais de seus países. Com poetas da estatura do chileno Pablo Neruda (n. 1904) e do mexicano Octavio Paz (n. 1914), a literatura hispano-americana afirmava sua situação de independência. A partir de 1920, ocupava-se de problemas especificamente hispano-americanos, a luta com a selva, as violências e choques de condições ignoradas na Europa e, em particular, os problemas sociais do negro e do índio - "*índio que labras con fatiga tierras que de otros duenos son*", nas palavras do poeta peruano José Santos Chocano. Depois de 1925, uma poética sobre a vida do negro, destinada a ecoar na África, apareceu em Puerto Rico e Cuba: uma poesia de imensa beleza que — por exemplo, nas obras de Nicolás Guillén - exprimia o dilema do negro condenado a um permanente estado de exílio, sem um nome tribal, sem uma religião tolerada, sem uma cultura própria reconhecida e sem poder ou influência nas novas sociedades mistas que foram edificadas com seu trabalho.

Não só a literatura hispano-americana foi notável, quando rechaçou sua dependência dos modelos europeus, pelo realismo social de suas criações, sua intensa preocupação com os problemas desesperados da sociedade. Encontramos as mesmas características, profundamente diferenciadas do estilo predominante na literatura ocidental da década de 1930, na China e no Japão desse período; e na índia tornou-se dominante através da influência exercida pela Associação dos Escritores Progressistas, fundada em 1935.[64] No mundo árabe, os modernistas egípcios foram inspirados pela convicção de que um "renascimento literário, refletindo unia revolução nas idéias e concepções do povo, é preliminar necessária a uma renovação completa da vida nacional". A finalidade deles, segundo as palavras de Abás Mahmud Al-Akad, não era criar uma cultura intelectual, "uma cultura de decadência e meras palavras", mas uma cultura natural, "uma cultura de progresso".[65] E, finalmente, o mesmo empenho profundamente social e político constituiu elemento poderoso na poesia da África (na apreciação de Sartre, "a verdadeira poesia revolucionária de nossa época"), a ser despertada sob a influência vigorosa dos índios ocidentais Aimé Césaire e Léon Damas, até ganhar plena expressão no volume que marcou uma época, prepa-

---

[60] Cf. Hensman, *op. cit.*, pág. 260

[61] Gibb, *op. cit.*, pág. 260

[62] *Op. cit.*, pág. 505

[63] Para o seguinte, cf. Henríquez-Ureña, *op. cit.*, págs. 168-73, 185-98.

[64] Cf. Keene, *op. cit.*, pág. 27; Chow Tse-tsung, *op. cit.*, pág. 287; Pannikar, *op. cit.*, pág. 505.

[65] Cf. Gibb, op. cit., págs. 282, 286.

rado em 1948 por Léopold Senghor: a *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache.*[66]

Assim, também na África, particularmente na de expressão francesa, depara-se-nos o padrão já familiar na Ásia e ao norte do Saara: o uso de formas e imagens de origem européia, para exprimirem idéias e sentimentos profundamente não-europeus e, com freqüência, antieuropeus em conteúdo. Tecnicamente, autores como Senghor e o poeta malgaxe Rabéarivelo mantêm-se na tradição do simbolismo francês, tal como Césaire faz um soberbo uso do idioma surrealista; mas subentendida numa similaridade de forma estava uma experiência diversa: a grande experiência de um despertar histórico, numa época em que a poesia européia estava assombrada pela desintegração do antigo modo de viver. Os temas de Senghor e de seus seguidores eram "o travo amargo da liberdade", "o ritmo do pulso negro da África, na neblina de aldeias perdidas".[67] A revolução cultural européia, em resumo, encontrara pela frente uma contra-revolução cultural africana, uma redescoberta e reafirmação de valores africanos, expressas por poetas como David Diop, no tema da *négritude:*

> *Sofre, pobre negro,*
> *Negro tão negro quanto a Miséria,*[68]

e em sua hostilidade contra o mundo branco:

> *Escutem o mundo branco*
> *como se ressente de seus grandes esforços*
> *como seus protestos se quebram sob as rígidas estrelas*
> *como a velocidade de seu aço azul é paralisada no mistério da carne.*
> *Escutem como, de suas vitórias, se desprende o eco de suas derrotas.*
> *Escutem o lamentável tropeçar nos grandes álibis.*
> *Piedade! Piedade pelos oniscientes conquistadores ingênuos.*
> *Hurra por quantos nunca inventaram coisa alguma*
> *Hurra pelos que nunca exploraram coisa alguma*
> *Hurra pelos que jamais conquistaram coisa alguma*
> *Hurra pela alegria*
> *Hurra pelo amor*
> *Hurra pela dor de lágrimas encarnadas.* [69]

Os temas de negritude e protesto não são, evidentemente, o conteúdo exclusivo da literatura africana.[70] O problema da África, como foi assinalado pelo poeta ganes Michael Dei-Aneng, é o de um continente "situado entre duas civilizações", e não admite uma resposta simplista. Mas sua influência é de tal modo pujante que

---

[66] A antologia de Senghor não é fácil de obter. Para uma seleção mais recente e mais representativa, em língua inglesa, cf. Gerald Moore e Ulli Beier, *Modern poetry from Africa* (Penguin Books, 1963).

[67] Moore e Beier, págs. 44, 58.

[68] Citado por T. Hodgkin, Nationalism in Colonial Africa (Londres, 1956), pág.

[69] Citado por Colin Legum, Pan-Africanism (Londres, 1962), pág. 93, de uma tradução do *Cahier d'un retour au pays natal*, de Césaire.

[70] Isso é realçado por Moore e Beier, *op. cit.*, págs. 23-24 os quais afirmam que "o manancial da negritude está ficando seco". Certamente, a atitude dos poetas africanos de expressão inglesa é diferente. Não é necessário discutir aqui o problema; a questão é tratada por Legum, *op. cit.*, págs. 94-103.

escritores e artistas de todas as categorias - "crentes e ateus, cristãos, muçulmanos e comunistas", como Alioun Diop certa vez se exprimiu, "se encontram todos mais ou menos comprometidos".[71] Essa é a característica particular da literatura renascente, tanto na Ásia e na América do Sul como na África; seus escritores e artistas estão empenhados em dar tudo quanto podem a fim de contribuírem para a edificação de uma nova civilização. Sabem que tudo quanto exprimem não constitui o sentimento de um povo, como um todo, mas as concepções de uma minoria que luta por interpretar os acontecimentos do presente para o povo; mas é precisamente nisso que eles vêem sua contribuição para o futuro.

Observando no conjunto, a evidência literária revela uma coerência notável. No Extremo Oriente e no Oriente Médio, ao norte e ao sul do Saara, no Amazonas e no Rio da Prata, nas terras dos Andes, traz-nos um conjunto de novos povos que surgem, de novas energias procurando expressão, um conceito definido de vida estabelecido em contraponto consciente ao da Europa. A poesia africana está impressionantemente isenta de Kulturmüdikeit, ou cansada desilusão, que se impôs como uma venda nos olhos da geração anterior, na literatura européia. Essa fase não é também uma coisa do passado, agora, na Europa? Se, como sugeri, a literatura e arte européias também se reconciliarem com a nova civilização da máquina, da tecnologia e do "homem comum", se à disposição de espírito refletida na rejeição e resignação seguir-se uma disposição de afirmação e de exploração das novas potencialidades que a ciência gerou, então, quiçá não seja ilusório prever a síntese que ainda nos foge: o "desenvolvimento de uma cultura comum" e a "reintegração da arte na vida comum da sociedade". Mas sua base, e a experiência que ela traduz, serão muito mais vastas do que jamais o foram; as respostas serão dadas "pela humanidade como um todo — não um país ou uma cidade, como no passado".[72] Neste ponto, as provas evidentes, no campo literário e artístico, são inequívocas. A era européia — a época que se estendeu de 1492 a 1947 — terminou e, com ela, o predomínio da antiga escala européia de valores. A literatura, como a política, rompeu com seus vínculos europeus, e a civilização do futuro, cuja gênese tentei traçar nas páginas precedentes, está tomando forma como civilização mundial, na qual todos os continentes desempenharão sua parte.

***

---

[71] *Ibid.*, págs. 98-9.

[72] Cf. Jaffé, *op. cit.*, pág. 27.

4ª EDIÇÃO

HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

NORMAN LOWE

HISTÓRIA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

penso

L913h Lowe, Norman.
História do mundo contemporâneo [recurso eletrônico] / Norman Lowe ; tradução: Roberto Cataldo Costa ; revisão técnica: Paulo Fagundes Visentini. – 4. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2011.

Editado também como livro impresso em 2011.
ISBN 978-85-63899-16-3

1. História mundial. 2. História contemporânea. I. Título.

CDU 94(100) "19/..."

Catalogação na publicação: Ana Paula M. Magnus – CRB 10/2052

NORMAN LOWE

HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

4ª Edição

Tradução:
Roberto Cataldo Costa

Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição:
Paulo Fagundes Visentini
Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Doutor em História pela Universidade de São Paulo.
Pesquisador do CNPq. Pós-Doutor em Relações Internacionais pela
London School of Economics.

Versão impressa
desta obra: 2011

penso

2011

Agradecimentos

Agradecemos aos citados abaixo pela permissão para a reprodução de material sujeito a direitos autorais:

The Guardian, por trechos de reportagens sobre Chernobyl (*The Guardian*, 13 de abril de 1996), poluição (26 de outubro de 2003) e Dia Mundial de Combate à AIDS (2 de dezembro de 2003); e pelos Mapas 11.4, 11.5 e 24.6; Oxford University Press, pelos Mapas 6.1, 6.6 e 7.2 de D. Heater, *Our World This Century* (1997), direitos autorais © Oxford University Press 1982; John Murray Ltd, pela Figura 10.1, de J. B. Watson, *Success in World History since 1945* (1989); Palgrave Macmillan por uma figura de D. Harkness, *The Post War World* (1974).

Agradecemos pelas novas fotografias a seguir: Associated Press, 8.2, 20.5, 25.6; Camera Press, 18.1, 20.2, 20.4, 21.1, 23.2, 23.3, 26.1; Getty Images, 1.1, 1.2, 2.4, 5.2, 6.1, 6.3, 6.4, 7.1, 8.3, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 11.1, 11.2, 11.3, 12.1, 12.2, 14.3, 16.2, 16.4, 19.3, 23.5, 24.2, 24.3, 25.4, 25.5; International Planned Parenthood Association, 27.1; Magnum, 26.2; Peter Newark's Western Americana, 22.1, 22.2, 22.3, 22.5; TopFoto, 7.5, 25.1, 25.2.

Também gostaríamos de agradecer às seguintes fontes valiosas de material e informação sobre eventos recentes, que serão úteis aos estudantes:

http://www.guardian.co.uk/international (Guardian Unlimited)
http://www.alertnet.org/thenews (Reuters Foundation)
http://www.keesings.gvpi.net (Keesing's Record of World Events)
http://www.news.bbc.co.uk (BBC News).

Foram feitos todos os esforços possíveis para identificar os detentores de direitos autorais, mas, se algum foi omitido inadvertidamente, o autor e a editora terão o prazer de fazer a necessária correção na primeira oportunidade.

Prefácio à Quarta Edição

A quarta edição deste livro-texto é ideal para alunos de disciplinas introdutórias de História Contemporânea, assim como História e Relações Internacionais em nível de graduação. Muitas seções foram reformuladas para levar em conta as mais recentes pesquisas e as novas interpretações, muitas outras foram acrescentadas para cobrir tópicos fundamentais.

Cada nova edição parece ser mais longa que sua predecessora, e mais uma vez, espero que este livro ajude aos alunos do ensino médio e que sirva como introdução ao estudo do século XX para o primeiro ano da graduação e para os leitores em geral. Agradeço a meus amigos Glyn Jones, que lecionou no Bede College, Billingham, Michael Hopkinson, ex-coordenador de história na Harrogate Grammar School, que leu todo o material e corrigiu inúmeras imprecisões, bem como o reverendo Melusi Sibanda, que me deu valiosa assessoria sobre os problemas da África. Devo agradecer a Suzannah Burywood, Barbara Collinge e Beverley Tarquini, da Palgrave Macmillan, por seu incentivo, ajuda e assessoria, a Jocelyn Stockley, por sua cuidadosa organização, e a Valery Rose por sua ajuda e orientação. Por fim, gostaria de agradecer a minha esposa Jane, que, mais uma vez, leu todo o trabalho e sugeriu várias melhorias. Os erros e defeitos são totalmente minha responsabilidade.

NORMAN LOWE

Sumário

Parte I GUERRA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Parte II A ASCENSÃO DO FASCISMO E DOS GOVERNOS DE DIREITA

Parte III O COMUNISMO: ASCENSÃO E QUEDA

PARTE V A DESCOLONIZAÇÃO E O PERÍODO POSTERIOR

PARTE VI PROBLEMAS GLOBAIS

Parte I

GUERRA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Mundo em 1914

A Deflagração da Primeira Guerra Mundial

1

1.1 PRÓLOGO

Na calada da noite de 5 de agosto de 1914, cinco colunas de tropas de assalto alemãs, que tinham entrado na Bélgica dois dias antes, dirigiam-se à cidade de Liège sem esperar muita resistência. Para sua surpresa, o avanço foi interrompido pelo fogo que partia com determinação dos fortes localizados nos arredores da cidade, representando um revés para os alemães. O controle de Liège era essencial para poder seguir com sua operação principal contra a França. Os alemães se viram forçados a recorrer a táticas de cerco, lançando ao ar, com pesados obuses, granadas que mergulhavam de uma altura de 2.500 metros para estraçalhar a blindagem dos fortes. Ainda que fossem resistentes, os fortes belgas não estavam equipados para aguentar esse tipo de ataque por muito tempo. O primeiro deles se rendeu no dia 13 de agosto, e três dias depois, Liège estava sob controle alemão. Esse foi o primeiro grande enfrentamento da Primeira Guerra Mundial, o horripilante conflito de proporções monumentais que viria a marcar o começo de uma nova era na história da Europa e do mundo.

1.2 O MUNDO EM 1914

(a) A Europa ainda dominava o mundo em 1914

A maioria das decisões que definiriam o destino do mundo foi tomada em capitais da Europa. A Alemanha era a principal potência do continente, tanto em termos militares quanto econômicos. O país tinha superado a Inglaterra na produção de ferro-gusa e aço, mas não em carvão, ao passo que a França, a Bélgica, a Itália e o Império Austro-Húngaro (conhecido como Império Habsburgo) vinham bem atrás. A indústria russa se expandia rapidamente, mas estava tão atrasada no início que não representava um desafio sério à Alemanha e à Inglaterra. Contudo, o progresso industrial mais espetacular durante os 40 anos anteriores havia acontecido fora da Europa. Em 1914, os Estados Unidos produziam mais carvão, ferro-gusa e aço do que Alemanha ou Inglaterra e eram considerados uma potência mundial. O Japão também tinha se modernizado rapidamente e era uma força a ser levada em conta após a derrota da Rússia na Guerra Sino-Japonesa de 1904-1905.

(b) Os sistemas políticos dessas potências mundiais variavam muito

Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França tinham *formas de governo democráticas*, ou seja, cada um desses países possuía um parlamento formado por representantes eleitos pelo povo. Esses parlamentos tinham influência importante na condução do país. Alguns sistemas não eram tão democráticos quanto pareciam; por exemplo, a Alemanha tinha um parlamento eleito (*Reichstag*), mas o poder real estava com o chanceler (uma espécie de primeiro-ministro) e com o kaiser (imperador). A Itália era uma

monarquia com um parlamento eleito, mas o direito ao voto estava limitado aos ricos. O Japão tinha uma câmara baixa eleita, mas também lá o voto era restrito, o imperador e o conselho privado detinham a maior parte do poder. Os governos da Rússia e do Império Austro-Húngaro eram muito diferentes das democracias do Ocidente. O czar (imperador) da Rússia e o imperador da Áustria (que também era rei da Hungria) eram *governantes autocráticos e absolutos*. Isso quer dizer que, embora existissem, os parlamentos só podiam assessorar os governantes, os quais, se desejassem, poderiam ignorá-los e fazer exatamente o que quisessem.

(c) A expansão imperial após 1880

As potências europeias participaram de um grande surto de expansão imperialista nos anos posteriores a 1880. *Imperialismo* é a construção de um império conquistando territórios estrangeiros. A maior parte da África foi conquistada pelos Estados europeus, no que ficou conhecido como "a corrida pela África". A ideia principal por trás disso era assumir o controle de novos mercados e novas fontes de matérias-primas. Também havia intervenção no império chinês que se desagregava. As potências europeias, os Estados Unidos e o Japão, em momentos diferentes, forçaram os impotentes chineses a fazer concessões comerciais. A irritação com a incompetência de seu governo fez com que os chineses derrubassem a antiga dinastia Manchu e estabelecessem uma república (1911).

(d) A Europa se dividiu em dois sistemas de alianças

A Tríplice Aliança:	Alemanha Império Austro- -Húngaro Itália
A Tríplice Entente:	Grã-Bretanha França Rússia

Além disso, o Japão e a Grã-Bretanha formaram uma aliança em 1902. Os atritos entre os dois principais grupos (por vezes chamados de "campos armados") levaram a Europa à beira da guerra várias vezes desde 1900 (Mapa 1.1).

(e) Causas de atrito

Muitas causas de atrito ameaçavam perturbar a paz na Europa:

- Havia rivalidade naval entre Grã-Bretanha e Alemanha.
- Os franceses não se conformavam com a perda da Alsácia-Lorena para a Alemanha no final da Guerra Franco-Prussiana (1871).
- Os alemães acusavam Grã-Bretanha, Rússia e França de tentar "cercá-los", e também estavam decepcionados com os resultados de suas políticas expansionistas (conhecidas como *Weltpolitik* – literalmente, "política mundial"). Embora tivessem se apossado de algumas ilhas no Pacífico e algum território na África, seu império era pequeno em comparação com os de outras potências europeias e não muito compensador economicamente.
- Os russos suspeitavam das ambições austríacas nos Bálcãs e se preocupavam com a crescente força militar e econômica da Alemanha.
- O *nacionalismo* (desejo que as pessoas tem de libertar sua nação do controle de pessoas de outra nacionalidade) sérvio era, talvez, a causa mais perigosa de atrito. Desde 1882, o governo sérvio do rei Milan tinha sido pró-austríaco, e seu filho Alexander, que atingiu a maioridade em 1893, seguiu a mesma política. Contudo, os nacionalistas sérvios eram muito ressentidos com o fato de que, segundo o Tratado de Berlim, assinado em 1878, aos austríacos foi permitido ocupar a Bósnia, uma área que eles achavam que deveria fazer parte da Grande Sérvia. Os naciona-

Mapa 1.1 A Europa em 1914.

listas consideravam Alexander um traidor e, em 1903, ele foi assassinado por um grupo de oficiais do exército que colocou Pedro Karageorgevic no trono. A mudança de regime causou uma profunda alteração nas políticas dos sérvios que agora eram pró-Rússia e não faziam segredo de sua ambição de unir sérvios e croatas em um grande reino eslavo do sul (a Iugoslávia). Muitos desses sérvios e croatas viviam dentro das fronteiras do Império Habsburgo. Sua separação do Império Austro-Húngaro para se tornar parte da Grande Sérvia ameaçaria desmembrar todo o Império Habsburgo já periclitante, que continha povos de muitas nacionalidades diferentes (Mapa 1.2). Havia alemães, húngaros, magiares, tchecos, eslovacos, italianos, poloneses, romenos, rutenos e eslovenos, assim como sérvios e croatas. Se os sérvios e croatas saíssem, muitos dos outros também exigiriam sua independência e o Império Habsburgo se desagregaria. Consequentemente, alguns austríacos estavam ávidos pelo que chamavam de "guerra preventiva" para destruir a Sérvia antes que ela se fortalecesse o suficiente para provocar o desmembramento de seu império. Os austríacos também estavam descontentes com a Rússia por apoiar a Sérvia.

De todos esses ressentimentos, surgiu uma série de eventos que culminaram na deflagração da guerra no final de julho de 1914.

Calendário dos principais eventos

A Europa se divide em dois campos armados:

Ano	Evento
1882	Tríplice Aliança entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália
1894	França e Rússia assinam uma aliança
1904	Grã-Bretanha e França assinam a Entente Cordiale amigavelmente
1907	Grã-Bretanha e Rússia assinam acordo

Outros eventos importantes:

Ano	Data	Evento
1897	Lei naval do almirante Tirpitz – a Alemanha pretende aumentar sua frota	
1902	Grã-Bretanha e Japão assinam aliança	
1904-5	Guerra Russo-Japonesa, vencida pelo Japão	
1905-6	Crise do Marrocos	
1906	Grã-Bretanha constrói o primeiro grande encouraçado	
1908	Crise da Bósnia	
1911	Crise de Agadir	
1912	Primeira Guerra dos Bálcãs	
1913	Segunda Guerra dos Bálcãs	
1914	28 de junho	O Arquiduque Francisco Ferdinando é assassinado em Sarajevo
	28 de julho	O Império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia
	29 de julho	A Rússia ordena mobilização geral de suas tropas
	1° de agosto	A Alemanha declara guerra à Rússia
	3 de agosto	A Alemanha declara guerra à França
	4 de agosto	A Grã-Bretanha entra na guerra
	6 de agosto	O Império Austro-Húngaro declara guerra a Rússia

1.3 OS EVENTOS QUE LEVARAM À DEFLAGRAÇÃO DA GUERRA

(a) A Crise do Marrocos (1905-1906)

O episódio foi uma tentativa dos alemães de expandir seu império para testar a recém-assinada "Entente Cordiale" anglo-francesa (1904), com uma visão de que a França reconheceria a posição da Grã-Bretanha no Egito em troca da aprovação de uma possível tomada do Marrocos pela França. Essa era uma das poucas áreas da África que não estavam sob controle de uma potência europeia. Os

Mapa 1.2 Povos do Império Habsburgo.

alemães anunciaram que ajudariam o sultão do Marrocos a manter a independência de seu país e exigiriam uma conferência internacional para discutir seu futuro. Uma conferência aconteceu como previsto, em Algeciras, no sul da Espanha (janeiro de 1906). Os britânicos acreditavam que se os alemães conseguissem o que queriam, eles praticamente controlariam o Marrocos, o que seria um passo importante rumo à dominação diplomática alemã e os estimularia a pressionar por sua *Weltpolitik*. Os britânicos, que acabavam de assinar sua "Entente Cordiale" com a França, estavam determinados a liderar a oposição à Alemanha na conferência. Os alemães não levaram a sério a "Entente" porque havia um longo histórico de hostilidades entre a Grã-Bretanha e a França, mas, para sua surpresa, a Grã-Bretanha, a Rússia, a Itália e a Espanha apoiaram a exigência francesa de controlar o setor bancário e a polícia do Marrocos. Era uma grave derrota diplomática para os alemães que se deram conta de que o novo alinhamento entre Grã-Bretanha e França era uma força a ser levada a sério, principalmente quando a crise foi seguida pelas "conversações militares" anglo-francesas.

(b) O acordo britânico com a Rússia (1907)

Os alemães consideraram essas conversações como mais uma atitude hostil. Na verdade, era um passo lógico, dado que, em 1894, a Rússia tinha assinado uma aliança com a França, a nova parceira da Grã-Bretanha na "Entente Cordiale". Por muitos anos, os britânicos consideraram a Rússia como uma grande ameaça a seus interesses no Extremo Oriente e na Índia, mas, recentemente, essa situação mudou. A derrota da Rússia para o Japão na guerra de 1904-1905 era vista como um elemento de considerável enfraquecimento, e o país não parecia representar uma grande ameaça. Os russos estavam ávidos para dar fim à antiga rivalidade e ansiosos para atrair o investimento britânico a seu programa de modernização industrial. Sendo assim, o acordo resolveu as diferenças que restavam entre eles na Pérsia, no Afeganistão e no Tibete: não era uma aliança militar, nem necessariamente uma jogada antiAlemanha, mas os alemães a consideraram como uma confirmação de seus receios de que a Grã-Bretanha, a França e a Rússia estavam planejando "cercá-los".

(c) A crise da Bósnia (1908)

Assim, a tensão entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia chegou ao ponto máximo. Os austríacos, aproveitando-se de uma revolução na Turquia, anexaram formalmente a província turca da Bósnia que vinham ocupando desde 1878. A anexação foi um golpe deliberado no Estado vizinho da Sérvia, que também tinha esperanças de tomar a Bósnia, já que ali estavam 3 milhões de sérvios entre sua população mista de sérvios, croatas e muçulmanos. Os Sérvios apelaram por ajuda aos russos, eslavos como eles, e os russos pediram uma conferência europeia, esperando ter apoio francês e britânico. Quando ficou claro que a Alemanha apoiaria a Áustria em caso de guerra, os franceses recuaram, por não estarem dispostos a se envolver em uma guerra nos Bálcãs. Os britânicos, ansiosos para evitar um rompimento com a Alemanha, não fizeram mais do que protestar ao Império Austro-Húngaro. Os russos, ainda abalados por sua derrota para o Japão, não ousavam se arriscar em outra guerra sem o apoio de seus aliados. Não havia quem ajudasse a Sérvia, não aconteceu conferência alguma e a Áustria ficou com a Bósnia. Era um triunfo para a aliança austro-húngara, *mas teve resultados negativos*:

- A Sérvia continuou amargamente hostil à Áustria e foi essa disputa que desencadeou a guerra.

- Os russos estavam determinados a evitar qualquer outra humilhação e passaram a se fortalecer militarmente. Eles pretendiam estar preparados caso a Sérvia alguma vez voltasse a pedir ajuda.

(d) A crise de Agadir (1911)

Essa crise foi causada por outras evoluções na situação do Marrocos. Tropas francesas ocuparam Fez, a capital do país, para dominar uma revolta contra o sultão. Parecia que os franceses estavam à beira de anexar o Marrocos. Os alemães enviaram uma canhoneira, a *Panther*, ao porto marroquino de Agadir, esperando pressionar os franceses a compensar a Alemanha, talvez com o Congo francês. Os britânicos ficaram preocupados com a possibilidade de os alemães adquirirem Agadir, o que poderia ser usado como uma base naval de onde poderia ameaçar as rotas comerciais britânicas. Para fortalecer a resistência francesa, Lloyd George (o chanceler britânico do Exchequer, o encarregado das finanças) usou um discurso que deveria fazer no banquete do prefeito de Londres na Mansion House, a residência oficial do mandatário da cidade, para mandar um recado aos alemães. Ele disse que a Grã-Bretanha não ficaria assistindo e deixando que se aproveitassem dela, "onde seus interesses fossem afetados em termos vitais". Os franceses se mantiveram firmes, não fazendo qualquer concessão importante, e o navio alemão acabou sendo retirado. Os alemães concordaram em reconhecer o protetorado francês (o direito de "proteger" o país de uma intervenção estrangeira) sobre o Marrocos em troca de duas faixas de território no Congo Francês, o que foi considerado como um triunfo das potências da Entente, mas na Alemanha a opinião pública se tornou intensamente contrária aos britânicos, especialmente porque estes estavam tomando a frente, aos poucos, na "corrida naval". No final de 1911, eles haviam construído oito dos novos e mais poderosos navios de guerra do tipo *Dreadnought*, ou encouraçados, comparados com quatro da Alemanha.

(e) A primeira Guerra dos Bálcãs (1912)

A Guerra começou quando Sérvia, Grécia, Montenegro e Bulgária (que se denominavam Liga Balcânica) lançaram uma série de ataques à Turquia. Todos esses países tinham feito parte, em algum momento, do Império Turco Otomano. Agora que a Turquia estava frágil (considerada pelas outras potências como "o enfermo da Europa"), eles aproveitaram a oportunidade de adquirir mais terras às custas da Turquia e, em pouco tempo, capturaram a maior parte do território turco que restava no continente. Junto com o governo alemão, Sir Edward Grey, o chanceler britânico, organizou uma conferência de paz em Londres, ansioso para evitar que o conflito se espalhasse e demonstrar que a Grã-Bretanha e a Alemanha ainda poderiam trabalhar juntas. O acordo resultante dividiu as antigas terras turcas entre os Estados balcânicos. Contudo, os sérvios não estavam felizes com seus ganhos e queriam a Albânia, o que lhes daria uma saída para o mar, mas os austríacos, com apoio alemão e britânico, insistiam em que a Albânia deveria se tornar um Estado independente. Essa foi uma jogada deliberada por parte da Áustria para impedir que a Sérvia se tornasse mais poderosa.

(f) A segunda Guerra dos Bálcãs (1913)

Os búlgaros estavam insatisfeitos com o que ganharam com o acordo de paz e culpavam a Sérvia. Eles tinham esperanças de obter a Macedônia, mas a maior parte dela tinha sido dada aos sérvios. Portanto, a Bulgária atacou a Sérvia, mas seu plano acabou dando errado quando Grécia, Romênia e Turquia correram para apoiar a Sérvia. Os búlgaros foram der-

rotados e, pelo tratado de Bucareste (1913), perderam a maioria do que tinham ganhado com a primeira guerra (veja Mapa 1.3). Parecia que a influência anglo-germânica tinha impedido uma intensificação da guerra ao restringir os austríacos, impacientes para apoiar a Bulgária e atacar a Sérvia, mas, na realidade, *as consequências das guerras dos Bálcãs foram sérias*:

- A Sérvia foi fortalecida e estava determinada a estimular os problemas entre sérvios e croatas que viviam dentro da Império Austro-Húngaro
- os austríacos estavam igualmente determinados a dar um fim às ambições sérvias
- os alemães consideraram a disposição da Grécia de cooperar como um sinal de que

Mapa 1.3 Os Bálcãs em 1913, mostrando as mudanças desde as Guerras dos Bálcãs (1912-1913).

a Grã-Bretanha estava disposta a se afastar da França e da Rússia.

(g) O assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando

Este evento trágico (Ilustração 1.1) que aconteceu em Sarajevo, a capital da Bósnia, em 28 de junho de 1914, foi a causa imediata para o Império Austro-Húngaro declarar guerra à Sérvia, o que, em pouco tempo, evoluiria para se transformar na Primeira Guerra Mundial. O arquiduque, sobrinho e herdeiro do imperador Francisco José, fazia uma visita oficial a Sarajevo quando ele e sua esposa foram mortos a tiros por um terrorista sérvio, Gavrilo Princip. Os austríacos culparam o governo sérvio e deram um ultimato. Os sérvios aceitaram a maioria das exigências, mas os austríacos, com uma promessa de apoio alemão, estavam determinados a usar o incidente como uma desculpa para a guerra. No dia 28 de julho, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. Os russos, ansiosos por não decepcionar os sérvios mais uma vez, ordenaram uma mobilização geral (29 de julho). O governo alemão exigiu que ela fosse cancelada (31 de julho) e, quando os russos não cumpriram, a Alemanha declarou guerra à Rússia (1º de agosto) e à França (3 de agosto). Quando as tropas alemãs entraram na Bélgica em seu caminho para invadir a França, a Grã-Bretanha (que, em 1839, tinha prometido defender a neutralidade da Bélgica) exigiu sua retirada. Quando essa exigência foi ignorada, a Grã-Bretanha entrou na guerra (4 de agosto). O Império Austro-Húngaro declarou guerra à Rússia em 6 de agosto e outros países entraram mais tarde.

A guerra viria a ter efeitos profundos no futuro do mundo. Em pouco tempo a Alemanha deixaria de ser dominante na Europa pela

Ilustração 1.1 O Arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa, pouco antes de seu assassinato em Sarajevo, em 28 de junho de 1914.

primeira vez e o continente nunca recuperaria sua posição dominante no mundo.

1.4 O QUE CAUSOU A GUERRA E DE QUEM FOI A CULPA?

É difícil analisar por que o assassinato em Sarajevo evoluiu até se tornar uma guerra mundial, e nem hoje em dia os historiadores conseguem chegar a um acordo. Alguns culpam a Áustria por iniciar a agressão ao declarar guerra à Sérvia; alguns culpam os russos, porque foram os primeiros a ordenar mobilização completa; há quem culpe a Alemanha, por apoiar a Áustria e outros culpam a Grã-Bretanha, por não ter deixado claro que iria apoiar definitivamente a França. Se tivessem sabido disso, os alemães não teriam declarado guerra à França, e a luta poderia ter ficado restrita ao Leste Europeu.

A questão que não se discute é que a disputa entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia foi o que desencadeou a guerra. Essa disputa vinha se tornando cada vez mais explosiva desde 1908, e os austríacos aproveitaram o assassinato como desculpa para uma guerra preventiva com a Sérvia. Eles realmente achavam que, se as ambições nacionalistas sérvias e eslavas por um Estado iugoslavo fossem atingidas, o Império Habsburgo desabaria, ou seja, a Sérvia devia ser contida. O mais provável é que eles tivessem esperanças de que a guerra se mantivesse localizada, como as guerras dos Bálcãs. A rixa austro-húngara explica a deflagração da guerra, mas não por que ela se tornou uma guerra mundial. *As razões a seguir estão entre as que foram sugeridas para explicar a ampliação da guerra.*

(a) O sistema de alianças, ou "campos armados", tornou a guerra inevitável

O diplomata e historiador norte-americano George Kennan acreditava que, uma vez assinada a aliança de 1894 entre França e Rússia, o destino da Europa foi selado. À medida que as suspeitas aumentavam entre os dois grupos opostos, a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Alemanha se envolveram em situações das quais não conseguiam escapar sem sofrer mais humilhações. A guerra parecia ser a única saída honrosa.

Entretanto, muitos historiadores acham que essa explicação não é convincente. Tinham acontecido muitas crises desde 1904 e nenhuma delas levara a uma guerra importante. Na verdade, nada havia de obrigatório nessas alianças. Quando a Rússia passava por dificuldades na guerra contra o Japão (1904-1905), os franceses não mandaram qualquer tipo de ajuda, nem apoiaram a Rússia quando esta protestou contra a anexação austríaca da Bósnia. A Áustria não se interessou pelas tentativas malsucedidas da Alemanha de impedir que a França tomasse o Marrocos (as crises do Marrocos e de Agadir, 1906 e 1911); a Alemanha impediu a Áustria de atacar a Sérvia durante a segunda guerra dos Bálcãs. A Itália, embora fosse membro da Tríplice Aliança, tinha boas relações com a França e a Grã-Bretanha e entrou na guerra *contra* a Alemanha em 1915. Nenhuma potência chegou a fazer uma declaração de guerra propriamente dita por causa desses tratados estabelecendo alianças.

(b) Rivalidade colonial na África e no Oriente Longínquo

Mais uma vez, o argumento de que a decepção alemã com suas conquistas imperiais e o ressentimento pelo sucesso de outras potências ajudaram a causar a guerra não convence. Embora certamente tenha havido disputas, elas sempre foram resolvidas sem guerra. No início de julho de 1914, as relações anglo-germânicas eram boas: acabavam de chegar a um acordo favorável à Alemanha em relação a uma possível divisão das colônias portuguesas na África, mas havia um efeito colateral

da rivalidade colonial que gerava atritos perigosos: a rivalidade naval.

(c) A corrida naval entre Grã-Bretanha e Alemanha

O governo alemão foi muito influenciado pelas obras de um norte-americano, Alfred Mahan, que acreditava que o poder marítimo era a chave para se construir um grande império. Sendo assim, a Alemanha precisava de uma marinha muito maior, capaz de desafiar a maior potência marítima do mundo, a Grã-Bretanha. Começando com a lei naval do almirante Tirpitz, de 1897, os alemães fizeram um esforço determinado para expandir sua marinha. O rápido crescimento da frota alemã provavelmente não preocupava tanto os britânicos inicialmente, porque sua vantagem era enorme. Entretanto, a introdução dos poderosos encouraçados britânicos em 1906 mudou tudo isso, porque tornou todos os outros obsoletos e significava que os alemães poderiam começar a construir encouraçados em igualdade de condições com a Grã-Bretanha. A corrida naval que resultou disso foi o principal fator de contenção entre os dois até 1914. Para muitos britânicos, a nova marinha alemã só poderia indicar uma coisa: a Alemanha pretendia entrar em guerra contra seu país. Segundo Winston Churchill, contudo, na primavera e no verão de 1914, a rivalidade naval tinha deixado de ser uma causa de atrito, porque "estava claro que nós (a Grã-Bretanha) não poderíamos ser superados em termos dos navios de importância decisiva".

(d) Rivalidade econômica

Já se disse que o desejo de domínio econômico do mundo fez com que os empresários e capitalistas alemães quisessem a guerra contra a Grã-Bretanha, que ainda possuía cerca de metade da tonelagem dos navios mercantes do mundo em 1914. Os historiadores marxistas gostam dessa teoria *porque culpa pela guerra o sistema capitalista*, mas os críticos da teoria argumentam que a Alemanha já estava a caminho da vitória econômica, e um importante industrial alemão afirmou em 1913: "Nos deem três ou quatro anos mais de paz e a Alemanha será a dominadora econômica incontestável da Europa". Com esse argumento, a última coisa de que a Alemanha precisava era uma guerra de grandes proporções.

(e) A Rússia aumentou a probabilidade da guerra ao apoiar a Sérvia

O apoio da Rússia provavelmente tornou a Sérvia mais inquieta em sua política anti-austríaca do que teria sido se não fosse por esse apoio. A Rússia foi a primeira a ordenar uma mobilização geral e foi isso que fez com que a Alemanha se mobilizasse. Os russos estavam preocupados com a situação nos Bálcãs, onde a Bulgária e a Turquia estavam sob influência alemã, o que poderia fazer com que a Alemanha e a Áustria controlassem o Estreito de Dardanelos, a saída do Mar Negro, a principal rota para o comércio russo que poderia ser estrangulado (o que aconteceu, em certa medida, durante a guerra). Sendo assim, a Rússia se sentiu ameaçada e, quando a Áustria declarou guerra à Sérvia, considerou-a como uma luta pela sobrevivência. Os russos também devem ter sentido que seu prestígio como líderes dos eslavos seria desgastado se eles deixassem de dar apoio à Sérvia. Possivelmente o governo considerava a guerra uma boa ideia para desviar a atenção dos problemas que tinha dentro do país, ainda que também deveria saber que envolver-se em uma guerra importante era um jogo perigoso. Um pouco antes do início da guerra, um dos ministros do czar, Durnovo, alertava para o fato de que uma guerra longa representaria muita pressão sobre o país e poderia levar ao colapso do regime czarista. Talvez a culpa seja mais dos austríacos: embora possam ter tido esperanças de que os russos ficassem neutros, deveriam ter-se dado conta

de que seria difícil a Rússia não tomar partido dentro das circunstâncias.

(f) A apoio dos alemães à Áustria foi de importância fundamental

Foi importante a Alemanha ter impedido que os austríacos declarassem guerra à Sérvia em 1913, mas em 1914 os tenham estimulado a fazê-lo. O Kaiser mandou um telegrama exigindo que eles atacassem a Sérvia e prometendo ajuda incondicional por parte da Alemanha. Era como dar aos austríacos um cheque em branco para fazer o que bem entendessem. A pergunta importante é:

Por que a política da Alemanha em relação ao Império Austro-Húngaro mudou? Essa pergunta já gerou muita polêmica entre historiadores e várias interpretações diferentes já foram apresentadas:

1. Após a guerra, quando a Alemanha foi derrotada, o Tratado de Versalhes impôs um duro acordo de paz ao país. As potências vitoriosas sentiram a necessidade de justificar isso colocando toda a culpa pela guerra nos alemães (ver Seção 2.8). Na época, a maioria dos historiadores de fora da Alemanha se alinhou a isso, embora os historiadores alemães naturalmente estivessem descontentes com essa interpretação. Após alguns anos, as opiniões começaram a deixar de colocar a culpa unicamente na Alemanha e aceitar que as outras potências também deveriam ser responsabilizadas em algum nível. Então, em 1961, o historiador alemão Fritz Fischer causou surpresa ao sugerir que a Alemanha deveria, no final das contas, levar a maior parte da culpa, porque arriscou uma guerra de grandes proporções dando um "cheque em branco" ao Império Austro-Húngaro. Ele afirmou que a Alemanha planejou deliberadamente e provocou a guerra com a Rússia, a Grã-Bretanha e a França para se tornar a potência dominante no mundo, econômica e politicamente, e também como forma de lidar com tensões domésticas. Nas eleições de 1912, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) conquistou cerca de dois terços das cadeiras no Reichstag (câmara baixa do parlamento), tornando-se o maior partido. Então, em janeiro de 1914, o Reichstag aprovou um voto de desconfiança no chanceler Bethmann-Hollweg, mas ele permaneceu no cargo porque o Kaiser tinha a palavra final. Obviamente um grande choque estava se gestando entre o Reichstag, que queria mais poder, o Kaiser e o chanceler, que estavam determinados a resistir à mudança. Uma guerra vitoriosa parecia uma boa maneira de afastar a atenção das pessoas dos problemas políticos, possibilitar que o governo suprimisse o SPD e manter o poder nas mãos do Kaiser e da aristocracia.

   Fischer baseou sua teoria, em parte, em evidências do diário do almirante von Müller, que escreveu sobre uma reunião do "conselho de guerra" em 8 de dezembro de 1912. Na reunião, Moltke (chefe do estado-maior alemão – ver Ilustração 1.2) disse: "Eu acredito que a guerra seja inevitável. Guerra, quanto mais cedo, melhor". As afirmações de Fischer o tornaram impopular entre os historiadores da Alemanha Ocidental, e outro alemão, H. W. Koch, refutou a teoria dele dizendo que nada saiu daquele "conselho de guerra". Contudo, historiadores na Alemanha Oriental, comunista, apoiaram Fischer porque sua teoria culpava os capitalistas e o sistema capitalista, ao qual eles se opunham.
2. Outros historiadores enfatizam o fator tempo envolvido na questão: os alemães queriam a guerra não apenas porque se sentiam cercados, mas porque sentiam

Ilustração 1.2 O Kaiser Guilherme II e o General von Moltke.

que a rede estava se fechando ao seu redor. Eles eram ameaçados pelo poder naval britânico e pela expansão militar massiva da Rússia. Von Jagow, ministro de relações exteriores da Alemanha no momento do início da guerra, relatou comentários de Moltke no início de 1914, em que este dizia não haver alternativa aos alemães que não fosse fazer uma guerra "preventiva" para derrotar seus inimigos antes que eles se tornassem poderosos demais. Os generais alemães decidiram que era necessária uma guerra "preventiva", uma guerra pela sobrevivência e que ela deveria acontecer antes do final de 1914. Eles acreditavam que, se esperassem mais do que isso, a Rússia estaria forte demais.

3. Alguns historiadores rejeitam os itens 1 e 2 e sugerem que a Alemanha não queria uma guerra de grandes proporções de forma alguma. O Kaiser Guilherme II e o chanceler Bethmann-Hollweg acreditavam que, se assumissem uma linha de forte apoio à Áustria, assustariam os russos e estes permaneceriam neutros, o que, se for verdade, representou um trágico erro de cálculo.

(g) Os planos de mobilização das grandes potências

Gerhard Ritter, importante historiador alemão, acreditava que o plano da Alemanha para mobilização, conhecido como *Plano Schlieffen*, elaborado pelo conde von Schlieffen em 1905-1906, era extremamente arriscado e inflexível, e merecia ser considerado como o início do desastre para a Alemanha e para a Europa. O plano dava a impressão de que a Alemanha estava sendo governada por um bando de militaristas inescrupulosos.

A. J. P. Taylor afirmou que esses planos, baseados em tabelas precisas de horários para uso das ferrovias com vistas a um rápido movimento de tropas, aceleraram o ritmo dos eventos e reduziram a quase nada o tempo disponível para negociação. O Plano Schlieffen partia do pressuposto de que a França se alinharia automaticamente à Rússia. O grosso das forças alemãs deveria ser mandado de trem à fronteira belga e, através da Bélgica, atacar a França, que seria derrotada em seis semanas. A seguir, as forças alemãs se movimentariam rapidamente pela Europa para atacar a Rússia, cuja mobilização se esperava que fosse lenta. Ao saber que a Rússia tinha ordenado mobilização geral, Moltke exigiu imediata mobilização alemã para que o plano pudesse ser colocado em operação o mais rápido possível. Entretanto, a mobilização russa não significava necessariamente guerra, já que as tropas poderiam ser paradas na fronteira. Infelizmente, o Plano Schlieffen, que dependia da rápida captura de Liège, na Bélgica, envolvia o primeiro ato de agressão fora dos Bálcãs, quando as tropas alemãs atravessaram a fronteira para a Bélgica, em 4 de agosto, violando a neutralidade belga. Quase de última hora, o Kaiser e Bethmann tentaram evitar a guerra e pediram que os austríacos negociassem com a Sérvia (30 de julho), o que talvez sustente o item 3, acima. Guilherme sugeriu apenas uma mobilização parcial contra a Rússia, em vez do plano inteiro, esperando que a Grã-Bretanha se mantivesse neutra se a Alemanha deixasse de atacar a França, mas Moltke, nervoso com a possibilidade de ser derrotado por russos e franceses, insistiu em aplicar integralmente o Plano Schlieffen, dizendo que não havia tempo para alterar todos os horários programados para os trens e enviar as tropas à Rússia em vez de à Bélgica. Isso faz parecer que os generais tinham tirado dos políticos o controle das coisas e também sugere que se a Grã-Bretanha anunciasse em 31 de julho que pretendia apoiar a França não teria feito diferença para a Alemanha; era o Plano Schlieffen ou nada, embora a Alemanha ainda não tivesse qualquer disputa com a França.

O historiador norte-americano Terence Zuber lançou dúvidas sobre essa teoria em seu livro *Inventing the Schlieffen Plan* (2002). Usando documentos dos arquivos militares da ex-Alemanha Oriental, ele afirma que o Plano Schlieffen era apenas uma entre pelo menos cinco opções sendo examinadas pelo alto comando alemão nos anos seguintes a 1900. Uma alternativa cogitava a possibilidade de um ataque russo simultâneo a uma invasão francesa, caso em que os alemães transfeririam forças consideráveis de trem para o leste, enquanto continham os franceses na parte ocidental. Schlieffen chegou a realizar um exercício militar para testar seu plano perto do final de 1905. Zuber conclui que Schlieffen nunca se comprometeu com um único plano, pensando que a guerra na Europa Ocidental começaria com um ataque francês e nunca pretendendo que os alemães mandassem todas as suas forças para a França para destruir seu exército em uma única grande batalha. Foi somente depois da guerra que os alemães tentaram responsabilizar por sua derrota a rigidez e as limitações do chamado Plano Schlieffen, que, na verdade, nunca existiu da forma como eles tentaram transmitir.

(h) Uma "tragédia de erros de cálculo"

Outra interpretação foi proposta pelo historiador australiano L. C. F. Turner, que sugeriu que os alemães podem não ter provocado deliberadamente a guerra: ela teria sido causada por uma "tragédia de erros de cálculo". A maioria dos principais governantes e políticos parece ter sido incompetente e ter cometido erros crassos:

- Os austríacos erraram ao pensar que a Rússia não apoiaria a Sérvia.

- A Alemanha cometeu um erro crucial ao prometer apoio à Áustria sem impor condições; sendo assim, os alemães certamente tiveram responsabilidade, assim como os austríacos, porque arriscaram uma guerra de grandes proporções.
- Os políticos na Rússia e na Alemanha erraram ao pressupor que a mobilização militar não significaria necessariamente a guerra.
- Se Ritter e Taylor tiverem razão, conclui-se que os generais, principalmente Moltke, erraram ao manter rigidamente seus planos, na crença de que isso traria uma vitória rápida e decisiva.

Não é de estranhar que Bethmann, quando questionado sobre como tudo começou, levantou os braços para o céu e respondeu: "Ah, se eu soubesse".

Concluindo, deve-se dizer que, atualmente, a maioria dos historiadores, incluindo muitos alemães, aceita a teoria de Fritz Fischer como sendo a mais convincente: que a guerra foi deflagrada deliberadamente pelos líderes alemães. Por exemplo, em *The Origins of World War I*, uma coletânea de ensaios organizada por Richard Hamilton e Holger H. Herwig (2002), os autores examinam e rejeitam a maioria das causas sugeridas para a guerra discutidas acima (sistemas de alianças, planos de mobilização, ameaça do socialismo) e chegam à conclusão de que a responsabilidade última pela catástrofe é da Alemanha. O Kaiser e seus principais assessores e generais acreditavam que o tempo se esgotava para eles à medida que os amplos planos armamentistas da Rússia se aproximavam do final. Herwig afirma que os líderes alemães jogaram com uma guerra vitoriosa, mesmo sabendo que ela provavelmente duraria vários anos. Nas palavras de Moltke, os alemães entraram nesse jogo para cumprir o "papel pré-estabelecido para a Alemanha na civilização", que seria realizado guerra por guerra.

PERGUNTAS

1. A Alemanha e as origens da Primeira Guerra Mundial

Estude as fontes de A a C e responda às perguntas a seguir.

Fonte A

Palestra apresentada em outubro de 1913 por um inglês, J. A. Cramb, que morou na Alemanha por muitos anos.

> A resposta alemã a todo nosso discurso sobre a limitação dos armamentos é: a Alemanha deve aumentar ao máximo seu poder, independentemente de quaisquer propostas feitas a ela pela Inglaterra ou pela Rússia, ou por qualquer país do mundo.... Eu convivi com os alemães e fiquei impressionado com o esplendor desse movimento que, ao longo dos séculos, deu ao país a posição que ele ocupa hoje. Mas, com a melhor disposição do mundo, não vejo qualquer solução para a atual colisão de ideais que não seja trágica. A Inglaterra deseja a paz e nunca irá à guerra contra a Alemanha, mas como pode a juventude da Alemanha, essa nação grande na guerra, aceitar o predomínio mundial inglês? O desfecho é certo e acelerado. É a guerra.

Fonte B

Diário do almirante von Müller, chefe do gabinete naval do Kaiser, em 8 de dezembro de 1912 (em reunião com o kaiser e com militares de alta patente).

> O General von Moltke (chefe do estado-maior alemão) disse: Eu acredito que a guerra seja inevitável. Guerra, quanto mais cedo, melhor. Mas temos que trabalhar mais na imprensa para preparar a popularidade da guerra contra a Rússia. O Kaiser apóia essa ideia. Tirpitz (Ministro da Marinha) disse que a marinha preferiria ver a grande luta adiada por dois anos e meio. Moltke diz que a marinha não estaria pronta nem em dois anos e meio, e o exército ficaria em uma posição cada vez mais desfavorável, pois os inimigos estavam se armando mais do que nós. Esse foi o final da conferência. O resultado foi quase nenhum.

Fonte C

Relato de uma conversa mantida em maio ou junho de 1914 escrita de memória por Gottlieb von Jagow, após a derrota da Alemanha na guerra. Em 1914, Jagow era o ministro de relações exteriores da Alemanha.

> Entre 20 de maio e 3 de junho de 1914, nossas Majestades ofereceram almoço em homenagem aos aniversários do imperador da Rússia e do rei da Inglaterra. Em uma dessas ocasiões – não me lembro qual – Moltke disse que gostaria de discutir algumas questões comigo. Em sua opinião, não havia alternativa à guerra preventiva para derrotar o inimigo enquanto houvesse chance de vitória. Eu respondi que não estava disposto a causar uma guerra preventiva e que o Kaiser, que queria preservar a paz, sempre tentaria evitar a guerra e só concordaria em lutar se nossos inimigos nos forçassem a isso. Depois disso, Moltke não insistiu. Quando a guerra começou, de forma inesperada e indesejada por nós, Moltke ficou muito nervoso e visivelmente sofria de uma forte depressão.

Fonte: As fontes A, B e C são citadas em J. C. G. Rohl, *From Bismarck to Hitler* (Longman, 1970, trechos).

(a) O que se pode aprender da fonte A sobre as atitudes britânicas com relação à Alemanha pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial?

(b) Até que ponto as fontes B e C sustentam a visão de que a principal responsabilidade pela guerra é da Alemanha?

(c) Usando as fontes e seus próprios conhecimentos, avalie a força relativa das várias teorias propostas sobre as causas da Primeira Guerra Mundial.

2. Explique por que os eventos nos Bálcãs contribuíram para o aumento da tensão internacional nos anos de 1908 a 1914.
3. Explique por que a crise da Bósnia de 1908-1909 e as Guerras Balcânicas de 1912-1913 não evoluíram para um conflito generalizado na Europa, ao passo que o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em 1914, sim.

A Primeira Guerra Mundial e o Período Posterior

2

RESUMO DOS EVENTOS

Os lados opostos da guerra eram:

Os aliados ou as potências da Entente:

Grã-Bretanha e seu império (incluindo tropas da Austrália, Canadá, Índia e Nova Zelândia)
França
Rússia (saiu em dezembro de 1917)
Itália (entrou em maio de 1915)
Sérvia
Bélgica
Romênia (entrou em agosto de 1916)
EUA (entraram em abril de 1917)
Japão

As potências centrais:

Alemanha
Império Austro-Húngaro
Turquia (entrou em novembro de 1914)
Bulgária (entrou em outubro de 1915)

A guerra acabou sendo muito diferente do que a maioria das pessoas previra. No natal de 1914, a expectativa geral era de um evento curto e decisivo, como outras guerras recentes na Europa, e era por isso que Moltke estava tão preocupado com a possibilidade de ser derrotado durante a mobilização. Contudo, os alemães não conseguiram vencer a França rapidamente; embora tenham avançado muito, Paris não caiu, e *em pouco tempo se criou um impasse na frente ocidental*, perdendo-se toda a esperança de uma guerra curta. Ambos os lados se enredaram e passaram os quatro anos seguintes atacando e defendendo linhas de trincheiras.

No Leste Europeu havia movimento, no princípio com êxitos russos contra os austríacos que tinham de ser ajudados constantemente pelos alemães, mas até dezembro de 1917, estes capturaram a Polônia (território russo) e forçaram os russos a sair da guerra. A Grã-Bretanha, sofrendo grandes perdas de navios mercantes por causa de ataques de submarinos, e a França, cujos exércitos estavam paralisados por motins, pareciam à beira da derrota. Aos poucos, todavia, a maré mudou: os Aliados, ajudados pela entrada dos Estados Unidos em abril de 1917, desgastaram os alemães, cuja última tentativa desesperada de um lance decisivo, na França, fracassou na primavera de 1918. O sucesso da marinha britânica no bloqueio aos portos alemães e na derrota da ameaça dos submarinos ao defender os comboios de navios mercantes também foi um sinal à Alemanha. No final do verão europeu de 1918, o país estava próximo à exaustão. *Em novembro de 1918, foi assinado um armistício (cessar-fogo)*, embora o território alemão mal tivesse sido invadido. No ano seguinte, em Versalhes, um polêmico acordo de paz foi assinado.

2.1 1914

(a) A frente ocidental

Na frente ocidental, o avanço alemão foi contido por uma resistência belga surpreendentemente forte, que fez com que os alemães levassem mais de duas semanas para capturar a capital, Bruxelas. Esse atraso foi importante, porque deu tempo aos britânicos para se organizarem e deixou os portos do Canal da Mancha livres, possibilitando que a Força Expedicionária Britânica desembarcasse. Em lugar de fazer uma ampla volta, capturando os portos do canal e chegando a Paris do lado ocidental (como pretendia o plano Schlieffen, se os alemães estivessem tentando implementá-lo – ver Seção 1.4(g)), os alemães se encontraram bem ao leste de Paris, dirigindo-se diretamente à cidade. Eles avançaram até 30 km da cidade e o governo francês se retirou para Bordeaux, mas, quanto mais eles se aproximavam de Paris, mais o ímpeto alemão diminuía. Havia problemas para manter o suprimento de comida e munição dos exércitos e os soldados ficavam exaustos pelas longas marchas no calor de agosto. Em setembro, os hesitantes alemães foram atacados pelos franceses, sob o comando de Joffre, na *Batalha do Marne* (ver Mapa 2.1), e tiveram que recuar até o rio Aisne, onde conseguiram cavar trincheiras. *Essa batalha foi de importância vital, e alguns historiadores a consideram como a mais decisiva na história moderna*:

- Ela destruiu o Plano Schlieffen de uma vez por todas: a França não seria derrotada em seis semanas e todas as esperanças de uma guerra curta foram perdidas.
- Os alemães teriam de enfrentar uma guerra total em duas frentes, o que provavelmente nunca fora sua intenção.
- A guerra de movimentos estava terminada, as linhas de trincheiras acabaram

Mapa 2.1 O Plano Schlieffen.

O Plano Schlieffen pretendia que o flanco direito alemão se movimentasse rapidamente através da Bélgica para o litoral, quase cercando os exércitos franceses – ver (a). Na prática, o plano não funcionou. Os alemães foram contidos pela forte resistência belga, não conseguiram capturar os portos do Canal da Mancha e não conseguiram flanquear os exércitos franceses, sendo parados na primeira Batalha do Marne – ver (b).

indo dos Alpes ao litoral do Canal da Mancha.

- Havia tempo para a marinha britânica impor seu bloqueio e incapacitar os portos alemães.

O outro evento importante em 1914 foi que, embora os alemães tenham capturado a Antuérpia, a Força Expedicionária Britânica manteve firme o domínio de Ypres, o que provavelmente salvou os portos do canal de Dunquerque, Calais e Boulogne, tornando possível desembarcar antes e fornecer mais soldados britânicos.

(b) A frente oriental

Na frente oriental, os russos se mobilizaram mais rapidamente do que os alemães esperavam, mas cometeram o erro de invadir a Áustria e a Alemanha ao mesmo tempo. Embora tenham obtido êxito contra a primeira, ocupando a província da Galícia, os alemães tiraram Hindenburg da aposentadoria e derrotaram os russos duas vezes, em *Tannenburg* (agosto) e nos *Lagos Masurian* (setembro), fazendo com que eles se retirassem da Alemanha. *Essas batalhas foram importantes*: os russos perderam grandes quantidades de equipamento e munição que tinham levado anos para acumular. Embora tivessem 6,25 milhões de homens mobilizados no final de 1914, um terço deles estava sem fuzis. Os russos nunca se recuperaram dessa derrota, ao passo que a autoconfiança dos alemães teve uma injeção de ânimo. Quando a Turquia entrou na guerra, a perspectiva da Rússia era sombria, já que os turcos poderiam cortar sua principal rota de suprimento e comércio do Mar Negro para o Mediterrâneo (ver Mapa 2.3). Um ponto positivo para os Aliados foi o fato de os sérvios rechaçarem uma invasão austríaca em grande estilo no final de 1914, e o moral da Áustria estava no fundo do poço.

······ Limite do avanço alemão em 1914

×××××× Linha de trincheiras durante a maior parte da guerra

Mapa 2.2 A Frente Ocidental.

Mapa 2.3 A Europa em guerra.

2.2 1915

(a) Impasse no ocidente

O impasse continuava na região ocidental, embora se tivesse feito muitas tentativas para romper a linha de trincheiras. Os britânicos tentaram em Neuve Chapelle e Loos, os franceses em Champagne; os alemães atacaram de novo em Ypres. Porém, assim como em todos os ataques na frente ocidental até 1918, essas tentativas não conseguiram fazer um decisivo rompimento das linhas inimigas. *As dificuldades da guerra de trincheiras eram sempre as mesmas:*

- Havia arame farpado na terra de ninguém entre as duas linhas de trincheiras opostas (Figura 2.1), que o lado que atacava tentava retirar com um bombardeio massivo de artilharia, mas isso acabava com qualquer chance de um ataque-surpresa rápido, já que os inimigos tinham sido alertados completamente.
- Aviões de reconhecimento e balões de observação conseguiam identificar concentrações de tropas nas estradas que levavam às trincheiras.
- As trincheiras eram de difícil captura porque aumentavam o poder de fogo proporcionado por fuzis de repetição, e as metralhadoras tornavam suicidas os ataques frontais e faziam com que a cavalaria fosse inútil.
- Mesmo quando uma linha de trincheiras era rompida, o avanço era difícil porque o solo havia sido remexido por fogo de barragem da artilharia, além de haver o fogo mortífero das metralhadoras a ser enfrentado.
- Qualquer terreno que se conquistasse era difícil de defender, porque geralmente se formava o que era chamado de *saliente*

Figura 2.1 Secção transversal de uma trincheira.

– uma protuberância na linha de trincheiras. Os lados, ou flancos, desses salientes, eram vulneráveis ao ataque e os soldados poderiam ser cercados e isolados.

- Durante o ataque a Ypres em 1915, os alemães usaram gás venenoso (Ilustração 2.1), mas quando o vento mudou de direção, o gás foi soprado de volta bem na direção de suas próprias linhas e eles sofreram mais perdas do que os aliados, especialmente quando estes também usaram gás.

(b) O leste

No leste, a sorte dos russos foi variável: eles tiveram mais êxitos contra a Áustria, mas foram derrotados sempre que enfrentaram os alemães, os quais capturaram Varsóvia e toda a Polônia. O bloqueio turco ao Estreito de Dardanelos começava a obstruir os russos, que já estavam ficando com pouco armamento e com pouca munição. Foi em parte para abrir o estreito e restabelecer a linha de suprimentos vital para a Rússia através do Mar

Ilustração 2.1 Soldados britânicos cegados pelo gás venenoso.

Negro que foi lançada a *Campanha de Gallipoli*. Essa ideia foi promovida com muita intensidade por Winston Churchill (o primeiro *Lorde do Almirantado*, o ministro da marinha da Grã-Bretanha) para escapar ao impasse no Ocidente eliminando os turcos. A Turquia era considerada a mais frágil das Potências Centrais em função de seu governo instável. O sucesso contra os turcos possibilitaria que se enviasse ajuda à Rússia e também traria a Bulgária, a Grécia e a Romênia para a guerra, do lado dos Aliados. A seguir, seria possível atacar a Áustria a partir do sul.

A campanha foi um fracasso total. A primeira tentativa, em março – um ataque anglo-francês pelo Estreito para capturar Constantinopla – fracassou quando os navios atingiram uma série de minas. Isso acabou com o elemento surpresa, de modo que, quando os britânicos tentaram desembarcar na ponta da Península de Gallipoli, os turcos tinham fortalecido suas defesas e não era possível qualquer avanço (abril). Outros desembarques por parte de tropas australianas e neozelandesas (Anzacs) em abril e dos britânicos em agosto foram igualmente inúteis, e só com muita dificuldade conseguiram manter as posições. Em dezembro, toda a força foi retirada. As consequências foram sérias: além de um golpe no moral dos aliados, acabou sendo a última chance de ajudar a Rússia através do Mar Negro e provavelmente fez com que a Bulgária decidisse se unir às potências centrais. Uma força franco-britânica desembarcou em Salônica, na Grécia central, para tentar socorrer a Sérvia, mas era tarde demais. Quando a Bulgária entrou na guerra em outubro, a Sérvia foi rapidamente dominada por búlgaros e alemães (ver Mapa 2.4). O ano de 1915, portanto, não foi bom para os aliados; até mesmo um exército britânico enviado para proteger interesses anglo-persas relacionados ao petróleo contra um possível ataque turco atolou na Mesopotâmia ao se aproximar de Bagdá, permanecendo cercado pelos turcos em Kut-el-Amara de dezembro de 1915 a março de 1916, quando foi forçado a se render.

(c) A Itália declara guerra ao Império Austro-Húngaro (maio de 1915)

Os italianos tinham esperança de conquistar províncias austro-húngaras de fala italiana, bem como o território ao longo da margem oriental do Mar Adriático. *Em Londres foi assinado um tratado secreto* segundo o qual os aliados prometeram à Itália Trentino, o sul do Tirol, Ístria, Trieste, parte da Dalmácia, Adália, algumas ilhas no mar Egeu e um protetorado sobre a Albânia. Os aliados tinham esperanças de que, mantendo milhares de soldados austríacos ocupados, os italianos aliviariam a pressão sobre os russos, mas os italianos fizeram pouco progresso e seus esforços de nada adiantaram: os russos não conseguiram postergar a derrota.

2.3 1916

(a) A frente ocidental

Na frente ocidental, o ano de 1916 é lembrado por duas batalhas terríveis, a de Verdun e a do Somme.

1. Verdun era uma importante cidade fortificada francesa contra a qual os alemães, sob o comando de Falkenhayn, lançaram um ataque maciço (fevereiro). Eles esperavam atrair todas as melhores tropas francesas para sua defesa, destruí-las e depois realizar uma ofensiva final para ganhar a guerra, mas os franceses, comandados por Pétain, defenderam-se com afinco e, em junho, os alemães tiveram que abandonar o ataque. Os franceses tiveram perdas pesadas (cerca de 315.000 homens) como era intenção dos alemães, mas estes também tiveram outros 280.000 homens mortos e nenhum ganho territorial para compensar.

1. Invasão do leste da Prússia pela Rússia em 1914
2. Invasão da Rússia por Falkenhayn em 1915 domina a Polônia e a Lituânia
3. Invasão da Sérvia pela Áustria e Bulgária em 1915
4. Invasão da Áustria por Brusilov, 1916
5. Invasão da Itália pela Áustria e Alemanha em 1917
6. Campanha de Gallipoli em 1915

----- Linha do Armistício de 1917

Mapa 2.4 A guerra nas frentes oriental, dos Bálcãs e italiana.

2. A *Batalha do Somme* foi uma série de ataques que começou em 1º de julho e durou até novembro. A meta era aliviar a pressão sobre os franceses em Verdun, conquistar mais das linhas de trincheiras à medida que o exército francês se fragilizasse e manter os alemães totalmente comprometidos, para que não pudessem se arriscar a mandar reforços à frente oriental contra a Rússia. O ataque começou de forma desastrosa, com os soldados britânicos entrando no meio do fogo pesado das metralhadoras. No primeiro dia, 20 mil foram mortos e 60 mil, feridos. Mesmo assim, o comandante em chefe britânico Haig não suspendeu o ataque, que continuou de forma intermitente por mais de quatro meses. No fim de tudo, os aliados tinham feito apenas avanços limitados que variavam entre alguns metros e 10 km, em uma frente de quase 50 km. A real importância da batalha foi o golpe no moral dos alemães, à medida que eles se davam conta de que a Grã-Bretanha (onde tinha sido introduzido o serviço militar obrigatório pela primeira vez, em maio) era uma potência militar a ser considerada.

   As perdas dos dois lados, entre mortos e feridos, foram impressionantes (650.000 alemães, 418.000 britânicos, 194.000 franceses). Os generais aliados, principalmente Haig, passaram a sofrer graves críticas por persistir com ataques frontais suicidas. A despeito de seus fracassos e suas terríveis baixas, os generais britânicos e franceses continuavam convencidos de que as cargas de infantaria massivas – o "grande impulso" – eram a única maneira de romper as linhas inimigas. Nenhum deles apresentou táticas alternativas e dezenas de milhares de vidas foram sacrificadas sem ganhos visíveis. Foi depois de um dos ataques desastrosos de 1915 que um oficial alemão disse que o exército britânico era forma-

do por "leões liderados por mulas". Haig sofreu as críticas mais graves e, para a maioria dos historiadores, tornou-se a síntese da incompetência e da falta de imaginação dos Aliados. Um historiador, W. J. Laffin, chegou a dar a seu livro sobre a guerra o título de *British Butchers and Bunglers of World War I* (*Os carniceiros e incompetentes britânicos da Primeira Guerra Mundial*, 1988), e para ele, a principal "mula" era Haig. Os horrores do Somme também contribuíram para a queda do primeiro-ministro Asquith, que renunciou em 1916, depois do aumento das críticas às táticas britânicas. Mesmo assim, os eventos de 1916 contribuíram para a posterior vitória dos aliados. O próprio Hindenburg admitiu em suas memórias que os alemães não poderiam ter sobrevivido a perdas tão grandes como as que tiveram nas batalhas de Verdun e do Somme.

(b) David Lloyd George se torna o primeiro-ministro britânico (dezembro de 1916)

Assumindo o lugar de Asquith como primeiro-ministro, *a contribuição de Lloyd George ao esforço de guerra dos Aliados e à derrota das potências centrais foi inestimável*. Seus métodos foram dinâmicos e decisivos. Já como Ministro das Munições desde maio de 1915, ele melhorou o suprimento de bombas e metralhadoras, estimulado o desenvolvimento de novos armamentos (o morteiro leve Stokes e o tanque) que Kitchener (Ministro da Guerra) rejeitou, e assumiu o controle de minas, fábricas e estradas para que o esforço de guerra pudesse ser centralizado adequadamente. Como primeiro-ministro durante o ano de 1917, estabeleceu um pequeno gabinete de guerra para poder tomar decisões rápidas. Colocou o transporte de mercadorias e a agricultura sob controle do governo e criou o Ministério do Serviço Militar para organizar a mobilização de homens no exército. Ele também foi importante na adoção do sistema de comboios (ver Seção 2.4(e)).

(c) No leste

Em junho de 1916, os russos, sob comando de Brusilov, atacaram os austríacos em resposta a um pedido da Grã-Bretanha e da França por alguma ação para afastar a atenção dos alemães de Verdun. Eles conseguiram romper a frente e avançar 160 Km, fazendo 400.000 prisioneiros e apreendendo grandes quantidades de equipamento. Os austríacos ficaram desmoralizados, mas o esforço também foi exaustivo para os russos. Os romenos invadiram a Áustria (agosto), mas os alemães vieram rapidamente resgatar os austríacos, ocuparam toda a Romênia e confiscaram seus suprimentos de trigo e petróleo – um fim de ano não feliz para os Aliados em 1916.

2.4 A GUERRA NO MAR

O grande público na Alemanha e na Grã-Bretanha esperava uma série de batalhas navais entre as frotas rivais de encouraçados, algo como a Batalha de Trafalgar (1805), na qual a frota britânica de Nelson derrotara as frotas francesa e espanhola combinadas. Ambos os lados foram cautelosos e não ousavam arriscar qualquer ação que pudesse resultar na perda de suas principais frotas. O almirante britânico Jellicoe foi particularmente cauteloso; Churchill disse que "ele era o único homem, em qualquer dos lados, que poderia ter perdido a guerra em uma tarde". Os alemães tampouco estavam ansiosos por um confronto, porque tinham apenas 16 dos mais recentes encouraçados, contra 27 dos britânicos.

(a) Os aliados pretendiam usar seus navios de três formas

- bloqueando as potências centrais, impedindo que as mercadorias entrassem ou

saíssem, esgotando-os aos poucos por meio da fome,
- mantendo as rotas comerciais abertas entre a Grã-Bretanha, seu império e o restante do mundo, para que os próprios aliados não passassem fome,
- transportando tropas britânicas para o continente e mantê-las com suprimentos através dos portos do Canal da Mancha.

Os britânicos conseguiram atingir esses objetivos; eles entraram em ação contra unidades alemãs estacionadas no exterior e, na *Batalha das Ilhas Falkland*, destruíram uma das principias esquadras alemãs. No final de 1914, quase todos os navios de guerra alemães de superfície tinham sido destruídos, além de sua frota (que não se aventurou a sair da Baía de Heligoland) e a esquadra que bloqueava o Báltico para cortar os suprimentos à Rússia. Em 1915, a marinha britânica estava envolvida na *Campanha de Gallipoli* (ver Seção 2.2(b)).

(b) O bloqueio aliado causou problemas

A Grã-Bretanha estava tentando impedir que os alemães usassem os portos centrais da Escandinávia e da Holanda para romper o bloqueio, o que exigia parar e revistar todos os navios neutros e confiscar quaisquer mercadorias que se suspeitasse serem destinadas a mãos inimigas. Os Estados Unidos se opuseram fortemente a isso, já que queriam continuar fazendo comércio com ambos os lados.

(c) Os alemães retaliaram com minas e ataques submarinos

Essas táticas pareciam ser a única alternativa que restava aos alemães, já que seus barcos de superfície tinham sido destruídos ou estavam bloqueados nos portos. Inicialmente, eles respeitavam navios neutros e de passageiros, mas em pouco tempo ficou claro que o bloqueio dos submarinos alemães (*U-boats*) não era eficaz. Isso se devia, em parte, ao fato de que eles tinham submarinos insuficientes e em parte porque havia problemas de identificação: os britânicos tentaram enganar os alemães usando bandeiras neutras ou navios de passageiros para transportar armas e munição. Em abril de 1915, o navio de passageiros britânico *Lusitania* foi afundado por um ataque de torpedos. Na verdade, o navio estava armado e carregava grandes quantidades de armas e munição, como sabiam os alemães, daí que sua afirmação de que afundá-lo não era apenas um ato de barbarismo contra civis indefesos.

O evento teve consequências importantes: de quase 2.000 pessoas mortas, 128 eram norte-americanos. O presidente Wilson, dos Estados Unidos, concluiu que o país teria que tomar partido para proteger seu comércio. Enquanto o bloqueio britânico não interferia na segurança de passageiros e tripulações, as táticas alemãs certamente interferiam. Nos tempos que se seguiram, contudo, os protestos norte-americanos fizeram com que Bethmann reduzisse a campanha de submarinos, tornando-se menos eficaz.

(d) A Batalha da Jutlândia (31 de maio de 1916)

Esta batalha foi o principal evento no mar em 1916; foi a única vez durante toda a guerra em que as principais frotas entraram em cena e se enfrentaram, e o resultado não foi decisivo. O almirante alemão von Scheer tentou atrair parte da frota britânica para fora de sua base, para que aquela parcela pudesse ser destruída pelos alemães, numericamente superiores. Contudo, surgiram mais navios britânicos do que ele tinha previsto, e depois que as duas frotas se bombardearam por várias horas, os alemães decidiriam se retirar para sua base, disparando torpedos enquanto saíam. No balanço, os alemães poderiam afirmar que tinham vencido a batalha, já que haviam perdido somente 11 navios em com-

paração com os 14 da Grã-Bretanha. A real importância da batalha estava no fato de que *os alemães não tinham conseguido destruir o poder marítimo britânico*: a Frota de Alto Mar alemã permaneceu em Kiel pelo restante da guerra, deixando à Grã-Bretanha um controle completo da superfície. Desesperados pela escassez de comida causada pelo bloqueio britânico, os alemães se engajaram em uma guerra submarina "irrestrita", cujos resultados viriam a ser fatais para eles.

(e) Guerra submarina "irrestrita" (iniciada em janeiro de 1917)

Como os alemães haviam se concetrado na produção de submarinos desde a Batalha da Jutlândia, esta campanha foi extremamente eficaz. Eles tentavam afundar todos os navios mercantes neutros e inimigos no Atlântico. Mesmo sabendo que isso provavelmente traria os Estados Unidos para a guerra, eles esperavam que a *Grã-Bretanha e a França fossem forçadas a se render por causa da fome* antes que os norte-americanos dessem qualquer contribuição vital. E quase conseguiram: o momento de maior sucesso dos alemães veio em abril de 1917, quando 430 navios foram perdidos. A Grã-Bretanha estava com um atraso de cerca de seis semanas em seu suprimento de milho e, embora os Estados Unidos tenham entrado na guerra em abril, vários meses passariam antes que sua ajuda tivesse efeito. Entretanto, a situação foi salva por Lloyd George que insistiu em que o Ministério da Marinha adotasse um sistema de comboios. Um comboio era um grande número de navios mercantes que andavam juntos para serem protegidos por uma escolta de navios de guerra. Isso reduziu em muito as perdas e significou o fracasso da jogada dos alemães. *A campanha dos submarinos foi importante porque fez com que os Estados Unidos entrassem na guerra*. Portanto, a marinha britânica, ajudada pelos norte-americanos, cumpriu um papel de importância vital na derrota das Potências Centrais. Em meados de 1918, ela tinha atingido seus três principais objetivos.

2.5 1917

(a) Na parte ocidental

Na frente ocidental, 1917 foi um ano de fracasso dos Aliados. Um ataque francês maciço em Champagne, sob o comando de Nivelle, nada conseguiu além de motins que foram contidos com sucesso por Pétain. De junho a novembro, os britânicos lutaram a terceira batalha de Ypres, geralmente lembrada como Passchendaele, no meio da lama (ver Ilustração 2.2). Mais uma vez as perdas britânicas foram enormes – 324.000, comparadas com 200.000 alemãs – para um avanço de apenas seis quilômetros e meio. Mais importante foi *a Batalha de Cambrai que demonstrou que os tanques, usados adequadamente, poderiam romper o impasse da guerra de trincheiras*. Ali, uma massa de 381 tanques britânicos fez uma grande ruptura na linha alemã, mas a falta de reservas impediu que o sucesso continuasse. Contudo, a lição foi observada, e Cambrai se tornou o modelo para os ataques bem-sucedidos dos aliados em 1918. Nesse meio-tempo, os italianos sofreram uma grande derrota para alemães e austríacos em Caporetto (outubro) e recuaram de forma desordenada. Um tanto inesperadamente, isso acabou se revelando uma virada importante, pois o moral dos italianos ressurgiu, talvez porque tiveram que defender sua pátria contra os odiados austríacos. A derrota também levou ao estabelecimento de um Conselho Supremo de Guerra dos Aliados. O novo premier francês, Clemenceau, um grande líder de guerra nos moldes de Lloyd George, reanimou os esmorecidos franceses.

(b) Na frente oriental

O desastre atingiu os Aliados quando *a Rússia se retirou da guerra (dezembro de*

Ilustração 2.2 Soldados cruzando o mar de lama em Passchendaele, 1917.

1917). Grandes perdas contínuas nas mãos dos alemães, falta de armas e suprimentos, problemas de transporte e comunicações e uma liderança totalmente incompetente causaram duas revoluções (ver Seção 16.2) e os bolcheviques (mais tarde conhecidos como comunistas), que assumiram o poder em novembro, estavam dispostos a estabelecer a paz. Sendo assim, em 1918 todo o peso das forças alemãs pôde ser jogado contra o Ocidente. Sem os Estados Unidos, os aliados teriam sofrido uma grande pressão. O estímulo veio da captura de Bagdá e de Jerusalém dos turcos pelos britânicos, dando-lhes controle de grandes quantidades de petróleo.

(c) A entrada dos Estados Unidos (abril de 1917)

Foi causada em parte pela campanha alemã dos submarinos, e também pela descoberta de que a Alemanha estava tentando persuadir o México a declarar guerra aos Estados Unidos, prometendo-lhe o Texas, o Novo México e o Arizona como retorno. Os norte-americanos resistiam a assumir o lado do governo autocrático da Rússia, mas a derrubada do czar na revolução de março removeu esse obstáculo. *Os Estados Unidos deram uma contribuição importante à vitória aliada*: forneceram comida, navios mercantes e crédito à Grã-Bretanha e à França, embora a ajuda militar propriamente dita tenha vindo mais devagar. No final de 1917, apenas uma divisão norte-americana tinha entrado em ação, mas em meados de 1918, mais de um milhão de homens estavam envolvidos. Mais importante foi o estímulo psicológico que o potencial dos Estados Unidos em termos de homens e materiais deu aos Aliados, e o golpe correspondente que representou ao moral dos alemães.

2.6 AS POTÊNCIAS CENTRAIS DERROTADAS

(a) A ofensiva alemã de primavera, 1918

Este importante ataque alemão foi lançado por Ludendorff como uma última e desesperada tentativa de vencer a guerra antes que chegassem muitas tropas norte-americanas e antes que a insatisfação na Alemanha levasse à revolução. Quase funcionou: acrescentando todas as tropas extras liberadas na região oriental, os alemães romperam as linhas aliadas no Somme (março), e no final de maio, estavam a apenas 65 km de Paris. Os Aliados pareciam estar se desintegrando, mas, sob o comando geral do marechal francês Foch, conseguiram manter suas posições enquanto o avanço alemão perdia força e se criava um bolsão difícil de manter.

(b) Começa a contra-ofensiva aliada (8 de agosto)

Lançado perto de Amiens, o contra-ataque envolveu centenas de tanques lançando golpes curtos e precisos em diferentes pontos ao longo de uma ampla frente, em lugar de se concentrar em uma frente estreita (ver Ilustração 2.3). Isso forçou os alemães a recuar toda sua linha e evitar a formação de um saliente. Devagar, mas com firmeza, os alemães foram forçados a recuar até que, no final de setembro, os Aliados romperam a linha Hindenburg. Embora a Alemanha propriamente dita ainda não tivesse sido invadida, Ludendorff já estava convencido de que eles seriam derrotados na primavera de 1919, e insistiu para que o governo alemão solicitasse ao presidente dos Estados Unidos, Wilson, um armistício (3 de outubro). Ele esperava obter termos menos rígidos com base nos 14 pontos de Wilson (ver Seção 2.7(a)). Ao pedir paz em 1918, ele salvaria a Alemanha de uma invasão e preservaria a disciplina e a reputação do exército. A luta continuou por mais cinco semanas enquanto as negociações aconteciam, mas *o armistício acabou sendo assinado em 11 de novembro.*

(c) Por que as potências centrais perderam a guerra?

As razões podem ser resumidas:

1. Quando o Plano Schlieffen falhou, acabando com qualquer esperança de uma rápida vitória dos alemães, a guerra só

Ilustração 2.3 Os tanques foram a única forma de romper o impasse produzido pelas trincheiras e metralhadoras.

poderia ser um fardo para eles, que teriam que *lutar em duas frentes.*

2. O *poder marítimo dos Aliados foi decisivo*, aplicando o bloqueio mortal que causou escassez desesperada de comida e desarticulou as exportações, ao mesmo tempo em que garantia que os exércitos Aliados estivessem integralmente supridos.
3. A campanha alemã dos submarinos fracassou em face dos *comboios* protegidos pelos destróieres britânicos, norte-americanos e japoneses. A campanha, em si, já foi um erro, pois trouxe os Estados Unidos para a guerra.
4. A entrada dos Estados Unidos trouxe *enormes recursos novos aos Aliados.*
5. Os líderes políticos dos aliados, no momento crucial – Lloyd George e Clemenceau – provavelmente foram mais competentes do que os das potências centrais. A unidade de comando liderada por Foch provavelmente ajudou, ao passo que Haig aprendeu lições, a partir das experiências de 1917, sobre o uso efetivo de tanques e a evitar os salientes. Na verdade, alguns historiadores acreditam que as críticas feitas a Haig são injustas. John Terraine foi um dos primeiros a apresentar uma defesa de Haig. Recentemente, Gary Sheffield foi ainda mais longe: ele afirma que, dado o fato de os britânicos não terem qualquer experiência com guerra de trincheiras e que eram os parceiros menores dos franceses, Haig aprendeu muito rápido e se mostrou um comandante criativo e até visionário, o que talvez já é ir longe demais!
6. O fardo contínuo das pesadas perdas que caiu sobre os alemães – eles perderam seus melhores soldados na ofensiva de 1918 e os novos eram jovens e inexperientes. Uma epidemia de gripe espanhola mortal aumentou as dificuldades deles e o moral estava baixo enquanto eles recuavam.
7. A Alemanha sofreu grandes decepções em relação a seus aliados e estava constantemente tendo que ajudar austríacos e búlgaros. A derrota da Bulgária pelos britânicos (em Salônica) e Sérvios (29 de setembro de 1918) foi a gota d'água para muitos soldados alemães que agora não viam qualquer chance de vitória. Quando a Áustria foi derrotada pela Itália em Vittorio Veneto e a Turquia se rendeu (ambos eventos aconteceram em outubro), o fim estava próximo.

A combinação de derrota militar e grave escassez de comida produziu uma grande fadiga em relação à guerra, causando motins na marinha, destruição do moral do exército e revolução dentro do país.

(d) Efeitos da guerra

O impacto da guerra foi extraordinariamente abrangente, o que não surpreende, dado que foi a primeira "guerra total" da história. Isso significa que ela não envolveu apenas exércitos e navios, mas também populações inteiras, e foi o primeiro grande conflito entre nações modernas e industrializadas. Foram introduzidos novos métodos de guerra e novos armamentos – tanques, submarinos, bombardeiros, metralhadoras, artilharia pesada e gás mostarda. Com tantos homens afastados para integrar as forças armadas, as mulheres tiveram que assumir os lugares deles nas fábricas e em outros trabalhos que antes só eles tinham exercido. Nas Potências Centrais e na Rússia, as populações civis passaram por dificuldades graves em função dos bloqueios. Em todos os Estados europeus envolvidos na guerra os governos organizaram as pessoas comuns como nunca antes, de forma que todo o país estivesse engajado no esforço de guerra. O conflito gerou um declínio no prestígio da Europa aos olhos do restante do mundo. O fato de a região que tinha sido considerada como o centro da civilização pudesse ter se permitido vivenciar uma carnificina e uma

destruição tão assustadoras era um sinal do começo do fim da dominação europeia sobre o restante do mundo. Em muitos casos, os efeitos sobre os países, individualmente foram quase traumáticos, já que os impérios que haviam dominado a Europa central e do leste por mais de 200 anos desapareceram quase que do dia para a noite.

1. O efeito mais impressionante da guerra foi a quantidade assustadora de mortes entre as forças armadas. Quase 2 milhões de alemães morreram, 1,7 milhão de russos, 1,5 milhão de franceses, mais de um milhão de austro-húngaros, cerca de um milhão de pessoas na Grã-Bretanha e em seu império. A Itália perdeu cerca de 530.000 de seus soldados, a Turquia, 325.000, a Sérvia, 322.000, a Romênia 158.000, os Estados Unidos, 116.000, a Bulgária, 49.000 e a Bélgica, 41.000. E isso não inclui as pessoas que ficaram aleijadas nem as mortes de civis. Uma proporção considerável de toda uma geração de homens jovens havia perecido – a geração perdida. A França, por exemplo, perdeu cerca de 20% dos homens em idade militar.
2. Na Alemanha, as dificuldades e a derrota causaram uma revolução. O Kaiser Guilherme II foi forçado a renunciar e foi declarada a república. Nos anos que se seguiram, a República de Weimar (como ficou conhecida) passou por graves problemas econômicos, políticos e sociais. Em 1933, ela chegou ao fim quando Hitler se tornou Chanceler alemão (ver Seção 14.1).
3. O Império Habsburgo entrou completamente em colapso. O último imperador, Carlos I, foi forçado a abdicar (novembro de 1918) e as várias nacionalidades se declararam independentes. A Áustria e a Hungria se dividiram em dois Estados.
4. Na Rússia, as pressões da guerra causaram duas revoluções em 1917. A primeira (fevereiro-março) derrubou o czar, Nicolau II, e a segunda, (outubro, novembro) levou Lênin e os bolcheviques (comunistas) ao poder (ver Seções 16.2-3).
5. Embora a Itália estivesse no lado vencedor, a guerra tinha drenado seus recursos e o país tinha dívidas pesadas. Mussolini aproveitou-se da impopularidade do governo para assumir o controle – a Itália foi o primeiro Estado europeu que se permitiu, após a guerra, cair em uma ditadura fascista (ver Seção 13.1).
6. Por outro lado, alguns países de fora da Europa, particularmente o Japão, a China e os Estados Unidos, aproveitaram-se da preocupação europeia com a guerra para expandir seu comércio, às custas da própria Europa. Por exemplo, a fatia do comércio mundial que correspondia aos Estados Unidos aumentou de 10% em 1914 a mais de 20% em 1919. Como não conseguiam obter produtos exportados pela Europa durante a guerra, Japão e China deram início a seus próprios programas de industrialização. Na década de 1920, os norte-americanos viveram uma grande explosão econômica e sua prosperidade futura parecia garantida. Dentro de poucos anos, contudo, ficou claro que eles tinham errado pelo excesso de confiança e de expansão: em outubro de 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova York anunciava o início de uma crise econômica grave que se espalhou pelo mundo e ficou conhecida como "a Grande Depressão" (ver Seção 22.6).
7. Muitos políticos e líderes estavam determinados a não permitir que os horrores da Primeira Guerra Mundial jamais se repetissem. O presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, propôs um plano para uma Liga de Nações que po-

deria arbitrar a solução de futuras disputas e manter o mundo em paz através de um sistema de "segurança coletiva" (ver Capítulo 3). Infelizmente, o trabalho da Liga das Nações foi dificultado por alguns dos termos do acordo de paz a que se chegou após a guerra, e a própria paz era instável.

2.7 OS PROBLEMAS DE FAZER UM ACORDO DE PAZ

(a) Metas de guerra

Quando a guerra começou, nenhum dos participantes tinha qualquer ideia específica sobre o que esperava obter, com exceção da Alemanha e da Áustria, que queriam preservar o Império Habsburgo e achavam que para isso era necessário destruir a Sérvia. À medida que a guerra avançava, alguns dos governos envolvidos, talvez para incentivar seus soldados, dando-lhes objetivos claros pelos quais lutar, começaram a listar seus objetivos de guerra.

O primeiro-ministro britânico Lloyd George mencionou (em janeiro de 1918) a defesa da democracia e a correção da injustiça cometida com a França em 1871, quando o país perdeu as regiões de Alsácia e da Lorena para a Alemanha. Outros pontos eram a restauração da Bélgica e da Sérvia e de uma Polônia independente, autogoverno democrático para as nacionalidades do Império Austro-Húngaro, autodeterminação para as colônias alemãs e uma organização internacional para prevenir a guerra.

O presidente Woodrow Wilson declarou os objetivos dos Estados Unidos em seus famosos 14 pontos (janeiro de 1918):

1. abolição da diplomacia secreta;
2. navegação livre no mar para todas as nações, na guerra e na paz;
3. suspensão de barreiras econômicas entre os Estados;
4. redução geral de armamentos;
5. ajuste imparcial das possessões coloniais no interesse das populações interessadas;
6. evacuação do território russo;
7. restauração da Bélgica;
8. liberação da França e restauração da Alsácia-Lorena;
9. reajuste das fronteiras italianas em termos de linhas de nacionalidade;
10. autogoverno para os povos do Império Austro-Húngaro;
11. evacuação de Romênia, Sérvia e Montenegro concessão de acesso ao mar à Sérvia;
12. autogoverno para os povos não turcos do Império Turco e abertura permanente do Estreito de Dardanelos;
13. uma Polônia independente com acesso seguro ao mar;
14. uma associação geral de nações para preservar a paz.

Esses pontos ganharam divulgação quando os alemães, posteriormente, afirmaram que esperavam que o acordo de paz se baseasse neles, e como não foi o caso, eles foram enganados.

(b) Visões diferentes entre os aliados sobre como tratar as potências derrotadas

Quando a conferência de paz se reuniu (janeiro de 1919, ver Ilustração 2.4), ficou imediatamente claro que seria difícil chegar a um acordo de paz em função de divergências básicas entre as potências vitoriosas:

1. A *França* (representada por Clemenceau) queria uma paz severa que arruinasse a Alemanha do ponto de vista econômico e militar, para que ela nunca mais ameaçasse as fronteiras francesas.
2. A *Grã-Bretanha* (Lloyd George) era favorável a um acordo menos rígido, que possibilitasse à Alemanha se recuperar rapidamente para que ela pudesse

Ilustração 2.4 Os três líderes em Versalhes: (da direita para a esquerda) Clemenceau, Wilson e Lloyd George.

retomar seu papel como grande consumidor de mercadorias britânicas. Lloyd George acabava de vencer uma eleição com *slogans* como "enforquem o Kaiser", e o discurso de tirar da Alemanha "tudo o que se possa espremer de um limão e um pouco mais". O povo da Grã-Bretanha, portanto, esperava um acordo de paz duro.

3. Os *Estados Unidos* (Woodrow Wilson) defendiam uma paz leniente, embora o presidente tivesse ficado decepcionado quando os alemães ignoraram seus 14 pontos e impuseram o *duro Tratado de Brest-Litovsk* sobre a Rússia (ver Seção 16.3(b)). Ele queria uma paz justa: embora tivesse que aceitar as demandas da França e da Grã-Bretanha por reparações (indenizações por danos) e o *desarmamento da Alemanha*, conseguiu limitar essas reparações a perdas causadas a civis e suas propriedades, em vez de "todo o custo da guerra". Wilson era favorável à *autodeterminação*: as nações deveriam ficar livres do domínio estrangeiro e ter *governos democráticos de sua própria escolha*.

Em junho de 1919, a conferência gerou o *Tratado de Versalhes para Alemanha*, seguido de outros tratados sobre seus ex-aliados. Esse tratado foi, em si, um dos acordos mais polêmicos já assinados, criticado até mesmo nos países Aliados por ser rígido demais com os alemães, que teriam que se opor de forma tão violenta que seria inevitável outra guerra, mais cedo ou mais tarde. Além disso, muitos dos termos, como reparações e desarmamento, mostraram-se impossíveis de implementar.

2.8 O TRATADO DE VERSALHES COM A ALEMANHA

(a) Os termos

1. *A Alemanha tinha que perder território na Europa:*

- A Alsácia-Lorena para a França;
- Eupen, Moresnet e Malmédy para a Bélgica;
- Schleswig do Norte para a Dinamarca (depois de um plebiscito, ou seja, uma votação feita pelo povo);
- A Prússia Ocidental e Posen para a Polônia, embora Danzig (o principal porto da região) devesse ser uma cidade livre sob a administração da Liga das Nações, já que sua população era totalmente alemã.
- Memel foi dada à Lituânia.
- A área conhecida como Sarre deveria ser administrada pela Liga das Nações por 15 anos, quando, então, a população poderia votar se queria pertencer à França ou à Alemanha. Nesse meio-tempo, a França teria direito de uso de suas minas de carvão.
- Estônia, Letônia e Lituânia, que tinham sido entregues à Alemanha pela Rússia pelo Tratado de Brest-Litovsk, foram retiradas da Alemanha e estabelecidas como Estados independentes. Esse era um exemplo de *autodeterminação* sendo colocada em prática.
- A União (*Anschluss*) entre Alemanha e Áustria foi proibida.

2. *As colônias africanas da Alemanha foram retiradas* e se tornaram "mandatos" sob a supervisão da Liga das Nações: isso significa que vários Estados-membros da Liga "cuidavam" delas.
3. *Os armamentos alemães foram estritamente limitados* a um máximo de 100.000 soldados, sem serviço militar obrigatório, sem tanques, sem aeronaves nem submarinos militares e somente seis navios de guerra. A Renânia deveria ser totalmente desmilitarizada, o que significava que não se permitiria a presença de tropas alemãs na área.
4. *A cláusula sobre a Culpa pela Guerra* estabeleceu que a responsabilidade pela deflagração era somente da Alemanha e de seus Aliados.
5. *A Alemanha deveria pagar indenizações* por danos causados aos aliados. A quantidade real não foi decidida em Versalhes, sendo anunciada depois (1921), depois de muita discussão e regateio, em 6,6 milhões de libras esterlinas.
6. Foi formada uma Liga das Nações, cujos objetivos e organização foram definidos no *pacto de criação da Liga* (ver Capítulo 3).

Os alemães não tiveram muita alternativa a assinar o tratado, embora se opusessem muito. A cerimônia de assinatura aconteceu no Salão dos Espelhos em Versalhes, onde o Império Alemão havia sido proclamado menos de 50 anos antes.

(b) Por que os alemães se opuseram e até onde essas objeções eram justificadas?

1 Foi uma paz ditada

Aos alemães não foi permitido que estivessem presentes às discussões em Versalhes; os termos do acordo foram simplesmente apresentados a eles, e lhes disseram que assinassem. Embora lhes tenha sido permitido criticar o acordo por escrito, todas as suas críticas foram ignoradas, menos uma (ver Ponto 3 abaixo). Alguns historiadores acham que os alemães tinham justificativa para objetar, e que teria sido razoável permitir sua participação nas discussões, o que poderia ter levado a uma suavização de alguns dos termos mais duros. Com certeza, teria tirado dos alemães o argumento muito utilizado por Hitler, de que, em função de a paz ter sido um "*Diktat*", imposição não havia obrigação moral de segui-la. Por outro lado, é possível argumentar que os alemães pouco poderiam ter esperado algum acordo melhor, depois da forma dura com que

tinham lidado com os russos em Brest-Litovsk – também um "*Diktat*" (ver Seção 16.3(b)).

2 Muitas das disposições não foram baseadas nos 14 pontos

Os alemães afirmaram que lhes tinham prometido termos baseados nos 14 pontos de Wilson e que muitas das disposições não se baseavam neles, sendo, portanto, uma fraude. Essa objeção provavelmente não é válida: os 14 pontos nunca foram aceitos como oficiais por nenhum dos países envolvidos e os próprios alemães os tinham ignorado em 1918, quando ainda parecia haver uma chance de vitória alemã. Em novembro as táticas alemãs (Brest-Litovsk, a destruição de minas, fábricas e prédios públicos durante sua retirada através da França e da Bélgica) tinham endurecido a atitude dos Aliados e levado Wilson a acrescentar *dois outros pontos*: a Alemanha deveria pagar pelos danos à população civil e à propriedade e deveria ser reduzida à "impotência, na prática", ou seja, a Alemanha deveria ser desarmada. Os alemães estavam cientes disso quando aceitaram o armistício e, na verdade, a maioria dos termos cumpria, sim, os 14 pontos e os adendos.

Também havia objeções em pontos específicos:

3 Perda de território na Europa

Esta perda incluía a Alsácia-Lorena e, principalmente, a Prússia Ocidental, que dava à Polônia acesso ao mar, mas ambos eram mencionados nos 14 pontos. Originalmente, a Alta Silésia, uma região com população mista de poloneses e alemães, deveria ser dada à Polônia, mas essa foi uma concessão às objeções feitas por escrito pela Alemanha: após uma votação pela população, permitiu-se que a Alemanha mantivesse dois terços da área. Na verdade, a maioria das perdas alemãs poderia ser justificada com base em nacionalidade (ver Mapa 2.5).

4 A perda das colônias alemãs na África

Os alemães provavelmente tinham mais bases para se opor à perda de suas colônias africanas, o que não foi exatamente um "ajuste imparcial". O sistema de mandatos permitiu que a Grã-Bretanha assumisse a África Oriental Alemã (Tanganica) e partes do Togo e de Camarões, a França assumiria a maior parte dessas duas últimas regiões e a África do sul adquiriria o Sudoeste Africano Alemão (hoje conhecido como Namíbia), mas esse foi, na verdade, um mecanismo pelo qual os Aliados tomaram as colônias sem admitir abertamente que elas estavam sendo anexadas (ver Mapa 2.6).

5 As cláusulas do desarmamento geraram muito rancor

Os alemães alegavam que 100.000 soldados não eram suficientes para manter a lei e a ordem em tempos de inquietude política. Talvez a objeção alemã fosse justificada em algum nível, ainda que o desejo francês de uma Alemanha fraca fosse compreensível. Os alemães se incomodaram ainda mais posteriormente, ao ficar claro que nenhuma das outras potências tinha intenção de se desarmar, mesmo que o Ponto 4 de Wilson mencionasse "redução geral de armamentos". Entretanto, foi impossível aplicar integralmente o desarmamento da Alemanha, porque os alemães estavam determinados a explorar cada brecha.

6 A cláusula da "Culpa de Guerra" (Artigo 231)

Os alemães fizeram objeções a arcar com toda a culpa pela deflagração da guerra. Há alguma base para objeção nesse caso, porque, embora pesquisas posteriores pareçam indicar a responsabilidade da Alemanha, não era possível chegar a essa conclusão no espaço de seis semanas durante 1919, foi o que fez a Comissão Especial sobre Respon-

Território perdido pela Alemanha

Antigo território da Rússia czarista

Império Austro-Húngaro até 1918

Linha Curzon proposta pela Grã-Bretanha (dezembro de 1918) como fronteira leste da Polônia. O território russo a leste da linha foi tomado pela Polônia em 1920

Mapa 2.5 Fronteiras europeias após a Primeira Guerra Mundial e os tratados de paz.

sabilidade de Guerra. Contudo, os Aliados queriam que os alemães assumissem essa responsabilidade para que tivessem que pagar as indenizações.

7 Indenizações

As indenizações representaram a humilhação final para os alemães. Embora se pudesse fazer poucas objeções válidas ao princípio geral das

Colônias alemãs retiradas do país e transformadas em mandatos pelo Tratado de Versalhes, 1919

Mapa 2.6 A África e os tratados de paz.

indenizações, muitos historiadores concordam agora em que a quantidade decidida era alta demais, de 6,6 bilhões de libras esterlinas. Algumas pessoas pensavam assim na época, incluindo J. M. Keynes, que era assessor econômico da delegação britânica na conferência e pediu que os Aliados aceitassem 2 bilhões de libras. Ele dizia que essa era uma quantia mais razoável, e que a Alemanha teria condições de pagar. A cifra de 6,6 bilhões possibilitou que os alemães dissessem que era impossível pagar e em seguida começassem a deixar de pagar suas prestações anuais. Isso descontentou os Aliados que estavam contando com o dinheiro alemão para lhes ajudar a pagar suas próprias dívidas para com os Estados Unidos. Gerou-se uma tensão internacional quando a França tentou forçar os alemães a pagar (ver Seção 4.2(c)). Os Aliados acabaram admitindo seu equívoco e reduziram a quantia a 2 bilhões de libras (Plano Young, 1929), mas não antes de as indenizações se mostrarem desastrosas, tanto econômica quanto politicamente.

Está claro que os alemães tinham algumas razões para reclamar, mas é preciso dizer que o tratado poderia ter sido ainda mais duro. Se as opiniões de Clemenceau tivessem prevalecido, a Renânia teria se tornado um Estado

independente e a França teria anexado o Sarre. Contudo, a Alemanha ainda era a potência mais forte da Europa em termos econômicos, de forma que o elemento pouco inteligente no acordo foi que ele incomodava os alemães, mas não os deixava suficientemente frágeis para evitar que retaliassem.

2.9 OS TRATADOS DE PAZ COM O IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO

Quando a Áustria estava por ser derrotada na guerra, o Império Habsburgo se desintegrou à medida que várias nacionalidades declararam independência. A Áustria e a Hungria se separaram e se declararam repúblicas independentes. Muitas decisões importantes já tinham sido tomadas antes da conferência de paz, mas a situação era caótica e a tarefa da Conferência era a de formalizar e reconhecer o que tinha acontecido.

(a) O tratado de Saint Germain (1919) sobre a Áustria

Por esse tratado, a Áustria perdeu:

- A Boêmia e a Morávia (províncias industriais ricas, com uma população de 10 milhões de pessoas) para o novo Estado da Tchecoslováquia;
- Dalmácia, Bósnia e Herzegovina para a Sérvia, a qual, com Montenegro, tornava-se agora a Iugoslávia;
- Bucovina para a Romênia;
- Galícia para o Estado reconstituído da Polônia;
- O sul do Tirol (até o Passo de Brenner), Trentino, Ístria e Trieste para a Itália.

(b) O Tratado de Trianon (1920), sobre a Hungria

Este tratado só foi assinado em 1920 em função de incertezas políticas em Budapeste (a capital); os comunistas, liderados por Bela Kun, tomaram o poder, mas depois foram derrubados.

- A Eslováquia e a Rutênia foram dadas à Tchecoslováquia;
- A Croácia e a Eslovênia, à Iugoslávia;
- A Transilvânia e o Banat de Timisoara, à Romênia.

Ambos os tratados estavam contidos no Pacto da Liga das Nações.

Estes acordos podem parecer duros, mas é preciso lembrar que muito do que foi tratado já tinha acontecido. No todo, eles mantinham o espírito da autodeterminação. Mais pessoas passaram a ter governos de sua própria nacionalidade, o que jamais havia acontecido na Europa, embora eles nem sempre fossem democráticos, como teria gostado Wilson (principalmente na Hungria e na Polônia). Contudo, havia alguns desvios do padrão, por exemplo, mais de 3 milhões de alemães (nos Sudetos) agora se encontravam na Tchecoslováquia, e o Tratado de Versalhes tinha colocado um milhão de alemães na Polônia. Os Aliados justificavam isso com base em que os novos países precisavam deles para ser economicamente viáveis. Infelizmente, ambos os casos deram a Hitler a desculpa para dar início a demandas de expansão territorial nesses países.

Os tratados deixaram a Áustria e a Hungria com sérios problemas econômicos

A Áustria era uma pequena república, sua população foi reduzida de 22 milhões para 6,5 milhões, a maior parte de sua riqueza industrial fora perdida para Tchecoslováquia e Polônia. Viena, que havia sido a capital do imenso Império Habsburgo, ficou sem nada, cercada de terras agrícolas que mal conseguiam sustentá-la. Não é de estranhar que a Áustria em pouco tempo enfrentasse uma crise econômica e constantemente tivesse que ser ajudada por empréstimos da Liga das Nações. A Hungria foi também afetada gravemente, com a população reduzida de 21 milhões a 7,5 milhões, e parte de suas melhores terras para o plantio de milho foi perdida

para a Romênia. Os problemas ficaram mais graves quando todos os novos Estados rapidamente introduziram tarifas (impostos sobre importações e exportações) que dificultaram o fluxo comercial em toda a área do Danúbio e tornaram particularmente difícil a recuperação industrial do país. Na verdade, havia argumentos econômicos excelentes para se apoiar a unificação entre Áustria e Alemanha.

2.10 O ACORDO COM A TURQUIA E A BULGÁRIA

(a) O Tratado de Sèvres (1920), lidando com a Turquia

A Turquia perderia a Trácia Oriental, muitas ilhas do Mar Egeu e Smirna para a Grécia, Adália e Rodes para a Itália, os Estreitos (a saída do Mar Negro) deveriam ficar permanentemente abertos, a Síria se tornou um mandato francês, e a Palestina, o Iraque e a Transjordânia, mandatos britânicos. Porém, a perda de tanto território para a Grécia, principalmente a Smirna na parte continental da Turquia, feriu o sentimento nacional turco (nesse caso, a autodeterminação estava sendo ignorada).

Liderados por Mustafa Kemal, os turcos rejeitaram o tratado e expulsaram os gregos da Smirna. Os italianos e os franceses retiraram suas forças de ocupação da região dos estreitos, deixando apenas as tropas britânicas em Chanak. Mais tarde, chegou-se a um compromisso e o acordo foi revisado pelo Tratado de Lausanne (1923), segundo o qual a Turquia recuperou a Trácia Oriental, incluindo Constantinopla e Smirna (ver Mapa 2.7). Sendo assim, a Turquia foi o primeiro Estado a questionar com êxito o acordo de Paris. Um legado do Tratado de Sèvres que viria a causar problemas mais tarde era a situação dos mandatos, cuja população era majoritariamente árabe e tinha esperado a independência e uma recompensa após ter lutado bravamente, liderada por um oficial inglês, T. E. Lawrence (Lawrence da Arábia), contra os turcos. Os árabes também não estavam felizes com o estabelecimento de um "lar nacional" judaica no Palestina (ver Seção 11.2(a)).

(b) O Tratado de Neuilly (1919) sobre a Bulgária

A Bulgária perdeu território para a Grécia, ficando sem o litoral do Mar Egeu, e também para a Iugoslávia e a Romênia. O país afirmaria, com alguma justificativa, que pelo menos um milhão de Búlgaros estava sob governos estrangeiros como resultado do Tratado de Neuilly.

2.11 VEREDICTO SOBRE O ACORDO DE PAZ

Como conclusão, deve-se dizer que esse conjunto de tratados de paz não foi um sucesso claro, tendo o efeito negativo de dividir a Europa entre os países que queriam revisar o acordo (principalmente a Alemanha) e os que queriam preservá-lo. Como um todo, estes últimos acabaram dando um apoio desanimado. Os Estados Unidos não ratificaram o acordo (ver Seção 4.5) e nunca entraram para a Liga das Nações. Isso, por sua vez, deixou a França completamente desencantada com a situação, pois a garantia anglo-americana de sua fronteira, dada no acordo, não poderia ser cumprida. A Itália se sentia enganada porque não havia recebido todo o território prometido em 1915, e a Rússia foi ignorada, porque as potências não queriam negociar com o governo bolchevique. A Alemanha, por outro lado, só ficou temporariamente fragilizada e em pouco tempo estava forte o suficiente para questionar alguns dos termos. Tudo isso tendia a sabotar o acordo desde o princípio e ficou cada vez mais difícil aplicá-lo integralmente. Mas é fácil criticar após o evento; Gilbert White, delegado norte-americano na conferência, disse bem ao afirmar que, dada a complexidade dos problemas envolvidos, "não é de surpreender que se tenha feito uma paz ruim, o que surpreende é que se tenha chegado a qualquer paz".

PERGUNTAS

1. Guerra de trincheiras e a Primeira Guerra Mundial

Estude e fonte e as informações do capítulo 2.

Fonte A

O primeiro dia da batalha de Somme, 1916 – uma narrativa alemã

> Os homens nos abrigos antibombas estavam de prontidão, usando cintos com granadas de mão, segurando firme os seus fuzis... foi de vital importância não perder um segundo para assumir posição no espaço aberto para enfrentar a infantaria britânica imediatamente atrás da barragem de artilharia.
>
> Às 7:30 da manhã, o furacão de bombas parou... Nossos homens, de uma só vez, escalaram os íngremes mastros que levavam dos abrigos à luz do dia e correram... até as crateras mais próximas. As metralhadoras foram retiradas dos abrigos e colocadas apressadamente em posição... Assim que os homens se posicionaram, uma série de linhas foi vista avançando a partir das trincheiras britânicas. A primeira delas apareceu, sem fim à direita nem à esquerda. Foi seguida rapidamente por uma outra, depois por uma terceira e uma quarta...
>
> A ordem para "preparar-se" foi repassada na nossa frente, cratera por cratera... uns minutos depois, quando a principal linha britânica estava a 100 metros de distância, o ra-tá-tá de metralhadoras e fuzis começou ao longo de toda a linha dos buracos de bombas.
>
> Grupos inteiros pareciam cair... o avanço desabou rapidamente sob a chuva de bombas e balas. Então era possível vê-los, em toda a linha, jogando os braços para cima e desabando, para nunca mais se mover. Feridos graves rolavam em sua agonia.

Fonte: Citado em A. H. Farrar-Hockley, The Somme (Pan/Severn House, 1976).

(a) Qual a utilidade da fonte A para um historiador que esteja estudando as técnicas de guerra de trincheiras?

(b) Explique por que a guerra na frente ocidental evoluiu para um impasse.

(c) Como a guerra acabou chegando a um fim e por que a Alemanha foi derrotada?

2. "Os alemães tinham razões verdadeiras para reclamar do Tratados de Versalhes". Explique por que você concorda ou discorda dessa afirmação.

A Liga das Nações

3

RESUMO DOS EVENTOS

A Liga das Nações passou a existir formalmente em 10 de janeiro de 1920, o mesmo dia em que o Tratado de Versalhes entrou em vigor. Com sede em Genebra, na Suíça, um de seus principais objetivos era resolver disputas internacionais antes que elas saíssem de controle, impedindo que uma nova fosse deflagrada de guerra. Após alguns problemas iniciais relacionados à inexperiência, a Liga parecia estar funcionando bem durante a década de 1920, tendo resolvido uma série de disputas internacionais de menor porte e realizando um valioso trabalho econômico e social. Por exemplo, ajudou milhares de refugiados e ex-prisioneiros de guerra a voltar para casa. Em 1930, os que defendiam a Liga se sentiam otimistas em relação a seu futuro; o estadista sul-africano Jan Smuts chegou a afirmar: "Estamos assistindo a um dos grandes milagres da história". Contudo, na década de 1930, a autoridade da Liga foi questionada várias vezes, primeiro, pela invasão japonesa da Manchúria (1931) e, depois, pelo ataque italiano contra a Abissínia (1935). Ambos os agressores ignoraram as ordens da Liga para se retirar, e por uma série de razões, foi impossível fazer com que as cumprissem. Depois de 1935, o respeito pela Liga declinou à medida que suas fragilidades foram ficando mais visíveis. Durante as disputas da Alemanha com a Tchecoslováquia e a Polônia, que levaram à Segunda Guerra Mundial, a Liga nem foi consultada, e foi incapaz de exercer a menor influência para impedir a deflagração da guerra. Após dezembro de 1939 ela não voltou a se reunir e foi dissolvida em 1946 – um fracasso completo, pelo menos no sentido de impedir a guerra.

3.1 QUAIS FORAM AS ORIGENS DA LIGA?

A Liga muitas vezes é considerada como uma criação do presidente norte-americano Woodrow Wilson. Embora Wilson tenha sido, com certeza, um grande apoiador da ideia de uma organização internacional pela paz, a Liga foi o resultado de uma união de sugestões semelhantes durante a Primeira Guerra Mundial, por parte de vários estadistas. Lorde Robert Cecil da Grã-Bretanha, Jan Smuts da África do Sul e Leon Bourgeois da França propuseram esquemas detalhados mostrando como uma organização desse tipo poderia ser instalada. Lloyd George se referiu a ela como um dos objetivos de guerra da Grã-Bretanha, e Wilson a considerou como o último de seus 14 pontos. (ver Seção 2.7(a)). A grande contribuição de Wilson foi insistir em que a Convenção da Liga (a lista de regras segundo as quais ela deveria operar), que havia sido elaborada por um comitê internacional formado por Cecil, Smuts, Bourgeois e Paul Hymans (da Bélgica), bem como o próprio Wilson, deveria ser incluída em cada um dos tratados de paz separados. Isso garantia que a Liga real-

mente existisse em vez de simplesmente permanecer como uma discussão tópica.

A Liga tinha dois objetivos principais:

- Manter a paz através da **segurança coletiva**: se um país atacasse outro, os Estados-membros da Liga agiriam juntos, coletivamente, para conter o agressor, por meio de sanções econômicas ou militares.
- Estimular a **cooperação internacional**, para resolver problemas econômicos e sociais.

3.2 COMO A LIGA FOI ORGANIZADA?

Havia 42 Estados-membros no início e 55 em 1926, quando a Alemanha foi admitida. Eram cinco os órgãos principais.

(a) A Assembleia Geral

Este orgão se reunia anualmente e incluía representantes de todos os Estados-membros, cada um com um voto. Sua função era decidir sobre políticas gerais. Por exemplo, podia propor uma revisão de acordos de paz e lidava com as finanças da Liga. Qualquer decisão tomada tinha que ser unânime.

(b) O Conselho

Este orgão era muito menor, reunia-se com mais frequência, pelo menos três vezes por ano, e continha quatro membros permanentes: Grã-Bretanha, França, Itália e Japão. Os Estados Unidos deveriam ter sido membro permanente, mas decidiram não participar da Liga. Havia quatro outros membros, eleitos pela Assembleia para períodos de três anos, e o número de membros não permanentes tinha aumentado para nove em 1926. Era tarefa do Conselho lidar com disputas políticas específicas à medida que elas surgissem. Mais uma vez, as decisões tinham de ser unânimes.

(c) O Tribunal Permanente de Justiça Internacional

Com sede em Haia, na Holanda, consistia em 15 juízes de diferentes nacionalidades. O orgão lidava com disputas entre Estados, e não disputas políticas.

(d) O Secretariado

Cuidava de toda a documentação, preparando agendas e redigindo resoluções e relatórios para que as decisões finais da Liga pudessem ser levadas a cabo.

(e) Comissões e Comitês

Vários órgãos deste tipo foram formados para lidar com problemas específicos, alguns dos quais surgiram a partir da Primeira Guerra Mundial. As principais comissões eram aquelas que tratavam de mandatos, as questões militares, os grupos minoritários e o desarmamento. Havia comitês para trabalho internacional, saúde, organização econômica e financeira, bem-estar infantil, problemas de drogas e direitos das mulheres.

Missões de paz

A principal missão da Liga deveria ser manter a paz. Pretendia-se que ela operasse da seguinte forma: todas as disputas que ameaçassem terminar em guerra seriam submetidas à Liga, e qualquer membro que recorresse à guerra, rompendo a Convenção, *enfrentaria ação coletiva por parte do restante*. O Conselho recomendaria "com que efetivos em termos de exército, marinha ou aeronáutica os membros deveriam contribuir para as forças armadas".

3.3 ÊXITOS DA LIGA

(a) Seria injusto considerar a Liga como um fracasso total

Muitos dos comitês e comissões atingiram resultados valiosos e muito foi feito para

estimular a cooperação internacional. Um dos mais bem-sucedidos foi a *Organização Internacional do Trabalho (OIT)* sob a direção do socialista francês Albert Thomas. Seu propósito era melhorar as condições de trabalho em todo o mundo persuadindo governos a:

- estabelecer uma jornada de trabalho diária e semanal máxima,
- definir salários mínimos adequados,
- introduzir benefícios por doença e desemprego,
- introduzir aposentadorias por idade.

A organização coletou e publicou uma ampla quantidade de informações, e muitos governos foram forçados a agir.

A *Organização para os Refugiados*, chefiada pelo explorador norueguês Fridtjof Nansen, resolveu o problema de milhares de ex-prisioneiros de guerra isolados na Rússia no final da guerra, e cerca de meio milhão deles pode voltar para casa. Depois de 1933, milhares de pessoas que fugiam da perseguição nazista na Alemanha receberam ajuda valiosa.

A *Organização para a Saúde* fez um bom trabalho na investigação das causas das epidemias e teve especial sucesso no combate à epidemia de tifo na Rússia, que em determinado momento parecia ter probabilidade de se espalhar pela Europa.

A *Comissão para os Mandatos* supervisionava o governo dos territórios que foram tomados da Alemanha e da Turquia, enquanto outra comissão era responsável por administrar o Sarre, o que ela fez com muita eficiência e concluiu organizando o plebiscito de 1935, no qual uma ampla maioria votou pelo retorno da região à Alemanha.

Todavia, nem todas tiveram êxito. A *Comissão para o Desarmamento* não avançou na tarefa quase impossível de persuadir os Estados-membros a reduzir seus armamentos, mesmo que todos tivessem prometido fazê-lo quando concordaram com a Convenção.

(b) Disputas políticas resolvidas

Várias disputas políticas foram encaminhadas à Liga no início da década de 1920. Em todos os casos, menos em dois, as decisões do orgão foram aceitas.

- Na questão entre Finlândia e Suécia por causa das *Ilhas Aland*, o veredicto foi favorável à primeira (1920).
- Em relação às reivindicações de Alemanha e Polônia pela importante área industrial de *Alta Silésia,* a Liga decidiu que ela deveria ser dividida entre ambas (1921).
- Quando os *gregos invadiram a Bulgária,* depois de alguns incidentes com tiros na fronteira, a Liga interveio rapidamente: as tropas gregas deveriam ser retiradas e os danos pagos à Bulgária.
- Quando a Turquia reivindicou a província do Mosul, parte do território sob mandato britânico no Iraque, a Liga decidiu em favor deste.
- Mais longe, na América do Sul, foram resolvidas disputas entre Peru e Colômbia e entre Bolívia e Paraguai.

Contudo, é significativo que nenhuma dessas disputas tenha ameaçado seriamente a paz mundial, e não houve decisões contrárias a Estados importantes que pudessem ter questionado o veredicto da Liga. Na verdade, durante esse mesmo período, a Liga foi invalidada duas vezes pela Conferência de Embaixadores, sediada em Paris, que havia sido estabelecida para lidar com problemas que surgissem dos Tratados de Versalhes. Primeiramente, houve as reivindicações de Polônia e Lituânia sobre Vilna (1920), seguida pelo incidente de Corfu – uma disputa entre a Itália de Mussolini e a Grécia. A Liga não deu resposta a esses atos de desafio, o que não era um sinal promissor.

3.4 POR QUE A LIGA NÃO CONSEGUIU PRESERVAR A PAZ?

Na época do Incidente de Corfu, em 1923 (ver (d), abaixo), muitas pessoas se perguntaram o que aconteceria se um Estado poderoso desafiasse a Liga em uma questão de muita importância, por exemplo, invadindo um país inocente. Que eficácia teria a Liga nessa situação? Infelizmente, esses desafios aconteceram na década de 1930, e em todas as ocasiões a Liga deixou a desejar.

(a) Tinha relação muito próxima com o Tratado de Versalhes

Esta desvantagem inicial fez com que a Liga parecesse uma organização internacional criada especialmente para beneficiar as potências vitoriosas. Além disso, tinha que defender um acordo de paz que estava longe de ser perfeito. Era inevitável que algumas de suas disposições causassem problemas, como, por exemplo, os ganhos territoriais decepcionantes dos italianos e a inclusão de alemães na Tchecoslováquia e na Polônia.

(b) Foi rejeitada pelos Estados Unidos

A Liga recebeu um duro golpe em março de 1920, quando o senado norte-americano rejeitou o acordo de Versalhes e o orgão. Houve várias razões por trás dessa decisão (ver Seção 4.5). A ausência dos Estados Unidos significava que a Liga não contaria com um membro poderoso, cuja presença teria sido de grande benefício psicológico e financeiro.

(c) Outras potências importantes não estavam envolvidas

Não foi permitido que a Alemanha entrasse até 1926 e a URSS só passou a ser membro em 1934 (quando a Alemanha se retirou). Sendo assim, nos primeiros anos de sua existência, a Liga não contou com três das potências mais importantes do mundo (ver Figura 3.1).

(d) A Conferência dos Embaixadores em Paris: um constrangimento

Esta reunião de importantes embaixadores só deveria funcionar até que o mecanismo da Liga estivesse a pleno vapor, mas ele foi se mantendo e em várias ocasiões assumiu precedência sobre a Liga.

- Em 1920, a Liga apoiou a Lituânia em sua reivindicação sobre Vilna, que acabava de ser tomada pelos poloneses, mas quando a Conferência dos Embaixadores insistiu em dar Vilna à Polônia, a Liga permitiu que assim fosse.
- Um exemplo posterior foi o *Incidente de Corfu* (1923): o evento surgiu a partir de

Grã-Bretanha	1919 →	Ainda membro em 1939
França	1919 →	Ainda membro em 1939
Japão	1919 →	1933
Itália	1919 →	1935
Alemanha	1926 →	1933
URSS	1934 →	Ainda membro em 1939
EUA	Nunca entrou	

Figura 3.1 Participação das grandes potências na Liga das Nações.

uma disputa de fronteiras entre a Grécia e a Albânia, na qual três representantes italianos que trabalhavam na comissão de fronteiras foram mortos. Mussolini culpou os gregos, exigiu enormes indenizações e bombardeou e ocupou a ilha grega de Corfu. A Grécia apelou à Liga, mas *Mussolini se recusou a reconhecer a competência do orgão para lidar com o problema*. Ele ameaçou retirar a Itália da liga e os embaixadores ordenaram que a Grécia pagasse toda a quantia exigida.

Nessa etapa inicial, contudo, os apoiadores da Liga desconsideraram esses incidentes, atribuindo-os à inexperiência.

(e) Havia graves pontos fracos na convenção

Estes pontos fracos tornavam difícil garantir ações decisivas contra qualquer agressor. Era difícil obter decisões unânimes, a Liga não tinha força militar própria e, embora o Artigo 16 previsse que os membros forneceriam tropas em caso de necessidade, foi aprovada uma resolução, em 1923, em que cada membro decidiria sozinho se combateria ou não em uma crise. Isso acabou visivelmente com o sentido da ideia de segurança coletiva. Foram feitas várias tentativas de fortalecer a Convenção, mas elas fracassaram porque era necessária uma votação unânime para mudá-la, o que nunca foi conseguido. A tentativa mais destacada foi feita em 1924 pelo primeiro-ministro trabalhista britânico Ramsay MacDonald, um grande apoiador da Liga, que apresentou uma resolução conhecida como *Protocolo de Genebra*, que conclamava os membros a aceitar a arbitragem e a ajudar qualquer vítima de agressão não provocada. Com suprema ironia, o governo conservador que veio depois desse informou à Liga que não poderia concordar com o protocolo, relutando em comprometer a Grã-Bretanha e seu império com a defesa de todas as fronteiras de 1919. Sendo assim, uma resolução proposta por um governo britânico foi rejeitada pelo seguinte, e a Liga foi deixada, como diziam seus críticos, ainda com falta de “músculos”.

Entre as razões para essa atitude aparentemente estranha por parte da Grã-Bretanha está o fato de que a opinião pública britânica era fortemente pacifista e havia um sentimento de que o país estava tão frágil militarmente que deveria evitar intervenções armadas de qualquer tipo. Muitos outros membros da Liga sentiam o mesmo e, portanto, todos estavam baseando perversamente sua segurança em um sistema que dependia de seu apoio e seu compromisso, mas que eles não estavam dispostos a sustentar. A atitude parecia ser: deixe que os outros façam.

(f) A Liga: um assunto predominantemente francês/britânico

A contínua ausência dos Estados Unidos e da URSS, além da hostilidade da Itália, fez da Liga um assunto predominantemente francês/britânico, mas como mostrou a rejeição do Protocolo de Genebra, os conservadores britânicos nunca tiveram muito entusiasmo por ela. Eles preferiram assinar os *Tratados de Locarno* (1925), fora da Liga, em lugar de conduzir negociações no âmbito do orgão (ver Seção 4.1(e)).

Nenhuma dessas fragilidades necessariamente condenou a Liga ao fracasso, desde que todos os membros estivessem dispostos a não agredir e a aceitar as decisões do órgão. Entre 1925 e 1930, os eventos transcorreram com tranquilidade.

(g) A crise econômica mundial começou em 1929

A situação realmente começou a sair de controle com o início da crise econômica, ou Grande Depressão, como é chamada às vezes.

Ela trouxe desemprego e diminuição do padrão de vida para a maioria dos países, e fez com que governos de extrema direita chegassem ao poder no Japão e na Alemanha. Junto com Mussolini, eles se recusaram a manter as regras e tomaram uma série de atitudes que revelaram as fragilidades da Liga (pontos (h), (i) e (j)).

(h) A invasão japonesa da Manchúria (1931)

Em 1931 tropas japonesas invadiram o território chinês da Manchúria (ver Seção 5.1); a China apelou à Liga, que condenou o Japão e ordenou que suas tropas se retirassem. Quando o Japão se recusou, a Liga indicou uma comissão sob o comando de Lorde Lytton, que decidiu (1932) que havia responsabilidades dos dois lados e sugeriu que a Manchúria deveria ser governada pela Liga. Contudo, o Japão rejeitou a decisão e se retirou da organização (março de 1933). A questão das sanções econômicas, para não mencionar as militares, nunca foi mencionada, porque a Grã-Bretanha e a França tinham sérios problemas econômicos e estavam relutantes em aplicar um boicote comercial ao Japão caso isso levasse a uma guerra, a qual aqueles países estavam mal equipados para vencer, principalmente sem ajuda norte-americana. O Japão conseguiu desafiar a Liga, cujo prestígio foi prejudicado, embora ainda não de forma fatal.

(i) O fracasso da Conferência Mundial de Desarmamento (1932-1933)

Esta conferência se reuniu sob os auspícios da Liga e seu fracasso foi uma grave decepção. Os alemães pediram igualdade de armamentos com a França, mas quando os franceses exigiram que isso fosse adiado por, pelo menos, oito anos, Hitler conseguiu usar a atitude francesa para retirar a Alemanha da Conferência e, mais tarde, da Liga.

(j) A invasão italiana da Abissínia (outubro de 1935)

Este foi o mais sério golpe no prestígio e na credibilidade da Liga (ver Seção 5.2(b)). A Liga condenou a Itália e introduziu sanções econômicas, mas elas não se aplicavam a exportações de petróleo, carvão e aço para a Itália. As sanções foram tão brandas que a Itália conseguiu completar sua conquista da Abissínia sem muitas inconveniências (maio de 1936). Algumas semanas mais tarde, as sanções foram abandonadas e *Mussolini conseguiu desprezar a Liga*. Mais uma vez, a Grã-Bretanha e a França devem compartilhar a culpa pelo fracasso da Liga. Sua motivação era não antagonizar muito com Mussolini, para mantê-lo como aliado contra o perigo real, a Alemanha, mas os resultados foram desastrosos:

- Mussolini ficou incomodado com as sanções de qualquer forma e começou a se aproximar de Hitler;
- os pequenos países perderam a confiança na Liga;
- Hitler foi estimulado a romper o Tratado de Versalhes.

Depois de 1935, portanto, a Liga nunca mais foi levada a sério. A verdadeira explicação para seu fracasso era simples: quando os Estados agressivos como Japão, Itália e Alemanha a desafiaram, os membros da Liga, principalmente a França e a Grã-Bretanha, não se dispuseram a sustentá-la, seja com medidas econômicas decisivas, seja com ação militar. *A força da Liga era proporcional à determinação de seus principais membros para resistir à agressão*; infelizmente, esse tipo de determinação era escasso nos anos de 1930.

PERGUNTAS

1. A liga das nações e seus problemas

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Discurso de Maxim Litvinov, Ministro das relações exteriores da URSS à Liga, em Genebra, em 1934.

> [os Estados agressores] hoje são mais fracos do que um possível bloco de Estados pacíficos, mas a política de não resistência ao mal e de realizar comércio com agressores, que os opositores das sanções nos propõem, não poderá ter outro resultado do que fortalecer e aumentar as forças da agressão, uma expansão ainda maior de seu campo de ação. E pode realmente chegar o momento em que seu poder tenha crescido a tal ponto que... a Liga das Nações, ou o que resta dela, não terá condições de enfrentá-los, mesmo que queira... com a menor tentativa de agressão concreta, deve-se levar a cabo a ação coletiva, como previsto no Artigo 16, progressivamente, segundo as possibilidades de cada membro da Liga. Em outras palavras, o programa previsto na Convenção da Liga deve ser levado adiante sem qualquer vacilação.

Fonte: Citado em G. Martel (ed.), The Origins of the Second World War Reconsidered (Routledge, edição 1999).

(a) Explique o que Litvinov quis dizer com "a política de não resistência ao mal e de realizar comércio com agressores".

(b) Defina em poucas palavras o que era o "programa previsto na Convenção da Liga".

(c) Explique por que a Liga das Nações não conseguiu preservar a paz.

4 Relações Internacionais

1919-1933

RESUMO DOS EVENTOS

As relações internacionais entre as duas guerras mundiais tem duas fases divididas em janeiro de 1933, o fatídico mês em que Adolf Hitler chegou ao poder na Alemanha. Antes disso, parecia haver uma esperança razoável de que se pudesse manter a paz mundial apesar do fracasso da Liga das Nações em conter a agressão japonesa na Manchúria. Com Hitler firme no controle, havia poucas chances de impedir uma guerra de algum tipo, fosse limitada ou em escala total. Dependendo da interpretação que se tivesse das intenções dele (ver Seção 5.3). A primeira fase pode ser dividida, de forma geral, em três:

- 1919-1923
- 1923-1929
- 1930-1933

(a) 1919 a 1923

No período posterior à Primeira Guerra Mundial as relações foram perturbadas por problemas que surgiram do acordo de paz, enquanto a recém-nascida Liga das Nações se esforçava para resolver as coisas.

- Tanto a Turquia quanto a Itália estavam descontentes com seu tratamento. A primeira estava disposta a desafiar o acordo (ver Seção 2.10). Os italianos, que em pouco tempo estariam sob o governo de Mussolini (1922), mostravam seu ressentimento, primeiramente pela perda de Fiúme, que havia sido dada à Iugoslávia, e depois, pelo incidente de Corfu. Mais tarde, a agressão italiana se dirigiu à Abissínia (1935).
- O problema das indenizações alemãs e se o país conseguiria pagá-las ou não fazia com que as relações entre a Grã-Bretanha e a França ficassem estremecidas em função de suas atitudes distintas diante da recuperação da Alemanha.
- Uma tentativa de Lloyd George de reconciliar França e Alemanha na conferência de Gênova de 1922 fracassou terrivelmente.
- As relações se deterioraram ainda mais em 1923 quando tropas francesas ocuparam o Ruhr (uma importante região industrial da Alemanha) numa tentativa de tomar em mercadorias o que os alemães estavam se recusando a pagar em dinheiro. Só o que isso conseguiu causar foi o colapso da moeda alemã.
- Nesse meio-tempo, os Estados Unidos, enquanto optavam por permanecer politicamente isolados, exerciam uma influência econômica considerável na Europa, entre outras coisas, ao insistir no pagamento integral das dívidas de guerra europeias.
- A Rússia, agora sob o governo dos bolcheviques (comunistas), era vista com desconfiança pelos países ocidentais, vários dos quais, junto com o Japão, inter-

vieram contra os bolcheviques na guerra civil que devastou a Rússia no período de 1918 a 1920.

- Os novos países que passaram a existir como resultado da guerra e do acordo de paz – Iugoslávia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria e Polônia – tinham sérios problemas e estavam divididos entre si. Esses problemas e divisões tiveram importantes efeitos nas relações internacionais.

(b) 1924 a 1929

Houve uma melhoria geral na atmosfera internacional gerada, em parte, por mudanças na liderança política. Edouard Herriot e Aristide Briand na França, Gustav Stresemann na Alemanha e James Ramsay MacDonald na Grã-Bretanha, subiram ao poder e estavam todos desejosos por melhorar as relações. O resultado foi o *Plano Dawes*, elaborado em 1924 com ajuda dos Estados Unidos, que aliviou a situação referente às indenizações alemãs. O ano de 1925 testemunhou a assinatura dos *Tratados de Locarno*, garantindo as fronteiras na Europa Ocidental estabelecidas em Versalhes, o que parecia acabar com a desconfiança francesa em relação às intenções alemãs.

Em 1926 permitiu-se que a Alemanha entrasse na Liga e dois anos mais tarde, 65 nações assinaram o Pacto Kellogg-Briand renunciando à guerra. Em 1929 o *Plano Young* reduziu as indenizações alemãs a uma quantia mais viável. Tudo parecia estar pronto para um futuro de paz.

(c) 1930 a 1933

Próximo ao final de 1929 o mundo começou a entrar em dificuldades econômicas que contribuíram para uma deterioração nas relações internacionais. Foi em parte por razões econômicas que tropas japonesas invadiram a Manchúria em 1931, e o desemprego em massa na Alemanha foi importante para que Hitler chegasse ao poder. Nesse clima pouco promissor, a Conferência Mundial pelo Desarmamento se reuniu em 1932, apenas para terminar em fracasso depois que os delegados alemães se retiraram (1933). Com um período tão complexo, será melhor tratar dos vários temas separadamente.

4.1 O QUE SE TENTOU PARA MELHORAR AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E QUAIS FORAM OS ÊXITOS?

(a) A Liga das Nações

A Liga cumpriu um papel importante, resolvendo várias disputas e problemas internacionais (ver Capítulo 3). Contudo, sua autoridade tendia a ser enfraquecida pelo fato de que muitos Estados pareciam preferir assinar acordos de forma independente da Liga, o que sugere que não tinham muita confiança nas perspectivas do orgão nem estavam dispostos a se comprometer com o fornecimento de apoio militar para conter qualquer agressor.

(b) As conferências de Washington (1921-1922)

O propósito dessas reuniões era tentar melhorar as relações entre Estados Unidos e Japão. Os Estados Unidos estavam cada vez mais desconfiados do crescente poder japonês no Extremo Oriente e da influência do país sobre a China, especialmente tendo em conta que na Primeira Guerra Mundial o Japão tinha tomado Kiauchau e todas as ilhas alemãs no Pacífico.

- Para impedir uma corrida naval, acordou-se que a marinha japonesa ficaria limitada a três quintos das marinhas norte-americana e britânica.
- O Japão concordou em se retirar de **Kiauchau** e da província chinesa de Shantung, que ocupava desde 1914.

- Em retorno, o país poderia manter as ilhas que haviam sido da Alemanha, na condição de mandatos. As potências ocidentais prometeram não construir mais bases navais dentro de uma distância que lhes permitisse atacar o Japão.
- Os Estados Unidos, o Japão, a Grã-Bretanha e a França concordaram em garantir a neutralidade da China e respeitar as possessões uns dos outros no Extremo Oriente.

Na época, os acordos foram considerados um grande sucesso e as relações entre as potências envolvidas melhoraram, mas na realidade, o Japão foi deixado soberano no Extremo Oriente, possuidor da terceira maior marinha do mundo, que o país deveria concentrar no Pacífico. Por outro lado, as marinhas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, embora fossem maiores, estavam mais espalhadas, o que viria a ter consequências infelizes para a China na década de 1930, quando os Estados Unidos se recusaram a se envolver no combate à agressão japonesa.

(c) A Conferência de Gênova (1922)

Foi uma criação do primeiro-ministro britânico Lloyd George que esperava resolver os problemas prementes de hostilidade franco-germânica (os alemães estavam ameaçando interromper o pagamento das indenizações), as dívidas de guerra europeias para com os Estados Unidos e a necessidade de retomar relações diplomáticas adequadas com a Rússia soviética. Infelizmente, a Conferência fracassou: os franceses recusaram qualquer compromisso e insistiram no pagamento integral das indenizações, os norte-americanos se recusaram até mesmo a comparecer, e russos e alemães se retiraram para Rapallo, um balneário a cerca de 30 km de Gênova, e assinaram um acordo entre si. Quando, no ano seguinte, os alemães se recusaram a pagar a quantia devida, tropas francesas ocuparam o Ruhr, e em pouco tempo surgiu um impasse, quando os alemães responderam com uma campanha de resistência pacífica (ver Seção 14.1(c)).

(d) O Plano Dawes

Elaborado em uma conferência em Londres, em 1924, foi uma tentativa de romper o impasse geral. Os três recém-chegados à política internacional, MacDonald, Herriot e Stresemann, estavam ávidos por conciliação, os norte-americanos foram convencidos a participar e a conferência foi presidida em parte do tempo por seu representante, o General Dawes. Não foi feita qualquer redução na quantia total que a Alemanha deveria pagar, mas ficou acertado que seria pago anualmente *apenas o que fosse possível até o país se tornar mais próspero*. Foi feito um empréstimo de 800 milhões de marcos, concedido principalmente pelos Estados Unidos. A França, agora tendo garantida pelo menos parte das indenizações da Alemanha, *concordou em retirar suas tropas do Ruhr*. O plano teve sucesso: a economia alemã começou a se recuperar a partir do empréstimo norte-americano e as tensões internacionais relaxaram aos poucos, preparando o caminho para os próximos acordos.

(e) Os Tratados de Locarno (1925)

Foram uma série de diferentes acordos envolvendo a Alemanha, a França a Grã-Bretanha, a Itália, a Bélgica, a Polônia e a Tchecoslováquia. Segundo o mais importante deles, a *Alemanha, a França e a Bélgica prometiam respeitar suas fronteiras em comum*. Caso um desses países rompesse o acordo, a Grã-Bretanha e a Itália ajudariam o Estado atacado. A Alemanha assinou acordos com a Polônia e a Tchecoslováquia determinando arbitragem de possíveis disputas, mas a Alemanha não garantiria suas fronteiras com a Polônia e a Tchecoslováquia. Também foi

acertado que a França ajudaria a Polônia e a Tchecoslováquia se a Alemanha as atacasse. Os acordos foram recebidos com entusiasmo por toda a Europa, e a reconciliação entre França e Alemanha era chamada de "lua de mel de Locarno". Posteriormente, os historiadores não teriam tanto entusiasmo a respeito de Locarno, pois havia uma omissão patente nos acordos: nenhuma garantia foi dada pela Grã-Bretanha ou pela *Alemanha em relação às fronteiras desta com a Polônia ou a Tchecoslováquia*, justamente as áreas onde havia a maior probabilidade de surgir complicações. Ao ignorar esse problema, a Grã-Bretanha deu a impressão de que poderia não agir se a Alemanha atacasse um daqueles dois países. No período seguinte, enquanto o mundo desfrutava de um período de grande prosperidade econômica, esses pensamentos incômodos foram colocados de lado e a Alemanha foi aceita na Liga das Nações em 1921. Stresemann e Briand (ministro das relações exteriores da França de 1925 a 1932) se reuniam com regularidade e tinham discussões amigáveis. Com frequência, Austen Chamberlain (ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha de 1924 a 1929) se juntava a eles. Esse "espírito de Locarno" culminou na próxima assinatura de um papel.

(f) O Pacto de Kellogg-Briand (1928)

Originalmente foi ideia de Briand propôr que os Estados Unidos deveriam assinar um pacto renunciando à guerra. Frank B. Kellogg (secretário de estado norte-americano) propôs que o mundo todo deveria estar envolvido, e 65 países acabaram assinando, concordando em *renunciar à guerra como um instrumento de suas políticas nacionais*. Isso soa como algo grandioso, mas foi completamente inútil porque não foram mencionadas sanções contra qualquer Estado que quebrasse sua promessa. O Japão assinou o Pacto, mas isso não impediu que entrasse em guerra contra a China três anos mais tarde.

(g) O Plano Young (1929)

O objetivo desta nova iniciativa era resolver o problema restante das indenizações – o Plano Dawes não tinha definido a quantidade total a ser paga. Em uma atmosfera melhorada, os franceses estavam dispostos a aceitar um acordo, e um comitê presidido pelo banqueiro norte-americano Owen Young decidiu reduzir as indenizações de 6,6 bilhões de libras para 2 bilhões, a serem pagos gradualmente no decorrer dos 59 anos seguintes. Essa era a cifra que Keynes tinha recomendado em Versalhes, e sua aceitação anos depois era uma admissão de erro por parte dos Aliados. O plano foi bem recebido na Alemanha, mas antes que houvesse tempo para colocá-lo em operação, uma rápida sucessão de eventos destruiu a frágil harmonia de Locarno: a morte de Stresemann (outubro de 1929) retirou de cena um dos destacados "homens de Locarno"; a quebra da bolsa de Nova York no mesmo mês evoluiu em pouco tempo para a Grande Depressão e, em 1932, havia mais de seis milhões de desempregados na Alemanha. A esperança foi mantida viva pela *Conferência de Lausanne* (1932), em que a França e a Grã-Bretanha liberaram a Alemanha da maior parte dos pagamentos de indenizações. Entretanto, em janeiro de 1933, Hitler se tornou chanceler da Alemanha, fazendo crescer a tensão internacional.

(h) A Conferência Mundial de Desarmamento (1931-1932)

Embora todos os Estados-membros da Liga das Nações tivessem aceitado reduzir armamentos quando aceitaram a Convenção, só a Alemanha tomou atitudes em direção a isso, como Stresemann enfatizava regularmente. Na verdade, o restante parecia ter aumentado seus gastos com armas. Entre 1925 e 1933 as despesas mundiais nesse setor subiram de 3,5 bilhões de dólares para cerca de 5 bilhões. A Conferência Mundial de Desarmamen-

to se reuniu em Genebra e tentou criar uma fórmula para diminuir os armamentos, mas se nenhum avanço foi possível durante a lua de mel de Locarno, poucas chances havia na atmosfera conturbada da década de 1930. Os britânicos diziam que precisavam de mais armas para proteger seu império. Os franceses, alarmados pelo rápido aumento do apoio aos nazistas na Alemanha, recusavam-se a se desarmar ou a permitir à Alemanha igualdade de armamentos com eles. Hitler, sabendo que a Grã-Bretanha e a Itália simpatizavam com a Alemanha, retirou-se da Conferência (outubro de 1933) que, a partir daquele momento, estava condenada. Uma semana depois, a Alemanha se retirou da Liga.

Em retrospecto, pode-se observar que os estadistas do mundo só tiveram sucesso limitado na melhoria das relações internacionais. Até mesmo o "espírito de Locarno" revelou-se uma ilusão, dado que grande parte dele dependia da prosperidade econômica. Quando ela evaporou, todas as antigas hostilidades e desconfianças vieram à tona novamente e os regimes autoritários chegaram ao poder, dispostos a arriscar a agressão.

4.2 COMO A FRANÇA TENTOU LIDAR COM O PROBLEMA DA ALEMANHA ENTRE 1919 E 1933?

Assim que a Primeira Guerra Mundial terminou, os franceses, depois de terem sofrido duas invasões alemãs em menos de 50 anos, queriam ter certeza de que a Alemanha nunca voltaria a violar o solo sagrado da França. Essa continuou sendo a principal preocupação da política exterior francesa no período entreguerras. Em diferentes momentos, dependendo de quem estava encarregado das relações exteriores, os franceses experimentaram diferentes métodos para lidar com o problema.

- Tentar manter a Alemanha econômica e militarmente fraca.
- Assinar alianças com outros Estados para isolar a Alemanha e trabalhar por uma Liga das Nações mais forte.
- Estender a mão da reconciliação e da amizade.

As três táticas acabaram fracassando.

(a) Tentar manter a Alemanha fraca

1 Insistência em um acordo duro

Na Conferência de Paris, o premier francês, Clemenceau, insistiu em um acordo duro.

- Para fortalecer a segurança da França, o exército alemão não deveria ter mais do que 100.000 homens e deveria haver sérias limitações de armamentos (ver Seção 2.8(a)).
- A Renânia deveria ser desmilitarizada em uma distância de 50 km a leste do rio.
- A França faria uso da área conhecida como Sarre por 15 anos.

A Grã-Bretanha e os Estados Unidos prometeram ajudar a França se a Alemanha atacasse de novo. Embora muitos franceses estivessem decepcionados (Foch queria que a França recebesse toda a Renânia alemã a oeste do rio Reno, mas o país só pôde ocupá-la por 15 anos). À primeira vista, parecia que a segurança estava garantida, mas a satisfação francesa teve vida curta: os norte-americanos tinham receio de que a participação na Liga os envolvesse em mais uma guerra e por isso rejeitaram o acordo de paz como um todo (março de 1920), e abandonaram suas garantias de ajuda. Os britânicos usaram isso como desculpa para cancelar suas promessas e os franceses se sentiram compreensivelmente traídos.

2 Clemenceau exigiu que os alemães pagassem as indenizações

A quantia a ser paga a título de indenização (dinheiro para ajudar a reparar danos) foi estabelecida em 1921 em 6,6 bilhões de libras. Pensava-se que o fardo de pagar essa

enorme quantia manteria a Alemanha frágil pelos 66 anos seguintes – o período em que as indenizações deveriam ser pagas em prestações anuais – e consequentemente, haveria menos probabilidade de outro ataque alemão à França. Entretanto, problemas financeiros na Alemanha fizeram com que o governo, em pouco tempo, atrasasse seus pagamentos. Os franceses, que afirmavam precisar do dinheiro das indenizações para equilibrar seu orçamento e pagar suas próprias dívidas com os Estados Unidos, ficaram desesperados:

3 *Tentativas de fazer os alemães pagarem*

O primeiro-ministro seguinte, o antigermânico Raymond Poincaré, decidiu *que seriam necessários métodos drásticos para forçar os alemães a pagarem* e enfraquecer suas forças evitar seu surgimento. Em janeiro de 1923 tropas francesas e belgas ocuparam o Ruhr (a importante área industrial da Alemanha que inclui as cidades de Essen e Dusseldorf). Os alemães responderam com resistência passiva, greves e sabotagem. Uma série de incidentes graves entre soldados e civis resultou na morte de mais de cem pessoas.

Embora os franceses tenham conseguido confiscar mercadorias no valor de 40 milhões de libras, o episódio como um todo gerou uma inflação galopante e o colapso do marco alemão, que, em novembro de 1923, não tinha qualquer valor. Também revelou a diferença básica entre as atitudes francesa e britânica em relação à Alemanha. Enquanto a França adotou uma linha dura e queria a Alemanha completamente incapacitada, a Grã-Bretanha considerava agora a moderação e a reconciliação como a melhor segurança, acreditando que uma Alemanha economicamente saudável seria boa para a estabilidade da Europa (e para as exportações britânicas). Consequentemente, a Grã-Bretanha desaprovou veementemente a ocupação do Ruhr e se solidarizou com a Alemanha.

(b) Uma rede de alianças e uma liga forte

Ao mesmo tempo, *os franceses tentaram aumentar sua segurança construindo uma rede de alianças,* inicialmente com a Polônia (1921) e depois com a Tchecoslováquia (1924), a Romênia (1926) e a Iugoslávia (1927). Essa rede, conhecida como a "Pequena Entente", embora fosse imponente no papel, não significava muito, pois os Estados envolvidos eram comparativamente fracos. O que os franceses precisavam era de uma renovação de sua antiga aliança com a Rússia, que lhes foi de muita valia durante a Primeira Guerra Mundial, mas isso parecia fora de questão, agora que a Rússia havia se tornado comunista.

Os franceses trabalharam em prol de uma Liga das Nações forte, com as potências vitoriosas atuando como força policial, fazendo com que as potências agressivas se comportassem. Contudo, no final das contas, a versão da Liga adotada foi a de Wilson, muito mais vaga. A França ficou profundamente decepcionada quando a Grã-Bretanha assumiu a frente da rejeição do Protocolo de Genebra, que poderia ter fortalecido a Liga (ver Seção 3.4(e)). Claramente não havia por que esperar muitas garantias de segurança daquela direção.

(c) Compromisso e reconciliação

No verão de 1924, quando ficou claro que a ocupação do Ruhr por Poincaré tinha sido um fracasso, o novo premier, Herriot, estava disposto a aceitar um compromisso para os problemas das indenizações, o que levou ao Plano Dawes (ver Seção 4.1).

Durante a era Briand (ele foi ministro de relações exteriores em 11 governos seguidos entre 1925 e 1932), *a abordagem francesa ao problema da Alemanha foi de reconciliação.* Briand perseverou, com muita habilidade, para construir relações verdadeiramente boas com a Alemanha, bem como para melhorar

as relações com a Grã-Bretanha e fortalecer a Liga (Ilustração 4.1). Felizmente, Stresemann, que foi encarregado da política exterior alemã de novembro de 1923 até 1929, acreditava que a melhor maneira de estimular a recuperação da Alemanha era por meio de cooperação com a Grã-Bretanha e a França, cujo resultado foi os Tratados de Locarno, o Pacto Kellogg-Briand, o Plano Young e o cancelamento da maior parte dos pagamentos de indenizações que ainda restavam (ver seção anterior). Há alguma discussão entre historiadores sobre o quanto era verdadeira essa aparente reconciliação entre França e Alemanha. A. J. P. Taylor sugeriu que, embora fossem sinceros, Briand e Stresemann "não levaram seus povos com eles". Os sentimentos nacionalistas nos dois países eram tão fortes que os dois homens tinham limites para as concessões que podiam oferecer. O fato de Stresemann estar secretamente determinado a redesenhar a fronteira com a Polônia, para a vantagem da Alemanha, teria causado atritos posteriormente, já que a Polônia era aliada da França. Ele também estava determinado a trabalhar por uma união com a Áustria e uma revisão do Tratado de Versalhes.

(d) Uma atitude mais dura em relação à Alemanha

A morte de Stresemann em outubro de 1929, a crise econômica mundial e o aumento do apoio aos nazistas na Alemanha alarmaram os franceses e fizeram com que adotassem uma atitude mais dura em relação à Alemanha. Quando, em 1931, os alemães propuseram uma união alfandegária com a Áustria para aliviar a crise econômica, os franceses insistiram em que a questão fosse encaminhada à Corte Internacional de Justiça em Haia, argumentando que ela violava o Tratado de Versalhes. Embora uma união alfandegária tivesse sentido, o tribunal decidiu contrariamente a ela, e o plano foi abandonado. Na Conferência Internacional de Desarmamento (1932-1933), as relações pioraram (ver Seção 4.1), e quando Hitler fez com que a Alemanha se retirasse da Conferência e da Liga, todo o trabalho de Briand foi destruído. O proble-

Ilustração 4.1 Briand e Stresemann, ministros de relações exteriores da França e da Alemanha.

ma alemão estava tão longe de ser resolvido, como sempre.

4.3 COMO EVOLUÍRAM AS RELAÇÕES ENTRE A URSS E A GRÃ-BRETANHA, A ALEMANHA E A FRANÇA ENTRE 1919 E 1933?

Nos primeiros três anos depois que os bolcheviques chegaram ao poder (novembro de 1917), as relações entre o novo governo e os países ocidentais deterioraram ao ponto de guerra aberta, porque os bolcheviques tentaram disseminar a revolução, principalmente na Alemanha. Já em dezembro de 1917, começaram a despejar rios de propaganda na Alemanha em uma tentativa de fazer com que as massas se voltassem contra seus senhores capitalistas. Lênin reuniu representantes de partidos comunistas de todo o mundo em uma conferência em Moscou, em março de 1919, que ficou conhecida como a Terceira Internacional ou Comintern. Seu objetivo era reunir os comunistas do mundo sob a liderança russa e mostrar-lhes como organizar greves e revoltas. Karl Radek, um dos líderes bolcheviques russos, foi secretamente a Berlim para planejar a revolução, enquanto outros agentes fizeram o mesmo em outros países. Zinoviev, o presidente do Comintern, previu com confiança que, "dentro de um ano, toda a Europa será comunista".

Esse tipo de atividade não tornava os comunistas benquistos por governos de países como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Tchecoslováquia e Japão. Esses países faziam tentativas pouco entusiasmadas de destruir os bolcheviques intervindo na guerra civil russa para ajudar o outro lado (conhecido como Brancos) (ver Seção 16.3(c)). Os russos não foram convidados à Conferência de Versalhes em 1919. Em meados de 1920, contudo, a situação estava mudando: os países que haviam interferido na Rússia admitiam a derrota e estavam retirando suas tropas, as revoluções comunistas na Alemanha e na Hungria tinham fracassado e a Rússia estava desgastada demais pela guerra civil para pensar em agitar qualquer revolução por um tempo. No Terceiro Congresso do Comintern, em junho de 1921, Lênin reconheceu que a Rússia precisava de coexistência pacífica e cooperação na forma de comércio e investimento com o mundo capitalista. O caminho estava aberto para que as comunicações fossem restabelecidas.

(a) A URSS e a Grã-Bretanha

As relações ficavam mais quentes segundo o governo que estivesse no poder na Grã-Bretanha. Os dois governos trabalhistas (1924 e 1929-1931) tinham muito mais simpatia pela Rússia do que os outros.

1. Após o fracasso da derrubada dos comunistas, Lloyd George (primeiro-ministro britânico 1916-1922) estava disposto à reconciliação, o que correspondia ao desejo de Lênin de relações melhores com o Ocidente para que a Rússia pudesse atrair comércio e capital estrangeiro. O resultado foi um *tratado comercial Anglo-Russo* (março de 1921), importante para a Rússia, não apenas em termos comerciais, mas também porque a Grã-Bretanha foi um dos primeiros países a reconhecer a existência do governo bolchevique. Ele levaria a acordos semelhantes com outros países, até o reconhecimento completo. A nova aproximação foi estremecida em pouco tempo quando, na Conferência de Gênova (1922), *Lloyd George sugeriu que os bolcheviques deveriam pagar dívidas de guerra* contraídas pelo regime czarista. Os russos ficaram ofendidos, saíram da conferência e assinaram o Tratado de Rapallo em separado com os alemães, o que alarmou a Grã-Bretanha e a França, que não viam qual poderia ser o resultado positivo daquilo que Lloyd George

chamou de "essa temerária amizade entre as duas nações 'párias' da Europa".

2. As relações melhoraram por pouco tempo em 1924 quando MacDonald e o novo governo trabalhista deram *reconhecimento diplomático integral aos comunistas*. Um novo tratado comercial foi assinado e foi proposto um empréstimo britânico à Rússia. Contudo, isso não caiu no gosto de Conservadores e Liberais britânicos, que em pouco tempo derrubaram o governo de MacDonald.
3. *Sob o governo dos Conservadores (1924-1929), as relações com a Rússia pioraram*. Eles não tinham qualquer afeição pelos comunistas e havia evidências de que a propaganda russa estava estimulando as demandas de independência da Índia. A polícia invadiu a sede do Partido Comunista Britânico em Londres (1925) e as instalações da Arcos, uma organização comercial soviética com sede na cidade (1927), e disse ter encontrado evidências de russos tramando com comunistas britânicos para derrubar o sistema. O governo expulsou a missão e rompeu relações diplomáticas com os russos, que responderam prendendo alguns britânicos residentes em Moscou.
4. *As coisas mudaram para melhor em 1929*, quando os Trabalhistas, estimulados pelo novo ministro soviético de relações exteriores pró-ocidental, Maxim Litvinov, retomaram relações diplomáticas com a Rússia e assinou outro tratado comercial no ano seguinte.
5. O governo nacional dominado por conservadores que subiu ao poder em 1931 *cancelou o acordo comercial* (1932) e, em retaliação, os russos prenderam quatro engenheiros da empresa Metropolitan-Vickers que trabalhavam em Moscou. Eles foram julgados e receberam sentenças que iam de dois a três anos por "espionagem e destruição". Entretanto, quando a Grã-Bretanha estabeleceu um embargo sobre produtos importados da Rússia, Stalin os libertou (junho de 1933). A estas alturas, Stalin estava ficando nervoso com a possível ameaça de Hitler, e por isso estava disposto a fazer sacrifícios para melhorar as relações com a Grã-Bretanha.

(b) A URSS e a Alemanha

A URSS tinha relações mais constantes e mais amigáveis com a Alemanha do que com a Grã-Bretanha, pois os alemães identificavam vantagens na exploração dessa amizade e porque os bolcheviques estavam ansiosos por ter relações estáveis com, pelo menos, uma potência capitalista.

1. *Foi assinado um Tratado Comercial (maio de 1921)*, seguido de concessões russas a alguns industriais alemães relativas a comércio e minérios.
2. *O Tratado de Rapallo*, assinado no domingo de Páscoa de 1922, após a Rússia e a Alemanha terem se retirado da Conferência de Gênova, foi um passo importante.
   - As relações diplomáticas foram retomadas e os pedidos de indenização entre os dois Estados, cancelados.
   - Ambos poderiam esperar vantagens da nova amizade: poderiam trabalhar juntos para manter a Polônia fraca, o que era do interesse dos dois países.
   - A URSS tinha a Alemanha como amortecedor de qualquer futuro ataque vindo do Ocidente.
   - Os alemães poderiam construir fábricas na Rússia para produzir aviões e munição, possibilitando desviar dos termos de desarmamento de Versalhes. Oficiais alemães treinavam na Rússia o uso de novas armas proibidas.
   - Em retorno, os russos forneceriam cereais à Alemanha.
3. *O Tratado de Berlim (1926)* renovou o acordo de Rapallo por mais cinco anos.

Entendeu-se que a Alemanha permaneceria neutra se a Rússia fosse atacada por outra potência e nenhuma delas usaria sanções econômicas contra a outra.

4. *Por volta de 1930 as relações começaram a esfriar* quando alguns russos expressaram preocupações com o crescente poder da Alemanha. A tentativa alemã de formar uma aliança alfandegária com a Áustria em 1931 foi considerada como um mau sinal, indicando aumento do nacionalismo alemão. A preocupação russa se transformou em alarme com o crescimento do partido nazista, que era fortemente anticomunista. Embora tenham tentado continuar a amizade com a Alemanha, Stalin e Litvinov também iniciaram aproximações com a Polônia, a França e a Grã-Bretanha. Em janeiro de 1934 Hitler finalizou abruptamente a relação especial com os soviéticos assinando um pacto de não agressão com a Polônia (ver Seção 5.5(b)).

(c) A URSS e a França

A tomada do poder pelos bolcheviques foi um duro golpe na França, pois a Rússia era um importante aliado em que ela confiava para conter a Alemanha. Agora, seu ex-aliado estava conclamando à revolução em todos os Estados capitalistas e os franceses consideravam os bolcheviques como uma ameaça a ser destruída o mais rápido possível. A França mandou tropas para ajudar os antibolcheviques (Brancos) na guerra civil e foi por causa da insistência francesa que os bolcheviques não foram convidados a Versalhes. A França também interveio na guerra entre a Rússia e a Polônia em 1920. Tropas comandadas pelo General Weygand ajudaram a barrar o avanço da Rússia em Varsóvia (a capital da Polônia) e depois disso, o governo francês afirmou ter cortado pela raiz a propagação do bolchevismo para o Ocidente. A aliança subsequente entre a França e a Polônia (1921) parecia estar direcionada tanto contra a Rússia quanto contra a Alemanha.

As relações melhoraram em 1924 quando o governo moderado de Herriot retomou relações diplomáticas, mas os franceses nunca foram muito entusiásticos, principalmente quando o Partido Comunista Francês recebia ordens de Moscou para não cooperar com outros partidos de esquerda. Só no início da década de 1930, com a ascensão dos nazistas alemães, houve uma mudança de disposição em ambos os lados.

4.4 OS ESTADOS "SUCESSORES"

Um importante resultado da Primeira Guerra Mundial no Leste Europeu foi o desmembramento do Império Austro-Húngaro, ou Habsburgo, e a perda de muito território pela Alemanha e pela Rússia. Foram formados vários novos Estados Nacionais, dos quais os mais importantes eram a Iugoslávia, a Tchecoslováquia, a Áustria, a Hungria e a Polônia. Eles costumam ser chamados de "Estados Sucessores", porque "sucederam" ou "tomaram o lugar" dos impérios anteriores. Dois dos princípios orientadores por trás de sua formação eram a *autodeterminação* e a *democracia*, e se esperava que funcionassem como uma influência estabilizadora nas regiões central e do leste da Europa e como um amortecedor contra potenciais ataques da Rússia comunista.

Entretanto, todos desenvolveram graves problemas e fragilidades:

- Havia tantas nacionalidades diferentes na região que era impossível que elas tivessem seus próprios Estados. Consequentemente, só os grupos nacionais maiores tiveram a sorte de ter pátria. Nacionalidades menores se encontraram, mais uma vez, sob o que consideravam governos "estrangeiros", que, segundo eles, não cuidavam de seus interesses. Por exemplo, tchecos na Iugoslávia, eslovacos e alemães na Tchecoslováquia e alemães, russos brancos e ucranianos na Polônia.

- Embora cada Estado tenha começado com uma Constituição democrática, a Tchecoslováquia foi o único onde a democracia sobreviveu por um tempo significativo – até os alemães se mudarem para lá (março de 1939).
- Todos eles passaram por dificuldades econômicas, principalmente depois do começo da Grande Depressão no início dos anos de 1930.
- Os Estados estavam divididos por rivalidades e disputas por território. A Áustria e a Hungria tinham sido perdedoras na guerra e havia muito ressentimento em relação à forma como o acordo de paz foi forçado sobre elas, que queriam uma revisão completa dos termos. Por outro lado, a Tchecoslováquia e a Polônia tinham se declarado independentes pouco antes da guerra terminar, enquanto a Sérvia (que se tornou Iugoslávia) tinha sido um Estado independente antes de 1914. Todos os três Estados estavam representados na conferência de paz e estavam, como um todo, satisfeitos com o resultado.

(a) Iugoslávia

Com uma população de cerca de 14 milhões, o novo Estado consistia no reino original da Sérvia, mais Montenegro, Croácia, Eslovênia e Dalmácia, e fora conhecido como o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos até 1929, quando assumiu o nome de Iugoslávia (eslavos do sul). Os sérvios queriam um Estado unificado (que eles teriam condições de dominar em função de seu maior número), ao passo que os croatas queriam um Estado federado, o que lhes permitiriam fazer suas próprias leis para questões internas. Também havia diferenças religiosas – os sérvios eram ortodoxos enquanto os croatas eram católicos.

Os sérvios prevaleceram no começo: a nova Constituição definiu um parlamento, que era dominado pelos partidos sérvios. Os croatas e os outros grupos nacionais formaram uma oposição permanente, protestando o tempo todo por estarem sendo discriminados pelos sérvios. Em 1928 os croatas anunciaram sua retirada do parlamento e estabeleceram seu próprio governo em Zagreb. Falava-se em proclamar uma República da Croácia separada. O rei Alexandre (sérvio) respondeu proclamando-se ditador e proibindo os partidos políticos e foi nesse momento que o país foi rebatizado de Iugoslávia (junho de 1929).

Pouco tempo depois, *a Iugoslávia foi muito atingida pela depressão*. Predominantemente agrícola, a economia tinha sido próspera durante a década de 1920, mas no início dos anos de 1930, os preços dos produtos agrícolas no mundo desabaram, causando muitas dificuldades entre os agricultores e trabalhadores. Em 1934 o rei Alexandre foi assassinado em Marselha ao chegar para uma visita de Estado à França. O assassino foi um macedônio ligado a um grupo de revolucionários croatas que moravam na Hungria. Durante um tempo, as tensões ficaram altas e parecia haver risco de guerra com a Hungria. Contudo, o novo rei, Pedro II, tinha apenas 11 anos, e o primo de Alexandre, Paulo, que desempenhava as funções de Regente, acreditava que era hora de um compromisso. Em 1935 ele permitiu novamente os partidos políticos e em agosto de 1939 introduziu um sistema semifederal que possibilitava que os croatas participassem do governo.

Nas relações internacionais, o governo tentava se manter em bons termos com outros Estados, assinando tratados de amizade com a Tchecoslováquia (1920) e com a Romênia (1921) – um agrupamento conhecido como a "Pequena Entente". Porém, havia disputas de fronteira com a Grécia, a Bulgária e a Itália, que acabaram por ser resolvidas, embora o problema com a Bulgária tenha se arrastado até 1937. Foram assinados outros tratados de amizade com a Itália (1924, que duraria cinco anos), a Polônia (1926), a França (1927) e a Grécia (1929). Apesar do tratado com a Itália, os iugoslavos tinham muitas desconfianças de Mussolini, que estava estimulando os rebeldes croatas e aumentando seu controle sobre

a Albânia no sul, ameaçando cercar a Iugoslávia.

Decepcionado com a ajuda econômica que tinha recebido da França e nervoso com as intenções de Mussolini, *o príncipe regente Paulo começou a recorrer à Alemanha nazista em busca de comércio e proteção*. Em 1936 um tratado assinado com os alemães levou a um aumento significativo no comércio, de forma que a Alemanha comprava mais de 40% das exportações da Iugoslávia. A amizade com a Alemanha reduziu a ameaça de Mussolini, que tinha assinado o acordo do Eixo Roma-Berlim com Hitler em 1936. Em 1937, portanto, a Itália assinou um tratado com a Iugoslávia, em que ambas concordavam em respeitar as fronteiras uma da outra, aumentar o comércio e lidar com os terroristas. À medida que a situação internacional deteriorou, ao longo de 1939, a Iugoslávia encontrava-se desconfortavelmente alinhada com as potências do Eixo.

(b) Tchecoslováquia

Assim como a Iugoslávia, *a Tchecoslováquia era um Estado multinacional*, formado por cerca de 6,5 milhões de tchecos, 2,5 milhões de eslovacos, 3 milhões de alemães, 700.000 húngaros, 500.000 rutênios, 100.000 poloneses e quantidades menores de romenos e judeus. Embora isso possa parecer uma receita para instabilidade, o novo Estado funcionou bem, baseado em uma parceria sólida entre tchecos e eslovacos. Havia um parlamento eleito com duas câmaras e um presidente eleito com poder para escolher e demitir ministros de governo. Tomáš Masaryk, presidente de 1918 até sua saída em 1935, era metade tcheco e metade eslovaco. Foi o único exemplo de uma democracia de estilo ocidental bem-sucedida no Leste Europeu. Grosso modo, as relações entre as diferentes nacionalidades eram boas, embora houvesse algum ressentimento entre a população de fala alemã que morava na Boêmia e na Morávia e ao longo das fronteiras com a Alemanha e a Áustria (uma área conhecida como Sudetos). Essas pessoas tinham sido cidadãs do Império Habsburgo e reclamavam de estarem sendo forçadas a viver em um Estado "eslavo" em que eram discriminadas, ou assim era sua queixa.

A Tchecoslováquia tinha a sorte de conter cerca de três quartos das indústrias do antigo Império Habsburgo. *Havia fábricas bem-sucedidas de têxteis e vidro, recursos minerais valiosos e ricas terras agrícolas*. A década de 1920 foi um período de muita prosperidade à medida que a produção se expandiu e a Tchecoslováquia se tornou um grande exportador. *Infelizmente, a depressão do início dos anos de 1930 trouxe consigo uma crise econômica*. Os Estados ao seu redor, na Europa central e do leste, reagiram à depressão aumentando as tarifas sobre produtos importados e reduzindo a importação, a demanda por produtos manufaturados tchecos caiu e houve desemprego grave, principalmente nas áreas onde viviam os alemães sudetos. Agora, eles realmente tinham alguma coisa da qual reclamar e tanto eles quanto os eslovacos culpavam os tchecos por seus problemas.

Isso coincidiu com a ascensão de Hitler, que inspirou movimentos imitando-o em muitos países, e na Tchecoslováquia, os alemães sudetos formaram seu próprio partido. Depois que Hitler subiu ao poder na Alemanha, o partido, sob a liderança de Konrad Henlein, tornou-se mais forte, organizando passeatas e manifestações de protesto. Nas eleições de 1935 elegeu 44 parlamentares, tornando-se o segundo maior partido na câmara baixa do parlamento. No ano seguinte, Henlein começou a exigir autogoverno para as regiões de fala alemã, o que estimulou os eslovacos e outras nacionalidades a exigir mais direitos e liberdades do governo central. Durante o ano de 1937 houve choques violentos entre sudetos e a polícia, as manifestações e as reuniões públicas foram proibidas. Em 1938 o governo tcheco deu início a negociações com Henlein para tentar satisfazer a minoria alemã, mas Hitler já tinha lhe dito que independente do que os tchecos oferecessem, ele deveria

sempre pedir mais. As conversações estavam condenadas ao fracasso, assim como a Tchecoslováquia: Hitler tinha decidido que queria não apenas os Sudetos, mas a destruição da própria Tchecoslováquia.

O ministro de relações exteriores tcheco, Edvard Beneš, teve muito trabalho para construir um sistema de alianças de proteção para seu novo Estado. Ele foi o instigador da "Pequena Entente" com a Iugoslávia e a Romênia (1920-1921) e assinou tratados com a Itália e a França em 1924. Beneš participou dos acordos de Locarno em 1925, nos quais a França prometia garantir as fronteiras da Tchecoslováquia, e a Alemanha, que qualquer disputa de fronteiras seria resolvida por meio de arbitragem. O êxito crescente de Henlein e seu partido fez soar os alarmes. Beneš olhava desesperadamente em volta em busca de ajuda e assinou um acordo com a URSS (1935). Os dois Estados prometeram se ajudar caso fossem atacados, mas o acordo continha uma cláusula vital: a ajuda só seria dada se a França ajudasse o país atacado. Tragicamente, nem a França nem a Grã-Bretanha se dispuseram a dar apoio militar quando a crise veio em 1938 (ver Seção 5.5(a)).

(c) Polônia

A Polônia existiu como Estado independente até o final do século XVIII, quando foi conquistada e dividida entre Rússia, Áustria e Prússia. Em 1795 ela perdeu o *status* de país independente. Os poloneses passaram o século XIX e o início do XX lutando por libertação e independência. O acordo de Versalhes lhes deu a maior parte do que queriam. A aquisição da Prússia Ocidental, da Alemanha, lhes deu acesso ao mar e, embora eles estivessem decepcionados porque Danzig, o principal porto da região, seria uma "cidade livre" sob controle da Liga das Nações, em pouco tempo construíram outro porto moderno próximo, em Gdynia. Contudo, havia o problema de sempre, relacionado às nacionalidades: de uma população de 27 milhões, somente 18 milhões eram poloneses, e o restante incluía 4 milhões de ucranianos, um milhão de russos brancos, um milhão de alemães e quase 3 milhões de judeus.

O primeiro Chefe de Estado foi o marechal Józef Piłsudski, fundador do Partido Socialista Polonês em 1892 e o homem que declarou a independência da Polônia no final da guerra. Em março de 1921 introduziu-se uma Constituição democrática que definiu um presidente e um parlamento eleito, com duas câmaras. Piłsudski deveria ter sido o primeiro presidente, mas ele não ficou satisfeito com a Constituição, porque dava pouco poder aos presidentes. Quando ele recusou a presidência, a nova república afundou em problemas, lutando contra a inflação e os governos instáveis. Como havia nada menos do que 14 partidos políticos, a única maneira de formar governo era com uma coalizão de vários grupos. Entre 1919 e 1926, houve 13 novos gabinetes que duraram, em média, somente alguns meses. Era impossível formar um governo forte e firme.

Em 1926 muitas pessoas achavam que o experimento democrático tinha sido um fracasso e começaram a se voltar a Piłsudski. Em maio de 1926 ele liderou um golpe militar, derrubou o governo e se tornou primeiro-ministro e ministro da guerra. Em 1930 mandou prender alguns líderes da oposição e agiu praticamente como um ditador em um regime direitista, autoritário e nacionalista até sua morte, em 1935. O mesmo sistema continuou com Ignatz Moscicky como presidente e Józef Beck como ministro das relações exteriores, mas o governo foi perdendo a popularidade: não haviam tomado medidas efetivas para lidar com a crise econômica e com o alto índice de desemprego, e quando a oposição no parlamento se tornou barulhenta demais, o governo simplesmente o dissolveu (1938). Os líderes do país pareciam estar dedicando a maior parte de suas energias às relações exteriores.

Os poloneses estiveram envolvidos em várias disputas de fronteira com Estados vizinhos:

- A Polônia e a Alemanha reivindicavam a Alta Silésia, uma importante região industrial.
- A Polônia e a Alemanha queriam Teschen.
- Os poloneses exigiam que sua fronteira com a Rússia fosse muito mais ao leste, em lugar de ser ao longo da linha Curzon (ver Mapa 2.5).
- Os poloneses queriam a cidade de Vilna e seus arredores que também eram reivindicados pela Lituânia.

Piłsudski não perdeu tempo: aproveitando-se da guerra civil na Rússia (ver Seção 16.3(c)), mandou tropas polonesas e rapidamente ocupou a Ucrânia, capturando a capital Kiev (7 de maio de 1920). Os outros objetivos eram libertar a Ucrânia do controle russo e assumir o controle da Rússia Branca (ou Bielorússia). A invasão indignou os russos e mobilizou apoio ao governo comunista. O Exército Vermelho contra-atacou, expulsando os poloneses de Kiev e os mandando de volta à Polônia, perseguindo-os até Varsóvia, a qual se preparou para atacar. Nesse momento, a França mandou ajuda militar e, junto com os poloneses, fez com que os russos saíssem da Polônia de novo. Em outubro de 1920 foi assinado um armistício e, em março de 1921, o Tratado de Riga, que deu à Polônia um bloco de território ao longo de toda a sua fronteira leste, mais ou menos com 160 km de largura. Durante a luta, as tropas polonesas também ocuparam Vilna, e se recusaram a sair. Em 1923 a Liga das Nações reconheceu que a cidade pertencia à Polônia, mas essas atividades prejudicaram as relações da Rússia com a Lituânia, deixando-a com dois vizinhos muito hostis.

As outras duas disputas de fronteira foram resolvidas de forma menos polêmica. Em julho de 1920 a Conferência dos Embaixadores (ver Seção 3.4(d)) dividiu Teschen entre Polônia e Tchecoslováquia. Em março do ano seguinte, realizou-se um plebiscito para decidir o futuro da Alta Silésia, no qual 60% da população votou em favor da integração à Alemanha. Entretanto, não havia uma linha divisória clara entre alemães e poloneses. Acabou se decidindo dividir a região entre os dois Estados: a Alemanha recebeu cerca de três quartos do território, mas a fatia da Polônia continha a grande maioria das minas de carvão da província.

A França era a principal aliada da Polônia – Piłsudski era grato aos franceses por sua ajuda na guerra contra a Rússia – e os dois países assinaram um tratado de amizade em fevereiro de 1921. À medida que a nova URSS se estabilizava e se fortalecia, os poloneses se preocupavam com uma possível tentativa soviética de recapturar o território perdido no Tratado de Riga. Os líderes comunistas russos também estavam preocupados com a possibilidade de um ataque capitalista ocidental à URSS. Em 1932 assinaram de bom grado um tratado de não agressão com os poloneses, que agora consideravam sua fronteira leste segura. Uma ameaça mal acabava de ser neutralizada quando surgiu outra, ainda mais assustadora: Hitler chegou ao poder. Porém, para surpresa dos poloneses, Hitler estava em clima de amizade e, em janeiro de 1934, a Alemanha assinou um acordo comercial e um pacto de não agressão de 10 anos com a Polônia. A ideia de Hitler era, aparentemente, vincular a Polônia à Alemanha contra a URSS. O ministro de relações exteriores Beck aproveitou-se da nova "amizade" com Hitler na época da Conferência de Munique, em 1938, para exigir e receber uma parcela dos espólios da malfadada Tchecoslováquia, o restante de Teschen (que havia sido dividida entre a Polônia e a Tchecoslováquia em julho de 1920). Em quatro meses ele descobriria que a atitude de Hitler tinha mudado dramaticamente (ver Seção 5.5(b)).

(d) Áustria

Criada pelo Tratado de Saint Germain em 1919 (ver Seção 2.9), a República da Áustria encontrou-se dentro de pouco tempo diante de *quase todos os problemas concebíveis,*

com exceção do das nacionalidades, já que a ampla maioria das pessoas falava alemão.

- Era um país pequeno, com uma pequena população de apenas 6,5 milhões, das quais cerca de um terço morava na capital, a enorme cidade de Viena, a qual, dizia-se, era agora como "uma cabeça sem corpo".
- Quase toda sua riqueza industrial tinha sido perdida para a Tchecoslováquia e Polônia; embora houvesse algumas indústrias em Viena, o restante do país era principalmente agrícola. Havia problemas econômicos imediatos de inflação e crise financeira e a Áustria tinha que ser ajudada por empréstimos estrangeiros providenciados pela Liga das Nações.
- A maioria dos austríacos achava que a solução natural para os problemas era a união (*Anschluss*) com a Alemanha. A Assembleia Constituinte, que se reuniu pela primeira vez em fevereiro de 1919, chegou a votar a favor dessa união, mas o Tratado de Saint Germain, assinado em setembro, vetou-a. O preço que a Liga cobrou pelos empréstimos estrangeiros foi que os austríacos prometessem não se unir à Alemanha por pelo menos 20 anos. A Áustria foi forçada a lutar sozinha.

A nova Constituição democrática elaborada pela Assembleia Constituinte parecia boa no papel. Haveria um parlamento eleito por representação proporcional, um presidente e um sistema federal que permitiria às províncias separadas controlar suas questões internas. Havia dois partidos principais: o Social-Democrata, de esquerda, e o Social-Cristão, de direita. Durante grande parte do período entre 1922 e 1929, o chanceler foi Social-Cristão, embora a cidade de Viena fosse controlada pelos Sociais-Democratas. Havia um forte contraste entre o trabalho dos sociais-democratas na capital, que criaram projetos de bem-estar e habitação para os trabalhadores, e os sociais-cristãos no resto do país que tentavam trazer estabilidade econômica reduzindo as despesas e demitindo milhares de funcionários do governo.

Diante da ausência de melhoras na situação econômica, *o conflito entre a esquerda e a direita se tornou violento*. Ambos os lados formaram exércitos privados: a direita tinha o "*Heimwehr*", a esquerda, o "*Schutzband*". Havia manifestações e choques frequentes, e a direita acusava a esquerda de tramar para instalar uma ditadura comunista. Estimulado e apoiado por Mussolini, o *Heimwehr* anunciou um programa fascista antidemocrático (1930). A depressão mundial afetou em muito a Áustria: o desemprego cresceu de forma alarmante e o padrão de vida caiu. Em março de 1931 o governo anunciou que estava se preparando para entrar em uma união alfandegária com a Alemanha na esperança de facilitar o fluxo de comércio e, portanto, aliviar a crise econômica, mas a França e os outros Estados ocidentais temeram a medida, suspeitando que levaria a uma união política completa. Em retaliação, a França retirou seus fundos do principal banco austríaco, o Kreditanstalt, que balançava à beira do colapso. Em maio de 1931 o banco se declarou insolvente e seu controle foi assumido pelo governo. Somente quando a Áustria concordou em abandonar seus planos de união alfandegária a França cedeu e disponibilizou mais dinheiro (julho de 1932). Estava claro que a Áustria era um país pouco viável em termos econômicos e políticos, e parecia que o país estava caindo na anarquia à medida que governos ineficazes se sucediam. Uma outra complicação era que agora existia um Partido Nazista Austríaco que fazia campanha por uma união com a Alemanha.

Em maio de 1932 o social-cristão Engelbert Dollfuss se tornou chanceler e fez um esforço determinado para trazer ordem ao país, dissolvendo o parlamento e anunciando que governaria por decreto até que se preparasse uma nova Constituição. O *Schutzband* foi declarado ilegal e o *Heimwehr* deveria ser substituído por uma nova organização paramilitar, a Frente Patriótica. O Partido Nazista austríaco

foi proibido e dissolvido. *Infelizmente, essas políticas tiveram resultados catastróficos.*

- A proibição do Partido Nazista austríaco gerou indignação na Alemanha, onde Hitler estava no poder agora. Os alemães lançaram uma propaganda cruel contra Dollfuss, e Hitler tentou cortar o fluxo turístico alemão para a Áustria. Em outubro de 1933 nazistas austríacos tentaram assassinar Dollfuss, que sobreviveu, mas as tensões se mantiveram entre os dois países. O problema para muitos austríacos era que, embora eles quisessem a união com a Alemanha, assustava-lhes a ideia de fazer parte de uma Alemanha governada por Hitler e os nazistas.
- Os ataques de Dollfuss contra os socialistas saíram pela culatra. O *Schutzband* desafiou a proibição e, em fevereiro de 1934, houve protestos contra o governo em Viena e Linz e três dias de batalhas contínuas entre manifestantes e a polícia. O país parecia à beira da guerra civil. A ordem foi restaurada, mas somente depois de cerca de 300 pessoas serem mortas. Muitos socialistas foram presos e o Partido Social-Democrata foi declarado ilegal. Esse foi um erro grave cometido por Dollfuss, pois, lidando com a situação de forma mais hábil, os socialistas poderiam muito bem ter sido fortes aliados em sua tentativa de defender a república contra os nazistas. No evento, muitos deles se juntaram aos nazistas austríacos como melhor forma de se opor ao governo.
- Dollfuss contava com o apoio da Itália, onde Mussolini, ainda nervoso com as intenções de Hitler, tinha deixado claro que apoiaria Dollfuss e uma Áustria independente. Dollfuss fez várias visitas a Roma e, em março de 1934, assinou os "Protocolos de Roma", que incluíam acordos sobre cooperação econômica e uma declaração de respeito pela independência de cada um dos dois países. Até mesmo Hitler, nesse momento, havia prometido respeitar a independência da Áustria, pois tinha receio de afastar a Itália, e estava disposto a esperar.
- Impacientes com a demora, os nazistas austríacos tentaram um golpe (25 de julho de 1934). Dollfuss foi morto a tiros, mas o movimento foi mal organizado e em pouco tempo foi suprimido por forças do governo. Ainda não está claro qual foi o papel de Hitler em tudo isso; o que está claro é que os nazistas locais tomaram a iniciativa e, embora Hitler provavelmente soubesse alguma coisa de seus planos, ele próprio não estava disposto a ajudar de forma alguma. Quando Mussolini movimentou tropas italianas para a fronteira com a Áustria, foi o final da questão. Claramente os nazistas austríacos não tinham força suficiente para provocar uma união com a Alemanha sem algum tipo de apoio externo, de forma que, enquanto a Itália apoiasse os austríacos, sua independência estava garantida.

Kurt Schuschnigg, o chanceler que sucedeu a Dollfuss, esforçou-se para preservar a aliança com a Itália e chegou a assinar um acordo com a Alemanha, no qual Hitler reconhecia a independência da Áustria e Schuschnigg prometia que o país seguiria políticas alinhadas à sua natureza de Estado alemão (julho de 1936). Uma dessas políticas permitia que o Partido Nazista austríaco voltasse a funcionar, e dois nazistas foram aceitos no gabinete, mas o tempo estava se esgotando para a Áustria, à medida que Mussolini começava a se aproximar de Hitler. Após a assinatura do Eixo Roma-Berlim (1936) e do Pacto Anticomintern com a Alemanha e o Japão (1937), Mussolini estava menos interessado em apoiar a independência da Áustria. Mais uma vez, foram os nazistas austríacos que tomaram a iniciativa, no início de março de 1938 (ver Seção 5.3(b)).

(e) Hungria

Quando a guerra terminou, em novembro de 1918, foi declarada a República da Hungria,

com Michael Karolyi como seu primeiro presidente. Os Estados vizinhos aproveitaram o caos geral para tomar o que os húngaros pensavam que deveria ser seu por direito. Tchecos, romenos e iugoslavos ocuparam grandes faixas de território. Em março de 1919 Karolyi foi substituído por um governo esquerdista, formado por comunistas e socialistas, liderados por Bela Kun, que acabara de fundar o Partido Comunista Húngaro. Kun procurou ajuda de Vladimir Lênin, o novo líder russo, mas os russos, que haviam sofrido derrotas nas mãos dos alemães, não estavam em condições de dar apoio militar. As tentativas do governo de introduzir nacionalização e outras medidas socialistas receberam forte oposição dos ricos proprietários magiares. Quando tropas romenas capturaram Budapeste (agosto de 1919), Kun e seu governo tiveram que fugir para salvar suas vidas.

Depois de um período confuso, a iniciativa foi assumida pelo almirante Horthy, comandante da frota austro-húngara em 1918, que organizou tropas e restaurou a ordem, passando a realizar um expurgo de esquerdistas que haviam apoiado Bela Kun. As eleições de janeiro de 1920 foram vencidas pela direita, já que os Sociais-Democratas se recusaram a participar em protesto pelas políticas repressivas de Horthy. A situação melhorou quando os romenos, sob pressão dos Aliados, concordaram em se retirar, e se formou um governo estável em março de 1920. Foi decidido que a Hungria seria uma monarquia, embora o rei Carlos (o último imperador habsburgo) tivesse abdicado em novembro de 1918. O almirante Horthy exerceria as funções de regente até que a questão da monarquia fosse resolvida. Por duas vezes em 1921, Carlos tentou retornar, mas o país estava profundamente dividido em relação ao tema e ele acabou sendo forçado a se exilar. Após sua morte em 1922, não houve mais tentativas de restauração, mas Horthy continuou como regente, um título que manteve até a Hungria ser ocupada pelos alemães, em 1944.

O novo governo sofreu, em pouco tempo, um golpe atordoante quando foi forçado a assinar o Tratado de Trianon (junho de 1920), aceitando imensas perdas de territórios que continham cerca de três quartos da população da Hungria, para a Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia (ver Seção 2.9(b)). A partir desse momento, a política externa húngara se concentrou em uma meta principal: obter uma revisão do tratado. Os membros da "Pequena Entente" (Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia), que haviam se aproveitado de sua fragilidade, eram considerados como os principais inimigos. A Hungria estava disposta a cooperar com qualquer país que a apoiasse. Foram assinados tratados de amizade com Itália (1927) e Áustria (1933) e, depois de Hitler chegar ao poder, assinou-se um tratado com a Alemanha (1934).

Nas décadas de 1920 e 1930, todos os governos foram de direita, fossem eles conservadores ou nacionalistas. O almirante Horthy presidiu um regime autoritário, no qual a polícia secreta estava sempre em ação e os críticos e oponentes corriam o risco permanente de ser presos. Em 1935 o primeiro-ministro Gombos anunciou que queria cooperar mais de perto com a Alemanha. Foram introduzidas restrições às atividades dos judeus. Na época da crise de Munique (setembro de 1938), a Hungria se aproveitou da destruição da Tchecoslováquia para exigir e receber uma parte considerável do sul da Eslováquia, a ser seguida em março de 1939 pela Rutênia. No mês seguinte, a Hungria assinou o Pacto Anticomintern e se retirou da Liga das Nações. O país estava agora bem e muito vinculado a Hitler e Mussolini. Na verdade, nas palavras do historiador D. C. Watt, "é difícil escrever sobre o regime que comandava a Hungria nessa época com qualquer coisa que não seja o desprezo".

4.5 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS, 1919-1933

Os Estados Unidos tinham se envolvido profundamente na Primeira Guerra Mundial e,

quando as hostilidades cessaram, parecia provável que o país cumprisse um papel importante nas questões mundiais. O presidente Woodrow Wilson, um Democrata, foi uma figura crucial na conferência de paz, e seu grande sonho era a Liga das Nações, por meio da qual os Estados Unidos manteriam a paz mundial. Ele embarcou em uma exaustiva viagem de propaganda com vistas a angariar apoio para suas ideias, mas o povo norte-americano estava cansado da guerra e desconfiado da Europa, afinal de contas, a população do país era formada por pessoas que tinham se mudado para lá para se afastar do continente. O Partido Republicano, em particular, era fortemente contrário a qualquer envolvimento nas questões europeias. Para decepção de Wilson, o senado votou pela rejeição do acordo de paz de Versalhes e da Liga das Nações. De 1921 ao início de 1933 os Estados Unidos foram governados pelos Republicanos que acreditavam em uma política de *isolamento*, o país nunca entrou para a Liga e tentava evitar disputas políticas com outros Estados, bem como a assinatura de tratados. Por exemplo, nenhum representante norte-americano participou da Conferência de Locarno. Alguns historiadores ainda culpam essa ausência pelo fracasso da Liga. Mesmo assim, apesar de seu isolamento, os norte-americanos não conseguiram deixar de se envolver em questões mundiais, por causa do comércio e dos investimentos internacionais e do problema espinhoso das dívidas e indenizações de guerra europeias. O isolacionismo norte-americano provavelmente estava mais preocupado em ficar de fora dos problemas políticos na Europa do que simplesmente se desconectar do mundo em geral.

1. Durante os prósperos anos de 1920, os norte-americanos tentaram *aumentar o comércio e os lucros através de investimentos no exterior*, na Europa, no Canadá e na América do Sul. Sendo assim, era inevitável que o país se interessasse pelo que estava acontecendo nessas regiões. Por exemplo, havia uma séria disputa com o México, que ameaçava tomar poços de petróleo de propriedade norte-americana, mas acabou se chegando a um acordo.
2. *As Conferências de Washington (1921-1922)* foram convocadas pelo presidente Harding em função de preocupações com o poder dos japoneses no Extremo Oriente (ver Seção 4.1(b)).
3. *As dívidas de guerra dos Aliados para com os Estados Unidos geraram muito desconforto*. Durante a guerra, o governo norte-americano tinha feito empréstimos de quase 12 bilhões de dólares à Grã-Bretanha e seus aliados, com juros de 5%. Os europeus esperavam que os norte-americanos cancelassem as dívidas, já que os Estados Unidos tinham saído bem da guerra (assumindo antigos mercados europeus), mas Harding e Coolidge insistiam em pagamentos integrais. Os Aliados afirmavam que sua capacidade de pagamento dependia da Alemanha pagar suas indenizações a eles, mas os norte-americanos não admitiam que houvesse qualquer conexão entre as duas coisas. Com o tempo, a Grã-Bretanha foi o primeiro país a concordar em pagar a quantia integral, ao longo de 62 anos, com a reduzida taxa de juros de 3,3%. Seguiram-se outros países e os Estados Unidos permitiram juros muito mais baixos dependendo da pobreza do país envolvido. A Itália conseguiu 0,4%, mas isso gerou, previsivelmente, fortes objeções por parte da Grã-Bretanha.
4. *Diante da crise financeira alemã de 1923, os norte-americanos tiveram que mudar de atitude* e admitir uma conexão entre as indenizações e as dívidas de guerra. O país concordou em participar dos Planos Dawes e Young (1924 e 1929), que possibilitavam à Alemanha pagar as indenizações, mas isso causou uma situação absurda na qual os Estados Unidos emprestavam dinheiro à

Alemanha para que ela pudesse pagar suas dívidas com a França, a Grã-Bretanha e a Bélgica, e estes países, por sua vez, pudessem pagar suas dívidas com os Estados Unidos. O acerto como um todo, junto com a insistência dos norte-americanos em manter altas taxas de juros, contribuiu para a crise econômica mundial (ver Seção 22.6), com todas as suas amplas consequências.

5. *O Pacto Kellogg-Briand (1928)* foi mais uma incursão norte-americana nas questões mundiais, embora inútil (Seção 4.1(f)).
6. *As relações com a Grã-Bretanha não eram fáceis*, não apenas em função das dívidas de guerra, mas porque os Conservadores estavam descontentes com as limitações à expansão naval britânica impostas pelo acordo de Washington anterior. MacDonald, ansioso para melhorar as relações, organizou uma conferência em Londres em 1930, que também contou com a participação dos japoneses, e os três Estados reafirmaram a proporção de 5:5:3 em cruzadores, destróieres e submarinos que havia sido acertada em Washington, conseguindo restabelecer a amizade entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, mas os japoneses logo excederam seus limites.
7. *Os Estados Unidos voltaram a uma política de estrito isolamento* quando os japoneses invadiram a Manchúria em 1931. Embora tenha condenado a ação japonesa, o presidente Hoover se recusou a participar de sanções econômicas ou tomar qualquer atitude que pudesse levar à guerra com o Japão. Consequentemente, a Grã-Bretanha e a França se sentiram incapazes de agir e a Liga mostrou-se impotente. Durante a década de 1930, embora os atos de agressão aumentassem, os norte-americanos continuaram determinados a não ser arrastados a um conflito.

PERGUNTAS

1. Política externa e relações internacionais da Alemanha, 1920-1932

Estude a Fonte A e responda às perguntas a seguir.

Fonte A

Carta de Gustav Stresemann ao ex-rei da coroa alemã, escrita em setembro de 1925.

> Em minha opinião, há três grandes tarefas para a política externa alemã no futuro imediato:
>
> Em primeiro lugar, a solução da questão das indenizações de forma aceitável à Alemanha e a garantia da paz.
>
> Em segundo, a proteção dos alemães que vivem no estrangeiro, os 10 a 12 milhões de nossos semelhantes que atualmente vivem sob o jugo estrangeiro, em terras estrangeiras.
>
> A terceira é o reajuste de nossas fronteiras ao leste, a recuperação de Danzig, do Corredor Polonês e a correção da fronteira na Alta Silésia.
>
> Daí, o Pacto de Locarno, que nos garante a paz e torna a Inglaterra, bem como a Itália, garantidoras de nossas fronteiras a oeste.
>
> Eu alertaria contra ideias de flertar com o bolchevismo; não podemos nos envolver em uma aliança com a Rússia, embora algum entendimento em outras bases seja possível. Quando os russos estiverem em Berlim, a bandeira vermelha tremulará no castelo ao mesmo tempo em que na Rússia, onde eles tem esperanças de uma revolução mundial, e haverá muita alegria com a expansão do bolchevismo até o Elba. A coisa mais importante para a política alemã é a libertação do solo alemão de qualquer força de ocupação estrangeira. Por isso, a política alemã deve ser agir com habilidade e evitar grandes decisões.

Fonte: E. Sutton, *Gustav Stresemann, His Diaries, Letters and Papers* (Macmillan, 1935).

(a) Quais informações a fonte A oferece sobre o pensamento do governo alemão com relação aos assuntos estrangeiros na década de 1920?

(b) Até onde as metas e os objetivos de Stresemann foram sido atingidos em 1932?

(c) Que tentativas foram feitas de melhorar as relações internacionais durante os anos de 1920 e no início da década de 1930, e qual foi o seu êxito?

Relações Internacionais
1933-1939

5

RESUMO DOS EVENTOS

Esse curto período é de importância fundamental para a história do mundo, porque culminou na Segunda Guerra Mundial. Os problemas econômicos fizeram que o espírito de Locarno desaparecesse e as novas regras pareciam ser: cada país por sua conta. As questões eram dominadas pelas potências que eram as agressivas nesses momentos – Japão, Itália e Alemanha – e seu nacionalismo extremo as levou a cometer tantos atos de violência e rompimentos de acordos internacionais que, no final, o mundo estava mergulhado em guerra total.

O Japão se tornou o primeiro grande agressor com sua bem-sucedida invasão da Manchúria, em 1931. Hitler, como Mussolini, notou o fracasso da Liga das Nações para conter a agressão japonesa. O primeiro, de longe o mais sutil dos três, começou com cautela, anunciando a volta do serviço militar obrigatório (março de 1935). O rompimento de Versalhes fez com que a Grã-Bretanha, a França e a Itália se juntassem por pouco tempo, suspeitando da Alemanha. Em uma reunião realizada em Stresa (no Lago Maggiore, no norte da Itália), condenaram a ação de Hitler e, pouco tempo depois (maio), os franceses, obviamente preocupados, assinaram um tratado de assistência mútua com a URSS.

Entretanto, a *Frente de Stresa*, como foi chamada, teve vida curta, sendo rompida em 1935 quando os britânicos, sem consultar a França nem a Itália, assinaram o *Acordo Naval Anglo-Germânico*, que permitia que os alemães construíssem submarinos – outra quebra com relação a Versalhes. Essa atitude espantosa por parte da Grã-Bretanha desagradou a França e a Itália e destruiu qualquer confiança que tivesse existido entre as três. Mussolini, encorajado pelos êxitos japoneses e alemães, seguiu na mesma linha com sua eficaz invasão da Abissínia (outubro de 1935), recebida com uma resistência não muito intensa por parte da Liga, da Grã-Bretanha e da França.

Em março de 1936, Hitler enviou tropas à Renânia, que havia sido desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes. A Grã-Bretanha e a França protestaram mais uma vez, mas não agiram para expulsar os alemães. Seguiu-se um entendimento (outubro de 1936) entre Alemanha e Itália, já que Mussolini tinha decidido aderir a Hitler, no que ficou conhecido como o Eixo Roma-Berlim. No mês seguinte, Hitler assinou o *Pacto Anticomintern* com o Japão. (O Comintern ou a Internacional Comunista, foi uma organização estabelecida em 1919 com o objetivo de ajudar partidos comunistas em outros países a trabalhar pela revolução). Durante o verão de 1936 eclodiu a Guerra Civil Espanhola quando grupos de direita (nacionalistas) tentaram derrubar o governo republicano de esquerda. O conflito ganhou importância internacional em pouco tempo, quando Hitler e Mussolini, usando sua força militar, mandaram ajuda a Franco, o líder nacionalista, ao passo que os republi-

canos receberam ajuda soviética (ver Seção 15.3(c)). Previsivelmente, a Grã-Bretanha e a França se recusaram a intervir e em 1939, Franco venceu.

Em 1937 os japoneses aproveitaram a preocupação da Europa com os eventos na Espanha para fazer uma invasão total do norte da China e a guerra sino-japonesa que resultou disso acabou se tornando parte da Segunda Guerra Mundial.

Nessa época, estava claro que a Liga das Nações, trabalhando com a ideia de segurança coletiva, era totalmente ineficaz. Consequentemente, Hitler, agora seguro de que os italianos não fariam objeções, levou a cabo seu projeto mais ambicioso até então: a anexação da Áustria (conhecida como *Anschluss* ou "união forçosa") em março de 1938. A seguir, ele voltou suas atenções à Tchecoslováquia e exigiu os *Sudetos*, uma região onde viviam 3 milhões de alemães, junto à fronteira com a Alemanha. Quando os tchecos recusaram as exigências de Hitler, o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain, ansioso para evitar a guerra a qualquer custo, aceitou um convite de Hitler para uma conferência em Munique (setembro de 1938), no qual foi acertado que a Alemanha ficaria com os *Sudetos*, mas nenhuma outra parte da Tchecoslováquia.

A guerra parecia ter sido evitada, mas no mês de março, Hitler rompeu seu acordo e enviou tropas alemãs para ocupar Praga, capital da Tchecoslováquia. Diante disso, Chamberlain decidiu que Hitler tinha ido longe demais e deveria ser parado. Quando os poloneses rejeitaram a exigência de Hitler por Danzig, a Grã-Bretanha e a França prometeram ajudar a Polônia se os alemães atacassem. Hitler não levou a sério as ameaças britânicas e francesas e cansou de esperar que a Polônia negociasse. Após assinar um *pacto de não agressão com a Rússia*, (agosto de 1939), os alemães invadiram a Polônia em 1º de setembro. A Grã-Bretanha e a França, assim, declararam guerra à Alemanha.

5.1 RELAÇÕES ENTRE JAPÃO E CHINA

(a) A invasão japonesa da Manchúria em 1931

As motivações por trás deste evento são várias (ver Seção 15.1(b)). Os japoneses consideravam essencial manter o controle da província porque era um valioso destino comercial. A China parecia estar ficando mais forte sob o comando de Chiang Kai-shek e os japoneses temiam que isso pudesse resultar em sua exclusão da Manchúria. Sir John Simon, o ministro britânico de relações exteriores, apresentou uma forte defesa das ações japonesas à Liga das Nações. O Japão estava envolvido com a província desde a década de 1890, recebeu Port Arthur e uma posição privilegiada no sul da Manchúria como resultado da Guerra Sino-Japonesa (1904-1905). Desde então, os japoneses tinham investido milhões de libras na Manchúria e no desenvolvimento da indústria e de ferrovias. Em 1931 eles controlavam a Ferrovia do Sul da Manchúria e o sistema bancário, e achavam que não podiam ficar parados e serem empurrados aos poucos para fora de uma província tão valiosa, com uma população de 30 milhões, principalmente quando os próprios japoneses estavam passando por dificuldades econômicas em função da Grande Depressão. Eles anunciaram que tinham transformado a Manchúria no Estado independente de Manchukuo, sob comando de Pu Yi, o último dos imperadores chineses. Isso não enganava a ninguém, mas, mesmo assim, nenhuma ação foi tomada contra eles. A ação seguinte dos japoneses, contudo, não poderia ser justificada, e só pôde ser descrita como uma flagrante agressão...

(b) A avanço japonês a partir da Manchúria

Em 1933 os japoneses começaram a avançar da Manchúria para o restante do nordeste da China, sobre o qual eles não tinham qualquer pretensão de direito. Em 1935 uma grande

EXPANSÃO JAPONESA
1931–42

MILES
0 5000

JAPÃO 1928
Conquistado pelo Japão
1942 Data das conquistas japonesas
Aliado ao Japão 1941
Ampliação das conquistas japonesas, 1942

URSS
MONGÓLIA
MANCHÚRIA (1931-1932)
MANCHUKUO 1934
Vladivostok
Mukden
SAKHALIN
Ilhas Kurilas
URSS
Beijing 1937
COREIA
CHINA
Kaifeng 1938
Tóquio
JAPÃO
Oceano Pacífico
Kankou
1938
Xangai 1937
Chungking
Yang Tsé
Nachang 1939
ILHAS RYUKYU
OKINAWA
ÍNDIA
Swatow 1938
Cantão 1938
FORMOSA
BURMA 1942
Hanoi
Hong Kong 1941 (britânica)
HAINAN
Rangoon
SIÃO
Indochina Francesa
ILHAS FILIPINAS (EUA)
ILHAS MARIANAS
ILHAS ANDAMAN (britânicas) 1942
1940-41
Guam (EUA) 1941
BORNEO NORTE 1942
BRUNEI
SARAWAK 1941-42
MINDANAO 1941
MANDATO JAPONÊS a partir de 1920
Ilhas Carolinas
MALAIA 1942
Cingapura 15-2-42
SUMATRA 1942
BORNEO 1942
ÍNDIAS ORIENTAIS HOLANDESAS
NOVA GUINÉ
New Britain 1942
ILHAS SALOMÃO (GB). 1942
1942
JAVA
TIMOR 1942
Darwin
Mar de Corais
Oceano Índico
AUSTRÁLIA

Mapa 5.1 A expansão japonesa, 1931-1942.

área da China que já chegava a Beijing (Pequim) tinha caído sob controle político e comercial japonês (ver Mapa 5.1), enquanto os próprios chineses estavam destruídos por uma guerra civil entre o governo do Kuomintang de Chiang Kai-shek e os comunistas liderados por Mao Tsé-tung (ver Seção 19.3).

(c) Outras invasões

Depois de assinar o Pacto Anticomintern com a Alemanha (1936), o exército japonês aproveitou a desculpa de um incidente entre tropas japonesas e chinesas em Beijing para começar uma invasão de outras partes da China (julho de 1937). Embora fosse contrário a uma intervenção tão grande, o primeiro-ministro, o príncipe Konoye, teve que ceder aos desejos do general Sugiyama, o ministro da guerra. No outono de 1938 os japoneses capturaram as cidades de Xangai, Nanquim (a capital de Chiang Kai-shek) e Hankow, cometendo terríveis atrocidades contra civis chineses. Entretanto, a vitória completa lhes escapou: Chiang tinha chegado a um entendimento com seus inimigos comunistas segundo o qual eles colaborariam para combater os invasores. Foi estabelecida uma nova capital bem no interior do país, em Chungking, e montada uma entusiasmada resistência chinesa com a ajuda dos russos. Porém, as tropas japonesas desembarcaram no sul da China e rapidamente capturaram Cantão, mas Chiang ainda se recusava a se render ou a aceitar os termos dos japoneses.

Nesse meio-tempo, a Liga das Nações condenou mais uma vez a agressão japonesa, mas estava impotente para agir, já que o Japão não era mais membro e se recusava a participar de uma conferência para discutir a situação na China. A Grã-Bretanha e a França estavam muito ocupadas lidando com Hitler para prestar muita atenção à China, e os russos não queriam guerra total contra o Japão. Os Estados Unidos, a única potência capaz de resistir de forma eficaz ao Japão, ainda estavam inclinados ao isolamento. Sendo assim, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, os japoneses controlavam a maior parte do leste da China (embora fora das cidades sua dominação fosse menos firme) ao passo que Chiang resistia no centro e no oeste.

5.2 A POLÍTICA EXTERNA DE MUSSOLINI

Nos primeiros dias do regime de Mussolini (ele chegou ao poder em 1922), a política externa da Itália parecia um tanto confusa. Mussolini sabia o que queria, que era "tornar a Itália grande, respeitada e temida", mas não tinha certeza de como conseguir isso, se não demandando uma revisão do acordo de paz de 1919 em favor da Itália. Inicialmente ele parecia pensar que sua melhor linha de ação seria uma política externa ousada, por isso o Incidente de Corfu (ver Seção 3.4(d)) e a ocupação de Fiúme em 1923. Através de um acordo assinado em Rapallo em 1920, Fiúme deveria ser uma "cidade livre", usada conjuntamente por Itália e Iugoslávia. Quando as tropas italianas entraram, a Iugoslávia concordou que ela deveria pertencer à Itália. Depois desses primeiros eventos, Mussolini se tornou mais cauteloso, talvez alarmado pelo isolamento da Itália na época de Corfu. Depois de 1923 sua política passa mais ou menos por duas fases:

- 1923-1934
- depois de 1934.

(a) 1923-1934

Nesta etapa, a política de Mussolini foi determinada pela rivalidade com os franceses no Mediterrâneo e nos Bálcãs, onde as relações da Itália com a Iugoslávia, aliada da França, geralmente eram tensas. Outra consideração era o receio dos italianos de que o frágil Estado da Áustria, junto de sua fronteira nordeste, pudesse sofrer muita influência da Alemanha. Mussolini se preocupava com uma possível ameaça italiana através do Passo de Brenner e tentou lidar com ambos os problemas por meios diplomáticos:

1. *Participou da Conferência de Locarno* (1925), mas ficou decepcionado quando os acordos assinados não garantiam a fronteira italiana com a Áustria.
2. *Teve uma atitude amigável em relação a Grécia, Hungria e, principalmente, Albânia*, o vizinho do sul e rival da Iugoslávia. Foram assinados acordos econômicos e de defesa, resultando em um controle praticamente total da Albânia pela Itália, que agora tinha uma posição forte em torno do mar Adriático.
3. *Cultivou boas relações com a Grã-Bretanha*: apoiou sua demanda de que a Turquia entregasse a província de Mosul ao Iraque e, em retorno, a Grã-Bretanha deu à Itália uma pequena parte da *Somália*.
4. *A Itália se tornou o primeiro Estado depois da Grã-Bretanha a reconhecer a URSS*. Foi assinado um pacto de não agressão entre a Itália e a URSS em setembro de 1933.
5. Tentou apoiar a Áustria contra a nova ameaça da Alemanha nazista, apoiando o governo antinazista do chanceler Dollfuss e assinando acordos comerciais com a Áustria e a Hungria. Quando Dollfuss foi assassinado por nazistas austríacos (julho de 1934), Mussolini enviou três divisões italianas à fronteira para o caso de os nazistas invadirem a Áustria; os nazistas imediatamente suspenderam sua tentativa de tomar o poder na Áustria. Essa decisiva postura contrária à Alemanha melhorou as relações entre Itália e França, mas embora fosse muito respeitado no exterior, Mussolini estava ficando impaciente; seus êxitos não eram espetaculares o suficiente.

(b) Depois de 1934

Aos poucos, Mussolini passou de extrema desconfiança em relação às intenções de Hitler com relação à Áustria para uma relutante admiração de suas conquistas e um desejo de imitá-lo. Após seu primeiro encontro (junho de 1934), Mussolini descreveu Hitler com desdém como o "palhacinho louco", mas depois viria a acreditar que havia mais a ganhar a partir da amizade com a Alemanha do que com a Grã-Bretanha e a França. Quanto mais ele caía sob influência de Hitler, mais ficava agressivo. Sua mudança de atitude é ilustrada por eventos:

1. Quando Hitler anunciou a volta do serviço militar obrigatório (março de 1935), *Mussolini se juntou aos britânicos e franceses para condenar a ação alemã e garantir a Áustria (A Frente de Stresa, abril de 1935)*. Tanto britânicos quanto franceses evitavam cuidadosamente mencionar a crise da Abissínia, que já estava fermentando; Mussolini tomou isso como um sinal de que eles fariam vista grossa a um ataque italiano contra a Abissínia, considerando-o como um pouco de expansão colonial à moda antiga. O Acordo Naval Anglo-Germânico assinado em junho (ver Seção 5.3(b), Item 6) convenceu Mussolini do cinismo dos britânicos e sua preocupação com seus próprios interesses.
2. *A invasão da Abissínia (Etiópia) pela Itália* em outubro de 1935 foi a grande virada na carreira de Mussolini. O envolvimento italiano no país, que era o único Estado independente que restava na África, datava de 1896, quando uma tentativa italiana de colonizá-lo terminou em uma derrota infame em Adua. As razões de Mussolini para o ataque de 1935 eram:
   - As colônias italianas no leste da África (Eritreia e Somália) não eram compensadoras, e as tentativas dele (por meio de um acordo de "amizade" assinado em 1928) de reduzir a Abissínia a uma posição equivalente à da Albânia tinham fracassado. O imperador da Abissínia, Haile Selassie, tinha feito tudo o que podia para evitar cair sob dominação econômica italiana.
   - A Itália estava sofrendo com a depressão, e uma guerra vitoriosa desviaria a

atenção dos problemas internos e daria um novo mercado para as exportações do país.

- Agradaria a nacionalistas e colonialistas, vingaria a derrota de 1896 e daria um impulso à decadente popularidade de Mussolini.

A vitória italiana sobre os etíopes, mal equipados e mal preparados, era prevista, embora eles tenham feito um estardalhaço. *Sua real importância estava no fato de que ela demonstrava a ineficácia da segurança coletiva*. A Liga condenou a Itália como agressora e aplicou sanções econômicas, mas elas foram inúteis porque não incluíam a proibição da venda de petróleo e carvão ao país, mesmo que a escassez de petróleo resultante tivesse prejudicado gravemente o esforço de guerra italiano. O prestígio da Liga sofreu mais um golpe quando veio à tona que o ministro do exterior britânico, Sir Samuel Hoare, tinha feito um acordo secreto com Laval, o primeiro-ministro francês (dezembro de 1935), para entregar uma parte grande da Abissínia à Itália, mais do que os italianos tinham conseguido capturar até então (ver Mapa 5.2). A opinião pública na Grã-Bretanha ficou tão indignada que a ideia foi abandonada.

Mapa 5.2 A posição da Abissínia e os territórios da Grã-Bretanha, França e Itália.
Fonte: Nichol e Lang, *Work Out Modern World History* (Macmillan, 1990), p. 47

As razões para essa postura fraca diante da Itália eram que a Grã-Bretanha e a França estavam militar e economicamente despreparadas para a guerra e ansiosas para evitar qualquer ação (como sanções relacionadas ao petróleo) que pudesse provocar uma declaração de guerra por parte de Mussolini. Também tinham esperanças de reavivar a Frente de Stresa e usar a Itália como aliada contra a verdadeira ameaça contra a paz na Europa, a Alemanha, de forma que seu objetivo era chegar à conciliação com Mussolini.

Infelizmente, os resultados foram desastrosos:

- A Liga e a ideia de segurança coletiva ficaram desacreditadas.
- Mussolini ficou incomodado com as sanções de qualquer forma, e começou a estabelecer amizade com Hitler, que não havia criticado a invasão e não aplicou sanções. Em retorno, Mussolini suspendeu suas objeções à anexação da Áustria pela Alemanha. Hitler aproveitou a preocupação geral com a Abissínia para mandar tropas para a Renânia.

3. Quando a Guerra Civil Espanhola estourou em 1936, *Mussolini mandou ampla ajuda a Franco, o líder nacionalista de direita*, com esperanças de estabelecer um terceiro Estado fascista na Europa e ter bases navais na Espanha de onde pudesse ameaçar a França. Sua justificativa era que ele queria impedir o avanço do comunismo.
4. A Itália chegou a um entendimento com Hitler, conhecido como *Eixo Roma-Berlim*. Mussolini disse que o Eixo era uma linha desenhada entre Roma e Berlim, em torno da qual "todos os Estados europeus que desejassem a paz poderiam girar". Em 1937 a Itália aderiu ao *Pacto Anticomintern* com a Alemanha e o Japão, no qual todos os três prometiam se manter lado a lado contra o bolchevismo. Essa inversão de sua política anterior e sua amizade com a Alemanha não eram completamente bem vistas na Itália, e começou a se espalhar a decepção com Mussolini.
5. *Sua popularidade ressurgiu temporariamente com a participação no acordo de Munique, de setembro de 1938* (ver Seção 5.5), que parecia ter garantido a paz, mas Mussolini não conseguiu tirar as conclusões certas do alívio sentido por seu povo (ou seja, a maioria não queria outra guerra) e cometeu mais um ato de agressão...
6. *Em abril de 1939 tropas italianas ocuparam de repente a Albânia*, encontrando muito pouca resistência. Essa foi uma operação sem sentido, já que a Albânia já estava sob controle econômico italiano, mas Mussolini queria um triunfo para imitar a recente ocupação da Tchecoslováquia por Hitler.
7. Deixando-se entusiasmar por seus êxitos, *Mussolini assinou uma aliança integral com a Alemanha, o Pacto de Aço* (maio de 1939), no qual a Itália prometia apoio militar total em caso de guerra. Mussolini estava comprometendo a Itália com um envolvimento cada vez mais profundo com a Alemanha, o que viria a destruí-lo no final.

5.3 QUAIS ERAM OS OBJETIVOS DE HITLER COM A POLÍTICA EXTERNA E ATÉ ONDE ELE TEVE ÊXITO NO FINAL DE 1938?

(a) Hitler pretendia fazer da Alemanha uma grande potência novamente

Ele esperava conseguir este objetivo ao:

- Destruir o detestado acordo de Versalhes.
- Fortalecer o exército.

- Recuperar territórios perdidos como o Sarre e o Corredor Polonês.
- Trazer os povos de fala alemã para dentro do Reich, o que implicaria a anexação da Áustria e a tomada de território da Tchecoslováquia e da Polônia, ambas com grandes minorias alemãs como resultado do acordo de paz.

Há algumas discordâncias sobre quais poderiam ser as intenções de Hitler para além desses objetivos. A maioria dos historiadores acredita que anexar a Áustria e partes da Tchecoslováquia e da Polônia era apenas o início, e que Hitler pretendia seguir anexando o restante desses dois países e depois conquistar e ocupar a Rússia, avançando para o leste até os Montes Urais. As "fronteiras nacionais", disse ele, "são apenas estabelecidas pelo homem e pelo homem podem ser alteradas". As mudanças de fronteira que Hitler tinha em mente dariam aos alemães o que ele chamava de *Lebensraum* (espaço vital). Ele alegava que a população da Alemanha era grande demais para a região a que estava limitada, e que era necessária mais terra para proporcionar comida para o povo alemão, bem como uma área em que o excesso de população alemã pudesse se estabelecer e colonizar. Outra vantagem era que o comunismo seria destruído. A próxima etapa seria obter colônias na África e bases navais no Atlântico e em torno dele.

Nem todos os historiadores concordam com esses outros objetivos. A. J. P. Taylor, por exemplo, afirmou que Hitler nunca teve qualquer plano detalhado para adquirir *Lebensraum* e nunca pretendeu que houvesse uma guerra de grandes proporções. No máximo, estava preparado para uma guerra limitada com a Polônia. "Ele foi até onde foi porque outros não souberam o que fazer com ele", concluiu Taylor. Martin Broszat também acredita que os escritos e discursos de Hitler sobre o *Lebensraum* não constituíam um programa real que ele seguisse passo a passo, sendo mais provável que fossem exercícios de propaganda voltados a atrair apoio ao Partido Nazista.

(b) Uma série de sucessos

Fossem quais fossem suas verdadeiras intenções de longo prazo, Hitler começou sua política externa com uma série quase ininterrupta de brilhantes sucessos, o que foi uma das principais razões de sua popularidade na Alemanha. No final de 1938, quase todos os objetivos do primeiro conjunto foram atingidos, sem guerra e com a aprovação da Grã-Bretanha. Somente os alemães na Polônia ainda tinham que ser trazidos para dentro do Reich. Infelizmente, foi ao não conseguir fazer isso por meios pacíficos que Hitler tomou a fatídica decisão de invadir a Polônia.

1. Considerando-se que a Alemanha ainda estava frágil em termos militares em 1933, *Hitler tinha que agir com cautela no início*. Ele retirou o país da Conferência Mundial sobre Desarmamento e da Liga das Nações, alegando que a França não aceitava que a Alemanha tivesse igualdade de armamentos. Ao mesmo tempo, insistia em que a Alemanha estava disposta a se desarmar se outros estados fizessem o mesmo, que ele só queria a paz. Essa era uma de suas técnicas favoritas: agir com firmeza, ao mesmo tempo em que acalmava seus oponentes com o tipo de discursos conciliatórios que sabia que eles queriam ouvir.
2. *A seguir, Hitler assinou um pacto de não agressão de 10 anos com os poloneses (janeiro de 1934)*, que manifestavam preocupação com a possibilidade de os alemães tentarem retomar o Corredor Polonês. Isso representava uma espécie de triunfo para Hitler, e a Grã-Bretanha considerou o ato como mais uma evidência de suas intenções pacíficas, arruinando a Pequena Entente da França, que dependia muito da Polônia, e garantindo a neutralidade polonesa sempre que a Alemanha decidisse agir contra a Áustria e a Tchecoslováquia. Por outro lado, melhorou as relações entre França e Rússia que estavam, ambas, preocupa-

das com a aparente ameaça da Alemanha nazista.

3. Em julho de 1934, Hitler sofreu um revés em suas ambições de *Anschluss* (união) entre Alemanha e Áustria. Os nazistas austríacos, estimulados por Hitler, promoveram uma revolta e assassinaram o chanceler Engelbert Dollfuss, que havia sido apoiado por Mussolini. Entretanto, quando Mussolini movimentou tropas mais uma vez para a fronteira com a Áustria e avisou os alemães para que ficassem de fora, a revolta se desfez. Hitler, pego de surpresa, teve que aceitar que a Alemanha ainda não tinha poder para forçar essa questão e negou ter responsabilidade pelas ações dos nazistas austríacos.
4. *O Sarre foi devolvido à Alemanha (janeiro de 1935)* após um plebiscito em que 90% votaram a favor. Embora a votação constasse do acordo de paz, a propaganda nazista aproveitou ao máximo o êxito. Hitler anunciou que todas as causas de queixas entre a França e a Alemanha tinham sido canceladas.
5. O primeiro rompimento bem-sucedido do Tratado de Versalhes por parte de Hitler veio em março de 1935, quando ele anunciou a *volta do serviço militar obrigatório*. Sua desculpa era que a Grã-Bretanha acabara de anunciar aumentos na força aérea e a França tinha ampliado o serviço militar de 12 a 18 meses (a justificativa desses países era o rearmamento alemão). Para preocupação delas, Hitler disse a seus surpresos generais e ao restante do mundo que aumentaria seu exército em tempos de paz para 36 divisões (cerca de 600.000 homens), ou seja, seis vezes mais do que era permitido pelo tratado de paz. Os generais não precisavam se preocupar: embora a Frente de Stresa tenha condenado essa violação de Versalhes, não foi tomada qualquer atitude. A Liga estava impotente, e a Frente se desfez de qualquer forma, como resultado do próximo sucesso de Hitler...
6. Entendendo astutamente o quanto a Frente de Stresa era frágil, Hitler fez com que a Grã-Bretanha se desligasse ao oferecer limitar a marinha alemã a 35% da força da marinha britânica. A Grã-Bretanha aceitou prontamente, assinando o *Acordo Naval Anglo-Germânico (junho de 1935)*. O pensamento dos britânicos parece ter sido de que, já que os alemães estavam rompendo o Tratado de Versalhes ao construir uma frota, seria melhor que ela fosse limitada. Sem consultar seus dois Aliados, a Grã-Bretanha tinha fechado os olhos para o rearmamento da Alemanha, que seguia acumulando forças. No final de 1938, o exército estava com 51 divisões (cerca de 800.000 homens), mais os reservistas, havia 21 navios de grande porte (barcos de guerra, cruzadores e destróieres) e muitos outros em construção, além de 47 submarinos. Tinha sido construída uma grande força aérea de mais de 5.000 aviões.
7. Encorajado por seus êxitos, Hitler assumiu o risco calculado de *mandar tropas para a zona desmilitarizada da Renânia (março de 1936)*, uma quebra dos acordos de Versalhes e Locarno. Embora as tropas tivessem ordens para recuar diante do primeiro sinal de oposição francesa, não houve resistência, com exceção dos protestos de costume. Ao mesmo tempo, muito ciente do clima de pacifismo entre seus oponentes, Hitler os acalmou oferecendo-lhes um tratado de paz para durar 25 anos.
8. Ainda em 1936, Hitler consolidou a posição da Alemanha chegando a um entendimento com Mussolini (*o Eixo Roma-Berlim*) e assinando o *Pacto Anticomintern com o Japão* (ao qual também se juntou a Itália em 1937). Alemães e italianos ganharam experiência ajudando Franco a vencer a Guerra Civil Espanhola. Uma de suas proezas mais notórias nessa guerra foi o bombardeio da indefesa cidadezinha basca

de Guernica pela Legião Condor alemã (ver Seção 15.3).

9. *O Anschluss com a Áustria (março de 1938)* era o maior sucesso de Hitler até então (ver Seção 44(d) para a situação na Áustria). As coisas chegaram ao ápice quando os nazistas austríacos promoveram antes grandes manifestações em Viena, Graz e Linz, que o governo do chanceler Schuschnigg não conseguiu controlar. Dando-se conta de que esse poderia ser o prelúdio de uma invasão alemã, Schuschnigg anunciou um referendo para decidir se a Áustria deveria continuar independente. Hitler decidiu agir antes que o referendo acontecesse, para o caso de a votação decidir contra a união, e tropas alemãs invadiram, tornado a Áustria parte do Terceiro Reich. Era um triunfo para a Alemanha: revelava a fragilidade da Grã-Bretanha e da França que, mais uma vez, só protestaram. Isso reduziu o valor do novo entendimento alemão com a Itália e representou um duro golpe à Tchecoslováquia, que agora poderia ser atacada do sul, além do oeste e do norte. Tudo estava pronto para o começo da campanha de Hitler para obter os Sudetos de fala alemã, campanha que terminaria em triunfo na Conferência de Munique de setembro de 1938.

Antes de examinar os eventos de Munique, seria uma boa ideia fazer uma pausa e considerar porque foi permitido que Hitler rompesse todas essas vezes o acordo de Versalhes. A razão poderia ser resumida em uma palavra: *appeasement, ou seja, apaziguamento.*

5.4 A POLÍTICA DE APAZIGUAMENTO (*APPEASEMENT*)

(a) O que significa o termo "*appeasement*"?

O *appeasement* foi a política de conciliação seguida pelos britânicos, e mais tarde pelos franceses, de evitar a guerra com potências agressivas como Japão, Itália e Alemanha, e de atender a suas demandas, desde que não fossem absurdas demais.

Houve duas fases distintas nessa política

1. *Entre meados da década de 1920 e o ano de 1937*, havia um sentimento vago de que a guerra deveria ser evitada a qualquer custo, e a Grã-Bretanha e, às vezes, a França, foram sendo levadas, aceitando os vários atos de agressão e rupturas de Versalhes (Manchúria, Abissínia, rearmamento alemão, reocupação da Renânia).
2. Ao se tornar primeiro-ministro britânico em maio de 1937, Neville Chamberlain deu um novo impulso a essa política. Ele acreditava na iniciativa, descobria o que Hitler queria e lhe mostrava que as exigências razoáveis poderiam ser atendidas por meio de negociação em vez de força.

O início do apaziguamento pôde ser identificado na política britânica na década de 1920, com os planos Dawes e Young, que tentavam conciliar com os alemães, e também com os Tratados de Locarno e sua omissão vital – a Grã-Bretanha não concordou em garantir as fronteiras leste da Alemanha (ver Mapa 5.3), que até mesmo Stresemann, o "bom alemão", disse que deveriam ser revisadas. Quando Austen Chamberlain, ministro britânico de relações exteriores (e meio-irmão de Neville), afirmou, na época de Locarno, que nenhum governo britânico deveria jamais arriscar os ossos de um único granadeiro britânico em defesa de Corredor Polonês, parecia aos alemães que a Grã-Bretanha tinha dado as costas ao Leste Europeu. A política de apaziguamento atingiu seu ápice em Munique, onde a Grã-Bretanha e a França estavam tão determinadas a evitar a guerra com a Alemanha que deram de presente a Hitler os Sudetos, desencadeando a destruição da Tchecoslováquia. Mesmo com concessões tão grandes como essas, o apaziguamento fracassou.

Mapa 5.3 Os ganhos de Hitler antes da Segunda Guerra Mundial.

(b) Como se podia justificar a política de apaziguamento?

Na época em que a política de apaziguamento estava sendo implementada, parecia haver razões muito boas em seu favor, e seus defensores (que incluíam MacDonald, Baldwin, Simon e Hoare, bem como Neville Chamberlain) estavam convencidos de que sua política estava correta:

1. *Era considerado essencial evitar a guerra*, que provavelmente seria mais devastadora do que jamais havia sido, como demonstraram os horrores da Guerra Civil Espanhola. O grande medo era o bombardeio de cidades indefesas. As memórias dos horrores da Primeira Guerra Mundial continuavam assombrando muitas pessoas. A Grã-Bretanha, ainda sofrendo as consequências da crise econômica, não podia se dar ao luxo de um amplo rearmamento e das despesas incapacitantes de uma guerra de grandes proporções. Os governos britânicos pareciam ter o apoio de uma *opinião pública fortemente pacifista*. Em fevereiro de 1933, a Oxford Union aprovou que não lutaria por Rei nem País. Baldwin e seu Governo Nacional tiveram uma imensa vitória eleitoral em novembro de 1935, pouco depois de ele declarar: "Dou minha palavra de honra de que não haverá grandes armamentos".
2. *Muitos achavam que a Alemanha e a Itália tinham queixas legítimas*. A Itália foi enganada em Versalhes e a Alemanha foi tratada de forma dura demais. Sendo assim, os britânicos deveriam mostrar simpatia para com eles – na opinião dos alemães, deveriam tentar revisar as mais detestadas cláusulas de Versalhes, o que acabaria com a necessidade de agressão alemã e levaria à amizade anglo-germânica.
3. Como a Liga das Nações parecia estar impotente, Chamberlain acreditava que a única forma de resolver disputas era por meio do *contato pessoal entre líderes*. Assim, ele achava que conseguiria controlar e civilizar Hitler e trazer Mussolini para a barganha, fazendo com que eles respeitassem o direito internacional.

4. *A cooperação econômica entre Grã--Bretanha e Alemanha seria boa para ambas*. Se a primeira ajudasse a economia da segunda a se recuperar, a violência interna diminuiria.
5. *O medo da Rússia comunista era grande*, principalmente entre os conservadores britânicos. Muitos deles acreditavam que a ameaça comunista era maior do que o perigo de Hitler. Alguns políticos britânicos estavam dispostos a ignorar as características desagradáveis do nazismo na esperança de que a Alemanha de Hitler servisse de amortecedor à expansão do comunismo para o Ocidente. Na verdade, muitos deles admiravam a energia de Hitler e suas conquistas.
6. Por trás de todos esses sentimentos estava a crença de que a Grã-Bretanha não deveria tomar nenhuma ação militar se ela levasse à *guerra total, pois estava totalmente despreparada*. Os chefes militares britânicos disseram a Chamberlain que o país não tinha força suficiente para lutar em uma guerra contra mais de um país ao mesmo tempo. Mesmo a marinha, que era a mais forte do mundo depois da norte--americana, teria tido dificuldades de defender seu império amplo e, ao mesmo tempo, proteger os navios mercantes no caso de guerra simultânea contra Alemanha, Japão e Itália. A força aérea estava angustiada com a falta de bombardeiros e caças de longo alcance. Os Estados Unidos ainda eram favoráveis ao isolamento e a França estava fraca e dividida. Chamberlain apressou o rearmamento britânico para que "ninguém tratasse o país com qualquer atitude que não fosse o respeito". Quanto mais durasse o apaziguamento, mais forte ficaria a Grã-Bretanha, e isso deteria a agressão, ou pelo menos essa era a esperança de Chamberlain.

(c) Qual foi o papel da política de apaziguamento nas questões internacionais, no período de 1933 a 1939?

O apaziguamento teve um profundo efeito sobre a forma como as relações internacionais se desenvolveram. Embora possa ter funcionado com alguns governos alemães, com Hitler, essa política estava fadada ao fracasso. Muitos historiadores acreditam que ela convenceu Hitler da complacência e da fragilidade da Grã--Bretanha e da França a tal nível que ele estava disposto a arriscar um ataque à Polônia, iniciando assim a Segunda Guerra Mundial.

É importante enfatizar que o apaziguamento era principalmente uma política britânica, com a qual os franceses nem sempre estavam de acordo. Poincaré enfrentou os alemães (ver Seção 4.2(c)) e, embora Briand fosse a favor do apaziguamento, se opôs à proposta de união alfandegária austro-germânica em 1931. Louis Barthou, ministro das relações exteriores por alguns meses em 1934, acreditava na firmeza diante de Hitler e visava construir um forte grupo contrário à Alemanha que incluiria a Itália e a URSS. É por isso que ele pressionou pela entrada da Rússia na Liga das Nações, o que aconteceu em setembro de 1934. Ele disse à Grã-Bretanha e à França que "se opusessem à legalização do rearmamento alemão" contrário aos Tratados de Versalhes. Infelizmente, Barthou foi assassinado em outubro de 1934, junto com o rei Alexandre da Iugoslávia que fazia uma visita de Estado à França, ambos foram baleados por terroristas croatas pouco depois de o rei chegar a Marselha. O sucessor de Barthou, Pierre Laval, assinou uma aliança com a Rússia em maio de 1935, embora fosse um acordo fraco, por não conter disposição estabelecendo cooperação militar, já que Laval não acreditava nos comunistas. Ele depositava suas principais esperanças na amizade com Mussolini, mas elas foram arrasadas com o fracasso do Pacto Hoare-Laval (ver Seção 5.2(b)). Depois dis-

so, os franceses ficaram tão profundamente divididos entre esquerda e direita que nenhuma política externa decisiva parecia possível. Como a direita admirava Hitler, os franceses foram atrás dos britânicos.

Exemplos da política de apaziguamento em funcionamento

1. *Nenhuma ação foi tomada para conter o visível rearmamento alemão.* Lorde Lothian, um Liberal, fez um comentário revelador sobre isso, depois de visitar Hitler em janeiro de 1935: "Estou convencido de que Hitler não quer a guerra... o que os alemães querem é um exército forte que lhes possibilite lidar com a Rússia".
2. *O Acordo Naval Anglo-Germânico* tolerando o rearmamento alemão foi assinado sem qualquer consulta à França ou à Itália, o que rompeu a Frente de Stresa, abalou em muito a confiança francesa na Grã-Bretanha e incentivou Laval a buscar entendimentos com Mussolini e Hitler.
3. Houve apenas uma *ação britânica pouco entusiasmada contra a invasão italiana da Abissínia.*
4. Os franceses, embora incomodados com a reocupação alemã da Renânia (março de 1936), *não mobilizaram suas tropas.* Eles estavam profundamente divididos e extremamente cautelosos, e não receberam suporte dos britânicos, que estavam impressionados com a oferta de uma paz de 25 anos feita por Hitler. Na verdade, Lorde Londonderry (Conservador e Ministro do Ar de 1931 a 1935), teria enviado a Hitler um telegrama parabenizando-o por seu sucesso. Lorde Lothian afirmou que as tropas alemãs só tinham entrado em seu "pátio dos fundos".
5. *Nem a Grã-Bretanha nem a França intervieram na Guerra Civil Espanhola,* embora a Alemanha e a Itália tenham enviado ajuda decisiva a franco. A Grã-Bretanha tentou seduzir Mussolini a retirar suas tropas reconhecendo oficialmente a posse italiana sobre a Abissínia (abril 1938), mas Mussolini não cumpriu sua parte do acordo.
6. Embora a Grã-Bretanha e a França tenham protestado muito contra a *Anschluss* entre Alemanha e Áustria (março de 1938), muitos na Grã-Bretanha a consideravam como *a união natural de um grupo alemão com outro.* Mas a falta de ação por parte dos britânicos encorajou Hitler a fazer exigências sobre a Tchecoslováquia, o que gerou o ato supremo de conciliação por parte de Chamberlain e o maior triunfo de Hitler até então: Munique.

5.5 DE MUNIQUE À DEFLAGRAÇÃO DA GUERRA: DE SETEMBRO DE 1938 A SETEMBRO DE 1939

Nesse ano fatídico, Hitler promoveu duas campanhas de pressão: uma contra a Tchecoslováquia e outra contra a Polônia.

(a) Tchecoslováquia

Parece provável que Hitler tenha decidido destruir a Tchecoslováquia como parte de sua política de *Lebensraum* (espaço vital), e porque detestava os tchecos por sua democracia, por serem eslavos e porque seu Estado foi criado pelo acordo de Versalhes (ver Seção 4.4(b) para a situação na Tchecoslováquia). Sua localização era importante do ponto de vista estratégico, pois o controle da área traria grandes vantagens para a dominação militar e econômica alemã na Europa central.

1 A campanha de propaganda nos Sudetos

A desculpa de Hitler para uma campanha aberta de propaganda era que 3,5 milhões de alemães sudetos, sob a liderança de Konrad Henlein, estavam sendo discriminados pelo

governo tcheco. É verdade que o desemprego era mais grave entre os alemães, mas isso ocorria porque uma grande parcela deles trabalhava na indústria, onde o desemprego era mais alto em função da depressão. Os nazistas organizaram enormes manifestações nos Sudetos e ocorreram confrontos entre tchecos e alemães. O presidente tcheco, Edvard Beneš, temia que Hitler estivesse provocando os distúrbios para que tropas alemãs pudessem entrar e "restaurar a ordem". Chamberlain e Daladier, o primeiro-ministro francês, tinham medo de que se isso acontecesse, começaria a guerra. Eles estavam dispostos a quase qualquer coisa para evitar a guerra e fizeram uma enorme pressão sobre os tchecos para que fizessem concessões a Hitler.

Beneš acabou aceitando que os alemães dos Sudetos fossem entregues à Alemanha. Chamberlain voou até a Alemanha e se reuniu com Hitler em Berchtesgaden (15 de setembro), explicando a oferta. Hitler parecia aceitar, mas em uma segunda reunião em Godesberg, somente uma semana depois, ele aumentou suas demandas: ele queria mais território da Tchecoslováquia e a entrada imediata de tropas alemãs nos Sudetos. Beneš não concordava com isso e ordenou imediata mobilização do exército tcheco. Os tchecos tinham fortificado muito suas fronteiras com a Alemanha, a Áustria e a Hungria, construindo *bunkers* e defesas antitanque. Seu exército tinha sido ampliado e eles estavam esperançosos de que, com ajuda de seus aliados, principalmente França e URSS, qualquer ataque alemão poderia ser repelido. Certamente não teria sido tão fácil para os alemães.

2 A Conferência de Munique, 29 de setembro de 1938

Quando parecia que a guerra era inevitável, Hitler convidou Chamberlain e Daladier para uma conferência entre quatro potências, que

Ilustração 5.1 Chamberlain e Hitler em Munique, Setembro de 1938.

se reuniu em Munique (ver Ilustração 5.1). Nela, foi aceito um plano apresentado por Mussolini (mas, na verdade, elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores da Alemanha). Os Sudetos seriam imediatamente entregues à Alemanha, a Polônia ganharia Teschen e a Hungria receberia o sul da Eslováquia. A Alemanha, junto com as outras três potências, garantiria o restante da Tchecoslováquia. Nem os tchecos nem os russos foram convidados para a conferência. Aos primeiros foi dito que, se resistissem à decisão de Munique, não receberiam qualquer ajuda da Grã-Bretanha e da França, mesmo que a França tivesse garantido as fronteiras tchecas em Locarno. Em função dessa traição por parte da França e da falta de solidariedade da Grã-Bretanha, a resistência militar tcheca parecia impotente: eles não tiveram escolha senão aceitar a decisão da conferência. Poucos dias depois, Beneš renunciou.

Na manhã seguinte à Conferência de Munique, Chamberlain fez uma reunião privada com Hitler, na qual os dois assinaram uma declaração, um "pedaço de papel", preparado por Chamberlain, prometendo que a Grã-Bretanha e a Alemanha abririam mão de intenções bélicas uma contra a outra e usariam a consulta para resolver qualquer problema que surgisse. Quando Chamberlain voltou à Grã-Bretanha, mostrando o "pedaço de papel" para as câmeras dos jornais cinematográficos, foi recebido com êxtase pelo povo, que achava que a guerra tinha sido evitada. Ele próprio afirmou: "Acho que haverá paz para nosso tempo".

Entretanto, nem todo mundo estava tão entusiasmado: Churchill chamou Munique de "uma derrota total e absoluta"; Duff Cooper, o Primeiro Lorde do Almirantado, renunciou a seu cargo no gabinete, dizendo que não se poderia confiar em que Hitler mantivesse o acordo. Eles tinham razão.

3 A destruição da Tchecoslováquia, março de 1939

Como resultado do Acordo de Munique, a Tchecoslováquia foi mutilada, com a perda de 70% de sua indústria pesada, um terço de sua população, cerca de um terço de seu território e quase todas suas fortificações cuidadosamente preparadas, principalmente para a Alemanha. A Eslováquia e a Rutênia receberam autogovernos para questões internas, embora ainda houvesse um governo central em Praga. No início de 1939 a Eslováquia, estimulada pela Alemanha, começou a exigir a independência completa de Praga e parecia que o país estava por se desagregar. Hitler pressionou o primeiro-ministro eslovaco, o padre Jozef Tiso, para que declarasse independência e solicitasse ajuda alemã, mas Tiso foi extremamente cauteloso.

Foi o novo presidente tcheco, Emil Hacha, quem fez com que as coisas chegassem a um ponto culminante. Em 9 de março de 1939, o governo de Praga avançou sobre os eslovacos para impedir a esperada declaração de independência: o gabinete foi deposto, Tiso foi posto em prisão domiciliar e os prédios do governo eslovaco em Bratislava foram ocupados pela polícia. Isso deu a Hitler sua chance para agir: Tiso foi levado a Berlim, Hitler o convenceu de que era hora. Em Bratislava, Tiso e os eslovacos proclamaram a independência (14 de março) e, no dia seguinte, pediram proteção da Alemanha, embora, como aponta Ian Kershaw (em *Hitler, 1936-1945: Nemesis*), isso só aconteceu depois que "navios de guerra alemães no Danúbio tinham apontado suas armas contra os gabinetes do governo eslovaco".

A seguir, o presidente Hacha foi convidado a ir a Berlim, onde Hitler lhe disse que, para proteger o Reich Alemão, deveria ser imposto um protetorado alemão no que havia sobrado da Tchecoslováquia. Tropas alemãs foram posicionadas para invadir o país e Hacha deveria ordenar que o exército tcheco não reagisse. Goering ameaçou que Praga seria bombardeada se ele se recusasse. Diante de tal intimidação, Hacha achou que não tinha alternativa senão concordar e, em 15 de março de 1939, tropas alemãs ocuparam o restante da Tchecoslováquia enquanto o exército tcheco

permanecia nos alojamentos. A Boêmia e a Morávia (as principais regiões tchecas) foram declaradas um protetorado dentro do Reich alemão, a Eslováquia deveria ser um Estado independente, mas sob proteção do Reich, e a Rutênia foi ocupada por tropas húngaras. A Grã-Bretanha e a França protestaram, mas, como de costume, não tomaram nenhuma atitude. Chamberlain disse que a garantia de fronteiras tchecas dadas em Munique não se aplicavam porque, tecnicamente, o país não havia sido invadido – as tropas alemãs tinham entrado por convite. Hitler foi recebido com entusiasmo quando visitou os Sudetos (ver Ilustração 5.2).

Contudo, a ação alemã causou uma grande onda de críticas: pela primeira vez, os apaziguadores não conseguiam justificar o que Hitler tinha feito, pois ele tinha quebrado sua promessa e tomado território que não era alemão. Até mesmo Chamberlain achou que a coisa estava indo longe demais, e sua atitude endureceu.

(b) Polônia

Após tomar o porto lituano de Memel (que era assumidamente habitado em grande parte por alemães), Hitler voltou suas atenções à Polônia.

1 Hitler exige a devolução de Danzig

Os alemães não aceitavam a perda de Danzig e do Corredor Polonês, em Versalhes, e agora que estava garantido que a Tchecoslováquia ficaria fora do caminho, a neutralidade polonesa não era mais necessária. Em abril de 1939, Hitler exigiu a *devolução de Danzig e uma estrada e uma ferrovia através do corredor, ligando a Prússia Oriental ao restante da Alemanha*. Essa exigência, na verdade, não deixava de ser razoável, já que Danzig era

Ilustração 5.2 Multidões entusiasmadas saúdam Hitler em sua primeira visita aos Sudetos cedidos.

predominantemente de fala alemã, mas vindo tão imediatamente após a captura da Tchecoslováquia, os poloneses estavam convencidos de que as demandas alemãs eram apenas as preliminares de uma invasão. Já fortalecida pela promessa britânica de ajuda em caso de "qualquer ação que claramente ameaçasse a independência da Polônia", o ministro de relações exteriores, o coronel Beck, rejeitou as exigências alemãs e se recusou a participar de uma conferência. Sem dúvida, ele tinha medo de outra Munique. A pressão britânica sobre os poloneses para entregar Danzig não surtiu efeito. Hitler provavelmente ficou surpreso com a resistência de Beck e esperava manter boas relações com os poloneses, pelo menos no futuro próximo.

2 Os alemães invadem a Polônia

A única forma com que a promessa britânica à Polônia poderia ser tornada efetiva era por meio de uma aliança com a Rússia, mas os britânicos eram tão lentos e hesitantes em suas negociações por uma aliança que Hitler chegou primeiro e assinou um pacto de não agressão entre Alemanha e URSS (24 de agosto). Hitler estava agora convencido de que, com a Rússia neutra, a Grã-Bretanha e a França não arriscariam uma intervenção. Quando os britânicos ratificaram sua garantia à Polônia, Hitler considerou um blefe; quando os poloneses ainda assim se recusaram a negociar, começou uma invasão alemã total, no início do dia 1º de setembro de 1939.

Chamberlain ainda não havia abandonado completamente a política de apaziguamento e sugeriu que as tropas alemãs fossem retiradas e a realização de uma conferência, sem que houvesse respostas dos alemães. Somente quando cresceu a pressão no parlamento e no país foi que Chamberlain mandou um ultimato à Alemanha: se as tropas alemãs não fossem retiradas da Polônia, a Grã-Bretanha declararia guerra. Hitler nem se deu o trabalho de responder. Quando o ultimato expirou, às 11 da manhã de 3 de setembro, a Grã-Bretanha estava em guerra com a Alemanha. Pouco tempo depois, a França também declarou guerra.

5.6 POR QUE A GUERRA ECLODIU? QUEM OU O QUE FOI RESPONSÁVEL?

Ainda se debate quem ou o que foi responsável pela Segunda Guerra Mundial.

- Os Tratados de Versalhes tem sido responsabilizados por encher os alemães de ressentimento e desejo de vingança.
- A Liga das Nações e a ideia de segurança coletiva tem sido criticadas porque não foram capazes de garantir desarmamento geral e controlar potenciais agressores.
- A crise econômica mundial tem sido mencionada (ver Seções 14.1(e-f) e 22.6(c)), já que, sem ela, Hitler provavelmente nunca teria conseguido subir ao poder.

Embora esses fatores certamente tenham ajudado a criar o tipo de atmosfera que pode muito bem ter levado à guerra, era necessário algo mais. Vale a pena relembrar que, no final de 1938, a maioria das queixas da Alemanha haviam sido resolvida: as indenizações tinham sido canceladas, as cláusulas do desarmamento tinham sido ignoradas, a Renânia estava remilitarizada, a Áustria e a Alemanha estavam unidas, e 3,5 milhões de alemães haviam sido trazidos da Tchecoslováquia para dentro do Reich. A Alemanha era uma grande potência, mais uma vez. Sendo assim, o que deu errado?

(a) Os apaziguadores foram culpados?

Alguns historiadores já sugeriram que a política de apaziguamento teve muita responsabilidade na deterioração da situação até a guerra. Eles afirmam que a *Grã-Bretanha e a França deveriam ter assumido uma postura firme com Hitler antes que a Alemanha se tornasse forte demais*: um ataque anglo-francês no oeste da Alemanha em 1936, quando

a Renânia foi ocupada, teria dado uma lição em Hitler e poderia tê-lo derrubado do poder. Abrindo-lhe caminho, os apaziguadores aumentaram seu prestígio em casa. Como escreveu Alan Bullock, "o êxito e a falta de resistência tentaram Hitler a ir adiante, a correr riscos maiores". Ele poderia não ter planos definidos para a guerra, mas depois da rendição de Munique, estava tão convencido de que a Grã-Bretanha e a França se manteriam passivas de novo que decidiu pagar para ver na guerra com a Polônia.

Chamberlain também foi criticado por escolher a questão errada na qual se opor a Hitler. Afirma-se que as reivindicações alemãs por Danzig e rotas pelo corredor eram mais razoáveis do que suas demandas pelos Sudetos (que continha quase um milhão de não alemães). A Polônia era difícil para a Grã-Bretanha e a França defenderem e militarmente muito mais fraca do que a Tchecoslováquia. Portanto, Chamberlain deveria ter se mantido firme em Munique e defendido os tchecos, que eram fortes em termos militares e industriais, e tinham excelentes fortificações.

Os defensores de Chamberlain, por outro lado, afirmam que sua motivação em Munique era dar tempo para que a Grã-Bretanha se armasse para uma luta posterior contra Hitler. Pode-se admitir que Munique possibilitou ganhar um ano crucial durante o qual a Grã-Bretanha conseguiu avançar com seu programa de rearmamento. John Charmley, em seu livro *Chamberlain and the Lost Peace*, afirma que Chamberlain tinha muito poucas opções que não fossem agir como agiu, já que suas políticas eram muito mais realistas do que qualquer das alternativas possíveis, como construir uma grande aliança, incluindo a França e a URSS. Essa ideia foi sugerida na época por Churchill e defendida recentemente, de forma não totalmente convincente, pelo historiador R. A. C. Parker. Qualquer líder "normal", como Stresemann, teria respondido positivamente às políticas razoáveis de Chamberlain, mas, infelizmente, Hitler não era um estadista alemão típico.

(b) A URSS tornou a guerra inevitável?

A URSS foi acusada de tornar a guerra inevitável ao assinar o pacto de não agressão com a Alemanha em 23 de agosto de 1939, o que também incluía um acordo secreto para que a Polônia fosse dividida entre os dois países. Afirma-se que Stalin deveria ter se aliado ao Ocidente e à Polônia, assustando Hitler para que ele mantivesse a paz. Por outro lado, os britânicos eram os mais relutantes em se aliar aos russos. Chamberlain não confiava neles (porque eles eram comunistas), nem os poloneses, e achava que eles eram militarmente fracos. Historiadores russos justificam o pacto dizendo que ele deu à URSS tempo para preparar suas defesas contra um possível ataque alemão.

(c) Hitler foi o responsável?

Durante e imediatamente após a guerra, houve um consenso geral fora da Alemanha, segundo o qual Hitler era o culpado. Ao atacar a Polônia em todas as frentes, em vez de simplesmente ocupar Danzig e o Corredor, Hitler mostrou que pretendia não apenas ter de volta os alemães que havia perdido em Versalhes, mas destruir a Polônia. Martin Gilbert afirma que sua motivação era acabar com o estigma de derrota na Primeira Guerra Mundial: "pois o único antídoto para a derrota em uma guerra é a vitória na seguinte". Hugh Trevor-Roper e muitos outros historiadores acreditam que Hitler *pretendia uma guerra de grandes proporções desde o princípio*. Eles afirmam que ele odiava o comunismo e queria destruir a Rússia e controlá-la permanentemente. Dessa forma, a Alemanha adquiriria a *Lebensraum*, o que só poderia ser conseguido com uma grande guerra. A destruição da Polônia era parte essencial da invasão da Rússia, e o pacto de não agressão era simplesmente uma forma de acalmar as desconfianças russas e manter o país neutro para poder lidar com a Polônia.

As evidências dessa teoria são retiradas do livro de Hitler, *Mein Kampf* (Minha luta) e do Memorando Hossbach, um sumário elaborado feito pelo ajudante de Hitler, o coronel

Hossbach, de uma reunião que aconteceu em novembro de 1937, na qual Hitler explicou seus planos de expansão para seus generais. Outra fonte importante de evidências é o *Livro Secreto* de Hitler, que ele finalizou em torno de 1928, mas nunca publicou.

Se essa teoria está correta, não se pode culpar a política de apaziguamento pela guerra, exceto pelo fato de tornar as coisas mais fáceis para Hitler. Ele tinha seus planos, sua "planta" para a ação, e isso significava que a guerra era inevitável mais cedo ou mais tarde. Os alemães, como um todo, também ficaram felizes com essa interpretação. Se Hitler era o culpado, e se ele e os nazistas poderiam ser considerados como um acidente grotesco, um momento de exceção na história da Alemanha, isso significaria que o povo alemão estava amplamente isento de culpa.

Nem todo mundo aceitou essa interpretação. A. J. P. Taylor, em seu livro *The Origins of the Second World War* (1961), propôs a teoria mais polêmica em relação ao início da guerra. Ele acreditava que *Hitler não pretendia causar uma guerra de grandes proporções e esperava, no máximo, uma guerra curta com a Polônia*. Segundo Taylor, os objetivos de Hitler eram semelhantes aos dos governantes anteriores da Alemanha: ele estava simplesmente dando continuidade às políticas de líderes como Bismarck, o Kaiser Guilherme II e Stresemann; a única diferença era que os métodos dele eram mais inescrupulosos.

Hitler era um oportunista brilhante se aproveitando dos erros dos apaziguadores e de eventos como a crise da Tchecoslováquia em fevereiro de 1939. Taylor achava que a ocupação alemã do restante da Tchecoslováquia em março daquele ano não foi resultado de um plano sinistro de longo prazo e sim "um subproduto imprevisto dos eventos na Eslováquia" (a demanda eslovaca por mais independência do governo de Praga). Enquanto Chamberlain calculou mal ao achar que poderia tornar Hitler respeitável e civilizado, este entendeu mal as mentes de Chamberlain e dos britânicos. Como Hitler poderia prever que os britânicos e franceses seriam tão incoerentes a ponto de apoiar a Polônia (onde sua reivindicação de terras era mais razoável) depois de lhe ter aberto caminho sobre a Tchecoslováquia (onde o que ele pedia era muito menos válido)?

Sendo assim, para Taylor, Hitler foi atraído para a guerra quase que por acidente, depois que os poloneses bancaram seu blefe. Muita gente na Grã-Bretanha ficou indignada com Taylor por achar que ele estava tentando "limpar a barra" de Hitler, mas ele não o estava defendendo; na verdade, era o contrário – Hitler ainda era culpado, e também o era o povo alemão, por serem agressivos. "Hitler foi uma criação da história alemã e do presente alemão. Ele não teria tido importância sem o apoio e a cooperação do povo alemão... Muitas centenas de alemães executaram suas ordens malignas sem escrúpulo ou questionamento".

Interpretações mais recentes tendem a minimizar a teoria da "continuidade" e destacar as *diferenças de objetivos entre governantes alemães anteriores e Hitler e os nazistas*. Até 1937, a política externa nazista poderia ser considerada tipicamente conservadora ou nacionalista. Somente quando se corrigiu tudo o que havia sido feito de errado em Versalhes – o principal objetivo dos conservadores e nacionalistas – as diferenças cruciais começaram a se revelar. O memorando Hossbach mostra que Hitler estava se preparando para ir muito além e embarcar em uma política expansionista ambiciosa. Mas ainda há mais do que isso. Como aponta Neil Gregor, o que ele tinha em mente era uma "guerra racial de destruição, muito diferente da que se viveu em 1914-1918". Ela começou com o desmembramento da Polônia, continuou com o ataque contra a URSS e culminou em uma terrível guerra genocida – a destruição dos judeus e outros grupos que os nazistas consideravam inferiores à raça superior alemã. "O nazismo era uma nova força destrutiva cuja visão de dominação imperial era radicalmente diferente" do que qualquer coisa que tivesse acontecido antes.

A que conclusão chegamos? Hoje, mais de 40 anos depois de Taylor publicar seu famoso livro, muito poucos historiadores aceitam a teoria de que Hitler não tivesse planos de longo prazo para a guerra. Alguns autores recentes acham que Taylor ignorou muitas evidências que não se encaixavam em sua própria teoria. É verdade que alguns dos êxitos de Hitler se concretizaram através de um oportunismo inteligente, mas havia muito mais por trás disso. Embora provavelmente não tivesse um plano formulado passo a passo, detalhado, de longo prazo, está claro que ele tinha uma visão básica, pela qual trabalhava em todas as oportunidades. Essa visão era uma Europa dominada pela Alemanha, e ela só poderia ser realizada através da guerra.

Restam poucas dúvidas, então, de que Hitler foi amplamente responsável pela guerra. O historiador alemão Eberhard Rickel, escrevendo em 1984, afirmou que

> Hitler estabeleceu para si dois objetivos: uma guerra de conquistas e a eliminação dos judeus... [seu] objetivo máximo era o estabelecimento de uma grande Alemanha que nunca havia existido antes na história. O caminho rumo a essa grande Alemanha era uma guerra de conquistas travada principalmente à custa da Rússia Soviética.... onde a nação alemã deveria ganhar espaço vital para gerações futuras... militarmente, a guerra seria fácil porque a Alemanha só enfrentaria a oposição de um país de bolcheviques judeus e eslavos incompetentes.

Sendo assim, provavelmente não era uma guerra mundial que Hitler tinha em mente. Alan Bullock acredita que ele não queria guerra com a Grã-Bretanha; tudo o que ele pedia era que a Grã-Bretanha não interferisse em sua expansão na Europa e lhe permitisse derrotar a Polônia e a URSS em campanhas separadas.

O mais recente biógrafo de Hitler, Ian Kershaw, não vê razão para mudar a conclusão geral de que Hitler deve ser responsabilizado.

> Hitler nunca teve dúvidas, e disse isso em inúmeras ocasiões, de que o futuro da Alemanha só poderia ser determinado através da guerra... A guerra – a essência do sistema nazista que havia se desenvolvido sob sua liderança – era inevitável para ele. Só o momento e o rumo estavam em questão. E não havia tempo para esperar.

PERGUNTAS

1. "Os êxitos de política externa de Hitler entre 1935 e 1939 foram resultado de suas próprias habilidades técnicas e sua capacidade de explorar a fragilidade de seus oponentes". Até que ponto você concorda com essa visão?
2. Até que ponto você acha que a política externa de Hitler era simplesmente uma continuação das políticas seguidas pelos governos alemães anteriores?
3. Examine as evidências contra e a favor da visão de que Hitler não tinha planos claros de longo prazo para a guerra.
4. "Hitler tinha um objetivo maior em termos de política externa: expansão para o leste". Explique por que concorda ou discorda dessa declaração.
5. Até que ponto a política de conciliação pode ser responsabilizada pela deflagração da Segunda Guerra Mundial?
6. "A responsabilidade por essa terrível catástrofe recai sobre os ombros de um único homem, o chanceler alemão, que não hesitou em jogar o mundo no sofrimento para servir a suas próprias ambições sem sentido" (Neville Chamberlain falando para a Câmara dos Comuns, em 1º de setembro de 1939). Até que ponto você concorda que essa seja uma avaliação justa das causas da Segunda Guerra Mundial?

A Segunda Guerra Mundial
1939-1945

6

RESUMO DOS EVENTOS

Diferente da guerra de 1914-1918, a Segunda Guerra Mundial foi de movimentação rápida, muito mais complexa, com campanhas de grande porte acontecendo no Pacífico e no Extremo Oriente, no norte da África e bem no coração da Rússia, bem como nas regiões central e ocidental da Europa e no Atlântico. *A guerra se divide em quatro fases claramente definidas.*

1 *As primeiras ações: setembro de 1939 a dezembro de 1940*

No final de setembro, os alemães e os russos ocuparam a Polônia. Depois de uma pausa de cinco meses (conhecida como a "guerra falsa")*, forças alemãs ocuparam a Dinamarca e a Noruega (abril de 1940). Em maio a Holanda, a Bélgica e a França foram atacadas e derrotadas em pouco tempo, o que deixou a Grã-Bretanha sozinha para enfrentar os ditadores (Mussolini declarou guerra em junho, pouco antes da queda da França). A tentativa de Hitler de bombardear a Grã-Bretanha para forçá-la a se submeter foi frustrada na Batalha da Grã-Bretanha (julho a setembro de 1940), mas os exércitos de Mussolini invadiram o Egito e a Grécia.

* N. de R. T.: Esse período, caracterizado pela historiografia anglo-sexônica como phoney war (guerra fingida, falsa) é denominada pelos franceses drôle de guerre (guerra esquisita, estranha) e pelos alemães de Sitzkrieg (guerra de posição ou sentada).

2 *Cresce a ofensiva do Eixo: de 1941 ao verão de 1942*

A guerra agora começava a evoluir para um conflito mundial. Primeiramente Hitler, confiante em uma vitória rápida sobre a Grã-Bretanha, invadiu a Rússia (junho de 1941), rompendo o pacto de não agressão assinado apenas dois anos antes. Depois, os japoneses forçaram os Estados Unidos a entrar na guerra ao atacar sua base naval de Pearl Harbor (dezembro de 1941) e, em seguida, territórios como as Filipinas, Malásia, Cingapura e Burma, espalhados em uma ampla região. Nessa etapa da guerra não parecia haver maneira de parar os alemães e os japoneses, embora os italianos tivessem menos sucesso.

3 *As ofensivas são contidas: do verão de 1942 ao verão de 1943*

Essa fase da guerra assistiu a três batalhas importantes nas quais forças do eixo foram derrotadas.

- Em junho de 1942, os norte-americanos repeliram um ataque japonês à Ilha de Midway, impondo grandes perdas.
- Em outubro, os alemães, sob o comando de Rommel, avançando para o Egito, foram parados em El Alamein e depois expulsos do norte da África.
- A terceira batalha foi na Rússia, onde, em setembro de 1942, os alemães tinham penetrado até Stalingrado. Os russos resistiram com tanta força que no mês de

fevereiro seguinte o exército alemão estava cercado e foi forçado a se render.

Nesse meio-tempo, a guerra no ar continuava, com ambos os lados bombardeando as cidades inimigas, enquanto, no mar, como na Primeira Guerra Mundial, britânicos e norte-americanos continham a maior parte da ameaça dos submarinos alemães.

4 As potências do Eixo derrotadas: julho de 1943 a agosto de 1945

Os enormes recursos e poder dos Estados Unidos e da URSS, combinados com um esforço total da Grã-Bretanha e seu império, foram desgastando, aos poucos, as potências do Eixo. A Itália foi a primeira eliminada, seguida de uma invasão anglo-americana da Normandia (junho de 1944) que libertou a França, a Bélgica e a Holanda. Posteriormente, tropas Aliadas cruzaram o Reno e capturaram Colônia. No leste, os russos expulsaram os alemães e avançaram sobre Berlim através da Polônia. *Os alemães se renderam em maio de 1945 e o Japão, em agosto, depois de os norte-americanos terem jogado uma bomba atômica em Hiroshima e outra em Nagasaki.*

6.1 AS AÇÕES INICIAIS: DE SETEMBRO DE 1939 A DEZEMBRO DE 1940

(a) A Polônia derrotada

Os poloneses foram derrotados rapidamente pela tática alemã de *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago), que não tinham condições de enfrentar. Elas consistiam em rápidos ataques de tanques e divisões motorizadas (*Panzers*) apoiadas por poder aéreo. A *Luftwaffe* (a força aérea alemã) tirou de ação o sistema polonês de ferrovias e destruiu a força aérea do país. A resistência polonesa foi heroica, mas nada pôde fazer, pois não tinha divisões motorizadas e tentava parar o avanço alemão com cargas pesadas de cavalaria. A Grã-Bretanha e a França pouco fizeram para ajudar sua aliada diretamente, porque o procedimento de mobilização francês era lento e desatualizado, e era difícil transportar soldados até a Polônia em número suficiente para ser eficaz. Quando os russos invadiram o leste da Polônia, a resistência desabou. *No dia 29 de setembro, a Polônia foi dividida entre Alemanha e Rússia* (como acordado pelo pacto de agosto de 1939).

(b) A "guerra falsa"

Muito pouco aconteceu na região ocidental da Europa pelos cinco meses seguintes. No leste, os russos assumiram a Estônia, a Letônia e a Lituânia e invadiram a Finlândia (novembro de 1939), forçando o país a entregar seus territórios de fronteira que possibilitariam aos russos se defender melhor contra qualquer ataque vindo do ocidente. Enquanto isso, franceses e alemães preparavam suas respectivas defesas, as linhas Maginot e Siegfried. Hitler parecia ter esperanças de que a pausa enfraquecesse a determinação da Grã-Bretanha e da França e as fizesse negociar a paz. Essa falta de ação agradou aos generais de Hitler, que não estavam convencidos de que o exército alemão tivesse força suficiente para atacar no ocidente. Foi a imprensa dos Estados Unidos que descreveu esse período como a "guerra falsa".

(c) A Dinamarca e a Noruega invadidas, abril de 1940

As tropas de Hitler ocuparam a Dinamarca e desembarcaram nos principais portos noruegueses em abril de 1940, destroçando com violência a calma aparente da "guerra falsa". O controle da Noruega era importante para os alemães porque Narvik era a principal saída para o minério de ferro sueco, vital para a indústria de armamentos alemã. Os britânicos estavam interferindo nesse comércio colocando minas nas águas cos-

teiras norueguesas, e os alemães receavam que eles pudessem tentar tomar alguns dos portos da Noruega, o que eles realmente planejavam fazer. O almirante Raeder, comandante da marinha alemã, considerou que os fiordes seriam excelentes bases navais de onde atacar as linhas de suprimento transatlânticas britânicas. Quando um destróier britânico perseguiu o navio alemão *Altmark* e resgatou 300 prisioneiros britânicos a bordo, Hitler decidiu que era hora de agir. No dia 9 de abril, tropas alemãs desembarcaram em Oslo, Kristiansand, Stavanger, Bergen e Trondheim. Embora tenham chegado uns dias depois, as tropas britânicas e francesas não conseguiram desalojar os alemães, que já estavam estabelecidos. Depois de um sucesso temporário em Narvik, todas as tropas aliadas foram retiradas no início de junho, em função da crescente ameaça à própria França. *Os alemães tiveram êxito* porque os noruegueses foram pegos de surpresa e suas tropas nem estavam mobilizadas. Os nazistas locais, sob a liderança de Vidkun Quisling, deram toda a ajuda possível aos invasores. Os britânicos não tinham apoio aéreo, enquanto a força aérea alemã fustigava constantemente os Aliados. *Essa campanha da Noruega teve importantes resultados*:

- A Alemanha teve garantidas suas bases e seu suprimento de minério de ferro, mas perdeu três cruzadores e 10 destróieres, o que tornou sua marinha menos eficaz em Dunquerque do que poderia ter sido (ver (d), abaixo).
- Expôs a incompetência do governo Chamberlain. Ele foi forçado a renunciar e *Winston Churchill tornou-se primeiro-ministro britânico*. Embora houvesse críticas aos erros de Churchill, não restam dúvidas de que ele proporcionou o que era necessário na época: ímpeto, sentido de urgência e a capacidade de fazer com que seu gabinete de coalizão funcionasse bem como um todo.

(d) Hitler ataca a Holanda, a Bélgica e a França

Os ataques à Holanda, à Bélgica e à França foram lançados simultaneamente no dia 10 de maio e, mais uma vez, os métodos de *Blitzkrieg* trouxeram vitórias rápidas. Os holandeses, abalados pelo bombardeio de Rotterdam, que matou quase mil pessoas, renderam-se depois de apenas quatro dias. A Bélgica se manteve por mais tempo, mas sua rendição no final de maio deixou as tropas francesas e britânicas perigosamente expostas enquanto as divisões motorizadas alemãs varriam o norte da França. Somente Dunquerque permanecia em mãos aliadas. Entre 27 de maio e 4 de junho a marinha britânica foi fundamental na evacuação de mais de 338.000 soldados dessa cidade, dois terços dos quais eram britânicos. Essa foi uma façanha impressionante em face de constantes ataques da *Luftwaffe* nas praias. Talvez fosse impossível se Hitler não tivesse ordenado a interrupção do avanço dos alemães sobre Dunquerque (24 de maio), provavelmente porque o terreno pantanoso e os inúmeros canais eram inadequados para tanques.

Os eventos em Dunquerque foram importantes: um terço de um milhão de soldados Aliados foram resgatados para lutar de novo e Churchill usou isso com propósitos de propaganda para dar um impulso ao moral, com o "espírito de Dunquerque". Na verdade, foi um duro golpe nos Aliados: os soldados em Dunquerque perderam suas armas e seu equipamento, e ficou impossível para a Grã-Bretanha ajudar a França.

Os alemães agora avançavam para o sul: *Paris foi capturada em 14 de junho e a França se rendeu no dia 22 do mesmo mês*. Diante da insistência de Hitler, foi assinado o armistício em Compiègne, no mesmo vagão de trem que havia sido usado para o armistício de 1918. Os alemães ocuparam o norte da França e a costa do Atlântico (ver Mapa 6.1), o que lhes dava valiosas bases de submarinos, e o exército francês foi desmobilizado. À França não ocu-

Mapa 6.1 O início da guerra na Europa – os principais ataques alemães, 1939-1940.

Fonte: D. Heater. *Our World This Century* (Oxford, 1992) p. 73

pada foi permitido ter seu próprio governo sob o comando do marechal Pétain, mas sem independência real e colaborando com os alemães. A posição da Grã-Bretanha era agora bastante precária. Lorde Halifax, o ministro das relações exteriores, permitiu que fossem feitas consultas secretas via Washington sobre quais seriam os termos dos alemães para a paz. Até Churchill Pensou na possibilidade de uma paz negociada.

(e) Por que a França foi derrotada tão rapidamente?

1. *Os franceses estavam psicologicamente despreparados para a guerra e com divisões profundas entre direita e esquerda.* A direita simpatizava com o fascismo, admirava as realizações de Hitler na Alemanha e queria um acordo com ele. Os comunistas, seguindo o pacto de não agressão entre Alemanha e URSS, também eram contrários à guerra. O longo período de inação durante a "guerra falsa" deu tempo para o desenvolvimento de um partido de direita favorável à paz, encabeçado por Laval. Ele afirmava que não tinha sentido continuar a guerra, agora que os poloneses, que deveriam estar ajudando, tinham sido derrotados.
2. *Havia fragilidades militares graves*
   - A França tinha que enfrentar todo o peso de uma ofensiva alemã completa, ao passo que, em 1914, metade das forças alemãs tinha sido dirigida contra a Rússia.
   - O Alto Comando Francês ficou feliz por se acomodar atrás da Linha Maginot, uma linha de defesa que ia da Suíça às fronteiras com a Bélgica. Infelizmente, a Linha Maginot não continuava ao longo da fronteira entre França e Bélgica, em parte porque isso poderia ter ofendido os belgas, e porque Pétain acreditava que a região das Ardenas seria uma barreira forte o suficiente, mas foi exatamente aí que os alemães fizeram a ruptura.
   - A França tinha tantos tanques e veículos blindados quanto a Alemanha, mas, em vez de estarem concentrados em divisões completamente blindadas, (como os alemães) possibilitando mais velocidade, eles estavam divididos de forma que cada divisão de infantaria tinha alguns. Isso reduzia a velocidade dos soldados em marcha (infantaria).
   - As divisões alemãs eram apoiadas por aviões de combate, outra área negligenciada pelos franceses.
3. *Os generais franceses cometeram erros fatais.*
   - Não foi feita qualquer tentativa de ajudar a Polônia atacando a Alemanha na parte ocidental em setembro de 1939, o que poderia ter sido uma boa chance de sucesso.
   - Não houve movimentação de tropas dos fortes da Linha Maginot (a maioria dos quais estavam completamente inativos) para ajudar a bloquear o rompimento que os alemães faziam no rio Meuse (13 de maio de 1940).
   - A comunicação era má entre o exército e a força aérea, de forma que a defesa para expulsar os bombardeiros alemães geralmente não chegava.
4. *As derrotas militares deram à direita derrotista a chance de vir a público e pressionar o governo por um cessar-fogo.* Quando até mesmo Pétain, de 84 anos, o herói de Verdun de 1916, exigiu a paz, o primeiro-ministro Reynaud renunciou e Pétain assumiu seu lugar.

(f) A Batalha da Grã-Bretanha (12 de agosto a 30 de setembro de 1940)

Esta batalha foi travada no ar, quando a *Luftwaffe* de Goering tentou destruir a Royal Air Force (RAF) britânica *como uma preliminar à invasão da Grã-Bretanha.* Os alemães bombardearam baías, estações de radar, aeródromos e fábricas de munição. Em setembro co-

meçaram a bombardear Londres em retaliação a um ataque aéreo britânico sobre Berlim. A RAF impôs grandes perdas à *Luftwaffe* (foram perdidos 1.389 aviões alemães em comparação com 792 britânicos); quando ficou claro que o poder aéreo britânico estava longe de ser destruído, Hitler mandou suspender a invasão. *As razões para o sucesso britânico foram:*

- A rede britânica de novas estações de radar deu alerta total quando os alemães se aproximavam para atacar.
- Os bombardeiros alemães estavam mal-armados. Embora os caças britânicos (Spitfires e Hurricanes) não fossem muito melhores do que os Messerschmitts alemães, estes eram prejudicados por sua limitada autonomia – só conseguiam carregar combustível suficiente para voar por cerca de 90 minutos.
- O desvio para bombardear Londres foi um erro, porque aliviou a pressão sobre o espaço aéreo no momento crítico.

A batalha da Grã-Bretanha foi provavelmente o primeiro momento decisivo da guerra: pela primeira vez os alemães tinham sido contidos, o que demonstrava que não eram invencíveis. A Grã-Bretanha conseguiu permanecer na luta, fazendo com que Hitler (que ia atacar a Rússia) arriscasse a situação fatal de guerra em duas frentes. Como afirmou Churchill em sua homenagem aos pilotos de caça britânicos: "Nunca, no campo dos conflitos humanos, tantos deveram tanto a tão poucos".

(g) Mussolini invade o Egito, setembro de 1940

Não querendo ser superado por Hitler, Mussolini enviou um exército a partir da colônia italiana da Líbia, que penetrou quase 100 km no Egito (setembro de 1940), enquanto outro exército italiano invadiu a Grécia a partir da Albânia (outubro). Entretanto, os britânicos logo expulsaram os italianos do Egito, fizeram com que recuassem até a Líbia e os derrotaram em Bedafomm, capturando 130.000 prisioneiros e 400 tanques. Eles pareciam estar em condições para assumir o controle de toda a Líbia. Os aviões da marinha britânica afundaram metade da frota italiana ancorada em Taranto e ocuparam Creta. Os gregos forçaram os italianos a recuar e invadiram a Albânia. Mussolini estava começando a ser um constrangimento para Hitler.

6.2 A OFENSIVA DO EIXO SE AMPLIA: DE 1941 AO VERÃO DE 1942

(a) Norte da África e Grécia

As primeiras ações de Hitler em 1941 foram para ajudar seu vacilante aliado. Em fevereiro, ele enviou Erwin Rommel e o Afrika Korps a Trípoli e, junto com os italianos, eles expulsaram os britânicos da Líbia. Depois de muito avançar e recuar, em junho de 1942, os alemães estavam no Egito, aproximando-se de El Alamein, a pouco mais de 100 km de Alexandria (ver Mapa 6.2).

Em abril de 1941 as forças de Hitler invadiram a Grécia, no dia seguinte à chegada de 60.000 soldados britânicos, australianos e neozelandeses para ajudar os gregos. Os alemães capturaram Atenas, forçando os britânicos a se retirar e, após bombardear Creta, lançaram uma invasão de paraquedistas sobre a ilha. Mais uma vez, os britânicos foram forçados a se retirar (maio de 1941).

As campanhas na Grécia tiveram efeitos importantes:

- Foram depressivas para os Aliados, que perderam cerca de 36.000 homens.
- Muitas tropas foram retiradas do norte da África, enfraquecendo as forças britânicas ali, exatamente quando precisavam ter mais eficácia contra Rommel.
- Mais importante no longo prazo foi o fato de que o envolvimento de Hitler na Grécia e na Iugoslávia (que os alemães invadiram ao mesmo tempo da Grécia) pode ter retardado o ataque à Rússia, que esta-

Mapa 6.2 Norte da África e Mediterrâneo.

va planejado para 15 de maio e foi postergado em cinco semanas. Se a invasão tivesse acontecido em maio, os alemães poderiam ter capturado Moscou antes da chegada do inverno.

(b) A invasão da Rússia (Operação Barbarossa) começou em junho de 1941

Hitler pode ter tido várias motivações:

- Ele temia que os russos pudessem atacar a Alemanha enquanto ela ainda estava ocupada no ocidente.
- Ele esperava que os japoneses atacassem a Rússia no Extremo Oriente.
- Quanto mais poderosos os japoneses ficassem, menos chances haveria de os Estados Unidos entrarem na guerra (ou pelo menos era isso o que Hitler pensava).
- Mas, acima de tudo, havia seu ódio ao comunismo e seu desejo de *Lebensraum* (espaço vital).

Segundo o historiador Alan Bullock, "Hitler invadiu a Rússia pela simples razão de que ele sempre pretendeu estabelecer os alicerces de seu Reich de mil anos por meio da anexação do território situado entre o Vístula e os Urais". Já se sugeriu que o ataque à Rússia foi o grande erro de Hitler, mas, como afirmou Hugh Trevor-Roper, "para Hitler, a campanha russa não era um luxo, e sim a aposta final e total do Nazismo e não poderia ser postergada. Era agora ou nunca". Hitler não esperava uma guerra longa, como disse a um de seus generais: "Só temos que chutar a porta e toda a estrutura podre virá abaixo".

Os alemães atacaram em três direções:

- no norte, em direção a Leningrado,
- no centro, em direção a Moscou,
- no sul, através da Ucrânia.
- Foi *Blitzkrieg* em escala impressionante, envolvendo cerca de 5,5 milhões de homens e 3.550 tanques apoiados por 5.000 aviões e 47.000 peças de artilharia. Cidades importantes como Riga, Smolensk e Kiev foram capturadas (ver Mapa 6.3).

Os russos foram surpreendidos com a guarda baixa, apesar de alertas britânicos e norte-

- - - - Linha do avanço alemão em dezembro de 1941
.... Linha alemã em novembro 1942

Mapa 6.3 A Frente Russa.

-americanos de que o ataque alemão era iminente. Stalin aparentemente acreditava que podia confiar em que Hitler mantivesse o pacto de não agressão nazi-soviético e desconfiava muito de informações que viessem da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos. Os russos estavam reequipando seu exército e sua força aérea, e muitos de seus generais, graças aos expurgos de Stalin, eram inexperientes (ver Seção 17.3(b)).

Contudo, as forças alemãs não conseguiram capturar Leningrado e Moscou, sendo gravemente prejudicadas pelas chuvas fortes de outubro, que transformaram as estradas russas em lama, e pelas intensas geadas de novembro e dezembro, quando, em alguns lugares, a temperatura caiu – 38°C. Os alemães tinham roupas inadequadas ao inverno porque Hitler esperava que as campanhas estivessem terminadas no outono. Mesmo na primavera de 1942, nenhum progresso foi feito no norte, quando Hitler decidiu concentrar um impulso principal no sentido sudeste, rumo ao Cáucaso, para tomar os campos de petróleo.

(c) Os Estados Unidos entram na guerra, dezembro de 1941

Os Estados Unidos foram trazidos para a guerra pelo ataque japonês a Pearl Harbor (sua base naval nas ilhas do Havaí) em 7 de dezembro de 1941 (ver Ilustração 6.1). Até então, os norte-americanos, ainda com intenções de permanecer no isolamento, tinham se mantido neutros, embora, após a lei conhecida como *Lend-Lease Act* (Lei de empréstimo e arrendamento de abril 1941), tivesse dado enorme ajuda financeira à Grã-Bretanha.

Ilustração 6.1 Pearl Harbor, 7 de dezembro de 1941: navios de guerra dos Estados Unidos em ruínas após o ataque aéreo japonês.

As motivações japonesas para o ataque estavam vinculadas a seus problemas econômicos. O governo acreditava que eles logo ficariam sem matérias-primas e desejava para territórios como Birmânia e Malásia, da Grã-Bretanha, que tinham borracha, petróleo e estanho, e às Índias Orientais Holandesas (indonésia), também ricas em petróleo. Como Grã-Bretanha e Holanda não estavam em condições de defender suas possesões, os japoneses se prepararam para atacar, embora provavelmente preferissem evitar a guerra com os Estados Unidos. Contudo, as relações entre os dois Estados pioravam constantemente. Os

norte-americanos ajudavam os chineses, que estavam em guerra com o Japão; quando os japoneses convenceram a França de Vichy a permitir que ocupassem a Indochina francesa (onde estabeleceram bases militares), o presidente Roosevelt exigiu sua retirada e impôs um embargo ao fornecimento de petróleo ao Japão (26 de junho de 1941). Seguiram-se longas negociações nas quais os japoneses tentaram persuadir os norte-americanos a levantar o embargo, mas chegou-se a um impasse quando estes insistiram em uma retirada japonesa da Indochina e da própria China. Quando o agressivo general Tojo se tornou primeiro-ministro, a guerra parecia inevitável.

O ataque foi organizado de forma brilhante pelo almirante Yamamoto. Não houve declaração de guerra: 353 aviões japoneses chegaram a Pearl Harbor sem serem detectados e, em duas horas, destruíram 350 aeronaves e 5 navios de guerra; 3.700 homens foram mortos ou feridos gravemente. Roosevelt chamou o 7 de dezembro de "uma data que viverá na infâmia".

Pearl Harbor teve importantes resultados:

- Deu aos japoneses o controle do pacífico e, em maio de 1942, eles tinham capturado Malásia, Cingapura, Hong Kong e Birmânia (que eram parte do Império Britânico), as Índias Orientais Holandesas, as Filipinas e duas possessões norte-americanas, Guam e a Ilha de Wake (ver Mapa 6.4).
- Fez com que Hitler declarasse guerra aos Estados Unidos.

Declarar guerra aos Estados Unidos pode ter sido o erro mais grave de Hitler. Ele não precisava, nesse momento, ter se comprometido com isso, e os Estados Unidos poderiam ter se concentrado na guerra do Pacífico. Todavia, os alemães já tinham assegurado aos japoneses que viriam em sua ajuda se houvesse guerra com os Estados Unidos. Hitler pressupôs que o presidente Roosevelt declararia guerra à Alemanha mais cedo ou mais tarde, então quis que a Alemanha declarasse guerra antes, para mostrar ao povo alemão que era ele quem controlava os eventos e não os norte-americanos.

Mapa 6.4 A guerra no Pacífico.

Assim sendo, a Alemanha agora se depararia com o imenso potencial dos Estados Unidos. Isso significava que, com os enormes recursos da URSS e da Comunidade Britânica reunidos, quanto mais a guerra durasse, menos chances haveria de vitória do Eixo. Era essencial que eles dessem golpes rápidos e decisivos antes que a contribuição dos norte-americanos fizesse efeito.

(d) Um comportamento brutal por parte de alemães e japoneses

O comportamento de alemães e japoneses em seus territórios conquistados era inescrupuloso e brutal. Os nazistas tratavam os povos do Leste Europeu como seres subumanos que serviam apenas para ser escravos da raça superior alemã. Os judeus deveriam ser exterminados (ver Seção 6.8). Nas palavras do jornalista e historiador norte-americano William Shirer:

> A degradação nazista afundou a um nível raras vezes vivenciado pelo homem em seu tempo sobre a Terra. Milhões de homens e mulheres decentes e inocentes foram levados ao trabalho forçado, milhões foram torturados nos campos de concentração e outros milhões (incluindo cerca de seis milhões de judeus) foram massacrados a sangue frio ou deixados deliberadamente para que morressem de fome, e seus restos, queimados.

Isso era amoral e tolo: nos países dos Bálcãs (Letônia, Lituânia e Estônia) e na Ucrânia, o governo soviético era tão impopular que um tratamento decente teria transformado o povo em aliado dos alemães.

Os japoneses tratavam mal seus prisioneiros de guerra e os povos asiáticos. Mais uma vez, era um equívoco: muitos asiáticos, como os da Indochina, inicialmente os receberam bem, pois eles os estavam libertando do controle europeu. Os japoneses esperavam organizar seus novos territórios em um grande império econômico conhecido como a *Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental*, que seria defendido pelo poder marítimo e aéreo. Contudo, o mau tratamento por parte dos japoneses em pouco tempo fez com que os asiáticos se voltassem contra o comando de Tóquio, dando início a firmes movimentos de resistência, geralmente com envolvimento comunista.

6.3 AS OFENSIVAS CONTIDAS: DO VERÃO DE 1942 AO VERÃO DE 1943

Em três áreas separadas de luta, as forças do Eixo foram derrotadas e começaram a perder terreno.

- Ilha Midway
- El Alamein
- Stalingrado

(a) A Ilha Midway, junho de 1942

Na Ilha Midway, no Pacífico, os norte-americanos repeliram um poderoso ataque japonês, que incluía cinco porta-aviões, cerca de 400 aviões, 17 navios de guerra de grande porte e uma invasão de 5.000 soldados. Os norte-americanos, com apenas três porta-aviões e 233 aviões, destruíram quatro dos porta-aviões e cerca de 330 aviões japoneses. *Houve várias razões para a vitória norte-americana contra probabilidades muito mais altas de derrota*:

- Eles haviam rompido o código de rádio japonês e sabiam exatamente quando e onde os ataques seriam lançados.
- Os japoneses estavam confiantes demais e cometeram dois erros fatais:
- - dividiram suas forças, possibilitando que os norte-americanos se concentrassem na força principal dos porta-aviões;
- - atacaram com aviões oriundos de todos os porta-aviões ao mesmo tempo, de forma que, quando estavam se rearmando, toda sua frota estava extremamente vulnerável.

Nesse momento, os norte-americanos lançaram um contra-ataque de bombardeiros

de mergulho, que arremetiam inesperadamente de 5.800 metros, afundando dois dos porta-aviões e seus aviões.

Midway revelou-se um momento decisivo na batalha crucial pelo Pacífico: a perda dos porta-aviões e aviões de combate fragilizou gravemente os japoneses, e dali em diante os norte-americanos mantiveram sua dianteira nessas duas áreas, principalmente bombardeiros de mergulho. Embora tivessem muito mais navios de combate e cruzadores, os japoneses eram ineficazes na maioria das vezes. A única maneira de travar a guerra nas vastas expansões do Pacífico era por meio de poder aéreo operando a partir de porta-aviões. Aos poucos, os norte-americanos, sob o comando do general MacArthur, foram recuperando as Ilhas do Pacífico, começando em agosto de 1942 por desembarques nas Ilhas Salomão. A luta foi longa e acirrada, e continuou durante 1943 e 1944, um processo que os norte-americanos chamavam de "*island hopping*", ou seja, "saltar de ilha em ilha".

(b) El Alamein, outubro de 1942

Em El Alamein, no Egito, o oitavo exército britânico, comandado por Montgomery, obrigou os Afrika Korps de Rommel a recuar. Essa grande batalha foi o ponto culminante de vários enfrentamentos na área de El Alamein: inicialmente o avanço do Eixo foi contido temporariamente (julho); quando Rommel tentou romper as linhas, foi parado mais uma vez em Alam Halfa (setembro); por fim, várias semanas mais tarde, na batalha de outubro, ele foi expulso do Egito definitivamente por britânicos e neozelandeses.

Os Aliados tiveram sucesso em parte porque, durante a pausa de sete semanas, tinham chegado muitos reforços, superando alemães e italianos em número – 80.000 homens e 540 tanques contra 230.000 soldados e 1.440 tanques. Além disso, o poder aéreo dos Aliados foi vital, atacando constantemente as forças do Eixo e afundando seus navios de suprimento quando estes cruzavam o Mediterrâneo, de forma que, em outubro, havia grave escassez de comida, óleo e munição. Ao mesmo tempo, a força aérea era suficiente para proteger as próprias rotas de abastecimento do Oitavo Exército. As preparações habilidosas de Montgomery provavelmente decidiram a questão, embora ele já tenha sido criticado por ser cauteloso demais e por permitir que Rommel e metade de suas forças escapassem para a Líbia.

No entanto, não há dúvidas de que *a vitória de El Alamein foi outro momento decisivo na guerra*:

- Impediu que o Egito e o Canal do Suez caíssem nas mãos dos alemães.
- Pôs fim à possibilidade de uma ligação entre as forças do Eixo no Oriente Médio e as da Ucrânia.
- Mais do que isso, levou à completa expulsão das forças do Eixo do Norte da África. Estimulou os desembarques de tropas britânicas nos territórios franceses do Marrocos e da Argélia para ameaçar os alemães e italianos a partir do ocidente, enquanto o Oitavo Exército fechava o cerco sobre eles a partir da Líbia. Cercados na Tunísia, 275.000 alemães e italianos foram forçados a se render (maio de 1943), e os Aliados ficaram bem posicionados para uma invasão da Itália. A guerra no deserto drenou grande parte dos recursos alemães que poderiam ser usados na Rússia, onde faziam muita falta.

(c) Stalingrado

Em Stalingrado, a ponta sul da invasão alemã na Rússia, que havia penetrado profundamente através da Crimeia, capturando Rostov, finalmente foi contida. *Os alemães chegaram a Stalingrado no final de agosto de 1942*, embora a cidade tenha sido mais ou menos destruída, os russos recusavam se render. Em novembro eles contra-atacaram ferozmente, cercando os alemães, cujas linhas de abastecimento foram esticadas perigosamente em um grande movimento de pinças. Com sua

retaguarda interrompida, o comandante alemão von Paulus não teve alternativa razoável a se render com 94.000 homens (2 de fevereiro de 1943).

Se Stalingrado tivesse caído, a rota de abastecimento para o petróleo russo do Cáucaso teria sido cortada e os alemães teriam esperanças de avançar ao longo do rio Don para atacar Moscou pelo sudeste. Esse plano teve que ser abandonado, mas havia mais do que isso em jogo, e *a derrota foi uma catástrofe para os alemães*: destruiu o mito de que eles eram invencíveis e levantou o moral dos russos, que continuaram com mais contra-ataques, forçando os alemães a abandonar o cerco a Leningrado e recuar de sua posição a oeste de Moscou. Agora, era só uma questão de tempo antes de os alemães, em quantidade muito inferior e com poucos tanques e armas, serem expulsos da Rússia.

6.4 QUAL FOI O PAPEL DAS FORÇAS NAVAIS ALIADAS?

A seção anterior mostrou como a combinação de poder marítimo e aéreo foi a chave do sucesso na guerra do Pacífico e como, após o choque inicial de Pearl Harbor, os norte-americanos conseguiram construir essa superioridade em ambos os setores, o que acabaria levando a uma derrota do Japão. Ao mesmo tempo, a marinha britânica, como na Primeira Guerra Mundial, teve um papel vital: proteger os navios mercantes que traziam suprimentos de comida, afundar submarinos e aviões de ataque de superfície da Alemanha, bloquear o país e transportar e abastecer tropas aliadas que estavam lutando no norte da África e, mais tarde, na Itália. No início o sucesso foi variado, principalmente porque os britânicos não tinham entendido a importância do apoio aéreo nas operações navais e tinham poucos porta-aviões e, portanto, sofreram derrotas na Noruega e em Creta, onde os alemães tinham superioridade no ar. Além disso, os alemães tinham muitas bases navais na Noruega, na Dinamarca, na França e na Itália. Apesar disso, a marinha britânica conseguiu importantes conquistas.

(a) Êxitos britânicos

1. *Aeronaves do porta-aviões* Illustrious *afundaram metade da frota italiana em Taranto (novembro de 1940).* No mês de março seguinte, mais cinco navios de guerra foram destruídos perto do Cabo Matapan.
2. *A ameaça dos navios de carga disfarçados foi anulada pelo afundamento do Bismarck*, o único encouraçado da Alemanha na época (maio de 1941).
3. *A marinha destruiu os transportes de invasão alemães* quando estavam a caminho de Creta (maio de 1941) embora não tenha conseguido impedir o desembarque das tropas de paraquedistas.
4. *Os britânicos proporcionaram escoltas para comboios que transportavam suprimentos para ajudar os russos.* Eles navegavam pelo Ártico até Murmansk no extremo norte da Rússia. A partir de setembro de 1941 os primeiros 12 comboios chegaram sem incidentes, mas aí os alemães começaram a atacá-los, até que o comboio PQ 17 perdeu 23 navios de 36 (junho de 1942). Depois desse desastre os comboios no Ártico não foram retomados até novembro de 1943, quando foi possível dispor de escoltas mais fortes. Ao todo, 40 comboios navegaram: 720 de um total de 811 navios mercantes chegaram em segurança, com cargas valiosas para os russos, incluindo 5.000 tanques, 7.000 aviões e milhares de toneladas de carne enlatada.
5. *Sua contribuição mais importante foi a vitória na Batalha do Atlântico* (ver abaixo).
6. *As forças marítima e aérea, juntas, possibilitaram uma grande invasão da França em junho de 1944* (ver abaixo, Seção 6.6(b)).

(b) A batalha do Atlântico

Essa foi a luta contra os submarinos alemães, que tentavam deixar a Grã-Bretanha sem comida e sem matérias primas. No início de 1942 os alemães tinham 90 submarinos em operação e 250 em construção. Nos seis primeiros meses daquele ano, os Aliados perderam mais de 4 milhões de toneladas de carga de navios mercantes e destruíram apenas 21 submarinos. As perdas chegaram a um pico de 108 navios em março de 1943 – quase dois terços dos quais em comboio. Entretanto, depois disso o número de afundamentos começou a diminuir, enquanto aumentavam as perdas de submarinos. Em julho de 1943 os aliados conseguiram fabricar navios mais rapidamente do que os submarinos eram capazes de afundá-los e a situação estava sob controle.

As razões para o sucesso dos Aliados foram:

- os *Liberators*, de longo alcance, deram mais proteção aérea para os comboios;
- as escoltas e os aviões ganharam experiência;
- os britânicos introduziram os novos radares centimétricos, pequenos o suficiente para caber em um avião e que permitiam detectar os submarinos em condições de baixa visibilidade e à noite.

A vitória foi tão importante quanto Midway, El Alamein e Stalingrado. A Grã-Bretanha não teria sido capaz de aguentar as perdas de março de 1943 e permanecer na guerra.

6.5 QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO PODER AÉREO PARA A DERROTA DO EIXO?

(a) Conquistas do poder aéreo aliado

1. *A primeira conquista importante foi a Batalha da Grã-Bretanha (1940)*, quando a RAF derrotou ataques da *Luftwaffe*, fazendo com que Hitler abandonasse seus planos de invasão (ver Seção 6.1(f)).
2. *Em conjunto com a marinha britânica, os aviões cumpriram papéis variados*: os ataques bem-sucedidos à frota italiana em Taranto e no Cabo Matapan, o afundamento do encouraçado alemão Tirpitz por bombardeiros pesados na Noruega (novembro de 1943), a proteção dos comboios no Atlântico e as operações antissubmarinos. Na verdade, em maio de 1943 o almirante Doenitz, chefe da marinha alemã, reclamou a Hitler que desde a introdução dos novos radares, mais submarinos estavam sendo destruídos por aviões do que por navios da marinha.
3. *A força aérea dos Estados Unidos, junto com a marinha, cumpriu um papel vital para vencer a guerra no pacífico contra os japoneses.* Bombardeiros de mergulho operando a partir de porta-aviões venceram a batalha da Ilha de Midway em junho de 1942 (ver Seção 6.3(a)). Posteriormente, na campanha do "salto de ilha em ilha", os ataques de bombardeiros pesados prepararam o caminho para o desembarque de fuzileiros navais, por exemplo, nas Ilhas Mariana (1944) e nas Filipinas (1945). Aviões de transporte norte-americanos mantiveram o fluxo vital de suprimentos aos Aliados durante a campanha para recapturar a Birmânia.
4. *A RAF participou de campanhas específicas que teriam sido impossíveis sem ela*: por exemplo, durante a guerra no deserto, operando a partir de bases no Egito e na Palestina, ela bombardeou constantemente os navios de suprimentos de Rommel no Mediterrâneo e seus exércitos em terra.
5. Britânicos e norte-americanos usaram paraquedistas mais tarde, para ajudar nos desembarques na Sicília (julho de 1943) e na Normandia (junho de 1944), e deram proteção por ar aos exércitos invasores (contudo, uma operação semelhante em Arnhem, na Holanda, em setembro de 1944, foi um fracasso.)

Ilustração 6.2 Mulheres salvam seus pertences depois de uma ataque aéreo a Londres.

(b) Bombardeios Aliados de cidades alemãs e japonesas

A ação mais polêmica foi o bombardeio Aliado de cidades alemãs e japonesas. Os alemães tinham bombardeado Londres e outras importantes cidades e portos britânicos nos anos de 1940 e 1941(Ilustração. 6.2), mas esses ataques diminuíram durante o ataque alemão à Rússia, o qual demandava toda a força da *Luftwaffe*. Britânicos e norte-americanos retaliaram com o que chamaram de "ofensiva aérea estratégica", ou seja, ataques maciços a alvos militares e industriais para deter o esforço de guerra alemão. O Ruhr, Colônia, Hamburgo e Berlim sofreram muito. Às vezes os ataques parecem ter sido realizados para destruir o moral dos civis, como quando 50.000 pessoas foram mortas em um único bombardeio noturno em Dresden (fevereiro de 1945).

No início de 1945 os norte-americanos lançaram uma série de ataques devastadores sobre o Japão, a partir de bases nas Ilhas Mariana. Em um único bombardeio sobre Tóquio, em março, 80.000 pessoas foram mortas e um quarto da cidade, destruído. Tem-se debatido qual teria sido a eficácia dos bombardeios para apressar a derrota do Eixo. Com certeza causaram enormes perdas de vidas civis e ajudaram a destruir o moral, mas os críticos dizem que também houve pesadas perdas de tripulações, pois mais de 158.000 membros das forças aéreas aliadas foram mortos somente na Europa.

Outros afirmam que esse tipo de bombardeio, que causou a morte de milhares de civis inocentes, era moralmente errado (diferentemente de bombardeios que visavam áreas industriais, ferrovias e pontes). Estimativas de mortes de civis alemães por bombardeios Aliados variam entre 600.000 e um milhão; os ataques aéreos alemães sobre a Grã-Bretanha mataram mais de 60.000 civis. O escritor sueco Sven Lindquist, em seu recente livro *A History of Bombing*, sugeriu o que chamou de "ataques sistemáticos sobre civis alemães em suas casas" deveriam ser considerados "crimes segun-

do o direito humanitário internacional para a proteção de civis". Entretanto, Robin Niellands defende os bombardeios, dizendo que isso é o que acontece durante a guerra total e, no contexto do que os alemães tinham feito no Leste Europeu e os japoneses em seus territórios ocupados, era o necessário "preço da paz".

Com relação à pergunta sobre se os bombardeios ajudaram a encurtar a guerra, a conclusão agora parece ser que a campanha contra a Alemanha não foi eficaz antes do outono de 1944. A produção industrial alemã continuou a aumentar até julho de 1944. Depois disso, graças à crescente precisão dos bombardeios e o uso dos novos caças Mustang de cobertura, que conseguiam superar todos os caças alemães, a produção de óleo sintético caiu rapidamente, gerando grave escassez de combustível. Em outubro, as vitais fábricas de armamentos Krupp, em Essen, foram tiradas de ação permanentemente, e o esforço de guerra foi interrompido em 1945. Em junho daquele ano os japoneses foram reduzidos ao mesmo estado.

No final, portanto, depois de muitos esforços desperdiçados no início, a *estratégica ofensiva aérea dos Aliados foi uma das razões decisivas para a derrota do Eixo*: além de estrangular a produção de combustível e armamentos e destruir as comunicações ferroviárias, ela fez com que muitos aviões fossem desviados da frente oriental, ajudando os russos a avançar para a Alemanha.

6.6 AS POTÊNCIAS DO EIXO DERROTADAS: DE JULHO DE 1943 A AGOSTO DE 1945

(a) A queda da Itália

Essa foi a primeira etapa no colapso do Eixo. Tropas britânicas e norte-americanas desembarcaram na Sicília por terra e por ar (10 de julho de 1943) e rapidamente capturaram toda a ilha, *o que causou a queda de Mussolini, demitido pelo rei*. Tropas Aliadas atravessaram para Salerno, Reggio e Taranto no continente e capturaram Nápoles (outubro de 1943).

O marechal Badoglio, sucessor de Mussolini, assinou um armistício e trouxe a Itália para a guerra no lado dos Aliados, mas os alemães, determinados a manter a Itália, enviaram rapidamente tropas pelo Passo de Brenner para ocupar Roma e o norte. Os Aliados desembarcaram uma força em Anzio, 50 km ao sul de Roma (janeiro de 1944), mas seguiram-se enfrentamentos acirrados antes da captura de Monte Cassino (maio) e Roma (junho). Milão, ao norte, só foi tomada em abril de 1945. A campanha deveria ter terminado muito antes se os Aliados fossem menos cautelosos nos primeiros tempos e se os norte-americanos não insistissem em manter muitas divisões atrás, para a invasão da França. *Não obstante, a eliminação da Itália contribuiu para a vitória final dos Aliados*:

- A Itália proporcionou bases aéreas para bombardear os alemães na Europa central e nos Bálcãs;
- Tropas alemãs foram mantidas ocupadas quando eram necessárias para resistir aos russos.

(b) Operação Overlord, 6 de junho de 1944

A Operação Overlord – a invasão da França (também conhecida como Segunda Frente) – começou no "Dia D", 6 de junho de 1944. Achava-se que era chegada a hora de a Itália ser eliminada, os submarinos serem postos sob controle e os Aliados conquistarem superioridade. Os russos vinham exigindo que os Aliados abrissem essa Segunda Frente desde 1941, para aliviar a pressão sobre eles. Os desembarques aconteceram do mar e do ar, em uma extensão de 100 metros de praias da Normandia (apelidadas de Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword) entre Cherbourg e Le Havre (ver Mapa 6.5). Houve forte resistência por parte dos alemães, mas, no final da primeira semana, 326.000 homens com tanques e caminhões pesados tinham desembarcado em segurança (ver Ilustração 6.3).

Mapa 6.5 Os desembarques do Dia D, em 6 de junho de 1944, e a libertação do norte da França.

Ilustração 6.3 Dia D, 6 de junho de 1944: tropas de assalto desembarcando na Normandia.

Foi uma operação impressionante: usou os portos pré-fabricados "Mulberry", que foram rebocados da Grã-Bretanha e posicionados próximo à costa da Normandia, principalmente em Arromanches (Praia Dourada), e PLUTO – tubulações subaquáticas, na sigla em inglês para *pipelines under the ocean* – que levavam combustível para motores. Ao final, 3 milhões de soldados Aliados desembarcaram. Em poucas semanas, a maior parte do norte da França estava libertada (Paris em 25 de agosto), colocando fora de ação os locais de onde os mísseis foguetes alemães V1 e V2 foram lançados com efeitos devastadores sobre o sudeste britânico. Na Bélgica, Bruxelas e Antuérpia foram libertadas em setembro.

(c) "Rendição incondicional"

Com os alemães forçados a recuar na França e na Rússia, houve pessoas de ambos os lados que esperavam que pudesse haver um armistício seguido de uma paz negociada, que era como a Primeira Guerra Mundial tinha terminado. Entretanto, o próprio Hitler sempre falou em lutar até a morte e havia sérias diferenças entre os próprios Aliados em relação à questão das negociações de paz. Já em janeiro de 1943, o presidente Roosevelt anunciou que os Aliados estavam lutando pela "*rendição incondicional da Alemanha, da Itália e do Japão*". Churchill e a maioria de seus aliados ficaram desanimados com isso por achar que destruía todas as chances de uma paz negociada. Membros do serviço secreto britânico che-

garam a entrar em contato com seus equivalentes alemães e com membros da resistência alemã aos nazistas, que esperavam convencer os generais alemães a ajudá-los a derrubar Hitler. Eles acreditavam que isso levaria à abertura de negociações de paz. Os líderes nazistas ficaram muito satisfeitos com o anúncio de Roosevelt. Goebbels afirmou: "Eu nunca conseguiria imaginar um *slogan* tão estimulante. Se nossos inimigos ocidentais nos dizem que não vão negociar conosco, que seu único objetivo é nos destruir, como pode qualquer alemão, goste ou não, fazer qualquer coisa que não seja lutar com toda a sua força?".

Muitos norte-americanos importantes, incluindo o general Eisenhower, eram contrários à "rendição incondicional" porque entendiam que ela prolongaria a guerra e causaria perdas desnecessárias de vidas. Várias vezes, nas semanas anteriores ao dia D, os chefes do Estado Maior norte-americano pressionaram Roosevelt para mudar de ideia, mas ele foi inflexível, já que isso poderia ser tomado pelas potências do Eixo como um sinal de fraqueza. A política foi levada adiante por Roosevelt até sua morte em abril de 1945 e por seu sucessor, Harry S. Truman. Não houve tentativas de negociar a paz com a Alemanha nem com o Japão até que os dois países se renderam. Thomas Fleming calculou que, no período entre o Dia D e o final da guerra, em agosto de 1945, cerca de dois milhões de pessoas foram mortas. Muitas dessas vidas talvez pudessem ter sido salvas se houvesse a perspectiva de uma paz negociada para estimular a resistência alemã a derrubar Hitler. Sendo assim, conclui Fleming, a política de rendição incondicional foi "um ultimato escrito com sangue".

(d) O assalto à Alemanha

Com o sucesso da segunda frente, os aliados começaram a se unir para a invasão da própria Alemanha. Se eles tivessem esperado que os exércitos alemães se desarticulassem rapidamente, poderiam ter tido uma grande decepção. A guerra foi prolongada pela resistência desesperada dos alemães e por mais discordâncias entre os britânicos e os norte-americanos. Montgomery queria um ataque rápido para atingir Berlim, mas Eisenhower era favorável a um avanço cauteloso ao longo de uma frente ampla. *O fracasso britânico em Arnhem, na Holanda*, em setembro de 1944, parecia sustentar a visão de Eisenhower, embora, na verdade, a operação Arnhem (uma tentativa de paraquedistas de cruzar o Reno e flanquear a linha Siegfried alemã) poderia ter funcionado se os soldados tivessem desembarcado perto das duas pontes do Reno.

Consequentemente, a posição de Eisenhower prevaleceu e tropas aliadas foram dispersadas em uma frente de 1000 km (ver Mapa 6.6), *com resultados negativos*:

- Hitler conseguiu lançar uma ofensiva em direção às mal defendidas Ardenas, rumo à Antuérpia.
- Os alemães romperam as linhas norte-americanas e avançaram 100 km, causando um enorme rombo na linha de frente (dezembro de 1944).

Ações resolutas por parte de britânicos e norte-americanos frearam o avanço e fizeram com que os alemães recuassem a sua posição original. Mas a Batalha das Ardenas, como ficou conhecida, foi importante porque Hitler arriscou tudo no ataque e perdeu 250.000 homens e 600 tanques, que nesse momento não poderiam ser substituídos. No início de 1945 a Alemanha estava sendo invadida em ambas as frentes, do leste e do oeste. Os britânicos ainda queiram avançar e tomar Berlim antes dos russos, mas o comandante supremo Eisenhower não se deixou apressar e Berlim caiu nas mãos das forças de Stalin em abril (Ilustração 6.4). Hitler cometeu suicídio e a Alemanha se rendeu.

(e) A derrota do Japão

No dia 6 de agosto de 1945, os norte-americanos lançaram uma bomba atômica sobre Hiroshima,

Mapa 6.6 A derrota da Alemanha, 1945.
Fonte: D. Heater, *Our World This Century* (Oxford, 1992), p. 90

matando, talvez, 84.000 pessoas e deixando milhares de outras morrendo lentamente de envenenamento por radiação. Três dias depois outra bomba foi lançada em Nagasaki (Ilustração 6.5), que pode ter matado outras 40.000, depois disso o governo japonês se rendeu. A justificativa do presidente Truman era que ele estava salvando vidas norte-americanas, já que, caso contrário, a guerra poderia ter se arrastado por mais um ano. Muitos historiadores acreditam que os bombadeios não eram necessários, visto que os japoneses já tinham dado sinais de querer a paz em julho, através da Rússia. Uma sugestão é que a verdadeira razão para os bombardeios era terminar a luta rapidamente antes que os russos (que haviam prometido entrar na guerra contra o Japão) conquistassem muito território japonês, o que lhes daria direito de compartilhar a ocupação do país. O uso das bombas também foi uma demonstração à URSS do enorme poder dos Estados Unidos.

6.7 POR QUE AS POTÊNCIAS DO EIXO PERDERAM A GUERRA?

As razões podem ser resumidas assim:

- escassez de matérias-primas;
- os aliados aprenderam com seus erros e fracassos;
- as potências do Eixo estavam diante de muitos desafios;

Ilustração 6.4 Soldados russos vitoriosos em cima do prédio do Reichstag, em Berlim.

Ilustração 6.5 Nagasaki, um mês após o lançamento da bomba atômica.

- o avassalador impacto dos recursos combinados de Estados Unidos, URSS e o Império Britânico;
- erros táticos por parte das potências do Eixo;

(a) Escassez de matérias-primas

Tanto a Itália quanto o Japão tinham que importar suprimento, e mesmo a Alemanha tinha falta de borracha, algodão, níquel e, depois de 1944, petróleo. Essas faltas não são, necessariamente, fatais, mas o sucesso dependia de um fim rápido da guerra, que certamente parecia provável no início, graças à velocidade e à eficiência da *Blitzkrieg* alemã. Contudo, a sobrevivência da Grã-Bretanha em 1940 era importante porque manteve a frente ocidental viva até que os Estados Unidos entrassem na guerra.

(b) Os aliados aprenderam rapidamente com seus erros iniciais

Em 1942 eles já sabiam como conter os ataques da *Blitzkrieg* e sabiam a importância do apoio aéreo e dos porta-aviões, e portanto, construíram uma superioridade aérea e naval que venceu batalhas no Atlântico e no Pacífico que foi privando lentamente seus inimigos de suprimentos.

(c) As potências do Eixo simplesmente assumiram tarefas demais

Hitler não parecia entender que a guerra contra a Grã-Bretanha também envolveria seu império e que as tropas da Alemanha teriam que ser muito dispersas – na frente russa, nos dois lados do Mediterrâneo e no litoral oeste da França. Os japoneses cometeram o mesmo erro: nas palavras do historiador militar Liddell-Hart, "eles se dispersaram muito além de sua capacidade de manter suas conquistas. Isso porque o Japão era uma ilha pequena, com poder industrial limitado". No caso da Alemanha, Mussolini tem parte da responsabilidade: sua incompetência drenava constantemente os recursos de Hitler.

(d) Os recursos combinados dos Estados Unidos, da URSS e do Império Britânico

Estes recursos eram tão amplos que quanto mais a guerra durava, menos as potências do Eixo tinham chance de vitória. Os russos rapidamente transferiram sua indústria para leste dos montes Urais e assim conseguiram continuar a produção, mesmo que os alemães tivessem ocupado vastas áreas no ocidente. Em 1945 eles tinham quatro vezes mais tanques que os alemães e tinham condições de colocar o dobro de homens em campo. Quando atingiu o pico de produção, a máquina de guerra dos Estados Unidos era capaz de construir 70.000 tanques e 120.000 aviões por ano, o que os japoneses e alemães não conseguiam igualar.

(e) Erros táticos graves

- Os japoneses não entenderam a importância dos porta-aviões e concentraram força demais na construção de encouraçados.
- Hitler não conseguiu abastecer a campanha de inverno na Rússia e ficou obcecado com a ideia de que os exércitos alemães não deveriam recuar, o que levou a muitos desastres, principalmente em Stalingrado, e deixou suas tropas muito expostas na Normandia (1944).
- Talvez o mais grave de todos tenha sido a decisão de Hitler de se concentrar na produção de foguetes V em vez de desenvolver aviões a jato que poderiam ter restaurado a superioridade aérea da Alemanha e impedir os bombardeios devastadores de 1944 e 1945.

6.8 O HOLOCAUSTO

Ao invadir a Alemanha e a Polônia, os exércitos Aliados começaram a fazer descobertas

terríveis. No final de julho de 1944, forças soviéticas que se aproximavam de Varsóvia se depararam com o campo de extermínio de Maidanek, próximo a Lublin. Encontraram centenas de corpos insepultos e sete câmaras de gás. As fotografias tiradas em Maidanek foram as primeiras a revelar ao restante do mundo os indescritíveis horrores desses campos. Mais tarde, veio a público que mais de 1,5 milhão de pessoas foram assassinadas em Maidanek; a maioria era de judeus, mas também havia prisioneiros de guerra soviéticos, bem como poloneses que tinham se oposto à ocupação alemã. Esse foi apenas um dos pelos menos 20 campos estabelecidos pelos alemães para implementar o que chamavam de "Solução Final" (*Endlosung*) do "problema judeu". Entre dezembro de 1941, quando os primeiros judeus foram mortos em Chelmno, na Polônia, e maio de 1945, quando os alemães se renderam, cerca de 5,7 milhões de judeus foram mortos, junto com centenas de milhares de não judeus – ciganos, socialistas, comunistas, homossexuais e pessoas com problemas mentais.

Como foi possível permitir que uma atrocidade dessas acontecesse? Era o ápice de uma longa história de antissemitismo na Alemanha? Ou a culpa deveria ser colocada total e exclusivamente em Hitler e os nazistas? Hitler vinha planejando o extermínio dos judeus desde que chegou ao poder ou isso lhe foi forçado pelas circunstâncias da guerra? Essas são algumas das questões com que os historiadores tem se deparado ao tentar explicar como pôde acontecer um crime tão monstruoso contra a humanidade.

As primeiras interpretações do Holocausto podem ser divididas em dois grupos principais:

- *Intencionalistas* – historiadores que acreditavam que a responsabilidade pelo holocausto foi de Hitler, que esperava exterminar os judeus desde que chegou ao poder e planejou isso.
- *Funcionalistas* – historiadores que acreditavam que a "solução final" foi, de certa forma, forçada sobre Hitler pelas circunstâncias da guerra.
- Também há um pequeno grupo de autores de orientação equivocada, com simpatias antissemitas, que tentam diminuir a importância do Holocausto. Eles argumentaram que o número de mortos foi exagerado em muito, que nem o próprio Hitler sabia o que estava acontecendo, e que outros nazistas, como Himmler, Heydrich e Goering, tomaram a iniciativa. Alguns inclusive negaram que o Holocausto tenha acontecido. Todos esses autores já perderam muito da sua credibilidade.

(a) Os intencionalistas

Eles afirmam que Hitler foi pessoalmente responsável pelo Holocausto. Desde sua juventude em Viena, ele tinha sido venenosamente antissemita. Em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta) ele culpava os judeus pela derrota da Alemanha na primeira guerra mundial e por todos os problemas do país desde então. Em seu discurso ao Reichstag em janeiro de 1939, Hitler declarou: "Se o judaísmo financeiro internacional, dentro e fora da Europa, conseguir jogar as nações mais uma vez em uma guerra mundial, o resultado não será a bolchevização do mundo, com uma vitória dos judeus, mas sim a aniquilação da raça judaica na Europa". Os intencionalistas enfatizam a continuidade entre suas ideias no início dos anos de 1920 e as políticas concretas que foram implementadas na década de 1940. Nas palavras de Karl Dietrich Bracher, embora possa não ter tido um plano-mestre, Hitler certamente sabia o que queria e isso incluía a aniquilação dos judeus. A solução final "era só uma questão de tempo e oportunidade". Os críticos de sua teoria questionam por que só no final de 1941 – quase nove anos depois de chegar ao poder – Hitler começou a assassinar judeus. Por que ele se contentou com uma legislação antijudaica se estava determinado a exterminá-los? Na verdade, depois da *Kristallnacht*, a Noite dos

Cristais, um ataque às propriedades de judeus e sinagogas por toda a Alemanha em novembro de 1938, Hitler ordenou a contenção e um retorno à não violência.

(b) Os funcionalistas

Eles acreditam que foi a Segunda Guerra Mundial que agravou o "problema judaico". Cerca de 3 milhões de judeus viviam na Polônia, e quando os alemães conquistaram a parte ocidental do país no outono de 1939 e ocuparam o restante em junho de 1941, essas pessoas tiveram a má sorte de cair no controle nazista. A invasão da URSS em junho de 1941 trouxe mais uma dimensão ao "problema judeu", já que havia vários milhões de judeus nas repúblicas ocupadas no oeste da URSS – a Bielorrússia e a Ucrânia. Os funcionalistas afirmam que foi a forte pressão dos números que levou os nazistas e os líderes das SS na Polônia a pressionar pelo assassinato em massa de judeus. As visões de Hitler eram bem conhecidas entre os círculos nazistas e ele simplesmente respondeu às demandas de líderes nazistas locais na Polônia. Hans Mommsen, um dos principais funcionalistas, acredita que Hitler era um "ditador fraco", ou seja, com mais frequência seguia o que sugeriam outros do que tomava iniciativas próprias (ver Seção 14.6(d) para mais detalhes sobre a teoria do "ditador fraco"). Em 2001 Mommsen ainda sugeria que não havia evidências de tendências genocidas antes de 1939.

Segundo Ian Kershaw em sua biografia de Hitler (publicada em 2000), "a forma personalizada de comando de Hitler era um convite a iniciativas radicais vindas de baixo e lhes dava sustentação, desde que elas fossem na mesma linha de seus objetivos definidos amplamente". O caminho para o avanço ao Terceiro Reich foi antecipar o que o Führer queria, "sem esperar por instruções, tomar iniciativas para promover o que se supunha serem os objetivos e desejos de Hitler". A frase usada para descrever esse processo era "trabalhar em direção ao Führer". Os intencionalistas não se sensibilizam com essa interpretação porque acham que ela absolve Hitler de responsabilidade pessoal pelas atrocidades cometidas durante a guerra. Contudo, a conclusão não é necessariamente essa: muitas dessas iniciativas nem seriam propostas se seus subordinados não estivessem cientes da "vontade do Führer".

Alguns historiadores consideram que o debate entre intencionalistas e funcionalistas tinha sentido em outro momento e que ambas as abordagens podem levar a equívocos. Por exemplo, Allan Bullock, em *Hitler and Stalin* (1991), aponta que a interpretação mais óbvia de genocídio seria uma combinação de ambas as visões. Richard Overy, em *The Dictators* (2004), afirmar que

> ambas as visões sobre a busca do genocídio desviam a atenção da realidade central de todos os judeus depois de 1933: fosse o genocídio explícito ou implícito nas políticas antijudaicas da década de 1930,... a xenofobia vingativa e violenta promovida pelo regime tinha como principal objetivo os judeus, durante toda a duração da ditadura.

Quais eram as motivações de Hitler? Por que ele era tão obsessivamente antijudaico? Em um memorando escrito por Hitler em 1936, não importa o quanto possa parecer louco hoje, fica claro que ele realmente via os judeus como uma ameaça à Alemanha. Ele acreditava que o mundo, liderado pela Alemanha, estava às vésperas de uma luta racial e política histórica contra as forças do comunismo, que ele considerava como um fenômeno judaico. Se a Alemanha falhasse, o *volk* (povo) alemão seria destruído e o mundo entraria em uma nova Idade das Trevas. Era uma questão de sobrevivência nacional alemã diante de uma conspiração mundial judaica. Nas palavras de Richard Overy:

> O tratamento dos judeus só era compreensível pelo prisma distorcido das ansie-

> dades e aspirações nacionais alemãs. O sistema se dispôs deliberadamente a criar a ideia de que a sobrevivência da Alemanha dependia da exclusão ou, se fosse necessária, da aniquilação dos judeus.

Foi a convergência entre o preconceito antijudaico inflexível de Hitler e sua autojustificativa, junto com uma oportunidade de ação, que culminaram na terrível "batalha apocalíptica entre 'arianos' e 'judeus'".

(c) A "solução final" toma forma

Allan Bullock afirmou que a melhor maneira de explicar como o Holocausto aconteceu é combinar os elementos de intencionalistas e funcionalistas. Desde o início da década de 1920, Hitler havia incumbido a si próprio e ao Partido Nazista destruir o poder dos judeus e a expulsá-los da Alemanha, mas a forma exata com que isso seria feito ficou indefinida. "É muito provável", escreve Bullock, "que entre as fantasias a que se dava em privado... havia o malévolo sonho no qual cada homem, mulher ou criança de raça judaica seria abatido... Mas como, quanto, até mesmo se o sonho chegaria a ser realizado, permanecia incerto".

É importante lembrar que Hitler era um político inteligente que prestava muita atenção à opinião pública. Durante seus primeiros anos como chanceler, ele tinha muita ciência de que a chamada "questão judaica" não era uma grande preocupação para o povo alemão. Consequentemente, ele não foi mais longe do que as leis de Nuremberg (1935) (ver Seção 14.4(6), Ponto 11), e até mesmo elas foram introduzidas para satisfazer os nazistas linha-dura. Hitler permitiu a *kristallnacht* em novembro de 1938 pela mesma razão e para testar o sentimento popular. Quando a opinião pública reagiu desfavoravelmente, ele chamou a um fim da violência e se concentrou em excluir os judeus o máximo possível da vida alemã. Eles foram estimulados a emigrar, e suas propriedades e bens foram confiscados. Antes da eclosão da guerra, bem mais de um milhão de judeus deixaram o país e foram discutidos planos para remover o maior número deles à força para Madagascar.

Foi o início da guerra, e principalmente a invasão da Rússia (junho de 1941), que mudou radicalmente a situação. Segundo Richard Overy, isso não foi considerado uma oportunidade acidental e não planejada para uma política antijudaica mais rígida, mas como "uma extensão da Guerra Fria antissemita em que a Alemanha tinha se envolvido desde, pelo menos, sua derrota em 1918". A ocupação da Polônia inteira e de grandes áreas de URSS fez com que muito mais judeus passassem a estar sob controle alemão, mas, ao mesmo tempo, as condições de guerra tornavam sua emigração quase impossível. Na Polônia cerca de 2,5 milhões de judeus foram retirados à força de suas casas e arrebanhados em guetos superlotados em cidades como Varsóvia, Lublin e Lódź. Em 1939, por exemplo, 375.000 judeus moravam em Varsóvia, e depois que capturaram a cidade, os alemães construíram um muro em torno dos bairros judeus. Mais tarde, judeus de outras partes da Polônia foram transferidos para Varsóvia, até que, em julho de 1941, havia cerca de 445.000 judeus espremidos nesse pequeno gueto. Os oficiais nazistas reclamavam dos problemas de dar conta de um número tão grande de judeus – as condições nos guetos eram terríveis, a comida era mantida deliberadamente escassa e havia risco de epidemias. No final, 78.000 pessoas morreram de doenças e inanição.

Em dezembro de 1941, pouco depois que a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos, Hitler declarou publicamente que sua profecia de janeiro de 1939, sobre a aniquilação dos judeus da Europa, seria realizada em pouco tempo. No dia seguinte, Goebbels escreveu em seu diário: "A guerra mundial chegou, o extermínio dos judeus deve ser uma consequência necessária". Não existem evidências sólidas sobre quando se decidiu começar a implementar a "solução final" –

matar os judeus – mas pode-se dizer que foi no outono de 1941.

A decisão foi resultado da combinação de vários eventos e circunstâncias:

- A autoconfiança de Hitler estava em um novo pico depois das vitórias alemãs, principalmente nos primeiros êxitos da Operação Barbarossa.
- Hitler já tinha deixado claro que a guerra no leste era algo novo. Como diz Allan Bullock, era "uma aventura racista-imperialista ... uma guerra ideológica de destruição, na qual todas as regras convencionais da guerra, da ocupação e assim por diante, deveriam ser desconsideradas, os comissários políticos deveriam ser mortos imediatamente e a população civil, submetida a execução sumária e represálias coletivas". O extermínio dos judeus era só mais um passo. Nas palavras de Richard Overy: "Isso era coerente com o longo histórico de antissemitismo dele e sempre foi expresso no idioma da guerra até a morte".
- Agora seria possível implementar a solução final na Polônia e na URSS, fora da Alemanha. Hitler não teria necessidade de se preocupar com a opinião pública alemã; haveria censura rígida de todas as notícias nos territórios ocupados.

Os nazistas não perderam tempo. À medida que suas forças avançavam mais profundamente sobre a URSS, os comunistas e os judeus eram cercados para matança, pelas SS e pelo exército regular. Por exemplo, em dois dias, no final de setembro de 1941, cerca de 34.000 judeus foram mortos em uma ribanceira em Babi Yar, nos arredores de Kiev, na Ucrânia. Em Odessa, na Crimeia, pelo menos 75.000 judeus foram mortos. Qualquer não judeu que tentasse ocultar ou proteger judeus de qualquer forma seria morto sem cerimônia, junto com judeus e comunistas.

Em janeiro de 1942, pouco depois de os primeiros judeus serem mandados às câmaras de gás em Chelmno, na Polônia, foi realizada uma conferência em Wannsee (Berlim) para discutir a logística da retirada de até 11 milhões de judeus de suas casas em todas as partes da Europa e os transportar para os territórios ocupados. Inicialmente a ideia parecia ser ir matando os judeus por meio de trabalhos forçados e inanição, mas isso logo mudou para uma política de destruí-los sistematicamente antes que a guerra terminasse. Hitler não participou da Conferência de Wannsee; ele manteve um papel bastante secundário com relação à Solução Final. Nunca se encontrou qualquer ordem para sua implementação assinada por ele, o que é considerado por alguns historiadores como evidência de que Hitler não deve ser responsabilizado pelo Holocausto, mas essa é uma posição difícil de sustentar. Ian Kershaw, após examinar profundamente essas evidências, chega à seguinte conclusão:

> Não pode haver dúvidas: o papel de Hitler foi decisivo e indispensável no caminho para a Solução Final... Sem ele e o regime singular que ele encabeçava, a criação de um programa para o extermínio físico dos judeus teria sido impensável.

(d) Genocídio

À medida que o programa de extermínio ganhava força, os judeus do Leste Europeu eram levados a Belzec, Sobibor, Treblinka e Maidanek no leste da Polônia; a maioria dos que vinham da Europa Ocidental ia para Auschwitz-Birkenau no sudeste da Polônia (ver Mapa 6.7). Entre julho e setembro de 1942, cerca de 300.000 judeus foram transportados do gueto de Varsóvia ao campo de extermínio de Treblinka. No final de 1942, mais de quatro milhões deles já haviam sido mortos. Mesmo quando os rumos da guerra começaram a se voltar contra os alemães durante 1943, Hitler insistiu em que o programa deveria continuar, e assim aconteceu (Ilustração 6.6), mesmo depois que estava perfeitamente claro para todos que a guerra seria perdida. Em abril de 1943,

Mapa 6.7 O Holocausto.

Ilustração 6.6 Corpos no campo de concentração de Belsen.

os judeus remanescentes do gueto de Varsóvia se revoltaram, o levante foi esmagado de forma brutal e a maioria foi morta. Somente cerca de 10.000 ainda estavam vivos quando Varsóvia foi libertada em janeiro de 1945. Em julho de 1944, após as forças alemãs terem ocupado a Hungria, cerca de 400.000 judeus húngaros foram levados a Auschwitz. À medida que forças russas avançavam através da Polônia, as SS organizavam marchas forçadas dos campos da morte para a Alemanha, e a maioria dos prisioneiros morreu no caminho ou foi morta quando chegou à Alemanha. Em 6 de agosto de 1944, com os russos há apenas 150 km de distância, os alemães retiraram 70.000 judeus do gueto de Lódź, no sudeste de Varsóvia, e os levaram a Auschwitz, onde metade foi mandada imediatamente às câmaras de gás.

Allan Bullock apresenta essa horripilante descrição do que acontecia quando cada novo lote de judeus chegava a um dos campos da morte:

> Eles eram submetidos à mesma rotina assustadora. Médicos vestidos de branco – com um gesto da mão – selecionavam os que tinham condições de ser *trabalhados* até a morte. O restante deveria deixar suas roupas e seus pertences e depois, em uma coluna horripilante de homens e mulheres nus, carregando seus filhos ou de mãos dadas com eles e tentando confortá-los, eram levados como gado às câmaras de gás. Quando os gritos iam morrendo e as portas eram abertas, eles ainda estavam de pé, tão apertados que não tinham como cair. Mas onde havia seres humanos antes, agora havia cadáveres que deveriam ser removidos para serem queimados nos fornos. Esse era o espetáculo diário que Hitler teve o cuidado de nunca assistir e que assombra a imaginação de qualquer pessoa que tenha estudado as evidências.

Que tipo de pessoa poderia cometer tamanhos crimes contra a humanidade? O historiador Daniel Goldhagen, em seu livro *Hitler's Willing Executioners*, publicado em 1996, sugere que o povo alemão era particularmente

antissemita e foi coletivamente responsável pelas muitas atrocidades cometidas durante o Terceiro Reich. Isso incluiu não apenas a Solução Final do "problema judaico", mas também o programa de eutanásia no qual foram mortas cerca de 700.000 pessoas consideradas deficientes ou com problemas mentais, o tratamento cruel dos poloneses durante a ocupação e a forma assustadora com que eram tratados prisioneiros de guerra e populações civis.

Embora a teoria de Goldhagen provavelmente vá longe demais, não restam dúvidas de que grande parte dos alemães comuns estava disposta a seguir Hitler e os outros líderes nazistas. Talvez estivessem convencidos pelos argumentos de homens como Himmler que disse a um grupo de comandantes da SS: "Nós tínhamos o direito moral, tínhamos o dever de destruir essas pessoas que queriam nos destruir". A SS, originalmente o regimento de guarda-costas de Hitler, junto com a política de segurança, comandantes de campos e guardas, e *gauleiters* (administradores) locais, estiveram todos profundamente implicados, assim como grande parte do *Wehrmacht* (o exército alemão), que foi ficando cada vez mais cruel à medida que a guerra no leste avançava. Líderes de grandes empresas e donos de fábricas aceitavam se aproveitar da mão de obra barata dos prisioneiros dos campos, e outros, com prazer, punham as mãos em propriedades e outros bens confiscados dos judeus; especialistas médicos se dispunham a usar judeus em experimentos que causassem suas mortes. Em todos os níveis da sociedade alemã houve pessoas que aproveitaram de bom grado a chance de lucrar com o destino de judeus desamparados.

Mas esse comportamento não se limitava aos alemães: muitos cidadãos poloneses e soviéticos colaboraram por vontade própria com o genocídio. Apenas três dias depois que começou a invasão da URSS, 1.500 judeus foram assassinados de forma selvagem na Lituânia por milícias locais e, em pouco tempo, milhares foram mortos por não alemães na Bielorrúsia e na Ucrânia. Entretanto, sem Hitler e os nazistas para proporcionar a autoridade, a legitimidade, o apoio e a motivação, nada disso teria sido possível.

Por outro lado, não se deve esquecer que muitos alemães arriscaram corajosamente suas vidas para ajudar os judeus, dando-lhes abrigo e organizando rotas de fuga, mas era uma atividade muito perigosa e essas pessoas muitas vezes acabavam em campos de concentração. Da mesma forma, na Polônia, havia muitas pessoas dispostas a ajudar fugitivos judeus. Em um livro recente, o historiador Gunnar Paulsson sugere que em Varsóvia havia uma rede de, talvez, 90.000 "pessoas decentes e honestas", mais de 10% da população da cidade, direta ou indiretamente envolvidas em ajudar os judeus de várias formas. Isso questiona a visão comum de que os poloneses aceitaram tranquilamente o extermínio em massa de seus compatriotas judeus.

6.9 QUAIS FORAM OS EFEITOS DA GUERRA?

(a) Uma enorme destruição

Houve uma enorme destruição de vidas, casas, indústrias e comunicações na Europa e na Ásia (Ilustrações 6.2, 6.5 e 6.6).

Quase 40 milhões de pessoas morreram: bem mais de metade delas eram russas, 6 milhões eram polonesas, 4 milhões de alemãs, 2 milhões de chinesas e 2 milhões de japonesas. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos saíram da guerra com comparativamente poucas perdas. (ver Figura 6.1).

Outros dois milhões de pessoas foram tiradas de casa: algumas foram levadas para a Alemanha para fazer trabalho escravo, outras foram colocadas em campos de concentração e outras foram forçadas a fugir por exércitos invasores. As potências vitoriosas ficaram com o problema de como repatriá-las (providenciar seu retorno a casa).

Amplas regiões da Alemanha, principalmente suas áreas industriais e muitas cidades importantes, estavam em ruínas. Grande

Mortos na guerra (em milhões)
20
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
Rússia Mais de 20 milhões
Polônia 6 milhões
Alemanha 4,2 milhões
China 2,2 milhões
Japão 2 milhões
Iugoslávia 1,7 milhões
França 600.000
Romênia 460.000
Hungria 420.000
Itália 410.000
EUA 406.000
Grã-Bretanha 388.000
Tchecoslováquia 365.000
Áustria 334.000
Holanda 210.000
Grécia 160.000
Bélgica 88.000
Finlândia 84.000
Bulgária 20.000
Noruega 10.000
Luxemburgo 5.000
Dinamarca 1.000

Figura 6.1 Mortos na Segunda Guerra Mundial.

parte da Rússia ocidental foi completamente devastada e cerca de 25 milhões de pessoas estavam desabrigadas. A França também sofreram muito: levando-se em conta a destruição de moradias, fábricas, ferrovias, minas e gado, cerca de 50% de toda a sua riqueza foi perdida. Na Itália, onde os danos foram muito graves no sul, essa quantidade era de mais de 30%. O Japão sofreu muitos prejuízos e teve uma grande quantidade de pessoas mortas pelos bombardeios.

Embora o custo tenha sido alto, fez com que o mundo se livrasse do nazismo, que tinha sido responsável por terríveis atrocidades. A mais notória foi o Holocausto – o assassinato deliberado, em campos de extermínio, de mais de cinco milhões de judeus e centenas de milhares de não judeus, principalmente na Polônia e na Rússia (ver Seção 6.8).

(b) Não houve acordo de paz que englobasse tudo

Desta vez foi diferente do final da Segunda Guerra Mundial, quando foi negociado um acordo em Versalhes que abrangia tudo. Principalmente porque a desconfiança que havia ressurgido entre a URSS e o Ocidente nos meses finais da guerra tornou impossível o acordo em muitos pontos.

Contudo, foi assinada uma série de tratados separados:

- A *Itália* perdeu suas colônias africanas e abriu mão de suas reivindicações em relação à Albânia e à Abissínia (Etiópia).
- A *URSS* assumiu a parte leste da Tchecoslováquia, o distrito de Petsamo, a área em torno do lago Ladoga da Finlândia e se manteve na Letônia, na Lituânia e na Estônia, que tinha ocupado em 1939.
- A *Romênia* recuperou o norte da Transilvânia que os húngaros tinham ocupado durante a guerra.
- *Trieste*, reivindicada pela Itália e pela Iugoslávia, foi declarada território livre protegido pela Organização das Nações Unidas.
- Mais tarde, em São Franciso (1951), o *Japão* concordou em entregar todo o territó-

rio tomado nos 90 anos anteriores, o que incluía uma retirada completa da China.

Porém, os *russos* se recusavam a qualquer acordo com relação à Alemanha e a Áustria, exceto que elas deveriam ser ocupadas por tropas aliadas e que a Prússia Oriental deveria ser dividida entre Rússia e Polônia.

(c) A guerra estimulou importantes mudanças sociais

Além dos deslocamentos de populações durante a guerra, quando as hostilidades terminaram, milhões de pessoas foram forçadas a sair de seus locais de moradia. Os piores casos provavelmente aconteceram em áreas tomadas da Alemanha pela Rússia e pela Polônia e nas regiões de fala alemã da Hungria, Romênia e Tchecoslováquia. Cerca de dez milhões de alemães foram forçados a sair e se mudar para a Alemanha Ocidental, para que nenhum futuro governo alemão pudesse reivindicar aqueles territórios. Em alguns países, principalmente na URSS e na Alemanha, houve ampla reconstrução de cidades em ruínas. Na Grã-Bretanha, a guerra estimulou, entre outras coisas, o Relatório Beveridge (1942), um plano para introduzir um Estado de bem-estar social.

(d) A guerra gerou a produção de armas nucleares

Na primeira vez que foram usadas essas armas na história, em Hiroshima e Nagasaki, demonstrou-se o seu terrível poder de destruição. O mundo ficou sob ameaça de uma guerra nuclear que poderia muito bem ter destruído o planeta inteiro. Algumas pessoas afirmam que isso funcionou como contenção, assustando tanto os dois lados da guerra fria que eles foram contidos ou desestimulados a lutar entre si.

(e) Terminou a dominação do restante do mundo pela Europa

Os quatro países da Europa Ocidental que cumpriram um papel central nas questões mundiais por mais de metade do século XX estavam agora muito mais fracos do que antes. A Alemanha estava devastada e dividida, e a França e a Itália estavam à beira da falência. Embora a Grã-Bretanha parecesse forte e vitoriosa, com seu império intacto, o custo da guerra foi destrutivo. Os Estados Unidos tinham ajudado a Grã-Bretanha a se manter durante a guerra mandando suprimentos, mas eles tinham que ser pagos depois. Assim que a guerra terminou, o novo presidente norte-americano, Truman, interrompeu abruptamente qualquer outra ajuda, deixando a Grã-Bretanha em um estado lastimável, já que o país tinha dívidas externas de mais de 3 bilhões de libras, muitos de seus investimentos estrangeiros foram vendidos e sua capacidade de exportar mercadorias foi reduzida em muito. O país foi forçado a pedir outro empréstimo aos Estados Unidos, que foi concedido com juros altos, o que resultou em uma dependência forte e desconfortável dos norte-americanos.

(f) O surgimento das superpotências

Os Estados Unidos e a URSS surgiram como as duas nações mais poderosas do mundo e não estavam mais tão isoladas quanto antes da guerra. Os Estados Unidos sofreram relativamente pouco com a guerra e desfrutaram de grande prosperidade ao abastecer os outros Aliados com materiais de guerra e comida. Tinham a maior marinha e a maior força aérea do mundo e possuiam a bomba atômica. A URSS, embora muito fragilizada, ainda tinha o maior exército do mundo. Ambos os países estavam muito desconfiados das intenções um do outro, agora que os inimigos em comum, o Japão e a Alemanha, foram derrotados. A rivalidade dessas duas superpotências na Guerra Fria foi a característica mais importante das relações internacionais por quase meio século depois de 1945 e foi uma ameaça constante à paz mundial (ver capítulo a seguir)

(g) Descolonização

A guerra estimulava o movimento em direção à descolonização. As derrotas impostas à Grã-Bretanha, Holanda e França pelo Japão, e a ocupação de seus territórios na Malásia, Cingapura e Birmânia (britânicos), Indochina Francesa e as Índias Orientais Holandesas destruíram a tradição de superioridade e invencibilidade europeias. Não se poderia esperar que, tendo lutado para se livrar dos japoneses, os povos asiáticos aceitassem voltar ao controle europeu. Eles foram conquistando a independência completa, embora não sem luta, em muitos casos. Isso, por sua vez, intensificou as demandas por independência entre povos da África e o Oriente Médio, e na década de 1960, o resultado foi um amplo leque de novos Estados (ver Capítulos 24 e 25). Os líderes de muitas dessas nações emergentes se reuniram em uma conferência em Argel em 1973 e deixaram claro que se consideravam como um Terceiro Mundo, o que significava que *queriam permanecer neutros ou não alinhados* na luta entre os dois mundos – comunismo e capitalismo. Geralmente pobres e subdesenvolvidas em termos industriais, as novas nações costumavam desconfiar muito das motivações do comunismo e do capitalismo e estavam descontentes com sua própria dependência econômica das potências ricas do mundo.

(h) A Organização das Nações Unidas (ONU)

Surgiu como sucessora da Liga das Nações. Seu principal objetivo era tentar manter a paz mundial e, no geral, tem conseguido muito mais sucesso do que sua infeliz predecessora (ver Capítulos 3 e 9).

PERGUNTAS

1. As ideias de Hitler sobre o futuro

Estude as fontes A e B e responda às perguntas que seguem.

Fonte A

Extrato do discurso de Hitler aos líderes da SS, novembro de 1938.

> Temos que ter claro que, nos próximos 10 anos, certamente nos depararemos com importantes conflitos, sem precedentes: não se trata apenas da luta das nações que, neste caso, são apresentadas pelo lado oposto simplesmente como uma frente, mas é a luta ideológica do mundo judaico, da maçonaria, do marxismo e das igrejas do mundo. Essas forças – das quais eu suponho que os judeus sejam o espírito motivador, a origem de tudo o que é negativo – é claro que se a Alemanha e a Itália não forem aniquiladas, *elas* serão aniquiladas. Essa é uma conclusão simples. Na Alemanha, os judeus não podem aguentar. É uma questão de anos. Vamos expulsá-los cada vez mais, com uma crueldade sem precedentes.

Fonte B

Extratos do discurso de Hitler ao Reichstag, 30 de janeiro de 1939.

> Muitas vezes, durante a minha vida, fui profeta, e em geral fui ironizado. Na época da minha luta pelo poder, os judeus foram os primeiros a receber com risadas minhas profecias de que um dia eu assumiria a liderança do Estado, e aí eu daria uma solução ao problema judaico. Acho que essa risada oca que um dia existiu, nesse meio tempo, já trancou na garganta. Hoje quero ser profeta de novo: Se o judaísmo financeiro internacional dentro e fora da Europa conseguir jogar as nações mais uma vez em uma guerra mundial, o resultado não será a bolchevização do mundo, com uma vitória dos judeus, mas sim a aniquilação da raça judaica na Europa.

Fonte: Ambas as fontes citadas em Ian Kershaw, *Hitler 1936-45: Nemesis* (Allen Lane/Penguin, 2000).

(a) Que evidências essas fontes revelam em relação ao estado de espírito de Hitler e sobre seu pensamento com relação a paz, guerra e judeus?

(b) Usando as fontes e seu próprio conhecimento, examine as evidências a favor e contra a visão de que a Solução Final foi forçada a Hitler pelas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial.

2. Explique por que a Alemanha teve êxito na Segunda Guerra Mundial até o final de 1941, mas acabou derrotada em 1945.

3. Explique por que você concorda ou discorda da visão de que a visão aliada na Segunda Guerra Mundial foi garantida principalmente pela contribuição da URSS.

7 A Guerra Fria

Problemas de Relações Internacionais Após a Segunda Guerra Mundial

RESUMO DOS EVENTOS

Próximo ao final da guerra a harmonia que existia entre a URSS, os Estados Unidos e o Império Britânico começou a se desgastar e as velhas suspeitas vieram à tona mais uma vez. As relações entre a Rússia soviética e o Ocidente logo ficaram tão difíceis que, embora não acontecessem lutas propriamente ditas entre os dois campos opostos, a década posterior a 1945 assistiu à primeira fase do que ficou conhecido como *Guerra Fria*. Ela continuou, apesar de vários "degelos", até o colapso do comunismo no Leste Europeu em 1989-1991. O que aconteceu foi que, em vez de permitir que sua hostilidade mútua se expressasse em lutas abertas, as potências rivais se atacavam com propaganda e medidas econômicas e com uma política geral de não cooperação.

Ambas as superpotências – os Estados Unidos e a URSS – reuniram aliados ao seu redor: entre 1945 e 1948 a URSS atraiu para suas órbitas a maioria dos países do Leste Europeu, com a subida ao poder de governos comunistas na Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Albânia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental (1949). Um governo comunista se estabeleceu na Coreia do Norte (1948) e o bloco comunista parecia estar mais fortalecido em 1949 quando Mao Tse-Tung acabou vitorioso na longa guerra civil na China (ver Seção 19.4). Por outro lado, os Estados Unidos aceleraram a recuperação do Japão e o estimularam como aliado, trabalhando junto com a Grã-Bretanha e outros 14 países europeus, assim como a Turquia, aos quais deram muita ajuda econômica para construir um bloco anticomunista.

Cada bloco enxergava motivações ulteriores e agressivas em qualquer coisa que o outro sugerisse. Houve uma longa disputa, por exemplo, em relação a fronteira entre a Polônia e a Alemanha, e não se chegou a nenhum acordo permanente sobre a Alemanha e a Áustria. Então, em meados dos anos de 1950, após a morte de Stalin (1953), os novos líderes russos começaram a falar em "coexistência pacífica", e a atmosfera gelada entre os dois blocos começou a relaxar. Concordou-se em retirar todas as tropas de ocupação da Áustria (1955), mas as relações não melhoraram o suficiente para permitir um acordo sobre a Alemanha e as tensões cresciam em relação ao Vietnã e a crise dos mísseis de Cuba (1962).

7.1 O QUE CAUSOU A GUERRA FRIA?

(a) Diferenças de princípio

A causa básica de conflito estava nas diferenças de princípios entre países comunistas e capitalistas ou liberal-democráticos.

- *O sistema comunista* de organização do Estado e da sociedade se baseava nas ideias de Karl Marx que acreditava que a riqueza de um país deveria ser de propriedade coletiva e compartilhada por todos. A economia deveria ter planejamento centralizado, os interesses e o bem-estar da clas-

se trabalhadora deveriam ser salvaguardados por políticas sociais do Estado.

- *O sistema capitalista*, por outro lado, opera com base na propriedade privada da riqueza do país. As forças motrizes por trás do capitalismo são a iniciativa privada na busca do lucro e a preservação do poder da riqueza privada.

Desde que foi estabelecido o primeiro governo comunista do mundo na Rússia (URSS) em 1917 (ver Seção 16.2(d)), os governos da maioria dos estados capitalistas o viam com desconfiança e tinham receio de que o comunismo se espalhasse para outros países. Isso significaria o fim da propriedade privada da riqueza, bem como a perda de poder político por parte das classes ricas. Quando a guerra civil começou na Rússia em 1918, vários Estados capitalistas – os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e o Japão – enviaram tropas ao país para ajudar as forças anticomunistas. Os comunistas venceram a guerra, mas Josef Stalin, que se tornou líder da Rússia em 1929, tinha certeza de que haveria outra tentativa por parte das potências capitalistas de destruir o comunismo na Rússia. A invasão alemã do país em 1941 provou que ele estava certo. A necessidade de autopreservação contra a Alemanha e o Japão fez com que a URSS, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha esquecessem suas diferenças e trabalhassem juntos, mas assim que a derrota da Alemanha passou a ser só uma questão de tempo, ambos os lados, principalmente Stalin, começaram a planejar o pós-guerra.

(b) As políticas externas de Stalin contribuíram para as tensões

O objetivo de Stalin era aproveitar a situação militar e fortalecer a influência da Rússia na Europa. Quando os exércitos nazistas desabaram, ele tentou ocupar o máximo possível de território alemão e adquirir a maior quantidade de terra que conseguisse em países como Finlândia, Polônia e Romênia. Nisso ele teve muito sucesso, mas o Ocidente estava alarmado com o que considerava agressão soviética e acreditava que Stalin estava comprometido com a difusão do comunismo à maior parcela possível do planeta.

(c) Os políticos norte-americanos e britânicos eram hostis ao governo soviético

Durante a guerra, os Estados Unidos, sob a liderança do presidente Roosevelt, enviaram materiais de todos os tipos à Rússia, em um sistema conhecido como "*Lend-Lease*", ou "empréstimo e arrendamento", e Roosevelt estava inclinado a acreditar em Stalin. Mas após a morte de Roosevelt em abril de 1945, seu sucessor, Harry S. Truman, confiava menos e endureceu sua atitude em relação aos comunistas. Alguns historiadores acreditam que a principal motivação de Truman para lançar as bombas atômicas não foi simplesmente derrotar o Japão, que já estava pronto para se render de qualquer modo, mas mostrar a Stalin o que poderia acontecer à Rússia se ele ousasse ir longe demais. Stalin suspeitava de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha ainda queriam destruir o comunismo e achava que a demora desses países em lançar a invasão da França, a Segunda Frente (que só aconteceu em junho de 1944), foi calculada deliberadamente para manter a maior pressão sobre os russos e levá-los a um ponto de exaustão. Eles também não informaram Stalin sobre a existência da bomba atômica até pouco antes de seu uso no Japão, e rejeitaram a solicitação da Rússia de compartilhar a ocupação do país. *Acima de tudo, o Ocidente tinha a bomba atômica e a URSS não.*

Sendo assim, qual lado foi responsável?

Na década de 1950 a maioria dos historiadores, como o norte-americano George Kennan (em seu livro *Memoirs*, 1925-1950 (Bantam, 1969)), culpava Stalin, afirmando que seus motivos eram sinistros e que ele pretendia espalhar o comunismo o máximo possível pela Europa e pela Ásia, destruindo o capitalismo. A forma-

ção da OTAN (ver a seguir a Seção 7.2(i)) e a entrada dos Estados Unidos na Guerra da Coreia em 1950 (ver Seção 8.1) foram a autodefesa do Ocidente contra a agressão comunista.

Por outro lado, os historiadores soviéticos, e durante os anos de 1960 e 1970, alguns norte-americanos, afirmavam que *a responsabilidade pela Guerra Fria não deveria ser colocada em Stalin e nos russos*. Sua teoria era de que a Rússia tinha sofrido perdas enormes durante a guerra e, portanto, seria de esperar que Stalin quisesse se certificar de que os Estados vizinhos eram amigos, devido à fragilidade do país em 1945. Eles acreditavam que os motivos de Stalin eram puramente defensivos e que a URSS não representava ameaça real ao Ocidente. Alguns norte-americanos afirmam que os Estados Unidos deveriam ter sido mais compreensivos e não desafiado a ideia de "esfera de influência" soviética no Leste Europeu. As ações de políticos dos Estados Unidos, principalmente Truman, provocaram a hostilidade russa sem necessidade. Essa visão ficou conhecida entre os historiadores como *revisionismo*.

A principal razão por trás dessa nova visão era que no final da década de 1960, muitas pessoas passaram a criticar a política externa norte-americana, principalmente o envolvimento do país na Guerra do Vietnã (ver Seção 8.3). Isso fez com que alguns historiadores reconsiderassem a atitude dos Estados Unidos em relação ao comunismo em geral; eles achavam que os governos tinham ficado obcecados com a hostilidade em relação aos Estados comunistas e estavam dispostos a assumir uma visão mais simpática em relação às dificuldades de Stalin após o final da Segunda Guerra Mundial.

Posteriormente, uma terceira visão foi proposta por alguns historiadores norte-americanos e se tornou popular nos anos de 1980, conhecida como interpretação pós-revisionista. Eles se beneficiaram da possibilidade de poder olhar muitos documentos novos e visitar arquivos que não foram abertos a outros historiadores. As novas evidências sugeriam que a situação no final da guerra era muito mais complicada do que pensavam os historiadores anteriores e isso os levou a assumir uma visão intermediária, afirmando que ambos os lados deveriam assumir parte da culpa pela Guerra Fria. Eles acreditam que as políticas econômicas dos Estados Unidos, como o Plano Marshall (ver Seção seguinte, 7.2(e)) visavam deliberadamente a aumentar a influência política do país na Europa, mas também acreditavam que, embora não tivesse planos de longo prazo para espalhar o comunismo, Stalin era um oportunista que aproveitaria qualquer fragilidade no Ocidente para expandir a influência soviética. Os métodos brutos dos soviéticos de impor governos comunistas aos Estados do Leste Europeu serviam de prova às afirmações de que os objetivos de Stalin eram expansionistas. Com suas posições fortificadas e profundas desconfianças entre si, os Estados Unidos e a URSS criaram uma atmosfera na qual todas ações internacionais poderiam ser interpretadas de duas formas. O que se afirmava ser necessário para autodefesa por um lado era considerado pelo outro como evidência de intenção agressiva, como mostram os eventos descritos na seção seguinte, mas pelo menos a guerra aberta foi evitada, porque os norte-americanos relutavam em usar a bomba atômica de novo, a menos que fossem atacados diretamente, ao passo que os russos não ousavam fazer esse ataque.

7.2 COMO A GUERRA FRIA EVOLUIU ENTRE 1945 E 1953?

(a) A conferência de Yalta (fevereiro de 1945)

Esta reunião aconteceu na Rússia (na Crimeia) e teve a participação dos três líderes Aliados, Stalin, Roosevelt e Churchill, para que pudessem planejar o que aconteceria quando a guerra terminasse (Ilustração 7.1). *Na época, parecia ser um sucesso, tendo atingido acordos em vários pontos.*

- Uma nova organização, chamada de *Nações Unidas*, substituiria a fracassada Liga das Nações.

- *A Alemanha seria dividida em zonas de ocupação* – russa, norte-americana e britânica (mais tarde, foi incluída uma zona francesa) – enquanto Berlim (que ficou no meio da zona russa) também seria dividida em zonas correspondentes. Arranjos semelhantes seriam feitos para a Áustria.
- Seriam permitidas eleições livres nos Estados do Leste Europeu.
- Stalin prometeu se unir à guerra contra o Japão, na condição de que a Rússia recebesse toda a Ilha de Sakhalin e algum território na Manchúria.

Entretanto, havia nefastos *sinais de problemas* em relação ao que seria feito com a Polônia. Ao varrer o país, expulsando os alemães, o exército russo havia estabelecido um governo comunista em Lublin, mesmo que já houvesse um governo polonês no exílio em Londres. Ficou acordado em Yalta que alguns membros (não comunistas) do governo sediado em Londres deveriam participar do governo de Lublin, enquanto a Rússia poderia manter uma faixa de território no leste da Polônia, que havia anexado em 1939. Entretanto, Roosevelt e Churchill não estavam satisfeitos com as exigências de Stalin de que a Polônia devesse receber todo o território alemão a leste dos rios Oder e Neisse, e não houve acordo nesse ponto.

(b) A conferência de Potsdam (julho de 1945)

Nesta reunião a atmosfera foi diferente, bem mais fria. Os três líderes no início da conferência eram Stalin, Truman (substituindo Roosevelt, que morrera em abril) e Churchill, mas este foi substituído por Clement Attlee, o

Ilustração 7.1 Churchill, Roosevelt e Stalin em Yalta, fevereiro de 1945.

novo primeiro-ministro britânico, após a vitória eleitoral dos trabalhistas.

A guerra com a Alemanha tinha terminado, mas não chegaram a um acordo em relação ao futuro de longo prazo do país. As grandes perguntas eram se, ou quando, as quatro zonas poderiam voltar a se juntar para formar um país unificado. O país seria desarmado, o partido nazista seria desmantelado e seus líderes julgados como criminosos de guerra. Acertou-se que os alemães deveriam indenizar os danos que haviam causado durante a guerra. A maioria desses pagamentos, (conhecidos como "indenizações") iria para a URSS, que teria permissão para retirar bens que não fossem alimentícios de sua própria zona e também das outras, desde que enviasse suprimentos às zonas ocidentais da Alemanha em retorno.

Foi em relação à Polônia que ocorreu a principal divergência. Truman e Churchill ficaram incomodados porque a Alemanha a leste da linha Oder-Neisse tinha sido ocupada por tropas russas e estava sendo governada pelo governo polonês pró-comunista, que expulsou cerca de cinco milhões de alemães que moravam na área, o que não foi acordado em Yalta (ver Mapa 7.1). Truman não informou Stalin sobre a exata natureza da bomba atômica, embora Churchill tenha sido informado. Poucos dias depois do encerramento da conferência as duas bombas atômicas foram lançadas sobre o Japão e a guerra acabou rapidamente, em 10 de agosto, sem necessidade de ajuda russa (embora os russos tivessem declarado guerra ao Japão no dia 8 e invadido a Manchúria). Eles anexaram o sul da ilha de Sakhalina, como tratado em Yalta, mas não lhes foi permitido participar da ocupação do Japão.

(c) O comunismo estabelecido no Leste Europeu

Nos meses que se seguiram a Potsdam, os russos interferiam sistematicamente nos países do Leste Europeu para estabelecer governos pró-comunistas. Isso aconteceu na Polônia, Hungria, Bulgária, Albânia e Romênia. Em alguns casos seus oponentes foram presos e assassinados. Na Hungria, por exemplo, os russos permitiram eleições livres, mas, embora os comunistas tivessem recebido menos de 20% dos votos, eles garantiram que uma maioria de membros do gabinete fosse de comunistas. Stalin assustou ainda mais o Ocidente com um discurso muito divulgado em fevereiro de 1946, no qual ele disse que o comunismo e o capitalismo nunca poderiam conviver em paz, e que eram inevitáveis futuras guerras até uma vitória final do comunismo. Entretanto, historiadores russos afirmaram que o discurso foi relatado no Ocidente de forma enganadora e distorcida, principalmente por George Kennan que era representante diplomático dos Estados Unidos em Moscou.

Churchill respondeu a tudo isso com um discurso em Fulton, Missouri (EUA), em março de 1946, no qual ele repetiu uma expressão que havia usado antes: "De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente" (ver Mapa 7.2). Afirmando que os russos tendiam a uma "expansão indefinida de seu poder e de suas doutrinas", ele conclamou a uma aliança ocidental firme contra a ameaça comunista. O discurso gerou uma resposta dura de Stalin, que revelou seus medos em relação à Alemanha e a necessidade de fortalecer a segurança soviética. O distanciamento entre Oriente e Ocidente estava aumentando constantemente, e Stalin conseguiu denunciar Churchill como um "provocador da guerra". Mas nem todos no Ocidente concordavam com Churchill – mais de cem parlamentares do partido trabalhista britânico assinaram uma moção criticando o líder conservador por sua atitude.

(d) Os russos continuaram aumentando seu controle no Leste Europeu

No final de 1947, todos os países daquela região, com exceção da Tchecoslováquia, tinham um governo inteiramente comunista. As

Território tomado pela Polônia da Alemanha: a leste da linha Oder-Neisse e parte da Prússia

Território adquirido pela URSS durante a guerra

Zonas de ocupação na Alemanha e Áustria
1 Russa
2 Britânica
3 Francesa
4 Norte-americana

Mapa 7.1 A Europa depois de 1945.

eleições eram fraudadas, membros não comunistas de governos de coalizão eram expulsos, muitos eram presos e executados, e com o tempo, todos os outros partidos políticos foram dissolvidos. Tudo isso acontecia sob os olhos vigilantes da polícia secreta e de soldados russos. Além disso, Stalin tratava a zona russa da Alemanha como se fosse território russo, permitindo a existência somente do partido comunista e drenando seus recursos vitais.

Mapa 7.2 Regiões Central e Leste da Europa durante a Guerra Fria.
Fonte: D. Heater, *Our World This Century* (Oxford, 1992), p. 129

A Iugoslávia era o único país fora do padrão. Ali, o governo do marechal Tito foi eleito de forma legal em 1945. Tito venceu as eleições em função de seu imenso prestígio como líder da resistência antialemã. Foram suas forças, e não os russos, que libertaram a Iugoslávia da ocupação alemã, e Tito não gostava das tentativas de interferência por parte de Stalin.

O Ocidente estava profundamente irritado com o tratamento que a Rússia dava ao

leste europeu, que desconsiderava sua promessa de eleições livres, feita em Yalta. Ainda assim, não deveria ter ficado surpreso com o que estava acontecendo: até mesmo Churchill tinha concordado com Stalin em 1944, em que grande parte do Leste Europeu deveria ser esfera de influência russa. Stalin poderia afirmar que governos amigos em Estados vizinhos eram necessários para autodefesa, que esses Estados nunca haviam sido democráticos de qualquer forma e que o comunismo traria o progresso tão necessário a países atrasados. Foram os métodos de Stalin para obter controle que incomodaram o Ocidente e deram origem aos eventos importantes que se seguiram.

(e) A Doutrina Truman e o Plano Marshall

1 A Doutrina Truman

Esta doutrina surgiu a partir dos eventos na Grécia, onde os comunistas estavam tentando derrubar a monarquia. Tropas britânicas, que ajudaram a libertar a Grécia dos alemães em 1944, haviam restaurado a monarquia, mas agora estavam sentindo o peso de apoiá-la contra os comunistas que recebiam ajuda da Albânia, da Bulgária e da Iugoslávia. Ernest Bevin, o ministro de relações exteriores da Grã-Bretanha, apelou aos Estados Unidos e Truman anunciou (março de 1947) que o país apoiaria povos livres que estivessem resistindo a ser subjugados por minorias armadas ou por pressões externas". A Grécia imediatamente recebeu enormes quantidades de armas e outros suprimentos e, em 1949, os comunistas foram derrotados. A Turquia, que também parecia estar sob ameaça, recebeu cerca de 60 milhões de dólares em ajuda. A Doutrina Truman deixava claro que os Estados Unidos não tinham intenção de voltar ao isolamento em que haviam estado após a Primeira Guerra Mundial e sim estavam comprometidos com *uma política de contenção do comunismo*, não apenas na Europa, mas também no mundo todo, incluindo Coreia e Vietnã.

2 O Plano Marshall

Anunciado em junho de 1947, foi uma extensão econômica da Doutrina Truman. O secretário de estado norte-americano George Marshall apresentou seu Programa para a Recuperação da Europa (PRE) que oferecia ajuda financeira e econômica onde fosse necessário. "Nossa política", ele declarou, "não está direcionada contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos". Um de seus objetivos era promover a recuperação econômica da Europa, garantindo mercados para as exportações europeias, mas a meta principal era provavelmente política: o comunismo tinha menos probabilidade de assumir controle de uma Europa ocidental próspera. Em setembro, 16 países (Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Áustria, Grécia, Turquia, Islândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Suíça e as zonas ocidentais da Alemanha) elaboraram um plano conjunto para o uso da ajuda norte-americana. Nos quatro anos seguintes, 13 bilhões de dólares de ajuda do Plano Marshall foram despejados na Europa Ocidental, estimulando a recuperação da agricultura e da indústria que em muitos países estava em situação de caos em função da devastação da guerra.

Os russos estavam cientes de que o Plano Marshall significava mais do que pura benevolência. Embora, teoricamente, houvesse ajuda disponível para o Leste Europeu, o ministro russo de relações exteriores, Molotov, denunciou a ideia como sendo "o imperialismo dos dólares". Ele considerava como um dispositivo norte-americano ostensivo para obter controle da Europa Ocidental e, pior ainda, para interferir no leste Europeu, que Stalin considerava como sendo a esfera de influência da Rússia. A URSS rejeitou a oferta, e nem a seus satélites, nem à Tchecoslováquia, que estava demonstrando interesse, foi permitido aproveitá-la. A "cortina de ferro" parecia uma realidade e o evento seguinte só serviu para fortalecê-la.

(f) O Cominform

O Bureau Comunista de Informações foi a resposta soviética ao Plano Marshall. Estabelecido por Stalin em setembro de 1947, era uma organização voltada a reunir os vários partidos comunistas europeus. Todos os Estados satélites eram membros, e os partidos comunistas francês e italiano estavam representados. O objetivo de Stalin era aumentar seu controle sobre os satélites: ser comunista não era suficiente, tinha que ser comunismo no estilo russo. O Leste Europeu deveria ser industrializado, coletivizado e centralizado, os Estados deveriam fazer comércio basicamente com os membros do Cominform, e todos os contatos com países não comunistas eram desestimulados. Quando a Iugoslávia objetou foi expulsa do Cominform, (1948) embora tenha continuado comunista. Em 1947 *foi introduzido o Plano Molotov* que oferecia ajuda russa aos satélites. Foi estabelecida outra organização, conhecida como Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua) para articular suas políticas econômicas.

(g) Os comunistas tomam o poder na Tchecoslováquia (fevereiro de 1948)

Este evento representou um grande golpe no bloco ocidental, já que a Tchecoslováquia era o único Estado democrático que restava no leste da Europa. Havia um governo de coalizão entre comunistas e outros partidos de esquerda que tinha sido eleito livremente em 1946. Os comunistas fizeram 38% dos votos e 114 cadeiras no parlamento de 300, e tinham um terço do gabinete. O primeiro-ministro, Klement Gottwald, era comunista, o presidente Beneš e o ministro das relações exteriores Jan Masaryk, não. Eles esperavam que a Tchecoslováquia, com suas indústrias altamente desenvolvidas, *permanecesse como uma ponte entre o Ocidente e o Oriente.*

Contudo, a crise surgiu no início de 1948. As eleições deveriam acontecer em maio, e todos os sinais diziam que os comunistas perderiam terreno, pois eram responsabilizados pela rejeição do país ao Plano Marshall, que poderia ter acabado com a contínua escassez de comida. Eles decidiram agir antes das eleições; já no controle dos sindicatos e da polícia, tomaram o poder em um golpe armado. Todos os ministros não comunistas, com exceção de Beneš e Masaryk, renunciaram. Poucos dias depois, o corpo de Masaryk foi encontrado sob a janela de seu gabinete. Sua morte foi descrita oficialmente como suicídio, mas quando os arquivos foram abertos depois do colapso do comunismo em 1989, foram encontrados documentos provando de forma cabal que ele foi assassinado. As eleições foram realizadas em maio, mas havia apenas uma única lista de candidatos – todos comunistas. Beneš renunciou e Gottwald se tornou presidente.

As potências ocidentais e a ONU protestaram, mas não se sentiam capazes de tomar qualquer atitude porque não tinham como provar o envolvimento russo – o golpe foi uma questão puramente interna. Entretanto, não resta dúvida de que Stalin, desaprovando as conexões tchecas com o Ocidente e seu interesse na ajuda do Plano Marshall, havia incentivado os comunistas tchecos a agir. Tampouco foi coincidência que várias das divisões russas que ocuparam a Áustria tenham sido levadas à fronteira tcheca. A ponte entre Ocidente e Oriente tinha desaparecido e *a "cortina de ferro" estava completa.*

(h) O bloqueio e a ponte-aérea de Berlim (junho de 1948 a maio de 1949)

Neste momento, a Guerra Fria chegou à sua primeira grande crise, que surgiu a partir das *divergências em relação ao tratamento da Alemanha.*

1. No final da guerra, como foi acordado em Yalta e Potsdam, *a Alemanha e Berlim foram divididas em quatro zonas.* Enquanto as três potências ocidentais faziam o melhor que podiam pela or-

ganização econômica e política de suas zonas, Stalin, determinado a fazer com que a Alemanha pagasse por todo o dano causado à Rússia, tratava sua zona como satélite drenando seus recursos.

2. *No início de 1948, as três zonas ocidentais foram fundidas para formar uma unidade econômica* cuja prosperidade, graças ao Plano Marshall, contrastava claramente com a pobreza da zona russa. O Ocidente queria que todas as zonas se unificassem e tivessem autogoverno o mais rápido possível, mas Stalin tinha decidido que seria mais seguro para seu país se ele mantivesse a zona russa separada, com seu próprio governo comunista, pró-Rússia. A perspectiva das três zonas se reunificarem já era suficientemente alarmante para Stalin, porque ele sabia que elas seriam parte do bloco ocidental.
3. *Em junho de 1948, o Ocidente introduziu uma nova moeda e acabou com os controles de preços em sua zona e em Berlim Ocidental.* Os russos decidiram que a situação em Berlim tinha se tornado insustentável. Já irritados com o que consideravam uma ilha de capitalismo 150 km dentro da zona comunista, eles consideravam impossível ter duas moedas diferentes na mesma cidade e ficavam constrangidos com o contraste entre a prosperidade de Berlim Ocidental e a pobreza da área ao redor dela.

A resposta russa foi imediata: todas as ligações por estradas, ferrovias e canais entre Berlim Ocidental e a Alemanha Ocidental foram fechadas, com objetivo de forçar o Ocidente a se retirar dessa parte da cidade levando-a à inanição. As potências ocidentais, convencidas de que um recuo seria o prelúdio de um ataque russo à Alemanha Ocidental, estavam determinadas a aguentar. Elas decidiram levar suprimentos de avião, julgando, com razão, que os russos não ousariam atirar em seus aviões de transporte. Truman teve o cuidado de enviar uma frota de bombardeiros B-29 a ser posicionados nas pistas de decolagem britânicas. Nos 10 meses que se seguiram, dois milhões de toneladas de suprimentos foram levados de avião a uma cidade bloqueada em uma operação impressionante que manteve os 2,5 milhões de berlineses ocidentais alimentados e aquecidos durante o inverno. Em maio de 1949 os russos admitiram o fracasso ao suspender o bloqueio.

O evento teve resultados importantes:

- O desfecho deu um grande impulso psicológico às potências ocidentais, embora tenha feito com que as relações com a Rússia piorassem como nunca.
- Fez com que as potências ocidentais articulassem suas defesas por meio da formação da OTAN.
- Fez com que, como não era possível qualquer acordo, a Alemanha fosse condenada a permanecer dividida pelo futuro próximo.

(i) A formação da OTAN

A formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) aconteceu em abril de 1949. O bloqueio de Berlim mostrou a falta de prontidão militar do Ocidente e o assustou, levando a preparações definitivas. Já em março de 1948, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo assinaram o *Tratado de Defesa de Bruxelas*, prometendo colaboração militar em caso de guerra. Agora se juntavam a eles Estados Unidos, Canadá, Portugal, Dinamarca, Irlanda, Itália e Noruega. Todos assinaram o *Tratado do Atlântico Norte*, concordando em considerar um ataque a um deles como um ataque a todos e colocando suas forças de defesa sob comando conjunto da OTAN, que coordenaria a defesa do Ocidente. Esse foi um evento muito importante: os norte-americanos abandonaram sua tradicional política contrária a "alianças sobrepostas" e, pela primeira vez, comprometiam-se de antemão com a ação militar. Previsivelmente, Stalin tomou isso como um desafio, e as tensões permaneceram elevadas.

(j) As duas Alemanhas

Como não havia perspectiva de que os russos permitissem uma Alemanha unificada, as potências ocidentais foram em frente sozinhas a estabeleceram a *República Federal da Alemanha, conhecida como Alemanha Ocidental (agosto de 1949).* Foram realizadas eleições e Konrad Adenauer se tornou o primeiro chanceler. Os russos responderam estabelecendo sua zona como a *República Democrática Alemã ou Alemanha Oriental (outubro de 1949).* A Alemanha permaneceu dividida até que o colapso do comunismo no lado oriental (novembro-dezembro de 1989) possibilitou, em outubro de 1990, reunificar os dois Estados em uma única Alemanha. (ver Seção 10.6(c)).

(k) Mais armas nucleares

Quando se soube, em setembro de 1949, que a URSS tinha conseguido explodir uma bomba nuclear, começou uma corrida armamentista. Truman respondeu dando autorização para os Estados Unidos produzirem uma *bomba de hidrogênio* muitas vezes mais poderosa do que a bomba atômica. Seus assessores para defesa produziram um documento secreto, conhecido como NSC-68 (abril 1950), que mostra que eles tinham passado a considerar os russos como fanáticos a quem nada conteria em seu objetivo de espalhar o comunismo em todo o mundo e sugeriram que as despesas e os armamentos deveriam ser mais do que triplicados em uma tentativa de derrotar o comunismo.

Não eram apenas os russos que alarmavam os norte-americanos: *um governo comunista foi proclamado na China (outubro de 1949)* depois de o líder comunista Mao Tse-tung derrotar Chiang Kai-shek, o líder nacionalista que tinha sido apoiado pelos Estados Unidos e que agora era forçado a fugir para a ilha de Taiwan (Formosa). Quando a URSS e a China comunista assinaram um tratado de aliança em fevereiro de 1950, os medos norte-americanos de um avanço de uma maré comunista pareciam estar em vias de se realizar. Foi nessa atmosfera de ansiedade dos Estados Unidos que os holofotes da Guerra Fria se voltaram para a Coreia, onde em junho de 1950, tropas da Coreia do Norte, comunista, invadiram a Coreia do Sul (ver Seção 8.1).

7.3 ATÉ QUE PONTO HOUVE UM DEGELO DEPOIS DE 1953?

Não restam dúvidas de que, em alguns aspectos, as relações Ocidente-Oriente começaram a melhorar depois de 1953, embora ainda houvesse áreas de discordância e que o degelo não fosse constante.

(a) As razões do degelo

1 A morte de Stalin

A morte de Stalin provavelmente foi o ponto de partida do degelo, porque trouxe ao primeiro plano os novos líderes russos – Malenkov, Bulganin e Kruschov – que queriam melhorar as relações com os Estados Unidos. Suas razões provavelmente tinham a ver com o fato de que, em agosto de 1953, os russos e os norte-americanos já tinham desenvolvido a bomba de hidrogênio: os dois lados tinham agora um equilíbrio tão preciso que as relações internacionais tinham que ser relaxadas para se evitar a guerra nuclear.

Nikita Kruschov explicou a nova política em um famoso discurso (fevereiro de 1956) no qual criticava Stalin e dizia que a coexistência pacífica com o Ocidente era não apenas possível, mas também essencial: "Só há dois caminhos – a coexistência pacífica ou a mais destrutiva guerra da história. Não há um terceiro caminho". Isso não quer dizer que *Kruschov* tivesse aberto mão da ideia de um mundo dominado pelo comunismo; isso ainda viria, mas seria atingido quando as potências ocidentais reconhecessem a superioridade do sistema econômico soviético e não quando fossem derrotadas em guerra. Da mesma forma ele pretendia conquistar Estados neutros para o comunismo através de ajudas econômicas generosas.

2 *McCarthy desacreditado*

Os sentimentos anticomunistas nos Estados Unidos, que tinham sido acirrados pelo senador Joseph McCarthy, começaram a arrefecer quando ele caiu em descrédito em 1954. Aos poucos foi ficando claro que o próprio McCarthy era uma espécie de fanático e quando começou a acusar importantes generais de ter simpatias pelo comunismo, ele foi longe demais. O senado o condenou por uma ampla maioria e ele fez um ataque tolo ao novo presidente republicano Eisenhower por apoiar o senado. Pouco tempo depois, Eisenhower anunciou que o povo norte-americano queria ter uma postura amistosa em relação ao povo soviético.

(b) Como o degelo se expressou?

1 *Os primeiros sinais*

- A assinatura do acordo de paz de Panmunjom encerrou a Guerra da Coreia em julho de 1953 (Ver Seção 8.1 (c)).
- No ano seguinte, terminou a guerra na Indochina (Ver Seção 8.3(c-e)).

2 *Os russos fizeram concessões importantes em 1955*

Eles concordaram em abrir mão de suas bases militares na Finlândia e suspenderam seu veto à admissão de 16 novos Estados-membros na ONU. A disputa com a Iugoslávia foi resolvida quando Kruschov fez uma visita a Tito. O Cominform foi abandonado, sugerindo mais liberdade para os Estados-satélite.

3 *A assinatura do Tratado do Estado Austríaco (maio de 1955)*

Este foi o evento mais importante no degelo. No final da guerra, em 1945, a Áustria foi dividida em quatro zonas de ocupação, com a capital, Viena, localizada na zona russa. Diferentemente da Alemanha, foi permitido que tivesse seu próprio governo, porque não era considerada como um inimigo derrotado, e sim como um Estado libertado dos nazistas. O governo austríaco só tinha poderes limitados e o problema era semelhante ao da Alemanha: enquanto as três potências de ocupação ocidentais organizavam a recuperação de suas zonas, os russos insistiam em obter indenizações, principalmente na forma de alimentos, da sua. Nenhum acordo permanente parecia provável, mas no início de 1955 os russos foram persuadidos, principalmente pelo governo austríaco, a colaborar mais. Eles também tinham receio de uma fusão entre a Alemanha Ocidental e a Áustria Ocidental.

Como resultado do acordo, todas as tropas de ocupação foram retiradas e a Áustria se tornou independente, com suas fronteiras de 1937. Ela não deveria se unir à Alemanha, tinha forças armadas estritamente limitadas e deveria permanecer neutra em qualquer disputa entre Ocidente e Oriente. Isso significava que não poderia entrar para a OTAN nem para a Comunidade Econômica Europeia. Um ponto que deixou os austríacos descontentes foi a perda da região de fala alemã do Sul do Tirol, que a Itália pôde manter.

(c) O degelo foi apenas parcial

A política de Kruschov era uma mescla curiosa que os líderes ocidentais tinham dificuldade de entender. Enquanto tomava as atitudes conciliatórias recém-descritas, ele respondia rapidamente a qualquer coisa que parecesse uma ameaça ao Oriente e não tinha qualquer intenção de relaxar o controle da Rússia sobre seus satélites. Os húngaros descobriram isso a um alto custo em 1956, quando *um levante em Budapeste contra o governo comunista foi esmagado inescrupulosamente por tanques russos (ver Seção 9.3(e) e 10.5(d))*. Às vezes, ele parecia estar disposto a ver até onde poderia pressionar os Estados Unidos sem que eles o enfrentassem:

- *O Pacto de Varsóvia (1955)* foi assinado entre a Rússia e seus satélites pouco depois de a Alemanha Ocidental ser admitida na OTAN. O Pacto era um acordo de defesa mútua, que o Ocidente tomou

como um gesto contrário à participação da Alemanha Ocidental na OTAN.

- Os russos continuavam a construir seus armamentos nucleares (ver Seção seguinte).
- A situação em Berlim causava mais tensão (ver abaixo).
- A ação mais provocativa de todas foi quando Kruschov instalou mísseis soviéticos em Cuba, a menos de 150 km da costa dos Estados Unidos (1962).

A situação em Berlim

As potências ocidentais ainda se recusavam a dar reconhecimento oficial à República Democrática Alemã (a Alemanha Oriental) que os russos tinham estabelecido em resposta à criação da Alemanha Ocidental em 1949. Em 1958, talvez estimulados pela aparente liderança da URSS em algumas áreas da corrida nuclear, Kruschov anunciou que a URSS não reconhecia mais os direitos das potências ocidentais em Berlim Ocidental. Quando os norte-americanos deixaram claro que resistiriam a qualquer tentativa de expulsá-los, Kruschov não foi adiante com a questão.

Em 1960, foi a vez de Kruschov se incomodar quando um avião espião U-2 dos Estados Unidos foi derrubado mais de 1.500 km dentro da Rússia. O presidente Eisenhower se recusou a pedir desculpas, defendendo o direito dos Estados Unidos de fazer voos de reconhecimento. Kruschov se retirou bruscamente da conferência que acabava de começar em Paris (Ilustração 7.2) e parecia que o degelo poderia ter terminado.

Em 1961 Kruschov sugeriu mais uma vez, agora para o novo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, que o Ocidente deveria se retirar de Berlim. Os comunistas estavam constrangidos pelo alto número de refugiados que escapavam da Alemanha Oridental para a Berlim Ocidental, uma média de 200.000 por ano, em um total de mais de 3 milhões desde 1945. Quando Kennedy se recusou foi construído o Muro de Berlim (agosto de 1961), uma monstruosidade de 45 km que cruzava toda a cidade, bloqueando de forma eficaz a rota de fuga (ver Mapa 7.3 e Ilustrações 7.3 e 7.4).

7.4 A CORRIDA ARMAMENTISTA NUCLEAR E A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA (1962)

(a) A corrida armamentista começa a acelerar

A corrida armamentista entre Oriente e Ocidente começou para valer próximo do final de 1949, depois que os russos produziram sua própria bomba atômica. Os norte-americanos tinham uma grande vantagem nas bombas desse tipo, mas os russos estavam determinados a alcançá-los, mesmo que a produção de armas nucleares representasse um fardo enorme à economia. Quando os Estados Unidos fabricaram a muito mais poderosa bomba de hidrogênio, perto do final de 1952, os russos fizeram o mesmo no ano seguinte, e em pouco tempo tinham desenvolvido um bombardeiro com autonomia suficiente para alcançar os Estados Unidos.

Os norte-americanos permaneceram muito à frente em número de bombas nucleares e bombardeiros, mas foram os russos que assumiram a liderança em agosto de 1957 quando produziram um novo tipo de arma – o míssil balístico intercontinental (ICBM), uma ogiva nuclear transportada por um foguete tão poderoso que podia atingir os Estados Unidos mesmo quando fosse disparada de dentro da URSS. Para não ficar para trás, os norte-americanos logo produziram sua própria versão do ICBM (conhecida como Atlas) e em pouco tempo tinham uma quantidade muito maior do que os russos. Os Estados Unidos também começaram a construir mísseis com um alcance mais curto, conhecidos como *Jupiters* e *Thors*, que poderiam atingir a URSS de pontos de lançamento na Europa e na Turquia. *Quando os russos conseguiram lançar o primeiro satélite terrestre do mundo (Sputnik I) em 1958*, os norte-americanos acharam, mais uma vez, que não poderiam fi-

Ilustração 7.2 Nikita Kruschov fica irritado na Conferência de Paris, em 1960, ao protestar aos norte-americanos pelo incidentes com o U-2.

car para trás. Em poucos meses eles lançaram seu próprio satélite terrestre.

(b) A crise dos mísseis de Cuba, 1962

Cuba se envolveu na Guerra Fria em 1959 quando Fidel Castro, que acabara de tomar o poder do corrupto ditador Batista, que era apoiado pelos norte-americanos, indignou os Estados Unidos nacionalizando propriedades e fábricas do país vizinho (ver Seção 8.2). À medida que as relações de Cuba com os Estados Unidos pioraram, com a URSS elas melhoraram: em janeiro do 1961 *os Estados Unidos romperam relações com Cuba* e os russos aumentaram sua ajuda econômica. Convencido de que Cuba era agora um Estado comunista em tudo, menos no nome, o novo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, aprovou o plano de um grupo de apoiadores de Batista para invadir Cuba a partir de bases norte-americanas na Guatemala (América Central). A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (*Central Intelligence Agency*, a CIA), uma espécie de serviço secreto, estava profundamente envolvida.

Nos Estados Unidos dessa época, havia uma visão geral de que era permitido a eles interferir nas questões internas de países soberanos e derrubar qualquer regime que considerassem hostil e próximo demais para que eles se sentissem confortáveis. A pequena for-

Mapa 7.3 Berlim e o muro, 1961.

Ilustração 7.3 O Muro de Berlim: à direita, Berlim Oriental, à esquerda, Berlim Ocidental.

Ilustração 7.4 O muro de Berlim: um morador de Berlim Oriental, de 18 anos, agoniza depois de ser baleado durante uma tentativa de fuga (esquerda). Ele é retirado por guardas da Alemanha Oriental (direita).

ça invasora de cerca de 1.400 homens desembarcou na Baía dos Porcos em abril de 1961, mas a operação foi tão mal planejada e mal realizada que as forças de Castro e seus dois aviões a jato não tiveram dificuldades para esmagá-la. Posteriormente, naquele mesmo ano, Castro anunciou que havia se tornado marxista e que Cuba era um Estado socialista. Kennedy continuava sua campanha para destruir Castro de várias maneiras: navios mercantes cubanos eram afundados, instalações na ilha eram sabotadas e tropas norte-americanas realizavam exercícios de invasão. Castro pediu ajuda militar à URSS.

Kruschov decidiu instalar mísseis nucleares em Cuba, dirigidos aos Estados Unidos, cujo ponto mais próximo estava há pouco mais de 150 km de Cuba. Ele pretendia instalar mísseis com um alcance de até 3.000 km, o que significaria que todas as grandes cidades na região central e leste do país, como Nova York, Washington, Chicago e Boston, estariam ameaçadas. Foi uma decisão arriscada, e houve um grande choque nos Estados Unidos quando, em outubro de 1962, fotografias tiradas por aviões espiões mostraram uma base de mísseis em construção (ver Mapa 7.4). Por que Kruschov tomou uma decisão tão arriscada?

- Os russos tinham perdido sua liderança em ICBMs, de modo que essa foi uma forma de tentar retomar a iniciativa das mãos dos Estados Unidos.
- Ela colocaria os norte-americanos sob o mesmo tipo de ameaça que os russos tinham que suportar com os mísseis norte-americanos instalados na Turquia. Como o próprio Kruschov escreveu em suas memórias, "os norte-americanos tinham nos cercado com bases militares, agora eles

saberiam o que é ter mísseis inimigos apontando para você".

- Era um gesto de solidariedade com seu aliado Castro, que estava sob ameaça constante; os mísseis poderiam ser usados contra tropas invasoras dos Estados Unidos.
- Testaria a determinação do novo e jovem presidente Kennedy.
- Talvez Kruschov pretendesse usar os mísseis para barganhar com o Ocidente a remoção dos mísseis norte-americanos da Europa ou uma retirada de Berlim.

Os assessores militares de Kennedy exigiram que ele lançasse ataques aéreos contra as bases, mas ele agiu com mais cautela: colocou as tropas em alerta, começou um bloqueio de Cuba para manter afastados os 25 navios russos que estavam trazendo mísseis ao país e exigiu a desmontagem das plataformas dos mísseis e a remoção dos que já estavam em Cuba. A situação era tensa e o mundo parecia à beira da guerra nuclear. O secretário-geral da ONU, U Thant, apelou para que ambos os lados tivessem prudência.

Kruschov tomou a primeira iniciativa: ordenou que os navios russos retornassem e acabaram chegando a um acordo. Kruschov prometeu retirar os mísseis e desmontar as plataformas; em retorno, Kennedy prometeu que os Estados Unidos não invadiriam Cuba de novo e passou a desarmar os mísseis Jupiter na Turquia (embora não permitisse que isso fosse anunciado publicamente).

A crise durou somente alguns dias, *mas fora extremamente tensa e seus resultados eram importantes*. Os dois lados poderiam

Mapa 7.4 A crise dos mísseis de Cuba, 1962.

afirmar ter ganhado alguma coisa, mas o mais importante era que ambos entenderam a facilidade com que poderia ter iniciado uma guerra nuclear e quão terríveis teriam sido os resultados. O evento pareceu fazer com que ambos refletissem e gerou um relaxamento importante da tensão. *Foi estabelecida uma linha telefônica (o "telefone vermelho") entre Moscou e Washington* para possibilitar consultas rápidas e em julho de 1963, a URSS, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha assinaram um Tratado de Proibição de Testes Nucleares, concordando em só realizar testes nucleares debaixo da terra, para evitar mais poluição da atmosfera.

Embora a maneira com que Kennedy lidou com a crise tenha sido muito elogiada no início, historiadores posteriores tem sido mais críticos. Sugeriu-se que ele deveria ter bancado o blefe de Kruschov, atacado Cuba e derrubado Castro. Por outro lado, alguns historiadores criticaram Kennedy por deixar que a crise se desenvolvesse, afirmando que, como os mísseis de longo alcance soviéticos já podiam alcançar os Estados Unidos desde a Rússia, os mísseis instalados em Cuba não representavam exatamente uma nova ameaça.

(c) A corrida continua durante a década de 1970

Embora em público os russos afirmassem que o desfecho da crise era uma vitória, privadamente eles admitiam que seu principal objetivo – estabelecer bases de mísseis próximas aos Estados Unidos – tinha fracassado. Mesmo a retirada de tropas norte-americanas e mísseis Jupiter da Turquia nada significavam, pois os Estados Unidos tinham agora outra ameaça, *os mísseis balísticos (conhecidos como Polaris, mais tarde, Poseidon) que poderiam ser lançados de submarinos (SLBMs)* no Mediterrâneo Oriental.

Os russos decidiram jogar todas as forças para alcançar os norte-americanos em seu estoque de ICBMs e SLBMs. Sua motivação não era apenas aumentar sua própria segurança: eles esperavam que, se conseguissem chegar a algum ponto próximo à igualdade, teriam uma boa chance de persuadir os norte-americanos a limitar e reduzir o aumento das armas. À medida que se envolviam mais profundamente na guerra no Vietnã (1961-1975), menos os Estados Unidos tinham para gastar em armas nucleares, e aos poucos, mas sempre, os russos começaram a alcançá-los. No início da década de 1970, eles superaram os Estados Unidos e seus aliados em número de ICBMs e SLBMs, e construíram uma nova arma, o míssil antibalístico (*anti-ballistic missile*, o ABM), que poderia destruir mísseis que se aproximassem antes que eles atingissem seus alvos.

No entanto, os norte-americanos estavam à frente em outros campos, pois tinham desenvolvido uma arma ainda mais terrível, o *veículo de reentrada independente multiplamente orientável (multiple independently targetable re-entry vehicle (MIRV))*, um míssil que poderia transportar até 14 ogivas separadas, cada uma podendo ser programada para um alvo diferente. Os russos logo desenvolveram sua versão do MIRV, conhecida como SS-20 (1977), apontando para a Europa Ocidental, mas não eram tão sofisticados quanto e MIRV e carregavam apenas três ogivas.

No final dos anos de 1970, os Estados Unidos responderam desenvolvendo *mísseis de cruzeiro (Cruise), instalados na Europa*, cujo avanço era chegar voando a baixas altitudes e assim conseguiam penetrar sob os radares russos.

E assim continuou; a esta altura, os dois lados tinham o suficiente em armamentos apavorantes para destruir o mundo várias vezes seguidas. O principal perigo era que um lado ou outro poderia ser tentado a experimentar vencer uma guerra nuclear atacando primeiro e destruindo todas as armas do outro antes que este tivesse tempo de retaliar.

(d) Protestos contra armas nucleares

Pessoas de muitos países estavam preocupadas com a forma com que as grandes potências continuavam a acumular armas nucleares e não

avançavam no sentido de controlá-las. Foram construídos movimentos para tentar persuadir governos a abolir as armas nucleares.

Na Grã-Bretanha a Campanha pelo Desarmamento Nuclear, que tinha começado em 1958, pressionava o governo a assumir a liderança para que a Grã-Bretanha fosse o primeiro país a abandonar as armas nucleares, o que ficou conhecido como desarmamento unilateral (desarmamento por parte de um único país). Eles esperavam que os Estados Unidos e a URSS seguissem a Grã-Bretanha e também se livrassem de suas armas nucleares. Foram feitas manifestações e passeatas de massas e em todas as Páscoas eles faziam uma marcha de protesto de Londres até Aldermaston (onde havia uma base de pesquisas em armas nucleares) e de volta (Ilustração 7.5).

Contudo, nenhum governo britânico ousou correr o risco, por acreditar que o desarmamento unilateral deixaria o país vulnerável a um ataque da URSS, só cogitando abandonar as armas como parte de um acordo geral entre todas as grandes potências (desarmamento multilateral). Durante os anos de 1980, houve manifestações em muitos países europeus, inclusive na Alemanha Ocidental e na Holanda. Na Grã-Bretanha muitas mulheres protestaram acampando ao redor da base norte-americana em Greenham Common (Berkshire), onde estavam posicionados os mísseis de cruzeiro. O medo era que se os norte-americanos lançassem qualquer desses mísseis, a Grã-Bretanha poderia ser quase destruída por uma retaliação nuclear russa. No longo prazo, talvez a enormidade do evento e todos os movimentos de protesto tenham cumprido algum papel no sentido de fazer com que ambos os lados se sentassem à mesa de negociações (ver Seção 8.6).

Ilustração 7.5 Manifestantes da Campanha pelo Desarmamento Nuclear chegam a Aldermaston e exigem que a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a URSS parem de fabricar, testar e acumular armas nucleares, 1958.

PERGUNTAS

1. Causas da Guerra Fria

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Resposta de Stalin ao discurso de Churchill sobre a "Cortina de Ferro", em uma entrevista ao Pravda, em 13 de março de 1941.

Fonte: Citado em Martin McCauley, *The Origins of the Cold War, 1941-1949* (Longman, 1995).

Considero (o discurso de Churchill) como uma jogada perigosa, calculada para semear a discórdia entre os países Aliados e impedir a colaboração entre eles. O Sr. Churchill assume agora a posição dos provocadores da guerra e não está só. O Sr. Churchill tem amigos não apenas na Grã-Bretanha, mas também nos Estados Unidos...

As seguintes circunstâncias não devem ser esquecidas: os alemães fizeram sua invasão da URSS por terra, através da Polônia, da Romênia, da Bulgária e da Hungria. Eles conseguiram invadir através desses países porque, na época, havia neles governos hostis à URSS. Como resultado da invasão alemã, a URSS perdeu cerca de sete milhões de pessoas no total. Em outras palavras, a perda de vidas do país foi várias vezes maior do que a da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos juntas. Então, o que pode surpreender no fato de que a URSS, ansiosa em relação à sua futura segurança, tente garantir que haja governos com uma atitude leal a ela nesses países? Como pode alguém que não tenha perdido o bom senso descrever as aspirações pacíficas da URSS como tendências expansionistas por parte de nosso estado?

(a) Explique por que Stalin considerou o discurso de Churchill sobre a cortina de ferro como uma "jogada perigosa".

(b) Usando as evidências apresentadas pela fonte e seu próprio conhecimento, explique até onde você concordaria com a visão de que os Estados Unidos foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento da Guerra Fria entre 1945 e 1953.

2. Em que aspectos o Plano Marshall, a divisão de Berlim, a tomada de poder comunista da Tchecoslováquia e a formação da OTAN contribuíram para o desenvolvimento da Guerra Fria?
3. Até onde está correto se falar em um "degelo" na guerra fria nos anos posteriores a 1953?
4. Quais foram as causas da crise dos mísseis de Cuba? Como ela se resolveu e quais foram as suas consequências?

8 A Expansão do Comunismo Fora da Europa e Seus Efeitos nas Relações Internacionais

RESUMO DOS EVENTOS

Embora o primeiro Estado comunista tenha sido estabelecido na Europa (na Rússia em 1917), o comunismo não se limitou ao continente, espalhando-se mais tarde pela Ásia, onde surgiram vários outros Estados, cada um com sua marca de marxismo. Já em 1921, estimulado pela Revolução Russa, foi formado o Partido Comunista Chinês (PCC), o qual, inicialmente, operava em conjunto com o Kuomintang (KMT), o partido que tentava governar a China e controlar os generais que estavam lutando entre si pelo poder. Ao estabelecer controle sobre uma parte maior da China, o KMT se sentiu forte o suficiente para prescindir da ajuda dos comunistas e tentou destruí-los, dando início a uma guerra civil entre o dois grupos.

A situação se tornou mais complexa quando os japoneses ocuparam a província chinesa da Manchúria em 1931 e invadiram outras partes da China em 1937. Quando a Segunda Guerra Mundial terminou com a derrota e a retirada dos japoneses, o líder do KMT, Chiang Kai-shek, ajudado pelos Estados Unidos, e os comunistas liderados por Mao Tse-tung, ainda estavam lutando. *Mao acabou triunfando em 1949*, e Chiang e seus apoiadores fugiram para a ilha de Taiwan (Formosa). Era o segundo país importante que seguia a Rússia em direção ao comunismo (ver Seção 19.4). Em 1951 os chineses invadiram e ocuparam o vizinho Tibete; uma revolta dos tibetanos em 1959 foi esmagada e desde então o país segue sob comando chinês.

Nesse meio-tempo, o comunismo também conquistou terreno na Coreia, que estava sob controle do Japão desde 1910. Depois da derrota dos japoneses em 1945 o país foi dividido em duas zonas: o norte, ocupado pelos russos e o sul, pelos norte-americanos. Os primeiros estabeleceram um governo comunista em sua zona, e como não se chegou a acordo sobre um governo para todo o país, a Coreia, como a Alemanha, permaneceu dividida em dois Estados. Em 1950 *a Coreia do Norte, comunista, invadiu a Coreia do Sul*. Forças das Nações Unidas (em sua maioria, norte-americanas) foram ajudar o Sul, enquanto os chineses ajudavam o norte. Depois de muitos avanços e recuos, a guerra terminou em 1953, com a Coreia do Sul permanecendo não comunista.

Em Cuba, no início de 1959, Fidel Castro derrubou o corrupto ditador Batista. Embora Fidel não fosse comunista no princípio, os Estados Unidos logo se voltaram contra ele, principalmente em 1962, quando descobriram que havia mísseis russos instalados na ilha (ver Seção 7.4(b). Esses mísseis acabaram retirados após uma tensa crise durante a Guerra Fria, que levou o mundo à iminência de uma guerra nuclear.

No Vietnã, uma situação parecida com a da Coreia ocorreu depois que os vietnamitas obtiveram a independência da França (1954): o país foi dividido, temporariamente, pensava-se, em norte (comunista) e sul (não comunista). Quando explodiu uma rebelião no sul contra o governo corrupto, os

norte-vietnamitas deram ajuda aos rebeldes. Os Estados Unidos se envolveram muito, apoiando o governo do Vietnã do Sul para barrar o avanço do comunismo. Em 1973 os Estados Unidos se retiraram da luta, as forças sul-vietnamitas rapidamente entraram em colapso e o país todo se unificou sob um governo comunista (1975). Antes do final da guerra, os vizinhos **Camboja** e **Laos** também se tornaram comunistas.

Na **América do Sul**, que tinha uma tradição de ditaduras militares de direita, o comunismo teve pouco sucesso, com exceção do **Chile**, onde, em 1970, um governo marxista foi democraticamente eleito, com Salvador Allende como presidente. Esse foi um evento interessante, mas de curta duração, já que em 1973 o governo foi derrubado e Allende, morto.

A **África** assistiu à instalação de governos com fortes conexões marxistas em **Moçambique** (1975) e **Angola** (1976) que tinham acabado de conquistar suas independências de Portugal. Isso causou mais alarme e interferência por parte do Ocidente (ver Seções 24.6(d) e 25.6).

Durante a segunda metade dos anos de 1970, começou um degelo mais sólido na Guerra Fria, *com o período conhecido como* détente *(um relaxamento mais permanente de tensões)*, mas houve vários soluços, como a invasão russa do Afeganistão (1979), antes de Mikhail Gorbachov (que se tornou líder russo em março de 1985), que fez um esforço realmente obstinado para terminar a Guerra Fria de uma vez por todas, e foram assinadas algumas limitações aos armamentos.

Foi então que a situação mudou dramaticamente: em 1989 o comunismo começou a ruir no Leste Europeu. Em 1991 o bloco comunista estava desintegrado e as Alemanhas Ocidental e Oriental foram reunificadas. Inclusive a URSS foi dividida e deixou de ser comunista. Embora o comunismo se mantivesse na China, no Vietnã e na Coreia do Norte, a Guerra Fria estava definitiva e verdadeiramente encerrada.

8.1 A GUERRA NA COREIA E SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(a) Antecedentes da guerra

As origens da guerra residem no fato de que a Coreia estava sob ocupação do Japão desde 1910. Quando os japoneses foram derrotados (agosto de 1945), os Estados Unidos e a URSS concordaram em dividir o país em duas zonas ao longo do paralelo 38 (a linha da latitude do grau 38) ao norte, para que pudessem organizar conjuntamente a rendição e a retirada dos japoneses – a Rússia ao norte (que fazia fronteira com a Coreia) e os norte-americanos ao sul. Para os Estados Unidos não seria uma divisão permanente. As Nações Unidas queriam eleições livres para todo o país e os norte-americanos concordavam, acreditando que, como sua zona continha dois terços da população, o norte comunista perderia a votação. Entretanto, a unificação da Coreia, assim como a da Alemanha, em pouco tempo se tornou parte da rivalidade da Guerra Fria: não se chegou a nenhum acordo, e a divisão artificial continuou (ver Mapa 8.1).

Foram realizadas eleições no sul sob supervisão da ONU, e foi fundada *a República da Coreia, independente, ou Coreia do Sul*, com Syngman Rhee como presidente e a capital em Seul (agosto de 1948). No mês seguinte, os russos criaram a República Democrática Popular da Coreia ou Coreia do Norte, sob o governo comunista de Kim Il Sung, com a capital em Pyongyang. Em 1949 as tropas russas e norte-americanas foram retiradas, deixando uma situação potencialmente perigosa: a maioria dos coreanos estava muito descontente com a divisão artificial que fora imposta a seu país por forasteiros, mas ambos os líderes reivindicavam o direito de governar todo o país. Em pouco tempo ficou claro que Syngman Rhee era um autoritário inescrupuloso, enquanto Kim Il Sung era ainda pior, pois parecia estar se espelhando em Stalin, prendendo e executando muitos de seus críti-

Mapa 8.1 A guerra na Coreia.

cos. Sem aviso tropas norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul em junho de 1950.

(b) Por que os norte-coreanos invadiram o sul?

Ainda hoje não está claro como o ataque se originou ou de quem foi a ideia. *Já foram apresentados as seguintes sugestões*:

- Foi ideia do próprio Kim Il Sung, possivelmente estimulado por uma declaração de Dean Acheson, secretário de estado norte-americano, no início dos anos de 1950. Acheson falava de quais áreas no Pacífico os Estados Unidos pretendiam defender e, por alguma razão, não incluiu a Coreia.
- Kim Il Sung pode ter sido estimulado pelo governo comunista chinês que, na mesma época, estava concentrando tropas na província de Fukien, em frente a Taiwan, como se estivessem por atacar Chiang Kai-shek.
- Talvez Stalin e os russos também fossem responsáveis querendo testar a determinação de Truman. Eles haviam dado tanques e outros equipamentos aos norte-coreanos. Uma tomada do poder pelos comunistas no sul fortaleceria a posição da Rússia no Pacífico e seria um gesto esplêndido contra os Estados Unidos, para compensar o fracasso de Stalin em Berlim Ocidental.

- Os comunistas afirmaram que a Coreia do Sul tinha iniciado a guerra, quando tropas do "bandido traidor" Syngman Rhee atravessaram o paralelo 38.

Provavelmente a visão mais aceita hoje em dia é a de que o próprio Kim Il Sung teve a ideia de uma campanha para unificar a península e que a URSS e a China aprovaram o plano e prometeram ajuda na forma de materiais de guerra, mas deixaram claro que não tinham qualquer desejo de se envolver diretamente.

(c) Os Estados Unidos agem

Havia várias razões para a decisão do presidente Truman de intervir:

- Ele estava convencido de que o ataque era obra de Stalin e o considerou como um desafio deliberado e parte de um amplo plano da Rússia de ampliar o comunismo o máximo possível.
- Alguns norte-americanos consideravam a invasão semelhante às políticas de Hitler na década de 1930. A conciliação com os agressores havia fracassado naquela época, de modo que era essencial não cometer o mesmo erro mais uma vez.
- Truman achava que era importante apoiar a Organização das Nações Unidas, que havia substituído a Liga das Nações. A Liga não foi capaz de preservar a paz porque as grandes potências – principalmente os Estados Unidos – não se dispuseram a apoiá-la.
- Truman era um presidente Democrata, ele e seu partido estavam sofrendo fortes críticas dos Republicanos por não agir contra o que consideravam como o perigoso avanço do comunismo mundial. Um senador Republicano, Joseph McCarthy, afirmava que o departamento de estado estava "infestado" de comunistas que estariam, na verdade, trabalhando para a URSS (ver Seção 23.3). Truman estava ansioso para mostrar que essa afirmação era infundada.

Assim, as políticas desenvolvidas pelos Estados Unidos mudaram de forma decisiva: em vez de somente ajuda econômica e promessas de apoio, Truman decidiu que era essencial para o Ocidente assumir uma posição apoiando a Coreia do Sul. Tropas norte-americanas foram enviadas do Japão à Coreia mesmo antes de a ONU ter decidido qual seria sua atitude. O Conselho de Segurança da organização exigiu que a Coreia do Norte retirasse suas tropas e, quando isso foi ignorado, pediu que os Estados-membros enviassem ajuda à Coreia do Sul. Essa decisão foi tomada na ausência da delegação russa, que estava boicotando as reuniões em protesto pela recusa da ONU a permitir que o novo regime de Mao estivesse representado, e que certamente teria vetado a decisão. Os Estados Unidos e outros 14 países (Austrália, Canadá, Nova Zelândia, China Nacionalista, França, Holanda, Bélgica, Colômbia, Grécia, Turquia, Panamá, Filipinas, Tailândia e Grã-Bretanha) enviaram tropas, embora a ampla maioria fossem norte-americanas. Todas as forças estavam sob o comando do general norte-americano MacArthur.

Sua chegada foi no momento exato para impedir que toda a Coreia do Sul fosse tomada pelos comunistas. Em setembro, forças comunistas capturaram todo o país, exceto o sudeste, em torno do porto de Pusan. Reforços da ONU choveram sobre Pusan e, no dia 15 de setembro, fuzileiros navais dos Estados Unidos desembarcaram em Inchon, próximo a Seul, pouco mais de 300 km atrás das linhas de frente comunistas. Seguiu-se um colapso incrivelmente rápido das forças norte-coreanas: no final de setembro tropas da ONU entraram em Seul e limparam o sul dos comunistas. Em lugar de propor um cessar-fogo, agora que o objerivo original da ONU tinha sido atingido, Truman ordenou uma invasão da Coreia do Norte, com aprovação da ONU, visando a unificar o país e realizar eleições livres. O ministro chinês de relações exteriores, Zhou Enlai alertou que a China resistiria se as tropas da ONU entrassem na Coreia do Norte, mas o alerta foi ig-

norado. No final de outubro, elas capturaram Pyongyang, ocuparam dois terços do país e chegaram ao rio Yalu, a fronteira entre a Coreia do Norte e a China.

O governo chinês ficou alarmado: os Estados Unidos já tinham posicionado uma frota entre Taiwan e o continente para impedir um ataque a Chiang, e parecia haver todas as probabilidades de invasão da Manchúria (a parte da China que faz fronteira com a Coreia do Norte). Em novembro, portanto, os chineses lançaram uma contraofensiva de grandes proporções, com mais de 300.000 soldados descritos como "voluntários". Em meados de janeiro de 1951, expulsaram as tropas da ONU da Coreia do Norte, atravessaram o paralelo 38 e capturaram Seul mais uma vez. MacArthur ficou chocado com o poder das forças chinesas e afirmou que a melhor maneira de derrotar o comunismo era atacar a Manchúria, com bombas atômicas se fosse necessário. Entretanto, Truman achava que isso provocaria uma guerra em grande escala, o que os Estados Unidos não queriam, de forma que *decidiu se contentar em simplesmente conter o comunismo*. MacArthur perdeu seu posto de comando. Em junho tropas da ONU expulsaram os comunistas da Coreia do Sul mais uma vez (Ilustração 8.1) e fortificaram a fronteira. Foram iniciadas negociações de paz em Panmunjom que duraram dois anos e terminaram em 1953 com um acordo segundo o qual a fronteira estaria localizada no paralelo 38, onde era antes de começar a guerra.

(d) Os resultados da guerra foram amplos

1. Para a Coreia foi um desastre: o país ficou devastado, cerca de quatro milhões de soldados e civis coreanos foram mortos e cinco milhões de pessoas estavam desabrigadas. A divisão parecia permanente; ambos os Estados continuaram muito desconfiados um do outro e alta-

Ilustração 8.1 Fuzileiros navais dos Estados Unidos vigiam prisioneiros norte-coreanos que estão nus para que possam revistar suas roupas em busca de armas escondidas.

mente armados, e houve violações constantes do cessar-fogo.

2. Truman podia tirar alguma satisfação de ter contido o comunismo e afirmar que seu sucesso, mais o rearmamento norte-americano, dissuadiram o comunismo mundial de mais agressões. Contudo, muitos Republicanos achavam que os Estados Unidos tinham perdido uma oportunidade de destruir o comunismo na China e essa sensação contribuiu para os excessos do macarthismo (ver Seção 23.3).
3. A ONU tinha exercido sua autoridade e revertido um ato de agressão, mas o mundo comunista a denunciou como uma ferramenta dos capitalistas.
4. O desempenho militar da China comunista foi impressionante. O país tinha impedido a unificação da Coreia sob influência norte-americana e agora era claramente uma potência mundial. O fato de não ter um assento na ONU parecia ainda menos razoável.
5. O conflito deu uma nova dimensão à Guerra Fria. As relações dos Estados Unidos com a China estavam permanentemente tensas, assim como com os russos. O padrão conhecido, em que ambos os lados tentavam construir alianças, surgia agora na Ásia, além da Europa. A China apoiou os comunistas indochineses em sua luta por independência da França, e ao mesmo tempo oferecia ajuda a países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, na Ásia, África e América Latina. Foram assinados acordos de "coexistência pacífica" com Índia e Birmânia (1954).

Nesse meio-tempo, os norte-americanos tentaram cercar a China com bases: em 1951 foram assinados acordos defensivos com a Austrália e a Nova Zelândia, e em 1954, esses três Estados, junto com a Grã-Bretanha e a França, estabeleceram a Organização do *Tratado* do Sudeste Asiático (*South East Asia Treaty Organization, SEATO)*. Contudo, os Estados Unidos ficaram decepcionados quando somente três países asiáticos – o Paquistão, a Tailândia e as Filipinas – se filiaram à SEATO. Estava claro que muitos queriam ficar de fora da Guerra Fria e continuar sem se comprometer.

As relações entre Estados Unidos e China sempre foram ruins, em função da situação de Taiwan. Os comunistas ainda esperavam capturar a ilha e destruir Chiang Kai-shek e seu partido nacionalista para sempre, mas os norte-americanos estavam comprometidos com a defesa de Chiang e queriam manter Taiwan como base militar.

8.2 CUBA

(a) Por que Fidel subiu ao poder?

A situação que resultou na chegada de Fidel Castro ao poder, em janeiro de 1959, foi-se acumulando ao longo de vários anos.

1. *Havia um ressentimento antigo entre os cubanos em função da influência norte-americana no país* que vinha desde 1898, quando os Estados Unidos ajudaram a resgatar Cuba do controle espanhol. Embora a ilha tenha continuado como república independente, de tempos em tempos eram necessárias tropas norte-americanas para manter a estabilidade, a ajuda financeira e os investimentos dos Estados Unidos mantinham a economia cubana em movimento. Na verdade, a afirmação de que os Estados Unidos controlavam a economia cubana tinha algo de real: as empresas norte-americanas detinham controle de indústrias cubanas (açúcar, tabaco, têxteis, ferro, níquel, cobre, manganês, papel e rum), eram donas de metade das terras, cerca de três quartos das ferrovias, toda a produção de eletricidade e do sistema telefônico inteiro. Os Estados Unidos eram o principal mercado para as exportações de Cuba, das quais o açúcar era, de longe, a mais importante. Tudo isso

explica por que o embaixador dos Estados Unidos em Havana (a capital cubana) costumava ser chamado de o segundo homem mais importante em Cuba. A conexão norte-americana não precisaria causar tanto descontentamento se tivesse resultado em um país administrado de forma eficiente, mas isso não aconteceu.

2. Embora fosse próspera em comparação com outros países latino-americanos, *Cuba era dependente demais da exportação de açúcar, e a riqueza do país estava concentrada nas mãos de uns poucos*. O desemprego era um problema grave, variando de cerca de 8% da força de trabalho nos cinco meses de colheita de açúcar a mais de 30% no restante do ano. Mesmo assim, não havia seguro-desemprego, e os sindicatos, dominados por trabalhadores que tinham empregos o ano todo nos engenhos, nada faziam para ajudar. A pobreza e o desemprego contrastavam muito com a riqueza em Havana e nas mãos de membros do governo; consequentemente, *as tensões sociais eram altas*.
3. *Não havia sido estabelecido qualquer sistema político eficaz*. Em 1952 Fulgencio Batista, que era um importante político desde 1933, tomou o poder em um golpe militar e começou a governar como ditador. Não introduziu qualquer reforma e, segundo o historiador Hugh Thomas, "passava muito tempo cuidando de seus assuntos privados e de suas fortunas no exterior, deixando muito pouco tempo para os assuntos do Estado". Além de corrupto, seu regime era violento.
4. *Como não havia perspectiva de uma revolução social pacífica*, cresceu o sentimento de que era necessária uma revolução violenta. O principal expoente dessa visão era Fidel Castro, um jovem advogado com origens de classe média que se especializou em defender os pobres. Antes de chegar ao poder, Fidel era mais um nacionalista liberal do que comunista, queria livrar Cuba de Batista e da corrupção, e introduzir reforma agrária limitada de forma que todos os camponeses recebessem alguma terra. Depois de uma tentativa malsucedida de derrubar Batista em 1953, que lhe rendeu dois anos de cadeia, Fidel começou uma campanha de guerrilha e sabotagem nas cidades. Os rebeldes logo passaram a controlar as serras do leste e do norte e conquistaram o apoio popular ali, realizando a política de reforma agrária de Fidel.
5. *A reação de Batista funcionou a favor de Fidel*. Ele fez represálias selvagens contra os guerrilheiros, torturando e matando suspeitos. Inclusive grande parte da classe média passou a apoiar Fidel, como a forma mais provável de se livrar de um ditador brutal. O moral do exército mal remunerado de Batista começou a desmoronar no verão de 1958, depois de uma tentativa fracassada de destruir as forças de Fidel. Os Estados Unidos começaram a se sentir constrangidos com o comportamento de Batista e cortaram o fornecimento de armas, o que representou um duro golpe no prestígio do ditador. Em setembro, uma pequena força rebelde, sob o comando do argentino Che Guevara, apoiador de Fidel, obteve o controle da principal estrada que cruzava a ilha e se preparava para avançar sobre Santa Clara. Em 1° de janeiro de 1959 Batista fugiu de Cuba, foi estabelecido um governo liberal com Fidel no comando.

(b) Como as relações exteriores de Cuba foram afetadas?

As relações de Cuba com os Estados Unidos não deterioraram imediatamente. Fidel Castro era considerado, no máximo, um social-democrata, de forma que a maioria dos norte-americanos estava disposta a lhe dar

uma chance. Em pouco tempo ele indignou os Estados Unidos ao nacionalizar terras e fábricas de propriedade de norte-americanos. O presidente Eisenhower ameaçou parar de importar açúcar cubano, forçando Fidel a assinar um acordo comercial com a Rússia. Em julho de 1960, quando os norte-americanos cumpriram sua ameaça, a URSS prometeu comprar açúcar de Cuba, e Fidel confiscou o que restava de propriedade norte-americana. À medida que as relações de Cuba com os Estados Unidos pioravam, as relações com a URSS melhoravam: em janeiro de 1961 os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba, mas os russos já estavam fornecendo ajuda econômica. (Com relação ao que aconteceu depois – a invasão da Baia dos Porcos e a crise dos mísseis – ver Seção 7.4(b)). Após a crise dos mísseis, as relações entre os Estados Unidos e Cuba permaneceram frias. A atitude de outros Estados latino-americanos, a maioria com governos de direita, era de extrema suspeição. Em 1962 eles expulsaram Cuba da Organização de Estados Americanos (OEA), o que só tornou o país mais dependente da URSS.

(c) Fidel e seus problemas

Cuba era muito dependente dos Estados Unidos – e mais tarde, da URSS – para a venda da maior parte de suas exportações de açúcar; a economia se baseava na indústria açucareira e estava à mercê de flutuações nos preços do produto. O governo e a administração estavam completamente tomados pela corrupção, e ainda havia graves problemas de desemprego e pobreza. O novo governo lançou-se a enfrentar tudo com entusiasmo e dedicação. O historiador David Harkness escreve que, durante os primeiros 10 anos, Fidel pegou um país pobre e atrasado pelo pescoço e o fez estremecer, criando padrões de vida novos e radicalmente diferentes. A terra agriculturável foi assumida pelo governo e foram introduzidas fazendas coletivas, fábricas e empresas foram nacionalizadas, houve tentativas de modernizar e aumentar a produção de açúcar, bem como introduzir novos setores e reduzir a dependência de Cuba em relação ao açúcar. As reformas sociais incluíram tentativas de melhorar a educação, a moradia, a saúde, as instalações médicas e as comunicações. Havia igualdade para os negros e mais direitos para as mulheres. Havia cinemas, teatros, concertos e exposições de arte ambulantes. O próprio Fidel parecia ter uma energia ilimitada e estava constantemente viajando pela ilha, fazendo discursos e pedindo que as pessoas fizessem mais esforços.

No final da década de 1970, o governo poderia afirmar ter tido um sucesso considerável, principalmente no campo das reformas sociais. Todas as crianças estavam recebendo alguma educação (em vez de menos da metade antes de 1959), o saneamento, a higiene e a saúde foram melhorados em muito, o desemprego e a corrupção, reduzidos, e havia uma sensação de igualdade e estabilidade maior do que jamais havia existido. A ampla maioria das pessoas parecia apoiar o governo. Esses êxitos foram conquistados contra um pano de fundo de contínuo assédio e tentativas de desestabilização por parte dos Estados Unidos que incluíam um embargo comercial, ataques com bombas a fábricas cubanas, refinarias de petróleo e usinas de açúcar. No governo do presidente Nixon (1969-1974), a campanha se intensificou a tal ponto que os Estados Unidos chegaram a patrocinar o terrorismo. Nos anos de 1990, o embargo econômico a Cuba ficou mais rígido do que nunca e foi condenado pela União Europeia, mas o governo Clinton rejeitou essa "interferência".

Previsivelmente, em função desses problemas, algumas das políticas de Fidel tiveram pouco êxito: a tentativa de diversificar a produção industrial e agrícola foi decepcionante e a economia da ilha continuou dependendo de forma pouco saudável da qualidade da colheita de açúcar, do preço mundial do produto e da disposição da URSS e seus satélites de comprar as exportações cubanas. Em 1980, a lavoura de açúcar foi redu-

zida por causa de uma infecção por fungos, enquanto a de tabaco foi gravemente afetada por outro fungo, jogando a ilha em uma crise econômica, aumentando mais uma vez o desemprego e fazendo com que milhares de pessoas começassem a emigrar para os Estados Unidos. Foi introduzido racionamento de comida e toda a economia estava sendo altamente subsidiada pela URSS. Em 1991, quando a URSS se dividiu e deixou de ser comunista, Cuba perdeu sua mais forte apoiadora.

Entretanto, o regime de Fidel continuou sobrevivendo. Durante os últimos anos do século XX, a economia foi impulsionada por um crescimento no turismo. Fidel continuou a desfrutar de boas relações com a Venezuela: em outubro de 2000, o governo venezuelano concordou em fornecer petróleo a Cuba por preços favoráveis. Não obstante, a maioria dos Estados latino-americanos considerava o país como um pária; Cuba foi o único país do continente que não foi convidado para a Cúpula das Américas, realizada em Quebec em 2001. Uma nova crise econômica se desenvolveu em 2002, causada em parte pela seca e a consequente colheita fraca de açúcar de 2001, e em parte porque os ataques terroristas de setembro de 2001 nos Estados Unidos prejudicaram o turismo. As atenções agora se voltavam muito à questão de quem sucederia o presidente Fidel Castro, que fez 78 anos em 2005, e seu mais provável sucessor parecia ser seu irmão Raul.*

8.3 AS GUERRAS NO VIETNÃ, 1946-1954 E 1961-1975

A Indochina, que consistia em três áreas, Vietnã, Laos e Camboja, fazia parte do império francês no sudeste da Ásia e foi cenário de conflitos quase permanentes desde o final da Segunda Guerra Mundial. Na primeira fase do conflito os povos dessas áreas lutaram por sua independência dos franceses e a conquistaram. A segunda fase (1961-1975) começou com a guerra civil no Vietnã do Sul. Os Estados Unidos intervieram para impedir mais expansão do comunismo, mas acabaram tendo que admitir o fracasso.

(a) 1946-1954

De 1946 até 1954 os vietnamitas lutaram pela independência em relação à França. A Indochina estava ocupada pelos japoneses durante a guerra. A resistência a japoneses e franceses foi organizada pela *Liga pela Independência Vietnamita (Vietminh)*, liderada pelo comunista Ho Chi Minh, que havia passado muitos anos na Rússia aprendendo a organizar revoluções. A Vietminh, embora liderada por comunistas, era uma aliança de todos os matizes de opinião política que queriam o fim do controle estrangeiro. No final da guerra, em 1945, Ho Chi Minh declarou a independência de todo o Vietnã. Quando ficou claro que os franceses não tinham qualquer intenção de permitir uma independência total, começaram as hostilidades, dando início a uma luta de oito anos que terminou com a derrota francesa em Dien Bien Phu (maio de 1954). Os militares do Vietminh tiveram sucesso, em parte, por serem mestres nas táticas de guerrilha e ter apoio massivo do povo vietnamita, e porque os franceses, ainda sofrendo dos efeitos da Guerra Mundial, não conseguiram enviar tropas suficientes. O fator decisivo foi, provavelmente, que, a partir de 1950, o novo governo chinês de Mao Tse-tung forneceu armas e equipamentos aos rebeldes. Os Estados Unidos também se envolveram: considerando a luta como parte da Guerra Fria e da luta contra o comunismo, os norte-americanos forneceram aos franceses ajuda militar e econômica, mas não foi suficiente.

Segundo o Acordo de Genebra (1954), Laos e Camboja deveriam ser independentes, e o Vietnã foi dividido temporariamente em

* N. de R. T.: Em 2006 Fidel se afastou, por razões de saúde, sendo, efetivamente, substituído por seu irmão Raúl.

······ Trilha Ho Chi Minh

■ Bases norte-americanas

Mapa 8.2 As guerras no Vietnã.

dois Estados no paralelo 17 (ver Mapa 8.2). O governo de Ho Chi Minh foi reconhecido no Vietnã do norte, o Vietnã do Sul teria um governo separado até o futuro próximo, mas haveria eleições em julho de 1956 para todo o país que então seria unificado. Ho Chi Minh ficou decepcionado com a divisão, mas tinha confiança de que os comunistas venceriam as eleições nacionais. Acontece que as eleições nunca foram realizadas, e parecia provável uma repetição da situação da Coreia. Uma guerra civil foi se desenvolvendo no Vietnã do Sul, que acabou envolvendo o Norte e os Estados Unidos.

(b) O que causou a guerra civil no Vietnã do Sul e por que os Estados Unidos se envolveram?

1. O governo do Vietnã do Sul, do presidente Ngo Dinh Diem (escolhido por um referendo nacional em 1955) se recusou a fazer os preparativos para eleições em todo o país. Os Estados Unidos, que apoiavam seu regime, não o pressionavam por medo de uma vitória comunista se as eleições acontecessem. O presidente Eisenhower (1953-1961) estava tão preocupado quanto havia estado Truman em relação ao avanço do comunismo e parecia obceca-

do com a "teoria do dominó", segundo a qual, se há uma fila de peças de dominós em pé, próximas, e uma for derrubada, esta baterá na próxima da linha e assim por diante. Eisenhower achava que isso poderia se aplicar a países: se um país da região "caísse" no comunismo, rapidamente "derrubaria" seus vizinhos.

2. Embora Ngo tenha começado com energia, seu governo perdeu popularidade em pouco tempo: ele vinha de uma família católica rica, enquanto três quartos da população eram camponeses budistas que se sentiam discriminados, exigindo uma reforma agrária do tipo realizado na China e no Vietnã do Norte. Ali, a terra foi retirada de proprietários ricos e redistribuída entre as pessoas mais pobres, o que não aconteceu no Vietnã do Sul. Ngo também adquiriu uma reputação – talvez não merecida de todo – de corrupto e era impopular entre os nacionalistas, que o consideravam muito sob influência dos Estados Unidos.
3. Em 1960, vários grupos de oposição, que incluíam muitos antigos membros comunistas da Vietminh, formaram a *Frente de Libertação Nacional (FLN)*, e exigiam um governo democrático de coalizão nacional que introduziria reformas e negociaria pacificamente um Vietnã unificado. Começou uma campanha de guerrilha, atacando representantes e prédios do governo. Os monges budistas tinham seu tipo especial de protesto: cometiam suicídio em público, ateando fogo em si mesmos. A credibilidade de Ngo declinou mais ainda quando ele desconsiderou todas as críticas, mesmo que fossem razoáveis, e toda a oposição como sendo de inspiração comunista. Na verdade, os comunistas eram apenas uma parte da *(FLN)*. Ngo também introduziu medidas de segurança rígidas. Ele foi derrubado e assassinado em um golpe do exército em novembro de 1963, depois do qual o país foi governado por uma sucessão de generais – com o presidente Nguyen Van Thieu sendo o que mais durou (1967-1975). A destituição de Ngo deixou a situação básica inalterada e a guerrilha continuou.
4. Quando ficou claro que Ngo não tinha como dar conta da situação, os Estados Unidos decidiram aumentar sua presença militar no Vietnã do Sul. Sob a presidência de Eisenhower eles tinham apoiado o regime desde 1954, com assessores econômicos e militares, e aceitaram a afirmação de Ngo de que os comunistas estavam por trás de todos os problemas. Depois de não conseguir derrotar o comunismo na Coreia do Norte e em Cuba, os Estados Unidos achavam que deveriam ser firmes. Kennedy e seu sucessor Lyndon Johnson estavam dispostos a ir além de fornecer ajuda econômica e assessores. Em público, os norte-americanos diziam que a intervenção era para proteger a independência do povo vietnamita, mas a verdadeira razão era garantir que o país permanecesse no bloco não comunista.
5. Essa determinação dos Estados Unidos se fortaleceu ao saber que o *Vietcong* (como eram conhecidos os guerrilheiros) (Ilustração 8.2) estava recebendo suprimentos, equipamento e tropas do Vietnã do Norte. Ho Chi Minh acreditava que essa ajuda se justificava: eram os Estados Unidos e o Sul que não respeitavam os acordos de Genebra; como o Vietnã do Sul não aceitava eleições nacionais, só a força poderia unificar as duas metades do país.
6. O envolvimento norte-americano no Vietnã foi diferente do papel cumprido na Coreia, onde eles lutaram como parte de uma coalizão da ONU. Entre um evento e outro, muitos novos membros tinham entrado para a ONU, a maioria deles, ex-colônias das potências europeias. Esses novos Estados eram críti-

Ilustração 8.2 Um suspeito vietcongue é executado em Saigon pelo chefe de polícia Nguyen Ngoc Loan, 1968.

cos em relação ao que consideravam intervenção não justificada dos Estados Unidos no que deveria ser um país independente. Não se poderia contar com eles para apoiar uma ação dos Estados Unidos através da ONU e, portanto, o país teve que agir por conta própria, sem participação da organização.

(c) As fases da guerra

Estas fases correspondem aos sucessivos presidentes dos Estados Unidos, cada uma com a introdução de novas políticas.

1. *Kennedy (1961-1963)* tentou manter o envolvimento norte-americano limitado a uma campanha antiguerrilha. Ele enviou cerca de 16.000 "assessores", além de helicópteros e outros equipamentos, introduziu a política da "*aldeia segura*", na qual camponeses locais eram deslocados em massa para aldeias fortificadas, deixando os *vietcongues* isolados do lado de fora. Isso fracassou porque a maioria dos vietcongues era de camponeses que simplesmente continuaram a atuar dentro das aldeias.
2. *Johnson (1963-1969)* se deparou com uma situação, segundo relatórios de assessores norte-americanos em 1964, em que o Vietcong e a FLN controlavam cerca de 40% das aldeias sul-vietnamitas e a população camponesa parecia lhes dar apoio. Ele partiu do pressuposto de que o Vietcong era controlado por Ho Chi Minh e decidiu bombardear o Vietnã do Norte (1965) na expectativa de que Ho suspendesse a campanha. Muitos historiadores responsabilizaram Johnson por comprometer os Estados Unidos tão profundamente no Vietnã, chamando-a de "a guerra de Johnson".

Avaliações recentes assumiram uma visão mais simpática da difícil situação de Johnson. Segundo Kevin Ruane, "longe de ser o falcão da lenda, os historiadores agora tendem a ver Johnson como um homem abalado por incertezas sobre que rumo tomar no Vietnã". Ele tinha receio de que uma intervenção dos Estados Unidos em grande escala traria a China para a guerra. Seu interesse verdadeiro era a campanha pela reforma social, seu programa "grande sociedade" (ver Seção 23.1(d)), mas ele herdou a situação como consequência de decisões tomadas pelos dois presidentes anteriores. Ele foi o azarado e achou que não tinha alternativa a honrar os compromissos deles. Nos sete anos seguintes, *foram lançadas mais toneladas de bombas no Vietnã do Norte do que haviam sido na Alemanha na Segunda Guerra Mundial*. Além disso, mais de meio milhão de soldados norte-americanos chegaram ao Sul. Apesar desses enormes esforços, o Vietcong conseguiu desencadear uma ofensiva em fevereiro de 1968, que capturou algo como 80% de todas as aldeias e cidades. Ainda que tenha perdido muito terreno depois, essa ofensiva convenceu muitos norte-americanos da falta de sentido da luta. A opinião pública dos Estados Unidos fez muita pressão sobre o governo para se retirar do Vietnã. Alguns especialistas militares disseram a Johnson que os Estados Unidos não poderiam ganhar a guerra a qualquer custo. Em 31 de março de 1968, Johnson anunciou que suspenderia o bombardeio do Vietnã do Norte, congelaria os efetivos e buscaria uma paz negociada. Em maio, foram abertas conversações de paz em Paris, mas não conseguiram chegar a nenhum compromisso rápido, e essas reuniões continuaram por cinco anos.

3. *Nixon (1969-1974)* entendeu que era necessária uma nova postura, já que a opinião pública dificilmente deixaria que ele enviasse mais soldados norte-americanos. No início de 1969 havia meio milhão de soldados dos Estados Unidos, 50.000 sul-coreanos e 750.000 sul-vietnamitas contra 450.000 Vietcongues, mais, talvez, 70.000 norte-vietnamitas. A ideia de Nixon ficou conhecida como "vietnamização": os norte-americanos rearmariam e treinariam o exército sul-vietnamita para cuidar da defesa do Vietnã do Sul, o que possibilitaria uma retirada gradual das tropas dos Estados Unidos (na verdade, metade delas já tinham sido mandadas de volta em meados de 1971). Por outro lado, Nixon retomou o bombardeio pesado do Vietnã do Norte e também da *Trilha Ho Chi Minh* no Laos e no Camboja, pela qual chegavam suprimentos e tropas do Vietnã do Norte. De nada adiantou: no final de 1972, o Vietcong controlava toda a metade leste do país. Nixon estava sob pressão em seu país e também da opinião pública mundial, para retirar as tropas. Vários fatores causaram uma reação contrária à guerra:

- o terrível bombardeio do Vietnã do Norte, do Laos e do Camboja;
- o uso de substâncias químicas para destruir vegetação e de gel de napalm inflamável, que queimava as pessoas vivas; os efeitos secundários das substâncias químicas fizeram com que muitos bebês nascessem com deformidades e deficiências.
- as mortes de milhares de civis inocentes. O incidente mais notório aconteceu em março de 1968, quando soldados norte-americanos cercaram os habitantes da aldeia de My Lai, incluindo idosos que carregavam crianças pequenas. Todos foram baleados e enterrados em covas coletivas; entre 450 e 500 pessoas foram mortas.

Nixon acabou reconhecendo que não havia um plano comunista mono-

lítico para dominar o mundo. Na verdade, as relações entre a China e a URSS eram extremamente difíceis e houve inúmeros conflitos de fronteira entre os dois países na Mongólia. Nixon aproveitou sua chance para melhorar as relações com a China; foram suspensas as restrições ao comércio e às viagens, bem como os navios-patrulha norte-americanos no Estreito de Taiwan. No lado chinês, alguns dos generais de Mao lhe diziam que era hora de descongelar relações com os Estados Unidos. Em fevereiro de 1972, Nixon fez uma bem-sucedia visita a Beijing.

Acabaram organizando um cessar-fogo para janeiro de 1973. Acordou-se que as tropas norte-americanas seriam retiradas do Vietnã e tanto Norte quanto Sul respeitariam a fronteira do paralelo 17. Entretanto, os Vietcongues continuaram sua campanha e, sem a ajuda dos Estados Unidos, o governo do presidente Thieu em Saigon logo entrou em colapso e seus exércitos mal liderados se desintegraram. Em abril de 1975, Saigon foi ocupada pelo Vietnã do Norte e pelo Vietcong. *O Vietnã estava, finalmente, unificado e livre de intervenção estrangeira, sob um governo comunista.* No mesmo ano, foram estabelecidos governos comunistas no Laos e no Camboja. *A política dos Estados Unidos de impedir a expansão do comunismo no sudeste asiático terminou em completo fracasso.*

(d) Por que os Estados Unidos fracassaram?

1. A principal razão foi que o Vietcong e a FLN tinham amplo apoio entre as pessoas comuns que tinham queixas legítimas contra um governo que não conseguiu introduzir as reformas necessárias. Quando a Frente foi formada em 1960, os comunistas eram apenas um dos vários grupos de oposição. Ao ignorar os argumentos da FLN e optar por estimular um regime tão visivelmente deficiente em sua obsessão com a luta contra o comunismo, os Estados Unidos acabaram ajudando o avanço do comunismo no Sul.
2. Os Vietcongues, assim como o Vietminh antes deles, eram especialistas em guerrilhas e estavam lutando em território conhecido. Os norte-americanos tiveram muito mais dificuldades de enfrentá-los do que os exércitos convencionais com que se depararam na Coreia. Sem uniformes que possibilitassem distingui-los, os guerrilheiros poderiam facilmente se misturar com a população local de camponeses. Isso mostrou ser impossível interromper o abastecimento através da Trilha Ho Chi Minh.
3. Os Vietcongues receberam importante ajuda do Vietnã do Norte em termos de tropas, da China e da Rússia, que forneceram armas. Depois de 1970, a contribuição russa foi de importância vital e incluía fuzis, metralhadoras, artilharia de longo alcance, mísseis antiaéreos e tanques.
4. Os norte-vietnamitas se dedicavam a uma vitória eventual e à unificação de seu país. Eles demonstraram uma resiliência impressionante: apesar de imensas perdas e danos durante os bombardeios pelos Estados Unidos, eles respondiam evacuando populações das cidades e reconstruindo fábricas fora delas.

(e) Os efeitos da guerra foram muito amplos

O Vietnã estava unificado, mas o custo foi enorme. Entre um e dois milhões de civis vietnamitas perderam suas vidas e cerca de 18 milhões tinham ficado desabrigados. O exército norte-vietnamita provavelmente chegou a ter 900.000 homens mortos, ao passo que o Sul perdeu 185.000. Cerca de 48.000 soldados dos Estados Unidos perderam suas vidas, com outros 300.000 feridos. Em torno de um terço do Vietnã do Sul foi gravemente atingido por

explosivos e desfolhantes. Os problemas de reconstrução eram enormes e as políticas do novo governo tinham aspectos desagradáveis, como campos de concentração para opositores e ausência de liberdade de expressão.

Além de ser um golpe no prestígio dos Estados Unidos, esse fracasso teve um profundo efeito na sociedade norte-americana. O envolvimento na guerra foi considerado em muitos círculos como um erro terrível, e isso, junto com o escândalo de Watergate, que forçou Nixon a renunciar (ver Seção 23.4), abalou a confiança em um sistema político que permitia que esse tipo de coisa acontecesse. Os veteranos de guerra, em lugar de serem tratados como heróis, com frequência se viam rejeitados. Futuros governos norte-americanos teriam que pensar com muito cuidado antes de comprometer o país tão profundamente em qualquer situação parecida. A guerra foi uma vitória para o mundo comunista, embora russos e chineses tenham reagido com contenção e não se gabassem muito disso, o que talvez indicasse que eles desejavam relaxar as tensões internacionais, embora agora tivessem mais uma força poderosa a seu lado, o exército vietnamita.

8.4 O CHILE SOB O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE, 1970-1973

Em setembro de 1970, Salvador Allende, um médico marxista com origens de classe média, venceu as eleições presidenciais liderando uma coalizão de esquerda que incluía comunistas, socialistas, radicais e sociais democratas, chamada Unidade Popular (UP). Foi uma vitória por margem estreita, em que Allende teve 36% dos votos contra 35% de seu rival mais próximo, mas suficiente para torná-lo presidente, o primeiro líder marxista do mundo a ser eleito em uma eleição democrática. Embora tenha durado apenas três anos, o governo Allende merece um exame mais detalhado por ser até hoje o único de seu tipo e mostrar que espécie de problemas provavelmente sejam enfrentados por um governo marxista tentando funcionar dentro de um sistema democrático.

(a) Como Allende chegou a ser eleito?

O Chile, ao contrário de muitos Estados sul-americanos, tinha uma tradição de democracia. Havia três principais partidos ou grupos de partidos

- a Unidade Popular, à esquerda;
- os Democrata-Cristãos (também de inclinação esquerdista)
- o Partido Nacional (uma coalizão liberal/conservadora).

O exército tinha pouca função na política, e a Constituição democrática (semelhante à dos Estados Unidos, com exceção do fato de o presidente não poder concorrer à reeleição imediatamente) geralmente era respeitada. A eleição de 1964 foi vencida por Eduardo Frei, líder da Democracia Cristã, que acreditava nas reformas sociais. Ele começou com vigor: a inflação foi reduzida de 38% para 25%, os ricos foram obrigados a pagar seus impostos em lugar de sonegá-los, 360.000 novas casas foram construídas, o número de escolas foi mais que dobrado e se introduziu uma reforma agrária limitada: mais de 1.200 propriedades rurais privadas que estavam sendo administradas de forma ineficiente foram confiscadas e dadas aos camponeses sem-terra. Frei também assumiu cerca de metade das minas de cobre de propriedade dos Estados Unidos, fazendo as indenizações correspondentes. O governo dos Estados Unidos admirava suas reformas e deu uma generosa ajuda econômica.

Em 1967, contudo, a maré começou a virar contra Frei: a esquerda considerava sua reforma agrária cautelosa demais e queria completa nacionalização da indústria de cobre (o produto de exportação mais importante do Chile), ao passo que a direita achava que ele já tinha ido longe demais. Em 1969, houve uma grave seca na qual foi perdida cerca de um terço da colheita; grandes quantidades de

comida tiveram que ser importadas, fazendo com que a inflação disparasse novamente. Houve greves de mineiros de cobre exigindo salários mais altos e vários deles foram mortos por tropas do governo. Allende usou essa munição de forma habilidosa durante a campanha eleitoral de 1970, apontando que as realizações de Frei ficavam muito aquém de suas promessas. A coalizão de Allende tinha uma organização de campanha muito melhor do que os outros partidos e conseguia levar milhares de simpatizantes para as ruas. O próprio Allende inspirava confiança: elegante e culto, ele parecia o oposto exato do revolucionário violento. E as aparências não enganavam, pois ele acreditava que o comunismo poderia ter êxito sem uma revolução violenta. Na eleição de 1970, 36% dos eleitores votaram a favor de experimentar suas políticas.

(b) Os problemas e as políticas de Allende

Os problemas enfrentados pelo novo governo eram enormes: a inflação estava em mais de 30%, o desemprego, em 20%, a indústria, estagnada, e 90% da população vivia em uma pobreza tal que metade das crianças com menos de 15 anos sofria de desnutrição. Allende acreditava em redistribuição de renda, o que possibilitaria aos pobres comprar mais, e assim, estimularia a economia. Foram dados aumentos salariais gerais de cerca de 40% e as empresas não puderam aumentar os preços. O restante da indústria de cobre, têxteis e bancos foi nacionalizado, e a redistribuição de terras de Frei, acelerada. O exército recebeu um aumento de salários ainda maior do que todo o resto, para garantir seu apoio. Nas questões externas, Allende reatou relações diplomáticas com a Cuba de Fidel Castro, a China e a Alemanha Oriental.

Se as políticas de Allende teriam funcionado ou não no longo prazo é um tema aberto à discussão. Certamente ele manteve sua popularidade o suficiente para que a UP tivesse 49% dos votos nas eleições locais de 1972 e aumentar um pouco suas cadeiras nas eleições para o congresso nacional em 1973, mas seu experimento teve um fim abrupto e violento em setembro de 1973.

(c) Por que ele foi derrubado?

As críticas ao governo foram aumentando à medida que as políticas de Allende começaram a causar problemas.

- *A redistribuição de terras gerou uma redução na produção agrícola*, principalmente porque alguns fazendeiros cujas terras seriam tomadas pararam de semear e muitas vezes matavam seu gado (como os *kulaks* russos durante a coletivização – ver Seção 17.2(b)), o que gerou escassez de alimentos e mais inflação.
- Os investidores privados estavam assustados e *o governo ficou com poucas verbas para realizar as reformas sociais* (habitação, educação e serviços sociais) na velocidade que teria gostado.
- *A nacionalização do cobre foi decepcionante*: houve longas greves por melhores salários, a produção diminuiu e os preços mundiais do produto caíram de repente em cerca de 30%, gerando mais redução nas receitas do governo.
- Alguns comunistas que queriam uma postura mais incisiva em relação aos problemas do Chile, no estilo de Fidel Castro, foram ficando impacientes com a cautela de Allende e se recusavam a fazer concessões diante do fato de que ele não tinha uma maioria estável no parlamento. Eles formaram o Movimento de *Izquierda Revolucionaria* (MIR) que pressionava a não violenta UP a tomar fazendas e expulsar seus proprietários.
- Os Estados Unidos desaprovavam muito as políticas de Allende e fizeram tudo o que podiam para minar a economia do Chile. Outros governos sul-americanos estavam nervosos com a possibilidade de o Chile tentar exportar sua "revolução".

Pairando acima de todo o restante estava *o que aconteceria em setembro de 1976, quando deveria ter lugar a próxima eleição presidencial*. Segundo a Constituição, Allende não poderia concorrer, mas nenhum regime marxista jamais tinha permitido que lhe tirassem do poder pelo voto. A oposição temia, talvez justificadamente, que Allende estivesse planejando mudar a Constituição. Na situação de então, qualquer presidente que considerasse que sua legislação estava sendo bloqueada pelo Congresso poderia apelar para a nação por meio de um referendo. Com apoio suficiente, Allende poderia conseguir usar o dispositivo do referendo para adiar as eleições. Foi esse temor, ou assim se afirmou posteriormente, que fez com que os grupos de oposição se unissem para agir antes que Allende o fizesse. Eles organizaram uma grande greve e, tendo conquistado apoio do exército, a direita deu um golpe militar. O golpe foi organizado por generais importantes, que estabeleceram uma ditadura militar, a qual o *general Pinochet* passou a liderar. Líderes de esquerda foram assassinados ou presos, e o próprio Allende cometeu suicídio. A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), ajudada pelo governo brasileiro (um regime militar repressivo) cumpriu um papel vital nos preparativos do golpe, como parte de sua política de impedir a expansão do comunismo na América Latina. Há provas de que a CIA vinha considerando a possibilidade de um golpe desde que Allende ganhou as eleições em 1970. Não há dúvidas de que o governo Nixon fez o máximo que pôde para desestabilizar o governo Allende nos três anos que se seguiram, minando a economia. O próprio Nixon teria dito que eles deveriam "fazer a economia chilena gritar".

O novo governo do Chile logo provocou críticas de outros países por seu tratamento violento de prisioneiros políticos e suas violações dos direitos humanos, mas o governo dos Estados Unidos, que tinha reduzido sua ajuda econômica enquanto Allende estava no poder, aumentou mais uma vez sua assistência. O regime de Pinochet teve algum sucesso econômico, e em 1980 reduziu uma taxa de inflação de cerca de 1.000% ao ano para proporções administráveis. Pinochet não tinha pressa de devolver o país a um governo civil e acabou permitindo eleições presidenciais em 1989, quando o candidato civil que ele apoiava sofreu uma pesada derrota, obtendo menos de 30% dos votos. Pinochet permitiu que o vencedor, o líder democrata-cristão Patricio Aylwin, assumisse a presidência (1990), mas a Constituição (introduzida em 1981) possibilitava ao próprio Pinochet permanecer como Comandante em Chefe das Forças Armadas por mais oito anos.

Pinochet saiu do poder na data marcada, em 1998, mas sua aposentadoria não funcionou como ele tinha planejado. Em uma visita a Londres no mesmo ano, foi preso e mantido na Grã-Bretanha por 16 meses, depois que o governo espanhol solicitou sua extradição para ser acusado de torturar cidadãos espanhois no Chile. Mais tarde, foi permitido que ele retornasse ao Chile por problemas médicos em março de 2000, mas um de seus mais duros oponentes, Ricardo Lagos, acabava de ser eleito presidente (janeiro de 2000) – o primeiro socialista desde Allende. Em pouco tempo, Pinochet enfrentava 250 acusações de abusos aos direitos humanos, mas em julho de 2001, o Tribunal de Apelações Chileno decidiu que o general, então com 86 anos, estava doente demais para ser julgado.

8.5 MAIS INTERVENÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

Vietnã, Cuba e Chile não foram os únicos casos em que os Estados Unidos intervieram durante a primeira metade da Guerra Fria. Trabalhando através da Agência Central de Inteligência (CIA), o Departamento de Estado agia em um número impressionante de países em nome da causa de preservar a liberdade e os direitos humanos e, acima de tudo, impedir a expansão do comunismo. Muitas vezes, os regimes que eram rotulados de comunistas e que se tentavam derrubar estavam simplesmente implementando políticas que iam con-

tra os interesses dos Estados Unidos. Às vezes as atividades eram realizadas secretamente, deixando o povo norte-americano quase sem ter conhecimento do que estava acontecendo ou, como no caso de grandes intervenções militares, eram apresentadas como ações cirúrgicas necessárias contra o câncer do comunismo. Entre as técnicas estavam tentativas de assassinato, fraudes eleitorais, organização e financiamento de atos de terrorismo, desestabilização econômica e, como último recurso, intervenção militar completa.

Recentemente, vários ex-membros do departamento de Estado e da CIA, como William Blum e Richard Agee, e uma série de outros autores, incluindo o especialista em linguística de renome internacional Noam Chomsky, apresentaram descrições detalhadas de como os líderes norte-americanos tentaram construir sua influência e seu poder no mundo exercendo controle sobre países como Irã, Guatemala, Costa Rica, Indonésia, Guiana, Iraque, Camboja, Laos, Equador, Congo/Zaire, Brasil, República Dominicana, Gana, Uruguai, Bolívia, Timor Leste, Nicarágua e muitos outros. Não há espaço suficiente para examinarmos todos esses casos, mas alguns exemplos ilustrarão como a influência dos Estados Unidos chegou à maioria dos lugares do mundo.

(a) América Latina

A região conhecida como América Latina consiste em países da América do Sul, América Central, incluindo o México, e as ilhas do Caribe, como Cuba, Hispaniola (dividida em dois Estados, Haiti e a República Dominicana) e Jamaica. No final da Segunda Guerra Mundial a região ainda era economicamente subdesenvolvida em termos industriais e agrícolas, comparada com Estados Unidos e Europa, e muitos dos países dependiam de um número limitado de produtos que exportavam. A agricultura era atrasada porque a mão de obra camponesa era tão abundante e barata que os proprietários de terra ricos não tinham qualquer necessidade de se modernizar.

Um problema importante nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial foi o enorme aumento da população. Sempre que parecia que um país estava avançando por meio de reforma agrária (na qual os camponeses recebiam sua própria terra), as vantagens eram neutralizadas pelo crescimento populacional. Muitas pessoas saíam das zonas rurais rumo às cidades, mas era difícil encontrar emprego. Quase todas as grandes cidades estavam cercadas de favelas improvisadas e imundas, sem água, esgoto nem eletricidade. A lacuna entre ricos e pobres aumentava e pouco progresso se fez para eliminar a pobreza e o analfabetismo. Não havia tradição de democracia, com exceção do Chile, e os países geralmente eram governados por ditadores que representavam os interessem dos ricos proprietários de terras que bloqueavam a maioria das tentativas de reforma.

Esse tipo de situação era terreno fértil para movimentos revolucionários, e todos os governos norte-americanos se dedicavam muito a garantir que partidos comunistas ou mesmo esquerdistas moderados ficassem de fora, já que todos esses países estavam às portas dos Estados Unidos, próximos demais para que houvesse segurança se eles "virassem comunistas". Washington dava muita ajuda econômica aos países da América Latina, mas suas motivações eram de vários tipos:

- Resolvendo os problemas econômicos, esperavam-se estimular governos reformistas moderados que melhorariam as condições o suficiente para impedir o crescimento do comunismo.
- Muitas vezes, a ajuda vinha na forma de empréstimos, que eram dados sob a condição de que uma parcela grande fosse gasta em produtos norte-americanos. Isso não ajudava às indústrias locais a se desenvolver e envolvia os governos no pagamento de altos juros.
- Com frequência a ajuda era cortada se as políticas de um governo fossem inaceitáveis aos Estados Unidos. Isso aconteceu

com a Cuba de Fidel Castro e com o Chile de Allende, o que permitia aos Estados Unidos exercer um considerável controle político por meios econômicos.

Na *Guatemala*, um governo reformista progressista liderado por Jacobo Arbenz foi eleito democraticamente em 1953, mas Washington não aprovou quando Arbenz tomou terras improdutivas de propriedade da empresa norte-americana United Fruit Company. Muitos norte-americanos influentes tinham interesses nessa enorme empresa, então decidiram cortar esse tipo de iniciativa pela raiz, antes que se espalhasse para outros países latino-americanos. Os adversários de Arbenz receberam armas e foram treinados na vizinha Honduras, e depois a CIA organizou um golpe, no qual forças apoiadas pelos Estados Unidos, lideradas por Castillo Armas, invadiram o país, derrubaram o governo Arbenz e o substituíram por um regime militar chefiado por Armas (1954). Esse novo regime deu início a uma campanha de prisões, torturas e execuções em massa de esquerdistas, sindicalistas e dissidentes de todos os tipos. No ano seguinte, Armas foi assassinado, apenas para ser substituído por outro militar, Miguel Ydigoras. Os Estados Unidos retomaram a ajuda e uma revolução contra Ydigoras foi reprimida com ajuda norte-americana em 1960. A Guatemala ainda permaneceu sob governo militar por décadas, e apesar de um chamado "acordo de paz" assinado em 1996, as violações dos direitos humanos continuam em escala elevadíssima, e a pobreza era terrível. Em 2001 o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, baseado em expectativa de vida, realizações educacionais, renda e produção *per capita* colocava o país abaixo de qualquer outro na América Latina, com exceção do Haiti.

O tamanho não era impedimento para a intervenção norte-americana: o *Brasil* ocupa quase metade da América do Sul e tem a quinta maior população do mundo, mas Washington não aprovava as políticas do líder brasileiro João Goulart, que se tornou presidente com todos os poderes em janeiro de 1963.* Seu programa incluía nacionalização e reforma agrária modesta, e foi aprovada uma lei limitando a quantidade de lucro que as empresas multinacionais poderiam enviar para fora do país. Ainda pior aos olhos dos Estados Unidos, ele se opôs às sanções contra Cuba e nomeou assessores de esquerda, o que foi considerado como um perigoso desvio rumo ao comunismo. Na verdade, Goulart não poderia, por qualquer esforço da imaginação, ser considerado comunista, pois era um milionário proprietário de terras e católico devoto. Mesmo assim, em 1964, foi derrubado por um golpe militar que contou com envolvimento e apoio norte-americano, embora o papel dos Estados Unidos tenha sido mantido em segredo. Pelos 21 anos que se seguiram, o país teve que suportar um brutal regime militar, mas Washington achava que valia a pena pagar o preço, já que o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba e se tornou um aliado confiável dos Estados Unidos.

A intervenção norte-americana na *República Dominicana* foi mais ostensiva. Em 1963, Juan Bosch foi democraticamente eleito presidente. A administração Kennedy o considerava anticomunista e liberal, e recebeu bem sua eleição. Contudo, quando ele começou a implementar seu programa de reformas sociais, que incluía alguma reforma agrária e alguma nacionalização cautelosa, Washington se voltou contra ele, que foi derrubado por um golpe. Em abril de 1965, o novo governo era tão impopular que estouraram revoltas em muitos lugares, com objetivo de trazer Bosch de volta ao poder. Quando parecia que as revoltas estavam à beira de ter sucesso, os Estados Unidos enviaram cerca de 20.000 soldados que ajudaram a esmagá-las. Bosch nunca voltou ao poder.

Na Nicarágua, a ditadura Somoza, apoiada pelos Estados Unidos, foi derrubada pelas forças revolucionárias sandinistas (1979), cujo

* N. de R. T.: Vice-presidente, assumiu a presidência em setembro de 1961 em um regime parlamentarista, reconvertido em presidencialista via prebliscito em janeiro de 1963.

nome vinha de Augusto Sandino, um revolucionário que havia sido assassinado por ordens de Somoza em 1933. O governo sandinista começou a modernizar o país, introduzindo reformas sociais e econômicas, e foram estabelecidas relações próximas com Cuba. Em 1985, a Oxfam informou que os esforços do governo e seu compromisso com a melhoria das condições de seu povo eram excepcionais, mas a administração Reagan (1981-1989) fez tudo que estava em seu poder para minar o governo sandinista. Toda a ajuda econômica foi interrompida. Um exército de apoiadores de Somoza, conhecido como Contras, foi organizado, financiado e recebeu armas, mesmo que, em outubro de 1984, o Congresso dos Estados Unidos tenha proibido o fornecimento de armamentos a eles. Houve uma guerra civil total, na qual os Contras infligiram os maiores danos possíveis, destruindo escolas e hospitais, até que o governo se viu gastando metade de seu orçamento na guerra.

As eleições presidenciais de 1984 foram vencidas pelo candidato sandinista Daniel Ortega, que recebeu 63% dos votos. Equipes de observadores internacionais julgaram que a eleição foi justa, mas Washington afirmava que tinha sido fraudada. Em 1990, os Estados Unidos interferiram nas eleições, financiando o principal partido de oposição, a União Nacional de Oposição (UNO), e deixando claro ao povo nicaraguense que, se os sandinistas ganhassem, a guerra continuaria. A candidata da UNO venceu e os Estados Unidos tinham conseguido garantir um governo de direita para a Nicarágua.

(b) Sudeste da Ásia

A região conhecida como Indochina é composta por Vietnã, Laos e Camboja. Todos os três conquistaram sua independência da França pelos acordos de Genebra de 1954 (ver Seção 8.3 sobre o que aconteceu no Vietnã)

No *Laos*, após a independência, houve conflito entre o governo de direita apoiado pelos Estados Unidos e vários grupos esquerdistas liderados pelo Pathet Lao, um grupo de esquerda nacionalista que havia participado da luta contra os franceses. Inicialmente, o Pathet Lao mostrou-se disposto a participar de governos de coalizão, em uma tentativa de provocar mudanças sociais pacíficas. Os Estados Unidos consideravam os membros do grupo perigosos comunistas e a CIA e o Departamento de Estado organizaram uma série de intervenções que, em 1960, tinham retirado os esquerdistas de cargos importantes. A esquerda recorreu à luta armada e a CIA respondeu reunindo um exército de 30.000 anticomunistas de toda a Ásia para esmagar os insurgentes. Entre 1965 e 1973, a força aérea dos Estados Unidos realizou bombardeios regulares sobre o Laos, causando muitas mortes e devastação. De nada adiantou: a intervenção fortaleceu a determinação da esquerda. Depois da retirada norte-americana do Vietnã e do sudeste da Ásia e de os comunistas tomarem o poder no Camboja, a direita laosiana desistiu da luta e seus líderes abandonaram o país. Em dezembro de 1975, o Pathet Lao assumiu o controle pacificamente e foi fundada a República Popular do Laos (ver Seção 21.4).

No *Camboja* houve envolvimento norte-americano em um golpe que derrubou o regime do príncipe Sihanouk em 1970. As campanhas de bombardeio que precederam o golpe deixaram a economia cambojana em ruínas. A intervenção dos Estados Unidos foi seguida de cinco anos de guerra civil que terminou quando Pol Pot e o Khmer Vermelho tomaram o poder (ver Seção 21.3). Durante a Guerra do Vietnã de 1965-1973, os Estados Unidos usaram a *Tailândia* como base da qual bombardeavam o Vietnã do Norte. Em determinado momento, a presença dos norte-americanos na Tailândia era tão grande que eles pareciam ter tomado o país. Havia uma oposição considerável de tailandeses descontentes com a forma como seu país estava sendo usado, mas todas as críticas eram tratadas como sendo de inspiração comunista. Mais de 40.000 soldados dos Estados Unidos agiam para tentar suprimir guerrilheiros de oposição e no treinamento de forças do governo tailandês. Em agosto de 1966, o jornal Washington Post publicou que, em círculos do governo dos Estados Unidos, havia uma ideia

forte de que "a continuação da ditadura na Tailândia serve aos Estados Unidos, já que garante as bases norte-americanas no país e, como disse um representante do governo de forma obtusa, 'é nosso verdadeiro interesse neste lugar'".

(c) África

Os Estados Unidos se interessaram muito pela África, onde, no final da década de 1950 e durante a de 1960, houve descolonização e surgiram muitos Estados independentes novos. No final da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos pressionaram os países europeus que ainda tinham colônias para que lhes dessem independência o mais cedo possível. Eles afirmavam que, em vista dos crescentes movimentos nacionalistas na África e na Ásia, as tentativas de manter colônias estimulariam o desenvolvimento do comunismo. Outra razão para essa atitude foi que os norte-americanos viam as nações que estavam surgindo como mercados potenciais nos quais eles poderiam fazer comércio e estabelecer influência econômica e política. Na atmosfera da Guerra Fria, o pior crime que qualquer governo poderia cometer, aos olhos dos Estados Unidos, era demonstrar o menor sinal de políticas de esquerda ou socialistas e qualquer simpatia pela URSS.

Em junho de 1960, o *Congo* (ex-Congo Belga) se tornou um Estado independente, com Patrice Lumumba como primeiro-ministro. O país dependia muito de suas exportações de cobre, mas o setor de minas de cobre, localizadas principalmente na província de Katanga, no leste, ainda era controlado por uma empresa belga. Alguns norte-americanos importantes também tinham interesses financeiros na empresa. Lumumba falava de "independência financeira" para o Congo, o que foi recebido por belgas e norte-americanos como "nacionalização". Os belgas e a CIA estimularam Katanga a se declarar independente do Congo para que eles pudessem manter o controle da indústria de cobre. Lumumba apelou por ajuda, inicialmente à ONU, e depois à URSS. Esse foi um erro fatal: a CIA e os belgas estimularam os adversários, de forma que ele foi destituído e, mais tarde, assassinado (janeiro de 1961), com profundo envolvimento da CIA. Após 1965, os Estados Unidos apoiaram o regime brutal e corrupto do general Mobutu, mandando, em várias ocasiões, tropas para reprimir rebeldes. Parecia não haver excesso interno que fosse demasiado, desde que Mobutu agisse como amigo dos Estados Unidos. Ele permaneceu no poder até maio de 1997 (ver Seção 25.5).

Gana se tornou independente em 1957, sob a liderança de Kwante Nkrumah, que tinha uma perspectiva socialista e queria tomar um caminho intermediário entre as potências ocidentais e o bloco comunista, o que significava ter boas relações com ambos os lados. Quando ele começou a forjar ligações com a URSS, a China e a Alemanha Oriental, soaram os alarmes em Washington. A CIA atuava em Gana e estava em contato com um grupo de oficiais do exército que se opunham ao estilo cada vez menos democrático de Nkrumah. Em 1966, enquanto Nkrumah estava ausente em viagem à China, o exército, apoiado pela CIA, lançou um golpe de Estado e ele foi forçado a se exilar (ver Seção 25.2).

(d) O Oriente Médio

O Oriente Médio era uma região importante, servindo como uma espécie de encruzilhada entre as nações ocidentais, o bloco comunista e os países do Terceiro Mundo da Ásia e da África. Sua outra característica importante é que produz uma grande parcela do petróleo do mundo. Os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental estavam ansiosos para manter alguma influência na região, tanto para bloquear o avanço do comunismo quanto para manter algum controle sobre as reservas de petróleo. O governo Eisenhower (1953-1961) emitiu uma declaração que ficou conhecida como a Doutrina Eisenhower, em que dizia que os Estados Unidos estavam dispostos a usar a força das armas com o objetivo de ajudar qualquer país do Oriente Médio contra a

agressão armada por parte de um país controlado pelo comunismo internacional. Em diferentes ocasiões desde 1945, os Estados Unidos intervieram na maioria dos países da região, desestabilizando ou derrubando governos que escolheram definir como "comunistas".

Em 1950, o xá (governante) do *Irã* assinou um tratado de defesa com os Estados Unidos direcionado contra a vizinha URSS, que vinha tentando estabelecer um governo comunista no norte do país. Em 1953, o primeiro-ministro Dr. Mossadeg nacionalizou uma companhia de petróleo britânica. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha organizaram um golpe, depondo Mossadeg e devolvendo controle completo ao xá, que permaneceu no poder por mais 25 anos, apoiado e sustentado integralmente por Washington, até ser derrubado em janeiro de 1979 (ver Seção 11.1(b)).

O *Iraque* esteve sob constante atenção dos Estados Unidos. Em 1958, o General Abdul Kassem derrubou a monarquia iraquiana e proclamou uma república. Ele era a favor de reformas e modernização e, embora ele próprio não fosse comunista, a nova atmosfera de liberdade e abertura estimulou o crescimento do Partido Comunista Iraquiano. Isso gerou desconforto em Washington, e o Departamento de Estado ficou ainda mais perturbado quando, em 1960, Kassem participou da criação da Organização dos países Exportadores de Petróleo (OPEP) que visava a romper o controle das companhias petrolíferas ocidentais sobre as vendas de petróleo do Oriente Médio. A CIA vinha tentando desestabilizar o país por vários anos, estimulando uma invasão turca, financiando guerrilheiros curdos que faziam campanhas por mais autonomia, e tentando assassinar Kassem. Em 1963, ela conseguiu: Kassem foi derrubado e morto em um golpe patrocinado pela agência e pela Grã-Bretanha.

A partir de 1979, os Estados Unidos financiaram Saddam Hussein, que se tornou líder do Iraque em 1968, apoiando-o contra o novo governo antiamericano no Irã. Depois da longa e inconclusiva guerra Irã-Iraque (1980-1988; ver Seção 11.9), as forças de Saddam invadiram e conquistaram o Kuait (agosto de 1990), sendo expulsas mais uma vez por forças da ONU, das quais o maior contingente era o norte-americano (ver Seção 11.10). Em 2003, os Estados Unidos, com ajuda britânica, finalmente derrubaram e capturaram Saddam (ver Seção 12.4(f) sobre o desenrolar da situação).

8.6 *DÉTENTE*: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ANOS DE 1970 AOS DE 1990

A palavra *détente* é usada para indicar um relaxamento permanente das tensões entre Oriente e Ocidente. Os primeiros sinais reais de *détente* puderam ser vistos no início dos anos 1970.

(a) Razões para a *détente*

À medida que cresciam os arsenais nucleares, os dois lados iam ficando com mais medo de uma catastrófica guerra nuclear em que não poderia haver um verdadeiro vencedor. Ambos estavam enojados pelos horrores do Vietnã. Além disso, os países tinham seus próprios motivos individuais para querer a *détente*.

- *Para a URSS, as despesas de se manter no mesmo nível dos Estados Unidos estavam sendo destrutivas*. Era essencial reduzir os gastos com defesa para poder dedicar mais recursos para elevar o padrão de vida aos níveis do Ocidente, tanto na URSS quanto em seus Estados-satélite, todos sofrendo dificuldades econômicas. Havia inquietação, principalmente na Polônia do início da década de 1970, o que ameaçava desestabilizar o bloco comunista. Ao mesmo tempo, os russos estavam tendo conflitos com a China e não queriam ficar de fora quando as relações entre China e Estados Unidos começaram a melhorar em 1971.
- *Os norte-americanos estavam começando a se dar conta de que deveria haver uma forma melhor de enfrentar o comunismo do que aquela que estava tendo tão pouco*

sucesso no Vietnã. Estava claro que havia limites para o que eles poderiam obter através do poder militar. Alguns deputados e senadores até já estavam voltando a falar em "isolacionismo".

- *Os chineses estavam preocupados com seu isolamento*, nervosos com as intenções dos Estados Unidos no Vietnã (depois do que acontecera na Coreia) e descontentes com a piora de suas relações com a URSS.
- *As nações da Europa Ocidental estavam preocupadas porque estariam na linha de frente em caso de uma guerra nuclear*. Willi Brandt, que se tornou chanceler da Alemanha Ocidental em 1969, trabalhava por melhores relações com o Leste Europeu, uma política conhecida como *Ostpolitik*.

(b) A URSS e os Estados Unidos

Os dois países haviam feito progressos com o "telefone vermelho" e o acordo sobre a realização exclusiva de testes nucleares subterrâneos (ambos em 1963). Um acordo assinado em 1967 proibiu o uso de armas nucleares no espaço exterior. O primeiro grande avanço veio em 1972, quando os dois países assinaram o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Limitation Treaty, conhecido como SALT 1*), que decidia quantos ABMs, ICBMs e SLBMs cada lado poderia ter (ver Seção 7.4(a) e (c)); não houve acordo em relação aos MIRVs. O acordo não reduziu a quantidade de armamentos, mas conseguiu diminuir o ritmo da corrida armamentista. Os presidentes Brejnev e Nixon se reuniram três vezes, foram abertas negociações para mais um tratado conhecido como SALT 2, e os Estados Unidos começaram a exportar trigo para a Rússia.

Outro passo importante foi o *Acordo de Helsinque (julho de 1975)*, no qual os Estados Unidos, o Canadá, a URSS e a maioria dos países europeus aceitaram as fronteiras europeias estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial (reconhecendo, assim, a divisão da Alemanha). Os países comunistas prometeram deixar que seus povos tivessem "direitos humanos", incluindo liberdade de expressão e liberdade para sair do país.

Entretanto, a détente não aconteceu sem alguns reveses, principalmente em 1979, quando a OTAN ficou nervosa com a instalação de 150 novos mísseis russos SS-20. A organização decidiu instalar mais de 500 mísseis *Pershing* e *Cruise* na Europa em 1983, como contenção a um possível ataque russo à Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, o senado dos Estados Unidos decidiu não aceitar um tratado SALT 2, o que teria limitado o número de MIRVs. Quando os russos invadiram o Afeganistão no natal de 1979, e substituíram o presidente por outro que lhes era mais favorável, as antigas suspeitas ocidentais em relação às motivações russas renasceram.

Ambos os lados passaram a primeira metade dos anos 1980 fortalecendo seus arsenais nucleares, e o presidente Reagan (1981-1989) aparentemente deu autorização para um novo sistema de armamentos, a *Iniciativa Estratégica de Defesa (Strategic Defence Initiative, SDI)*, também conhecido como *"Guerra nas estrelas"*, que pretendia usar armas instaladas no espaço para destruir mísseis balísticos durante o voo.

A détente ganhou força mais uma vez graças à determinação do novo líder soviético, Mikhail Gorbachov (1985-1991), que fez reuniões de cúpula com Reagan e propôs um calendário de 15 anos para um processo "passo-a-passo com vistas a livrar a Terra de armas nucleares". Os norte-americanos responderam em algum nível, embora não estivessem dispostos a ir até onde Gorbachov queria. O resultado foi o tratado sobre forças nucleares intermediárias, INF (*intermediate nuclear forces*), formalmente assinado por Reagan e Gorbachov em Washington, em dezembro de 1987:

- Todas as armas nucleares terrestres de alcance intermediário (300 a 3.000 milhas ou 480 a 4.800 Km) deveriam ser eliminadas nos três anos seguintes. Isso afetava 436 ogivas norte-americanas e 1.575

soviéticas, e incluiria mísseis instalados na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia, e todos os mísseis *Cruise* e *Pershing* que os Estados Unidos tinham instalado na Europa.

- Havia disposições rígidas quanto à verificação, para que ambos os lados pudessem conferir que os armamentos estavam realmente sendo destruídos.

Porém, tudo isso representava, no máximo, apenas 4% dos estoques existentes de armas nucleares e ainda havia o obstáculo da Guerra nas Estrelas de Reagan, da qual ele não estava disposto a abrir mão, ainda que estivesse apenas na etapa de planejamento. O acordo tampouco incluía armamentos franceses ou britânicos. A primeira ministra Margaret Thatcher estava determinada a garantir que a Grã-Bretanha mantivesse seu próprio arsenal nuclear, e planejava desenvolver mísseis *Trident*, mais sofisticados que os *Cruise*. *Não obstante, esse tratado INF representou uma virada importante na corrida armamentista nuclear, já que pela primeira vez haviam sido destruídas quaisquer armas.*

Em 1985, a URSS estava muito constrangida com seu envolvimento no Afeganistão. Embora houvesse mais de 100.000 soldados soviéticos no país, eles não eram capazes de controlar os ferozes guerrilheiros islâmicos, o que drenava seus recursos e abalava seu prestígio. A hostilidade da China, a desconfiança dos Estados islâmicos em todo o mundo e as condenações repetidas por parte da ONU convenceram Gorbachov de que era hora de se retirar. Acabaram chegando a um acordo segundo o qual os russos começariam a retirar seus soldados do Afeganistão em 1º de maio de 1988, desde que os norte-americanos parassem de enviar ajuda ao movimento de resistência afegão.

(c) A China e os Estados Unidos

A China e os Estados Unidos tiveram atitudes extremamente hostis entre si desde a Guerra da Coreia, e isso parecia que iria continuar enquanto os norte-americanos apoiassem Chiang Kai-shek e os nacionalistas em Taiwan e os chineses, Ho Chi Minh. Porém, em 1971, os chineses inesperadamente convidaram uma equipe de tenis de mesa dos Estados Unidos para visitar a China (Diplomacia do Ping-Pong). Após o êxito daquela visita, os Estados Unidos responderam suspendendo seu veto à entrada da China na ONU, e a *China comunista, portanto, pôde se tornar membro da organização em outubro de 1971*. Os presidentes Nixon (Ilustração 8.3) e Ford fizeram visitas bem-sucedidas a Beijing (Pequim) (1972 e 1975). Ainda havia o problema de Taiwan para azedar a relação: embora Chiang Kai-shek tivesse morrido em 1975, seus apoiadores ainda ocupavam a ilha e os comunistas não ficariam satisfeitos até que ela estivesse sob controle deles. As relações melhoraram em 1978, quando o Democrata Carter decidiu retirar o reconhecimento da China Nacionalista, mas isso gerou queixas nos Estados Unidos, onde Carter foi acusado de trair seu aliado.

O ponto alto da *détente* entre a China e os Estados Unidos veio no início de 1979, quando *Carter deu reconhecimento formal à República Popular da China* e ambos os países enviaram embaixadores. As boas relações se mantiveram durante os anos de 1980. Os chineses ficaram ansiosos pela continuação da *détente* com os Estados Unidos, em função de seu conflito com o Vietnã (aliado da Rússia), que tinha começado em 1979. Em 1985, foi assinado um acordo sobre cooperação nuclear. As coisas mudaram de repente, para pior, quando o governo chinês usou soldados para dispersar uma manifestação de estudantes na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Beijing (Pequim). O governo tinha medo de que a manifestação se transformasse em uma revolução que derrubasse o comunismo chinês. Pelo menos mil estudantes foram mortos e muitos, executados mais tarde, isso gerou condenações em todo o mundo. As tensões cresceram novamente em 1996, quando os chineses realizaram "exercícios navais" nos estreitos entre a China continental e Taiwan, em protesto contra as eleições democráticas que estavam por acontecer na ilha.

Ilustração 8.3 O presidente Nixon (direita) com o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, em sua visita a Beijing em 1972.

(d) Relações entre a URSS e a China

As relações entre a URSS e a China se deterioraram constantemente depois de 1956. Os dois países tinham assinado anteriormente um tratado de ajuda mútua e amizade (1950), mas depois os chineses não aprovaram as políticas de Kruschov, principalmente sua crença na "coexistência pacífica" e sua afirmação de que seria possível chegar ao comunismo com métodos que não fossem a revolução violenta. Isso ia contra as ideias de Lênin, líder da revolução comunista russa de 1917, de forma que os chineses acusaram os russos de *"revisionismo" – revisar ou reinterpretar os ensinamentos de Marx e Lênin para servir às suas próprias necessidades*. Eles estavam irritados com a linha "suave" de Kruschov em relação aos Estados Unidos. Em retaliação, os russos reduziram sua ajuda econômica à China.

O argumento ideológico não era a única fonte de problemas: havia também uma disputa de fronteiras. No século XIX, a Rússia tinha tomado partes grandes do território chinês ao norte de Vladivostock e na província de Sinkiang, que os chineses estavam reivindicando de volta, até então sem muito sucesso. Agora que a própria China estava seguindo uma política mais "suave" em relação aos Estados Unidos, o problema territorial parecia ser o principal eixo de conflito. No final dos anos de 1970, tanto a Rússia quanto a China estavam competindo por apoio norte-americano uma contra a outra, na liderança do mundo comunista. Para complicar ainda mais as coisas, os vietnamitas agora apoiavam a Rússia. Quando os chineses atacaram o Vietnã, (fevereiro de 1979), as relações chegaram ao fundo do poço. O ataque chinês foi, em parte, uma retaliação pela invasão vietnamita do Kampuchea (ex-Camboja) em dezembro de 1978, que derrubou o governo do Khmer Vermelho, liderado por Pol Pot, protegido da China, e, em parte, por uma disputa de fronteiras. Eles se retiraram após três semanas, tendo, nas palavras de Beijing, dado uma lição aos vietnamitas. *Em 1984, os chineses definiram suas queixas contra a URSS*:

- presença de tropas russas no Afeganistão;
- apoio soviético às tropas vietnamitas no Kampuchea;
- aumento das tropas soviéticas ao longo da fronteira da Mongólia e Manchúria.

Mikhail Gorbachov estava determinado a dar início a uma nova era nas relações sino-soviéticas. Foram assinados acordos quinquenais sobre comércio e cooperação econômica (julho de 1985), houve contatos regulares entre os dois governos e a reconciliação formal se deu em maio de 1989, quando Gorbachov visitou Beijing. Também em 1989, o Vietnã retirou suas tropas do Kampuchea, de forma que suas relações com a China melhoraram.

8.7 O COLAPSO DO COMUNISMO NO LESTE EUROPEU: A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(a) Agosto de 1988 a dezembro de 1991

Eventos impressionantes aconteceram no Leste Europeu entre agosto de 1988 e dezembro de 1991. O comunismo foi varrido por uma maré crescente de oposição popular e manifestações de massas, muito mais rapidamente do que qualquer pessoa poderia jamais ter imaginado.

- O processo começou na Polônia, em agosto de 1988, quando o sindicato "Solidariedade" organizou imensas greves contra o governo, que acabaram forçando-o a permitir eleições livres, nas quais os comunistas sofreram uma derrota pesada (junho de 1989). Os protestos revolucionários se espalharam rapidamente por todos os outros satélites russos.
- A Hungria foi a próxima a permitir eleições, nas quais os comunistas foram derrotados mais uma vez.
- Na Alemanha Oriental, o líder Erich Honecker quis dispersar as manifestações pela força, mas não teve apoio de seus colegas, e no final de 1989, o governo comunista renunciou. Em pouco tempo o Muro de Berlim foi derrubado e, mais impressionante do que qualquer outra coisa, *no verão de 1990, a Alemanha foi reunificada.*
- A Tchecoslováquia, a Bulgária e a Romênia derrubaram seus governos comunistas no final de 1989, e foram realizadas eleições multipartidárias na Iugoslávia em 1990 e na Albânia na primavera de 1991.
- No final de dezembro de 1991, até a URSS se dividiu em repúblicas separadas e o próprio Gorbachov renunciou. O domínio comunista na Rússia tinha acabado, após 74 anos.

(Ver Seções 10.6 e 18.3 para as razões por trás do colapso do comunismo no Leste Europeu)

(b) De que forma as relações internacionais foram afetadas?

Muitas pessoas no Ocidente pensaram que, com o colapso do comunismo no Leste Europeu, os problemas do mundo desapareceriam como que por milagre, mas nada poderia estar mais longe da verdade, e surgiu todo um leque de novos problemas.

1 A Guerra Fria tinha terminado

O resultado mais imediato foi que a ex-URSS e seus aliados não eram mais vistos pelo Ocidente como "o inimigo". Em novembro de 1990, os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia assinaram um tratado concordando em que "não eram mais adversários" e que nenhuma das armas jamais seria usada, com exceção da autodefesa. A Guerra Fria estava terminada, e isso era um grande passo adiante. No entanto...

2 Novos conflitos surgiram em pouco tempo

Esses novos conflitos foram causados, muitas vezes, pelo nacionalismo. Durante a Guerra Fria, a URSS e os Estados Unidos, como vimos, mantinham um controle rígido, por meio da for-

ça se fosse necessário, sobre áreas em que seus interesses vitais pudessem ser afetados. Agora, um conflito que não afetasse diretamente os interesses de Oriente ou Ocidente provavelmente seria deixado para que encontrasse sua própria solução. O nacionalismo, que havia sido suprimido pelo comunismo, logo ressurgiu em alguns dos antigos Estados da URSS e em outros lugares. Às vezes as disputas eram resolvidas de forma pacífica, por exemplo, na Tchecoslováquia, onde os nacionalistas eslovacos insistiam em se separar para formar outro Estado, a Eslováquia. No entanto, começou uma guerra entre o Azerbaijão e a Armênia (duas ex-Repúblicas Soviéticas) onde as pessoas do norte queriam formar um Estado separado.*

O caso mais trágico foi o da Iugoslávia, que se desmembrou em cinco países diferentes – Sérvia (com Montenegro), Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia e Macedônia. Em pouco tempo estourou uma guerra civil complexa na qual a Sérvia tentava conquistar o máximo possível de território da Croácia. Na Bósnia, sérvios, croatas e muçulmanos lutavam entre si em uma tentativa de estabelecer Estados próprios. A luta incrivelmente cruel se arrastou por quase quatro anos, até conseguirem um cessar-fogo em novembro de 1995 (ver Seção 10.7). Sendo assim, em um momento em que os países da Europa Ocidental avançavam para mais unidade com a Comunidade Europeia, (ver Seção 10.8), os do Leste Europeu se desagregavam em unidades ainda menores.

3 Supervisão de armas nucleares

Outro receio, agora que os russos e os norte-americanos estavam menos dispostos a agir como "policiais", era que *países que tinham o que as potências consideravam governos instáveis ou irresponsáveis pudessem usar armas nucleares* – como, por exemplo, Iraque, Irã e Líbia. Uma das necessidades dos anos de 1990 era, portanto, melhor supervisão e controle internacionais sobre as armas nucleares, assim como as armas biológicas e químicas.

4 Problemas econômicos

Todos os antigos Estados comunistas enfrentavam outro problema – como lidar com o colapso econômico e com a intensa pobreza deixados pelas economias de "comando" comunistas, e como mudar para economias de "livre mercado". Eles precisavam de um programa cuidadosamente planejado de ajuda financeira do Ocidente, caso contrário, seria difícil criar estabilidade no Leste Europeu. O nacionalismo e as inquietações econômicas poderiam causar uma reação da direita, principalmente na própria Rússia, que poderia ser tão ameaçadora quanto um dia se considerou o comunismo. Certamente havia razões para preocupação em função do grande número de armas nucleares que ainda existia na região. Havia o risco de que a Rússia, desesperada para levantar dinheiro, vendesse algumas de suas armas nucleares para governos "inadequados".

5 A reunificação da Alemanha criou alguns problemas

Os polacos desconfiavam muito de uma Alemanha unida e poderosa, com receio de que ela pudesse tentar retomar o antigo território alemão a leste dos rios Oder e Neisse, dado à Polônia depois da Segunda Guerra Mundial. A Alemanha também se viu dando refúgio para pessoas que fugiam dos problemas em outros países da Europa. Em outubro de 1992, pelo menos 16.000 refugiados estavam entrando no país por mês, gerando violentos protestos de grupos de direita neonazistas, que acreditavam que a Alemanha já tinha problemas demais por conta própria sem admitir estrangeiros, principalmente a necessidade de modernizar a indústria e os serviços da ex-Alemanha Oriental.

6 As relações entre os aliados ocidentais

O desaparecimento do comunismo afetou as relações entre os aliados ocidentais, os Estados

* N. de R. T.: O autor de refere à região de Nagorno-Khanabak, encravada no Azerbaijão, mas povoada por armênios, que desejavam se reunir à Armênia.

Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. Eles tinham se mantido unidos pela necessidade de ter uma postura firme contra o comunismo, mas agora surgiam diferenças relacionadas a comércio e até onde Estados Unidos e Japão estavam dispostos a resolver os problemas do Leste Europeu. Por exemplo, durante a guerra na Bósnia, as relações dos países da Europa Ocidental com os Estados Unidos ficaram tensas quando estes se recusaram a fornecer tropas para as forças de paz da ONU deixando o fardo a outros Estados-membros. A questão dominante era que os Estados Unidos haviam ficado como a única superpotência do mundo e era necessário ver como Washington escolheria cumprir esse novo papel no cenário mundial.

PERGUNTAS

1. **Os Estados Unidos e a guerra no Vietnã**

Estude as fontes A e B e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Memorando de John McNaughten, Secretário de Defesa Adjunto dos Estados Unidos, explicando suas preocupações com o caminho que a guerra estava tomando, março de 1966.

> Estou profundamente preocupado com a amplitude e intensidade da inquietação e a insatisfação públicas com a guerra... Principalmente com os jovens, os desfavorecidos, a *intelligentsia* e as mulheres. Será que a convocação de 20.000 reservistas polarizará a opinião a ponto de os pacifistas nos Estados Unidos saírem de controle, com recusas em massa a servir, lutar ou cooperar, ou pior? Pode haver um limite do qual muitos norte-americanos e grande parte do mundo não permitirão que os Estados Unidos passem. A imagem da maior superpotência do mundo matando ou ferindo gravemente 1.000 não combatentes por semana, enquanto tenta subjugar uma minúscula nação atrasada, por uma questão cujos os méritos são amplamente questionáveis, não é bonita. Poderia gerar uma distorção com um custo muito alto na consciência nacional norte-americana.

Fonte B

Relatório sobre a situação do Vietnã, preparado para o presidente Johnson por um grupo de oficiais militares em 1968.

> Duzentos mil soldados a mais não vão fortalecer o governo de Saigon, porque essa liderança não dá sinais de disposição, muito menos de capacidade de atrair a necessária lealdade ou apoio do povo. Isso significaria mobilizar reservistas e aumentar o orçamento militar. Haveria mais baixas norte-americanas, mais impostos. Esse descontentamento crescente, acompanhado, como certamente o será, pelo descumprimento cada vez maior da convocação para o serviço militar e maior inquietação nas cidades por se acreditar que estamos descuidando de problemas nacionais, corre um grande risco de provocar uma crise doméstica de proporções inéditas.

Fonte: Ambas as fontes são citadas em Howard Zinn, *A People's History of the United States* (Longman, 1996).

(a) A partir das evidências na Fonte A, por que McNaughten estava insatisfeito com os rumos da guerra?

(b) Examine o valor dessas fontes para um historiador que esteja estudando o impacto da Guerra do Vietnã sobre o povo norte-americano.

(c) Usando as fontes e seu próprio conhecimento, explique por que, no final das contas, os Estados Unidos não tiveram sucesso em seu objetivo de salvar o Vietnã do Sul do comunismo.

2.

(a) Explique por que a guerra eclodiu na Coreia em junho de 1950 e por que os Estados Unidos se envolveram?

(b) Quais foram os desfechos e os efeitos da guerra na Coreia?

3. Por que houve um período de *détente* durante as décadas de 1970 e 1990, e de que maneiras ela se manifestou?
4. Explique como e por que o final da Guerra Fria teve efeitos profundos sobre as relações internacionais.

9 A Organização das Nações Unidas

RESUMO DOS EVENTOS

A Organização das Nações Unidas foi formada em outubro de 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, que se mostrou incapaz de conter ditadores agressivos como Hitler e Mussolini. Ao fundar a ONU as grandes potências tentavam eliminar algumas das fragilidades que tinham prejudicado a Liga. A Carta da ONU foi elaborada em São Francisco em 1945, e se baseava em propostas formuladas em uma reunião anterior entre URSS, Estados Unidos, China e Grã-Bretanha, em Dumbarton O aks, Estados Unidos, em 1944. *Os objetivos da instituição eram*:

- preservar a paz e eliminar a guerra;
- acabar com as causas de conflito ao fomentar o progresso econômico, social, educacional, científico e cultural em todo o mundo, principalmente em países subdesenvolvidos;
- salvaguardar os direitos individuais de todos os seres humanos e dos povos e nações.

Apesar da cuidadosa formulação da Carta, a ONU foi incapaz de resolver muitos problemas das relações internacionais, especialmente os que foram causados pela Guerra Fria. Por outro lado, cumpriu um papel importante em várias crises internacionais, promovendo cessar-fogos, negociações e fornecendo tropas de paz. Seus êxitos no trabalho não político – cuidando de refugiados, protegendo os direitos humanos, fazendo planejamento econômico e tentando lidar com problemas de saúde, população e fome no mundo – foram enormes.

9.1 A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Atualmente, a ONU tem sete orgãos principais:

- Assembleia Geral.
- Conselho de Segurança.
- Secretariado.
- Tribunal Internacional de Justiça.
- Conselho de Tutela.
- Conselho Econômico e Social.
- Tribunal Penal Internacional (empossado em março de 2003).

(a) Assembleia geral

É a reunião de representantes de todos os países-membros; cada membro pode enviar até cinco representantes, embora haja apenas um voto por país. A Assembleia se reúne uma vez por ano, começando em setembro e permanecendo em sessão por cerca de três meses, mas os próprios membros, ou o Conselho de Segurança, podem convocar sessões especiais em momentos de crise. Sua função é discutir e tomar decisões sobre problemas internacio-

nais, examinar o orçamento da ONU e quanto cada membro deve pagar, eleger os membros do Conselho de Segurança e supervisionar o trabalho de muitos outros orgãos da instituição. As decisões não tem que ser tomadas por votação unânime, como era o caso da Assembleia da Liga. Às vezes, basta uma maioria simples, embora questões que a assembleia considere muito importantes demandem uma maioria de dois terços, como decisões sobre admissão de novos membros ou expulsão de membros atuais, e sobre ações a serem tomadas para manter a paz. Todos os discursos e debates são traduzidos em seis línguas oficiais: inglês, francês, russo, chinês, espanhol e árabe.

(b) Conselho de segurança

O Conselho está em sessão permanente e sua função é lidar com as crises à medida que surgem, por meio de ações que pareçam adequadas e, se for necessário, convocando os membros para agir militar ou economicamente contra um agressor. O Conselho também deve aprovar solicitações de ingresso na ONU que demandarão uma aprovação por maioria de dois terços da Assembleia Geral. O Conselho começou com 11 membros, *cinco deles permanentes (China, França, Estados Unidos, URSS e Grã-Bretanha)* e outros seis eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Em 1965, o número de membros não permanentes foi aumentado para 10. As decisões exigiam que pelo menos nove dos 15 membros votassem a favor, mas eles deveriam incluir todos os cinco membros permanentes, o que significa que *qualquer deles pode vetar uma decisão e impedir que se tome uma determinada atitude.* Na prática, foi sendo aceito aos poucos que a abstenção de um membro permanente não conte como veto, mas isso não está escrito na Carta.

Para garantir alguma ação em caso de veto por parte de um membro permanente, a Assembleia Geral (na época da Guerra da Coreia, em 1950), introduziu a resolução "Unidos pela Paz", que estabelecia que, se as propostas do Conselho de Segurança fossem vetadas, a Assembleia poderia se reunir em 24 horas e decidir o que fazer, mesmo uma ação militar, se fosse necessária. Em casos como este, para uma decisão da Assembleia só seria necessária uma maioria de dois terços. Mais uma vez, essa nova regra não foi acrescentada à Carta, e a URSS, que usou o veto mais do que qualquer outro membro, sempre sustentou que um veto do Conselho de Segurança deveria ter precedência sobre uma decisão da Assembleia Geral. Não obstante, a Assembleia agiu assim muitas vezes, ignorando os protestos russos.

Em 1950, surgiu um problema quando a nova República Popular da China solicitou ser aceita como membro da ONU, os Estados Unidos vetaram a solicitação, de forma que a Republica da China (Taiwan) manteve sua condição de membro e seu assento permanente no Conselho de Segurança. Os Estados Unidos bloquearam a solicitação da China todos os anos, pelos 20 anos seguintes. Em 1971, em um esforço para melhorar as relações com a China comunista, eles finalmente se abstiveram de vetar a solicitação e a Assembleia Geral votou a favor de a República Popular da China assumir a condição de membro e o assento de Taiwan no Conselho de Segurança.

(c) Secretariado

Esse orgão é o "escritório" da ONU (ver Ilustração 9.1), formado por mais de 50.000 funcionários que cuidam do trabalho administrativo, preparando atas de reuniões, traduções e informações. É chefiado pelo Secretário-Geral, que é indicado para um mandato de cinco anos pela Assembleia, por recomendação do Conselho de Segurança. Para garantir algum grau de imparcialidade, ele não vem de qualquer das grandes potências. O Secretário

Ilustração 9.1 Sede da ONU em Nova York. À direita, o edifício de 39 andares do Secretariado, ao centro, a Assembleia Geral ao fundo, a Biblioteca.

atua como principal porta-voz da ONU e está sempre na linha de frente das questões internacionais, tentando resolver os problemas do mundo. Até agora, o cargo foi ocupado por:

Trygve Lie, da Noruega (1946-1952)
Dag Hammarskjold, da Suécia (1952-1961)
U Thant, de Burma (1961-1971)
Kurt Waldheim, da Áustria (1971-1981)
Javier Pérez de Cuellar, do Peru (1981-1991)
Boutros Boutros-Ghali, do Egito (1991-1996)
Kofi Annan, de Ghana (1996-207)
Ban Ki-moon, da Coréia do Sul (desde 2007)

(d) Tribunal Internacional de Justiça

O Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia (na Holanda), tem 15 juízes, todos de nacionalidades diferentes, eleitos conjuntamente para mandatos de nove anos (a cada

três anos, aposentam-se cinco) pela Assembleia e o Conselho de Segurança. O órgão julga disputas entre Estados-membros. Vários casos foram tratados com sucesso, incluindo uma disputa de fronteira entre Holanda e Bélgica e uma discordância entre Grã-Bretanha e Noruega em relação a limites de pesca. Em outros casos, contudo, o êxito não foi tanto. Em 1946, por exemplo, a Grã-Bretanha acusou a Albânia de colocar minas perto da ilha grega de Corfu e exigiu indenizações por danos causados a navios britânicos. A Corte apoiou a demanda e ordenou que a Albânia pagasse um milhão de libras à Grã-Bretanha, mas esta se negou, afirmando que a corte não tinha direito de julgar o caso. Da mesma forma, em 1984 a Nicarágua processou os Estados Unidos por colocar minas em sua baía. O tribunal julgou em favor da Nicarágua e ordenou que os Estados Unidos pagassem indenização. Eles se recusaram a aceitar o veredicto e não se tomou mais nenhuma ação. Embora teoricamente o Conselho de Segurança tenha poder de tomar as "medidas adequadas" para garantir o cumprimento das decisões do tribunal, isso nunca foi feito. A corte só pode operar com êxito quando ambas as partes de uma disputa concordarem em aceitar o veredicto, seja qual for o lado favorecido.

(e) Conselho de Tutela

Este órgão substituiu a Comissão de Mandatos da Liga das Nações, que foi criada em 1919 para controlar os territórios tomados da Alemanha e da Turquia no final da Primeira Guerra Mundial. Algumas dessas áreas (conhecidas como *territórios em mandato* ou *mandatos*) foram entregues às potências vitoriosas, cuja tarefa era governá-los e os preparar para a independência (ver Seções 2.8 e 2.10). O Conselho de Tutela cumpriu sua função de forma satisfatória e, em 1970, a maioria dos mandatos tinha obtido sua independência (ver Seções 11. 1(b) e Capítulo 24).

Entretanto, *a Namíbia continuava sendo um problema*, já que a África do Sul se recusava a dar independência à região. Comandada por um governo que representava a minoria branca da população, a África do Sul não estava disposta a dar independência a um Estado localizado bem na sua fronteira, que teria um governo representando a maioria negra africana. A ONU condenou repetidamente o país por essa atitude. Em 1971, o Tribunal Internacional de Justiça decidiu que a ocupação da Namíbia pela África do Sul descumpria a legislação internacional e que ela deveria se retirar imediatamente. A África do Sul ignorou a ONU, mas à medida que outros Estados foram ganhando independência sob governos negros, foi ficando mais difícil manter sua posição na Namíbia e seu governo de minoria branca (ver Seções 25.6(b-c) e 25.8(e)). Finalmente, em 1990, a pressão do nacionalismo africano e da opinião mundial forçou a África do Sul a afrouxar seu controle sobre a Namíbia.

(f) O Conselho Econômico e Social (*Economic and Social Council*, Ecosoc)

Este órgão de 27 membros eleitos pela Assembleia Geral, dos quais um terço é substituído a cada ano, organiza os projetos como saúde, educação e outras questões sociais e econômicas. Sua tarefa é tão imensa que foram *criadas quatro comissões regionais (Europa, América Latina, África, Ásia e Extremo Oriente*), bem como comissões sobre problemas populacionais, problemas relacionados a drogas, direitos humanos e a situação da mulher. O Ecosoc também coordena o trabalho de uma gama impressionante de outras comissões e agências especializadas, cerca de 30 ao todo. Entre as mais conhecidas estão a Organização Mundial do Trabalho (OMT), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização para Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, Unesco*), o Fundo para a Infância (*United*

Nations Children's Fund, Unicef) e a Agência de Socorro a Refugiados (*United Nations Relief and Works Agency, Unrwa*). O alcance do Ecosoc se ampliou de tal forma que, em 1980, mais de 90% das despesas anuais da ONU eram dedicados às atividades anuais do órgão (ver Seção 9.5).

(g) O Tribunal Penal Internacional (TPI)

A ideia de um Tribunal Penal Internacional para julgar indivíduos acusados de crimes contra a humanidade foi discutida pela primeira vez por uma convenção da Liga das Nações em 1937, mas nada se concretizou. A Guerra Fria impediu qualquer outro avanço até que, em 1989, foi sugerido novamente, como uma forma possível de lidar com traficantes de drogas e terroristas. Os avanços no sentido de criar de tribunal permanente foram lentos mais uma vez, e se deixou que o Conselho de Segurança estabelecesse dois tribunais especiais de guerra para julgar indivíduos acusados de cometer atrocidades em 1994 em Ruanda e em 1995 na Bósnia. O caso de mais destaque foi o de Slobodan Milosevic, ex-presidente da Iugoslávia (ver Seção 10.7), que foi extraditado de Belgrado e entregue a representantes da ONU na Holanda. Seu julgamento começou em julho de 2001 em Haia, ele foi acusado de cometer crimes contra a humanidade na Bósnia, na Croácia e em Kosovo. Ele foi o primeiro ex-chefe de Estado a ficar diante de um tribunal internacional de justiça.

Nesse meio-tempo, em julho de 1998, foi assinado um acordo conhecido como Estatuto de Roma, por 120 Estados-membros da ONU, para criar um tribunal penal permanente para lidar com crimes de guerra, genocídio e outros crimes contra a humanidade. O novo tribunal, com 18 juízes eleitos, foi inaugurado formalmente em março de 2003, com sede em Haia (Holanda), mas o governo dos Estados Unidos não gostou da ideia de que alguns de seus cidadãos pudessem ser julgados no tribunal, principalmente os que estavam atuando como forças de paz e poderiam ficar expostos a "acusações de cunho político". Embora o governo Clinton tenha assinado o acordo de 1998, o presidente Bush insistiu na retirada da assinatura (maio de 2002). Consequentemente, os Estados Unidos não reconhecem o TPI e, em junho de 2003, tinham assinado acordos separados com 37 estados prometendo que nenhum funcionário norte-americano seria entregue ao TPI para ser julgado. Em alguns casos, o país ameaçou retirar a ajuda econômica ou militar se o Estado se recusasse a cumprir sua vontade.

9.2 QUAL É A DIFERENÇA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A LIGA DAS NAÇÕES?

(a) A ONU tem tido mais sucesso

Há algumas diferenças importantes que podem fazer da ONU um orgão mais bem-sucedido do que a Liga.

- A ONU passa muito mais tempo e gasta mais recursos em questões econômicas e sociais, seu alcance é muito mais amplo do que o da Liga. Todas as agências especializadas, com a exceção da Organização Mundial do Trabalho (fundada em 1919), foram estabelecidas em 1945 ou depois.
- A ONU está comprometida em salvaguardar os direitos humanos individuais, com os quais a Liga não se envolvia.
- As mudanças no procedimento da Assembleia Geral e o Conselho de Segurança (principalmente a resolução "Unidos pela Paz"), e o maior poder e prestígio do Secretário-Geral, têm possibilitado à ONU, de vez em quando, agir de forma mais decisiva do que a Liga jamais conseguiu.
- A ONU tem uma participação muito mais ampla e, assim, é uma organização

mundial muito mais verdadeira do que a Liga, com todo o prestígio extra que isso implica. Tanto URSS quanto Estados Unidos foram membros-fundadores da ONU, enquanto os Estados Unidos nunca entraram para a Liga. Entre 1963 e 1968, nada menos do que 43 novos membros entraram para a ONU, principalmente Estados emergentes da África e da Ásia, e em 1985 esse número chegaram a 159; a Liga nunca teve mais do que 50 membros. Posteriormente, muitos dos antigos Estados-membros da URSS passaram a fazer parte, e em 1993, o total chegou a 183. Em 2002, o Timor Leste, que por fim conquistara independência da Indonésia com ajuda da ONU, tornou-se o membro número 191.

(b) Algumas das fragilidades da Liga se mantém

Qualquer um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança pode usar seu poder de veto para impedir uma ação decisiva. Assim como a Liga, a ONU não tem um exército próprio permanente e tem que usar forças que pertencem a seus Estados-membros (ver Seção 9.6).

9.3 QUE SUCESSO A ONU TEM CONSEGUIDO COMO ORGANIZAÇÃO VOLTADA À MANUTENÇÃO DA PAZ?

Embora o êxito tenha sido instável, pode-se dizer que a *ONU tem conseguido mais sucesso do que a Liga em seus esforços para manter a paz*, principalmente em crises que não envolvam diretamente os interesses das grandes potências, como a guerra civil no Congo (1960-1964) e a disputa entre Holanda e Indonésia pela Nova Guiné Ocidental. Por outro lado, com frequência ela tem sido tão ineficaz quanto a Liga em situações como o levante na Hungria em 1956 e na crise tcheca de 1968, em que os interesses de grandes potências – nesses casos, da URSS – pareciam ameaçados, e onde essa grande potência decidiu ignorar ou desafiar a ONU. A melhor forma de ilustrar os graus variáveis de sucesso da ONU é examinar algumas das principais disputas nas quais ela se envolveu.

(a) Nova Guiné Ocidental (1946)

Em 1946, a ONU ajudou a organizar a independência das Índias Orientais Holandesas, que se tornaram a Indonésia, em relação à Holanda (ver Mapa 24.3), mas não houve acordo em relação à Nova Guiné Ocidental (Irian Ocidental), que era reivindicada pelos dois países. Em 1961, começaram os conflitos; depois de U Thant apelar a ambos os lados para reabrir negociações, foi acordado (1962) que o território deveria se tornar parte da Indonésia. A transferência foi organizada e policiada por uma força da ONU. Nesse caso, a organização cumpriu um papel vital em fazer com que as negociações tivessem início, embora não tenha tomado, ela própria, uma decisão sobre o futuro de Irian Ocidental.

(b) Palestina (1947)

A disputa entre judeus e árabes na Palestina foi levada à ONU em 1947. Depois de uma investigação, a organização decidiu dividir a Palestina, estabelecendo o Estado de Israel (ver Seção 11.2). Essa foi uma das decisões mais polêmicas da ONU e não foi aceita pela maioria dos países árabes. A ONU foi incapaz de impedir uma série de guerras entre Israel e vários Estados árabes (1948-1949, 1967 e 1973) embora tenha feito um trabalho útil organizando cessar-fogos e proporcionando forças de supervisão, enquanto a agência de socorro aos refugiados cuidou dos refugiados árabes (Ilustração 9.2).

(c) A Guerra da Coreia (1950-1953)

Esta foi a única ocasião em que a ONU conseguiu agir de forma decisiva em uma crise envolvendo diretamente os interesses de

Ilustração 9.2 Supervisão de trégua pela ONU na Palestina.

uma das superpotências. Quando a Coreia do Sul foi invadida pela Coreia do Norte comunista em junho de 1950, o Conselho de Segurança aprovou imediatamente uma resolução condenando esta e convocou os Estados-membros a enviar ajuda ao Sul. Contudo, isso só foi possível em função da ausência temporária dos delegados russos, que teriam vetado a resolução se não estivessem boicotando as reuniões do Conselho (desde janeiro daquele ano) em protesto pela não aceitação da China comunista na ONU. Ainda que os delegados russos tenham retornado espertamente, era tarde demais para que impedissem a ação. Tropas de 16 países conseguiram repelir a invasão e preservar a fronteira entre as duas Coreias ao longo do paralelo 38 (ver Seção 8.1).

Embora o Ocidente tenha tratado esse evento como um grande sucesso da ONU, foi em grande parte uma operação norte-americana, e o governo dos Estados Unidos já tinha decidido intervir com força no dia anterior à decisão do Conselho de Segurança. Somente a ausência dos russos possibilitou que os Estados Unidos transformassem em uma operação da ONU. Essa situação não tinha probabilidade de se repetir, já que a URSS teria o cuidado

de estar presente em todas as futuras reuniões do Conselho de Segurança.

A Guerra da Coreia teve resultados importantes para o futuro da ONU: um deles foi a aprovação da resolução "Unidos pela Paz", a qual permitiria que um veto no Conselho de Segurança fosse derrubado por uma votação na Assembleia Geral. Outro, foi o lançamento de um duro ataque dos russos contra o secretário geral Trvgve Lie, pelo que consideraram seu papel tendencioso na crise. Sua posição logo ficou insustentável e ele acabou concordando em se afastar, para ser substituído por Dag Hammarskjöld.

(d) A crise do Suez (1956)

Pode-se dizer que este evento mostrou a ONU em seu melhor momento. Quando o presidente egípcio Nasser nacionalizou subitamente o Canal do Suez, no qual franceses e britânicos detinham muitas participações, essas duas potências protestaram muito e enviaram tropas "para proteger seus interesses" (ver Seção 11.3). Ao mesmo tempo, os israelenses invadiram o Egito a partir do leste. O objetivo real de todos os três países era derrubar o presidente Nasser. Uma resolução do Conselho de Segurança condenando o uso da força foi vetada pela França e pela Grã-Bretanha, e a Assembleia geral, por uma maioria de votos de 64 a 5, condenou a invasão e exigiu a retirada das tropas. Em função do peso da opinião contrária, os agressores concordaram em se retirar, desde que a ONU garantisse um acordo razoável sobre o canal e impedisse que houvesse um massacre entre os árabes e israelenses. Uma força da ONU entrou com 5.000 soldados de 10 países diferentes, enquanto franceses, britânicos e israelenses se retiravam. O prestígio da ONU e de Dag Hammarskjöld, que lidou com a operação com razoável habilidade, cresceu muito, embora as pressões dos Estados Unidos e da Rússia também tivessem sido importantes para gerar um cessar-fogo. Entretanto, a ONU não teve o mesmo sucesso no conflito árabe-israelense de 1967 (ver Seção 11.4).

(e) O levante húngaro (1956)

Este levante aconteceu ao mesmo tempo da crise do Canal do Suez e mostrou a ONU em sua maior ineficácia. Quando os húngaros tentaram exercer sua independência do controle russo, tropas soviéticas entraram na Hungria para esmagar a revolta. O governo húngaro apelou à ONU, mas os russos vetaram uma resolução no Conselho de Segurança que exigia uma retirada de suas forças. A Assembleia Geral aprovou a mesma resolução e formou um comitê para investigar o problema, mas os russos se recusaram a cooperar com o órgão e não pôde ser feito qualquer avanço. Era visível o contraste com o Suez, onde a Grã-Bretanha e a França se dispuseram a ceder às pressões internacionais. Os russos simplesmente ignoraram a ONU e nada pôde ser feito.

(f) Guerra civil no Congo (1960-1964)

Neste caso a ONU montou sua operação mais complexa até hoje (ver Seção 25.5), com exceção da Coreia. Quando o Congo (conhecido como Zaire desde 1971) mergulhou no caos imediatamente após conquistar a independência, uma força da ONU de 20.000 soldados em seu maior contingente conseguiu restaurar algum tipo de ordem, mesmo precária. Foi estabelecido um fundo especial da ONU para o Congo, com o objetivo de ajudar na recuperação e no desenvolvimento do país devastado, *mas o custo financeiro era tão alto que a organização quase faliu*, principalmente quando URSS, França e Bélgica se recusaram a pagar suas contribuições às operações por desaprovar a forma como ela tinha lidado com a situação. A guerra também custou a vida de Dag Hammarskjöld, morto em um acidente de avião no Congo.

(g) Chipre

O Chipre tem mantido a ONU ocupada desde 1964. Colônia britânica a partir de 1878, a ilha conseguiu sua independência em 1960. Em 1963, começou uma guerra civil entre gregos, que eram cerca de 80% da população, e turcos. Em março de 1964, uma força de paz da ONU restaurou uma paz instável, mas eram necessários 3.000 soldados da organização permanentemente estacionados em Chipre para impedir que gregos e turcos se destroçassem. Mas isso não era o fim do problema: em 1974, os greco-cipriotas tentaram unificar a ilha com a Grécia, o que levou os turco-cipriotas, ajudados por tropas turcas invasoras, a tomar o norte da ilha para ser seu território. Eles passaram a expulsar todos os gregos que tinham o azar de morar nessa área. Mais uma vez, forças da ONU conseguiram um cessar-fogo e até hoje policiam a fronteira entre gregos e turcos, mas a organização ainda não conseguiu encontrar uma Constituição aceitável nem qualquer outro compromisso e não se anima a retirar as tropas.

(h) Caxemira

Na Caxemira a ONU se encontrou em uma situação semelhante à de Chipre. Depois de 1947, essa grande província, situada entre a Índia e o Paquistão (ver Mapa 24.1), era reivindicada por ambos os países. Já em 1948, a organização negociou um cessar-fogo depois que iniciaram os conflitos. Nesse momento, os indianos ocupavam a parte sul da Caxemira, os paquistaneses a parte norte, e pelos 16 anos seguintes, a ONU policiou a linha de cessar-fogo entre as duas zonas. Quando tropas paquistanesas invadiram a zona indiana em 1965, começou uma guerra curta, mas, mais uma vez, a organização conseguiu intervir e as hostilidades cessaram. Todavia, a disputa original permaneceu e em 1990, parecia haver poucas perspectivas de a ONU, ou qualquer outra agência, encontrar uma solução permanente.

(i) A crise da Tchecoslováquia (1968)

Esta crise foi quase uma repetição do levante na Hungria 12 anos antes. Quando os tchecos demonstraram o que Moscou considerava ser muita independência, foram enviadas tropas russas, junto com outras do Pacto de Varsóvia, para garantir a obediência à URSS. O Conselho de Segurança tentou aprovar uma moção condenando a ação, mas os russos a vetaram, afirmando que o governo tcheco tinha pedido sua intervenção. Embora os tchecos negassem, nada havia que a ONU pudesse fazer em vista da recusa da URSS em cooperar.

(j) O Líbano

Enquanto a guerra civil assolava o Líbano (1975-1987), as coisas se complicaram ainda mais por causa de uma disputa na fronteira no sul do país entre cristãos libaneses (ajudados pelos israelenses) e palestinos. Em março de 1978, os israelenses invadiram o sul do Líbano para destruir bases dos guerrilheiros palestinos de onde eram lançados ataques ao norte de Israel. Em junho de 1978, os israelenses concordaram em se retirar, desde que a ONU assumisse a responsabilidade por policiar a fronteira. A *Força Interina das Nações Unidas no Líbano (United Nations Interim Force in Lebanon, UNIFIL)*, com cerca de 7.000 soldados, foi enviada ao sul do país para supervisionar a retirada israelense e teve algum êxito em manter uma relativa paz na área, mas era uma luta constante contra violações de fronteira, assassinatos, terrorismo e tomada de reféns (ver Seção 11.8(b)).

Na década de 1990, um novo inimigo começou a assediar Israel a partir de bases no sul do Líbano: o grupo muçulmano xiita conhecido como Hezbollah, o qual, segundo o governo israelense, era apoiado pelo Irã e pela Síria. Em retaliação, os israelenses lançaram um grande ataque ao sul do Líbano (abril de 1996) e ocuparam a maior parte da região até 1999. Mais uma vez a Unifil ajudou a supervisionar uma retirada israelense e a força foi aumentada para

cerca de 8.000 soldados. Em 2002, quando a região parecia calma por muitos anos, a força foi reduzida a cerca de 3.000.

(k) A guerra Irã-Iraque (1980-1988)

A ONU conseguiu dar fim a uma guerra longa entre Irã e Iraque. Depois de anos de tentativas de mediação, a organização acabou negociando um cessar-fogo, embora tenha que admitir que foi ajudada pelo fato de que ambos os lados estavam próximos da exaustão (ver Seção I 1.9).

9.4 MISSÕES DE PAZ DA ONU DESDE O FIM DA GUERRA FRIA

O final da Guerra Fria, infelizmente, não significou o fim dos conflitos potenciais: ainda havia uma série de disputas em andamento que se originou muitos anos antes. O Oriente Médio continuava volátil e havia muitos problemas no sudeste da Ásia e na África. Entre 1990 e 2003, a ONU realizou bem mais de 30 operações de paz. No pico de seu envolvimento, em meados dos anos de 1990, havia mais de 80.000 soldados de 77 países em serviço ativo. Alguns exemplos ilustram a complexidade cada vez maior dos problemas enfrentados pela organização e os crescentes obstáculos que dificultavam o êxito.

(a) A Guerra do Golfo de 1991

A ação da ONU durante a Guerra do Golfo de 1991 foi impressionante. Quando Saddam Hussein, do Iraque, enviou suas tropas para invadir e capturar o minúsculo, mas extremamente rico, Estado vizinho do Kuwait (agosto de 1990), o Conselho de Segurança da ONU o alertou para que retirasse ou enfrentasse as consequências. Diante da recusa, foi enviada uma grande força da ONU à Arábia Saudita. Em uma campanha curta e decisiva, as tropas iraquianas foram expulsas, tendo sofrido grandes perdas, e o Kuwait foi libertado (ver Seção 11.10), mas os críticos da ONU reclamavam que o Kuwait só foi ajudado porque o Ocidente precisava de seus estoques de petróleo. Outros países pequenos, que não tinham valor para o Ocidente, não receberam ajuda quando foram invadidos por vizinhos maiores (por exemplo, o Timor Leste tomado pela Indonésia em 1975).

(b) Camboja/Kampuchea

Os problemas no Camboja (Kampuchea) se arrastaram por cerca de 20 anos, mas a ONU acabou conseguindo uma solução. Em 1975, o Khmer Vermelho, uma guerrilha comunista liderada por Pol Pot, tomou o poder do governo de direita de Lon Nol e, depois, destituiu o Príncipe Sihanouk (ver Seção 21.3). Nos três anos seguintes, o regime brutal de Pol Pot assassinou cerca de um terço da população, até que, em 1978, o exército vietnamita invadiu o país, expulsou o Khmer vermelho e estabeleceu um novo governo. Inicialmente a ONU, estimulada pelos Estados Unidos, condenou essa ação, embora muitas pessoas achassem que o Vietnã tinha prestado um grande serviço ao povo do Camboja livrando-o do cruel regime de Pol Pot, mas tudo fazia parte da Guerra Fria, que significava que qualquer ação do Vietnã, aliado da URSS, seria condenada pelos Estados Unidos. O fim da Guerra Fria possibilitou que a ONU organizasse e fiscalizasse uma solução. As forças vietnamitas foram retiradas (setembro de 1989) e, depois de um longo período de negociações e persuasão, houve eleições (junho de 1993), vencidas pelo partido do Príncipe Sihanouk. O resultado foi amplamente aceito (embora não pelo que sobrou do Khmer Vermelho, que se recusou a tomar parte nas eleições) e o país começou a se estabilizar aos poucos.

(c) Moçambique

Moçambique, que obteve independência de Portugal em 1975, foi dilacerado pela guerra civil durante muitos anos (ver Seção 24.6(d)). Em 1990, o país estava em ruínas e ambos os

lados, exaustos. Embora tenham assinado um acordo de cessar-fogo em Roma (outubro de 1992) em uma conferência organizada pela Igreja Católica e pelo governo italiano, ele não se sustentava. Houve muitas violações do cessar-fogo e era impossível realizar eleições naquela atmosfera. A ONU se envolveu integralmente, implementando um programa de desmobilização e desarmamento dos vários exércitos, distribuindo ajuda humanitária e organizando eleições, que aconteceram com êxito em outubro de 1994. Joachim Chissano, da Frelimo, foi eleito presidente e reeleito para mais um mandato em 1999.

(d) Somália

A Somália se desintegrou em uma guerra civil em 1991, quando o ditador Siad Barré foi derrubado e começou uma luta pelo poder entre apoiadores rivais dos generais Aidid e Ali Mohammed. A situação era caótica à medida que o abastecimento de alimentos e as comunicações se desarticularam e milhares de refugiados fugiram para o Quênia. A *Organização de Unidade Africana (OUA)* pediu ajuda da ONU e 37.000 soldados, principalmente norte-americanos, chegaram (dezembro de 1992) para salvaguardar a ajuda e para restaurar e organizar, desarmando os chefes militares locais. Estes, entretanto, principalmente Aidid, não estavam dispostos a ser desarmados, e a ONU começou a sofrer baixas. Os norte-americanos retiraram suas tropas (março de 1994), e as tropas da ONU que sobraram foram retiradas em março de 1995, deixando que os chefes militares brigassem até o final, mas a verdade é que a própria ONU tinha uma tarefa impossível desde o começo: desarmar, à força, dois exércitos extremamente poderosos que estavam determinados a seguir lutando entre si e combinar isso com um programa de ajuda humanitária. As intervenções militares da ONU tinham mais chances de sucesso quando, como na Coreia em 1950-1953 e na Guerra do Golfo de 1991, suas tropas apoiavam ativamente um lado contra o outro.

(e) Bósnia

Uma situação semelhante se desenvolveu na Bósnia (ver Seção 10.7(c)). Na guerra civil entre muçulmanos e sérvios do país, a ONU não enviou soldados suficientes para impor a lei e a ordem, em parte porque tanto a Comunidade Europeia quanto os Estados Unidos estavam relutantes em se envolver. A ONU foi ainda mais humilhada quando, em julho de 1995, não conseguiu impedir que as forças sérvias capturassem duas cidades – Srebrenica e Zepa – que o Conselho de Segurança tinha designado como áreas de segurança para muçulmanos. A impotência da ONU ficou ainda mais visível quando os sérvios assassinaram 8.000 homens muçulmanos em Srebrenica.

(f) Iraque – a derrubada de Saddam Hussein

Em março de 2003, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha lançaram a invasão do Iraque, justificada por sua intenção de se livrar das armas de destruição em massa do país e libertar o povo iraquiano do brutal regime de Saddam Hussein (ver Seção 12.4). Os inspetores de armas da ONU já tinham passado meses no Iraque em busca de armas de destruição em massa, sem encontrar nada de importante. O ataque foi adiante, ainda que o Conselho de Segurança da ONU não tivesse dado sua autorização. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tentaram passar uma resolução no Conselho aprovando a ação militar, mas a França, a Rússia, a China e a Alemanha queriam dar mais tempo a Saddam para que cooperasse com os inspetores de armas. Quando ficou claro que França e Rússia estavam dispostas a vetar a resolução, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha decidiram seguir em frente de forma unilateral, sem submeter a resolução a uma votação no Conselho de Segurança, afirmando que as violações de resoluções anteriores da ONU por parte de Saddam eram uma justificativa para a guerra.

A ação norte-americana e britânica foi um duro golpe no prestígio da ONU. O secretá-

rio-geral Kofi Annan, falando na abertura da sessão anual da Assembleia Geral em setembro de 2003, disse que a ação tinha levado a ONU a uma "encruzilhada". Até então, todos os Estados precisavam de autorização do Conselho de Segurança se pretendessem usar a força para além do direito normal de autodefesa, como diz o Artigo 51 da Carta da ONU. Contudo, se os países continuassem agindo de forma unilateral e preventiva contra algo que considerassem uma ameaça, isso representaria um desafio fundamental a todos os princípios da paz e da estabilidade do mundo nos quais a ONU se baseava e que vinha tentando atingir, ainda que com imperfeições, nos últimos 58 anos. Isso só conseguiria, ele disse, estabelecer precedentes que resultariam em "uma proliferação do uso unilateral e ilegal da força".

9.5 QUE OUTRAS TAREFAS SÃO RESPONSABILIDADE DA ONU?

Embora o papel de manutenção da paz e de mediadora internacional da ONU chegue com mais frequência às manchetes, a maior parte de seu trabalho está relacionada com objetivos menos espetaculares, de salvaguardar os direitos humanos e estimular o progresso econômico, social, educacional e cultural no mundo todo. Neste livro, o espaço só é suficiente para examinarmos alguns exemplos.

(a) A Comissão de Direitos Humanos

Esse órgão funciona sob supervisão do Ecosoc e tenta garantir que todos os governos tratem seus povos de forma civilizada. Em 1948, a Assembleia Geral adotou uma *Declaração Universal de Direitos Humanos com 30 itens*, dizendo que todas as pessoas, não importa em que país vivam, devem ter certos direitos básicos, sendo que *os mais importantes são direito a*:

- um padrão de vida capaz de assegurar saúde à pessoa e a sua família;
- ser livre de escravidão, discriminação racial, detenção e prisão sem julgamento e tortura;
- ter um julgamento justo e ser considerada inocente até que se prove sua culpa;
- movimentar-se livremente em seu país e poder sair dele;
- casar-se, ter filhos, trabalho, propriedade e votar em eleições;
- ter opiniões e as expressar livremente.

Posteriormente, a Comissão, preocupada com a situação de crianças em muitos países, formulou a *Declaração dos Direitos da Criança (1959). Entre os mais importantes, todas as crianças devem ter:*

- alimentação e tratamento de saúde adequados;
- educação gratuita;
- oportunidade adequada para relaxar e brincar (protegidas contra o trabalho infantil excessivo);
- proteção contra discriminação racial religiosa e de outros tipos.

Todos os governos-membros devem apresentar um relatório trienal sobre a situação em que se encontram os direitos humanos em seu país, mas o problema da ONU é que muitos deles não apresentam e ignoram os termos das Declarações. Quando isso acontece, tudo o que a organização pode fazer é divulgar os países onde acontecem as violações mais flagrantes dos direitos humanos e esperar que a pressão da opinião mundial influencie os governos envolvidos. Por exemplo, a ONU realizou campanhas contra o *apartheid* na África do Sul (ver Seção 25.8) e contra o tratamento brutal que o General Pinochet dava aos prisioneiros políticos no Chile (ver Seção 8.4(c)). Mary Robinson (ex-presidente da República da Irlanda), que foi comissária da ONU para direitos humanos de 1997 a 2002, esforçou-se para aumentar a consciência mundial sobre os problemas, indicando e acusando os países culpados. Infelizmente, ela fez inimigos poderosos em função de suas críticas abertas

sobre os históricos deles no campo dos direitos humanos, entre eles a Rússia, a China e os Estados Unidos (todos eles membros permanentes do Conselho de Segurança). O secretário-geral Annan estava satisfeito com o trabalho dela e queria que ela permanecesse por mais um mandato como Comissária, mas Mary foi substituída por Sergio Vieira de Mello, e foi amplamente divulgado que o segundo mandato dela teria sido barrado pelos Estados Unidos.

(b) A Organização Mundial do Trabalho (OMT)

A OMT funciona em sua sede em Genebra, com base nos princípios de que:

- todas as pessoas tem direito a um trabalho;
- deve haver oportunidades iguais para que todos tenham trabalho, independentemente de raça, sexo ou religião;
- deve haver padrões mínimos para condições de trabalho decentes;
- os trabalhadores devem ter o direito de se organizar em sindicatos e outras associações para negociar melhores condições de trabalho e salários (conhecido como negociação coletiva);
- deve haver seguridade social integral para todos os trabalhadores (como seguro para desemprego, saúde e maternidade).

A OMT faz um excelente trabalho de ajuda a países que estejam tentando melhorar as condições de trabalho e recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1969. Ela envia especialistas para demonstrar novos equipamentos e técnicas, estabelece centros de formação em países em desenvolvimento e dirige o Centro Internacional de Tecnologia Avançada e Formação Profissional, em Turim (Itália), que oferece formação vital, de alto nível, para pessoas em todo o Terceiro Mundo. Mais uma vez, contudo, assim como a Comissão de Direitos Humanos, está sempre enfrentando o problema de o que fazer quando os governos ignoram as regras. Por exemplo, muitos governos, incluindo os dos países comunistas e da América Latina, como Chile, Argentina e México, não permitiam que os trabalhadores se organizassem em sindicatos.

(c) A Organização Mundial da Saúde (OMS)

A OMS é uma das agências mais bem-sucedidas da ONU. Seu objetivo é levar o mundo a um ponto em que todos os seus povos estejam não apenas livres de doenças, mas também "em alto nível de saúde". Uma de suas primeiras tarefas foi enfrentar uma epidemia de cólera no Egito em 1947, que ameaçava se espalhar pela África e pelo Oriente Médio. A ação rápida de uma equipe da ONU em pouco tempo controlou a epidemia, que foi eliminada em poucas semanas. A OMS mantém atualmente um banco permanente de vacinas para o caso de novos surtos de cólera e trava uma batalha contínua contra outras doenças, como a malária, a tuberculose e a lepra. A organização oferece dinheiro para a formação de médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde em países em desenvolvimento, mantém os governos informados sobre novos medicamentos e fornece anticoncepcionais grátis para mulheres de países do Terceiro Mundo.

Uma da conquistas mais impressionantes foi a eliminação da varíola na década de 1980. Ao mesmo tempo, parecia que o caminho estava adiantado rumo à eliminação da malária, mas nos anos de 1970, apareceu uma nova variedade da doença que havia desenvolvido resistência a medicamentos antimalária. As pesquisas sobre esse tipo de medicamento se tornaram uma prioridade para a OMS. Em março de 2000, foi informado que o problema da tuberculose estava piorando e matando dois milhões de pessoas por ano.

O problema mais sério da saúde mundial nos últimos anos tem sido a epidemia de AIDS. A OMS tem feito um excelente trabalho de coleta de evidências e estatísticas, produzindo relatórios e pressionando as empresas farma-

cêuticas pela redução dos preços dos medicamentos para tratar o problema. Em junho de 2001, foi criado o Fundo Global da ONU para a AIDS, visando levantar 10 milhões de dólares por ano para combater a doença (ver Seção 27.4 para mais detalhes sobre a AIDS).

(d) A Organização para a Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*, FAO)

O objetivo da FAO é elevar o padrão de vida das pessoas estimulando melhorias na produção agrícola. A organização foi responsável pela introdução de novas variedades de milho e arroz, que tem maior rendimento e são menos suscetíveis a doenças. Especialistas da FAO mostram às pessoas dos países pobres como aumentar a produção de alimentos com o uso de fertilizantes, novas técnicas e novas máquinas, e são fornecidas verbas para financiar novos projetos. Seu principal problema é ter que lidar com emergências causadas por secas, inundações, guerras civis e outros desastres, quando é necessário abastecer um país de alimentos o mais rápido possível. A Organização tem feito um excelente trabalho e não restam dúvidas de que muito mais pessoas teriam morrido de fome ou desnutrição sem sua atuação. Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido: por exemplo, em 1984, especialistas da FAO revelaram que 35 milhões de pessoas morreram de fome, e 24 países africanos dependiam muito da ONU para abastecimento emergencial de alimentos em função da seca. Os críticos da FAO afirmam que ela gasta demais seus recursos com alimentos em lugar de estabelecer sistemas agrícolas melhores nos países pobres.

(e) Organização para Educação, Ciência e *Cultura* (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, Unesco)

A partir de sua sede em Paris, a Unesco faz tudo o que pode para estimular a cooperação internacional entre cientistas, acadêmicos e artistas em todos os campos, com base na teoria de que a melhor forma de evitar a guerra é educando as mentes das pessoas para a busca da paz. Grande parte de seu tempo e de seus recursos são gastos estabelecendo escolas e faculdades para a formação de professores em países subdesenvolvidos. Às vezes, a agência se envolve em projetos culturais e científicos específicos, por exemplo, organizou uma *Década Internacional* da *Água* (1965-1975), durante a qual ela ajudou a financiar a pesquisa sobre o problema dos recursos hídricos do mundo. Depois das enchentes de 1968 em Florença, a Unesco cumpriu um papel importante no conserto e restauro de tesouros artísticos e prédios históricos danificados. Na década de 1980, a Unesco foi alvo de críticas por parte das potências ocidentais, que afirmavam que ela estava ficando politicamente motivada demais (ver Seção 9.6(c)).

(f) O Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Emergency Fund*, Unicef)

O Unicef foi fundado em 1946 para ajudar as crianças que ficaram sem casa depois da Segunda Guerra Mundial e tratou do problema de forma tão eficaz que foi decidido transformá-lo em uma agência permanente, retirando de seu nome a palavra "emergência" (1953). Sua nova função era *ajudar a melhorar a saúde e os padrões de vida das crianças em todo o mundo, principalmente em países mais pobres*. O órgão trabalha em conjunto com a OMS, instalando centros de saúde, formando trabalhadores da saúde e coordenando sistema de formação em saúde e saneamento. Apesar desses esforços, ainda é apavorante que em 1983, 15 milhões de crianças tenham morrido antes dos 5 anos, um número equivalente à população abaixo de 5 anos combinada de Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha e Alemanha Ocidental. Naquele ano, o Unicef lançou sua campanha "revolução na saúde infantil", voltada a reduzir a taxa de mortalidade infantil através de métodos simples

como estimular a amamentação materna (que é mais higiênica do que a feita com mamadeiras) e imunizar os bebês contra doenças comuns como sarampo, difteria, pólio e tétano.

(g) Agência das Nações Unidas de Socorro e Trabalho (*United Nations Relief and Works Agency*, Unrwa)

Esta agência foi estabelecida em 1950 para lidar com o problema dos refugiados árabes que foram forçados a sair de suas casas quando a Palestina foi dividida para formar o novo Estado de Israel (ver Seção 11.2). A Unrwa fez um ótimo trabalho fornecendo alimentação básica, vestimentas, abrigo e material de saúde. Posteriormente, quando ficou claro que os campos de refugiados seriam permanentes, a Agência começou a construir escolas, hospitais, casas e centros de formação para que os refugiados pudessem conseguir empregos e tornar os campos autossutentáveis.

(h) Agências financeiras e econômicas

1 O Fundo Monetário Internacional (FMI)

O FMI tem o objetivo de fomentar a cooperação entre países para estimular o crescimento do comércio e o desenvolvimento integral de seu potencial econômico. Possibilita empréstimos de curto prazo a países que estejam em dificuldades financeiras, desde que suas políticas econômicas tenham aprovação do Fundo e que estejam dispostos a alterar políticas se o FMI considerar necessário. Em meados dos anos de 1970, vários países do Terceiro Mundo estavam muito endividados (ver Seção 26.2), e em 1977, o FMI estabeleceu um fundo de emergência. Porém, houve muito descontentamento entre as nações mais pobres quando a Diretoria do FMI (dominado pelos países ocidentais ricos, principalmente os Estados Unidos, que fornece a maior parte do dinheiro) começou a impor condições para os empréstimos. À Jamaica e à Tanzânia, por exemplo, exigiu-se que alterassem suas políticas socialistas antes que fossem concedidos os empréstimos, o que foi considerado por muitos como uma interferência inaceitável nas questões internas de Estados-membros.

2 Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)

O Banco oferece empréstimos para projetos de desenvolvimento específicos, como a construção de barragens para a geração de eletricidade e a introdução de novas técnicas agrícolas e campanhas de planejamento familiar. Mais uma vez, porém, os Estados Unidos, que fornecem a maior parcela de dinheiro para o banco, controlam suas decisões. Quando a Polônia e a Tchecoslováquia solicitaram empréstimos, ambos foram recusados porque eram para países comunistas. Os dois países se retiraram do banco e do FMI em protesto, a Polônia em 1950 e a Tchecoslováquia em 1954.

3 O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT)

Este acordo foi assinado em 1947, quando os Estados-membros da ONU concordaram em reduzir algumas de suas tarifas (impostos sobre importação) para estimular o comércio internacional. Os membros continuam a se reunir, sob a supervisão do Ecosoc, para tentar manter as tarifas o mais baixo possível em todo o mundo. Em janeiro 1995, o GATT se tornou a Organização Mundial do Comércio (OMC), o objetivo era liberalizar e monitorar o comércio mundial, e resolver disputas comerciais.

4 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development, Unctad)

A Conferência se reuniu pela primeira vez em 1964 e logo se transformou em um orgão permanente, com o papel de estimular o desen-

volvimento da indústria no Terceiro Mundo e pressionar os países ricos para que comprem seus produtos.

(i) *Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, OCHA)*

Este orgão começou como o Departamento de Assuntos Humanitários, estabelecido em 1991 para possibilitar que a ONU respondesse mais efetivamente aos desastres naturais e a "emergências complexas" (a expressão da ONU para desastres humanos causados por guerras e outros eventos políticos). Suas funções foram ampliadas em 1998 para incluir a articulação de respostas a todos os desastres humanitários e projetos para o desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo, assumiu seu atual nome de OCHA. Tinha uma equipe de cerca de 860 membros, alguns trabalhando em Nova York, outros em Genebra, e outros, ainda, em campo.

Muito trabalho valioso de ajuda foi feito em toda uma série de situações de crise causadas por terremotos, furacões e inundações; a ajuda era mais necessária em países pobres, com infraestruturas menos desenvolvidas e alta densidade populacional. As estatísticas da ONU sugerem que somente em 2003, cerca de 200 milhões de vítimas de desastres naturais e 45 milhões de vítimas de "emergências complexas" receberam auxílio, diretamente da ONU ou organizado por ela. Mas uma crítica recorrente sobre o papel da ONU é que ela carecia dos recursos e do poder para funcionar com a eficácia que poderia.

O maior desafio enfrentado pelo OCHA ocorreu no início de 2005, no que ficou conhecido como o desastre do *tsunami*. No primeiro dia útil depois do Natal de 2004, dois imensos terremotos aconteceram no Oceano Índico. O primeiro, de 9 graus na escala Richter, teve seu epicentro perto da costa da ilha Indonésia de Sumatra; o segundo, não tão forte, mas ainda assim registrando 7,3 graus, ocorreu a cerca de 80 km das Ilhas Nicobar. Esses dois terremotos desencadearam uma série de ondas imensas conhecidas como *tsunami*. Não havia qualquer sistema de alerta eficaz, e em poucas horas o *tsunami* estava atingindo o litoral de muitos países em torno do Oceano Índico, como a Indonésia, a Índia, as Ilhas Maldivas, o Sri Lanka, a Tailândia, a Malásia e até a Somália na costa leste da África. Em pouco tempo, estava claro que se tratava de uma catástrofe da mais alta magnitude; pelo menos 150.000 pessoas foram mortas e milhares de outras desapareceram. Os mais afetados foram a Indonésia, o Sri Lanka e a Tailândia onde, em algumas regiões litorâneas, cidades e vilas inteiras foram destruídas. Foi necessária uma imediata operação de ajuda, massiva e complexa, mas os problemas a serem enfrentados eram avassaladores.

A resposta de todo o mundo foi animadora: pessoas comuns responderam positivamente, de forma indistinta, aos apelos por dinheiro, governos estrangeiros prometeram enormes quantidades de dinheiro, 11 países mandaram tropas, navios e aviões, mais de 400 agências não governamentais e beneficentes, como Christian Aid, Cruz Vermelha, o Crescente Vermelho, o Exército da Salvação, Oxfam e Médicos Sem Fronteiras se envolveram em poucos dias. O problema básico era que nenhuma agência isolada estava no controle geral para direcionar os vários tipos de auxílio aos lugares onde eles eram necessários. Aos poucos, o OCHA conseguiu se estabelecer como o principal orgão de coordenação da operação, de forma que em meados de janeiro de 2005, os trabalhadores da operação de ajuda informavam que, após um começo lento e confuso, a operação estava se tornando eficaz. Um porta-voz da Oxfam disse que a ONU estava fazendo um bom trabalho, como qualquer um poderia esperar razoavelmente nas terríveis circunstâncias, e que eles estavam gratos pela liderança sincera de Jan Egeland, coordenador de ajuda emergencial da ONU e seu secretário-geral Kofi Annan.

Entretanto, havia uma operação de longo prazo pela frente: após salvar dezenas de

milhares de pessoas da morte por inanição e doenças, o passo seguinte era reconstruir comunidades e restaurar infraestruturas.

9.6 VEREDICTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A ONU existe há bem mais de meio século, mas ainda está longe de atingir seus objetivos básicos. O mundo continua cheio de problemas econômicos e sociais, os atos de agressão e as guerras continuam. *Os fracassos da organização foram causados, em certa medida, por fragilidades em seu sistema.*

(a) A falta de um exército permanente

Isso quer dizer que é difícil que Estados poderosos aceitem as decisões da organização se optarem por colocar o interesse próprio em primeiro lugar. Se a persuasão e a pressão do mundo não funcionarem, a ONU tem que depender de países-membros para fornecer tropas que lhe permitam fazer cumprir suas decisões. Por exemplo, a URSS conseguiu ignorar as exigências da ONU para retirar as tropas russas da Hungria (1956) e do Afeganistão (1980). O envolvimento da ONU na Somália (1992-1995) a na Bósnia (1992-1995) mostrou a impossibilidade da organização interromper uma guerra quando as partes em conflito não estiverem dispostas a parar de lutar. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estavam determinados a atacar o Iraque em 2003, sem autorização da ONU, e ela nada pôde fazer a respeito, principalmente quando os Estados Unidos eram a única superpotência do mundo – de longe, o Estado mais poderoso do mundo.

(b) Quando a ONU deve se envolver?

Há uma discussão sobre quando, exatamente, a ONU deveria se envolver no decorrer de uma disputa. Às vezes ela espera demais e o problema se torna mais difícil de resolver; outras, ela hesita tanto que praticamente não se envolve, caso da guerra do Vietnã (ver Seção 8.3) e na guerra de Angola (ver Seção 25.6). Isso deixa a ONU exposta a acusações de indecisão, de falta de firmeza, fazendo com que alguns países tenham mais fé em suas próprias organizações regionais, como a OTAN, para manter a paz, e muitos acordos sejam gerados sem a participação da ONU, por exemplo, o fim da Guerra do Vietnã, a paz de Camp David entre Israel e Egito em 1979 (ver Seção 11.6), e a solução do problema da Rodésia/Zimbábue no mesmo ano (ver Seção 24.4(c)).

Nesse momento, os críticos afirmavam que a ONU estava se tornando irrelevante e não mais do que uma arena para discursos de propaganda. Parte do problema era que o Conselho de Segurança era impedido pelo veto que poderia ser usado por seus membros permanentes. Embora a resolução "Unidos pela Paz" conseguisse compensar um pouco, o veto ainda poderia causar longos atrasos antes de se realizarem ações decisivas. Anthony Parsons, que por muitos anos foi o representante permanente da Grã-Bretanha na ONU, dá dois exemplos recentes de ocasiões em que a ação precoce poderia ter impedido a luta:

> Se um agressor potencial soubesse que suas forças enfrentariam uma força armada das Nações Unidas, equipada e com autorização para lutar, seria um poderoso desestimulante... Essa força, se empregada no lado do Kuwait na fronteira com o Iraque em 1990, ou no lado croata da fronteira entre a Croácia e a Sérvia em 1991, poderia muito bem ter evitado que fossem desencadeadas as hostilidades.

(c) A crescente participação na ONU a partir dos anos de 1970

A crescente participação na ONU durante a década de 1970 trouxe novos problemas. Em 1970 membros do Terceiro Mundo (África e Ásia) configuravam uma clara maioria. À medida que essas nações começaram a trabalhar

mais em conjunto, somente elas poderiam ter certeza de que suas resoluções seriam aprovadas, e foi ficando cada vez mais difícil para os blocos ocidental e comunista aprovarem suas resoluções na Assembleia Geral. As nações ocidentais já não conseguiam que tudo saísse como elas queriam e começaram a criticar o bloco do Terceiro Mundo por ser muito "político", ou seja, por uma atitude que elas desaprovavam. Por exemplo, em 1974, a Unesco aprovou resoluções condenando o "colonialismo" e o "imperialismo". Em 1979, quando o bloco ocidental apresentou uma moção condenando o terrorismo, ela foi derrotada pelos Estados árabes e seus apoiadores.

O atrito evoluiu para uma crise em 1983, no Congresso Geral da Unesco. Muitas nações ocidentais, incluindo os Estados Unidos, acusaram a Unesco de ser ineficaz e esbanjadora e de ter fins políticos inaceitáveis. O que fez com que as coisas chegassem a um ápice foi uma proposta de alguns países comunistas de licenciamento interno para jornalistas estrangeiros. Segundo os Estados Unidos, isso levaria a uma situação na qual os Estados-membros poderiam exercer uma censura eficaz sobre os órgãos de comunicação uns dos outros. Como resultado, os norte-americanos anunciaram que se retirariam da Unesco em 1º de janeiro de 1985, já que ela havia se tornado "hostil às instituições básicas de uma sociedade livre, principalmente o mercado e a imprensa livres". A Grã-Bretanha e Cingapura se retiraram em 1986 pelas mesmas razões, sendo que a primeira voltou a participar em 1997 e os Estados Unidos em 2002.

(d) Há um desperdício de esforços e recursos entre as agências

Algumas das agências, às vezes, parecem repetir o trabalho de outras. Os críticos afirmam que a OMS e a FAO tem muita sobreposição. A segunda foi criticada em 1984 por gastar demais em administração e não o suficiente na melhoria de sistemas agrícolas. O GATT e a Unctad parecem inclusive estar trabalhando um contra o outro: o primeiro tenta eliminar tarifas e qualquer outra coisa que restrinja o comércio, enquanto a segunda tenta obter tratamento preferencial para os produtos de países do Terceiro Mundo.

(e) Escassez de fundos

Ao longo de sua história, a ONU sempre teve falta de fundos. A ampla abrangência de seu trabalho faz com que ela precise de somas incrivelmente altas de dinheiro para financiar seu funcionamento, sendo totalmente dependente dos países-membros. Cada país paga uma contribuição anual baseada em sua riqueza geral e em sua capacidade de pagamento. Além disso, os membros pagam uma parte do custo de cada operação de paz, e também devem contribuir para os gastos dos orgãos especiais. Muitos países-membros se recusam a pagar de tempos em tempos, seja em função de dificuldades financeiras próprias, seja para marcar sua desaprovação de políticas das ONU. O ano de 1986 foi ruim financeiramente: nada menos do que 98 dos membros deviam dinheiro, principalmente os Estados Unidos, que reteve mais de 100 milhões de dólares até que a ONU reformasse seu sistema orçamentário e reduzisse sua extravagância. Os norte-americanos queriam que os países que davam mais tivessem mais autoridade sobre a forma como se gastaria o dinheiro, mas membros menores rejeitaram essa pretensão como sendo antidemocrática. Nas palavras de um dos delegados do Sri Lanka: "Nos processos políticos em nossos países, os ricos não tem mais votos do que os pobres. Gostaríamos que essa também fosse a prática da ONU".

Em 1987, foram introduzidas mudanças que davam mais controle aos principais financiadores sobre os gastos e a situação financeira logo melhorou, mas as despesas cresceram de forma alarmante no início dos anos de 1990, quando a ONU se envolveu em uma série de novas crises, no Oriente Médio (Guerra do Golfo), na Iugoslávia e na Somália. Em agosto de 1993, o secretário-geral, Dr. Bou-

tros-Ghali, revelou que muitos países estavam com grandes atrasos em seus pagamentos. Ele alertou para o fato de que, a menos que houvesse uma injeção imediata de dinheiro dos países ricos do mundo, todas as operações de paz da ONU estariam em risco. Mesmo assim, norte-americanos e europeus achavam que já pagavam demais – os Estados Unidos (com cerca de 30%), a Comunidade Europeia (cerca de 35%) e o Japão (11%) pagavam três quartos das despesas e havia um sentimento de que muitos outros países ricos poderiam contribuir com mais do que contribuíam.

Apesar de todas essas críticas, seria equivocado descartar a ONU como sendo um fracasso, e não cabem dúvidas de que o mundo seria um lugar pior sem ela.

- Ela oferece uma assembleia mundial na qual representantes de 190 nações podem se reunir e conversar. Até a menor das nações tem a oportunidade de se fazer ouvir em um fórum mundial.
- Embora não tenha impedido guerras, a organização teve sucesso em fazer com que algumas delas terminassem mais rapidamente e impediu mais conflitos. Muito sofrimento humano e derramamento de sangue foram impedidos pelas ações das forças de paz da ONU e suas agências para refugiados.
- A ONU tem feito um trabalho valioso ao investigar e divulgar violações de direitos humanos em regimes repressivos, como os governos militares do Chile e do Zaire. Dessa forma tem conseguido, aos poucos, influenciar governos gerando pressão internacional sobre eles.
- Talvez a mais importante de suas conquistas tenha sido estimular a cooperação internacional sobre questões econômicas, sociais e técnicas.

Milhões de pessoas, principalmente em países pobres, vivem melhor, graças ao trabalho da ONU. Ela continua a se envolver nos problemas atuais: Unesco, OMT e OMS estão desenvolvendo um projeto conjunto para ajudar os viciados em drogas, e houve uma série de 15 conferências sobre AIDS, numa tentativa de articular a luta contra esse terrível flagelo, particularmente na África (ver Seção 27.4).

9.7 E O FUTURO DA ONU?

Muitas pessoas achavam que, com o final da Guerra Fria, a maioria dos problemas do mundo iria desaparecer. Isso, na verdade, não aconteceu, e na década de 1990 parecia haver mais conflitos do que jamais houvera antes, e o mundo parecia cada vez menos estável. Evidentemente ainda havia um papel de importância vital a ser cumprido pela ONU como mantenedora da paz internacional, e muitas pessoas estavam ansiosas para que a organização fosse reformada e se fortalecesse. O primeiro-ministro da Grã-Bretanha entre 1970 e 1974, Sir Edward Heath, sugeriu as seguintes reformas que ele achava que tornaria a ONU mais eficaz (em *Guardian Weekend*, 10 de julho de 1993):

- A ONU deve desenvolver um sistema melhor de inteligência, para capacitá-la a impedir o início de conflitos, em lugar de esperar que as coisas saiam de controle. Os serviços de inteligência das grandes potências deveriam dar à ONU informações regulares sobre possíveis lugares problemáticos.
- As operações de paz devem ser aceleradas; às vezes pode passar até quatro meses entre a decisão do Conselho de Segurança de enviar tropas e a chegada dessas tropas ao local. Os governos poderiam ajudar tendo unidades especialmente treinadas para serviços de paz, prontas para mobilização rápida.
- Todos os soldados devem ser treinados no mesmo nível elevado; na Somália, por exemplo, os soldados nigerianos e paquistaneses não haviam sido treinados adequadamente para lidar com situações delicadas. "A criação de uma organização militar central, que supervisione e articule o treinamento das forças de paz da

ONU, faria muito pela padronização dos níveis de treinamento e experiência das tropas que a ONU pode convocar".

- A ONU poderia fazer mais uso de outras organizações regionais, como a OTAN e a Liga Árabe. Por exemplo, poderia autorizar a Liga Árabe a policiar a fronteira entre o Iraque e o Kuwait, reduzindo assim a pressão sobre as tropas da ONU e as despesas.
- A ONU deve monitorar e restringir o fluxo de armas a lugares problemáticos potenciais. Por exemplo, armas norte-americanas foram usadas contra tropas dos Estados Unidos na Somália; soldados franceses na Guerra do Golfo foram atacados por jatos franceses Mirage de propriedade do Iraque. Se as várias facções não tivessem recebido armas, o mundo seria um lugar mais estável. "A ONU deve limitar a venda internacional de armas, através da adoção de um Código de Conduta unificado para os grandes exportadores de armamentos".
- Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU devem ser ampliados. Desde o fim da Guerra Fria, a ONU tem sido dominada pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, e isso incomodou muitas nações do Terceiro Mundo. A inclusão de outros membros permanentes restauraria a harmonia e garantiria mais cooperação e boa vontade.

Kofi Annan, que assumiu o cargo de Secretário-Geral em dezembro de 1986, tinha adquirido uma excelente reputação nos anos anteriores como chefe das operações de paz da ONU, pois tinha muito conhecimento das fragilidades da organização e estava determinado a fazer alguma coisa a respeito. Ele ordenou uma revisão minuciosa das operações e o relatório resultante, publicado em 2001, recomendava, entre outras coisas, que a organização deveria ter forças permanentes do porte de brigadas de 5.000 soldados, que estariam prontas para mobilização imediata, comandadas por profissionais militares. O crescimento do terrorismo, principalmente com os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York, levou Annan, agora no segundo mandato como Secretário-Geral, a apresentar sua *Agenda para avançar nas mudanças* (Setembro de 2002), um plano para reformas para fortalecer o papel da ONU na luta contra o terrorismo, que incluía uma necessária agilização do complicado sistema orçamentário. Essas coisas levam tempo, mas nenhuma das reformas sugeridas está além dos limites do possível.

O problema realmente grave, que vinha se gestando desde o final da Guerra Fria e o surgimento dos Estados Unidos como única superpotência, era o relacionamento futuro entre esse país e a ONU. As tensões começaram a crescer assim que o governo Bush assumiu em 2001: em seu primeiro ano, o novo governo rejeitou o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos de 1972, o Protocolo de Kyoto de 1997 (que visava limitar a emissão de gases do efeito estufa). O Estatuto de Roma do novo Tribunal Penal Internacional, bem como as ofertas do Conselho de Segurança de uma resolução autorizando uma guerra contra o terrorismo (já que preferia levar a cabo sua própria autodefesa de qualquer forma que escolhesse). As tensões chegaram a um clímax em março de 2003, quando o governo dos Estados Unidos, ajudado e incitado pelo Reino Unido, decidiu atacar o Iraque *sem autorização da ONU e contra a vontade da maioria dos seus membros*. O poder norte-americano era tão desproporcional que o país podia ignorar a ONU e atacar como bem lhe aprouvesse, a menos que a organização oferecesse o desfecho que ele queria. O desafio para a ONU nos anos que se seguiram era como melhor aproveitar e fazer uso do poder e da influência dos Estados Unidos em vez de ser prejudicada e afastada por ele.

PERGUNTAS

1. A ONU e a crise na Hungria, 1956

Estude as fontes A e B e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Resolução da Assembleia geral da ONU de 6 de novembro de 1956.

> A Assembleia Geral observa, com profunda preocupação, a violenta repressão, por parte de tropas soviéticas, dos esforços do povo húngaro para conquistar liberdade e independência. Ela conclama a URSS a retirar suas forças da Hungria imediatamente, e exige que seja feita uma investigação externa sobre a situação na Hungria e um relatório para o Conselho de Segurança no menor tempo possível.

Fonte B

Declaração do novo governo húngaro ao Conselho de Segurança, 12 de novembro de 1956.

> As tropas soviéticas estão aqui com o propósito de manter a paz e restaurar a lei e a ordem por solicitação do governo húngaro. Não podemos permitir que observadores da ONU entrem na Hungria, já que a situação é puramente uma questão interna do Estado húngaro.

Fonte: Ambas as fontes são oriundas do *Keesings Contemporary Archives* sobre 1956

(a) Quais as evidências que essas fontes fornecem sobre as dificuldades enfrentadas pela ONU?

(b) "O problema da Organização das Nações Unidas é que ela nunca foi unida". Explique por que você concorda ou discorda desse veredicto sobre a ONU no período de 1950 a 1989.

2 "Restam poucas dúvidas de que o trabalho social, econômico e humanitário da ONU foi muito mais bem-sucedido e valioso do que seu papel na manutenção da paz". Examine a validade desse veredicto sobre o trabalho da Organização das Nações Unidas.

3 "A ONU só teve sucesso em solucionar conflitos quando uma das superpotências interveio para apoiá-la". Até que ponto você concordaria com essa visão?

4 Até que ponto se poderia dizer que a ONU tem tido mais êxito ao lidar com os conflitos desde 1990 do que durante a Guerra Fria?

As duas Europas, Oriental (do Leste) e Ocidental, desde 1945

10

RESUMO DOS EVENTOS

No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Europa estava tumultuada. Muitas regiões, principalmente a Alemanha, a Itália, a Polônia e as partes ocidentais da URSS, tinham sido devastadas, e mesmo as potências vitoriosas, como a Grã-Bretanha e a URSS, estavam em graves dificuldades financeiras em função das despesas com a guerra. Havia um imenso trabalho de reconstrução a ser feito e muitas pessoas achavam que a melhor forma de fazer isso era através de um esforço conjunto. Alguns, inclusive, pensavam em termos de uma Europa unida, como os Estados Unidos da América, em que os países do continente se juntariam em um sistema federal de governo. Porém, a Europa logo de dividiu em duas em função do Plano Marshall, destinado a promover sua recuperação (ver Seção 7.2(e)). Os países da Europa Ocidental fizeram uso de bom grado da ajuda norte-americana, mas a URSS se recusava a permitir que os países do Leste Europeu a aceitassem, por medo de que seu controle sobre a região fosse prejudicado. A partir de 1947, as duas partes do continente se desenvolveram separadamente, mantidas afastadas pela "cortina de ferro" de Josef Stalin.

Os Estados da Europa Ocidental se recuperaram de forma surpreendentemente rápida dos efeitos da guerra, graças a uma combinação de ajuda norte-americana, um aumento na demanda mundial por produtos europeus, rápidos avanços tecnológicos e planejamento cuidadoso por parte dos governos. *Foram feitas algumas ações rumo à unidade, incluindo a fundação da OTAN e do Conselho da Europa (ambos em 1949) e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957.* Na Grã-Bretanha, o entusiasmo por esse tipo de unidade cresceu de forma mais lenta do que em outros países por medo de que ameaçassem a soberania do país, que decidiu não participar da CEE quando ela foi criada. Quando a Grã-Bretanha mudou de ideia, em 1961, os franceses vetaram sua entrada, e somente em 1972 sua participação foi finalmente aceita.

Enquanto isso, os países comunistas do Leste Europeu tinham que se contentar em serem satélites da URSS. *Eles também avançaram em direção a um tipo de unidade econômica e política com a introdução do Plano Molotov (1947), a formação do Conselho pela Assistência Econômica Mutua (Council for Mutual Economic Assistance, COMECON) em 1949 e do Pacto de Varsóvia (1955).* Até sua morte, em 1953, Stalin tentou fazer com que esses Estados fossem o mais semelhantes possível à URSS, mas depois disso, eles começaram a mostrar mais independência. A Iugoslávia, sob o comando de Tito, já tinha desenvolvido um sistema mais descentralizado, em que as comunas eram um elemento importante. A Polônia e a Romênia introduziram variações bem-sucedidas, mas os húngaros (1956) e os tchecos (1968) foram longe demais e acabaram invadidos por tropas soviéticas, tendo que ceder. Durante a década de 1970, os Estados do Leste Europeu desfrutaram de um período de prosperidade

comparativa, mas nos anos de 1980, sentiram os efeitos da depressão mundial.

A insatisfação com o sistema comunista começou a aparecer. No curto período entre meados de 1988 e o final de 1991, o comunismo entrou em colapso na URSS e em todos os Estados do Leste Europeu, com exceção da Albânia, onde sobreviveu até março de 1992. A Alemanha, que foi dividida em dois Estados separados desde pouco depois da guerra, um comunista e outro não, (ver Seção 7.2(h)), foi reunificada (outubro de 1990), voltando a ser um dos países mais poderosos da Europa. Com o fim do comunismo, a Iugoslávia, infelizmente, se desintegrou em uma longa guerra civil (1991-1995).

No Ocidente, a Comunidade Europeia, que a partir de 1992 ficou conhecida como União Europeia, continuou a funcionar com êxito. Muitos dos antigos países comunistas passaram a solicitar sua entrada na União, e em 2005, o número de membros chegava a 25, mas esse aumento trouxe alguns problemas.

10.1 OS ESTADOS DA EUROPA OCIDENTAL

O curto espaço só permite uma rápida olhada nos três países mais influentes da Europa continental.

(a) França

Durante a Quarta República (1946-1958), a França era politicamente fraca, e embora sua indústria estivesse modernizada e florescendo, a agricultura parecia estagnada. Os governos eram fracos porque a nova Constituição dava muito pouco poder ao Presidente. Havia cinco grandes partidos e isso fazia com que os governos fossem coalizões que mudavam constantemente: nos 12 anos de poder da Quarta República, houve 25 governos diferentes, na maioria fracos demais para governar de forma eficaz. Houve vários desastres:

- A derrota francesa na Indochina (1954) (ver Seção 8.3(a));
- O fracasso no Suez (1956) (ver Seção 1 1.3);
- Rebelião na Argélia, que derrubou o governo em 1958.

O General de Gaulle (Ilustração 10.1) saiu de sua aposentadoria para liderar o país. Ele introduziu uma nova Constituição dando mais poder ao presidente (que se tornou a base da Quinta República) e deu independência à Argélia. De Gaulle deixou o cargo em 1969, depois de uma onda de greves e manifestações contrárias, entre outras coisas, à natureza autoritária e antidemocrática do regime.

A Quinta República continuou a proporcionar governos estáveis sob os dois presidentes que se seguiram, ambos de direita – Georges Pompidou (1969-1974) e Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981). François Mitterand, o líder socialista, foi presidente por um longo período, de 1981 até 1995, quando Jacques Chirac, do direitista RPR (*Rassemblement pour la République*) foi eleito presidente pelos sete anos seguintes. As questões dominantes na França, nos anos de 1990, foram a recessão e o desemprego continuos, dúvidas sobre o papel do país na Comunidade Europeia (havia apenas uma maioria muito pequena em setembro de 1992 a favor do Tratado de Maastricht (ver Seção 10. 4(h)), e inquietações em relação à Alemanha reunificada. Quando o primeiro-ministro de Chirac, Alain Juppé, deu início a cortes com o objetivo de colocar a economia francesa em forma para a introdução do Euro – a nova moeda europeia – que deveria acontecer em 2002, houve muitas manifestações e greves (dezembro de 1995).

Não foi surpresa quando houve uma guinada à esquerda nas eleições parlamentares de maio de 1997. A coalizão conservadora de Chirac perdeu sua maioria no parlamento, e o líder socialista Lionel Jospin se tornou primeiro-ministro. Suas políticas estiveram voltadas a reduzir o déficit orçamentário a não mais de 3% do PIB (Produto Interno Bruto), como era requisito da União Europeia para aderir à nova moeda. Elas não geraram muito entu-

Ilustração 10.1 O chanceler da Alemanha Ocidental Adenauer (esquerda) com o presidente francês, de Gaulle.

siasmo e, nas eleições presidenciais de 2002, a apatia geral dos eleitores permitiu que Jospin sofresse uma derrota e ficasse em terceiro lugar, deixando Chirac e o líder nacionalista de direita Jean-Marie le Pen para disputar um segundo turno. Chirac venceu com facilidade, recebendo 80% dos votos, e seu segundo mandato presidencial foi até 2008.

(b) A República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental)

Fundada em 1949, a República Federal da Alemanha experimentou uma recuperação impressionante – um "milagre econômico" – sob o governo conservador do chanceler Konrad Adenauer (1949-1963), conseguido graças ao Plano Marshall, por uma alta taxa de investimentos em novas indústrias e equipamentos e pelo reinvestimento dos lucros na indústria em vez de os distribuir na forma de dividendos mais elevados ou salários mais altos (o que aconteceu na Grã-Bretanha). A recuperação industrial foi tão completa que, em 1960, a Alemanha Ocidental já estava produzindo 50% mais aço do que a Alemanha unificada produzia em 1938. Todas as classes compartilharam a prosperidade, as aposentadorias e o auxílio às crianças eram ajustadas ao custo de vida, e 10 milhões de novas moradias foram oferecidas.

A nova Constituição incentivou a tendência em direção a um sistema bipartidário, o que significava uma melhor chance de governo forte. Os dois principais partidos eram:

- Os Democratas-Cristãos (CDU) – o partido conservador de Adenauer;
- Os Social-Democratas (SDP) – um partido socialista moderado.

Havia um partido menor, o Partido Democrático Livre (*Freie Demokratische Partei, FDP*). Em 1979, foi fundado o Partido Verde, com um programa baseado em questões ecológicas e ambientais.

Os sucessores de Adenauer na CDU, Ludwig Erhard (1963) e Kurt Georg Kiesinger (1966-1969), deram continuidade ao bom trabalho, embora tenha havido alguns reveses e um crescimento do desemprego, o que

fez com que o apoio fosse redirecionado ao SDP, que permaneceu no poder, com apoio do FDP, por 13 anos, inicialmente sob o comando de Willi Brandt (1969-1974) e depois, de Helmut Schmidt (1974-1982). Depois dos prósperos anos de 1970, a Alemanha Ocidental começou a sofrer cada vez mais com a recessão mundial. Em 1982, o desemprego havia atingido a cifra de 2 milhões. Quando Schmidt propôs aumentar as despesas para estimular a economia, o FDP, mais cauteloso, retirou seu apoio e Schmidt teve que renunciar (outubro de 1982). Formou-se uma nova coalizão de direita, entre a CDU, a bávara União Social-Cristã (CSU), com apoio do FDP, e o líder da CDU Helmut Kohl se tornou chanceler. A recuperação veio em pouco tempo – as estatísticas de 1985 mostram uma taxa saudável de crescimento econômico de 2,5% e uma grande explosão nas exportações. Em 1988, essa explosão terminou e o desemprego subiu a 2,3 milhões, mas Kohl conseguiu se manter no poder e teve a honra de se tornar o primeiro chanceler da Alemanha reunificada em outubro de 1990 (ver Seção 10.6(e)).

A reunificação trouxe problemas enormes para a Alemanha – o custo da modernização da parte oriental e de fazer crescer sua economia aos padrões ocidentais representou um grande fardo para o país. Foram despejados milhões de marcos e começou o processo de privatização das indústrias estatais. Kohl prometeu fazer a recuperação sem aumentar impostos e garantiu que ninguém ficaria em pior situação depois da unificação. Nenhuma dessas promessas mostrou-se possível: houve aumento de impostos e cortes nos gastos do governo. A economia estagnou, o desemprego aumentou e o processo de recuperação levou muito mais tempo do que qualquer um tivesse previsto. Depois de 16 anos, os eleitores se voltaram contra Kohl e, em 1998, o líder do SDP, Gerhard Schröder, tornou-se chanceler.

A economia continuou sendo o maior desafio do novo chanceler. O governo não conseguiu melhorar muito a situação e Schröder foi eleito por uma margem estreita de votos em 2002. No verão de 2003, o desemprego chegava a 4,4 milhões, ou 10,6% da força de trabalho registrada. No final do ano, o déficit orçamentário passava do teto de 3% para a participação no Euro. A França tinha o mesmo problema. Ambos os países foram aceitos, recebendo uma advertência, mas a situação não evoluiu positivamente. O ministro das finanças da Alemanha admitiu que a meta de equilibrar o orçamento até 2006 não poderia ser atingida sem outro "milagre econômico".

(c) Itália

A nova República da Itália começou com um período de prosperidade e um governo estável chefiado por Gasperi (1946-1953), mas depois, muitos dos antigos problemas da era pré-Mussolini ressurgiram: com pelo menos sete grandes partidos, indo desde os comunistas, à esquerda, até os neofascistas, à direita, era impossível para um partido ter maioria no parlamento. Os dois principais partidos eram:

- os Comunistas (PCI);
- a Democracia Cristã (DC).

A Democracia Cristã era o partido predominante no governo, mas dependia constantemente de alianças com partidos menores de centro e de esquerda. Houve uma série de governos de coalizão fracos, que não conseguiram resolver problemas de inflação e desemprego. Um dos políticos de maior sucesso foi o socialista Bettino Craxi, primeiro-ministro de 1983 a 1987; durante seu mandato, a inflação e o desemprego foram reduzidos, mas quando a Itália entrou nos anos de 1990, os problemas eram basicamente os mesmos.

- Havia uma divisão entre norte e sul: o primeiro, com sua indústria moderna e competitiva, era relativamente próspero, ao passo que no segundo, a Calábria, a Sicília e a Sardenha eram atrasadas, com um padrão de vida muito mais baixo e mais desemprego.
- A Máfia ainda era uma força poderosa, agora intensamente envolvida no tráfico

de drogas, e parecia estar ganhando força no norte. Dois juízes que tinham julgado casos relacionados à organização foram assassinados (1992) e a criminalidade parecia fora de controle.

- A política parecia tomada pela corrupção, com muitos políticos importantes sob suspeição. Mesmo líderes altamente respeitados como Craxi se revelaram envolvidos em negociatas corruptas (1993), ao passo que outro, Giulio Andreotti, sete vezes primeiro-ministro, foi preso e acusado de trabalhar para a Máfia (1995).
- O governo tinha uma dívida imensa e a moeda era fraca. Em setembro de 1992, a Itália, junto com a Grã-Bretanha, foi forçada a se retirar do Mecanismo de Taxa de Câmbio e desvalorizar a Lira.

Politicamente, a situação mudou radicalmente no início dos anos de 1990, com o colapso do comunismo no Leste Europeu. O PCI mudou seu nome para Partido Democrático da Esquerda (PDS), enquanto a Democracia Cristã se rompeu. Seu principal sucessor foi o Partido Popular (PPI). O campo de esquerda encolheu e houve uma crescente polarização entre esquerda e direita. À medida que os anos de 1990 avançavam, as atenções se voltavam para várias questões: a reforma da campanha eleitoral (várias tentativas que fracassaram), preocupações com o número crescente de imigrantes ilegais (que, alegava-se, estavam sendo contrabandeados para dentro do país por grupos da Máfia) e o impulso para fazer com que a economia ficasse forte o suficiente para se unir ao Euro em 2002.

Em maio de 2001, houve uma eleição geral que pôs fim a mais de seis anos de governos de centro-esquerda. Silvio Berlusconi, magnata das comunicações, considerado o homem mais rico da Itália, foi eleito primeiro-ministro em uma coalizão de direita. Ele prometeu, nos cinco anos seguintes, impostos mais baixos, um milhão de novos empregos, aposentadorias mais altas e melhores serviços públicos. Era um líder folclórico e polêmico, que em pouco tempo enfrentava acusações de suborno e vários outros crimes financeiros. Parecia haver alguma dúvida sobre se ele conseguiria completar seu mandato como primeiro-ministro, mas elas acabaram quando seu governo aprovou leis que, na prática, davam-lhe imunidade contra acusações enquanto estivesse no cargo.

10.2 O CRESCIMENTO DA UNIDADE NA EUROPA OCIDENTAL

(a) Razões para se querer mais unidade

Em todos os países da Europa Ocidental, havia pessoas que queriam mais unidade. Elas tinham ideias diferentes sobre qual seria exatamente a melhor forma de unidade: algumas simplesmente queriam que as nações tivessem uma cooperação mais próxima, outras conhecidas como "federalistas", queriam ir até o fim e ter um sistema federal como o dos Estados Unidos. *As razões por trás desse pensamento eram*:

- A melhor maneira de a Europa se recuperar dos estragos da guerra era que todos os países fossem econômica e militarmente viáveis e se ajudar entre si, compartilhando seus recursos.
- Os Estados individuais eram pequenos demais e suas economias, muito fracas para que fossem econômica e militarmente viáveis separadamente em um mundo dominado por superpotências, os Estados Unidos e a URSS.
- Quanto mais os países da Europa Ocidental trabalhassem juntos, menos chances haveria de uma nova guerra entre eles. Era a melhor forma para uma rápida reconciliação entre França e Alemanha.
- Ações conjuntas possibilitariam mais eficácia para que a Europa Ocidental resistisse à expansão do comunismo da URSS.
- Os alemães estavam particularmente ávidos pela ideia, porque achavam que ela os ajudaria a obter aceitação como nação responsável mais rapidamente do que após a

Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha teve que esperar oito anos antes de poder entrar para a Liga das Nações.

- Os franceses achavam que mais unidade lhes possibilitaria influenciar as políticas da Alemanha e combater antigas preocupações com segurança.

Winston Churchill foi um dos mais fortes defensores de uma Europa unida. Em março de 1943, ele falou dessa necessidade ao Conselho da Europa, e em um discurso em Zurique, em 1946, sugeriu que a França e a Alemanha Ocidental deveriam assumir a liderança para "uma espécie de" Estados Unidos da Europa.

(b) Os primeiros passos na cooperação

Os primeiros passos na cooperação econômica, militar e política foram dados em pouco tempo, embora os federalistas estivessem muito decepcionados por não haverem se concretizado os Estados Unidos da Europa já em 1950.

1 *Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE)*

Essa organização foi fundada oficialmente em 1948, e representou a primeira iniciativa rumo à unidade econômica. Começou como resposta à oferta norte-americana de ajuda através do Plano Marshall, quando Ernest Bevin, o ministro de relações exteriores britânico, assumiu a frente na organização de 16 nações europeias (ver Seção 7.2(e)) para elaborar um plano para melhor uso da ajuda, que ficou conhecido como *Programa de Recuperação da Europa (PRE)*. O comitê de 16 nações se transformou na permanente OECE, e sua primeira função, cumprida com sucesso no decorrer dos quatro anos seguintes, era distribuir a ajuda dos Estados Unidos entre seus membros. Depois disso, ela continuou, mais uma vez com grande sucesso, para estimular o comércio entre seus membros reduzindo as restrições. A organização foi ajudada *pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)* da ONU, cuja função era reduzir tarifas, e pela *União Europeia de Pagamentos (UEP)*, que estimulava o comércio melhorando o sistema de pagamentos entre Estados-membros, para que cada um pudesse usar sua própria moeda. A OECE teve tanto êxito que o comércio entre seus membros dobrou nos primeiros seis anos. Quando os Estados Unidos e o Canadá aderiram, no final de 1961, ela passou a se chamar *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*. A Austrália e o Japão entraram mais tarde.

2 *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)*

A OTAN foi criada em 1949 (ver Seção 7.2(i), para uma lista de Estados-membros) como sistema de defesa mútua em caso de ataque a um dos membros. Na cabeça da maioria das pessoas, a URSS era a fonte mais provável de qualquer ataque. A OTAN não era apenas uma organização europeia, incluía também os Estados Unidos e o Canadá. A Guerra da Coreia (1950-1953) fez com que os Estados Unidos pressionassem e conseguissem a integração das forças da OTAN sob um comando centralizado, e foi estabelecido em Paris um Comando *Supremo* das Forças Aliadas na *Europa* (*Supreme Headquarters Allied Powers Europe, SHAPE*) e um general norte-americano, Dwight D. Eisenhower, era o comandante supremo das forças da OTAN. Até o fim de 1955, a OTAN parecia estar se desenvolvendo de forma impressionante: as forças disponíveis para a defesa da Europa Ocidental tinham quadruplicado e alguns afirmavam que a organização impediu a URSS de atacar a Alemanha Ocidental. Mas logo surgiram os problemas: os franceses não estavam satisfeitos com o papel dominante dos Estados Unidos e, em 1966, o presidente de Gaulle retirou a França da organização, para que as forças francesas e sua política nuclear não fossem controladas por estrangeiros. Comparada com o Pacto de Varsóvia comunista, a OTAN era fraca: com 60 divisões de tropas em 1980, fi-

cava muito aquém de sua meta de 96 divisões, enquanto o bloco comunista poderia se gabar de ter 102 divisões e o triplo de tanques da OTAN.

3 O Conselho da Europa

Fundado em 1949, foi a primeira tentativa de algum tipo de unidade política. Seus membros-fundadores foram Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Noruega e Suécia. Em 1971, todos os países da Europa Ocidental (com exceção de Portugal e Espanha) tinham entrado, assim como Turquia, Malta e Chipre, perfazendo 18 membros ao todo. Com sede em Estrasburgo, era integrado pelos primeiros-ministros dos países membros e uma assembleia de representantes escolhidas pelos parlamentares dos Estados, mas não tinha poderes, já que vários Estados, incluindo a Grã-Bretanha, recusavam-se a entrar para qualquer organização que ameaçasse sua soberania. O conselho poderia debater questões prementes e fazer recomendações, e realizou trabalhos úteis patrocinando acordos sobre os direitos humanos, mas foi uma grande decepção para os federalistas.

10.3 OS PRIMÓRDIOS DA COMUNIDADE EUROPEIA

Conhecida em seus primórdios como Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou Mercado Comum Europeu, a comunidade foi estabelecida oficialmente nos termos do Tratado de Roma (1957), assinado por seis membros-fundadores: França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

(a) Etapas da evolução da Comunidade

1 Benelux

Em 1944, os governos da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, reunidos no exílio em Londres porque seus países estavam ocupados pela Alemanha, começaram a fazer planos para quando a guerra acabasse. Eles concordaram em estabelecer a União Alfandegária Benelux, na qual não haveria tarifas nem outras barreiras alfandegárias, para que o comércio pudesse fluir livremente. A força motriz por trás disso era Paul-Henri Spaak, o líder socialista belga que foi primeiro-ministro de 1947 a 1949; a união entrou em funcionamento em 1947.

2 O Tratado de Bruxelas (1948)

Segundo esse tratado, a Grã-Bretanha e a França se juntaram aos três países do Benelux nos votos de "colaboração militar, econômica, social e cultural". Enquanto a colaboração militar acabou resultando na OTAN, o passo seguinte na cooperação econômica foi a CECA.

3 A Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA) (European Coal and Steel Community, ECSC)

A CECA foi estabelecida em 1951, foi criação de Robert Schuman (Ilustração 10.2), que foi ministro de relações exteriores da França de 1948 a 1953. Assim como Spaak, ele era muito favorável à cooperação internacional, e esperava que o envolvimento da Alemanha Ocidental melhorasse as relações entre França e Alemanha e ao mesmo tempo, tornasse a indústria europeia mais eficiente. Seis países se somaram:

- França.
- Alemanha Ocidental.
- Itália.
- Bélgica.
- Holanda.
- Luxemburgo.

Todos os impostos sobre o comércio de carvão, ferro e aço entre os seis foram cancelados e foi criada uma Alta Autoridade para dirigir a comunidade e organizar um programa conjunto de expansão, mas os britânicos se recusaram a entrar porque achavam que isso significava dar o controle de suas indústrias a uma autoridade externa. A CECA foi um sucesso tão grande, mesmo sem a Grã-Bretanha (a pro-

Ilustração 10.2 Robert Schuman.

dução de aço cresceu quase 50% nos primeiros cinco anos), que *os seis decidiram ampliá-la para incluir a produção de todos os bens.*

4 A CEE

Mais uma vez, Spaak, agora primeiro-ministro da Bélgica, foi uma das forças motrizes. Os acordos estabelecendo a CEE completa foram assinados em Roma, em 1957, e entraram em vigor integralmente em janeiro de 1958. Os seis países removeriam, aos poucos, todos os impostos e cotas alfandegárias para que houvesse concorrência livre e um mercado comum. As tarifas seriam mantidas contra não membros, mas até mesmo essas foram reduzidas. O tratado também mencionava a melhoria das condições de vida e de trabalho, ampliação da indústria, estímulo ao desenvolvimento das regiões atrasadas do mundo, salvaguardar a paz e a liberdade, e

trabalhar por uma maior união dos povos europeus. Era claramente algo muito maior do que simplesmente um mercado comum nas mentes de algumas das pessoas envolvidas. Por exemplo, Jean Monnet (Ilustração 10.3), um economista francês que era presidente da Alta Autoridade da CECA, estabeleceu um *comitê de ação para trabalhar pelos Estados Unidos da Europa*. Assim como a CECA, a CEE em pouco tempo começou a decolar, em cinco anos era o maior exportador e o maior comprador de matérias-primas do mundo, e perdia apenas para os Estados Unidos em produção de aço. Mais uma vez, a Grã-Bretanha havia decidido ficar de fora.

(b) A máquina da Comunidade Europeia

- A *Comissão Europeia* era o orgão que dirigia o dia-a-dia da Comunidade. Sediada em Bruxelas, sua equipe era composta por funcionários públicos e economistas especializados que tomavam as decisões econômicas importantes. Ela tinha muitos poderes, podendo se contrapor a possíveis críticas e oposição de governos dos seis membros, embora, teoricamente, suas decisões tivessem que ser aprovadas pelo Conselho de Ministros.
- O *Conselho de Ministros* consistia em representantes dos governos de cada um dos países-membros. Sua função era intercambiar informações sobre as políticas econômicas de seus governos e tentar coordená-los e mantê-los funcionando em linhas semelhantes. Houve um certo atrito entre o Conselho e a Comissão: esta muitas vezes parecia relutante em dar ouvidos ao assessoramento do Conselho e estava sempre jogando grandes quantidades de novas normas e regulamentos.

Ilustração 10.3 Jean Monnet.

- O *Parlamento Europeu*, que se reunia em Estrasburgo, consistia em 198 representantes escolhidos por parlamentares dos Estados-membros, que podiam discutir questões e fazer recomendações, mas não tinham qualquer controle sobre a Comissão ou o Conselho. Em 1979, foi introduzido um novo sistema de escolha de representantes: em vez de serem indicados pelos parlamentos, eles passaram a ser eleitos diretamente, pelo povo da Comunidade (ver Seção 10.4(b)).
- O *Tribunal* de *Justiça das Comunidades Europeias* foi estabelecido para lidar com quaisquer problemas que pudessem surgir da interpretação e aplicação do Tratado de Roma, e logo passou a ser considerado como o orgão ao qual as pessoas poderiam apelar quando se considerasse que seu governo estava infringindo as regras da Comunidade.
- Também associada à CEE estava a Euratom, uma organização na qual as seis nações juntavam seus esforços para o desenvolvimento de energia atômica.

Em 1967, a CEE, a CECA e a Euratom se fundiram formalmente e, abandonando a palavra "econômica", passaram a se chamar simplesmente Comunidade Europeia (CE).

(c) A Grã-Bretanha se mantém atrás

Foi uma ironia que, embora Churchill tivesse sido um dos mais ardentes apoiadores de uma Europa unificada, ao se tornar primeiro-ministro de novo em 1951, ele parece ter perdido qualquer entusiasmo que pudesse ter pela participação da Grã-Bretanha nela. O governo conservador de Anthony Eden (1955-1957) decidiu não assinar o Tratado de Roma de 1957. *Havia várias razões para a recusa britânica a entrar*. A principal objeção era que, se entrassem para a comunidade, não teriam mais controle completo de sua economia. A Comissão Europeia em Bruxelas poderia tomar decisões vitais que afetariam as questões econômicas internas da Grã-Bretanha. Embora os governos dos outros seis países estivessem dispostos a fazer esse sacrifício pelo interesse de uma maior eficiência geral, o governo britânico não estava. Também havia receios de que a participação da Grã-Bretanha prejudicasse a relação com a Comunidade Britânica, bem como sua chamada "relação especial" com os Estados Unidos, que não era compartilhada pelas outras nações da Europa. A maioria dos políticos britânicos tinha medo de que a unidade econômica levasse à unidade política e à perda da soberania britânica.

Por outro lado, a Grã-Bretanha, e alguns dos outros países da Europa fora da CEE, estavam preocupados com a possibilidade de serem excluídos da venda de suas mercadorias aos membros da comunidade, em função das altas tarifas sobre importações de fora. Consequentemente, em 1959, a Grã-Bretanha assumiu a liderança na organização de um grupo rival, a *Associação Europeia de Livre Comércio (AELC)* (ver Mapa 10.1). Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Áustria e Portugal concordaram em abolir gradualmente as tarifas entre si. A Grã-Bretanha se dispunha a entrar em uma organização como a AELC porque não eram cogitadas políticas econômicas comuns e não havia Comissão para interferir nas questões internas dos países.

(d) A Grã-Bretanha decide entrar

Menos de quatro anos após a assinatura do Tratado de Roma, os britânicos mudaram de ideia e anunciaram que queriam entrar para a CEE. *Suas razões eram as seguintes*:

- Em 1961, estava claro que a CEE era um grande sucesso, sem a Grã-Bretanha. Desde 1953, a produção francesa tinha aumentado em 75%, enquanto a da Alemanha crescera quase 90%. A economia da Grã-Bretanha teve muito menos êxito: durante o mesmo período, a produção no país tinha aumentado apenas em 30%.
- A Economia britânica parecia estar estagnada em comparação com as outras

economias dos Seis, e em 1960 houve um déficit no balanço de pagamentos de 270 milhões de libras.

- Embora a AELC tenha conseguido aumentar o comércio entre seus membros, esse aumento era pouco quando comparado com o sucesso da CEE.
- A Comunidade Britânica, apesar de sua imensa população, nem se aproximava do poder de compra da CEE. O primeiro-ministro britânico Harold Macmillan não achava que precisasse haver conflito entre a participação da Grã-Bretanha na CEE e seu comércio com a Comunidade Britânica. Havia sinais de que a CEE estava disposta a fazer arranjos especiais para possibilitar que os países do segundo grupo e algumas outras ex-colônias europeias se tornassem sócios. Também seria possível que os parceiros da Grã-Bretanha na AELC entrassem.
- Outro argumento em favor do ingresso era que, uma vez que a Grã-Bretanha estivesse dentro, a concorrência de outros membros da CEE estimularia a indústria britânica a se esforçar mais e ter mais eficiência. Macmillan também argumentava que o país não poderia dar-se o luxo de

Conselho de Assistência Mútua Econômica (COMECON) fundado em 1949
Comunidade Econômica Europeia (Mercado Comum) fundada em 1957
Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) fundada em 1960

Mapa 10.1 Uniões econômicas na Europa, 1960.

ficar de fora caso a CEE evoluísse para uma união política.

A tarefa de negociar a entrada da Grã-Bretanha na CEE foi confiada a Edward Heath, um entusiasta da unidade europeia. As conversações começaram em outubro de 1961 e, embora houvesse algumas dificuldades, foi um choque quando o presidente francês Charles de Gaulle rompeu as negociações e vetou o ingresso da Grã-Bretanha (1963; Ilustração 10.4).

(e) Por que os franceses se opuseram à entrada da Grã-Bretanha na CEE?

- *De Gaulle afirmava que a Grã-Bretanha tinha problemas econômicos demais e só viria a enfraquecer a CEE.* Ele também era contrário a se fazer qualquer concessão à Comunidade Britânica, argumentando que isso seria drenar os recursos da Europa. Mesmo assim, a CEE tinha acabado de aceitar a ajuda às ex-colônias da França na África.
- Os britânicos acreditavam que o motivo real de de Gaulle era *seu desejo de continuar dominando a Comunidade* e a Grã-Bretanha seria uma rival à altura.
- De Gaulle não estava satisfeito com a "conexão norte-americana" da Grã-Bretanha, acreditando que, em função desses vínculos muito próximos com os Estados Unidos, a participação do país possibilitaria que os norte-americanos dominassem as questões europeias. Isso produziria, disse ele, "um agrupamento atlântico colossal sob dependência e controle dos Estados Unidos". Ele estava incomodado porque os Estados Unidos tinham prometido fornecer mísseis Polaris à Grã-Bretanha, mas não tinham feito a mesma oferta à França. Ele estava determinado a provar que a França era uma grande potência e não precisava da ajuda norte-americana. Foi esse atrito entre França e Estados Unidos que acabou levando de Gaulle a retirar a França da OTAN (1966).
- Por fim, havia o problema da agricultura francesa: a CEE protegia seus agricultores com altas tarifas (impostos de importação) de forma que os preços eram muito mais altos do que na Grã-Bretanha. A agricultura britânica era altamente eficiente e subsidiada para manter os preços baixos. Se isso continuasse após a entrada da Grã-Bretanha, os agricultores franceses, com suas fazendas menores e menos eficientes, estariam expostos à concorrência da Grã-Bretanha e talvez, da Comunidade Britânica.

Nesse meio-tempo, o sucesso da CEE continuava sem a Grã-Bretanha. As exportações da Comunidade cresciam de forma contínua e o valor de suas exportações era constantemente mais alto do que das importações. A Grã-Bretanha, por outro lado, geralmente tinha um balanço comercial deficitário e em 1964, foi forçada a tomar muito dinheiro emprestado no FMI para recompor reservas de ouro que encolhiam rapidamente. Mais uma vez, em 1967, de Gaulle vetou a solicitação de ingresso da Grã-Bretanha.

(f) Os seis passam a ser os nove (1973)

Mais tarde, em 1º de janeiro de 1973, junto com Irlanda e Dinamarca, a Grã-Bretanha conseguiu entrar na CEE e os Seis passaram a ser os Nove. *A entrada da Grã-Bretanha foi possível por dois fatores principais.*

- O presidente de Gaulle renunciou em 1969 e seu sucessor, Georges Pompidou, era mais simpático à Grã-Bretanha.
- O primeiro-ministro conservador britânico Edward Heath negociou com grande habilidade e tenacidade, e fazia sentido que, tendo sido um europeu comprometido por tanto tempo, ele tenha sido o líder que finalmente trouxe a Grã-Bretanha para a Europa.

Ilustração 10.4 O presidente de Gaulle considera que há "obstáculos descomunais" à entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum.

10.4 A COMUNIDADE EUROPEIA DE 1973 A MAASTRICHT (1991)

Os principais eventos e problemas depois que os Seis se tornaram os Nove em 1973 foram os seguintes:

(a) A Convenção de Lomé (1975)

Desde o início, a CEE foi criticada por ser demasiadamente voltada para dentro e autocentrada e por, aparentemente, não demonstrar interesse em usar qualquer parte de sua riqueza para ajudar os países pobres do mundo. Esse acordo, feito em Lomé, a capital do Togo, África Ocidental, ajudou a contrabalançar as críticas, embora vários críticos afirmassem que era muito pouco. Ele possibilitava que as mercadorias de mais de 40 países na África e no Caribe, a maioria de ex-colônias europeias, entrassem na CEE livres de impostos, e também prometia ajuda econômica. Ou-

tros países pobres do Terceiro Mundo foram acrescentados à lista mais tarde.

(b) Eleições diretas ao parlamento europeu (1979)

Embora já existisse há mais de 20 anos, a CEE ainda estava muito distante das pessoas comuns. Uma razão para introduzir eleições era tentar gerar mais interesse e fazer com que essas pessoas entrassem mais em contato com as questões da Comunidade.

As primeiras eleições aconteceram em junho de 1979, quando foram eleitos 410 eurodeputados. França, Itália, Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha tiveram direito a 81 cada, Holanda a 25, Bélgica a 24, Dinamarca a 16, Irlanda a 15 e Luxemburgo a 6. O comparecimento variou muito de país para país. Na Grã-Bretanha foi decepcionante – menos de um terço do eleitorado britânico teve interesse suficiente para se dar ao trabalho de ir votar. Em alguns outros países, contudo, principalmente na Itália e na Bélgica, a participação foi de mais de 80%. Em termos gerais, no novo parlamento europeu, os partidos de direita e de centro tinham uma maioria confortável sobre a esquerda.

As eleições aconteceriam a cada cinco anos. Quando chegou o momento das novas eleições, a Grécia entrou para a Comunidade. Assim como a Bélgica, ela teve direito a 24 cadeiras, elevando o total a 434. No parlamento europeu, os partidos de centro e de direita mantiveram uma pequena maioria. A participação dos eleitores na Grã-Bretanha foi, mais uma vez, decepcionante, de apenas 32%. Já na Bélgica, foi de 92%, na Itália e em Luxemburgo, mais de 80%, mas nesses três países, o voto era mais ou menos obrigatório. A participação mais alta em um país onde o voto era facultativo foi de 57% na Alemanha Ocidental.

(c) A introdução do Mecanismo de Taxa de Câmbio (MTC) (1979)

Este sistema foi introduzido para vincular as moedas dos Estados-membros com vistas a limitar a possibilidade de que moedas individuais (a lira italiana, os francos da França, Luxemburgo e Bélgica e o marco alemão) pudessem mudar de valor em relação às moedas dos outros membros. A moeda de um país poderia mudar de valor dependendo do desempenho de sua economia: uma economia forte geralmente significava uma moeda forte. Esperava-se que a vinculação das moedas ajudasse a controlar a inflação e acabasse levando a uma moeda única para toda a CEE. Inicialmente, a Grã-Bretanha decidiu não colocar a libra esterlina no MTC, e cometeu o erro de aderir em outubro de 1990, quando a taxa de câmbio estava relativamente alta.

(d) Aumenta o número de membros da Comunidade

Em 1981, a Grécia aderiu, seguida de Portugal e Espanha em 1986, elevando o total de membros a 12 e a população da Comunidade a mais de 320 milhões (esses países não tiveram permissão para entrar antes porque seus sistemas políticos não eram democráticos, ver Capítulo 15, Resumo dos eventos.) Sua chegada causou novos problemas: eles estavam entre os países mais pobres da Europa e sua presença aumentou a influência das nações menos industrializadas dentro da Comunidade. Dali em diante, aumentaria a pressão desses países por mais ação para ajudar os menos desenvolvidos e, assim, aumentar o equilíbrio econômico entre ricos e pobres. O número de membros aumentou mais uma vez em 1995, quando a Áustria, a Finlândia e a Suécia, três países relativamente ricos, aderiram à comunidade. Para mais aumentos, ver Seção 10.8.

(e) A Grã-Bretanha e o orçamento da CEE

Durante os primeiros anos de sua participação, muitos britânicos ficaram decepcionados, porque a Grã-Bretanha parecia não estar conseguindo qualquer benefício evidente da CEE. A República da Irlanda (Eire), que entrou ao mesmo tempo, imediatamente viveu um surto de prosperidade à medida em que suas expor-

tações, principalmente de produtos agrícolas, encontraram novos mercados prontos para recebê-los dentro da Comunidade. A Grã-Bretanha, por sua vez, parecia estar estagnada nos anos de 1970, e embora suas exportações para a Comunidade tivessem de fato aumentado, suas importações aumentaram muito mais. O país não estava produzindo mercadorias suficientes para exportar pelos preços certos. Os concorrentes estrangeiros conseguiam produzir por menos e assim conquistavam uma fatia maior do mercado. As estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB) de 1977 eram reveladoras. O PIB é o valor em dinheiro da produção total de um país, com todos os tipos de produtos. Para saber a eficiência de um país, os economistas dividem seu PIB por sua população, o que mostra quanto está sendo produzido *per capita*. A Figura 10.1 mostra que a Grã-Bretanha era economicamente um dos países menos eficientes da CEE, enquanto a Dinamarca e a Alemanha Ocidental estavam no topo.

Em 1980, irrompeu uma grande crise quando a Grã-Bretanha descobriu que sua contribuição orçamentária para aquele ano seria de 1,209 bilhão de libras, enquanto a da Alemanha Ocidental seria de 699 milhões e a França só teria que pagar 3 milhões. A Grã-Bretanha protestou dizendo que sua contribuição era absurdamente alta, considerando-se o estado geral de sua economia. A diferença era tão grande pela forma como se calculava a contribuição orçamentária, que levava em consideração a quantidade de impostos sobre importações recebida por cada governo a partir de mercadorias que entrassem de fora da CEE. Uma parcela desses impostos recebidos tinha que ser dada como parte da contribuição orçamentária anual. Infelizmente, para os britânicos, eles importavam muito mais mercadorias de fora da CEE do que qualquer um dos outros membros, e era por isso que o pagamento era tão alto. Depois de algumas negociações duras por parte da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, chegou-se a um acordo: a contribuição foi reduzida a um total de 1,346 bilhões de libras nos três anos seguintes.

Figura 10.1 Estatísticas do PIB *per capita* (1977).

Fonte: baseado em estatísticas citadas em Jack B. Watson, *Success in World History since* 1945 (John Murray, 1989), p. 150)

(f) As mudanças de 1986

Eventos animadores aconteceram em 1986, quando todos os 12 membros, trabalhando em conjunto, negociaram algumas mudanças importantes que, esperava-se, melhorariam a CEE. Entre elas:

- um avanço para um mercado completamente livre e comum (sem restrições de qualquer tipo sobre o comércio interno e o movimento de mercadorias) a partir de 1992;
- mais controle da CEE sobre saúde, segurança, proteção do meio-ambiente e dos consumidores;
- mais estímulo à pesquisa científica e à tecnologia;
- mais ajuda a regiões atrasadas;
- introdução de votação por maioria sobre muitas questões no Conselho de Ministros, o que impediria que uma medida fosse vetada somente por um Estado que considerasse seus interesses nacionais ameaçados;
- mais poderes para o parlamento europeu, para que pudesse aprovar medidas com menos atraso. Isso fez com que os parlamentos nacionais dos Estados-membros fossem perdendo controle sobre suas próprias questões internas.

Os últimos dois pontos agradaram às pessoas favoráveis à criação dos Estados Unidos da Europa, mas em alguns Estados-membros, principalmente a Grã-Bretanha e a Dinamarca, fizeram ressurgir a velha polêmica sobre soberania nacional. Thatcher desagradou alguns dos outros líderes europeus ao se posicionar contra quaisquer movimentos rumo a uma Europa politicamente unida: "Um governo federal centralizado na Europa seria um pesadelo; a cooperação com outros países europeus não deve se dar à custa da individualidade, os costumes e tradições nacionais tornaram a Europa grande no passado".

(g) A Política Agrícola Comum (PAC)

Um dos aspectos mais polêmicos da CEE era sua Política Agrícola Comum (PAC). Para ajudar os agricultores e os estimular a permanecer no negócio e para que a Comunidade pudesse continuar produzindo grande parte de seus próprios alimentos, decidiu-se pagar subsídios (dinheiro extra para complementar seus lucros). Isso lhes garantiria lucros compensadores e, ao mesmo tempo, manteria os preços em níveis razoáveis para os consumidores, e foi um negócio tão bom para os agricultores que eles foram estimulados a produzir muito mais do que se poderia vender. Mesmo assim, a política se manteve, até que, em 1980, cerca de três quartos de todo o orçamento da CEE estava sendo pago a cada ano em subsídios aos agricultores. A Grã-Bretanha, a Holanda e a Alemanha Ocidental pressionaram por uma limitação desses subsídios, mas o governo francês relutava em concordar com isso porque não queria desagradar aos agricultores de seu país, que estavam se saindo muito bem com os subsídios.

Em 1984, foram introduzidas cotas máximas de produção pela primeira vez, mas isso não resolveu o problema. Em 1987, o estoque acumulado de produção chegou a proporções ridículas e havia um enorme "lago" de vinho e uma "montanha" de manteiga, de um milhão e meio de toneladas, suficiente para abastecer a CEE por um ano. Havia leite em pó suficiente para cinco anos, e somente os custos de armazenagem eram de um milhão de libras por dia. Entre os esforços para se livrar do excedente, vendeu-se barato à URSS, à Índia, ao Paquistão e a Bangladesh, distribuiu-se manteiga de graça aos pobres dentro da Comunidade e ela foi usada para fabricar ração animal. Parte da manteiga mais velha foi queimada em caldeira.

Tudo isso ajudou a causar uma enorme crise orçamentária em 1987: a Comunidade estava 3 bilhões de libras no vermelho e tinha dívidas de 10 bilhões. Em um esforço determinado para resolver o problema, a CEE introduziu um programa rígido de cortes de produção e um congelamento de preços para dar um aperto geral nos agricultores da Europa. Isso causou protestos entre eles, mas no final

de 1988, estava conseguindo algum sucesso e os excedentes diminuíam constantemente. Os Estados-membros estavam agora começando a se concentrar na preparação de 1992, quando a introdução do mercado europeu único traria a remoção de todas as barreiras internas ao comércio e, algumas pessoas esperavam, muito mais integração monetária.

(h) Maior integração: o Tratado de Maastricht (1991)

Em dezembro de 1991, foi realizada uma reunião de cúpula de todos os chefes dos Estados-membros em Maastricht (Holanda), e foi elaborado um acordo para "uma nova etapa no processo de criação de uma união ainda mais próxima dos povos da Europa". Alguns pontos acordados foram

- mais poder para o parlamento europeu;
- maior união econômica e monetária, a culminar na adoção de uma moeda comum (o Euro) compartilhada por todos os Estados-membros, perto do final do século;
- uma política exterior e de segurança comum;
- um calendário a ser estabelecido, com as etapas na quais isso será atingido.

A Grã-Bretanha se opôs muito às ideias de uma Europa federal, de uma união monetária e de toda uma parte do tratado conhecida como *Capítulo Social*, que era *uma lista de regulamentações voltadas a proteger as pessoas no trabalho*. Havia regras sobre

- condições de trabalho seguras e saudáveis;
- igualdade no trabalho entre homens e mulheres;
- consulta aos trabalhadores e sua informação sobre o que está acontecendo;
- proteção dos trabalhadores que se tornem redundantes.

A Grã-Bretanha afirmava que essas medidas aumentariam os custos de produção e gerariam desemprego. Os outros membros pareciam achar que o tratamento adequado dos trabalhadores era mais importante. No final, em função das objeções britânicas, *o Capítulo Social foi retirado do Tratado* e ficou para os governos individuais decidir se implementavam ou não. O restante do Tratado de Maastricht, sem o Capítulo Social, teve que ser ratificado (aprovado) pelos parlamentos nacionais dos 12 membros, e isso foi terminado em outubro de 1993.

Os governos francês, holandês e belga deram forte apoio ao Tratado porque achavam que era a melhor maneira de garantir a contenção e o controle do poder da Alemanha reunificada dentro da Comunidade. As pessoas comuns não estavam tão entusiasmadas com o Tratado quanto seus líderes. O povo da Dinamarca inicialmente votou contra, e foi necessária uma campanha firme por parte do governo para que ele fosse aprovado por uma pequena maioria em um segundo referendo (maio de 1993). O povo suíço votou por não aderir à Comunidade (dezembro de 1992), assim como os noruegueses. Até mesmo no referendo francês, a maioria em favor de Maastricht foi mínima. Na Grã-Bretanha, onde o governo não permitiu o referendo, os Conservadores se dividiram em relação à Europa e o Tratado só foi aprovado por uma ínfima minoria no parlamento.

Em meados da década de 1990, depois de quase 40 anos de existência, a Comunidade Europeia (conhecida desde 1992 como União Europeia) tinha sido um grande sucesso economicamente e tinha fomentado boas relações entre seus Estados-membros, mas havia questões vitais a serem enfrentadas:

- Até onde a cooperação política poderia se aproximar da econômica?
- O colapso do comunismo nos Estados do Leste Europeu trouxe consigo todo um cenário novo. Esses Estados (Mapa 10.2) quereriam se juntar à União Europeia e, caso quisessem, qual deveria ser a atitude dos já membros? Em abril de 1994, a Polônia e a Hungria solicitaram formalmente seu ingresso.

10.5 UNIDADE COMUNISTA NO LESTE EUROPEU

Os países comunistas do Leste Europeu foram reunidos em uma espécie de unidade sob a liderança da URSS. A principal diferença entre a unidade no Leste Europeu e a do Ocidente era que os países da primeira foram forçados a entrar nela pela URSS (ver Seção 7.2 (d, e, g) ao passo que os membros da CEE aderiram voluntariamente. No final de 1948, havia nove países no bloco comunista: a própria URSS, Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia e Iugoslávia.

(a) Organização do bloco comunista

Stalin decidiu transformar todos os Estados em cópias da URSS, com os mesmos sistemas político, econômico e educacional, e os mesmos Planos Quinquenais. Todos tinham que realizar a maior parte de seu comércio com a Rússia e suas políticas externas e forças armadas eram controladas por Moscou.

1 O Plano Molotov

Este foi o primeiro passo patrocinado pelos russos em direção a um bloco oriental economicamente unido. A ideia do primeiro-ministro russo, Molotov, era uma resposta à oferta norte-americana de ajuda através do Plano

Mapa 10.2 O crescimento da Comunidade e da União Europeia.

Marshall (ver Seção 7.2(e)). Como os russos se recusaram a permitir que qualquer um de seus satélites aceitasse a ajuda, Molotov achava que eles deveriam oferecer uma alternativa. O Plano era basicamente um conjunto de acordos comerciais entre a URSS e seus satélites, negociados durante o verão de 1947, voltado a estimular o comércio no Leste Europeu.

2 O Bureau Comunista de Informações (Communist Information Bureau, Cominform)

Este orgão foi estabelecido pela URSS na mesma época do Plano Molotov. Todos os países comunistas tinham que ser membros e seu objetivo era político: garantir que todos os governos seguissem a mesma linha do governo soviético em Moscou. Ser comunista não era suficiente; era necessário que fosse comunismo no estilo russo.

3 O Conselho de Assistência Econômica Mútua (Council for Mutual Economic Assistance, Comecon)

O Comecon foi estabelecido pela URSS em 1949, com o objetivo de planejar as economias de cada país. Toda a indústria foi nacionalizada (teve o controle assumido pelo Estado) e a agricultura foi coletivizada (organizada em um sistema de grandes fazendas estatais). Posteriormente, Nikita Kruschov (líder russo de 1956 a 1964) tentou usar o Comecon para organizar o bloco comunista em uma única economia integrada. Ele queria que a Alemanha Oriental e a Tchecoslováquia se desenvolvessem como as principais regiões industriais, e a Hungria e a Polônia se concentrassem na agricultura, mas isso provocou reações hostis em muitos países, e Kruschov teve que mudar seus planos para permitir mais variações dentro das economias dos diferentes países. O bloco oriental teve algum sucesso economicamente, aumentando a produção, mas seu PIB médio (ver Seção 10.4(e) para uma explicação sobre o PIB) e sua eficiência geral ficavam abaixo dos da CEE. A Albânia tinha o título questionável de país mais atrasado da Europa. Na década de 1980, as economias dos países do bloco do Leste tiveram dificuldades, como escassez, inflação e uma queda no padrão de vida.

Mesmo assim, o bloco comunista tinha um bom padrão de serviços sociais. Em alguns países do Leste Europeu, os serviços de saúde eram tão bons quanto os de alguns países da CEE, se não melhores. Por exemplo, na Grã-Bretanha dos anos de 1980, havia, em média, um médico para cada 618 pessoas, enquanto na URSS esse número era de 258 e na Tchecoslováquia, de 293. Apenas a Albânia, a Iugoslávia e a Romênia tinham uma relação pior do que a da Grã-Bretanha.

4 O Pacto de Varsóvia (1955)

O Pacto de Varsóvia foi assinado pela URSS e todos os seus Estados-satélites, com exceção da Iugoslávia. Eles prometeram defender uns aos outros em caso de qualquer ataque de fora. Os exércitos dos países-membros passaram a estar sob um controle geral de Moscou. Ironicamente, na única vez em que as tropas do Pacto de Varsóvia tomaram parte em uma ação conjunta foi contra um de seus próprios membros – a Tchecoslováquia – quando a URSS não aprovou as políticas internas tchecas (1968).

(b) Tensões no bloco do Leste

Embora houvesse alguns desacordos na CEE em relação a problemas como a Política Agrícola Comum e a soberania de cada país, elas não eram tão graves quanto as tensões que ocorreram entre a URSS e alguns de seus satélites. Nos primeiros anos do Cominform, Moscou considerava que deveria reprimir qualquer líder ou movimento que parecesse ameaçar a solidariedade no bloco comunista. Por vezes, os russos não hesitaram em usar a força.

1 A Iugoslávia desafia Moscou

A Iugoslávia foi o primeiro Estado a enfrentar Moscou. Ali, o líder comunista Tito devia muito de sua popularidade à sua bem-sucedida resistência às forças nazistas que ocuparam o

país durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, ele foi legalmente eleito líder da nova República Iugoslava, de forma que não devia sua posição aos russos. Em 1948, entrou em atrito com Stalin. *Tito estava determinado a seguir seu próprio estilo de comunismo, e não o do líder russo*. Ele era contrário à supercentralização (tudo controlado e organizado do centro pelo governo), opunha-se ao plano de Stalin para a economia iugoslava e às constantes tentativas russas de interferir nas questões do país, queria estar livre para fazer comércio com o Ocidente, assim como com a URSS. Por isso, Stalin expulsou a Iugoslávia do Cominform e cortou a ajuda econômica, na expectativa de que o país logo ficasse arruinado economicamente e que Tito fosse forçado a renunciar. Entretanto, Stalin cometeu um erro de cálculo: Tito era popular demais para ser derrubado por pressões externas, e Stalin decidiu que seria muito arriscado invadir a Iugoslávia. Tito conseguiu se manter no poder e *continuou a operar o comunismo à sua maneira*, o que incluía contato integral e comércio com o Ocidente e aceitação de ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os iugoslavos começaram a reverter o processo de centralização: indústrias foram desnacionalizadas e, em lugar de serem estatais, elas se tornaram propriedade pública, administradas por representantes dos trabalhadores por meio de conselhos e assembleias. O mesmo aconteceu na agricultura: as comunas, a unidade mais importante do Estado, eram grupos de famílias, cada um contendo algo entre 5.000 e 100.000 pessoas. A Assembleia da Comuna organizava questões relacionadas a economia, educação, saúde, cultura e bem-estar. O sistema foi um exemplo admirável de pessoas comuns cumprindo um papel na tomada de decisões que afetavam de perto suas próprias vidas, tanto no trabalho quanto na comunidade. Suas conquistas foram muitas, porque os trabalhadores tinham interesses pessoais no sucesso de sua empresa e de sua comuna. Muitos marxistas achavam que essa era a forma como um verdadeiro Estado comunista deveria ser gerido, em vez da supercentralização da URSS.

Todavia, havia algumas fragilidades. Uma delas era a falta de disposição dos trabalhadores para demitir colegas, outra era a tendência a pagar muito a si mesmos, levando a um número exagerado de empregados e a custos e preços elevados. Mas, com seus elementos capitalistas (como diferenciais salariais e um mercado livre), esse foi um sistema marxista alternativo que muitos Estados africanos em desenvolvimento, principalmente a Tanzânia, consideraram atrativo.

Kruschov decidiu que o rumo mais sábio para agir seria melhorar suas relações com Tito. Em 1955, ele visitou Belgrado, a capital da Iugoslávia (Ilustração 10.5), e se desculpou pelas ações de Stalin. A ruptura foi resolvida totalmente quando, no ano seguinte, Kruschov deu sua aprovação formal ao estilo bem-sucedido de comunismo de Tito.

2 Stalin age contra outros líderes

À medida que a desavença com a Iugoslávia se ampliava, Stalin providenciava a prisão de quaisquer líderes comunistas em outros países que tentassem seguir políticas independentes. Ele conseguiu isso porque a maioria desses líderes carecia da popularidade de Tito e devia sua posição ao apoio russo, o que não tornava a forma como eles foram tratados menos ultrajante.

- *Na Hungria*, o ministro do exterior Laszlo Rajk e o do interior, János Kádár, ambos comunistas opostos a Stalin, foram presos. Rajk foi enforcado, Kádár foi para a cadeia e torturado, e cerca de 200.000 pessoas foram expulsas do partido (1949).
- *Na Bulgária*, o primeiro-ministro Traichko Koslov foi preso e executado (1949).
- *Na Tchecoslováquia*, o secretário-geral do Partido Comunista Rudolph Slánský, e depois outros ministros do gabinete, foram executados (1952).

- *Na Polônia*, o líder do Partido Comunista e vice-presidente Wladislaw Gomułka foi preso porque falara a favor de Tito.
- *Na Albânia*, o premier comunista Koze Xoxe foi deposto e executado por simpatizar com Tito.

3 *Kruschov: caminhos diferentes rumo ao socialismo*

Após a morte de Stalin, em 1953, havia sinais de que os satélites poderiam ter mais liberdade. Em 1956, Kruschov fez um discurso memorável no 20º Congresso do Partido Comunista, que logo ficou famoso, já que ele o usou para criticar muitas políticas de Stalin e parecia disposto a reconhecer que havia "diferentes vias rumo ao socialismo" (ver Seção 18.1(a)). Ele resolveu os problemas com a Iugoslávia e, em abril de 1956, aboliu o Cominform, que vinha incomodando os parceiros da Rússia desde que foi estabelecido, em 1947. Contudo, eventos na Polônia e na Hungria logo mostraram que havia limites claros à nova tolerância de Kruschov...

(c) Crise na Polônia

Em junho de 1956, houve uma greve geral e uma enorme manifestação contra o governo e contra os soviéticos em Poznan. As faixas exigiam "pão e liberdade" e os trabalhadores estavam protestando contra o baixo padrão de vida, reduções salariais e altos impostos. Embora tenham sido dispersados por tropas polonesas, a tensão permaneceu alta durante todo o verão. Em outubro, tanques russos cercaram a capital polonesa Varsóvia, embora até então não tivessem agido. No final, *os russos decidiram aceitar um acordo*: Gomułka, que havia sido preso por ordens de Stalin, pôde ser indicado novamente como primeiro-secretário do Partido Comunista. Aceitou-se que o comunismo polonês poderia se desenvolver à sua própria maneira, desde que acompanhasse a Rússia nas questões de política exterior. Os russos obviamente acreditavam que poderiam confiar que Gomułka não se desviaria muito. As relações entre os dois países continuaram razoavelmente boas, embora a versão polonesa de comunismo certamente não seria aceita

Ilustração 10.5 O Marechal Tito (esquerda) com Kruschov (centro) sepultam suas diferenças.

por Stalin. Por exemplo, a coletivização da agricultura foi introduzida muito lentamente, e provavelmente apenas 10% das terras agricultáveis chegaram a ser coletivizadas. A Polônia também comercializava com países de fora do bloco comunista. Gomułka permaneceu no poder até renunciar, em 1970.

(d) A Revolução Húngara (1956)

A situação na Hungria terminou de forma bastante distinta da que ocorreu na Polônia. Após a morte de Stalin (1953), o líder que lhe era favorável, Rakosi, foi substituído por um comunista moderado, Imry Nagy. Contudo, Rakosi continuava a interferir e derrubou Nagy (1955). A partir dali, o descontentamento contra o governo foi crescendo constantemente até explodir em um levante total (outubro de 1956). *Suas causas foram várias*:

- Havia ódio ao regime brutal de Rakosi, sob o qual pelo menos 2.000 pessoas foram executadas e outras 200.000 foram colocadas na prisão e em campos de concentração.
- O padrão de vida das pessoas comuns estava piorando, enquanto líderes odiados do Partido Comunista levavam vidas confortáveis.
- Havia um intenso sentimento antirrusso.
- O discurso de Kruschov no 20º congresso e o retorno de Gomułka ao poder na Polônia encorajaram os húngaros a resistir a seu governo.

Rakosi foi derrubado, Nagy se tornou primeiro-ministro, e o popular cardeal católico Mindszenty, que estava preso há seis anos por suas ideias anticomunistas, foi libertado.

Até esse momento, os russos pareciam dispostos a aceitar algum acordo, como haviam feito na Polônia, *mas Nagy foi longe demais, anunciando planos de montar um governo que incluísse membros de outros partidos políticos, e falava em retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia*. Os russos não permitiriam isso: se Nagy conseguisse o que queria, a Hungria poderia se tornar um Estado não comunista e deixar de ser um aliado da URSS, o que estimularia as pessoas em outros países do bloco do Leste a fazer o mesmo. Tanques russos invadiram, cercaram a capital Budapeste e abriram fogo (3 de novembro). Os húngaros resistiram bravamente e a luta durou duas semanas antes dos russos conseguirem controlar o país. Cerca de 20.000 pessoas foram mortas e outras 20.000, presas. Nagy foi executado, embora lhe tivessem prometido um salvo-conduto, e talvez 200.000 pessoas tenham fugido do país e ido para o Ocidente. Os russos instalaram como novo líder húngaro János Kádár, que, embora tivesse sido preso antes por ordens de Stalin, era agora um confiável aliado de Moscou, e permaneceu no poder até 1988.

(e) A crise na Tchecoslováquia (1968)

Após a intervenção militar na Hungria, os russos não interferiram de forma tão direta em lugar algum até 1968, quando lhes pareceu que os tchecos estavam se desviando muito da linha comunista aceita. Nesse meio-tempo, eles tinham permitido variações consideráveis entre os Estados e, por vezes, não pressionavam pela aplicação de planos impopulares. Por exemplo, a Iugoslávia, a Albânia e a Romênia continuavam com suas próprias versões de comunismo. Em 1962, quando Kruschov sugeriu que cada Estado-satélite deveria se concentrar em um produto específico, os húngaros, os romenos e os poloneses, que queriam desenvolver uma economia completa, protestaram muito e a ideia foi silenciosamente abandonada. Desde que não fossem introduzidas políticas que ameaçassem a dominação do Partido Comunista, os russos pareciam relutantes em interferir. Em meados da década de 1960, foi a vez dos tchecos descobrirem até onde poderiam ir antes de os russos mandarem parar. Seu governo era comandado por um comunista pró-Moscou, Antonin Novotny, e *a oposição foi crescendo aos poucos, por várias razões*.

- Os tchecos eram industrial e culturalmente os mais avançados entre os povos do

bloco oriental e *se opunham ao controle supercentralizado que os russos exerciam sobre sua economia*. Não parecia ter sentido que eles fossem obrigados a usar minério de ferro de baixa qualidade da Sibéria quando poderiam estar usando um de alto teor da Suécia.

- Entre 1918 e 1938, quando a Tchecoslováquia era um Estado independente, os tchecos desfrutaram de muita liberdade, *mas agora estavam descontentes com todas as restrições à liberdade pessoal*. Jornais, livros e revistas sofriam uma pesada censura (ou seja, só podiam publicar o que o governo permitisse), e não havia liberdade de expressão. Qualquer pessoa que criticasse o governo poderia ser presa.
- Quando tentavam fazer passeatas de protesto, as pessoas eram dispersadas pela polícia, que usavam métodos violentos e brutais.

As coisas chegaram ao ápice em janeiro de 1968, quando Novotny foi forçado a renunciar e Alexander Dubček se tornou primeiro-secretário do Partido Comunista. *Ele e seus apoiadores tinham um programa completamente novo.*

- O Partido Comunista não mais ditaria as políticas.
- A indústria seria descentralizada, ou seja, as fábricas seriam dirigidas por conselhos de trabalhadores em vez de serem controladas da capital por representantes do partido.
- Em vez de as fazendas serem coletivizadas (propriedade e direção do Estado), elas se tornariam cooperativas independentes.
- Haveria poderes mais amplos para os sindicatos.
- Haveria mais comércio com o Ocidente e liberdade para viajar para o exterior; a fronteira com a Alemanha Ocidental, que estava fechada desde 1948, seria aberta imediatamente.
- Haveria liberdade de expressão e de imprensa; as críticas ao governo seriam estimuladas. Dubček acreditava que, embora o país pudesse permanecer comunista, o governo deveria conquistar o direito de permanecer no poder respondendo aos desejos do povo. Ele chamava isso de "socialismo com rosto humano".
- Ele foi muito cuidadoso em garantir aos russos que a Tchecoslováquia iria permanecer no Pacto de Varsóvia e continuaria sendo um aliado confiável.

Durante a primavera e o verão de 1968, esse programa foi implementado. Os russos ficavam cada vez mais preocupados com ele, e em agosto, houve uma grande invasão da Tchecoslováquia por tropas russas, polonesas, búlgaras, húngaras e alemãs orientais. O governo tcheco decidiu não resistir para evitar o tipo de derramamento de sangue que havia acontecido na Hungria em 1956. O povo tcheco tentou resistir passivamente, entrando em greve e fazendo manifestações pacíficas contra os russos, mas, no final, o governo foi forçado a abandonar seu novo programa. No ano seguinte Dubček foi substituído por Gustáv Husák, um líder comunista que fazia o que Moscou mandasse e assim conseguiu ficar no poder até 1987.

Os russos intervieram porque Dubček ia permitir liberdade de expressão e de imprensa, o que acabaria por gerar reivindicações semelhantes no bloco soviético. Os russos não ousavam arriscar, porque poderia gerar protestos de massa e levantes na própria URSS. Havia pressões demandando ações russas por parte de outros líderes comunistas, principalmente na Alemanha Oriental, que receavam que os protestos pudessem ultrapassar a fronteira da Tchecoslováquia e entrar na Alemanha. Pouco tempo depois, Leonid Brejnev, o líder russo que ordenou a invasão, anunciou o que chamou de *Doutrina Brejnev*, a qual dizia que a intervenção nas questões internas de qualquer país comunista se justificava se houvesse ameaça ao socialismo (com o que ele queria dizer comunismo).

(f) O bloco comunista avança para o colapso

Embora os países do Leste Europeu parecessem, na superfície, estar firmemente sob controle russo, o descontentamento contra a linha dura de Moscou ia crescendo, principalmente na Polônia e na Tchecoslováquia.

- *Na primeira, Gomułka foi forçado a renunciar depois de protestos (1970)*, e seu substituto, Gierek, também renunciou (1980) depois de agitação nas indústrias, escassez de alimentos e greves no porto de Gdansk e outras cidades. O novo governo foi forçado a permitir a formação de um sindicato independente, conhecido como Solidariedade. Os russos mandaram tropas para a fronteira com a Polônia, mas não houve invasão desta vez, talvez porque eles tinham mandado tropas para o Afeganistão e não estivessem dispostos a arriscar outro envolvimento militar tão cedo.
- *Os Acordos de Helsinque (1975) causaram problemas no bloco comunista*. Esses acordos foram assinados em uma conferência em Helsinque (capital da Finlândia) por todos os países da Europa (com exceção de Albânia e Andorra) e também por Canadá, Estados Unidos e Chipre. Eles prometiam trabalhar por mais cooperação nas questões econômicas e na manutenção da paz, bem como para proteger os direitos humanos. Em pouco tempo, as pessoas na URSS e em outros países comunistas estavam acusando seus governos de não permitir direitos humanos básicos.
- *Na Tchecoslováquia, foi formado um grupo de direitos humanos chamado Carta 77 (em 1977)*, e na década de 1980, passou a expressar mais suas críticas ao governo de Husák. Em dezembro de 1986, um porta-voz do grupo disse: "Enquanto Husák viver, a estagnação política reinará suprema; uma vez que ele se vá, o partido explodirá".
- *A essas alturas, todos os Estados comunistas estavam sofrendo graves problemas econômicos*, muito piores do que os da CEE. Embora não muitas pessoas no Ocidente se dessem conta, o comunismo e seu bloco se aproximavam rapidamente do colapso e da desintegração.

10.6 POR QUE E COMO O COMUNISMO DESABOU NO LESTE EUROPEU?

No curto período entre agosto de 1988 e dezembro de 1991, o comunismo foi varrido no Leste Europeu. A Polônia foi a primeira a rejeitar o comunismo, seguida de perto por Hungria, Alemanha Oriental e o restante, até que, no final de 1991, mesmo a Rússia tinha deixado de ser comunista, depois de 74 anos. Por que esse colapso dramático aconteceu?

(a) Fracasso econômico

O comunismo, como existia no Leste Europeu, foi um fracasso econômico. Simplesmente não gerou o padrão de vida que seria possível, dados os vastos recursos disponíveis. Os sistemas econômicos eram ineficientes, supercentralizados e sujeitos a restrições. Todos os países deveriam fazer a maioria do seu comércio dentro do bloco comunista. Em meados da década de 1980, havia problemas por todas as partes. Segundo Misha Glenny, correspondente da BBC no Leste Europeu,

> as lideranças do Partido Comunista se recusavam a admitir que a classe trabalhadora estivesse em condições mais miseráveis, respirando mais ar poluído e bebendo mais água contaminada, do que as classes trabalhadoras do Ocidente... o histórico do comunismo em saúde, educação, habitação e uma série de outros serviços sociais tinha sido atroz.

O aumento do contato com o Ocidente na década de 1980, mostrou às pessoas o quanto o Leste estava atrasado em comparação com o Ocidente e sugeriu que seu padrão de vida estava caindo ainda mais. Também mostrou que

a causa de todos os seus problemas deveria ser seus próprios líderes e o sistema comunista.

(b) Mikhail Gorbachov

Mikhail Gorbachov, que se tornou líder da URSS em março de 1985, deu início ao processo que levou ao colapso do Império Soviético. Ele reconheceu os problemas do sistema e admitiu que era uma "situação absurda" que a URSS, o maior produtor de aço, combustível e energia do mundo, sofresse escassez em função de desperdício e ineficiência (ver Seção 18.3 para a situação na URSS). Ele esperava salvar o comunismo revitalizando-o e o modernizando, introduzindo as novas políticas da *glasnost* (transparência) e *perestroika* (reforma econômica e social). As críticas ao sistema foram estimuladas em busca de melhorias, desde que ninguém criticasse o Partido Comunista. Ele também esperava arquitetar a derrubada dos líderes comunistas antiquados e linha-dura na Tchecoslováquia, e provavelmente esteve envolvido na derrubada dos líderes da Alemanha Oriental, da Romênia e da Bulgária. Sua esperança era de que líderes mais progressistas aumentassem as chances de salvar o comunismo nos Estados-satélites da Rússia.

Infelizmente, para Gorbachov, uma vez iniciado o processo de reformas, mostrou-se impossível controlá-lo. O momento mais perigoso para qualquer regime repressivo é quando ele tenta se reformar fazendo concessões. Elas nunca são suficientes para satisfazer os críticos e, na Rússia, esses críticos inevitavelmente se voltaram contra o próprio Partido Comunista, e exigiam mais. A opinião pública ficou contra o próprio Gorbachov, porque muitas pessoas achavam que ele não estava avançando com velocidade suficiente.

O mesmo aconteceu nos Estados-satélites: os líderes comunistas consideraram difícil se adaptar à nova situação de ter um líder mais progressista do que eles em Moscou. *Os críticos ficaram mais ousados ao se dar conta de que Gorbachov não mandaria tropas soviéticas para invadir e atirar neles.* Sem esperar ajuda de Moscou, quando a crise chegou, nenhum dos governos comunistas estava preparado para usar força suficiente contra os manifestantes (com exceção da Romênia). Quando eles chegaram, as rebeliões tinham se espalhado demais e teria sido necessário um enorme comprometimento de tanques e tropas para segurar todo o Leste Europeu ao mesmo tempo. Tendo acabado de conseguir se retirar do Afeganistão, Gorbachov não queria um envolvimento ainda maior. No final, foi um triunfo do "poder popular": os manifestantes desafiaram deliberadamente a ameaça de violência em quantidades tão imensas que as tropas teriam que ter atirado em uma parcela enorme da população nas cidades grandes para manter o controle.

(c) A Polônia sai na frente

O general Jaruzelski, que se tornou líder em 1981, estava disposto a assumir uma linha dura: quando o Solidariedade (o novo movimento sindical) exigiu um referendo para demonstrar o forte apoio com que contava, Jaruzelski declarou lei marcial (ou seja, o exército assumiu o controle), proibiu o Solidariedade e prendeu milhares de ativistas. O exército obedecia suas ordens porque todo mundo ainda tinha medo de uma intervenção militar russa. Em julho de 1983, o governo estava firme no controle: Jaruzelski achou que era seguro suspender a lei marcial e os membros do Solidariedade foram libertados aos poucos. Mas o problema subjacente ainda estava lá: todas as tentativas de melhorar a economia fracassaram. Em 1988, quando Jaruzelski tentava economizar cortando subsídios do governo, começaram as greves, porque as mudanças fizeram com que os preços dos alimentos aumentassem. Desta vez, Jaruzelski decidiu não arriscar o uso da força, pois sabia que não haveria apoio de Moscou e se deu conta de que precisava da oposição para lidar com a crise econômica. Em fevereiro de 1989, iniciaram-se conversações en-

tre o governo comunista, o Solidariedade e outros grupos de oposição (a Igreja Católica foi eloquente em suas críticas). Em abril de 1989, chegaram a um acordo sobre mudanças na Constituição.

- o Solidariedade poderia se tornar um partido político;
- haveria duas casas no parlamento, uma câmara baixa e um senado;
- na câmara baixa, 65% das cadeiras tinham que ser dos comunistas;
- o senado seria eleito livremente – sem cadeiras comunistas garantidas;
- as duas câmaras votando juntas elegeriam o presidente, que escolheria um primeiro-ministro.

Nas eleições de junho de 1989, o Solidariedade elegeu 92 das 100 cadeiras no senado, e 160 das 161 que podia disputar na câmara baixa. Para formar governo, chegou-se a um acordo: Jaruzelski foi eleito presidente por uma pequena margem, graças a todas as cadeiras comunistas garantidas na câmara baixa, mas escolheu um apoiador do Solidariedade, Tadeusz Mazowiecki, como primeiro-ministro, o primeiro líder não comunista no bloco do Leste (agosto). Mazowiecki escolheu um governo misto de comunistas e apoiadores do Solidariedade. A nova Constituição mostrou-se apenas provisória. Depois da queda do comunismo nos outros Estados do Leste Europeu, outras mudanças na Polônia suspenderam as cadeiras comunistas garantidas e nas eleições de dezembro de 1990, Lech Walesa, o líder do Solidariedade, foi eleito presidente. A revolução pacífica na Polônia estava completa.

(d) A Revolução pacífica se espalha para a Hungria

Quando os poloneses derrubaram o comunismo sem interferência da URSS, era só uma questão de tempo antes que o restante do Leste Europeu tentasse seguir seu caminho. Na Hungria, até mesmo o próprio Kádár admitiu que o padrão de vida havia caído nos últimos cinco anos e culpava a má administração, má organização, maquinário e equipamentos desatualizados no setor estatal da indústria. Ele anunciou novas medidas de descentralização: conselhos por empresa e administradores eleitos. Em 1987, houve conflitos no Partido Comunista entre os que queriam mais reformas e os que queriam um retorno ao controle central rígido. Esse embate chegou ao ápice em maio de 1988, quando, em meio a uma cena dramática na conferência partidária, Kádár e oito de seus apoiadores foram excluídos do Politburo em uma votação, deixando os progressistas no controle.

Mas, assim como na URSS, os avanços não eram profundos o suficiente para muitas pessoas. Dois grandes partidos de oposição passaram a atuar cada vez mais, a liberal Aliança dos Democratas Livres e o Fórum Democrático, que defendia os interesses de agricultores e camponeses. A liderança comunista húngara, seguindo o exemplo dos poloneses, decidiu avançar pacificamente. Foram realizadas eleições livres em março de 1990 e, apesar de uma mudança de nome, para Partido Socialista Húngaro, os comunistas sofreram uma derrota arrasadora. A eleição foi vencida pelo Fórum Democrático, cujo líder Jozsef Antall, tornou-se primeiro-ministro.

(e) A Alemanha reunificada

Na Alemanha Oriental, Erich Honecker, que era líder comunista desde 1971, recusava-se a fazer reformas e pretendia se manter firme, junto com a Tchecoslováquia, a Romênia e o restante, para sustentar o comunismo. Mas *Honecker logo foi atropelado pelos eventos*:

- Gorbachov, desesperado para obter ajuda financeira da Alemanha Ocidental para a URSS, fez uma visita ao chanceler Kohl em Bonn e prometeu ajudar a dar um fim à Europa dividida, em retorno por ajuda econômica alemã. Na verdade, ele estava secretamente prometendo liberdade para a Alemanha Oriental (junho de 1989).

- Em agosto e setembro de 1989, milhares de alemães orientais começaram a escapar para o lado ocidental através da Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, quando esta abriu suas fronteiras com a Áustria.
- A Igreja Protestante na Alemanha Oriental se tornou o foco de um partido de oposição chamado Novo Fórum, que buscava o fim do regime comunista repressivo e ateísta. Em outubro de 1989, houve uma onda de manifestações em toda a Alemanha Oriental, exigindo liberdade e o fim do comunismo.

Honecker queria ordenar que o exército abrisse fogo contra os manifestantes, mas outros líderes comunistas não estavam dispostos a causar um grande derramamento de sangue. Eles destituíram Honecker, e seu sucessor, Egon Krenz, fez concessões. O muro de Berlim foi aberto (9 de novembro de 1989) com uma promessa de eleições livres.

Quando as grandes potências começaram a dar sinais de que não impediriam uma Alemanha reunificada, os partidos políticos da Alemanha Ocidental avançaram para o Leste. O chanceler Kohl fez uma viagem eleitoral e a versão oriental de seu partido (CDU) teve uma vitória arrasadora (março de 1990). O líder da CDU na Alemanha Oriental, Lothar de Maiziere, tornou-se primeiro-ministro. Ele esperava ações graduais rumo à reunificação, mas, mais uma vez, a pressão do "poder do povo" fez tudo antes disso. Quase todo mundo na Alemanha Oriental parecia querer a união imediata.

A URSS e os Estados Unidos concordaram que a reunificação poderia acontecer. Gorbachov prometeu que todas as tropas russas seriam retiradas da Alemanha Oriental até 1994. A França e a Grã-Bretanha, que não estavam tão satisfeitas com a reunificação alemã, sentiram-se compelidas a ir a favor da corrente. A Alemanha foi formalmente reunificada em 3 de outubro de 1990. Nas eleições para toda a Alemanha, (dezembro de 1990) a aliança conservadora CDU/CSU, junto com seus apoiadores liberais do FDP, teve uma vitória confortável sobre o SDP, social-democrata. Os comunistas (rebatizados de Partido do Socialismo Democrático – PDS) conquistaram somente 17 das 662 cadeiras do *Bundestag* (a câmara baixa do parlamento). Helmut Kohl se tornou o primeiro chanceler de toda a Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial.

(f) Tchecoslováquia

A Tchecoslováquia tinha uma das mais bem-sucedidas economias do Leste Europeu. O país negociava amplamente com o Ocidente, sua indústria e seu comércio se mantiveram dinâmicos durante a década de 1970, mas, no início dos anos de 1980, a economia passou a ter problemas, principalmente porque houve muito poucas tentativas de modernizar a indústria. Husák, que estava no poder desde 1968, renunciou (1987), mas seu sucessor, Milos Jakes, não tinha reputação de reformista. As coisas mudaram subitamente em questão de dias, no que ficou conhecido como a Revolução de Veludo. Em 17 de novembro de 1989, houve uma manifestação muito grande em Praga, na qual muitas pessoas foram feridas pela violência policial. A Carta 77, agora liderada pelo famoso dramaturgo Václav Havel, organizou mais oposição e depois que Alexander Dubček discursou em um ato, pela primeira vez desde 1968, foi declarada uma greve nacional. Isso bastou para derrubar o regime comunista: Jakes renunciou e Havel foi eleito presidente (29 de dezembro de 1989).

(g) O restante do Leste Europeu

O fim do comunismo nos outros Estados do Leste Europeu foi um processo menos claro.

1 Romênia

Na Romênia, o regime comunista de Nicolae Ceauşescu (líder desde 1965) era um dos mais brutais e repressivos que existiam no mundo. Sua polícia secreta, a Securitate, foi respon-

sável por muitas mortes. A revolução chegou breve e sangrenta: começou em Timisoara, uma cidade no oeste da Romênia, com uma manifestação de apoio a um padre popular que estava sendo assediado pela Securitate, que foi reprimida brutalmente, com muitas pessoas mortas (17 de dezembro de 1989). Esse fato gerou indignação em todo o país e, quatro dias depois, quando Ceauşescu e sua mulher apareceram na sacada da sede do Partido Comunista em Bucareste para discursar em uma manifestação de massas, foram recebidos com vaias e gritos de "assassinos de Timisoara". A cobertura da TV foi interrompida de repente e Ceauşescu abandonou seu discurso. Parecia que toda a população de Bucareste saíra às ruas. Inicialmente, o exército atirou na multidão e muitas pessoas foram mortas e feridas. No dia seguinte, as massas saíram de novo, mas agora o exército se recusava a continuar a matança, e os Ceauşescu tinha perdido o controle. Eles foram presos, julgados por um tribunal militar e fuzilados (25 de dezembro de 1989).

Os odiados Ceauşescu já não existiam, mas muitos elementos do comunismo permaneciam na Romênia. O país nunca teve um governo democrático e a posição foi esmagada de forma tão cruel que não havia um equivalente do Solidariedade polonês ou do Carta 77 tcheco. Formou-se um comitê chamado Frente de Salvação Nacional (FSN), que estava repleto de ex-comunistas, que queriam reformas. Ion Iliescu, que havia sido membro do governo de Ceauşescu até 1984, foi escolhido como presidente. Ele venceu uma eleição presidencial em maio de 1990, e a FSN venceu as eleições para um novo parlamento. Eles negavam veementemente que o novo governo fosse comunista sob um nome diferente.

2 *Bulgária*

Na Bulgária, o líder comunista *Todor Zhivkov* estava no poder desde 1954 e tinha rejeitado teimosamente todas as reformas, mesmo quando pressionado por Gorbachov. Os comunistas progressistas decidiram se livrar dele. O Politburo votou pela sua destituição (dezembro de 1989) e em junho de 1990, foram realizadas eleições livres. Os comunistas, agora chamados de Partido Socialista da Bulgária, tiveram uma vitória confortável sobre o principal partido de oposição, a União de Forças Democráticas, provavelmente porque sua máquina de propaganda disse às pessoas que a introdução do capitalismo traria o desastre econômico.

3 *Albânia*

A Albânia era comunista desde 1945, quando a resistência comunista tomou o poder e instalou uma república. Portanto, assim como na Iugoslávia, os russos não foram responsáveis pela introdução do comunismo. Desde 1946 até sua morte em 1985, o líder tinha sido *Enver Hoxha*, um grande admirador de Stalin e imitador fiel de seu sistema. Sob comando do novo líder Ramiz Alia, a Albânia continuou sendo o país mais pobre e mais atrasado da Europa. No inverno de 1991, muitos jovens albaneses tentaram escapar de sua pobreza cruzando o Mar Adriático para a Itália, mas a maioria deles foi mandada de volta. Nessa época, estavam começando a estourar manifestações e as estátuas de Hoxha e Lênin eram derrubadas. Com o tempo, a liderança comunista cedeu ao inevitável e permitiu eleições livres. Em 1992, foi eleito o primeiro presidente não comunista, Sali Befsla.

4 *Iugoslávia*

Os eventos mais trágicos aconteceram na Iugoslávia, onde o final do comunismo levou a uma guerra civil e à desarticulação do país (ver Seção 10.7).

(h) O Leste Europeu após o comunismo

Os países do Leste Europeu se depararam com problemas semelhantes em termos gerais: como passar de uma economia plane-

jada, ou "de comando" para uma economia livre, onde governassem as "forças de mercado". A indústria pesada, a qual, teoricamente, deveria ser privatizada, era, em grande parte, antiquada e não competitiva, e agora perdera seus mercados garantidos no bloco comunista, de forma que ninguém queria comprar suas ações. Embora as lojas estivessem mais bem abastecidas do que antes, os preços dos produtos ao consumidor dispararam e muito poucas pessoas podiam comprá-los. O padrão de vida estava ainda mais baixo do que nos últimos anos do comunismo, e viria muito pouca ajuda do Ocidente. Muitas pessoas tinham esperado uma melhoria milagrosa e, não fazendo concessões para a gravidade dos problemas, em pouco tempo estavam decepcionadas com seus novos governos.

- *Os alemães orientais* eram os mais afortunados, tendo a riqueza da ex-Alemanha Ocidental para ajudá-los. Mas mesmo lá havia tensões: muitos alemães ocidentais estavam insatisfeitos com as imensas quantidades do dinheiro "deles" que eram despejadas no lado oriental, eles tinham que pagar impostos mais elevados e se submeter a taxas de juros mais altas. Os orientais não gostavam das grandes quantidades de ocidentais que agora entravam e conseguiam os melhores empregos.
- *Na Polônia*, os primeiros quatro anos de governo não comunista foram difíceis para as pessoas comuns, já que o governo ia adiante com sua reorganização da economia. Em 1994, havia sinais claros de recuperação, mas muitas pessoas estavam profundamente decepcionadas com seu novo governo democrático. Na eleição presidencial de dezembro de 1995, Lech Walesa foi derrotado por um antigo membro do Partido Comunista, Aleksander Kwasniewski.
- *Na Tchecoslováquia*, havia problemas de outra espécie: a Eslováquia, a metade leste do país, exigia independência, e durante um tempo, parecia haver uma forte possibilidade de guerra civil. Felizmente, houve um acordo pacífico e o país foi dividido em dois – a República Tcheca e a Eslováquia (1992).
- Como era de se esperar, os avanços econômicos mais lentos aconteceram na Romênia, na Bulgária e na Albânia, onde a primeira metade dos anos de 1990 foi acossada por queda na produção e inflação.

10.7 GUERRA CIVIL NA IUGOSLÁVIA

A Iugoslávia foi formada depois da Primeira Guerra Mundial e consistia no Estado da Sérvia anterior à guerra, mais os territórios conquistados por este da Turquia em 1913 (contendo principalmente muçulmanos) e território tomado do derrotado Império Habsburgo. O país incluía pessoas de muitas nacionalidades diferentes e o Estado foi organizado em termos federais. Eram seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Montenegro, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia. Havia também duas províncias, Vojvodina e Kosovo, que eram associadas à Sérvia. Durante o comunismo e sob a liderança de Tito, os sentimentos nacionalistas dos diferentes povos foram mantidos estritamente sob controle e as pessoas eram incentivadas a se considerar iugoslavas em primeiro lugar, em vez de sérvias ou croatas. As diferentes nacionalidades conviviam em paz, e aparentemente tinham conseguido deixar para trás suas lembranças das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Uma delas foi quando apoiadores croatas e muçulmanos do regime fascista estabelecido pelos italianos para governar a Croácia e a Bósnia durante a guerra foram responsáveis pelo assassinato de 700.000 sérvios.

Contudo, ainda havia um movimento nacionalista croata, e alguns de seus líderes, como Franjo Tudjman, passaram períodos na cadeia. Tito, que morreu em 1980, tinha dei-

xado planos minuciosos para que o país fosse governado por uma presidência coletiva após sua morte. Ela consistiria em um representante de cada uma das seis repúblicas e de cada uma das duas províncias, e um presidente diferente desse conselho seria eleito a cada ano.

(a) As coisas começam a dar errado

Embora a liderança coletiva parecesse estar funcionando bem no início, em meados dos anos de 1980, as coisas começaram a dar errado.

- *A economia estava com problemas*, com a inflação em 90% em 1986 e um milhão de desempregados, ou seja, 13% da população trabalhadora. Havia diferenças entre as regiões: por exemplo, a Eslovênia era razoavelmente próspera enquanto partes da Sérvia eram muito pobres.
- *Slobodan Milošević*, que se tornou presidente da Sérvia em 1988, tem grande parte da responsabilidade pela tragédia que se seguiu, pois acirrou deliberadamente os sentimentos nacionalistas sérvios para aumentar sua popularidade, usando a situação em Kosovo. Ele afirmava que a minoria sérvia estava sendo aterrorizada pela maioria albanesa, embora não houvesse evidências definitivas disso. O tratamento linha-dura que o governo sérvio dava aos albaneses provocou manifestações e os primeiros surtos de violência. Milošević permaneceu no poder após as primeiras eleições livres na Sérvia, em 1990, tendo conseguido convencer os eleitores de que agora ele era nacionalista, e não comunista. Ele queria preservar o Estado federal unido da Iugoslávia, mas pretendia que a Sérvia fosse a república dominante.
- *No final de 1990*, também foram realizadas eleições livres nas outras repúblicas, e assumiram governos não comunistas. Eles estavam descontentes com a atitude da Sérvia – e ninguém mais do que Franjo Tudjman, ex-comunista agora líder da direitista União Democrata Croata e presidente da Croácia. Ele fez tudo o que pôde para incitar o nacionalismo croata e queria um Estado independente da Croácia.
- *A Eslovênia também queria se tornar independente*, de forma que o futuro parecia pouco alentador para a Iugoslávia unida. Apenas Milošević se opunha ao desmembramento do Estado, mas queria que ele se mantivesse nos termos da Sérvia e se recusava a fazer qualquer concessão a outras nacionalidades. Ele se recusou a aceitar um croata como presidente da Iugoslávia (1991) e usava dinheiro federal iugoslavo para ajudar a economia da Sérvia.
- *A situação se complicou porque cada república tinha minorias étnicas*: havia cerca de 600.000 sérvios morando na Croácia, uns 15% da população, e cerca de 1,3 milhão de sérvios na Bósnia-Herzegovina, mais ou menos um terço da população. Tudjman não dava garantias aos sérvios que moravam na Croácia, o que deu à Sérvia a desculpa para anunciar que defenderia todos os sérvios vivendo sob governo croata. A guerra não era inevitável: com estadistas dispostos a fazer concessões sensíveis, poderiam ter sido encontradas soluções pacíficas, mas estava claro que, se a Iugoslávia se desmembrasse, com homens como Milošević e Tudjman no poder, havia poucas chances de um futuro pacífico.

(b) Avançando para a guerra: a Guerra Servo-Croata

O ponto de crise foi atingido em junho de 1991, quando a Eslovênia e a Croácia se declararam independentes, contra os desejos da Sérvia. A luta parecia provável entre tropas do exército federal iugoslavo (majoritariamente sérvio) estacionadas nesses países, e as novas milícias croata e eslovena, que acabavam de

ser formadas. A guerra civil foi evitada na Eslovênia principalmente porque havia poucos sérvios morando lá. A CEE conseguiu atuar como mediadora e garantir a retirada de soldados iugoslavos da Eslovênia.

Contudo, a história foi diferente na Croácia, com sua grande minoria Sérvia. Tropas sérvias invadiram a região leste do país (Eslavônia oriental) onde viviam muitos sérvios, e outras cidades, incluindo Dubrovnik, no litoral da Dalmácia, foram bombardeadas. No final de agosto de 1991, eles tinham conquistado cerca de um terço do país. Somente então, tendo conquistado todo o território que queria, foi que Milošević concordou com um cessar-fogo. Uma força da ONU de 13.000 soldados, a Unprofor, foi enviada para policiá-la (fevereiro de 1992). Então, a comunidade internacional já tinha reconhecido a independência da Eslovênia, da Croácia e da Bósnia-Herzegovina.

(c) A guerra na Bósnia-Herzegovina

Justamente quando as hostilidades entre Croácia e Sérvia estavam arrefecendo, uma luta ainda mais sangrenta estava por estourar na Bósnia, que continha uma população mista, com 44% de muçulmanos, 33% de sérvios e 17% de croatas. A Bósnia declarou independencia sob a presidência do muçulmano Alia Izetbegović (março de 1992). A CEE reconheceu sua independência, cometendo o mesmo erro que havia cometido com a Croácia – deixou de certificar se o novo governo garantiria um tratamento justo a suas minorias. Os sérvios da Bósnia rejeitavam a nova Constituição e se opunham a um presidente muçulmano. *Em pouco tempo, iniciou a luta entre eles, que recebiam ajuda e estímulo da Sérvia, e os muçulmanos da Bósnia.* Os sérvios tinham esperanças de que uma ampla faixa de terra no leste da Bósnia, que fazia fronteira com a Sérvia, pudesse se desligar do país dominado pelos muçulmanos e se tornar parte da Sérvia. Ao mesmo tempo, a Croácia atacou e ocupou partes do norte da Bósnia onde morava a maior parte dos croatas bósnios.

Todos os lados cometeram atrocidades, mas parecia que os sérvios da Bósnia eram os mais culpados. Eles realizaram "limpeza étnica", que significa expulsar a população civil muçulmana das áreas de maioria sérvia, colocando-a em campos, e em alguns casos, assassinando todos os homens. Esse tipo de barbarismo não era visto na Europa desde o tratamento nazista dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Sarajevo, a capital da Bósnia, foi sitiada e bombardeada pelos sérvios, e em todo o país houve caos: dois milhões de refugiados foram expulsos de suas casas pela "limpeza étnica" e não havia alimentação e material médico suficiente.

A força da ONU, Unprofor, fez o melhor que podia para distribuir ajuda, mas seu trabalho era muito difícil porque ela não dispunha de artilharia ou aviação de apoio. Mais tarde, a ONU tentou proteger os muçulmanos declarando Srebrenica, Zepa e Gorazde, as três principais cidades muçulmanas na região sérvia, como "áreas seguras", mas não foram oferecidos soldados suficientes para defendê-las se os sérvios decidissem atacar. A CEE estava relutante em mandar tropas e os norte-americanos achavam que a Europa deveria ser capaz de resolver seus próprios problemas, mas concordaram em impor sanções econômicas à Sérvia para forçar Milošević a parar de ajudar os sérvios da Bósnia. A guerra se arrastou até 1995, houve negociações intermináveis, ameaças de ação por parte da OTAN e tentativas de obter um cessar-fogo, mas não conseguiram avançar.

Durante o ano de 1995, aconteceram mudanças cruciais que possibilitaram a assinatura de um acordo de paz em novembro. *O comportamento sérvio acabou sendo demais para a comunidade internacional:*

- Forças sérvias voltaram a bombardear Sarajevo, matando várias pessoas, depois de ter prometido retirar suas armas pesadas (maio).

- Os sérvios fizeram os soldados da força de paz da ONU como reféns para deter bombardeios aéreos da OTAN.
- Eles atacaram e capturaram Srebrenica e Zepa, duas das "áreas seguras" da ONU, e na primeira, cometeram o que talvez seja o maior ato de barbarismo, matando cerca de 8.000 muçulmanos em um surto final terrível de "limpeza étnica".

Depois disso, as coisas avançaram rapidamente:

1. Croatas e muçulmanos (que haviam assinado um cessar-fogo em 1994) concordaram em lutar juntos contra os sérvios. As regiões da Eslavônia do leste (maio) e Krajina (agosto) foram recapturadas aos sérvios.
2. Em uma conferência em Londres, com a participação dos norte-americanos, acertou-se o uso de bombardeios aéreos da OTAN e o emprego de uma "força de reação rápida" contra os sérvios bósnios se eles continuassem a agressão.
3. Os sérvios da Bósnia ignoraram isso e continuaram a bombardear Sarajevo; 27 pessoas foram mortas por um único morteiro em 28 de agosto. A isso se seguiu um bombardeio massivo de posições dos sérvios da Bósnia, que continuou até que eles concordassem em afastar suas armas de Sarajevo. Foram enviadas mais tropas da ONU, embora, na verdade, a posição da organização estivesse fragilizada porque a OTAN estava dirigindo a operação agora. A estas alturas, os líderes dos sérvios da Bósnia, Radovan Karadzic e o general Mladic, tinham sido indiciados pelo Tribunal Europeu para crimes de guerra.
4. O presidente Milošević, da Sérvia, já estava farto da guerra e queria que as sanções econômicas contra seu país fossem suspensas. Com os líderes sérvios da Bósnia desacreditados aos olhos internacionais como criminosos de guerra, ele conseguiu representar os sérvios em uma mesa de negociações.
5. Com os norte-americanos assumindo a liderança, foi acordado um cessar-fogo e os presidentes Clinton e Yeltsin concordaram em trabalhar conjuntamente para acordos de paz. *Houve uma conferência de paz nos Estados Unidos, em Dayton (Ohio) em novembro, e foi assinado formalmente um tratado de paz em Paris (dezembro de 1995)*:

- A Bósnia continuaria sendo um Estado único, com um único parlamento e um presidente eleitos, e Sarajevo unificada como sua capital.
- O Estado consistiria em duas seções: a federação Muçulmana bósnio-croata e a república bósnio-sérvia.
- Gorazde, a "área segura" sobrevivente, ficaria nas mãos dos muçulmanos, ligada a Sarajevo por um corredor através do território sérvio.
- Todos os criminosos de guerra indiciados foram banidos da vida pública.
- Todos os refugiados bósnios, mais de um milhão, teriam o direito de retorno, e haveria liberdade de ir e vir em todo o novo Estado.
- 60.000 soldados da OTAN policiariam o novo acordo.
- Entendia-se que a ONU suspenderia as sanções econômicas sobre a Sérvia.*

Houve um alívio geral pela paz, embora não houvesse reais vencedores e o acordo estivesse cheio de problemas. Só o tempo diria se seria possível manter o novo Estado (Mapa 10.3) ou se a república bósnio-sérvia acabaria tentando se separar e se juntar à Sérvia.

---

* N. de R: Na verdade, o país continuava a ser denominado Iugoslávia até 2003, e até 2006 de República da Sérvia e Montenegro, quando a última se tornou independente. Em 2008 a província de Kosovo declarou unilateralmente sua independência da Sérvia, ainda não reconhecida.

Mapa 10.3 O acordo de paz na Bósnia.

(d) O conflito em Kosovo

Restava o problema do Kosovo, onde a maioria albanesa era profundamente contrário às políticas linha-dura de Milošević e à perda de muito de sua autonomia local provincial. Os protestos não iolentos começaram já em 1989, liderados por Ibrahim Rugova. Os eventos na Bósnia desviaram a atenção da situação do Kosovo que foi ignorada em termos gerais durante as negociações de paz nos Estados Unidos em 1995. Como os protestos pacíficos não impressionavam Milosevic, elementos albaneses mais radicais passaram ao primeiro plano com a formação do Exército de Libertação do Kosovo (ELK). Em 1988, a situação havia chegado a proporções de guerra civil, à medida que o governo sérvio tentava suprimir o ELK. Na primavera de 1999, forças sérvias desencadearam uma ofensiva total, cometendo atrocidades contra os albaneses, que foram noticiadas amplamente no exterior e a atenção do mundo finalmente se voltou a Kosovo.

Quando as negociações de paz começaram, a comunidade internacional decidiu que algo deveria ser feito para proteger os albaneses de Kosovo. Forças da OTAN realizaram bombardeios polêmicos contra a Iugoslávia, na esperança de forçar Milosevic a ceder, mas isso só fez com que ele ficasse mais determinado e ordenasse uma campanha de limpeza étnica que expulsou milhares de pessoas de etnia albanesa do Kosovo para os Estados vizinhos da Albânia, Macedônia e Montenegro. Os bombardeios aéreos da OTAN continuavam e, em junho de 1999, com a economia de seu país em ruínas, Milošević aceitou um acordo de paz promovido pela Rússia e pela Finlândia. Ele foi forçado a retirar todas as forças sérvias de Kosovo; grande parte da população civil sérvia foi com elas, com medo de represálias albanesas, e a maioria dos refugiados albaneses conseguiu retornar a Kosovo. Forças da ONU e da OTAN de 40.000 soldados chegaram para manter a paz, enquanto

a Unmik (a missão da ONU no Kosovo) supervisionaria a administração do país até que seu governo fosse capaz de assumir.

No final de 2003, ainda havia 20.000 soldados da força de paz no país, e os kosovares estavam ficando impacientes, reclamando de pobreza, desemprego e corrupção entre membros da Unmik.

(e) A queda de Milošević

Em 1998, Milosevic tinha cumprido dois mandatos como presidente da Sérvia e a Constituição o impedia de concorrer a um terceiro. Contudo, ele conseguiu se manter no poder ao fazer com que o parlamento iugoslavo o indicasse presidente da Iugoslávia em 1997 (embora a Iugoslávia então consistisse somente em Sérvia e Montenegro). Em maio de 1999, ele foi indiciado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (em Haia, na Holanda), com base no fato de que, como presidente da Iugoslávia, foi responsável por crimes contra o direito internacional cometidos por tropas federais desse país no Kosovo.

A opinião pública foi aos poucos se voltando contra Milosevic ao longo de 2000, por causa de dificuldades econômicas, escassez de alimentos e combustível, e inflação. A eleição presidencial de setembro de 2000 foi vencida por seu principal oponente, Vlojislav Kostunica, mas um tribunal constitucional declarou o resultado nulo e inválido. Aconteceram manifestações de massa contra Milošević na capital, Belgrado. Quando multidões entraram à força no parlamento federal e tomaram o controle de estações de TV, Milošević assumiu a derrota e Kostunica se tornou presidente. Em 2001, Milošević foi preso e entregue ao Tribunal Penal Internacional em Haia para enfrentar acusações por crimes de guerra. Seu julgamento começou em julho daquele ano.

Porém, o novo governo logo teve que lutar para enfrentar o legado de Milošević: um tesouro vazio, uma economia arruinada por anos de sanções internacionais, inflação galopante e uma crise de combustíveis. O padrão de vida caiu muito para a maioria das pessoas. Os partidos que haviam se unido para derrotar Milošević em pouco tempo entraram em desacordo. Nas eleições do final de 2003, os extremistas do nacionalismo radical sérvio foram o terceiro maior partido individual, à frente do partido de Kostunica, que ficou em segundo. O líder dos Radicais, Vojislav Seselji, que diziam ser admiradores de Hitler, estava na cadeia em Haia esperando julgamento por crimes de guerra. O resultado das eleições foi uma grande decepção para os Estados Unidos e para a União Europeia, que esperavam que o nacionalismo sérvio extremo tivesse sido erradicado.

10.8 A EUROPA DESDE MAASTRICHT

Com o sucesso continuado da União Europeia, mais Estados solicitaram seu ingresso. Em janeiro de 1995, Suécia, Finlândia e Áustria se tornaram membros, elevando o total a 15. Entre os principais estados da Europa Ocidental, somente Noruega, Islândia e Suíça continuaram de fora. Mudanças importantes foram introduzidas pelo *Tratado de Amsterdã*, assinado em 1997, aprofundando e esclarecendo alguns dos pontos do acordo de Maastricht de 1991: a União assumiu a promoção de mais emprego, padrão de vida mais alto e melhores condições de trabalho e políticas sociais mais generosas. O Conselho de Ministros recebeu poder de punir os membros que violassem os direitos humanos, e o parlamento europeu teve seus poderes aumentados. As mudanças entraram em vigor em 1º de maio de 1999.

(a) Aumento e reforma

À medida que a Europa entrava no novo milênio, a nova moeda europeia, o Euro, foi introduzida em 12 dos Estados-membros em

1º de janeiro de 2002, e havia a perspectiva de um aumento gradual da União Europeia. Chipre, Malta e Turquia solicitaram seu ingresso, bem como Polônia e Hungria, todos com esperanças de entrar em 2004. Outros países do Leste Europeu estavam ávidos para ingressar, como República Tcheca, Eslováquia, Estônia, Letônia, Lituânia, Croácia, Eslovênia, Bulgária e Romênia. Parecia haver todas as probabilidades de que, em 2010, a União dobrasse de tamanho. *Essa perspectiva levantou uma série de questões e preocupações.*

- Afirmava-se que a maioria dos países ex-comunistas do Leste Europeu era tão atrasada economicamente que não conseguiria entrar em pé de igualdade com membros avançados, como Alemanha e França.
- Havia receios de que a União Europeia ficasse grande demais, o que tornaria a tomada de decisões mais lenta e impossibilitaria o consenso em quaisquer políticas mais importantes.
- Os federalistas, que queriam uma integração política maior, acreditavam que ela seria quase impossível em uma União de 25 ou 30 Estados, a menos que surgisse uma Europa de duas velocidades. Os países que eram a favor da integração poderia avançar rapidamente rumo a um sistema federal semelhante ao dos Estados Unidos, ao passo que o restante poderia andar mais devagar, ou não andar, se fosse o caso.
- Havia um sentimento de que as instituições da União Europeia precisavam de reformas para se tornarem mais abertas, mais democráticas e mais eficientes, para acelerar a formulação de políticas. O prestígio e a autoridade da União Europeia receberam um golpe duro em 1999, quando um relatório revelou corrupção e fraudes generalizadas em altas esferas, e toda a comissão de 20 membros foi obrigada a renunciar.

(b) O Tratado de Nice

Foi para tratar da necessidade de reforma, em preparação para o aumento, que o Tratado de Nice foi acordado em dezembro de 2000 e assinado formalmente em fevereiro de 2001, para entrar em vigor em 1 de janeiro de 2005.

- *Seriam introduzidas novas regras nas votações no Conselho de Ministros* para a aprovação de políticas. Muitas áreas políticas exigiam uma votação unânime, o que fazia com que um país pudesse efetivamente vetar uma proposta. Agora, a maioria das áreas políticas seria transferida para um sistema conhecido como "votação por maioria qualificada", que exigia que uma nova política fosse aprovada por membros que representassem pelo menos 62% da população da União Europeia e tivesse o apoio da maioria dos membros ou uma maioria de votos. Entretanto, impostos e seguridade social ainda exigiriam aprovação unânime. O número de membros do Conselho deveria ser aumentado: os "quatro grandes" (Alemanha, Reino Unido, França e Itália) teriam, cada um, 29 membros em vez de 10, ao passo que os países menores tiveram seu número aumentado em proporções mais ou menos semelhantes – Irlanda, Finlândia e Dinamarca, sete membros em vez de quatro, e Luxemburgo, quatro em vez de dois. Ao ingressar, em 2004, a Polônia teria 27 membros, o mesmo número da Espanha.
- *A composição do parlamento europeu para refletir mais de perto o tamanho da população de cada membro.* Isso significava que todos, com exceção da Alemanha e de Luxemburgo, teriam menos parlamentares do que antes – a Alemanha, de longe o maior membro, com uma população de 82 milhões, manteria suas 99 cadeiras, e Luxemburgo, o menor, com 400.000, continuaria com suas 6 cadeiras. O Reino Unido (59,2 milhões), a França (59 milhões) e a Itália (57,6 milhões) te-

riam, cada um, 72 cadeiras em vez de 87; a Espanha (39,4 milhões) teria 50 cadeiras em vez de 64, e assim por diante, até a Irlanda, (3,7 milhões), que teria 12 cadeiras em vez de 15. Nas mesmas bases, foram estabelecidos números para os prováveis novos membros: por exemplo, a Polônia, com uma população de tamanho semelhante à da Espanha, teria 50 cadeiras e a Lituânia (como a Irlanda, com 3,7 milhões) teria 12.

- *Os cinco maiores países, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Espanha, teriam apenas 1 comissário Europeu cada um, em vez de dois.* Cada Estado-membro teria um comissário, até um máximo de 27, e o presidente da Comissão teria mais independência dos governos nacionais.
- *Seria permitida a "cooperação reforçada"*. Isso significa que qualquer grupo de oito ou mais Estados-membros que quisessem avançar rumo a uma maior integração em áreas específicas teriam permissão para fazê-lo.
- Foi aceita uma proposta da Alemanha e da Itália segundo a qual se deveria realizar uma conferência para esclarecer e formalizar a Constituição da União Europeia até 2004.
- Foi aprovado um plano para a Constituição de uma *Força de Reação Rápida da União Europeia (European Union Rapid Reaction Force, RRF)*, de 60.000 soldados, para dar apoio militar em caso de emergência, embora fosse enfatizado que a OTAN ainda seria a base do sistema de defesa da Europa. Isso não agradou ao presidente da França, Jacques Chirac, que queria que a RRF fosse independente da OTAN, nem aos Estados Unidos, que tinham receio de que a iniciativa de defesa europeia acabasse por excluí-los. Em outubro de 2003, enquanto se discutia em Bruxelas o melhor procedimento com os planos de defesa da União Europeia, o governo norte-americano reclamou que não estava sendo informado em relação às intenções da Europa, afirmando que estes planos "representavam um dos maiores riscos à relação transatlântica". Parecia que, embora os norte-americanos quisessem que a Europa assumisse uma parcela maior da defesa do mundo e do fardo antiterrorista, a intenção era que isso fosse feito sob direção dos Estados Unidos, trabalhando através da OTAN e não de forma independente.

Antes de entrar em vigor, em janeiro de 2005, o Tratado de Nice teria que ser aprovado por todos os 15 Estados-membros. Portanto, foi um sério golpe quando, em junho de 2001, a Irlanda o rejeitou em um referendo. O país foi um dos membros mais ativos e pró-europeus da União Europeia, mas os irlandeses não gostavam do fato de que as mudanças aumentariam o poder dos Estados maiores, principalmente a Alemanha, e reduziriam a influência dos menores. Eles também não estavam satisfeitos com a perspectiva de participação irlandesa nas forças de paz. Ainda havia tempo para os irlandeses mudarem de ideia, mas a situação precisaria ser tratada com cuidado para que os eleitores fossem convencidos a apoiar o acordo. Quando o presidente da Comissão Europeia, o italiano Romano Prodi, anunciou que a ampliação da União Europeia poderia seguir em frente independentemente do voto dos irlandeses, o governo irlandês ficou indignado. Sua declaração gerou acusações em toda a União Europeia de que seus líderes estavam desconectados dos cidadãos comuns.

(c) Problemas e tensões

Em lugar de uma transição tranquila para uma Europa ampliada e unida em maio de 2004, o período posterior à assinatura do Tratado de Nice acabou sendo cheio de problemas e tensões. Alguns tinham sido previstos, mas a maioria foi inesperada.

- Previsivelmente, *ampliaram-se as divisões entre os que queriam uma união muito mais forte – uma espécie de Estados Unidos da Europa – e os que desejavam uma associação mais frouxa, na qual o poder permanecesse nas mãos dos Estados-membros*. O chanceler alemão Gerhard Schröder queria um governo europeu forte, com mais poder dado à Comissão Europeia e ao Conselho de Ministros, e uma Constituição da União Europeia que corporificasse sua visão de sistema federal. Ele tinha o apoio da Bélgica, da Finlândia e de Luxemburgo. Por outro lado, a Grã-Bretanha achava que a integração política tinha ido longe o suficiente e não queria que os governos dos países individuais perdessem mais de seus poderes. O caminho em frente era através de maior cooperação entre os governos nacionais, e não entregando o controle a um governo federal em Bruxelas ou Estrasburgo.
- *Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos jogaram a União* Europeia *na confusão*. Seus líderes rapidamente declararam solidariedade aos Estados Unidos e prometeram toda a cooperação possível na guerra contra o terrorismo. Contudo, as questões externas e de defesa eram áreas em que a União Europeia não estava bem equipada para a ação coletiva rápida. Ficou para os líderes dos Estados individuais – Schröder, Chirac e o primeiro-ministro britânico Blair – tomar iniciativas e prometer ajuda militar contra o terrorismo. Isso, em si, descontentava outros países menores, que se sentiam deixados de lado e ignorados.
- *O ataque contra o Iraque por parte dos Estados Unidos e do Reino Unido, em março de 2003,* (ver Seção 12.4) *gerou novas tensões*. A Alemanha e a França se opuseram firmemente a qualquer ação militar não autorizada pela ONU, acreditando que era possível desarmar o Iraque por meios pacíficos e que a guerra causaria a morte de milhares de civis inocentes, destruiria a estabilidade de toda a região e prejudicaria a luta global contra o terrorismo. Por outro lado, Espanha, Itália, Portugal e Dinamarca, junto com a perspectiva de novos membros – Polônia, Hungria e a República Tcheca – estavam a favor da ação conjunta da Grã-Bretanha com os Estados Unidos. O secretário de defesa norte-americano Donald Rumsfeld desconsiderou a oposição francesa e alemã, afirmando que esses países representavam a "velha Europa". Foi realizada uma reunião emergencial do Conselho Europeu em Bruxelas, em fevereiro, mas não conseguiram resolver as diferenças básicas: a Grã-Bretanha, a Itália e a Espanha queriam ação militar imediata ao passo que a França e a Alemanha pressionavam por mais diplomacia e mais inspetores de armas. Essa incapacidade de concordar com uma resposta unificada à situação do Iraque não contribuiu para as perspectivas de formular uma política externa e de defesa comum, como exigia a nova Constituição europeia a ser debatida em dezembro de 2003.
- *Uma lacuna de outra natureza se abriu em função de questões orçamentárias*. No outono de 2003, foi revelado que tanto a França quanto a Alemanha descumpriram a regra da União Europeia, estabelecida em Maastricht, de que os déficits orçamentários não poderiam exceder os 3% do PIB. Mas não foi tomada qualquer atitude: os ministros de finanças da União Europeia decidiram que os dois países teriam mais um ano para cumprir a regra. No caso da França, o teto de 3% era rompido pelo terceiro ano consecutivo. Essa distorção das regras em favor dos dois maiores membros enfureceu os menores. Espanha, Áustria, Finlândia e Holanda se opuseram à decisão de lhes dar mais pra-

zo, o que levantou várias questões: O que aconteceria se países menores quebrassem a regra – eles também teriam tolerância? Caso tivessem, isso não tornaria todo o sistema orçamentário uma piada? O limite de 3% era realista em uma época de estagnação econômica?

- O golpe mais sério – em dezembro de 2003 – veio quando *uma reunião de cúpula, em Bruxelas, foi desarticulada sem chegar a um acordo sobre a nova Constituição europeia*, que pretendia agilizar e simplificar a forma como a União funcionava. A discordância com relação à questão dos poderes de voto era o principal obstáculo.

A incapacidade de concordar com a nova Constituição não era um desastre total, e a ampliação da União Europeia ainda poderia seguir em frente como planejado em 1º de maio de 2004. Os 10 novos membros eram República Tcheca, Chipre, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. Romênia e Bulgária aderiram em 2007. Mas estava claro que o futuro da União seria cheio de problemas. Com uns 27 membros com os quais lidar, a principal questão era como equilibrar os interesses dos países menores com os dos maiores. Felizmente, a maioria dos problemas parece ter sido superada quando, em junho de 2004, foi elaborado um Tratado Constitucional a ser apresentado aos países-membros para ratificação. A nova Constituição era uma espécie de triunfo: ela reunia a confusa mescla dos tratados anteriores e proporcionava uma tomada de decisões muito mais fácil. Ela parecia permitir aos parlamentos nacionais muito mais poder do que antes – por exemplo, havia um procedimento para que os membros saíssem da União se assim desejassem e os Estados mantinham seu poder de veto sobre impostos, política externa e defesa. As áreas sobre as quais a União Europeia tinha controle geral eram a política de concorrência, alfândega, políticas comerciais e proteção da vida marinha. A disputa sobre o sistema de votação também foi resolvida: a aprovação de alguma medida exigia o apoio de pelo menos 15 países representando 65% da população total da União, de 455 milhões. Finalmente, para bloquear uma medida, seriam necessários quatro países com 35% da população. Essa era uma salvaguarda para impedir que os países maiores controlassem os interesses dos menores. A Espanha, que havia protestado muito porque as propostas anteriores deixavam os membros menores em desvantagem, ficou satisfeita com o acordo. O problema seguinte era fazer com que a nova Constituição fosse ratificada por todos os membros, o que envolveria pelos menos seis referendos nacionais.

(d) O futuro da União Europeia

Todos esses problemas não devem levar à conclusão de que a União Europeia é um fracasso. O que quer que aconteça no futuro, nada anula o fato de que, desde 1945, os países da Europa Ocidental estão em paz. Parece improvável que eles venham a guerrear entre si de novo, se não for absolutamente certo. Dado o passado assolado por guerras da Europa, essa é uma conquista considerável, que deve ser atribuída, em grande medida, ao movimento europeísta.

Porém, o desenvolvimento da União não está completo. No decorrer do próximo meio século, a Europa poderá se tornar um Estado federal unido ou, mais provavelmente, pode permanecer sendo uma organização muito mais frouxa politicamente, mas com sua própria Constituição reformada e agilizada. Muitas pessoas esperam que a União Europeia se torne forte e influente o suficiente para ser o contrabalanço dos Estados Unidos que, em 2004, parecia estar em uma posição de dominar o mundo e transformá-lo em uma série de cópias de si mesmo. A União Europeia já demonstrou seu potencial. Com a ampliação de 2004, a economia da União já rivaliza com a dos Estados Uni-

dos em tamanho e em coesão, fornecendo bem mais da metade da ajuda ao desenvolvimento no mundo, bem mais do que os Estados Unidos – e a distância entre as contribuições de um e de outro estava crescendo o tempo todo. Mesmo alguns observadores norte-americanos reconhecem o potencial da União Europeia: Jeremy Rifkin escreveu: "É a Europa que está em evidência"... Nós, norte-americanos, costumávamos dizer que vale a pena morrer pelo sonho americano. O novo sonho europeu é algo pelo qual vale a pena viver".

A União Europeia mostrou que está preparada para enfrentar os Estados Unidos. Em março de 2002, foram anunciados planos para lançar um sistema europeu de satélites espaciais chamado Galileo, para permitir que navios e aviões civis navegassem e se localizassem com mais precisão. Os Estados Unidos já tinham um sistema semelhante (o GPS), mas que era usado principalmente com propósitos militares. O governo norte-americano protestou fortemente contra a proposta da União Europeia porque o sistema europeu poderia interferir nos seus sinais. O presidente francês Chirac alertou que, caso fosse permitido que os Estados Unidos dominassem o espaço, "isso iria levar nossos países inevitavelmente a se tornar, no princípio, vassalos científicos e tecnológicos, e depois, vassalos industriais e econômicos dos Estados Unidos". A União sustentou sua posição e o plano foi em frente. Segundo Will Hutton, "os Estados Unidos queriam um monopólio completo desses sistemas de posicionamento por satélite... a decisão da União Europeia é uma importante declaração de interesse comum e também uma afirmação de superioridade tecnológica: Galileo é um sistema melhor do que o GPS".

Claramente, a União Europeia ampliada tem um vasto potencial, embora vá ter que lidar com algumas fragilidades graves. A Política Agrícola Comum continua a estimular altos níveis de produção à custa de qualidade e causa muito prejuízo às economias do mundo em desenvolvimento; isso merece mais atenção, assim como todo o sistema de regulamentação dos padrões alimentícios. O confuso conjunto de instituições precisa ser simplificado e suas funções, formalizadas em uma nova Constituição. E, talvez mais importante, os políticos da União Europeia devem tentar se manter em sintonia com os desejos e sentimentos do público em geral. Eles precisam se esforçar mais para explicar o que estão fazendo, para que possam conquistar o respeito e a confiança dos cidadãos comuns da Europa. Em uma ação que contribui para o futuro, o Parlamento Europeu aprovou por ampla maioria o ex-primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Barroso, como presidente da Comissão Europeia.* O novo presidente se comprometeu a reformar a União, aproximá-la de seus cidadãos e sua maioria apática, torná-la integralmente competitiva e lhe dar uma nova visão social. Seu mandato de cinco anos começou em novembro de 2004.

PERGUNTAS

1. O fim se aproxima para o comunismo na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental)

Estude a fonte e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Uma descrição dos eventos em Leipzig em 8 de outubro de 1989.

> Mikhail Gorbachov deixou vazar a público que alertara Erich Honecker de que as "tropas soviéticas não estarão disponíveis para ser usadas contra manifestantes na RDA, dizendo-lhe: 'a vida pune quem se nega a avançar'": naquela noite, houve manifestações em Berlim e Dresden; a Stasi (polícia secreta) reprimiu a maioria delas com muita violência...
>
> Mas foi no dia seguinte, em Leipzig, que veio o grande teste. Leipzig, onde a Igreja Luterana havia dado muito apoio aos manifestantes, teve destaque na campanha por reformas e democracia. No início da manhã de 8 de outubro,

* N de R.: Reeleito em 2009.

a Stasi foi de fábrica em fábrica, de escritório em escritório, alertando as pessoas que elas não deveriam participar da grande manifestação que estava planejada para aquela tarde... Milhares de soldados foram mobilizados e assumiram posição em todas as esquinas, e tanques e veículos blindados foram colocados nas principais intersecções. Nos telhados próximos à estação, foram posicionados atiradores ... os militares e a Stasi tinham ordens de atirar nos manifestantes se não houvesse outra forma de pará-los. Se os soldados tivessem aberto fogo, como na China, poderia ter funcionado... As indicações são de que o exército e, talvez até a Stasi, não estavam dispostos a levar a cabo as ordens que tinham recebido. Há evidências de que representantes soviéticos souberam da possibilidade de que estivesse sendo planejado um massacre e alertaram contra isso. Os manifestantes marcharam pelas ruas e os soldados os observaram passar... o governo buscava uma rota de fuga. Nove dias depois, Erich Honecker renunciou como líder do partido.

Fonte: John Simpson, *Despatches from the Barricades* (Hutchinson, 1990).

(a) O que se pode aprender da fonte sobre as razões para o colapso do comunismo no Leste Europeu?
(b) Explique por que Gorbachov alertara Honecker que as tropas soviéticas não estariam disponíveis para ser usadas contra os manifestantes na Alemanha Oriental?
(c) De que forma a Alemanha veio a ser reunificada em 1989-1990 e qual o papel de Helmut Kohl e Mikhail Gorbachov no processo?

2. Explique até onde você concorda ou discorda com a visão de que a União Europeia se tornou mais forte após sua ampliação em 1973.
3. Por que e de que maneiras os países do Leste Europeu buscaram relações mais próximas entre si depois da Segunda Guerra Mundial?
4. De que formas e por que razões a atitude britânica em relação à Europa mudou no período de 1945 a 1991?

O Conflito no Oriente Médio

11

RESUMO DOS EVENTOS

A região conhecida como Oriente Médio tem sido uma das mais problemáticas do mundo, principalmente depois de 1945. Guerras interestatais e guerras civis acontecem quase sem parar e praticamente não houve época de paz em toda a região. O Oriente Médio consiste no Egito, Sudão, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Turquia e Iêmen, os Emirados Árabes Unidos e Omã (ver Mapa 11. 1). A maioria desses países, com exceção da Turquia e do Irã, é habitada por árabes. O Irã, embora não seja um Estado árabe, contém muitos árabes que moram em uma área em torno do extremo norte do Golfo Pérsico. O Oriente Médio também inclui o pequeno Estado judaico de Israel, que a ONU criou em 1948, na Palestina.

A criação de Israel na Palestina, uma área pertencente a árabes palestinos, indignou a opinião árabe em todo o mundo (outros Estados árabes fora do Oriente Médio são o Marrocos, a Argélia, a Tunísia e a Líbia). Os árabes culpavam principalmente a Grã-Bretanha, que, acreditavam, tinha mais simpatia pelos judeus do que pelos árabes. Mais do que ninguém, eles culpavam os Estados Unidos, que apoiaram a ideia de um Estado Judeu com muita firmeza. Os países árabes se recusaram a reconhecer Israel como Estado legal e prometeram destruí-lo. Embora tenha havido quatro guerras curtas entre Israel e os vários Estados árabes (1948-1949, 1956, 1967 e 1973), os ataques árabes fracassaram e Israel sobreviveu, mas o conflito entre Israel e os palestinos se arrastou e, mesmo no final do século, não tinham conseguido qualquer acordo de paz permanente.

O desejo árabe de destruir Israel tendeu por muito tempo a obscurecer todas as outras preocupações, mas dois outros temas perpassavam as questões do Oriente Médio, que se misturam com a luta anti-Israel:

- o desejo de alguns árabes de chegar à unidade política e econômica entre os países árabes;
- o desejo de muitos árabes de dar um fim à intervenção estrangeira em seus países.

O Oriente Médio atraiu muita atenção das potências ocidentais e comunistas, por sua posição estratégica e ricos recursos de petróleo. Além disso, havia uma série de conflitos envolvendo Estados árabes individualmente:

- Houve guerra civil no Líbano, que durou cerca de 15 anos, a partir de 1975.
- Houve uma guerra entre Irã e Iraque, de 1980 a 1988.
- Na Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), tropas iraquianas invadiram o Kuwait e foram expulsas por uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos.

As interpretações da situação no Oriente Médio variam dependendo do ponto de vista do qual se olhe. Por exemplo, muitos po-

Mapa 11.1 O Oriente Médio e o Norte da África. (Final dos anos de 1980).

líticos e jornalistas britânicos consideram o coronel Nasser (líder do Egito, 1954-1970) como algum tipo de fanático perigoso que era quase tão mau quanto Hitler. Por outro lado, a maioria dos árabes o considerava um herói, símbolo da ação do povo árabe rumo à unidade e à liberdade.

11.1 A UNIDADE ÁRABE E A INTERFERÊNCIA DE OUTROS PAÍSES

(a) Os árabes tem várias coisas em comum

Todos falam árabe, quase todos são muçulmanos (seguidores da religião do Islã), com exceção de cerca de metade da população do Líbano, que é cristã, e a maioria deles queria ver a destruição do Estado de Israel, para que os árabes palestinos pudessem ter de volta a terra que consideram sua por direito. Muitos árabes queriam ver a unidade muito mais aprofundada, em uma espécie de união política e econômica, como a Comunidade Europeia. Já em 1931, uma conferência islâmica em Jerusalém fez este anúncio: "As terras árabes são um todo completo e indivisível... todos os esforços serão direcionados à sua independência completa, em sua totalidade, e unificadas".

Foram feitas várias tentativas de aumentar a unidade entre os Estados árabes.

- *A Liga Árabe, fundada em 1945*, incluía Egito, Síria, Jordânia, Iraque, Líbano, Arábia Saudita e Iêmen. Mais tarde, o número de membros aumentou para 20 em 1980, mas pouco foi conseguido em termos políticos e a organização foi prejudicada constantemente por conflitos internos.
- Até meados dos anos de 1950, a unidade árabe (às vezes chamada de panarabismo, em que "pan" significa "todos") recebeu um impulso com a *enérgica liderança do coronel Gamal Abdel Nasser, do Egito*, que conquistou enorme prestígio no mundo árabe depois da crise do Canal do Suez em 1956 (ver Seção 11.3). Em 1958, a Síria se uniu ao Egito para formar a República Árabe Unida, com Nasser como presidente, mas essa unidade durou somente até 1961, quando a Síria se retirou em função de tentativas de Nasser de dominar a união.
- Depois da morte de Nasser em 1970, seu sucessor, o presidente Sadat, organizou uma união menos rígida entre Egito, Líbia e Síria, conhecida como *Federação das Repúblicas Árabes*, mas ela nunca teve muita relevância.

Apesar de suas semelhanças, havia muitas questões sobre as quais os Estados árabes discordavam para que a unidade chegasse a ser realmente próxima, por exemplo:

- A Jordânia e a Arábia Saudita eram governadas (e ainda são) por famílias reais bastante conservadoras, que eram muito criticadas por serem muito pró-britânicas, pelos governos de Egito e Síria, que eram nacionalistas pró-árabes e socialistas.
- Os outros Estados árabes romperam com o Egito em 1979 porque este país assinou um tratado de paz separado com Israel (ver Seção 11.6), o que fez com que fosse expulso da Liga Árabe.

(b) Interferência no Oriente Médio por parte de outros países

- O envolvimento britânico e francês no Oriente Médio data de muitos anos atrás. A Grã-Bretanha governou o Egito de 1882 (quando tropas britânicas invadiram o país) até 1922, quando o país recebeu semi-independência sob comando de seu próprio rei, mas tropas britânicas permaneceram no Egito e os egípcios tinham que continuar fazendo o que a Grã-Bretanha queria. Pelo acordo de

Versalhes, no final da Primeira Guerra Mundial, Grã-Bretanha e França receberam grandes regiões do Oriente Médio tomadas dos turcos derrotados, para que mantivessem sob seu mandato. O Mapa 11.2 mostra quais áreas estavam envolvidas. Embora a Grã-Bretanha tenha concedido independência ao Iraque (1932) e à Jordânia (1946), ambos permaneceram pró-britânicos. A França deu independência à Síria e ao Líbano (1945), mas esperava manter alguma influência no Oriente Médio.

- O Oriente Médio tinha uma posição estratégica muito importante no mundo – funcionava como uma espécie de encruzilhada entre as nações ocidentais, o bloco comunista e os países do Terceiro Mundo na África e na Ásia.
- Em um determinado momento, o Oriente Médio produzia mais de um terço do abastecimento de petróleo do mundo, sendo que os principais países produtores eram Irã, Iraque, Arábia Saudita e Kuwait. Antes que o petróleo do Mar do Norte estivesse disponível e antes do advento da energia nuclear, as nações da Europa eram muito dependentes do fornecimento de petróleo proveniente do Oriente Médio e queriam ter certeza de que os países produtores teriam governos amigos que lhes vendessem o produto mais barato.
- A falta de unidade entre os Estados árabes estimulou outros países a intervir no Oriente Médio.

A maioria dos países árabes tinha governos nacionalistas que rejeitavam com muita intensidade a influência ocidental. Um por um, os governos considerados pró-Ocidente foram varridos e substituídos por regimes que

Mapa 11.2 Áreas dadas à Grã-Bretanha e à França como mandatos no final da Primeira Guerra Mundial.

queriam ser não alinhados, ou seja, agir de forma independente do Leste (bloco comunista) e do Ocidente.

1 Egito

No fim da Segunda Guerra Mundial, tropas britânicas permaneceram na zona do canal (a área em torno do Canal do Suez), o que permitiria à Grã-Bretanha controlá-lo. Metade das ações do canal era de propriedade de britânicos e franceses. Em 1952, um grupo de oficiais do exército egípcio, cansado de esperar que os britânicos fossem embora, derrubou Farouk, o rei do Egito (que consideravam pouco firme frente aos britânicos) e tomaram o poder. *Em 1954, o coronel Nasser havia se tornado presidente* e sua política de enfrentar os britânicos logo levou à Buerra do Suez, de 1956 (ver Seção 11.3 para informações completas), que gerou a humilhação completa da Grã-Bretanha e foi o fim da influência britânica no Egito.

2 Jordânia

O rei Abdullah tinha recebido seu trono dos britânicos em 1946 e foi assassinado em 1951 por nacionalistas, que achavam que ele era controlado demais pela Grã-Bretanha. Seu sucessor, o rei Hussein, teve que se comportar de forma muito cuidadosa para sobreviver. Ele deu fim ao tratado que permitia às tropas britânicas usar as bases na Jordânia (1957), e todas elas foram retiradas.

3 Iraque

O rei Faiçal do Iraque e seu primeiro-ministro, Nuri-es-Said, eram pró-britânicos. Em 1955, assinaram um acordo com a Turquia (*o Pacto de Bagdá*) para estabelecer uma política conjunta para defesa e economia. O Paquistão, o Irã e a Grã-Bretanha também se juntaram prometendo ajudar o Iraque se ele fosse atacado. A humilhação britânica na guerra do Canal do Suez de 1956 estimulou o movimento antibritânico no Iraque: Faiçal e Nuri-es-Said foram assassinados e o Iraque se tornou uma república (1958). O novo governo era simpático ao Egito e retirou o Iraque do Pacto de Bagdá, marcando o fim da tentativa britânica de cumprir um papel importante nas questões árabes.

4 Irã

Mudanças importantes estavam acontecendo no Irã, o único país do Oriente Médio que tinha fronteira com a URSS. Em 1945, os russos tentaram estabelecer um governo comunista no norte do Irã, a parte que fazia fronteira com a URSS e que tinha um Partido Comunista grande e ativo. O xá (governante) Reza Pahlevi, de formação ocidental, resistiu aos russos e assinou um tratado de defesa com os Estados Unidos (1950), que lhe dariam ajuda militar e econômica, incluindo tanques e caça-bombardeiros. Os norte-americanos viam a situação como parte da Guerra Fria, considerando o Irã como mais uma frente onde seria vital impedir um avanço comunista. Contudo, havia um movimento nacionalista forte no país, que rejeitava qualquer influência estrangeira. O sentimento logo começou a se voltar contra os Estados Unidos e também contra a Grã-Bretanha, porque esta tinha a maioria de ações da *Anglo-Iranian Oil Company* e de sua refinaria em Abadan. Havia um sentimento muito difundido de que os britânicos estavam levando uma parcela muito grande dos lucros, e em 1951, o premier do Irã, o Dr. Mossadeg, nacionalizou a empresa (colocou-a sob controle do governo iraniano). Entretanto, a maior parte do mundo, estimulado pela Grã-Bretanha, boicotava as exportações de petróleo do Irã e Mossadeg foi forçado a renunciar. Em 1954, chegou-se a um acordo no qual a *British Petroleum* teria 40% das ações. O Irã agora levaria 50% dos lucros, o que o xá conseguiu usar para um cauteloso programa de modernização e reforma agrária.

Isso não foi suficiente para a esquerda nem para os muçulmanos devotos, insatisfeitos com os vínculos próximos do xá com os Estados Unidos, aos quais consideravam uma influência

imoral sobre seu país. Eles também suspeitavam que uma grande fatia da riqueza do país estava indo para fortuna privada do xá. Em janeiro de 1979, ele foi forçado a sair do país, e foi estabelecida uma república islâmica sob uma liderança religiosa, o Aiatolá (uma espécie de Alto Sacerdote) Khomeini. Assim como Nasser, ele queria que seu país fosse não alinhado.

11.2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE, 1948-1949

(a) Por que a criação do Estado de Israel levou à guerra?

1. A origem do problema data de quase 2000 anos atrás, no ano 71 d.C., *quando a maioria dos judeus foi expulsa pelos romanos da Palestina, que era sua terra*. Na verdade, pequenas comunidades judaicas ficaram na Palestina, e nos 1.700 anos seguintes houve um retorno gradual de judeus do exílio. Até o final do século XIX, todavia, não havia quantidade suficiente para fazer com que os árabes, que agora consideravam a Palestina sua terra, sentissem que eram ameaçados.
2. Em 1897, alguns judeus que viviam na Europa fundaram a *Organização Sionista Mundial*, em Basiléia, na Suíça. Os sionistas eram pessoas que acreditavam que os judeus deveriam poder retornar à Palestina e ter o que chamavam de "lar nacional", em outras palavras, um Estado judeu. Os judeus tinham sofrido perseguições recentes na Rússia, na França e na Alemanha, e um Estado judeu daria um refúgio seguro aos que viviam em todo o mundo. O problema era que a Palestina era habitada por árabes que estavam compreensivelmente alarmados com a perspectiva de perder suas terras para os judeus.
3. A Grã-Bretanha se envolveu em 1917, quando o ministro do exterior, Arthur Balfour, anunciou que *o país apoiava a ideia de um lar nacional Judeu na Palestina*. Depois de 1919, quando a Palestina se tornou um mandato britânico, grandes quantidades de judeus começaram a chegar, e os árabes protestaram muito junto aos britânicos, querendo:
   - uma Palestina independente para os árabes;
   - o fim da imigração dos judeus.

   O governo britânico declarou (1922) que não havia qualquer intenção de os judeus ocuparem toda a Palestina e que não haveria interferência nos direitos dos árabes palestinos. O próprio Balfour disse isso em sua declaração: "Nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas na Palestina". Os britânicos tinham a esperança de convencer judeus e árabes a conviver pacificamente no mesmo Estado, sem entender a enorme lacuna religiosa existente entre os dois povos. E eles não cumpriram a promessa de Balfour.
4. A perseguição nazista aos judeus na Alemanha, depois de 1933, gerou uma enxurrada de refugiados e, em 1940, cerca de metade da Palestina era de judeus. A partir de 1936, houve protestos violentos por parte dos árabes e um levante, que os britânicos reprimiram com muita violência, matando mais de 3.000 árabes. *Em 1937, a British Peel Commission propôs dividir a Palestina em dois Estados separados*, um árabe e um judeu, mas os árabes rejeitaram a ideia. Os britânicos tentaram de novo em 1939, oferecendo um Estado independente árabe em 10 anos e a imigração judaica limitada a 10.000 por ano, mas desta vez foram os judeus que rejeitaram a proposta.
5. *A Segunda Guerra Mundial piorou muito a situação*: havia centenas de milhares de judeus refugiados da Europa de Hitler, procurando desesperadamente um lugar aonde ir. Em 1945, os Estados

Unidos pressionaram a Grã-Bretanha para permitir que 100.000 judeus entrassem na Palestina, e a reivindicação foi apoiada por David Ben Gurion, um dos líderes judeus, mas os britânicos, não querendo ofender os árabes, recusaram.

6. Os judeus, depois de tudo o que sua raça havia sofrido nas mãos dos nazistas, estavam determinados a lutar por seu "lar nacional". Eles deram início a uma campanha terrorista contra os britânicos e contra os árabes. Um dos incidentes mais espetaculares foi a explosão do hotel King David em Jerusalém, que os britânicos estavam usando como quartel-general; 91 pessoas foram mortas e muitas outras, feridas. Os britânicos responderam prendendo os líderes judeus e mandando retornar navios como o *Exodus*, cheio de judeus que pretendiam entrar na Palestina.
7. Os britânicos, fragilizados pelo esforço da Segunda Guerra Mundial, não se sentiam com forças para enfrentar a situação. Ernest Bevin, ministro do exterior trabalhista, pediu que a ONU tratasse do problema e, em novembro de 1947, a organização votou pela divisão da Palestina, destinando mais ou menos metade dela para a formação de um Estado Judeu independente. No início de 1948, os britânicos decidiram se retirar completamente e deixar que a ONU implementasse seu próprio plano. Embora já houvesse luta entre judeus e árabes (que tinham muito ressentimento pela perda de metade da Palestina), os britânicos retiraram todas as suas tropas. Em maio de 1948, Ben Gurion declarou a independência do novo Estado de Israel, que foi atacado imediatamente por Egito, Síria, Jordânia, Iraque e Líbano.

(b) Quem era responsável pela tragédia?

- *A maior parte do restante do mundo parecia culpar a Grã-Bretanha pelo caos na Palestina.* Muitos jornais britânicos que apoiavam o Partido Conservador também criticavam Bevin e o governo trabalhista por sua postura na situação. Dizia-se que as tropas britânicas deveriam ter permanecido mais tempo para garantir que a divisão da Palestina acontecesse sem problemas. Os árabes acusaram os britânicos de serem favoráveis aos judeus, começando por deixar que um número muito grande deles entrasse na Palestina e fazer com que eles, árabes, perdessem metade de sua pátria. Os judeus os acusavam de favorecer os árabes, por tentar limitar a imigração judaica.
- *Bevin responsabilizava os Estados Unidos pelo caos*, e há evidências para sustentar seu argumento. Foi o presidente Truman que pressionou a Grã-Bretanha para permitir a entrada de mais 100.000 judeus na Palestina em abril de 1946. Embora estivesse claro que isso deixaria os árabes ainda mais incomodados, Truman se recusou a fornecer tropas para ajudar a manter a ordem na Palestina e a deixar mais judeus entrarem nos Estados Unidos. Foi ele que rejeitou o plano britânico Morrison (julho de 1946), que teria estabelecido províncias judaicas e árabes separadas, sob supervisão britânica. Foram os norte-americanos que promoveram o plano de divisão na ONU, ainda que as nações árabes tivessem votado contra ele e isso certamente fosse gerar mais violência na Palestina.
- *Alguns historiadores defenderam os britânicos*, apontando que eles estavam tentando ser justos com ambos os lados e, no final, foi impossível convencer árabes e judeus a aceitar uma solução pacífica. A retirada britânica era compreensível: forçaria os norte-americanos e a ONU a assumir mais responsabilidade por uma situação que eles tinham ajudado a criar. Salvaria os britânicos que, desde 1945, tinham gastado 100 milhões de libras tentando manter a paz, e eles teriam dificuldades de gastar ainda mais.

(c) A guerra e seus resultados

A maioria das pessoas esperava que os árabes vencessem com facilidade, mas, contra probabilidades aparentemente muito grandes, *os israelenses os derrotaram e conquistaram ainda mais território do que a divisão lhes tinha dado*, acabando com cerca de três quartos da Palestina, mais o porto egípcio de Eilat, no Mar Vermelho. Os israelenses venceram porque lutaram desesperadamente, e porque muitos de seus soldados tinham adquirido experiência lutando no exército britânico na Segunda Guerra Mundial (cerca de 30.000 homens judeus se ofereceram para lutar pelos britânicos como voluntários). Os países árabes estavam divididos entre si e mal equipados. Os próprios palestinos estavam desmoralizados e sua organização militar tinha sido destruída pelos britânicos durante as rebeliões de 1936-1939.

O resultado mais trágico foi que os árabes palestinos se tornaram as vítimas inocentes: eles perderam subitamente três quartos de sua pátria e a maioria agora não tinha Estado próprio. Alguns estavam no novo Estado judeu de Israel, outros se encontravam morando na área ocupada pela Jordânia, conhecida como Cisjordânia. Depois de alguns judeus assassinarem toda a população de uma vila árabe em Israel, quase um milhão de árabes fugiu para Egito, Líbano, Jordânia e Síria, onde tinham que viver em miseráveis campos de refugiados. A cidade de Jerusalém foi dividida entre Israel e Jordânia. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França garantiam as fronteiras de Israel, mas os Estados árabes não consideravam o cessar-fogo como permanente. Eles não reconheciam a legitimidade do Estado de Israel, e consideravam essa guerra como apenas o primeiro assalto da luta para destruir Israel e libertar a Palestina.

11.3 A GUERRA DO SUEZ DE 1956

(a) Quem foi responsável pela guerra?

É possível culpar diferentes países, dependendo do ponto de vista.

- Os árabes culpavam os israelenses, que deram início às hostilidades invadindo o Egito.
- O bloco comunista e muitos países árabes culpavam a Grã-Bretanha e a França, acusando-as de táticas imperialistas (tentar manter o controle do Oriente Médio contra os desejos das nações árabes) ao atacar o Egito. Eles acusavam os norte-americanos de estimular a Grã-Bretanha a atacar.
- Os britânicos, os franceses e os israelenses culpavam o coronel Nasser, do Egito, por ser contrário ao Ocidente, mas até mesmo os norte-americanos achavam que a Grã-Bretanha e a França tiveram uma reação exagerada ao usar a força, e a maioria dos historiadores britânicos concorda.

1. *O coronel Nasser, o novo governante do Egito*, era agressivamente favorável à unidade e à independência dos árabes, incluindo libertar a Palestina dos judeus. Quase tudo o que ele fazia irritava britânicos, norte-americanos e franceses:

   - Organizou guerrilheiros conhecidos com *fedayeen* (que sacrificam a si mesmos) para realizar sabotagem e assassinatos dentro de Israel, o os navios egípcios bloquearam o Golfo de Aqaba, que levava ao porto de Eilat, o qual os israelenses tinham tomado do Egito em 1949.
   - Em 1936, a Grã-Bretanha tinha assinado um acordo com o Egito que permitia aos britânicos manter tropas no Suez. Esse tratado expiraria em 1956 e a Grã-Bretanha queria renová-lo. Nasser se recusava e insistia em que todas as tropas britânicas deveriam se retirar imediatamente após o final do tratado. Ele mandou ajuda aos árabes argelinos em sua luta contra a França (ver Seção 24.5(c)), incitou os outros Estados árabes para que se opusessem ao pacto de Bagdá, patrocinado pela Grã-Bretanha, e forçou o rei Hussein da Jordâ-

nia a demitir o chefe de estado-maior de seu exército, que era britânico.

- Assinou um acordo sobre armamentos com a Tchecoslováquia (setembro de 1955) para comprar aviões de combate, bombardeiros e tanques russos, e especialistas do exército russo foram treinar o exército egípcio.

2. *Os norte-americanos ficaram indignados com isso*, já que significava que o Ocidente não mais controlaria o fornecimento de armas ao Egito, que agora se tornava parte da Guerra Fria: qualquer país que não fosse parte da aliança ocidental e que comprasse armas do Leste Europeu era, aos olhos dos Estados Unidos, tão mau quanto um país comunista. Isso foi considerado como uma trama sinistra dos russos para "entrar" no Oriente Médio. Os norte-americanos, portanto, cancelaram uma ajuda prometida de 46 milhões de dólares para a construção de uma barragem em Aswan (julho de 1956); sua intenção era forçar Nasser a abandonar seu novo vínculo com os comunistas.
3. *Criou-se uma situação de crise quando Nasser retaliou imediatamente, nacionalizando o Canal do Suez*, com intenção de usar a receita proveniente dele para construir a barragem. (Ilustração 11.1). Aos acionistas do Canal, cuja maioria era de britânicos e franceses, foi prometida uma indenização.
4. *Anthony Eden, o primeiro-ministro conservador britânico, assumiu a liderança nesse momento.* Ele acreditava que Nasser estava a caminho de formar uma Arábia unida, sob comando egípcio e

Ilustração 11.1 O presidente Nasser, do Egito, aclamado por multidões no Cairo, após proclamar a nacionalização do Canal do Suez.

influência comunista, que poderia interromper o fornecimento de petróleo para a Europa quando quisesse. Ele considerava Nasser como mais um Hitler ou Mussolini e, segundo o historiador Hugh Thomas, "olhava o Egito pelo prisma da guerra". Ele não estava só nisso: Churchill afirmou: "Esse porco mal-intencionado não pode ser nosso interlocutor", e o novo líder trabalhista, Hugh Gaitskell, concordava que não se deveria fazer conciliação com Nasser como se fez com Hitler e Mussolini nos anos de 1930. Todo mundo na Grã-Bretanha ignorava o fato de que Nasser tinha oferecido indenizações aos acionistas e prometido que navios de todos os países (menos de Israel) poderiam usar o canal.

5. Começaram negociações secretas entre britânicos, franceses e israelenses e foi formulado um plano: Israel invadiria o Egito pela península do Sinai e tropas britânicas e francesas ocupariam o canal com o pretexto de que o estariam protegendo de sofrer danos na luta. O controle anglo-francês do canal seria restabelecido e a derrota, esperava-se, derrubaria Nasser do poder.

Pesquisas recentes mostraram que a guerra poderia ter sido facilmente evitada e que Eden era mais favorável a se livrar de Nasser por meios pacíficos. Na verdade, havia um plano secreto entre britânicos e norte-americanos (*Omega*) para derrubá-lo usando pressões políticas e econômicas. Em meados de outubro de 1956, Eden ainda estava disposto a continuar a dialogar com o Egito. Ele havia suspendido a operação militar e parecia haver uma boa chance de acordo em relação ao controle do Canal do Suez. Entretanto, Eden sofria pressão de vários lados para usar a força. O MI6 (o serviço de inteligência britânico) e alguns membros do governo, incluindo Harold Macmillan (Chanceler do Exchequer, o ministro da fazendo britânico), exigiam ação militar. Macmillan garantiu a Eden que os Estados Unidos não se oporiam ao uso da força pela Grã-Bretanha. No final, provavelmente foi a pressão do governo francês que fez com que Eden optasse por uma operação militar conjunta com França e Israel.

(b) Eventos da guerra

A guerra começou com a planejada invasão israelense do Egito (29 de outubro), que foi um sucesso brilhante, e em uma semana os israelenses capturaram toda a península do Sinai. Enquanto isso, britânicos e franceses bombardeavam pistas de pouso egípcias e desembarcavam tropas em Port Said, no extremo norte do canal. Os ataques geraram protestos no restante do mundo e os norte-americanos, que tinham receio de desagradar os árabes e os forçar a estabelecer relações mais próximas com a URSS, recusaram-se a apoiar a Grã-Bretanha, embora tivessem dado sinais anteriores de que esse apoio viria. Na ONU, norte-americanos e russos concordaram pela primeira vez: exigiram um cessar-fogo imediato e se prepararam para mandar uma força da ONU. Com a pressão da opinião pública contra si, Grã-Bretanha, França e Israel concordaram em se retirar, enquanto tropas da ONU chegavam para policiar a fronteira entre Egito e Israel.

(c) Os resultados da guerra

Foi uma humilhação completa para Grã-Bretanha e França, que não atingiram nenhum de seus objetivos, e foi um triunfo para o presidente Nasser.

- A guerra não conseguiu derrubar Nasser, e seu prestígio como líder do nacionalismo árabe contra a interferência dos europeus aumentou muito. Para o povo árabe comum, ele era um herói.
- Os egípcios bloquearam o canal (Ilustração 11.2), os árabes reduziram o fornecimento de petróleo para a Europa Ocidental, onde foi introduzido um racio-

Ilustração 11.2 Navios afundados bloqueiam o Canal do Suez na guerra de 1956.

namento temporário de gasolina e a ajuda russa substituiu a dos Estados Unidos.

- A ação dos britânicos logo fez com que perdessem o Iraque, como aliado pois o premier Nuri-es-Said passou a sofrer cada vez mais pressões de outros árabes em função de sua atitude pró-britânica. Ele foi assassinado em 1958.
- A Grã-Bretanha agora estava fraca e incapaz de seguir uma política externa independente dos Estados Unidos.
- Os argelinos se sentiram encorajados em sua luta por independência da França, o que conseguiram em 1962.

A guerra teve seu sucesso para Israel: embora tivesse sido forçado a devolver o território capturado do Egito, o país tinha causado perdas enormes em homens e equipamentos aos egípcios, que estes levariam anos para restaurar. Nos tempos que se seguiram, os ataques dos *fedayeen* cessaram e Israel teve um espaço para respirar, no qual poderia se consolidar. Depois da humilhação dos britânicos, os israelenses agora viam os Estados Unidos como seus principais apoiadores.

11.4 A GUERRA DOS SEIS DIAS, EM 1967

Os países árabes não haviam assinado tratado de paz no final da guerra de 1948-1949 e ainda se recusavam a dar reconhecimento oficial a Israel, e em 1967, eles voltaram a se juntar em uma tentativa decidida de destruí-lo. A liderança foi assumida pelo Iraque, pela Síria e pelo Egito.

(a) Aumentam as tensões rumo à guerra

1. *No Iraque*, um novo governo subiu ao poder em 1963, influenciado pelas ideias do *Partido Ba'ath* na vizinha Síria. Os apoiadores do Ba'ath (que significa "ressurreição") acreditavam na independência e na unidade árabe e tinham uma

perspectiva de esquerda, querendo reformas sociais e melhor tratamento para as pessoas comuns. Estavam dispostos a cooperar com o Egito, e em junho de 1967, seu presidente, Aref, anunciava: "Nosso objetivo é claro: varrer Israel do mapa".

2. *Na Síria*, levantes levaram o Partido Ba'ath ao poder em 1966, que apoiava a El Fatah, o movimento de libertação palestino, uma força guerrilheira mais eficaz do que os *fedayeen*. Os sírios também começaram a bombardear assentamentos judaicos a partir das colinas de Golan, que ficavam sobre a fronteira.
3. *No Egito*, o coronel Nasser era imensamente popular em função de sua liderança no mundo árabe e por suas tentativas de melhorar as condições no Egito com suas políticas sociais, que incluíam limitar o tamanho das fazendas a 100 acres e redistribuir a terra excedente aos camponeses. Foram feitas tentativas de industrializar o país e foram construídas mais de mil fábricas, quase todas sob controle do governo. O *projeto da represa de Aswan* era de importância vital, fornecendo eletricidade e água para a irrigação de outro milhão de acres de terra. Depois de atrasos iniciais na época da guerra do suez em 1956, as obras da represa finalmente começaram e o projeto foi terminado em 1971. Com tudo indo bem no país e com a perspectiva de ajuda do Iraque e da Síria, Nasser decidiu que era hora de outro ataque contra Israel, começou a movimentar tropas para a fronteira do Sinai e fechou o golfo de Aqaba.
4. *Os russos incentivaram o Egito e a Síria* e mantinham um fluxo de propaganda anti-Israel (porque este estava sendo apoiado pelos Estados Unidos). Seu objetivo era aumentar sua influência no Oriente Médio à custa dos norte-americanos e israelenses, e eles sinalizaram que enviariam ajuda em caso de guerra.
5. *Síria, Jordânia e Líbano* também acumularam tropas ao longo de suas fronteiras com Israel, enquanto contingentes do Iraque, da Arábia Saudita e da Argélia se uniram a eles. A situação de Israel parecia não ter solução.
6. *Os israelenses decidiram que a melhor política seria atacar antes, em vez de esperar para serem derrotados*, e lançaram uma série de ataques aéreos devastadores, que destruíram, em solo, a maior parte da força aérea egípcia (5 de junho). As tropas israelenses se movimentaram com uma velocidade impressionante, conquistando a faixa de Gaza e todo o Sinai do Egito, o restante de Jerusalém e a Cisjordânia da Jordânia e as Colinas de Golan da Síria. Os árabes não tiveram alternativa a aceitar uma ordem de cessar-fogo da ONU (10 de junho) e tudo estava terminado em menos de uma semana. As razões para o espetacular êxito israelense foram:
   - O acúmulo lento e arrastado das tropas árabes, que deu todo o alerta aos israelenses;
   - A superioridade israelense no ar;
   - Preparações e comunicações árabes inadequadas.

(b) Resultados da guerra

1. *Para os israelenses, foi um sucesso espetacular*: desta vez, eles ignoraram a ordem da ONU de devolver o território capturado, que funcionava como uma série de zonas-tampão entre Israel e os Estados árabes (ver Mapa 11.3), e tornava muito mais fácil defender seu país. Entretanto, trazia um novo problema: como lidar com mais de um milhão de árabes que agora se encontravam sob governo israelense. Muitos deles estavam morando em campos de refugiados estabelecidos em 1948 na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Mapa 11.3 A situação após a guerra de 1967.

2. Foi uma humilhação para os países árabes, principalmente para Nasser, que agora entendia que os árabes precisariam de ajuda externa para conseguir libertar a Palestina. Os russos foram uma decepção para ele, e não enviaram ajuda. Para tentar melhorar suas relações com Egito e Síria, eles começaram a fornecer armamentos modernos. Mais cedo ou mais tarde, os árabes tentariam, de novo, destruir Israel e libertar a Palestina. A próxima tentativa veio em 1973, com a Guerra do Yom Kippur.

11.5 A GUERRA DO YOM KIPPUR, EM 1973

(a) Eventos que levaram à guerra

Várias coisas combinaram para causar mais um conflito.

1. *Houve pressão sobre os Estados árabes por parte da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)* sob a liderança de Yasser Arafat, pedindo mais ação. Quando muito pouco de ação aconteceu, um grupo mais extremista do que a OLP,

chamado Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), iniciou uma série de atentados terroristas para chamar a atenção do mundo para a grave injustiça que estava sendo cometida contra os árabes na Palestina. Eles sequestraram aviões e desviaram três deles para Amã, capital da Jordânia, onde foram explodidos (1970), causando um constrangimento para o rei Hussein da Jordânia, que agora era favorável a uma paz negociada, e em setembro de 1970, expulsou membros da OLP que estavam na Jordânia. Contudo, os ataques terroristas continuavam, chegando a um clímax quando alguns membros da equipe israelense foram assassinados na olimpíada de 1972, em Munique.

2. *Anwar Sadat, presidente do Egito desde a morte de Nasser em 1970, estava se convencendo cada vez mais da necessidade de uma paz negociada com Israel.* Ele se preocupava que o terrorismo da OLP fizesse a opinião pública se voltar contra a causa Palestina, e estava disposto a trabalhar com os Estados Unidos ou com a URSS, mas tinha esperanças de conquistar apoio norte-americano para os árabes, para que estes convencessem os israelenses a concordar com um acordo de paz. Contudo, os norte-americanos não quiseram se envolver.
3. *Sadat, junto com a Síria, decidiu atacar Israel novamente, esperando que isso forçasse os norte-americanos a atuar como mediadores.* Os egípcios se sentiam mais confiantes porque agora tinham armas russas modernas e seu exército tinha sido treinado por especialistas russos.

(b) A guerra começou em 6 de outubro de 1973

Forças egípcias e sírias atacaram cedo no feriado do Yom Kippur, um festival religioso judeu, esperando pegar os israelenses com a guarda baixa. Depois de alguns sucessos iniciais dos árabes, os israelenses, usando principalmente armas norte-americanas, conseguiram virar o jogo. Eles conseguiram manter todo o território que tinham capturado em 1967 e até cruzaram o Canal do Suez e entraram no Egito. Em um aspecto, o plano de Sadat tinha funcionado: tanto Estados Unidos quanto URSS decidiram que era hora de intervir para produzir um acordo de paz. Atuando com cooperação da ONU, eles organizaram o cessar-fogo, que ambos os lados aceitaram.

(c) Os resultados da guerra

1. No final da guerra, vislumbrava-se a esperança de ter algum tipo de paz permanente, e líderes egípcios e israelenses se reuniram (embora não na mesma sala) em Genebra. Os israelenses concordaram em retirar suas tropas do Canal do Suez (que estava fechado desde a guerra de 1967), possibilitando aos egípcios esvaziar e abrir o canal em 1975 (mas não a navios israelenses).
2. Um evento importante durante a guerra foi que os países árabes produtores de petróleo tentaram pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, que tinham simpatia por Israel, reduzindo o fornecimento, o que causou grave escassez, principalmente na Europa. Ao mesmo tempo, os produtores, muito cientes de que reservas e petróleo não eram ilimitadas, viam sua ação como uma forma de preservar recursos. Com isso em mente, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) começou a aumentar muito os preços, o que contribuiu para a inflação e causou uma crise de energia nas nações industriais do mundo.

11.6 CAMP DAVID E A PAZ ENTRE EGITO E ISRAEL, 1978-1979

(a) Por que os dois lados começaram a conversar?

1. O presidente Sadat tinha se convencido de que *Israel não poderia ser destru-*

ído pela força, que era tolo continuar desperdiçando os recursos do Egito em guerras inúteis, mas foi necessária muita coragem para ser o primeiro líder árabe a se reunir pessoalmente com os israelenses. Até mesmo falar com os líderes israelenses poderia significar que o Egito reconhecia a existência legal do Estado de Israel. Ele sabia que a OLP e os Estados árabes mais agressivos, o Iraque e a Síria, rejeitariam veementemente qualquer aproximação. Apesar dos riscos, Sadat se ofereceu para ir a Israel e falar ao Knesset (o parlamento israelense).

2. *Os israelenses estavam com problemas econômicos*, em parte em função de suas enormes despesas militares e em parte por causa da recessão mundial. Os Estados Unidos estavam pressionando Israel para resolver suas diferenças com pelo menos alguns dos árabes. Eles aceitaram a oferta de Sadat, que visitou Israel em novembro de 1977, e Menachem Begin, o primeiro-ministro israelense, visitou o Egito no mês seguinte.
3. *O presidente norte-americano Jimmy Carter cumpriu um papel vital* para estabelecer negociações formais entre os dois lados, que começaram em setembro de 1978 em Camp David (perto de Washington).

(b) O Tratado de Paz e suas consequências

Com Carter na condição de intermediário, as conversações levaram a um tratado de paz em Washington, em março 1979 (ver Ilustração 11.3). *Os principais pontos acordados foram*:

- o estado de guerra que existia entre Egito e Israel desde 1948 estava agora terminado;
- Israel prometia retirar suas tropas do Sinai;
- o Egito prometia não atacar Israel de novo e garantia o fornecimento de seu pe-

Ilustração 11.3 Egito e Israel assinam um tratado de paz (março de 1979): (da esquerda para a direita) Anwar Sadat (Egito), Jimmy Carter (EUA) e Menachem Begin (Israel) na Casa Branca.

tróleo dos poços recentemente abertos no sul do Sinai;
- os navios israelenses poderiam usar o Canal do Suez.

O tratado foi condenado pela OLP e pela maioria dos outros Estados árabes (com exceção do Sudão e do Marrocos) e estava claro que um longo caminho ainda teria que ser percorrido antes de Israel conseguir assinar tratados semelhantes com a Síria e a Jordânia. A opinião mundial começou a se voltar contra Israel e a aceitar que a OLP tinha argumentos válidos em seu favor, mas quando os Estados Unidos tentaram reunir Israel e a OLP em uma conferência internacional, os israelenses não queriam cooperar. Em novembro de 1980, Begin anunciou que *Israel nunca devolveria as Colinas de Golan à Síria*, nem em troca de um tratado de paz, assim como *nunca permitiria que a Cisjordânia se tornasse parte de um Estado palestino independente*, o que seria uma ameaça mortal à existência de Israel. Ao mesmo tempo, crescia o descontentamento entre os árabes da Cisjordânia para com a política de Israel de estabelecer assentamentos judaicos em terras de propriedade de árabes. Muitos observadores temiam uma renovação da violência a menos que o governo de Begin adotasse uma postura mais moderada.

A paz também parecia ameaçada por um tempo, quando o presidente Sadat foi assassinado por soldados muçulmanos extremistas enquanto assistia a uma parada militar (outubro de 1981). Eles diziam que ele tinha traído a causa árabe e muçulmana ao fazer um acordo com os israelenses. Contudo, o sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, anunciou corajosamente que daria continuidade ao acordo de Camp David.

Durante a maior parte da década de 1980, o conflito árabe-israelense foi ofuscado pela guerra Irã-Iraque (ver Seção 11.9), que ocupou grande parte da atenção do mundo árabe. Mas em 1987, houve manifestações de massa de palestinos que viviam nos campos de refugiados na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Eles protestavam contra as políticas repressivas de Israel e contra o comportamento brutal dos soldados israelenses nos campos de refugiados e nos territórios ocupados. A repressão israelense não conseguiu conter os protestos, e os duros métodos renderam uma condenação a Israel na ONU e em todo o mundo.

11.7 PAZ ENTRE ISRAEL E A OLP

A eleição de um governo menos agressivo (Trabalhista) em Israel, em junho de 1992, aumentou as esperanças de melhores relações com os palestinos. O primeiro-ministro Yitzak Rabin e o ministro do exterior Shimon Peres acreditavam na negociação e estavam dispostos a fazer concessões para obter uma paz duradoura. Yasser Arafat, líder da OLP, respondeu e iniciaram as conversações, mas havia tanta desconfiança e suspeita mútua depois de tantos anos de hostilidades que era difícil avançar. Contudo, ambos os lados perseveraram e, no início de 1996, aconteceram mudanças impressionantes.

(a) O acordo de paz de setembro de 1993

Este primeiro grande avanço aconteceu em uma conferência em Oslo, e ficou conhecido como *os Acordos de Oslo. Acordou-se que*:

- Israel reconheceria formalmente a OLP;
- A OLP reconheceria o direito de existir de Israel e prometia abrir mão do terrorismo;
- Os palestinos teriam autogoverno limitado em Jericó (na Cisjordânia) e em parte da Faixa de Gaza, áreas ocupadas por Israel desde a guerra de 1967. As tropas israelenses seriam retiradas dessas áreas.

Grupos extremistas em ambos os lados se opuseram ao acordo. A Frente Popular para a Libertação da Palestina ainda queria um Estado palestino completamente independente. Os colonos israelenses na Cisjordânia eram contra todas as concessões à OLP, mas os líderes moderados em ambos os lados mostraram grande coragem e determinação, principalmente Yossi Beilin, o vice-ministro do exterior israelense, e Mahmoud Abbas (também conhecido como Abu Mazen), um dos

assessores de Arafat. Dois anos mais tarde, eles deram um passo ainda mais importante, construindo os Acordos de Oslo.

(b) Autogoverno para os palestinos (setembro-outubro de 1995)

- Israel concordava em retirar suas tropas da Cisjordânia (com exceção de Hebron), em etapas, ao longo de vários anos, repassando poderes civis e segurança à OLP. Isso daria fim ao controle israelense de áreas que o país dominava desde 1967 (ver Mapa 11.4). As áreas permaneceriam desmilitarizadas.
- As áreas seriam governadas por um parlamento ou Conselho Palestino de 88 membros, a ser eleito no início de 1996

Mapa 11.4 O acordo israelo–palestino, 1995.
Fonte: The Guardian, 25 de setembro de 1995

por todos os moradores da Cisjordânia e residentes árabes de Jerusalém de mais de 18 anos. Jerusalém Oriental deveria ser a capital.*
- Todos os prisioneiros palestinos (cerca de 6.000) seriam libertados em três etapas.

A maior parte dos líderes do mundo elogiou essa brava tentativa de trazer paz à problemática região, mas, mais uma vez, extremistas em ambos os lados afirmavam que seus líderes eram culpados de uma "vergonhosa rendição". Tragicamente, o primeiro-ministro Yitzak Rabin foi assassinado por um fanático israelense pouco antes de discursar para uma manifestação pela paz (4 de novembro de 1995). Peres se tornou primeiro-ministro. O assassinato gerou um grande sentimento de repulsa contra os extremistas e o acordo foi sendo implementado aos poucos. Em janeiro de 1996, o rei Hussein da Jordânia fez uma visita oficial a Israel pela primeira vez, 1.200 prisioneiros palestinos foram libertados e foram iniciadas conversações de paz entre Israel e Síria. As eleições prometidas foram realizadas. Embora os extremistas conclamassem as pessoas a boicotá-las, a participação foi animadora, de mais de 80%. Como se esperava, Yasser Arafat foi eleito presidente palestino e seus apoiadores conquistaram uma grande maioria no parlamento, que deveria ter mandato até 1999, quando, esperava-se, um acordo de paz permanente teria sido atingido.

Entretanto, a situação mudou rapidamente durante a primavera de 1996: quatro atentados suicidas, realizados pelo grupo militante palestino Hamas (Cislâmico), custaram 63 vidas; o grupo militante xiita Hezbollah bombardeou vilas no norte de Israel, a partir do sul do Líbano. Tudo isso possibilitou que o líder linha-dura do Likud, Benjamin Netanyahu, que denunciou as políticas trabalhistas como "muito suaves" em relação aos palestinos, tivesse uma vitória apertada nas eleições de maio de 1996, desanimando grande parte do mundo e colocou em dúvida todo o processo de paz.

* N. de R.: Medida não aceita em Israel.

11.8 CONFLITO NO LÍBANO

Originalmente parte do Império Otomano (turco), o Líbano (ver Mapa 11.5) foi transformado em um mandato francês no final da Primeira Guerra Mundial e obteve independência completa em 1945. O país logo se tornou próspero, ganhando dinheiro com bancos e servindo de importante ponto de saída para as exportações da Síria, da Jordânia e do Iraque. Contudo, em 1975 começou uma guerra civil, e embora a guerra propriamente dita tenha terminado em 1976, o caos e a desordem continuaram durante os anos de 1980, à medida que diferentes facções lutavam para conquistar influência.

(a) O que fez com que a guerra civil fosse deflagrada in 1975?

1 *Diferenças religiosas*

O potencial para problemas estava lá desde o início, já que o país era uma *mistura desconcertante de diferentes grupos religiosos*, alguns muçulmanos, outros cristãos, que haviam se desenvolvido de forma independente, separados uns dos outros por cadeias de montanhas.

Havia quatro grupos cristãos principais:

- Maronitas (os mais ricos e mais conservadores);
- Gregos ortodoxos;
- Católicos romanos;
- Armênios.

Havia três principais grupos muçulmanos:

- Xiitas – o maior grupo, principalmente de classe trabalhadora pobre;
- Sunitas – um grupo menor, mas mais rico e com mais influência política do que os xiitas;
- Drusos – um pequeno grupo que vivia no centro do país, na maioria camponeses.

Havia uma longa história de ódio entre Maronitas e Drusos, mas ele parecia ser contido pela Constituição cuidadosamente elaborada, que tentava dar representação justa para todos os grupos. O presidente era sempre um maroni-

Mapa 11.5 O Líbano.
Fonte: *The Guardian*, maio de 1996

ta, o primeiro-ministro, um sunita, e o presidente do parlamento, um xiita, e o chefe do Estado Maior do exército, um druso. Das 43 cadeiras do parlamento, os maronitas tinham 13, os sunitas, 9, os xiitas 8, os gregos ortodoxos, 5, os drusos, 3, os católicos, 3, e os armênios, 2.

2 A presença dos refugiados palestinos de Israel

Esse fator complicava ainda mais a situação. Em 1975, já havia pelo menos meio milhão deles vivendo em campos miseráveis, longe dos principais centros populacionais. Os palestinos não eram muito bem vistos no Líbano porque estavam sempre se envolvendo em incidentes de fronteira com Israel, provocando a reação dos israelenses no sul do país. Principalmente os palestinos, sendo esquerdistas e muçulmanos, alarmavam os cristãos maronitas conservadores, que os consideravam uma perigosa influência desestabilizadora. Em 1975, a OLP tinha sua sede no Líbano, o que fazia com que a Síria, seu principal apoiador, estivesse constantemente interferindo nas questões libanesas.

3 Uma disputa entre muçulmanos e cristãos por direitos de pesca (1975)

O equilíbrio delicado entre muçulmanos e cristãos foi rompido em 1975 por uma disputa re-

lacionada a direitos de pesca. Tudo começou com um incidente aparentemente menor, mas cresceu quando alguns palestinos ficaram do lado dos muçulmanos e um grupo de cristãos de direita, conhecidos como *Falange*, começou a atacar palestinos. Em pouco tempo, se desenvolveu uma guerra civil total: os maronitas a viram como uma chance de expulsar os palestinos, que haviam formado uma aliança com os drusos (inimigos de longa data dos maronitas).

Provavelmente, seja impossível descobrir com certeza qual lado foi responsável pelo crescimento da guerra. Ambos afirmavam que a disputa original pela pesca poderia ter sido resolvida com facilidade e se acusavam por fazer crescer a violência. De qualquer forma, a OLP certamente esteve envolvida: os falangistas diziam que guerrilheiros da organização tinham atirado em uma igreja onde alguns líderes partidários assistiam à missa; a OLP afirmava que os falangistas tinham iniciado atacando um ônibus que transportava palestinos.

Por um tempo, parecia que os drusos venceriam, mas isso alarmava os israelenses, que ameaçavam invadir o Líbano. Os sírios não queriam que isso acontecesse, de forma que, em 1976, o presidente sírio Assad enviou tropas ao Líbano para manter a OLP sob algum tipo de controle. A ordem foi restabelecida e isso representou um revés para ela e para os drusos. Agora eram os sírios que controlavam o Líbano. Yasser Arafat, o líder da OLP, teve que concordar em retirar suas tropas da região ao redor de Beirute (a capital do Líbano).

(b) O caos continua

Passaram-se mais de 10 anos antes que algo parecido com paz fosse restabelecido no Líbano, à medida que diferentes conflitos surgiam em lugares distintos.

1. *No sul, na fronteira com Israel, logo começou a luta entre palestinos e cristãos.* Os israelenses usaram essa oportunidade para mandar tropas em auxílio aos cristãos. Foi declarado um pequeno Estado cristão semi-independente do Líbano Livre, sob o comando do Major Haddad. Os israelenses o apoiaram porque funcionava com uma zona-tampão para protegê-los de outros ataques palestinos. Os palestinos e os muçulmanos contra-atacaram, e embora em 1982 houvesse 7.000 soldados da Unifil (*United Nations Interim Force in Lebanon*) na região, manter a paz era uma luta constante.
2. *Em 1980, houve uma breve luta entre apoiadores dos dois principais grupos maronitas* (as famílias Gemayel e Chamoun), vencida pelos primeiros.
3. *Em 1982, em represália à um ataque palestino em Israel, tropas israelenses invadiram o Líbano e penetraram até Beirute*. Durante um tempo, os Gemayels, apoiados pelos israelenses, controlaram a capital. Durante esse período, os palestinos foram expulsos e a partir dali a OLP ficou dividida. Os de linha-dura foram para o Iraque e o restante se dispersou por diferentes países árabes, onde não eram bem-vindos. Os israelenses se retiraram e uma força multinacional (formada por tropas dos Estados Unidos, França, Itália e Grã-Bretanha) assumiu seu lugar para manter a paz. Todavia, uma série de ataques e atentados suicidas a bomba forçou sua retirada.
4. Em 1984, uma aliança de milícias xiitas (conhecida como Amal) e drusa, apoiadas pela Síria, expulsou o presidente Gemayel de Beirute e os próprios xiitas e drusos passaram a se enfrentar pelo controle de Beirute ocidental. Yasser Arafat usou a confusão geral para rearmar os palestinos nos campos de refugiados.

No final de 1986, a situação era extremamente complexa.

- A milícia xiita Amal, apoiada pela Síria, alarmada com a força renovada da OLP, que parecia que iria estabelecer um Estado dentro do Estado, estava cercando os cam-

pos de refugiados na esperança de fazer com que se rendessem por causa da fome.

- Ao mesmo tempo, uma aliança de drusos, sunitas e comunistas estava tentando expulsar Amal de Beirute Ocidental. Outro grupo xiita mais extremista, conhecido como Hezbollah (Partido de Deus), que era apoiado pelo Irã, também estava envolvido na luta.
- No início de 1987, recomeçaram as lutas ferozes entre as milícias xiitas e drusas pelo controle de Beirute Ocidental. Vários europeus e norte-americanos que tinham ido à área para negociar a libertação de outros, capturados antes, foram feitos reféns.
- Com o país aparentemente em estado de total desintegração, o presidente Assad, da Síria, respondendo a uma solicitação do governo libanês, enviou seus tanques e tropas mais uma vez a Beirute Ocidental (fevereiro de 1987) e, em uma semana, a calma foi restabelecida.

(c) Por fim, a paz

Embora continuassem os assassinatos de figuras importantes, a situação se estabilizou aos poucos. Em setembro de 1990, *foram introduzidas mudanças importantes na Constituição do país, dando aos muçulmanos uma representação mais justa*. O número de cadeiras da Assembleia Nacional foi aumentado para 108, divididas igualmente entre cristãos e muçulmanos. O governo, com ajuda da Síria, foi aos poucos restabelecendo sua autoridade sobre uma parcela cada vez maior do país e conseguiu desmobilizar a maior parte das milícias. O governo também conseguiu a libertação de todos os reféns ocidentais, os últimos em junho de 1992. Tudo isso se deu muito em função da presença da Síria. Em maio de 1991, os dois Estados assinaram um tratado de "irmandade e coordenação", mas ele foi muito criticado pelos israelenses, que afirmavam que o tratado caracterizava uma anexação, na prática, do Líbano à Síria.

11.9 A GUERRA IRÃ-IRAQUE, 1980-1988

O Oriente Médio e o mundo árabe foram jogados em uma nova confusão em setembro de 1980, quando tropas iraquianas invadiram o Irã.

(a) As motivações do Iraque

O presidente do Iraque, Saddam Hussein, tinha vários motivos para lançar o ataque.

- *Ele receava que o islã militante se espalhasse para o outro lado da fronteira do Iraque com o Irã*, que tinha se tornado uma República Islâmica em 1979, sob a liderança do Aiatolá Khomeini e seus apoiadores muçulmanos xiitas fundamentalistas. Eles acreditavam que o país deveria ser governado segundo a religião islâmica, com um código moral estrito garantido através de severas punições. Segundo Khomeini, "no Islã, o poder legislativo de estabelecer leis pertence ao Deus todo-poderoso". A população do Iraque era majoritariamente muçulmana sunita, mas havia uma grande minoria xiita. Saddam, cujo governo era laico, temia que os xiitas pudessem se levantar contra ele e executou alguns de seus líderes no início dos anos de 1980. Os iranianos retaliaram lançando ataques do outro lado da fronteira.
- *Os iraquianos afirmavam que a província iraquiana do Cuzistão, localizada na fronteira, deveria pertencer a eles por direito*. Essa região era povoada por muitos árabes, e Saddam esperava que eles saíssem em apoio ao Iraque (a maioria dos iranianos era de persas, e não de árabes).
- *Havia uma antiga disputa sobre o canal de Shatt-el-Arab*, uma saída importante para as exportações de petróleo de ambos os países e que formava parte da fronteira entre os dois. O Shatt-el-Arab já tinha estado completamente sob controle iraquiano, mas cinco anos antes o governo

iraniano forçou o Iraque a compartilhar o controle com o Irã.

- *Saddam achava que as forças iranianas estariam frágeis e desmoralizadas, tão pouco tempo depois de os fundamentalistas tomarem o poder*, e esperava uma vitória rápida. Em pouco tempo ficou claro que ele tinha errado em muito o cálculo.

(b) A guerra se arrasta

Os iranianos logo se organizaram para enfrentar a invasão, que começou com o Iraque tomando o canal disputado, ao que eles responderam com ataques de infantaria em massa contra posições iraquianas muito fortificadas. No papel, o Iraque parecia muito mais forte, já que estava bem abastecido de tanques soviéticos, helicópteros de combate e mísseis, além de algumas armas britânicas e norte-americanas. Contudo, os guardas revolucionários iranianos, inspirados por sua religião e prontos para se tornarem mártires, lutavam com determinação fanática e, com o tempo, começaram a também receber equipamentos modernos (mísseis antiaéreos antitanque) da China e da Coreia do Norte (e, secretamente, dos Estados Unidos). À medida que a guerra se arrastava, o Iraque se dedicava a estrangular as exportações de petróleo do Irã, que pagavam por suas armas. Enquanto isso, o Irã capturava território iraquiano, e no início de 1987, suas tropas estavam a 15 km de Basra, a segunda cidade mais importante do Iraque, que teve que ser evacuada. A essas alturas, a disputa territorial tinha se perdido em meio ao conflito racial e religioso mais profundo: Khomeini tinha jurado nunca parar de lutar até que os fundamentalistas muçulmanos xiitas tivessem destruído o "ímpio" regime de Saddam.

A guerra teve importantes repercussões internacionais.

- *A estabilidade de todo o mundo árabe estava ameaçada.* Os países mais conservadores – Arábia Saudita, Jordânia e Kuwait – deram apoio cauteloso ao Iraque, mas Síria, Argélia, Iêmen do Sul e OLP o criticavam por iniciar uma guerra em um momento em que, segundo eles, os países árabes deveriam estar concentrados na destruição de Israel. Os sauditas e outros países do Golfo, desconfiados do estilo fundamentalista de islã de Khomeini, queriam sua capacidade de dominar o Golfo Pérsico. Já em novembro de 1980, uma conferência de cúpula árabe em Amã (Jordânia), para formular novos planos para lidar com Israel, não conseguiu decolar porque os Estados contrários ao Iraque, liderados pela Síria, recusaram-se a participar.
- *Os ataques às exportações de petróleo do Irã ameaçavam o abastecimento de energia do Ocidente*, e em várias ocasiões atraíram navios de guerra norte-americanos, russos, britânicos e franceses para a região, elevando a temperatura internacional. Em 1987, houve uma reviravolta mais perigosa na situação quando navios petroleiros, fosse qual fosse sua nacionalidade, foram ameaçados por minas e não estava claro qual lado havia sido responsável por sua colocação.
- *O sucesso dos soldados fundamentalistas xiitas do Irã, especialmente a ameaça a Basra, alarmava os governos árabes laicos*, e muitos árabes tinham medo do que poderia acontecer se o Iraque fosse derrotado. Até mesmo o presidente Assad, da Síria, inicialmente um forte apoiador do Irã, estava preocupado com a possibilidade de o Iraque se dividir e se tornar outro Líbano, o que poderia desestabilizar a própria Síria. Foi realizada uma conferência islâmica no Kuwait (janeiro de 1987) com a participação de representantes de 44 países, mas os líderes iranianos se recusaram a participar, e não se chegou a nenhum acordo sobre como dar um fim à guerra.
- A guerra entrou em uma etapa nova e mais terrível em 1987, quando os dois países começaram a bombardear as capitais um do outro, Teerã (Irã) e Bagdá (Iraque), causando milhares de mortes.

(c) O fim da guerra, 1988

Embora nenhum dos lados tenha atingido seus objetivos, o custo da guerra, em termos econômicos e de vidas humanas, estava sendo pesado. Ambos os lados começaram a procurar uma maneira de dar fim à luta, embora, durante um tempo, continuassem a despejar propaganda. Saddam falava de "vitória total" e os iranianos queriam "rendição total". A ONU se envolveu, teve algumas conversas francas com ambos os lados e obteve um cessar-fogo (agosto de 1988), monitorado por tropas da organização. Contra todas as expectativas, a trégua durou. Em outubro de 1988, foram iniciadas negociações de paz e finalmente houve acordo em 1990.

11.10 A GUERRA DO GOLFO, 1990-1991

Mesmo depois de ter aceitado os termos de paz no final da guerra Irã-Iraque, Saddam Hussein deu início a seu próximo ato de agressão. Suas forças invadiram e ocuparam rapidamente o pequeno Estado vizinho do Kuwait (agosto de 1990).

(a) As motivações de Saddam Hussein

- Seu verdadeiro motivo provavelmente era pôr as mãos na riqueza do Kuwait, já que estava com muita falta de dinheiro depois da longa guerra com o Irã. O Kuwait, embora pequeno, tinha valiosos poços de petróleo, que Saddam agora poderia controlar.
- Ele afirmava que o Kuwait era, historicamente, parte do Iraque, embora o país tivesse existido como um território separado, um protetorado britânico, desde 1899, ao passo que o Iraque só foi criado depois da Primeira Guerra Mundial.
- Ele não esperava qualquer ação por parte de outros países agora que as tropas estavam firmemente entrincheiradas no Kuwait, e tinha o exército mais forte da região. Ele achou que a Europa e os Estados Unidos estavam razoavelmente favoráveis a ele, já que lhe tinham fornecido armas durante a guerra com o Irã. Afinal de contas, os Estados Unidos o tinham apoiado durante toda a guerra contra o regime iraniano que tinha derrubado o xá, aliado dos Estados Unidos. Os norte-americanos o valorizavam como uma influência estabilizadora na região e no próprio Iraque, e não tinham agido quando Saddam reprimiu os xiitas nem quando ele esmagou brutalmente os curdos (que estavam exigindo um Estado independente) no norte do Iraque, em 1988.

(b) O mundo se une contra Saddam Hussein

Mais uma vez, como no caso do Irã, Saddam fez uma avaliação equivocada. O presidente norte-americano Bush assumiu a liderança da pressão por uma ação para retirar os iraquianos do Kuwait. A ONU deu início a sanções econômicas contra o Iraque, cortando suas exportações de petróleo, sua principal fonte de receita. Ordenou-se a Saddam que retirasse suas tropas até 15 de janeiro de 1991, quando a ONU usaria de "todos os meios necessários" para removê-los. Saddam esperava que isso fosse um blefe e falava na "mãe de todas a guerras" se tentassem retirá-lo, mas Bush e Margaret Thatcher tinham decidido que o poder de Saddam deveria ser contido. Ele controlava uma quantidade muito grande do óleo necessário ao Ocidente. Felizmente para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, a Arábia Saudita, a Síria e o Egito também estavam nervosos com relação ao que Saddam poderia fazer a seguir e apoiaram a ação da ONU.

Apesar de esforços diplomáticos frenéticos, Saddam Hussein achava que se retirar do Kuwait não era uma saída honrosa, ainda que soubesse que havia uma força de mais de 600.000 homens reunida na Arábia Saudita. Mais de 30 países contribuíram com soldados, armamentos ou dinheiro. Por exemplo,

Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Egito, Síria e Arábia Saudita forneceram tropas, enquanto a Alemanha e o Japão doaram dinheiro. Quando terminou o prazo de 15 de janeiro, foi lançada a *Operação Tempestade no Deserto* contra os iraquianos.

A campanha, em duas partes, teve rápido êxito. Primeiro, uma série de bombardeios sobre Bagdá (a capital iraquiana), cujos desafortunados cidadãos mais uma vez sofreram pesadas baixas, e sobre alvos militares, como estradas e pontes. A segunda fase, o ataque ao exército iraquiano propriamente dito, começou em 24 de fevereiro. *Em quatro dias, os iraquianos foram expulsos do Kuwait e debandaram*. O país foi libertado e Saddam Hussein aceitou a derrota, mas, embora o Iraque tivesse perdido muitos soldados (algumas estimativas situam as mortes iraquianas em 90.000, comparadas com apenas 400 dos aliados), foi permitido a Saddam que se retirasse com grande parte de seu exército intacto. Os iraquianos em retirada ficaram à mercê dos aliados, mas Bush decretou um cessar-fogo, com receio de os aliados perderem o apoio dos outros países árabes e de que a matança continuasse.

(c) Depois da guerra – Saddam Hussein sobrevive

A guerra teve consequências negativas para muitos iraquianos. Fora do Iraque, havia grandes expectativas de que Saddam Hussein fosse derrubado em pouco tempo, depois dessa derrota humilhante. Houve levantes dos curdos no norte e dos muçulmanos xiitas no sul, e parecia que o país estava se desmembrando, mas os Aliados deixaram a Saddam uma quantidade suficiente de soldados, tanques e aviões para lidar com a situação, e ambas as rebeliões foram esmagadas cruelmente. No início, ninguém interveio: Rússia, Síria e Turquia tinham suas próprias minorias curdas e não queriam que a rebelião se espalhasse do Iraque para seus territórios. Da mesma forma, uma vitória xiita no sul do Iraque provavelmente aumentaria o poder do Irã na região, e os Estados Unidos não queriam isso. Contudo, a opinião pública mundial foi ficando tão indignada com a continuidade dos bombardeios cruéis de Saddam sobre seu povo que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, com apoio da ONU, declararam a proibição de voos nessas zonas e usaram seu poder aéreo para manter fora os aviões de Saddam, que permaneceu no poder.

A guerra e o período posterior foram muito reveladores em relação às motivações do Ocidente e das grandes potências, cuja preocupação básica não era com justiça internacional nem com questões morais sobre o que é certo ou errado, e sim com seus próprios interesses. Eles só agiram contra Saddam porque achavam que ele ameaçava seu abastecimento de petróleo. Muitas vezes, no passado, quando outras nações pequenas foram invadidas, não houve qualquer ação internacional. Por exemplo, quando o Timor Leste foi ocupado pela vizinha Indonésia, em 1975, o restante do mundo ignorou, porque seus interesses não estavam ameaçados. Depois da Guerra do Golfo, Saddam, que, em qualquer avaliação, deve constar entre os ditadores mais brutais do século, pôde permanecer no poder porque o Ocidente achava que sua sobrevivência era uma forma de manter o Iraque unido e a região estável.

11.11 ISRAELENSES E PALESTINOS SE ENFRENTAM MAIS UMA VEZ

(a) O fracasso dos Acordos de Oslo

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense de maio de 1996 a maio de 1999, nunca aceitou os acordos feitos em Oslo. Ele passou grande parte de seu mandato tentando recuar dos compromissos assumidos pelo governo israelense anterior e começou a construir enormes assentamentos judaicos na periferia de Jerusalém, que isolariam vilas árabes no lado leste da cidade do restante da Cisjordânia. Isso

só causou mais protestos violentos por parte dos palestinos. Yasser Arafat libertou alguns militantes do Hamas da cadeia e suspendeu a cooperação com Israel. O presidente norte-americano, Clinton, tentou manter o processo de paz em andamento, reunindo ambos os lados em Camp David em outubro de 1998, mas houve poucos avanços. Netanyahu, enfrentando recessão e desemprego crescente, convocou eleições em maio de 1999. O candidato a primeiro-ministro do Partido Trabalhista (que agora se chamava "Um Israel") foi o general aposentado Ehud Barak, que fez uma campanha em cima de promessas de crescimento econômico e um impulso renovado pela paz, e teve uma vitória decisiva.

A vitória de Barak levantou muitas esperanças: ele queria uma paz abrangente com a Síria (que não havia assinado um tratado de paz com Israel depois da guerra de 1973) e com os palestinos, e se esforçou muito para consegui-lo. Infelizmente, seus esforços fracassaram.

- Embora os sírios tenham concordado em conversar, as negociações acabaram se rompendo em março de 2000, quando eles insistiam em que deveria haver um retorno às fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias, antes de qualquer outra conversação. Barak não poderia concordar com isso sem afastar de si a maioria dos israelenses.
- Apesar disso, em maio de 2000, Barak implementou sua promessa de campanha de retirar as tropas israelenses do sul do Líbano, onde elas policiavam a zona desde 1985.
- Barak ofereceu compartilhar Jerusalém com os palestinos, mas Arafat se recusou e continuava a exigir soberania total sobre Jerusalém leste.

No verão de 2000, o governo de Barak estava se desagregando, pois muitos de seus apoiadores achavam que eles estavam fazendo concessões demais aos árabes e nada recebendo em retorno. Uma reunião de cúpula em Camp David, patrocinada pelos Estados Unidos, fracassou.

Clinton fez mais um esforço para trazer a paz antes de terminar seu mandato como presidente (o novo presidente, George W. Bush, assumiria o cargo em 20 de janeiro de 2001). Em uma reunião na Casa Branca (em dezembro de 2000), ele anunciou seu novo plano para representantes de ambos os lados. Avançava-se um pouco rumo às demandas dos palestinos: os israelenses deveriam se retirar completamente de Gaza e de 95% da Cisjordânia, e haveria um Estado palestino independente. Com relação a Jerusalém, "o princípio geral é de que as áreas árabes são palestinas e as judaicas são israelenses". Em uma conferência realizada em Taba, no Egito, para discutir o plano (janeiro de 2001), o acordo parecia estar angustiantemente próximo, permanecendo somente a questão de Jerusalém, mas nenhum dos lados aceitou ceder nesse ponto fundamental. O processo de paz de Oslo tinha naufragado.

(b) O problema de Jerusalém

Os acordos de Oslo tinham deixado de lado várias questões vitais, como a situação de Jerusalém, o direito de retorno dos refugiados de 1948 e o futuro dos assentamentos judaicos nas áreas ocupadas por Israel desde 1967. A intenção era que esses problemas espinhosos fossem negociados mais próximo do final de um período de transição de cinco anos, mas a primeira vez em que eles foram discutidos em detalhes foi na reunião de cúpula de Clinton, em Camp David, em julho de 2000.

A intenção original, no momento da criação de Israel, era que Jerusalém estivesse sob controle internacional. Entretanto, a luta de 1948-1949 acabou com a Jordânia governando a parte oriental e Israel, a parte ocidental. Essa posição se manteve até a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel capturou Jerusalém Oriental, junto com toda a Cisjordânia, a qual ocupa até hoje. O problema é que Jerusalém tem uma grande importância simbólica

para ambos os lados. Para os judeus, era sua antiga capital, e eles acreditam que o Monte do Templo era o lugar de seu Templo em épocas bíblicas. Para os muçulmanos, Jerusalém conhecida como Al-Haram al-Sharif, é o lugar de onde o profeta Maomé subiu aos céus.

Os israelenses estavam determinados a manter Jerusalém. Tomaram terras árabes e construíram novos assentamentos judeus, violando o direito internacional. A opinião internacional e a ONU condenaram repetidamente as atividades israelenses, mas em 1980, o Knesset (o parlamento israelense) aprovou a Lei sobre Jerusalém, que declarava que "a cidade, completa e unificada, é a capital de Israel". Isso provocou uma onda de críticas de israelenses moderados, que achavam que era desnecessário, da opinião mundial e do Conselho de Segurança da ONU, que aprovou uma resolução condenando Israel. Até mesmo os Estados Unidos, que quase sempre apoiavam Israel, abstiveram-se de votar. É por isso que os acordos de 1995, que pela primeira vez reconheciam a possibilidade de Jerusalém ser dividida, eram um avanço tão grande. Também explica porque os palestinos ficaram tão decepcionados quando Netanyahu abandonou a ideia, após o assassinato de Yitzak Rabin (ver Seção 11.7(b)). Quando a reunião de cúpula promovida por Clinton fracassou, em julho de 2000, outra explosão de violência foi inevitável.

(c) Sharon e a intifada

Em 28 de setembro de 2000, Ariel Sharon, líder do partido oposicionista Likud, cercado de um grande contingente de seguranças, fez uma visita muito divulgada ao Monte do Templo, em Jerusalém. Ele afirmava que estava indo levar uma "mensagem de paz", mas para a maioria do restante do mundo, parecia que esse era um gesto para enfatizar a soberania israelense sobre toda Jerusalém, e até mesmo uma tentativa deliberada de provocar a violência, que daria fim ao processo de paz. Se essa era realmente o sua motivação, ele teve completo sucesso. A visita desencadeou revoltas que se espalharam do Monte do Templo por toda a Cisjordânia e Gaza, e entre os árabes em Israel, logo se transformando em um levante total que ficou conhecido como a intifada de al-Aqsa (Jerusalém). Depois do fracasso das tentativas finais de Clinton de trazer a paz, em janeiro de 2001, Sharon foi eleito primeiro-ministro, derrotando Barak, que era visto como muito inclinado a fazer concessões a Yasser Arafat (fevereiro de 2001).

Sharon imediatamente anunciou que não haveria mais negociações enquanto durasse a violência. Seu objetivo era controlar a intifada com uma mistura de ação militar intensa e pressão internacional. Infelizmente, quanto mais drástica era a ação militar de Israel, menos apoio internacional o país conseguia. *Pelos três anos que se seguiram, o ciclo trágico de atentados suicidas, enormes retaliações de Israel e curtos períodos de cessar-fogo se intercalaram com esforços internacionais inúteis de intermediação, não diminuiu.* Por exemplo:

- Um suicida do Hamas matou com uma bomba cinco israelenses em Netanya, um balneário muito frequentado. Os israelenses responderam com 16 bombardeios aéreos, matando 16 palestinos na Cisjordânia (maio de 2001).
- Os israelenses assassinaram Abu Ali Mustafa, vice-líder da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), em Ramallah, a sede da Autoridade Palestina (agosto de 2001).
- Após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, o presidente Bush deu um passo para impedir que a questão Palestina se misturasse com sua "guerra ao terrorismo". Ele anunciou novos planos para a paz, que incluíam um Estado palestino independente com Jerusalém Oriental como sua capital.
- A FPLP assassinou o ministro do turismo de Israel, um antipalestino linha-dura e amigo de Sharon (outubro de 2001).

- Suicidas do Hamas mataram 25 israelenses em Haifa e Jerusalém, e outros 10 foram mortos quando uma bomba explodiu em um ônibus. Israel respondeu ocupando Ramallah e cercando as instalações onde estavam a residência e os escritórios de Arafat. Este condenou o terrorismo e demandou um cessar-fogo imediato. O Hamas declarou a interrupção dos atentados suicidas (dezembro de 2001). O cessar-fogo durou apenas quatro semanas.
- Nos primeiros meses de 2002, a luta ficou mais cruel. Depois de pistoleiros palestinos matarem seis soldados israelenses perto de Ramallah, os israelenses ocuparam dois grandes campos de refugiados palestinos em Nablus e Jenin. Os palestinos realizaram mais atentados e os israelenses enviaram 150 tanques e 20.000 soldados para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, e atacaram o prédio de Arafat em Ramallah mais uma vez. Sharon parecia estar fazendo tudo o que estivesse em seu poder para ferir Arafat, menos mandar assassiná-lo diretamente. Houve intensos confrontos no campo de refugiados de Jenin e os palestinos afirmaram que as forças de Israel tinham realizado um massacre. A ONU enviou uma equipe para investigar essas afirmações, mas os israelenses se recusaram a deixar que ela entrasse (fevereiro-abril de 2002). Em março, a ONU, pela primeira vez, apoiou a ideia de um Estado palestino independente. O secretário-geral Annan acusou Israel de "ocupação ilegal" de terras palestinas.
- Mesmo assim, a equipe da ONU coletou informações suficientes para publicar um relatório sobre as condições na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (chamadas de "territórios ocupados"), em setembro de 2002. O material acusava Israel de causar uma catástrofe humanitária entre os palestinos: a economia foi destruída, o desemprego estava em 65%, metade da população vivia com menos de dois dólares por dia, escolas e casas foram postas abaixo por tratores, pessoas foram deportadas e foi imposto um toque de recolher. As ambulâncias eram impedidas de passar em barreiras nas estradas.
- Os Estados Unidos e Israel consideravam Yasser Arafat como o principal obstáculo para os avanços, já que ele não queria fazer concessões importantes e não tinha disposição ou poder para interromper de forma duradoura os ataques palestinos. Não tendo conseguido matá-lo nos ataques à sua residência, a liderança israelense tentou excluí-lo, recusando-se a se reunir com ele e exigindo a indicação de outro líder para representar os palestinos nas negociações. Consequentemente, Mahmoud Abbas (Abu Mazen) foi indicado ao recém-criado posto de primeiro-ministro, embora Arafat permanecesse como presidente e continuasse a estar realmente no poder na autoridade palestina (março de 2003).

(d) O "mapa" do caminho para a paz?

Esse novo plano de paz foi elaborado originalmente em dezembro de 2002 por representantes da União Europeia, Rússia, ONU e Estados Unidos. As discussões formais foram adiadas pela eleição geral em Israel de janeiro de 2003 (vencida por Sharon), pela guerra no Iraque e pela insistência de Israel e Estados Unidos de que só tratariam com Abbas, e não com Arafat. Por fim, em 30 de abril de 2003, o plano foi apresentado formalmente a Abbas e a Sharon. *O "mapa" visava a chegar a um acerto final sobre todo o conflito israelo-palestino até o final de 2005. Seus pontos básicos eram*:

- a criação de um Estado palestino independente, democrático e viável que existisse lado a lado e em paz e segurança com Israel e seus outros vizinhos.
- deveria haver um "fim incondicional da violência" em ambos os lados, um con-

gelamento nos assentamentos israelenses, o desmantelamento de todos os assentamentos "ilegais" construídos desde que Sharon subiu ao poder em março de 2001, e uma nova Constituição e eleições para a Palestina – tudo a ser atingido até o final de 2003;

- após as eleições palestinas, haveria uma conferência internacional para definir fronteiras provisórias do novo Estado, até o final de 2003;
- nos dois anos seguintes – até o final de 2005 – Israel e Palestina negociariam detalhes finais como os outros assentamentos, refugiados, a situação de Jerusalém e as fronteiras.

O "mapa" foi aceito em princípio por palestinos e israelenses, embora Sharon tivesse várias reservas, por exemplo, ele não reconhecia o direito de retorno dos refugiados palestinos a suas antigas casas em Israel. O gabinete israelense aprovou o plano por uma margem estreita, na primeira vez em que aceitava a ideia de um Estado palestino incluindo algum território que tivessem ocupado desde a Guerra dos Seis Dias em 1967. Com relação à Cisjordânia e à faixa de Gaza, Sharon fez uma declaração histórica. "Manter 3,5 milhões de pessoas sob ocupação é ruim para nós e para eles. Minha conclusão de que temos que chegar a um acordo de paz".

(e) O que causou a mudança de atitude de Israel?

A mudança de opinião de Sharon não veio simplesmente do nada: já em novembro de 2002, ele tinha convencido seu partido, o Likud, de que era inevitável aceitar um Estado palestino mais cedo ou mais tarde, e que teriam que ser feitas "concessões dolorosas" assim que acabasse a violência. Com base nessa plataforma, o Likud venceu as eleições gerais de janeiro de 2003 e Sharon permaneceu como primeiro-ministro. Uma combinação de razões fez com que ele abrisse mão de sua visão linha-dura de um Grande Israel que iria do Mediterrâneo ao rio Jordão, incluindo a totalidade de Jerusalém.

- Depois de quase três anos de violência, Sharon começou a ser dar conta de que sua política não estava funcionando. A violência e a determinação da resistência palestina impressionavam e desanimavam muitos israelenses. Embora a opinião internacional tenha condenado os atentados suicidas palestinos, as respostas israelenses desproporcionais eram ainda mais impopulares. Foram os palestinos, considerados os mais fracos, que conquistaram a simpatia do restante do mundo, com exceção dos Estados Unidos, que quase que invariavelmente, apoiavam e financiavam Israel.
- A opinião dos moderados israelenses se voltou contra a abordagem linha-dura e muitos cidadãos estavam horrorizados com eventos como o "massacre" do campo de refugiados de Jenin. Yitzhak Laor, escritor e poeta israelense, escreveu: "Não restam dúvidas de que a 'política do assassínio' de Israel – sua matança de políticos importantes – jogou gasolina no fogo... A retroescavadeira, que já foi símbolo da construção de um novo país, tornou-se um monstro, seguindo os tanques, para que todo mundo possa assistir ao desaparecimento de mais uma casa de família, de mais um futuro.... Escravizar uma nação, fazer com que se ajoelhe, simplesmente não funciona". Uma estimativa sugeria que 56% dos israelenses apoiavam o "mapa".
- Até o presidente Bush acabou começando a perder a paciência com Sharon. Os Estados Unidos denunciaram o ataque ao centro de operações de Arafat e disseram a Sharon para retirar suas tropas da Cisjordânia, indicando que seus ataques aos palestinos estavam ameaçando destruir a coalizão liderada pelos norte-americanos contra o regime Talibã e Osama bin La-

den. Bush receava que, a menos que se fizesse algo para conter Sharon, os países árabes – Egito, Jordânia e Arábia Saudita – poderiam se retirar da coalizão. Bush também ameaçou reduzir a ajuda norte-americana a Israel. A primeira reação de Sharon foi de raiva e desafio, mas no final ele teve que obedecer, e começou uma retirada gradual de tropas da Cisjordânia.

- As tendências populacionais foram sugeridas como mais uma possível influência sobre Sharon. No início de 2004, a população de Israel e da Palestina era de cerca de 10 milhões, sendo 5,4 milhões de judeus e 4,6 árabes. Nas taxas de crescimento populacionais de então, o número de árabes palestinos superaria o número de judeus dentro de seis a dez anos. Em 20 anos, essa tendência ameaçaria a própria existência do Estado judeu, pois, se o Estado é verdadeiramente democrático como dizem os israelenses, os palestinos teriam direitos de voto igual e seriam maioria. A melhor solução para ambos os lados seria a paz e a criação de dois Estados separados, o mais rápido possível.

(f) Tempos difíceis pela frente

Embora ambos os lados tivessem aceitado o "mapa" em princípio, ainda havia sérias dúvidas sobre aonde ele estava levando. Na primavera de 2004, não tinham feito progressos na implementação de qualquer dos pontos e o plano estava atrasado. Apesar de todos os esforços, um cessar-fogo duradouro mostrou-se impossível, a violência continuava e Mahmoud Abbas renunciou com irritação, responsabilizando os israelenses por agir de forma "provocativa" sempre que grupos militantes palestinos – Hamas, Jihad Islâmica e Fatah – começassem um cessar-fogo. Ele também estava envolvido em uma luta pelo poder com Arafat, que não lhe dava plenos poderes para negociar como achasse melhor, e foi substituído por Ahmed Qurie, que também tinha participado das discussões em Oslo, em 1993.

Em outubro de 2003, alguns israelenses críticos de Sharon, incluindo Yossi Beilin (que também havia participado dos Acordos de Paz de Oslo), realizaram conversações com os líderes palestinos e, juntos, produziram um *plano de paz rival, extraoficial*, que foi lançado com grande publicidade em uma cerimônia em Genebra, em dezembro, e recebido como um sinal de paz. Os israelenses faziam algumas concessões: Jerusalém seria dividida e incorporada ao Estado palestino, Israel abriria mão da soberania sobre o Monte do Templo e abandonaria 75% dos assentamentos judeus na Cisjordânia, que seriam incorporados ao novo Estado palestino. Contudo, em retorno, os palestinos deveriam abrir mão do direito de retorno dos refugiados e aceitar indenização financeira. Para a ampla maioria dos palestinos, essa questão estava no centro do problema e eles nunca poderiam se submeter de bom grado a um acordo como esse. Para os israelenses, o abandono de tantos assentamentos era igualmente inaceitável. O impasse continuou ao longo de 2004.

(g) Por que o processo de paz encalhou dessa maneira?

Basicamente, a razão foi que, embora representassem algumas concessões por parte dos israelenses, o "mapa" e os chamados acordos de Genebra não iam longe o suficiente e omitiam vários pontos que os palestinos tinham direito de ter expectativa de ver incluídos.

- Não havia reconhecimento real de que a presença israelense em Gaza e na Cisjordânia era uma ocupação ilegal e assim foi desde 1967. Israel ignorava uma ordem da ONU para evacuar todo o território capturado durante a Guerra dos Seis Dias (incluindo as Colinas de Golan, tomadas da Síria)
- As fronteiras eram chamadas de "provisórias". Os palestinos suspeitavam que a ideia de Sharon era ter um Estado palestino fraco formado por uma série de enclaves separados uns dos outros por território israelense.

- Havia o espinhoso problema dos assentamentos israelenses. O "mapa" mencionava o desmantelamento dos assentamentos "ilegais" construídos desde 2001, que eram cerca de 60. Isso sugeria que todos os outros – quase 200, onde moravam mais de 450.000 pessoas, metade deles em Jerusalém Oriental ou próximo, o restante na Cisjordânia e Gaza – eram legais, mas era possível afirmar que eles eram ilegais, já que haviam sido construídos em território ocupado. O "mapa" não fazia qualquer menção ao seu desmantelamento.
- Não havia qualquer referência ao enorme muro de segurança, de 347 quilômetros, sendo construído pelos israelenses na Cisjordânia, estendendo-se de norte a sul, e fazendo voltas para incluir alguns dos maiores assentamentos israelenses. O muro atravessava terras e oliveirais palestinos, em alguns lugares isolando os palestinos das fazendas que proporcionavam seu sustento. Estimava-se que, quando o muro estivesse pronto, 300.000 palestinos estariam presos em suas aldeias (reservas), sem conseguir acessar suas terras.
- Acima de tudo, havia a questão dos refugiados e seu sonho de retornar à sua pátria anterior a 1948, um desejo formulado em diversas resoluções da ONU. No lado israelense, eles acreditavam que, caso o sonho palestino se tornasse realidade, isso destruiria seu próprio sonho, o Estado judeu.

Em janeiro de 2004, Sharon anunciou que se não houvesse avanços em direção a uma paz negociada, Israel seguiria em frente e imporia sua própria solução, retirando-se de alguns assentamentos e reposicionando as comunidades judaicas. As fronteiras seriam redefinidas para criar um Estado separado da Palestina, mas seria menor do que o previsto no "mapa". A situação foi jogada no caos mais uma vez em março de 2004, quando os israelenses assassinaram o xeque Ahmed Yassin, fundador e líder do Hamas.

Ainda naquele mês, Sharon anunciou sua própria solução unilateral: os israelenses destruiriam seus assentamentos na faixa de Gaza, mas manteriam controle de todos, menos de quatro dos localizados na Cisjordânia. Embora isso fosse uma mudança fundamental em relação ao "mapa" por parte dos israelenses, a proposta recebeu apoio absoluto do presidente Bush, que disse não ser realista esperar uma retirada israelense completa de terras ocupadas na guerra de 1967, nem que os refugiados palestinos tivessem expectativas de voltar para "casa." Como era de se esperar, isso causou indignação total no mundo árabe, as tensões foram ainda mais inflamadas em abril de 2004, quando os israelenses assassinaram o Dr. al-Rantissi, sucessor do xeque Yassin e avisaram que Yasser Arafat poderia ser o próximo alvo. Isso gerou uma reação violenta dos militantes palestinos, os israelenses retaliaram lançando um ataque sobre o campo de refugiados de Rafah, matando 40 pessoas, inclusive crianças.

Yasser Arafat parecia estar acenando com um ramo de oliveira quando disse a um jornal israelense que reconhecia o direito de Israel de permanecer como Estado judeu e estava disposto a aceitar o retorno de apenas uma parte dos refugiados palestinos. A oferta não foi bem recebida entre militantes palestinos e não houve resposta por parte dos israelenses.

Enquanto isso, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia analisou a legalidade do muro de segurança da Cisjordânia. Os palestinos ficaram muito satisfeitos quando o tribunal decidiu (julho de 2004) que a barreira era ilegal e que os israelenses deveriam destruí-lo e indenizar as vítimas, mas o primeiro-ministro Sharon rejeitou a decisão do tribunal, dizendo que Israel tinha o direito sagrado de lutar contra os terroristas de todas as formas necessárias. Os israelenses se mostraram ainda mais provocadores com um anúncio de que pretendiam construir um novo assentamento perto de Jerusalém, que cercaria a Jerusalém Oriental palestina e tornaria impossível a essa área se tornar a capital de um Estado palestino. Isso violava o acordo aceito por Israel no "mapa" de não construir

mais assentamentos e o anúncio gerou condenação no restante do mundo, com exceção dos Estados Unidos, que deram aprovação tácita.

A situação mudou com a morte de Yasser Arafat, em dezembro de 2004. O primeiro-ministro palestino Mahmoud Abbas (também conhecido como Abu Mazen), teve uma vitória clara na eleição para presidente, recebendo cerca de 70% dos votos (janeiro de 2005). Ele era um moderado que tinha se oposto constantemente à violência. Consequentemente, o presidente dos Estados Unidos, Bush, que vinha se recusando a tratar com Arafat, sinalizou sua disposição de se reunir com o novo presidente e demandou que palestinos e israelenses reduzissem a tensão e avançassem rumo à paz.

PERGUNTAS

1. Os Estados Unidos e a Guerra do Golfo, 1990-1991

Estude a fonte e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Reportagem na revista *Fortune*, 11 de fevereiro de 1991.

> O presidente e seus homens fizeram horas extras para neutralizar os pacificadores que trabalhavam por conta própria no mundo árabe, França e URSS, que ameaçavam dar a Saddam uma saída honrosa da jaula que Bush estava construindo. Bush repetia muitas vezes o mantra: não há negociação, não há acordo e, principalmente, não há vínculo com uma conferência de paz palestina. "Nosso empregos, nosso estilo de vida, nossa própria liberdade e a liberdade de nossos países amigos em todo o mundo vão sofrer", ele disse, "se o controle das maiores reservas de petróleo do mundo caíssem nas mãos daquele homem, Saddam Hussein".

Fonte: Citado em William Blum, *Killing Hope* (Zed Books, 2003).

(a) O que a fonte revela sobre as motivações dos Estados Unidos para agir contra Saddam Hussein após ele invadir o Kuwait?

(b) Mostre como as forças de Saddam Hussein foram expulsas do Kuwait e derrotadas.

(c) Explique por que foi permitido que Saddam permanecesse no controle no Iraque apesar de sua derrota.

2. Por que, e com que resultados, árabes e israelenses lutaram as guerras de 1967 e 1973?
3. "Terrorismo e violência em vez de diplomacia pacífica". Até onde você concordaria com essa visão das atividades da OLP no Oriente Médio no período de 1973 a 1995?
4. "Os Estados Unidos e a URSS intervieram no Oriente Médio no período de 1956 a 1979 simplesmente para preservar a estabilidade política e econômica na região". Até onde você acha que essa visão é válida?

12 A Nova Ordem Mundial e a Guerra Contra o Terrorismo Global

RESUMO DOS EVENTOS

Quando o comunismo desabou no Leste Europeu e a URSS se desmembrou em 1991, a Guerra Fria chegou ao fim. *Os Estados Unidos ficaram como a única superpotência do mundo*. Depois da vitória sobre o comunismo, estavam cheios de confiança e orgulho da superioridade de seu estilo de vida e de suas instituições. Os otimistas achavam que o mundo agora poderia esperar um período de paz e harmonia, durante o qual os Estados Unidos, que se consideravam a terra da liberdade e da benevolência, liderariam o restante do mundo em seu avanço, onde quer que fosse preciso, rumo à democracia e à prosperidade. Além disso, sempre que fosse necessário, o país atuaria como polícia do mundo, mantendo os "Estados delinquentes" (*rogue states*) sob controle e fazendo com que andassem na linha. Francis Fukuyama, professor de Economia Política da Universidade Johns Hopkins, chegou a afirmar que o mundo tinha chegado ao "fim da história", no sentido de que a História, vista como o desenvolvimento de sociedades humanas ao longo de várias formas de governo, tinha chegado ao seu clímax com a democracia liberal moderna e o capitalismo de mercado.

Contudo, a nova ordem mundial se revelou muito diferente. Grande parte do restante do mundo não queria ser levada a lugar algum pelos Estados Unidos e discordava de sua visão de mundo. Como o país era militar e economicamente muito poderoso, era difícil para os pequenos países desafiá-lo de formas convencionais. Para os extremistas, parecia que o terrorismo era a única forma de atingir os norte-americanos e seus aliados. O terrorismo não era nada de novo – os anarquistas foram responsáveis por muitos assassinatos na virada do século XIX para o XX; nesses dois séculos, havia muitas organizações terroristas, mas eram, geralmente, localizadas, realizando campanhas em suas próprias regiões. Havia, por exemplo, o ETA, que queria (e ainda quer) um Estado basco completamente independente da Espanha, e o IRA, que queria a Irlanda do Norte unificada com a República da Irlanda. Foi na década de 1970 que os terroristas começaram a atuar fora de seu próprio território. Por exemplo, em 1972, terroristas árabes mataram 11 atletas israelenses na Olimpíada de Munique, e houve uma série de explosões de bombas em aviões. Nos anos de 1980, ficou claro que os Estados Unidos eram o alvo principal:

- houve um atentado à embaixada norte-americana em Beirute (Líbano) em 1983;
- um avião de uma companhia aérea norte-americana, que voava de Frankfurt a Nova York caiu na cidade escocesa de Lockerbie depois que uma bomba explodiu a bordo (1988);
- uma bomba explodiu no World Trade Center, em Nova York, em fevereiro de 1993;

- as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia foram atacadas em 1998;
- houve um atentado ao navio de guerra norte-americano Cole no porto de Aden, no Iêmen (2000).

Essa campanha culminou nos terríveis eventos de 11 de setembro de 2001, quando o World Trade Center, em Nova York, foi completamente destruído (ver Ilustração 12.1). A responsabilidade por esse ataque recaiu sobre a al-Qaeda (que significa "a Base"),* uma organização árabe liderada por Osama bin Laden que fazia campanha contra interesses ocidentais e anti-islâmicos. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou imediatamente uma "declaração de guerra ao terrorismo". Seus objetivos eram derrubar o regime talibã no Afeganistão, considerado cúmplice e colaborador da al-Qaeda, capturar Osama bin Laden e destruir a organização. Bush também ameaçava atacar e derrubar qualquer regime que estimulasse ou acolhesse os terroristas. O primeiro da lista era para ser Saddam Hussein, do Iraque, e também ameaçavam agir contra o Irã e a Coreia do Norte – três países que, segundo Bush, formavam "eixo do mal".

O regime talibã no Afeganistão foi derrubado em pouco tempo (outubro de 2001), e os Estados Unidos, com ajuda da Grã-Bretanha, passaram a lidar com o Iraque, onde Saddam Hussein também foi deposto (abril-maio de 2003) e capturado posteriormente. Embora esses regimes tenham sido derrubados com relativa facilidade, revelou-se muito mais difícil substituí-los por administrações viáveis e estáveis que pudessem trazer paz e prosperidade a seus conturbados países. Enquanto isso, o terrorismo continuava.

12.1 A NOVA ORDEM MUNDIAL

Logo após a "vitória" dos norte-americanos na Guerra Fria, vários representantes disseram, em nome dos Estados Unidos, que o país esperava uma era de paz e cooperação internacional. Eles sugeriam que os Estados Unidos, a única superpotência do mundo – toda-poderosa e não desafiável – estavam agora comprometidos com boas ações, apoio à justiça internacional, liberdade e direitos humanos, erradicação da pobreza e a disseminação da educação, saúde e democracia em todo o mundo. Compreensivelmente, os norte-americanos estavam cheios de orgulho das conquistas de seu país. Em 1997, David Rothkopf, ministro do governo Clinton, escreveu: "Os norte-americanos não devem negar o fato de que, de todas as nações no mundo, a deles é a mais justa, a mais tolerante e o melhor modelo para o futuro".

Mesmo assim, em vez de serem adorados e admirados universalmente, os Estados Unidos, ou melhor, os governos dos Estados Unidos, acabaram sendo odiados com tanta violência em alguns lugares que as pessoas eram levadas a cometer os mais terríveis atos de terrorismo em protesto contra o país e seu sistema. Como isso aconteceu? *Como a era pós-Guerra Fria, que parecia tão cheia de esperança, acabou tão cheia de ódio e horror?* Em termos simples, havia milhões de pessoas em muitos países do mundo que não compartilhavam as vantagens do próspero estilo de vida norte-americano nem viam muitos sinais de que eles estivessem verdadeiramente tentando fazer qualquer coisa para diminuir a distância entre pobres e ricos, ou para lutar por justiça e direitos humanos.

Muitos autores norte-americanos estavam cientes dos riscos dessa situação. Nicholas Guyatt, em seu livro *Another American Century*, publicado em 2000, apontava para o fato de que

> Muitas pessoas em todo o mundo estão frustradas pela complacência e impenetrabilidade dos Estados Unidos e pelo fato de que a aparente ausência de soluções políticas a isso (como uma ONU verda-

* N. de R.: ou "a organização"

Ilustração 12.1 Nova York – 11 de setembro de 2001: uma violenta explosão atinge a torre sul do World Trade Center quando o voo 175 da United Airlines vindo de Boston, sequestrado, atinge o prédio.

deiramente multilateral e independente) provavelmente vai levar muitos a medidas radicais e extremas... [há] grandes e perigosos bolsões de ressentimento em relação aos Estados Unidos em todo o mundo, baseados não no fundamentalismo ou na insanidade, mas em uma percepção real de desequilíbrio do poder, e uma verdadeira frustração com a impotência dos meios políticos para a mudança.

"Enquanto permanecerem isolados dos efeitos de suas ações", concluiu ele, "os Estados Unidos terão pouca noção do verdadeiro desespero que geram nos outros".

Quais eram essas ações dos Estados Unidos que geraram tanto desespero nos outros? Claramente, havia uma combinação complexa de ações e políticas que levavam a essas ações extremas.

- *A política exterior dos Estados Unidos continuava no mesmo rumo intervencionista dos tempos da Guerra Fria.* Por exemplo, em dezembro de 1989, pelo menos 2000 civis foram mortos quando os Estados Unidos invadiram e bombardearam o Panamá, em uma operação voltada a prender Manuel Noriega, o líder panamenho que representou o poder por trás dos presidentes do país durante os anos de 1980. Ele trabalhara para a CIA e foi apoiado pelos Estados Unidos até 1987, quando foi acusado de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A dura operação norte-americana resultou em sua captura e transferência para os Estados Unidos para ser julgado. A Organização dos Estados Americanos propôs uma resolução "lamentando profundamente a intervenção militar no Panamá". A resolução foi aprovada por 20 votos a um, sendo que esse um era os Estados Unidos.

  Na década de 1990, os norte-americanos ajudaram a suprimir movimentos esquerdistas no México, Colômbia, Equador e Peru. Em 1999, participaram do polêmico bombardeio da Sérvia. Duas vezes – 1999 e 2001 – agentes norte-americanos intervieram nas eleições nicaraguenses, na primeira vez para derrotar o governo esquerdista, na segunda, para impedir que a esquerda voltasse ao poder. Esse tipo de política estava fadado a gerar ressentimento, principalmente agora que não poderia ser justificado como parte da campanha contra o avanço do comunismo global. Nas palavras de William Blum (em *Rogue State*): "O inimigo era, e continua sendo, qualquer governo ou movimento, ou mesmo indivíduo, que esteja no caminho da expansão do império norte-americano".
- *Em outros momentos, os Estados Unidos deixaram de intervir em situações em que a opinião pública internacional esperava sua participação decisiva.* Em Ruanda, em 1994, o país relutava em cumprir um papel importante, já que não havia interesses seus diretamente envolvidos e a intervenção em uma escala suficientemente grande teria sido cara. Em função dos atrasos, cerca de um milhão de pessoas foram massacradas. Nas palavras de Nicholas Guyatt: "Relutantes em abrir mão de seu papel central nas questões mundiais, mas não dispostos a comprometer tropas e dinheiro para operações da ONU, os Estados Unidos atrofiaram a causa da manutenção da paz em um momento em que a situação em Ruanda demandava uma resposta flexível e dinâmica". O outro grande exemplo do fracasso norte-americano foi o conflito árabe-israelense: embora tenham se envolvido na tentativa de trazer a paz, os Estados Unidos ficaram claramente do lado de Israel. George W. Bush se recusou a tratar com Yasser Arafat, considerando-o nada mais que um terrorista. Essa incapacidade de produzir um acordo justo para o conflito provavelmente é a principal razão para a extrema hostilidade árabe.
- *Os Estados Unidos deixaram muitas vezes de apoiar a ONU.* Em 1984, por exemplo, o presidente Reagan falava sobre a importância da lei e da ordem internacionais: "Sem lei", disse ele, "só pode haver caos e desordem". Contudo, no dia anterior, ele tinha rejeitado o veredicto do Tribunal Internacional de Justiça que condenava os Estados Unidos pelo uso ilegal da força ao colocar minas nas baías da Nicarágua. Posteriormente, o

tribunal ordenou os Estados Unidos a pagar uma indenização à Nicarágua, mas o governo se recusou e aumentou seu apoio financeiro aos mercenários que estavam tentando desestabilizar o governo democraticamente eleito do país. A ONU não conseguiu fazer valer sua decisão.

Os Estados Unidos tem uma longa história de vetos às resoluções do Conselho de Segurança e de oposição às resoluções da Assembleia Geral. Alguns exemplos demonstram essa atitude. Em 1985, foram o único país a votar contra uma resolução propondo novas políticas que melhorariam a garantia dos direitos humanos (aprovada por 130 a 1). Da mesma forma, em 1987, foram o único membro a votar contra uma resolução voltada a fortalecer os serviços de comunicação no Terceiro Mundo (140 a 1). Em 1996, em uma Cúpula Mundial sobre Alimentação organizada pela ONU, os Estados Unidos se recusaram a apoiar a visão geral de que era direito de todos "ter acesso a comida nutritiva e segura". Como explica de forma sucinta Noam Chomsky (em *Hegemony or Survival*): "Quando deixa de ser um instrumento de unilateralismo norte-americano em questões relacionada às elites, a ONU é descartada". O país chegou a votar contra propostas da ONU de controle do terrorismo, supostamente porque queria lutar contra ele à sua maneira. Tudo isso – antes de 11 de setembro – só poderia resultar no enfraquecimento da organização e do direito internacional. Nas palavras de Michael Byers, "o direito internacional, da forma como o aplicam os Estados Unidos, guarda poucas relações com o direito internacional como é entendido em qualquer outro lugar.... é possível que... o país esteja, na verdade, tentando criar regras novas e excepcionais só para si".

- *O presidente George W. Bush tem sido menos entusiasta de alguns acordos feitos por administrações anteriores*. Em seu primeiro ano no cargo – e antes do 11 de setembro – ele rejeitou o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos de 1972, retirou-se do Protocolo de Kyoto de 1997, sobre mudança climática, interrompeu os novos contatos diplomáticos com a Coreia do Norte e se recusou a cooperar nas discussões sobre controle de armas químicas.
- *A economia dos Estados Unidos é tão poderosa que as decisões tomadas em Washington e Nova York tem repercussão mundial*. Com a crescente globalização da economia mundial, as empresas norte-americanas tem interesses em todo o mundo. Os Estados Unidos mantém firme controle do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, de forma que países que solicitem empréstimos devem garantir que suas políticas internas sejam aceitáveis aos norte-americanos. Em 1995, o novo presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, anunciou que queria que o banco fizesse mais para promover o alívio das dívidas, o bom governo, a educação e a saúde do Terceiro Mundo, mas Washington se opôs, defendendo a estrita austeridade. Na verdade, segundo Will Hutton, "o sistema financeiro internacional foi moldado para ampliar o poder financeiro e político dos Estados Unidos e não para promover o bem público mundial". No final de 2002, estava claro que os Estados Unidos estavam em busca do que alguns observadores chamaram de "uma grandiosa estratégia imperial" que levaria a uma nova ordem mundial na qual eles "dariam as cartas".

12.2 A ASCENSÃO DO TERRORISMO GLOBAL

(a) Como se define "terrorismo"?

Ken Booth e Tim Dunne, em seu recente livro *Worlds in Collision*, apresentam esta definição:

> O terrorismo é um método de ação política que usa a violência (ou produz o medo deliberadamente) contra civis e contra a infraestrutura civil para influenciar o comportamento, infligir punição ou praticar a vingança. Para os autores, a questão é fazer com que o grupo-alvo tenha medo do hoje, medo do amanhã e medo entre si. O terrorismo é um ato, não uma ideologia. Seus instrumentos são homicídios, assassinatos em massa, sequestros, explosões, raptos e intimidação. Esses atos podem ser cometidos por Estados, bem como por grupos privados.

Qualquer definição de terrorismo tem seus problemas. Por exemplo, as pessoas que estão lutando por independência, como os Mau Mau no Quênia (ver Seção 24.4(b)) e o Congresso Nacional Africano na África do Sul (ver Seção 25.8), são terroristas ou revolucionários que lutam pela liberdade? Nos anos de 1960, Nelson Mandela era considerado terrorista pelos governos brancos da África do Sul e ficou na cadeia por 27 anos, e hoje, é respeitado e reverenciado por negros e brancos em todo o mundo. E que dizer de Yasser Arafat, o líder palestino? O presidente Bush se recusou a se reunir com ele porque, segundo os norte-americanos, ele não passava de um terrorista. Mesmo assim, quando o governo israelense realizou ataques semelhantes aos dos palestinos, isso não foi considerado terrorismo, e sim ações legítimas de um governo contra o terrorismo. Claramente, depende do lado em que se está, e qual deles vence no final.

(b) Grupos terroristas

Algumas das organizações terroristas mais conhecidas atuavam no Oriente Médio:

A *Organização Abu Nidal* (OAN) foi um dos primeiros grupos a se fazer sentir. Formado em 1974, era apenas uma ramificação da Organização para a Libertação da Palestina de Yasser Arafat (OLP), a qual não considerava suficientemente agressiva. A OAN estava comprometida com um Estado palestino completamente independente e tinha suas bases no Líbano e na Palestina (em alguns dos campos de refugiados) e tinha apoio da Síria, do Sudão e, no início, da Líbia. Ela foi responsável por operações em cerca de 20 países diferentes, incluindo atentados em aeroportos de Roma e Viena (1985) e diversos sequestros de aviões. Desde o início dos anos de 1990, a OAN está menos ativa.

O Hezbollah (Partido de Deus), também conhecido como *Jihad Islâmica (Guerra Santa)*, foi formado no Líbano em 1982, após a invasão israelense, (ver a Seção 11.8(b)). Predominantemente xiitas muçulmanos, eles afirmavam ser inspirados pelo Aiatolá Khomeini, governante do Irã, e seu objetivo era seguir o exemplo dele, estabelecendo um Estado islâmico no Líbano e expulsando os israelenses dos territórios ocupados na Palestina. O Hezbollah foi considerado responsável por vários ataques à embaixada dos Estados Unidos em Beirute nos anos de 1980 e por fazer diversos reféns ocidentais em 1987, incluindo Terry Waite, enviado de paz especial do arcebispo de Canterbury. Na década de 1990, começou a estender sua esfera de operações, atacando alvos na Argentina, como a embaixada israelense (1992) e, posteriormente, um centro cultural israelense (1994).

O *Hamas (Movimento de Resistência Islâmica)* foi formado em 1987 com o objetivo de estabelecer um Estado islâmico independente da Palestina. Tentava combinar resistência armada a Israel com atividade política, apresentando candidatos a algumas das eleições para a autoridade palestina. O Hamas tem apoio maciço na Cisjordânia e na faixa de Gaza e, nos últimos anos, tem se especializado em atentados suicidas com bombas contra alvos israelenses.

A *al-Qaeda (a Base)* é o mais famoso grupo terrorista da atualidade. Consistindo principalmente em muçulmanos sunitas, foi formada perto do final dos anos de 1980 como parte da luta para expulsar forças soviéticas que tinham invadido o Afeganistão em 1979 (ver Seção 8.6(b)). Como isso poderia ser descrito como parte da Guerra Fria, a al-Qaeda foi financiada

e treinada pelos Estados Unidos, entre outros países ocidentais. Depois que a retirada russa do Afeganistão se completou (fevereiro de 1989), a al-Qaeda ampliou seus horizontes, dando início a uma campanha geral em apoio ao estabelecimento de governos islâmicos. O alvo especial era o regime não religioso conservador da Arábia Saudita, a terra natal de Osama bin Laden protegida por tropas norte-americanas. A al-Qaeda tinha o objetivo de forçar os norte-americanos a retirar as tropas para que um regime islâmico pudesse subir ao poder. Um objetivo secundário era dar um fim ao apoio dos Estados Unidos a Israel. Estima-se que a organização tenha cerca de 5.000 membros, com células em muitos países.

Talvez o grupo terrorista mais conhecido fora do Oriente Médio tenha sido os *Tigres do Tamil* no Sri Lanka, formado por hindus que moravam no norte ou no leste do país, enquanto a maioria da população da ilha era de budistas. Os Tigres atuavam desde o início dos anos de 1980 em favor de uma pátria independente, usando atentados suicidas, assassinato de políticos importantes, bem como ataques a prédios públicos e santuários budistas. Nos anos de 1990, tinham mais de 10.000 soldados e a luta tinha atingido proporções de guerra civil. Sua ação mais notória foi o assassinato do primeiro-ministro da Índia, Rajiv Ghandi, em 1991. Em 2001, foi obtida uma trégua e, embora ela tenha sido rompida várias vezes, em 2003 havia sinais animadores de que se poderia chegar a um acordo pacífico.*

Provavelmente, o grupo terrorista mais bem sucedido foi o Congresso Nacional Africano (CNA) na África do Sul. Formado em 1912, só adotou métodos violentos nos anos de 1960, quando o *apartheid* se tornou mais brutal. Depois de uma longa campanha, o governo que defendia a supremacia branca acabou por sucumbir à pressão da opinião mundial, bem como do CNA. Nelson Mandela foi libertado (1990) e foram realizadas eleições multirraciais (1994). Mandela, o antigo "terrorista", tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul. Houve muitas outras organizações, por exemplo, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru no Peru, que visava livrar o país da influência dos Estados Unidos; o Grupo Islâmico na Argélia, que queria estabelecer um Estado islâmico em lugar do governo não religioso existente, e o Exército de Libertação Nacional na Bolívia, que tinha como objetivo acabar com a influência norte-americana no país.

* N. de R.: Posteriormente os combates foram retomados e o movimento derrotado militarmente no início de 2009.

(c) O terrorismo se torna global e antiamericano

Foi no início da década de 1970 que os grupos terroristas começaram a operar fora de seus próprios países. Em 1972, aconteceu o assassinato dos 11 israelenses nas Olimpíadas de Munique, por um grupo pró-palestino autodenominado Setembro Negro. Aos poucos, foi ficando claro que os Estados Unidos e seus interesses eram o principal alvo dos atentados. Depois da queda do Xá do Irã, apoiado pelos Estados Unidos, no início de 1979, houve uma grande onda de sentimento antiamericano na região. Em novembro de 1979, um grande exército de milhares de estudantes iranianos atacou a embaixada na capital Teerã, tomou 52 norte-americanos como reféns e os manteve retidos por 15 meses. As demandas do novo governante do país, o aiatolá Khomeini, incluíam entregar o ex-xá para que ele pudesse ser julgado no Irã e um reconhecimento por parte dos Estados Unidos de culpa por todas as suas interferências no Irã antes de 1979. Somente quando os Estados Unidos concordaram em liberar 8 milhões de dólares em bens iranianos congelados os reféns puderam voltar para casa. Esse incidente foi considerado como uma humilhação nacional pelos norte-americanos e mostrou ao restante do mundo que havia limites para o poder dos Estados Unidos, mas, pelo menos, os reféns não foram feridos. Depois disso, os atos antiamericanos se tornaram mais violentos.

- Em 1983, o Oriente Médio passou ao centro das atenções e crescia o ressentimento para com a amplitude dos interesses e intervenções norte-americanos na região. Especialmente impopular era o apoio a Israel, que tinha invadido o Líbano em 1982. Em abril de 1983, um caminhão levando uma enorme bomba entrou na embaixada dos Estados Unidos em Beirute, a capital libanesa. O prédio desabou, matando 63 pessoas. Em outubro de 1983, um ataque semelhante foi feito contra o quartel-general dos fuzileiros navais norte-americanos em Beirute, matando 242 pessoas. No mesmo dia, outro caminhão com suicidas entrou em uma base militar francesa em Beirute; desta vez, 58 soldados franceses foram mortos. Em dezembro, a ação foi redirecionada à cidade do Kuwait, onde um caminhão carregado de explosivos entrou na embaixada dos Estados Unidos, matando quatro pessoas. Todos os quatro ataques foram organizados pela Jihad Islâmica, provavelmente apoiados pela Síria e pelo Irã.
- Pouco antes do natal de 1988, um avião de uma companhia aérea norte-americana transportando 259 pessoas para Nova York explodiu e caiu na cidade escocesa de Lockerbie, matando todos a bordo e mais 11 pessoas em terra. Nenhuma organização reivindicou o ataque, mas as suspeitas recaíram sobre o Irã e a Síria e mais tarde foram redirecionadas à Líbia. Com o tempo, o governo líbio entregou dois suspeitos de colocar a bomba. Em janeiro de 2000, eles foram julgados em um tribunal escocês funcionando em sessão especial na Holanda e um deles foi condenado pela morte das 270 vítimas e sentenciado à prisão perpétua, enquanto o outro foi absolvido. Contudo, muitas pessoas acreditam que a condenação era duvidosa – as provas eram extremamente frágeis – e que a Síria e o Irã eram os verdadeiros culpados.
- Em fevereiro de 1993, uma bomba explodiu no porão do World Trade Center, em Nova York, matando seis pessoas e ferindo centenas.
- Os interesses dos Estados Unidos na África eram o próximo alvo: no mesmo dia – 7 de agosto de 1988 – foram lançados atentados a bomba contra as embaixadas em Nairóbi (Quênia) e Dar-es-Salaam (Tanzânia). No total, 252 pessoas foram mortas e milhares, feridas, mas a ampla maioria das vítimas era de quenianos, com somente 12 mortos norte-americanos. Os Estados Unidos estavam convencidos de que a al-Qaeda era responsável pelos ataques, principalmente quando a Organização Exército Islâmico, que era considerada muito próxima a Osama bin Laden, divulgou uma declaração dizendo que os atentados eram uma vingança pelas injustiças que os Estados Unidos tinham cometido contra os países islâmicos. A declaração também ameaçava que aquilo era só o começo – haveria mais atentados e os Estados Unidos enfrentariam um "destino negro".

  O presidente Clinton ordenou uma retaliação imediata – os Estados Unidos dispararam mísseis de cruzeiro contra complexos no Afeganistão e no Sudão, que estariam produzindo armas químicas. Entretanto, essa tática pareceu um tiro pela culatra. Um dos locais bombardeados revelou-se uma fábrica comum de remédios e houve uma violenta reação antiamericana em todo o Oriente Médio.
- Outubro de 2000 trouxe um novo tipo de ação terrorista: o ataque ao destróier norte-americano Cole, que estava reabastecendo no porto de Aden (no Iêmen) e seguiria rumo ao Golfo Pérsico. Dois homens jogaram um barquinho cheio de explosivos contra o lado do navio, aparentemente na esperança de afundá-lo. Eles não conseguiram, mas a explosão fez um enorme buraco no casco do Cole, matando 17 marinheiros e ferindo muitos outros. Os danos foram consertados com facilidade,

mas, mais uma vez, era uma humilhação para a maior superpotência do mundo ser incapaz de defender sua propriedade em regiões hostis. A mensagem dos países islâmicos era clara: "Não queremos vocês aqui". Os Estados Unidos dariam ouvidos e mudariam suas políticas?

(c) Os Estados Unidos foram culpados de terrorismo?

Se aceitarmos que a definição de "terrorismo" deve incluir atos cometidos por Estados, além de por indivíduos ou grupos, então teremos que fazer a seguinte pergunta: Quais Estados foram culpados de terrorismo, no sentido de que seus governos foram responsáveis por algumas ou mesmo por todas as atividades mencionadas – homicídios, assassinatos em massa, sequestros, atentados à bomba, raptos e intimidação? A lista de candidatos é longa. Os mais óbvios devem ser a Alemanha nazista, a URSS sob o comando se Stalin, a China comunista, o regime sul-africano do *apartheid*, o Chile durante o regime de Pinochet, o Camboja de Pol Pot e a Sérvia de Milošević. Mas e a afirmação chocante de que os Estados Unidos também foram culpados de terrorismo? A acusação já foi feita, não apenas por árabes e esquerdistas latino-americanos, mas por respeitados observadores ocidentais e pelos próprios norte-americanos, e está relacionada à pergunta de por que houve tantos atentados terroristas direcionados contra os Estados Unidos.

Poucas pessoas no Ocidente poderiam ter cogitado fazer essa pergunta 20 anos atrás, mas, desde o final da Guerra Fria e, principalmente, depois dos atentados de 11 de setembro, vários autores tem reavaliado de forma radical o papel dos Estados Unidos nas questões internacionais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Sua motivação, na maioria dos casos, é um verdadeiro desejo de encontrar explicações de por que as políticas do governo norte-americano geraram tanta hostilidade. Segundo William Blum, em seu livro *Rogue State*,

> de 1945 até o final do século, os Estados Unidos tentaram derrubar mais de 40 governos estrangeiros e esmagar mais de 30 movimentos populista-nacionalistas que lutavam contra regimes intoleráveis. Nesse processo, o país provocou o fim da vida para muitas pessoas e condenou milhões mais a uma vida de agonia e desespero.

As Seções 8.4-5 deram exemplos dessas ações norte-americanas na América do Sul, no Sudeste da Ásia, na África e no Oriente Médio, e a primeira seção deste capítulo mostrou que a política externa dos Estados Unidos continuava essencialmente na mesma linha depois de 1990.

Noam Chomsky (professor do Massachusetts Institute of Technology) diz (em seu livro *Rogue States*) que os atos "terroristas" contra os Estados Unidos muitas vezes foram cometidos em retaliação a suas próprias ações. Por exemplo, parece muito provável que a destruição do avião norte-americano sobre Lockerbie, em 1988, tenha sido uma retaliação pela derrubada de um avião de uma companhia aérea iraniana pelos Estados Unidos, que causou a perda de 290 vidas, alguns meses antes. Atos semelhantes, que precipitaram retaliações, foram os bombardeios à Líbia em 1986 e a derrubada de dois aviões líbios em 1989; nesses casos, todavia, os norte-americanos afirmavam que suas ações eram em retaliação por afrontas líbias anteriores. Um dos mais terríveis atos de terrorismo foi um carro-bomba colocado fora de uma mesquita em Beirute, em março de 1985. A bomba foi programada para explodir quando os fiéis saíssem depois das orações de sexta-feira: 80 pessoas inocentes foram mortas, incluindo muitas mulheres e crianças, e mais de 200 foram feridas gravemente. O alvo era um árabe suspeito de terrorismo, mas ele saiu ileso. Sabe-se que o atentado foi organizado pela CIA, com ajuda da inteligência britânica. Infelizmente, esse é o tipo de ação que provavelmente transforma muçulmanos comuns em terroristas "fanáticos". Em 1996, a Anistia

seria tratado como um ataque contra todos os 19. Cada país seria chamado a ajudar, se fosse necessário. Em pouco tempo, foi montada uma coalizão de países para permitir o congelamento dos bens dos terroristas e a coleta de informações de amplo alcance. Alguns dos países prometeram ajudar na ação militar contra os terroristas e contra o governo talibã do Afeganistão, acusado de abrigar a al-Qaeda e Osama bin Laden. Algumas das declarações de Bush durante esse período foram perturbadoras para outros governos. Por exemplo, ele afirmou que os países estariam "conosco ou contra nós", sugerindo que não existia o direito de permanecer neutro. Ele também falou de um "eixo do mal" no mundo, o qual seria necessário enfrentar. Os Estados "maus" seriam o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte. Isso abriu a possibilidade de uma longa série de operações militares, com os Estados Unidos cumprindo a função de "polícia do mundo" ou "o brigão do bairro", dependendo do lado em que se estivesse.

Isso causou algum alarme, e não apenas nos três Estados mencionados. O chanceler alemão Gerhard Schröder declarou que, embora seu país estivesse disposto a "oferecer as instalações militares apropriadas" aos Estados Unidos e seus aliados, ele não considerava que houvesse um estado de guerra com qualquer país em particular e acrescentou que "tampouco estamos em guerra com o mundo islâmico". Essa resposta cautelosa se devia a dúvidas sobre se um ataque direto sobre o Afeganistão seria justificado pelo direito internacional. Como explica Michael Byers (especialista em direito internacional da Universidade Duke, na Carolina do Norte),

> para manter a coalizão contra o terrorismo, a resposta militar dos Estados Unidos tinha que ser necessária e proporcional. Isso quer dizer que os ataques deveriam ser dirigidos cuidadosamente contra os que eles acreditavam ser os responsáveis pelas atrocidades em Nova York e Washington. Mas se os Estados Unidos escolhessem Osama bin Laden e a al-Qaeda como seus alvos, contrariariam a visão de muitos, de que os atentados terroristas, em si, não justificavam respostas militares contra Estados soberanos.

Foi por essa razão que os Estados Unidos ampliaram sua afirmação de autodefesa para incluir o governo talibã do Afeganistão, que era acusado de apoiar os atentados terroristas. Sendo assim, o Conselho de Segurança da ONU aprovou duas resoluções que não autorizavam ação militar pela Carta da ONU, mas sim *como direito de autodefesa pelo direito internacional consuetudinário*. A seguir, os Estados Unidos emitiram um ultimato aos talibãs, exigindo que entregassem bin Laden e alguns de seus colegas diretamente às autoridades norte-americanas. Diante da rejeição, estava montado o cenário para o uso da força.

(c) Histórico dos ataques ao Afeganistão

A história dos 30 anos anteriores no Afeganistão foi extremamente violenta e confusa. Em 1978, um governo de esquerda tomou o poder e deu início a um programa de modernização, mas em um país de autoridade islâmica forte, mudanças como *status* igual para homens e mulheres e secularização da sociedade eram consideradas como uma afronta ao islã. Houve uma oposição dura, e começou uma guerra civil. Em 1979, tropas soviéticas entraram no país para apoiar o governo, com medo de que a derrubada do regime por uma revolução muçulmana fundamentalista, como a que aconteceu no Irã em 1979, agitaria os milhões de muçulmanos que eram cidadãos soviéticos e desestabilizaria as repúblicas com populações muçulmanas substanciais.

A URSS esperava uma campanha curta, mas o governo dos Estados Unidos tratou o assunto como parte da Guerra Fria e mandou muita ajuda à oposição muçulmana no Afeganistão. Havia vários grupos muçulmanos rivais, mas todos trabalhavam juntos – conhecidos coletivamente como *Mujahideen* – para expulsar os russos. Em 1986, os *mujahideen* (que significa "os que travam a jihad") esta-

vam recebendo grandes quantidades de armamentos dos Estados Unidos e da China via Paquistão, sendo que os mais importantes eram mísseis terra-ar, que tinham um efeito devastador sobre as forças aéreas afegãs e soviéticas. Uma das organizações que lutava com os *mujahideen* era a al-Qaeda de Osama bin Laden, que, ironicamente, recebera treinamento, armas e dinheiro dos Estados Unidos.

Com o tempo, o líder soviético Mikhail Gorbachov entendeu que estava em situação semelhante à que os norte-americanos encontraram no Vietnã. Ele teve que reconhecer que a guerra no Afeganistão não poderia ser vencida e, em fevereiro de 1989, todas as tropas soviéticas foram retiradas. Deixado lutando sozinho para se defender, o governo socialista do Afeganistão sobreviveu até 1992, quando finalmente foi derrubado. Os *mujahideen* formaram um governo de coalizão, mas o país logo entrou em caos total à medida que as facções rivais lutavam pelo poder. No final da década de 1990, a facção conhecida como "talibã" (que significa "estudantes"*) foi aos poucos assumindo o controle do país, expulsando os grupos rivais de cada região. Os talibãs eram uma facção muçulmana conservadora formada por pashtuns, o grupo étnico do sudeste do país, principalmente da província de Kandahar. No final de 2000, eles controlavam a maioria do país, com exceção do nordeste, onde tinham a oposição de grupos étnicos rivais – uzbeques, tadjiques e hazaras – conhecidos como "Aliança do Norte".

Os talibãs geraram desaprovação internacional em função de suas políticas.

- As mulheres foram quase que totalmente excluídas da vida pública e impedidas de continuar como professoras, médicas e em outras profissões.
- Foram introduzidas punições penais duras.
- Suas políticas culturais não pareciam razoáveis: por exemplo, a música foi proibida. Todo o mundo ficou consternado quando o regime ordenou a destruição de duas enormes estátuas de Buda esculpidas na pedra e datadas dos séculos IV e V a.C. Especialistas culturais as consideravam como tesouros únicos, mas os talibãs as explodiram, alegando que elas eram ofensivas ao islã.
- O governo permitia que o país fosse usado como refúgio de campo de treinamento de militantes islâmicos, incluindo Osama bin Laden.
- Em função de uma combinação dos estragos causados por anos de guerra civil, a economia estava em ruínas. Havia escassez grave de alimentos, na medida em que os refugiados, que não conseguiam mais se sustentar na terra, afluíam para as cidades. Mesmo assim, a ONU tentou distribuir alimentos em Cabul, a capital, o governo fechou os escritórios da organização, opondo-se à influência estrangeira e ao fato de que as mulheres afegãs estavam ajudando no trabalho de ajuda humanitária. Muito poucos Estados reconheceram o regime talibã e sua impopularidade deu um impulso ao plano dos Estados Unidos de usar a força contra ele.

(d) O talibã derrubado

Em 7 de outubro de 2001, foi lançada uma operação conjunta entre Estados Unidos e Grã-Bretanha contra o Afeganistão. Alvos militares talibãs foram atacados com mísseis de cruzeiro disparados de navios. Mais tarde, caças norte-americanos de longo alcance começaram uma ofensiva contra posições talibãs no noroeste. Em 14 de outubro, os talibãs ofereceram entregar bin Laden a um país intermediário, embora não diretamente aos Estados Unidos, em troca do fim do bombardeio, mas o presidente Bush rejeitou essa oferta e se recusou a negociar. Inicialmente, as forças talibãs ofereceram uma forte resistência, e no fim do mês, ainda controlavam a maior parte do país. Entretanto, durante o mês de novembro, sob pressão de ataques aéreos continuados dos Estados Unidos e das forças da Aliança do Norte, começaram a perder o controle. Em

* N. de R.: de religião.

12 de novembro, abandonaram Cabul e em pouco tempo foram expulsos de sua principal base de poder, a província de Kandahar. Muitos fugiram para as montanhas ou cruzaram a fronteira para o Paquistão. Os Estados Unidos continuaram a bombardear a região das montanhas, esperando espremer bin Laden e seus guerrilheiros da al-Qaeda, sem sucesso.

Os Estados Unidos e seus Aliados tinham atingido um de seus objetivos: o impopular regime talibã tinha terminado, mas bin Laden permanecia foragido e ainda era um homem livre, supondo-se que ainda estivesse vivo, em 2004. Em 27 de novembro, houve uma conferência de paz em Bonn (Alemanha) sob os auspícios da ONU, para decidir sobre um novo governo para o Afeganistão. Não era fácil levar a paz para esse país problemático. No início de 2004, o governo central do presidente Hamid Karzai, em Cabul, lutava para impor sua autoridade sobre os difíceis chefes militares no norte. Ele contava com o apoio de tropas norte-americanas que ainda estavam na "guerra contra o terror", e por tropas da OTAN, que tentavam manter a paz e ajudar a reconstruir o país. Mas era uma tarefa árdua, pois o evento mais negativo era que os talibãs tinham se reagrupado no sul, financiados, em parte, pela produção de heroína. Representantes da ONU estavam preocupados com que o Afeganistão pudesse, mais uma vez, transformar-se em um "Estado delinquente" nas mãos dos cartéis de drogas. O problema é que cerca de metade do Produto Interno Bruto do país vinha das drogas ilegais. À medida que a violência continuava, até as agências de ajuda passaram a ser atacadas. No verão de 2004, a organização *Médicos sem Fronteiras*, que tinha trabalhado no país por 25 anos, decidiu se retirar, o que representava um duro golpe para os afegãos comuns.

Mesmo assim, as eleições prometidas, realizadas em novembro de 2004, puderam acontecer de forma bastante pacífica, apesar das ameaças de violência do talibã. O presidente Karzai foi eleito para um mandato de cinco anos, com 55,4% dos votos, o que era menos do que ele esperava, mas suficiente para que afirmasse que agora tinha legitimidade e um mandato concedido pelo povo. Seu novo slogan era "participação nacional". Ele visava a construção de um governo de moderados, e imediatamente lançou uma campanha para tirar de cena os chefes militares locais, eliminar o tráfico de drogas e convencer os agricultores a se mudar para outras lavouras em vez de cultivar papoulas de ópio.*

(e) A "guerra contra o terror" é uma luta entre o Islã e o Ocidente?

Desde o início de sua campanha, Osama bin Laden afirmava que ela era parte de uma disputa mundial entre o Ocidente e o Islã. Já em 1996, ele havia emitido uma fátua (ordem religiosa) para que todos os muçulmanos matassem pessoal norte-americano na Somália e na Arábia Saudita. Em 1998, ele ampliou a fátua: "Matar todos os norte-americanos e seus aliados, civis e militares, é um dever individual de qualquer muçulmano que possa fazê-lo em qualquer país no qual isso seja possível". Quando começou o ataque ao Afeganistão, ele tentou apresentá-lo não como uma guerra contra o terrorismo, mas como uma guerra contra o Afeganistão e contra o Islã em geral. Conclamou os muçulmanos que viviam em países cujos governos tinham oferecido ajuda aos Estados Unidos para que se rebelassem contra seus líderes. Falava de vingança pelos 80 anos de humilhação que os muçulmanos tinham sofrido nas mãos das potências coloniais: "O que os Estados Unidos estão experimentando agora é apenas uma cópia do que nós experimentamos". O segundo homem de bin Laden, Ayman al-Zawahiri, disse que os atentados de 11 de setembro dividiram o mundo em dois lados: "O lado dos crentes e o dos infiéis. Todos os muçulmanos devem colaborar na luta para tornar essa religião vitoriosa".

* N. de R.: Posteriormente o talibã voltou à cena, inclusive atuando no Paquistão, demandando o envio de reforços americanos ao Afeganistão. A realização de Xangai, em 2009, mostrou-se um processo complicado, com acusações de fraude.

(f) O que bin Laden esperava dessa campanha?

- Bin Laden tinha interesses especiais na Arábia Saudita, o país onde foi criado e educado. Depois de suas façanhas lutando contra as forças soviéticas no Afeganistão, ele voltou ao país, mas em pouco tempo entrou em conflito com o governo, uma monarquia conservadora que, ele achava, era muito subserviente aos Estados Unidos. Ele acreditava que, como país muçulmano, a Arábia Saudita não deveria ter permitido a mobilização de forças dos Estados Unidos e de outros países em seu território durante a Guerra do Golfo de 1991, porque isso seria uma violação da terra sagrada do Islã (Meca e Medina, as duas cidades sagradas do Islã, estão localizadas na Arábia Saudita). O governo confiscou sua cidadania e ele foi forçado a fugir para o Sudão, que tinha um regime muçulmano fundamentalista. Sendo assim, bin Laden esperava se livrar das bases militares norte-americanas, que ainda estavam na Arábia Saudita no início de 2001. Em segundo lugar, queria conseguir a derrubada do governo saudita e sua substituição por um regime islâmico.

  A essas alturas, o regime saudita estava começando a se preocupar com a diminuição de sua popularidade. Muitas pessoas da geração mais jovem estavam sofrendo com o desemprego e simpatizavam com o antiamericanismo de bin Laden, o que levou o governo a tentar reduzir sua colaboração com os Estados Unidos. Embora tenha condenado os atentados de 11 de setembro, relutava a permitir que aviões militares norte-americanos usassem suas bases, e não participou ativamente da campanha contra o Afeganistão. Isso incomodou os Estados Unidos, que passaram a retirar quase todas as suas tropas do país e estabeleceram um novo quartel-general no Catar. O primeiro objetivo de bin Laden tinha sido atingido, e o segundo parecia bastante possível, à medida que aumentava a inquietude e os grupos da al-Qaeda operando na Arábia Saudita se fortaleciam. Houve um número cada vez maior de ataque a prédios que abrigavam pessoal estrangeiro. Sem tropas norte-americanas para sustentá-lo, o regime saudita parecia ter boas probabilidades de enfrentar um tempo difícil.
- Bin Laden esperava forçar um acordo no conflito israelo-palestino: ele apoiava a criação de um Estado palestino, e, de preferência, queria a destruição do Estado de Israel. Obviamente isso não foi conseguido, e não parece haver perspectiva de qualquer tipo de acordo, a menos que os Estados Unidos usem sua influência política e financeira sobre Israel.
- Ele esperava provocar um confronto mundial entre o mundo islâmico e o Ocidente, para que, em última análise, todas as tropas e influências estrangeiras sobre o mundo muçulmano e árabe fossem eliminadas. Alguns observadores acham que essa foi a razão pela qual ele planejou os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos: ele calculava que os norte-americanos responderiam com violência desproporcional, o que uniria o mundo muçulmano contra eles. Uma vez eliminada a influência e a exploração ocidentais, os Estados muçulmanos poderiam se concentrar na melhoria de condições e em aliviar a pobreza à sua própria maneira, conseguiriam introduzir o direito Charia – a lei antiga do islã – que, eles afirmavam, tinha sido suplantada pela influência estrangeira.

Às vezes, parecia que bin Laden estava no caminho de conseguir a polarização que desejava, e que alguns autores norte-americanos estavam prevendo há anos. Por exemplo, Robert Kaplan, escrevendo em 2000, alertou que o mundo estava por se dividir: o Ocidente seria ameaçado por uma onda de violência por parte de culturas estrangeiras. Samuel Huntington também previu um "choque de civilizações" a partir do final da Guerra Fria. Contudo, isso não levava em conta o fato de que nos anos de

1990, os Estados Unidos haviam apoiado muçulmanos em Kosovo, Bósnia, Somália e Chechênia. No período posterior ao 11 de setembro, muitas nações muçulmanas se colocaram ao lado norte-americanos e ofereceram ajuda. O Paquistão deu ajuda vital, e seu presidente Musharraf condenou os extremistas muçulmanos por construir uma reputação negativa para o Islã. Nem todos os países que os Estados Unidos consideravam como Aliados correram para se somar à causa: a maioria dos países da América Latina foi contrária a apoiar a guerra contra o terror dos Estados Unidos.

Muitos autores muçulmanos respeitados rejeitaram a teoria do "choque de civilizações". Abdullahi Ahmed An-Na'im, professor de direito em Atlanta, Estados Unidos, e anteriormente da Universidade de Cartum (Sudão), afirma que "todos os governos de países predominantemente muçulmanos agiram de forma clara e constante, segundo seus próprios interesses econômicos, políticos e de segurança. O que está acontecendo em todas as partes é simplesmente a política do poder, como sempre, e não a manifestação de um choque de civilizações". Sendo assim, o Paquistão recebeu uma considerável ajuda financeira em troca de sua cooperação, assim como o Cazaquistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. Outro muçulmano, Ziauddin Sardar, escreveu (*Observer*, 16 de setembro de 2001) que "o Islã não tem como explicar a ação dos sequestradores suicidas, assim como o cristianismo não consegue explicar as câmaras de gás, ou o catolicismo, o atentado à bomba em Omagh. Esses são atos que vão além da crença, de pessoas que há muito abandonaram o caminho do Islã". Ele insistia em que as ações terroristas eram completamente estranhas à fé e ao raciocínio do Islã. A maioria dos líderes ocidentais, principalmente o primeiro-ministro britânico Blair, esforçava-se para salientar que esta não era uma guerra contra o Islã, e sim contra um pequeno grupo de terroristas muçulmanos e os Estados delinquentes que os estavam protegendo.

Essa visão provavelmente está próxima da verdade: que a ampla maioria dos muçulmanos é de homens e mulheres comuns e as pessoas no Terceiro Mundo estão diante do problema de sempre: a luta para dar de comer a suas famílias. Elas não tem tempo nem inclinação para participar de uma luta entre civilizações rivais. Os terroristas representam apenas uma corrente do fundamentalismo islâmico militante, intolerante e antimoderno. Todas as religiões tem seus fanáticos, cujas crenças extremas muitas vezes contradizem a própria religião que eles dizem seguir. Alguns observadores acreditam que o fundamentalismo islâmico pode ter passado de seu momento culminante. Francis Fukuyama, escrevendo em 2002, afirmava que a ideia de um Estado teocrático islâmico puro é atraente em teoria, mas que a realidade não o é tanto.

> Os que realmente tiveram que viver sob um regime desses, por exemplo, no Irã e no Afeganistão, vivenciaram ditaduras opressivas cujos líderes tem menos ideias do que a maioria das outras pessoas sobre como superar problemas de pobreza e estagnação.... Mesmo quando os eventos de 11 de setembro aconteceram, havia demonstrações permanentes em Teerã e em muitas outras cidades iranianas por parte de dezenas de milhares de jovens cheios do regime islâmico querendo uma ordem política mais liberal.

Contudo, embora a situação não tivesse ainda atingido a etapa de uma "luta de civilizações", o risco estava presente. A causa principal por trás de grande parte do terrorismo é a pobreza e o abuso aos direitos humanos no Terceiro Mundo, além da distância cada vez maior entre ricos e pobres. De um lado, havia o sistema capitalista ocidental, crescendo a partir da globalização baseada no lucro e sua inescrupulosa exploração do restante do mundo; de outro, o Terceiro Mundo, que se considerava marginalizado e destituído, e onde todos os tipos de problemas eram profundos – fome, seca, AIDS, dívidas incapacitantes e governos corruptos que abusavam dos direitos humanos e não compartilhavam a riqueza de

seus países entre os cidadãos comuns. Alguns desses governos foram apoiados pelo Ocidente porque eram bons para suprimir terroristas potenciais. O problema da guerra contra o terrorismo, até o momento, é que ela se concentrava em ação militar e de polícia, sem muitas evidências de ações bem sucedidas na construção de nações. Aos olhos dos árabes e muçulmanos, toda a situação era sintetizada no conflito israelo-árabe. De um lado estava Israel, rico, altamente armado e apoiado pelos Estados Unidos; de outro, os palestinos, marginalizados, privados de sua terra, atingidos pela pobreza e sem muitas esperanças de melhorias. Até que esses problemas fossem tratados de forma séria, seria improvável que uma guerra contra o terrorismo fosse vencida.

12.4 A QUEDA DE SADDAM HUSSEIN

(a) Histórico do ataque contra o Iraque

Após sua derrota na primeira guerra do golfo (1990-1991), Saddam Hussein pode permanecer no poder (ver Seção 11.10(c)). Ele derrotou levantes dos curdos no norte e dos xiitas no sul, sendo especialmente brutal no tratamento dos rebeldes. Quando os refugiados escaparam para os pântanos, Saddam fez com que as áreas fossem drenadas, e milhares de xiitas foram mortos. Ele já tinha usado armas químicas em sua guerra contra o Irã e contra os curdos, e era sabido que tinha um programa de armas biológicas. Em 1995, o Iraque tinha um programa bastante avançado de armas nucleares. Embora estivessem relutantes em derrubar Saddam Hussein em função do caos que poderia vir daí, os Estados Unidos e o Reino Unido tentaram limitá-lo dando continuidade ao embargo comercial que foi imposto pela ONU pouco depois que as tropas iraquianas invadiram o Kuwait. Em 2000, essas sanções completaram 10 anos em vigor, mas pareciam ter pouco efeito sobre Saddam; eram os iraquianos comuns que sofriam, em função de escassez de alimentos e material de saúde. Em setembro de 1998, o diretor do programa de ajuda da ONU, Denis Halliday, renunciou dizendo que não poderia mais levar adiante uma política tão "imoral e ilegal". Em 1999, o Unicef informava que, desde 1990, mais de meio milhão de crianças tinham morrido de desnutrição e falta de medicamentos como resultado direto das sanções.

Entretanto, as sanções conseguiram garantir que Saddam permitisse inspeções de seu programa nuclear por membros da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), autorizados por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Descobriu-se que os iraquianos tinham todos os componentes necessários para fabricar ogivas nucleares e que a construção estava acontecendo. Em 1998, a equipe da AIEA destruiu todos os locais de desenvolvimento nuclear de Saddam e retirou seu equipamento. Nesse momento, contudo, não se falava em tirá-lo do poder, já que ele estava mantendo os curdos e os xiitas sob controle, e assim, impedindo a desestabilização da região.

(b) Os Estados Unidos e o Reino Unido se preparam para atacar

Os sinais de alerta vieram do discurso sobre o Estado da União do presidente Bush, em janeiro de 2002, quando ele fez referência aos Estados delinquentes do mundo, que eram uma ameaça em função de suas "armas de destruição em massa". Eles os descreveu como um "eixo do mal", e os países mencionados foram o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte. Em pouco tempo, ficou claro que os Estados Unidos, estimulados por sua vitória relativamente fácil no Afeganistão, estavam por voltar suas atenções ao Iraque. A mídia dos Estados Unidos começou a tentar convencer o restante do mundo de que Saddam Hussein representava uma séria ameaça e que a única solução era uma "mudança de regime". *As justificativas apresentadas pelos norte-americanos para atacar o Iraque eram as seguintes:*

- Saddam tinha armas químicas, biológicas e nucleares e estava trabalhando em um

programa para produzir mísseis balísticos que poderiam voar mais de 1.220 Km (rompendo assim, o limite de 150 Km). Esses eram os mísseis necessários para o uso de armas de destruição em massa.

- A situação mundial como um todo tinha mudado desde 11 de setembro de 2001; a guerra contra o terrorismo exigia que os países que apoiavam e estimulavam as organizações terroristas fossem contidos.
- O Iraque estava acolhendo grupos terroristas, incluindo membros da al-Qaeda, que tinham um campo de treinamento especializado em químicos e explosivos. Os serviços de inteligência iraquianos estavam cooperando com a rede da al-Qaeda, e, juntos, representavam uma enorme ameaça aos Estados Unidos e seus aliados.
- Quanto mais a ação fosse postergada, maior se tornaria o risco. Khidir Hamza, exilado iraquiano que havia trabalhado no programa nuclear de seu país, disse aos Estados Unidos, em agosto de 2002, que Saddam teria armas nucleares em condições de uso em 2005. Alguns apoiadores da guerra compararam a situação com os anos de 1930, quando os conciliadores não conseguiram enfrentar Hitler e permitiram que ele se tornasse poderoso demais.

(c) Oposição à guerra

Embora o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, tivesse prometido apoio a um ataque dos Estados Unidos contra o Iraque, havia muito menos entusiasmo no restante do mundo do que tinha havido na campanha contra os talibãs no Afeganistão. Houve demonstrações enormes contra a guerra no Reino Unido, na Austrália e em muitos outros países, e mesmo nos próprios Estados Unidos. *Os opositores da guerra apresentavam os seguintes argumentos*:

- Dado que todas as suas instalações nucleares tinham sido destruídas em 1998, e que haviam sido impostas sanções comerciais ainda mais rígidas, era improvável que Saddam fosse capaz de reconstruir suas estruturas para produzir armas de destruição em massa. Scott Ritter, inspetor-chefe de armas da ONU no Iraque, declarou (em setembro de 2002), que: "Desde 1998, o Iraque está fundamentalmente desarmado. Entre 90 e 95% de suas armas de destruição em massa foram comprovadamente eliminadas. Isso inclui todas as fábricas usadas para produzir armamentos químicos, biológicos e nucleares e mísseis balísticos de longo alcance". Estava claro que o Iraque era uma ameaça muito menor em 2002 do que havia sido em 1991. Havia uma sensação de que os perigos tinham sido exagerados por oponentes de Saddam exilados, que estavam fazendo tudo o que podiam para pressionar os Estados Unidos a depô-lo.
- Mesmo que Saddam tivesse todas essas armas de destruição em massa, seria improvável que ele ousasse usá-las contra os Estados Unidos e seus aliados. Um ataque desse tipo garantiria sua derrubada rápida. Ele também não tinha invadido outro país, como fizera em 1990, de forma que essa justificativa não poderia ser usada para atacar o Iraque.
- Não havia evidências suficientes de que o Iraque estivesse acolhendo terroristas da al-Qaeda. A intervenção militar norte-americana tornaria a situação pior, estimulando sentimentos antiocidentais ainda mais violentos. Relatórios do Congresso publicados em 2004 concluíram que os críticos da guerra tinham razão: Saddam não tinha estoques de armas de destruição em massa e não havia ligações entre ele, a al-Qaeda e os atentados de 11 de setembro de 2001.
- A guerra deveria ser o último recurso, e deveria ser dado mais tempo para que os inspetores de armas da ONU completassem suas buscas de armas de destruição em massa. Qualquer ação militar deveria ser apoiada pela ONU.
- Sugeriu-se que as reais motivações dos Estados Unidos nada tinham a ver com a guerra contra o terrorismo, sendo simples-

mente um caso em que a única superpotência do mundo ampliava ostensivamente seu controle – "manter a preeminência global dos Estados Unidos". Um grupo de importantes Republicanos (o partido do presidente Bush) já tinha apresentado, em 1998, um documento exigindo que o presidente Clinton implementasse uma política exterior que definisse o novo século de forma "favorável aos princípios e interesses dos Estados Unidos". Eles sugeriam "a derrubada do regime de Saddam Hussein do poder". Se Clinton não agisse, "estariam em risco a segurança das tropas norte-americanas na região e de nossos amigos e aliados, como Israel, bem como dos Estados árabes moderados e uma significativa proporção das reservas de petróleo do mundo.... As políticas norte-americanas não podem continuar a ser prejudicadas por uma insistência equivocada na unanimidade dentro do Conselho de Segurança da ONU". Tendo recentemente retirado a maioria de suas forças da Arábia Saudita, os Estados Unidos considerariam o Iraque o substituto perfeito, que lhes possibilitaria continuar exercendo controle sobre o petróleo da região.

(d) As Nações Unidas e a guerra

Em vista das dúvidas manifestadas, e sob pressão de Tony Blair, o presidente Bush decidiu dar uma chance à ONU, para ver o que ela conseguia. Em novembro de 2002, o Conselho de Segurança aprovou uma resolução (1441) conclamando Saddam Hussein a se desarmar ou "enfrentar graves consequências". O texto era um meio-termo entre Estados Unidos e Reino Unido de um lado e França e Rússia (que se opunham à guerra) de outro. A resolução não dava aos Estados Unidos autorização total para atacar o Iraque, mas mandava claramente uma mensagem forte a Saddam sobre o que ele poderia esperar se não atendesse. O Conselho de Segurança avaliaria se o Iraque deixasse de cumprir as novas demandas das inspeções, mais rígidas. O Iraque aceitou a resolução, e Hans Blix e sua equipe de 17 inspetores de armas voltaram ao país após uma ausência de quatro anos.

Bush e Blair estavam impacientes com o atraso, e em janeiro de 2003, Blair começou a pressionar por uma segunda resolução do Conselho de Segurança que autorizasse a invasão do Iraque. Bush declarou que, embora uma segunda resolução lhe satisfizesse, ele não a considerava necessária; ele afirmava que a Resolução 1441 já dava autoridade aos Estados Unidos para atacar Saddam. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a Espanha pressionavam por outra resolução, enquanto a França, a Rússia e a China estavam inflexíveis em que os inspetores de armas deveriam ter mais tempo antes de se tomar qualquer ação militar. No final de fevereiro de 2003, Blix informava que os iraquianos estavam cooperando e tinham concordado em destruir alguns mísseis que foram descobertos. Estados Unidos, Reino Unido e Espanha desconsideraram a informação como sendo uma "tática protelatória" de Saddam, embora, em março, o Iraque tenha realmente começado a destruir os mísseis. Blix descreveu esse fato como uma "medida substancial de desarmamento". O presidente francês Chirac deixou claro que vetaria qualquer resolução do Conselho de Segurança que autorizasse a guerra contra o Iraque (10 de março).

Porém, os norte-americanos desdenharam das objeções da França e da Alemanha, chamando esses países de a "velha Europa", desconectada das tendências do momento. Os mesmos três países estavam determinados a seguir em frente: emitiram um ultimato conjunto a Saddam, dando-lhe 48 horas para sair do Iraque. Quando foi ignorado, forças dos Estados Unidos e do Reino Unido deram início a ataques aéreos e uma invasão do sul do Iraque através do Kuwait (20 de março). Os Estados Unidos afirmavam que 30 países tinham concordado em participar de sua coalizão, embora somente o Reino Unido e a Austrália tenham dado contribuição militar. Quando a invasão começou, o

historiador norte-americano Arthur Schlesinger escreveu no jornal *Los Angeles Times*:

> O presidente adotou uma política de "autodefesa antecipatória" que é alarmantemente semelhante à que o Japão empregou em Pearl Harbor, em uma data que, como disse um presidente anterior dos Estados Unidos, viverá na infâmia.... A onda global de simpatia que tomou conta dos Estados Unidos depois do 11 de setembro deu lugar a uma onda global de ódio diante de sua arrogância e militarismo.... mesmo em países amigos, o público considera Bush como uma ameaça à paz maior do que Saddam Hussein.

(e) Saddam Hussein derrubado

Inicialmente, as forças invasoras fizeram progressos mais lentos do que seria de se esperar, já que muitas unidades de soldados iraquianos

Ilustração 12.2 Uma escultura da cabeça de Saddam Hussein no meio da rua em Bagdá, Iraque, 10 de abril de 2003.

ofereceram forte resistência. As forças dos Estados Unidos foram prejudicadas pela recusa da Turquia a permitir que unidades norte-americanas assumissem posições em seu território, impossibilitando aos Estados Unidos fazer um avanço significativo sobre Bagdá a partir do norte. Forças avançando a partir do sul foram obstruídas por fortes tempestades no deserto. No início de março, a rápida vitória ainda não tinha sido atingida, e se anunciou que o número de soldados norte-americanos seria dobrado a 200.000 até o final de abril. Enquanto isso, continuava o assalto a Bagdá por bombardeiros pesados e mísseis de cruzeiro. Posteriormente, soube-se que nas primeiras semanas do ataque, até 15.000 iraquianos foram mortos, dos quais 5.000 eram civis.

A reação internacional à invasão foi majoritariamente desfavorável. Houve muitas manifestações de protesto em todo o mundo árabe, onde a ação dos Estados Unidos foi vista simplesmente como uma atitude ostensiva visando a construção de um império. Um porta-voz iraniano disse que ela levaria à "total destruição da segurança e da paz", enquanto a Arábia Saudita conclamava a evitar a ocupação militar do Iraque. Também houve condenação por parte da Indonésia (que tinha a maior população muçulmana do mundo), da Malásia, da França, da Alemanha e da Rússia. Contudo, alguns países expressaram seu apoio, como Filipinas, Espanha, Portugal e Holanda, assim como alguns dos antigos países comunistas do Leste Europeu, principalmente a Polônia. Isso surpreendeu muitas pessoas, mas a razão era simples: os Estados Unidos tinham enorme prestígio aos olhos deles em função do papel vital que haviam cumprido na derrota do comunismo.

No início de abril, o peso e a força enorme dos invasores começaram a ficar visíveis. As unidades iraquianas começaram a desertar e a resistência desabou. As tropas norte-americanas capturaram Bagdá, enquanto os britânicos tomaram Basra, a principal cidade do sul. Em 9 de abril, foi anunciado que a ditadura de 24 anos de Saddam estava terminada e o mundo assistiu a imagens de TV de um tanque norte-americano derrubando uma estátua dele em Bagdá, aplaudido por uma multidão em júbilo. O próprio Saddam desapareceu por um tempo, mas foi capturado em dezembro de 2003. Em 1º de maio, o presidente Bush declarou que a guerra tinha acabado.

(f) Depois da guerra

O ano seguinte à derrubada de Saddam não transcorreu como o presidente Bush esperava. Não foram encontradas armas de destruição em massa. Pior que isso, em janeiro de 2004, Paul O'Neill, ex-secretário do tesouro que foi demitido no final de 2002 por discordar do restante do governo em relação ao Iraque, fez revelações sensacionais. Ele afirmou que Bush já estava determinado a depor Saddam desde janeiro de 2001, quando assumiu, e que o 11 de setembro deu a justificativa conveniente. O discurso sobre a ameaça de armas de destruição em massa era meramente uma cobertura, já que o governo sabia perfeitamente bem que Saddam não tinha esse tipo de arma. Sendo assim, a principal justificativa para a guerra apresentada por Bush e Blair parecia ter sido invalidada.

À medida que continuava a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, *os iraquianos, cuja maioria tinha ficado agradecida pela deposição de Saddam, iam ficando impacientes*. Parecia haver poucas evidências de que os norte-americanos tentassem "construir uma nação", e seus métodos para manter a ordem eram muitas vezes insensíveis. Eles tampouco pareciam ter qualquer plano claro para o futuro do Iraque. Inevitavelmente, o sentimento antiamericano crescia e, em junho de 2003, a resistência armada estava a pleno vapor. No início, os ataques eram realizados somente por gente leal a Saddam, mas, em pouco tempo, outros grupos se juntaram a eles: nacionalistas que queriam que seu país fosse livre e independente e muçulmanos sunitas que queriam algum tipo de Estado islâmico.

No mundo árabe fora do Iraque, houve uma onda de antiamericanismo. Os militantes

afluíam ao país para dar apoio a seus pares muçulmanos contra os Estados Unidos, que consideravam como o grande inimigo do Islã. A violência aumentou à medida que suicidas, usando táticas do Hamas e do Hezbollah, explodiam sedes da ONU, delegacias de polícia, o hotel Baghdad, iraquianos que cooperavam com os Estados Unidos, e pessoal militar norte-americano. No final de 2003, 300 soldados norte-americanos tinham sido mortos – desde que o presidente Bush declarou que a guerra tinha acabado. Então, embora os lutadores da al-Qaeda provavelmente não estivessem atuando no Iraque antes da invasão, eles certamente passaram a fazê-lo depois dela. Os norte-americanos esperavam que a captura de Saddam gerasse uma redução da violência, mas parecia ter feito pouca diferença.

O que o movimento de resistência queria? Um porta-voz de um dos grupos nacionalistas disse: "Não queremos ver nosso país ocupado por forças que estão claramente em busca de seus próprios interesses, em vez de buscar devolver o Iraque aos iraquianos". Uma das coisas que enfureciam os iraquianos era a forma como as empresas norte-americanas estavam sendo premiadas com contratos de reconstrução do país, excluindo-se todos as outras.

Parecia que todo o foco de atenção internacional estava direcionado ao Iraque. O que acontecesse ali teria repercussões no Oriente Médio e em toda a esfera das relações internacionais. Os riscos eram enormes.

- Em um país com tantos grupos religiosos, étnicos e políticos diferentes, que esperança haveria de que surgisse um forte movimento com uma maioria viável a partir das eleições? Se o país caísse na guerra civil, qual seria a ação a ser tomada pelos norte-americanos?
- A al-Qaeda se fortaleceu pelo aumento do sentimento antiamericano e antiocidental. Também havia uma série de novas redes de militantes islâmicos, com bases na Europa e no Oriente Médio. Em 2004, Londres foi apontada como importante centro para recrutamento, arrecadação de fundos e fabricação de documentos falsos. Havia relatos de células de militantes islâmicos na Polônia, na Bulgária, na Romênia e na República Tcheca. Os atentados terroristas continuavam: mesmo antes da guerra do Iraque, uma bomba explodiu em um balneário localizado em uma ilha de Bali (parte da Indonésia) matando quase 200 pessoas, muitas das quais eram australianos em férias (outubro de 2002). A Indonésia foi alvo, mais uma vez, em agosto de 2003 quando uma bomba explodiu do lado de fora de um hotel de propriedade norte-americana em Jacarta (a capital), matando 10 muçulmanos, mas apenas um europeu.

O alvo seguinte foi a Turquia, quando Istambul sofreu quatro atentados suicidas com bombas em cinco dias. Dois aconteceram ao lado de sinagogas judaicas, um próximo ao banco londrino HSBC, enquanto a quarta causava muitos danos ao consulado britânico, matando o cônsul-geral do Reino Unido. Os ataques contra alvos do Reino Unido foram programados para coincidir com uma visita do presidente Bush a Londres. Ao todo, nos quatro ataques, pelos quais a al-Qaeda foi responsabilizada, cerca de 60 pessoas foram mortas, a maioria turcos muçulmanos locais.

Em março de 2004, cerca de 200 pessoas foram mortas em Madri, em múltiplos atentados a bomba em quatro trens, no horário de pico da manhã. Inicialmente, o governo espanhol pensou tratar-se de trabalho do ETA, o movimento separatista basco, mas posteriormente ficou claro que os terroristas responsáveis eram um grupo marroquino aliado da al-Qaeda. Eles haviam supostamente agido em retaliação pelo fato de que a Espanha apoiara os Estados Unidos e o Reino Unido em seu ataque ao Iraque. Os ataques tiveram resultados políticos inesperados: na eleição geral espanhola realizada três dias de-

pois, o governo de José María Aznar, que tinha apoiado a guerra e enviado tropas ao Iraque, foi derrotado pelos socialistas, que se opuseram à guerra. Apenas quatro semanas depois, o novo primeiro-ministro, Zapatero, retirou todos os soldados espanhois do Iraque.

- Enquanto a disputa israelo-palestina permanecesse sem ser resolvida e as tropas norte-americanas estivessem no Iraque, parecia haver poucas chances de um fim da "guerra ao terrorismo". Alguns observadores sugeriram, como primeiro passo, a retirada do pessoal norte-americano e britânico do Iraque e sua substituição por uma administração provisória da ONU, sustentada por tropas da própria organização, de qualquer país, menos dos Estados Unidos e Reino Unido! Assim, o avanço em direção à democracia poderia ser cuidadosamente planejado, poderia ser elaborada uma Constituição e realizadas eleições sob os auspícios da ONU.

Em 2004, a maioria dos observadores experientes dizia a mesma coisa: os Estados Unidos, o país mais poderoso do mundo, deveria escutar o que os iraquianos moderados estavam dizendo se quisessem evitar o caos total no Oriente Médio e a perspectiva de outro Vietnã. A situação continuava a piorar. Em abril, os norte-americanos enfrentaram um levante xiita total, liderado pelo clérigo radical Muqtada al Sadr, que queria que o Iraque se tornasse um Estado islâmico xiita. Os Estados Unidos sofreram constrangimentos quando surgiram histórias de prisioneiros iraquianos sendo torturados, sofrendo abusos e humilhados por seus soldados.

Uma das principais preocupações do presidente Bush era que ele teria que enfrentar a reeleição em novembro de 2004. Era importante para ele tentar dar um fim ao envolvimento no Iraque antes disso, se possível. Decidiu-se passar a autoridade aos iraquianos no final de junho de 2004. A transferência de poder para o governo provisório seguiu como planejada e foram feitas algumas tentativas de incluir representantes de todos os diferentes grupos iraquianos. Por exemplo, o primeiro-ministro, Ayad Allawi, era um xiita secular e líder do partido do Acordo Nacional Iraquiano; o presidente, Ajil al-Yawer, era um sunita. Havia dois vice-presidentes, um curdo e o outro, líder do partido islamista xiita Da'wa. O Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade um calendário para o país avançar rumo à verdadeira democracia. Eleições democráticas diretas para uma Assembleia Nacional Transitória deveriam acontecer até janeiro de 2005. A Assembleia elaboraria uma Constituição permanente, sob a qual seria eleito um novo governo democrático até o final daquele ano.

Os norte-americanos esperavam que a transferência de autoridade trouxesse uma redução na violência. Entretanto, muitos iraquianos consideravam seus novos governantes como simples marionetes dos Estados Unidos. Opositores do governo lançaram atentados a bomba contra soldados e outros funcionários iraquianos e estrangeiros, e sabotaram oleodutos. A falta de credibilidade do governo aumentou por conta de sua dependência do apoio de 160.000 soldados estrangeiros, a maioria norte-americanos, britânicos e poloneses, já que o exército e a polícia do próprio Iraque não conseguiam manter a segurança. Não obstante, as eleições foram em frente como planejado, em janeiro de 2005. Apesar das tentativas de sabotagem do processo, cerca de 8,5 milhões de iraquianos desafiaram os suicidas e ataques de morteiro para eleger representantes na Assembleia Nacional de 275 membros. A Aliança Islâmica Xiita Iraquiana teve uma grande vitória, obtendo 140 cadeiras, enquanto a Aliança do Curdistão ficou em segundo com 75 cadeiras. A maioria dos muçulmanos sunitas boicotou as eleições, o que significava que a maioria xiita, que tinha sido oprimida sob o governo de Saddam, tinha agora uma posição forte, embora tivesse que formar alianças com alguns dos partidos menores, já que muitas decisões importantes requeriam uma maioria de dois terços no parlamento. Embora a violência continuasse, o novo parlamento se reuniu pela primeira vez em

março de 2005. Foi acertado que o xiita Ibrahim Jafari seria o primeiro-ministro e o líder curdo Jalal Talabani, o presidente. Muitas das pessoas que discursaram disseram que queriam que o governo fosse includente, para que os árabes sunitas se envolvessem, formando assim um verdadeiro governo de unidade nacional.

12.5 O CENÁRIO INTERNACIONAL EM 2005

Ainda não se sabia se a "guerra de civilizações", que alguns temiam e outros desejavam, iria se materializar integralmente ou se o fundamentalismo islâmico militante, como alguns previram, seria eclipsado quando os muçulmanos moderados se cansassem de suas regras e restrições rígidas e do tratamento que davam às mulheres. Havia alguns sinais positivos:

- O Irã, o segundo país no "eixo do mal" do presidente Bush, assinou um acordo com ministros do exterior europeus para ser aberto e honesto com relação a seu programa nuclear, embora não tenha prometido abrir mão de suas armas nucleares (outubro de 2003), achando que isso seria arriscado demais enquanto Israel tivesse bombas nucleares.
- Mais surpreende, a Líbia, por tanto tempo considerada como um Estado delinquente pelo Ocidente, demonstrava disposição de cooperar. Em agosto de 2003, o líder líbio, coronel Kadafi, concordou em pagar indenização às famílias dos mortos no atentado de Lockerbie. A ONU respondeu suspendendo as sanções comerciais e financeiras sobre a Líbia, que estava em vigor desde 1992. Depois, em dezembro, a Líbia prometeu abrir mão de armas de destruição em massa e convidou a AIEA para inspecionar e desmontar suas instalações nucleares.

Os Estados Unidos podiam afirmar que sua guerra contra o terror, principalmente o ataque contra o Iraque, tinha assustado iranianos e líbios para que cooperassem, mas isso seria ignorar os anos de discretos e pacientes esforços de diálogo e negociação, investidos desde 1999 por alguns países europeus, principalmente o Reino Unido, para convencer o Irã e a Líbia de que a coexistência pacífica era possível. Pode-se dizer que essa foi a verdadeira razão para esses importantes avanços. Como disse um editorial do *Guardian* (22 de dezembro de 2003),

> Que pena que as supostas armas de destruição em massa do Iraque não puderam ser entregues de forma semelhante, inteligente, não violenta.... Esse processo lento de aproximação estava em curso muito antes de Bush atacar Bagdá, mas foram necessárias habilidades diplomáticas britânicas para trazer à tona a questão dessas armas, fazer as conexões e chegar ao acordo ardiloso.

Essas concessões por parte dos dois países muçulmanos geraram demandas de muitos lados para que Israel também abrisse mão de suas armas nucleares. Se esse país se recusasse, significaria que havia dois pesos e duas medidas no controle de armas: amigos dos Estados Unidos, incluindo Israel, Índia e Paquistão, tinham permissão para manter suas armas nucleares, enquanto aqueles considerados como ameaça deveriam abandonar as suas.

As relações internacionais estavam em uma situação complicada. Havia um desacordo básico entre os Estados Unidos, que eram favoráveis a métodos militares para lidar com o terrorismo e os Estados delinquentes, e os países da Europa Ocidental, que em sua maioria favoreciam o diálogo e as tentativas de construir confiança. Entre ambos, havia Tony Blair e o Reino Unido, tentando gerar aproximação e convencer os Estados Unidos, inicialmente, a parar de ameaçar regimes de que não gostam e depois a jogar seu peso na busca de um acordo justo para o conflito israelo-palestino.

PERGUNTAS

1. Os Estados Unidos e a Nova Ordem Mundial
Estude as fontes e responda as perguntas a seguir.

Fonte A
A visão de Robert Kagan, autor norte-americano de textos sobre política, em 1998.

> A verdade é que a hegemonia benevolente exercida pelos Estados Unidos é boa para uma enorme parcela da população mundial. Com, certeza, é um arranjo melhor do que todas as alternativas realistas...
>
> Os Estados Unidos devem se recusar a cumprir determinadas convenções internacionais, como o Tribunal Penal Internacional e o acordo de Kyoto sobre aquecimento global. Os Estados Unidos devem apoiar o controle de armas, mas nem sempre para si mesmos. Devem viver segundo dois pesos e duas medidas.

Fonte: Citado em William Blum, *Killing Hope* (Zed Books, 2003).

Fonte B
A visão de Ken Booth e Tim Dunne, dois especialistas britânicos em política internacional.

> Não acreditamos que os "Estados Unidos" sejam odiados ... são as políticas de sucessivos governos norte-americanos que são tão odiadas: a maneira com que a única superpotência do mundo tenta sempre que as coisas sejam da sua maneira; sua política externa por vezes brutal e seu lucrativo projeto de globalização; seu apoio a tiranos enquanto dá discursos de democracia e direitos humanos.... Em qualquer situação humana, essas potências tendem a provocar a hostilidade daqueles que não são escutados nem conseguem as coisas à sua maneira.
>
> Nesse contexto, como sociedade, os Estados Unidos são uma ideia à qual incontáveis vítimas afluem, buscando refúgio da tirania e da fome. Os Estados Unidos são um dos únicos países a tratar a imigração como um recurso econômico em vez de um fardo.

Fonte: Ken Booth e Tim Dunne (organizadores), *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order* (Palgrave Macmillan, 2002).

(a) Como essas fontes ajudam a explicar por que havia tanto sentimento antiamericano no final do século XX?
(b) A Fonte B se refere à "política externa por vezes brutal e o lucrativo projeto de globalização" dos Estados Unidos. Usando seu próprio conhecimento, explique se você acha que essa é uma descrição justa das ações dos Estados Unidos nas décadas de 1980 e de 1990.
(c) De que formas o antiamericanismo se manifestou entre 1980 e 2004?

2. Examine as evidências a favor e contra a visão de que, no início do século XXI, o mundo estava testemunhando uma "luta de civilizações" entre o Islã e o Ocidente.
3. Explique por que o final da guerra fria não foi seguido de um período de paz e estabilidade mundial.

PARTE
II

A ASCENSÃO DO FASCISMO E DOS GOVERNOS DE DIREITA

Itália, 1918-1945

O Surgimento do Fascismo

13

RESUMO DOS EVENTOS

A unificação da Itália só se completou em 1870, e o novo Estado sofria de fragilidade econômica e política. A Primeira Guerra Mundial foi um fardo muito grande sobre sua economia e havia uma grande decepção por seu tratamento no tratado de Versalhes. Entre 1919 e 1922, houve cinco governos diferentes, todos incapazes de tomar as ações decisivas que a situação exigia. Em 1919, *Benito Mussolini fundou o Partido Fascista Italiano*, que conquistou 35 cadeiras nas eleições de 1921. Ao mesmo tempo, parecia haver um perigo real de uma revolução de esquerda. Em uma atmosfera de greves e rebeliões, os fascistas realizaram uma "Marcha sobre Roma", que culminou com o rei Vitório Emanuel convidando Mussolini para formar um governo (outubro de 1922); ele permaneceu no poder até julho de 1943.

Aos poucos, Mussolini foi assumindo os poderes de um ditador e tentou controlar toda a vida do povo italiano. Inicialmente, parecia que seu regime autoritário poderia trazer benefícios duradouros à Itália, e ele ganhou popularidade com sua política externa ousada e bem-sucedida (ver Seção 5.2). Posteriormente, ele cometeu o erro fatal de entrar na Segunda Guerra Mundial no lado da Alemanha (junho de 1940) mesmo sabendo que a Itália não teria condições de se envolver em outra guerra. Depois de derrotar os italianos, os britânicos, que capturaram as possessões africanas da Itália e ocuparam a Sicília, voltaram-se contra Mussolini. Ele foi deposto e preso (julho de 1943), mas resgatado pelos alemães (setembro) e colocado como governante marionete no norte da Itália, sustentado por tropas alemãs. Em abril de 1945, quando tropas britânicas e norte-americanas avançavam para o norte pela Itália, rumo a Milão, Mussolini tentou escapar para a Suíça, mas foi capturado e morto a tiros por seus inimigos italianos (conhecidos como "*partisans*"). Seu corpo foi levado a Milão e perdurado pelos pés em praça pública – um fim ignominioso para um homem que tinha comandado a Itália por 20 anos.

13.1 POR QUE MUSSOLINI CONSEGUIU CHEGAR AO PODER?

(a) Decepção e frustração

No verão de 1919, havia uma atmosfera geral de decepção e frustração na Itália, produzida por uma combinação de fatores:

1 Decepção com os ganhos da Itália com o tratado de Versalhes

Quando a Itália entrou na guerra, os Aliados prometeram Trentino, o sul do Tirol, a Ístria, Trieste, parte da Dalmácia, a Adália, algumas ilhas do Mar Egeu e um protetorado sobre a Albânia. Embora tenha recebido as quatro primeiras regiões, o restante foi dado a outros países, principalmente a Iugoslávia. A Albânia ficaria independente. Os italianos se

sentiram enganados em função de seus bravos esforços durante a guerra e da perda de cerca de 700.000 homens. Especialmente irritante era o fato de não terem obtido Fiúme (dada à Iugoslávia), embora essa não fosse realmente uma das regiões que lhes haviam sido prometidas. Gabriele d'Annunzio, um famoso poeta romântico, marchou com algumas centenas de apoiadores e ocupou Fiúme antes que os iugoslavos tivessem tempo de fazê-lo. Algumas unidades do exército desertaram e apoiaram d'Annunzio, dando-lhe armas e munição, e ele começou a ter esperanças de derrubar o governo, mas em junho de 1920, depois de ele se manter em Fiúme por 15 meses, o novo primeiro-ministro, Giovanni Giolitti, decidiu que deveria ser restaurada a autoridade do governo e ordenou que o exército retirasse d'Annunzio de Fiúme – uma ação arriscada, já que ele era considerado um herói nacional. O exército obedeceu a ordens e d'Annunzio se rendeu sem luta, mas isso tornou o governo muito impopular.

2 Os efeitos econômicos da guerra

Os efeitos da guerra sobre a economia e o padrão de vida foram desastrosos. O governo tinha feito grandes empréstimos, principalmente dos Estados Unidos, e essas dívidas tinham que ser pagas. Como a lira continuava caindo (de 5-1 em relação ao dólar em 1914 para 28-1 em 1921), o custo de vida também aumentou, pelo menos cinco vezes. Havia desemprego enorme porque a indústria pesada cortou sua produção do tempo da guerra, e 2,5 milhões de soldados tinham dificuldades de encontrar empregos.

3 Desprezo cada vez maior pelo sistema parlamentar

Nas eleições de 1919, foram introduzidos o voto para todos os homens e a representação proporcional. Embora isso desse uma representação mais justa do que o sistema anterior, fazia com que houvesse um grande número de partidos no parlamento. Após a eleição de março de 1921, por exemplo, havia pelo menos nove deles representados, como liberais, nacionalistas, socialistas, comunistas, o partido popular católico e fascistas. Isso tornava difícil para qualquer um obter uma maioria e os governos de coalizão eram inevitáveis. Não era possível haver qualquer política mais permanente porque se sucederam cinco gabinetes com maiorias frágeis. Havia uma impaciência crescente que parecia feita para impedir um governo firme.

(b) Houve uma onda de greves em 1919 e 1920

A industrialização da Itália nos anos posteriores à unificação levou ao desenvolvimento de um partido socialista e sindicatos fortes. Sua maneira de protestar contra a confusão em que se encontrava o país foi organizar uma onda de greves em 1919 e 1920. Elas foram acompanhadas por distúrbios, saques de lojas e ocupação de fábricas por trabalhadores. Em Turim, surgiam os conselhos de fábrica, à imagem dos sovietes russos (ver Seção 16.2(c), Item 2). No sul, as ligas socialistas de agricultores tomaram terras de proprietários ricos e de cooperativas. O prestígio do governo afundou ainda mais por sua incapacidade de proteger a propriedade, e muitos proprietários estavam convencidos de que estava por vir uma revolução de esquerda, principalmente quando o Partido Comunista Italiano foi fundado em janeiro de 1921. Contudo, as chances de revolução estavam diminuindo: as greves e ocupações de fábricas estavam definhando, porque, embora os trabalhadores tentassem manter a produção, reivindicando controle das fábricas, isso se mostrou impossível (os fornecedores se recusavam a lhes dar matérias-primas e eles precisavam de engenheiros e administradores). Na verdade, a formação do Partido Comunista tornou menos provável a revolução, porque dividiu as forças da esquerda, mas o medo da revolução permanecia forte.

(c) Mussolini atraiu amplo apoio

Mussolini e o Partido Fascista eram atrativos a muitas parcelas da sociedade porque, como ele mesmo disse, seu objetivo era resgatar a Itália de governos fracos. Mussolini (nascido em 1883), filho de um ferreiro da Romagna, teve um início de vida profissional variado, tendo trabalhado por um tempo como auxiliar de pedreiro e depois como professor de escola primária. Politicamente, começou como socialista e construiu um nome como jornalista, tornando-se editor do jornal socialista *Avanti*. Ele rompeu com os socialistas porque eles eram contra a intervenção da Itália na guerra, e deu início a seu próprio jornal, *Il Popolo d'Italia*. Em 1919, fundou o partido fascista com um programa socialista e republicano e demonstrava simpatia pelas ocupações de fábricas de 1919-1920. As seções locais do partido eram conhecidas como *fasci di combattimento* (grupos de luta) – a palavra *fasces* significa o feixe de varas com um machado saliente para simbolizar a autoridade e o poder dos cônsules da Roma Antiga (ver Figura 13.1). Nessa etapa, os fascistas eram contra a monarquia, a Igreja e as grandes empresas.

O novo partido não conquistou cadeiras nas eleições e 1919. Isso, somado ao fracasso das ocupações de fábricas, fez com que Mussolini mudasse de rumo. Ele surgiu, então, como defensor da empresa privada e da propriedade, atraindo o tão necessário apoio financeiro dos ricos interesses empresariais. Começando no final dos anos de 1920, esquadrões de fascistas usando camisas negras atacavam e queimavam regularmente as sedes locais dos socialistas e os escritórios de seus jornais, e agrediam os parlamentares socialistas. No final de 1921, mesmo sendo extremamente vago, seu programa político tinha obtido o apoio dos proprietários em geral, porque eles o viam como uma garantia da lei e da ordem (principalmente depois da formação do Partido Comunista em janeiro de 1921). Tendo conquistado as grandes empresas, Mussolini começou a fazer discursos conciliatórios com relação à Igreja Católica. O papa Pio XI levou a Igreja a se alinhar a ele, considerado como uma boa arma anticomunista. Quando

Figura 13.1 O símbolo fascista.

Mussolini anunciou que havia abandonado a parte republicana de seu programa (setembro de 1922), até mesmo o rei começou a olhar os fascistas de forma mais favorável. No espaço de três anos, Mussolini tinha passado da extrema esquerda à extrema direita.

(d) Falta de oposição eficaz

Os grupos antifascistas não foram capazes de cooperar entre si e não fizeram esforços firmes para manter os fascistas de fora. Os comunistas se recusavam a cooperar com os socialistas, e Giolitti (primeiro-ministro de junho de 1920 a julho de 1921) realizou as eleições de maio de 1921 na esperança de que os fascistas, ainda sem representação no parlamento, conquistassem algumas cadeiras e apoiassem seu governo. Ele estava disposto a fechar os olhos para a violência, achando que eles se tornariam mais responsáveis quando estivessem presentes no parlamento. Contudo, eles conquistaram 35 cadeiras enquanto os socialistas tiveram 123. Claramente, não se poderia cogitar uma tomada de poder pelos fascistas, embora o número de seus esquadrões em todo o país aumentasse rapidamente. Os socialistas devem receber grande parte da culpa por se recusarem a trabalhar com o governo para conter a violência fascista. Uma coalizão do bloco nacionalista de Giolitti e dos socialistas poderia ter criado um governo razoavelmente estável, excluindo os fascistas, mas os socialistas não cooperaram e isso fez com que Giolitti renunciasse em desespero. Os socialistas tentaram usar a situação em vantagem própria chamando uma greve geral no verão de 1922.

(e) A tentativa de greve geral, verão de 1922

Esse evento ajudou os fascistas, que conseguiram tirar vantagem dele: eles anunciaram que se o governo não conseguisse conter a greve, eles a esmagariam por conta própria. Quando a greve fracassou por falta de apoio, Mussolini conseguiu posar como quem salvaria a nação do comunismo e, em outubro de 1922, os fascistas se sentiam confiantes o suficiente para realizar sua "Marcha sobre Roma". Enquanto cerca de 50.000 camisas-negras convergiam para a capital e outros ocupavam importantes cidades no norte, o primeiro-ministro, Luigi Facta, estava preparado para resistir. Mas o rei Vitório Emanuel III se recusou a declarar estado de emergência e, em vez disso, convidou Mussolini, que tinha permanecido nervosamente em Milão, para vir a Roma (Ilustração 13.1) e formar um novo governo, o que ele fez de bom grado, chegando de trem. Logo após, os fascistas estimularam o mito de que tinham tomado o poder em uma luta heroica, mas isso foi conseguido legalmente, pela mera ameaça da força, enquanto o exército e a polícia ficaram olhando.

O papel do rei foi importante: ele tomou a decisão crucial de não usar o exército para conter os camisas-negras, embora muitos historiadores acreditem que o exército regular teria pouca dificuldade de dispersar os esquadrões desorganizados e mal armados, muitos dos quais chegaram de trem. A marcha foi um enorme blefe que funcionou. As razões pelas quais o rei decidiu ficar contra a resistência armada continuam um pouco misteriosas, já que ele aparentemente relutou em discuti-las. Entre as sugestões estão:

- falta de confiança em Facta;
- dúvidas sobre se podia confiar que o exército, com suas simpatias fascistas, obedeceria às suas ordens;
- receio de uma longa guerra civil se o exército não fosse capaz de esmagar rapidamente os fascistas.

Não restam dúvidas de que o rei tinha uma certa quantidade de simpatia com relação ao objetivo fascista de proporcionar governo forte e também tinha medo de que alguns dos generais pudessem forçá-lo a abdicar em favor de seu primo, o Duque de Aosta, que apoiava abertamente os fascistas. Qualquer que tenha sido a motivação do rei, o resultado foi claro: Mussolini se tornou o primeiro premiê fascista da história.

Ilustração 13.1 Mussolini e seus apoiadores pouco depois da Marcha sobre Roma.

13.2 O QUE SIGNIFICA O TERMO "FASCISMO"?

É importante tentar definir o que significava o termo "fascista", porque mais tarde ele foi aplicado a outros regimes e governantes, como Hitler, Franco (Espanha), Salazar (Portugal) e Perón (Argentina), que às vezes eram bastante diferentes da versão italiana do fascismo. Hoje em dia, há uma tendência entre a esquerda a rotular de "fascista" a qualquer um que tenha visões de direita. O fato de que o fascismo nunca tenha produzido um grande autor teórico que pudesse explicar claramente suas filosofias, como Marx fez para o comunismo, dificulta entender exatamente o que estava envolvido nele. Os objetivos mutantes de Mussolini antes de 1923 sugerem que sua principal preocupação era simplesmente conquistar o poder, depois de parecer ter empobrecido suas ideias ao longo do tempo. Depois de alguns anos, ficou visível que o fascismo, como Mussolini tentou aplicá-lo na prática, incluía algumas características básicas:

- *Nacionalismo extremo.* Uma ênfase no renascimento da nação após um período de declínio; construção da grandeza e do prestígio do Estado, acarretando a superioridade do próprio país sobre os outros.
- *Um sistema totalitário de governo.* Ou seja, uma forma de vida completa na qual o governo tentava entusiasmar e mobilizar a grande massa de pessoas comuns, e também controlar e organizar, com forte disciplina, o maior número possível de aspectos da vida das pessoas. Isso era considerado necessário para promover a grandeza do Estado, que era tida como mais importante do que os interesses do indivíduo.
- *Um Estado de partido único era essencial.* Não havia espaço para a democracia. O fascismo era especialmente hostil para com o comunismo, o que explica muito de sua popularidade com as grandes empresas e os ricos. Os membros do Partido Fascista eram a elite da nação e se dava muita ênfase ao culto do líder/herói, que obtinha apoio de massa com discursos eletrizantes e propaganda habilidosa.
- *Autossuficiência econômica (autarquia).* Isso era de importância vital para o de-

senvolvimento da grandeza do Estado. Sendo assim, o governo deveria direcionar a vida econômica da nação (embora não no sentido marxista de que o Estado é proprietário de fábricas e terras).

- *Força e violência militares* faziam parte da forma de vida. O próprio Mussolini disse: "A paz é um absurdo: o fascismo não acredita nela". Por isso ele estimulava o mito de que eles tinham tomado o poder pela força, permitiam o tratamento violento de adversários e críticos e implementavam uma política externa agressiva.

13.3 MUSSOLINI INTRODUZ O ESTADO FASCISTA

Não houve mudança súbita no sistema de governo e nas instituições do Estado. Mussolini era apenas o primeiro-ministro de um gabinete de coalizão no qual apenas quatro de 12 ministros eram fascistas, e ele tinha que agir com cautela. Entretanto, o rei lhe havia dado poderes especiais, que durariam até o final de 1923, para lidar com a crise. Seu exército privado de camisas-negras foi legalizado, tornando-se a Milícia Voluntária pela Segurança Nacional (MVSN). A Lei Accerbo (novembro de 1923) alterou as regras para as eleições gerais. Dali em diante, o partido que recebesse mais votos em uma eleição geral teria automaticamente dois terços das cadeiras do parlamento. Como resultado da eleição seguinte (abril de 1924) os fascistas e seus apoiadores conquistaram 404 cadeiras enquanto os partidos de oposição só conseguiram 107. O sucesso da direita poderia ser explicado pelo desejo geral de um governo forte que colocasse o país de pé novamente, depois dos fracos governos de minoria dos anos anteriores.

A partir do verão de 1924, usando uma mistura de violência e intimidação e ajudado pelas divisões entre seus oponentes, Mussolini foi construindo o governo e a sociedade italianos segundo linhas fascistas. Ao mesmo tempo, consolidava seu próprio domínio sobre o país, que estava praticamente completo em 1930. Entretanto, ele ainda parecia não ter ideias "revolucionárias" sobre como mudar a Itália para melhor. Na verdade, é difícil escapar da conclusão de que seu principal interesse era aumentar seu poder pessoal.

(a) Somente o Partido Fascista era permitido

Adversários persistentes do regime eram exilados ou assassinados, sendo que os casos mais conhecidos foram os dos socialistas Giacomo Matteotti e Giovanni Amendola, ambos agredidos até a morte por assassinos fascistas. Porém, o sistema italiano nunca foi tão brutal como o regime nazista na Alemanha e, depois de 1926, quando Mussolini se sentiu mais seguro, a violência foi reduzida em muito. *Outras mudanças na Constituição fizeram com que:*

- o primeiro-ministro (Mussolini) só tivesse que responder ao rei, e não ao parlamento (1925);
- o primeiro-ministro pudesse governar por decreto, o que significava que novas leis não precisavam ser discutidas no parlamento (1926);
- o eleitorado fosse reduzido de cerca de 10 milhões para 3 milhões (os mais ricos).

Embora o parlamento ainda se reunisse, todas as decisões importantes eram tomadas pelo Grande Conselho Fascista, que sempre fazia o que Mussolini dizia. Na prática, Mussolini, que adotou o título de *Il Duce* (o líder), era um ditador.

(b) Mudanças no governo local

As câmaras e os prefeitos municipais foram abolidos e as cidades eram governadas por funcionários indicados por Roma. Na prática, os chefes locais do Partido Fascista (conhecidos como *ras*) costumavam ter tanto poder quanto os que tinham cargos de governo.

(c) Censura

Foi aplicada uma rígida censura à imprensa: jornais e revistas antifascistas foram proibidos e seus editores, substituídos por apoiadores do fascismo. O rádio, o cinema e o teatro eram controlados da mesma forma.

(d) A educação controlada

A educação nas escolas e universidades era supervisionada de perto. Os professores tinham que usar uniformes e foram escritos novos livros-texto para glorificar o sistema fascista. As crianças eram estimuladas a criticar qualquer professor que não tivesse entusiasmo pelo partido. As crianças e os jovens eram forçados a entrar para as organizações jovens do governo, que tentavam doutriná-los com o brilhantismo do Duce e as glórias da guerra. A outra mensagem central era total obediência à autoridade, o que era necessário porque tudo era visto em termos de luta – "Acredite, obedeça, lute!"

(e) Políticas de emprego

O governo tentou promover a cooperação entre patrões e trabalhadores e dar um fim à guerra de classes no que ficou conhecido como "o Estado corporativo". Sindicatos controlados pelos fascistas tinham direito exclusivo de negociar pelos trabalhadores, e tanto sindicatos quanto associações empresariais estavam associadas em corporações e deveriam trabalhar juntas para resolver disputas sobre salários e condições de trabalho. Greves de trabalhadores e patronais não eram permitidas. Em 1934, havia 22 corporações, cada uma lidando com um setor da economia, e assim Mussolini esperava controlar os trabalhadores e dirigir a produção e a economia. Para compensar por sua perda de liberdade, os trabalhadores tiveram garantidos benefícios como descanso dominical, férias anuais pagas, previdência social, instalações esportivas e teatrais e viagens baratas nas férias.

(f) Chegou-se a um entendimento com o Papa

O papado tinha sido hostil ao governo italiano desde 1870, quando todo o território que lhe pertencia (Estados Papais) fora incorporado ao novo reino da Itália. Embora tivesse sido simpático a Mussolini em 1922, o papa Pio XI desaprovava o crescente autoritarismo do governo fascista (as organizações fascistas jovens, por exemplo, entravam em conflito com os *scouts* católicos). Mussolini, que provavelmente era ateu, mesmo assim estava muito ciente do poder da Igreja Católica, e se dispôs a conquistar a simpatia de Pio, que, como bem sabia o Duce, estava obcecado com o medo do comunismo. O resultado foi o *Tratado de Latrão de 1929*, pelo qual a Itália reconhecia a Cidade do Vaticano como Estado soberano, pagava ao papa uma enorme quantia em dinheiro como indenização por todas as suas perdas, aceitava a fé católica como religião oficial do Estado e tornava a instrução religiosa obrigatória em todas as escolas. Em retorno, o papado reconhecia o reino da Itália. *Alguns historiadores consideram o final da longa ruptura entre Igreja e Estado como sendo a realização mais duradoura e valiosa de Mussolini.*

Até onde o regime de Mussolini era totalitário?

Parece claro que, apesar de seus esforços, Mussolini não foi capaz de criar um sistema completamente totalitário no sentido fascista, sem "qualquer indivíduo ou grupo que não esteja controlado pelo Estado", nem tão capilar como o Estado nazista na Alemanha. Ele nunca conseguiu eliminar completamente a influência do rei e do papa, e este se tornou muito crítico de Mussolini quando ele começou a perseguir os judeus no final dos anos de 1930. O historiador e filósofo Benedetto Croce e outros professores uni-

versitários foram críticos constantes do fascismo, e ainda assim sobreviveram, aparentemente porque Mussolini tinha receio da reação estrangeira hostil caso os prendesse. Mesmo os simpatizantes fascistas admitiam que o sistema corporativo não era um sucesso no controle da produção. Segundo a historiadora Elizabeth Wiskemann, "como um todo, os grandes industriais apenas faziam gestos de submissão e, na prática, compravam sua liberdade dos fascistas com contribuições generosas aos fundos do partido". Quanto à massa da população, parecia estar disposta a tolerar o fascismo enquanto ele parecesse trazer benefícios, mas logo se cansou dele quando suas inadequações foram reveladas por seus fracassos durante a Segunda Guerra Mundial.

13.4 QUAIS BENEFÍCIOS O FASCISMO TROUXE PARA O POVO ITALIANO?

O que realmente importava para as pessoas comuns era se as políticas do regime eram eficazes ou não. Mussolini resgatou a Itália dos governos fracos como tinha prometido ou foi, como alegavam alguns críticos da época, somente um discurso vazio cujo governo era tão corrupto e ineficiente quanto os anteriores?

(a) Um início promissor

Boa parte das políticas fascistas estava relacionada com a economia, embora Mussolini entendesse muito pouco do assunto. O grande impulso era em direção à autossuficiência, que era considerada essencial para uma "nação guerreira". Os primeiros anos pareciam bem-sucedidos ou pelo menos era isso que a propaganda do governo dizia às pessoas.

1. *A indústria era estimulada* com subsídios do governo onde fosse necessário, de forma que a produção de ferro e aço tinha dobrado em 1930 e a de seda artificial aumentou 10 vezes. Em 1937, a produção de energia hidroelétrica duplicou.
2. *A "batalha do trigo"* estimulou os agricultores a se concentrar na produção desse cereal como parte do impulso por autossuficiência. Em 1935, as importações de trigo tinham sido reduzidas em 75%.
3. *Foi lançado um programa de recuperação de terras* que incluía a drenagem de pântanos, irrigação e plantação de florestas em áreas montanhosas, mais uma vez, como parte do impulso para melhorar e aumentar o rendimento agrícola. O grande exemplo era o Pântano Pontino, perto de Roma.
4. *Foi formulado um impressionante programa de obras públicas*, entre outras coisas, para reduzir o desemprego, que incluía a construção de estradas, pontes, blocos de apartamentos, estações de trem, estádios esportivos, escolas e novas cidades em terra recuperada. A partida foi dada eletrificando as principais linhas ferroviárias, e o grande motivo de orgulho fascista era a seleção italiana ter vencido a Copa do Mundo de futebol duas vezes, em 1934 e em 1938!
5. *A organização "Dopolavoro" (Depois do Trabalho)* dava aos italianos coisas para fazer em seu tempo livre. Havia férias baratas, viagens e cruzeiros e a *Dopolavoro* também controlava os teatros, as sociedades dramáticas, as bibliotecas, as orquestras, as orquestras de sopros e as organizações esportivas.
6. Para promover a imagem da Itália como grande potência, Mussolini implementou uma política exterior vigorosa (ver Seção 5.2).

Entretanto, a promessa dos primeiros anos de governo de Mussolini nunca se cumpriu em muitos aspectos.

(b) Problemas sem resolver

Mesmo antes de a Itália se envolver na Segunda Guerra Mundial, estava claro que o fascismo não tinha resolvido muitos dos problemas do país.

1. *Pouco tinha sido feito para resolver a escassez básica de matérias-primas* – carvão e petróleo – e poderia ter sido feito muito mais esforço para fornecer energia hidroelétrica. Como produtora de ferro e aço, a Itália não conseguia se igualar a um pequeno país como a Bélgica (ver Tabela 13.1).
2. *Embora a "Batalha do Trigo" tenha sido uma vitória, isso só foi conseguido à custa da agropecuária*, cuja produção caiu. O clima no sul é muito mais adequado a pastagens e pomares do que ao cultivo de trigo, e estas atividades teriam sido muito mais lucrativas aos agricultores. Como resultado disso, a agricultura permaneceu ineficiente e seus trabalhadores continuaram sendo a classe mais pobre do país. Seus salários caíram entre 20 e 40% durante a década de 1930. A Itália ainda tinha o que era conhecida como uma "economia dualista" – o norte era industrial e comparativamente próspero, ao passo que o sul era majoritariamente agrícola, atrasado e pobre. As tentativas de autossuficiência tinham sido um fracasso sinistro.
3. *Mussolini aumentou muito o valor da lira*, em 90-1 em relação à libra esterlina, em vez de 150-1 (1926), em uma tentativa de mostrar que a Itália tinha uma moeda forte. Infelizmente, isso encareceu as exportações italianas no mercado mundial e reduziu os pedidos, principalmente na indústria de algodão. Muitas fábricas estavam trabalhando três dias por semana e os trabalhadores sofriam reduções salariais entre 10 e 20% – antes da crise econômica mundial que começou em 1929.
4. *A grande depressão, que começou em 1929 com a quebra da bolsa de Wall Street nos Estados Unidos (ver Seção 22.6)*, piorou as coisas. As exportações caíram, o desemprego aumentou para 1,1 milhão, e mesmo assim, o Duce se recusou a desvalorizar a lira até 1936. Em vez disso, as remunerações e os salários foram reduzidos e, embora o custo de vida estivesse diminuindo em função da depressão, a remuneração caía mais do que os preços, de forma que os trabalhadores sofreram uma queda de 10% em seus ganhos reais. Especialmente frustrante para os trabalhadores industriais era o fato de não terem como protestar, já que as greves eram ilegais e os sindicatos, fracos. A economia também era prejudicada pelas sanções impostas à Itália pela Liga das Nações depois da invasão da Etiópia em 1935.
5. *Outro fracasso do governo era o campo dos serviços sociais*, sem nada que se parecesse a um "Estado de bem-estar". Até 1943, não houve qualquer seguro-saúde oficial do governo, e sim um seguro-desemprego apenas suficiente, que nem durante a depressão melhorou.
6. *O regime era ineficiente e corrupto*, portanto, muitas de suas políticas não eram implementadas. Por exemplo, apesar de toda a publicidade sobre a recuperação de terras, somente um décimo do progra-

Tabela 13.1 Produção italiana de ferro e aço (em milhões de toneladas)

	Ferro			Aço		
	1918	1930	1940	1918	1930	1940
Itália	0,3	0,5	1,0	0,3	0,5	1,0
Bélgica	–	3,4	1,8	–	3,4	1,9
Alemanha	11,9	9,7	13,9	15,0	11,5	19,0
EUA	39,7	32,3	43,0	45,2	41,4	60,8

ma havia sido implementado em 1939, e as obras estavam paralisadas mesmo antes de começar a guerra. Imensas somas de dinheiro desapareceram nos bolsos de funcionários corruptos. Parte do problema era que Mussolini tentava, cada vez mais, fazer tudo ele próprio, recusando-se a delegar porque queria controle total, mas era impossível para um único homem fazer tanta coisa, e acabava sendo um fardo intolerável. Segundo seu biógrafo Dennis Mack Smith, "ao tentar controlar tudo, ele acabou controlando muito pouco ... embora desse ordens constantes, não tinha como verificar seu cumprimento. Como os funcionários sabiam disso, eles muitas vezes fingiam obedecer, e não levavam adiante qualquer ação".

13.5 OPOSIÇÃO E QUEDA

A conclusão deve ser que após a primeira onda de entusiasmo por Mussolini e seu novo sistema, o italiano médio recebeu pouco benefício do regime, e provavelmente o desencanto se instalou muito antes da Segunda Guerra Mundial começar. Mesmo assim, não havia muita oposição a ele. Isso se devia, em parte, à dificuldade de organizar a oposição no parlamento e às pesadas punições aos adversários e críticos, e em parte a que os italianos tinham uma tradição de aceitar o que quer que acontecesse politicamente, com mínima revolta e muita resignação. O governo continuava a controlar os meios de comunicação, que seguiam dizendo às pessoas que Mussolini era um herói (Ilustração 13.2).

Ilustração 13.2 Mussolini discursando para uma multidão.

Por que Mussolini acabou sendo derrubado?

Entrar na guerra foi um erro desastroso. A maioria dos italianos era contra e já desaprovou quando Mussolini começou a demitir judeus de empregos importantes (1938), além de achar que a Itália estava se transformando em um satélite alemão. Economicamente, o país era incapaz de travar uma guerra de grandes proporções, o exército estava equipado com rifles e artilharia obsoletos; havia só mil aviões e nenhum tanque pesado. A declaração de guerra contra os Estados Unidos (dezembro de 1941) apavorou muitos dos apoiadores direitistas de Mussolini (como industriais e banqueiros), que estavam descontentes com os controles econômicos rígidos que viriam com os tempos de guerra.

O povo em geral sofria com as dificuldades. Os impostos foram aumentados para pagar pela guerra, havia racionamento de comida, inflação altíssima e uma queda de 30% nos salários reais. Depois de novembro de 1942, houve bombardeios aéreos britânicos sobre cidades importantes. Em março de 1943, a inquietação era visível em greves em Milão e Turim, as primeiras desde 1922.

Depois de uns êxitos iniciais, *os italianos sofreram uma sequência de derrotas* que culminaram na rendição de todas as tropas italianas no Norte da África (maio de 1943).

Mussolini parecia ter perdido o ritmo. Ele padecia de uma úlcera no estômago e esgotamento nervoso. Tudo o que conseguia pensar era em demitir algum dos ministros que lhe haviam criticado. A gota d'água chegou com a captura da Sicília pelos Aliados (julho de 1943). Muitos dos próprios líderes fascistas se deram conta da loucura que era tentar continuar a guerra, mas Mussolini se recusava a fazer a paz porque isso seria abandonar Hitler. O Grande Conselho Fascista se voltou contra Mussolini, o rei o demitiu, ninguém levantou um dedo por ele, e o fascismo desapareceu.*

(b) Veredicto sobre o fascismo italiano

Esse ainda é um tópico muito polêmico na Itália, onde as memórias de experiências pessoais são fortes. Em termos gerais, *há duas interpretações da era fascista.*

1. Foi uma aberração temporária (um desvio da evolução normal dos acontecimentos) na história da Itália, o trabalho individual de Mussolini; o historiador A. Cassels o chama de "uma gigantesca traição da confiança da nação italiana por Benito Mussolini – uma criação artificial de Mussolini".
2. O fascismo cresceu naturalmente a partir da história italiana; o ambiente e as circunstâncias moldaram a ascensão e a queda do fascismo, e não o contrário.

A maioria dos historiadores aceita agora a segunda teoria, de que as raízes do fascismo residem na sociedade italiana tradicional e que o movimento floresceu nas circunstâncias posteriores à Segunda Guerra Mundial. O historiador italiano Renzo de Felice afirma que o fascismo era basicamente um movimento de uma "classe média emergente", ávida para desafiar o poder da classe dominante tradicional e liberal. Ele afirma que o movimento realizou muito, principalmente a modernização da economia italiana, que era muito atrasada em 1918. Por outro lado, o historiador britânico Martin Blinkhorn não aceita essa afirmação sobre a economia e afirma que de Felice não prestou atenção suficiente ao "lado negativo e brutal do fascismo". Outra historiadora, Elizabeth Wiskemann, afirma que as únicas realizações do fascismo que se mantinham no final da guerra eram seu acordo com o papa e as obras públicas, e mesmo essas po-

---

* N. de R. T.: Isto é, como regime de toda Itália, pois os alemães o libertaram e ocuparam o centro-norte do país onde Mussolini implantou a República de Saló, um regime fascista que se manteve até a rendição alemã em 1945.

deriam ter sido realizadas igualmente por um governo democrático.

A tendência mais recente entre historiadores italianos é retratar Mussolini, mais uma vez, como o líder inspirador que em nada poderia se equivocar até cometer o erro fatal de entrar na Segunda Guerra Mundial. Uma nova biografia, do escritor britânico Nicholas Farrell, publicada em 2003, assume a mesma linha, afirmando que Mussolini merece ser lembrado como um grande homem. Entretanto, essa interpretação não foi bem recebida pelos críticos, cuja maioria tem mais probabilidades de seguir o veredicto do grande historiador Benedetto Croce, que desconsiderou o fascismo como sendo uma "infecção moral de curta duração".

PERGUNTAS

1. Interpretações do fascismo

Estude as fontes A e B e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

O historiador e político liberal Benedetto Croce, que se tornou membro do governo italiano em 1944, depois da derrubada de Mussolini, dá sua visão do fascismo (1944).

> O fascismo foi uma interrupção da conquista na Itália de uma "liberdade" cada vez maior, uma infecção moral de curta duração. Desde a virada do século, a "sensação de liberdade" liberal foi solapada pelo materialismo, pelo nacionalismo e por uma crescente admiração por figuras "heroicas". As massas e os políticos liberais eram facilmente manipulados por uma maioria de brutos fascistas.

Fonte B

O historiador italiano Renzo de Felice dá sua visão do fascismo (1977).

> O movimento fascista foi principalmente um movimento de uma classe média emergente para questionar o poder da classe política liberal tradicional. O espírito dessa nova classe média era vital, otimista e criativo. Foi, na verdade, um fenômeno revolucionário. Contudo, a única forma com que Mussolini conseguiu chegar ao poder foi por meio dos conservadores e infelizmente, ele foi dependente deles dali em diante e por isso nunca conseguiu atingir os objetivos do fascismo – revolucionar a Itália transformando-a em uma sociedade totalitária e corporativa.

Fonte: Ambas as fontes são resumidas em Martin Blinkhorn, *Mussolini and Fascist Italy* (Methuen, 1984).

(a) Que razões você poderia sugerir para visões tão diferentes do mesmo sistema por dois historiadores italianos?

(b) Usando as fontes e seu próprio conhecimento, explique por que Mussolini conseguiu chegar ao poder em 1922.

(c) Usando seu conhecimento da Itália sob o governo fascista, mostre qual das duas interpretações você considera mais convincente.

2. "O medo do comunismo foi o principal responsável pela subida de Mussolini ao poder na Itália em 1922". Explique se concorda ou discorda dessa visão.
3. De que formas e com que êxito Mussolini tentou introduzir uma forma de governo totalitária na Itália?
4. Que êxito tiveram as políticas internas e externas de Mussolini até 1940?

Alemanha, 1918-1945

a República de Weimar e Hitler

14

RESUMO DOS EVENTOS

À medida que a Alemanha caminhava para a derrota em 1918, a opinião pública se voltou contra o governo e, em outubro, o Kaiser, em uma tentativa desesperada de se manter no poder, indicou o Príncipe Max von Baden como chanceler. Ele era conhecido por sua posição favorável a uma forma mais democrática de governo na qual o parlamento tivesse mais poder, mas era tarde demais: em novembro, estourou a revolução, o Kaiser escapou para a Holanda e abdicou, e o príncipe Max renunciou. Friedrich Ebert, líder do Partido Social Democrata, de esquerda (SPD), tornou-se líder do governo. Em janeiro de 1919, realizou-se uma eleição geral, a primeira completamente democrática que jamais acontecera na Alemanha. Os social-democratas surgiram como o maior partido e Ebert se tornou o primeiro presidente da república. Eles tinham algumas ideias marxistas, mas acreditavam que a forma de chegar ao socialismo era pela democracia parlamentar.

O novo governo de forma nenhuma era bem visto por todos os alemães: mesmo antes das eleições, os comunistas tinham tentado tomar o poder no Levante Espartaquista (janeiro de 1919). Em 1920, os inimigos de direita da república ocuparam Berlim (o Golpe de Kapp). O governo conseguiu sobreviver a essas ameaças e a várias outras, incluindo o golpe de Hitler na Cervejaria de Munique (1923).

No final de 1919, a Assembleia Nacional (parlamento) tinha chegado a um acordo para uma nova Constituição. Ela estava se reunindo em Weimar porque Berlim ainda estava tomada pela revolta política. A Constituição de Weimar (às vezes considerada a mais perfeita Constituição democrática dos tempos modernos, pelo menos no papel) deu seu nome à República de Weimar e durou até 1933, quando foi destruída por Hitler. Ela passou por três fases:

1. *De 1919 ao final de 1923:* Um período de instabilidade e crise, no qual a república lutava para sobreviver.
2. *Do final de 1923 ao final de 1929:* Um período de instabilidade em que Gustav Stresemann era o principal político. Graças ao Plano Dawes de 1924, pelo qual os Estados Unidos fizeram enormes empréstimos, a Alemanha parecia estar se recuperando de sua derrota e vivia um período de grande expansão industrial.
3. *De outubro de 1929 a janeiro de 1933* Instabilidade, mais uma vez. A crise econômica mundial, que começou com a quebra de Wall Street em outubro de 1929, logo teve efeitos desastrosos sobre a Alemanha, produzindo seis milhões e meio de desempregados. O governo não conseguiu enfrentar a situação e, no final de 1932, a República de Weimar parecia à beira do colapso.

Enquanto isso, Adolf Hitler e seu Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nazista – NSDAP) vinha desenvolvendo uma grande campanha de propaganda culpando o governo por todos os males da Alemanha e propondo soluções nazistas para os problemas. Em janeiro de 1933, o presidente Hindenburg indicou Hitler como chanceler e pouco depois ele providenciava para que a democracia deixasse de existir. A República de Weimar estava no fim, e dali até abril de 1945, Hitler foi o ditador da Alemanha. Somente a derrota na Segunda Guerra Mundial e a morte de Hitler (30 de abril de 1945) libertaram o povo alemão da tirania nazista.

14.1 POR QUE A REPÚBLICA DE WEIMAR FRACASSOU?

(a) Ela começou com graves desvantagens

1. *Aceitou o humilhante e impopular Tratado de Versalhes* (ver Seção 2.8), com suas limitações de armas, indenizações e a cláusula da culpa pela guerra, e assim, sempre foi associada à derrota e à desonra. Os nacionalistas alemães nunca conseguiram perdoá-la por isso.
2. *Havia uma tradicional falta de respeito pelo governo democrático* e uma grande admiração pelo exército e pela "classe dos oficiais" como sendo os líderes por direito da Alemanha. Em 1919, havia uma visão difundida de que o exército não tinha sido derrotado, e sim traído – "apunhalado pelas costas" – pelos democratas, que tinham concordado com o Tratado de Versalhes sem que houvesse necessidade. O que a maioria dos alemães não se dava conta que foi o General Ludendorff que pediu armistício enquanto o Kaiser ainda estava no poder (ver Seção 2.6(b)). Mas a lenda da "punhalada nas costas" foi avidamente estimulada por todos os inimigos da república.
3. *O sistema parlamentar introduzido na nova Constituição de Weimar tinha fragilidades*, sendo que a mais grave era o fato de se basear em um mecanismo proporcional de representação, de forma que todos os grupos políticos poderiam ter uma representação justa. Infelizmente, havia tantos grupos diferentes que nenhum partido poderia jamais vencer uma eleição por maioria. Por exemplo, em 1928 o Reichstag (a câmara baixa do parlamento) continha pelo menos oito grupos, dos quais os maiores eram os Social-Democratas, com 153 cadeiras, o Partido Nacional Alemão (DNVP) com 73, e o Partido Católico de Centro (Zentrum) com 62. O Partido Comunista Alemão (KPD) tinha 54 cadeiras, enquanto o Partido Popular Alemão (DVP – o partido liberal de Stresemann) tinha 45. Os grupos menores eram o Partido Popular Bávaro, com 16, e os Nacional-Socialistas, com apenas 12 cadeiras. Era inevitável a sucessão de governos de coalizão, com os Social-Democratas tendo que contar com liberais de esquerda e o centro católico. Nenhum partido conseguia implementar seu programa.
4. *Os partidos políticos tinham muito pouca experiência na operação de um sistema parlamentar democrático*, porque antes de 1919, o Reichstag não controlava a política. O chanceler tinha a autoridade final e era quem realmente governava o país. Sob a Constituição de Weimar, era o contrário: o chanceler era responsável diante do Reichstag, que tinha a palavra final, mas geralmente era incapaz de dar uma orientação clara porque os partidos não tinham aprendido a arte do acordo. Os comunistas e os nacionalistas não acreditavam mesmo na democracia e se recusavam a apoiar os Social-Democratas. A recusa comunista de trabalhar com o SPD fazia com que fosse impossível haver qualquer governo esquerdista forte. Os desacordos

se tornaram tão acirrados que alguns dos partidos organizaram seus próprios exércitos privados, inicialmente para autodefesa, mas a situação evoluiu para uma espécie de guerra civil. A combinação dessas fragilidades levou a surtos de violência e tentativas de derrubar a república.

(b) Surtos de violência

1 O levante espartaquista

Em janeiro de 1919, os comunistas tentaram tomar o poder no que ficou conhecido como o Levante Espartaquista (Espártaco foi um romano que liderou uma revolta de escravos em 71 a.C.). Inspirados pelo recente sucesso da Revolução Russa e liderados por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, eles ocuparam quase todas as grandes cidades da Alemanha. Em Berlim, o presidente Ebert se viu sitiado na chancelaria. O governo só conseguiu derrotar os comunistas porque aceitou a ajuda dos *Freikorps* (regimentos independentes levantados por ex-oficiais do exército anticomunistas). Era um sinal da fragilidade do governo que tivesse que depender de forças privadas, que ele próprio não controlava. Os dois líderes comunistas não receberam um julgamento justo, sendo simplesmente golpeados até a morte por membros dos *Freikorps*.

2 O golpe de Kapp (março de 1920)

Essa foi uma tentativa de grupos de direita de tomar o poder, desencadeada quando o governo tentou desmantelar os *Freikorps*. Eles se recusaram e declararam o Dr. Wolfgang Kapp como chanceler. Berlim foi ocupada por um regimento dos *Freikorps* e o gabinete fugiu para Dresden. O exército alemão (*Reichswehr*) não agiu contra o *Putsch* (golpe, ou levante) porque os generais simpatizavam com a direita política. No final, os trabalhadores de Berlim vieram ajudar o governo Social-Democrata chamando uma greve geral, que paralisou a capital. Kapp renunciou e o governo recuperou o controle, mas estava tão fraco que ninguém foi punido com exceção do próprio Kapp, que foi preso, e foram necessários dois meses para conseguir desarticular os *Freikorps*. Inclusive os ex-membros permaneceram hostis à república e muitos, mais tarde, entraram para os exércitos privados de Hitler.

3 Uma série de assassinatos políticos aconteceram

Esses assassinatos foram realizados principalmente por ex-membros dos *Freikorps*. Entre as vítimas estavam Walter Rathenau (o ministro do exterior judeu) e Gustav Erzberger (líder da delegação do armistício). Quando o governo buscou medidas fortes contra esses atos de terrorismo, houve grande oposição de partidos de direita, que simpatizavam com os criminosos. Ao mesmo tempo em que os líderes comunistas foram brutalmente assassinados, os tribunais deixaram que os criminosos de direita saíssem com punições leves e o governo não foi capaz de intervir. Na verdade, em toda a Alemanha, as profissões de advogado e professor, o serviço público e o Reichswehr tendiam a ser contrários a Weimar, o que era um obstáculo que prejudicava a república.

4 O golpe de Hitler na cervejaria de Munique

Outra ameaça ao governo ocorreu em novembro de 1923, na Bavária, em uma época em que havia muito descontentamento público com a ocupação francesa do Ruhr (ver Seção 4.2(c)) e a queda desastrosa no valor do marco (ver abaixo). Hitler, ajudado pelo general Ludendorff, queria assumir o controle do governo bávaro em Munique, e então liderou uma revolução nacional para depor o governo em Berlim. Entretanto, a polícia desbaratou com facilidade a marcha de Hitler, e o "Golpe da Cervejaria" (assim chamado porque a marcha saiu da cervejaria de Munique onde Hitler havia anunciado sua "revolução nacional" na

noite anterior) em seguida desvaneceu. Hitler foi sentenciado a cinco anos de prisão, mas só cumpriu nove meses (porque as autoridades bávaras tinham alguma simpatia por seus objetivos).

5 Os exércitos privados se ampliam

A violência acabou nos anos de 1924 a 1929 quando a república se tornou mais estável, mas quando o desemprego cresceu, no início da década de 1930, os exércitos privados se ampliaram e ocorriam brigas de rua com regularidade, geralmente entre nazistas e comunistas. Todos os partidos tinham suas reuniões invadidas por exércitos rivais e a polícia parecia impotente para impedir que isso acontecesse.

Tudo isso mostrava que o governo era incapaz de manter a lei e a ordem, e o respeito por ele encolhia. Um número cada vez maior de pessoas começou a querer o retorno de um governo forte e autoritário, que mantivesse uma ordem pública rígida.

(c) Problemas econômicos

Provavelmente, o fracasso da república foi causado fundamentalmente pelos problemas econômicos que a atingiam constantemente e que ela não mostrou ser capaz de resolver de forma permanente.

1. *Em 1919, a Alemanha estava próxima da falência* em função das enormes despesas da guerra, que duraram muito mais do que a maioria das pessoas esperava.
2. *As tentativas do país de pagar as prestações das indenizações pioraram as coisas*. Em agosto de 1921, depois de pagar os 50 milhões de libras que eram devidos, a Alemanha pediu para suspender os pagamentos até que a economia se recuperasse. A França negou, e em 1922 os alemães afirmavam que não tinham condições de fazer o pagamento anual completo.
3. *Em janeiro de 1923, tropas francesas ocuparam o Ruhr* (uma importante região industrial alemã) em uma tentativa de confiscar mercadorias das fábricas e das minas. O governo alemão ordenou que os trabalhadores seguissem uma política de resistência passiva, e a indústria do Ruhr foi paralisada. Os franceses tinham fracassado em seu objetivo, mas o efeito sobre a economia alemã foi catastrófico, com inflação galopante e colapso do marco. A taxa de câmbio no final da guerra era de 20 marcos por dólar, mas, mesmo antes da ocupação do Ruhr, as dificuldades relacionadas às indenizações tinham feito com que a moeda caísse de valor. A Tabela 14.1 mostra o desastroso declínio do marco.

Em novembro de 1923, o valor do marco caía com tanta rapidez que um trabalhador que recebesse em notas dessa moeda tinha que gastá-las imediatamente, pois, se esperasse até o dia seguinte, suas notas não teriam valor (ver Ilustração 14.1). Foi somente quan-

Tabela 14.1 O colapso do marco alemão, 1918-1923

	Data	Marcos necessários para trocar por 1 libra esterlina
Novembro de	1918	20
Fevereiro de	1922	1.000
Junho de	1922	1.500
Dezembro de	1922	50.000
Fevereiro de	1923	100.000
Novembro de	1923	21.000.000.000

do o novo chanceler, Gustav Stresemann, introduziu a nova moeda conhecida como *Rentenmark*, em 1924, que a situação financeira finalmente se estabilizou.

O desastre financeiro teve efeitos profundos sobre a sociedade alemã: as classes trabalhadoras foram muito atingidas, com os salários não conseguindo acompanhar a inflação e os fundos dos sindicatos arrasados. Os mais afetados foram a classe média e os pequenos capitalistas, que perderam suas economias; muitos começaram a olhar para os nazistas em busca de melhoria. Por outro lado, proprietários de terras e industriais saíram bem da crise, porque ainda possuíam a riqueza material – ricas terras agricultáveis, minas e fábricas, o que fortaleceu o controle das grandes empresas sobre a economia alemã. Alguns historiadores chegaram a sugerir que a inflação foi arquitetada deliberadamente por ricos industriais com esse objetivo em mente. Essa acusação era impossível de provar de uma maneira ou de outra, embora a moeda e a economia tenham se recuperado com uma rapidez impressionante.

A situação econômica melhorou muito nos anos posteriores a 1924, em grande parte devido ao *Plano Dawes* daquele ano, que

Ilustração 14.1 Hiperinflação: meninos fazem pipas com notas sem valor no início dos anos de 1920.

proporcionou um empréstimo imediato dos Estados Unidos equivalente a 40 milhões de libras, relaxou as prestações fixas das indenizações e, na prática, permitiu à Alemanha pagar o que pudesse. As tropas francesas se retiraram do Ruhr. A moeda foi estabilizada, houve um grande crescimento nas indústrias de ferro, aço, carvão, produtos químicos e elétricos, e os proprietários de terra e industriais ricos toleravam a república, já que estavam tendo benefícios com ela. A Alemanha até conseguiu pagar as prestações de suas indenizações sob o Plano Dawes. Nesses anos relativamente prósperos, *Gustav Stresemann foi a figura política dominante*. Embora tenha sido chanceler somente de agosto a novembro de 1923, ele permaneceu como ministro do exterior até sua morte em outubro de 1929, dando assim uma continuidade vital e cumprindo um papel estabilizador.

O trabalho do Plano Dawes teve continuidade com o *Plano Young, acordado em outubro de 1929*, que reduzia o total das indenizações de 6,6 bilhões de libras esterlinas a 2 bilhões, a serem pagos em prestações anuais ao longo de 59 anos. A república teve outros êxitos nas questões externas, graças ao trabalho de Stresemann (ver Seção 4.1), e parecia estável e bem estabelecida, mas, por trás desse sucesso, algumas fragilidades fatais se mantinham e logo trariam o desastre.

4. A prosperidade dependia muito mais dos empréstimos dos Estados Unidos do que a maioria das pessoas se dava conta. Se os Estados Unidos se encontrassem em dificuldades financeiras e tivessem que interromper os empréstimos, a economia alemã seria abalada mais uma vez. Infelizmente, foi o que aconteceu em 1929.
5. Depois da quebra de Wall Street (outubro de 1929), desenvolveu-se uma crise econômica mundial (ver Seção 22.6). Os Estados Unidos cortaram qualquer outro empréstimo e começaram a cobrar muitos dos que haviam feito à Alemanha para pagamento em curto prazo, gerando uma crise de confiança na moeda e uma corrida aos bancos, muitos dos quais tiveram que fechar. A explosão industrial tinha gerado excesso de produção no mundo todo e as exportações alemãs, junto com as de outros países, foram muito reduzidas. Fábricas tiveram que fechar e em meados de 1931, o número de desempregados estava próximo dos 4 milhões. Infelizmente para a Alemanha, Stresemann, o político melhor preparado para lidar com a crise, morreu de um ataque cardíaco em outubro de 1929, com apenas 51 anos.
6. O governo do chanceler Bruning (Partido Católico de Centro) reduziu os serviços sociais, o seguro-desemprego, os salários e aposentadorias de representantes do governo e interropeu o pagamento das indenizações. Foram introduzidas tarifas elevadas para impedir a entrada de produtos alimentícios estrangeiros e assim, ajudar os agricultores alemães, enquanto o governo comprava ações de fábricas atingidas pelo colapso. Porém, essas medidas não tiveram resultados rápidos, embora tenham ajudado depois de um tempo. O desemprego continuava a subir e na primavera de 1932, já atingia mais de 6 milhões de pessoas. O governo passou a ser criticado por quase todos os grupos da sociedade, principalmente os industriais e a classe trabalhadora, que exigiam ações mais decisivas. A perda de apoio da classe trabalhadora em função do desemprego crescente e a redução dos benefícios às pessoas atingidas por ele foi um golpe para a república. Portanto, no final de 1932, a Republica de Weimar foi levada à beira do colapso, mas, mesmo assim, ainda poderia ter sobrevivido se não houvesse alternativa.

(d) A alternativa: Hitler e os nazistas

Hitler e o partido nazista ofereciam o que parecia ser uma alternativa atraente quando a re-

pública estava no pico de sua ineficiência. Os destinos do partido estavam muito vinculados à situação econômica: quanto mais instável a economia, mais cadeiras os nazistas conquistavam no Reichstag, como mostra a Tabela 14.2.

Não restam dúvidas de que a ascensão de Hitler e dos nazistas, ajudada pela crise econômica, fo uma das causas mais importantes da queda da república.

(e) O que dava tanta popularidade aos nazistas?

1. *Eles ofereciam unidade nacional, prosperidade e pleno emprego* ao livrar a Alemanha do que afirmavam ser a causa real dos problemas: marxistas, "criminosos de novembro" (as pessoas que tinham concordado com o armistício em novembro de 1918 e, com o Tratado de Versalhes, mais tarde), jesuítas, maçons e judeus. Cada vez mais, os nazistas buscam colocar a culpa pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e todos os seus problemas posteriores nos judeus. A propaganda nazista usou muito o mito da "punhalada pelas costas" – a ideia de que o exército alemão poderia ter lutado, mas foi traído pelas pessoas que se renderam desnecessariamente.
2. *Eles prometiam derrubar o acordo de Versalhes*, que era muito impopular com a maioria dos alemães, e transformar a Alemanha em uma grande potência novamente. Isso incluiria trazer todos os alemães (da Áustria, Tchecoslováquia e Polônia) para dentro do Reich.
3. *O exército privado nazista, a* tropa de assalto conhecida como *SA* (*Sturmabteilung*) era atrativo aos jovens sem emprego, dando-lhes um pequeno salário e um uniforme.
4. Proprietários de terras e industriais ricos estimulavam os nazistas por *temer uma revolução comunista* e aprovavam a postura nazista de hostilidade aos comunistas. Há controvérsias entre os historiadores com relação a até onde ia esse apoio. Alguns historiadores marxistas alemães afirmam que a partir do início dos anos de 1920, os nazistas foram financiados por industriais como uma força anticomunista, que Hitler foi, na verdade, uma "ferramenta dos capitalistas", mas o historiador Joachim Fest acredita que a quantidade de dinheiro envolvida foi exagerada em muito e que, embora alguns industriais fossem secretamente favoráveis a que Hitler se tornasse chanceler, foi somente *depois* que ele chegou ao poder que as verbas começaram a fluir das grandes empresas para os cofres do partido.
5. *O próprio Hitler tinha habilidades políticas extraordinárias*. Ele possuía muita energia e força de vontade, e um dom impressionante para falar em público, o que lhe possibilitava apresentar suas

Tabela 14.2 O sucesso eleitoral nazista e o estado da economia, 1924-1932

Data		Cadeiras	Estado da economia
Março de	1924	32	Ainda instável após a inflação de 1923
Dezembro de	1924	14	Recuperando-se após o Plano Dawes
	1928	12	Prosperidade e estabilidade
	1930	107	Desemprego crescente – nazistas são segundo partido
Julho de	1932	230	Desemprego altíssimo – nazistas são maior partido
Novembro de	1932	196	Primeiros sinais de recuperação econômica

ideias com grande força emocional. Ele usava as últimas técnicas de comunicação moderna, como comícios de massa, passeatas, rádio e filmes, viagens de avião por toda a Alemanha. Muitos alemães passaram a vê-lo como um tipo de figura messiânica (salvador) (ver Ilustração 14.2). Uma versão completa de suas visões e objetivos foi descrita em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta), que ele escreveu na prisão, *após o Golpe da Cervejaria.*

6. *O imenso contraste entre os governos da República de Weimar e o partido nazista impressionava as pessoas*. Os primeiros eram respeitáveis, insossos e incapazez de manter a lei e a ordem; o segundo prometia um governo forte, decisivo e o resgate do orgulho nacional – uma combinação irresistível.
7. *Contudo, sem a crise econômica, é duvidoso se Hitler teria tido muitas chances de conquistar o poder*. Foram o desemprego e a miséria social disseminados, juntamente com o medo do comunismo e do socialismo, que deram apoio das massas aos nazistas, e não apenas entre a classe trabalhadora (pesquisas recen-

Ilustração 14.2 Hitler com um grupo de jovens admiradores.

tes sugerem que, entre 1928 e 1932, os nazistas atraíram mais de 2 milhões de eleitores do SPD socialista), mas também entre a classe média mais baixa – empregados de escritórios, comerciantes, funcionários públicos, professores e pequenos agricultores.

Sendo assim, em julho de 1932, os nazistas eram o maior partido, mas Hitler não conseguiu se tornar chanceler, em parte porque os nazistas não tinham maioria geral (tinham 230 cadeiras entre as 608 do Reichstag), e porque ele não era muito "respeitável" – o presidente conservador Hindenburg o considerava um pretensioso e se recusava a tê-lo como chanceler. Dadas essas circunstâncias, era inevitável que Hitler chegasse ao poder? Essa ainda é uma polêmica entre os historiadores. Alguns acham que já no outono de 1932, nada poderia ter salvado a República de Weimar e que, consequentemente, nada poderia ter mantido Hitler fora. Outros são da opinião de que já era possível ver os primeiros sinais de melhorias econômicas, e que deveria ter sido possível bloquear o avanço de Hitler. Na verdade, as políticas de Bruning pareciam ter começado a dar resultados, embora ele tenha sido substituído como chanceler por Franz von Papen (Conservador/Nacionalista) em maio de 1932. Essa teoria parece ser sustentada pelo resultado das eleições de novembro de 1932, quando os nazistas perderam 34 cadeiras e cerca de 2 milhões de votos, o que representou um grave revés para eles. Parecia que a república estava dominando a tempestade e o desafio nazista iria desvanecer, mas, a essas alturas, outra influência entrou em cena, que matou a república ao deixar que Hitler chegasse ao poder legalmente.

(f) Hitler se torna chanceler (janeiro de 1933)

No final, foi a intriga política que levou Hitler ao poder. Uma pequena camarilha de políticos de direita, com apoio do *Reichswehr*, decidiu trazer Hitler para um governo de coalizão com os nacionalistas. Os principais conspiradores foram Franz von Papen e o general Kurt von Schleicher, e suas razões para essa decisão significativa foram as seguintes:

- Eles receavam que os nazistas tentassem tomar o poder por meio de um Putsch.
- Eles acreditavam que conseguiriam controlar Hitler melhor dentro do governo do que se ele permanecesse de fora, e que uma experiência de poder faria com que os nazistas modificassem seu extremismo.
- Os Nacionalistas tinham somente 37 cadeiras no Reichstag depois das eleições de julho de 1932. Uma aliança com os nazistas, que tinham 230 cadeiras, ajudaria muito a que tivessem maioria. Os Nacionalistas não acreditavam na verdadeira democracia: eles esperavam que, com a cooperação nazista, conseguiriam restaurar a monarquia e voltar ao sistema que havia existido sob o governo de Bismarck (chanceler de 1870 a 1890), no qual o Reichstag tinha muito menos poder. Ainda que isso destruísse a República de Weimar, esses políticos de direita estavam dispostos a seguir em frente porque lhes daria uma chance melhor de controlar os comunistas, que acabavam de ter seu melhor resultado até então na eleição de julho, conquistando 89 cadeiras.

Havia algumas manobras complicadas envolvendo Papen, Schleicher e um grupo de empresários ricos. O presidente Hindenburg foi convencido a demitir Bruning e nomear Papen como chanceler. Eles esperavam trazer Hitler como vice-chanceler, mas ele não aceitava menos do que ser ele próprio chanceler. Portanto, em janeiro de 1933, eles convenceram Hindenburg a convidar Hitler para ser chanceler com Papen como seu vice, mesmo que os nazistas tivessem perdido terreno nas eleições de novembro de 1932. Papen ainda acreditava que Hitler poderia ser controlado, e disse a um amigo: "Em dois meses, vamos ter colocado Hitler tão contra a parede que ele vai estar ganindo".

Assim sendo, Hitler conseguiu chegar ao poder legalmente, porque todos os outros partidos, incluindo o *Reichswehr*, estavam tão preocupados com a ameaça do comunismo que não reconheceram suficientemente o perigo dos nazistas e não se uniram em oposição a eles. Deveria ter sido possível excluir os nazistas, que perdiam terreno e estavam muito longe de uma maioria geral, mas em vez de se unir com outros partidos para excluí-los, os nacionalistas cometeram o erro fatal de convidar Hitler para o poder.

A República de Weimar poderia ter sobrevivido?

Embora houvesse sinais de melhoria econômica no final de 1932, talvez fosse inevitável, naquele momento, que a república de Weimar desabasse, já que os grupos conservadores poderosos e o exército estavam dispostos a abandoná-la e a substituir por um Estado conservador, nacionalista e antidemocrático como o que havia antes de 1914. Na verdade, é possível afirmar que a República de Weimar já tinha deixado de existir em maio de 1932, quando Hindenburg nomeou Papen chanceler, respondendo a ele, não ao *Reichstag*.

Era inevitável que Hitler e os nazistas subissem ao poder?

A visão majoritária é que isso não precisava ter acontecido. Papen, Schleicher, Hindenburg e os outros devem ser responsabilizados por se dispor a convidá-lo para assumir o poder e depois não conseguir controlá-lo. Segundo Ian Kershaw, o biógrafo mais recente de Hitler:

> Não havia inevitabilidade na ascensão de Hitler ao poder.... uma chancelaria com Hitler poderia ter sido evitada. Com a virada da depressão econômica, e com o movimento nazista diante de uma desagregação potencial se não chegasse ao poder em pouco tempo, o futuro – mesmo sob um governo autoritário – teria sido muito diferente.... Na verdade, as avaliações políticas equivocadas por parte daqueles que tinham acesso regular aos corredores do poder, em vez de qualquer ação do líder nazista, cumpriram um papel mais importante para lhe colocar na cadeira de chanceler.... A ansiedade para destruir a democracia, mais do que a avidez de trazer os nazistas ao poder, foi o que desencadeou os complexos eventos que levaram Hitler à chancelaria.

Contudo, algumas pessoas na Alemanha, mesmo na direita, tinham receio com relação à nomeação de Hitler. Kershaw nos conta que o general Ludendorff, que havia apoiado Hitler na época do Golpe de Munique em 1923, escrevia agora a Hindenburg: "O senhor entregou nossa Sagrada Pátria Alemã a um dos maiores demagogos de nossa época. Profetizo solenemente que esse homem execrável vai jogar nosso Reich em um abismo e trazer sofrimento inconcebível a nossa nação. As gerações futuras lhe amaldiçoarão no túmulo pelo que o senhor fez".

14.2 O QUE SIGNIFICAVA NACIONAL-SOCIALISMO?

O que *não* significava era nacionalização e distribuição da renda. A palavra "socialismo" foi incluída apenas para atrair o apoio dos trabalhadores alemães, embora tenha que se admitir que Hitler lhes prometia, sim, melhores condições. Na verdade, tinha muitas semelhanças com o fascismo de Mussolini (ver Seção 13.2). *Os princípios gerais do movimento eram os seguintes:*

1. Era mais do que apenas um entre tantos outros partidos políticos. *Era um modo de vida dedicado ao renascimento de uma nação.* Todas as classes da sociedade deveriam se unir em uma "comunidade nacional" (*Volksgemeinschaft*) para tornar a Alemanha uma grande nação e resgatar o orgulho nacional. Como os nazistas possuíam a única forma correta para chegar a isso, conclui-se que todos

os outros partidos, principalmente os comunistas, deveriam ser eliminados.

2. Dava-se muita ênfase à *organização inescrupulosamente eficiente de todos os aspectos das vidas das massas* sob o governo central para atingir a grandeza, com violência e terror, se necessário. O Estado era supremo; os interesses do indivíduo sempre vinham depois dos do Estado, ou seja, um Estado totalitário em que a propaganda tinha um papel fundamental a cumprir.
3. Como era provável que a grandeza só pudesse ser conquistada com a guerra, *todo o Estado deveria ser organizado em base militar*.
4. *A teoria da raça era de vital importância* – a humanidade poderia ser dividida em dois grupos: arianos e não arianos. Os primeiros eram os alemães, de preferência altos, loiros de olhos azuis e bonitos. Eles eram a raça superior, destinada a governar o mundo. Todo o restante, como os eslavos, as pessoas de cor e principalmente os judeus, era inferior e deveria ser excluído da "comunidade nacional", junto com outros grupos considerados inadequados para pertencer a ela, como ciganos e homossexuais. Os eslavos estavam destinados a se tornar a raça escrava dos alemães.

Todas as diversas facetas e detalhes do sistema nazista surgiam a partir desses quatro conceitos básicos. Tem havido muito debate entre os historiadores sobre se o nacional-socialismo foi *uma evolução natural da história alemã ou se foi uma exceção, uma distorção da evolução normal*. Muitos historiadores britânicos e norte-americanos afirmam que foi uma extensão natural do militarismo prussiano e das tradições alemãs. Os historiadores marxistas acreditavam que o nacional-socialismo e o fascismo em geral eram a etapa final do capitalismo ocidental, que estaria fadado a cair em função de suas falhas fatais. O historiador britânico R. Butler, escrevendo em 1942, acreditava que "o nacional-socialismo é o ressurgimento inevitável do terror do militarismo prussiano, como se viu durante o século XVIII". Sir Lewis Namier, judeu polonês que se radicou na Grã-Bretanha e se tornou um eminente historiador, foi compreensivelmente amargo:

> As tentativas de absolver o povo alemão de responsabilidades não convencem. E, com relação a Hitler e a seu Terceiro Reich, eles sugiram do povo, na verdade, das camadas inferiores do povo.... Os amigos dos alemães devem se perguntar por que indivíduos se tornaram cidadãos úteis e decentes, mas em grupos, tanto em seu país como no exterior, conseguem desenvolver tendências que representam uma ameaça a seu próximo? (*Avenues of History*)

Por outro lado, historiadores alemães como Gerhard Ritter e K. D. Bracher enfatizaram a contribuição pessoal de Hitler, afirmando que ele estava se esforçando para romper com o passado e introduzir algo completamente novo. O nacional-socialismo, portanto, foi um desvio grotesco da evolução histórica normal e lógica. Essa provavelmente é a visão majoritária e foi bem recebida na Alemanha, já que significava que o povo alemão, ao contrário do que afirma Namier, pode ser absolvido da maior parte da culpa.

Ian Kershaw reconhece que há elementos de ambas as interpretações na carreira de Hitler. Ele diz que

> as mentalidades que condicionavam os comportamentos das elites e das massas, e que possibilitaram a ascensão de Hitler, foram produto de correntes da cultura política alemã totalmente reconhecíveis no período de mais ou menos 20 anos antes da Primeira Guerra Mundial.... A maioria dos elementos da cultura política que alimentaram o nazismo era peculiarmente alemã.

Contudo, Kershaw também deixa claro que Hitler não era o produto lógico e inevitável de tendências antigas na cultura e nas

crenças alemãs, nem um mero acidente na história da Alemanha: "Sem as condições únicas em que ele ganhou destaque, Hitler não teria sido coisa alguma.... ele explorou essas condições de forma brilhante".

14.3 HITLER CONSOLIDA SEU PODER

Hitler era austríaco, filho de um funcionário da alfândega em Braunau-am-Inn, na fronteira com a Alemanha. Queria ser artista, mas não foi admitido na Academia de Belas Artes de Viena, depois passou seis anos em péssimas condições financeiras, morando em pensões de Viena e desenvolvendo seu ódio pelos judeus.* Em Munique, Hitler tinha entrado para o minúsculo Partido dos Trabalhadores Alemães, de Anton Drexler (1919), onde logo assumiu o controle e transformou no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores *Alemães* (NSDAP). Agora, em janeiro de 1933, ele era chanceler de um governo de coalizão entre nacional-socialistas e nacionalistas, mas não estava satisfeito com a quantidade de poder que possuía: os nazistas tinham apenas três das 11 vagas no gabinete. Sendo assim, ele insistiu em uma eleição geral, na esperança de conquistar uma maioria geral para os nazistas.

(a) A eleição de março de 1933

A campanha eleitoral foi extremamente violenta. Como agora estavam no governo, os nazistas conseguiram usar o aparelho do Estado, incluindo a imprensa e o rádio, para tentar arrancar uma maioria. Pessoas em importantes cargos da polícia foram substituídas por nazistas de confiança, e foram chamados 50.000 policiais auxiliares, a maioria deles da SA e da SS (*Schutzstaffeln* – o segundo exército privado de Hitler, formado originalmente para ser sua guarda pessoal). Eles tinham ordens de evitar hostilidades com as SA e SS, mas não ter pena de comunistas e outros "inimigos do Estado". Reuniões de todos os partidos, com exceção dos nazistas e dos nacionalistas, eram atacadas e os oradores, agredidos, enquanto a polícia fingia não ver.

(b) O incêndio do Reichstag

O clímax da campanha eleitoral veio na noite de 27 de fevereiro, quando o Reichstag sofreu muitos danos por causa de um incêndio começado, aparentemente, por um anarquista holandês chamado van der Lubbe, que foi preso, julgado e executado sozinho. Foi sugerido que a SA sabia dos planos de van der Lubbe, mas deixou que ele fosse adiante e até começou seus próprios incêndios em outros lugares do prédio com a intenção de culpar os comunistas. Não há evidências conclusivas disso, mas o que é certo é que *Hitler usou o incêndio para incitar o medo ao comunismo e como um pretexto para proibir o partido*. Entretanto, apesar de todos os seus esforços, os nazistas não conseguiram conquistar a maioria. Com quase 90% do eleitorado tendo participado, os nazistas conquistaram 288 de 647 cadeiras, 36 a menos do que o número mágico – 324 – necessário para ter maioria sem precisar de acordos. Os nacionalistas, mais uma vez, obtiveram 52 cadeiras. Hitler ainda dependia do apoio de Papen e Hugenberg (líder dos nacionalistas). Esse acabou sendo o melhor desempenho dos nazistas em uma eleição "livre", e eles nunca conquistaram a maioria. Vale a pena lembrar que mesmo no pico de seu triunfo eleitoral, os nazistas foram apoiados por apenas 44% do eleitorado votante.

14.4 COMO HITLER CONSEGUIU SE MANTER NO PODER?

(a) A Lei Plenipotenciária, 23 de março de 1933

A base legal para seu poder foi a Lei Plenipotenciária, cuja aprovação foi forçada ao Rei-

* N. de R.: Participou da Primeira Guerra Mundial no exército alemão, sendo ferido e condecorado.

chstag em 23 de março de 1933, e que dizia que o governo poderia introduzir leis sem a aprovação do Reichstag pelos próximos quatro anos, poderia ignorar a Constituição e assinar acordos com outros países. Todas as leis seriam elaboradas pelo chanceler e entrariam em vigor no dia em que fossem publicadas. Isso significava que Hitler viria a ser um ditador completo nos quatro anos seguintes, mas, como sua vontade agora era lei, ele poderia estender indefinidamente esse período. Ele não precisava mais do apoio de Papen e Hugenberg; a Constituição de Weimar foi abandonada. Uma mudança constitucional tão importante precisaria da aprovação de uma maioria de dois terços, e os nazistas não tinham sequer uma maioria simples..

Como os nazistas passaram a Lei Plenipotenciária no Reichstag?

O método foi típico dos nazistas. A Casa de Ópera Kroll (onde o Reichstag vinha se reunindo desde o incêndio) foi cercada pelos exércitos privados de Hitler e os parlamentares tinham que passar por sólidas fileiras de soldados da SS para entrar no prédio. Os 81 parlamentares comunistas simplesmente não tiveram permissão para passar (muitos já estavam na cadeia). Dentro do prédio, havia filas de soldados da SA, com camisas marrons, junto às paredes, e era possível ouvir os SS gritando do lado de fora: "Queremos a lei ou incêndio e morte". Foi necessária coragem para votar contra o projeto da Lei Plenipotenciária nesse contexto. Quando o Partido Católico de Centro decidiu votar a favor, o resultado estava previsto. Somente os Social-Democratas foram contrários e ele foi aprovado por 441 votos a 94 (todos Social-Democratas).

(b) *Gleichschaltung*

Hitler seguiu uma política conhecida como *Gleichschaltung* (coordenação forçada) que transformou a Alemanha em um Estado fascista autoritário. O governo tentava controlar todos os aspectos da vida possíveis, usando uma enorme força policial e uma infame polícia secreta do Estado, a Gestapo (*Geheime Staatspolizei*). Ficou perigoso se opor ou criticar o governo de qualquer maneira que fosse. As principais características do totalitarismo nazista eram:

1. Todos os partidos políticos, com exceção do nacional-socialista, foram proibidos, de forma que a Alemanha se tornou um E*stado de partido único*, como a URSS e a Itália.
2. Os parlamentos estaduais separados (*Lander*) ainda existiam, mas perderam todo o poder. A maioria de suas funções foi assumida por um *Comissário Especial Nazista*, nomeado em cada Estado pelo governo de Berlim, que tinha poder completo sobre todos os funcionários e questões dentro do Estado. Não havia mais eleições estaduais, provinciais ou municipais.
3. *O serviço público sofreu purgas*: todos os judeus e outros suspeitos de serem "inimigos do Estado" foram afastados, para que ele ficasse totalmente confiável.
4. *Os sindicatos, uma provável fonte de resistência, foram* abolidos, seus fundos confiscados e seus líderes, presos. Eles foram substituídos pela Frente Trabalhista Alemã, à qual todos os trabalhadores tinham que pertencer. O governo lidava com todas as reivindicações, e não eram permitidas greves.
5. *O sistema de educação era controlado de perto* para que as crianças pudessem ser doutrinadas com opiniões nazistas. Muitos livros escolares foram reescritos para se ajustarem à teoria nazista, com os exemplos mais óbvios sendo a história e a biologia. A história foi distorcida para se encaixar na visão de Hitler de que as grandes coisas só poderiam ser conseguidas pela força. A biologia humana era dominada pela teoria nazista das raças. Professores de todos os níveis eram vigiados de perto para garantir que

não expressassem opiniões que desviassem da linha partidária, e muitos viviam com medo de serem delatados à Gestapo por filhos de nazistas convictos.

O sistema era suplementado pela Juventude Hitlerista, à qual todos os meninos tinham que aderir aos 14 anos. As meninas entravam para a Liga das Moças Alemãs. O regime estava deliberadamente tentando destruir vínculos tradicionais como a lealdade à família: as crianças eram ensinadas que seu primeiro dever era obedecer a Hitler, que assumiu o título de Führer (líder ou guia). O *slogan* favorito era "O Führer sempre tem razão". As crianças eram inclusive estimuladas a denunciar seus pais à Gestapo, muitas fizeram isso.

6. *Havia uma política especial relacionada à família*. Os nazistas estavam preocupados com a redução na taxa de natalidade, de modo que as famílias "racialmente puras" e saudáveis eram estimuladas a ter mais filhos. Os centros de planejamento familiar foram fechados e os anticoncepcionais, proibidos. As mães que respondiam bem recebiam medalhas – a Cruz de Honra da Mãe Alemã. Uma mãe de oito filhos ganhava uma medalha de ouro, de seis, medalha de prata, e de quatro, uma medalha de bronze. Por outro lado, as pessoas consideradas "indesejáveis" eram dissuadidas de ter filhos, como judeus, ciganos e pessoas consideradas mental ou fisicamente inadequadas. Em 1935, o casamento entre arianos e judeus foi proibido, e mais de 300.000 pessoas designadas como "inadequadas" foram esterilizadas à força para impedir que tivessem filhos.
7. *Todas as comunicações e a mídia eram controladas pelo ministro da propaganda, o Dr. Joseph Goebbels*. Rádio, jornais, revistas, livros, teatros, filmes, música e arte eram todos supervisionados. No final de 1934, cerca de 4.000 livros estavam na lista de proibidos por serem "não alemães". Era impossível encenar peças de Bertholt Brecht (comunista) ou a música de Felix Mendelssohn e Gustav Mahler (eles eram judeus). Escritores, artistas e estudiosos eram assediados até que ficou impossível expressar qualquer opinião que não se ajustasse ao sistema nazista. Através desses métodos, a opinião pública podia ser moldada e ficava garantido o apoio das massas.
8. *A vida econômica do país era organizada de perto*. Embora os nazistas (diferentemente dos comunistas) não tivessem ideias especiais em relação à economia, eles tinham alguns objetivos básicos: *eliminar o desemprego e tornar a Alemanha autossuficiente estimulando as exportações e reduzindo as importações, uma política conhecida como "autarquia"*. A ideia era colocar a economia em pé de guerra para que a produção de materiais necessários para guerrear nunca fosse paralisada por um bloqueio comercial como o que foi imposto pelos Aliados na Primeira Guerra Mundial. A peça central da política foi o Plano Quadrienal introduzido em 1936 sob a direção de Hermann Goering, chefe da *Luftwaffe* (a força aérea alemã). As políticas incluíam:

   - dizer aos industriais o que produzir, dependendo do que o país precisava no momento; fechar fábricas se seus produtos não fossem necessários;
   - movimentar os trabalhadores pelo país para onde houvesse empregos e fosse necessária mão de obra;
   - estimular os agricultores a aumentar a produção;
   - controlar os preços dos alimentos e os alugueis;
   - manipular as taxas de câmbio de moedas estrangeiras para evitar inflação;
   - introduzir grandes esquemas de obras públicas – remoção de favelas, drenagem de terras e construção de *autobahns* (autoestradas);

- forçar outros países a comprar mercadorias alemãs, seja se recusando a pagar em dinheiro pelas mercadorias compradas desses países, para que eles tivessem que aceitar produtos alemães (muitas vezes armamentos) ou negando permissão a estrangeiros com contas bancárias na Alemanha de retirar seu dinheiro, para que eles tivessem que gastá-lo na Alemanha em produtos alemães;
- fabricar borracha e lã sintéticas, e experimentar produzir petróleo de carvão para reduzir a dependência de outros países;
- aumentar as despesas com armamentos; em 1938-1939, o orçamento militar respondia por 52% dos gastos do governo. Era uma quantidade incrível para "tempos de paz". Como diz Richard Overy: "Isso foi resultado do desejo de Hitler de transformar a Alemanha em uma superpotência econômica e militar antes que o restante do mundo a alcançasse".

9. *A religião foi posta sob controle do Estado*, já que as Igrejas eram uma possível fonte de oposição. Inicialmente, Hitler agiu com cautela com católicos e protestantes.
   - **A Igreja Católica**
   Em 1933, Hitler assinou um acordo (conhecido como Concordata) com o papa, pelo qual prometia não interferir com os católicos alemães em qualquer aspecto, e estes concordavam em dissolver o Partido Católico de Centro e não mais participar da política. Mas as relações logo ficaram tensas quando o governo rompeu a Concordata, dissolvendo a Liga Jovem Católica por rivalizar com a Juventude Hitlerista. Quando os católicos protestaram, suas escolas foram fechadas. Em 1937, os católicos tinham perdido completamente a ilusão nos nazistas e o Papa Pio XI publicou uma Encíclica (uma carta a ser lida em todas as igrejas católicas da Alemanha) na qual contestava o movimento nazista por ser "hostil a Cristo e a sua Igreja". Hitler não se abalou, mas milhares de padres e freiras foram presos e mandados para campos de concentração.
   - **As igrejas protestantes**
   Como a maioria dos alemães pertencia a um dos vários grupos protestantes, Hitler tentou organizá-los em uma "Igreja do Reich", com um nazista como primeiro bispo do Reich. Muitos pastores (sacerdotes) se opuseram, e um grupo deles, liderado por Martin Niemoller, protestou a Hitler contra a interferência do governo e contra o tratamento dado aos judeus. Mais uma vez, os nazistas agiram completamente sem escrúpulos – Niemoller e mais de 800 pastores foram mandados a campos de concentração (o próprio Niemoller conseguiu sobreviver por oito anos até ser libertado em 1945). Centenas de outros foram presos e o restante, forçado a fazer um juramento de obediência ao Führer.

   Com o tempo, essas perseguições parecem ter posto as Igrejas sob controle, mas a resistência continuava e elas eram as únicas organizações a manter uma campanha silenciosa de protesto contra o sistema nazista. Por exemplo, em 1941, alguns bispos católicos protestaram contra a política nazista de matar pessoas com deficiências ou doenças mentais nos manicômios. Mais de 70.000 pessoas foram assassinadas nessa campanha de "eutanásia". Hitler ordenou publicamente que as mortes em massa parassem, mas há evidências que sugerem que elas continuaram.

10. *Acima de tudo, a Alemanha era um Estado policial*. A polícia, ajudada pela SS e pela Gestapo, tentava impedir toda a oposição aberta ao regime. Os tribunais não eram imparciais: os "inimigos do Estado" raramente tinham um julgamento justo, e os campos de concentração,

introduzidos por Hitler em 1933, estavam cheios. Antes de 1939, os principais eram Dachau, próximo a Munique, Buchenwald, perto de Weimar, e Sachsenhausen, próximo a Berlim, contendo prisioneiros "políticos" – comunistas, social-democratas, padres católicos, pastores protestantes. Outros grupos perseguidos eram os homossexuais e, acima de tudo, os judeus. Talvez até 15.000 homens homossexuais tenham sido mandados aos campos, onde eram obrigados a usar triângulos cor-de-rosa na roupa.

Porém, pesquisas recentes na Alemanha mostraram que o Estado policial não era tão eficiente quanto se pensava. A Gestapo tinha deficiência de pessoal, por exemplo, havia somente 43 oficiais para policiar Essen, uma cidade de 650.000 habitantes. Eles tinham que depender muito de informações trazidas por pessoas comuns para denunciar outras. Depois de 1943, quando as pessoas iam ficando mais decepcionadas com a guerra, elas tinham menos disposição de ajudar as autoridades e o trabalho da Gestapo ficou mais difícil.

11. *O pior aspecto do sistema nazista era a política antissemita (antijudaica) de Hitler*. Havia apenas pouco mais de meio milhão de judeus na Alemanha, uma proporção ínfima da população, mas Hitler decidiu usá-los como bodes expiatórios para tudo – a humilhação em Versalhes, a depressão, o desemprego e o comunismo – e afirmava haver um complô judeu mundial. Muitos alemães estavam em situação tão desesperada que estavam dispostos a aceitar a propaganda sobre os judeus e não se importaram de ver milhares deles perderem seus empregos como advogados, médicos, professores e jornalistas. A campanha ganhou *status* legal com as Leis de Nuremberg (1935), que retiraram dos judeus sua cidadania alemã, proibiram que se casassem com não judeus (para preservar a pureza da raça ariana) e estabeleceram que qualquer pessoa com apenas um avô judeu deveria ser classificada como judia.

Até 1938, Hitler agiu com cautela em sua política antijudaica, provavelmente preocupado com reações estrangeiras desfavoráveis. Posteriormente, a campanha ficou mais extrema. Em novembro de 1938, Hitler autorizou o que ficou conhecido como *Kristallnacht* (a "Noite dos Cristais"), um ataque violento às sinagogas e outras propriedades judaicas em todo o país. Quando a Segunda Guerra Mundial começou, a situação dos judeus piorou rapidamente. Eles foram assediados de todas as maneiras possíveis, suas propriedades foram atacadas e queimadas, as lojas, saqueadas, as sinagogas, destruídas e foram amontoados em campos de concentração (Ilustração 14.3). Com o tempo, a natureza terrível do que Hitler chamou de sua "Solução Final" para o problema judaico ficou clara: ele pretendia exterminar toda a raça judaica. Durante a guerra, enquanto os alemães ocupavam países como a Tchecoslováquia, a Polônia e a parte ocidental da Rússia, ele também conseguiu colocar as mãos em judeus não alemães. Acredita-se que, em 1945, de um total de 9 milhões de judeus que viviam na Europa no início da Segunda Guerra Mundial, cerca de 5,7 milhões tinham sido assassinados, a maioria nas câmaras de gás dos campos de extermínio nazistas. O Holocausto, como ficou conhecido, foi o pior e o mais chocante dos muitos crimes contra a humanidade cometidos pelo regime nazista (ver Seção 6.8 para detalhes completos).

(c) As políticas de Hitler eram bem vistas por muitos setores do povo alemão

Seria errado dar a impressão de que Hitler se manteve no poder apenas aterrorizando toda

Ilustração 14.3 Judeus sendo levados a um campo de concentração.

uma nação. É verdade que, se fosse um judeu, comunista ou socialista, ou se insistisse em protestar ou criticar os nazistas, a pessoa teria problemas, mas muita gente que não tinha muito interesse em política geralmente conseguia viver feliz sob o comando dos nazistas, já que Hitler buscava agradar vários grupos importantes na sociedade. Até 1943, quando os rumos da guerra haviam se voltado contra a Alemanha, Hitler mantinha, de alguma forma, sua popularidade entre as pessoas comuns.

1. Sua chegada ao poder, em janeiro de 1933, gerou uma grande onda de entusiasmo e expectativa, depois dos governos fracos e hesitantes da República de Weimar. *Hitler parecia oferecer ação e uma nova Alemanha grandiosa*. Ele tomava cuidado para estimular esse entusiasmo com paradas militares, procissões à luz de tochas e apresentações de fogos de artifício, das quais as mais famosas foram os comícios realizados todos os anos em Nuremberg (Ilustração 14.4), que pareciam ter apelo de massas.
2. *Hitler conseguiu eliminar o desemprego*. Essa talvez tenha sido a razão mais importante para sua popularidade entre as pessoas comuns. Quando ele subiu ao poder, o número de desempregados ainda estava em 6 milhões, mas, já em julho de 1935, tinha caído a menos de 2 milhões e, em 1939, tinha desaparecido completamente. Como isso foi conseguido? Os esquemas de obras públicas proporcionaram milhares de empregos. Uma enorme burocracia partidária foi montada, agora que o partido estava se expandindo com tanta rapidez, o que forneceu milhares de outros cargos de escritório e administrativos. Houve expurgos de judeus e antinazistas do serviço público e de muitos outros cargos ligados ao direito, à educação, ao jornalismo, comunicações, teatro e música, deixando grandes quantidades de vagas.

Ilustração 14.4 Hitler pouco antes de discursar em um comício em Nuremberg.

O serviço militar obrigatório foi reintroduzido em 1935. O rearmamento recomeçou em 1934 e foi sendo acelerado gradualmente. Assim, Hitler ofereceu o que os desempregados exigiam em suas passeatas em 1932: trabalho e pão (*Arbeit und Brot*).

3. *Tomou-se cuidado para manter o apoio dos trabalhadores* depois de conquistá-lo, proporcionando empregos. Isso era importante porque a abolição dos sindicatos ainda descontentava a muitos deles. A Organização Força através da Alegria (*Kraft durch Freude*) oferecia benefícios como férias subsidiadas na Alemanha e no exterior, cruzeiros, férias para esquiar, ingressos baratos para teatro e concertos e casas de saúde. Outros benefícios eram férias remuneradas e controle de alugueis.
4. *Os industriais e empresários ricos estavam felizes com os nazistas* apesar da interferência do governo em suas atividades, em parte porque se sentiam protegidos contra uma revolução comunista e, em parte, satisfeitos por terem se livrado dos sindicatos, que tinham lhes incomodado constantemente com reivindicações por jornadas de trabalho menores e salários maiores. Além disso, conseguiram comprar de volta, por preços baixos, as ações que tinham vendido ao Estado durante a crise de 1929-1932, e havia promessas de grandes lucros com os projetos de obras públicas, rearmamento e os pedidos que o governo lhes tinha feito.
5. *Os fazendeiros, embora tivessem dúvidas sobre Hitler inicialmente, aos poucos foram aceitando os nazistas* ao ficar claro que tinham uma posição especialmente favorecida no Estado, em função da explícita meta de autossuficiência na produção de alimentos. Os preços dos produtos agrícolas foram estabelecidos para que os agricultores tivessem garantia de um lucro razoável. As fazendas foram declaradas propriedades hereditárias e, em caso de morte do proprietário, deveriam ser repassadas ao parente mais próximo. Isso significava que um proprietário não poderia ser obrigado a vender ou hipotecar sua fazenda para pagar suas dívidas, medida que foi bem recebida pelos que tinham dívidas pesadas resultantes da crise financeira.
6. *Hitler recebeu apoio do Reichswehr (exército)*, que era crucial para que ele se sentisse seguro no poder. O *Reichswehr* era a única organização que poderia tê-lo

afastado à força. Mesmo assim, no verão de 1934, Hitler o tinha conquistado:

- a classe dos oficiais tinha simpatia por ele em função de sua meta muito divulgada de ignorar as restrições do Tratado de Versalhes, rearmando e ampliando o exército até sua força integral;
- houve uma infiltração constante de Nacional-Socialistas nas fileiras inferiores e começava a penetrar nas classes de oficiais de menor patente;
- os líderes do exército estavam muito impressionados com a maneira com que Hitler lidou com a problemática SA no célebre expurgo de Rohm (também conhecido como "Noite dos Longos Punhais") de 30 de junho de 1934.

Os antecedentes disso são que a SA, sob a liderança de Ernst Rohm, amigo pessoal de Hitler desde os primórdios do movimento, estava se tornando um constrangimento ao novo chanceler. Rohm queria que seus camisas-pardas fossem fundidos com o *Reichswehr* e ele próprio se tornasse general. Hitler sabia que os aristocráticos generais do *Reichswehr* não aceitariam qualquer das duas coisas, pois consideravam a SA pouco mais do que um bando de gângsteres, enquanto se sabia que o próprio Rohm era homossexual (o que foi rejeitado nos círculos do exército, assim como, oficialmente, entre os nazistas) e tinha criticado os generais em público por seu conservadorismo rígido. Rohm insistiu em suas exigências, forçando Hitler a escolher entre as SA (Ilustração 14.5) e o *Reichswehr*.

A solução de Hitler para o dilema foi típica dos métodos nazistas, ou seja, inescrupulosa e ineficiente. Ele usou um de seus exércitos privados para lidar com

Ilustração 14.5 Hitler e os membros da Sturmabteilung (SA) em um comício em Nuremberg.

o outro. Rohm. e a maioria dos líderes da SA, foi assassinado por soldados da SS e Hitler aproveitou a oportunidade para fazer com que fossem mortos vários outros inimigos e críticos, que nada tinham a ver com as SA. Por exemplo, dois dos assessores de Papen foram baleados e mortos pelas SS porque, nos dias que antecederam, ele fez um discurso em Marburg criticando Hitler. O próprio Papen provavelmente só foi salvo pelo fato de ser amigo íntimo do presidente Hindenburg. Acredita-se que pelo menos 400 pessoas foram assassinadas só naquela noite e nos dias seguintes. Hitler justificou dizendo que todas estavam tramando contra o Estado.

Recentemente, o historiador alemão Lothar Machtan, em seu livro *A Face Oculta de Hitler*, sugeriu que Hitler era um homossexual que teve uma série de relacionamentos com jovens em sua juventude em Viena e Munique, o que era do conhecimento de Rohm e seus amigos. Se Machtan estiver correto, então outra explicação para a necessidade que Hitler tinha do expurgo era salvaguardar sua reputação, à medida que se ampliavam as desavenças entre ele e Rohm. "A principal motivação de Hitler para agir contra Rohm e seus parceiros era o medo da exposição e da chantagem... a eliminação de testemunhas e provas – esse foi o propósito real de seu ato de terrorismo".

Quaisquer que tenham sido os verdadeiros motivos de Hitler, o expurgo teve resultados importantes: o *Reichswehr* ficou aliviado por se livrar dos problemáticos líderes das SA e impressionado com a maneira firme com que Hitler tratou da questão. Quando o presidente Hindenburg morreu, um mês depois, o *Reichswehr* aceitou que Hitler se tornasse presidente, além de chanceler (embora ele preferisse ser conhecido como o *Führer*). O *Reichswehr* fez um juramento de lealdade ao *Führer*.

7. *Por fim, a política externa de Hitler foi um brilhante sucesso*. Com cada novo triunfo, mais e mais alemães começaram a considerá-lo infalível (ver Seção 5.3).

14.5 NAZISMO E FASCISMO

Às vezes se faz confusão entre os significados dos termos "nazismo" e "fascismo". Mussolini fundou o primeiro partido fascista na Itália. Posteriormente, o termo foi usado, não com total precisão, para descrever outros movimentos e governos de direita. Na verdade, cada estilo do chamado "fascismo" tinha suas próprias características especiais: no caso dos nazistas alemães, havia muitas semelhanças com o sistema fascista de Mussolini, mas também algumas diferenças importantes.

(a) Semelhanças

- Ambos eram intensamente anticomunistas e, em função disso, atraíam uma sólida base de apoio de todas as classes.
- Eram antidemocráticos e tentavam organizar o povo em um Estado totalitário, controlando a indústria, a agricultura e a forma de vida das pessoas, de forma que a liberdade pessoal era limitada.
- Tentavam tornar seus países autossuficientes.
- Enfatizavam a unidade rígida de todas as classes, colaborando para chegar a esses objetivos.
- Ambos enfatizavam a supremacia do Estado, eram intensamente nacionalistas, glorificando a guerra e faziam culto ao herói/líder que guiaria o renascimento da nação de seus problemas.

(b) Diferenças

- O fascismo nunca pareceu criar raízes na Itália como fez o nazismo na Alemanha.
- O sistema italiano não era tão eficiente quanto na Alemanha. Os italianos nunca chegaram perto de atingir a

autossuficiência e nunca eliminaram o desemprego, o qual, na verdade, aumentou.

- O sistema italiano não era tão cruel nem tão violento quando o da Alemanha e não houve atrocidades em massa, embora tenha havido alguns incidentes desagradáveis, como os assassinatos de Matteotti e Amendola.
- O fascismo italiano não foi, particularmente, antijudaico nem racista até 1938, quando Mussolini adotou essa política para imitar Hitler.
- Mussolini teve mais sucesso do que Hitler com sua política religiosa, após seu acordo com o papa em 1929.
- Por fim, suas posições constitucionais eram diferentes: a monarquia permanecia na Itália, e embora Mussolini geralmente ignorasse o rei Victor Emmanuel, este cumpriu um papel fundamental em 1943, quando os críticos de Mussolini recorreram a ele como chefe de Estado. Ele conseguiu anunciar a demissão de Mussolini e ordenar sua prisão. Infelizmente, não havia pessoa alguma na Alemanha que pudesse demitir Hitler.

14.6 QUAL FOI O ÊXITO DE HITLER EM ASSUNTOS INTERNOS?

Há visões conflitantes a esse respeito. Algumas pessoas afirmam que o regime de Hitler trouxe muitos benefícios à maioria do povo alemão, ao passo que outras acreditam que toda sua carreira foi um completo desastre e que seus chamados sucessos foram um mito criado por Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda nazista. Avançando um pouco mais no argumento, alguns historiadores alemães alegam que Hitler foi um governante fraco que jamais iniciou qualquer política própria.

(a) Bem-sucedido?

Uma escola de pensamento afirma que os nazistas tiveram sucesso até 1939 porque proporcionaram muitos benefícios do tipo mencionado na Seção 14.4(c), e desenvolveram uma economia florescente, por isso a alta popularidade de Hitler com as massas, que durou até boa parte da década de 1940, apesar das dificuldades da guerra. Se ele tivesse conseguido manter a Alemanha fora da guerra, diz a teoria, tudo teria saído bem e seu Terceiro Reich poderia ter durado mil anos (como ele se vangloriava de que aconteceria).

(b) Bem-sucedido apenas superficialmente?

A visão oposta é a de que os supostos êxitos de Hitler foram superficiais e não poderiam ter resistido ao teste do tempo. O chamado "milagre econômico" era uma ilusão, com um imenso déficit orçamentário e com o país tecnicamente falido. Mesmo o êxito superficial foi atingido por métodos inaceitáveis em uma sociedade moderna civilizada:

- O pleno emprego foi conseguido à custa de uma brutal campanha antijudaica e um programa maciço de rearmamento.
- A autossuficiência não era possível a menos que a Alemanha conseguisse assumir e explorar amplas áreas do Leste Europeu que pertenciam à Polônia, à Tchecoslováquia e à Rússia.
- Sendo assim, o sucesso permanente dependia do sucesso na guerra, de forma que não havia possibilidade de Hitler ficar de fora da guerra (ver Seção 5.3(a)).

Portanto, a conclusão deve ser, como escreveu Alan Bullock em sua biografia de Hitler, que

> o reconhecimento dos benefícios que o governo de Hitler trouxe à Alemanha deve ser contrabalançado pelo entendimento de que, para o Führer – e para uma parte considerável do povo alemão – eles eram subprodutos de seu verdadeiro propósito, a criação de um instrumento de poder com o qual realizar uma

política de expansão que, em última análise, não admitiria limites.

Mesmo a política de prontidão para a guerra fracassou; os planos de Hitler foram elaborados para estarem completos no início dos anos de 1940, provavelmente em torno de 1942. Em 1939, a economia da Alemanha não estava pronta para uma guerra de grandes proporções, embora o país estivesse forte o suficiente para derrotar a Polônia e a França. Entretanto, como afirma Richard Overy, "os grandes programas de produção para a guerra ainda não estavam completos, alguns mal haviam começado.... A economia alemã foi surpreendida, em 1939, a meio caminho na transformação prevista.... como refletiu Hitler com pesar alguns anos mais tarde, a militarização tinha sido 'mal administrada'".

(c) O mito de Hitler

Como todo o trabalho de Hitler terminou em um fracasso desastroso, isso levanta uma série de questões: por exemplo, por que sua popularidade foi tão alta por tanto tempo? Ela era verdadeiramente alta ou as pessoas simplesmente suportavam ele e os nazistas por medo do que lhes aconteceria se reclamassem demais? Sua imagem popular era somente um mito criado pela máquina de propaganda de Goebbels?

Não restam dúvidas de que era difícil e arriscado criticar o regime. O governo controlava os meios de comunicação, de forma que os canais normais de crítica que existem em uma sociedade democrática moderna não estavam disponíveis aos alemães comuns. Qualquer pessoa que tentasse até mesmo iniciar uma discussão sobre as políticas nazistas corria o risco de ser alvo de informantes, da Gestapo e dos campos de concentração.

Por outro lado, há evidências de que o próprio Hitler tinha uma popularidade genuína, embora algumas facções do partido nazista não a tivessem. Ian Kershaw, em seu trabalho anterior, *The Hitler Myth*, mostrou que Hitler era considerado, de certa forma, acima da desagradável política cotidiana e as pessoas não o associavam aos excessos dos membros mais extremistas do partido. As classes média e abastada estavam gratas a ele por ter restaurado a lei e a ordem, e até aprovavam os campos de concentração, acreditando que os comunistas e outros "encrenqueiros antissociais" mereciam ser mandados para lá. A máquina de propaganda ajudava, mostrando os campos como centros de reeducação onde os indesejáveis eram transformados em cidadãos úteis.

As conquistas de Hitler em questões internacionais tinham uma popularidade extremamente alta, e a cada novo sucesso – anúncio de rearmamento, remilitarização da Renânia, *Anschluss* com a Áustria e a incorporação da Tchecoslováquia ao Reich – parecia que a Alemanha estava resgatando a posição de grande potência que era sua por direito. Era aí que a propaganda de Goebbels provavelmente tinha seu maior impacto na opinião pública, construindo a imagem de Hitler como o messias carismático e infalível que estava destinado a resgatar a grandeza da Pátria. Ainda que houvesse pouco entusiasmo pela guerra, a popularidade de Hitler atingiu novos patamares no verão de 1940, com a rápida derrota da França.

Foi durante o ano de 1941 que sua imagem começou a se macular. À medida que a guerra se arrastava e ele declarou guerra aos Estados Unidos, começaram a surgir dúvidas sobre sua infalibilidade. Aos poucos, foi-se entendendo que a guerra não poderia ser vencida. Em fevereiro de 1943, quando começaram a se espalhar notícias da rendição alemã em Stalingrado, um grupo de estudantes da Universidade de Munique corajosamente lançou um manifesto: "A nação está profundamente abalada pela destruição dos homens de Stalingrado... O cabo da Primeira Guerra Mundial levou 330.000 alemães à morte e à ruína de forma insensata e irresponsável. Führer, a ti somos gratos!" Seis dos líderes foram presos pela Gestapo e executados, e vários outros receberam longas penas de prisão. Depois disso, a maioria das pessoas permaneceu leal a Hitler

e não houve revoltas populares contra ele. A única tentativa importante de derrubá-lo foi realizada por um grupo de líderes do exército em julho de 1944. Depois do fracasso desse plano para explodi-lo, o público em geral permaneceu leal até o amargo final, em parte por medo das consequências caso eles fossem considerados contrários aos nazistas e em parte por fatalismo e resignação.

(d) Um ditador fraco?

Foi o historiador alemão Hans Mommsen, em 1966, que sugeriu pela primeira vez que Hitler era um "ditador fraco". Aparentemente, ele queria dizer que, apesar de toda a propaganda sobre o líder carismático e o homem predestinado, Hitler não tinha qualquer programa ou plano especial e simplesmente explorava a circunstâncias que se apresentavam. Martin Broszat, em seu livro de 1969, *The Hitler State*, aprofundou o tema, afirmando que muitas das políticas atribuídas a Hitler foram instigadas ou pressionadas por outros, e depois assumidas por ele.

A visão oposta, de que Hitler era um ditador todo-poderoso, também tem seus defensores empedernidos. Norman Rich, em *Hitler's War Aims* (vol. 1, 1973), acreditava que Hitler era o "senhor do Terceiro Reich". Eberhard Jäckel tem insistido constantemente na mesma interpretação desde seu primeiro livro sobre Hitler, de 1984 (*Hitler in History*), onde usou a palavra "monocracia" para descrever o "poder solitário" de Hitler.

Em sua enorme biografia recente de Hitler em dois volumes, Ian Kershaw sugere uma interpretação "meio a meio". O autor enfatiza a teoria de "trabalhar em direção ao Führer" – uma expressão usada em um discurso de 1934 de um oficial nazista que estava explicando como as políticas do governo tomavam forma:

> É dever de cada pessoa tentar, no espírito do Führer, trabalhar em sua direção. Qualquer um que cometa erros vai se dar conta muito rápido. Mas quem trabalhar corretamente em direção ao Führer, segundo suas linhas e em direção a suas metas, no futuro terá a mais bela recompensa, de um dia, de repente, obter a confirmação legal de seu trabalho.

Kershaw explica como isso funcionava: "eram tomadas iniciativas, criavam-se pressões, instigavam-se leis – tudo por meios sintonizados com o que se considerava os objetivos de Hitler e sem que o ditador tivesse necessariamente que ditar.... Dessa forma, as políticas foram ficando cada vez mais radicalizadas". O exemplo clássico dessa forma de trabalhar foi a introdução gradual da campanha nazista contra os judeus (ver Seção 6.8). Era uma maneira de trabalhar que tinha a vantagem de que, caso qualquer política desse errado, Hitler poderia se desvincular dela e responsabilizar outras pessoas.

Na prática, portanto, esse não era bem um método de um "ditador fraco". Hitler tampouco esperava que as pessoas "trabalhassem em direção a ele". Quando a ocasião exigia, era ele que tomava a iniciativa e conseguia o que queria. Por exemplo, em seus primeiros êxitos de política externa, na supressão das SA em 1934 e nas decisões que ele tomou em 1939-1940 nos primeiros tempos da guerra, quando ele atingiu o pico de sua popularidade, nada havia de fraco em qualquer desses eventos. As pessoas que o conheciam bem admitiam que ele se tornou "despótico" à medida que sua autoconfiança foi crescendo. Otto Dietrich, o assessor de imprensa de Hitler, descreveu em suas memórias como este mudara: "Ele começou a detestar objeções a suas ideias e questionamentos sobre sua infalibilidade.... Ele queria falar, mas não escutar. Ele queria ser o martelo, não a bigorna."

Claramente, Hitler não conseguiria ter implementado as políticas nazistas sem o apoio de muitos grupos influentes na sociedade, como o exército, as grandes empresas, a indústria pesada, os tribunais e os funcionários públicos, mas, mesmo assim, sem ele na cabeça, grande parte do que aconteceu naqueles terríveis 12 anos do Terceiro Reich teria sido

impensável. Ian Kershaw dá o seguinte veredicto arrepiante sobre Hitler e seu regime:

> Nunca, na história, uma tal degradação – física e moral – foi associada ao nome de um homem... O nome de Hitler representa, justificadamente, em todos os tempos, o principal instigador do mais profundo colapso da civilização nos tempos modernos.... Hitler foi o principal instigador de uma guerra que deixou 50 milhões de mortos e outros milhões chorando pelos seus que perderam, e tentando reconstruir suas vidas estraçalhadas. Hitler foi a principal inspiração de um genocídio que o mundo nunca tinha visto igual.... O Reich, cuja glória ele tinha buscado, havia soçobrado ao final. O arqui-inimigo, o bolchevismo, estava na própria capital do Reich e comandava metade da Europa.

PERGUNTAS

1. Como o Estado nazista era comandado. Estude as fontes A e B e responda as perguntas a seguir

Fonte A
A visão do historiador alemão Martin Broszat, em texto de 1981.

> O que se apresentou como o novo governo da Alemanha Nacional-Socialista em 1933 e 1934 era, na verdade, uma forma de compartilhamento de poder entre o novo movimento de massas Nacional-Socialista e as velhas forças conservadoras do Estado e da sociedade.... Hitler não exercia qualquer liderança direta ou sistemática, mas, de tempos em tempos, sacudia o governo e o partido para que agissem, apoiava uma ou outra iniciativa de funcionários do partido ou chefes de departamento e frustrava outras, as ignorava ou as deixava avançar sem uma decisão.... na prática, isso não conduzia à sobrevivência do regime.

Fonte: Martin Broszat, *The Hitler State* (Longman, 1983).

Fonte B
A visão do historiador britânico Alan Bullock, em texto de 1991.

> Quando queria que alguma coisa fosse feita, (Hitler) criava agências especiais fora da estrutura do governo do Reich: a organização, por Goering, do Plano Quadrienal, por exemplo, que atravessava a jurisdição de pelo menos quatro ministérios....
>
> A retirada pessoal de Hitler dos assuntos cotidianos do governo deixou livres os mais poderosos líderes nazistas, não apenas para construir impérios rivais, mas para lutar entre si e com os ministérios estabelecidos. Esse estado de coisas se estendeu à formulação de políticas e às funções legislativas do governo, bem como à administração. Daí em diante, decretos e leis eram emitidos com base na autoridade do chanceler.... a autoridade de Hitler não era questionada e sempre que ele escolhia intervir, era decisiva.

Fonte: Alan Bullock, *Hitler and Stalin: Parallel Lives* (HarperCollins, 1991).

(a) Até que ponto as evidências apresentadas por essas fontes sustentam a visão de que Hitler era um "ditador fraco"?
(b) Em que medida os métodos de governo de Hitler lhe possibilitaram implementar políticas domésticas e externas bem-sucedidas até 1939?

2. Descreva como o governo e a Constituição de Weimar surgiram depois do fim da Primeira Guerra Mundial, e explique por que a república foi tão instável de 1919 a 1923.
3. "A instabilidade política da República de Weimar entre 1919 e 1923 foi, em grande parte, resultado de falhas na Constituição". Explique por que concorda ou discorda dessa interpretação dos eventos.
4. Até onde você concorda que foi a intriga política e não a situação econômica que possibilitou a Hitler assumir o poder na Alemanha em janeiro de 1933?
5. Até que ponto Hitler realizou uma revolução política, econômica e social na Alemanha nazista entre 1933 e 1939?

Japão e Espanha

15

RESUMO DOS EVENTOS

Nos 20 anos seguintes à Marcha sobre Roma de Mussolini (1922), muitos outros países, diante de problemas econômicos graves, seguiram os exemplos da Itália e da Alemanha e se voltaram ao fascismo ou ao nacionalismo de direita.

No **Japão**, o governo democraticamente eleito, cada vez mais constrangido por problemas econômicos, financeiros e políticos, caiu sob influência do exército no início da década de 1930. Os militares logo envolveram o país em uma guerra com a China, e mais tarde o levaram à entrar na Segunda Guerra Mundial com seu ataque a Pearl Harbor (1941). Depois de um começo brilhante, os japoneses sofreram a derrota e a devastação quando foram lançadas duas bombas atômicas, a primeira em Hiroshima e a segunda em Nagasaki. Depois da guerra, o Japão voltou à democracia e teve uma recuperação impressionante, tornando-se em pouco tempo um dos países mais poderosos do mundo em termos econômicos. Na década de 1990, a economia japonesa começou a estagnar e parecia ter chegado a hora de novas políticas econômicas.

Na **Espanha**, um governo parlamentar incompetente foi substituído pelo General Primo de Rivera, que governou de 1923 a 1930, como uma espécie de ditador benevolente. A crise econômica mundial o derrubou e, em uma atmosfera de republicanismo crescente, o Rei Alfonso XIII abdicou, esperando evitar o derramamento de sangue (1931). Vários governos republicanos foram incapazes de resolver muitos problemas que enfrentavam e a situação se deteriorou com a guerra civil (1936-1939), com as forças de direita combatendo a república de esquerda. A guerra foi vencida pelos Nacionalistas, de direita, cujo líder, o General Franco, tornou-se chefe de governo. Ele manteve a Espanha neutra durante a Segunda Guerra Mundial e permaneceu no poder até sua morte, em 1975, quando, então, a monarquia foi restaurada e o país voltou gradualmente à democracia. Em 1986, a Espanha se tornou membro da União Europeia.

Portugal também teve uma ditadura de direita. Antonio Salazar governou de 1932 até ter um derrame em 1968. Seu *Estado Novo* foi sustentado pelo exército e pela polícia secreta. Em 1974, seu sucessor foi derrubado e a democracia voltou ao país. Embora todos os três regimes – Japão, Espanha e Portugal – tivessem muitas características semelhantes aos de Mussolini e Hitler, com um Estado totalitário de partido único, morte e prisão de oponentes, política secreta e repressão brutal, no sentido estrito, eles não eram Estados fascistas, pois careciam do elemento vital da mobilização de massas na busca de um renascimento da nação, que era a característica marcante na Itália e na Alemanha.

Muitos políticos sul-americanos foram influenciados pelo fascismo. Juan Perón, líder da Argentina de 1943 a 1955 e, mais uma vez,

em 1973 e 1974, e Getulio Vargas, que liderou o Estado Novo no Brasil de 1937 até 1945, foram dois dos que ficaram impressionados pelo aparente sucesso da Itália fascista e da Alemanha nazista. Eles adotaram algumas das ideias fascistas europeias, principalmente a mobilização das massas, e conquistaram muito apoio da classe trabalhadora nos movimentos sindicais, mas também não eram realmente como Mussolini e Hitler. Seus governos podem ser mais bem sintetizados como uma combinação de nacionalismo e reformas sociais. Nas palavras do historiador Eric Hobsbawm (em *A era dos extremos*): "Os movimentos fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram, os criaram".

15.1 O JAPÃO ENTRE GUERRAS

(a) Em 1918, o Japão tinha uma posição forte no Extremo Oriente

O país tinha uma marinha poderosa, uma grande influência sobre a China, e havia se beneficiado economicamente da Primeira Guerra Mundial, enquanto os países da Europa estavam ocupados lutando entre si. O Japão aproveitou a situação fornecendo marinha mercante e outros produtos aos Aliados, e entrando em cena para atender a pedidos, principalmente na Ásia, que os europeus não conseguiam suprir. Durante os anos da guerra, sua exportação de produtos de algodão quase triplicou, enquanto sua frota mercante dobrou em tonelagem. Politicamente, o rumo à democracia parecia estabelecido quando, em 1925, todos os homens adultos adquiriram direito ao voto. As esperanças logo acabaram: no início dos anos de 1930, o exército assumiu o controle do governo.

(b) Por que o Japão se tornou uma ditadura militar?

Na década de 1920, surgiram problemas, a exemplo do que aconteceu na Itália e na Alemanha, que os governos democraticamente eleitos pareciam incapazes de resolver.

1 Grupos influentes de elite começaram a se opor à democracia

A democracia ainda era relativamente nova no Japão. Foi na década de 1880 que o imperador deu lugar a reivindicações cada vez maiores por uma assembleia nacional, acreditando que as Constituições e os governos representativos eram responsáveis por todo o sucesso dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental. Aos poucos, foi introduzido um sistema mais representativo que consistia em uma casa de pares nomeados, um gabinete de ministros indicado pelo imperador e um Conselho Privado cuja função era interpretar e salvaguardar a nova Constituição, que foi aceita formalmente em 1889. Ela estabelecia uma câmara parlamentar eleita (a Dieta); foram realizadas as primeiras eleições e a Dieta se reuniu em 1890. Contudo, o sistema estava longe de ser democrático e o imperador ainda mantinha um poder enorme, podendo dissolver o parlamento quando achasse melhor, tomando as decisões sobre guerra e paz, sendo comandante em chefe das forças armadas e considerado "sagrado e inviolável". Mas a Dieta tinha uma grande vantagem: ela podia propor leis, de forma que o gabinete achou que ela não era tão susceptível à sua vontade como havia esperado.

Inicialmente, os grupos de elite na sociedade estavam satisfeitos dando liberdade ao governo, mas depois da Primeira Guerra Mundial, eles começaram a ser mais críticos. Especialmente problemáticos eram o exército e os conservadores, firmemente entrincheirados na casa dos Pares e no Conselho Privado. Eles aproveitavam qualquer oportunidade de desacreditar o governo. Por exemplo, criticaram o Barão Shidehara Kijuro (Ministro do Exterior de 1924 a 1927) por sua postura conciliadora em relação à China, que ele considerava a melhor forma de fortalecer o controle econômico do Japão sobre aquele país. O exército queria

muito intervir na China, que estava arrasada pela guerra civil, e considerava a política de Shidehara "suave". Acabou tendo força suficiente para derrubar o governo em 1927 e reverter sua política.

2 Políticos corruptos

Muitos políticos eram corruptos e aceitavam regularmente subornos de grandes empresas. Às vezes, começavam brigas na câmara baixa (a Dieta) quando se faziam acusações de corrupção. O sistema não mais inspirava respeito, e o parlamento perdia prestígio.

3 A explosão comercial terminou

Quando os problemas econômicos se somaram aos políticos, a situação ficou séria. A grande explosão comercial dos anos da guerra durou somente até 1921, quando a Europa começou a se levantar e recuperar mercados perdidos. No Japão, o desemprego e a inquietação industrial cresceram e, ao mesmo tempo, os agricultores foram atingidos por uma rápida queda no preço do arroz, causada por uma série de supersafras. Quando tentaram se organizar em um partido político, os agricultores e os operários foram reprimidos com violência pela polícia. Sendo assim, os trabalhadores, bem como o exército e a direita, foram ficando hostis a um parlamento que posava de democrático, mas permitia que a esquerda fosse reprimida e aceitava subornos das grandes empresas.

4 A crise econômica mundial

A crise econômica mundial que teve início em 1929 (ver Seção 22.6) afetou muito o Japão. Suas exportações encolheram desastrosamente e outros países introduziram ou aumentaram as tarifas contra elas para salvaguardar suas próprias indústrias. Um dos negócios mais afetados foi a exportação de seda crua, principalmente para os Estados Unidos. O período após a quebra de Wall Street não era momento para luxos, e os norte-americanos reduziram drasticamente suas importações desse produto, de forma que em 1932 o preço tinha caído a menos de um terço do nível de 1923. Esse foi mais um golpe nos agricultores japoneses, já que cerca de metade deles dependia da produção de seda crua para sobreviver, além de arroz. Houve pobreza desesperadora, principalmente no norte, pela qual os trabalhadores de fábricas e camponeses culpavam o governo e as grandes empresas. A maioria dos recrutas do exército era de camponeses, de modo que os soldados rasos, bem como a classe dos oficiais, estavam descontentes com o que consideravam um governo parlamentar fraco. Já em 1927, muitos oficiais, atraídos pelo fascismo, estavam planejando tomar o poder e introduzir um governo nacionalista forte.

5 A situação na Manchúria

A situação chegou a um clímax em 1931, com o problema na Manchúria, uma grande província da China, com uma população de 30 milhões, na qual o Japão tinha investimentos e negócios de grande valor. Os chineses estavam tentando pressionar o comércio e as empresas japonesas para que se retirassem, o que representaria um duro golpe em uma economia japonesa já atingida pela depressão. Para preservar suas vantagens econômicas, unidades do exército japonês invadiram e ocuparam a Manchúria (setembro de 1931) sem permissão do governo (ver Ilustração 15.1). Quando criticou o extremismo, o primeiro-ministro Inukai foi assassinado por um grupo de oficiais do exército (maio de 1932); não surpreendentemente, seu sucessor achou que deveria apoiar as ações do exército.

Nos 13 anos seguintes, o exército mais ou menos governou o país, introduzindo métodos semelhantes aos adotados na Itália e na Alemanha: repressão cruel dos comunistas, assassinato de adversários, controle rígido da educação, aumento do armamento e uma política externa agressiva que visava capturar território na Ásia para servir de mercado

Ilustração 15.1 Tropas japonesas invadem a Manchúria, 1931.

às exportações japonesas. Isso levou a um ataque à China (1937) e à participação na Segunda Guerra Mundial (ver Seção 6.2(c), Mapas 6.4 e 5.1 para as conquistas japonesas). Alguns historiadores responsabilizam o imperador Hirohito, que, embora criticasse o ataque à Manchúria, recusou-se a se envolver na controvérsia política, com receio de que suas ordens de retirada fossem ignoradas. O historiador Richard Storry afirma que "teria sido melhor para o Japão e para o mundo que tivessem corrido esse risco". Ele acredita que

o prestígio de Hirohito era tão grande que a maioria dos oficiais teria lhe obedecido se ele tivesse tentado restringir os ataques à Manchúria e à China.

15.2 O JAPÃO SE RECUPERA

No final da Segunda Guerra Mundial, o Japão foi derrotado, sua economia estava em ruínas e uma grande parcela de suas fábricas e um quarto de suas moradias, destruídos pelos bombardeios (ver Seções 6.5(f) e 6.6(d)). Até 1952, o país foi ocupado por tropas aliadas, em sua maioria norte-americanas, sob o comando do General MacArthur. Nos três primeiros anos, os norte-americanos visaram garantir que o Japão nunca mais começasse uma guerra, o país foi proibido de ter forças armadas e recebeu uma Constituição democrática sob a qual os ministros teriam que ser membros da Dieta (parlamento). O imperador Hirohito teve permissão para continuar no trono, mas com um papel puramente simbólico. As organizações nacionalistas foram desarticuladas e a indústria de armamentos, desmantelada. As pessoas que tinham cumprido funções centrais durante a guerra foram afastadas e foi estabelecido um tribunal internacional para lidar com os acusados de crimes de guerra. O primeiro-ministro dos tempos da guerra, Tojo, e outras seis pessoas, foram executados, e 16 homens receberam sentenças de prisão perpétua.

Nesse momento, os norte-americanos não pareciam preocupados com a recuperação da economia japonesa. Durante o ano de 1948, sua atitude foi mudando: com o desenvolvimento da Guerra Fria na Europa e o colapso do Kuomintang na China, eles sentiram a necessidade de ter um aliado forte no sudeste asiático para começar a estimular a recuperação da economia do Japão. A partir de 1950, a indústria se recuperou rapidamente e em 1953, a produção atingiu os níveis de 1937. As forças de ocupação dos Estados Unidos foram retiradas em 1952 (como tinha sido definido no Tratado de São Francisco, no mês de setembro anterior), embora algumas tropas norte-americanas tenham permanecido com propósitos de defesa.

(a) Como foi possível a recuperação rápida do Japão?

1. *A ajuda norte-americana foi vital nos primeiros anos da recuperação japonesa.* Os Estados Unidos decidiram que um Japão economicamente saudável seria um forte baluarte contra o avanço do comunismo no sudeste asiático. Os norte-americanos acreditavam ser importante afastar o Japão do sistema semifeudal e hierárquico, que limitava o progresso. Por exemplo, metade das terras agricultáveis era de proprietários ricos que moravam nas cidades e alugavam pequenas áreas a arrendatários, a maioria pouco mais do que agricultores de subsistência. Foi implementado um plano de reforma agrária que tirou grande parte da terra dos grandes proprietários e a vendeu aos arrendatários por preços razoáveis, criando uma nova classe de agricultores proprietários. O plano foi um grande sucesso: os agricultores, ajudados por subsídios do governo e legislação que mantinha os preços agrícolas altos, tornaram-se um grupo próspero e influente. Os Estados Unidos também ajudaram em outros aspectos, permitindo que os produtos japoneses entrassem em seus mercados em condições favoráveis e fornecendo ajuda e novos equipamentos.
2. *A Guerra da Coreia (1950-1953) deu um importante impulso à economia do Japão*, que estava em posição ideal para ser a base das forças da ONU que invadiram a Coreia. Os fabricantes japoneses estavam acostumados a fornecer uma ampla gama de materiais e suprimentos. A relação próxima com os Estados Unidos fazia com que a segurança japonesa fosse bem cuidada, o que significava

que o Japão poderia investir na indústria todo o dinheiro que teria sido gasto em armamentos.

3. Grande parte da indústria japonesa tinha sido destruída durante a guerra, o que possibilitou que *as novas fábricas e usinas começassem de novo, com a tecnologia mais moderna*. Em 1959, o governo decidiu se concentrar em produtos de alta tecnologia, para o mercado doméstico e para exportação. O mercado consumidor doméstico foi ajudado por outra iniciativa de governo em 1960, que visava dobrar a renda das pessoas na década seguinte. As demandas do mercado exportador levaram à construção de navios de transporte maiores e mais rápidos. Os produtos japoneses conquistaram uma reputação de alta qualidade e confiabilidade, eram altamente competitivos nos mercados estrangeiros. Ao longo da década de 1960, as exportações japonesas se ampliaram a uma taxa anual de 15%. Em 1972, o Japão superou a Alemanha Ocidental como terceira economia do mundo, especializado na construção de navios, rádios, televisores e equipamentos de alta fidelidade, câmeras fotográficas, aço, motocicletas, automóveis e tecidos.
4. *A recuperação foi ajudada por uma série de governos estáveis*. O partido dominante foi o Partido Liberal-Democrata (PLD), de caráter conservador e pró-empresarial, e com o apoio sólido dos agricultores que haviam se beneficiado da reforma agrária realizada pelos norte-americanos. Eles tinham receio de que suas terras fossem nacionalizadas se os socialistas chegassem ao poder, de forma que o PLD se manteve no poder entre 1952 e 1993. A principal oposição era o Partido Socialista Japonês, que mudou de nome para Partido Social-Democrata do Japão em 1991 e cujo apoio vinha majoritariamente dos trabalhadores, dos sindicatos e de uma ampla fatia da população das cidades. Havia dois partidos socialistas menores e o Partido Comunista do Japão. Essa fragmentação da esquerda foi uma das razões para o êxito continuado do PLD.

(b) A recuperação japonesa não ocorreu sem problemas

1. Havia uma boa quantidade de sentimento antiamericano em alguns setores
   - Muitos japoneses se sentiam inibidos pelas íntimas relações com os Estados Unidos.
   - Eles achavam que os norte-americanos exageravam a ameaça da China comunista e queriam ter boas relações com China e URSS, mas isso era difícil com o Japão posicionado tão firmemente no campo dos Estados Unidos.
   - A renovação do tratado de defesa com os Estados Unidos em 1960 provocou greves e manifestações.
   - Havia ressentimento entre a geração mais velha pela maneira com que a cultura jovem japonesa estava absorvendo tudo o que era norte-americano, o que era considerado como "declínio moral".
2. *Outro problema era a agitação da classe trabalhadora diante das longas jornadas de trabalho e a superlotação nas condições de vida*. Com a expansão da indústria, os trabalhadores iam das zonas rurais para as áreas industriais. A população rural caiu de cerca de 50% do total em 1945 para apenas 20% em 1970, causando grave superpopulação na maioria das cidades, onde os apartamentos eram minúsculos em comparação com os do Ocidente. À medida que aumentavam os preços das propriedades, as chances dos trabalhadores comuns conseguirem comprar suas casas próprias praticamente desapareciam. Com o crescimento das cidades, havia graves problemas

de congestionamento e poluição. Os tempos de deslocamento ficaram maiores, esperava-se que os trabalhadores do sexo masculino se dedicassem à "firma" ou à "cultura do escritório" e o tempo de lazer minguava.

3. *No início dos anos de 1970, a alta taxa de crescimento econômico chegou ao fim*. Uma série de fatores contribuiu para isso. A competitividade japonesa nos mercados mundiais decaiu em alguns setores, principalmente nas indústrias naval e do aço. As preocupações com os crescentes problemas da vida urbana levaram a questionar o pressuposto de que o crescimento permanente era essencial para o sucesso nacional. A economia foi prejudicada pela flutuação dos preços do petróleo; em 1973-1974, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou seus preços, principalmente para preservar os suprimentos. O mesmo aconteceu em 1979-1981, em ambas as ocasiões o Japão sofreu recessão. Uma resposta japonesa a isso foi aumentar o investimento na geração de energia nuclear.
4. *A prosperidade japonesa gerou alguma hostilidade no exterior*. Houve constantes protestos dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa Ocidental porque os japoneses estavam inundando os mercados internacionais com suas exportações enquanto se recusavam a comprar uma quantidade comparável de importados de seus clientes. Em resposta, o Japão aboliu ou reduziu os impostos sobre importação em quase 200 mercadorias (1982-1983) e concordou com a limitação das exportações de carros aos Estados Unidos (novembro de 1983); a própria França restringiu a importação de carros, TVs e rádios do Japão. Para compensar esses reveses, os japoneses conseguiram um aumento de 20% nas exportações à Comunidade Europeia entre janeiro e maio de 1986.

Apesar desses problemas, não restam dúvidas de que em meados da década de 1980, a economia japonesa ainda era um sucesso impressionante. O Produto Interno Bruto (PIB) chegava a um décimo da produção mundial. Com seu enorme comércio de exportação e seu consumo doméstico relativamente modesto, o país tinha um imenso superávit comercial, era o maior credor líquido do mundo e dava mais ajuda para desenvolvimento do que qualquer outro país. A inflação também estava sob controle, abaixo de 3%, e o desemprego era relativamente baixo, em menos de 3% da população trabalhadora (1,6 milhões em 1984). A trajetória de sucesso do Japão era simbolizada por um impressionante feito de engenharia – um túnel de 54 quilômetros ligando Honshu (a maior ilha) com Hokkaido, ao norte. Completado em 1985, levou 21 anos para ser construído e era o maior túnel do mundo. Outro aspecto que se manteve durante a década de 1990 foi que os fabricantes japoneses começaram a estabelecer fábricas de carros, eletrônicos e têxteis nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental. O sucesso e o poder econômicos do país pareciam não ter limites.

(c) Mudanças econômicas e políticas: 1990-2004

No início da década de 1990, o estranho paradoxo da economia japonesa ficou mais evidente: o consumo doméstico começou a estagnar. As estatísticas mostravam que os japoneses estavam consumindo menos do que norte-americanos, britânicos e alemães, em função de preços mais elevados, aumentos salariais que ficavam atrás de inflação e o exorbitante custo dos imóveis no Japão. Eram as exportações que continuavam a render aos japoneses seus enormes superávits. A década de 1980 foi uma época de especulação alucinada e excesso de gastos por parte do governo com vistas, dizia-se, a melhorar a infraestrutura do país, mas que levou a uma grave recessão em 1992-1993 e deixou a saúde das finanças públicas em mau estado.

Quando o ritmo do crescimento econômico diminuiu e depois estagnou, a produtividade dos trabalhadores decaiu e a indústria ficou menos competitiva. Embora o desemprego fosse baixo, para padrões ocidentais, as demissões se tornaram mais comuns e as tradicionais políticas japonesas de empregos para toda a vida e paternalismo das empresas começaram a ser abandonadas. Os industriais começaram a produzir mais em outros países para se manterem competitivos. No final do século, havia sinais preocupantes: o Japão entrou em recessão e parecia haver poucas perspectivas de que ela terminasse. As estatísticas eram desanimadoras: o superávit comercial estava encolhendo rapidamente e as exportações caíam, com os primeiros seis meses de 2001 apresentando a maior queda de que se tinha registro. No final do ano, a produção industrial tinha caído ao menor nível em 13 anos. Ainda pior, o desemprego aumentara a 5,4%, um nível sem precedentes desde os anos de 1930.

Nas palavras do historiador norte-americano e especialista no Japão, R. T. Murphy (2002):

> Há uma década, o governo japonês tem comandado uma estagnação da economia, um sistema financeiro arruinado e cidadãos desmoralizados.... O país não consegue repensar as políticas econômicas implantadas desde os anos imediatamente posteriores à guerra. Essas políticas – exportar enlouquecidamente e amealhar ganhos em divisas estrangeiras – eram tão óbvias que não precisavam de discussão política, mas agora que as políticas tinham que ser reordenadas (por haver menor demanda pelos produtos japoneses), o Japão está despertando para a melancólica realidade de que não consegue mudar de rumo.

Ele responsabiliza por isso a burocracia e o setor bancário cheio de dívidas, que, diz ele, são blindados contra qualquer tipo de interferência e controle governamentais, e são culpados de uma "irresponsabilidade desastrosa".

Houve mudanças importantes no cenário político. No início dos anos de 1990, o PLD, que estava no poder desde 1952, sofreu uma série de choques negativos quando alguns dos seus membros se envolveram em escândalos de corrupção. Houve muitas renúncias e, na eleição de julho de 1993, o partido perdeu a maioria para uma coalizão de partidos de oposição. Houve um período de instabilidade política, com não menos do que quatro diferentes primeiros-ministros no ano que se seguiu à eleição. Um deles era socialista, o primeiro de esquerda desde 1948, mas o PLD manteve uma posição forte no governo ao formar uma coalizão surpreendente com o Partido Social-Democrata do Japão (o antigo Partido Socialista do Japão). No final de 1994, os outros partidos de oposição também formaram uma coalizão, chamada de Partido da Nova Fronteira. O PLD permaneceu no governo até as eleições de 2001, na qual teve ainda mais uma vitória, desta vez em coalizão com o Novo Partido Conservador e um partido budista.

15.3 ESPANHA

(A) A Espanha nas décadas de 1920 e 1930

A monarquia constitucional de Alfonso XIII (rei desde 1885) nunca foi muito eficiente e chegou ao fundo do poço em 1921, quando o exército espanhol, enviado para conter uma revolta liderada por Abd-el-Krim no Marrocos espanhol, foi massacrado pelos mouros. Em 1923, o general Primo de Rivera tomou o poder em um golpe sem derramamento de sangue, com a aprovação de Alfonso, e governou pelos sete anos seguintes. O rei o chamava de "meu Mussolini", mas embora fosse um ditador militar, Primo não era fascista. Ele foi responsável por uma série de obras públicas, como ferrovias, estradas e sistemas de irrigação, a produção industrial se desenvolveu em um ritmo três vezes maior do que antes de 1923 e, mais impressionante ainda, conseguiu dar fim à guerra no Marrocos (1925).

Quando a crise econômica mundial atingiu a Espanha em 1930, o desemprego aumentou, Primo e seus assessores destruíram as finanças, causando a desvalorização da peseta. O exército retirou seu apoio e Primo renunciou. Em abril de 1931, foram realizadas eleições municipais nas quais os republicanos conquistaram o controle de todas as grandes cidades. Quando multidões enormes saíram às ruas de Madrid, Alfonso decidiu abdicar para evitar o derramamento de sangue e foi proclamada uma república. A monarquia foi derrubada sem carnificina, mas, infelizmente, a matança tinha simplesmente sido postergada até 1936.

(b) Por que a guerra civil começou na Espanha em 1936?

1 A nova república enfrentava problemas graves

- A Catalunha e as províncias bascas (ver Mapa 15.1) queriam a independência.
- A Igreja Católica era profundamente hostil à República, que, por sua vez, não gostava da Igreja e estava determinada a reduzir seu poder.
- Achava-se que o exército tinha poder demais e poderia tentar outro golpe.
- Havia outros problemas causados pela depressão: os preços agrícolas estavam caindo, as exportações de vinho e azeitonas diminuíam, terras deixaram de ser cultivadas e aumentou o desemprego entre os camponeses. Na indústria, a produção de ferro caiu em um terço e a de aço, quase pela metade. Era época de salários em queda, desemprego e redução no padrão de vida. A menos que conseguisse fazer algum progresso com este último problema, a república provavelmente perderia o apoio dos trabalhadores.

2 Oposição de direita

As soluções da esquerda para esses problemas não foram aceitas pela direita, que foi ficando cada vez mais alarmada com a perspectiva de uma revolução social. O agrupamento dominante nas Cortes (parlamento), os socialistas e os radicais de classe média, começaram de forma muito dinâmica:

- A Catalunha ganhou direito ao autogoverno.
- A Igreja foi atacada – Igreja e Estado foram separados, os padres não seriam mais pagos pelo governo, os jesuítas foram expulsos, outras ordens poderiam ser dissolvidas e a educação religiosa foi interrompida.
- Um grande número de oficiais do exército recebeu aposentadoria compulsória.
- Foi dado início à nacionalização de grandes propriedades rurais.
- Foram feitas tentativas de aumentar os salários de trabalhadores industriais.

Cada uma dessas medidas enfureceu os grupos de direita – Igreja, exército, proprietários de terra e industriais. Em 1932, alguns oficiais do exército tentaram derrubar o primeiro-ministro Manuel Azaña, mas o levante foi reprimido com facilidade, já que a maior parte do exército permanecia leal neste momento. Foi formado um novo partido de direita, o CEDA, para defender a Igreja e os proprietários de terras.

3 Oposição de esquerda

A república foi ainda mais enfraquecida pela oposição de dois poderosos grupos de esquerda, os anarquistas e os sindicalistas (membros de alguns sindicatos com muita força) que apoiavam uma greve geral e a derrubada do sistema capitalista. Eles desprezavam os socialistas por colaborarem com os grupos de classe média. Organizavam greves, revoltas e assassinatos. A situação atingiu o clímax em janeiro de 1933, quando alguns guardas do governo incendiaram moradias na vila de Casas Viejas, perto de Cádiz, para expulsar alguns sindicalistas. No evento, 25 pessoas foram mortas, o que fez com que o governo perdesse muito do apoio da classe trabalhadora e que até mesmo os socialistas retirassem

Mapa 15.1 Regiões e províncias da Espanha.

seu apoio a Azaña, que renunciou. Nas eleições seguintes (novembro de 1933), os partidos de direita conquistaram a maioria, com o maior grupo sendo o novo CEDA, católico, sob a liderança de Gil Robles.

4 *As ações do novo governo de direita*

As ações do novo governo de direita enfureceram a esquerda, como:

- cancelamento da maioria das reformas de Azaña;
- interferência no funcionamento do novo governo catalão;
- recusa a conceder o autogoverno aos bascos, o que foi um erro grave, já que eles apoiaram a direita nas eleições, mas agora mudavam para a esquerda.

À medida que o governo avançava para

parecia incapaz de manter a ordem e entrou em crise em julho de 1936, quando Calvo Sotelo, o principal político de direita, foi morto pela polícia. Esse fato apavorou a direita e a convenceu de que a única forma de restaurar a ordem era através de uma ditadura militar. Um grupo de generais, conspirando com a direita, principalmente com o novo partido fascista Falange, de Antonio de Rivera (filho de Primo de Rivera), já tinham planejado uma tomada de poder pelos militares. Usando o assassinato de Calvo Sotelo como pretexto, eles começaram uma revolta no Marrocos, onde o General Franco logo assumiu a liderança. Começava a guerra civil.

(c) A Guerra Civil, 1936-1939

No final de julho de 1936, os direitistas, denominando-se Nacionalistas, controlavam grande parte do norte e a área em torno de Cádiz e

AJUDANDO OS NACIONALISTAS
15.000 soldados alemães, além da Legião Condor
20.000 soldados portugueses
50.000 soldados italianos

ÁREAS CAPTURADAS PELOS NACIONALISTAS
Até 1937
Até 1938
Até a primavera de 1939

FRANÇA
PORTUGAL
Guernica
Barcelona
Madri
Valência
Esta área se manteve até o final da guerra, em março de 1939
Sevilha
Granada
Almeria
Cádiz
0 200 km
Ataque nacionalista original

AJUDANDO OS REPUBLICANOS
500 soldados russos
40.000 membros das Brigadas Internacionais (voluntário estrangeiros)

Mapa 15.2 A Guerra Civil Espanhola, 1936-1939.

- A quantidade de ajuda externa recebida pelos nacionalistas provavelmente foi decisiva, incluindo 50.000 soldados italianos e 20.000 portugueses, uma grande força aérea italiana e centenas de aviões e tanques alemães. Uma das ações mais conhecidas foi o bombardeio, pelos alemães, da indefesa cidade basca de Guernica, no qual foram mortas 1.600 pessoas.

(d) Franco no poder

Franco, assumindo o título de Caudilho (líder), construiu um governo semelhante, em muitos aspectos, aos de Mussolini e Hitler, marcado pela repressão, tribunais militares e execuções em massa, mas em outros aspectos, não era fascista. Por exemplo, o regime apoiava a Igreja, que recebeu de volta o controle da educação, o que nunca teria acontecido em um Estado verdadeiramente fascista. Franco também foi perspicaz o suficiente para manter a Espanha fora da Segunda Guerra Mundial, embora Hitler esperasse que o país desse ajuda e tentou persuadi-lo a se envolver. Quando Hitler e Mussolini foram derrotados, Franco sobreviveu e governou a Espanha até morrer, em 1975.

Nos anos de 1960, ele foi relaxando o caráter repressivo do regime: os tribunais militares foram abolidos, os trabalhadores tiveram um direito limitado de greve e foram realizadas eleições para alguns membros do parlamento (embora os partidos políticos continuassem

proibidos). Muito foi feito para modernizar a agricultura e a indústria espanholas, e a economia foi ajudada pelo setor turístico crescente no país. Com o tempo, Franco passou a ser considerado acima da política. Ele estava preparando o neto de Alfonso XIII, Juan Carlos, para sucedê-lo, acreditando que uma monarquia conservadora era a melhor forma de manter a Espanha estável. Quando Franco morreu, em 1975, Juan Carlos se tornou rei e em pouco tempo demonstrou que era favorável ao retorno a uma democracia pluripartidária.

As primeiras eleições livres foram realizadas em 1977. Mais tarde, sob a liderança do primeiro-ministro socialista Felipe González, a Espanha entrou para a Comunidade Europeia (janeiro de 1986).

PERGUNTAS

1. A Guerra Civil Espanhola (1936-9)
Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A
Algumas ideias sobre a guerra, do historiador Eric Hobsbawm.

> Mais de 40.000 jovens estrangeiros de mais de cinquenta países foram lutar e muitos, morrer, em um país do qual a maioria não sabia mais do que aparece em um atlas escolar. É significativo que não mais de mil voluntários tenham lutado no lado de Franco... mesmo assim, a República Espanhola, apesar de toda a simpatia e a ajuda (insuficiente) que recebeu, lutou uma ação de retaguarda contra a derrota desde o início. Olhando agora, fica claro que isso se deveu a sua própria fragilidade.... ela não usou bem essa arma poderosa contra forças convencionais superiores – a guerra de guerrilhas – uma estranha omissão em um país que deu nome a essa forma de guerra irregular. Diferentemente dos Nacionalistas, que desfrutavam de uma única direção militar e política, a República permaneceu politicamente dividida e – apesar da contribuição dos comunistas, não adquiriu uma disposição militar e um comando estratégico únicos, pelos menos não antes de ser tarde demais.

Fonte: Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes* (Michael Joseph, 1994).

(a) Quais evidências a fonte apresenta para explicar por que a República foi derrotada na guerra?
(b) Usando seu próprio conhecimento, descreva de que formas "a República permaneceu politicamente dividida".
(c) Explique por que a guerra civil estourou na Espanha em 1936.

2. Até onde você concordaria que a crise econômica mundial fez com que o Japão caísse sob uma ditadura militar nos início dos anos de 1930?
3. "A recuperação do Japão depois da Segunda Guerra Mundial não se deu sem problemas". Até onde você concorda com essa visão?
4. Explique quais mudanças e problemas foram vivenciadas pelo Japão nos posteriores a 1990.

Parte

III

O COMUNISMO: ASCENSÃO E QUEDA

A Rússia e as Revoluções

1900-1924

16

RESUMO DOS EVENTOS

Nos primeiros anos do século XX, a situação da Rússia era problemática. Nicolau II, que foi czar (imperador) de 1894 a 1917, insistia em governar como autocrata (alguém que governa como bem entende), mas não tinha conseguido enfrentar adequadamente os muitos problemas do país. A agitação e as críticas ao governo chegaram ao ápice em 1905, com as derrotas da Rússia na guerra contra o Japão (1904-1905); houve uma greve geral e uma tentativa de revolução, o que forçou Nicolau a fazer concessões (o manifesto de outubro), como aceitar *um parlamento eleito (a Duma)*. Quando ficou claro que a Duma se tornara ineficaz, aumentou a agitação, culminando, depois de derrotas desastrosas do país na Primeira Guerra Mundial, em duas revoluções, ambas em 1917.

- A primeira revolução (fevereiro/março) derrubou o czar e estabeleceu um *governo provisório* moderado. Ao não conseguir resultados melhores do que o czar, esse governo foi derrubado por um segundo levante:
- A *Revolução Bolchevique* (outubro/novembro).

O novo governo bolchevique era frágil no princípio e seus oponentes (conhecidos como Brancos) tentaram destruí-lo, causando uma cruel guerra civil (1918-1920). Graças à liderança de Lênin e Trotsky, os Bolcheviques (vermelhos) venceram a guerra e, agora chamando a si mesmos de comunistas, conseguiram consolidar seu poder. Lênin começou a tarefa de liderar a recuperação da Rússia, mas morreu prematuramente em janeiro de 1924.

16.1 DEPOIS DE 1905: AS REVOLUÇÕES DE 1917 ERAM INEVITÁVEIS?

(a) Nicolau II tenta estabilizar seu regime

Nicolau sobreviveu à revolução de 1905 porque:

- seus adversários não estavam unidos;
- não havia uma liderança central (a coisa toda surgiu espontaneamente);
- ele estava disposto a ceder naquele momento crítico, divulgando o Manifesto de Outubro, que prometia concessões;
- a maioria do exército permaneceu leal.

O czarismo tinha agora um espaço para respirar, no qual Nicolau teria chance de fazer com que a monarquia constitucional funcionasse e se colocar ao lado do povo que exigia reformas moderadas. Entre elas:

- melhoria das condições de trabalho e salário dos operários;
- cancelamento dos pagamentos de amortização – pagamentos anuais feitos pelos camponeses ao governo, em retorno por sua liberdade e alguma terra, após a abolição da servidão em 1861. Embora os camponeses tivessem recebido sua liberdade, esses pagamentos compulsórios

tinham reduzido metade da população rural à pobreza profunda;
- mais liberdade de imprensa;
- democracia verdadeira, onde a *Duma* cumpriria um papel importante na condução do país.

Infelizmente, Nicolau parecia ter muito pouca intenção de cumprir o espírito do Manifesto de Outubro, só tendo concordado com ele por não ter escolha.

1. *A Primeira Duma* (1906) não foi eleita democraticamente, já que, embora todas as classes tivessem direito a voto, o sistema era distorcido de forma que os proprietários de terras e a classe média tinham maioria. Mesmo assim, ela promoveu medidas abrangentes como o confisco de grandes propriedades, um sistema eleitoral verdadeiramente democrático e o direito de a Duma aprovar os ministros do czar, o direito de greve e a abolição da pena de morte. Isso era drástico demais para Nicolau, que fez com que o parlamento fosse dispersado por tropas depois de apenas 10 semanas.
2. *A Segunda Duma* (1907) teve o mesmo destino, depois de Nicolau alterar o sistema de votação, tirando o direito de voto de camponeses a trabalhadores urbanos.
3. *A Terceira Duma (1907-1912) e a Quarta Duma (1912-1917)* eram muito mais conservadoras e, portanto, duraram mais. Embora criticassem o governo ocasionalmente, não tinham poder, porque o czar controlava os ministros e a política secreta.

Alguns observadores estrangeiros ficaram surpresos com a facilidade com que Nicolau ignorava suas promessas e conseguiu descartar as duas primeiras Dumas sem provocar outra greve geral. A questão era que o ímpeto revolucionário tinha arrefecido por um tempo, e muitos líderes estavam na prisão ou no exílio.

Isso, somado à melhoria na economia, que começou depois de 1906, já gerou algumas controvérsias sobre a inevitabilidade ou não das revoluções de 1917. A visão liberal tradicional era que, embora o regime tivesse fragilidades evidentes, havia sinais de que, pouco antes de começar a Primeira Guerra Mundial, o padrão de vida estava melhorando e que, com o tempo, as chances de revolução teriam diminuído. Os pontos fortes estavam começando a superar os fracos, de modo que a monarquia teria provavelmente sobrevivido se a Rússia tivesse ficado de fora da guerra. A visão soviética era a de que, como o czar desconsiderou deliberadamente suas promessas de 1905, a revolução estava fadada a acontecer mais cedo ou mais tarde. A situação estava piorando de novo, antes de a Rússia se envolver na Primeira Guerra Mundial e, assim, a finalização da revolução "incompleta" de 1905-1906 não poderia ser adiada.

(b) Os pontos fortes do regime

1. O governo parecia se recuperar com surpreendente rapidez, com a maioria de seus poderes intacta. Peter Stolypin, primeiro-ministro de 1906 a 1911, introduziu medidas repressivas rígidas, com a execução de cerca de 4.000 pessoas nos três anos seguintes, mas também implementou algumas reformas *e fez esforços decididos para conquistar o apoio dos camponeses*, acreditando que, se houvesse 20 anos de paz, não se pensaria mais em revolução. O pagamento das amortizações foi abolido e os camponeses foram estimulados a comprar suas terras. Cerca de 2 milhões haviam feito isso em 1916 e outros 3,5 milhões emigraram para a Sibéria, onde tinham suas próprias fazendas. Como resultado, surgiu uma classe de camponeses com posição econômica confortável (*kulaks*) na qual o governo poderia confiar para apoiá-lo contra a revolução ou, pelo menos, assim esperava Stolypin.

2. À medida que mais fábricas passaram ao controle de inspetores, havia *sinais de melhoria nas condições de trabalho*. Com o crescimento dos lucros industriais, podiam ser vistos os primeiros sinais de uma força de trabalho mais próspera. Em 1912, foi criado um seguro para cobrir doenças e acidentes dos trabalhadores.
3. Em 1908, foi anunciado um programa para implantar *a educação universal em 10 anos*. Em 1914, mais 50.000 escolas primárias foram inauguradas.
4. Ao mesmo tempo, *os partidos revolucionários pareciam ter perdido a força*, faltava-lhes dinheiro, estavam abalados por divergências e seus líderes ainda estavam no exílio.

(c) Os pontos fracos do regime

1 O fracasso da reforma agrária

Em 1911, estava ficando claro que a reforma agrária de Stolypin não teria o efeito desejado, em parte porque a população camponesa estava crescendo em ritmo acelerado (1,5 milhão por ano) para que os projetos dessem conta, e também porque os métodos agrícolas eram ineficientes para sustentar adequadamente a população crescente. O assassinato de Stolypin em 1911 tirou de cena um dos poucos ministros czaristas realmente hábeis e, talvez, o único homem que poderia ter salvo a monarquia.

2 Agitação nas indústrias

Houve uma onda de greves industriais desencadeada pela morte a tiros de 270 mineiros em greve nas minas de ouro de Lena, na Sibéria (abril de 1912). Ao todo, houve 2.000 greves separadas naquele ano, 2.400 em 1913 e mais de 4.000 nos primeiros sete meses de 1914, antes de iniciar a guerra. Não importando as melhorias que tivessem acontecido, elas obviamente não foram suficientes para acabar com todas as queixas anteriores a 1905.

3 Repressão por parte do governo

Houve pouca distensão na política repressiva do governo e a polícia secreta liquidava revolucionários entre estudantes e professores universitários e deportava grandes quantidades de judeus, garantindo assim que ambos os grupos fossem firmes adversários do czarismo. A situação era particularmente perigosa porque o governo cometeu o erro de afastar de si três dos mais importantes segmentos da sociedade: os camponeses, os operários industriais e a *intelligentsia* (as classes educadas).

4 Ressurgimento dos partidos revolucionários

À medida que o ano de 1912 avançava, a sorte voltou a vários partidos revolucionários, principalmente Bolcheviques e Mencheviques. Os dois grupos surgiram a partir de um movimento anterior, o Partido Operário Social-Democrata, que tinha visão marxista. Karl Marx (1818-1883) era um judeu alemão cujas ideias políticas foram explicitadas no Manifesto Comunista (1848) e em O Capital (*Das Kapital*, 1867). Ele acreditava que os fatores econômicos eram a causa real da mudança histórica e que os trabalhadores (o proletariado) eram explorados em todas as partes pelos capitalistas (a burguesia de classe média). Isso significa que quando uma sociedade se tornasse totalmente industrializada, os trabalhadores inevitavelmente se revoltariam contra seus exploradores e assumiriam o controle, governando o país a partir de seus próprios interesses. Marx chamou isso de "ditadura do proletariado". Quando ultrapasse a esse ponto, não haveria mais necessidade do "Estado", que consequentemente "definharia".

Um dos líderes social-democratas era Vladimir Lênin, que ajudava a editar o jornal revolucionário *Iskra* (A centelha). Foi por causa de uma eleição para o conselho editorial do *Iskra*, em 1903, que o partido se dividiu entre os apoiadores de Lênin, os Bolcheviques (palavra russa para "maioria"), e o restante, os Mencheviques (minoria).

- *Lênin e os Bolcheviques* queriam um partido pequeno e disciplinado de revolucionários profissionais, que trabalhariam em tempo integral em prol da revolução. Como os operários industriais eram minoria, Lênin acreditava que eles também deveriam trabalhar com os camponeses e os envolver na atividade revolucionária.
- *Os Mencheviques*, por outro lado, estavam satisfeitos de ter um partido aberto à participação de qualquer pessoa que quisesse ser membro. Eles acreditavam que uma revolução não poderia acontecer na Rússia antes de o país estar totalmente industrializado e os operários serem uma grande maioria em relação aos camponeses. Eles acreditavam muito pouco na cooperação com os camponeses, que eram um dos grupos mais conservadores da sociedade. Os Mencheviques eram os marxistas estritos, acreditando em uma revolução proletária, ao passo que Lênin era o que estava se afastando do marxismo. Em 1912, surgiu o novo jornal bolchevique *Pravda* (Verdade), que foi muito importante para divulgar as ideias dos Bolcheviques e dar direção política à onda de greves que já se desenvolvia.
- *Os Socialistas Revolucionários* eram mais um partido revolucionário que não aprovava a crescente industrialização e não pensava em termos de uma revolução proletária. Depois da derrubada do regime czarista, eles queriam uma sociedade principalmente agrária baseada em comunidades camponesas trabalhando coletivamente.

5 A família real desacreditada

A família real estava desacreditada por uma série de escândalos. Havia amplas suspeitas de envolvimento do próprio Nicolau no assassinato de Stolypin, que foi baleado por um membro da polícia secreta, na presença do czar, durante uma apresentação de gala da ópera de Kiev. Jamais foi provada coisa alguma, mas Nicolau e seus apoiadores de direita provavelmente não ficaram sentidos de ver Stolypin pelas costas, já que este estava se tornando demasiadamente liberal para eles.

Mais grave foi a associação da família real com Rasputin, um autointitulado "homem santo", que se fez indispensável à imperatriz Alexandra por sua capacidade de ajudar o herdeiro Alexei, enfermo, a retornar ao trono. Essa desafortunada criança herdou hemofilia da família de sua mãe, e Rasputin conseguia, às vezes, aparentemente por meio de hipnose e orações, interromper o sangramento quando Alexei sofria uma hemorragia. Com o tempo, Rasputin se tornou uma força verdadeira por trás do trono, mas atraía críticas públicas por ter o hábito da bebida e por seus numerosos casos amorosos com senhoras da corte. Alexandra preferiu ignorar os escândalos e a solicitação da Duma de que Rasputin fosse afastado da corte (1912).

(d) O veredicto?

O peso das evidências parecia sugerir, portanto, que os eventos estavam avançando para algum tipo de revolta antes que iniciasse a Primeira Guerra Mundial. Houve uma greve geral organizada pelos Bolcheviques em São Petersburgo (a capital) em julho de 1914, com manifestações de rua, tiroteios e barricadas, que terminou em 15 de julho, alguns dias antes de começar a guerra. A essas alturas, o governo ainda controlava o exército e a polícia e poderia ter conseguido se manter no poder, mas autores como George Kennan e Leopold Haimson acreditam que o regime czarista teria caído mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a Primeira Guerra Mundial para terminá-lo de vez. Mais recentemente, Sheila Fitzpatrick assume uma visão semelhante: "O regime estava tão vulnerável a qualquer tipo de abalo ou revés que é difícil imaginar que pudesse ter sobrevivido por muito tempo, mesmo sem a guerra".

Por outro lado, alguns historiadores recentes são mais cautelosos. Christopher Read acha que a derrubada da monarquia não era inevitável de forma alguma, e que a situação nos anos anteriores a 1914 poderia ter continuado indefinidamente, desde que não houvesse guerra. Robert Service concorda: ele afirma que a Rússia estava em uma condição de "fragilidade geral", embora fosse uma "planta vulnerável, não estava fadada a sofrer uma revolução pelas raízes, como a de 1917. O que tornou possível aquele tipo de revolução foi o conflito longo e exaustivo da Primeira Guerra Mundial". Historiadores soviéticos, obviamente, continuaram a afirmar, até o fim, que a revolução era inevitável: segundo eles, a "irrupção revolucionária" estava chegando a um clímax em 1914 e a deflagração da guerra, na verdade, postergou a revolução.

(e) Os fracassos na guerra fizeram da revolução uma certeza

Os historiadores concordam em que os fracassos russos na guerra tornaram a revolução uma certeza, fazendo com que os soldados e a polícia se amotinassem e não havendo quem defendesse a autocracia. A guerra revelou a organização incompetente e corrupta e a escassez de equipamentos. A má organização do transporte e da distribuição fez com que as armas e a munição demorassem a chegar à frente. Embora fosse abundante no país, a alimentação não chegava às grandes cidades em quantidade suficiente, porque a maioria dos trens era monopolizada pelos militares. O pão era escasso e muito caro.

Norman Stone mostrou que o exército teve um desempenho razoável, e a ofensiva de Brusilov, em 1916, foi um sucesso impressionante (ver Seção 2.3(c)). Contudo, Nicolau cometeu o erro fatal de nomear a si próprio comandante supremo (agosto de 1915). Seus erros táticos jogaram no lixo as vantagens conquistadas pela ofensiva de Brusilov e ele atraiu a responsabilidade por derrotas posteriores e pela alta quantidade de mortes.

Em janeiro de 1917, a maioria dos grupos na sociedade estava decepcionada com a forma incompetente com que o czar conduzia a guerra. A aristocracia, a Duma, muitos industriais e o exército começavam a se voltar contra Nicolau, achando que melhor seria sacrificá-lo para evitar uma revolução muito pior que poderia varrer toda a estrutura social. O General Krimov disse em uma reunião secreta dos membros da Duma no final de 1916: "A notícia de um golpe de Estado seria bem-vinda. Uma revolução é iminente, e nós, que estamos na frente de batalha, sentimos isso. Se os senhores decidirem por um passo tão extremo, nós os apoiaremos. Está claro que não há outra opção".

16.2 AS DUAS REVOLUÇÕES: FEVEREIRO/MARÇO E OUTUBRO/NOVEMBRO DE 1917

As revoluções ainda são conhecidas na Rússia como Revoluções de Fevereiro e de Outubro, já que os russos ainda usavam o antigo calendário juliano, que estava 13 dias atrás do calendário gregoriano usado no restante da Europa. A Rússia adotou o calendário gregoriano em 1918. Os eventos que os russos conhecem como Revolução de Fevereiro começaram em 23 de fevereiro de 1917 (juliano), que era 8 de março fora da Rússia. Quando os Bolcheviques tomaram o poder em 25 de outubro (juliano), era 7 de novembro em outros lugares. Nesta seção, o calendário juliano é usado para eventos que aconteceram na Rússia e o gregoriano, para eventos internacionais como a Primeira Guerra Mundial, até 1º de fevereiro de 1918.

(a) A Revolução de Fevereiro

A primeira revolução começou em 23 de fevereiro, quando começaram revoltas relacionadas ao pão em Petrogrado (São Petersburgo). Os revoltosos foram logo reforçados pelo apoio de milhares de grevistas de uma

fábrica de armamentos próxima. O czar deu ordens para que os soldados usassem a força para dar fim às manifestações e 40 pessoas foram mortas. Em pouco tempo, contudo, alguns dos soldados começaram a se recusar a atirar contra as multidões desarmadas e toda a Petrogrado se amotinou. Multidões tomaram prédios públicos, libertaram prisioneiros das cadeias e assumiram o controle de delegacias de polícia e arsenais. A Duma aconselhou Nicolau a implantar uma monarquia constitucional, mas ele recusou e mandou mais tropas para Petrogrado, para tentar restaurar a ordem. Isso convenceu a Duma e os generais de que Nicolau, que estava no caminho de volta a Petrogrado, teria que sair logo, e alguns de seus generais superiores lhe disseram que a única forma de salvar a monarquia era ele renunciar ao trono. Em 2 de março, no trem imperial parado em um ramal ferroviário próximo de Pskov, o czar abdicou em favor de seu irmão, o Grão-duque Miguel. Infelizmente, ninguém havia se certificado de que Miguel aceitaria o trono, e quando ele recusou, a monarquia russa chegou ao fim.

Foi uma revolução a partir de cima ou de baixo, organizada ou espontânea? Esse tema tem gerado alguma polêmica entre os historiadores. George Katkov acha que a conspiração entre as elites foi um fator decisivo – nobres, membros da Duma e os generais forçaram Nicolau a abdicar para impedir uma verdadeira revolução de massas. W. H. Chamberlin, escrevendo em 1935, chegou à conclusão oposta: "Foi uma das revoluções mais desprovidas de liderança, espontânea e anônima de todos os tempos". A revolução a partir de baixo, por parte das massas, foi decisiva, porque colocou a elite em pânico. Sem as multidões nas ruas, não haveria necessidade de a elite agir. Nenhum dos historiadores liberais tradicionais achou que os partidos revolucionários cumpriram um papel importante na organização dos eventos.

Os historiadores soviéticos concordam com Chamberlin em que foi uma revolução de baixo, mas não aceitam que foi espontânea; pelo contrário, eles sustentam com firmeza que os Bolcheviques cumpriram uma função vital na organização de greves e demonstrações. Muitos historiadores ocidentais recentes sustentam a teoria do levante de massas a partir de baixo, mas não necessariamente organizado pelos Bolcheviques. Havia muitos ativistas entre os trabalhadores que não estavam ligados a qualquer grupo político. Historiadores como Christopher Read, Diane Koenker e Steve Smith mostraram que os trabalhadores estavam motivados por considerações econômicas e não pela política. Eles queriam melhores condições, salários mais altos e controle de suas próprias vidas. Nas palavras de Steve Smith, "foi um surto de desespero para garantir as necessidades materiais básicas e um padrão de vida decente".

(b) O governo provisório

A maioria das pessoas esperava que a autocracia do sistema czarista fosse substituída por uma república democrática com um parlamento eleito. A Duma, lutando para manter o controle, estabeleceu um *governo provisório* majoritariamente liberal com o príncipe George Lvov como primeiro-ministro. Em julho, ele foi substituído por Alexander Kerensky, um socialista moderado, mas o novo governo ficou tão perplexo quanto o czar com os enormes problemas que enfrentava. Na noite de 25 de outubro, uma nova revolução derrubou o governo provisório e levou os Bolcheviques ao poder.

(c) Por que o governo provisório caiu em tão pouco tempo?

1. Tomou-se a decisão impopular de continuar a guerra, mas *a ofensiva de junho, ideia de Kerensky, foi outro fracasso desastroso*, que causou a destruição do moral e da disciplina do exército e desencadeou um fluxo de centenas de milhares de soldados desertores que voltaram para casa.

2. *O governo tinha que compartilhar o poder com o soviete de Petrogrado*, um comitê eleito de representantes de soldados e trabalhadores que tentava governar a cidade. Ele foi eleito no final de fevereiro, antes da abdicação do czar. Outros *sovietes* surgiram em Moscou e em todas as cidades provinciais. Quando o *soviete* de Petrogrado ordenou que todos os soldados obedecessem somente a ele, isso significou que, como último recurso, o governo provisório não poderia recorrer ao apoio do exército.
3. *O governo perdeu apoio porque adiou as eleições* que tinha prometido, para uma Assembleia Constituinte (parlamento), alegando que elas não eram possíveis no meio da guerra, enquanto milhões de soldados estavam longe, lutando. Outra promessa não cumprida foi a da reforma agrária – a redistribuição de terra de grandes propriedades entre os camponeses. Cansados de esperar, alguns deles começaram a tomar as terras dos proprietários. Os Bolcheviques conseguiram usar a insatisfação para conquistar apoio.
4. Enquanto isso, graças a uma nova anistia política, *Lênin conseguiu voltar do exílio na Suíça*, (abril). Os alemães lhe permitiram passar e viajar a Petrogrado em um trem especial, "lacrado", na esperança de que ele gerasse mais caos na Rússia. Depois de ser recebido com êxtase, ele demandou, (em suas teses de abril) que os Bolcheviques retirassem o apoio ao governo provisório, que todo o poder fosse assumido pelos *sovietes* e que a Rússia saísse da guerra.
5. *Houve mais caos econômico*, com inflação, aumento dos preços do pão, salários defasados e escassez de matérias-primas e combustível. No meio de tudo isso, Lênin e os bolcheviques apresentaram o que parecia ser uma política atraente e realista: uma paz separada com a Alemanha para retirar a Rússia da guerra, toda a terra aos camponeses, mais alimentos e preços mais baixos.
6. *O governo perdeu a popularidade em função dos "Dias de Julho"*. No dia 3 daquele mês, houve uma imensa manifestação de trabalhadores, soldados e marinheiros, que foram em passeata até o Palácio Tauride, onde estavam reunidos o governo provisório e o *soviete* de Petrogrado, e exigiram que o *soviete* tomasse o poder, mas os membros se recusaram a assumir a responsabilidade. O governo trouxe tropas leais da frente de batalha para restabelecer a ordem e acusou os Bolcheviques de tentar lançar um levante. Divulgou-se a falsa informação de que Lênin era espião alemão e a popularidade dos bolcheviques decaiu rapidamente. Lênin fugiu para a Finlândia e outros líderes foram presos, mas cerca de 400 pessoas foram mortas durante a violência (Ilustração 16.1) e o príncipe Lvov, que ficou profundamente chocado com os Dias de Julho, renunciou e foi substituído por Alexander Kerensky. Ainda não está absolutamente claro quem foi responsável pelos eventos dos Dias de Julho. O historiador norte-americano Richard Pipes está convencido de que Lênin planejou tudo desde o princípio, mas Robert Service, por sua vez, afirma que Lênin estava improvisando, "pagando para ver" o quanto o governo provisório estava determinado. A demonstração provavelmente teve origem espontânea e Lênin logo decidiu que era cedo demais para lançar uma revolta total.
7. *O Caso Kornilov constrangeu o governo* e aumentou a popularidade dos Bolcheviques. O general Kornilov, comandante em chefe do exército, considerava os bolcheviques traidores. Ele decidiu que era hora de agir contra o *soviete* e trouxe tropas para Petrogrado (agosto), mas muitos de seus soldados se amotinaram e Kerensky mandou prendê-lo. A disciplina do exército parecia à beira do colapso. A

Ilustração 16.1 Luta nas rua de Petrogrado, julho de 1917.

opinião pública se voltou contra a guerra e a favor dos Bolcheviques, que ainda era o único partido a cogitar abertamente uma paz separada. Em outubro, eles conquistaram maioria em relação aos Mencheviques e Socialistas Revolucionários (SRs) nos *sovietes* de Petrogrado e Moscou, embora tivessem minoria no país como um todo. Leon Trotsky (que acabava de se tornar bolchevique) foi eleito presidente do *soviete* de Petrogrado.

8. Em meados de outubro, *a partir da demanda de Lênin, o soviete de Petrogrado tomou a decisão crucial de tentar tomar o poder*. Trotsky fez a maior parte dos planos, que se desenvolveram sem qualquer problema. Na noite de 25 para 26 de outubro, guardas vermelhos Bolcheviques ocuparam todos os pontos fundamentais e depois prenderam os ministros do governo provisório, com exceção de Kerensky, que conseguiu fugir. Foi um golpe quase sem derramamento de sangue, que possibilitou a Lênin estabelecer um novo governo soviético comandado por ele.

Os bolcheviques sabiam exatamente qual era o objetivo, eram bem disciplinados e organizados, enquanto os outros grupos revolucionários estavam desarticulados. Os Mencheviques, por exemplo, achavam que a próxima revolução não deveria acontecer até que os operários industriais fossem maioria no país.

(d) Golpe ou insurreição de massas?

A interpretação soviética oficial desses eventos foi de que a tomada de poder pelos bol-

cheviques foi resultado de um movimento de massas: trabalhadores, camponeses e a maioria dos soldados e marinheiros foram atraídos pela política revolucionária dos Bolcheviques, que incluía paz, terra para os camponeses, controle por parte dos trabalhadores, governos dos *sovietes* e autodeterminação para as diferentes nacionalidades no império russo. Lênin era um líder carismático que inspirou seu partido e seu povo. Os historiadores soviéticos afirmaram que somente em 16 dos 97 maiores centros os Bolcheviques tiveram que usar a força para garantir a autoridade. Era importante para os Bolcheviques, ou comunistas, como ficaram conhecidos mais tarde, enfatizar a natureza popular da revolução porque isso dava legitimidade ao regime.

A interpretação liberal tradicional apresentada pelos historiadores ocidentais rejeita a visão soviética. Eles se recusam a aceitar que tenha havido qualquer apoio popular importante aos Bolcheviques, que eram apenas um grupo minoritário de revolucionários profissionais que usaram o caos na Rússia para tomar o poder para si, e tiveram êxito porque eram organizados e cruéis. Segundo Adam Ulam, "os bolcheviques não tomaram o poder nesse ano de revoluções. Eles o agarraram... Qualquer grupo de homens decididos poderia ter feito o que os bolcheviques fizeram em Petrogrado em outubro de 1917: tomar os poucos pontos fundamentais da cidade e se proclamar governo". Richard Pipes é o mais recente historiador a reafirmar a interpretação tradicional. Em sua visão, a Revolução de Outubro de deveu totalmente ao desejo avassalador de Lênin pelo poder.

A interpretação libertária assume uma linha completamente diferente. Os libertários acreditam que a Revolução de Outubro foi resultado de um levante popular, que muito pouco teve a ver com os Bolcheviques. As massas não estavam respondendo à pressão Bolchevique, e sim a suas próprias aspirações e desejos, e não tinham necessidade de que os Bolcheviques lhes dissessem o que fazer. Alexander Berkman afirmou que "os comitês por local de trabalho foram os pioneiros do controle da indústria pelos trabalhadores, com a perspectiva de que eles próprios, num futuro próximo, administrassem as indústrias". Para os libertários, a tragédia foi que os Bolcheviques sequestraram a revolução popular: eles fingiram que suas demandas eram as mesmas das massas, mas não tinham nenhuma intenção verdadeira de dar qualquer poder aos comitês de fábrica e não acreditavam em democracia e liberdade verdadeiras. Quando as massas estavam por tomar o poder elas próprias, ele foi arrancado de suas mãos pelos Bolcheviques.

As *interpretações revisionistas* se concentraram no que estava acontecendo entre as pessoas comuns, com conclusões abrangentes, mas todas concordam que havia elevada consciência política entre as pessoas comuns, muitas das quais participavam dos sindicatos e dos *sovietes*. Em alguns lugares, elas parece que foram influenciadas pelos Bolcheviques; em Kronstadt, na ilha que era base naval em Petrogrado, os Bolcheviques eram o maior grupo no *soviete* local. Em junho de 1917, foi por sua influência que o *soviete* de Kronstadt aprovou uma resolução condenando "essa guerra perniciosa" e a ofensiva de Kerensky.

As interpretações revisionistas são as mais aceitas atualmente, embora Richard Pipes continue se agarrando às visões tradicionais. Há mais evidências disponíveis desde o fim do governo comunista na URSS, quando milhares de documentos foram abertos nos arquivos históricos que anteriormente ficavam fechados. Não parece restar dúvidas de que, em outubro de 1917, as massas estavam amplamente favoráveis a um governo dos *sovietes*, dos quais havia uns 900 naquele momento, em toda a Rússia. Christopher Read acredita que "a revolução estava sendo constantemente empurrada para frente pelo impulso espontâneo que lhe chegava das bases". Robert Service (em *Lenin: A Biography*) destaca o papel de Lênin, afirmando que não pode haver dúvidas de que ele queria o poder e usou de forma brilhante uma situação potencialmente revolucionária. "Todos os seus pronunciamentos

eram direcionados a estimular as 'massas' a tomar a iniciativa. Sua vontade era de que os Bolcheviques surgissem como um partido que facilitaria a revolução pelo povo e para o povo". Sendo assim, os bolcheviques tiveram realmente apoio popular, ainda que bastante passivo, para seu golpe de Outubro, porque o movimento popular pensava que ia assumir o governo através dos *sovietes*.

Embora as circunstâncias estivessem dadas e quase não tenha havido resistência aos Bolcheviques, ainda era necessário um pequeno grupo de pessoas com coragem e firmeza para usar a situação. Essa foi a contribuição dada por Lênin e Trotsky, que avaliaram com perfeição o ponto máximo de impopularidade do Governo Provisório e então, realmente "fizeram" com que a revolução acontecesse. Ela não seria possível sem as massas – foi o movimento popular que determinou que houvesse tão pouca resistência – mas, igualmente, não seria possível sem Lênin e Trotsky (ver Ilustração 16.2).

(e) Lênin e os bolcheviques consolidam seu controle

Os bolcheviques estavam no controle de Petrogrado como resultado de seu golpe, mas em alguns lugares não foi tão fácil tomar o poder. A luta durou uma semana em Moscou antes de o *soviete* conquistar o controle, e só no final de novembro outras cidades foram dominadas. As áreas rurais foram mais difíceis e no início os camponeses receberam o novo governo sem muito entusiasmo. Eles preferiam os Socialistas Revolucionários, que também prometiam terra e consideravam os camponeses como a espinha dorsal do país, enquanto os Bolcheviques pareciam favorecer

Ilustração 16.2 Lênin falando a uma multidão, enquanto Trotsky escuta, em pé (à esquerda, em primeiro plano).

os operários industriais. Muito poucas pessoas esperavam que o governo Bolchevique durasse bastante, em função da complexidade dos problemas com que se depararia. Assim que os outros grupos políticos se recuperaram do choque do golpe Bolchevique, estava certo que haveria alguma oposição firme. Ao mesmo tempo, eles tiveram que desenredar a Rússia da guerra de alguma maneira e depois começar a recuperar a economia que se encontrava em pedaços, além de cumprir suas promessas sobre terra e alimentação para camponeses e trabalhadores.

16.3 QUAL FOI O ÊXITO DE LÊNIN E DOS BOLCHEVIQUES PARA LIDAR COM SEUS PROBLEMAS (1917-1924)?

(a) Falta de apoio da maioria

Os bolcheviques estavam longe de ter apoio majoritário no conjunto do país, de modo que o problema agora era se manter no poder e permitir eleições livres. Um dos primeiros decretos de Lênin nacionalizou toda a terra para que ela pudesse ser redistribuída entre os camponeses e com isso ele esperava conquistar seu apoio. Lênin sabia que teria que permitir a realização de eleições, já que havia criticado tanto Kerensky por adiá-las, mas sentia que uma maioria Bolchevique na Assembleia Constituinte era muito improvável. Kerensky tinha organizado eleições para meados de novembro, e elas aconteceram como planejado. Os maiores temores de Lênin se concretizaram: os Bolcheviques conquistaram 175 cadeiras entre cerca de 700, mas os Socialistas Revolucionários (SRs) obtiveram 370, os Mencheviques conquistaram apenas 15, os social-revolucionários de esquerda, 40, vários grupos nacionalistas, 80, e os Cadetes (democratas constitucionais que queiram democracia verdadeira), 17.

Em um sistema genuinamente democrático, os SRs, que consquistaram a maioria, teriam formado um governo, mas Lênin estava determinado a que os Bolcheviques permanecessem no poder e de forma alguma o cederia aos SRs, nem o compartilharia, depois de os Bolcheviques terem feito todo o trabalho de se livrar do Governo Provisório. Depois de alguns discursos contrários aos bolcheviques na primeira reunião da Assembleia Constituinte (janeiro de 1918), ela foi dispersada pelos Guardas Vermelhos Bolcheviques e não teve permissão para se reunir de novo. A justificativa de Lênin para esse ato antidemocrático foi que ele era realmente a mais alta forma de democracia: como os Bolcheviques sabiam o que os trabalhadores queriam não havia necessidade de que um parlamento eleito lhes dissesse. A Assembleia deveria assumir um lugar secundário em relação ao Congresso dos *Sovietes* e ao *Sovnarkom* (o Conselho dos Comissários do Povo), uma espécie de gabinete no qual todos os 15 membros eram Bolcheviques, com Lênin como presidente. A força das armas tinha triunfado por um tempo, mas a oposição levaria à guerra civil mais tarde, naquele mesmo ano.

(b) A guerra com a Alemanha

O seguinte problema premente era como se retirar da guerra. Foi acordado um armistício entre a Rússia e as Potências Centrais em dezembro de 1917, mas seguiram-se longas negociações, nas quais Trotsky tentou, sem sucesso, convencer os alemães a reduzir suas exigências. O Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918) foi cruel: a Rússia perdeu a Polônia, a Estônia, a Letônia e a Lituânia, a Ucrânia, a Geórgia e a Finlândia, o que incluía um terço das terras agriculturáveis russas, um terço de sua população, dois terços das minas de carvão e metade de sua indústria (Mapa 16.1). Era um preço alto a pagar, mas Lênin insistia em que valia a pena, pois a Rússia precisava sacrificar espaço e ganhar tempo para se recuperar. Ele provavelmente tinha a expectativa de que a Rússia recuperasse as terras de qualquer forma quando, ele esperava, a revolução se espalhasse para a Alemanha e outros países.

Mapa 16.1 Perdas russas com o Tratado de Brest-Litovsk.

(c) O encaminhamento para a violência

Quase imediatamente após a Revolução de Outubro, os bolcheviques começaram a recorrer à coerção para que as coisas acontecessem e eles permanecessem no poder. Isso levanta a questão, muito debatida pelos historiadores, sobre se Lênin tinha intenções violentas desde o início ou se foi empurrado para essas políticas contra sua vontade, por circunstâncias difíceis.

Os historiadores soviéticos minimizaram a importância da violência e afirmam que os bolcheviques não tinham escolha, dada à atitude inflexível de seus inimigos. Depois da assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, foram os SRs que lançaram uma campanha de assassinatos e terror, antes de começar a guerra civil. Segundo Christopher Hill,

> houve uma supressão completa da imprensa de oposição durante os seis meses posteriores à revolução Bolchevique, e não houve violência contra adversários políticos, já que não havia necessidade. A pena de morte inclusive foi abolida no final de outubro, embora Lênin considerasse isso muito pouco realista.

Os membros do governo provisório que haviam sido presos foram quase todos libertados após prometer "não voltar a pegar em ar-

mas contra o povo". O próprio Lênin afirmou, em novembro de 1917: "Não usamos o tipo de violência que foi usado pelos revolucionários franceses que guilhotinaram pessoas desarmadas, e espero que não tenhamos que usar. Entretanto, as *circunstâncias foram ficando cada vez mais difíceis*.

- *Em janeiro de 1918, houve grave escassez de alimentos em Petrogrado e Moscou* e em outras cidades. Lênin estava convencido de que os camponeses com melhor situação financeira (*kulaks*) estavam acumulando enormes quantidades de cereais para forçar um aumento de preços, havia evidências de que isso realmente estivesse acontecendo. A nova política secreta de Lênin, a Cheka (implantada em dezembro de 1917), recebeu a tarefa de lidar com quem estivesse acumulando cereais e especulando. "Não haverá fome na Rússia", disse ele em abril de 1918, "se os estoques forem controlados e qualquer desrespeito às regras for seguido das punições mais severas: prisão e fuzilamento de quem aceitar subornos e fraudes".
- Depois de assinar o humilhante Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918), *a perda da Ucrânia, uma fonte de trigo de vital importância, piorou a situação alimentar*.
- *Os Socialistas Revolucionários de esquerda fizeram tudo o que podiam para destruir o tratado e começaram uma campanha de terror*. Assassinaram o embaixador alemão e um importante membro bolchevique do *soviete* de Petrogrado, havia algumas evidências de que estariam tentando tomar o poder para si ou desencadear uma revolta popular para forçar os Bolcheviques a mudar suas políticas.
- No dia 30 a agosto de 1918, o chefe da *Cheka* de Petrogrado foi assassinado, e um dia depois, uma mulher atirou duas vezes em Lênin com um revólver, a queima-roupa. Ele foi ferido no pescoço e em um dos pulmões, mas parecia se recuperar rapidamente.

Todos esses eventos podem ser considerados como evidência de que foi uma situação desesperadora, em vez de qualquer motivação ideológica, que levou Lênin e os Bolcheviques a retaliar com violência.

O problema era que, por mais bem-intencionados que fossem os bolcheviques, *o raciocínio de Lênin era falho em dois aspectos vitais*.

1. Karl Marx tinha previsto que o colapso do capitalismo se daria em duas etapas: inicialmente, os capitalistas burgueses de classe média derrubariam a monarquia autocrática e estabeleceriam sistemas de democracia parlamentar. Depois, quando a industrialização estivesse completa, os trabalhadores industriais (proletariado), que agora seriam maioria, derrubariam os capitalistas burgueses e estabeleceriam uma sociedade sem classes – a "ditadura do proletariado". A primeira etapa aconteceu com a revolução de fevereiro. Os Mencheviques acreditavam que a segunda etapa não poderia acontecer até que a Rússia estivesse completamente industrializada e o proletariado fosse maioria. Entretanto, Lênin insistia em que, no caso da Rússia, as duas revoluções – burguesa e proletária – poderiam ser encadeadas com sucesso, e era por isso que ele tinha lançado o golpe de outubro – a oportunidade era boa demais para ser perdida! Isso gerara uma situação em que os Bolcheviques chegaram ao poder antes de seus apoiadores mais confiáveis – os trabalhadores industriais – se tornarem uma classe grande o suficiente para sustentá-los. Os Bolcheviques ficaram como governo de minoria, desconfortavelmente dependentes da maior classe da Rússia, mas mais voltada a seus próprios interesses, os camponeses.
2. Lênin esperava que uma revolução bem-sucedida na Rússia ocorresse como parte de uma revolução europeia ou até mesmo mundial. Ele estava convencido de que viriam revoluções na Europa

central e do leste e o novo governo soviético teria o apoio de governos vizinhos simpáticos a ele. Nada disso aconteceu, e a Rússia ficou isolada, diante de uma Europa capitalista, profundamente desconfiada do novo regime.

Sendo assim, tanto interna quanto externamente, o regime estava sob pressão das forças da contrarrevolução. A lei e a ordem pareciam estar se rompendo e os *sovietes* locais simplesmente ignoravam os decretos do governo. Se os Bolcheviques pretendiam permanecer no poder e reconstruir o país, lamentavelmente é provável que tivessem que recorrer à violência para qualquer conquista significativa.

Historiadores liberais tradicionais rejeitam essa interpretação, e acreditam que Lênin e Trotsky estavam comprometidos com o uso da violência e terror desde o princípio, embora, talvez, nem todos os líderes Bolcheviques o estivessem. Richard Pipes afirma que Lênin considerava o terror como um elemento absolutamente vital do governo revolucionário e estava disposto a usá-lo como medida preventiva, mesmo quando não existisse qualquer oposição ativa ao seu comando. Por qual outra razão ele estabeleceu a Cheka no início de dezembro de 1917, em um momento em que não havia ameaça de oposição e nenhuma intervenção estrangeira? Ele diz que, em um ensaio sobre o fracasso dos revolucionários franceses, Lênin escrevera que a principal fragilidade do proletariado era sua "excessiva generosidade: ele deveria ter exterminado todos seus inimigos em vez de tentar exercer influência moral sobre eles". Quando a pena de morte foi abolida, Lênin ficou altamente indignado, dizendo: "isso não faz sentido, como se pode fazer uma revolução sem execuções?"

*Forças navais britânicas e francesas

Mapa 16.2 Guerra Civil e intervenções na Rússia, 1918-1922.

Ilustração 16.3 O Exército vermelho na Crimeia durante a Guerra Civil, 1918.

(d) O "Terror vermelho"

Quaisquer que fossem as intenções dos bolcheviques, não resta dúvida de que a violência e o terror se espalharam. O Exército Vermelho (Ilustração 16.3) foi usado para garantir a aquisição de cereais de camponeses que acreditava-se que tinham excedentes. No ano de 1918, a Cheka reprimiu 245 revoltas camponesas e 99 nos primeiros sete meses de 1919. Números oficiais da Cheka mostram que durante o decorrer dessas operações, mais de 3.000 camponeses foram mortos e 6.300, executados. Em 1919, houve outras 3.000 execuções, mas o número real de mortes provavelmente foi muito maior. Os Socialistas Revolucionários e outros adversários políticos foram reunidos e fuzilados. Uma das características mais perturbadoras desse "Terror Vermelho" era que muitos dos que foram presos e executados não eram culpados de qualquer crime, e sim, acusados de serem "burgueses", um termo ofensivo aplicado a proprietários de terras, padres, empresários, patrões, oficiais do exército e profissionais liberais. Todos eram rotulados de "inimigos do povo" como parte da campanha de guerra de classes levada a cabo pelo governo.

Um dos piores incidentes do terror foi o assassinato do ex-czar Nicolau e sua família. No verão de 1918, eles estavam sob custódia em uma casa em Ekaterinburgo, nos Montes Urais. Na época, a guerra civil estava a pleno vapor, os Bolcheviques tinham medo de que as forças Brancas, que estavam avançando em direção a Ekaterinburgo, pudessem resgatar a família real e esta se tornasse um ponto de aglutinação das forças antibolcheviques. O próprio Lênin deu a ordem para que fossem mortos, e em julho de 1918, toda a família, junto com membros da casa, foi morta a tiros por membros da Cheka local. Suas covas só foram descobertas após o colapso do Império Soviético. Em 1992, alguns dos ossos foram submetidos a exames de DNA, que provaram que eles eram realmente os restos mortais dos Romanov.

(e) Guerra Civil

Em abril de 1918, a oposição armada aos bolcheviques surgia em várias áreas (ver Mapa 16.2), levando à guerra civil. A oposição (conhecida como Brancos) era uma mistura, incluindo os Socialistas Revolucionários, Mencheviques, antigos oficiais czaristas e muitos

outros grupos que não gostavam do que tinham visto dos Bolcheviques. Havia muita insatisfação nas áreas rurais, onde os camponeses detestavam as políticas de requisição de alimentos do governo. Mesmo os soldados e trabalhadores, que haviam apoiado os Bolcheviques em 1917, estavam insatisfeitos com a forma dura com que eles tratavam os *sovietes* (conselhos eleitos) em toda a Rússia. Um dos *slogans* bolcheviques foi "TODO PODER AOS *SOVIETES*". Naturalmente, as pessoas esperavam que todas as cidades viessem a ter o seu próprio *soviete*, que comandaria as questões da cidade e da indústria local. Em vez disso, chegaram funcionários (conhecidos como comissários) nomeados pelo governo, sustentados pelos guardas vermelhos. Eles expulsaram os membros dos *sovietes* que eram socialistas revolucionários e mencheviques, deixando os membros bolcheviques no controle. Em pouco tempo, transformou-se em uma ditadura do centro em vez de controle local. O *slogan* dos adversários do governo passou a ser "LONGA VIDA AOS *SOVIETES* E ABAIXO OS COMISSÁRIOS". Seu objetivo geral não era restaurar o czar, mas simplesmente estabelecer um governo democrático em linhas ocidentais.

Na Sibéria, o almirante Kolchak, ex-comandante da frota do Mar Negro, estabeleceu um governo Branco, o general Denikin estava no Cáucaso com um grande exército Branco. Mais estranho de tudo, a Legião Tchecoslovaca de cerca de 40.000 homens tinha conquistado longos trechos da Ferrovia Transiberiana na região de Omsk. Esses soldados eram do exército austro-húngaro, feitos prisioneiros pelo exército russo, que haviam mudado de lado depois da revolução de março e lutaram pelo governo de Kerensky, contra o alemães. Depois de Brest-Litovsk, os bolcheviques lhes deram permissão para ir embora da Rússia pela ferrovia Transiberiana rumo a Vladivostock, mas decidiram desarmá-los para o caso de eles cooperarem com os Aliados, que já demonstravam interesse na destruição do novo governo Bolchevique. Os tchecos resistiram com grande espírito e seu controle da ferrovia foi um grave constrangimento ao governo.

A situação se complicou quando os Aliados da Rússia na Primeira Guerra Mundial intervieram para ajudar os Brancos. Eles afirmavam querer um governo que continuasse a guerra contra a Alemanha. Quando a intervenção continuou, mesmo depois da derrota alemã, ficou claro que seu objetivo era destruir o governo Bolchevique, que agora defendia a revolução mundial. Os Estados Unidos, o Japão, a França e a Grã-Bretanha mandaram tropas, que desembarcaram em Murmansk, Archangel e Vladivostok. A situação parecia difícil para os Bolcheviques quando, no início de 1919, Kolchak (que os Aliados pretendiam colocar como chefe do próximo governo) avançou sobre Moscou, a nova capital, mas Trotsky, agora Comissário da Guerra, tinha feito um trabalho magnífico na criação de um disciplinado exército vermelho, baseado no serviço militar obrigatório e incluindo milhares de experientes oficiais dos antigos exércitos czaristas. Kolchak foi forçado a recuar e depois, capturado e executado pelos Vermelhos. A legião Tcheca foi derrotada e Denikin, que avançou pelo sul a até 400 km de Moscou, foi forçada a recuar e mais tarde escapou com ajuda britânica.

No final de 1919, estava claro que os bolcheviques (que agora se chamavam comunistas) haviam sobrevivido. À medida que os exércitos Brancos começaram a sofrer derrotas, os Estados intervencionistas perderam interesse e retiraram suas tropas. Em 1920, houve a invasão da Ucrânia pelas tropas polonesas e francesas, que forçaram os russos a entregar parte desse país e da Rússia Branca (Tratado de Riga, 1921). Do ponto de vista dos comunistas, contudo, o importante era que eles haviam vencido a guerra civil. Lênin conseguiu apresentar isso como uma grande vitória, o que ajudou muito a restaurar o prestígio do governo após a humilhação de Brest-Litovsk. Houve uma série de razões para a vitória comunista.

1. *Os Brancos não tinham uma organização centralizada*. Kolchak e Denikin não conseguiram conectar, e quanto mais se aproximavam de Moscou, mais alongavam suas linhas de comunicação.

Muitos camponeses deixaram de apoiá-los em função de seu comportamento brutal e porque temiam que uma vitória dos brancos significasse a perda de suas terras recém-conquistadas.

2. *O Exército Vermelho tinha mais soldados*. Depois da introdução do serviço militar obrigatório, eles tinham quase 3 milhões de homens em armas, superando os Brancos em cerca de 10 para 1. Eles controlavam a maior parte da indústria moderna e, portanto, estavam melhor equipados com armamentos e contavam com a inspirada liderança de Trotsky.
3. Lênin tomou medidas decisivas, conhecidas como *comunismo de guerra*, para controlar os recursos econômicos do Estado. Todas as fábricas de qualquer porte foram nacionalizadas, foi extinta toda a terra privada e alimentos e cereais foram confiscados dos camponeses para alimentar trabalhadores e soldados. A política teve sucesso inicialmente, pois possibilitou ao governo sobreviver à guerra civil, mas teve resultados desastrosos mais tarde.
4. Lênin conseguiu apresentar os bolcheviques *como um governo nacionalista que lutava contra estrangeiros*, e mesmo que o comunismo de guerra não tivesse popularidade entre os camponeses, os Brancos se tornaram ainda mais impopulares em função de suas conexões estrangeiras.

(f) Efeitos da guerra civil

A guerra foi uma tragédia terrível para o povo russo, com *um custo enorme de vidas e sofrimento humano*. Levando-se em conta os mortos no Terror Vermelho, na ação militar e nos *pogroms* antijudaicos dos Brancos, os que morreram de fome (Ilustração 16.4) e os que pereceram de disenteria e nas epidemias de tifo e febre tifóide, o número total de mortos foi de, pelo menos, 8 milhões, ou seja, mais de quatro vezes o número de russos mortos na Primeira Guerra Mundial (1,7 milhão). A economia estava em ruínas e o rublo valia apenas 1% de seu valor em outubro de 1917.

Quando a guerra terminou, *houve mudanças importantes no regime comunista*. Economicamente, ficou mais centralizado, com o controle do Estado estendido a todas as áreas da economia. Politicamente, o regime se tornou militarizado e até brutalizado. *A questão que tem ocupado os historiadores é se foi a crise da guerra civil que forçou essas mudanças do governo ou se elas teriam acontecido de qualquer forma, em função da natureza do comunismo*. Elas eram o impulso inevitável rumo ao socialismo?

Robert C. Tucker afirma que a guerra civil foi responsável pelas evoluções políticas. O autor acredita que ela brutalizou o partido e deu a seus membros uma mentalidade de cerco, da qual eles tiveram dificuldade de se desligar. Ela fez com que a centralização, a disciplina rígida e a mobilização da população para atingir as metas do regime se tornasse parte do sistema. Tucker também afirma que, já no pico da guerra civil, havia sinais do pensamento mais "liberal" de Lênin, que ele pôde aplicar no período da Nova Política Econômica (NEP). Por exemplo, em maio de 1919, Lênin escreveu uma brochura na qual explicava que o principal obstáculo à conquista do socialismo na Rússia era a cultura de atraso deixada por séculos de poder czarista. Segundo ele, a melhor maneira de mudar isso não era através de meios forçados, e sim com a educação, o que, infelizmente, levaria muito tempo.

Outros historiadores afirmam que a guerra civil foi uma das influências que brutalizou o regime comunista, mas não a única. Christopher Read argumenta que os bolcheviques eram produto do ambiente czarista que era, em si, autoritário. Os governos czaristas nunca hesitaram em usar métodos extremos contra seus inimigos. Fazia poucos anos que Stolypin executara cerca de 4.000 opositores. "Nas circunstâncias predominantes", afirma Read, "fica difícil entender por que a oposição deveria ser tolerada quando a tradição russa era de erradicá-la como uma heresia". Entre a geração mais velha de historiadores liberais, Adam Ulam afirma que a violência e o terror faziam parte do comunismo, e que Lênin na verdade

Ilustração 16.4 Vítimas famintas da guerra civil.

recebeu bem a guerra civil porque lhe deu uma desculpa para usar mais violência.

O mesmo debate se dá em relação às características econômicas do comunismo de guerra: a nacionalização e o controle estatal da economia eram centrais às metas e ideias comunistas ou elas foram impostas ao governo pela necessidade de preparar a economia para o esforço de guerra? Até mesmo os historiadores soviéticos diferem em suas interpretações. Alguns acreditam que o partido tinha um plano básico para nacionalizar as principais indústrias assim que fosse possível, por isso a nacionalização de bancos, estradas de ferro, da navegação e de centenas de grandes fábricas em junho de 1918. Outros acreditam que o que Lênin realmente esperava era uma economia mista, onde seria permitida alguma atividade capitalista. Alec Nove chegou à conclusão muito sensível de que "Lênin e seus colegas estavam tocando de ouvido.... Devemos trabalhar com a ideia da interação das idéias Bolcheviques com a situação de desespero em que elas se encontravam".

(g) Lênin e os problemas econômicos

Desde o início de 1921, Lênin enfrentou a gigantesca tarefa de reconstruir uma economia estraçalhada pela Primeira Guerra Mundial e, depois, pela guerra civil. O comunismo de guerra era impopular entre os camponeses, que, não vendo por que trabalhar muito para produzir alimentos que lhes seriam tirados sem indenização, simplesmente produziam o suficiente para suas próprias necessidades. Isso gerou grave escassez de alimentos, agravadas por secas em 1920-1921. Além disso, a indústria estava quase estagnada. Em março de 1921, aconteceu um motim grave em Kronstadt, a ilha que servia de base naval na costa de Petrogrado, reprimido pela pronta ação de Trotsky, que mandou soldados cruzando o mar congelado.

O motim parece ter convencido Lênin de que era necessária uma nova postura para reconquistar o apoio titubeante dos camponeses, o que era de importância vital, já que eles formavam uma ampla maioria da população. Ele colocou em operação o que ficou conhecido como Nova Política Econômica (NEP). Agora, os camponeses poderiam manter o excedente de produção depois de pagar um imposto correspondente a uma determinada parcela desse excedente. Isso, somado à introdução do comércio privado, reavivou o incentivo, e a produção de alimentos aumentou. As pequenas indústrias e o comércio de seus produtos também foram devolvidos à propriedade privada, embora a indústria pesada como o carvão, o ferro e o aço, junto com a energia, o transporte e o setor bancário, tenha permanecido sob controle estatal. Lênin também achou que os antigos administradores tinham que ser trazidos de volta, bem como alguns incentivos capitalistas, como bônus e pagamento por produção. O investimento estrangeiro foi estimulado, para ajudar a modernizar a indústria russa.

Há um debate comum entre historiadores sobre as motivações e as intenções de Lênin. Alguns bolcheviques afirmavam que o motim do Kronstadt e a agitação dos camponeses não tiveram qualquer influência sobre a decisão de mudar para a NEP, que, na verdade, eles estavam por introduzir uma versão anterior dessa política quando o início da guerra civil os impediu. Para confundir ainda mais as coisas, alguns dos antigos líderes comunistas, principalmente Kamenev e Zinoviev, desaprovavam a NEP por considerar que estimulava o desenvolvimento dos *kulaks* (camponeses ricos), que se transformariam em inimigos do comunismo. Eles viam isso como um recuo do verdadeiro socialismo.

É difícil saber se Lênin pretendia que a NEP fosse uma concessão temporária – um retorno a um certo nível de empreendimento privado até que fosse garantida a recuperação – ou a considerava uma volta a algo como a via correta ao socialismo, da qual eles fora mdesviados pela guerra civil. O que fica claro é que ele defendeu a NEP com firmeza, argumentando que eles precisavam da experiência dos capitalistas para fazer com que a economia florescesse novamente. Em maio de 1921, ele disse ao partido que a NEP deveria ser implementada "com seriedade e por muito tempo – não menos de uma década e provavelmente mais". Eles tinham que levar em conta o fato de que, em vez de introduzir o socialismo em um país de trabalhadores industriais – os verdadeiros aliados dos Bolcheviques – eles estavam trabalhando em uma sociedade atrasada e baseada em camponeses. Sendo assim, a NEP não era um recuo, e sim uma tentativa de encontrar uma rota alternativa ao socialismo em circunstâncias menos do que ideais. Seria necessária uma longa campanha de educação dos camponeses sobre os benefícios das cooperativas agrícolas para que não fosse necessária a força, e isso levaria ao triunfo do socialismo. Roy Medvedev, um historiador soviético dissidente, estava convencido de que essas eram as verdadeiras intenções de Lênin e que, se ele tivesse vivido mais 20 anos (até a mesma idade de Stalin), o futuro da URSS teria sido muito diferente. A NEP teve um sucesso moderado: a economia começou a se recuperar e os níveis de produção estavam aumentando. Na maioria dos produtos, eles não estavam muito longe dos níveis de 1913. Dadas as perdas territoriais no final da Primeira Guerra Mundial e a guerra com a Polônia, essa era

uma realização considerável. Fez-se muito progresso com a eletrificação da indústria, um dos projetos favoritos de Lênin. Próximo ao final de 1927, quando a NEP começou a ser abandonada, o russo comum provavelmente estava em melhor situação do que em qualquer momento posterior a 1914. Os trabalhadores industriais que tinham emprego estavam recebendo salários reais e tinham benefícios com a legislação social da NEP: jornada de trabalho de 8 horas, duas semanas de férias remuneradas, pagamento de licenças por saúde e desemprego e serviço de saúde. Os camponeses tinham um padrão de vida mais alto do que em 1913. O lado negativo da NEP era que o desemprego estava mais alto do que antes, e ainda havia escassez de comida com frequência.

(h) Os problemas políticos foram resolvidos com firmeza

A Rússia era agora o primeiro Estado comunista do mundo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o poder era exercido pelo Partido Comunista e os outros não eram permitidos. O principal problema político para Lênin agora era as divergências e as críticas dentro do Partido Comunista. Em março de 1921, ele proibiu o "faccionalismo" dentro do partido, ou seja, a discussão seria permitida, mas, uma vez que se tomasse uma decisão, todas as seções do partido deveriam cumpri-la. Qualquer pessoa que insistisse em manter uma visão diferente da linha do partido seria expulsa dele. No restante de 1921, cerca de um terço dos membros foi "expurgado" (expulso) com a ajuda da cruel polícia secreta (Cheka), muitos outros renunciaram, principalmente por serem contrários à NEP. Lênin também rejeitou a reivindicação dos sindicatos de que eles deveriam comandar a indústria. Eles deveriam fazer o que o governo lhes mandasse e sua principal função era aumentar a produção.

O orgão governante do partido era conhecido como "Politburo". Durante a guerra civil, quando eram necessárias decisões rápidas, o Politburo desenvolveu o hábito de agir como governo e assim continuou a fazer quando a guerra terminou. Agora, o controle por parte de Lênin e do Partido Comunista estava completo (para seus êxitos em questões internacionais, ver Seção 4.3(a) e (b)), mas a "ditadura do proletariado" não estava à vista, nem qualquer perspectiva de o Estado "definhar." Lênin defendia essa situação com base em que a classe trabalhadora estava exausta e frágil, o que significava que os trabalhadores mais avançados e seus líderes – o Partido Comunista – deveriam governar o país por ela.

Em maio de 1922, Lênin sofreu um derrame, depois do qual foi ficando cada vez mais frágil e conseguia participar menos do trabalho de governo. Ele acabou sofrendo mais dois derrames e morreu em janeiro de 1924, aos 53 anos. Seu trabalho de completar a revolução introduzindo um Estado totalmente comunista não estava terminado e as revoluções comunistas bem sucedidas que ele tinha previsto em outros países não tinham acontecido, o que deixava a URSS isolada e diante de um futuro incerto. Embora sua saúde já estivesse frágil por algum tempo, Lênin não tinha feito planos claros sobre como deveria ser organizado o governo após a sua morte e isso fez com que a luta pelo poder fosse inevitável.

16.4 LÊNIN: GÊNIO DO MAL?

(a) Lênin continua sendo uma figura polêmica

Depois de sua morte, o Politburo decidiu que o corpo de Lênin deveria ser embalsamado e exposto em uma caixa de vidro em um mausoléu especial, a ser construído na Praça Vermelha de Moscou. Os membros do Politburo, principalmente Josef Stalin, estimularam o culto a Lênin com todas as suas forças, esperando compartilhar sua popularidade ao se apresentar como os herdeiros que continuariam suas políticas. Nenhuma crítica a ele era permitida, e Petrogrado foi rebatizado como Leningrado. Ele passou a ser reverenciado quase como um santo e as pessoas afluíam à

Praça Vermelha para ver seus restos mortais, como se fossem relíquias religiosas.

Alguns historiadores o admiram. A. J. P. Taylor afirma que "Lênin fez mais do que qualquer outra figura política para mudar a face do século XX. A criação da Rússia soviética e sua sobrevivência se devem a ele. Ele foi um grande homem e, apesar de seus defeitos, um homem muito bom". Alguns historiadores revisionistas também assumiram uma visão simpática. Moshe Lewin, escrevendo em 1968, mostrou um Lênin forçado contra a sua vontade a implementar políticas de violência e terror, e em seus últimos anos, diante da saúde frágil e das ambições malignas de Stalin, lutando sem sucesso para dirigir o comunismo para uma fase mais pacífica e civilizada.

Contudo, essas interpretações estão em um polo oposto ao que pensavam alguns de seus contemporâneos e também à visão tradicional que considera Lênin como um ditador cruel que abriu o caminho para a ditadura ainda mais cruel e brutal de Stalin. Alexander Potresov, um menchevique que conhecia bem a Lênin, descreveu-o como um "gênio do mal" que tinha um efeito hipnótico sobre as pessoas e conseguia dominá-las. Richard Pipes mal consegue encontrar uma boa palavra para dizer sobre Lênin. Pipes enfatiza sua crueldade e sua aparente falta de remorso pela grande perda de vidas que tinha causado. O sucesso da tomada de poder pelos Bolcheviques em outubro de 1917 nada teve que ver com forças sociais, devendo-se simplesmente a que Lênin tinha um grande desejo de poder.

Robert Service provavelmente apresenta a visão mais equilibrada de Lênin, concluindo que ele era certamente cruel, intolerante e repressivo, e até parecia gostar de desencadear o terror, mas, embora buscasse o poder, e acreditasse que a ditadura era desejável, o poder não era um fim em si. Apesar de todos os seus defeitos, ele era um visionário: "Lênin achava realmente que um mundo melhor deveria e seria construído, um mundo sem repressão e exploração, um mundo até sem Estado.... Sua avaliação, ainda que lamentável, era de que a ditadura do proletariado funcionaria como parteira para o nascimento desse mundo". Talvez tenha sido uma das grandes tragédias do século XX a morte prematura de Lênin antes que sua visão pudesse ser concretizada. Mesmo assim, suas realizações o tornaram uma das grandes figuras políticas do último século. Nas palavras de Service: "Ele liderou a Revolução de Outubro, fundou a URSS e estabeleceu os fundamentos do leninismo marxista, ajudando a virar o mundo de ponta-cabeça".

(b) Leninismo e stalinismo

Uma das acusações mais graves feitas contra Lênin por seus críticos é que ele tem responsabilidade pelos excessos e atrocidades ainda maiores da era Stalin. O stalinismo foi meramente uma continuação do leninismo ou Stalin traiu a visão de Lênin de uma sociedade livre da injustiça e da exploração? Nos primeiros anos da Guerra Fria, os historiadores ocidentais sustentavam a teoria da "linha reta", segundo a qual Stalin simplesmente continuou o trabalho de Lênin. Foi Lênin que destruiu o sistema multipartidário quando suprimiu a Assembleia Constituinte. Ele criou as estruturas altamente autoritárias do Partido Bolchevique, que se tornaram as estruturas de governo e que Stalin pôde usar integralmente em suas políticas de coletivização e seus expurgos (ver Seções 17.2-3). Foi Lênin que fundou a Cheka, que se tornou a temida KGB sob o comando de Stalin, e foi Lênin que destruiu a maioria dos poderes dos sindicatos.

Os historiadores revisionistas assumem uma postura muito diferente. Moshe Lewin, Robert C. Tucker e Stephen F. Cohen afirmam que houve uma descontinuidade fundamental entre Lênin e Stalin, com as coisas mudando radicalmente sob o comando deste. Stephen Cohen argumenta que o tratamento que Stalin deu aos camponeses foi muito diferente das políticas meramente coercitivas de Lênin: Stalin travou praticamente uma guerra civil contra o campesinato, "um holocausto por meio do terror, que vitimou dezenas de milhares de pessoas durante 25 anos". Lênin era contrário

ao culto do líder individual, ao passo que Stalin começou o culto a sua própria personalidade. Lênin queria manter a burocracia do partido o menor e mais administrável possível, mas Stalin a aumentou. Lênin estimulava o debate e conseguia o que queria persuadindo o Politburo; Stalin não permitia qualquer discussão e conseguiu o que queria assassinando seus adversários. Na verdade, durante o "Grande Terror" de 1935-1939, Stalin realmente destruiu o Partido Comunista de Lênin. Segundo Robert Conquest, "foi a sangue frio, de forma bastante deliberada e sem provocação, que Stalin deu início a um novo ciclo de sofrimento".

Robert Suny apresenta essa síntese clara do leninismo e sua relação com o stalinismo:

> Dedicados à visão de socialismo de Karl Marx, na qual a classe trabalhadora controlaria as máquinas, fábricas e outros tipos de produção de riqueza, os comunistas liderados por Lênin acreditavam que a ordem social futura seria baseada na abolição de privilégios sociais não merecidos, no fim do racismo e da opressão colonial, na secularização da sociedade e no fortalecimento dos trabalhadores. Mesmo assim, em uma geração, Stalin e seus camaradas mais próximos criaram um dos Estados mais malévolos e opressivos na história moderna.

PERGUNTAS

1. Avaliações divergentes sobre Lênin

Leia as fontes A e B e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

A visão do historiador russo Dmitri Volkogonov, de 1998.

> A política, é certo, tende a ser imoral, mas em Lênin a imoralidade foi exacerbada pelo cinismo. Quase todas suas decisões sugerem que, para ele, a moralidade era totalmente subordinada às realidades políticas.... e seu principal objetivo: tomar o poder.

Fonte: Dmitri Volkogonov, *The Rise and Fall of the Soviet Empire* (Harper Collins, 1998)

Fonte B

A visão de Moshe Lewin, historiador da Universidade de Birmingham, Reino Unidos de 1985.

> Em 1922, um Lênin mais velho e mais sábio propunha uma série de inovações conhecidas como seu "testamento".... Não se menciona o terror revolucionário de qualquer tipo. Sua mensagem era muito diferente: nenhuma medida violenta como forma de transformar as estruturas sociais do país! Inicialmente, a revolução cultural, um entendimento com os camponeses, e a lentidão como virtude suprema. Além disso, uma nova visão da parte de Lênin sobre o socialismo como regime de "colaboradores civilizados". É sabido que esse conjunto de ideias foi rotulado de "liberalismo" pelo próprio Stalin.

Fonte: Moshe Lewin, *The Making of the Soviet System* (Methuen, 1985).

(a) Em que aspectos você acha que as fontes apresentam visões diferentes de Lênin?

(b) A partir de seu próprio conhecimento, que evidências você consegue encontrar dos eventos durante o período de poder de Lênin para sustentar ou contradizer as afirmações feitas nas fontes?

2. Explique por que o regime czarista conseguiu sobreviver à revolução de 1905, mas foi derrubado em fevereiro/março de 1917.
3. Até onde você concorda que a revolução de fevereiro/março, que derrubou a monarquia russa, foi um "levante espontâneo"?
4. "Os bolcheviques não tomaram o poder, eles o agarraram... Qualquer grupo de homens decididos poderia ter feito o que os bolcheviques fizeram em Petrogrado em outubro de 1917" (Adam Ulam). Explique até onde você concorda ou discorda dessa visão.
5. Em que aspectos, e com que êxito, as políticas de Lênin tentaram resolver os problemas enfrentados pela Rússia no início de 1918?

A URSS e Stalin

1924-1953

17

RESUMO DOS EVENTOS

Quando Lênin morreu, em janeiro de 1924, havia uma ampla expectativa de que Trotsky assumiria como líder, mas uma complexa luta pelo poder se desenvolveu, da qual Stalin surgiu triunfante no final de 1929. Ele permaneceu como a figura dominante na URSS, na verdade, um ditador, durante a Segunda Guerra Mundial e até sua morte, em 1953, aos 73 anos. A Rússia comunista enfrentou problemas imensos, e tinha poucos anos de idade quando Lênin morreu, em janeiro de 1924. A indústria e a agricultura eram subdesenvolvidas e ineficientes, havia escassez constante de alimentos, problemas sociais e políticos prementes e – muitos russos pensavam – os riscos de outra tentativa dos capitalistas estrangeiros de destruir o novo Estado comunista. Stalin fez determinados esforços para superar todos esses problemas: ele foi responsável pelo seguinte:

- Planos quinquenais para revolucionar a indústria, implementados entre 1928 e 1941.
- Coletivização da agricultura, finalizada em 1936.
- Introdução de um *regime totalitário* ainda mais cruel do que o sistema de Hitler na Alemanha.

Todas as suas políticas geraram críticas entre alguns dos "velhos Bolcheviques", principalmente a velocidade da industrialização e o tratamento duro de camponeses e trabalhadores industriais. Entretanto, Stalin estava determinado a eliminar toda a oposição. Em 1934, ele deu início ao que ficou conhecido como "expurgos", nos quais, nos três anos seguintes, cerca de 2 milhões de pessoas foram presas e sentenciadas à execução ou à prisão em campos de trabalhos forçados por "tramar contra o Estado soviético". Havia uma ampla rede desses campos, conhecida como *Gulag*. Estima-se que talvez até 10 milhões de pessoas tenham "desaparecido" na década de 1930, assim como toda a crítica, a oposição e possíveis líderes alternativos foram eliminados e a população comum, aterrorizada para que obedecesse.

Mesmo que fossem brutais, os métodos de Stalin parece que funcionaram, pelo menos no sentido de que, quando veio o temido ataque do Ocidente, na forma de uma potente invasão alemã em junho de 1941, os russos conseguiram contê-lo e acabaram no lado vencedor, embora com um custo terrível (ver Seções 6.2, 6.3 e 6.9). A parte ocidental do país, que tinha sido ocupada pelos alemães, estava em ruínas e muitas pessoas teriam ficado satisfeitas em ver o fim de Stalin, mas ele estava determinado a dar continuidade à sua ditadura de partido único. Houve um retorno às políticas rígidas que haviam sido relaxadas em algum grau durante a guerra.

17.1 COMO STALIN CHEGOU AO PODER SUPREMO?

Josef Djugashvili (ele assumiu o nome de "Stalin" – homem de aço – pouco depois de se juntar aos Bolcheviques, em 1904) nasceu em 1879, na pequena cidade de Gori, na província da Geórgia. Ele era filho de camponeses pobres. O pai, sapateiro, nasceu servo. A mãe de Josef queria que ele fosse padre, e ele foi educado por quatro anos no Seminário Teológico de Tiflis, mas detestava sua atmosfera repressiva e foi expulso em 1899 por difundir ideias socialistas. Depois de 1917, graças a sua grande capacidade como administrador, ele conseguiu construir discretamente sua própria posição sob Lênin, e quando este morreu, em 1924, Stalin era secretário-geral do Partido Comunista e um dos sete membros do Politburo, o comitê que decidia as políticas do governo (ver Ilustração 17.1).

Inicialmente, parecia improvável que ele se tornasse a figura dominante. Trotsky o chamava de "a mais eminente mediocridade do partido.... um homem destinado a cumprir um papel de segundo ou terceiro nível". O menchevique Nikolai Sukhanov o descreveu como "nada mais do que um borrão vago e cinzento". Lênin o considerava teimoso e rude, então sugeriu em seu testamento que Stalin fosse afastado de seu cargo. "O camarada Stalin concentrou um poder enorme em suas mãos", escreveu, "e não tenho certeza de que ele sempre saberá usar esse poder com cautela suficiente.... Ele é demasiado rude, um defeito inaceitável no cargo de secretário-geral. Sendo assim, proponho aos camaradas que pensem em uma foram de removê-lo do posto".

Ilustração 17.1 Joseph Stalin.

O sucessor mais óbvio de Lênin era Leon Trotsky, orador inspirado, intelectual e homem de ação, organizador do Exército Vermelho. Os outros candidatos eram os "velhos bolcheviques" que estavam no partido desde os primeiros tempos: Lev Kamenev (chefe de organização do partido em Moscou), Grigori Zinoviev (chefe de organização em Leningrado e do Comintern) e Nikolai Bukharin, a estrela intelectual em ascensão no partido. Entretanto, surgiram circunstâncias que Stalin conseguiu usar para eliminar seus rivais.

(a) O brilhantismo de Trotsky funcionou contra ele

Este brilhantismo gerava inveja e ressentimento entre outros membros do Politburo. Ele era arrogante e condescendente, e muitos não gostavam do fato de que ele tinha se juntado aos Bolcheviques pouco antes da Revolução de Outubro. Durante a doença de Lênin, ele foi muito crítico de Kamenev, Zinoviev e Bukharin, que atuavam como um triunvirato, acusando-os de não ter planos para o futuro nem visão. Os outros, portanto, decidiram governar o país conjuntamente: a ação coletiva era melhor do que o espetáculo de um homem só. Eles trabalharam juntos, fazendo tudo o que conseguiam para impedir que Trotsky se tornasse líder. No final de 1924, quase todo o apoio que ele tinha desaparecera e ele foi até forçado a renunciar como Comissário para Assuntos Militares e Navais, embora continuasse membro do Politburo.

(b) Os outros membros do Politburo subestimaram Stalin

Eles o consideravam como nada mais do que um administrador competente e ignoraram o conselho de Lênin de removê-lo. Estavam tão ocupados atacando Trotsky que não reconheceram o perigo muito real que vinha de Stalin, perdendo várias chances para se livrar dele. Na verdade, Stalin tinha muita habilidade e intuição políticas. Ele conseguia se desviar das complexidades de um problema e se concentrar nos aspectos essenciais e era um excelente avaliador de caráter, sentindo as fragilidades das pessoas e as explorando. Ele sabia que Kamenev e Zinoviev eram bons membros de equipe, mas careciam de qualidades de liderança e capacidade sólida de avaliação política. Ele só tinha que esperar que surgissem divergências entre seus colegas de Politburo e se colocar ao lado de uma facção contra a outra, eliminando seus rivais um a um, até restar supremo.

(c) Stalin usou sua posição de forma inteligente

Como secretário-geral do partido, cargo que detinha desde abril de 1922, Stalin tinha plenos poderes de nomear e promover pessoas para cargos importantes, como secretários das organizações locais do Partido Comunista. Ele preencheu discretamente essas posições com seus próprios apoiadores, ao mesmo tempo em que afastava os apoiadores de outros para locais distantes no país. As organizações locais escolhiam delegados para as Conferências Nacionais do Partido, de forma que elas estavam cheias dos apoiadores de Stalin. Os Congressos do Partido elegiam o Comitê Central do Partido Comunista e o Politburo. Sendo assim, em 1928, todos os orgãos superiores e congressos estavam cheios de stalinistas, e ele era inexpugnável.

(d) Stalin usou as divergências em vantagem própria

As divergências sobre políticas surgiram no Politburo em parte porque Marx nunca tinha descrito em detalhes como a nova sociedade comunista deveria ser organizada. Mesmo Lênin foi vago a esse respeito, exceto pelo estabelecimento da "ditadura do proletariado", ou seja, os trabalhadores comandariam o Estado e a economia segundo seus próprios interesses. Quando toda a oposição fosse esmagada, o objetivo maior de uma sociedade

sem classes seria atingido, na qual, segundo Marx, o princípio governante seria: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades". Com a Nova Política Econômica (NEP; ver Seção 16.3(g)), Lênin se afastou dos princípios socialistas, embora ainda se debata se ele pretendia que isso fosse uma medida temporária até passar a crise. Agora, a ala direita do partido, liderada por Bukharin, e a esquerda, cujas visões eram promovidas principalmente por Trotsky, Kamenev e Zinoviev, discordavam sobre o que fazer dali em diante:

1. Bukharin considerava importante consolidar o poder soviético na Rússia, com base em um campesinato próspero e com uma industrialização gradual. Essa política ficou conhecida como "socialismo em um só país". Trotsky achava que eles deviam trabalhar pela revolução fora da Rússia, a *revolução permanente*. Quando isso fosse conquistado, os Estados industrializados da Europa Ocidental ajudariam a Rússia com sua industrialização. Kamenev e Zinoviev apoiavam Bukharin nesse aspecto, porque era um bom pretexto para atacar Trotsky.
2. *Bukharin queria dar continuidade à NEP*, mesmo que estivesse causando um aumento no número de *kulaks* (camponeses ricos), que eram considerados inimigos do comunismo. Seus adversários, que agora incluíam Kamenev e Zinoviev, queriam abandonar a NEP e se concentrar na industrialização rápida, em detrimento dos camponeses.

Stalin, discretamente ambicioso, inicialmente parecia não ter opiniões fortes em qualquer dos sentidos, mas na questão do "socialismo em um só país", saiu em apoio a Bukharin, de forma que Trotsky ficou completamente isolado. Mais tarde, quando ocorreu a divisão entre Bukharin, de um lado, e Kamenev e Zinoviev, que estavam insatisfeitos com a NEP, de outro, Stalin apoiou Bukharin. Um a um, Trotsky, Kamenev e Zinoviev foram excluídos do Politburo em votações, substituídos pelas vacas de presépio de Stalin e expulsos do partido (1927). Mais tarde, Trotsky foi exilado da URSS e foi morar em Istambul, na Turquia.

Stalin e Bukharin eram agora os líderes juntos, mas o segundo não sobreviveu por muito tempo. No ano seguinte, Stalin, que tinha apoiado a NEP e seu grande defensor, Bukharin, desde que foi introduzida, decidira que ela deveria terminar, alegando que os *kulaks* estavam impedindo o progresso agrícola. Quando Bukharin protestou, também ele foi excluído por votação do Politburo (1929), deixando Stalin como líder supremo. Os críticos de Stalin afirmaram que foi uma mudança de política cínica de sua parte, voltada simplesmente a eliminar Bukharin. Para ser justo com Stalin, parece ter sido uma verdadeira decisão em termos políticos. A NEP estava começando a falhar e não produzia as quantidades necessárias de alimentos. Robert Service afirma que as políticas de Stalin eram bem recebidas pela ampla maioria dos membros do partido, que acreditavam realmente que os *kulaks* estavam bloqueando o progresso e enriquecendo, enquanto os trabalhadores industriais sofriam a falta de alimentos.

17.2 QUAL FOI O SUCESSO DE STALIN NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ECONÔMICOS DA RÚSSIA?

(a) Quais eram os problemas econômicos da Rússia?

1. Embora a indústria russa estivesse se recuperando dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, *a produção da indústria pesada ainda era surpreendentemente baixa*. Em 1929, por exemplo, a França, que não era uma potência industrial importante, produziu mais carvão e aço do que a Rússia, enquanto a Alemanha, a Grã-Bretanha e, principalmente, os Estados Unidos, estavam

muito à frente. Stalin acreditava que uma expansão rápida da indústria pesada era essencial para possibilitar à Rússia lidar com o ataque que – ele estava convencido – viria mais cedo ou mais tarde das potências capitalistas ocidentais, que odiavam o comunismo. A industrialização teria a vantagem agregada de aumentar o apoio ao governo, porque *os trabalhadores industriais eram os grandes Aliados do comunismo*. Quanto mais houvesse trabalhadores industriais em relação aos camponeses (a quem Stalin considerava inimigos do socialismo), mais seguro estaria o Estado comunista. Um grave obstáculo a ser superado, contudo, era a falta de capital para financiar a expansão, já que os estrangeiros não estavam dispostos a investir em um país comunista.

2. *Teria que se produzir mais comida*, tanto para alimentar a crescente população industrial quanto para fornecer excedente para exportação (a única forma de a URSS obter capital estrangeiro e lucros para investir na indústria). Mesmo assim, o sistema agrícola primitivo, que foi permitido que continuasse sob a NEP, era incapaz de proporcionar esses recursos.

(b) Os planos quinquenais para a indústria

Embora não tivesse qualquer experiência econômica, Stalin parece não ter hesitado em mergulhar o país em uma série de mudanças dramáticas para superar os problemas no tempo mais curto possível. Em um discurso em fevereiro de 1931, ele explicou porque: "Estamos 50 ou 100 anos atrás dos países avançados. Devemos percorrer essa distância em 10 anos. Ou fazemos isso, ou seremos esmagados". A NEP era aceitável como medida temporária, mas agora devia ser abandonada: a indústria e a agricultura devem ser tomadas firmemente sob controle do governo.

A expansão industrial foi realizada através de uma série de *Planos Quinquenais*. Os dois primeiros (1928-1932 e 1933-1937) foram completados um ano antes do previsto, embora, na verdade, nenhum deles tenha atingido todas as metas. O terceiro Plano (1938-1942) foi abreviado pelo envolvimento da URSS na Segunda Guerra Mundial. O primeiro se concentrou nas indústrias pesadas, de carvão, ferro, aço, petróleo e maquinário (incluindo tratores), que foram programadas para triplicar a produção. Os dois Planos posteriores previam uma série de aumentos nos bens de consumo, bem como na indústria pesada. Deve-se dizer que, apesar de todos os tipos de erros e algum exagero nas cifras oficiais soviéticas, os Planos foram um grande sucesso: em 1940, a URSS tinha ultrapassado a Grã-Bretanha em produção de ferro e aço, embora ainda não em carvão, e estava perto de alcançar a Alemanha (ver Tabelas 17.1 e 17.2).

Foram construídas centenas de fábricas, muitas delas em novas cidades a leste dos Montes Urais, onde estariam mais seguras contra invasões. Exemplos conhecidos são o ferro e o aço em Magnitogorsk, tratores em Kharkov e Gorki, uma usina hidroelétrica em Dnepropetrovsk e as refinarias de petróleo no Cáucaso.

Tabela 17.1 Expansão industrial na URSS: produção em milhões de toneladas

	1900	1913	1929	1938	1940
Carvão	16,0	36,0	40,1	132,9	164,9
Ferro-gusa	2,7	4,8	8,0	26,3	14,9
Aço	2,5	5,2	4,9	18,0	18,4

Tabela 17.2 Produção industrial na URSS, comparada com outras grandes potências em 1940, em milhões de toneladas

	Ferro-gusa	Aço	Carvão	Eletricidade (em bilhões de quilowatts)
URSS	14,9	18,4	164,6	39,6
EUA	31,9	47,2	395,0	115,9
Grã-Bretanha	6,7	10,3	227,0	30,7
Alemanha	18,3	22,7	186,0	55,2
França	6,0	16,1	45,5	19,3

Como tudo isso foi conseguido?

O dinheiro foi fornecido quase que totalmente pelos próprios russos, sem investimento estrangeiro. Uma parte veio de exportações de cereais, outra parte, de altas cobranças feitas aos camponeses pelo uso de equipamentos do governo e um reinvestimento implacável de todos os lucros e excedentes. Centenas de técnicos estrangeiros foram trazidos ao país e foi dada muita ênfase à ampliação da educação em faculdades e universidades, e mesmo em escolas e fábricas, para proporcionar uma nova geração de trabalhadores especializados. Nas fábricas, foram usados os velhos métodos capitalistas de pagamento por produção e remunerações diferenciadas entre trabalhadores especializados e não especializados para estimular a produção. Os trabalhadores que atingiam recordes de produção recebiam medalhas e ficavam conhecidos como *Stakhanovitas*, em uma referência a Alexei Stakhanov, um mineiro campeão que, em agosto de 1935, com a ajuda de uma equipe bem organizada, conseguiu extrair 102 toneladas de carvão em um único turno (com métodos comuns, mesmo os eficientes mineiros de Ruhr, na Alemanha, conseguiam extrair apenas 10 toneladas por turno).

Infelizmente, os Planos tinham seus problemas. Os trabalhadores comuns eram submetidos a uma disciplina desumana, com punições severas pelo mau trabalho, pessoas acusadas de serem "sabotadoras" ou "destruidoras" quando as metas não eram cumpridas, que eram punidas com períodos em campos de trabalho forçado. As condições de moradia primitivas e a grave escassez de bens de consumo (em função da concentração da indústria pesada), além de toda a regulamentação, devem ter tornado a vida dos trabalhadores sombria. Como afirma o historiador Richard Freeborn (em *A Short History of Modern Russia*): "Não deve ser exagero afirmar que o primeiro Plano Quinquenal foi uma declaração de guerra da máquina do Estado contra os trabalhadores e camponeses da URSS, que foram submetidos a uma exploração maior do que tinham conhecido no capitalismo". Contudo, em meados da década de 1930, as coisas tinham melhorado, com a disponibilidade de benefícios como atendimento médico, educação e férias remuneradas. Outro grande problema dos Planos era que muitos dos produtos eram de má qualidade. As altas metas forçavam os trabalhadores a acelerar, o que resultava em acabamento de baixa qualidade e danos ao maquinário.

Apesar desses pontos fracos dos Planos, Martin McCauley (em *Stalin and Stalinism*) acredita que "o primeiro plano quinquenal foi uma época de verdadeiro entusiasmo, e foram registradas conquistas prodigiosas em termos de produção. As metas impossíveis galvanizavam as pessoas à ação, e se realizou mais do que se fossem seguidos os conselhos ortodoxos". Alec Nove tende a uma visão semelhante, afirmando que, dado o atraso industrial herdado do período czarista, era necessário algo drástico. "Sob a liderança de Stalin, foi lançada uma investida ... que teve algum su-

cesso, mas fracassou em determinados setores.... Foi construída uma grande indústria... e onde teria estado o exército russo em 1942 sem uma base metalúrgica Urais-Sibéria?" Nove reconhece, contudo, que Stalin cometeu erros enormes, tentando fazer demais em muito pouco tempo, usando métodos brutais desnecessários e tratando todas as críticas, mesmo quando eram justificadas, como evidências de subversão e traição.

(c) A coletivização da agricultura

Os problemas da agricultura foram tratados através do processo conhecido como "coletivização". A ideia era que pequenas fazendas e propriedades rurais, pertencentes aos camponeses, deveriam ser fundidas para formar grandes fazendas coletivas (*kolkhoz*) de propriedade conjunta de camponeses. Havia duas razões principais para a decisão de Stalin de coletivizar:

- O sistema existente de pequenas fazendas era ineficiente, enquanto as grandes fazendas, sob direção do Estado, e usando tratores (Ilustração 17.2) e colheitadeiras, aumentariam em muito a produção de grãos.
- Ele queria eliminar a classe de camponeses prósperos (*kulaks*), que a NEP tinha estimulado, porque, segundo ele, eles estavam atrapalhando o caminho do progresso. A verdadeira razão provavelmente era política: Stalin os considerava inimigos do comunismo. "Devemos esmagar os *kulaks* com tanta força que eles nunca voltem a se levantar".

A política foi lançada para valer em 1929, e teve que ser implementada com muito uso de força, tão intensa que foi a resistência nas zonas rurais. Ela mostrou ser um desastre do qual, talvez não seja exagero afirmar, a Rússia até hoje não se recuperou. Não havia problema em coletivizar os trabalhadores sem terra, mas todos os agricultores que tinham qualquer propriedade, fossem *kulaks* ou não, eram hostis ao plano e tiveram que ser obrigados a participar por exércitos ou membros do partido, que conclamavam os camponeses pobres a confiscar o gado e as máquinas dos *kulaks* para ser entregues aos coletivos. Os *kulaks* muitas vezes reagiam matando o gado e queimando as colheitas em vez de deixar que o Estado as levasse. Os camponeses que se recusavam a participar de fazendas coletivas

Ilustração 17.2 Camponeses russos admiram o primeiro trator em seu povoado, 1926.

eram presos e levados a campos de trabalho forçado, ou fuzilados. Quando camponeses recém-coletivizados tentavam sabotar o sistema produzindo apenas para suas próprias necessidades, os funcionários locais insistiam em confiscar as cotas exigidas. Dessa forma, bem mais de 90% de toda a terra agricultável já tinham sido coletivizados em 1937.

Em um certo sentido, Stalin poderia afirmar que a coletivização foi um sucesso, pois possibilitou maior mecanização, o que realmente gerou um grande aumento de produção em 1937. A quantidade de grãos levados pelo Estado aumentou muito, assim como as exportações de grãos: 1930 e 1931 foram excelentes anos para exportações e, embora as quantidades tenham caído subitamente depois disso, ainda eram muito mais altas do que antes da coletivização. Por outro lado, tantos animais foram mortos que só em 1953 a produção de gado recuperou à cifra de 1928, e o custo em vidas e sofrimento humanos foi enorme.

O fato é que a produção total de grãos não aumentou nem um pouco (com exceção de 1930); na verdade, foi menor em 1934 do que em 1928. As razões para o fracasso foram:

- Os melhores produtores – os *kulaks* – foram excluídos das fazendas coletivas. A maioria dos ativistas partidários que vieram das cidades organizar a coletivização não entendia muito de agricultura.
- Muitos camponeses ficaram desmoralizados depois do confisco de sua terra e sua propriedade. Alguns saíram dos *kolkhoz* para procurar emprego nas cidades. Junto com as prisões e deportações, isso fez com que houvesse menos camponeses para trabalhar na terra.
- Inicialmente, o governo não forneceu tratores suficientes. Como muitos camponeses tinham matado seus cavalos para não entregá-los aos *kolkhoz*, houve problemas graves para conseguir arar a terra a tempo.
- Os camponeses ainda puderam manter uma pequena terra privada. Eles tendiam a trabalhar com mais dedicação em suas próprias terras e fazer o mínimo que podiam nos *kolkhoz*.

Uma combinação de todos esses fatores causou fome, principalmente nas áreas rurais, durante 1932 e 1933, especialmente na Ucrânia. Mesmo assim, foram exportadas 750 mil toneladas de grãos durante o mesmo período, enquanto 5 milhões de camponeses morriam de fome. Alguns historiadores chegam a afirmar que Stalin gostou da fome, porque, junto com 10 milhões de *kulaks* que foram transferidos ou executados, ela ajudou a romper a resistência camponesa. Com certeza, ela fez com que, pela primeira vez, o Estado desse passos importantes no sentido de controlar as áreas rurais. O governo poderia colocar suas mãos nos cereais sem ter que estar constantemente barganhando com os camponeses. Os *kulaks* não mais fariam o Estado socialista de refém causando escassez de comida nas cidades. Agora era o campo que ia sofrer se houvesse uma má colheita. As estatísticas na Tabela 17.3 dão uma ideia da escala dos problemas criados.

17.3 A POLÍTICA E OS EXPURGOS

(a) Problemas políticos

Na década de 1930, Stalin e seus aliados mais próximos foram, aos poucos, apertando seu domínio sobre o partido, o governo e as organizações partidárias locais, até que, em 1928, todas as críticas e divergências foram empurradas para a clandestinidade. Embora sua ditadura pessoal fosse completa, Stalin não se sentia seguro, ficando cada vez mais receoso, não confiava em pessoa alguma e parecia ver tramas em toda parte. As principais questões políticas nesses anos foram:

1. No verão de 1930, a popularidade do governo com o público em geral tinha decaído muito em função da coletivização e das dificuldades do Primeiro Plano Quinquenal. Havia uma oposição crescente a Stalin no partido. Estava circulando um documento conhecido como "Platafor-

Tabela 17.3 Estatísticas sobre grãos e gado na URSS

Colheita real de grãos (em milhões de toneladas)									
1913	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1936	1937
80,1	73,3	71,7	83,5	69,5	69,6	68,4	67,6	56,1	97,4

Grãos tomados pelo Estado (em milhões de toneladas)					
1928	1929	1930	1931	1932	1933
10,8	16,1	22,1	22,8	18,5	22,6

Grãos exportados (em milhões de toneladas)					
1927-1928	1929	1930	1931	1932	1933
0,029	0,18	4,76	5,06	1,73	1,69

Gado na URSS (em milhões)								
	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Bovinos	70,5	67,1	52,5	47,9	40,7	38,4	42,2	49,3
Suínos	26,0	20,4	13,6	14,4	11,6	12,1	17,4	22,6
Ovinos e caprinos	146,7	147,0	108,8	77,7	52,1	50,2	51,9	61,1

ma Ryutin" (batizado com o nome de um dos líderes do partido), defendendo uma redução no ritmo da industrialização, um tratamento mais suave aos camponeses e o afastamento de Stalin (descrito como o "gênio do mal da revolução") da liderança, pela força, se necessário. Entretanto, Stalin também estava determinado a eliminar adversários políticos e críticos de uma vez por todas.

2. Era necessária uma nova Constituição para consolidar o controle de Stalin e do Partido Comunista sobre todo o país.
3. Algumas das partes não russas do país queriam se tornar independentes, mas Stalin, embora ele próprio não fosse russo (nasceu na Geórgia), não simpatizava com ambições nacionalistas e estava determinado a manter a união.

(b) Os expurgos e o grande terror, 1934-1938

A primeira prioridade de Stalin era lidar com a oposição. No início de 1933, mais membros do partido começaram a exigir o desmantelamento das fazendas coletivas, o retorno dos poderes dos sindicatos e o afastamento de Stalin, mas ele e seus Aliados no Politburo não aceitavam quaisquer dessas condições e aprovaram um expurgo de membros dissidentes. No final do mesmo ano, mais de 800.000 membros tinham sido expulsos e outros 340.000 o foram em 1934. Havia mais de 2 milhões de pessoas nas prisões e nos campos de trabalhos forçados, mas ninguém ainda havia sido executado por se opor a Stalin. Sergei Kirov (o chefe do partido em Leningrado e aliado de Stalin) e Sergo Ordzhonikidze (conterrâneo georgiano de Stalin e forte aliado) votaram contra a pena de morte.

Em dezembro de 1934, Kirov foi morto a tiros por Leonid Nikolaev, um jovem membro do Partido Comunista. Stalin anunciou que havia sido descoberto um amplo plano para assassiná-lo e também Molotov (o primeiro-ministro). O assassinato foi usado como pretexto para lançar mais expurgos contra qualquer pessoa em que Stalin não confiasse. Parece provável que Stalin tenha organizado o assassinato de Kirov, talvez por suspeitar que ele estivesse tramando para assumir o poder. O historiador Robert Conquest (em *The Great*

Terror: A Reassessment) chama o assassinato de "o crime do século, a pedra fundamental de todo o edifício de terror e sofrimento pelo qual Stalin garantiu seu controle sobre os povos soviéticos". De 1936 a 1938, essa campanha se intensificou a tal ponto que ficou conhecida como "o grande terror". O número de vítimas ainda é discutido, mas até as estimativas mais modestas colocam o total de pessoas executadas e mandadas aos campos de trabalho bem acima dos três milhões somente nos anos de 1937 e 1938.

Centenas de pessoas que ocupavam cargos importantes foram presas, torturadas, obrigadas a confessar todos os tipos de crimes, dos quais eram, na maior parte, inocentes (como tramar com o exilado Trotsky ou com países capitalistas para derrubar o Estado soviético), e eram forçadas a aparecer em "julgamentos-espetáculo" em que eram invariavelmente consideradas culpadas e sentenciadas à morte ou aos campos de trabalho. Entre os executados, estavam M. N. Ryutin (autor da Plataforma Ryutin), todos os "velhos Bolcheviques" – Zinoviev, Kamenev e Bukharin – que ajudaram a fazer a revolução de 1917, o comandante em chefe do Exército Vermelho, Tukhachevsky, 13 outros generais e cerca de dois terços dos oficiais superiores. Milhões de pessoas inocentes acabaram nos campos de trabalho (as estimativas vão de 5 a 8 milhões). Até Trotsky foi caçado e assassinado na Cidade do México (1940).

Quais eram os motivos de Stalin para uma política tão extraordinária? A visão tradicional é que ele foi movido por um imenso desejo de poder. Quando assumiu o poder supremo, nada pararia suas tentativas de se manter nele. Robert Conquest sugere que o Terror de Stalin deve ser visto como um fenômeno de massas e não em termos de indivíduos. Nem mesmo ele poderia ter rancores pessoais contra milhões de pessoas, nem todas elas poderiam estar tramando contra ele. A motivação de Stalin era assustar a grande massa para que obedecessem sem reclamar, prendendo e matando deliberadamente uma determinada parte da sociedade, quer essas pessoas fossem culpadas de crimes, ou não.

Os historiadores revisionistas tem tentado tirar um pouco da responsabilidade de Stalin. J. Arch Getty afirma que os Expurgos foram uma forma de luta política interna nas altas esferas. Ele minimiza o papel de Stalin e afirma que foram os medos obsessivos de todos os líderes que geraram o terror. Sheila Fitzpatrick sugere que os Expurgos devem ser vistos no contexto da continuidade da revolução. As circunstâncias eram anormais – todas as revoluções enfrentam conspirações constantes voltadas a destruí-las e podem se esperar respostas anormais. Algumas das evidências mais recentes que surgiram dos arquivos soviéticos parecem sustentar a visão tradicional. Dmitri Volkogonov chegou à conclusão de que Stalin simplesmente tinha uma mente maligna e carecia de sentido moral. Foi Stalin que deu as ordens para Nikolai Yezhov, chefe da NKVD (como era conhecida, então, a polícia secreta) sobre a escala das repressões, e foi Stalin que aprovou pessoalmente longas listas de pessoas a serem executadas. Depois de ele anunciar o fim do Terror, Stalin fez de Yezhov o bode expiatório, acusando-o, e também seus subordinados, de irem longe demais. Yezhov foi o "vilão" que era culpado pelos grandes excessos ele foi preso e morto com a maioria de sua equipe. Dessa forma, Stalin desviou de si próprio a responsabilidade pelo Terror e conseguiu manter um pouco de sua popularidade.

Os expurgos conseguiram eliminar possíveis líderes alternativos e aterrorizar as massas para que obedecessem. Os governos central e locais, os das repúblicas, o exército e a marinha, as estruturas econômicas e o país tinham sido subjugados violentamente. Stalin governou sem ser questionado até sua morte em 1953, com a ajuda de sua claque de apoio: Molotov, Kaganovich, Mikoyan, Zhdanov, Voroshilov, Bulganin, Beria, Malenkov e Kruschov.

Mas as consequências dos expurgos e do terror foram graves.

- Os historiadores ainda discutem quantas pessoas caíram vítimas dos expurgos.

Mas, sejam quais forem as estatísticas que se aceitem, o custo em vidas humanas e sofrimento é quase inacreditável. Robert Conquest apresentou números relativamente altos: somente para os anos de 1937 e 1938, ele estimou cerca de 7 milhões de prisões, em torno de um milhão de execuções e uns 2 milhões de mortes nos campos de trabalho. Ele também estimou que, entre os que foram aos campos, não mais de 10% sobreviveram. Números oficiais da KGB liberados no início dos anos de 1990 mostram que, no mesmo período, houve 700.000 execuções e que no final dos anos de 1930, havia 3,6 milhões de pessoas em campos de trabalho e em prisões. Ronald Suny diz que, "somando-se os 4 ou 5 milhões de pessoas que morreram na crise de falta de alimentos de 1932 e 1933 ao número de executados ou exilados nos anos de 1930, o total de vidas destruídas vai de 10 a 11 milhões".

- O velho Partido Bolchevique de Lênin foi a maior vítima. O poder da elite Bolchevique foi rompido ou eliminado.
- Muitos dos melhores cérebros no governo e na indústria tinham desaparecido. Em um país ainda com relativamente poucas pessoas com altos níveis de instrução, isso estava fadado a atrasar o progresso.
- O expurgo do exército desarticulou as políticas de defesa da URSS em um momento de alta tensão internacional e contribuiu para os desastres de 1941-1942 durante a Segunda Guerra Mundial.

(c) A nova Constituição de 1936

Em 1936, depois de muita discussão, foi introduzida uma nova Constituição, aparentemente mais democrática, na qual todas as pessoas, incluindo "os antigos" (ex-nobres, *kulaks*, padres e oficiais do Exército Branco), poderiam participar de eleições secretas para escolher os membros de uma assembleia nacional conhecida como *Soviete Supremo*. Entretanto, ela se reunia por somente duas semanas por ano, quando elegia um órgão menor, o *Presidium*, para atuar em seu nome. O Soviete Supremo também escolhia o *Conselho dos Comissários do Povo*, um pequeno grupo de ministros do qual Stalin era secretário. Na verdade, a democracia era uma ilusão: as eleições, a serem realizadas a cada quatro anos, não eram competitivas, pois havia apenas um candidato em quem votar em cada distrito eleitoral, o candidato do Partido Comunista. Afirmava-se que o Partido Comunista representava os interesses de todos. O objetivo dos candidatos era ter o mais próximo possível de 100% dos votos, mostrando assim que as políticas do governo tinham popularidade.

A Constituição simplesmente reforçava o fato de que Stalin e o Partido Comunista mandavam. Embora não estivesse declarado especificamente na Constituição, o poder real permanecia com o Politburo, o órgão principal do Partido Comunista, e com seu secretário-geral, Josef Stalin, que funcionava como ditador. Havia menção de "direitos humanos universais", incluindo liberdade de expressão, pensamento, imprensa e reunião pública, mas, na realidade, qualquer pessoa que se aventurasse a criticar Stalin era rapidamente "expurgada". Como era de se esperar, muito poucas pessoas na URSS levaram a sério a constituição de 1936.

(d) Mantendo a União

Em 1914, antes da Primeira Guerra Mundial, o regime czarista incluía muitas regiões não russas, a Polônia, a Finlândia, a Ucrânia, a Bielorrúsia (Rússia Branca), a Geórgia, a Armênia, o Azerbaijão, o Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e os três Estados bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia. A Polônia e as três repúblicas bálticas receberam independência pelo Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918). Muitas das outras também queriam a independência e, em princípio, o novo governo Bolchevique era simpático a essas diferentes nacionalidades. Lênin deu independência à Finlândia em novembro de 1917, mas algumas das outras não estavam dispostas a esperar: em

março de 1918, a Ucrânia, a Geórgia, a Armênia e o Azerbaijão se declararam independentes e em pouco tempo se mostraram antibolcheviques. Stalin, que foi nomeado Comissário (ministro) das Nacionalidades por Lênin, decidiu que esses Estados hostis que cercavam a Rússia representavam uma ameaça muito grande. Durante a guerra civil, todos foram forçados a se tornar parte da Rússia novamente. Em 1925, havia seis repúblicas soviéticas: a própria Rússia, a Transcaucásia (consistindo na Geórgia, Armênia e Azerbaijão), a Ucrânia, a Bielorrúsia, o Uzbequistão e o Turcomenistão.

O problema para o governo comunista era que 47% da população da URSS não eram russos e seria difícil mantê-los unidos se houvesse um profundo descontentamento em relação a Moscou. Stalin adotou uma postura dúbia, que funcionou bem até que Gorbachov chegou ao poder em 1985:

- Por um lado, as culturas e as línguas nacionais eram estimuladas e as repúblicas tinham algum grau de independência; isso era muito mais liberal do que sob o regime czarista, que havia tentado "russificar" o império;
- Por outro lado, deveria ficar claro que Moscou tinha a palavra final em todas as decisões importantes. Se fosse necessário, seria usada a força para preservar esse controle.

Quando o Partido Comunista da Ucrânia saiu da linha em 1932, ao admitir que a coletivização tinha sido um fracasso, Moscou realizou um expurgo sem escrúpulos do que Stalin chamou de "desviacionistas nacionalistas burgueses". Campanhas semelhantes se seguiram na Bielorrúsia, Transcaucásia e na Ásia Central. Mais tarde, em 1951, os líderes comunistas da Geórgia tentaram tirar o país da URSS, Stalin fez com que fossem afastados e fuzilados.

(e) O regime de Stalin era totalitário?

A visão ocidental-democrática tradicional de historiadores como Adam Ulam e Robert Conquest é de que o regime de Stalin era totalitário, em muitos aspectos como o regime nazista de Hitler, na Alemanha. Um regime totalitário "perfeito" é o que tem um governo ditatorial em um Estado de partido único, que controla totalmente todas as atividades – econômicas, políticas, intelectuais e culturais – e as direciona para os objetivos do Estado. O Estado tenta doutrinar a todos com sua ideologia e mobilizar a sociedade em seu apoio. São usados terror mental e físico e a violência para esmagar a oposição e manter o regime no poder. Como vimos, havia amplas evidências de todas essas características em funcionamento no sistema de Stalin.

Entretanto, na década de 1970, historiadores "revisionistas", dos quais Sheila Fitzpatrick foi um dos líderes, começaram a observar o período de Stalin do ponto de vista social. Eles criticavam os historiadores "totalitários" por ignorarem a história social e apresentar a sociedade como vítima passiva de políticas de governo, enquanto, na verdade, havia um enorme apoio sólido ao sistema por parte de muitas pessoas que se beneficiavam dele, como os membros da burocracia estatal-partidária e dos sindicatos, as novas classes gerenciais e trabalhadores industriais importantes – a nova elite. Os historiadores sociais sugerem que, em alguma medida, essas pessoas conseguiam mostrar "iniciativas a partir de baixo", e até negociar e barganhar com o regime, de forma que conseguiam influenciar as políticas. Outra guinada ocorreu quando um grupo de historiadores, principalmente J. Arch Getty, afirmou que os historiadores "totalitários" tinham exagerado o papel pessoal de Stalin, e sugeriam que seu sistema era ineficiente e caótico.

Os autores "totalitários" criticaram Arch Getty e seus colegas por tentarem encobrir os defeitos de Stalin e maquiar os aspectos criminosos de suas políticas. Estes, por sua vez, acusaram os totalitaristas de preconceitos movido pela Guerra Fria – recusando-se a reconhecer qualquer coisa boa que pudesse vir de um sistema comunista.

A partir das novas evidências que surgiram dos arquivos, agora se pode chegar a uma

conclusão mais equilibrada: há elementos de verdade em ambas as interpretações. É impossível ignorar o papel central do próprio Stalin, pois todas as evidências sugerem que, depois de 1928, as políticas implementadas eram suas preferências pessoais. Por outro lado, o regime não ignorava completamente a opinião pública, e mesmo Stalin queria sentir que tinha popularidade e apoio dos novos grupos de elite. Há amplas evidências disso, embora o regime tivesse objetivos totalitários, na prática, estava longe de ter êxito. As ordens fluíam de cima e teriam sido obedecidas sem questionamento em um Estado verdadeiramente totalitário, mas na URSS, camponeses e trabalhadores encontravam muitas formas de burlar as ordens do governo. Quanto mais este tentasse apertar os controles, mais contraproducentes se tornavam seus esforços e maiores as tensões entre as lideranças centrais e regionais.

Está claro que o sistema stalinista era supercentralizado, desorganizado, ineficiente, corrupto, lento e incapaz de responder às demandas, mas, ao mesmo tempo, era extremamente eficiente para realizar o terror e os expurgos, e ninguém estava seguro. Fora isso, nada mais na vida cotidiana sob Stalin foi "normal".

17.4 VIDA COTIDIANA E CULTURA SOB STALIN

Por mais que tentassem, as pessoas comuns na URSS não conseguiam evitar o contato com o Estado. Receber educação, encontrar trabalho, ser promovido, casar-se e criar filhos, encontrar um lugar para morar, fazer compras, viajar, ler literatura, ir ao teatro e a concertos, desfrutar das artes visuais, praticar sua religião, ler notícias, ouvir rádio – em todas essas atividades, as pessoas se deparavam com ele. Isso porque os comunistas tinham uma missão: erradicar o "atraso". O Estado soviético tinha que se tornar modernizado e socialista, e o novo cidadão soviético deve ser educado e "culto". Era função dos artistas, músicos e escritores cumprir seu papel nessa transformação: deveriam atacar os valores "burgueses" produzindo trabalhos do "realismo socialista", que glorificassem o sistema soviético. Nas palavras de Stalin, eles deveriam ser "engenheiros da alma humana", ajudando a doutrinar a população com valores socialistas.

(a) Uma vida difícil

Embora os ideais causassem impacto, todas as evidências sugerem que a questão mais visível da vida cotidiana no início dos anos de 1930 era que tudo parecia faltar, incluindo a comida. Isso se devia em parte à concentração da indústria pesada à custa dos bens de consumo e em parte à escassez de alimentos e às más colheitas. Em 1933, o trabalhador casado médio em Moscou consumia menos de metade da quantidade de pão e farinha consumida por um trabalhador com o mesmo perfil em torno de 1900. Em 1937, os salários médios reais eram apenas cerca de três quintos do que tinham sido em 1928.

O crescimento rápido da população urbana, que aumentou em 31 milhões entre 1926 e 1939, gerou uma grave falta de moradias. Os *sovietes* locais controlavam toda a moradia em uma cidade e tinham poder para despejar moradores e colocar outros nas casas já ocupadas. Era comum que famílias de classe média que moravam em casas grandes fossem informadas que estavam ocupando espaço demais e saber que suas casas seriam transformadas em um "apartamento comunal" e, talvez, duas ou três famílias se mudassem para a casa. Cozinhas e banheiros eram compartilhados entre famílias e a maioria das casas grandes tinha pessoas morando em corredores e debaixo de escadas. Ainda menos sorte tinham os trabalhadores que moravam em barracões. Na nova cidade industrial de Magnitogorsk, em 1938, metade das moradias era desse tipo, que serviam de acomodação usual para trabalhadores solteiros e estudantes. As condições urbanas geralmente eram ruins, a maioria das cidades carecia de sistemas de esgoto eficientes, água corrente, eletricidade e iluminação de rua. Moscou era a exceção, onde o governo fazia um esforço real para que a capital fosse motivo de orgulho.

Um dos aspectos mais irritantes da vida para as pessoas comuns era a existência de grupos especiais de elite, como membros do partido, funcionários do governo que trabalhavam na burocracia (conhecidos como *nomenklatura*), membros bem-sucedidos da *intelligentsia*, engenheiros, especialistas e stakhanovitas, que escapavam do pior das dificuldades e tinham muitos privilégios. O pão era entregue em suas casas em vez de terem que fazer horas de filas para comprá-lo e pagavam preços mais baixos, tinham melhores condições de moradia e podiam usar as *dachas* (casas de campo). Isso gerou uma atitude do tipo "nós e eles", e as pessoas comuns se sentiam prejudicadas, vendo de que ainda eram os pobres.

(b) Sinais de melhoria

Em um discurso em novembro de 1935, Stalin disse a seu público de stakhanovitas: "A vida melhorou, a vida ficou mais alegre". Isso não era simplesmente um desejo dele: o abastecimento de alimentos melhorou e todo o racionamento foi abolido em 1936. O fornecimento de refeições baratas nos refeitórios das fábricas e uniformes de trabalho gratuitos era uma grande ajuda. A educação e o atendimento de saúde eram gratuitos e o número de escolas e centros médicos aumentava. O governo se esforçava no conceito de paternalismo de Estado, a ideia de que a população era como crianças que devem ser cuidadas, protegidas e guiadas pelo Estado, que agia como uma espécie de guardião. O Estado dava mais instalações de lazer: no final dos anos de 1930, havia cerca de 30.000 cinemas, instalações esportivas para praticantes e espectadores, além de parques e centros culturais. O maior e mais famoso era o Parque Gorki, em Moscou, batizado em homenagem a Máximo Gorki, um dos escritores favoritos de Stalin. A maioria das cidades, de qualquer porte, tinha um teatro e uma biblioteca.

Outro aspecto importante do papel do Estado era estimular o que os russos chamavam de *kul'turnost' (civilidade),* ou seja, cuidar a própria aparência e higiene pessoal. Algumas indústrias ordenavam que todos os engenheiros e administradores estivessem completamente barbeados e ter o cabelo bem cortado. As condições nos barracões foram melhoradas pelo uso de divisórias, para que cada pessoa tivesse seu próprio espaço. Outros sinais de cultura era que dormia-se com lençóis, comia-se com garfo e faca, evitavam-se as bebedeiras e a linguagem de baixo calão e não se batia na mulher e nos filhos. Segundo Stephen Kotkin, uma pessoa civilizada era aquela que aprendia a "falar bolchevique": sabia como se comportar no local de trabalho, parava de cuspir no chão, conseguia fazer um discurso e propor uma moção e entender as ideias básicas do marxismo.

A "civilidade" foi estendida às compras: no final de 1934, mais de 13.000 padarias abriram em todo o país, onde os atendentes usavam aventais e bonés brancos e recebiam aulas de como serem educados com os clientes. Foram implementados novos regulamentos sanitários rígidos e os pães tinham que ser embalados. Essa campanha pelo "comércio civilizado" se espalhou para cada loja do país, da maior loja de departamentos em Moscou à menor padaria.

(c) O Estado, as mulheres e a família

A década de 1930 foi uma época difícil para muitas famílias em função do "desaparecimento" de tantos homens durante a coletivização, a escassez de alimentos e os Expurgos. Um grande número de homens deixava suas famílias ou se divorciava, e milhões de mulheres ficaram sós para sustentar a família. Durante a industrialização rápida dos anos de 1930, mais de 10 milhões de mulheres passaram a ser assalariadas pela primeira vez. A porcentagem delas no trabalho aumentou de 24 para 39% da força de trabalho total remunerada. Em 1940, cerca de dois terços da força de trabalho na indústria leve era de mulheres e elas faziam até mesmo trabalhos mais pesados, como na construção, serrarias e montagem de máquinas, considerados tradicionalmente trabalhos de homens.

O governo enfrentava o dilema de que precisava de mulheres para proporcionar gran-

de parte da força de trabalho para o impulso da industrialização, ao mesmo tempo em que queria estimular e fortalecer a unidade familiar. Uma forma de dar conta disso foi construir mais creches e berçários para as crianças. Esse número dobrou nos anos de 1929 e 1930. Em meados da década de 1930, foram aprovadas novas leis estimulando as mulheres a ter o maior numero possível de filhos. O aborto foi proibido, com exceção de casos em que a vida da mãe estivesse em perigo, foi instituída a licença-maternidade de até 16 semanas e havia vários subsídios e outros benefícios para mulheres grávidas. Mesmo assim, isso jogou um fardo pesado nas costas das mulheres de classe trabalhadora e camponesas, de quem se esperava que tivessem filhos, assumissem trabalhos, aumentassem a produção e cuidassem da casa e da família.

A situação era diferente para as esposas da elite e para as mulheres com formação, fossem casadas ou solteiras, que tivessem profissões liberais. Elas eram enviadas pelo Estado como parte de uma campanha para "civilizar" as massas. O Movimento das Esposas, como ficou conhecido, começou em 1936, com o objetivo de elevar a civilidade das pessoas com quem as esposas entrassem em contato, principalmente nos locais de trabalho de seus maridos. Sua principal obrigação era construir uma vida doméstica confortável para seus maridos e suas famílias. Próximo ao final da década de 1930, quando aumentou a probabilidade de guerra, o Movimento da Esposas estimulou as mulheres a aprender a dirigir caminhões, atirar e até pilotar aviões, para que estivessem prontas para tomar o lugar dos homens se eles tivessem que ir para a guerra.

(d) Educação

Uma das grandes conquistas do regime stalinista foi a expansão da educação gratuita de massas. Em 1917, menos de metade da população poderia ser descrita como alfabetizada. Em janeiro de 1930, o governo anunciou que, até o final do verão russo, todas as crianças entre 8 e 11 anos deveriam estar matriculadas nas escolas. Entre 1929 e 1931, o número de alunos aumentou de 14 milhões para cerca de 20 milhões. Foi nas áreas rurais, onde a educação tinha sido irregular, que ocorreu a maior parte desse aumento. Em 1940, havia 199.000 escolas, e mesmo nas áreas mais remotas da URSS elas eram proporcionadas. Muitas novas faculdades foram estabelecidas para formar a nova geração de professores. Segundo o censo de 1939, entre as pessoas de 9 a 49 anos, 94% nas cidades e 86% nas áreas rurais, estavam alfabetizadas. Em 1959, esses percentuais subiram para 99 e 98%, respectivamente.

É claro que o regime tinha um motivo ulterior – a educação era a forma de transformar a geração mais jovem em bons e ortodoxos cidadãos soviéticos. A religião e outras práticas "burguesas" eram apresentadas como supersticiosas a atrasadas. Ironicamente, os especialistas em educação decidiram que um retorno aos métodos tradicionais de educação seria melhor dos que as técnicas experimentais, mais relaxadas, que foram tentadas nos anos de 1920, como a abolição de provas e punições e uma ênfase em trabalhos. Isso seria revertido: os professores receberam mais autoridade e deveriam impor disciplina rígida, as provas voltaram e deveria se passar mais tempo de aula em matemática e ciências.

(e) Religião

Lênin, Stalin e os outros líderes Bolcheviques eram ateus, que aceitavam a afirmação de Marx de que a religião era simplesmente uma invenção das classes dominantes para manter o povo dócil e sob controle – o "ópio do povo". Lênin tinha lançado um ataque selvagem à Igreja Ortodoxa, confiscando todas as suas terras, prédios de escolas e igrejas, e prendendo centenas de padres. Depois de sua morte, o regime se tornou mais tolerante em relação aos grupos religiosos. Muitos padres eram simpáticos aos ideais comunistas, os quais, afinal de contas, tem algumas semelhanças com os ensinamentos cristãos sobre

pobres e oprimidos. Parecia haver uma boa chance de uma reconciliação completa entre Igreja e Estado, e, manejando com cuidado, a Igreja poderia ajudar a controlar os camponeses. Contudo, muitos jovens comunistas militantes continuavam a acreditar que a religião era uma "superstição danosa" que deveria ser eliminada.

As relações se deterioraram de forma desastrosa durante o regime de Stalin. Muitos padres se opuseram corajosamente à coletivização, então Stalin instruiu secretamente as organizações partidárias locais para atacá-los e também as igrejas. Centenas de igrejas e cemitérios foram vandalizados e literalmente milhares de padres foram mortos. O número de padres em atividade caiu de cerca de 60.000 em 1925 para menos de 6.000 em 1941. O massacre não se limitou a cristãos: centenas de líderes muçulmanos e judaicos também foram vítimas. A campanha foi implacável: em 1941, somente um em cada 40 prédios religiosos ainda funcionava como local de culto. Para os Bolcheviques, o comunismo era a única religião e eles estavam determinados a fazer com que as pessoas cultuassem o Estado comunista em vez de Deus.

A campanha antirreligiosa causou indignação, principalmente nas áreas rurais, onde padres, mulás e rabinos tinham alta popularidade e eram membros respeitados das comunidades locais. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado e a Igreja se reconciliaram em alguma medida. Em 1942, com a guerra evoluindo de forma desfavorável aos russos e com Leningrado e Moscou sob ataque dos alemães, Stalin decidiu que a religião tinha um papel a cumprir, como uma força pelo patriotismo. Chegou-se a um entendimento com cristãos, judeus e muçulmanos de que as diferenças do passado deveriam ser esquecidas e sua luta conjunta contra o invasor. Igrejas, mesquitas e sinagogas tiveram permissão para reabrir e, segundo a maioria das narrativas, os grupos religiosos tiveram um papel vital para manter a moral elevada entre o púbico em geral.

(f) Literatura e teatro

Os anos de 1928 a 1931 ficaram conhecidos como os da "Revolução Cultural", quando o regime começou a mobilizar escritores, artistas e músicos para travar uma guerra cultural contra os "intelectuais burgueses". Inicialmente, havia dois grupos rivais de escritores: os comunistas dedicados eram membros da Associação Russa de Escritores Proletários (AREP) e estavam comprometidos com o "realismo socialista". O outro grupo eram os não comunistas, que queriam deixar a política fora da literatura. Eles foram rotulados de forma pejorativa pelos comunistas como "companheiros de viagem", e eram membros da União Russa de Escritores (URE), incluíam a maioria dos principais escritores que haviam construído seu nome antes da revolução. A AREP não aprovava a atitude da URE e acusava alguns de seus membros de publicar obras antissoviéticas no exterior. Eles foram considerados culpados e o governo dissolveu a URE, substituindo-a por uma nova organização – a União Russa de Escritores Soviéticos (URES). Cerca de metade dos ex-membros da URE teve sua participação recusada na nova união, o que foi um sério golpe, já que só os membros tinham permissão para publicar.

Isso deixou a AREP como organização literária dominante, mas ela logo entrou em conflito com Stalin. Seus membros acreditavam em retratar a sociedade como ela realmente era, com todas as suas falhas, enquanto Stalin queria que ela fosse mostrada como ele queria que ela fosse. Em 1930, Stalin anunciou que nada poderia ser publicado que fosse contra a linha do partido ou mostrasse uma má imagem dele. Quando alguns membros da AREP não responderam a esse alerta claro, Stalin desmontou a AREP e a nova URES, substituindo-as por uma nova organização, a União de Escritores Soviéticos, presidida por Máximo Gorki, cujas obras ele admirava. Andrei Zhdanov surgiu como o político mais envolvido nas artes. Ao abrir o primeiro Congresso de Escritores Soviéticos em 1934, ele anunciou que o princípio

orientador deles deveria ser "o remodelamento ideológico e a reeducação das pessoas que trabalham, no espírito do socialismo".

Entre as obras com mais popularidade estavam o romance de Nikolai Ostrovsky, *Assim foi temperado o aço* (1934) e o de Mikhail Sholokov, *Terras Virgens*, que tratavam da coletivização. Havia outras obras de menor qualidade, às vezes conhecidas de "romances de plano quinquenal", nas quais os herois eram pessoas comuns que atingiam seus objetivos apesar de todos os tipos de obstáculos, como um maquinista de trem que superava todos os esforços de destruidores e sabotadores e fazia com que seu trem chegasse repetidamente no horário. Não representavam grande literatura, mas pode-se dizer que cumpriam um propósito: eram de fácil compreensão, elevavam o moral e inspiravam o povo a fazer maiores esforços.

Os escritores que não produzissem o tipo correto de realismo socialista corriam o risco de serem presos. O próprio Stalin lia os manuscritos de alguns romances e fazia comentários, sugeria mudanças que ele esperava que os autores levassem em conta. No final dos anos de 1930, muitos escritores foram presos e mantidos em campos de trabalho por longos períodos, ou mesmo executados. Entre as vítimas mais conhecidas está o poeta Osip Mandelstam, que tinha escrito um poema criticando Stalin e foi mandado para um campo de trabalho no qual morreu. Evgenia Ginsburg passou 18 anos na prisão e em campos de trabalho depois de ser acusada de organizar um grupo terrorista de escritores. Alguns autores, como a poeta Anna Akhmatova e o romancista Boris Pasternak, pararam de trabalhar completamente ou deixaram suas obras guardadas. O grande romance de Pasternak, Doutor Jivago, só foi publicado no exterior depois da morte de Stalin. O maravilhoso romance de Mikhail Bulgakov, *O Mestre e a margarida*, ficou sem ser publicado até depois disso. Pouco depois que Kruschov subiu ao poder em 1956, as autoridades anunciaram que pelo menos 600 escritores tinham perecido nas prisões ou nos campos de trabalho durante o governo de Stalin.

As pessoas ligadas ao teatro também foram atacadas. Vários atores, atrizes e bailarinos foram enviados aos campos de trabalho. A vítima mais famosa foi o grande diretor experimental Vsevolod Meyerhold. Em 1938, seu teatro em Moscou foi fechado porque era "estranho à arte soviética". O próprio Meyerhold foi preso, torturado e mais tarde, morto a tiros, e sua mulher, uma conhecida atriz, foi encontrada esfaqueada em seu apartamento.

Ironicamente, depois de toda a obsessão com o "realismo socialista", depois do primeiro surto da Revolução Cultural no início dos anos de 1930, o regime decidiu resgatar a literatura russa clássica do século XIX. Pushkin, Tolstoi, Gogol, Turgenev e Tchekhov voltaram à moda. O governo tinha decidido que, afinal de contas, eles eram "democratas revolucionários".

(g) Arte, arquitetura e música

Artistas, escritores e músicos deveriam cumprir seu papel no "realismo socialista". A arte abstrata era rejeitada e as pinturas deveriam retratar trabalhadores estirando todos os músculos para cumprir suas metas, cenas da revolução ou da guerra civil ou líderes revolucionários. Elas deveriam ter estilo fotográfico e detalhadamente fino. Houve um fluxo constante de pinturas de Lênin e Stalin, e de cenas de trabalhadores como *O metalúrgico* e *As ordenhadeiras*. Os escultores estavam limitados a produzir bustos de Lênin ou Stalin e a arquitetura se deteriorou para algo sem inspiração nem graça, com fachadas neoclássicas grandiosas e blocos de edifícios sem detalhes.

A música seguiu um padrão semelhante ao da literatura. Os membros comunistas comprometidos da Associação Russa de Músicos Proletários (ARMP) condenavam o que descreviam como o "modernismo" da música ocidental, incluindo não apenas a música atonal dodecafônica dos austríacos Schoenberg, Webern e Berg, mas também o jazz, a música "leve" de salão e mesmo o foxtrote. Contudo, em meados dos anos de 1930, o regime rela-

xou sua atitude diante da música não clássica e foram permitidos o jazz, a dança e a música "leve".

A URSS teve dois compositores clássicos destacados que tinham adquirido reputações internacionais na década de 1930: Sergei Prokofiev e Dmitri Shostakovich. Prokofiev saiu da Rússia pouco depois da Revolução, mas decidiu retornar em 1933. Ele teve especial sucesso na produção de música de alta qualidade que poderia ser apreciada prontamente por pessoas ordinárias: seu balé Romeu e Julieta e sua história musical para crianças, Pedro e o Lobo, eram muitos bem vistos pelas autoridades e pelo público. Shostakovich não teve o mesmo sucesso: sua primeira ópera, *O nariz*, baseada em um conto de Gogol, foi condenada e proibida pela ARMP (1930). Sua segunda ópera, *Lady Macbeth de Mtsensk*, foi bem recebida pelo público e pela crítica em 1934 e foi apresentada mais de 80 vezes em Leningrado e mais de 90 em Moscou. Infelizmente, em janeiro de 1936, o próprio Stalin foi assistir a uma apresentação em Moscou e saiu antes do final. Dois dias depois, apareceu no Pravda um artigo devastador, que acredita-se ter sido escrito pelo próprio Stalin, e a ópera foi descartada como uma "cacofonia bruta e vulgar" e a obra de Shostakovich, proibida. Muito abalado, ele esperava ser preso, mas, por alguma razão, foi poupado, embora tenha permanecido em desgraça oficial por algum tempo.

Depois do incidente com *Lady Macbeth*, o embaixador dos Estados Unidos em Moscou observou que "metade dos artistas e músicos em Moscou estavam com problemas nervosos e os outros estavam tentando imaginar como escrever e compor de maneira a agradar Stalin". Aparentemente, Stalin, que era um grande amante do balé, gostava de música que fosse acessível, harmônica e inspiradora, como a dos grandes compositores russos do século XIX, Tchaikovsky e Rimsky-Korsakov. Shostakovich se redimiu com sua Quinta Sinfonia (1937), uma excelente peça musical que também atendia aos requisitos do regime.

(h) O cinema

Stalin, como Lênin, considerava que o cinema era provavelmente a melhor forma de comunicação. Ele adorava filmes e tinha um cinema privado no Kremlin e outro na sua Dacha, e exigia que os filmes soviéticos fossem "inteligíveis a milhões", contando uma história simples, mas poderosa. Em 1930, Boris Shumyatsky recebeu a tarefa de modernizar a indústria cinematográfica, visando fazer filmes que servissem verdadeiramente como entretenimento ao mesmo tempo em que estivessem cheios de "realismo socialista". Infelizmente, ele foi prejudicado pela chegada dos filmes falados, que eram mais caros para produzir e criavam um problema em um país em que se falavam tantas línguas diferentes. Outra dificuldade eram as demandas quase impossíveis do regime, que queria que os cineastas incorporassem a seu trabalho tantos temas, e tão contraditórios, como valores proletários, nacionalismo soviético sem classes, os problemas das pessoas comuns, as explorações heroicas dos revolucionários e o glorioso futuro comunista.

Em 1935, Shumyatsky foi a Hollywood em busca de novas ideias. Ele decidiu que a URSS precisava de um equivalente soviético a Hollywood e escolheu a Crimeia como o melhor lugar, mas o governo se recusou a fornecer as verbas necessárias e o projeto nunca decolou. Stalin não estava satisfeito com os progressos de Shumyatsky e, em 1938, ele foi preso e fuzilado. Apesar de todos esses problemas, foram feitos mais de 300 filmes soviéticos entre 1933 e 1940, alguns dos quais de alta qualidade. Houve um grande aumento no número de cinemas durante o mesmo período, de cerca de 7.000 para cerca de 30.000.

Nem todos esses filmes caíram nas graças de Stalin, que ficou tão obcecado que ele próprio examinava muitos roteiros. Ele tinha que estar certo de que eles conseguiam transmitir a mensagem de que a vida na URSS era melhor e mais feliz do que em qualquer outro lugar no mundo. Sergei Eisenstein não repetiu suas grandes obras-primas da década de 1920

– *A Greve*, O *Encouraçado Potemkin* e *Outubro* – até que, em 1938, salvou sua reputação com seu grande filme patriótico *Alexander Nevsky*, que contava a história da invasão da Rússia por cavaleiros teutônicos em tempos medievais, e a derrota destes. Dada a situação internacional da época, essa era exatamente a coisa certa a fazer com os censores, e deu um alerta claro sobre o que os alemães poderiam esperar se invadissem a Rússia novamente.

17.5 OS ÚLTIMOS ANOS DE STALIN, 1945-1953

(a) Depois da guerra

A vitória soviética na Segunda Guerra Mundial só foi conseguida com enormes sacrifícios de vidas humanas, muito além das perdas de todos os outros participantes juntos: 6,2 milhões de militares foram mortos, 15 milhões, feridos e 4,4 milhões foram capturados ou desapareceram. Além disso, houve cerca de 17 milhões de mortos civis, resultando em um total de mortos soviéticos de quase 25 milhões. As áreas ocupadas pelos alemães foram deixadas em ruínas e 25 milhões de pessoas ficaram sem casa. Com efeito, todo o programa de modernização do regime, dos Planos Quinquenais, teve que ser recomeçado no leste do país. Stalin considerou a vitória como a justificação máxima de todo o seu sistema de governo, que tinha passado pelo mais árduo teste imaginável: a guerra total. Em sua opinião, o povo russo agora enfrentava outro desafio: a batalha para reconstruir a URSS.

(b) As últimas batalhas de Stalin

Qualquer cidadão soviético que tivesse expectativa de mais liberdade e uma vida mais relaxada como recompensa por seus esforços sobre-humanos durante a guerra perdeu as ilusões rapidamente. *Stalin estava ciente da crescente inquietação e do desejo de mudanças radicais.* Os camponeses estavam descontentes com os míseros salários pagos nos coletivos e começavam a retomar a terra por sua conta. Os operários industriais protestavam contra os baixos salários e os preços dos alimentos, cada vez mais altos. As pessoas das regiões recém-adquiridas – os Estado bálticos e a Ucrânia ocidental (ver Mapa 17.1) – estavam profundamente descontentes com o governo soviético e recorreram à resistência armada. Stalin foi totalmente cruel: os levantes nacionalistas foram esmagados e cerca de 300.000 pessoas, deportadas da Ucrânia ocidental. A população dos campos de trabalho mais do que dobrou, chegando a cerca de 2,5 milhões. Os camponeses e os operários industriais passaram mais uma vez à disciplina de estilo militar.

Stalin via inimigos em todas as partes. Soldados soviéticos que tinham sido capturados pelos alemães eram considerados maculados, traidores potenciais. Parece inacreditável que 2,8 milhões de soldados do Exército Vermelho, que tinha sobrevivido a um tratamento terrível nos campos de prisioneiros de Hitler, voltaram à sua terra para serem presos pela NKVD. Alguns foram fuzilados, outros mandados aos Gulags e somente cerca de um terço teve permissão para voltar para casa. Uma das motivações de Stalin para mandar tantas pessoas aos campos de trabalho era garantir um fornecimento constante de mão de obra barata para as minas de carvão e outros projetos. Outra categoria de pessoas "maculadas" era a das que tinham caído nas mãos dos Aliados nos meses finais da guerra. Elas agora eram suspeitas porque tinham visto que a vida no Ocidente era melhor em termos materiais, do que na URSS. Cerca de 3 milhões delas foram mandados para campos de trabalho.

A tarefa de reconstruir o país foi enfrentada pelo Quarto Plano Quinquenal (1946-1950), o qual, a se acreditar nas estatísticas oficiais, conseguiu restaurar a produção industrial a níveis de 1940. A realização considerada mais destacada era a explosão, no Cazaquistão, em 1949, da primeira bomba atômica soviética, mas o grande fracasso do Plano estava no campo da agricultura: a safra de 1946 foi menor do que a de 1945, resultando em falta de

Mapa 17.1 A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas depois de 1945, mostrando as 15 repúblicas.

alimentos, fome e relatos de canibalismo. Os camponeses estavam saindo das fazendas coletivas aos bandos, para tentar encontrar trabalho na indústria. A produção de todos os produtos agrícolas estava em queda. Mesmo em 1952, a safra de grãos chegou a apenas três quartos da de 1940. Como comentou Alec Nove: "Como podia ser tolerado que um país capaz de fazer uma bomba atômica não conseguisse fornecer ovos aos seus cidadãos?"

Stalin também relançou *a batalha para restabelecer o controle sobre a intelligentsia*, que, ele achava, tinha se tornado muito independente nos anos da guerra. Começando em agosto de 1946, Zhdanov, o chefe do partido em Leningrado, tomou a frente do ataque. Centenas de escritores foram expulsos da união, todos os principais compositores caíram em desgraça e sua música foi proibida. A campanha continuou até o início dos anos de 1950, embora o próprio Zhdanov tenha morrido de um ataque cardíaco em agosto de 1948. Depois da morte dele, Stalin realizou um expurgo da organização partidária em Leningrado, todos foram presos, condenados por tramar a tomada do poder, e executados.

O ato final desse drama foi a chamada Conspiração dos Médicos. Em novembro de 1952, 13 médicos de Moscou, que tinham tratado Stalin e outros líderes em diferentes momentos, foram presos e acusados de conspirar para matar seus pacientes eminentes. Seis deles eram judeus e isso foi o sinal para um surto de antissemitismo. A estas alturas, ninguém estava seguro. Há evidências de que Stalin estava trabalhando em outro grande expurgo de figuras importantes no partido, com Molotov, Mikoyan e Beria na lista. Felizmente, para eles, Stalin morreu de uma hemorragia cerebral em 5 de março de 1953.

(c) Avaliações sobre Stalin

Quando a morte de Stalin foi anunciada, houve um amplo e, aparentemente, verdadeiro pesar. Antes de seu enterro, milhares de pessoas afluíam para ver seu corpo, que mais tarde foi embalsamado e colocado em uma caixa de vidro próximo ao de Lênin. Por 25 anos, o povo recebeu lavagem cerebral para considerá-lo uma espécie de deus, cuja opinião sobre todos os assuntos estava correta. Entretanto, *sua reputação na URSS logo entrou em declínio* quando Kruschov fez seu sensacional discurso no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciando os excessos de Stalin. Em 1961, seu corpo foi retirado do mausoléu e enterrado sob o muro do Kremlin.

Como se começa a avaliar um fenômeno como Stalin, responsável por mudanças tão profundas, mas cujos métodos foram tão heterodoxos e brutais? *Alguns historiadores encontraram coisas positivas para dizer*. Sheila Fitzpatrick diz que, sob o comando de Stalin, a URSS "esteve em seu momento mais dinâmico, realizando experimentos sociais e econômicos que alguns saudavam como o futuro se manifestando e outros consideravam como uma ameaça à civilização". A coletivização, a industrialização rápida, a nova Constituição, a ascensão da nova burocracia, a difusão da educação de massas e dos serviços sociais podem ser, todos, atribuídos direta ou indiretamente a Stalin. Martin McCauley e Alec Nove acreditam que a situação era de tamanho desespero quando ele subiu ao poder que somente métodos extraordinários poderiam ter êxito. A máxima justificativa para Stalin e seus métodos é que ele tornou a URSS suficientemente poderosa para derrotar os alemães. O regime certamente tinha muita popularidade com as camadas superior e intermediária da burocracia, nos vários ministérios, no exército e na marinha e nas forças de segurança. Essas pessoas subiram das classes trabalhadoras, deviam suas posições privilegiadas a Stalin, e fariam o máximo possível para defender o Estado soviético. Stalin também tinha alta popularidade entre a maioria das pessoas comuns.

Como um líder tão brutal veio a ter tanta popularidade? A resposta é que ele era hábil na manipulação da opinião pública, raramente admitia ter cometido um erro e sempre redirecionava a culpa a outras pessoas. Ele conseguia

dar a impressão de que as injustiças seriam consertadas somente por ele ter conhecimento delas. Mesmo alguns críticos admitem que, durante a guerra, ele fez muito para manter o moral elevado e merece algum crédito pela vitória soviética. O povo acreditava no que lhe era dito, foi tomado pelo "culto à personalidade" e ficou profundamente chocado com o discurso de "desestalinização" de Kruschov, em 1956.

Não há como esconder o fato de que as políticas tiveram um sucesso variado. A coletivização foi um desastre, a modernização industrial foi um sucesso na indústria pesada e nos armamentos, e possibilitou que a URSS vencesse a guerra. Por outro lado, a indústria soviética não conseguiu produzir bens domésticos suficientes e muito do que se fazia era da baixa qualidade. O padrão de vida e os salários reais em 1953 eram mais baixos para a maioria das pessoas do que quando Stalin assumiu o controle. Muitos historiadores acreditam que poderiam ter feito mais progressos industriais com métodos convencionais, talvez simplesmente continuando com a NEP. Mesmo a afirmação de que a Rússia venceu a guerra graças a Stalin é questionada. Na verdade, seus erros quase fizeram com que ela fosse perdida. Ele ignorou alertas sobre a iminente invasão alemã, que causou a perda da parte oeste da Rússia, ignorou o conselho de seus comandantes, resultando na prisão de milhões de soldados. Pode-se dizer, portanto, que a URSS venceu a guerra *apesar de* Stalin.

O pior aspecto do stalinismo foi ser responsável por cerca de 20 milhões de mortos, muito acima das mortes pela guerra. Isso aconteceu durante a coletivização, a fome de 1932 e 1933, os Expurgos e o Grande Terror. Durante a guerra, Stalin expulsou e deportou milhares de alemães do Volga, tártaros da Crimeia, chechenos e outras nacionalidades, para o caso de que tentassem cooperar com os invasores alemães. Milhares morreram no caminho e outros milhares, ao serem abandonados em seus destinos sem qualquer acomodação. Stalin sempre se certificou de que outros membros do Politburo assinassem ordens de execução além dele. Havia grandes quantidades de pessoas, desde as que estavam em posições superiores até interrogadores, torturadores, guardas e executores, que estavam dispostas a aplicar as ordens. Chefes locais do partido – stalinzinhos – muitas vezes davam início a seus próprios terrores de baixo. Alexander Yakovlev, ex-embaixador soviético no Canadá e mais tarde colega próximo de Gorbachov e membro do Politburo, publicou recentemente uma descrição do terror e da violência que aconteceu durante o regime comunista. Ele fora um marxista comprometido, mas quanto mais ficava sabendo sobre o passado e quanto mais experimentava a vida nas altas esferas, mais desgostoso ficava com a corrupção, as mentiras e o engano no coração do sistema. Convencido de que o comunismo não poderia ser reformado, cumpriu um papel importante, junto com Gorbachov, na destruição do sistema a partir de dentro. Ele estima o número de vítimas do comunismo após 1917 em algo entre 60 e 70 milhões.

Alguns historiadores afirmam que Stalin era paranóico, psicologicamente desequilibrado. Kruschov parecia achar que sim, pois afirmou que Stalin era um homem "muito receoso, doentiamente desconfiado". Por outro lado, Roy Medvedev acredita que Stalin era perfeitamente são, mas friamente inescrupuloso, um dos maiores criminosos na história do mundo, cujos principais motivos eram uma vaidade e um desejo de poder descomunais. Cinquenta anos depois de sua morte, há mais informações disponíveis de arquivos soviéticos recém-abertos, embora esteja claro que muitos registros foram destruídos, provavelmente de forma deliberada.

Historiadores revisionistas, como Arch Getty, ainda sustentam que Stalin não tinha um plano geral para o terror. Ele crê que o Terror surgiu a partir das ansiedades de toda a elite governante: "Seus medos de perder o controle, até mesmo de perder o poder, levaram a uma série de passos para proteger suas posições, construindo um culto unificador em torno de Stalin". Sendo assim, para ele, Stalin não foi o mestre criminoso, e sim apenas um

entre o restante da elite que tomava as medidas necessárias para permanecer no poder.

Sobre a questão de se o stalinismo era uma continuação do leninismo, a tendência atual entre historiadores russos é demonizar a ambos. Alexander Yakovlev condena os dois e apresenta amplas evidências de seus crimes: Stalin simplesmente continuou Lênin. Entretanto, Irina Pavlova sustenta que somente sob o comando de Stalin o aparato do partido se tornou todo-poderoso e sinônimo de Estado. Nada haveria de inevitável no stalinismo: um líder diferente, como Bukharin, por exemplo, poderia ter feito com que o sistema deixado por Lênin evoluísse em uma direção completamente diferente. Em qualquer caso, o governo de um homem só era antileninista, indo diretamente contra a ideia de governo do partido em nome da classe trabalhadora. Na verdade, houve um rompimento claro entre Lênin e Stalin. Muitos historiadores ocidentais acreditam que Stalin sequestrou a Revolução e traiu o idealismo de Marx e Lênin. Em vez de uma nova sociedade sem classes, na qual todos fossem livres e iguais, os trabalhadores e os camponeses comuns foram simplesmente explorados como tinham sido sob o comando dos czares. O Partido Comunista tinha assumido o lugar dos capitalistas e tinha todos os privilégios – as melhores residências, casas de campo e carros. Em vez de marxismo, socialismo e "ditadura do proletariado", houve somente stalinismo e a ditadura de Stalin. Talvez a conclusão mais justa sobre Stalin e o stalinismo seja a de Martin McCauley: "Quer se aprove, quer não, foi um fenômeno verdadeiramente impressionante, que marcou profundamente o século XX. Pode-se aprová-lo suspendendo o julgamento moral".

PERGUNTAS

1. Stalin, os *kulaks* e a coletivização

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trecho de um discurso de Stalin a trabalhadores soviéticos e ao partido local na Sibéria, em janeiro de 1928, que se costuma tomar como o começo da coletivização.

> Vocês estão trabalhando mal! Estão ociosos e toleram os *kulaks*. Cuidado para não haver agentes *kulaks* entre vocês. Não vamos tolerar esse tipo de ofensa por muito tempo.... Deem uma olhada nas fazendas dos *kulaks* e verão que seus silos e celeiros estão cheios de grãos, que eles tem que cobrir os grãos com lonas porque não tem espaço dentro. Cada fazenda *kulak* tem algo como milhares de toneladas de excedente de grãos. Eu proponho que:
>
> (a) Exijam que os *kulaks* entreguem seus excedentes de uma vez por preços pagos pelo Estado;
>
> (b) Se eles se recusarem a se submeter, vocês devem acusá-los pelo Artigo 107 do Código Penal e confiscar seus grãos para o Estado, dos quais 25% serão distribuídos aos camponeses pobres e menos favorecidos

Fonte: citado em Dmitri Volkogonov, *Stalin: Triumph and Tragedy* (Phoenix, 2000 edition).

(a) O que a fonte revela sobre a atitude de Stalin em relação aos *kulaks* e seus métodos de lidar com os representantes locais?

(b) Explique as motivações de Stalin para introduzir a coletivização e mostre como a política implementada na URSS.

(c) Até onde a coletivização cumpriu as metas de Stalin no período de 1928 a 1941?

2. Qual foi a importância das divisões entre seus adversários para explicar a ascensão de Stalin ao poder supremo na década de 1920?
3. Com que precisão se pode falar em "Revolução de Stalin" em questões políticas e econômicas na URSS no período de 1928 a 1941?
4. Até onde a vida das pessoas comuns na URSS melhorou, ou piorou, como resultado das políticas de Stalin de 1928 a 1941?

18 A Continuidade do Comunismo, seu Colapso e as Consequências

1953-2005

RESUMO DOS EVENTOS

Esse longo período se divide em quatro fases:

1953-1964

Depois da morte de Stalin, *Nikita Kruchov* surgiu aos poucos como o líder dominante. Ele deu início a uma política de desestalinização e introduziu novas medidas para fortalecer a economia soviética e reformar a burocracia. Em 1962, a URSS esteve à beira da guerra com os Estados Unidos em função da crise dos mísseis de Cuba. Os colegas de Kruchov se voltaram contra ele, que foi forçado a passar à vida privada em outubro de 1964.

1964-1985

Esse foi um período de estagnação e declínio, no qual *Leonid Brejnev* era a figura principal.

1985-1991

Mikhail Gorbachov tentou reformar e modernizar o comunismo russo e estimular progressos semelhantes nos Estados satélites do Leste Europeu, mas se mostrou incapaz de controlar a maré de críticas direcionadas ao comunismo e em 1989-1990, foram estabelecidos governos não comunistas na maioria dos Estados do leste Europeu (ver Seção 8.7). Quando Gorbachov não conseguiu cumprir suas promessas de reformas econômicas e padrão de vida mais alto, o povo da URSS se voltou contra o comunismo e ele perdeu poder para Boris Yeltsin. O Partido Comunista foi declarado ilegal, a URSS se desmembrou em 15 Estados separados e Gorbachov renunciou à presidência da URSS (dezembro de 1991).

1991-2005

Boris Yeltsin foi presidente da Rússia, agora um Estado separado, de 1991 até sua renúncia no final de dezembro de 1999. Após o colapso do comunismo, a Rússia mergulhou no caos à medida que sucessivos governos tentavam desesperadamente introduzir novos sistemas econômicos e políticos. Os problemas eram enormes: inflação, desemprego, pobreza, confusão na Chechênia e choques entre Yeltsin e o parlamento. Em 2000, *Vladimir Putin* se tornou presidente e foi reeleito para um segundo mandato em março de 2004.

18.1 A ERA KRUCHOV, 1953-1964

(a) A ascensão de Kruchov, 1953-1957

Com o desaparecimento de Stalin, a situação ficou semelhante àquela posterior à morte de Lênin em 1924: não havia candidato óbvio para assumir. Stalin não permitira que pessoa alguma tomasse iniciativas para que não

se tornasse um rival perigoso. Os principais membros do Politburo, ou Presidium, como se chamava agora, decidiram compartilhar o poder e governar como um coletivo. Malenkov se tornou presidente do conselho de ministros, Kruchov, secretário-geral, e Voroshilov, presidente do Presidium. Também estavam envolvidos Beria, chefe da política secreta, Bulganin e Molotov. Aos poucos, Nikita Kruchov começou a surgir como personalidade dominante. Filho de um pequeno agricultor, ele trabalhou como empregado na agricultura e depois como mecânico em uma mina de carvão, antes de frequentar a faculdade técnica e entrar para o Partido Comunista. Beria, que tinha um histórico atroz de crueldade como Chefe de Polícia, foi executado, provavelmente porque os outros estavam nervosos com a possibilidade de ele se voltar contra eles. Malenkov renunciou em 1955 depois de discordar de Kruchov em relação a políticas industriais, mas foi significativo que, na nova atmosfera, ele não tenha sido executado nem preso.

A posição de Kruchov foi ainda mais fortalecida *com um discurso impressionante que ele fez no 20º congresso do Partido Comunista (fevereiro de 1956) criticando fortemente vários aspectos das políticas de Stalin*. Ele:

- condenou Stalin por estimular o culto à sua própria personalidade em vez de permitir o governo do Partido Comunista;
- revelou detalhes sobre os expurgos de Stalin e as execuções equivocadas dos anos de 1930, e criticou sua conduta na guerra;
- afirmou que o socialismo poderia ser conquistado de outras formas que não aquelas em que Stalin insistira;
- sugeriu que a coexistência pacífica com o Ocidente não era apenas possível, mas essencial para evitar a guerra nuclear.

Por que Kruchov fez esse ataque a Stalin? Foi um passo arriscado, levando-se em conta que ele e a maioria de seus colegas deviam suas posições a Stalin e ele tinha convivido com seus piores excessos sem protestar. Kruchov realmente acreditava que a verdade sobre os crimes de Stalin teria que vir à tona mais cedo ou mais tarde, e que seria melhor que o próprio Partido Comunista tomasse a iniciativa e enfrentasse a questão antes de ser forçado a isso por pressão do povo. Esse argumento lhe permitiu garantir a aprovação de seus colegas para fazer o discurso e ele usou a oportunidade de forma inteligente para seus próprios propósitos políticos. Salientando que só tinha entrado para o Politburo em 1939, ele deu uma clara impressão de que os mais antigos – Malenkov, Molotov, Kaganovitch e Voroshilov – eram todos infinitamente mais responsáveis pelo banho de sangue do que ele. Essa condenação pública que ele fez do comportamento de Stalin tornou mais difícil que qualquer líder futuro tentasse imitá-lo. Kruchov também acreditava verdadeiramente que o sistema de Stalin tinha impedido o progresso e sufocado a iniciativa. Ele queria que as coisas voltassem ao caminho que Lênin teria seguido, e governou como um ditador esclarecido.

Kruchov ainda não tinha poder supremo Molotov e Malenkov achavam que seu discurso foi muito drástico e estimularia a agitação (eles o culparam pela revolução húngara de outubro de 1956) e tentaram retirá-lo do cargo. Porém, na condição de secretário do partido, Kruchov, como Stalin antes dele, foi discretamente preenchendo posições com seus próprios apoiadores, e como podia confiar no exército, foram Molotov e Malenkov que se viram aposentados compulsoriamente (junho de 1957). Depois disso, Kruchov foi integralmente responsável por todas as políticas russas até 1964, mas nunca teve tanto poder quanto Stalin; quem estava no poder máximo era o Comitê Central do Partido, e foi o comitê que votou pela sua saída em 1964.

(b) Os problemas e as políticas de Kruchov

Apesar da recuperação da Rússia durante os últimos anos de Stalin, havia uma série de problemas graves: o baixo padrão de vida entre trabalhadores industriais e agrícolas e a ineficiência da agricultura, que ainda estava longe de atender todas as necessidades da Rússia. Kruchov estava muito consciente dos problemas domésticos e internacionais, e ávido para introduzir importantes mudanças como parte de uma política geral de desestalinização.

1 A política industrial

A indústria continuava a ser organizada segundo Planos Quinquenais, com o Número Seis tendo começado em 1955. Pela primeira vez, a concentração estava nas indústrias leves que produziam bens de consumo (rádios, televisores, lavadoras e máquinas de costura) em uma tentativa de elevar o padrão de vida. Para produzir a supercentralização e estimular a eficiência, mais de cem conselhos econômicos regionais foram implantados para tomar decisões sobre suas indústrias locais e organizá-las. Seus administradores eram estimulados a gerar lucros em vez de simplesmente cumprir cotas, e os salários dependiam da produção.

Tudo isso certamente levou a uma melhoria do padrão de vida: um vasto programa de moradia foi iniciado em 1958, houve aumentos de salários, um salário mínimo, reduções nos impostos sobre as baixas rendas e uma semana de trabalho mais curta, aumentos nas aposentadorias e indenizações por deficiências e a abolição de todas as taxas de matrícula nos ensinos secundário e superior. Entre 1955 e 1966, o número de aparelhos de rádio por mil habitantes aumentou de 66 a 171, os televisores, de 4 a 82, os refrigeradores, de 4 a 40, e as lavadoras, de 1 para 77. Entretanto, isso ainda estava longe dos Estados Unidos, que em 1966 podiam se gabar de ter não menos do que 1.300 rádios, 376 televisores, 293 refrigeradores e 259 lavadoras por mil habitantes. É claro que muito depende de como se mede o progresso, mas foi o próprio Kruchov que se vangloriou com entusiasmo de que a lacuna entre a Rússia e os Estados Unidos seria fechada em poucos anos.

Depois de uma melhoria inicial, o crescimento começou a diminuir de ritmo, em parte porque os Conselhos Regionais eram ineficientes e em parte porque havia investimentos insuficientes em função dos enormes custos do programa armamentista e dos avançados programas tecnológicos e espaciais. A realização que ganhou mais publicidade no país e no exterior foi a primeira viagem tripulada em órbita da terra, por Yuri Gagarin (1961).

2 A política agrícola

Um dos problemas mais graves deixados por Stalin foi o estado ineficiente da agricultura. A coletivização não atingiu as metas ambiciosas que ele estabelecera e a principal prioridade era aumentar de alguma forma a produção de alimentos. Em função de sua origem camponesa, Kruchov se considerava um especialista em questões agrícolas. Ele viajou pelo interior, reunindo-se com camponeses e falando sobre seus problemas, o que nenhum líder russo anterior tinha feito. Sua criação predileta era o *Projeto das Terras Virgens* (iniciado em 1954), que tratava de cultivar pela primeira vez imensas áreas na Sibéria e no Cazaquistão. O plano foi implementado por dezenas de jovens voluntários, com o governo fornecendo mais de 100.000 novos tratores. Kruchov também pretendia aumentar o rendimento das fazendas coletivas: os camponeses podiam manter ou vender produtos cultivados em seus próprios terrenos privados. Seus impostos foram rebaixados e o governo aumentou o que pagava pelas colheitas das fazendas coletivas, incentivando-as a produzir mais.

Em 1958, houve um grande crescimento na produção agrícola total, que aumentou em 56%. Entre 1953 e 1962, a produção de grãos subiu de 82 milhões de toneladas para 147 milhões, o que ajudou a melhorar o padrão de vida, mas depois disso as coisas começaram a dar errado. A produção de grãos de 1963 caiu

a 100 milhões de toneladas, principalmente em função do fracasso do projeto das Terras Virgens. Críticos no partido reclamaram que gastava-se muito em agricultura, em detrimento da indústria; Kruchov teve que ceder e o fornecimento de equipamentos agrícolas foi reduzido. Mas o principal problema foi que grande parte da terra era de má qualidade, não eram usados fertilizantes suficientes, porque eram caros, e o solo, esgotado, começou a ser varrido por tempestades de areia. Em geral, ainda havia muita interferência de dirigentes locais do Partido Comunista na agricultura, que permanecia sendo o setor menos eficiente da economia. Os russos tinham que depender da importação de grãos, muitas vezes dos Estados Unidos e da Austrália, uma humilhação que contribuiu para a queda de Kruchov em outubro de 1964.

3 *Mudanças políticas, sociais e culturais*

Houve mudanças importantes em todas essas áreas. Kruchov era favorável a uma abordagem mais relaxada em geral, e o período ficou conhecido como "degelo". Na política, isso incluía uma volta ao controle pelo partido em vez de o culto à personalidade de Stalin. Kruchov foi cuidadoso para não agir como ditador, por medo de se expor a acusações semelhantes. Houve uma redução nas atividades da polícia secreta; depois da execução do sinistro Beria, políticos e dirigentes demitidos tiveram permissão para se aposentar em obscuridade em vez de serem torturados e mortos. Os campos de trabalho começaram a ser esvaziados e muitas pessoas foram reabilitadas. Infelizmente, era tarde demais para algumas pessoas: Nadezhda Mandelstam recebeu uma carta para seu marido Osip, informando-lhe que ele estava reabilitado; pena que ele morrera em um campo de trabalho em 1938.

Havia mais liberdade para as pessoas comuns e um padrão de vida mais alto. Estima-se que, em 1958, pelo menos 100 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, mas em 1967, essa cifra tinha sido reduzida a cerca de 30 milhões. A melhoria se deveu principalmente à introdução de um salário mínimo.

Havia mais liberdade para os escritores, pelos quais Kruchov tinha grande respeito. Ilya Ehrenburg causou agitação com a publicação de *O degelo*, um romance cheio de críticas à era Stalin (1954). Anna Akhmatova, Bulgakov e Meyerhold foram reabilitados. O romance *Um dia na vida de Ivan Denisovich*, de Alexander Solzhenitsyn, sobre um homem inocente sentenciado a um campo de trabalho, baseava-se nas experiências do próprio autor em oito anos de campo. O teste simples sobre a reação de Kruchov a um novo trabalho era: se atacasse Stalin e seu sistema, seria aprovado; se atacasse o partido ou aspectos da vida soviética de então, seria denunciado e proibido. Alguns escritores passaram da linha e caíram em desgraça, sendo expulsos da união de escritores, mas pelo menos não acabaram em campos de trabalho.

O "degelo" também tinha seus limites em outras áreas, por exemplo, Khrushchev decidiu que a Igreja Ortodoxa estava ganhando muita influência na vida soviética. Milhares de igrejas foram fechadas e passou a ser ilegal fazer reuniões em casas privadas sem permissão. Como essas permissões nunca eram concedidas para reuniões religiosas, ficou extremamente difícil para os cristãos fazerem seu culto. Em 1962, quando alguns operários de Novocherkassk entraram em greve e organizaram uma manifestação em protesto contra aumentos nos preços da carne e dos laticínios, foram enviados tanques e soldados. Os soldados atiraram na multidão, matando 23 pessoas e ferindo dezenas de outras; 49 pessoas foram presas e cinco dos líderes foram executados.

4 *Assuntos externos*

Depois de seu discurso no 20º Congresso de Partido Comunista, Kruchov visava a coexistência pacífica e um degelo na Guerra Fria (ver Seção 7.3), e parecia disposto a permitir diferentes "vias em direção ao socialismo" entre os Estados-satélite do leste europeu.

Contudo, esses desvios das ideias marxista-leninistas (incluindo seu estímulo ao lucro e incentivos salariais) o tornaram alvo de acusações de revisionismo por parte dos chineses (ver Seção 8.6(d)). Além disso, encorajadas por seu discurso, a Polônia e a Hungria tentaram se libertar do controle de Moscou. A reação de Kruchov aos acontecimentos na Hungria, onde o "levante" foi esmagado com brutalidade, mostrou os limites de sua tolerância (ver Seções 9.3(e) e 10.6(d)). A maior das crises veio em 1962, quando a URSS entrou em choque com os Estados Unidos pela questão dos mísseis em Cuba (ver Seção 7.4).

(c) A queda de Kruchov

Em outubro de 1964, o Comitê Central do Partido votou pela aposentadoria de Kruchov com base em sua saúde frágil. Na verdade, embora tivesse 70 anos, sua saúde estava perfeita. As verdadeiras razões provavelmente foram o fracasso de sua política agrícola (embora ele não tivesse tido menos êxito do que os governos anteriores nisso), sua perda de prestígio em função da crise dos mísseis de Cuba (ver Seção 7.4(b)) e o aumento do conflito com a China, que ele não fez qualquer tentativa para solucionar. Ele ofendera muitos grupos importantes na sociedade: suas tentativas de tornar o Partido Comunista e o governo mais eficientes e descentralizados o fizeram entrar em conflito com a burocracia, cujos privilégios estavam sendo ameaçados. Os militares não aprovavam seus cortes nos gastos com defesa nem suas tentativas de limitar armas nucleares. Talvez seus colegas estivessem cansados de sua personalidade extrovertida (uma vez, na ONU, ele tirou o sapato e bateu na mesa com ele) e achavam que ele estava assumindo muita coisa. Sem consultá-los, ele simplesmente tentou conquistar a amizade do presidente Nasser, do Egito, concedendo-lhe a Ordem de Lênin em um momento em que Nasser estava ocupado prendendo comunistas egípcios. Kruchov vinha se tornando cada vez mais agressivo e arrogante, e em alguns momentos parecia ter desenvolvido quase tanto "culto à personalidade" quanto Stalin.

Apesar de seus fracassos, muitos historiadores acreditam que Kruchov merece um crédito considerável; seu período no poder já foi descrito como "a revolução de Kruchov". Ele era um homem de muita personalidade: um político duro e, ao mesmo tempo, impulsivo e cheio de cordialidade e humor. Depois do distanciamento sombrio de Stalin, seu estilo mais humano e acessível era mais do que bem-vindo. Ele merece ser lembrado pelo retorno de uma política comparativamente civilizada (pelo menos dentro da Rússia). Alec Nove acredita que a melhoria no padrão de vida e suas políticas sociais provavelmente foram suas maiores realizações. Outros consideram sua política de "coexistência pacífica" e sua disposição para reduzir armas nucleares como uma mudança importante de atitude.

Martin McCauley considera Kruchov como uma espécie de fracasso heroico, cujo sucesso não passou de modesto porque ele foi prejudicado pela ganância daqueles que tinham autoridade e a preocupação com seus próprios cargos. Interesses poderosos no Partido Comunista e na administração do Estado fizeram tudo o que podiam para retardar suas tentativas de descentralizar e "devolver o poder ao povo". Dmitri Volkogonov, que não era um grande admirador de qualquer dos líderes soviéticos, escreveu que Kruchov conseguiu o que era praticamente impossível: sendo produto do sistema stalinista, "ele passou por uma mudança visível em si mesmo e, de uma forma fundamental, também mudou a sociedade. Por mais que seu sucessor, Brejnev, possa ter simpatizado com o stalinismo, ele não conseguiu restaurá-lo, pois os obstáculos colocados no caminho por Kruchov se revelaram insuperáveis.

18.2 A URSS ESTAGNA, 1964-1985

(a) A era Brejnev

Depois da saída de Kruchov, três homens, Kosygin, Brejnev e Podgorny, pareciam es-

tar compartilhando o poder. Inicialmente, Kosygin era a figura de destaque e o principal porta-voz em questões externas, enquanto Brejnev e Podgorny tratavam de assuntos domésticos. No início da década de 1970, Kosygin foi eclipsado por Brejnev em função de uma divergência sobre políticas econômicas. Kosygin pressionava por mais descentralização econômica, mas os outros líderes não eram favoráveis a ela, afirmando que estimulava muita independência de pensamento nos Estados-satélites, principalmente a Tchecoslováquia. Brejnev tinha estabelecido um controle pessoal firme em 1977 e permaneceu líder até sua morte, em novembro de 1982. As reformas desapareceram da agenda, a maior parte das políticas de Kruchov foi abandonada e os graves problemas econômicos, ignorados. Brejnev e seus colegas eram menos tolerantes às críticas do que Kruchov; qualquer coisa que ameaçasse a estabilidade do sistema ou estimulasse o pensamento independente era sufocada, e isso também se aplicava aos Estados do leste Europeu. A principal preocupação de Brejnev parece ter sido manter feliz a *nomenclatura* (a *elite governante e burocracia*).

1 Políticas econômicas

As políticas econômicas mantiveram os diferenciais de salário e os incentivos ao lucro, houve algum crescimento, mas em um ritmo lento. O sistema permaneceu muito centralizado e Brezhnev relutava em tomar qualquer iniciativa maior. Sendo assim, em 1982, grande parte da indústria russa era antiquada e precisava de novas tecnologias de produção e processamento. Havia preocupações com o fracasso em aumentar a produção das indústrias de carvão e petróleo, a lentidão e a baixa qualidade do setor de construção eram notórias. O baixo rendimento agrícola ainda era um grande problema. Nenhuma vez, no período de 1980-1984, a produção de grãos chegou perto das metas estabelecidas. A safra de 1981 foi desastrosa e a de 1982 foi apenas um pouco melhor, jogando a Rússia em uma dependência desconfortável do trigo norte-americano. Calculava-se que, nos Estados Unidos em 1980, um trabalhador agrícola produzia o suficiente para alimentar 75 pessoas, ao passo que seu equivalente russo só conseguia o suficiente para alimentar 10.

O setor bem-sucedido da economia era a produção de equipamentos militares. No início dos anos de 1970, a URSS tinha alcançado os Estados Unidos em número de mísseis intercontinentais e desenvolveu uma nova arma, o míssil antibalístico (ABM). Infelizmente, a corrida armamentista não parou aí – os norte-americanos continuaram a produzir mísseis ainda mais mortíferos e, a cada passo, a URSS se esforçava para acompanhar. *Esse foi o problema básico da economia soviética: os gastos com defesa eram tão grandes que as áreas civis da economia foram privadas do investimento necessário para mantê-las atualizadas*.

2 O bloco do Leste

Os Estados do bloco do Leste tinham que obedecer aos desejos de Moscou e manter sua estrutura. Quando se desenvolveram tendências liberais na Tchecoslováquia (principalmente a abolição da censura à imprensa), houve uma invasão maciça de tropas russas e do Pacto de Varsóvia. O governo reformador de Dubcek foi substituído por um regime fortemente centralizado e pró-Moscou (1968) (ver Seção 10.5(e)). Pouco depois, Brejnev declarou a chamada Doutrina Brejnev: segundo ela, a intervenção nas questões internas de qualquer país comunista se justificava se o socialismo fosse considerado ameaçado. Isso gerou atritos com a Romênia, que sempre tentou manter alguma independência, recusando-se a mandar tropas à Tchecoslováquia e mantendo boas relações com a China. A invasão russa do Afeganistão (1979) foi a aplicação mais visível da doutrina, enquanto foram aplicadas pressões mais sutis sobre a Polônia (1981) para controlar o movimento sindical independente Solidariedade (ver Seção 10.5(f)).

3 Políticas sociais e direitos humanos

Brejnev queria verdadeiramente que os trabalhadores tivessem melhores condições de vida e mais confortáveis, e não há dúvidas de que a vida melhorou para a maioria das pessoas durante esses anos. O desemprego quase foi eliminado e havia um programa completo de previdência social.

A quantidade crescente de moradias possibilitou que milhões de pessoas se mudassem de apartamentos comunais a outros, para uma família. Entretanto, a liberdade pessoal foi mais limitada. Por exemplo, em 1970 era impossível conseguir publicar qualquer coisa que fosse crítica a Stalin. Historiadores como Roy Medvedev e Viktor Danilov tiveram seus últimos livros proibidos, e Alexander Solzhenitsyn, depois do sucesso de *Um dia na vida de Ivan Denisovich*, teve seus dois próximos romances, *O primeiro círculo* e *O pavilhão dos cancerosos*, rejeitados. Ele foi expulso da união de escritores, o que fazia com que fosse impossível publicar na URSS.

A KGB (polícia secreta) estava agora usando uma nova técnica para lidar com "encrenqueiros": eles eram confinados em hospitais psiquiátricos e manicômios, onde alguns ficavam por anos. Em maio de 1970, o biólogo e escritor Zhores Medvedev, irmão gêmeo de Roy, foi trancafiado em um hospital mental e diagnosticado com "esquizofrenia crescente", mas a verdadeira razão era que suas obras foram consideradas antissoviéticas. Esse tipo de tratamento aumentou a determinação de perseverar dos intelectuais com ideias reformistas. Os médicos Andrei Sakharov e Valeri Chalidze formaram um Comitê de Direitos Humanos para protestar contra as condições nos campos de trabalho e nas prisões, exigir liberdade de expressão e todos os outros direitos prometidos na Constituição. Os escritores começaram a circular obras datilografadas em seus pequenos grupos, uma prática conhecida como *samizdat* ou autopublicação.

O Comitê de Direitos Humanos ganhou uma nova arma quando, em 1975, quando a URSS, junto com os Estados Unidos e outros países, assinou *o Tratado Final de Helsinque*, que dispunha, entre outras coisas, sobre a cooperação econômica e cientifica entre Ocidente e Oriente, bem como sobre direitos humanos integrais. Brejnev disse ser favorável ao tratado e parecia fazer importantes concessões sobre direitos humanos na URSS, mas houve pouco progresso real. Foram estabelecidos grupos para verificar se os termos do acordo estavam sendo cumpridos, mas as autoridades lhes pressionaram muito, e seus membros foram detidos, mandados à prisão, exilados ou deportados e eles acabaram sendo dissolvidos totalmente. Apenas Sakharov foi poupado, porque era tão conhecido internacionalmente que havería protestos em todo o mundo se ele fosse preso. Ele foi mandado para o exílio em Gorki e, depois, na Sibéria.

4 Política externa

A "coexistência pacífica" foi a única iniciativa de Kruchov que se manteve durante o período Brejnev. Os russos estavam ansiosos por *détente*, principalmente à medida que as relações com a China se deterioravam quase ao ponto de guerra de 1969, mas, após as eleições de 1979, as relações com o Ocidente pioraram subitamente como resultado da invasão russa do Afeganistão. Brejnev continuava a defender o desarmamento, mas presidiu um rápido aumento nas forças armadas soviéticas, principalmente a marinha e os novos mísseis SS-20 (ver Seção 7.4(c)). Ele aumentou a ajuda soviética a Cuba e ofereceu auxílio a Angola, Moçambique e Etiópia.

(b) Andropov e Chernenko

Depois da morte de Brejnev, em 1982, por um curto período, a Rússia foi governada por dois políticos idosos e enfermos, Yuri Andropov (novembro de 1982 a fevereiro de 1984) e depois, Konstantin Chernenko (fevereiro de 1984 a março de 1985). Chefe da KGB até maio de 1982, Andropov imediatamente lançou uma forte campanha para modernizar e agilizar o sistema soviético. Ele deu início a

uma ação anticorrupção e introduziu um programa de reformas econômicas, esperando aumentar a produção ao estimular a descentralização. Alguns dos dirigentes mais velhos do partido foram substituídos por homens mais jovens e mais progressistas. Infelizmente, Andropov tinha a saúde frágil e morreu pouco mais de um ano depois de assumir o cargo.

Chernenko, de 72 anos, era o tipo de político soviético mais convencional. Ele devia sua ascensão ao fato de ter sido assistente pessoal de Brejnev por muitos anos, e já estava com uma doença terminal quando foi escolhido como o próximo líder pelo Politburo. Claramente, a maioria queria alguém que abandonasse a campanha anticorrupção e a deixasse em paz. Não houve relaxamento no tratamento de ativistas dos direitos humanos. Sakharov continuou no exílio na Sibéria (onde estava desde 1980), apesar dos apelos de líderes ocidentais pela sua libertação. Membros de um sindicato não oficial, apoiadores de um grupo "pelo estabelecimento de confiança entre URSS e Estado Unidos," e membros de grupos religiosos extraoficiais foram todos presos. Foi assim que Dmitri Volkogonov (em *The Rise and Fall of the Soviet Empire*) resumiu os 13 meses de Chernenko no poder: "Chernenko não era capaz de liderar o país nem o partido rumo ao futuro. Sua ascensão simbolizou o aprofundamento da crise na sociedade, a total falta de ideias positivas no partido e a inevitabilidade das convulsões que viriam".

18.3 GORBACHOV E O FIM DO REGIME COMUNISTA

Mikhail Gorbachov, que subiu ao poder em março de 1985, era, aos 54 anos, o mais brilhante e dinâmico líder que a Rússia tinha em muitos anos. Ele estava determinado a transformar e revitalizar o país depois dos anos estéreis que se seguiram à queda de Kruchov. Ele pretendia fazer isso modernizando e agilizando o Partido Comunista com novas políticas de *glasnost* (transparência) e *perestroika* (reestruturação, do partido, da economia e do governo). O novo pensamento logo influenciou as questões externas, com iniciativas de *détente*, relações com a China, uma retirada do Afeganistão e, por fim, o encerramento da Guerra Fria no final da década de 1980 (ver Seção 8.6).

Gorbachov definiu o que estava errado no país em um discurso à conferência do partido em 1988: o sistema era centralizado demais, não deixando espaço para a iniciativa individual. Era a economia de "comando", baseada quase que exclusivamente na propriedade e controle estatais, e se inclinava muito para a defesa e a indústria pesada, deixando os bens de consumo para as pessoas comuns sem abastecimento (ver Seção 18.1). *Gorbachov **não** queria acabar com o comunismo, e sim substituir o sistema existente, que ainda era basicamente stalinista, por um sistema socialista que fosse humano e democrático*. Ele acreditava sinceramente que isso poderia ser realizado dentro do quadro do Estado marxista-leninista de partido único. Ele não teve o mesmo sucesso em casa que teve no exterior, pois suas políticas não conseguiram dar resultados com a rapidez suficiente e levaram ao colapso do comunismo, ao desmembramento da URSS e ao fim de sua carreira política.

(a) As novas políticas de Gorbachov

1 A Glasnost

A Glasnost logo começou a ser vista em áreas de direitos humanos e questões culturais. Vários dissidentes conhecidos foram libertados, e os Sakharov puderam retornar a Moscou depois de seu exílio interno em Gorki (dezembro de 1986). Líderes como Bukharin, que havia caído em desgraça e sido executado durante os expurgos de Stalin na década de 1930, foram declarados inocentes de todos os crimes. O Pravda teve permissão de publicar uma matéria criticando Brejnev por sua reação exagerada contra os dissidentes e foi introduzida uma nova lei para impedir que eles fossem enviados a instituições mentais (janeiro de 1988). Acontecimento políticos impor-

Ilustração 18.1 Mikhail Gorbachov tenta persuadir trabalhadores russos sobre os benefícios da glasnost e da perestroika.

tantes, como a 19ª Conferência do Partido, em 1988, e a primeira sessão do Novo Congresso dos Deputados do Povo (maio de 1989) foram transmitidos pela televisão.

Em questões culturais e nos meios de comunicação como um todo, houve eventos impressionantes. Em maio de 1986, tanto a União de Cineastas Soviéticos quanto a União de Escritores puderam demitir seus chefes reacionários e eleger líderes com pensamento mais independente. Filmes e romances contrários a Stalin, há muito proibidos, foram apresentados e publicados, e houve preparações para a publicação das obras do grande poeta Osip Mandelstam, que morreu em um campo de trabalho em 1938.

Havia uma nova liberdade na cobertura jornalística: em abril de 1986, por exemplo, quando explodiu um reator nuclear em Chernobyl, na Ucrânia, matando centenas de pessoas e liberando uma imensa nuvem radioativa que se arrastou pela maior parte da Europa, o desastre foi discutido com franqueza inédita. Os objetivos da nova postura eram:

- usar os meios de comunicação para divulgar a ineficiência e a corrupção que o governo estava tão ansioso para extinguir;
- educar a opinião pública;
- mobilizar o apoio às novas políticas.

A *glasnost* era estimulada, desde que ninguém criticasse o partido em si.

2 *Questões econômicas*

Em pouco tempo, houve mudanças importantes em andamento. Em novembro de 1986, Gorbachov anunciou que "1987 [seria] o ano para a ampla aplicação dos novos métodos de gestão econômica". Seriam permitidos empreendimentos privados de pequeno porte, como restaurantes familiares, empresas familiares que confeccionassem roupas ou artesanato,

que prestassem serviços como consertos de carros, televisores, pintura e decoração, aulas particulares, assim como cooperativas de trabalhadores de até 50 membros. Uma razão por trás dessa reforma era o desejo de proporcionar concorrência aos serviços lentos e ineficientes oferecidos pelo Estado, na esperança de estimular um aprimoramento rápido. Outra era a necessidade de oferecer trabalhos alternativos à medida que mudariam os padrões de emprego na década seguinte, pois estava claro que, com a introdução de mais automação e informatização nas fábricas e escritórios, a necessidade de trabalhadores formais diminuiria.

Outra mudança importante foi que a responsabilidade pelo controle de qualidade em toda a indústria seria assumida por orgãos estatais independentes, em vez da gestão por fábrica. A parte mais importante das reformas era a *Lei das Empresas Estatais (junho de 1987)*, que suspendia o controle total que os planejadores centrais exerciam sobre matérias-primas, quotas de produção e comércio, e fazia com que as fábricas trabalhassem a partir de pedidos de clientes.

3 Mudanças políticas

Começaram em janeiro de 1987, quando Gorbachov anunciou ações rumo à democracia dentro do Partido Comunista. Em vez de serem nomeados pelo Partido Comunista local, os membros dos *sovietes* locais seriam eleitos pelo povo, haveria opções de candidatos (embora não de partidos). Haveria eleições secretas para cargos partidários importantes e eleições nas fábricas para a escolha de administradores.

No ano de 1988, foram realizadas mudanças dramáticas no governo central. O antigo parlamento (Soviete Supremo) de cerca de 1.450 deputados só se reunia umas duas semanas por ano. Sua função era eleger órgãos menores – o Presidium (33 membros) e o Conselho de Ministros (71 membros). Eram esses dois comitês que tomavam todas as decisões importantes a garantiam que as políticas fossem implementadas. Agora, o Soviete Supremo seria substituído por um Congresso dos Deputados do Povo (2.250 membros) cuja função principal era eleger um Soviete Supremo novo e muito menor (450 representantes) que fosse um parlamento com funcionamento adequado, reunindo-se durante cerca de oito meses por ano. O presidente do Soviete Supremo seria o Chefe de Estado.

As eleições aconteceram e o primeiro Congresso dos Deputados do Povo se reuniu em maio de 1989. Foram eleitas figuras conhecidas, como Roy Medvedev, Andrei Sakharov e Boris Yeltsin. Era um retorno dramático para Yeltsin, que foi demitido do cargo de primeiro secretário em Moscou e forçado a renunciar ao Politburo pelos conservadores (tradicionalistas) do Partido Comunista em novembro de 1987. Durante a segunda sessão (dezembro de 1989), decidiu-se que as cadeiras reservadas para o partido comunista deveriam ser abolidas. Gorbachov foi eleito presidente da URSS (março de 1990), com dois conselhos para assessorá-lo e ajudá-lo: um continha seus assessores pessoais, o outro, representantes das 15 repúblicas. Esses novos órgãos colocaram o antigo sistema completamente de lado, significando que o Partido Comunista estava à beira de perder sua posição privilegiada. Na eleição seguinte, marcada para 1994, mesmo Gorbachov teria que se submeter ao voto popular.

(b) O que deu errado com as políticas de Gorbachov?

1 A oposição dos radicais e dos conservadores

À medida que as reformas avançavam, Gorbachov se deparou com problemas. Alguns membros do partido, como Boris Yeltsin, eram mais radicais do que Gorbachov, e achavam que as reformas não eram drásticas o suficiente. Eles queriam uma mudança para uma economia de mercado em estilo ocidental o mais rápido possível, embora soubessem que isso geraria grandes dificuldades para o povo russo no curto prazo. Por outro lado, conservadores

como Yegor Ligachov achavam que as reformas eram drásticas demais e que o partido corria o risco de perder o controle. Isso causou uma divisão perigosa no Partido Comunista e dificultou a Gorbachov satisfazer a ambos os grupos. Embora ele tivesse alguma simpatia pelas visões de Yeltsin, não podia se dar ao luxo de ficar do lado dele contra Ligachov, já que este controlava o aparato partidário.

Os conservadores eram ampla maioria, e quando o novo Soviete Supremo foi eleito pelo Congresso dos Deputados do Povo, (maio de 1989) estava cheio deles. Yeltsin e muitos outros radicais não foram eleitos, o que levou a manifestações de massas em Moscou, onde sua popularidade era alta por ter limpado a organização corrupta do Partido Comunista. Essas manifestações não teriam sido permitidas antes da época de Gorbachov, mas a *glasnost*, estimulando as pessoas a expressar suas críticas, estava em pleno funcionamento agora, e começava a se voltar contra o Partido Comunista.

2 *As reformas econômicas não produziram resultados com a rapidez suficiente*

A taxa de crescimento econômico de 1988 e 1989 permaneceu exatamente a mesma dos anos anteriores. Em 1990, a renda nacional até caiu, e continuou a cair, em cerca de 15%, em 1991. Alguns economistas achavam que a URSS estava passando por uma crise econômica tão séria quanto a dos Estados Unidos no início dos anos de 1930.

Uma causa importante para a crise foram os resultados desastrosos da Lei das Empresas Estatais. O problema era que os salários agora dependiam de produção, mas como o valor da produção era medido em rublos, as fábricas eram tentadas a não aumentar a produção geral, e sim a se concentrar em bens mais caros e reduzir a produção de bens mais baratos. Isso levou a salários mais altos, forçando o governo e imprimir mais dinheiro para pagá-los. A inflação explodiu, junto com o déficit orçamentário do governo. Bens básicos como sabão, sabão em pó, lâminas de barbear, xícaras e pratos, televisores e alimentos tinham uma oferta muito baixa, e as filas nas cidades foram ficando maiores.

Em pouco tempo, havia decepção com Gorbachov e suas reformas, e com as expectativas elevadas pelas promessas do dirigente, as pessoas ficaram indignadas com a escassez. Em julho de 1989, alguns mineiros de carvão na Sibéria souberam que não havia sabão para lavarem-se ao final da jornada de trabalho. "Que tipo de regime é esse", perguntavam, "se não podemos nem nos lavar?" Depois de um protesto passivo, eles decidiram entrar em greve e em seguida tiveram a adesão de outros mineiros na Sibéria, no Cazaquistão e na bacia do rio Donets (Ucrânia), a maior região de mineração da URSS, até que meio milhão de mineiros entraram em greve. Foi a primeira grande greve desde 1917. Os mineiros estavam bem disciplinados e organizados, fazendo reuniões de massa fora das sedes do partido nas principais cidades. Eles apresentaram reivindicações detalhadas, 42 ao todo, incluindo melhores condições de vida e de trabalho, melhor fornecimento de alimentos, participação nos lucros e mais controle local sobre as minas. Mais tarde, influenciados pelo que estava acontecendo na Polônia (onde um presidente não comunista acabara de ser eleito – ver Seção 10.6(c)), eles reivindicaram sindicatos independentes como o Solidariedade polonês, e em algumas áreas, o fim do privilégio do Partido Comunista. O governo logo cedeu e atendeu a maioria de suas demandas, prometendo uma completa reorganização da indústria e total controle local.

No final de julho, a greve tinha acabado, mas a situação econômica geral não melhorara. No início dos anos de 1990, calculava-se que cerca de um quarto da população estava vivendo abaixo da linha da pobreza. Os mais afetados eram as famílias grandes, os desempregados, os aposentados. Gorbachov perdia rapidamente o controle do movimento reformista que tinha iniciado e o sucesso dos mineiros estava fadado e estimular os radicais

a pressionar em por mudanças ainda mais abrangentes.

3 Pressões nacionalistas

Essas pressões também contribuíram para o fracasso de Gorbachov e levaram ao desmembramento da URSS, até então um Estado federal que consistia em 15 repúblicas separadas, cada uma com seu próprio parlamento. A República Russa era apenas uma das 15, com seu parlamento em Moscou (a cidade também era o local de reunião do Soviete Supremo e do Congresso dos Deputados do Povo). As repúblicas foram mantidas sob rígido controle desde a época de Stalin, mas a *glasnost* e a *perestroika* incentivaram suas esperanças de mais poderes para seus parlamentos e mais independência em relação a Moscou. O próprio Gorbachov parecia ter simpatias, desde que o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) permanecesse no controle geral. Contudo, depois de iniciadas, as reivindicações saíram do controle.

- *Os problemas começaram em Nagorno-Karabakh*, uma pequena república cristã autônoma dentro da República Soviética do Azerbaijão, que era muçulmana. O parlamento de Nagorno-Karabakh pediu para se tornar parte da vizinha Armênia cristã (fevereiro de 1988), mas Gorbachov negou. Ele tinha receio de que, caso concordasse, desagradaria aos conservadores (que se opunham a mudanças de fronteiras internas) e os faria voltarem-se contra todo seu programa de reformas. Teve início uma luta entre o Azerbaijão e a Armênia, e Moscou claramente perdeu o controle.
- *O pior estava por vir nas três repúblicas bálticas da Lituânia, Letônia e Estônia*, que foram tomadas pelos russos em 1940. Os movimentos pela independência, denunciados por Gorbachov como "excessos nacionais", vinham ganhando força. Em março de 1990, incentivada pelo que estava acontecendo nos Estados-Satélites do Leste Europeu, a Lituânia tomou a frente e se declarou independente. As outras duas logo a seguiram, embora tenham aprovado em votações proceder de forma mais gradual. Moscou se recusava a reconhecer essas independências.
- Boris Yeltsin, que tinha sido excluído do novo Soviete Supremo pelos conservadores, teve um retorno dramático quando foi eleito presidente do parlamento da República Russa (Federação Russa) em maio de 1990.

4 Rivalidade entre Gorbachov e Yeltsin

Gorbachov e Yeltsin eram agora rivais implacáveis, divergindo em muitas questões fundamentais.

- *Yeltsin acreditava que a união deveria ser voluntária*: cada república deveria ser independente, mas também deveria haver responsabilidades conjuntas com a URSS. Se qualquer uma delas quisesse optar por sair, como fez a Lituânia, deveria ter permissão para fazê-lo. Entretanto, Gorbachov achava que uma união puramente voluntária levaria à desintegração.
- Yeltsin estava agora completamente decepcionado com o Partido Comunista e com a forma como os tradicionalistas o haviam tratado. Ele achava que o partido não merecia mais sua posição privilegiada no Estado. Gorbachov ainda tinha esperanças de que o partido pudesse ser transformado em uma organização democrática e humana.
- Sobre a economia, Yeltsin achava que a resposta deveria ser uma mudança rápida para uma economia de mercado, embora soubesse que isso seria duro para o povo russo. Gorbachov era muito mais cauteloso, entendendo que os planos de Yeltsin poderiam gerar desemprego em massa e preços ainda mais elevados. Ele estava totalmente ciente de sua baixa popularidade, e se as coisas piorassem ainda mais, poderia até ser derrubado.

(c) O golpe de agosto de 1991

À medida que a crise se aprofundava, Gorbachov e Yeltsin tentavam trabalhar juntos, o primeiro se via pressionado rumo a eleições livres e pluripartidárias. Isso gerou duros ataques de Ligachov e dos conservadores, que já estavam indignados com a forma com que Gorbachov tinha "perdido" o Leste Europeu sem lutar e, pior de tudo, permitido que a Alemanha fosse reunificada. Em junho de 1990, Yeltsin renunciou ao Partido Comunista. Gorbachov estava perdendo controle: muitas das repúblicas estavam exigindo independência e quando as tropas soviéticas foram usadas contra os nacionalistas na Lituânia e na Letônia, o povo organizou manifestações de massa. Em abril de 1991, a Geórgia declarou independência: parecia que a URSS estava se desmanchando. Porém, no mês seguinte, Gorbachov fez uma conferência com líderes das 15 repúblicas e os convenceu a formar uma nova união voluntária, na qual elas teriam um alto grau de independência em relação a Moscou.* O acordo seria assinado formalmente em 20 de agosto de 1991.

Nesse momento, um grupo de comunistas de linha-dura, entre eles o vice-presidente de Gorbachov, Gennady Yanayev, decidiu que bastava e lançou um golpe para depor Gorbachov e reverter suas reformas. Em 18 de agosto, Gorbachov, que estava em férias na Crimeia, foi preso e exigiram que cedesse o poder a Yanayev. Quando ele se recusou, foi colocado em prisão domiciliar enquanto o golpe avançava em Moscou. O povo foi informado que Gorbachov estava doente e que um comitê de oito membros estava no comando. Eles declararam estado de emergência, proibiram as manifestações e levaram tanques e soldados para cercar os prédios públicos em Moscou, incluindo a Casa Branca (o parlamento da federação russa), que pretendiam tomar. O novo tratado da união proposto por Gorbachov, que seria assinado no dia seguinte, foi cancelado.

* N. de R.: Foi realizado um plebiscito em que mais de dois terços da população votou pela manutenção de uma União renovada.

No entanto, o golpe foi mal organizado e os líderes não prenderam Yeltsin, que foi rapidamente à Casa Branca e, dentro de um tanque na frente do prédio, condenou o golpe e chamou o povo de Moscou a sair em seu apoio. Os soldados estavam confusos, não sabendo qual lado apoiar, mas nenhum deles tomou qualquer atitude contra Yeltsin, que gozava de alta popularidade. Logo ficou claro que alguns setores do exército tinham simpatia pelos reformadores. Na noite de 20 de agosto, milhares de pessoas estavam nas ruas, foram levantadas barricadas contra os tanques e o exército hesitava em causar muitas baixas atacando a Casa Branca. No dia 21 de agosto, os líderes do golpe reconheceram a derrota e acabaram presos. Yeltsin tinha triunfado e Gorbachov conseguiu voltar a Moscou, mas as coisas nunca mais seriam as mesmas, e o golpe fracassado teve importantes consequências.

- O Partido Comunista caiu em desgraça e descrédito pelas ações dos políticos de linha-dura. Até Gorbachov estava agora convencido de que o partido não era passível de reforma e logo renunciou ao cargo de secretário-geral. O partido foi proibido na Federação Russa.
- Yeltsin foi considerado herói e Gorbachov era cada vez mais deixado de lado. Yeltsin governou a Federação Russa como uma república separada, introduzindo um drástico programa para avançar a uma economia de mercado. Quando a Ucrânia, a segunda maior república soviética, aprovou em votação sua independência (1º de dezembro de 1991), estava claro que antiga URSS tinha terminado.
- Yeltsin já estava negociando uma nova união de repúblicas. Inicialmente, ela incluía a Federação Russa, a Ucrânia e a Bielorrúsia (8 de dezembro de 1991), e outras oito repúblicas entraram mais tarde. A nova união ficou conhecida como Comunidade de Estados Independentes (CEI). Mesmo que fossem completamente independentes, os Estados-Membros

concordavam em trabalhar juntos em questões econômicas e de defesa.

- Esses eventos fizeram com que o papel de Gorbachov como presidente da URSS deixasse de existir e ele renunciou no dia de Natal de 1991.

(d) Avaliação sobre Gorbachov

Na época de sua queda, e por alguns anos depois, a maioria das pessoas o considerava um fracasso, embora por diferentes razões. Os conservadores, que achavam que a URSS e o partido ainda tinham muito para oferecer, consideravam-no um traidor. Reformadores radicais achavam que ele tinha permanecido com o comunismo por tempo demasiado, tentando reformar o irreformável. As pessoas comuns achavam que ele tinha sido incompetente e fraco e permitira que o padrão de vida delas decaísse.

Todavia, não restam dúvidas de que Gorbachov foi um dos mais destacados líderes do século XX, embora sua carreira tenha sido uma mistura de brilhantes sucessos com fracassos decepcionantes. Alguns historiadores o consideram o verdadeiro sucessor de Lênin e acreditam que ele estava tentando fazer com que o comunismo voltasse ao caminho pretendido por Lênin antes de ser sequestrado por Stalin, que o distorceu e perverteu. As duas principais decepções foram sua incapacidade de agilizar a economia e sua completa incompreensão do problema das nacionalidades, que levou ao desmembramento da URSS.

Por outro lado, suas conquistas foram enormes. Archie Brown as resume:

> Ele cumpriu um papel decisivo ao permitir que os países do Leste Europeu se tornassem livres e independentes. Ele fez mais do que qualquer outra pessoa para dar fim à Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente. Desencadeou uma revisão fundamental do pensamento sobre os sistemas políticos e econômicos que herdou e sobre alternativas melhores. Presidiu a introdução de liberdade de expressão, de imprensa, de associação, religiosa, de ir e vir e deixou a Rússia *mais livre* do que jamais tinha sido em sua história.

Ele começou acreditando que o Partido Comunista poderia ser reformado e modernizado, e que, uma vez que isso fosse feito, não poderia haver sistema melhor, mas descobriu que a maioria do partido – a elite e a burocracia – resistiam às mudanças por suas próprias razões egoístas. Todo o sistema estava tomado por escroques e operadores do mercado negro e de todos os tipos de corrupção. Essa descoberta levou Gorbachov a mudar seus objetivos: se o partido se recusasse a ser reformado, teria que perder seu papel dominante. Ele atingiu esse objetivo pacificamente, sem derramamento de sangue, o que era impressionante nas circunstâncias de então. Suas realizações foram imensas, principalmente em questões externas. Suas políticas de *glasnost* e *perestroika* restauraram a liberdade do povo da URSS. Suas políticas de redução de despesas militares, *détente* e retirada do Afeganistão e do Leste Europeu deram uma contribuição vital para o final da Guerra Fria.

(e) Era possível reformar o sistema comunista?

O comunismo russo poderia ter sobrevivido se Gorbachov tivesse seguido políticas diferentes? Muitos russos estão convencidos de que sim, e que se tivesse seguido o mesmo caminho da China, a URSS ainda seria comunista hoje em dia. O argumento é que ambos os países precisavam de reformas em duas áreas: no Partido Comunista e no governo, e na economia. Gorbachov acreditava que elas só poderiam ser realizadas uma de cada vez, e escolheu introduzir as reformas políticas antes, sem qualquer inovação econômica real. Os chineses fizeram o contrário, introduzindo reformas econômicas antes (ver Seção 20.3) e deixando o poder do Partido Comunista como estava. Isso significou que, embora as pessoas tivessem dificuldades econômicas, o governo mantinha um controle rígido sobre elas, e, como último

recurso, estava disposto a usar a força contra elas, diferentemente de Gorbachov.

Vladimir Bukovsky, reformador e social-democrata, explicou onde Gorbachov deu errado: "Seu único instrumento de poder era o Partido Comunista, mas suas reformas enfraqueciam precisamente esse instrumento. Ele era como o homem do provérbio, serrando o galho em que estava sentado. O resultado não poderia ter sido outro". Se Gorbachov tivesse colocado em operação um programa de reforma econômica cuidadosamente elaborado, projetado para durar 10 anos, talvez a situação pudesse ter sido salva.

Outros observadores afirmam que não era possível reformar o Partido Comunista e dizem que qualquer sistema político que tenha um período longo e ininterrupto no poder se torna arrogante, complacente e corrupto. Kruchov e Gorbachov tentaram reformar a *nomenklatura* e os dois fracassaram, porque a elite, a burocracia do governo e o sistema econômico só estavam preocupados em melhorar suas carreiras e se recusavam a responder às mudanças nas circunstâncias. Teoricamente, as reformas poderiam ter sido possíveis, mas talvez fosse necessário usar a força, como fez o governo chinês na Praça da Paz Celestial. Dada a extrema relutância de Gorbachov a recorrer à força, as perspectivas de êxito não teriam sido promissoras.

(f) O legado do comunismo

Qualquer regime que permaneça no poder por mais de 70 anos deixará marcas, boas e más, sobre o país. A maioria dos historiadores parece achar que as conquistas do comunismo são superadas pelos seus efeitos negativos. Ainda assim, nenhum sistema poderia ter sobrevivido por tanto tempo só pela força. Uma importante conquista é que o sistema trouxe benefícios na forma de promoções e empregos razoavelmente bem pagos e com enormes privilégios para grandes quantidades de pessoas de origem de classe "inferior", que foram excluídas dessas coisas no regime czarista. A educação e a alfabetização foram mais difundidas, a "cultura" soviética foi incentivada, bem como os esportes. As artes dramáticas e a música, principalmente esta, eram subsidiadas pelo Estado e a ciência obteve papel e financiamentos destacados. Talvez a maior conquista do comunismo seja que ele cumpriu um papel vital na derrota do maligno regime de Hitler e dos nazistas. Depois da morte de Stalin, embora o país tenha estagnado de certa forma, o sistema trouxe alguma estabilidade e um padrão melhor de vida para a maioria de seu povo.

Por outro lado, o sistema soviético legou uma ampla gama de problemas que o regime seguinte teria dificuldades extremas de enfrentar. Todo o sistema era rígido e supercentralizado, a iniciativa foi sufocada por gerações e os burocratas se opunham a qualquer mudança radical. O país foi sobrecarregado com enormes gastos militares. Boris Yeltsin teve um papel importante na destruição do sistema soviético. Ele seria capaz de fazer alguma coisa melhor?

18.4 A RÚSSIA DEPOIS DO COMUNISMO: YELTSIN E PUTIN

Os oito anos de Yeltsin como presidente da Rússia foram cheios de incidentes, à medida que ele e seus sucessivos primeiros-ministros tentavam transformar o país em uma democracia política com uma economia de mercado, no tempo mais curto possível.

(a) Yeltsin, Gaidar e a "terapia de choque"

O problema de Boris Yeltsin era assustador: como melhor desmantelar a economia de comando e transformar a Rússia em uma economia de mercado privatizando as indústrias e a agricultura estatais ineficientes e subsidiadas. Yeltsin tinha uma popularidade altíssima, mas que só duraria se ele pudesse melhorar o padrão de vida do povo. Ele escolheu como vice-presidente Yegor Gaidar, um jovem eco-

nomista influenciado pelas teorias dos monetaristas ocidentais (ver Seção 23.5(b)), que convenceu Yeltsin de que as mudanças necessárias seriam atingidas em um ano, começando com a "liberalização de preços" e passando à privatização de quase toda a economia. Seria difícil por uns seis meses, mas ele garantiu a Yeltsin que as coisas se estabilizariam e a vida das pessoas melhoraria aos poucos.

Essa "terapia de choque", como foi chamada, começou em janeiro de 1992 com a suspensão dos controles de preços de cerca de 90% das mercadorias e o final dos subsídios do governo à indústria. Os preços subiram muito e continuaram subindo depois dos primeiros seis meses. No final do ano, os preços estavam, em média, 30 vezes mais altos do que no começo, havia abundância de mercadorias nas lojas, mas a maioria das pessoas não podia comprá-las. A situação era desastrosa, já que os salários não acompanhavam os preços. À medida que as vendas caíam, os operários iam sendo demitidos das fábricas e mais de um milhão de pessoas perderam seus empregos. Milhares de pessoas foram forçadas a morar em barracos na periferia das cidades.

Quando o programa de privatização começou, parecia que a intenção era que todas as grandes indústrias estatais e fazendas coletivas fossem transferidas à propriedade conjunta de todo o povo. Todos os cidadãos receberam vales de dez mil rublos como sua fatia e havia planos para que os trabalhadores pudessem comprar ações em sua empresa. Entretanto, nada disso aconteceu: dez mil rublos era o equivalente a cerca de 35 libras esterlinas, uma quantia minúscula em um tempo de inflação acelerada. Tampouco os trabalhadores tinham condições de comprar ações. O que aconteceu foi que os administradores conseguiram comprar e acumular vales suficientes para assumir o controle de toda a fábrica. Essa situação continuou até que, no final de 1995, a maior parte da antiga indústria estatal tinha caído nas mãos de um grupo relativamente pequeno de financistas, que ficaram conhecidos como os "oligarcas". Eles tiveram lucros enormes, mas a partir dos subsídios do governo, que foram reintroduzidos, e não do mercado. Em vez de reinvestir seu dinheiro na indústria, como pretendia o governo, eles os transferiram para contas em bancos suíços e investimentos estrangeiros. O investimento total na Rússia caiu em dois terços.

Muito tempo antes de chegar a essa etapa, a popularidade de Yeltsin tinha murchado. Dois de seus antigos apoiadores, Alexander Rutskoi e Ruslan Khasbulatov, lideravam a oposição no Soviete Supremo e o forçaram a demitir Gaidar, substituindo-o por Viktor Chernomyrdin. Em janeiro de 1993, ele introduziu alguns controles de preços e lucros, mas, no final do ano, dois anos após a "terapia de choque", segundo um relatório, "o país foi jogado dois séculos no passado, à 'era selvagem' do capitalismo".

Infelizmente, a corrupção, a fraude, o suborno e a atividade criminosa se tornaram parte da vida cotidiana da Rússia. Outro relatório, preparado por Yeltsin no início de 1994, estimava que as máfias criminosas tinham tomado o controle de 70 a 80% de todas as empresas e bancos. Um autor russo, Alexander Chubarov, descreveu recentemente as políticas do governo como "capitalismo deformado". Foi uma tentativa de criar, em seis meses, o tipo de capitalismo de mercado que tinha levado gerações para se desenvolver no Ocidente.

(b) A oposição e a "guerra civil" em Moscou

Os políticos importantes não tinham experiência com a democracia, nem com a organização de uma economia de mercado. Inicialmente, não havia partidos políticos organizados adequadamente no modelo Ocidental e a Constituição, um resquício da era soviética, não era clara sobre a divisão de poderes entre presidente e parlamento. Mas em novembro de 1992, o Partido Comunista foi legalizado novamente e começaram a se formar outros grupos, embora o próprio Yeltsin não tivesse um partido para lhe apoiar. *A*

maioria do parlamento se opunha fortemente às suas políticas e tentava se livrar dele, mas em um referendo em abril de 1993, 53% dos votantes expressaram sua aprovação de suas políticas sociais e econômicas. O sucesso de Yeltsin surpreendeu a muitas pessoas e sugeriu que, embora ele fosse impopular, as pessoas tinham ainda menos confiança nas alternativas.

Yeltsin tentava agora neutralizar o parlamento produzindo uma nova Constituição, tornando-o subordinado ao presidente. Khasbulatov e Rutskoi estavam determinados a não sucumbir, correram à Casa Branca, onde o Soviete Supremo se reunia, e se trancaram dentro com barricadas, junto com centenas de deputados, jornalistas e apoiadores. Depois de alguns dias, o prédio foi cercado por tropas leais a Yeltsin; alguns apoiadores do parlamento atacaram a prefeitura e uma estação de TV, e então Yeltsin ordenou que suas tropas invadissem a Casa Branca (3 de outubro de 1993). Depois de algum tempo, os deputados se renderam, embora não antes de uns 200 serem mortos, uns 800, feridos, e o prédio ter sofrido danos graves. A nova Constituição de Yeltsin foi aprovada por margem estreita em um referendo (dezembro de 1993). Em eleições para a nova câmara baixa do parlamento (a *Duma*), os apoiadores de Yeltsin tiveram somente 70 cadeiras em 450, enquanto o bloco comunista conquistou 103. Esse foi um claro revés para Yeltsin, mas seu poder não foi afetado, já que a nova Constituição lhe permitia demitir o parlamento e governar por decreto se assim quisesse.

Embora tivesse muito poder, Yeltsin sabia que não poderia se dar ao luxo de ignorar completamente a opinião pública, principalmente porque havia eleições presidenciais marcadas para 1996. Ele tentou evitar o confronto com a Duma e as relações melhoraram. Enquanto isso, o avanço rumo à privatização continuava e se completava a formação de uma nova classe proprietária rica. Mesmo assim, o Tesouro do Estado parecia se beneficiar muito pouco dessas vendas, o que acontecia era que, na verdade, as empresas estatais foram vendidas a antigos administradores, empreendedores, banqueiros e políticos por preços baixíssimos. Estranhamente, Yeltsin, que tinha sido o flagelo dos funcionários corruptos de Moscou, pouco fez para conter seus subalternos. Para a maioria das pessoas, não havia sinais visíveis de melhoria: os preços continuaram a aumentar durante 1995, o número de pessoas vivendo na pobreza aumentou, cresceram o desemprego e a taxa de mortalidade, com a taxa de natalidade caindo. A situação não foi favorecida pelo início da guerra com a república da Chechênia em dezembro de 1994.

(c) O conflito na Chechênia, 1994-1996

Os chechenos são um povo islâmico de cerca de um milhão de pessoas, que vive em uma região ao norte da Geórgia, dentro das fronteiras da república Russa. Eles nunca estiveram satisfeitos sob controle russo, resistiram ao governo comunista nos primeiros anos e na guerra civil, e à coletivização. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin os acusou de colaborar com os alemães. Toda a nação foi brutalmente deportada à Ásia central, e milhares de pessoas morreram no caminho. Em 1956, Kruchov permitiu que os chechenos voltassem à sua terra natal e a república autônoma foi restaurada.

Quando a URSS se desmembrou, a Chechênia se declarou uma república independente sob a liderança de Jokhar Dudaev. Depois de tentativas fracassadas de convencê-los a voltar à Federação Russa, Yeltsin decidiu usar a força contra eles. As razões apresentadas eram que sua declaração de independência era ilegal e que a Chechênia estava sendo usada como base de onde gangues criminosas operavam em toda a Rússia. Em dezembro de 1994, 40.000 soldados russos invadiram o país. Para sua surpresa, houve uma ferrenha resistência antes de a capital Grozny, ser capturada em fevereiro de 1995. Em todo o mundo, os telespectadores assistiam a imagens chocantes de

tanques russos passando por cima da cidade arruinada, mas os chechenos não se rendiam e continuavam a assediar os russos com ataques de guerrilha. No verão de 1996, quando os chechenos conseguiram recapturar Grozny, os russos tinham perdido 20.000 homens. A Duma havia votado contra a intervenção militar por maioria esmagadora e o povo em geral não apoiava a guerra. Com a aproximação das eleições, Yeltsin decidiu fazer um acordo e foi assinado um cessar-fogo (março de 1996). Os russos concordaram em retirar suas tropas, os chechenos prometeram estabelecer um governo aceitável para Moscou e houve um período de relaxamento de cinco anos, mas os chechenos não abandonaram suas demandas por independência, a luta começou de novo muito antes de passarem os cinco anos.

(d) Eleições: dezembro de 1995 e junho/julho de 1996

Nos termos da nova Constituição, as eleições para a Duma seriam realizadas em dezembro de 1995 e a eleição presidencial, em junho de 1996. Os resultados da primeira foram decepcionantes para o governo, que ainda era impopular. Yeltsin e seus apoiadores conquistaram apenas 65 cadeiras de 450, e o partido comunista, liderado por Gennady Zyuganov, conseguiu 157. Junto com seus aliados, eles poderiam ter 186 cadeiras, de longe, o maior agrupamento. Havia claramente muito apoio residual e nostalgia pelos velhos tempos da URSS e do governo forte. Em um sistema verdadeiramente democrático, os comunistas teriam assumido um papel central no governo seguinte, mas isso não aconteceu. Yeltsin permaneceu como presidente, pelos menos pelo futuro próximo. A grande pergunta era: o candidato comunista ganharia a eleição presidencial no próximo mês de junho?

Quase que imediatamente, os políticos começaram a se preparar para a eleição de junho. O índice de popularidade de Yeltsin estava tão baixo que alguns de seus assessores queriam que ele cancelasse as eleições e recorresse à força, se fosse necessário. Contudo, é preciso reconhecer, ele permitiu que ela acontecesse, com mais de 20 candidatos registrados para o primeiro turno, incluindo o líder comunista Zyuganov e Mikhail Gorbachov. As primeiras pesquisas de intenção de voto davam Zyuganov como provável vencedor, gerando preocupação no Ocidente, com a perspectiva de um retorno do comunismo. Entretanto, Yeltsin e seus apoiadores se saíram bem. Ele tinha sofrido um ataque do coração no verão de 1995, mas agora parecia encontrar nova energia e percorreu o país prometendo tudo a todos. Seu grande impulso veio quando foi assinado o cessar-fogo na Chechênia, pouco antes da eleição.

Zyuganov também apresentou um programa atraente, mas não tinha o carisma pessoal de Yeltsin nem conseguiu se distanciar o suficiente de Stalin. No primeiro turno, Yeltsin teve uma vitória apertada, com 35% dos votos contra 32% de Zyuganov, Gorbachov mal recebeu 1%. Apesar de sua saúde frágil, a equipe de Yeltsin continuava a fazer campanha vigorosamente e no segundo turno ele teve uma vitória decisiva sobre Zyuganov, recebendo 54% dos votos. Era uma vitória impressionante,* considerando-se sua baixa popularidade no início da campanha e o fato de que a situação econômica estava apenas começando a melhorar. A razão para a vitória de Yeltsin não era que as pessoas gostassem tanto dele, mas elas gostavam ainda menos da alternativa. Se os comunistas tivessem proposto políticas social-democratas verdadeiras, Zyuganov poderiam muito bem ter vencido, mas ele não ela um social-democrata, não fazia segredo quanto à sua admiração por Stalin e isso foi um erro fatal. Quando chegou a hora, a maioria dos russos não conseguiu votar pelo retorno de um comunismo de tipo stalinista ao poder. Eles apertaram os dentes e votaram pelo menor dos dois males.

* N. de R.: Na verdade, Yeltsin fez uma aliança com o ultranacionalista Jirinovski, descartando-o logo após a eleição.

(e) O segundo mandato de Yeltsin, 1996-1999

Quando Yeltsin começava seu segundo mandato como presidente, parecia que, finalmente, as coisas tinham chegado a um momento de mudança: a inflação diminiu para apenas 1% ao mês e, pela primeira vez desde 1990, a produção deixara de cair. Mas a promessa não se cumpriu. A grande fraqueza da economia era a falta de investimentos, sem os quais nenhuma expansão importante poderia acontecer. No outono de 1997, eventos externos tiveram um efeito negativo sobre a Rússia. Houve uma série de crises financeiras e desastres nas economias dos "tigres" asiáticos – Tailândia, Cingapura e Coreia do Sul – que afetaram as bolsas de valores no mundo todo. Houve uma queda no preço mundial do petróleo em função de excesso de produção, o que era um desastre para os russos porque o petróleo era sua maior fonte de exportações. Os lucros projetados para 1998 foram varridos, os investidores estrangeiros retiraram seus fundos e o Banco Central foi forçado a desvalorizar o rublo (agosto de 1998). Era mais uma catástrofe financeira em que milhões de pessoas viram suas poupanças e seus capitais perderem todo o valor.

Com o governo em dificuldades, a Duma sugeriu um novo primeiro-ministro, um destacado cientista econômico e veterano comunista que acreditava que o Estado deveria continuar a cumprir um importante papel na organização da economia. Para a surpresa da maioria das pessoas, Yeltsin concordou em nomear Primakov, que planejava reduzir as importações, impedir que o capital saísse do país, atrair investimentos estrangeiros e acabar com a corrupção. Um pouco antes que suas políticas tivessem início, a situação econômica melhorou rapidamente. O preço mundial do petróleo se recuperou, a desvalorização tornou a importação de produtos estrangeiros cara demais e isso deu um impulso à indústria russa. O governo pôde pagar as dívidas atrasadas com salários e aposentadorias, e a crise passou. As pesquisas de opinião mostravam que 70% dos votantes aprovavam as políticas de Primakov. Depois de apenas oito meses, contudo, Yeltsin demitiu Primakov (maio de 1999), afirmando que era necessário um homem mais jovem e mais enérgico (Primakov tinha quase 70 anos). Havia rumores de que a razão verdadeira era a determinação de Primakov de erradicar a corrupção. Muitas pessoas influentes que tinham conseguido riqueza e poder por meios corruptos pressionaram Yeltsin para demiti-lo, mas sua demissão gerou preocupação entre os russos comuns e o índice de popularidade de Yeltsin caiu para apenas 2%.

(f) Entra Putin

Em preparação para a eleição à Duma, marcada para dezembro de 1999, e para a próxima eleição presidencial (junho de 2000), Yeltsin indicou como primeiro ministro o diretor da polícia de segurança, Vladimir Putin. A Constituição impedia Yeltsin de concorrer a um terceiro mandato, de forma que ele queria garantir que o candidato de sua preferência se tornasse presidente. Se um presidente tivesse que se retirar antes do fim de seu mandato, a Constituição estipulava que o primeiro-ministro automaticamente assumiria como presidente por três meses, quando, então, seriam realizadas eleições presidenciais. As pesquisas de opinião sugeriam que Primakov poderia muito bem ser eleito o próximo presidente, mas eventos em setembro de 1999 mudaram a situação dramaticamente. Houve uma série de explosões a bomba em Moscou, dois grandes blocos de apartamentos foram explodidos e mais de 200 pessoas, mortas. Putin afirmou que os rebeldes chechenos eram responsáveis e ordenou um ataque total aos separatistas no país. Desta vez, a opinião pública, indignada com as explosões, posicionou-se a favor da guerra. Putin impressionou as pessoas com seu trato firme da situação e sua determinação de varrer os chefes militares locais.

A nova guerra na Chechênia favoreceu Putin e seu partido, o bloco Unidade. Nas

eleições para a Duma, os apoiadores de Primakov conquistaram apenas 12% das cadeiras, o Unidade, de Putin, 24%, e os comunistas, 25%. Em dezembro de 1999, Yeltsin renunciou à presidência, confiante em que seu candidato, Putin, seria o próximo presidente. Como presidente em exercício, Putin imediatamente deu um golpe de mestre: seu bloco Unidade formou uma aliança na Duma com os comunistas e alguns outros grupos menores, dando maioria ao bloco pró-Putin, algo que Yeltsin nunca tinha conseguido. Na eleição presidencial de março de 2000, Putin venceu no primeiro turno, recebendo 53% dos votos, e mais uma vez Zyuganov ficou em segundo.

(g) O primeiro mandato de Putin, 2000-2004

Putin tinha uma reputação de ter perspicácia política e de ser um realizador. Ele estava determinado a acabar com a corrupção – destruir os oligarcas como classe, em suas palavras – desenvolver uma economia de mercado estritamente controlada, restaurar a lei e a ordem e dar um fim à guerra na Chechênia. Ele conseguiu fazer com que essas novas medidas fossem aprovadas na Duma, graças às contínuas alianças formadas depois das eleições de dezembro de 1999, e teve um sucesso considerável.

- Dois dos mais influentes "oligarcas", Vladimir Gusinsky e Boris Berezovsky, que juntos controlavam a maior parte das empresas de TV da Rússia e tinham criticado Putin, foram afastados de suas posições e ameaçados de prisão com acusações de corrupção. Ambos decidiram sair do país, e foi restabelecido o controle estatal sobre a rede de TV. Em 2003, um magnata empresarial, Mikhail Khodorkovsky, foi para a cadeia.
- Novas leis sobre partidos políticos fizeram com que nenhum partido com menos de 10.000 filiados pudesse participar das eleições nacionais, o que reduziu o número de partidos de 180 a cerca de 100, e a grande vantagem para o governo era que isso impediria os oligarcas ricos de financiar seus próprios grupos de apoiadores. Em outubro de 2001, Putin teve outro êxito quando seu partido Unidade se fundiu com um de seus rivais, o movimento Pátria. Juntos, eles se tornariam o grupo majoritário na Duma.
- A economia continuava a se recuperar, a produção aumentava e a Rússia seguia se beneficiando do alto preço mundial do petróleo, embora ele tivesse começado a cair no final de 2001. O orçamento federal entrou em superávit e o governo conseguiu pagar o serviço de suas dívidas sem tomar mais empréstimos. Putin achava que a recuperação ainda era precária e continuou com mais políticas de liberalização econômica.

Putin também teve experiências não tão bem-sucedidas. Quando o submarino nuclear Kursk afundou misteriosamente no Mar de Barentz, com a morte dos 118 membros da tripulação (agosto de 2000), o governo foi alvo de críticas por não lidar com firmeza com a tragédia. Putin não conseguiu dar um fim decisivo ao conflito na Chechênia, e os atentados terroristas a bomba continuavam. Uma estimativa feita no verão de 2003 sugeria que um terço da população ainda estava vivendo abaixo da linha da pobreza, mas a popularidade pessoal de Putin permanecia alta entre o público em geral, possibilitando que ele enfrentasse as eleições de 2003-2004 com segurança. Ele tinha realizado muita coisa pelo povo russo, principalmente suas reformas fiscal e previdenciária. A maioria das pessoas estava feliz com seus ataques aos "oligarcas", a economia crescia e os investidores estrangeiros voltavam a demonstrar interesse na Rússia.

Não foi surpresa quando, nas eleições para a Duma em dezembro de 2003, o partido de Putin, Rússia Unida, conquistou a enorme quantidade de 222 cadeiras em 450. A verdadeira surpresa foi o mau desempenho do Par-

tido Comunista de Zyuganov, que perdeu quase metade de seus parlamentares e ficou com apenas 53 cadeiras. Alguns observadores acreditavam que isso marcaria o fim do caminho para os comunistas, que tinham sido a única oposição real ao governo. Uma razão para o mau desempenho dos comunistas foi a criação de um novo partido, o *Rodina* (Mãe Pátria), um partido nacionalista dedicado a aumentar os impostos às empresas e devolver às pessoas comuns as fortunas feitas pelos oligarcas em seus obscuros negócios de privatização. O *Rodina* recebeu a maioria de seus votos dos que eram dos comunistas, e acabou com 37 representantes, que votariam por Putin.

Os analistas apontaram que Putin estava desenvolvendo tendências autoritárias diferenciadas: o Rodina foi fundado deliberadamente pelo Kremlin, na esperança de tirar apoio dos comunistas, como parte da estratégia de "democracia controlada" de Putin. Em outras palavras, ele estava tentando criar um parlamento "à sua própria imagem". Se conseguisse garantir uma maioria de dois terços na Duma, poderia mudar a Constituição e concorrer um terceiro mandato como presidente. Visivelmente, a democracia na Rússia estava em questão.

Na eleição presidencial de março de 2004, o presidente Putin teve uma vitória esmagadora, com 71% dos votos. Seu rival mais próximo foi o candidato comunista, Nikolai Kharitonov, mas este teve apenas 13,7% dos votos. Observadores do Conselho da Europa informaram que a eleição não havia cumprido padrões democráticos saudáveis. Principalmente, foi dito que os candidatos rivais não tiveram acesso justo aos meios de comunicação controlados pelo Estado, e que não tinha havido um verdadeiro debate pré-eleitoral. Entretanto, o presidente Putin desconsiderou essas críticas e prometeu levar adiante as reformas econômicas e salvaguardar a democracia.

PERGUNTAS

1. As promessas de futuro de Kruchov

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trechos do discurso de Krushov no 20º Congresso do Partido Comunista, 31 de outubro de 1961.

> Ainda nesta década (1961-1970) A URSS ultrapassará o mais forte e mais rico país capitalista, os Estados Unidos, em produção *per capita*. O padrão de vida do povo e seus níveis cultural e técnico aumentarão substancialmente. Todos viverão em condições de conforto e as fazendas e propriedades coletivas se tornarão empreendimentos altamente produtivos e lucrativos. A demanda do povo soviético por moradia de boa qualidade será satisfeita em sua maior parte. O trabalho físico extenuante desaparecerá e a URSS terá a menor jornada de trabalho. [Haverá] uma participação ativa de todos os cidadãos na administração do Estado... e maior controle das atividades deste por parte do povo. Sendo assim, uma sociedade comunista será construída na URSS.

Fonte: citado em John Laver, *The USSR, 1945-1990* (Hodder e Stoughton, 1991).

(a) O que essa fonte revela sobre os problemas herdados por Krushov do regime stalinista?

(b) Por que Krushov caiu em 1964?

(c) Até onde as promessas de Krushov foram cumpridas em 1970?

2. Krushov acreditava que o comunismo na URSS poderia ser reformado, modernizado e tornado mais eficiente. Até que ponto isso foi atingido em 1970?
3. Examine a visão de que, se Gorbachov tivesse seguido políticas diferentes, a URSS poderia ter sobrevivido, da mesma maneira que o comunismo sobreviveu na China.
4. Explique por que o colapso da URSS foi seguido de problemas econômicos e políticos graves.

China
1900-1949

19

RESUMO DOS EVENTOS

A China tinha uma longa história de unidade nacional e desde metade do século XVII foi governada pela dinastia Manchu ou Ch'ing. Contudo, na década de 1840, o país entrou em um período conturbado de interferências estrangeiras, guerra civil e desintegração, que durou até a vitória comunista em 1949.

O último imperador foi derrubado em 1911 e foi proclamada a república. O período entre 1916 e 1928, conhecido como *Era dos senhores da guerra (chefes militares locais)*, foi de muito caos, à medida que vários generais tomaram o controle de diferentes províncias. Um partido conhecido como *Kuomintang* (KMT), ou Nacionalistas, tentava governar o país e controlar os generais, que estavam ocupados lutando entre si. Os líderes do KMT eram o Dr. Sun Yat-sen e, depois de sua morte, em 1925, o general Chiang Kai-shek. O Partido Comunista Chinês (PCC) foi fundado em 1921 e inicialmente cooperava com o KMT em sua luta contra os chefes militares. Quando foi estabelecendo controle sobre uma parte cada vez maior do país, o KMT sentiu-se forte o suficiente para prescindir da ajuda dos comunistas e tentou destruí-los. Estes, sob a liderança de Mao Tse-tung,* reagiam com vigor e, depois de escapar de forças do KMT que os cercavam, deram início à Longa Marcha de quase 10 mil quilômetros (1934-1935) para formar uma nova base de poder no norte da China.

A guerra civil se arrastava, complicada pela interferência dos japoneses, que culminou em uma invasão total em 1937. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos japoneses e sua retirada da China, o KMT e o PCC continuaram a lutar entre si pelo controle do país. Chiang Kai-shek recebia ajuda dos Estados Unidos, mas, em 1949, foram Mao e os comunistas que finalmente saíram vencedores. Chiang e seus apoiadores fugiram para a ilha de Taiwan (Formosa). Mao Tse-tung rapidamente estabeleceu controle sobre toda a China e permaneceu como seu líder até morrer em 1976.

19.1 A REVOLUÇÃO E A ERA DOS SENHORES DA GUERRA

(a) Antecedentes da revolução de 1911

No início do século XIX, a China se manteve muito separada do restante do mundo, e a vida continuava tranquilamente e em paz, sem grandes mudanças, como acontecia desde que os Manchus assumiram o poder na década de 1640. Entretanto, em meados do século, o país se viu diante de uma série de crises. Para começar, os europeus começaram a forçar entrada para aproveitar as possibilidades comerciais. Os britânicos foram os primeiros a chegar, lutando e derrotando os chineses nas

* N. de R.: Na grafia atual Mao Zedong.

Guerras do Ópio (1839-1842). Eles forçaram a China a entregar Hong-Kong e a permitir que eles fizessem comércio em determinados portos, inclusive de ópio. Outros países ocidentais seguiram o mesmo caminho e, com o tempo, os "bárbaros", como os chineses os consideravam, tinham direitos e concessões em cerca de 80 portos e outras cidades.

A seguir, veio a Rebelião de Taiping (1850-1864), que se espalhou por todo o sul da China – em parte, era um movimento religioso e em parte, um movimento de reforma política, que visava a estabelecer um "Reino celestial de Grande Paz" (*Taiping tianguo*). O movimento acabou sendo derrotado, não pelo governo, mas por exércitos regionais, o que deu início ao processo pelos quais as províncias começaram a garantir suas independências do governo central em Beijing (Pequim), culminando na Era dos Senhores da Guerra (1916-1928).

A China foi derrotada na guerra com o Japão (1894-1895) e forçada e entregar território. Em 1898-1900, aconteceu uma revolta chinesa – *o Levante dos Boxers* – contra a influência estrangeira, mas ela foi derrotada por um exército internacional, e a imperadora Tz'u-hsi foi forçada a pagar enormes indenizações por prejuízos causados a propriedades estrangeiras no país. Mais território foi perdido como resultado da vitória do Japão na guerra russo-japonesa (1904-1905), e a China estava visivelmente em um estado lamentável.

Nos primeiros anos do século XX, milhares de jovens chineses viajaram para o exterior e lá foram educados. Eles voltaram com ideias radicais e revolucionárias de derrubar a dinastia Manchu e ocidentalizar a China. Alguns revolucionários, como o Dr. Sun Yatsen, queriam um Estado democrático no modelo dos Estados Unidos.

(b) A revolução de 1911

O governo tentou responder às novas ideias radicais introduzindo reformas, prometendo democracia e estabelecendo assembleias provinciais eleitas, mas isso só incentivou as províncias a se afastarem ainda mais do governo central, que agora era extremamente impopular. *A revolução começou entre os soldados em Wuchang, em outubro de 1911, e a maioria das províncias logo se declarou independente de Beijing.*

O governo, atuando em nome do imperador Pu Yi (de apenas 5 anos de idade), no desespero, buscou ajuda de um general aposentado, Yuan Shih-kai, que tinha sido comandante do exército chinês do norte e ainda exercia muita influência sobre os generais. Mas o tiro saiu pela culatra: Yuan, que tinha cinquenta e poucos anos, revelou ter suas próprias ambições e fez um acordo com os revolucionários, em que ele se tornaria o primeiro presidente da república chinesa em troca da abdicação de Pu Yi e o fim da dinastia Manchu. Com apoio do exército, Yuan governou como ditador militar de 1912 a 1915, mas cometeu o erro de se proclamar imperador (1915), perdendo o apoio do exército, que o forçou a abdicar. Ele morreu em 1916.

(c) A Era dos Senhores da Guerra (1916-1928)

A abdicação e a morte de Yuan Shi-kai foi o fim da última pessoa que parecia capaz de manter algum tipo de unidade na China. O país se desintegrava em literalmente centenas de estados de tamanhos variados, cada um deles controlado por um chefe militar local e seu exército privado. Enquanto eles lutavam entre si, quem sofria as indescritíveis dificuldades eram os camponeses chineses (Ilustração 19.1), mas dois eventos positivos aconteceram nesse período.

O Movimento 4 de maio começou em 1919, com uma enorme manifestação em Beijing, protestando contra os chefes militares e contra a cultura tradicional chinesa. O movimento também era antijaponês, principalmente quando o acordo de Versalhes de 1919 deu ao Japão o direito de assumir as concessões alemãs na província de Shantung.

Ilustração 19.1 Uma execução de rua na China, em 1927, perto do fim da Era dos Senhores da Guerra.

O Kuomintang, ou Partido Nacionalista, se fortalecia e conseguiu controlar os senhores da guerra em 1928.

19.2 O KUOMINTANG, O DR. SUN YAT-SEN E CHIANG KAI-SHEK

(a) O Kuomintang

A principal esperança de sobrevivência de uma China unida residia no Kuomintang ou Partido Nacionalista Popular, formado em 1912 pelo Dr. Sun Yat-sen. Ele se formou em medicina no Havaí e em Hong Kong, e morou no exterior até a revolução de 1911. Consternado com a desintegração do país, queria criar um Estado moderno, unido e democrático. Ao voltar à China depois da revolução, conseguiu estabelecer um governo em Cantão, no sul da China (1917). Suas ideias eram influentes, mas ele tinha muito pouco poder fora da região de Cantão. O KMT não era um partido comunista, embora estivesse disposto a colaborar com os comunistas e tenha desenvolvido sua organização partidária segundo as linhas deles, além de também construir seu exército. O próprio Sun resumia seus objetivos em *três princípios*:

nacionalismo: livrar a China da influência estrangeira e fazer do país uma potência forte e unida, respeitada no exterior.

democracia: a China não deveria ser governada por chefes militares locais, mas por seu próprio povo, depois de ter sido educado e dotado de autogoverno democrático.

reforma agrária: às vezes conhecida como "o sustento do povo". Esse princípio era vago. Embora anunciasse uma política de longo prazo para desenvolvimento econômico e redistribuição de terras aos camponeses e fosse favorável a limitações aos arrendamentos, Sun se opunha ao confisco aos proprietários de terras.

Sun conquistou enorme respeito como estadista intelectual e líder revolucionário, mas quando morreu, em 1925, poucos progressos tinham sido feitos na conquista dos três

princípios, principalmente porque ele mesmo não era general. Até que os exércitos do KMT fossem construídos, ele dependeu de alianças com chefes militares favoráveis, e teve dificuldades de exercer autoridade fora do sul.

(b) Chiang Kai-shek

O general Chiang Kai-shek (ver Ilustração 19.2) se tornou líder do KMT depois da morte de Sun. Ele recebeu sua formação militar no Japão antes da Primeira Guerra Mundial, e sendo um forte nacionalista, entrou para o KMT. Nessa época, o novo governo soviético da Rússia estava dando ajuda e orientação ao KMT, na esperança de que a China nacionalista fosse simpática para com seu país. Em 1923, Chiang passou algum tempo em Moscou estudando a organização do Partido Comunista e do Exército Vermelho. No ano seguinte, ele se tornou chefe da Academia Militar de Whampoa (perto de Cantão), que foi implantada com ajuda financeira, armas e assessores da Rússia, com o objetivo de treinar oficiais para o exército do KMT. Entretanto,

Ilustração 19.2 O general Chiang Kai-shek.

apesar de seus contatos russos, ele não era comunista. Na verdade, era mais direitista do que Sun Yat-sen e foi se tornando cada vez mais anticomunista, com simpatias pelos empresários e proprietários de terras. Pouco depois de se tornar líder partidário, ele afastou todos os esquerdistas de posições importantes no partido, embora, por um tempo, continuasse a aliança do KMT com os comunistas.

Em 1926, ele deu início à *Marcha do Norte* para destruir os chefes militares (senhores da guerra) das regiões centrais e do norte da China. Começando em Cantão, o KMT e os comunistas capturam Hankow, Xangai e Nanquim em 1927. A capital, Beijing, foi tomada em 1928. Grande parte dos êxitos de Chiang era decorrência de um enorme apoio local entre os camponeses, que eram atraídos por promessas comunistas de terra. A conquista de Xangai foi ajudada por um levante de operários organizado por Zhou En-lai,* membro do KMT e também comunista.

Durante o ano de 1927, Chiang decidiu que os comunistas estavam se tornando poderosos demais. Em regiões em que eles eram fortes, os proprietários de terras foram atacados e a terra, confiscada. Era hora de destruir um aliado constrangedor. Todos os comunistas foram expulsos do KMT, sendo lançado um terrível "movimento de purificação", no qual milhares deles, de sindicalistas e de líderes camponeses foram massacrados. Algumas estimativas sugerem o total de mortos em até 250.000 pessoas. Os comunistas foram contidos, os chefes militares estavam sob controle e Chiang era o líder militar e político da China.

O governo do Kuomintang se revelou uma grande decepção para a maioria do povo chinês. Chiang podia dizer que atingiu o primeiro princípio de Sun, o nacionalismo, mas, por depender do apoio dos ricos proprietários de terras, não tomou nenhuma atitude rumo à democracia e à reforma agrária, embora tenha havido algum progresso limitado na construção de mais escolas e estradas.

* N. de R.: Anteriormente Chun En-lai.

19.3 MAO TSE-TUNG E O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

(a) Os primeiros anos

O partido foi fundado oficialmente em 1921. No início, consistia majoritariamente em intelectuais e tinha muito pouca força militar, o que explica por que estava disposto a trabalhar junto com o KMT. Mao Tse-Tung, que estava presente na reunião de fundação, nasceu na província de Hunan (1893) no sudeste da China, filho de um pequeno agricultor próspero. Depois de algum tempo trabalhando na terra, Mao recebeu formação como professor e se mudou para o norte, em Beijing, onde trabalhou como assistente de biblioteca na universidade um centro de estudos marxistas. Mais tarde, voltou para Hunan e construiu uma reputação como habilidoso organizador de sindicatos e associações camponesas. Depois do rompimento dos comunistas com o KMT, Mao foi responsável pela modificação da estratégia do partido, que agora se concentraria em conquistar apoio entre os camponeses em vez de tentar tomar cidades industriais, onde várias insurreições comunistas já tinham fracassado em função da força do KMT. Em 1931, Mao foi eleito presidente do Comitê Executivo Central do Partido e, dali em diante, foi consolidando sua posição como líder real do comunismo chinês.

Mao e seus apoiadores se concentraram em sobreviver à medida que Chiang levava a cabo cinco "campanhas de extermínio" contra eles entre 1930 e 1934. Eles conquistaram as montanhas entre as províncias de Hunan e Kiangsi, e se concentraram na construção do Exército Vermelho. Porém, no início de 1934, a região, que era a base de Mao, foi cercada pelos exércitos do KMT para a destruição final do comunismo chinês. Mao decidiu que a única chance de sobrevivência era romper as linhas de Chiang e estabelecer outra base de poder em algum lugar. Em outubro de 1934, a ruptura foi conseguida e quase 100.000 comunistas iniciaram a impressionante Longa Marcha, que se tornaria lendária na China. Eles percorreram mais de 9.000 km em 368 dias (ver Mapa 19.1)

e, nas palavras do jornalista norte-americano Edgar Snow,

> atravessaram 18 cadeias de montanhas, 5 das quais cobertas de neve, e 24 rios. Passaram por 12 províncias diferentes, ocuparam 62 cidades e romperam cercos de exércitos de 10 chefes militares provinciais diferentes, além de derrotar, evadir, ou superar as várias forças de tropas governamentais enviadas contra eles.

Os 20.000 sobreviventes acabaram encontrando refúgio em Yenan, na província de Shensi, onde foi organizada uma nova base. Mao conseguiu controlar as províncias de Shensi e Kansu. Nos 10 anos seguintes, os comunistas continuaram ganhando apoio, enquanto Chiang e o KMT perdiam popularidade constantemente.

(b) Por que Mao e os comunistas ganharam apoio?

1 A ineficiência e a corrupção do KMT no governo

O KMT pouco tinha para oferecer em termos de reformas, passava muito tempo cuidando dos interesses dos industriais, banqueiros e proprietários de terras e não faziam tentativas eficazes de organizar apoio de massas. Isso deu a principal oportunidade para Mao e os comunistas conquistarem apoio.

2 Houve pouca melhoria das condições nas fábricas

As más condições de trabalho na indústria continuaram, apesar das leis votadas para combater os piores abusos, como o trabalho infantil nas fábricas têxteis. Muitas vezes, essas leis não eram aplicadas: havia muito suborno de inspetores e nem o próprio Chiang estava disposto a ofender os industriais que o apoiavam.

3 Não houve melhoria na pobreza dos camponeses

No início dos anos de 1930, houve uma série de secas e más safras, que causaram muita escassez de alimentos nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, havia arroz e trigo abundantes sendo armazenados nas cidades por comerciantes em busca de lucro. Além disso, os impostos eram altos e havia trabalho forçado. Em contraste, a política agrária implementada em áreas controladas pelos comunistas era muito mais atrativa: inicialmente no sul, eles tomaram as terras dos proprietários ricos e as redistribuíam entre os camponeses. Depois de uma trégua temporária com o KMT durante a guerra com o Japão, os comunistas aceitaram um acordo e se contentaram com uma política de limitação de arrendamentos e garantia de que mesmo os trabalhadores mais pobres tivessem um pequeno pedaço de terra. Essa política menos dramática tinha a vantagem de conquistar o apoio dos proprietários menores, além dos camponeses.

4 O KMT não ofereceu resistência eficaz aos japoneses

Esse foi um fator crucial no sucesso dos comunistas. Os japoneses ocuparam a Manchúria em 1931 e estavam visivelmente dispostos a colocar as províncias vizinhas do norte da China sob seu controle. Chiang parecia achar que era mais importante destruir os comunistas do que resistir aos japoneses e se deslocou para o sul de Shensi para atacar Mao (1936). Nesse momento, um incidente impressionante aconteceu: Chiang foi feito prisioneiro por alguns de seus próprios soldados, na maioria manchus, enfurecidos com a invasão japonesa. Eles exigiram que Chiang se voltasse contra os japoneses, mas ele inicialmente não estava disposto. Somente depois de que o destacado comunista Zhou En-lai veio falar com ele em Shian, ele concordou com uma nova aliança com o PCC e uma frente nacional contra os japoneses.

A nova aliança trouxe grandes vantagens para os comunistas: as campanhas de extermínio do KMT foram interrompidas por um tempo e, portanto, o PCC estava seguro em sua base de Shensi. Quando a guerra total começou com o Japão em 1937, as forças do KMT

Território japonês em 1930

Território ocupado pelos japoneses 1931-39

Mapa 19.1 A China depois da Primeira Guerra Mundial.

foram rapidamente derrotadas e a maior parte do leste da China foi ocupada pelos japoneses enquanto Chiang recuava para o oeste. Isso possibilitou que os comunistas, invictos em Shensi, conseguissem se apresentar como nacionalistas patrióticos, liderando uma eficaz campanha de guerrilha contra os japoneses no norte, o que lhes rendeu apoio maciço entre os camponeses e as classes médias, apavoradas diante da arrogância e da brutalidade dos japoneses. Se em 1937 o PCC tinha cinco áreas como suas bases, controlando 12 milhões de pessoas, em 1945 elas tinham aumentado para 19, com 100 milhões de pessoas.

19.4 A VITÓRIA COMUNISTA, 1949

(a) A vitória dos comunistas ainda não era inevitável

Quando os japoneses foram derrotados em 1945, o KMT e o PCC se viram diante da luta final pelo poder. Muitos observadores, principalmente nos Estados Unidos, tinham esperanças de que Chiang saísse vitorioso e achavam que isso aconteceria. Os norte-americanos ajudaram o KMT a assumir o controle de todas as áreas anteriormente ocupadas pelos japoneses, com exceção da Manchúria, que foi capturada pelos russos antes que a guerra terminasse. Ali, os russos obstruíram o KMT e permitiram a entrada dos guerrilheiros do PCC. Na verdade, a força aparente do KMT era enganadora: em 1948, os exércitos comunistas, que cresciam cada vez mais, eram suficientemente grandes para abandonar a campanha de guerrilha e desafiar diretamente os exércitos de Chiang. Assim que passaram a sofrer pressões diretas, os exércitos do KMT começaram a se desintegrar. Em janeiro de 1949, os comunistas tomaram Beijing e mais tarde, no mesmo ano, Chiang e o restante de suas forças fugiram para a ilha de Taiwan, deixando Mao Tse-Tung no comando da China continental. Em outubro de 1949, Mao proclamou a nova República Popular da China, com ele próprio de presidente do PCC e da república (Ilustração 19.3).

(b) Razões para o triunfo do PCC

Os comunistas continuavam conquistando apoio em função de sua política agrária controlada, que variava segundo as necessidades de cada região: uma parte ou toda a terra de um proprietário poderia ser confiscada e redistribuída entre os camponeses ou poderia só haver restrição do valor do arrendamento. Os exércitos comunistas eram bem disciplinados e a administração comunista era honesta e justa.

A administração do KMT, por sua vez, era ineficiente e corrupta, com grande parte da ajuda que recebia dos Estados Unidos acabando nos bolsos de dirigentes. Sua política de pagar pelas guerras imprimindo mais dinheiro resultou em uma inflação galopante, que casou dificuldades para as massas e arruinou muitas pessoas da classe média. Seus exércitos eram mal pagos e tinham permissão para saquear as áreas rurais. Submetidas à propaganda comunista, os soldados foram aos poucos se desiludindo com Chiang e começaram a desertar para o lado comunista. O KMT tentava aterrorizar as populações locais para que se submetessem, mas isso só afastava mais regiões deles. Chiang também cometeu erros táticos: como Hitler, ele não suportava ordenar recuos e, portanto, seus exércitos espalhados eram cercados e muitas vezes, como aconteceu em Beijing e Xangai, rendiam-se sem resistência, totalmente desiludidos.

Por fim, os líderes do PCC, Mao Tse-Tung e Zhou En-lai, eram perspicazes o suficiente para aproveitar as fraquezas do KMT e eram totalmente dedicados. Os generais comunistas, Lin Biao, Chu Teh e Ch-en Yi, tinham preparado cuidadosamente seus exércitos e eram taticamente mais competentes do que seus equivalentes do KMT.

PERGUNTAS

1. A vitória comunista na China

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Ilustração 19.3 Mao Tse-Tung proclama a nova República da China em 1949.

Fonte A

Trechos das obras de Edgar Snow, jornalista norte-americano que morou na China por muitos anos depois de 1928. Seu livro *Red Star Over China* foi publicado em 1937.

> Eu tinha que admitir que muitos dos camponeses com quem falei pareciam apoiar os comunistas e o Exército Vermelho. Muitos deles estavam bem à vontade para fazer críticas e reclamações, mas quando se perguntava se preferiam isso aos velhos tempos, a resposta era quase um enfático "sim". Também observei como a maioria deles falava sobre os *sovietes* como sendo o "nosso governo". Para entender o apoio camponês ao movimento comunista, é necessário não perder de vista o fardo que recaía nas costas do campesinato no antigo regime [o Kuomintang]. Agora, qualquer que fosse a direção tomada pelos Vermelhos, não havia dúvidas de que eles tinham mudado radicalmente a situação do agricultor arrendatário, do agricultor pobre e de todos os elementos sem posses. Todas as formas de impostos foram abolidas nos novos distritos no primeiro ano, para dar um pouco de fôlego aos agricultores. Segundo, os Vermelhos deram terras aos camponeses que estavam ávidos por ela. Terceiro, tiraram terra e gado das classes ricas e os redistribuíram entre os pobres, mas tanto

proprietários de terras quanto camponeses tiveram permissão para ter toda a terra que pudessem cultivar com seu próprio trabalho.

Fonte: Edgar Snow, *Red Star Over China* (Penguin, 1972 edition).

(a) Qual é a utilidade dessa fonte para ajudar a explicar a expansão do comunismo na China nos anos de 1930?
(b) Quais efeitos a guerra com o Japão e a Segunda Guerra Mundial tiveram sobre os destinos do Partido Comunista Chinês?
(c) Explique por que Mao Tse-Tung e os comunistas acabaram vencendo a guerra civil contra o Kuomintang.

2. "Chiang Kai-shek tinha popularidade alta na segunda metade dos anos de 1920, mas depois de subir ao poder, seu governo do Kuomintang se revelou uma decepção à maioria do povo chinês." Até onde você concorda que essa seja uma avaliação justa da carreira de Chiang Kai-shek?

A China desde 1949

os Comunistas no Controle

20

RESUMO DOS EVENTOS

Depois da vitória comunista sobre o Kuomintang em 1949, Mao Tse-Tung deu início à reconstrução de uma China estraçalhada. Inicialmente, havia assessoria e a ajuda econômica russas, mas, no final dos anos de 1950, as relações esfriaram e a ajuda foi reduzida. Em 1958, Mao introduziu o Grande Salto Adiante, no qual o comunismo foi adaptado, sem sucesso total, para responder à situação chinesa, com ênfase em descentralização, agricultura, comunas e contato com as massas. Mao adotou uma postura muito crítica em relação aos russos, que, em sua visão, estavam se desviando dos princípios marxista-leninistas estritos e seguindo a "via capitalista" em questões domésticas e externas. Nos anos de 1960, essas divergências geraram uma grave divisão no comunismo mundial, só curada depois que Gorbachov se tornou líder russo, em 1985. Com a Revolução Cultural (1966-1969), Mao tentou e conseguiu esmagar a oposição dentro do Partido Comunista e manter a China em linhas marxista-leninistas. Depois de sua morte, em 1976, houve uma luta pelo poder, da qual Deng Xiaoping surgiu como líder inquestionável (1981). Muito menos conservador do que Mao, Deng foi responsável por algumas importantes mudanças em termos de políticas, moderando o comunismo linha-dura de Mao e buscando ajuda no Japão e no Ocidente capitalista. Isso gerou ressentimento entre apoiadores do maoísmo, que acusavam Deng de tomar a "via capitalista". Em 1987, eles o forçaram a diminuir o ritmo de suas reformas. Encorajados pela política da *glasnost* de Gorbachov na URSS, os estudantes protestaram na Praça da Paz Celestial, em Beijing, em abril 1989, e ali continuaram até junho, exigindo democracia e o fim da corrupção no Partido Comunista. Nos dias 3 e 4 de junho, o exército os atacou, matando centenas e restaurando a ordem. Os comunistas permaneceram firmes no controle. As reformas econômicas continuaram com algum sucesso, mas não houve reformas políticas. Deng Xiaoping continuou como líder supremo até sua morte (aos 92 anos) em 1997.

20.1 QUAL FOI O SUCESSO DE MAO TSE-TUNG DIANTE DOS PROBLEMAS DA CHINA?

(a) Os problemas enfrentados por Mao

Os problemas enfrentados pela República Popular em 1949 eram complexos, no mínimo. O país estava devastado, depois de uma longa guerra civil e da guerra contra o Japão: ferrovias, estradas, canais e represas foram destruídos e havia escassez crônica de comida. A indústria era atrasada, a agricultura, ineficiente e incapaz de alimentar as massas que vi-

viam na pobreza, e a inflação parecia fora de controle. Mao tinha o apoio dos camponeses (Ilustração 20.1) e de grande parte da classe média que estava descontente com o péssimo desempenho do KMT, mas era essencial que ele melhorasse a condições se quisesse manter o apoio.

Controlar e organizar um país tão imenso, com uma população de pelos menos 600 milhões, deve ter sido uma tarefa sobre-humana. Mesmo assim, Mao teve êxito, e a China de hoje, com todos os seus defeitos, é em grande medida uma criação dele. Ele começou examinando de perto os métodos de Stalin e fez experiências, por um processo de tentativa e erro, para encontrar quais funcionariam na China e onde era necessária uma abordagem especial chinesa.

(b) A Constituição de 1950 (adotada oficialmente em 1954)

Este documento instituiu o Congresso Nacional do Povo (a maior autoridade legislativa), cujos membros eram eleitos por quatro anos, pelas pessoas de mais de 18, bem como o Conselho de Estado e o Presidente da República (ambos eleitos pelo Congresso), cuja função era garantir que as leis fossem implementadas e a administração do país fosse adiante. O Conselho de Estado escolhia o Bureau Político (Politburo), que tomava todas as principais decisões. O sistema como um todo era, obviamente, dominado pelo Partido Comunista, e apenas parte dos membros se submetia à eleição. A Constituição era importante porque deu à China um governo central forte pela primeira vez em muitos anos, e permaneceu praticamente sem mudanças (ver Figura 20.1).

(c) Mudanças na agricultura

Elas fizeram com que a China deixasse de ser um país de propriedades agrícolas pequenas e ineficientes e passasse a ter grandes fazendas cooperativas, como as da Rússia (1950-1956). Na primeira etapa, a terra foi tomada dos grandes proprietários e redistribuída entre os camponeses, certamente com violência em determinados lugares. Algumas fontes mencionam até dois milhões de pessoas mortas, embora o historiador Jack Gray acredite que "a redistribuição da terra na China foi feita com um alto grau de cumprimento das leis e com o mínimo de violência contra os pro-

Ilustração 20.1 China – construindo um canal com trabalho das massas.

O BUREAU POLÍTICO (POLITBURO)
responsável pelas decisões importantes

escolhe

CONGRESSO NACIONAL
eleito por 4 anos.

elege

CONSELHO DE ESTADO E PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Congressos provinciais

Congressos por distrito, povoado e cidade

Congressos locais, por bairro ou rua

Conselhos provinciais

Conselhos distritais

Conselhos locais

O PARTIDO COMUNISTA
Os congressos eleitos mantêm o partido informado sobre o que as pessoas comuns pensam. Então, o partido decide sobre políticas

O GOVERNO
e seus conselhos implementam a política do partido comunista

Figura 20.1 Como funciona o governo da China.

prietários". O passo seguinte foi dado sem violência: os camponeses foram convencidos (e não forçados, como foram na Rússia) a se juntar em fazendas cooperativas (coletivas) para aumentar a produção de alimentos. Em 1956, cerca de 95% de todos os camponeses estavam em cooperativas (formadas por algo entre 100 e 300 famílias) com propriedade conjunta da fazenda e de seus equipamentos.

(d) Mudanças industriais

Começaram com o governo nacionalizando a maioria das empresas. Em 1953, ele deu início ao Primeiro Plano Quinquenal, concentrando-se no desenvolvimento da indústria pesada (ferro, aço, produtos químicos e carvão). Os russos ajudaram com dinheiro, equipamentos e assessores, o plano teve algum sucesso, mas antes que fosse completado, Mao começou a ter muitas dúvidas sobre se para a China era adequado esse tipo de industrialização. Por outro lado, ele poderia afirmar que sob sua liderança, o país tinha se recuperado da destruição das guerras: todas as comunicações foram restauradas, a inflação estava sob controle e a economia parecia muito mais saudável.

(e) A campanha das Cem Flores (1957)

De uma certa maneira, essa campanha parece ter se desenvolvido a partir da industrialização, que gerou uma grande nova classe de técnicos e engenheiros. Os núcleos do partido (grupos que organizavam política e economicamente as massas – a coletivização das fazendas, por exemplo, foi realizada pelos núcleos) achavam que essa nova classe de especialistas ameaçaria sua autoridade.O governo, sentindo-se satisfeito com os avanços até então, decidiu que a discussão aberta dos problemas poderia melhorar as relações entre núcleos do partido e especialistas ou intelectuais. Conclamando à crítica construtiva Mao

disse: "Que cem flores desabrochem, que cem escolas de pensamento rivalizem!" Infelizmente, ele recebeu mais do que tinha previsto quando os críticos atacaram:

- os membros dos núcleos, por incompetência e excesso de entusiasmo;
- o governo, por excesso de centralização;
- o Partido Comunista, por não ser democrático; alguns sugeriram que deveriam ser permitidos partidos de oposição.

Mao rapidamente suspendeu a campanha e reprimiu seus críticos, insistindo em que suas políticas estavam corretas. A campanha mostrou quanta oposição ainda existia ao comunismo e aos membros do partido sem instrução, e convenceu Mao de que era necessário um impulso para consolidar os avanços do socialismo, de forma que em 1958, ele conclamou ao "*Grande salto adiante*".

(f) O grande salto adiante

Mao achava que era necessário algo novo e diferente para tratar dos problemas especiais da China, algo não baseado na experiência russa. O Grande Salto Adiante envolveu importantes acontecimentos na indústria e na agricultura, para aumentar a produção (a agricultura, em especial, não estava proporcionando os alimentos necessários) e para se ajustar às condições do país. Suas características mais importantes eram:

1. *A introdução das comunas*. Eram unidades maiores do que as fazendas coletivas, contendo até 75.000 pessoas, divididas em brigadas e equipes de trabalho com um conselho eleito. Elas dirigiam suas próprias fazendas e fábricas coletivas, realizavam a maioria das funções de governo local dentro da comuna e implementavam projetos especiais de âmbito local. Uma comuna típica em 1965, por exemplo, tinha 30.000 pessoas, das quais um terço era de crianças em escolas ou creches, um terço era de donas de casa ou idosos e o restante era a força de trabalho, que incluía uma equipe de 32 profissionais de nível superior e 43 técnicos. Cada família recebia uma fatia dos lucros e também um pequeno pedaço de terra privado.
2. *Uma mudança completa de ênfase na indústria*. Em vez de visar a obras de grande escala do tipo visto na URSS e no Ocidente, foram implementadas fábricas muito menores no interior para fornecer o maquinário à agricultura. Mao falava do surgimento de 600.000 "fornalhas de fundo de quintal para produzir aço", organizadas e administradas pelas comunas, que também passaram a construir estradas, canais, diques, represas e canais de irrigação.

Inicialmente, parecia que o Grande Salto poderia ser um fracasso: houve alguma oposição nas comunas, uma série de safras ruins (1959-1961) e a retirada de toda a ajuda russa depois do rompimento entre os dois países. Tudo isso, junto com a falta de experiência entre os quadros do partido, causou dificuldades entre 1959–1963. As estatísticas posteriores sugeriam que cerca de 20 milhões de pessoas podem ter morrido prematuramente como consequência das dificuldades, principalmente da desastrosa escassez de alimentos de 1959 a 1960, causadas pelo Grande Salto. Até o prestígio de Mao sofreu e ele foi forçado a renunciar como presidente do Congresso do Povo (no que foi sucedido por Liu Shao-qui), embora permanecesse na presidência do Partido Comunista.

Todavia, no longo prazo, a importância do Grande Salto ficou clara: com o tempo, a produção agrícola e industrial aumentou substancialmente e em meados dos anos de 1960 a China estava ao menos conseguindo alimentar sua imensa população sem que faltassem alimentos (o que raramente tinha acontecido sob o governo do KMT). As comunas se mostraram uma inovação bem-sucedida. Muito mais do que fazendas coletivas, eram uma eficiente unidade de governo local e possibilitavam

que o governo central em Beijing estivesse em contato com a opinião local. Parecia ser a solução ideal para o problema de governar um enorme país ao mesmo tempo em que se evitava a supercentralização que sufoca a iniciativa. Foi tomada a decisão crucial de que a China permaneceria sendo predominantemente um país agrícola com uma indústria de pequena escala espalhada pelo interior. A economia seria baseada em mão de obra intensiva (dependendo de imensas quantidades de trabalhadores, em vez de usar máquinas que diminuíssem a necessidade de força de trabalho). Dada a enorme população do país, essa seria a melhor maneira de garantir que todo mundo tivesse trabalho, e possibilitava à China evitar os problemas de desemprego crescente das nações altamente industrializadas. Outros benefícios eram a difusão da educação e de serviços de bem-estar e uma melhoria na posição das mulheres na sociedade.

(g) A revolução cultural (1966-1969)

Esta foi uma tentativa de Mao de manter a revolução e o Grande Salto em um rumo puramente marxista-leninista. No início dos anos de 1960, quando não havia nenhuma certeza do sucesso do Grande Salto, aumentou a oposição a Mao. Os membros de direita do Partido Comunista acreditavam que os incentivos (pagamento por produção, maiores diferenças salariais e mais terras privadas, que foram introduzidas aos poucos em algumas regiões) eram necessários para que as comunas funcionassem bem. Eles também achavam que deveria haver uma classe de especialistas em gestão para levar adiante a industrialização segundo o modelo russo, em vez de contar com os quadros do partido. Mas, para os maoístas, isso era totalmente inaceitável, exatamente o que Mao estava condenando entre os russos, que ele considerava "revisionistas" que estavam tomando a "via capitalista". O Partido Comunista deve evitar o surgimento de uma classe privilegiada que exploraria os trabalhadores, e era vital manter-se em contato com as massas.

Entre 1963 e 1966, houve um grande debate público entre a ala mais à direita (que incluía Liu Shao-qui e Deng Xiaoping) e os maoístas sobre o rumo a tomar. Mao, usando sua posição de presidente do partido para mobilizar os jovens, lançou uma campanha desesperada para "salvar" a revolução. Nessa Grande Revolução Cultural Proletária, como ele a chamava, Mao apelava às massas. Seus apoiadores, os Guardas Vermelhos (na maioria estudantes), viajavam o país defendendo seus argumentos, enquanto eram fechadas escolas e, mais tarde, fábricas. Foi um incrível exercício de propaganda no qual Mao tentava renovar o fervor revolucionário (Ilustração 20.2).

Infelizmente, ela trouxe o caos e algo próximo a uma guerra civil. Uma vez mobilizadas, as massas estudantis denunciaram e atacaram fisicamente qualquer pessoa com autoridade, e não apenas os críticos de Mao. Professores, profissionais, dirigentes partidários locais, todos eram alvo. Milhões de pessoas caíram em desgraça e foram destruídas. Em 1967, os extremistas entre os Guardas Vermelhos estavam quase fora de controle, e Mao teve que chamar o exército, comandado por Lin Biao, para restaurar a ordem. Admitindo em particular que havia cometido erros, publicamente ele culpava seus assessores e os líderes dos Guardas Vermelhos. Muitos foram presos e executados por "cometer excessos". Na conferência do partido, em abril de 1969, a Revolução Cultural foi formalmente encerrada e Mao foi declarado livre de culpa pelo que tinha acontecido. Mais tarde, ele culpou o ministro da defesa Lin Biao (seu sucessor escolhido), que sempre fora um de seus apoiadores mais confiáveis, pelo excesso de entusiasmo dos Guardas Vermelhos. Algumas fontes afirmam que Mao decidiu tornar Lin Biao o bode expiatório porque ele estaria tentando manipular para que Mao se aposentasse. Ele foi acusado de tramar para assassinar Mao (o que era muito improvável) e morreu em um acidente de avião em 1971 enquanto tentava escapar para a URSS, segundo o que afirmaram os relatos oficiais.

Ilustração 20.2 O antigo palácio da cidade proibida de Pequim (Beijing) foi transformado no Palácio Cultural dos Guardas Vermelhos, aqui vistos louvando Mao.

A Revolução Cultural gerou grande desagregação, destruiu milhões de vidas e provavelmente atrasou o desenvolvimento econômico da China em 10 anos. Mesmo assim, houve alguma recuperação econômica em meados dos anos de 1970 e a China tinha feito grandes avanços desde 1949. John Gittings, jornalista e especialista em assuntos chineses, escrevendo na *Modern History Review* em novembro de 1989, tinha a dizer o seguinte sobre a China na época da morte de Mao, em 1976:

> Uma população mais saudável, mais bem educada, mais organizada, ainda vivia nas áreas rurais, em terras que foram muito melhoradas. A produção de grãos tinha, pelo menos, acompanhado o rápido aumento da população. O desenvolvimento industrial triplicou a produção de aço, estabeleceu os alicerces para uma indústria petrolífera importante, criou uma indústria de maquinário a partir do nada e proporcionou as bases para que a China se tornasse uma potência nuclear. A indústria leve fornecia um fluxo razoável de bens de consumo, comparado com a URSS.

O evento mais surpreendente nas políticas de Mao em seus últimos anos foi nas questões externas, quando ele e Zhou En-lai decidiram que era hora de melhorar as relações com os Estados Unidos (ver Seção (a) e (c)).

20.2 A VIDA DEPOIS DE MAO

(a) Uma luta pelo poder seguiu-se à morte de Mao, em 1976

Havia três principais competidores para suceder a Mao: Hua Guofeng, apontado pelo próprio Mao para ser seu sucessor; Deng Xiaoping, que foi demitido de seu cargo de secretário-geral do Partido Comunista durante a Revolução Cultural por ser supostamente

liberal demais, e um grupo conhecido como a Gangue dos Quatro, liderado por Jiang Quing, viúva de Mao, que eram apoiadores de Mao extremamente militantes, mais maoístas do que ele próprio. Inicialmente, Hua parecia ser a figura dominante, fazendo com que a Gangue dos Quatro fosse presa e mantendo Deng em segundo plano, mas Deng logo reafirmou sua posição e, por um tempo, parecia estar compartilhando o poder com Hua. Desde meados de 1978, Deng foi ganhando ascendência e Hua foi forçado a renunciar ao cargo de presidente do partido, deixando Deng como líder indiscutível (junho de 1981). Como gesto de crítica aberta a Mao e suas políticas, a Gangue dos Quatro foi posta em julgamento por "crimes malignos, monstruosos e imperdoáveis" cometidos durante a Revolução Cultural. O Comitê Central do Partido emitiu uma "Resolução" condenando a Revolução Cultural como um grave erro de "esquerda" pelo qual o próprio Mao foi o principal responsável. Entretanto, ele foi elogiado por seus esforços bem-sucedidos para "esmagar a camarilha contrarrevolucionária de Lin Biao". Como explica o historiador Steve Smith: "Ao dirigir a culpa a um homem dessa forma, a Resolução buscava eximir de culpa a 'imensa maioria' dos líderes do PCC que estariam no lado direito da luta. Portanto, a Resolução subscreveu uma mudança de autoridade dentro do PCC, passando-se de um único líder a uma liderança coletiva".

(b) Houve um período de mudanças dramáticas na política

Esta nova fase começou em junho de 1978, quando Deng Xiaoping ganhou ascendência.

1. *Muitas mudanças introduzidas durante a Revolução Cultural foram revertidas*: os comitês revolucionários estabelecidos para dirigir o governo local foram abolidos e substituídos por grupos eleitos democraticamente. A propriedade confiscada dos antigos capitalistas foi devolvida aos sobreviventes e havia liberdade religiosa, e mais liberdade para que os intelectuais se expressassem na literatura e nas artes.
2. Nas questões econômicas, Deng e seu protegido Hu Yaobang queriam ajuda técnica e financeira do Ocidente para modernizar a indústria, a agricultura, a ciência e a tecnologia. Foram aceitos empréstimos de governos e bancos estrangeiros e assinados contratos com empresas de outros países para fornecimento de equipamentos modernos. Em 1980, a China passou a ser membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. No plano interno, as fazendas estatais passaram a ter mais controle sobre planejamento, financiamento e lucros, foram incentivados os sistemas de bônus, pagamento por produção e participação nos lucros, o Estado pagava preços mais altos às comunas por seus produtos e reduziu impostos para estimular a eficiência e a produção. Essas medidas tiveram algum sucesso, com uma produção recorde de grãos em 1979, e muitos camponeses se tornaram prósperos.

Como acontece com muita frequência, esse programa de reformas gerou reivindicações por reformas mais radicais.

(c) As reivindicações por reformas mais radicais: o muro da democracia

Em novembro de 1978, houve uma campanha de cartazes em Beijing e outras cidades, com frequência em apoio a Deng Xiaoping. Em pouco tempo, havia manifestações de massa exigindo mudanças mais profundas e, no início de 1978, o governo se sentiu obrigado a proibir as passeatas e os cartazes. Mas ainda se mantinha o que se chamou de "Muro da democracia" em Beijing, onde o público podia se expressar por meio de enormes cartazes de parede (*Dazibao*; ver Ilustração 20.3). Durante o ano de 1979, os cartazes exibidos

Ilustração 20.3 Dazibao em Beijing.

ali se tornaram mais desafiadores, atacando o presidente Mao e exigindo uma ampla gama de direitos humanos:

- o direito de criticar o governo abertamente;
- representação para partidos não comunistas no Congresso Nacional do Povo.
- liberdade para mudar de emprego e viajar para o exterior;
- abolição das comunas.

Isso enfureceu Deng, que só aprovou o muro da democracia porque a maioria dos cartazes criticava a Gangue dos Quatro. Agora ele lançava um duro ataque aos dissidentes, acusando-os de tentar destruir o sistema socialista. Vários foram presos e condenados a até 15 anos de prisão. Em novembro de 1979, o muro da democracia foi totalmente abolido. A lei, a ordem e a disciplina partidária foram restauradas. "Sem o partido", afirmou Deng, "a China regredirá para divisões e confusões".

(d) A modernização e seus problemas

Depois da primeira onda de fervor reformista e do constrangimento do muro da democracia, o ritmo diminuiu consideravelmente, mas Deng, junto com seus protegidos, Hu Yaobang (secretário-geral do partido) e Zhao Ziyang (Primeiro Ministro), estava determinado a pressionar pela modernização o mais rápido possível.

Zhao Ziyang tinha conquistado uma reputação de administrador brilhante na província de Sichuan onde foi responsável por um aumento de 80% na produção industrial em 1979. Ele também deu início a experimentos, mais tarde estendidos a todo o país, para desmembrar as comunas e dar aos camponeses o controle de lotes de terra individuais. A terra, embora ainda fosse oficialmente de propriedade do Estado, foi dividida e alocada a domicílios camponeses individuais, que teriam permissão para ficar com a maior parte de seus lucros. Com isso, conseguiu-se elevar a produção industrial e melhorou o padrão de vida de muitas pessoas. Em dezembro de 1984, Zhao anunciou que a compra compulsória das safras pelo Estado seria abandonada. O Estado continuava a comprar produtos básicos, mas em quantidades muito menores do que antes. Seria permitido que os preços do excedente de grãos, carne de porco, algodão e legumes flutuassem no mercado aberto.

Nessa época, contudo, a modernização, e o que Deng chamou de avanço rumo ao "socialismo de mercado", estavam deixando alguns efeitos negativos. Embora as exportações tivessem aumentado em 10% em 1984, as importações aumentaram em 38%, deixando um déficit comercial recorde de 1,1 bilhão de dólares e causando uma súbita queda nas reservas de moeda estrangeira da China. O governo tentou, com algum sucesso, controlar as importações, impondo pesadas tarifas sobre todos os produtos importados, com exceção de matérias-primas vitais e microchips (80% sobre os carros e 70% sobre os televisores em cores e os videocassetes). Outro evento indesejado foi que a taxa anual de inflação começou a subir, chegando a 22% em 1986.

(e) As ideias de Deng Xiaoping

Preocupado com essas tendências, aparentemente com justificativas, Deng, de 82 anos (Ilustração 20.4) explicou suas ideias para o futuro em uma matéria de revista de novembro de 1986. Sua principal meta era possibilitar que o povo ficasse mais rico. No ano 2000, se tudo corresse bem, a renda per capita anual passaria do equivalente a 280 libras esterlinas a algo próximo a 700 libras e a produção da China teria dobrado. "Ficar rico não é crime", acrescentou. Ele estava satisfeito com o andamento das reformas agrícolas, mas enfatizava que, na indústria, ainda era necessária uma descentralização geral. O partido deve se retirar das tarefas administrativas, dar menos instruções e permitir mais iniciativa em níveis inferiores. Somente o investimento capitalista

Ilustração 20.4 Deng Xiaoping.

poderia criar as condições nas quais a China se tornaria um Estado próspero e modernizado. Seu outro plano principal era o papel internacional da China: liderar uma aliança pela paz do restante do mundo contra as perigosas ambições dos Estados Unidos e da URSS. Nada, ele dizia, poderia alterar o rumo que ele havia definido para a economia.

20.3 A PRAÇA DA PAZ CELESTIAL, 1989, E A CRISE DO COMUNISMO

(a) A crise de 1987

Apesar de suas palavras radicais, Deng sempre teve que ficar de olho nos membros tradicionais, conservadores ou maoístas do Politburo, que ainda eram poderosos e poderiam ser capazes de se livrar dele e de suas reformas econômicas se o controle partidário parecesse estar escapando de suas mãos. Deng estava tomando atitudes inteligentes de equilíbrio entre os reformadores como Zhao Ziyang e Hu Yaobang, por um lado, e os linha-dura, como Li Peng, de outro. As táticas de Deng eram estimular a crítica dos estudantes e intelectuais, mas somente até certo ponto: o suficiente para lhe possibilitar dispensar alguns dos mais velhos e mais ineficientes burocratas do partido. Se as críticas parecessem estar saindo de controle, teriam que parar (como aconteceu em 1979) por medo de antagonizar os adeptos da linha-dura.

Em dezembro de 1986, houve uma série de manifestações estudantis apoiando Deng Xiaoping e as "quatro modernizações" (agricultura, indústria, ciências e defesa), mas demandando um ritmo muito mais rápido e, ameaçadoramente, mais democracia. Depois de os estudantes ignorarem uma nova proibição aos cartazes e uma nova regra que exigia um aviso de cinco dias para manifestações, Deng decidiu que esse questionamento ao controle e à disciplina partidários tinha ido longe demais, e os manifestantes foram dispersados. Contudo, foi o suficiente para alarmar o setor linha-dura, que forçou a renúncia do reformador Hu Yaobang do cargo de secretário-geral do partido. Ele foi acusado de ser liberal demais em sua perspectiva política, incentivando intelectuais a demandar mais democracia e até algum tipo de partido de oposição. Embora esse fosse um sério golpe para Deng, não foi um desastre completo, já que seu lugar foi ocupado por Zhao Ziyang, que também era reformador econômico, mas até então tinha se mantido fora das ideias polêmicas na política. Todavia, Li Peng, um linha-dura, assumiu o lugar de Zhao como primeiro-ministro.

Zhao logo anunciou que o governo não tinha intenção de abandonar seu programa de reformas econômicas e prometeu novas medidas para acelerar as reformas políticas e, ao mesmo tempo, um ataque aos "intelectuais burgueses" que ameaçavam o controle do partido. Isso evidenciou o dilema enfrentado por Deng e Zhao: seria possível oferecer às pessoas uma opção para comprar e vender e ainda lhes negar qualquer opção em outras áreas, como políticas e partidos políticos? Muitos observadores ocidentais achavam impossível ter uma coisa sem a outra (como pensava Gorbachov na URSS) e, no final de janeiro de 1987, havia sinais de que eles poderiam ter razão. Por outro lado, se as reformas econômicas tivessem êxito, Deng e Zhao poderiam provar que tinham razão.

(b) Praça da Paz Celestial, 1989

Infelizmente para Deng e Zhao, as reformas econômicas tiveram problemas nos anos de 1988 e 1989. A inflação subiu a 30% e os salários, principalmente dos empregados do Estado (como funcionários públicos, dirigentes do partido, policiais e soldados) ficaram atrás dos preços. Provavelmente incentivados pelas reformas políticas de Gorbachov e sabendo que ele faria uma visita a Beijing em meados de maio de 1989, começaram manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) em 17 de abril, exigindo reformas políticas, democracia e o fim da corrupção no Partido Comunista. No dia 4 de maio, Zhao Ziyang disse que as "reivindicações justas dos estudantes seriam aten-

didas", e permitiu que a imprensa as divulgasse, mas isso indignou Deng. As demonstrações continuaram durante a visita de Gorbachov (15 a 18 de maio, para marcar a reconciliação entre China e URSS) e até junho, com, às vezes, até 250.000 pessoas ocupando a praça e as ruas em torno dela. A cena foi descrita de forma vívida por John Simpson (em *Despatches from the Barricades*, Hutchinson, 1990), editor para assuntos estrangeiros da BBC, que esteve lá durante grande parte do tempo:

> Havia um novo espírito de coragem e audácia.... Havia uma sensação de libertação, de que só estar na Praça já significava marcar uma posição. As pessoas sorriam e apertavam a minha mão... todos, parecia, ouviam o serviço da BBC em chinês. A suavidade, os sorrisos e as faixas na cabeça lembravam irresistivelmente os grandes concertos de rock e das manifestações antiVietnã dos anos de 1960. Havia a mesma certeza de que, como os manifestantes eram jovens e pacíficos, o governo deveria capitular.... havia entregas regulares de comida. As pessoas comuns respondiam com generosidade aos pedidos de garrafas de água.... Centenas de milhares de pessoas decidiram se aliar ao lado que parecia ter vitória garantida. As principais avenidas de Beijing foram bloqueadas com bicicletas, carros, caminhões, ônibus e caminhões de plataforma, todos se dirigindo à praça, cheios de pessoas alegres, cantando, tocando instrumentos musicais, levando bandeiras tremulantes, divertindo-se. O ruído daquilo tudo podia ser ouvido a várias quadras de distância.... A vitória parecia garantida de antemão, pois como algum governo conseguiria resistir a um levante popular dessa magnitude?

Certamente, começava a parecer que o governo perdera o controle e em pouco tempo poderia ceder às reivindicações. Nos bastidores, contudo, acontecia uma luta de poder no Politburo, entre Zhao Ziyang e o linha-dura Li Peng, o primeiro-ministro, que, com o apoio de Deng Xiaoping, acabou vencendo. Chegaram milhares de soldados e, em 3 e 4 de junho, o exército, usando paraquedistas, tanques e infantaria, atacou os estudantes, matando entre 1.500 e 3.000 deles (ver Ilustração 20.5). A Praça da Paz Celestial voltou ao controle do governo e as manifestações em outras grandes cidades também foram dispersadas, embora com menos derramamento de sangue. Os linha-dura estavam triunfantes: Zhao Ziyang perdeu seu cargo como chefe do partido e foi substituído por Jiang Zemin, um político mais "intermediário". O primeiro-ministro Li Peng passou a ser a figura central. Muitos líderes estudantis foram presos, julgados e executados.

Os massacres foram condenados em todo o mundo, mas Deng e o setor linha-dura estavam convencidos de que tinham tomado a decisão certa. Eles achavam que aceitar as reivindicações dos estudantes por democracia teria causado muita ruptura e confusão. O controle do partido único era necessário para supervisionar a transição para uma "economia socialista de mercado". Mais tarde, os eventos na URSS pareceram mostrar que eles tinham razão: quando Gorbachov tentou introduzir reformas políticas e econômicas ao mesmo tempo, ele fracassou. O Partido Comunista perdeu o controle, as reformas econômicas foram um desastre e a URSS se desmembrou em 15 Estados separados (ver Seção 18.3). O que quer que o restante do mundo pensasse sobre os massacres da Praça da Paz Celestial, os líderes chineses podiam congratular-se por ter evitado os erros de Gorbachov e preservado o comunismo na China, em um momento em que ele estava sendo varrido no Leste Europeu.

(c) A China depois da Praça da Paz Celestial

Os líderes chineses ficaram profundamente perturbados com o colapso do comunismo no Leste Europeu. Embora tivessem reprimido qualquer mudança política, Deng Xiaoping, Li Peng e Jiang Zemin ainda estavam compro-

Ilustração 20.5 Tanques avançam na Praça da Paz Celestial, Pequim (Beijing), junho de 1989. O homem foi tirado dali por pessoas que estavam próximas.

metidos com políticas econômicas progressistas, de "portas abertas". Deng alertou muitas vezes que o desastre esperava os países onde as reformas andavam muito lentas. Ele esperava que uma economia bem-sucedida, que possibilitasse que mais e mais pessoas se tornassem prósperas, fizesse com que elas esquecessem o desejo de "democracia". Na década de 1990, a economia crescia muito; de 1991 a 1996, a China liderou o mundo, com aumentos médios no PIB de 11,4%, e o padrão de vida se elevava rapidamente. O leste e o sul do país eram particularmente prósperos, onde as cidades cresciam rapidamente, havia um investimento estrangeiro importante e abundância de bens de consumo para venda. Por outro lado, algumas das remotas províncias não estavam participando da prosperidade.

Um novo Plano Quinquenal, divulgado em março de 1996, visava manter o *boom* econômico nos trilhos aumentando a produção de grãos, mantendo o crescimento médio do PIB em 8% e distribuindo a riqueza de forma mais equânime entre as regiões. Embora Deng Xiaoping tenha morrido em 1997, podia-se confiar que Jiang Zemin, que se tornou o próximo presidente, continuaria suas políticas apesar das críticas dos linha-dura do partido. A agitação popular desapareceu completamente, em parte como resultado do sucesso econômico da China, e em parte por causa do tratamento inescrupuloso que o governo dava aos dissidentes. Jiang estava determinado a lançar um ataque à corrupção dentro do partido, principalmente para agradar os linha-dura, que responsabilizavam suas reformas capitalistas pela ampla corrupção. Também ajudaria a silenciar os dissidentes, que tinham feito da corrupção um de seus alvos preferidos. Em 2000, houve uma série de julgamentos de altos dirigentes, vários dos quais foram considerados culpados de fraude e de aceitar suborno. Alguns foram executados e outros receberam longas penas de prisão. O governo até organizou uma exposição em Beijing para mostrar como estava lidando bem com a corrupção.

A próxima ação de Jiang (maio de 2000) foi anunciar o que chamou de as Três Representações, uma tentativa oficial de definir o que significava o PCC, e também de enfatizar que, não importava quanto o sistema econômico mudasse, não haveria mudanças políticas profundas nem, com certeza, avanços em direção à democracia, enquanto ele estivesse no controle. Ele dizia que o PCC representava três principais preocupações a serem trabalhadas?

- os interesses da ampla maioria do povo chinês.
- o desenvolvimento e a modernização da China,
- a cultura e o patrimônio do país.

Para ajudar a sustentar a afirmação de que o partido representava verdadeiramente todo o povo, Jiang anunciou (julho de 2001) que ele agora era aberto a capitalistas. Os linha-dura, que ainda se aferravam à ideia de que os Partido Comunista estava lá para o bem da classe trabalhadora, criticaram essa ação, mas ele achava que era razoável, já que os capitalistas foram responsáveis pela maior parte do recente sucesso econômico da China, e foi em frente assim mesmo. Muitos dos capitalistas ficaram satisfeitos de entrar no partido, já que ser membro lhes dava influência política. Foram relaxadas as restrições aos sindicatos e agora os trabalhadores poderiam protestar junto aos empregadores por problemas de segurança, más condições de trabalho e longas jornadas. Outras notícias boas vieram com o anúncio de que Beijing seria a sede das Olimpíadas de 2008.

De mãos dadas com essas reformas importantes, o governo continuava suas políticas repressivas sem relaxar, apesar de a China ter assinado um acordo aceitando assessoria da ONU sobre como aprimorar seus sistemas judicial e policial, e prometendo melhorar a situação dos direitos humanos (novembro de 2000). Em fevereiro de 2001, a Anistia Internacional reclamava que o país estava, na verdade, aumentando o uso da tortura em interrogatórios de dissidentes políticos, nacionalistas tibetanos e membros do grupo Falun Gong (uma organização semirreligiosa que praticava a meditação e que tinha sido proibida em 1999 por ser uma ameaça à ordem pública). Os dissidentes estavam fazendo mais uso da internet, construindo mais páginas e se comunicando por correio eletrônico, e o governo deu início a uma firme repressão contra a "subversão na internet".

(d) Mudanças na liderança

Jiang Zemin, secretário-geral do partido e presidente do país, junto com vários outros líderes mais antigos, deveriam deixar os cargos no 16º congresso do PCC, a ser realizado em novembro de 2002, o primeiro desde 1997. Em seu discurso final como secretário-geral, Jiang, de 76 anos, expressou sua determinação de que o PCC deveria permanecer no poder absoluto e que isso demandaria ampliar a base de poder do partido para que todas as classes pudessem estar representadas. "A liderança do partido", ele disse, "é a garantia fundamental de que o povo será o senhor do país e será governado pela lei". Com isso, Jiang se aposentou como secretário-geral, embora permanecesse presidente até a reunião do Congresso Nacional do Povo em março de 2003. Hu Jintao foi eleito secretário-geral do PCC no lugar de Jiang.

O Congresso Nacional do Povo passava pela finalização da mudança total em sua liderança. Hu Jintao foi escolhido como novo presidente e indicou Wem Jiabao como primeiro-ministro, ou premier. Wem tinha reputação de progressista e teve uma sorte considerável de sobreviver aos expurgos depois dos massacres da Praça da Paz Celestial em 1989. Não demorou muito para a nova liderança anunciar algumas mudanças importantes, tanto econômicas quanto políticas.

- Partes de algumas das maiores empresas estatais chinesas seriam vendidas a empresas estrangeiras ou privadas; algumas empresas menores poderiam se tornar privadas, mas o governo enfatizava que

estava comprometido com a manutenção do controle de muitas indústrias grandes (novembro de 2003).

- Em dezembro de 2003, seis candidatos independentes puderam concorrer nas eleições legislativas distritais em Beijing. Eles concorreram contra mais de 4.000 candidatos oficiais do PCC, de forma que, mesmo todos os seis tendo sido eleitos, seu impacto seria mínimo. Mas isso foi uma diferença interessante em relação à prática normal.

Nesse meio tempo, o sucesso econômico da China continuava, apesar de um surto mortífero de vírus de SARS (síndrome respiratória aguda grave) no início do verão de 2003, que infectou mais de 5.000 pessoas e matou cerca de 350. As estatísticas mostraram que, durante o ano de 2003, a economia se expandiu em 8%, sua taxa mais alta em seis anos. Considerava-se que isso era, em grande parte, resultado de uma inclinação para os gastos dos consumidores. O governo afirmava que tinha criado 6 milhões de empregos durante o ano. Os analistas calculavam que a China tinha a sexta maior economia do mundo e que, se o crescimento se mantivesse nesse ritmo, o país ultrapassaria o Reino Unido e a França e seria a quarta economia em 2005. Muitas das novas fábricas eram de propriedade estrangeira e as empresas multinacionais mal podiam esperar para estabelecer seus negócios no país para explorar a mão de obra barata.

Mesmo assim, havia áreas de preocupação.

- A prosperidade não estava distribuída de forma homogênea: o padrão de vida estava melhorando constantemente para dois terços da população de 1,3 bilhão de pessoas que moravam em pequenas e grandes cidades, mas milhões de chineses rurais, principalmente no oeste do país, ainda estavam em dificuldades ou abaixo da linha da pobreza.
- A economia estava se expandindo com tanta rapidez que corria o risco de passar à superprodução, que poderia levar à redução em vendas e a uma queda brusca.
- O sucesso da China gerou relações tensas com os Estados Unidos, onde os fabricantes estavam sentindo a concorrência de produtos chineses mais baratos. Washington culpava os chineses pela perda de milhões de empregos no país.
- Os bancos chineses estavam sofrendo problemas de excesso de crédito e inadimplência. Eles foram responsáveis por gastar muito em uma ampla gama de projetos de construção nas principais cidades, novas estradas e ferrovias, e o que foi considerado o maior projeto de engenharia do mundo, a *Barragem* das *Três Gargantas.* Muitas das empresas estatais que recebiam empréstimos tinham deixado de pagá-los. Em 2004, o governo chinês foi forçado a resgatar dois dos maiores bancos estatais – o Banco da China e o Banco de Construção da China – com 24,6 bilhões de libras esterlinas.

Por último, no final de 2005, como uma das condições para entrar para a Organização Mundial do Comércio, o mercado doméstico chinês seria aberto a rivais estrangeiros, sem restrições. Esse seria o teste real para a economia chinesa, e uma das razões pelas quais o governo queria dar uma base sólida a seu sistema financeiro.

PERGUNTAS

1. Mao Tse-Tung e a Revolução Cultural
Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A
Declaração emitida em 1966 pelo comitê central do Partido Comunista Chinês sobre a Revolução Cultural.

> Embora a burguesia tenha sido derrubada, ela ainda está tentando usar ideias, costumes, cultura e antigos hábitos de exploração de

classe para corromper as massas, dominar suas mentes e tentar um retorno. O proletariado deve ser exatamente o contrário: deve encarar todos os desafios da burguesia e usar ideias, costumes, cultura e hábitos novos do proletariado para mudar a perspectiva mental de toda a sociedade. Por ser uma revolução, a Revolução Cultural inevitavelmente enfrenta resistências, principalmente dos que estão em posição de autoridade, que foram se infiltrando no Partido e estão tomando a via capitalista. Também vem da força dos hábitos da velha sociedade. O que o Comitê Central demanda do Comitê do partido em todos os níveis é mobilizar energicamente as massas, encorajar os camaradas que cometeram erros, mas estão dispostos a corrigi-los, aliviar seus fardos e se juntar à luta. Uma tarefa das mais importantes é transformar o antigo sistema educacional.

Fonte: citado em *Peking Review*, agosto de 1966.

(a) O que a fonte revela sobre os motivos e os objetivos de Mao ao introduzir a Revolução Cultural?
(b) Explique o que a fonte quis dizer com a expressão "tomando a via capitalista".
(c) De que forma o governo tentou realizar a Revolução Cultural e quais foram os resultados?

2. "Um desastre total e absoluto". Até que ponto você concordaria com esse comentário sobre as políticas de Mao Tse-Tung e do Partido Comunista Chinês no período de 1949-1960?
3. "A Revolução Cultural de 1966-1969 foi uma tentativa de Mao Tse-Tung de proteger seu próprio poder e sua posição e não uma verdadeira batalha de ideias". Quanto você acha que esse veredicto é justo com a Revolução Cultural de Mao Tse-Tung?
4. "Nem em sua visão econômica, nem na política, Deng Xiaoping poderia ser considerado um liberal". Até onde você concorda com essa visão?

21 O Comunismo na Coreia e no Sudeste da Ásia

RESUMO DOS EVENTOS

Na Coreia e em alguns dos países do Sudeste Asiático, a ocupação estrangeira, entre outros fatores, levou ao desenvolvimento de partidos comunistas, que geralmente estavam na linha de frente da resistência e cumpriram um papel vital na campanha pela independência.

- A **Coreia** esteve sob domínio japonês durante a maior parte da primeira metade do século XX e recuperou sua independência quando o Japão foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, mas o país foi dividido em dois Estados separados, o norte era comunista e o sul não. Após a guerra de 1950-1953, os dois Estados permaneceram rigidamente separados. A Coreia do Norte, um dos Estados mais sigilosos e desconhecidos do mundo, permanece comunista até hoje.
- A região conhecida como **Indochina** estava sob controle francês e consistia em três países: **Vietnã**, **Camboja** e **Laos**. No final da Segunda Guerra Mundial, em lugar de obter sua independência, como tinham esperado em função da derrota da França, eles descobriram que os franceses pretendiam agir como se nada tivesse acontecido e restabelecer seu domínio colonial. O Vietnã e o Laos, ao contrário do Camboja, não ficaram satisfeitos de sentar e esperar que os franceses se retirassem e travaram uma longa campanha na qual os partidos comunistas de ambos os países cumpriram um papel de destaque. Em 1954, os franceses admitiram a derrota e os três países se tornaram completamente independentes.

Tragicamente, isso não trouxe tempos mais pacíficos.

- O **Vietnã do Norte, comunista,** se envolveu em um longo conflito com o **Vietnã do Sul** (1961-1975), que passou a ser parte da Guerra Fria. Houve um amplo envolvimento norte-americano em apoio ao Vietnã do Sul. Graças à ajuda chinesa, o Vietnã do Norte saiu vitorioso, mas os dois países foram devastados pela guerra. Em 1975, os dois foram reunificados sob comando comunista, uma situação que perdura até hoje.
- O **Camboja** conseguiu permanecer relativamente em paz até 1970, sob o governo semiautocrático do príncipe Sihanouk. O país acabou sendo arrastado para a guerra do Vietnã, sofrendo cinco anos de catastróficos bombardeios pesados por parte dos Estados Unidos, seguidos de quatro anos de governo do sanguinário comunista Pol Pot e seu regime do Khmer Vermelho. Quando foi derrubado em 1979, graças à intervenção das forças comunistas vietnamitas, o Camboja provavelmente tinha sofrido tanta devastação quanto o Vietnã. Pelos 10 anos seguintes houve um governo comunista mais mo-

derado, com apoio vietnamita, depois do qual o país retornou a algo semelhante a um governo democrático, com o príncipe Sihanouk voltando a cumprir um papel de destaque.

- O **Laos** também teve uma história tumultuada. Pouco depois da independência, começou a guerra civil entre esquerda e direita, até o país ter o mesmo destino do Camboja, sendo arrastado para a guerra do Vietnã apesar de seu desejo de permanecer neutro, e teve que suportar bombardeios norte-americanos indiscriminados. No final de 1975, a organização comunista Pathet Lao assumiu o poder e se mantém no controle do país até hoje.

21.1 COREIA DO NORTE

(a) O regime comunista estabelecido

A Coreia estava sob ocupação japonesa desde 1905, depois da vitória do Japão na guerra russo-japonesa de 1904-1905. Havia um forte movimento nacionalista coreano, e em uma conferência realizada no Cairo, em 1943, Estados Unidos, Reino Unido e China prometeram que, quando a guerra terminasse, seria criada uma Coreia unida e independente. Com o Japão à beira da derrota, no início de 1945, parecia finalmente haver uma possibilidade visível de uma Coreia livre. Infelizmente para os coreanos, as coisas não funcionaram como eles esperavam: três semanas antes da rendição japonesa, a URSS declarou guerra contra o Japão (8 de agosto de 1945), trazendo um novo elemento para a equação. Por muitos anos, os russos desejaram influenciar a Coreia, e sua entrada na guerra implicava que eles também tivessem voz sobre o futuro do país. As tropas russas na Manchúria eram as mais próximas à Coreia e conseguiram entrar no norte do país, mesmo antes de os japoneses se renderem oficialmente, em 2 de setembro. As forças soviéticas trabalharam junto com os comunistas e os nacionalistas coreanos, e os exércitos de ocupação japoneses foram rapidamente desarmados. A República Popular da Coreia foi proclamada, e *o líder comunista, Kim Il Sung, rapidamente surgiu como figura política dominante*. Apoiado por tropas soviéticas, Kim, que havia recebido formação na URSS, começou a introduzir sua própria versão do marxismo-leninismo no novo país.

Enquanto isso, os norte-americanos, preocupados com a possibilidade de toda a península coreana cair sob controle dos russos, rapidamente mandaram tropas para ocupar o sul. Foram os norte-americanos que propuseram que a divisão entre norte e sul estivesse no paralelo 38. No sul, o *Dr. Syngman Rhee tornou-se o principal político*. Ele era fortemente nacionalista e anticomunista, e estava decidido a construir uma Coreia livre do comunismo. Em resposta, Stalin jogou uma enorme quantidade de ajuda russa no norte, transformando-o em um poderoso Estado militar, com muita capacidade de se defender contra qualquer ataque do sul. Em 1948, Stalin retirou as tropas soviéticas, e foi proclamada a República Popular Democrática da Coreia, com Kim Il Sung como premier. Sendo assim, a Coreia do Norte teve um governo comunista independente antes da vitória comunista na China. No ano seguinte, depois que Mao Tse-Tung se tornou líder chinês, a Coreia do Norte independente recebeu reconhecimento oficial do país, da URSS e dos Estados comunistas do Leste Europeu.

(b) Um estado ou dois?

A pergunta dominante no período imediatamente posterior à guerra era: o que acontecera com a promessa dos Aliados de uma Coreia unida? De preferência, os norte-americanos queriam uma Coreia unificada, anticomunista e pró-ocidental, enquanto os russos, e depois de 1949, os chineses,

queriam uma Coreia única, mas que fosse comunista, mas nem Estados Unidos nem URSS queriam se envolver diretamente. Dadas as posições inflexíveis de Kim Il Sung e Syngman Rhee, o dilema parecia insolúvel e chegaram ao acordo de que o problema seria entregue à ONU, que assumiu a tarefa de organizar eleições para todo o país como primeiro passo em direção à unificação de península.

Kim Il Sung se recusou a realizar eleições na Coreia do Norte, porque a população do norte era muito menor do que a do sul e os comunistas seriam minoria no país como um todo, mas as eleições no sul foram realizadas. A nova Assembleia Nacional escolheu Syngman Rhee como primeiro presidente da República da Coreia. A Coreia do Norte respondeu fazendo suas próprias eleições, que resultaram na vitória de Kim. Ambos os líderes afirmavam falar em nome de todo o país. Em junho de 1949, os norte-americanos retiraram de bom grado suas tropas da Coreia do Sul, onde Syngman Rhee estava se tornando um constrangimento em função de seu governo corrupto e autoritário, quase tão extremo quanto o de Kim no norte, mas *a retirada de todas as tropas estrangeiras deixou uma situação potencialmente instável e perigosa.*

Apenas um ano depois, em 25 de junho de 1950, após alguns conflitos de fronteira, forças norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul. Os exércitos de Syngman Rhee começaram a se desintegrar rapidamente e os comunistas pareciam estar em vias de unificar o país sob seu governo em Pyongyang. As razões imediatas pelas quais Kim lançou o ataque ainda são debatidas pelos historiadores (ver Seção 8.1). O que é certo é que quando foi assinado um acordo de paz em 1953, pelo menos 4 milhões de coreanos haviam perdido a vida e a península estava destinada a permanecer dividida pelo futuro próximo em dois Estados altamente armados e mutuamente desconfiados.

(c) A Coreia do Norte depois da guerra

Graças à ajuda chinesa, Kim Il Sung e seu regime sobreviveram. Terminada a guerra, ele se concentrou em eliminar toda a oposição interna que restara, inicialmente os grupos não comunistas, e depois todos os adversários na liderança dentro do partido comunista coreano. Tendo se transformado em líder absoluto, ele permaneceu no poder, aparentemente inexpugnável, pelos 40 anos seguintes, até morrer em 1994. Embora fosse comunista, ele tinha suas próprias ideias sobre o que isso significava exatamente e não se limitou a imitar a URSS e a China.

- Kim deu início a um programa de industrialização e à coletivização da agricultura, visando à autossuficiência em todos os setores da economia, para que a Coreia do Norte não dependesse de ajuda de qualquer de seus grandes aliados comunistas. Ironicamente, contudo, aceitava considerável ajuda de ambos, o que possibilitou que a economia se expandisse rapidamente nos primeiros 10 anos depois da guerra. O padrão de vida melhorou e o futuro sob o regime de Kim parecia promissor.
- Foi dada muita ênfase à construção da força militar do país depois do decepcionante desempenho na segunda metade da guerra. O exército e a força aérea foram ampliados e construíram novos aeroportos militares. Kim nunca abandonou o sonho de assumir o controle sobre o sul.
- A sociedade como um todo era rigidamente controlada na busca de autossuficiência. O Estado tinha controle sobre tudo, os planos econômicos, a força de trabalho, os recursos, os militares e os meios de comunicação. O sistema de propaganda de Kim foi montado no sentido de construir seu culto à personalidade como o grande líder infalível de seu povo. O controle total do governo sobre os meios

de comunicação e as comunicações com o mundo exterior faziam com que a Coreia do Norte fosse provavelmente o país mais isolado, sigiloso e fechado do mundo.

- Em meados dos anos de 1960, o princípio da autossuficiência (*Zuche*) foi definido oficialmente em termos de quatro temas: "autonomia na ideologia, independência na política, autossuficiência na economia e independência na defesa".
- Kim continuava sua campanha contra o sul, tentando desestabilizar seu governo de várias formas, sendo que a mais indignante de todas foi uma tentativa fracassada de comandos norte-coreanos assassinarem o presidente da Coreia do Sul (1968). Com o desenvolvimento da *détente* no início dos anos de 1970 e a melhoria das relações entre Ocidente e o mundo comunista, o norte suspendeu sua campanha e deu início a conversações com o sul. Em julho de 1972, anunciou-se que ambos os lados tinham concordado em trabalhar pacificamente pela unificação, mas a política do norte era errática: às vezes, Kim suspendia todas as discussões. Em 1980, ele propôs um Estado federal no qual Norte e Sul teriam representação igual. Em 1983, vários sul-coreanos importantes foram mortos em um atentado a bomba; em 1987, um avião de uma companhia aérea sul-coreana foi destruído por uma bomba-relógio. Então, em 1991, houve conversações de alto nível que levaram ao anúncio de uma renúncia conjunta à violência e às armas nucleares, mas ainda parecia que nenhum avanço verdadeiro poderia ser feito enquanto Kim Il Sung estivesse no comando.
- Durante a segunda metade dos anos de 1960, a economia da Coreia do Norte entrou em dificuldades por diversas razões. A distância entre URSS e China, que aumentou cada vez mais a partir de 1956, deixava Kim em uma posição difícil. Qual lado ele apoiaria? Inicialmente, ele se manteve pró-soviético, depois redirecionou sua lealdade à China, e finalmente, tentou ser independente de ambas. Quando ele se afastou de Moscou, no final dos anos de 1950, a URSS reduziu muito sua ajuda. Em 1966, no início da Revolução Cultural de Mao, os chineses cortaram a deles. Depois disso, nenhum dos planos de desenvolvimento de Kim atingiu suas metas. Outra fraqueza grave foi o excesso de despesas na indústria pesada e nos armamentos. Os bens de consumo e confortos supérfluos passaram a ser considerados como de importância secundária. Houve um rápido aumento populacional, que gerou uma carga extra para a economia e a indústria de alimentos como um todo. O padrão de vida decaiu, a vida para a maioria das pessoas ficou dura e as condições se limitavam ao básico. Na década de 1980, a economia se recuperou, mas no início dos anos de 1990, com o desaparecimento das ajudas da Rússia, houve mais dificuldades.

(d) A vida sob o governo de Kim Jong Il

Em 1980, Kim Il Sung (o "Grande líder") deixou claro que pretendia que seu filho, Kim Jong Il (que em seguida seria conhecido como "Estimado líder"), que foi secretário interino do partido, fosse seu sucessor. O jovem Kim foi assumindo mais do trabalho cotidiano do governo, até que seu pai morreu de um ataque cardíaco em 1994, aos 82 anos. A essas alturas, a Coreia do Norte estava diante de uma crise. A economia havia se deteriorado ainda mais durante os 10 anos anteriores, a população triplicara desde 1954 e o país começava a sofrer escassez de alimentos. Mesmo assim, foram gastas grandes quantidades de dinheiro no desenvolvimento de armas nucleares e mísseis de longo alcance. Com o colapso da URSS, a Coreia do Norte perdeu um dos pou-

cos países dos quais poderia esperar alguma solidariedade para com seu sofrimento.

Kim Jong Il, que tinha um pensamento mais aberto e progressista do que seu pai, foi forçado a uma ação drástica: *aceitou que o país precisava se afastar do isolacionismo* e trabalhou para melhorar as relações com a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Em 1994, concordou em desativar os reatores nucleares para produção de plutônio em troca do fornecimento de fontes alternativas de energia – dois reatores nucleares de água leve para geração de energia – de um consórcio internacional conhecido como KEDO (*Korean Peninsula Energy Development Organization*), do qual participavam os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão. O governo Clinton era simpático à ideia, concordando em relaxar as sanções econômicas contra a Coreia do Norte. Em retorno, Kim suspendeu seus testes de mísseis de longo alcance (1999). Em junho de 2000, o presidente sul-coreano Kim Dae Jung visitou Pyongyang e, pouco depois, vários prisioneiros políticos norte-coreanos, que estavam presos no sul por muitos anos, foram libertados. Ainda mais surpreendente, em outubro, a secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright fez uma visita a Pyongyang e teve conversas positivas com Kim. A Coreia do Norte restabeleceu relações diplomáticas com a Itália e a Austrália. Em 2001, Kim, que havia adquirido uma reputação de recluso, fez visitas à China e à Rússia, onde se reuniu com o presidente Putin, e prometeu que os testes de mísseis permaneceriam suspensos pelo menos até 2003.

Enquanto isso, a situação dentro da Coreia do Norte continuava a se deteriorar. Em abril de 2001, divulgou-se que, depois do inverno rigoroso, havia grave escassez de alimentos, com a maioria das pessoas sobrevivendo com 200 gramas de arroz por dia. Em resposta, a Alemanha imediatamente prometeu mandar 30.000 toneladas de carne. Em maio, o vice-primeiro-ministro apresentou um relatório apavorante em uma conferência do Unicef sobre as condições em seu país. Entre 1993 e 2000, as taxas de mortalidade de crianças abaixo de cinco anos aumentaram de 27 a 48 por mil, o PIB *per capita* caiu de 991 dólares por ano para 457; a porcentagem de crianças que recebiam vacinas para doenças como pólio e sarampo foi reduzida de 90 para 50%, e a porcentagem da população com acesso a água potável desceu de 86 para 5%. Além de tudo isso, as relações com os Estados Unidos tiveram uma súbita mudança quando George W. Bush subiu ao poder, em janeiro de 2001. O novo presidente parecia relutante em dar continuidade ao relacionamento, e depois das atrocidades de 11 de setembro, fez ameaças ao que chamou de "eixo do mal", no qual incluía o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte.

(e) A Coreia do Norte, os Estados Unidos e o confronto nuclear

O confronto com os Estados Unidos se desenvolveu em cima da possibilidade da Coreia do Norte possuir ou não armas nucleares. Os norte-americanos suspeitavam que ela tinha, mas os norte-coreanos afirmavam que seus reatores nucleares serviam para produzir eletricidade. O comportamento de ambos os lados, principalmente da Coreia do Norte, era inconstante, e a disputa se arrastou para 2004. O problema surgiu com a falta de avanço no projeto KEDO, acordado em 1994. As obras dos reatores de água leve prometidos nem tinham começado, os norte-americanos acusavam Kim de não completar a prometida desativação de suas usinas nucleares, enquanto os norte-coreanos protestavam que as obras dos novos reatores deveriam iniciar antes que eles fechassem os seus. Em agosto de 2002, começaram as obras no primeiro dos reatores e os norte-americanos exigiram que a Coreia permitisse aos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) supervisionar suas instalações nucleares, mas os norte-coreanos negaram e culparam os Estados Unidos pelo atraso na construção dos reatores. Os norte-americanos impuseram sanções tecno-

lógicas aos norte-coreanos e os acusaram de fornecer mísseis balísticos ao Iêmen.

Depois de uma reunião com o primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi, Kim aceitou permitir a entrada dos inspetores, mas quando isso não gerou resposta positiva por parte dos Estados Unidos, ele anunciou que a Coreia do Norte iria reiniciar a operação de sua usina nuclear em Yongbyon, que estava desativada desde 1994. Então, os Estados Unidos declararam o projeto KEDO nulo e sem valor, embora o Japão e a Coreia do Sul estivessem dispostos a seguir em frente com ele. Os norte-americanos, que também estavam ameaçando guerra contra o Iraque, continuaram com sua postura intransigente, afirmando que os Estados Unidos tinham condições de vencer duas guerras de grande porte em diferentes regiões ao mesmo tempo (dezembro de 2002). Os norte-coreanos responderam anunciando sua retirada do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) assinado em 1970, embora reafirmassem não ter planos para fabricar armas nucleares. O que eles realmente queriam, segundo disse seu embaixador à ONU, era um pacto de não agressão com os norte-americanos, o que estes recusavam, afirmando que os coreanos já tinham, pelo menos, duas bombas nucleares. Mais ou menos nessa época, o Programa Mundial de Alimentos da ONU informou que havia escassez grave de comida e remédios na Coreia do Norte e fez um apelo por contribuições em cereais.

Janeiro de 2003 trouxe uma mudança súbita nas políticas dos Estados Unidos: o presidente Bush, provavelmente sob pressão do Japão e da Coreia do Sul, que estavam ansiosos para ver a crise resolvida, ofereceu voltar a enviar comida e combustíveis à Coreia do Norte se ela desmontasse seu programa de armas nucleares. Os coreanos insistiram em que não tinham armas nucleares, nem intenções de construí-las, e disseram que estavam prontos para permitir que os Estados Unidos enviassem seus próprios inspetores para comprovar as afirmações. No entanto, em abril de 2003, um porta-voz do ministério do exterior da Coreia do Norte afirmou que eles já tinham armas nucleares e em pouco tempo teriam plutônio suficiente para mais oito ogivas, dando motivos para a ampla especulação e discussão internacionais sobre se eles realmente tinham as armas. A visão majoritária parecia ser que não, e que sua tática estava voltada a forçar os Estados Unidos a fazer concessões, como ajuda econômica e um tratado de não agressão. Outra teoria era de que, dado o recente ataque norte-americano e britânico ao Iraque, Kim queria fazer com que Bush pensasse duas vezes antes de também atacar a Coreia do Norte.

Embora alguns membros da administração Bush tenham feito comentários hostis sobre Kim Jong Il, o presidente estava ansioso para acalmar as coisas, principalmente à medida que as forças norte-americanas estavam ficando enredadas em uma situação cada vez mais difícil no Iraque. Em agosto de 2003, os Estados Unidos suavizaram sua postura em conversações com os norte-coreanos: em vez de exigir que o programa nuclear fosse eliminado completamente antes do retorno da ajuda norte-americana, eles diziam agora que seria aceitável uma abordagem passo a passo ao desmantelamento das instalações nucleares, que seria atendida com "passos correspondentes" de seu lado. Posteriormente, Bush anunciou que os Estados Unidos continuariam a financiar o projeto KEDO e estavam dispostos a oferecer garantias de segurança à Coreia do Norte em troca de uma eliminação comprovável de seu programa de armas nucleares. A Coreia do Norte respondeu que estava pronta para examinar as propostas de Bush (outubro de 2003).

No final de 2003, relatos indicavam que as condições de vida na Coreia do Norte estavam dando sinais de melhora, mas, ao mesmo tempo, havia informações perturbadoras sobre a existência de grandes quantidades de campos de trabalho no norte do país, contendo milhares de prisioneiros políticos, uma situação que lembrava o *gulag* de Stalin na URSS.

21.2 VIETNÃ

(a) A luta pela independência

O Vietnã, junto com o Laos e o Camboja, era a parte do Império Francês no sudeste da Ásia, conhecida como a União Indochinesa, estabelecida em 1887. Em muitos aspectos, os franceses eram bons administradores coloniais, construindo estradas e ferrovias, escolas e hospitais e mesmo uma universidade em Hanoi, no norte do Vietnã. Mas havia pouca industrialização, a maioria das pessoas era de camponeses pobres para quem a vida era difícil. Na década de 1930, começaram a surgir movimentos de protesto, mas eles eram reprimidos sem cerimônia pelas autoridades francesas. *A atitude francesa estimulou os sentimentos nacionalistas e revolucionários e trouxe uma onda de apoio para o novo Partido Comunista do Vietnã, formado por Ho Chi Minh em 1929.* Ho Chi Minh morou na França, na China e na URSS, e sempre foi um nacionalista comprometido, mas depois de suas viagens ao exterior, tornou-se também comunista. Seu sonho era um Vietnã unido sob comando comunista. Nos anos de 1930, contudo, parecia haver poucas esperanças de se livrar do domínio francês.

A derrota francesa na Europa, em junho de 1940, aumentou as esperanças de independência para o Vietnã, mas elas foram logo desfeitas quando as forças japonesas invadiram a Indochina. Quando os nacionalistas e os comunistas lançaram um levante total no sul do Vietnã, os franceses (agora sob as ordens do governo de Vichy e, portanto, tecnicamente, no mesmo lado da Alemanha e do Japão) e os japoneses trabalharam juntos, a revolta foi brutalmente esmagada. Com o movimento comunista quase varrido no sul, Ho Chi Minh foi para o norte e organizou o movimento de resistência nacionalista e comunista, a Liga para a Independência do Vietnã, conhecida como "Vietminh".

O Vietminh foi forçado a esperar até que a maré virasse contra os japoneses.

No verão de 1945, com a iminente derrota do Japão (que se rendeu em 14 de agosto), Ho Chi Minh se preparou para tomar a iniciativa antes que os franceses voltassem. As forças do Vietminh e seus apoiadores tomaram Hanoi, Saigon e a maioria das grandes cidades em setembro de 1945, foi proclamada a República Democrática do Vietnã, com Ho Chi Minh de presidente. Infelizmente, a declaração se mostrou prematura. Os Aliados tinham acertado que, quando a guerra terminasse, a metade sul do país ficaria sob administração britânica e francesa. Quando as forças britânicas entraram, decidiu-se que o controle francês deveria ser restabelecido o mais rápido possível.

Inacreditavelmente, para reprimir o Vietminh no sul, os britânicos usaram tropas japonesas que permaneceram no país depois que seu governo se rendeu e que ainda não tinham sido desarmadas. Os britânicos estavam ansiosos para não privar seu aliado de suas colônias, porque isso poderia estimular uma tendência geral à descolonização, na qual a Grã-Bretanha também poderia perder seu império. No final da guerra, a ordem foi restabelecida e cerca de 50.000 soldados franceses chegaram para assumir o controle. Nesta época, antes de começar a Guerra Fria, os norte-americanos estavam estupefatos com o que acontecera, já que tinham prometido libertar os povos da Indochina. Como aponta J. A. S. Grenville (em *The Collins History of the World in the Twentieth Century*),

> esse foi um dos episódios mais extraordinários do pós-guerra. Se o sul tivesse podido seguir o norte e a independência de toda a Indochina tivesse sido aceita pelos britânicos, o trauma da mais longa guerra na Ásia, que levou a 2,5 milhões de mortos e causou um sofrimento indescritível, poderia ter sido evitado.

Inicialmente, os franceses pareciam dispostos a fazer um acordo. Eles controlavam o sul e reconheciam a independência da República Vietnamita no norte, desde que ela permanecesse dentro da União Francesa, mas, no

verão de 1946, ficou claro que os franceses não tinham qualquer intenção de permitir que o norte tivesse independência verdadeira, e Ho Chi Minh exigiu a completa independência de todo o Vietnã. Os franceses rejeitaram isso, e as hostilidades começaram quando eles bombardearam o porto de Haiphong, ao norte, matando milhares de civis vietnamitas. Depois de oito anos de luta acirrada, os franceses foram finalmente derrotados em Dien Bien Phu (1954). Os Acordos de Genebra reconheciam a independência do Vietnã do Norte de Ho Chi Minh, mas dali em diante a região ao sul do Paralelo 17 seria controlada por uma comissão internacional de canadenses, poloneses e indianos. A comissão organizaria eleições para todo o país em julho de 1956, depois das quais o Vietnã seria unificado.

(b) Os dois Vietnãs

Todas as indicações eram de que o Vietminh venceria as eleições, mas, mais uma vez, suas esperanças foram desfeitas. As eleições nunca aconteceram: com a Guerra Fria a pleno vapor, os norte-americanos estavam determinados a impedir que o Vietnã se unificasse sob um governo com fortes conexões comunistas. Eles apoiaram o nacionalista e anticomunista Ngo Dinh Diem como líder do sul. Em 1955, ele proclamou a República do Vietnã do Sul, com ele próprio de presidente e um regime fortemente anticomunista. As eleições tinham desaparecido da agenda.

Nessa época, ambos os Vietnãs estavam em estado lamentável, devastados por quase uma década de lutas. O governo de Ho Chi Minh, em Hanoi, recebia ajuda da URSS e a China começou a introduzir políticas socialistas de industrialização e coletivização da agricultura. O presidente Ngo Dinh Diem, em Saigon, foi ficando cada vez mais impopular, fazendo com que mais pessoas se unissem aos comunistas ou aos Vietcongs, que eram entusiasticamente apoiados pelo norte. (Para os eventos subsequentes e a guerra do Vietnã de 1961-1975, ver Seção 8.3).

(c) A República Socialista do Vietnã, isolada

O governo da nova República Socialista do Vietnã, proclamada oficialmente em julho de 1976, com sua capital em Hanoi, enfrentava problemas enormes. O país pouco tinha conhecido a paz em 30 anos. Grandes extensões do norte foram devastadas por bombardeios norte-americanos, e em todo o país, milhões de pessoas estavam desabrigadas. Seu líder inspirador, Ho Chi Minh, morrera em 1969. Estava claro que a recuperação seria uma tarefa difícil.

- O governo começou a ampliar suas políticas centralizadas de economia de comando para o sul, abolindo o capitalismo e coletivizando a terra agricultável. Mas isso gerou forte oposição, principalmente no grande centro empresarial e comercial de Saigon (que foi rebatizada de Cidade de Ho Chi Minh). Muitas pessoas se recusavam a cooperar e faziam tudo o que podiam para sabotar as novas medidas socialistas. Os quadros do partido, cuja tarefa era ir ao interior organizar a coletivização, muitas vezes tinham pouca disposição e competência. Isso, junto com a alta corrupção entre dirigentes do partido, transformou o processo como um todo em um desastre.
- Havia fortes divisões entre os principais líderes partidários sobre o quanto se poderia continuar com longas políticas marxista-leninistas puras. Alguns queriam seguir o exemplo da China e fazer experiências com elementos do capitalismo, mas os adeptos da linha-dura condenavam essas ideias como sendo sacrílegas.
- No final da década de 1970, o país sofreu grandes inundações e secas, que, junto com os problemas da coletivização e um rápido aumento da população, geraram grave escassez de alimentos. Centenas de milhares de pessoas fugiram do país, algumas a pé para a Tailândia e outras para a Malásia por mar (os "balseiros").

- A política externa vietnamita era expansionista e fez o país entrar em conflito com seus vizinhos. O regime pretendia estabelecer alianças com os novos governos de esquerda no Laos e no Camboja (Kampuchea). Quando o regime do Khmer Vermelho no Camboja se recusou a aceitar um relacionamento próximo e persistiu com ataques de fronteira provocadores, o Vietnã invadiu e ocupou a maior parte do país (dezembro de 1978). O Khmer Vermelho foi expulso e substituído por um governo pró-Vietnã, mas não estava acabado e começou uma guerrilha contra o novo regime, com os vietnamitas sendo obrigados a mandar 200.000 soldados para manter seu aliado no poder. Para piorar as coisas, Pol Pot era protegido dos chineses, que ficaram furiosos com a intervenção do Vietnã. Em fevereiro de 1979, eles lançaram uma invasão do Vietnã do Norte, causando danos consideráveis à zona de fronteira, embora não tenham escapado ilesos, já que os vietnamitas montaram uma defesa firme. Os chineses se retiraram após três semanas, afirmando ter dado uma dura lição aos vietnamitas. Depois disso os chineses apoiaram os guerrilheiros do Khmer Vermelho, e os Estados Unidos, o Japão e a maioria dos países da Europa Ocidental impuseram um embargo comercial ao Vietnã. Era uma situação estranha, em que os Estados Unidos e seus aliados continuavam a apoiar Pol Pot, um dos mais grotescos e brutais ditadores que o mundo já conheceu.

Em meados da década de 1980, o Vietnã estava quase que completamente isolado. Seus vizinhos na *Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of South-East Asian Nations, ASEAN)* eram todos hostis e apoiavam o movimento de resistência no Camboja, e mesmo a URSS, que tinha apoiado constantemente o Vietnã contra a China, estava reduzindo em muito sua ajuda.

(d) O Vietnã muda de rumo

Em 1986, o Vietnã estava em uma grave crise. Isolado internacionalmente, o regime tinha um enorme exército permanente, de cerca de um milhão de soldados, cujo alto custo de manutenção era destrutivo. Ainda não se tinha conseguido introduzir uma economia socialista viável no Sul. Com as mortes dos líderes partidários mais antigos, os membros mais jovens conseguiram convencer o partido da necessidade de mudanças políticas profundas e, especialmente, da necessidade de se retirar do Camboja. No 3° Congresso Nacional do Partido Comunista (dezembro de 1986), um importante reformador econômico, Nguyen Van Linh, foi indicado como secretário-geral e introduziu uma nova doutrina conhecida como Doi Moi, que significava *renovar a economia, como já tinham começado a fazer os chineses, avançando em direção ao livre mercado*, numa alternativa de elevar o padrão de vida ao nível dos vizinhos do Vietnã.

Finalmente chegaram a um acordo com relação ao Camboja: as tropas vietnamitas foram retiradas em setembro de 1989 e a tarefa de encontrar um acordo permanente foi repassada à ONU (ver a seção seguinte), o que representou um grande alívio para o regime, já que liberou enormes quantidades de receita que poderiam ser agora investidas na economia. Mesmo assim, o progresso econômico era lento, e vários anos se passaram antes da população sentir muitos benefícios. Um dos problemas era o rápido crescimento da população, que chegou a quase 80 milhões no final do século (em 1950, era de cerca de 17 milhões).

Os sinais de progresso ficaram mais visíveis durante os primeiros anos do novo século. Em julho de 2000, foi inaugurada a primeira bolsa de valores do país na Cidade de Ho Chi Min e foram dados passos importantes rumo à reconciliação com os Estados Unidos (restabeleceram relações em 1995). Foi assinado um acordo comercial que permitia que fossem importados produtos norte-americanos ao Vietnã em troca de impostos mais baixos

sobre os produtos vietnamitas que entrassem nos Estados Unidos. Em novembro, o presidente Clinton fez uma visita ao Vietnã como parte de um esforço de divulgação, para incentivar os laços empresariais e culturais.

Em abril de 2001, o governo anunciou uma nova meta de crescimento anual, de 7,5% para os próximos cinco anos. Seria dada igualdade ao setor privado da economia, segundo uma diretriz do governo: "Todos os setores da economia são componentes importantes da economia de mercado de orientação socialista". Em uma tentativa de reduzir a corrupção, todos os dirigentes do partido e do governo deveriam declarar publicamente seus bens e seus interesses. Começou-se a trabalhar em um novo projeto hidroelétrico no norte, que poderia fornecer energia e ajuda para controlar inundações. Outro evento animador foi a expansão do turismo, revelando-se que mais de 2 milhões de pessoas tinham visitado o país em 2000. Em dezembro de 2002, foi anunciado que a economia tinha quase alcançado sua meta, crescendo 7% durante o ano. A produção industrial tinha subido 14%, principalmente devido a um grande aumento na fabricação de motocicletas e automóveis. Em outubro de 2003, o Programa de Alimentos da ONU recebeu a primeira contribuição do Vietnã, uma remessa de arroz para o Iraque. O Vietnã era agora um doador internacional de ajuda, em vez de ter que recebê-la.

Ao mesmo tempo, o país estava se tornando menos isolado. Além de relações mais próximas com os Estados Unidos, haviam sido estabelecidos laços com a Rússia, a China e os países da ASEAN. O presidente russo Putin fez uma visita e foi feito um acordo sobre cooperação econômica e sobre a venda de armas russas. Houve visitas dos líderes chineses Hu Jintao e Li Peng, e o país foi sede de várias reuniões da Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Embora o Vietnã parecesse ter conseguido reformar sua economia de comando, seguindo o modelo chinês, muito pouco mudou no sistema político. O país permaneceu com um sistema de partido único, com o Partido Comunista dominando e controlando tudo. Por exemplo, nas eleições realizadas em maio de 2002, foram eleitos 498 parlamentares entre 759 candidatos; 51 dos eleitos não eram membros do Partido Comunista e dois foram descritos como "independentes". Entretanto, todos os candidatos tiveram que ser examinados antes e aprovados pelo partido. Nenhum outro partido foi permitido e, embora a assembleia nacional recém-eleita pudesse ser mais crítica com os ministros do que antes, não havia possibilidade de os líderes comunistas serem derrotados.

Em 2002 e 2003, houve relatos de abusos dos direitos humanos, principalmente da perseguição de grupos religiosos, como budistas e cristãos. Um grupo cristão protestante evangélico conhecido como Montagnards foi o principal alvo. Seus membros reclamavam de espancamentos, tortura e detenção sob acusações de "comportamento reacionário". As igrejas foram queimadas e pelo menos um cristão foi espancado até a morte. Várias centenas fugiram para o Camboja, onde moram em campos de refugiados. No final de 2003, as relações internacionais do Vietnã começavam a sofrer: os Estados Unidos e a União Europeia fizeram protestos oficiais sobre a perseguição e os norte-americanos ofereceram asilo aos Montagnards, mas o governo vietnamita rejeitou os protestos e afirmou que os relatos eram "totalmente falsos e caluniosos".

21.3 CAMBOJA/KAMPUCHEA

(a) O príncipe Sihanouk

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Camboja era um protetorado francês com seu próprio rei, Monivong (que reinou de 1927 a 1941), embora os franceses lhe concedessem muito pouco poder. Monivong foi sucedido por seu neto de 18 anos, Norodom Sihanouk, mas, de 1941 a 1945, esteve sob ocupação japonesa. Em março de 1945, quando a derrota do Japão se tornou inevitável, Sihanouk proclamou

no Camboja um Estado independente, mas as tropas francesas logo voltaram e ele teve que aceitar uma reversão à posição que existia antes da guerra. Sihanouk era um político perspicaz, acreditava que o domínio francês não sobreviveria muito tempo, e estava disposto a esperar em vez de usar a força. Enquanto a luta pela independência assolava o vizinho Vietnã, o Camboja vivia relativamente em paz. Sihanouk se colocou à frente do movimento nacionalista, evitou envolvimento em qualquer partido político e logo conquistou respeito e popularidade com uma ampla e variada parcela da sociedade cambojana.

Em 1954, depois da derrota francesa no Vietnã, a conferência de Genebra reconheceu a independência do Camboja, e o governo de Sihanouk como sendo a autoridade de direito. Embora ele tivesse uma popularidade imensa entre as pessoas comuns, como arquiteto da paz e da independência, muitos na *intelligentsia* estavam descontentes com seu crescente autoritarismo. *A oposição incluía grupos pró-democracia e o Partido Comunista, formado em 1951, que acabou ficando conhecido como o Partido Comunista do Kampuchea*. Sihanouk fundou seu próprio partido político, uma "Comunidade Socialista Popular", e em março de 1955, deu o importante passo de abdicar em favor de seu pai, Norodom Suramarit, para que ele próprio pudesse se dedicar integralmente à política, como Sr. Sihanouk (embora continuasse sendo conhecido pelo povo como príncipe Sihanouk).

Seu novo partido político teve uma vitória esmagadora nas eleições seguintes, conquistando todas as cadeiras na Assembleia Nacional. O príncipe Sihanouk assumiu o título de primeiro-ministro, e quando seu pai morreu, em 1960, tornou-se chefe de Estado, mas não assumiu o título de rei. Dada sua permanente popularidade, os partidos de oposição, principalmente os comunistas (que agora se chamavam Khmer Vermelho) avançavam muito pouco, e Sihanouk permaneceu no poder pelos 10 anos seguintes. Seu governo conseguia ser autoritário e benigno ao mesmo tempo, e o país desfrutou de um período de paz e razoável prosperidade enquanto, durante muito tempo, o Vietnã foi arrasado pela guerra civil.

Infelizmente, a política externa de Sihanouk era contrária aos Estados Unidos. Ele não confiava nas motivações norte-americanas e suspeitava que a Tailândia e o Vietnã do Sul – ambos Aliados dos Estados Unidos – tinham planos para o Camboja. Ele tentou permanecer neutro em questões internacionais, evitou aceitar ajuda norte-americana e foi incentivado nessa atitude pelo presidente francês de Gaulle, a quem admirava. À medida que a guerra no Vietnã assumia grandes proporções, Sihanouk entendeu que os comunistas vietnamitas provavelmente acabariam vencendo, e concordou em permitir que usassem bases no Camboja, bem como a trilha Ho Chi Minh através do território cambojano, que o Vietminh usou para movimentar tropas e suprimentos do norte comunista ao sul. Como ele não tinha força para impedir isso de qualquer forma, parecia a política mais sensata. Contudo, os norte-americanos começaram a bombardear vilas cambojanas próximas à fronteira com o Vietnã e, consequentemente, em maio de 1965, Sihanouk rompeu relações com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, começou a avançar para uma relação mais próxima com a China.

(b) O príncipe Sihanouk derrubado: o Camboja em guerra (1970-1975)

No final dos anos de 1960, a popularidade de Sihanouk declinou. Os direitistas não gostavam de sua postura antiamericana nem de sua colaboração com os comunistas do Vietnã, enquanto a esquerda e os comunistas se opunham a seus métodos autoritários. Os comunistas, sob a liderança de *Saloth Sar (que mais tarde passou a se chamar Pol Pot)*, que era professor na capital Phnom Penh antes de sair para organizar o partido, estavam ficando cada vez mais fortes. Em 1967, provocaram um levante entre camponeses do norte do país, o que assustou Sihanouk e lhe

fez pensar que uma revolução comunista era iminente. Ele reagiu exageradamente, usando tropas para reprimir o levante, vilas foram queimadas e os suspeitos de estarem criando a confusão foram assassinados ou presos sem julgamento. Sihanouk acabou perdendo ainda mais credibilidade com a esquerda ao restabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos. Os conflitos entre os guerrilheiros comunistas cambojanos (o Khmer Vermelho) e o exército de Sihanouk aumentaram, tornando-se eventos quase diários.

Ainda pior, o novo presidente norte-americano, Richard Nixon, e seu assessor de segurança, Henry Kissinger, começaram a bombardear intensamente as bases vietnamitas no Camboja. À medida que os comunistas avançavam mais para dentro do país, os bombardeiros os seguiam e aumentavam as mortes de civis cambojanos. Em 1970, os principais anticomunistas decidiram que era necessária uma ação drástica. Em março de 1970, enquanto Sihanouk estava em visita a Moscou, o general Lon Nol e seus apoiadores, sustentados pelos norte-americanos, deram um golpe. Sihanouk foi derrubado, buscou refúgio em Beijing, e Lon Nol se tornou chefe de governo.

O período de Lon Nol no poder (1970-1975) foi um desastre para o Camboja. Ele tinha prometido expulsar rapidamente as forças do Vietcong do país, mas isso fez com que o Camboja entrasse no centro da guerra do Vietnã. Quase que imediatamente, tropas dos Estados Unidos e do Vietnã do Sul invadiram o leste do Camboja, enquanto, nos três anos seguintes, bombardeiros norte-americanos atacavam pesadamente o interior, destruindo centenas de vilas. Porém, os norte-americanos não conseguiram destruir o Vietcong nem o Khmer Vermelho de Pol Pot, e ambos continuavam a atacar as forças norte-americanas. Até mesmo os apoiadores de Sihanouk entraram para a luta contra os invasores.

Em janeiro de 1973, a paz chegou ao Vietnã, mas os Estados Unidos continuaram o pesado bombardeio aéreo do Camboja, em uma última tentativa de impedir que o Khmer Vermelho chegasse ao poder. Em março, abril e maio de 1973, foi jogado mais do que o dobro em toneladas de bombas sobre o Camboja do que em todo o ano seguinte. Mesmo assim, os Estados Unidos e o Camboja não estavam em guerra e os cambojanos não ameaçavam tropas norte-americanas. O que havia de infraestrutura no país e sua economia tradicional estavam totalmente destruídos. Depois que os Estados Unidos interromperam os bombardeios, a guerra civil continuou por mais dois anos, à medida que o Khmer Vermelho se ia cercando o governo de Lon Nol em Phnom Penh. Em abril de 1975, o regime de Lon Nol desabou, o Khmer Vermelho entrou na capital e *Pol Pot se tornou o governante do Camboja.*

(c) O Camboja sob comando do Khmer vermelho

O novo governo chamava o país de "Kampuchea Democrático", um termo completamente inadequado em vista do que aconteceu nos quatro anos seguintes. O príncipe Sihanouk, que tinha trabalhado com o Khmer Vermelho nos cinco anos anteriores, voltou de Beijing na expectativa de ser bem recebido por Pol Pot. Em lugar disso, foi colocado em prisão domiciliar e forçado a assistir, impotente, a Pol Pot exercer poder total. O Khmer Vermelho gerou ainda mais miséria para o desventuroso povo do Camboja tentando introduzir princípios marxista-leninistas quase que do dia para a noite, sem preparação adequada. Nas palavras de Michael Leifer:

> Sob a liderança do terrível Pol Pot, inaugurou-se um experimento social repulsivo. O Camboja foi transformado em um campo de trabalho agrícola primitivo, combinando os piores excessos de Stalin e Mao, nos quais cerca de um milhão de pessoas morreu em função de execuções, fome e doenças.

Os comunistas ordenaram que a população de Phnom Penh e outras cidades saísse,

fosse morar nas áreas rurais e usasse roupas de trabalho camponesas. Dentro de pouco tempo, os centros urbanos estavam praticamente vazios e milhares de pessoas estavam morrendo nas marchas forçadas. A meta era coletivizar todo o país imediatamente para dobrar a safra de arroz, mas os quadros do partido, cujo trabalho era organizar a transformação, eram inexperientes e incompetentes, e a maioria dos moradores das cidades estava desamparada no meio rural. A operação como um todo foi um desastre e as condições se tornaram insuportáveis. Ao mesmo tempo, o dinheiro, a propriedade privada e os mercados foram abolidos e as escolas, hospitais e monastérios, fechados. A próxima ação de Pol Pot seria lançar uma campanha de genocídio contra todos os cambojanos educados e contra qualquer pessoa que ele considerasse capaz de liderar a oposição.

Enquanto sua paranóia aumentava, centenas de seus apoiadores mais moderados começaram a se voltar contra ele. Muitos foram executados e muitos outros fugiram para a Tailândia e o Vietnã. Entre eles, estava *Heng Samrim*, ex-comandante militar do Khmer Vermelho, que organizou um exército para combater Pol Pot com exilados cambojanos no Vietnã. Algumas estimativas apontam que até 2 milhões de pessoas morreram nos infames "campos da morte". Pouco mais de um terço da população de 7,5 milhões desapareceu. A tragédia foi que, como diz J. A. S. Grenville, "se os norte-americanos não tivessem se voltado contra Sihanouk, um dos mais inteligentes e mais astutos líderes do sudeste da Ásia, o Camboja poderia ter sido poupado dos horrores quase inacreditáveis que se seguiram".

Pol Pot acabou contribuindo para sua própria queda. Ele tentou acobertar os fracassos de suas políticas econômicas adotando uma política externa fortemente nacionalista, causando tensões desnecessárias com o

Ilustração 21.1 Restos humanos a céu aberto no centro de interrogatório e tortura do Khmer Vermelho, Phnom Pen.

Vietnã, cujo governo estava ansioso por uma relação próxima com seu vizinho comunista. Depois de uma série de incidentes de fronteira e provocações por parte do Khmer Vermelho, o exército vietnamita invadiu o Camboja e expulsou o regime de Pol Pot (janeiro de 1979). Ele instalou um governo-fantoche em Phnom Penh, no qual Heng Samrim era a figura principal. A maior parte do país foi ocupada por tropas vietnamitas até 1989. Enquanto isso, Pol Pot e um grande exército de guerrilheiros do Khmer Vermelho recuaram às montanhas no sudoeste e continuaram a causar problemas. *O novo regime era um grande avanço em relação ao governo assassino de Pol Pot, mas não era reconhecido pelos Estados Unidos nem pela maioria dos outros países.* Segundo Anthony Parsons (ver Leituras Complementares para o Capítulo 9), representante permanente do Reino Unido na ONU,

> Em lugar de receber um voto público de agradecimento na ONU por livrar o Camboja de uma combinação moderna de Hitler e Stalin e salvar as vidas de incontáveis cambojanos, os vietnamitas passaram a ser alvo de resoluções em janeiro e março de 1979, clamando por um cessar-fogo e uma retirada das "forças estrangeiras".

Entretanto, a URSS sustentava o Vietnã e vetava as resoluções, de forma que não foi tomada mais qualquer ação. A razão para a postura da ONU contrária ao Vietnã era que os Estados Unidos e os países não comunistas da do sudeste da Ásia tinham mais medo de um Vietnã poderoso do que do Khmer Vermelho. Por seus próprios interesses, eles preferiram que o regime de Pol Pot continuasse no poder.

(d) Depois de Pol Pot: a volta do príncipe Sihanouk

O novo governo de Phnom Penh consistia principalmente em comunistas moderados que tinham abandonado Pol Pot. A incerteza sobre o que poderia acontecer sob o novo regime fez com que talvez meio milhão de cambojanos, incluindo ex-comunistas e membros da *intelligentsia*, saíssem do país e se refugiassem na Tailândia. Todavia, embora fosse mantido no poder por forças vietnamitas, o governo podia afirmar que teve sucesso considerável nos 10 anos que se seguiram. As políticas extremas do Khmer Vermelho foram abandonadas, as pessoas puderam voltar para as cidades, as escolas e os hospitais reabriram e os budistas tinham permissão para praticar sua religião. Mais tarde, o dinheiro e a propriedade privada foram restabelecidos, a economia se acomodou e reiniciou o comércio.

O principal problema do governo era a oposição dos grupos de resistência operando a partir do outro lado da fronteira com a Tailândia. Havia três grupos principais: o Khmer Vermelho, que ainda era uma força importante, com cerca de 35.000 homens, o príncipe Sihanouk e seus apoiadores armados, chegando a 18.000, e a Frente de Libertação Nacional, não comunista, liderada por Son Sann, que poderia reunir cerca de 8.000 soldados. Em 1982, os três grupos formaram um governo conjunto no exílio, com Sihanouk como presidente e Son Sann como primeiro-ministro. A ONU os reconheceu oficialmente como o governo de direito, mas eles tiveram pouco apoio dos cambojanos comuns, que pareciam satisfeitos com o governo que existia em Phnom Penh. Hun Sen se tornou primeiro-ministro em 1985 e a oposição não avançou.

A situação mudou perto do final da década de1980, quando ficou claro que o Vietnã não mais poderia manter uma grande força militar no Camboja. Por um tempo, havia a assustadora possibilidade de que o Khmer Vermelho pudesse tomar o poder quando os vietnamitas se retirassem, mas os outros dois grupos de oposição, bem como Hun Sen, estavam determinados a não deixar que isso acontecesse. Todos concordaram em tomar parte em conversações organizadas pela ONU. O final da Guerra Fria facilitou *um acordo, que aconteceu no final de outubro de 1991.*

- Haveria um governo de transição, conhecido como Conselho Supremo Nacional, consistindo em representantes de todas as quatro facções, incluindo o Khmer Vermelho.
- Forças e administradores da ONU ajudariam a preparar o país para eleições democráticas em 1993.

O Conselho Supremo Nacional elegeu o príncipe Sihanouk como presidente, e uma grande equipe de 16.000 soldados e 6.000 civis chegou para desmobilizar exércitos rivais e tomar as providências necessárias para as eleições. Os avanços estavam longe de serem fáceis, principalmente por causa do Khmer Vermelho, que via escapar as chances de recuperar o poder e se recusava a cooperar ou participar nas eleições.

Não obstante, as eleições aconteceram em junho de 1993; o partido monarquista liderado pelo príncipe Ranariddh, filho de Sihanouk, surgiu como o maior grupo, com o Partido do Povo do Camboja (PPC) de Hun Sen em segundo. Hun Sen, que tinha dificuldades de superar seu passado antidemocrático, recusou-se a abrir mão do poder. A ONU encontrou uma solução inteligente estabelecendo um governo de coalizão com Ranariddh como primeiro-ministro principal e Hun Sen como segundo primeiro-ministro. *Um dos atos iniciais da nova Assembleia Nacional foi aprovar a restauração da monarquia, e o príncipe Sihanouk passou a ser, mais uma vez, rei e chefe de Estado.*

A partir desse momento, a história política do Camboja consistiu, em grande parte, em uma luta grotesca entre os monarquistas e os apoiadores de Hun Sen. Em julho de 1997, este, tendo em mente as eleições de julho de 1998, derrubou Ranariddh em um golpe violento. O príncipe foi julgado e condenado, à revelia, por tentar derrubar o governo. Ele vinha aparentemente tentando cooptar a colaboração do que restara do Khmer Vermelho, mas foi perdoado por seu pai, o rei, e pode participar nas eleições de 1998. Desta vez, o PPC de Hun Sen ficou sendo o maior partido, mas carecendo de maioria, mais uma vez estabeleceu uma coalizão complicada com os monarquistas.

Com relação ao Khmer Vermelho, seu apoio foi aos poucos diminuindo; em 1995, muitos de seus membros tinham aceitado a oferta de anistia feita pelo governo. *Em 1997, Pol Pot foi preso por outros líderes do grupo e condenado à prisão perpétua*, vindo a morrer no ano seguinte. A questão de como lidar com os membros sobreviventes do regime de Pol Pot gerou polêmica. Havia uma sensação geral de que eles deveriam ser processados por crimes contra a humanidade, mas não um consenso sobre como se deveria fazer isso. A ONU, apoiada pelo rei Sihanouk, queria que eles fossem julgados por um tribunal internacional. Hun Sen queria que eles fossem tratados no sistema judicial cambojano, mas a ONU achava que o sistema não tinha o conhecimento necessário para realizar acusações eficazes. Não foi feito qualquer progresso.

Enquanto isso, o país permanecia calmo. Em 2000, a economia parecia bem equilibrada, a inflação estava sob controle e o turismo ia se tornando cada vez mais importante, com quase meio milhão de visitantes estrangeiros naquele ano. Em 2001, o Banco Mundial deu ajuda financeira ao governo, mas, significativamente, exigiu que Hun Sen fizesse esforços mais decididos para eliminar a corrupção. No outono e no inverno de 2002-2003, houve grave escassez de alimentos em função do fracasso da safra de arroz causado por secas e inundações extremas.

Ao mesmo tempo, os principais políticos estavam se preparando para as eleições marcadas para julho de 2003, que seriam disputadas por três partidos principais: o Partido do Povo do Camboja, de Hun Sen, o partido monarquista, de Ranariddh, e um grupo radical de oposição, liderado por Sam Rangsi. Os meses que antecederam a eleição foram marcados por uma onda de assassinatos de membros importantes de todos os três partidos, na qual 31 pessoas morreram, e continuaram as tensões entre o primeiro-ministro Hun Sen e a família real. *O resultado da eleição de julho levou a uma*

crise constitucional: o PPC conquistou 73 das 123 cadeiras na assembleia nacional, a câmara baixa do parlamento cambojano, os monarquistas, 26, e o partido de Sam Rangsi, 24, o que deixava o PPC a nove cadeiras da maioria de dois terços necessária para formar um governo. Observadores estrangeiros informaram que o partido tinha sido responsável por intimidações violentas e também tinha usado uma "estratégia mais sutil de coerção e intimidação". Os dois partidos menores se recusaram a formar uma coalizão com o PPC a menos que Hun Sen renunciasse, mas ele continuava se recusando.

Nos meses que se seguiram à eleição, a violência e os assassinatos continuaram, fazendo vítimas entre membros e apoiadores conhecidos dos partidos de oposição, e o impasse sobre a formação de um novo governo continuou em 2004. Todos os aliados exigiram que fosse modificada a Constituição de modo que o maior partido conseguisse formar um governo. Estava claro que ainda faltava muito para atingir a reconciliação nacional e uma verdadeira democracia no Camboja.

21.4 LAOS

(a) Independência e guerra civil

O Laos, o terceiro país na antiga Indochina francesa, foi organizado como um protetorado francês com a capital em Vientiane. Depois da ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, os franceses deram ao Laos um nível de autogoverno sob comando do rei Sisavang Vong, mas todas as decisões importantes ainda eram tomadas em Paris. Muitos dos líderes do Laos estavam satisfeitos com a independência limitada, mas em 1950, os nacionalistas convictos formaram um novo movimento conhecido como *Pathet Lao* (Terra do Povo Lao) para lutar pela independência completa. O Pathet Lao trabalhava junto com o Vietminh no Vietnã, que também estava lutando contra os franceses e era forte no norte do país, nas províncias adjacentes ao Vietnã do Norte.

Os Acordos de Genebra de 1954, que puseram fim à dominação francesa na Indochina, *decidiram que o Laos deveria continuar sendo comandado pelo governo monárquico*, mas também permitiram o que se chamou de zonas de reagrupamento no norte do país, onde as forças do Pathet Lao poderiam se reunir. Supostamente, a intenção era que eles negociassem seu futuro com o governo do rei, mas o desfecho era inevitável: o Pathet Lao, com suas fortes conexões de esquerda e seus contínuos vínculos com o Vietnã do Norte comunista, tinha poucas probabilidades de permanecer em paz por muito tempo com um governo monarquista de direita. Na verdade, uma paz frágil sobreviveu até 1959, mas estourou a luta entre a direita e a esquerda, e continuou intermitentemente, até se tornar parte do conflito muito maior no Vietnã. *Durante esses anos, o Laos se dividiu em três grupos.*

- o Pathet Lao, predominantemente comunista, apoiado pelo Vietnã do Norte.
- anticomunistas e monarquistas de direita, apoiados pela Tailândia e pelos Estados Unidos.
- um grupo defensor da neutralidade, liderado pelo príncipe Souvanna Phouma, que tentava trazer a paz criando uma coalizão das três facções, em que cada uma delas ficaria no controle das áreas que detinha.

Em julho de 1962, formou-se uma frágil coalizão de governo, e por um tempo, pareceu que o Laos poderia conseguir se manter neutro no conflito que se desenvolvia no Vietnã. Os Estados Unidos estavam insatisfeitos com essa situação, porque o comunista Pathet Lao controlava áreas fundamentais do país na fronteira com o Vietnã (e pelas quais a trilha Ho Chi Minh viria a passar mais tarde). Os norte-americanos enviaram grandes quantias em ajuda financeira para o Exército Monárquico Laociano e, *em abril de 1964, o governo neutralista de coalizão foi derrubado pela direita, com apoio da CIA*. Foi formado um novo governo predominantemente de direitis-

tas e alguns neutralistas, e o Pathet Lao foi excluído, embora ainda tivesse força em algumas regiões. Como estavam bem organizados e equipados, em pouco tempo eles começaram a ampliar ainda mais seu controle.

Com o agravamento da guerra no Vietnã, o Laos começou a sofrer o mesmo destino do Camboja. Entre 1965 e 1973, mais de dois milhões de toneladas de bombas norte-americanas foram jogadas no país, superando as que caíram sobre o Japão e a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, os ataques eram principalmente às províncias controladas pelo Pathet Lao, mas, à medida que seu apoio crescia e o grupo ganhava mais controle, os bombardeios também eram ampliados para outras áreas do país. Um trabalhador comunitário norte-americano no Laos relatou mais tarde que "foi arrasada uma vila atrás da outra, um sem-número de pessoas foi sepultado vivo por fortes explosivos ou queimado vivo por napalm e fósforo branco, ou dilacerado pelo chumbo das bombas antipessoais".

A paz só voltou ao Laos em 1973, com a retirada dos Estados Unidos do Vietnã. As três facções assinaram um acordo em Vientiane estabelecendo outra coalizão, com Souvanna Phouma como líder, mas o Pathet Lao foi aos poucos aumentando seu controle sobre o país. Em 1975, quando os norte-vietnamitas tomaram o Vietnã do Sul e o Khmer Vermelho assumiu o controle do Camboja, as forças de direita decidiram jogar a toalha e seus líderes deixaram o país. O Pathet Lao conseguiu tomar o poder, e em dezembro de 1975, declarou o fim da monarquia e o início da República Democrática Popular do Laos.

(b) A República Democrática Popular do Laos

O *Partido Revolucionário do Povo do Laos (PRPL)*, comunista, que assumiu o controle em 1975, ficou no poder pelo restante do século e ainda parecia seguro no início do século XXI. Por 20 anos antes de chegar ao poder, seus líderes trabalharam em cooperação com seus aliados no Vietnã, e era de se esperar que os dois governos seguissem caminhos semelhantes. No Laos, os comunistas introduziram coletivos agrícolas e colocaram o comércio e a pouca indústria que havia sob controle do governo. Eles também prenderam milhares de adversários políticos no que chamaram de campos de reeducação. O país e a economia se recuperaram lentamente da destruição dos 15 anos anteriores, e milhares de pessoas – algumas estimativas chegam a cerca de 10% da população – deixaram o país para morar na Tailândia.

Felizmente, o governo estava disposto a matizar seus princípios estritamente marxistas. Em meados dos anos de 1980, seguindo o exemplo da China e do Vietnã, o programa de coletivização foi abandonado e substituído por grupos de fazendas familiares. O controle estatal sobre as empresas foi relaxado, introduziram-se incentivos ao mercado e o investimento privado foi atraído e estimulado. As estatísticas da ONU sugeriam que, em 1989, a economia do Laos tinha um desempenho melhor do que a do Vietnã e do Camboja em termos de PIB per capita. O partido ainda mantinha o controle político total, mas depois da introdução de uma nova Constituição em 1991, as pessoas tiveram mais liberdade de ir e vir. O fato de que o governo, como os da China e do Vietnã, tivesse abandonado suas políticas comunistas ou socialistas levantou a questão interessante sobre se ainda era um regime comunista. Os líderes parecem continuar se considerando e descrevendo seus sistemas políticos como comunistas, mesmo que sua reestruturação econômica os tenha deixado com muito poucos atributos socialistas. Eles poderiam muito bem ser chamados de "Estados de partido único".

No final do século, o Laos ainda era um Estado de partido único, com uma economia mista que estava tendo um desempenho decepcionante. Em março de 2001, o presidente Khamtai Siphandon admitiu que o governo ainda não tinha conseguido gerar o tão esperado aumento de prosperidade. Ele elaborou um impressionante programa de 20 anos, para

crescimento econômico e melhoria da educação, saúde e padrão de vida. Analistas imparciais diziam que a economia era precária, a ajuda estrangeira ao Laos tinha dobrado nos 15 anos anteriores e o Fundo Monetário Internacional acabara de aprovar um empréstimo de 40 milhões de dólares para ajudar a equilibrar o orçamento para o ano.

Nada disso fez qualquer diferença nas eleições para a Assembleia Nacional que aconteceram em fevereiro de 2002. Houve 166 candidatos para as 109 cadeiras, mas todos, com exceção de um, eram membros do PRPL. Os meios de comunicação controlados pelo Estado informaram que houve 100% de participação e o partido continuava tranquilo no poder. Todavia, a insatisfação com a falta de avanços estava começando a gerar alguma inquietação. Em julho de 2003, uma organização chamada Movimento dos Cidadãos do Laos pela Democracia promoveu manifestações e minirrevoltas em 10 províncias. Em outubro, outro grupo que se chamava Governo Popular Democrático Livre do Laos (GPDLL), explodiu uma bomba em Vientiane e assumiu a responsabilidade por 14 outras explosões desde 2000, anunciando que seu objetivo era derrubar "o cruel e bárbaro PRPL". A pressão era para que partido realizasse reformas e proporcionasse prosperidade em pouco tempo.

PERGUNTAS

1. Explique como a Coreia se dividiu em dois Estados separados no período de 1945 a 1953.
2. "Meio século de desastre para o povo da Coreia do Norte". Até onde você concorda com esse veredicto sobre o período de domínio de Kim Il Sung no país?
3. Quais foram os problemas enfrentados pelo governo do Vietnã nos anos que se seguiram à sua unificação em 1976? Como e com que êxito as políticas do governo mudaram depois de 1986?
4. Avalie a contribuição do príncipe Sihanouk ao desenvolvimento do Camboja nos anos entre 1954 e 1970. Explique por que ele foi derrubado em março de 1970.
5. Descreva os passos pelos quais o Camboja/Kampuchea se tornou vítima da Guerra Fria no período de 1967 a 1991.
6. Explique por que e como o Laos passou ao comando comunista no período de 1954 a 1975. Qual foi o êxito do governo na reconstrução do Laos no final do século XX?

PARTE

IV

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos Antes da Segunda Guerra Mundial

22

RESUMO DOS EVENTOS

Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos passaram por mudanças sociais e econômicas impressionantes.

- A Guerra Civil (1861-1865) entre o sul e o norte *pôs fim à escravidão no país e deu liberdade aos ex-escravos*, mas muitos brancos, principalmente no sul, relutavam em reconhecer os negros (afro-americanos) como iguais e fizeram tudo o que podiam para privá-los de seus novos direitos. Isso levou ao início do Movimento pelos Direitos Civis, embora este tenha tido muito pouco sucesso até a segunda metade do século XX.
- *Grandes quantidades de migrantes começaram a chegar da Europa* e continuaram chegando durante o século XX. Entre 1860 e 1930, mais de 30 milhões de pessoas chegaram do exterior.
- *Houve uma ampla e bem-sucedida revolução industrial*, principalmente no último quarto do século XIX. O país começou o século XX dentro de uma onda de prosperidade empresarial. Em 1914, tinha ultrapassado com facilidade a Grã-Bretanha e a Alemanha, as principais nações industriais da Europa, em produção de carvão, ferro e aço, e era uma clara força econômica rival a ser levada em consideração.
- Embora os industriais e os financistas tenham se saído bem e construído suas fortunas, *a prosperidade não foi compartilhada de forma igual por todo o povo norte-americano*. Imigrantes, negros e mulheres muitas vezes tinham que enfrentar salários baixos e más condições de vida e de trabalho. Isso levou à formação de sindicatos e do partido socialista, que tentavam melhorar a situação dos trabalhadores, mas as grandes empresas não os viam com bons olhos e essas organizações tiveram muito pouco sucesso antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Embora tenham entrado tarde na guerra (abril de 1917), *os norte-americanos cumpriram um papel importante na derrota da Alemanha e de seus aliados*. O presidente Democrata Woodrow Wilson (1913-1921) foi uma figura importante na Conferência de Versalhes, e os Estados Unidos eram agora uma das grandes potências mundiais. Entretanto, depois da guerra, os norte-americanos decidiram não cumprir um papel ativo nas questões mundiais, uma política que ficou conhecida como *isolacionismo*. Wilson ficou muito decepcionado quando o senado rejeitou o acordo de Versalhes e a Liga das Nações (1920). Ele foi sucedido por três presidentes Republicanos: Warren Harding (1921-1923), que morreu no cargo, Calvin Coolidge (1923-1929) e Herbert C. Hoover (1929-1933). Até 1929, o país viveu um período de grande prosperidade, ainda que nem todos a compartilhassem. A

explosão de crescimento terminou de repente com a quebra de bolsa em Wall Street (outubro de 1929), que levou à Grande Depressão, ou à crise econômica mundial, apenas seis meses depois da posse do azarado Hoover. Os efeitos sobre os Estados Unidos foram catastróficos: em 1933, quase 14 milhões de pessoas estavam desempregadas e os esforços de Hoover não conseguiram ter qualquer efeito na crise. Ninguém se surpreendeu quando os Republicanos perderam a eleição presidencial de novembro de 1932.

O novo presidente Democrata, *Franklin D. Roosevelt*, introduziu políticas conhecidas como *New Deal (Pacto Novo)*, para tentar colocar o país no caminho da recuperação. Embora não tenha tido sucesso completo, o *New Deal* conseguiu o suficiente, junto com as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial, para manter Roosevelt na Casa Branca (a residência oficial do presidente em Washington) até sua morte em abril 1945. Ele foi o único presidente a ser eleito para um quarto mandato.

22.1 O SISTEMA DE GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

A Constituição dos Estados Unidos (o conjunto de regras pelas quais o país é governado) foi elaborada em 1787. Desde então, foram acrescentados 26 outros itens (Emendas), sendo que o último, que reduzia para 18 anos a idade de votar, foi adicionado em 1971.

Os Estados Unidos tem um sistema federal de governo

Esse é um sistema em que o país é dividido em vários estados. Inicialmente, 13 estados integravam o país. Em 1900, esse número aumentou para 45 à medida que a fronteira foi sendo ampliada para o oeste. Mais tarde, cinco outros estados foram formados e acrescentados à união (ver Mapa 22.1): Oklahoma (1907), Arizona e Novo México (1912), e Alaska e Hawaii (1959). Cada um desses estados tem sua própria capital e seu governo, e todos compartilham o poder com o governo federal (central ou nacional) que fica na capital federal, Washington. A Figura 22.1 mostra como o poder é compartilhado.

O governo federal consiste em três partes principais:

Congresso: conhecido como a parte legislativa, elabora as leis;

Presidente: conhecido como a parte executiva, aplica as leis.

Judiciário: o sistema jurídico, do qual a parte mais importante é a Suprema Corte.

(a) O congresso

1. O parlamento federal, conhecido como Congresso, reúne-se em Washington e é formado por duas casas:

   - a Casa de Representantes (Câmara dos Deputados),
   - o Senado

   Os membros de ambas as casas são eleitos pelo sufrágio universal. A Casa de Representantes (geralmente chamada simplesmente de *The House*, "A Casa") tem 435 membros, eleitos para dois anos, que representam distritos de população aproximadamente igual. Os senadores são eleitos por seis anos, um terço termina o mandato a cada dois anos. Há dois senadores de cada estado, independentemente da população do estado, totalizando 100.
2. A principal atribuição do Congresso é legislar (elaborar as leis). Todas as novas leis tem que ser aprovadas por uma maioria simples das duas casas. Os tratados com países estrangeiros precisam de uma maioria de dois terços no senado. Se houver desacordo entre as duas casas, acontece uma reunião conjunta, onde geralmente se consegue gerar uma proposta intermediária, que depois é vo-

Estados escravistas no século XIX
Autoridade do Vale do Tennessee
Área da "Tigela de Poeira"

Mapa 22.1 Os Estados Unidos no período entreguerras.

Fonte: D. Heater, *Our World This Century* (Oxford, 1992), p. 97

A Constituição Nacional dispõe que certos poderes do governo sejam

delegados ao governo federal	delegados ao governo estadual
▪ Regulamentar o comércio interestadual	▪ Autorizar o estabelecimento de governos locais
▪ Conduzir assuntos exteriores	▪ Estabelecer e supervisionar escolas
▪ Cunhar e emitir dinheiro	▪ Fornecer milícias estaduais
▪ Estabelecer postos de correio	▪ Regulamentar o comércio dentro do estado
▪ Promover guerra e paz	▪ Regulamentar a mão-de-obra, a indústria e as empresas dentro do estado
▪ Manter as forças armadas	▪ Todos os outros poderes de governo não delegados aos Estados Unidos nem especificamente proibidos
▪ Admitir novos estados e governar territórios	
▪ Punir crimes contra os Estados Unidos	
▪ Conceder patentes e direitos autorais	
▪ Fazer leis uniformes sobre naturalização e falência	

Compartilhados pelos governos federal e estadual
▪ Impostos ▪ Estabelecer tribunais
▪ Promover a agricultura e a indústria ▪ Fazer empréstimos
▪ Autorizar o funcionamento de bancos ▪ Proteger a saúde pública

Poderes proibidos

Os direitos pessoais dos cidadãos dos Estados Unidos, da forma listada nas primeiras dez emendas à Constituição,conhecidas como Bill of Rights e nas constituições estaduais não podem ser reduzidos nem destruídos pelos governos federal ou estaduais.

Figura 22.1 Como os governos federal e estaduais dividem os poderes nos Estados Unidos.

tada em ambas as casas. O Congresso pode fazer leis sobre questões fiscais, monetárias, postais, comércio exterior, o exército e a marinha. Também tem poder de declarar guerra. Em 1917, por exemplo, quando Woodrow Wilson decidiu que era hora de os Estados Unidos entrarem na guerra contra a Alemanha, ele teve que pedir ao congresso que declarasse guerra.

3 *Há dois principais partidos representados no Congresso:*

- Republicanos
- Democratas

Seus membros tem visões muitos diferentes.

Os *Republicanos* tradicionalmente são um partido com muito apoio no norte, principalmente entre empresários e industriais.

Sendo o mais conservador dos dois partidos, seus membros acreditam em:

- Manter tarifas (impostos de importação) altas para proteger a indústria norte-americana de produtos estrangeiros.
- Uma postura de governo do tipo *laissez-faire*: eles queriam deixar os empresários em paz para comandar a indústria e a economia com a menor interferência possível do governo. Os presidentes Republicanos Coolidge (1923-1929) e Hoover (1929-1933), por exemplo, favoreceram a não intervenção e achavam que não era função do governo resolver problemas econômicos e sociais.

Os Democratas obtiveram grande parte de seu apoio do sul e dos imigrantes de grandes cidades do norte, e tem sido o mais progressista dos dois partidos. Os presidentes Democratas, como Franklin D. Roosevelt (1933-1945), Harry S. Truman (1945-1953) e John F. Kennedy (1961-1963) queriam que o governo tivesse um papel mais ativo no trato dos problemas sociais e econômicos.

No entanto, esses partidos não são organizados de forma tão unida ou rígida como os partidos políticos na Grã-Bretanha, onde os parlamentares que pertencem a um deles devem apoiar o governo todo o tempo. Nos Estados Unidos, a disciplina partidária é muito mais frágil, e os votos no Congresso muitas vezes cruzam as linhas que dividem os partidos. Há esquerdistas e direitistas em ambos. Alguns Democratas votaram contra o *New Deal* de Roosevelt, mesmo que ele fosse Democrata, enquanto alguns Republicanos de esquerda votaram a favor, mas não mudaram de partido, nem seu partido os expulsou.

(b) O presidente

O presidente é eleito para um mandato de quatro anos. Cada partido escolhe seu candidato à presidência e a eleição sempre acontece em novembro.* O candidato vencedor (chamado de "presidente eleito") toma posse em janeiro. Os poderes do presidente parecem ser muito amplos: ele (ou ela) é comandante em chefe das forças armadas, controla o serviço público, comanda as questões de política internacional, faz tratados com outros países e nomeia juízes, embaixadores e membros do gabinete. Com a ajuda de apoiadores entre os congressistas, o presidente pode apresentar leis ao Congresso e vetar outras que ele tenha aprovado, se não concordar com elas.

(c) A Suprema Corte

Consiste em nove juízes nomeados pelo presidente, com a aprovação do senado. Quando é nomeado, um juiz da Suprema Corte pode permanecer no cargo por toda a sua vida, a menos que seja forçado a renunciar por problemas de saúde ou escândalos. O tribunal julga disputas entre o presidente e o Congresso, entre o governo federal e os estaduais, entre estados e em qualquer problema que surja da Constituição.

(d) A separação de poderes

Quando os chamados Pais Fundadores dos Estados Unidos (entre os quais George Washington, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton e James Madison) se reuniram na Filadélfia, em 1787, para elaborar a nova Constituição, uma de suas principais preocupações era se certificar de que nenhuma das três partes do governo – Congresso, Presidente e Suprema Corte – se tornasse poderosa demais. *Eles deliberadamente construíram um sistema de controles e contrapesos no qual os três poderes de governo trabalhassem separadamente um do outro* (ver Figura 22.2). O presidente

* N. de R.: Os leitores votam em delegados por estados, e esses elegem o presidente. A eleição é, portanto, indireta, e não ha uma relação proporcional entre eleitores e delegados, podendo ser eleito o candidato que teve menos votos populares, como ocorreu em 2000.

O povo

Escolhe o presidente, através de Colégio Eleitoral, nas eleições gerais

Poder executivo
O presidente

Aplica a Constituição, as leis elaboradas pelo congresso e os tratados

Elege diretamente a Câmara dos deputados e o Senado

Poder legislativo
O congresso

Elabora e aprova as leis

O presidente nomeia os juízes da Suprema Corte com consentimento do senado

Poder legislativo
A Suprema Corte

Explica as leis, interpreta a Constituição

Figura 22.2 Os três poderes separados do governo federal dos Estados Unidos.
Fontes: D. Harkness, *The Post-war World* (Macmillan, 1974), p. 232 e 231

e seu gabinete, por exemplo, não são membros do Congresso, diferentemente do primeiro-ministro britânico e seu gabinete, que são todos membros do parlamento. Cada poder funciona como um controle sobre o poder do outro, fazendo com que o presidente não seja tão poderoso quanto possa parecer. Como as eleições para a Câmara de deputados são realizadas a cada dois anos e um terço do senado é eleito a cada dois anos, o partido de um presidente pode perder a maioria em uma ou em ambas as casas depois que ele estiver no cargo somente há dois anos.

Embora o presidente possa vetar leis, o Congresso pode derrubar esse veto com uma maioria de dois terços em ambas as casas. O presidente tampouco pode dissolver o Congresso, só esperar que as coisas mudem para melhor na próxima rodada de eleições. Por outro lado, o Congresso não pode se livrar do presidente a menos que também possa ser demonstrado que ele cometeu traição ou algum outro crime grave. Nesse caso, o presidente pode ser ameaçado com *impeachment* (impedimento, uma acusação formal de crimes diante do senado, que então faria um julgamento). Foi para evitar o *impeachment* que Richard Nixon renunciou depois de cair em desgraça (agosto de 1974) em função de seu envolvimento no escândalo de Watergate (ver Seção 23.4). O sucesso de um presidente depende geralmente de sua habilidade para a persuasão do Congresso a aprovar seu programa legislativo. A Suprema Corte fica de olho no presidente e no Congresso, e pode dificultar a vida de ambos declarando uma lei "inconstitucional", ou seja, é ilegal e deve ser mudada.

22.2 NO CALDEIRÃO: A ERA DA IMIGRAÇÃO

(a) Uma imensa onda de imigração

Durante a segunda metade do século XIX, houve uma enorme onda de imigração para os Estados Unidos. Desde o século XVII as pessoas vinham atravessando o Atlântico para se estabelecer nos país, mas em quantidades relativamente menores. Durante todo o século XVIII, a imigração total para a América do Norte provavelmente não passou de meio milhão de pessoas. *Entre 1860 e 1930, o total foi de mais de 30 milhões*. Depois de 1850, alemães e suecos chegaram em enormes quantidades, e em 1910 já havia pelo menos 8 milhões de alemães nos Estados Unidos. Entre 1890 e 1920, foi a vez dos russos, poloneses e italianos chegarem em enormes fluxos. A Tabela 22.1 mostra em detalhes os números de imigrantes que chegaram aos Estados Unidos e de onde eles vieram.

As razões das pessoas para sair de seus países eram diversas. Algumas eram atraídas pela perspectiva de empregos e de uma vida melhor. Elas esperavam que, se conseguissem passar pela "Porta Dourada" para dentro dos Estados Unidos, escapariam da pobreza. Foi o caso dos irlandeses, suecos, noruegueses e italianos. A perseguição fez muitas pessoas emigrarem, especialmente os judeus que fugiram da Rússia e de outros países europeus aos milhões depois de 1880, para escapar aos *pogroms* (massacres organizados). A imigração foi reduzida em muito depois de 1924, quando o governo dos Estados Unidos introduziu cotas anuais, mas ainda eram feitas exceções e durante os 30 anos depois da Segunda Guerra Mundial, mais 7 milhões de pessoas foram para o país (Ilustração 22.1).

Tendo chegado aos Estados Unidos, muitos imigrantes logo participaram de uma segunda migração, indo de seus portos de chegada na costa leste para o Meio-Oeste. Alemães, noruegueses e suecos tendiam a ir para o oeste, estabelecendo-se em estados como Nebraska, Wisconsin, Missouri, Minnesota, Iowa e Illinois. Tudo isso era parte de um movimento geral do país em direção ao oeste. A população do país a oeste do Mississipi cresceu de cerca de 5 milhões em 1860 para cerca de 30 milhões em 1910.

(b) Quais foram as consequências da imigração?

- A consequência mais óbvia foi o aumento de população. Calculou-se que, se não houvesse o movimento de massas de pessoas para os Estados Unidos entre 1880 e a década de 1920, a população seria 12% menor do que era em 1930.
- Os imigrantes ajudaram a acelerar o desenvolvimento econômico. O historiador econômico William Ashworth calculou que, sem a imigração, a força de trabalho nos Estados Unidos seria 14% menor do que era em 1920 e, com menos pessoas, grande parte da riqueza natural do país teria esperado mais para ser usada com eficácia".
- O movimento de pessoas do interior para as cidades resultou no crescimento de enormes zonas urbanas, conhecidas como "conurbações". Em 1880, a cidade de Nova York era a única com mais de um milhão de habitantes; em 1910, Filadélfia e Chicago também tinham ultrapassado essa cifra.
- O movimento para conseguir empregos na indústria, mineração, engenharia e construção fez com que a parcela da população que trabalhava na agricultura declinasse constantemente. Em 1870, cerca de 58% de todos os norte-americanos trabalhavam na agricultura; em 1914, esse número caiu para 14% e a apenas 6% em 1965.
- O país adquiriu a mais impressionante mistura de nacionalidades, culturas e religiões do mundo. Os imigrantes tendiam a se concentrar nas cidades, embora muitos alemães, suecos e noruegueses tenham ido na direção oeste para trabalhar na agricultura. Em 1914, os imigrantes perfaziam mais de metade da população de todas as grandes cidades e havia cerca de 30 nacionalidades diferentes. Isso levou os norte-

Tabela 22.1 População e imigração dos Estados Unidos, 1851-1950 (números em milhares, arredondados para o milhar mais próximo)

	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920	1921-1930	1931-1930	1931-1940	Cota por ano (1951)
População total (censo anual de 1860, 1870, etc.)	31.443	39.818	50.156	62.948	75.995	91.972	105.711	122.775	131.669	150.697	
Imigração total	2.598	2.315	2.812	5.247	3.688	8.795	5.736	2.478	528	1.035	154
Países de origem escolhidos:											
Irlanda (N e S)	914	436	437	655	388	339	146	221	13	28[b]	18[b]
Alemanha	952	787	718	1.453	505	341	144	412	118[c]	227	26
Áustria Hungria		8	73	354	593	2.145	454 443	33 31	 8	25 3	1 1
Inglaterra	247	222	438	645	217	388	250	157	22	112	66 (Reino Unido)
Itália	9	12	56	307	652	2.046	1.110	455	68	58	6
Suécia	21[a]	38	116	392	226	250	95	97	4	11	3
Polônia	1	2	13	52	97		5	228	17	8	7
Rússia		3	39	213	505	1597	921	62	1	1	3
China	41	64	123	62	15	21	21	30	5	17	0

a Inclui a Noruega para esta década

b Somente Eire

c Inclui Áustria

Fonte: Roger Thompson, *The Golden Door* (Allman & Son, 1969), p. 309

Ilustração 22.1 Imigrantes chegando aos Estados Unidos.

-americanos idealistas a afirmar que seu país era um "caldeirão" no qual todas as nacionalidades eram jogadas e se fundiam, para emergir como uma nação única e unificada. Na verdade, parece haver um pouco de mito nisso, com certeza até bem depois da Primeira Guerra Mundial. Os imigrantes se juntavam em grupos nacionais que moravam em guetos. Cada nova onda deles era tratada com desprezo e hostilidade pelas anteriores, que temiam por seus empregos. Os irlandeses, por exemplo, muitas vezes se recusavam a trabalhar com poloneses e italianos. Mais tarde, poloneses e italianos foram igualmente hostis para com os mexicanos. Alguns autores já disseram que os Estados Unidos não tem nada de caldeirão de misturas. Nas palavras do historiador Roger Thompson, o país era mais como uma tigela de salada, onde, embora fossem temperados todos os ingredientes, eles permaneciam separados".

- Houve uma crescente agitação contra a permissão de entrada a tantos estrangeiros nos Estados Unidos e havia demandas para que a "Porta Dourada" ficasse bem fechada. O movimento era de caráter racial, afirmando-se que a manutenção da grandeza do país dependia da preservação de sua linhagem anglo-saxônica. Achava-se que ela seria fragilizada caso fosse permitida a entrada de números ilimitados

de judeus e de europeus do sul e do leste. A partir de 1921, o governo restringiu gradualmente a entrada, até que ela foi estabelecida em 150.000 por ano em 1924, o que foi aplicado rigidamente durante os anos da depressão da década de 1930, quando o desemprego era alto. Depois da Segunda Guerra Mundial, as restrições foram relaxadas e o país aceitou 700.000 refugiados da Cuba de Fidel Castro entre 1959 e 1975 e mais de 100.000 refugiados do Vietnã depois que os comunistas assumiram o controle do Vietnã do Sul em 1975.

22.3 OS ESTADOS UNIDOS SE TORNAM O LÍDER ECONÔMICO DO MUNDO

(a) A expansão econômica e a ascensão das grande empresas

No meio século antes da Primeira Guerra Mundial, uma vasta expansão industrial levou os Estados Unidos para o grupo dos principais produtores industriais do mundo. As estatísticas na Tabela 22.2 mostram que em 1900, o país já tinha ultrapassado seus rivais mais próximos.

Essa expansão foi possibilitada pelos ricos suprimentos de matérias-primas – carvão, minério de ferro e petróleo – e pela expansão da rede de ferrovias. A população que crescia rapidamente, grande parte com a imigração, fornecia a mão de obra e os mercados. Os impostos sobre importações (tarifas) protegiam a indústria norte-americana da concorrência estrangeira e era uma época de oportunidade e empreendimento. Como diz o historiador norte-americano John A. Garraty: "O espírito predominante da época incentivava os empresários a um esforço máximo ao enfatizar o progresso, glorificar a riqueza material e justificar a agressividade". Os empresários mais bem-sucedidos, como Andrew Carnegie (aço), John D. Rockefeller (petróleo), Cornelius Vanderbilt (transportes e ferrovias), J. Pierpoint Morgan (bancos) e P. D. Armour (carne), fizeram imensas fortunas e construíram enormes impérios industriais que lhes deram poder sobre políticos e pessoas comuns.

(b) O grande *boom* da década de 1920

Depois de um começo lento, à medida que o país voltava ao normal depois da Primeira Guerra Mundial, a economia começou a se expandir de novo: a produção industrial chegou a níveis que seria difícil imaginar, dobrando entre 1921 e 1929 sem qualquer grande aumento nos números de trabalhadores. Vendas, lucros e salários também atingiram novos níveis, e os

Tabela 22.2 Os Estados Unidos e seus principais rivais, 1900

	EUA	Rival mais próximo
Produção de carvão (toneladas)	262 milhões	219 milhões (Grã-Bretanha)
Exportações (libras esterlinas)	311 milhões	390 milhões (Grã-Bretanha)
Ferro-gusa (toneladas)	16 milhões	8 milhões (Grã-Bretanha)
Aço (toneladas)	13 milhões	6 milhões (Alemanha)
Ferrovias (milhas)	183.000	28.000 (Alemanha)
Prata (onça troy)	55 milhões	57 milhões (México)
Ouro (onça troy)	3,8 milhões	3,3 milhões (Austrália)
Produção de algodão (bales)	10,6 milhões	3 milhões (Índia)
Petróleo (toneladas métricas)	9,5 milhões	11,5 milhões (Rússia)
Trigo (alqueires)	638 milhões	552 milhões (Rússia)

Fonte: J. Nichol e S. Lang, *Work Out Modern World History* (Macmillan, 1990).

"extraordinários anos de 1920", como ficaram conhecidos, assistiam a uma grande variedade de coisas novas sendo compradas – rádios, refrigeradores, lavadoras, aspiradores de pó, novas roupas elegantes, motocicletas e, acima de tudo, automóveis. No final da guerra, já havia 7 milhões de carros nos Estados Unidos, mas em 1929, eles se aproximavam dos 24 milhões. Henry Ford liderava o campo com seu Modelo T. Talvez a mais famosa de todas as novas mercadorias em oferta fosse a indústria cinematográfica de Hollywood, que obtinha lucros enormes e exportava seus produtos para todo o mundo. *O que causou o boom?*

1. *Foi o clímax da grande expansão industrial do final do século XIX*, quando os Estados Unidos tinham superado dois de seus maiores rivais, a Grã-Bretanha e a Alemanha. A guerra deu um grande impulso à indústria norte-americana: países cujas indústrias próprias e importações da Europa tinham sido prejudicadas compravam mercadorias americanas e continuaram a fazê-lo quando a guerra terminou. Portanto, os Estados Unidos foram os verdadeiros vencedores econômicos da guerra.
2. *As políticas econômicas dos governos Republicanos contribuíram para a prosperidade no curto prazo*. Sua abordagem era de *laissez-faire*, mas eles tiveram duas atitudes importantes:
   - a tarifa Fordney-McCumber (1922) elevou os impostos sobre importações que entrassem nos Estados Unidos ao maior valor de todos os tempos, protegendo a indústria norte-americana e incentivando seus habitantes a comprar produtos nacionais.
   - um rebaixamento geral do imposto de renda em 1926 e 1928 deixou as pessoas com mais dinheiro para gastar em produtos norte-americanos.
3. *A indústria estava se tornando cada vez mais eficiente*, à medida que aumentava a mecanização. Mais e mais fábricas adotavam os métodos em linha de produção em movimento, usados pela primeira vez por Henry Ford em 1915, que aceleravam a produção e reduziam custos. O gerenciamento também começou a aplicar os estudos sobre "tempo e movimento", de F. W. Taylor, que economizavam mais tempo e aumentavam a produtividade.
4. *À medida que os lucros aumentavam, o mesmo acontecia com os salários* (embora não tanto quanto os primeiros). Entre 1923 e 1929, o salário médio dos operários da indústria aumentou em 8%. Embora não fosse um aumento espetacular, era suficiente para possibilitar que alguns trabalhadores comprassem os novos bens de consumo supérfluos, muitas vezes a crédito.
5. *A propaganda ajudou a explosão e se tornou, ela própria, um grande negócio nos anos de 1920*. Jornais e revistas publicavam mais propaganda do que nunca, os comerciais de rádio se tornaram comuns e os cinemas mostravam anúncios filmados.
6. *A indústria automobilística estimulava a expansão* em uma série de setores ligados a ela: pneus, baterias, petróleo para fabricar gasolina, oficinas e turismo.
7. *Foram construídas muitas novas estradas* e a extensão quase dobrou entre 1919 e 1929. Agora era mais viável transportar mercadorias por via rodoviária, e o número de caminhões registrados aumentou quatro vezes no mesmo período. Os preços eram competitivos e isso fazia com que as ferrovias e os canais perdessem seu monopólio.
8. *Corporações gigantescas*, com seus métodos de produção em massa, cumpriam um papel importante nessa explosão, mantendo os custos baixos. Outra técnica, incentivada pelo governo, era a das associações comerciais, que ajudavam a padronizar os métodos, as ferramentas e os preços em empresas menores que fabricassem o mesmo produto. Dessa

forma, a economia norte-americana passou a ser dominada por gigantescas corporações e associações comerciais que usavam métodos de produção em massa para a massa de consumidores.

(c) Livres e iguais?

Embora muitas pessoas estivessem se saindo bem durante os "extraordinários anos de 1920", a riqueza não era dividida de forma igualitária. Havia alguns grupos de pessoas de pouca sorte, que devem ter sentido que sua liberdade não ia muito longe.

1 Os agricultores não compartilhavam da prosperidade geral

Eles tinha ido bem durante a guerra, mas nos anos de 1920, os preços dos produtos agrícolas foram caindo. Os lucros dos agricultores caíram e os salários dos trabalhadores agrícolas no meio-oeste e no sul agrícola muitas vezes ficavam abaixo do dos trabalhadores industriais no noroeste. A causa dos problemas era simples: os agricultores, com sua nova combinação de colheitadeiras e fertilizantes, estavam produzindo alimentos demais para que o mercado doméstico absorvesse. Era uma época em que a agricultura da Europa estava se recuperando da guerra e havia forte concorrência do Canadá, da Rússia e da Argentina no mercado mundial, fazendo com que não fosse possível exportar muito do excedente agrícola. O governo, com sua atitude de *laissez-faire*, quase nada fazia para ajudar. Mesmo quando o congresso aprovou a Lei McNary-Haugen, que permitia que o governo comprasse as safras excedentes dos agricultores, Coolidge a vetou duas vezes (1927 e 1928) porque tornaria o problema pior ao estimulá-los a produzir ainda mais.

2 Nem todos os setores eram prósperos

A mineração de carvão, por exemplo, sofria concorrência do petróleo, e muitos trabalhadores foram despedidos.

3 A população negra ficou de fora da prosperidade

No sul, onde morava a maioria das pessoas negras, os fazendeiros brancos sempre demitiam os trabalhadores negros antes. Cerca de 750 mil se mudaram para o norte durante os anos de 1920, em busca de empregos na indústria, mas quase sempre tinham que se contentar com os trabalhos de menor remuneração, as piores condições de trabalho e morar em favelas. Os negros também sofriam perseguições da Ku Klux Klan, a infame organização antinegra de capuzes brancos, que tinha cerca de 5 milhões de membros em 1924. Ataques, chicotadas e linchamentos eram comuns e, embora a Klan declinasse gradualmente depois de 1925, continuou o preconceito e a discriminação contra os negros, outras pessoas de cor e grupos minoritários (ver Seção 22.5).

4 Hostilidade contra imigrantes

Os imigrantes, principalmente os do Leste Europeu, eram tratados com hostilidade. Achava-se que, não sendo anglo-saxões, eles estariam ameaçando a grandeza da nação norte-americana.

5 Supercorporações

A indústria foi sendo monopolizada por grandes trustes ou supercorporações. Em 1929, os 5% mais ricos das corporações tinham assumido o controle de 84% da renda de todas elas. Embora os trustes aumentassem a eficiência, não restam dúvidas de que eles mantinham os preços mais altos e os salários mais baixos do que o necessário. Eles conseguiram manter os sindicatos fracos ao proibir os trabalhadores de se associarem a eles. Os Republicanos, que defendiam as empresas, nada faziam para limitar o crescimento das supercorporações, já que o sistema parecia estar funcionando bem.

6 Muita pobreza nas regiões e cidades industriais

Entre 1922 e 1929, os salários reais aumentaram apenas 1,4% ao ano, e 6 milhões de

famílias (42%) do total tinham uma renda de menos de mil dólares por ano. As condições de trabalho ainda eram péssimas, com cerca de 25.000 trabalhadores mortos a cada ano e 100.000 ficando deficientes. Depois de viajar por áreas de classe trabalhadora em Nova York em 1928, o deputado La Guardia afirmou: "Eu confesso que não estava preparado para o que acabei vendo. Parece realmente inacreditável que existam condições de tanta pobreza". Somente em Nova York, havia 2 milhões de famílias, muita das quais imigrantes, morando em áreas de favelas que foram condenadas por terem alto risco de incêndio.

7 A liberdade para os trabalhadores protestarem era extremamente limitada

As greves eram esmagadas à força, os sindicatos combativos foram destruídos e os mais moderados eram fracos. Embora houvesse um partido socialista, não havia esperanças de que ele formasse um governo. Depois de um atentado a bomba em Washington, em 1919, as autoridades lançaram um "Pânico vermelho", prendendo e deportando mais de 4.000 cidadãos estrangeiros, muitos deles russos, suspeitos de serem comunistas ou anarquistas. A verdade é que a maioria deles era completamente inocente.

8 A Proibição foi introduzida em 1919

Esse "nobre experimento", como ficou conhecido, era a proibição de fabricar, importar e vender bebidas alcoólicas, e foi resultado dos esforços de um grupo de pressão bem-intencionado antes e depois da Primeira Guerra Mundial, que acreditava que Estados Unidos "secos" equivaleriam a um país mais eficiente e moral. Mas se mostrou impossível eliminar os "*speakeasies*" (bares ilegais) e os "*bootleggers*" (fabricantes de bebida ilegal), os quais protegiam suas instalações dos rivais com gangues contratadas que atiravam umas nas outras em enfrentamentos armados. A violência das gangues se tornou parte da cena no país, principalmente em Chicago, onde Al Capone fez fortuna, grande parte com *speakeasies* e máfias que vendiam proteção. O barulho em relação à Proibição foi um aspecto do *tradicional conflito norte-americano entre campo e cidade*. Muitas pessoas das zonas rurais acreditavam que a vida urbana era pecaminosa e não saudável, enquanto a vida no campo era pura, nobre e moral. O governo do presidente Roosevelt acabou com a Proibição em 1933, já que ela era claramente um fracasso e o governo estava perdendo grandes quantidades de receita que teria coletado dos impostos sobre a bebida.

9 As mulheres não eram tratadas com igualdade

Muitas mulheres ainda se sentiam tratadas como cidadãs de segunda classe. Houve algum progresso em direção a direitos iguais para as mulheres: elas tinham adquirido o direito ao voto em 1920, o movimento pelo controle de natalidade estava se difundindo e mais e mais mulheres conseguiam empregos. Por outro lado, eram geralmente empregos que os homens não queriam; as mulheres recebiam salários mais baixos pelo mesmo trabalho e a educação ainda era muito inclinada a prepará-las para serem esposas e mães em vez de mulheres com carreira profissional.

22.4 SOCIALISTAS, SINDICATOS E O IMPACTO DA GUERRA E DAS REVOLUÇÕES RUSSAS

(a) Os sindicatos no século XIX

Durante a grande expansão industrial do meio século depois da guerra civil, *a nova classe de trabalhadores industriais começou a organizar sindicatos para proteger seus interesses*. Muitas vezes, quem tomava a frente eram os trabalhadores imigrantes que vieram da Europa com a experiência das ideias socialistas e dos sindicatos. Era uma época de trauma para muitos trabalhadores nas novas indústrias. Por um lado, havia os tradicionais ideais norte-americanos de igualdade, dignidade do trabalhador e respeito por quem trabalhava muito e adquiria riqueza,

o "individualismo exacerbado". Por outro lado, havia um sentimento cada vez maior, principalmente durante a depressão de meados da década de 1870, de que os trabalhadores tinham perdido seu *status* e sua dignidade.

Hugh Brogan resumiu bem as razões para essa decepção:

> Doenças (varíola, difteria, febre tifóide) varriam repetidamente as favelas e os distritos industriais. A negligência assustadora em relação às precauções de segurança em todas as principais indústrias, a total ausência de qualquer sistema promovido pelo Estado contra lesões, velhice e morte prematura, a determinação dos empregadores de ter a mão de obra mais barata possível, o que, na prática, significava o uso comum de mulheres mal pagas e crianças, e a indiferença geral em relação aos problemas do desemprego, pois ainda havia a crença universal de que nos Estados Unidos sempre havia trabalho e chances para qualquer homem disposto a melhorar.

Já em 1872, a *National Labor Union* (a primeira federação de sindicatos) liderou uma greve bem-sucedida de 100.000 trabalhadores em Nova York, exigindo uma jornada de trabalho de oito horas. Em 1877, foi formado o *Socialist Labor Party*, com a atividade principal de organizar sindicatos entre os trabalhadores imigrantes. No início da década de 1880, uma organização chamada *Knights of Labor* ganhou destaque e se orgulhava de ser não violenta, não socialista e contrária às greves, e em 1886 podia se gabar de ter mais de 700.000 membros. Pouco depois disso, contudo, entrou em forte declínio. Uma organização mais combativa, embora mais moderada, era a *American Federation of Labor (AFL)*, com Samuel Gompers na presidência. Gompers não era socialista e não acreditava na luta de classes. Ele era a favor de trabalhar com os patrões para obter concessões, mas também apoiava greves para conquistar um trato justo e melhorar o padrão de vida dos trabalhadores.

Quando foi descoberto que, em termos gerais, os patrões não estavam dispostos a fazer concessões, Eugene Debs fundou uma organização mais combativa, a *American Railway Union (ARU)* em 1893, mas ela logo entrou em dificuldades e perdeu importância. A mais radical de todas era a *Industrial Workers of the World (cujos membros eram conhecidos como Wobblies)*, uma organização socialista. Inaugurada em 1905, liderou uma série de ações contra vários patrões malquistos, mas em geral foi derrotada (ver Seção (c)). Nenhuma dessas organizações conseguiu muita coisa que fosse tangível, nem antes nem depois da Primeira Guerra Mundial, embora se possa dizer que elas atraíram a atenção do povo para algumas das condições terríveis no mundo do emprego industrial. Houve várias razões para seu fracasso.

- *Os patrões e as autoridades não tinham qualquer escrúpulo ao reprimir as greves*, culpando os imigrantes pelo que chamavam de "atividades antiamericanas" e os rotulando de socialistas. A opinião respeitável considerava o sindicalismo como uma coisa inconstitucional que ia contra o culto à liberdade individual. O povo de classe média em geral e a imprensa ficavam quase sempre do lado dos patrões e as autoridades não hesitavam em chamar tropas estaduais ou federais para "restaurar a ordem" (ver seção seguinte).
- *A própria força de trabalho norte-americana estava dividida*, os trabalhadores especializados contra os não especializados, o que significava a inexistência do conceito de solidariedade entre trabalhadores; o trabalhador não especializado queria simplesmente se tornar membro da elite especializada.
- *Havia uma divisão entre os trabalhadores brancos e negros*; a maioria dos sindicatos recusava a participação dos negros e lhes dizia que formassem seus próprios sindicatos. Por exemplo, os negros não podiam ser membros da nova ARU em 1894, embora Debs quisesse que todos participassem. Em retaliação, os sindica-

tos negros muitas vezes se recusavam a cooperar com os brancos e se deixavam usar para furar as greves.

- *Cada nova onda de imigrantes fragilizava o movimento*; eles estavam dispostos a aceitar salários mais baixos do que os dos trabalhadores estabelecidos e, portanto, poderiam ser usados como fura-greves.
- *Nos primeiros anos do século XX, alguns líderes sindicais, principalmente os da AFL, perderam credibilidade*, pois estavam ficando ricos, pagando salários altos a si próprios, e pareciam ter uma proximidade suspeita com os patrões, enquanto os membros comuns dos sindicatos obtinham poucos benefícios e as condições de trabalho pouco melhoravam. O sindicato perdeu apoio porque se concentrava em cuidar dos trabalhadores especializados, fazendo muito pouco pelos não especializados, os negros e as mulheres, que começaram a procurar proteção em outros lugares.
- Até depois da Primeira Guerra Mundial, eram os agricultores norte-americanos, e não os operários industriais, que conformavam a maioria da população. Posteriormente, foram os trabalhadores administrativos, de classe média, que por pouco se tornaram o maior grupo na sociedade.

(b) Os sindicatos sob ataque

Os patrões, com o total apoio das autoridades, logo começaram a reagir com força contra as greves, e as punições para seus líderes eram severas. Em 1876, uma greve de mineiros na Pensilvânia foi esmagada e 10 de seus líderes (membros de uma sociedade secreta, na maioria irlandesa, conhecida como Molly Maguires) foram enforcados por supostamente cometer atos de violência, incluindo assassinato. No ano seguinte, houve uma série de greves ferroviárias no estado, os grevistas entraram em conflito com a polícia e a Guarda Nacional foi chamada. A luta foi cruel: duas companhias da infantaria dos Estados Unidos tiveram que ser chamadas antes de conseguirem derrotar definitivamente os trabalhadores. Ao todo, no ano, cerca de 100.000 ferroviários tinham entrado em greve, mais de cem foram mortos e cerca de mil, presos. Os patrões fizeram algumas concessões de menor importância, mas a mensagem estava clara: as greves não seriam toleradas.

Depois de 10 anos, nada mudou. Em 1886, os trabalhadores organizados em todo o país fizeram campanha pela jornada de trabalho de oito horas. Houve muitas greves e alguns patrões concederam um dia de trabalho de nove horas para dissuadir seus empregados. Contudo, no dia 3 de maio, a polícia matou quatro trabalhadores em Chicago. No dia seguinte, em uma grande concentração de protesto na Praça Haymarket, uma bomba explodiu no meio de um contingente da polícia, matando vários policiais. Nunca foi descoberto o responsável pela bomba, mas a polícia prendeu oito líderes socialistas em Chicago. Sete deles nem estavam na concentração, mas foram considerados culpados e quatro foram enforcados. A campanha fracassou.

Outra greve, que se tornou legendária, aconteceu em 1892 na fábrica de aço Carnegie em Homestead, próximo de Pittsburgh. Quando os trabalhadores se recusaram a aceitar reduções salariais, a administração demitiu todos e tentou trazer fura-greves, protegidos por detetives contratados. Quase toda a cidade apoiou os trabalhadores, resultando em luta quando as pessoas atacaram os detetives, e várias pessoas foram mortas. Chegaram soldados, e tanto a greve quanto o sindicato foi desarticulada. Os líderes da greve foram presos e acusados de assassinato e traição contra o Estado, mas a diferença desta vez foi que os jurados lhes foram simpáticos e absolveram todos.

Em 1894, foi a vez de Eugene Debs e sua *American Railway Union*. Indignado com o tratamento aos trabalhadores de Homestead, ele organizou uma greve de trabalhadores na fábrica da Pullman Palace Car Company em Chicago, que acabavam de ter seus salários reduzidos em 30%. Os membros da ARU foram orientados a não trabalhar nos vagões da Pullman, o que, na prática, significa que todos os trens na região de Chicago pararam. Os grevistas

também bloquearam os trilhos e descarrilaram trens. Mais uma vez, foram enviadas tropas e 34 pessoas foram mortas. A greve foi esmagada e não se ouviu mais falar muito na ARU. De certa forma, Debs teve sorte e só recebeu seis meses de prisão, e durante esse tempo, segundo ele próprio, converteu-se ao socialismo.

(c) O socialismo e a *Industrial Workers of the World (IWW)*

Nos primeiros anos do século XX, teve início uma fase nova e mais combativa do sindicalismo, com a formação da IWW em Chicago, em 1905. Eugene Debs, agora líder do partido socialista, esteve na reunião de fundação, assim como Big Bill Haywood, líder mineiro que se tornou a principal força motriz por trás da IWW. Ela incluía socialistas, anarquistas e sindicalistas radicais. Sua meta era formar um "Grande Sindicato" que incluísse todos os trabalhadores no país, independentemente de raça, sexo ou nível de emprego. Embora não fosse a favor de começar a violência, eles estavam bastante preparados para resistir se fossem atacados. Eles acreditavam na greve como importante arma na luta de classes, mas as greves não eram sua atividade principal: "Elas são testes de força durante os quais os trabalhadores se qualificam para a ação conjunta, para se preparar para a 'catástrofe' final: a greve geral que completará a expropriação dos patrões".

Esse era um discurso de luta, e embora a IWW nunca tenha tido mais de 10.000 membros, *os patrões e os proprietários a viam como uma ameaça a ser levada a sério* e recrutaram a colaboração de todos os grupos possíveis para destruí-la As autoridades locais foram convencidas a aprovar leis proibindo reuniões, discursos em público, foram contratadas gangues de vigilantes para atacar os líderes da IWW, que foram presos. Em Spokane, Washington, em 1909, 600 pessoas foram detidas e mandadas à prisão por tentar fazer discursos públicos nas ruas e, quando todas as cadeias ficaram cheias, as autoridades cederam e admitiram o direito de expressão.

Sem medo, a IWW continuava a promover campanhas, e nos anos seguintes, seus membros viajaram pelo país para organizar greves onde quer que elas fossem necessárias, como nos estados da Califórnia, Washington, Massachusetts, Louisiana e Colorado, entre outros lugares. Um dos poucos êxitos claros veio com uma greve de tecelões de lã em Lawrence, Massachusetts, em 1912. Os trabalhadores, predominantemente imigrantes, saíram das fábricas depois de saber que seus salários seriam reduzidos. A IWW veio e organizou piquetes, passeatas e reuniões. Os membros do partido socialista também se envolveram, ajudando a levantar fundos e garantir que as crianças fossem alimentadas. A situação ficou violenta quando a polícia atacou uma passeata. A milícia estadual e até a cavalaria federal acabaram sendo chamadas e vários grevistas foram mortos, mas eles resistiram por mais de dois meses, até que os proprietários da fábrica cedessem e fizessem concessões aceitáveis.

Porém, poucos foram os êxitos como esse, e *as condições de trabalho como um todo não melhoraram muito*. Em 1911, um incêndio em uma fábrica de camisas de Nova York matou 146 trabalhadores, já que os patrões tinham ignorado as normas de proteção contra o fogo. No final de 1914, relatava-se que 35.000 trabalhadores tinham sido mortos naquele ano em acidentes industriais. Muitos dos que eram solidários à situação dos trabalhadores começaram a se voltar ao partido socialista e a soluções políticas. Vários autores ajudavam a aumentar a consciência do povo sobre os problemas. Por exemplo, o romance *The Jungle* (1906), de Upton Sinclair, tratava das péssimas condições nas indústrias de embalagem de carne de Chicago e, ao mesmo tempo, conseguiam transmitir os ideais básicos do socialismo.

Em 1910, o partido tinha cerca de 100.000 membros e Debs concorreu a presidente em 1908, embora tenha obtido apenas 400.000 votos. *A importância do movimento socialista era que divulgou a necessidade de reforma e influenciou ambos os partidos principais*, que reconheceram, embora relutantes, a necessi-

dade de algumas mudanças, nem que fosse para tirar a bandeira dos socialistas e calar sua voz. Debs concorreu a presidente de novo em 1912, mas desta vez o cenário político tinha mudado muito. O partido Republicano, no governo, estava dividido: seus membros mais reformistas fundaram a *Progressive Republican League* (1910) com um programa que incluía a jornada de oito horas, a proibição do trabalho infantil, o voto feminino e um sistema nacional de previdência. Ele até expressava simpatia pelos sindicatos, desde que seu comportamento fosse moderado. Os Progressistas decidiram concorrer com o ex-presidente Theodore Roosevelt contra o candidato oficial republicano William Howard Taft. O Partido Democrata também tinha sua ala progressista, cujo candidato à presidência foi Woodrow Wilson, um conhecido reformador que chamou seu programa de "Nova Liberdade".

Diante dessas escolhas, a *American Federation of Labor* optou pelos Democratas por serem o partido com mais probabilidades de realmente cumprir suas promessas, enquanto a IWW apoiou Debs. Com o voto Republicano dividido entre Roosevelt (4,1 milhões) e Taft (3,5 milhões), Wilson foi eleito presidente com facilidade (6,3 milhões de votos). Debs (com 900 mil votos) mais do que dobrou sua votação anterior, indicando que o apoio ao socialismo ainda estava aumentando, apesar dos esforços dos progressistas em ambos os partidos principais. Durante o mandato de Wilson (1913-1921), foram introduzidas várias reformas importantes, como uma lei que proibia o trabalho infantil em fábricas e *sweatshops* (locais onde a produção era feita sob condições desumanas de trabalho). Na maioria das vezes, porém, foram os governos estaduais que tomaram a frente. Por exemplo, em 1914, nove estados introduziram o voto feminino, e somente em 1920 ele se tornou parte da Constituição Federal. Hugh Brogan resume as conquistas das reformas de Wilson de forma sucinta: "Em comparação com o passado, suas realizações foram impressionantes; em relação ao que precisava ser feito, elas eram quase triviais."

(d) A Primeira Guerra Mundial e as revoluções russas

Quando começou a Primeira Guerra Mundial em 1914, Wilson afirmou, para alívio da maioria do povo norte-americano, que os Estados unidos permaneceriam neutros. Tendo vencido a eleição de 1916 em grande parte com base no slogan "Ele nos mantém fora da guerra", Wilson logo se deu conta de que a campanha alemã de guerra submarina "irrestrita" não lhe deixava alternativa a também declará-la (ver Seção 2.5(c)). A revolução russa de fevereiro/março de 1917 (ver Seção 16.2), que derrubou o czar Nicolau II, veio no momento exato para o presidente, que falava "nas coisas maravilhosas e animadoras que vinham acontecendo nas últimas semanas na Rússia". A questão era que muitos norte-americanos não estava dispostos a que seu país entrasse na guerra porque isso significaria ser aliado do país mais antidemocrático da Europa. Agora que o czarismo estava terminado, uma aliança com o aparentemente democrático Governo Provisório era muito mais aceitável.

Não que o povo norte-americano estivesse entusiasmado com a guerra. Segundo Howard Zinn:

> Não existem evidências convincentes de que o povo quisesse guerra. O governo teve que trabalhar muito para criar consenso. As fortes medidas tomadas sugerem que não havia demanda espontânea: convocação de jovens, campanha de propaganda sofisticada em todo o país e punição severa aos que se recusassem a servir.

Wilson conclamou um exército de um milhão de homens, mas em seis semanas, apenas 73.000 se ofereceram como voluntários, e o Congresso aprovou o serviço militar obrigatório por ampla maioria.

A guerra deu ao Partido Socialista um novo sopro de vida – por pouco tempo. Ele organizou reuniões contra a guerra em todo o meio-oeste e condenou a participação do país

como "um crime contra o povo dos Estados Unidos". Mais tarde, no mesmo ano, 10 socialistas foram eleitos para o legislativo de Nova York; em Chicago, o voto socialista nas eleições municipais aumentou de 3,6% em 1915 a 34,7% em 1917. O Congresso decidiu não correr riscos e, em junho de 1917, aprovou a Lei de Espionagem, que transformou em crime a tentativa de fazer com que as pessoas se recusassem a servir às forças armadas. Os socialistas passaram a ser alvo de um novo ataque: qualquer um que falasse contra a convocação provavelmente seria preso e acusado de ser pró-alemão. Cerca de 900 pessoas foram para a cadeia por essa lei, incluindo membros da IWW, que também se opunha à guerra.

Os eventos na Rússia influenciaram o destino dos socialistas. Quando Lênin e os bolcheviques tomaram o poder em outubro/novembro de 1917, logo ordenaram que as tropas russas interrompessem os combates e deram início a conversações de paz com os alemães. Isso gerou consternação entre os Aliados da Rússia, e os norte-americanos condenaram os Bolcheviques como "agentes do imperialismo prussiano". Houve apoio público total quando as autoridades lançaram uma campanha contra o partido socialista e a IWW, rotulados de Bolcheviques pró-alemães. Em abril de 1918, 101 "*Wobblies*", incluindo seu líder Big Bill Haywood, foram levados a um julgamento coletivo. Todos foram condenados por conspirar para obstruir o recrutamento e incentivar a deserção. Haywood e outros 14 foram sentenciados a 20 anos de prisão, 33 outros receberam 10 anos e o restante, sentenças mais curtas. A IWW foi destruída. Em junho de 1918, Eugene Debs foi preso e acusado de tentar obstruir o recrutamento e de ser pró-Alemanha. Ele foi sentenciado a 10 anos de prisão, embora tenha sido libertado depois de cumprir menos de três anos. A guerra terminou em novembro de 1918, mas nesse curto período de envolvimento dos Estados Unidos, desde abril de 1917, cerca de 50.000 soldados norte-americanos morreram.

(e) O Pânico Vermelho: o caso Sacco e Vanzetti

Embora a guerra tivesse terminado, os problemas políticos e sociais não estavam encerrados. Nas palavras de Howard Zinn: "Com todas as pessoas que foram presas durante a guerra, a intimidação, o impulso pela unidade nacional, o *establishment* ainda temia o socialismo. Parecia haver, novamente, necessidade de táticas gêmeas de controle diante do desafio revolucionário: reforma e repressão". O "desafio revolucionário" assumiu a forma de uma série de atentados a bomba no verão de 1919. Uma explosão causou graves danos à casa do procurador-geral, *A. Mitchell Palmer*, em Washington, e outra bomba explodiu no grande estabelecimento bancário House of Morgan, em Wall Street, Nova York. Nunca foi descoberto o culpado, mas os anarquistas, os imigrantes e os bolcheviques foram responsabilizados pelas explosões. "Esse movimento", como disse a Wilson um de seus assessores, "se não for contido, está fadado a se expressar como um ataque a tudo o que prezamos".

Em seguida veio a repressão: *o próprio Palmer lançou o "Pânico vermelho"* – o medo do bolchevismo – segundo algumas fontes, para ganhar popularidade ao enfrentar com firmeza a situação. Ele era ambicioso e se via como candidato a presidente nas eleições de 1920. Em linguagem sombria, ele descrevia a "Ameaça Vermelha", a qual estava lambendo os altares de nossas igrejas, arrastando-se para dentro dos rincões sagrados dos lares americanos, tentando tomar o lugar dos votos do matrimônio.... é uma organização de milhares de estrangeiros e pervertidos morais", Embora fosse Quaker*, Palmer era extremamente agressivo e partiu para o ataque no outono de 1919, ordenando invasões aos escritórios de editores, sedes de sindicatos e socialistas, salões públicos, casas privadas e reuniões de qualquer pessoa que fosse considerada culpada de atividades bolcheviques. Mais de mil anarquistas e socialistas foram presos e

* N. de R.: Seita protestante fundada na Inglaterra no séc. XVII (Sociedade dos Amigos), de orientação pacifista.

cerca de 250 russos foram detidos e deportados para seu país de origem. Em janeiro de 1920, outras 4.000 pessoas, em sua maior parte inofensivas e inocentes, foram presas, incluindo 600 em Boston, e a maioria foi deportada depois de longos períodos na cadeia.

Um caso, acima de todos, galvanizou a imaginação do povo, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo: *o caso Sacco e Vanzetti*. Presos em Boston em 1919, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram acusados de roubar e assassinar um funcionário do correio. Embora as evidências estivessem longe de ser convincentes, eles foram condenados e sentenciados à pena de morte. O julgamento foi uma espécie de farsa: o juiz, que deveria ser neutro, demonstrou extremo preconceito contra eles por serem anarquistas e imigrantes italianos, que de alguma forma tinham evitado o serviço militar. Depois do julgamento, ele se gabava do que tinha feito "àqueles anarquistas safados... filhos da mãe e *dagoes*", como se chamavam depreciativamente italianos, espanhóis ou portugueses.

Sacco e Vanzetti recorreram de suas sentenças e passaram os sete anos seguintes na cadeia enquanto o caso se arrastava. Seu amigos e simpatizantes conseguiram levantar apoio mundial entre a esquerda, principalmente na Europa. Houve manifestações de massas na frente da embaixada dos Estados Unidos em Roma e bombas explodiram em Lisboa e Paris. Até nos Estados Unidos a campanha por sua libertação ganhou força, e foi aberto um fundo de apoio a suas famílias e organizadas manifestações na frente da prisão onde eles estavam. De nada adiantou: em abril de 1927, o governador de Massachusetts decretou que os veredictos de culpado deveriam ser mantidos. Em agosto, Sacco e Vanzetti foram executados na cadeira elétrica, protestando e alegando inocência até o fim.

O caso rendeu muita propaganda negativa aos Estados Unidos. Parecia claro que Sacco e Vanzetti foram transformados em bodes expiatórios porque eram anarquistas e imigrantes; houve indignação na Europa e foram realizadas mais manifestações de protestos depois de sua execução. Os anarquistas e os imigrantes tampouco eram os únicos tipos de pessoas que se sentiam ameaçadas: os negros também continuavam enfrentando dificuldades na chamada sociedade sem classes dos Estados Unidos.

22.5 DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS

(a) Antecedentes do problema dos direitos civis

Na segunda metade do século XVII, os colonizadores do estado da Virginia começaram a importar escravos da África em grandes quantidades para trabalhar nas plantações de fumo. A escravidão sobreviveu durante todo o século XVIII e ainda estava firme quando as colônias obtiveram a independência e os Estados Unidos nasceram, em 1776. No norte, a escravidão já tinha quase desaparecido em 1800, quando um em cada cinco habitantes do país era afro-americano. No sul, ela se arrastou porque toda economia das lavouras (*plantations*) – fumo, açúcar e algodão – baseava-se na mão de obra escrava e os brancos não conseguiam imaginar sobreviver sem ela, mesmo que um dos princípios fundadores dos Estados Unidos fosse a ideia de liberdade e igualdade para todos, enunciada com clareza na Declaração de Independência de 1776:

> Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Mesmo assim, quando a Constituição foi elaborada, em 1787, ela conseguiu de certa forma ignorar a questão da escravidão. Quando Abraham Lincoln, que se opunha à escravidão, foi eleito presidente em 1860, os 11 estados do sul deram início à secessão (separação) da União, para poder continuar com os escravos e manter controle sobre suas próprias questões internas. Sendo assim, a abolição da

escravidão e a questão dos direitos dos estados foram as causas básicas da Guerra Civil.

(b) Reconstrução "negra" depois da Guerra Civil

A Guerra Civil entre Norte e Sul (1861-1865) foi o conflito mais terrível na história dos Estados Unidos, deixando cerca de 620.000 homens mortos. Além de imensos prejuízos, principalmente no sul, ela também deixou um rastro de profundas divisões políticas e sociais. A vitória do norte teve dois resultados claros: *a União foi preservada e a escravidão chegara ao fim*. A 13ª, a 14ª e a 15ª emendas à Constituição tornaram a escravidão ilegal, estabeleceram o princípio de igualdade racial e deram a todos os cidadãos norte-americanos proteção igual perante a lei. Qualquer estado que privasse um cidadão do sexo masculino com mais de 21 anos do direito de votar seria penalizado. *Por pouco tempo, os negros no sul conseguiram votar*; muitos afro-americanos foram eleitos para legislativos estaduais; na Carolina do sul, eles inclusive alcançaram maioria; 20 se tornaram membros do Congresso e dois foram eleitos para o Senado. Outro grande passo à frente foi a introdução de escolas livres e racialmente mistas.

Os brancos sulistas anteriormente dominantes consideraram essa situação difícil de aceitar, e acusavam os políticos negros de serem incompetentes, corruptos e preguiçosos, embora, em termos gerais, eles não fossem mais do que seus colegas brancos. Os legislativos estaduais do sul logo começaram a aprovar o que ficou conhecido como os "Códigos Negros", que eram leis introduzindo todos os tipos de restrições à liberdade dos ex-escravos restaurando, ao máximo possível, as antigas leis escravistas. Quando os negros protestavam, havia represálias violentas, ocorriam conflitos, houve revoltas raciais em Memphis, Tennessee, nos quais 46 negros foram mortos (1866). Em Nova Orleans, ainda no mesmo ano, a polícia matou cerca de 40 pessoas e feriu 160, na maioria negros. A violência se intensificou no final da década de 1860 e início da de 1870, grande parte dela organizada pela *Ku Klux Klan*. Tropas da União permaneceram no Sul no final da Guerra Civil e conseguiram manter algum tipo de ordem, mas, aos poucos, o governo federal em Washington, ansioso por evitar outra guerra a qualquer custo, começou a fazer vista grossa para o que estava acontecendo.

O momento decisivo veio com a eleição presidencial de novembro de 1876. No final do ano, com apenas três estados do sul – Florida, Carolina do Sul e Louisiana – ainda contando seus votos, os Democratas pareciam ter ganhado, mas se vencesse nos três, o candidato Republicano Rutherford B. Hayes se tornaria presidente. Depois de longas e secretas discussões, foi feito um acordo nebuloso: Hayes fez concessões ao sul branco, prometendo muito dinheiro federal para investimento em ferrovias e a retirada das tropas da União. Na prática, isso significava abandonar os ex-escravos e devolver o controle político do sul aos brancos em troca da presidência. Hayes se tornou presidente em março de 1877 e o período conhecido como Reconstrução Negra estava encerrado.

(c) A Ku Klux Klan e as leis Jim Crow

Em sua campanha para impedir que os negros obtivessem direitos civis iguais, os brancos sulistas usaram a violência junto com os métodos legais. Essa violência era proporcionada pela Ku Klux Klan ("Ku Klux", do grego *kuklos* – tigela), que começou como uma sociedade secreta na noite de Natal de 1865, no Tennessee. Eles afirmavam estar protegendo os brancos que estariam sendo aterrorizados por ex-escravos, e avisavam que se vingariam, desenvolvendo uma campanha de ameaças e terror contra negros e contra brancos que fossem simpáticos à causa negra. Passou a ser comum linchar, surrar, agredir com chicotes e cobrir as pessoas com alcatrão. Seus objetivos logo se tornaram mais específicos:

- aterrorizar os negros a tal ponto que eles ficassem com medo de exercer seus votos;
- expulsá-los de qualquer terra que tivessem conseguido obter;

- intimidá-los e desmoralizá-los para que eles desistissem de qualquer tentativa de conquistar igualdade.

Os cidadãos brancos comuns, cumpridores da lei, que poderiam reprovar as atividades da Klan, tinham medo de se expressar ou de oferecer evidências contra seus membros. Por isso, os membros da Klan promoviam desordens pelo sul com seus ataques noturnos, vestidos com capuzes e máscaras brancos e realizando cerimônias pseudo-religiosas com a queima de cruzes. No final da década de 1870, com seus principais objetivos aparentemente conquistados, a atividade da Klan diminuiu um pouco até o início da década de 1920. Mesmos assim, entre 1885 e a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial em 1917, mais de 2.700 afro-americanos foram linchados no sul.

As armas legais usadas pelos brancos sulistas para manter sua supremacia incluíram as chamadas leis Jim Crow, aprovadas pelos legislativos estaduais pouco depois de Hayes se tornar presidente em 1877. Elas restringiam muito os direitos dos negros: vários mecanismos foram usados para privá-los de seu direito ao voto, eles só podiam ter os piores empregos e os mais mal pagos e lhes era proibido morar nas melhores zonas das cidades. O pior estava por vir: os negros foram excluídos das escolas e universidades frequentadas por brancos e de seus hotéis e restaurantes. Até mesmo os trens e os ônibus deveriam ter lugares separados para negros e brancos. Nesse meio-tempo, no norte, os negros estavam em situação um pouco melhor, no sentido de que podiam pelo menos votar, embora ainda tivessem que enfrentar discriminação em termos de moradia, emprego e educação. No sul, contudo, no final do século, a supremacia branca parecia inabalável.

Previsivelmente, muitos líderes negros pareciam ter perdido as esperanças. Uma da figuras mais conhecidas, *Booker T. Washington*, que nasceu escravo na Virginia, acreditava que a melhor forma de os negros enfrentarem a situação era aceitá-la passivamente e trabalhar muito para ter sucesso econômico. Suas ideias foram expressas em seu discurso "*Compromisso de Atlanta*", de 1895: somente quando demonstrassem suas capacidades econômicas e se tornassem disciplinados é que os afro-americanos poderiam conquistar concessões dos brancos dominantes e fazer avanços políticos. Ele enfatizava a importância da educação e da formação profissionalizante, e em 1881, tornou-se o diretor do Instituto Tuskegee, no Alabama, que ele transformou em um importante centro para a educação negra.

(d) Os direitos civis no início do século XX

No início do novo século, os negros começaram a se organizar. Havia algo como 10 milhões de afro-americanos nos Estados Unidos e 9 milhões deles moravam no sul, onde eram desfavorecidos e desestimulados, mas surgiram vários novos líderes destacados que estavam preparados para expressar suas ideias. W. E. B. Du Bois, educado no norte, foi o primeiro homem negro a fazer doutorado em Harvard e trabalhou como professor em Atlanta. Ele estava determinado a lutar por direitos civis e políticos completos e se opunha às táticas de Booker T. Washington, que considerava muito cautelosas e moderadas. Ele não gostava da educação profissionalizante fornecida em Tuskegee, afirmando que ela estava voltada a manter os jovens negros no velho sul rural, em vez de lhes dar a formação e as habilidades necessárias para o sucesso nos novos centros urbanos do norte. Du Bois, junto com William Monroe Trotter, que editava um jornal chamado *The Guardian*, em Boston, organizou uma conferência do outro lado da fronteira, no Canadá, próximo às Cataratas do Niágara, levando à formação do Grupo Niágara (1905), cuja declaração de fundação estabelecia o tom de sua campanha:

> Recusamo-nos a permitir que continuem as impressões de que o norte-americano negro concorda com sua inferioridade, que é submisso à opressão e apologético

> diante de insultos. A voz do protesto de 10 milhões de norte-americanos nunca deve deixar de atacar os ouvidos de seus semelhantes enquanto o país for injusto.

Em 1910, foi fundada a *National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)*, com Du Bois como um de seus líderes e editor de sua revista, *The Crisis*. A organização visava lutar contra a segregação por meio de ações jurídicas e melhor educação. Demonstrando suas capacidade e suas habilidades, os negros conquistariam respeito dos brancos e, gradualmente, esperava-se, viriam os direitos civis integrais.

Uma postura um tanto diferenciada foi tentada por outro líder negro, Marcus Garvey. Nascido na Jamaica, Garvey só se mudou para os Estados Unidos em 1916, chegando a Nova York na época do grande fluxo de negros que tinham esperança de escapar da pobreza no sul. Ele logo chegou à conclusão de que havia poucas probabilidades de os negros serem tratados como iguais e desfrutar de direitos civis integrais em um futuro próximo, e passou a defender o nacionalismo negro, o orgulho negro e a separação racial. Morando e trabalhando nas zonas negras do Harlem, Garvey publicava seu próprio jornal semanal, *Negro World*, e introduziu sua *Universal Negro Improvement Association*, que ele havia iniciado na Jamaica, em 1914. Ele foi um precursor do nacionalismo negro de Malcolm X e dos Panteras Negras, chegando a sugerir que um retorno à África poderia ser o melhor futuro para os negros nos Estados Unidos da supremacia branca. Essa ideia não pegou e ele voltou suas atenções para empreendimentos empresariais, fundando a *Black Factories Corporation* e a *Black Star Line*, uma empresa de barcos a vapor de propriedade de negros e por eles operada. Ela quebrou em 1921 e Garvey ficou com dificuldades financeiras, foi condenado por fraude e deportado, e seu movimento nacionalista negro entrou em decadência. Ele passou os últimos anos de sua vida em Londres.

Na época do Pânico Vermelho, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, a *Ku Klux Klan* ressurgiu. Mais uma vez, ela alegava autodefesa como sua principal motivação – a defesa dos "americanos nórdicos de linhagem antiga... os fazendeiros e profissionais americanos acossados" cujo estilo de vida estava ameaçado por hordas de imigrantes que se reproduziam rapidamente. O que lhes preocupava, no início dos anos de 1920, era que os filhos dos imigrantes que tinham entrado no país entre 1900 e 1914 estavam chegando à idade de votar. A Klan rejeitava a teoria do "caldeirão" e voltava a fazer campanhas contra os negros, que se mudavam aos milhares para o norte, mesmo que a maioria deles não estivesse se saindo muito bem durante os "extraordinários anos de 1920". Eles também faziam campanhas contra italianos, católicos e contra os judeus. A Klan se espraiou para o norte e, em 1924, podia se gabar de ter não muito menos do que 5 milhões de membros. Houve mais assédios, agressões e linchamentos. Gangues de negros e brancos lutavam entre si e a estrutura racial parecia mais enraizada do que nunca. Quando o governo federal limitou a imigração a 150.000 por ano em 1924, a Klan reivindicou o crédito. A organização perdeu importância depois de 1925, mas isso não significou a melhoria nas vidas dos negros, principalmente na medida em que o país logo mergulhou na Grande Depressão.

22.6 CHEGA A GRANDE DEPRESSÃO, OUTUBRO DE 1929

(a) A quebra de Wall Street, outubro de 1929

No início de 1929, a maioria dos norte-americanos parecia ignorar tranquilamente qualquer problema grave com a economia. Em 1928, o presidente Coolidge disse ao congresso: "O país pode olhar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo". A prosperidade parecia permanente. O republicano Herbert

C. Hoover teve uma vitória esmagadora na eleição presidencial de 1928. Infelizmente, a prosperidade fora construída sobre alicerces suspeitos e não tinha como durar. "América, a dourada" estava por sofrer um choque profundo. Em setembro de 1929, a compra de ações na Bolsa de Nova York em Wall Street começou a diminuir de ritmo. Espalharam-se rumores de que o *boom* tinha acabado e as pessoas correram para vender suas ações antes que os preços caíssem muito. Em 24 de outubro, a corrida tinha se transformado em um pânico e os preços das ações desabaram. No dia 29, a "terça-feira negra", milhares de pessoas que tinham comprado suas ações quando os preços eram altos estavam arruinadas. O valor das ações listadas caiu catastroficamente em cerca de 30 bilhões de dólares.

Esse desastre sempre é lembrado como a Quebra de Wall Street. Seus efeitos se espalharam rapidamente: foram tantas as pessoas em dificuldades financeiras que correram aos bancos para retirar suas economias que milhares deles tiveram que fechar. Com a queda na demanda por mercadorias, as fábricas fechavam e o desemprego aumentou de forma alarmante. De repente, a grande explosão de crescimento tinha se transformado na Grande Depressão, que rapidamente afetou não apenas os Estados Unidos, mas também outros países, e ficou conhecida como *crise econômica mundial*. A quebra de Wall Street não causou a depressão, sendo apenas um sintoma de um problema cujas causas eram mais profundas.

(b) O que causou a Grande Depressão?

1 Superprodução doméstica

Os industriais norte-americanos, incentivados pelos grandes lucros e ajudados por uma mecanização crescente, estavam *produzindo mercadorias demais para o mercado nacional absorver* (assim como a agricultura). Isso não era visível nos anos de 1920, mas quando os anos de 1930 se aproximaram, os estoques de mercadorias que não foram vendidos começaram a acumular, e os fabricantes passaram a produzir menos. Como eram necessários menos trabalhadores, muitos foram demitidos e, não havendo seguro-desemprego, eles e suas famílias compravam menos. E assim continuava o círculo vicioso.

2 Má distribuição de renda

Os enormes lucros dos industriais não estavam sendo distribuídos de forma equânime entre os trabalhadores. O salário médio dos operários industriais aumentou cerca de 8% entre 1923 e 1929, mas nesse período, os lucros da indústria cresceram 72%. Um aumento de 8% nos salários (apenas 1,4% em termos reais) significava que não havia poder de compra suficiente nas mãos do povo em geral para sustentar o surto de crescimento. As pessoas conseguiam absorver as mercadorias produzidas por algum tempo, com a ajuda de crédito, mas em 1929, aproximavam-se rapidamente do limite. Infelizmente, os fabricantes, geralmente as supercorporações, não estavam dispostos a reduzir preços nem aumentar substancialmente os salários, de forma que se acumulou um excesso de bens de consumo.

Essa recusa dos fabricantes a fazer alguma concessão era falta de visão, para dizer o mínimo. No início de 1929, ainda havia milhões de norte-americanos que não tinham rádio, lavadora de roupas nem carro porque não podiam pagar. Se os patrões tivessem concedido maiores aumentos nos salários e se contentassem com menos lucros, não haveria razão para que a explosão de crescimento não continuasse por vários anos enquanto seus benefícios seriam compartilhados de forma mais ampla. Mesmo assim, ainda era possível evitar uma queda brusca, desde que os Estados Unidos pudessem exportar seus produtos excedentes.

3 Queda na demanda por exportações

Entretanto, as exportações começaram a diminuir, em parte porque os outros países relutavam em comprar os produtos norte-americanos quando os próprios Estados Unidos estabele-

ciam barreiras tarifárias para proteger suas indústrias das importações do exterior. Embora tenha ajudado a manter os produtos estrangeiros fora, a tarifa Fordney-McCumber (1922) também impediu que outros países, principalmente na Europa, obtivessem os tão necessários lucros com o comércio com os Estados Unidos. Sem esses lucros, os países europeus não tinham como pagar pelos produtos norte-americanos e estariam se esforçando para pagar as dívidas de guerra que tinham com o país. Para piorar as coisas, muitos países retaliaram, criando tarifas sobre os produtos norte-americanos. Algum tipo de queda estava claramente no horizonte.

4 Especulação

A situação foi agravada por um grande surto de *especulação* no mercado de ações de Nova York, que começou a ganhar força em 1926. Especulação é a compra de ações de empresas. As pessoas que tinham dinheiro sobrando escolheram fazer isso por dois motivos possíveis:

- para receber os dividendos, a divisão dos lucros de uma empresa entre seus acionistas;
- para ter um lucro rápido ao vender as ações por mais do que tinham pago.

Em meados da década de 1920, foi o segundo motivo que mais atraiu os investidores: à medida que aumentavam os lucros das empresas, mais pessoas queriam comprar ações, o que forçou os preços para cima, e havia muitas possibilidades de lucros rápidos comprando e vendendo ações. O valor médio de uma ação subiu de 9 dólares em 1924 para 26 dólares em 1929. Os preços das ações de algumas empresas aumentaram de forma espetacular: a ação da *Radio Corporation of America*, por exemplo, estava em 85 dólares no início de 1928 e subiu para 505 em setembro de 1929, e essa era uma empresa que não pagava dividendos.

A promessa de lucros rápidos estimulou todos os tipos de atitudes: pessoas comuns gastaram suas economias ou pegaram dinheiro emprestado para comprar algumas ações, os corretores de ações as vendiam a crédito, os bancos especulavam com elas usando o dinheiro que tinham em depósito. Era uma espécie de jogo, mas havia uma enorme confiança de que a prosperidade continuaria indefinidamente.

Essa confiança durou até uma boa parte de 1929, mas quando surgiram os primeiros sinais de que as vendas estavam começando a diminuir, alguns investidores mais bem informados decidiram vender suas ações enquanto os preços ainda estavam altos. Isso fez com que se espalhasse a desconfiança, pois mais pessoas do que o normal estavam tentando vender ações – algo devia estar errado! A confiança no futuro começou a balançar pela primeira vez, e mais pessoas decidiram vender suas ações enquanto a coisa ainda ía bem. Assim, desenvolveu-se um processo que os economistas chamam *expectativa autorrealizante*, ou seja, com suas próprias ações, os investidores causam o profundo colapso nos preços das ações do qual eles tinham medo.

Em outubro de 1929, houve um mar de gente correndo para vender ações, mas, como a confiança tinha sido abalada, poucas pessoas queriam comprá-las. Os preços desabaram e os investidores desafortunados tinham que aceitar o que quer que se lhes oferecesse. Um dia especialmente ruim foi 24 de outubro – a "terça-feira negra" – quando quase 13 milhões de ações foram "jogadas" no mercado a preços muito baixos. Em meados de 1930, os preços das ações eram, em média, cerca de 25% de seu pico no ano anterior, mais continuavam caindo. O fundo do poço foi atingido em 1932, e nesse momento, os Estados Unidos como um todo estavam no meio da depressão.

(c) Como a depressão afetou as pessoas?

1. Para começar, *a quebra do mercado de ações arruinou milhares de investidores* que haviam pago altos preços por suas ações. No caso de quem comprou ações a crédito ou com dinheiro emprestado, seus credores também perderam muito, já que não tinham como receber pagamento.

2. *Os bancos estavam em posição frágil*, pois eles próprios tinham especulado muito. Quando, além de tudo isso, milhões de pessoas correram para retirar suas economias acreditando que seu dinheiro estaria mais seguro em casa, muitos bancos ficaram sobrecarregados, não tinham dinheiro suficiente para pagar a todos e fecharam para sempre. Havia mais de 25.000 bancos no país em 1929, mas, em 1933, restavam menos de 15.000, o que fazia com que milhões de pessoas comuns que nada tinham a ver com a especulação fossem arruinadas quando as economias de suas vidas desapareceram.
3. Com a queda na demanda por todos os tipos de mercadorias, *trabalhadores foram demitidos e fábricas, fechadas*. A produção industrial em 1933 foi metade do total de 1929, enquanto o desemprego ficava em 14 milhões. Cerca de um quarto do total da força de trabalho estava sem emprego e um em cada oito agricultores perdera sua propriedade. Houve uma redução no padrão de vida, com filas para o pão, fornecimento de refeições beneficentes, despejo de inquilinos que não conseguiam pagar o aluguel e muitas pessoas passavam fome. O "grande sonho americano" de prosperidade havia se transformado em um pesadelo. Nas palavras do historiador Donald McCoy: "O povo dos Estados Unidos foi afetado como se tivesse havido uma guerra de costa a costa". Também não havia seguros para o caso de desemprego ou problemas de saúde. Nos arredores de todas as grandes cidades, pessoas desabrigadas moravam em campos apelidados de "Hoovervilas", em função do presidente que era responsabilizado pela depressão (Ilustração 22.2 e 22.3).
4. Muitos outros países, principalmente a Alemanha, foram afetados, porque sua prosperidade dependia em muito dos empréstimos dos Estados Unidos. Assim

Ilustração 22.2 Desempregado vende maçãs baratas em frente à seu barraco em uma "Hoovervila", em Nova York.

Ilustração 22.3 Fila do pão em Nova York, em 1933.

que chegou a quebra, os empréstimos pararam e os norte-americanos cobravam os que eram de curto prazo que já tinham feito. Em 1931, a maior parte da Europa estava em situação semelhante, e a depressão também teve seus resultados políticos: em muitos países, como Alemanha, Áustria, Japão e Grã-Bretanha, governos de direita chegaram ao poder quando os regimes existentes não conseguiram enfrentar a situação.

(d Quem foi responsável pelo desastre?

Na época, virou moda culpar o azarado presidente Hoover, mas isso não é justo. As origens do problema estão situadas muito antes e todo o Partido Republicano deve dividir a culpa. O governo poderia ter tomado muitas medidas para controlar a situação, como incentivo a outros países para que comprassem mercadorias norte-americanas, reduzindo tarifas em vez de aumentá-las e ações firmes em 1928 e 1929 para limitar a quantidade de crédito que o mercado de ações dava aos especuladores, mas a atitude de *laissez-faire* do partido não permitiria essa interferência em questões privadas.

(e) E o que fez o governo de Hoover para aliviar a depressão?

Hoover tentou resolver o problema incentivando os empregadores a não reduzir salários e não demitir trabalhadores. O governo emprestou dinheiro aos bancos, industriais e fazendeiros para salvá-los da falência, e deu início a um sistema para aliviar o desemprego. Em 1931, Hoover declarou moratória de um ano para as dívidas de guerra, para que os governos estrangeiros pudessem deixar de pagar prestações de suas dívidas com os Estados Unidos, na esperança de que eles viessem a usar o dinheiro economizado para comprar mais produtos do

país, mas isso fez pouca diferença, e as exportações norte-americanas em 1932 foram menos de um terço do total de 1929. As políticas de Hoover tiveram pouco impacto na depressão. Mesmo em uma crise tão séria como essa, ele era contra o alívio de dívidas para indivíduos porque acreditava na independência e no "individualismo exacerbado". Não foi surpresa quando o candidato Democrata, Franklin D. Roosevelt ("FDR"), ganhou com facilidade de Hoover na eleição presidencial de novembro de 1932 (ver Ilustração 22.4).

22.7 ROOSEVELT E O *NEW DEAL*

Roosevelt, de 51 anos (Ilustração 22.5) vinha de uma família abastada de Nova York. Formado em Harvard, entrou na política em 1910 e foi vice-ministro da marinha durante a Primeira Guerra Mundial. Parecia que sua carreira tinha terminado quando, aos 40 anos, ele teve pólio (1921), o que deixou suas pernas completamente paralisadas. Com uma enorme determinação, ele superou a deficiência, embora nunca tenha conseguido caminhar sem ajuda. Agora, ele trazia a mesma determinação para suas tentativas de arrancar o país da depressão. Ele era dinâmico, cheio de vitalidade e cheio de novas ideias. Era um brilhante comunicador, com discursos no rádio (que ele chamava de "conversas ao pé da lareira") que inspiravam confiança e lhe renderam grande popularidade. Durante a campanha eleitoral, ele disse: "Meu compromisso com vocês, um compromisso para comigo mesmo, é um novo pacto para o povo dos Estados Unidos". A expressão pegou, e suas políticas sempre foram lembradas como o "*New Deal*", ou pacto novo. Desde o começo, ele trouxe uma nova esperança quando disse em seu discurso de posse: "Quero afirmar minha crença firme de que a única coisa de que devemos ter medo é do próprio medo. Este país pede ação, e ação imediata. Pedirei ao Congresso poderes para travar uma guerra contra essa emergência".

Ilustração 22.4 O vencedor e o perdedor: Franklin D. Roosevelt (direita) acena para a multidão que o aclama, enquanto o presidente Herbert Hoover, derrotado, parece abatido enquanto ambos percorriam Washington, em março de 1933.

Ilustração 22.5 O presidente F. D. Roosevelt.

(a) Quais eram as metas do *New Deal?*

Basicamente, Roosevelt tinha três metas:

auxílio: dar ajuda direta aos milhões que foram atingidos pela pobreza e estavam sem casa e sem comida;

recuperação: reduzir o desemprego, incentivar a demanda por mercadorias e fazer com que a economia avançasse novamente;

reforma: tomar todas as medidas necessárias para impedir a repetição do desastre econômico.

Estava claro que eram necessárias medidas drásticas, e os métodos de Roosevelt representaram uma mudança completa em relação aos Republicanos do *laissez-faire*. Ele estava disposto a intervir em questões econômicas e sociais o quanto fosse possível e gastar dinheiro do governo para tirar o país da depressão. Os Republicanos sempre relutaram em dar passos desse tipo.

(b) O que o *New Deal* envolvia?

As medidas que compunham o *New Deal* foram introduzidas nos anos de 1933 a 1940. Alguns historiadores já falaram de um "primeiro" e um "segundo" *New Deal*, e até de um "terceiro", cada um com características diferentes. Contudo, Michael Heale acredita que isso simplifica demais o debate. "O governo Roosevelt", escreve o autor, "nunca foi comandado por uma ideologia política única e seus componentes sempre estavam pressionando em direções diferentes. Em termos gerais, porém, pode-se dizer que a partir de 1935, o *New Deal* se aproximou da esquerda política, no sentido de que entrou em uma aliança difícil com os trabalhadores organizados e demonstrou maior interesse nas reformas sociais". Nos "primeiros cem dias", ele se concentrou na legislação de emergência para lidar com a crise que se desenvolvia:

1 Os sistemas bancário e financeiro

Era importante fazer com que os sistemas bancário e financeiro voltassem a funcionar

adequadamente. Isso foi conseguido com o governo assumindo o controle temporário dos bancos e garantindo que os depositantes não perderiam seu dinheiro se houvesse outra crise financeira. Isso restabeleceu a confiança e o dinheiro começou a entrar novamente nos bancos. A *Securities Exchange Commission* (1934) reformou a bolsa de valores, entre outras coisas, insistindo em que as pessoas que comprassem ações a crédito dessem uma entrada de pelo menos 50% em vez de só 10%.

2 A Lei de Auxílio aos Agricultores (Farmers' Relief Act, 1933) e a Administração para Ajuste da Agricultura (Agricultural Adjustment Administration, AAA)

Era importante ajudar os agricultores, cujo principal problema era ainda estarem produzindo demais, o que mantinha os preços e os lucros baixos. Segundo a lei, o governo indenizaria os agricultores que reduzissem a produção, elevando, assim, os preços. A AAA, sob controle do dinâmico Henry Wallace, o Ministro da Agricultura de Roosevelt, era responsável por implementar a política e teve algum sucesso, já que, em 1937, a renda média dos agricultores tinha quase dobrado, mas seu ponto fraco era nada ter feito por agricultores mais pobres, arrendatários e trabalhadores rurais, muitos dos quais foram forçados a deixar a terra e buscar uma vida melhor nas cidades.

3 A Corporação de Conservação Civil (Civilian Conservation Corps, CCC)

Introduzida em 1933, essa foi uma ideia bem recebida de Roosevelt para dar emprego aos jovens em projetos de conservação na zona rural. Em 1940, cerca de 2,5 milhões tinham "desfrutado" de um período de seis meses no CCC, o que lhes dava uma pequena remuneração (30 dólares por mês, dos quais 25 tinham que ser mandados para casa, à família), assim como roupa, casa e comida.

4 A Lei Nacional de Recuperação Industrial (National Industrial Recovery Act, 1933)

A parte mais importante do programa de emergência, a *Lei Nacional de Recuperação Industrial*, visava fazer com que as pessoas voltassem a trabalhar permanentemente, para conseguir comprar mais, o que estimularia a indústria e ajudaria a economia a funcionar normalmente. A lei criava a *Administração de Obras Públicas* (*Public Works Administration, PWA*), que organizou e forneceu verba para obras úteis – represas, pontes, estradas, hospitais, escolas, aeroportos e presídios públicos – criando milhões de novos empregos. Outra parte da Lei estabelecia a *Administração da Recuperação Nacional* (*National Recovery Administration, NRA*), que aboliu o trabalho infantil, introduziu a jornada de trabalho de oito horas e um salário mínimo, ajudando a criar mais empregos. Embora essas regras não tenham sido compulsórias, os empregadores foram pressionados a aceitá-las e os que o faziam tinham privilégios de uso de um adesivo oficial em suas mercadorias, com uma águia azul e as letras "NRS". O povo era incentivado a boicotar as empresas que se recusassem a cooperar. A resposta foi imensa, com muito mais de dois milhões de empregadores aceitando os novos padrões.

5 A Administração Federal de Auxílio de Emergência (Federal Emergency Relief Administration, 1933)

Mais auxílio e recuperação foram proporcionados pela *Administração Federal de Auxílio de Emergência*, que deu 500 milhões em verbas federais para que os governos estaduais oferecessem auxílio e refeições comunitárias.

6 A Administração do Avanço das Obras (Works Progress Administration, WPA)

Fundada em 1935, financiava vários projetos como estradas, escolas e hospitais (de forma semelhante à PWA, mas com projetos de me-

nor porte) e o *Federal Theatre Project* criou empregos para dramaturgos, artistas, atores, músicos e artistas de circo, bem como aumentou a apreciação pelas artes.

7 A Lei de Previdência Social (Social Security Act, 1935)

Introduziu aposentadorias por idade e sistemas de seguro-desemprego, a serem financiados conjuntamente pelos governos federal e estadual, empregadores e trabalhadores, mas não foi um grande sucesso na época, porque os pagamentos geralmente não eram muito generosos, tampouco houve qualquer disposição relativa a seguro por doença. Os Estados Unidos estavam muito atrás de países como Alemanha e Grã-Bretanha, em termos de bem-estar social.

8 Condições de trabalho

Duas leis incentivaram os sindicatos e ajudaram a melhorar as condições de trabalho.

- *A Lei Wagner (Wagner Act, 1935)*, de autoria do Senador Robert F. Wagner, de Nova York, deu base legal adequada aos sindicatos e o direito de barganhar por seus membros em qualquer disputa com a administração das empresas. Também implantou a Comissão Nacional de Relações de Trabalho (*National Labour Relations Board*), à qual os trabalhadores poderiam apelar contra práticas injustas da administração.
- *A Lei de Padrões Trabalhistas Justos (Fair Labour Standards Act, 1938)* introduziu uma semana de trabalho máxima de 45 horas, bem como um salário mínimo em certas profissões de baixa remuneração, e tornou a maioria do trabalho infantil ilegal.

9 Outras medidas

O *New Deal* também incluía medidas como a *Tennessee Valley Authority (TVA)*, que revitalizou uma imensa área rural dos Estados Unidos que foi destruída pela erosão do solo e agricultura negligente (ver Mapa 22.2). A nova autoridade construiu represas para fornecer eletricidade barata e organizar conservação, irrigação e reflorestamento com o objetivo de impedir a erosão do solo. Outras iniciativas foram empréstimos para proprietários de casas em risco de perdê-las porque não conseguiam pagar a hipoteca, remoção de favelas e construção de novas casas e apartamentos, aumento de impostos sobre a renda dos ricos e acordos comerciais que, pelo menos, reduziam as tarifas norte-americanas sobre importação em troca de reduções da outra parte do tratado (na esperança de aumentar as exportações do país). Uma das primeiras medidas do *New Deal* em 1933 foi o fim da Proibição. Como afirmou o próprio "FDR": "Acho que agora é uma hora boa para uma cerveja".

(c) Oposição ao *New Deal*

Era inevitável que um programa tão abrangente gerasse críticas e oposição da esquerda e da direita.

- As *empresas* faziam forte objeção ao crescimento dos sindicatos, à regulamentação das jornadas e dos salários e ao aumento dos impostos.
- Alguns dos *governos estaduais* estavam descontentes com a amplitude da interferência federal no que consideravam como assuntos do estado.
- A *Suprema Corte* afirmava que o presidente estava assumindo poder demais; ela decidiu que várias medidas (incluindo a NRA) eram inconstitucionais, e isso reteve a operação. Contudo, o tribunal ficou mais acessível durante o segundo mandato de Roosevelt, depois que ele nomeou outros cinco juízes mais afins para substituir os que tinham morrido ou renunciado.
- Também havia oposição dos *socialistas*, que achavam que o *New Deal* não era profundo o suficiente e ainda deixava muito poder nas mãos das grandes empresas.
- Algumas pessoas ironizavam o enorme leque de novos orgãos, conhecidos por suas iniciais. O ex-presidente Hoover disse: "Só há quatro letras do alfabeto que não estão

A Tennessee Valley Authority (TVA) foi implantada em 1933 para combater o desemprego e a pobreza, e para desenvolver os recursos naturais da região. A agência operava nos seis estados mostrados, construindo represas e usinas de energia para fornecer eletricidade barata.

Mapa 22.2 A *Tennessee Valley Authority* (Autoridade do Vale do Tennessee), 1933.

em uso pelo governo. Quando implantarmos a *Quick Loan Corporation for Xylophones, Yachts and Zithers*, o alfabeto de nossos pais estará esgotado". A partir dali, a expressão "Agências do alfabeto" pegou.

Não obstante, *Roosevelt tinha uma popularidade altíssima com os milhões de norte-americanos comuns*, os "homens esquecidos" como ele os chamava, que tinham se beneficiado de suas políticas. Ele conquistou o apoio dos sindicatos e de muitos agricultores e negros. Embora as forças de direita tenham feito o que podiam para afastá-los, em 1936 e 1940, Roosevelt teve uma vitória arrasadora em 1936 e outra, confortável, em 1940.

(d) Quais foram as conquistas do *New Deal*?

Deve-se dizer que *não foi atingido tudo o que "FDR" esperava*. Algumas das medidas fracassaram completamente ou tiveram sucesso apenas parcial. A Lei de Auxílio aos Agricultores (*Farmers' Relief Act*), por exemplo, certamente os ajudou, mas tirou o emprego de vários trabalhadores. Também não ajudou muito os agricultores que moravam em partes do Kansas, Oklahoma e Texas; em meados dos anos de 1930, essas áreas foram muito atingidas por seca e erosão, que as transformaram em uma grande "tigela de poeira" (ver Mapa 22.1). Embora tenha sido reduzido a menos de 8 milhões em 1937, o desemprego ainda era um problema grave. Parte do fracasso se devia à oposição da Suprema Corte e outra razão era que, embora fosse firme em muitos aspectos, Roosevelt era muito cauteloso com relação às quantias que estava disposto a gastar para estimular a indústria. Em 1938, ele reduziu as despesas do governo, causando outra recessão, que fez com que o desemprego subisse a 10,5 milhões *Portanto, o New Deal não resgatou os Estados Unidos da depressão, sendo apenas o esforço de guerra que colocou o desemprego abaixo da marca de um milhão em 1943.*

Apesar disso, os primeiros oito anos de Roosevelt no governo foram um período impressionante. Nunca um governo norte-americano tinha interferido tão diretamente nas vidas das pessoas comuns; nunca foi dada tanta atenção a um presidente norte-americano. *E muito foi conquistado.*

- No início, o principal êxito do *New Deal* foi dar auxílio aos destituídos e aos desempregados, e a criação de milhões de empregos extras.
- Foi restaurada a confiança no sistema financeiro e no governo, e alguns historiadores acham que pode até ter prevenido uma revolução violenta.
- Os projetos de obras públicas e a *Tennessee Valley Authority* prestaram serviços de valor duradouro.
- Os benefícios de bem-estar, como a Lei de Previdência Social de 1935, representaram passos importantes rumo a um estado de bem-estar social. Embora o "individualismo exacerbado" fosse um ingrediente vital na sociedade norte-americana, o governo do país tinha aceitado que ainda tinha dever de ajudar os que necessitavam.
- Muitas das outras inovações foram continuadas – direção nacional dos recursos e negociação entre trabalhadores e administrações passaram a ser aceitas como normais.
- Alguns historiadores acreditam que a grande realização de Roosevelt foi preservar o que se pode chamar de "o estilo intermediário de vida americano" – democracia e livre iniciativa – em um momento em que outros países, como a Alemanha e a Itália, tinham respondido a crises semelhantes se voltando ao fascismo. A autoridade do governo federal sobre os governos estaduais aumentou e Roosevelt implementou estruturas para possibilitar que Washington administrasse a economia e as políticas sociais.

(e) A Segunda Guerra Mundial e a economia dos Estados Unidos

Foi a guerra que finalmente deu um fim à depressão. Os Estados Unidos entraram nela em dezembro de 1941, depois que os japoneses bombardearam a base naval de Pearl Harbor, nas ilhas do Havaí, mas o país tinha começado a fornecer aviões, tanques e outros armamentos à França e à Grã-Bretanha assim que a guerra estourou na Europa em setembro de 1939. "Temos os homens, as habilidades e, acima de tudo, a disposição", disse Roosevelt. "Temos que ser o arsenal da democracia". Entre junho de 1940 e dezembro de 1941, os Estados Unidos forneceram 23.000 aviões.

Depois de Pearl Harbor, a produção de armamentos aumentou muito: em 1943, foram construídos 86.000 aviões, enquanto em 1944, e cifra foi de mais de 96.000. O mesmo aconteceu com os navios: em 1939, os estaleiros norte-americanos entregaram 237.000 toneladas de navios; em 1943, isso havia aumentado para cerca de 10 milhões de toneladas. Na verdade, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos quase dobrou entre 1939 e 1945. Em junho de 1940, ainda havia 8 milhões de pessoas sem trabalho, mas no final de 1942, a situação era de quase pleno emprego. Calcula-se que em 1945, o esforço de guerra tivesse criado 7 milhões de empregos extras e outros 15 milhões de norte-americanos serviam nas forças armadas. Economicamente, portanto, os Estados Unidos tiraram um bom proveito da Segunda Guerra Mundial, com pleno emprego, salários aumentando constantemente, e nenhum declínio no padrão de vida como aconteceu na Europa.

PERGUNTAS

1. Roosevelt e o *New Deal*

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Lembranças de C. B. Baldwin, assistente de Henry Wallace, Ministro da Agricultura no governo Roosevelt.

> A Administração para Ajuste da Agricultura foi implementada pouco depois de minha chegada a Washington, com o propósito de aumentar os preços dos produtos rurais, que estavam baixíssimos. Todos os produtores estavam com problemas, até mesmo os grandes. Os preços do porco tinham desabado e estavam em torno de 7 cents o quilo. Os produtores estavam passando fome. Decidiu-se matar porcas grávidas. A AAA decidiu pagar os produtores para matá-las, e aos porquinhos. A situação era parecida no algodão. Os preços estavam baixos, em oito cents o quilo, e o custo de produção era provavelmente uns 10. Então teve início um programa para retirar o algodão. Um terço da safra, se eu me lembro bem. O preço do algodão subiu a 20 cents, talvez uns 22.

Fonte: citado em Howard Zinn, *A People's History of the United States* (Longman, 1996 edition).

(a) O que se pode aprender com a Fonte A sobre o pensamento por trás das tentativas da Administração para o Ajuste da Agricultura de tratar dos problemas enfrentados pelos agricultores nos Estados Unidos em 1933?

(b) Explique por que a Lei Nacional de Recuperação Industrial foi aprovada em 1933, e por que foi criticada por alguns empregadores.

(c) Até que ponto, em 1941, o *New Deal* gerou recuperação econômica nos Estados Unidos?

2. Até que ponto o mercado de ações dos Estados Unidos foi responsável pela crise financeira de 1929 e a Grande Depressão?
3. Com que precisão você acha que se pode falar sobre um "Primeiro" e um "Segundo" *New Deals*? Qual foi o êxito das políticas de Roosevelt para resolver os problemas econômicos dos Estados Unidos em 1941?
4. Explique qual o impacto que a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique na Rússia tiveram sobre a política e a sociedade dos Estados Unidos de 1914 a 1929.
5. Como os afro-americanos trabalharam pelos direitos civis nos anos que antecederam à Grande Depressão? Como eles reagiram às atividades da Ku Klux Klan?

23 Os Estados Unidos Desde 1945

RESUMO DOS EVENTOS

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, em 1945, o surto de crescimento econômico continuou, à medida que as fábricas passaram da produção de armamentos à de bens de consumo. Surgiram muitos produtos novos – televisores, lavadoras, toca-discos e gravadores modernos – e muitas pessoas comuns podiam comprar esses bens supérfluos pela primeira vez. Essa era a grande diferença entre a década de 1950 e a de 1920, quando muitas pessoas eram pobres demais para sustentar o crescimento. Os anos de 1950 foram a época da sociedade afluente, e nos 20 anos que se seguiram ao final da guerra, o PIB aumentou quase oito vezes. *Os Estados Unidos continuavam a ser a maior potência industrial e o país mais rico do mundo, mas, apesar da afluência geral, ainda havia graves problemas na sociedade, com muita pobreza e desemprego constante*. Os negros, como um todo, ainda não tinham sua participação justa na prosperidade, não tinham direitos iguais aos dos brancos e eram tratados como cidadãos de segunda classe.

A Guerra Fria gerou alguns problemas para os norte-americanos dentro do país e levou a outro surto de sentimento anticomunista, semelhante ao posterior à Primeira Guerra Mundial. Houve experiências negativas, como o assassinato do presidente Kennedy em Dallas, Texas, supostamente cometido por Lee Harvey Oswald (1963), e do Dr. Martin Luther King (1968). Houve o fracasso das políticas norte-americanas para o Vietnã e a renúncia forçada do presidente Nixon (1974) como resultado do escândalo de Watergate, que abalou a confiança na sociedade e nos valores norte-americanos e o sistema do país.

Depois de 1974, os dois partidos políticos se revezaram no poder e a confiança foi sendo restabelecida aos poucos. Os norte-americanos podiam dizer que, com o colapso do comunismo na Europa e o final da Guerra Fria, seu país tinha chegado ao pico de suas conquistas.

Os presidentes do período pós-guerra foram:

1945-1953	Harry S. Truman	Democrata
1953-1961	Dwight D. Eisenhower	Republicano
1961-1963	John F. Kennedy	Democrata
1963-1969	Lyndon B. Johnson	Democrata
1969-1974	Richard M. Nixon	Republicano
1974-1977	Gerald R. Ford	Republicano
1977-1981	Jimmy Carter	Democrata
1981-1989	Ronald Reagan	Republicano
1989-1993	George Bush	Republicano
1993-2001	Bill Clinton	Democrata
2001-2009	George W. Bush	Republicano
2009-	Barack Obama	Democrata

23.1 POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS

Ironicamente, no país mais rico do mundo, a pobreza continuava sendo um problema. Embora a economia como um todo fosse um sucesso espetacular, com a indústria crescendo e as exportações aumentando rapidamente, havia desemprego constante, que foi subindo regularmente até 5,5 milhões (cerca de 7% da força de trabalho) em 1960. Apesar de todas as melhorias do *New Deal*, o bem estar social e as aposentadorias ainda eram limitados e não havia sistema de saúde nacional. Calculava-se que, em 1966, cerca de 30 milhões de norte-americanos estavam vivendo abaixo da linha da pobreza, muitos deles com mais de 65 anos.

(a) Truman (1945-1953)

Harry S. Truman, um homem de muita coragem e bom senso, que um repórter comparou com a um campeão peso-pluma, teve que enfrentar o problema especial de fazer o país voltar ao normal depois da guerra. Isso foi conseguido, embora não sem dificuldades: a suspensão do controle de preços da época da guerra causou inflação e greves, e os Republicanos obtiveram o controle do Congresso em 1946. Na guerra contra a pobreza, ele implementou um programa conhecido como *Fair Deal (Pacto Justo)*, com o qual esperava dar continuidade ao *New Deal* de Roosevelt, e incluía:

- sistema nacional de saúde;
- salário mínimo maior;
- urbanização das favelas;
- pleno emprego.

Contudo, a maioria Republicana no Congresso desprezou suas propostas e até aprovou, apesar de seu veto, a Lei Taft-Hartley (1947), que reduzia os poderes dos sindicatos. A atitude do Congresso fez com que Truman conquistasse o apoio da classe trabalhadora e lhe possibilitou vencer a eleição presidencial de 1948 e obter uma maioria Democrata no Congresso. Parte do *Fair Deal* se tornou lei (extensão de benefícios de previdência e um aumento do salário mínimo), mas o Congresso ainda se recusava a aprovar sistemas de saúde nacional e de aposentadoria por idade, o que foi uma grande decepção para ele. Muitos Democratas sulistas votaram contra Truman por desaprovar seu apoio aos direitos civis dos negros.

(b) Eisenhower (1953-1961)

Dwight D. Eisenhower não tinha programa para lidar com a pobreza, embora não tenha tentado reverter o *New Deal* nem o *Fair Deal*. Algumas melhorias foram realizadas:

- seguro para portadores de deficiência de longo prazo;
- ajuda financeira para gastos de saúde de pessoas de mais de 65 anos;
- verbas federais para habitação;
- um amplo programa de construção de estradas, que iniciou em 1965 e, nos 14 anos seguintes, deu ao país uma rede de rodovias de primeira classe. Isso teria efeitos importantes na vida cotidiana das pessoas: carros, ônibus e caminhões se tornaram o meio de transporte predominante, a indústria de veículos recebeu um grande impulso e isso contribuiu para a prosperidade dos anos de 1960;
- mais gastos com educação para estimular estudos em ciências e matemática (temia-se que os norte-americanos estivessem ficando atrás dos russos, que, em 1957, lançaram o primeiro satélite espacial, o Sputnik).

Os agricultores enfrentavam problemas na década de 1950 porque a produção maior mantinha os preços e a renda baixos. O governo gastou enormes somas em dinheiro pagando os agricultores para que deixassem de cultivar em algumas terras, mas isso não

funcionou: a renda da agropecuária não aumentou rapidamente e os agricultores mais pobres pouco se beneficiaram. Muitos deles venderam o que tinham e se mudaram para as cidades.

Ainda havia muito a ser feito, mas os Republicanos eram totalmente contrários a sistemas como o serviço de saúde de Truman, porque achavam que era muito semelhante ao socialismo.

(c) Kennedy (1961-1963)

Quando John F. Kennedy foi eleito presidente em 1961, os problemas eram mais graves, com mais de 4,5 milhões de desempregados. Ele venceu a eleição, em parte, porque os Republicanos eram responsabilizados pela inflação e o desemprego e porque fez uma campanha brilhante, acusando-os de negligenciar a educação e os serviços sociais. Ele apareceu como elegante, bom orador, inteligente e dinâmico, e sua eleição parecia, para muita gente, o começo de uma nova era. Ele tinha um programa detalhado:

- pagamento de despesas com saúde para pobres e idosos;
- mais verbas federais para educação e moradia
- mais benefícios relacionados ao seguro-desemprego e à previdência.

"Estamos, hoje, no limiar de uma Nova Fronteira", disse ele, e sugeriu que somente quando essas reformas fossem implementadas essa fronteira seria atravessada e a pobreza, eliminada.

Infelizmente, para Kennedy, ele teve que enfrentar a oposição do Congresso, onde muitos Democratas de direita e Republicanos consideravam suas propostas como "o início do socialismo". Quase nenhuma foi aprovada sem algum tipo de descaracterização e muitas foram rejeitadas completamente. O Congresso não dava mais verbas para a educação e rejeitou seu sistema de pagamento de contas de hospital para idosos. Seus êxitos foram:

- ampliação dos benefícios da previdência para cada criança cujo pai estivesse desempregado;
- aumento do salário mínimo, de 1 dólar para 1,25 dólar por hora;
- empréstimos federais para que as pessoas pudessem comprar casas;
- verbas federais para que os estados pudessem ampliar o período do seguro-desemprego.

As realizações gerais de Kennedy foram limitadas: o seguro-desemprego só dava para sobreviver e, mesmo assim, por um período limitado. O desemprego ainda estava em 4,5 milhões em 1962, e tiveram que ser fornecidas refeições comunitárias para alimentar as famílias pobres.

(d) Johnson (1963-1969)

O vice-presidente, Lyndon B. Johnson, assumiu a presidência quando Kennedy foi assassinado (Ilustração 23.1). De origem humilde no Texas, ele estava tão comprometido quanto seu presidente com as reformas sociais e realizou o suficiente em seu primeiro ano para ter uma vitória esmagadora na eleição de 1964. Nesse ano, seus assessores econômicos definiriam a linha da pobreza em uma renda anual de 30 mil dólares para uma família de duas ou mais pessoas, e estimavam que mais de 9 milhões de famílias (30 milhões de pessoas, cerca de 20% da população) estavam nessa linha ou abaixo dela. Muitas delas eram afroamericanas, porto-riquenhas, nativo-americanas (índios) e mexicanas. Johnson anunciou que queria fazer o país avançar rumo à Grande Sociedade, onde haveria o fim da pobreza e da injustiça racial, e "abundância e liberdade para todos".

Muitas de suas medidas passaram a ser leis, em parte porque, depois das eleições de 1964, os Democratas tinham uma imensa maioria no Congresso e, em parte, porque Johnson foi mais habilidoso e persuasivo para lidar com o Congresso do que Kennedy.

Ilustração 23.1 O assassinato de John F. Kennedy, 1963. Aqui, o presidente cai para frente, segundos depois de ter sido baleado.

- A *Lei de Oportunidade Econômica (Economic Opportunity Act, 1964)* proporcionou uma série de mecanismos pelos quais os jovens oriundos de lares pobres podiam receber formação profissional e educação superior.
- Outras medidas foram o fornecimento de verbas federais para projetos de educação especial em áreas de favelas, incluindo ajuda para pagamento de livros e transporte, dinheiro para urbanização das favelas e reconstrução de áreas urbanas, e a *Lei de Desenvolvimento Regional dos Apalaches (Appalachian Regional Development Act, 1965)*, que criava novos empregos em uma das regiões mais pobres.
- Foram estendidos direitos civis e eleitorais integrais a todos os norte-americanos, independentemente de sua cor.
- Talvez sua inovação mais importante tenha sido a *Lei de Melhoria da Previdência Social (Social Security Amendment Act, 1965)*, também conhecida como Medicare, que era um sistema parcial nacional de saúde, embora só se aplicasse a pessoas com mais de 65 anos.

Essa é uma lista impressionante, e mesmo assim, os resultados gerais não foram tão bem sucedidos quando Johnson esperava, por uma série de razões. Seu maior problema desde o início de 1965 era que *ele enfrentou o agravamento da Guerra no Vietnã* (ver Seção 8.3). O grande dilema de Johnson foi como financiar essa guerra junto com a guerra contra a pobreza. Já se sugeriu que todo programa Grande Sociedade foi subfinanciado em função das enormes despesas com a guerra. Os Republicanos criticavam Johnson por querer gastar dinheiro com os pobres em vez de se concentrar no Vietnã. Eles apoiavam a tradição norte-americana de autoajuda, ou seja, eram os pobres que tinham que se ajudar e era errado usar o dinheiro dos contribuintes em projetos que eles achavam que só tornariam esses pobres mais preguiçosos. Sendo assim, muitos governos estaduais

não conseguiram aproveitar as ofertas federais de ajuda. E o azarado presidente, tentando lutar as duas guerras ao mesmo tempo, acabou perdendo no Vietnã, tendo uma vitória apenas limitada na guerra contra a pobreza e também prejudicando a economia do país.

Em meados dos anos de 1960, a violência aumentou e parecia estar saindo do controle: houve revoltas nos guetos negros, onde a sensação de injustiça era mais forte, e revoltas estudantis nas universidades para protestar contra a guerra do Vietnã. Houve uma série de assassinatos políticos: o presidente Kennedy em 1963, Martin Luther King e o senador Robert Kennedy em 1968. Entre 1960 e 1967, o número de crimes violentos aumentou em 90%. Johnson só podia esperar que sua "guerra contra a pobreza" acabasse, aos poucos, com as causas de insatisfação e não tinha outra resposta ao problema. O descontentamento geral e, principalmente, os protestos estudantis (Ilustração 23.2) sobre o Vietnã ("*LBJ, LBJ, how many kids have you burnt today?*" – "Lyndon Johnson, quantas crianças você já matou hoje?") fizeram com que o presidente não concorresse à reeleição em novembro de 1968 e ajudam a explicar por que os Republicanos venceram com uma plataforma de restabelecimento da lei e da ordem.

(e) Nixon (1969-1974)

O desemprego aumentava mais uma vez, rapidamente, com mais de 4 milhões de pessoas sem trabalho em 1971, cuja situação era piorada por preços que aumentavam rápido. Os Republicanos estavam ansiosos para cortar gastos, e Nixon reduziu as despesas com o programa de combate à pobreza de Johnson e implementou um congelamento de preços e salários. Entretanto, aumentaram os benefícios da previdência social, o Medicare foi ampliado a pessoas portadoras de deficiência de menos de 65 anos e foi implantado um Conselho de Assuntos Urbanos para tentar lidar com os problemas das favelas e guetos. A

Ilustração 23.2 Manifestação contra a guerra do Vietnã em São Francisco.

violência não foi um problema tão grave para Nixon, por que os manifestantes viam a aproximação do fim do polêmico envolvimento norte-americano no Vietnã e porque os estudantes agora tinham alguma voz na direção de suas faculdades e universidades.

Durante o último quarto de século, apesar de algum sucesso econômico no período Reagan, o problema subjacente da pobreza e da privação ainda estava presente. No país mais rico do mundo, havia uma classe inferior permanente de pessoas desempregadas, pobres e despossuídas, a periferia das cidades precisava de revitalização e, mesmo assim, os gastos do governo federal em bem-estar, embora tenham aumentado depois de 1981, permaneceram abaixo do nível do financiamento governamental para o bem-estar nos países da Europa Ocidental como Alemanha, França e Grã-Bretanha (ver Seção 23.5(c) para os últimos acontecimentos).

23.2 PROBLEMAS RACIAIS E O MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS

(a) Mudam as atitudes do governo

Como vimos antes (Seção 22.5), os afro-americanos ainda eram tratados como cidadãos de segunda classe até a Segunda Guerra Mundial. Mesmo quando as tropas norte-americanas estavam viajando a bordo do *Queen Mary* para lutar na Europa, brancos e negros eram segregados, e estes tinham que viajar nas profundezas no navio, perto da casa de máquinas, bem longe do ar fresco. Entretanto, a atitude dos líderes da nação estava mudando. Em 1946, o presidente Truman nomeou um comitê para investigar os direitos civis, que recomendou que o Congresso aprovasse leis para dar fim à discriminação racial e permitir que os negros votassem. *O que causou essa mudança de postura?*

O próprio comitê tinha várias razões:

1. Alguns políticos estavam preocupados com suas consciências, pois achavam que não era moralmente correto tratar os semelhantes de forma tão injusta.
2. Excluir os negros dos principais empregos era um desperdício de talento e conhecimento.
3. Era importante fazer alguma coisa para acalmar a população negra, que estava expressando mais suas exigências de direitos civis.
4. Os Estados Unidos não poderiam afirmar ser um país verdadeiramente democrático e líder do "mundo livre" enquanto o voto e outros direitos fossem negados a 10% de sua população. Isso dava à URSS a chance de condenar o país como um "constante opressor de povos desfavorecidos". O governo dos Estados Unidos queria acabar com essa desculpa.
5. O nacionalismo estava crescendo rapidamente na Ásia e na África. Os não brancos na Índia e na Indonésia estavam a ponto de conquistar a independência. Esses novos países poderiam se voltar contra os Estados Unidos e em direção ao comunismo se os brancos norte-americanos continuassem seu tratamento injusto dos negros.

Nos anos seguintes, o governo e a Suprema Corte implementaram *novas leis voltadas à igualdade racial.*

- Escolas separadas para negros e brancos eram ilegais e inconstitucionais, e todos os júris tinham que incluir negros (1954).
- As escolas deveriam ser dessegregadas "com toda a necessária velocidade", o que significava que crianças negras tinham que frequentar escolas brancas e vice-versa.
- A Lei dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*) de 1957 estabeleceu uma comissão para investigar a negativa de direitos eleitorais aos negros.
- A Lei dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*) 1960 dispunha que os negros se registras-

sem como eleitores, mas isso não foi eficaz, já que muitos tinham medo de fazê-lo e serem assediados pelos brancos.

Infelizmente, as leis e as regulamentações nem sempre foram cumpridas. Por exemplo, em alguns estados do sul, os brancos se recusaram a implementar a ordem para a dessegregação das escolas. Em 1957, quando o governador Faubus, do Arkansas, desafiou uma ordem da Suprema Corte ao se recusar a dessegregar as escolas, o presidente Eisenhower mandou tropas federais para escoltar crianças negras para a escola secundária em Little Rock (Ilustração 23.3), o que representou uma vitória simbólica, mas os brancos do sul continuavam a desafiar a lei, e em 1961, apenas 25% das escolas e faculdades do sul estavam dessegregadas. Nesse ano, o governador do Mississippi recusou a solicitação de matrícula de um estudante negro, James Meredith, para a universidade estadual, exclusiva para os brancos. Ele acabou sendo aceito no ano seguinte.

(b) O Dr. Martin Luther King e a campanha não violenta por direitos iguais

Em meados dos anos de 1950, desenvolveu-se um movimento de massas pelos direitos civis. *Isso aconteceu por uma série de razões*:

- Em 1955, havia uma proporção maior de negros vivendo no norte do que antes. Em 1900, quase 90% de todos os negros viviam nos estados do sul, trabalhando nas lavouras. Em 1955, quase 50% deles viviam nas cidades industriais do norte, onde tomaram mais consciência sobre as questões políticas. Uma próspera classe média negra se desenvolveu e produziu líderes talentosos.
- À medida que países da Ásia e da África, como Índia e Gana, conquistavam sua independência, os afro-americanos estavam mais insatisfeitos do que nunca com o tratamento injusto que recebiam.
- Os negros, cujas esperanças foram aumentadas pelo comitê de Truman, foram

Ilustração 23.3 Dessegregação: um grupo de estudantes negros sai da escola secundária em Little Rock, Arkansas, sob proteção militar, 1957.

ficando cada vez mais impacientes com o ritmo lento e a pequena quantidade das mudanças. Mesmo os pequenos avanços que eles faziam geravam intensa hostilidade entre os brancos do sul. A Ku Klux Klan ressurgiu e alguns governos estaduais do sul proibiram a *National Association for the Advancement of Colored People*, ficando óbvio que só um momento de âmbito nacional teria qualquer efeito.

A campanha decolou em 1955, quando o *Dr. Martin Luther King* (Ilustração 23.4), ministro batista, surgiu como o destacado líder de um Movimento pelos Direitos Civis não violento. Depois que uma mulher negra, Rosa Parks, foi presa por se sentar em um assento reservado aos brancos em um ônibus de Montgomery, Alabama, foi organizado um boicote aos ônibus da cidade. King logo se viu na condição de porta-voz principal do boicote. Por seu compromisso cristão, ele insistia que o movimento deveria ser pacífico.

> O amor deve ser o ideal que nos orienta. Se vocês protestarem com coragem, mas ainda assim, com dignidade e amor cristão, quando forem escritos os livros de história nas gerações futuras, os historiadores terão que dizer que "ali vivia um grande povo – um povo negro – que injetou uma nova dignidade nas veias da civilização".

A campanha teve êxito e os assentos segregados terminaram nos ônibus de Montgomery. Pouco tempo depois, a Suprema Corte decidiu que qualquer segregação em ônibus públicos era inconstitucional. Era apenas o começo: em 1957, foi fundada a *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) e King, eleito seu presidente. Sua meta era conquistar igualdade total para os negros por meios não violentos. A campanha

Ilustração 23.4 O Dr. Martin Luther King.

de protestos passivos e de desobediência pacífica atingiu o clímax em 1963, quando ele organizou manifestações bem-sucedidas contra a segregação em Birmingham, Ala.bama, durante as quais ele foi preso e passou um breve período na cadeia. Em agosto daquele ano, ele discursou em um enorme comício em Washington, no qual compareceram 250.000 pessoas. Ele falou de seu sonho de futuro para os Estados Unidos, no qual todos seriam iguais:

> Eu tenho um sonho, de que meus quatro filhinhos um dia viverão em um país onde não serão julgados pela cor de sua pele, e sim pelo conteúdo de seu caráter.

Em 1964, King recebeu o Prêmio Nobel da Paz, mas nem tudo o que ele tentou teve sucesso. Em 1966, quando liderou uma campanha contra a moradia segregada em Chicago, ele se deparou com uma forte oposição branca e não conseguiu avançar.

King admitiu que as conquistas do Movimento pelos Direitos Civis não foram tão intensas quanto ele esperara. Junto com a SCLC, ele deu início à Campanha dos Pobres em 1967, que visava aliviar a pobreza entre os negros e outros grupos desfavorecidos, como índios, porto-riquenhos, mexicanos e mesmo brancos pobres. Eles pretendiam apresentar ao Congresso um projeto de lei sobre direitos econômicos. King também se lançou à crítica à guerra do Vietnã, e isso incomodou o presidente Johnson, que vinha sendo solidário com a campanha pelos direitos civis, além de fazer com que ele perdesse algum apoio entre os brancos. Tragicamente, em abril de 1968, King foi assassinado por um homem, James Earl Ray, em Memphis, Tennessee.

O Dr. Martin Luther King é lembrado como, provavelmente, o mais famoso dos líderes dos direitos civis dos negros. Era um brilhante orador e o fato de insistir nos protestos não violentos lhe rendeu muito apoio e respeito, mesmo entre os brancos. Ele cumpriu um papel importante na conquista da igualdade civil e política para os negros, embora, é claro, outros também tenham dado contribuições valiosas. Ele não se envolveu muito, por exemplo, na campanha para dessegregar a educação, e teve sorte de que os presidentes com quem teve que lidar – *Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969) – eram simpáticos ao Movimento pelos Direitos Civis*. Kennedy admitiu, em 1963, que um afro-americano tinha

> metade das probabilidades de completar o ensino médio do que um branco, um terço de terminar uma faculdade, duas vezes mais de ficar desempregado, um sétimo das probabilidades de ganhar 10.000 dólares por ano e uma expectativa de vida sete anos mais curta.

Kennedy demonstrou suas boas intenções nomeando o primeiro embaixador negro dos Estados Unidos e apresentando um projeto de lei sobre Direitos Civis ao Congresso, atrasado, inicialmente, pelo Congresso conservador, mas aprovado em 1964, depois de um debate que durou 736 horas. Era uma medida abrangente: garantia o voto para os negros e tornava ilegal a discriminação racial em espaços públicos (como hotéis, restaurantes e lojas) bem como em empregos. Mais uma vez, a lei nem sempre foi implementada, principalmente no sul, onde os negros ainda tinham medo de votar.

Johnson introduziu a *Lei dos Direitos Eleitorais (Voting Rights Act, 1965)* para tentar garantir que os negros exercessem seu direito de votar, e seguiu com outra *Lei de Direitos Civis (1968)*, que tornava ilegal a discriminação na venda de propriedades ou no aluguel de acomodações. Mais uma vez, houve ferrenhas hostilidades contra essas reformas e o problema era garantir que as leis fossem cumpridas.

(c) Os muçulmanos negros

Embora estivessem sendo feitos progressos, muitos afro-americanos estavam impacientes com o ritmo lento e começaram a procurar diferentes maneiras de lidar com o problema. *Alguns negros se converteram à fé Muçulmana Negra* – uma seita conhecida como Nação do Islã (*Nation of Islam*), argumentando que o

cristianismo era a religião dos brancos racistas. Eles acreditavam que os negros eram a raça superior e que os brancos eram maus. Um dos líderes mais conhecidos do movimento era *Malcom X* (anteriormente, Malcolm Little), cujo pai foi assassinado pela Ku Klux Klan. Ele era um orador carismático e um bom organizador, rejeitava a ideia de integração e igualdade racial e afirmava que o único caminho para avançar era o orgulho negro, a autonomia dos negros e sua completa separação dos brancos. Ele adquiriu uma enorme popularidade, principalmente entre os jovens, e o movimento cresceu. Seu convertido mais famoso foi o campeão mundial de boxe na categoria peso-pesado, Cassius Clay, que mudou seu nome para Muhammad Ali.

Malcolm X entrou em conflito com outros líderes dos Muçulmanos Negros, que começaram a vê-lo como um fanático, em função de sua disposição de usar a violência. Em 1964, ele saiu da *Nação do Islã* e fundou sua própria organização, mas naquele mesmo ano suas visões começaram a mudar: depois de uma peregrinação a Meca, ele ficou mais moderado, reconhecendo que nem todos os brancos eram malignos. Em outubro de 1964, converteu-se ao islã ortodoxo e começou a pregar a possibilidade de uma integração pacífica entre negros e brancos. Tragicamente, a hostilidade entre o movimento de Malcolm X e a Nação do Islã explodiu em violência e, em fevereiro de 1965, ele foi morto a tiros por um grupo de muçulmanos no Harlem.

(d) Protesto violento

Outras organizações ativistas eram o Movimento Black Power e os Partido dos Panteras Negras. O primeiro surgiu em 1966, sob a liderança de Stokeley Carmichael, natural das Índias Ocidentais, que se mudou para os Estados Unidos em 1952 e se tornou um forte apoiador de Martin Luther King, mas ficou indignado com o tratamento brutal sofrido pelos que faziam a campanha pelos direitos civis nas mãos da Ku Klux Klan e de outros brancos. O Movimento Black Power incentivava a autodefesa e a autodeterminação firmes. Em 1968, ele começou a se manifestar contra a participação norte-americana na Guerra do Vietnã. Quando voltou ao país depois de uma viagem ao exterior, seu passaporte foi confiscado. Ele decidiu que não poderia mais viver sob um sistema repressivo e, em 1969, saiu do país e foi para a Guiné, na África Ocidental, onde morou até morrer, em 1998.

O Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for Self-Defense*) foi fundado em 1966, em Oakland, Califórnia, por Huey Newton, Leroy Eldridge Cleaver e Bobby Searle. Seu objetivo original, como diz o nome, era proteger da violência policial as pessoas que moravam nos guetos negros. Com o tempo, o partido se tornou mais militante e evoluiu para um grupo revolucionário marxista, cujo programa era:

- armar todos os negros;
- isenção dos negros de serviço militar;
- libertação de todos os negros das cadeias;
- pagamento de indenizações aos negros por todos os anos de maus tratos e exploração pelos norte-americanos brancos;
- ajuda prática imediata em serviços sociais aos negros que viviam abaixo da linha da pobreza.

Eles usavam contra os brancos os mesmos métodos que a Ku Klux Klan tinha usado contra os negros por anos: incêndios, agressões e assassinatos. Em 1964, houve revoltas raciais no Harlem (Nova York) e em 1965, as revoltas mais graves da história dos Estados Unidos aconteceram no distrito de Watts, em Los Angeles; 35 pessoas foram mortas e mais de mil, feridas. A polícia atacou os Panteras sem dó, tanto que o Congresso ordenou uma investigação sobre sua conduta. Em meados da década de 1970, os Panteras perderam muitos de seus principais ativistas, que foram mortos ou estavam presos. Isso, somado ao fato de que a maioria dos líderes negros não violentos achava que os Panteras Negras estavam acabando com a reputação do movimento pelos direitos civis como um todo, fez com que eles

mudassem de tática e se concentrassem nos aspectos de suas atividades relacionados aos serviços sociais. Em 1985, os Panteras deixaram de existir como partido organizado.

(e) Destinos diferentes

Naquela época, já tinham sido feitos muitos avanços, principalmente no campo eleitoral. Em 1975, havia 18 parlamentares negros no Congresso, 278 negros membros dos governos estaduais e 120 prefeitos negros tinham sido eleitos. Entretanto, nunca poderia haver igualdade integral enquanto não acabassem a pobreza dos negros e sua discriminação em empregos e moradia. O desemprego sempre foi mais alto entre os negros. Nas grandes cidades do norte, eles ainda moravam em áreas de favelas superpopulosas conhecidas como guetos, de onde os brancos tinham se mudado, e uma grande parcela da população carcerária era negra. *No início dos anos de 1990, a maioria dos norte-americanos negros estava em pior situação econômica do que 20 anos antes.* As tensões subjacentes explodiram na primavera de 1992, em Los Angeles: depois de quatro policiais brancos serem absolvidos das acusações de agredir um motorista negro (apesar de o incidente ter sido gravado em vídeo), multidões de negros se revoltaram. Muitos foram mortos, milhares feridos, e foram causados milhões de dólares em prejuízos patrimoniais.

Ao mesmo tempo, surgiu uma próspera classe média afroamericana, e indivíduos talentosos conseguiam chegar ao topo. O melhor exemplo foi Colin Powell, cujos pais tinham se mudado da Jamaica para Nova York. Ele fez uma carreira de sucesso no exército e, em 1989, foi nomeado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o primeiro afro-americano a chegar à mais alta posição militar nos Estados Unidos. Na Guerra do Golfo de 1990-1991, ele comandou as forças da ONU com distinção. Depois de sua aposentadoria, em 1993, envolveu-se na política e ambos os partidos tinham esperanças de conquistá-lo, mas ele acabou se declarando Republicano. Falava-se que Powell poderia concorrer à presidência nas eleições de 2000, mas ele optou por não fazê-lo. Em janeiro de 2001, George W. Bush o nomeou Secretário de Estado, o chefe de assuntos externos do país. Mais uma vez, ele foi o primeiro afro-americano a ocupar um posto de importância vital.

Em 2003, relatou-se que, em função da taxa mais alta de natalidade e imigração, que os hispânicos e os latinos tinham se tornado o maior grupo minoritário dos Estados Unidos, perfazendo 13% da população. Com um total de 37 milhões, eles tinham superado os afro-americanos, que totalizavam 36,2 milhões (12,7%). Ao mesmo tempo, a taxa de natalidade entre a população branca estava caindo. Os demógrafos apontavam que, se essas tendências continuassem, os partidos políticos seriam forçados a levar mais em conta os desejos e necessidades de norte-americanos latinos e negros. Na eleição presidencial de 2000, mais de 80% dos afro-americanos apoiaram os democratas, ao passo que nas eleições intermediárias de 2002, cerca de 70% dos latinos votaram nos Democratas.

23.3 O ANTICOMUNISMO E O SENADOR McCARTHY

(a) O sentimento anticomunista

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram o papel de impedir a expansão do comunismo, o que fez com que o país se envolvesse profundamente na Europa, na Coreia, no Vietnã, na América Latina e em Cuba (ver Capítulos 7, 8 e 21). Houve um forte movimento anticomunista nos Estados Unidos desde que os comunistas chegaram ao poder na Rússia, em 1917. De certa forma, isso é surpreendente, porque o Partido Comunista Americano (formado em 1919) atraiu pouco apoio. Mesmo durante a depressão dos anos de 1930, quando uma inclinação das massas à esquerda seria de se esperar, os membros do partido nunca passaram de 100.000, e nunca houve uma ameaça comunista.

Alguns historiadores norte-americanos afirmam que o senador Joseph McCarthy e

outros direitistas que estimulavam os sentimentos anticomunistas estavam tentando proteger o que consideravam como o estilo de vida tradicional dos Estados Unidos, com sua ênfase na "autoajuda" e no "individualismo exacerbado". Eles achavam que esse modo de vida estavam sendo ameaçado pelas rápidas mudanças na sociedade e por eventos como o *New Deal* e o *Fair Deal*, dos quais eles não gostavam porque eram financiados por aumentos de impostos. Muitos deles eram profundamente religiosos, alguns, fundamentalistas, que queriam voltar ao que chamavam de "verdadeiro cristianismo". Era difícil para eles apontar exatamente quem era responsável por esse "declínio" norte-americano, de forma que se concentravam no comunismo como a raiz de todo o mal. A expansão do comunismo no Leste Europeu, o início da Guerra Fria, a vitória comunista na China (1949) e o ataque contra a Coreia do Sul pela Coreia do Norte comunista (junho de 1950) fizeram com que a "direita radical" entrasse em pânico.

1 Desmobilização de tropas

A rápida desmobilização das tropas norte-americanas no final da guerra preocupou algumas pessoas. O desejo geral era "trazer os rapazes para casa" o mais rápido possível, e o exército planejou fazer com que 5,5 milhões de soldados estivessem de volta em julho de 1946. Entretanto, o Congresso insistiu que isso deveria ser feito com muito mais rapidez, e que o exército deveria ser reduzido em tamanho. Em 1950, ele encolheu para 600.000 homens, nenhum dos quais integralmente preparado para o serviço, o que alarmou muito as pessoas que achavam que os Estados Unidos deveriam estar prontos para tomar atitudes que contivessem a expansão do comunismo.

2 Medo de espionagem

Relatos de espionagem levaram Truman a criar uma Comissão de Avaliação da Lealdade (*Loyalty Review Board*) para investigar as pessoas que trabalhavam no governo, no serviço público, nas pesquisas atômicas e em armamentos (1947). Nos cinco anos seguintes, mais de 6 milhões de pessoas foram investigados sem que se descobrisse qualquer caso de espionagem, embora cerca de 500 tenham sido demitidas porque foi decidido que sua lealdade aos Estados Unidos era "questionável".

3 Alger Hiss e o casal Rosenberg

Muito mais sensacionais foram os casos de Alger Hiss e de Julius e Ethel Rosenberg. Hiss, que havia sido um importante dirigente do Departamento de Estado (o equivalente ao Foreign Office, o ministério do exterior britânico), foi acusado de ser comunista e de repassar documentos secretos para Moscou. Ele acabou sendo condenado por perjúrio e recebeu uma pena de prisão de cinco anos (1950). O casal Rosenberg foi condenado por passar informações secretas sobre a bomba atômica aos russos, embora grande parte das evidências fosse duvidosa. Eles foram condenados à morte na cadeira elétrica e executados em 1953, apesar de apelos por misericórdia em todo o mundo.

Esses casos ajudaram a intensificar o sentimento anticomunista que varria o país, e levaram o Congresso a aprovar A Lei McCarran, que exigia que as organizações suspeitas de serem comunistas fornecessem listas de seus membros. Muitas dessas pessoas foram demitidas de seus empregos posteriormente, embora não tivessem cometido qualquer crime. Truman, que achava que as coisas estavam indo longe demais, vetou essa lei, mas o Congresso a aprovou, derrubando seu veto.

4 O macarthismo

O senador Joseph McCarthy era um republicano de direita que chegou às manchetes em 1950 quando afirmou (em um discurso em Wheeling, West Virginia, em 9 de fevereiro) que o Departamento de Estado estava "infestado" de comunistas. Ele afirmava ter uma lista de 205 pessoas que eram membros do partido e que "ainda estavam trabalhando e formu-

lando políticas". Embora não conseguisse apresentar qualquer evidência para sustentar suas afirmações, muitas pessoas acreditaram e ele lançou uma campanha para erradicar os comunistas. Todos os tipos de pessoas foram acusados de serem comunistas: socialistas, liberais, intelectuais, artistas, pacifistas e qualquer um cujas visões não parecessem ortodoxas eram atacados e perseguidos até serem expulsos de seus empregos por "atividades antiamericanas" (ver Ilustração 23.5).

McCarthy passou a ser o homem mais temido no país e foi apoiado por muitos jornais de circulação nacional. O macarthismo chegou ao seu ápice pouco depois da eleição de Eisenhower. McCarthy conquistou muitos votos para os Republicanos entre os que levavam a sério suas acusações, mas foi longe demais quando começou a acusar importantes generais de ter simpatias pelo comunismo. Algumas das audiências foram transmitidas pela televisão, e muitas pessoas ficaram chocadas

Ilustração 23.5 O senador Joseph McCarthy testemunhando diante do Comitê de Relações Exteriores do senado em março de 1951.

com a forma brutal com que ele batia na mesa com raiva, agredia e oprimia as testemunhas. Mesmo os senadores Republicanos achavam que ele estava indo longe demais, e o senado o condenou por 67 votos a 22 (dezembro de 1954). McCarthy atacou de forma tola o presidente por apoiar o Senado, mas isso destruiu finalmente sua reputação e o macarthismo estava terminado. Porém, foi uma experiência desagradável para muitos norte-americanos: pelo menos 9 milhões de pessoas foram "investigadas", milhares de inocentes perderam seus empregos e foi criada uma atmosfera de desconfiança e insegurança.

5 Depois de McCarthy

O extremismo de direita continuou mesmo depois de McCarthy cair em desgraça. A opinião pública se voltou contra ele não por atacar os comunistas, mas em função de seus métodos brutais e porque ele passou da linha ao criticar generais. O sentimento anticomunista ainda era forte e o Congresso aprovou uma lei ilegalizando o Partido Comunista (1954). Também havia preocupações de que o comunismo estabelecesse raízes nos países da América Latina, principalmente depois que Fidel Castro chegou ao poder em Cuba em 1959 e começou a nacionalizar as propriedades e fábricas dos norte-americanos. Em resposta, Kennedy lançou a *Aliança para o Progresso (1961)*, que visava injetar milhões de dólares de ajuda na América Latina para possibilitar reformas econômicas e sociais. Kennedy queria verdadeiramente ajudar as nações pobres da América Latina, a ajuda norte-americana foi bem utilizada, mas havia outros motivos importantes.

- Ajudando a resolver os problemas econômicos, os Estados Unidos esperavam reduzir a agitação, diminuindo as probabilidades de que governos comunistas chegassem ao poder nesses países.
- A indústria dos Estados Unidos se beneficiaria, porque acreditava-se que grande parte do dinheiro seria gasto na compra de suas mercadorias.

(b) O complexo militar-industrial

Outro subproduto da Guerra Fria foi o que o presidente Eisenhower chamou de "complexo industrial militar", ou seja, a situação em que os líderes militares e os fabricantes de armamentos norte-americanos trabalhavam juntos, em parceria. Os chefes do exército decidiam o que seria necessário e, à medida que a corrida armamentista avançava, eram feitos mais e mais pedidos – bombas atômicas, depois bombas de hidrogênio e, mais tarde, muitos tipos diferentes de mísseis (ver Seção 7.4). Os fabricantes de armamentos tiveram lucros imensos, embora ninguém saiba exatamente de quanto, porque todas as transações eram secretas. *Era de seu interesse manter a Guerra Fria em andamento*, já que quanto mais ela se intensificava, maiores ficavam seus lucros. Quando os russos lançaram o primeiro satélite espacial (*Sputnik*) em 1957, Eisenhower fundou a Administração Nacional Aeronáutica e Espacial (*National Aeronautics and Space Administration, NASA*) e foram feitos pedidos de valor ainda mais alto.

Diante de qualquer sinal de uma possível melhoria nas relações entre Ocidente e Oriente, por exemplo, quando Kruchov falou sobre "coexistência pacífica", os fabricantes de armamentos não ficavam nem um pouco contentes. Alguns historiadores sugeriram que o avião espião norte-americano que foi derrubado na Rússia em 1960 foi mandado deliberadamente para destruir a conferência de cúpula que estava por começar em Paris (ver Seção 7.3(c)). A ser verdade, isso significaria que a parceria militar-industrial era ainda mais poderosa do que as supercorporações, a ponto de ser capaz de influenciar a política externa dos Estados Unidos. As quantidades de dinheiro envolvidas eram impressionantes: em 1950, o orçamento total foi de cerca de 40 bilhões de dólares, dos quais 12 eram de despesas militares. Em 1960, os gastos militares estavam em quase 46 bilhões e isso era metade do orçamento total do país. Em 1970, os gastos militares chegaram a 80 bilhões. Um relatório do senado concluiu que mais de 2000 ex-funcionários de alto nível estavam empregados por

empresas contratadas pelo setor de defesa, as quais estavam faturando fortunas.

23.4 NIXON E O WATERGATE

Richard M. Nixon (1969-1974) foi vice-presidente de Eisenhower a partir de 1956 e tinha perdido por pequena margem para Kennedy na eleição de 1960. Em sua eleição, em 1969, ele tinha uma tarefa que não era de dar inveja: o que fazer com relação ao Vietnã, à pobreza, ao desemprego, à violência e à crise geral de confiança que estava afligindo o país (ver Seção 23.1(e) sobre suas políticas sociais).

(a) Política externa

Os problemas no exterior, principalmente no Vietnã, dominaram sua presidência (pelo menos até 1973, quando o Watergate assumiu o centro.) Depois de a maioria Democrata no Congresso rejeitar a aprovação de mais dinheiro para a guerra, Nixon retirou os Estados Unidos do Vietnã com uma paz negociada, assinada em 1973 (ver Seção 8.3(c)), para o enorme alívio da maioria do povo norte-americano, que celebrou a "paz com honra". Mesmo assim, em abril de 1975, o Vietnã do Sul caiu nas mãos dos comunistas e a luta dos Estados Unidos para impedir a expansão do comunismo no sudeste asiático acabou em fracasso, com a reputação do país no mundo bastante desgastada.

Entretanto, *Nixon foi responsável por uma mudança radical e construtiva na política* externa quando procurou, com algum sucesso, melhorar as relações dos Estados Unidos com a URSS e a China (ver Seção 8.5(a-c)). Sua visita para se encontrar com o presidente Mao em Beijing, em fevereiro de 1972, foi um sucesso; em maio do mesmo ano, ele estava em Moscou para a assinatura de um tratado de limitação de armamentos.

No final de seu primeiro mandato, as realizações de Nixon pereciam cheias de promessas: ele trouxe a paz para o horizonte do povo norte-americano, estava seguindo políticas sensatas de *détente* com o mundo comunista e a lei e a ordem havia retornado. Os norte-americanos tiveram um momento de glória ao colocar o primeiro homem na lua (Neil Armstrong e Ed Aldrin, 20 de julho de 1969). Nixon teve uma vitória arrasadora nas eleições de 1972 e, em janeiro de 1973, tomou posse para um segundo mandato, mas este seria arruinado por uma nova crise.

(b) O escândalo de Watergate

O escândalo estourou em janeiro de 1973, quando vários homens foram acusados de arrombar a sede do Partido Democrata no edifício Watergate, em Washington, em junho de 1972, na campanha eleitoral para presidente. Eles tinham instalado dispositivos de escuta e fotocopiado documentos importantes. Soube-se, depois, que o arrombamento foi organizado por importantes membros da equipe de Nixon, que foram para a cadeia. Nixon insistiu que nada sabia do caso, mas as suspeitas aumentaram quando ele continuava se negando a entregar as fitas de discussões na Casa Branca que, achava-se, esclareceriam a questão de uma ou de outra forma. O presidente foi amplamente acusado de ter deliberadamente "acobertado" os culpados. O presidente recebeu mais um golpe quando seu vice-presidente, Spiro Agnew, foi forçado a renunciar (dezembro de 1973) depois de enfrentar acusações de suborno e corrupção, sendo substituído por Gerald Ford, um político pouco conhecido, mas de histórico imaculado.

Nixon foi conclamado a renunciar, mas se recusou, mesmo quando descobriu-se que ele tinha sido culpado de evasão fiscal. Ele foi ameaçado com *impeachment* (uma acusação formal de seus crimes diante do senado, que então o julgaria por eles). Para evitar isso, ele renunciou (agosto de 1974) e Ford se tornou presidente. Era um trágico desfecho para uma presidência que tinha demonstrado realizações positivas, principalmente nas questões externas, mas o escândalo abalou a fé das pessoas nos políticos e em um sistema que permitia que essas coisas acontecessem. Ford conquistou admiração pela forma com que resgatou a dignidade da política norte-americana, mas, em função da recessão, do desemprego e da inflação,

não foi surpresa quando ele perdeu a eleição de 1976 para o Democrata James Earl Carter.

23.5 A ERA CARTER-REAGAN-BUSH, 1977-1993

(a) Jimmy Carter (1977-1981)

A presidência de Carter foi um pouco decepcionante. Eleito como alguém de fora da política – ex-oficial naval, agricultor que cultivava amendoins, ex-governador da Geórgia, e homem de profundas convicções religiosas – ele era um recém-chegado a Washington, que seria capaz de resgatar a fé do povo na política. *Ele conseguiu algumas conquistas importantes*:

- interrompeu a ajuda norte-americana a governos autoritários de direita para afastar o comunismo;
- cooperou com a Grã-Bretanha por um governo da maioria negra no Zimbábue (ver Seção 24.4(c));
- assinou um segundo *Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (Strategic Arms Limitation Treaty, SALT II)* com a USSR (1979);
- cumpriu um papel fundamental nas conversações de Camp David, que trouxeram a paz entre Egito e Israel (ver Seção 11.6).

Infelizmente, a falta de experiência de Carter para lidar com o Congresso lhe fez enfrentar as mesmas dificuldades de Kennedy, ele não conseguiu transformar em lei a maior parte de seu programa de reformas. Em 1980, a recessão mundial era profunda, causando o fechamento de fábricas, desemprego e escassez de petróleo. Com exceção de Camp David, a política externa dos Democratas parecia pouco eficiente. Nem mesmo uma conquista como o SALT II era bem vista entre os líderes militares e os fabricantes de armas, já que ameaçava reduzir seus lucros.* Os Estados Unidos não conseguiam agir de forma eficaz contra a ocupação russa do Afeganistão (1979). Igualmente frustrante foi sua incapacidade de libertar uma série de norte-americanos feitos reféns em Teerã por estudantes iranianos (novembro de 1979) e mantidos por mais de um ano. Os iranianos estavam tentando forçar o governo norte-americano a devolver o xá exilado e sua fortuna, mas o impasse persistiu mesmo depois da morte do xá. Uma combinação desses problemas e frustrações resultou em uma vitória decisiva dos Republicanos na eleição de novembro de 1980. Ironicamente, os reféns foram libertados minutos depois da posse do sucessor de Carter (Janeiro de 1981).

(b) Ronald Reagan (1981-1989)

Reagan, ex-ator de cinema, tornou-se rapidamente o presidente com mais popularidade desde a Segunda Guerra Mundial. Ele era uma figura paternal que transmitia segurança, uma atitude bondosa, que conquistou uma reputação de "grande comunicador" em função de sua maneira direta e simples de falar ao público do país. *Os norte-americanos admiravam especialmente sua determinação de não aceitar os absurdos dos soviets* (como ele chamava a URSS). Ele queria trabalhar por relações pacíficas com eles, mas a partir de uma posição de força, e convenceu o Congresso a aprovar mais dinheiro para construir mísseis balísticos intercontinentais MX (maio de 1983), instalando mísseis *Cruise* e *Pershing* na Europa (dezembro de 1983). Interveio na América Central, enviando ajuda financeira e militar ao governo de El Salvador e aos rebeldes anti-sandinistas na Nicarágua (ver Seção 8.5(a)), cujo governo ele acreditava ser apoiado pelos comunistas. Ele continuou tendo relações amigáveis com a China, visitou Beijing em abril de 1984, mas não se reuniu com nenhum político russo importante até pouco antes da eleição presidencial de novembro de 1984.

No campo doméstico, Reagan trouxe consigo novas ideias sobre como conduzir a economia. Ele acreditava que a maneira de restaurar a grandeza e a prosperidade norte-americanas era aplicando o que ficou conhecida como "economia da oferta", a teoria segundo a qual, reduzindo os impostos, o governo acabaria arrecadando

* N. de R.: O Congresso não ratificou o Tratado.

mais. Impostos mais baixos fariam com que empresas e consumidores individuais tivessem mais dinheiro para gastar em investimentos e para comprar mercadorias, estimulando as pessoas a trabalhar mais, gerando demanda pelos produtos e, assim, mais empregos, o que, por sua vez, economizaria despesas com o seguro-desemprego e previdência. Toda essa atividade econômica a mais geraria mais receitas de impostos para o governo. Reagan estava muito impressionado com as teorias do economista norte-americano Milton Friedman e de Frederick Hayek, um austríaco que tinha exposto suas ideias econômicas da Nova Direita em seu livro *The Road to Serfdom* (o caminho para a servidão), publicado pela primeira vez em 1944. As teorias "monetaristas" deles se opunham ao socialismo e ao estado de bem-estar social porque essas duas visões envolviam muita interferência e regulamentação por parte do governo. Eles afirmavam que as pessoas deveriam ser livres para comandar suas próprias vidas e suas empresas com um mínimo de regulamentação governamental. As políticas de Reagan – "*Reaganomics*", como ficaram conhecidas (*Reagan + economia*) – estavam baseadas nessas teorias. "O governo não é a solução para nossos problemas", disse ele ao país, "o governo é o problema". Consequentemente, ele queria acabar com as restrições às empresas, reduzir os gastos do governo com a previdência (mas não com defesa), equilibrar o orçamento federal, introduzir uma economia de livre-mercado e controlar o fornecimento de dinheiro para manter a inflação baixa.

Infelizmente, a "Revolução Reagan" começou mal. Nos primeiros três anos, o governo não conseguiu equilibrar o orçamento, em parte por causa de um aumento significativo nos gastos militares. O estímulo à "oferta" não funcionou, a economia entrou em recessão e o desemprego aumentou para 10%, quando cerca de 11 milhões de pessoas ficaram sem trabalho. Os gastos do governo com a previdência eram inadequados em um momento de maior necessidade, houve um balanço comercial desfavorável e o déficit orçamentário, embora não estivesse exatamente fora de controle, certamente era enorme.

A economia começou a se recuperar em 1983 e continuou a crescer pelos seis anos seguintes. A recuperação começou a tempo para a eleição presidencial de novembro de 1984. Reagan podia dizer que suas políticas estavam funcionando, embora seus críticos alegassem que as despesas do governo na verdade aumentaram em todas as áreas principais, incluindo previdência e seguridade social. A dívida pública aumentou imensamente, enquanto o investimento foi reduzido. Na realidade, a recuperação aconteceu *apesar* da "*Reaganomics*". Outra crítica feita ao governo era que suas políticas tinham beneficiado os ricos, mas aumentado a carga tributária dos pobres. Segundo investigações feitas pelo Congresso, os impostos tomavam apenas 4% da renda das famílias mais pobres em 1978, e mais de 10% em 1984. Em abril daquele ano, calculou-se que, graças aos sucessivos orçamentos de Reagan desde 1981, as famílias mais pobres ganharam uma média de 20 dólares por ano em cortes de impostos, mas perderam 410 dólares em benefícios. Por outro lado, os domicílios com as rendas mais elevadas (mais de 80 dólares por ano) ganharam 8.400 com os cortes de impostos e perderam 130 em benefícios. Uma das previsões mais atraentes de um dos economistas adeptos da "oferta" – de que a nova riqueza iria acabar aos poucos com os pobres – não se realizou.

Reagan, todavia, mantinha sua popularidade com a vasta maioria dos norte-americanos e *teve uma vitória arrasadora na eleição presidencial de novembro de 1984* sobre seu rival Democrata, Walter Mondale, retratado pelos meios de comunicação, provavelmente de forma injusta, como um político à antiga, sem graça e sem nada novo para oferecer. Reagan recebeu 59% do voto popular e, aos 73 anos, foi a pessoa mais idosa a se tornar presidente.

Em seu segundo mandato, tudo pareceu dar errado para ele, que sofreu com problemas econômicos, desastres, escândalos e polêmicas.

1 Problemas econômicos

- *O Congresso foi ficando cada vez mais preocupado com o rápido crescimento*

do déficit federal. O senado rejeitou o orçamento de Reagan para 1987, por aumentar os gastos com defesa quando se achava que deveria reduzir o déficit. Os senadores também reclamavam de que a verba para o Medicare seria 5% menor do que a quantidade necessária para cobrir os gastos com saúde, que estavam em ascensão. No final, Reagan foi forçado a aceitar um corte na defesa de cerca de 8% e gastar mais do que queria em serviços sociais (fevereiro de 1986).

- *Houve uma grave depressão no meio-oeste agrícola*, que fez com que caíssem os preços e os subsídios do governo e aumentasse o desemprego.

2 Desastres no programa espacial

O ano de 1986 foi desastroso para o programa espacial dos Estados Unidos. O ônibus espacial *Challenger* explodiu segundos depois de ser lançado, matando todos os sete tripulantes (janeiro). Um foguete Titan, que transportava equipamento militar secreto, explodiu imediatamente depois do lançamento (abril) e em maio, um foguete Delta falhou, no terceiro fracasso sucessivo em uma tentativa importante de lançamento espacial. Isso provavelmente atrasaria por muitos anos os planos de Reagan de desenvolver uma estação espacial orbital permanente (e o projeto "Guerra nas Estrelas").

3 Problemas de política externa

- *O bombardeio da Líbia (abril de 1986) gerou diferentes reações.* Reagan estava convencido de que terroristas apoiados pela Líbia foram responsáveis por vários atentados, incluindo os ataques aos aeroportos de Roma e Viena em dezembro de 1985. Depois dos ataques de mísseis líbios a aviões dos Estados Unidos, bombardeiros norte-americanos F-111 atacaram as cidades líbias de Trípoli e Benghazi, matando 100 civis. Embora o ataque tenha sido muito aplaudido na maioria dos círculos nos Estados Unidos, a opinião mundial como um todo o condenou como sendo uma reação exagerada.
- *As políticas norte-americanas para a África do Sul geraram um conflito entre o presidente e o Congresso.* Reagan queria sanções apenas limitadas, mas o Congresso defendia um pacote muito mais forte para tentar dar um fim ao *apartheid*, e conseguiu derrubar o veto do presidente (setembro de 1986).
- *A reunião de Reykjavik com o presidente da URSS Gorbachov (outubro de 1986) deixou uma sensação de que Reagan tinha sido ludibriado pelo líder soviético*, mas o fracasso se transformou em sucesso em outubro de 1987 com a assinatura do Tratado INF, sobre forças nucleares intermediárias (*intermediate nuclear forces*) (ver Seção 8.6(b)).

A crescente insatisfação com o governo se refletiu nas eleições parlamentares intermediárias (novembro de 1986), quando os Republicanos perderam muitas cadeiras, deixando os Democratas com uma maioria ainda mais sólida na Câmara dos Deputados (260-175) e, mais importante, agora no controle do senado (54-45). Faltando ainda dois anos para terminar seu segundo mandato, Reagan era um presidente enfraquecido "em fim de mandato" – um Republicano diante de um Congresso Democrata. Ele passaria por enormes dificuldades para convencer o Congresso a aprovar verbas para políticas como a Guerra nas Estrelas (que a maioria dos Democratas considerava impossível) e a ajuda para os rebeldes "Contra" da Nicarágua. E, segundo a Constituição, uma maioria de dois terços em ambas as câmaras do parlamento poderia derrubar o veto do presidente.

4 O escândalo Irangate

Esse foi o golpe mais prejudicial ao presidente. Próximo ao final de 1986, surgiu a informação de que *os norte-americanos tinham fornecido armas secretamente ao Irã para a libertação dos reféns*, mas Reagan sempre insistiu publicamente que os Estados Unidos nunca negociariam com governos que com-

pactuassem com o terrorismo e a tomada de reféns. Pior ainda, soube-se que os lucros das vendas de armas aos iranianos estavam sendo usados para fornecer ajuda militar aos rebeldes "Contras" da Nicarágua, o que era ilegal, já que o Congresso tinha proibido qualquer ajuda aos "Contras" desde outubro de 1984.

Uma investigação do Congresso concluiu que um grupo de assessores de Reagan, incluindo seu Chefe de Segurança Nacional Donald Regan, o tenente-coronel Oliver North e o contra-almirante John Poindexter foram responsáveis e todos descumpriram a lei. Reagan aceitou a responsabilidade pela venda de armas ao Irã, mas não por enviar o dinheiro aos "Contras". Parece que ele tinha apenas um vago conhecimento do que estava acontecendo, provavelmente não estava mais a par dos problemas. O "Irangate", como foi apelidado, não destruiu Reagan como o Watergate fez com Nixon, mas com certeza manchou o histórico de seu governo nos dois últimos anos.

5 Uma grave quebra da bolsa de valores (outubro de 1987)

Ela foi causada pelo fato de que a economia norte-americana estava com sérios problemas. Havia um imenso déficit orçamentário, principalmente porque Reagan estava com mais dificuldades de financiar os gastos com defesa desde 1981, ao mesmo tempo em que reduzia impostos. No período de 1981-1987, a dívida nacional tinha mais do que dobrado, chegando a 2.400 bilhões de dólares e seriam necessários mais empréstimos simplesmente para pagar os altíssimos juros anuais de 192 bilhões. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos tinham o maior déficit comercial de qualquer país industrializado importante e a economia estava começando a diminuir de ritmo à medida que a indústria entrava em recessão.

Apesar de tudo isso, Reagan conseguia manter sua popularidade. Ao longo de 1988, a economia e o balanço de pagamentos melhoraram e o desemprego caiu, possibilitando que o Republicano George Bush tivesse uma vitória confortável na eleição de novembro de 1988.

(c) George Bush (1989-1993)

George Bush, que foi vice-presidente de Reagan, teve *um grande sucesso na política externa, com sua liderança firme contra Saddam Hussein*, depois da invasão do Kuwait pelo Iraque (agosto de 1990). Quando a Guerra do Golfo terminou com a derrota de Saddam, a reputação de Bush estava em alta (ver Seção 11.10), mas, à medida que o tempo passava, ele era cada vez mais criticado por não ter aproveitado a vantagem e ter permitido que o brutal Saddam permanecesse no poder.

Enquanto isso, nem tudo ia bem em casa: em 1990, teve início uma recessão, o déficit orçamentário ainda estava aumentando e o desemprego voltou a crescer. Durante a campanha eleitoral, Bush tinha prometido, em uma famosa réplica ao candidato Democrata Michael Dukakis, não aumentar impostos: "Ouça bem o que eu estou dizendo: não haverá novos impostos". Mas agora ele se via forçado a aumentar impostos indiretos e reduzir o número de ricos com isenção. Embora as pessoas empregadas estivessem em uma situação material confortável, a classe média se sentia insegura em função da tendência geral a menos empregos. Entre a classe trabalhadora, havia uma permanente "classe inferior" de pessoas desempregadas, tanto brancas quanto negras, vivendo em decadência nos guetos de periferias, com um alto potencial para o crime, as drogas e a violência. Muitas dessas pessoas estavam completamente alienadas da política e dos políticos, e vislumbravam poucas chances de receber ajuda de qualquer dos dois partidos. Foi nessa atmosfera que a eleição de 1992 deu uma vitória apertada ao Democrata Bill Clinton.

23.6 BILL CLINTON E O PRIMEIRO MANDATO DE GEORGE W. BUSH, 1993-2005

(a) Bill Clinton (1993–2001)

William J. Clinton, assim como John F. Kennedy 30 anos antes e Franklin D. Roosevelt 60 anos antes, chegou à casa branca como um so-

pro de renovação. Ele estudou em Oxford com uma bolsa Rhodes e foi o mais jovem governador do estado do Arkansas, eleito em 1978 aos 32 anos. Como presidente, causou agitação imediata ao nomear mais mulheres para cargos importantes em seu governo do que jamais tinha sido feito antes. Madeleine Albright se tornou a primeira Secretária de Estado, uma juíza foi nomeada para a Suprema Corte e outros três cargos importantes foram dado a mulheres.

Na eleição presidencial, Clinton fez campanha com um programa de reforma da previdência e um sistema de saúde universal, junto com uma mudança de rumo, afastando-se da "*Reaganomics*". Infelizmente, ele teve os mesmos problemas de Kennedy: como persuadir ou manobrar os Republicanos no Congresso para aprovar suas reformas. Depois de divulgado, seu projeto de lei sobre a Segurança em Saúde (*Health Security*) foi atacado pelo setor de planos de saúde e pela Associação Médica Norte-americana, e o Congresso se recusou a aprová-la. Sua tarefa ficou ainda mais difícil depois de grandes vitórias Republicanas nas eleições parlamentares de 1994, mas o comportamento de alguns dos Republicanos no Congresso, que se recusavam a fazer acordos, não caiu bem com os cidadãos comuns, e a popularidade de Clinton aumentou. Ele teve alguns êxitos:

- Introduziram-se planos para reduzir o déficit orçamentário deixado pela era Reagan.
- Iniciou-se uma completa reorganização e agilização do sistema de previdência.
- Implementou-se um salário mínimo de 4,75 dólares por hora (maio de 1996), que seria aumentado a 5,15 em maio de 1997.
- Foi assinado o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte *(North American Free Trade Agreement)* com o Canadá e o México, estabelecendo uma área de livre comércio entre os três países.

Clinton também podia mostrar algumas realizações consistentes em questões externas. Ele deu uma contribuição positiva à paz no Oriente Médio quando reuniu os líderes de Israel e Palestina em Washington, em 1993. O resultado final foi um acordo que dava autogoverno limitado aos palestinos na Faixa de Gaza e em Jericó (ver Seção 11.7). Em 1995, ele trabalhou com o presidente russo Yeltsin para tentar dar um fim à guerra na Bósnia, com o resultado dos acordos de Dayton (ver Seção 10.7(c)).

Ao mesmo tempo, sua presidência foi assolada por rumores de negociatas obscuras que ele e sua mulher Hillary teriam feito quando ele governava o Arkansas, o chamado "escândalo de Whitewater". Quando dois de seus antigos sócios e o então governador do Arkansas foram condenados por múltiplas fraudes (maio de 1996), os Republicanos tinham esperanças de que Whitewater fizesse a Clinton o que Watergate fez com Nixon, ou seja, tirá-lo do cargo ou, ao menos, causar sua derrota na eleição de novembro de 1996. Entretanto, o que parecia importar para a maioria do povo era o estado da economia e Clinton se saiu bem nesse quesito. *A economia começou a se recuperar e o déficit orçamentário foi reduzido a proporções mais administráveis.* As táticas de confronto de alguns Republicanos, principalmente Newt Gingrich, que barrava permanentemente as medidas de Clinton no Congresso, provavelmente lhe renderam simpatia, e ele foi reeleito com uma margem confortável.

O grande sucesso do segundo mandato de Clinton foi o crescimento sustentado da economia, que, em 1999, tinha estabelecido um novo recorde com o período mais longo de expansão econômica em tempos de paz. Já em 1998, o orçamento foi equilibrado e havia um superávit pela primeira vez desde 1969. Outros sinais de uma economia saudável eram que o valor do mercado de ações triplicou, a taxa de desemprego era a menor em quase 30 anos e havia a maior quantidade de casas próprias da história do país.

(b) Escândalo e *impeachment*

Os rumores de práticas financeiras e sexuais impróprias sempre circularam durante o primeiro mandato de Clinton como presidente. A procuradora-geral não conseguiu evitar a acei-

tação de uma investigação sobre os negócios dos Clinton no Arkansas. O inquérito ficou conhecido como "Whitewater", em função da incorporadora que estava no centro da polêmica. Embora tenha se arrastado por vários anos, não foi encontrada qualquer evidência conclusiva de ilegalidades. Decidido a desacreditar o presidente de uma forma ou de outra, Kenneth Starr, o homem que conduzia o inquérito, ampliou suas investigações e acabou descobrindo que Clinton vinha tendo um caso com Monica Lewinsky, uma jovem estagiária da equipe da Casa Branca. Tendo negado repetidas vezes esse envolvimento, o presidente foi forçado a pedir desculpas públicas ao povo dos Estados Unidos. A Câmara dos Deputados aprovou o *impeachment* de Clinton por acusações de perjúrio e obstrução da justiça, mas em 1999 o Senado o considerou inocente. Foi um caso sórdido que manchou um pouco sua reputação. Por outro lado, sua popularidade pessoal permaneceu alta, pois ele tinha realizado muito durante sua presidência e havia um sentimento de que tinha sido vítima de ataques injustos nas mãos de alguns Republicanos.

(c) A eleição de novembro de 2000

A eleição presidencial trouxe surpresas, em vários aspectos. O candidato Democrata, Al Gore (vice-presidente de Clinton), começou como favorito na disputa com George W. Bush (governador do Texas e filho do ex-presidente). Apesar de uma situação econômica saudável, a votação foi muito apertada. No total de votos depositados em todo o país, Gore venceu Bush por mais de 500.000 votos, mas o resultado final dependia muito do candidato que vencesse na Flórida, o último estado a finalizar. A Flórida tinha 25 votos eleitorais, e isso significava que quem vencesse no estado seria o presidente. Depois de uma recontagem, parecia que Bush tinha vencido, embora com uma maioria de menos de 1000 votos. Os Democratas questionaram o resultado e exigiram uma recontagem manual, alegando que as contagens à máquina não eram confiáveis. A Suprema Corte da Flórida ordenou uma recontagem manual, e depois de incluídos os votos contados à mão em dois distritos, a vantagem de Bush se reduzia a 200. Nesse momento, o campo de Bush apelou à Suprema Corte norte-americana, que tinha maioria de juízes Republicanos, e reverteu a decisão do tribunal da Flórida, cancelando a contagem manual sob a alegação de que levaria muito tempo (tinham se passado cinco semanas e a presidência ainda não havia sido decidida. A decisão da Suprema Corte fez com que Bush vencesse na Flórida e, com ela, a presidência. Ele foi o primeiro presidente desde 1888 a vencer uma eleição mesmo tendo perdido no voto popular. A ação do tribunal foi polêmica ao extremo. Muitas pessoas estavam convencidas de que, se tivesse sido permitida uma recontagem manual, Gore teria vencido.

(d) O primeiro mandato de George W. Bush (2001-2005)

Durante seu primeiro ano no cargo, a natureza do governo Bush ficou clara: ele estava na ala conservadora, de extrema direita do Partido Republicano. Um analista o descreveu mais tarde como "o presidente mais extremamente direitista desde Herbert Hoover", Embora tenha feito campanha como "conservador compassivo", ele começou a implementar enormes reduções de impostos de 1,35 trilhão de dólares para os cidadãos mais ricos. Ele também sinalizou sua intenção de gastar menos em serviços sociais e atraiu críticas da União Europeia e de outros países quando anunciou que os Estados Unidos estavam se retirando do Protocolo de Kyoto de 1997, que visava reduzir a emissão de gases do efeito estufa (ver Seção 26.5(b)), e do Tratado Antimísseis Balísticos de 1972.

O presidente logo enfrentou uma crise que o testou, com os ataques terroristas de 11 de setembro em Nova York e Washington (ver Seção 12.3). Ele respondeu com firmeza, declarando guerra ao terrorismo e construindo uma coalizão internacional para levar a cabo a campanha. Nos 18 meses seguintes, o regime Talibã foi deposto no Afeganistão e Saddam Hussein

foi expulso do poder no Iraque. Entretanto, revelou-se mais difícil trazer a paz a esses países: dois anos depois da derrubada de Saddam em abril de 2003, os soldados norte-americanos no Iraque ainda estavam sendo mortos por terroristas. Havia relatos de que mesmo no Afeganistão, os Talibãs estavam voltando aos poucos e obtendo controle de certas zonas.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, a economia começava a enfrentar problemas. O orçamento anual divulgado em fevereiro de 2004 mostrou que havia um déficit de bem mais de 4% do PIB (o teto da União Europeia era de 3%). As razões para isso foram:

- aumento nos gastos com medidas de segurança antiterrorismo e o custo contínuo das operações no Iraque;
- uma queda na receita do governo em função de enormes reduções de impostos para os ricos.
- créditos extra dados aos agricultores.

As políticas do governo estavam tendo efeitos variados, sendo que o mais visível era a distância que cada vez crescia mais entre ricos e pobres. Estatísticas divulgadas no final de 2003 mostraram que o 1% mais rico dos norte-americanos tinha bem mais de 40% da riqueza do país (para uma comparação, no Reino Unido, o 1% mais rico tinha 18% da riqueza total). Isso não se devia somente às políticas de Bush, era algo que vinha se desenvolvendo nos 20 anos anteriores, mas a tendência acelerou depois de 2001, em parte em função dos cortes de impostos. O *Centre for Public Integrity* informou que todos os membros do gabinete de Bush eram milionários e que o valor total era 10 vezes o do gabinete de Clinton.

No outro extremo, havia pobreza crescente, causada em parte pelo aumento do desemprego e pelos baixos salários. Três milhões de pessoas tinham perdido seus empregos desde que Bush assumira, e mais de 34 milhões, um oitavo da população, estava vivendo abaixo da linha da pobreza. O seguro-desemprego só era pago por seis meses e, em alguns estados – Ohio era um exemplo de destaque – milhares de pessoas estavam sobrevivendo com a ajuda de refeições fornecidas por igrejas. No final dos primeiros quatro anos de Bush no poder, o número de norte-americanos que viviam abaixo da linha da pobreza aumentou em 4,3 milhões desde que ele foi eleito presidente em janeiro de 2001.

Por que isso estava acontecendo no país mais rico do mundo? O governo responsabilizou pelo fechamento de tantas fábricas as importações e escolheu a China como o principal culpado. Os pobres só recebiam uma ajuda mínima do governo porque, basicamente, o governo Bush se agarrava aos princípios norte-americanos conservadores tradicionais do *laissez-faire*: o governo deveria ser mantido no mínimo e não ter papel direto no alívio da pobreza. Considerava-se que os benefícios da previdência social enfraqueciam a independência, enquanto as pessoas deveriam ser incentivadas a se ajudar. A taxação era vista como uma interferência indevida na propriedade individual, e os ricos não deveriam ser obrigados a ajudar os pobres a menos que optassem por fazê-lo. A principal obrigação das empresas era maximizar os lucros em benefício dos acionistas e, para isso, toda a interferência do governo deveria ser mantida no mínimo.

Infelizmente, essa postura levou a uma atmosfera de "vale tudo", e aconteceram alguns eventos perturbadores. Na ausência de regulamentação adequada, era tentador para as empresas "manipular" suas contabilidades para mostrar lucros cada vez maiores, e assim manter os preços das ações em alta. Mas essa prática não poderia continuar indefinidamente. Em novembro de 2001, a empresa de comércio de energia Enron faliu depois de uma série de negócios secretos, desconhecidos das autoridades e dos investidores, que acabaram causando perdas desastrosas. O executivo-chefe da Enron e sua diretoria tiveram que enfrentar investigações do Congresso por fraude. Várias outras grandes empresas seguiram o mesmo caminho, dezenas de milhares de pessoas perderam seus investimentos, enquanto os funcionários perdiam suas aposentadorias ao desaparecerem os fundos de pensão.

Com a aproximação da eleição de novembro de 2004, muitos analistas acreditavam que esses crescentes problemas causariam uma derrota dos Republicanos, mas o presidente Bush teve uma vitória decisiva, ainda que bastante apertada sobre seu concorrente Democrata, o senador John Kerry. Cerca de 58,9 milhões de norte-americanos votaram em Bush, contra 55,4 milhões que deram seu voto a Kerry. Os Republicanos também aumentaram sua maioria na Câmara de Deputados e no Senado. A pobreza e o desemprego crescentes em alguns estados pareciam não ter sido suficientes para dar a vitória a Kerry. *Outras razões sugeridas para a vitória Republicana foram*:

- Os Democratas não conseguiram produzir uma mensagem clara de campanha que dissesse o que o partido defendia, e assim, muitos eleitores decidiram que era mais sábio continuar com o conhecido Bush do que mudar para Kerry, que era visto como uma incógnita.
- Os Democratas não foram capazes de convencer os eleitores de que estes poderiam confiar neles para manter o país protegido e em segurança.
- Os Republicanos eram considerados pela direita cristã como o partido que defendia os valores morais e familiares, enquanto os Democratas eram considerados muito simpáticos em relação ao aborto e aos casamentos de homossexuais.
- Os Republicanos tiveram mais êxito do que na eleição de 2000 em galvanizar seus apoiadores para ir votar.

PERGUNTAS

1 A luta pelos Direitos Civis

Estude as fontes e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trecho de livro de Martin Luther King, publicado em 1959.

Fonte: Martin Luther King, *Stride towards Freedom* (Harper e Row, edição de 1979).

> Gritamos demais e fazemos barulho demais, e gastamos demais em bebida. Até os mais pobres de nós conseguem comprar uma barra de sabão de 10 centavos; mesmo os menos educados de nós tem valores morais elevados. Aumentando nossos padrões, faremos muito para romper os argumentos dos que defendem a segregação.
>
> A outra parte de nosso programa deve ser a resistência não violenta a todas as formas de injustiça racial, mesmo que isso signifique ir para a cadeia. E uma ação firme para dar fim à desmoralização causada pelo legado da escravidão e da segregação, das escolas inferiores e da condição de cidadãos de segunda classe. Um novo ataque frontal à pobreza, à doença e a ignorância de um povo há muito ignorado pela consciência dos Estados Unidos aumentará a certeza da vitória.

Fonte B

Trecho de discurso de Malcolm X, líder de direitos civis dos *Black Muslims* (Muçulmanos Negros), em 1964.

> Não existe revolução não violenta. A revolução é sangrenta, a revolução é hostil, a revolução não conhece meio-termo, a revolução derruba e destroi qualquer coisa que se coloque em seu caminho. Eu não vejo nenhum sonho americano, eu vejo um pesadelo americano. Nosso objetivo é a liberdade completa, a igualdade completa, por qualquer meio que seja necessário.

Fonte: citado em George Breitmann, *Malcolm X Speaks* (Grove Press, 1966).

(a) Em que aspectos essas fontes, ambas sobre líderes negros dos direitos civis, diferem nas atitudes que mostram em relação à campanha?
(b) Que razões você consegue sugerir para essas diferenças?
(c) Por que o Movimento pelos Direitos Civis só teve sucesso limitado até 1968?

2. Até que ponto você concordaria com a visão de que o governo Johnson foi um fracasso, em grande parte, por causa do envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã?
3. Explique por que havia um movimento anticomunista tão poderoso nos Estados Unidos nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Parte V

A DESCOLONIZAÇÃO E O PERÍODO POSTERIOR

Os Fim dos Impérios Coloniais

24

RESUMO DOS EVENTOS

No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as nações da Europa ainda conservavam a posse de vastas áreas no restante do mundo, principalmente na Ásia e na África.

- *O Império da Grã-Bretanha era o maior em área*, consistindo na Índia, Burma, Ceilão, Malásia, enormes partes da África e muitas ilhas e outros territórios variados, como Chipre, as Índias Ocidentais (Caribe), as Falklands e Gibraltar.
- *A França tinha o segundo maior império*, com territórios na África, na Indochina e nas Índias Ocidentais (Caribe). Além disso, Grã-Bretanha e França ainda tinham terras no Oriente Médio, tomadas da Turquia no final da Primeira Guerra Mundial. A Grã-Bretanha tinha a Transjordânia e a Palestina, e a França tinha a Síria, conhecidas como território dos "mandatos", ou seja, a Grã-Bretanha e a França deveriam "cuidar" delas e as preparar para a independência.
- *Outros impérios importantes* eram o da Holanda, (Índias Orientais Holandesas, ou Indonésia), Bélgica (Congo e Ruanda-Urundi), Portugal (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), Espanha (Saara Espanhol, Ifni, Marrocos Espanhol e Guiné espanhola) e a Itália (Líbia, Somália e Eritreia).

Nos 30 anos que se seguiram, aconteceram mudanças importantes. Em 1975, a maioria desses territórios coloniais conquistou a independência. Às vezes, como no caso das colônias holandesas e francesas, eles tiveram que lutar por ela contra uma firme resistência europeia. Os problemas envolvidos costumavam ser complexos. Na Índia, havia diferenças religiosas profundas para resolver. Algumas áreas, como Argélia, Quênia, Tanganica, Uganda e Rodésia, tinham grandes quantidades de brancos estabelecidos, inflexivelmente hostis à independência que os colocaria sob governo dos negros. A Grã-Bretanha estava disposta a conceder a independência quando se achasse que o território em questão estava pronto para ela, e a maioria dos novos Estados manteve um vínculo com o país ao permanecer na Comunidade Britânica (um grupo de nações anteriormente controladas pela Grã-Bretanha que concordaram em continuar associadas entre si, principalmente porque havia algumas vantagens nisso).

Os principais territórios britânicos que obtiveram independência, às vezes mudando de nome (os nomes novos estão entre parênteses), foram:

Índia e Paquistão – 1947

Burma e Ceilão (Sri Lanka) – 1948

Transjordânia (Jordânia) – 1946; e Palestina – 1948 (ver Seções 11.1-2)

Sudão – 1956

Malásia; e Costa Dourada (Gana) – 1957

Nigéria; Somalilândia (tornou-se parte da Somália); e Chipre – 1960

Tanganica e Zanzibar (juntos, formaram a Tanzânia) – 1961

Jamaica; Trinidad e Tobago; Uganda – 1962

Quênia – 1963

Niasalândia (Malaui), Rodésia do Norte (Zâmbia); e Malta – 1964

Guiana Britânica (Guiana); Barbados; e Bechuanalândia (Botsuana) – 1966

Aden (Iêmen do Sul) – 1967

Rodésia do Sul (Zimbábue) – 1980

As outras potências coloniais estavam determinadas, inicialmente, a manter seus impérios pela força militar, mas, ao final, cederam.

Os principais territórios que obtiveram independência foram:

Franceses
Síria – 1946

Indochina (Vietnã, Camboja e Laos) – 1954

Marrocos; e Tunísia – 1956

Guiné – 1958

Senegal, Costa do Marfim, Mauritânia, Níger, Alto Volta (posteriormente, Burquina-Faso), Chade, Madagascar, Gabão, Sudão Francês (Mali), Camarões, Congo (capital Brazzaville), Oubangui-Shari (República Centro-Africana), Togo e Dahomey (Benin, a partir de 1975) – 1960

Holandeses
Índias Orientais (Indonésia) – 1949

Suriname – 1975

Belgas
Congo (Zaire, de 1971 a 1997, e então Rep. Rem. do Congo) – 1960

Ruanda-Urundi (dividiu-se em dois países separados, Ruanda e Burundi) – 1962

Espanhóis
Marrocos espanhol, tornou-se parte do Marrocos – 1956

Guiné (Guiné Equatorial) – 1968

Ifni (tornou-se parte do Marrocos) – 1969

Saara espanhol (dividiu-se entre Marrocos e Mauritânia) – 1975

Portugueses
Guiné (Guiné-Bissau) – 1974

Angola e Moçambique – 1975

Timor Leste (tomado pela Indonésia posteriormente, em 1975) – 1975

Italianos
Líbia – 1951

Eritreia (tornou-se parte da Etiópia) – 1952

Somália Italiana (tornou-se parte da Somália) – 1960

24.1 POR QUE AS POTÊNCIAS EUROPEIAS ABRIRAM MÃO DE SEUS IMPÉRIOS?

(a) Movimentos nacionalistas

Eles existiam em muitas colônias europeias, principalmente nas da África, muitos anos antes da Segunda Guerra Mundial. Os *nacionalistas* eram pessoas com um desejo natural de se livrar de seus governantes estrangeiros para poder ter um governo conduzido por pessoas de sua própria nacionalidade. Embora as potências europeias alegassem ter trazido os benefícios da civilização ocidental a suas colônias europeias, entre os povos das colônias havia um sentimento geral de estarem sendo explorados pelos europeus, que levavam a maioria dos lucros de sua parceria. Eles afirmavam que o desenvolvimento e a prosperidade das colônias estavam sendo impedidos em função dos interesses da Europa e que a

maioria dos povos dessas colônias continuava a viver na pobreza. Na Índia, o Partido do Congresso Nacional Indiano vinha agitando contra a dominação britânica desde 1885, enquanto, no sudeste asiático, os nacionalistas vietnamitas começaram a fazer campanhas contra a dominação francesa na década de 1920. Contudo, o nacionalismo não era tão forte em outras áreas e o avanço rumo à independência teria sido muito mais lento sem o impulso da Segunda Guerra Mundial.

(b) Efeitos da Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial deu um grande estímulo aos movimentos nacionalistas de várias formas:

- *Antes da guerra, os povos das colônias achavam que seria impossível derrotar os europeus, militarmente superiores, pela força das armas.* Os êxitos japoneses no início da guerra mostraram que era possível povos não europeus derrotarem exércitos da Europa. Forças japonesas capturaram territórios de Malaia, Cingapura, Hong Kong e Burma, as Índias Orientais Holandesas e a Indochina Francesa. Embora os japoneses tenham sido derrotados, os nacionalistas, muitos dos quais tinha lutado contra eles, não tinham qualquer intenção de aceitar resignadamente o restabelecimento do domínio europeu. Se necessário, continuariam a lutar contra os europeus, usando as táticas de guerrilha que tinham aprendido ao combater os japoneses, e foi isso exatamente o que aconteceu na Indochina (ver Capítulo 21), nas Índias Orientais Holandesas, Malásia e Burma.
- *Os asiáticos e os africanos adquiriram mais consciência de questões políticas e sociais como resultado de seu envolvimento na guerra.* Muitos africanos, que tinham saído de sua terra natal pela primeira vez para lutar nos exércitos Aliados, ficaram impressionados com o contraste entre as condições primitivas da África e a situação de relativo conforto que vivenciaram, mesmo como membros das forças armadas. Alguns líderes nacionalistas trabalharam com os japoneses, achando que depois da guerra, haveria mais chances de a independência lhes ser concedida pelos japoneses do que pelos europeus. Muitos deles, como o Dr. Sukarno nas Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia), ganharam a independência ajudando a governar as áreas ocupadas. Mais tarde, Sukarno se tornou o primeiro presidente da Indonésia (1949).
- Algumas políticas europeias durante a guerra incentivaram os povos das colônias a terem expectativa de independência assim que o conflito terminasse. O governo holandês, chocado por as pessoas estarem tão prontas a cooperar com os japoneses nas Índias Orientais, prometeu algum grau de independência assim que o Japão fosse derrotado. A *Carta do Atlântico, de 1941*, estabeleceu uma visão conjunta anglo-americana sobre como o mundo deveria ser organizado depois da guerra. *Dois pontos mencionados eram os seguintes:*
  - Os países não devem se expandir tomando território de outros.
  - Todos os povos deveriam ter o direito de escolher sua própria forma de governo.

  Embora Churchill tenha dito, mais tarde, que isso só se aplicava às vítimas da agressão de Hitler, os povos asiáticos e africanos ficaram com muitas esperanças.
- *A guerra enfraqueceu os países europeus*, de forma que, no final, eles não tinham força militar suficiente para manter seus impérios em face das campanhas realmente determinadas por independência. Os britânicos foram os primeiros a reconhecer isso e responderam concedendo a independência à Índia (1947). Depois disso, a política britânica foi de postergar a independência o máximo possível, mas ceder quando a pressão se tornasse irresistível. Passaram-se mais 10 anos até que a Costa do ouro se tornasse o primeiro território britânico na

África a conquistar a independência e se tornar uma grande fonte de inspiração para outras colônias africanas, como disse mais tarde Iain Macleod (O Ministro das Colônias britânico): "Não teríamos como manter pela força nossos territórios na África, a marcha dos homens rumo à liberdade não pode ser interrompida, só pode ser direcionada". Franceses, holandeses, espanhois e portugueses reagiram de forma diferente e pareciam determinados a preservar seus impérios, mas isso implicava campanhas militares onerosas e todos acabaram tendo que admitir a derrota.

(c) Pressões externas

Havia pressões externas sobre as potências coloniais para que abrissem mão de seus impérios. Os Estados Unidos, sem dúvida lembrando que foram a primeira parte do império britânico a declarar a independência (1776), eram hostis ao imperialismo (construção de impérios e posse de colônias). Durante a guerra, o presidente Roosevelt deixou claro que considerava que a Carta do Atlântico se aplicava a todos os povos, e não apenas aos dominados pelos alemães. Ele e seu sucessor, Truman, pressionaram o governo britânico para acelerar o processo de independência da Índia. Uma razão apresentada pelos norte-americanos para ver o fim dos impérios europeus era que os atrasos na concessão de independência incentivariam o desenvolvimento do comunismo naquelas regiões. Também era importante o fato de que os norte-americanos viam os países recém-independentes como mercados potenciais nos quais poderiam entrar e estabelecer influência econômica e política.

Sob influência norte-americana, a *Organização das Nações Unidas* tomou firme posição contrária ao imperialismo e exigiu um programa detalhado de descolonização. A URSS também somou sua voz ao coro e denunciava constantemente o imperialismo. Além de pressionar os países europeus, isso estimulava os nacionalistas em todo o mundo a intensificar suas campanhas.

Quase todos os casos eram diferentes. As seções que seguem examinarão algumas das diferentes formas com que as colônias e territórios obtiveram independência.

24.2 A INDEPENDÊNCIA E A DIVISÃO DA ÍNDIA

(a) Os antecedentes da independência

Os britânicos fizeram algumas concessões aos nacionalistas indianos mesmo antes da Segunda Guerra Mundial. As reformas de Morley-Minto (1909), as reformas de Montague-Chelmsford (1919) e a Lei sobre o Governo da Índia (*Government of India Act, 1935*) deram aos indianos mais voz no governo de seu país. Também lhes foi prometido "*status* de domínio" assim que a guerra terminasse, o que significava ser mais ou menos independente, embora ainda reconhecendo o monarca britânico como seu chefe de Estado, como a Austrália. O governo trabalhista, recém-eleito em 1945, queria demonstrar que não aprovava a exploração dos indianos e estava ansioso para seguir adiante com a independência, por razões morais e econômicas. Ernest Bevin, ministro do exterior, cogitou protelar a independência por alguns anos para possibilitar que a Grã-Bretanha financiasse um programa de desenvolvimento da Índia. Essa ideia foi abandonada porque os indianos desconfiavam de qualquer protelação e porque a Grã-Bretanha não podia ter essa despesa em função de suas próprias dificuldades econômicas. Bevin e Clement Attlee, o primeiro-ministro, decidiram então dar independência total à Índia, permitindo que os indianos formulassem os detalhes por conta própria.

As razões pelas quais os britânicos decidiram dar independência à Índia tem sido objeto de animados debates. As fontes oficiais a apresentaram como a culminação de um processo que vinha se desenvolvendo desde a Lei de Governo da Índia de 1919, na qual os britânicos cuidadosamente se prepararam para a independência. Alguns historiadores

indianos, como Sumit Sarkar e Anita Inder Singh, questionaram essa visão, afirmando que a independência da Índia nunca foi um objetivo dos britânicos no longo prazo e que as Leis de Governo da Índia de 1919 e 1935 não visavam preparar a independência, mas postergá-la. A independência não foi um presente dos britânicos, e sim "o fruto conquistado a duras penas pela luta e pelo sacrifício". Outros historiadores assumiram uma visão intermediária: Howard Brasted defendeu o governo trabalhista contra as acusações de ter formulado suas políticas ao longo do processo, e ao final se afastou do problema. Ele mostra que o Partido Trabalhista formulou uma política clara de retirada da Índia *antes* da Segunda Guerra Mundial, e que ela fora discutida pelo seu líder, Clement Attlee, e por Jawaharlal Nehru, o líder do Congresso Indiano, em 1938. Nehru e Gandhi sabiam que, quando o Partido Trabalhista vencesse as eleições de julho de 1945, a independência da Índia não poderia estar longe. Infelizmente, o avanço em direção à independência acabou sendo muito mais difícil do que se esperava: os problemas eram tão complexos que o país teve que ser dividido em dois Estados, a Índia e o Paquistão.

(b) Por que a divisão da Índia foi necessária?

1 A hostilidade religiosa entre hindus e muçulmanos

Esse era o principal problema. Os hindus representavam cerca de dois terços da população de 400 milhões de habitantes e o restante era de muçulmanos. Depois das vitórias nas eleições de 1937, quando venceu em oito de 11 estados, o Partido do Congresso Nacional, hindu, conclamou, de forma não muito inteligente, a Liga Muçulmana a se fundir com ele, o que alarmou à Liga, receosa de que uma Índia muçulmana fosse dominada pelos hindus. O líder muçulmano, M. A. Jinnah, exigiu *um Estado separado do Paquistão* e adotou seu slogan "Paquistão ou morte".

2 As tentativas de acordo fracassaram

As tentativas de formular uma solução intermediária aceitável a hindus e muçulmanos falharam. Os britânicos propuseram um sistema federal no qual o governo central só teria poderes limitados, enquanto os poderes dos governos provinciais seriam muito maiores, possibilitando às províncias com maioria muçulmana controlar suas próprias questões e não havendo necessidade de um Estado separado. Ambos os lados aceitaram a ideia em principio, mas não conseguiram concordar sobre os detalhes.

3 A violência começou em agosto de 1946

O conflito começou quando o vice-rei (o representante do rei na Índia), Lorde Wavell, convidou o líder do Partido do Congresso, *Jawaharlal Nehru*, para formar um governo interino, ainda com esperanças de que as questões específicas fossem resolvidas. Nehru formou um gabinete com dois muçulmanos, mas Jinnah estava convencido de que não era possível confiar em que os hindus tratariam os muçulmanos de forma justa. Ele conclamou um dia de "ação direta" em apoio um Estado paquistanês separado, resultando em revoltas violentas em Calcutá, que causaram a morte de mais de 5.000 pessoas e rapidamente se espalharam para Bengala, onde os muçulmanos saíram matando hindus. Quando estes retaliaram, o país parecia à beira da guerra civil.

4 Mountbatten decide pela divisão

O governo britânico, entendendo que não tinha força militar para controlar a situação, anunciou, no início de 1947, que sairia da Índia até, no máximo, junho de 1948. A ideia era tentar surpreender os indianos para que adotassem uma atitude mais responsável. Lorde Louis Mountbatten foi enviado como novo vice-rei e logo decidiu que a divisão era a única maneira de evitar a guerra civil. Ele entendia que era provável que houvesse banho de sangue independente da solução adotada, mas que a divisão geraria menos violência se

a Grã-Bretanha tentasse insistir na permanência dos muçulmanos como parte da Índia. Em pouco tempo, Mountbatten elaborou um plano para dividir o país e para a retirada britânica, que foi aceito por Nehru e Jinnah, embora *M. K. Gandhi*, conhecido como *Mahatma* (a grande alma), o outro líder muito respeitado do Congresso que acreditava na não violência, ainda tivesse esperanças de uma Índia unida. Com receio de que a postergação gerasse mais violência, Mountbatten antecipou a data para a retirada britânica para agosto de 1947.

(c) Como se realizou a divisão?

A *Lei de Independência da Índia* foi aprovada às pressas pelo parlamento Britânico (agosto de 1947), separando as regiões de maioria muçulmana no noroeste e no nordeste do restante do país, para se tornarem o Estado separado do Paquistão. O novo Paquistão, infelizmente, consistia em duas áreas separadas por mais de 1.500 quilômetros (ver Mapa 24.1). O dia da independência para Índia e Paquistão foi 15 de agosto de 1947. Os problemas vieram em seguida:

1. *Foi necessário dividir as províncias de Punjab e Bengala, que tinham populações muçulmanas e hindus mistas*. Isso fez com que milhões de pessoas se encontrassem no lado errado das novas fronteiras, ou seja, muçulmanos na Índia e hindus no Paquistão.
2. *Com medo de serem atacadas, milhões de pessoas se dirigiram às fronteiras*, os muçulmanos tentando entrar no Paquistão e os hindus, na Índia. Os choques que ocorreram evoluíram para violência coletiva quase histérica (Ilustração 24.1), principalmente no Punjab, onde 250.000 foram assassinadas. A violência não foi

Mapa 24.1 Índia e Paquistão.

Ilustração 24.1 Nova Delhi, 1947: durante um calmaria nas revoltas, as vítimas dos muitos choques são retiradas das ruas.

tão disseminada em Bengala, onde Gandhi, ainda pregando a não violência e a tolerância, conseguiu acalmar a situação.

3. *A violência começou a se extinguir no final de 1947, mas, em janeiro de 1948, Gandhi foi morto a tiros por um hindu fanático* que detestava sua tolerância com relação aos muçulmanos. Foi um fim trágico para um conjunto desastroso de circunstâncias, mas o choque de certa forma pareceu fazer com que as pessoas pensassem de forma sensata, e os novos governos de Índia e Paquistão puderam iniciar reflexões sobre outros problemas. Do ponto de vista britânico, o governo podia afirmar que, embora tantas mortes fossem lamentáveis, a concessão de independência a Índia e Paquistão foi um ato de visão por parte do Estado. Attlee afirmava, com alguma razão, que a Grã-Bretanha não poderia ser responsabilizada pela violência, devido, segundo ele, "à incapacidade dos indianos de chegarem a um acordo entre si". V. P. Menon, um destacado observador político indiano, acreditava que a decisão britânica de sair da Índia "não apenas tocou os corações e agitou as emoções da Índia... ela rendeu respeito e boa vontade universal para com a Grã-Bretanha".
4. *No longo prazo, o Paquistão não funcionou bem como Estado dividido*, e em 1971, o Paquistão Oriental rompeu e se tornou o Estado independente de Bangladesh.

24.3 AS ÍNDIAS OCIDENTAIS, MALÁSIA E CHIPRE

À medida que esses três territórios avançavam em direção à independência, eram feitos experimentos interessantes para estabelecer federações de países, com graus variados de sucesso. Uma federação é a situação em que vários países se juntam em um governo central ou federal que tem autoridade geral; cada

país tem seu próprio parlamento, que trata das questões internas. Esse é o tipo de sistema que funciona bem nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, e muitas pessoas achavam que seria adequado para as Índias Ocidentais britânicas e para Malásia e os territórios britânicos vizinhos.

- *A Federação das Índias Ocidentais foi a primeira a ser experimentada*, mas se mostrou um fracasso: estabelecida em 1958, só sobreviveu até 1962.
- *A Federação da Malásia*, estabelecida em 1963, teve muito mais sucesso.
- *O manejo britânico da independência de Chipre, infelizmente, não deu certo* e a ilha teve uma história atribulada depois da Segunda Guerra Mundial.

(a) As Índias Ocidentais

As possessões britânicas nas Índias Ocidentais consistiam em várias ilhas no Mar do Caribe (ver Mapa 24.2); as maiores eram Jamaica e Trinidad, e as outras, Granada, Saint Vincent, Barbados, Santa Lucia, Antigua, Dominica e as Bahamas. Também haviam Honduras Britânica, no continente centro-americano, e a Guiana Britânica, na costa nordeste da América do Sul. Juntos, esses territórios tinham uma população de cerca de 6 milhões de pessoas. A Grã-Bretanha estava disposta, em princípio, a lhes dar independência, mas havia problemas.

- *Algumas das ilhas eram muito pequenas, e havia dúvidas sobre se elas seriam Estados independentes viáveis.* Granada, Saint Vincent e Antigua, por exemplo, tinham populações de apenas uns 100.000 habitantes cada uma, enquanto algumas eram ainda menores: as ilhas gêmeas de Saint Kitts e Nevis só tinham cerca de 60.000 habitantes, juntas.
- *O governo trabalhista britânico achava que uma federação poderia ser a maneira ideal de unir esses territórios tão pequenos e muito espalhados, mas muitas pessoas nos próprios territórios se opuseram.* Alguns, como Honduras e Guiana britânicas, nada queriam com uma federação, preferindo a independência separada completa, o que deixou a Jamaica e Trinidad preocupadas se conseguiriam enfrentar os problemas das ilhas menores. Algumas ilhas não gostavam da ideia de serem dominadas por Jamaica e Trinidad, e algumas das menores nem tinham certeza de querer independência, preferindo permanecer sob orientação e proteção britânica.

A Grã-Bretanha seguiu adiante, apesar das dificuldades, e estabeleceu a Federação das Índias Ocidentais em 1958 (excluindo Honduras britânica e Guiana britânica), mas ela nunca chegou a funcionar bem. A única coisa que todas tinham em comum – uma dedicação apaixonada ao críquete – não era suficiente para mantê-las unidas, e havia disputas permanentes sobre quanto cada ilha deveria dar para o orçamento federal e quantos representantes teria no parlamento. Quando Jamaica e Trinidad saíram em 1961, a federação não parecia mais viável. Em 1962, a Grã-Bretanha decidiu abandoná-la e conceder independência separadamente a todos os que a quisessem. Em 1983, todas as partes das Índias Ocidentais Britânicas, com exceção de algumas ilhas minúsculas, se tornaram independentes. Jamaica, e Trinidad e Tobago, foram as primeiras, em 1962, e as ilhas de Saint Kitts e Nevis, as últimas, em 1983. A Guiana Britânica ficou conhecida como Guiana (1966) e Honduras Britânica assumiu o nome de Belize (1981). Todas passaram a ser membros da Comunidade Britânica.

Ironicamente, tendo rejeitado a ideia de uma federação completa, elas logo concluíram que a cooperação lhes poderia render benefícios. A Associação de Livre-Comércio do Caribe foi estabelecida em 1968, e em pouco tempo evoluiu para a **Comunidade e Mercado Comum do Caribe** *(Caribbean Community and Common Market, CARICOM)* em 1973, à qual se juntaram os antigos territórios britânicos nas Índias Ocidentais Britânicas (incluindo Guiana e Belize).

Mapa 24.2 A América Central e as Índias Ocidentais.

(b) Malásia

A Malásia foi libertada da ocupação japonesa em 1945, mas havia dois problemas difíceis a serem enfrentados antes de os britânicos estarem dispostos a se retirar.

1. *Era uma região complexa, que seria difícil de organizar*. Consistia em nove Estados, cada um governado por um sultão, dois assentamentos britânicos, Malacca e Penang e Cingapura, uma pequena ilha a menos de uma milha do continente. A população era multirracial: a maioria era de malaios e chineses, mas também havia alguns indianos e europeus. Na preparação para a independência, decidiu-se agrupar os Estados e os assentamentos na *Federação Malaia* (1948), enquanto Cingapura permanecia uma colônia separada. Cada Estado tinha sua própria legislatura para questões locais: os sultões permaneciam com algum poder, mas o governo central tinha controle geral firme. Todos os adultos tinham que votar e isso fazia com que os malaios, o maior grupo, geralmente dominassem as questões.
2. *Guerrilheiros comunistas chineses, liderados por Chin Peng, que cumpriram um papel importante na resistência aos japoneses, agora começavam a incitar greves e violência contra os britânicos*, em apoio a um Estado comunista independente. Os britânicos decidiram declarar estado de emergência em 1948 e acabaram conseguindo lidar com os comunistas, embora tenha levado tempo, e o estado de emergência permaneceu em vigor até 1960. Suas táticas foram transferir todos os chineses suspeitos de ajudar os guerrilheiros para vilas muito vigiadas.* Deixou-se claro que a independência viria assim que o país estivesse pronto para ela, o que garantiu que os malaios permanecessem firmemente pró-britânicos e dessem muito pouca ajuda aos comunistas, que eram chineses.

As ações rumo à independência foram aceleradas quando o partido Malaio, sob comando de seu habilidoso líder *Tunku Abdul Rahman*, juntaram forças com os principais grupos chineses e indianos para formar o *Partido da Aliança*, que conquistou 51 das 52 cadeiras nas eleições de 1955, parecendo sugerir estabilidade, e os britânicos foram persuadidos a conceder independência integral em 1957, quando a Malásia foi admitida na Comunidade Britânica.

A Federação da Malásia foi fundada em 1963. A Malásia estava se saindo bem sob a liderança de Tunku Abdul Rahman e sua economia, baseada nas exportações de borracha e estanho, era das mais prósperas do sudeste asiático. Em 1961, quando Tunku propôs que Cingapura e as outras colônias britânicas de Bornéu do Norte (Sabah), Brunei e Sarawak, deveriam se juntar à Malásia para formar a Federação da Malásia, a Grã-Bretanha concordou (ver Mapa 24.3). Depois de uma equipe de investigação da ONU informar que a ampla maioria das populações envolvidas era favorável à união, a Federação da Malásia foi proclamada oficialmente (setembro de 1963). Brunei decidiu não entrar e acabou se tornando um Estado independente dentro da Comunidade Britânica (1984). Embora Cingapura tenha decidido sair para se tornar uma república independente em 1965, o restante da Federação continuou com sucesso.

(c) Chipre

O governo trabalhista britânico (1945-1951) cogitou conceder independência ao Chipre, mas os avanços foram postergados por complicações, a mais grave sendo sua população mista – cerca de 80% eram cristãos de língua grega, da Igreja Ortodoxa, enquanto o restante era de muçulmanos de origem turca. Os cipriotas de origem grega queriam que a ilha se unisse à Grécia (*enosis*), mas os turcos se opunham intensamente. O governo de Churchill (1951-1955) inflamou a situação em 1954, quando os planos para o autogoverno davam aos cipriotas muito menos

* N. de R.: As "aldeias estratégicas", semelhantes a campos de prisioneiros.

Federação da Malásia

Indonésia (antigas Índias Ocidentais Holandesas)

Mapa 24.3 Malásia e Indonésia.

poder do que os trabalhistas tinham em mente. Houve manifestações hostis, que foram dispersadas por soldados britânicos.

Sir Anthony Eden, sucessor de Churchill, decidiu abandonar a ideia da independência de Chipre, acreditando que a Grã-Bretanha precisava da ilha como base militar para proteger seus interesses no Oriente Médio. Ele anunciou que Chipre deveria permanecer britânico para sempre, embora o governo grego tivesse prometido que a Grã-Bretanha poderia manter suas bases militares mesmo que acontecesse a *enosis*.

Os greco-cipriotas, liderados pelo *arcebispo Makarios*, pressionavam por suas reivindicações enquanto uma organização guerrilheira chamada Eoka, liderada pelo general Grivas, realizava uma campanha terrorista contra os britânicos, que declararam estado de emergência (1955) e mobilizaram cerca de 35.000 soldados para tentar manter a ordem. A política britânica também incluiu a deportação de Makarios e a execução dos terroristas. A situação ficou ainda mais difícil em 1958, quando os turcos fundaram uma organização rival para apoiar a divisão da ilha.

Para evitar a possibilidade de uma guerra civil entre os dois grupos, Harold Macmillan, o sucessor de Eden, decidiu aceitar uma solução intermediária e nomeou o simpático e hábil Hugh Foot como governador, e este negociou um acordo com Makarios:

- O arcebispo abandonou a *enosis* e, em, troca, Chipre recebeu independência integral.
- Os interesses turcos foram salvaguardados, a Grã-Bretanha manteve duas bases militares e, junto com a Grécia e a Turquia, garantiu a independência de Chipre.
- Makarios se tornou o primeiro presidente, tendo um turco-cipriota, Fazil Kutchuk, como vice-presidente (1960). Parecia a solução perfeita.

*Infelizmente, só durou até 1963, quando estourou uma guerra entre gregos e turcos.** Em 1974, a Turquia enviou tropas para ajudar a estabelecer um Estado turco separado no norte e, desde então, a ilha permaneceu dividida (Mapa 24.4). Os turcos ocuparam o norte (mais ou menos um terço da área da ilha) os gregos, o sul, com tropa da ONU mantendo a paz entre

* N. de R.: A tensão continuou, e em 1974 um golpe militar greco-cipriota direitista derrubou Makarios e propôs a *enosis* com a Grécia, uma ditadura direitista. Então eclodia um conflito.

Mapa 24.4 Chipre dividido.

ambos. Foram feitas muitas tentativas de chegar a um acordo, mas todas fracassaram. Em meados dos anos de 1980, a ONU começou a pressionar pela ideia de uma federação como a maneira mais provável de reconciliar os dois Estados, mas essa solução foi rejeitada pelos gregos (1987). Em abril de 2003, os postos de controle na fronteira entre os dois Estados foram abertos para que cipriotas gregos e turcos pudessem atravessar a linha de divisão pela primeira vez desde 1974. A ilha ainda estava dividida em 2004, quando a República de Chipre (grega) entrou para a União Europeia. A República Turca do Norte do Chipre também aprovou a entrada, mas como só era reconhecida como país independente pela Turquia, não fez parte do acordo de adesão.

24.4 OS BRITÂNICOS SE RETIRAM DA ÁFRICA

O nacionalismo africano se espalhou rapidamente depois de 1945, porque mais e mais africanos estavam sendo educados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde tomavam consciência da discriminação racial. O colonialismo era considerado como humilhação e exploração dos negros pelos brancos, e os africanos de classe trabalhadora nas novas cidades eram particularmente receptivos às ideias nacionalistas. Os britânicos, principalmente os governos trabalhistas de 1945-1951, estavam bastante dispostos a permitir a independência e confiantes que ainda conseguiriam exercer influência por meio de vínculos comerciais, que eles esperavam preservar ao incluir os novos Estados como membros da Comunidade. Essa prática de exercer influência sobre as ex-colônias depois da independência por meio econômicos é conhecida como *neocolonialismo* e foi muito difundida na maioria dos novos Estados do Terceiro Mundo. Mesmo assim, os britânicos pretendiam fazer com que as colônias avançassem rumo à independência de forma muito gradual e os nacionalistas africanos tiveram que fazer campanhas intensas e, muitas vezes, violentas para fazer com que eles agissem mais rapidamente.

As colônias britânicas na África estavam em três grupos distintos, com importantes diferenças de caráter que afetariam seu avanço em direção à independência.

A ÁFRICA OCIDENTAL: Costa do Ouro, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia

Nesses casos, havia relativamente poucos europeus, que tendiam a ser administradores em vez de colonos permanentes com propriedades lucrativas a defender. Isso tornou o avanço para a independência relativamente direto.

ÁFRICA OCIDENTAL: Quênia, Uganda e Tanganica

Principalmente no Quênia, as coisas se complicavam em função do "fator colono", ou seja, a presença de colonos europeus e asiáticos, que temiam por seu futuro com governos negros.

ÁFRICA CENTRAL: Niasalândia, Rodésia do Norte e do Sul

Aqui, principalmente na Rodésia do Sul, o "fator colono" estava em seu grau mais intenso. Foi onde os colonos europeus tinham as raízes mais profundas, com propriedades enormes e lucrativas, e o confronto entre os colonos brancos e os nacionalistas africanos foi mais acirrado.

(a) África Ocidental

1 Costa do Ouro

A Costa do Ouro foi o primeiro Estado negro africano ao sul do Saara a conquistar a independência depois da Segunda Guerra Mundial, assumindo o nome de Gana (1957). O processo aconteceu de forma suave, embora não sem incidentes. O líder nacionalista, *Kwame Nkrumah*, que estudou em Londres e nos Estados Unidos e, desde 1949, era líder do *Partido* Popular da Convenção (*Convention People's Party*, *CPP*), organizou a campanha pela independência. Houve boicotes de produtos europeus, manifestações violentas e uma greve geral (1950), e Nkrumah e outros líderes foram detidos por algum tempo, mas os britânicos, entendendo que ele tinha apoio das massas, logo o libertaram e concordaram com uma nova Constituição que dispunha sobre:

- voto para todos adultos,
- Assembleia eleita
- Conselho Executivo de 11 membros, dos quais oito eram escolhidos pela Assembleia.

Nas eleições de 1951, a primeira sob a nova Constituição, o CPP conquistou 34 cadeiras de 38. Nkrumah foi libertado da prisão, convidado para formar um governo e se tornou primeiro-ministro em 1952. Havia autogoverno, mas ainda não a independência completa. A Costa do Ouro tinha um grupo de políticos e outros profissionais pequeno, mas com boa formação que, nos cincos anos seguintes, adquiriu experiência de governo sob supervisão britânica. Essa experiência foi única de Gana, e se tivesse se repetido em outros Estados de independência recente, poderia ter ajudado a evitar o caos e a má administração. Em 1957, Gana, como ficou conhecido, recebeu independência completa.

2 Nigéria

A Nigéria era certamente a maior das colônias africanas da Grã-Bretanha, com uma população de mais de 60 milhões. Tratava-se de uma situação mais difícil do que Gana em função de seu tamanho, e porque as diferenças regionais entre o vasto norte muçulmano, dominado pelas tribos hausa e fulani, a região oeste (iorubas) e o leste (ibos). O principal nacionalista era Nnamdi Azikiwe, conhecido popularmente por seus apoiadores como "Zik", que foi educado nos Estados Unidos e durante um tempo, trabalhou como editor de jornal na Costa do Ouro. Depois de seu retorno à Nigéria em 1937, fundou vários jornais e se envolveu com o movimento nacionalista, logo adquirindo um enorme prestígio. Em 1945, mostrou que falava sério organizando uma impressionante greve geral, que foi suficiente para fazer com que os britânicos começassem a preparar a Nigéria para a independência. Decidiu-se que o sistema federal seria o mais apropriado. Em 1954, uma nova Constituição introduziu assembleias locais para as três regiões, com um governo central (federal) em Lagos, a capital. As regiões inicialmente assumiram o autogoverno, e o país se tornou independente em 1960. Infelizmente, apesar de todas as preparações cuidadosas, as diferenças tribais após a independência, desencadearam a guerra civil em 1967 (ver Seção 25.3).

As outras duas colônias britânicas na África Ocidental conquistaram a independência sem incidentes graves: Serra Leoa em 1961 e Gâmbia em 1965 (ver Mapa 24.5).

Federação Centro-Africana 1953
Rodésia do Norte (Zâmbia), Rodésia do Sul (Zimbábue)
Niasalândia (malaui)

R Ruanda 1962
B Burundi 1961

Mapa 24.5 A África de torna independente.

(b) África Oriental

Os britânicos pensavam que a independência não era tão necessária para as colônias da África Oriental quanto para a África Ocidental e que, quando ela chegasse, seria na forma de governos multirraciais, nos quais os colonos europeus e asiáticos teriam um papel importante. Todavia, durante o governo de Harold Macmillan (1957-1963), *aconteceu uma mudança importante na política britânica em relação à África Oriental e Central*. Macmillan se deu conta da força do sentimento nacionalista negro africano. Em um famoso discurso na cidade do Cabo em 1960, ele disse: "Os ventos da mudança sopram pelo continente. Gostemos ou não, esse crescimento da consciência nacional é um fato político, e nossas diretrizes nacionais devem levá-lo em consideração".

1 *Tanganica*

Em Tanganica, a campanha nacionalista foi conduzida pela União Nacional Africana de

Tanganica *(Tanganyika African National Union, TANU)* liderada pelo *Dr. Julius Nyerere*, que se formou na Universidade de Edimburgo. Ele insistia em que o governo deveria ser africano, mas também, em que os brancos não tinham nada a temer em relação a um governo negro. O governo de Macmillan, impressionado com a capacidade e a sinceridade de Nyerere, concedeu independência ao governo da maioria negra (1961). A ilha de Zanzibar foi unificada posteriormente a Tanganica, e o país assumiu o nome de Tanzânia (1964). Nyerere foi presidente até se aposentar em 1985.

2 Uganda

Em Uganda, a independência foi retardada por conflitos tribais. O governante (conhecido como o Kabaka) da área de Buganda era contra a introdução da democracia. Acabou sendo encontrada uma solução em uma Constituição Federal que permitia ao Kabaka manter alguns poderes em Buganda. A própria Uganda se tornou independente em 1962, com o *Dr. Milton Obote* como primeiro-ministro.

3 Quênia

O Quênia foi a região mais difícil de lidar da África Oriental em função da presença de uma importante população não africana. Além de 10 milhões de africanos, havia cerca de 66.000 colonos brancos que se opunham violentamente a um governo de maioria negra. Também havia cerca de 200.000 indianos e 35.000 árabes muçulmanos, mas eram os colonos brancos que tinham influência sobre o governo britânico. Eles diziam que tinham trabalhado muito e dedicado a vida a fazer com que suas fazendas fossem lucrativas, que agora se consideravam africanos brancos e que o Quênia era sua pátria.

O principal líder africano do Quênia era *Jomo Kenyatta*. Nascido em 1894, era membro da tribo Kikuyu e veterano entre os nacionalistas africanos. Passou algum tempo na Grã-Bretanha na década de 1930 e voltou ao Quênia em 1947, tornando-se líder do Partido de Unidade Africana do Quênia *(Kenya African Unity Party, KAU)*, integrado majoritariamente por membros da tribo dominante Kikuyu. Ele esperava conquistar o governo da maioria negra aos poucos, inicialmente obtendo mais cadeiras africanas no Conselho Legislativo, mas a ala mais radical de seu partido – que se denominava Grupo dos Quarenta – queria expulsar os britânicos à força, se necessário. A principal reclamação africana era a situação agrária: a terra agricultável mais fértil estava no planalto, mas só os colonos brancos tinham permissão para praticar agricultura ali. Os africanos também se queixavam da discriminação e da barreira de cor entre brancos e negros, pela qual eles eram tratados como cidadãos inferiores, de segunda classe. Isso era especialmente inaceitável, dado que muitos africanos tinham servido no exército na Segunda Guerra Mundial e foram tratados de forma igualitária e respeitados pelos brancos. Mais além, estava claro que os brancos esperavam manter todos os privilégios, mesmo se tivessem que concordar com a independência.

Os colonos brancos se recusavam a negociar com Kenyatta e estavam decididos a prolongar seu domínio. Eles provocaram um confronto, com esperanças de que a violência destruísse o Partido Africano. O governo britânico estava sofrendo pressões de ambos os lados, e os colonos brancos eram apoiados por alguns grandes interesses empresariais na Grã-Bretanha. Mesmo assim, os britânicos não tiveram muita imaginação para lidar com a situação. A KAU conseguiu poucos avanços, sendo que a única concessão britânica foi permitir que seis africanos participassem do Conselho legislativo de 54 membros. Em 1952, a impaciência africana explodiu em uma revolta contra os britânicos, com ataque a fazendas de propriedade dos europeus e a trabalhadores negros, organizada pela sociedade secreta Mau Mau, cujos membros eram predominantemente da tribo Kikuyu (ver Ilustração 24.2). Foi declarado estado de emergência (1952); Kenyatta e outros líderes nacionalistas foram presos e condenados por terrorismo. Kenyatta ficou na cadeia por seis anos, embora tivesse condenado publicamente a violência e insisti-

Ilustração 24.2 Suspeitos Mau Mau são detidos no Quênia.

do que a KAU não tinha se envolvido na organização da rebelião. Os britânicos enviaram 100.000 soldados para acabar com os terroristas (os africanos se consideravam lutadores da liberdade, e não terroristas) e nos oito anos seguintes, 10.000 pessoas (principalmente africanos) foram mortas, e em torno de 90.000 Kikuyu, presos em condições pouco melhores do que campos de concentração. Em contraste, menos de 100 brancos foram mortos.

A revolta foi derrotada em 1957, mas, ironicamente, nessa época os britânicos estavam incentivando "os ventos da mudança" e, em função da campanha antiterrorista, tinham mudado de atitude. Harold Macmillan, que se tornou primeiro-ministro em janeiro de 1957, encarou o fato de que era impossível e indefensável continuar tentando prolongar a posição privilegiada de um grupo que representava 5% da população. Ele decidiu fazer o Quênia avançar rumo à independência. Os africanos puderam se estabelecer nas terras férteis do planalto, foram suspensas as restrições ao que os Kikuyus poderiam plantar e, como resultado, o café passou a ser um dos principais cultivos. Foram feitas tentativas de aumentar o papel político dos africanos. Em 1957, houve eleições para oito cadeiras africanas no Conselho Legislativo, e nos anos seguintes foram anunciados planos para aumentar sua participação no órgão. Em 1960, os africanos passaram a ser o grupo majoritário no conselho e receberam quatro dos dez cargos no Conselho de Ministros. Em 1961, Kenyatta foi finalmente libertado.

O progresso rumo à independência foi contido pela rivalidade e as divergências entre diferentes grupos tribais. Enquanto Kenyatta esteve na prisão, surgiram novos líderes. Tom Mboya e Oginga Odinga, ambos membros do segundo maior grupo étnico, os luo, formaram

a *União Nacional Africana do Quênia (Kenya African National Union, KANU)*, que teve um bom êxito na união de kikuyus e luos. Quando Kenyatta foi libertado, seu prestígio era tão grande que ele foi reconhecido imediatamente como líder do KANU; kikuyus e luos trabalhavam bem juntos e queriam um governo forte e centralizado, dominado por suas tribos, mas havia uma série de tribos menores que não aceitavam a ideia de serem controladas por kikuyus e luos. Lideradas por Ronald Ngala, elas formaram um partido rival, a *União Democrática Africana do Quênia (Kenya African Democratic Union, KADU)*, e queriam um sistema federal de governo que lhes possibilitasse ter mais controle sobre seus próprios assuntos.

Ambos os partidos trabalharam juntos para formar um governo de coalizão (1962), preparando-se para eleições a serem realizadas em maio de 1963. A KANU teve uma maioria clara nas eleições, Kenyatta se tornou primeiro-ministro de um Quênia autogovernado e decidiu abandonar a ideia de um sistema federal de governo. O país conquistou independência total em dezembro de 1963, e um ano depois passou a ser uma república com Kenyatta como presidente (ver Ilustração 24.3) e Odinga como vice. Um grande mérito de Kenyatta era que, apesar do tratamento duro por parte dos britânicos, ele era a favor da reconciliação. Os brancos que decidiram permanecer depois da independência foram tratados de forma justa, desde que assumissem a cidadania queniana, e o país se tornou uma das ex-colônias mais pró-britânicas. Infelizmente, as diferenças tribais continuaram a causar problemas depois da independência. Os luos achavam que os kikuyus estavam recebendo tratamento especial do governo, e Kenyatta e Odinga romperam. Mboya foi assassinado em 1969 e Odinga foi demitido e passou dois anos na prisão.

(c) África Central

Essa era a região mais problemática para os britânicos, pois era onde os colonos eram mais numerosos e mais profundamente enraizados, principalmente na Rodésia do Sul. Outro pro-

Ilustração 24.3 O novo presidente Jomo Kenyatta celebrando quando o Quênia se tornou uma república, 1964.

blema era que o número de africanos com boa formação era muito menor do que na África Ocidental, já que os colonos tinham se certificado de que fosse gasto muito pouco dinheiro em educação continuada e superior para africanos negros. Os missionários fizeram o melhor que podiam para dar alguma educação, mas seus esforços muitas vezes eram frustrados por governos brancos. Alarmados com o crescimento do nacionalismo, os brancos decidiram que sua melhor política era combinar recursos e convenceram o governo de Churchill (1953) a permitir uma federação de três colônias – Niasalândia e Rodésia do Sul e do Norte, que seria conhecida como *Federação Centro-Africana*. Seu objetivo era preservar a supremacia da minoria branca (cerca de 30.000 europeus em uma população total de 8,5 milhões). O parlamento federal em Salisbury (capital da Rodésia do sul) tendia a favorecer muito os brancos, que tinham esperanças de que a federação logo obtivesse independência em relação à Grã-Bretanha, com *status* de domínio.

Os africanos assistiam com desconfiança cada vez maior e seus líderes, o Dr. Hastings Banda (Niasalândia), Kenneth Kaunda (Rodésia do Norte) e Joshua Nkomo (Rodésia do Sul) começaram a promover campanhas pelo governo da maioria negra. Com o desenvolvimento da violência, declarou-se estado de emergência na Niasalândia e na Rodésia do Sul, com prisão em massa dos africanos (1959).

Entretanto, havia muito apoio aos africanos na Grã-Bretanha, principalmente no Partido Trabalhista, e o ministro das Colônias do governo conservador, Iain Macleod, era simpático a eles. *A Comissão Monckton (1960) recomendou:*

- direito de voto para os africanos;
- fim da discriminação racial;
- o direito dos territórios saírem da federação.

1 Niasalândia e Rodésia do Norte

Os britânicos introduziram novas Constituições na Niasalândia e na Rodésia do Norte que, na prática, possibilitavam aos africanos terem seus próprios parlamentos (1961-1962). Ambas quiseram sair da federação, que foi extinta em dezembro de 1963, sinalizando a derrota dos colonos. *No ano seguinte, esses dois territórios adquiriram independência completa, com os nomes de Malaui e Zâmbia.*

2 Rodésia do Sul

Foi necessário muito mais tempo para lidar com a Rodésia do Sul, que só adquiriu independência com governo de maioria negra em 1980. Foi na Rodésia, como era conhecida, que os colonos brancos lutaram com mais força para preservar sua posição privilegiada. Havia menos de 200.000 brancos, cerca de 20.000 asiáticos e 4 milhões de africanos, mas *a Frente da Rodésia (Rhodesia Front)*, um partido racista branco de direita, estava decidida a jamais entregar o controle do país a governos dos negros.

Os partidos africanos negros foram proibidos. Quando Zâmbia e Malaui se tornaram independentes, os brancos supuseram que a Rodésia do Sul receberia o mesmo tratamento, e fizeram uma solicitação formal de independência. O governo conservador britânico recusou e deixou claro que *só concederia a independência se a Constituição fosse alterada para permitir que os africanos negros tivessem pelo menos um terço das cadeiras do parlamento. Ian Smith* (que se tornou primeiro ministro da Rodésia do Sul em abril de 1964) rejeitou a ideia e se recusou a fazer qualquer concessão. Ele argumentava que a continuidade da dominação branca era essencial em vista dos problemas enfrentados pelos novos governos negros em outros Estados africanos, e porque o os nacionalistas do Zimbábue pareciam profundamente divididos. Harold Wilson, o novo primeiro ministro trabalhista britânico (1964-1970), continuava a negar a independência a menos que se alterasse a Constituição para preparar o governo da maioria negra. Como não parecia ser possível qualquer acordo, Smith declarou a Rodésia do Sul independente, contra os desejos da Grã-Bretanha (uma declaração unilateral de

independência, UDI), em novembro de 1965, *o que foi recebido com reações variadas*:

- *Inicialmente, parecia haver muito pouco que a Grã-Bretanha pudesse fazer a respeito*, já que o governo tinha decidido não usar a força contra o regime ilegal de Smith. Esperando fazer com que o país cedesse por meio de sanções econômicas, os britânicos pararam de comprar açúcar e fumo da Rodésia.
- *A ONU condenou a UDI* e conclamou todos os Estados-membros a impor um embargo comercial completo à Rodésia.
- *A África do Sul, também comandada por um governo de maioria branca, e Portugal, que ainda controlava o vizinho Moçambique, eram simpáticos ao regime de Smith* e se recusaram a obedecer a resolução do Conselho de Segurança, fazendo com que a Rodésia conseguisse continuar fazendo negócios por meio desses países. Muitos outros países, embora condenando em público a UDI, evadiam o embargo em particular. Os Estados Unidos, por exemplo, compravam cromo da Rodésia porque era o mais barato disponível. Empresas e empresários de vários países, inclusive companhias petrolíferas britânicas, continuaram a romper as sanções e, embora a economia da Rodésia tivesse algum prejuízo, não era grave o suficiente para derrubar o regime de Smith.
- *A Comunidade Britânica foi gravemente abalada*. Gana e Nigéria queriam que a Grã-Bretanha usasse a força e ofereceram tropas. Zâmbia e Tanzânia esperavam que as sanções econômicas fossem suficientes. As relações com a Grã-Bretanha ficaram extremamente frias quando parecia que o país estava suavizando deliberadamente as sanções, principalmente na medida em que a Zâmbia estava sofrendo mais com elas do que a Rodésia. Quando Wilson se reuniu duas vezes com Smith (a bordo do HMS *Tiger* em 1966 e do HMS *Fearless* em 1968) para apresentar novas propostas, houve um grito de protesto contra a possibilidade de ele trair os rodesianos negros. Smith rejeitou as duas propostas, o que talvez tenha sido positivo para o futuro da Comunidade Britânica.
- *O Conselho Mundial de Igrejas estabeleceu um programa para combater o racismo (1969)*, o que deu incentivo e estímulo aos nacionalistas, tanto moral quanto financeiramente.

Em 1970, a Rodésia se declarou uma república e os direitos dos cidadãos negros foram sendo retirados até que eles estivessem recebendo tratamento semelhante ao dos negros da África do Sul (ver Seção 25.8). Em 1976, começaram os primeiros sinais de que os brancos teriam que aceitar algum acordo. Por que os brancos cederam?

1. *A independência de Moçambique em relação a Portugal (junho de 1975)* foi um duro golpe para a Rodésia. O novo presidente moçambicano, Samora Machel, aplicou sanções econômicas e permitiu que os guerrilheiros do Zimbábue operassem a partir de seu país.
2. *Os "países de linha de frente"* – Zâmbia, Botsuana e Tanzânia, bem como Moçambique – apoiavam a luta armada e forneceram campos de treinamento para o movimento de resistência. Em pouco tempo, milhares de guerrilheiros negros estavam atuando na Rodésia, levando as forças de segurança brancas ao limite e forçando Smith a contratar mercenários estrangeiros.
3. *Os sul-africanos passaram a ter menos inclinação a apoiar a Rodésia* depois de sua invasão de Angola (outubro de 1975) ser suspensa por ordens dos Estados Unidos. Norte-americanos e sul-africanos estavam ajudando os rebeldes da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que tentava derrubar o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o qual tinha apoio da Rússia e de Cuba. Os Estados

Unidos receavam que a URSS e Cuba pudessem se envolver na Rodésia a menos que fizessem algum acordo. Junto com a África do Sul, eles exigiram que Smith fizesse concessões aos negros antes que fosse tarde demais.

4. *Em 1978, guerrilheiros nacionalistas controlavam grandes áreas do interior da Rodésia.* A agropecuária foi prejudicada com os ataques aos fazendeiros brancos; as escolas nas zonas rurais foram fechadas e, algumas vezes, incendiadas. Estava claro que a derrota dos brancos era só uma questão de tempo.

Smith ainda tentou tudo o que pôde para postergar o governo da maioria negra, e conseguiu apresentar as divisões entre os líderes nacionalistas como sua justificativa para a falta de avanços, o que era um problema verdadeiro:

- A **ZAPU**, União Popular Africana do Zimbábue (*Zimbabwe African People's Union*), era o partido do veterano nacionalista Joshua Nkomo.
- A **ZANU**, União Nacional Africana do Zimbábue (*Zimbabwe African National Union*) era o partido do reverendo Ndabaningi Sithole.

Esse dois, representando tribos diferentes, pareciam ser inimigos ferozes.

- O **UANC**, Conselho Nacional Africano Unido (*United African National Council*), era o partido do bispo Abel Muzorewa.
- **Robert Mugabe**, líder da ala guerrilheira da ZANU, era outra figura poderosa, que acabou se firmando como líder indiscutível da ZANU.

As divisões foram reduzidas em certa medida como resultado da Conferência de Genebra de 1976, quando ZAPU e ZANU se uniram em algum nível na *Frente Patriótica, (Patriotic Front, PF)*. Depois disso, os partidos começaram a ser chamados de ZANU-PF e PF-ZAPU.

Smith agora tentava fazer um acordo apresentando seu próprio sistema, um governo conjunto de brancos e o UANC, o mais moderado dos partidos nacionalistas, com o bispo Muzorewa como primeiro-ministro. O país seria chamado de Zimbábue/Rodésia (abril de 1979). Contudo, era a ZANU-PF e a PF-ZAPU que tinham apoio das massas e continuavam a guerrilha. Smith logo teve que admitir a derrota e os britânicos convocaram a Conferência de Lancaster House em Londres (setembro-dezembro de 1979), que acordou os seguintes pontos:

- Deveria haver uma nova Constituição, que permitisse o governo da maioria negra.
- Na República do Zimbábue, haveria um parlamento de 100 cadeiras, das quais 20 seriam reservadas aos brancos (sem disputa). Os outros 80 parlamentares seriam eleitos e se esperava que fossem negros, já que a maioria da população era de negros.
- Muzorewa renunciaria ao cargo de primeiro-ministro.
- A guerra de guerrilhas terminaria.

Nas eleições que se seguiram, a ZANU, de Mugabe, teve uma vitória esmagadora, obtendo 57 das 80 cadeiras dos negros, o que lhe dava uma maioria geral confortável que lhe possibilitou ser primeiro-ministro quando o Zimbábue se tornou oficialmente independente, em abril de 1980. A transferência à maioria negra foi recebida por todos os líderes africanos e da Comunidade Britânica como um triunfo do bom senso e da moderação. ZAPU e ZANU se fundiram em 1987, quando Mugabe passou a ser o primeiro presidente-executivo do país. Ele foi reeleito para mais um mandato em março de 1996, não sem polêmicas, e ainda estava agarrado ao poder em 2009, aos 85 anos (ver Seção 25.12).

24.5 O FIM DO IMPÉRIO FRANCÊS

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as principais possessões francesas eram:

- Síria, no Oriente Médio, de onde a França se retirou em 1946;
- Guadalupe e Martinica (ilhas nas Índias Ocidentais);

- Guiana Francesa (na América do Sul continental);
- Indochina, no sudeste da Ásia,

junto com imensas áreas no norte e oeste da África

- Tunísia, Marrocos e Argélia (juntas, conhecidas como Magreb);
- África Ocidental francesa;
- África Equatorial francesa;
- A grande ilha de Madagascar, no litoral sudeste da África.

Os franceses começaram a tentar suprimir toda a agitação nacionalista, considerando-a alta traição.

> *Segundo a Declaração de Brazzaville, de 1944:*
>
> O trabalho de colonização da França torna impossível aceitar qualquer ideia de autonomia para as colônias ou qualquer possibilidade de desenvolvimento fora do Império Francês. Nem mesmo em uma data distante haverá autogoverno para as colônias.

Os franceses, todavia, foram influenciados pelas ações britânicas rumo à descolonização, e depois de sua derrota na Indochina em 1954, eles também foram forçados a ceder aos "ventos da mudança".

(a) Indochina

Antes da guerra, os franceses tinham exercido dominação direta sobre a área ao redor de Saigon e tinham protetorados em Annam, Tonkin, Camboja e Laos. Um protetorado era um país oficialmente independente, com seu próprio governante, mais que estava sob a "proteção" ou guarda do país dominante. Geralmente, na prática, significava que este, no caso a França, controlava as coisas no protetorado como o fazia em uma colônia.

Durante a guerra, toda a área foi ocupada pelos japoneses e a resistência foi organizada pelo comunista *Ho Chi Minh* e a *Liga para a Independência do Vietnã (League for Vietnamese Independence, Vietminh)*. Quando os japoneses se retiraram em 1945, Ho Chi Minh declarou o Vietnã independente. Isso era inaceitável aos franceses, e se seguiu uma luta armada de oito anos, culminando na derrota da França em Dien Bien Phu em maio de 1954 (ver Seções 8.3(a) e 21.2-3). A derrota foi um golpe humilhante para os franceses e gerou uma crise política. O governo renunciou e o novo premiê, Pierre Mendès-France, mais liberal, entendendo que a opinião pública estava se voltando contra a guerra, decidiu se retirar.

Na Conferência de Genebra (julho de 1954), foi acordado que o Vietnã, o Laos e o Camboja se tornariam independentes. Infelizmente, isso não significou o fim dos problemas. Embora os franceses tivessem se retirado, os norte-americanos não estavam dispostos a permitir que o Vietnã como um todo passasse ao governo do comunista Ho Chi Minh, e seguiu-se uma luta ainda mais sangrenta (ver Seção 8.3(b-e)); também houve problemas no Camboja (ver Seção 9.4(b)).

(b) Tunísia e Marrocos

Essas duas áreas eram protetorados. A Tunísia tinha um governante conhecido como Bey, e o Marrocos, um rei muçulmano, Muhamed V, mas os nacionalistas não estavam satisfeitos com o controle francês e vinham fazendo campanhas por uma independência verdadeira desde antes da Segunda Guerra Mundial. A situação foi complicada pela presença de grandes quantidades de colonos europeus, cerca de 250.000 na Tunísia e 300.000 no Marrocos em 1945, que estavam comprometidos com a manutenção da conexão com a França, que lhes garantia uma posição privilegiada.

1 Tunísia

Na Tunísia, o principal grupo nacionalista era o Nova Constituição (*Neo Destour*), liderado por Habib Bourghiba, com amplo apoio entre habitantes das zonas rurais e das cidades pequenas, que acreditavam que a indepen-

dência melhoraria seu padrão de vida. Foi lançada uma campanha guerrilheira contra os franceses, que responderam proibindo o Novo Destour e prendendo Bourghiba (1952); 70.000 soldados franceses foram mobilizados contra os guerrilheiros, mas não conseguiram esmagá-los. Os franceses identificaram uma tendência perturbadora: com Bourghiba e outros líderes moderados na cadeia, o movimento guerrilheiro estava se inclinando mais à esquerda e ficando menos disposto a negociar. Sob pressão simultânea na Indochina e no Marrocos, a França entendeu que teria que ceder. Com um moderado como Bourghiba à frente do país, haveria mais chances de manter a influência francesa depois da independência. Ele foi libertado da cadeia e Mendès-France permitiu que ele formasse um governo. Em março de 1956, a Tunísia se tornou totalmente independente sob a liderança de Bourghiba.

2 Marrocos

No Marrocos, o padrão dos eventos foi muito semelhante. Havia um partido nacionalista chamado Istiqlal (Independência), e o próprio rei Muhamed parecia estar na linha de frente da oposição aos franceses. Os novos sindicatos também cumpriam um papel importante. Os franceses depuseram o rei (1953), provocando manifestações violentas e uma guerrilha. Diante da perspectiva de mais uma guerra longa e cara contra uma guerrilha, os franceses decidiram ceder ao inevitável, permitindo que o rei voltasse, e o Marrocos se tornou independente em 1956.

(c) Argélia

Foi aqui que o fator "colonos" teve as consequências mais graves. Havia mais de um milhão de colonos franceses (conhecidos como *pieds noirs*, ou "pés pretos"), que controlavam algo como um terço de toda a terra fértil da Argélia, tomada dos proprietários argelinos originais no período anterior a 1940. Os brancos exportavam a maior parte dos cultivos que produziam e também usavam parte da terra em vinhedos para a produção de vinhos, o que fazia com que houvesse menos alimento para a população africana, cujo padrão de vida estava decaindo visivelmente. Havia um movimento nacionalista ativo, mas pacífico, liderado por Messali Hadj, mas, depois de quase 10 anos de campanhas após a Segunda Guerra Mundial, eles tinham conquistado quase nada.

- Os colonos franceses não queriam fazer qualquer concessão, continuando a dominar a economia com suas grandes fazendas e tratando os argelinos como cidadãos de segunda classe. Eles acreditavam firmemente que o medo da força total do exército francês seria suficiente para dissuadir os nacionalistas de usar a violência.
- A Argélia continuava a ser tratada não como uma colônia ou um protetorado, mas como uma extensão da própria França metropolitana, mas isso não significava que os 9 milhões de argelinos árabes fossem tratados como franceses comuns. Eles não tinham voz no governo de seu país. Respondendo às pressões, o governo da França permitiu o que parecia ser compartilhamento de poder. Foi estabelecida uma assembleia argelina de 120 membros, embora seus poderes fossem limitados, mas as eleições eram muito distorcidas em favor dos europeus: o milhão de brancos podia eleger 60 membros, enquanto os outros 60 eram escolhidos pelos 9 milhões de muçulmanos. Por meio de corrupção, os europeus acabavam tendo maioria na assembleia.
- Apesar do que aconteceu na Indochina, na Tunísia e no Marrocos, nenhum governo francês ousava cogitar a independência da Argélia, pois isso acarretaria a ira dos colonos e seus apoiadores na França. O próprio Mendès-France declarou que "a França sem a Argélia não seria a França".

Tragicamente, a teimosia dos colonos e sua recusa até mesmo a conversar fez com que a luta fosse decidida pelos extremistas. Encorajado pela derrota francesa na Indochina, formou-se um grupo nacionalista mais

combativo, a *Frente de Libertação Nacional (Front de Libération Nationale, FLN)*, liderada por *Ben Bella*, que lançou uma guerra de guerrilhas próximo ao final de 1954 e prometeu que quando chegassem ao poder, os *pieds noirs* seriam tratados de forma justa. Por outro lado, os colonos ainda estavam confiantes em que poderiam derrotar os guerrilheiros com o apoio do exército francês. A guerra foi crescendo em intensidade à medida que a França enviava mais tropas. Em 1960, havia 700.000 soldados franceses engajados em uma imensa operação antiterrorismo. *A guerra estava tendo efeitos profundos na própria França*:

- Muitos políticos franceses se deram conta de que, mesmo que o exército ganhasse a guerra militar, a FLN ainda teria o apoio da maioria do povo argelino, e enquanto isso durasse, *o controle da França sobre o país nunca estaria garantido.*
- *A guerra dividia a opinião pública na França* entre os que queriam continuar apoiando os colonos brancos e os que achavam que a luta não tinha futuro. Em alguns momentos, os sentimentos ficaram tão acirrados que a própria França parecia estar à beira da guerra civil.
- O exército francês, depois de suas derrotas na Segunda Guerra Mundial e na Indochina, via na Argélia uma chance de restaurar sua reputação e se recusava a cogitar a rendição. Alguns generais estavam dispostos a dar um golpe militar contra qualquer governo que decidisse dar independência à Argélia.
- Em maio de 1958, suspeitando que o governo estava por ceder, como tinha feito na Tunísia e no Marrocos, os generais Massu e Salan organizaram manifestações em Argel e exigiram que o general de Gaulle fosse chamado para chefiar um novo governo. Eles estavam convencidos de que ele, um grande patriota, nunca concordaria com a independência da Argélia, e começaram a implementar seu plano, apelidado de *Ressurreição*, levando soldados de avião de Argel a Paris, onde a intenção era ocupar prédios do governo. A guerra civil parecia iminente. O governo não encontrava meios de sair do impasse e, consequentemente, renunciou. De Gaulle usou, inteligentemente, os meios de comunicação para reforçar seus argumentos, condenando a fraqueza da Quarta República e seu "regime dos partidos", que ele afirmava ser incapaz de lidar com o problema. Então, olhando para 1940, ele disse: "Não muito tempo atrás, o país, em seu momento de perigo, confiou em mim para liderá-lo à salvação. Hoje, com as novas provações que enfrenta, deve saber que estou pronto para assumir os poderes da República".

  O presidente Coty chamou de Gaulle, que concordou em assumir o cargo de primeiro-ministro, desde que pudesse elaborar uma nova Constituição, o que *acabou sendo o final da Quarta República*. Os historiadores debateram muito o papel que de Gaulle teve em tudo isso. Quanto ele sabia sobre a Ressurreição? Ele ou seus apoiadores a tinham planejado, eles próprios, para poder voltar ao poder? Ele estava simplesmente usando a situação na Argélia como forma de destruir a Quarta República, que ele considerava fraca? O que parece claro é que ele sabia do plano, e deu pistas a Massu e Salan de que se o presidente Coty se recusasse a permitir que ele assumisse o poder, ele não se importaria que a Ressurreição fosse adiante para que ele pudesse chegar ao poder dessa forma.
- De Gaulle logo apresentou sua nova Constituição, que dava ao presidente muito mais poder, e foi eleito presidente da Quinta República (dezembro de 1958), cargo que ocupou até sua renúncia em abril de 1969. Seu enorme prestígio foi demonstrado quando se realizou um referendo sobre a nova Constituição: na própria França, mais de 80% votaram a favor, enquanto na Argélia, onde os argelinos muçulmanos puderam votar em igualdade de condições com os brancos pela primeira vez, mais de 76% aprovaram.

Depois que chegou ao poder, se esperava que de Gaulle desse uma solução, mas como ele poderia fazê-lo quando qualquer tentativa de acordo seria considerada como traição total pelas próprias pessoas que o ajudaram a chegar lá? De Gaulle era um grande pragmático. Enquanto a luta cruel continuava, com ambos os lados cometendo atrocidades, ele deve ter entendido que uma vitória militar completa estava fora de questão. Com certeza, ele esperava que sua popularidade lhe permitisse forçar um acordo. Quando demonstrou disposição de negociar com a FLN, o exército e os colonos ficaram inflamados; não era isso que esperavam dele. Liderados pelo general Salan, eles fundaram a *Organização do Exército Secreto (l'Organisation de l'Armée Secrète, OAS)* em 1961, que deu início a uma campanha terrorista, explodindo prédios e assassinando críticos na Argélia e na França. Eles tentaram assassinar de Gaulle várias vezes; em agosto de 1962, depois de ter sido concedida a independência, ele e sua esposa escaparam por pouco da morte quando seu carro foi crivado de balas. Quando foi anunciado que iniciariam conversações de paz em Evian, a OAS tomou o poder na Argélia. A coisa estava indo longe demais para a maioria dos franceses e também para muita gente do exército. Quando de Gaulle apareceu na televisão vestido com seu uniforme completo de general e denunciou a OAS, o exército se dividiu e a rebelião desabou.

O público francês estava cansado da guerra e houve ampla aprovação quando Ben Bella, que estava na prisão desde 1956, foi libertado para participar das conversações de paz em Evian. *Acordou-se que a Argélia deveria se tornar independente em julho de 1962*, e Ben Bella foi eleito seu primeiro presidente no ano seguinte. Cerca de 800.000 colonos saíram do país e o novo governo tomou a maior parte de suas terras e empresas. O período que se seguiu à luta foi selvagem. Os muçulmanos argelinos que tinham permanecido leais à França, incluindo cerca de 200.000 que tinham servido no exército francês, foram denunciados pela FLN como traidores. Ninguém sabe quantos foram executados e assassinados, mas algumas estimativas situam o total em até 150.000.* Alguns historiadores criticaram de Gaulle pela forma com que lidou com a situação argelina e pelo enorme banho de sangue que foi causado. De todas as guerras de independência travadas contra uma potência colonial, essa foi a mais sangrenta. Mesmo assim, dada a intransigência dos colonos brancos e dos elementos rebeldes do exército e depois o da FLN, é difícil imaginar qualquer outro político que tivesse feito melhor. Mesmo com problemas, pode-se dizer que o processo salvou a França da guerra civil.

(d) O restante do Império Francês

As possessões francesas na África ao sul do Saara eram:

- A **África Ocidental francesa**, que consistia em oito colônias: Dahomey, Guiné, Costa do Marfim, Mauritânia, Níger, Senegal, Sudão (hoje Mali) e Alto Volta;
- **África Equatorial Francesa**, com quatro colônias: Chade, Gabão, Congo Médio e Oubangui-Shari;
- Um terceiro grupo que consistia em **Camarões** e **Togo** (ex-colônias alemãs dadas aos cuidados da França como mandatos de 1919), e a ilha de **Madagascar**.

A política da França depois de 1945 era tratar esses territórios como se fossem parte do país. Mesmo assim, era uma fraude, já que os africanos não eram tratados em igualdade de condições com os europeus e qualquer ação com vistas a mais privilégios para os africanos recebia a oposição dos colonos franceses. Em 1949, o governo francês decidiu reprimir todos os movimentos nacionalistas e muitos de seus líderes e sindicalistas foram presos. Muitas vezes, eles eram denunciados como agitadores comunistas, mesmo sem muitas evidências para sustentar as acusações.

---

* N. de R.: Na verdade, segundo acordo firmado, a maioria deles foi para a França, sendo desprezados por franceses e argelinos.

Aos poucos, os franceses foram forçados a mudar sua política pelos eventos na Indochina e no Magreb, junto com o fato de que a Grã-Bretanha estava preparando a Costa do Ouro e a Nigéria para a independência. *Em 1956, as 12 colônias da África Ocidental e Equatorial receberam autogoverno para questões internas, mas continuavam a pressionar por independência total.*

Quando subiu ao poder em 1958, de Gaulle propôs um novo plano, esperando manter o maior controle possível sobre as colônias:

- as 12 colônias continuariam a ter autogoverno, cada uma com seu próprio parlamento para assuntos internos;
- todas seriam membros de uma nova união, a *Comunidade Francesa*, e a França tomaria todas as decisões importantes sobre impostos e assuntos externos;
- todos os membros da Comunidade receberiam ajuda econômica da França;
- as colônias que optassem pela independência total poderiam obtê-la, mas, nesse caso, não receberiam qualquer ajuda da França.

De Gaulle confiava em que nenhuma delas ousaria enfrentar o futuro sem ajuda francesa. Ele estava quase certo: 11 colônias votaram a favor de seu plano, mas em uma delas, *a Guiné, sob a liderança de Sékou Touré, 95% das pessoas votaram contra.* A Guiné recebeu independência imediatamente (1958), mas toda a ajuda francesa parou. Porém, a postura brava da Guiné encorajou as 11, bem como Togo, Camarões e Madagascar: todas demandaram independência total e de Gaulle concordou. Todas passaram a ser repúblicas independentes em 1960, mas essa nova independência não era tão completa quanto os novos países esperavam: de Gaulle pretendia implementar o neocolonialismo: todos os países, com exceção da Guiné, viram que a França ainda influenciava suas políticas econômicas e externas, e qualquer ação independente estava quase fora de questão.

Três possessões francesas fora da África – Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa – não receberam independência e continuaram a ser tratadas como extensões do país central, com *status* oficial de "departamentos no além-mar" (uma espécie de distrito ou província). Seus povos votavam nas eleições francesas e seus representantes tinham cadeiras na Assembleia Nacional em Paris.

24.6 HOLANDA, BÉLGICA, ESPANHA, PORTUGAL E ITÁLIA

Todas essas potências coloniais, com exceção da Itália, estavam ainda mais determinadas do que a França a manter suas possessões no exterior, provavelmente porque, sendo menos ricas do que a Grã-Bretanha e a França, careciam dos recursos para sustentar o neocolonialismo. Não havia forma de elas manterem um equivalente à Comunidade Britânica ou à influência francesa sobre suas ex-colônias, contra a concorrência do capital estrangeiro.

(a) Holanda

Antes da Segunda Guerra Mundial, a Holanda tinha um enorme império nas Índias Orientais, incluindo as grandes ilhas de Sumatra, Java e Celebes, Irian Ocidental (parte da ilha de Nova Guiné) e cerca de dois terços da ilha de Bornéu (ver Mapa 24.3). O país também tinha algumas ilhas nas Índias Ocidentais e o Suriname no continente sul-americano, entre as Guianas Britânica e Francesa.

Foi das valiosas Índias Orientais que veio o primeiro desafio ao controle holandês, mesmo antes da guerra. Os holandeses funcionavam de maneira semelhante à França na Argélia: cultivavam produtos agrícolas para exportação e muito pouco faziam para melhorar os padrão de vida dos nativos. Grupos nacionalistas fizeram campanha na década de 1930 e muitos líderes foram presos, entre eles, Ahmed Sukarno. Quando os japoneses invadiram, em 1942, libertaram Sukarno e outros, e permitiram que participassem da administração do país, prometendo independência quando a

guerra terminasse. Com a derrota japonesa em 1945, Sukarno declarou a independência da República da Indonésia, não esperando qualquer resistência de parte dos holandeses, que foram derrotados em seu país ocupado pelos alemães. Contudo, logo chegaram tropas holandesas que fizeram esforços determinados para retomar o controle. Embora os holandeses tenham conseguido algum êxito, a guerra se arrastou e eles ainda estavam muito longe da vitória final em 1949, quando acabaram decidindo negociar. *Suas razões eram as seguintes*:

- As despesas da campanha eram destrutivas para um país pequeno como a Holanda.
- A vitória total ainda parecia muito distante.
- Eles estavam sob forte pressão da ONU para chegar a um acordo.
- Outros países, como os Estados Unidos e a Austrália, estavam pressionando a Holanda para dar independência para que eles pudessem exercer influência quando acabasse o controle exclusivo dos holandeses.
- Os holandeses tinham esperanças de, fazendo concessões, conseguir preservar o vínculo entre seu país e a Indonésia, e manter alguma influência.

A Holanda concordou em reconhecer a independência dos Estados Unidos da Indonésia (1949), com Sukarno na presidência, mas sem incluir Irian Ocidental. Sukarno aceitou uma União Holanda-Indonésia sob a coroa holandesa e as tropas desta foram retiradas. Contudo, no ano seguinte, Sukarno rompeu com a união e começou a pressionar os holandeses para entregar Irian Ocidental, confiscando propriedades holandesas e expulsando europeus. Em 1963, os holandeses cederam e permitiram que a Irian Ocidental se tornasse parte da Indonésia.

Em 1965, aconteceram eventos importantes, quando Sukarno foi derrubado em um golpe militar de direita, aparentemente porque era visto como muito influenciado pela China comunista e pelo Partido Comunista da Indonésia, o maior fora da URSS e da China. Os Estados Unidos, através da CIA, estavam envolvidos no golpe porque não lhes agradava a tolerância de Sukarno em relação ao Partido Comunista ou a forma como ele atuava como líder dos movimentos não alinhados e não imperialistas do Terceiro Mundo. Os norte-americanos receberam bem seu sucessor, o general Suharto, que introduziu de modo serviçal o que chamou de "Nova Ordem", ou seja, um expurgo de comunistas, no qual pelo menos meio milhão de pessoas foi assassinado e o Partido Comunista, desarticulado. O regime tinha as características de uma brutal ditadura militar, mas houve poucos protestos de parte do Ocidente porque, na atmosfera da Guerra Fria, a campanha anticomunista de Suharto era perfeitamente aceitável. Das outras possessões holandesas, a independência do Suriname foi permitida em 1975; as ilhas das Índias Ocidentais foram tratadas como parte da Holanda, embora com permissão para controlar parte de suas questões internas.

(b) Bélgica

O controle belga de suas possessões africanas – o Congo Belga e Ruanda-Urundi – terminou em caos, violência e guerra civil. *Os belgas achavam que a melhor maneira de preservar seu controle era a seguinte*:

- Negar aos africanos qualquer educação avançada. Isso os impediria de entrar em contato com quaisquer ideias nacionalistas e os privaria de uma classe de profissionais com boa formação, que pudesse levá-los à independência;
- Usar as rivalidades tribais em sua vantagem, manipulando diferentes tribos uma contra a outra. Isso funcionou bem no imenso Congo, que tinha cerca de 150 tribos. Homens de uma tribo eram usados para manter a ordem em outra área tribal. Em Ruanda-Urundi, os belgas usaram a tribo tutsi para ajudar a manter o controle do outro principal grupo tribal, os hutus.

Apesar de todos esses esforços, as ideias nacionalistas começaram a se infiltrar a partir das colônias francesas e britânicas vizinhas.

1 O Congo Belga

Os belgas pareceram ser pegos de surpresa por grandes revoltas (janeiro de 1959) na capital do Congo, Leopoldville. A multidão protestava contra o desemprego e a queda no padrão de vida, e em pouco tempo a desordem se espalhou por todo o país.

A Bélgica mudou de repente sua política e anunciou que o Congo se tornaria independente em seis meses. Isso era chamar o desastre: as políticas dos próprios belgas tinham feito com que não existisse qualquer grupo de africanos com experiência ao qual se pudesse entregar o poder. Os congoleses não foram educados para empregos profissionais: só havia 17 pessoas com curso superior em todo o país e não havia médicos, advogados, engenheiros nem oficiais do exército africanos. O Movimento Nacional Congolês (*Mouvement National Congolais*, MNC), liderado por Patrice Lumumba, existia há menos de um ano. O tamanho imenso do país e o grande número de tribos tornariam difícil de governar. Seis meses era muito pouco tempo para preparar a independência.

Por que os belgas tomaram essa decisão extraordinária?

- Temiam mais derramamento de sangue se hesitassem. Havia mais de 100.000 belgas no país, que poderiam estar em risco.
- Não queriam enfrentar as despesas de uma campanha antiguerrilha como a que se arrastava na Argélia.
- Esperavam que a independência imediata, enquanto o Congo ainda estava fraco e dividido, deixaria o novo país completamente desamparado e ele seria dependente da Bélgica para apoio e assessoramento, de forma que sua influência poderia ser preservada.

O Congo se tornou independente em 30 de junho de 1960, com Lumumba como primeiro-ministro e Joseph Kasavubu, líder de um grupo nacionalista rival, como presidente. Infelizmente, tudo deu errado pouco depois da independência e o país foi jogado em uma desastrosa guerra civil (ver Seção 25.5), e a ordem só foi restaurada em 1964.

2 Ruanda-Urundi

O outro território belga, *Ruanda-Urundi*, tornou-se independente em 1962 e foi dividido em dois países, Ruanda e Burundi, ambos governados por membros da tribo tutsi, como foi durante o período colonial. Nenhum deles estava preparado adequadamente e, após a independência, ambos tiveram uma história bastante agitada de rivalidade e violência cruel entre tutsis e hutus (ver Seção 25.7).

(c) Espanha

A Espanha tinha algumas áreas na África: a maior região era o Saara espanhol, e também havia as pequenas colônias do Marrocos Espanhol, Ifni e a Guiné Espanhola. O general Franco, o ditador de direita que governou a Espanha de 1939 a 1975, demonstrava pouco interesse nas colônias.

- Quando surgiram movimentos nacionalistas, ele não resistiu muito no caso do *Marrocos Espanhol*: quando os franceses deram independência ao *Marrocos Francês* (1956), Franco acompanhou e a área espanhola se tornou parte do Marrocos. As outras duas colônias pequenas tiveram que esperar muito mais.
- *Ifni* teve permissão para se juntar ao Marrocos, mas só em 1969.
- A *Guiné* se tornou independente, como Guiné Equatorial, em 1968.

Saara Espanhol

Neste caso, Franco resistiu mais tempo, porque a região era uma valiosa fonte de fosfatos. Só depois de sua morte, em 1975, o novo governo espanhol concordou em libertar o Saara. Infelizmente, o processo foi muito mal implementado: em lugar de torná-lo um Estado independente governado por seu partido nacionalista, a *Frente Polisario*, houve a ocupação e divisão entre dois Estados vizinhos, o Marrocos e a

Mauritânia. A Frente Polisario, sob comando de seu líder Mohamed Abdelaziz, declarou a República Democrática Árabe do Saara (1976), que foi reconhecida por Argélia, Líbia, alguns países comunistas e a Índia. A Argélia e a Líbia enviaram ajuda e em 1979, a Mauritânia decidiu se retirar, facilitando a continuidade da luta do Saara contra o Marrocos. Contudo, o fato de o Saara ter sido reconhecido oficialmente pela URSS foi suficiente para gerar suspeitas nos Estados Unidos. Quando parecia que também os marroquinos estavam preparados para negociar a paz, o novo presidente norte-americano Ronald Reagan os encorajou a continuar lutando, aumentando a ajuda ao Marrocos.

A guerra se arrastou pela década de 1980, e mais um país do Terceiro Mundo se tornou vítima dos interesses específicos de uma superpotência. Em 1990, a ONU propôs a realização de um referendo para que o povo do Saara escolhesse ser independente ou continuar parte do Marrocos. Os dois lados assinaram um cessar-fogo, mas o referendo nunca aconteceu. Na década de 1990, as forças da Frente Polisario enfraqueceram com a perda de apoio da Argélia e da Líbia, principalmente porque esses países estavam preocupados com seus próprios problemas. O Saara permaneceu sob controle do Marrocos e começaram a chegar grandes quantidades de colonos marroquinos. Aos mesmo tempo, muitos saarianos, inclusive guerreiros da Frente Polisario, saíram do país e foram obrigados a viver em campos de refugiados na Argélia.

(d) Portugal

As principais possessões portuguesas estavam na África: as duas grandes áreas de *Angola* e *Moçambique* e a pequena colônia da *Guiné Portuguesa*, na África Ocidental. O país ainda detinha a posse da parte leste da ilha do Timor, nas Índias Orientais.* O governo português direitista do Dr. Salazar ignorava tranquilamente os eventos nacionalistas no restante da África e, por muitos anos depois de 1945, as colônias portuguesas pareciam sossegadas e resignadas à sua posição. Elas eram predominantemente agrícolas, havia poucos operários industriais e as população negras eram quase que totalmente analfabetas. Em 1956, só 50 africanos em todo Moçambique tinham recebido qualquer educação secundária. Embora houvesse grupos nacionalistas em todas as três colônias em 1956, eles permaneciam insignificantes. *Vários fatores mudaram a situação.*

- Em 1960, os nacionalistas já tinham recebido muito incentivo em função do grande número de países africanos que conquistaram a independência.
- O regime de Salazar, nada tendo aprendido com as experiências de outras potências coloniais, intensificou suas políticas repressivas, mas isso só aumentou a determinação dos nacionalistas.
- A luta começou em Angola (1961), onde o *MPLA* de Agostinho Neto *(Movimento Popular de Libertação de Angola)* era o principal movimento nacionalista. A violência logo se espalhou para Guiné, onde Amilcar Cabral liderava a resistência e Moçambique, onde os guerrilheiros da Frelimo eram organizados por Eduardo Mondlane.
- Os nacionalistas, que tinham, todos, fortes conexões marxistas, recebiam ajuda econômica e militar do bloco comunista.
- O exército português não conseguiu acabar com os guerrilheiros nacionalistas. As tropas foram desmoralizadas e o custo aumentou muito até que, em 1973, o governo gastava 40% de seu orçamento lutando três guerras coloniais ao mesmo tempo.
- Mesmo assim, o governo português se recusava a abandonar sua política, mas a opinião pública e muitos oficiais do exército estavam cansados de guerras, e em 1974, a ditadura de Salazar foi derrubada por um golpe militar.

* N. de R.: Além dos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe na África, e as cidades de Goa na Índia e Macau na China.

Em pouco tempo, a independência foi concedida a todas as colônias: a Guiné assumiu o nome de Guiné-Bissau (setembro de 1974), e Moçambique e Angola se tornaram independentes no ano seguinte (além de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Isso gerou uma grave crise para Rodésia e África do Sul, que ficaram sendo os únicos países na África governados por minorias brancas e seus governos se sentiram cada vez mais ameaçados.

Agora era a vez de Angola ser vítima da interferência externa e da Guerra Fria. Tropas sul-africanas imediatamente invadiram o país em apoio à Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), enquanto o general Mobutu, do Zaire, com apoio dos Estados Unidos, lançou outra invasão em apoio à FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola). Os norte-americanos achavam que um governo conjunto desses dois grupos seria mais acessível e aberto à influência ocidental do que o marxista MPLA, que recebeu ajuda na forma de armas russas e um exército cubano, conseguindo derrotar os invasores em março de 1976, quando Neto foi aceito como presidente do novo país. A pausa se revelou apenas temporária. Houve mais invasões e Angola foi arrasada pela guerra civil em boa parte dos anos de 1990 (ver Seção 25.6). Os sul-africanos também interferiram em Moçambique, enviando grupos que atacavam através da fronteira e faziam tudo o que podiam para desestabilizar o governo da Frelimo. Mais uma vez, o país foi assolado pela guerra civil por muitos anos (ver Seção 9.4(c)).

Timor Leste

Outro território português merece menção: o Timor Leste era metade de uma pequena ilha nas Índias Orientais (ver Mapa 24.6). A metade oeste pertencia à Holanda e se tornou parte da Indonésia em 1949. O movimento nacionalista do Timor Leste (Fretilin) venceu uma curta guerra civil contra o grupo dominante, que queria permanecer com Portugal (setembro de 1975). Os Estados Unidos denunciaram o novo governo como sendo marxista, o que não era totalmente verdadeiro. Depois de apenas algumas semanas, tropas da Indonésia invadiram, derrubaram o governo e incorporaram o Timor Leste ao país, uma sequência de eventos descrita de forma vívida no romance de Timothy Mo, *The Redundancy of Courage*. Os Estados Unidos continuaram a fornecer equipamento militar aos indonésios, que foram responsáveis por atrocidades terríveis durante a guerra e depois dela. Estima-se que cerca de 100.000 pessoas foram mortas (um sexto da população) enquanto outras 300.000 foram colocadas em campos de detenção.

Mapa 24.6 Indonésia e Timor Leste.

Fonte: The Guardian, 20 de abril de 1996.

A Fretilin continuava a fazer campanha pela independência, mas, embora a ONU e a UE condenassem a ação da Indonésia, tudo indicava que o Timor Leste era pequeno demais e pouco importante, e os nacionalistas, muito esquerdistas para merecerem a aplicação de quaisquer sanções contra a Indonésia pelo Ocidente. Os Estados Unidos defenderam constantemente a reivindicação da Indonésia em relação ao Timor Leste e minimizaram a importância da violência. Em novembro de 1991, por exemplo, 271 pessoas foram mortas em Dili, a capital, quando tropas indonésias atacaram uma manifestação pró-independência. Todavia, esse incidente ajudou a direcionar a atenção internacional à campanha contra os abusos indonésios aos direitos humanos e contra a venda de armas dos Estados Unidos e do Reino Unido ao país. Em 1996, o bispo católico de Dili, Carlos Belo, e o porta-voz exilado da Fretilin, José Horta, receberam juntos o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento por sua campanha longa e não violenta pela independência.

Em 1999, com o crescimento do apoio internacional e a Guerra Fria há muito terminada, a Indonésia acabou cedendo e oferecendo a possibilidade de um referendo sobre "autonomia especial" para o Timor Leste. O referendo foi organizado pela ONU e aconteceu em agosto de 1999, resultando em quase 80% de votos em favor da completa independência em relação à Indonésia. Entretanto, a minoria pró-Indonésia se esforçou para sabotar as eleições. Enquanto a votação acontecia, suas milícias, apoiadas por tropas indonésias, fizeram o que podiam para intimidar os eleitores e jogar o país todo no caos. Depois que o resultado foi anunciado, elas saíram em um surto furioso de vingança e destruição, matando 2.000 pessoas e deixando 250.000 desabrigados. A violência só foi interrompida com a chegada de uma grande força de paz australiana.

Depois de dois anos, em agosto de 2001, quando foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte, a situação estava muito mais calma. A Fretilin venceu por uma margem ampla e seu líder, Xanana Gusmão, foi eleito presidente. Em maio de 2002, o Timor Leste recebeu reconhecimento internacional como país independente depois de uma luta que durou mais de um quarto de século.

(e) Itália

Em 1947, decidiu-se oficialmente que a Itália, tendo apoiado Hitler e sido derrotada na Segunda Guerra Mundial, perderia seu império no exterior. Suas possessões africanas seriam administradas pela França e pela Grã-Bretanha até que a ONU decidisse o que fazer com elas. A política da ONU era colocar os territórios sob governos que fossem simpáticos aos interesses ocidentais.

- A *Etiópia* foi devolvida ao comando do imperador Haile Selassie, que havia sido forçado a se exilar quando os italianos invadiram o país (Abissínia) em 1935.
- A *Líbia* recebeu a independência sob governo do rei Idris (1951).
- A *Eritreia* era parte da Etiópia (1952), mas teria um elevado grau de autogoverno dentro de um sistema federal.
- A *Somalilândia italiana* foi fundida com a britânica para formar o Estado independente da Somália (1960).

Algumas dessas soluções não se mostraram muito bem-sucedidas. Tanto Idris quanto Haile Selassie se tornaram muito impopulares com seus povos, o primeiro porque era considerado muito pró-Ocidente e o segundo, porque não fez qualquer tentativa de modernizar a Etiópia e realizou muito pouco para melhorar a vida do povo. Ele também cometeu o erro de cancelar os direitos de autogoverno da Eritreia (1962), o que levou os eritreus a uma guerra de independência. O rei Idris foi deposto em 1969 por um movimento socialista revolucionário que nacionalizou a indústria petrolífera e começou a modernizar o país. Haile Selassie foi derrubado em 1974. Em pouco tempo, surgiram novos líderes – o

coronel Kadafi na Líbia e o coronel Mengistu na Etiópia – que pediram ajuda econômica à URSS. Mengistu parecia ter problemas mais graves. Ele cometeu o erro de se recusar a fazer um acordo com os eritreus e enfrentou outras províncias – Tigre e Ogaden – que também queriam a independência. Enquanto lutava para reprimir todos esses movimentos separatistas, os gastos militares aumentavam muito e seu país afundou na pobreza e na fome ainda mais profundas (ver Seção 25.9).

24.7 VEREDICTO SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

Embora alguns países, principalmente a Grã-Bretanha, tenham lidado melhor do que outros com a descolonização, em geral ela não foi uma experiência agradável para a colônias e não havia final feliz e simples. Os novos países tiveram algumas conquistas, obtendo muito mais controle sobre o que acontecia dentro de suas fronteiras, e houve alguns ganhos para as pessoas comuns, como avanços na educação e nos serviços sociais e uma cultura política que lhes permitia votar. Contudo, em pouco tempo ficou na moda desprezar toda a experiência colonial e imperial como sendo um desastre no qual os países europeus, com suprema arrogância, impuseram controle sobre seus súditos, exploraram-nos sem escrúpulos e depois se retiraram contra a sua vontade, deixando-os empobrecidos e *diante de novos problemas*.

- O *neocolonialismo* fez com que os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos ainda exercessem um grande controle sobre os novos Estados, que continuavam a precisar dos mercados e do investimento que o Ocidente podia oferecer.
- *Muitos novos Estados, principalmente na África, estavam mal preparados ou totalmente despreparados para a independência*. Suas fronteiras eram muitas vezes artificiais, tendo sido forçadas pelos europeus e com poucos incentivos para que as tribos permanecessem juntas. Na Nigéria e no Congo Belga, as diferenças tribais ajudaram a causar a guerra civil. Quando as tropas britânicas se retiraram da Niasalândia (Malaui), só havia três escolas de nível médio para 3 milhões de africanos e nem uma única fábrica. Quando foram forçados a se retirar de Moçambique, os portugueses deliberadamente destruíram instalações e maquinário como vingança.
- *Na maioria dos casos, os governos que assumiram eram comandados por grupos da elite local*. Não houve revolução social nem garantias de que as pessoas comuns ficassem em melhor situação. Em países em que os novos governos estavam dispostos a introduzir políticas socialistas (nacionalizando seus recursos ou empresas estrangeiras) ou onde os governos mostrassem qualquer sinal de serem pró-comunistas, os países ocidentais desaprovavam e muitas vezes respondiam cortando a ajuda ou ajudando a desestabilizar o governo. Isso aconteceu na Indochina, na Indonésia, no Timor Leste, no Chade, em Angola, em Moçambique, no Zaire e na Jamaica.
- *Todos os países do Terceiro Mundo enfrentavam pobreza intensa*. Eles eram economicamente subdesenvolvidos e muitas vezes dependiam da exportação de um ou dois produtos. Uma queda no preço mundial de seu produto representava um desastre de grandes proporções. Empréstimos de fora os deixavam com pesadas dívidas (ver Seção 26.2). Como de costume, a África foi a mais atingida: era a única região do mundo onde, em 1987 a renda das pessoas era, em média, mais baixa do que em 1972.

Por outro lado, em 2003, o historiador Niall Ferguson fez uma forte defesa do Império Britânico e de seu legado. Ao mesmo tempo em que reconhecia que o histórico da Grã-Bretanha como potência colonial não era imaculado, ele afirmava que os benefícios da

dominação britânica eram consideráveis. No século XIX, os britânicos "foram pioneiros do livre-comércio, dos movimentos livres de capital e, com a abolição da escravidão, do trabalho livre". Além disso, desenvolveram uma rede global de comunicações modernas, disseminaram um sistema de lei e ordem e "mantiveram uma paz global sem igual, antes ou depois". Quando o império terminou, os antigos territórios britânicos ficaram com estruturas bem-sucedidas de capitalismo liberal, instituições da democracia parlamentar e a língua inglesa, que, hoje em dia, é um importante meio de comunicação global. "O que o Império Britânico provou", é a polêmica conclusão de Ferguson, "é que o império é uma forma de governo internacional que pode funcionar, e não apenas para o benefício da potência dominante. Ele buscou globalizar um sistema não apenas econômico, mas também jurídico e, em última análise, político".

PERGUNTAS

1. A luta pela independência do Quênia

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trecho de um relatório da Comissão Real do Governo Britânico sobre as condições nas cidades africanas, publicado em 1955.

> Os salários da maioria do trabalhadores africanos são baixos demais para que eles consigam moradia em Nairóbi [a capital do Quênia]. O alto custo da habitação em relação aos salários gera superpopulação, porque as moradias são compartilhadas para reduzir os custos. Isso, juntamente com o alto custo de comida nas cidades, torna a vida em família impossível para a maioria.

Fonte: Citado em Basil Davidson, *Modern Africa: A Social and Political History* (Longman, edição de 1989).

(a) Usando a fonte e seu próprio conhecimento, explique por que os nacionalistas africanos começaram a promover campanhas pela independência do Quênia no início dos anos 1950.

(b) Por que o governo britânico foi inicialmente contrário às demandas do Quênia por independência?

(c) Qual foi a importância da contribuição de Harold Macmillan no Quênia, para a conquista da independência em 1963?

2. "Sem a habilidade de de Gaulle para lidar com situação, a crise argelina provavelmente teria jogado a França na guerra civil". Até que ponto você concorda com esse veredicto sobre a contribuição do presidente de Gaulle para os eventos que levaram à independência da Argélia?

3. "A descolonização não trouxe os benefícios que a maioria dos povos africanos esperava". Explique por que você concorda ou discorda dessa avaliação da descolonização na África..

4.

(a) "A independência da Índia não foi um presente dos britânicos, e sim, o fruto conquistado a duras penas pela luta e pelo sacrifício". Explique se acha que esse é um veredicto preciso do avanço da Índia em direção à independência.

(b) Explique por que foi necessário dividir a Índia, criando o Estado separado do Paquistão.

Problemas na África

25

RESUMO DOS EVENTOS

Depois de conquistar a independência, as novas nações africanas enfrentavam problemas semelhantes. Neste espaço limitado, não é possível examinar os eventos em todos os países da África. As seções a seguir examinam os problemas comuns a todos eles, e mostram o que aconteceu em alguns dos que vivenciaram um ou mais desses problemas. Por exemplo,

- *Gana* sofreu problemas econômicos, o fracasso da democracia e vários golpes.
- A *Nigéria* vivenciou a guerra civil, uma secessão de golpes militares e uma ditadura militar brutal.
- *Tanzânia*: pobreza extrema.
- *Congo*: guerra civil e ditadura militar.
- *Angola*: guerra civil prolongada pela interferência externa.
- *Burundi* e *Ruanda*: guerra civil e terríveis massacres tribais.
- A *África do Sul* foi um caso especial: depois de 1980, quando a Rodésia (Zimbábue) obteve sua independência, ela era o último bastião do domínio branco no continente africano e a minoria branca estava decidida a ir até as últimas consequências contra o nacionalismo negro. Aos poucos, as pressões ficaram fortes demais para essa minoria, e em maio de 1994, Nelson Mandela se tornou o primeiro presidente negro da África do Sul.
- *Libéria*, *Etiópia*, *Serra Leoa* e *Zimbábue* também tiveram seus próprios problemas. Em meados dos anos de 1980, a maioria dos países da África começou a enfrentar a HIV/AIDS, que, em 2004, chegou a proporções pandêmicas, principalmente na África subsaariana. Cerca de 28 milhões de pessoas, mais ou menos 8% da população, eram soropositivos.

25.1 PROBLEMAS COMUNS AOS PAÍSES DA ÁFRICA

(a) Diferenças tribais

Cada um desses países combinava várias tribos diferentes que só foram mantidas juntas pelos governantes coloniais e que tinham se unido na luta nacionalista para libertar-se dos estrangeiros. Assim que os europeus se retiraram, havia pouco incentivo para permanecer juntas e elas tendiam a considerar a lealdade à tribo mais importante do que à sua nova nação. Na Nigéria, no Congo (Zaire), Burundi e Ruanda, as diferenças tribais se tornaram tão intensas que levaram à guerra civil.

(b) Eram economicamente subdesenvolvidos

Nesse aspecto, eles eram como muitos outros países do Terceiro Mundo. A maioria dos países africanos tinha muito pouca indústria, o

que havia sido uma política deliberada das potências coloniais, para que os africanos tivessem que comprar bens fabricados na Europa e nos Estados Unidos. O papel das colônias foi o de fornecer alimentos e matérias-primas. Depois da independência, dependiam muitas vezes de uma ou duas mercadorias para exportar, de forma que uma queda no preço mundial de seus produtos era um imenso desastre. A Nigéria, por exemplo, era muito dependente de suas exportações de petróleo, que geravam cerca de 80% da receita anual. Houve escassez de capital e de habilidades de todos os tipos, e a população crescia a uma taxa de 2% ao ano. Os empréstimos do exterior deixavam os países muito endividados, e ao se concentrar no aumento das exportações para pagar as dívidas, os alimentos para o consumo doméstico ficavam mais escassos. Tudo isso tornava os países africanos muito dependentes dos países ocidentais e dos Estados Unidos para terem mercados e investimentos, e possibilitava que estes exercessem algum controle sobre os governos africanos (neocolonialismo). Na atmosfera da Guerra Fria, alguns Estados sofreram intervenção militar direta dos países que não gostavam de seu governo, geralmente porque eram considerados esquerdistas e sob influência soviética. Isso aconteceu com Angola, que foi invadida por tropas da África do Sul e do Zaire porque esses países desaprovavam o governo marxista angolano.

(c) Problemas políticos

Os políticos africanos careciam de experiência para trabalhar com esses sistemas de democracia parlamentar deixados para trás pelos europeus. Diante de problemas difíceis, eles muitas vezes não conseguiam dar conta e os governos se tornavam corruptos. A maioria dos líderes africanos que tinham participado em campanhas guerrilheiras antes da independência foi influenciada por ideais marxistas, o que muitas vezes fez com que estabelecessem Estados de partido único como a forma necessária de chegar ao progresso.* Em muitos desses países, como o Quênia e a Tanzânia, isso funcionou bem, possibilitando um governo estável e eficaz. Por outro lado, como era impossível fazer oposição a esses governos por meios legais, a violência era a única resposta. Os golpes militares para depor governantes impopulares se tornaram comuns. O presidente Nkrumah, de Gana, foi deposto pelo exército em 1966, depois de tentativas fracassadas de assassiná-lo. Onde o exército não conseguia ou não queria dar um golpe, como em Malaui, o sistema de partido único floresceu à custa da liberdade e da verdadeira democracia.

(d) Desastres econômicos e naturais

Na década de 1980, a África foi atingida por desastres econômicos e naturais. A recessão mundial reduziu a demanda por exportações africanas, como petróleo, cobre e cobalto, e houve uma grave seca (1982-1985) que causou o fracasso das safras, morte de animais, falta de alimentos e inanição. A seca terminou em 1986 e grande parte do continente teve safras recorde naquele ano. Contudo, a essas alturas, a África, como o restante do mundo, sofria uma grave crise de endividamento e foi forçada pelo Fundo Monetário Internacional a economizar drasticamente como retorno por mais empréstimos. Em vários casos, o FMI prescreveu o Programa de Ajuste Estrutural Econômico (*ESAP, Economic Structural Adjustment Programme*) que o país deveria seguir, que costumava desvalorizar a moeda e reduzir os subsídios aos preços dos alimentos, causando aumentos de preços em um momento em que o desemprego crescia e os salários caíam. Os governos também foram forçados a cortar seus gastos com educação, saúde e serviços sociais como parte do programa de austeridade. A Tabela 26.2, no capítulo seguinte, mostra a pobreza da maioria dos paí-

* N. de R.: O Partido Único na África tem sido, geralmente, uma resposta tanto de direita como de esquerda para manter a unidade nacional.

ses africanos em comparação com o restante do mundo.

25.2 DEMOCRACIA, DITADURA E GOVERNO MILITAR EM GANA

Kwame Nkrumah (Ilustração 25.1) governou Gana desde que o país conquistou a independência, em 1957, até sua deposição pelo exército, em 1966.

(a) Suas realizações iniciais foram impressionantes

Ele tinha uma visão socialista e queria que seu povo tivesse um padrão de vida mais elevado, o que viria da organização eficiente e da industrialização. A produção de cacau (o principal produto de exportação de Gana, dobrou, a silvicultura, a pesca e a pecuária se expandiram e os modestos depósitos do país em ouro e bauxita foram explorados com mais eficácia. A construção da barragem no rio Volta (iniciada em 1961) deu água para irrigação e energia hidroelétrica, esta suficiente para as cidades, bem como para uma nova usina de produção de alumínio. O governo deu verbas para projetos em vilas, nos quais os moradores construíam estradas e escolas.

Nkrumah também adquiriu prestígio internacional: ele apoiava fortemente o movimento pan-africano, acreditando que somente por meio de uma federação do continente como um todo a força africana poderia se fazer sentir. Como ponto de partida, foi formada uma união econômica com Guiné e Mali, embora não tenha dado muitos frutos. Ele apoiou a *Organização de Unidade Africana* (fundada em 1963) e geralmente cumpria um papel responsável em questões mundiais, mantendo Gana na Comunidade Britânica ao

Ilustração 25.1 Kwame Nkrumah.

mesmo tempo em que forjava vínculos com a URSS, a Alemanha Oriental e a China.

(b) Por que Nkrumah foi derrubado?

Ele tentou introduzir a industrialização com muita rapidez e tomou emprestadas grandes quantidades de capital do exterior, esperando equilibrar o orçamento a partir do aumento das exportações. Infelizmente, Gana ainda tinha uma dependência desconfortável das exportações de cacau, e uma forte queda no preço mundial do produto deixou o país com déficit em seu balanço de pagamentos. Havia críticas de que estava sendo desperdiçando muito dinheiro em projetos desnecessários, como o trecho de 15 km de estradas entre Accra (a capital) e Tema.

Provavelmente, a razão mais importante para sua queda era que ele começou a abandonar gradualmente o governo parlamentar em favor de um Estado de partido único e ditadura pessoal, o que ele justificava dizendo que os partidos de oposição, que se baseavam em diferenças tribais, não tinham uma postura construtiva e só queriam mais poder em suas próprias regiões. Eles não tinham qualquer experiência sobre o funcionamento de um sistema parlamentar, e como escreveu o próprio Nkrumah: "Até um sistema baseado em uma Constituição democrática pode precisar de apoio de medidas de emergência de caráter totalitário no período seguinte à independência".

A partir de 1959, os adversários podiam ser deportados ou detidos por até 5 anos sem julgamento. Até o respeitado líder da oposição, J. B. Danqua, foi preso em 1961 e morreu na prisão. Em 1964, todos os partidos foram proibidos, com exceção do de Nkrumah, e nem dentro de seu próprio eram permitidas críticas. Ele começou a construir uma imagem de "pai da nação". Circulavam *slogans* como "Nkrumah é nosso messias, Nkrumah nunca morre" e foram erigidas várias estátuas do "salvador". Muitas pessoas consideravam isso absurdo, mas Nkrumah justificava dizendo que a população conseguia se identificar melhor com uma única personalidade como líder do que com noções vagas de Estado. Tudo isso, somado ao fato de que se acreditava que ele tinha amealhado uma fortuna pessoal por meio da corrupção, foi demais para o exército, que tomou o controle quando Nkrumah estava em visita à China (1966). A CIA norte-americana deu ao golpe seu total apoio porque os Estados Unidos não aprovavam os vínculos de Nkrumah com os países comunistas.

O golpe militar prometia um retorno à democracia assim que fosse possível elaborar uma nova Constituição, completa, com salvaguardas contra a volta da ditadura. A Constituição ficou pronta em 1969 e o Dr. Kofi Busia, líder do Partido Progressista, foi eleito como novo primeiro-ministro (outubro de 1969).

(c) Kofi Busia

O Dr. Busia só sobreviveu até 1972, quando também foi destituído pelo exército. Acadêmico que estudou economia em Oxford, Busia ilustra perfeitamente as dificuldades que os políticos eleitos democraticamente tinham ao tentar manter a estabilidade na situação africana. No poder desde o início somente com a permissão do exército, ele tinha que produzir resultados rápidos, mas os problemas eram enormes, como desemprego crescente, aumento de preços e o baixo preço do cacau no mercado mundial, bem como dívidas enormes a serem pagas. O Canadá e os Estados Unidos estavam dispostos a esperar pelo pagamento, mas outros países, incluindo a Grã-Bretanha, não foram tão solidários. Busia, que tinha reputação de ser honesto, tentou sinceramente manter os pagamentos, mas eles estavam consumindo cerca de 40% dos lucros de Gana com as exportações. Em 1971, as importações foram limitadas e a moeda desvalorizou-se em quase 50%. Busia foi prejudicado pelas brigas tribais que ressurgiram em condições de democracia e a situação econômica deteriorou com tanta rapidez que, em janeiro de 1972, ele foi deposto, sem resistência, pelo coronel Ignatius Acheampong, que encabeçou um governo militar até julho de 1978.

(d) J. J. Rawlings

À medida que gana continuava a naufragar em meio a seus problemas econômicos, o próprio Acheampong foi derrubado do poder pelo general Fred Akuffo, supostamente por corrupção. Em junho de 1979, um grupo de oficiais de patente mais baixa, liderados por Jerry J. Rawlings (Ilustração 25.2), um carismático oficial da força aérea de 32 anos, de origem mista ganense e escocesa, tomou o poder alegando que soldados e políticos corruptos precisavam ser extirpados antes da volta à democracia. Eles lançaram o que foi descrito como um exercício de "faxina" na qual Acheampong e Akuffo foram executados depois de julgamentos secretos. Em julho, foram realizadas eleições pelas quais Rawlings devolveu a Gana o governo civil, com o *Dr. Hilla Limann* como presidente (setembro de 1979).

Limann não teve mais sucesso do que os líderes anteriores para interromper o declínio econômico do país. A corrupção ainda era enorme em todos os níveis, e o contrabando e o acúmulo escondido de produtos básicos eram lugares-comuns. Em 1981, a inflação estava em 125% e havia ampla inquietação de trabalhadores em função dos baixos salários. Rawlings chegou à conclusão de que ele e alguns de seus parceiros fariam melhor. Limann foi deposto em um golpe militar (dezembro de 1981) e o *tenente da força aérea Rawlings se tornou presidente de um Conselho Nacional de Defesa Provisório (Provisional National*

Ilustração 25.2 Jerry Rawlings – líder de Gana.

Defence Council, PNDC). Ele era raro entre os líderes militares: o exército não queria o poder, dizia simplesmente ser "parte do processo de decisão" que mudaria todo o sistema econômico e social de Gana. Embora Rawlings permanecesse como líder, o PNDC indicou um governo civil de pessoas conhecidas dos círculos políticos e acadêmicos. Gana sofreu bastante com a seca de 1983, mas no ano seguinte choveu muito, trazendo uma boa safra de milho.

O novo programa de recuperação parecia estar funcionando, a produção aumentou em 7%, e no início de 1985 a inflação baixou para 40%. Quando Gana celebrou seus 30 anos de independência (março de 1987), o país ainda estava se recuperando, e Rawlings e seu partido, o *Congresso Democrático Nacional (National Democratic Congress, NDC)*, evocando memórias de Nkrumah, estava fazendo uma campanha aparentemente bem-sucedida para unir firmemente os 12 milhões de ganenses. No início de 1990, o país tinha uma das maiores taxas de crescimento econômico da África. Mesmo assim, para muitas pessoas, uma crítica continuava: não havia avanços em direção à democracia representativa. Rawlings respondeu em 1991, convocando uma assembleia para elaborar uma nova Constituição e prometeu eleições democráticas em 1992. Elas aconteceram como previsto (novembro) e o próprio Rawlings foi eleito presidente para um mandato de quatro anos, com mais de 58% dos votos, passando a ser chefe de Estado e comandante em chefe das forças armadas. Ele foi reeleito em 1996, mas a Constituição não lhe permitia que concorresse de novo em 2000. Sua carreira foi impressionante: tendo tomado o poder em 1981, com apenas 36 anos, ele permaneceu líder por cerca de 20 anos e deu a Gana um longo período de estabilidade política e modesta prosperidade.

O NDC escolheu o vice-presidente J. E. A. Mills como seu candidato presidencial. Seu principal opositor foi John Kufuor, líder do *Novo Partido Patriótico (New Patriotic Party)*. Esperava-se que Mills vencesse, mas Kufuor teve uma vitória surpreendente e assumiu como presidente em janeiro de 2001. A derrota do NDC provavelmente foi causada por problemas econômicos, pois houve uma queda nos preços mundiais do cacau e do ouro, que eram os dois principais produtos de exportação do país, e pelo fato de que Rawlings, que tinha alta popularidade, não era mais candidato.

25.3 GUERRAS CIVIS E CORRUPÇÃO NA NIGÉRIA

À primeira vista, a Nigéria, que obteve sua independência em 1960, parecia ter vantagens em relação a Gana. Era um país potencialmente rico, pois haviam sido descobertos amplos estoques de petróleo no litoral leste. O primeiro-ministro era o competente e moderado *Sir Abubakar Tafawa Balewa*, assessorado pelo veterano líder nacionalista *Nnamdi Azikiwe*, que assumiu a presidência quando a Nigéria se tornou uma república, em 1963. Contudo, em 1966, o governo foi derrubado por um golpe militar, e no ano seguinte a guerra civil começou, durando até 1970.

(a) O que causou a guerra civil?

Uma combinação de fatores, citados na Seção 25.1, levou à deflagração.

- *As diferenças tribais da Nigéria eram mais graves do que as de Gana* e, embora a Constituição fosse federal, na qual cada uma das três regiões (norte, leste e oeste), achava que o governo central em Lagos não salvaguardava seus interesses o suficiente. Balewa vinha do norte muçulmano, onde as tribos hausa e fulani eram poderosas. Os iorubas do oeste e os ibos estavam sempre reclamando da dominação nortista, mesmo que Azikiwe também fosse ibo.
- *Para piorar as coisas, houve uma recessão econômica*. Em 1964, os preços aumentaram 15%, o desemprego era cres-

cente e os salários estavam, em média, bem abaixo do que tinha sido calculado como o mínimo para viver. As críticas ao governo cresciam e Balewa respondeu prendendo o Chefe Awolowo, primeiro-ministro da região oeste, que, pela primeira vez, parecia ter probabilidade de romper com a federação. O governo central também foi acusado de corrupção depois de tentar manipular de forma ostensiva os resultados das eleições de 1964.

- *Em janeiro de 1966, houve um golpe militar dado principalmente por oficiais ibo, no qual Balewa e alguns políticos importantes foram mortos.* Depois disso, a situação foi se deteriorando constantemente, no norte houve massacres selvagens dos ibos, que foram para a região em busca de empregos melhores. O novo líder, o general Ironsi, ele próprio um ibo, foi assassinado por soldados do norte. Quando um nortista, o coronel Yakubu Gowon, surgiu como líder supremo, quase todos os ibos fugiram de outras partes do país de volta ao leste, cujo líder, o coronel Ojukwu, anunciou a secessão (separação) da região Leste da Nigéria para se tornar o Estado independente de Biafra (maio de 1967). Gowon lançou o que descreveu como "ação policial cirúrgica breve" para trazer o leste de volta à Nigéria.

(b) A guerra civil

Foi necessário mais do que uma breve ação policial, já que os biafrenses reagiram e lutaram com vigor. Foi uma guerra cruel e terrível na qual Biafra perdeu mais civis por doenças e fome do que soldados mortos em combate (Ilustração 25.3). Nem a ONU, nem a Comunidade Britânica, nem a Organização de Unidade Africana conseguiram mediar, e os biafrenses resistiram até o fim à medida que tropas nigerianas fechavam o cerco por todos os lados. A rendição final veio em janeiro de 1970 e a unidade da Nigéria foi preservada.

(c) A recuperação depois da guerra foi muito rápida

Havia problemas prementes: falta de alimentos em Biafra, violência intertribal, desemprego e recursos econômicos desgastados pela guerra. Gowon mostrou consideráveis qualidades de estadista nessa situação difícil. Não houve vingança, como temiam os ibos, e Gowon fez todos os esforços de reconciliação com eles, convencendo-os a voltar a seus empregos em outras partes do país. Ele introduziu um novo sistema federal de 12 estados, mais tarde aumentados para 19, para dar mais reconhecimento às diferenças locais entre as tribos, uma atitude pragmática em um país com tanta diversidade étnica.* A Nigéria conseguiu tirar vantagem dos crescentes preços do petróleo em meados dos anos de 1970, que deram ao país uma posição saudável no balanço de pagamentos. *Em 1975, Gowon foi deposto por outro golpe do exército, que provavelmente pensava que ele pretendia devolver o país a um governo civil cedo demais.* A Nigéria continuou a prosperar e o exército cumpriu sua promessa de um retorno ao governo democrático em 1979. Foram realizadas eleições em que o presidente Shagari se tornou chefe de um governo civil. Com o petróleo da Nigéria em alta demanda no exterior, a prosperidade parecia garantida e as perspectivas para um governo estável eram muitas.

(d) A promessa não se cumpriu

Infelizmente, em seguida veio a decepção: em 1981, a economia entrou em dificuldades em função da queda nos preços do petróleo e o balanço comercial saudável de 1980 se transformou em um déficit em 1983. Embora tenha sido eleito para mais um mandato de quatro anos (agosto de 1983), Shagari foi derrubado por um golpe militar em dezembro seguinte. Segundo o novo líder, o *Major-General Bukhari*, o governo civil era culpado de

* N. de R.: A fragmentação das grandes regiões em unidades administrativas menores limitou o regionalismo e aumentou o centralismo.

Ilustração 25.3 Biafra: uma vítima de 15 anos da guerra civil e da falta de alimentos.

má gestão da economia, corrupção financeira e fraude eleitoral. Em agosto de 1985, Bukhari foi vítima de mais um golpe levado a cabo por um grupo rival de oficiais do exército que reclamava que ele não tinha feito o suficiente para reverter a redução na qualidade de vida, o aumento de preços, a escassez crônica e o desemprego.

O novo presidente, o *Major-General Babangida*, começou com muita energia, introduzindo o que chamou de campanha para "apertar o cinto" e anunciando planos para desenvolver um lado da economia não vinculado ao petróleo. Ele visava expandir a produção de arroz, milho, peixe, óleo vegetal e produtos de origem animal, e dar prioridade especial à

fabricação de aço e à montagem de veículos automotores. Seguindo o exemplo de Jerry Rawlings em Gana, ele declarou que seu governo militar não permaneceria no poder "um dia a mais do que fosse absolutamente necessário". Foi estabelecido um comitê de acadêmicos para produzir uma nova Constituição que "garantisse um mecanismo aceitável e indolor de sucessão". Definiu-se a data de outubro de 1990 para a volta ao governo civil. Outro revés veio em 1986, com mais uma grande redução nos preços do petróleo em junho, ao mínimo recorde de apenas 10 dólares o barril, representando um desastre para o governo, que tinha baseado seus cálculos orçamentários para 1986 em um preço de 23,50 dólares. Ele foi forçado a aceitar um empréstimo do Banco Mundial para que o programa de recuperação pudesse seguir adiante.

Apesar dos problemas econômicos, foram realizadas as eleições locais e estaduais prometidas em 1990 e 1991, e parecia haver uma boa chance de volta ao governo civil. Em junho de 1993, o Chefe Abiola venceu a eleição presidencial, mas Babangida anunciou que o pleito foi anulado por causa de irregularidades, embora a maioria dos observadores estrangeiros relatassem que a eleição foi realizada de forma justa e pacífica. *O General Sani Abacha, que vinha depois de Babangida na hierarquia, tomou o poder com um golpe sem derramamento de sangue* e Chefe Abiola foi preso posteriormente.

O governo de Abacha logo evoluiu para uma ditadura militar repressiva com a prisão e a execução de líderes oposicionistas, gerando condenação em todo o mundo (novembro de 1995). A Nigéria foi suspensa como membro da Comunidade Britânica e a ONU aplicou sanções econômicas. A maioria dos países parou de comprar petróleo nigeriano e a ajuda foi suspensa, o que representou mais reveses à economia. Enquanto isso, Abacha continuava aparentemente inabaladado, sustentando que entregaria o poder a um presidente eleito democraticamente em 1998, ou quando se sentisse pronto. Alguns grupos de oposição conclamaram à divisão do país em Estados separados, outros exigiam um sistema federal mais frouxo que lhes possibilitasse escapar ao terrível regime de Abacha. A corrupção continuava aumentando, e se diz que durante o período de Babangida no poder, desapareceram mais de 12 bilhões de dólares em receitas oriundas do petróleo, uma tendência que se manteve sob o governo de Abacha. Essas práticas tampouco se limitaram à elite política, havendo evidências de que em todos os níveis de atividade, o suborno era necessário para manter o sistema operando.

Parecia que o domínio dos militares continuaria indefinidamente. Então, em junho de 1998, Abacha morreu inesperadamente e foi substituído pelo general Abubakar, que prometeu a volta ao governo civil assim que fosse possível em termos práticos. Os prisioneiros políticos foram libertados e foi permitida a formação de partidos políticos em preparação para as eleições a serem realizadas em 1999. Surgiram três partidos principais: o *Partido Democrático Popular (People's Democratic Party, PDP)*, o *Partido de Todo o Povo (All People's Party)* e a *Aliança pela Democracia (Alliance for Democracy)*. A eleição presidencial realizada em fevereiro de 1999 foi declarada justa e livre por uma equipe de observadores internacionais, Olusegun Obasanjo, do PDP, foi declarado vencedor e assumiu como presidente em maio.

(e) A volta ao governo civil

O presidente Obasanjo se esforçou para fazer do governo civil um sucesso. Ele começou aposentando muitos dos militares que tiveram cargos na administração e introduziu restrições com vistas a eliminar a corrupção. A imagem internacional da Nigéria melhorou e o presidente norte-americano Clinton fez uma visita em 2000, prometendo ajuda para restaurar a infraestrutura do país, que foi desmanchada, mas as coisas não aconteceram com facilidade: havia violência religiosa e étnica e a economia não cumpria todo o seu potencial.

- *Havia violência esporádica entre diferentes grupos tribais*. Por exemplo, no estado de Nassarawa, em torno de 50.000 pessoas foram forçadas a fugir de suas casas depois de dois meses de luta entre a tribo dominante hausa e a minoria tiv.
- *O problema mais grave era a violência contínua entre muçulmanos e cristãos*. Sempre houve hostilidades entre eles, mas agora isso se complicava mais em função da questão da Charia, um sistema de direito islâmico que impõe punições severas, incluindo a amputação de membros e morte por lapidação. Por exemplo, para roubo, amputação da mão direita na primeira vez, do pé esquerdo na segunda, mão esquerda na terceira e assim por diante. Um homem do estado de Zamfara perdeu a mão direita por roubar o equivalente e 25 libras esterlinas. As punições são especialmente severas para com as mulheres: cometer adultério e engravidar fora do casamento podem acarretar uma sentença de morte por lapidação. No final de 2002, 12 dos 19 estados – os dos norte, predominantemente muçulmanos – tinham adotado o direito Charia em seus sistemas jurídicos. Ele só se aplicava aos muçulmanos, mas enfrentava a oposição de muitos cristãos, que a consideraram bárbara e medieval.

  Nos outros estados, de maioria cristã, houve choques violentos entre muçulmanos e cristãos. O presidente e o procurador-geral, ambos cristãos e sulistas, eram contrários à introdução do direito Charia, mas estavam em situação difícil. Com a eleição presidencial marcada para abril de 2003, eles não poderiam entrar em confronto com os estados do norte. Entretanto, o procurador-geral chegou a declarar o direito Charia ilegal por infringir os direitos dos muçulmanos ao lhes submeter a "uma punição mais severa do que seria imposta a outros nigerianos pelo mesmo crime". Em março de 2002, um tribunal de apelações cancelou a pena de morte imposta a uma mulher no estado de Sokoto por adultério, mas no mesmo mês, outra mulher, no estado de Katsina, foi condenada à morte por lapidação por ter um filho fora do casamento. No mesmo ano, um casal jovem foi sentenciado à morte por fazer sexo fora do casamento. Essas sentenças geraram fortes protestos internacionais, União Europeia e Estados Unidos expressaram sua preocupação, e o governo da Nigéria disse que se opunha totalmente a essas sentenças.
- Houve violência grave na cidade de Kaduna, ao norte, seguindo a infeliz decisão de realizar o concurso de Miss Mundo na Nigéria em dezembro de 2002. Muitos muçulmanos desaprovavam, mas em novembro apareceu uma matéria em um jornal de circulação nacional, *This Day*, que sugeria que o próprio profeta Maomé não se oporia a esse concurso de Miss Mundo e provavelmente teria escolhido uma esposa entre as concorrentes. Isso indignou a opinião muçulmana, as sedes do *This Day* em Kaduna foram destruídas pelos muçulmanos e algumas igrejas foram queimadas. Os cristãos retaliaram e mais de 200 pessoas morreram nos distúrbios que se seguiram. O concurso foi transferido para o Reino Unido e o vice-governador do estado de Zamfara emitiu uma fátua conclamando os muçulmanos a matar Isioma Daniel, o autor do artigo.
- No início de 2003, houve surtos de violência étnica na região do delta do rio Níger, no sul, o que era grave porque a região era importante produtora de petróleo. Três empresas petrolíferas estrangeiras foram forçadas a suspender as operações, e a produção total de Nigéria caiu em 40%.

Apesar desses problemas, o presidente Obasanjo teve uma vitória convincente nas eleições de abril de 2003, recebendo mais de 60% dos votos. Seu Partido Democrático Popular obteve maioria em ambas as casas do parlamento, mas as coisas não ficaram mais fáceis para ele: em julho, o país foi atingi-

do por uma greve geral em protesto contra grandes aumentos nos preços da gasolina. A violência entre cristãos e muçulmanos agora parecia ser uma característica permanente da vida na Nigéria. Em fevereiro de 2004, pelo menos 150 pessoas foram mortas no estado de Plateau, no centro do país, depois que muçulmanos atacaram uma igreja e os cristãos se vingaram. Estatísticas publicadas pela ONU mostraram que entre 66 e 70% da população estava vivendo na pobreza, comparados com 48,5% ainda em 1998. O mesmo problema básico continua: o mau uso da riqueza da Nigéria oriunda do petróleo. Em 2004, o país exportava petróleo há mais de 30 anos, com receitas superiores a 250 bilhões de dólares, mas as pessoas comuns tinham visto poucos benefícios, ao passo que as elites dominantes tinham amealhado imensas fortunas.

25.4 POBREZA NA TANZÂNIA

Tanganica se tornou independente em 1961 e, em 1964, a ilha de Zanzibar se uniu a ela para formar a Tanzânia. Era governada pelo Dr. Julius Nyerere, líder da *União Nacionalista Africana da Tanzânia (Tanzanian African Nationalist Union, TANU)*, que teve que lidar com problemas enormes:

- A Tanzânia era um dos países mais pobres de toda a África.
- Havia poucas indústrias, poucos recursos minerais e uma grande dependência da produção de café.
- Mais tarde, o país se envolveu em onerosas operações militares para depor o presidente Idi Amin, de Uganda, e deu ajuda e treinamento para guerrilheiros nacionalistas de países como o Zimbábue.
- Por outro lado, os problemas tribais não eram tão graves quanto em outros lugares, e o idioma suaíli proporcionava um vínculo comum.

Nyerere deixou a presidência em 1985 (aos 63 anos), embora permanecesse como presidente do partido até 1990. Ele foi sucedido na presidência por Ali Hassan Mwinyi, que tinha sido vice-presidente e que governou pelos 10 nos seguintes.

(a) A postura e as realizações de Nyerere

Sua postura era diferente da de qualquer outro governante africano. Ele começou de forma bastante convencional, expandindo a economia: durante os primeiros 10 anos de independência, a produção de café e algodão dobrou e a de açúcar triplicou, com a ampliação dos serviços de saúde e educação. Mas Nyerere não estava satisfeito porque a Tanzânia parecia estar se desenvolvendo na mesma linha do Quênia, com uma distância crescente entre uma elite rica e as massas ressentidas. Sua proposta de solução para o problema foi descrita em um documento notável conhecido como a Declaração de Arusha, publicado em 1967. O país seria governado segundo linhas socialistas.

- Todos os seres humanos deveriam ser tratados da mesma forma.
- O Estado deve ter controle efetivo dos meios de produção e deve intervir na vida econômica para garantir que as pessoas não sejam exploradas e que a pobreza e as doenças sejam eliminadas.
- Não deve haver grande acumulação de riqueza, caso contrário a sociedade não seria mais sem classes.
- O suborno e a corrupção devem ser eliminados.
- Segundo Nyerere, a Tanzânia estava em guerra e os inimigos eram a pobreza e a opressão. O caminho para a vitória não passava pelo dinheiro nem pela ajuda estrangeira, mas pelo trabalho esforçado e a independência. A prioridade era melhorar a agricultura para que o país pudesse ser autossuficiente na produção de alimentos.

Nyerere esforçou-se para colocar em prática esses objetivos: todas as empresas importantes, incluindo as de propriedade de estrangeiros, foram nacionalizadas e foram

introduzidos planos quinquenais de desenvolvimento. Os projetos habitacionais foram incentivados e receberam ajuda do governo, envolvendo *ujamaa* ("laços de família" ou autoajuda): as famílias de cada vila faziam um mutirão e trabalhavam em fazendas cooperativadas, unidades geralmente pequenas, mas viáveis, que operavam coletivamente e podiam usar técnicas mais modernas. Os empréstimos estrangeiros, bem como as importações, foram reduzidos a um mínimo para evitar cair em dívidas. Politicamente, o estilo de socialismo de Nyerere implicava um Estado de partido único governado pela TANU, mas ainda assim aconteciam eleições. Parecia haver alguns elementos de democracia genuína, já que os eleitores em cada distrito podiam escolher entre dois candidatos da TANU e cada eleição acabava com vários parlamentares perdendo suas cadeiras. O próprio Nyerere representava uma liderança digna e, com estilo de vida simples e completa indiferença à riqueza, dava o exemplo perfeito a ser seguido pelo partido e pelo país. Foi um experimento fascinante que tentou combinar orientação socialista centralizada com as tradições africanas de decisão em nível local, oferecendo uma alternativa à sociedade capitalista ocidental com sua busca de lucro, que a maioria dos outros países africanos parecia estar copiando.

(b) Sucesso ou fracasso?

Apesar das realizações de Nyerere, ficou claro, quando ele se afastou em 1985, que o sucesso de seu experimento foi, na melhor das hipóteses, limitado. Em uma conferência internacional sobre a Declaração de Arusha (em dezembro de 1986), o presidente Mwinyi apresentou algumas *estatísticas sociais impressionantes, que poucos países africanos poderiam igualar*: 3,7 milhões de crianças na escola primária, duas universidades que somavam mais de 4.500 alunos, uma taxa de alfabetização de 85%, 150 hospitais e 2.600 centros de saúde gratuitos, mortalidade infantil reduzida a 137 por mil, expectativa de vida de até 52 anos.

Contudo, outras partes da Declaração de Arusha não foram realizadas. A corrupção foi se infiltrando, pois muitos funcionários e dirigentes do governo não eram magnânimos como Nyerere. O investimento na agricultura era insuficiente e a produção ficava muito abaixo do esperado. A nacionalização das fazendas de sisal, feita na década de 1960, foi um fracasso – o próprio Nyerere admitiu que a produção caíu de 220.000 toneladas em 1970 para apenas 47.000 em 1984, e em maio de 1985, reverteu a nacionalização. A partir do final de 1978, a Tanzânia passou por dificuldades em função da queda nos preços mundiais de café e chá (o principal produto de exportação do país), do aumento dos preços do petróleo (o que consumia quase metade da receita das exportações) e as despesas da guerra contra Amin em Uganda (pelo menos 1 bilhão de libras esterlinas). Embora os preços do petróleo tenham começado a cair em 1981, em seguida veio o problema do quase colapso de suas outras exportações (gado, cimento e produtos agrícolas), que deixou o país sem divisas estrangeiras. Os empréstimos do Fundo Monetário Internacional só trouxeram mais um problema, o de como pagar os juros. O país estava longe de ser um Estado socialista e não era autossuficiente, que foram duas metas centrais da Declaração. O experimento socialista de Nyerere poderia ter funcionado bem em uma economia fechada, mas, infelizmente, a Tanzânia estava se tornando parte da "aldeia global", exposta aos caprichos da economia mundial.

Não obstante, Nyerere era merecidamente muito respeitado como africano e como estadista, como inimigo do *apartheid* na África do Sul e muito crítico da economia mundial e sua forma de explorar os países pobres. Ele cumpriu um papel fundamental na derrubada de Idi Amin, o brutal ditador que governou Uganda de 1971 a 1979. O prestígio de Nyerere estava em alta quando ele foi escolhido presidente da Organização de Unidade Africana (OUA) para o período 1984-1985.

(c) A Tanzânia depois de Nyerere

O sucessor de Nyerere, o presidente Mwinyi, embora tenha mantido inicialmente o sistema de partido único, começou a se afastar do controle governamental rígido, permitindo mais iniciativa privada e uma economia mista, além de aceitar ajuda do Fundo Monetário Internacional, que Nyerere sempre tinha evitado, Mwinyi foi reeleito para mais um mandato de cinco anos em 1990; em 1992, foi introduzida uma nova Constituição que permitia o sistema multipartidário. As primeiras grandes eleições democráticas aconteceram em outubro de 1995. Mwinyi teve que sair do cargo após dois mandatos como presidente. O partido governante, que agora se chamava Chama Cha Mapinduzi (CCP – o Partido da Revolução), apresentou Benjamin Mkapa como candidato à presidência, que teve uma vitória clara com 60% dos votos e 214 de 269 cadeiras no parlamento.

E economia da Tanzânia continuava frágil e dependente de ajuda externa, que muitas vezes vinha com condições desagradáveis. Em abril de 2000, por exemplo, o FMI anunciou um pacote de alívio das dívidas do país, mas uma condição era que os pais tinham que contribuir com parte dos custos da educação de seus filhos. Isso era totalmente fora da realidade em um país pobre como a Tanzânia e, consequentemente, o número de crianças nas escolas primárias decaiu muito. Ao mesmo tempo, havia eventos promissores. Em 1999, a primeira mina de ouro comercial da Tanzânia deu início à produção, e em 2000 começaram os preparativos para a mineração de tanzanita, uma pedra preciosa ainda mais rara do que os diamantes. Com a aproximação das eleições de 2000, o governo foi abalado por uma série de escândalos de corrupção envolvendo alguns de seus membros mais ricos e pelo sentimento nacionalista em Zanzibar, que queria mais liberdade em relação ao continente. Entretanto, os partidos de oposição eram desorganizados e pareciam nada ter para oferecer. O presidente e seu partido tiveram uma vitória esmagadora: Mkapa recebeu mais de 70% dos votos e o CCP conquistou cerca de 90% das cadeiras no parlamento. Observadores estrangeiros declararam que as eleições foram livres e justas, com exceção de Zanzibar, onde sempre havia queixas de fraude.

À medida que a Tanzânia entrava no século XXI, a economia começou a cumprir algumas de suas promessas. O país parecia estar rumo a se tornar o terceiro maior produtor de ouro do mundo em 2004; o investimento estrangeiro e o turismo aumentavam, o FMI e o Banco Mundial reduziram de bom grado o pagamento anual da dívida do país.

25.5 O CONGO/ZAIRE

(a) Como começou a guerra civil?

A Seção 24.6(b) explicou como os belgas de repente permitiram que o Congo se tornasse independente em junho de 1960, sem qualquer preparação adequada. Não havia grupo experiente de africanos a quem se pudesse entregar o poder. Os congoleses não foram educados para empregos profissionais, poucos tiveram qualquer tipo de educação e não eram permitidos partidos políticos. Isso não queira dizer que a guerra civil fosse inevitável, mas complicava ainda mais as coisas.

1. *Havia cerca de 150 tribos diferentes, que teriam dificultado a manutenção da unidade do Congo mesmo com administradores experientes.* Foram realizadas eleições violentas e caóticas em que o Movimento Nacional Congolês (MNC), liderado por um ex-funcionário do correio, Patrice Lumumba, surgiu como partido dominante, mas havia mais de 50 grupos diferentes. Era difícil chegar a qualquer tipo de acordo, mas, mesmo assim, os belgas entregaram o poder a uma coalizão de governo com Lumumba como primeiro-ministro e Joseph Kasavubu, líder de outro grupo, como presidente.
2. *Poucos dias depois da independência, começou um motim no exército congolês (julho de 1960)*, em protesto contra o fato de que todos os oficiais eram belgas e os africanos esperavam promoção

imediata. Lumumba não tinha meios para manter a lei e a ordem, e a violência tribal começou a se espalhar.

3. *A província de Katanga, no sudeste*, rica em jazidas de cobre, foi estimulada pela empresa belga que ainda controlava a indústria de mineração de cobre (*Union Minière du Haute-Katanga*), a se declarar independente sob o comando de Moise Tshombe. Essa era a parte mais rica do Congo, que o novo país não poderia se dar o luxo de perder. Lumumba, sem poder contar com seu exército amotinado, pediu ajuda à ONU para preservar a unidade congolesa e em pouco tempo chegou uma força de paz de 3.000 soldados.

(b) A guerra civil e o papel da ONU

Lumumba queira que as tropas da ONU forçassem Katanga a voltar a fazer parte do país, mas a situação era complexa. O presidente já tinha se tornado impopular com os norte-americanos e com os britânicos por expressar abertamente que era socialista. Os Estados Unidos, especialmente, consideravam-no um perigoso comunista que alinharia o Congo com a URSS na Guerra Fria. Muitos belgas preferiam uma Katanga independente, que eles teriam mais facilidade de influenciar, e queriam continuar no controle de sua indústria de mineração de cobre. Diante dessas pressões, o secretário geral da ONU, Dag Hammarskjöld, recusou-se a permitir um ataque das forças da organização a Katanga, ao mesmo tempo em que se recusava a reconhecer a independência do território. Descontente, Lumumba apelou para a ajuda dos russos, mas isso apavorou Kasavubu, que, apoiado pelo general Mobutu e incentivado pelos norte-americanos e pelos belgas, prendeu Lumumba. Posteriormente, ele e dois ex-ministros de seu governo foram muito agredidos e mortos por soldados belgas. O caos continuava e Hammarskjöld entendeu que era necessária uma ação mais decisiva por parte da ONU, e embora ele tenha morrido em um desastre de avião enquanto voava para Katanga para se encontrar com Tshombe, seu sucessor, U Thant, seguiu a mesma linha. Em meados de 1961, havia 20.000 soldados da ONU no Congo. Em setembro, eles invadiram Katanga e em dezembro de 1962, a província reconheceu o fracasso e acabou com sua secessão. Tshombe foi exilado.

Apesar do êxito, as operações da ONU foram caras, e em poucos meses todas as tropas foram retiradas. As rivalidades tribais agravadas pelo desemprego fizeram com que a desordem voltasse quase que imediatamente, e a calma só foi restabelecida em 1965, quando o general do exército congolês Joseph Mobutu, usando mercenários brancos e apoiado pelos Estados Unidos e pela Bélgica, esmagou toda a resistência e assumiu o governo ele próprio.

(c) O general Mobutu no poder

Provavelmente um forte governo autoritário era inevitável para que o Congo, com seus muitos problemas (economia subdesenvolvida, divisões tribais e falta de pessoas com instrução), permanecesse unido, e foi exatamente o que Mobutu proporcionou. Houve uma melhoria gradual nas circunstâncias à medida que os congoleses adquiriram experiência de administração e a economia começou a parecer mais saudável depois de todas as minas de propriedade europeia serem nacionalizadas.

Contudo, no final dos anos de 1970, houve mais problemas. Em 1977, Katanga (agora chamada de Shaba) foi invadida por rebeldes a partir de Angola, aparentemente estimuladas pelo governo angolano, ressentido com a intervenção anterior de Mobutu em seus assuntos (ver Seção 24.6(d)), e pela URSS, descontente com o apoio norte-americano a Mobutu. Essa era uma forma de a URSS tomar uma atitude contra os Estados Unidos, e mais uma extensão da Guerra Fria.

Tendo sobrevivido a esse problema, o Zaire (como o país se chamava desde 1971) se encontrava em dificuldades financeiras, principalmente em função da queda dos preços mundiais do cobre, e da seca que tornava necessária a importação de alimentos caros. Mobutu passou a sofrer cada vez mais críticas fora do Zaire por seu estilo autoritário de governo e sua imensa

fortuna pessoal. Em maio de 1980, a Anistia Internacional afirmava que pelo menos mil prisioneiros eram mantidos sem julgamento e que centenas morreram por causa de tortura e fome entre 1978 e 1979. Em 1990, ele permitiu um sistema multipartidário, mas com ele próprio acima da política, como chefe de Estado. Mobutu permaneceu no poder, mas em 1995, depois de 30 anos de governo, ele estava se tornando cada vez mais impopular entre o povo.

(d) Os Kabila e a volta da guerra civil

Em meados da década de 1990, crescia a oposição a Mobutu. No leste do Zaire, *Laurent Kabila*, que foi apoiador de Patrice Lumumba, organizou forças e começou a avançar rumo a Kinshasa, a capital. Em maio de 1997, Mobutu saiu do país e morreu mais tarde, exilado no Marrocos. Laurent Kabila se tornou presidente e mudou o nome de Zaire para República Democrática do Congo (RDC). Se o povo estava esperando mudanças profundas no sistema de governo, logo se decepcionou. Kabila deu continuidade a muitas das técnicas de Mobutu – políticos de oposição e jornalistas foram presos, partidos políticos, proibidos e eleições, canceladas. Alguns de seus próprios apoiadores começaram a se voltar contra ele. Os banyamulenge, um povo de origem tutsi, com muitas pessoas que haviam lutado no exército de Kabila, queixavam-se do que consideravam seu desfavorecimento em relação aos membros de sua própria tribo luba. Eles deram início a uma rebelião no leste* (agosto de 1998) e receberam apoio dos governos vizinhos de Uganda e Ruanda, enquanto os governos do Zimbábue, Angola e Namíbia apoiavam Kabila. Com forças de seis países envolvidas, o conflito logo adquiriu uma importância mais ampla do que uma guerra civil. Apesar das tentativas de negociação, as hostilidades se arrastaram para o século seguinte. Então, em janeiro do 2001, Kabila foi assassinado por um de seus guarda-costas, que foi morto a tiros imediatamente. Sua motivação não ficou clara, embora o assassinato tenha sido atribuído aos rebeldes.

O grupo governante decidiu declarar o filho de Kabila, Joseph, chefe dos militares congoleses, como próximo presidente. *Joseph Kabila* parecia mais conciliador do que seu pai, prometendo eleições livres e justas e anunciando que estava disposto a fazer a paz com os rebeldes. Dizia-se que, desde o início da guerra civil, quase 3 milhões de pessoas perderam a vida, a maioria de fome e doenças na região rebelde do leste. *Em pouco tempo surgiram sinais encorajadores*:

- As restrições aos partidos políticos foram suspensas (maio de 2001).
- A ONU concordou que sua missão de paz permanecesse na RDC, além de elogiar a retirada das tropas da Namíbia e conclamar outros países com forças ainda no país a fazer o mesmo.
- Foram assinados acordos de paz entre a RDC, Ruanda e Uganda (2002), com a África do Sul e a ONU de avalistas. Ambos os lados retirariam suas tropas da região leste do país, seria introduzido um sistema de poder compartilhado no qual Kabila permaneceria presidente, com quatro vice-presidentes escolhidos entre os vários grupos rebeldes. O governo de transição com poder compartilhado trabalharia para promover eleições em 2005.

O novo governo de transição foi formado em julho de 2003; o futuro parecia mais promissor do que tinha sido em muitos anos, embora a violência esporádica continuasse. Especialmente problemática era a província de Ituri, na região nordeste, onde havia choques entre as tribos hema e lendu.

25.6 ANGOLA: UMA TRAGÉDIA DA GUERRA FRIA

(a) A guerra civil ganha intensidade

A Seção 24.6(d) descreveu como Angola foi envolvida pela guerra civil imediatamente após conquistar a independência de Portugal,

* N. de R.: A região é rica em minerais estratégicos para setores de tecnologia de ponta.

em 1975. Parte do problema era que havia três movimentos de libertação diferentes, que começaram a lutar entre si assim que a independência foi declarada.

- O **MPLA** (Movimento Popular de Libertação de Angola) era um partido de estilo marxista que tentava atrair a todos os angolanos, independente da divisão de tribos. Foi o **MPLA** que afirmou ser o novo governo, com seu líder Agostinho Neto na presidência.
- A **Unita** (Frente Nacional pela Independência Total de Angola), com seu líder Jonas Savimbi, obtinha grande parte de seu apoio da tribo ovimbundu, no sul do país.
- A **FNLA** (Frente Nacional pela Libertação de Angola), muito mais fraca que os outros dois, recebia muito do apoio que tinha da tribo bakongo, no noroeste.

O alarme foi dado imediatamente nos Estados Unidos, que não gostava do que via no marxista MPLA. Sendo assim, os norte-americanos decidiram apoiar a FNLA (que também era apoiada pelo presidente Mobutu, do Zaire), fornecendo assessores, dinheiro e armamentos, e a incentivando a atacar o MPLA. A Unita também lançou uma ofensiva contra o MPLA e Cuba mandou tropas para ajudá-la, enquanto tropas sul-africanas, apoiando os outros dois grupos, invadiram Angola através da vizinha Namíbia no sul. O general Mobutu também mandou tropas do Zaire ao nordeste de Angola. Não restam dúvidas de que teria havido luta e derramamento de sangue de qualquer forma, mas a interferência externa e a extensão da Guerra Fria a Angola tornaram o conflito muito pior.

(b) Angola e Namíbia

O problema da Namíbia também complicou a situação. Situada entre Angola e África do sul, a Namíbia (anteriormente África do Sudoeste Alemã) foi entregue à África do Sul no final da Primeira Guerra Mundial, para ser preparada para a independência. O governo sul-africano branco tinha ignorado ordens da ONU e postergava tudo o que podia a entrega da Namíbia ao governo da maioria negra. O Movimento de Libertação da Namíbia, A *Organização Popular do Sudoeste da África (South West Africa People's Organization, Swapo)* e seu líder Sam Nujoma, começaram uma campanha guerrilheira contra a África do Sul. Depois de 1975, o MPLA permitiu que a Swapo usasse suas bases no sul de Angola, de forma que a hostilidade do governo sul-africano ao MPLA não surpreendia.

(c) Os Acordos de Paz de Lisboa (maio de 1991)

A guerra civil se arrastou por boa parte dos anos de 1980, até que mudanças nas circunstâncias internacionais trouxeram uma possibilidade de paz. Em dezembro de 1988, a ONU conseguiu organizar um acordo de paz, no qual a África do Sul concordava em se retirar da Namíbia desde que os 20.000 soldados cubanos saíssem de Angola. Esse acordo foi em frente: a Namíbia se tornou independente sob a liderança de Sam Nujoma (1990). O final da Guerra Fria e do domínio comunista no Leste Europeu deu fim a todo o apoio comunista ao MPLA, todas as tropas cubanas tinham saído em junho de 1991 e a África do Sul estava pronta para encerrar seu envolvimento. A ONU, a Organização de Unidade Africana (OUA), os Estados Unidos e a Rússia participaram do estabelecimento de conversações de paz entre o governo angolano do MPLA e a Unita em Lisboa (capital de Portugal). Acordou-se que deveria haver um cessar-fogo seguido de eleições, a ser monitorado pela ONU.

(d) O fracasso da paz

Inicialmente, tudo parecia ir bem: o cessar-fogo foi mantido e as eleições aconteceram em setembro de 1992. O MPLA teve 58% das cadeiras do parlamento (129), a Unita, apenas 31% (70 cadeiras). Embora o resultado da eleição presidencial tenha sido muito mais

apertado – o presidente do MPLA *José Eduardo dos Santos* recebeu 49,57% dos votos e Jonas Savimbi (Unita), 40,07% – ainda era uma vitória clara e decisiva para o MPLA.

Contudo, *Savimbi e a Unita se recusaram a aceitar o resultado*, alegando ter havido fraude, mesmo que as eleições tivessem sido monitoradas por 400 observadores da ONU. O líder da equipe da ONU relatou que a eleição foi, "em termos gerais, livre e justa". Tragicamente, a Unita, em lugar de aceitar com elegância a derrota, retomou a guerra civil, que passou a ser lutada com cada vez mais crueldade. No final de janeiro de 1994, a ONU informava que havia 3,3 milhões de refugiados e uma média de mil pessoas morria por dia, principalmente civis. A ONU tinha poucos funcionários em Angola para acabar com a luta. Desta vez, o mundo exterior não podia ser responsabilizado pela guerra civil, que era claramente culpa da Unita, mas muitos observadores culpavam os Estados Unidos por incentivá-la: pouco depois do acordo de Lisboa, o presidente Reagan se encontrou oficialmente com Savimbi nos Estados Unidos, o que lhe fazia parecer igual ao governo do MPLA, em vez de um líder rebelde. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos não tinham reconhecido oficialmente o MPLA como governo legal de Angola, mesmo depois das eleições. Só em maio de 1993, seis meses depois que a Unita retomou a guerra, os Estados Unidos finalmente reconheceram o governo do MPLA. Um cessar-fogo acabou sendo negociado em outubro de 1994 e se chegou a um acordo de paz em novembro. A Unita, que estava perdendo a guerra na época, aceitava o resultado da eleição de 1992, e em retorno, poderia participar do que seria, na prática, um governo de coalizão. No início de 1995, 7.000 soldados da ONU chegaram para ajudar a garantir o acordo e supervisionar a transição para a paz, mas, inacreditavelmente, Savimbi logo começou a romper os termos do acordo. Financiando suas forças com receitas da venda ilícita de diamantes, ele continuou lutando contra o governo até sua morte em 2002. *Durante seus 27 anos de existência, Angola não conheceu a verdadeira paz, e seu desenvolvimento foi gravemente prejudicado.* Era um país potencialmente próspero, rico em petróleo, diamantes e minerais. As terras altas no centro do país eram férteis, ideais para a pecuária e agricultura, e o café era um produto importante. Mas no final do século XX, a economia estava em desordem: a inflação chegava a 240%, a guerra era desastrosamente cara e a ampla maioria da população vivia na pobreza, enquanto políticos importantes enfrentavam acusações de corrupção em grande escala.

A situação mudou dramaticamente em fevereiro de 2002, quando Savimbi foi morto em uma emboscada, quase que imediatamente, os novos líderes da Unita demonstraram disposição para negociar. Em abril de 2002, foi assinado um cessar-fogo e os dois lados prometeram manter os termos do acordo de 1994. A Assembleia Nacional de Angola aprovou estender a anistia a todos os membros da Unita, incluindo soldados e civis. O acordo em geral seria monitorado pela ONU. Finalmente, com Savimbi fora do cenário, parecia haver uma chance verdadeira de paz e reconstrução em Angola.

25.7 GENOCÍDIO EM BURUNDI E RUANDA

Como o Congo, os belgas deixaram esses dois pequenos países completamente despreparados para a independência. Em ambos os Estados havia um mistura explosiva de duas tribos: tutsi e hutu. Os hutus eram a maioria, mas os tutsis eram o grupo dominante de elite. A palavra "tutsi" inclusive significa "ricos em gado", enquanto "hutu" quer dizer "servo". Houve tensões e escaramuças contínuas entre as duas tribos imediatamente depois da independência em 1962.

(a) Burundi

Houve uma série de revoltas de massa dos hutus contra os tutsis, que governavam, em 1972, e elas foram reprimidas de forma sel-

vagem, sendo mortos mais de 100.000 hutus. Em 1988, soldados hutus no exército do Burundi massacraram milhares de tutsis. Em 1993, o país realizou sua primeira eleição democrática e, pela primeira vez, foi escolhido um presidente hutu. Pouco depois, soldados tutsis mataram o novo presidente, em outubro de 1993, mas outros membros do governo hutu conseguiram escapar. Como os hutus saíram em represália matando tutsis, houve um massacre depois do outro. Cerca de 50.000 tutsis foram mortos e o país se desintegrou no caos. O exército acabou impondo um acordo em que o poder seria compartilhado: o primeiro-ministro seria um tutsi, o presidente, hutu, mas a maioria do poder estava concentrada nas mãos do primeiro.

A luta continuou durante 1996, e a Organização de Unidade Africana, que mandou uma força de paz (a primeira vez que tomava essa atitude), não conseguiu impedir os contínuos massacres e a limpeza étnica. A economia estava em ruínas, a produção agrícola foi bastante reduzida porque muito da população rural fugiu e o governo parecia não ter ideias para acabar com a guerra. *O mundo exterior e as grandes potências demonstraram pouca preocupação* – seus interesses não estavam envolvidos nem ameaçados – e o conflito no Burundi não recebia muita cobertura nos meios de comunicação do mundo. Em julho de 1996, o exército depôs o governo dividido, e o major Pierre Buyoya (um tutsi moderado) declarou-se presidente. Ele afirmava que esse não era um golpe normal, já que o exército tinha tomado o poder para salvar vidas, e teve muita dificuldade de pacificar o país. Vários ex-presidentes, como Julius Nyerere, da Tanzânia, e Nelson Mandela, da África do Sul, tentaram mediar, mas havia cerca de 20 grupos em guerra e era difícil reunir representantes de todos eles ao mesmo tempo. Em outubro de 2001, chegou-se a um acordo em Arusha (Tanzânia), com a ajuda de Mandela. Haveria um período de transição de três anos. Na primeira metade, Buyoya continuaria como presidente, com um vice-presidente hutu e, depois disso, um hutu seria presidente com um vice tutsi. Haveria uma força de paz internacional e as restrições à atividade política seriam suspensas. Mas nem todos os grupos rebeldes assinaram o acordo de Arusha, e a luta continuava, apesar da chegada das tropas de paz sul-africanas.

As perspectivas de paz melhoraram em dezembro de 2002, quando o principal partido rebelde hutu assinou finalmente o cessar-fogo com o governo. O presidente Buyoya manteve seu lado do acordo de Arusha, cedendo a presidência a Domitien Ndayizeye, um hutu (abril de 2003). O novo presidente logo conseguiu chegar a um acordo de compartilhamento de poder com o grupo rebelde hutu que restava, mas a paz continuava frágil.

(b) Ruanda

A guerra tribal iniciou em 1959, antes da independência, e chegou ao seu ápice em 1963, quando os hutus, temendo uma invasão tutsi do Burundi, massacraram milhares de tutsis ruandeses e derrubaram o governo tutsi. Em 1990, deflagrou-se a luta entre a rebelde Frente Patriótica Ruandesa (*Front Patriotique Rwandais – FPR*) dominada pelos tutsis, que tinha suas bases do outro lado da fronteira, em Uganda, e o exército oficial de Ruanda (dominado pelos hutus). Essa situação permaneceu indo e vindo até 1993, quando a ONU ajudou a negociar um acordo de paz em Arusha, na Tanzânia, entre o governo de Ruanda (hutu) e a FPR (tutsi): haveria um governo de base mais ampla, que incluiria a FPR; 2.500 soldados da ONU foram enviados para acompanhar a transição para a paz (outubro de 1993).

Por alguns meses, tudo parecia estar indo bem, e foi então que aconteceu o desastre. Os hutus mais extremistas se opunham ferrenhamente ao plano de paz de Arusha e ficaram chocados com o assassinato do presidente hutu do Burundi. Extremistas hutus, que tinham formado sua própria milícia (a *Interahamwe*), decidiram agir. A aeronave que transportava o presidente moderado de

Ruanda e o presidente do Burundi de volta de conversações na Tanzânia foi derrubada por um míssil, aparentemente disparado por esses extremistas, quando se aproximava de Kigali (capital de Ruanda), matando os dois presidentes (abril de 1994). Com o presidente morto, ninguém sabia ao certo quem estava no comando, e isso deu à *Interahamwe* a cobertura de que precisava para lançar uma campanha de genocídio. Seguiu-se a mais apavorante matança tribal, com hutus assassinando todos os tutsis que conseguissem encontrar, incluindo mulheres e crianças. Uma técnica preferida era persuadir os tutsis a se proteger em igrejas e depois destruir os prédios juntamente com os tutsis que se abrigavam neles. Até freiras e religiosos foram pegos no massacre.

A FPR, tutsi, respondeu retomando a luta e marchando sobre a capital. Observadores da ONU informaram que nas ruas de Kigali corria sangue, literalmente, e havia altas pilhas de cadáveres. A pequena força da ONU não estava preparada para lidar com a violência nessa escala e em pouco tempo se retirou. A guerra civil e o genocídio continuaram até durante o mês de junho, quando algo como meio milhão de tutsis tinha sido assassinado por forças governamentais e milícias hutu, numa clara tentativa deliberada e cuidadosamente planejada de varrer toda a população tutsi de Ruanda, com o apoio do governo hutu. A *Interahamwe* tampouco hesitou em assassinar hutus moderados que tentavam ajudar seus vizinhos tutsis. Além dos que foram mortos, cerca de um milhão de refugiados tutsis fugiram para os vizinhos Tanzânia e Zaire.

Enquanto isso, o restante do mundo, embora indignado e apavorado com a escala do genocídio, nada fez para acabar com ele. Em um livro recente, Linda Melvern mostra como os sinais de alerta do que estava para vir foram ignorados por todos os envolvidos na prevenção do genocídio. Ela afirma que a Bélgica e a França sabiam o que estava sendo planejado. Já na primavera de 1992, o embaixador belga disse a seu governo que extremistas hutus estavam "planejando exterminar os tutsis de Ruanda de uma vez por todas e esmagar a oposição interna hutu". A França continuou a fornecer armas aos hutus durante todo o genocídio. O presidente dos Estados Unidos, Clinton, sabia precisamente o que estava acontecendo, mas depois da humilhação da intervenção norte-americana na Somália em 1992, estava decidido a não se envolver. Linda Melvern fez muitas críticas à ONU, afirmando que o secretário-geral Boutros-Ghali conhecia bem Ruanda, estava ciente da situação, mas, sendo pró-hutu, recusou-se a permitir inspeções de armas e evitou enviar forças da ONU suficientes para lidar com o problema. Por outro lado, não foi apenas o Ocidente e a ONU que fizeram vista grossa à tragédia em Ruanda; a Organização de Unidade Africana nem condenou o genocídio, muito menos tentou impedi-lo, assim como nenhum outro país africano tentou qualquer atitude nem expressou condenação pública. Supõe-se que a atenção da África estava mais voltada à nova democracia da África do Sul do que em fazer parar o genocídio em Ruanda.

Em setembro, a FPR estava começando a obter controle. O governo hutu foi expulso e o governo tutsi da FPR se instalou em Kigali, mas o avanço em direção à paz foi lento. No final de 1996, esse novo governo ainda estava começando a fazer sentir sua autoridade em todo o país e os refugiados começaram a retornar. Com o tempo, chegou-se a um acordo para compartilhar o poder e um hutu moderado, Pasteur Bizimungu, tornou-se presidente e foi substituído pelo tutsi Paul Kagame quando renunciou em 2000.

Um dos problemas enfrentados pelo governo era que as cadeias estavam superlotadas, com bem mais de 100.000 prisioneiros esperando julgamento pelo genocídio de 1994. Simplesmente havia gente demais para os tribunais lidarem. Em janeiro de 2003, Kagame ordenou a libertação de cerca de 40.000 prisioneiros, embora tenha deixado claro que eles acabariam sendo julgados, gerando consternação entre muitos sobreviventes dos massacres, que ficaram apavorados com a pers-

pectiva de ficar frente a frente com as pessoas que tinham assassinado seus parentes.

Em 2003, introduziu-se uma nova Constituição que estabelecia a eleição de um presidente e um parlamento bicameral e outras medidas para evitar a repetição do genocídio. Nas primeiras eleições nacionais desde 1994, o presidente Kagame teve uma vitória arrasadora, com 95% dos votos (agosto de 2003), mas observadores relataram ter havido "irregularidades" em algumas zonas, e dois dos principais partidos de oposição foram proibidos. No entanto, finalmente, Ruanda parecia viver um período de relativa calma. Em fevereiro de 2004, o governo introduziu uma nova política de reconciliação: as pessoas que admitissem sua culpa e pedissem perdão antes de 15 de março de 2004 seriam libertadas (exceto os acusados de organizar o genocídio). Esperava-se que isso, assim como a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, ajudasse os ruandeses a resolver os traumas do passado e avançar para um período de paz e harmonia.

25.8 *APARTHEID* E GOVERNO DA MAIORIA NEGRA NA ÁFRICA DO SUL

(a) A formação da União da África do Sul

A África do Sul tem uma história complicada. Os primeiros europeus a se estabelecerem permanentemente por lá foram os membros da *Companhia Holandesa das Índias Orientais*, que fundaram uma colônia no Cabo da Boa Esperança em 1652. A região permaneceu como colônia holandesa até 1795, e durante esse tempo, os holandeses, que eram conhecidos como *afrikaners* ou *bôers* (que significa "agricultores"), foram tirando a terra dos africanos nativos e os forçando a trabalhar para eles, tratando-os pouco melhor do que escravos. Eles também trouxeram mais empregados da Ásia, Moçambique e Madagascar.

Em 1795, o Cabo foi capturado pelos Britânicos durante as Guerras Revolucionárias Francesas, e o acordo de paz de 1814 decidiu que deveria permanecer britânico. Muitos colonos britânicos foram para a Colônia do Cabo. Os colonos holandeses ficaram insatisfeitos sob o governo deles, principalmente quando este libertou todos os escravos do Império Britânico (1838). Os agricultores *boers* achavam que isso ameaçava sua sobrevivência, e muitos deles decidiram ir embora da Colônia do Cabo, mudaram-se para o norte (no que ficou conhecido como a... *Grande Viagem*) e fundaram suas próprias repúblicas independentes do Transvaal e do Estado Livre de Orange (1835-1840). Alguns também foram para a zona leste da Colônia do Cabo, conhecida como Natal. Na *Guerra dos Bôers (1899-1902)*, os britânicos derrotaram o Transvaal, o Estado Livre de Orange. Em 1910, as duas áreas se juntaram à Colônia do Cabo e Natal para formar a *União da África do Sul* (um domínio autônomo dentro do Império Britânico).

A população do novo país era mista:

Aproximadamente,

70% eram africanos negros, conhecidos como bantus;
18% eram brancos de origem europeia, dos quais 60% eram holandeses e o restante, britânicos;
9% eram de raça mista, conhecidos como "de cor";
3% eram asiáticos.

Embora fossem a ampla maioria da população, os africanos negros sofriam uma discriminação ainda maior do que os negros dos Estados Unidos.

- Os brancos dominavam a política e a vida econômica do novo país e, com apenas algumas exceções, os negros não podiam votar.
- Os negros tinham que fazer a maior parte do trabalho manual nas fábricas, nas minas de ouro e nas fazendas; os homens geralmente moravam em acomodações im-

provisadas, longe de suas esposas e filhos. Em geral, os negros tinham que morar em zonas reservadas para eles, afastadas das áreas residenciais brancas, e que representavam apenas cerca de 7% de toda a área total da África do Sul, não sendo suficientes para possibilitar aos africanos produzir alimentos para si e para pagar seus impostos. Os africanos negros não podiam comprar terrenos fora das reservas.

- O governo controlava os movimentos dos negros por um sistema de leis de passe. Por exemplo, um negro não poderia morar em uma cidade a menos que demonstrasse trabalhar para uma empresa de propriedade de brancos. Um africano não poderia deixar a fazenda onde trabalhava sem um passe de seu patrão, nem poderia pegar um novo emprego sem que seu patrão anterior o autorizasse oficialmente a sair. Muitos trabalhadores eram obrigados a permanecer em condições de trabalho difíceis, inclusive com patrões abusivos.
- As condições de vida e trabalho para os negros eram primitivas. Por exemplo, no setor de mineração de ouro, os africanos tinham que morar em instalações cercadas, para pessoas do mesmo sexo, às vezes com até 90 homens compartilhando um dormitório.
- Segundo uma lei de 1911, aos trabalhadores negros era proibido fazer greve e eles não podiam ter trabalhos especializados.

(b) O Dr. Malan introduz o *apartheid*

Depois da Segunda Guerra Mundial, houve mudanças importantes na forma como africanos negros eram tratados. No governo do primeiro-ministro Malan (1948-1954), foi introduzida uma nova política chamada de *apartheid* (separação), que tornava ainda mais rígido o controle sobre os negros. *Porque o apartheid foi introduzido*?

- Quando a Índia e o Paquistão se tornaram independentes em 1947, os sul-africanos brancos ficaram alarmados com a crescente igualdade racial dentro da Comunidade Britânica e estavam decididos a preservar sua supremacia.
- A maioria dos brancos, principalmente os de origem holandesa, era contrária à igualdade racial, mas os mais extremos eram os do *Partido Nacionalista Africâner (Afrikaner Nationalist Party) liderado pelo Dr. Malan*. Eles afirmavam que os brancos eram uma raça superior e que os não brancos eram seres inferiores. A Igreja Reformada Holandesa (a Igreja oficial da África do Sul) apoiava essa visão e citava passagens da bíblia que, segundo ela, provavam sua teoria. Isso estava muito fora de sintonia com o restante das Igrejas Cristãs, que acreditava em igualdade racial. A *Broederbond* era uma organização secreta africâner que trabalhava para proteger e preservar o poder desse grupo étnico.
- Os nacionalistas venceram as eleições de 1948 com promessas de resgatar os brancos da "ameaça negra" e preservar a pureza racial dos brancos, o que ajudaria a garantir a continuidade da supremacia branca.*

(c) O *apartheid* se aprofunda

O *apartheid* foi confirmado e aprofundado pelos primeiros ministros que se seguiram a Malan: Strijdom (1954-1948), Verwoerd (1958-1966) e Vorster (1966-1978).

As principais características do apartheid

1. Havia separação completa de negros e brancos, com a maior distância possível, em todos os níveis. Nas zonas rurais, os negros tinham que viver em reservas especiais; nas áreas urbanas, eles tinham distritos separados, construídos a determinada distância das zonas residenciais brancas. Se um distrito negro existente

* N. de R.: Durante o boom econômico da guerra, muitos negros haviam ido trabalhar nas cidades.

fosse considerado muito próximo a uma zona "branca", a comunidade toda era retirada e "reagrupada" em algum outro lugar para tornar a separação o mais completa possível. Havia ônibus, vagões, trens, cafés, banheiros, bancos de praça, hospitais, praias, áreas para piquenique, esportes e mesmo igrejas separadas. As crianças negras frequentavam escolas separadas e recebiam uma educação muito inferior. Mas o sistema tinha uma falha: *a separação completa era impossível porque a população não branca trabalhava em minas, fábricas e outras empresas de propriedade dos brancos*. A economia teria entrado em colapso se todos os não brancos fossem transferidos para as reservas. Além disso, praticamente todos os domicílios brancos tinham, pelos menos, dois empregados negros.

2. *Todas as pessoas recebiam uma classificação racial e uma carteira de identidade*. Havia leis de passe rígidas que faziam com que todos os africanos tivessem que permanecer em suas reservas ou em seus distritos a menos que estivessem viajando a uma zona branca para trabalhar, e nesse caso, recebiam passes. Caso contrário, qualquer deslocamento era proibido sem permissão policial.
3. *O casamento e as relações sexuais entre brancos e não brancos eram proibidos*, com vistas a preservar a pureza da raça branca. A polícia vigiava de forma ostensiva qualquer pessoa suspeita de romper as regras.
4. *A Lei do Autogoverno Bantu (Bantu Self-Government Act, 1959) estabeleceu sete regiões chamadas de bantustões*, baseadas nas reservas africanas originais. Afirmava-se que elas acabariam avançando para o autogoverno. Em 1969, foi anunciado que o primeiro bantustão, o Transkei, tinha se tornado "independente", mas o restante do mundo repudiou o fato, já que o governo sul-africano continuava a controlar a economia e os assuntos externos da região. A política como um todo foi criticada porque as zonas dos bantustões cobriam apenas 13% da área total do país. Mais de 8 milhões de negros foram amontoados nessas áreas relativamente pequenas, superpovoadas e incapazes de prover sustento adequado para as populações negras. Elas acabaram sendo muito pouco melhores do que favelas rurais, mas o governo ignorava os protestos e deu continuidade a sua política. Em 1980, mais duas "pátrias" africanas receberam a "independência", Bophuthatswana e Venda.
5. *Os africanos perderam todos os direitos políticos*, e sua representação, que tinha sido feita através de parlamentares brancos, foi abolida.

(d) Oposição ao *apartheid*

1 Dentro da África do Sul

Dentro da África do Sul, era difícil fazer oposição ao sistema. Qualquer um que se opusesse – incluindo os brancos – ou desrespeitasse as leis do *apartheid*, era acusado de ser comunista e punido com rigor segundo a Lei de Repressão do Comunismo *(Suppression of Communism Act)*. Os africanos não poderiam fazer greve e seu partido político, o *Congresso Nacional Africano (African National Congress, ANC)*, não tinha qualquer força. *Apesar disso, aconteciam protestos*.

- O chefe Albert Luthuli, líder do ANC, organizou uma campanha de protestos na qual os africanos negros paravam de trabalhar em determinados dias. Em 1952, eles tentaram romper com as leis, entrando em lojas e em outros lugares reservados aos brancos. Mais de 8.000 negros foram presos e muitos, açoitados. Luthuli perdeu sua condição de chefe e foi para a cadeia por um tempo, e a campanha foi suspensa.
- *Em 1955, o ANC formou uma coalizão com grupos asiáticos e de cor*, e em uma reunião de massas ao ar livre em Kliptown

(perto de Johannesburgo), mal tiveram tempo de anunciar uma carta pela liberdade antes de a polícia dispersar a multidão. A carta logo passou a ser o programa principal do ANC. Ela começava declarando: "A África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e nenhum governo pode reivindicar autoridade a menos que esteja baseado na vontade de todas as pessoas". Prosseguia, exigindo:

- Igualdade diante da lei.
- Liberdade de reunião, movimento, expressão, religião e imprensa.
- Direito a voto.
- Direito ao trabalho, com salário igual para trabalho igual.
- Jornada semanal de 40 horas, salário mínimo e seguro-desemprego.
- Atendimento de saúde gratuito.
- Educação gratuita, compulsória e igual.

- *Líderes de igrejas e missionários, negros e brancos, manifestaram-se contra o apartheid.* Entre eles, estavam pessoas como Trevor Huddleston, missionário britânico que trabalhava na África do Sul desde 1943.
- Mais tarde, o ANC organizou outros protestos, incluindo o boicote aos ônibus de 1957: em vez de pagar um aumento de passagens na rota entre seu distrito e Johannesburgo, a 15 quilômetros de distância, milhares de africanos foram e voltaram do trabalho caminhando por três meses, até que as tarifas fossem reduzidas.
- *Os protestos chegaram a um clímax em 1960, com uma imensa demonstração contra as leis de passe em Sharpeville*, um distrito africano perto de Johannesburgo. A polícia atirou contra a multidão, matando 67 africanos e ferindo muitos mais (Ilustração 25.4). Depois disso, 15.000 africanos foram presos e centenas de pessoas foram agredidas pela polícia. Esse momento representou um marco importante na campanha: até então, a maioria dos protestos tinham sido não violentos, mas esse tratamento brutal por parte das autoridades convenceu muitos líderes negros de que a violência só poderia ser enfrentada com violência.
- Foi lançado um pequeno grupo de ação do ANC, conhecido como *Umkhonto we Sizwe (Lança da nação)*, ou MK. Nelson Mandela (Ilustração 25.5) era um mem-

Ilustração 25.4 Cadáveres espalhados pelo chão depois do massacre de Sharpeville em 1960.

Ilustração 25.5 Nelson Mandela em 1962, antes de seu longo encarceramento.

bro destacado. O grupo organizou uma campanha de sabotagem de alvos estratégicos: em 1961, houve uma série de atentados à bomba em Johannesburgo, Port Elizabeth e Durban, mas a polícia logo reprimiu, prendendo a maioria dos líderes negros, inclusive Mandela, que foi condenado à prisão perpétua na Ilha de Robben. O chefe Luthuli ainda insistia nos protestos não violentos e, depois de publicar sua autobiografia *Let My People Go*, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ele morreu em 1967, e as autoridades afirmaram que ele se jogou na frente de um trem.

- *A insatisfação e os protestos voltaram a crescer na década de 1970* porque os salários dos africanos não acompanhavam a inflação. Em 1976, quando as autoridades do Transvaal anunciaram que o africâner (a língua falada pelos brancos de ascendência holandesa) deveria ser usada nas escolas africanas negras, aconteceram manifestações de massa em Soweto, um distrito negro perto de Johannesburgo. Embora houvesse muitas crianças e jovens na multidão, a polícia abriu fogo, matando pelo menos 20 africanos negros. Desta vez, os protestos não arrefeceram, e se espalharam por todo o país. Mais uma vez, o governo respondeu com brutalidade: nos seis meses que se seguiram, outros 500 africanos foram mortos, incluindo Steve Biko, um jovem líder africano que vinha demandando que as pessoas tivessem orgulho de sua condição de negros. Ele foi espancado pela polícia até a morte (1976).

2 Fora da África do Sul

Fora da África do Sul, havia oposição ao apartheid no restante da Comunidade Britânica. No início de 1960, o primeiro-ministro conservador britânico, Harold Macmillan, teve a coragem de criticar o sistema na Cidade do Cabo, falando sobre a força cada vez maior do nacionalismo negro: "Os ventos da mudança estão soprando pelo continente.... nossas políticas nacionais devem levar isso em

conta". Seus alertas foram ignorados, e pouco tempo depois, o mundo ficou horrorizado com o massacre de Sharpeville. Na Conferência da Comunidade Britânica de 1961, as críticas à África do Sul foram intensas e muitos achavam que o país seria expulso. No final, Verwoerd retirou a solicitação que a África do Sul tinha feito para ser membro permanente e o país deixou de ser membro (em 1960, ela tinha se tornado uma república em lugar de um domínio, cortando assim sua conexão com a coroa britânica, e por isso, o governo tinha que solicitar readmissão à Comunidade).

3 A ONU e a OUA

A Organização das Nações Unidas e a Organização de Unidade Africana condenaram o *apartheid* e foram especialmente críticas em relação à continuada ocupação sul-africana da África do Sudoeste (ver Seção 25.6(b)). A ONU aprovou um boicote econômico à África do Sul (1962), mas ele se mostrou inútil, porque nem todos os membros o apoiaram. Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Alemanha Ocidental e Itália condenavam o *apartheid* em público, mas continuavam fazendo comércio com a África do Sul. Entre outras coisas, vendiam enormes estoques de armas ao país, aparentemente com esperanças que ele fosse um bastião contra a expansão do comunismo na África. Consequentemente, Verwoerd (até ser assassinado em 1966) e seu sucessor Vorster (1966-1978) conseguiram ignorar os protestos do mundo exterior até boa parte da década de 1970.

(e) O fim do *apartheid*

O sistema do *apartheid* continuou sem fazer qualquer concessão aos negros, até 1980.

1 P. W. Botha

O novo primeiro-ministro, P. W. Botha (eleito em 1979), entendeu que nem tudo ia bem com o sistema e decidiu que deveria reformar o *apartheid*, abandonando alguns de seus aspectos mais impopulares em uma tentativa de preservar o controle para os brancos. *O que gerou essa mudança?*

- *As críticas do exterior* (da Comunidade Britânica, da ONU e da Organização de Unidade Africana) foram ganhando força. As pressões externas ficaram muito fortes em 1975 quando as colônias portuguesas de Angola e Moçambique governadas por brancos conquistaram a independência depois de uma longa luta (ver Seção 24.6(d)). O triunfo dos africanos africanos Zimbábue (1980) acabou com o último dos Estados comandados por brancos que tinham sido simpáticos ao governo da África do Sul e ao *apartheid*. Agora, o país estava cercado de Estados hostis e muitos africanos desses novos Estados tinham jurado jamais descansar até que seus semelhantes africanos na África do Sul fossem libertados.
- *Havia problemas econômicos* – a África do Sul foi atingida pela recessão no final da década de 1970 e muitos brancos estavam em pior situação. Os brancos começaram a emigrar em grandes quantidades, mas a população negra estava aumentando. Em 1980, os brancos perfaziam apenas 16% da população, quando haviam sido 21% entre as duas guerras mundiais.
- *As pátrias africanas eram um fracasso*: elas eram pobres, seus governantes eram corruptos e nenhum governo estrangeiro as reconheceu como Estados verdadeiramente independentes.
- *Os Estados Unidos*, que estavam tratando seus próprios negros melhor durante os anos de 1970, começaram a criticar as políticas racistas do governo da África do Sul.

Em um discurso em setembro de 1979 que deixou pasmos muitos de seus apoiadores nacionalistas, o recém-eleito primeiro-ministro Botha disse:

> A revolução na África do Sul não é mais uma possibilidade remota. Ou nos adap-

tamos ou pereceremos. A dominação branca e o *apartheid* imposto por lei são uma receita para o conflito permanente.

Ele prosseguiu, sugerindo que as pátrias negras deveriam ser tornadas viáveis e que a discriminação desnecessária deveria ser abolida. *Aos poucos, introduziu mudanças importantes que esperava que fossem suficientes para silenciar os críticos dentro e fora do país.*

- Os negros tiveram permissão para se associar aos sindicatos e fazer greve (1979).
- Os negros puderam eleger seus próprios conselhos locais por distrito (mas não votar em eleições nacionais) (1981).
- Foi introduzida uma nova Constituição, estabelecendo duas câmaras do parlamento, uma para pessoas de cor e outra para asiáticos (mas não para africanos). O novo sistema era formatado para que os brancos mantivessem controle geral. Ele entrou em vigor em 1984.
- As relações sexuais entre pessoas de raças diferentes foram permitidas (1985).
- As odiadas leis de passe para os não brancos foram abolidas (1986).

Isso era o mais longe que Botha estava disposto a ir. Ele nem cogitaria as reivindicações do ANC (direito de votar e participar integralmente do governo do país). Longe de serem conquistados com essas concessões, os africanos negros foram inflamados, pois a nova Constituição nada lhes dava e eles estavam determinados a não aceitar menos do que direitos políticos integrais.

A violência aumentou muito, com ambos os lados sendo responsáveis por excessos. O ANC usava o "colar", um pneu colocado em torno do pescoço da vítima e incendiado, para assassinar parlamentares e policiais negros que fossem considerados colaboradores do *apartheid*. No 25º aniversário de Sharpeville, a polícia abriu fogo contra uma procissão de negros enlutados que iam a um funeral perto de Uitenhage (Port Elizabeth), matando mais de 40 pessoas (março de 1985). Em julho, foi declarado estado de emergência nas áreas mais afetadas, estendendo-se a todo o país em junho de 1986. Isso deu aos policiais o poder de prender pessoas sem mandado e liberdade de qualquer ação penal. Milhares de pessoas foram presas e jornais, rádio e TV foram proibidos de cobrir manifestações e greves.

Entretanto, como acontece com muita frequência quando um regime autoritário tenta se reformar, foi impossível parar o processo de mudança (o mesmo aconteceu na URSS quando Gorbachov tentou reformar o comunismo). No final dos anos de 1980, as pressões sobre a África do Sul estavam tendo mais efeito e as atitudes internas tinham mudado.

- *Em agosto de 1986, a Comunidade Britânica (com exceção da Grã-Bretanha) concordou com um forte pacote de sanções* (fim dos empréstimos, vendas de petróleo, equipamento de informática ou produtos nucleares à África do Sul, e nada de contatos científicos nem culturais). A primeira-ministra britânica Margaret Thatcher só aceitava comprometer a Grã-Bretanha com uma suspensão voluntária de investimentos na África do Sul. Seu argumento era que graves sanções econômicas piorariam a situação dos negros africanos, que seriam mandados embora de seus empregos. Isso gerou descontentamento no restante da Comunidade em relação à Grã-Bretanha. Rajiv Gandhi, primeiro-ministro da Índia, acusou Thatcher de "comprometer princípios e valores básicos por fins econômicos".
- *Em setembro de 1986, os Estados Unidos entraram na briga* quando o Congresso aprovou (contra o veto do presidente Reagan) a interrupção dos empréstimos norte-americanos à África do Sul, o corte dos transportes aéreos e a proibição das importações de ferro, aço, carvão, têxteis e urânio sul-africanos.
- *A população negra já não era mais uma massa de trabalhadores sem instrução nem especialização.* O número de negros

bem-instruídos, com atividade profissional, de classe média, crescia constantemente, alguns deles com cargos importantes, como Desmond Tutu, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1984 e se tornou bispo anglicano da Cidade do Cabo em 1986.

- *A Igreja Reformada Holandesa, que havia apoiado o apartheid, agora o condenava como sendo incompatível com o cristianismo*. A maioria dos sul-africanos reconhecia que era difícil defender a exclusão total dos negros da vida política do país. Sendo assim, embora nervosos com o que poderia acontecer, eles se resignaram com a ideia de um governo da maioria negra em algum momento. Os moderados brancos estavam dispostos a fazer o melhor da situação e obter a melhor negociação possível.

2 F. W. de Klerk

O novo presidente, F. W. de Klerk (eleito em 1989), tinha reputação de cauteloso, mas em particular, tinha decidido que o *apartheid* teria que acabar completamente e aceitou que o governo de maioria negra acabaria acontecendo. O problema era como chegar a isso sem mais violência e uma possível guerra civil. Com grande coragem e determinação, e diante de forte oposição dos grupos de direita africâner, *de Klerk foi aos poucos levando o país rumo ao governo da maioria negra*.

- Nelson Mandela foi libertado, depois de 27 anos na cadeia (1990) e se tornou líder do ANC, agora legalizado.
- A maior parte das leis que restavam do *apartheid* foi abandonada.
- A Namíbia, o território vizinho comandando pela África do Sul desde 1919, tornou-se independente sob um governo negro (1990).
- Em 1991, tiveram início conversações entre o governo e o ANC para elaborar uma nova Constituição que daria direitos políticos integrais aos negros.

Enquanto isso, o ANC se esforçava para se apresentar como um partido moderado, que não tinha planos de fazer nacionalizações no atacado, e garantir aos brancos que eles estariam seguros e felizes. Nelson Mandela condenou a violência e conclamou à reconciliação entre negros e brancos. As negociações foram longas e difíceis; de Klerk teve que enfrentar oposição direitista em seu partido nacional e de vários grupos racistas brancos extremos, que afirmavam que ele os tinha traído. O ANC se envolveu em uma luta pelo poder com outro partido negro, o *Partido da Liberdade Inkatha (Inkatha Freedom Party), Zulu, com base em Natal e liderado pelo chefe Buthelezi*.

3 Transição para o governo de maioria negra

Na primavera de 1993, as negociações tiveram êxito e foi formulado um mecanismo de poder compartilhado para conduzir a transição ao governo de maioria negra. Realizou-se uma eleição geral e o ANC teve quase dois terços dos votos. Como tinha sido acertado, assumiu um governo de coalizão entre ANC, Partido Nacional e Inkatha, com Nelson Mandela como o primeiro presidente negro da África do Sul, dois vice-presidentes, um branco e um negro (Thabo Mbeki e F. W. de Klerk), e o chefe Buthelezi como Ministro do Interior (maio de 1994). Um grupo africâner de direita liderado por Eugene Terreblanche continuou se opondo à nova democracia, prometendo provocar uma guerra civil, mas não conseguiu seus objetivos. Embora tenha havido violência e mortes, foi uma conquista importante, pela qual de Klerk e Mandela (Ilustração 25.6) merecem o crédito, que a África do Sul tenha sido capaz de avançar do *apartheid* ao governo da maioria negra sem guerra civil.

(f) Mandela e Mbeki

O governo enfrentava problemas enormes e se esperava que cumprisse as promessas do programa do ANC, principalmente melhorar

Ilustração 25.6 De Klerk e Mandela.

as condições da população negra. Foram implementados planos para elevar seu padrão de vida geral, em termos de educação, moradia, saúde, fornecimento de água e eletricidade e esgotos, mas a magnitude do problema era tamanha que seriam necessários muitos anos antes que os níveis apresentassem melhorias para todos. Em maio de 1996, foi acordada uma nova Constituição que entrou em vigor depois das eleições de 1999, a qual não permitia que os partidos minoritários participassem do governo. Quando isso foi revelado, (maio de 1996), os Nacionalistas imediatamente anunciaram que se retirariam do governo para fazer uma "oposição dinâmica, mas responsável". Com a aproximação do final do milênio, os principais problemas enfrentados pelo presidente eram agora como manter polí-

ticas financeiras e econômicas sólidas e atrair ajuda e investimentos estrangeiros. Os investidores potenciais hesitavam, esperando por evoluções futuras.

Uma das iniciativas mais bem-sucedidas de Mandela foi a *Comissão de Verdade e Reconciliação*, que examinou os abusos dos direitos humanos durante o regime do *apartheid*. Assessorada pelo *arcebispo Desmond Tutu*, a postura da comissão não era de vingança, e sim de conceder anistias. As pessoas eram estimuladas a falar abertamente, reconhecer seus crimes e pedir perdão. Essa foi uma das coisas mais admiráveis em relação a Mandela. Embora tenha ficado preso durante 27 anos pelo regime do *apartheid*, ele ainda acreditava em perdão e reconciliação. O presidente decidiu não concorrer à reeleição em 1999 – ele tinha quase 81 anos – e se aposentou com uma alta reputação, admirado quase que universalmente por sua capacidade de estadista e sua moderação.

Thabo Mbeki, que passou a ser líder do ANC e presidente depois da aposentadoria de Mandela, tinha a difícil tarefa de suceder a um líder tão carismático. Depois de vencer as eleições de 1999, Mbeki e o ANC tiveram que lidar com problemas cada vez maiores: a criminalidade aumentou muito, os sindicatos convocavam greves em protesto contra a perda de empregos, más condições de trabalho e o ritmo crescente da privatização. O crescimento econômico ficava mais lento: em 2001, foi de apenas 1,5%, comparado com 3,1% em 2000. O governo foi alvo de críticas específicas quanto à sua maneira de lidar com a epidemia de AIDS. Mbeki demorou a reconhecer que realmente havia uma crise e afirmou que a AIDS não estava necessariamente vinculada ao HIV, recusou-se a declarar estado de emergência, como exigiam os sindicatos e partidos de oposição, o que teria possibilitado que o país obtivesse remédios mais baratos, mas o governo não parecia disposto a gastar enormes quantidades de dinheiro nos medicamentos necessários. Houve alvoroço em outubro de 2001, quando um relatório afirmou que a AIDS era agora a principal causa de morte na África do Sul e que, se a tendência continuasse, pelo menos 5 milhões de pessoas morreriam dela até 2010.

Com a aproximação das eleições de 2004, havia muitos sinais positivos na nova África do Sul. As políticas do governo estavam começando a apresentar resultados: 70% dos domicílios negros tinham eletricidade, o número de pessoas com acesso a água pura tinha aumentado em 9 milhões desde 1994 e foram construídas cerca de 2.000 novas casas para pobres. A educação era gratuita e obrigatória, e muitos negros diziam sentir agora que tinham dignidade, em vez de ser tratados como animais, como acontecia durante o *apartheid*. O presidente tinha mudado de posição em relação à AIDS e o governo estava começando a implementar os programas necessários de educação e oferecer os remédios para controlar a epidemia. A situação econômica parecia melhor: a África do Sul estava diversificando suas exportações em vez de depender do ouro, o déficit orçamentário tinha diminuído muito e a inflação se reduzira a 4%. Os principais problemas ainda a superar, além da AIDS, eram os altos níveis de desemprego e criminalidade. Contudo, a África do Sul parecia estável e em condições de prosperar sob a liderança capaz do presidente Mbeki. Na eleição de abril de 2004, Mbeki foi eleito para um segundo e último mandato de cinco anos como presidente, e seu ANC teve uma vitória esmagadora, recebendo cerca de dois terços dos votos.*

25.9 SOCIALISMO E GUERRA CIVIL NA ETIÓPIA

(a) Haile Selassie

A Etiópia (Abissínia) era um Estado independente, governado desde 1930 pelo imperador Haile Selassie. Em 1935, as forças de Mussolini atacaram e ocuparam o país, forçando o imperador a se exilar. Os italianos anexaram

* N. de R.: Em 2008, foi afastado por seu partido e em 2009, foi eleito Jacob Zuma.

a Etiópia a suas colônias vizinhas da Eritreia e da Somália, chamando-as de África Oriental Italiana. Em 1941, com ajuda britânica, Haile Selassie conseguiu derrotar as fracas forças italianas e retornar à sua capital, Adis Abeba. O astuto imperador teve um grande êxito em 1952, quando convenceu a ONU e os Estados Unidos a permitir que ele assumisse o controle da Eritreia, dando a seu país um acesso ao mar que até então não tinha, mas *essa seria uma fonte de conflito por muitos anos*, já que os nacionalistas eritreus estavam muito revoltados com a perda da independência de seu país.

Em 1960, muitas pessoas estavam ficando cada vez mais impacientes com o governo de Haile Selassie, acreditando que poderia ter feito mais em termos políticos, sociais e econômicos para modernizar o país. Começaram rebeliões na Eritreia e na região de Ogaden, na Etiópia, onde uma boa parte da população era de nacionalistas somalis que queriam que seus territórios se unificassem com a Somália (que tinha conquistado a independência em 1960). Haile Selassie se agarrou ao poder, sem introduzir qualquer mudança radical, até os anos de 1970. Incentivada pela pobreza, seca e fome, a inquietação finalmente chegou ao ápice em 1974, quando alguns setores do exército se amotinaram. Os líderes formaram o Comitê coordenador das forças armadas e da polícia (conhecido pela abreviação Derg). Em setembro de 1974, o Derg depôs o imperador de 83 anos, que depois foi assassinado, e se instalou como novo governo. O Coronel Mengistu Hailé Mariam obteve controle completo da junta em 1977 e foi chefe de Estado até 1991.

(b) O Coronel Mengistu e o Derg

Mengistu e o Derg deram à Etiópia 16 anos de governo baseados em princípios marxistas. A maior parte da terra, indústrias, comércio, bancos e finanças foi assumida pelo Estado. Os opositores geralmente eram executados. A URSS considerou a chegada de Mengistu como uma excelente oportunidade de ganhar influência nessa parte da África e fornecia armamentos e treinamento para seu exército. Infelizmente, a política agrícola do regime se deparou com os mesmos problemas da coletivização de Stalin na URSS. Em 1984 e 1985, houve escassez terrível de alimentos e o desastre só foi evitado pela pronta ação de outros países, que enviaram suprimentos emergenciais de alimentos. *O principal problema de Mengistu era a guerra civil*, que se arrastou por todo o seu período no poder e engoliu seus escassos recursos. Apesar da ajuda da URSS, ele estava lutando uma batalha já perdida contra a Frente de Libertação Popular da Eritreia (*Eritrean People's Liberation Front*), a Frente de Libertação Popular de Tigre (*Tigray People's Liberation Front*) e a Frente Democrática Revolucionária do Povo da Etiópia (*Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front, EPRDF*). Em 1989, o governo perdeu o controle da Eritreia e de Tigre, e Mengistu admitiu que suas políticas socialistas tinham fracassado e renunciaria ao marxismo-leninismo. A URSS o abandonou. Em maio de 1991, com forças rebeldes fechando o cerco a Adis Abeba, Mengistu fugiu para o Zimbábue e os rebeldes assumiram o poder.

(c) A Frente Democrática Revolucionária do Povo da Etiópia (EPRDF)

O novo governo, enquanto mantinha alguns elementos de socialismo (principalmente o controle de recursos importantes pelo Estado) prometia democracia e menos centralização. O líder, *Meles Zenawi*, que era do Tigre, anunciou a introdução de uma federação voluntária das várias nacionalidades, o que significava que os grupos étnicos poderiam deixar a Etiópia se assim desejassem e preparava o caminho para a Eritreia declarar sua independência em maio de 1993. Era um problema a menos para o governo enfrentar, mas havia muitos outros. O mais grave era o estado da economia e outra terrível escassez de alimentos em 1994. Em 1998, iniciou a guerra entre Etiópia e Eritreia por disputas de fronteiras. Nem o tempo ajudava: na primavera de 2000,

não choveu pelo terceiro ano consecutivo, e havia ameaça de outra falta de alimentos. Embora tenha sido assinado um acordo de paz com a Eritreia em dezembro de 2000, as tensões permaneceram elevadas.

Os eventos em 2001 sugeriam que a Etiópia poderia dar a volta por cima, pelo menos economicamente. O primeiro ministro Zenawi e sua EPRDF, que tinham vencido com facilidade as eleições nacionais de maio de 2000, tiveram outra grande vitória nas locais de 2001. O Banco Mundial ajudou, cancelando quase 70% da dívida do país.

25.10 LIBÉRIA: UM EXPERIMENTO SINGULAR

(a) A história dos primeiros tempos

A Libéria tem uma história singular entre os países da África. Foi fundada em 1822, por uma organização chamada *American Colonization Society*, cujos membros consideravam uma boa ideia assentar escravos libertos na África, onde, por direito, eles deveriam ter vivido sempre. Eles persuadiram vários chefes locais a permitir que começassem uma colônia na África Ocidental. A formação inicial dos escravos libertos com vistas a prepará-los para dirigir seu próprio país foi realizada por norte-americanos brancos, liderados por Jehudi Ashmun. A Libéria recebeu uma Constituição baseada na dos Estados Unidos e a capital foi batizada de Monróvia em função de James Monroe, presidente norte-americano de 1817 a 1825. Embora o sistema parecesse democrático, na prática, só os descendentes de escravos libertos norte-americanos tinham direito de votar. Os africanos nativos que viviam na região eram tratados como cidadãos de segunda classe, como nas áreas colonizadas por europeus. Não houve tentativa dos países da Europa de tomar a Libéria, já que estava sob proteção dos Estados Unidos.

O país adquiriu uma nova importância durante a Segunda Guerra Mundial em função de seus seringais, que eram uma fonte de látex natural para os Aliados. Os Estados Unidos derramaram dinheiro no país e construíram estradas, portos e um aeroporto internacional em Monróvia. Em 1943, William Tubman, do *True Whig Party* – o único partido político importante – foi eleito presidente, depois foi reeleito repetidas vezes e permaneceu presidente até morrer, em 1971, pouco antes de ser eleito para o sétimo mandato. Ele presidiu um país pacífico em termos gerais, que se tornou membro da ONU e fundador da Organização de Unidade Africana (1963), mas a economia era precária, havia pouca indústria e a Libéria dependia muito de suas exportações de borracha e minério de ferro. Outra fonte de renda era permitir que os navios mercantes estrangeiros se registrassem com bandeira liberiana. Os proprietários queriam muito fazer isso porque as leis e regulamentos de segurança do país eram os mais negligentes no mundo, e as taxas de registro, as mais baixas.

(b) Ditadura militar e guerra civil

O presidente Tubman foi sucedido por seu vice, William Tolbert, mas durante o seu mandato, as coisas começaram a dar muito errado. Houve uma queda nos preços mundiais da borracha e do minério de ferro, e a elite dominante passou a ser criticada cada vez mais por sua corrupção. Surgiram grupos de oposição e em 1980 o exército deu um golpe, liderado pelo *primeiro sargento Samuel Doe*. Tolbert foi deposto e executado em público, junto com seus ministros, e Doe se tornou chefe de Estado. Ele prometeu uma nova Constituição e o retorno ao governo civil, mas não tinha pressa de abrir mão do poder. Embora tenham sido realizadas eleições em 1985, Doe certificou-se de que ele e seus apoiadores ganhassem. Seu regime cruel gerou uma oposição firme e surgiram vários grupos rebeldes. Em 1989, a Libéria estava envolvida em uma sangrenta guerra civil. Os exércitos rebeldes não eram disciplinados e realizavam matanças e saques indiscriminados. Em 1990, Doe foi capturado e morto, mas isso não pôs fim à guerra: dois dos grupos rebeldes, liderados por *Charles Taylor* e Prin-

ce Johnson, lutavam entre si pelo controle do exército. Ao todo, esse conflito devastador assolou o país durante sete anos. Surgiram novas facções rivais, países vizinhos intervieram para tentar trazer a paz e a Organização de Unidade Africana tentou intermediar conversações sob a coordenação do ex-presidente do Zimbábue, Canaan Banana, mas somente em 1996 chegou-se a um cessar-fogo.

As eleições realizadas em 1997 resultaram em uma vitória decisiva de Charles Taylor e do partido Frente Patriótica Nacional da Libéria (*National Patriotic Front of Liberia*). Ele tinha pela frente uma tarefa nada invejável: o país estava literalmente em ruínas, a economia totalmente em frangalhos e seu povo, dividido. E a situação não melhorou. Taylor logo entrou em conflito com outros países: os Estados Unidos criticavam seu histórico em termos de direitos humanos e a União Europeia alegava que ele estava ajudando os rebeldes em Serra Leoa. Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os norte-americanos o acusaram de proteger membros da al-Qaeda. Taylor negava tudo isso e acusava os Estados Unidos de tentar prejudicar seu governo. A ONU aprovou um boicote mundial ao comércio de diamantes liberianos.

Na primavera de 2002, o país estava novamente envolto em guerra civil, à medida que forças rebeldes no norte lançaram uma campanha para depor Taylor. Mais uma vez, as pessoas comuns sofriam de forma terrível: no final do ano, 40.000 tinha fugido do país e outras 300.000 só se mantinham vivas com aos alimentos enviados pela ONU. Em agosto de 2003, os rebeldes capturaram Monróvia e Taylor se refugiou na Nigéria.

25.11 ESTABILIDADE E CAOS EM SERRA LEOA

(a) Prosperidade e estabilidade no início

Serra Leoa se tornou independente em 1961, com *Sir Milton Margai* como líder e com uma Constituição democrática baseada no modelo britânico. *Era, potencialmente, um dos países mais ricos da África*, com valiosos depósitos de minério de ferro e diamantes, com a posterior descoberta de ouro. Infelizmente, o esclarecido e talentoso Margai, considerado amplamente como o pai fundador de Serra Leoa, morreu em 1964. Seu irmão, Sir Albert Margai, assumiu, mas na eleição de 1967, seu partido, o Partido Popular de Serra Leoa (*Sierra Leone People's Party – SLPP*) foi derrotado pelo Partido de Todo o Povo (*All People's Congress, APC*) e seu líder *Siaka Stevens*. Em uma prévia do que seria o futuro, o exército afastou o primeiro-ministro e instalou um governo militar, que completou um ano quando alguns setores do exército se amotinaram, prenderam seus oficiais e devolveram o poder a Stevens e seu APC. Stevens permaneceu na presidência até se afastar in 1985.

Serra Leoa teve paz e estabilidade sob o governo de Siaka Stevens, mas aos poucos a situação foi piorando em vários aspectos.

- A corrupção e a má gestão foram aumentando e a elite dominante enchia os bolsos à custa do povo.
- As jazidas de minério de ferro se esgotaram e o comércio de diamantes, suficiente para encher os cofres do Estado, caiu nas mãos de contrabandistas, que sugavam a maioria de seus lucros.
- Com o aumento das críticas ao governo, Stevens recorreu a métodos ditatoriais. Muitos adversários políticos foram executados e, em 1978, todos os partidos políticos foram proibidos, com exceção do APC.

(b) Caos e catástrofe

Quando deixou o cargo em 1985, Stevens teve o cuidado de nomear como seu sucessor outro homem forte, o comandante em chefe do exército, Joseph Momoh. Seu regime era tão intensamente corrupto e suas políticas econômicas tão desastrosas, que em 1992 ele foi deposto e substituído por um grupo autointi-

tulado Conselho de Governo Provisório Nacional (*National Provisional Ruling Council, NPRC*). O novo chefe de Estado, o *capitão Valentine Strasser*, acusou Momoh de levar o país a "uma pobreza permanente e uma vida deplorável", e prometeu restaurar a democracia verdadeira assim que fosse possível.

Infelizmente, o país já estava avançando para uma trágica guerra civil, que duraria até o século seguinte. Uma força rebelde chamada de Frente Unida Revolucionária (*Revolutionary United Front, RUF*) estava se organizando no sul, sob a liderança de Foday Sankoh, um ex-cabo do exército que, segundo Peter Penfold (ex-alto comissário britânico em Serra Leoa), "fazia lavagem cerebral em seus jovens seguidores com uma dieta de coerção, drogas e promessas fantasiosas de dar ouro". Suas forças vinham causando problemas desde 1991, mas a violência se intensificou. Sankoh rejeitava todos os apelos para negociar, e no final de 1994, o governo Strasser estava em dificuldades. No início de 1995, houve relatos de lutas cruéis em todo o país, embora Freetown (a capital) ainda permanecesse calma. Estima-se que 900.000 pessoas tenham sido expulsas de suas casas e pelo menos 30.000 se refugiaram na vizinha Guiné.

Em desespero, Strasser ofereceu realizar eleições democráticas e uma trégua com a RUF, o que gerou uma pausa na luta e preparações para as eleições em fevereiro de 1996, mas alguns setores do exército não estavam dispostos a abrir mão do poder para um governo civil, e alguns dias antes da eleição, depuseram-no. Mesmo assim, a votação aconteceu, embora tenha havido violência grave, principalmente em Freetown, onde 27 pessoas foram mortas. Havia relatos de soldados amotinados atirando em civis nas filas de votação e cortando as mãos de algumas pessoas que tinham votado. Apesar das intimidações, 60% do eleitorado votou. O Partido Popular de Serra Leoa (SLPP) teve a maior votação e seu líder, *Tejan Kabbah*, foi eleito presidente. Multidões celebraram em Freetown quando o exército entregou a autoridade ao novo presidente, depois de 19 anos de governo de partido único e militar. O presidente Kabbah prometeu dar fim à violência e ofereceu para se reunir com membros a RUF. Em novembro de 1996, ele e Sankoh assinaram um acordo de paz.

Quando parecia que a paz estava por voltar, o país foi jogado em mais caos quando um grupo de oficiais do exército tomou o poder (maio de 1997), forçando Kabbah a se refugiar na Guiné. O novo presidente, o major Johnny Paul Koroma, aboliu a Constituição e proibiu os partidos políticos. O país foi suspenso da Comunidade Britânica e a ONU impôs sanções econômicas até que o país voltasse à democracia, forças da Nigéria, em nome da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States, ECOWAS*) derrubaram o regime militar de Koroma e recolocaram Kabbah no poder (março de 1998).

Mas não era o fim do sofrimento de Serra Leoa. A RUF ressuscitou e recebeu a adesão de soldados leais a Koroma. Eles avançaram sobre Freetown, onde chegaram em janeiro de 1999. Seguiram-se os eventos mais terríveis da guerra civil: em um período de 10 dias, cerca de 7.000 pessoas foram mortas, milhares de outras foram estupradas e seus braços e pernas, decepados, um terço da capital foi destruído e dezenas de milhares ficaram desabrigados. Kabbah e Sankoh acabaram assinando um acordo de paz em Lomé, capital do Togo (julho de 1999), estabelecendo um sistema de poder compartilhado e dando anistia aos rebeldes. Isso gerou fortes críticas de grupos de direitos humanos em virtude das terríveis atrocidades cometidas por alguns dos rebeldes. O Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio de 6.000 soldados a Serra Leoa para supervisionar a implementação da paz. Em outubro de 2000, essa quantidade tinha aumentado para 20.000, já que muitos combatentes da RUF se recusavam a aceitar os termos do acordo e continuavam a causar destruição. O trabalho de desarmar era lento e difícil, mas a violência foi aos poucos diminuindo e se es-

tabeleceu algo parecido com a paz. Mas essa paz era frágil: a economia do país estava em ruínas, a infraestrutura precisava de reconstrução e em 2003, a ONU classificou o país como um dos mais pobres do mundo.

25.12 O ZIMBÁBUE SOB O COMANDO DE ROBERT MUGABE

(a) Um começo impressionante, 1980-1990

Robert Mugabe, primeiro ministro do recém-independente Zimbábue, foi um líder guerrilheiro firme, de opiniões marxistas. Ele logo demonstrou ser capaz de moderação e se comprometeu a trabalhar por reconciliação e unidade. Isso acalmou os receios dos fazendeiros e empresários brancos que tinham permanecido no Zimbábue e que eram necessários para que a economia se desenvolvesse. Mugabe formou um governo de coalizão entre seu partido, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), cujo principal apoio vinha do povo Shona, e da União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU), de Joshua Nkomo, apoiada pelo povo Ndebele em Matabeleland. Ele manteve a promessa feita na Conferência de Lancaster House (ver Seção 24.4(c)) de que os brancos teriam 20 cadeiras garantidas no parlamento de 100 membros. Foram implementadas medidas para aliviar a pobreza da população negra, como aumentos salariais, subsídios à alimentação e melhores serviços sociais, saúde e educação. Muitos observadores consideraram que em seus primeiros anos no poder, Mugabe mostrou ser um grande estadista e merecia crédito por manter a paz em seu país.

Porém, havia problemas a enfrentar. O mais grave, nos primeiros anos, era *a antiga hostilidade entre a ZANU e a ZAPU*. O povo shona, da ZANU, achava que a ZAPU poderia ter ajudado mais na luta pelo governo de maioria negra. A coalizão entre Mugabe e Nkomo era instável e, em 1982, o segundo foi acusado de planejar um golpe. Mugabe forçou-o a renunciar e muitos membros importantes da ZAPU foram presos. Os apoiadores de Nkomo em Matabeleland retaliaram com violência, mas foram reprimidos com brutalidade. Entretanto, a resistência continuou até 1987, quando os dois líderes chegaram a um acordo, o chamado Acordo de Unidade:

- A ZANU e a ZAPU, unificadas, adotaram o nome de União Nacional Africana do Zimbábue- Frente Patriótica (ZANU-PF);
- Mugabe tornou-se presidente executivo e Nkomo, vice-presidente em um sistema de poder compartilhado;
- As cadeiras reservadas aos brancos no parlamento foram abolidas.

O outro foco de preocupação era o estado da economia. Embora, em anos de boas safras, o Zimbábue fosse considerado como a "cesta de pão do sul da África", o sucesso dependia muito do clima. Na década de 1980, houve mais períodos de seca do que era normal, e o país também sofreu com o alto preço mundial do petróleo. Estava ficando claro que, embora Mugabe fosse um político inteligente, suas habilidades econômicas não eram tão fortes. Desde o Acordo de Unidade de 1987, ele começou a levar o país para um sistema de partido único, mas isso foi frustrado quando Edgar Tekere formou seu Movimento de Unidade do Zimbábue (*Zimbabwe Unity Movement, ZUM*) em 1989. Mesmo assim, *em 1990, Mugabe ainda tinha imensa popularidade* e era considerado herói por grande parte da população por seu papel vital na luta pela liberdade. Em 1990, ele venceu a ZUM por larga margem de votos a eleição e foi reeleito presidente.

(b) A imagem do herói começa a ser manchada

Na década de 1990, os problemas econômicos do Zimbábue pioraram. Depois do colapso da URSS, Mugabe abandonou suas políticas marxistas e tentou seguir métodos de livre mercado. Ele aceitou um empréstimo do FMI e,

contra a opinião pública, concordou em seguir o Programa de Ajuste Estrutural Econômico imposto pelo Fundo, que envolvia cortes nos gastos públicos com serviços sociais e empregos. As dificuldades aumentaram em 1992, com uma grave seca, gerando uma safra ruim e escassez de alimentos. Houve muitos problemas quando centenas de fazendas de propriedade de brancos foram ocupadas. Cerca de 4.000 fazendeiros brancos permaneceram no país depois da independência, e entre todos, eram donos de metade da terra arável do país. O governo incentivou os ocupantes e a polícia não deu proteção aos fazendeiros. Consequentemente, as áreas ocupadas não foram cultivadas, aumentando o problema do abastecimento de alimentos. O desemprego e a inflação cresciam e a AIDS começou a preocupar.

No final dos anos de 1990, aumentava a agitação. A intervenção de Mugabe para ajudar o presidente Laurent Kabila na guerra civil da República Democrática do Congo não foi bem vista pela população, já que corriam muitos rumores de que sua principal motivação era proteger seus próprios investimentos pessoais naquele país. Em novembro de 1998, houve manifestações de protesto quando foi anunciado que Mugabe tinha dado grandes aumentos de salário a si próprio e aos membros de seu gabinete.

(c) Cresce a oposição

Próximo à virada do século, a oposição ao regime aumentou à medida que o governo de Mugabe se tornava mais repressivo e ditatorial.

- Em fevereiro de 2000, homens que afirmavam ser veteranos da guerra de independência deram início *à ocupação sistemática e violenta das fazendas dos brancos*, o que continuou pelos quatro anos seguintes, e era visivelmente uma política deliberada do governo. Quando o Reino Unido protestou, Mugabe afirmou que era culpa dos britânicos: eles tinham rompido a promessa (feita na Conferência de Lancaster House em 1979) de dar indenizações adequadas aos fazendeiros brancos. A Grã-Bretanha disse estar disposta a pagar mais indenizações desde que a terra confiscada fosse dada a agricultores comuns e não a membros da elite dominante de Mugabe.
- Outra determinação era que as eleições marcadas para 2000 fossem livres e justas. Em fevereiro daquele ano, *o povo havia rejeitado uma nova proposta de Constituição pró-Mugabe*, um indicativo claro de que sua popularidade tinha caído, o que provavelmente o levou a tomar quaisquer medidas necessárias para ganhar as eleições de junho. Embora tivesse concordado em que elas fossem livres e justas, ele aparentemente pouco fez para garantir que isso acontecesse. Houve muita violência e intimidação da oposição antes e durante a eleição, e os observadores internacionais fizeram muitas restrições. Mesmo assim, o resultado foi apertado: a ZANU-PF de Mugabe conquistou 62 cadeiras no parlamento de 150 membros, ao passo que o oposicionista Movimento pela Transformação Democrática (*Movement for Democratic Change, MDC*) ficou com 57. Mas como o presidente tinha direito a indicar 30 dos 150 membros, Mugabe manteve uma maioria confortável.
- *A ocupação à força das fazendas de propriedade dos brancos continuou durante 2001*, gerando mais protestos de parte do Reino Unido. Mugabe acusou o governo britânico de realizar uma campanha neocolonialista e racista, apoiando brancos contra negros. A disputa gerou reações variadas no restante do mundo. A maioria dos países africanos expressou sua simpatia e seu apoio a Mugabe. O presidente Mbeki, da África do Sul, por outro lado, afirmou que os confiscos de terras eram uma violação do estado de direito e deveriam parar, mas demandou uma postura conciliatória e se recusou a aplicar sanções econômicas ao Zimbábue, já que isso destruiria a economia já frágil. Os Estados Unidos, po-

rém, condenaram a política de Mugabe e impuseram sanções (fevereiro de 2002), a Comunidade Britânica expulsou o Zimbábue por um ano e o Banco Mundial cortou seu financiamento em função dos enormes atrasos nas dívidas do país, que tinham chegado a 380 milhões de dólares.

- Enquanto isso, *Mugabe tomou providências para amordaçar as críticas cada vez maiores às suas políticas para o Zimbábue*. Agora só havia um jornal independente, e seus jornalistas eram cada vez mais assediados e intimidados, assim como os membros do MDC. Morgan Tsvangirai, líder do MDC, foi acusado de tramar para derrubar o presidente e o governo aumentou o controle sobre a TV e o rádio. Quando o Supremo Tribunal se aventurou a criticar a política agrária de Mugabe, ele demitiu três dos juízes e os substituiu por outros, indicados por ele. Com a aproximação da eleição presidencial de março de 2002, as restrições ficaram ainda mais rígidas. As reuniões públicas foram proibidas, com exceção das reuniões dos apoiadores de Mugabe, e passou a ser crime "prejudicar a autoridade do presidente fazendo ou publicando declarações que provoquem hostilidade". Nenhum observador estrangeiro teve permissão para acompanhar as eleições no país.

Não foi surpresa quando *Mugabe venceu a eleição e foi empossado para mais um mandato de seis anos*, embora tivesse 78. Ele teve 56% dos votos enquanto Morgan Tsvangirai só conseguiu obter 42%. Tsvangirai questionou imediatamente o resultado, afirmando que era a maior fraude eleitoral que ele já tinha visto e reclamando de terrorismo, intimidação e assédio. As tensões cresceram quando ele exigiu que o Tribunal Superior cancelasse o resultado.

(d) O Zimbábue em crise

Rejeitando as acusações da oposição, *o presidente Mugabe declarou um "estado de desastre" (abril de 2002)* em função da situação alimentar. Toda a África central estava sofrendo os efeitos de uma seca prolongada e se esperava uma safra de metade do tamanho normal. Mesmo assim, Mugabe continuava com sua controversa política de confiscos de terras, embora os especialistas em agricultura indicassem que isso ameaçaria a safra vital de trigo de inverno.

Os protestos contra o governo continuaram de várias formas, assim como a repressão às críticas. Em fevereiro de 2003 a Copa do Mundo de Críquete foi realizada no Zimbábue. Na primeira partida do país, dois de seus jogadores, um negro e um branco, usaram tarjas pretas no braço, segundo eles, "como luto pela morte da democracia em nosso amado Zimbábue. Não podemos, de sã consciência, ir a campo e ignorar o fato de que milhões de nossos compatriotas estão passando fome, desempregados e oprimidos". Eles não voltaram a jogar pelo Zimbábue. Naquele mesmo mês, 21 líderes de Igrejas Cristãs foram presos quando tentaram apresentar um abaixo-assinado para que a polícia se comportasse com menos violência e mais consideração pelos direitos humanos.

Mas a oposição se recusava a ser silenciada. Em março, o MDC organizou um protesto de massas em todo o país, exigindo que Mugabe reformasse seu regime ou deixasse o cargo. Muitas fábricas, bancos e lojas fecharam, mas o governo desconsiderou, chamando de "ato de terrorismo". Houve relatos de que mais de 500 membros da oposição foram presos, entre eles, Gibson Sibanda, vice-presidente do MDC.

Nesse meio-tempo, houve várias tentativas de mediação. Os presidentes Mbeki, da África do Sul, e Obasanjo, da Nigéria, tentaram várias vezes convencer Mugabe a formar um governo de coalizão com o MDC, mas embora representantes de Mugabe e Tsvangirai tenham se reunido para negociar, não foi encontrada solução para o impasse. Em uma reunião de cúpula da Comunidade Britânica em Abuja (Nigéria), em dezembro de 2003, a questão que dominou a conferência foi cancelar ou não a suspensão do Zimbábue. Mugabe esperava dividir a Comunidade em brancos e negros, mas depois de

intensos debates, a maioria dos membros, incluindo muitos países africanos, aprovou a manutenção da suspensão. Muito decepcionado, Mugabe retirou seu país da organização.

A tragédia foi que, no verão de 2004, além da situação terrível dos direitos humanos, *a economia do país estava em estado de colapso*. Relatou-se que desde que começou o programa de reforma agrária, a produção agrícola tinha caído catastroficamente: em 2003, a lavoura de fumo foi reduzida a menos de um terço do que era em 2000. Pior ainda, a de trigo estava em menos de um quarto do que fora em 2000 e o número de cabeças de gado em fazendas comerciais caiu de 1,2 milhão para meros 150.000. Embora o governo afirmasse que 50.000 famílias negras foram assentadas em fazendas comerciais, a verdadeira quantidade era de menos de 5.000. Muitas das melhores fazendas foram dadas aos apoiadores do presidente e vastas quantidades de terra fértil estavam improdutivas em função da escassez de sementes, fertilizantes e máquinas agrícolas. Em maio de 2004, a taxa de desemprego era de mais de 70% e a inflação passava dos 600%, uma das mais altas do mundo. A decisão da UE de dar continuidade à sanções por mais um ano nada fez para remediar a situação. Como de costume, a principal vítima foi o povo pobre, oprimido e negligenciado do Zimbábue.

Apesar de tudo isso, o partido de Mugabe, ZANU-PF, teve uma vitória clara nas eleições parlamentares de abril de 2005, conquistando 78 cadeiras entre as 120 disputadas. O MDC, de oposição, só conseguiu 41 cadeiras. Somando as 30 que podia preencher com suas próprias nomeações, o presidente teria a maioria de mais de dois terços necessária para alterar a Constituição. Um sorridente Mugabe disse que deixaria o cargo quando tivesse "cem anos". Houve menos violência do que durante as duas eleições anteriores, e os observadores sul-africanos disseram que o processo foi livre e justo, mas o MDC e muitos observadores europeus afirmavam que houve muitos abusos, fraudes e intimidações de eleitores, e acusavam o governo da África do Sul de fazer vista grossa à fraude para não incentivar o MDC a recorrer à violência, pois isso desestabilizaria a fronteira da África do Sul com o Zimbábue. Na verdade, o líder do MDC, Morgan Tsvangirai, decidiu não questionar legalmente os resultados e rejeitou apelos à resistência armada. Como publicou o jornal UK Times: "Seria bravo o grupo que enfrentassem abertamente os assassinos do ZANU-PF".

25.13 A ÁFRICA E SEUS PROBLEMAS NO SÉCULO XXI

Em novembro de 2003, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, reclamou que desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a atenção do mundo tinha se concentrado na guerra ao terrorismo e a África e seus problemas foram, se não exatamente esquecidos, com certeza, negligenciados. Os recursos que poderiam ter ido para ajudar a África foram desviados para o Afeganistão e, mais tarde, para o Iraque, que se revelou um problema muito mais difícil do que o esperado para os Estados Unidos. Ele fez um apelo por 3 bilhões de dólares (cerca de 1,8 bilhão de libras esterlinas) para ajudar a oferecer serviços básicos como comida, água, suprimentos de saúde e abrigo, apontando que, em comparação, o Congresso norte-americano tinha aprovado 87 bilhões de dólares para a reconstrução do Iraque.

Nada menos do que 17 países da África estavam passando por crises de vários tipos. A ONU classificou a do *Sudão* como sendo provavelmente a pior. Desde 1956, o sul do Sudão era assolado pela guerra civil entre o governo dominado pelos árabes e as tribos africanas, que achavam que não estavam recebendo tratamento justo. Os enfrentamentos terminaram em 2002, mas a paz era frágil, e em fevereiro de 2003, grupos rebeldes de tribos africanas na região de Darfur pegaram em armas contra o governo na luta por mais terras e recursos. Milícias árabes favoráveis

ao governo retaliaram e pareciam estar travando uma campanha de limpeza étnica contra as pessoas de origem africana. O próprio governo nada fez para parar a violência. No verão de 2004, a situação na região de Darfur era caótica: cerca de 30.000 agricultores africanos foram mortos, entre 3 e 4 milhões de pessoas estavam desabrigadas e mais de 2 milhões necessitavam com urgência de comida e tratamento médico. Para piorar as coisas, anos consecutivos de seca e enchentes destruíram o ganha-pão de dezenas de milhares de pessoas e as condições de vida eram descritas como péssimas. A infraestrutura estava em ruínas, com muitas escolas e hospitais destruídos, não havia eletricidade, o nível de enfermidades era muito elevado e o comércio dependia de escambo. A ONU e outras agências tentavam desesperadamente atender às necessidades básicas de sobrevivência, eram jogados alimentos de aviões, pois não havia estradas em boas condições. Todo o sul estava desesperadamente atrasado e subdesenvolvido, mesmo com o país tendo muitos recursos valiosos que não estavam sendo explorados integralmente (o solo era fértil e irrigado pelo Nilo). Cultivando bem, seria fácil fornecer comida suficiente para a população, e havia grandes quantidades de petróleo.

As esperanças de melhoria aumentaram em agosto de 2004, quando a União Africana deu início a uma missão de paz. Em janeiro de 2005, representantes do Movimento Popular de Libertação do Sudão (*Sudan People's Liberation Movement*) e o governo Cartum assinaram um acordo de paz em Nairóbi, capital do Quênia. Acertou-se que o sul do Sudão seria autônomo por seis anos, quando haveria um referendo para decidir se a região permaneceria como parte do país. Todavia, o novo acordo parecia ter pouco efeito em Darfur, onde os enfrentamentos continuavam.

A *Eritreia* estava sofrendo o quarto ano consecutivo de seca. As planícies outrora férteis estavam estéreis e o vento varria o solo arável. A safra foi de apenas 10% do normal e estima-se que 1,7 milhão de pessoas não tinham como se alimentar. O governo, uma ditadura de partido único, parecia obcecado com a construção de um grande exército para o caso de uma recorrência da guerra de fronteiras com a Etiópia. Infelizmente, além de consumir todos os recursos, isso também tirava os homens das fazendas, onde eles eram necessários para lavrar a terra e trazer água.

A *Tanzânia* tinha o problema de como lidar com centenas de milhares de refugiados das guerras no Burundi e na República Democrática do Congo. Da mesma forma, na África Ocidental, as regiões de fronteira da *Guiné* estavam abarrotadas de refugiados dos vizinhos *Serra Leoa* e *Libéria*. A África do Sul estava sentindo os efeitos da seca. O *Malaui* foi muito afetado: em janeiro de 2003, o governo declarou uma emergência nacional depois de uma seca e do fracasso da safra de milho. Depois, tempestades e chuvas pesadas devastaram pontes e inundaram os campos próximos aos rios; em abril, o Programa Mundial de Alimentos dizia estar alimentando 3,5 milhões de malauis – um terço da população. *Lesoto*, *Moçambique* e *Suazilândia* passavam por problemas semelhantes. A perspectiva para o futuro não era estimulante: os especialistas previam que, a menos que o aquecimento global pudesse ser controlado, as secas ficariam cada vez piores e algumas partes da África poderiam se tornar inabitáveis (ver seção 26.5). Além de tudo isso, todos os países estavam sofrendo, em diferentes níveis, da epidemia de HIV/AIDS (ver Seção 27.4). Na verdade, embora o Ocidente esteja compreensivelmente obcecado com a ameaça do terrorismo, os africanos estão mais preocupados com a AIDS, já que, em geral, ela afeta as gerações mais ativas, o grupo etário de 20 a 50 anos.

Por outro lado, houve eventos animadores no plano político. Em uma conferência de cúpula da Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África (*Southern African Development Community, SADC*) realizada nas Ilhas Maurício em agosto de 2004, foi elaborada uma nova carta de regulamentações para conduzir eleições democráticas, incluindo uma imprensa livre, o fim das fraudes eleitorais

e de violência e intimidação. Deve haver um compromisso dos presidentes de se submeter à reeleição quando acabasse seu mandato e de não usar a força armada para se manter no poder. Como demonstração de boa fé, os presidentes de Tanzânia, Moçambique e Namíbia indicaram que deixariam os cargos em breve.

PERGUNTAS

1. Nelson Mandela e a campanha antiapartheid na África do Sul

Estude a fonte e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trechos de um discurso de Nelson Mandela em 1964, durante seu julgamento por sabotagem.

> Nossa luta é contra dificuldades reais, e não imaginárias, ou, para usar a linguagem do promotor, as "ditas" dificuldades. Lutamos contra duas características definidoras da vida dos africanos na África do Sul, e que estão enraizadas através de legislação que queremos ver terminada. Essas características são a pobreza e a falta de dignidade humana.
>
> Os brancos desfrutam do que pode muito bem ser o mais elevado padrão de vida do mundo, ao passo que os africanos vivem na pobreza e no sofrimento.... Mas os africanos não reclamam apenas de serem pobres enquanto os brancos são ricos, e sim de que as leis feitas pelos brancos são voltadas a preservar essa situação. Há duas maneiras de se libertar da pobreza. A primeira é pela educação formal e a segunda é o trabalhador adquirindo mais qualificação. No que diz respeito aos africanos, esses dois caminhos de crescimento são deliberadamente barrados pela legislação. O outro grande obstáculo ao crescimento econômico dos africanos é a barreira de cor na indústria, pela qual todos os melhores empregos são reservados aos brancos.
>
> Acima de tudo, senhor, queremos direitos políticos iguais, porque, sem eles, nossas deficiências serão permanentes.... É um ideal que eu espero ver realizado. Mas, senhor, se for preciso, é um ideal pelo qual eu estou disposto a morrer.

Fonte: Citado em Brian MacArthur (org.), *The Penguin Book of Historic Speeches* (Penguin, 1996).

(a) O que se pode aprender da fonte sobre as queixas dos africanos negros na África do Sul, e o que eles esperavam conquistar em sua campanha?

(b) Explique por que a campanha dos negros contra o *apartheid* teve pouco sucesso até 1978.

(c) Por que o *apartheid* foi sendo eliminado gradualmente no período entre 1978 e 1993?

2. O quanto você considera correto descrever Angola como "uma vítima da Guerra Fria" nos anos entre 1975 e 2002?
3. Explique por que Robert Mugabe era considerado um herói no Zimbábue entre 1980 e 1990, mas teve que enfrentar cada vez mais oposição depois de 1990.

PARTE VI

PROBLEMAS GLOBAIS

A Economia Mundial em Mudança Desde 1900

26

RESUMO DOS EVENTOS

Durante grande parte do século XIX, a Grã-Bretanha esteve à frente do restante do mundo em produção industrial e comércio. No último quarto do século, a Alemanha e os Estados Unidos começaram a alcançá-la e, em 1914, *os Estados Unidos eram a principal nação industrial do mundo*. A Primeira e a Segunda Guerras causaram mudanças importantes na economia do mundo. Os Estados Unidos foram quem mais ganhou economicamente com as duas guerras e passaram a ser dominantes, como a nação mais rica do mundo. Enquanto isso, a economia da Grã-Bretanha declinava lentamente, não sendo ajudada pelo fato de ter ficado fora da Comunidade Europeia até 1973.

Apesar dos percalços, *a tendência geral era os países relativamente industrializados ficarem mais ricos, enquanto as nações mais pobres da África e da Ásia (conhecidas como Terceiro Mundo)*, a maioria das quais foi colônia dos países europeus, ficassem ainda mais pobres. Contudo, alguns países do Terceiro Mundo começaram a se industrializar e ficaram mais ricos, o que gerou uma divisão no bloco do Terceiro Mundo. No último quarto do século XX, novos eventos passaram ao primeiro plano. A produção industrial e alguns setores de serviços começaram a se deslocar das nações ocidentais para países como a China e a Índia, onde a mão de obra era muito mais barata. *Os sistemas econômicos ocidentais davam sinais de problemas*, e havia polêmicas sobre qual era o tipo mais bem-sucedido de economia, o modelo norte-americano ou o europeu. O *aquecimento global*, causado pela emissão de gases como dióxido de carbono, produziu mudanças problemáticas no clima, que ameaçavam prejudicar mais aos países pobres, que tinham menos condições de enfrentá-las.

26.1 MUDANÇAS NA ECONOMIA MUNDIAL DESDE 1900

Em um certo sentido, em 1900 já havia uma única economia mundial. Alguns países industrializados, principalmente os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, forneciam os bens manufaturados do mundo, enquanto o restante fornecia matérias primas e alimentos (conhecidos como "produtos primários"). Os Estados Unidos tratavam a América Latina (principalmente o México) como uma área de "influência", da mesma forma com que os países europeus tratavam suas colônias na África e em outros lugares. As nações europeias geralmente decidiam o que deveria ser produzido em suas colônias: os britânicos garantiam que Uganda e Sudão plantassem algodão para sua indústria têxtil, os portugueses faziam o mesmo em Moçambique. Eles estabeleciam os preços pelos quais os produtos coloniais seriam vendidos no valor mais baixo possível. Em outras palavras, como disse o historiador Basil Davidson (ver leituras complementares para os Capítulos 24

e 25): "Os africanos tinham que vender barato e comprar caro". *O século XX trouxe algumas mudanças importantes*:

(a) Os Estados Unidos se tornaram a potência industrial dominante e o restante do mundo ficou mais dependente deles

Em 1880, a Grã-Bretanha produzia mais ou menos o dobro de carvão e ferro-gusa do que os Estados Unidos, mas em 1900, os papéis se inverteram: os Estados Unidos produziam mais carvão do que a Grã-Bretanha e cerca de o dobro de ferro-gusa e aço. Essa dominação crescente continuou durante todo o século: em 1945, por exemplo, a renda dos norte-americanos era duas vezes maior do que a dos britânicos e sete vezes do que a dos russos. Nos 30 anos seguintes, a produção dos Estados Unidos quase dobrou novamente. *Quais foram as causas do sucesso norte-americano?*

1 A Primeira Guerra Mundial e o pós-guerra

A Primeira Guerra Mundial e o período posterior a ela deram um grande impulso à economia dos Estados Unidos (ver Seção 22.3). Muitos países que compraram produtos da Europa durante a guerra (como a China e os Estados da América Latina) não conseguiam manter seu suprimento em dia porque a guerra desorganizou o comércio. Isso fez com que comprassem os produtos dos Estados Unidos (e também do Japão) e, depois da guerra, eles continuaram a fazer isso. Os norte-americanos foram os vencedores econômicos da Primeira Guerra Mundial e se tornaram ainda mais ricos graças aos juros dos empréstimos de guerra que fizeram à Grã-Bretanha e a seus Aliados (ver Seção 4.5(c)). Só eles eram ricos o suficiente para fazer empréstimos que estimulassem a recuperação alemã nos anos de 1920, mas isso teve o efeito indesejado de aumentar os vínculos financeiros e econômicos da Europa com os Estados Unidos. Quando estes sofreram seu grande colapso (1929-1935) (ver Seção 22.6), a Europa e o restante do mundo também foram jogados na depressão. Em 1933, no fundo da depressão, cerca de 25 milhões de pessoas estavam sem trabalho nos Estados Unidos e uns 50 milhões no mundo todo.

2 A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial deixou os Estados Unidos na condição de maior potência industrial (e militar) do mundo. Os norte-americanos entraram no conflito relativamente tarde e sua indústria conseguiu fornecer materiais bélicos para a Grã-Bretanha e seus aliados. No fim da guerra, com a Europa estagnada economicamente, os Estados Unidos estavam produzindo 43% de todo o minério de ferro do mundo, 45% do aço bruto, 60% das locomotivas e 74% dos veículos automotores (ver Seção 22.7(e)). Quando a guerra terminou, a explosão industrial continuou com o redirecionamento da indústria aos bens de consumo, cujo abastecimento fora pouco durante a guerra. Mais uma vez, os Estados Unidos estavam ricos o suficiente para ajudar a Europa Ocidental, o que fizeram com o Plano Marshall (ver Seção 7.2(e)). Não era simplesmente que os norte-americanos quisessem ser gentis com a Europa; *eles tinham pelo menos dois outros motivos ulteriores*:

- uma Europa Ocidental próspera conseguiria comprar mercadorias dos Estados Unidos e assim, manter o grande *boom* norte-americano dos tempos de guerra;
- uma Europa Ocidental próspera teria menos probabilidades de virar comunista.

(b) Depois de 1945, o mundo se dividiu entre ao blocos capitalista e comunista

- *O bloco capitalista* consistia nas nações altamente desenvolvidas – Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Eles acreditavam na iniciativa privada e na proprieda-

de privada da riqueza, com o lucro como a grande influência motivadora e, de preferência, um mínimo de interferência do Estado.

- *O bloco comunista* consistia na URSS, seus Estados-satélites no Leste Europeu e, mais tarde, a China, a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte. Eles acreditam em economias com planejamento centralizado, controladas pelo Estado, as quais, segundo eles, eliminariam os piores aspectos do capitalismo: quebras, desemprego e a distribuição desigual da riqueza.

Os cerca de 40 anos seguintes pareceram uma disputa para saber qual sistema econômico é melhor. O colapso do comunismo no Leste Europeu no final dos anos de 1980 (ver Seções 10.6 e 18.3) possibilitou aos simpatizantes do capitalismo cantar a vitória final, mas o comunismo continuou na China, na Coreia do Norte, no Vietnã e em Cuba. A maior disputa entre os dois sistemas políticos e econômicos rivais ficou conhecida como *Guerra Fria* e teve consequências importantes. Fez com que os dois blocos gastassem enormes quantidade de dinheiro na construção de armas nucleares e outros armamentos (ver Seção 7.4), e em programas espaciais ainda mais caros. Muitas pessoas afirmavam que grande parte desse dinheiro teria sido mais bem gasta ajudando a resolver os problemas dos países pobres do mundo.

(c) As décadas de 1970 e 1980: graves problemas econômicos nos Estados Unidos

Depois de muitos anos de sucesso econômico continuado, os Estados Unidos começaram a ter problemas.

- *Os custos de defesa e a Guerra no Vietnã (1961-1995)* (ver Seção 8.3) drenavam constantemente a economia e o tesouro.
- *Em todos os anos no final da década de 1960 houve déficit orçamentário*. Isso quer dizer que o governo gastava mais do que arrecadava em impostos e a diferença tinha que ser coberta vendendo as reservas em ouro. Em 1971, o dólar, outrora considerado tão bom quanto ouro, estava perdendo valor.
- O presidente Nixon foi forçado a *desvalorizar o dólar em cerca de 12%* e taxar em 10% a maioria das importações (1971).*
- *O aumento dos preços do petróleo* piorou o déficit no balanço de pagamento do país e levou ao desenvolvimento de mais energia nuclear.
- O presidente Reagan (1981-1989) se recusou a cortar despesas militares e experimentou *novas políticas econômicas recomendadas pelo economista norte-americano Milton Friedman*, que afirmava que os governos deveriam abandonar todas as tentativas de planificar suas economias e se concentrar no monetarismo, ou seja, exercer um controle rígido sobre a oferta de dinheiro mantendo a taxa de juros alta. Sua teoria era de que isso forçaria as empresas a serem mais eficientes. Eram políticas que Margaret Thatcher já estava experimentando na Grã-Bretanha. Inicialmente, as novas ideias pareciam estar funcionando – em meados dos anos de 1980, o desemprego diminuiu e os Estados Unidos voltaram a ser prósperos, mas o problema básico da economia do país – o imenso déficit orçamentário – eles não conseguiam acabar, principalmente em função dos altos custos militares. Os norte-americanos chegaram a ter que pedir emprestado ao Japão, cuja economia era extremamente bem-sucedida na época. A drenagem das reservas de ouro norte-americanas fragilizou o dólar, junto com a confiança na economia. Houve uma queda súbita e profunda nos preços das ações (1987), seguido por quedas semelhantes em todo

* N. de R.: Além de desvincular o dólar em relação ao ouro, enfraquecendo o Sistema de Bretton-Woods.

Tabela 26.1 Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Japão (em dólares)

Ano	PIB
1955	200
1978	7.300
1987	15.800
1990	27.000

o mundo. No final da década de 1980, grande parte do mundo sofria uma recessão comercial.

(d) O Sucesso do Japão

O Japão se tornou um dos países mais bem-sucedidos do mundo em termos econômicos. No final da Segunda Guerra Mundial, o país foi derrotado e sua economia estava em ruínas. Em pouco tempo, começou a se recuperar, e durante as décadas de 1970 e 1980, a expansão econômica japonesa foi enorme, como mostra a Tabela 26.1 (ver Seção 15.2.)

26.2 O TERCEIRO MUNDO E A DIVISÃO NORTE-SUL

Durante a década de 1950, a expressão *Terceiro Mundo* começou a ser usada para descrever os países que não faziam parte do *Primeiro Mundo* (os países capitalistas industrializados) nem do *Segundo Mundo* (os países comunistas industrializados). O número de países do Terceiro Mundo aumentou rapidamente nas décadas de 1950 e 1960 com a desagregação dos impérios europeus e o surgimento de países recém-independentes. Em 1970, o Terceiro Mundo consistia na África, Ásia (com exceção da URSS e da China), Índia, Paquistão, Bangladesh, América Latina e Oriente Médio. Todos foram colônias ou mandatos de potências europeias e foram deixados em estado não desenvolvido ou subdesenvolvido quando conquistaram a independência.

(a) O Terceiro Mundo e o não alinhamento

Os países do terceiro mundo eram a favor do não alinhamento, ou seja, não queriam estar intimamente ligados ao bloco capitalista nem ao comunista e desconfiavam muito das motivações de ambos. O primeiro ministro indiano Nehru (1947-1964) se considerava uma espécie de líder extraoficial do Terceiro Mundo, o qual ele achava que poderia ser uma força poderosa para promover a paz mundial. Os países do Terceiro Mundo detestavam o fato de ambos os blocos continuarem a interferir em suas questões internas (neocolonialismo). Os Estados Unidos, por exemplo, interferiam sem qualquer constrangimento nos assuntos das Américas Central e do Sul, ajudando a derrubar governos que não aprovavam, como aconteceu na Guatemala (1954), na República Dominicana (1965) e no Chile (1973). A Grã-Bretanha, a França e a URSS interferiam no Oriente Médio. Eram realizadas reuniões frequentes de líderes do Terceiro Mundo, e, em 1979, 92 países estiveram representados em uma conferência dos "não alinhados" em Havana (Cuba). Nessa época, o Terceiro Mundo continha cerca de 70% da população mundial.

(b) A pobreza no Terceiro Mundo e o relatório Brandt (1980)

Economicamente, o Terceiro Mundo era extremamente pobre. Por exemplo, embora tivessem 70% da população, esses países só consumiam 30% da comida do mundo, ao passo que os Estados Unidos, com, talvez, 8%

da população mundial, comiam 40% dos alimentos. As pessoas no Terceiro Mundo muitas vezes tinham carência de proteínas e de vitaminas, o que gerava má saúde e alta taxa de mortalidade. Em 1980, um grupo internacional de políticos sob a liderança de Willi Brandt (que foi chanceler da Alemanha Ocidental entre 1967 e 1974) e a participação de Edward Heath (primeiro-ministro britânico de 1970 a 1974) apresentou o *Relatório Brandt* sobre os problemas do Terceiro Mundo, dizendo que o mundo poderia ser mais ou menos dividido em duas partes (ver Mapa 26.1).

Norte Países industriais desenvolvidos da América do Norte, Europa URSS e Japão, mais a Austrália e a Nova Zelândia.

Sul A maioria dos países do terceiro mundo

O relatório chegou à conclusão de que o norte estava ficando mais rico e o sul, mais pobre. Essa distância entre ambos é bem ilustrada pelas estatísticas de consumo de calorias (Figura 26.1), e pela comparação do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países típicos do sul e do norte, ou de economias "desenvolvidas" e "inferiores e intermediárias" (Tabela 26.2).

O PIB é calculado tomando-se o valor total em dinheiro da produção de todas as unidades produtivas de um país. Inclui juros, lucros e dividendos recebidos do exterior. Esse total é dividido pela cifra da população, o que dá a quantidade de riqueza produzida por habitante. Em 1989-1990, o PIB do norte foi, em média, mais de 24 vezes que o do sul. Em 1992, um país altamente desenvolvido e eficiente como o Japão poderia se gabar de ter um PIB de 28.000 dólares *per capita*, e a Noruega, de 25.800 dólares. Por outro lado, entre os países pobres da África, a Etiópia só conseguia 110 dólares *per capita*, o segundo PIB mais baixo do mundo.

(c) Por que o sul é tão pobre?

- O sul era e ainda é economicamente dependente do norte por causa do *neocolonialismo* (ver Seções 24.4 e 24.7). O

Mapa 26.1 A linha divisória entre norte e sul, ricos e pobres.

Figura 26.1 Consumo diário de calorias por pessoa.

norte esperava que o sul continuasse a lhe fornecer alimento e matérias-primas, e que o sul comprasse bens industrializados do norte. Este não incentivou o sul a desenvolver suas próprias indústrias.

- Muitos países tiveram dificuldades de romper com as *economias monoprodutoras* deixadas da época colonial, porque os governos careciam do dinheiro para diversificar. Gana (cacau) e Zâmbia (cobre) se encontravam diante desse problema. Em países como Gana, cujas receitas dependiam muito da exportação de produtos agrícolas, isso fazia com que sobrasse muito pouca comida para a população. Sendo assim, os governos tinham que gastar seu escasso dinheiro na importação de alimentos caros. Uma queda no preço mundial de seu principal produto seria um grande desastre. Na década de 1970, houve uma redução imensa nos preços de produtos como cacau, cobre, café e algodão. A Tabela 26.3 mostra os efeitos desastrosos sobre as receitas, e assim, sobre o poder de compra em países como Gana e Camarões (cacau), Zâmbia, Chile e Peru (cobre), Moçambique, Egito e Sudão (algodão), e Costa do Marfim, Zaire e Etiópia (café).
- *Ao mesmo tempo, os preços dos bens industrializados continuavam a subir*. O sul tinha que importar do norte. Apesar dos esforços da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que tentava negociar preços mais justos para o Terceiro Mundo, não conseguiram nenhuma melhoria verdadeira.
- Embora o sul tenha recebido muita ajuda do norte, grande parte dela vinha na forma de negócios – *os países do sul tinham que pagar juros*. Às vezes, uma das condições do negócio era que os países do sul tinham que gastar o dinheiro em produtos do país que o estava emprestando. Houve empréstimos feitos diretamente de bancos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, de forma que, em 1980, alguns países do Terceiro Mundo já deviam o equivalente a 500 bilhões de dólares. O menor juro anual que podia ser pago era de cerca de 50 bilhões de dólares. Alguns países foram forçados a tomar mais dinheiro emprestado para pagar os juros do empréstimo original.
- *Outro problema para os países do Terceiro Mundo era que suas populações estavam aumentando muito mais rápido que as do norte*. Em 1975, a população total do mun-

Tabela 26.2 Produto Interno bruto *per capita* em 1992 (em dólares norte-americanos)

Japão	28.220	Líbia	5 310
Taiwan	10.202	Uganda	170
Hong Kong	15.380	Ruanda	250
Cingapura	15.750	Tanzânia	110
Coreia do Sul	6 790	Quênia	330
Coreia do Norte	943	Zaire	220
Tailândia	1.840	Etiópia	110
Vietnã	109	Sudão	400
China	380	Somália	150
		Zimbábue	570
		Zâmbia	290
Peru	950	Nigéria	320
Bolívia	680	Moçambique	60
Paraguai	1.340	África do Sul	2.670
Brasil	2.770	Argélia	2.020
Argentina	2.780		
Colômbia	1.290		
Chile	2.730	Índia	310
Venezuela	2.900	Paquistão	410
Uruguai	3.340	Bangladesh	220
		Sri Lanka	540
Alemanha	21.000	Federação Russa	2.680
França	22.300	Polônia	1.960
Grã-Bretanha	17.760	Romênia	1.090
Itália	20.510	Tchecoslováquia	2.440
Suíça	36.230		
Grécia	7.180		
Espanha	14.020		
Portugal	7.450	EUA	23.120
Noruega	25.800	Canadá	20.320
Suécia	26.780	Austrália	17.070
Bélgica	20.880	Haiti	380
		República Dominicana	1.040
		Guiana	330
		Jamaica	1.340
		Trinidad e Tobago	3.940

Fonte: Estatísticas do Banco Mundial, em *Europa World Year Book* 1995.

Tabela 26.3 O que as mercadorias conseguiam comprar em 1975 e em 1980

	Barris de petróleo	Capital (dólares dos Estados Unidos)
Cobre (1 tonelada comprava)		
1975	115	17.800
1980	58	9.500
Cacau (1 tonelada comprava)		
1975	148	23.400
1980	63	10.200
Café (1 tonelada comprava)		
1975	148	22.800
1980	82	13.000
Algodão (1 tonelada comprava)		
1975	119	18.400
1980	60	9.600

do era de cerca de 4 bilhões de habitantes e se esperava que chegasse aos 6 bilhões até 1997. Como a população do sul estava crescendo muito mais rapidamente, uma proporção do mundo maior do que antes seria pobre (ver Capítulo 27).

- *Muitos países do Terceiro Mundo passaram por guerras civis longas e destrutivas*, que arrasaram as lavouras e destruíram as economias. Algumas das piores guerras aconteceram na Etiópia, Nicarágua, Guatemala, Líbano, no Congo/Zaire, Sudão, Somália, Libéria, Serra Leoa, Moçambique e Angola.
- *Às vezes, a seca era um problema grave na África* (Ilustração 26.1). O Níger, na Áfri-

Ilustração 26.1 Seca na África.

ca Ocidental, foi muito afetado: em 1974, o país só produzia metade dos produtos agrícolas de 1970 (principalmente painço e sorgo) e cerca de 40% do gado morreu. Com o aumento na velocidade do aquecimento global próximo ao final do século, as secas se tornaram mais frequentes e muitos países ficaram dependentes da ajuda do exterior para alimentar seu povo.

(d) O Relatório Brandt estava cheio de boas ideias

Por exemplo, o documento indicava que era do interesse do norte ajudar o sul a se tornar mais próspero, porque isso possibilitaria ao sul comprar mais produtos do norte, o que evitaria desemprego e recessão no norte. Se apenas uma fração das despesas do norte em armamentos fosse direcionada para ajudar o sul, seria possível fazer melhorias enormes. Por exemplo, pelo preço de um avião a jato de combate (cerca de 20 milhões de dólares), seria possível instalar 40.000 farmácias em aldeias. O Relatório continuava, fazendo *importantes recomendações* que, aplicadas, no mínimo eliminariam a fome do mundo:

- as nações ricas do mundo deveriam ter o objetivo de chegar a dar 0,7% de sua renda nacional a países mais pobres em 1985 e 1% em 2000;
- deveriam implementar um novo Fundo Mundial de Desenvolvimento no qual as decisões fossem ainda mais compartilhadas entre os que recebem e os que concedem empréstimos (não como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que eram dominados pelos Estados Unidos);
- deveria ser elaborado um plano de energia internacional;
- deveria haver uma campanha para melhorar as técnicas agrícolas no sul, e a elaboração de um programa internacional de alimentos.

O Relatório Brandt mudou alguma coisa? Infelizmente, não houve melhoria imediata na situação econômica geral do sul. Em 1985, muito poucos países atingiram a meta sugerida de 0,7%. Os que o fizeram foram a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda e a França, mas os Estados Unidos davam apenas 0,24% e a Grã-Bretanha, 0,11%. Em meados dos anos de 1980, havia uma terrível escassez de alimentos na África, principalmente na Etiópia e no Sudão, e a crise nas partes mais pobres do Terceiro Mundo parecia estar piorando. Ao longo da década de 1990, a economia dos Estados Unidos cresceu muito no governo Clinton, enquanto a situação do Terceiro Mundo ficava ainda pior. No final de 2003, um relatório da ONU informava que 21 países do Terceiro Mundo, 17 deles na África, estavam em crise em função de uma combinação de desastres naturais, AIDS, aquecimento global e guerras civis (ver Seção 25.13). Mesmo assim, o 1% mais rico da população mundial (cerca de 60 milhões) tinha a mesma renda dos 57% mais pobres. A Noruega estava no topo da tabela de desenvolvimento humano da ONU. Os noruegueses tinha uma expectativa de vida de 78,7 anos, a taxa de alfabetização era de praticamente 100% e a renda anual estava quase em 30.000 dólares. Em Serra Leoa, a expectativa de vida era de cerca de 35 anos, a alfabetização, de 35%, e a renda anual de 470 dólares, em média. Os Estados Unidos pareciam atrair a maior hostilidade e o ressentimento em função desse desequilíbrio de riqueza. Havia uma ampla crença de que o crescimento do terrorismo, principalmente os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, era uma resposta desesperada ao fracasso das tentativas pacíficas de gerar um sistema econômico mundial mais justo (ver Seções 12.1 e 12.2).

Os assessores econômicos da ONU deixavam claro o que precisava ser feito. Era o Ocidente quem deveria remover as barreiras comerciais, acabar com seu sistema de subsídios generosos, proporcionar maior alívio de dívidas e dobrar a quantidade de ajuda, de 50 para 100 bilhões de dólares por ano, o que possibilitaria que os países pobres investissem em sistemas para fornecimento de água

limpa, estradas nas zonas rurais e educação e saúde adequadas.

26.3 A DIVISÃO NA ECONOMIA DO TERCEIRO MUNDO

Na década de 1970, alguns países do Terceiro Mundo começaram a ficar mais prósperos, às vezes, graças à exploração de recursos naturais, como petróleo, e também por causa da industrialização.

(a) Petróleo

Alguns países do Terceiro Mundo tiveram a sorte de ter petróleo. Em 1973, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em parte em uma tentativa de preservar os estoques, começaram a cobrar mais por seu petróleo. Os países produtores do Oriente Médio tiveram lucros imensos, assim como a Nigéria e a Líbia. Isso não quer dizer necessariamente que seus governos tenham aplicado bem o dinheiro, nem que o usaram em benefício de suas populações. Uma história de sucesso africana, contudo, é a da Líbia, o país mais rico do continente graças a seus recursos em petróleo e às políticas inteligentes de seu líder, o coronel Kadafi (que assumiu o poder em 1969). Ele usou grande parte dos lucros do petróleo no desenvolvimento agrícola e industrial, e para estabelecer um estado de bem-estar social. Esse foi um país onde as pessoas comuns se beneficiaram dos lucros do petróleo. Com um PIB *per capita* de 5.460 libras esterlinas em 1989, a Líbia podia afirmar ser quase tão bem sucedida economicamente quanto a Grécia e Portugal, os membros mais pobres da Comunidade Europeia.

(b) Industrialização

Alguns países do Terceiro Mundo se industrializaram muito rápido e com grande sucesso. Entre eles, Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong (conhecidos como as quatro economias "tigres do Pacífico"), e outros, Tailândia, Malásia, Brasil e México.

O PIB tinha melhor desempenho nas economias dos quatro "tigres" do que em muitos países europeus. O sucesso dos países recém-industrializados em mercados de exportação do mundo foi possível, em parte, porque eles conseguiram atrair empresas do norte que estavam ávidas por aproveitar a mão de obra muito mais barata disponível no Terceiro Mundo. Alguns países chegaram a transferir toda sua produção para países recém-industrializados, onde os baixos custos de produção lhes permitiam vender seus produtos a preços mais baixos do que os produzidos no norte. Isso representava graves problemas para as nações industrializadas do norte, todas sofrendo com o desemprego durante os anos de 1990. Parecia que os dias dourados da prosperidade ocidental poderiam ter chegado ao fim, pelo menos em um futuro visível, a menos que os trabalhadores estivessem dispostos a aceitar salários mais baixos, ou que as empresas estivessem dispostas a ter lucros menores.

Em meados dos anos de 1990, a economia mundial estava avançando à próxima etapa, na qual os "tigres" asiáticos perdiam empregos para os trabalhadores em países como *Malásia* e *Filipinas*. Outros países de Terceiro Mundo em processo de industrialização eram a *Indonésia* e a *China*, onde os salários eram ainda mais baixos e as jornadas, ainda mais longas. Jacques Chirac, o presidente da França, expressou os receios e as preocupações de muitas pessoas quando apontou (abril de 1996) que os países em desenvolvimento não deveriam concorrer com a Europa permitindo salários e condições de trabalho miseráveis, e pediu o reconhecimento de que alguns direitos humanos devem ser incentivados e garantidos:

- liberdade para participar de sindicatos e para que esses sindicatos façam negociações coletivas, para a proteção dos trabalhadores contra a exploração.
- abolição do trabalho forçado e infantil.

Na verdade, a maioria dos países em desenvolvimento aceitou isso quando entrou para a Organização Mundial do Trabalho (OIT) (ver Seção 9.5(b)), mas aceitar as condições e aplicá-las eram duas coisas diferentes.

26.4 A ECONOMIA MUNDIAL E SEUS EFEITOS SOBRE O MEIO-AMBIENTE

À medida que o século XX terminava, o norte ficava cada vez mais obcecado com a industrialização, foram inventados novos métodos e técnicas para ajudar a aumentar a produção e a eficiência. A principal motivação era a criação de riqueza e a criação de lucros, e era dada muito pouca atenção aos efeitos colaterais que tudo isso vinha tendo. Na década de 1970, as pessoas foram ganhando mais consciência de que nem tudo ia bem com o meio-ambiente e que a industrialização estava causando problemas graves.

- *Exaustão dos recursos mundiais em matérias-primas e combustíveis* (petróleo, carvão e gás).
- *Imensa poluição do meio ambiente*. Os cientistas se deram conta de que, se isso continuasse, provavelmente prejudicaria o ecossistema, isto é, o sistema pelo qual as criaturas vivas, as árvores e as plantas funcionam dentro do ambiente e no qual elas estão interconectadas. A "ecologia" é o estudo do ecossistema.
- *Aquecimento global* – o aquecimento incontrolável da atmosfera da terra, causado pelas grandes quantidades de gases emitidos pela indústria.

(a) Exaustão dos recursos do mundo

- *Os combustíveis fósseis* – carvão, petróleo e gás natural – são os restos de plantas e seres vivos que morreram há centenas de milhares de anos, não podem ser substituídos e estão sendo consumidos rapidamente. Provavelmente existe carvão abundante, mas ninguém sabe ao certo quanto resta de gás natural e petróleo. A produção de petróleo aumentou enormemente, no século XX, como mostra a Figura 26.2. Alguns especialistas acreditam que as reservas de petróleo se esgotarão no início do século XXI, uma das razões pelas quais a OPEP tentou conservar o produto nos anos de 1970. Os Britânicos responderam retirando petróleo do Mar do Norte, o que os tornou menos dependentes das importações. Outra resposta era desenvolver fontes alternativas de energia, principalmente a nuclear.
- *Estanho, chumbo, cobre, zinco e mercúrio* eram outras matérias-primas que estavam sendo altamente exauridas. Os especialistas sugeriram que elas poderiam ser todas esgotadas no século XXI, e, mais uma vez, era o Terceiro Mundo que estava perdendo os recursos de que necessitava para escapar da pobreza.
- *Estava-se usando uma quantidade muito grande de madeira*. Cerca de metade das florestas tropicais do mundo já tinha sido perdida em 1987, e se calculava que em torno de 80.000 km^2, uma área próxima ao tamanho da Áustria, era perdida todos os anos. O efeito colateral era a perda de muitas espécies animais e insetos que viviam nessas florestas.
- Estava-se pescando *peixes* demais e matando baleias demais.
- *O estoque de fosfatos (usado em fertilizantes) estava se esgotando rapidamente*. Quando mais fertilizantes fossem usados para aumentar o rendimento agrícola em uma tentativa de acompanhar o crescimento da população, mais fosfato natural teria que ser extraído (um aumento de 4% ao ano desde 1950). A expectativa era de que os estoques se esgotassem na metade do século XXI.
- *Havia um risco de que os estoques de água doce também acabassem*. A maior parte da água doce do planeta está vinculada às calotas polares e aos glaciares ou

Figura 26.2 Produção mundial de petróleo em bilhões de barris por ano.

está muito profunda no solo. Todos os organismos vivos – seres humanos, animais, árvores e plantas – dependem da chuva para viver. Com a população mundial aumentando 90 milhões por ano, cientistas da Universidade de Stanford (Califórnia) concluíram que em 1995, os seres humanos e sua pecuária, agricultura e silvicultura já estavam consumindo um quarto de toda a água usada pelas plantas. Isso deixa menos umidade para evaporar e, portanto, uma probabilidade de menos chuva.

- *A quantidade de terra disponível para agricultura estava diminuindo.* Isso se devia, em parte, à expansão da industrialização e ao crescimento das cidades, mas também ao uso imprevidente da terra agricultável. Sistemas de irrigação mal projetados aumentavam o nível de sal no solo. Às vezes, a irrigação era outro problema: os cientistas calculavam que, a cada ano, cerca de 75 bilhões de toneladas de solo eram levadas por chuvas e inundações ou pelos ventos. A perda de solos dependia da qualidade das práticas agrícolas: na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (onde os métodos eram bons), os agricultores perdiam, em média, 17 toneladas de solo agricultável de cada hectare todos os anos. Na África, Ásia e América do Sul, essa perda era de 40 toneladas por ano. Em terrenos muito íngremes de países como a Nigéria, 220 toneladas por ano se perdiam, enquanto em algumas partes da Jamaica, essa cifra chegava a 400 toneladas por ano.

Um sinal encorajador foi a criação da Estratégia Mundial de Conservação (1980), que visava a alertar o mundo para todos esses problemas.

(b) Poluição do ambiente – um desastre ecológico?

- *Dejetos de indústrias pesadas poluíam a atmosfera, os rios, os lagos e o mar.* Em 1975, todos os Grandes Lagos da América do Norte foram considerados "mortos", ou seja, estavam tão poluídos que nenhum peixe conseguiria viver neles. Cerca de 10% dos lagos da Suécia estavam na mesma situação. A chuva ácida (chuva contaminada com ácido sulfúrico) causou prejuízos extremos em árvores na Europa Central, principalmente na Alemanha e na Tchecoslováquia. A

URSS e os países comunistas do Leste Europeu faziam a industrialização mais suja: toda a região estava muito poluída por anos de emissões venenosas (ver Ilustração 26.2).

- *Descartar esgotos das grandes cidades do mundo era um problema.* Alguns países simplesmente jogavam no mar dejetos sem tratamento ou tratados parcialmente. O mar ao redor de Nova York estava muito contaminado e o Mediterrâneo tinha altos índices de poluição, principalmente decorrentes de esgotos humanos.
- Os agricultores dos países mais ricos contribuíam para a poluição usando fertilizantes artificiais e pesticidas, que escoavam da terra para os cursos d'água e rios.
- *Descobriu-se que os produtos químicos conhecidos como clorofluorcarbonos (CFCs)*, usados nos aerossóis, nos refrigeradores e nos extintores de incêndio eram prejudiciais à camada de ozônio que protege a Terra da radiação ultravioleta prejudicial do sol. Em 1979, os cientistas descobriram que havia um enorme buraco na camada de ozônio sobre a Antártica; em 1989, o buraco estava muito maior e foi descoberto outro, sobre o Ártico. Isso significa que as pessoas estavam com mais probabilidades de desenvolver cânceres de pele em função da radiação solar não filtrada. Algum progresso se fez para lidar com esse problema, e muitos países proibiram o uso de CFCs. Em 2001, a Organização Mundial de Meteorologia informou que a camada de ozônio parecia estar se recuperando.
- *A energia nuclear causa poluição quando a radioatividade vaza para o meio-ambiente*. Sabe-se que isso pode causar câncer, principalmente leucemia. É sabido que, um quarto das mortes de pessoas que trabalharam na usina nuclear de Sellafield, em Cumbria (Reino Unido), entre 1947 e 1975, foram de câncer. Havia um risco constante de grandes acidentes como

Ilustração 26.2 A usina de energia de Espenhain na antiga Alemanha Oriental.

a explosão em *Three Mile Island*, nos Estados Unidos, em 1979, que contaminou uma vasta área em torno da usina. Quando ocorreram vazamentos e acidentes, as autoridades logo garantiram à população que nenhuma pessoa tinha sofrido efeitos prejudiciais, mas ninguém realmente sabia quantas pessoas morreriam mais tarde do câncer causado pela radiação.

O pior acidente nuclear de todos os tempos aconteceu em 1986, em Chernobyl, na Ucrânia (na época, parte da URSS). Um reator nuclear explodiu, matando 35 pessoas e liberando uma imensa nuvem radioativa que flutuou pela maior parte da Europa. Dez anos depois, relatava-se que estavam surgindo centenas de casos de câncer de tireóide nas áreas próximas a Chernobyl. Até na Grã-Bretanha, a 1.500 km de distância, centenas de quilômetros quadrados de pastos para ovelhas em Gales, Cumbria e Escócia ainda estavam contaminados e sujeitos a restrições, e 300.000 ovelhas foram afetadas e tiveram que ser examinadas em busca de altos níveis de radioatividade antes que fosse possível comê-las. As preocupações com a segurança das usinas nucleares levou muitos países a procurar fontes alternativas de energia que fossem mais seguras, principalmente solares, eólicas e a energia das marés.

Uma das principais dificuldades a ser enfrentada é que custaria imensas somas em dinheiro consertar todos esses problemas. Os industriais afirmam que "limpar" as fábricas e eliminar a poluição encareceria seus produtos. Os governos e as autoridades locais teriam que gastar mais dinheiro para construir redes de esgotos e limpar rios e praias. Em 1996, ainda havia 27 reatores nucleares em operação no Leste Europeu, de projeto antigo, semelhante ao que explodiu em Chernobyl. Eles ameaçavam mais desastres nucleares, mas os governos afirmaram que não tinham dinheiro para melhorar a segurança nem para fechá-los.

A descrição a seguir, de Chernobyl, dá uma ideia da gravidade dos problemas envolvidos:

> Em Chernobyl, o cenário da explosão de 1986, a apenas alguns quilômetros da capital da Ucrânia, Kiev, a perspectiva é desanimadora. Dois dos reatores restantes ainda estão em operação, cercados de zona rural altamente contaminada. Elementos radioativos vazam lentamente para o lençol freático e, assim, para o suprimento de água potável de Kiev, de mais de 800 poços onde os detritos mais perigosos foram enterrados há 10 anos.

Fonte: reportagem no *Guardian*, 13 de abril de 1996.

(c) Cultivos geneticamente modificados (GM)

Uma das questões que passaram ao primeiro plano na década de 1990, e que evoluíram para um confronto político entre Estados Unidos e UE, foi os cultivos geneticamente modificados, ou seja, plantas injetadas com genes de outras plantas, que lhes conferem outras características. Por exemplo, pode-se fazer com que algumas plantas tolerem herbicidas que matam outras, o que faz com que o agricultor possa borrifá-las com um herbicida de "amplo espectro" que destruirá todas as plantas em seu campo, com exceção da que ele está cultivando. Como o inço consome a água e os preciosos nutrientes do solo, os cultivos GM devem render mais e demandar menos herbicidas do que as lavouras convencionais. Alguns cultivos GM foram alterados para possuir venenos para matar pestes que se alimentam deles; outros, para crescer em solo salgado. Os principais cultivos GM são trigo, cevada, milho, canola, soja e algodão. Os defensores desses cultivos afirmam que *eles representam um dos maiores avanços já atingidos na agricultura*; proporcionando alimento mais saudável, produzido de forma mais eficiente e com menos prejuízos ao meio-ambiente. Dado o

problema do crescimento da população mundial e das dificuldades de alimentar a todos, os apoiadores consideram os cultivos GM como, talvez, um avanço fundamental na solução do problema alimentar do mundo. Em 2004, eles estavam sendo cultivados por, pelo menos, 6 milhões de agricultores em 16 países, incluindo os Estados Unidos, Canadá, Índia, Argentina, México, China, Colômbia e África do Sul. Os Estados Unidos são seu principal apoiador e também o maior exportador do mundo.

Contudo, nem todo mundo está contente com essa situação. Muita gente se opõe à tecnologia GM porque ela pode ser usada para criar organismos não naturais, isto é, plantas podem ser modificadas com genes de outras plantas ou mesmo de animais. Receia-se que os genes possam escapar para plantas selvagens e criar "ervas daninhas super-resistentes" que não possam ser mortas. Os cultivos GM podem ser prejudiciais a outras espécies e também, no longo prazo, aos seres humanos que os comerem. Os genes que escapem de cultivos GM podem conseguir polinizar cultivos orgânicos, arruinando os agricultores que se dedicam a esse trabalho, que podem até ser processados por ter genes GM em seus cultivos, mesmo que não tenham plantado deliberadamente essas sementes. *As principais objeções vieram da Europa*. Embora alguns países europeus, como Alemanha e Espanha, tenham feito cultivos GM, as quantidades foram pequenas. Os cientistas, como um todo, tendem a ter um julgamento reservado, afirmando que deveria haver testes de campo mais longos para demonstrar se os GM são ou não prejudiciais, tanto para o meio-ambiente quanto para a saúde pública. Pesquisas de opinião mostraram que cerca de 80% do povo europeu tinham sérias dúvidas sobre sua segurança. Vários países, como Áustria, França, Alemanha, Itália e Grécia, proibiriam as importações dos GMs individuais, seja para plantar, seja para usar como alimento. Os norte-americanos, por outro lado, insistem em que os cultivos foram minuciosamente testados e aprovados pelo governo e que as pessoas vinham comendo alimentos GM há muitos anos sem qualquer efeito danoso visível.

Outra objeção era que a indústria dos GM era controlada por uns poucos gigantes da agricultura, a maioria deles, dos Estados Unidos. Na verdade, em 2004, a empresa norte-americana Monsanto produzia mais de 90% dos cultivos GM em todo o mundo. O sentimento era de que essas empresas tinham muito controle sobre a produção mundial de alimentos, o que lhes possibilitaria exercer pressões sobre países para que comprassem seus produtos e expulsar os agricultores tradicionais do mercado. A controvérsia chegou ao seu ponto culminante em abril de 2004, quando os Estados Unidos demandaram uma ação por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC). Eles acusavam a União Europeia de romper as regras de livre mercado da OMC ao proibir as importações de GM sem qualquer evidência científica para sustentar seu argumento. Os norte-americanos exigiram uma indenização de 1 bilhão por perdas de exportações nos seis anos anteriores.

26.5 AQUECIMENTO GLOBAL

(a) As primeiras preocupações

No início dos anos de 1970, os cientistas começaram a se preocupar com o que chamaram de "efeito estufa", ou seja, o aquecimento aparentemente fora de controle da atmosfera da Terra, ou "aquecimento global", como ficou conhecido. Ele era causado por grandes quantidades de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, três gases produzidos durante vários processos industriais e pela queima de combustíveis fósseis, sendo liberados na atmosfera. Os gases funcionavam como o telhado de vidro de uma estufa, prendendo e aumentando o calor do sol. Havia opiniões diferentes sobre quais seriam, exatamente, seus efeitos. Uma teoria alarmante era que as calotas polares, os glaciares e a neve nas regiões polares derreteriam, fazendo com que aumentasse o nível do mar e inundando grandes ex-

tensões de terra. Também se temia que a África e grandes partes da Ásia ficassem quentes demais para as pessoas viverem nelas, e poderia haver tempestades e secas prolongadas.

Alguns cientistas desconsideraram essas teorias, afirmando que se o mundo estava realmente se tornando mais quente, era uma mudança climática natural e não causada pelo homem. Eles menosprezaram as ameaças de inundações e secas, e acusaram os que as sugeriam de serem antiocidentais e anti-industrialização. Os próprios industriais receberam bem esses simpatizantes e, enquanto continuava o debate entre os dois campos, nada se fez para reduzir ou controlar as emissões dos gases do efeito-estufa.

Aos poucos, as evidências científicas foram ficando mais convincentes: a temperatura média da Terra estava, com certeza, aumentando muito e os hábitos humanos de queimar fósseis eram responsáveis pelas mudanças. As evidências foram suficientes para convencer o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que, em 1992, escreveu uma brochura defendendo a ação internacional para combater o efeito estufa. O presidente Clinton proclamou mais tarde: "Devemos enfrentar juntos a ameaça do aquecimento global. Uma estufa pode ser um bom lugar para cultivar plantas, mas não é lugar para criar nossos filhos". Em junho do mesmo ano, a ONU organizou a *Cúpula da Terra* (Eco 92), no Rio de Janeiro (Brasil) para discutir a situação. Representantes de 178 países participaram, incluindo 117 chefes de Estado. Provavelmente, foi a maior reunião de líderes mundiais da história. A maioria deles assinou uma série de tratados prometendo proteger o meio-ambiente e reduzir as emissões dos gases do efeito estufa.

Entretanto, assinar tratados é uma coisa; aplicá-los é outra muito diferente. Por exemplo, em 1993, quando o presidente Clinton apresentou um projeto de lei para taxar a energia, a maioria Republicana no Congresso, muitos com apoiadores entre os industriais e empresários, o descartaram. Nessa época, muitos outros países estavam demonstrando preocupações com a piora da situação. Em 1995, um Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas produziu um relatório apontando os prováveis efeitos do aquecimento global e concluindo que havia poucas dúvidas de que as ações humanas eram responsáveis.

(b) A Convenção de Kyoto (1997) e o período posterior

Em 1997, foi realizada outra grande conferência internacional, desta vez em Kyoto (Japão), para elaborar um plano com vistas a reduzir as emissões prejudiciais. Tinha sentido a conferência ser em Kyoto, já que, de todos os países industrializados, os japoneses tiveram mais sucesso na limitação de suas emissões de carbono e conseguiram isso taxando muito a energia e o petróleo. Foram elaboradas estatísticas para mostrar quanto carbono cada país estava produzindo. Os Estados Unidos eram, de longe, o maior culpado, emitindo uma média de 19 toneladas de carbono *per capita* todos os anos. A Austrália não ficava muito atrás, com 16,6 toneladas. O Japão emitia 9 toneladas *per capita*, ao passo que os países da União Europeia tinham uma média de 8,5 toneladas. Por outro lado, os países do Terceiro Mundo emitiam as quantidades mais modestas por cabeça – a América do Sul, 2,2 toneladas e a África, menos de uma.

A meta estabelecida era fazer com que as emissões voltassem a seus níveis de 1990 em 2012. Isso significava que cada país teria que reduzir as suas em quantidades diferentes para cumprir as regulamentações. Por exemplo, os Estados Unidos tinham que reduzir 7%, enquanto a França não precisava reduzir, já que, em 1997, os franceses estavam produzindo 60% de sua energia a partir da energia nuclear. No final, 86 países assinaram o acordo, que ficou conhecido como Protocolo de Kyoto, mas, nos anos seguintes, isso teve pouco efeito. Em 2001, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas informava que as condições climáticas estavam ficando cada vez piores. Os anos de 1990 foram a década mais quente do

milênio e 1998, o ano mais quente. Em março de 2001, o Protocolo de Kyoto recebeu um golpe fatal quando o recém-eleito presidente Bush anunciou que não o ratificaria. "Não aceitarei um plano que vai causar danos à nossa economia e prejudicar os trabalhadores norte-americanos", ele disse. "Em primeiro lugar, vem as pessoas que moram nos Estados Unidos. Essa é a minha prioridade".

Dessa forma, no início do século XXI, o mundo se encontrava em uma situação em que os Estados Unidos, com não mais de 6% da população mundial, estavam emitindo um quarto dos gases do efeito estufa e continuariam a fazê-lo, não importando quais fossem as consequências para o restante do mundo. Em 2003, os efeitos do aquecimento global estavam aumentando de forma preocupante. A ONU calculava que pelo menos 150.000 pessoas tinham morrido durante o ano anterior como resultado direto da mudança climática (seca prolongada e tempestades violentas). Durante o verão, 25.000 pessoas morreram na Europa por causa de temperaturas altas, fora do normal. O calor maior e as tempestades davam condições ideais para a reprodução de mosquitos, que estavam se espalhando para regiões montanhosas, onde antes era frio demais para eles. Consequentemente, a taxa de mortalidade por malária aumentou muito, principalmente na África. As secas causaram escassez de alimentos e subnutrição, e as pessoas ficaram mais propensas a contrair doenças mortais.

(c) E agora?

Estava claro aos climatologistas que eram necessárias medidas drásticas para evitar consequências graves. Sir John Houghton, ex-chefe da Agência Meteorológica Britânica, comparou a mudança climática com uma arma de destruição em massa: "Como o terrorismo, essa arma não conhece fronteiras. Ela pode atacar em qualquer lugar, em qualquer forma: uma onda da calor em um lugar, uma seca, uma inundação ou uma tempestade em outro". Também foi sugerido que o acordo de Kyoto, elaborado quando a mudança climática era considerada menos destrutiva, seria insuficiente para fazer muita diferença no problema, mesmo que fosse implementado integralmente.

A tragédia é que os países mais pobres do mundo, que contribuíram com quase nada para aumentar os gases do efeito-estufa, provavelmente serão os mais afetados. Estatísticas publicadas recentemente sugeriam que, em 2004, cerca de 420 milhões de pessoas estavam vivendo em países que não tinham mais terra agriculturável para produzir seus próprios alimentos. Meio bilhão morava em áreas com tendência a seca crônica. As ameaças são exacerbadas pela pressão da crescente população do mundo (ver Seções 27.1-3). Já foi sugerida uma série de medidas:

- O professor John Schnellnhuber, diretor do Centro Tyndall, com sede no Reino Unido, que pesquisa as mudanças climáticas, acredita que o mundo industrializado deve ajudar o mundo em desenvolvimento a sobreviver à mudança climática. Deve-se estabelecer um fundo de adaptação sob os auspícios da ONU, como sistema de garantia para as nações mais pobres. Ele deve ser financiado pelos poluidores mais ricos por meio de taxas baseadas na quantidade de emissões que eles geram. Isso possibilitaria aos países mais pobres melhorar suas infraestruturas, bem como seus setores de água e produção de alimentos, para que possam enfrentar mudanças como temperaturas mais elevadas, níveis mais altos dos rios e mares e elevações súbitas de maré.
- Os ministros do meio-ambiente do mundo devem se reunir regularmente e deve ser implantado um Tribunal Ambiental Mundial, nas linhas da Organização Mundial do Comércio, para aplicar os acordos globais como o protocolo de Kyoto. Os países devem receber multas altas o suficiente para lhes impedir descumprir as regras.
- Em nível nacional, as empresas deveriam ser multadas com altos valores por poluir rios e jogar lixo tóxico no meio ambiente.

- Deve-se fazer um esforço total para desenvolver novas tecnologias com vistas a substituir os combustíveis fósseis por "energia verde", ou seja, solar, eólica, marés e ondas. Algumas pessoas já sugeriram a ampliação da energia nuclear, uma opção feita pela França, mas há muitas objeções a essa escolha. Além do risco de liberação de radiação que causa leucemia (ver Seção 26.4(b)), há receio de que, se a cultura nuclear se espalhar pelo mundo, ela permitirá que muitos outros países adquiram armas nucleares. E há ainda o problema de o que fazer com os resíduos nucleares a mais, que podem representar um risco à vida humana por 100.000 anos.

As principais objeções a todas essas alternativas são que elas requerem mudanças fundamentais na forma como as pessoas vivem e organizam as economias de seus países, e custarão muito para ter retorno garantido, e este só será visível no futuro. Alguns cientistas sugeriram que o melhor a fazer é nada fazer agora e esperar que os cientistas do futuro encontrem métodos novos e baratos de reduzir os gases do efeito estufa. Entretanto, nas palavras de Murray Sayle, "muito antes desse dia feliz, a estátua da liberdade pode muito bem estar com água pelo sutiã na baía de Nova York".

26.6 A ECONOMIA DO MUNDO NA VIRADA DO MILÊNIO

Como os Estados Unidos foram inquestionavelmente o país mais poderoso economicamente na última década do século XX, é natural que o sistema econômico norte-americano seja examinado e questionado minuciosamente. A União Europeia, que algumas pessoas consideravam como um bloco rival dos Estados Unidos, tinha uma visão um tanto diferente de como a economia de mercado e a sociedade deveriam ser organizadas em termos de comércio internacional, cuidados com o meio ambiente, ajudas e alívio de dívidas. Segundo o observador britânico Will Hutton, em seu livro *The world we're in* (O mundo no qual estamos, 2002): "A relação entre os dois blocos de poder é o fulcro sobre o qual gira a ordem mundial. Administrada com habilidade, ela pode ser uma grande força para o bem; mal administrada, pode gerar danos incalculáveis".

(a) O modelo econômico norte-americano

O modelo econômico dos Estados Unidos evoluiu a partir de suas tradições de liberdade e do caráter sagrado da propriedade. A atitude direitista no país dizia que o direito relativo à propriedade privada e a liberdade em relação ao governo deveriam ser supremos. Foi por isso que os Estados Unidos surgiram: as pessoas emigraram para lá para poder desfrutar de liberdade. Como consequência, o governo federal deveria interferir o mínimo possível nas vidas das pessoas, e sua principal função era salvaguardar a segurança nacional.

As atitudes se dividiam na questão do bem-estar social, ou seja, até onde o Estado deveria ser responsável por cuidar dos pobres e desamparados. A atitude de direita, ou conservadora, baseava-se no "individualismo exacerbado" e na autoajuda. Os impostos eram considerados como invasão da propriedade privada. A atitude liberal era de que o "individualismo exacerbado" deveria ser temperado pela ideia do "contrato social", segundo a qual o Estado deveria proporcionar bem-estar básico em troca de respeito e obediência de seus cidadãos, daí o *New Deal* de Roosevelt e a Grande Sociedade de Johnson, que eram programas introduzidos por governos Democratas, que incluíam grandes elementos de reforma social.* Durante 16 dos 24 anos anteriores a 2005, os Estados Unidos tiveram governos republicanos que favoreciam a postura de direita.

Ambas as escolas de pensamentos tiveram seus apoiadores e seus defensores no país. Por exemplo, John Rawls, em sua obra *Teoria da Justiça* (*A Theory of Justice*, Oxford University Press, 1973), defendeu uma teoria da "justi-

* N. de R.: Essa é a postura do governo democrata de Barack Obama, iniciado em 2009.

ça como equidade", argumentando em favor da igualdade e afirmou que era dever do governo proporcionar bem-estar e alguma redistribuição de riqueza por meio dos impostos. Em resposta, Robert Nozick, em seu livro *Anarquia, Estado e Utopia* (*Anarchy, State and Utopia*, Harvard University Press, 1974), afirmava que os direitos de propriedade deveriam ser sustentados de forma irrestrita, que deveria haver intervenção mínima do governo, impostos mínimos e benefícios de previdência e redistribuição mínimos. As teorias de Nozick tiveram muita influência sobre a Nova Direita e foram assumidas pela ala neoconservadora do Partido Republicano. Elas puderam ser vistas em ação durante o governo Reagan (1981-1989), e ainda mais no de George W. Bush (2001-2009), quando impostos e programas de bem-estar foram reduzidos. Com o neoconservadorismo em ascensão nos Estados Unidos, era de se esperar que, à medida que o país assumisse o papel de líder mundial, os mesmos princípios seriam estendidos às questões internacionais, daí a relutância em participar de iniciativas para ajudar o Terceiro Mundo em questões como alívio de dívidas, comércio internacional e aquecimento global. Não se pode negar que o sistema econômico norte-americano, em suas diferentes variáveis, teve um sucesso considerável com o passar dos anos, mas, no início do século XXI, a postura da Nova Direita estava claramente vacilando (ver Seção 23.6(d)) e muitos norte-americanos liberais olhavam para o modelo europeu como uma forma potencialmente melhor de obter uma ordem econômica e social justa.

(b) O modelo econômico europeu

Os sistemas econômicos e sociais da Europa Ocidental e democrática, que tomaram forma depois da Segunda Guerra Mundial, variavam de país para país, mas tinham em comum determinadas características básicas: provisão de bem-estar social e serviços públicos, principalmente saúde e educação, e uma redução na desigualdade. Esperava-se que o Estado tivesse papel ativo na regulação de empresas e da sociedade, e na coordenação de um sistema de impostos que redistribuísse renda de forma mais justa e fornecesse a receita para financiar a educação e a saúde. Também havia a premissa de que as grandes empresas tinham um papel no contrato social, com responsabilidades perante a sociedade e, portanto, devendo funcionar de forma socialmente aceitável, cuidando de seus empregados, pagando salários justos e cuidando do meio ambiente. Enquanto nos Estados Unidos os interesses dos acionistas eram centrais, na maior parte da Europa, a percepção era de que os interesses de toda a empresa devem vir em primeiro lugar, os dividendos se mantinham relativamente baixos para que fosse possível fazer altos investimentos. Os sindicatos eram mais fortes do que nos Estados Unidos, mas como um todo, funcionavam de forma responsável, em um sistema que gerava empresas altamente responsáveis e sociedades relativamente justas.

Entre os exemplos destacados de empresas europeias bem-sucedidas está a fabricante de carros e caminhões alemã Volkswagen: cerca de 20% das ações da empresa são de propriedade do governo estadual da Baixa Saxônia, os direitos de voto dos acionistas são limitados a 20% e a empresa paga apenas 16% de seus lucros como dividendos (condições que não teriam permissão para acontecer nos Estados Unidos). A fabricante de pneus francesa Michelin e a finlandesa Nokia, a maior fabricante de telefones celulares do mundo, são organizações de alto desempenho dirigidas na mesma linha da Volkswagen. Outra história de sucesso europeia é a Airbus, de propriedade conjunta alemã, francesa e britânica, que pode afirmar ser a mais bem-sucedida fabricante de aviões do mundo, superando até mesmo a norte-americana Boeing. Os países da Europa Ocidental tem generosos sistemas de previdência, financiados por uma combinação de impostos e contribuições para a seguridade social, além de saúde e educação públicas de alto nível. Até mesmo na Itália, na Espanha, na Grécia e em Portugal, com seus históricos de fascismo e ditaduras militares, existe o contrato social, e o seguro desemprego é o mais alto da Europa. Muitos observadores norte-americanos

criticaram o sistema europeu, já que, durante a década de 1990, o desemprego aumentou na Europa, enquanto os Estados Unidos viveram uma explosão de crescimento econômico. Os norte-americanos alegavam que os problemas da Europa eram causados por impostos altos, sistemas de previdência exageradamente generosos, as atividades dos sindicatos e regulamentação em demasia. Os europeus atribuíam suas dificuldades à necessidade de manter a inflação sob controle para que eles pudessem participar da moeda única lançada em 1999. Eles estavam confiantes de que, uma vez que esse problema fosse superado, o crescimento econômico e a criação de empregos se recuperariam. A confiança europeia em seu sistema recebeu um empurrão durante a administração Bush quando foi observado que nem tudo ia bem na economia norte-americana.*

(c) O sistema norte-americano em ação

Mesmo durante a administração Clinton, os Estados Unidos ampliaram seus princípios econômicos para seus assuntos internacionais. Os interesses do país geralmente vinham em primeiro lugar, tanto que muitas pessoas reclamavam que a globalização significava americanização. Alguns exemplos foram os seguintes:

- Durante os anos de 1990, os Estados Unidos obtiveram controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que significava que eles poderia decidir quais países receberiam ajuda e insistir em que adotassem políticas por eles aprovadas. Isso aconteceu com muitos países da América Latina, bem como com a Coreia, a Indonésia e a Tailândia. Muitas vezes, mais do que ajudar a recuperação, as condições a dificultavam. Em 1995, quando o Banco Mundial sugeriu que um alívio de dívidas era vital para alguns países pobres, recebeu oposição dura dos Estados Unidos e seu economista-chefe teve que renunciar. Basicamente, esses três eventos fizeram com que os Estados Unidos pudessem controlar o sistema financeiro do mundo.
- Em 1994, os Estados Unidos usaram o Acordo geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade, GATT*) para forçar a União Europeia a abrir suas comunicações por voz (postal, telefone e telégrafos) à concorrência internacional. Em 1997, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que sucedeu o GATT em 1995, concordou em que 70 países deveriam se abrir às empresas de telecomunicações dos Estados Unidos, nos termos deste. Em 2002, havia 180 satélites comerciais em órbitas espaciais, do quais 174 eram norte-americanos. Os Estados Unidos controlavam praticamente todos os sistemas de comunicação do mundo. Foi para se contrapor a isso que a União Europeia insistiu em lançar seu próprio sistema de satélites espaciais, o Galileo (ver Seção 10.8(d)).
- Em março de 2002, o governo Bush estabeleceu impostos de importação sobre o aço estrangeiro para proteger esse setor nos Estados Unidos, gerando protestos intensos da União Europeia, já que a função da OMC era incentivar o livre comércio. Os norte-americanos resistiram às pressões até dezembro de 2003 quando, diante de ameaças de impostos retaliatórios sobre uma ampla gama de seus produtos, o presidente Bush cancelou os impostos sobre o aço. No mesmo mês, contudo, os Estados Unidos anunciaram novos impostos sobre a importação de produtos têxteis e televisores da China.
- Em 2003, um passo positivo beneficiou os países pobres: em resposta a protestos em todo o mundo de países que estavam sofrendo os piores devastações de HIV/AIDS, o presidente Bush concordou com a quebra das patentes que controlavam os medicamentos necessários, possibilitando

---

* N. de R.: A explosão da "bolha imobiliária" americana desencadeou, no segundo semestre de 2008, a mais séria crise econômica mundial desde 1929.

a produção de versões mais baratas para venda nos países mais afetados. Mas havia um motivo ulterior: em retorno, os norte-americanos esperavam ter acesso ao petróleo africano e estabelecer bases militares em locais estratégicos do continente.

Muito ainda tem que acontecer antes que a globalização produza um mundo justo no qual a riqueza seja distribuída de forma mais equânime. Alguns observadores acreditam que o caminho para avançar reside em revigorar e fortalecer a ONU, outros consideram a recém-ampliada União Europeia como a melhor esperança. A participação dos Estados Unidos – a nação mais rica do mundo – ainda é vital. Nas palavras de Will Hutton: "Precisamos muito ter de volta os melhores Estados Unidos, o país liberal, progressista e generoso que venceu a Segunda Guerra Mundial e construiu um mundo liberal que em muitos aspectos, ainda se mantém hoje". O presidente sul-africano Thabo Mbeki resumiu a situação mundial de forma admirável em julho de 2003, ao escrever: "Os políticos progressistas devem mostrar se tem coragem de se definir como progressistas, resgatando seu caráter histórico como defensores dos pobres, e romper o domínio ideológico gelado da política de direita. As massas africanas estão observando e esperando".

PERGUNTAS

1. Poluição e aquecimento global

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Trechos de um discurso de Michael Meacher, Ministro do Meio Ambiente do Reino Unido, de 1997 a 2003, feito em outubro de 2003.

> Nosso mundo sofre transformações em ritmo alarmante. É um processo movido por exploração industrial sem limites, controle tecnológico cada vez maior, crescimento populacional e agora, a mudança climática cujos efeitos abrem um cenário apocalíptico para a raça humana. Estamos causando uma perda de espécies semelhante a algumas das extinções naturais da história.... As devastações estão aí para que todos vejam. Cerca de 420 milhões de pessoas vivem em países que não tem mais terra agricultável para produzir alimentos suficientes. Meio bilhão de pessoas vive em regiões com tendência à seca crônica. Os desertos estão ficando mais quentes. Em 1998, o ano mais quente de que se tem registro, grandes áreas de floresta queimaram.... O processo como um todo ameaça sair de controle e tornar nosso planeta inabitável.
>
> O que se pode fazer? Está claro que é necessário uma estrutura de direito internacional que permita a operação do livre comércio e uma economia mundial competitiva, mas apenas dentro de parâmetros estritamente formulados para salvaguardar nosso planeta.... o que realmente é necessário é uma estrutura de direito internacional que aplique uma carta ambiental global. Junto com isso, precisamos de um Programa Ambiental das Nações Unidas fortalecido, para promover uma economia mundial mais sustentável. As empresas deveriam ser obrigadas a fazer relatórios anuais de seus impactos ambientais e sociais, as multas deveriam ser elevadas; poluir rios, descartar ilegalmente produtos químicos ou jogar resíduos tóxicos deveriam acarretar penalidades que intimidassem, em vez de multas ridículas.

Fonte: Citado no jornal *Guardian*, 25 de outubro de 2003.

(a) Quais evidências a fonte apresenta para sugerir que as mudanças no meio ambiente dão razão para alarme?

(b) Quais são as causas dessas alarmantes mudanças ambientais e por que a Convenção de Kyoto, de 1997, teve menos sucesso ao enfrentá-las do que se esperava?

(c) Usando a fonte e seu próprio conhecimento, sugira algumas medidas que possam ser tomadas para reduzir o ritmo ou reverter o processo de degradação ambiental.

2. O que quer dizer a expressão "divisão norte-sul"? Que tentativas foram feitas, desde 1980, para reduzir a distância entre sul e norte e qual foi o seu êxito?

27 A População Mundial

RESUMO DOS EVENTOS

Antes do século XVII, a população do mundo aumentava muito lentamente. Estima-se que, em 1650, ela tivesse dobrado em relação ao 1 a.C., chegando a cerca de 500 milhões. Nos 200 anos que se seguiram, o ritmo de crescimento foi muito mais rápido, de forma que, em 1850, a população tinha mais do que dobrado, para 1,2 bilhão. Depois disso, o crescimento populacional acelerou tão rapidamente que as pessoas falavam em uma "explosão" da população; em 1927, ela chegou à marca dos 2 bilhões e no ano 2000 tinha passado de 6 bilhões. Em 2003, a ONU calculava que, se a população continuasse a aumentar na mesma velocidade, o total global estaria entre 10 e 14 bilhões em 2050, dependendo da eficácia das campanhas de planejamento familiar. Também se estimava, dadas as taxas de natalidade muito mais baixas no mundo desenvolvido, que quase 90% das pessoas estariam vivendo nos países mais pobres. Na década de 1980, o aumento do HIV/AIDS atingiu proporções pandêmicas. A maioria dos países do mundo foi afetada, mas, novamente, quem mais sofreu foram as nações pobres do Terceiro Mundo. Este capítulo examina as causas da "explosão" populacional, as variações regionais, as consequências de todas as mudanças e o impacto da AIDS.

27.1 A POPULAÇÃO CRESCENTE DO MUNDO DEPOIS DE 1900

(a) Estatísticas de aumento populacional

É fácil verificar, no diagrama da Figura 27.1, com seu total populacional em abrupta ascensão, porque as pessoas falam de uma "explosão" populacional no século XX. Entre 1850 e 1900, a população mundial estava aumentando, em média, 0,6% todos os anos. Durante os 50 anos seguintes, a taxa de crescimento teve média de 0,9% por ano. Foi depois de 1960 que foi sentida toda a força da "explosão", com a população total do mundo crescendo 1,9% ao ano, em média. Em 1990, a população estava aumentando em mais ou menos um milhão a cada semana e o total chegou a 5,3 bilhões. Em 1994, houve um aumento de 95 milhões, o maior em um único ano até então. Em 1995, o recorde foi quebrado mais uma vez, com a população total crescendo 100 milhões, até 7,75 bilhões. Segundo o *Population Institute*, de Washington, 90% do crescimento estava nos países pobres "atingidos pelos conflitos civis e agitação social". Em 1996, foram acrescentados mais 90 milhões à população, e em 2000, o total global estava bem além dos 6 bilhões. Contudo, houve importantes variações regionais dentro do aumento populacional. Em termos gerais, as nações industrializadas da Europa e da América do

Figura 27.1 Aumentos na população do mundo de 1 a.C. a 1995.

Norte tiveram seu crescimento mais rápido antes da Primeira Guerra Mundial. Depois disso, sua taxa de crescimento reduziu consideravelmente. Nos países menos desenvolvidos, ou nas nações do Terceiro Mundo da África, da Ásia e da América Latina, a taxa de crescimento populacional acelerou depois da Segunda Guerra Mundial e foi nessas regiões que esse crescimento causou os problemas mais graves. A taxa de crescimento começou a diminuir em alguns países da América Latina depois de 1950, mas na Ásia e na África, ela continuava a aumentar.

O gráfico da Figura 27.2, que se baseia em estatísticas fornecidas pela ONU, mostra:

1. as taxas porcentuais em que a população mundial cresceu entre 1650 e 1959;
2. as taxas porcentuais de aumento populacional nos diferentes continentes nos períodos 1900-1950 e 1950-1959.

(b) Razões para o aumento da população

O aumento da população na Europa e na América do Norte na última parte do século XIX e no início do século XX teve várias causas.

- Industrialização crescente, crescimento econômico e prosperidade significaram recursos disponíveis para sustentar uma população maior, e as duas coisas pareciam andar de mãos dadas.
- Houve uma grande melhoria na saúde pública, graças aos avanços na ciência médica e no saneamento. As obras de Louis Pasteur e Joseph Lister, na década de 1860, sobre germes e técnicas antissépticas, ajudaram a reduzir a taxa de mortalidade. Ao mesmo tempo, as grandes cidades industriais introduziram fornecimento de água encanada e sistemas de esgoto, que ajudaram a diminuir as doenças.
- Houve um declínio na mortalidade infantil (o número de bebês que morreu antes de completar um ano). Mais uma vez, isso se deveu aos avanços na medicina, que ajudaram a reduzir as mortes por doenças como febre escarlate, difteria e coqueluche, tão perigosas para os bebês. As melhorias em alguns países podem ser vistas na Tabela 27.1, que mostra quantos bebês morreram em seu primeiro ano a cada mil nascimentos vivos.

Fonte: "The Determinants and Consequences of Population Trends", *Anuário Estatístico da ONU//UN Statistical Yearbook 1960*

Figura 27.2 Taxa de crescimento populacional por regiões.

- A imigração ajudou a inchar a população dos Estados Unidos e, em menor grau, alguns outros países no continente americano, como Canadá, Argentina e Brasil. Nos cem anos depois de 1820, cerca de 35 milhões de pessoas entraram nos Estados Unidos; nos últimos anos antes de 1914, elas chegavam no ritmo de um milhão por ano (ver Seção 22.2).

Depois de 1900, a taxa de crescimento na Europa começou a diminuir, principalmente porque muitas pessoas estavam usando técnicas contraceptivas. Mais tarde, a depressão econômica dos anos de 1930 tirou o incentivo para que as pessoas tivessem muitos filhos.

O rápido crescimento populacional depois de 1945 nos países dos Terceiro Mundo teve três causas principais:

- *As modernas técnicas médicas e de higiene* começaram a ter um impacto pela primeira vez; a taxa de mortalidade infantil caía e as pessoas viviam mais, à medida que doenças que antes matavam, como varíola, malária e febre tifóide iam sendo controladas.
- *Ao mesmo tempo, a ampla maioria da população não fazia qualquer tentativa de*

Tabela 27.1 Mortes no primeiro ano, por mil nascimentos

	Inglaterra	Suíça	França	Itália	Áustria
1880-90	142	165	166	195	256
1931-38	52	43	65	104	80

limitar suas famílias usando anticoncepcionais. Isso se devia, em parte, à ignorância, e em parte ao fato de que os anticoncepcionais eram caros demais para as pessoas comuns. A Igreja Católica dizia que a contracepção era proibida para seus membros por impedir a criação natural de novas vidas e, portanto, era um pecado. Como a Igreja era forte nas Américas do Sul e Central, seus ensinamentos tinham efeitos importantes. A taxa de crescimento populacional de muitos países nessas regiões era de mais de 3% ao ano. A média de toda a América Latina foi de 2,4% em 1960, enquanto a da Europa foi de apenas 0,75%. Um aumento populacional de 2% ao ano faz com que a população de um país dobre em cerca de 30 anos, e foi isso que aconteceu com o Brasil e o México nos 30 anos anteriores a 1960.

- Muitos países do Terceiro Mundo tem uma longa tradição de pessoas com *o maior número de filhos possível para combater a alta taxa de mortalidade infantil*, garantindo que sua família tenha continuidade. Algumas culturas, como a muçulmana, dão grande valor a ter muitos filhos homens. As mesmas atitudes persistiam apesar da redução na mortalidade infantil.

27.2 CONSEQUÊNCIAS DA EXPLOSÃO POPULACIONAL

(a) As nações em processo de industrialização da Europa e da América do Norte

O crescimento populacional do século XIX ajudou a estimular mais desenvolvimento econômico. Havia força de trabalho abundante e mais pessoas para comprar produtos, e isso estimulava mais investimento e iniciativa. Também não havia quaisquer problemas relevantes para alimentar e educar esses números crescentes de pessoas, porque a prosperidade fazia com que os recursos necessários estivessem disponíveis. Mais tarde, houve efeitos inesperados sobre a estrutura etária da população nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, onde, em função de taxas de natalidade muito baixas e expectativa de vida mais alta, uma proporção cada vez maior da população tinha mais de 65 anos. No início dos anos de 1990, com essa proporção ainda aumentando, questionava-se a capacidade dos sistemas estatais de previdência para pagar as aposentadorias de todas as pessoas idosas se essa tendência continuasse no século XXI.

(b) O Terceiro Mundo

O rápido crescimento populacional causou problemas graves: alguns países, como Índia, Paquistão e Bangladesh, tornaram-se superpopulosos e não havia terra suficiente para todos. Isso forçou as pessoas a irem para as cidades, mas estas já eram superpovoadas e não havia casas nem empregos suficientes para todas as que chegavam. Muitas pessoas foram forçadas a viver nas ruas. Algumas cidades, principalmente na América Latina, estavam cercadas de barracos e favelas sem água, esgoto ou iluminação adequadas.

(c) Ficou cada vez mais difícil alimentar a população

Todas as regiões do mundo conseguiram aumentar sua produção de alimentos no final dos anos de 1960 e nos de 1970, graças ao que ficou conhecido como "revolução verde". Os cientistas desenvolveram novas cepas de arroz e trigo em talos curtos, de alto rendimento e crescimento rápido e, por um tempo, os estoques de alimentos pareciam estar bem acima do crescimento populacional. Mesmo um país densamente povoado como a Índia conseguia exportar comida, e a China se tornou autossuficiente. Nos Estados Unidos, o rendimento das lavouras aumentou três vezes entre 1945 e 1995, e conseguiram exportar excedentes para mais de cem países. Entretanto, em meados dos anos de 1980, com a

população do mundo crescendo mais rápido do que nunca, a "revolução verde" enfrentava problemas e os cientistas passaram a se preocupar com o futuro.

- Chegou-se ao ponto além do qual os rendimentos das lavouras não podiam mais ser aumentados e havia limites para o fornecimento de água, o solo agricultável e os fosfatos para fertilizantes (ver Seção 26.4(a)).
- Uma pesquisa realizada por cientistas da Universidade de Stanford (Califórnia) em 1996 concluiu que a quantidade de terra agricultável estava diminuindo em função da industrialização, a expansão das cidades e a erosão do solo. Eles calculavam que o número de bocas para alimentar nos Estados Unidos dobraria em 2050.

Parecia não haver maneira de dobrar a produção de alimentos com menos terra. Em 1996, em média, havia 1,8 acres de terra para a agricultura por habitante dos Estados Unidos e a dieta do país era composta por 31% de produtos animais. Em 2050, a probabilidade era de que houvesse apenas 0,6 acre *per capita*. Os cientistas de Stanford chegaram à conclusão de que a solução era que as pessoas comessem menos carne. Sugeriu-se que, em 2050, a dieta nos Estados Unidos seria cerca de 85% vegetariana. A situação piorou em partes da África (Etiópia, Angola, Moçambique e Somália) nas décadas de 1980 e 1990, com a seca e as guerras civis, que contribuíam para a escassez de alimentos e as dezenas de milhares de mortes por inanição.

(d) Escassez de recursos no Terceiro Mundo

Os governos do Terceiro Mundo foram forçados a gastar seu valioso dinheiro para dar casa, comida e educação a suas populações crescentes, mas isso consumiu recursos com os quais eles teriam preferido industrializar e modernizar seus países, e seu desenvolvimento econômico foi postergado. A escassez geral de recursos fez com que os países mais pobres também carecessem de dinheiro suficiente para gastar em saúde. Depois de uma epidemia de meningite no país africano do Níger, a organização *Save the Children* relatou (abril de 1996) que um sexto da população mundial – mais de 800 milhões de pessoas – não tinha acesso a tratamentos de saúde. Os sistemas de saúde em muitos dos países mais pobres estavam em colapso e a situação piorava porque os mais ricos estavam reduzindo a ajuda. O relatório estimava que a saúde básica custaria pelo menos 12 dólares por ano, mas 16 países africanos (incluindo Níger, Uganda, Zaire, Tanzânia, Moçambique e Libéria) mais Bangladesh, Índia, Paquistão, Nepal e Vietnã estavam gastando muito menos do que isso. Em comparação, a Grã-Bretanha gastava o equivalente a 1.039 dólares. Na verdade, o Zaire estava gastando apenas 0,40 dólares per capita por ano. A Tanzânia chegava a 0,70. Isso fazia com que a imunização contra doenças de prevenção simples não estivesse sendo realizada nesses países, podendo-se esperar amplas epidemias antes do final do século XX e um aumento na taxa de mortalidade infantil. Quando a epidemia de AIDS se espalhou, próximo ao final do século, ficou claro que a África, em particular, viveria uma crise profunda. Outro fato perturbador era que quase todos os países estavam gastando muito mais *per capita* em despesas militares do que em tratamento de saúde.

27.3 TENTATIVAS DE CONTROLE POPULACIONAL

Por muitos anos, as pessoas fizeram profundas reflexões sobre controlar a população antes que o mundo ficasse povoado demais e fosse impossível viver nele. Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, cientistas de vários países começaram a se preocupar com o crescimento populacional e achavam que o problema poderia ser estudado em nível internacional. O primeiro *Congresso Populacional Mundial* aconteceu em 1925, e no ano seguinte, criou-se uma *União Internacional para o Estudo Científico da População*, em Paris. Assim como os

cientistas, a organização também incluía estatísticos e cientistas sociais preocupados com prováveis efeitos econômicos e sociais se a população mundial continuasse a crescer. Eles fizeram um trabalho importante de coleta de estatísticas e de incentivo aos governos para melhorar seus sistemas de dados, para que se pudessem coletar informações precisas sobre tendências populacionais.

(a) A Comissão da ONU sobre população

Quando a Organização das Nações Unidas foi fundada em 1945, incluiu-se uma Comissão sobre População entre suas muitas agências. Quando a população do Terceiro Mundo começou a "explodir" na década de 1950, foi a ONU que assumiu a frente para estimular os governos a introduzir programas de controle de natalidade. A Índia e o Paquistão implementaram clínicas de planejamento familiar que assessoravam as pessoas com relação aos vários métodos de controle de natalidade disponíveis e lhes forneciam anticoncepcionais baratos. Foram lançadas grandes campanhas publicitárias com cartazes do governo recomendando um máximo de três filhos por família (Ilustração 27.1). Muitos governos africanos recomendavam esse mesmo limite, enquanto o governo chinês foi mais longe e estabeleceu um máximo legal de dois filhos por família.* Mas o progresso era muito lento e era difícil de mudar práticas e atitudes antigas, principalmente em países como Índia e Paquistão. Nos países católicos da América do Sul, a Igreja continuava a proibir o controle de natalidade artificial.

(b) Qual foi o sucesso das campanhas?

O melhor que se pode dizer é que, em partes da Ásia, a taxa de crescimento populacional começava a cair um pouco na década de 1980, mas em muitos países africanos e latino-americanos, ainda aumentava. A Tabela 27.2 mostra o que se poderia obter com a ampliação do controle de natalidade.

A Tabela 27.3 mostra as populações e taxas de crescimento de várias regiões, comparadas com as de 1950-1959. A taxa mais alta em 1986 estava na África, onde alguns países cresciam 3% ao ano. A tabela também revela como era grave o problema da superpopulação em algumas áreas onde havia, em média, mais de cem pessoas por quilômetro quadrado. Essa situação não era tão grave nos países desenvolvidos da Europa, que tinham prosperidade e recursos para sustentar suas populações, mas em nações mais pobres da Ásia, isso significava pobreza absoluta. Bangladesh era provavelmente o país mais superpovoado do mundo, com uma média de 700 pessoas por quilômetro quadrado. As taxas de crescimento populacional de Bangladesh e da Grã-Bretanha permitem uma comparação impressionante: nas taxas atuais, Bangladesh dobraria sua população de 125 milhões em menos de 30 anos, mas a população da Grã-Bretanha, de 58,6 milhões, levaria 385 para dobrar. O *Population Institute* previu (dezembro de 1995) que, com um controle de natalidade eficaz, a população global poderia estabilizar em 2015, em cerca de 8 bilhões, mas sem uma efetiva promoção do planejamento familiar, o total poderia muito bem chegar a 14 bilhões em 2050. Com a população da Europa e da América do Norte crescendo tão lentamente, uma proporção cada vez maior da população mundial seria pobre.

Por outro lado, alguns historiadores acham que os receios com relação à explosão populacional foram exagerados. Paul Johnson, por exemplo, acredita que não há razão para pânico. Quando a Ásia, a América Latina e a África se tornarem mais industrializadas, o padrão de vida vai subir e essa melhoria econômica, junto com uso mais eficaz dos anticoncepcionais, reduzirá a taxa de natalidade. Segundo Johnson, o exemplo da China é o mais animador: "A notícia mais importante da década de 1980, talvez, seja a de que a população da China parece ter praticamente estabilizado".

* N. de R.: E depois apenas um, o "filho único".

Ilustração 27.1 Cartazes da Índia e da África, incentivando as pessoas a usar controle de natalidade e limitar as famílias a três filhos.

Tabela 27.2 Uso de anticoncepcionais e controle de natalidade

	% de mulheres casadas que usavam anticoncepcionais, 1986	Queda na taxa de natalidade, 1978-1986
Índia	35	4,5 > 3,2
China	74	3,2 > 2,1
Colômbia (América do Sul)	65	4,3 > 2,6
Coreia do Sul	70	3,5 > 1,6
Quênia	menos de 20	4,6 constante
Paquistão	menos de 20	4,6 constante

Tabela 27.3 Taxas de crescimento e densidade populacional

	População em 1986 (milhões)	taxa % de crescimento em 1950–1959 (anual)	taxa % de crescimento em 1980–1985 (anual)	densidade populacional por km² em 1986
América do Norte	266	1,75	0,9	12
Europa	493	0,75	0,3	100
URSS	281	1,4	1,0	13
Oceania	25	2,4	1,5	3
África	572	1,9	2,9	19
América Latina	414	2,4	2,3	20
Sudeste da Ásia	1264	1,5	1,2	105
Sul da Ásia	1601	2,2	2,2	101
Total mundial	4916	1,7	1,5	36

27.4 A EPIDEMIA DE HIV/AIDS

(a) O início

No início da década de 1980, a AIDS era considerada como uma doença que afetava principalmente os homossexuais do sexo masculino e algumas pessoas a chamavam de "câncer gay". Outro grupo que contraía a doença era o que usava seringas não esterilizadas para injetar drogas. Inicialmente, era nos países ricos do Ocidente, principalmente nos Estados Unidos, que se encontrava a maioria dos casos, mas após os governos lançarem campanhas sobre saúde sexual e uso de preservativos para prevenir a transmissão do HIV, os surtos pareciam ter sido controlados. O uso disseminado de tratamentos com medicamentos antirretrovirais (ARV) reduziu a velocidade de desenvolvimento do vírus e possibilitou que as pessoas vivessem muito mais tempo.

Foi um choque quando, nos anos de 1990, o mundo soube que a doença tinha se espalhado para os países mais pobres do Terceiro Mundo e atingira proporções epidêmicas na África. Atualmente, os cientistas sabem que leva uma média de 8 a 10 anos para que a infecção pelo HIV evolua para a doença – razão pela qual o vírus conseguiu se espalhar tanto antes de ser reconhecido. A epidemia também se espalhou para a Índia, China e os países da ex-URSS. Tony Barnett e Alan Whiteside, em seu livro recente *AIDS in the 21st Century*

(2002), mostraram como cada epidemia era diferente: na China, as principais causas eram as agulhas contaminadas e a prática da venda de sangue em pontos de coleta estatais no início dos anos de 1990. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que dois terços das injeções aplicadas na China eram inseguros e grande parte do plasma sanguíneo coletado estava infectada. Quando os sintomas da AIDS começaram a aparecer, funcionários locais tentaram suprimir as notícias. Foi só em 2003 que o governo admitiu publicamente que mais de um milhão de seus cidadãos eram soropositivos. A infecção crescia 30% por ano e 10 milhões de pessoas poderiam estar afetados até 2010. Na Rússia e na Ucrânia, as taxas mais altas estavam entre os usuários de drogas injetáveis, principalmente nos presídios. Os especialistas calculam que quando o HIV entra na população geral e infecta cerca de 5% dos adultos, é provável que aconteça uma epidemia geral, como aconteceu no sul da África.

(b) A AIDS no sul da África

Os primeiros casos na África foram registrados em uma aldeia de pescadores no sudeste de Uganda, em meados dos anos de 1980. O HIV se espalhou rapidamente, transmitido principalmente através do sexo sem proteção. Os governos demoraram a se dar conta do que estava acontecendo e as agências de ajuda não incluíram mecanismos para lidar com a doença em seus programas de assistência. Foi em 2001 que um relatório do Grupo Internacional de Crise (*International Crisis Group, ICG*) fez soar os alarmes, dizendo que o impacto do HIV na África era como se o continente estivesse envolvido em uma guerra de grandes proporções. O relatório se concentrava em Botsuana, mas alertava que o impacto da AIDS na África como um todo provavelmente seria devastador em poucos anos, se nada fosse feito. O relatório não estava exagerando: em 2001, milhões de pessoas morreram da doença na África e 5 milhões foram infectados. Em 2003, estimava-se que 29,4 milhões estivessem vivendo com o HIV ou a AIDS na África, o que representava 70% do total global. Outros 3 milhões de pessoas morreram por causa do vírus na África no decorrer de 2003.

Naquele ano, os níveis de prevalência do HIV aumentaram em proporções apavorantes. Em Botsuana e na Suazilândia, quase 40% dos adultos estavam vivendo com o vírus ou com AIDS e a porcentagem era quase a mesma no Zimbábue. Na África do Sul, o nível de prevalência era de 25%. A expectativa de vida no sul da África, que tinha chegado aos 60 anos em 1990, tinha voltado a cair a quarenta e poucos. No Zimbábue, tinha caído a 33. Um dos efeitos colaterais trágicos da pandemia era o grande número de crianças que ficaram sem pais. Em Uganda, havia mais de um milhão de órfãos; a OMC estimou que em 2010 provavelmente haveria 20 milhões de órfãos da AIDS na África. Também havia efeitos econômicos: uma proporção substancial da força de trabalho estava se perdendo, junto com todas as suas habilidades e experiência. Isso era sentido principalmente na agricultura e na produção de alimentos, enquanto as mortes de tantas jovens representavam uma perda insubstituível para a economia doméstica e a criação de filhos. Ao mesmo tempo, havia uma demanda maior por pessoas para tratar dos doentes e cuidar das crianças órfãs.

O HIV conseguia se espalhar mais rapidamente em condições de pobreza, onde havia muito pouco acesso a informações e educação sobre o vírus e a como prevenir que se espalhasse. A fome disseminada reduzia a resistência à doença e acelerava o avanço do HIV à AIDS. Os medicamentos antirretrovirais caros tampouco estavam disponíveis aos africanos. O grande número de guerras civis na África gerou milhares de refugiados, com frequência isolados de seus serviços de saúde normais. Em situações de emergência como essas, havia um risco maior de que o HIV se espalhasse por meio do sangue contaminado. A maioria dos governos africanos levou mui-

to tempo para reconhecer o que estava acontecendo, em parte por causa do estigma ligado à doença, ou seja, a crença de que era causada por sexo homossexual e a relutância geral em discutir os hábitos sexuais. A própria África do Sul foi um dos países mais lentos a agir, principalmente porque o presidente Mbeki se recusava a aceitar o vínculo entre o HIV e a AIDS.

(c) O que está sendo feito para combater a AIDS?

Os especialistas sabem o que precisa ser feito para controlar a epidemia de AIDS: as pessoas devem ser convencidas a fazer sexo seguro e usar preservativos e, de alguma forma, os governos devem ser capazes de oferecer tratamento barato com ARV. O Brasil é um país onde as campanhas reduziram o avanço da doença. Na África, os governos se concentraram na chamada "mensagem do ABC": "*Abstain from sex. Be faithful to one partner, and if you cannot, use a Condom*" (abstenha-se de sexo. Seja fiel a um parceiro e, se não conseguir, use camisinha). Uganda é o melhor exemplo da África. O governo admitiu à OMS em 1986 que tinha alguns casos da doença e o presidente Museveni cuidou pessoalmente da campanha, percorrendo aldeia por aldeia para falar sobre o problema e o que deveria ser feito. Uganda foi o primeiro país na África a lançar a campanha do ABC e fornecer preservativos baratos a seu povo, e as pessoas eram incentivadas a se apresentar voluntariamente para fazer os exames. O programa foi financiado conjuntamente pelo governo, pelas agências de assistência e por organizações religiosas e igrejas. Os parcos recursos de Uganda foram levados aos limites, mas a campanha funcionou, mesmo que muito poucas pessoas tivessem acesso a medicamentos ARV: a taxa de prevalência do HIV em Uganda chegou a um pico de 20% em 1991, mas no final de 2003, tinha caído a cerca de 5%. A epidemia tinha passado de sua fase aguda, mas o problema das crianças que ficaram órfãs estava chegando a seu ponto máximo.

Em outros lugares da África e na China, os governos demoraram muito e a epidemia se enraizou mais, atingindo proporções de crise em 2003. Alguns países da África estavam começando a seguir o exemplo de Uganda. No Malaui, o presidente Muluzi estabeleceu uma comissão sobre a AIDS e nomeou um ministro especial para lidar com o problema. Mas são necessárias imensas quantias em dinheiro para financiar o ataque triplo ao problema do HIV/AIDS no sul da África:

- campanhas do ABC ou algum equivalente;
- medicamentos antirretrovirais, que são muito mais baratos agora, já que as empresas farmacêuticas cederam à pressão política e permitiram que os remédios fossem fornecidos por preços menores aos países mais pobres;
- Sistemas de saúde e infraestruturas, que na maioria dos países pobres precisam ser modernizados para dar conta da magnitude do problema; são necessários mais médicos e enfermeiros.

Há várias agências internacionais tentando lidar com a doença, sendo que a mais importante é Fundo Mundial para a luta contra a Aids, a Malária e a Tuberculose da ONU, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNAIDS. Em dezembro de 2003, o secretário-geral da ONU Kofi Annan reclamou que se sentia "indignado, incomodado e impotente"; o dia 1º de dezembro foi o Dia Mundial de Combate à AIDS, mas a perspectiva era sombria. Relatórios de todo o Terceiro Mundo mostraram que a guerra contra a doença estava sendo perdida, o vírus ainda estava se espalhando e 40 milhões de pessoas viviam com ele. O Fundo da ONU dizia precisar de 7 bilhões de libras esterlinas até 2005 e a OMS queria 4 bilhões. Muitos países ricos fizeram generosas doações. Os Estados Unidos, por exemplo, prometeram 15 bilhões de dólares nos próximos cinco anos, mas insistem em

que o dinheiro seja gasto da forma que eles especificarem. O governo Bush é favorável a programas que promovam a abstinência, contra os que defendem o uso de preservativos. A Igreja Católica também continua a se opor ao uso de preservativos, mesmo que os cientistas tenham demonstrado que é o melhor meio de prevenção disponível. Não é de estranhar que Kofi Annan esteja indignado; "Não estou vencendo a guerra", ele disse, "porque não acho que os líderes do mundo estejam se engajando o suficiente".

PERGUNTAS

1. A epidemia mundial de AIDS

Estude a fonte A e responda as perguntas a seguir.

Fonte A

Editorial no jornal *The Guardian* (2 de dezembro de 2003) sobre o Dia Mundial de Combate à AIDS.

> Ontem foi o Dia Mundial de Combate à AIDS. Desde que ela surgiu, pouco mais de 20 anos atrás, 28 milhões de pessoas foram mortos e 40 milhões estão vivendo com o HIV. Houve um número recorde de mortes (3 milhões) e de novas infecções (5 milhões) no ano passado. As agências internacionais que lidam com a doença – o Fundo Mundial de luta contra a Aids da ONU e a Organização Mundial da Saúde – falam da necessidade de orçamentos de bilhões de dólares. O Reino Unido respondeu com uma nota à imprensa declarando que estava dobrando sua contribuição a uma terceira agência da ONU, a UNAIDS. E o fez, aumentando sua contribuição atual de 3 milhões de libras em mais 3 milhões. É claro que o Reino Unido dá mais de 6 milhões por ano para combater a AIDS. O total de seus programas de combate a HIV/AIDS em todo o mundo subiu de 38 milhões em 1997 para mais de 270 milhões no ano passado, e o país é o segundo maior doador bilateral. Sim, ironicamente, os 3 milhões de ontem foram para ajudar a promover planos nacionais individuais de combate à AIDS nos países afetados. Isso não seria mais fácil se fosse feito por meio de duas grandes agências internacionais em vez de acordos bilaterais? O maior doador bilateral, os Estados Unidos, cometem os mesmos erros ao evitarem essas agências internacionais, mesmo os sistemas de fundos globais tendo recebido elogios de monitores independentes. Há notícias animadoras: um comprimido genérico, com três medicamentos em um, que só tem que ser tomado duas vezes por dia, poderia ser fundamental para ajudar a OMS a chegar a sua meta de 3 milhões no tratamento com ARV até 2005.... Os protestos deveriam estar concentrados na postura do Vaticano, que até ontem continuava com sua postura cega em relação aos preservativos, mesmo que os cientistas tenham demonstrado ser o melhor meio de prevenção disponível.

(a) O que a fonte revela sobre as dificuldades envolvidas na campanha contra a AIDS/HIV e sobre recentes eventos positivos?

(b) Explique por que a epidemia de AIDS/HIV foi tão pior no sul da África do que em outros lugares.

2. Explique as causas e as consequências do rápido crescimento da população mundial durante o século XX. Qual foi o êxito das tentativas de controlar o crescimento populacional na segunda metade do século?

Leituras Complementares

O mundo em 1914: o início da Primeira Guerra Mundial

her, F., *Germany's Aims in the First World War* Chatto & Windus, 1967).

nilton, R. and Herwig, H. H., *The Origins of orld War I* (Cambridge University Press, 2002).

ig, R., *The Origins of the First World War* Routledge, 2nd edition, 1993).

, J., *The Origins of the First World War* (Longan, 1992).

nan, G., *The Fateful Alliance: France, Russia nd the Coming of the First World War* (Manhester University Press, 1984).

er, G., *The Sword and the Sceptre* (Miami, 970).

chan, H., *The First World War, vol. 1: To Arms* Oxford University Press, 2001).

lor, A. J. P., *The First World War* (Penguin, 966).

ner, L. C. F., *Origins of the First World War* Edward Arnold, 1970).

liamson, S. R., *Austria-Hungary and the Oriins of the First World War* (Macmillan, 1991).

oer, T., *Inventing the Schlieffen Plan* (Oxford niversity Press, 2002).

A Primeira Guerra Mundial e o período posterior

kett, I. F. W., *The Great War*, 1914-1918 (Longan, 2000).

nstantine, S. (ed.), *The First World War in Brish History* (Edward Arnold, 1995).

oert, M., *The First World War* (HarperCollins, 994).

ig, R., *Versailles and After* (Routledge, 1991).

fin, W. J., *British Butchers and Bunglers of orld War 1* (Alan Sutton, 1988).

Macdonald, L., *The Somme* (Michael Joseph, 1983).

Macfie, A. L., *The End of the Ottoman Empire* (Longman, 1998).

Palmer, A., *Twilight of the Habsburgs* (Weidenfeld and Nicolson, 1994).

Sharp, A., *The Versailles Settlement: Peacemaking in Paris*, 1919 (Macmillan, 1991).

Sheffield, G., *Forgotten Victory: The First World War*, Myth and Realities (Headline, 2001).

Stone, N., *The Eastern Front* (Hodder & Stoughton, 1998 edition).

Strachan, H., *The First World War* (Simon & Schuster, 2003).

Taylor, A. J. P., *The First World War* (Penguin, 1966).

Terraine, J., *The Smoke and the Fire: Myths and Anti-Myths of War*, 1861-1945 (Sidgwick & Jackson, 1980).

3 A Liga das Nações

Fitzsimmons, O., *Towards One World* (London University Tutorial Press, 1974).

Gibbons, S. R. and Morican, P., *The League of Nations and UNO* (Longman, 1970).

Henig, R., *The League of Nations* (Edinburgh, 1976).

Overy, R., *The Inter-War Crisis, 1919-1939* (Longman, 1994).

4 e 5 Relações interncionais, 1919-1939

Beasley, W. E., *Japanese Imperialism*, 1894-1945 (Oxford University Press, 1987).

Bell, P. M. H., *The Origins of the Second World War in Europe* (Longman, 2nd edition, 1997).

Broszat, M., *The Hitler State* (Longman, 1983).
Bullock, A., Hitler: A Study in Tyranny (Penguin, 1969).
Charmley, J., *Chamberlain and the Lost Peace* (Hodder & Stoughton, 1989).
Doig, R., *Co-operation and Conflict: International Affairs*, 1930-62 (Hodder & Stoughton, 1995).
Fewster, S., *Japan*, 1850-1985 (Longman, 1988).
Finney, P. (ed.), *The Origins of the Second World War* (Edward Arnold, 1997).
Gregor, N. (ed.), *Nazism: A Re*ader (Oxford University Press, 2000).
Gregor, N., 'Hitler's Aggression: Opportunistic or Planned?' in *Modern History Review*, vol. 15, no. 1 (September 2003).
Henig, R., *Versailles and After*, 1919-33 (Routledge, 1991).
Henig, R., *The Origins of the Second World War* (Routledge, 1991).
Jäckel, E., *Hitler in History* (University Press of New England, 1989).
Kershaw, I., *Hitler, 1889-1936: Hubris* (Allen Lane/Penguin, 1998).
Kershaw, I., *Hitler, 1936-1945: Nemesis* (Allen Lane/Penguin, 2000).
Kershaw, I., *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation* (Edward Arnold, 4th edition, 2000).
Martel, G. (ed.), *The Origins of the Second World War Reconsidered: The A. J. P. Taylor Debate after 25 Years* (Routledge, 2nd edition, 1999).
McDonough, F., *The Origins of the First and Second World Wars* (Cambridge Perspectives in History, 1999).
Overy, R. J., *The Origins of the Second World War* (Longman, 2nd edition, 1998).
Overy, R. J., The Road to War (Penguin, 1999).
Parker, R. A. C., *Chamberlain and Appeasement* (Macmillan, 1993).
Parker, R. A. C., *Churchill and Appeasement* (Macmillan, 2000).
Taylor, A. J. P., *The Origins of the Second World War* (Penguin, 1964).
Watt, D. C., *How War Came* (Mandarin, 1990).

6 A Segunda Guerra Mundial, 1939-1945

Bankier, D., *The Germans and the Final Solution: Public Opinion under Nazism* (Blackwell, 1992).
Beevor, A., *Stalingrad* (Penguin, 1998).
Beevor, A., *Berlin – The Downfall, 1945* (Penguin, 2003).
Bracher, K. D., *The German Dictatorship* (Penguin, 1985 edition).
Browning, C., *The Origins of the Final Solution* (Heinemann, 2003).
Bullock, A., *Hitler and Stalin – Parallel Lives* (HarperCollins, 1991).
Burleigh, M., *The Third Reich: A New History* (Macmillan, 2000).
Calvocoressi, P. and Wint, G., *Total War* (Penguin, 2nd edition, 1988).
Cesarani, D. (ed.), *The Final Solution* (Routledge, 1994).
Davidowicz, L., *The War Against the Jews*, 1933-1945 (Penguin, 1990).
Davies, N., *Rising '44: The Battle for Warsaw* (Macmillan, 2003).
Edmonds, R., *The Big Three: Churchill, Roosevelt and Stalin* (Penguin, 1992).
Farmer, A., *Anti-Semitism and the Holocaust* (Hodder & Stoughton, 1998).
Fleming, T., 'The Most Ruinous Allied Policy of the Second World War', in *History Today*, vol. 51, no. 12 (December 2001).
Gilbert, M., *The Holocaust: The Jewish Tragedy* (Collins, 1987).
Gilbert, M., *Second World War* (Phoenix, 1995).
Goldhagen, D. J., *Hitler's Willing Executioners* (Vintage, 1997).
Kershaw, I., *Hitler, 1936-1945: Nemesis* (Allen Lane/Penguin, 2000).
Liddell-Hart, Sir B., *History of the Second World War* (Cassell, 1970).
Lindqvist, S., *A History of Bombing* (Granta, 2001).
Lipstadt, D., *Denying the Holocaust* (Plume, 1995).
Longerich, P., *The Unwritten Order: Hitler's Role in the Final Solution* (Tempus, 2000).
Lucas, S., 'Hiroshima and History', in *Modern History Review*, vol. 7, no. 4 (April, 1996).
Mommsen, H. (ed.), *The Third Reich between Vision and Reality* (Oxford University Press, 2001).
Neville, P., *The Holocaust* (Cambridge University Press, 1999).
Niellands, R., *Arthur Harris and the Allied Bombing Offensive, 1939-45* (John Murray, 2001).
Overy, R. J., *Why the Allies Won* (Penguin, 1995).
Overy, R. J., *Russia's War* (Penguin, 1997).

Overy, R. J., *The Dictators* (Allen Lane, 2004).

Parker, R. A. C., *Struggle for Survival: The History of the Second World War* (Oxford University Press, 1990).

Paulsson, G. S., *Secret City: The Hidden Jews of Warsaw, 1940-1945* (Yale University Press, 2002).

7 e 8 A Guerra Fria, a expansão do comunismo fora da Europa e seus efeitos nas relações internacionais

Alexander, R. J., *The Tragedy of Chile* (Greenwood, 1978).

Aylett, J. F., *The Cold War and After* (Hodder & Stoughton, 1996).

Blum, W., *Rogue State: A Guide to the World's Only Superpower* (Zed Books, 2nd edition, 2003).

Blum, W., *Killing Hope: US Military and CIA Interventions since World War II* (Zed Books, 2003).

Cawthorne, N., *Vietnam – A War Lost and Won* (Arcturus, 2003).

De Groot, G., *A Noble Cause: America and the Vietnam War* (Longman, 1999).

Dockrill, M., *The Cold War, 1945-1963* (Macmillan, 1998).

Edmonds, R., *Soviet Foreign Policy: The Brejnev Years* (Galaxy, 1983).

Edwards, O., *The United States and the Cold War, 1945-1963* (Hodder & Stoughton, 1998). Gaddis, J. L., *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947* (Columbia University Press, 1972).

Harkness, D., *The Postwar World* (Macmillan, 1974).

Lowe, P., *The Korean War* (Macmillan, 2000).

Lowe, P. (ed.), *The Vietnam War* (Palgrave Macmillan, 1998).

Mastny, V., *Russia's Road to the Cold War* (Columbia University Press, 1979).

McCauley, M., *Origins of the Cold War, 1941-1949* (Longman, 1995 edition).

McCauley, M., *Stalin and Stalinism* (Longman, 1995).

McCauley, M., *The Kruchov Era, 1953-1964* (Longman, 1995).

Quirk, R. E., *Fidel Castro* (W. W. Norton, 1993).

Ruane, K., *The Vietnam Wars* (Manchester University Press, 2000).

Sandler, S., *The Korean War: No Victors, No Vanquished* (Routledge, 1999).

Skierka, V., *Fidel Castro: A Biography* (Polity, 2004).

Szulc, T. W., *Fidel: A Critical Portrait* (Perennial, 2000 edition).

Thomas, H., *Cuba or the Pursuit of Freedom* (Harper & Row, 1971).

Ulam, A. B., *Dangerous Relations: The Soviet Union in World Affairs, 1970-1982* (Oxford University Press, 1983).

Williams, W. A., *The Tragedy of American Diplomacy* (World Publishing, revised edition, 1962).

Young, J., *The Longman Companion to Cold War and Détente* (Longman, 1993).

9 A Organização das Nações Unidas

Bailey, S., *The United Nations* (Macmillan, 1989).

Meisler, S., *United Nations: The First Fifty Years* (Atlantic Monthly Press, 1997).

Mingst, K. A. and Karns, M. P., *The United Nations in the Post-Cold War Era* (Westview Press, 2nd edition, 2000).

Owens, R. J. and J., *The United Nations and its Agencies* (Pergamon, 1985).

Parsons, A., *From Cold War to Hot Peace: UN Interventions, 1947-1995* (Penguin, 1995).

Roberts, A. and Kingsbury, B., *United Nations, Divided World* (Oxford University Press, 1993).

Urquhart, B., *A Life in Peace and War* (Weidenfeld, 1987).

10 As duas Europas, leste e oeste desde 1945

Allan, P. D., *Russia and Eastern Europe* (Edward Arnold, 1984).

Ash, T. G., *In Europe's Name: Germany and the Divided Continent* (Jonathan Cape, 1993).

Hix, S., *The Political System of the European Union* (Palgrave Macmillan, 1999).

Hutton, W., *The World We're In* (Little, Brown, 2002).

Judah, T., *Kosovo: War and Peace* (Yale University Press, 2002).

Laqueur, W., *Europe in Our Time* (Penguin, 1993).

Mahoney, D. J., *De Gaulle: Statesmanship, Grandeur and Modern Democracy* (Greenwood, 1996).

Middlemass, K., *Orchestrating Europe: The Informal Politics of European Union, 1973-1995* (Fontana, 1995).

Milward, A. S., *The European Rescue of the Nation-State* (Routledge, 2nd edition, 2000).

Naimark, N. M. and Case, H. (eds), *Yugoslavia and its Historians: Understanding Balkan Wars of the 1990s* (Stanford University Press, 2002).

Pinder, J., *European Community: The Building of a Union* (Oxford University Press, 1991).

Pittaway, M., *Eastern Europe: States and Societies* (1945-2000) (Hodder/Edward Arnold, 2002).

Rifkin, J., *The European Dream* (Polity, 2004).

Shawcross, W., *Dubcek: Dubcek and Czechoslovakia, 1968-1990* (Hogarth, 1990).

Simpson, J., *Despatches from the Barricades: An Eye-witness Account of the Revolutions that Shook the World, 1989-90* (Hutchinson, 1990).

Wheaton, B. and Kavan, Z., *The Velvet Revolution: Czechoslovakia, 1988-91* (Westview, 1991).

Young, J. W., *Cold War Europe, 1945-1989: A Political History* (Longman, 1991).

11 O conflito no Oriente Médio

Aburish, S. K., *Arafat: From Defender to Dictator* (Bloomsbury, 1999).

Aburish, S. K., *Nasser: The Last Arab* (Duckworth, 2003).

Cohn-Sherbok, D. and El-Alami, D., *The Palestinian-Israeli Conflict* (One World, 2000).

Dawisha, A., *Arab Nationalism in the 20th Century: From Triumph to Despair* (Princeton University Press, 2002).

Kyle, K., *Suez* (Weidenfeld & Nicolson, 1991).

Mansfield, P., *A History of the Middle East* (Penguin, 1992).

Said, E. W., *The End of the Peace Process: Oslo and After* (Vintage, 2001).

Sarna, I., *Broken Promises: Israeli Lives* (Atlantic Books, 2002).

Schlaim, A., *The Iron Wall: Israel and the Arab World* (Penguin, 2001).

Tripp, C., *A History of Iraq* (Cambridge University Press, 2000).

Wasserstein, B., *Divided Jerusalem: The Struggle for the Holy City* (Profile, 2002).

Wasserstein, B., *Israel and Palestine: Why They Fight and Can They Stop?* (Profile, 2001).

12 A nova ordem mundial e a guerra contra o terrorismo global

Abdullahi Ahmed An-Na'im, 'Upholding International Legality Against Islamic and American Jihad', in K. Booth and T. Dunne (eds), *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order* (Palgrave Macmillan, 2002).

Blum, W., *Rogue State: A Guide to the World's Only Superpower* (Zed Books, 2nd edition, 2003).

Blum, W., *Killing Hope: US Military and CIA Interventions since World War II* (Zed Books, 2003).

Booth, K. and Dunne, T. (eds), *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order* (Palgrave Macmillan, 2002).

Byers, M., 'Terror and the Future of International Law', in Booth and Dunne (eds). *Worlds in Collision* (Basingstoke: Palgrave, 2002)

Chomsky, N., *Rogue States* (Penguin, 2000).

Chomsky, N., 'Who are the Global Terrorists?' in K. Booth and T. Dunne (eds), *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order* (Palgrave Macmillan, 2002).

Chomsky, N., *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance* (Hamish Hamilton, 2003).

Fukuyama, F., 'History and September 11', in K. Booth and T. Dunne (eds), *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order* (Palgrave Macmillan, 2002).

Guyatt, N., *Another American Century: The United States and the World after 2000* (Zed Books, 2000).

Huntington, S. P., *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order* (Simon & Schuster, 1998).

Hutton, W., *The World We're In* (Little, Brown, 2002).

Kagan, R., *Paradise and Power: America and Europe in the New World Order* (Atlantic, 2003).

Kaplan, R., *The Coming Anarchy: Shattering the Dreams of the Post Cold War* (Random House, 2000).

Marsden, P., *The Taliban* (Zed Books, 2001).

Pettiford, L. and Harding, D., *Terrorism: The New Word War* (Capella, 2003).

Shawcross, W., *Allies: The United States, Britain and Europe and the War in Iraq* (Atlantic, 2003).

Tariq Ali, *Bush in Babylon: The Recolonisation of Iraq* (Verso, 2003).

Zinn, H., *Terrorism and War* (Seven Stories Press, 2002).

13 Itália, 1918-1945: o surgimento do fascismo

Blinkhorn, M., *Mussolini and Fascist Italy* (Methuen, 1984).

Bosworth, R. J. B., *The Italian Dictatorship: Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism* (Edward Arnold, 1998).

Cassels, A., *Fascist Italy* (Routledge, 1969).

De Felice, R., *Interpretations of Fascism* (Harvard University Press, 1977).

Eatwell, R., *Fascism* (Random House, 1996).

Farrell, N., *Mussolini: A New Life* (Weidenfeld, 2003).

Hite, J. and Hinton, C., *Fascist Italy* (John Murray, 1998).

Mack Smith, D., *Mussolini* (Granada, 1994 edition).

Robson, M., *Italy: Liberalism and Fascism, 1870-1945* (Hodder & Stoughton, 1992).

Whittam, J., *Fascist Italy* (Manchester University Press, 1995).

Williamson, D., *Mussolini: From Socialist to Fascist* (Hodder & Stoughton, 1997).

Wiskemann, E., *Fascism in Italy: Its Development and Influence* (Macmillan, 1970).

Wolfson, R., *Benito Mussolini and Fascist Italy* (Edward Arnold, 1986).

14 Alemanha, 1918-1945: a República de Weimar e Hitler

Bracher, K. D., *The German Dictatorship* (1971).

Broszat, M., *The Hitler State* (Longman, 1983).

Bullock, A., *Hitler: A Study in Tyranny* (Penguin, 1969).

Bullock, A., *Hitler and Stalin: Parallel Lives* (HarperCollins, 1991).

Burleigh, M., *The Third Reich: A New History* (Macmillan, 2000).

Evans, R. J., *The Coming of the Third Reich* (Penguin/Allen Lane, 2003).

Fest, J., *Hitler* (Weidenfeld & Nicolson, 1974).

Feuchtwanger, E. J., *From Weimar to Hitler: Germany, 1918-1933* (Macmillan, 1995 edition).

Fischer, C., *The Rise of the Nazis* (Manchester University Press, 1995).

Gellately, R., *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany* (Oxford University Press, 2001).

Grey, P. and Little, R., *Germany, 1918-45* (Cambridge University Press, 1992).

Harvey, R., *Hitler and the Third Reich* (Stanley Thornes, 1998).

Henig, R., *The Weimar Republic* (Routledge, 1998).

Housden, M., *Hitler, Study of a Revolutionary* (Routledge, 2000).

Jacob, M., *Rosa Luxemburg: An Intimate Portrait* (Lawrence & Wishart, 2000).

Kershaw, I., *The Nazi Dictatorship* (Edward Arnold, 1985).

Kershaw, I., *'The Hitler Myth': Image and Reality in the Third Reich* (Oxford University Press, 1989).

Kershaw, I., *Hitler, 1889-1936: Hubris* (Penguin/Allen Lane, 1998).

Kershaw, I., *Hitler, 1936-1945: Nemesis* (Penguin/Allen Lane, 2000).

Machtan, L., *The Hidden Hitler* (Perseus Press, 2000).

Machtan, L., 'Hitler, Rohm and the Night of the Long Knives', in *History Today Supplement*, November 2001.

McDonough, F., *Hitler and Nazi Germany* (Cambridge University Press, 1999).

Mommsen, H. (ed.), *The Third Reich between Vision and Reality* (Oxford University Press, 2001).

Namier, Lewis, *Avenues of History* (Hamish Hamilton, 1952).

Overy, R. J., 'An Economy Geared to War', in *History Today Supplement*, November 2001.

Overy, R. J., *The Dictators* (Allen Lane, 2004).

Peukert, D. J. K., *The Weimar Republic: Crisis of Classical Modernity* (Penguin, 1993).

Pine, L., *Nazi Family Policy*, 1933-1945 (Berg, 1997).

Rees, L., *The Nazis: A Warning from History* (BBC Books, 1997).

White, A., *The Weimar Republic* (Collins, 1997).

Wright, J., *Gustav Stresemann: Weimar's Greatest Statesman* (Oxford University Press, 2002).

15 Japão e Espanha

Beasley, W. E., *The Rise of Modern Japan* (Weidenfeld & Nicolson, 1991).

Beasley, W. E., *Japanese Imperialism, 1894-1945* (Oxford University Press, 1987).

Ben-Ami, S., *Fascism from Above: The Dictatorship of Primo de Rivera in Spain, 1923-1930* (Oxford University Press, 1983).

Bolloten, B., *The Spanish Civil War: Revolution and Counter-revolution* (North Carolina University Press, 1991).

Carr, R., *The Civil War in Spain, 1936-39* (Oxford University Press, 1986 edition).

Gordon, A. (ed.), *Postwar Japan as History* (California University Press, 1993).

Gordon, A., *A Modern History of Japan from Tokugawa Times to the Present* (Oxford University Press, 2002).

Haley, J. O., *Authority without Power: Law and the Japanese Paradox* (Oxford University Press, 1991).

Horsley, W. and Buckley, R., *Nippon New Superpower: Japan since 1945* (BBC, 1990).

Lincoln, E. J., *Japan's New Global Role* (Washington, 1993).

Murphy, R. T., 'Looking to Game Boy', in *London Review of Books,* 3 January 2002.

Payne, S. G., *The Franco Regime, 1936-75* (Wisconsin University Press, 1987).

Storry, R., *A History of Modern Japan* (Penguin, 1975).

Thomas, H., *The Spanish Civil War* (Penguin, 3rd edition, enlarged, 1986).

Williams, B., *Modern Japan* (Longman, 1987).

16, 17 e 18 Rússia/URSS desde 1900

Acton, E., *Rethinking the Russian Revolution* (Edward Arnold, 1990).

Applebaum, A., Gulag: *A History of the Soviet Camps* (Penguin/Allen Lane, 2003).

Aron, L., *Boris Yeltsin: A Revolutionary Life* (HarperCollins, 2000).

Berkman, A., *The Russian Tragedy* (Consortium Books, 1989 edition).

Brown, A., *The Gorbachov Factor* (Oxford University Press, 1996).

Chamberlin, W. H., *The Russian Revolution*, 2 vols (Princeton University Press, 1965 edition).

Chubarov, A., *Russia's Bitter Path to Modernity* (Continuum, 2002).

Cohen, S. F., 'Bolshevism and Stalinism', in R. C. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation* (Transaction, 1999 edition).

Conquest, R., *Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine* (Oxford University Press, 1986).

Conquest, R., *Stalin and the Kirov Murder* (Hutchinson, 1989).

Conquest, R., *The Great Terror: A Reassessment* (Hutchinson, 1990).

D'Encausse, H. C., *Lenin* (Holmes & Meier, 2001).

Ferro, M., *Nicholas II: The Last of the Tsars* (Viking, 1991).

Figes, O., *A People's Tragedy: The Russian Revolution, 1891-1924* (Pimlico, 1997).

Fitzpatrick, S., *The Russian Revolution* (Oxford University Press, 2nd edition, 1994).

Fitzpatrick, S., *Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Soviet Russia in the 1930s* (Oxford University Press, 1999).

Fitzpatrick, S. (ed.), *Stalinism: New Directions* (Routledge, 2000).

Freeborn, Richard, *A Short History of Modern Russia* (Hodder & Stoughton, 1966).

Getty, J. A., *The Road to Terror: Stalin and the Self-Destruction of the Bolsheviks* (Yale University Press, 1999).

Hill, C., *Lenin and the Russian Revolution* (Penguin, 1971 edition).

Katkov, G., *Russia, 1917: The February Revolution* (Longman, 1967).

Koenker, D., *Moscow Workers and the 1917 Revolution* (Princeton University Press, 1981).

Kotkin, S., *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization* (California University Press, 1995).

Laver, J., *Stagnation and Reform: The USSR, 1964-91* (Hodder & Stoughton, 1997).

Lewin, M., *The Making of the Soviet System* (Methuen, 1985).

Lieven, D. C. B., *Nicholas II: Emperor of All the Russias* (John Murray, 1993).

Lincoln, W. B., *Red Victory: A History of the Russian Civil War* (Simon & Schuster, 1991).

Lowe, N., *Mastering Twentieth Century Russian History* (Palgrave Macmillan, 2002).

Massie, R. K., *The Romanovs: The Final Chapter* (Random House, 1995).

Mawdsley, E., *The Russian Civil War* (Unwin-Hyman, 1989).

McCauley, M., *The Soviet Union, 1917-1991* (Longman, 2nd edition, 1993).

McCauley, M., *Stalin and Stalinism* (Longman, 2nd edition, 1995).

McCauley, *M., Gorbachov* (Longman, 1998).

McCauley, M., *Bandits, Gangsters and the Mafia: Russia, the Baltic States and the CIS since 1991* (Longman, 2001).

Medvedev, R. A., *Let History Judge: The Origins and Consequences of Stalinism* (Oxford University Press, 2nd edition, 1989).

Medvedev, R. A., *Post-Soviet Russia: A Journey Through the Yeltsin Era* (Columbia University Press, 2000).

Merridale, C., *Moscow Politics and the Rise of Stalin* (Macmillan, 1990).

Montefiore, S. S., *Stalin: The Court of the Red Tsar* (Weidenfeld & Nicolson, 2003).

Nove, A., *An Economic History of the USSR, 1917-1991* (Penguin, 3rd edition, 1992).

Overy, R. J., *The Dictators* (Allen Lane, 2004).

Pipes, R., *The Russian Revolution, 1899-1919* (Harvill, 1993).

Pipes, R., *Russia under the Bolshevik Regime, 1919-1924* (Harvill, 1997 edition).

Radzinsky, E., *Stalin* (Hodder & Stoughton, 1996).

Radzinsky, E., *Rasputin* (Weidenfeld & Nicolson, 2000).

Read, C., *From Tsar to Soviets: The Russian People and their Revolution, 1917-21* (Oxford University Press, 1996).

Remnick, D., *Lenin's Tomb: The Last Days of the Soviet Empire* (Viking, 1993).

Sakwa, R., *The Rise and Fall of the Soviet Union, 1917-1991* (Routledge, 1999).

Service, R., *Lenin: A Political Life*, vol. 3: The Iron Ring (Macmillan, 1995).

Service, R., *A History of Twentieth Century Russia* (Penguin, 1998 edition).

Service, R., *The Russian Revolution 1900-1927* (Macmillan, 3rd edition, 1999).

Service, R., *Lenin: A Biography* (Macmillan, 2000).

Service, R., *Stalin* (Palgrave Macmillan, 2004).

Smith, S. A., *Red Petrograd: Revolution in the Factories, 1917-1918* (Cambridge University Press, 1983).

Suny, R. G., *The Soviet Experiment* (Oxford University Press, 1998).

Taubman, W., *Kruchov: The Man and his Era* (Free Press, 2001).

Taylor, A. J. P., 'Lenin: October and After', in *History of the 20th Century*, vol. 3, Chapter 37 (Purnell, 1970).

Tompson, W. J., *Kruchov: A Political Life* (Palgrave Macmillan, 1995).

Tucker, R. C. (ed.), *Essays in Historical Interpretation* (Transaction, 1999 edition).

Ulam, A. B., *Lenin and the Bolsheviks* (Fontana/Collins, 1965).

Volkogonov, D., *Lenin: Life and Legend* (Free Press, 1994).

Volkogonov, D., *The Rise and Fall of the Soviet Empire* (HarperCollins, 1998).

Volkogonov, D., *Stalin: Triumph and Tragedy* (Phoenix, 2000 edition).

Westwood, J. N., *Endurance and Endeavour: Russian History*, 1812-1992 (Oxford University Press, 4th edition, 1993).

Yakovlev, A., *A Century of Russian Violence in Soviet Russia* (Yale University Press, 2002).

19 e 20 A China desde 1900

Chang, Jung, *Wild Swans* (HarperCollins, 1991).

Eastman, L. E., *Seeds of Destruction: Nationalist China in War and Revolution, 1937-1949* (Stanford University Press, 1984).

Fenby, J., *Generalissimo: Chiang Kai-Shek and the China He Lost* (Free Press, 2003).

Gittings, J., *China Changes Face: The Road from Revolution, 1949-89* (Oxford, 1990).

Gray, J., 'China under Mao', in *History of the 20th Century*, vol. 6, Chapter 89 (Purnell, 1970).

Hsi-sheng Ch'i, *Nationalist China at War, 1937-45* (University of Michigan Press, 1982).

Huang, P. C. C., *The Peasant Economy and Social Change in Northern China* (Stanford University Press, 1985).

Karnow, S., *Mao and China: Inside China's Cultural Revolution* (Penguin, 1985).

Lynch, M., *China: From Empire to People's Republic* (Hodder & Stoughton, 1996).

Smith, S. A., 'China: Coming to Terms with the Past', in *History Today*, December 2003.

Snow, E., *Red Star Over China* (Penguin, 1972 edition).

Tang Tsou, *The Cultural Revolution and Post-Mao Reforms* (Chicago University Press, 1988 edition).

Terrill, R., *Mao* (Heinemann, 1981).

Wilbur, C. M., *The Nationalist Revolution in China*, 1923-1928 (1984).

Wolf, M., *Revolution Postponed: Women in Communist China* (Stanford University Press, 1985).

21 O comunismo na Coreia e no Sudeste da Ásia

Chandler, D. P., *The Tragedy of Cambodian History* (Yale University Press, 1991).

Chandler, D. P., *A History of Cambodia* (Westview, 2nd edition, 1992).

Chong-sik Lee and Se-hee Yoo (eds), *North Korea in Transition* (Columbia University Press, 1991).

Dae-sook Suh, *Kim Il Sung: The North Vietnam Leader* (Columbia University Press, 1995 edition).

Dommen, A. J., *Laos: Keystone of Indo-China* (Perseus Books, 1985).

Duiker, W. J., *The Communist Road to Power in Vietnam* (Ohio University Press, 1981).

Duiker, W. J., *Vietnam Since the Fall of Saigon* (Ohio University Press, 1989 edition).

Evans, G., *Lao Peasants under Socialism* (Yale University Press, 1990).

Jackson, K. D. (ed.), *Cambodia, 1975-1978* (Princeton University Press, 1989).

Karnow, S., *Vietnam: A History* (Penguin, 1991 edition).

Kiernan, B., *How Pol Pot Came to Power* (Verso, 1983).

Kiernan, B., *The Pol Pot Regime* (Yale University Press, 2002).

Leifer, M., *Dictionary of the Modern Politics of South-East Asia* (Routledge, 1996).

Osborne, M., Southeast Asia: An Illustrated History (Allen & Unwin, 1997).

Post, K., *Revolution, Socialism and Nationalism in Vietnam*, 4 vols (Dartmouth, 1989-92).

Scalapino, R. and Jun-yop Kim, *North Korea Today: Strategic and Domestic Issues* (Praeger, 1983).

Shawcross, W., *Sideshow: Kissinger, Nixon and the Destruction of Cambodia* (Deutsch, 1987 edition).

Stuart-Fox, M., *A History of Laos* (Cambridge University Press, 1997).

Tarling, N. (ed.), *The Cambridge History of Southeast Asia, vol. ii: The Nineteenth and Twentieth Centuries* (Cambridge University Press, 1993).

Vickery, M., *Cambodia, 1975-1982* (Allen & Unwin, 1984).

Zasloff, J. J. and Unger, L. (eds), *Laos: Beyond the Revolution* (Palgrave Macmillan, 1991).

22 e 23 Os Estados Unidos antes e depois da Segunda Guerra Mundial

Andrew, J., *Lyndon Johnson and the Great Society* (Ivan R. Dee, 1998).

Behr, E., *Prohibition: The 13 Years that Changed America* (BBC Books, 1997).

Branch, T., *Parting the Waters: Martin Luther King and the Civil Rights Movement*, 1954-63 (Macmillan, 1991).

Branch, T., *Pillar of Fire: America in the King Years* (Simon and Schuster, 1998).

Brogan, H., *Longman History of the United States* (Longman, 1985).

Campbell, I., *The USA, 1917-1941* (Cambridge University Press, 1996).

Cannon, L., *President Reagan: The Role of a Lifetime* (Simon & Schuster, 1991).

Clements, K. A., *The Presidency of Woodrow Wilson* (Kansas University Press, 1992).

Clements, P., *Prosperity, Depression and the New Deal* (Hodder & Stoughton, 1997).

Colaiaco, J., *Martin Luther King* (Macmillan, 1998).

Cook, R., *Sweet Land of Liberty?* (Longman, 1998).

Dallek, R., *John F. Kennedy: An Unfinished Life, 1917-1963* (Penguin, 2004).

Ferrell, R. H., *Harry S. Truman* (Missouri University Press, 1995).

Galbraith, J. K., *The Great Crash* (André Deutsch, 1980).

Griffiths, R., *Major Problems in American History since 1945* (Heath, 1992).

Heale, M. J., *Franklin D. Roosevelt: The New Deal and War* (Routledge, 1999).

Helsing, J., *Johnson's War/Johnson's Great Society: The Guns and Butter Trap* (Greenwood Press, 2000).

Hine, R. V. and Faracher, J. M., *The American West* (Yale University Press, 2000).

Hoff, J., *Nixon Reconsidered* (Basic Books, 1994).

Jenkins, P. A., *History of the United States* (Macmillan, 1997).

Martin Riches, W. T., *The Civil Rights Movement* (Macmillan, 1997).

McCoy, D. R., Coming of Age: The United States during the 1920s and 1930s (Penguin, 1973).

McCullough, D., *Truman* (Simon & Schuster, 1992).

Morgan, T., *FDR* [biography of F. D. Roosevelt] (Grafton/Collins, 1985).

Preston, S., *Twentieth Century US History* (Collins, 1992).

Sanders, V., *Race Relations in the USA* (Hodder & Stoughton, 2000).

Thompson, R., *The Golden Door: A History of the United States of America* (1607-1945) (Allman and Son, 1969).

Traynor, J., *Roosevelt's America 1932-41* (Macmillan, 1983).

Traynor, J., *Mastering Modern United States History* (Palgrave Macmillan, 1999).

Watkins, T. H., *The Great Depression* (Little, Brown, 1993).

White, J., *Black Leadership in America* (Longman, 2nd edition, 1990).

Zinn, H., *A People's History of the United States* (Longman, 1996 edition).

24 e 25 Descolonização e problemas na África

Bayart, F., *The State in Africa: The Politics of the Belly* (Longman, 1993).

Benson, M., *Nelson Mandela* (Penguin, 1994 edition).

Berman, B. and Losdale, J., *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, 2 vols (James Currey, 1992).

Bing, G., *Reaping the Whirlwind* (biography of Nkrumah) (1968).

Brasted, H., 'Decolonisation in India: Britain's Positive Role', in *Modern History Review*, November 1990.

Davidson, B., *Africa in Modern History* (Macmillan, 1992).

De Witte, L., *The Assassination of Lumumba* (Verso, 2001).

Dunn, D. E. and Byron, S., *Liberia* (Metuchan, NJ, 1988).

Ellis, S., *The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia* (Hurst, 1999).

Falola, T., *The History of Nigeria* (Greenwood, 1999).

Ferguson, N., *Empire: How Britain Made the Modern World* (Allen Lane/Penguin, 2003).

Hargreaves, J. D., *Decolonisation in Africa* (Longman, 1988).

Horne, A., *A Savage War of Peace* (Algeria) (Macmillan, 1972).

Huddleston, T., *Return to South Africa* (HarperCollins, 1991).

Iliffe, J., *Africans: The History of a Continent* (Cambridge University Press, 1995).

Kanza, T., *The Rise and Fall of Patrice Lumumba: Conflict in the Congo* (Africa Book Centre, 1977).

Kriger, N. J., *Zimbabwe's Guerrilla War: Peasant Voices* (Cambridge University Press, 1992).

Luthuli, A., *Let My People Go* (Fontana, 1963).

Maier, K., *This House Has Fallen: Nigeria in Crisis* (Penguin, 2002).

Mamdani, M., *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism* (Princeton University Press, 1996).

Mandela, N., *Long Walk to Freedom* (Abacus, 1995).

Marcus, H. G., *A History of Ethiopia* (California Univeristy Press, 1994).

Melvern, L., *A People Betrayed: The Role of the West in Rwanda's Genocide* (Zed Books, 2000).

Meredith, M., *The Past is Another Country: Rhodesia, UDI to Zimbabwe* (André Deutsch, 1980).

Meredith, M., *Mugabe* (Public Affairs, New York, 2002).

Osagae, E. E., *Nigeria Since Independence: Crippled Giant* (Indiana University Press, 1998) 1998).

Parsons, A., From Cold War to Hot Peace: UN Interventions, 1947-1995 (Penguin, 1995).

Sarkar, S., *Modern India, 1885-1947* (Macmillan, 1983).

Singh, A. I., *The Origins of the Partition of India, 1936-1947* (Oxford University Press, 1990).

Singh, A. I., *'A British Achievement? Independence and Partition of India'*, in Modern History Review (November 1990).

Tutu, D., *Hope and Suffering* (Fount, 1984).

Watson, J. B., *Empire to Commonwealth* (Dent, 1971).

26 e 27 A economia e a população mundiais

Ashworth, W., *A Short History of the International Economy since 1850* (Longman, 1987 edition).

Barnett, T. and Whiteside, A., *AIDS in the 21st Century: Disease and Globalisation* (Palgrave, 2002).

Brandt, W., *World Armament and World Hunger* (Gollancz, 1986).

The Brandt Report: North-South, a Programme for Survival (Pan, 1980).

Hutton, W., *The World We're In* (Little, Brown, 2002).

Lloyd, J., T*he Protest Ethic: How the Anti-Globalisation Movement Challenges Social Democracy* (Demos, 2001).

Moss, N., *Managing the Planet: The Politics of the New Millennium* (Earthscan, 2000).

Rifkin, J., *The European Dream: How Europe's Vision of the Future is Eclipsing the American Dream* (Polity, 2004).

van der Vee, H., *Prosperity and Upheaval: The World Economy*, 1945-1980 (Penguin, 1991).

Victor, D., *The Collapse of the Kyoto Protocol and the Struggle to Slow Global Warming* (Princeton University Press, 2001).

Índice

Conselho da Europa 207-208, 213